

**ANAIS**

# **III CONINTER**

**CONGRESSO INTERNACIONAL  
INTERDISCIPLINAR EM  
SOCIAIS E HUMANIDADES**

07 a 10 de outubro de 2014

Salvador/BA, UNIVERSIDADE CATÓLICA DO  
SALVADOR - UCSal

**2014**

## Gestão 2021-2023

### **Presidência**

Napoleão Miranda

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF

### **Vice-Presidência**

Verônica Teixeira Marques

Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da UNIT/AL

### **Secretaria Geral**

Andreia Hentz de Mello

Programa de Pós-Graduação de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará

### **Suplente Secretaria Geral**

Maria Beatriz Colucci

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema da UFS

### **Tesouraria**

Wilson Madeira Filho

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF

### **Suplente da Tesouraria**

Vanessa Castro

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB

### **Secretaria de Eventos**

Diamantino Alves Correia Pereira

Mestrado e Doutorado Acadêmico em Mudança Social e Participação Política da USP

### **Suplente Secretaria de Eventos**

Juliane Conceição Primon Serres

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL

### **Secretaria de Pós-Graduação**

Roberto Donato da Silva

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNICAMP

### **Suplente Secretaria de Pós-Graduação**

Maria de Fátima Makiuchi

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB

### **Secretaria de Pesquisa**

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF

### **Suplente Secretaria de Pesquisa**

José Roberto Severino

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA

### **Conselho Fiscal**

Geraldo Márcio Timóteo

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

Elton Dias Xavier

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES

Francisco Ramos de Farias

Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO

### **Suplentes Conselho Fiscal**

Otair Fernandes de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ

Silvia Alicia Martinez

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

Maria da Luz Alves Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES



# III CONINTER

07 a 10 de outubro/2014

Salvador/BA - UCSal



Interdisciplinaridade e  
movimentos sociais

## **ANAIS III CONINTER** Trabalhos completos

**ISSN 2316-266X, n.3**



# CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 1**

**INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E  
TECNOLOGIAS**



## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

***Café - 9h40-10h10***

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha –  
Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A  
nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da  
Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires  
- Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de  
Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida  
Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatadora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 -  
Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)



### **Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
André Saddy (PGDC-UFF)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
Daniela Novelli (UFSC)  
Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
Eduardo Manuel Val (UNESA)  
Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
Eliana Brito (UCSAL)  
Enzo Bello (PGDC-UFF)  
Fernando José Martins (UNIOESTE)  
Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
Geraldo M. Timóteo (UENF)  
Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
Leandro Garcia Pinho (UENF)  
Lenin Pires (PGDC-UFF)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Roberto Borges (CEFET/RJ)  
Sandra Guedes (UNIVILLE)  
Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
Simonne Teixeira (UENF)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Tania Kale (PPGSD-UFF)  
Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)





Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

**Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

**Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

**Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de



profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

- EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: INTERFACE ENTRE TECNOLOGIAS E A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA FORMAÇÃO SOCIAL DO EDUCANDO - CORRÊA, Polyana Ribeiro de Assis; RODRIGUES, Rogério..... 1-18
- CONFLITO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. UMA REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL - TEIXEIRA, Mylene N ..... 19-33
- EMARANHADOS: REFLEXÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS, PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS - BOTTENTUIT JÚNIOR, João Batista; MENDES, Ana Gardenia Lima Martins; SILVA, Nataniel Mendes ... 34-47
- O COMPORTAMENTO AUTORREGULADO EM TREINAMENTO TÉCNICO DE JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL: DISCUSSÃO DE RESULTADOS - SILVA, Thiago Azevedo da..... 48-66
- PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE: REFLEXÕES sobre tecnologias, COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, E REDES SOCIAIS - TORQUATO, Rosane Andrade; FUJINAGA, Cristina Ide; GONZAGA, Carlos Alberto Marçal ..... 67-81
- MOBILIDADE DIGITAL E PENSAMENTO DIVERGENTE: QUE RELAÇÃO É ESSA? - RODRIGUES, Daniele Fernandes; ALMEIDA, Jaqueline Maria de; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de ..... 82-97
- A UTILIZAÇÃO DO YAHOO!RESPOSTAS COMO FERRAMENTA INTERATIVA E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE DO INDIVÍDUO - ISTOE, Carolina Crespo; MORGADES, Rachel Ferreira Klem de Mattos; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de 98-110
- AVALIAÇÃO DAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO POR PARTE DOS GESTORES: UM ESTUDO DE CASO - NASCIMENTO, Carlos Alberto do; PINHO, Alexandre Ferreira de; ..... 111-124
- INTRODUÇÃO DAS FUNÇÕES RACIONAIS NO ENSINO MÉDIO - JACOMINO, Thiago Marques Zanon; CASTRO, Rigoberto Gregório Sanabria ..... 125-138



- RPG E EDUCAÇÃO: USO DO *ROLE PLAYING GAME* ELETRÔNICO COMO ESTRATÉGIA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS AULAS DE BIOLOGIA - SOUZA, Elaine Santana de; LOUREIRO, Gustavo Graciano; RIBEIRO, Josiane da Silva ..... 139-157
- INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO - TAVARES, Rosana Elizete; NUNES, Sylvania da Silveira ..... 158-170
- AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA ACERCA DO CRESCIMENTO MASSIVO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PAÍS - COSTA, Everton Garcia..... 171-182
- A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS JOVENS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI - SILVA, Aparecida Oneide de Almeida ..... 183-199
- O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – NTIC’s, COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE SOCIABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - ISTOE, Sérgio Elias; CRESPO, Camilla Paiva Silva; OLIVEIRA, André Luiz Gomes de ..... 200-211
- NATIVOS DIGITAIS E O ENSINO DA MATEMÁTICA: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE USANDO OS JOGOS DIGITAIS - BATISTA, Genário Novo; TONELLI, Elizangela; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de ..... 212-223
- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE - SOUZA, Juciara Oliveira de ..... 224-235
- POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES(AS) NO BRASIL: PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA - CUNHA, Kátia Silva; NASCIMENTO, Cícera Maria do ..... 236-248
- MEMÓRIA COLETIVA, MEMÓRIA SUBTERRÂNEA E DEFICIÊNCIA VISUAL: TOMMY EDISON, UM ESTUDO DE CASO - DAMIN, Marina; DODEBEI, Vera



.....	249-
266	
NEGÓCIOS COLABORATIVOS: AS NOVAS FORMAS PRODUTIVAS BASEADAS NA ECONOMIA EM REDE - STEPHAN, Clarisse .....	267-
284	
DA CULTURA À CIBERCULTURA: NOVOS LETRAMENTOS E POSSIBILIDADES PARA EDUCAÇÃO - BOTTENTUIT JÚNIOR, João Batista; SILVA, Nataniel Mendes; MENDES, Ana Gardenia Lima Martins.....	285-
296	
A GEOGRAFICIDADE DO CIBERESPAÇO: O FACEBOOK COMO RELEVÂNCIA CULTURAL NA JUVENTUDE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - PACHECO, Wedson Felipe Cabral.....	297-
314	
O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COMBATE A HIPERTENSÃO ARTERIAL NO BRASIL - BRESAN, Jessica Taís; SUZUKI, Claudio Shigueki; FUJINAGA, Cristina Ide .....	315-
326	
DISTRIBUIÇÃO DIGITAL DE MÚSICAS E PROPRIEDADE INTELECTUAL: ESTUDO DE CASO DAS ESTRATÉGIAS DA BANDA <i>RADIOHEAD</i> NESTA CONFIGURAÇÃO - MARCHIONI, Bianca Delpino; DOTTA, Silvia Cristina.....	327-
338	
LETRAMENTO DIGITAL E OS NOVOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PEDAGÓGICOS EDUCACIONAIS: NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO - MARCOLINO, Elson Silva .....	339-
350	
LEITURA EM REDE: UM EXERCÍCIO HIPERTEXTUAL NA ERA DIGITAL E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO PARA OS CAMINHOS DE LEITURA - CORTES, Tanisse Paes Bóvio Barcelos; NUNES, Milena Ferreira Hygino; GUIMARÃES, Décio Nascimento.....	351-
363	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS - OLIVEIRA, Elisângela Maria Nunes de; SANTIAGO, Maria Francilene Câmara;	





- CAMARA, Maria Natividade; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos ..... 364-377
- MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: UM ESTUDO DE CASO - PUGGIAN, Cleonice; CAVALCANTE, Monica Cristina Celano ..... 378-391
- A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: COMO OCORRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA? - ASSIS, Andreia Silva de; LIMA, Laís Teixeira; LUQUETTI, Eliana Crispim França ..... 392-408
- A ESCRITA E O PENSAMENTO MATEMÁTICO NO AMBIENTE VIRTUAL: A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE UMA TURMA DE 9º ANO - SCHRÖETTER, Sandra Maria; CHRYSOSTOMO, Carla Sarlo C.; STAHL, Nilson Sergio Peres ..... 409-424
- UMA PARCERIA AO PÉ DA LETRA: TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL - ALMEIDA, Jaqueline Maria; TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros..... 425-443
- O BITCOIN: UM SISTEMA ELETRÔNICO DE PAGAMENTO, SEUS DESAFIOS E DESDOBRAMENTOS TECNOLÓGICOS E SOCIAIS - TOTTI, Maria Eugênia Ferreira; NEY, Vanuza da Silva Pereira; OLIVEIRA, Fabio Machado de..... 444-457
- DUOLINGO*: INCENTIVO AO USO DO APARELHO CELULAR PARA FINS PEDAGÓGICOS - TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana; SANTOS, Suélly Lima dos; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de..... 458-472
- O LETRAMENTO E O NUMERAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS MEDIADOS PELA INTERDISCIPLINARIDADE - BASSO, Edcleia Aparecida; MACOWSKI, Diogo Heron; LOPES, Janete Leige ..... 473-491
- CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS NA CONCEPÇÃO DAS DEMANDAS DE COMPRAS PÚBLICAS EM IFES POR MEIO DA TÉCNICA DE



MAPEAMENTO - PINHO, Alexandre Ferreira; TRINDADE, Leandro Lopes ..... 492-508

NARRATIVAS MUDIÁTICAS INDEPENDENTES: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A COBERTURA REALIZADA PELA MÍDIA NINJA NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 - BENITES, Marcello Riella; COLOMBO, Cristiano da Silveira; MOURA, Sérgio Arruda de..... 509-526

A REDE MEMORIAL E OS DESAFIOS DE UMA POLITICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO DIGITAL - CORRÊA, Vitor Freire; FIGUEIREDO, Renan ..... 527-542

MATEMÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: A AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE - THOMAZI, Áurea Regina Guimarães; XAVIER, André Felipe de Almeida ..... 543-554

AVALIAÇÃO DO PERFIL DO CONSUMIDOR QUE ESCOLHE PRODUTOS DE BELEZA POR MEIO DAS REDES SOCIAIS SOB A ÓTICA DA ETNOGRAFIA DIGITAL - PINHO, Alexandre Ferreira de; FERREIRA, Juliana da Cunha ..... 555-572

O AMBIENTE VIRTUAL NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO FÍSICA - BOECHAT, Júlio César dos Santos; MANHÃES, Fernanda Castro; GAMA FILHO, Reubes Valério ..... 573-592

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O IFSULDEMINAS- CÂMPUS MACHADO - CERQUEIRA, Yara Dias Fernandes; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo ..... 593-610

DESENVOLVIMENTO DOS NÍVEIS DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO - PEDROSA, Andressa Teixeira; CRISÓSTOMO, Monique Teixeira; LUQUETTI, Eliana Crispim França..... 611-626

BREVE ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB - TOSTA, Késia Silva; SOUZA, Luana Hespagnol; NEY, Marlon



- Gomes..... 627-640
- CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ: ANÁLISE HISTÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA - ALBERTON, Vanessa; FREITAS, Carlos Cesar Garcia ..... 641-656
- UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA UNIMONTES NO NORTE DE MINAS GERAIS, BRASIL - CARDOSO, José Maria Alves; MAIA, Maria de Fátima Rocha; RODRIGUES, Luciene ..... 657-679
- O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA - CRISÓSTOMO, Monique Teixeira; PEDROSA, Andressa Teixeira; LUQUETTI, Eliana Crispim França ..... 680-691
- O CONCEITO DE CIÊNCIA E DEMOCRACIA: II CONFERÊNCIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (NITERÓI, RJ) - SANTOS, Roberta Hanthequeste B. dos; SANTOS, Priscila Tavares ..... 692-706
- UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ORALIDADE DA LÍNGUA INGLESA - LIMA, Laís Teixeira; ASSIS, Andreia Silva de; LUQUETTI, Eliana Crispim França ..... 707-723
- CONTRIBUIÇÕES DA INFOGRAFIA MULTIMÍDIA PARA COMPREENSÃO DE NOTÍCIAS NO JORNALISMO ON-LINE - MACIEL, Ruana da Silva; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; FERNANDES, Lílian da Silva ..... 724-742
- NOVOS MEIOS PARA LEITURA DO TEXTO BÍBLICO: UMA ANÁLISE DO FACEBOOK COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO HIPERTEXTUAL - SOUZA, Carlos Henrique Medeiros; MÜLLER, Paula Alice Dodó; MOREIRA, Raquel Veggi ..... 743-755
- ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CAPACIDADE INOVATIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM UM BUREAU DE INFORMAÇÃO,



- DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - ANDRADE, Claudia Cristina; EMYGDIO, Jeanne Louize; SOARES, Mara Magda; PINHO, Alexandre Ferreira ..... 756-770
- DA FORMAÇÃO INTEGRAL AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: PRESSUPOSTOS, CONCEPÇÕES E DESAFIOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SILVA, Cleverson Ramom Carvalho; PEIXOTO FILHO, Dr. José Pereira ..... 771-786
- EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DO PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA - GONÇALVES, João Paulo de Brito; TONELLI, Elizângela; VASCONCELOS, Raíza Griffó ..... 787-803
- JUVENTUDE E CIBERCULTURA - CONEXÕES INOVADORAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM - SANTOS, Eleonora ..... 804-819
- A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: O AVANÇO DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA NA EDUCAÇÃO - HAGINO, Córa ..... 820-833
- “A EDUCAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: PREPARO DE AULAS INCLUSIVAS” - LIRIO, Larissa Mendonça; GOMES, Alessandra O. S.; SANT’ANNA, Nadir Francisca ..... 834-846
- FORMAÇÃO DO DOCENTE E AS TECNOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR: ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO SABER - CRUZ, José Anderson Santos ..... 847-866
- AAFETIVIDADE MEDIADA POR MEIO DA INTERAÇÃO NA WEBCONFERÊNCIA SÍNCRONA. RELEVÂNCIA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO DO CURSO A DISTÂNCIA - OCHOA, Adriana Rivera; DOTTA, Silvia Cristina ..... 867-880



## **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: INTERFACE ENTRE TECNOLOGIAS E A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA FORMAÇÃO SOCIAL DO EDUCANDO<sup>1</sup>**

### **EDUCATION AND TECHNOLOGY: INTERFACE BETWEEN TECHNOLOGIES AND TEACHING PRACTICE BEFORE THE SOCIAL FORMATION OF THE STUDENT**

1

CORRÊA, Polyana Ribeiro de Assis

*Estudante de Mestrado do Programa Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade  
polyassis@yahoo.com.br*

RODRIGUES, Rogério

*Professor Doutor do Programa de Mestrado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade  
rrunifei@hotmail.com*

#### **RESUMO**

Pretende-se, neste trabalho, apresentar como as tecnologias estão inseridas no ambiente escolar de forma a se constituírem como ferramenta para a prática docente no processo de formação social do educando. Utiliza-se da pesquisa participante, numa escola pública municipal no interior do estado de SP, a partir de experiências de leitura dos alunos. Entende-se que os recursos tecnológicos não são o determinante para uma educação de qualidade, mas, ao mesmo tempo, constituem-se como elemento importante para o processo de ensino-aprendizagem. Assim, as ações educacionais devem desempenhar a função de garantir uma sociedade mais igualitária, por meio de propostas que centralizem o humano e sua formação social, pois se acredita na educação como ferramenta de mediação para transformações sociais.

**Palavras-chave:** Educação. Tecnologias. Leitura.

#### **ABSTRACT**

It is intended, in this work, to present how technologies are inserted in the school environment so as to be a tool for teaching practice in the social education process of the student. It is used participatory research, in a public school in the state of São Paulo, from reading experiences of the students. It is understood that technological resources are not the determining factor for a quality education but, at the same time, they constitute themselves as an important element to the process of teaching-learning. Thus, educational actions should play the role of ensuring a more egalitarian society by proposed that centralize humans and their social formation, as it is believed education is a mediation tool for social change.

**Keywords:** Education. Technologies. Reading.

<sup>1</sup> Nota: Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.



## 1. INTRODUÇÃO

Diante da realidade da sociedade contemporânea e da instituição escolar, é evidente que as tecnologias vêm ocupando espaço cada vez maior, se não funcional, pelo menos físico. Verificamos uma grande valorização dos recursos tecnológicos na sociedade atual e também o espaço, cada vez mais significativo, que essas tecnologias vêm ocupando na escola.

No entanto, o foco do projeto não é questionar essa presença das tecnologias, porém, é elucidar que as tecnologias podem se constituir em instrumentos na prática pedagógica, mas a qualidade no ensino e nas aulas não é caracterizada somente pelo uso da máquina, mas pela atuação do professor e do aluno numa relação de troca, reflexão e construção.

O presente trabalho parte de uma observação participante numa unidade escolar pública municipal do interior do estado de São Paulo com o objetivo de verificar se os recursos tecnológicos ali disponíveis têm a função de ferramentas para a prática docente.

A nossa pesquisa justifica-se mediante a necessidade de se lançar um olhar reflexivo sobre a educação contemporânea e entender como o espaço escolar pode colaborar para o desenvolvimento da sociedade, numa perspectiva da escola como instrumento de formação social de sujeitos, mediante as ações educativas propostas.

Percebemos que as tecnologias, hoje, na função de ferramentas para a prática docente, podem constituir um item importante nas unidades escolares como um meio facilitador de situações didáticas e pedagógicas, mas compreendemos que uma qualidade de ensino não está alicerçada em recursos tecnológicos, mas no posicionamento que alunos e professores assumem frente ao processo educativo, a fim de que a escola seja um espaço de construção do conhecimento e de formação social em que se proporciona a emancipação, como sugere Adorno (1995), pois o ensino não precisa ser inovador no sentido restrito dos recursos técnicos, mas de ações políticas, de ações pedagógicas.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Entendemos a educação como um processo de construção social que, por ser um fenômeno social, ocorre de diversas maneiras, em diferentes lugares, envolvendo sujeitos



distintos ao decorrer da história. O fenômeno educativo não pertence apenas à escola, não está confinado entre quatro paredes de uma sala de aula, mas a educação abrange a sociedade, o mundo, os instrumentos postos no meio.

Por isso, as ações educativas devem envolver o aluno com o mundo que o cerca, com os acontecimentos que compõem a história da sociedade, para que assim o aluno sinta-se parte desse quadro social, uma vez que são as articulações entre as instituições de ensino que transformam o indivíduo num ser social, num sujeito, pois

a educação, a religião, a família, a política e o trabalho são inserções importantes, por meio das quais o indivíduo situa-se na sociedade, bem como no grupo social e na classe social. Há todo um conjunto de articulações, entre essas e outras esferas, que transformam o indivíduo em ser social, em modo de ser, sentir, pensar, agir, compreender, explicar, imaginar (IANNI, 2002, p. 32).

Pensando na globalização e no acesso às informações, pode surgir o questionamento: Qual a importância da escola já que o sujeito pode educar-se de diversas maneiras? A relevância da escola justifica-se mediante sua função de levar o aluno ao conhecimento sistematizado, de forma que ele construa seu aprendizado e possa atuar na sociedade. A escola fornecerá instrumentos para que o aluno tenha contato com a ciência e transforme as informações disponíveis em conhecimento elaborado.

Quando falamos em escola, em educação, na escola como espaço para que o sujeito tenha acesso ao conhecimento e constitua-se como cidadão, devemos retornar a um ponto crucial: “Quem tem direito a ter educação?”. Sabemos que a legislação assegura a educação como um

direito de todos e dever do Estado e da família, [e que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição Federativa do Brasil, Art. 205).

Vemos que o objetivo a priori da educação, de acordo com o que assegura a Constituição, deve ser a formação humana do sujeito, ou seja, uma educação que privilegie a construção de conhecimentos, mas que também se preocupe com a formação de valores, de habilidades, com a formação do sujeito como um todo.





Ainda mais, o direito à educação é assegurado para todos, mas não a qualquer educação, mas sim a uma educação de qualidade, como vemos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...]; IX- garantia do padrão de qualidade (BRASIL, LDB 9.394, Art. 3).

Entretanto, a ideia de formação humanística e de qualidade na escola, nos dias atuais, ainda possui um ponto divergente: o espaço escolar ser visto como espaço de utilidade econômica, ideia ligada ao pensamento de que “educação tem valor porque dela depende o desenvolvimento econômico” (GENTILI, 2002, p. 56). Mas a qual desenvolvimento refere-se? Os investimentos em educação justificam-se por seu caráter desenvolvimentista, resumem-se no paradigma de que mais educação resulta maior crescimento econômico, que produz mais empregos e possibilita que a sociedade tenha maior capacidade competitiva.

Vemos que o desenvolvimento econômico brasileiro foi na contramão do social, logo, no campo educacional houve muita influência dessa concepção de desenvolvimento e a escola passa a ser vista como um negócio e não como um espaço de possibilidades. A Constituição Federal e também a LDB, como citado anteriormente, asseguram a educação de qualidade, colocam a educação a todos como direito constitucional, mas, diante de tantas evidências da nossa atualidade, percebemos que a educação no Brasil não é igualitária, mas privilégio de algumas regiões, daqueles que obtêm bons resultados nas avaliações externas ou daqueles que podem pagar por ela. Dessa forma, a educação ao invés de proporcionar o desenvolvimento do sujeito, oprime-o e nega-lhe o direito de voz e reflexão.

Acreditamos que seja necessária a existência de uma educação humanística, a qual fuja da ideologia mercadológica e que suscite o senso crítico, porque esse deve ser o foco da educação básica, uma formação que permita ao sujeito constituir-se cidadão e não consumidor. Assim, vemos a grande relevância da escola em ser um meio de inserção do indivíduo à sociedade, pois é nesse espaço em que se sistematiza a cultura, a história e a política com os alunos de forma a construir criticidade e reflexão. A escola é uma instituição decisiva na transformação do indivíduo para ser social, por democratizar cultura, história, política, etc.

Então, podemos dizer que frente às questões que envolvem igualdade e inclusão é que se encontra a grande potencialidade da escola pública que, na grande maioria das unidades de



ensino, tem como preocupação prioritária não a aprovação em vestibulares, mas a assimilação de conhecimentos sistematizados. A potencialidade da escola para a concepção de uma sociedade que vá além dos interesses econômicos consiste nas ações que centralizem a formação humanística dos educandos, e a constituição de um espaço em que o interesse de todos, num contexto em que todos possuam os mesmos direitos e deveres, num sentido intrínseco de igualdade, como salienta Saviani (1999).

O sujeito, como ser social, deve encontrar na escola meios para constituir-se cidadão capaz de modificar sua realidade, de levar a transformações sociais, por isso Libâneo (1994) acredita que a educação básica é indispensável para uma sociedade democrática, pois há igualdade no processo de construção de conhecimentos e habilidades.

E nessa relação de formação e construção, a prática docente é o elemento central por se entender que o trabalho docente é uma atividade social, pois contribui para a formação cultural e científica dos sujeitos – elemento fundamental para a democratização – e será o professor o mediador entre o aluno e a sociedade, o mundo, e deve incitar nos alunos o desenvolvimento dos conhecimentos, das habilidades e dos valores.

## 2.2 AS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE

Ao se falar em tecnologias, é imprescindível que façamos um retrato histórico e social de sua concepção e entendamos o que é técnica, para que possamos ir além de uma visão capitalista de técnica, além de uma concepção em que tecnologia é entendida apenas como produto.

O homem, ao longo do tempo, sempre criou técnicas para fazer a natureza adaptar-se a ele e para transformá-la, seja pensando na subida numa árvore para pegar uma fruta para matar sua sede ou sua fome, seja na produção do fogo para se aquecer e preparar alimentos. Essas ações inventadas e executadas ultrapassaram o simples atendimento as suas necessidades físicas e biológicas porque para o homem o supérfluo é necessidade.

Esses atos de criação acarretaram transformações para a natureza e para o próprio homem, atos estes técnicos e específicos que constituem a técnica, definida como “a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação de suas necessidades” (GASSET, 1991, p. 12).



Assim, dependendo do período, essas técnicas foram apresentando características diferentes e recebendo suporte científico que contribuiu para a evolução cada vez mais acelerada das técnicas e dos objetos produzidos a partir delas, como aponta Gasset (1991), até chegarmos à fusão contemporânea da ciência e da técnica que é o que chamamos de tecnologia.

Antes de continuarmos a falar sobre o papel das tecnologias na sociedade contemporânea, acreditamos ser necessária uma contextualização acerca da concepção inicial da técnica, das fases da técnica, pois a ideia atual de tecnologia tem suas raízes, sua concepção central, na ideia de técnica, sendo que a tecnologia nada mais é que uma manifestação moderna do homem com o suporte da ciência para criar objetos, máquinas, meios, etc.

De acordo com a relação entre o homem, a natureza e suas respectivas técnicas, Gasset (1991) propõe três estágios da técnica: a técnica do acaso; técnica do artesanato; técnica do técnico, cada uma com suas peculiaridades, marcando diferentes épocas. Veremos que essa divisão em fases não se trata de supervalorizar ou menosprezar uma técnica específica, mas de abranger a importância substancial de cada técnica dentro de seu momento histórico e social.

A técnica do acaso é aquela em que o homem não tem consciência de sua capacidade de transformação, não tem ideia de seu poder de transformação sobre o meio para que as mudanças efetuadas que ele venha a exercer na natureza possibilitem seu efetivo bem-estar. Isso ocorre porque o homem ainda não concebe a técnica como capacidade de mudança e progresso e não se vê como inventor de sua técnica, mas a enxerga como fruto da casualidade da natureza, como esforço para sobreviver diante das adversidades naturais, ou como um ato mágico, como a produção do fogo, por exemplo.

Na fase da técnica do artesanato, os atos técnicos já aumentaram consideravelmente em relação à técnica do acaso, mas ainda se apoiam na natureza. É a fase caracterizada pelos mestres e aprendizes, na qual atos técnicos não eram inovados, mas se mantinha um padrão, uma tradição passada para outra geração.

Até a fase do artesanato, vemos que o homem limitou-se a criar instrumentos e instrumentos para produzir outros instrumentos, mas ainda não temos máquinas, porque, nesse momento, a técnica era compreendida como “utensílio ou ferramenta [que complementa] o homem” (GASSET, 1991, p. 63) e o homem era a peça fundamental do artesanato, sendo técnico e trabalhador ao mesmo tempo. Nessa fase, ocorre “um trabalho no qual se encontra expresso o conhecimento que o homem tem do mundo e da possibilidade de uma ação sobre ele” (NAPOLEONI, 1981, p. 93), conhecimento e técnica não estão separados.



Já a fase técnica do técnico consiste na técnica em que o homem passou a possuir plena consciência da capacidade para transformar a natureza e os objetos que o cercavam, em busca de seu bem-estar. Nessa fase, o homem

adquire a consciência suficientemente clara de que possui uma certa capacidade, completamente distinta das capacidades rígidas, imutáveis, que integram sua porção natural ou animal. Percebe que a técnica não é um acaso, como na fase primitiva, nem um certo tipo dado e limitado de homem – o artesão; percebe que a técnica não é essa nem aquela técnica determinada e, portanto, fixa, mas é precisamente um manancial de atividade, humanas, em princípio, ilimitadas. (GASSET: 1991, p. 64)

Assim, o homem assume a posição de um ser ilimitado que pode criar cada vez mais, atribuindo uma crença exacerbada à técnica e criando máquinas. Nesse processo, temos a separação das funções do técnico (aquele que é capaz de produzir) e do trabalhador (aquela que opera um instrumento ou uma máquina). Há a dissociação entre conhecimento e trabalho, nessa fase quem cria é o técnico e ele não participa do processo de operar o instrumento essa atividade fica agora sob responsabilidade do trabalhador, do operário. Acerca dessa separação entre conhecimento e trabalho, vemos que

[...] o trabalho e conhecimento são separados, não estão mais juntos; e, então, o trabalho se tornou uma mera ação mecânica e a ciência se colocou fora da subjetividade de quem trabalha; foi pensada em outro local e, no processo de trabalho, encontra-se presente não em quem trabalha, mas dentro de uma coisa, pois é isso que é a máquina; essa será a característica central do processo de produção enquanto ele for dominado pelo capital. (NAPOLEONI, 1981, p. 93)

Nessa nova concepção de técnica, percebemos a função da ciência “que se encontra incorporada na máquina; e [...] a atividade mecânica está em quem trabalha, que é reduzido a isso” (NAPOLEONI, 1981, p. 94), ou seja, a ciência é responsável pelo processo da nova concepção de técnica como máquina, a ciência pensando técnica dá origem a tecnologia, que coloca o homem como objeto desse instrumento, num papel secundário de todo o processo de produção de trabalho.

A partir desse traçado acerca das técnicas, percebermos que, com a evolução das técnicas, a sociedade, o homem e suas relações transformaram-se no sentido de o homem deixar de ocupar o centro no processo das relações, sendo que as tecnologias apropriaram-se desse



espaço e sucumbiram o homem à função de objeto, retirando dele sua subjetividade e sua posição central.

É evidente hoje a presença das tecnologias nas mais simples atividades do homem, seja em qualquer aspecto, para isso basta olharmos ao redor, observarmos crianças, jovens e adultos e seus relacionamentos com as tecnologias para percebermos que os recursos tecnológicos fazem parte da vida das pessoas e exercem sobre elas grande influência.

A representação das atuais tecnologias está no computador e em suas ferramentas (internet, softwares, etc.) e, diante desse recurso tecnológico, sabemos que

o computador define nossa era ao sugerir uma nova relação com a informação, com o trabalho, com o poder e com a própria natureza [...] o computador redefine os humanos como “processadores de informação” e a própria natureza como informação a ser processada. [...]. O computador é a máquina do tecnopólio – máquina incomparável e quase perfeita. Ela subordina as reivindicações de nossa natureza, nossa biologia, nossas emoções, nossa espiritualidade. O computador exige soberania sobre todo o âmbito da experiência humana, e sustenta essa exigência demonstrando que “pensa” melhor que nós. (POSTMAN, 1994, p. 117)

Os meios de comunicação, o computador, a internet e as redes sociais compõem sistemas de informações, são meios nos quais os sujeitos encontram informações e recebem influências que, em alguns momentos, sufocam com ditaduras de modo de viver, de se comportar, de ser com informações manipuladas, com incentivos ao consumismo e à manutenção do sistema excludente no qual a sociedade encontra-se.

O desenvolvimento das técnicas proporcionou vários avanços à sociedade, em áreas diversas, reformulando valores e significados e, diante disso, Postman (1994) não descarta a importância das técnicas para uma determinada cultura, mas critica a forma como hoje a técnica é concebida, uma vez que a tecnologia assume a posição central na sociedade, assumindo o homem uma posição secundária. Por isso, é preciso se ater ao uso feito dessas tecnologias, pois muitos valores culturais, como o sentido de educação, de acordo com Postman (2002), estão perdendo-se devido ao valor exacerbado que se atribui à técnica.

Esse é o quadro que encontramos hoje na sociedade: as tecnologias ocupam um espaço cada vez maior na vida do homem, no trabalho, na forma do homem em relacionar-se com o outro e com o meio. Vivemos a era de domínio das tecnologias sobre o homem e o meio, na qual o homem não é mais dissociado dessas técnicas, mas encarna o papel de complemento da máquina que altera seus valores, sua identidade e suas formas de organização. O grande embate



do valor agregado às tecnologias encerra-se na questão de que “a ideia do progresso humano foi substituída pela ideia de progresso técnico” (POSTMAN, 1994, p. 78), pois acreditamos que desenvolvimento vai além de uma questão tecnológica ou econômica, mas abrange os campos: social, político, cultural.

### 2.3 INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

Existe hoje uma palavra que está em moda no espaço educacional, essa palavra é, sem nenhum questionamento, tecnologias. Desde as conversas nos intervalos das aulas, nas salas de aula, nas reuniões pedagógicas e até o tema de grandes eventos ligados à educação, todos abordam tecnologias como assunto, trazendo ora discursos românticos, ora discursos apocalípticos quanto a esses recursos em sala de aula.

As técnicas são características do homem e estão em constante mudança, pois o homem muda e assim suas necessidades mudam também. Os recursos tecnológicos que compõem o cenário da sociedade contemporânea fornecem um amplo acesso à informação, por meio das tecnologias disponíveis, que modificam não apenas a concepção de trabalho ou a rotina das pessoas, mas também a forma como o homem aprende, interage com o outro e com o meio e constrói seus valores.

Diante desse cenário, é evidente que as tecnologias vêm ocupando espaço cada vez maior, se não funcional, pelo menos físico, como elucida os dados a seguir sobre o uso de computadores e internet nas escolas públicas:

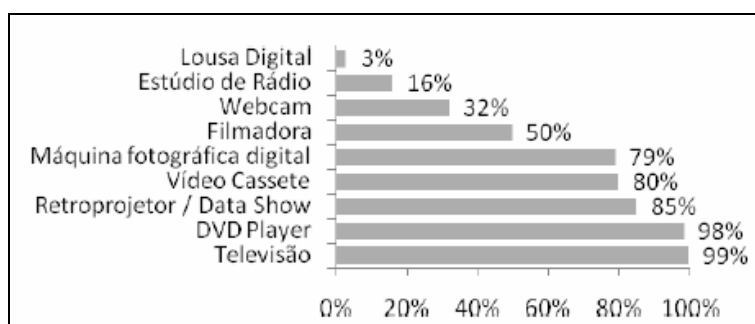


Figura 1: Gráfico correspondente aos recursos tecnológicos encontrados nas instituições escolares (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2010, p. 38)



Os dados elucidam que os recursos tecnológicos estão cada vez mais presentes nas escolas brasileiras, mas, nas realidades locais, esses recursos são mal aproveitados, mal empregados, tornam-se sucatas e, muitas vezes, ocupam o cerne da discussão da qualidade educativa. O problema da nossa pesquisa não gira ao redor da questão de se usar ou não usar os recursos tecnológicos, mas na “paisagem educacional [que] está inçada em idênticas alegações de milagre que hão de porvir da informática” (POSTMAN, 2002, p. 33).

É importante ressaltar que as tecnologias não consistem num problema para a educação, mas sim o espetáculo criado sobre os recursos tecnológicos, como propõem Debord (1997) e Adorno (1995), pois se promoveu um fascínio em torno das tecnologias que arrisca atribuir a elas a função de resgatar a qualidade do ensino, função esta que cabe ao professor e ao aluno, numa relação dinâmica de trocas e construções.

No município que consiste como objeto de estudo da pesquisa, os recursos tecnológicos são tomados como suplementos publicitários, pois a implantação de tais recursos no sistema escolar vem sendo estratégia de marketing político, uma vez que se usa a compra e a distribuição de tais recursos nas unidades escolares para se alcançar resultados políticos, veiculando o discurso de grandes investimentos em tablets, computadores ou lousa digital a uma educação de qualidade.

Dessa forma, verificamos que as tecnologias compõem o universo do espetáculo, uma vez que se monta um circo ao redor dos recursos tecnológicos, um circo no qual se deposita nos objetos a poção mágica para a qualidade educativa. Discursos são pronunciados para vincular as tecnologias ao progresso da humanidade ou à qualidade no ensino, apesar de observarmos que nunca a escola obteve tantos recursos e, ao mesmo tempo, tanta ausência de qualidade.

Por que devemos observar atentamente o uso de tecnologias? Deve haver precaução para que na escola não sejam invertidos os papéis, ou seja, para que o trabalho docente não seja condicionado às tecnologias, mas que as tecnologias sirvam de instrumento para o docente, senão cairemos no tecnicismo mais uma vez.

Numa visão espetacular das tecnologias, o sujeito assume um papel secundário, enquanto as tecnologias (o objeto) tornam-se o centro do processo de aprendizagem, por meio de uma relação em que se valoriza o objeto e oprime o sujeito. Assim, a escola vem perdendo suas características peculiares que cercam o ensino devido à valorização exacerbada aos recursos tecnológicos.





Quando refletimos sobre tecnologias na educação, precisamos sondar o espaço que tais recursos vêm ocupando, por isso, julgamos necessárias algumas considerações acerca da diferenciação entre a função de máquina ou ferramenta que a tecnologia pode assumir dependendo de seus fins, para tal elencamos algumas ideias de Napoleoni (1981) e Gasset (1991).

Napoleoni (1981) ao abordar as ideias de Marx quanto à maquinaria, elucida que com o processo de industrialização e com o capitalismo, a relação de trabalho alterou-se, pois o homem foi degradado a objeto, enquanto a máquina passou a ocupar o centro do processo. Temos aqui o chamado processo de reificação em que o homem torna-se o secundário e a máquina o principal, a máquina assume a posição primordial do processo de trabalho e o homem torna-se objeto dela, torna-se um apêndice da própria máquina,

torna-se órgão de uma coisa que se move fora dele, de um sistema automático, movido por um autômato, ou seja, por uma força motriz, que não é a força humana. (NAPOLEONI, 1981, p. 87)

Vemos que a forma de o trabalho ser concebido mudou, pois o trabalho não está mais concentrado na força humana, mas na relação que o homem estabelece com a máquina, que ocupa agora o centro do processo de produção. De acordo com Napoleoni (1981),

em todas as tecnologias nas quais o capital não intervieria como elemento determinante, a relação entre trabalho e o instrumento de trabalho se apresentava da seguinte forma: o instrumento de trabalho era o termo de mediação entre o trabalho e a natureza, ou seja, o trabalho agia sobre a natureza por meio do instrumento de trabalho. Temos, portanto, um termo inicial ou ativo, que é o trabalho; um termo final ou passivo, que é a natureza; e um termo intermediário, que é precisamente o instrumento. (NAPOLEONI, 1981, p. 88)

Antes do novo modo de produção regido pelo capitalismo a técnica produzida pelo homem é concebida como ferramenta, porém essa característica se perde, pois é a máquina, o objeto que centraliza todas as relações e assume o centro do processo de trabalho.

Quando que a técnica era ou é instrumento do e para o homem? Justamente quando essa técnica consiste num prolongamento do sujeito, de forma que ele possa utilizá-la para realizar o trabalho. Já a técnica como máquina ocorre quando a máquina “está no centro do processo técnico e não mais no seu ponto intermediário” (NAPOLEONI, 1981, p. 90), quando a máquina substitui e oprime o homem.



Assim, devemos nos ater ao espetáculo criado sobre os recursos tecnológicos, pois uma educação de qualidade abrange fatores muito maiores que a presença ou não de tecnologias na escola, como: relação entre professor e o aluno, posicionamento que estes assumem frente ao processo de ensino-aprendizagem, relacionamento e acompanhamento da direção escolar e da família, práticas didáticas reflexivas para auxiliar os alunos a transformarem as inúmeras informações disponíveis em conhecimento.

Acreditamos que o professor e o aluno assumem reciprocamente o papel principal no funcionamento da unidade escolar e não os recursos tecnológicos, pois o humano é a peça fundamental. O computador, o livro didático e a internet, por exemplo, trazem muitas informações, mas são nas trocas dadas no processo entre professor e aluno que o conhecimento efetiva-se e não nessas tecnologias.

Por isso, insistimos na ideia de que os recursos tecnológicos devam assumir a função de ferramenta e que a escola deve ser um espaço de superação da alienação, em que o senso crítico e a conscientização devem encontrar espaços para se desenvolverem diante de uma “educação para a experiência” (ADORNO, 1995, p. 36). A educação no sentido da emancipação é aquela que permite a vivência de situações dialógicas em que se priorize a reflexão, os conhecimentos sistematizados, a formação humana, e que refletirão mudanças significativas em relação à qualidade no ensino.

Mais uma indagação pode ser levantada: Os recursos tecnológicos (computador, tablet, projetor de mídia, etc.) na escola vêm desempenhando papel de máquina ou ferramenta? A resposta é simples: tudo depende do uso que se faz.

É importante que o professor utilize instrumentos para auxiliar os alunos no seu processo de construção do conhecimento, mas é válido destacar que as tecnologias não funcionam como uma fórmula mágica para a qualidade no ensino e que não é apenas com a inserção de recursos tecnológicos que o processo de aprendizagem efetiva-se. As tecnologias exercem um papel importante na escola de mediação na relação entre professor, aluno e o conhecimento, mas é necessário ficar atento ao uso adequado, afinal é certo que há toda uma complexidade que envolve as técnicas, por isso, o uso nas unidades escolares deve ser consciente e deve favorecer ações que levem à reflexão, à construção do conhecimento.

O homem não pode ser subordinado às técnicas, de acordo com Freire (2011), e aí também se encaixa o professor, as tecnologias devem servir de instrumento para o educador, de forma que as técnicas não sejam suas “senhoras”, pois, se assim for, o homem aliena-se e



compromete sua práxis, pois passa a não refletir sobre sua ação, mas passa a ter ações meramente mecânicas e não promove transformações.

Não basta instalar na escola um laboratório de informática ou distribuir uma quantidade x de tablets nas unidades escolares, é preciso, primeiramente, que haja uma valorização do profissional da educação e que se atente para questões primordiais quanto à prática pedagógica e à formação desse profissional que não precisa estar necessariamente atrelada a um recurso tecnológico, pois se o professor dispuser de competência pedagógica, não precisará ficar totalmente dependente de instrumentos tecnológicos, saberá usar meios diversos para atingir seu objetivo, como destaca Libâneo (1994).

Diante das discussões colocadas, é possível citarmos uma das situações didático-pedagógicas observada em uma das instituições escolares, que é objeto dessa pesquisa, em que as tecnologias disponíveis foram utilizadas como instrumentos da prática didática.

A ação didática consiste numa atividade de democratização da cultura, da leitura, do conhecimento. Diante de comentários dos alunos acerca de um filme que seria lançado “A menina que roubava livros”, baseado no livro de Markus Zusak, a professora de Língua Portuguesa encontrou um meio de trabalhar leitura, interpretação, escrita, valores e fatos históricos e sociais. A questão era: Como levar o livro aos alunos que pertencem a uma escola rural em que 90% dos alunos provêm de áreas rurais e não têm condições financeiras para dispor de um exemplar do livro que seria trabalhado? O caminho encontrado foi a disponibilidade do livro em PDF, de forma que foi possível colocar esse documento nos tablets, que são instrumentos disponíveis naquela unidade escolar, para que todos tivessem acesso à leitura, à produção literária, à cultura e a um fato histórico que envolve, envolveu a humanidade e deve ser objeto de reflexão.

Várias atividades foram feitas a partir da leitura e da socialização da obra literária e o interessante foi que, ao decorrer das leituras periódicas, os alunos não centravam mais sua atenção nos tablets, no aparato tecnológico em si, mas na leitura feita ora pela professora, ora por colegas, mostrando que os alunos daquela unidade escolar não veem os recursos tecnológicos sobre um fetichismo, como o elemento central para o aprendizado, mas atribuem a tais recursos o valor de instrumento, de meio para a realização das atividades.

Percebemos, dessa forma, que os tablets foram instrumentos importantes para que a leitura, a cultura fosse democratizada, pois partir do livro em PDF, os alunos puderam realizar as leituras, discutir a Segunda Guerra Mundial, preconceito e intolerância. Tais recursos



tecnológicos foram evidentemente importantes ferramentas durante as aulas de Língua Portuguesa.

Diante de tal atividade, um ponto crucial precisa ser abordado que é a importância da leitura na formação dos educandos. O livro em si, independente de estar impresso ou disponível em PDF, é uma tecnologia de suma relevância para a formação de sujeitos, para a construção de conhecimentos e valores e deve ser mais explorado dentro do ambiente escolar.

A escola possui papel fundamental na constituição do sujeito como cidadão e, diante do trabalho com linguagem, é evidente que é função da escola proporcionar meios para que os alunos encontrem significados nos diversos textos que circulam nas esferas sociais e ainda sejam capazes de produzirem seus próprios textos a fim de se expressarem perante a sociedade, executando sua função social, de forma a agir crítica e reflexivamente.

A leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para que o sujeito possa ocupar lugar ativo na sociedade como cidadão, pois são esses instrumentos que permitem ao aluno desenvolver-se pessoalmente e engajar-se na vida social, política e econômica.

Ainda hoje ainda circula, nas escolas, um equívoco de que a função de formação de leitores e produtores textuais seja competência apenas da área de Língua Portuguesa, contudo, essa é uma responsabilidade de todas as áreas e das diferentes esferas de educação e comunicação para que o aluno possa assumir seu papel na sociedade.

É preciso elucidar que trabalhamos linguagem como processo de interação,

como um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares. (TRAVAGLIA: 2003, p. 45)

Dessa forma, percebemos que a linguagem vai além da exteriorização de um pensamento, ou da mera função de transmitir informações, mas a linguagem realiza ações, age e atua sobre o sujeito. Como, por exemplo, a diante da utilização de um livro para realizar atividades de leitura e escrita: o livro não é um simples objeto, mas um instrumento que opera sobre o sujeito e que pode influenciar suas ações; esse movimento ainda pode ser inverso: o leitor age e projeta sobre o texto, ou seja, interpreta e interage com o texto a partir de seus conhecimentos de mundo, de outros textos, de seus valores e posicionamentos, mas isso só



ocorre quando o sujeito encontra significado naquilo que lê e ainda atribui significado de forma reflexiva.

A leitura deve consistir num mundo de descobertas, uma experiência

entendida como uma expedição em que se pode escutar o “inaudito” e em que se pode ler o não-lido, isso é, um convite para romper com os sistemas de educação que dão o mundo já interpretado, já configurado de uma determinada maneira, já lido e, portanto, ilegível. (LARROSA, 1999, p. 10)

Nesse tipo de trabalho com leitura é preciso romper com os modelos estabelecidos, com os conteúdos programáticos determinados pelas Secretarias da Educação e é um desafio. Isso ocorre, pois são disponibilizadas propostas prontas, nas quais o livro didático serve como manual de instrução para as aulas diárias e ir além de qualquer texto ali colocado ou indicado significa para o professor ter uma nova experiência consigo mesmo e para o aluno corresponde a uma nova leitura de mundo e à iniciação nas experiências que desconstruem a imagem pré-estabelecida de mundo, permitindo que o aluno vá além das palavras e das personagens de um livro e construa sua identidade e seus valores como cidadão.

A leitura é uma atividade que está intimamente ligada à formação do sujeito, por permitir a ele transformar-se, transformar seus conhecimentos e transformar o mundo a partir de si mesmo.

Diante dessa perspectiva, o professor precisa ser aquele que

não oferece uma verdade para a qual bastaria apropriar-se, mas oferece uma tensão, uma vontade, um desejo. Por isso, ao professor [...] não lhe convém os seguidores dogmáticos e pouco ousados que buscam apoderar-se de alguma verdade sobre o mundo ou sobre si mesmos, de algum conteúdo, de algo que lhes é ensinado. O professor domina a arte de uma atividade que não dá nada. Por isso, não pretende amarrar os homens a si mesmos, mas procura elevá-los à sua altura, ou melhor, elevá-los mais alto do que a si mesmos, ao que existe em cada um deles que é mais alto que eles mesmos. O professor puxa e eleva, faz com que cada um se volte para si mesmo e vá além de si mesmo, que cada um chegue a ser aquilo que é. (LAROSSA, 1999, p. 11)

Assim, o professor será como um construtor, como foi observado durante as atividades com o livro de Zusak (2007), os alunos durante as atividades de leitura colocavam suas opiniões, buscavam informações sobre o evento histórico que envolve o livro, 2ª Guerra Mundial, exploravam as características das personagens, ouviam e respeitavam a opinião dos colegas e foram construindo conhecimento sistematizado e valores. A atividade de leitura



ocorria na pluralidade até atingir a unidade de cada aluno ali participante que encontrava e construía sentido e significado para cada página lida.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Educação seria alimentar-se de quê? Cuidar do quê? Conduzir para onde? Como modificar um estado? Essas perguntas fazem referência à ideia do desenvolvimento do educando de forma que a escola possibilite meios, subsídios para que os alunos possam desenvolver-se, modificando seu estado inicial em direção à transformação pessoal, social, política, como nos afirma Libâneo (2000). Vemos as práticas de experiência de leitura que possibilitem a reflexão como um caminho possível para responder a essas indagações.

Como a leitura pode contribuir para uma sociedade que ultrapasse os interesses econômicos e atenda ao social? Acreditamos que as escolas precisam investir em atividade que proporcionem a formação de leitores e produtores textuais. Não estamos falando aqui apenas de decodificadores de letras, sílabas ou textos, mas de sujeitos que atribuam significados ao que lê, sejam reflexivos sobre essas leituras e tracem paralelos com a realidade que os cerca ou com fatos históricos, sociais ou políticos observados sobre os quais eles possam agir. Esse é um caminho para que a leitura não se limite à elite, mas seja ferramenta social disponível e evidenciada por todos, para que assim os sujeitos constituam-se como cidadãos, tenham uma postura crítica e reflexiva frente à sociedade e desenvolvam voz política.

A situação de aprendizagem observada mostra como as tecnologias no espaço escolar podem constituir uma ferramenta relevante além do processo de leitura e escrita, atingindo a formação social do educando, por meio da experiência de leitura que evidencia que a educação é uma ferramenta de mediação de transformações sociais.

### REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.





BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em maio de 2014.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil* – Texto consolidado até a Emenda Constitucional de nº. 64 de 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em maio de 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Relatório Final – *O uso dos computadores e da internet nas escolas públicas de capitais brasileiras*. Estudo realizado pelo IBOPE Inteligência e pelo LSI-Tec sob encomenda da Fundação Victor Civita. São Paulo: Fundação Carlos Civita, Estudos e pesquisas educacionais, fevereiro de 2010.

GENTILI, PABLO A. A. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. CAMPINAS: Autores Associados, 2002, p. 45 – 59.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: 2002, p. 27 – 34.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana – Danças, piruetas e mascaradas*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2000.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

GASSET, José Ortega y. *Meditação sobre a técnica*. Tradução de José Francisco Pinto de Almeida Oliveira. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio – A rendição da cultura à tecnologia*. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Nobel, 1994.

\_\_\_\_\_. *O fim da educação – Redefinindo o valor da escola*. Tradução de José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia – Polêmicas do nosso tempo*. 32ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.



TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZUSAK, Markus. *A menina que roubava livros*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Intrínseca, 2007.





## CONFLITO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. UMA REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL<sup>1</sup>

TEIXEIRA, Mylene N.

*Professora do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ*  
mnteix@gmail.com

19

**Resumo:** No atual *Sistema de Avaliação Educacional* no Brasil é usado à metodologia estatística em larga escala, baseada na teoria de respostas de itens (TRI). Observamos que apesar da técnica de avaliação envolver levantamentos de dados objetivos, para a produção dos índices de qualidade da educação, os mesmos espelham a gama de subjetividade inserida nesse processo. As pesquisas brasileiras apontam uma ascensão na qualidade da educação no Brasil, porém as estruturas das escolas públicas permanecem as mesmas. Concomitantemente, emerge a demanda da população por uma educação de qualidade, o que abre um mercado de investimento para a rede privada.

**Palavras chave:** educação de qualidade, sistema de avaliação educacional, desigualdades educacionais, desigualdades sociais.

**Abstract:** In the current system of educational evaluation in Brazil it also established statistical methodologies in large scale, based on the theory answer items (TRI). However, we observed that despite the technical evaluation involved surveys of objective data, but the results reflect the range of subjectivity inserted in the evaluation process. Thus proved a dynamic social selectivity, where they reproduce the social and educational inequalities in Brazil. That's because when the indexes indicate a rise in the quality of education in Brazil, the structures of public schools remain the same. Concomitantly, there emerges the demand for quality of education, which opens up a market of investment for the private network.

**Keywords:** quality of education, system of education evaluation, educational inequalities, social inequalities.

### Introdução:

No presente texto analisamos o conflito entre atores sociais pela educação de qualidade que resultam na materialização do atual sistema de avaliação educacional.

<sup>1</sup> Esse texto é parte da pesquisa em andamento "Conflito social pela Educação de Qualidade", financiado pela FAPERJ, edital Humanidades, 2013.



Esse sistema vem sendo delineado ao longo das últimas décadas com o desdobramento do processo de democratização no Brasil.

O processo de democratização no Brasil coincide com transformações da ordem mundial. Nas instâncias internacionais observamos que as mudanças estruturais no Brasil têm uma forte influência das novas normas e padrões internacionais de desenvolvimento. Essas se desdobram nos espaços sociais, e agregam assim suas diversas particularidades, e são nelas que nos aprenderemos aqui, para investigar o sistema de avaliação educacional no Brasil atualmente.

Ainda durante a ditadura militar surgem organizações políticas, que faziam levantamentos de dados sobre o cotidiano da sociedade brasileira em diferentes regiões. A igreja católica apoiava iniciativas desta ordem, como por exemplo, através da Missão Indígena (CIMI) fundada em 1972 e a Comissão Pastoral da Terra fundada em 1975. Essas organizações publicavam informações sobre conflitos dos povos indígenas e garimpeiro, assim como pequenos agricultores e latifundiários em regiões onde havia conflitos de terras (cf. COSTA, 1997). Foi também com o apoio da igreja católica que foi fundado o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) em 1981, por Herbert de Souza, sociólogo, que havia retornado ao Brasil depois de ter sido exilado pela ditadura. O instituto faz levantamentos de dados e publica informações relacionadas aos problemas da sociedade brasileira (idem).

O fim da ditadura no Brasil foi decretado oficialmente em 1985, quando houve a campanha das diretas já e três anos depois foi promulgada a constituição de 1988, onde a educação passa a ser um direito social.

No decorrer da década de 1990 o Brasil passa então por uma enorme transformação estrutural, e o processo de democratização segue então seu curso até os dias de hoje.

Nas instâncias internacionais a década de 1980 também foi marcada por transformações, as quais culminam com o fim da guerra fria, a ascensão da globalização da economia e a construção de uma ideia de uma sociedade mundial, baseada no paradigma de desenvolvimento sustentável.

Devemos considerar que em ambas as instâncias, nacional e internacional, o processo de transformação da sociedade estava em curso desde os anos de 1970. Na instância internacional foi à crise do petróleo, no final da década de 1960, que



provoca a crise de todo um sistema de produção, fundada no óleo fóssil, como reserva produtiva. Conseqüentemente, se constata a necessidade de exploração de novas reservas produtivas naturais. Porém, o sistema de produção e consumo em massa e nela inseridas as suas respectivas relações de produção está engendrado um modelo de sociedade, fundado numa reserva natural finita, o petróleo.

Esse foi um debate incitado pelo Clube de Roma, fundado em 1968 pelo industrial Italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, visando discutir os desdobramentos da economia em decorrência da crise do petróleo. O Clube de Roma tornou-se conhecido apenas em 1972, quando foi publicado o estudo por eles encomendado, intitulado: “*Os Limites do Crescimento*” feito por uma equipe liderada pela biofísica Donella Meadows do Instituto de Tecnologia de Massachusets.

Nesse estudo são feitas projeções computadorizadas sobre as diferentes catástrofes ambientais, caso a produção e consumo da sociedade continuasse com a mesma evolução.

A partir dessa publicação foram desencadeados inúmeros encontros entre as grandes potencias mundiais, que geraram acordos e normas internacionais, baseados na premissa de um desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, todas essas resoluções políticas também estavam baseadas numa nova ascensão tecnológica baseada não só no avanço do arsenal tecnológico que envolve a informática, senão na biotecnologia. Área de conhecimento que se desenvolve voltado para a necessidade da exploração de novas reservas produtivas naturais.

A esfera pública internacional é produzida socialmente através do fomento para participação dos atores sociais em fóruns internacionais, no debate sobre as novas normas sociais da prática política de exploração de novos territórios (NOVY, 2000). Além do embate sobre as novas regras de comércio internacional e patentes (GÖRG, 2003). Nessa instância internacional a constituição de uma nova esfera pública, agregando novos e antigos atores sociais, esses últimos chamados de representantes da sociedade civil, atuam nesse novo espaço público de confrontações de interesses.

Ao longo desses constantes confrontos de interesses é estabelecido um conjunto de normas de relações sociais políticas econômicas envolvendo a ideia do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto está implícito um confronto da relação



sociedade e natureza, já que para a exploração de novas reservas produtivas naturais a percepção da relação de domínio e dependência da natureza se confronta de forma diversa, de acordo com os grupos sociais (ALTVATER/MAHNKOPF, 2007, GÖRG 2003, TEIXEIRA, M.N, 2010 entre outros).

Partimos aqui do evento internacional da Rio-92, que foi a conferência internacional do meio ambiente, no Rio de Janeiro, que contou com a participação da sociedade civil organizada dos países membros das Nações Unidas, assim como seus respectivos chefes de Estado.

A participação política desse enorme arco de representações de cidadãos do mundo inteiro também foi uma característica desse evento. Estes fatos demonstram um novo modo da estratégia política das relações internacionais, cujos atores sociais produzem, no bojo dos seus debates, normas de *governabilidade* que institui o conceito de *governança*. As normas explicitadas nos documentos das Nações Unidas expressam na participação política da sociedade civil organizada, fundada numa ideia de democracia, direitos universais e civis. Nesse sentido, foi sendo produzido um conjunto de ideias e normas sociais, pautado numa construção social de uma sociedade global baseada nos princípios da sustentabilidade. Nesse conjunto de normas se inclui o novo conceito chamado de *governança*, que se desdobram a partir dos princípios da: Accountability (Prestação de contas dos gastos administrativos à sociedade), Responsabilidade social e Transparência. Os princípios de Governança é um aspecto que mensura o nível de desenvolvimento sustentável de uma nação (Site PNUD, acessado em 6/2014). Inclusive, o princípio de Governança, tornou-se um importante debate nas relações internacionais.

A Educação de qualidade se insere no principal eixo estratégico para a construção de *Governança*. A estratégia política está explicitamente associada ao fomento de uma larga participação da sociedade civil, mesmo que a maioria não tenha como exprimir sua opinião. Isso porque nos fóruns de debate se desdobram em discussões que vão se especializando na sua base temática, seu contexto político, que por sua vez se relacionam com outros fóruns e especificidades. Nesse contexto nasce o perito, que é aquele ator social que se especializa em cada área temática e muitas vezes tornam-se representantes de um dado grupo social (Görg 2003).



Esse foi o caso da participação de ONGs no evento 1992 na Conferência do Meio Ambiente no Rio de Janeiro, onde os representantes da sociedade civil, organizados em ONGs, discutiam o combate à pobreza e a desigualdade social.

Os discursos dos peritos de ONGs vão se acercando dos argumentos desenvolvidos a nível internacional, contribuindo para a consolidação das normas de Governança. Essa comprovação pode ser feita fazendo uma comparação entre a agenda 21 elaborada com os membros internacionais e aquela, chamada, agenda 21 brasileira, instituída em 1997. Nessa última se inserem reflexões que se produzem socialmente nos fóruns de debates, e são repetidas, em diferentes circunstâncias, para expressar, um pertencimento aquele grupo. Tiramos aqui como um exemplo, a expressão: "*Pensar Global e Agir Local*", expressão, que em si, não tem o menor sentido, pois se todos estão pensando numa vida global, por que as grandes multinacionais, associadas com empreiteiras locais, destroem territórios inteiros, para construção de hidroelétricas, explorações minerais etc.? Por outro lado, como podem grupos sociais locais, desprovidas de poder político e econômico, limitar tamanha invasão? Assim, com a participação política, de representantes em fóruns e audiências públicas, se legitimam explorações e as distorções nos diversos territórios.

Diante do contexto exposto, o padrão da educação básica formal, assim como a qualidade da educação, está diretamente associado com os parâmetros normativos internacionais de governança. Essas normas de relações político- econômicas se consolidam quando são elaboradas e reformuladas em encontros de cúpula que geram acordos internacionais e propiciam vantagens políticas e comerciais.

Em 2000 houve mais um, dentre muitos encontros entre os países membros das Nações Unidas e foram traçadas os Objetivos do Milênio e na conferência do Rio + 20, eles foram retificados, com a "*A erradicação da pobreza, a equidade e inclusão. A educação detém a chave para a produtividade e para o crescimento econômico sustentável*" (cf. Site UNESCO, acessado 6/2014).

Claro, que nem as premissas da Agenda 21, tão pouco os objetivos do milênio se concretizaram. No entanto, o que queremos demonstrar aqui são as novas estratégias e normas de desenvolvimento, que se estabeleceram ao longo dessas relações políticas que resultaram em acordos internacionais. Nelas se inserem as políticas públicas de combate a pobreza, que também passam a ter novas definições.



A pobreza, não é mais aferida a partir de dados do produto interno bruto (PIB), como era a definição predominante das organizações das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). A saúde e a educação passam a ser parte da avaliação de governança e desenvolvimento sustentável, quando passam a ser mensuradas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Diante desse novo quadro de condições a educação de qualidade passa a ser parte importante para mensurar a *governança* de um dado país, membro das Nações Unidas.

Assim sendo, tanto o sistema de avaliação educacional quanto as políticas públicas relacionadas a ela, se orientam as normas de um padrão internacional de desenvolvimento econômico e social, de *governança*, onde se insere um padrão da educação de qualidade. Dentro desse quadro de condições é que se delineia no Brasil o atual *Sistema de Avaliação Educacional*.

### **1- Atores e políticas do atual Sistema de Avaliação Educacional**

No Brasil o processo de democratização toma maior impulso com o movimento das *Diretas Já* e a promulgação da constituição de 1988. A nova constituição trouxe a baila os parâmetros de *Estado de Direito Democrático*, e com isso a educação passa a ser um direito social, um direito cidadão. Contudo, se considerarmos as dinâmicas de relações sociais, podemos afirmar que a simples inserção de normas sociais fundamentadas nos direitos sociais, civis, na constituição não é o suficiente para a transformação de uma dinâmica de sociedade (WERNECK, 2006). Assim sendo, o processo de democratização no Brasil está em curso, ela se desdobra através de constantes confrontos entre as forças produtivas na disputa de seus interesses. Nesses conflitos estão inseridos os inúmeros entendimentos sobre a identidade cidadã e sociedade civil por um lado, e o Estado de Direito de outro. Mesmo porque não podemos entender que existe uma única forma de organização social democrática, sabendo-se que as dinâmicas sociais convergem em uma gama de diversidade social, de modos de vida, crenças religiosas e valores e normas sociais.

Assim, com os desdobramentos do processo democráticos, as ONGs passam a fazer parte do aparelho de Estado, já que os custos para o financiamento das mesmas foram transferidos para o governo brasileiro (GOHN, 2005).





Com uma maior participação da sociedade civil organizada na arena política nacional e internacional houve um confronto político. Porém, o repasse de maior volume de recursos públicos para o fomento de políticas públicas, visando o apoio a erradicação da pobreza foi uma pressão internacional, já que eram as agências internacionais os principais financiadores, desde os anos de 1970, dos programas de desenvolvimento no Brasil, através de ONG (COSTA, 1997).

Em 1995 foi instituído o programa *Comunidade Solidária*, onde estava inserido outro programa que era a rede de proteção social. Todas essas políticas públicas foram reformuladas e absorvidas, com alguns cortes e inserções, no programa Fome Zero (2003). Esses programas de governo foram sendo aperfeiçoados e concebidos como políticas públicas transversais, onde todos os problemas recorrentes de desigualdades sociais, como saúde, educação, moradia e emprego, foram sendo interligados uns aos outros (cf. site do Ministério do Desenvolvimento, Programa Fome Zero, acessado 6/2014).

Estava sendo constituído um apoio social para as massas carentes, com um modelo de *Estado de Bem Estar Social brasileiro*, que paradoxalmente emerge no bojo de uma economia globalizada, neoliberal, onde a participação do Estado na manutenção de bens públicos estava sendo paulatinamente reduzida (IANNI, 1996).

## **1.2- Educação de qualidade e Sistema de Avaliação Educacional-**

O sistema *de avaliação educacional* brasileiro é também adaptado às normas internacionais. Em 1996 foi incorporado ao INEP (Instituto Nacional de Educação e Pesquisa) o serviço de estatística da educação e cultura, um órgão ligado ao poder executivo. Também foi agregada a estrutura da instituição a secretaria de avaliação e informação educacional, que é uma secretaria ligada ao MEC.

Em 2007 o governo Federal lança o programa chamado "*Plano de Metas Compromisso todos pela Educação*", que segundo o representante de governo federal, na época, Luis Inácio Lula da Silva, foi clamado como "*Uma Revolução na Educação Brasileira*". Esse plano de metas está associado aos Objetivos do Milênio, que institui as Metas de Compromisso de Educação para todos. Todo esse aparato político envolve a contribuição do Estado brasileiro para instituir o nível de governança exigido nas normas previstas dos acordos internacionais, para inserção



do grupo dos países inseridos na Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

Nesse contexto o INEP sofre uma reestruturação e absorve todo o aparato para o sistema de avaliação educacional e institui o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), em 2007. Esse índice passa, então, a ser o índice orientador da qualidade da Educação no Brasil, nas respectivas regiões e unidades federativas. Ele é calculado a partir dos dados recolhidos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame de Avaliação do Ensino Médio (ENEM).

A metodologia de avaliação é a mesma usada no sistema de avaliação internacional, O *Programme for International Student Assessment* (PISA), baseada em um estudo de larga escala orientado na Teoria de Respostas de Itens (TRI). Não obstante, o que diferencia a apropriação dos métodos pelos atores sociais em diferentes instâncias é a função do sistema de avaliação educacional no espaço político internacional e no Brasil.

Para entendermos a função do sistema de avaliação educacional no Brasil deve ser considerado o conjunto de práticas instituídas para avaliar o desempenho de gestão de escolas e de seus alunos. Nesse último são levantados os dados das escolas públicas. Porém, para gerar índice de educação de qualidade, o sistema de avaliação educacional abrange todas as instituições, incluindo as privadas. Onde se conclui que a avaliação da educação de qualidade não envolve diretamente um levantamento de uma educação pública, senão da qualidade da educação no conjunto, num todo.

Desde sua concepção o sistema de avaliação educacional visa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para fomentar o sistema público de educação. O objetivo da avaliação educacional a nível nacional é alcançar os padrões de qualidade exigidos pelas instâncias internacionais, para com isso cumprir os acordos internacionais. Porém, o que observamos é que o sistema de avaliação educacional tem servido no Brasil como campanha eleitoral, já que ele está inserido dentro de um emaranhado que confrontam as gestões de escolas com as gestões de governo. Assim, as estruturas públicas de educação continuam precárias, o que modificou foi somente a avaliação, apresentando índices que não expressam a evolução da qualidade da educação.

## **2- A metodologia em larga escala no sistema de avaliação educacional.**





No bojo do conjunto de mudanças no sistema de avaliação Educacional no Brasil adotada a partir de 1995, é usado o arcabouço metodológico inserido na *Teoria de Respostas de Itens*, que é a mesma metodologia usada no sistema de avaliação internacional, o PISA.

Assim sendo, os testes se constituem por respostas que avaliam as habilidades relacionadas com as competências cognitivo do aluno. Essa metodologia é usada tanto na provinha Brasil como ENEM, porém os resultados são avaliados de maneiras diferentes. Contudo, no Índice de Desempenho Educacional (IDEB) são considerados os dois resultados. Nos parágrafos que se seguem, apontamos os problemas de cada uma dessas avaliações, as distinções entre os dois resultados e por fim, a instrumentalização desses resultados pelo sistema de avaliação educacional.

27

## 2.1- A provinha Brasil

Na provinha Brasil os testes são aplicados nas redes municipais de ensino de todo o Brasil, da mesma forma. Portanto, as escolas dentro de um mesmo município são completamente diferentes, pois aglutinam grupos sociais distintos.

As escolas que não têm um desnível muito grande de alunos e séries e com isso apresentam turmas menores, as provinhas têm sido acatadas com tranquilidade. Segundo uma professora da escola municipal de Campos dos Goytacazes, a metodologia usada na *provinha Brasil* tem contribuído para o aperfeiçoamento da relação ensino e aprendizado no interior da escola. Isso porque releva a capacidade cognitiva da criança, o que é um incentivo a pensar e refletir sobre o conhecimento.

A mesma professora nos revela, que escolas que aglutinam várias séries e tem um número muito grande de alunos, com problemas sociais diversos, as provas não contribuem para melhorar o desempenho desse alunado. Nesse tipo de turma a provinha é realizada com o auxílio dos professores, já que o mal resultado das provas leva a um direto confronto entre a gestão escolar e gestão de governo local ou estadual. Essa conduta contribui para uma distorção dos resultados.

Os professores são incentivados a ajudar as crianças, pois um resultado negativo para escola é interpretado pelos representantes de governo como uma má



gestão da escola. Donde se conclui que o modo como estão sendo conduzidas as avaliações, no caso da chamada *provinha Brasil* coloca inevitavelmente os atores sociais em um confronto direto com os governantes de município e Estado. De um lado estão os gestores das escolas municipais e do outro as forças políticas locais. Para evitar esse confronto, é comum a construção de um pacto de cooperação entre os gestores das escolas e os representantes do governo local, esse pacto político se constrói com a escolha do representante de governo local para a gestão da escola.

Por um lado às provinhas, tem a função, de servir de números, dar suporte ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). As escolas que participam da provinha, se inserem nos programas de metas do MEC "Compromisso Todos Pela Educação". Assim, apesar de constar nos documentos do INEP como uma participação voluntária, ela na realidade é obrigatória, pois as secretarias municipais de educação incluem todas as escolas municipais na provinha Brasil.

Além disso, os programas de incentivo do MEC transferem as verbas de fomento diretamente para as secretarias municipais de educação, que premiam as escolas com bons desempenhos (entrevista Maio 2014).

## 2.2-As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O ENEM foi instituído em 1998. Em 2009 passou a ter mais popularidade depois que foi associado ao programa do Governo Federal chamado *Universidade para Todos* (PROUNI), onde são concedidas bolsas integrais ou parciais, dependendo da nota, para estudos em Universidades particulares.

Para as provas do ENEM também são usados o arcabouço metodológico inserido na Teoria de Respostas de Itens (TRI), porém a correção tem outra metodologia, levando a um resultado difuso, já que não existe uma resposta errada.

Para ilustrar o uso da metodologia de correção no ENEM, é mais direto apresentarmos aqui uma nota técnica divulgada pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica no INEP, onde os autores recorrem a seguinte apropriação sobre o uso da metodologia TRI aplicada no ENEM (2011):



A Avaliação para uma pessoa que não conseguiu cumprir com a tarefa mais fácil é de que ela não é capaz de correr 100 metros, mas **não** é possível inferir que ela seja incapaz de correr (nota zero)”.

**Sendo assim** [...]

[...] uma pessoa que erra todas as questões recebe o valor mínimo do teste, e não uma nota zero, pois não se pode afirmar, a partir do teste, que ela possui zero conhecimento.

Estudo publicado em 2010 pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliações Educacionais (CAEd), que é o centro de referência para as metodologias de avaliação educacional estatística e na teoria de respostas de no Brasil, Wellington Silva e Tufi Machado Soares, salientam a técnica de interpretação de resultados sobre a educação básica. Os peritos apontam que para a eficácia de análise dos resultados é necessário considerar a metodologia de *Linkagem*, na avaliação Educacional em Larga Escala (2010).

No uso da metodologia em larga escala os resultados só podem ser associados uns com os outros quando tiverem as mesmas características de avaliação.

Exemplo desse processo de *Linkagem* da Prova Brasil- Avaliação de rendimento, feita por todos os alunos da rede pública municipal, Estadual e Federal rural e urbano. *Associado (linkagem)* com a Avaliação nacional da educação básica (ANEB)- que é feito de forma **amostral**- Participam alunos das redes públicas e privadas do país. Nas áreas urbanas e rurais, isso demonstra que a diversidade de estruturas e modos de vida, não é relevada no sistema de avaliação.

Dentro dessa linha de raciocínio é possível também questionar os resultados do IDEB, onde existe uma associação de todos os dados acima, adicionando os dados do ENEM. Salientamos que o ENEM, ainda tem uma metodologia de correção diferenciada da provinha Brasil. Donde concluímos que a *Linkagem* dos resultados do ENEM com todos os resultados da Educação Básica, para a construção do IDEB, enquanto um índice de educação de qualidade no Brasil pode estar comprometido. Esse comprometimento de resultados pode ser salientado, quando observamos os resultados do PISA no Brasil, que são diferentes do IDEB, apesar do uso da mesma metodologia, baseada na *Teoria de Resposta de Itens* (TRI). Importante salientar, que a avaliação internacional PISA, se concentra no aluno, do ensino médio, com a idade de 15 anos. Não obstante, esse mesmo aluno, que não teve bom rendimento em leitura e matemática, como acusa os resultados da PISA, não pode ser aprovado no ENEM



para um curso de graduação dois ou três anos depois. Por isso, que os dados do IDEB entram em contradição com os dados da PISA (ver página INEP resultado PISA 2009 e 2012 e compare com IDEB).

Outra observação dos peritos do sistema de avaliação educacional em larga escala se dirige aos resultados, onde os dados quantitativos devem ser sempre seguidos de uma avaliação qualitativa. Segundo os autores, os dados quantitativos aferem o que ocorre dentro das escolas, os qualitativos avalia o que ocorre dentro e fora da escola. Segundo os peritos, a avaliação qualitativa, envolve não só a escola, senão os grupos sociais que a escola atende, onde poderiam ser apuradas as causas dos resultados (Cf. Silva e Soares, 2010). Donde se conclui que os próprios peritos da avaliação estatística, não consideram a análise quantitativa como o fim, senão um recurso que deve ser associado a outros, para uma análise sobre a qualidade da educação como um todo e alguns lugares em particular, dando assim uma maior eficácia aos resultados encontrados.

Devido às políticas de apoio a estudantes para cursar a graduação em instituições privadas, que foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído em 2004, aumentou o número de participantes no ENEM. Além disso, o ENEM também passou a ser reconhecido pelas universidades públicas.

No cotidiano da vida acadêmica é fácil de perceber que aqueles estudantes que ingressaram no curso universitário com um conhecimento mínimo necessário para cursar a graduação, continuam tendo um bom desempenho na universidade. Aqueles que não têm esse conhecimento continuarão excluídos, dentro da sociedade. Sabendo-se que as universidades brasileiras não foram devidamente estruturadas para suprir o déficit do conhecimento básico formal.

### **3- Conclusão:**

Podemos concluir que algumas medidas incluídas no sistema de avaliação educacional, assim como as políticas públicas associadas a ele, impulsionaram uma mudança nas relações sociais de ensino e aprendizagem. Porém ainda não podemos concluir que as normas de qualidade internacional não estão inseridas nas práticas



educacionais no Brasil. Não obstante, as normas de qualidade, que são expressas, pelo sistema de avaliação do desempenho escolar, são instrumentalizadas, para fins eleitoreiros no Brasil. Apresentamos aqui como exemplo, o confronto entre os atores sociais envolvidos com a gestão da escola e aqueles que fazem a gestão dos recursos públicos para a educação.

Como já mencionamos acima o IDEB apresenta resultados diferentes do sistema de avaliação internacional PISA. Os resultados do PISA de 2012 coloca o desempenho dos alunos brasileiros entre os últimos no ranking de 65 países, enquanto que o IDEB apresenta um aumento no índice de qualidade da educação no mesmo ano.

Por outro lado, sob uma ótica local, os programas de incentivo à educação de qualidade associados ao sistema de avaliação educacional têm duas facetas. Uma é aquela que pode ajudar escolas públicas, pequenas, com uma diversidade de problemas estruturais e sociais, contornáveis. Porém, também obscurece, por outro lado graves problemas sociais e estruturais, que precisariam de um maior apoio nas suas instalações, assim como profissionais competentes e melhor remunerados. Assim sendo, não se pode confundir uma norma com uma prática, o Sistema de Avaliação Educacional é um conjunto de normas, com isso não é o instrumento essencial para impulsionar a qualidade da educação, ele se limita a avaliar. O instrumento que impulsiona a qualidade da educação são as práticas sociais. Essas inseridas nas políticas públicas, não só relacionadas às metodologias educacionais, mas, sobretudo, na gestão de recursos públicos para educação. Além disso, é importante salientar que a educação não começa nem termina nas estruturas de educação, mas, sobretudo, fora delas, nas estruturas familiares e de vizinhança.

Contudo, tentamos também comprovar aqui que a objetividade dos dados sobre uma dada coisa, no caso aqui “Qualidade de Educação no Brasil”, guarda em si, sempre a subjetividade das relações sociais. No caso do sistema de avaliação educacional, instituído com metodologias estatísticas em larga escala, apesar de ter a intenção de produzir dados objetivos, espelham a subjetividade que envolve a dinâmica de seletividade social, onde se reproduzem as desigualdades sociais e educacionais. Isso porque quando os índices são instrumentalizados a escola pública não se reestrutura, além de abrir uma enorme demanda para a rede privada de educação.



Na instância local as informações são confrontadas de uma maneira ainda mais direta, sabendo-se que a própria população conhece as escolas e as pessoas que as frequentam e trabalham na instituição. Assim observamos estruturas de educação pública ruindo, que apresentam um bom índice de IDEB. Nesse sentido, existe um incentivo ao setor privado de educação básica, que encontra nesse quadro de condições um mercado propício e ávido para suprir as demandas sociais de uma educação de qualidade.

Ao mesmo tempo o incentivo para estudantes ao curso superior, com políticas públicas, geradas por facilidades de provas e bolsas de estudos em Universidades Privadas e universidades públicas, não contribui para a inclusão social. Isso porque com o déficit de conhecimento mínimo para uma graduação, o estudante pode continuar excluído dentro da universidade, ou mais tarde ao acesso a uma estabilidade profissional.

Donde se conclui que políticas públicas para equidade social em uma sociedade com enormes diversidades culturais e sociais, só produz ainda mais desigualdade. Mas essa já foi uma conclusão de um famoso estudo de Pierre Bourdieu, os Herdeiros, de 1969.

Atualmente, a educação de qualidade para a população é avaliada pelo mercado de trabalho, que cobra através da concorrência, entre aqueles que querem se firmar nesse espaço competitivo.

## **LISTA DE BIBLIOGRAFIA.**

**ALTVATER**, Elmar, 2000, Thesen zum Bretton Woods System und seinem Scheitern. Kurzvortrag vor der Enquete- AG der SPD-Fraktion, 19.05.2000, Berlin

**ALTVATER**, Elmar und **Mahnkopf**, Birgit, 1996. Grenzen der Globalisierung. Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft, Münster.

**BOURDIER**, Pierre; Passeron, **Jean Claude**- Os Herdeiros. Os Estudantes e a Cultura. Editora UFSC, 2013

**COSTA**, Sérgio. Dimensionen der Demokratisierung, Öffentlichkeit, Zivilgesellschaft und Lokale Partizipation in Brasilien, Frankfurt am Mai, Deutschland, 1997.

**DEMIROVIC**, Alex. Demokratie und Governance: Kritische Perspektiven auf neuen Formen politischen Herrschaft. Gemeinsam mit Heike Walk, Münster, 2011.



**GÖRG**, Christoph, 2003, Regulation der Naturverhältnisse, Verlag Westfälisches Dampfboot.

**IANNI**, Otávio (2. Edição) Teorias da Globalização. Editora: Civilização Brasileira S.A 1996

**MEADOWS**; Donela and Denis, **FORRESTERS**; Jay W. The Limits To Growth. A Report for The Club of Rome`s Project on The Predicament of Mankind. Springer Verlag, 1972.

**MARX**, Karl. Das Kapital, Kritik der politischen Ökonomie, Voltmedia. 1872

**NOVY** Andreas, 2003, in: Fit für den Postfordismus? Theoretisch- politische Perspektive des Regulationsansatzes,. Raza, Werner und Brand, Ullrich (hr.) Münster. Seite:266-281

**NUCHELER**, Franz/ **ROTH**, Michèle (Hg.), 2006, Die Milleninium-Entwicklungsziele – Entwicklungspolitische Königsweg oder ein Irrweg? Band 20 Dietz Verlag.

**SILVA**, Wellington, **MACHADO**, Tufi. Estudos de Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 191-211, jan./abr. 2010- acessado 13/06/2014.

**TEIXEIRA**, Mylene Nogueira. Soziale Konflikte um Ernährungssicherung. Zwischen die Weltmarktintegration und Lokale Verhältnissen, Dissertation unter www. Uni.mimi.muenster.de, 2010

**WERNEK** Viana, Luis, Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil, Editora Revan, 2006.





## **EMARANHADOS: REFLEXÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS, PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS**

BOTTENTUIT JÚNIOR, João Batista

*Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT  
/UFMA  
joaobbj@gmail.com*

MENDES, Ana Gardenia Lima Martins

*Estudante do Mestrado do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade –  
PGCULT /UFMA  
anagardenia\_lm@hotmail.com*

SILVA, Nataniel Mendes

*Estudante do Mestrado do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade –  
PGCULT /UFMA  
nataniel@ifma.edu.br*

**RESUMO:** O desenvolvimento tecnológico potencializa os encontros multiculturais, e nesse contexto, indivíduos de formações culturais diversas, ainda que remotamente, estão próximos através da internet. Neste artigo o Multiculturalismo é discutido à luz de suas representações na rede mundial de computadores, especialmente, através das redes sociais virtuais. No primeiro momento são apresentados conceitos e suas implicações. Em seguida, discute-se e exemplificam-se alguns conflitos relacionados a esse emaranhado cultural observado nas redes sociais virtuais. O estudo destaca ainda o papel da escola diante das interações sociais que ultrapassam os limites de seus muros, reconhecendo-se o alto valor pedagógico do trabalho com redes sociais em ambiente escolar. Nesse sentido, o trabalho aponta a necessidade da escola se aproveitar de ferramentas e estratégias educacionais para o reconhecimento e acolhimento das diferenças culturais coexistentes na rede mundial de computadores.

**Palavras-chave:** Multiculturalismo. Redes sociais virtuais. Educação.

**ABSTRACT:** The technological development enhances the multicultural encounters, and in this context, individuals from diverse cultural backgrounds, even remotely over the internet are close. In this article Multiculturalism is discussed in light of their representations on the world wide web, especially through virtual social networks. Concepts and implications of multiculturalism are presented at first. Then it is discussed and exemplified are related to this cultural entanglement observed in virtual social networking facts. And, emphasizes the role of the school in front of the social interactions that go beyond the limits of its walls, recognizing the high educational value of working with social networks in a school environment. In this sense, the work points to the need of the school to take advantage of educational tools and strategies for the recognition and acceptance of coexisting cultural differences in world wide web.

**Keywords:** Multiculturalism. Virtual social networks. Education.





## 1 INTRODUÇÃO

A globalização trouxe consigo uma intensa dinâmica de troca, de fluência, de percepções e conseqüentemente novas discussões relacionadas às inúmeras possibilidades de entrelaçamento de informações entre dois ou mais elementos culturais, sociais, econômicos e políticos. Observado isso, muitos estudiosos passaram a se preocupar em caracterizar, conceituar e, principalmente, compreender esse emaranhado e os eventos provenientes dele. Entre essas discussões tão pertinentes estão as de Cultura e suas “derivações”.

A temática do Multiculturalismo é uma dessas derivações que tem sido bastante debatida, principalmente por apresentar-se como um desafio para o entendimento e/ou delineamento de questões como democracia e diversidade.

Considerar que pessoas de diferentes culturas, nacionalidades e etnias estão “próximas” convivendo em um mesmo espaço parece apontar para um cenário multicultural, em que, como o nome sugere, a diversidade é justaposta, ainda que nem sempre essa justaposição aconteça de forma natural, ou pacífica.

Tempo e espaço têm apresentado transformações tão evidentes que “todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento” (BAUMAN, 1999, p. 08). Toda essa transitoriedade, diversidade e interatividade auxiliadas pela Globalização demarcam um momento de múltiplas relações e reflexões ao sujeito pós-moderno.

Com a globalização e o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação- TIC, esse emaranhado vem ganhando novas configurações. O espaço físico não é mais lugar exclusivo para as interações sociais, principalmente nos grandes centros urbanos do planeta. Relacionar-se com o outro não exige mais um contato visual, presencial, direto. As pessoas, sobretudo, os jovens, estão conectadas umas às outras através da grande rede, a internet.

O trabalho faz algumas reflexões sobre o uso dessas redes com vistas ao reconhecimento e acolhimento das múltiplas culturas que mantêm contato de forma cada vez mais vigorosa na rede mundial de computadores e, em especial, nas redes sociais virtuais, enfocando uma perspectiva educacional.



## 2 REDE MULTICULTURAL

Embora existam teóricos que contestem a ideia de multiculturalismo, como aquilo que estaria simplesmente justaposto, sem necessariamente haver uma relação de troca ou “negociação” (BHABHA, 2001, p.69) entre as culturas, o termo tem tradicionalmente uma acepção positiva como aquilo que está em contato, agrega, aceita, conhece e reconhece o outro, ainda que isso não seja uma regra.

A expressão multiculturalismo designa, de acordo com Boaventura Santos (2003, p. 26-27)

[...] a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades modernas. Rapidamente, contudo, o termo se tornou um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global [...]. Outra concepção que coexiste com a anterior, reconhece a pluralidade de culturas, definindo-as como totalidades complexas [...] permitindo caracterizar modos de vida baseados em condições materiais e simbólicas.

Essa existência, ou melhor, coexistência de grupos diferentes é potencializada, sem sombra de dúvida, pela globalização. Fenômeno que, embora não seja recente, acontece de forma cada vez mais vigorosa, potencializado pela inimaginável troca de informações no globo.

Para Canclini (2010, p. 11), “o multiculturalismo é um tema indissociável dos movimentos globalizadores”, visto que a globalização apresenta-se como um processo de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las. O contato entre culturas, seja ele presencial ou virtual, não suprime ou “destrói” elementos deste ou daquele grupo. O que há, de fato, é um reordenamento, um novo olhar, uma nova perspectiva para o que, até então, era desconhecido. Esse processo, sem dúvida, é fomentado pela globalização.

Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2009, p.09) reforça dizendo que:

[...] o atual reconhecimento da importância da diversidade como um valor central é resultado da progressiva tomada de consciência em relação à globalização e da crescente atenção dada à natureza interconectada das questões culturais, políticas, econômicas e sociais em um mundo encolhido.

Aqui, a importância da diversidade é reconhecida como fruto de uma tomada de consciência. Essa diversidade, ao contrário do que muitos apregoam, não está



ameaçada. O encontro de culturas é sempre uma atividade enriquecedora para ambas; pois, a partir desse intercâmbio, dessa fusão, é possível uma integração entre “comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2006, p.67)

Sabendo que com a globalização, o olhar sobre o multiculturalismo eclode de forma aparente, e que nos últimos anos, a intensa oferta de equipamentos tecnológicos e seus aplicativos tornaram-se mais acessíveis, pessoas de diferentes partes do mundo têm usufruído de uma das principais vias de comunicação, as Redes sociais. Estas, além das possibilidades de enriquecimento cultural típicas de contatos entre diferentes culturas, agregam ainda inúmeros conflitos, também comuns a esses contatos. A diferença é que agora tanto as benesses quanto os conflitos do Multiculturalismo são potencializados pelos alto-falantes das redes sociais virtuais, que, por vezes, insistem em produzir efeitos dissonantes.

37

## 2.1 O Multiculturalismo nas Redes sociais virtuais

Se pensarmos em estreitamento de fronteiras e interconexão no contexto de uma sociedade em rede, podemos aproximar os termos Globalização, Multicultura e Cibercultura. E no caso deste estudo, apesar de direcionar-se à discussão do Multiculturalismo em redes sociais virtuais, é válido observar que independente do espaço considerado, seja ele geográfico, social ou virtual, o que se verifica atualmente é a pluralidade e a diversidade, e nessa “união”, o que chamamos aqui de emaranhamento, há a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural no intuito de reduzir mecanismos de discriminação e exclusão, que se manifestam como entraves à plenitude da cidadania.

Silva (2010, p.85) considera que:

O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca no



interior daqueles países para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço.

A vivência, e mais corretamente, a convivência no mesmo espaço, observada a partir do multiculturalismo nas redes sociais, indubitavelmente nos remete a questões de relações de poder, de imposições e estranhamentos, mas também nos possibilita percepções de fluência, interações e outras possibilidades de sociabilização. Como já anunciava Castells (2000) na década de 90 novas formas de sociabilidade e de vida urbana surgem no contexto on-line, e desse momento em diante uma inquietação se perpetua, “ainda não está claro porém o grau de sociabilidade que ocorre nessas redes eletrônicas nem quais as consequências culturais desta inovação” (p. 442-443).

Apesar de ser uma outra forma de sociabilidade, Recuero (2009) esclarece que as redes sociais virtuais não são desconectadas ou sequer distantes do mundo concreto de um determinado indivíduo. A autora diz que, ao contrário, nessas redes se expressam e complexificam as relações sociais já existentes, a partir do momento em que parte dos espaços sociais vai desaparecendo do mundo contemporâneo.

Com a globalização e o estreitamento de fronteiras e, principalmente, a partir das redes sociais virtuais, condições de interação entre as culturas foram se constituindo em um desafio para a diversidade cultural. Contudo, com o novo cenário que as redes sociais virtuais proporcionam, “deve-se levar em conta que numa sociedade cada vez mais complexa e diversificada, não se deve subestimar a possibilidade de aumento da segregação e da exclusão bem como dos conflitos de intolerância”. (GOBBY; KERBAUY, 2010, p.64)

Conforme dados da ONG Safernet Brasil, o número de denúncias sobre crimes ocorridos na internet em nosso país cresceu em 264,5%, no período de um ano (2011 a 2012). Entre as principais denúncias estão as relacionadas aos casos de intolerância religiosa, racismo, neonazismo e xenofobia. A ONG esclarece que a maioria dos endereços denunciados eram de conteúdo racista, o que equivale a mais de cinco mil denúncias. Em sexto lugar aparece a intolerância religiosa com cerca de 500 casos denunciados, sendo que só na rede social virtual Facebook, existem mais de dez



comunidades e grupos registrados em português, que tem como objetivo a luta contra a intolerância religiosa.

A antropóloga Adriana Dias ao realizar o seu trabalho denominado “Mapa da intolerância: região sul concentra maioria dos grupos neonazistas no Brasil, mas crescem em São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais” diagnosticou que nas redes sociais existem comunidades neonazistas, antissemitas e negacionistas em 91% das 250 redes sociais analisadas pela antropóloga (PORTAL EBC, 2013).

Não é raro nos deparar com notícias de casos de intolerância ocorridas nas redes sociais. Vejamos alguns casos nacionais amplamente discutidos na mídia:

“Nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado! [...]”. A Justiça Federal de São Paulo condenou por crime de discriminação a estudante de Direito que postou, em 2010, mensagem preconceituosa e de incitação à violência contra nordestinos no Twitter. (<http://oglobo.globo.com/pais/condenada-estudante-acusada-de-discriminacao-no-twitter-4917740#ixzz2ueLek8Fo/16/05/12>)

“[...] Tenho ódio de gay galinha choca[...]”. Postagens feitas no Facebook por um professor da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) geraram polêmica por seu conteúdo considerado homofóbico. (<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/01/14/professor-da-ufrpe-gera-polemica-com-comentarios-considerados-homofobicos.htm>)

“O Acre e o Tocantins disputam para ver qual é o estado mais inútil do país”. [...] No Tocantins, [...] um usuário dentre outras mensagens xenofóbicas, polemizou em sua página no Twitter. No mesmo momento, usuários dividiam mensagens de repúdio e até incitações de apoio à ideia do usuário, o que provocou uma extrema discussão entre jornalistas, advogados e usuários. (<http://ogirassol.jusbrasil.com.br/Politica/6955729/em-pauta-intolerancia-e-preconceito-nas-redessociais.11/05/2011>)

“[...]De fato não adianta querer misturar as culturas norte/nordeste x sul/sudeste. É por isso que há tão poucos sulistas no Nordeste. (Nós não aguentamos isso aqui)” Advogado diz que iniciaria guerra para separar Nordeste do Brasil (<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/advogado-diz-que-iniciaria-guerra-para-separar-nordeste-do-brasil.html>)

“[...] para glamour falta muuuuuuutooooo!!! Isso está mais para estiva” [...]. A professora que ironizou a aparência de um passageiro no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, através de uma Rede Social perdeu um cargo interno que exercia na Universidade que trabalhava. (<http://oglobo.globo.com/educacao/professora-que-ironizou-passageiro-afastada-de-cargo-na-puc-rio-11627273.17/02/2014>)



“Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica. [...] Jornalista provocou uma polêmica ao publicar um texto preconceituoso na internet(<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/08/jornalista-chama-medicas-cubanas-de-empregadas-domesticas.html>)

"Acabei de quase ser atropelada por um casal de negros. Depois vocês falam que é racismo né, mas TINHA QUE SER, né?", [...] "E estavam num carro importado, certo que é roubado". Universitária gera revolta nas redes sociais após comentário racista. (<http://noticias.terra.com.br/brasil/rs-universitaria-gera-revolta-nas-redes-sociais-apos-comentarioracista,a1abb7de334d0410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html> . 19/02/2014)

40

Diante de tais demonstrações de intolerâncias, mais uma vez é necessário lembrar que elas não existem somente porque e pela via das Redes sociais, mas é necessário argumentar que, através delas, isso se torna mais público e, conseqüentemente, com reflexos mais amplos, tanto positivos quanto negativos.

E, a cada vez que esses casos vêm à tona, principalmente com acontecimentos constrangedores e até trágicos, são reabertas as discussões em várias áreas de conhecimento (Psicologia, Jurídica, Educacional, sociológico...) buscando meios de minimizar e até extinguir casos que se assemelhem a atitudes de intolerância. Por isso mesmo, tal temática deve ser sempre tratada por pais, educadores, e é através de perspectivas educacionais que busca-se um cenário mais acolhedor a diversidade, ao multiculturalismo.

### 3 PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS

Através da educação é possível minimizar e combater, no nível das ações, formas de discriminações mais acentuadas que acabam por afastar e estigmatizar grupos sociais. A escola, ainda que não consiga ser uma instituição capaz de eliminar toda a problemática que se manifesta em torno da diversidade, pior será ela se tornar cúmplice por omissão.

Em nosso país, o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), assinala a importância de se obter um currículo escolar ajustado à compreensão e abrangência das diferenças (religião, gênero, campo, necessidades especiais, étnico-racial, socioeconômica e cultural, e indígena):



Art. 26 - Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, LDB, 9394/96).

Esse reconhecimento do plural em nossa sociedade nos termos legais educacionais, não só permite a percepção dos diferentes, como também acentua a importância de se considerar no currículo escolar as especificidades presentes nas diversidades da nossa sociedade.

Ainda amparando-se nos constituintes educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) explicam que nas escolas pode se trabalhar o olhar sobre "os diferentes" a partir do entendimento de que cada indivíduo é proveniente de famílias e origem diferentes, com diferentes histórias, e por mais que isso pareça ser tão lógico, parte-se daí um diálogo das diferenças que permite interação, ao ponto de cada um ensinar e aprender suas peculiaridades podendo tramitar, no sentido de conhecer e até vivenciar as singularidades do outro. Muito pertinente a proposta de percepção de valores e atitudes prevista em seu conteúdo de:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, PCN, 1997, p.7).

Observa-se aqui, que a discussão sobre a valorização da pluralidade e o respeito à diversidade a ser discutido na escola vai além do território nacional. Interessante essa percepção, visto que, como já foi relatado no tópico anterior, com o advento da globalização, assim como o aumento do acesso a internet, o contato com outras culturas, seja por interesses comerciais, políticos, educativos, religiosos, entre outros, se tornou algo comum em nossa realidade. E é por isso mesmo que a escola deve colocar para si o desafio de trabalhar outras formas interativas de relação social e interpessoal, posicionando-se crítica e responsabilmente diante delas.

É nesse sentido que traçamos este estudo, pois, já que "com o advento do ciberespaço, o saber articula-se à nova perspectiva de educação" (Lévy, 2008 p.159), e





sabendo que a escola é um dos primeiros espaços em que se convive com a diversidade, então é nela que as peculiaridades e os problemas que envolvem a diversidade devem ser trabalhados, “uma vez que os indivíduos aprendem cada vez mais fora do sistema acadêmico, cabe aos sistemas de educação implantar procedimentos de reconhecimento dos saberes e *savoir-faire* adquiridos na vida social e profissional” (p.157).

Trabalhar o ensino-aprendizagem conforme o contexto é algo já muito debatido, e do mesmo modo inserir as temáticas que abordem o Multiculturalismo necessita dessa orientação, visto que o cotidiano possibilita inúmeras manifestações e ocorrências que recaem na percepção da pluralidade e da diversidade que podem ser trazidos para discussão nas salas de aula.

Para Touraine (1999), na perspectiva da diversidade, o que se busca não é a adaptação do indivíduo àquilo que a escola e a sociedade esperam dele, mas a definição de uma política de educação que considere a diversidade de comportamentos tal que possibilite uma convivência pacífica entre todos os indivíduos.

Reconhecer tais diferenças e poder interagir com elas é salutar para o processo e posicionamento de respeito. Saber que não há um absoluto modo de comer, vestir, pensar, cultivar, divertir, trabalhar, enfim, que há outros modos de vida é o primeiro passo para um olhar mais flexível.

No entanto, como já foi dito, reconhecer o diferente não significa necessariamente acolhê-lo. Como afirma Morin (2002, p. 64):

A cultura constitui a herança social do ser humano: as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras.

A questão em si, não é o estranhamento e nem o acolhimento, é o respeito, ou seja, ainda que não se possa concordar com as peculiaridades de cada cultura, há no mínimo que se compreender que um “posicionamento cultural” não pode chegar ao nível da intolerância, e desse modo dificulte o convívio e assim estabeleça conflitos.

Pois, como nos lembra Claude Lévi-Strauss (1985) “a diversidade das culturas humanas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que





podemos fazer a seu respeito é que cada cultura contribua para a generosidade dos outros”.

O processo de aceitação do outro é muito mais problemático do que parece ser, e por mais que a escola tenha um papel expressivo para a melhoria desse cenário, ainda há muito que se trabalhar. Então, se estamos falando de abordar a temática da multiculturalidade no plano de uma educação contextualizada em busca de vivências de respeito, trabalhá-la com as Redes sociais pode auxiliar significativamente esse processo. Afinal, como bem explica Parente (2000, p. 167):

Entramos na era do conexionismo generalizado, que nos leva a pensar o mundo como uma rede de comunicação. Vivemos a era do simultâneo, da justaposição do próximo e do longínquo, da topologia e da interconexão generalizada, cujo paradigma é a rede de comunicação.

Desse modo, cabe aos professores perceber o quanto é fundamental trabalhar o ensino-aprendizagem na perspectiva do sujeito no contexto cibercultural. No entanto, vale ressaltar que não cabe aqui imputar ao uso das redes sociais virtuais na escola a responsabilidade de ferramenta de solução para os problemas das minúcias que envolvem a temática do Multiculturalismo, mas de apontar alguns possíveis benefícios.

De acordo com Mattar (2012) “as redes sociais têm um potencial incrível para gerar interação[...]. Além disso, precisamos formar alunos para trabalhar em grupos e em redes, então nada mais adequado do que já fazer isso de uma maneira autêntica”.

Em perspectivas gerais, o autor também destaca alguns recursos disponíveis nas redes sociais que podem auxiliar os educadores, como o próprio mural apresenta-se como espaço de comunicação e discussão, seja com professores e alunos, como pode ser com outras pessoas de outros locais e de outras culturas que compartilhem do mesmo interesse, ou simplesmente sentem-se interessados em estar em contato com outros grupos escolares e/ou pessoais. Do mesmo modo, utilização do recurso de mensagens, bate-papos síncronos ou assíncronos. Outro recurso interessante é o de eventos quando utilizado para lembrar de compromissos e incentivos à participação em algum ato escolar ou comunitário, e a ferramenta de Grupos possibilita melhor interação e compartilhamento, perfazendo um trabalho mais colaborativo.



Em relação ao uso do recurso de Grupos, estes podem ser formados por alunos de classes e escolas diferentes, podendo ser abertos ou privados permitindo uma produção coletiva de conhecimento, numa espécie de rede cooperativa de aprendizagem.

Considerar o uso dos recursos pertinentes às Redes sociais virtuais na educação escolar é um importante passo para adentrar em discussões não só sobre o uso dessas ferramentas, mas de outros assuntos que se desdobram na Rede, como Ética e Multiculturalismo. Ocorrências com base na intolerância costumam ser bem frequentes nessas redes, e cabe ao professor saber aproveitar esses fatos para sensibilizar seus alunos e trabalhar posicionamentos que busquem o respeito às diferenças.

Como leciona Gobby e Kerbauy (2010, p.64-65):

Fruto da riqueza e da diversidade cultural, comunicacional e educacional, a tecnologia digital faz minar nossa visão de padronização, de igualdade, reinventando e recriando novas formas de produção, distribuição e administração da informação e do conhecimento e criando novas identidades. [...]. As redes sociais neste contexto desempenhariam um papel importante no sentido de estimular a inovação social, mediar conflitos sociais e garantir a manutenção e ampliação da diversidade cultural.

Esse aproveitamento da rede social virtual no plano das comunidades e dos grupos para suscitar a discussão do entrelaçamento de culturas se faz necessário no intuito de viabilizar o reconhecimento, a valorização e o empoderamento dos que se encontram entre os “diferentes”. Diálogos, demonstrações e explicações a respeito de temas como identidade, cultura, ética, pluralidade, intolerância, discriminação e diversidade, devem ser trabalhados pedagogicamente de forma consistente no intuito de combater todo o tipo de preconceito em qualquer contexto (escolar, virtual, social).

Para Fleuri (2001, p.79) “a perspectiva intercultural de educação, implica mudanças profundas na prática educativa, de modo particular na escola. [...] respeitando e integrando a diversidade de sujeitos e dos seus pontos de vista.”

Lembremos que atitudes de intolerância e falta de ética e respeito não ocorrem em demasia por existirem sites de redes sociais, pois isso ocorre em outros espaços, o que acontece é que na atualidade a repercussão midiática em torno dos fatos que incidem nas



redes sociais toma grandes proporções pela sua própria estrutura e ligação intensa com o cotidiano dos indivíduos.

Por isso mesmo, a escola deve valer-se dessas redes para priorizar a formação de cidadãos conscientes, solidários, comprometidos com uma integração e interação não excludentes. Cidadãos autônomos, capazes de lidar com as diferenças, sabendo negociar, sem se eximir, e refutando qualquer posicionamento de superioridade de uma ou outra cultura.

45

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho centrou-se na abordagem do emaranhado cultural possibilitado pela globalização. O multiculturalismo aqui analisado buscou delinear não somente a riqueza cultural advinda dessa possibilidade de conviver com a diversidade, mas prioritariamente a de conscientizar sobre as adversidades possíveis desse convívio.

Ao denotar os conflitos existentes nesse emaranhado, a linha analisada delimitou-se ao campo das redes sociais virtuais, as quais têm demonstrado vários e interessantes casos de discussão desta temática. Demonstraram-se dados estatísticos, assim como alguns exemplos que foram demasiadamente discutidos na mídia.

Trabalhando a partir de uma perspectiva educacional, observa-se que inclusive pessoas da área da educação agiram de modo intolerante e preconceituoso. Mas, isso não pode eximir as escolas e demais órgãos de outros campos de atuação social de promoverem junto à sociedade posturas de respeito à pluralidade cultural.

Lembremos ainda que a mesma ferramenta que apresenta indivíduos capazes de difundir quaisquer tipos de atitudes conflituosas é também aquela que possibilita eventos e ações individuais ou coletivas no intuito de melhorar e ampliar o exercício da cidadania.

Na escola, os educadores orientando-se pelas diretrizes legais que regulamentam o campo da educação podem aproveitar as redes sociais para que seus discentes possam aprimorar suas habilidades como sujeitos ativos e responsáveis, administrando as complexidades, reconhecendo e conscientizando-se através das



diferenças que a interação, o acolhimento, ou apenas o respeito pode ser mais enriquecedor do que a exclusão e o preconceito.

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Trad: Maurício Santana Dias. 8 ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação. Economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FLEURI, R. M. Multiculturalismo e interculturalismo nos processos Educacionais. Vera (Org), Rio de Janeiro, Brasil, 2001.
- GOBBI, MC., and , KERBAUY, MTM., orgs. **Televisão Digital: informação e conhecimento** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. 482 p. ISBN 978-85-7983-101-0. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k8s27/pdf/gobbi-9788579831010-04.pdf>. Acesso em 22 set 2013.
- GÓMEZ, A. I. Pérez. A Cultura escolar na sociedade neoliberal. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: Os pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1980.
- MATTAR, João. O uso das redes sociais na educação. Entrevista concedida ao Portal Educação e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<http://www.educacaoetecnologia.org.br/?p=5487>>. Acesso em 22 set 2013.
- \_\_\_\_\_. Facebook em educação, 2012. Disponível em: <<http://joamattar.com/blog/2012/01/17/facebook-em-educacao/>>. Acesso em 23 set 2013.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina



Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya-12ªed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF:UNESCO, 2007.

PARENTE, André. Pensar em rede: do livro às redes de comunicação. **In:** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Intercom, vol. XXIII, n. 1, 2000.

**PORTAL EBC. Mapa da intolerância: região sul concentra maioria dos grupos neonazistas no Brasil. Disponível em:**

<<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/mapa-da-intolerancia-regiao-sul-concentra-maioria-dos-grupos-neonazistas>>. Acesso em 12 set 2013.

47

RIBEIRO, Lins Gustavo. **Diversidade Cultural enquanto Discurso Global.** Num 15, dic. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-16942009000200001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942009000200001&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 12 set 2013.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet.** In: Coleção Cibercultura p. 100 – 101. Editora Sulina. Porto Alegre, 2009.

SAFERNET/ONG. Crimes ocorridos na internet. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/>>. Acesso em 09 set 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Autêntica, Belo Horizonte, Brasil, 2010

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e Diferentes. Vozes, Brasil, 1999



## **O COMPORTAMENTO AUTORREGULADO EM TREINAMENTO TÉCNICO DE JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL: DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

SILVA, Thiago Azevedo da

*Mestre em Cognição e Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF)*

*professorthiagoazevedo@hotmail.com*

48

### **RESUMO**

Este artigo decorre de uma pesquisa realizada com jogadores profissionais de futebol em treinamento técnico, integrantes de um clube localizado em cidade de porte médio na região sudeste do Brasil. O estudo fundamentou-se na teoria da Autorregulação da Aprendizagem e a observação do comportamento dos atletas em treinamento técnico teve como referência as dimensões que integram o construto da Autorregulação da Aprendizagem (dimensões cognitiva/metacognitiva, motivacional, comportamental e contextual), nas diferentes fases do comportamento autorregulado (de antecipação, de execução e de reflexão ou avaliação final da tarefa). Utilizaram-se como recursos de observação um questionário, em que participaram do estudo 32 (trinta e dois) atletas. Além do questionário, utilizou-se como recurso de observação um grupo focal (entrevista coletiva), do qual participaram 15 (quinze) sujeitos, como forma de aprofundamento de alguns resultados obtidos através do questionário. A pesquisa contribuiu para a reflexão e ação de atletas, comissão técnica e demais profissionais envolvidos no futebol, além de abrir perspectivas para outros estudos.

**Palavras-chave:** Futebol. Autorregulação da aprendizagem. Treinamento técnico.

### **ABSTRACT**

This article results from a survey of professional footballers in technical training, members of a club located in a midsize city in southeastern Brazil. The study was based on the theory of Self-Regulation of Learning and observing the behavior of athletes in technical training had as reference the dimensions comprising the construct of Self-Regulation of Learning (cognitive dimensions / metacognitive, motivational, behavioral and contextual), at different stages the self-regulated behavior (anticipation, execution and reflection or final assessment task). The study used a questionnaire observation resources in participating in the study 32 (thirty two) athletes. In addition to the questionnaire, was used as a focal feature of observation group (news conference), attended by 15 (fifteen) subjects as a way of deepening of some results obtained through the questionnaire. The research contributed to thought and action of athletes, coaching staff and other professionals involved in football, and open perspectives for further studies.

**Keywords:** Football. Self-regulation of learning. Technical training.



## 1 INTRODUÇÃO

Há diversas modalidades de esporte, e, no Brasil, o futebol é a modalidade esportiva de maior destaque. Os clubes têm procurado jogadores cada vez mais qualificados, seja no aspecto físico, técnico, tático, psicológico, ou em outros.

Toda esta procura se dá em face do grande negócio que o futebol representa para esses clubes, tanto na exportação de atletas, como também em negociações em termos de mercado interno. Os jogadores também têm buscado cada vez mais o desenvolvimento das suas habilidades, para alcançar sucesso dentro de campo. Reconhecem a necessidade, para o seu bom desempenho, de estarem preparados tecnicamente, taticamente, fisicamente e psicologicamente para atuarem durante as partidas, pois um atleta bem treinado poderá ter um melhor desempenho, contribuindo para o êxito de sua equipe.

A literatura especializada mais recente, como Zimmerman (2010), Pintrich (2010), dentre outros, tem enfatizado que em todas as áreas profissionais o comportamento autorregulado contribui para o bom desempenho da pessoa que almeja alcançar determinado objetivo. Dessa forma, através deste estudo analisou-se o comportamento autorregulado no treinamento técnico dos atletas profissionais de futebol<sup>1</sup>, integrantes de um clube localizado em cidade de porte médio na região sudeste do Brasil, com o intuito de identificar se esses sujeitos apresentam comportamento condizente ao que preconiza a teoria da autorregulação da aprendizagem. Verificou-se o desempenho dos atletas nas dimensões que integram o construto da autorregulação da aprendizagem (dimensões cognitiva/metacognitiva, motivacional, comportamental e contextual) nas diversas etapas do ciclo regulatório (antes, durante e após a ação).

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão dos atletas de futebol, conseqüentemente, para o melhor desempenho profissional dos mesmos, bem como despertar a consciência da comissão técnica e dos demais profissionais atuantes nesta modalidade esportiva, a respeito da contribuição que a teoria da autorregulação da aprendizagem pode trazer à metodologia de seus trabalhos.

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado intitulada “O comportamento em treinamento técnico de jogadores profissionais de futebol: um estudo na perspectiva da autorregulação da aprendizagem”, realizada por Thiago Azevedo da Silva, e apresentada ao programa de pós graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)”, para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da profa. Dra. Vera Lucia Deps.





## 2 O MODELO TEÓRICO DA AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A literatura especializada mais recente tem enfatizado que em todas as áreas profissionais o comportamento autorregulado contribui para o bom desempenho da pessoa que almeja alcançar determinado objetivo.

Segundo Zimmerman (2010, p.14) “Autorregulação refere-se a pensamentos, sentimentos e ações autogerados, planejados, e ciclicamente adaptados para a obtenção de objetivos pessoais”. Assim a autorregulação envolve o entrelaçamento das seguintes dimensões: cognitiva/metacognitiva, motivacional/afetiva, comportamental e ambiental.

Ainda o mesmo autor também cita o caráter cíclico da autorregulação em diferentes fases, quais sejam: a fase de antecipação, planejamento e avaliação que antecede à ação; a fase de execução que inclui o monitoramento e o controle da ação; e a fase de reação e reflexão após a conclusão da tarefa.

Zimmerman (2010) comenta sobre o caráter cíclico da autorregulação, ou seja, diferentes fases, sendo essas também reconhecidas por diversos autores, dentre eles, Pintrich (2010), Lopes da Silva (2004) e Veiga e Simão (2004).

A aprendizagem autorregulada compreende as dimensões e fases mencionadas. Zimmerman (2010) afirma que tais dimensões podem ser verificadas tanto no contexto das atividades escolares, quanto em qualquer outra atividade.

Essas fases, segundo a literatura especializada acima mencionada, são: fase de antecipação, planejamento e avaliação que antecede a ação; fase de execução, que engloba monitoramento e controle da ação; e fase final que consiste em reflexão da ação executada. Descreve-se em seguida sobre essas fases:

Na fase de planejamento faz-se o mesmo para execução de determinada tarefa, pois é o momento em que ocorre também a clarificação de objetivos pessoais, ou metas a alcançar. Nesta, faz-se necessário que a pessoa venha também estabelecer etapas para a concretização de metas. O indivíduo deve também refletir sobre suas crenças motivacionais, como a da autoeficácia, que está relacionada à crença do sujeito em relação às suas competências para a execução de uma tarefa; por conseguinte, ela reflete também suas expectativas pelos resultados e em suas percepções de sucesso ou fracasso. Nesta fase o indivíduo deve analisar seus conhecimentos anteriores, de modo que contribua, com este exercício, para a realização da tarefa, e, conseqüentemente, para o alcance das metas pretendidas. Há também, nesta etapa, um





processo de seleção e reflexão de estratégias relacionadas à ação a ser executada. O planejamento de determinada atividade inclui também o tempo gasto no cumprimento de uma tarefa.

Na fase de execução ocorre o desenvolvimento da ação e a utilização da estratégia selecionada. Esta fase engloba o monitoramento e o controle da ação. No que diz respeito ao monitoramento, o indivíduo analisa seu comportamento na ação que executa, a adequação das estratégias utilizadas e avalia seu desempenho, identificando seus pontos fortes além dos que precisam ser melhorados.

Quanto ao controle, este está ligado à seleção e utilização de novas estratégias em substituição às que não estão possibilitando caminhar em direção ao objetivo pretendido, como ao aumento ou diminuição do esforço em determinada tarefa, a mudanças e renegociações. O controle da atenção neste período é um aspecto essencial, visto que a ausência desse poderá fazer com que a pessoa não obtenha sucesso na execução da tarefa. Neste sentido, o controle da atenção e a automonitoração são aspectos interligados, uma vez que sem o controle da atenção não ocorrerá automonitoração.

A fase de autorreflexão, ou fase final, refere-se à avaliação da tarefa executada, ou seja, o julgamento pessoal, que permite a autoavaliação e autocorreções por parte do indivíduo, fazendo com que este venha a analisar o caminho percorrido durante a execução da tarefa. Tal avaliação é influenciada pelos fatores metacognitivos (pessoa, tarefa e estratégia) motivacionais (expectativas de eficácia e atribuições causais), volitivas (administração do tempo, persistência), bem como pelo *feedback* recebido tanto de amigos, como de familiares e docentes. Nesta etapa, também podem ser revistos planos e estratégias, avaliar os resultados atingidos; corrigir os processos da etapa de execução, pois são ações necessárias não apenas na fase final, mas durante todo o processo da ação realizada. Isto, porque nesta fase poderá ocorrer a mobilização dos esforços relacionados à tarefa, tanto para a manutenção, quanto para a correção, havendo, assim, a reflexão a respeito dos sucessos e fracassos. Além disso, dentro do processo de autoavaliação a pessoa poderá se deparar com resultados indesejáveis, fazendo com que a mesma venha a ter dificuldade de se desenvolver, buscar alternativas e de se empenhar no processo de mudança da tarefa.

As dimensões da autorregulação da aprendizagem, de acordo com Zimmermann (2010), são de natureza cognitiva/metacognitiva, motivacional, comportamental e contextual.



No que diz respeito à dimensão metacognitiva, Flavell (1976) afirma que se trata do conhecimento pessoal em relação ao próprio funcionamento cognitivo. Além disso, o mesmo autor menciona que a metacognição está relacionada aos processos de supervisão e regulação que o sujeito exerce sobre a própria atividade cognitiva na realização de uma tarefa.

Quanto à dimensão motivacional, relacionado ao aspecto da autorregulação da aprendizagem, Wolters (2003) afirma que esta também pode ser compreendida como o grau em que os sujeitos agem de modo intencional, no sentido de principiar, manter ou reforçar a sua determinação quanto ao seu próprio desenvolvimento, completar uma tarefa ou atingir um objetivo.

Quanto à dimensão comportamental/volitiva, Veiga Simão (2006) informa que esta se refere às estratégias ligadas à volição, ao esforço realizado nas tarefas, tal como a persistência, a procura de ajuda, e a escolha de um comportamento em razão dos êxitos a serem alcançados.

Carta (2012) explica que a fase de controle volitivo está relacionada aos processos que ocorrem em um determinado momento de aprendizagem, tendo como objetivo possibilitar aos sujeitos o alcance dos objetivos estabelecidos, por meio do uso de adequadas estratégias.

A volição relaciona-se ao controle de intenções e impulsos para que a ação ocorra. Portanto, as estratégias volitivas contribuem na gestão do esforço, uma vez que estimulam a procura de boas condições para a realização de uma ação bem-sucedida (KUHL, 1984; CORNO, 2001). Desta maneira, a volição traduz a vontade e o esforço que a pessoa executa para alcançar e manter o objetivo a que se propõe. (CORNO, 1994)

Na dimensão contextual, Veiga Simão (2006) informa que essa envolve o contexto físico e social do ambiente de aprendizagem. Além disso, esse ambiente é fator essencial para que ocorra a aprendizagem na perspectiva do processo autorregulatório (LOPES DA SILVA, VEIGA SIMÃO e SÁ, 2004).

Carita *et al* (1998) informa que o espaço da execução da tarefa deve ter boas condições para o desenvolvimento, promovendo a concentração dos indivíduos. Todavia, Freire (2009) ressalta que no ambiente de aprendizagem, os alunos devem ter o controle do ambiente físico e ter a consciência dos fatores sociais envolvidos à aprendizagem. O autor ressalva também que o devido ambiente poderá sofrer influência de valores, pressões sociais, o que poderá interferir nos resultados.



### 3 O TREINAMENTO TÉCNICO NO FUTEBOL

O treinamento é o que proporciona o sucesso do desenvolvimento do rendimento dos jogadores nos jogos e competições, além disso, é através do treinamento que o atleta melhora sua condição física, técnica, tática e psicológica (FERNANDES, 1994).

De forma geral Martin (1991, p.07) define treinamento como:

[...] processo planejado, com o qual se procura alcançar determinado nível de desempenho que é sempre o resultado da interação complexa de parâmetros condicionais, coordenativos, psíquicos e de qualidades pessoais.

Nesta perspectiva, julga-se válido ressaltar do que trata a técnica. Para Mutti, (2003) é através dela que se observa a diferença de um jogador para o outro; pela técnica é que se podem observar a facilidade, a habilidade e a beleza dos chamados “craques”, que o autor define como pessoas que dominam os elementos fundamentais do jogo.

“Define-se a técnica como todo gesto ou movimento realizado pelo atleta que lhe permite dar continuidade e desenvolvimento ao jogo” (VOSER, GUIMARÃES e RIBEIRO, 2006, p. 151).

Quanto ao treinamento técnico, Falk e Pereira (2010, p. 118) o definem:

O treinamento técnico do futebol é uma das preparações do jogador à modalidade, normalmente envolvendo a bola o atleta passa a ter contato direto com as exigências específicas do jogo desenvolvendo e aperfeiçoando a técnica, habilidade e improviso para desenvolver bem suas funções no campo de jogo.

Frisselli e Mantovani (1999, p. 59), sobre treinamento técnico, afirmam: “Define-se treinamento técnico a aprendizagem, aperfeiçoamento ou desenvolvimento de um fundamento do futebol”. Tais fundamentos são apresentados por Falk e Pereira (2010, p. 119-120) da seguinte forma:

- Controle de bola ou domínio: é a diminuição da velocidade da bola, dominando-a convenientemente, trabalhando de acordo com as situações diversas que ocorrem numa partida [...]. - Passe: Transferência de posse de bola entre os elementos de uma mesma equipe, visando, desta forma, manter a bola em poder da equipe e/ou atingir o gol adversário [...]. - Drible: são toques sucessivos efetuados na bola, progredindo no campo (ou não), mantendo-a dominada e fintando, ou não o adversário [...] - Finta: é o ato de enganar o adversário, com ou sem bola [...]. - Chute: é o ato de golpear a bola utilizando um dos pés, buscando um determinado objetivo, que no futebol é o gol



adversário [...]. - Cabeceio: é um dos trabalhos desenvolvidos pelos jogadores, pelo alto, visando surpreender os jogadores adversários, através de armações e/ou conclusões de jogadas, sem que a bola seja interceptada [...].

É válido ressaltar que, em se tratando dos fundamentos do futebol, é grande o número de definições e explicações, feitos por diversos estudiosos do meio futebolístico.

Melo (2007) informa que no futebol atual há muita marcação por parte das equipes, desta forma é importante que o atleta tenha o domínio dos fundamentos técnicos. Uma equipe que executa bem os fundamentos terá maior possibilidade de obter melhor performance no jogo. No que diz respeito aos métodos de treinamento dos fundamentos técnicos, Carraveta comenta que

Predominam durante toda a temporada anual e podem ser treinados com a utilização dos seguintes métodos: 1. Método de ensino global (integral): emprega exercícios e jogos de forma global. 2. Método de ensino analítico: o ensino da técnica é realizado por partes. 3. Método de ensino situacional: são utilizadas situações de jogo para o treinamento das técnicas (CARRAVETA, 2012, p. 151)

Os fundamentos citados acima devem ser desenvolvidos o mais próximo possível da realidade dos jogos, por meio do treinamento técnico, para que possam promover uma melhor capacitação dos atletas dentro das partidas, por se tratarem de atletas de alto nível (CUNHA, *et al.* 2011), como o são os sujeitos do presente estudo. Os mesmos autores ainda afirmam que este grupo normalmente faz parte da categoria profissional e sub-20; porém ao se tratar de idade, observa-se que é comum atletas de 16, 17 anos já pertencerem às categorias profissionais pelo seu nível de desempenho.

No treinamento técnico para alto nível, o atleta deve ser submetido a situações que oferecem um alto número de opções, provocando progressos em sua capacidade de decidir e realizar a melhor ação. Dessa forma, eles aprenderão e ficarão mais familiarizados com as diferentes situações de jogo, ou seja, a presença de adversários e seus movimentos, presença de companheiros para suporte, velocidade de execução, precisão, limitação espacial etc (CUNHA, *et al.* 2011, p.45).

Assim, alguns treinamentos que se enquadram a essa realidade podem ser desenvolvidos como:

[...] jogos com espaços reduzidos com um número menor de participantes, simulações de ataque contra defesa, treino de finalização em que os jogadores de meio-campo e laterais preparam jogadas para atacantes etc. Dentro do treinamento técnico também está incluído o coletivo, que pode conter



condições especiais criadas pelo professor, visando elevar ainda mais o nível de dificuldade da partida. Jogadas de bola parada também podem fazer parte dos exercícios próximos às situações de jogo. Nessa situação, o professor irá treinar as mais diferentes formas de se criar uma jogada e realizar uma finalização a partir de uma cobrança de falta, escanteio ou mesmo lateral. (CUNHA, *et al.* 2011 p. 48).

Cunha *et al.* (2011) ainda citam que exercícios repetitivos, em que não há situação real de jogo, não poderão proporcionar avanços técnicos nos atletas de alto rendimento. Porém, isto não significa que este tipo de prática seja totalmente excluído dentro dos devidos treinamentos. Segundo os autores, é importante que nesse tipo de prática o atleta trabalhe com materiais alternativos (bolas de borracha, de tênis) que proporcionem um grau de dificuldade para o devido desenvolvimento da técnica. Esse tipo de treinamento também poderá servir como aquecimento para um treinamento técnico específico, e para a reabilitação do atleta.

Nesse sentido, o treinamento voltado para os sujeitos deve ser específico, de acordo com a característica e posição, mesmo que um ou outro exerça mais de uma, seguindo a variabilidade de opções no desenvolvimento da tarefa ou de um fundamento (CUNHA, *et al.* 2011).

#### **4 A APLICAÇÃO DO CONSTRUTO DA AUTORREGULAÇÃO NO FUTEBOL**

Alguns pesquisadores, que desenvolvem trabalhos dentro da autorregulação e do desempenho esportivo, como, por exemplo, Anshel e Porter (1996), têm demonstrado que a autorregulação pode afetar positivamente a performance do atleta. Os mesmos autores ainda informam que atletas que não conseguem se autorregular poderão estar sujeitos a não dar o melhor de si.

No futebol estabelecem-se metas a serem alcançadas pelas pessoas, aspecto também enfatizado dentro da autorregulação da aprendizagem. Woolger e Power (1993), informam que, pelo fato do futebol vivenciar vários tipos de aprendizagem, faz-se necessário o estabelecimento de metas de curto prazo, visando o alcance de objetivos a longo prazo. O estabelecimento de objetivos a curto prazo poderá contribuir para a motivação do jogador na conquista de um objetivo.

Weinberg e Gould (2008) falam sobre metas em um ambiente de treinamento:



Com muita frequência, os atletas e técnicos se concentram apenas em metas de competição. Estabelecer metas de treino é importante devido à grande quantidade de tempo que os atletas passam treinando (sobretudo em comparação com o tempo em que passam competindo) e à possibilidade de que as longas horas de treino possam se tornar aborrecidas para alguns indivíduos. Estabelecer metas práticas, então, é uma boa forma de obter uma margem competitiva focalizando-se em melhorar o que normalmente não se trabalha e mantendo-se a motivação [...] (p. 372).

Pintrich (2010), em relação ao aspecto cognitivo, cita a ativação do conhecimento prévio do conteúdo. Tal fator, no contexto do treinamento do futebol, implica no atleta avaliar sua condição pessoal para bem executar a mesma.

Brown (1978) cita que as ações metacognitivas são os mecanismos autorregulatórios utilizados pelas pessoas durante a resolução de um problema ou diante do enfrentamento de uma tarefa. No contexto do treinamento, tal aspecto é analisado a todo instante. Há a necessidade de o jogador obter ações rápidas e imprevisíveis, exigindo do mesmo a escolha da melhor ação a ser executada mediante a situação da tarefa (CUNHA, *et al.*, 2011).

Também observa-se que a consciência metacognitiva e o monitoramento da ação deve ocorrer, de igual modo, no atleta de futebol. No treinamento de futebol, é importante que se avalie se se está alcançando os objetivos, se os mesmos foram atingidos, que se avalie o desempenho identificando os pontos fracos e fortes e os que necessitam ser melhorados, que se tenha o hábito de analisar o desempenho dos companheiros de equipe no intuito de melhorar o próprio desempenho, e avaliar a contribuição pessoal no desempenho geral da equipe.

Bompa (2002) chama a atenção sobre a necessidade do treinador e do atleta estarem atentos a respeito da situação-problema dentro de um treinamento. Isto demonstra que não só o treinador deve ter a devida percepção; é importante que o jogador saiba identificar o problema e procure meios para que a dificuldade seja solucionada. É importante, também, que o treinador desperte isso em seu atleta, caso o mesmo não tenha o devido hábito. Desta forma, sujeitos que têm esse costume estarão demonstrando comportamento autorregulado.

Um fator no futebol que pode influenciar o desempenho do atleta é a aprendizagem por observação, mencionada pela teoria da autorregulação. Dentro do contexto de um treinamento de futebol, o jogador constantemente se depara com observações de modelos, seja do desempenho dos seus colegas de equipe, ou pela demonstração prática do treinador ou de algum membro da comissão técnica.





Nesta ordem de ideias, Bandura (1986) informa que a aprendizagem por meio da observação só será eficaz caso venha acompanhada, além da motivação, da atenção, retenção e reprodução motora. Com isso, dentro de um treinamento técnico, é importante chamar a atenção do atleta para que este procure ter o hábito de observar sua equipe, para melhor seu próprio desempenho.

Ammes (1992) afirma que uma poderosa maneira de motivar um indivíduo é fazê-lo enxergar a importância ou o significado de determinada tarefa. Printch (2010) descreve esse recurso como ativação do valor da tarefa. No contexto do treinamento de futebol, é importante que o jogador procure entender o motivo da tarefa. Algumas vezes o atleta não se sente motivado a realizá-la, seja por motivos pessoais, ou pelo grau de dificuldade da mesma. É extremamente importante o treinador ter o hábito de informar ao atleta a respeito da importância de determinado treinamento para a uma situação de jogo. Infelizmente, o que se observa, são alguns jogadores desempenhando uma tarefa sem saber o porquê da mesma.

Cunha, *et al.* (2011) afirmam que qualquer profissional ou praticante do futebol que desempenhar suas funções motivado, provavelmente a fará com mais competência e qualidade.

Cunha *et al.* (2011) informam que a teoria da autoeficácia é muito significativa na motivação, pois se a crença mesma de um sujeito for baixa para a execução de uma tarefa, menos motivado ele estará para realizá-la. Sendo assim, é necessário que se busque tornar alunos/atletas mais autoeficazes, uma vez que, desta forma, eles estarão mais motivados a participar dos treinos e jogos, pela expectativa de obterem êxito, e assim obterem melhor rendimento. Bandura (1993) cita que indivíduos com elevado grau de eficácia estarão mais seguros na realização de suas tarefas.

Cleary e Zimmermann (2001) observaram diferenças entre os especialistas de basquete, os não especialistas e os novatos no comportamento autorregulado. Dentre os resultados, constatou-se que os especialistas apresentavam níveis mais elevados de auto eficácia que os demais.

Uma ação autorregulada importante no construto da autorregulação da aprendizagem diz respeito à auto-observação do comportamento. Zimmerman (1986) chama atenção sobre a necessidade de alteração de procedimentos, caso o sujeito não atinja os objetivos planejados. Dessa forma, é importante que o atleta esteja atento a situações durante o treinamento que possa leva-lo a não alcançar o resultado desejado. É preciso que se auto avalie, faça diagnóstico da





causa de dificuldade e selecione estratégias para alcançar o sucesso esperado no desempenho da tarefa.

Neste contexto Pintrich (2010) aborda o planejamento do tempo e do esforço para o desenvolvimento da tarefa; no treinamento, um aspecto importante é o atleta ter o hábito de planejamento do tempo, reservando uma parte maior para o desenvolvimento da atividade que necessita aprimorar.

Carita *et al.* (1998) consideram os professores e colegas como suporte de ajuda. Considerando, também, que determinados atletas encontram dificuldades no desempenho da tarefa, é relevante que estes tenham o costume de buscar ajuda, o que também faz parte de um comportamento autorregulado (ZIMMERMANNM 1994).

Quanto à contextualização, Fernandes (1994), ao mencionar alguns pontos essenciais que devem fazer parte do planejamento do treinamento de futebol, informa que o local é um aspecto considerado muito importante no que diz respeito ao bom rendimento do atleta.

Matta e Greco (1996) também informam que o estado do gramado e o ambiente terão influência na qualidade de execução de uma técnica. Carita *et al.* (1998) corroboram este pensamento ao comentarem que o espaço para execução da tarefa deve ter boas condições, facilitando o desempenho dos indivíduos. Sobre esse aspecto, observa-se que dentro da realidade dos treinamentos de futebol, muitas vezes os atletas são prejudicados pelo mau estado do gramado, pela presença de torcedores, dentre outros.

Assim, no treinamento é importante que o atleta analise as condições do local, diagnosticando os pontos positivos que irão contribuir para o bom desempenho da tarefa e também os pontos negativos, elaborando estratégias para que certos fatos não venham comprometer seu desempenho.

Cunha, *et al.* (2011) citam alguns pontos que fazem parte do ambiente dentro de uma situação de treino/jogo, como a presença de adversários, dos companheiros de equipe, do tempo, de condições de campo, dentre outros. Faz-se necessário, entretanto, que o atleta procure se adaptar a certos ambientes, a adequação do contexto de acordo com suas possibilidades, tendo em vista o melhor desenvolvimento de suas capacidades. Garganta (2006) informa que, para os atletas entenderem o sentido do jogo, se faz necessário que esses sejam capazes de organizar suas ações em função do contexto.

Um tipo de interferência no contexto futebolístico é a presença e interferência do torcedor; a prática esportiva do futebol não é a mesma sem a presença desses sujeitos. A



presença da torcida é importante para uma equipe, não somente nas partidas, como também nos treinamentos, uma vez que isto faz com que o atleta se sinta mais motivado, em decorrência do apoio e carinho recebidos.

O fato é que, muitas vezes, pelo desempenho da equipe, ou especificamente de um determinado atleta, muitas vezes os torcedores, através de certos tipos de manifestação, direcionam cobranças agressivas, protestos e insultos aos atletas. Com isso, se faz necessário que o mesmo esteja atento, se controlando para que as interferências desfavoráveis no local de treinamento ou do jogo não venham comprometer o seu desempenho. Isto significa monitorar além da tarefa, as condições do contexto, como citado por Pintrich (2010).

Machado (2006 p. 27) faz uma observação, informando que “[...] atleta que possui um alto nível técnico e preparado psicologicamente, dificilmente se deixará influenciar por provocações e insultos de espectadores e, conseqüentemente, não será atingido pelos seus manifestos”.

A partir desse aspecto, observa-se mais uma vez, a importância da autorregulação, agora dentro do contexto psicológico. Assim, em caso da necessidade de um atleta ter a percepção de interferências que venham comprometer seu desempenho, deve procurar controlá-las.

De acordo com Zimmerman, (2006) os processos autorreguladores não produzirão imediatamente altos níveis de especialização, mas podem ajudar o indivíduo a adquirir conhecimentos e habilidades de forma mais eficaz.

## **5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

O quadro seguinte apresenta as médias das percentagens relacionadas às respostas positivas nas fases observadas: de antecipação da ação; de execução, relacionada ao monitoramento e ao controle da ação; e na fase de reflexão final da ação, correspondentes às dimensões cognitiva/metacognitiva, motivacional/afetiva, comportamental e contextual.

Médias das percentagens das respostas correspondentes às fases e dimensões relacionadas ao comportamento autorregulado.



Dimensões Observadas	Etapas*			(X%) das dimensões nas três etapas
	Planificação e antecipação (X % )	Execução (monitoramento e controle) (X %)*	Avaliação Final (X %)	
Cognitiva/Metacognitiva	75,7	66,2	40,6	60,8
Motivacional/Afetiva	77,1	72,7	27,5	62,3
Comportamental	59,4 (única variável observada)	32,4	75,0	55,6
Contextual.	67,3	45,3	10,8	41,1

\*Estas percentagens foram calculadas em torno das respostas positivas.

Constata-se assim, que a dimensão em que os atletas demonstraram melhor comportamento autorregulado na fase de antecipação diz respeito ao aspecto motivacional. Esclarece-se que, em se tratando da variável comportamental, visto ter sido somente uma variável observada, apresenta-se não à média, mas a percentagem obtida na única variável.

Quanto à fase de execução, (observando monitoramento e controle conjuntamente), constata-se que a dimensão em que os atletas demonstraram melhor comportamento autorregulado também diz respeito à dimensão motivacional/afetiva, seguida do aspecto cognitivo/metacognitivo.

Na fase de avaliação final, constata-se que a dimensão em que os atletas demonstraram melhor comportamento autorregulado diz respeito ao aspecto comportamental, seguida de variáveis de natureza cognitiva/metacognitiva.

Os resultados apresentados em relação à média (X) das dimensões observadas nas três fases em conjunto, demonstram que é no aspecto motivacional que eles apresentam melhor desempenho, e, no aspecto contextual, desempenho mais baixo.

No geral, o comportamento observado dos atletas tende a ser positivo na perspectiva da teoria da autorregulação, visto que a média das porcentagens obtidas nas diversas fases correspondentes a cada dimensão foi acima de 55%, à exceção da dimensão contextual que obtiveram média de percentagem de 41,1%. Entretanto, as médias das outras três dimensões (cognitiva/metacognitiva); motivacional/afetiva; comportamental e contextual) oscilaram entre 55,6% a 62,3%, por conseguinte, numa escala de 0 a 100, nenhuma delas situa-se entre 75% e 100%, ou seja, na última parte do quartil, situando-se entre 50% e 75% da escala, ou seja, na terceira parte do quartil. Tais circunstâncias demonstra que, embora o comportamento desses



atletas tende a ser positivo, necessitam ser trabalhados no sentido de obterem melhor performance naqueles aspectos apontados.

Com intuito de aprofundar algumas questões relacionadas ao questionário anteriormente aplicado, foi feito um grupo focal (entrevista coletiva) com 1/3 do grupo de jogadores, formado por atletas que responderam o questionário. As perguntas tratavam dos seguintes temas: mudanças em conhecimentos, valores e atitudes, em decorrência da profissão como jogador de futebol; interferências da profissão de jogador de futebol no relacionamento com pessoas próximas (família e amigos); interferência do público na profissão de jogador de futebol; a crença em Deus, como sustentáculo da crença de autoeficácia; e perspectivas profissionais após o término da carreira.

61

## CONCLUSÃO

Por meio do estudo analisou-se o comportamento autorregulado no treinamento técnico dos jogadores profissionais, de acordo a literatura especializada da autorregulação da aprendizagem. O comportamento dos atletas foi observado nas diferentes fases que envolvem a ação (antes, durante e após) em relação às dimensões cognitiva/metacognitiva, motivacional, comportamental e contextual.

Constatou-se que a dimensão em que os atletas demonstraram melhor comportamento autorregulado, na fase de antecipação, diz respeito ao aspecto motivacional, destacando, nesta dimensão, a crença de autoeficácia, em que, a totalidade do grupo a demonstrou possuir. Quanto à fase de execução (observando monitoramento e controle conjuntamente), a dimensão em que os atletas demonstraram melhor comportamento autorregulado também foi na dimensão motivacional/afetiva, seguida do aspecto cognitivo/metacognitivo. Os resultados relacionados à fase de avaliação final demonstraram que a dimensão em que os atletas apresentam melhor comportamento autorregulado diz respeito ao aspecto comportamental, seguida das variáveis de natureza cognitiva/metacognitiva.

Percebeu-se o resultado relacionado ao aspecto comportamental com restrição, visto que o instrumento aplicado possibilitou observação de um número reduzido de variáveis nesta categoria.

Em relação à dimensão cognitiva/metacognitiva, os atletas não obtiveram os resultados mais baixos. Possivelmente isso ocorreu porque, em se tratando de pessoas adultas, numa



atividade competitiva como a do futebol, o desempenho de excelência exigido nas competições força o atleta a uma atitude constante de autorreflexão.

Foi na dimensão contextual que os jogadores demonstraram desempenho mais baixo. Tal fato talvez tenha ocorrido porque, como observado e relatado em páginas anteriores, eles estão mais voltados para a própria performance e se interessam menos pelo comportamento dos companheiros de equipe e pelo contexto em geral. Este resultado pode também ser consequência de uma possível liderança autocrática, em que os subordinados (nesse caso, os atletas), delegam a responsabilidade de mudanças para o líder. Entretanto, este é um aspecto que merece maior observação para ser melhor compreendido.

Além disso, conforme citado anteriormente, foram verificadas importantes características de comportamento autorregulado dos jogadores, de acordo com a teoria da autorregulação da aprendizagem, destacando-se: a motivação dos atletas relacionada à crença de autoeficácia, que se traduz em maior persistência, esforço e atenção. Essa crença é sustentada por outra, qual seja, a crença em Deus; a religiosidade é um aspecto de forte evidência no grupo observado.

O comportamento autorregulado desses atletas, de modo geral, tende a ser positivo, entretanto, necessitam ser trabalhados no sentido de adquirirem certas atitudes que possivelmente favorecerão suas performances, quais sejam: analisar antes da execução da tarefa estratégias adequadas para os seus bom desempenho; analisar alternativas para desempenhar a tarefa, além da orientação recebida; reservar mais horas de trabalho para as habilidades que mais necessitam desenvolver; pensar nas habilidades que a tarefa exige, antes da sua execução; adquirir o hábito de refletir, ao final do treinamento, sobre a possibilidade de utilização de outras estratégias; reconhecer a necessidade de buscar ajuda, quando não compreenderem determinada tarefa e procurar, por ajuda de natureza técnica, a quem de direito; desenvolver maior observação do contexto; observar mais o desempenho dos companheiros de equipe com o intuito de melhorar o próprio (modelação); preocupar-se mais pelo desempenho da equipe, tanto quanto o fazem por seus próprios desempenhos.

Quanto ao treinador ou à comissão técnica, sugere-se reforçar mais o objetivo da tarefa a ser executada, e observar as possíveis interferências do contexto no desempenho dos jogadores.

Através do grupo focal identificou-se ainda outros aspectos favoráveis e não favoráveis que destacamos: Em relação ao primeiro, a profissão de jogador tem proporcionado crescimento relacionado a conhecimentos, valores e atitudes, interferindo também no



crescimento dos familiares. Constatou-se também haver grande vínculo afetivo entre os companheiros de equipe. Em relação aos aspectos desfavoráveis, na percepção dos jogadores, destaca-se o distanciamento da família e dos amigos. Além disto, mencionaram que suas privacidades são afetadas pela mídia e pelos torcedores e que dispõe de pouco tempo para o lazer.

Relacionado à percepção de futuro profissional após deixarem o futebol, alguns membros do grupo já veem um novo caminho, outros disseram que não têm pensado no que fazer, porém a maioria informou não estar tomando nenhuma providência. Isto evidencia a necessidade de um trabalho de conscientização com os jogadores, referente à carreira futura pouco promissora em termos financeiros, e a necessidade atual de continuarem estudando. O ensino à distância poderá ser um meio para lhes facilitar o estudo, em virtude da rotina da profissão de jogador de futebol.

Finalizando, espera-se que este estudo estimule a reflexão dos atletas de futebol, para o melhor desempenho profissional dos mesmos, e desperte a consciência da comissão técnica e dos demais profissionais envolvidos no futebol, a respeito da contribuição que a teoria da autorregulação da aprendizagem pode trazer à metodologia de seus trabalhos, além de abrir perspectivas para outros estudos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. P. De. *Fatores motivacionais que interferem no desempenho do atleta profissional de futebol (foco na autoconfiança)*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18831/000732951.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 de jul. 2013.

AMES, C. *Classrooms: Goals, structures, and student motivation*. Journal of Educational Psychology, v. 84, 1992, p. 161-171.

ANSHEL, M. H.; PORTER, A. *Self-regulatory characteristics of competitive swimmers as a function of skill level and gender*. Journal of Sport Behavior, 19, 1996, p. 91-110.

BANDURA, A. *Social foundations of thought and action. A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.

BANDURA, A. *Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning*. Educational Psychologist, v. 28, n. 2, 1993, p. 117-148.



- BOMPA, T. O. *Periodização: teoria e metodologia do treinamento*. São Paulo: Phorte, 2002.
- BROWN, A. L. Knowing when, where, and how to remember: a problem of metacognition. In: GLASER, R. *Advances in instructional psychology*. Hillsdade, N.J.: Erlbaum, 1978, p. 77-165.
- CARITA, A.; SILVA, A.; MONTEIRO, A.; DINIZ, T. *Como ensinar a estudar*. Lisboa: Presença, 1998.
- CARRAVETTA, E. *Futebol: a formação de times competitivos*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- CARTA, J. F. *Avaliação do uso de estratégias volitivas: estudo exploratório utilizando o método q-sort em jovens do 7º, 8º e 9º ano de escolaridade*. Lisboa, 2012. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7828/1/ulfpie043047\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7828/1/ulfpie043047_tm.pdf). Acesso em: 07 de jul. 2013.
- CLEARY, T. J.; ZIMMERMAN, B. J. *Self-regulation differences during athletic practice by experts, non-experts, and novices*. *Journal of Applied Sport Psychology*, 13, 2001, p. 185-206.
- CORNO, L. Volitional Aspects of Self-Regulated Learning. In: ZIMMERMAN, B. J.; SCHUNK, D. *Self Regulated Learning and academic Achievement*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001, p. 191-225.
- CORNO, L. Student volition and education: outcomes, influences, and practices. In: SCHUNK, D. H.; ZIMMERMAN, B. J. *Self-regulation of learning and performance: Issues and educational applications*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1994, p. 229-251.
- CUNHA, S. A. *et alli. Futebol: aspectos multidisciplinares para o ensino e treinamento*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.
- FALK, P. R. A.; PEREIRA, D. P. *Futebol: gestão e treinamento*. São Paulo: Ícone, 2010.
- FERNANDES, J. L. *Futebol: ciência, arte ou ... sorte!: treinamento para profissionais: alto rendimento: preparação física, técnica, tática e avaliação*. São Paulo: EPU, 1994. Acesso em: 07 de jul. 2013.
- FLAVELL, J. H. Metacognitive aspects of problem solving. In: RESNICK, L. B. *The nature of intelligence*. Hillsdade, N.J.: Erlbaun, 1976, p. 110-238.
- FREIRE, L. G. L. *Auto-regulação da aprendizagem*. *Revista Ciência & Cognição*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 276-286, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S180658212009000200019&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S180658212009000200019&script=sci_arttext). Acesso em: 07 de jul. 2013.
- FRISSELLI, A.; MANTOVANI, M. *Futebol: Teoria e prática*. São Paulo: Phorte, 1999.





GARGANTA, J. Ideias e competências para “pilotar” o jogo de futebol. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. De S. *Pedagogia do Desporto*. Rio de Janeiro: Koogan, 2006, p. 313-325.

KUHL, J. Volitional aspects of achievement motivation and learner helplessness: Towards a comprehensive theory of action control. In: MAHER, B; MAHER, W. *Progress in experimental personality research*. New York: Academic Press, v. 13, 1984.

LOPES DA SILVA, A. A autorregulação na aprendizagem. A demarcação de um campo de estudo e de intervenção. In: LOPES DA SILVA, A.; DUARTE, A; SÁ, I.; VEIGA SIMÃO. A. M. *A aprendizagem autorregulada pelo estudante: perspectivas psicológicas e educacionais*. Porto, 2004, p. 18-39.

LOPES DA SILVA, A. VEIGA SIMÃO A. M.; SÁ, I. *A auto-regulação da aprendizagem: Estudos teóricos e empíricos*. Intermeio : revista do programa de pós-graduação em educação – ufms, v. 10, n.19, 2004. disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/179>. Acesso em: 07 de jul. 2013.

MACHADO, A. *Psicologia do Esporte: da Educação física escolar ao esporte de alto nível*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.

MARTIN, D. *Técnica desportiva e teoría del entrenamiento*. Buenos aires: Stadium, v. 25, n. 147, 1991, p. 6-13.

MATTA, M. De O.; GRECO, P. J. *O Processo de ensino-aprendizagem-treinamento da técnica esportiva aplicada ao futebol*. Revista Mineira Educação. Física, Viçosa, v. 4, n. 2, 1996, p. 34-50.

MELO, R. S. De. *Futebol, 1000 exercícios*. Rio de Janeiro: Sprint, 2007.

MUTTI, D. *Futsal: da iniciação ao alto nível*. São Paulo: Phorte, 2003.

PINTRICH, P. R. The Role of goal orientation in self-regulated learning. In: BOEKAERTS, M.; PINTRICH, P.R.; ZEIDNER, M. *Handbook of self-regulation*. Academic Press, San Diego, 2010.

SILVA, T. A. Da. *O Comportamento em Treinamento Técnico de Jogadores Profissionais de Futebol: Um Estudo na Perspectiva da Autorregulação da Aprendizagem*. 2013. 127 f. Dissertação (Cognição e Linguagem) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

VEIGA SIMÃO, A. M. Auto-regulação da aprendizagem: um desafio para a formação de professores. In: BIZARRO, R.; BRAGA, F. *Formação de professores de línguas estrangeiras: reflexões, estudos e experiências*. Porto, 2006, p. 192-206.



VEIGA SIMÃO, A. M. O conhecimento estratégico e a auto-regulação da aprendizagem. Implicações em contexto escolar. In: LOPES DA SILVA, A.; DUARTE, M.; SÁ, I.; VEIGA SIMÃO, A. M. *Aprendizagem auto-regulada pelo estudante: perspectivas psicológicas e educacionais*. Porto, 2004, p. 77-87.

VOZER, R. C.; GUIMARÃES, M. G. V.; RIBEIRO, E. R. *Futebol: história, técnica e treino de goleiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. *Fundamentos da Psicologia do esporte e do exercício*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WOLTERS, C. *Regulation of motivation: evaluating an underemphasized aspect of self-regulation learning*. Education Psychologist, 2003.

WOOLGER, C.; POWER, T. G. *Parent and sport socialization: views from the achievement literature*. Journal of Sport Behavior, Mobile, v. 16, n. 3, 1993, p. 171-181.

ZIMMERMAN, B. J. Attaining self-regulation: A social cognitive perspective. In: BOEKAERTS, M., PINTRICH, P.; ZEIDNER, M. *Handbook of Self-Regulation*. New York: Academic Press, 2010, p.13-39.

ZIMMERMAN, B. J. Development and adaptation of expertise: The role of self regulatory processes and beliefs. In: ERICSSON, K. A.; CHARNNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, ROBERT, R. *The Cambridge handbook of expertise and expert performance*. New York, NY: Cambridge University, 2006, p. 705-722.

ZIMMERMAN, B. J. *Development of self-regulated learning: wich are the key subprocesses?* Contemporary Educational Psychology, v.11, 1986, p.307-313.



## **PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE: REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, E REDES SOCIAIS \***

TORQUATO, Rosane Andrade

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. Graduada em Pedagogia pela PUCPR; Especialista em Educação, Arte e Terapia, e Educação a Distância.*  
Email: [rosane.torquato@yahoo.com.br](mailto:rosane.torquato@yahoo.com.br)

FUJINAGA, Cristina Ide

*Professor Adjunto C – Departamento de Fonoaudiologia da UNICENTRO. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO.*  
E-mail: [cifujinaga@gmail.com](mailto:cifujinaga@gmail.com).

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal

*Professor Adjunto C – Departamento de Administração da UNICENTRO. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO.*  
E-mail: [gonzaga@unicentro.br](mailto:gonzaga@unicentro.br).

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo refletir alguns conceitos sobre as categorias tecnologias, comunicação, educação e redes sociais na produção do conhecimento neste século. Indica-se a viabilidade de um pensar sobre a interdisciplinaridade como meio e promotora de uma relação dialógica entre essas categorias. Identifica-se a necessidade de se inferir um olhar investigativo sobre as possibilidades de novas formas de produção do conhecimento com intencionalidade pedagógica a partir das redes sociais *on line*, elemento este que possibilita o encontro das categorias aqui descritas.

**Palavras-chave:** tecnologias – educação – interdisciplinaridade

### **ABSTRACT**

This article aims to reflect on some concepts about technologies, communication, education, and social networks categories on knowledge production in this century. Indicate the feasibility of interdisciplinary thinking as a way to promote a dialogic relationship between these categories. Identifies the need to infer an investigative look at new forms of knowledge production with pedagogical intent from online social networks, element that allows the meeting with the categories here described.

**Key-words:** Technologies - education – interdisciplinarity

---

\* Este trabalho recebeu apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP UNICENTRO e da CAPES.



## INTRODUÇÃO

A razão iluminista, elemento estruturante da modernidade e grande responsável pela organização do ensino no mundo ocidental, encontra dificuldades hoje em dar paradigmas absolutos em relação à produção do conhecimento tanto local quanto global. O modo de produzir, executar e circular o conhecimento não mais se restringe às imposições das conveniências institucionais, porém vai forçando o deslocamento dos lugares produtores de conhecimento e de educação, assim como também a um constante re-pensar. É preciso refletir um contexto de sociedade multicultural que é caracterizado pela diversidade, sofre impactos, mas também impacta e desafia com novas produções de conhecimento. Edgar Morin (2002, p.88) comenta que “Hoje em dia, admite-se cada vez mais que... o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo, como o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes.”

Desta forma, definir ou (re)definir relações entre a subjetividade e a realidade objetiva, vai se apresentando como um mundo de incertezas, requisitando novas formas de pensar a produção do conhecimento e os desafios ocasionados pelos impactos das categorias tecnologias, comunicação, educação e redes sociais. Não se tem aqui a intenção de apresentar uma investigação detalhada sobre estes temas, porém o de apontar a importância da reflexão em torno destas categorias como elementos importantes na produção do conhecimento que se abre para a interdisciplinaridade. A própria compreensão destes elementos indica a necessidade de uma interrelação de conceitos e práticas que talvez, necessariamente, se colocam numa proposta interdisciplinar e de interdiscursividade.

## 1 TECNOLOGIAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A sociedade em que se vive hoje caracteriza-se principalmente pelo domínio da tecnologia. Isso não é algo novo se olhar-se para os dois últimos séculos e meio (para as chamadas Revoluções Industriais) e elencar-se as descobertas e inovações técnicas desde as grandes máquinas industriais, de transporte, dentre outros campos do saber. Entretanto, a proposta neste artigo é apontar com base em alguns teóricos o conceito de Tecnologia para além de seu caráter instrumental.



No processo de construção de uma definição do que seria Tecnologia, Feenberg (1999) citado por Dagnincy e Novaes (2004) tece uma relação desta com o conceito de mercadoria baseado em conceitos marxianos. O conceito de fetiche da mercadoria mostra o conteúdo de classe da produção do capitalismo de sua época. Para Karl Marx, o fetiche da mercadoria era a inserção de um valor imaginário a esta, resultando no entendimento das leis econômicas como sendo naturais e independentes da história. Criticar o fetichismo é desvelar o segredo da acumulação de capital e das origens da mais valia, identificando o capitalismo como um modo de produção historicamente constituído e a mercadoria como uma forma de relação entre as classes sociais que nasce com este modelo econômico. Numa fala clássica em *O Capital*, Marx (1996, p. 198) declara que “o misterioso da forma mercadoria consiste simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social existente fora deles, entre objetos.”

A mercadoria relaciona-se com o conceito de tecnologia na medida de que ambas são produtos da ação humana socialmente produzidas e afeitas à ação do fetiche que este produto social encarna através do modo capitalista. Ao contextualizar a Tecnologia e defini-la como elemento sócio-cultural, com influências históricas, políticas, que rompe com a visão de neutralidade e de mera instrumentalidade, Feenberg identifica seu caráter ideológico e de racionalidade técnica.

No uso marxiano, o fetichismo das mercadorias não é a atração pelo consumo, mas a crença prática na realidade dos preços colocados nas mercadorias pelo mercado. Como destaca Marx, o preço não é, de fato, um atributo "real" (físico) das mercadorias, mas a cristalização de uma relação entre os fabricantes e os consumidores. No entanto, o movimento das mercadorias do vendedor para o comprador é determinado pelo preço como se ele fosse real. Do mesmo modo, o que se mascara na percepção fetichista da tecnologia é seu caráter relacional, justamente porque ela aparece como uma instância não-social de pura racionalidade técnica. ((FEENBERG, 1999, p. 25 *apud* Dagnincy e Novaes (2004)

Diferentemente do instrumentalismo (acredita-se que a tecnologia é simplesmente uma ferramenta ou instrumento da espécie humana para satisfazer nossas necessidades); do determinismo (defende-se que a força motriz da história é o avanço tecnológico, ou seja, a tecnologia controla os humanos) e do Substantivismo (atribui-se valores substantivos à



tecnologia, envolve compromisso com uma concepção específica de uma vida boa), Andrew Feenberg indica a possibilidade de Teoria Crítica.

Este é a posição em que me coloco. A teoria crítica da tecnologia sustenta que os seres humanos não precisam esperar um Deus para mudar a sua sociedade tecnológica num lugar melhor para viver. A teoria crítica reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo, mas ainda vê uma promessa de maior liberdade na tecnologia. O problema não está na tecnologia como tal, senão em nosso fracasso até agora em inventar instituições apropriadas para exercer o controle humano dela. Mas, poderíamos adequar a tecnologia submetendo-o a um processo mais democrático no *design* e desenvolvimento. (FEENBERG, 2003, p.9)

Em síntese a tecnologia é uma construção social complexa, imbricada em meio a questões políticas, incorporando valores da sociedade industrial, e tornando-se em geral um instrumento de dominação cultural e controle social. Não determina por si só a realidade, não é autônoma e nem neutra. Porém, constitui-se na interação da ação-reflexão-ação do qual não apenas alguns, mas diferentes atores sociais devem participar de sua elaboração, produção e apropriação. É necessário desenvolver uma crítica contextualizante e contextualizada dos artefatos tecnológicos para os ambientes sócio-histórico-culturais nos quais os mesmos foram concebidos. Esta prática poderá colaborar no desenvolvimento de um processo consciente de como ocorre, dentre outras coisas, a produção do conhecimento para a reprodução, produção e transformação das tecnologias, possibilitando não a poucos, porém a muitos a apropriação destes conhecimentos.

As chamadas novas tecnologias na chamada sociedade da informação ganham destaque. E este artigo delimita seu olhar sobre as chamadas tecnologias de informação e comunicação. CASTELS (1999) apresenta cinco aspectos considerados por ele como bases do paradigma da informação: primeiro, a informação como sendo a matéria-prima e constitutiva da atividade humana; segundo, a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias e sua capacidade de moldar situações de vida individual e coletiva; terceiro, a lógica de redes no uso das novas tecnologias da informação que estrutura o não estruturado, mas preserva a flexibilidade; o quarto aspecto diz respeito a flexibilidade dos sistemas de redes em que a reversibilidade dos processos e a capacidade de reconfiguração da rede aponta para este novo paradigma tecnológico, caracterizado por mudanças a todo instante; e por último, o quinto aspecto fala da convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (exemplo, a integração dos computadores, telecomunicações e microeletrônica num único sistema.). Parece





não haver dúvidas que o desenvolvimento tecnológico possibilitou que a informação passasse a representar a mola mestra na oferta de bens e serviços. Estas tecnologias configuram-se como um dos elementos mais dinâmicos da atual economia mundial. Interferem no cotidiano de milhões de pessoas em todo o mundo. Leva diferentes pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento a refletirem sobre seus benefícios e mal-estar sobre o indivíduo e a sociedade. No entanto, o que parece certo: está ocorrendo um deslocamento dos locais (legitimados) produtores de educação e conhecimento. Uma nova comunicação vai requisitando novas capacidades leitoras que se estabelecem em linguagens e códigos ancorados em signos icônicos, sonoros, digitais, etc. Será necessária e até mesmo possível uma ação interdisciplinar entre áreas como a Educação, Comunicação e Tecnologias a fim de vislumbrar e refletir novas formas de produção do conhecimento?

71

## **2 TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: CAMINHOS QUE SE INTERCRUZAM NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

No processo de desenvolvimento humano e tecnológico percebe-se desde a oralidade, a escrita, a correspondência, a imprensa, o telégrafo, o rádio, o telefone, o cinema, a televisão, o vídeo até o computador, apresentarem-se como meios criados e recriados pelo homem como transformadores do seu espaço e do seu tempo, numa tentativa de estabelecer novas relações, e comunicação.

Definir a palavra comunicação é um grande desafio devido à polissemia que se constrói em torno da própria palavra. Está presente na vida de todos os indivíduos. Não é um objeto neutro ou exterior a si. Diferentes áreas do conhecimento tentam defini-la. Etimologicamente comunicação do latim *comunicare* (séc.XIV) quer dizer por em comum, partilhar. Para Dominique Wolton (2004) é este sentido que todos esperam: o de partilhar algo com alguém. Entretanto é a partir do século XVII que surge outro sentido que conduz a um outro sentido, o de difusão que ajudará no desenvolvimento da livraria e mais tarde a imprensa. Porém progressivamente os dois sentidos vão se distanciando devido ao volume de documentos e de informações difundidas, apontando para a difusão como não condição obrigatória de partilha. Em suas pesquisas sobre comunicação e sociedade este pesquisador aponta para a dificuldade de análise em torno do tema comunicação, entretanto é necessário insistir sobre esta.





Poucos setores foram confrontados com mutações tão rápidas nos últimos 50 anos, mas, sobretudo, há poucos que sejam tão recentes como este. A escola, a cidade, as ciências e o exército também foram afetados por mudanças imensas, mas são de sectores antigos das nossas sociedades onde existem tradições de análise; enquanto a comunicação só explodiu, como valor característico da modernidade, há cerca de meio século. O que mostra quão recente é este fenômeno. Ao mesmo tempo, a comunicação tornou-se de tal maneira presente na economia, nas técnicas, na política, que o discurso dos agentes (empresários, engenheiros, homens políticos e jornalistas) invadiu tudo. Já quase deixou de haver lugar para dizer outra coisa. E, contudo, é indispensável compreender, de tal modo a comunicação se colou à pele das sociedades contemporâneas. O que está aqui em causa é o estatuto do conhecimento. (WOLTON, 2004, p.4,5)

72

A Comunicação tem grande êxito hoje, porque segundo Wolton(2004) as técnicas libertam o homem das condicionantes ancestrais do tempo e do espaço, o que lhe permite ver, falar e estabelecer trocas em todas as partes do mundo diariamente e permanentemente, além de amplificar a comunicação enquanto uma necessidade antropológica e símbolo da modernidade. São indicados três sentidos para o significado de comunicação: o primeiro é que esta é uma experiência antropológica fundamental, pois, não existe vida individual e coletiva sem comunicação e para tanto a sociedade cria e define regras para que esta ocorra de forma partilhada, o que indica aqui sua função normativa. Segundo, comunicação é também o conjunto de técnicas, hoje entendida tanto quanto comunicação direta entre duas ou mais pessoas, quanto aquela à distancia, mediatizada pelas tecnologias (telefone, TV, rádio, informática...). Terceiro, a comunicação tornou-se uma necessidade social funcional para economias interdependentes, ou seja, o modelo dominante é o da abertura nas relações comerciais e políticas, desta forma as técnicas da comunicação desempenham um papel indispensável. “Se tudo está aberto e em interação com uma divisão internacional do trabalho, então os sistemas técnicos, dos computadores às redes e aos satélites, são uma necessidade funcional, sem relação com o modelo de comunicação normativo.” (WOLTON, 2004, p.11)

Por outro lado é importante aqui evidenciar que tanto a comunicação normativa (ideal de comunicação, partilha de qualquer coisa em comum), quanto a funcional (comunicação interpessoal, não numa perspectiva de intercompreensão ou intersubjetividade, mas na eficácia ligada à necessidades ou a interesses) não podem ser reduzidas uma ao espaço privado e outra ao público. Não são raras as vezes que a comunicação funcional parece fazer parte de ambientes familiares, enquanto em ambientes administrativos ou comerciais são percebidos aspectos da dimensão normativa, de partilha.



Numa tentativa de síntese, comunicação é muito mais do que uma identificação apenas com as mídias. Dominique Wolton aponta para quatro fenômenos complementares: primeiro, comunicação é o ideal de expressão e de troca que está na origem da cultura ocidental e consequentemente da democracia; em segundo lugar é também o conjunto das mídias de massas; é em terceiro lugar o conjunto das novas técnicas (que a partir da informática e das telecomunicações e da interrelação destas vem transformando consideravelmente as relações). É enfim, valores, símbolos e representações que organizam o funcionamento do espaço público. “Quer dizer, tudo o que permite às colectividades representar-se, entrar em relação umas com as outras, e agir sobre o mundo. Estas quatro dimensões da comunicação caracterizam, pois, tanto a comunicação directa como a comunicação mediatizada pelas técnicas; as normas e os valores que a promovem, bem como os símbolos e as representações que animam as relações sociais. (WOLTON, 2004, p.368)

Porém, as facilidades impostas pelo avanço da tecnologia não são garantia de melhora nas relações e trocas. O nível de complexidade da comunicação humana é profundo. Aquilo que deveria aproximar os seres humanos transforma-se, muitas vezes, no principal elemento de afastamento.

A comunicação não é uma instituição legitimada historicamente pela sociedade como promotora de educação e da transmissão dos saberes sistematizados. Entretanto, não se nega seu caráter de formação e de produção de significados compartilhados. Para Baccega (2011) alguns dos desafios que se colocam na inter-relação das novas tecnologias, educação e comunicação é a superação da eterna discussão sobre a adequação e utilização das tecnologias nos ambientes escolares e acadêmicos, obrigando a inclusão de temas como mediações, criticidade, informação e conhecimento, circulação das formas simbólicas; outro desafio é o de conhecer a diversidade de que a multi, inter e transdisciplinaridade dos diversos saberes dialogam entre si e que os resultados de pesquisas tem apontado “os meios de comunicação como os maiores produtores de significados compartilhados que jamais se viu na sociedade humana” (BACCEGA,2011,p.35)

Imersa num contexto de grande complexidade e, assim como as tecnologias, carregada de diversos sentidos (porque não pode ser desvinculada de seu contexto sociocultural), a comunicação precisa ser refletida e questionada. Wolton (2004) e Martín-Barbero (2011) apontam para a necessidade do desenvolvimento da capacidade crítica como uma das



possibilidades de resistência aos aspectos dominantes e ideológicos impostos ou mediados pela comunicação. É aqui que a tanto a comunicação quanto a educação podem ter um papel de manutenção, reprodução, produção e transformação do conhecimento.

Em uma de suas definições sobre educação, Paulo Freire (2011, p.91) declara que “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Percebe-se aqui a dimensão comunicativa da educação, inserida num contexto histórico-cultural, vivida por homens e mulheres em busca de humanização. “Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta na vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação. Dentro desta perspectiva da comunicação educativa como relação e não como objeto, os meios são ressituidos a partir de um projeto pedagógico mais amplo.” (SOARES, 2011, p.23)

A sociedade da informação baseada nas novas tecnologias, de acessos múltiplos e complexos, vai criando condições para alterações nas formas dos relacionamentos, do pensamento, das práticas sociais, costumes, dentre outros. Ao falar sobre as tecnologias da informação Martín-Barbero (2010) argumenta que devido a centralidade que a informação e o conhecimento tem na chamada sociedade global, as tecnologias da informação estão transformando o sentido de lugar no mundo, e alerta para o surgimento de um ecossistema comunicativo, tão vital como o ecossistema verde, ambiental.

A primeira manifestação e materialização do ecossistema comunicativo é a relação com as novas tecnologias – desde o cartão que substitui ou dá acesso ao dinheiro, até as grandes avenidas da Internet – com sensibilidades novas, claramente visíveis entre os mais jovens. Eles têm maior empatia cognitiva e expressiva com as tecnologias e com os novos modos de perceber o espaço e o tempo, a velocidade e a lentidão, o próximo e o distante. Trata-se de uma experiência cultural nova ou como chamou Walter Benjamin, um *sensorium* novo. Novos modos de perceber e de sentir; uma sensibilidade que, em muitos aspectos, se choca e rompe com o *sensorium* dos adultos. (MARTÍN-BARBERO, 2011, p.125)

Neste contexto de linguagens complexas que se utilizam da linguagem verbal, não-verbal, visual, audiovisual, assim como de diferentes discursos, a inter-relação entre novas tecnologias, comunicação e educação vai exigindo uma nova forma de lidar com a produção, (re)produção e transformação do conhecimento. Os conhecimentos que circulam dentro dos espaços legitimados de saber, principalmente na escola, tornam-se um espaço cruzado por



mensagens, signos e códigos que não estão limitados especificamente aos conteúdos da chamada educação formal institucionalizada, porém é cruzada e perpassada por redes de “hibridismo”. Para Citelli (2006) é necessário discutir a importância da escola e do diálogo entre o campo da comunicação e o campo da educação, pois, estes se constituem como redes de conhecimentos que não estão mais restritos em torno da oralidade primária ou da escrita, porém através da interconexão das várias formas de produção, circulação e recepção de produtos culturais midiáticos. Martín-Barbero (2011, p.132) vai adiante e alerta que: “Um dos maiores desafios que o ecossistema comunicativo faz à educação é: ou se dá a sua apropriação pelas maiorias ou se dá o reforçamento da divisão social e a exclusão cultural e política que ele produz”.

Desta forma, a relação com o conhecimento é compreendida como algo que vai rompendo com seu caráter meramente objetivo e quantitativo. A educação passa a entender o conhecimento como algo complexo. Nas palavras de Edgar Morin:

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos... comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é circular, passando da separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese a análise. Ou seja: o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese. (MORIN, 2002, p24)

A educação enquanto ato de conhecimento (como postulado por Paulo Freire!) é para Morin (2000) construída com bases no diálogo com a incerteza, com a problematização, com a busca pela lucidez. É muito provável que com base nestes pressupostos as novas tecnologias, comunicação e educação poderão em suas inter-relações construir um pensar e agir interdisciplinar como possibilidade a este novo contexto que se coloca à produção do conhecimento.

### **3 REDES SOCIAIS: O FACEBOOK COMO POSSIBILIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Dados recentes confirmam que quase a metade da população brasileira já tem acesso à internet. Em pesquisa recente o IBGE apontou que subiu de 41,6% para 46,5% entre 2009 e



2011 o total da população de dez anos ou mais que tinha acesso a internet no momento da pesquisa. A pesquisa também identificou a caracterização deste grupo: a maioria são jovens entre 15 e 19 anos, sendo que o número de pessoas com idade entre 10 e 14 anos também cresceu quase a metade no mesmo período. (VALOR ECONÔMICO, 2013). Outra fonte, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) por meio da pesquisa “Medindo a Sociedade da Informação” indicou que “ A proporção de domicílios com computador no Brasil subiu de 45% para 50% no final de 2012. A proporção de domicílios com acesso à Internet apresentou crescimento ainda mais significativo, passando de 38% em 2011 para 45% em 2012.” (PORTAL BRASIL, 2013)

Outro dado importante resultante da pesquisa acima refere-se ao aumento de acessos a internet da chamada população nativa digital. São chamados nativos digitais os jovens conectados (com cinco ou mais anos de experiência online) e na faixa etária entre 15 a 24 anos de idade. “O Brasil ocupa o 37º lugar no ranking, com 60,2% dos jovens dessa faixa etária conectados, equivalente a 20.081.178 pessoas, o que corresponde a 10,1% da população total do País.” (PORTAL BRASIL, 2013)

Imerso numa realidade social de grandes contrastes e desafios (saneamento básico, moradia, saúde pública, educação, segurança pública, dentre outros), o Brasil também busca soluções para a melhoria das telecomunicações. O acesso a internet tem crescido, mas ainda com grandes enfrentamentos a serem resolvidos na chamada inclusão digital (que diz respeito não só ao acesso das novas tecnologias enquanto instrumento, mas também enquanto dimensão sociocultural).

Para a produção do conhecimento desenvolvida nos espaços historicamente legitimados enquanto instancias formais, há novos desafios e perspectivas diante da eclosão da cultura das mídias e mais recentemente da cultura digital. Os saberes sistematizados historicamente ultrapassam a linha do tempo-espaço demarcados, até então, pelos limites da sala de aula e centrados na figura do professor (CITELLI, 2006; MARTIN-BARBERO, 2011).

Hoje, os alunos têm acesso rápido a muitas informações provenientes de diferentes fontes, e não mais apenas como meros receptores, porém também como interlocutores e participantes, numa constatação de comunicação e interatividade no desenvolvimento de conhecimentos. A internet configura-se hoje como um dos principais elementos da chamada revolução digital, que desenvolve mudanças na cultura, no imaginário, nas formas de aprender



e ensinar, dentre outras questões mais amplas e de caráter multidimensional. Caracterizada por múltiplas linguagens dos quais estas são detentoras também de elementos específicos (TORQUATO, 2013), a internet aponta para a presença das redes sociais como elemento marcante na vida da população jovem, com destaque aqui para a rede social *Facebook*.

Em 2004 a rede social *Facebook* surge nos Estados Unidos como rede privada universitária, o que para muitos dá a conotação de ambiente de ensino. Logo surgem preocupações em torno da segurança e privacidade. Entretanto a rede nos últimos dez anos foi crescendo de forma consistente, o que tem levado pesquisadores acadêmicos a buscar o que de positivo existe nesta rede social online que venha a caracterizá-la como ambiente de aprendizagem.

O termo “redes sociais” tem suas bases numa perspectiva sociológica que indica elementos como a partilha, confiança, reciprocidade. Estas características relacionam-se com as mesmas já apresentadas acima na conceituação de comunicação e educação. Mas, ao falar de “redes sociais online” é necessário identificar os elementos particulares a este tipo de espaço que se faz por meio de artefatos tecnológicos. Segundo Fernandes (s/d, p.01) as redes sociais online apresentam uma “disponibilidade tecnológica generalizada com características de interatividade propiciadoras de ambientes com múltiplos utilizadores”. Lemos e Lévy (2010) chegam a afirmar que estas experiências nas Comunidades e Redes Sociais on-line é uma nova maneira de fazer sociedade.

Apesar da existência de outras redes sociais *on line* como o *MySpace*, o *Friendster*, e do *Orkut*, pesquisas apontam o *Facebook* como a rede mais usada entre estudantes universitários. No Brasil, dados indicam que já é a rede social com mais acessos com fortes influencias no comportamento de relações comerciais dos indivíduos (BRASIL LINK,2013).

O *Facebook* possibilita a elaboração de perfis, comentários, grupos de amigos, grupos de discussão, partilha de ideias, assim como controla quem pode participar e realizar determinadas ações (EDUCAUSE, 2007).

Com experiência no ensino formal em Portugal, Patrício e Gonçalves (2010) comentam que o *Facebook* é um dos ambientes virtuais, que por ser um espaço popular e informal e de grande potencial de partilha e comunicação, tem se tornado mais interessante que as plataformas institucionais de suporte ao processo ensino-aprendizagem.





Nos últimos anos, verificamos que os alunos, sobretudo a nível pessoal, comunicam e interagem mais continuamente por meio de redes sociais do que através da plataforma de b-Learning de suporte ao processo ensino/aprendizagem.

Nos primeiros meses de aulas do ano letivo 2009/2010, de Setembro a Dezembro de 2009, a plataforma de b-Learning da instituição (<http://www.virtual.ipb.pt>) foi o único espaço utilizado para disponibilizar informação sobre os conteúdos programáticos, publicar recursos, materiais e informação diversa relacionada com a unidade curricular, bem como ferramentas de comunicação síncrona (chat) e assíncrona (fóruns), para fomentar a interação, a partilha de ideias, o debate e o esclarecimento de dúvidas.

No entanto, o empenho em impulsionar o uso da plataforma não foi bem sucedido, verificando-se apenas um aumento de acessos em períodos que precediam momentos de avaliação para descarregar os recursos da unidade curricular. (PATRICIO; GONÇALVES, 2010, p.594)

Ao observar no *Facebook* ações de um grupo de académicos de curso de pós-graduação *strictu sensu*, tem-se identificado que de fato há possibilidades na rede social para ações que privilegiem a aprendizagem e possíveis elementos para a produção de novos saberes. O *Facebook* deste grupo é apenas de alunos do referido curso. Elementos como recados, dicas, compartilhamentos, curtidas são as principais ações neste grupo. Entretanto, este olhar ainda que empírico, identifica a importância da presença de um mediador como interlocutor da aprendizagem (seja este o professor ou algum mecanismo que afirme esta postura). Indica-se aqui a necessidade de um aprofundamento nesta observação com características científicas, com um olhar pedagógico que se abra ao diálogo.

O *Facebook* é um recurso que se caracteriza como recurso tecnológico, o qual indica novas formas de comunicação e que conforme a intencionalidade dos seus usuários e mais precisamente dos meios académicos, poderá se tornar espaço de educação que se constrói de forma interativa, numa relação todos-todos; em que atores sociais de diferentes formações académicas e profissionais poderão colaborar efetivamente com seus discursos, numa metodologia dialógica, característica esta de práticas interdisciplinares. O local e tempo da produção do conhecimento vão, desta maneira, ganhando novos contornos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias tecnologias, comunicação, educação e redes sociais aqui sucintamente apresentadas são construções socioculturais que enquanto áreas de produção de conhecimento





precisam ser melhor observadas, numa perspectiva investigatória séria e aberta a diferentes interlocutores.

Os espaços legitimados pela produção do conhecimento encontram-se hoje diante de alguns desafios: a urgente e necessária visão e ação interdisciplinar entre as diferentes categorias aqui identificadas que, pela interdiscursividade que permeia o verdadeiro diálogo, busca novas soluções para a legitimação de diferentes saberes que por não terem ainda uma validação científica não deixam de ser verdadeiros. Outro desafio é que estamos imersos numa sociedade multicultural (e que aqui inclui-se a cultura das imagens, das diferentes linguagens que configuram o chamado ecossistema comunicativo).

No Brasil muitas ações das políticas públicas em relação a essas categorias ainda resumem-se ao seu caráter meramente instrumental, refletindo um caráter ideológico e político-econômico. Já existem algumas pesquisas, por exemplo, de caráter comercial em torno da utilidade das redes sociais conforme fontes aqui citadas. Entretanto, ainda há poucas pesquisas relacionadas às redes sociais online (como o *Facebook*) enquanto espaço possível para as relações de ensino e aprendizagem, relações estas promotoras de novas produções de conhecimento escolar e acadêmico.

Diante destas questões e outras que possam surgir, novas perguntas são necessárias a fim de que o processo de reflexão-ação em torno da complexidade dos múltiplos aspectos que permeiam as categorias tecnologia, comunicação, educação e redes sociais auxiliem na compreensão das (novas) formas de produção de conhecimento. Perguntas estas que devem ser elaboradas de forma simples como Santos (2001) indica, a fim de que suas respostas atinjam o âmago de nossas dúvidas. É preciso investigar as possibilidades.

## REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina C. (org.) *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 31-42

BRASIL LINK. Os dados mais recentes para os usuários de internet do Brasil, 22/04/2013. Disponível em <http://brasillink.usmediaconsulting.com/2013/04/os-dados-mais-recentes-para-os-usuarios-de-internet-do-brasil/> acesso em 23/06/2014.



CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CITELLI, Adilson. Escola, linguagem e diversidade cultural nos contextos midáticos. In: *Revista Comunicação e Educação*, ano XII, número 03, set-dez 2007. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/7109/6410>. Acesso em 10/09/2011.

EDUCAUSE; (2007). 7 Things You Should Know About Facebook II. [Online]; disponível em <http://net.educause.edu/ir/library/pdf/ELI7025.pdf>. Acesso em 26/06/2014.

FEENBERG, Andrew. O que é a filosofia da tecnologia. Trad. Agustin Apaza e Daniel Durante P. Alves, 2003. Disponível em [https://www.ige.unicamp.br/site/aulas/132/Feenberg\\_Filosofia\\_da\\_Tecnologia.pdf](https://www.ige.unicamp.br/site/aulas/132/Feenberg_Filosofia_da_Tecnologia.pdf). Acesso em 05/06/2014.

FERNANDES, Luis. Redes sociais online e educação: Contributo do Facebook no Contexto das Comunidades Virtuais de Aprendentes. S/d. Disponível em [http://www.trmef.lfernandes.info/?page\\_id=72](http://www.trmef.lfernandes.info/?page_id=72). Acesso em 15/05/2014.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Trad. Rosyska Darcy de Oliveira. 15ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEMONS, André e LÉVY, Pierre. *O Futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo. Paulus, 2010.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Comunicación y cultura mundo: nuevas dinámicas mundiales de lo cultural. *Signo pensam.*, Bogotá, v. 29, n. 57, July 2010. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48232010000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48232010000200002&script=sci_arttext) acesso em 10/06/2014.

\_\_\_\_\_. Desafios culturais: da comunicação à educação. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina C. (org.) *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p.121-134.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. Sao Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

\_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato O. Fetiche da tecnologia. In: *ORG & DEMO*, v.5,n.2, p.189-210, 2004. Disponível em <http://200.145.171.5/ojs-2.2.3/index.php/orgdemo/article/viewFile/411/311>. Acesso em 10/06/2014.

PATRÍCIO, Maria Raquel. GONÇALVES, Vítor. Facebook: rede social educativa? In I Encontro Internacional TIC e Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de



Educação, 2010. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3584/1/118.pdf>. Acesso em 25/05/2014.

PORTAL BRASIL. Domicílios com acesso a internet no Brasil, 2013. Disponível em [http://www.brasil.gov.br/acl\\_users/credentials\\_cookie\\_auth/require\\_login?came\\_from=http%3A//www.brasil.gov.br/governo/2013/10/domicilios-com-acesso-a-internet-no-brasil-crescem-de-38-2011-para-45-em-2012](http://www.brasil.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A//www.brasil.gov.br/governo/2013/10/domicilios-com-acesso-a-internet-no-brasil-crescem-de-38-2011-para-45-em-2012). Acesso em 24/06/2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 12<sup>a</sup>.ed.Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 2001.

SOARES, Ismar de O. Educomunicação: um campo de mediações. In CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina C. (org.) *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p.13-30.

TORQUATO, Rosane Andrade. Blogs: um olhar pedagógico sobre espaços de relacionamentos e comunicação. In: XI Congresso Nacional de Educação, Curitiba, PR: PUCPR 2013.p.3973-3986. Disponível em [http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/13814\\_6632.pdf](http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/13814_6632.pdf). Acesso em 15/05/2014.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Trad. Vanda Anastácio. Portugal: Difel, S/A, 2004.

VALOR ECONÔMICO. IBGE: Acesso a internet cresce e chega a 46,5% da população em 2011. In: Valor Econômico, 16 de maio de 2013. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/3126418/ibge-acesso-internet-cresce-e-chega-465-da-populacao-em-2011#ixzz35aF7nqoP>. Acesso em 24/06/2014.



## MOBILIDADE DIGITAL E PENSAMENTO DIVERGENTE: QUE RELAÇÃO É ESSA?

RODRIGUES, Daniele Fernandes

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem/UENF*  
dani.uenf@gmail.com

ALMEIDA, Jaqueline Maria de

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem/UENF*  
jaquelinemalmeida@yahoo.com.br

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de

*Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem/UENF*  
chmsouza@gmail.com

82

**Resumo:** Pode-se afirmar que estamos passando por um período em que a mobilidade digital é exigida de praticamente toda a população, nos mais diversos contextos. Desta forma o objetivo deste trabalho foi verificar “se” e “de que forma” a exposição aos recursos digitais e à mobilidade digital está mediando o desenvolvimento e/ou aplicação do pensamento divergente em *situações problema* do cotidiano. O estudo foi realizado com universitários com faixa etária entre 18 e 23 anos, que utilizam tecnologias móveis em seu dia a dia. A pesquisa apontou a importância de se treinar o uso do pensamento divergente; e também que uma intensa utilização dos aparatos tecnológicos não significa necessariamente maior habilidade de resolver as *situações problema*.

**Palavras-chave:** Tecnologia de Informação e Comunicação, Pensamento divergente, Mobilidade Digital.

**Abstract:** One can state, without exaggeration, that the society is passing through a period in which the digital mobility is a common demand of the population in many different contexts. The integration of new digital resources in daily situations may profoundly influence the way that people solve ordinary everyday problems. Therefore, the main objective of this work was investigate how, and in which extent, the digital mobility is affecting the development and the application of the divergent thinking. We conduct the study with students aged between 18 and 23, who use mobile technologies in their daily lives. The survey showed the importance of training the use of the divergent thinking since we verified that the expertise in the use of technological devices does not necessarily resulted in greater ability to solve problem situations.

**Keywords:** Information and Communication Technology, Divergent thinking, Digital Mobility.



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dinâmica de ensino do sistema educacional brasileiro tem passado por mudanças, os professores deixaram de serem os detentores do conhecimento e se transformaram em mediadores, orientando os nativos digitais em relação à utilização da informação disponível na *web*, transformando-a em conhecimento, mas de maneira segura.

Considerando essa realidade em que a internet, bem como a mobilidade digital por ela proporcionada, encontra-se tão presente no cotidiano de grande parte da população é significativo verificar “se” e “de que forma” a mobilidade digital está mediando o desenvolvimento e/ou aplicação do pensamento divergente em situações problema do cotidiano.

Nossa hipótese é que apesar de os nativos digitais estarem tão imersos no mundo tecnológico, toda essa informação adquirida é muito superficial. Logo, esse excesso de informações absorvidas, não necessariamente significa habilidade de gerar alternativas e soluções de problemas.

O uso do pensamento divergente proporciona ao sujeito encontrar soluções para problemas cotidianos, mesmo diante de recursos escassos ou outras dificuldades, contribuindo em seu próprio benefício, em benefício do próximo e da sua comunidade. A questão é: A mobilidade digital contribui para o uso do pensamento divergente?

### 1. MOBILIDADE DIGITAL

A tecnologia proporcionada pelo computador, em especial após o advento da internet “criou uma imensa rede social (virtual) que liga os mais diversos indivíduos pelas mais diversificadas formas em uma velocidade espantosa” (MARCURSCHI, 2010, p. 24). A essa nova forma de interação tem se dado o nome de *Mobilidade Digital*.

O termo Mobilidade Digital tem aparecido com certa recorrência tanto no meio acadêmico quanto no mercado de trabalho, porém ainda não existe um conceito ou definição consolidado em relação a este tema, por se tratar de um termo bastante recente. Para o senso comum, mobilidade digital representa a facilidade de acesso às informações disponíveis na rede, contudo, é necessária uma verificação mais precisa do que este termo representa.



Na década de 1990 houve o primeiro *boom* da internet, que gerou uma revolução tecnológica, dando origem ao processo de globalização. Este por sua vez acarretou intensas modificações nas relações de trabalho, no comércio nacional e internacional, nas finanças, na esfera política e em inúmeros aspectos da vida social.

Após o ano 2000 ocorreu uma segunda reviravolta em função da tecnologia. A sociedade atual, usuária cada vez mais assídua das diversas formas de tecnologia disponíveis, tem gerado cada vez mais investimentos na melhoria e criação de produtos digitais, que por sua vez ganham cada vez mais espaço em todas as esferas sociais.

É um círculo vicioso, o uso gera investimento, que por sua vez gera consumo, resultando na necessidade de mais investimento para suprir a demanda de consumo. Desta forma, o surgimento dessa variedade e diversidade de mídias e produtos tecnológicos criou uma nova realidade sócio-histórica. O termo mobilidade digital tem sua gênese advinda dessa nova realidade.

Para Lemos (2005, p. 3) a mobilidade representa “o movimento do corpo entre espaços, entre localidades, entre espaços privados e públicos. Parece que novas práticas do espaço urbano surgem com a interface entre mobilidade, espaço físico e ciberespaço”.

Mas e *mobilidade digital*, o que este termo representa? Segundo Baroli (2013), o termo mobilidade digital está “ligado ao conceito de web 2.0, que indica a segunda geração da internet e se funda na web como plataforma, envolvendo aplicativos baseados em redes sociais e tecnologia da informação”.

Na falta de um conceito consolidado ou estudos específicos sobre este tema, definiu-se o seguinte conceito: a ideia de *mobilidade digital* está mais relacionada à possibilidade de poder acessar, modificar, editar, construir, enfim, alterar qualquer dado, informação ou arquivo, independente do local onde o usuário se encontre, utilizando dispositivos diversos, sem acessar nenhuma rede aberta, usando apenas a internet do próprio aparelho. Assim, ressalta-se que a mobilidade digital não se resume apenas à questão do acesso a dados ou informações de diferentes locais.

Desta forma, a mobilidade digital nos proporciona a realização de diversos tipos de atividades relacionadas a estudo, trabalho ou divertimento. Enfim, é possível realizar diversas atividades desde leitura de livros digitais a transações bancárias, jogos virtuais ou cursos à distância, tudo isso por meio de aparelhos eletrônicos que envolveram e conquistaram um



público generalizado, desde crianças a idosos. Apesar de serem atividades distintas, todas possuem um aspecto similar: a utilização da Internet sem recorrer à rede aberta.

Marcuschi (2010, p. 19) corrobora essa questão do envolvimento de grande parcela da sociedade com a tecnologia ao apontar que:

[...] a penetração e o papel da tecnologia digital na sociedade contemporânea e as novas formas comunicativas aportadas, afigura-se relevante pensar essa tecnologia e suas consequências em uma perspectiva menos tecnicista e mais sócio-histórica.

Também pode ser considerada uma importante aliada da mobilidade digital a plataforma conhecida como “nuvem”, ou seja, os serviços e aplicativos da computação. A possibilidade de armazenar e acessar informações nas “nuvens” pode ser considerado como fator preponderante para tornar definitivamente obsoletos os computadores, em especial os desktops, pois toda a informação poderá ser armazenada virtualmente.

Recursos como sistema de localização por satélite, acesso à rede sem fio, uso de computação móvel passou a ser sinônimo de liberdade, possibilitando explorar diversos sistemas e redes a partir de qualquer lugar e com diferentes mídias. Conforme afirma Marcuschi (2010, p. 21) “existem vários aspectos a serem considerados, pois as novas tecnologias não mudam os objetos, mas as nossas relações com eles”.

Conforme Turban, Leidner, McLean e Wetherbe (2010, p. 684):

Diversos fatores sociotécnicos impulsionam a rápida expansão da utilização dos dispositivos móveis sem fio para acesso à Internet, a saber: (a) a disseminação – o número de celulares cresce exponencialmente em todo o mundo, sendo cada vez mais comum a capacidade de acesso à Internet por meio desses dispositivos; (b) a popularização – o uso do celular e de outros dispositivos móveis sem fio é um fenômeno social, principalmente na faixa etária entre 15 e 25 anos de idade; (c) o barateamento – o preço dos dispositivos móveis está mais acessível aos compradores, em grande parte devido à redução de custos propiciada pela escala de produção; (d) a funcionalidade – a introdução de novos recursos nos dispositivos, como também de aplicativos na Internet, o que torna o conjunto cada vez mais útil; e (e) a velocidade de transmissão de dados – a largura de banda atual propicia realizar operações que antes só eram possíveis usando computadores conectados à Internet via fio.

Assim, a mobilidade digital engloba diversos contextos e está cada vez mais modificando os hábitos de consumo e entretenimento da sociedade e a forma de interação entre os indivíduos.





## 2. A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DIVERGENTE

Segundo De Bono (1994, p. 53), o Pensamento Divergente ou Pensamento Lateral<sup>1</sup>, “se preocupa com mudanças de conceitos e percepções”, caracteriza-se por focar a busca de diferentes abordagens e formas de perceber as coisas. O autor defende a ideia de que é preciso se mover “lateralmente” para achar outras abordagens e alternativas. A lógica normal preocupa-se muito com a “verdade” e “o que é”, já o pensamento divergente preocupa-se muito com “possibilidades” e com “o que poderia ser”. Para Alencar (1996, p. 35):

Pensamento criativo, pensamento divergente, pensamento lateral ou ampliatiivo são alguns dos termos usualmente utilizados para se referir a uma modalidade de pensamento que se caracteriza pela presença e produção de muitas ideias, especialmente de ideias novas e originais, não lembradas anteriormente pela pessoa ou pelo seu grupo.

Nos dias atuais, os recursos tecnológicos digitais são muito utilizados para a busca de novas alternativas e soluções, às vezes fazendo com que o indivíduo antes mesmo de pensar as possibilidades, recorra à internet para verificar informações sobre aquele determinado assunto.

O acesso à informação é a cada dia mais facilitado em função dos avanços tecnológicos. A internet disponibiliza muitas informações, mas é responsabilidade de seus usuários transformá-las em conhecimento. Informação e conhecimento são geralmente considerados como idênticos e sinônimos. Contudo, existem distinções entre estes termos:

- **Informação** são os dados disponibilizados na rede, como por exemplo, as notícias e acontecimentos no mundo e sobre o mundo. É história, localização, valores monetários, enfim um registro das mais diversas manifestações e realizações da humanidade. Informação é aquilo que se tem através da decodificação de dados, não podendo existir sem um processo de comunicação. Servem de base para a construção do conhecimento. A **informação** é a apresentação de declarações, independentemente de essas serem verdadeiras ou não.
- **Conhecimento** consiste na absorção das informações. O conhecimento distingue-se da informação porque está associado a uma intencionalidade. O **conhecimento** é a

<sup>1</sup> De Bono (1994, p. 54) foi o idealizador do termo “Pensamento Lateral”, que apesar de muito próximo ao conceito de pensamento divergente, o autor considera que “o pensamento divergente se interessa por possibilidades múltiplas, assim como o pensamento lateral, mas este é apenas um dos aspectos do pensamento lateral”.



transformação da informação em uma ação, com um propósito ou uma utilidade. Conhecimento está associado com pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no "mundo real" do qual temos uma experiência direta, ele não é neutro, mas sim carregado de valores e propósitos.

Para que haja transformação da informação em conhecimento é preciso que o indivíduo tenha autonomia de pensamento, seja capaz de refletir e ponderar sobre diferentes assuntos. Corroborando esta proposta De Bono (1994) afirma que:

É verdade que se tivéssemos informações perfeitas em determinada situação, então não seria necessário pensar. Mas as nossas chances de obtê-las são baixas. Entretanto, assumimos que, à medida em que obtemos cada vez mais informações e nos aproximamos do estado de conhecimento perfeito, a necessidade de pensar vai se reduzindo. Mas o que sucede é exatamente o contrário: a necessidade de pensar fica cada vez maior, porque preciso extrair sentido das informações (Ibid, p. 25).

Conforme afirma De Bono (1994), diante do crescente aumento das informações torna-se cada vez mais necessário que o indivíduo exercite o pensamento. Considerando a importância do pensamento reflexivo, Guilford (1950) aponta a existência de dois tipos de pensamento: divergente e convergente. O autor desenvolveu no final dos anos 40 um modelo explicativo do processo criativo. A proposta de Guilford (1950) foi a distinção entre estes dois pensamentos. Para o pesquisador, o pensamento convergente se dá por meio de processos lógico-dedutivos, mais ou menos rígidos, do qual o indivíduo tem dificuldade em libertar-se. Já o pensamento divergente caracteriza-se pela busca de novas respostas ou caminhos inusitados, na busca da solução de um problema.

Estamos vivendo em uma sociedade que está em constante transformação, principalmente, por influência do excesso de exposição aos recursos tecnológicos. Para poder se adaptar a esses novos paradigmas sociais e, ao mesmo tempo conseguir manter os valores que são a base da formação do indivíduo, é necessário ser capaz de ter olhares múltiplos, perceber as mesmas coisas de maneiras diferenciadas, através de perspectivas diferentes. Essa habilidade pode ser exercitada por meio do pensamento divergente.

O exercício do pensamento divergente melhora a habilidade dos indivíduos de buscar alternativas e novas possibilidades. A criação de novas oportunidades em qualquer segmento da vida em sociedade depende de um esforço próprio, de uma inquietude em relação a alguma



coisa e desejo mudanças. É necessário se questionar, analisar, pensar e produzir novas e boas ideias, pois essas não surgem sem esforço (DE BONO, 1994).

Em todos os âmbitos da vida é imprescindível a busca por métodos e técnicas que levam o indivíduo a sair de sua zona de conforto. Seja na escola, no trabalho, nas comunidades ou em qualquer outro contexto, as pessoas passam por situações problema, e neste momento deveriam ser incitadas a sair da linha usual de raciocínio. A mobilidade digital e os aparatos tecnológicos poderiam e deveriam ter suas funções melhor aproveitadas se estas fossem utilizadas concomitantemente à prática do pensamento divergente.

Durante toda a vida escolar os indivíduos são incentivados a desenvolver muito mais o lado esquerdo do cérebro, que privilegia a razão, a lógica, e o raciocínio, etc. do que o lado direito do cérebro que se refere ao pensamento divergente e privilegia a imaginação, a criatividade, a fantasia, etc. Assim, Goleman (2009) afirma que quando as crianças estão expostas a estímulos diferenciados que incitem seus talentos elas acabam se tornando mais preparadas para a vida.

As escolas tradicionais são ótimas para aprimorar certos tipos de habilidades e inteligências – principalmente linguística, lógica e matemática, mas são falhas quando pensamos na amplitude da inteligência humana. A exposição a um leque maior de habilidades do que o oferecido pela escola convencional, não apenas estimula os talentos naturais das crianças, como as prepara de um modo melhor e mais abrangente para a vida (Ibid, p. 75).

Ampliar o conhecimento e, ao mesmo tempo, desenvolver a habilidade de uso das tecnologias, unido ao desenvolvimento do pensamento divergente pode possibilitar que o sujeito torne-se um agente transformador de sua própria vida e da comunidade em que vive, afetando a sociedade como um todo. Desta forma, utilizar o pensamento divergente pode ser uma saída para encontrar novas respostas para velhos problemas.

#### **E qual a relação entre o pensamento divergente e a mobilidade digital?**

As informações sobre esta relação serão apresentadas na análise de dados.



## METODOLOGIA

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa é descritiva e de cunho qualitativo, pois teve como base a interpretação de fenômenos e atribuição de significados, sendo o ambiente natural a fonte direta para coleta de dados (KAUARK et al, 2010).

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram graduandos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. O grupo é composto de 21 graduandos, de diferentes períodos, mas apenas 13 deles participaram desta pesquisa. O grupo foi escolhido por fazer parte do Projeto PIBID<sup>2</sup>, que tem como parte de sua estrutura organizacional a realização de encontros semanais, o que facilitou a aplicação dos questionários e dos encontros para coleta dos dados.

A faixa etária dos participantes é de 18 a 23 anos, e todos utilizam tecnologias móveis em seu dia a dia. Para coleta de dados foram realizados três encontros, cujo objetivo foi debater a relevância do *uso do pensamento divergente e da mobilidade digital no contexto social*. Após os debates, foram aplicados questionários e, em seguida, estes jovens foram submetidos a *situações problema* do cotidiano e instigados a apresentar soluções.

Para verificação dos resultados de uma intervenção com o objetivo de verificar a relevância do *uso do pensamento divergente e da mobilidade digital no contexto social*, nos baseamos na proposta de Oliveira (2007) da Metodologia da Mediação Dialética (M.M.D.), que tem como base de verificação de dados a concepção crítica de mundo dos sujeitos envolvidos na pesquisa, sobre um determinado tema.

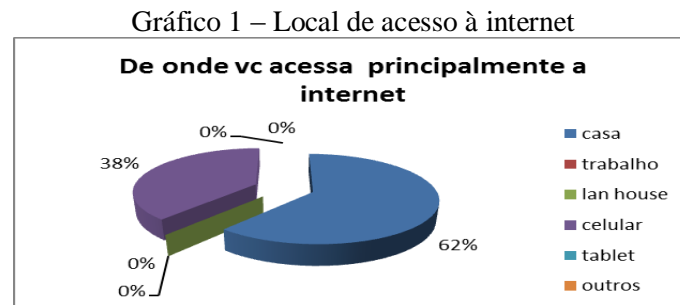
## ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Oliveira (2007, p. 136), “Conceber a aula como prática educativa é romper com o paradigma que a concebe”, ou seja, a prática educativa vai além dos muros da escola, daí a escolha dos debates e encontros, por terem um caráter interativo e a partir da troca de informações, constroem-se conceitos e conhecimento.

<sup>2</sup> O PIBID é um Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, criado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujo objetivo maior é o incentivo à formação de professores para a educação básica e a elevação da qualidade da escola pública.



Conforme gráfico 1, a maior parte dos jovens entrevistados acessa a internet de casa, ficando em segundo lugar o acesso através do celular. Isso mostra que apesar da mobilidade digital estar disponível e tão presente nos dispositivos por eles utilizados, ainda predomina o acesso residencial.



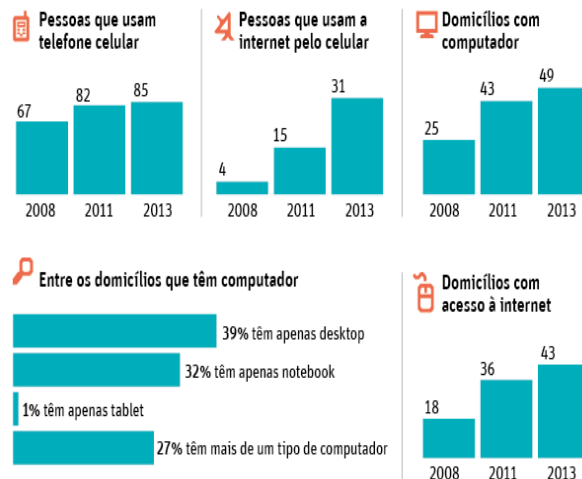
90

Corroborando com estes dados, de acordo com a Folha de São Paulo, houve um crescimento considerável de 106% no uso da internet móvel em 2013, contudo, o uso residencial ainda prevalece como o mais utilizado.

Figura 1: Acesso à internet no Brasil

#### ACESSO À INTERNET NO BRASIL

Número de usuários que usam a rede pelo celular cresceu 106% em dois anos

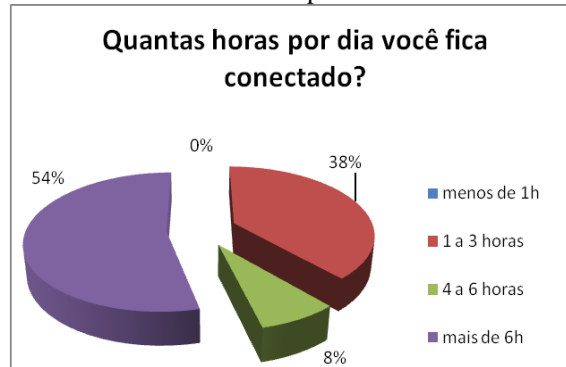


Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 26/06/2014

O gráfico 2 revela que a maior parte dos jovens entrevistados ficam mais de 6 horas por dia conectados na Internet, o que revela uma situação normal no dias atuais, principalmente na faixa etária pesquisada.



Gráfico 2 – Tempo de conexão

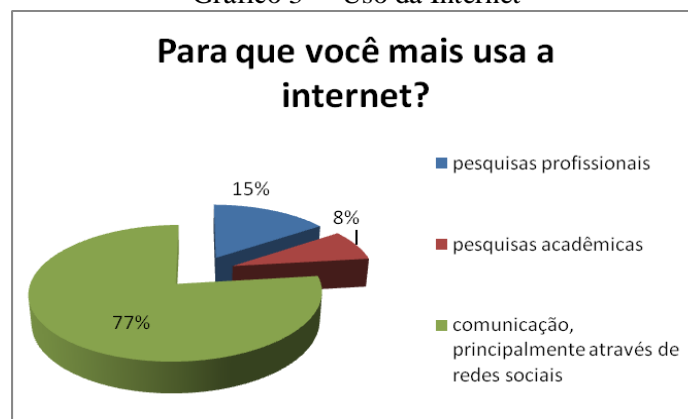


Oliveira (2014) em seu livro “Conectados mas muito distraídos” nos faz pensar a respeito deste excesso de informações a que os jovens têm acesso e a crescente escassez de atenção. Diz ele: “A ideia é fazer uma provocação. Estamos vivendo um tempo de transformação, nunca estivemos tão conectados, mas a qualidade desta conexão é superficial”. Daí a distração citada por Oliveira. O acesso a todo tipo de informação é amplo e quase imediato, mas a atenção anda bem “rasa”.

Já o autor Goleman et al (2009) vem ressaltar que o espírito criativo, não diminui com a idade, podendo, ao invés disso, ficar mais latente se a pessoa se dedicar e focar naquilo que realmente lhe desperta interesse. Por isso, acreditamos que o desenvolvimento e a potencialização do uso do pensamento divergente entre os jovens é possível e se faz urgente nos dias atuais.

Através do gráfico 3 é possível comprovar que os jovens usam mais a Internet para comunicação, principalmente através de redes sociais. É interessante ressaltar que mesmo sendo acadêmicos, a maior utilização é das redes sociais, talvez, em razão da pouca idade do grupo.

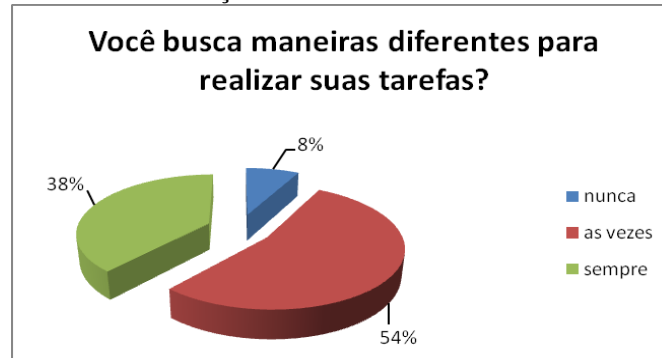
Gráfico 3 – Uso da Internet





O gráfico 4 revela que a maior parte dos jovens *AS VEZES* busca maneiras diferentes de realizar suas tarefas, enquanto que apenas 38% dos jovens entrevistados *SEMPRE* buscam maneiras diferentes de realizar suas tarefas, o que nos faz refletir que o fato de usarem os recursos tecnológicos não significa que usem o pensamento divergente.

Gráfico 4 – Realização das tarefas de maneiras diferenciadas



Alencar (1996) ressalta que devido a uma valorização exagerada no pensamento analítico, convergente e lógico, em nossa sociedade, muitos indivíduos não aprendem a utilizar as possibilidades de criação, o que gera uma série de dificuldades: “no correr o risco de experimentar, ousar, divergir, imaginar...”.

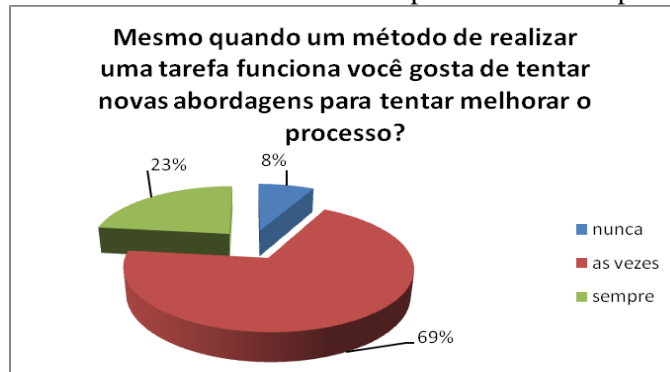
Já Predebon (2002) nos diz que com respeito à criatividade é necessário trabalhar a quantidade para atingir à qualidade, ou seja, é só a partir de uma exaustiva quantidade de tentativas, entre acertos e erros, que se conseguirá um produto final satisfatório.

O gráfico 5 demonstra que um número considerável de jovens (aproximadamente 70%) *AS VEZES* tenta novas abordagens para tentar melhorar um processo mesmo quando um método já funciona, o que mais uma vez nos revela que o fato de serem jovens que tem acesso a diversos recursos tecnológicos não faz com que eles busquem de forma expressiva formas diferenciadas de realizar suas tarefas.





Gráfico 5 – Melhoria de alternativas para otimizar um processo

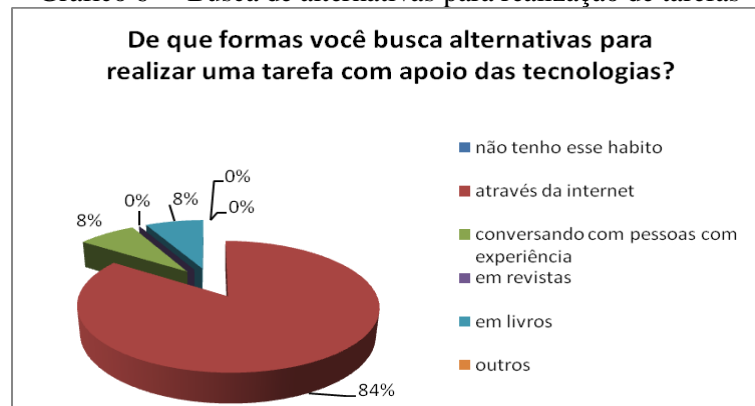


De acordo com Felipe (2007) o potencial criativo é inato, pode e deve ser estimulado, ensinado e aprendido como qualquer outra habilidade humana. Sendo assim, a partir destes dados demonstrados acima, percebe-se uma necessidade de se treinar com mais frequência o uso do pensamento divergente entre os jovens.

Esse reconhecimento de que pensamento criativo pode auxiliar na melhoria do desempenho de diferentes tarefas vai de encontro à proposta de Predebon (2002), quando o autor afirma que o processo de flexibilização e autoconhecimento torna as pessoas mais aptas para a criatividade, causando bem estar pessoal, ou seja, além de ajudar a solucionar problemas, a criatividade também melhora a autoestima, e, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida.

O gráfico 6 demonstra que 84% dos jovens buscam na internet alternativas para realizar uma tarefa, ou seja, o que eles consideram como meio de geração de ideias primeiramente é o *Google*, não tendo o hábito de parar um pouco para pensar em soluções criativas individualmente ou em grupo no seu dia a dia.

Gráfico 6 – Busca de alternativas para realização de tarefas





Para Alencar (1996, p. 64) muito desta dificuldade em pensar criativamente ou de forma divergente vem do nosso processo educacional: “aprende-se a não se explorar as próprias ideias e a bloquear a expressão de tudo aquilo que poderia ser considerado ridículo ou motivo de crítica”.

Um exemplo foram as propostas de situações problema apresentadas aos participantes, a primeira reação para apresentar soluções foi buscar alternativas no *Google*, mesmo antes de pensar individualmente sobre a proposta. Pensar em possibilidades e alternativas demonstrou-se uma ação secundária, os participantes se inclinaram a buscar ideias ao invés de pensar sobre elas.

O principal objetivo da utilização desta metodologia foi criar um caráter interdisciplinar de conhecimentos, em que a construção do saber se deu através da busca da superação dos conceitos pré-estabelecidos para a construção de um saber pragmático.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova noção de interação social surgiu com a internet, o que possibilitou a criação de uma imensa rede social virtual onde indivíduos diferentes interagem de diversas formas numa velocidade vertiginosa. Essas são as chamadas comunidades virtuais, ou seja, grupos de pessoas com um mesmo interesse que interagem de forma rápida e muitas vezes eficaz, o que tem contribuído em diversos segmentos da nossa vida.

As tecnologias digitais têm causado inegável impacto na vida contemporânea e influencia de forma bastante enfática tanto positiva como negativamente a vida dos usuários independente da idade. Acreditamos ser necessária uma maior atenção em relação à utilização de recursos tecnológicos e da mobilidade digital, pois qualquer ação realizada de maneira excessiva pode acarretar em problemas.

Desta forma vale salientar que existem vários aspectos que deveriam ser considerados em relação ao uso dos recursos digitais, pois estes não mudam os objetos (dispositivos e mídias), mas a nossa relação com eles e, principalmente, nossa dependência em relação a eles. Daí a importância em se treinar o uso do pensamento divergente concomitantemente ao uso dos recursos digitais, de forma a tirar o melhor proveito deles possível, mas sempre conseguindo perceber as diferentes possibilidades por eles proporcionadas.



Através da análise dos dados foi possível perceber que a relação entre mobilidade digital e o uso do pensamento divergente nem sempre é muito favorável, ou seja, o fato de ter mobilidade digital não significa, necessariamente, que os jovens participantes desta pesquisa façam uso do pensamento divergente nas situações cotidianas. Esse dado confirma nossa hipótese de que: apesar de esses nativos digitais estarem tão imersos no mundo tecnológico, toda essa informação adquirida pode ser considerada muito superficial. Logo, a quantidade de informações absorvidas, não deve ser totalmente considerada como aumento de conhecimento ou melhoria na habilidade de gerar alternativas e soluções de problemas.

Daí a importância do desenvolvimento e treinamento do uso do pensamento divergente, já que o mesmo proporciona ao sujeito encontrar soluções para problemas cotidianos, mesmo diante de recursos escassos ou outras dificuldades, contribuindo em seu próprio benefício, em benefício do próximo e da sua comunidade.

É válido ressaltar que nesta era de mobilidade digital não há mais a concentração do saber. Qualquer pessoa, em qualquer lugar a qualquer tempo pode ter informações e utilizá-la de forma produtiva e eficiente. Para isso, é necessário utilizar o pensamento divergente para analisar, refletir e criar novas soluções para velhos problemas.

Porém se o indivíduo não souber aplicar a informação, ele, possivelmente, não conseguirá atuar como um agente produtor de novas soluções e sim um mero reproduzidor de ações. Um exemplo dessa situação, por exemplo, é o crescente aumento do número de plágios que tem aterrorizado a área acadêmica em que tudo se copia.

No novo processo ensino aprendizagem a sala de aula não está mais restrita aos muros da escola, precisamos pensar em termos de mobilidade, pois a aprendizagem ocorre em múltiplos lugares seja no pátio da escola, na biblioteca, na sala de informática, nos trabalhos realizados na comunidade e a mobilidade digital ressalta tudo isso, mostrando que o aprendizado e a troca de conhecimento já não está mais restrito a sala de aula.

O tempo inteiro somos *bombardados* de informações e utilizamos as mídias para nos inteirarmos sobre elas. Por isso pode-se afirmar que a cultura digital tem gerado uma democratização de oportunidades. Mas é preciso preparar o jovem para saber lidar com tudo isso, para que ele se prepare e tenha condições de utilizar toda esta parafernália tecnológica como forma de aquisição de novos conhecimentos e aprimoramento de novas habilidades.



Uma alternativa possível é criar novas alternativas para redescobrir o caminho de uma educação de qualidade eficiente, significativa e transformadora. Só conseguiremos este propósito se aliarmos a evolução digital com uma educação que privilegie o pensamento divergente e gere seres pensantes capazes de inovar e transformar a realidade em que vivem.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. *A gerência da Criatividade*. São Paulo: MaKron Books, 1996.

BAROLI, Guilherme. Mobilidade digital: revolução tecnológica e comportamental. 2013. Disponível em <http://www.omundodausinagem.com.br/?p=3788>. Acesso: 25 de jul de 2014.

DE BONO, Edward. *Criatividade levada a sério. Como gerar ideias produtivas através do Pensamento lateral*. São Paulo: Pioneira, 1994.

FELIPPE, Maria Inês. *Os 4C's para competir com criatividade e inovação nos negócios*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GOLEMAN, Daniel. (Et al). *O espírito criativo*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2009.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996.

GUILFORD, J. P. "Creativity", *American Psychologist*, 1950, 5, PP. 444-454.

KAUARK, Fabiana. MANHÃES, Fernanda. SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. *Metodologia da Pesquisa – Um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LE MOS, André. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.

LIMA, Venício A. de. Internet, informação e conhecimento. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/internet\\_informacao\\_e\\_conhecimento](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/internet_informacao_e_conhecimento) Acesso em 18.07.14

LUNARDI, Guilherme L.; DOLCI, Décio B.; WENDLAND, Jonatas. Internet Móvel nas Organizações: Fatores de Adoção e Impactos sobre o Desempenho. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, art. 3, pp. 679-703, Nov./Dez. 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v17n6/a04v17n6.pdf>. Acesso: 28 de outubro de 2014.



MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Edilson Moreira; ALMEIDA, José Luís Vieira; ARNONI, Maria Eliza Brefere. *Mediação dialética na educação: teoria e prática*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

OLIVEIRA, S. *Conectados, mas muito distraídos*. São Paulo: Integrare, 2014.

PREDEBON, José. *Criatividade – abrindo o lado inovador da mente*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVEIRA, S. Número de brasileiros que usa internet pelo celular cresce 106% em dois anos, diz pesquisa. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jun. 2014. Tec. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/06/1476690-numero-de-brasileiros-que-usa-a-internet-pelo-celular-mais-que-dobra-em-dois-anos-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros e GOMES, Maria Lucia Moreira. *Educação e Ciberespaço*. Brasília: Editora Usina das Letras, 2008.



## A UTILIZAÇÃO DO YAHOO!RESPOSTAS COMO FERRAMENTA INTERATIVA E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE DO INDIVÍDUO

ISTOE, Carolina Crespo

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense*  
carolcistoe@yahoo.com.br

MORGADES, Rachel Ferreira Klem de Mattos

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense*  
rachelklem@yahoo.com.br

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de

*Professor do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense*  
chmsouza@gmail.com

98

**Resumo:** Pesquisas apontam que, com a crescente popularização dos aparelhos de acesso à internet e o surgimento de vários sites de perguntas e respostas resulta em uma preocupação dos profissionais de saúde quanto à qualidade das informações que estão chegando aos usuários. Partindo do princípio que, após a informação ser lançada na rede, sendo ela legítima ou não, acredita-se não ter mais controle sobre ela. O objetivo deste estudo é analisar os tipos de informações buscadas no Yahoo!Respostas como uma ferramenta interativa e de que forma influencia a saúde do indivíduo. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa transversal nos bancos de dados do Yahoo!Respostas totalizando 265 perguntas da seção saúde no subgrupo alergia com caráter qualitativo e descritivo. Como parte dos resultados, observou-se que, 38,87% (103) das perguntas eram relacionadas à exposição de algum/alguns sintomas solicitando possível diagnóstico precoce. Em alguns casos observou-se ainda o envio de fotos da localização corporal do indivíduo acometidos por tal enfermidade.

**Palavra- Chaves:** Saúde, Yahoo!Respostas, internet.

**Abstract:** Researches indicate that the increasing popularity of devices to access the Internet and the rise of several question and answer sites resulting in a health professionals preoccupation about the quality of the information that users are receiving. Assuming it, after the information is posted on the net, being legitimate or not, it is believed to haven't any control over it. The aim of this study is to analyze kinds of information sought in Yahoo! Answers as an interactive tool and how it influences an individual's health. To reach the objective proposed it was carried out a cross-sectional survey in Yahoo! Answers databases totaling 265 questions in health session, the subgroup allergy qualitative and descriptive disposition. As part of the results, it was found that 38.87% (103) questions about exposure of any / some symptoms and requesting early diagnosis. In some cases it was observed even pictures of body location affected by this illness.

**Key words:** Health, Yahoo! Answers, Internet.



## INTRODUÇÃO

Percebe-se no século XXI um mundo de intensas transformações com a chegada da internet e outras tecnologias da informação e comunicação. Nesse sentido, as tecnologias estão sendo cada vez mais utilizadas, oferecendo ao homem os recursos necessários para fazer compras sem sair de casa, conhecer várias pessoas de países e continentes diferentes, trocar informações pertinentes a seus interesses, enfim, um grande número de possibilidades.

A filosofia e a prática do modelo político econômico e social, na sociedade capitalista em que vivemos nos levam a um consumismo excessivo e a área de saúde não fica de fora desta tendência. A indústria farmacêutica muitas vezes sob a máscara de um propósito ético ou social de melhorar a informação e conhecimento da população sobre as doenças e os medicamentos influencia o comportamento da automedicação de muitas pessoas. Percebemos que a internet, ao disponibilizar essas informações livremente, pode influenciar consumo inadequado ou equivocado dos fármacos. Interessa para tal indústria o maior número de doenças e consequentemente o máximo de tratamentos, ou seja, medicalização.

Os medicamentos assumem um papel que atende ao interesse capitalista, do médico e do paciente ao mesmo tempo da indústria farmacêutica.

## OS PRIMEIROS CONCEITOS

Os medicamentos possuem um status também simbólico sobre a população. Ele pode ser visto como um símbolo ou um signo, composto de uma realidade material (significante), que remete a um conceito (significado) que é a saúde. Sendo assim, ele desempenha um papel proeminente dentro da consulta médica, ademais de fazer uma espécie de economia, poupando trabalho político e pessoal necessário para a obtenção da saúde (PESSOA & CARTÁGENES, 2010).

Acredita-se que hoje inúmeros medicamentos novos são disponibilizados no mercado, provocando o que pode ser chamado de explosão de informação, que nem sempre é imparcial e de boa qualidade (VIDOTTI et al., 2000). Pode-se observar que, esse enorme volume de dados não é disposto de forma ágil e eficiente à todos os profissionais de saúde, que acabam por ficar desatualizados rapidamente e ficam disponibilizadas na rede com livre acesso a qualquer





peessoa, independente da sua área de atuação profissional (VIDOTTI et al., 2000; ZIMMERMANN, 2007). Um grande desafio do mundo moderno consiste em separar informações atualizadas das desatualizadas, confiáveis das não confiáveis (ZIMMERMANN, 2007). As palavras, seduzem, iludem, convencem e fascinam. Elas são capazes de mudar comportamentos e, quando são associadas a imagens, são capazes de criar necessidades e gerar desejos (ANVISA, 2008).

Pesquisas apontam que, o consumo de medicamentos sem prescrição médica é uma prática frequente na população brasileira. Segundo Rozenfeld (2003) o Brasil faz parte dos dez maiores mercados consumidores de medicamentos no mundo. A análise per capita mostra um gasto de 13 dólares/pessoa/ano, distribuídos de maneira desigual.

A automedicação envolve as várias maneiras pelas quais o indivíduo ou o responsável por ele decide, sem avaliação médica, qual medicamento usar e como ele será utilizado (PEREIRA, 2007). Para a Organização Mundial de Saúde – OMS - a automedicação é responsável por parte das ações de autocuidado, e quando feita de forma correta trás benefícios para a saúde do paciente (SOUZA, 2008; ORUETA et al., 2007). Pode ser tanto para alívio imediato ou para fins curativos. Há o compartilhamento de remédios entre outros membros da família ou comunidade, usando informações feitas para um paciente em algum momento anterior, a utilização de sobras de prescrições antigas, por vezes há a interrupção ou o prolongamento do tratamento (PEREIRA, 2007). Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA) foi estimado que aproximadamente 80 milhões de pessoas no Brasil eram adeptas da automedicação na década de 90 (SOUZA, 2008).

Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs) são entendidos como problemas de saúde advindos da farmacoterapia, podendo ter origem na utilização de medicamentos, em fatores biopsicossomáticos, no atendimento prestado por profissionais de saúde, interferindo nos resultados terapêuticos e na qualidade de vida do paciente. Como fator de risco para os PRMs, podemos citar a automedicação. Estudos apontam que, no ano de 2001, cerca de 80 milhões de pessoas praticaram a automedicação e cerca de 20 mil morrem por ano devido a essa prática. Dados brasileiros dão conta que os medicamentos são responsáveis por 28% dos casos de intoxicação humana e responsáveis por 6,6% do total de admissões hospitalares (BORTOLON et al., 2007).



A consequência da automedicação pode ser desde o mascaramento dos sintomas de enfermidades em evolução, até o surgimento de doenças iatrogênicas e resistência microbiana aos antibióticos, riscos de abuso e dependência (SOUZA, 2008; ORUETA et al., 2007). Porém, também podemos discutir alguns possíveis benefícios da automedicação, como a redução dos atendimentos médicos desnecessários, o que é particularmente importante para o Brasil por ser um país em desenvolvimento. Em países já desenvolvidos, a prática da automedicação vem sendo utilizada de forma experimental por meio de programas institucionais que tem como objetivo fornecer maior autonomia ao paciente (SOUZA, 2008). Nesses países, há também o rígido controle estabelecido pelas agencias reguladoras e o crescente envolvimento dos farmacêuticos com a correta orientação dos usuários, diminuem a problemática prática da automedicação (ARRAIS et al., 1997).

No Brasil, onde a grande maioria dos habitantes possui baixa escolaridade, e pouco acesso às informações relativas ao uso correto de medicamentos, a prática de se automedicar fica ainda mais grave (SOUZA, 2008). A má qualidade da oferta de medicamentos, a carência de informação e instrução para a população em geral e o não cumprimento da obrigatoriedade da apresentação da receita médica, justificam a preocupação com a qualidade da automedicação praticada no país (ARRAIS et al., 1997). Em um estudo realizado por Pereira (2007) observou-se a prevalência do uso de analgésicos/antipiréticos e antiinflamatórios não hormonais em crianças e adolescentes que se automedicaram. Isso é um indicativo que a automedicação está associada ao tratamento sintomático da dor. Pode-se observar também que a automedicação nessa população independeu do nível socioeconômico.

## **A EVOLUÇÃO DA INTERNET**

A guerra fria, que uniu de um lado os países capitalistas, sob liderança dos Estados Unidos, e de outro lado os países socialistas, liderados pela União Soviética – URSS – marcou o início de pesados investimentos na engenharia, física e eletrônica. Felizmente, a guerra nuclear temida por toda humanidade não foi o desfecho final desse conflito. Em 1989 o muro de Berlim caiu e em 1991 houve a dissolução da URSS. A partir desse momento, houve uma relocação dos recursos. Antes eram feitos investimentos pesados em físicos, engenheiros,



inventores voltados para a indústria bélica. Esses recursos continuaram a ser investidos nesses mesmos profissionais, porém com outros objetivos, tais como, empreendedorismo, comunicação e progresso tecnológico (BRUM, 2009).

O ENIAC foi o primeiro computador de uso geral. Ele foi criado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT – e apresentado ao público em geral em 1946 (LEVY, 1999). Ele pesava cerca de 30 toneladas, pois era construído com estruturas metálicas, ocupava uma área equivalente a um ginásio esportivo, e era capaz de realizar operações complexas. Por consumir uma grande quantidade de energia elétrica, durante um longo tempo, os computadores eram máquinas bem caras, além de ocupar bastante espaço. Por esses motivos, seu acesso era restrito apenas para um grupo limitado de profissionais. Esse cenário mudou completamente a partir da década de 70 (BRUM, 2009).

Segundo Souza (2004) e Castells (2005), a internet surgiu em 1969 e foi criada pelo Departamento de defesa dos Estados Unidos. Este estava preocupado com a Guerra Fria e estava em busca de uma forma de compartilhar informações sigilosas, visando à proteção contra os soviéticos do seu sistema de comunicação, se ocorresse uma possível guerra nuclear. Em vista disso, foi criada uma rede eletrônica, a ARPANET, com a finalidade de transferir de forma rápida uma grande quantidade de dados de um computador para outro.

A microinformática surge na década de 70, com o estabelecimento do Personal Computer – PC – e a convergência tecnológica. Nas décadas de 80 e 90, houve a popularização da internet e a transformação do PC em um computador coletivo – CC. Nesse período, a rede é o computador e o computador é uma máquina de conexão (LEMOS, 2004). Na década de 90, grandes pensadores passaram a perceber que a humanidade estava deixando o mundo da civilização pós-industrial e começando a ingressar numa nova era, que começou a ser chamada de “Sociedade do Conhecimento” (BRUM, 2009).

Vários fatores contribuíram para a popularização da internet, dentre eles, podemos citar a criação da World Wide Web, em 1992, que facilitou o acesso ao conteúdo eletrônico pelos usuários. Vale citar também que a criação do e-mail (correio eletrônico), permitindo a troca de mensagens entre usuários que também possuam esse serviço, não importando a localização ou distância que estejam. Por causa do aumento da facilidade do acesso à internet, o número de usuários vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, não só no Brasil, como em todo o mundo (SILVA et al. 2005).



Segundo dados do IBOPE, o número de usuários com mais de 16 anos com acesso à internet em qualquer ambiente passou de 35,3 milhões em 2006 para 94,2 milhões no primeiro trimestre de 2012. Segundo o PNAD, em 2012 havia no Brasil 83 milhões de pessoas com 10 anos ou mais que eram usuárias de internet. Esse número correspondia a 46,5% da população com 10 anos ou mais.

A partir de 2009, o IBOPE Nielsen Online começou a divulgar a quantidade de usuários com acesso à internet na sua residência e no local de trabalho. Em 2009 havia 36.577 usuários ativos e 46.804 pessoas com acesso à internet. Esse número pulou em 2010 para 43.313 e 54.532, respectivamente. Observa-se um salto quando analisamos os dados somente do mês de outubro de 2013, onde o número de usuários ativos passa a ser de 46.700 e 76.600 pessoas com acesso à internet.

Observa-se que a internet se tornou a base de uma rede de comunicação composta de milhares de redes de computadores usadas por indivíduos e grupos do mundo inteiro, com todos os tipos de objetivos, bem diferentes daqueles da Guerra Fria. Ela foi preliminarmente desenvolvida com fins militares, hoje é a maior rede de computadores do mundo, desempenhando importantes mudanças na comunidade de pesquisa e desenvolvimento (SOUZA, 2004).

Cada dia surge novas tecnologias, denominadas nômades, que são representados pelos smartphones, notebooks, laptops, palmtops, cuja ênfase é a mobilidade tecnológica. Neste século, contamos com computadores coletivos móveis – CCm -, o que agiliza o acesso as informações (LEMOS, 2004).

A internet é um meio de comunicação que concede serviços e informações sob várias formas, tais como, som, vídeo, gráficos e textos, e é diferentemente das outras fontes, é um meio aberto, global e público. O grande volume de dados disponibilizados e a facilidade do acesso, que foram fatores que tornaram esse meio popular, não permite qualquer tipo de controle editorial. Os dados expostos muitas vezes não são baseados em evidências, e isto torna difícil a avaliação por parte do usuário da qualidade das informações disponibilizadas (SILBERG et al., 1997 apud PESSOA & CARTÁGENES, 2010).

Sendo assim, analisar as informações presentes no meio virtual sobre a qualidade das informações disponibilizadas sobre medicamentos, pode auxiliar na compreensão do perfil dos



usuários, as principais fontes de obtenção da informação e as praticas mais comuns adotadas por eles (PESSOA & CARTÁGENES, 2010).

A empresa Yahoo começou como hobby de estudantes candidatos a Ph.D. em Engenharia Elétrica da Universidade de Stanford e se tornou uma marca global que tem transformado a maneira como as pessoas se comunicam uns com os outros, acessam e encontram informações e compram coisas. Seus fundadores, David Filo e Jerry Yang, abriram o que inicialmente seria uma espécie de guia para informações espalhadas na recente web em um trailer no campus da universidade em fevereiro de 1994 como uma forma de manter o controle de seus próprios interesses na Internet.

Em pouco tempo observou-se que eles gastavam mais tempo em suas listas caseiras de links favoritos do que em suas teses de doutorado. Casualmente, na hora em que suas listas se tornaram muito extensa e complicada, eles resolveram dividi-las em grupos. Quando os grupos se tornaram muito longos, eles os separaram em subgrupos. Nesse contexto surgiu a ideia central por trás Yahoo!. Atualmente, segundo dados do próprio site, o Yahoo! Inc. é uma empresa líder de comunicações globais via internet, comércio e empresa de mídia que proporciona uma rede global de marcas de serviços para mais de 345 milhões de pessoas por mês em todo o mundo.

Sendo o primeiro guia online de navegação na Web, [www.yahoo.com](http://www.yahoo.com) é um dos principais guias em termos de tráfego, disponibilizando vários serviços como o portal que hospeda uma vasta quantidade de conteúdo de áudio e vídeo em *streaming*, hospedagem de lojas virtuais e serviços de gestão, incluindo ferramentas de sites e serviços. A rede da empresa Web global inclui 25 propriedades mundiais. Com sede em Sunnyvale, Califórnia, o Yahoo tem escritórios na Europa, Ásia, América Latina, Austrália, Canadá e Estados Unidos (YAHOO, 2014).

Foi divulgado em Junho de 2010 no "*Ad Planner Top 1000 Sites*", grupo que registra os sites mais acessados do mundo, por meio do mecanismo de busca do Google que o Yahoo! Foi o 2º site com mais acessos, com cerca de 490 milhões de visitas e um alcance global de 32% registrados no mês de abril, ficando a sua frente apenas o site de relacionamentos Facebook.



## METODOLOGIA

Foi realizado um estudo descritivo e transversal, acessando o banco de dados do site Yahoo Resposta (<https://br.answers.yahoo.com/>) totalizando 265 perguntas da seção saúde no subgrupo alergia em um período de três meses (maio, junho e julho) do ano de 2014, período este, de tempo máximo das informações disponíveis para acesso dos usuários da seção. As perguntas analisadas pertenciam ao subgrupo “Alergia” e este foi escolhido devido ao fato dos medicamentos desta categoria ser, em sua maioria, de venda livre, não havendo a necessidade da apresentação de receita médica para a sua compra. Nesta, foram agrupadas de acordo com o conteúdo em cinco categorias diferentes, que são: 1) perguntas onde havia a exposição dos sintomas em busca de algum diagnóstico; 2) as dúvidas sobre efeito colateral de algum medicamento; 3) os pedidos de indicação de algum medicamento/tratamento; 4) as dúvidas sobre como tomar ou aplicar algum medicamento (posologia) e 5) a categoria outros.

105

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo GARBIN, 2008, o acesso mais facilitado a informações juntamente com o aumento do nível educacional da população, tem feito com que um novo perfil de pacientes se destaque no cenário mundial. Um paciente que busca por informações sobre seu estado de saúde, sobre sintomas, tratamentos, custos de internações, doenças e medicamentos, eles são conhecidos como pacientes experts.

Das 265 perguntas analisadas, observou-se que 38,87% (103) eram relacionadas à exposição de algum/alguns sintomas e pedindo algum diagnóstico. Em alguns casos pode-se observar ainda o envio de fotos dos locais acometidos por alguma enfermidade.

As perguntas sobre efeito colateral de algum medicamento totalizaram-se em 4,5% (12) do total analisado. Acredita-se ser necessário que a população seja corretamente informada sobre o risco de usar um medicamento sem prescrição médica, devido a consequência que o uso desse produto pode gerar. Para que uma maior parte dos usuários tenha a compreensão das informações dispostas, é necessário que a linguagem usada seja de fácil entendimento sendo assim, a maioria da população será atingida (PESSOA & CARTÁGENES, 2010).

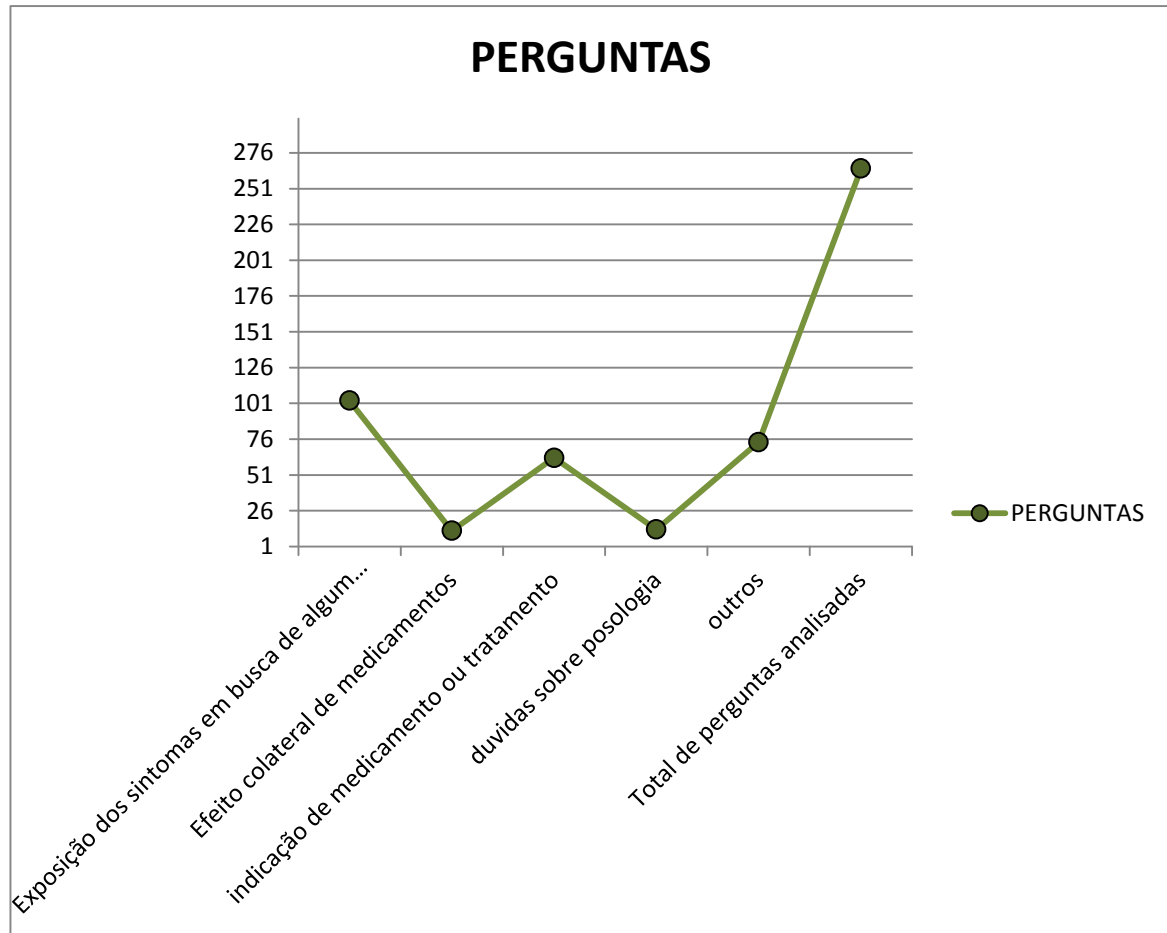


As perguntas que pediam indicação de algum medicamento ou mesmo de tratamento eram 23,77% (63) do total em questão. A divulgação de tratamentos não autorizados pelo Conselho Federal de Medicina, tais como fitoterapia, acupuntura, kits ortomoleculares entre outros, fazem com que o sujeito busque por tratamentos que muitas vezes são ineficazes, além de trazerem o dano adicional de complicações de saúde e prejuízo monetário (SILVA et al., 2005).

Segundo Pessoa e Cartágenes (2010) a internet se apresenta como fonte de informações, tanto de conscientização dos riscos, como também de estímulos a prática da automedicação dos usuários. Faz-se necessário ter cautela no tocante ao controle de tais informações, visto que elas estão disponibilizadas a todos o que pode acarretar riscos com o uso inadequado de medicamentos.

As interrogações sobre posologia de medicamentos totalizaram 4,9% (13) do total. Os medicamentos usados sem a orientação de um profissional especializado podem ser administrados em excesso ou em dosagens menores do que a necessária para se obter algum efeito farmacológico, sendo que em ambos os casos apresentam-se prejudiciais para a resposta farmacológica esperada. De acordo com o Ministério da Saúde, erros relacionados ao uso inadequado de medicamentos podem incluir a sobredose, que pode se manifestar com toxicidade e até ser fatal ou acarretar a farmacodependência, e também o uso em dosagens subterapêuticas, que podem ter como consequência o agravamento da situação de saúde devido a falta da resposta farmacológica esperada, resistência à antimicrobianos, causando o prolongamento no tempo do tratamento acarretando elevação de custos e riscos de infecções maiores (BRASIL, 2012).





Ao observar a estética do site, analisando a disposição das perguntas e das respostas, podemos observar que sempre havia a indicação de estabelecimentos de venda de medicamentos, a exposição de números de telefone de profissionais médicos, e até mesmo a indicação de tratamentos ditos “naturais” no espaço destinado a separar as perguntas das respectivas respostas. Segundo Silva (2005) o anúncio de consultórios ou a propaganda de determinados tratamentos contidos em textos informativos ao público em geral, podem induzir o usuário a buscar por tais serviços, sem que ele tenha tido acesso a uma informação imparcial para que tire suas próprias conclusões sobre o tema procurado. Quadro que acaba, possivelmente, induzindo o usuário a buscar por esses profissionais e tratamentos.

Ainda segundo a pesquisa realizada por Silva (2005) observou-se que a maioria dos sites que continham informação sobre o tema de saúde “rinite alérgica”, não possuíam referências bibliográficas, o que não traz respaldo científico quanto a origem e veracidade das informações. Isso também não foi observado na pesquisa feita no site Yahoo!Respostas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Silva (2005) devido à facilidade de obtenção de informações disponibilizadas pela rede, seja por meio de provedores de acesso gratuito ou pela existência de locais públicos de acesso ao ciberespaço, podemos notar que o público leigo tem facilidade de receber e obter orientações sobre prevenção, tratamento e diagnóstico de doenças, o que, se forem de curo científico, podem colaborar positivamente para o tratamento feito junto ao profissional médico. Mas de forma alguma, pode-se substituir o profissional responsável em se fazer o diagnóstico por essas informações.

Vale ressaltar também que alguns sites, comunidades e pessoas podem ser simplesmente veículos de empresas comerciais que somente estão interessadas em divulgar seus medicamentos, tratamentos e serviços.

As informações sobre doença e saúde que estão acessíveis na internet, muitas vezes são incompletas, incorretas, contraditórias e até mesmo fraudulentas. Sendo assim, o usuário que não é um profissional de saúde e que não tem acesso a livros e banco de dados confiáveis, tem dificuldade em diferenciar o que é certo do errado, o ultrapassado do inédito.

Diante dos dados dispostos acima, dos conteúdos analisados e até mesmo da estética do site, podemos concluir que esse tipo de site acaba levando os usuários a começar tratamentos não adequados para sua patologia, visto que não são tratamentos indicados por profissionais habilitados para dar o diagnóstico clínico.

Devemos levar em consideração também a possibilidade de mascaramentos dos sintomas causando o agravamento da saúde do paciente, e o custo adicional tanto para o usuário quanto para a saúde pública, já que há a possibilidade de atendimento médico de urgência e emergência. Causando uma situação que muitas vezes poderia ter sido evitada se o diagnóstico correto fosse feito e o tratamento adequado aplicado.

## REFERÊNCIAS

- ANVISA. Disponível em <[www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)> acessado em 20 de Julho de 2012.
- ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H. L. L.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, M. L.; RIGHI, R. E.; ARNAU, J. M.; *Perfil da automedicação no Brasil*. Revista de Saúde Pública, vol. 31, nº1, pp. 71-77. Brasil, 1997.



- BORTOLON, P. C.; MEDEIROS, E. F. F. de; NAVES, J. O. S.; KARNIKOWSKI, M. G. de O.; NÓBREGA, O. de T.; *Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras*. Ciência e Saúde Coletiva, vol. 13, nº04, pp. 1219-1226. Brasil, 2008.
- BRUM, L. C. C.; *Normose na sociedade em rede: paradoxo diante do fluxo informacional*. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2009.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e Cultura*. v.1. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- Disponível em < <http://archive.todaydocs.yahoo.com/info/misc/history.html>>. Acessado em 16 de Julho de 2014;
- Disponível em < [www.teleco.com.br/internet.asp](http://www.teleco.com.br/internet.asp). >. Acessado em 30 de julho de 2014.
- Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/09/medicos-alertam-para-o-cuidado-no-diagnostico-de-doencas-psicologicas.html>>. Acessado em 31 de Julho de 2014.
- GARBIN, H. B. da R.; NETO, A. de F. P.; GUILAM, M. C. R.; *A internet, o paciente expert e a prática médica: uma análise bibliográfica*. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. v.12, n. 26, pp. 579-88. Jul/Set, 2008.
- LEMOS, A. *Cibercultura e Mobilidade: a Era da Conexão*. 2004.
- LÉVY, P.. *Cibercultura*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 1º edição, São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso\\_racional\\_medicamentos\\_temas\\_selecionados.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_racional_medicamentos_temas_selecionados.pdf)>. Acessado em 31 de julho de 2014.
- ORUETA, R.; GÓMEZ-CALCERRADA, R. M.; SÁNCHEZ, A.; *Actualizacion en medicina de familia*. SEMERGEN, v. 34, nº3, pp.133-137. Toledo, 2007.
- PEREIRA, F.S.V.T.; BUCARETCHI, F.; STEPHAN, C.; CORDEIRO, R.; *Automedicação em crianças e adolescentes*. Jornal de pediatria, vol. 83, nº5, pp. 453-458. Brasil, 2007.
- PESSOA, D. L. R.; CARTÁGENES, M. S. S.; *Informações disponíveis na internet sobre automedicação*. Enciclopédia Biosfera. Centro científico Reconhecer, v. 6, n. 11, p. 1-8. Goiânia, 2010.
- ROZENFELD, S.; *Prevalência, fatores associados e mau uso de medicamentos entre idosos: uma revisão*. Caderno de Saúde Pública, v. 19, n.3, Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, L. V. E. R.; JÚNIOR, J. F. de M.; MION, O.; *Avaliação das informações sobre rinite alérgica em sites brasileiros na rede mundial de computadores (Internet)*. Revista brasileira de otorrinolaringologia. v.71, n.5, pp.590-7, set/out 2005.



- SOUZA, C. H. M. de. *Comunicação, Educação e Novas Tecnologias*. Rio de Janeiro: FAFIC, 2004.
- SOUZA, J. F. R. de; MARINHO, C. L. C.; GUILAM, M. C. R.; *Consumo de medicamentos e internet: análise crítica de uma comunidade virtual*. Revista Associação Médica Brasileira, vol. 54, nº3, pp. 225-231. Brasil, 2008.
- VIDOTTI, C. C. F.; HOEFLER, R.; SILVA, E. V.; MENDES-BERGSTEN, G. *Sistema Brasileiro de Informação Sobre Medicamentos – SISMED*. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(4):1121-1126, out-dez, 2000.
- ZIMMERMANN, I. R. *Centro de Informações Sobre Medicamentos: Necessidade de Implantação em Instituições de Saúde*. Florianópolis, 2007.



## **AVALIAÇÃO DAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO POR PARTE DOS GESTORES: UM ESTUDO DE CASO**

NASCIMENTO, Carlos Alberto do

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS)- Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI*  
*carlos.nascimento@fatec.sp.gov.br*

PINHO, Alexandre Ferreira de

*Professor do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS)- Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI*  
*pinho@unifei.edu.br*

111

### **RESUMO**

Esta pesquisa apresenta os resultados de um estudo de casos múltiplos realizada com gestores que atuam diretamente na utilização de um sistema de informação voltado especificamente para auxílio à tomada de decisão. Participam desta pesquisa empresas de grande porte que pertencem a segmentos diferentes. O objetivo deste trabalho é avaliar se os gestores realmente conhecem e conseguem diferenciar o uso de um sistema de gestão empresarial tradicional (ERP) de um sistema de apoio à decisão (SAD), onde exige de seus usuários interação e um bom nível de conhecimento, tanto técnico como administrativo. Este artigo busca contribuir para identificar as barreiras e dificuldades que as pessoas possuem mediante ao uso de recursos computacionais e como isto vem afetando as profissões e gerando necessidade cada vez maior de preparo por parte das pessoas para manterem-se no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Avaliação, Sistemas de informação, Decisão.

### **ABSTRACT**

This research presents results of a multiple case study conducted with managers who work directly on the use of an information system designed specifically to aid decision making. Participate in this large research companies belonging to different segments. The objective of this study is to evaluate whether managers really know and can differentiate the use of a traditional enterprise management system (ERP) of a decision support system (DSS), which requires its users to interact and a good level of knowledge, both technical and administrative. This article aims to identify the barriers and difficulties that people have through the use of computational resources and how this is affecting the professions and generating increasing need to prepare for people to keep themselves in the labor market.

**Key-words:** Assessment, Information Systems, Decision



## 1. INTRODUÇÃO

O mundo corporativo vem nos últimos anos passando por extremas transformações, situação que começou a ocorrer mediante a uma crescente necessidade de modernização, melhoria e agilidade nos processos, tanto administrativos quanto de produção. O processo de tomada de decisão, uma das principais atividades exercidas pelos executivos torna-se cada dia mais complexo devido à grande quantidade de informações vindas das mais variadas fontes, disponibilizadas a estes profissionais, resultado da informatização cada vez maior das empresas, fazendo com que a tomada de decisão se torne uma tarefa demorada e exaustiva. Para auxiliar o trabalho dos executivos, as empresas passaram a adotar sistemas de informação com recursos capazes de servir de ferramenta de apoio à tomada de decisão. Este tipo de sistema é comumente denominado de SAD – Sistema de apoio à decisão. Este sistema é composto por um conjunto de ferramentas inter-relacionadas (bancos de dados, softwares para mineração de dados, modelos e aplicativos para comunicação com os usuários) que difere dos tradicionais sistemas de gestão utilizados nos empresas.

Um sistema de apoio à decisão pode ser apresentado em duas características de uso: orientado por modelos que permite a elaboração de cenários, análise de sensibilidade, simulações, e o uso orientado por dados, onde realiza análise de grandes volumes de dados, busca por associações e padrão, ocorrências de eventos, classificação e prognósticos. Em ambos os tipos de uso, trabalhar com o SAD exige de seus usuários extrema dedicação seja para preparar ambientes para simulações, seja para coletar e analisar os dados. O usuário precisa conhecer e entender como realmente um sistema do tipo SAD funciona e como interpretar os dados gerados pelo mesmo. A demanda por resultados imediatos por parte das empresas tem obrigado os gestores a andarem num ritmo acelerado de trabalho e por consequência os processos de análises e simulações realizados pelos SADs, que demandam tempo e dedicação acabam não ocorrendo como esperado.

Nas condições de trabalho que se encontram, os gestores estão realmente preparados para lidar com este tipo de sistema? E a forma que estes executivos interagem com o mesmo pode de alguma maneira contribuir negativamente ou não para que a melhor escolha no momento da tomada de decisão seja a mais acertada possível?



Este artigo tem por objetivo avaliar como as condições de trabalho e o nível de conhecimento que os gestores possuem com relação ao uso do SAD, impactam no seu dia a dia de trabalho na empresa e os reflexos desta situação com relação a sua vida profissional.

## 2. OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

As organizações em geral estão sendo cada vez mais exigidas no sentido de apresentar melhorias em seus processos e serviços, efeitos imediatos da globalização e concorrência (Chaves, Ensslin e Ensslin, 2012).

Laudon e Laudon (2007) destacam que o aumento contínuo em investimentos na área da tecnologia da informação, aliado a novas práticas de gestão e decisões estratégicas, esta provocando profundas transformações na maneira de como fazemos negócio, na maneira de como receitas são geradas e como os consumidores estão recebendo produtos e serviços. As mudanças tecnológicas estão obrigando as empresas a reverem suas estruturas de produção e prestação de serviços. Acompanhando o desenvolvimento tecnológico, os modelos de gestão estão mudando, executivos e funcionários trocam informações em redes digitais de alta velocidade em tempo real, a demanda por sistemas de informações cresce em escala cada vez maior. Armazenar e gerenciar informações tornou-se tarefa crítica dentro das empresas, e a necessidade por ferramentas capazes de realizar estas operações em tempo hábil e de forma organizada contribuiu para que os chamados sistemas de informação assumissem um papel de destaque dentro do quadro administrativo das organizações.

Mediante a crescente necessidade de manusear imensas quantidades de dados, o setor de tecnologia da informação ou simplesmente referenciado como TI nas empresas, passou a desempenhar um papel de súpula importância no âmbito estratégico e administrativo. Fato confirmado por Albertin e Albertin (2008), onde destaca a tecnologia da informação como um dos componentes mais importantes do ambiente empresarial, proporcionando um vasto desenvolvimento para as organizações que sabem explorar seus benefícios.

A dependência dos sistemas de informação e do uso de tecnologias em geral representa uma realidade irreversível. Só nos Estados Unidos, quase metade de todo investimento anual privado é decorrente em função de explorar novas tecnologias e sistemas de informação (Laudon e Laudon, 2007).





O que vem a ser um sistema de informação propriamente dito? Para Wzorek, Rezende e Mendes (2008), todo sistema que use ou não recursos de TI, capaz de armazenar dados e gerar informações pode ser considerado um sistema de informação. Já Laudon e Laudon (2007), define um sistema de informação com sendo um conjunto de componentes que podem ser relacionados e capazes de coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informação, que venham a ser utilizadas para auxiliar a tomada de decisão, a gerenciar e controlar uma organização.

### 3. TIPOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Laudon e Laudon (2007) classificam os sistemas de informação de acordo com o nível hierárquico das decisões que prestam suporte. Além da chamada divisão clássica: nível operacional, nível tático e nível estratégico. Os autores incluem uma camada intermediária entre os níveis operacional e tático, denominada nível de conhecimento, nesta camada se encontram engenheiros, analistas financeiros, advogados, cientistas, analistas de marketing e de controladoria.

Os sistemas que atuam no nível operacional são definidos pelos autores como sistemas de processamento transacional ou seja, aqueles que estão diretamente ligados as transações e operações do dia-a-dia. Os sistemas conhecidos como ERP (Enterprise Resource Planning) ou sistemas integrados de gestão são os mais utilizados pela grande maioria das organizações e são pertencentes ao nível operacional (Medeiros Jr., Perez e Shimizu, 2009). Os sistemas ERP são capazes de integrar e gerenciar uma parte substancial da empresa cujos controles envolvem a área financeira, logística, manufaturas, produção, vendas, recursos humanos e ainda permitir o compartilhamento em tempo real de informações e gerar a uniformização dos processos de negócios (Laudon e Laudon, 2007). Um sistema ERP é considerado altamente estruturado pois tanto os dados que serão introduzidos no sistema como as formas de saída dos resultados do processamento são previamente conhecidas (Souza, 2000).

Os ERPs tiveram sua origem na década de 90, e um dos primeiros a ser desenvolvido foi o alemão SAP (*Systemanalyse und Programmentwicklung*), onde na sua primeira versão possuía os módulos de produção, contabilidade, vendas e recursos humanos. Atrelados aos sistemas de ERP existem outros sistemas conhecidos com CRM (*Customer Relationship*



*Management*) ou sistema de relacionamento com o cliente, ou mesmo sistemas menores conhecidos como sistemas legados – aqueles desenvolvidos para uso interno da empresa para finalidades bem específicas (Medeiros Jr., Perez e Shimizu, 2009). Os autores ainda complementam que independente do tipo ou propósito, qualquer sistema de informação visa um único objetivo: fornecer informações confiáveis e de qualidade para que a empresa possa agilizar e melhorar seus processos para buscar competitividade no mercado.

#### 4. SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO (SAD)

Para Fonseca, Campello e Dornelas (2007), as decisões executivas tornaram-se atualmente o principal desafio dos gestores nas organizações. Ainda segundo os autores, o custo provocado por uma decisão estratégica errada é capaz de acarretar enormes prejuízos para a organização. A implantação dos sistemas de apoio à decisão (SAD), nas organizações vem ao encontro a esta necessidade dos executivos. E o que são os SADs?

Para Laudon e Laudon (2007), enquanto um sistema de informação tradicional como os ERPs já citados anteriormente, são responsáveis por emitir relatórios e informes de transações para auxiliar respostas para problemas de decisão estruturada e semi-estruturada, os sistemas de apoio à decisão (SAD), fornece apoio para análises de problemas semi-estruturados e não estruturados. O SAD trabalha com grandes quantidades de dados e permite consultas interativas por parte de seus usuários. Segundo os autores, os primeiros SADs eram orientados por modelo ou seja, utilizavam algum tipo de modelo ‘se-então’. Sua capacidade para análise era baseada em uma teoria ou modelo bem fundamentado aliada a uma combinação de uma boa interface de comunicação com o usuário. A multinacional Procter & Gamble (P&G) utilizou por muitos anos SAD orientados por modelos para reestruturar sua cadeia de suprimentos.

Os SADs mais contemporâneos são orientados por dados, usam o processamento analítico on-line (OLAP), além de contar com recursos para mineração de dados (data mining), permitindo analisar e manusear grandes quantidades de dados.

É importante ressaltar que empresas como a SAP (líder mundial em soluções para gestão empresarial) por exemplo, passaram a incorporar em seu sistema ERP, módulos conhecidos com B.I. (*business intelligence*) cuja principal característica é fornecer aos executivos, ferramentas e condições para levantamento e análises de dados, que permite



auxiliá-los na tomada de decisão. Isto tem contribuí de certa maneira para gerar uma confusão na cabeça dos gestores, eles passaram a enxergar o sistema do tipo ERP e SAD com sendo o mesmo produto. Fato constatado mediante pesquisa realizada em algumas empresas para este trabalho e que tem permitido identificar um problema muito comum: os gestores não possuem uma visão clara sobre as aplicações das soluções computacionais que dispõe para suas atividades.

A figura abaixo representa bem as atribuições de cada tipo de sistema e seus respectivos níveis de usuários:

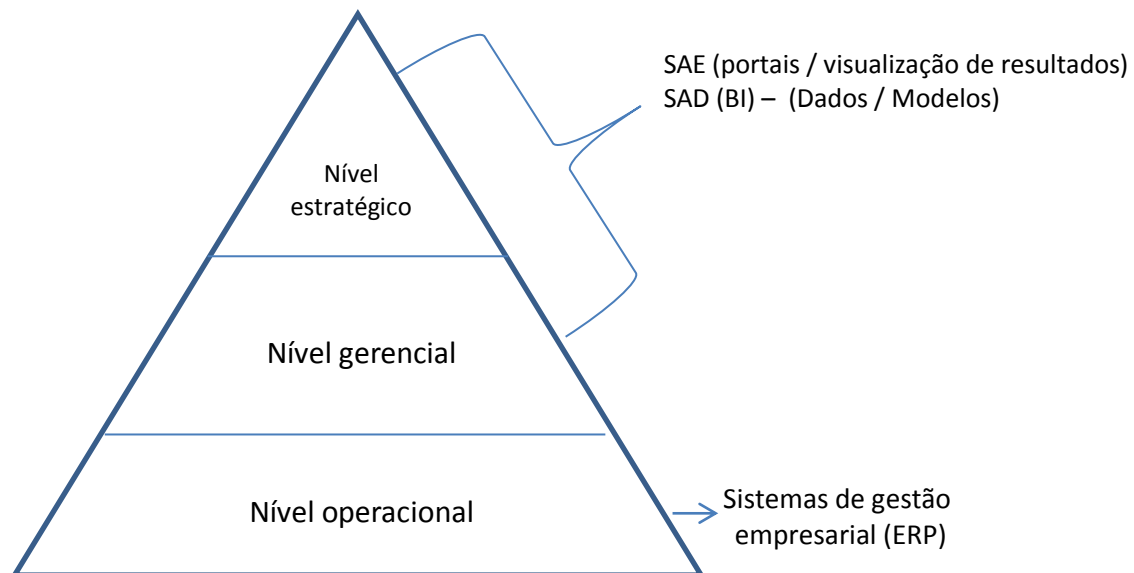


Figura 1- Nível hierárquico da utilização dos sistemas de informação

Os sistemas de apoio à decisão (SAD) ou módulos de *business intelligence* (BI) são empregados pelos profissionais responsáveis pela área estratégica da empresa (presidentes, diretores, executivos de alto escalão), porém gerentes de nível médio também em algumas empresas são responsáveis pela tomada de decisão e, portanto, também utilizam o SAD. Os profissionais do chamado nível operacional, utilizam os sistemas de gestão (ERP) para automatizar e agilizar tarefas do tipo vendas, atualização de estoques, emissão de relatórios, etc.

As atividades do nível tanto gerencial quanto do nível estratégico exige uma rica coleta de dados (fornecidos pelos ERPs por exemplo) para elaboração de históricos, montagem de



cenários, etc. Este tipo de sistema irá apresentar análises e sugerir caminhos, mas a palavra final ainda estará sempre nas mãos dos executivos. O fator humano sempre será relevante.

Por razões mercadológicas e de marketing as empresas desenvolvedoras de software passaram a adotar a sigla BI para descrever um sistema de apoio à decisão. Inclusive no decorrer das entrevistas realizadas para compor o trabalho, era comum por parte dos executivos entrevistados utilizarem a expressão BI para fazer referência as suas ferramentas de auxílio para tomada de decisão.

Na figura abaixo, é possível identificar de forma clara que o sistema de ERP é apenas uma fonte de dados para alimentar o módulo de BI ou o SAD de determinada empresa.

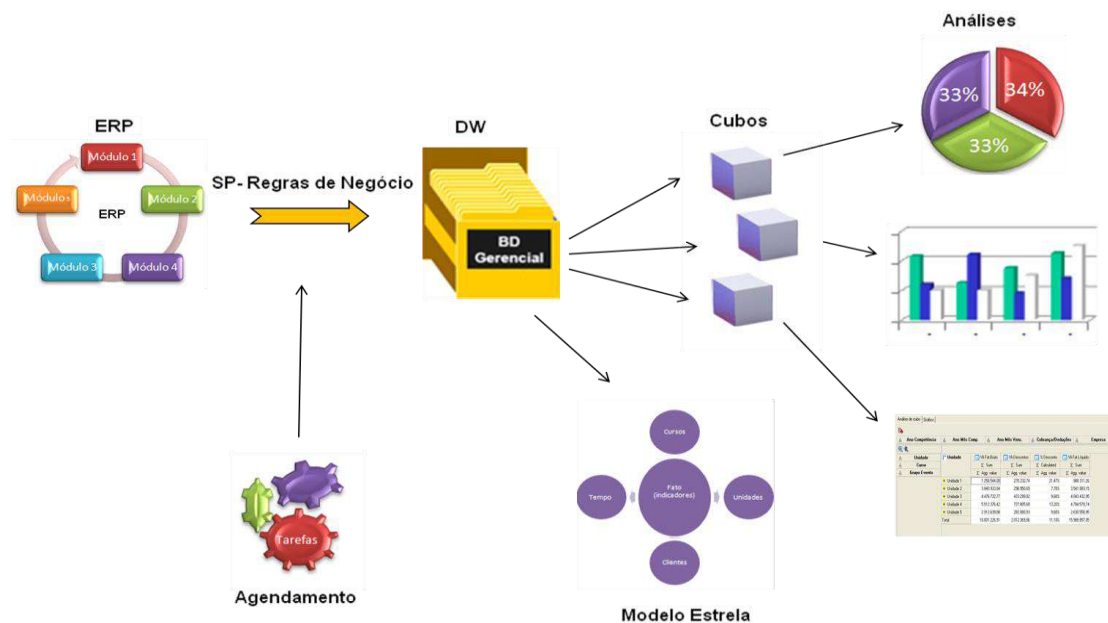


Figura 2- Fluxo de funcionamento de um BI.  
Fonte GVDasa, 2014

O módulo de BI é um conjunto de recursos para se interligar aos sistemas de gestão empresarial para importar dados e alimentar uma base de dados paralela onde através da mesma serão geradas consultas, gráficos, históricos, etc.

O Gartner Group, na década de 90 já trazia uma definição sobre business intelligence:

Um conjunto de conceitos, métodos e recursos tecnológicos que permitem obter e distribuir informações geradas a partir de dados operacionais, históricos e externos, visando proporcionar subsídios para a tomada de decisões gerenciais e estratégicas".Gartner Group (1992)



## 5. METODOLOGIA

Com relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa está classificada como estudo de caso múltiplo com natureza qualitativa que segundo Yin (2005), o estudo de caso é a estratégia mais utilizada pelos pesquisadores quando o foco está voltado para questões contemporâneas.

Gil (2010) reforça que um estudo de caso é marcado por uma profunda e exaustiva investigação sobre um ou demais objetos, buscando alcançar um conhecimento amplo e detalhado sobre os mesmos.

Foram utilizados nesta pesquisa métodos de interpretação que procuraram entender, descrever e traduzir os fatos. O objetivo não quantificar, mas levantar questionamentos para entender e explicar “como” e o “porque” do problema de pesquisa. Para auxiliar a análise foi empregado o método de pesquisa exploratória que nos permite questionar e levantar hipóteses para entender a realidade dos profissionais que atuam nas empresas pesquisadas.

Segundo Yin (2005), a elaboração do estudo de caso passa por três grandes momentos: Definição e Planejamento, Preparação e Coleta e por fim Análise e Conclusão. Estas etapas são subdivididas para facilitar sua aplicação. No fluxograma a seguir as etapas estão representadas pelas letras de A a J e cada uma delas descritas a seguir.

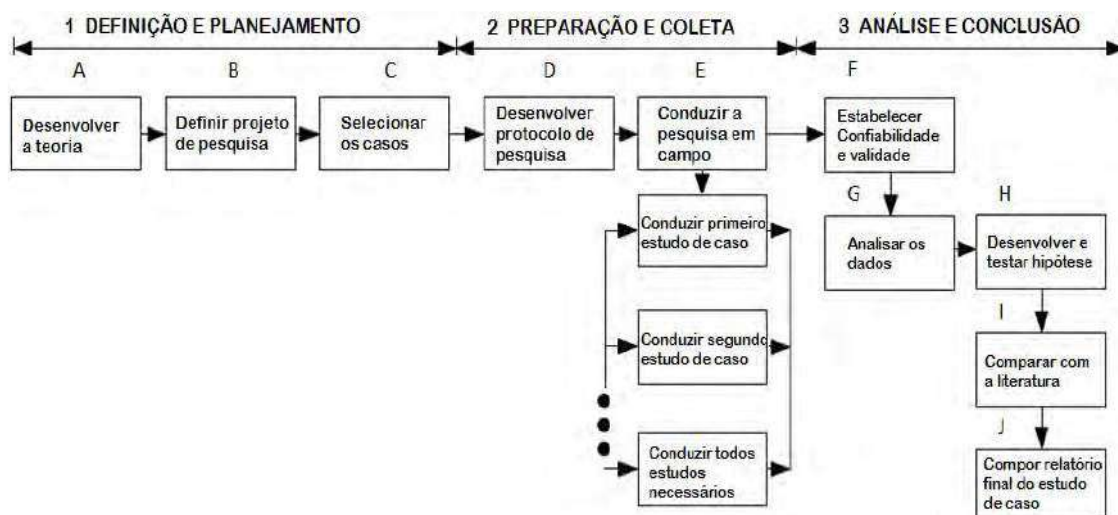


Figura 3- Atividades do método de estudo de caso  
Fonte: Adaptado de Yin (2001)



Na fase 1 foi elaborado o desenvolvimento da teoria, onde se estudou os conceitos que deram sustentação e contribuiu para esclarecimentos aos temas que envolvem a pesquisa seguida da definição e planejamento do ambiente de pesquisa e para fechar esta etapa, a seleção dos objetos de estudos (casos).

Na fase 2 determinou-se o protocolo de pesquisa e sua respectiva validação e na sequência a coleta dos dados. Nesta etapa foram utilizadas diferentes técnicas como entrevistas presenciais contendo questionários abertos para os gestores e questionários fechados para os profissionais da área de tecnologia da informação (TI) das empresas selecionadas e por fim a observação direta, para ajudar a enriquecer as análises.

Na fase 3 um teste piloto foi realizado, um gestor e um responsável do setor de TI de uma instituição de ensino participaram da pesquisa e os resultados dos questionários cruzados para a realização de uma análise preliminar e assim garantir a validação dos mesmos, para se evitar distorções. Num segundo momento ainda nesta fase, os dados gestores e profissionais de TI das empresas selecionadas foram coletados e confrontados.

## 6. OBJETO DE ESTUDO

O estudo apresentado neste artigo teve seu foco três empresas multinacionais de grande porte, duas na região do Vale do Paraíba, interior de São Paulo e uma terceira na cidade de Itajubá, Minas Gerais. Aqui se identificou a primeira empresa como X, esta pertencente ao setor metalúrgico, a segunda empresa que identificada como Y, pertencente ao setor químico e Z a terceira empresa pertencente ao setor aeronáutico. Todas as empresas são tradicionais na região, são responsáveis diretamente por manter boa parte dos postos de trabalho de suas respectivas cidades onde estão instaladas. Cada uma delas possuem altos investimentos na área de tecnologia da informação, dispõem de departamentos de TI com orçamentos específicos para implantar softwares, fornecer suporte aos usuários e cuidar de toda a infraestrutura computacional (redes e telecomunicações). Toda e qualquer solução computacional que diz respeito à gestão tanto da empresa X quanto da empresa Y, é imposta pela matriz (exterior), cabe ao setor de TI cuidar da implantação e treinamento dos usuários. No caso da empresa Z ela é a própria matriz (nacional).





## 7. CONDUÇÃO DA PESQUISA

A forma como o estudo de caso foi conduzido para realizar esta pesquisa seguiu a proposta de Yin (2001), apresentado na figura 2. Cada uma das etapas foi executada conforme descritas abaixo:

7.1 Desenvolvimento da teoria (identificado na figura 3 pela letra A): Foi realizada a leitura de vários artigos científicos (nacionais e estrangeiros) além de livros relacionados ao tema da pesquisa, buscando proporcionar a construção de uma base de conhecimentos relativos: aos conceitos de sistemas de informação, suas formas de manuseio e utilização, entender o que é e como funciona um sistema de apoio à decisão (SAD) e principalmente, levantar informações sobre os processos gerenciais e buscar compreender o papel do gestor que realiza tomada de decisão nas organizações.

7.2 Definição do projeto de pesquisa (identificado na figura 3 pela letra B): Apresentação da relevância do tema pesquisado ocorre mediante a descrição de sua problematização, de sua justificativa e os objetivos que delimitam a área e o objeto de estudo.

7.3 Selecionando os casos (identificado na figura 3 pela letra C): A definição dos casos se deu pela escolha de três empresas multinacionais de grande porte, pertencentes a segmentos diferentes. Uma empresa do setor metalúrgico, uma do setor químico e a terceira do setor aeronáutico. A amostragem empregada foi do tipo não probabilística denominada também como intencional. Segundo Gil (2010), este tipo de levantamento de amostras consiste em selecionar um subgrupo ou elementos específicos, tendo como principal exigência: é necessário um conhecimento prévio sobre aqueles que irão compor sua amostra. Participaram das entrevistas (questionário aberto) apenas os gestores que trabalham diretamente com sistema do tipo SAD ou BI para auxílio na tomada de decisão e também um funcionário que atua no departamento de tecnologia da informação da empresa para responder um questionário fechado com perguntas técnicas sobre o SAD utilizado pela mesma.

7.4 Desenvolvendo o protocolo de pesquisa (identificado na figura 3 pela letra D): O protocolo desta pesquisa e sua aplicação foi definida por dois tipos de questionários: Um primeiro questionário com questões abertas a ser aplicado via entrevista presencial direcionado aos gestores responsáveis pela tomada de decisão e um segundo questionário aplicado a um funcionário do setor de TI que tenha participado do processo de implantação do módulo de BI





ou SAD da empresa e que atue como responsável pelo suporte aos usuários. Ambos os questionários tem como meta levantar o perfil, dificuldades e necessidades dos profissionais entrevistados.

7.5 Conduzindo a pesquisa em campo (identificado na figura 3 pela letra E): As entrevistas com os gestores foram agendadas de maneira prévia e ocorreram nos seus locais de trabalho não sendo estipulado tempo máximo de duração, o questionário direcionado ao responsável pelo setor de TI foi enviado e também respondido via e-mail. Cabe ressaltar que todos os dados coletados são confidenciais e as fontes não serão citadas na conclusão da pesquisa, destacando também que esta pesquisa apresentou um estudo de casos múltiplos com uma variedade de entrevistados.

7.6 Estabelecendo a confiabilidade e validade (identificado na figura 3 pela letra F): Para elaborar a análise dos dados, utilizou-se a proposta de Yin (2001) cujo procedimento exige uma atenção especial, aqui o objetivo da análise dos dados é procurar construir uma explicação e levantamentos de hipóteses sobre o caso, estratégia definida pelo autor como “construção da explicação”. Este tipo de análise permite levantar explicações, que na prática significa estipular um conjunto presumido de elos casuais para entender os fenômenos, levantar hipóteses e direcionar novos estudos.

7.7 Analisando os dados (identificado na figura 3 pela letra G): As respostas coletadas mediante os questionários e entrevistas realizadas com os gestores e profissionais da área de TI das empresas foram analisadas através do método para construir explicação, procurou-se identificar os elos casuais mais comuns para gerar hipóteses e levantar interpretações para as causas dos problemas apontados pela pesquisa: avaliar se os gestores realmente conhecem e conseguem utilizar um sistema de apoio à decisão no seu dia a dia de trabalho.

7.8 Desenvolvimento e teste da hipótese (identificado na figura 3 pela letra H): Nesta fase procurou-se selecionar para compor os casos profissionais que tenham envolvimento direto com o objeto de estudo. Durante as análises sempre buscou-se identificar elos casuais capazes de fornecer indícios para questionar e levantar hipóteses sobre a causa dos problemas apontados pela pesquisa e contribuir para que os questionamentos produzidos possam gerar novos estudos.

7.9 Comparando com a literatura (identificado na figura 3 pela letra I): Os questionamentos e hipóteses geradas pelas explicações geradas foi comparada com a literatura,



identificando que os questionamentos tem veracidade e que também é linha de investigação de outros autores, isto vem contribuir para aumentar a necessidade de aprofundamento persistência na problematização da pesquisa fazendo com que o tema não se esgote.

7.10 Compondo o relatório final (identificado na figura 2 pela letra J): A composição do relatório final e a discussão dos resultados serão apresentados nos itens 8 e 9 deste artigo.

## 8. ANÁLISE DOS DADOS

Após a compilação dos resultados, a maioria dos gestores entrevistados deixam claro das suas dificuldades em entender o que é e qual o papel de um sistema de apoio à decisão como ferramenta de auxílio no seu dia a dia de trabalho. Muitos gestores enxergam o sistema ERP da empresa seu único aliado para a tomada de decisão, a associação deste tipo de sistema com o SAD é imediata, embora seja uma maneira errônea, mas esta presente em grande parte dos questionários. Um elo causal importante que foi observado: a falta de conhecimento dos profissionais da área administrativa com relação aos sistemas de informação disponibilizados pela empresa para suas tarefas. A falta de conhecimento e preparo dos gestores também contribui para outro elo detectado: a insegurança em utilizar um sistema computacional independente de que tipo for e a baixa confiabilidade nos resultados produzidos por eles. Alguns profissionais relataram que o retrabalho é constante, pois os dados de uma análise feita em um sistema de informação é transferido para planilhas de cálculo e só a partir daí, o gestor se sente mais confiante em seus resultados. Fica claro nestas afirmações que o gestor confia numa ferramenta que possui domínio.

Analisando um outro grupo de entrevistados que dizem possuir formação técnica antes de se tornarem gestores, afirmam que este conhecimento “extra” permitiu-lhes garantir uma maior comodidade no uso de soluções computacionais na tomada de decisão. Eles relataram os benefícios de um sistema do tipo SAD e defenderam amplamente o uso deste tipo de ferramenta para a performance de suas tarefas e confiam plenamente nos seus resultados. Este grupo de profissionais ainda aponta o “conhecer” da área técnica como um grande responsável por facilitar o contato e o entrosamento com os profissionais da área de TI.

Em ambos os grupos analisados, o fator conhecimento tem sido o diferencial, embora todos os entrevistados relatem dificuldades, aqueles que estão melhores preparados para lidar



com a tecnologia tem se saído melhor. Outro fator que merece ser destacado; o medo e a insegurança daqueles que não dominam a tecnologia ou não se veem preparados para mudanças, pois ainda estão presos a conceitos de décadas atrás e visualizam a tecnologia como uma ameaça, e admitem ter dificuldades para romper com paradigmas de trabalho, situação que predomina ainda em muitas corporações principalmente nos cargos da alta gerência.

Apesar dos relatos apresentarem pontos negativos para alguns, estes concordam que o uso dos sistemas de informação pelas empresas é um caminho sem volta, e eles precisam mudar para não serem descartados.

## 9. CONCLUSÃO

Ao comparar as leituras das bibliografias utilizadas nesta pesquisa com as resposta dos entrevistados fica claro que os conceitos e aplicações de um sistema tipo SAD ou BI não estão plenamente definidos na cabeça gestores. A falta de conhecimento e o receio em aderir a mudanças é um fato impactante. Embora todos concordam em dizer que a tecnologia traz benefícios, o medo de ser “engolido” por ela também se faz presente. Olhando por este prima fica num primeiro momento a percepção de uma grande dificuldade e ao mesmo tempo um grande desafio.

No decorrer da pesquisa pôde-se perceber também que a própria empresa exige muito, os gestores e profissionais da alta gerência são pressionados por resultados e a imposição pelo uso de ferramentas computacionais são impostas, cabendo a estes profissionais se adaptarem. Outros fatores também foram citados pelos entrevistados porém fica relevante que a falta de conhecimento e preparo por parte dos profissionais da área estratégica contribui de forma significativa para determinar a ineficácia do sistema. É fato que é muito fácil culpar o “computador” ou o “sistema” quando algo dá errado ou não acontece como planejado, mas a realidade é que o usuário é e sempre será a peça fundamental de todo e qualquer processo. Autores de renome na área de tecnologia já destacavam este ponto, ao se avaliar um produto ou serviço é de vital importância se avaliar também quem o utiliza.

Assim é possível constatar que a preparação dos usuários, a interação com outros profissionais e a troca de conhecimentos pode fazer a diferença. As empresas que tanto investem em tecnologia se esquecem que um dos principais pilares dessa estrutura é o usuário.



## 10. REFERÊNCIAS

- ALBERTIN, A. L.; ALBERTIN, R. M. D. M. Tecnologia de informação e desempenho empresarial no gerenciamento de seus projetos: um estudo de caso de uma indústria. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 599-629, Jul / Set 2008.
- CHAVES, L. C.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. Mapeamento do tema gestão do apoio à decisão quando analisado sob a ótica de seus resultados. **Sistemas & Gestão**, p. 336-348, 2012.
- FONSECA, ; CAMPELLO, D. V. C.; DORNELAS, S. Processos de geração de informações de qualidade para o apoio a decisão executiva. **Gestão.org**, Recife, v. 5, n. 1, Jan / Mai 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GVDasa. GVDasa Sistemas. Business Intelligence – BI. Apresentação em powerpoint. Maio, 2014.
- LAUDON, C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informações gerenciais**. 7ª. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- MEDEIROS JR., A.; PEREZ, G.; SHIMIZU, T. Classificação de critérios para seleção de ERP: um estudo utilizando a técnica Delphi. **Revista eletrônica de sistemas de informação**, v. 9, n. 1, 2009.
- WZOREK, L.; REZENDE, D. A.; MENDES, J. M. G. Sistemas de informação de apoio à decisão e suas relações com processos decisórios: estudo de caso de um município paranaense. **Revista eletrônica de sistemas de informação**, Curitiba, v. 7, n. 2, 2008.
- YIN, R. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## INTRODUÇÃO DAS FUNÇÕES RACIONAIS NO ENSINO MÉDIO

JACOMINO, Thiago Marques Zanon

*Professor Mestre do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES*

*thiago.jacomino@ifes.edu.br*

CASTRO, Rigoberto Gregório Sanabria

*Professor Doutor da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF*

*sanabria@uenf.br*

### RESUMO

Neste trabalho, propomos a inserção do estudo das funções racionais na matriz curricular de matemática no Ensino Médio. Essa introdução torna-se viável, na medida em que os alunos já possuem as ferramentas necessárias ao trabalhar com as funções polinomiais, pois o assunto já faz parte de seu programa de estudo. Ao estudar funções polinomiais, os alunos terão conhecimento que a soma, a diferença ou o produto de duas funções é ainda uma função polinomial, mas o quociente de duas funções não é, geralmente, uma polinomial. Essa observação motiva a definição de funções racionais, bem como a introdução ao seu estudo. O tratamento gráfico das funções racionais gira em torno da obtenção de suas assíntotas e a partir da análise de sua lei de formação. De forma a tornar o assunto mais interessante e atrativo para os alunos, propomos, ainda, a utilização do laboratório de informática da escola, onde os mesmos poderão fazer as constatações e confirmar os resultados obtidos em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação Matemática. Funções Racionais. Informática na Educação.

### ABSTRACT

In this paper, we propose the inclusion of the study of rational functions in the curriculum of mathematics in high school. This entry becomes viable to the extent that students already have the necessary tools to work with polynomial functions because it is already part of your program of study. By studying polynomial functions, students will have knowledge that the sum, the difference or the product of two functions is still a polynomial function, but the quotient of two functions is generally not a polynomial. This observation motivates the definition of rational functions as well as the introduction to his study. The graphic treatment of rational functions revolves around getting their asymptotes and from the analysis of his law training. In order to make the most interesting and attractive subject for students, we propose also to use the school computer lab, where they can do the findings and to confirm results obtained in the classroom.

**Key-words:** Mathematics Education. Rational Functions. Information technology in education



## INTRODUÇÃO

Dentre os conteúdos da matemática, no Ensino Médio, consideramos que a formação de conceitos do campo de funções desempenha um papel fundamental na formação básica do cidadão. Falar em formação básica para a cidadania significa falar da inserção das pessoas no mundo do trabalho, nas relações sociais e na cultura, no âmbito da sociedade brasileira. Para isso, sem dúvida, metodologias que favoreçam um bom domínio de conteúdos de funções, principalmente a habilidade de construção, análise de gráficos e tabelas, precisam ser estudadas e desenvolvidas.

O presente trabalho, de cunho bibliográfico, busca discutir a integração do estudo das funções racionais na matriz curricular da matemática no Ensino Médio, mais precisamente após o estudo de polinômios e equações algébricas, que, geralmente, é abordado na série final desse nível de escolaridade. Esse ponto estabelecido para a introdução do estudo das funções racionais deve-se ao fato dos alunos já possuírem os pré-requisitos, ou seja, as ferramentas necessárias para a realização do trabalho, como por exemplo a divisão e a fatoração de polinômios. Esperamos, com esta proposta, evidenciar a importância do tratamento de funções racionais no Ensino Médio, bem como motivar a introdução de novos métodos de ensino em sala de aula, que valorizem o tratamento formal da matemática e também a compreensão eficaz dos alunos sobre temas importantes da disciplina. Buscaremos, assim, contribuir para a reflexão dos professores e, por consequência, para a aprendizagem efetiva dos alunos.

## FUNÇÕES RACIONAIS NO ENSINO MÉDIO

O único contato que os alunos têm com as funções racionais e algébricas é feito no primeiro ano do Ensino Médio, ainda que o nome de tais funções sequer seja comentado. Esse contato acontece no estudo da função real de variável real, contudo a abordagem se restringe à obtenção do domínio e imagem de tais funções. Para encontrar o domínio é analisada a lei de associação da função, obtendo as restrições da variável  $x$  para que a função exista. Para essas restrições dá-se o nome de condição de existência.

Uma informação importante para a construção do gráfico de funções racionais é a obtenção das assíntotas, sejam verticais, horizontais ou oblíquas. Só para termos uma noção de



como as assíntotas são abordadas no Ensino Médio, citamos a seguir dois livros didáticos de importantes autores. Em Dante (2010), a palavra assíntota aparece no estudo da hipérbole, no entanto, não há uma definição, nem uma noção intuitiva do que essa palavra significa. Já Almeida (2010) sequer comenta sobre assíntotas no desenvolvimento do estudo das hipérbolas. Esses autores são considerados, no meio didático, os mais completos, em termos de abordagem e definições matemáticas. Uma vez que o estudo de assíntotas dos mesmos é bastante superficial ou inexistente, confirma-se nosso argumento de que o assunto é pouco explorado nas salas de aula.

Com o estudo das funções racionais, as assíntotas vão deixar de ser um objeto desconhecido aos olhos dos alunos e vão ajudar no melhor entendimento e na construção de gráficos mais fiéis das hipérbolas, visto que as assíntotas estão diretamente ligadas à excentricidade e curvatura das mesmas.

O estudo das funções racionais é motivado pelo estudo dos polinômios, que acontece na terceira série do Ensino Médio, e pelo fato de que nas operações com polinômios, o quociente de funções polinomiais não é, geralmente, uma função polinomial. Dessa forma, propomos que o trabalho sobre funções racionais seja iniciado com os discentes a partir da apresentação da definição de funções racionais e de toda uma teoria relevante sobre o assunto.

A partir do desenvolvimento teórico, incluindo definição e exemplos iniciais, podemos propor uma primeira atividade a ser realizada pelos alunos com a supervisão do professor.

**Atividade.** Com os conhecimentos já adquiridos sobre funções, esboce o gráfico da função racional  $f(x) = \frac{1}{x}$ .

Iniciamos o problema com o que os alunos, teoricamente, já estão habituados a fazer, determinar a condição de existência e escrever o domínio da função em questão. As restrições para os valores de  $x$  em funções racionais sempre estarão no denominador. Devemos ter o denominador diferente de zero, portanto,  $x$  deve ser diferente de zero, ou seja,  $x \neq 0$ . Com isso, podemos escrever o domínio da função racional  $D = \{x \in \mathbb{R}/x \neq 0\}$ . Como  $x$  não pode assumir o zero como valor, logo não teremos uma ordenada  $y = f(x)$  correspondente a zero. Mas, o que acontece quando tomamos valores, tanto positivo quanto negativo, para  $x$  cada vez mais próximos de zero? Observe que aqui deve ficar claro para o aluno o que significa cada vez mais próximo de zero, tanto com valores positivos quanto com valores negativos. Lembramos





que nossos alunos desconhecem a definição de limite e o que estamos querendo intuir é o seguinte: qual é o valor de  $\lim_{x \rightarrow 0^+} f(x)$  e  $\lim_{x \rightarrow 0^-} f(x)$ ?

A pergunta que poderia ser feita é: qual o valor de  $f(x)$  quando tomamos valores, positivos, cada vez menores, como por exemplo: 0,1; 0,01; ... ; 0,00001 e assim por diante? Dessa forma, o aluno poderá perceber que para valores cada vez mais próximos de zero, ou seja, quando  $x$  tende a zero por valores positivos,  $f(x)$  tende a crescer cada vez mais, ou seja,  $f(x)$  tende ao infinito, uma vez que estamos efetuando a divisão de 1 por um número cada vez mais próximo de 0. O que acabamos de fazer e concluir é que  $\lim_{x \rightarrow 0^+} f(x) = \lim_{x \rightarrow 0^+} \frac{1}{x} = +\infty$ . De forma análoga, chegamos à conclusão de que  $\lim_{x \rightarrow 0^-} f(x) = \lim_{x \rightarrow 0^-} \frac{1}{x} = -\infty$ . Nesse último limite, é interessante ressaltar que o resultado negativo se dá, pois estamos dividindo um número positivo por um número negativo, cada vez mais próximo de zero.

Propomos agora verificar o comportamento da função, quando tomamos valores para  $x$ , cada vez maiores, ou seja, o que acontece com  $f(x)$  quando tomamos para  $x$  valores como 100, 1000, ... , 1000000 e assim por diante? Os alunos poderão observar que estamos dividindo o número 1 por valores cada vez maiores e com isso teremos como resultado para  $f(x)$  valores positivos cada vez mais próximos de zero. Intuitivamente, o que estamos fazendo é calcular limites no infinito. Nesse caso,  $\lim_{x \rightarrow +\infty} f(x) = \lim_{x \rightarrow +\infty} \frac{1}{x} = 0$ . Analogamente, agora com valores negativos, teremos como resultado para  $f(x)$  valores negativos cada vez mais próximos de zero, ou seja,  $\lim_{x \rightarrow -\infty} f(x) = \lim_{x \rightarrow -\infty} \frac{1}{x} = 0$ .

Com essas informações em mãos, podemos esboçar o gráfico da função racional desejada, como mostra a Figura 1.

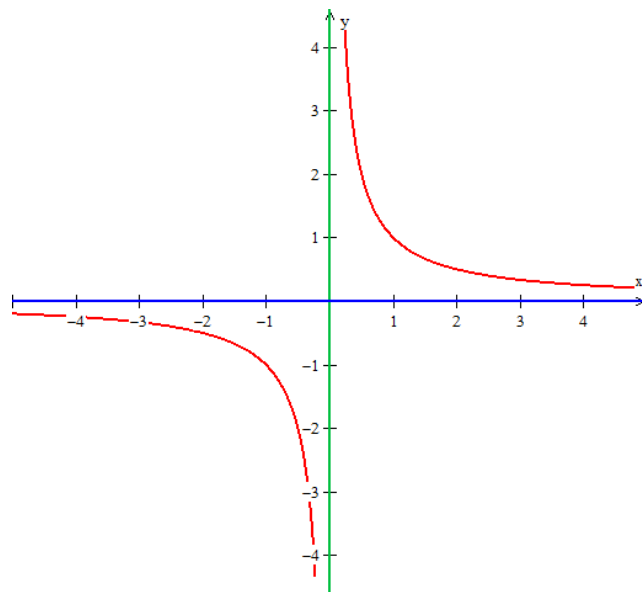


Figura 1: Gráfico da função racional  $f(x) = \frac{1}{x}$

Note que o que fizemos foi intuir o que seriam exatamente as definições de assíntotas verticais e horizontais, sem a necessidade de utilizar as definições das mesmas. Na atividade proposta,  $x = 0$  é assíntota vertical (reta na cor verde na Figura 1, correspondente ao eixo das ordenadas do plano) e  $y = 0$  é assíntota horizontal (reta na cor azul na Figura 1, correspondente ao eixo das abscissas). Concluímos, então, que os eixos coordenados do plano cartesiano são as assíntotas da função racional  $f(x) = \frac{1}{x}$ .

Após essa primeira atividade, supervisionada pelo professor, é interessante que se proponha atividades de fixação, contendo funções racionais que tenham comportamento semelhante ao da função dada inicialmente, para que os alunos possam trabalhar individualmente ou em grupo. A família de funções do tipo  $f(x) = \frac{1}{x-a}$  com  $a \in \mathbb{R}$ , por exemplo, possui o mesmo comportamento e os alunos podem praticar com valores específicos para a constante  $a$ , ou até mesmo construir uma generalização para o gráfico dessas funções quando  $a \in \mathbb{R}$ .

Essas atividades são os passos iniciais para que os alunos tenham os primeiros contatos com gráficos de funções racionais. É claro que o método de analisar a função, a partir dos valores de  $x$ , utilizado até aqui torna-se muito trabalhoso e inviável em funções racionais mais complexas. O objetivo é que os alunos possam utilizar seus conhecimentos em polinômios para



tornar o trabalho mais fácil. As ferramentas necessárias serão a fatoração e a divisão de polinômios.

A ideia é reescrever a função racional  $\frac{f(x)}{g(x)}$ . Se dividirmos  $f(x)$  por  $g(x)$ , temos que:

$$f(x) = g(x) \cdot q(x) + r(x)$$

Dividindo a equação acima por  $g(x)$ , obtemos:

$$\frac{f(x)}{g(x)} = q(x) + \frac{r(x)}{g(x)}$$

Escrevendo a função racional, no formato mostrado acima, podemos facilmente identificar as assíntotas verticais e a assíntota horizontal ou oblíqua. De fato, as candidatas às assíntotas verticais são os pontos críticos da função racional, ou seja, as raízes do polinômio  $g(x)$ . Se o termo  $\frac{r(x)}{g(x)}$  for escrito na forma irredutível (ou seja, simplificada), temos que as assíntotas verticais são os pontos críticos desse termo. Mostraremos, em um exemplo mais adiante, porque é importante escrever o termo mencionado na forma irredutível. Já a assíntota horizontal ou oblíqua é exatamente o polinômio  $q(x)$  na equação acima, uma vez que no termo  $\frac{r(x)}{g(x)}$  o grau de  $r(x)$  é sempre menor do que o grau de  $g(x)$ , logo:

$$\lim_{x \rightarrow \pm\infty} \frac{f(x)}{g(x)} = \lim_{x \rightarrow \pm\infty} \left[ q(x) + \frac{r(x)}{g(x)} \right] = \lim_{x \rightarrow \pm\infty} q(x)$$

Vejamos a aplicação do que dissemos em um exemplo.

**Exemplo.** Determinar as assíntotas e esboçar o gráfico da função:  $f(x) = \frac{2x-4}{x-5}$ .

Iniciamos dividindo o polinômio  $2x - 4$  pelo polinômio  $x - 5$ , obtemos 2 como quociente e 6 como o resto da divisão. Logo:  $f(x) = \frac{2x-4}{x-5} = 2 + \frac{6}{x-5}$ .

Observe que o termo  $\frac{6}{x-5}$  está escrito na forma irredutível, ou seja, não pode ser simplificado. Assim, pelo que discutimos, o ponto crítico da função é  $x = 5$ , sendo portanto a assíntota vertical, e o quociente da divisão dos polinômios, 2, é a assíntota horizontal, portanto  $y = 2$ .

Para esboçar o gráfico, devemos ainda analisar o comportamento da função para valores em torno do ponto crítico. Nesse caso, em torno de  $x = 5$ . Escrevendo a função racional como descrito acima, também possibilita estudar o comportamento da mesma de maneira muito mais prática do que sua forma original. Na realidade, tudo que temos a fazer é estudar o



comportamento do termo  $\frac{6}{x-5}$  para  $x$  cada vez mais próximo de 5, tanto pela direita e quanto pela esquerda, uma vez que este resultado só será incrementado da constante 2.

Mais uma vez, como citado no início do texto, devemos deixar claro para os alunos o significado de  $x$  cada vez mais próximo de 5 pela direita e pela esquerda. Por mera inspeção temos que quando  $x$  se aproxima de 5 pela direita a função tende a mais infinito e quando  $x$  se aproxima de 5 pela esquerda, a função tende a menos infinito.

Com essas informações em mãos, podemos esboçar o gráfico da função em questão. A curva em vermelho na Figura 2 é o gráfico de  $f(x)$ , em que a reta na cor azul,  $y = 2$ , é a assíntota horizontal e a reta na cor verde,  $x = 5$ , é a assíntota vertical.

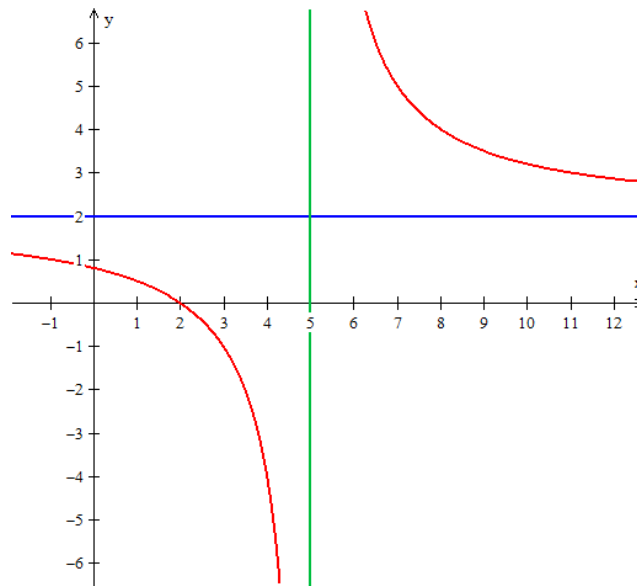


Figura 2: Gráfico da função racional  $f(x) = \frac{2x-4}{x-5}$

O método sugerido de reescrever a função racional possibilitará ao aluno obter as assíntotas e esboçar o gráfico de funções racionais sem maiores dificuldades, uma vez que só utiliza ferramentas já conhecidas pelo mesmo e requer uma breve análise do comportamento da função em torno de seus pontos críticos.

Vejamos agora mais uma atividade que pode ser proposta aos alunos e que pode resolvida simplesmente reescrevendo a função racional.

**Atividade.** Determinar as assíntotas e esboçar o gráfico da função:  $f(x) = \frac{2x^2-x-1}{x^2-1}$ .

Efetuando a divisão, podemos reescrever a função:



$$f(x) = \frac{2x^2 - x - 1}{x^2 - 1} = 2 - \frac{x - 1}{x^2 - 1}$$

Observe que o termo  $\frac{x-1}{x^2-1}$  não está escrito na forma irredutível, ou seja, o termo pode ser simplificado. Voltamos então ao que dissemos, sobre a necessidade de sua simplificação, principalmente pelo fato de facilitar a identificação das assíntotas e a análise do comportamento da função. O termo escrito sem a simplificação nos leva a duas candidatas às assíntotas verticais,  $x = 1$  e  $x = -1$ , pontos críticos da função. No entanto,  $x = 1$  também anula o numerador, chegando a uma indeterminação do tipo  $\frac{0}{0}$ . Como 1 é raiz do numerador e do denominador do termo em questão, efetuamos a simplificação através da fatoração dos polinômios e com isso teremos, de forma explícita, a assíntota vertical. Sendo assim:

$$f(x) = \frac{2x^2 - x - 1}{x^2 - 1} = 2 - \frac{x - 1}{x^2 - 1} = 2 - \frac{x - 1}{(x - 1)(x + 1)} = 2 - \frac{1}{x + 1}$$

Agora podemos claramente identificar as assíntotas. Na Figura 3, a reta  $y = 2$ , na cor azul, é a assíntota horizontal, a reta  $x = -1$ , na cor verde, é a assíntota vertical e a curva em vermelho é o gráfico de  $f(x)$ .

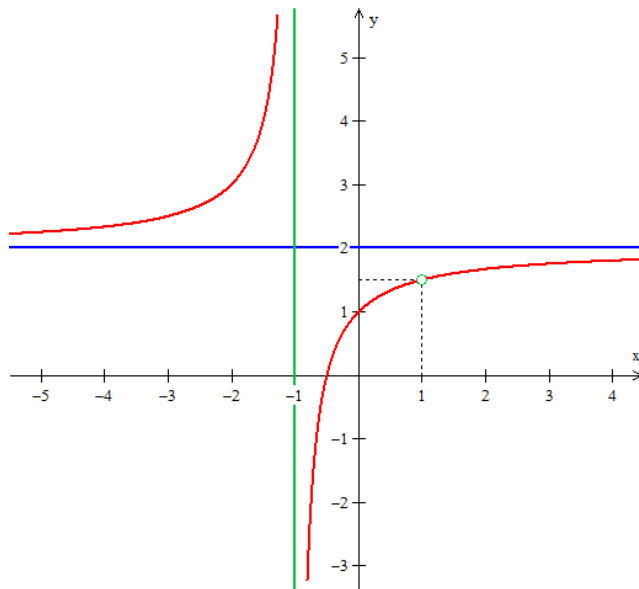


Figura 3: Gráfico da função racional  $f(x) = \frac{2x^2 - x - 1}{x^2 - 1}$

Deve-se ainda, ficar atento em relação ao domínio da função em questão. A mesma, não possui assíntota no ponto  $x = 1$ , mas possui uma descontinuidade, por não está definida neste,



e mesmo após reescrever a função racional, o seu domínio deverá ser mantido, ou seja, a descontinuidade não deixará de existir.

## **SOFTWARES PARA CONSTRUÇÃO DE GRÁFICOS**

Sugerimos que as atividades, propostas nas seções anteriores, sejam aplicadas em sala de aula e que os gráficos das funções racionais sejam construídos pelos alunos, de forma individual ou em grupo, sob a supervisão e orientação do professor, de maneira a fixar os conceitos apresentados. Propomos, ainda, que o laboratório de informática seja utilizado, para que os alunos, através de softwares matemáticos que possibilitam a construção de gráficos de funções, possam fazer a constatação e a confirmação dos resultados obtidos.

Existem vários softwares matemáticos que possibilitam a construção de gráficos de funções. Muitos deles podem ser encontrados e baixados da internet de forma gratuita. Entre os programas de fácil manuseio e download gratuito, indicamos o Winplot e o Geogebra. Estes softwares possuem uma interface de fácil visualização e a construção de funções obedece a meros comandos de controle. A utilização destes programas dinamiza as aulas, pois de forma visual e coletiva as inúmeras funções podem ser representadas e analisadas detalhadamente, bem como a solução de situações problemas pelo método gráfico.

O Winplot é um programa que possibilita gerar gráficos 2D e 3D, a partir de funções ou equações matemáticas. Podem-se obter resultados rápidos, diretos e excelentes, sendo ainda possível a personalização dos gráficos, com alteração de cores e espessuras de traçados. O *menu* do sistema é simples, existe uma opção de *Ajuda* em todas as partes. Aceita funções matemáticas de modo natural. É um programa completo e totalmente em português, o que é um facilitador para os alunos. O Geogebra é um programa de matemática dinâmica, feito com o intuito de ser utilizado em sala de aula, que já ganhou vários prêmios. Possibilita o desenho de funções e, ainda, a alteração dinâmica deles, após serem construídos. Também está em português e é de fácil utilização.



## ATIVIDADES COM O GEOGEBRA

Os softwares matemáticos, sugeridos para a construção dos gráficos das funções racionais no laboratório de informática, possuem, ainda, uma ferramenta bastante interessante, que possibilita a animação do gráfico construído a partir da variação de uma ou mais constantes, chamadas de parâmetros. Nesta seção, iremos propor algumas atividades a serem realizadas com o Geogebra, para realizar a animação do gráfico. A elaboração das animações possibilita aos alunos visualizarem o comportamento de determinada função racional, quando variamos uma ou mais de suas constantes.

**Atividade.** Tomemos como um exemplo inicial a função  $f(x) = \frac{1}{x-a}$ , com  $a \in \mathbb{R}$ .

Nesta atividade, os alunos podem observar o comportamento da função a partir da variação da constante  $a$ . Para  $a = 0$  já fizemos a discussão sobre a função na primeira atividade.

O primeiro passo é definir um "Controle Deslizante" para a constante  $a$ . Para isso, basta clicar no ícone de "Controle Deslizante", na barra de ferramentas do programa, e em seguida clicar na "Janela de Visualização" e "Aplicar". Como já observamos neste estudo, para a função  $f(x) = \frac{1}{x-a}$ , temos que a assíntota vertical é  $x = a$  e a assíntota horizontal é  $y = 0$ .

Desta forma, no campo "Entrada" definimos os comandos  $f(x) = 1/(x - a)$ ,  $x = a$  e  $y = 0$ . Na "Janela de Visualização" irá aparecer a função e as assíntotas com o "Controle Deslizante" fixado em  $a = 0$ . Clicando com o botão direito do *mouse* em cima do "Controle Deslizante", na "Janela de Visualização", podemos selecionar a função "Animar" e o gráfico irá se mover para diferentes valores de  $a$ , em um intervalo pré-determinado, completando nossa atividade.

Na Figura 4 podemos observar o comportamento da função  $f(x) = \frac{1}{x-a}$  para diferentes valores do parâmetro  $a$ . A curva em vermelho corresponde à função, a reta verde é a assíntota vertical e a reta azul (eixo  $Oy$ ) é a assíntota horizontal.



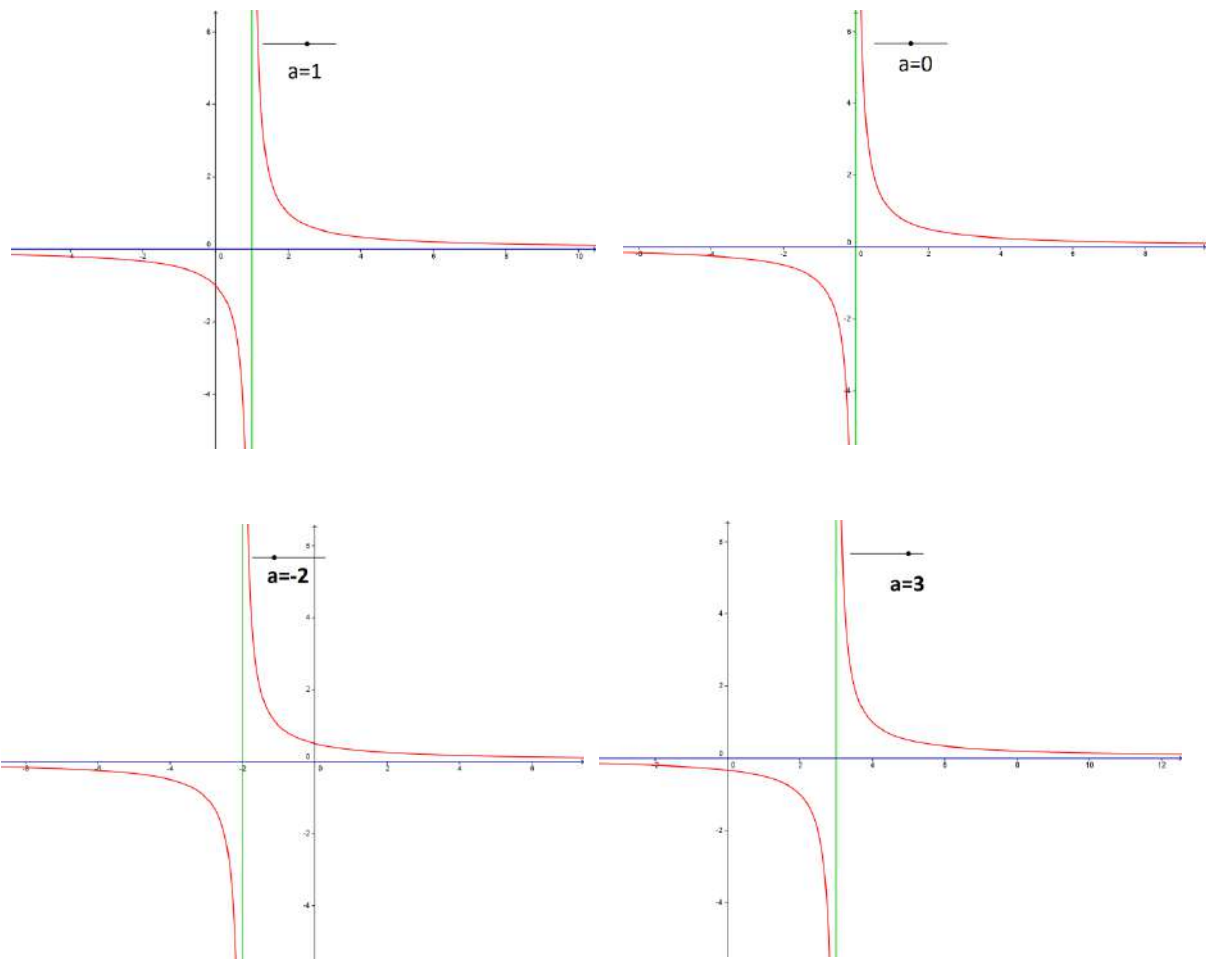


Figura 4: Gráfico da função racional  $f(x) = \frac{1}{x-a}$  para diferentes valores do parâmetro  $a$

Ao aplicar esta atividade, é interessante, ainda, que o professor frise aos alunos a importância do parâmetro  $a$  na assíntota da função.

Os gráficos podem ser personalizados com diferentes cores e espessuras de linha, para tanto, deve-se clicar com o botão direito do *mouse* sobre a curva e selecionar a função "Propriedades".

Passemos agora para outra atividade, em que podemos animar dois parâmetros diferentes.

**Atividade.** Verifiquemos com o Geogebra o comportamento da função  $f(x) = \frac{bx}{x-a}$ , com  $a, b \in \mathbb{R}$ .



As construções são semelhantes às realizadas na atividade anterior. Inicialmente, devemos definir dois controles deslizantes, um para a constante  $a$  e outro para a constante  $b$ .

Estudando as assíntotas da função  $f(x) = \frac{bx}{x-a}$ , sabemos que  $x = a$  é a assíntota vertical e que  $y = b$  é a assíntota horizontal. Sendo assim, no campo "Entrada" definimos os comandos  $f(x) = b * x / (x - a)$ ,  $x = a$  e  $y = b$ .

Podemos agora "Animar" cada "Controle Deslizante", juntos ou separadamente, e observar o comportamento do gráfico para diferentes valores dos parâmetros  $a$  e  $b$ . Na Figura 5 podemos observar esse comportamento. A curva em vermelho corresponde à função, a reta verde é a assíntota vertical e a reta azul é a assíntota horizontal.

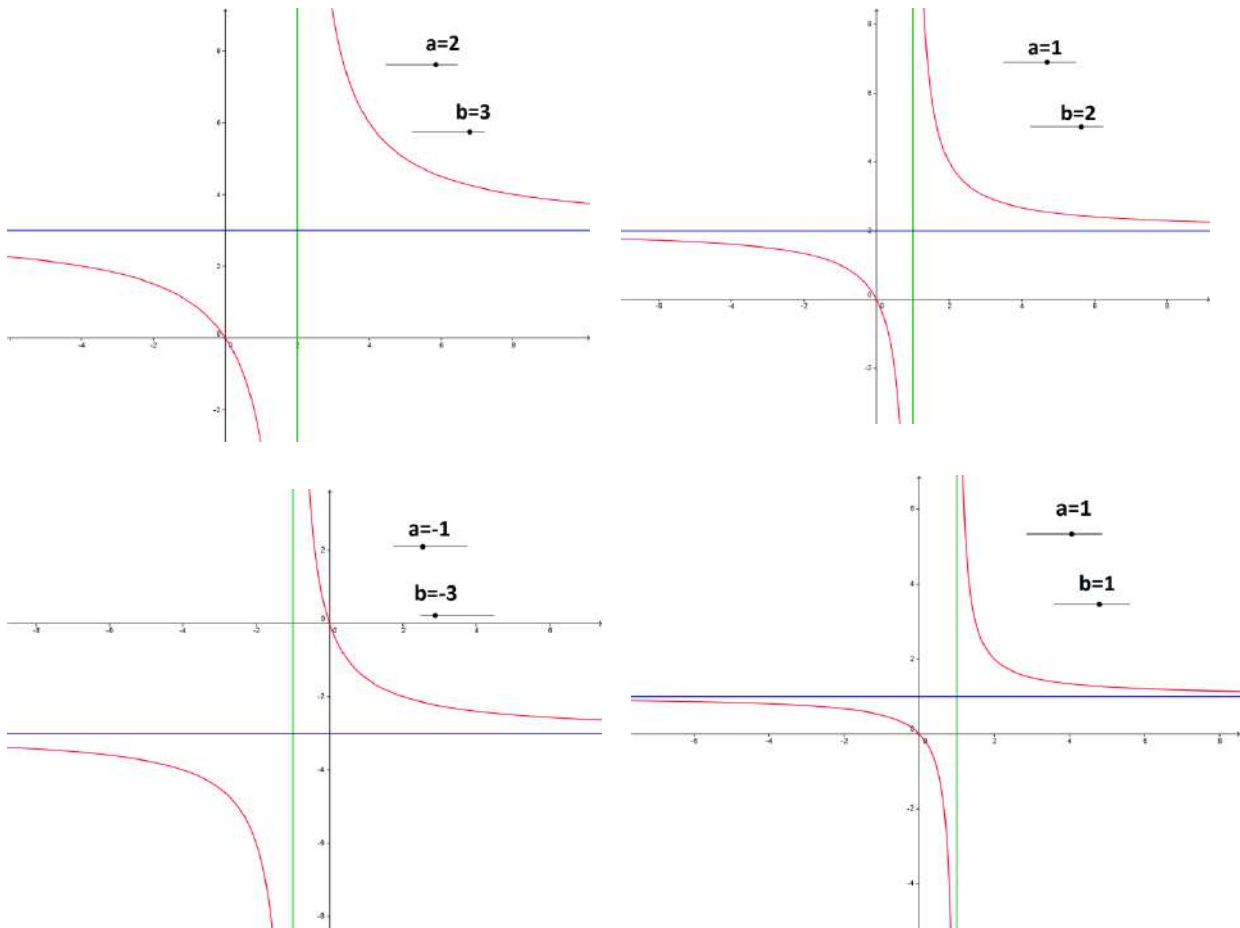


Figura 5: Gráfico da função racional  $f(x) = \frac{bx}{x-a}$  para diferentes valores dos parâmetros  $a$  e  $b$



Os alunos devem tirar algumas conclusões da atividade proposta, como por exemplo:

- Observar que a constante  $a$  corresponde à assíntota vertical e que a constante  $b$  corresponde à assíntota horizontal da função.
- Observar que se  $b = 0$ , a função racional se reduz à função constante  $f(x) = 0$ .
- Observar que se  $a = 0$ , a função racional se reduz à função constante  $f(x) = b$ .

As animações das funções racionais servem como sugestões de atividades. Cada professor pode usar seu conhecimento e sua imaginação para montar outras animações que venham a acrescentar no conhecimento de seus discentes em relação ao comportamento das funções racionais.

137

## CONCLUSÃO

Concluimos que o estudo de funções racionais no Ensino Médio pode ser viável, pois a abordagem aqui proposta parte de conteúdos que compõem o programa de ensino desses alunos. Assim, buscamos tornar o assunto de funções racionais acessível aos discentes, utilizando de forma intuitiva o conceito de limite, sem a necessidade de apresentar sua definição, e reescrevendo a lei de formação dessas funções, de maneira que suas assíntotas pudessem ser facilmente identificadas. Essa forma de se reescrever a lei de formação da função torna o trabalho de análise do comportamento da mesma muito mais simples, principalmente em torno de seus pontos críticos.

Acreditamos, ainda, que a inserção desse conteúdo no currículo escolar torna o mesmo mais completo e enriquece a bagagem de conhecimento dos alunos. Isso não chegaria a prejudicar o cronograma de desenvolvimento do currículo, uma vez que tal assunto está diretamente relacionado com as funções polinomiais e será tratado como um aprofundamento de ensino, podendo ser feito em poucas aulas adicionais. Busca desenvolver nos alunos uma maior capacidade crítica, possibilitando que eles tirem conclusões a partir da análise do comportamento das funções racionais. Apresentamos também a possibilidade de utilização da tecnologia a favor do ensino. Sugere-se a utilização de softwares para a construção de gráficos e posterior análise dos mesmos.

Com esta proposta, constatamos que alguns conceitos e abordagens importantes na matemática muitas vezes são deixados de lado na seleção de conteúdos ministrados pelas



escolas. Essa deficiência de conceitos acaba por tornar o ensino defasado em diversos pontos, deixando o aluno a mercê de algumas carências. Enfatizamos a importância de uma matriz curricular completa e dialógica, que tratam os referidos conteúdos matemáticos com o rigor conceitual. Dessa forma, para uma nação que almeja ser desenvolvida, como a nossa, é preciso que essas carências sejam sanadas e que o ensino possa, assim, ser satisfatório e preparar realmente o aluno para seu pleno desenvolvimento acadêmico.

O estudo aqui proposto sugere um modo de inserir as Funções Racionais de maneira eficaz no Ensino Médio, apresentando atividades e formas alternativas de aplicá-las.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. DEGENSZAJN, D. DOLCE, O. IEZZI, G. PÉRIGO, R. *Matemática: Ciência e Aplicações. Ensino Médio. Volume 3. 6ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.*

CARVALHO, P. C. P. LIMA, E. L.; MORGADO, A. C.; WAGNER, E. *A Matemática do Ensino Médio. Volume 1. Coleção do Professor de Matemática. 6ª Edição. Rio de Janeiro: SBM, 2006.*

\_\_\_\_\_. *A Matemática do Ensino Médio. Volume 3. Coleção do Professor de Matemática. 6ª Edição. Rio de Janeiro: SBM, 2006.*

DANTE, L. R. *Matemática: Contexto e Aplicações. Volume 3. 3ª Edição. São Paulo: Ática, 2010.*

HEFEZ, A. VILLELA, M. L.T. *Polinômios e Equações Algébricas. Coleção PROFMAT. Rio de Janeiro: SBM, 2012.*

MUNEM, M. FOULIS, D. *Cálculo. Volume 1. Tradutor André Lima Cordeiro. Rio de Janeiro: LTC, 2011.*

NETO, A. C. M. *Tópicos de Matemática Elementar: Polinômios. Rio de Janeiro: SBM, 2012.*



## **RPG E EDUCAÇÃO: USO DO *ROLE PLAYING GAME* ELETRÔNICO COMO ESTRATÉGIA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS AULAS DE BIOLOGIA**

SOUZA, Elaine Santana de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF)*

*E-mail: lane1989@gmail.com*

LOUREIRO, Gustavo Graciano

*Prof. Me. Área de Licenciatura em Ciências da Natureza  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense*

*E-mail: ggraciano@iff.edu.br*

RIBEIRO, Josiane da Silva

*Graduada em Licenciatura em Física  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense*

*E-mail: josi307@hotmail.com*

139

### **RESUMO**

Os jovens estão em contato com as tecnologias da informação e o ambiente audiovisual, interagindo com outros através do ciberespaço. O método de ensino no qual o aluno apenas recebe o conhecimento não é capaz de atrair os discentes. O lúdico é uma ferramenta que possibilita ao professor criar um ambiente onde a aprendizagem significativa predomine e o aluno seja atraído para a aula. O *Role Playing Game (RPG)* é uma modalidade de jogo que pode ser utilizada pelo professor como uma ferramenta lúdica no processo de ensino aprendizagem. O *RPG* permite maior interação do jogador com o enredo, e dessa forma, do aluno com o conhecimento da disciplina. A versão eletrônica desse jogo é muito utilizada pelos jovens em seus lares, e pode ser um atrativo maior a ser usado pelo docente para que o educando entre em contato com o conhecimento a ser apresentado na aula, além de auxiliar na cooperação e desenvolvimento do raciocínio.

**Palavras-chave:** Educação Lúdica. Aprendizagem Significativa. *Role Playing Game* na Educação.

### **ABSTRACT**

Young people are in contact with information technology and audiovisual environment, interacting with others through cyberspace. The method of teaching in which the student only receives knowledge is not able to attract students. The playfulness is a tool that allows the teacher to create an environment where meaningful learning predominates and the student is attracted to class. The *Role Playing Game (RPG)* is a game mode that can be used by the teacher as a playful tool in the teaching learning process. The *RPG* allows for more player interaction with the plot, and thus the student with the knowledge of the discipline. The electronic version of this game is widely used by young people in their homes, and can be an attractive higher to be used by the teacher to the learner enters into contact with the knowledge to be presented in class, and assist in the cooperation and development of reasoning .

**Key-words:** Education playful. Meaningful learning. *Role Playing Game* in Education



## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O *Role Playing Game*, conhecido popularmente como *RPG*, é um jogo de interpretação de papéis. Nesse existe, necessariamente, um enredo no qual irá se desenvolver a história do jogo. Os personagens possuem características que irão ser apresentadas à medida que o jogador avança nas cenas. É muito importante que os personagens de um jogo de *RPG* sejam bem caracterizados, pois são estas que irão cativar os jogadores ou fazer com que os sejam detestadas pelos mesmos, são elas que irão dar vida ao personagem e permitir melhor interação entre jogador e aplicativo. Rezende e Coelho apresentam uma citação de Cassaro que mostra um comentário interessante sobre o *RPG*. Segundo Cassaro:

Em um romance, filme, desenho animado ou HQ, você acompanha a história de um personagem. Você pode gostar dele ou não. Pode torcer por ele ou não. Mas as decisões dele não dependem de você. O que ele diz ou faz, já foi decidido [...].

Um jogo de *RPG* é o passo seguinte. Aqui, você faz de conta que é outra pessoa. Você representa um papel, finge ser um personagem. E sua liberdade é muito maior — porque nenhum autor tomou as decisões antes de você. (CASSARO *apud* REZENDE; COELHO, 2009, p. 1).

O *RPG* surgiu nos Estados Unidos, em 1974, sendo o *Dungeons & Dragons (D&D)* o primeiro jogo desse tipo no mundo. Esse jogo foi posteriormente adaptado para animação e se popularizou como o desenho animado “Caverna do Dragão”. O campo de uso desse tipo de jogo cresceu e “o *RPG* vem atuando no campo da educação por possuir características interessantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes” (REZENDE; COELHO, 2009, p. 1).

O *RPG*, também conhecido como “jogo de interpretação de papéis” é um jogo no qual os participantes criam seus personagens por meio da atribuição de características físicas, mentais, sociais, etc. Por meio deste recurso torna-se possível criar um ambiente de simulações, incentivando o desenvolvimento de habilidades procedimentais e atitudinais nos alunos, tais como o estabelecimento de estratégias, curiosidade, motivação, integração, desenvoltura para trabalhar em grupo, autonomia, liderança. Outro aspecto importante a ser mencionado se constitui no fato de que o *RPG* pode ser adaptado a qualquer área do conhecimento e conteúdo didático, ambiente ou público (NUNES *apud* OLIVEIRA; PIERSON; ZUIN, 2009, p. 2).



O *RPG* é um recurso interessante para formar um ambiente onde o aluno desenvolva muitas habilidades, pois pode ser utilizado para formar ambientes de aprendizagem que estimulem o aluno a construir um conhecimento concreto. Essa modalidade de jogo pode ser adaptada a vários conteúdos didáticos e pode ser utilizada por várias disciplinas.

O ensino, hoje, ainda é permeado pela tendência tradicional de ensino. Essa tendência conta uma metodologia voltada para a memorização mecânica dos conteúdos. Por esta razão, muitas escolas estão com uma prática pedagógica obsoleta para os alunos que vivem em contato com as novas mídias e os novos meios de comunicação. O modo de ensino que consiste na transmissão de informação para um aluno passivo não é mais capaz de prender a atenção de todos os discentes, alguns necessitam de outros recursos que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem. O lúdico é uma ferramenta que permite promover a interação do aluno com o conhecimento e a construção do mesmo ao invés da memorização dos conceitos e termos apresentados nas aulas. Dessa forma, a memória de longa duração será privilegiada a memória de curta duração.

O *RPG*, muito utilizado pelos jovens, pode ser utilizado como o método lúdico pelo professor. O jogo pode viabilizar uma aproximação do conhecimento dos alunos e promover uma aprendizagem mais significativa na sala de aula.

O *RPG* eletrônico é uma modalidade desse jogo que vem sendo difundida entre os jovens, sendo uma estratégia interessante para ser utilizada pelos docentes em suas aulas. Mas criar um *RPG* eletrônico não é tão fácil para uma pessoa sem conhecimento de programação. Por meio do *RPG Maker* pode-se criar um jogo de forma simplificada e, então, utilizá-lo como auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Neste artigo, pretende-se apresentar o aplicativo desenvolvido, um *RPG* eletrônico sobre imunologia para ser utilizado por alunos de Ensino Médio, permitindo a interação com o conteúdo. Para uma avaliação do jogo desenvolvido foi preparado um questionário a ser aplicado nas turmas que interagiram com o aplicativo. Pode-se perceber, então, aceitação dos discentes e a observação aprendizagem significativa. Com essa perspectiva, a criação desse aplicativo promove ao aluno a função de agente na construção do conhecimento, passando a participar no processo de aprendizagem.





## 2. O JOGO DE *RPG* E O *RPG MAKER*

O *RPG* surgiu nos Estados Unidos da América, em 1974, a partir de jogos de tabuleiro que simulavam guerras. O *D&D* é considerado o primeiro *RPG* comercial.

Os jogos de guerra influenciaram bastante no surgimento do que hoje é conhecido como jogo de *RPG*. Eles foram ganhando popularidade até que surgiram empresas especializadas na produção dos jogos de guerra. Ainda na atualidade existem os jogos de guerra que se apresentam em edições contemporâneas.

Segundo Schmit, Dave Wesley, na década de 1960, resolveu fazer experimentos com jogos de guerras. Ele foi um jogador curioso pelas teorias que existiam por trás destes jogos e ficou um pouco frustrado vendo grandes batalhas terminarem em disputas de interpretação das regras do jogo. Wesley partiu das ideias presentes no jogo *Strategos* no qual havia um juiz imparcial e considerou jogos com vários jogadores, neles a vitória de um não iria necessariamente implicar na derrota do outro.

Wesley iniciou o alicerce para a criação do *RPG* funcionando como o mestre de um *RPG* de mesa. Cada jogador era um personagem e sua interação com o enredo resultava na história. Porém, com o caos observado, Wesley considerou o jogo um fracasso. Os jogadores, no entanto, gostaram muito e pediram por mais jogos nesse estilo. Segundo Schmit, após alguns anos de jogos nesse estilo, Dave Wesley e seus companheiros apresentaram um novo jogo com inovações. Segundo Schick,

Se os jogadores têm objetivos diferentes ou vão agir em conjunto em vez de uns contra os outros, o jogo precisa de um juiz para manobrar seus oponentes, descrever o ambiente e decidir que regras se adequam a cada situação; Se cada jogador possui apenas uma miniatura de personagem, aquela miniatura pode representar o jogador; Personagens podem ser utilizadas várias vezes e sessões individuais de jogo podem ser ligadas entre si numa campanha contínua; como o cenário não se restringe mais somente a um tabuleiro, as personagens podem se movimentar para qualquer lugar, em um cenário mais rico e amplo. Da mesma forma, a aventura não se limita mais a combater outras miniaturas, ampliando as possibilidades de interpretação e do desenvolvimento da história. (SCHICK, 1991, p. 18 *apud* SCHMIT, 2008, p. 17).

Com as novas ideias, Wesley estava cada vez mais próximo de um jogo de *RPG* como é conhecido hoje, sendo que a base já fora lançada por ele. Dave Arneson, uma amigo de Dave



Wesley, após ter sido juiz em uma partida de jogos ambientados no velho oeste americano contribuiu com mais inovações para os jogos. Ele criou novos cenários nos quais a ideia de evolução de habilidades dos personagens estavam presentes, isso ocorria a medida que derrotava os monstros que surgiam no caminho.

O cenário medieval desenvolvido por Arneson ficou conhecido como *Blackmoor*. Esses jogos já poderiam ser considerados como *RPG*, Dave não havia criado regras coerentes, sendo assim, suas decisões mudavam de jogo para jogo.

A parceria de Arneson com Gigax melhorou o jogo *Blackmoor*, finalizando o primeiro jogo considerado como um *RPG* oficialmente. Então, em 1974 foi lançado o “*Dungeons & Dragons*”, o primeiro e mais influente *RPG* até hoje em suas diversas edições” (SCHICK, 1991, p.19 *apud* SCHMIT, 2008, p. 18).

Em 1991, a *Genova Convention (GenCon)* apresentou um jogo que mudou o hobby do *RPG* e atraiu novos jogadores. Este jogo intitulava-se *Vampiro: a máscara* como foi traduzido para o português brasileiro. Segundo Schmit,

*Vampiro: A Máscara*, lançado no Brasil em 1994 pela editora Devir, além de trazer novos jogadores e mudar o enfoque do jogo para a criação de enredos mais dramáticos, impulsionou a popularização de uma outra forma de se jogar *RPG* denominada *LARP*. Em um *live action*, muitas das ações das personagens são realizadas fisicamente, como se fosse um teatro improvisado, e não apenas oralmente como no *RPG* de mesa [...] (SCHMIT, 2008, p. 22).

Como esse jogo chegou ao Brasil? “O *RPG* veio para o Brasil no final da década de 80 por meio de intercambistas e de professores de cursos de inglês que traziam o material dos EUA. A disseminação do *RPG* foi garantida principalmente pela distribuição de fotocópias deste material” (PAVÃO, 2000, p. 74 *apud* SCHMIT, 2008, p. 25). Schmit comenta que é difícil definir a data do lançamento do *RPG* no Brasil, segundo o autor

O primeiro *RPG* produzido por brasileiros foi o *Tagmar*, também lançado em 1991 pela editora GSA e acusado de ser um clone do *D&D*. Em 1992 esta mesma editora lançou o primeiro *RPG* com cenário totalmente brasileiro, o *Desafio dos Bandeirantes*, que mistura lendas e mitos brasileiros com conteúdo histórico da época das bandeiras. Também em 1991, a *Grow* lançou uma versão simplificada e em português do *D&D*, chamada *Dragon Quest*, e, uma no depois, o próprio *D&D*. Nesta época, ocorreu em São Paulo o Encontro Internacional de *RPG*, o primeiro do gênero no Brasil, com a palestra do criador do *GURPS*, Steve Jackson (SCHMIT, 2008, p. 26).



O *RPG* encontra-se presente na vida dos jovens, principalmente as formas eletrônicas, repletas de imagens interessantes que prendem a atenção deles. Mas “A falta de jogos eletrônicos que envolvessem conteúdos curriculares foi por muito tempo um grande empecilho para a aplicação dos mesmos no processo educativo” (SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 7). Os jogos eletrônicos irão auxiliar no raciocínio dedutivo dos alunos, pois este irá usar muitas estratégias e exercita o trabalho com as mãos e olhos.

Para a elaboração de um aplicativo uma das ferramentas fácil de utilizar é o *RPG Maker*. Para sua melhor utilização e aperfeiçoamento, existem vários sites especializados que dão informações e sugestões de como ele funciona. “Além disso, o próprio programa vem com um tutorial em que o professor encontra todas as informações necessárias para a criação do seu próprio jogo de acordo com o conteúdo que ele deseja trabalhar.” (SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 7).

Segundo Schaffel e Moura (2011), este programa (*software*) foi criado nos anos 80 pela ASCII. Ele possui versões traduzidas para o inglês e português, que são disponibilizadas para download na Internet gratuitamente. “Esse *software* produz jogos com gráficos 2D, construção por sistema de eventos, com interface simples e de fácil uso” (SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 8). Atualmente o programa é desenvolvido pela *Enterbrain*.

### 3. RPG E EDUCAÇÃO

Schmit, em sua dissertação de mestrado, faz alguns apontamentos teóricos como meio de reflexão para educadores e pesquisadores sobre o uso do *RPG* na educação, apresenta o histórico do *RPG* nos Estados Unidos da América e no Brasil, mostrando, também, os estudos que são desenvolvidos nos EUA e Europa sobre o *Role Playing Game*. Com base nos estudos que Schmit fez, ele proporciona, então, uma definição de *RPG* e seus cinco tipos: *RPG* de mesa, *Live Action Role Play (LARP)*, aventura solo, *RPG* eletrônico solo e *Massively Multiplayer Online Role Playing Games (MMRPG)*. Segundo Schmit

*RPG* é como um que complete as seguintes características: Ser uma contação de histórias interativas, quantificada, episódica e participatória, com uma quantificação dos atributos, habilidades e características das personagens onde existem regras para determinar a resolução das interações espontâneas



das personagens. Além disso a história é definida pelo resultado das ações das personagens e as personagens dos jogadores são as protagonistas. (SCHMIT, 2008, p. 47).

Sendo assim, o *RPG* é um jogo caracterizado por uma narrativa interativa, na qual as personagens irão interagir e possuem características, atributos e habilidades que serão usados para resolver as questões que vão surgindo no decorrer da narração. A história será a definição das ações das personagens principais, que nesse caso serão os jogadores, modificando-se a medida que o jogo prossegue.

Oliveira, Pierson e Zuin publicaram um artigo, em 2009, sobre o uso do *RPG* como uma estratégia de avaliação do Ensino de Química. Faz-se necessário ressaltar a diferenciação que estes autores fazem entre jogos normais e jogos de *RPG*: “[...] cooperação entre os indivíduos se constitui numa característica fundamental presente nos jogos de *RPG*. Diferentemente dos jogos tradicionais, onde há sempre vencedores e perdedores, o *RPG* apresenta a vantagem de unir os jogadores em prol de um objetivo em comum.” (OLIVEIRA; PIERSON; ZUIN, 2009, p. 2). Dessa forma, o *RPG* pode ser usado para estimular a cooperação entre os jogadores, deixando a rivalidade de lado, esquecendo-se o “eu”, porque somente o conjunto poderá resolver os problemas que irão surgindo no decorrer do jogo.

Os autores mencionam que “esse recurso apresenta elevado potencial pedagógico, além de servir como instrumento de avaliação” (OLIVEIRA; PIERSON; ZUIN, 2009, p. 3). Propõem, ainda, a partir de Nunes, que o *RPG* pode ser usado na avaliação, ferramenta essencial para os professores acompanharem o processo de ensino e aprendizagem:

Por meio do *RPG* é possível averiguar os conhecimentos dos alunos, pois os mesmos vivenciam, discutem entre si e propõem soluções para determinados problemas. Dessa maneira, tal recurso possibilita apontar metodologias e estratégias que permitem explorar a explicitação dos conhecimentos dos alunos pelo professor, o que contribui de maneira bastante apropriada ao processo de ensino e aprendizagem (NUNES *apud* OLIVEIRA; PIERSON; ZUIN, 2009, p. 3).

O *RPG* pode ser utilizado como ferramenta para fazer a avaliação do conhecimento dos alunos. O professor irá propor situações problema nas quais os alunos necessitarão dos conhecimentos aprendidos em sala de aula para resolvê-los. Desta forma, o professor poderá explorar o conhecimento e perceber como os processos de ensino e aprendizagem estão sendo



desenvolvidos em suas aulas, se os alunos estão realmente construindo o conhecimento e não apenas decorando os conceitos.

Oliveira, Pierson e Zuin realizaram um minicurso abordando conceitos sobre o álcool, gasolina e biodiesel com os alunos de uma escola pública em São Carlos, no interior do Estado de São Paulo. Segundo os autores, “ao final do minicurso, foi proposto o jogo do *RPG* no intuito de averiguar os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante o minicurso, voltado a contextos sociocientíficos controversos da atualidade, criados a partir dos conteúdos abordados no minicurso” (OLIVEIRA; PIERSON; ZUIN, 2009, p. 3-4). Começou-se o jogo apresentando as regras aos alunos e cada um recebeu uma ficha para fazer um personagem. Depois, foi desenvolvida uma atividade, sempre propondo situações problemas para os alunos resolverem fazendo uma articulação com os conhecimentos aprendidos durante a parte teórica do minicurso. Eles fizeram uma abordagem ecológica relacionando o álcool, gasolina e biodiesel com a devastação do ambiente. Segundo Oliveira, Pierson e Zuin “A partir da análise do *RPG*, foi possível constatar indícios de uma postura reflexiva por parte dos alunos. Esses ficaram sensibilizados com o problema ambiental, reconhecendo sua interface com a questão econômica, científica, tecnológica e social” (OLIVEIRA; PIERSON; ZUIN, 2009, p. 10).

Schaffel e Moura escreveram um artigo sobre a utilização do *RPG* eletrônico como uma ferramenta para a aprendizagem de Biologia. Os autores iniciam o artigo falando sobre o ensino de biologia que segundo estes “deve despertar o raciocínio científico e não meramente informativo, por esse motivo, atualmente é exigido pelas diretrizes de Biologia que o ensino seja baseado no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos” (SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 2).

Schaffel e Moura destacam o ensino de Biologia, mencionando a utilização das aulas práticas no processo de ensino e aprendizagem desta disciplina. Segundo os autores, “a falta de recursos para aulas práticas e diversificadas diante dos avanços tecnológicos como computadores e *internet*, repercute em aulas pouco ou nada atraentes” (SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 2). Sendo assim, eles utilizam-se do termo escola bancária descrita por Paulo Freire, no qual os alunos continuam como mero receptores de conhecimento e os professores desempenham o papel de narradores dos conteúdos.

Schaffel e Moura apresentam o jogo didático como “uma ferramenta significativa para a mediação pedagógica, e pode ser usado como situações de interação entre educador – educando



e educando – educador e os jogos de faz de conta simulam a realidade, como imitação, imaginação e criação” (SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 4).

Schaffel e Moura afirmam que

De uma sessão ou encontro de *RPG* participam o mestre (também chamado narrador) e os jogadores (chamados de players) e os personagens não jogadores (NPCs) que são interpretados pelo mestre, personagens que encontramos pelo caminho, falam alguma coisa e somem, entre outros. Como ferramenta didática, sugere-se que o professor seja o mestre, mas nem sempre é possível. Os players são os alunos. (BRAGA *apud* SCHAFFEL; MOURA, 2011).

Segundo os autores, o professor funcionaria como o mestre do jogo de *RPG* e dessa forma iria apresentar as situações que os alunos deveriam ir resolvendo ao longo do jogo de *RPG*. Citando Ilha e Cruz, os autores mencionam que “o *RPG* eletrônico, assim como o de mesa, pode ser utilizado na educação, pois os jogos eletrônicos em geral apresentam características lúdicas e atrativas, esses jogos têm aparecido como uma possibilidade de facilitar a educação dos jovens” (ILHA; CRUZ *apud* SCHAFFEL; MOURA, 2011, p. 6-7). Esse método de ensino é criativo e irá tornar a aprendizagem divertida, estimulando as descobertas no processo.

#### **4. IMMUNE BATTLE**

O jogo foi desenvolvido com base no estudo de sistema imunológico utilizando o aplicativo *RPG Maker* que fornece blocos para a montagem da interface gráfica. Como já mencionado anteriormente, o enredo é muito importante em um jogo de *RPG* e os personagens devem estar muito bem caracterizados, afinal a junção de ambos irá proporcionar a aceitação ou rejeição do jogo. É o enredo que vai cativar e prender a atenção dos jogadores ou desestimular e tornar monótono o *RPG* eletrônico, que é o tipo utilizado nessa pesquisa.

Para o desenvolvimento do histórico por trás do jogo pesquisou-se sobre o sistema imune, seu funcionamento e as células para que a caracterização dos personagens ficasse o mais próximo possível das características das células de defesa a serem utilizadas.

Tendo o conhecimento necessário sobre sistema imune pesquisou-se tutoriais para auxiliar na aprendizagem do *RPG maker*. Encontrou-se vídeos no Youtube e material escrito





disponibilizado em comunidades da internet. Com o conhecimento inicial, o restante iria-se aprendendo à medida que se utilizava o programa e encontrava-se as dificuldades.

O roteiro é essencial, então, antes de começar-se a utilizar o *RPG Make* era necessário ter o rascunho do enredo do jogo. Observando-se o que é apresentado no Ensino Médio utilizaram-se algumas células de defesa do organismo e adicionou-se o número máximo de leucócitos que foi possível para que os alunos pudessem interagir com os personagens e aprender as funções das células durante o jogo.

O *RPG Maker* fornece personagens e música, mas a tela de título não estava adequada para a proposta do *Immune Battle*. Então buscou-se imagens para tentar montar um título embasado no tema. Algumas imagens modificadas foram utilizadas e modificadas para atender ao jogo.

Neste jogo, um tecido foi lesionado inicialmente e a lesão atingiu um vaso sanguíneo. O sistema começa a avisar às células de defesa para correrem para o local para realizarem a defesa contra inimigos que possam invadir. Plaquetas aparecem logo no início, apressadas, precisam chegar à lesão no vaso sanguíneo e impedir a saída do líquido vital. Hemácias continuam caminhando pelo vaso, algumas olham para o ponto de saída e acabam por deixar o organismo. As defesas são insuficientes e alguns inimigos atingem o vaso, afirmando que agora poderá ter início a invasão. É então que o personagem principal surge, o jogador é CAA, uma célula apresentadora de antígeno jovem. Ele recebe a missão do Marechal T4 e vai para o tecido lesionado em busca do antígeno. Mas o que ele não imagina é que sua busca lhe proporcionará muitas aventuras, que não apenas conseguir o antígeno e apresentá-lo a uma célula TCD4. Conhecerá muitos amigos células de defesa e medicamentos, ajudará o organismo com suas capacidades limitadas de célula inespecífica, mas sua coragem dará forças a todos que o acompanham nessa guerra. Juntos eles irão enfrentar as batalhas decisivas arriscando suas vidas pelo bem do organismo.

Esse é o enredo do jogo, CAA em busca do antígeno e realizando outras tarefas à medida que conhece novos personagens e descobre outras necessidades do organismo. Assim, inicia-se *Immune Battle*, aonde cada batalha será decisiva.





## 5. ALGUNS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o jogo concluído, procurou-se a professora responsável pela disciplina de Biologia que ministrava suas aulas no turno da manhã para aplicação dos questionários de avaliação e o aplicativo desenvolvido. Já havia sido escolhido o IFFluminense *campus* Campos Centro como instituição na qual o *Immune Battle* seria aplicado.

A professor prontamente liberou algumas aulas em todas as cinco turmas e ainda auxiliou na marcação de um Laboratório de Informática para que os alunos pudessem interagir com o jogo. As turmas foram divididas em dois grupos, uma parte iria jogar em uma semana e a outra parte na semana seguinte.

Antes das turmas irem ao Laboratório de Informática, localizado no Bloco E do IFFluminense, combinou-se com a professora aplicar um questionário, em uma aula anterior, com perguntas sobre o sistema imune de forma generalizada e, dessa forma, obter-se-ia um levantamento do conhecimento que os alunos possuíam. Após o jogo, o mesmo questionário foi aplicado para comparar com os primeiros dados obtidos e analisar se houve aprendizagem por meio do aplicativo.

Foram conseguidas cento e vinde participações. Todos tentaram responder as perguntas discursivas segundo o que lembravam. A primeira questão indagava qual seria a função do sistema imunológico. Das 120 respostas, apenas 4 foram diferentes das demais, que indicaram que a função seria proteger o organismo contra invasores, ainda que utilizando palavras diferenciadas. Pode-se perceber que, todos os discentes em questão responderam, em essência, o mesmo. A função do sistema imune é defender o organismo contra agentes invasores, sejam eles substâncias ou organismos. O Quadro 2 apresentará as cinco respostas diferenciadas:

A questão número 2 questionava os alunos quais eram as células de defesa. Esperava-se que respondessem pelo menos 3 nomes diferenciados. Houve um número grande de respostas em branco (32, 5%). Os alunos não lembravam quais eram as células de defesa do organismo, 5 questionários indicaram que os anticorpos são células de defesa, 8 apresentaram os glóbulos brancos, mas não citou nenhum tipo específico. Pode-se perceber que eles lembravam algo que fazia parte do sistema imune, mas não colocaram corretamente. Dentre os alunos que responderam a questão corretamente, muitos não apresentaram o mínimo de células que fora



esperado, porém, associaram corretamente as informações lembradas com o que a questão pedia.

A questão 3 perguntava a função dos macrófagos e neutrófilos. Dos 120 questionários, aproximadamente 61% deixou essa questão em branco. Um valor muito elevado, uma grande quantidade de alunos não lembrou sequer da função dos macrófagos no organismo. Esperava-se que, pelos menos, os discentes soubessem como os fagócitos atuam, porque a docente responsável já havia informado que neutrófilos não estavam presentes no livro adotado pelo IFFluminense e dessa forma, não foram apresentados quando o tema sistema imunológico foi ministrado.

A questão 4 questionava a função dos linfócitos B e TCD4. Dos 120 questionários respondidos, 60 foram deixados em branco, ou seja, metade não sabia a função desses linfócitos. Um total de 30 questionários estava com as respostas completamente erradas. Os 30 questionários restantes estavam com as respostas corretas. Os alunos souberam identificar as funções dos linfócitos B e TCD4.

A questão cinco perguntava o que eram as células apresentadoras de antígeno. Dos 120 questionários, 75 ficaram em branco. Alguns colocaram “não sei” e outros deixaram o espaço sem nada escrito. Vinte e nove tentaram responder algo, porém o que foi encontrado estava incorreto.

Na questão 6, os discentes foram questionados sobre o que seriam as células de memória imune. 45 destes deixaram em branco essa questão. 23 responderam incorretamente, dentre as respostas incorretas as mais observadas foram linfócitos TCD4, plasmócitos, células que guardam antígeno e células que guardam anticorpos. Pode-se perceber que alguns alunos tinham a noção de plasmócito e linfócito B, como achavam que o B produzia anticorpos acabaram colocando o plasmócito como célula de memória imunológica.

Eles não foram questionados quanto a nomes. Mesmo assim alguns citaram TCD4 e plasmócito. Um erro que pode ser observado também são nas respostas “células que guardam antígeno”; os linfócitos B não guardam antígenos, mas uma vez sensibilizados, guardam a informação daquele invasor; os antígenos já foram degradados. As células que produzem anticorpos são os plasmócitos; as células de memória não armazenam anticorpos; elas guardam a informação do invasor e, dessa forma, arquivam o tipo de anticorpo que será produzido caso ocorra uma nova invasão do mesmo antígeno.



A questão 7 perguntava quais eram as células produtoras de anticorpos. Foi impressionante, como os alunos responderam anticorpos em tantas outras questões e nessa uma minoria soube dizer quais eram as células que produziam as imunoglobulinas. Dos 120 questionários, apenas 22 possuíam a resposta correta: linfócito B. É esse que aparece nos livros de Ensino Médio como responsável pela produção dos anticorpos. Apenas 1 dos 22 respondeu completamente correto, dizendo que as células produtoras de imunoglobulinas são os plasmócitos.

Setenta e dois questionários foram deixados em branco para essa questão. O restante fora respondido incorretamente.

Na questão 8 foi atingido o esperado. Essa questionava os alunos sobre as células NK, se elas eram específicas e qual o resultado disso em sua ação. Todas as respostas estavam em branco. Isso ocorreu porque células NK não são vistas no nível médio. Então, os alunos não saberiam como responder.

A questão 9 queria saber se os medicamentos eram os responsáveis por curar o organismo das doenças. Esperava-se apenas sim ou não como respostas. Dos 120 questionários, 50 deixaram em branco essa questão. 7 discentes responderam sim, os medicamentos são responsáveis por curar o organismo de doenças. Sendo que medicamentos remédiam e auxiliam a amenizar sintomas e no caso dos antibióticos destroem bactérias, mas o verdadeiro responsável por curar o organismo é o sistema imunológico. Respondidos corretamente foram 63, eles afirmaram que não eram os medicamentos que curavam o organismo.

A questão 10 queria saber o que acontece com os medicamentos após permanecer um período de tempo no organismo. 67 alunos deixaram a pergunta em branco, não sabiam responder o que ocorre com os medicamentos no organismo. 43 responderam corretamente, informando que, após um tempo, os medicamentos são degradados e excretados. 10 alunos responderam a questão, contudo de forma incorreta.

*Immune Battle* foi aplicado nas turmas de Ensino Médio nos dias 8, 9, 15 e 16 de outubro (segundas e terças feiras). O questionário foi passado no dia 5 de outubro, na sexta feira anterior à semana que os alunos teriam contato com o jogo.

A seguir, apresenta-se a análise do questionário sobre o conteúdo de sistema imune após a aplicação do jogo. Foram recolhidos 71 questionários, porque nem todos os alunos foram ao



laboratório interagir com o jogo devido a motivos pessoais. Eles foram aplicados uma semana após a realização do jogo .

Na questão 1, que já foi apresentada na primeira parte de análise deste mesmo questionário, todas as respostas estavam corretas. As confusões e dúvidas sobre a função do sistema imunológico foram solucionadas durante o jogo, alguns comentaram durante a aplicação que estavam entendendo como era uma infecção e a função deste sistema.

Na questão 2 (quais células fazem parte do sistema imunológico), aproximadamente 21%. deixaram essa opção em branco. Essa porcentagem comparada com a apresentada na mesma questão antes do jogo (33%) mostra-se inferior o que mostra que após o jogo um maior número de alunos pode lembrar-se das células de defesa. O nível das respostas subiu, foram obtidos o mínimo de três glóbulos brancos que eram esperados e em alguns casos mais que esse número.

A questão 3, que questionava a função dos neutrófilos e macrófagos, teve um total de 26 questionários deixada em branco. Apenas 4 estavam incorretos sendo que os erros observados estavam na troca de função, colocaram produção de anticorpos na 3 e fagocitose na 4 (pergunta a função dos linfócitos TCD4 e B), erros de distração dos alunos. O outro erro observado estava nas respostas “absorver o vírus de células infectadas”, essas células não absorvem, fagocitam e as células infectadas são destruídas por outro leucócito, os linfócitos TCD8. O número de erros observados foi menor que os apresentados nos questionários antes da aplicação do jogo.

41 questionários estavam corretos, dessa vez os alunos souberam responder a função dos macrófagos e neutrófilos, reconhecendo que ambos leucócitos são células fagocíticas.

Na questão 4 foram encontrados 26 respostas em branco, 4 incorretas e 41 certas. Nas respostas incorretas foram encontradas as trocas já mencionadas anteriormente, “identificar e produzir antígeno” e “funciona como chave”. O fato de identificar e produzir antígeno, provavelmente o aluno queria dizer produção de anticorpos, e não foi apenas nessa questão que utilizou-se o termo errado. O fato de terem colocado “funcionar como chave” não surgiu nos questionários antes do jogo. O aluno devia ter a noção do modelo chave fechadura de reconhecimento dos anticorpos com o antígeno e achou que era correto adicionar a essa questão.

É importante ressaltar que muitos alunos não passaram da metade do jogo no laboratório de Informática, essas informações foram conseguidas até essa parte. Somente aqueles que



levaram o jogo para casa e concluíram poderiam responder as demais questões mais facilmente. Muitas das respostas observadas nas próximas questões assemelham-se muito às observadas nos questionários pré-jogo. As diferenças decorrem do número de alunos que conseguiu passar da metade do jogo enquanto no laboratório e daqueles que continuaram a jogar em casa.

Na questão 5 (questionava o que seriam as células apresentadoras de antígeno) foram obtidos 33 respostas em branco, 9 erradas e 29 corretas. Esperava-se nessa questão um maior número de acertos, porque o personagem inicial do jogo (CAA) era uma célula apresentadora de antígeno e sua missão principal era conseguir antígeno e levar a um linfonodo. Mas, mesmo assim, um número considerável não respondeu à questão. Isso se deve ao fato que alguns jogaram em dupla e não alternaram para que ambos pudessem ter interagido com o jogo e outros que estavam mais preocupados em conseguir vencer e não liam os diálogos entre os personagens.

Os erros encontrados foram: “células infectadas pelos invasores”, apresentação da definição de antígeno, “células que liberam antígenos”, “TCD4”, “linfócito B” e “células de memória”. Eles identificaram novamente a célula TCD4 como apresentador de antígeno, mas os APCs (células apresentadoras de antígenos) são representados pelos fagócitos como os macrófagos. Isso poderia ter sido mais bem entendido se o jogo fosse completado e não tivessem ocorrido duplas jogando.

Nas respostas corretas, as variações assemelhavam-se ao que foi apresentado no Quadro 8 deste capítulo, com uma quantidade maior de alunos conseguindo definir uma célula apresentadora de antígeno.

A questão 6 questionava sobre o que seriam as células de memória. Foram obtidas 19 respostas em branco, 8 incorretas e 45 corretas. A memória imunológica seria mais evidenciada no final do jogo. Nas respostas incorretas, alguns alunos ainda consideravam os linfócitos TCD4 como formadores de memória imune; outros colocaram que eram células produtoras de antígeno ou anticorpos que sobravam no corpo e seriam utilizados na próxima invasão. A informação dos antígenos estará “guardada” nos linfócitos de memória que irão multiplicar-se e diferenciar-se em plasmócitos gerando uma resposta imunológica mais rápida.

Na questão 7 (células responsáveis por produzir anticorpos) foram encontradas 27 respostas em branco, 20 incorretas e 24 corretas. Somente aqueles que passassem da metade do jogo iriam conhecer as células produtoras de anticorpos. Nas respostas corretas foram



encontradas 4 que diziam que os plasmócitos eram responsáveis por produzir imunoglobulinas, um número superior ao observado nos questionários aplicados antes do jogo (apenas 1).

A questão 8 é a que fala sobre as células NK. Somente um dos 71 questionários respondeu essa questão. Esta foi uma aluna levou o jogo para casa continuou jogando; quando chegou-se à sala disse que havia passado pela célula NK. Ela respondeu corretamente. Afirmou que as células NK não eram específicas e por isso destruíam células saudáveis (aliados) e células infectadas (inimigos). Os demais não haviam chegado a essa parte então deixaram a questão em branco.

Na questão 9, na qual fora questionado se os medicamentos eram os responsáveis por curar o organismo das doenças, foram obtidas 12 respostas em branco, 6 erradas e 53 respostas corretas. Obteve-se um número de acertos maior que o esperado para essa questão, já que os alunos não passaram da metade do jogo em sua maioria, isto só ficaria evidente no final do jogo.

Na questão 10, foram obtidas 20 respostas em branco, 22 incorretas e vinte e 29. Esperava-se um grande número de respostas incorretas e em branco, porque, mais uma vez, os alunos não conseguiram passar da metade do jogo. Nas respostas corretas os alunos mencionam que os medicamentos são degradados e excretados do organismo.

Com a análise das bibliografias percebeu-se que o lúdico é uma ferramenta interessante para o professor proporcionar a construção do conhecimento. Com a aplicação do jogo desenvolvido foi verificada aprendizagem mais significativa ante os alunos. Interagindo com os personagens os alunos receberam mais que entretenimento, eles compreenderam as funções desempenhadas pelas células de defesa e o quanto é importante o trabalho conjunto delas. A aula foi interessante para os alunos, mostrando uma Biologia que lhes proporciona entendimento e não apenas memorização de conceitos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não se modificou para atender às exigências da sociedade do século XXI. Ainda se baseia na metodologia tradicional, visando apenas a transmissão de conhecimento. Essa metodologia não consegue gerar aprendizagem significativa em grande parte dos alunos que frequentam as escolas.



Muitos discentes consideram Biologia complicada devido ao número elevado de termos e por não entenderem o motivo de seu uso. Dessa forma, o ensino acaba por se tornar enfadonho. O professor deve buscar ferramentas que promovam a interação dos alunos com as informações, significando-as para que possa haver construção de conhecimento.

Existem muitos recursos que podem ser utilizados para que o aluno possa compreender os conteúdos ensinados e dessa forma significá-los, sendo armazenados com conexões na memória de longo prazo. Eles proporcionam aprendizagem significativa nas salas de aula. Entre esses recursos, encontram-se as ferramentas lúdicas, dentre elas os jogos pedagógicos.

Os discentes já estão acostumados com jogos em seus lares. Eles interagem durante longo tempo na tentativa de terminar o jogo ou montar estruturas necessárias ao aplicativo como, por exemplo, cidades e produtos em fazendas. Utilizando essa aceitação de jogos disponibilizados, em sua maioria, na modalidade *RPG*, pode-se aproximar o conhecimento dos alunos e, dessa forma, torna-lo interessante para os alunos.

Porém, criar um jogo de *RPG* eletrônico não é fácil para um docente sem conhecimentos de programação. Por meio do *RPG Maker*, um *software* disponibilizado gratuitamente na internet, pode-se desenvolver aplicativos de forma simples. Basta montar o roteiro e utilizar os *tiles* para montar o gráfico do jogo, pois esse programa possui uma programação por eventos que é de fácil compreensão.

Pela análise dos dados obtidos nos questionários percebe-se que muitos discentes não conseguem compreender a disciplina por meio da metodologia tradicional. A utilização de outras ferramentas didáticas pode auxiliar o professor a promover aprendizagem significativa em suas aulas.

Jogos são apenas algumas ferramentas lúdicas que o professor pode utilizar, por meio deles o professor pode promover em sua sala de aula um ambiente de construção de conhecimento gerando aprendizagem significativa e não apenas memorização por meio da qual o discente poderá esquecer a informação já que a memória de curta prazo apresenta pequena duração ou é armazenada de forma aleatória dificultando o encontro da representação ou lembrando-se apenas de fragmentos.

Os jogos eletrônicos são muito utilizados pelos discentes em seus lares, utilizando essa ferramenta como auxílio nas aulas, os docentes podem tornar o conhecimento mais atrativo aos





alunos, e dessa forma promover a interação dos mesmos com as informações, promovendo construção do conhecimento e, conseqüentemente, aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS

ALEGRO, Regina Célia. *Conhecimento prévio e aprendizagem significativa de conceitos históricos no Ensino Médio*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/alegro\\_rc\\_ms\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/alegro_rc_ms_mar.pdf). Acesso em: 10 mar. 2012, 22h 15min.

ALMEIDA, Paulo Nunes. *Educação Lúdica*. São Paulo: Loyola, 2003.

GONÇALVES, Larissa Oliveira. *Como a Biologia pode ser ensinada sem a eterna decoreba?*. Trabalho de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

JANEWAY, Charles A. *et al. Imunologia: o sistema imune na saúde e na doença*. Tradução Cristina Bonorino. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JUNQUEIRA, Luiz C.; CARNEIRO, José. *Histologia Básica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 2004.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução Carlos Irineu da Costa. 10 reimpressão. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2001.

MACHADO, Mário Lúcio Mesquita *et al. RPG: uma abordagem empregando sistemas multiagentes*. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo3/af/19-RPG.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012, 20h.

OLIVEIRA, Ricardo Castro de; PIERSON, Alice Helena Campos; ZUIN, Vânia Gomes. O uso do Role Playing Game (RPG) como estratégia de avaliação da aprendizagem no Ensino de Química. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2009, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/abrapec/viempec/7enpec/pdfs/961.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2011, 13h 25min

REZENDE, M. P. D.; COELHO, C. P. A utilização do Role-Playing game (RPG) no ensino de biologia como ferramenta de aprendizagem investigativo/cooperativa. In: XXV CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO SUDESTE GOIANO, 2009, Jataí. Anais do XXV CONADE - 25 anos de universidade no sudeste goiano, 2009.

ROSA, Maurício ; MALTEMPI, Marcus Vinicius. *RPG Maker: uma proposta para unir jogo, informática e Educação Matemática*. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, 2003, Santos (SP). II Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Ma.



Santos, 2003. Disponível em:  
<http://www.rc.unesp.br/igce/demac/maltempi/Publicacao/Rosa-Maltempi-sipem03.pdf>.  
Acesso em: 01 out. 2012, 20h.

SALDANHA, Ana Alayde; BATISTA, José Roniere Morais. A Concepção do Role-Playing Game (RPG) em Jogadores Sistemáticos. *Psicologia ciência e profissão*, v. 29, n. 4, p. 700-717, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v29n4/v29n4a05.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2011, 13h 40min.

SANTOS, Élia Amaral do Carmo. O lúdico no processo ensino-aprendizagem. Disponível em: [http://need.unemat.br/4\\_forum/artigos/elia.pdf](http://need.unemat.br/4_forum/artigos/elia.pdf). Acesso em: 21 ago. 2011, 20h.

SCHAFFEL, Verônica de Oliveira; MOURA, Rafael Matias de. Utilização do Roleplaying Game (RPG) eletrônico como ferramenta metodológica de Aprendizagem em Biologia. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 2011, São Cristóvão, SE. Disponível em: [http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%208/PDF/Microsoft%20Word%20%20UTILIZAcAO%20DO%20ROLEPLAYNG%20GAME\\_RPG\\_ELETRoNICO%20COMO%20FERRAMENTA%20METODOLoGICA%20DE%20APRENDIZAGEM%20EM%20BIOLOGIA.pdf](http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%208/PDF/Microsoft%20Word%20%20UTILIZAcAO%20DO%20ROLEPLAYNG%20GAME_RPG_ELETRoNICO%20COMO%20FERRAMENTA%20METODOLoGICA%20DE%20APRENDIZAGEM%20EM%20BIOLOGIA.pdf). Acesso em: 17 set. 2011, 20h.

SCHMIT, Wagner Luiz. *RPG e Educação: alguns apontamentos teóricos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Londrina, Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2008/2008%20-%20SCHMIT,%20Wagner%20Luiz.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2011, 13h 00min.

SILVA, Valter Jorge da *et al.* A utilização do *RPG* maker na construção de *RPGs* educacionais. In: IX JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO, 2009, Recife, PE. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/r0614-1.pdf>. Acesso em: 01 out. 2012, 19h 30min.



## INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

TAVARES, Rosana Elizete

*Estudante de mestrado do Programa de Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade  
rosanaetavares@gmail.com*

NUNES, Sylvia da Silveira

*Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade  
sylviasnunes@yahoo.com.br*

158

### RESUMO

A pesquisa aborda um tema amplamente discutido na atualidade e que desafia as práticas tradicionais de ensino: a educação inclusiva no ensino superior. O estudo parte dos principais aspectos referentes à educação inclusiva e aborda princípios da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação, entretanto, mesmo com todas as discussões e proposições práticas, há uma lacuna entre o prescrito e o realizado: os alunos com deficiência se deparam com as mais diversas barreiras, seja de ordem física, estrutural, metodológica e atitudinal. Essa investigação propõe analisar a situação atual da inclusão de alunos com deficiência em universidade localizada no interior de Minas Gerais, fazendo uso da abordagem qualitativa e do método de entrevista semiestruturada. Os resultados preliminares demonstram dificuldade no acesso ao conteúdo, falta de apoio institucional e a necessidade de adaptação das metodologias de ensino para a efetivação do aprendizado.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Educação Superior. Pessoa com deficiência.

### ABSTRACT

The research addresses a widely discussed subject nowadays that challenges traditional teaching practices: inclusive education in higher education. The study starts from the major aspects related to inclusive education and it discusses the principles of Accessibility Policy in Federal Institutions of Education. However, even with all the discussions and practical propositions, there is a gap between prescribed and achieved: students with disabilities face numerous barriers, whether physical, structural, methodological and attitudinal ones. This research aims to analyze the current situation of inclusion of people with disabilities in a university located in a city at State of Minas Gerais, through a qualitative approach using the method of semi structured interviews. Preliminary results demonstrate difficulty in accessing the content, lack of institutional support and the need for adaptation of teaching methodologies for effective learning.

**Key-words:** Inclusive Education. Higher Education. People with Disabilities.



## INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão abrange alguns princípios como o de acolhimento e convívio com as diferenças individuais, acesso com independência dos espaços, a valorização de cada pessoa, a expressão de diferentes grupos sociais, a aprendizagem por meio da cooperação e do esforço com intuito de igualar as oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões de vida. (SASSAKI, 1997; PACHECO; COSTAS, 2006).

A ideia de inclusão da pessoa com deficiência<sup>1</sup> no sistema educacional é relativamente recente. Essa discussão se tornou mais intensa principalmente a partir de 1990 quando emergiu, em nível mundial, a defesa de uma educação inclusiva e se fortaleceram as críticas às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais.

No decorrer do tempo, a abordagem da deficiência envolveu muitos estigmas, o que faz com que a pessoa que a possua, seja frequentemente segregada dos ambientes ou parcialmente incluída, inclusive nos educacionais. Contrapondo a essa marginalização a que são submetidas na lógica social, o posicionamento de entidades representativas pelo reconhecimento dos direitos levou à concepção da inclusão em vários setores da sociedade, inclusive na educação.

Na atualidade, o tema é amplamente discutido, o que pode ser percebido pela presença nas pautas de políticas públicas, na redação das leis, no discurso dos políticos, nas produções acadêmicas, nas ações de acessibilidade de diversas instituições. Nessas ações se percebe o posicionamento favorável a uma educação para todos.

Essas discussões são dinâmicas e originárias de diversos campos, assim a inclusão escolar é um tema interdisciplinar visto que as concepções que contemplam o modelo social são provenientes de diversas abordagens, a citar da sociologia, economia, pedagogia, psicologia e tantas outras disciplinas que questionam ou perpetuam em seus postulados a homogeneização na qual o sujeito está submetido em seu cotidiano e conseqüente segregação ou inclusão parcial.

Além disso, mais do que o corpo teórico proveniente de diversos saberes que embasa as discussões, o sucesso das práticas inclusivas só acontecerá pela ação interdisciplinar dos diversos atores, desde os responsáveis pelas definições das políticas públicas e as prioridades internas da instituição, pelo projeto pedagógico, pelo arquitetônico, os professores em sala de



aula, o aluno e outros integrantes da comunidade acadêmica que em seu cotidiano podem ter ações que favoreçam o acesso e permanência das pessoas com deficiência de forma realmente participativa na educação.

Contudo mesmo com toda a discussão e fazeres envolvidos, a inclusão escolar não é uma questão superada, visto que as ações muitas vezes destoam das prescrições. A importância do estudo reside justamente na possibilidade de verificar no cotidiano como ocorre a prática das determinações legais.

Esse estudo tem como objetivo analisar a situação atual da inclusão de alunos com deficiência em uma universidade no interior de Minas Gerais. Ele é resultante da coleta de dados realizada para a dissertação de mestrado intitulada “Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior – um estudo de caso”. A pesquisa aborda os principais aspectos referentes à inclusão escolar da pessoa com deficiência, principalmente em relação à educação superior, além de considerações sobre o Programa Incluir, que faz parte de uma Política Nacional dirigida às Instituições de Educação Superior para esse alunado e tem como objetivo a institucionalização de ações de política de acessibilidade nas instituições de ensino.

## **A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Há em trabalhos acadêmicos e também na edição de políticas públicas a aproximação do conceito de inclusão escolar quase que exclusivamente relacionado a pessoas com deficiência, como se o conceito se restringisse a esse público (BUENO, 2008). Contudo, outros grupos como: crianças e jovens que vivem nas ruas, ciganos, índios e, em alguns países, negros e mulheres e não apenas os alunos com deficiência são foco das ações de inclusão escolar (CROCHIK *et alii.*, 2009).

O termo inclusão vem sendo amplamente utilizado e isso possa banalizá-lo (PATTO, 2008), contudo, não se pode concebê-lo como um fenômeno único ou com significação determinada, as ações mesmo dentro de um determinado segmento, das pessoas com

---

<sup>1</sup> Deficiência: conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)



deficiência, por exemplo, precisam considerar as demandas e potencialidades individuais, o tipo de deficiência, o nível escolar, o contexto social em que está inserido, entre outros.

O conceito de inclusão escolar está intimamente relacionado ao preceito de educação para todos, já estava previsto na Constituição Federal de 1988 e de 1934, entretanto, foi com a Lei 9.394/96 que garante o atendimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino às pessoas com deficiência, que a perspectiva de inclusão escolar foi iniciada no Brasil (BRASIL, 1996).

A abordagem em leis nacionais sobre a temática dos direitos das pessoas com deficiência à educação decorre de pressões realizadas por representantes das pessoas com deficiência e militantes dos direitos humanos, além da assinatura de postulados favoráveis à educação para todos, obtidos em discussões a nível mundial, o que acarretou a reformulação legal e a necessidade de adaptação dos sistemas de ensino dos países participantes. Como exemplo, em relação à educação inclusiva, pode-se citar a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990 e os postulados produzidos em Salamanca, em 1994 na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade.

Assim, o movimento a favor da educação inclusiva foi tomando forma e ela vem sendo implementada nas escolas, aliada a movimentos sociais mais amplos e com respaldo de políticas educacionais, prescrições legais e normatizações (nos casos que anteriormente já havia alguma iniciativa que buscava a participação efetiva desses alunos) ou por meio de suas imposições, (quando apenas a força da lei motivou as ações).

Nesse sentido, embasado no princípio de que toda pessoa tem o direito à educação, o atual conceito de educação inclusiva contempla também que se deve considerar os interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem de forma a proporcionar sua participação e autonomia em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno (ROCHA; MIRANDA, 2009; BRASIL, 2013).

A educação inclusiva propõe a oferta de um ensino de qualidade e que valorize a multiplicidade de todos os seus alunos com a inserção de todas as pessoas, independentemente de etnia, cor, ser imigrante, ter deficiência, em salas de aula regulares, de forma a conviver por meio das diferenças e não apesar delas (CRUZ; DIAS, 2009; CROCHÍK, 2011).

Na prática cotidiana, a presença de alunos que possuem deficiência em uma instituição de ensino requer diversas reformulações, a fim de possibilitar sua permanência de maneira bem



sucedida, abrangendo o acesso ao material didático utilizado pelo professor, o próprio acompanhamento das aulas, a realização de provas, dependendo da deficiência a interpretação de materiais, utilização do espaço das aulas e laboratórios, ações para a socialização, a locomoção. Ações com vistas a eliminar barreiras atitudinais também são necessárias: a sensibilização dos demais discentes e da comunidade acadêmica para o convívio com o diferente e a necessidade de capacitação dos docentes para ofertar o apoio necessário a esses alunos.

Corroborando esse entendimento, a proposta de educação inclusiva desafia o velho paradigma em todas as suas manifestações, desde as práticas pedagógicas que desconsideram as diferenças, até a edificação dos prédios, organização dos acervos e dos diversos ambientes acadêmicos, bem como, das formas de comunicação e interação no ambiente social (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, pensar em inclusão de pessoas requer ações ampliadas, não só no meio acadêmico, mas envolve as diversas relações cotidianas, voltadas a atitudes sociais, políticas de inclusão, aquisições de produtos e tecnologia, infraestrutura, pesquisa e permanência de pessoas com deficiência (SIQUEIRA; SANTANA, 2010). A efetivação de ações de inclusão não se dá pela prática isolada de atores, mas pelo envolvimento multidisciplinar de diversas áreas, acompanhada de uma revisão de práticas e concepções individuais e sociais.

Práticas realizadas no cotidiano, determinações legais e diversas outras ações auxiliam na realização efetiva da inclusão escolar. Em relação ao ensino superior, em nível nacional, é desenvolvida a Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação superior – IFES, intitulada Programa Incluir – Acessibilidade na Educação superior, executada por meio de uma parceria entre a Secretaria de Educação superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Essa política tem como objetivo assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, por meio de aporte contínuo de recursos orçamentários às instituições federais de ensino para a execução de ações de acessibilidade (BRASIL, 2013).

O Programa Incluir tem como foco principal fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais. É da responsabilidade de tais núcleos a organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida





acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013).

Esse programa é norteador de ações na área de inclusão das pessoas com deficiência nas universidades. Refletir sobre seus princípios e questionar como suas ações têm influenciado o cotidiano dos alunos com deficiência na universidade é importante para um fazer crítico e consciente das pessoas envolvidas nesse processo.

## METODOLOGIA

A instituição de ensino estudada tem seu *campus* sede localizado em cidade do interior de Minas Gerais e possui cursos de graduação presencial e à distância e cursos de pós-graduação *lato-sensu* e cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

A pesquisa utiliza de abordagem qualitativa e tem como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada. Minayo (1999) afirma que como a pesquisa qualitativa leva em consideração a subjetividade dos indivíduos, por meio dela é possível entrar em contato com um nível de realidade que não pode ser quantificada e com isso possibilita buscar o significado dos fenômenos estudados.

Para realização da entrevista semiestruturada será utilizado gravador. Temas gerais foram abordados na entrevista, como: 1- Como foi sua trajetória no ensino superior?; 2- Quais as diferenças percebidas na ensino superior e educação básica em relação à inclusão escolar?; 3- Em quais situações você se sente com deficiência?; 4- Quais seriam, na sua opinião, ações de melhorias que a universidade poderia implementar em relação ao acesso ao ensino e permanência dos alunos com deficiência?

A opção pela entrevista se fez por ser um instrumento privilegiado de coleta de dados, na medida em que possibilita ao pesquisador o acesso a condições específicas de sujeitos como dados subjetivos, crenças, ideias, valores, opiniões, condutas, projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos, permitindo contemplar de forma mais abrangente o conhecimento humano (MINAYO, 2000, SEVERINO, 2007).

Os aspectos éticos tomados incluíram: a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo participante da pesquisa; orientação sobre o uso dos dados restrito ao



desenvolvimento do trabalho e com caráter confidencial; uso de nomes fictícios no decorrer do texto com vistas a facilitar a leitura e compreensão do assunto; ciência ao entrevistado sobre a possibilidade de não responder qualquer pergunta caso se sinta constrangido; possibilidade de interrupção de sua participação na pesquisa a qualquer momento sem necessidade de justificar o motivo e; realização da devolutiva dos dados obtidos por meio dos resultados da pesquisa.

A análise de dados se embasou nos prescritos de Minayo (2000): a) ordenação dos dados por meio do mapeamento (transcrição de gravações, releitura de materiais, organização dos relatos e dados documentais); b) classificação dos dados por meio da leitura exaustiva e repetida dos textos, identificando os pontos relevantes e elaborando as categorias; c) análise final na qual se estabelece articulações entre os dados e os referenciais teóricos, respondendo às perguntas da pesquisa de acordo com os objetivos propostos.

Como participantes da pesquisa serão incluídos todos os alunos que declararam deficiência a partir do ano de 2013, visto que a primeira verificação dos dados informados pelos discentes na matrícula em relação à deficiência foi realizada neste ano. Depois de efetivada a matrícula, um servidor da Diretoria de Assistência Estudantil entrou em contato com os alunos para confirmação dos dados informados e solicitação de envio de laudo comprobatório da deficiência. Muitos alunos que tinham declarado deficiência não a possuíam, principalmente aqueles com alguma disfunção oftalmológica corrigidas com lentes, e que por falta de informação sobre o conceito de deficiência visual<sup>2</sup> assinalaram essa opção no formulário.

A pesquisa se encontra em andamento. Nesse artigo, serão trazidos os resultados preliminares alcançados a partir da entrevista realizada com um aluno com baixa visão, que cursa o 5º período de um curso de ciências exatas, aqui denominado Antônio.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na entrevista, o aluno Antônio, que possui baixa visão, aborda sua experiência na universidade e sua fala será analisada por meio das seguintes categorias: responsabilização do

<sup>2</sup> Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05° no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3° e 0,05° no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004)



aluno pelo processo de inclusão; falta de acesso aos conteúdos ministrados; sensação/estigma da deficiência; necessidade de adaptação das metodologias de ensino.

### 1) Responsabilização do aluno pelo processo de inclusão

Antônio, ao descrever o dia de sua matrícula presencial na universidade e sua busca por orientações junto ao coordenador do curso sobre a possibilidade de auxílio da universidade em relação à sua deficiência, evidencia que ainda é presente no cotidiano acadêmico, a responsabilização do indivíduo com deficiência por seu aprendizado e adaptações, preceito que ocorre na educação integrada:

Fui falar para ele (o coordenador do curso) no que a universidade podia me ajudar e ele falou que em nada. (...) E foi isso que ele me falou, que eu ia ter que me virar. E basicamente foi isso que aconteceu, é... No primeiro ano eu não procurei assistência ou ajuda externa, eu dependia de mim mesmo, meus pais compraram uma câmera pra mim, é... uma semiprofissional que... para eu tirar fotos na aula, mas isso foi com verba minha mesmo, da minha família, mas mesmo assim ainda não resolvia meus problemas, pois é algo muito difícil de manusear no meio da aula. Não foi algo que teve efeito para isso, mas... (Antônio)

Tanto a adaptação em relação aos conteúdos das disciplinas, quanto à aquisição de tecnologia assistiva foram colocadas sob a responsabilidade do aluno e sua família, que decidiram comprar uma máquina fotográfica. Cruz e Dias (2009, p. 65) em seu estudo com os surdos fazem apontamentos que convergem com a experiência do aluno citado quanto à responsabilização por sua educação: “(...) as condições dos surdos no ensino superior são de dificuldades, de impedimentos, de abandono e de rejeição. Os surdos são obrigados a se responsabilizarem por sua aprendizagem, priorizando o trabalho extraclasse para recuperação de nota”.

Esse processo é considerado educação integrada porque a adaptação ao contexto escolar é realizada pelas pessoas com deficiência e não o contrário: o aluno é inserido nas salas de aula, junto aos discentes que não possuem deficiências, desde que este possa se adaptar sem que haja mudança da escola ou que esta crie condições favoráveis para recebê-lo (MANTOAN, 2003; RABÊLLO, 2009).



## 2) Falta de acesso aos conteúdos ministrados

Inicialmente, como sugeriu o coordenador do curso, Antônio fez suas próprias adaptações, o que ocorreu durante três semestres de sua graduação. Sua fala seguinte aborda sua motivação para buscar auxílio de profissionais na universidade que seriam responsáveis pelas ações de acessibilidade:

O que me levou a procurar foi depois que eu tentei muitas coisas e que eu comecei a ser realmente prejudicado por isso, por não estar aprendendo na aula, a questão de estar na aula, mas não estar, isso me deixou muito irritado no dia me abalou emocionalmente também e isso que me fez ir atrás.  
(Antônio)

Nesse relato, o aluno demonstrou que a falta de adaptação nas aulas o impediu de ter acesso aos conteúdos e trouxe consequências tanto no seu rendimento acadêmico como em aspectos emocionais. Fica perceptível sua inclusão marginal (MARTINS, 1997): está na aula, mas não está participando ativamente. Apenas a presença do aluno no ambiente escolar não garante sua inclusão, contudo essa concepção nem sempre foi consenso. No passado, o direito à matrícula da pessoa com deficiência não era viabilizado prontamente, hoje é um direito conquistado e a preocupação ultrapassa o momento do ingresso e contempla a permanência bem sucedida desse aluno (BRASIL, 2013). A fala de Antônio evidenciou que o ingresso no sistema educacional não garante inclusão, apenas a presença na aula é insuficiente para a participação efetiva desse processo, outras adaptações são necessárias para viabilizar uma educação de qualidade.

## 3) Sensação/estigma da deficiência

Ao ser questionado sobre quando se sentia com deficiência, a fala de Antônio converge com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que assinala a deficiência é potencializada pelo contato social (BRASIL, 2009):

(...) eu me sinto deficiente: eu me sinto quando algo me limita, quando eu estou limitado a algo pela minha deficiência, no caso da universidade é quando eu não enxergo o quadro, quando eu não consigo acompanhar uma aula (...), essas são limitações que mostram claramente que eu tenho uma



deficiência, quando eu sou tratado diferente na universidade, quando pessoas me tratam diferente por causa de algo que eu tenho e isso me faz me sentir como um deficiente mesmo. Mas não que as pessoas podem me tratar diferente pra me ajudar, isso me faz me sentir como todo mundo, mas o problema é quando me tratam abaixo, diferente nesse sentido. (Antônio)

Nesse trecho evidencia-se também que o tratamento diferenciado pode ter dois vieses, o que acarreta um tratamento discriminatório, desigual, inferior ou o que pode ter uma conotação positiva que considera singularidade e remete à viabilização de direitos.

Bueno (2004) discute que não se pode negar que as deficiências trazem dificuldades em diversas esferas para as pessoas que a possuem. O caminho não é negar essa característica, mas principalmente não conceber o sujeito apenas pela sua deficiência, negligenciando-o em generalizações, ofuscando outros atributos, desmerecendo seus fazeres, conquistas, as capacidades, medos, limitações, gostos e vontades (AMARAL, 2004).

#### **4) Necessidade de adaptação das metodologias de ensino**

Antônio fala sobre a questão dos métodos de ensino em seu curso, na área de ciências exatas, que em determinados casos acarreta dificuldades não só para o aluno com deficiência, mas para os demais alunos:

(...) eu lembro sobre a questão de ensino né, de que muitas vezes os professores que dão aula há muito tempo aqui, supondo um professor que dá aula há uns dez anos, que existem muitos professores antigos aqui ou até mais de cinco que usam o mesmo método de ensino todo ano, todo semestre, todo período, já deram a matéria muitas vezes. Eles não se preocupam em mudar o método de ensino deles, a maioria... E muitas vezes o método deles não atinge a todos, olhando para o lado de acessibilidade, muitas vezes ele não consegue passar o conteúdo para o aluno no método convencional, então imagine para alguém que tem dificuldade. E isso engloba tanto a questão de preocupação do professor, se ele se preocupa em fazer o aluno que não tem dificuldade em entender a matéria, se não se preocupa, ele vai se preocupar com o aluno com dificuldade especial como que ele foi orientado antes de entrar na universidade pra ser professor? Aí vai entrar a questão que a gente já discutiu de qual é o projeto pedagógico que ele tem no mestrado dele, já que pra entrar na universidade ele precisa de um mestrado, existe um projeto pedagógico no mestrado, são perguntas que ficaram na minha cabeça. (Antônio)

Ao descrever a dinâmica de ensino utilizada pelos professores, Antônio diz que a mesma forma de transmitir o conteúdo é utilizada ano após ano sem alterações, o que demonstra



uma indisponibilidade em facilitar o aprendizado dos alunos e consequente fracasso escolar, independente de possuir ou não deficiência. O entrevistado faz uma relação com a formação desses professores durante o mestrado que contemple a preocupação com metodologia de ensino.

Ao encontro da fala do entrevistado, Crochík (2011) aponta que a discussão sobre a exclusão escolar é anterior à discussão e à implantação da educação inclusiva nesta sociedade que contém uma lógica de exclusão. O autor acrescenta que a expressão “fracasso escolar” evidencia que há e continua a haver uma parcela de alunos “excluídos” da sala de aula, dentro dessa própria sala.

Bueno (2008) alerta para a necessidade que os esforços para que a “inclusão escolar” não se restrinja somente à população tradicionalmente atendida por ela, visto que os “deserdados sociais”, abarcados pelo fracasso escolar, abrangem outras populações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com o entrevistado evidenciou que embora haja o amparo legal, tanto por instrumentos nacionais quanto internacionais reconhecidos no Brasil, que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação superior, com eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas, na comunicação e informação entre outros, ainda há dificuldades na inclusão de alunos com deficiência. Os relatos do aluno demonstraram as dificuldades enfrentadas no início de sua vida acadêmica na universidade, o que foi se agravando com o tempo.

Existe o reconhecimento dos direitos dessa população e todas as leis decorrentes, mas nem sempre há seu cumprimento. Essa lacuna entre o prescrito e o vivenciado na prática escolar foi experienciada pelo discente por meio da sua responsabilização exclusiva pelo seu aprendizado, a dificuldade no acesso aos conteúdos e o prejuízo percebido por ele em seu aprendizado em decorrência dessa prática. O graduando aponta a necessidade de intervenção institucional em relação à acessibilidade aos conteúdos e a necessidade de adaptação das metodologias de ensino para a efetivação do aprendizado.

É essencial para que se tenha uma educação verdadeiramente inclusiva na qual a pessoa com deficiência não encontre as barreiras que tornem sua condição impeditiva à plena ocupação de espaços, para tanto, as instituições de ensino precisam conhecer as necessidades



dos alunos e adaptar os métodos de ensino, edificações, comunicação, acesso à informação entre outros.

Diante do caráter formador da universidade, tanto de seus alunos como futuros profissionais, quanto frente à sociedade na proposição de conceitos teóricos que referenciem práticas, os apontamentos trazidos remetem à premência da universidade equiparar o discurso ideológico de inclusão vigente em suas ações cotidianas.

Nesse espaço, a aproximação entre o ideal de inclusão e a experiência precisa ser mais abrangente e necessita de práticas que envolvam diversos atores, sejam professores, alunos e outros envolvidos no cotidiano escolar em suas decisões políticas e pedagógicas, num fazer interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L.A. *Resgatando o passado: deficiência como figura e vida como fundo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*- Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009* - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação superior – SECADI/SESu 2013. *In: Ministério da Educação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495>>. Acesso em 05 out. 2013.

BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? *In: \_\_\_\_\_; MENDES, G. M.L.; SANTOS, R.A.(orgs). Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise*. Brasília: CAPES, 2008, p. 43-63.

\_\_\_\_\_. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2004





CROCHÍK, J. L. Análise de atitudes de professoras do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. *In: Educação e Pesquisa*, v.37, n.3, São Paulo, dez 2011, p.565-582.

\_\_\_\_\_. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. *In: Estudos de psicologia*, v. 26, n. 2, Campinas, Abr/Jun 2009, p.123-132.

CRUZ, J.I.G.; DIAS, T. R.S. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. *In: Revista Brasileira de Educação Especial*, v.15, n.1, Marília, Jan/Mar 2009, p. 65-80.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_(Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PACHECO, R.V.; COSTAS, F.A.T. Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *In: Revista Educação Especial*, n. 27, Santa Maria, 2006, p. 151-170.

PATTO, M.H.S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. *In: BUENO, BUENO, J.G.S.; MENDES, G. M.L.; SANTOS, R.A.(orgs). Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise*. Brasília, DF: CAPES, 2008, p. 25-42.

RABÊLLO, R. S.. A formação continuada do professor de arte na perspectiva de uma educação inclusiva. *In: Díaz, F. et.al.(org). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 347-355.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. A Inclusão de Alunos com Deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. *In: Diaz, F. et alii.(org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.27-37.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *In: Revista Brasileira de Educação Especial*, v.16, n.1. Marília, Jan/Mar 2010, p. 127-136.



## AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA ACERCA DO CRESCIMENTO MASSIVO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PAÍS

COSTA, Everton Garcia

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS*

*eve.garcia.costa@gmail.com*

171

### RESUMO

O avanço constante das tecnologias informacionais, a demanda cada vez maior por vagas de nível superior e o ímpeto das instituições universitárias – sobretudo as privadas – em reduzir custos de infraestrutura, fizeram com que, nas últimas décadas, emergisse um fenômeno social, o qual tem alterado profundamente os alicerces que há séculos sustentam o modelo tradicional de universidade. Este fenômeno é a Educação a Distância, modalidade de ensino que tem se disseminado pelo mundo. No Brasil, o crescimento da EAD em nível superior ocorreu de forma massiva. Dados do Ministério da Educação registraram em 2012 mais de um milhão de matrículas efetuadas em cursos de graduação a distância no país, sendo que em 2001 esse número girava em torno de 5 mil matrículas. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sociológica acerca dos principais motivos responsáveis pelo crescimento massivo da EAD no ensino superior brasileiro.

**Palavras chave:** Ensino Superior Brasileiro. Educação a Distância. MOOCs.

### ABSTRACT

The constant advance of information technologies, the increasing demand for places in higher education and the impetus of universities – especially the private – to reduce infrastructure costs, are responsible for the emergence of a social phenomenon, that has profoundly changed the foundations that sustain for centuries the traditional university model. This phenomenon is the Distance Education, teaching modality that has since spread throughout the world. In Brazil, the growth of Distance Education in higher education occurred on a massive scale. The Ministry of Education registered in 2012 more than one million registrations effected in undergraduate distance in the country, while in 2001 this number was around 5 000 enrollments. In effect, this paper proposes a sociological reflection about the main reasons responsible for the massive growth of Distance Education in higher education in Brazil.

**Keywords:** Brazilian Higher Education. Distance Education. MOOCs.



## 1. INTRODUÇÃO

A regulamentação da Educação a Distância (EAD) no Brasil ocorreu em 1996, com a criação da Lei nº 9.394 (LDB/96), que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Conforme está disposto no Art. 80 da Lei, “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” Com a criação dessa Lei, tornou-se oficialmente legalizada a criação de cursos de EAD, em todos os níveis do ensino, cabendo à União a regularização desses cursos, bem como, dos requisitos necessários para obtenção de diplomas em cursos a distância. A LDB/96 dispõe ainda em seu Art. 80 que:

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:  
I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora de sons e imagens;  
II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;  
III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Desde a implementação da LDB/96, o ensino superior brasileiro tem sido marcado por um fenômeno social: a intensa disseminação de cursos de graduação a distância. Dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), por exemplo, demonstram que entre 2001 e 2012 houve um aumento superior a 20.000% no número de matrículas em cursos superior de EAD. Essa expansão tem ocorrido tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas – a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) –, mas principalmente nas privadas.

Frente a esse crescimento da EAD no âmbito do ensino superior brasileiro, o presente trabalho propõe uma reflexão sociológica de tal crescimento. Desse modo, não se pretende aqui criar juízos de valores, ou seja, analisar se a EAD é um fenômeno “positivo” ou “negativo” ao sistema educacional. Antes disso, o intuito do artigo é refletir sobre alguns dos motivos, a partir dos quais o crescimento massivo de cursos de graduação a distância no país pode ser explicado. Para tanto, o texto foi organizado em dois momentos distintos. Primeiramente, a expansão da



EAD nas universidades brasileiras é vista como um reflexo do próprio crescimento do ensino superior do país, o que tem se intensificado nos últimos anos, em virtude de uma tentativa de ampliar o número de vagas de acesso ao nível superior. Num segundo momento, o trabalho busca demonstrar que o aumento de cursos superiores de EAD no Brasil pode ser visto também como reflexo de um conjunto de transformações globais que têm ocorrido no sistema educacional terciário.

## **2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

A Educação a Distância caracteriza-se, dentre outras coisas, como uma modalidade de ensino não presencial, na qual o processo de mediação pedagógica entre professores, tutores e alunos se dá através do uso de uma série de tecnologias de informação e de comunicação. Portanto, de uma forma em geral, o que caracteriza a EAD é a separação tempo/espaço entre aluno e professor. Com efeito, essa modalidade de ensino não é uma novidade; há muito existem diferentes formas de ensino a distância, tais como: troca de cartas; cursos oferecidos por jornais, revistas e periódicos; videoaulas; teleaulas; radio aula etc.<sup>1</sup> Todavia, a massificação da EAD, tal como ocorre hoje, só ocorreu de fato com o surgimento e a popularização dos computadores e da internet. Isso porque, paralelamente ao desenvolvimento da informática e da *web*, desenvolveram-se também uma variedade incomensurável de novas tecnologias da informação e da comunicação, tais como *chats*, salas de vídeo e webconferência, ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) etc. Consequentemente, hoje é impossível pensar a EAD, desconsiderando o conjunto de ferramentas tecnológicas – que permitem a interação simultânea de milhares de pessoas – as quais são o suporte do ensino a distância.

Atualmente, o ensino a distância disseminou-se pelo mundo, seja através de escolas técnicas, profissionalizantes, mas, sobretudo, no ensino superior, tanto na graduação, quanto na pós-graduação (*lato e stricto senso*). A EAD está presente em universidades de países como África do Sul<sup>2</sup>, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Japão, Canadá, Portugal, dentre inúmeros

<sup>1</sup> Conforme salienta Alves (2011), já no século XVIII havia jornais que ofereciam cursos de ensino e tutoria a distância.

<sup>2</sup> Segundo Hack (2011), na África do Sul está localizada a instituição que atua há mais tempo exclusivamente com a EAD, a *University of South Africa*.



outros. Nos Estados Unidos, dados apontam que cerca de 29% dos cursos de graduação já são totalmente a distância.<sup>3</sup>

Nesse cenário, como a EAD consegue atender a um grande contingente de alunos, ela tem se apresentado – sobretudo às nações não desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento – como uma importante arma no processo de expansão do número de vagas de acesso ao ensino superior. Nesse sentido, Nunes (1994, p. 1) destaca que a EAD “é um recurso de incalculável importância como modo apropriado para atender a grandes contingentes de alunos [...] sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida.” Dessa maneira, devido ao caráter “massivo” da EAD, Johnson (1996) salienta que na América Latina, a Educação a Distância adquiriu um papel fundamental no desenvolvimento das nações. Segundo o autor, há décadas as nações latino-americanas agonizam frente a problemas de difícil resolução, tais como a expansão dramática do Estado; a contração de dívidas imensas junto às agências de empréstimo mundiais, com o intuito de alcançar a modernidade; o desmoronamento do comércio; o tráfico de drogas; o crescimento exacerbado das taxas de violência urbana. Em fim, todos esses problemas fazem com que os países do Sul sobrevivam com uma estrutura social precária. Para essas nações, a tecnologia emergiu como o caminho através do qual seria possível alcançar níveis mais elevados de modernização social. Conforme as palavras de Johnson (1996, p. 101), “é a tecnologia que agora serve simultaneamente como meio e modelo, substância e processo, solução e esperança.” Junto à tecnologia, a educação também passa a ocupar um lugar central no interior das agendas temáticas dos países do Sul. Isso porque, o investimento na educação – tanto a básica, como a superior – é condição *sine qua non* para o desenvolvimento tecnológico. Todavia, se a estrutura social das nações do Sul sofre como uma série de problemas, a educação desses países também tem de lidar cotidianamente com um vasto conjunto de dificuldades. Conforme salienta Brunner (2000), a educação latino-americana permanece subdesenvolvida – semidesenvolvida, no melhor dos casos. A tese do autor é a de que os países da América Latina – no que concerne à educação – precisam resolver um conjunto vasto de agendas temáticas pendentes ainda do século XX, tais como:

<sup>3</sup> Informação disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/matriculas-de-ensino-a-distancia-devem-triplicar-em-oito-AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA ACERCA DO CRESCIMENTO MASSIVO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PAÍS - COSTA, Everton Garcia>



universalizar a cobertura pré-escolar, básica e média; incorporar as populações indígenas ao sistema escolar; melhorar a qualidade e os resultados do ensino de competências básicas, particularmente entre os setores mais pobres da população infantil, juvenil e adulta; modernizar a educação técnica de nível médio e superior; massificar o ensino superior (BRUNNER, 2000, p. 2).<sup>4</sup>

A universalização do ensino superior é uma das principais pendências a ser resolvida pelos países latino-americanos, uma vez que o ensino terciário é a base do desenvolvimento tecnológico. As nações do sul, de um modo em geral, enfrentam ainda problemas com um número limitado de vagas nas universidades públicas, diante de uma grande demanda de indivíduos que almejam cursar o ensino superior. No caso específico do Brasil, há algumas décadas vem aumentando o número de vagas ofertadas nas IES, tanto nas públicas, quanto nas privadas. Conforme aponta Oliven (2002), há uma grande expansão do ensino superior brasileiro, iniciada a partir de 1968, através da Lei da Reforma Universitária (nº 5540/68). Dirigindo-se às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a “Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias ao desenvolvimento tanto da pós-graduação, como das atividades científicas no país” (OLIVEN, 2002, p. 33). A autora salienta ainda que, em virtude da pressão pelo aumento de vagas no ensino superior brasileiro, as IES privadas – que naquela época contavam com a ajuda do governo – criaram diversas faculdades nas regiões com maior demanda por vagas.

Essa primeira onda de expansão do ensino superior no Brasil ocorreu até meados dos anos 1980, época em que o Brasil sofreu com a inflação e a instabilidade econômica (MORCHE, 2013). Esse período de crise foi superado na década seguinte, quando, em 1994 – durante o mandato do então presidente Itamar Franco – foi implantado o Plano Real. A estabilização da economia proporcionou uma segunda onda de expansão do ensino superior, com o aumento do número de vagas oferecidas pelo setor privado, melhorias na educação básica, e o crescimento da demanda por educação superior nas parcelas de baixa e média renda (MORCHE, 2013).

anos-aponta-consultoria. Acesso em: 7 fev. 2014.

<sup>4</sup> Após cumprir essas agendas, as nações do Sul precisarão ainda cumprir as agendas temáticas relativas ao século XXI. Esse é um dos motivos pelos quais Brunner (2000) argumenta que há um hiato que separa os países latino-americanos das nações desenvolvidas. Essas últimas resolveram as agendas do século XX no próprio século XX, de modo que agora, preocupam-se apenas com as pendências do século XXI.



Ao longo dos anos 2000, o crescimento no número de vagas no ensino superior brasileiro manteve-se nas IES públicas, mas, sobretudo nas IES privadas.<sup>5</sup> Segundo o Senso da Educação Superior 2012, divulgado pelo INEP, o Brasil conta hoje com 2.416 IES. Desse número, apenas 304 (12.59%) são instituições públicas, sendo o restante, 2.112 (87,41%), instituições privadas. Esses dados podem ser conferidos na Tabela 1.

**Tabela 1 - Número de IES no Brasil em 2012**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Nº de IES
Federal	103
Estadual	116
Municipal	85
<u>Pública</u> (total)	304
<u>Privada</u>	2.112

**Fonte:** Elaborada a partir dos dados do Senso da Educação Superior 2013, divulgados pelo INEP.

Quanto ao número de matrículas, também há uma grande disparidade entre o setor público e o privado. Em 2012, das 7.037.688 matrículas realizadas em IES, apenas 1.897.376 (23%) foram feitas em instituições públicas e 5.140.312 (73%) em instituições privadas. Esses dados podem ser conferidos na Tabela 2.

**Tabela 2 - Número de matrículas nas IES no Brasil em 2012**

	Setor público	Setor privado	Total
<b>Cursos</b>	10.905	20.961	31.866
<b>Matrículas</b>	1.897.376	5.140.312	7.037.688
<b>Ingressos</b>	547.897	2.199.192	2.747.089
<b>Concluintes</b>	237.546	812.867	1.050.413

**Fonte:** Elaborada a partir dos dados do Senso da Educação Superior 2013, divulgados pelo INEP.

<sup>5</sup> Nesse cenário, destacam-se o Prouni (Programa Universidade Para Todos) – programa do governo federal, que oferece bolsas de estudos parciais (50%) ou integrais em IES privadas – e o Reuni (Reestruturação e Expansão das AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA ACERCA DO CRESCIMENTO MASSIVO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PAÍS - COSTA, Everton Garcia





Em dez anos, o número de matrículas no ensino superior brasileiro cresceu 81% – um salto quantitativo de 3,8 milhões em 2003 para 7 milhões em 2012. Esse crescimento é produto de inúmeros esforços – tanto por parte do governo, quanto por parte as IES – em aumentar o número de vagas de nível superior no país. Com efeito, a EAD emergiu com uma importante arma, a qual foi utilizada nesse processo de expansão do ensino superior. No que tange ao setor público, cabe destacar aqui a criação da Universidade Aberta do Brasil. A UAB

é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.<sup>6</sup>

Segundo João Carlos Teatini – diretor de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e responsável pela Universidade Aberta do Brasil – em 2012, havia 210 mil alunos matriculados na UAB, sendo que a meta da instituição era triplicar esse número até o ano de 2014.<sup>7</sup> Mas, apesar do alto número de matrículas oferecidas pela UAB, a população majoritária de alunos de cursos superiores a distância no Brasil está concentrada no setor privado. O Senso da Educação Superior 2013 demonstra que, até 2012, havia mais de 930 mil alunos matriculados em cursos de graduação a distância em IES privadas. O crescimento da EAD, no nível da graduação, pode ser visto no Gráfico 1.

---

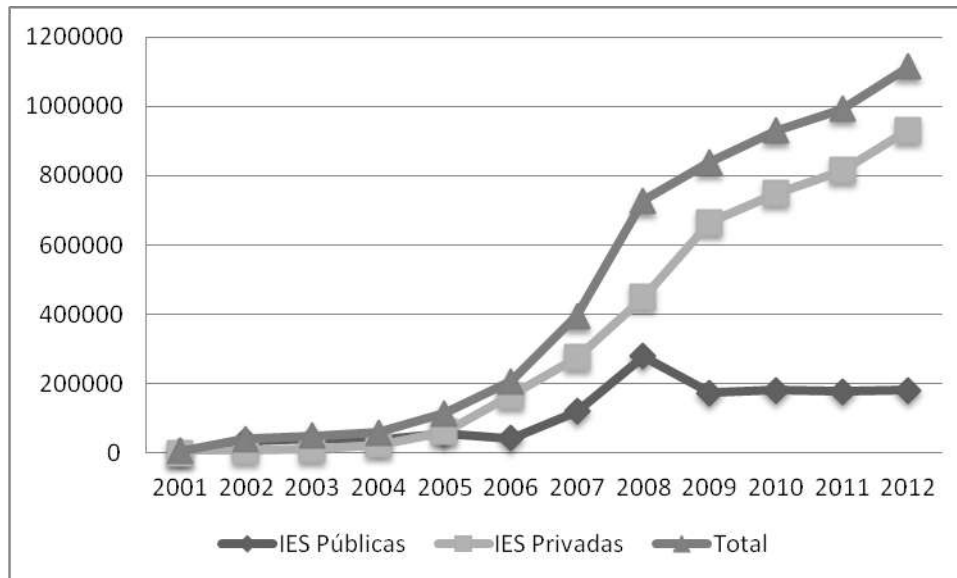
Universidades Federais) – o qual tem como objetivo principal ampliar e o acesso e a permanência na educação superior.

<sup>6</sup> Informação disponível em: [http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18). Acesso em: 7 ago. 2014.

<sup>7</sup> Teatini afirmou isso em entrevista ao site Educação UOL, a qual está disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/04/24/mec-promete-triplicar-matriculas-em-ead-ate-2014-e-alcancar-600-mil-alunos.htm>. Acesso em: 7 ago. 2014.



**Gráfico 1** - Evolução no número de matrículas em cursos de graduação a distância no Brasil de 2001 a 2012



**Fonte:** Elaborada a partir dos dados do Senso da Educação Superior 2012, divulgados pelo INEP.

O gráfico acima demonstra que, sobretudo a partir de 2006, o crescimento da EAD no âmbito do ensino de graduação teve uma guinada ascendente, tanto nas IES privadas, quanto nas públicas. Esse crescimento, no setor público, manteve-se constante até 2008, momento em que entra em declínio, ao passo que no setor privado, manteve-se em constante ascensão nos anos que se seguiram.

Em fim, esse subcapítulo buscou demonstrar que um dos motivos pelos quais a EAD tem crescido exponencialmente no âmbito do ensino superior brasileiro deve-se, em boa parte, aos próprios esforços que têm sido mobilizados nos últimos anos para expandir o ensino superior a um número cada vez maior de indivíduos. Desse modo, na próxima parte do texto será feita uma reflexão sobre a EAD enquanto fenômeno do mundo globalizado, que tem alterado internacionalmente as estruturas do edifício superior tradicional.

### **3. UM NOVO CONCEITO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: MOOCS, GLOBALIZAÇÃO E CONHECIMENTO ABERTO**

Como já foi mencionado, a EAD é um fenômeno global, uma modalidade de ensino que cada vez mais vem ganhando espaço em universidades do mundo inteiro. Marcelo Buzato



aponta que o crescimento da EAD pelo mundo tem ocorrido em duas direções distintas<sup>8</sup>: a primeira delas, diz respeito à oferta de cursos tradicionais, mas em formato online, os quais atingem públicos específicos e possibilitam a redução de custos com infraestrutura. De certa forma, pode-se dizer que esse é o caminho que a EAD brasileira tem trilhado. A segunda direção, ancorada numa perspectiva filosófica, defende a abertura tanto da ciência, quanto da educação, e tem como grande representantes os *Massive Open Online Course's (MOOCs)* – cursos abertos à distância, oferecidos por universidades de ponta, e que podem ser cursados por milhões de pessoas do mundo inteiro. Dentre os diversos *MOOCs*, cabe destacar aqui o *edX*<sup>9</sup>, o qual é formado por uma rede que engloba a melhores IES do mundo, como as universidades de Harvard, Cambridge, Columbia, Texas, Boston, Kyoto, Seoul, Peking, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), além de fundações, como a Linux e o Google. Atualmente, o *edX* oferece centenas de cursos, como Lei Criminal Internacional, Introdução ao Design de Jogos, Energia Solar, Introdução à Ciência da Computação, Fundamentos de Imunologia, Introdução à Sociologia Global, A Guerra Civil e Reconstrução, Idade da Globalização etc.

A metodologia de ensino e aprendizagem dos *MOOCs* é multi variada. Há desde cursos de curta duração e que consistem, basicamente, na leitura de textos ou vídeos, os quais são produzidos ou disponibilizados em formato digital online aos alunos pelo(s) professor(es) responsável(is); assim como há também cursos dotados de uma estrutura mais complexa, os quais podem ter duração maior, envolvendo aulas de vídeo interativas, exercícios e a elaboração de exames de avaliação.

A educação a distância proposta pelos *MOOCs* tem causado mudanças significativas no ensino superior. Primeiro, porque abala, de certa forma, a estrutura elitizada que é característica do ensino superior. De um modo em geral, o acesso ao ensino superior, em diversas nações do mundo, ocorre através de um processo de seleção meritocrática, através do qual apenas uma elite intelectual consegue ingressar em uma universidade. Nas IES mais prestigiadas e nos cursos mais concorridos, o processo de seleção torna-se ainda mais rígido. Em contra partida, a educação aberta, tal como propõem os *MOOCs*, possibilita que qualquer pessoa, de qualquer lugar do mundo, que tenha um domínio básico de leitura em língua inglesa e que possua um computador conectado à internet, possa acessar cursos oferecidos por renomados professores

<sup>8</sup> Informação disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=81&id=1004>. Acesso em: 22 jul. 2014.



das mais prestigiadas instituições de ensino superior do planeta. A respeito disso, Summers (2013, p. 1) afirma que:

Até recentemente, um grupo seletivo de pessoas poderia ter a oportunidade de se beneficiar de instituições de elite. Apenas este ano, eu conheci uma garota de 12 anos de idade, do Paquistão, que estava estudando de forma autodidata, física de nível universitário, online, utilizando materiais de um curso da Universidade de Stanford.

Além de “abrir” um conhecimento que há muito tem sido restrito a uma elite intelectual, o modelo de EAD empregado nos *MOOCs* também altera os tradicionais processos de ensino/aprendizagem. Como expõe a fala de Summers referenciada acima, hoje é possível que uma menina de doze anos – que mora no sul da Ásia – estude física universitária em casa, na frente do computador, utilizando materiais disponibilizados por uma das maiores universidades do planeta. Percebe-se que os *MOOCs* exigem um alto grau de autonomia por parte do aluno. Ele é o próprio responsável por tomar a iniciativa e conduzir o seu processo de aprendizagem, caso contrário, está não se concretizará.

Em terceiro lugar, cabe ressaltar que a proposta dos *MOOCs* – além de abrir o conhecimento – é tornar a universidade um espaço cada vez mais global. O *edX*, por exemplo, é formado por uma rede universitária que engloba IES dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália, Japão, China, Alemanha, Países Baixos, França, Hong Kong, dentre vários outros países. Nesse sentido, há mais de 400 docentes, das mais variadas nacionalidades, envolvidos com os mais de 200 cursos ofertados pelo *edX*.<sup>10</sup> No entanto, não só os professores são oriundos de nacionalidades (e culturas) diferentes, mas também os alunos.

No caso do Brasil, o modelo de educação aberta, tal como é proposto pelos *MOOCs*, está ainda em fase inicial – cabendo destacar o Veduca, “uma empresa brasileira de tecnologia cujo propósito é levar o ensino superior de qualidade a qualquer pessoa que se disponha a aprender” e que disponibiliza cursos certificados das mais conceituadas universidades do mundo (Yale, Princeton, Harvard, MIT, USP etc.)<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> <https://www.edx.org/>.

<sup>10</sup> Informação disponível em: <https://www.edx.org/schools-partners>. Acesso em: 10 ago. 2014.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da EAD no âmbito da educação superior brasileira é inegável. Os dados do Censo da Educação Superior disponibilizados pelo MEC demonstram isso. Há um número cada vez maior e diversificado de cursos de graduação disponibilizados à distância. Nesse sentido, a EAD não só tem aumentado consideravelmente o número de vagas de acesso ao ensino superior, mas possibilita também que pessoas as quais vivem em regiões remotas no país, afastadas dos grandes centros urbanos, possam ter acesso ao diploma universitário. Esse aumento da EAD em território brasileiro deve-se, por um lado, à própria expansão do ensino superior que tem ocorrido no país ao longo dos últimos anos. Por outro lado, deve-se também ao fato de que a EAD é uma tendência global na educação superior, e que tem sido associada à ideia de conhecimento aberto.

Nesse cenário global, a EAD – através dos MOOCs, principalmente – tem possibilitado que quaisquer pessoas possam utilizar materiais disponibilizados por renomados docentes das melhores universidades do planeta. Além disso, a EAD tem sido responsável também por criar uma rede global de professores, alunos e IES. Todavia, no caso do Brasil que se percebe é que a EAD ainda está restrita à oferta de cursos de graduação em formato on line, nos AVAs. Ao que parece, apesar de algumas iniciativas, como o Veduca, por exemplo, o desejo de “abrir” o conhecimento e transformar a universidade num espaço global ainda tem sido pouco explorado no país.

Desse modo, cabe levantar aqui duas perguntas: qual será o impacto real da EAD no ensino superior brasileiro? Da mesma forma, qual será o impacto, a nível global, da EAD – tal como tem sido proposta pelos *MOOCs* – sobre as tradicionais estruturas do edifício universitário? As respostas a tais questões só serão possíveis de serem alcançadas através de um estudo minucioso do ensino superior e da Educação a Distância.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 10, 2011.

<sup>11</sup> Informação disponível em: <http://www.veduca.com.br/about>. Acesso em: 10 ago.



BRUNNER, J. J. **Globalización y el futuro de la Educación: Tendencias, Desafíos, Estratégias.** In: Seminario sobre Prospectiva de la Educación em la Región de America Latina y el Caribe. Santiago: UNESCO, 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/brunner.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

HACK, J. R. **Introdução à Educação a Distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

JOHNSON, H. C. Educação a distância na América Latina: o desafio da criação de uma tecnologia de esperança. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 70, p. 100-5, abr./jun. 1996.

MORCHE, B. **O Sistema de Educação Superior dos BRIC e suas transformações recentes: uma análise comparada.** 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

NUNES, I. B. **Noções de Educação a Distância.** Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/21015548/Artigo-1994-Nocoos-de-Educacao-a-Distancia-Ivonio-Barros-NUNES>. Acesso em: 10 ago. 2014.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. **A educação superior no Brasil.** Porto Alegre: IESALC – Unesco, 2002.

SUMMERS, L. Foreword. In: BARBER, M.; DONNELLY, K.; RIZVI, S. **An avalanche is coming.** Higher education and the revolution ahead. London: IPPR, 2013.



## A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS JOVENS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI.

SILVA, Aparecida Oneide de Almeida,  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM/PR.*  
*E-mail: silva.oneide@gmail.com*

### RESUMO

O presente artigo pretende buscar uma visão mais ampla sobre o processo de constituição identitária dos jovens brasileiros do século XXI, no contexto de uma sociedade de tecnologias digitais e de consumo. O estudo fundamentou-se em leituras e análise de bibliografias produzidas nas Ciências Sociais sobre conceitos e constituição das identidades, da sociedade de consumo, do que é ser jovem e da evolução tecnológica ao longo da história das sociedades humanas. O artigo conclui que os jovens brasileiros das primeiras décadas do século XXI, principalmente aqueles com menos de vinte anos de idade, vêm se constituindo como um ser “cibrido”, ou seja, um ser que simultaneamente, através do consumo das tecnologias digitais, especialmente do celular, está ou vive “on” ou “off” line. Os jovens brasileiros estão se constituindo simultaneamente num panorama de dois ambientes de natureza bem distintas, um material, e outro virtual.

**Palavras-chave:** Jovem brasileiro. Identidade. Celular.

### ABSTRACT

This paper is aimed to look for a broader view on the process of identity construction of the 21<sup>st</sup> century Brazilian youngsters on the context of a society surrounded by digital technologies and consumerism. The study is based on readings and analysis of bibliographies produced in the Social Sciences field on concepts and identity constitution, consumer society, what it means to be a youngster, and also on the technological evolution throughout human societies history. The paper concludes that the Brazilian youngsters from the first decades of the 21<sup>st</sup> century, especially those who are under twenty-one years old, have been shaping themselves as a ‘cybrid’ being, that is, a being who is constantly and simultaneously on or offline through the use of digital technologies, mainly the mobile phone. Brazilian youngsters are shaping themselves in two very distinct environments: a material and also a virtual one.

**Key words:** Brazilian youngster. Identity. Mobile phone.





## 1. INTRODUÇÃO

Segundo dados da Anatel, em junho de 2014, o Brasil atingiu a cifra de 275,7 milhões de celulares, com uma população estimada de 202.893.289 habitantes (IBGE 2014). Aproximadamente 85% da população brasileira utilizam o telefone celular, com acesso ou sem acesso a web, sendo que a maior incidência de uso de celular é entre pessoas jovens. A sociedade brasileira é composta por aproximadamente 51 milhões de jovens, correspondendo a 26,8% da população total, segundo dados do (IBGE/2010), sendo que são consideradas jovens, no Brasil, todas as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

Como demonstra os dados, o montante da população jovem é muito expressivo sendo que a maioria desses jovens nasceu num cenário caracterizado pela presença e pela velocidade do desenvolvimento das tecnologias digitais, especialmente dos celulares. Nasceram tendo a possibilidade de ter acesso a uma nova forma de interpelar a realidade, já que as tecnologias digitais e de mobilidade, além de seduzir os jovens, esta possibilitando a constituição de novas identidades.

Diante do exposto considera-se relevante analisar a questão da constituição identitária dos jovens, porque os mesmos estão constantemente conectados ao mundo pela web, participando de sites de relacionamentos e se movendo em redes. Eles são grandes consumidores de tecnologias digitais, especialmente de telefones celulares.

Ainda, considera-se importante o estudo devido à centralidade do celular na vida cotidiana desses atores sociais, fazendo uso das mais diferentes formas: fazer e receber ligações, acessar a internet, verificar e-mails, fazer download de músicas, vídeos e filmes; fotografar, gravar; assistir programas de televisão, ouvir emissoras de rádio, relacionar-se, interagir, além de armazenar conteúdos e dados. É a principal mídia móvel e portátil usada pelos jovens brasileiros provavelmente pela sua alta mobilidade, portabilidade e capacidade de ser multifuncional em áudio e vídeo, permitindo aos jovens uma postura ativa e de transformador da realidade.

O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas à luz de algumas fontes bibliográficas produzidas no campo das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, buscando, em partes, um viés com estudos da cultura material. No decorrer do trabalho, será feita breve revisão, de parte da literatura produzida sobre conceitos relacionados à questão



identitária; consumo; jovem; evolução tecnológica e, finalmente, a discussão sobre a constituição de identidade de parcela dos jovens brasileiros do século XXI.

## 2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Em relação à questão identitária, buscamos fundamentação para o presente trabalho nas ideias de Stuart Hall (2006) que diz que as identidades modernas estão “descentradas”, isto é deslocadas ou fragmentadas. O autor desenvolve um pensamento em oposição aos teóricos que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso. Afirmando que um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. As transformações estão mudando as identidades pessoais, abalando a ideia de nós mesmos como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. O deslocamento do sujeito tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos constitui uma crise de identidade para o indivíduo.

Segundo Stuart Hall (2006), há três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, baseado numa concepção da Pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa; já o sujeito sociológico refletia a complexidade crescente do mundo moderno, sendo que a identidade seria formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito mantém a essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num dialogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos apresentam. A identidade nessa concepção preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. Projetamos a “nos próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”. Nesse sentido a identidade estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando-os reciprocamente mais unificados e predizíveis. O que se argumenta é que o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está mudando, ou seja, está se tornando fragmentado; composto não de uma única identidade, mais de várias identidades. Da mesma forma, as identidades “lá fora”, que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as



“necessidades” objetivas da cultura estão se transformando, como resultados das mudanças estruturais e institucionais.

Esse processo tem produzido uma concepção de sujeito pós-moderno sem identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). A identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos. As identidades não são unificadas em torno de um eu coerente, ou seja, dentro de nós há identidades contraditórias, nos levando em diversas direções, de tal forma que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. À medida em que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam, somos desafiados por uma multiplicidade desconcertante e possíveis de identidades, sendo que poderíamos nos identificar com cada uma, aos menos temporariamente.

Em fim, identidade pode ser entendida como uma abstração, um discurso, portanto, uma construção que vai ajudar a nos definir e definir os outros. É um jogo dialético entre a semelhança e a diferença. Identidade é contextual, dialógica (se transforma, se perde, se reinventa, se reconstrói), é relacional, situacional, dinâmica, contrastiva, específica e imprevisível.

Por essa perspectiva podemos dizer que um dos elementos constitutivo da identidade na contemporaneidade é o consumo. É possível viver sem produzir, mas viver sem consumir mostra-se uma situação irrealizável, uma vez que o ser humano depende do consumo para garantir sua sobrevivência (BARBOSA, 2006). O consumo, ainda:

“é ao mesmo tempo um processo social e diz respeito a múltiplas formas de provisão de bens e serviços e a diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de sentido e de identidades, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilo de vida e identidades; é uma categoria central na definição da sociedade contemporânea” (Barbosa & Campbell, 2006).

Ainda, segundo Livia Barbosa (2006) - Os objetos de consumo são elementos de distinção e de expressão da identidade pessoal (ou de uma classe), e essa definição atravessa épocas e culturas.



Daniel Miller (2010) destaca um caráter inovador do consumo e da cultura material. Ele olha consumo como um meio de construção cultural e não apenas uma consequência do capitalismo. Esta inovação desdobra-se destruindo alguns postulados genericamente aceitos: primeiro - os bens de consumo de massa não são meras mercadorias, são, de fato, a nossa cultura e a atenção que lhes devemos dedicar não é apenas porque existem em quantidade, mas porque são parte integrante do processo de objetificação; segundo, o consumo pode ter subjacente alienação de massa, mas pode também ter o seu oposto, enquanto mecanismo através do qual a sociedade industrial pode reapropriar-se da sua cultura e os indivíduos procederem a recontextualizações ilimitadas; e finalmente, os estudiosos devem deslocar-se da produção para o consumo. Ele aponta que o consumo não é uma mera prática importada que conduz à homogeneização, a cultura é sempre um processo dialético de autoconstrução social. Miller destaca a necessidade de ultrapassar a imagem simplista de consumo “mau” e “bom”, passando a vê-lo como um uso de bens e serviços no qual o objeto ou atividade se tornam simultaneamente uma prática no mundo e uma forma pela qual construímos os nossos entendimentos de nós próprios no mundo (MILLER, 2010). Na perspectiva da cultura material, ele diz que o consumo pode ser utilizado para entender a nossa humanidade. A cultura material com seu foco sobre o objeto ajuda-nos a ganhar um senso de humanidade muito mais rico, já que não é mais separado da sua materialidade intrínseca. Enfim, o consumo de bens e de serviços desempenha dupla função: primeiro, produzir a identidade, o sentido e a sociabilidade; segundo, satisfazer as necessidades dos consumidores. O consumo é fonte de identidade pessoal e coletiva, os bens materiais são produtores de sentido.

Em relação ao telefone celular, percebe-se que ao longo das últimas três décadas, tendo início primeiramente nos Estados Unidos e no Japão, o mundo contemporâneo assistiu ao surgimento de um fenômeno social e cultural que atravessa a cultura da contemporaneidade de forma quase que inexplicável: a disseminação do uso dos celulares, que passaram a constituir parte significativa do cotidiano de um número cada vez mais crescente de indivíduos, em todas as partes do planeta. Nesse contexto, o telefone celular consolida-se como um dos artefatos símbolo das sociedades da atualidade.

A afirmação do celular como artefato-símbolo da contemporaneidade implica em refletir sobre o caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Nesse sentido, os estudos no campo da Antropologia do consumo constataam que, muito além da mera função



utilitária, os bens carregam significados e atuam como sistemas de comunicação, interação e relacionamentos. Os indivíduos utilizam os bens para constituir a si mesmos e ao mundo, criando desta forma um universo compreensível. Na obra *o Mundo dos Bens* (2004), da antropóloga Mary Douglas e o economista Isherwood – argumentam que os consumidores ao consumirem determinado produto, também estão consumindo uma gama de significados simbólicos que expressam pertencimento ao mundo social. Segundo os autores, os consumidores não são vistos como meros consumidores passivos do produto de forças estruturais como publicidade, o marketing e a mídia. Os consumidores, embora sempre sujeitos a determinados padrões de consumo e convenções pré-estabelecidos, têm a capacidade de manipular os bens simbólicos dentro de regras e códigos culturais por eles elaborados.

Os estudos de caráter simbólico do consumo de novas mídias são recente no mundo acadêmico, tendo sido iniciado a partir de estudos relacionados à web na última década do século passado. O consumo e o papel das novas tecnologias, incluindo a dos telefones celulares, têm atraído à atenção do campo científico, no sentido de constituírem uma arena privilegiada para a compreensão das relações entre cultura, identidade e consumo na contemporaneidade. O caráter simbólico do consumo de telefones celulares e as implicações culturais e relacionais envolvidas na combinação pessoa-telefone-celulares fazem parte de uma literatura acadêmica bem recente. É um campo ainda pouco explorado: o das relações entre cultura, identidade e consumo na contemporaneidade, realizadas a partir do recorte da centralidade que adquiriram as novas tecnologias digitais de comunicação e informação na vida das pessoas.

Para tentarmos entender o processo de constituição da identidade do jovem brasileiro do século XXI, precisamos primeiramente buscar concepções do que é ser jovem. O jovem passou a ser percebido pelas sociedades ocidentais somente a partir do século XIX e XX, especialmente, durante a Segunda Guerra Mundial, quando rapazes, ainda adolescente, foram enviados para frente de batalhas e as gerações mais velhas ocuparam o lugar de retaguarda (ARIÉS, 1981).

Por um longo período histórico, não se ouvia falar de nenhuma fase intermediária entre a infância e a vida adulta, não existia uma fase de transição com características marcantes, mas, ao contrário, havia uma ruptura causada, primeiro, pela maturidade sexual, depois pela independência em relação à família, e, mais tarde, pelo casamento. Hoje, são as próprias características da adolescência, com todas as suas transformações e passagens, que determinam



os limites ou fronteiras que a separa da infância e da vida adulta. É necessário que mudanças aconteçam e as culturas imponham sobre elas um sistema de controle.

O rito de passagem é o nome que a Antropologia dá a um mecanismo recorrente nas diversas culturas e, através do qual se expressa o controle sobre qualquer mudança que, individual ou coletivamente, se queira realizar em seu interior. O movimento tem que ser visível e publicamente sancionado, ou seja, o ritual é a consciência do movimento e expressa o desejo de ordenação por parte da sociedade. Todo processo ritual tem uma dinâmica própria e o rito de passagem pode envolver apenas um ator ou um grande contingente.

Partindo dessa perspectiva, o que nos interessa é entender o que significa ser jovem ou o que significa juventude. A ideia de ambiguidade, ambivalência parece ser um norte que sustenta a noção de juventude. A sua complexidade diante do mundo adulto parece que a torna perigosa e até mesmo objeto de tabu. Em sua obra *Pureza e Perigo* Mary Douglas (1991), discutindo a “Anomalia” e a “ambiguidade”, afirma que a natureza do impuro está em associação com a desordem, ou com algo que ainda está “fora do seu lugar”, que foi “rejeitado” ou que está “fragmentado”, ameaçando a “ordem das coisas”. Por sua ambiguidade, portanto, a juventude precisa ser inserida em uma ordem aceitável, real.

Segundo Bourdieu (1983), “A juventude é apenas uma palavra” ou “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983). Ou seja, Bourdieu (1983) compreende a categoria juventude sempre dentro de um critério etário e que, segundo ele, não faz sentido isoladamente, pois seria sempre na contraposição que esta se definiria.

Partindo do pressuposto de que a juventude é, ao mesmo tempo, uma construção social e um tipo de representação, de um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária e de outro há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse ciclo da vida. Assim, podemos dizer que cada sociedade e cada grupo social lida e representa de maneira diversa esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero, nas regiões geográficas, dentre outros. Portanto, não podemos enquadrar os jovens ou juventude em critérios únicos, inflexíveis como uma etapa com um início e um fim pré-determinados, muito menos como um momento de preparação que será superado quando entrar na vida adulta.



Devemos entendê-los como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz somente a um rito de passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Devemos entender que não existe um único modo de ser jovem, o que nos leva a enfatizar a noção de juventudes, no plural, para explicitar a diversidade de modos de ser jovem.

Nessa perspectiva, passamos a falar da constituição identitária dos jovens brasileiros a partir das décadas de 60 e 70, quando eles começaram a deixar o lar e passaram a ocupar os espaços públicos, as ruas, as praias, locais que, cada vez mais, lhes serviam de palco, anunciando uma renovação ímpar das fronteiras até então estabelecidas entre o público e privado. Enquanto alguns se assumiam como protagonista desse novo cenário, outros deles se deslocavam, identidades diferentes iam se constituindo. Os jovens, pouco a pouco parecem ir tomando para si a sua própria definição identitária. O consumo na fase mencionada aparece como a esfera privilegiada de distinção, de pertencimento, apresentando-se como recurso eficaz na definição e das identidades jovens. Na década de 70, proliferam camisetas de bandas de rock, bem como os cartazes para serem exibidos pelos jovens nos recém-adquiridos quartos, pois, só a partir dos anos 60 é que o quarto do jovem, na casa da família, passa a ser considerado espaço individual. Ainda, na década de 70, o jovem brasileiro tem a possibilidade de carregar consigo algumas tecnologias como walkmans e câmeras super-8. A partir da década de 70 fica cada vez mais difícil sustentar um conceito único de jovem.

A revolução microeletrônica chega a alguns jovens brasileiros nos anos 80 e início 90. Alguns podem comprar o seu computador pessoal, um bem de consumo, que permite ascensão social, distinção, classificação e pertença. Os jovens começam a reinventar seus modos de ser e de fazer ao ritmo do nascente videoclipe, a expressão da cultura pop e a música eletrônica também entram em cena. Neste contexto, também surge uma geração de jovens executivos, interessados em ostentar bens de consumo como forma de distinção, identificação e ascensão social.

Na década de 1990 a 2000, a revolução digital está definitivamente em emergência e consolidação. A web e o telefone celular possibilitam reescrever o cotidiano dos indivíduos e





especialmente dos jovens e, mais ainda, oferecem as reais ferramentas de constituição e reconstituição identitária dos jovens brasileiros.

A partir do início do século XXI, partindo do pressuposto de que vivemos num contexto onde não há um conceito único de jovem ou de juventude, e, diante da velocidade desenvolvida pelas tecnologias digitais e móveis, podemos dizer que os jovens com idade entre 20 e 35 anos de idade vieram se constituindo e se adaptando às mudanças tecnológicas sem grande estranheza; já os jovens com menos de 20 anos de idade são nativos dessa era digital de portabilidades e mobilidades e, portanto, vêm se constituindo de forma que parece que o mundo sempre foi assim. Portanto, podemos entender que a identidade não é fixa, nem permanente, ela é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987).

### 3. TECNOLOGIAS E CONSUMO NA CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE

Na evolução da história das sociedades humanas verificamos que toda e qualquer revolução tecnológica, e, em qualquer época ou era, provocaram profundas transformações identitária. A descoberta do fogo, da roda, da escrita, da eletricidade, etc. são exemplos de revoluções tecnológicas que provocaram e recriaram identidades do indivíduo e sociedades da época. E o mais interessante é refletirmos sobre o que ocorre na sociedade quando acontece uma revolução tecnológica. Na verdade, ela recria a realidade transformando algo que era inimaginável em algo imaginável, palpável e real. Até a invenção do avião no século XX, era impensável o ser humano voar, como também era impensável alguém trabalhar em uma cidade e morar em outra, porém, hoje, é possível, morando numa cidade, trabalhar e comandar grandes empresas em qualquer canto do planeta. Há mais ou menos uma década era impensável assistir a um vídeo ou filme pelo celular, hoje, além de ser considerado normal, ainda é possível gravar vídeos de acontecimentos inesperados e locais e enviar, em questão de segundos, para meios de comunicação televisivos e redes sociais globais.

Segundo Daniel Miller (2010), parece que o que nos importa em uma revolução tecnológica, não é a tecnologia em si, mas o que se pode fazer com ela e, como elas podem ou não melhorar as nossas vidas. As novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente os celulares com acesso a web, não afetam apenas o modo como fazemos as coisas, mas afeta principalmente nossos modelos e paradigmas, afetam as regras intrínsecas de



como as coisas deveriam ser. Afetam as antigas identidades e possibilitam a constituição das novas.

Chegamos às primeiras décadas do século XXI, com a marca de profundas transformações provocadas pela evolução das tecnologias digitais de informação e comunicação em todas as dimensões. A hiperconexão causada especialmente pela banda larga, a mobilidade, a disponibilidade e o acesso aos mais variados conteúdos têm transformado a identidade das pessoas e de forma específica a dos jovens, na busca pela obtenção de informações, interações, relacionamentos e comunicação. Em menos de uma década, a internet tornou-se a principal plataforma planetária de comunicação, entretenimento, negócios, relacionamentos, aprendizagem e de infraestrutura responsável pela nova tessitura da humanidade globalizada. Esse panorama parece deslumbrante e mágico, transformando a web no cérebro global conectado, onipresente, onisciente e onipotente. Esse novo panorama repleto de possibilidade, conexões e ampliação do potencial humano também traz consigo profundas transformações e, conseqüentemente, novas identidades. As identidades estão passando para um modelo de constituição e reconstituição de identidades individuais e coletivas, em grande parte, baseados em bits e Bytes, hipertextual e não linear, ou seja, as redes sociais, as tecnologias mobile, as tecnologias de voz, vídeos, games e e-books são algumas das plataformas digitais que se apresentam e se desenvolvem para ampliar o panorama da comunicação, interação e de relacionamentos e, conseqüentemente resultam na constituição das novas identidades individuais e coletivas da contemporaneidade.

Como já dito, a evolução humana é caracterizada por revoluções tecnológicas e a história tem nos mostrado que os indivíduos, a coletividade, as instituições e organizações que progrediram ou evoluíram mais rapidamente foram aquelas que se adequaram às mudanças, que recriaram suas identidades. Nunca e em nenhuma outra fase da história da humanidade a evolução de mudanças foi tão rápida. Estamos vivendo uma fase inédita e que também requer um grau de adaptabilidade identitária inédito. A recriação de novas identidades individuais, grupais, tribais ou comunitárias é essencial para a nossa adaptabilidade e sucesso na era digital.



#### **4. O CELULAR E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS JOVENS BRASILEIROS**

Quando os celulares foram criados na década de 90 eles eram utilizados simplesmente para fazer e receber chamadas. Hoje, eles têm inúmeras outras funções, são bem menores, baterias com maior duração e atraem cada vez mais os jovens que vem neles uma necessidade para se comunicar, interagir e se relacionar. Ele faz parte do cotidiano dos jovens, é um símbolo de distinção social, de pertencimento, um adereço e um acessório. As formas de utilização do celular são determinadas pelo ambiente social e cultural, ocorrendo apropriações e (re)apropriações desta tecnologia. Cada jovem dá um significado diferenciado ao aparelho celular, tornando-o próprio, único em estética, em conteúdo e especialmente na forma de uso. É possível observar jovens utilizando o celular nos lugares mais inusitados e até em lugares proibidos oferecendo riscos à integridade física e à vida, por exemplo, quando está dirigindo e falando no celular. Muitas vezes em lugares e situações que não deveria ser utilizado como em celebrações religiosas, hospitais, bibliotecas, cinemas, teatros, reuniões, sala de aula, palestras, consultório médico etc.

O celular se apresenta como um elemento formador de identidade entre os jovens, pois não tem como não reconhecer sua importância como mediador das comunicações, interações e relações. As relações mediadas pelo celular possibilitam o sentimento de pertencimento a grupos de amigos ou de grupos de interesses de atividades afins. O celular facilita que os jovens se encontrem, saibam onde estão, marquem programas, festas, atividades esportivas, manifestações, etc., pois o celular é o telefone da pessoa.

Grande parcela dos jovens brasileiros “está imerso em ambientes marcados por novas tecnologias comunicacionais, pelas relações amplas, virtuais e superficiais, pelo desapego às tradições, pelas fragmentações” (HALL, 2006). Na verdade, o celular parece refletir melhor o jovem, pois é característica do jovem procurar agilidade e rapidez nas formas de como se comunicar, de se relacionar e de interagir. Este objeto permite encontrar instantaneamente o que se procura, e também ser encontrado, em razão de ser um aparelho de uso pessoal e que muito raramente é compartilhado. O celular carrega em si elementos que refletem a intimidade, particularidades e singularidades de seu proprietário, com mensagens e fotos da namorada ou namorado entre outras. Provavelmente, o celular guarda segredos de seus donos, ou seja,



informações que não devem ser acessadas e compartilhadas com todos. Segundo Daniel Miller (2010), haverá sempre um processo dialético em que as pessoas estão criando, a um só tempo, um relacionamento umas com as outras e com a mídia ou celular.

Seguindo essa linha de raciocínio, o celular vai além de um simples artefato, pois além de ser um objeto ou recurso tecnológico que possibilita a mediação das relações e comunicação, também carrega traços da identidade de seu proprietário. O jovem precisa estar sempre em contato e bem informado em relação aos grupos aos quais pertence, e o uso do celular de certa forma parece dar segurança. É o elo que liga indivíduos e grupos, pois saber onde os amigos estão ou informar onde se encontra provavelmente proporciona uma sensação de proximidade e segurança, afastando a sensação de solidão. Da mesma forma acessam as redes sociais que permite conhecer novos indivíduos, ingressam em outras redes diferenciadas, dando a sensação de segurança e de pertencimento a vários grupos sociais.

Os processos de mediação existentes quando do uso do celular pelos jovens possibilitaram observar as novas construções de sentido, a partir das quais estes sujeitos podem dar significados e ressignificar o mundo ao qual pertencem, conforme a cultura em que estão inseridos e o cotidiano que os cerca. Tais processos formadores de identidade estão permeados nos discursos presentes no dia a dia dos jovens.

A telefonia móvel associada às novas tecnologias permite que o jovem receba mensagens, notícias instantâneas ou presencie em seu celular acontecimentos à distância, como também situações em que os amigos estão em algum evento e compartilham quase que no mesmo instante do fato ou do evento, não importando se é relevante ou não as notícias ou fatos. É muito marcante o “curtir” e o “compartilhar” instantâneos dos eventos e dos fatos pelos indivíduos, especialmente, pelos jovens.

Especificamente, em relação ao telefone celular com acesso à web, percebe-se que o jovem brasileiro o utiliza para constituir a si mesmo e ao mundo, criando desta forma um universo compreensível. Segundo Daniel Miller (2013), o processo pelo qual o sujeito e objeto se constroem juntos e um para o outro é o que deve ser analisado, pois o celular como objeto de uso dos jovens só será construído como tal pelos próprios jovens, ou seja, os jovens criam os cenários que irá usá-los, qual a finalidade, qual o objetivo ou sentido do uso do celular. É nessa invenção – apropriação que reside à construção recíproca do sujeito e do objeto, ou seja, do jovem e do celular. Sem o jovem o celular não passaria de algo inerte. Ainda, segundo Miller,



certos objetos, como o celular, são constantemente retirados do mercado e personalizados ao extremo, incorporando o universo de quem o comprou, especialmente no contexto da contemporaneidade. Dessa forma, os jovens personalizam o celular no armazenamento dos conteúdos ou na estética – colocam capinhas protetoras com características coerentes com sua personalidade, toques para identificar as chamadas ou mensagens de pais, de namorados, de colegas de trabalho, de irmãos, organizam arquivos de aulas, de trabalhos escolares, de notícias, fotos, eventos, mensagens de forma que só ele proprietário pode entender e acessar com facilidade.

Uma das formas de se configurar os aspectos de pertença a determinado grupo identitário é através dos objetos consumidos, já que o uso ou a ostentação de um produto ou objeto colabora para a construção de sua personalidade e a utilização dos significados culturais o identifica socialmente. É importante destacar que na atualidade os jovens estão sempre à procura de um lugar seguro e legítimo e isso é possível através dos significados dos bens adquiridos, quando só assim serão enquadrados e aceitos socialmente. O fato de ser reconhecido e aceito pelos seus pares, já que os signos e símbolos ligados aos objetos de consumo são uma representação de pertencimento, torna o jovem seguro e legitimado, além de tranquilo com este reconhecimento dos iguais.

Desta forma, o consumo é fator fundamental para a criação dos significados simbólicos da sociedade, dos grupos e dos indivíduos, criando e sustentando as identidades, além de localizar socialmente os indivíduos relacionando seu self a suas identidades (SLATER, 2002). O que pode ser visto como uma forma de se identificar e constituir identidades e diferenças.

É no contexto de transformações das identidades, cada vez mais provisórias e em construção, que o consumo aparece como uma das possíveis formas de expressão dessas identidades. Nesse sentido, o objeto consumido diz muito a respeito de cada jovem e também do grupo, da comunidade ou movimento cultural a que o jovem se reporta a partir das escolhas que faz. Por este ângulo, o processo de constituição identitária, além da linguagem, é também formado e influenciado pela cultura do consumo, utilizando os objetos e artefatos como uma maneira de interação social (BAUDRILLARD, 2007), fazendo com que os pares sejam levados a identificar-se com artefatos que os diferenciam dos demais (HALL, 2006).

Nesse contexto, um número expressivo de jovens brasileiros esta sempre em busca de um novo modelo de celular com um novo design, que contenha os mais atualizados aplicativos



e dispositivos, que garanta a construção da sua identidade demonstrando a que grupo ele pertence. Que são os seus iguais e que são aqueles dos quais se diferencia. Estão imersos no permanente processo de constituição da sempre transitória identidade. Assim, podem ser identificados de diferentes formas em curto espaço de tempo, mas sem excluir as identidades tradicionais. No mundo atual a recorrente convocação ao desejo de ter o novo, o mais moderno ou o melhor, bem como a provocação da publicidade atinge a todos, consumidores ou não dos produtos. Cabe lembrar que o estímulo ao consumo ocorre em escala planetária e, paralelamente, acaba por ensinar uma forma globalizada de ser e mesmo de consumir, de ser aceito.

Pensar as relações entre cultura de consumo e identidade é discutir também o que esta sendo consumido por determinados grupos, especialmente pelos jovens e com isso na contemporaneidade as identidades configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir” (CANCLINI, 1996). E de acordo com (HALL,1977), a identidade permanece sempre incompleta e em processo de constituição. Considerando essa constante mutação ou incompletude, Hall nos sugere pensar não em termos de “identidade como algo acabado”, mas pensar em “identidade como um processo em andamento”.

Partindo do pressuposto acima citado a identidade do jovem é formada a partir dos discursos e das práticas ou experiências no contexto em que vivem ou do/no mundo deles, e esta se dá em boa parte pelo consumo dos celulares, quando este recebe (significa) ou transmite (res-significa) mensagens dos ou nos ambientes em que frequenta: escola, casa, clube, rua, trabalho, lazer, amigos e outros. Comunicar-se com mobilidade, em qualquer tempo e espaço, com quem está perto ou longe ou com quem temos interesse sempre foi um desejo ou uma necessidade dos indivíduos em suas relações sociais. E, agora isto é possível pela mediação das tecnologias de portabilidade e mobilidade, especialmente pelo celular.

O uso do celular contribui para a formação da identidade, este artefato é muito mais que um equipamento facilitador de mediação da comunicação, da interação e das relações, é um arquivo móvel que carrega junto com seu proprietário parte daquilo que este é. Leva a marca cultural de seu dono e é um dos poucos objetos de uso pessoal restrito, onde não há o compartilhamento do uso.



Na atualidade, as velhas identidades entram em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, que até então era visto como unificado (HALL, 2006). Dessa forma, os indivíduos e, especialmente, os jovens também estão se constituindo como “divíduos”, como seres divisíveis e não indivisível ou unificado, ou seja, estão se constituindo simultaneamente em dois universos distintos: um virtual e outro real. No mundo virtual perde-se a identidade pessoal e passa a ter perfil ou vários perfis e nos tornamos um código ou senha que é gerada pelo sistema. Às vezes podendo ser e às vezes não, quando o sistema por alguma razão, não nos reconhece ou recusa a nossa senha.

Essas transformações ocorridas na sociedade contemporânea são originárias, principalmente, de fenômenos como a globalização, o neoliberalismo e a sociedade de consumo que, desde a década de 50, vêm tornando as relações humanas extremamente frágeis (HALL, 2006). Ideias e instituições têm sido frequentemente questionadas e dissolvidas. Diante do exposto, o homem atual não é mais único, e sim fragmentado e em transformação tendo de assumir várias identidades, dentro de um ambiente imprevisível, estando sujeito ao impacto contínuo de sistemas culturais condicionantes (HALL, 2006).

Nesse contexto percebe-se que o cotidiano de muitos jovens brasileiros é permeado por longas horas de interação com conteúdo proveniente de uma ou mais telas, estando estes sujeitos, na maioria das vezes, a fazer interações com seus pares por meio da tela do seu celular. Nesse cenário, para o jovem, o estar ligado, conectado é o máximo para poder acompanhar a velocidade do fluxo incessante de informações, interagir e se relacionar.

O rápido crescimento e disseminação de usuários de telefonia móvel no Brasil levam-nos a acreditar que os celulares, principalmente os com tecnologias de acesso a web ou os chamados de última geração, funcionam cada vez mais como porta de entrada cotidiana e privilegiada para o universo das redes sociais, das comunicações e informações e do entretenimento como um estilo de vida que caracteriza a intensa participação dos jovens na era das tecnologias digitais. (CANCLINI, 2008) “ênfatisa a conectividade e o consumo como meios preferenciais de emancipação e participação dos nossos jovens” e, conseqüentemente, de sua constituição identitária.

Segundo Negroponte (1995) em sua obra - *A Vida Digital*, na contemporaneidade, há dois tipos de ambientes, o formado por bits e bytes que são os ambientes digitais e o formado por átomos que são os ambientes materiais. Tendo naturezas distintas e características





específicas, ambos coexistem na vida das pessoas, principalmente na dos jovens. A hiperconexão e a proliferação das plataformas digitais estão permitindo ao ser humano transferir parte de si para o mundo digital, possibilitando um estado de viver contínuo e em constante trânsito entre as redes “on” e “off” line. O estado de ser conectado está reconfigurando ou reconstituindo o indivíduo, principalmente, o jovem em um ser “cibrido”.

Há mais ou menos uma década, éramos predominantemente off-line e, atualmente estamos nos tornando cada vez mais on-line, simultaneamente ao nosso estado off-line. Num passado não muito distante havia uma separação física entre o on-line e o off-line, pois, precisávamos de um equipamento fixo que nos levasse ao estado on-line. Essa barreira foi suplantada devido à hiperconexão, a proliferação de plataformas digitais e de tecnologias móveis no cenário social e, aos poucos, o “cibridismo” vem se tornando realidade. Hoje, grande parcela dos jovens brasileiros está se constituindo como seres “on” e “off” ao mesmo tempo (MARTHA GABRIEL, 2013).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da categoria jovem ou juventude ser uma complexa construção social, hoje, a construção identitária do jovem brasileiro parece estar assumindo um papel inédito no contexto da sociedade de tecnologias digitais e da sociedade de consumo e precisa de mais atenção e de estudos mais aprofundados nas mais diversas áreas do conhecimento, já que se trata de um contingente numérico muito significativo na composição da tessitura social brasileira.

Em relação à percepção das diversas juventudes existentes no cenário brasileiro e, às tecnologias digitais, especialmente a telefonia móvel, nota-se que os jovens vêm se constituindo como seres “cibridos”, ou seja, um ser que vive vinte e quatro horas transitando entre o ambiente real/físico ou material e, o virtual formado por bits e bytes. Em outras palavras, um ser que não é mais indivisível e que vêm se constituindo em duas dimensões simultaneamente, o on-line e o off-line, especialmente, parcela considerável dos jovens brasileiro com menos de vinte anos de idade, que nasceram nesse contexto de sociedade de consumo de tecnologia digitais. Esse cenário de tecnologias de informação, de comunicação e interação mediadas pelos telefones celulares com acesso à web, está permitindo a esses jovens



se constituírem como seres “cíbridos” e, portanto, de viverem o “cibridismo” no seu mais alto grau.

## 6. REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Lívia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.2006.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Ed. 70. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A “Juventude” é apenas uma palavra**. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CANCLINI, Nestor G. Introdução; O consumo serve para pensar. In: \_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.

CASTRO, Gisela G. S. **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo** organizado por Lívia Barbosa. Porto Alegre: Sulina. 2012.

DOUGLAS, Mary & Isherwood, Baron. Prefácio; O uso dos bens. In: \_\_\_\_\_. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2004.

GABRIEL, Martha. **educ@r a (r) evolução digital na educação**.1.ed. São Paulo: Saraiva,2013.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MILLER, Daniel. **Consumo como cultura material**. Revista Horizontes antropológicos, Porto Alegre,dez., v.13,n. 28, dez. 2007.

MILLER, Daniel. **TRECOS, TROÇOS E COISAS**. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NEGROPONTE, Nicholas. (1995) **A Vida Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Tradução de Sérgio Tellaroli.

PEREIRA,Vinicius Andrade; Beatriz, Polivanov. **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo**/organizado por Lívia Barbosa. Porto Alegre: Sulina. 2012.

SLATER, Don. **Cultura do Consumo e Modernidade**. São Paulo: Nobel. 2002.



## **O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – NTIC's, COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE SOCIABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.**

ISTOE, Sérgio Elias

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
sergioistoe@gmail.com*

CRESPO, Camilla Paiva Silva

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
cpaivasilva@yahoo.com.br*

OLIVEIRA, André Luiz Gomes de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
andrewlui@ig.com.br*

200

### **RESUMO**

O artigo apresenta os avanços das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC's), na modalidade do Ensino a Distância, que passou do curso por correspondência a aulas telepresenciais (Televisão e Rádio), para o uso da INTERNET como instrumento (meio) de comunicação entre professor e aluno. Privilégio apenas dos grandes centros, o ensino superior passou a ser oferecido em lugares extremamente distantes, sociabilizando o ensino e possibilitando muitos brasileiros a usufruir da formação superior, para que possam competir igualmente no mercado de trabalho. Outro ponto positivo é quanto à flexibilidade que a modalidade do Ensino a Distância permite, tanto de dia quanto de horário ao usuário, mas ao mesmo tempo torna-o muito mais responsável pela busca de informações que o levem ao conhecimento. Pretende-se desenvolver uma pesquisa bibliográfica, como na própria Rede, com o objetivo de buscar o que tem sido feito em prol da educação através do Ensino a Distância e sua evolução (crescimento) desde 2001, utilizando como base, as informações do último senso da educação superior, divulgado pelo Mec/INEP do ano de 2012. Existem ainda grandes desafios tanto para os professores quanto para os alunos, pois o instrumento, que está em constante evolução permite a ambos a pesquisa de temas atuais, fazendo com que o professor se mantenha sempre atualizado, pois os alunos tem acesso às mesmas fontes de informações. Percebemos que existem resistências de ambas as partes porque ainda é uma modalidade considerada em fase de aperfeiçoamento. Certamente esta modalidade é o futuro presente em nossos dias elevando cada vez mais a qualidade dos cursos Ensino a Distância, para benefício da Educação.

**Palavras-chave:** Educação a Distância; Evolução do Ensino Superior à Distância; Qualificação Profissional

### **ABSTRACT**

The article shows the advances in the New Information and Communication Technology (NICT), the Distance Learning modality, who has spent the correspondence course classes for telepresence



(Television and Radio), using as an instrument the INTERNET (way) communication between teacher and student. Privilege only of the big centers, higher education now is offered in extremely remote locations, democratizing education and providing many Brazilians to enjoy the higher education so they can compete likewise the labor market. Another positive aspect is about flexibility that this modality allows, using both day and anytime of user, but at the same time it makes him much more responsible for information that will be taken to knowledge. The method used was a bibliographic research, both in books and in the internet, aiming to seek what has been done for education by Distance Learning. There are still wide challenges for both teachers and students, because the instrument is constantly changing, so it allows them to research current issues, keeping the teacher remains to be updated because the students have access to the same sources information. We realize there are resistances from both sides because it is still considered a modality in improvement process. Surely this modality is the future coming into our days raising up the quality of Distance Learning courses for education benefit.

**Key-words:** Distance Education, Distance Education Development; Professional Updating.

## I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da nossa história entendemos que a aprendizagem é algo que sem dúvida nos leva ao conhecimento que por direitos, deveríamos ter acesso enquanto cidadãos. Vemos projetos sociais que levaram e levam o ensino às pessoas carentes, como o MOBREAL da época da ditadura militar e a Alfabetização Solidária do atual governo. A partir do desenvolvimento de novas mídias, tais como: televisão, o rádio e o telefone, as novas tecnologias favoreceram a difusão das informações e enriqueceram o processo de aprendizagem permitindo a efetivação da comunicação sincrônica, que ocorre quando duas ou mais pessoas estão em contato, em diferentes espaços em tempo real. Então uma simples reflexão nos leva a raciocinar sobre a educação oferecida pelo país, seja ela na sala de aula ou na mídia.

Uma serie de reportagens do Jornal Nacional (Rede Globo de Televisão) apresentado na edição do dia 27/04/2009, cujo título é: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA BENEFICIA MILHÕES DE PESSOAS, começa apresentando o desafio de levar a educação a toda à imensidão deste nosso país: A importância do Ensino a Distância é como a relatada a seguir: “Estava muito insatisfeito. Tinha inveja do pessoal que tinha um curso superior, mas eu dizia que um dia iria conseguir também”. Declaração de Olavo Fontes, sujeito pertencente à etnia Tucano, região do Rio Negro, a cerca de 900 quilômetros de Manaus/AM. Milhões de pessoas são beneficiadas pelo Ensino a Distância. São mais de 2,5 milhões de estudantes beneficiados, incluindo todos os níveis de formação.

Uma façanha que começou há mais de 150 anos, onde a University of London foi a pioneira. Têm 40 mil alunos em 180 países. Produziu cinco prêmios Nobel. O mais ilustre, o



ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, fez o curso de Direito por correspondência na prisão. Desde os primórdios do ensino a distância, por correspondência, por meio do rádio, TV, Vídeo, CD-ROM, telefone, fax até chegar ao uso da Internet, muitas mudanças ocorreram, tornando a modalidade deste, um instrumento extremamente eficiente e com uma capacidade de alcance inimaginável. Tempo, espaço e distância, foram superados, não sendo mais um empecilho para alcance de qualificação dos sujeitos inseridos no mercado de trabalho extremamente concorrido, no mundo globalizado em que vivemos.

Com a inauguração da Universidade Aberta de Brasília (lei 403/92), podendo atingir três campos distintos: a ampliação do conhecimento cultural com a organização de cursos específicos de acesso a todos, a educação continuada, reciclagem profissional as diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela Universidade; e o ensino superior, englobando tanto a graduação como a pós-graduação. Em 1994, teve início a expansão da Internet no ambiente universitário. Dois anos depois surgiu a primeira legislação específica sobre educação à distância no ensino superior. As bases legais para essa modalidade foram estabelecidas pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, regulamentada pelo decreto nº 5.622 de 20 de Dezembro de 2005, que revogou os decretos nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, com normatização definida pela Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004.

No decreto nº 5.622 afirma que ficam obrigatórios os momentos presenciais para avaliação, estágios, defesas de trabalhos de conclusão de curso. Os cursos deverão ter a mesma duração definida para os cursos na modalidade presencial.

Neste trabalho só trataremos da modalidade do EaD - Ensino a Distância utilizando a internet como meio de comunicação entre professor e aluno para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e também voltado para o ensino superior. Com o objetivo de mostrar a relevância do tema, será dedicado um capítulo mostrando a evolução (crescimento) desta modalidade em relação à modalidade presencial.



## II - O ADVENTO DA INTERNET

Segundo Castells (2000) a origem da internet ocorreu na década de 60, pelo Departamento de defesa dos Estados Unidos, visando à proteção contra os soviéticos, do seu sistema de comunicação, se ocorresse uma possível guerra nuclear.

A microinformática surge na década de 70, com o estabelecimento do Personal Computer – PC – e a convergência tecnológica. Nas décadas de 80 e 90, houve a popularização da internet e a transformação do PC em um computador coletivo – CC. Nesse período, a rede é o computador e o computador é uma máquina de conexão (LEMOS, 2004). Cada dia novas tecnologias, denominadas nômades, que são representados pelos smartphones, notebooks, laptops, palmtops, cuja ênfase é a mobilidade tecnológica. Neste século, contamos com computadores coletivos móveis – CCm -, o que agiliza o acesso as informações (LEMOS, 2004).

As Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tem trazido grandes transformações neste presente século. Para Perter Drucker (2000) as primeiras Revoluções Industriais, encurtaram as distâncias, exatamente pelo avanço nos meios de comunicações e transportes. Com o advento da informática, principalmente pelo desenvolvimento da INTERNET, as distancias já não existem, pois em qualquer parte do mundo podemos no comunicar com quem estiver ligado à Rede. Podemos realizar coisas que no passado eram impossíveis como compras, conhecer pessoas de outros países, trocas de informações e realizar cursos a distância, seja ele técnico, graduação, especialização e até mestrado.

## III - O QUE É EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA?

A Educação a Distância (EaD) é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente mas conectados por meio de tecnologias de comunicação que permitem de um maneira bastante eficiente o contato direto entre aluno e professor, bem como entre alunos que fazem o mesmo curso (MORAN, 2002). É uma modalidade que está em franco desenvolvimento e crescimento no país utilizando das tecnologias telemáticas permitindo rápida comunicação entre os atores inseridos nessa modalidade de ensino, a qualquer hora e em qualquer lugar que tiver acesso a Internet.





A provável origem do ensino à distância tem como origem um viés profissional e ou cultural, associado a fatores como isolamento, a flexibilidade, a mobilidade, a acessibilidade e a empregabilidade, suprindo assim, as carências do ensino tradicional.

Além do acesso ao conteúdo disponível ao aluno, o fórum de discussão diretamente com o professor ou tutores ONLINE, permite a troca de informações e orientação, por parte do professor para auxiliar seus alunos no direcionamento dos estudos. Percebemos que nesta modalidade o aluno passa a ter uma atitude mais ativa frente à sua formação, além de uma autodisciplina e comprometimento, pois com a flexibilidade de dia e horário para se dedicar aos estudos, ele precisa pesquisar sobre os assuntos tratados nas lições, complementando e aprofundando mais sua busca pelo conhecimento.

Segundo Moran (2002), a EaD pode ser feita nos níveis fundamentais, médio e superior, mas é mais adequado para adultos já experientes e que tem autonomia para estudar e pesquisar. Mas o EaD passou por profundas mudanças desde sua criação, sua aceitação era de desconfiança, uma vez que as formas que eram desenvolvimento não tinham toda a eficiência do modelo que temos atualmente pelo uso das TICs, que começaram a ser utilizada a partir de 1990, com a popularização do computador pessoal e da modalidade da Internet.

Segundo Braga Norte (2011), o ensino a distância no Brasil surgiu em 1904 com cursos à distância profissionalizantes que eram oferecidos por entidades privadas. Até o ano 2000 o Instituto Universal Brasileiro e o Instituto Monitor foram responsáveis por mais de três milhões de pessoas formadas. Os governos: federal e os estaduais, na década de 60/70 no intuito de minimizar o analfabetismo, e melhorar a qualificação dos professores, criaram as TV's Educativas. Iniciativas privadas como a da Fundação Roberto Marinho com aulas teletransmitidas em determinados horários, ampliaram os cursos a distância, focando na alfabetização de jovens e adultos, cursos profissionalizantes, cursos supletivos de primeiro e segundo graus.

Como foi dito anteriormente, questões como o tamanho continental do país, as distorções entre as regiões, com uma concentração das Instituições de Ensino Superior em larga escala, predominantemente, na região Sudeste, criava dificuldade para quem queria ter acesso ao ensino superior, pois os altos custos de deslocamento, moradia e material de estudo, inviabilizavam o alcance de muitos ao conhecimento superior. O EaD é muito mais democrático, pois além do custo em si muito menor que o ensino tradicional presencial, tem





um alcance gigantesco, que até os índios amazônicos, como o caso de Olavo Fontes, pode ter acesso ao conhecimento antes limitado às regiões mais desenvolvidas.

Outra facilidade que encontramos no Ead é a questão da flexibilidade, pois o aluno escolhe o dia, seu horário de estudo e o local, desde que tenha acesso à Internet. Essa autonomia deve levar o aluno a uma maior responsabilidade pela sua própria formação, por isto é que se têm os 10 mandamentos de Educação Online: (www.cemetre.com.br/ead/file.php/o\_que\_e\_educacao\_a\_distancia.pdf, acessado em 02/01/12)

1. Acesso à Internet: ter endereço eletrônico, um provedor de um equipamento adequado é pré-requisito para a participação nos cursos a distância.
2. Habilidade e disposição para operar programas: ter conhecimentos básicos de Informática é necessário para executar as tarefas.
3. Vontade de aprender colaborativamente: interagir, ser participativo no ensino a distância conta muitos pontos, pois irá colaborar para o processo de ensino-aprendizagem pessoal, dos colegas e dos professores.
4. Comportamentos compatíveis com a netiqueta: mostrar-se interessado em conhecer seus colegas de turma é muito importante e interessante para todos.
5. Organização pessoal: planejar e organizar tudo, é fundamental para facilitar a sua revisão e a sua recuperação de materiais.
6. Vontade de realizar as coisas no tempo correto: anotar todas as suas obrigações e realizá-las em tempo real.
7. Curiosidade e abertura para inovações: aceitar novas ideias e inovar sempre.
8. Flexibilidade e adaptação.



9. Objetividade em sua comunicação: comunicar-se de forma clara, breve e transparente é ponto-chave na comunicação pela internet.

10. Responsabilidade: ser responsável por seu próprio aprendizado. O ambiente virtual não controla a sua dedicação, mas reflete os resultados do seu esforço e da sua colaboração.

Tudo isto corrobora com o que a UNESCO publicou aquilo que chamou dos quatro pilares para a Educação do Século XXI, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. (SANCHES, 2011.) Cada vez mais se exige que o aluno tenha uma participação ativa nesse processo e não com um mero depósito de informações, as quais não lhes oferecem as mínimas condições de aprendizado. Educação não é um monte de informações recebidas, mas um processo no qual o sujeito ao receber essas informações, processa-as e converte-as em conhecimento, que transforme sua maneira de pensar e de fazer.

De acordo com CLARK e MAIER (2007), os ambientes virtuais são elementos importantes na tarefa do ensino pedagógico adequado em relação ao processo de aprendizagem, pois o conteúdo e a interação entre alunos e professores são realizados dentro desse ambiente, onde o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA é um software baseado na internet facilitando a Gestão dos Cursos Virtuais. Dois exemplos desse tipo de software é o MOODLE, gratuito com código aberto e o BLACKBOARD, é pago por ter origem privada.

#### **IV – A EVOLUÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM COMPARAÇÃO À MODALIDADE PRESENCIAL.**

O presente capítulo tem como objetivo principal mostrar que, nesta primeira década do século XXI, ocorreu uma grande expansão da Educação Superior Brasileira na modalidade à distância, tanto na iniciativa privada quanto no setor público. O documento principal que será analisado neste trabalho será o último senso do INEP/MEC divulgado em 2012 no que tange à evolução do número de matrículas, num comparativo entre às modalidades: presencial e a distância. Partimos em 2001 com 5.359 matrículas no EaD, no setor público, correspondendo a 0,2% do total de matrículas nos dois setores (o setor privado não tinha aluno matriculado), para 1.113.850 alunos, sendo cerca de 16 % de matrículas no setor público e 84% no setor privado. Isto correspondendo a 16 % das matrículas gerais no ensino superior em 2012. Dois aspectos



serão levados em consideração para esta análise: 1. Os avanços das NTIC's possibilitando a melhoria das ferramentas utilizadas para a transmissão, acesso e na inserção de dados para as aulas; 2. Facilidade no acesso dos alunos como parte do processo de democratização (sociabilização) da Educação Superior no Brasil, tanto daqueles que, apesar de estarem próximos dos grandes centros, onde o acesso às Instituições de Ensino Superior é mais facilitado, porém apresentam dificuldades nos quesitos tempo e ou horário, como daqueles que desejam se inserir num curso superior, porém sem a disponibilidade da modalidade presencial em seu domicílio ou região, tendo como única possibilidade o ensino superior na modalidade EaD – Ensino à Distância.



<b>Número de Matrículas em Cursos de Graduação por Organização Acadêmica e Modalidade de Ensino Brasil 2001/2012</b>						
ANO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TOTAL	MODALIDADE PRESENCIAL	PARTICIPAÇÃO POR SETOR	MODALIDADE A DISTÂNCIA	PARTICIPAÇÃO POR SETOR
<b>2001</b>	TOTAL	3036113 100%	3030754 99,8%	100%	5359 0,2%	100%
	PÚBLICA	944584	939225	31%	5359	100%
	PRIVADA	2091529	2091529	69%	0	0%
<b>2002</b>	TOTAL	3520627 100%	3479913 99%	100%	40714 1%	100%
	PÚBLICA	1085977	1051655	30%	34322	84%
	PRIVADA	2434650	2428258	70%	6392	16%
<b>2003</b>	TOTAL	3936933 100%	3887022 99%	100%	49911 1%	100%
	PÚBLICA	1176174	1136370	29%	39804	80%
	PRIVADA	2760759	2750652	71%	10107	20%
<b>2004</b>	TOTAL	4223344 100%	4163733 99%	100%	59611 1%	100%
	PÚBLICA	1214317	1178328	28%	35989	60%
	PRIVADA	3009027	2985405	72%	23622	40%
<b>2005</b>	TOTAL	4567798 100%	4453156 97%	100%	114642 3%	100%
	PÚBLICA	1246704	1192189	27%	54515	48%
	PRIVADA	3321094	3260967	73%	60127	52%
<b>2006</b>	TOTAL	4883852 100%	4676646 96%	100%	207206 4%	100%
	PÚBLICA	1251365	1209304	26%	42061	20%
	PRIVADA	3632487	3467342	74%	165145	80%
<b>2007</b>	TOTAL	5250147 100%	4880381 93%	100%	369766 7%	100%
	PÚBLICA	1335177	1240968	25%	94209	25%
	PRIVADA	3914970	3639413	75%	275557	75%
<b>2008</b>	TOTAL	5808017 100%	5080056 87%	100%	727961 13%	100%
	PÚBLICA	1552953	1273965	25%	278988	38%
	PRIVADA	4255064	3806091	75%	448973	62%
<b>2009</b>	TOTAL	5954021 100%	5115896 86%	100%	838125 14%	100%
	PÚBLICA	1523864	1351168	26%	172696	21%
	PRIVADA	4430157	3764728	74%	665429	79%
<b>2010</b>	TOTAL	6379299 100%	5449120 85%	100%	930179 15%	100%
	PÚBLICA	1643298	1461696	27%	181602	20%
	PRIVADA	4736001	3987424	73%	748577	80%
<b>2011</b>	TOTAL	6739689 100%	5746762 85%	100%	992927 15%	100%
	PÚBLICA	1773315	1595391	28%	177924	18%
	PRIVADA	4966374	4151371	72%	815003	82%
<b>2012</b>	TOTAL	7037688 100%	5923838 84%	100%	1113850 16%	100%
	PÚBLICA	1897376	1715752	29%	181624	16%
	PRIVADA	5140312	4208086	71%	932226	84%

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

U SOU DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – NTIC S, COMO FERRAMEN TA PARA O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - ISTOE, Sérgio Elias; CRESPO, Camilla Paiva Silva; OLIVEIRA, André Luiz Gomes de



## V- ENSINO A DISTÂNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Segundo Sartori (2010) a característica mundial é de cada vez mais acelerar seu desenvolvimento em todas as áreas, capitaneadas pelos cada vez mais rápidos avanços tecnológicos. Se anos atrás as mudanças levavam mais de uma geração para serem sentidas, estamos experimentando em nossa geração mudanças diversas que ocorrem dentro da própria geração, cujo ciclo de vida dos produtos está cada vez mais curto, tendo como palavra de ordem a inovação (SOUZA e GOMES, 2009). A tecnologia, particularmente a informática é que lidera e permite que outros avanços sigam bem de perto todas as mudanças.

O problema está em acompanhar todas essas mudanças de maneira tão brusca, que acaba trazendo resistências na absorção dessas mudanças. No caso, a educação não escapa dessa discussão trazendo certo desconforto para aqueles que são resistentes ao novo. Estamos falando tanto de professores como de alunos, pois uma nova postura é preciso ser assumida (SARTORI, 2010).

## VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Desafios da internet para o professor:**

Com a chegada da Internet nos defrontamos com novas possibilidades, desafios e incertezas no processo de ensino-aprendizagem.

Não podemos esperar soluções mágicas para modificar a relação pedagógica, das redes eletrônicas, mas vão facilitar como nunca a pesquisa individual e grupal, o intercâmbio de professores com professores, de alunos com alunos, de professores com alunos. (MORAN 2009).

O aprofundamento de suas aulas, com acesso ao que de mais atual está acontecendo, através de artigos e contato direto com seus autores, onde eles estiverem. A ajuda de outros colegas, a obtenção de respostas às dúvidas, métodos, materiais, estratégias de ensino-aprendizagem. A disponibilidade de programas, vídeos, e outros materiais, podendo ainda copiar imagens, sons, etc. O trabalho do professor é, não só coletar informações, mas trabalhá-las, de escolhê-las, confrontando visões, metodologias e resultados.



“Com os avanços que o século XX nos legou, deveríamos estar pensando e tirando vantagens das ilimitadas possibilidades das concepções mais avançadas de aprendizagem... em vez de ensino à distância deveríamos estar pensando, decididamente, em aprendizagem à distância”. (BECKER, 2002, pg 12).

Ainda com esses avanços da tecnologia, muitas dificuldades antes existentes, como a demora numa pesquisa, tanto pelo professor como pelo aluno, está, hoje, a um clique de nossas mãos, obtendo rapidez, confiabilidade e um número bastante significativo de informações. Hoje é possível ao professor compartilhar sua aula com um colega de outro país, ao vivo e na hora real. Este é só o começo de muitas possibilidades que serão disponibilizadas democraticamente a todos.

### **Desafios da Internet para o aluno**

Não diferente dos desafios do professor, mas com muito menos resistência a esta modalidade de pesquisa, via internet, até porque está muito mais acostumado a acessar a rede mundial de computadores, por ser uma realidade mais próxima da sua geração, o aluno, tem também muitos desafios quando da busca de uma educação formal à distância. Disciplina e certa autonomia na busca de novos conhecimentos, que o qualifiquem, não tem dia, nem horário, nem local definido para tal ocorrência.

A flexibilidade de horário e a quantidade de participação do aluno nesse processo é que determinará a eficiência desta modalidade. Essa “independência” poderá beneficiá-lo no sentido de deixar de ser um sujeito passivo para um ativo, buscando fazer parte desse processo de ensino-aprendizagem.

### **REFERÊNCIAS**

- BECKER, Fernando. Ensino ou Aprendizagem a distância. Acesso disponível em [HTTP://www.lume.ufrgs.br/bitstreamhandle](http://www.lume.ufrgs.br/bitstreamhandle). Acessado em 08/01/2014.

- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. v.2.3 ed. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- CLARK, Ruth Colvin e MAIER, Richard E. **e-learning and Science of Instruction: Proven Guidelines for Consumers: and Designers of Multimedia**. New Iork: Pfeiffer, 2007. 496p.



- DRUCKER PERTER. - **HSM Management/Ano 4 /Número 18/Janeiro- Fevereiro 2000.**
- LEMOS, A. **Cibercultura e Mobilidade: a Era da Conexão.** 2004.
- -INEP/MEC. **PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.** Relatório divulgado no site do INEP relativo ao Senso do Ensino Superior Brasileiro de 2012. (<http://inep.gov.br>) acessado em 15 de Maio de 2014.
- MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância.** Artigo disponível em [www.eca.usp.br/prot/moran/dist.htm](http://www.eca.usp.br/prot/moran/dist.htm)
- NORTE, M. B. . Formação continuada de professores de Inglês (REDEFOR) em ambiente virtual. In: **XI Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores I Congresso Nacional de Formação de Professores**, 2011, Águas de Lindóia. Por uma política nacional de formação de professores, 2011. p. 348-349.
- **Os Quatro Pilares da Educação** (<http://4pilares.net/text-cont/delors-pilares.htm>) – acessado em 25 de Julho de 2012.
- SANCHES, Isabel. **Do ‘aprender para fazer’ ao ‘aprender fazendo’: as práticas de Educação inclusiva na escola.** In: Revista Lusófona de Educação, v. 19. n. 19. 2011. p. 135 – 156.
- SANTOS, A. **Ensino à Distância & Tecnologias das Informação – e-learning.** Editora Lidel, 2000.
- SARTORI, Ademilde Silveira, **Educomunicação e a sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. Comunicação, Mídia e Consumo.** São Paulo: p.33-48. Julho 2010.
- SOUZA, Carlos Henrique Medeiros e GOMES, Maria Lúcia Moreira. **Educação e Ciberespaço.** Brasília. Editora Usina de Letras, 2009.
- VIDAL, Elisabete. **Ensino à Distância X Ensino Tradicional.** Acessado em 08/01/2014 no endereço: [www.ufp.pt/monografias/evidal\\_mono.pdf](http://www.ufp.pt/monografias/evidal_mono.pdf).





## NATIVOS DIGITAIS E O ENSINO DA MATEMÁTICA: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE USANDO OS JOGOS DIGITAIS

BATISTA, Genário Novo

*Graduando em Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES*  
*Genario.novo@hotmail.com*

TONELLI, Elizangela

*Mestre em Cognição e Linguagem – UENF*  
*Professora do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES*  
*elizangelat@ifes.edu.br*

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de

*Doutor em Comunicação e Mídia - UFRJ*  
*Professor da Universidade Estadual Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” - UENF*  
*chmsouza@uenf.br*

212

### RESUMO

Nessa nova era repleta de ferramentas digitais, dentro do contexto escolar já se pode notar alguns impactos entre professores e alunos, no que se refere à comunicação que envolve os processos de ensino e aprendizagem. O que se pode observar é que alguns professores não possuem a mesma linguagem dos seus alunos devido ao fato de não dominarem as ferramentas tecnológicas. Sendo assim, este estudo pretende analisar por meio de oficinas e questionários as contribuições do uso de jogos digitais no ensino de matemática, na percepção de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, de uma escola da rede pública do município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Como resultado espera-se que os jogos digitais apresentem contribuições significáveis, pois eles incorporam diversas abordagens educacionais, principalmente a matemática, e estão de acordo com as preferências e os estilos de aprendizagem da geração atual e das futuras gerações.

**Palavras-chave:** Nativos digitais; Ensino da matemática; jogos digitais;

### ABSTRACT

In new digital age we can see many digital tools that have brought some impacts within the school context between teachers and students with regard to the communication that involves the processes of teaching and learning. What can be notice is that some teachers do not have the same language of their students due to the fact they do not master the technological tools. Therefore, this study will analyze through workshops of digital games and application of questionnaires which contributions the use of digital games in Mathematics teaching can be notice in perception of students of the 6th year of elementary school in a public school in Cachoeiro de Itapemirim/ES. As a result it is expected that digital games present meaningful contributions because they allow



various approaches to education, especially mathematics and are in accordance with the preferences and learning styles of the current generation and future generations.

**Key-words:** Digital Natives; Mathematics teaching; Digital Games.

## 1 INTRODUÇÃO

A fácil integração com o mundo por meio da Internet tem proporcionado aos usuários diversas formas de comunicação e entretenimento que têm levado muitos pesquisadores da educação a descobertas científicas que ganharam novas dimensões e novas formas de pensar no que diz respeito à aprendizagem e aquisição do conhecimento.

Nessa nova era, repleta de ferramentas digitais, dentro do contexto escolar já se pode notar alguns impactos entre professores e alunos no que se refere à comunicação que envolve os processos de ensino e aprendizagem. Prensky (2010) atribui esses conflitos às formas diferentes de pensar e agir entre “imigrantes digitais” e “Nativos digitais”.

Segundo o autor, os alunos de hoje não somente utilizam as ferramentas tecnológicas de forma diferente, como também abordam suas atividades diárias distintamente por causa das tecnologias. Eles estão acostumados a operar diversos comandos ao mesmo tempo. Por essa razão preferem jogos a atividades monótonas e estão habituados a passar várias horas concentrado neles.

Sendo assim, este estudo tem como questão norteadora saber de que forma os jogos digitais contribuem para o raciocínio lógico e o aprendizado das operações matemáticas. O objetivo dessa investigação é identificar por meio da percepção dos alunos se os jogos digitais facilitam a compreensão dos conteúdos levantados na questão problema bem como se estes auxiliam no raciocínio lógico e rápido nas operações matemáticas.

Justifica-se a escolha desse tema tendo em vista que os alunos de hoje precisam de algo que atenda as preferências deles e as formas de interagir com as novas tecnologias.



Mais do que uma ferramenta didática, os jogos digitais também atendem as preferências dessa geração, ou seja, os nativos digitais.

## 2 OS NATIVOS DIGITAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

214

Muito tem se discutido sobre o cenário educacional brasileiro, bem como sobre a qualidade de ensino e de aprendizagem nas escolas públicas. Prensky (2001, p. 127) aponta que um dos motivos para o declínio pode estar relacionada a grande mudança cultural e de hábitos. “Manter os estudantes motivados o suficiente para suportar o processo de aprendizado até o final de alguma coisa é um dos maiores problemas no aprendizado formal”.

Prensky (2001) defende a ideia de que o processo educacional não tem acompanhado as mudanças evidentes na vida dos alunos, para ele os alunos da “nova era”, denominada pelo autor como “Nativos Digitais”, estão acostumados a processar várias informações ao mesmo tempo, além de conseguirem realizar diversas tarefas ao mesmo tempo, o que não é comum aos seus professores. Deste modo os professores não conseguem acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, trabalhando de forma mais lenta, passo a passo, o que acaba diminuindo o interesse dos envolvidos, sem contar que desta forma o professor não consegue competir à atenção dos alunos, com a grande gama de informações disponíveis através de aparelhos eletrônicos.

Na concepção de Prensky (2010) a Educação consiste em dois conteúdos básicos, o primeiro, Legado, abrangendo conteúdos do nosso currículo tradicional, incluindo ler, escrever, aritmética, raciocínio lógico, entre outros conteúdos. O segundo, Futuro, contendo software, hardware, robótica, nanotecnologia, genoma, entre outros. Neste sentido, como educadores, devemos pensar como ensinar tanto o conteúdo Legado quanto o conteúdo



Futuro, na linguagem de nossos alunos, fazendo algumas adaptações para o conteúdo antigo “Legado” com objetivo de chamar mais a atenção e também o interesse dos nossos alunos.

O grande envolvimento dos jovens nativos digitais com a tecnologia, principalmente com jogos digitais ou videogames, tem levantado grande discussão não só entre pais e educadores, mas na sociedade, em geral. Por passarem várias horas em frente ao computador ou ao videogame normalmente os jovens são julgados pelos familiares como viciados. Afinal essa relação é saudável e importante para o desenvolvimento dos jovens? Prensky (2010) defende que “em várias situações, o que parece um vício é, na verdade, um desejo de passar por uma etapa difícil, chegar ao fim de um nível, vencer o jogo”.

Em um contexto mais voltado para utilização de jogos eletrônicos na educação matemática são considerados como software educacional. Giraffa (1999, p.1) diz que para comunidade da Informática Educativa

T6yy

Por essa razão os jogos eletrônicos têm sido considerados como uma importante ferramenta no processo de aprendizagem se utilizados de forma reflexiva, planejada e organizada, pois os jogos são bem aceitáveis pelos estudantes, onde aprendem brincando, naturalmente, porque o jogo traduz os conteúdos a um idioma com o qual a maioria dos alunos estão familiarizados.

### 3 A MÁGICA DOS JOGOS DIGITAIS

O que é um jogo? Numa visão mais ampla o jogo é um sistema organizado composto por jogadores, funções, estratégias, perdas e ganhos. Segundo Huizinga (2003) o jogo é uma atividade complexa e lúdica. Lúdica porque envolve uma atividade que não é real, mas que possui limites pré-determinados.



Uma das características mais importante dentro do jogo é o desconhecimento do desfecho, pois este envolve fatores variados de ordem interna e externa, como estratégias adotadas e as respostas fornecidas pelo meio.

De acordo com Schuytema (2008) um jogo eletrônico é uma atividade lúdica composta por ações e decisões que resultam numa condição final. Essas ações e decisões são limitadas e inegociáveis, pois são regidas por um programa de computador. As regras estabelecidas fornecem desafios que têm por finalidade dificultar ou impedir o jogador de alcançar os objetivos estabelecidos até o desfecho do jogo.

Para Crawford (1982) todo jogo possui um função educativa. Todo tipo de contato com os jogos traz algum conhecimento para o jogador, pois além de proporcionar prazer e entretenimento existe também a possibilidade de imergir no irreal e que desperta a necessidade de aprender e conhecer as regras do jogo e a respeitar o direito dos outros jogadores.

Greenfield (1984), diz que os videogames são os primeiros exemplos de tecnologia computacional com efeito socializante da próxima geração, atingindo as massas, até mesmo em escala mundial, pois as habilidades desenvolvidas como resultado de jogar videogames vão além de coordenação motora entre mãos e olhos.

Em relação ao desenvolvimento cognitivo os jogos aprimoram as habilidades do usuário, pois requer atenção dividida no monitoramento simultâneo de diversos lugares e o ajuste de estratégias rápidas e precisas, tanto nos aspectos esperados e inesperados. Bona (2009) acrescenta que os jogos também contribuem na estimulação do raciocínio lógico e na autonomia, à medida em que os alunos levantam hipóteses, fazer inferências e tiram conclusões a partir dos resultados apresentados.



### 3.1 SOBRE O JOGO<sup>1</sup> “FECHE A CAIXA”

De acordo com as informações iniciais do jogo “Feche a Caixa”, ele foi baseado em um passatempo antigo criado por marinheiros da Normandia que o utilizaram durante as viagens e que, passando pelos portos iam ensinando aos moradores locais as regras, e assim o jogo ficou conhecido mundialmente.

O jogo pode ter até três jogadores que competem entre si onde cada um entra no jogo com 45 pontos. A caixa inicia com nove números consecutivos começando pelo número 1 (um) e terminando pelo 9 (nove), conforme mostra a figura 1 e 2.



**Figura 1:** Opções de números de jogadores



**Figura 2:** Executando o jogo

O objetivo é fazer o jogador fechar o maior número de caixas, perdendo o mínimo de pontos.

Após girar os dados e pará-los, cada jogador deve formar um número equivalente abaixando um ou dois números, somando-os ou não. A rodada termina quando o jogador encontra um número nos dados que não possa mais ser encontrado nos números ou na soma de dois números ainda não abaixados. Sendo assim o jogador deve passar sua vez e perderá

<sup>1</sup> Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/matematica/pratica-pedagogica/feche-caixa-428064.shtml>



a quantidade de pontos equivalentes a soma de todos os números ainda não abaixados. Ao final de cada rodada o jogador deverá fazer a soma e depois a subtração do resultado pelo número de pontos que possui, sendo que o jogo só continuará quando o jogador realizar todas estas operações corretamente. Este processo deve ser repetido até que todos os pontos acabem, sendo que o vencedor será o jogador que perder os 45 pontos por último.

#### **4 MÉTODOS E MATERIAIS**

A realização deste estudo partirá de uma pesquisa de campo não-probabilística, de caráter qualitativo, com 17 alunos da 6ª série do Ensino Fundamental II da Escola Estadual “Hosana Salles”, localizada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Primeiramente será aplicado um questionário de diagnóstico do perfil dos alunos, em relação ao uso e acesso a computadores e internet. Em um segundo momento será aplicada uma oficina utilizando um jogo digital chamado “Feche a Caixa”, disponibilizado com acesso livre no site da revista Eletrônica Nova Escola. Ao final da oficina os alunos responderão um questionário acerca das contribuições do jogo “Feche a Caixa” para a fixação dos conteúdos matemáticos relacionados às operações com números inteiros negativos, soma e subtração. Os resultados apurados serão transformados em percentuais e as justificativas serão apresentadas como uma forma de entender melhor a percepção de cada aluno acerca do uso dos jogos digitais nas aulas de matemática.

#### **5 ANÁLISE PARCIAL DOS DADOS**

Como o estudo ainda se encontra em andamento, nesta primeira parte da análise apresentaremos um breve perfil dos entrevistados. Os alunos do 6º ano do Ensino

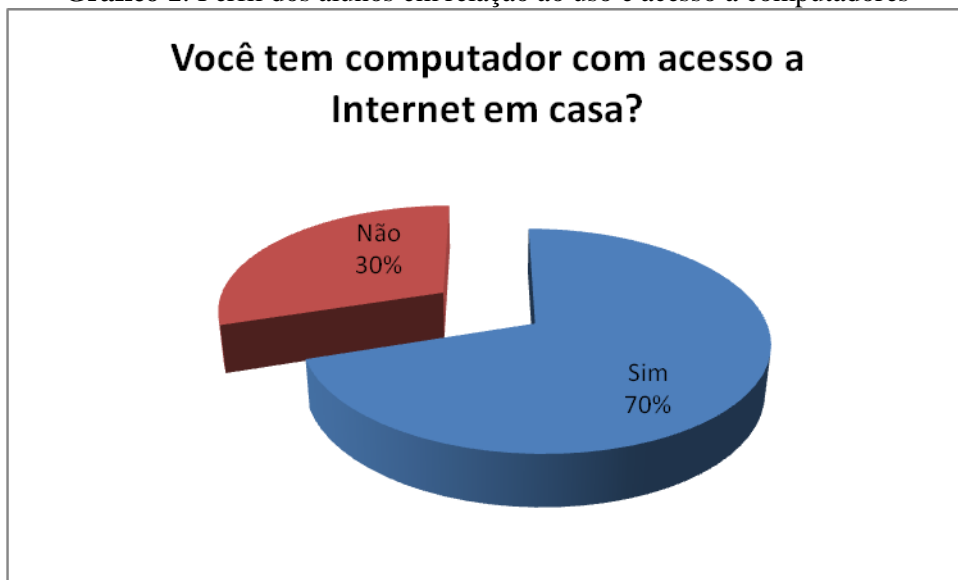




Fundamental da escola escolhida têm entre 12 a 14 anos, sendo 55% do sexo masculino e 45% feminino.

Nesse momento inicial foi realizado também um diagnóstico do perfil dos alunos, em relação o uso e acesso a computadores. Evidenciou-se que 70% dos alunos possuem computadores em casa e 30% não possuem mas disseram ter acesso sempre que precisam à casa de amigos, parentes ou *Lan houses*, conforme mostra o gráfico 1. Em relação ao grau de dificuldade dos entrevistados em utilizar os equipamentos eletrônicos como celular, tablet, computador, vídeo game e outros, 53% considerou ser “muito fácil”, 41% consideraram “fácil” e somente 6% disseram ser “regularmente fácil”.

**Gráfico 1:** Perfil dos alunos em relação ao uso e acesso a computadores



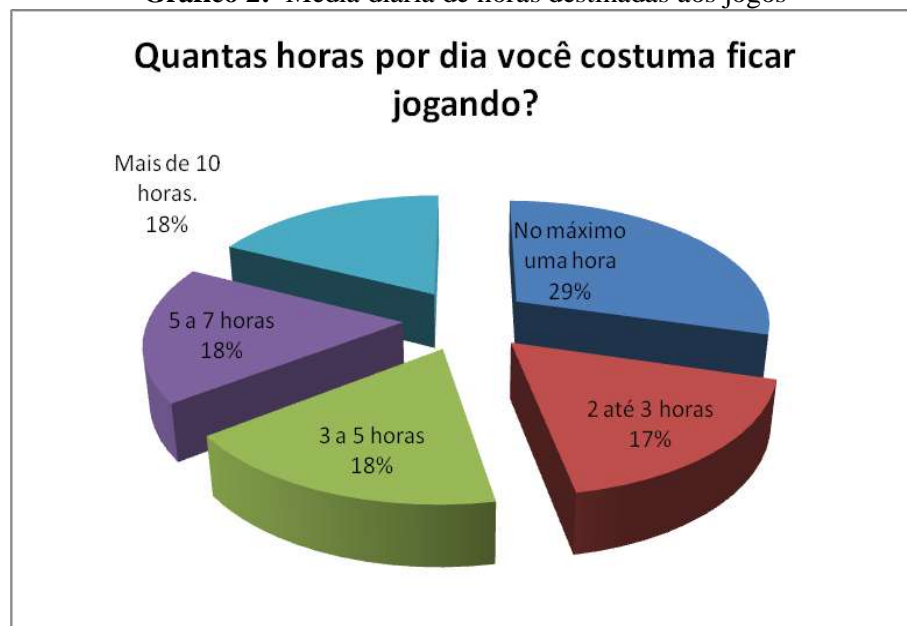
Conforme já citado, Prensky (2001) diz que nossos alunos são considerados nativos digitais, ou seja, nasceram em meio às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, por essa razão não encontram dificuldades em operar diversos equipamentos eletrônicos.



Ainda em relação ao uso dos computadores e similares perguntou-se o que eles costumam fazer quando estão conectados à internet. Entre as múltiplas respostas marcadas, 32% delas apontaram que eles costumam jogar, 32% usam as redes sociais como facebook, twitter e outros, 14% costumam usar os chats, 20% utilizam para fazer pesquisa escolares e apenas 2% utilizam para ler e-mails. Faz-se importante destacar também que os 32% que responderam que costumam entrar em redes sociais como facebook, twitter e outros, passam parte do tempo jogando nos aplicativos do facebook.

Em relação ao uso dos games, perguntou-se quantas horas por dia eles costumam ficar jogando. 28% disse se gastar no máximo 1 hora, 16% fica de 2 a 3 horas, 18% fica jogando de 3 a 5 horas, 19% dos alunos fica de 5 a 7 horas, e 19% mais de 10 horas por dia.

**Gráfico 2:** Média diária de horas destinadas aos jogos



Estes resultados confirmam a disposição dos alunos em se dedicar a uma atividade de sua preferência que por vezes, eles ficam horas conectados e que, por esta razão, às vezes



são considerados como viciados pelos seus pais e professores. Acerca dessa opinião, Prensky (2010) diverge quando diz que, aparentemente o que parece ser um vício, em várias situações é na verdade o desejo de vencer. Estes resultados sugerem que a utilização dos jogos eletrônicos no contexto educacional podem despertar no aluno um tempo maior de dedicação e atenção às atividades escolares.

## 6 RESULTADOS ESPERADOS

Como o estudo ainda se encontra em andamento, baseando-se nas hipóteses levantadas, acreditamos que a aprendizagem baseada em jogos digitais está de acordo com as necessidades e os estilos de aprendizagem da geração atual e das futuras gerações e que, por esta razão os alunos serão favoráveis à sua utilização durante as aulas de matemática ou como uma forma simples e prática de treinar os conteúdos seja na escola, por meio dos laboratórios de informática, em casa ou até mesmo por meio dos equipamentos eletrônicos móveis pessoais como tablets e *smartphones*, por serem de fácil acesso. Podemos acrescentar ainda que a aprendizagem baseada em jogos digitais pode ser adaptada a quase todas as disciplinas e habilidades a serem aprendidas, pois eles são versáteis e quando usados de forma correta podem se tornar extremamente eficazes trazendo benefícios a alunos, professores e instituição de ensino.

## REFERÊNCIAS

BONA, B. O. **Análise de Softwares Educativos para o Ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Experiências em Ensino de Ciências, Carazinho, v. 4, n. 1, p. 35-55, maio 2009. Disponível em:  
[http://www.if.ufrgs.br/eenci/artigos/Artigo\\_ID71/v4\\_n1\\_a2009.pdf](http://www.if.ufrgs.br/eenci/artigos/Artigo_ID71/v4_n1_a2009.pdf) . Acesso em: 06/10/2014.



CRAWFORD, C. **The Art of Digital Game Design**. Washington State University: Vancouver. 1982.

GREENFIELD, P. M. **Mind and media: the effects of television, computers and video games**. Oxford: William Collins, 1984.

222

GIRAFFA, Lúcia M. M. **Uma arquitetura de tutor utilizando estados mentais**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: CPGCC/UFRGS, 1999.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. 5ª Ed. [S.I]: Perspectiva, 2003.

PRENSKY, M. **Digital Natives, Digital Immigrantes**. In: PRENSKY, M. *On the Horizon*. NCB University Press, Vol. 9, nº 5, outubro (2001ª). Disponível em <http://www.marcprensky.com/writing>. Acesso em 06/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Não me atrapalhe, mãe – Eu estou aprendendo!** São Paulo: Phorte, 2010.

\_\_\_\_\_. **Aprendizagem baseadas em Jogos Digitais**. São Paulo: Senac, 2010.

REVISTA NOVA ESCOLA (online). **Ensino Fundamental: game online**. São Paulo: Editora Abril, 2014. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/matematica/pratica-pedagogica/fecha-caixa-428064.shtml> Acesso em 06/10/2014.



SCHUYTEMA, P. **Design de Games: Uma abordagem prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.



## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

SOUZA, Juciara Oliveira de  
*Estudante de Mestrado Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social*  
*Universidade Federal Fluminense*  
*juciara.oliveira@int.gov.br*

### Resumo:

A ciência e a tecnologia são temas cada vez mais centrais nas sociedades capitalistas contemporâneas. Os avanços científicos e tecnológicos são fundamentais para o desenvolvimento de um País, sua importância vai desde o desenvolvimento industrial, quebra de patentes, avanços na saúde até a influência no comportamento e cotidiano das pessoas. Neste sentido, as tecnologias da informação e comunicação, tais como as redes sociais, são poderosas ferramentas de comunicação e mobilização social. Este artigo analisa as interseções entre os movimentos ocorridos entre 2011 a 2013 nos Estados Unidos e Brasil e aponta para a relevância de uma cultura científica e tecnológica.

Palavras chaves: Ciência, tecnologia e sociedade

### Abstract:

Science and technology are increasingly central themes in contemporary capitalist societies. Scientific and technological advances are key to the development of a country, its importance goes from industrial development, breaking of patents, advances in health to influence the behavior and people's daily lives. In this sense, information and communication technologies, such as social networks, are powerful tools of communication and social mobilization. This article examines the intersections between the movements from 2011 to 2013 in United States and Brazil and points to the importance of a scientific and technological culture

Key words: Science; technology and society

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais ocorridos entre 2007 a 2011 nos países árabes, na Europa e Estados Unidos e, em 2013, no Brasil se propagaram e se alimentaram ancorados nas tecnologias de informação e comunicação – TIC's

As tecnologias da informação e comunicação foram fundamentais para a organização dos movimentos, para a mobilização da sociedade a divulgação e disseminação das notícias, das imagens, das plataformas, das agendas e dos acontecimentos em tempo real.

Desde a Revolução Industrial a autonomia e a competitividade de um Estado estão intrinsecamente ligadas à tecnologia e a partir do século XX aos indicadores de pesquisa e desenvolvimento.



Deste modo, compreende-se que a ciência e tecnologia (C&T) exerce um protagonismo nas discussões sobre o desenvolvimento sócio-político-econômico das sociedades e que, em razão disso, os rumos e os resultados das pesquisas científicas e tecnológicas têm sido cada vez questionados quanto aos seus usos e destinatários.

Neste sentido, em meados do século XX surgiu o movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS que surge, inicialmente nos países capitalistas centrais, com a percepção de que a o desenvolvimento científico e tecnológico não promovia o desenvolvimento social, segundo Auler, 2007

(...) o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico não estava conduzindo linear e automaticamente ao desenvolvimento do bem-estar social. (...) a degradação ambiental, bem como a tecnologia vinculada à guerra, fez com que Ciência-Tecnologia (CT) se tornassem alvo de um olhar mais crítico. Há especial destaque para o fato de que CT foram deslocadas do espaço da suposta neutralidade para o campo do debate político. (AULER, 2007:7-8)

Este artigo propõe identificar as tensões e similaridades de três movimentos sociais ocorridos em períodos de esgarçamento social: o ludismo ocorrido no início do século XIX na Inglaterra, no contexto da Revolução Industrial, na abordagem de Kirkpatrick Sale (1999), o *Occupy Wall Stree*, nos Estados Unidos, a partir da análise feita por Manuel Castell (2012), e os movimentos de rua ocorridos no Brasil, a luz de Glória Gohn, no contexto de sociedades capitalistas contemporâneas.

## **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E O CAPITALISMO**

A Revolução Industrial foi um dos períodos da história humana em que as tecnologias sacudiram violentamente a sociedade.

Karl Polanyi (1980) analisa no clássico *A grande Transformação: As origens da nossa época* que houve no século XVIII uma “convulsão social e tecnológica” gerada pela ideia de um mercado autorregulável, que solapou a Inglaterra. Esta “convulsão” acarretou um espantoso progresso dos instrumentos de produção que, por conseguinte, acelerou o processo produtivo e conduziu a invenções e ou inovações tecnológicas.

Durante os séculos XVIII e XIX naquele País ocorreram sucessivas mudanças, inclusive legislativas, que alteraram as relações de trabalho, a estrutura social e cultural daquela





sociedade. O trabalhador antes circunscrito a sua paróquia e a comunidade a qual pertencia, foi submetido a uma lógica de mercado distante do seu hábito e das relações de pertencimento. De acordo com Polanyi (1980)

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo de organização, uma organização atomista e individualista. (POLANYI, 1980:167)

A necessidade de uma mão de obra cada vez maior e mais rapidamente substituível nas fábricas levou ao rompimento dos laços comunais, ao esgarçamento do tecido social com conseqüente pauperização e miséria da sociedade na Inglaterra, naquele período.

O fato é que um conjunto de fatores, dentre eles mecanização no processo produtivo, levou os trabalhadores a uma situação de vida deplorável, abandonados a própria sorte.

No coração da Revolução Industrial do século dezoito ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma de uma catastrófica desarticulação na vida das pessoas comuns. (POLANYI, 1980:51)

É neste cenário que no final do século XVIII surgem na sociedade inglesa movimentos de resistência como o cartismo, cujo nome é uma referência a Carta do Povo, e o ludismo<sup>1</sup>. O ludismo caracterizava-se pela destruição das máquinas nas fábricas têxteis, pelos seus seguidores (Sale, 1999), que de modo geral, operários das fábricas têxteis ou desempregados.

Os luditas, chamados de quebradores de máquina, responsabilizavam a tecnologia pela mudança no *ethos* doméstico e comercial da sociedade, ou seja, pela desvalorização e mesmo fim do trabalho do artesão, pelo desprezo as formas tradicionais de produção, pelo êxodo rural, pelo desemprego, pela desestruturação familiar e pela ruptura dos vínculos sócio-afetivos comunais.

Este movimento pode ser considerado o embrião do movimento sindical e capitalizou toda a insatisfação e desestruturação de uma sociedade.

No final do século XIX a Revolução Industrial entrou na sua fase mais intensa e de transformações mais radicais, mudando os *habitus* tradicionais de mercado e de socialização,

<sup>1</sup> O movimento recebeu este nome em homenagem ao jovem operário Ned Ludd que teria sido açoitado a mando do patrão, por não ter executado uma tarefa corretamente. Em vingança o jovem teria destruído a máquina de tricotar meias em que trabalhava. O movimento teve fim em 1816.



foi o século das descobertas da psicanálise e do estreitamento da ligação entre a ciência, a tecnologia e o mercado.

O desenvolvimento tecnológico possibilitou a expansão da Revolução Industrial e consolidou as economias capitalistas. As descobertas científicas transformaram a vida das pessoas, contribuindo também para a dignidade e bem estar do ser humano, como para seu flagelo.

Após a Segunda Guerra Mundial houve massivos investimentos em C&T, aliados ao crescimento econômico e a reestruturação do mercado, com avanços nas pesquisas científicas que marcaram os anos seguintes: os investimentos na pesquisa aeroespacial, marcada pela rivalidade entre os países do bloco socialista e capitalista, investimentos massivos na indústria bélica, na automação industrial, nas tecnologias de computação e informática, atualmente conhecida como tecnologias de informação e comunicação.

Paralelo aos avanços em C&T, os países mais desenvolvidos consolidaram uma rede de proteção e bem estar social para seus cidadãos favorecido pelos acordos entre sindicatos e governos, entre sindicatos e patrões e de um conjunto de medidas universalizantes que foram implementadas e seguidas por governos de diferentes países e regimes políticos.

No entanto, a partir de 1970 os Estados de bem estar social entraram em declínio nos países desenvolvidos, criticados por um modelo de desenvolvimento com uso de tecnologias poluidoras e destruidoras do ambiente. Uma conjunção de fatores políticos e econômicos vai desembocar na crise do petróleo (guerra do Golfo) ou crise energética; no corte das políticas públicas de proteção social; recrudescimento das ditaduras latino americanas; avanço das economias asiáticas e seu modo de produção.

No Brasil, estes efeitos só vão surgir a partir de 1980. As décadas 1980, 1990 e 2000 foram de arrochos fiscais, desemprego e empobrecimento de grande parte das sociedades ocidentais e sucateamento do Estado. Todo este quadro de recessão não impediu o crescimento financeiro astronômico do setor financeiro e do capital especulativo, em especial, dos bancos o setor menos produtivo de uma economia multiplicava seus ganhos da noite para o dia a taxas exorbitantes<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> O filme americano *The pursuit of happiness*, em português *A Procura da Felicidade*, de 2006, protagonizado por Will Smith, é um retrato da década de 1980. No filme existe uma cena clássica em que um casal de jovens brancos, ambos sorridentes, passam em um carro conversível por uma fila gigantesca de maioria negra e pobre a espera por uma vaga para dormir em um abrigo público na década de 1980.



Países como Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Brasil, México viveram sob a dualidade cruel de um sistema de proteção ao capital especulativo e de desmantelamento das políticas para a sociedade e nos países do Oriente Médio o recrudescimento das ditaduras e falta de liberdade de expressão.

Pode-se dizer que foi um século que oscilou entre a crença e a descrença no mercado; entre o atomismo e a busca por formas tradicionais de participação; entre o fortalecimento e enfraquecimento das relações de trabalho; entre ditaduras e aberturas políticas. Marcado pelo aumento do nível de pobreza e de danos ambientais/ com avanços surpreendentes nas de sistemas de computação, informação e automação. Além de investimentos em pesquisas nucleares e atômicas, aumento do arsenal bélico, altas taxas de consumo e altíssimas taxas de transferência de renda para o setor financeiro.

Embora, as tecnologias sejam consideradas portadoras de futuro, facilitadoras do cotidiano e consideradas benéficas a sociedade a relação entre ciência, tecnologia e sociedade avança oscilando entre o ceticismo e o otimismo, em um movimento pendular que se alterna e vai se configurando em uma relação de tensão.

Muito embora, os avanços na área da medicina diagnóstica e da pesquisa científica, as tecnologias da informação e comunicação sejam uma realidade, há uma grande assimetria entre os países e dentro dos Estados, quando se relaciona os avanços e o acesso a eles e aos bens básicos.

Portanto, partindo da premissa que é função do Estado promover o bem comum, espera-se que os investimentos públicos em destinados a C&T retornem à sociedade e efetivem uma transformação na realidade brasileira.

Neste sentido, MacDowell (1988) apontou quatro aspectos da relação ciência e sociedade que deveriam ser objetos de reflexão por parte dos cientistas:

- 1) Aplicação da ciência com fins militares;
- 2) Impacto do avanço tecnológico e industrial no meio ambiente;
- 3) Distribuição dos benefícios resultantes do progresso científico e tecnológico;
- 4) Difusão da ciência e o problema da educação

Para o autor o cientista tem uma responsabilidade social quanto à destinação das suas pesquisas, ou seja, a quem interessa ou a quem serve os recursos investidos para as pesquisas desenvolvidas no País.



Preocupação que Max Weber (2007:32) em seu livro *Ciência e Política: duas vocações*, Weber externa **“qual o significado da ciência no contexto da vida humana e qual o seu valor?”**.

Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a significação, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico, tal como aliás, todos os outros elementos da civilização sujeitos à mesma lei? É o de que toda obra científica “acabada” não tem outro sentido senão de fazer surgirem novas “indagações”: ela pede, portanto, que seja “ultrapassada” e envelheça. (WEBER, 2007:29)

229

A pergunta feita por Weber no contexto das sociedades recém industrializadas e de ideologias personalistas, é a base dos quatro aspectos levantados por MacDowell (1988) e Motoyama (2002) para quem

O desenvolvimento tecnológico que temos hoje é capaz de suprir materialmente toda a população mundial, mesmo que ela tenha crescido para 6 bilhões de pessoas. Nós temos condições tecnológicas para resolver os problemas de pobreza e, na verdade, o custo desse aparato militar é muito maior do que o custo que teríamos para erradicar a pobreza, que seria o meio mais eficaz e seguro de obter a segurança e não com o investimento maciço em indústrias militares e nas questões militares. que respectivamente, aplicação da ciência com fins militares. (MOTOYAMA, 2002)

A função da ciência e tecnologia deveria ser distribuir seus benefícios a sociedade, mas a crítica de Motoyama, MacDowell e do movimento CTS é o distanciamento da C&T das reais necessidades de uma sociedade.

### ***Occupy Wall Street***

A relação entre a ciência, tecnologia e sociedade também está no cerne dos eventos mundiais que ocorreram entre 2009 e 2011 em diversos países, resultando no movimento *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, e no Brasil, em 2013, nas manifestações de rua e no movimento *Black block*.

O século XXI é conhecido como o século da sociedade em rede (Castells, 2005), no qual as tecnologias de informação e comunicação promovem ações de interferência no real a partir do virtual, como um cenário de desolação e de aprendizado das novas formas de organização e participação social. É neste panorama que o movimento *Occupy* vai se desenvolver.

O movimento *Occupy Wall Street*, ocorrido nos Estados Unidos em 2011, foi à expressão máxima de um processo de desencantamento e de esgotamento econômico e político



das sociedades ocidentais e orientais. Foi a constatação de que o 1% mais rico não podia representar os 99% que sustentavam o caos social.

A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007. O crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década. O setor financeiro apropriou-se da maior parte dos ganhos de produtividade, com sua parcela dos lucros crescendo de 10% na década de 1980 para 40% em 2007, e o valor de suas ações subiu de 6% para 23%, apenas de ele empregar apenas 5% do total da força de trabalho. (...), o 1% mais rico apropriou-se de 58% do crescimento econômico nesse período. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%. O salário de um diretor executivo era cinquenta vezes maior que o do trabalhador médio em 1980 e 350 vezes em 2010. (CASTELLS, 2013:117-118)

Este movimento se utilizou da alta tecnologia e para sacudir a anemia da participação social.

O conhecimento que gera tecnologia de ponta, apropriada por megas corporações, produzida por altos salários, estava construindo um movimento de resistência da sociedade consumidora desta tecnologia, no entanto alijada do processo decisório, desencantada e assistindo o empobrecimento de suas vidas e de suas comunidades.

Esta é a perspectiva de um movimento que usa das armas do capital para manifestar-se sobre ele, mas não acabar com ele.

O movimento conseguiu promover a participação da sociedade. As pessoas saíram de suas zonas de conforto para a zona do estranhamento, estranhamento inclusive por terem de saírem de trás das máquinas, *notebooks*, *palm tops*, celulares e se revelarem numa velocidade estonteante.

Assim, aquele que não estava na rua acompanhava *on line* o que acontecia e era compelido a participar, solidarizar-se e compartilhar divulgando e fomentando o movimento através da internet, hashtags, das plataformas webs elaboradas especificamente para o movimento. Razão pela qual Castells chama de rede.

Occupy Wall Street nasceu digital. O grito de indignação e o apelo à ocupação vieram de vários blogs (Adbusters, AmpedStatus e Anonymous, entre outros) e foram postados no Facebook e difundidas pelo Twitter. A Adbusters registrou a hashtag #occupywallsrteet em 9 de julho de 2011 e o incluiu no primeiro apelo à manifestação veiculado em seu blog, que era ligado ao seu grupo no Facebook, em 13 de julho. Grupos e redes de ativistas atuando na internet ouviram e divulgaram o chamado, além de tecerem comentários em apoio à iniciativa. Boa parte da primeira leva de tuítes no mês de julho chegou



da Espanha, onde o movimento dos indignados encontrava uma nova esperança no planejado confronto direto com o núcleo do capital financeiro, com a expansão do movimento, o Twitter tornou-se a ferramenta fundamental para a comunicação interna nos acampamentos, assim como para conectá-los a outras ocupações para o planejamento de ações específicas. (CASTELLS, 2013: 130-131)

O *Occupy* inovou ao trazer para o centro do movimento social o uso intensivo das TIC's, *vis a vis* a internet, plataformas virtuais,. Neste sentido percebe-se um movimento antropofágico, ou seja, o homem se apropriou das tecnologias de favorecimento do capital para mobilizar-se. Em suma, aquilo que seria o antídoto para a mobilização social, tornou-se remédio para a anemia social, uma tecnologia que foi aplaudida pelo capitalismo por possibilitar que o trabalhador poderia trabalhar sozinho *all the time* a custos reduzidos, independente e onde quer que estivesse aprisionando em qualquer lugar a força de trabalho.

Castells, no entanto, salienta que embora as tecnologias tenham sido o espaço de difusão, de convocação e manutenção dos movimentos, estes só tiveram êxito porque as pessoas se identificaram e aceitaram a proposta de saírem às ruas, aderiram ao chamamento e se propuseram a buscar o coletivo para manifestar o seu descontentamento<sup>3</sup>.

(...) a tecnologia é condição necessária mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes, ou seja, na difusão de redes em todos os aspectos da actividade na base das redes de comunicação digital. (CASTELLS, 2005:7)

O ser humano é o agente de transformação das sociedades é por meio dele que as tecnologias, avanços e processos se materializam.

## **A TECNOLOGIA E AS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL**

Após um período de apatia, em que neoliberalismo logrou a desarticulação de movimentos sociais e sindicais, Gohn (2014) analisa que os movimentos voltam a surgir, com outras configurações, novos atores e demandas.

Em 2013 o Brasil assistiu e alguns estados vivenciaram uma série de manifestações de rua, não vistas desde o movimento dos caras pintadas e, assim, como ocorreu nos países árabes,

<sup>3</sup> A participação e aceitação da sociedade em ir as ruas *Occupy*, Primavera e Indignados e, embora o Brasil não estivesse na análise de Castels, inclui o *Black bloc*, guardadas as diferenças, motivações e especificidades do movimento que só aconteceu nem 2013, foi o que fez a diferença.





na Europa e nos Estados Unidos, o chamamento a participação se deu com as novas tecnologias de informação e comunicação.

A internet foi a protagonista de todo o movimento, sendo o maior instrumento de divulgações de imagens e textos em tempo real. Bastava estar conectado a internet para ser possível do celular, *palm top*, *tablet* e computador assistir a passeatas, prisões, atos públicos, convocar apoio da sociedade e resistências.

As manifestações têm início contra o aumento das passagens de ônibus com o slogan “não é pelo 1%” tomou conta de outras categorias e das quais emergiu o grupo *black bloc*, assim como acontecera em outras partes do mundo, a sociedade organizada passou a utilizar a tecnologia para se articular, mobilizar e divulgar suas pautas reivindicatórias, no entanto sua agenda, motivações e reivindicações eram específicas em cada região do país, bem como dirigidas a determinados atores do cenário público e político brasileiro.

(...) os movimentos brasileiros diferenciam-se dos Indignados da Europa, especialmente Espanha, Portugal e Grécia, países em profunda crise econômica causada pelas políticas neoliberais de ajustes fiscais, controle e monitoramento exercido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu, acirrando a onda de desemprego, com retirada de direitos sociais, corte de salários, dispensa de funcionários públicos etc. Os Indignados brasileiros diferem mais ainda dos movimentos da Primavera Árabe devido à frágil democracia e forte controle social que predominam na maioria daqueles países e as relações entre política e religião via o islamismo. Finalmente os Indignados nacionais diferem do Occupy Wall Street não só porque adotaram formas diferentes de ação, mas porque tiveram, no início, uma pauta específica: contra o aumento da tarifa do transporte público e pela tarifa zero. Eles não ocuparam um território específico, optando por passeatas; nem realizaram bloqueios - tática que passou a ser utilizada depois, em atos que deram sequência às manifestações de junho, em movimentos de caminhoneiros, motoboys, e no Dia Nacional de Luta (11 de julho de 2013), organizado por nove centrais sindicais, pelo MST, pela UNE, movimentos populares de moradia etc. reunindo mais de 100 mil pessoas no país. (GOHN, 2014)

Toda a organização e mobilização social foram realizadas graças aos avanços nas TIC's, possibilitando novas formas de interação social. O que leva a pensar no alcance da tecnologia e nas possibilidades que pode ter para o desenvolvimento social, na educação, na comunicação, saúde, na participação e ações coletivas. Segundo dados do IBGE, em 2011, 115,4 milhões de brasileiros possuíam celular representando 69,1% da população com mais de dez anos.

Para se ter uma dimensão da capilaridade do movimento utilizando esta ferramenta, as manifestações de junho no Brasil, ocorreram em 12 capitais e várias cidades de médio porte do





país, na avaliação de Gohn (2014), os movimentos as manifestações de junho de 2013 tiveram uma importância significativa, pois contou com a adesão da sociedade e contou com a participação de mais de um milhão de pessoas em todo o país:

(...) uma onda de manifestações populares em ruas, praças e avenidas com similares na história do país apenas em três momentos: em 1992, no impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello; em 1984, com o movimento Diretas-Já, na luta pelo retorno à democracia, durante o regime militar; e nos anos de 1960, nas greves pré-golpe militar de 1964 e nas passeatas estudantis de 1968. (GOHN, 2014)

Embora, tenhamos assistido no Brasil a mobilização da sociedade em torno de temas sociais básicos, o uso da tecnologia por si só não promove a criticidade.

Neste sentido, Caldas (2011) destaca os estudos no campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS “**que discute a comunicação científica numa perspectiva analítica**” e a importância da sociedade para a formação de uma cultura científica, segundo a autora,

Numa sociedade em rede, em que a informação circula em diferentes espaços virtuais e presenciais, o papel da mídia no processo de democratização da ciência é essencial. Nas sociedades contemporâneas, para que a população em geral possa tornar-se sujeito de suas ações e participar, efetivamente, nos processos decisórios em temas de natureza política, cujos efeitos e impactos cotidianos permeiam a vida de todos, a educação científica e a formação de uma cultura científica são essenciais para o exercício crítico das políticas públicas de CT&I e da produção científica.(CALDAS, 2011:22-23)

No entanto, há um enorme abismo entre a disseminação científica e a apropriação deste conhecimento. Em pesquisa realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, em 2007, os resultados demonstraram que os jovens têm acesso e dominam as TIC's, no entanto, não são capazes de uma postura mais crítica em relação à ciência e tecnologia.

As tecnologias embora facilitadoras, não substituem a interação humana para a transformação da sociedade. As escolas públicas e da rede privada utilizam cada vez mais os recursos das TIC's, palataformas *webs*, *softwares* educativos, redes sociais, páginas de pesquisa, aplicativos em celulares e computadores pessoais, mas os alunos ainda não conseguiram dar um salto na utilização desta ferramenta para autonomia e **Conclusão**

Os movimentos ludita, *Occupy Wall Street* e as manifestações de rua no Brasil têm em comum o retrato de sociedades que enxergaram na tecnologias um instrumento de dominação e não de emancipação.



Os avanços científicos e tecnológicos não se traduziram em progresso social, nem dignidade de vida e distribuição de renda. Os benefícios ainda estão circunscritos as grandes corporações e aos interesses de uma lógica de mercado.

Um outro ponto de interseção é o fato de que apesar de muito criticado, não se pleiteou outro modelo econômico, mas se exigiu a superação dos nós deste sistema - nas políticas públicas de base – como educação, saúde, moradia, emprego, transporte e bem estar social.

A relação ciência-tecnologia e sociedade ocorre tensa e intensamente oscilando entre o ceticismo e a positiva expectativa, não existe a supremacia da tecnologia e nem sua isenção, o ser humano continua a ser e ter a chave para a transformação da realidade. Pois, o homem é o agente revolucionário, é ele quem vai para a rua reivindicar e vocalizar suas incertezas e insatisfações

Se este novo formato de mobilização e movimento social permanece ou não, não é o objeto deste trabalho, o que se coloca é a importância da tecnologia no movimento social, na possibilidade de usá-la para transformar a realidade.

A ciência e a tecnologia estão presentes na arte, na saúde, na educação, na informação, na comunicação, na habitação, agricultura, entre outras áreas da maior importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade.

Ademais, o principal papel e desafio da ciência e da tecnologia é que o seu progresso diminua as desigualdades sociais, distribuindo seus benefícios a toda sociedade e contribua com uma sociedade mais equitativa, promovendo a dignidade e o bem estar do ser humano.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AULER, Décio. Enfoque Ciência-Tecnologia sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. *Ciência & Ensino*, vol. 1, número especial, novembro de 2007. 1-20. Disponível em: [prc.ifsp.edu.br/ojs/index.php/cienciaeensino/article/viewFile/147/109](http://prc.ifsp.edu.br/ojs/index.php/cienciaeensino/article/viewFile/147/109), acesso em 29/11/2014.

CALDAS, Graça. Mídia e Políticas Públicas para a Comunicação da Ciência. *In: PORTO, Cristiane de Magalhães, BROTAS, Antonio Marcos Pereira, BORTOLIERO, Simone Terezinha (org). Diálogos entre ciência e divulgação científica. Leituras Contemporâneas.* Salvador. Ed. UFBA. 2011. 19-36

CASTELLS, Manuel, CARDOSO, Gustavo (Org). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política.* Debates da Presidência da República. Disponível em:



[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf), acesso em 08/08/2014

CASTELLS, Manuel. Occupy Wall Street: estraindo o sal da terra. In: Rede de indignação e esperança. Movimentos Sociais na Era da internet. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 157-177.

GOHN, Maria da Gloria. Pluralidade da representação na América Latina. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000100005&script=sci_arttext), acesso em 31 maio 2014.

MACDOWELL, Samuel. Responsabilidade social dos cientistas: natureza das ciências exatas. *Estud. av.*, São Paulo, v. 2, n. 3, Dez. 1988. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 maio 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300005>.

MOTOYAMA, Shozo. As guerras e o desenvolvimento científico. Entrevista. Disponível em: <http://www.comciencia.br/entrevistas/guerra/motoyama.htm>, 2002. Acesso em, 28/11/2014.

NICOLELIS, Miguel. Sem democratizar a ciência não há soberania nem democracia. Entrevista 15 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2012/02/sem-democratizar-a-ciencia-nao-ha-nem-soberania-nem-democracia/>, acesso em 27/05/2014.

POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SALE, Kirkpatrick. Inimigos do Futuro. In: A guerra dos luditas contra a revolução industrial e o desemprego. Ed. Record, 1999.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: Ciência e Política duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.17-52 p.



## **POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES(AS) NO BRASIL: PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA**

CUNHA, Kátia Silva

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA*

*E-mail:kscunha@gmail.com*

NASCIMENTO, Cícera Maria do

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA*

*E-mail: escolitora.lp@gmail.com*

236

### **RESUMO**

Neste artigo nos propomos analisar, a partir do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), como as propostas para formação de leitores(as) de literatura, a serem desenvolvidas em contexto escolar, contribuem na promoção da cidadania plena destacada no PNLL, considerando a hegemonia da atual política educacional brasileira, pautada nos índices de desempenho. Nesse intento, a partir da revisão bibliográfica do conceito de política pública, tendo em vista que o PNLL faz parte da atual política pública de leitura do Brasil; apresentaremos o(s) conceito(s) de cidadania que emergem do PNLL para a partir, dessas definições dialogarmos com as considerações de Antônio Cândido (2004) sobre as relações da escola com o direito de acesso à literatura e com Eveline Algebaile (2009) sobre o robustecimento da escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública de leitura. Plano Nacional do Livro e Leitura. Leitura em contexto escolar.

### **ABSTRACT**

In this article we propose to analyze, from the National Book and Reading Plan (PNLL) as the proposals for formation of readers the literature, to be developed in schools, contribute to the promotion of full citizenship highlighted in PNLL considering the hegemony of the current Brazilian educational policy, based on performance indices. In this attempt, from the literature review of the concept of public policy, given that the PNLL is part of the current public policy reading of Brazil; the present (s) concept (s) of citizenship emerging from PNLL to leave, these definitions dialogue us with considerations of Antonio Candido (2004) on the school's relations with the right of access to literature and Eveline Algebaile (2009) on school toughening.

**KEYWORDS:** Public reading policy. National Plan for Books and Reading. Reading in schools.



## INTRODUÇÃO

Objetivando ilustrar o percurso que culminou com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), apresentaremos um breve panorama histórico da política do livro e leitura no Brasil. Destacamos que, mesmo sendo o contexto escolar, de acordo com o PNLL um espaço de destaque para a implementação das ações para formação de leitoras(es), nesse artigo, dadas as nossas intenções, não aprofundaremos as múltiplas feições tomada pela categoria leitura, no currículo escolar.

O Plano Nacional do Livro e Leitura brasileiro está inserido, no cenário da América Latina, em articulação com as pretensões econômicas e políticas que o Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e no Caribe (CERLALC) vem implementando na região desde o início da década de 1970. Tendo sua fundação financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o CERLALC representa a política dessa organização de instituir nas regiões da periferia econômica centros de referência que deveriam criar as condições necessárias para a produção e circulação da mercadoria livro.

Além da Colômbia com o CERLALC, que representaria a América Latina e posteriormente o Caribe, países como Japão, Paquistão e Camarões tiveram estimulada a criação de seus centros que, de acordo com as pretensões da UNESCO poderiam fortalecer a cooperação no campo do livro e da leitura em regiões escolhidas de acordo com afinidades idiomáticas, históricas e culturais.

Um dos argumentos apresentados pela UNESCO para justificar a urgência da criação desses centros está pautado na fala de um dos seus representantes, Émile Delavenay:

A alfabetização, para ser definitiva, deve ficar coroada pela aquisição do gosto pela leitura; mas esta aquisição não é possível se não se dispõe de um mínimo de livros que permita às pessoas recém alfabetizadas saciar sua fome exercitando seu talento... Para que não se agrave o desequilíbrio entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, é preciso resolver rapidamente as dificuldades do acesso ao livro, que freiam os esforços de educação (LÓPEZ, 2011, p. 22).

Podemos perceber, nesse argumento, a educação e a leitura tomadas como fator de desenvolvimento humano e o não acesso ao livro como barreira para uma educação bem sucedida. Interessante destacar que, o período histórico que se instituiu o CERLALC foi



marcado pelos governos ditatoriais militares em muitos dos países da América Latina e do Caribe, logo, com regimes de controle ao acesso de bens culturais, dentre eles o livro.

Na década de 1980 se intensifica as críticas dentro do próprio CERLALC, impulsionadas por críticas externas, às políticas de incentivo ao livro, apontando-se que havia uma preponderância dos aspectos econômicos e para a necessidade do investimento social da leitura. Fruto dessas pressões, ganham corpo as ações de estímulo para que os países membros criem as suas políticas sociais para o livro, leitura e bibliotecas, tendo como marco simbólico a declaração de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura. Em 2007 publicou-se o “Guia para o Desenho de Planos de Leitura”. Guia onde foram sistematizadas as experiências da Argentina, do Brasil, da Colômbia, de Cuba, do Equador, de El Salvador, da Espanha, do México e da Venezuela nas suas campanhas nacionais de criação de políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas (LÓPEZ, 2011).

Nesse contexto, o Plano Nacional do Livro e Leitura emerge na tentativa do Estado Brasileiro apresentar respostas positivas às reivindicações não somente do CERLALC, mas também dos movimentos sociais e da sociedade civil brasileira, sendo um marco na busca de consolidação de políticas públicas de leitura no Brasil.

Resultado da parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, por meio da Portaria Interministerial nº 1.442 de 10 de agosto de 2006. Nele são apresentadas ações de leitura e cultura que se propõem ressignificar as práticas sociais e culturais com o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas; nortear ações para formação de agentes de leitura; estimular o comprometimento da sociedade civil organizada; assim como, buscar estratégias para responsabilizar estados e municípios na efetivação das propostas apresentadas no documento. O documento também enfatiza a influência da leitura na construção de sociedades democráticas e no exercício da cidadania.

## **POLÍTICA PÚBLICA E O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA**

O Plano Nacional do Livro e Leitura não se constitui sozinho enquanto política pública, mas como um dos mecanismos pelos quais busca-se consolidar uma política pública para o livro, a leitura e as bibliotecas no Brasil. Espera-se que a partir dele sejam criadas as condições concretas para que a sociedade tenha acesso ao livro e à leitura de forma mais eficaz, sendo garantido o direito humano de ter condições de acesso a produção cultural da humanidade.



Nesse sentido partilhamos a contribuição de Ferraz (2013, p. 39), ao afirmar que: “Não é por estar inscrito na Lei que um direito se efetiva. Mas por estar na Lei, um direito abre o universo de reivindicação”. Destacamos que em contexto geral, uma política pública depois de criada independe de governos para existir. É a efetivação do plano e as ações por esse possibilitadas que dão corpo à política pública. Por isso que, conforme o grupo governamental e os interesses que enfatiza, mesmo a política existindo formalmente, não é garantia de que irá atender ao que se propõe (DIAS; MATOS, 2012). Nesse sentido assinalamos que um elemento fundamental, para que as ações que dão corpo a uma política pública se materialize, é a disponibilidade de recursos econômicos, para que, por meio desses, seja viabilizada a construção da estrutura necessária ao desenvolvimento e à efetivação dessas ações. Como por exemplo, formação de um quadro de recursos humanos capaz de planejar, encaminhar e desenvolver o aparato necessário para a ação.

No percurso da construção de uma política de leitura sólida em relação ao Plano Nacional do Livro e Leitura, a ministra da Cultura, Ana Wanzeler anunciou no dia 18 de novembro de 2014: "Estamos caminhando a passos firmes para a consolidação de uma política pública de fomento à leitura no Brasil. Em breve o Projeto de Lei do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), construído em diálogo com a sociedade, estará no congresso, onde deve encontrar o apoio e a agilidade que merece para a votação"<sup>1</sup>.

Para Behring e Boschetti (2011) as políticas públicas sociais tem no Estado um dos agentes para reivindicação como direito, no entanto, as reivindicações envolvem instituições públicas e privadas permeadas pelas relações entre classes e seus segmentos.

Conforme Gomes (2011) as políticas públicas são contextualizadas nas disputas sociais para a distribuição ou transformação dos bens coletivos, mas especialmente de disputas políticas e econômicas interessadas e permeadas pela relação do Estado com as diversas forças da sociedade.

Isto significa reconhecer que em muitas formações sociais o Estado é, a partir da relação que constrói com os movimentos sociais organizados, com os grupos de interesses, com interpretação que formula das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais e pelo lugar que ocupa na estrutura social, o núcleo imprescindível aos processos de concentração e redistribuição do poder social, a partir das políticas públicas (GOMES, 2011, p. 29).

<sup>1</sup> Pronunciamento realizado em evento de entrega do Prêmio Jabuti no Auditório Ibirapuera em São Paulo. Disponível em: [ww.cultura.gov.br/noticias-destaques/](http://ww.cultura.gov.br/noticias-destaques/). Acesso em 25 de novembro de 2014.





Afirmar que as políticas públicas são isentas das lutas sociais empreendidas no contexto histórico das sociedades nas quais estão inseridas é afirmar que as ações políticas são definidas de forma desinteressada, objetivamente. Essa é uma compreensão que consiste num equívoco, pois as políticas públicas estão imbricadas pelas visões de mundo e interesses dos grupos e classes que impulsionam o movimento que lhe dá corpo. Dessa forma, a abordagem que consideramos ao nos referirmos ao Plano Nacional do Livro e Leitura, contempla a compreensão de que, o PNLL é resultado da luta e articulação de diversos movimentos sociais e políticos da sociedade, conforme o próprio documento ressalta (BRASIL, 2006, p. 9). E não um texto redigido com base nos parâmetros de uma pretensa objetividade.

É nesse sentido que abordaremos a efetivação de ações de leitura em contexto escolar considerando os seguintes eixos do PNLL: democratização do acesso; fomento à leitura e a formação de mediadoras(es); enquanto princípios para o exercício da cidadania.

No entanto, a efetivação de ações que contemplem esses eixos se deparam com contradições no contexto escolar, haja vista que as políticas de cunho neoliberal que também perpassam a escola através da cobrança de índices de desempenho pautados na meritocracia e na competitividade, dificultam a criação de ambientes que possibilitem a formação de um leitor(a) crítico, tendo em vista que esse é um saber que não pode ser quantificado, muito menos em curto prazo.

Nas últimas décadas, em grande parte dos países da América Latina, dentre eles o Brasil, vem sendo desenvolvida por seus governos uma estrutura econômico-social neoliberal. No cenário desses países o que se sobressai são os altos índices de desigualdade social e econômica, a ausência da oferta de serviços públicos que garantam a efetivação dos direitos econômicos, sociais e coletivos da população e o estabelecimento de políticas sociais assistencialistas de caráter compensatório (GOHN, 2005). Nesse contexto, ao que se refere às políticas públicas de leitura, há uma legislação e planos de ação que do ponto de vista formal estão bem estruturados. Entretanto, mesmo com uma base legal e planos bem estruturados tecnicamente, a efetivação das ações marcadamente sociais e culturais por parte do poder público são inconsistentes, especialmente quando não acompanhadas pela sociedade civil organizada.



## CONCEITO DE CIDADANIA NO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

O Plano Nacional do Livro e Leitura enfatiza a influência da leitura na construção de sociedades democráticas e no exercício da cidadania. Ao fazer referência ao papel de destaque que a biblioteca e a formação de mediadores representam para o desenvolvimento social e da cidadania, o PNLL ressalta que: “Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade” (BRASIL, 2006, p. 16), sendo que:

O desafio de tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros exige ações como as que o MEC vem promovendo e precisa ir além. Este é um dos sentidos do PNLL: agregar todos os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um (MARQUES NETO, 2010, p. 29).

Ao assinalar a política para acesso ao livro e à formação de leitoras(es) de literatura literária que visam o contexto escolar enquanto sustentáculo para o fortalecimento da democracia e a promoção da cidadania (BRASIL, 2006), trazemos o sentido de cidadania enquanto condição de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade e dentre esses bens o texto literário enquanto possibilidade de fruição, inclusive conforme o texto do Plano Nacional do Livro e Leitura apresenta:

A partir do ato da leitura podemos então desenvolver um certo número de operações cognitivas, hierarquizando os argumentos, comparando os enunciados, descartando idéias que pouco nos agradam, destacando outras e colocando aquelas que mais apreciamos em contato com idéias e enunciados de outros livros, de outros temas, de outros autores, de outros mundos (BRASIL, 2006, p. 2).

Conforme Pinsky, “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2013, p. 9). Assim considerada, a cidadania foi tomada de múltiplos sentidos ao longo da história ocidental partindo dos hebreus até os nossos dias. Entretanto, foi a consciência histórica da desigualdade, desencadeada a partir século XVII e que impulsionou as revoluções burguesas que apresentou as condições históricas onde floresceu o conceito de cidadania que nos debruçamos na atualidade. No cerne desses movimentos estava a reivindicação por condições de vida justa,



baseada nos direitos civis e políticos. Marcos dessa postura foi a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa. A partir desses marcos da história ocidental o conceito contemporâneo de cidadania vem se configurando.

Portanto, a definição de cidadania, no nosso tempo, está imbricada no seio das lutas pela consolidação dos direitos sociais, que vieram à tona no século XX. Mesmo que, de acordo com o entendimento dos direitos humanos (BOBBIO, 1992), não se possa pensar na garantia de direitos quando estes são apresentados de forma fragmentada. É com o advento das pressões sociais, intensificadas no século XX, que fica marcada as condições para a consolidação da cidadania plena enquanto expressão concreta do exercício da democracia para homens e mulheres.<sup>2</sup>

Compreendemos que, a perspectiva da promoção da cidadania justificada pelo CERLALC dialoga com a perspectiva destacada no PNLL, haja vista que, o Plano constitui um dos marcos que o Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e no Caribe destaca como parte da sua política de enfrentamento aos desafios da sociedade da informação.

No que se refere à promoção da cidadania, o CERLALC se coloca como agente de incentivo e acompanhamento de projetos desenvolvidos por seus países membros “que tenham relação com a leitura e com a escrita e a liguem à autoestima, à inclusão social, à criatividade e à participação cidadã” (LÓPEZ; HOYOS, 2011, p.103). Considerando que esse discurso está a serviço dos organismos internacionais financiadores da educação enquanto mercado, além de lembrarmos que a UNESCO sendo a principal articuladora da instituição do CERLALC, como já destacado neste texto, é um desses organismos multilaterais, inferimos que um dos limites da cidadania por ela apresentada, poderia ser, a carência de conceituação clara para o termo, como justificamos anteriormente, a concepção de cidadania do CERLALC se assemelha a descrita no Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil.

A seguir transcrevemos um dos trechos do PNLL onde se faz referência às condições para o desenvolvimento da cidadania:

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização

<sup>2</sup> Termo utilizado por Jaime Pinsky que destaca: “Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.” (PINSKY; PINSKY, 2013, p.9).



social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL, 2006, p.8).

Nesse sentido torna-se ainda mais desafiante a efetivação da política de leitura brasileira que propõe objetivos ousados, mas ao concomitantemente está permeada de contradições. A seguir apresentamos alguns elementos que permeiam essas contradições.

## O DIREITO DE ACESSO À LITERATURA

Nas últimas décadas no Brasil, programas apresentados pelo governo federal tentaram sanar o abismo que há entre a leitura literária e a escola. Dentre esses destacamos o Proler<sup>3</sup> e Plano Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE), instaurado em 1997. Com o PNBE, o Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), investe em programas de promoção e incentivo à leitura, dando ênfase à distribuição de acervos para as escolas. Ênfase essa que compromete o acesso ao livro, até porque, diante da ausência de espaços físicos e profissionais formados para a mediação da leitura, o livro não chega a quem lhe é de direito.

De acordo com pesquisa em documentos oficiais, sobre as concepções de políticas de Biblioteca Escolar no decorrer da história da educação no Brasil, Claudia Alonso destaca que: “[...] a biblioteca escolar é considerada como um espaço privilegiado para a democratização da cultura, chamando a atenção para a necessidade de acesso e de mediação do professor e do profissional responsável por esse espaço” (ALONSO, 2007, p. 74).

No entanto, mesmo considerada oficialmente enquanto espaço privilegiado para a democratização da cultura, na maioria das vezes, as Bibliotecas Escolares são alvo da invisibilidade no contexto escolar, tendo os ensaios de desenvolvimento de alguma atividade de estímulo à leitura literária enquanto direito humano, suprimidos.

Antonio Cândido (2004), ao definir e defender o direito à literatura destaca:

<sup>3</sup> O PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura – é um projeto de valorização social da leitura e da escrita vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e ao MINC – Ministério da Cultura. Presente em todo o país desde 1992, o PROLER, através de seus Comitês, organizados em cidades brasileiras, vem se firmando como presença política atuante, comprometida com a democratização do acesso à leitura. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/index.htm>>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.



[...] a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou a negação deles, com a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (CANDIDO, 2004, p. 20).

Além da contradição entre a perspectiva para a formação de uma sociedade leitora, inclusive se considerando a escola enquanto organização fundamental para o sucesso desse objetivo, explicitado no PNLL e as políticas educacionais hegemônicas no Brasil, nos debruçamos na questão de que a literatura literária, sendo arte, é considerada pela escola como subversiva, pois apresenta possibilidades de instigar os sujeitos a interlocuções efetivas com o meio social, estimulando-os à criatividade e à crença de que a realidade é passível de mudança. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas, pois “[...] nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco” (CANDIDO, 2004, p. 18).

Segundo (PAIVA, 2005), a construção do prazer pela leitura literária não se dá sem uma mediação articulada. Neste caso, a mediação deve se propor ao desenvolvimento de habilidades leitoras, pois o puro discurso da leitura por prazer, pode se perder ou na complexidade do texto que distancia o leitor(a) em dado momento, ou senão pela pura falta de atrativos, desafios. Nesse sentido as ações que buscam a formação leitora consideram que “quando falamos de livro e leitura falamos, portanto, de expansões e de potencialidades” (BRASIL, 2006, p. 4). Desafio que se coloca nas ações planejadas e desenvolvidas no contexto escolar, haja vista, os elementos já destacados a respeito da instrumentalização da leitura literária que historicamente se apresenta na escola, assim como no âmbito exigências apresentadas pelas políticas educacionais hegemônicas na atualidade.

## **O DIREITO DE ACESSO À LEITURA LITERÁRIA E O ROBUSTECIMENTO DA ESCOLA**

As políticas de cunho neoliberal que também perpassam a escola através da cobrança de índices de desempenho pautados na meritocracia e na competitividade, onde a criação de ambientes que possibilitem a formação de um leitor(a) crítico encontra resistências, tanto pelo projeto de educação que tem se firmado nas escolas, como pelo tratamento que a leitura literária recebe no contexto escolar, onde a ênfase na pedagogização dos textos aparece como



contradição em relação as possibilidades de uma leitura compromissada com a leitura do mundo e as significações que o sujeito leitor lhe confere, sendo, muitas vezes, tornada centro para execução de exercícios didáticos.

Identificamos aqui um dos indícios do que Eveline Algebaile (2009) denomina de robustecimento da escola pública. Na perspectiva da discussão que aqui apresentamos, o robustecimento concerne na responsabilização da escola pela formação de leitoras(es) que estejam aptos ao exercício da cidadania ao mesmo tempo em que a escola é chamada a atender diversas outras demandas, dentre elas os índices de desempenho, a segurança, a erradicação da marginalidade, etc.

Um elemento ilustrativo das consequências do robustecimento da escola através de diversas políticas sociais é a incapacidade física estrutural para atender as demandas das atividades, em alguns casos desarticuladas entre si, que alunas(os) têm a obrigação de participar. Nesse contexto, desenvolver ações de estímulo à formação leitora e acima de tudo a formação de leitoras(es) capazes de exercitar a leitura criticamente se apresenta como um desafio. Ainda mais quando a maioria das escolas brasileiras não dispõem de espaço físico para instalar bibliotecas<sup>4</sup>; profissionais com formação adequada à mediação entre os suportes de leitura e o leitor(a). Entretanto, de acordo com Demerval Saviani (2013), acessar os suportes escritos produzidos pela humanidade é pressuposto, na sociedade moderna, que se baseia em normas escritas, para o exercício da cidadania.

Pesquisas divulgadas sobre as habilidades e práticas de leitura da população brasileira,<sup>5</sup> demonstram o quanto as ações que objetivam mudar esse quadro de exclusão têm que ser desenvolvidas com urgência. Essa ausência de políticas sociais efetivas que busquem a afirmação dos direitos fundamentais como o da educação e, portanto, o direito à leitura, são representativas da atual configuração política preponderante nos países capitalistas, que seguindo as orientações das agências internacionais multilaterais implantam modelos de educação de cunho neoliberal que buscam a manutenção do sistema econômico hegemônico.

<sup>4</sup> Pesquisa intitulada “Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil”, desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) publicada em 2011, traz dados quantitativos e qualitativos que ilustram um panorama das Bibliotecas Escolares no Brasil. O documento está disponível na forma impressa e também no endereço eletrônico: [www.oei.es/bibliobrasil.pdf](http://www.oei.es/bibliobrasil.pdf).

<sup>5</sup> Dentre essas, o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), criado pelo instituto Paulo Montenegro a partir 2001; a Retratos da Leitura no Brasil que teve sua 3ª edição divulgada em março de 2012; o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) iniciado em 2000 e o qual também é utilizado como referencial para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).





As políticas educacionais concebidas nas últimas décadas do Século XX – e em desenvolvimento nesse início de Século XXI – devem ser compreendidas no âmbito das transformações econômicas, geopolíticas e culturais em curso no mundo capitalista contemporâneo. As reformas educativas implementadas atualmente, na maioria dos países da América Latina, são decorrentes portanto, do processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo mundial sob a égide dos princípios neoliberais (CABRAL NETO, 2007, p. 13).

A efetivação do direito humano à leitura literária, conforme fundamentamos com referência a Antônio Cândido (2004), se constitui em direito humano inalienável, por possibilitar a fruição e o sentimento de alteridade. Nessa perspectiva, contribuindo para o exercício da cidadania crítica, sendo o acesso ao suporte livro, imprescindível. Ao considerarmos, que na sociedade atual um dos suportes portadores de informações seja o objeto livro, destacamos que a Biblioteca Escolar (BE) é, na realidade brasileira, na maioria das vezes, a primeira possibilidade de acesso ao livro, não didático, que crianças e adolescentes dispõem. Assim sendo, a BE é bem simbólico de extrema importância, pois a partir das vivências oportunizadas através dela, os sujeitos poderão acessar outros meios e suportes de informação, especialmente com autonomia crítica. No entanto, para que essa premissa se efetive, compõem situação primordial na busca da construção de uma sociedade leitora e da consolidação das políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: livros, espaço físico e profissionais qualificados, que possam efetivar a mediação entre sujeitos escolares e o livro de literatura literária.

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

ALONSO, Claudia Maria Rodrigues. *Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, PNLL: *Diretrizes para a política nacional do livro e leitura*. “Disponível em”, [http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/directrices\\_brasil.pdf](http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/directrices_brasil.pdf), 25 de maio de 2014.





BRASIL, *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil*. “Disponível em”, [www.oei.es/bibliobrasil.pdf](http://www.oei.es/bibliobrasil.pdf), 28 de novembro de 2014.

CABRAL NETO, Antônio; RODRIGUEZ Jorge. Reformas educacionais na América Latina: cenários, proposições e resultados. In: CABRAL NETO, A; CASTRO, A. M. D. A; FRANÇA, M; QUEIROZ; M. A. de (Org.). *Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Líber Livro, 2007.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura e outros ensaios*. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

FERRAZ, Marcos. Estado, política e sociabilidade. In: SOUZA, A. R; GOUVEIA, A. B; TAVARES, T. M; (Org.). *Políticas educacionais: conceitos e debates*. 2. ed. Curitiba: Appis, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na América Latina na atualidade. *Revista Novamerica*. Disponível em: [http://www.novamerica.org.br/revista\\_digital/10108/rev\\_emrede02.asp](http://www.novamerica.org.br/revista_digital/10108/rev_emrede02.asp). Acesso em: 14 de novembro de 2013.

GOMES, Alfredo Gomes. Políticas públicas discurso e educação. In: GOMES, Alfredo Gomes (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. “Disponível em”, <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>, 22 de setembro de 2013.

Ideb. Índice de desenvolvimento da educação básica. Em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. “Disponível em”, <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>, 09 de agosto de 2014.

Inaf: Indicador de alfabetismo funcional. Em: Instituto Paulo Montenegro. “Disponível em”, [http://www.ipm.org.br/ipmb\\_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por](http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por), 09 de agosto de 2014.

LÓPEZ, Álvaro Garzón; HOYOS, Bernardo Jaramillo. *CERLALC: uma história de livros e integração*. Tradução: Lina Lucía Oliveira da Silva. CERLALC-UNESCO, 2011. Disponível em: [http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/03/40anos\\_Port.pdf](http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/03/40anos_Port.pdf), 22 de novembro de 2013.

MARQUES NETO, José Castilho (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PAIVA, A; MARTINS, A; PAULINO, G; VERSIANE, Z. (Org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



Pisa. *Em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. “Disponível em”, <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>, 09 de agosto de 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação na Brasil: abordagem histórica e situação atual. IN: *Educ. Soc.*, Campinas, v.34, n.124, jul.-set., 2013, p.723-742.

3ª edição da pesquisa retratos da leitura no Brasil. “Disponível em”, [http://www.prolivro.org.br/ip1/publier4.0/dados/anexos/2834\\_10.pdf](http://www.prolivro.org.br/ip1/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf), 22 de setembro de 2013.



## MEMÓRIA COLETIVA, MEMÓRIA SUBTERRÂNEA E DEFICIÊNCIA VISUAL: TOMMY EDISON, UM ESTUDO DE CASO

DAMIN, Marina

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
mldamin@gmail.com*

DODEBEI, Vera

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
dodebei@gmail.com*

249

### RESUMO

Apresenta as pessoas com deficiência visual como detentoras de uma memória subterrânea acerca das experiências sobre “ser cego”, bem como o afloramento e o trânsito destas para o ambiente coletivo, através das redes sociais. Esse compartilhamento de memórias tem o potencial de modificar pré-conceitos, valorizar discursos minoritários, e oferece a chance de preservação dessas memórias e, até mesmo, sua distinção como patrimônio digital. A abordagem teórico-conceitual e metodológica considera os conceitos ‘memória coletiva’ e ‘comunidade afetiva (Halbwachs), ‘memória subterrânea’ (Pollak), deficiência visual e o estudo de caso do vídeo *Growing Up Blind* de Tommy Edson. Como resultados parciais, afirma-se que o compartilhamento dessa memória subterrânea com a rede social, pode modificar alguns pré-conceitos presentes no coletivo a respeito da experiência de ser cego e encorajar outras pessoas com deficiência visual a compartilharem suas memórias.

**Palavras-chave:** Memória social. Deficiência visual. Redes sociais.

### ABSTRACT

The article presents visually impaired people as owners of an ‘underground memory’ in relation to “being blind” experiences, as well as the outbreak and flow of the memories on a collective environment, with the use of social media sites. The sharing of this memories has the potential to change preconceptions, magnify minority discourses, and it offers a chance to preserve these memories and the appreciation as heritage. The theoretical-conceptual approach considers: ‘collective memory’ and ‘affective memory’ (Halbwachs), ‘underground memory’ (Pollak), visual impairment and a case study of Tommy Edison’s video *Growing Up Blind*. As partial results, we can affirm that the disclosure of a memory, here defined as ‘underground’ and shared by Tommy Edison with social media users can change some preconceptions presented in the collective about the experience of being blind and encourage others to share their memories.

**Key-words:** Social memory. Blindness. Social media.



## INTRODUÇÃO

Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva* (2006), ressalta a importância do testemunho como uma maneira de reforçar, enfraquecer ou completar algo sobre um evento conhecido por nós, mesmo que este apresente muitas circunstâncias obscuras para nós. A outra pessoa - que não necessita estar materialmente presente, como Halbwachs sugere - tem um papel fundamental na criação dessa lembrança originada coletivamente dentro de um grupo, seja ele composto por poucas pessoas ou por uma nação. Mas, e quando o testemunho é feito por alguém que representa uma parcela minoritária da sociedade? Pessoas com deficiência visual, que por muito tempo estiveram ausentes no coletivo e que agora tem à disposição a tecnologia para alcançar uma maior parte da população com seu testemunho podem modificar de alguma maneira a memória coletiva por meio de suas lembranças?

Este artigo busca responder a esta pergunta, trazendo na primeira parte os conceitos de *memória coletiva* e *memória afetiva*, de Maurice Halbwachs, e de *memória subterrânea*, de Michael Pollak. Em seguida, apresenta a memória de pessoas com deficiência visual como subterrânea e aponta a acessibilidade e a tecnologia assistiva como facilitadoras no uso das redes sociais por pessoas cegas. Ao final, traz como estudo de caso a análise das redes sociais de Tommy Edison, deficiente visual, que tem um canal de vídeos sobre cegueira no YouTube, com mais de 15 milhões de visualizações, para justificar a eclosão dessa memória subterrânea. Conteúdo este que pode vir a ser tratado como patrimônio digital individual e coletivo. Por meio da análise do vídeo *Growing Up Blind* publicado por Tommy Edison e das interações através dos comentários na rede social YouTube serão apresentados exemplos sobre como a memória subterrânea, experienciada por um deficiente visual, pode modificar a memória coletiva, mudando alguns pré-conceitos, e ainda ser um estímulo para que outras pessoas com deficiência visual compartilhem suas memórias e experiências.

Utilizaremos *pessoas com deficiência* como termo principal, proposto pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006 e em vigor desde 3 de maio de 2008. Todavia, em alguns momentos será usado o termo *cego*, também adequado, para evitar repetição em demasia.



## AS MEMÓRIAS: COLETIVA, AFETIVA E SUBTERRÂNEA

Tratar da memória coletiva pela perspectiva de Maurice Halbwachs é vinculá-la ao social. Para ele, nossas lembranças estão atreladas às nossas experiências e fazem par com os grupos que fazemos ou fizemos parte, mas ainda mantemos alguma relação com ele.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

251

Dessa maneira, mesmo aquele que decide se isolar e evitar qualquer tipo de contato humano, nunca estará sozinho porque carregará junto suas experiências, sua bagagem cultural e os fatos vividos em diferentes grupos e etapas de sua vida: “quando o homem crê estar sozinho, frente a frente consigo mesmo, outros homens surgem e, com eles, os grupos dos quais se desprenderam” (HALBWACHS, 2004, p. 134, tradução nossa<sup>1</sup>).

Halbwachs afirma que as pessoas, os grupos que foram significativos em algum momento de nossas vidas são fundamentais para formar essa memória, uma junção de lembranças reais com uma massa compacta de lembranças fictícias (2006, p. 32). Sejam elas verdadeiramente lembradas por nós ou corrigidas pelos componentes do grupo social.

Ricoeur (2007, p. 131), ao falar do testemunho por Halbwachs, afirma que o testemunho é feito por outro para mim, de forma a me informar sobre o passado e não é considerado enquanto declarado por alguém para ser absorvido por outro.

O autor reforça também a importância do testemunho e do grupo na criação das lembranças, no contexto de Halbwachs:

Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a

<sup>1</sup> “[...] cuando el hombre cree encontrarse solo, frente a frente consigo mismo, otros hombres surgen y, con ellos, los grupos de los cuales se han desprendido” (Halbwachs, 2004, p. 134)



acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem. (RICOEUR, 2007, p. 131)

Do mesmo modo, quando não fazemos mais parte de determinado grupo, as lembranças deste se tornam estranhas para nós e, muitas vezes, desaparecem. Halbwachs (2006, p. 40) ressalta a importância da existência de uma memória afetiva, que una – seja por motivos sentimentais, ideológicos, políticos, religiosos – pessoas em torno de algo em comum.

Quando Pollak (1989, p. 3) refere-se à memória coletiva em Halbwachs, ressalta que não é a dominação, violência ou coerção, mas a adesão afetiva ao grupo que reforça a coesão social, criando essa *comunidade afetiva*.

Neste mesmo texto, *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), Pollak apresenta o conceito de memórias subterrâneas em oposição a uma memória oficial, representada pela memória nacional. As minorias, os marginalizados, os excluídos fazem parte dessa memória subterrânea, ressaltada pela história oral como parte das culturas minoritárias e dominadas. Ao mesmo tempo, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa.” (POLLAK, 1989, p. 4)

A família, as associações, as redes de sociabilidade afetiva ou política podem ser os caminhos para a transmissão dessas memórias subterrâneas, principalmente através da oralidade e de maneira informal, passando despercebidas pela sociedade. Mas, as lembranças do grupo não são estáticas:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento; [...] há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. (POLLAK, 1989, p. 10)

Quando essas memórias subterrâneas eclodem e passam para o ambiente público, em disputa com a memória oficial, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis podem acontecer.

Mas, e se pensarmos em uma memória subterrânea, como a das pessoas com deficiência visual, que, ao invés de “brigar” com a memória oficial ao eclodir, entre em disputa com a



memória coletiva para modificá-la, em um ambiente tão diversificado como a internet e as redes sociais, o que acontece?

## **DEFICIÊNCIA VISUAL E MEMÓRIA SUBTERRÂNEA**

Antes de entrarmos neste questionamento, é necessário trazer algumas definições sobre deficiência visual, bem como um panorama histórico sobre a deficiência em geral.

O Art. 5º do decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 da Presidência da República define deficiência visual como: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Já baixa visão significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

A ONU – Organização das Nações Unidas – estima que cerca de 10% da população mundial, o que corresponde a aproximadamente 650 milhões de pessoas, possuem algum tipo de deficiência. No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, são cerca de 35 milhões de pessoas com deficiência visual.

Apesar dos números significativos, pessoas com qualquer tipo de deficiência ainda são minoria na sociedade. De acordo com Motta (2004, p. 59), por muitos séculos e em vários lugares no mundo, as pessoas com deficiência não eram consideradas humanas, mas sim seres demoníacos ou merecedores da vingança celeste.

Somente no século XVIII é que começou a se pensar a deficiência do ponto de vista médico. Mas, as instituições (asilos, conventos, hospitais psiquiátricos) eram verdadeiras prisões, contribuindo para que as pessoas – que já tinham sido retiradas do convívio familiar e de suas comunidades – se sentissem ainda mais incapazes.

A visão acerca da deficiência começou a mudar com a eleição de Franklin Delano Roosevelt para a presidência dos Estados Unidos. Com dificuldade de locomoção por ter contraído poliomielite, apesar de não se deixar fotografar em cadeira de rodas e esconder o aparelho ortopédico (pintando-o de preto e usando meias pretas), contrariou as expectativas das pessoas, mostrando-se forte e capaz (Motta, 2004, p. 61). Ou seja, fugiu do estereótipo de “coitadinho”, dependente ou incapaz, comumente atribuído às pessoas com deficiência.





Atualmente, apesar de existirem poucas instituições nos moldes das instituições totais de Goffman (2005) e da proliferação dos discursos sobre inclusão, a deficiência ainda enfrenta preconceitos e pré-conceitos. Principalmente quando falamos de uma memória sobre a experiência de ser cego e que por muito tempo permaneceu submersa no esquecimento da sociedade, sendo conhecida apenas por um número restrito de pessoas e compartilhada oralmente.

As lembranças que, de alguma maneira, chegavam ao coletivo, vinham por intermédio de outros, que ouviam os testemunhos das pessoas com deficiência visual. A dificuldade no compartilhamento das lembranças pelos próprios cegos também é um fator a ser considerado:

Como poucas pessoas que enxergam conseguem ler ou escrever Braille (menos ainda com fluência), existia um isolamento das pessoas cegas num gueto cultural: um deficiente visual só escrevia para outro cego ler. Antes do advento do computador, quando um cego precisasse ler um texto produzido com escrita convencional, era necessário alguém que o traduzisse para Braille ou que lesse o texto em voz alta ou, ainda, o gravasse em fita cassete. Em relação à produção de textos, uma pessoa cega podia escrever à máquina, mas o resultado quase sempre continha erros, pois era muito difícil, durante a escrita do texto, parar, corrigir e depois voltar a escrever. (BORGES, 2009, p. 99)

Mas, graças à acessibilidade e às novas tecnologias assistivas que possibilitam o acesso às redes sociais, essa memória subterrânea agora tem a chance de eclodir e de ser compartilhada pela voz de quem a experienciou.

## **ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Peça para uma pessoa fechar os olhos, entrar na internet e acessar um site. Provavelmente ela enfrentará diversas dificuldades e poderá até dizer que é impossível. Então, como as pessoas com deficiência visual conseguem usar o computador, acessar a internet e as redes sociais; publicar, comentar e compartilhar conteúdo?

Existem dois pontos principais que auxiliam nessa tarefa: a acessibilidade e as tecnologias assistivas. Mas, para que isso seja possível, é necessário que o site ou rede social seja feito seguindo os padrões da W3C.



A W3C, World Wide Web Consortium, é uma organização internacional que regulamenta os padrões da internet e apresenta dois princípios norteadores relacionados ao design: *Web para Todos* e *Web em Tudo*. Destacamos o primeiro princípio (W3C, 2014, tradução nossa<sup>2</sup>):

*Web para Todos*: O valor social da Web é que ela permite a comunicação humana, o comércio e a oportunidade de compartilhamento de conhecimento. Um dos princípios primários da W3C é fazer com que estes benefícios estejam disponíveis para todas as pessoas, independente de seus hardwares, softwares, infraestruturas de rede, idioma nativo, cultura, localização geográfica, habilidade física ou mental.

255

Ou seja, o que está na internet deve ser *acessível* a todos. A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – define, em sua norma NBR950, como acessível o “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação” (ABNT, 2004, p. 3).

Na internet, a acessibilidade está diretamente ligada ao design e à programação da página. No caso do design, os elementos visuais e textuais devem, por exemplo, oferecer possibilidades de ampliação e mudança de contraste – no caso de pessoas com baixa visão – e, se for utilizada alguma imagem, deve ter equivalência em texto, ou seja, deve ser descrita para transmitir as mesmas informações (QUEIROZ, 2006).

Já a programação - o código, a linguagem de programação<sup>3</sup> que irá fazer o site existir - deve ser construído de maneira que a apresentação do conteúdo seja independente à sua estrutura e que esta esteja programada corretamente para que possa ser processada por softwares e apresentada de diferentes maneiras (W3C, 2014), como por meio das tecnologias assistivas, por exemplo.

<sup>2</sup> *Web for All*

The social value of the Web is that it enables human communication, commerce, and opportunities to share knowledge. One of W3C's primary goals is to make these benefits available to all people, whatever their hardware, software, network infrastructure, native language, culture, geographical location, or physical or mental ability (W3C, 2014).

<sup>3</sup> Linguagem de programação é um método padronizado para expressar instruções para um computador, ou seja, é um conjunto de regras sintáticas e semânticas usadas para definir um programa de computador. Uma linguagem permite que um programador especifique precisamente sobre quais dados um computador vai atuar, como estes dados serão armazenados ou transmitidos e quais ações devem ser tomadas sob várias circunstâncias (DIGITALDEV, 2014).



Tecnologias assistivas são tecnologias facilitadoras que auxiliam na realização das atividades cotidianas de pessoas com deficiência. Assim, no caso da internet, podemos citar softwares de leitura de voz, como DOSVOX, Jaws e Motrix, que fazem a leitura de todos os elementos da tela, de seu conteúdo e das interações feitas pelo usuário. Marco Antonio de Queiroz (2014) explica como funciona a relação entre tecnologias assistivas e acessibilidade:

No caso dos leitores de tela para deficientes visuais, as informações contidas na página não são exatamente obtidas pelo que aparece na tela, mas sim através do código por detrás dela e que a produziu. Se por acaso o código que está espelhando algo na tela for um código fechado, os leitores de tela serão incapazes de fazer a leitura e, ao contrário, se for um código aberto e dentro dos padrões web, o máximo possível de informações poderão ser sonorizadas e funções existentes na página poderão ser executadas pelo teclado. [...] A acessibilidade de uma página, no caso de softwares específicos para pessoas com deficiência, porém, não descansa no fato de tais softwares ajudarem a navegar ou reproduzirem o que aparece na página, mas também na execução de tarefas disponíveis nela, mesmo porque, algumas pessoas com deficiência, não necessitam desses softwares, só se utilizando da navegação via teclado, oferecida por seus browsers. [...] Assim, o preenchimento de formulários, envio de e-mails, pesquisa por palavras, respostas a enquetes, e coisas do gênero, precisam ser executadas através desses mesmos softwares, como na simples navegação via teclado.

256

Assim, as pessoas com deficiência visual, através dessas tecnologias assistivas, conseguem acessar sites e redes sociais, “lendo” tudo o que está na tela. Mais que isso: podem publicar e compartilhar conteúdo, interagir com pessoas dentro e fora de seu círculo familiar e de amizades. Podem, de maneira mais fácil, dar voz às suas próprias memórias e, principalmente, podem ser ouvidas pelo coletivo.

As redes sociais desempenham importante papel na proliferação dessas memórias subterrâneas. Sites de redes sociais, de acordo com Boyd & Ellison (2007, p. 211, tradução nossa<sup>4</sup>), são serviços baseados na web que permitem:

1. A construção de um perfil público ou semi-público dentro de um sistema fechado;
2. Articular uma lista de outros usuários com os quais este perfil possui uma conexão;
3. Ver e cruzar suas próprias listas de conexões dentro do sistema com a de outros usuários.

<sup>4</sup> We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these connections may vary from site to site (BOYD e ELLISON, 2007, p. 211).



Além disso, permitem a criação de laços por meio da comunicação mediada por computador, formando uma comunidade virtual para além das fronteiras geográficas, de acordo com Raquel Recuero (2011).

O uso das tecnologias assistivas, principalmente o uso dos leitores de tela, possibilita que pessoas cegas estejam inseridas nas redes sociais sem a barreira da diferença, pois elas têm acesso aos mesmos recursos e possibilidades. Basta um “passeio” pelos perfis de pessoas com deficiência visual no Facebook para ver que elas interagem da mesma forma: curtem publicações, compartilham imagens e vídeos, publicam fotos, comentam em *posts* de amigos.

Tommy Edison, nosso estudo de caso, é um exemplo de como é possível fazer parte de uma minoria, contar sobre suas memórias e ser ouvido, lido, visto, curtido e comentado por milhares de pessoas.

## **A ECLOSÃO DE UMA MEMÓRIA SUBTERRÂNEA: O ESTUDO DE CASO TOMMY EDISON**

Instagram, Facebook, YouTube, Twitter, Tumblr. Tommy Edison está presente em todas essas redes sociais, publica conteúdo diariamente, lê os comentários das pessoas e, muitas vezes, responde. O que o diferencia das outras pessoas? Ele nasceu com deficiência visual e está quebrando diversos pré-conceitos, principalmente no que diz respeito à experiência e às memórias sobre ser cego.

Para dimensionar sua popularidade, é necessário expor alguns números<sup>5</sup> de suas redes sociais:

YouTube - canal TommyEdisonXP

182.588 pessoas inscritas

17.462.223 de visualizações nos vídeos

YouTube - canal Blind Film Critic

<sup>5</sup> Números coletados dia 30/11/2014 nos endereços:  
<http://www.youtube.com/user/TommyEdisonXP/about>  
<http://www.youtube.com/user/BlindFilmCritic/about>  
<http://instagram.com/blindfilmcritic>  
<http://twitter.com/BlindFilmCritic>  
<http://www.facebook.com/tommy.edison>



23.193 pessoas inscritas

5.977.958 de visualizações nos vídeos

Instagram

31.700 seguidores

Facebook

9.605 pessoas curtindo a página

Twitter

6.267 seguidores

Vamos, então, utilizar para ilustrar nosso estudo de caso, o canal pessoal de Tommy, como gosta de ser chamado, na rede social de vídeos YouTube (TommyEdisonXP), devido ao grande número de visualizações e por seu conteúdo. Nele, Tommy publica regularmente vídeos que contam sobre sua experiência, seu cotidiano, suas lembranças e desmitifica a experiência de ser cego, de maneira bem-humorada.

Em diferentes vídeos, Tommy acessa suas memórias para explicar como é a vida de uma pessoa com deficiência visual, que nasceu cego, mas que recorda, sim, mesmo que de maneira diferente, diversos acontecimentos de sua vida. Os sons, os cheiros, as texturas, os sabores criam essa memória. Muitos dos vídeos são respostas a perguntas de outros usuários da rede social, que têm dúvidas como: “cego sonha?”, “pessoas cegas têm déjà vu?”, “como um cego identifica uma pessoa?”, “como uma pessoa cega usa o Instagram?”, entre outros. Mas há também verdadeiros depoimentos sobre suas lembranças, como no vídeo em que aborda como foi o processo de saber que ele tinha uma deficiência visual<sup>6</sup>.

Entre os mais de 100 vídeos do canal, vamos destacar *Growing Up Blind* (Crescendo com deficiência visual, 2013, tradução nossa<sup>7</sup>) para tratar a questão da eclosão de uma memória

<sup>6</sup> Vídeo How My Parents Told Me I'm Blind, 2012.

<sup>7</sup> Transcrição do depoimento:

My father used to like to play a trick on my sisters because I would always sit in the front seat of the car. And he'd go, "Alright, kid, you got the wheel." And just put my hands on the wheel and make them all freak out.

A lot of people wonder what it's like growing up blind, you know, I mean, because like, I'm born blind, right. So this is all I've ever known. So the experience had to be a little different for me. But, you know, it was fun. I mean, like, my parents wanted me to do all the things that the other kids were doing. You know, they wanted me to just be out in the world and, you know, not be different. Why should I have to be different?



subterrânea e os possíveis impactos disso em um memória coletiva, representada pelo grupo de usuários da rede social YouTube.

O primeiro ponto a se destacar no depoimento de Tommy é o de que suas memórias de infância se equivalem, em muitos pontos, com a infância de uma criança que enxerga. Ele explica que muitas pessoas imaginam como é crescer com uma deficiência visual. Como nasceu cego, a experiência é um pouco diferente, mas seus pais sempre o incentivaram a fazer as mesmas coisas que as outras crianças faziam. A deficiência, para Tommy, não parece definir sua identidade: “Eles queriam que eu não fosse diferente. Por que eu teria que ser diferente?” (Growing Up Blind, 2013, tradução nossa<sup>8</sup>).

Uma das experiências que ele conta é a de que ele aprendeu a andar de bicicleta, assim como as outras crianças estavam aprendendo também. A escolha pelo estudo em escola comum e não para uma escola para deficientes também exemplifica o discurso “por que eu teria que ser diferente?”.

---

For example, I learned how to ride a bike. I mean, why not. The other kids are doing it, you could do it. So what, you can't see. Big deal. You can learn to pedal and steer and all that kind of stuff. So I did. I learned -- you know, I used to ride a bike around my neighborhood as a little kid.

You know, where we lived people sort of -- people parked on the street. You know, so I would, like, bang into people's cars and stuff, but I guess no one really seemed to mind, you know. This blind kid's riding a bike, I can't believe a blind kid riding a bike just smashed into my car. Okay. It's not like I was going fast enough to do any real damage. Was I? I had board games. You know, not as a little kid, but a little bit older like third, fourth grade, right. Like, they had braille monopoly. Even games like hide-and-seek. You know, of course I could play that. Oh my god. I was a good one.

But you see, people always think that they're being so quite but their not. Because they'll start to snicker and laugh, I mean, just a kids, you know. It's part of the fun of the game, and I could hear it and find you and you know, now it's your turn. I get to hide. And I knew how to be quiet.

People wonder about Christmas and birthdays and stuff. Did they wrap your gifts? Of course they did. I mean, you know, I would still open it and have to go, "what is that?" But, you know, it's like the fun of opening a present, you know. I suppose to open it and then to see it, but, eh, what's the difference? I open it and feel it. You know.

Now in school, you got to remember, I'm the only blind kid. They never had a kid like me before. So, it might have been fun to go to a school for the blind too for a little while, but eh, this is the way it worked out. So all good. You know, they had to get braille books for me and all this other stuff. You know, so that the class would be accessible. You know what I mean? So, they had to plan way early what books they were going to use so they could send away for them and get some people to braille them and stuff but, you know, it all worked out.

Did I ever get picked on? Sure. Of course. I'm different, you know what I mean. Kids are rotten. They always pick on who's different. But, it's good for you. As my father used to say, "it builds character!" Imagine how much fun this was for my sisters too, right? Imagine having a blind little brother. Oh my god, the fun you could have. You know, and it was all cool. I mean, like, I never got hurt, you know. I just had my chops busted. They used to tell me, like we'd walk under a railroad bridge or something and the train would go overhead and they would be like, "Be careful! The train is coming! You're going to get hit!" You know, like that. Or, like, "Don't eat that. The cat licked that. You don't want that." You know, just weird little things that they could goof on somebody who couldn't see it, you know. That's what kids do. They play. It's all good. Did I ever get revenge on them? Yes, this video right here! You know, the one thing I remember about my childhood is hating that stupid "Three Blind Mice" song. How dare you. It's "Three Visually Impaired Mice". ("Growing Up Blind", 2013)





Esse discurso subverte toda uma lógica de senso comum, que permeia a lembrança da maioria das pessoas a respeito de cegos – seja por relatos ou por vivência –, de que quem tem deficiência visual é inválido, incapaz. Lembrança essa que vem carregada de preconceitos, muitos deles oriundos do processo histórico a respeito da deficiência, mencionado anteriormente. Um usuário, por exemplo, deixou na área de comentários da página do vídeo no YouTube, a seguinte pergunta: “Qual é a comida favorita de um cego?” (Growing Up Blind, 2013, tradução nossa<sup>9</sup>). Como se o fato de ser cego definisse seus gostos, vontades e quem ele é. Um preconceito camuflado de pré-conceito.

Mas, o discurso de Tommy também traz a oportunidade para que outras pessoas, que compartilham as memórias subterrâneas sobre a experiência de ser cego – pessoas com deficiência visual e familiares –, se manifestem na rede social YouTube, através dos comentários, contando suas memórias e vivências sobre a cegueira. Temos, aqui, dois exemplos:

Eu fui para a escola comum também, apesar de que meus pais queriam que eu fosse a uma escola para cegos, mas eu recusei. Meus professores tinham que me dar livros impressos em formato maior e eles eram ENORMES! [...] Eu era capaz de ler eles porque eu tinha baixa visão e não precisei aprender Braille até os meus 30 anos. Eu continuo conseguindo ler coisas impressas, mas eu preciso usar óculos com um grau muito alto e lentes de aumento. Eu estou feliz por ter ido para uma escola regular, mas também faziam graça de mim. Crianças são más. (Growing Up Blind, 2013, tradução nossa<sup>10</sup>)

“Obrigado por dividir as experiências sobre como foi seu crescimento. Como pai de uma filha que é cega desde que nasceu, sempre fico curioso a respeito das experiências de outras pessoas com a deficiência visual e sobre como foi tudo isso para elas” (Growing Up Blind, 2013, tradução nossa<sup>11</sup>)

<sup>8</sup> “You know, they wanted me to just be out in the world and, you know, not be different. Why should I have to be different?” (Growing Up Blind, 2013)

<sup>9</sup> What's a blind person's favorite food? (Comentário de usuário do YouTube no vídeo Growing Up Blind, 2013)

<sup>10</sup> “I went to normal schools too, although my parents wanted me to go to a special school for the blind, but I refused. My teachers had to get my books in large print format, and these books were HUGE! They were sometimes as large as 2 by 3 feet! I was able to read them, because I was nearsighted and I never had to learn Braille, not until I was in my 30's. I can still read printed type, but I have to use very strong reading glasses and magnifying lenses. I'm glad I went to regular schools, but I too got picked on. Kids are mean!!? (Comentário de usuário do YouTube no vídeo Growing Up Blind, 2013)

<sup>11</sup> “Thanks for sharing your experiences on growing up. As a father of a daughter who is blind (from birth) I'm always curious as to other's experiences as to what it was like for them.” (Comentário de usuário do YouTube no vídeo Growing Up Blind, 2013)





Assim, através das redes sociais, Tommy se torna uma espécie embaixador das memórias subterrâneas sobre a experiência de ser cego, usando muitas vezes o humor para que sua mensagem alcance o coletivo. Os depoimentos de Tommy desmitificam a deficiência visual e sua interação com os outros usuários cria um laço de proximidade: é formada uma comunidade afetiva que acompanha seu cotidiano, comenta e compartilha seu conteúdo. Inclusive, nos próprios comentários existentes nas páginas dos vídeos do YouTube, acontece a interação entre aqueles que assistiram os depoimentos, em uma verdadeira conversa (Growing Up Blind, 2013, tradução nossa<sup>12</sup>). Vamos chamá-los de *Usuário 1* e *Usuário 2*:

#### Usuário 1

“Eu amo seus vídeos Tommy. Tenho deficiência visual e tive uma vida dura até então. Agora estou no ensino médio e começando a sentir as dores de ser cego. Às vezes é muito complicado, mas eu vou em frente. Até estou começando a compartilhar minhas próprias experiências sobre ser cego no YouTube! Você me inspirou, obrigado!”

#### Usuário 2

“Eu quero, quando crescer, de alguma maneira encontrar a cura para pessoas cegas para que elas possam ver as cores do mundo.”

#### Usuário 1

“Essa é uma tarefa gigante, muitas coisa podem causar cegueira, defeitos congênitos, bater a cabeça, derrame, diabetes etc. E, também, o olho é um dos órgãos mais complexos do corpo humano porque ele se conecta diretamente com o cérebro e recebe um monte de impulsos visuais. Mas, nunca é demais tentar.”

A memória subterrânea tem, então, nas redes sociais, um espaço para sair das “zonas de sombra” (POLLAK, 1989, p. 10) e se integrar a uma nova memória coletiva através das

<sup>12</sup> Usuário 1: I love your videos Tommy. I'm legally blind and I've had a rough life so far. I'm now in high school and I'm starting to feel the pain of being legally blind. It's really hard sometimes but, I get through it. I'm even starting to share my own experiences of being legally blind over Youtube! you've inspired me, thank you!

Usuário 2: I wanna somehow when i grow up make a cure 4 blind people so that they can see the colors of the world



interações Publicador-Conteúdo, Conteúdo-Usuário, Publicador-Usuário, Usuário-Publicador, Usuário-Usuário.

Este conteúdo publicado pode, ainda, constituir um patrimônio digital relativo à deficiência visual. Para isso, é necessário, primeiramente definir sua “categoria-mãe”, o patrimônio imaterial. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco (2003) define patrimônio cultural imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Essas “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas” acontecem, no caso do patrimônio digital, no ciberespaço. Ciberespaço é, para Lévy (2009, p. 94) o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”.

Ao transportarmos essa referência para as redes sociais – no qual esse processo informacional acontece a cada clique, comentário, publicação e compartilhamento – é importante o questionamento sobre o que realmente pode vir a se tornar um patrimônio digital. Patrimônio é um valor atribuído aos objetos materiais e imateriais e sua natureza é coletiva. Essa é a diferença, por exemplo, entre o valor documental ou o valor memorial.

No caso do conteúdo publicado por Tommy Edison, principalmente no caso de seus vídeos que estão na rede social YouTube, podemos considerá-lo como um valor memorial, devido ao registro e armazenamento de suas memórias, que possuem grande importância pessoal. E, como patrimônio digital, se considerarmos a importância dos vídeos de uma comunidade como registro da expressão de um conhecimento acerca da deficiência visual.

Além disso, este conteúdo tem a possibilidade de ultrapassar fronteiras impostas pelo pré-conceito e ser um incentivo para que outras pessoas com deficiência, seja ela visual ou de qualquer outro tipo, se manifestem a contarem suas memórias, trajetórias, vivências neste ambiente global e heterogêneo chamado internet.

---

Usuário 1: that would be a huge undertaking, many things can cause blindness, birth defects, hitting your head, stroke, diabetes etc. Also the eye is one of the most complex organs on the human body. as it connects directly to the brain and receives a lot of visual input. But, it never hurts to try.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo de caso Tommy Edison foi possível perceber que existe a eclosão de uma memória subterrânea, pertencente às pessoas com deficiência visual e relacionada à experiência de ser cego, por meio das redes sociais. Essa memória começa a ser registrada no ambiente coletivo, devido a facilitadores, como a acessibilidade e as tecnologias assistivas, que proporcionam aos cegos o uso das principais funcionalidades existentes nos computadores e na internet. Com isso, o espaço da rede se torna mais democrático e inclusivo e os pré-conceitos (e preconceitos) podem ser combatidos pelos proprietários dessas memórias subterrâneas.

Este contato possibilita que a memória coletiva, principalmente no que diz respeito à deficiência, possa se modificar, na medida em que pessoas, como Tommy Edison, criem comunidades afetivas em torno de suas redes sociais, carregadas de depoimentos e lembranças. O vídeo *Growing Up Blind* é um exemplo disso. Utilizando suas memórias de infância, ele consegue mostrar um discurso que reflete a postura de seus pais. Por que ele precisa ser diferente? Fica claro que não é a deficiência visual que define sua identidade. O impacto existe e é perceptível nos comentários analisados no YouTube, sendo estes feitos por cegos ou não.

É visível como as redes sociais se tornam cada vez mais o ponto-de-encontro do social. Laços afetivos são criados, a ponto de aproximar integrantes de grupos minoritários da sociedade, que possuem acesso a uma memória subterrânea, com o coletivo. Ao pensarmos a memória coletiva por Halbwachs, podemos apontar aqui a importância da *comunidade afetiva* neste contexto. A afinidade entre os integrantes dessas redes e dos usuários com seu conteúdo permite a proliferação deste, através do compartilhamento, inclusive em outras “áreas” da internet, como sites e blogs, levando essa memória subterrânea a mais pessoas.

Mas, são séculos de preconceitos e pré-conceitos que precisam ser esquecidos e transformados em novas memórias. As marcas de todos esses anos tratando as pessoas com deficiência como doentes e incapazes ainda são muito profundas. Mas há esperança: os vídeos de Tommy já foram vistos 15 milhões de vezes e, a cada novo vídeo publicado, cresce o número de assinantes de seu canal *TommyEdisonXP*.

Este, tem todo o potencial para se tornar, além de um documento individual – devido à sua importância afetiva e pessoal – um patrimônio digital, abrangendo o registro de memórias,



experiências e conhecimentos sobre a vivência acerca da deficiência visual. É a memória em forma de depoimento e disponível para consulta.

Uma iniciativa que já estimula outras pessoas – como vimos no depoimento do *Usuário 1* – a saírem das zonas de sombra e a quebrarem o silêncio, compartilhando seus depoimentos nas redes sociais, na tentativa de eliminar as barreiras comunicacionais, geográficas e, principalmente, discriminatórias.

264

## REFERÊNCIAS

*About Tommy Edison*, [s.d.]. Disponível em: <<http://blindfilmcritic.com/about-tommy-edison>>. Acesso em: 1 jul. 2014

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: [s.n.].

BERISH, A. Em: *FDR and Polio*. Disponível em: <<http://www.fdrlibrary.marist.edu/aboutfdr/polio.html>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

*Blind Film Critic Tommy Edison*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/BlindFilmCritic>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

*blindfilmcritic on Instagram*. Disponível em: <<http://instagram.com/blindfilmcritic>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

BORGES, J. A. dos S. *Do Braille ao DOSVOX - diferenças na vida dos cegos brasileiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. *Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship*. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007.

BRASIL. *Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

DIGITALDEV. Em: *Linguagens de programação. O que são e para que servem?* DigitalDev, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.digitaldev.com.br/linguagens/>>. Acesso em: 1 jul. 2014

EDISON, Tommy. *Growing Up Blind*, 31 out. 2013. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=K\\_P8kQg1Qq8](http://www.youtube.com/watch?v=K_P8kQg1Qq8)>. Acesso em: 1 jul. 2014

\_\_\_\_\_. *How My Parents Told Me I'm Blind*, 17 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=D6a1NLPIJ7E>>. Acesso em: 1 jul. 2014



FONTANA, M. V.; VERGARA, E. L. *Educação e inclusão de pessoas cegas: da escrita braille à internet*. Rev Fafibe, v. 2, n. 2, p. 137–9, 2006.

GIL, M. *CADERNOS da TV Escola: deficiência visual*. Brasília: MEC-Secretaria de Educação a Distância, 2000.

GOFFMAN, E.; LEITE, D. M.; DE SOUZA, A. C. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Antrophos Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Memória Coletiva*. 2a. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

*Introdução à Acessibilidade na Web - W3C*. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/intro-w3c>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MOTTA, L. *Aprendendo a ensinar inglês para alunos cegos e com baixa visão: um estudo na perspectiva da Teoria da Atividade*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A ONU e as pessoas com deficiência | ONU Brasil*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 30 jun. 2014

*Patrimônio Cultural no Brasil | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. v. 2p. 3 a 15. 1989

QUEIROZ, M. A. De. Em: *Acessibilidade Legal - Navegação Via Teclado e Leitores de Tela*. Disponível em: <<http://acessibilidadelegal.com/33-leitores.php>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Em: *Acessibilidade Web: Tudo tem sua Primeira Vez*. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/capitulomaq>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. 2a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.



RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. [s.l.] Unicamp, 2007.

*Tommy Edison / Blind Film Critic / Know Your Meme*. Disponível em: <<http://knowyourmeme.com/memes/people/tommy-edison-blind-film-critic>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

*TommyEdisonXP*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/TommyEdisonXP>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

*W3C - How People with Disabilities Use the Web*. Disponível em: <<http://www.w3.org/WAI/EO/Drafts/PWD-Use-Web/#blindness>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

*W3C Mission*. Disponível em: <<http://www.w3.org/Consortium/mission#principles>>. Acesso em: 30 jun. 2014.



## NEGÓCIOS COLABORATIVOS: AS NOVAS FORMAS PRODUTIVAS BASEADAS NA ECONOMIA EM REDE

STEPHAN, Clarisse

**Resumo:** Negócios colaborativos são entendidos como novas formas de organização produtiva, com funcionamento basicamente estruturado na wikinomia, e voltados, muitas vezes, à produção de bens culturais. A revolução tecnológica responde a uma nova possibilidade de organização empresária. Nesse artigo trataremos da evolução empresarial nas práticas de produção de bens e serviços e sobre como isso tem resultado em um mecanismo hábil a democratizar o acesso à produção e, conseqüentemente, ao consumo de bens culturais. As modalidades de colaboração permitidas pela sociedade em rede serão analisadas para se pensar em uma outra forma de estruturação de negócios.

**Palavras-chave:** Negócios Colaborativos. *Wikinomia*. Colaboração.

**Abstract:** Collaborative business understood as new forms of productive organization, with basically structured operation in wikinomics, and turned often to the production of cultural goods. The technological revolution responds to a new possibility of businesswoman organization. In this article, we will concentrate on business development practices of production of goods and services and how this has resulted in a skilled mechanism to democratize access to production and hence the consumption of cultural goods. The many kinds of cooperation allowed by the network society will be analyzed to think of another form of business structure.

**Key words:** Collaborative Business. Wikinomics. Collaboration





## INTRODUÇÃO

A evolução do capitalismo ampara-se na própria história das empresas: o sistema de produção artesanal caracterizado pela simplicidade e flexibilidade de ferramentas, na qual o artesão detinha os bens de produção e participava de todas as etapas do processo de fabricação, da concepção à entrega do bem – feito por encomenda – foi sendo substituído pelo sistema de produção manufatureiro implantado pela burguesia mercantil. Nesse sistema, os artesãos, não mais proprietários dos meios de produção ou da matéria-prima passaram a vender à classe burguesa a sua força de trabalho. Concomitante a esse processo, o advento de novas máquinas e o aumento da concorrência impulsionou a fusão de oficinas que viriam a se constituir em grandes unidades fabris, que, pela redução dos seus custos de transação e repartição de despesas entre *shareholders*<sup>1</sup> podiam adquirir maquinários mais eficientes e suportar uma produção seriada, independentemente de uma demanda prévia. A mecanização promoveu o aumento da produção, reduziu custos e preços e estimulou o consumo. Criavam-se os bens e, juntamente, a necessidade de consumo desses mesmos. Todo esse processo de revolução industrial foi profundamente influenciado pela filosofia liberal que se firmava na metade do século XVIII<sup>2</sup>.

A lógica da produção eficiente e a necessidade de atendimento ao manuseio das máquinas consolidou a divisão do trabalho, a especialização das tarefas e a consequente

<sup>1</sup> Os termos *shareholders* e *stakeholders* designam, respectivamente, os proprietários (ou acionistas) de uma empresa e todos os outros grupos que contribuem para com a mesma ou sofrem as externalidades de sua atividade, por isso, também chamados “partes interessadas”.

<sup>2</sup> As premissas liberais desenvolvidas e publicadas, em 1776, por Adam Smith em “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” enfatizavam o comércio internacional como uma fórmula para o desenvolvimento das nações. A teoria clássica considerava um modelo de comércio assente nos seguintes pressupostos: o comércio realizava-se entre duas nações (A e B) produtoras, cada uma, de dois produtos diferentes entre si. Os bens produzidos por cada nação apresentavam as mesmas condições tecnológicas e dotação dos fatores de produção homogênea. Também homogêneas, segundo a formulação clássica, eram as condições de procura dos produtos pelos consumidores. As condições explicitadas pela teoria determinavam que houvesse uma concorrência perfeita, tanto no mercado dos produtos, quanto dos fatores produtivos. Além disso, os custos – inerentes ao comércio, como transportes, entre outros – tal como as barreiras tarifárias eram ausentes na formulação. Os rendimentos de escala, por sua vez, eram constantes. Assim, o único fator de produção passível de determinar o valor dos bens era o trabalho – fator esse tido como inerte, de forma que se admitia haver mobilidade setorial e geográfica apenas dentro de cada país. Para serem produzidos, os bens demandavam diferentes números de horas em cada país, assim, na teoria clássica o país “A” produziria o bem I com maior eficiência que o país “B”, pois que despendia menos horas de trabalho para produzi-lo. Da mesma forma, o país “B” produziria o bem II com menos horas de trabalho, possuindo, portanto, uma produção mais eficiente desse bem. Segundo Adam Smith, cada país deveria especializar-se na produção do bem em que conseguisse uma melhor afetação de recursos, ou seja, o país “A” deveria produzir o bem I e o país “B”, deveria produzir exclusivamente o bem II e, desta forma, os países conseguiriam destinar mais horas de trabalho nas produções de bens que lhes fossem mais vantajosos. As produções se especializariam e, para suprir a demanda de cada país pelo bem não produzido em seu interior, seria



alienação do trabalhador do processo de produção dos bens. A criação de postos de trabalho que demandavam pouca qualificação, com tarefas elementares e repetitivas, era, ainda, propícia à improvisação e ao empirismo.

Tomando como baliza a doutrina liberal clássica, a indústria nacional e a especialização da produção deveriam ser estimuladas. As vantagens estabelecidas por Adam Smith<sup>3</sup> a respeito da divisão e especialização do trabalho serviram de inspiração para as proposições de Frederick Winston Taylor (1856 - 1914) no desenvolvimento do taylorismo, doutrina de produção que tinha por princípios a substituição da empiria por uma metodologia de trabalho, a seleção dos trabalhadores conforme suas aptidões e o treinamento e controle da execução dos métodos desenvolvidos, de modo a estabelecer e distribuir responsabilidades distintas entre direção e os operários. A engenharia dos métodos, obtida pelos estudos de tempo-movimento destinava-se ao estabelecimento das mais eficientes técnicas para produção de um bem, pautadas, sobretudo, na redução de tempo de execução de um trabalho. Esses estudos, feitos com cronômetros, mediam inclusive, as frações de segundo que eram despendidas para a instalação de um farol ou para-choque (SENNET, 2012, p. 45).

## 1 – HOMENS E MÁQUINAS: AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A proposta taylorista do desenvolvimento de uma engenharia de métodos, representou, para os trabalhadores, uma redução ainda maior da propriedade sobre seus modos e tempos, ou seja, daquilo que lhes restava, já que alienados da posse dos meios de produção. Ademais, não se verificava, no taylorismo, preocupações com aspectos importantes da produção como o local das instalações ou mesmo a qualidade e variedade dos produtos ofertados.

Os primeiros três quartos do século XX assistiram à ascensão, apogeu e queda do modo de produção fordista dentro das empresas. Desenvolvido por Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, juntamente com outros investidores, o fordismo trouxe uma grande força endógena ao sistema de produção capitalista na medida em que mais do que a preocupação com

---

realizado o comércio com o outro Estado. Segundo Smith haveria, portanto, um ganho geral com o comércio internacional - contanto que os termos de troca beneficiassem aos dois países (SMITH, 1988).

<sup>3</sup>Embora dentro de uma lógica estritamente produtivista a divisão das tarefas se justificasse, em termos de eficiência, Smith reconheceu o quão pernicioso poderia ser o processo de divisão do trabalho dentro de uma unidade fabril (a paradigmática fábrica de alfinetes da “Riqueza das Nações”). A repetição de tarefas reduzidas e a falta de controle sobre o próprio tempo conduziriam, segundo ele, à deterioração do espírito: “O homem que passa a vida realizando umas poucas operações simples [...] em geral torna-se tão estúpido e ignorante quanto é possível a tornar-se uma criatura humana”(SMITH, 1988, p. 288).



a produção, apropriação e distribuição do excedente, o modo de produção fordista tinha como corolários o crescimento dos investimentos em bens de produção, que eram financiados pelos próprios ganhos de produtividade, e o aumento do poder de compra dos trabalhadores assalariados, o que alimentava o mercado de produção de bens consumo. Como afirma Milton Santos (2003, p.16), de 1950 em diante o aprofundamento do capital não mais se baseia unicamente na dependência dos modelos de produção, mas nos modelos de consumo, que são muito mais rapidamente difundíveis e carregam consigo os modelos de produção.

A mecanização aumentou a produção, reduziu custos e preços e estimulou o consumo. Esse mesmo contexto fez surgir postos de trabalho que demandavam pessoas com pouca qualificação para tarefas repetitivas e de baixa complexidade. Assim, o fordismo, bem como taylorismo<sup>4</sup> representaram uma continuação da expropriação do saber dos trabalhadores (antigos artesãos), que se materializava na divisão do trabalho, dita especialização da produção<sup>5</sup>.

Ao longo do processo de industrialização, a justificativa para um estrito controle da vida humana baseou-se na égide da otimização da produção, numa lógica de máxima eficiência e aproveitamento de recursos. Assim, o trabalho nas fábricas se estruturou em horários rígidos, tarefas repetidas dentro de uma rotina predefinida. A ideia central era a de as empresas, enquanto sistemas racionais deviam operar da forma mais eficiente possível, o que justificou o desenvolvimento e implementação de princípios baseados na separação entre trabalho mental e físico e na fragmentação das tarefas. A aplicação desses princípios, resultando nas estruturas de produção nominadas por taylorismo e fordismo, moldavam uma força de trabalho marcada pela

<sup>4</sup> Embora com frequência se veja o taylorismo associado ao fordismo, há dissonâncias sobre a aplicação dos princípios do taylorismo ao método de produção fordista (SORENSEN e WILLIAMSON, 1956, *apud* PINTO, NÓBREGA e FILHO, 2012). Assim, “diferentemente da introdução do paradigma industrial, o Taylorismo e Fordismo baseavam seus ganhos produtivos no trabalho vivo. Entretanto, enquanto no Taylorismo o ganho advinha dos estudos de tempos e métodos, no Fordismo, a produtividade sucede da profunda especialização – na qual se esvazia o conteúdo do trabalho, eliminando a necessidade de qualificação e envolvimento do trabalhadores – e da introdução das esteiras – que levavam o trabalho ao operário” (PINTO, NÓBREGA e FILHO, 2012, s/p.).

<sup>5</sup> A produção em massa era baseada, sinteticamente, em três princípios: 1) o sincronismo entre equipamentos e matéria-prima (para redução do *lead-time* - período entre o início de uma atividade e seu término), 2) a redução de material de estoque e 3) o aumento da produtividade por meio da especialização e das linhas de montagem. Para tanto, houve necessidade de introdução da padronização das peças dos produtos, de modo que a produção pudesse ser feita sem ajustes, o que se denominou por intercambialidade. A redução da variedade de modelos ofertados veio a facilitar a produção, reduzindo a necessidade de preparação das máquinas e, desta forma, promoveu-se o aumento do volume de produção. O layout da fábrica obedecia a esse arranjo: equipamentos foram dispostos conforme a sequência da fabricação e montagem; esteiras traziam as peças ao trabalhador (PINTO, NÓBREGA e FILHO, 2012).



perda das habilidades genéricas manuais. Desta forma, essas organizações de inspiração mecanicista tinham como premissas a fixação e o estabelecimento de metas e controle para o cumprimento das mesmas. Conforme nos ensina Zygmunt Bauman:

Quaisquer que tenham sido as virtudes que fizeram o trabalho ser elevado ao posto de principal valor dos tempos modernos, sua maravilhosa, quase mágica, capacidade de dar forma ao informe e duração ao transitório está entre elas. Graças a essa capacidade, foi atribuído ao trabalho um papel principal, mesmo decisivo, na moderna ambição de submeter, encilhar e colonizar o futuro, a fim de substituir o caos pela ordem e a contingência pela previsível (e portanto controlável) sequência de eventos (BAUMAN, 2001, p.157).

271

A racionalidade funcional ou instrumental orientava o ajuste das pessoas e funções ao método de trabalho ou a um projeto organizacional predefinido, tendente, num longo prazo, a gerar comportamentos caracterizados pela falta de visão crítica, apatia e passividade dos trabalhadores daqueles espaços fabris. Entretanto, pela lógica do eficientismo, pautada nos resultados obtidos, esses modos de produção tornaram-se pedras angulares do processo de organização das empresas em geral, popularizando-se em quase todos os seguimentos. Isso porque os princípios trazidos pelo taylorismo e, especialmente pelo fordismo, em verdade integravam-se perfeitamente aos modelos de poder e controle que se desejavam manter, dentro e fora das fábricas. Tomando de empréstimo a frase de Richard Sennet, quando trata das relações pessoais no âmbito do capitalismo pós-industrial, mas que tão bem se aplicaria ao fordismo “é a dimensão do tempo [...] que mais afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho” (SENNET, 2012, p. 25). No mesmo sentido Manuel Castells afirma que

a jornada de trabalho definia o tempo de vida. A definição estrita de tempo se tornou uma importante ferramenta para disciplinar a sociedade, pois o ritmo de tudo era contado e avaliado, e as pessoas lutavam para obter seu próprio tempo fora da jornada de trabalho” (MANUEL CASTELLS, 2013, p. XXV).

A produção em massa e a redução das tarefas do trabalhador a uma ou poucas funções, distintamente do processo manual – em que ele comandava, preparava e reparava equipamentos e ainda inspecionava a qualidade dos bens produzidos – reduziam ou esvaziavam o significado do trabalho para o homem, robotizando-o: “Henry Ford considerava a preocupação com a qualidade da vida de trabalho ‘simples fantasia’; 5 dólares por dia eram recompensa suficientemente generosa pelo tédio” (SENNET, 2012, p. 43). Como consequência, altos índices de rotatividade da



mão-de-obra e doenças de várias ordens, físicas e mentais, relacionadas ao trabalho, eram frequentes nesses ambientes fabris.

Por essas razões, entre outras, até a metade do século XX o modelo de produção fordista foi mostrando sinais de esgotamento, que eram saneados por expedientes de controle ou políticas populistas pró-trabalhador. A verticalização de toda a cadeia produtiva, a excessiva centralização e burocracia são também apontadas como causas do declínio da Ford Motors já nos anos 30, o que não significou, entretanto, a queda desse modo de produção, mas permitiu o surgimento de novos modelos “fordistas”, como o desenvolvido por Alfred Sloan, da General Motors (WOOD JR, 1992).

No contexto do Japão pós-guerra, com características de um mercado limitado (mas com demanda por variedade de modelos), leis trabalhistas que restringiam demissões e uma economia impossibilitada de importar tecnologias inviabilizavam a produção em massa, dando assim início a um sistema de produção enxuta. Além disso, a crença de que a força de trabalho não se adaptaria ao sistema fordista de produção e falta de demanda para exportação impeliram a construção de um outro desenho para a produção.

Inicialmente experienciado na montadora Toyota, a partir de observações sobre o funcionamento de uma fábrica da Ford, em Detroit, o sistema de produção toyotista tornou-se bem sucedido ao adaptar-se às mudanças tecnológicas, permitindo uma variedade maior de modelos, aliando as vantagens da produção industrial à artesanal e garantindo preços competitivos.

As vantagens do modo de produção toyotista sobre o fordista eram, exatamente, a sua maior adaptabilidade às condições ambientais (com a produção *just in time* e a redução de desperdícios), a atenção à inovação e flexibilidade<sup>6</sup> na produção e a motivação de seus trabalhadores. Esse momento, respondeu a uma “descoberta” das necessidades organizacionais, com a introdução de mudanças sobre o entendimento da organização e um retorno ao seu lado humano. Em verdade, as pesquisas realizadas por Elton Mayo, entre outros, já na primeira

<sup>6</sup> Richard Sennet, em “A Corrosão do Caráter” aponta a flexibilidade como a palavra de ordem do novo momento do capitalismo, o “capitalismo flexível”. Segundo o historiador e sociólogo, a ênfase na flexibilidade está alterando o próprio significado do trabalho, bem como das palavras que usamos para definir a nossa relação com o mesmo. “O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira {termo que, em inglês, que significava estrada para carruagens, e apropriado ao mundo do trabalho designava um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira}, desviando, de repente, os empregados de um tipo de trabalho para outro. A palavra “job” [serviço, emprego] em inglês do século XIV, queria dizer bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça, de um lado para o outro. A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de *job* na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida” (SENNET, 2012, p.9).



metade do século demonstravam a necessidade da atenção ao “capital humano” para a melhoria da produtividade das fábricas<sup>7</sup>. A própria forma de produção *just in time*, por operar com redução de estoques, obrigava cada membro do processo produtivo a antecipar problemas e evitar sua ocorrência, dando novo senso de responsabilidade e participação aos trabalhadores do processo. Eiji Toyoda, engenheiro e proprietário da montadora e Taiichi Ohno, especialista de produção, também conseguiram reduzir os problemas de qualidade (redução dos custos de inventário) pautando-se na fabricação de pequenos lotes, diferentes entre si, a um custo mais baixo que a produção de grandes lotes homogêneos (atendendo, assim, também à demanda por variedade). Em termos de inovação de processo produtivo, a introdução de conceitos de parceria e relação ao longo prazo, possibilitou que fornecedores e toda a cadeia produtiva necessária à produção dos bens – por mais diversos que fossem – se estruturassem em uma relação piramidal (distintamente da Ford e da General Motors, que integravam todas as etapas de produção de bens numa estrutura interna altamente burocratizada).

A proposta dessa relação de parceria ao longo prazo visava propor princípios de colaboração entre os vários atores da cadeia produtiva e proporcionar, dessa forma, outro sentimento de fidelidade e pertencimento ao processo produtivo<sup>8</sup>. Além disso, teorias como a da Contigência e Ecologia Organizacional, entre outras, buscavam, respectivamente, estabelecer relações entre o ambiente e as características das organizações e o papel da tecnologia na estrutura das mesmas, e sobre a evolução contínua das organizações com o ambiente, entendendo-os como participantes de um processo de cocriação (WOOD JR, 1992, pp. 11-13).

Partindo da análise do seu surgimento, o toyotismo estaria, entretanto, sujeito às mesmas contradições do sistema que lhe inspirou. Além disso, novas atitudes e expectativas em relação ao mundo do trabalho começaram a ser moldadas e a devoção dos empregados à

<sup>7</sup> Mayo, entre outras contribuições, identificou a existência e importância de grupos informais dentro da unidade de uma unidade de produção. Abraham Maslow, por sua vez, afirmou o ser humano como um “organismo psicológico, que procura satisfazer suas necessidades de crescimento e desenvolvimento, motivado por uma hierarquia de necessidades fisiológicas, sociais e psicológicas. Herzberg e McGregor, por sua vez, abordaram a questão da integração dos indivíduos nas organizações através de funções mais enriquecedoras. Isso levaria a maiores níveis de criatividade e inovação. Surgiu daí a ideia de Gerenciamento dos Recursos Humanos”. (...) Outra contribuição, a Teoria dos Sistemas, considera que as organizações são sistemas abertos e devem encontrar uma relação apropriada com o ambiente para garantir a sua sobrevivência”. (WOOD JR, 1992, p.11).

<sup>8</sup> Por outro prisma, Kuniyasu Sakai, empresário japonês, em artigo denominado “The feudal World of Japanese Manufacturing”, publicado em 1990 pela Harvard Business Review, afirma que “a organização piramidal, base dos grandes grupos japoneses, guarda estreita semelhança com o mundo feudal. Para ele, a base da pirâmide, constituída por milhares de pequenas empresas e empregando a maior parte da mão-de obra existente, faz o papel do servo, continuamente submetido a pressões para redução de custos, trabalhando com margens de lucro insuficientes e praticamente impedido de abandonar o seu clã” (WOOD JR. 1992, p. 14)





empresa – uma das matrizes do sistema e base da organização piramidal – tenderiam a sofrer mutações em tempos de tamanha flexibilidade. As próprias organizações transformam-se, para responder ao ambiente, logo, a ideia da organização enquanto organismo, tão cara à compreensão do toyotismo, poderia demonstrar-se como um paradoxo à sua manutenção, baseada na flexibilidade<sup>9</sup>. A adaptabilidade sugerida, portanto, seria capaz de “catalisar as contradições internas da pirâmide, minando-a por dentro. Simultaneamente, esse mesmo conjunto de fatores, atuaria sobre o meio, enfraquecendo a capacidade adaptativa e a flexibilidade do sistema” (WOOD JR, 1992, p. 15).

Richard Sennet aponta ainda alguns paradoxos em sistemas ditos flexíveis, visto que, para serem passíveis de serem operados por várias pessoas, a dificuldade deveria ser minimizada, instituindo-se, assim, um padrão de ordem. Como efeito, sendo a dificuldade e a flexibilidade valores opostos, criaria-se, assim, as condições para a atividade acrítica e indiferente dos usuários (SENNET, 2012, pp.82-83)

Enquanto as organizações de inspiração fordista possuem características mecanicistas, com sistemas decisórios rígidos, as organizações toyotistas, cuja metáfora se cria pela aproximação a um organismo, possuem processos mais flexíveis. Nessa linha, um novo sistema de produção, que se firmou pelo alto grau de experimentalismo representou uma mudança com relação aos princípios toyotistas. A Volvo, montadora sueca, tem sua imagem de organização representada por um cérebro e suas ligações sinápticas. A ideia que permeia esse sistema de produção é própria autogestão e capacidade de auto-organização. Dos conceitos de *single-loop* (aprendizado) e *double-loop* (aprendizado do aprendizado) derivam princípios como: 1. Capacidade de sentir e monitorar o ambiente; 2. Relacionamento das informações colhidas com normas predefinidas, 3. Detecção das variações e 4. Início das correções. O sistema em si deve, pois, ser inteligente, aprendendo a partir de si mesmo. Para tanto, deve-se criar redundância e conectividade e, simultaneamente, especialização e generalização.

No modelo de produção volvista, o capital humano é o principal fator de produção: é a sua *expertise* que resulta na melhor produção. A ergonomia é vendida como presente em todos os detalhes: a ideia é que o próprio trabalho torne os operários mais saudáveis. Com isso pretende-se a redução de custos e o aumento da produção, feita com mais qualidade. A alta

<sup>9</sup> “Um aspecto complicador do uso da imagem de organizações como organismos é o pressuposto implícito da utilização de um modelo discreto, no qual as espécies e suas características são bem definidas. As organizações, por sua vez, tendem a ter características com variação contínua.” (WOOD JR., 1992, p. 12).





tecnologia aliada a um projeto sóciotécnico permitiu, na fábrica da Volvo, a redução dos investimentos em capital, o que resultou na flexibilidade do processo e do produto (WOOD JR, 1992).

Novamente, Richard Sennet nos ensina que as corporações que tiveram êxito graças à cooperação, partilhavam com a comunidade, *stakeholders* em geral, e especialmente trabalhadores, uma aliança entre detecção e solução de problemas. O autor exemplica através do sistema operacional Linux como essa forma de gestão pode ser promissora. E avalia, entretanto, que tal modelo escapa a um contexto estrito de competitividade, tão caro e arraigado na ética empresarial. Explica que no plano da competição, são necessários padrões predefinidos para realização e conclusão de tarefas, a fim de orientar melhor a distribuição das recompensas (SENNET, 2009).

Pode-se afirmar, ao menos em teoria, que a forma de trabalho proposta pelo que se convencionou chamar modo de produção volvista daria ênfase em um saber conceitual, distanciado, portanto, da mera execução tecnicista.

## 2- A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A EMERGÊNCIA DE NOVOS VALORES

Os conceitos de respeito ao meio ambiente e ao trabalhador, especialmente trazidos pelo modo de produção toyotista e, mais recentemente, pelo volvismo, inspiraram formas de produção mais conscientes do papel das empresas, das suas reponsabilidades e das possibilidades de organização produtiva. O clamor social por uma adequação das empresas a um novo papel, em que valores como a redução de danos ao meio ambiente (e as possíveis compensações às externalidades negativas geradas), o oferecimento de melhores condições aos trabalhadores – de forma a permitir que o local de trabalho seja um ambiente de exercício de cidadania e dignidade –, e o respeito ao consumidor, tem levado a reestruturações sobre qual seria a função e as responsabilidades das empresas. Além disso, a descoberta de novas tecnologias (inclusive as de ordem social) ou a simples percepção de seu manejo promovem outras possibilidades de arranjos produtivos dentro das empresas ou, ainda, podem representar distintas possibilidades de produção de bens ou serviços que se afastam dos moldes clássicos de configuração das empresas.



Os negócios colaborativos se apresentam como tendo uma estrutura – sobretudo jurídica – diversa das empresas. Muitas vezes são conceituados como apenas “práticas comerciais”, que viabilizam o fluxo e o acesso a bens e serviços entre fornecedores, doadores, investidores e colaboradores (de diversas formas), sem haver, necessariamente, trocas monetárias entre as partes envolvidas. Essa estrutura organizativa, não dispensa, entretanto alguma institucionalização. As trocas entre os sujeitos se dão, via de regra, em um ambiente virtual resultando na chamada *wikinomia*<sup>10</sup>, onde a ideia de colaboração e cooperação apresenta-se como a ética predominante nos discursos dos sites de *crowdfunding* e *crowdsourcing* (práticas mais comuns desse tipo de negócio) que tem crescido de forma exponencial nos últimos anos.

Distintamente das empresas convencionais, a maximização dos lucros não se apresenta como principal objetivo dos negócios colaborativos, mas a própria produção dos bens ou serviços (em geral, de natureza cultural) – ali disponibilizados apenas enquanto ideias –; sendo dados ao “público” conhecer (o que já significa uma ruptura dentro do sistema proprietário no qual se insere a propriedade intelectual) e deliberar sobre seu desenvolvimento através de um financiamento coletivo – mais democrático, portanto, que as instâncias de fomento público-privadas, a exemplo da Lei Rouanet.

A organização da produção de forma desverticalizada é uma tendência que se anuncia com o advento das novas tecnologias. Desde a aurora da internet, a grande quantidade de consumidores conectados fomentou a ideia de que pequenos e médios negócios teriam mais possibilidades de se desenvolver tendo em vista a possibilidade de colocação de seus produtos e serviços ao acesso desses, sem depender de grandes aportes de capital em marketing e podendo produzir conforme a demanda, já que a comunicação entre fornecedores e consumidores estaria sobremaneira facilitada.

O que ocorre, para além disso, é uma reestruturação na forma como esses negócios tem se organizado. Não se trata apenas de oferta e demanda; empresas vendendo e consumidores comprando. A relação entre fornecedor e consumidor foi drasticamente alterada: os consumidores de hoje alugam, trocam, compartilham e participam da concepção de produtos numa escala bem maior que aquela dos tempos pré-internet. Além da aquisição de produtos e

<sup>10</sup> O termo, cunhado em 2006 por Don Tapscott e Anthony D. Williams em “Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio”, propõe princípios de colaboração voluntária e participação global para a construção de modelos e estratégias de desenvolvimento em diversas áreas. Inicialmente pensado para a propriedade intelectual, a *wikinomia* tem alcance em várias áreas ao permitir um maior compartilhamento de

NEGÓCIOS COLABORATIVOS: AS NOVAS FORMAS PRODUTIVAS BASEADAS NA ECONOMIA EM REDE - STEPHAN, Clarisse



serviços, o consumidor tem à sua disposição uma quantidade ímpar de informações sobre os mesmos, tornadas acessíveis pelas próprias empresas (inclusive tendo em vista a transparência, um dos pilares da responsabilidade social) como também compartilhados por outros consumidores pelas redes sociais e outros meios digitais. A interação dos consumidores tem tornado possível um *feedback* mais rápido e eficiente sobre seus anseios às empresas, o que resulta, muitas vezes, em um produto ou serviço com maior capacidade de satisfazer as necessidades do cliente. Segundo James H. Gilmore e B. Joseph Pine<sup>11</sup>, pioneiros na estruturação daquilo que apresentam como “economia da experiência”, essas formas de produção representam uma já existente, porém não articulada, forma de resultado econômico. O valor da experiência não estaria apenas na conquista ou fidelização do cliente, mas na valorização de um produto ou serviço que será concebido ou aperfeiçoado tendo em vista a participação efetiva daquele que irá consumi-lo. A questão que se coloca, dentro de uma nova estruturação de produção e consumo de bens/serviços é a qualidade/necessidade dos mesmos. Por isso, a proposição da economia da experiência não se cinge apenas à oferta de algo já elaborado, mas tem a ver com o engajamento dos sujeitos ao processo produtivo. A qualidade é aferida pela satisfação dos sujeitos consumidores, que se tornam, cada vez mais, exigentes sobre o consumo.

277

## 2.1 As relações de produção pautadas na horizontalidade das redes

Esse marco teórico ajuda a compreender e enfrentar o problema colocado porque, ao reconhecer as novas práticas democráticas advindas das relações em rede, que são processadas por via da contiguidade e são incontroláveis por se darem de baixo para cima, desafiando a verticalidade da relação empresas-consumidores, abre-se espaço para se pensar em uma rede de direitos que substitua a tradicional e hierarquizada forma de incentivo na produção de bens e porque não, de propriedade exclusiva sobre a inovação, por uma rede horizontal de responsabilidades, construída na comunidade.

---

informações e uma construção coletiva do conhecimento que será aplicado a diversas áreas (TAPPSCOTT e WILLIANS, 2007).

<sup>11</sup> James H. Gilmore e B. Joseph Pine lançaram, em 1999, “The experience economy: work is theatre & every business a stage” em que tratam da chamada “economia da experiência”, teoria que coloca o consumidor em um outro lugar da cadeia produtiva, ao incorporar seus gostos e expectativas ao produto e ao processo produtivo. A economia da experiência será retomada nesta pesquisa no tópico sobre produção e consumo colaborativos.



A questão fica bem colocada à luz da releitura da alteridade proposta por Lévinas e da metáfora das redes sociais proposta por Roberto Aguiar (2006). As construções teóricas sobre a alteridade, em geral, fundamentam-se no imperativo categórico de Kant, traduzido-o pela regra ética que prescreve que se deve agir de forma que a máxima da vontade daquele que age seja universalmente válida. Como observa Aguiar, o ponto de partida para a alteridade é a subjetividade de quem se defronta consigo mesmo e com o outro. Assim, Lévinas inverte os polos da relação e:

(...) não mais toma como ponto de partida a denominada lei de ouro ou o imperativo categórico, que torna universal o desígnio ético do eu. Já não mais o eu procura agir em relação ao outro como deveria querer ser tratado, tornando essa máxima um imperativo universal, será o outro, por sua presença, que constitui a ética e desvela o ser do mesmo (AGUIAR, 2006).

Aguiar, interpretando a proposta teórica de Lévinas, introduz outro conceito, a rede, utilizando-o como recurso metafórico para a compreensão do estado de coisas da sociedade contemporânea. Enquanto, associa a ideia de alteridade clássica a um Direito verticalizado, hierarquizado, fonte e instrumento de controle e definição do outro, enfatiza que a proposta de Lévinas caminha para uma alteridade horizontal, em que a equidade preside a diferença, e onde o rosto do outro ilumina o movimento de construção do Direito. O justo passa a ser orientado pela horizontalidade e não fornecido por uma estrutura social hierarquizada (como a do mercado, por exemplo).

A radicalização da alteridade e a metáfora das redes sociais aplicadas ao Direito colocam em xeque dois dogmas fundamentais à constituição das sociedades empresárias como as conhecemos: a propriedade exclusiva e o comportamento auto-interessado e maximizador de resultados. Assim, iniciativas como *crowdfunding*, *crowdsourcing*, *coworking* e cocriação são cada vez mais comuns e dão uma nova roupagem à produção de bens e serviços. Vejamos como essas formas se estruturam:

*Crowdfunding*: palavra em inglês que define financiamento coletivo, através de doações (simples ou modais, mas geralmente condicionadas) feitas por pessoas físicas e/ou jurídicas. O financiamento é obtido pela captação, geralmente por meio de sites construídos para essa finalidade. Tal sistema de arrecadação de fundos abre, em tese, a possibilidade de que um “empreendedor” ou um sujeito que possua apenas uma ideia, mas não meios para realizá-la, possa captar recursos para a sua consecução sem ter de recorrer a bancos ou a investidores.



Dessa forma, o proprietário da ideia não tem de arcar com juros, como ocorreria na hipótese da tomada de um empréstimo, nem se vê compelido a alienar “cotas do negócio”, como poderia ocorrer quando se recorre a fundos de investimento<sup>12</sup> (GINESI e FEIJÓ, 2014).

*Crowdsourcing*: também do inglês vem o termo *crowd* (multidão) e *outsourcing* (terceirização) e designa produtos e serviços que são criados com base na cooperação coletiva, a exemplo da Wikipédia (a enciclopédia mais abrangente já construída em todos os tempos, onde qualquer pessoa pode contribuir com o conteúdo dos verbetes disponibilizados online). A ideia que ancora essa forma de produção é a de que a mobilização coletiva é capaz de promover a execução de trabalhos com maior rapidez, menores investimentos de capital e menos erros, resultando, portanto, numa maior eficiência. A internet e as redes sociais são utilizadas para acessar um grande número de possíveis colaboradores, mão de obra, que em outro momento tecnológico estava inacessível às empresas, especialmente às pequenas e médias. Assim, o empreendedor que precise resolver demandas pontuais ou criar serviços e produtos tem a possibilidade de contar com uma grande “comunidade” online de profissionais dispostos a vender sua força de trabalho<sup>13</sup> (GINESI e FEIJÓ, 2014).

*Cocriação*: o termo, popularizado pelos professores indianos C.K. Prahalad e Venkat Ramaswamy no livro “O Futuro da Competição”, de 2004, abarca práticas que tenham por objetivo o envolvimento de clientes, fornecedores e até mesmo concorrentes no processo de

<sup>12</sup> Os doadores, em um *crowdfunding*, comumente recebem algum tipo de recompensa pela doação (na hipótese modal), que pode ser o investimento de volta, caso haja o retorno esperado, e/ou acesso em primeira mão ao produto ou serviço que estão ajudando a financiar. Em geral, o valor arrecadado somente é entregue ao criador (proprietário da ideia) caso o valor por ele estabelecido para a consecução da obra seja angariado em um tempo previamente informado aos doadores/financiadores. Se isso não ocorre, o valor das doações é reembolsado aos doadores. A justificativa para tanto é ser tal valor, a partida, o mínimo necessário para a materialização da ideia a contento. Sem a arrecadação suficiente, não faria sentido que esse valor fosse revertido ao criador. Entende-se que, além da possibilidade de captar para produzir algo novo, ainda que o projeto não venha a lograr êxito (alcançando o objetivo inicialmente estipulado), o empreendedor/criador estará, de toda a forma, recebendo um *feedback* de pessoas interessadas pela sua ideia, e terá, com isso, a possibilidade de aprimorá-la e para submetê-la posteriormente ao crivo dos doadores/investidores, que mesmo neste caso estarão colaborando para a produção. A popularização dos sites de financiamento coletivo iniciou-se em 2009, com a plataforma americana Kickstarter. No ano de 2013, estima-se que as plataformas de crowdfunding no mundo tenham movimentado 5 bilhões de dólares, o dobro do ano anterior. No Brasil, o site de financiamento coletivo Catarse apontou que 32% dos projetos apresentados o são por pequenas empresas que desejam lançar novos produtos ou serviços ou viabilizar a expansão de seus negócios (GINESI e FEIJÓ, 2014).

<sup>13</sup> Richard Sennet (2009) aponta sistema operacional Linux, construído a partir de um código aberto, acessível aos usuários que se oferecem voluntariamente para aperfeiçoá-lo, como um exemplo bem-sucedido dessa modalidade de negócio colaborativo. Aqueles que trabalham na melhoria da plataforma se aproveitam dela, mas o resultado do trabalho é disponibilizado aos demais. Algumas empresas tem utilizado um recurso chamado *microtasking*, que consiste em repartir o trabalho em tarefas menores e distribuí-las em plataformas de crowdsourcing para várias pessoas executá-las de forma simultânea. Em regra, o *microtasking* se aplica a tarefas que podem ser executadas de forma independente, como edição de imagens, revisão de documentos, tradução e transcrição de dados.



criação de um produto. Semelhante ao *crowdsourcing* no que tange à contribuição de pessoas que não laboram na mesma empresa para efeito de desenvolvimento de um produto, dele se afasta porque não se coloca um projeto em plataformas acessíveis a uma grande pluralidade de indivíduos, mas a um grupo específico de pessoas com habilidades tidas como fundamentais a sua consecução. O conceito tem ampla utilização, desde há algum tempo, para o desenvolvimento e aprimoramento dos softwares livres, como foi o caso do Firefox, da Mozilla Foundation, criado em 1998 por centenas de programadores ao redor do mundo e traduzido para 70 idiomas por voluntários. A ideia por trás da cocriação rompe, de certa forma, com a lógica proprietária em geral presente quando do desenvolvimento de um produto<sup>14</sup> (GINESI e FEIJÓ, 2014).

*Coworking*: o conceito, utilizado já nos anos 90 por Michael Porter sob a denominação de *clusters*, definia concentrações de empresas que compartilhavam sua estrutura para reduzir custos (tal como previsto pela teoria da firma no que tange à redução dos custos de transação). No espaço da economia colaborativa *coworking* designa concentrações em um espaço (geralmente aberto) compartilhado de trabalho por duas ou mais empresas, no qual podem unir-se também autônomos e *freelancers*. Custos como água, luz, telefone e pagamento de pessoal como recepcionista, cozinheiro e técnicos administrativos são partilhados. A ideia desse tipo de organização é a divisão de custos e a vontade das pessoas em fazerem parte de uma rede de negócios em expansão, tanto que, muitas vezes, funcionários de uma empresa acabam trabalhando em projetos da outra empresa com a qual dividem o espaço comum. Pessoas que trabalham em ambientes compartilhados afirmam que ganham experiência de mercado com pessoas que, a rigor, não fariam parte da sua equipe. Em geral, as chances de êxito são maiores quando se tem empresas trabalhando em negócios complementares (GINESI e FEIJÓ, 2014)<sup>15</sup>.

Conforme aponta Richard Sennet (2009, p. 44) em qualquer organização que prime pela competitividade, os indivíduos que sejam recompensados pela realização de trabalhos

<sup>14</sup> Abrindo-se inclusive a possibilidade de que consumidores venham a participar do processo de criação. Um exemplo de uso da cocriação foi feito pela fabricante de barrinhas de cereais Element Bars: pelo site, consumidores montaram sua própria barrinha e as combinações mais frequentes foram testadas pela empresa e colocadas no mercado (GINESI e FEIJÓ, 2014).

<sup>15</sup> Outra possibilidade de êxito para o *coworking* são os alugueis de espaço a funcionários de empresas transnacionais que não tem estrutura física no país, mas mesmo em empresas com sede própria, o *coworking* tem se demonstrado como uma forma de reorganização: em vez de mesas e lugares fixos, muitas empresas tem preferido criar estruturas móveis, em que pessoas se agrupam a depender do tipo de tarefa que estão desenvolvendo e a quantidade de pessoas envolvidas.





individuais, haverá sempre de entesourar informações. Entendendo as ideias<sup>16</sup> como principal ativo de mercado na “*era do software*” (BAUMAN, 2001), esse encilhamento pode produzir consequências pouco produtivas. As teorias clássicas de organização empresarial, como a teoria da firma, apresentam como argumento favorável à concentração de poder nas mãos dos detentores de capital a ideia da eficiência na tomada de decisões. A existência de administração centralizada e coordenada é colocada como uma forma mais eficiente de gestão que do que aquela em que uma decisão dependa de deliberação de um número disperso de pessoas (PINTO JUNIOR, 2007. p. 244).

Segundo o modelo teórico apresentado, o ganho de eficiência proporcionado pelo modelo de produção empresarial em contraste com aquele realizado no sistema de preços, pautado exclusivamente pelas leis de mercado, é justificado pela alocação de recursos em função de um comando de autoridade. Ao analisar os fundamentos teóricos da tutela da “propriedade empresa”, verifica-se a estrutura societária como um instrumento de organização empresarial, partindo da premissa de que o ganho de eficiência na produção empresarial se deve a um comando de autoridade e por ele se justifica: a concentração de poder decisório nas mãos de algumas pessoas que representam autoridade e a identificação dos demais grupos como apenas representantes de interesses externos<sup>17</sup>.

O princípio geral que concerne ao exercício de atividades empresariais tem sua sede no art. 170 da Constituição Federal de 1988, que garante a liberdade de iniciativa, essencial a uma economia de mercado. Tal princípio, na prática, resolve-se em atos que incidem sobre esferas jurídicas de muitos sujeitos alheios ou estranhos aos atos necessários à constituição ou manutenção de uma de sociedade<sup>18</sup>. Assim, há, em regra, uma clara divisão entre as tarefas daqueles que detém/organizam os bens de capital e aqueles que os põem a girar. Tal fato repercute não apenas sobre suas funções e “remunerações” mas também sobre seu envolvimento com aquele ambiente/empresa. Visto que não há uma necessária coincidência

<sup>16</sup> A esse respeito ver: BOYLE, James. “The second enclosure movement and the construction of the public domain”, 2003.

<sup>17</sup> Além disso, temos como argumentos que: “pelo fato de serem os fornecedores de recursos menos privilegiados e mais expostos aos riscos do empreendimento. Em outras palavras, as consequências financeiras do sucesso ou insucesso do negócio recaem primordialmente sobre os acionistas, a quem é atribuído o fluxo de caixa remanescente, após o pagamento de todos os credores. Daí por que os prestadores de capital seriam a categoria mais incentivada a buscar a maximização do retorno do investimento acionário e, portanto, mais apta a decidir sobre os destinos da companhia (WILLIAMSON, 1993. p. 148).

<sup>18</sup> Além de outros sujeitos impactados por atos como pactos de não concorrência, cláusulas gerais de contrato, por exemplo, afetam interesses de terceiros, segundo Buonocore (2002. p. 375).





entre os trabalhadores e sócios de uma empresa e esta coincidência somente seria possível nos casos em que os primeiros também tivessem parcela significativa do capital e poder de voto<sup>19</sup>; 2) a democratização do poder decisório poderia ser uma solução mais eficiente para afastar os problemas de conflitos de interesses, internalizando interesses até então externos, como o caso dos *stakeholders* (trabalhadores, sócios ou acionistas minoritários) e consumidores) 3) As experiências de governança corporativa poderiam servir de baliza para a aferição de uma solução mais democrática em relação à composição da autoridade na estrutura societária desses novos modelos de organização produtiva, como no caso da produção de bens culturais, entre outros possíveis de serem organizados pelos negócios colaborativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetiva-se, portanto, verificar se novas formas de organização produtiva, pautadas em uma estrutura proprietária mais fragmentada, não trariam uma repartição de benefícios maior entre as partes da cadeia produtiva de uma empresa, e aquelas que são afetadas por essa.

A reelaboração da noção de sociedade e de função social deve permitir uma alternativa à disciplina do conflito de interesses e ampliação do conceito de sociedade/empresa e de sua função social para abrigar definição mais ampla do interesse social. A ideia é a de que a estrutura societária apresente uma solução orgânica para acomodar os diversos interesses envolvidos na organização empresarial, que pressupõe a convivência de todas as pessoas da cadeia produtiva, e a repartição de benefícios entre elas. A solução pode ser uma alternativa àquela em que os interesses sociais são aproximados dos interesses dos proprietários dos meios de produção, pautado-se em um conceito de distribuição de riscos e responsabilidades.

A moderna teoria da empresa deve ser usada, nesse sentido, para reafirmar o papel dos trabalhadores e consumidores como parte essencial da empresa e fazer com que seus investimentos sejam reconhecidos. Sendo a empresa uma instituição apta a geração de riquezas, a participação dos trabalhadores e consumidores nas instâncias de discussão e decisão deve ser incentivada, como forma de se materializar a distribuição de lucros e responsabilidades.

<sup>19</sup> Lembra-se, inclusive, que nas grandes sociedades anônimas, principalmente naquelas em que se observa dispersão das ações, o controle é exercido por meio de uma parcela mínima do capital social, dada a pulverização acionária.



Há possibilidades para que isso ocorra, como as práticas de governança corporativa, em que a diluição do poder de comando e repartição de responsabilidades entre proprietários e trabalhadores são complementares às soluções construídas pelo Direito do Trabalho, e poderia ainda ser fomentado por uma mais efetiva distribuição de participação nos resultados da empresa<sup>20</sup>, com a criação de mecanismos de estímulo e responsabilização aos trabalhadores (e também fornecedores e consumidores) sempre que contribuíssem aos objetivos da empresa.

Os negócios colaborativos, nos quais há maior participação de outros sujeitos, partes interessadas – *stakeholders* – são um espaço por excelência para se revolver os fundamentos do princípio da alteridade, de forma a distribuir os riscos da atividade empresarial, que atribui os riscos financeiros do sucesso do empreendimento ao empresário e aliena os trabalhadores do centro de decisões. Esses últimos devem ser vistos, efetivamente, como partes interessadas na organização e desenvolvimento da empresa. Dentro dessa perspectiva, a alteridade se transporta para a ideia da coparticipação e corresponsabilidade, de modo reavaliar a relação hierárquica presente nas formatações clássicas de empresas.

Afirma Richard Sennet (2013) que a sociedade moderna, especialmente industrial, desabilitou as pessoas das práticas de cooperação, mas que essa é uma capacidade ou habilidade enraizada nas etapas de nosso desenvolvimento humano, sendo portanto, passível de ser reelaborada; curiosamente pede ser a mesma tecnologia a responsável por catalisar processos de colaboração. Nesse sentido, corrobora-se o entendimento de Sennet (2009), como “o homem, criador de si mesmo”, ao conferir ao trabalho uma centralidade necessária à constituição da vida uma superação da dicotomia entre as tarefas manuais e intelectuais.

Centrando o trabalho como atividade criadora de valor para o homem e a sociedade, é sumamente importante analisar que valores seriam esses. Assim, bens e serviços são colocados numa outra perspectiva; aquilo que será valorado a ponto de que alguns homens (produtores e investidores) invistam alguma receita, energia e labor na sua consecução, deverá demonstrar valor às pessoas que irão consumir esses bens. Surgem aí as noções de economia criativa e consumo colaborativo.

<sup>20</sup> No Brasil, lei 10.101/2000 regula a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR, Roberto. *Alteridade e Rede no Direito*. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/revista/Rev\\_82/Artigos/Roberto\\_rev82.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/revista/Rev_82/Artigos/Roberto_rev82.htm)> . Acesso em 1. Set. 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOYLE, James. *The second enclosure movement and the construction of the public domain*. 2003. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/journals/66LCPBoyle>>. Acesso em 15 jun 2013.
- CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de. Teoria da Firma: a produção e a firma. In *Manual de Economia*. Org. PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. São Paulo: Saraiva, 5ª. ed., 2006.
- GINESI, Camila; FEIJÓ, Bruno Vieira. Colaborar é um bom negócio. *Pequenas e Médias Empresas*. Ed.71. pp. 24-35. São Paulo: Ed. Abril. Março, 2014.
- LÉVINAS, Emanuel. *Entre nós: ensaios sobre alteridade*. Petrópolis: Vozes. 1997.
- SAMUELSON, Paul A; NORDHAUS, William D. *Economia*. 18ª Edição. Trad. Elsa Fontainha e Jorge Pires Gomes. Lisboa: McGraw-Hill. 2005.
- SENNET. *O Artífice*. São Paulo: Record. 2009.
- SENNET, Richard. *Juntos – os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. São Paulo: Record. 2013.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Cultural. 1988.
- TAPSCOTT, D; WILLIAN, A.D. *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio*. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.
- WOOD JR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. *Revista de Administração de Empresas*. 6-18. 1992.



## DA CULTURA À CIBERCULTURA: NOVOS LETRAMENTOS E POSSIBILIDADES PARA EDUCAÇÃO

BOTTENTUIT JÚNIOR, João Batista

*Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT /UFMA*  
joaobj@gmail.com

SILVA, Nataniel Mendes

*Estudante do Mestrado do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT /UFMA*  
nataniel@ifma.edu.br

MENDES, Ana Gardenia Lima Martins

*Estudante do Mestrado do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – PGCULT /UFMA*  
anagardenia\_lm@hotmail.com

### RESUMO

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da transição do século XX para o XXI vêm acontecendo de forma muito acelerada, principalmente, em virtude do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação. Estas reconfiguram o modo como a sociedade se organiza,(re) criando ou ampliando espaços e culturas, reduzindo distâncias e inaugurando novas possibilidades de comunicação. A educação e os sujeitos que nela operam, enquanto elementos constituintes da sociedade, não estão alheios a essas transformações. Nesse sentido, o presente artigo discute, a partir da ampliação do conceito de cultura proposto por RoqueLaraia, a emergência da cibercultura e os novos letramentos que ela suscita, bem como seus desdobramentos na educação. A pesquisa bibliográfica assenta-se nas contribuições de Pierre Lévy, Manuel Castells e Marcelo Buzato.

**Palavras - chave:** Cultura. Cibercultura. Letramento. Educação.

### ABSTRACT

The political, economic, social and cultural transformations of the transition from the twentieth to the twenty-first have been going too fast on, mainly due to the development of Information Technologies and Communication. These reshape the way society is organized,(re) creating or expanding spaces and cultures, reducing distances and opening new possibilities of communication. Education and individuals who operate it as constituent elements of society, are not unrelated to these changes. In this sense, the article discusses, from the broadening of the concept of culture proposed by Roque Laraia, the emergence of cyberculture and new literacies that it raises, as well as its impacts on education. The literature relies on the contributions of Pierre Lévy, Manuel Castells and Marcelo Buzato.



**Keywords:** Culture. Cyberculture .Literacy. Education.

## INTRODUÇÃO

A palavra cultura há algum tempo vem sendo utilizada para designar uma prática de determinado grupo, geralmente ligado às elites econômicas, que acredita também pertencer a uma “elite cultural”. Alguém, por exemplo, que não teve acesso a determinados bens culturais: livros, músicas, filmes, peças teatrais etc., recebe facilmente a alcunha de “aculturado”, como se isso fosse suficiente para caracterizar o “nível ou ausência” de cultura no indivíduo. Quando, na verdade, a acepção primeira da palavra cultura mantém uma estreita ligação com aquilo que é simples, natural, aquilo que vem da natureza, (EAGLETON, 2011).

Tentar conceituar “cultura” parece não ser o caminho mais salutar para a compreensão de como a sociedade se organiza. A palavra ainda carrega um ranço franco-germânico de associação a determinadas práticas e saberes restritos aos mais abastados. Na contemporaneidade, sobretudo por conta do fluxo de informações compartilhadas entre os habitantes do globo, qualquer tentativa de conceituação seria inócua. Esse compartilhamento “destrói” fronteiras, línguas, hábitos, nações e outros elementos que outrora serviam para caracterizar determinada cultura. As culturas agora são fluidas, intercambiáveis, fragmentadas e abertas, o que torna impossíveis as tentativas de conceituação. O que seria, por exemplo, cultura popular? A música popular é o avesso ou sinônimo de música pop? É possível fazer música caipira trocando as violas por sintetizadores? E a arte dita erudita fica restrita aos museus? O cordel de Patativa do Assaré chegou à academia? Existe orquestra sinfônica que toca samba?

Está longe das pretensões deste trabalho tentar responder a esses questionamentos, até porque cada um deles já daria um rico e complexo objeto de estudo. Cabe aqui comprovar que na sociedade contemporânea, influenciada fortemente pela facilidade e velocidade com que as informações circulam no globo, fundem-se as fronteiras geográficas e culturais. Torna-se



cada vez mais difícil categorizar o que é culto ou popular, formal ou informal, feio ou belo, civilizado ou bárbaro etc. Nos tempos atuais, o homem é um ser com uma identidade híbrida, formada e transformada continuamente segundo os sistemas culturais, que também são híbridos (HALL, 2001).

Essa hibridização cultural é um processo “natural” que acontece quando culturas são justapostas. Talvez o caso brasileiro seja bastante elucidativo para verificarmos como, inicialmente, a fusão de elementos europeus, africanos e indígenas foi traçando, ou melhor, trançando a formação da cultura dita brasileira, a saber; religião, culinária, língua, música, política etc. Uma vez estabelecido o contato entre culturas, cada povo precisou de novos elementos materiais para a compreensão da outra, para a “leitura” do outro. Padres Jesuítas precisaram aprender a língua dos nativos para compreendê-los e, posteriormente, catequizá-los.

Passados cinco séculos, o contato presencial deixou de ser condição *sine qua non* para o intercâmbio das culturas e fluxo de informações. Agora, a interação acontece entre indivíduos distantes espacialmente, mas muitos próximos virtualmente. A rede mundial de computadores proporcionou a extinção ou, pelo menos, a minimização dos lapsos temporais e espaciais que dificultavam a interação entre as pessoas. O ciberespaço (LÉVY, 1999) proporciona o encontro e a troca de dados entre indivíduos distribuídos por todo o planeta. Nesse espaço as culturas são fortemente influenciadas pela cibercultura. Esta por sua vez acarreta novos letramentos, habilidades, necessidades comunicativas. O indivíduo, por exemplo, que não sabe manusear alguns equipamentos, não conhece determinados programas computacionais, ou mesmo não consegue decodificar textos marcados pela multimodalidade (fusão de palavras, imagens e sons num mesmo texto), está à margem de muitos processos comunicativos mediados por máquinas (computadores de mesa, notebooks, *tablets*, celulares etc.) conectadas à internet.

Nesse cenário marcado por transformações tecnológicas, interessa-nos discorrer sobre a emergência da cibercultura, avaliar os novos letramentos por ela suscitados, bem como propor algumas alternativas para uma educação mais emancipadora e inclusiva, do ponto de vista tecnológico.



## DA CULTURA À CIBERCULTURA

As tentativas de conceituação para o vocábulo “cultura” têm sido, em muitos casos, preconceituosas e/ou reducionistas. Primeiro, porque se convencionou concebê-la como um modo de vida mais “sofisticado”; segundo, porque não dá conta de caracterizar a sociedade contemporânea, cada vez mais fluida e hibridizada.

A partir de uma conceituação historicamente construída do termo *kultur*, cunhado no século XVIII pelos alemães, para a construção ou busca de uma suposta identidade (que agregava, obviamente, a ideia de superioridade em relação aos outros países, sobretudo à França), a imputação de um comportamento “refinado”, que inclui filmes, livros, peças teatrais, espetáculos etc. considerados “bons”, a uma elite intelectual e financeira, tem sido o parâmetro mais comum na sociedade para diferenciar “cultos de ignorantes”. Eagleton (2005) chama essa acepção de cultura de “especialização às artes”, que abrange tanto a atividade intelectual (Filosofia, Política, Ciências etc.), quanto as artes ditas canônicas (Literatura, Artes Plásticas etc.). O perigo desse tipo de leitura para o termo é que “[...] tão logo cultura venha a significar erudição e as artes atividades restritas a uma pequena proporção de homens e mulheres, a ideia é ao mesmo tempo intensificada e empobrecida” (EAGLETON, 2005, p. 29).

A humanidade já pagou, e paga até hoje, um preço muito alto por acreditar na pseudo--ideia de superioridade de raça ou cultura. Nazismo e Apartheid são dois, de muitos, tristes episódios da história da humanidade, em que a perseguição, tortura, escravidão, dizimação são “justificadas” por teses infundadas. Infelizmente, algumas dessas ideias ainda estão vivas e espalhadas pelo planeta.

Talvez o mais salutar seja, em vez de uma mera conceituação para “cultura”, uma discussão e ampliação do termo. Roque Laraia (2001), a partir das ideias de Kroeber, destaca os seguintes pontos:

[...] 3. A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica o seu equipamento superorgânico.





4. Em decorrência da afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu hábitat.
5. Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas [...]. (LARAIA, 2001, p.26).

Uma vez pensada enquanto meio de adaptação, a cultura, neste caso, consegue contemplar toda a espécie humana. Seria, por exemplo, inadequada a frase “fulano tem cultura”. Não se trata de ter, possuir, mas de ser ou adquirir pelo simples fato de nascer. A própria existência humana, nas tentativas de adaptação à vida, já é algo cultural. Todos, com maior ou menor complexidade técnica, criam e/ou aperfeiçoam equipamentos que, em tese, facilitam a vida da humanidade. O ser humano foi desenvolvendo, gradativamente, soluções práticas para os percalços da vida. É assim desde o Paleolítico, em que instrumentos rudimentares, fabricados a partir de pedaços de ossos e pedras, auxiliavam o nômade caçador. Um pouco mais adiante, com a descoberta do fogo, as pessoas podiam agora, entre outras tarefas, espantar animais selvagens, cozinhar os alimentos, proteger-se das intempéries e iluminar a habitação. Seja o machado de madeira e pedra, o fogo, ou o mais avançado equipamento de informática, podemos atestar, a partir, dos registros da história, que todos os inventos e descobertas da humanidade alteraram em alguma proporção o seu *modus vivendi*. Machado, fogo, ábaco, papel, escrita, sistema numérico, imprensa, relógio, navio, bússola, astrolábio, eletricidade, geladeira, máquina de lavar, lâmpada, telefone, avião, sistema binário, computador, celular são apenas alguns exemplos de como determinados inventos e descobertas alteraram definitivamente a cultura da humanidade.

Como não considerar que as formações e transformações culturais são, e muito, impulsionadas pelas descobertas tecnológicas? Concomitantemente às descobertas, a humanidade foi desenvolvendo uma(s) cultura(s). Embora isso pareça óbvio, no sistema educacional brasileiro, por exemplo, as transformações culturais advindas com o avanço tecnológico são, em muitos casos, omitidas do currículo. Sobre isso, discorreremos adiante.

Por ora, retornamos à ideia do antropólogo brasileiro Roque Laraia de que as formas criadas pela humanidade para sua adaptação ao mundo são elementos constituintes da



cultura e que o aprendizado é a tônica desse processo, contrariando os pressupostos de que as ações humanas seriam geneticamente determinadas. Uma dessas formas de adaptação foi a criação do computador, e seus correlatos, conectado à internet, agregando, ainda que nem sempre de forma pacífica, pessoas, culturas e nacionalidades distintas.

O surgimento da internet e, com ela, a possibilidade de comunicação em rede anunciam o também o aparecimento de um novo espaço, o ciberespaço, ou seja,

[...] um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 17).

Não estamos falando “simplesmente” de uma interconexão mundial de computadores, mas obviamente de uma interconexão mundial de pessoas em um ambiente onde as trocas informações e o contato entre culturas são incessantes. Os usuários da rede alimentam e, ao mesmo tempo, são alimentados por esse universo partilhado. Estamos diante, agora, não de uma “nova” cultura, mas de uma ressignificação e agrupamento, a partir da comunicação em rede, de inúmeras culturas, impulsionados pela constante necessidade humana de adaptação ao meio. O ciberespaço possibilitou o surgimento do que Lévy chama de cibercultura. Para ele, o termo designa “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, atitudes, modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17). Uma vez instaurada, novas práticas sociais e discursivas, além da necessidade de novos letramentos emergem da cibercultura.

## **LETRAMENTOS E EDUCAÇÃO**

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são uma realidade na vida de muitas pessoas espalhadas pelo planeta. Elas são o suporte material para as práticas que acontecem na cibercultura. Equipamentos eletrônicos, incluindo o computador conectado à



internet programas computacionais, fazem parte dessa miríade. A partir desse suporte, novas técnicas intelectuais são suscitadas para que o indivíduo possa fazer parte desse universo. O surgimento de novos aparatos tecnológicos exige das pessoas, até por uma questão de adaptação ao meio, comportamento e raciocínio específicos. E para transitar na cibercultura, o indivíduo precisa estar provido dessas habilidades, desses “letramentos”.

Não nos interessa aqui, diante dos vários estudos já realizados, fazer um apanhado histórico do termo “letramento”; mas, para nos situarmos, recorremos a Soares, (2004, p 25). Para a autora, o termo serve para “nomear as práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas que as práticas de leitura e escrita resultantes da aprendizagem do sistema de escrita”. Letramento implica em algo que vai muito além da mera decodificação de signos, significa, grosso modo, o uso social da língua. É possível que uma pessoa saiba ler, no entanto, fazer o uso social dessa leitura por não conseguir responder às exigências de comunicação que a sociedade contemporânea lhe impõe.

Falar em contemporâneo é falar em TIC. Estas ampliam o significado de letramento para letramento digital. Para Aquino (2005), este significa

[...] o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias. Um indivíduo possuidor de letramento digital necessita de habilidade para construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras que se conectam a outros textos, por meio de hipertextos, links e hiperlinks; elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície (textos multimodais). Ele precisa também ter capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas através dos sistemas computacionais. (AQUINO, 2005)

Para Buzato (2007), os letramentos digitais são “redes complexas de letramentos (práticas sociais) que se apoiam, se entrelaçam, se contestam e se modificam mútua e continuamente por meio, em virtude e/ou por influência das TIC”. Na cibercultura, é assim que a informação circula, as práticas sociocomunicativas são mediadas e transformadas por dispositivos tecnológicos. A ideia de texto, por exemplo, é completamente ressignificada a



partir da inserção de elementos sonoros e pictóricos no mesmo plano. O texto agora é multimodal e conecta-se a outros textos (hipertextos). A textura do papel convive com o brilho do monitor do computador. Quem não consegue desenvolver práticas de letramento digital não consegue também, por exemplo, explorar as potencialidades educacionais da cibercultura.

Como já citado, o indivíduo a partir da necessidade de adaptação ao planeta, desenvolve sua cultura e com ela a dependência cada vez maior do aprendizado, Laraia (2001). Quando falamos em aprendizado, lembramos, entre outras coisas, de uma instituição criada sob a premissa de ensinar e/ou educar: a escola. Esta tem por obrigação legal e moral garantir aos sujeitos alunos o contato com o conhecimento historicamente construído pela humanidade. Isso inclui, no contexto atual, práticas sociocomunicativas, que têm o computador conectado à internet como suporte. As mudanças socioculturais engendram também mudanças educacionais. As tentativas de adaptação do indivíduo ao planeta são sempre no sentido de facilitar sua vida, de “melhorar o mundo”. O uso da TIC não escapa a esse propósito, desde que seja pensado em seu contexto educativo. Para Buzato (2006), pensar nas tecnologias da informação e da comunicação – TIC - como oportunidades de “melhorar o mundo” é, obrigatoriamente, pensar em educação.

Sabemos que, infelizmente, o avanço tecnológico e as benesses da globalização não chegam de forma equitativa para todos. Para alguns sobram apenas as agruras.

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (SANTOS, 2005, p.38).

Acreditamos que a inserção de alunos, sobretudo aqueles oriundos de escolas públicas, os filhos das massas, no contexto da cibercultura, através de práticas de letramento digital, pode contribuir significativamente para amenizar as desigualdades sociais do país.



O letramento digital, motivado pelas escolas, é, para os estudantes, um forte recurso de poder, porquanto a informação faz uma tremenda diferença numa sociedade de desigualdades, como a do Brasil. Assim, quanto mais alunos das redes públicas (filhos das massas) tiverem oportunidade de acesso à Internet, mais será extraordinária a força da informação, matéria-prima que precisa ser lapidada para se transformar em conhecimento capaz de servir como escudo contra a ignorância, a subserviência e a enganção. (NÓBREGA; MACIEL, 2008, p.1139)

A urgência do incremento de práticas de letramento digital na escola não é justificada por um modismo, ou por acharmos que a tecnologia é uma espécie de panaceia para todos os problemas, que não são poucos, da educação do Brasil. Essas práticas são legítimas em uma escola que pretende oferecer uma educação inclusiva e emancipadora. Inclusiva no sentido de garantir que alunos exerçam sua cidadania plenamente na era digital, através de práticas sociocomunicativas. Ler um e-mail, fazer uma pesquisa na internet, avaliar as informações disponíveis, acompanhar blogs especializados em determinados assuntos de interesse escolar, criar blogs, participar de fóruns e redes sociais voltados para educação, acessar sites jornalísticos, etc. são algumas das atividades possíveis na cibercultura. A escola deve ainda garantir a autonomia dos alunos, orientando-lhes como pesquisar e extrair informações significativas na rede mundial de computadores. Considerando o uso pedagógico da internet, a escola precisa, de fato, apreender o conceito de aprender a aprender. Numa aprendizagem baseada na Internet,

[...] o fundamental é trocar o conceito de aprender pelo de aprender a aprender, já que a maior parte da informação se encontra on-line, e do que realmente se necessita é de habilidade para decidir o que queremos procurar, como obtê-lo, como processá-lo e como utilizá-lo para a tarefa que despoletou a procura dessa informação. (CASTELLS, 2004, p. 300)

Temos consciência que para efetivação dessa proposta educativa são necessários inúmeros investimentos em tecnologia material e, principalmente, tecnologia intelectual, que passa por uma melhor formação docente, que dê conta das rápidas transformações operadas pelo advento das TIC. Vale lembrar que o lugar da cultura na sociedade é influenciado pelo uso da tecnologia, que, gradativamente, deixa de ser instrumental para fazer parte da estrutura



social, influenciando novas percepções e linguagens. Sobre essa mudança, Martín-Barbero (2006) afirma que

[...] o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente *instrumental* para espessar-se, condensar-se e converter-se em *estrutural*: a tecnologia remete, hoje, não a alguns aparelhos, mas, sim, a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54, grifo nosso)

Essas novas possibilidades, por fazerem parte do cotidiano de muitas pessoas, devem fazer parte também da escola. Afinal de contas e educação é, ou pelos menos deveria ser, para a vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ampliação do conceito de cultura proposto por Laraia, especialmente as considerações sobre adaptação ao meio e dependência do aprendizado, localizamos o papel da tecnologia na sociedade, a emergência da cibercultura, as necessidades por ela demandadas, bem como seus desdobramentos no contexto educacional.

Face ao exposto, fica evidente que as transformações culturais devem ser consideradas e incorporadas nas práticas escolares. Em especial no tocante ao uso das TIC. Se por um lado essas tecnologias não vão acabar com os problemas educacionais do país, por outro, podem garantir um maior acesso à informação, minimização das desigualdades, bem como uma maior inserção de alunos na chamada cibercultura. Utilização de blogs, redes sociais virtuais, vídeos, apresentações multimídia, podcasts, webquests são algumas ferramentas com potencial pedagógico que podem ser exploradas por alunos e professores.

Uma nova realidade cultural engendra da mesma forma uma nova realidade educacional. As TIC associadas a práticas constantes de letramento digital e a, principalmente, uma boa proposta metodológica parecem ser o caminho mais interessante de adaptação da



educação a escolar às rápidas transformações culturais que se processam na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Renata. **Usabilidade é a chave para aprendizado em EAD**. Disponível em: <http://www.universiabrasil.net>. Acesso em: 29 de janeiro de 2014.

BUZATO, M. E. K. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. 2007. 285 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Letramentos Digitais e Formação de Professores. III Congresso Ibero-Americano EducaRede**, 2006. Disponível em: <[http://www.educared.org/educa/img\\_conteudo/marcelobuzato.pdf](http://www.educared.org/educa/img_conteudo/marcelobuzato.pdf)> Acesso em: 26 de março de 2013.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Actividades Editoriais, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. S. Paulo: Editora 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, J. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In: MORAES, D. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

NÓBREGA, M. O. MACIEL, J. W. G. **Letramento digital: um terreno fértil para o multiculturalismo**. In: ENCONTRO NACIONAL DE LETRAMENTO. Disponível em: <http://gehaete.uepb.edu.br/trabalhos/2008/mai/7.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.





SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, n.25, jan./abr. 2004.



## **A GEOGRAFICIDADE DO CIBERESPAÇO: O FACEBOOK COMO RELEVÂNCIA CULTURAL NA JUVENTUDE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

PACHECO, Wedson Felipe Cabral

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ*

*E-mail: wfelipecp@yahoo.com.br*

297

### **RESUMO**

Este trabalho se desenvolve no âmbito das reflexões acerca da juventude contemporânea que vem utilizando em sua maioria o Facebook como rede social digital, uma interação que vêm crescendo e conquistando mais adeptos, pois se mostrou um importante meio de difundir ideias e objetivos comuns, além de permitir melhor comunicação e conectividade entre pessoas através do mundo. Para a realização dessa pesquisa busca-se compreender o ciberespaço que é considerado um produto material da sociedade atual, sendo consequência da produção e reprodução social, e que deve ser analisado pela ciência geográfica. Neste trabalho demonstra-se a dimensão social e simbólica do estudo em questão, através do conceito de identidade que foi reforçado pela utilização da redes social digital, criando um espaço de comunicação da juventude brasileira. Conclui-se que o Facebook fortalece o sentimento de pertencimento a um determinado grupo e divulgação de seus valores.

**Palavras-chave:** Facebook. Juventude. Sociedade da Informação.

### **ABSTRACT**

This study develops the context of reflections on the contemporary youth that comes mostly using Facebook as a digital social network, an interaction that has been growing and gaining more fans, because it showed an important means of disseminating ideas and common goals, and enable better communication and connectivity among people across the world. To carry out this research seeks to understand the cyberspace that is considered a material product of today's society, being a consequence of social production and reproduction, and that should be analyzed by geographical science. This paper demonstrates the social and symbolic dimension of the study in question, through the concept of identity that was reinforced by the use of social networks, creating a space for communication of Brazilian youth. We conclude that Facebook strengthens the feeling of belonging to a particular group and disclosure of your values.

**Key-words:** Facebook. Youth. The Information Society.

### **INTRODUÇÃO**

A *internet* é a maior via de acesso ao ciberespaço, isto é, a rede mundial de computadores que se constitui como uma das redes informacionais. É um veículo de comunicação em que à informação, muitas das vezes, fortalece várias empresas, amizades e organização em grupos.



O estágio que atravessa a sociedade atualmente é de grandes transformações, sob diversos aspectos, abrangendo desde as tentativas homogeneizantes na busca de estabelecer uma cultura global, até uma expressiva e crescente contraposição que oscila da reafirmação cultural às identidades multiculturais, a qual acentua diferenças nas relações sociais. Nesse contexto contemporâneo em que estamos o que se pode analisar e observar é que se vive uma constante presentificação, uma simultaneidade de acontecimentos jamais vivida até então na história da humanidade. (SILVA, 2007)

Através de uma reflexão mais atenta, é possível demonstrar que também o espaço virtual, tal como o espaço geográfico, sofre constantes mudanças e dinâmicas provocadas pelas ações do homem.

Na era da informação existe uma importância das redes financeiras, tecnológicas, educacionais e mais recentemente, sociais. As redes de contatos são cada vez mais numerosas, assumindo características diferenciadas, sejam elas, pessoais, profissionais, mais ou menos informais, mas todas elas estão mais presentes no nosso cotidiano.

Em diferentes setores da sociedade, as redes sociais estão cada vez mais presentes. Nas comunicações, nos modelos de negócio, nos produtos, nos serviços e nos relacionamentos. As tendências tecnológicas, sociais e culturais renovam-se; ditadas pelas modas, pelos hábitos, pela importância e pelo lugar que cada um quer ocupar no espaço virtual.

Se a evolução da sociedade dita às tendências ao nível dos fatores determinantes nas opções de cada um (a segurança, o conforto etc.), também a mesma evolução determina uma alteração das tendências tecnológicas. Da maior capacidade de armazenamento, rapidez de processamento passa-se agora para uma maior presença nas redes sociais.

A questão central que se coloca nessa pesquisa é entender como o ciberespaço, este novo espaço sociotecnológico através da rede social digital Facebook, influencia na sociabilidade da juventude contemporânea.

O presente trabalho é desenvolvido na compreensão de que a Geografia é um campo de conhecimento associado às ciências sociais. A metodologia utilizada é focal e interpretativa com um método etnográfico, realizado com base em perguntas através do Facebook a usuários, partindo disso, foram feitas interpretações e análises geográficas.

O estudo do ciberespaço torna-se fundamental nos dias atuais, já que é parte integrante da sociedade, sendo assim, é uma realidade que a geografia deve buscar compreender, enquanto outra forma de materialização dos avanços sociais. E mesmo que alguns geógrafos vejam com



receio essa nova configuração espacial, é necessário pensar um novo ramo, a Cibergeografia ou Geografia da Informação, já que o ciberespaço se coloca como uma organização territorial. Portanto, a intenção é contribuir para esta temática que é pouco trabalhada no ramo geográfico.

Com isso, tem-se como objetivo geral contribuir com a Geografia através da investigação e na compreensão do ciberespaço como categoria de análise espacial, levando em consideração a juventude que pertence à sociedade da informação, em que o espaço virtual das redes sociais colabora com o espaço real frequentado.

Os objetivos específicos dessa pesquisa estão em interpretar por meio da Geografia Cultural, os conceitos de cibergeografia, identidade e ciberespaço, na tentativa de permitir uma análise espacial e social. A bibliografia sobre esse assunto não é tão volumosa, pois para a Geografia ela é recente. Existe uma relevância social e cultural da discussão sobre o ciberespaço, porque é a atualidade vivenciada nesse momento de velocidade das informações. As redes sociais vêm ganhando o seu espaço nas vidas das pessoas, principalmente da juventude contemporânea.

Para essa pesquisa foram utilizadas obras clássicas e imprescindíveis, além de dissertações que contribuíram para a atualização do tema. Salienta-se que a literatura utilizada para desenvolver essa pesquisa é recente, sendo inovadora no meio acadêmico.

A revisão bibliográfica dessa pesquisa gira em torno de pensamentos de distintos autores que produzem o conhecimento a partir do destaque do ciberespaço e das redes sociais.

Sobre o ciberespaço a pesquisa gira em torno da seguinte pergunta:

O espaço virtual que é o *Facebook* fortalece os espaços reais vivenciados pela juventude contemporânea?

## 1 A GEOGRAFIA E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A cibergeografia ou o estudo do ciberespaço, segundo o olhar da geografia, constitui um esforço recente que vem se expandindo e se consolidando rapidamente, impulsionado principalmente pela necessidade de se estabelecer as bases conceituais que expliquem e elucidem como essa estrutura de redes, através também da internet, afeta e é influenciada pela dinâmica territorial produzidas com o crescimento de atividades eletrônicas. (PIRES, 2010)



Os avanços tecnológicos contemporâneos diante da sociedade da informação remetem a formas diferentes de pensar o espaço e as relações sociais, e é neste sentido que emerge o ciberespaço.

Pode-se exemplificar a evolução da sociedade brasileira até chegar os dias atuais. No Brasil, o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional são fases do seu meio geográfico. (SANTOS, 2001, p.27)

No meio natural (pré-técnico) marcado pelos tempos lentos da natureza, a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais e havia uma escassez dos instrumentos artificiais para seu domínio. No meio técnico buscava-se atenuar o império da natureza, onde os usos das máquinas dão uma nova dimensão à geografia, na incorporação de máquinas no território brasileiro com destaque para a concentração destas para a Região Sudeste. O meio técnico-científico-informacional é aquele que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, intensificando-se no Brasil a partir da década de 1970 por uma revolução nas telecomunicações e diferencia-se dos outros períodos, pela interação da ciência e da técnica. (SANTOS, 2001)

A partir de então, na atualidade os importantes avanços tecnológicos nas áreas de informática e telecomunicações constituem um dos suportes das novas redes informacionais. Assim sendo, emergem formas de relações sociais e, um campo de desenvolvimento da sociabilidade cultural que expressam através de objetos com forte conteúdo técnico-científico-informacional.

Conforme Silva (2002, p.64) é importante salientar que:

Ao pensar neste início de milênio, as relações que se estabelecem entre geografia e o avanço das novas tecnologias de informação é possível fazer um estudo das novas relações de sociabilidade na virtualidade do ciberespaço e os seus reflexos na base material da sociedade.

A posse da informação, bem como a capacidade de produzir, distribuir e consumir tornou-se elementos importantes na sociedade atual. Desde a década de 70 as tecnologias de comunicação e computação, que em conjunto são denominadas tecnologias da informação, vem ocupando espaço na sociedade, compondo sua base tecnológica, onde a infraestrutura primordial é a Internet. Para Castells (2001) “a Internet é a plataforma tecnológica que caracteriza a Era da Informação”.

A sociedade contemporânea passa por transformações devido à velocidade dos avanços tecnológicos em informática e telecomunicações, surgindo um novo modo de organização social, econômica e cultural, possibilitando um novo ambiente de interação onde o “espaço



natural” não é o único meio de locomoção do homem e sua constante presentificação no *online*, uma simultaneidade de acontecimentos jamais vivida na história humana, como salienta Dutra (2000) “[...] os computadores dobram sua capacidade a cada dezoito meses, enquanto os automóveis levaram quase sessenta anos para atingir a 100 km/h”.

Porém as tecnologias por si próprias não revolucionam a sociedade, mas servem como um meio catalisador propiciando condições para que ocorram mudanças de várias ordens, seja política, econômica, social, ética, dentre outras, as sociedades determinam a forma como as tecnologias serão utilizadas, e tais tecnologias acabam alterando a própria sociedade que as geraram.

Partindo desta perspectiva dialética e analisando as principais mudanças ocorridas até o momento em nossa contemporaneidade, pode-se afirmar que estamos diante de uma fase de transição de uma sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Esta opera através de redes de informação e cooperação digital em nível mundial<sup>1</sup>, tendo no ciberespaço e na cibercultura as principais ferramentas deste processo, e estes acabam por originar novas formas de relações sociais.

A discussão proposta se constitui em um desafio, haja vista as peculiaridades e a atualidade da problemática, pois os instrumentos teóricos atuais ainda não oferecem condições de uma análise completa deste fenômeno.

Sob a óptica da Geografia Cultural, a cibersociedade é uma das práticas mais inovadoras. Fruto da sociedade contemporânea e de todas as suas transformações, essa sociabilidade se concretiza através das tecnologias digitais, tendo a *internet* como uma instância de relações sociais. A personalização, a interatividade, a simultaneidade, a velocidade, o armazenamento e a recuperação de informações são algumas das características desta grande rede: a *internet*.

Segundo (CLAVAL *apud* MENDONÇA, F.; KOZEL. S., 2002) “a perspectiva cultural insiste em primeiro lugar nas diferenças qualitativas entre modos de transmissão”. Para Paul Claval, o principal objetivo da abordagem cultural nas ciências geográficas é entender a experiência dos homens no meio social, além de incorporar os significados e compreender tais estudos no meio e relacionar o nosso conhecimento e as nossas vidas. Claval lista as principais mudanças de ordem epistemológica e teórica da Geografia Cultural, sendo mudanças significativas na base da epistemologia científica. A base epistemológica pode ser entendida

<sup>1</sup> Esta definição foi utilizada pelo MCT, Ministério da Ciência e Tecnologia, 1997.



como o alicerce do conhecimento filosófico, que engloba uma reflexão geral da natureza e os limites do conhecimento. A epistemologia enfoca sua análise entre o sujeito e o objeto, apresentando os postulados e as conclusões dos métodos científicos, traçando seu caminho científico, sua história e evolução. O mesmo autor aborda que os novos rumos das relações sociais podem e devem ser tratados dentro da abordagem cultural. (MARTINS, 2010)

A cultura, segundo os geógrafos Wagner e Mikesell (MARTINS, 2010), representa as atividades de entendimento de um grupo, considerada também um conjunto de símbolos usados nessas atividades de comunicação e entendimentos. O entendimento entre as pessoas do grupo acontece pela similaridade dos pensamentos, pelas simbologias usadas e ações atribuídas a valores e qualidades. Podemos afirmar que a cultura é internamente produzida em uma base geográfica, sendo que a base geográfica também é algo de reconhecimento cultural, e por sua vez um resultado da própria produção cultural.

Em outras palavras, o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns variáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam. (WAGNER; MIKESELL, 2003, p.28 apud MARTINS, 2010)

Como exemplo atual, as intensas relações sociais entram num contexto de diferenças culturais devido às tecnologias da informação levando a sociedade a comunicar-se também pelo ciberespaço.

## **2 POR UMA GEOGRAFIA DA JUVENTUDE: IDENTIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO VIRTUAL**

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as diversas manifestações de práticas juvenis desenvolvidas por meio de ferramentas na internet são atividades comuns entre a maioria dos jovens. Essa geração atual vivencia o ciberespaço como local para estabelecimento de relações sociais.

A utilização da internet para a comunicação é uma realidade notória. Quem não conhece algum amigo que tenha um perfil no *Facebook*? Essas ferramentas têm constituído o espaço virtual de comunicação entre os jovens. Diante da popularidade dessas mídias eletrônicas, acredita-se que essas manifestações culturais podem e devem ser utilizadas como instrumentos





que possam facilitar a interlocução e o diálogo entre as pessoas. A Geografia Cultural pode ter um papel fundamental de estudos das práticas da juventude contemporânea e entendê-la.

## 2.1 Juventude

Sobre a construção de uma noção de juventude na ótica da diversidade, temos que levar em conta que a juventude tem um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas. A forma como cada sociedade, e no seu interior cada grupo social, vai representar e lidar esse momento é variado. A diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, valores, identidades religiosas), de gênero, geográfica, dentre outros aspectos. (DAYRELL, 2000)

Nessa pesquisa a categoria “juventude” não está presa a rígidos critérios, mas como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto de experiências vivenciadas pelos indivíduos no contexto social. O objetivo é enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente.

Cabe ressaltar que as palavras adolescência e juventude têm significados diferentes, ainda que superpostos. Muitas das vezes são usados como sinônimos. As diferenças existem, portanto, não só em termos dos limites etários, mas em termos conceituais.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação federal de 1990 que estabelece direitos específicos para crianças e adolescentes, a adolescência é definida como base que vai dos 12 aos 18 anos incompletos, sendo o período posterior à infância. Já recentemente no âmbito das políticas públicas, jovem é o recorte etário de 15 a 29 anos, antes a faixa etária era de 15 a 24 anos. Há duas justificativas que prevalecem para ter ocorrido essa mudança: uma maior expectativa de vida para a população em geral e maior dificuldade dessa geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho. (IPEA, 2007)

Dos modos de vida juvenil em construção, o mundo cultural ocupa uma centralidade, mas a relação entre cultura e juventude é um tema que está sempre se atualizando.

A existência de espaços específicos de trocas e expressões culturais pelos quais os jovens afirmam uma separação de geração é muito recente. Essa é uma dimensão inovadora constatada em várias pesquisas sobre a juventude contemporânea, o aumento dos interesses e práticas coletivas juvenis, com ênfase na esfera cultural, que criam formas próprias de



sociabilidade, de práticas coletivas e interesses comuns, principalmente em torno das redes sociais do ciberespaço.

De acordo com Pais (2000, p. 23) “as culturas juvenis referem-se a modos de vida específicos e práticas cotidianas dos jovens, que expressam certos significados e valores (...)” Nessa perspectiva não devemos falar de uma cultura juvenil homogênea. A juventude expressa um conjunto de símbolos específicos, um conjunto de significados compartilhados que expressam o pertencimento a um determinado grupo, uma linguagem com seus específicos usos, particulares eventos e festas, por meio da qual a vida adquire um sentido. O processo de construção das culturas juvenis tem de ser entendido no contexto da origem social e das condições concretas de vida nas quais os jovens estão sendo socializados.

O mundo cultural aparece como espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais nas quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Nessas práticas, criam novas formas de mobilizar os recursos culturais da sociedade atual. A geografia analisa os jovens assumindo papéis de protagonistas em que atuam de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre eles próprios e sobre o mundo que os acerca. Isto é, no contexto da diversidade existente, a condição juvenil é vivenciada por meio da mediação simbólica em que expressam em diferentes eixos culturais.

Nessa pesquisa geográfica sobre a juventude remete em falar sobre identidade e sobre as perguntas que acercam a mentalidade e o seguimento a fazer dos indivíduos.

## **2.2 Entendendo a questão da identidade e suas abordagens**

No campo acadêmico das ciências sociais, não possui apenas um conceito de identidade. Explicando, assim como as próprias identidades, seu conceito também sofre, conforme mudanças sociais e culturais ao decorrer do tempo. Autores como Stuart Hall (2000/2001), Manuel Castells (2001) e Anthony Giddens (2002), cada um com suas peculiaridades, debatem em suas obras questões de identidade e apresentam suas próprias conceituações acerca do termo.

Segundo Hall (2001), a sociedade atual é marcada pela transformação constante, rápida e permanente, sendo este o ponto principal que a diferencia da chamada sociedade tradicional. Na sociedade tradicional, símbolos e tradições são formas de ancoragem no momento em que representam à continuidade do passado, perpetuações de gerações e seus respectivos costumes.



Essa preservação das práticas sociais vividas por antepassados, de certa forma garantia ao indivíduo identidades estáveis, dando-lhes um sentimento de segurança e unidade. Hoje na sociedade contemporânea, a situação é oposta; não há uma estabilidade, as preocupações em perpetuar práticas sociais anteriores tornam-se menos importante. O indivíduo da sociedade contemporânea está num constante diálogo com os mundos culturais e suas identidades.

De acordo com Giddens (2002), as práticas culturais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim seu caráter.

Hall (2000) aborda que o conceito de identidade não deve ser deixado de lado, mas que se trabalhe com ele a partir de contextualizações. O referido autor, ao problematizar a identidade no contexto da pós-modernidade, destaca também o seu caráter relacional, já que a identidade não pode ser apresentada sem a diferença, sem o que lhe é exterior. Desta forma, podemos pensar a identidade e a diferença como construções que não são fixas, nem estáveis, ou seja, como produções culturais e sociais que fazem parte de sistemas e práticas de significação, nas quais adquirem sentido. O indivíduo pode ocupar diversas posições de sujeito.

Ocorrem mudanças nas vidas das pessoas, proporcionando assim, as condições de possibilidades para percebermos as múltiplas formas de ser e viver da juventude na atualidade. A expansão da cultura e a sua influência no dia-a-dia, assim como em esferas mais amplas, extrapolam fronteiras e passa a atuar na própria constituição da identidade.

As conexões entre identidade e cultura nos abrem algumas possibilidades para pensarmos e olharmos para as práticas culturais enquanto ações que colocam em movimento múltiplas possibilidades de identificação.

Hoje em dia a cada momento existe uma escolha a se fazer, uma identidade a se assumir. Cada vez mais enfraquecem as referências e tradições, e em meio à grande quantidade de informações e culturas diferentes com as quais tomamos contatos dia-a-dia através dos meios de comunicação. É possível escolher quais identidades desejamos assumir, qual o estilo de vida se deseja seguir, viver ou experimentar. E mesmo dentro dessa multiplicidade e constantes transformações, ainda existe o desejo de valorização de certas identidades como busca de uma definição e delimitação destas, uma forma de constituir uma identidade principal ou central. O indivíduo deve delimitar e escolher o seu lugar no mundo ao meio de tantas novas identidades.

No contexto da vida social contemporânea dos jovens caracterizada pela reordenação do tempo e do espaço observa-se um deslocamento das relações sociais de seus lugares



específicos, não modificando essas relações por completo, mas recombina-as através de novos espaços – por exemplo, as comunicações feitas através do *Facebook* e os bate papos na *internet*.

De acordo com Castells (2001) devemos estar atentos para a diferença entre os conceitos de identidade e que os sociólogos têm denominado papéis. Estes últimos seriam os papéis que assumimos durante a vida, definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade – por exemplo, ser estudante, vizinho, jogador de futebol e freqüentador de uma igreja, ao mesmo tempo. Esses papéis têm importância relativa, conforme o próprio indivíduo as enxerga e valoriza ou não, e a influência destes no seu comportamento depende das negociações e trocas feitas entre os indivíduos e suas respectivas instituições sociais. Papéis organizam funções, enquanto identidades organizam significados. Essas identidades são constituídas por meio de processos de individualização e são fontes mais importantes de significados do que os papéis, justamente por envolverem mecanismos de autoconhecimento e autoconstrução.

Na verdade, toda e qualquer identidade é construída. As questões maiores não estão centradas apenas no conceito de o que são identidades, mas a partir do que e de que forma é feita essa construção. O que leva a escolha do indivíduo por uma identidade ou outra?

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELLS, 2001, p. 23)

Sobre o assunto não se deve esquecer que a construção da identidade pessoal se faz dentro de um determinado contexto social, e este contexto é determinante para orientar as representações e escolhas, pois cada local e época possuem seus próprios padrões, tendências e visões que determinam à posição dos agentes.

As identidades assumidas atualmente não são as mesmas de três décadas atrás, apesar de algumas semelhanças. A questão identitária é algo pessoal e depende sempre da bagagem cultural e social que cada indivíduo carrega.

Portanto, deve-se atentar ao fato de que o indivíduo não é capaz de moldar a identidade que deseja. A identidade não é um fator isolado, e sim resultante de uma combinação de fatores



e depende não apenas do indivíduo em si, mas também dos atores com os quais tem contato e com o contexto do qual faz parte.

Identidade é sempre algo em construção, uma produção que nunca se completa, que está sempre sendo reformulada. O importante na pesquisa e estudo das identidades é reconhecer seu caráter de algo inacabado, não é centrada em encontrar um conceito, mas questionar por que e de que formas são produzidas, em que contexto, em quais condições, em que momento são ressaltadas.

A identidade é instrumentalizada nas relações sociais. Para isso, o indivíduo se utiliza de manobras usando seus recursos de identidade de forma estratégica de acordo com a situação e a necessidade. É o caso que vem acontecendo com os jovens do século XXI na utilização das redes sociais do ciberespaço. A juventude busca o que realmente lhe agrada no espaço virtual.

Segundo Giddens (2002), escolhas são questões existenciais que todos temos:

Num universo social pós-tradicional, organizado reflexivamente, permeado por sistemas abstratos, e no qual o re-ordenamento de tempo e do espaço re-alinha o local com o global, o eu sofre mudança maciça. (...) A modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e ao mesmo tempo oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas. (GIDDENS, 2002, p.79)

Giddens (2002) em seu pensamento aborda que estilos de vida são termos próprios da sociedade contemporânea, pois são frutos das escolhas feitas pelo indivíduo, das práticas adotadas por ele ao longo da vida, e não necessariamente imposições. Adota-se um jeito de falar, de agir, que acabam por formar um jeito próprio de ser do indivíduo. O autor enfatiza que a setorização dos estilos de vida, devido aos vários segmentos faz parte do cotidiano de cada um, dos vários ambientes que frequentam e das várias atividades que realiza.

A *internet* tem seu papel fundamental nessa construção no momento que veicula estilos de vida, fazendo com que um grande número de pessoas tenha acesso a situações sociais.

Para buscar um entendimento de certos estilos de vida, neste caso, estilos com os quais os jovens se identificam e apropriam, deve-se primeiramente levar em consideração o local em que tais indivíduos estão inseridos. Ou seja, ter consciência de que a forma como o jovem constrói um estilo e atribui a estes significados está estreitamente relacionada com a realidade cotidiana do lugar onde vive e o ambiente em que frequenta. E também sua maneira de expressar sua identidade dependerá dos palcos de atuação que lhe são disponibilizados.



Os ambientes virtuais abrem portas a novas experiências identitárias. Ao entrarmos num mundo virtual, no qual as nossas características físicas e pessoais não são diretamente visíveis e evidentes para os outros, encontramos uma forma de comunicar, que implica intrinsecamente novas formas de ser, de mostrar, ou de negociar as identidades em jogo. As redes sociais imprimem cada vez mais uma importância significativa na construção da identidade, principalmente nos jovens. Numa era cada vez mais tecnológica, o contato físico entre os indivíduos deixou de ser uma preocupação, estando à distância de um "clique".

No Brasil as redes sociais vêm ganhando grande força em seu cenário e a maioria dos jovens se expressa no cotidiano pelas ferramentas dadas nesse espaço virtual tendo o *Facebook* como exemplo.

### 2.3 O *Facebook* no universo da internet

Compreender a rede social *Facebook* como um ambiente virtual, enriquece na medida em que é preciso reorganizar no contexto digital, certas situações sociais presentes no espaço físico, como as relações de pertencimento de um dado grupo, trocas de conteúdos pessoais a exemplo, entre outras situações de sociabilização, que é muito utilizada pelos jovens. Essa rede social proporciona ao usuário mecanismos de interação, participação e colaboração entre os mesmos.

Sobre o histórico chamado de *The Facebook* originalmente, foi projetada em 2004 pelo americano Mark Zuckerberg na Universidade de Harvard. O principal foco do sistema, no período em que foi criado, era proporcionar um canal de integração entre veteranos e calouros da Universidade de Harvard; esse momento é considerado de grande transição para um jovem universitário que sai da escola e vai para a universidade, o que nos Estados Unidos, quase sempre representa uma mudança de cidade e um espectro novo de relações sociais (RECUERO, 2009, p.172).

Somente podiam fazer parte do sistema inicialmente, os interatores que possuíam um endereço de email *harvard.edu*, caracterizando o usuário como membro da instituição. Essa percepção por parte dos usuários proporcionou ao sistema um status de rede privada, mais confiável e segura, na qual os dados do perfil do participante não estariam tão expostos na internet.





Segundo o site da empresa o passo a seguir foi aceitar cadastros de outras instituições de ensino desde que os usuários possuíssem endereços eletrônicos das mesmas. Então, a partir de 2005, o *Facebook* abre o sistema para a criação de perfis de diversas instituições profissionais e também do público em geral. Ao permitir o cadastro de novos membros sem a necessidade de convites ou de pertencimento a uma organização, previamente cadastrada no sistema o *Facebook* procurou ainda manter certa privacidade, permitindo a visualização do perfil por completo de outro usuário somente por aqueles pertencentes ao mesmo gráfico social.

Uma das inovações do *Facebook* é a plataforma de desenvolvimento de aplicativos para indivíduos externos ao sistema. Estes aplicativos permitem expandir as funcionalidades do sistema criando novos serviços. Através destes, os membros podem customizar ainda mais seus perfis, conforme suas preferências pessoais.

Essa plataforma amplia as possibilidades de participação e, conseqüentemente, o envolvimento dos membros da rede, expandindo o que o *Facebook* denomina de “gráfico social”, representado na figura 1.

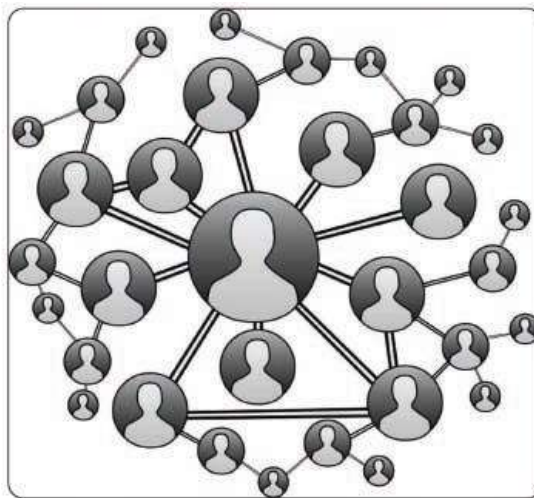


Figura 1: Gráfico social do *Facebook*  
Fonte: GOLDMAN, 2009, p.3

O termo “gráfico social” descreve e delimita as redes sociais dentro do sistema. O gráfico social representa todas as conexões sociais que constroem a rede de determinado usuário do sistema. Cada usuário pode apresentar um gráfico particular que, como no exemplo dado pela figura 1, aparece no centro da figura e, conectado diretamente a ele, estão outros usuários, integrantes da rede e representados graficamente em tamanho menor. Os usuários que





pertencem à rede de seus colegas diretos aparecem em tamanho reduzido, para formalizar e estabelecer conexões de segundo nível de pertencimento.

### 2.3.1 O *Facebook*, a rede social do momento

Para se tornar membro do *Facebook*, o usuário da internet de maneira bastante rápida, preenche o formulário na interface principal do site ([www.facebook.com](http://www.facebook.com)). Em uma primeira etapa (após o cadastro de dados básicos), o sistema apresenta um assistente de configuração que auxilia os novos usuários a executarem quatro principais tarefas, divididas em quatro etapas: adicionar amigos, localizar amigos, informações do Perfil e a escolha da primeira foto do perfil pessoal. Na primeira etapa, “adicionar amigos”, o assistente apresenta com base em seu cadastro inicial, outros usuários do sistema que o novo usuário possa conhecer, e assim, adicioná-los à sua lista de amigos. Na segunda etapa, “localizar amigos”, onde o usuário fornece seu endereço de e-mail e senha, o sistema passa a procurar endereços que estão cadastrados no *Facebook*, mas que também fazem parte das relações do usuário. Na terceira etapa, “Informações do perfil”, o usuário pode informar onde nasceu, onde mora, onde estudou etc., para estabelecer automaticamente relações do novo perfil com outros usuários já cadastrados no sistema. E o último passo permite o usuário enviar uma foto para o perfil inicial.

As quatro etapas não são obrigatórias e poderão ser preenchidas ou reeditadas a qualquer momento. Após esse procedimento, o novo usuário estará apto a explorar o sistema e suas potencialidades sociais e participativas.

Ao efetuar o *login* o usuário é imediatamente direcionado para a página de “*Feed de Notícias*” onde pode acompanhar o perfil de seus amigos conectados, sendo possível acompanhar o dia-a-dia dos membros da rede. A juventude vem utilizando muito o *Facebook* pelos retornos de socialização, facilidade de encontrar amigos, trocas de mensagens diretas e restritas, publicações de vídeos, fotos sobre determinados assuntos, convidar membros da rede para determinados eventos.

Estas ferramentas presentes no sistema permitem ao usuário, principalmente os jovens, identificar no meio digital os elementos com os quais se deparam no meio físico, tendo relações do seu convívio social na internet. Além disso, permite expandir essas relações através do contexto dinâmico com diversos membros dos diversos gráficos sociais interconectados.



Segundo Recuero (2009), a internet através de suas ferramentas, é responsável por mediar a comunicação, a expressão, a interação e sociabilização entre as pessoas, o que caracteriza e constitui uma rede social, como aborda a autora:

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p.25)

311

Através desses relatos, podemos informar que cada usuário cria conexões a partir de seu perfil e estabelece laços sociais que se constituem a partir da interação entre as conexões existentes. Os jovens do Brasil já abraçaram o *Orkut* no passado, abraça o *Facebook* atualmente, fazendo parte do seu cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente os analistas sociais, geógrafos têm se voltado, sobretudo para a análise das novas práticas sociais que estão emergindo em setores específicos do mundo das telecomunicações e da informática. A Internet (*Web*), por exemplo, atrai cada vez mais a atenção de pesquisadores como um novo espaço social no qual são gestadas novas formas de comunicação, de pensamento e de convivência, esse novo meio propicia, sobretudo novas formas de sociabilidade. O ciberespaço, nesse sentido então, parece ser o espaço em que todos querem se mostrar presentes, expressão opiniões, manifestar seus gostos, preferências e suas subjetividades. O indivíduo supostamente isolado pela técnica cede lugar ao indivíduo ansioso por manifestar sua individualidade e estabelecer novas relações sociais pelos meios digitais, produzindo significações.

Com a Internet, os processos de construção identitárias vêm ganhando uma nova forma. Ao disponibilizar um lugar no ciberespaço, a rede possibilita a um número maior de pessoas a oportunidade de se relatar, garante maior liberdade de mostrar ou construir a própria identidade.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 1ªed. Campinas: Papyrus, 2004.



ÁVILA, Pe. Fernando Bastos. *Pequena enciclopédia de moral e civismo*. 2. ed.. Brasília: Fename, 1975.

BUTTNER. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA. Antônio Carlos Christofletti (Org.). São Paulo: [S.E.], 1985.

BLOG ESTADÃO. *Facebook ultrapassa Orkut em usuários*. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/rodrigo-martins/2011/09/04/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-e-acaba-com-reinado-de-7-anos-no-br/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

CARLOS, A F. A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo. Hucitec: 1996.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette. (Orgs). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p. 11-41.

CNBB. *Evangelização da Juventude: Desafios e perspectivas pastorais*. Estudos CNBB.93. São Paulo: Paulus, 2006.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília. *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília: INEP, 2000.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. In: DURKHEIM - Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1978.

DUTRA, Cláudio Emelson Guimarães. *Interdisciplinariedade: a construção de novos valores sociais na pós-modernidade*. Cadernos de Educação Especial. Santa Maria, RS: UFSM, n.16, 2000. p. 33-41.

FACEBOOK. Site oficial. Disponível em: <<http://www.facebook.com>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

FERNBACK, Jan e THOMPSON, Brad. *Virtual communities: Abort, retry, failure?* Manuscrito eletrônico: <<http://www.Well.com/user/hlr/texts/Vccivil.html>>. 1995.

G1. *Facebook ultrapassa usuários únicos no Brasil*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.



GOLDMAN, Jay. *Facebook cookbook: Building Applications to Grow Your Facebook Empire*. Sebastopol: O'Reilly Media, Inc., 2009.

GRABAR, O. O Sentido do sagrado. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 27-31, out. 1988.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1993.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Educação, Juventude, Raça/ Cor*. Volume 4. PNAD, 2007.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. In: Kant - Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LÈVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo. Vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

MARTINS, Rafael Lacerda. *Geografia Humana e Econômica*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

ORKUT. Disponível em: <<http://www.orkut.com/MembersAll.aspx>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIRES, Hindemburgo F. *O conceito de cibergeografia*. CIBERGEO, 2010. Disponível em: <[http://www.cibergeo.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=27](http://www.cibergeo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=27)>. Acesso em: 10 out. 2011.

REID, Elizabeth M. *Eletrotropolis: Communication and community on Internet Relay Chat*. Manuscrito eletrônico: <<http://www.ee.um.oz.au/papers/emr/eletropolis.txt>>. 1991.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RELPH, E. C. *As Bases Fenomenológicas da Geografia*. *Geografia*, 4 (7): 1-25, 1979.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e*



*passagens*. Brasília, DF: UNB, 2000.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Gustavo Siqueira da. *Locale Digital: (Re) construindo no ciberespaço as identidades territoriais da migração brasileira*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSM, RS, 2007.

SILVA, Michele Tancman C. da. *A (Ciber) Geografia das cidades digitais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2002.

SOCORRO, Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Site oficial. Disponível em: <[www.santuarioperpetuosocorro.org.br](http://www.santuarioperpetuosocorro.org.br)>. Acesso: 10 nov. 2011.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TUAN, Yi-Fu. 1975. Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, 65 (2): 151-165.  
\_\_\_\_\_. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. Tradução Livia de Oliveira, São Paulo: Difel/Difusão Editorial SP, 1983.

TURKLE, Sherry. Fronteiras do real e do virtual. Entrevista concedida a Federico Casalegno, Pesquisador do Centro de Estudos do Atual e do Quotidiano (CEAQ/ Sorbonne - Paris V) e associado ao Núcleo de Tecnologias do Imaginário (NTI- FAMECOS/PUCRS), Revista FAMECOS, Porto Alegre, n.11, p.117-123. dez. 1999. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/11/sherry.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



## O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COMBATE A HIPERTENSÃO ARTERIAL NO BRASIL

### THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN COMBATING HYPERTENSION IN BRAZIL

BRESAN, Jessica Taís

*Estudante de mestrado do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário*

*E-mail: je\_tb@yahoo.com.br*

SUZUKI, Claudio Shigueki

*Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário*

*E-mail: suzuki@unicentro.irati.br*

FUJINAGA, Cristina Ide

*Professora do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário*

*E-mail: cfujinaga@gmail.com*

315

**Resumo:** a hipertensão arterial sistêmica (HAS) atinge aproximadamente 20% da população adulta brasileira e tem se tornado um grave problema de saúde pública. O objetivo do estudo é fazer uma análise crítica dos temas abordados nas campanhas de combate a hipertensão arterial da Sociedade Brasileira de Hipertensão (SBH) nos últimos cinco anos. O estudo tem como base metodológica a pesquisa estratégica social. Estudos nesse aspecto são relevantes, pois podem contribuir para o redirecionamento da atual situação comunicativa, no que diz respeito aos esclarecimentos à população sobre a hipertensão arterial sistêmica e seus fatores de proteção e de risco. Sendo assim, verificou-se que as campanhas necessitam ampliar o acesso as informações divulgadas e as temáticas devem abordar o ser humano inserido no seu específico contexto social e histórico.

**Palavras-chave:** hipertensão; promoção da saúde; comunicação interdisciplinar.

**Abstract:** the systemic arterial hypertension (SAH) affects approximately 20% of the adult Brazilian population and has become a serious public health problem. The objective is to make a critical analysis of the issues addressed in campaigns to combat hypertension of the Brazilian Society of Hypertension (SBH) in the last five years. The study's methodological basis is the strategic social research. Studies in this regard are relevant because they may contribute to the redirection of the current communicative situation, with regard to clarification to the public about hypertension and its factors of protection and risk. Thus, it was found that campaigns need to broaden access to all information disclosed and the themes should address the human being inserted in the specific social and historical context.

**Key-words:** hypertension; health promotion; interdisciplinary communication.





## 1 INTRODUÇÃO

As transições demográfica, nutricional e epidemiológica geraram um perfil de risco em que as doenças e agravos não transmissíveis (DANTs), como a hipertensão arterial e o diabetes adquiriram uma carga crescente e preocupante. Ambas são prevalentes e importantes problemas de saúde pública, em todos os países, indiferente de seu grau de desenvolvimento (TOSCANO, 2004). A hipertensão arterial sistêmica (HAS) atinge em média 20% a 30% da população adulta brasileira e tem se tornado um grave problema. Além disso, as principais causas de mortalidade no Brasil estão relacionadas ao fator de risco hipertensão arterial (BRASIL, 2006; MENDES, 2011).

Sendo a hipertensão arterial um problema de saúde pública, se faz necessário conhecer quais são os fatores que contribuem para o desenvolvimento desse agravo e também diante do desenvolvimento da doença o que contribui para controlá-la. As políticas públicas e profissionais de saúde têm investido no uso de tecnologias de informação e comunicação como uma das formas de combate da hipertensão.

De acordo com Brasil (2013) e Machado, Pires, Lobão (2012), boa parte do tratamento da hipertensão arterial sistêmica deve ser voltado aos fatores de risco, em especial os modificáveis (ingestão de sal e gordura, sedentarismo, obesidade, tabagismo e alcoolismo), trabalhando junto com o hipertenso e sua família no controle desses fatores. Neste mesmo contexto, entre os principais responsáveis pela carga da doença no mundo, está o estilo de vida juntamente com os hábitos alimentares inadequados (NASCENTE *et al.*, 2010).

Em função dos diversificados fatores que contribuem para o desenvolvimento da hipertensão arterial e o aumento de sua prevalência populacional nos últimos anos, a visão sobre o tema deve ser ampla e global, não podendo mais ser encarada apenas como um problema clínico, ligado apenas a um profissional da área da saúde. Neste sentido, esta e outras realidades devem ser analisadas e avaliadas do ponto de vista multidisciplinar (MORIN, 2003), excedendo a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes que podem e devem auxiliar na compreensão de determinados problemas (SANTOS, 2002).

Diante do exposto, com o propósito de fomentar novas discussões e reflexões sobre as formas de abordagem e as temáticas utilizadas nas campanhas de prevenção da hipertensão





arterial, o objetivo do estudo é fazer um levantamento dos temas abordados nas campanhas de combate à hipertensão arterial da Sociedade Brasileira de Hipertensão (SBH) nos últimos cinco anos, buscando conhecer as temáticas abordadas, como compreendem o indivíduo, os meios de divulgação e o acesso da população à informação.

## 2 MÉTODO

O presente estudo foi realizado entre os meses de abril a junho de 2014. Os dados e informações foram coletados no *site* da Sociedade Brasileira de Hipertensão (SBH), disponíveis em: <<http://www.sbh.org.br/geral/acampanha.asp>>. Foi um estudo teórico descritivo, usando como fonte principal a SBH e como fontes de apoio livros, artigos científicos e manuais que abordam a temática proposta.

O estudo teve como base a metodologia da pesquisa social, sendo uma pesquisa estratégica. De acordo com Minayo (2006), a pesquisa estratégica tem como base as teorias das ciências sociais, porém orienta-se para problemas concretos, focais, que aparecem na sociedade, ainda que não caibam ao investigador as soluções práticas para os problemas que assinala. Por outro lado, essa pesquisa tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade.

Os instrumentos são os mesmos em que a pesquisa básica atua, tanto em termos metodológicos como teóricos, mas seu objetivo é a ação governamental ou da sociedade. Essa metodologia é apropriada para o conhecimento e a avaliação de problemas e políticas do setor saúde (MINAYO, 2006).

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 Temáticas abordadas nas campanhas de HAS

Anualmente a Sociedade Brasileira de Hipertensão faz uma campanha educativa no combate à hipertensão, sendo que a campanha é promovida no dia 26 de abril, sendo essa data considerada como o “dia” nacional de combate a hipertensão.



No ano de 2010, o tema foi: “Tratar a pressão alta é um ato de fé na vida”. A campanha foi realizada em conjunto com as Sociedades Brasileiras de Cardiologia e Nefrologia, e a Federação Nacional das Associações de Portadores de Hipertensão Arterial, a SBH tem o objetivo de alertar a população para o diagnóstico, prevenção e tratamento da doença (SBH, 2010).

Dessa forma, são realizadas atividades em todo país alertando como o tratamento é fundamental e necessário, pois a HAS é uma doença silenciosa e não apresenta sintomas perceptíveis. Por outro lado, podem aparecer complicações como o acidente vascular cerebral (AVC) ou o infarto, sendo essas doenças as duas maiores causas de morte da população brasileira (SBH, 2010).

Na Campanha de 2010, também foi divulgado os 10 mandamentos de controle da HAS, segundo a SBH 2010:

1. Verifique a pressão arterial pelo menos uma vez por ano.
2. Realize atividade física diariamente.
3. Mantenha o peso ideal para evitar a obesidade.
4. Adote uma alimentação saudável com pouco sal, sem frituras, rica em frutas, verduras e legumes.
5. Reduza o consumo de álcool. Se possível, evite-o.
6. Não fume.
7. O tratamento é para a vida toda.
8. Siga as orientações de um profissional da saúde.
9. Evite o estresse. Tenha tempo para a família, amigos e lazer.
10. Ame e seja amado.

Pode-se observar que dentre os “10 mandamentos” de controle da HAS, apenas dois estão relacionados ao fator psicossocial: evite o estresse, tenha tempo para a família, amigos, lazer e ame e seja amado, sendo esse um importante fator de risco/proteção. Embora os estudos sobre esta questão sejam ainda escassos, Fonseca *et al.* (2009), relatam que questões emocionais como impulsividade, hostilidade, estresse, ansiedade e raiva aumentam consideravelmente o risco de desenvolver hipertensão arterial, bem como outras complicações cardiovasculares. Depreende-se, portanto, a necessidade do desenvolvimento de estudos que



revelem os níveis de associação entre os fatores psicossociais e a HAS, para melhor fundamentar os profissionais que atuam na área e na orientação à população, inclusive nos períodos de campanha à prevenção.

No ano de 2011, a Sociedade Brasileira de Hipertensão realizou uma campanha educativa no combate à hipertensão com o objetivo de alertar a população brasileira para o cuidado com a pressão alta. No dia 26 de abril do referido ano foi lançado um aplicativo na rede social Facebook para alertar os usuários quanto aos riscos com a pressão alta. O aplicativo “Menos Pressão” seria uma brincadeira entre amigos, por meio da qual são compartilhadas dicas de qualidade de vida de maneira sutil e lúdica. Esta proposta também foi divulgada por meio da rede social Twitter (SBH, 2011).

Compreende-se a importância das campanhas de combate à HAS por meio das redes sociais, um meio de comunicação em ascensão na sociedade, porém uma boa parcela da população brasileira ainda não tem acesso a esses meios. Questiona-se, portanto, se as redes sociais são o meio de divulgação mais apropriado para se veicular uma campanha nacional, pois a dificuldade de acesso às informações nas campanhas não alcançariam os efeitos esperados de controle e diminuição deste problema de saúde pública.

No ano de 2012, o tema idealizado pela Sociedade Brasileira de Hipertensão, foi inspirado nas Famílias Felizes que têm estampado muitos carros pelo Brasil. A ideia era ressaltar a importância e os benefícios do convívio familiar e incentivar a prática de hábitos familiares saudáveis, lembrando que a família apresenta grande influência no estilo de vida das pessoas (SBH, 2012).

Quanto a esta campanha realizada em 2012, questiona-se se as famílias brasileiras tinham conhecimento de que a “moda” de colocar nos carros os adesivos de famílias felizes estava ligada à campanha de combate à HAS. É importante destacar o fato de a Sociedade Brasileira idealizar alguns assuntos que fazem parte apenas de uma classe social. Esse fato é um dos principais traços da ideologia, que consiste em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social (CHAUI, 1993).

A Campanha de 2013, idealizada pela SBH, com apoio do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira de Cardiologia e da Sociedade Brasileira de Nefrologia, teve como tema “Benefícios de ser Menos Pressão”. O objetivo era mostrar como a hipertensão arterial poderia



afetar a vida das pessoas e mostrar a importância da verificação frequente da pressão arterial e da adoção de hábitos de vida saudáveis. Neste sentido, divulgava os benefícios diretos da pressão arterial normal, como o aumento do bem-estar e da disposição no dia-a-dia, a melhora da circulação sanguínea, a diminuição dos riscos de infarto, derrame cerebral, arritmia, insuficiência cardíaca e doença crônica renal (SBH, 2013).

Na campanha de 2013, pôde-se observar que o foco foi voltado principalmente aos aspectos físicos e fisiológicos relacionados à doença, pois como benefícios apenas foram citados aqueles voltados para a parte biológica da HAS. Mais uma vez, a referida campanha não teve como foco a promoção da saúde integral das pessoas e sim a prevenção dos agravos relacionados. Indaga-se, portanto, o nível de eficácia e relevância das campanhas que entendem a saúde da população ainda de forma fragmentada e disciplinar.

Em 2014 a Sociedade Brasileira de Hipertensão, ressaltou alguns dados que evidenciam o problema e a gravidade da hipertensão no Brasil: as doenças cardiovasculares são responsáveis pelo maior número de óbitos no país e a pressão alta é grave por ser uma "inimiga silenciosa", pois muitas vezes o paciente não apresenta sintomas. Entre as manifestações mais comuns a ela atribuídas estão a dor de cabeça, o cansaço, as tonturas e o sangramento pelo nariz, porém podem não ter uma relação de causa e efeito com a elevação da pressão arterial. É importante frisar que a pressão alta é responsável por 40% dos infartos, 80% dos acidentes vasculares cerebrais (AVC) e 25% dos casos de insuficiência renal terminal (SBH, 2014).

Todos estes dados reforçam a importância da conscientização da população sobre a HAS. Além disso, a campanha de 2014 contou com o apoio do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e da Confederação Israelita do Brasil (CONIB) (SBH, 2014).

Se por um lado o envolvimento de outras entidades da sociedade representou um avanço na visão da campanha tanto sobre a divulgação do tema, como na forma de envolvimento social, por outro lado, tem se verificado que estas ações têm se concentrado mais no estado de São Paulo, por meio de caminhadas e medidas de conscientização. Dessa forma, considerando que a HAS não é um problema que se restringe a uma única e determinada região do país, entende-se que outras regiões brasileiras, principalmente aquelas afastadas dos grandes centros



urbanos, que apresentam diferentes culturas, etnias e religiões, acabam por não serem contempladas na referida campanha.

Os dados abordados mostram-se preocupantes e é essencial que se avalie se as campanhas nacionais de combate à hipertensão arterial realmente estão sendo eficazes em todo o território ou se estas acabam sendo restritas apenas a uma parcela da sociedade. Com isso surgem questionamentos quanto a eficácia dos meios de divulgação e se há visão interdisciplinar nas campanhas, pois na medida em que as taxas de incidência e prevalência da HAS crescem de forma alarmante em nosso país, estes questionamentos tornam-se imprescindíveis.

Contudo, verifica-se que, a hipertensão arterial é uma doença multifatorial, o desenvolvimento e a implementação de estratégias de intervenção, em particular, aquelas de educação em saúde, envolvem uma ótica ampla, na qual devem ser considerados aspectos individuais e coletivos (CHAVES, *et al.*, 2006). Outra transformação necessária para se atingirem interações produtivas entre a equipe de saúde e as pessoas usuárias na atenção às condições crônicas está na mudança da atenção uniprofissional, centrada no médico, para a atenção multiprofissional (MENDES, 2011).

### **3.2 Reflexões sobre a problemática**

A hipertensão arterial em adultos brasileiros atinge níveis que demonstram a necessidade de intervenção rápida da saúde pública, essa intervenção deve abordar tanto mudanças nos aspectos da atenção à saúde como nas medidas preventivas, que devem apontar uma abordagem global de fatores de risco para a hipertensão e as doenças cardiovasculares (PASSOS; ASSIS; BARRETO, 2006). Diante da problemática da hipertensão arterial, algumas reflexões devem ser feitas, tanto referentes aos meios de comunicação/divulgação, como também a forma que os profissionais envolvidos com a saúde e a hipertensão arterial abordam a promoção da saúde e a prevenção de agravos.

Conhecendo a problemática da HAS, verifica-se que ações devem buscar melhor o controle dos hipertensos já conhecidos, estabelecer metas para ampliar o grau de conhecimento dos fatores de risco pela população e fornecer à população em geral mais informações para a



prevenção do aparecimento dos fatores de risco e, com isso, evitar o aparecimento das doenças cardiovasculares (JARDIM *et al.*, 2006). Por outro lado, existem algumas as barreiras para o controle dos fatores de risco, pois são influenciados pelo meio em que as pessoas estão inseridas (LOPES *et al.*, 2008).

Entre os fatores de risco para a HAS, está o tabagismo, o etilismo, o sedentarismo, o excesso de peso e os hábitos alimentares, dentre os hábitos alimentares destaca-se em especial o consumo de sódio (BRASIL, 2006; SBH, 2010). A idade também é considerada fator de risco para HAS, sendo que 60% dos indivíduos com a doença estão na faixa etária acima dos 65 anos. Também é importante destacar que, indivíduos da cor não-branca apresentam prevalência duas vezes maior que indivíduos brancos (SBH, 2010).

As recomendações sobre a dieta moderada e criteriosa e de exercícios físicos sistemáticos, deparam-se primeiramente com a compreensão correta por parte da população sobre estas questões. Primeiramente, isto ocorre pela ausência de profissionais específicos das áreas de Nutrição e Educação Física no desenvolvimento das campanhas junto à população. Além do mais, tais recomendações esbarram em obstáculos relacionados às condições de vida e culturais das classes populares.

Dessa forma, jogar futebol aos domingos à tarde não corresponde à ideia de exercício físico sistemático. Além disso, não está muito desenvolvida no Brasil a discussão do que seria uma dieta moderada e prudente para as classes populares, levando em conta os custos e as questões culturais (VALLA, 2000).

Seguindo essa abordagem, também é relevante frisar um dos papéis dos meios de comunicação, que é tentar superar distâncias entre os diferentes universos de dois comunicadores, fazendo com que o afastamento presente, tanto físico quanto de conhecimento de conteúdo, supere diferenças iniciais, permitindo uma aproximação das duas realidades. Em outras palavras, a mídia deve aproximar o conteúdo das mensagens educativas com a realidade da população brasileira (GONÇALVES; VARANDAS, 2005).

Outro aspecto relevante é que, muitas vezes, a mídia não passa o real significado da campanha e vê a mesma como algo isolado. De acordo com Coelho (1986), a possibilidade de interpretar o mundo, de procurar suas causas e reuni-las em teorias coerentes, a cada dia torna-se algo reservado a um pequeno número de pessoas. Na verdade, o que prevalece é ver



apenas o significado inicial das coisas, sendo esse o problema, pois o índice nunca aponta diretamente para o problema em si, mas sempre para algo distinto do verdadeiro problema.

Com isso, verifica-se a necessidade de mudanças em vários aspectos nas campanhas de combate à HAS, pois a forma de abordagem tem sido superficial, não compreendendo como um todo a realidade social, cultural e histórica da população. Além disso, devido a variedade de consequências que a HAS apresenta, coloca-se a hipertensão arterial na origem das doenças cardiovasculares e, portanto, caracteriza-a como uma das causas de maior redução da qualidade e expectativa de vida dos indivíduos (PASSOS; ASSIS; BARRETO, 2006).

Por fim, as campanhas e outros meios utilizados para a prevenção de agravos e promoção da saúde, têm como foco principal a doença em si. No entanto, na Constituição Federal Brasileira, que institucionalizou o Sistema Único de Saúde (SUS), constam determinantes e condicionantes do processo saúde-doença, enfatizando-se que saúde não se aprimora somente com atenção à doença (CAMPOS; BATAIERO, 2007).

#### 4 Conclusão

Conhecendo e analisando as temáticas abordadas nas últimas campanhas de combate à hipertensão arterial, pode-se observar que estas se apresentam restritas a alguns grupos populacionais, que os meios de divulgação não são acessíveis a toda população e que as temáticas não abordam o ser humano inserido no seu contexto social e histórico.

Os temas abordados apontam a importância de hábitos saudáveis e da consequente mudança de hábitos. Por outro lado, não vislumbram as barreiras existentes para que tais processos ocorram na população. Tais campanhas devem entender que todo o processo faz parte de uma construção social e é influenciado pelo meio em que as pessoas estão inseridas, necessitando assim de investimentos junto aos serviços de saúde, educação, esporte, lazer, e campanhas locais específicas para a reversão de todo o quadro em torno da HAS (LOPES *et al.*, 2008).

É preciso refletir sobre as temáticas e os objetivos das campanhas de controle da hipertensão arterial e buscar trazê-los o mais próximo possível da realidade de toda a população





brasileira, como também refletir sobre a forma de organização e divulgação, pois tudo isso irá influenciar na efetividade da campanha.

Estudos nesse aspecto são necessários e relevantes, pois contribuem para o redirecionamento da atual situação, no que diz respeito aos esclarecimentos à população sobre a hipertensão arterial sistêmica e seus fatores de proteção e de risco, além de outros aspectos relevantes ao combate dessa doença que vem crescendo gradativamente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 58 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.

CAMPOS, Célia Maria Sivalli; BATAIERO, Marcel Oliveira. Necessidades de saúde: uma análise da produção científica brasileira de 1990 a 2004. *Interface - Comunic, Saúde, Educ.*, v.11, n.23, p.605-18, 2007.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 36. ed. Editora brasiliense, 1993. 125 p.

CHAVES, Emília Soares; LÚCIO, Ingrid Martins Leite; ARAÚJO, Thelma Leite de; DAMASCENO, Marta Maria Coelho. Eficácia de programas de educação para adultos portadores de Hipertensão Arterial. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 59, n. 4, p. 543-7, 2006.

COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986. 99 p.

FONSECA, Fabiana de Cássia Almeida; COELHO, Renata Zumerle; NICOLATO, Rodrigo; MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes; FILHO, Humberto Corrêa da Silva. A influência de fatores emocionais sobre a hipertensão arterial. *J. Bras. Psiquiatr.*, n. 58, v. 2, p. 128-134, 2009.

GONÇALVES, Erli Helena. VARANDAS, Renata. O papel da mídia na prevenção do HIV/Aids e a representação da mulher no contexto da epidemia. *Ciê. Saúde Coletiva*, n.10, v.1, p. 229-235, 2005.

JARDIM, Paulo César B. Veiga; GONDIM, Maria do Rosário Peixoto; MONEGO, Estelamaris Tronco; MOREIRA, Humberto Graner. VITORINO, Priscila Valverde de Oliveira; SOUZA, Weimar Kunz Sebba Barroso; SCALA, Luiz César Nazário. Hipertensão Arterial e Alguns Fatores de Risco em uma Capital Brasileira. *Arq. Bras. Cardiol.*, v. 88, n. 4, p. 452-457, 2007.



LOPES, Mislaine Casagrande de Lima; CARREIRA, Lígia; MARCON, Sonia Silva; SOUZA, Andréia Cristina de; WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini. O autocuidado em indivíduos com hipertensão arterial: um estudo bibliográfico. *Rev. Eletr. Enf.*, n. 10, v. 1, p. 198-211, 2008.

MACHADO, Mariana Carvalho; PIRES, Cláudia Geovana da Silva; LOBÃO, William Mendes. Concepções dos hipertensos sobre os fatores de risco para a doença. *Ciên. saúde coletiva*, n. 17, v.5, p.1365-1374, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 393p.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

MENDES, Eugênio Vilaça. *As redes de atenção à saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.

NASCENTE, Flávia Miquetichuc Nogueira. Hipertensión Arterial y su Correlación con algunos Factores de Riesgo en Ciudad Brasileña de Pequeño Tamaño. *Arq. Bras. Cardiol.*, n. 95, v. 4, p. 502-509, 2010.

PASSOS, Valéria Maria de Azeredo; ASSIS, Tiago Duarte; BARRETO, Sandhi Maria. Hipertensão arterial no Brasil: estimativa de prevalência a partir de estudos de base populacional. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 15, n. 1, jan/mar de 2006.

TOSCANO, Cristiana M. As campanhas nacionais para detecção das doenças crônicas não-transmissíveis: diabetes e hipertensão arterial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 4, p. 885-895, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Rev. crít. ciên. soci.*, n. 63, p. 237-280, 2002.

SBH (Sociedade Brasileira de Hipertensão). *VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão*. Revista Hipertensão, v. 13, n. 1, p. 1-68, 2010.

SBH (Sociedade Brasileira de Hipertensão). *A Campanha 2010*. São Paulo, 2010. Disponível em:<<http://www.sbh.org.br/medica/acampanha2012.asp>>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

SBH (Sociedade Brasileira de Hipertensão). *A Campanha 2011*. São Paulo, 2011. Disponível em:<<http://www.sbh.org.br/medica/acampanha2012.asp>>. Acesso em: 05 de abr. de 2014.

SBH (Sociedade Brasileira de Hipertensão). *A Campanha 2012*. São Paulo, 2012. Disponível em:<<http://www.sbh.org.br/medica/acampanha2012.asp>>. Acesso em: 07 de abr. de 2014.



SBH (Sociedade Brasileira de Hipertensão). *A Campanha 2013*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.sbh.org.br/medica/acampanha2012.asp>>. Acesso em: 09 de abr. de 2014.

SBH (Sociedade Brasileira de Hipertensão). *A Campanha 2014*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.sbh.org.br/medica/acampanha2012.asp>>. Acesso em: 09 de abr. de 2014.

VALLA, Victor Vincent. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v.4, n.7, p.37-56, 2000.



## **DISTRIBUIÇÃO DIGITAL DE MÚSICAS E PROPRIEDADE INTELLECTUAL: ESTUDO DE CASO DAS ESTRATÉGIAS DA BANDA RADIOHEAD NESTA CONFIGURAÇÃO**

MARCHIONI, Bianca Delpino

*Estudante de mestrado no programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC*  
*bianca.marchioni@ufabc.edu.br*

DOTTA, Silvia Cristina

*Professora doutora da Universidade Federal do ABC*  
*silvia.dotta@ufabc.edu.br*

327

### **RESUMO**

Este artigo pretende analisar o fenômeno de Propriedade Intelectual (PI) a partir do caso específico da banda britânica *Radiohead* e sua política de distribuição digital de música começada em 2007 com o álbum *In Rainbows*. Pretende-se criticar, analisando este caso, uma concepção econômica da PI baseada na necessidade de se proteger as ideias para haver inovações e criações no campo cultural humano. Por fim, busca-se traçar um paralelo entre os interesses da indústria fonográfica e os das editoras na Grã-Bretanha do século XVIII, ambos supostos defensores dos direitos dos autores, a fim de garantir seus próprios direitos. Essa questão final é importante para, então, se pensar a distribuição online de cultura pelo próprio criador (“autor”) como modelo de superação e real assegurado dos direitos deste.

**Palavras-chave:** Propriedade Intelectual. Indústria Fonográfica. Distribuição Digital de Música.

### **ABSTRACT**

This paper aims at analyzing Intellectual Property having as its start point the particular case of British band *Radiohead* and their policy of online music distribution started in 2007 with the album *In Rainbows*. An economic account of Intellectual property based on the need to protect ideas and promote innovation for human cultural creation is criticized. To conclude, a parallel is drawn between interests of contemporary music industry and British publishers from the eighteenth century, both institutions defenders of authors' rights to guarantee their own. This is an important matter to understand online culture distribution by its own creator (“author”) as a process that actually assures his/her rights, instead of the previous model controlled by publishers and record labels.

**Key-words:** Intellectual Property. Music Industry. Online Music Distribution.



## INTRODUÇÃO: O CASO *IN RAINBOWS*

A banda *Radiohead* disponibiliza suas músicas para *download* gratuito na *Web*. Isso ocorre desde 2007 quando seu álbum *In Rainbows* foi integralmente disponibilizado, fato que se tornou um marco na distribuição online de músicas. Essa distribuição, como esperado, já ocorria antes desse episódio, de forma informal e até ilícita, através das redes de compartilhamento *Peer-to-Peer* como o *Napster*. O que tornou a situação de *In Rainbows* um paradigma foi por que motivos uma banda fundada na tradição comercial das gravadoras dos anos 90 decidiria pela livre circulação gratuita de músicas? Certamente o lucro obtido ao longo da carreira contribuiu para essa possibilidade do *Radiohead* se libertar de contratos junto a uma gravadora, além dos pressupostos filosóficos dos membros da banda contrários não à PI explicitamente, mas ao lucro exorbitante obtido pelas gravadoras e distribuidoras em comparação com os envolvidos diretamente na criação das músicas. Isso foi demonstrado quando, em 2013, o líder da banda, Thom Yorke, removeu faixas de seu álbum solo de sites de *streaming* alegando que o repasse aos artistas seria pífio em comparação com o lucro obtido pelos sites.<sup>1</sup> Porém, essa questão mais tardia, também resistência a uma nova forma de controle de mercado sobre a produção cultural, não é o foco deste trabalho.

O caso *In Rainbows* suscita, de certa forma, uma discussão sobre autoria e *copyright*. O álbum foi lançado sobre esse direito; o que chamou a atenção foi a forma de sua distribuição: gratuita e independente. A banda, ao disponibilizar as músicas, abriu um leque para que fossem reproduzidas e apropriadas livremente, embora ainda acreditasse no reconhecimento de sua autoria. Em um mundo de lógica capitalista, onde o trabalho é necessariamente remunerado, seria difícil uma alternativa a isso. É sobre o aspecto da distribuição de *In Rainbows* que se debruça este artigo.

O *Radiohead* foi pioneiro na distribuição digital das próprias músicas ao se considerar bandas com sucesso consolidado no sistema de gravadoras. Em 2007 realizou uma espécie de atividade *PWYW* (*Pay What You Want*<sup>2</sup>) ao disponibilizar, através de um “vazamento oficial”, as músicas do álbum *In Rainbows* permitindo a quem baixasse pagar o que quisesse pelo

<sup>1</sup> <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/2013/07/vocalista-do-radiohead-retira-suas-musicas-de-sites-de-streaming.shtml>> Acesso em: 15 abr. 2014.

<sup>2</sup> Pague o que quiser (tradução nossa).



*download*. Assim, o ocorrido foi um fenômeno em sua forma, já que ao escolher efetuar a compra do álbum o site oferecia o mesmo de graça, o pagamento era feito por quem quisesse e o preço não estava determinado, pagava-se o que se decidisse pagar.<sup>3</sup>

Entretanto, não apenas na forma a ação da banda inovou, mas em toda a significação do que seria pirataria para a indústria fonográfica, que sempre a ligou seriamente à distribuição online de músicas, demonstrando que essa conexão era criada e não real. Era possível se distribuir músicas online licitamente sem vendê-las e ainda obter lucro com elas e isso seria recebido como um baque pelos contrários à pirataria digital.

Embora não tenha sido o começo da distribuição online de músicas, o feito da banda mostrou-se como novo paradigma ao colocar em cheque uma concepção substancialmente negativa do *download* de músicas disseminada pelos interessados em seu controle. Provou-se que uma banda consolidada na indústria fonográfica tradicional poderia ter tanto, senão mais, lucro nos moldes de distribuição digital *PWYW*. Sobre essa conotação negativa criada pela indústria a respeito dos *downloads* Cardoso Filho diz:

Inicialmente, a prática de baixar músicas através de softwares de partilha de arquivos tinha como “inimigo natural” os valores instituídos pela indústria fonográfica. Tanto que o termo usado para um álbum que aparece primeiro na Internet é “vazar” ou, em inglês, internet leak. O próprio Radiohead teve o álbum *Kid A*, em 2000, vazado pela Internet. O *download* de músicas, que se consolidou no início do século XXI, estava originalmente ancorado em artistas e gêneros musicais alternativos [...] (CARDOSO FILHO, 2011, p.53)

Antes de se estabelecer uma análise acerca dos moldes de distribuição aqui explanados, dois pensamentos sobre a PI serão considerados. O primeiro deles a defende com veemência sob um viés econômico de incentivo à inovação. O segundo vê a PI historicamente com o advento das leis de *copyright* na Grã-Bretanha do século XVIII, reguladora dos direitos dos editores de livros e não dos autores destes. É sobre o que versarão as seções seguintes.

<sup>3</sup> <<http://www.oesquema.com.br/trabalhosujo/2009/03/17/in-rainbows-o-disco-da-decada.htm>> Acesso em: 15 abr. 2014.



## **A PREMISSE ECONÔMICA DE FOMENTO À INOVAÇÃO E CRIAÇÃO PELA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Diversos pensadores da PI tendem a argumentar que sua existência asseguraria a criatividade e inovação no campo cultural humano. Alguns chegam a afirmar que seria a única forma de se resguardar isso, sendo que do contrário a produção cultural se tornaria escassa ou inexistente. Analisar-se-á, a seguir, os argumentos de um teórico da PI a respeito disso.

Sherwood (1992) concentra sua argumentação nos indicativos econômicos e de proteção intelectual de países em desenvolvimento, para criticar a frouxidão da proteção à PI e relacioná-la ao atraso econômico nesses locais. Compara o desenvolvimento obtido em países como os EUA, a fim de estabelecer um modelo de sucesso contra um de fracasso. É claro que sua análise detém-se mais duramente na economia, porém faz alusão à PI como possibilitadora de inovações e criações nos campos diversos da sociedade. Sobre isso diz que:

Um sistema de propriedade intelectual que proteja a inovação e a expressão criativa pode ser visto como uma condição prévia para a criação e o uso da tecnologia nova, que acelera o crescimento econômico e auxilia o desenvolvimento. (SHERWOOD, 1992, p.16)

Traça-se no presente artigo uma análise que não pretende ser cartesiana, compreendendo os fenômenos sociais como entrelaçados e interdependentes. Assim, economia e criação cultural seriam temas necessariamente vistos em relação. São esses pontos que tornam os escritos de Sherwood importantes a este trabalho. Contrariar seus argumentos é central para o desenvolvimento destes escritos.

Para o autor os motivos de proteção à PI seriam os seguintes: recompensar o criador pelo seu esforço; recuperar tempo, dinheiro e esforço gastos e incentivar recursos e esforços para o desenvolvimento da criatividade (SHERWOOD, 1992, p.46). Percebe-se que seus pensamentos estão bastante atrelados a uma noção de trabalho intelectual como *trabalho*, no sentido de conferir ao seu produtor direitos de propriedade. Argumenta que a PI, apesar de representar um monopólio ao privar o público do acesso ao que é protegido exclui apenas temporariamente e de um produto ou processo específicos, assim não representando contradição com o pensamento do livre comércio (SHERWOOD, 1992, p.60). Embora Sherwood tenha uma análise e conhecimento amplos sobre os mecanismos de PI, sua perspectiva é estritamente econômica, apesar de tentar fundamentá-la superficialmente no





campo da criação e invenção. Falha nessa missão ao propor uma análise de mercados muito diferentes, como o americano e o brasileiro, como tendo prosperado ou falhado apenas com base em sua política de PI.

O que interessa da teoria de Sherwood ao caso específico deste trabalho é demonstrar que, no campo cultural específico da produção musical, suas premissas são falhas. Novamente, segundo o autor, ter seu produto protegido pela PI seja qual for sua forma, *copyright* ou patentes, e privar quem não o adquire de forma lícita (pagamento no primeiro caso e concessão no segundo) fomentaria a criação e inovação de bens imateriais. Fosse esse o caso, a maioria dos músicos teria simplesmente parado de produzir devido ao novo modelo possibilitado pela distribuição digital de músicas. Da mesma forma, teriam todos os remanescentes aderido a uma proteção dura da PI para assegurar a continuidade da sua inovação no campo musical, afinal essa seria a única possibilidade de haver inovações pela perspectiva econômica. A partir desses poucos exemplos hipotéticos, esses argumentos econômicos de proteção à PI não se revelam como verdadeiros em nenhuma instância. Mesmo os artistas que lutam contra a disponibilização *online* “pirata” de músicas não deixaram de produzir música ou mesmo de ganhar dinheiro com sua criação após a disponibilização de suas obras na *Web*, seja de forma lícita ou ilícita.

Portanto, uma proteção menos dura ou inexistente da PI no caso das músicas *online* não detém a inovação, podendo, na realidade ter o efeito inverso. Com a dinamização e democratização do acesso das pessoas às ferramentas digitais de produção e distribuição de música, inovação e criatividade são, na realidade, facilitadas. Antes do advento do acesso pessoal à *Web* os meios de produção musicais estavam concentrados nas mãos das grandes gravadoras, assim como os de distribuição na dificultosa e cara tarefa de se produzir um *LP* de vinil. Neste sentido, o argumento de Sherwood, que provém do ponto de vista de uma época dominada pela tecnologia analógica, de reaver dinheiro, tempo e recursos gastos com a criação do bem imaterial até se sustentaria, porém apenas este. Entretanto, numa era regida pela facilidade e rapidez de produção e acesso, essa justificativa se esvai. De certo modo a democratização dos meios de produção digitais de que se falou e que possibilitou maior criação e distribuição musical na *Web* corroe o modelo vigente empregado pelas grandes gravadoras até os anos 90. Isso será retomado nas seções seguintes.



No caso específico pensado como exemplo para este artigo, a distribuição do álbum *In Rainbows* da banda Radiohead no modelo *PWYW*, é possível verificar exatamente o que se argumentou anteriormente. A banda vem de uma tradição de distribuição tradicional de música, em que um terceiro (gravadora) era responsável por distribuir suas músicas. Os meios de produção e distribuição não estavam nas mãos dos artistas responsáveis pela criação da música, seja em sua forma escrita ou executada. É claro que a quantidade de sucesso e dinheiro garantidos à banda, bem como seu conhecimento técnico, permitiu romper com o modelo até então vigente, abrindo precedente para outros agirem da mesma forma. Não que não houvesse já a distribuição online de músicas antes de 2007, porém um rompimento com repercussão como o do ocorrido certamente não havia atingido essa magnitude. Livrando-se das amarras das gravadoras, o *Radiohead* se permitiu ter total controle sobre a produção e distribuição de sua produção musical em um grupo de produtores multitarefas. Sendo impossível conceder crédito a apenas um gênio responsável pela criação, instituiu-se um modelo de produção musical em que todos têm igual importância, escritores, músicos, técnicos e cujas fronteiras entre esses papéis não são bem definidas. Ao público também era dado certo poder, ao decidir se pagaria ou não pela obra ou quanto pagaria e ao decidir se tornaria a relação com aquilo comercial ou não.

Sherwood, ao pensar na PI como recompensa ao criador certamente pensa nesta como financeira. Não parece cabível, para seu argumento econômico, entrar no mérito de outros tipos de recompensa pelo que se é produzido, como o mérito pessoal ou de reconhecimento ou fama. Portanto parece providencial apontar que se estima que a distribuição de *In Rainbows*, depois lançado também fisicamente, rendeu ao *Radiohead* mais lucro do que qualquer outro de seus álbuns já lhe rendera no modelo tradicional das gravadoras, de acordo com o próprio vocalista da banda em entrevista para a *Wired Magazine*<sup>4</sup>. Assim sendo, mesmo não protegendo ou distribuindo sua obra em um modelo duro de PI, o *Radiohead* inovou em sua criação e obteve recompensa financeira por seus feitos.

A teoria de Sherwood se revela importante a este artigo exatamente para ser contrariada, mesmo com o risco de anacronismos ao se contrariar seus pressupostos para analisar a música digital, fenômeno posterior aos escritos do autor. Entretanto, como os argumentos de base

<sup>4</sup> <[http://archive.wired.com/entertainment/music/magazine/16-01/ff\\_yorke](http://archive.wired.com/entertainment/music/magazine/16-01/ff_yorke)> Acesso em: 20 maio 2014



econômica de Sherwood ainda hoje são empregados por defensores da PI, revela-se a análise e contradição destes ainda relevantes para se pensar alternativas aos modelos de PI vigentes.

## A FALÁCIA DA “PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO AUTOR”: UMA ANALOGIA ENTRE AS EDITORAS DO SÉCULO XVIII E A INDÚSTRIA FONOGRAFICA DO SÉCULO XX

333

Em primeiro lugar, pretende-se nesta seção, à luz da teoria de Rose (1988), demonstrar questões sobre os direitos do autor vindos à tona para corroborar os argumentos dos editores durante os embates sobre a publicação de obras no século XVIII. Houve, nessa época, com o célebre caso *Donaldson VS. Becket*, talvez a primeira acusação registrada de pirataria cultural na idade moderna. Isso culminou com diversos casos parecidos em que editores pleiteavam a proteção vitalícia aos direitos do autor para que esses fossem extensíveis aos editores, assim podendo republicar uma obra com direitos exclusivos perpétuos. Esse fato estava longe de ser uma tentativa de se proteger de fato os ganhos e direitos morais de quem escrevera as obras, mas era sim um engodo para que os editores pudessem manter o monopólio sobre a publicação de livros diversos.

É sintomático que os direitos do autor justificando a existência da PI permaneçam ainda reproduzidos hoje pelo senso comum. Isso revela certa ignorância do público em geral para com essas questões que são, na realidade, um jogo de interesses. A fim de se destrinchar essa questão para por fim compará-la com a indústria fonográfica pré-distribuição digital, alguns comentários sobre os escritos de Rose serão realizados. No final do século XVII, os editores se sentiram prejudicados pelo *Licensing Act* que regulava a imprensa britânica. Após isso veio à tona, em 1709, o Estatuto de Anne, primeiro regulador de *copyright* inglês, limitando a reimpressão de livros, regra até então inexistente no sistema de guildas. Apesar de terem pressionado para que o estatuto fosse aprovado, os editores ficaram descontentes com essa limitação, exigindo o *copyright* perpétuo previsto pela *Stationers' Company*. Assim, findo o tempo de direito de cópia de certa obra, esses editores foram atrás de prorrogações judiciais, primeiro com intenção de alegar pirataria por parte de outros editores, depois para alegar que o *copyright* seria um direito comum de propriedade devendo, pois, ser perpétuo apesar do Estatuto de Anne estabelecer limites. Como disserta Rose: “The principle in question was



whether literary property was a statutory right, a limited creation of the state, or a common-law right and therefore absolute and perpetual.” (Rose, 1988, p.51)<sup>5</sup>

Rose continua seus argumentos considerando o surgimento do autor como um proprietário, devido à queda de patrocínio e mecenato naquele tempo. Isso trouxe à tona uma nova questão: Os direitos do autor sobre sua obra, já que seria um direito comum de quem trabalhara por essa *propriedade* (no sentido Lockeano). Foi exatamente nesse princípio moral que os editores buscaram outras armas para a garantia do *copyright* perpétuo. Rose explica que os vendedores de livros inventaram a teoria da obra como direito comum ao autor:

Every man was entitled to the fruits of his labor, they argued, and therefore it was self-evident that authors had an absolute property in their own works. This property was transferred to the bookseller when the copyright was purchased, and thereafter it continued perpetually just like any other property right. (Rose, 1988, p.58)<sup>6</sup>

Qual seria o motivo para isso se, desde sempre, o *copyright* havia protegido direitos dos editores e não dos autores? O Estatuto de Anne, surgido para frear o monopólio das editoras sobre os livros mais tradicionais, foi o primeiro mecanismo para se reconhecer direito do autor em lei. Entretanto, os editores usaram isso a seu favor: Ao clamar que os autores tinham direito perpétuo sobre sua obra, este seria diretamente estendido ao editor que tivesse a permissão para publicá-la. Esses episódios servem para ilustrar como a questão filosófica sobre o *copyright* ditou e dita a discussão sobre a PI ao longo do tempo. Um exemplo disso é como ainda hoje é debatido qual seria o tempo ideal para se manter uma obra sobre *copyright*, tendo este tempo variado inúmeras vezes.

A questão central aqui não é considerar o tempo de *copyright*, mas se pensar um modelo fora do domínio de terceiros para a publicação ou disponibilização de uma criação artística, seja ela um livro ou uma música. Não se pretende neste trabalho entrar no mérito do que seria um autor em seu sentido filosófico tratado por tantos pensadores do século XX, mas pensar nas obras elaboradas por um conjunto de criadores para considerar o caso específico tratado, a produção e distribuição digital do álbum *In Rainbows*.

<sup>5</sup> “O princípio em questão era se a propriedade literária seria um direito regido por estatuto, uma criação limitada do estado, ou um direito comum de lei e, portanto, absoluto e perpétuo.” (Tradução nossa)

<sup>6</sup> “Todo homem teria direito ao fruto de seu trabalho, argumentavam, e assim era evidente que os autores tinham absoluta propriedade sobre seus trabalhos. Essa propriedade seria transferida ao editor quando o *copyright* fosse comprado, e então continuaria perpetuamente como qualquer outro direito de propriedade.” (Tradução nossa)



Entende-se aqui, como explícito na seção anterior, que a proteção pela PI não é condição para se fomentar a produção de ideias. Como visto na exposição de Rose, os direitos de propriedade surgem para se garantir os direitos dos editores em regime de livre comércio, terceiros sem relação direta com a idealização de uma obra, apenas reprodutores mecânicos dessas ideias em veículo de imprensa, os livros. É claro que, nesta época, eram necessários recursos e dinheiro para que se produzissem esses livros e isso, de certa forma, justificaria suas preocupações com as restrições à produção dos mesmos. Embora não seja certo que seus lucros tenham diminuído com as restrições de *copyright*, era fato que havia a necessidade de se reaver o tempo e meios físicos empregados na impressão das obras, como no caso de qualquer outro produto industrial. Essa justificativa também é aceitável ao se pensar o caso da indústria fonográfica pré-digital, já que exigia tempo e recursos diversos para se produzir um álbum. Por outro lado, a proteção ao direito do autor como argumento para se justificar a PI é falaciosa desde sempre. O foi no século XVIII, pretendendo apenas assegurar menos monopólio por parte dos editores, sendo depois utilizada pelos mesmos para prolongar a discussão sobre *copyright* perpétuo. O é agora, numa era reconfigurada pela distribuição digital de cultura que modifica drasticamente a relação entre produtores, público e obras.

### **O CASO *IN RAINBOWS*: POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO FORA DA PI DURA**

“É exactamente quando pensávamos que a realidade estava sob controlo, que ela muda de novo. Mudou da Idade Média para a Idade da Razão e agora está a mudar para a Idade da Mente. Na era do livro, o controlo da linguagem foi sempre privado, mas com os media electrónicos o controlo da linguagem torna-se público e oral. Com o advento da Internet temos o primeiro meio que é oral e escrito, privado e público, individual e colectivo ao mesmo tempo. A ligação entre a mente pública e a mente privada é feita através das redes abertas e conectadas do Planeta.

(Derrick de Kerckhove)”

Vive-se hoje, uma época em que a produção cultural encontra-se em metamorfose. A realidade é que, antes de se pensar no que seria um autor, deveria se pensar no que seriam autores/consumidores. A *Web* permite essa reconfiguração, afinal é um ambiente parte público, parte privado que permite a qualquer um com acesso produzir e consumir cultura quase que



livremente. A realidade do século XXI, que tornou o acesso à *Web* democrático é onde se desenvolve com maior ênfase esse potencial. A partir dessa filosofia, deve-se pensar a distribuição digital de músicas como uma forma revolucionária em que os criadores de uma obra livram-se das amarras antes impostas pelas grandes gravadoras. As que lutam contra isso têm de aprender a nadar com a maré, como já o fizeram muitas, para continuarem a ter lucro nessa nova configuração.

Nessa seção pensa-se o caso tratado neste artigo, a distribuição digital no modelo *PWYW* do álbum *In Rainbows*, como exemplo de criação inventiva e distribuição autônoma fora da *PI dura*. Considera-se a *PI dura* a obra protegida por direitos e de acesso restrito apenas para pagantes desta, ou que a tenham em concessão. Isso deve ser dito, porque a questão central no caso pensado não é o *copyright*, afinal o álbum foi lançado sobre essa insígnia, por não constar nada dizendo o contrário sobre isso. A questão posta é a distribuição deste álbum primeiramente sobre forma de *download* gratuito, pagando por ele quem quisesse e o quanto quisesse. Nessa configuração foram empoderados criadores da obra, a banda e quem mais estivesse envolvido em sua produção/distribuição, além dos consumidores, colocados em uma nova relação com o bem consumido. Estava nas mãos destes últimos transformarem sua relação com o álbum em uma relação comercial ou não ao optarem por enviar um pagamento.

Da mesma forma, percebe-se que a não vinculação a uma gravadora específica que formataria a obra da banda como bem entendesse para suprir necessidades de mercado permite, na realidade, maior inventividade por parte dos músicos. Criatividade essa que ecoou também em sua forma de distribuição. Se antes, no mundo analógico, os artistas estavam vinculados necessariamente a um terceiro para distribuir suas obras, visto que não dispunham dos recursos necessários, essa relação se desfaz com o mundo digital. Talvez pela primeira vez os criadores tenham pleno controle sobre sua produção e distribuição, não tendo que gastar recursos materiais e financeiros para isso. Longe de isso significar uma distribuição sem retornos, é sabido que o modelo *PWYW* pode ser tão ou mais rentável do que o tradicional, como demonstrado pelo próprio caso *In Rainbows* e a já citada declaração da banda de ter sido extremamente lucrativa a disponibilização do álbum.

Por fim, conclui-se que a possibilidade de distribuição digital pelos próprios criadores vem como uma insurreição contra o intermediário representado pelas editoras ou gravadoras, possível graças à democratização de acesso aos meios digitais de hoje. Poder de produção e





distribuição passam para as mãos dos produtores que se tornam mais ativos do que jamais foram. Um conjunto de criadores pode ser considerado e suas funções como produtores ou distribuidores podem confundir-se, já que têm acesso aos meios de produção que, no mundo digital, diminui a praticamente zero o custo para se produzir e distribuir. Inverte-se o que ocorria no passado, no caso das editoras e gravadoras dos séculos anteriores, quando eram necessários recursos materiais de impressão e distribuição para a produção de algo estritamente privado, em termos de produção, uso e consumo.

O caso *In Rainbows* contraria a teoria de Sherwood de que apenas com a PI bem regulamentada há inovações. O próprio ambiente digital se revela como fomentador dessa criatividade. Além disso, também revela que o verdadeiro fomento à criação estaria no não cerceamento por terceiros, editoras ou gravadoras, da distribuição de obras. É nessa reconfiguração de apropriação dos meios de produção e distribuição digitais que os direitos dos “autores” podem finalmente ser respeitados. Confere-se essa mudança de paradigma ao surgimento de um ambiente parte privado e parte público, a *Web*.

Encerra-se o artigo retomando a epígrafe que inicia esta seção, trecho que parece ecoar com maestria esse pensamento final. A Modernidade apresentou ao homem moderno um incrível panorama de mudança contínua e rápida na sua tecnologia e, portanto, modo de viver. Na hipermodernidade do fim do século XX e vivida hoje essa relação se amplifica, sendo que o espaço de tempo das mudanças diminui ainda mais. Na nova lógica digital, não muito longe ainda do mundo analógico do século anterior, o controle que se tem sobre as mídias escapa ao controle privado e pessoal de outrora. Este, tão importante às grandes gravadoras e editoras do passado, se dilui na *Web*. Esta, por sua vez, talvez se constitua como um novo sistema nervoso do espaço público global cujas fronteiras são diluídas, permitindo que os bens culturais transitem independentemente de tempo, espaço e custos, fato inédito na história da humanidade.

É nesse novo panorama, em que público e privado se encontram, de forma que o controle sobre produção e distribuição é democratizado que o “autor” está finalmente livre para criar e circular sua criação. Isso só é possível por estar livre das amarras impostas pelo controle exercido por seus supostos defensores e por estarem, também, em um ambiente profícuo à criação, já que no contato com os leitores e ouvintes de suas obras é possível criarem inclusive em cooperação. Se o cerceamento do mercado ainda existe, a *Web* permite que sua influência





seja menor do que nos modelos do passado. Como Barthes teorizou: a morte do autor se inicia com o nascimento do leitor. Pensando a produção cultura na rede, pode-se conferir a essa profecia de Barthes uma nova leitura: o autor renasce como a Hidra de Lerna, um ser monstruoso, mas sublime, formado por diversas cabeças em constante renovação e multiplicação, mesmo quando destruídas.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. Disponível em <[http://ufba2011.com/A\\_morte\\_do\\_autor\\_barthes.pdf](http://ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2014

CARDOSO FILHO, Jorge A. Cada um com seu iPod - A escuta de In Rainbows, do Radiohead. *In: Ciberlegenda: Revista eletrônica do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense*. Vol. 2, n. 24. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/365/259>> Acesso em: 15 abr. 2014

KERCKHOVE, Derrick de. *A Pele da Cultura: Uma Investigação sobre a Nova Realidade Electrónica*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

ROSE, Mark. The Author as Proprietor. *In: Representations*. Disponível em: <[http://www.ihc.ucsb.edu/research/history\\_books/Author%20as%20Proprietor%20Reps%201993.pdf](http://www.ihc.ucsb.edu/research/history_books/Author%20as%20Proprietor%20Reps%201993.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2014

SHERWOOD, Robert M. *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora da USP, 1992.



## LETRAMENTO DIGITAL E OS NOVOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PEDAGÓGICOS EDUCACIONAIS: NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO

MARCOLINO, Elson Silva

*Docente da Universidade Estadual de Goiás*

*smelson@ig.com.br*

### RESUMO

As discussões apresentadas neste trabalho partem da problemática da introdução das tecnologias digitais na educação escolar em sua dimensão pedagógica. O objetivo é apresentar discussões empírico-teóricas em relação aos pressupostos teórico-pedagógicos educacionais que vêm orientando nas últimas décadas as práticas escolares, sobretudo as práticas de letramento digital de professores e alunos. A investigação, de cunho qualitativo-crítico e caracteriza-se como um estudo de caso. Os dados foram analisados à luz da Análise de Conteúdo. Com a realização da pesquisa, evidenciou-se que as práticas de letramento digital escolares estão sendo subsidiadas por pressupostos teórico-pedagógicos do neotecnismo pedagógico, corrente pedagógica que vêm se impondo às escolas de forma hegemônica desde década de 1990.

**Palavras-chave:** Letramento digital. Neotecnismo pedagógico. Didática

### ABSTRACT

The discussions presented in this paper focus on the issue of the introduction of digital technology in school education from a pedagogical dimension. The objective is to present empirical-theoretical discussions in relation to the theoretical-pedagogical educational assumptions which have guided school practices in recent decades, particularly with regard to the digital literacy of teachers and pupils. The research, qualitative-critical in nature, is characterized as a case study. Data were analyzed using Content Analysis. While conducting the research, it became clear that digital literacy practices in schools are being subsidized by theoretical-pedagogical assumptions of pedagogical neotechnicism; current teaching having been hegemonically imposed in schools since the 1990s.

### Key-words:

Digital literacy. Pedagogical neotechnicism. Didactic



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar discussões empírico-teóricas em relação aos pressupostos teórico-pedagógicos educacionais que vêm orientando nas últimas décadas as práticas escolares, sobretudo as práticas de letramento digital de professores e alunos. Essas discussões fazem parte de uma tese de doutoramento denominada “Letramento Digital e Pressupostos Teórico-Pedagógicos: Neotecnicismo Pedagógico?”, defendida em 2013. A problemática que orientou o desenvolvimento da investigação foi: quais são os pressupostos teóricos e pedagógicos que orientam as práticas de letramento digital de professores e alunos, quando esses fazem usos dos computadores e da internet no laboratório de informática do colégio?

Num primeiro momento, apresentamos os conceitos fundamentais de letramento digital e, em seguida, apresentamos os resultados e discussões obtidos no estudo. O estudo caracteriza-se como estudo de caso e situa-se na abordagem qualitativa dialética. Os dados foram analisados à luz da Análise de Conteúdo, em que constituíram-se o *corpus* da investigação: a) as transcrições das “falas” das três professoras, obtidas por meio da realização das entrevistas semiestruturadas e, b) análise do projeto político pedagógico do colégio. Esse último, foi escolhido para análise em função de as professoras entrevistadas informarem que, antes de ministrarem aulas no laboratório de informática do Colégio, planejavam as suas atividades pedagógicas, apoiando-se em pressupostos teóricos e pedagógicos do PPP do colégio.

O estudo evidenciou que as práticas de letramento digital escolares estão sendo subsidiadas por pressupostos teórico-pedagógicos do neotecnicismo pedagógico e revelou que as professoras não possuem consciência e nem clareza teórica sobre essas determinações produtivas que vêm se impondo às escolas de forma hegemônica desde a década de 1990. Esperamos que a apresentação deste trabalho gere debates e encaminhamentos no sentido de desvelar a “nova” didática que vem subsidiando as práticas escolares e as práticas de letramento digital em contextos escolares.

## LETRAMENTO DIGITAL

Para Kenski (2007), com o advento e desenvolvimento das tecnologias eletrônicas de informação e computação, vai se configurando um novo tipo de linguagem, denominada de linguagem digital. Segundo a autora, a linguagem digital é considerada, após a oralidade e a escrita, a “terceira linguagem” que surge e se desenvolve em articulação com as tecnologias eletrônicas de informação e comunicação. Entre as múltiplas TICs, a linguagem digital se expressa também por meio dos computadores e da internet.



As práticas sociais, decorrentes dos usos que as pessoas fazem da linguagem digital mediada pelo computador e internet, é o que Soares (2002) e Coscarelli & Ribeiro (2005) denominam de práticas de letramento digital.

Para Soares (2002), o conceito de letramento, na “cultura” do papel, é considerado como “[...] estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva as práticas sociais que usam a escrita [...]” (p. 47). Já no campo da “cultura digital”, o termo letramento é reconceituado e passa a ser entendido como uma condição que caracteriza as pessoas que se apropriam da nova tecnologia digital e, com isto, exercem práticas de leitura e escrita na “tela” do computador.

Coscarelli & Ribeiro (2005, p.9), entendem o conceito de letramento mediado pelas “telemáticas” como “[...] a ampliação do leque de possibilidades de contato com a leitura e a escrita também em ambiente digital”. Tanto Soares (2002) quanto Coscarelli e Ribeiro (2005), entendem que as práticas de letramento digital surgem e se desenvolvem em decorrência dos usos e da presença das mídias digitais na sociedade contemporânea, incluindo o computador e a internet.

Ainda que não se possa afirmar com toda certeza sobre a origem das primeiras práticas de letramento digital, pois ainda são poucos os estudos voltados para o fenômeno letramento digital, o fato é que, o surgimento dos primeiros computadores em redes possibilitou o desenvolvimento das primeiras práticas de letramento digital.

Segundo Harasim et al. (2005), a década de 1960 é considerada como um momento histórico em que, pela primeira vez, ocorreu uma comunicação por meio de redes de computadores, utilizando, para isto, o correio eletrônico e os computadores de tempo compartilhado. Segundo os autores, para que as pessoas se comunicassem, via computadores, naquela época “[...] enviavam mensagens pelos mesmos computadores *mainframe*, por meio de terminais burros a eles conectados ou através de linhas telefônicas discadas (locais e interurbanas).” (HARASIM ET AL, 2005, p. 21-22). Tomando como base os estudos realizados por Harasim (2005), que inferem ser a década de 1960 o período em que são realizadas as primeiras comunicações *on-line* por meio do computador, podemos supor, então, que o surgimento dos primeiros computadores eletrônicos em rede, ainda nos anos 60, possibilitou o desenvolvimento das primeiras práticas de letramento digital.

A criação da ARPANET, também na década de 1960, e posteriormente da internet, em meados da década de 1980, contribuíram, mais ainda, para o desenvolvimento de novas práticas de letramento digitais em vários domínios sociais. Deste período inicial, marcado pelo surgimento dos primeiros artefatos tecnológicos de natureza microeletrônica-digital, até os dias atuais, as práticas de letramento digital têm-se ampliado e complexificado em decorrência, sobretudo, do desenvolvimento e usos dos aparatos tecnológicos dessa natureza.

No estágio atual da sociedade, as práticas de letramento digital mediadas pelos



computadores/internet, emergem em várias esferas sociais e possibilitam usos sociais quase infinitos. Por exemplo, quando as pessoas acessam em casa, no trabalho, no lazer, etc. a internet para: a) fins comerciais, - compras e vendas de produtos e mercadorias, realização de negócios usando assinatura digital; b) busca de informação e conhecimento na rede, usando os sites de buscas lá disponíveis; c) comunicação e interação em tempo real através das redes sociais e chats; c) aperfeiçoamento de sua formação acadêmica e profissional, entre outras possibilidades quase infinitas dos usos da internet. Além das quase infinitas possibilidades, proporcionadas em função das práticas de letramento ocorridas em ambientes digitais, é importante termos, também, a visão de que essas práticas de letramento digital podem trazer consequências para a sociedade. Neste sentido, ainda que não tenha se utilizado explicitamente do termo letramento digital em sua obra, Schaff, no início da década de 1990, já inferia sobre as possíveis consequências que a sociedade enfrentaria em decorrência dos usos e fins das tecnologias informatizadas. Advertia o autor, nos primórdios da publicação da sua obra: “Por um lado, a automação e a robotização provocarão um grande incremento da produtividade e da riqueza social; por outro lado, os mesmos processos reduzirão, às vezes de forma espetacular, a demanda de trabalho humano.”. (SCHAFF, 1995, p. 27).

No campo da educação escolar, o surgimento e desenvolvimento das TICs na “sociedade do conhecimento”, têm trazido novos desafios aos profissionais da educação, sobretudo àqueles que lidam diretamente com a organização do trabalho pedagógico escolar. Para Ramal (2002), a primeira questão que se coloca quando se pensa na introdução das tecnologias digitais na área da educação escolar é, inevitavelmente, a questão pedagógica. Neste sentido, entendemos ter sido de fundamental importância compreender quais eram os pressupostos teórico-pedagógicos que vêm orientando nas últimas décadas as práticas escolares e em que medida esses pressupostos subsidiam, também, as práticas de letramento digitais de alunos e professores.

## **AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO DIGITAL SUBSIDIADAS PELOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO**

Nesta parte do trabalho, apresentamos a análise do *corpus* da pesquisa com sua respectiva fundamentação teórica. Para tanto, selecionamos as seguintes categorias de análise: conceito de educação, conceito de ensino, conceito de aprendizagem/formação, conceito de aluno, capacidades e comportamentos e conceito de metodologia. As práticas de letramento digital dos sujeitos educativos estudados foram analisadas a partir destas categorias de análise, consideradas fundamentais para identificação e compreensão dos pressupostos teórico-pedagógicos que as alicerçam.



### Conceito de Educação

Para Libâneo (2001), educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral do homem, envolvendo a formação de qualidades humanas (físicas, morais, intelectuais, estéticas, profissionais) tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social num determinado contexto de relações sociais.

O conceito de educação no *corpus*, aqui analisado, está inspirado no artigo 2º da LDB 9.394/96 e é considerado amplo, uma vez que possibilita trabalhar a formação dos alunos em suas várias dimensões. Neste sentido, esse conceito de educação aponta para uma postura participante, crítica e libertadora, tornando-se uma das grandes contribuições da educação no processo de formação da cidadania plena, focalizando a ação na pessoa e apontando para ela como sujeito da história.

Apoiando nas posições teóricas apresentadas acima, podemos inferir que quando as atividades pedagógicas são desenvolvidas no laboratório de informática do colégio, usando o computador e a internet como ferramentas pedagógicas e embasadas nesse conceito de educação, podem desencadear práticas de letramento digital subsidiadas em pressupostos críticos e emancipadores, uma vez que, no desenvolvimento delas, os trabalhos pedagógicos levam em consideração princípios como “liberdade” e “solidariedade humana”, tendo por fim “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (PPP, 2012, p.11). Nessa linha de pensamento, e tomando como base as últimas transformações que vêm ocorrendo no mundo produtivo e que vêm exigindo das pessoas novas demandas e necessidades sociais e culturais, a questão da qualificação para o trabalho está associada, direta ou indiretamente, também aos usos e à presença das tecnologias digitais.

### CONCEITO DE ENSINO

Assim como a concepção de educação, a de ensino também é determinada socialmente. O ensino, ao mesmo tempo que desempenha o papel de cumprir os objetivos e as exigências da sociedade, conforme interesses de grupos e classes sociais que a constituem, cria as condições metodológicas e organizativas, incluindo formas de aprender, conteúdos programáticos, metodologias de ensino, formas de avaliação entre outras formas de organização do processo de ensino, para a realização do trabalho pedagógico na escola e em sala de aula. O ensino, neste sentido, corresponderia às ações e às condições para a realização do trabalho pedagógico escolar.

Ainda que o conceito de educação, expresso no *corpus* da análise, possa ser considerado amplo, contraditoriamente o conceito de ensino, analisado no *corpus* da pesquisa, é entendido dentro da lógica da “renovação” e não da transformação social. O conceito de ensino “renovado” foi identificado e



analisado no *corpus* da investigação, na medida em que afirma-se: “Vivendo, no mundo de hoje, uma sociedade tão dinâmica e complexa que a escola passou a assumir novas funções e criou um novo tipo de ensino. [...] daí surgindo a ideia de ensino renovado” (PPP, 2012, p. 15).

O conceito de ensino “renovado”, que em tese orientaria pedagogicamente as práticas de letramento digital de professores e alunos no laboratório de informática da Instituição Escolar, é considerado problemático e desafiador quando se trata de práticas socioeducacionais, possibilitadoras da transformação social. Esse conceito de ensino “renovado” possibilita que as práticas de letramento digital se desenvolvam no sentido delas apenas reproduzirem os interesses do capital/mercado, quando os alunos e professores fazem usos das tecnologias digitais nos ambientes pedagógicos escolares.

Historicamente, a questão de a educação escolar reproduzir, em seu seio, os interesses do sistema capitalista é bastante estudada e debatida no vasto campo da literatura que aborda essa problemática. Contudo, quando se trata de como as escolas públicas estão usando as tecnologias digitais, entre elas, o computador e a internet, apoiando-se em pressupostos pedagógicos que desencadeiam práticas de letramento digital que vão ao encontro dos interesses da nova base produtiva, esse campo de estudo, ainda, é considerado fértil, carecendo, assim, de investigações e produções intelectuais.

### CONCEITO DE APRENDIZAGEM/FORMAÇÃO

A aprendizagem é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados no processo de ensino. O conceito de formação, também envolve, assim o de aprendizagem, assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados também e durante o processo de ensino.

Os conceitos de aprendizagem e de formação, assim como o de ensino “renovado”, também parecem possibilitar o desencadeamento de práticas de letramento digital no laboratório de informática do colégio subsidiadas em pressupostos pedagógicos que tendem a reproduzir as demandas do capital em sua fase atual. Isto se dá por meio do conceito de aprendizagem “para sempre”.

O conceito de aprendizagem que parece subsidiar teoricamente as práticas de letramento digital de professores e alunos, quando esses fazem usos do computador e da internet no laboratório de informática do colégio, pôde ser identificado no *corpus* da pesquisa e está relacionado ao “aprender sempre” (PPP, 2012, p. 15) em que o computador e a internet surgiram para “enquadrar os professores no tipo de sociedade que está aí”, exigindo deles o “aprendendo sempre.” (RELATO DA PROFESSORA 1), sendo que “o aluno também precisa estudar sempre” (RELATO DA PROFESSORA 2). Adotando esse conceito de aprendizagem para “sempre”, o educando “[...] deve ser capaz de se





adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (PPP, 2012, p.15).

Aliado ao conceito de aprendizagem para “sempre”, identificamos o conceito de formação que não é mais considerada como: “[...] uma etapa da vida, mas uma constante ao longo de toda carreira”. (PPP, 2012, p. 160). E ainda: “Isso se manifesta tanto como iniciativa de aperfeiçoamento do currículo dentro de um ambiente cada vez mais concorrido quanto por exigência natural do mercado [...]” (PPP, 2012, p.160). Nesta perspectiva, o professor precisa “se capacitar sempre, tendo que sempre fazer curso de preparação, inclusive sobre tecnologias informatizadas” (RELATO DA PROFESSORA 2) e o aluno tem que “estudar mais para fazer uso do computador na empresa” (RELATO DA PROFESSORA 1).

De acordo com Saviani (2008), os conceitos de aprendizagem para “sempre” e de formação para “toda a vida”, estão associados às novas demandas do capital que necessitam de trabalhadores com perfis mais alinhados aos interesses da nova base produtiva.

Se, as professoras e os alunos fazem usos do computador e da internet no laboratório de informática do colégio, embasados nos conceitos de aprendizagem para “sempre” e de formação para “toda” a vida, podemos, no mínimo, deduzir que as práticas de letramento digital estão sendo desenvolvidas reproduzindo os interesses do capital, na medida em que se pode estar internalizando nos professores e nos alunos a ideia de aprendizagem para “sempre”, e formação para “toda a vida”, pois o desenvolvimento das tecnologias digitais está em pleno andamento e, para acompanhá-lo, será preciso que os alunos e professores estudem e aprendam “sempre”.

## CONCEITO DE ALUNO

Estando as práticas de letramento digital subsidiadas pelos conceitos de ensino “renovado”, da aprendizagem e formação para “sempre”, onde o aluno deve adaptar-se com “flexibilidade” às novas realidades profissionais e não transformá-las, o aluno, segundo análise do *corpus* da investigação, é considerado como “cliente da escola”. O conceito de aluno, embasado na visão de “cliente do colégio”, pôde ser identificado à medida que se faz menção aos alunos como “[...] constituindo numa clientela mista, objetivando o desenvolvimento integral do educando e focalizando o preparo para o ingresso no campo do trabalho.” (PPP, 2012, p.4). Neste sentido, o papel do colégio é “jogar o aluno no mercado de trabalho dizendo-lhe como funciona o mercado”, e formando “esse aluno para isto”. (RELATO DA PROFESSORA 3).

Saviani (2008) alerta que a partir da década de 1990 com a transposição do conceito de “Qualidade Total” às escolas, manifestou-se na tendência de “[...] considerar aqueles que ensinam como



prestadores de serviço, os que aprendem como clientes e a educação como produto que pode ser produzido com qualidade variável.”. (SAVIANI, 2008, p. 441).

Caso entenda-se o neotecnicismo pedagógico como uma forma de reorganização da escola que visa adequá-la aos novos interesses da base produtiva, conforme aponta Saviani (2008), a questão de considerar o aluno como “cliente” da instituição escolar traz contradições do ponto de vista dos próprios interesses do capital. Ser “cliente” da escola corresponderia, aos alunos, a ter boa parte do trabalho pedagógico educativo escolar voltado para os seus interesses e necessidades, inclusive sendo os alunos os “direcionadores” das políticas e ações na escola.

Entretanto, há contradição na medida em que, no neotecnicismo pedagógico são as grandes empresas e os grandes conglomerados comerciais internacionais que, não só definem as políticas educacionais, como também, direcionam e avaliam os trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas escolas a fim de atender interesses e necessidades “específicas”. Nesta linha de pensamento, o aluno já não seria mais considerado “cliente” da escola e, sim, “produto” que, por meio do processo educativo escolar, receberia “formação” para adequar-se às novas realidades “sociais” de acordo com os interesses dos verdadeiros “clientes” da escola, ou seja, o mercado de trabalho.

Na perspectiva do neotecnicismo pedagógico, sendo os alunos considerados como “produtos” da escola, ao desenvolverem práticas de letramento digital por meio dos usos do computador e da internet, receberiam formação técnica, polivalente e multifuncional de acordo com os ditames empresariais, afinal é deste tipo de formação profissional que o capital mais necessita na atualidade para continuar com seu projeto social hegemônico.

## **CAPACIDADES E COMPORTAMENTOS**

Durante a análise do *corpus* da investigação foram encontrados indícios de que nas práticas de letramento digital de professores e alunos há presença de comportamentos e capacidades que estão sendo requeridos pela nova base produtiva.

Em relação às práticas de letramento digital dos professores, esse indício foi evidenciado na medida em que, deles (as) o colégio espera que possam: “[...] construir práticas de investigação e de estudo que possam contribuir, positivamente, com o trabalho da escola; interagir positivamente, no cotidiano escolar, trabalhando em equipe, de forma empreendedora e criativa (PPP, 2012, p. 47).

A presença de comportamentos e capacidades a serem desenvolvidas nos alunos e que estariam relacionadas às novas necessidades do capital, também foram analisadas nos relatos das professoras entrevistadas.



Segundo os relatos analisados das professoras entrevistadas, o aluno precisa: “ter conhecimento básico de informática” e “saber manusear o computador” (RELATO DA PROFESSORA 3); “sensibilização, cooperação do trabalho em equipe, humanização, boas motivações e muita criatividade na hora de usar a internet, conscientização de como eles (alunos) devem se comportar numa empresa com motivação profissional, com aulas que ocorrem no LI de maneira sempre, sempre com muita criatividade e nunca havendo discórdia dos alunos. (RELATO DA PROFESSORA 1); “raciocínio rápido, que façam (alunos) muita coisa e tudo de uma vez; usem o computador no colégio com mais criatividade, sejam abertos e gostam de fazer trabalho em grupo”. (RELATO DA PROFESSORA 2). Ainda segundo relato dessa última professora: “Isto é bom, na minha opinião; o trabalho, dentro do laboratório de informática, se enriquece, em todo o sentido; aula fica muito criativa, cooperativa quando os alunos usam a internet”.

É preciso lembrar que, saber lidar com as tecnologias informáticas é uma das necessidades que vem se impondo não apenas aos trabalhadores, mas praticamente em quase todas as situações sociais. Neste sentido, o colégio, aqui estudado, cumpre o seu papel de preparar o aluno para saber lidar com essas tecnologias, na medida em que, na realização do trabalho pedagógico escolar, usa o computador como “meio” pedagógico e, a partir disto, propicia meios para desenvolver as capacidades exigidas pela nova base produtiva. É importante frisar que, o uso do computador, neste caso, está propiciando práticas de letramento digital que vão ao encontro das novas necessidades do capital, quer seja, de ter “cidadão” já familiarizado com os usos dos meios tecnológicos de base eletrônica-informática. Entretanto, ainda que esta questão seja imposta pelo capital, é importante, também, afirmar a necessidade das pessoas dominarem não apenas a dimensão técnica, mas, também, a dimensão intelectual das tecnologias digitais.

Nas análises realizadas por Saviani (2008), formar o aluno para atender às novas demandas exigidas pelo capital, cuja base produtiva acontece a partir do toyotismo, é um dos pressupostos teóricos do neotecnicismo. E o computador, “tecnologia” que se desenvolve sob a égide do modelo de produção toyotista, vem sendo introduzido no âmbito escolar, também com essa função. Mas isso não pode levar à afirmação de que a introdução do computador nas escolas venha cumprir, apenas, os interesses do capital em sua nova fase de desenvolvimento.

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas na base produtiva do capital e as demandas de novos comportamentos e capacidades, a escola é, mais uma vez, convocada a formar os alunos de acordo com essas capacidades e comportamentos, exigidos pela nova base produtiva. Entres muitas e complexas capacidades e comportamentos exigidos pela nova base produtiva estão: trabalhar em equipe de forma empreendedora e criativa, valorização da comunicação com os colegas; e capacidade de



contextualizar a gradação dos conteúdos necessários para a continuidade dos estudos; capacidade de tomar iniciativa, capacidade de criar e de apropriar-se dos conteúdos disciplinares.

A identificação de capacidades e comportamentos que são considerados, pela literatura, como “condições” básicas que devem fazer parte do perfil do “novo” trabalhador, reforçou, mais ainda, nas análises desta tese, a ideia de que as atividades pedagógicas mediadas pelo computador e pela internet estariam desencadeando práticas de letramento digital reprodutivistas.

## CONCEITO DE METODOLOGIA

As metodologias de ensino referem-se às ações docentes e visam organizar e direcionar as atividades de ensino, para que os alunos possam atingir os objetivos em relação a um determinado fim. Tem como resultado a assimilação dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas dos seus alunos.

Na análise do *corpus* da pesquisa foi possível identificar e analisar o conceito de metodologia que pode estar subsidiando, teórica e pedagogicamente, as atividades pedagógicas em que professores e alunos usam o computador e a internet no laboratório de informática do colégio e com esses usos desencadeiam práticas de letramento digital.

A metodologia que pode estar embasando teórica e pedagogicamente as atividades pedagógicas realizadas com os computadores e a internet, ambos disponíveis no laboratório de informática do colégio, é o “aprender/aprendendo” (PPP, 2012, p. 136). O conceito de metodologia, embasado no “aprender/aprendendo” pode ser reafirmado em função das professoras relatarem, que aprenderam a manusear o computador e a internet “fazendo mesmo, sem orientação pedagógica” e “simplesmente, mexendo na máquina”. (RELATOS DAS PROFESSORAS 1, 2).

Duarte (2010) infere que a partir da década de 1990 começa a fazer parte dos discursos e das políticas educacionais um tipo de conhecimento “tácito”. Segundo o autor, esse tipo de conhecimento passa a ser supervalorizado nos discursos e nas políticas educacionais a partir dessa década e é caracterizado como pessoal, não verbalizado e circunstancial. O autor tece críticas a esse tipo de conhecimento entendendo que ele, quando introduzido nos trabalhos pedagógicos escolares, levaria à desvalorização dos conhecimentos científicos, teóricos e acadêmico.

Na linha de pensamento de Duarte (2010), tanto os conteúdos curriculares quanto o papel dos professores no processo de aprendizagem dos alunos ficariam relegado a segundo plano e o aluno passaria a aprender com base em pressupostos mais práticos e utilitarista e de forma mais “independente” do professor. Segundo o autor, “Em suma, tudo gira em torno ao aprender a aprender e ao aprender fazendo” (DUARTE, 2010, p. 11).



As práticas de letramento digital subsidiadas teórica e pedagogicamente na noção do “aprender/aprendendo”, podem ser sinônimas de “formar” os alunos, nos usos do computador e da internet, sem dar-lhes embasamentos teóricos e científicos que os auxiliem, ao menos, a refletir criticamente sobre suas próprias práticas de letramento digital.

Nesta análise, parece ficar claro que as professoras estão desenvolvendo práticas de letramento digital no computador e na internet sem apoiar-se num referencial teórico científico. Elas aprendem a usar o computador e a internet e, assim, desenvolverem práticas de letramento digital apenas com base no “empírico”, ou seja, aprendendo a fazer. Neste sentido, o colégio parece não contribuir significativamente para o desenvolvimento das práticas de letramento digital fundamentadas em visões críticas e contra-hegemônicas.

O estudo evidencia que a concepção de educação que orienta as práticas de letramento digital de professores e alunos, quando esses fazem usos do computador e da internet no laboratório de informática, está subsidiada por pressupostos contra-hegemônicos que possibilitam visões críticas e transformadoras da realidade social.

Contraditoriamente, há indícios da presença de pressupostos teóricos e pedagógicos hegemônicos do neotecnicismo nas práticas de letramento digital destes mesmos sujeitos educativos. Isto porque identificamos e analisamos no *corpus* da pesquisa: a) o conceito de aprendizagem na noção do aprender “sempre”; b) a formação é considerada uma constante ao longo de toda carreira por exigência natural do mercado; c) as capacidades e comportamento esperados dos alunos são: interagir positivamente no colégio, trabalhar em equipe de forma empreendedora e criativa e capacidade de tomar iniciativa; d) a metodologia explicitada é o “aprender/aprendendo”. Esses conceitos são desdobramentos de outro conceito que é maior e mais abrangente do ponto de vista educacional-pedagógico que é o conceito de ensino “renovado”. Segundo a fundamentação teórica definida para explicar os dados empíricos, esses conceitos estão subsidiados pelos pressupostos teóricos e pedagógicos do neotecnicismo.

Por fim, na conclusão, evidenciou-se haver indícios da presença nas práticas de letramento digital de professores e alunos no contexto estudado de pressupostos teóricos pedagógicos hegemônicos do neotecnicismo, ainda que se tenha identificado também que as práticas de letramento digital podem estar sendo orientadas por pressupostos contra-hegemônicos como a concepção de educação.

## REFERÊNCIAS

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção linguagem e educação).



DUARTE, Newton. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2010.

HARASIM, Linda (et al.). *Redes de aprendizagem*: um guia para o ensino e aprendizagem on-line. Tradução de Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: Senac, 2005.

KENSKI, Vani. M. *Educação e tecnologias*: o novo ritmo da informação. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2001.

RAMAL, Andrea Cecília. *Educação na cibercultura*: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SCHAFF, Adam. *Sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. *Novas práticas de leitura e escrita*: letramento na cibercultura. Campinas: Educação e Sociedade, vol. 23, n. 81, 143-160 p., dez, 2002.



## LEITURA EM REDE: UM EXERCÍCIO HIPERTEXTUAL NA ERA DIGITAL E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO PARA OS CAMINHOS DE LEITURA

CORTES, Tansise Paes Bóvio Barcelos  
*Mestre em Cognição e Linguagem - UENF*  
*tansiseboviorp@gmail.com*

NUNES, Milena Ferreira Hygino  
*Mestre em Cognição e Linguagem - UENF*  
*milena.hygino@gmail.com*

GUIMARÃES, Décio Nascimento  
*Mestre em Cognição e Linguagem - UENF*  
*decio.guimaraes@yahoo.com.br*

351

### RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a importância da escola, na figura do professor, na orientação dos alunos para uma leitura qualitativa na internet, levando-se em consideração as características de hipertexto e hipermissão do meio e os hábitos de leitura, dificuldades e/ou facilidades dos jovens usuários. Com base em teóricos como Pierre Lévy, Lúcia Santaella, Nízia Villaça, entre outros, o trabalho mostra as mudanças no ato de ler, com destaque para a Era Digital, e as imbricações entre mídia, linguagem e leitura. Ao final, conclui-se que a leitura deve ser incentivada, independentemente do suporte em que for realizada.

**Palavras-chave:** Leitura; Internet; Hipertexto.

### ABSTRACT

This paper proposes a reflection about the importance of the school, in the person of the teacher, in guiding students to a qualitative reading on the Internet, considering the features of hypertext and hypermedia of the medium and reading habits, difficulties and/or facilities of young users. Based on theoretical as Pierre Lévy, Lucia Santaella, Nízia Villaça, among others, the work shows the changes in the act of reading, especially in the Digital Age, and the relationship of media, language and reading. At the end, it is concluded that reading should be encouraged, regardless of the medium in which it is held.

**Key-words:** Reading; Internet; Hypertext.





## INTRODUÇÃO

As tecnologias, cada vez mais, estão presentes na vida das pessoas e em todos os setores da sociedade, alterando o estilo de vida, o modo de trabalhar e a forma de relacionamento. A partir das tecnologias digitais (computadores, celulares, *tablets*, *e-books*, *iPads*, *smartphones*, etc.), as possibilidades de interação aumentaram. Os dias parecem estar cada vez mais curtos, “bombardeados” por tanta informação. Os alunos, cada vez mais atuantes no mundo virtual, parecem perdidos, como nômades digitais que não sabem para onde ir.

Alguns estudiosos argumentam que as horas gastas navegando na internet são “inimigas” da leitura, diminuindo a alfabetização, destruindo os níveis de atenção e desperdiçando uma preciosa herança cultural que eles acreditam que seja adquirida apenas por meio da leitura de livros. Outros defendem que o meio digital possibilita outro tipo de leitura que não deve ser desprezado pelas escolas e pela sociedade. Para eles, em vez de os adolescentes passarem a maior parte do seu tempo assistindo à televisão, devem ser estimulados a ler e a escrever na web.

De fato, a leitura, bem como a escrita, na internet, difere dos formatos anteriores (livros, revistas, jornais, etc.). O caráter linear é praticamente abandonado para a prevalência de um percurso de leitura dinâmico, não-linear, hipertextual – no sentido de nós em rede/*links* interconectados –, permeado por linguagens de matrizes verbais, sonoras e visuais, como defendem Nízia Villaça (2002) e Lucia Santaella (2005). Talvez a adaptação mais rápida pelos jovens se dá porque eles “não se incomodam tanto como nós, pessoas mais velhas, com leituras que não se enquadrem ao padrão linear”, de acordo com Rand Spiro (*apud* Rich, s.n.t.), professor de psicologia educacional na Universidade Estadual do Michigan, que está estudando as práticas de leitura dos usuários de internet. “E isso é uma vantagem, porque o mundo mesmo não é linear, e tampouco é organizado em compartimentos ou capítulos separados”.

Os defensores da *web* como veículo de leitura acreditam que os usuários que leem na rede podem, um dia, superar em número os leitores de livros. Ler cinco sites, um artigo de opinião e um ou dois *posts* em blogs, dizem alguns especialistas, pode ser mais enriquecedor do que ler apenas um livro. Na percepção de Spiro (*apud* Rich, s.n.t.), “ler um livro de 400 páginas demora muito tempo”. “Em um décimo do tempo”, ele afirma, a internet “permite que o leitor cubra mais aspectos de um tópico, e de pontos de vista diferentes”.



Independentemente das visões entusiasmadas ou pessimistas sobre a leitura na internet, parte-se do fato de que refletir a qualidade do que se lê na rede deve ser estimulada entre os alunos. As discussões são divergentes e sem fim, mas a escola não deve se afastar delas. É papel também do mediador observar a realidade que os alunos estão inseridos e orientar sobre os prós e os contras do caminho a ser percorrido. E por que não aproveitar as possibilidades da internet para pesquisar sobre literatura, por exemplo, ler textos clássicos e contemporâneos, nutrir-se de informações construtivas também disponíveis em livros impressos?

Com isso, o artigo tem, como tema gerador, a leitura na internet e, por foco, o estímulo à leitura de qualidade na web, como forma de conscientização do que se lê e do que se pode confiar na rede, além de incentivar a busca por textos diversos na rede e o resgate da leitura como ato prazeroso e requisito para a emancipação social e a promoção da cidadania.

A temática deste artigo surge de questionamentos sobre a qualidade do que se lê na internet, a partir do fato de os alunos estarem conectados boa parte do dia e não terem parâmetros bem definidos de análise/escolha da informação. Além de incitar que é possível encontrar informações interessantes na rede de cunho educacional, é preciso estimular essa seleção.

## **O HIPERTEXTO E O ATO DE LER NA INTERNET**

Para refletir sobre a leitura na internet, parte-se da associação do ato de ler com o hipertexto (entendido tanto como dispositivo quanto modo de leitura) para caracterizar as potencialidades da leitura no meio digital. Conforme classifica Lévy (1996, pp. 37, 40) “um hipertexto é uma matriz de textos potenciais [...] que hierarquiza e seleciona áreas de sentido, tece ligações entre essas zonas, conecta o texto a outros documentos”, sendo constituído por nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e por *links* entre esses nós, referências, notas, ponteiros, “botões” indicando a passagem de um nó a outro (LÉVY, 1999, p.56).

Se ler consiste em selecionar, em esquematizar, em construir uma rede de remissões internas ao texto, em associar a outros dados, em integrar as palavras e as imagens a uma memória pessoal em reconstrução permanente, então os dispositivos hipertextuais constituem de fato uma espécie de objetivação, de exteriorização, de virtualização dos processos de leitura (LÉVY, 1996, p.43).



E, indo além, constituem também uma desterritorialização, porque um texto, nas redes digitais, não tem fronteiras nítidas, não há fixidez. O hipertexto agrega estruturas acumulativas, agregativas e suplementares, sai do centro da informação para agregar sentido e atualizar. E esse “processo” de esclarecimento territorializa um significado.

Lévy (1996) considera o hipertexto tanto como objeto (notas de rodapé, *links*, som, imagem, infográficos, tabelas etc.) quanto como modo de leitura (leitura não-linear/salteada, *links* mnemônicos feitos através das associações do leitor, entre outros) e ressalta que o suporte digital o potencializou.

É muito importante refletir sobre essa consideração de Lévy: o hipertexto não é um dispositivo criado na era tecnológica, com o advento da Internet. Como explica Jean Clément (2003), ele existe desde quando se passou a considerar a intertextualidade, depois de um período de inspiração estruturalista (que considerava o texto como objeto fechado e portador da totalidade de seu sentido), ainda na era analógica, por meio de notas de rodapé, da memória etc. Porque, num texto, há sempre conexão entre as partes, uma remissão a outro texto, ou seja, há sempre um hipertexto, explícito - por meio de *hiperlinks*, de referências - ou implícito. Mas se deve admitir que o suporte digital otimiza o seu uso.

Germinante, ramificante, bifurcante, rizoma dinâmico que exprime um saber plural em construção, acolhendo a memória múltipla e multiplamente interpretada de um coletivo, permitindo navegações em sentidos transversais, o hipertexto só desdobra todas as suas qualidades quando imerso no ciberespaço (LÉVY, 1999, p.103).

Maria Augusta Babo, pesquisadora portuguesa em técnicas de escrita e de leitura, complementa:

Em ambiente hipertextual, a leitura deslineariza-se inevitavelmente porque se perde a sequência das páginas, porque se ativam muitas janelas, porque se esfuma a dimensão de totalidade física do livro e de totalidade de sentido da obra. A leitura deixa de ser um ato passivo para passar a ser um ato de decisão e como tal decisivo (BABO, 2004, p.109).

Nessa abordagem, o hipertexto digital é uma “coleção de informações multimodais disposta em rede para a navegação rápida e ‘intuitiva’” (LÉVY, 1996, p.44). Destaca-se:

O suporte digital permite novos tipos de leituras (e escritas) coletivas. Enfim, os leitores podem não apenas modificar as ligações, mas igualmente acrescentar ou modificar nós (textos, imagens, etc.), conectar um



hiperdocumento a outro e fazer assim de dois hipertextos separados um único documento, ou traçar ligações hipertextuais entre uma série de documentos (LÉVY, 1996, pp. 43, 45, 46).

Sendo assim, o ciberespaço (ambiente da internet) pode ser associado ao hipertexto, por sua característica agregativa, interativa, no qual se pode interagir de uma maneira diferenciada, seguindo caminhos já determinados pelos *links*, que sugerem uma navegação orientada, ou criando novos *links*, perfazendo o caminho por suas escolhas, seus acréscimos à leitura que se faz. “Os hipertextos servem para interromper o fluxo de leitura através de redes remissivas interligadas, os *links*, e para conduzir o leitor a um vertiginoso delírio de possibilidades” (VILLAÇA, 2002, p.107).

Além de conter vários hipertextos, o ciberespaço pode ser caracterizado como um “mega” hipertexto, numa escala gigante. O ambiente torna disponível um dispositivo de comunicação original, pois ele permite que várias pessoas construam de forma progressiva e cooperativa um contexto comum. Por essa nova modalidade de interação em que as informações estão interligadas em remissões múltiplas, ‘nós’ em rede, concretiza-se o ciberespaço como um espaço hipertextual.

Tal espaço é um ambiente de interação que constituiu um espaço/território real, sendo assumido como a atualização do nosso espaço. Esse novo ambiente, distinto por suas características particulares, exige um comportamento diferente, uma nova cultura, conhecida como cibercultura. É importante lembrar que não se deve contrapor as culturas impressa e eletrônica, como algumas pessoas tentam fazer. Porque não haverá, ao menos por enquanto, a substituição de uma pela outra que se apoia nas ferramentas do ciberespaço. Elas se coadunam: “o produto virtual depende do tradicional” (VILLAÇA, 2002, p.101).

O leitor na internet torna-se um *dândi*, um *flâneur*, que perambula, navega na leitura orientada hipertextualmente. “O leitor da leitura na Internet encarna o papel do detetive auditivo que lê as pistas do hipertexto, que segue as linhas e que estabelece uma ligação plausível entre os vários segmentos do texto” (VILLAÇA, 2002, p.109). Outro motivo relevante para a escola promover reflexões entre os alunos sobre os percursos na internet é abordar as possibilidades, que podem ser produtivas ou negativas, dependendo das escolhas que se faça.



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUAGEM, MÍDIA E LEITURA

A leitura está permeada por linguagens. Lúcia Santaella (2005) fundamenta que as linguagens são muitas. O poder multiplicador e o efeito proliferativo das linguagens estão se ampliando velozmente desde a revolução industrial até, mais recentemente, à revolução eletrônica, prosseguida da revolução informática e digital. Além de crescerem a cada novo veículo ou meio, as linguagens também crescem através do “casamento” entre os meios.

A autora exemplifica que o jornal é, entre outras coisas, uma junção (que deu certo) entre o telégrafo (transmutado em fax e rede de telecomunicação), a foto e a modificação qualitativa da linguagem escrita no espaço gráfico (diagramação, uso dos tipos etc.). Santaella ainda relata que o videotexto – versão rudimentar das atuais redes telemáticas conectadas com os computadores pessoais, cujo modelo é a internet – nasceu da combinação de um banco de dados com o telefone e um terminal de vídeo (SANTAELLA, 2005, p. 28).

A internet é o meio que mais engloba outros meios, o que a caracteriza como um meio multimídia (ou hipermídia). Pollyana Ferrari explica que este termo define a tecnologia que engloba todos os métodos de transmissão de informações baseadas em computadores, incluindo texto, som, imagem, vídeo e animação, popularizada a partir do final da década de 1980, por meio dos CD-ROMs, capazes de reunir enciclopédias inteiras em um único disco ótico. “Com a descoberta da rede hipertextual criou-se a hipermídia, tecnologia que foi beber nas ciências cognitivas e na multimídia, proporcionando ao leitor a possibilidade de ler um aplicativo na ordem que desejar, já que engloba hipertextos e recursos multimídia” (FERRARI, 2008, pp.42-43).

Santaella chama a união entre os meios de hibridização de meios, códigos e sistemas sígnicos. E lembra que esses processos impulsionam o crescimento das linguagens. “As linguagens já tomaram literalmente conta do mundo” (SANTAELLA, 2005, p. 28), com maior ou menor intensidade se está imerso em signos e linguagens, rodeado de livros, jornais, revistas, de sons vindos do rádio, cd. Há um bombardeio de imagens, palavras, música, sons, ruídos vindos da televisão, do cinema, e, com a internet, pode-se ter acesso a informações e se conectar a qualquer parte do mundo em frações de segundos.

Antes do processo digital, os suportes eram incompatíveis: papel para o texto, película química para a fotografia ou filme, fita magnética para o som ou vídeo. Após a digitalização, a



informação é transmitida independentemente do meio de transporte (fio de telefone, onda de rádio, satélite, cabo), mantendo-se a qualidade e a estocagem com custo menor e maior capacidade. Atribui-se esse feito ao desenvolvimento rápido da multimídia, convergindo meios tradicionais no campo digital: o documento escrito (imprensa, magazine, livro); o audiovisual (televisão, vídeo, cinema); as telecomunicações (telefone, satélites, cabo) e a informática (computadores e programas informáticos). De acordo com Santaella,

[...] nesse ambiente, o texto digitalizado, fluido reconfigurável à vontade, que se organiza de modo não linear, em arquiteturas reticulares, é chamado de hipertexto. A hipermídia é uma extensão do hipertexto, pois não se limita à informação escrita, mas permite acrescentar aos textos não apenas os mais diversos grafismos (símbolos matemáticos, notações, diagramas, figuras), mas também todas as espécies de elementos audiovisuais (voz, música, sons, imagens fixas e animadas). Em ambos os casos, o termo hiper se reporta à estrutura complexa alinear da informação (SANTAELLA, 2005, p.24).

Para Santaella (2005), a revolução tecnológica é mais profunda do que foi a invenção do alfabeto, da imprensa de Gutenberg, da explosão da cultura de massa. É uma revolução psíquica, cultural e socialmente mais profunda que atinge proporções antropológicas importantes, sendo comparada à revolução neolítica. Fato que culmina na nova ordem econômica, social e cultural mundial. Sem a revolução digital, essa nova ordem não seria possível. Além disso, a digitalização propicia a universalização da linguagem, a compressão de dados que permite estocagem e circulação em grande escala, menos onerosa e a independência da informação digital em relação ao meio de transporte.

Com o universo virtual, surge outra cultura, a cibercultura, e, atrelada a ela, a hipermídia como linguagem. Santaella (2005, pp. 390, 392, 394) define a hipermídia como “uma linguagem inaugural em um novo tipo de meio ou ambiente de informação no qual ler, perceber, escrever, pensar e sentir adquirem características inéditas.” A hipermídia não se resume apenas a um novo meio para transmissão de conteúdos preexistentes, mas é “uma nova linguagem em busca de si mesma”; “a combinação de hipertexto com multimídias, multilinguagens”. “Toda nova linguagem traz consigo novos modos de pensar, agir e sentir.”

Aguiar (2009) concorda com Santaella (2005) sobre o crescimento das linguagens com a união entre os meios, ao afirmar que “[...] a tecnologia de digitalização da informação possibilita a inter-relação entre texto, imagem e som, não sendo apenas uma soma dessas três





matrizes midiáticas, e sim uma produção discursiva disponibilizada de forma integrada e complementar pelo suporte web” (AGUIAR, 2009, p. 169).

Como síntese dos desdobramentos e misturas possíveis das matrizes de linguagem e pensamento sonoro, visual e verbal, a hipermídia fundamenta formas de pensamento divergentes, semioticamente convergentes e não-lineares, cujas implicações começam a ser identificadas. A hipermídia pressupõe um layout estrutural para a inserção interativa do leitor imersivo, de modo que as estruturas da hipermídia movente fluida - submetida às intervenções dos usuários - constituem-se em arquiteturas líquidas.

A digitalização permite, além da mistura das três matrizes, a organização dos fluxos informacionais em arquiteturas hipertextuais. Por isso, a hipermídia caracteriza-se pela capacidade de armazenar informação e, através da intervenção do receptor, transmutar-se em diversas versões virtuais. Isso só é possível pela estrutura hiper, não sequencial, multidimensional, que dá suporte às infinitas opções do leitor imersivo em posição de coautor. A hipermídia é uma linguagem interativa, e o leitor não pode usá-la de modo reativo ou passivo. É o usuário que delimita seus caminhos (ou quase, sendo por vezes direcionado), escolhe a informação a ser lida e por quanto tempo. Portanto, a interatividade e a experiência de imersão do leitor-usuário têm ligação direta. Em outro ângulo, tal flexibilidade pode gerar desorientação no usuário.

Assim, postula-se que a multiplicação crescente de todas as formas de linguagem tem suas bases nas três matrizes – sonora, visual, verbal. Os programas multimídia (softwares) “programam as misturas de linguagem a partir dessas três fontes primordiais: os signos audíveis (sons, músicas, ruídos), os signos imagéticos (todas as espécies de imagens fixas e animadas) e os signos verbais (orais e escritos)” (SANTAELLA, 2005, p. 25). A partir dessa multiplicidade de signos compreende-se a leitura em sentido amplo como ato de ler um texto, um vídeo, uma imagem, um áudio. Desta maneira, o texto é algo verbal e não-verbal, sendo tudo que pode ser percebido pelo sentido.

Alguns especialistas em alfabetização dizem que a leitura em si deveria ser redefinida. Para eles, interpretar vídeos ou imagens pode ser uma capacidade tão importante quanto a de analisar uma novela ou um poema. Mesmo aqueles que se mostram mais preocupados com a preservação dos livros reconhecem que as crianças precisam de uma gama mais ampla de experiências de leitura. “Parte do processo deve envolver a leitura informal que eles praticam





em e-mails ou em sites da web. Acredito que todas essas coisas sejam necessárias a eles”, confirma Gay Ivey (*apud* Rich), professor da Universidade James Madison, que se dedica a estudar a capacidade de leitura e escrita dos adolescentes.

## APONTAMENTOS SOBRE A LEITURA NO UNIVERSO DIGITAL

Na Era da Fala e da Linguagem (pré-história, entre 500.000 a.C. e 4.000 a.C.), o conhecimento era passado pelas experiências perpetuadas por meio das lembranças mnemônicas. Pela regra, uma pessoa mais velha, que armazenava informações durante toda sua vida, repassava-as aos mais novos esses conselhos. A oralidade tinha uma importância crucial para a informação e o conhecimento.

Segundo Giovannini (1987), a Era da Escrita (4.000 a.C.) propicia o segundo tipo de transmissão do saber com o aparecimento da “mídia portátil”, o livro. Assim, não se dependia exclusivamente da memória para o acúmulo de conhecimento, embora houvesse poucas obras escritas, geralmente a mão. Agora os responsáveis pelo acolhimento do conhecimento pareciam não ser mais os idosos, mas sim o comentarista, o intérprete, o copista ou escriba.

No século XV, na Europa, instaura-se o mundo moderno, que consolida outra visão de mundo e outro modo de agir sobre ele, com a queda das barreiras feudais e a consequente abertura para o comércio. O advento da Imprensa, em torno de 1450 – Mogúncia/ Alemanha, atribuído ao alemão Johannes Gutenberg –, foi, sem dúvida, uma invenção muito poderosa e influente, que impulsionou, também, a mudança da forma de leitura em rolo para a linear (em folhas). Com o barateamento e a possibilidade de reprodução de textos em massa, surgiu a biblioteca - o instrumento ideal de relação com o saber – no qual cada volume ou cada tema remete a outro, em um passeio restrito às paredes do lugar. Desta forma, passa-se do copista, escriba, ao sábio, erudito.

Processos relevantes foram estimulados pela imprensa com os leitores assíduos, conforme aponta Giovannini (1987, p. 135):

Enquanto o “público”, novo sujeito dos acontecimentos históricos, surgia graças ao advento do papel impresso, a inovação tecnológica operava também individualmente uma mudança profunda que distinguia totalmente o homem renascentista daquele antigo e medieval. Segundo a teoria de McLuhan, além da racionalidade do procedimento técnico, o alinhamento das letras no texto e a leitura individual também determinaram o nascimento do homem moderno e



de um novo modo de interpretar o mundo, que sobreviveu até a era elétrica do rádio e da televisão.

A imprensa, mesmo que indiretamente, também tornou possível o ensino básico, com a disponibilidade de inúmeros exemplares de livros, e foi um importante recurso para as revoluções da ciência, por meio dos jornais, das revistas, da comunicação de massa, e até da religião, a partir da Bíblia – o primeiro livro impresso em 1456, conhecida como a “Bíblia de 42 linhas” (Figura 6) ou, normalmente denominada, Bíblia de Gutenberg ou Mazarina, por ter pertencido ao cardeal Mazarin (GIOVANNINI, 1987). Com isso, pode-se reafirmar a imprensa como a matriz de muitas outras invenções importantes, pois influenciou indiretamente as que se seguiram, possibilitando o enorme crescimento da ciência e das tecnologias, e diretamente a sociedade. E a leitura, bem como as escolhas do que se lê, recebem também essa influência.

Para Ferreiro e Palácio (1987), o processo de leitura envolve escolhas/opções, já que o leitor não responde simplesmente aos estímulos do meio, não decodifica apenas a linguagem expressa para ler, mas desenvolve estratégias para compreender o texto de forma que consiga interpretá-lo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) definem a leitura como

[...] o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante das dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas.

No meio digital o hipertexto é potencializado e influencia abruptamente a leitura. Mesmo assumindo o hipertexto como dispositivo e modo de leitura que já existia antes do advento da internet, nas leituras em livro impresso, reconhece-se que no ciberespaço ele ganha outro status, pelas potencialidades do meio. É como se o hipertexto ocorresse mais claramente e em maior quantidade, em todas as suas vertentes, ao ser associado aos links (nós da rede e pensamentos remissivos). Por isso, a leitura no meio digital, bombardeada por hipertextos/links que indicam outros caminhos, pode ser mais “trabalhosa” no quesito atenção. O leitor pode se tornar um dândi, como cita Villaça (2002).



Se, por um lado, a internet apresenta informações de vários tipos e conteúdos, permitindo o acesso rápido que antes era conquistado com muita “luta” (idas a bibliotecas, pesquisas presenciais), por outro, a “grande carga de informação é uma situação que aflige grande parte dos profissionais [professores, educandos etc.] do mundo moderno” (ALMEIDA, 2003, p.96), tanto pela quantidade quanto pela qualidade/credibilidade do que se lê. O sociólogo Bauman chama atenção para o fenômeno do excesso de informação:

Como calculou Ignacio Ramonet, nos últimos 30 anos se produziu mais informação no mundo do que nos 5 mil anos anteriores. [...] Quão difícil é, se não impossível, absorver e assimilar esse volume de informação “disponível” hoje em dia (circunstância que torna a maior parte dela endemicamente desperdiçada, e de fato natimorta) (BAUMAN, 2008, pp. 54-55).

Desta maneira, “a internet, além de apresentar um maior e mais efetivo acesso às informações, pode interferir na forma como essas informações serão utilizadas na aprendizagem de conteúdos significativos” (AMARAL, 2003, p.108), o que torna necessário uma orientação sobre a pesquisa na internet, os conteúdos dispostos, a credibilidade/referência do que se lê e sua utilização, além de analisar se as fontes são seguras. Nesse aspecto, entra também o papel da escola, por meio dos educadores, como estimuladora de um ser pensante, crítico e cidadão.

De acordo com Rubens Almeida (2003, p.104), o “conteúdo digital é um poderoso aliado para o ensino. O grande desafio é trazer essa informação aos educadores, que precisam em muitos casos, vencer sua própria resistência a esse novo meio de acesso a informação”. Quando, de fato, isso acontecer, tendo afastado as mistificações, o distanciamento entre educação e internet será reduzido, tendo ambas como aliadas do ser humano crítico da realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura nunca se fez tão necessária nos bancos escolares. Se, por um lado, há o aumento das fontes de pesquisa, por outro, percebemos a grande dificuldade dos alunos em compreender questões eliminatórias no vestibular com informações de jornais, revistas, livros, que não são tão difíceis para aqueles que têm o hábito de se atualizar. Através da leitura, o ser



humano pode vivenciar experiências que propiciem informações e solidifiquem conhecimentos significativos no seu processo de aprendizagem.

Neste sentido, é papel fundamental da escola, com seus professores e a equipe pedagógica, propiciar aos educandos momentos que possam despertar o gosto pela leitura e a consciência da importância de se adquirir o hábito de ler. O aluno deve perceber que a leitura é o instrumento-chave para alcançar competências necessárias para uma vida emancipada, produtiva e realizada. Sem ler, o aluno não sabe pesquisar, interpretar, analisar, construir um pensamento crítico sobre o entorno e sobre si. Na internet, não é diferente. O ato de leitura deve ter a mesma importância, sendo ainda mais relevante a conscientização dos percursos nesse meio.

Os dispositivos digitais podem enriquecer e complementar a leitura em papel, por oferecer “novas possibilidades de acesso, consulta de dados linguísticos ou culturais, busca de documentação, intercâmbio de opiniões entre leitores, criação pessoal a partir da obra lida, entre outros recursos” (CASSANY e ALLUÉ, 2012).

Na verdade, a oferta de leitura aumenta com a internet, pois é possível comprar e ler qualquer livro on-line, ou saber em que biblioteca há exemplares físicos de determinada obra, ou ainda averiguar os dados de qualquer volume — o que antes era impossível. A rede inclusive incrementou o consumo de literatura em papel. Enfim, não devemos confundir as garrafas com o vinho. A internet trouxe novos recipientes, novos sistemas de produção e distribuição (mais rápidos e eficazes), que nos permitem tomar vinho e saboreá-lo de novas maneiras, o mesmo vinho de antes ou outros que não conhecíamos... E, com esses novos recipientes, podemos usufruí-lo de outras maneiras. (CASSANY e ALLUÉ, 2012).

É preciso aproveitar a familiaridade dos jovens com as novas tecnologias e sua habilidade de ter uma atenção múltipla para lidar com enorme quantidade links e hiperlinks conectados a um texto para direcioná-los a uma leitura qualitativa na internet, tirando proveito dos estímulos da hipermídia. Porque, se a leitura for de qualidade, não importante o suporte (livro, computador etc.). O essencial é a sua prática.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (Org.). *Jornalismo on-line: modos de fazer*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, 2009. pp. 163-182.

LEITURA EM REDE: UM EXERCÍCIO HIPERTEXTUAL NA ERA DIGITAL E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO PARA OS CAMINHOS DE LEITURA - CORTES, Tánisse Paes Bóvio Barcelos; NUNES, Milena Ferreira Hygino; GUIMARÃES, Décio Nascimento



ALMEIDA, Rubens Queiroz de. O leitor navegador. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.

AMARAL, Sérgio F. As novas tecnologias e as mudanças nos padrões de percepção da realidade. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.

BABO, Maria Augusta. O hipertexto como nova forma de escrita. In: SÜSSEKIND, Flora (org.). *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. pp. 69-70.

CASSANY, Daniel; ALLUÉ, Consuelo. *Leitura e Literatura na era da internet*. Pátio, Porto Alegre. n.º 15., dez. 2012. Disponível em <<https://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/8080/leitura-e-literatura-na-era-da-internet.aspx>>. Acesso em 15 jul. 2014.

CLÉMENT, Jean. Do livro ao texto: as implicações intelectuais da edição eletrônica. In: SÜSSEKIND, Flora (org.). *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRO, Emília. PALACIO, Margarita Gomes. *Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

RICH, Motoko. *Especialistas debatem: leitura na web substitui livros?* Tradução de Paulo Migliacci. IVEY, Gay. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,,OI3045697-EI8255,00.html>>. Acesso em 15 jul. 2014.

SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da linguagem pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 2005.

RICH, Motoko. *Leitura na internet substitui livros?* Tradução de Paulo Migliacci. Disponível em <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=5285>>. Acesso em 15 jul. 2014.

VILLAÇA, Nízia. *Impresso ou eletrônico: Um trajeto de leitura*. RJ: Mauad, 2002.



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS

OLIVEIRA, Elisângela Maria Nunes de  
*Professora da Educação Básica*  
E-mail: elisangelanunes@yahoo.com.br

SANTIAGO, Maria Francilene Câmara  
*Discente do PPGE/CAMEAM/UERN*  
E-mail: mfsantiago@bol.com.br

CAMARA, Maria Natividade  
*Discente do PPGE/CAMEAM/UERN*  
E-mail: nativacamara@hotmail.com

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos  
*Orientadora: Docente do PPGE/CAMEAM/UERN*  
E-mail: simone.cms@hotmail.com

364

### RESUMO

Neste trabalho, discutiremos o processo de formação de professores para o uso de mídias numa dimensão formativa que contempla a técnica e a didática. O objetivo é construir um referencial teórico que proporcione condições de compreender a importância das mídias na formação de professores, enquanto alternativa iminente da prática pedagógica, ampliando a informação e o aprendizado para além dos limites da sala de aula. O trabalho está fundamentado em pesquisas de diversos autores, entre estes: Hack (2007-2008); Gouvêa (2006); Moran (2000); Brignol (2004) Moran (2000-2006); Libâneo, Oliveira e Tochi (2004); Almeida (2000); Martins e Moço 2010. Partindo desse pressuposto teórico, tornar-se emergente que as propostas de formação docente contemplem a utilização de redes e mídias sociais, no sentido de tornar as aulas mais dinâmicas e conectadas com o mundo, aproximando-se, assim, das linguagens dos alunos.

**Palavras-chave:** Ensino-aprendizagem. Uso de mídias sociais. Formação de professores.

### ABSTRACT

In this paper, we discuss the process of training teachers in the use of media in a formative dimension that addresses the technical and didactic. The goal is to build a theoretical framework that provides conditions to understand the importance of the media in teacher education, while imminent alternative pedagogical practice, expanding the information and learning beyond the confines of the classroom. The foundation is working on research by several authors, among them: Hack (2007-2008); Gouvea (2006); Moran (2000); Brignol (2004) Moran (2000-2006); Libâneo, Tochi and Oliveira (2004); Almeida (2000); Martins and Younger 2010. Based on this theoretical assumption, becoming the emerging proposals for teacher education contemplate the use of social media and networks, in order to make it more dynamic and connected with the world class, approaching thus the languages of students.

**Key-words:** Teaching and learning. Use of social media. Teacher education.





## 1. INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas em Educação no Brasil exigem uma mudança concreta nas práticas educativas em diversas dimensões. São diversas as transformações pelas quais o mundo passa, e com isso não seria justo deixar a educação sem acompanhar o ritmo das transformações. Já é possível perceber que os aparatos tecnológicos, denominados de mídias estão presentes no cotidiano da escola, porém não são utilizados como deveriam, pois nem todos os professores estão habilitados, tanto a nível técnico quanto pedagógico, para a utilização desses recursos.

A dimensão a ser atingida nessa direção compreende a desmistificação de todo o processo de construção de uma nova abordagem prática no processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, a formação continuada do educador é o foco inicial que deve ser contemplado, pois será a fonte de geração de uma nova pedagogia de mudanças e conseqüentemente para o uso de mídias na educação.

No entanto, deve ser também acompanhada de outros investimentos que possam ser usados como instrumentos de auxílio na prática pedagógica. Trata-se de investir em uma formação que seja reconhecida pela adoção de novas concepções de ensino e aprendizagem, que não se pautem apenas no treino de habilidades para o uso mecânico das mídias.

Neste trabalho, nos dispomos discutir o processo de formação de professores para o uso de mídias numa dimensão formativa que contempla a técnica e a didática. O objetivo é construir um referencial teórico que proporcione condições de compreender a importância das mídias na formação de professores, enquanto alternativa iminente da prática pedagógica, ampliando a informação e o aprendizado para além dos limites da sala de aula.

O trabalho está fundamentado em pesquisas de diversos autores, entre estes: Hack (2007-2008); Gouvêa (2006); Moran (2000); Brignol (2004) Moran (2000-2006); Libâneo, Oliveira e Tochi (2004); Almeida (2000); Martins e Moço 2010. Partindo desse pressuposto teórico, estruturamos o texto em duas partes: a primeira para discutir a importância das mídias como ferramentas de aprendizagem social e escolar; a segunda, para tratar do uso das mídias na formação docente.

Contemplamos justamente a formação do educador em pleno exercício de sua atuação profissional, pois é nesse caráter que se pode fazer a relação direta entre a teoria e a prática no





processo de ensino e aprendizagem. A nossa proposta inclui, portanto, o planejamento de atividades de leitura, para compreensão teórica e a realização de atividades vivenciais que possibilitem a experiência prática.

A partir do objetivo delineado, do referencial construído e da proposta sugerida, acreditamos estar contribuindo para a disseminação de uma abordagem teórica significativa para o planejamento de ações que venham contemplar a formação de professores para o uso de mídias como ferramentas de uma aprendizagem concretamente relevante para a formação do cidadão que deve atuar como ser participativo da construção social, pois é nesse caráter que se pode fazer a relação direta entre a teoria e a prática no processo de ensino e aprendizagem.

## **2. A IMPORTÂNCIA DAS MÍDIAS COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM SOCIAL E ESCOLAR**

Comunicar-se, interagir, expressar emoções, transmitir informações, relacionar-se com os outros através da linguagem, seja ela verbal ou não-verbal, é uma característica específica do ser humano. Tendo em vista que a contemporaneidade é caracterizada pela sociedade do conhecimento e da informação, a centralidade da mídia implica, por um lado, um processo pelo qual as pessoas internalizam a cultura de seu grupo e assimilam as normas sociais, mas por outro, é capaz de construir a realidade por meio das representações que faz da vida humana. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a mídia exerce um papel fundamental numa perspectiva crítica de educação, em razão do seu amplo potencial de difundir informações, reproduzir valores e propagar ideias e saberes, ela pode cumprir um papel de reprodução ideológica que preconiza uma sociedade individualista e não democrática.

Para Porto (2007), para além de uma fonte de informações, a mídia é um espaço de mediação de disputas sobre a interpretação da realidade. Entendida como sistema, engloba televisão, imprensa escrita, rádio, mídias digitais e publicidade, em todas as suas modalidades e suportes. Ela provoca e transforma as relações sociais em outras formas de relações sociais. Isso afeta a percepção e compreensão que as pessoas têm dos argumentos apresentados, que são atenuados em razão de o indivíduo ter acesso a vários meios de comunicação, do seu nível de participação política, de sua renda e de sua educação.

Precisamos encontrar normas, maneiras de disseminar o conhecimento e para isso contamos com novos recursos didáticos para fortalecer esse processo. As escolas do Brasil, em



sua grande maioria, principalmente aquelas de Ensino Fundamental e Médio já dispõem do Kit Multimídia, que é composto por TV LCD, lousa digital, projetor de mídias, notebook, etc. A reflexão paira muitas vezes no uso desses mecanismos como recursos pedagógicos que realmente possam oferecer oportunidades para o aluno aprender mais, aprofundar seus conhecimentos, principalmente os que são abordados em sala de aula e fazem parte do currículo. Informa-nos Brignol (2004, p. 16) que:

Nas últimas décadas, observam-se o crescente número de projetos envolvendo a informática e novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), estas aparecem como novas possibilidades no ensino de todos os níveis. O MEC juntamente com os Estados, Prefeituras e terceiro setor estão promovendo a diminuição da distância do cidadão comum e o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é a inclusão digital como direito do cidadão. É uma das principais metas para o desenvolvimento do ensino no país dentro de um projeto maior para a sociedade brasileira.

Também é uma realidade que muitos professores já utilizam esses aparatos, especialmente o sistema de som, o DVD, a TV. Embora saibamos que alguns precisem ampliar a formação, o uso acontece muitas vezes pontualmente.

Diz Kenski (2001) que as informações midiáticas são disseminadas por meio de diferentes tecnologias da comunicação, são artefatos que chegam às escolas e acabam por se constituir em recursos didáticos, porém o seu uso está imbricado nas diferentes formas de comunicação utilizadas pelos autores e atores da própria escola.

Frente a esse novo contexto, o entendimento dos novos padrões de sociabilidade a partir da inserção das novas mídias na vida cotidiana parece imprescindível para a construção dos atuais espaços da vida, em geral, e domésticos, em particular, sejam eles privados, coletivos ou públicos. Ainda que certas alterações sejam já visíveis no uso desses espaços, muitas questões implicadas nas relações entre eles e um novo padrão de vida cotidiana, marcado pela inserção das novas mídias, são desconhecidas. Parece que cidades e moradias, de certa forma, vão se adaptando de forma improvisada aos novos modos de vida e tentam permanentemente não só alocar novos equipamentos, mas, principalmente, novos comportamentos, à espera de iniciativas que substancialmente espelhem as tendências emergentes.

Isso nos faz pensar que é preciso existir um fazer específico no processo de utilização das mídias, há um caminho peculiar a ser seguido, diferente daquilo que ocorre no uso cotidiano. Essa peculiaridade diz respeito às propostas, aos métodos, aos planejamentos e



projetos que devem se organizados para o uso do artefato tecnológico. Minguet (1998) prevê justamente isso quando enfatiza que se queremos uma reforma do ensino que vise a eficácia é preciso focalizar uma mudança profunda nos conteúdos e métodos, oferecendo novas oportunidades e possibilidades para trabalhar o processo educacional.

Hack e Negri (2008) refletem que em síntese, o professor tem que aprender a utilizar as mídias no processo de ensino e aprendizagem. O professor precisa, na verdade, é investir em sua formação. Buscar os saberes e as habilidades que lhes são inerentes no processo de construção de uma prática docente que possibilite o uso ilimitado dessas ferramentas tecnológicas.

No entanto, é preciso refletir que o uso do computador como um importante canal de comunicação é apenas um dos pilares centrais da sociedade baseada na informação. O desempenho das esferas econômicas, produtivas, sociais, institucionais e culturais está centrado no fluxo de informação, e, conseqüentemente, na geração de conhecimento. Este novo padrão tecnológico está presente nos mais diferentes países, e nos seus diferentes grupos e classes sociais, com grande variação em extensão e profundidade. Isto quer dizer que, em âmbito mundial e também local, há quem esteja totalmente imerso nesta nova realidade em transformação, mas há também quem se encontre excluído deste novo contexto. Para Gouvêa (2006, p. 2)

as tecnologias de informação e comunicação possibilitaram a criação de condições para (re)organização das nossas relações sociais no tempo e no espaço, (re)definindo esses próprios conceitos, que se expressam de forma diferenciada em cada cultura, isto é, não se expressam da mesma forma em qualquer lugar do nosso planeta, mesmo entendendo o mundo como globalizado.

Por isso, é preciso estimular o seu uso na área da educação, para que todos os alunos, desde cedo possam ser inseridos, não apenas como usuários de um sistema de informática, mas como leitores de uma nova forma de produção textual, na qual se misturam textos e hipertextos.

É preciso que o jovem de hoje tome consciência de que o uso das tecnologias da comunicação e da informação pode trazer muitos benefícios, mas também pode gerar sérios problemas, pois pode ser usada de diversas formas e para diversos fins. É viável lembrar que a rede de comunicação instituída pela *Internet* possibilita, desde a aproximação entre as culturas, os povos e as pessoas entre si, até a expansão do crime organizado.

As transformações que as novas ferramentas de comunicação estabelecidas a partir da *Internet* instauram na vida cotidiana estão sendo construídas ao mesmo tempo em que se



procura apreendê-las. Seus impactos nas relações interpessoais, e mesmo nas relações entre as instituições e as organizações da sociedade são grandes, embora ainda se saiba muito pouco a respeito das suas exatas dimensões. Ainda que a *Internet* seja um fenômeno inserido num contexto de exclusão, para uma parcela cada vez mais significativa da população mundial, os relacionamentos em geral passam progressivamente a contar com novas instâncias e meios de comunicação que possibilitam e favorecem novas formas de interlocução.

### **3. O USO DAS MÍDIAS POR PARTE DO PROFESSOR: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO**

A formação profissional sempre foi algo importante na vida do ser humano. Mas nos dias atuais essa importância se multiplica, pois as exigências, devidas ao avanço constante da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos direcionam o indivíduo à busca inevitável por uma qualidade de trabalho que tem de estar se renovando, numa sociedade que transforma seus conceitos todos os dias.

Libâneo, Oliveira e Tochi (2004) enfatizam que as evidências da revolução tecnologia já estão promovendo o surgimento de uma nova sociedade e estas são cada vez mais fortes. Vivemos, sem dúvida nenhuma, no mundo marcado pela técnica, pela informação e pelo conhecimento. Esses autores vão mais além quando dizem que parece inegável que toda essa parafernália tecnológica e as demais mudanças que ocorrem no mundo globalizado promovem transformações a ponto de ampliar e disseminar conhecimentos que vão de encontro a uma educação de qualidade.

A partir dessas considerações, é que se configura o quadro de necessidade do profissional da educação buscar a sua integração enquanto formador de pessoas, tanto pela exigência do contexto sócio-histórico quanto pela exigência do próprio contexto educacional que nos últimos anos tem manifestado constantemente perspectivas de mudanças. A formação do professor, dentro desse novo contexto, apresenta lacunas a serem preenchidas, pois além dos avanços do conhecimento científico, tem se difundido entre os meios educacionais outras formas de se conceituar o processo de ensinar. Tem se almejado uma forma de tratamento diferenciada para os conhecimentos a serem trabalhados com as classes populares, tem se buscado alcançar o objetivo de transformação da sociedade ora instituída pela desigualdade para uma sociedade pautada na democracia.



Martins e Moço (2010) em uma matéria publicada na Revista Nova Escola apresentam o novo perfil do professor e indicam diferentes características que formam este perfil essencial para quem está à frente de uma sala de aula. Os autores se baseiam em um estudo de McKinsey, uma norte-americana que observou os países do mundo com o melhor desempenho educacional e descobriu que esses países exigem uma base de formação profissional para o professor atingir a excelência do seu trabalho.

Ao denotar que a formação do professor para o uso de mídias deve se centrar também na reflexão e na mudança de concepções sobre o ato de construção dos conhecimentos, percebemos que a elaboração de uma proposta que viabilize essa formação passa pela definição de objetivos que vão ao encontro das incontáveis necessidades de compreensão sobre as atitudes que devem ser tomadas pelo educador no processo de mediação do conhecimento a partir do uso de mídias.

Além disso, pode se compreender que é a partir do planejamento da prática que se pode evidenciar possíveis mudanças que são viáveis ao fazer pedagógico. No caso, uma proposta de formação desencadeia muitas possibilidades de se entender a dinâmica do cotidiano escolar no favorecimento ao uso de mídias por parte dos professores como forma de criar ambientes que possibilitem a melhoria do ensino-aprendizagem.

Como enfatiza Garcia e D'Abreu (2009) é a partir do cotidiano da escola, quando se efetiva o movimento da formação, quando os professores e formadores enfrentam o desafio de pensar o currículo, as propostas e objetivos da escola que se passa a viver de forma mais próxima do aluno e do que ele precisa para se desenvolver. Estabelece-se então, possibilidades de se viver estreita relação com todos, visualizando características, possibilidades e necessidades que são inerentes a cada um.

Ir para a sala de aula, promover aprendizagem, inferir sobre as necessidades dos alunos diante disso se torna um desafio para o professor. A exigência maior é sobre as competências que devem ser formadas nesses professores. E é nisso que este inserida a formação para o uso das mídias como uma dessas competências a serem buscadas. Perrenoud (2001) ao apresentar as dez novas competências para ensinar, isto é, para o professor desse novo século, coloca como uma delas justamente a de utilizar as novas tecnologias. Acrescenta ainda esse autor que não se pode dissociar essas competências da relação com a profissão. Para *formar professores mais competentes*, aliando uma postura reflexiva e uma forte implicação



crítica para o desenvolvimento da sociedade, é necessário desenvolver a profissionalização do professor.

Martins e Moço (2010) afirmam que a lista verificada por McKinsey, também sobre o caráter do professor competente é de vinte características, mas eles resumiram estas em seis: ter uma boa formação; usar as novas tecnologias; atualizar-se nas novas didáticas; trabalhar em equipe; planejar e avaliar sempre; ter atitude e postura profissionais. Todas estas qualidades que fazem este perfil incluem o investimento na formação e o uso da reflexão sobre a prática. Mas, o que nos chama a atenção é a questão do uso da tecnologia ser citado como a segunda característica. É, na verdade, uma forma de observarmos que não se pode fugir da ideia de que o professor precisa realmente aprender a utilizar as ferramentas tecnológicas.

Almeida (2000) ao escrever sobre isso faz menção de refletir que a maioria desses desafios está ligada à fragmentação do conhecimento, comum na prática tradicional. Também há ligações com a nossa própria especialidade traduzida em limitações, consequência de um processo educacional mecanicista. Enfatiza a autora que é necessário mudar essa visão, é preciso integrar teorias que até hoje são apresentadas de forma individual como solução.

O que se pode compreender disso é que, quando se trata de conhecimento e de aprendizagem, verifica-se a necessidade de adentrarmos ao campo da multiplicidade de formas em que este conhecimento se desenvolve. Não há como fragmentá-lo em sentido algum no uso de mídias e principalmente do computador, pois este se propaga de forma transversal, interdisciplinar e multidisciplinar, algo que não pode ser fragmentado em blocos como estamos acostumados a vivenciar. Infelizmente, a maioria dos educadores ainda não considera a amplitude em que se dá o desenvolvimento dos saberes humanos e na escola continuam limitando esses saberes em pequenos fragmentos na forma disciplinar.

Nessa perspectiva, é preciso criar meios didáticos para a incorporação de qualquer mídia na sala de aula. Se for para o professor usar a TV, o CD, o DVD, o computador da mesma forma que utilizou o giz, o livro e outros materiais escritos, simplesmente para a transmissão de um saber acabado e fragmentado não há mudanças no contexto da aprendizagem, continua a prática da transmissão e da recepção. Diferente do que diz Sánchez (1999, p. 63):

A incorporação de qualquer meio de comunicação ao ensino deve, ao menos teoricamente, gerar ou contribuir para que se gere uma aprendizagem nos receptores; mas isso não significa que sua incorporação tenha seguido critérios didáticos ou que tenha logrado uma repercussão didática na estrutura curricular em que se inseriu.





Analisando a afirmação do autor observa-se os contrastes que podem ocorrer entre uma ação planejada e outra que não é planejada. A ação, didaticamente planejada para o uso eficaz de uma mídia como ferramenta de aprendizagem concretiza a aprendizagem em uma nova dimensão. Isto somente confirma que o professor atual já não pode mais se deter numa prática improvisada e dotada tecnicamente da transmissão e somente. Transmitir saberes é uma necessidade, mas construí-los de forma interativa pode se tornar muito mais interessante.

E quando o professor torna-se inovador, a partir do uso de mídias que estão circulando diariamente no seu meio e no meio do aluno, proporciona melhores condições de aprendizagem porque são ferramentas que possibilitam a relação entre conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para o uso tecnológico. Para isso, a busca pela formação é o caminho mais adequado, pois é por meio do estudo, da reflexão, da experimentação e do novo saber e habilidade construídos que o professor adquire as competências para atuar como profissional de um sistema educacional que exige um perfil diferenciado daquele professor que estamos acostumados a visualizar nas nossas experiências enquanto estudantes.

O objetivo maior de uma proposta de formação para as mídias é justamente proporcionar o futuro da aprendizagem dos alunos, pois de acordo com Moran (2000) é preciso que os educadores, a escola compreenda e incorpore novas linguagens e facilite o desvendamento de códigos, o domínio de formas de expressão e manipulações diversas como ocorrem no uso de mídias. Porém, também é relevante educar para usos democráticos do computador e demais ferramentas, possibilitando processos participativos das tecnologias, as quais facilitam tanto a aprendizagem quanto a vida dos indivíduos.

É dessa reflexão que se propõe a ideia de que professor e aluno têm que estar preparados para adquirir habilidades que embasem esse uso diverso da tecnologia. Guimarães (2004) tratando dessa questão diz que a necessidade da formação do professor se direciona para a capacidade de utilizar as novas tecnologias em seu trabalho cotidiano, professor este que é encarado como ‘educador’, que não significa um mestre especializado para dar curso de educação para as mídias, mas aquele educador que utiliza e integra as diferentes mídias em sua prática pedagógica.

É dessa formação que falamos, das particularidades que estão inseridas nela diante de um contexto de concepções que têm de ser adotadas como pressupostos básicos para que a ação seja efetivada na prática e tenha efeitos não somente na formação propedêutica, mas também





seja eficaz no desenvolvimento de habilidades das quais os educandos vão necessitar no seu dia-a-dia.

Rezende e Fusari (2001) trazem sugestões bastante pertinentes a respeito do assunto. Primeiros eles apresentam como base teórica uma articulação entre a formação inicial e a formação de professores em serviço, isto é, no exercício da prática docente, porém vivenciada a partir de pesquisa. O eixo central dessa formação seria a prática docente em comunicação multimídia. Afirmam Resende e Fusari (2001) “que a formação inicial de professores precisa estar ‘de olho’ no que está acontecendo no exercício da docência, mas o docente em exercício tem que estar ‘de olho’ nos cursos de formação inicial de professores”.

Essas colocações dos autores servem para entendermos que, a implementação de um processo de planejamento para a formação de professores para o uso de mídias na educação ou mais especificamente na escola, passa por uma série de considerações que vão, desde a disposição da mídia dentro do contexto escolar até a elaboração de propostas de ações que possam ser vivenciadas em formas de experiências práticas. Isso significa dizer que se a escola dispõe de uma TV, vídeo, sistema de som, DVD e outros aparatos como o computador, o planejamento da formação deve delinear objetivos que estejam em consonância com o uso desses aparatos, justamente para que haja a relação entre teoria e prática.

Almeida (2000) descrevendo a abordagem construcionista para a efetivação do uso do computador como ferramenta de aprendizagem e como recurso para a prática docente, enfatiza a importância de se elaborar projetos pelos quais os alunos possam desfrutar da oportunidade de utilizar os diversos aplicativos disponíveis: processador de texto, planilha eletrônica, gerenciador de banco de dados ou o uso de uma linguagem de programação que favoreça a aprendizagem ativa. Numa pesquisa na internet, por exemplo, não somente usar a cópia, mas saber fazer o tratamento adequado da informação, o que seria desenvolver a capacidade de leitura e de reprodução do conhecimento.

Dessa mesma forma pode ser uma proposta de formação de professores para o uso de mídias. Se existe o entrave de que o professor não está preparado tecnicamente para atender as necessidades de uso desses recursos, temos que prepará-la. Dessa forma, planejar ações de planejamento que proporcionem o uso adequado como ferramenta de aprendizagem requer justamente a inserção do professor enquanto experimentador dessas técnicas. O que não se pode concordar é que o educador seja instruído a elaborar projetos em que a execução proporcione o



uso do computador por parte dos alunos e ele fique de fora disto. A participação do professor na interação, mediação e uso técnico é algo indispensável.

Muitas vezes, diante da falta de habilidade que o professor tem de lidar com a questão do uso de mídias, faz surgir a ideia de que o uso destas pode reduzir a importância do educador. É preciso que tenhamos consciência de que nem o computador nem o professor são detentores absolutos do saber, mas ambos podem mediar conhecimentos que constroem saberes. E é com esse pensamento que o professor deve ser formado, para atuar mediando saberes com o aluno.

A criação de um ambiente de aprendizagem no qual se possa utilizar as mídias deve ser planejado de forma a contemplar um espaço onde os sujeitos atuem como construtores de sua própria ação. Segundo Almeida (2000, p. 13)

Alunos e professores – sujeitos da própria ação – participam ativamente de um processo contínuo de colaboração, motivação, investigação, reflexão, desenvolvimento do senso crítico e da criatividade, de descoberta e de reinvenção. É a superação tanto da perspectiva instrucional como da empirista ou experimental, a partir da resolução de problemas que surgem no contexto social, com o uso de ferramentas culturais como elementos de transformação social.

Da forma como coloca a autora pode-se compreender que, ao considerar a formação do educador para esse tipo de prática, não se pode deixar de planejar atividades formativas que também contemplem esse ambiente criativo e motivador. É preciso despertar o professor para a atenção a importância do conhecimento ser construído de diferentes formas, no cruzamento das ideias e dos instrumentos que nos levam à compreensão global de um ou mais conceitos, valores, atitudes que no final poderão ser utilizados na vida diária. É daí que se cria a significância da educação e, conseqüentemente do uso de mídias como ferramenta de aprendizagem.

O mais importante, conforme Almeida (2000) é que se tenha a compreensão de que num ambiente midiático ou informatizado, cabe ao professor promover a aprendizagem do aluno. Sendo assim, o planejamento para a formação do professor para o uso de mídias, também deve contemplar essa mesma ideia. O formador deve seguir os passos do educador, como diz Almeida (2000, p. 11) deve “construir o conhecimento dentro de um ambiente que o desafie e o motive para a exploração, a reflexão, a depuração de ideias e a descoberta.



Na verdade, quando se trata do uso de ferramentas midiáticas, em especial do computador, ainda há resistência do professor. Talvez não somente pela falta de habilidade de lidar com as ferramentas, mas pela própria concepção de que perdem a importância quando o software entra em cena. Guimarães (2004) enfatiza que é a falta de formação que pode desencadear esse pensamento e, centrados nisso devemos compreender, assim como os estudos de diversos autores afirmam que há a necessidade de formar professores capazes de fazer um bom uso das tecnologias e de prepará-los para assumirem um novo papel na sociedade do conhecimento. Gomes (2002) fala da formação para o uso coerente desse recurso tecnológico e acrescenta que sua utilização implicará numa mudança de atitude do professor.

Essa mudança, uma vez objetivada em um planejamento, não pode limitar nem desconsiderar aspectos dispensa ou não o uso de tecnologias. Nesse caso, não se pode dar valor absoluto a uma mídia e deixar as outras desprezadas. O preparo do professor também passa pela ideia de que não se pode abandonar de vez a TV, por exemplo, só porque foi montada uma sala de informática na escola.

De uma forma mais clara, não se trata de proporcionar ao professor o uso de um projetor de imagens que certamente irá embelezar o ambiente do ensino-aprendizagem, mas de se modificar o processo de construção da aprendizagem possibilitando a troca de experiências, como diz Penteado (1998) favorecer entre os profissionais envolvidos a comunicação intrapessoal e interpessoal. Acrescentamos que, a troca de experiências em um ambiente mais comunicativo, torna aprazível também a interação e o compartilhamento de ideias também entre professor e aluno.

Ao denotar que a formação do professor para o uso de mídias deve se centrar também na reflexão e na mudança de concepções sobre o ato de construção dos conhecimentos podemos perceber que a elaboração de uma proposta que viabilize essa formação passa pela definição de objetivos que vão de encontro às incontáveis necessidades de compreensão sobre as atitudes que devem ser tomadas pelo educador no processo de mediação do conhecimento a partir do uso de mídias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do referencial percebemos as várias possibilidades de se utilizar as mídias. Agora podemos compreender que os aparatos tecnológicos presentes no nosso dia-a-dia não são



somente instrumentos que enfeitam a nossa vida. São na verdade novos espaços de leitura, de absorção de saberes acumulados pela humanidade.

Foi realizando esse estudo que tivemos a oportunidade de fazer uma reflexão ampla sobre a necessidade de entendermos a linguagem das mídias para poder utilizá-la como ferramenta no processo educativo. Hoje, diante de um contexto globalizado, informatizado na área de comunicação de forma mundial, já não é mais possível formar bons indivíduos que não estejam preparados para utilizarem a tecnologia como meio de desenvolvimento das diversas atividades humanas.

A partir das informações levantadas por meio das leituras e da produção do referencial aqui exposto é possível concluir que os aparatos tecnológicos são instrumentos de grande valia para o processo de ensino e aprendizagem, desde que sejam utilizados de forma adequada e a partir de concepções pedagógicas que visem despertar o aluno para a importância das mídias enquanto espaço de aprendizagem, desenvolvimento intelectual e de capacitação para a vida numa sociedade que já é denominada de “sociedade da informação”. Diante disso, tornar-se emergente que as propostas de formação docente contemplem a utilização de redes e mídias sociais, no sentido de tornar as aulas mais dinâmicas e conectadas com o mundo, aproximando-se, assim, das linguagens dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação, cultura e dos desportos. *Um Salto Para o Futuro: Educação do Olhar*. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 1998.
- BRIGNOL, S. M. S. *Novas tecnologias de informação e comunicação nas relações de aprendizagem da estatística no ensino médio*. Salvador: Faculdade Jorge Amado, (2004). Monografia de Especialização. Disponível em <[redeabe.org.br/Monografia.pdf](http://redeabe.org.br/Monografia.pdf)>. Acesso em 20 de outubro de 2010.
- GARCIA, M. de F & D'ABREU, J. V. V. *Pesquisa, tecnologias, mídias, currículo e formação de professores: multiplicidades em foco*. *Revista E-Curriculum, São Paulo*, v. 4, n. 2, jun 2009.
- GOMES, N. G. Computador na escola: novas tecnologias e inovações educacionais. In. BELLONI, M. L. (org.) *A formação na sociedade do espetáculo*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOUVÊA, G. Imagem e formação de professores. *TEIAS: Rio de Janeiro*, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006.
- GUIMARÃES, S. D. A formação do professor e a educação para as mídias. *Revista Digital da CVA-Ricesu*, v 2 – n7 Maio 2004.
- HACK, J. R. O uso contextualizado de mídias e multimídias em sala de aula: aportes para a formação continuada de docentes do ensino fundamental e médio. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de*



*Ciências da Comunicação*. Santos/SP: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

HACK, J. R. & NEGRI F. *Capacitação docente para o uso da mídiacomo ferramenta didática: um espaço dereflexão e ação*. Relatório de Pesquisa apresentado à UFSC e UNOESC, julho de 2008.

KENSKI, V. M. Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais. In: BARRETO, Raquel, G. (org). *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003. – (Coleção Docência em Formação/ Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta)

MINGUET, P. A. *A construção do conhecimento na Educação*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAN, J. M. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. Como utilizar a internet na educação. *Revista Ciência da Informação*, Vol 26, n.2, maio-agosto 1997.

NISKIER, A. *Educação à Distância a tecnologia da esperança: políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e a distância*. 2. ed. S.o Paulo: Loyola, 2000.

PENTEADO, H. D. *Pedagogia da comunicação: sujeitos comunicantes*. In: PENTEADO, H. D. *Pedagogia da comunicação: teorias práticas*. São Paulo: Cortez, 1998.

PORTO, Mauro P. *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-Pappers, 2007.

REZENDE E FUSARI, M. F. *Comunicação, meios de comunicação e formação de professores: questões de pesquisa*. In: PORTO, T. M. E. (org.) *Saberes e linguagens de educação e comunicação*. Pelotas: ed. Universitária/UFPel, 2001.

SÁNCHEZ, F. M. Os meios de comunicação e a sociedade. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Mediatamente! Televisão, cultura e educação*. Brasília: Secretaria de Educação à Distância, 1999. (Série de Estudos Educação à Distância).



## MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>

PUGGIAN, Cleonice

*Docente do Programa de Pós-graduação em Letras e Ciências Humanas, UNIGRANRIO*

*Docente da Faculdade de Formação de Professores, UERJ*

*Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ 2013-1016)*

*Bolsista de Produtividade em Pesquisa UNIGRANRIO/FUNADESP*

*cleo.puggian@gmail.com*

378

CAVALCANTE, Monica Cristina Celano

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Ciências Humanas, UNIGRANRIO*

*rio129983@oi.com.br*

### RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de um estudo de caso sobre a mediação de tecnologia no município de Duque de Caxias. Exploramos, em especial, as transformações causadas no trabalho dos docentes que foram indicados para a função de mediadores de tecnologia nas escolas da rede pública municipal. O referencial teórico articula estudos sobre mediação, tecnologia e identidade docente. Dados foram coletados através da análise de documentos e de entrevistas semiestruturadas conduzidas durante o ano de 2013 e 2014. Resultados revelam o perfil destes docentes e os processos que constituem sua ação pedagógica na escola, descrevendo elementos significativos para pensarmos a implementação das tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas.

**Palavras-chave:** Identidade docente. Mediação tecnológica. Duque de Caxias.

### ABSTRACT

In this paper we present a case study on the mediation of technology in Duque de Caxias. We explore, in particular, the changes caused in the work of teachers who have been appointed to the role of mediators of technology in public schools. The theoretical framework articulates studies on mediation, technology and teacher identity. Data were collected through document analysis and semi-structured interviews conducted during 2013 and 2014. Results reveal the profile of these teachers and the processes that constitute their pedagogical activities in school, describing significant elements to analyze the implementation of information technology in public school.

**Key-words:** Teacher Identity. Technological mediation. Duque de Caxias.

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa “Relações Raciais, Desigualdades Sociais e Educação” (CNPq), estando ligado ao projeto “Injustiças Ambientais, Tecnologias e Culturas Juvenis”, financiado pela FAPERJ (Edital Jovem Cientista do Nosso Estado) e FUNADESP/UNIGRANRIO (Bolsa de Produtividade em Pesquisa).





## 1 IDENTIDADES E TECNOLOGIAS NA CONTEMPORANEIDADE

As constantes mudanças, o estado globalizado e a superficialidade das relações humanas compõem as bases do estudo sobre a contemporaneidade, chamada por Bauman (2001) de “modernidade líquida”. A palavra “líquida”, empregada pelo autor, refere-se à fluidez da sociedade, constantemente em alteração, assim como à redefinição dos parâmetros das relações humanas. Tudo é muito rápido, muito pouco palpável, a subjetividade e a superficialidade não permitem a construção de algo estável.

Compreendendo a sociedade e a globalização, percebe-se que a ideia de territorialidade não possui mais a dimensão de antes. A nacionalidade não configura como gestora da identidade. O estado não é mais o provedor da segurança e da estabilidade. A identidade passa a buscar noutras categorias a sua construção.

A globalização trouxe mudanças no comportamento humano, a individualização fez com que o homem também adquirisse uma postura “líquida” em seu conviver social. A constante busca por lucros definida pelo consumismo revelaram uma competição e uma constante necessidade de especialização. A busca agora é por um reconhecimento ditado pela concorrência social. Nesse contexto, pode-se fazer o seguinte questionamento: construímos a nossa própria identidade?

A identidade na atualidade não se prende a apenas um contexto, ela varia, se reformula e vai adquirindo novas nuances a medida que novos eventos ou novas necessidades surgem. Com as inovações tecnológicas próprias da sociedade da informação, as adaptações foram imprescindíveis para conseguir atuar na sociedade. Hoje em dia, são raras as pessoas que não possuem um aparelho celular. Aquelas que nunca utilizaram um computador são poucas, tendo em vista que até mesmo para se locomover utilizam a tecnologia. Usam cartão magnético para pagamento de passagem aérea. Possuem cartões magnéticos para transações em agências bancárias e precisam de uma série de números e senhas que as qualificam diante dos mais variados órgãos. A identidade passou a ter uma nova característica no mundo que vivemos, passou a ser também virtual. No ambiente virtual criam perfis com outros nomes e características pessoais. É possível até mesmo fazer um diário virtual, uma página onde as pessoas acessam e postam informações de sua vida. Tais informações virtuais são compartilhadas numa rede de proporção mundial. A “desterritorialização do presente”, conforme diz Lévy (1996) reflete essa superação de limites e barreiras geradas pela sociedade





de consumo e pela vontade cada vez maior de se concretizar uma identidade mundial com características que podem ser forjadas a qualquer momento.

Se por um lado todos possuem acesso à informação e são integrados por sistemas que permitem comunicação e a derrubada das barreiras limitadoras do estado-nação, por outro lado, o encurtamento das distâncias e a flexibilidade de integração com outras localidades fizeram com que a atualidade voltada para a globalização convivesse com uma dualidade intrínseca em sua estrutura.

A distância é um produto social, sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida (BAUMAN, 2001). O encurtamento de distâncias citado acima é consequência do término das limitações geográficas que foram provocadas pela propagação das informações e dos meios de comunicação, do mesmo jeito, um grande e progressivo desenvolvimento tecnológico que, ao invés de diminuir os espaços das diferenças, as enfatizou.

A “abertura” promovida pela globalização e trazida pelo encurtamento das distâncias permitiu uma mobilidade urbana que garantiu a variação do cenário social. O medo da violência e das mazelas passou a ser menor diante da imensidão proposta pela sociedade da informação (BAUMAN, 2001, p.54). A sociedade da informação é a nova estrutura social que surgiu com a globalização e com a necessidade de comunicação rápida, eficaz e instantânea. Também traz em seu interior questões sobre o consumismo, o papel do estado e a reorganização territorial.

Segundo Castells (1999), a sociedade da informação ou a sociedade em rede está alicerçada no poder da informação e contida no processo de alteração constante decorrente dos avanços científicos e tecnológicos. “A geração, processamento e transmissão de informação torna-se a principal fonte de produtividade e poder” (CASTELLS, 1999, p.21). Promove mudanças significativas no interior dos grupos sociais através da ânsia pela adaptação às mudanças ou pela necessidade de comunicação e até mesmo pela constatação que o isolamento repercute no decréscimo econômico. Políticas públicas que fomentem a “inclusão digital” na sociedade da informação tem sido adotadas nos vários níveis de governo. No município de Duque de Caxias, por exemplo, foram criadas as Salas de Informática Educativa (SIEDUCA) e instituído o cargo de mediador de tecnologia educacional.



## 2 O CASO ESTUDADO: MEDIAÇÃO DE TECNOLOGIA NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

O município de Duque de Caxias encontra-se localizado na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Abriga um contingente populacional de quase um milhão de habitantes. A idealização das Salas de Informática Educativa (SIEDUCA) e do cargo de mediador de tecnologia educacional começou na década de 1990, quando um grupo de profissionais da Secretaria Municipal sentiu necessidade de criar uma equipe voltada para o uso das tecnologias aplicadas à educação. Em 2005, esta equipe se transformou na Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que cuida dos equipamentos tecnológicos das escolas, promove formação continuada e gerencia a atuação pedagógica e técnica dos mediadores de tecnologia educacional. Esta coordenadoria possui em seu interior um grupo – o Núcleo Tecnológico Educacional Municipal de Duque de Caxias (NTEM).

381

[...] é um espaço onde todos os profissionais da educação podem contar com uma estrutura de apoio técnico-pedagógico ao processo de informação das escolas (...) a função de sensibilizar e motivar as escolas para a incorporação efetiva das tecnologias da informação e comunicação ao cotidiano pedagógico escolar. Desenvolvendo um programa de formação continuada com cursos, oficinas e eventos para os educadores da rede pública de educação, procurando sensibilizá-los e prepará-los para o uso pedagógico das tecnologias de forma autônoma e independente. (DUQUE DE CAXIAS, 20013, s/p).

A implementação desta política municipal foi possível graças às verbas do governo federal e de vários programas, como o PROINFO. Ao longo dos anos, a rede chegou a possuir 120 professores mediadores de tecnologia educacional, o que fazia com que a maioria dos estudantes tivesse acesso às novas mídias educacionais. Cabia ao mediador de tecnologia:

[...] fomentar e promover o uso das tecnologias na unidade escolar através das formações em grupo de estudos e/ou outras formas de organização da escola, inovando e incentivando mudanças positivas na prática de ensino. Ele é o elo para concretização dos objetivos que a escola/professores traçarem utilizando as diversas tecnologias, a fim de proporcionar a construção de um ambiente de aprendizagem significativo”. (Ofício nº03/2013, CTAE/SME-DC)

Conforme pode ser visto no fragmento acima, o papel dos mediadores de tecnologia era enriquecer a prática pedagógica e essa missão vinculava-se à sua identidade profissional. As salas de informática educativa eram de inteira responsabilidade destes profissionais. A



utilização dos recursos materiais e tecnológicos estava condicionada à sua presença. Nas SIEDUCA ficava acomodado o acervo tecnológico da escola. Os computadores eram equipados com o sistema operacional Lineduc, uma associação do LINUX com aplicativos educacionais para o ensino fundamental, especialmente desenvolvido para a rede pública do município. O sistema operacional possuía aplicativos, jogos, browser para acesso à internet e acessórios que permitiam a programação de atividades e a elaboração de tarefas que atendiam as exigências curriculares.

### **3 A PESQUISA E SEUS RESULTADOS: UM NOVO OLHAR PARA O TRABALHO DOCENTE**

Durante o ano de 2013 e 2014 conduzimos uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, envolvendo mediadores de tecnologia do município de Duque de Caxias. Tivemos acesso a 55 registros destes docentes através da secretaria, através dos quais pudemos aprender sobre o perfil destes profissionais. Notamos, por exemplo, que eram, em sua maioria, do sexo feminino, o que correspondia a 90% do total de registros disponibilizados. A maioria dos mediadores de tecnologia educacional eram professores II, ou seja, professores da educação infantil ou do primeiro ao quinto ano de escolaridade. Esse total representava 89% dos registros analisados. Com relação a faixa etária dos profissionais, percebe-se uma grande concentração de sujeitos entre 31 e 40 anos. A distribuição etária dos profissionais era: 7% entre 20 e 30 anos de idade, 57% entre 31 e 40 anos de idade e 36% entre 41 e 50 anos de idade. Ressalta-se que para assumir a função de professor mediador de tecnologia educacional, o professor deveria pertencer ao quadro funcional da rede de ensino há no mínimo três anos. Período referente ao cumprimento do estágio probatório funcional, requisito para aquisição da estabilidade no cargo.

A formação acadêmica ocorreu diversos níveis: ensino médio, correspondendo a 6 % do total; graduação em educação ou áreas afins, correspondendo a 44% do total; graduação em outras áreas, correspondendo a 1% do total; especialização *lato sensu*, correspondendo a 46% do total; e mestrado e/ou doutorado, correspondendo a 3% do total.

Além da análise do registro de pessoal, também conduzimos entrevistas com oito mediadores de tecnologia. Os critérios usados para a escolha dos entrevistados foram três: tempo na função de professor mediador de tecnologia, tempo na regência de turmas e quantidade de portfólios apresentados à Coordenadoria de Tecnologias Aplicadas à Educação.



Todos os professores entrevistados passaram pela experiência da regência de turmas regulares e/ou do ensino de jovens e adultos.

Uma das informações que se repetiu na fala desses oito mediadores foi a visão que tinham de si mesmos. A maioria dos colaboradores afirmou que sempre se considerou um professor, não haviam perdido esta característica apesar de serem chamados de “extra-classe”. Alguns até salientaram que esse termo “extra-classe” não era apropriado, pois em muitas situações como ausência de docentes e extinção da função (situação atual) esses profissionais eram convocados para regerem turmas. A professora Célia, por exemplo, disse: “[...] considero-me uma professora como os demais, que utiliza os recursos tecnológicos para melhor viabilizar a aprendizagem dos alunos”.

Segundo a Professora Sandra, a interação com os professores foi um dos grandes “ganhos” para os mediadores, pois passaram a “incorporar” em suas práticas a atuação compartilhada, o planejamento integrado e a fragmentação curricular passou a ser algo menos frequente e passível de mudanças.

Antes de ir pra SIEDUCA não conhecia todos os professores da escola, só trabalhava num turno e nem sabia dos colegas dos outros turnos. Na SIEDUCA tive que atuar na escola toda e pude conhecer e trabalhar junto com muitos professores. Tive que aprender a conviver com diferentes opiniões.

Os mediadores de tecnologia buscavam promover a qualidade da aprendizagem a partir da utilização de tecnologia como recursos/suporte onde as habilidades fossem estimuladas, compreendidas e fomentadas pelos professores.

Os alunos adoravam a aula. E minha relação com eles era ótima, pois eles queriam participar da aula e isso fazia com que o processo de aprendizagem acabasse fluindo muito bem. Percebia que o trabalho com duplas, que era como fazia na sala de informática, levava os alunos a ajudarem uns aos outros. No mundo de hoje, tão egoísta, isso é fundamental. (Professora Célia)

O trabalho em colaboração é um dos recursos que o professor utiliza para promover a integração e para perceber os níveis de desenvolvimento de seus alunos. O egoísmo narrado pela professora entrevistada faz referência a uma situação das relações sociais na atualidade, onde o isolamento é visto de forma cada vez mais forte.

A escola possui uma função social e reflete no seu interior aspectos da sociedade em que se insere. Com relação ao ambiente visto na escola, Gardner (1989) sugere que as escolas oportunizem o conhecimento de diversas disciplinas básicas e que estimulem e encorajem seus



alunos a adotar e utilizar esse conhecimento para resolver problemas e realizar tarefas que estejam relacionadas com a vida na comunidade que se inserem e que favoreçam o desenvolvimento de combinações intelectuais individuais, com base no potencial individual. A narrativa da Professora Janete segue uma linha similar: “fazer da sala de aula um lugar mais atraente para os alunos, já que o cotidiano dos alunos, mesmo os mais pobres é dinâmico... Eu acredito que a escola também deve ser dinâmica”.

A identidade docente, assim como toda a identidade profissional tem suas nuances e peculiaridades próprias e específicas do cargo. Segundo Raymond e Tardif (2000), o trabalho modifica o profissional e sua identidade, o que, com o passar do tempo, modifica o seu saber sobre como exercer a profissão.

A experiência da mediação tecnológica foi um diferencial na vida profissional dos professores entrevistados. Uma trajetória que teve seu início em virtude do interesse pelas tecnologias da comunicação e informação, como afirma a Professora Janete: [...] fui mediadora por cinco anos, sempre fui interessada no emprego das diferentes tecnologias na prática diária”.

Esse interesse em novas práticas e recursos pedagógicos é um traço da identidade docente do professor como indivíduo profissional e não como grupo (categoria).

[...] fui indicada pela ex-diretora da minha escola, depois de falar para ela o meu interesse em trabalhar com tecnologia educacional. Estava querendo algo diferente da sala de aula, um novo desafio, algo que me fizesse voltar a estudar, a ver outras técnicas, conhecer outras pessoas, trocar experiências. – Professora: Célia

A aptidão foi o estímulo que se associou à indicação do gestor (diretor) de cada unidade escolar. A partir de uma vontade expressa pelos professores e da permissão que é dada através de uma indicação por escrito à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, surgia o profissional na escola. Todos os professores entrevistados para esta pesquisa, já lecionavam na escola e eram observados há algum tempo pelos gestores.

Estando na função de mediador de tecnologia educacional, esse profissional tinha uma responsabilidade diferenciada dos demais professores da escola. O fato de não assumirem uma única turma (caso dos professores II) ou um grupo de turmas (caso dos professores I, que ministram uma disciplina de formação específica), gerou uma necessidade de mudança de hábitos, tais como:

- planejamento integrado e participativo ao invés de planejamento por área;



- ministrar aulas com outro professor da disciplina ou turma para assegurar a associação tema da aula/mídia adequada;
- compreender as mídias educacionais disponíveis e principalmente a principal ferramenta das salas de informática educativa, o programa educacional LINEDUC;
- fazer relatórios de atividades constantemente com a participação do professor solicitante da aula;
- utilizar uma agenda de aulas para assegurar que todos os professores teriam as mesmas oportunidades de atuação nas salas de informática educativa com a presença do professor mediador de tecnologia educacional dando o suporte necessário;
- participar dos cursos de formação continuada oferecidos pela coordenação de tecnologias aplicadas à educação de Duque de Caxias com a intenção de se manter atualizado quanto as novas versões do LINEDUC, para trocar informações com outros mediadores e para prestar contas de sua atuação;
- organizar portfólios de acordo com os atendimentos feitos sob a forma de apresentação em mídia digital;
- conhecer o corpo docente e discente da unidade escolar a fim de perceber as necessidades do grupo e para levar a sua contribuição para todos, inclusive os mais resistentes às mídias educacionais;
- ter a consciência de seu planejamento é muito flexível e passível de mudanças. Estar sempre preparado para uma imprevisto. Exemplo: uma aula planejada com uma professora que necessita da conexão com a internet e justamente no dia e momento da aula, a internet não está disponível.

As entrevistas revelaram que o trabalho do professor mediador de tecnologia educacional não se diferenciava do trabalho dos professores regentes apenas pela utilização das mídias educacionais. Os resultados deste estudo indicam que o aspecto que mais causou repercussões em práticas docentes futuras foram as novas aspirações e buscas acadêmicas que esses profissionais passaram a ter em virtude do contato com as tecnologias. A necessidade de uma formação continuada é um exemplo disto, a princípio como imposição da Coordenação de Tecnologias Aplicadas à Educação através de encontros mensais em escolas pólos, posteriormente por iniciativa própria.



Ao conduzir as entrevistas para esta pesquisa, alguns mediadores ressaltaram que a experiência nas salas de informática educativa foi a motivação que precisavam para continuarem seus estudos buscando especializações e mestrados.

[...] lembra quando começamos na tecnologia, a ETEDUC (hoje coordenadoria de tecnologias aplicadas à educação – CTAE), dava uma série de cursos, treinamentos e capacitações para a gente. Foi conversando com as colegas nestes cursos que fui estimulada a fazer uma pós-graduação. Com o PROINFO, que poderia ter virado uma especialização, vi que queria mais. Pena que não tivemos mais o PROINFO, mas hoje faço mestrado. Professora: Célia

386

A professora entrevistada estava se referindo ao curso ministrado pela plataforma Paulo Freire através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. O curso era uma capacitação para professores mediadores de tecnologia educacional com carga horária presencial e a distância, com a tutoria de implementadores da Coordenadoria de Tecnologias Aplicadas à Educação de Duque de Caxias.

Se para a entrevistada a motivação para dar continuidade à vida acadêmica foram as oportunidades para formação continuada, para outra entrevistada, a própria mediação tecnológica constituiu um incentivo para novos estudos.

[...] eu mudei. Usei mais mídias e isso influenciou na minha parte acadêmica também. Já fiz cinco especializações, sendo três em tecnologia: mídias e educação, educação à distância e tecnologia aplicada à educação, todas em instituições públicas. Professora Sandra

Essa busca por especializações, cursos de aperfeiçoamento, extensões universitárias e até mesmo mestrados foi necessária porque o profissional inserido na função de mediador de tecnologia buscava conhecer algo novo. Os cursos de graduação que oportunizaram sua inserção no magistério público eram de uma geração anterior. Essa necessidade de compreender como a tecnologia educacional contribuía para a prática pedagógica e como usar esses recursos, sem que fosse apenas de forma lúdica ou para entretenimento, era um desafio. Um professor que concluiu a graduação no final dos anos oitenta, possivelmente, não utilizava o computador em casa. Fazia as suas pesquisas sem o GOOGLE, pois naquela época consultava os livros. Os alunos da atualidade procuram primeiro na internet e depois nos livros. O professor que atua hoje, provavelmente, teve a sua formação profissional na sociedade de consumo. A utilização da tecnologia educacional é algo mais recente, mais próximo e conhecido pelos alunos. Portanto, a busca por um saber adaptado à nova realidade fez com que





os professores procurassem formas de atualização que os levassem a compreensão das tecnologias da informação e da comunicação nos ambientes escolares. Segundo Tardif (2002, p.241) “se o trabalho dos professores exige conhecimentos específicos à sua profissão e dela oriundos, então, a formação de professores deveria, em boa parte basear-se nesses conhecimentos”.

Para aqueles profissionais que atuam com a tecnologia como recurso, ou seja, como ferramenta de trabalho e dando suporte a outros professores como os professores mediadores de tecnologia educacional do município de Duque de Caxias, a necessidade de conhecer mais esse novo recurso e de compreender as contribuições para a prática docente se fizeram necessárias e até mesmo essenciais para sua atividade profissional. Segundo a Professora Carla: “[...] foi um incentivo para minha vida profissional. Após ter sido mediadora percebi que a tecnologia fazia parte de mim. Acreditei nela e busquei estudar mais e me especializar”.

[...] o JCLIC (software educativo utilizado no LINEDUC para criação de jogos e atividades educacionais), me ajudou muito, pois criei uma atividade para desenvolver com as crianças do quinto ano de escolaridade e foi o meu produto apresentado como pesquisa no meu mestrado. Não sei se poderei usar a SIEDUCA com a mesma liberdade de antes. Agora não atuamos mais lá dentro, mas gostaria de aplicar o meu produto com os alunos da escola. – Professora Célia

Essa especialização que os entrevistados narraram ter buscado com o incentivo da mediação tecnológica manteve uma relação com a atuação nas salas de informática educativa no que diz respeito à utilização da experiência em dissertações e pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos através destas narrativas que as tecnologias da informação e da comunicação motivam a construção de novos saberes e atuam como produtoras e distribuidoras de conteúdo para essa sociedade informatizada, midiática e conectada virtualmente. Se a revolução tecnológica faz parte do surgimento de uma nova sociedade e se a escola atua colaborando com a formação de indivíduos ativos socialmente, a tecnologia também exerce um papel na educação, como forma de aquisição de informação/conhecimento. Notamos isto através da experiência dos mediadores de tecnologia de Duque de Caxias, função extinta no início de 2014, em virtude de um decreto municipal.

O professor mediador de tecnologia educacional “media a mediação docente” utilizando



os recursos tecnológicos para estabelecer essa mediação. Sua prática está em trabalhar junto ao regente de turma em busca da excelência.

O conceito de mediação pedagógica é observado na obra de Moran (2000), onde a preocupação com a qualidade do ensino põe em cheque o desempenho dos professores. Segundo ele a mediação pedagógica pode ser vista “como categoria presente tanto no uso das próprias técnicas como no processo de avaliação e, principalmente, no desempenho do papel do professor” (MORAN, 2000, p.08).

Tal estudo vai ao encontro do pensamento de Perrenoud (1999), para quem os profissionais de ensino precisam se adaptar a novas realidades. Ele argumenta que “cabe aos profissionais do ensino, em geral, uma parcela expressiva da responsabilidade de realização de tais transações, e para tanto suas competências devem estar alinhadas com as demandas da sociedade moderna” (PERRENOUD, 1999, p.08).

As considerações de Perrenoud (1999) se ligam as de Tardif (2011) ao se dedicarem à formação docente, seja de competências, seja pelas interações entre os indivíduos. Segundo Tardif (2011), um dos aspectos fundamentais que caracterizam a profissão docente é a capacidade de interagir com as pessoas. uma das grandes transformações trazidas pela tecnologia educacional é a adoção de espaços diferenciados da aprendizagem. O rompimento com a questão temporal e espacial proposto pela virtualidade e pelo ciberespaço constituem um novo rol de oportunidades na educação, ao oferecer ao aluno novas formas de acesso a informação, saída do ambiente da sala de aula e uma participação mais ativa em seu processo de aprendizagem.

Na educação, os recursos tecnológicos ampliam a oferta de informação, otimizam relações e promovem mudanças nas práticas pedagógicas. Os recursos tecnológicos, as diversas mídias e equipamentos eletroeletrônicos cumprem o papel de difundir e permitir o armazenamento de informações através da mediação e da interação que viabilizam aos seus usuários e operadores. A aprendizagem passa a ocorrer também no ambiente virtual. Segundo Lévy (1999, p.15):

[...] a palavra virtual vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato (...), o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes.

O virtual ampliou o espaço reservado e delimitado da sala de aula. Alguns especialistas consideram que na atualidade existe um “gap geracional” que diz respeito ao fato dos alunos



serem “nativos digitais”, pois nasceram na era da informação e adquirem uma postura amplamente receptiva diante dos aparelhos, mídias e tecnologias disponíveis, ao passo que os professores pertencem a uma geração anterior, para a qual tais recursos estavam em evolução e em inserção nos mais variados ramos das atividades humanas.

As tecnologias vêm potencializar a figura e o ofício do educador, que de mero retransmissor de saberes deverá converter-se em formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipes de trabalho, sistematizador de experiências, e memória viva de uma educação que, em lugar de ater-se ao passado, valoriza e possibilita o diálogo entre culturas e gerações. (MARTIN-BARBERO, 2001, p. ??)

A utilização de recursos tecnológicos pode promover a veiculação dos conceitos e conteúdos pedagógicos, propondo uma nova estrutura nos processos de aprendizagem, revelando novos papéis na educação, novas estratégias metodológicas e novas competências.

Mídiaeducação é uma pedagogia inovadora que promove o estudo da mídia e da produção de conteúdos para os meios de comunicação como parte do projeto pedagógico. A abordagem mídiaeducativa está focada na implementação de ações em comunidades educacionais para o planejamento, a implementação e a gestão de iniciativas que integrem comunicação e educação na sala de aula, com o desenvolvimento das competências e habilidades comunicativas para a formação de educandos com mais recursos para dialogar no mundo midiático; e no interior da escola, com a construção de sistemas e dispositivos que ampliem e fortaleçam as redes de comunicação. (GONTIJO, 2002, p.??)

A utilização das tecnologias na educação aumenta o rol de diferentes linguagens expressas pelos diferentes recursos tecnológicos potencializando a troca de informação, saberes, atitudes críticas e valores. O currículo aparece como um “fio condutor” desse cenário tão diversificado e influente tanto para o aluno como para o professor.

A organização do currículo por projetos de trabalho é uma forma de organizar os conhecimentos curriculares numa abordagem multidisciplinar (...), os projetos gerados refletem um alto grau de autoconsciência e de significatividade nos alunos com respeito à própria aprendizagem e resultam em novos sentidos, significados e referência de informação apresentada. (MULTIRIO, 2011, p.83)

Tal amplitude nas atitudes, nos comportamentos e nas competências fizeram com que as noções de espaço e lugar fossem repensadas. A sala de aula ganhou novos aliados e novos espaços de ensino. Esses espaços não se restringem ao ambiente escolar, pois a ideia de virtualidade confere novas formas de pensar nos conceitos de espaço e lugar.



O ambiente de aprendizagem não se resume ao espaço geográfico e adaptado da sala de aula. Nem se concentra na figura do professor. Um ambiente de aprendizagem, na sociedade atual possui uma amplitude maior, pois engloba vários ambientes que oportunizem, estimulem, favoreçam ou promovam o ensino e a aprendizagem.

O papel do professor também tem se transformado. Por muito tempo, ele era considerado o elemento mais importante da sala de aula. Sem ele o processo de aprendizagem não teria sentido. Ele era o detentor soberano do conhecimento e sua missão era transmitir esse conhecimento aos alunos, que atuavam como receptores de informações e reprodutores do conhecimento. Sua posição diante da turma, que ficava disposta em fila indiana não tinha um cunho de orientação, muito menos de mediação. Esta posição tem se transformado graças à influência das pedagogias progressistas. Não que alguns professores ainda sustentem uma abordagem tradicional. Não existem unanimidades na educação, mas a grande maioria atua mediando a aprendizagem e chegou a isso por um processo longo, cheio de incertezas e transformações.

Mediação não significa que o papel docente tenha sido reduzido, ou menosprezado, ao contrário, o seu papel se consolidou ainda mais, na medida que permite as trocas e as interações, considerando a gama de informações e conhecimentos que ganham novas proporções. Esperamos que a experiência narrada neste artigo possa contribuir para a compreensão do papel do professor na implementação das tecnologias da informação e comunicação em escolas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

NÓVOA, A. (Org.) **A Profissão Professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.



PERRENOUD, Philippe. **O ofício do aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.



## **A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: COMO OCORRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA?**

ASSIS, Andreia Silva de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem*  
*andreiad.silva@hotmail.com*

392

LIMA, Laís Teixeira

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem*  
*laisbj@gmail.com*

LUQUETTI, Eliana Crispim França

*Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem*  
*elinafff@gmail.com*

### **RESUMO**

No contexto educacional, o ensino de Língua Portuguesa continua baseado em uma metodologia tradicionalista, de modo que passou a ser conhecido como ensino de gramática, onde conceitos e regras são apresentados de maneira compartimentada e descontextualizada. Na tentativa de colaborar para uma educação linguística mais eficaz e relevante, autores como Bagno, Soares e Labov acreditam que a Sociolinguística pode auxiliar os docentes nesta tarefa de educar sem atuar negativamente na constituição da identidade social e linguística do indivíduo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a relevância da educação linguística no processo de ensino-aprendizagem de língua materna, assim como a questão da variação linguística na escola. Para tanto, analisamos os livros didáticos aprovados pelo PNLD/14 de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental, observando qual a metodologia de ensino abordada no tocante ao tema variação linguística.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Livro didático. Formação docente.

### **ABSTRACT**

In the educational context, teaching Portuguese still based on a traditionalist methodology, so that became known as grammar school, where rules and concepts are presented in a compartmentalized and decontextualized way. In an attempt to contribute to a more effective and relevant language education, authors such as Bagno, Soares and Labov believe that sociolinguistics can help teachers in the task of educating without acting negatively in the constitution of social and linguistic identity of the individual. Thus, this study aims to understand the relevance of language education in the teaching-learning process of mother tongue as well as the issue of linguistic variation in school. For this, we analyze the textbooks approved by PNLD / 14 Portuguese for the final years of elementary school, observing which teaching methodology discussed in relation to the theme linguistic variation.

**Key-words:** Linguistic variation. Textbook. Teacher training.



## INTRODUÇÃO

No contexto educacional, nas práticas pedagógicas, o ensino de Língua Portuguesa, apesar das inovações no âmbito da ciência da linguagem, continua baseado em uma metodologia tradicionalista. Isso ocasiona problemas diversos na aprendizagem dos alunos, que são muitas vezes depreciados pela forma como falam. Na verdade, o ensino de Língua Portuguesa passou a ser conhecido como ensino de gramática, de forma que seus conceitos e regras são apresentados de maneira compartimentada e descontextualizada. Dessa forma, os docentes são direcionados a preparem suas aulas moldados no ensino normativo, caso contrário, não é considerado ensino.

Por esse motivo, tal ensino de língua materna promovido pela escola, tem mais a atrapalhar do que a desenvolver a competência comunicativa dos alunos. Na verdade, o que ocorre é uma confusão nos conceitos de língua e linguagem gerando preconceito que se reflete na sociedade, de que não sabemos falar o português corretamente.

Sabemos que língua e linguagem não são a mesma coisa, mas que estão entrelaçadas pelo laço social da interação. Língua é o conjunto de sinais, são as convenções sociais feitas para caracterizar um idioma, e linguagem é a efetivação desse idioma, é a capacidade do indivíduo de comunicar-se por diversos tipos de canais e concretizar a língua, e o faz no ato de comunicação cotidiana, seja de caráter formal ou informal.

Por isso dizemos que todo indivíduo falante de sua língua sabe seu funcionamento. O que acontece é que esse falante, muitas vezes, domina apenas uma variante dessa língua, e é dever do ensino de língua materna preparar seus alunos para perpassarem de uma variante a outra sem grandes problemas. Mas, para isso, precisamos conscientizar a sociedade como um todo que toda variedade de uma língua é igualmente importante e tem seu lugar. O grande problema é que existe um preconceito da variedade oriunda das classes menos favorecidas, como se seus falantes fossem pessoas sem cultura, geralmente essas pessoas estão à margem da sociedade. O que aparenta ser é que, na verdade, julga-se o indivíduo que está falando, e não necessariamente o que ele está falando.

Nossa proposta de estudo é justamente conscientizar que tanto a gramática quanto a variação de uma língua são componentes igualmente importantes para o processo de ensino-aprendizagem, por isso é interessante se verificar de que forma a variação linguística





vem sendo tratada nos livros didáticos aprovados pelo PNLD/2014, já que esse tema é bem pontuado no PCN desde sua publicação. Muitas vezes, o livro didático é o único material de apoio do professor e acesso do aluno, e se este não o faz de maneira satisfatória, ocasiona uma lacuna na vida escolar.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Estamos no século XXI, avanços tecnológicos mostram o rumo que se deve seguir. Inúmeras pesquisas são produzidas, patrocinadas pela sociedade, a fim de se avançar em todas as ciências, com o intuito de saber o presente, entender o passado e prevenir para o futuro. Os resultados obtidos pelas pesquisas são aplaudidos pela sociedade, já que mais um passo foi dado na história da humanidade. No entanto, quando se fala da própria língua a história muda de figura. A gramática normativa continua repetindo conceitos produzidos e descartados há anos e, no entanto, a sociedade, representando o interesse de alguns tradicionalistas, não aceita as inovações repudiando e banalizando as novas teorias da linguagem (BAGNO, 2007).

Com isso, a língua evolui, em sua qualidade máxima de ser heterogênea e viva, porém, lamentavelmente, ao deparar com os manuais de regras, ainda encontramos normas que há muito não são usadas, colocando os novos usos e dizeres como desvios e erros da oralidade.

Em 1997, o Ministério da Educação, preocupado com a renovação do ensino de todas as disciplinas das escolas brasileiras, lançou uma coleção de documentos que norteariam a educação nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Desde então, tinha-se uma preocupação em desenvolver, de maneira mais eficaz, as mudanças curriculares que iriam alavancar o ensino (BAGNO, 2007). Na disciplina de língua portuguesa, observa-se a preocupação em proporcionar um ensino baseado nas novas descobertas da linguagem e, conseqüentemente, o reconhecimento do caráter heterogêneo da língua.

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais dever ser enfrentados, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo da educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o



de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (PCN, 1997, p. 26)

Desde então, existe uma preocupação com o tipo de ensino de língua desempenhado pela escola e seu reflexo na sociedade. Esse documento trouxe um ganho significativo, ponderando que, até então, a escola tradicional negava a existência da variação linguística como matéria de ensino, pois era considerada sinônimo de erro, incumbindo à escola a responsabilidade de corrigi-los. Com a publicação do PCN, observa-se que o dispositivo educacional reconhece que existem falas dialetais que competem com a língua oficial, e que são discriminadas. No entanto, segundo Faraco (2008):

Temos de reconhecer que estamos muito atrasados na construção de uma pedagogia da variação linguística. Parece que não sabemos, de fato, o que fazer com a variação linguística na escola. E o que temos feito é seguramente bastante inadequado. (FARACO, 2008, p. 179)

O ensino tradicionalista até então desenvolvido pela escola, em que o indivíduo deveria reproduzir a língua descrita pelos manuais, refletiu na sociedade uma conduta preconceituosa em relação à linguagem falada. Esse preconceito enraizado gera problemas profundos e divisórios, já que os indivíduos são categorizados pela forma como falam. Na escola, os alunos são medidos pela maneira como se articulam e qualquer desvio da norma padrão é encarado como erro, que precisa ser consertado, sem levar em consideração sua origem sociocultural. Geraldi (1996) sinaliza para os professores de língua portuguesa a importância de ensinar a norma padrão sem que isso signifique depreciar sua linguagem familiar.

Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um de seus caminhos. (GERALDI, 1996, p 163)



A linguagem falada por qualquer indivíduo é resultante de uma série de características, sendo, portanto, considerada individual e particular, já que representa a linguagem de seu grupo social. A escola deve considerar a linguagem trazida pelo aluno, sem desprezar e trata-la como um simples erro gramatical. Desconsiderar outras formas de fala traz malefícios, porque, muitas vezes, o aluno não consegue compreender o ensino proposto pela escola. Segundo SOARES (1989), o problema está na linguagem utilizada na escola:

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada. (SOARES, 1989, p. 17)

Um dos motivos pelo qual a aprendizagem não ocorre de maneira eficaz, é que a escola adota o princípio do caráter homogêneo da língua, com o intuito de padronizar a língua falada e escrita na sociedade. O mais interessante é que o ensino de língua é tratado, em sua matriz curricular, como ensino de gramática, esquecendo-se de que o indivíduo, quando chega à escola, já domina a modalidade falada da língua. Ao impor apenas uma variedade, reprime aquela que o aluno já domina, dando-o a “oportunidade” de substituição. Essa repressão, por parte da escola, é pedagogicamente incorreta, segundo Bortoni-Ricardo (2004), pois:

(...) uma pedagogia que culturalmente sensível aos saberes dos educando está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38)

A gramática normativa, assim como a escola, vê a língua como sistema homogêneo, pronto e acabado, tendo como base os estudos gramaticais dos gregos e latinos. Nos livros didáticos e nas gramáticas, esta se define como um conjunto de regras que impõem um modelo ideal de língua que deve ser seguido. Assim, a língua escrita se sobrepõe à falada, da mesma forma que somente a variedade culta é passível de ser estudada e aprendida. Possenti (2000) afirma que:

o fracasso dos alunos em provas que exigem escrita não é só o fracasso da escola, mas o de uma sociedade que valoriza o que tem pouco valor – escrever sempre as mesmas palavras e frases – e não valoriza o que tem muito valor – a capacidade de alguém ser sujeito de um texto, de defender idéias que se



articulem, mesmo que haja pequenos problemas de escrita. (...) Somos uma sociedade que valoriza ortografia e casuísticas medievais sobre correção gramatical. (POSSENTI, 2000, p. 55)

Dentre as diversas variedades que circulam na sociedade, a escola elegeu a variedade de prestígio para ser ensinada. Além disso, ensina-se também seus valores e costumes, a linguagem usada e ensinada é a mesma falada pela classe abastada socialmente, fazendo com que o estudante da classe desprestigiada socialmente não se sinta pertencente àquela língua e, conseqüentemente, àquela sociedade. Isso acarreta o fracasso escolar e social, já que esse indivíduo terá dificuldades de se engajar de maneira satisfatória na sociedade.

Nesse sentido, Labov (*apud* Cyranka, 2011) pondera que:

A língua da sala de aula deve ser uma propriedade comum de todas as classes sociais e grupos étnicos; livres da identificação com estilo masculino e feminino; neutro em relação à oposição entre alta cultura e cultura popular; independente de outros processos de socialização do sistema escolar; e restaurar o vigor da vida cotidiana. Um passo nessa direção é rejeitar os símbolos socialmente significativos que carregam esse peso social. (LABOV, 1987, p. 145 *apud* CYRANKA, 2011, p. 71)

Quando o aluno já é familiarizado com a variedade culta, sofre menos, já que comete menos erros; no entanto, pode-se dizer que a maioria dos alunos não são sabedores dessa modalidade e isso provoca ruídos entre os interlocutores.

É no meio social que a linguagem se desenvolve, cria, recria e transforma a própria linguagem. Ela, a língua, é sensível a toda mudança cultural que ocorre na vida do homem, seja de ordem individual, social, regional, sexual, etária, como também temporal, que é o caso da mudança linguística (MARTELOTA, 2003, p. 57). Dessa forma, o homem muda a sua linguagem à medida que ele se muda de acordo com suas condições sociocultural, já que tudo está intrinsecamente entrelaçado. Em seus trabalhos, LABOV (2008) comprovou como o meio social interfere diretamente na linguagem do indivíduo, surgindo a Sociolinguística.

Os PCN introduziram os conceitos de Sociolinguística, até então pouco conhecidos na prática docente. No entanto, apesar dos esforços, poucos trabalhos abordam a questão da variação linguística e, menos ainda, para ser utilizado em sala de aula como material de apoio aos docentes. Para Bagno (2007, p. 29): “O resultado disso é que a variação linguística ou fica em segundo plano na prática docente ou é abordada de maneira insuficiente, superficial, quando não distorcida”. Essa utilização distorcida, confusa e propagadora de mais preconceitos da



variação linguística é encontrada nos meios de comunicação de massa e em materiais pedagógicos, que ponderam que só existe variedade na fala dos falantes da zona rural e da região norte/nordeste do país.

Com o intuito de mudar esse quadro desastroso, vários trabalhos e pesquisas são produzidos, mas, muitas vezes, poucos deles realmente se tornam acessíveis à maioria da população. Além disso, quando surgem oportunidades nos meios de comunicação, profissionais de outras áreas acabam deturpando as ideias com informações imprecisas e equivocadas a respeito da linguagem (BAGNO, 2007, 2009). Os meios de comunicação, quando engajados com a verdade e com o compromisso de levar a informação, são fundamentais para a vida em sociedade, mas quando se tem apenas o interesse de alguns em vista, dando ao seu telespectador/leitor uma visão equivocada e distorcida da realidade, ela presta um desserviço à população e a sua dignidade (BAGNO, 2007; SCHERRE, 2005).

Mesmo diante de várias correntes contrárias à sua manutenção, a Sociolinguística vem propondo novos métodos de ensino de língua materna, com o intuito de promover uma educação linguística eficaz e extirpar o preconceito linguístico, tão presente na sociedade, dando a todos os falantes uma igualdade de oportunidades para o aprendizado da língua portuguesa. Para Sgarbi (2008), essa não é uma tarefa fácil, mas possível:

Estudar, ensinar e aprender uma língua, em uma perspectiva sociolinguística, são tarefas para aqueles que conseguem perceber a dinamicidade a que ela está exposta e derrubar o mito de que somente a língua padrão é a única forma correta de pensar esse ensino/aprendizagem. (SGARBI, 2008, p. 168)

No entanto, é importante salientarmos que o docente, ao ensinar a língua padrão, não imponha a substituição de um pelo outro. Ao contrário, deve propiciar ao aluno condições suficientemente claras para que ele possa transitar de um dialeto para o outro sem grandes dificuldades. Segundo Soares (1989, p. 49) “A postura mais amplamente adotada (...) é a de um bidialetalismo: falantes de dialetos não-padrão devem aprender o dialeto padrão para usá-lo nas situações em que ele é requerido”.

Essa postura deveria ser seguida nos livros didáticos que, na maioria das vezes, abordam questões e atividades de fixação de forma a dar ao aluno a perspectiva de que a única forma correta de se escrever e falar é a norma padrão. Apesar da grande melhora na qualidade nos



livros didáticos desde a criação do PNLD, ainda há a necessidade de ser revista essa questão da norma padrão e da variação linguística.

Segundo Bagno (2007), um dos principais problemas encontrado no livro didático é a constante ligação do tema variação linguística aos sinônimos de falares regionais, rurais ou de indivíduos não escolarizados ou com nenhuma instrução, por isso a insistência em exibir como exemplos uma tirinha do personagem Chico Bento, um samba do repertório de Adoniran Barbosa ou poema de Patativa do Assaré. Para o autor (2007, p. 120) “Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais ‘correto’, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação”. Mas, desde quando só temos variação linguística neste grupo de indivíduos? Diversos fatores interferem em nossas escolhas comunicativas, inclusive o momento e o interlocutor da enunciação. Deveria ser uma das tarefas da escola proporcionar ao aluno a consciência dessa mudança e melhorias na qualidade da comunicação.

A escola deve valorizar a gramática internalizada do aluno e sujeitá-lo ao maior número possível de experiências linguísticas, priorizando a leitura, a escrita, a narrativa e todas as outras formas de expressão. Deve também levar o indivíduo a refletir sobre sua própria língua, tendo a consciência de que sabe falar sua língua, mas que precisa saber mais sobre ela, que existe uma diversidade de outras formas de expressar-se nessa língua e que esse saber pode desenvolver por toda a vida. Esta é uma das formas de começar a modificar a sociedade discriminadora, já que, nela, as variantes linguísticas cumprem papel de intensa e completa significação.

Sabemos que o ensino proposto pela escola, em sua maioria, mantém uma perspectiva tradicional normativa. Nesse sentido, acaba deixando a desejar ao priorizar a norma padrão e desvalorizar os falares e as informações culturais que o aluno traz de casa, como se o único conhecimento que merecesse ser aprendido e estimulado é o oportunizado pela escola. Exploramos a realidade da rede pública estadual de ensino, em que observamos a postura dos docentes quanto ao ensino de língua materna e a desvalorização da linguagem do aluno enquanto sujeito de sua própria aprendizagem.

Com as leituras e com o livro *Nada na língua é por acaso*, de Marcos Bagno, observou-se que o ensino da norma padrão precisa ser ancorado ao conhecimento prévio do aluno, dando-o oportunidade de aprender que uma variação é perfeitamente aplicável a cada





situação comunicativa correspondente. Nesse livro, o autor ressalta que o ensino tradicional ainda é pautado na norma padrão, discriminando toda fala que difere dos textos clássicos, acarretando o preconceito linguístico. Ainda segundo o autor, a Sociolinguística com seus pressupostos, ajudariam no fazer pedagógico escolar, orientando o docente que toda variação linguística é tão importante quanto a padrão e é dever da escola oportunizar ao aluno a competência de perpassar pela linguagem de acordo com a situação comunicativa.

Mesmo com a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que se verifica, no ambiente escolar, é um o processo de aprendizagem ainda desvinculado das propostas desse dispositivo, de forma que a escola continua sendo local de expansão de preconceitos e desvalorização da fala de seus alunos e de sua comunidade. Diante disso, busca-se um ensino pautado nos pressupostos da Sociolinguística, pois se acredita que esta possa auxiliar no processo de ensino, valorizando, expandindo o conhecimento prévio de seus educandos e proporcionando um ensino de língua portuguesa sem que, com isso, o indivíduo perca sua identidade coletiva e individual. É importante que o ensino de gramática seja oferecido pela escola, para que todo o indivíduo tenha igualdade de condições ao competir para o mercado de trabalho e nas relações sociais, e isso significa dar a ele ferramentas para adaptação da linguagem de uma situação comunicativa para outra.

Quanto à variação linguística, ainda se configura como componente de debate, já que em muitos casos é objeto de preconceitos dentro da sociedade, que valoriza e estimula sua própria linguagem, e discussões entre os próprios autores da sociolinguística. A escola, nesse quesito, tem se mostrado um espaço de manutenção e expansão do preconceito linguístico, desvalorizando a fala dos alunos e de sua comunidade, os atores envolvidos.

Isso acarreta perdas lastimáveis para qualquer falante da língua portuguesa brasileira e que acaba, por vezes, refletindo na afirmação de que a “língua portuguesa é difícil”, já que não houve um devido preparo, algumas vezes por parte do próprio docente em processo de formação. A consequência são estudantes e falantes de uma língua que não sabem sua relevância e também não reconhecem que existe uma diversidade de opções que se adequa perfeitamente para cada situação comunicativa.





## DISCUSSÃO

Como dissemos, apesar da melhora consistente observada no livro didático nos últimos anos, desde a criação do PNLD, ainda se verifica uma defasagem na questão da variação linguística. Isso se deve ao fato de muitos trabalhos serem realizados sobre o tema, mas poucos são somatizados à metodologia e aplicação escolar.

Sabemos também que os livros didáticos devem ser visto apenas como um dos suportes que o docente deve ter em mãos para o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, e que deve partir do docente meios suficientes para suprir as lacunas que o livro possa deixar, mesmo porque, diante da realidade de cada escola, o material pode ser direcionado. No entanto, muitas vezes, ele é o único livro que o aluno tem acesso e, por vezes, toma as informações ali contidas como uma verdade universal, inquestionável. Se isso ocorre, nada mais apropriado do que tornar o material escolar o mais adequado possível para contribuir na formação do aluno.

Neste sentido, cabe ao professor estar atento e bem preparado para atingir o objetivo da educação. O aluno não pode ser visto como um mero compartimento pronto para ser preenchido. Ele traz consigo toda uma cultura a ser compartilhada e complementada pela vivência escolar.

A fim de se observar os livros didáticos destinados e distribuídos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino, separamos cinco (5) coleções de Língua Portuguesa, aprovadas pelo Programa Nacional de Livro Didático/2014 (PNLD). Catalogamos e numeramos as coleções para melhor compreensão das tabelas e distribuímos nosso foco de interesse nas perguntas abaixo.

Coleção 1	“Português: uma língua brasileira” de Lígia Menna, Regina Figueiredo, Maria das Graças Vieira.
Coleção 2	“A aventura da linguagem” de Luiz Carlos Travaglia, Maura Alves de Freitas Rocha e Vania Maria Bernardes Arruda-Fernandes.
Coleção 3	“Universos: língua portuguesa”, obra coletiva e desenvolvida por Edições SM, editor responsável Rogério de Araújo Ramos.
Coleção 4	“Português: linguagens”, de William Roberto Cereja e Thereza Cohar Magalhães.
Coleção 5	“Jornadas.port – Língua Portuguesa”, de Dileta Delmanto e Laiz B de Carvalho.



Nosso objetivo é verificar o que propõem as coleções, se preparam o professor para sua utilização e se a variação linguística faz parte de maneira eficaz dos conteúdos programáticos por elas trabalhados.

Na primeira questão, observamos quais as propostas que as coleções se baseiam e verificamos que:

1) O que se propõem as coleções?

Coleção 1	As autoras procuram, em toda coleção, “propor situações que estimulassem os alunos a refletir sobre a heterogeneidade linguística, analisando as variantes, mas optamos por privilegiar um trabalho em que eles exercitem a habilidade linguística associada à variedade urbana de prestígio por ser essa a que com mais frequência estará presente na situação escolar e na futura vida profissional dos alunos”. (p. 4)
Coleção 2	Segundo o manual do professor, busca-se com essa coleção trabalhar “o que é fundamental para a educação linguística dos alunos. Por isso, (...) constam textos de diferentes gêneros e em diferentes funções...”(p. 3)
Coleção 3	A equipe oferece ao professor um “apoio consistente não só no que se refere ao conteúdo disciplinar, mas também em relação aos seguintes eixos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de recursos digitais em sala de aula;</li> <li>• Diversidade regional;</li> <li>• Inclusão social do aluno com necessidades educacionais especiais;</li> <li>• Desenvolvimento da competência escritora;</li> <li>• Interdisciplinaridade”. (p. 5)</li> </ul>
Coleção 4	Os autores buscam com esta nova edição da coleção trabalhar com a leitura “comprometida com a formação de leitores competentes de todos os tipos de textos e gêneros em circulação social”; com conceitos gramaticais que “alarga o horizonte dos estudos da linguagem, apoiando-se nos recentes avanços da linguística e da análise do discurso; uma proposta da produção textual apoiada na teoria dos gêneros textuais ou discursivos e na linguística textual; e o interesse em explorar outras linguagens, além da verbal, como a pintura, a fotografia, o cinema, o cartum, o anúncio publicitário, etc.”. (p. 4)
Coleção 5	As autoras organizaram de acordo com “o fato de que a linguagem não é um mero conteúdo escolar, mas sim uma atividade humana, histórica e social. Portanto, seu estudo deve contribuir para auxiliar o educando a ler o mundo em que vive; a analisar o que dele se diz e se pensa; a expressar uma visão fundamentada e coerente dessa leitura e dessa interpretação. Daí a preocupação em criar uma proposta na qual as práticas de leitura, escrita, escuta, produção de textos orais e escritos e reflexão sobre a linguagem sejam sempre o foco na sala de aula”. (p. 3)



Como podemos observar, todas as coleções abordadas tem como objetivo trabalhar a diversidade linguística e comprometimento com a formação de leitores competentes em diversos gêneros de textos, ampliando assim a compreensão da realidade e tornando o aluno um usuário competente da língua. Analisando as coleções, verificamos que trabalham com diversos textos, que são aprofundados e alargados a cada ano escolar. Além disso, diante da importância que o tratamento dado aos tipos e gêneros textuais tem angariado ao longo dos últimos anos, essas coleções foram avaliadas neste quesito pelo PNLD/2014 como pontos fortes.

Outra questão que achamos pertinente neste trabalho foi verificar quais são as perspectivas dominantes nas coleções, e para nossa surpresa apesar de nas propostas das coleções constarem uma reflexão da heterogeneidade da língua, não foi isso que efetivamente se concretizou nas atividades propostas pelos autores.

## 2 – Quais são as perspectivas dominantes?

Coleção 1	As autoras alertam que, apesar de considerar a importância da variação linguística, optaram contemplar “as manifestações linguísticas que estão condicionadas aos usos que fazemos da língua em situações da vida pública...”, ou seja, “normas urbanas de prestígio”. (p. 5)
Coleção 2	Apesar de a proposta da coleção ser a “educação linguística dos alunos”, pode-se observar que a linguagem oral trabalhada é a norma culta.
Coleção 3	A Equipe utiliza a norma culta em toda a coleção, apesar de no livro do 6º ano, na seção “Mais Gramática”, ter utilizado exemplos de variação linguística.
Coleção 4	Os autores utilizam a norma-padrão, uma vez que devido sua importância, “a escola se propõe ensiná-la a todas as crianças e jovens do país, preparando-os para ingressar na vida social”. (p. 38)
Coleção 5	As autoras utilizam a norma culta. No manual do 7º ano (p. 151), as autoras explicam em um pequeno texto o porquê de se estudar a norma-padrão na escola. Segundo elas, um dos motivos é que indivíduos de variedades desprestigiadas deixam de usufruir de serviços públicos porque não “compreendem a linguagem empregada”, e outro motivo seria o acesso ao “conhecimento acumulado por muitas gerações; permite compreender e redigir textos literários, didáticos, técnicos, científicos, jornalísticos; permite sair-se bem em situações relativas a trabalho, concursos e provas”.

Há uma unanimidade em todas as coleções pesquisadas, apresentam como perspectiva dominante a norma culta ou variedades urbanas de prestígio, provenientes da norma-padrão, apesar de evidenciarem alguns exemplos de outras variedades linguísticas socialmente desprestigiadas. Os autores alegam que optaram por utilizar a norma-culta em detrimento das



demais em virtude de sua relevância na esfera social, econômica e política. Além disso, o ensino da variedade falada pelas classes prestigiadas socialmente dá ao indivíduo condições de se juntar a outros indivíduos em situações sociais, como provas e concursos, e culturais, como cinemas e teatros.

### 3 - O livro didático trata da variação linguística?

Coleção 1	A variação linguística é trabalhada nas seções “Para se refletir sobre a língua” e “Outras Leituras” em mais de um capítulo do volume.
Coleção 2	Na unidade I intitulado “Língua e Linguagem” é composta por três capítulos, os autores trabalharam com a temática língua e suas variedades. Além da variação linguística, esses capítulos também ressaltam os diferentes tipos de linguagem.
Coleção 3	Na seção “Mais gramática”, localizado ao final do livro, a Equipe trabalha com a definição de língua e linguagem, da questão da variação linguística, variedade-padrão e adequação linguística, no exemplar do 6º ano; e, aparece novamente no 9º ano na seção “A gramática na reconstrução dos sentidos do texto” apenas como uma retomada e poucas atividades.
Coleção 4	A coleção trabalha com a variação linguística no livro do 6º ano na seção “A língua em foco”.
Coleção 5	O livro do 7º ano aborda a variação linguística e suas modalidades na seção “Reflexão sobre a língua”.

404

A variação linguística é um tema muito debatido na atualidade, devido ao seu caráter excludente e preconceituoso apresentado em contrapartida à norma-padrão. Apesar de inúmeros trabalhos acadêmicos e científicos sobre o tema, a escola ainda encontra resistência em abarcar, em seus bancos, variedades oriundas das classes menos favorecidas da sociedade. Na verdade, a própria sociedade não aceita, tampouco estimula, a abertura escolar para essas variantes. Neste sentido, todos os livros didáticos observados abordam a questão variacional da língua portuguesa e de sua riqueza linguística, porém opta por uma linguagem padronizada, quase cristalizada no tempo.

### 4 - O livro didático cita a pluralidade de línguas que existe no Brasil?

Coleção 1	Não. A coleção não aborda a riqueza de línguas que existe paralelamente ao português, como as línguas indígenas.
Coleção 2	Sim, os autores abordam a pluralidade da língua no Brasil trazendo um texto abordando a história das línguas existentes no país na atualidade e na época do descobrimento. (7º ano, 74/75)
Coleção 3	Não, a coleção não aborda informações sobre a pluralidade linguística no Brasil.
Coleção 4	Sim, o livro do 6º ano traz um texto que aborda a pluralidade linguística



	existente no Brasil, acrescentando que nosso país “está entre as dez nações com o maior número de línguas”, no total de 195 línguas.
Coleção 5	Sim, as autoras colocaram uma nota falando sobre a pluralidade de línguas no Brasil, o título é “País de muitas línguas” (7º ano, p. 145)

A maioria dos livros analisados mostra a riqueza de línguas que se encontram mergulhadas junto ao português nosso de cada dia. Existe um mito de que no Brasil só se fala o português, e muitas vezes essa informação é difundida, quando não escondida, pela sociedade. Essa informação é muito relevante para o ensino de língua portuguesa, pois mostra que o que conhecemos como português é na verdade uma miscigenação de formas fundidas pelo tempo e disputas que ainda estão em processo de aceitação por parte do indivíduo.

405

#### 5 - O manual pedagógico da coleção traz conceitos-chave teóricos?

Coleção 1	A coleção apresenta recortes de artigos e de citações referentes a conceitos difundidos socialmente sobre a coesão e coerência; sobre a variação linguística e o ensino de gramática; e, sobre gêneros discursivos, leitura e escrita, com o objetivo de nortear o trabalho docente.
Coleção 2	O manual apresenta conceitos que orientam o professor na realização das atividades. Além disso, apresenta os princípios que norteiam a proposta da coleção. “Todo falante possui uma gramática internalizada, construída partir das próprias experiências linguísticas. Esse conhecimento prévio deve ser o ponto de partida para o trabalho desenvolvido na escola. Uma língua é constituída por múltiplas variedades (sociais, geográficas e históricas), logo a heterogeneidade é uma característica constitutiva da língua”. (p. 6)
Coleção 3	O manual apresenta conceitos e informações para que o docente tenha entendimento para se trabalhar os objetivos da coleção, como por exemplo, uso de recursos digitais, inclusão social, fazendo apontamentos de como lidar e avaliar um aluno com problemas visuais, auditivos, Down, autistas, entre outros, visto que a inclusão faz parte do cotidiano nas escolas brasileiras. “Uma das propostas desta coleção, em sua forma de articular o estudo, é oferecer variadas oportunidades de interação entre o livro didático e as tecnologias digitais...” (p. 6)
Coleção 4	O manual oferece conceitos e informações que orientam o docente para a compreensão da proposta da coleção, por exemplo, pode-se citar a proposta da produção textual. Os autores, após apresentarem o tópico, afirmam ao final que “Com o trabalho de produção textual centrado nos gêneros, o ato de escrever é dessacralizado e democratizado: <i>todos os alunos</i> devem aprender a escrever <i>todos os tipos de texto</i> .” (p. 32, grifos dos autores)
Coleção 5	Sim, as autoras oferecem ao docente as concepções teóricas que nortearam o embasamento de toda coleção.



Todos os manuais observados trazem, para o docente, conceitos e informações pertinentes para compreensão da proposta do livro didático. Além disso, apresentam orientações didáticas, sugestões de leitura e de atividades complementares, com o intuito de oferecer ao professor suporte didático-metodológico para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

Dessa forma, pode-se dizer que os livros didáticos preparam o professor para sua utilização e valorizam a importância de se trabalhar os gêneros textuais. Os professores interessados encontram informações suficientes para se atualizarem, principalmente aqueles que há muito não se reciclam quanto as inovações da ciência da linguagem

## CONCLUSÃO

Não temos a pretensão de termos analisado todas as possibilidades de utilização do material descrito, até porque, depende e muito dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Apenas apontamos algumas questões pertinentes ao tema proposto.

A efetivação do ciclo de aprendizagem requer muitos fatores, tanto internos (próprio aluno) quanto externos (métodos e motivações), portanto seria difícil se falar em algo infalível para o processo de aprendizagem de língua portuguesa para um indivíduo falante e situado num contexto social desde o dia do seu nascimento.

Talvez fosse mais apropriado não falar em ensino de Língua Portuguesa, porque o que se tem ministrado até então nesta disciplina escolar é basicamente ensino de gramática, e sim em desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, porque se ele sabe ler e escrever com desenvoltura, saberá compreender com maior eficácia a gramática de sua língua.

Os livros didáticos são um forte instrumento de ensino escolar e cumprem o que se destinam a ser. Não podemos tê-los como vilões do fracasso escolar, talvez a sociedade seja a grande malfetora neste cenário, pois reprime nossa cultura familiar e tarja os que conseguem falar/escrever do jeito socialmente errado como deformadores da língua. Assim, os livros devem seguir a lei linguística imposta socialmente, já que, mesmos os indivíduos discriminados, tendem a acreditar que o correto é seguir a tradição gramatical, e também discriminam os demais usos, inclusive o seu. Esse é o poder da dominação social.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKIMIN, T. M. Sociolinguística. Parte I. IN: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 44. ed. São Paulo : Edições Loyola, 2006.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília/DF: MEC/SEF, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (coleção)
- CYRANKA, L. F. M. *Dos dialetos populares à variedade culta: a sociolinguística na escola*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2011.
- DELMANTO, D. CARVALHO, L. B. de. *Jornadas.port – língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.(coleção)
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1996.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LEAL, T. F.; GOIS, S. *A oralidade na escola: a investigação do trabalho docente como foco de reflexão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.





- MARCUSCHI, B. & CAVALCANTE, M. Atividades de escrita em livros didáticos de língua portuguesa: perspectivas convergentes e divergentes. In M. G. Costa Val & B. Marcuschi (orgs) *O livro didático de Língua Portuguesa – Letramento, inclusão e cidadania*, p. 237-260. Belo Horizonte: Autêntica, (2005).
- MARTELOTTA, M. E. A mudança linguística. In: FURTADO DA CUNHA, M.A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 57-71.
- MENNA, L.; FIGUEIREDO, R.; VIEIRA, M. das G. *Português: uma língua brasileira*. 1. ed. São Paulo: Leya, 2012. (coleção)
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.; (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol.1. São Paulo: Cortez, 2001.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P.. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- PAIVA, M. da C. de. A variável gênero/sexo. In: In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 33-42.
- POSSENTI, S. *Mal comportadas línguas*. Curitiba. Criar Edições, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado das letras, 1996.
- SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SGARBI, N. M. F. de Q. *Os eventos da oralidade no ensino da língua portuguesa*. Revista Trama, v.4, n.7, p. 167- 175, 2008.
- TRAVAGLIA, L. C.; ROCHA, M. A. de Fr.; ARRUDA-FERNANDES, V. M. B. *A aventura da linguagem*. 1.ed. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. (coleção)
- *Universos: língua portuguesa*. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM. Editor responsável Rogério de Araújo Ramos. 1 ed. São Paulo: Edições SM, 2012. (coleção)



## **A ESCRITA E O PENSAMENTO MATEMÁTICO NO AMBIENTE VIRTUAL: A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE UMA TURMA DE 9º ANO**

SCHRÖETTER, Sandra Maria

*Estudante do Programa de Mestrado em Cognição e Linguagem  
sandra-ter@hotmail.com*

CHRYSOSTOMO, Carla Sarlo C.

*Professora do Curso de Formação de Professores Instituto Superior de Educação Professor Aldo  
Muylaert  
carlasarloc.chrysostomo@hotmail.com*

STAHL, Nilson Sergio Peres

*Professor do Programa de Mestrado em Cognição e Linguagem e Ciências Naturais  
nilson8080@gmail.com*

409

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é relatar uma pesquisa utilizando a escrita como ferramenta para o desenvolvimento do processo cognitivo da aprendizagem em matemática. A utilização da escrita cada vez mais evidenciada nos meios eletrônicos possibilita a estudantes, professores e pesquisadores refletir sobre sua práxis, seus objetivos e seu aprendizado. A busca de novas metodologias de ensino/aprendizagem com utilização de tecnologias que possibilitem a melhoria de seu desempenho acadêmico vem a ser uma atitude científica significativa. Esta produção apresenta reflexões registradas pelos educandos em ambiente virtual, diante de um problema gerador a ser resolvido. Nas mensagens compartilhadas podemos observar às trocas de ideias, num trabalho colaborativo, com diversidade de articulações de saberes, de certezas ou dúvidas e de respeito mútuo as formas de pensamento de cada um.

**Palavras-chave:** A Escrita e o Pensamento Matemático; Modelagem Matemática; Educação à Distância.

### **ABSTRACT**

The objective of this study is to report a study using writing as a tool for the development of the cognitive process of learning mathematics. The use of increasingly evidenced in electronic media writing enables students, teachers and researchers reflect on their practice, their goals and their learning. The search for new methods of teaching / learning with the use of technologies that allow the improvement of their academic performance becomes a significant scientific attitude. This production presents reflections recorded by students in a virtual environment before a generator problem to be solved. In shared messaging can observe the exchange of ideas in a collaborative work using various articulations of knowledge, certainty or uncertainty and mutual respect forms of thought of each.

**Key-words:** The Writing and Mathematical Thought; Mathematical Modeling; Distance Education.



## APRESENTAÇÃO

De acordo com nossa práxis, em sala de aula, notamos a grande dificuldade encontrada pelos educandos na apropriação dos conceitos trabalhados e na resolução de grande parte das atividades propostas. Para Klüsener (1998) a própria linguagem matemática identificada através de símbolos pode ser considerada um obstáculo à apropriação dos conceitos.

Almeida (2006) estudou as dificuldades de aprendizagem em Matemática e a percepção dos professores em relação a fatores associados ao insucesso nesta área. Para a autora existem várias causas que podem ser atribuídas a esse fato a serem buscadas no aluno ou em fatores externos, em particular no modo de ensinar a Matemática. Segundo Smith e Strick (2001 apud Almeida, 2006, p. 2) a “memória, a atenção, a atividade perceptivo-motora, a organização espacial, dificuldade nas habilidades verbais, a falta de consciência e as falhas estratégicas”, são alguns aspectos que devem ser observados nos educandos para se identificar o motivo da deficiência.

Acreditamos que a prática da escrita discursiva nas aulas de matemática já trabalhada por vários autores como Powell e Bairral (2006), Smole e Diniz (2001) entre outros, pode servir como uma possibilidade que permite ao aluno substituir os termos matemáticos por outros de sua própria linguagem, auxiliando no processo de aprendizagem dos conceitos.

Para Smith e Strick (2001) essa prática também pode auxiliar na análise da prática docente permitindo ao professor uma reflexão a respeito de suas concepções. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo relatar uma pesquisa utilizando a escrita como ferramenta para o desenvolvimento do processo cognitivo da aprendizagem em matemática. Apresentamos as reflexões escritas realizadas pelos educandos diante de um problema gerador a ser resolvido, em ambiente virtual.

O referencial teórico utilizado neste trabalho teve como marco autores como: Powell e Bairral (2006), Smole e Diniz (2001), Antunes (2001), Fiorentini (2004), Oliveira e Sgarb (2002), Damiani (2008) entre outros.

## A ESCRITA E O PENSAMENTO MATEMÁTICO

O uso da leitura e da escrita nas aulas de matemática está presente nos currículos internacionais desde os anos 80 e, vem sendo, aos poucos, introduzida aqui no Brasil, apoiadas



principalmente nos estudos de Arthur Powell e Marcelo Bairral. Para esses autores, a escrita se mostra como ferramenta importante para desenvolver a cognição matemática, “força” a reflexão por parte de quem escreve ao examinar suas escritas, desenvolvendo o senso crítico sobre suas produções (POWELL e BAIRRAL, 2006).

Smole e Diniz (2001) também destacam a importância de se trabalhar a escrita nas aulas de Matemática. Para as autoras escrever sobre a matemática que se está estudando, além de ajudar na aprendizagem dos alunos de muitas formas, auxilia o resgate da memória e encoraja-os a reflexão, clareia suas ideias e age como um catalisador para as discussões em grupo.

A escrita proporciona diversas reflexões que de acordo Powell e Bairral (2006 p. 49), podem ser “descritivas, comparativas, inferenciais, interpretativas e avaliativas e envolvem também uma tomada de consciência das respostas afetivas do indivíduo às experiências”. Desta forma, o pensamento e o sentimento estão relacionados e a afetividade acaba influenciando o pensamento.

As maneiras e os objetivos de utilização da escrita no ensino têm sido variados, Powell e Bairral (2006) destacam duas abordagens. A abordagem produto, que pode assumir as funções: transacional e escrita expressiva, formuladas por Britton et.al (1975, apud POWELL e BAIRRAL, 2006) e a abordagem processo-produto. No diagrama representado na Figura 1 são apresentadas algumas das características dessas abordagens.

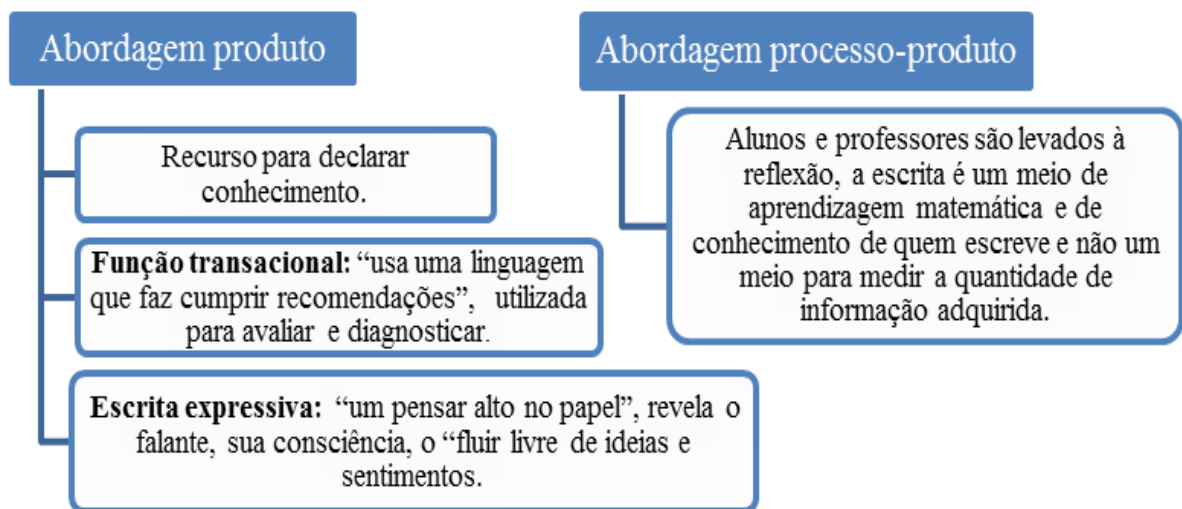


FIGURA 1: Diagrama das abordagens referentes maneiras e objetivos de utilização da escrita.

Fonte: Adaptado de (POWELL e BAIRRAL, 2006 p. 51-52).



Bairral (2001) destaca três tipos de textos que os educandos ao escreverem sobre a matemática que estão produzindo podem se expressar:

- Relato: quando o aluno escreve sobre aspectos da aprendizagem e não exclusivamente conceitos matemáticos;
- Misto: quando a parte descritiva é maior que a conceitual;
- Mais esperado: quando o texto descritivo é menor que a parte conceitual.

Antunes (2001) enfatiza que o homem que frequenta a escola no século XXI, é uma criatura holística, pronta para ser estimulada por uma nova escola e por um professor que compreenda a plenitude de sua diversidade. Assim,

“Aprender” nada mais é do que descobrir significados, estabelecer conexões, associar o que se houve a experiências e emoções vividas. Isso vale para as palavras da atividade, para um texto, uma teoria, uma hipótese ou qualquer coisa que se pretenda ensinar. E, se é válido para signos verbais, certamente também o será para signos numéricos, geométricos e outros (p. 15)

Ao examinar os textos produzidos pelos educandos o professor poderá identificar se os conceitos trabalhados estão sendo assimilados de forma correta ou não, fato que não ocorre quando se trabalha no modelo tradicional, quando o professor explica o conteúdo e pede que os alunos somente realizem as operações matemáticas.

Powell e Bairral (2006) destacam a relação dialógica entre professor e aluno por meio da escrita, os textos produzidos por eles são ferramentas necessárias à comunicação e ao mesmo tempo permitem o enriquecimento do vocabulário, elevando a autoestima e a autoconfiança.

Entendemos que cabe ao professor propor a utilização de instrumentos, espaços comunicativos e situações de aprendizagem diferentes, além de sugerir tarefas que façam o aluno pensar e questionar esse pensamento. Nesse sentido, ao analisar a escrita dos alunos, o mesmo poderá incentivá-los a “explicitar o entendimento de partes do texto e instigar com novos questionamentos” (POWELL e BAIRRAL, 2006, p. 103).

## **TRABALHO COLABORATIVO EM AMBIENTE ESCOLAR**

Segundo Arnaiz, Herrero, Garrido e de Haro (1999, *apud* Damiani 2008 p. 214), grupos colaborativos são aqueles em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e



são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses.

Para Fiorentini (2004) em um grupo de trabalho colaborativo, se compartilham saberes, experiências, ações, reflexões, diálogos, negociações e confiança mútua.

Damiani (2008) cita os termos “Colaboração e Cooperação” adotados nos estudos para o trabalho em grupo. Segundo a autora, na cooperação, as tarefas são executadas com a ajuda de todos, mesmo existindo em certos momentos relações desiguais e hierárquicas entre os integrantes. Na colaboração há apoio entre os integrantes do grupo na busca do objetivo, que procuram assumir uma postura de liderança compartilhada, com confiança mútua e corresponsabilidade pela condução das ações.

Em seu trabalho realizado com crianças, Colaço (2004, p. 339) destaca os benefícios das atividades realizadas em grupo com relação ao processo de ensino-aprendizagem, tanto no que diz respeito a conteúdo quanto no convívio entre elas. Para a autora as crianças “ensinam umas as outras e aprendem nos seus intercâmbios”.

## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EAD**

A Educação a Distância (EaD) segundo José Manoel Moran (2002) é o “processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”.

Para Oliveira (2003) a EaD é entendida como um processo educacional que envolve diferentes meios de comunicação, capazes de ultrapassar os limites de tempo e espaço e tornar acessível a interação com as fontes de informação e com o sistema educacional, de forma a promover a autonomia do/a cursista, por meio de estudo flexível e independente.

Entendemos que para que o processo ensino-aprendizagem ocorra não é necessário que professor e aluno se relacionem pessoalmente e no mesmo instante. As tecnologias podem permitir esta relação, como se ambos estivessem compartilhando o mesmo tempo e espaço físicos, além de possibilitar, com agilidade e flexibilidade, a ampliação dos caminhos da aprendizagem.

O correio, o rádio, a televisão e o vídeo são alguns exemplos de tecnologias, assim como a Internet, que podem promover a educação à distância. Algumas informações relevantes são necessárias para que o sistema EaD aconteça. O Quadro 1 destaca algumas delas:



Aluno	Docente	Comunicação	Tutoria
Centro do processo educativo	Motivador e possibilitador da aprendizagem cooperativa e interativa no virtual	Por meio de material impresso, audiovisual, telemática (Internet, softwares, CD-ROM, vídeo interativo, hipermídia, entre outros);	Mediando o presencial e o virtual e a estrutura e organização dos materiais, da distribuição de materiais, processos de comunicação e avaliação.

QUADRO 1: Informações sobre o sistema EaD.

Fonte: Landim (1997 *apud* MEHLECKE e TAROUÇO, 2003)

Paraná (2010) evidencia algumas características do aluno virtual, a importância do acesso às tecnologias e a necessidade de saber manuseá-las, bem como a autodisciplina, a disposição de tempo para a realização das atividades e estudos, a capacidade de reflexão, argumentação e pensamento crítico.

Segundo Oliveira e Sgarb (2002) as fronteiras do conhecimento escolar se rompem e interpelam o homem diariamente pela mídia, pela Internet e por diferentes artefatos culturais que produzem significados. Sendo assim, é necessário que o professor perceba e analise os múltiplos contextos em que se dá a formação dos alunos e crie espaços coletivos de discussão e ação.

Para Antunes (2001) a partir do século XX, o conhecimento tem evoluído tão depressa que a maior parte dos conteúdos ensinados corre o risco de ficar defasado e obsoleto. Oliveira e Sgarb (2002, p.141), reforçam a necessidade de se buscar alternativas para o desenvolvimento das pessoas e das organizações e de um “processo de aprendizagem capaz de construir novos paradigmas que habilitem a aprender, a criar, a investigar, a resolver problemas, a produzir, a ter e a ser”.

Nesse contexto, se evidencia a importância da EaD que permite que cada vez mais educandos busquem nessa forma de ensino um meio de acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida.

## MODELAGEM MATEMÁTICA

A Modelagem Matemática é um método auxiliar do professor no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Bassanezi e Ferreira (1988), a modelagem Matemática busca, a partir de um problema não Matemático, sua solução por meio de modelos matemáticos, dentro





de uma teoria matemática conhecida. Porém, lembram que os métodos existentes em dada teoria podem não ser suficientes para a resolução do problema e não convergir para os resultados desejados. Neste caso, recomendam voltar-se ao problema inicial, simplificando-o sem, contudo, descaracterizá-lo, mas tornando-o matematicamente tratável.

No diagrama da Figura 2, são destacadas as diversas fases num processo de Modelação Matemática, de acordo Biembengut, (1997, *apud* Stahl, 2003).

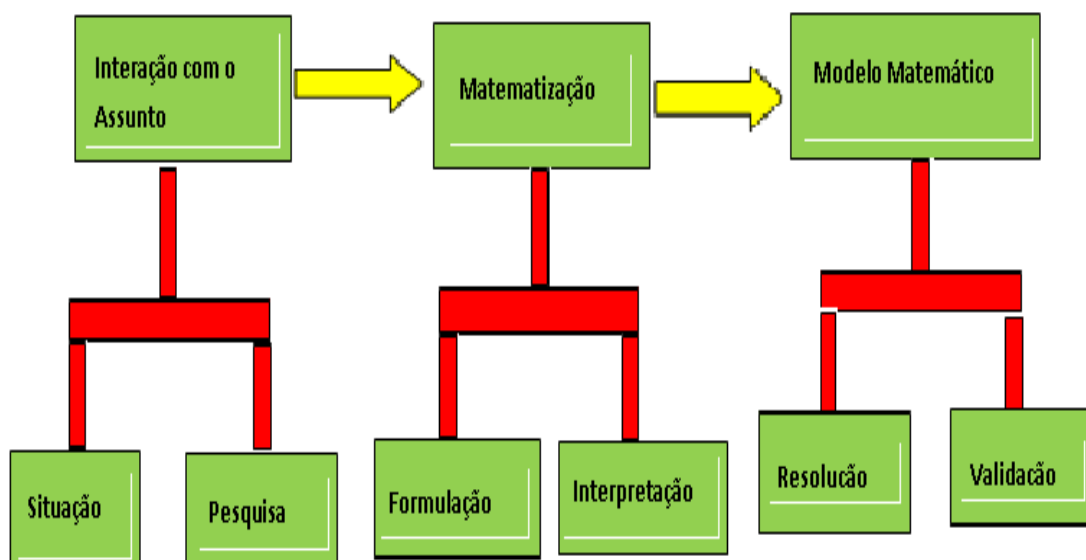


FIGURA 2 - Diagrama do processo de Modelagem Matemática.

Fonte: Biembengut, (1997, *apud* Stahl 2003).

As etapas são ainda evidenciadas pela autora:

1ª etapa: Interação com o assunto

Definida a situação que se pretende pesquisar, deve ser feita uma pesquisa sobre o assunto indiretamente (livros, internet, jornais e revistas) e diretamente (dados experimentais obtidos por especialistas da área). Esta etapa é subdividida em duas (reconhecimento da situação problema e familiarização), estas não obedecem a uma ordem rígida nem tampouco se finda ao passar para etapa seguinte. A situação-problema torna-se cada vez mais clara, ao passo que se vai interagindo com os dados.

2ª etapa: Matemáticação

Para Powell e Bairral (2006), Matematar é um processo natural, inerente a todo o ser humano, que deve ser desenvolvido à medida que este tome consciência de um evento ou acontecimento matemático e construa para ele diferentes formas de convencimento.



É subdividida em formulação do problema e resolução, é mais complexa e “desafiante”. A fase da “tradução” da situação problema para linguagem matemática é indispensável à intuição e a criatividade. Na formulação e avaliação de hipóteses é importante se considerar as informações relevantes e não relevantes nos fatos envolvidos; decidir quais fatores deve-se seguir; identificar constantes; generalizar e selecionar variáveis relevantes; selecionar símbolos apropriados para as variáveis e descrever as relações em termos matemáticos.

Encerram essa fase um conjunto de expressões aritméticas, ou fórmulas, ou equações algébricas, ou gráficos, ou representações, ou programa computacional que levam a solução ou permitem a dedução de uma solução.

### 3ª etapa: Modelo Matemático

Ao finalizar o modelo é necessário verificar em que nível este se aproxima da situação problema representada, para então, poder utilizá-lo. Se o modelo não atender as necessidades que o gerou, o processo deve ser retomado a 2ª etapa, mudando a hipótese, variáveis etc.

Para D’Ambrósio (1986), o modelo seria o ponto de ligação entre as informações captadas pelo indivíduo e sua ação sobre sua realidade. Situa-se no nível do indivíduo e é criado por ele como um instrumento de auxílio para a compreensão da realidade. O processo de modelagem, ou seja, o caminho de criação do modelo, ainda segundo o autor, é o processo mediante o qual se definem as estratégias de ação do sujeito sobre a realidade.

Biembengut e Hein (2000), Stahl (2003), Meyer *et.al* (2011) entre outros pesquisadores, aplicaram a modelagem matemática como uma metodologia de ensino obtendo bons resultados.

## PESQUISA DE CAMPO

O presente trabalho, de abordagem qualitativa, analisará os registros escritos dos alunos de uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental, de uma escola particular no município de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro, durante a resolução de uma atividade solicitada, de forma a analisar o desenvolvimento do processo cognitivo da aprendizagem em matemática.

Optou-se por esta turma para a realização da pesquisa por fazer parte do quadro de trabalho das pesquisadoras. Vale ressaltar que a turma nunca havia se envolvido em atividades envolvendo a metodologia de escrita nas aulas de matemática.



As professoras - pesquisadoras dividiram a turma em cinco grupos, sendo quatro com 4 elementos e um com 5 elementos. Optou-se pela criação de um *e-mail* para cada grupo para ser utilizado pelos seus integrantes a fim de efetuarem os registros das discussões à distância a respeito das questões propostas. Uma das alunas logo que a proposta do *e-mail* foi apresentada, perguntou se poderia utilizar um aplicativo de bate papo do celular e depois enviar as conversas para o *e-mail*. Proposta aceita pelas professoras.

Nas discussões, o aluno é livre para escrever o que quiser relacionado às formas de como chegar à solução das questões sugeridas e ajudar os colegas num trabalho colaborativo.

As professoras-pesquisadoras terão o trabalho de ler todas as composições elaboradas nos *e-mails*, responder as dúvidas eventuais que surgirem, procurando dirigir o entendimento dos educandos.

417

## APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

O problema gerador e as três primeiras questões propostas foram iguais para todos os grupos, sendo a quarta questão exclusiva para cada grupo. O quadro 2 apresenta o problema gerador e as respectivas questões:



**Problema gerador**

Como está se aproximando a data da gincana de matemática da escola e a gincana é solidária, arrecadam-se vários tipos de alimentos e produtos de higiene e limpeza, aproveitamos para propor o seguinte problema.

Dada uma caixa de papelão que será utilizada para colocar os alimentos e produtos de higiene e limpeza para serem doados, precisamos forrar a caixa por fora com papel pardo.

Pede-se:

**GRUPO 1**

1- Quanto papel será necessário?

2- Sabe-se que a folha de papel pardo medindo 80 cm x 120 cm custa R\$ 1,00. Quanto será gasto em reais para forrar a caixa?

a) R\$ 1,00      b) R\$ 2,00      c) R\$ 3,00      d) R\$ 4,00

3- Dividindo-se o valor gasto para forrar a caixa entre os integrantes do seu grupo, quanto cada um terá que desembolsar?

a) R\$ 0,20      b) R\$ 0,25      c) R\$ 0,40      d) R\$ 0,50

4- Quantas embalagens de detergente para louça de 500 ml poderão ser colocados dentro da caixa?

**GRUPO 2**

4- Quantas embalagens de papel higiênico com 4 rolos poderão ser colocados nessa caixa?

**GRUPO 3**

4- Quantas caixas de leite poderão ser colocadas dentro dessa caixa?

**GRUPO 4**

4- Quantas latas de achocolatado de 500 g poderão ser colocadas dentro dessa caixa?

**GRUPO 5**

4- Quantos quilogramas de macarrão poderão ser colocados dentro dessa caixa?

Durante a realização da pesquisa foi constatado a dificuldade dos alunos em desenvolver o processo de matematização mediante o registro escrito. A maioria das escritas era breve e pouco significativa, muitos integrantes não participaram das interações em seu grupo, estas ocorrências já haviam sido relatadas por Powel e Bairral (2006). Os integrantes do grupo 3 não conseguiram realizar os registros escritos, assim como do grupo 5, ambos expressaram somente as respostas finais, como se percebe na mensagem que aparece abaixo:



**Mensagem da aluna M (Grupo 3) enviada para o grupo:**

*Boa tarde, meninas consegui resolver as questões.*

*Questão 1: 2 folhas de papel*

*Questão 2: 2 reais*

*Questão 3 : 40 centavos*

*Questão 4: 42 caixas de leite!*

*Pronto conseguimos! Bjos M.*

Em algumas mensagens a procura por fórmulas prontas para a resolução se torna evidente. Abaixo são transcritas duas delas:

419

**Mensagem da aluna L (Grupo 2) enviada a professora, solicitando ajuda:**

*Professora Sandra,*

*A nossa equipe está com algumas dúvidas, porque nós j,,:] voltamos das férias há pouco tempo e a nossa mente ficou muito tempo parada. Como você tinha falado na aula, se a pessoa usa muito a calculadora, por exemplo, ela perde a prática de fazer as contas. E mesmo a gente não tendo usado calculadora nas férias, nós perdemos um pouco a prática de alguns exercícios escolares. Nós não lembramos muito de como são feitas as questões que foram passadas. Nós estamos com algumas dúvidas, e seria excelente que você respondesse, dentro do possível, claro.*

**Mensagem da aluna M (Grupo 1) enviada para o grupo:**

*Eu pensei que podíamos medir o volume do detergente e da caixa para descobrir quantos detergentes de 500 ml cabem, mas o problema seria a fórmula, pois pelo que vi a gente ainda não sabe fazê-la. O que vocês acham?*

Um dos atributos da Função transacional na Abordagem produto é de os registros escritos expressarem respostas curtas, quase perfeitas às questões fornecidas pelo professor (POWELL e BAIRRAL, 2006). Analisando as mensagens trocadas encontramos em grande maioria textos com essas especialidades. A mensagem da aluna M (Grupo 1) transcrita abaixo indica essa característica:

**Mensagem da aluna M (Grupo 1) enviada para o grupo:**

*As medidas da caixa já foram tiradas, e a do detergente também! A medida do detergente é:*

*Diâmetro do fundo do frasco é 5 cm*

*Altura do frasco é de 25 cm*

*A medida da caixa é:*

*60 cm lado maior*

*40 cm lado menor*

*42 cm altura*

*60 cm fundo da caixa*



Acreditamos que quando se considera a atividade intelectual do aluno, suas ideias e produções, a escrita é uma ferramenta imprescindível na aprendizagem dos conteúdos em matemática. Ao se propor situações que exigem do aluno pensar sobre determinada situação-problema, por exemplo, os registros escritos permitem ao educando articular saberes que já possui e novos, fazendo circular as ideias, reavaliando certezas, suscitando dúvidas.

Assim sendo, o debate e o aparecimento sucessivo de questionamentos propiciam aos interlocutores refletirem criticamente sobre seus saberes. No texto abaixo, a aluna L (grupo 2) comenta sobre o cálculo que a aluna J fez sobre a quantidade de pacotes de papel higiênico que poderão colocar na caixa, comparando o volume da caixa com o volume do pacote discordando e justificando.

420

**Mensagem da aluna L (Grupo 2) enviada para o grupo:**

*Pelo que eu fiz o volume do papel higiênico deu 5280. Porque as medidas são 20 x 24 x 11 (eu medi o pacote de novo) E o volume da caixa, como J falou, é 126000 cm cúbicos. Então 126000 dividido por 5280 dá 23, 8 e mais alguma coisa. Então eu aproximei para 24. Mas J acha melhor aproximar para 23. Então... eu pensei melhor e é melhor sobrar do que faltar espaço. Portanto, seriam 23 pacotes de quatro rolos.*

Entendemos que trabalhar com o processo da produção da escrita é permitir a aprendizagem matemática socializada e não fragmentada com imposições autoritárias de regras e modelos prontos de raciocínio. É ir além das paredes de uma sala de aula, onde haverá a estimulação de interlocutores ativos, desprovidos do medo de pensar, de resolver e de raciocinar.

O integrante do grupo 4 foi a campo (supermercado) para pesquisar sobre a lata de achocolatado de 500g e constatou não existir a mesma no mercado, encontrou somente embalagens com 400g. O texto abaixo relata o fato:

*4- Quantas latas de achocolatado de 500g poderão ser colocadas dentro dessa caixa?  
Resposta: poderão ser colocadas 90 latas de nescau de 400g nessa caixa.  
obs: não existe lata de 500g no mercado.*

Vale ressaltar que o aluno J. V. portador do Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), pertencente a um dos grupos, não conseguiu expressar seu pensamento de resolução por intermédio da escrita; porém conseguiu expressar oralmente para a professora os caminhos e sequência dos cálculos que usaria para tentar solucionar os problemas propostos.



A seguir nos reportaremos à fala de J.V, transcrita pela professora. *“Escolhi quatro folhas de papel pardo porque é melhor sobrar do que faltar”*; *“Medirei primeiro com as mãos em cima dos pacotes de papel higiênico e depois colocarei cada pacote dentro da caixa e marcarei com a caneta cada pacote”*; *“Devo observar as medidas que estão em cada embalagem para depois fazer a conta”*; O aluno ainda destaca o valor energético do alimento trabalhado nas aulas de ciências: *“Olha as calorias na caixa de leite e no achocolatado?”*. O educando conseguiu buscar soluções para os problemas propostos se utilizando de objetos concretos e apesar de não conseguir se expressar digitando mostrou-se íntimo na utilização da internet.

421

## CONCLUSÃO

Nas mensagens de *e-mails* compartilhadas pelos integrantes dos grupos, podemos observar nos registros escritos as trocas de ideias entre os mesmos num trabalho colaborativo, com diversidade de articulações de saberes, de certezas ou dúvidas, de respeito à forma de pensar e as atitudes dos seus membros.

A que se destacar que somente em dois grupos houve o envolvimento de todos os componentes nas interações, nos demais por volta de 70% dos integrantes não participaram. Após o encerramento das atividades foi levantado pela professora um questionamento sobre o motivo pelo qual os mesmos agiram de tal forma. Muitos responderam que não tem o hábito da utilização da escrita nas aulas de matemática, acrescidos da timidez, do medo de errar e de os outros integrantes perceberem seu erro.

No entanto, ao término da dinâmica os alunos avaliaram como positiva a metodologia adotada e demonstraram interesse em continuar trabalhando dessa forma.

Apesar das dificuldades encontradas com relação à resistência de alguns alunos a experiência trouxe contribuições importantes para nosso exercício docente, principalmente por nos mostrar que apesar de sabermos que esta prática não é fácil de ser lograda, devemos persistir, propondo atividades que possam fazer a diferença em sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos manuscritos realizados pelos alunos durante a realização dos trabalhos propicia ao professor identificar as interações dos educandos uns com os outros e com o meio.





A escrita permite não apenas a verificação por parte do professor de como o aluno elabora os conceitos, mas também dele próprio refletir sobre o que escreveu.

Entende-se que a prática pedagógica seguida pelo professor é uma das grandes responsáveis pelo sucesso do processo ensino-aprendizagem. Paulo Freire (1996 p. 44) diz que: “pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”. Cremos que o professor comprometido com a qualidade da educação deve estar sempre buscando tornar a aprendizagem matemática mais significativa<sup>1</sup>, de forma autônoma, compartilhada e não fragmentada, trabalhando o conteúdo sob diferentes enfoques, permitindo que o aluno os relacione com outros, com didáticas mais dinâmicas, desafiadoras, atraentes e que motivem o aluno.

A escrita matemática por intermédio de ferramentas e aplicativos midiáticos evita a fragmentação dessa disciplina e suscita a formação de conceitos de ensino e aprendizagem. Nesse interim, faz nascer uma relação dialógica com o mundo contemporâneo formando novos paradigmas que se constroem sobre fundamentos sólidos, atingindo as dimensões cognitivas, afetivas e sociais do ser humano.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S. DE. “Dificuldades de Aprendizagem em Matemática e a percepção dos professores em relação a fatores associados ao insucesso nesta área” *Artigo Conclusão de Curso de Matemática*. Universidade Católica de Brasília (UCB), 2006.
- ANTUNES, C. *Trabalhando Habilidades: construindo ideias*. São Paulo: Scipione, 2001.
- BAIRRAL, M.A. “Movendo discos, construindo torres e matematizando com futuros professores”. *Boletim Gepem*, nº38. Rio de Janeiro, pp.95-110, 2001.
- BASSANEZI, R. C. FERREIRA, W. C. *Equações Diferenciais com Aplicações*. São Paulo: Harbra Ltda, 1988.
- BIEMBENGUT, M. S.; HEIN, N. *Modelagem Matemática no ensino*. Editora Contexto, São Paulo 2000.
- COLAÇO, V. de F. R. *Processos Interacionais e a Construção de Conhecimento e Subjetividade de Crianças*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2004.

<sup>1</sup> Teoria de aprendizagem de David Ausubel, que se caracteriza pela interação cognitiva entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio. (Moreira, 1999).



D'AMBRÓSIO, U. *Educação Matemática*. Summus Editorial. São Paulo: Editora Unicamp, Campinas, 1986.

DAMIANI, M. F. *Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios*. Educar, Curitiba, n. 31, p. 213-230, Editora UFPR, 2008.

FIORENTINI, D. “Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente?” In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa em educação matemática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KLÜSENER, R. *Ler, escrever e compreender a matemática, ao invés de tropeçar nos símbolos*. In: NEVES, I. C. B. (Org.) *Ler e escrever: Compromisso de todas as áreas*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MEYER, J. F. da C. A.; CALDEIRA, A. D. ; MALHEIROS, A. P. dos S. *Modelagem em Educação Matemática*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

MEHLECKE, Q. T. C.; TAROUÇO, L. M. R. Ambientes de suporte para a educação à distância: a mediação para aprendizagem cooperativa. In: CINTED-UFRGS *Novas tecnologias na educação*. V.1 Nº 1. Fevereiro, 2003. Disponível em: <[http://penta2.ufrgs.br/edu/ciclopalestras/artigos/querte\\_ambientes.pdf](http://penta2.ufrgs.br/edu/ciclopalestras/artigos/querte_ambientes.pdf)> Acesso em 29 jun. 2014.

MORAN, J. M. O que é educação à distância. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm>> Acesso em: 26 jun. 2014.

MOREIRA, M. A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: EPU. 1999.

OLIVEIRA, E. G. Formação de professores à distância na transição de paradigmas. Reunião anual da associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 26 out. 2003, Poções de Caldas. Anais Poços de Caldas: ANPED, 2003. p. 120. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/elsaguimaraesoliveira.rtf>> Acesso em: 27 jun. 2014.

OLIVEIRA I. B.; SGARBI, P. de. *Redes culturais, diversidades e educação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

PARANÁ. Tutoria em EAD / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. – Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015329.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2013.

POWELL, A., BAIRRAL, M. *A escrita e o pensamento matemático: Interações e potencialidades*. Campinas/SP: Papirus, 2006.



SMITH, C., STRICK L. *Dificuldades de aprendizagem de A a Z*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I. *Ler, escrever e resolver problemas e habilidades básicas para aprender Matemática*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STAHL, N. S. P. *O Ambiente e a Modelagem Matemática no Ensino do Cálculo Numérico*. Campinas-SP. *Tese de Doutorado em Educação Matemática*, Faculdade de Educação, Unicamp, 2003.



## UMA PARCERIA AO PÉ DA LETRA: TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL

ALMEIDA, Jaqueline Maria

*Estudante de doutorado do Programa de Cognição e Linguagem-UENF*  
*jaquelinemalmeida@yahoo.com.br*

TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana

*Estudante de mestrado do Programa de Cognição e Linguagem-UENF*  
*maryjeanne@bol.com.br*

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros

*Professor do Programa de Cognição e Linguagem-UENF*  
*chmsouza@gmail.com*

425

**RESUMO:** Este artigo visa refletir a respeito da produção textual e como estes deveriam ser trabalhados apoiados no uso da tecnologia. Problematiza-se a questão da mudança do perfil do leitor e autor nas escolas, e também as dificuldades dos professores de se adequarem a esse novo público. O objetivo foi verificar o desempenho de futuros docentes em relação ao uso de recursos tecnológicos. Este estudo foi realizado com universitários com faixa etária entre 18 e 23 anos, para coleta e análise de dados foi aplicado um minicurso em que foram trabalhados textos impressos e digitais. A pesquisa apontou que para muitos professores não há clareza sobre como se devem trabalhar os textos digitais em sala de aula e, diante das dúvidas e incertezas, os docentes ainda continuam desenvolvendo uma prática voltada para concepções tradicionais do ensino da Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** Tecnologia na educação, Gêneros textuais, Leitura e produção de textos.

**ABSTRACT:** This article aims to reflect on the text production and how they should be treated supported by the use of technology. It is discussed the question of the reader and author profile change in schools, and also the teachers' difficulties to suit this new audience. The objective sought to verify the future teachers' performance related to the use of technological resources. This study was conducted with students aged between 18 and 23 years old and for data analysis and collection a short course was applied in which digital and printed texts were used. The survey showed that for many teachers there is no clarity about how to work the digital texts in class and, against doubts and uncertainties, teachers are still developing a practice turned to traditional conceptions of Portuguese teaching.

**Keywords:** Technology in education, Textual Genres, Reading and text production.



## INTRODUÇÃO

Diante da influência da tecnologia na sociedade contemporânea houve uma mudança de paradigma no perfil dos jovens, autores e leitores, denominados nativos digitais. A produção textual digital revolucionou e, de certa forma, alterou o espaço da escrita modificando a relação do leitor com o texto, as maneiras de ler, e a forma como se dá os processos cognitivos.

Desta forma, é necessário olhar a educação sob outro ponto de vista, buscando uma nova abordagem, um novo formato, no qual a comunicação não seja mais unilateral, e sim uma conversa de mão dupla. O aluno precisa interagir não somente com o professor, mas também com seus pares.

Assim, o objetivo deste trabalho foi verificar o desempenho de futuros docentes em relação ao uso de recursos tecnológicos quando solicitados a realizar uma apresentação cujo conteúdo fosse uma produção textual, oral ou escrita. A tecnologia pode e deve facilitar o trabalho docente, instigando a troca de informações e conhecimento, além de proporcionar uma participação mais ativa dos alunos que podem levar para a sala de aula o conteúdo a ser trabalhado, mas com um *layout* diferenciado.

## UM BREVE PARÂMETRO DO ENSINO BRASILEIRO

De maneira geral, o ensino no Brasil, não só de Língua Portuguesa, mas de todas as disciplinas, é hoje um grande desafio para aqueles que estão em sala de aula, independente do nível de atuação. No entanto, essa dificuldade não está restrita aos profissionais que atuam em sala de aula, este é um problema também dos pesquisadores que buscam encontrar soluções para melhorar as práticas de ensino.

Os esforços pioneiros de transformação da alfabetização escolar consolidaram-se, ao longo de uma década, em práticas de ensino que têm como ponto tanto de partida quanto de chegada o uso da linguagem. Práticas que partem do uso possível aos alunos e pretendem provê-los de oportunidades de conquistarem o uso desejável e eficaz<sup>1</sup>. Em que a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a

<sup>1</sup> Eficácia, no uso da linguagem, refere-se aos efeitos alcançados em relação ao que se pretende. Por exemplo: convencer o interlocutor por meio de um texto argumentativo, oral ou escrito; fazer rir por meio de uma piada; etc. (PCN, 1997, p. 21).



decodificação e o silêncio. Em que a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a expressão e a comunicação por meio de textos e não a avaliação da correção do produto. Em que as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensarem sobre a linguagem para poderem compreendê-la e utilizá-la adequadamente (PCN, 1997, p. 21).

À falta de conhecimento, ou domínio, das características da Língua Portuguesa se associam as inúmeras dificuldades e fracassos enfrentados pela educação pública no Brasil. A responsabilidade por esse fracasso pode ser atribuída a dois fatores: primeiro à precariedade do ensino em que estão englobadas políticas e reformas pouco eficazes, como a falta de incentivo aos profissionais e suporte pedagógico de auxílio ao professor; a segunda parcela da responsabilidade é direcionada, no caso do Ensino Fundamental I, à “persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizada” (ANTUNES, 2003, p. 19).

Assim como os PCN, alguns estudos da linguística textual demonstram a importância de se trabalhar com o texto, principalmente, de maneira contextualizada. O texto deve ser usado como objeto de ensino da língua, abandonando-se palavras ou frases soltas. Essa proposta teve início dentro das academias, e tem se disseminado, a curtos passos, até as escolas. A ideia não é deixar de ensinar gramática, mas trabalhá-la dentro dos textos.

“Que o ensino de língua deva dar-se através dos textos é hoje um consenso tanto entre os linguistas teóricos como aplicados. Sabidamente, essa é, também, uma prática comum na escola e orientação central dos PCN” (MARCUSCHI, 2008, p. 51). Mas o problema não é a rejeição ou aceitação deste postulado, mas se isto é, ou como é colocado em prática.

O que se percebe é que para muitos professores não há clareza sobre como se deve trabalhar o texto em sala de aula e, diante das dúvidas e incertezas, em muitas escolas, os docentes ainda continuam desenvolvendo um ensino voltado para concepções tradicionais da Língua Portuguesa. Desta forma pode se inferir que, primeiramente, criticou-se muito o ensino tradicional, baseado no estudo de regras e normas gramaticais, mas ao se propor o ensino da língua por meio da descrição das estruturas linguísticas e da linguística funcional, muitos professores se sentiram inseguros e, às vezes, despreparados. Consequentemente, os resultados na sala de aula continuaram ruins.

O professor precisa estar preparado para trabalhar a diversidade textual, pois “[...] o trabalho com textos não tem um limite superior ou inferior para a exploração de qualquer tipo de problema linguístico, desde que na categoria *texto* se incluam tanto os falados como os



escritos” (MARCUSCHI, 2008, p. 51). De acordo com Marcuschi (2008, p. 51), “com base em textos pode-se trabalhar”:

- a) as questões do desenvolvimento histórico da língua;
- b) a língua em seu funcionamento autêntico e não simulado;
- c) as relações entre as diversas variantes linguísticas;
- d) as relações entre fala e escrita no uso real da língua;
- e) a organização fonológica da língua;
- f) os problemas morfológicos em seus vários níveis;
- g) o funcionamento e a definição de categorias gramaticais;
- h) os padrões de organização de estruturas sintáticas;
- i) a organização do léxico e a exploração do vocabulário;
- j) o funcionamento dos processos semânticos da língua;
- k) a organização das intenções e os processos pragmáticos;
- l) as estratégias de redação e questões de estilo;
- m) a progressão temática e a organização tópica;
- n) a questão da leitura e da compreensão;
- o) o treinamento do raciocínio e da argumentação;
- p) o estudo dos Gêneros Textuais;
- q) o treinamento da ampliação, redução e resumo do texto;
- r) o estudo da pontuação e ortografia;
- s) os problemas residuais da alfabetização.

E muitos outros aspectos facilmente imagináveis, pois essa relação não é exaustiva, nem obedece a alguma ordem lógica de problematização (MARCUSCHI, 2008, p. 51).

Embora muitos professores, pesquisadores e instituições venham discutindo e buscando desenvolver alternativas que motivem e fundamentem uma reorientação do ensino de língua renovado, de modo a preparar os alunos para as exigências sociais que surgem a cada dia, aparentemente, essas tentativas ainda não estão surtindo efeitos na prática, talvez, por serem ações assistemáticas e isoladas. “Sabemos que um problema do *ensino* é o tratamento inadequado, para não dizer desastroso, que o texto vem recebendo, não obstante as muitas alternativas e experimentações que estão sendo hoje tentadas” (MARCUSCHI, 2008, p. 52). Contudo, o problema, muitas vezes, não está na dificuldade de acesso aos textos, mas sim na maneira como ele é apresentado ao aluno.

Quanto a essa inadequação, sabe-se que os textos escolares, sobretudo nas primeiras series, padecem de problemas de organização linguística e informacional. Por vezes, eles carecem de coesão, formando um conjunto de frases soltas e, em outras, a têm em excesso causando enorme volume de repetições tópicas. Em qualquer dos casos, o resultado será, evidentemente, um baixo rendimento do aluno. De resto, os textos escolares revelam ignorância e descompasso em relação à complexidade da produção oral dos





alunos. Ignoram que o aluno já fala (domina a língua) quando entra na escola (MARCUSCHI, 2008, p. 53).

Segundo Marcuschi (2008, p. 53), grande parte dos alunos, mesmo após anos de estudo, apresentam pouco domínio da linguagem nas produções de textos, sejam elas escritas ou orais, o que afeta diferentes áreas de sua vida.

Com enormes dificuldades de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta. Naturalmente, como tantos outros, vai ficar à margem do entendimento e das decisões de construção da sociedade (ANTUNES, 2003, p. 20).

Dá a importância de se trabalhar a língua e, principalmente, de se ensinar a Língua Portuguesa, pois é necessária uma melhor preparação dos alunos, para que estes se tornem leitores e escritores, não apenas para a escola, mas para a vida. É dessa forma que esses sujeitos poderão exercer sua cidadania de forma prática e consciente, e também tenham chance de ascensão social.

## 1. MAS O QUE SÃO TEXTOS AFINAL?

De acordo com Dubois et al (2007, p. 586) “chama-se *texto* o conjunto dos enunciados linguísticos submetidos à análise: o texto é então uma amostra de comportamento linguístico que pode ser escrito ou falado”.

Contudo, de acordo com Antunes (2009, p. 50), “algumas distorções do fenômeno linguístico, sobretudo aquelas acontecidas dentro das salas de aula, impediram que essa evidência fosse percebida”. Desta forma, de acordo com a autora, por causa dessas “distorções, chegou-se a crer que textos são apenas aqueles escritos, ou aqueles literários, ou aqueles mais extensos (uma palavra só nunca poderia constituir um texto!)”.

De acordo com Koch (2003, p. 16), o conceito de texto depende “das concepções que se tenha de língua e de sujeito”. Para a autora, existem três concepções de texto. São elas:

Na concepção de língua como representação do pensamento e de sujeito como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto é visto como um produto – lógico – do pensamento (representação mental) do autor, nada mais cabendo ao leitor /ouvinte senão ‘captar’ essa representação mental, juntamente com as



intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo.

Na concepção de língua como código – portanto, como mero *instrumento* de comunicação – e de sujeito como (pré)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito. Também nesta concepção o papel do “decodificador” é essencialmente passivo.

Já na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação (Grifos nossos).

Neste trabalho, consideraremos texto, a proposta de Antunes (2009, p. 51):

O texto envolve uma teia de relações [de palavras], de recursos, de estratégias, de operações, de pressupostos, que promovem a sua construção, que promovem seus modos de sequenciação, que possibilitam seu desenvolvimento temático, sua relevância informativo-contextual, sua coesão e sua coerência (...).

De acordo com Travaglia (2002), a comunicação, seja ela oral ou escrita, ocorre por meio de textos, em um determinado contexto ou situação comunicativa. E cada um desses textos possuem características próprias, em sua estrutura e composição, que fazem com que tenhamos que contemplar vários aspectos como: a) seleção e organização das informações, ideias, objetivos, conceitos, etc.; b) a estrutura do texto, de acordo com o seu propósito comunicativo, bem como do conhecimento que se pressupõe que seus interlocutores tenham, para que a comunicação se estabeleça; c) a organização das ideias e a sequência linguística, que atenderá e auxiliará com as estratégias argumentativas em todos os planos da língua (fonológico, morfológico, lexical, frasal, etc.).

Desta forma, a escrita, como qualquer atividade humana, exige, para ser bem executada, o domínio de algumas habilidades, dentre estas, estão: o domínio das regras gramaticais da língua, da tipologia textual, do objetivo comunicativo, da função social do texto, entre outras, para que se consiga estabelecer uma comunicação entre os interlocutores. Mas faz-se necessário ressaltar que os textos não são unicamente as realizações escritas. Os textos também podem ser orais e/ou não verbais.



## 2. E COMO TRABALHAR OS TEXTOS USANDO OS RECURSOS TECNOLÓGICOS DIGITAIS?

A realidade dos alunos a cada dia é mais tecnológica, tornando-os curiosos e estimulados a inserir a tecnologia no dia a dia escolar, essa seria uma boa estratégia para inseri-los no mundo da leitura e escrita, podendo aproveitar todo seu potencial criativo e tecnológico, canalizando-o para atividades de produção e interpretação textual, mas envolvendo mídias e conteúdos de seu interesse e relacionado ao conteúdo programático escolar. Essa realidade digital pode ser bastante positiva, em especial, no contexto escolar, pois conforme Marcuschi (2010, p. 21) “um dos aspectos essenciais da mídia virtual é a centralidade da escrita, pois a tecnologia digital depende totalmente da escrita”. Segundo MORAN (2013 p. 29),

Aprendemos pelo prazer, porque gostamos de um assunto, de uma mídia, de uma pessoa. O jogo, o ambiente agradável, o estímulo positivo podem facilitar a aprendizagem. Aprendemos mais, quando conseguimos juntar todos os fatores: temos interesse, motivação clara; desenvolvemos hábitos que facilitam o processo de aprendizagem; e sentimos prazer no que estudamos e na forma de fazê-lo.

O impacto das tecnologias digitais na sociedade atual tem influenciado não só a educação, mas também o próprio letramento, ou seja, a vida das crianças e adolescentes fora da escola. Estamos passando por um período de cultura eletrônica, a diversidade e disponibilidade das mídias com acesso às mais diversas informações está tornando nossa sociedade mais “textualizada”, valorizando a escrita (Ibid, 2010, p. 16).

Os próprios manuais didáticos já vêm se adequando a essa nova realidade trazendo orientações sobre os gêneros digitais como: e-mail, blog, bate-papo, aula chat de EaD, entre outros. Não se pode desconsiderar que estamos vivenciando a era da informação, e que um conjunto de gêneros textuais está emergindo no contexto da tecnologia digital em ambientes virtuais. Para Marcuschi (Ibid, p. 15) “os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita”. Para exemplificar essa proximidade o autor sugere um paralelo “formal e funcional” entre os gêneros emergentes virtuais e os preexistentes.



Figura 1: Quadro comparativo entre gêneros emergentes e já existentes.

Gêneros textuais emergentes na mídia virtual suas contrapartes em gêneros preexistentes		
	Gêneros emergentes	Gêneros já existentes
1	<i>E-mail</i>	Carta pessoal/bilhete/correio
2	Chat em aberto	Conversações (em grupos abertos?)
3	Chat reservado	Conversações duais (casuais)
4	Chat ICQ (agendado)	Encontros pessoais (agendados?)
5	Chat em salas privadas	Conversações (fechadas?)
6	Entrevista com convidado	Entrevista com pessoa convidada
7	<i>E-mail</i> educacional (aula por <i>e-mail</i> )	Aulas por correspondência
8	Aula-chat (aulas virtuais)	Aulas presenciais
9	Videoconferência interativa	Reunião de grupo/conferência/debate
10	Lista de discussão	Circulares/séries de circulares (?)
11	Endereço eletrônico	Endereço postal
12	Blog	Diário pessoal, anotações, agendas

Fonte: Marcuschi (2010, p. 37).

Logo, como podem os professores não se adequarem a essa nova realidade? Como podem não se atualizar em relação ao conteúdo a ser ensinado? Se o objeto de trabalho dos professores é o conhecimento, como podem estes ensinar se desconhecem o conteúdo? (Oliveira, 2007).

Os gêneros textuais ou digitais representam a diversidade de textos que ocorrem em diferentes ambientes discursivos de nossa sociedade. O trabalho com leitura de gêneros diversos tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de bons escritores, pois a condição de se produzir textos tem sua origem na prática de leitura e capacidade de intertextualização. Em se tratando dos gêneros digitais, vale ressaltar que os ambientes virtuais “abrigam” e por vezes “condicionam” os gêneros. Assim, “Não são domínios discursivos, mas domínios de produção e processamento textual em que surgem os gêneros” (Ibid, 2010, p. 31).

Estudar a produção textual é importante para que possamos identificar como se dá a interação entre professores, alunos/leitores e textos, no contexto de sala de aula. O estudo sobre a apresentação de diferentes gêneros textuais pode indicar novos caminhos de ensino da interpretação textual, bem como da produção de textos, incentivando os alunos a desenvolverem conscientemente suas habilidades linguísticas.

O ensino de língua materna deve ultrapassar a aquisição da habilidade de ler ou escrever. A aquisição de uma língua consiste em aprender a usá-la cotidianamente, é se apropriar de tal forma a torná-la meio de expressão, imposição, e se necessário, defender-se.



Logo, pode-se considerar que de modo geral o objetivo da linguagem é o de causar alguma reação ou efeito junto a outro indivíduo.

De acordo com Marcuschi (2008), quando se trata de gênero, o mais importante é a *função* que cada um exerce e não apenas a *forma*. Os gêneros, de certa forma, traduzem as várias formas de interlocução entre indivíduos de comunidades diferentes, mas que vivem numa mesma sociedade.

Logo, se faz necessário pontuar a diferença entre suporte e gêneros, uma vez que o primeiro veicula vários gêneros, enquanto o segundo permuta entre diferentes textos com diferentes objetivos comunicativos. Marcuschi (2008) propõe duas categorias de suportes sendo elas convencionais e incidentais, tema abordado no tópico seguinte, cujo tema é suporte.

#### 2.1.1. Suporte

Além de pontuar a flexibilidade dos gêneros textuais Marcuschi alerta para a proliferação de gêneros novos dentro de novas tecnologias, particularmente na mídia eletrônica. O autor denomina esses novos gêneros de *emergentes* (MARCUSCHI, 2008, p. 198). Mas muitos desses gêneros emergentes não são novos, uma vez que constituem uma modificação ou adaptação dos gêneros já existentes, aos novos meios comunicativos, como a internet, que é um tipo de suporte de gêneros textuais. Desta forma, não é o suporte que determina o gênero, mas sim cada gênero textual que exige um suporte especial.

Os suportes textuais são facilmente confundidos com gêneros textuais. Todavia os suportes tem uma função específica que é a de veicular os gêneros textuais pela sociedade. Os suportes funcionam como veículo de divulgação de vários gêneros textuais, que podem circular separadamente, como o outdoor, ou simultaneamente, como os jornais.

Entendemos aqui como suporte de um gênero um *lôcus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra o texto. Essa ideia comporta três aspectos: a) suporte é um lugar; b) suporte tem formato específico; c) suporte serve para fixar e mostrar o texto (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Os livros didáticos são um exemplo de suporte que possuem um número considerável de textos, mas que muitas vezes estão descontextualizados em relação à realidade sócio histórica da criança. **Ao se trabalhar o suporte como objeto de ensino e não apenas como meio de**



**divulgação o professor passa a ter uma fonte de informações de todos os gêneros e tipos textuais inseridos em um mesmo objeto.**

Materiais de uso social frequente são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar. A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta (PCN, 2000, p. 67).

434

Por serem veículos de divulgação de massa os suportes, quase sempre, possuem linguagem simples, informações atuais e contextualizadas. Por isso os suportes são objetos que podem ser facilmente trabalhados em sala de aula. Os professores podem se valer tanto do objeto já pronto, utilizando recortes, no caso de jornais, por exemplo, ou atualizando e debatendo informações e criando fóruns no caso de utilizar mídias digitais, como os blogs.

Se houver interesse do professor e apoio da escola, os suportes podem ser trabalhados de maneira ainda mais ampla, uma vez que os alunos podem ser seus próprios idealizadores. Os suportes podem se tornar uma maneira proveitosa de se trabalhar a diversidade textual através de assuntos de interesse dos próprios alunos e ainda uma maneira de melhorar a interação do processo ensino-aprendizagem através de maior interação entre professores e alunos por meio da seleção de assuntos, manutenção e atualização dos suportes.

Contudo, a implantação, funcionamento e permanência dos suportes como o *blog*, por exemplo, se devem em grande parte ao envolvimento do professor, pois na maioria das vezes essas atividades se tornam apenas mais uma exigência curricular, ou seja, o envolvimento do professor é apenas o de solicitar a atividade e uma vez cumprida, ela é deixada de lado, pois possui caráter institucional. Para que os suportes funcionem como ambiente de troca de conhecimento é necessária a participação do professor como sujeito, e não apenas como figura. O professor precisa se aproximar do aluno se envolvendo nos debates, expondo suas opiniões e pontos de vista pessoais e não apenas como professor e, principalmente, valorizar o conhecimento dos alunos. Ao não atuar ou atuar apenas como mediador o professor maximiza o caráter institucional dos suportes tornando-os desinteressantes e apenas mais uma atividade escolar.

Existe uma visão errônea de que alunos não gostam de ler e escrever. No entanto, no universo digital em que estamos vivendo, o que esses alunos mais fazem é ler e escrever,





inclusive em línguas estrangeiras. O que ocorre é que muitas vezes nem o professor, nem o próprio aluno percebe isso, pois as redes sociais, jogos online e outros ambientes virtuais são vistos como uso excessivo de oralidade, abreviações e tempo perdido. No entanto, Koch (2003) argumenta que a competência discursiva dos falantes/ouvintes permite que eles sejam capazes de discernir o que é adequado ou inadequado de acordo com o contexto social em que está inserido. Para a autora, essa competência estimula a diferenciação de determinados gêneros de textos, portanto, há o conhecimento, pelo menos indutivo, de estratégias de construção e interpretação de um texto.

435

### 3. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

De acordo com Antunes (2009) pesquisas apontam que, salvo algumas exceções, ainda prevalece nas aulas de Língua Portuguesa um ensino muito estático, sem apresentar as mudanças, as variações, sem interlocutores, sem intenções e por isso descontextualizada da realidade.

O interesse de pedagogos sobre a educação raramente se relaciona à linguagem praticada, em classe, por alunos e professores. Em geral, a preocupação recai sobre os conteúdos e técnicas pedagógicas. Sabemos, todavia, que nenhuma técnica será eficiente, se, entre aluno e professor, não houver adequado entrosamento linguístico, a partir do qual a interação entre interlocutores se realiza. Esse não é um problema simples de ser resolvido, pois, se de um lado o professor não deve praticar o nível de linguagem extremamente diferente daquele do aluno, de outro, também não deve adaptar-se perfeitamente ao nível do aluno, o objetivo da escola é oferecer ao educando a possibilidade de adquirir outros dialetos e praticar outros níveis de linguagem, diferentes do seu de origem (LEITE, 2011, p. 56).

Mas por que trabalhar a língua se quando o aluno chega à escola ele já é um falante plenamente competente? Trabalhar a língua é explorar o “entrosamento entre língua e cidadania – o que implica a relação direta entre escola e sociedade”, é “[...] considerar a dimensão social e política do ensino da língua, ou o ensino da língua como meio e possibilidade de a escola atuar na formação, cada vez mais consciente e participativa, do cidadão” (ANTUNES, 2009, p. 33). É levar ao aluno o conhecimento sobre as possibilidades de articulação da língua e como isso pode trazer benefícios para a vida pessoal e profissional. Ter pleno domínio do uso da língua pode ser considerado como ter mais chances de atuação na sociedade e, principalmente, possibilidade de inércia social.





É importante que o professor se conscientize que o mais importante é promover o conhecimento de maneira mais prática, mais próxima à realidade do aluno, de maneira que essa possa ser levada para a sala de aula. Segundo Levy (2010, p. 108), “Devemos pensar que a humanidade caminha e trilha espaços convergentes a um só pensamento, que é a evolução, cujo momento facilita a educação partilhar com os alunos o uso da tecnologia como integrante do ensino aprendizagem”.

A prática de ensino utilizando diferentes gêneros textuais, sobretudo com o apoio dos recursos tecnológicos digitais, tem mostrado que essa ação, quando possível, desperta maior interesse nos alunos, independente da idade. Mas não basta colocar um vídeo e deixar os alunos assistirem, o material precisa estar em consonância com as competências e habilidades a serem desenvolvidas naquela determinada disciplina.

O material também precisa ser selecionado e pensado para cada público, ou seja, um material apresentado para uma turma não vai necessariamente despertar o mesmo interesse, ou melhor exemplificar o conteúdo para uma outra.

Logo, o uso dos recursos tecnológicos digitais é uma ferramenta imprescindível de socialização para a inclusão funcional dos indivíduos nas atividades sociais em que se inserem. Essa questão também vale para o estudo textual, uma vez que “a aula de língua materna é um tipo de ação que transcende o aspecto meramente interno ao sistema da língua e vai além da atividade comunicativa informacional” (MARCUSCHI, 2008, 173).

A vida em sociedade é muito mais do que apenas os círculos sociais em que estamos inseridos no cotidiano. O comportamento humano também é influenciado por fatores históricos, crenças, discursos. Desta forma, é inegável que a “vivência cultural humana está sempre envolta em linguagem e todos os textos situam-se nessas vivências estabilizadas simbolicamente” (Ibid, p. 173). Daí a importância de se trabalhar os textos, orais ou escritos, mas que fazem parte da realidade dos alunos nos diferentes âmbitos sociais, textos definidos por sua composição, estilo e, principalmente por seus propósitos comunicativos.

De acordo com Koch (2003, p. 55), a escolha do texto não deve ocorrer de maneira aleatória, mas “deverá (...) levar em conta os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes”. Os recursos tecnológicos representam uma excelente ferramenta para trabalhar a diversidade textual uma vez que se pode, por exemplo, realizar uma coletânea de textos verbais e não verbais e trabalhá-los através de uma análise comparativa apresentada em um *Power point*, vídeo, letra de música, ou busca de conteúdos em redes sociais entre outros.



#### 4. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com universitários do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, que utilizam diferentes recursos tecnológicos em seu dia a dia. Para coleta e análise de dados foi aplicado um questionário, para delinear o perfil dos participantes; e também um minicurso em que foram trabalhados textos impressos e digitais.

O grupo é composto de 21 graduandos, de diferentes períodos, com faixa etária de 18 a 23 anos, mas apenas 13 deles participaram desta pesquisa. Este grupo foi escolhido por fazer parte do Projeto PIBID<sup>2</sup> Pedagogia UENF e também pelo fato de seu escopo organizacional incluir encontros semanais, o que facilitou a aplicação dos questionários e das oficinas para a coleta dos dados.

De acordo com o autor, (SELLTIZ et al, 1974, p. 268), “A natureza impessoal do questionário – frases padronizadas, ordem padronizada das perguntas, instruções padronizadas para o registro das respostas – assegura certa uniformidade de uma situação de mensuração para outra”. O conteúdo das perguntas foi “dirigido principalmente para a verificação de ‘fatos’”, ou seja, procurando “diretamente pessoas que estejam em condições para conhecê-los” (Ibid, p. 268).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa lidou com a interpretação de fenômenos e atribuição de significados, sendo o ambiente natural a fonte direta para coleta de dados. Já tendo em vista os objetivos, a coleta de dados se deu de duas maneiras: através da aplicação de questionários e oficinas (KAUARK et al, 2010). As oficinas ocorreram uma vez ao mês, com duração de 4 horas, num período de seis meses.

De acordo com Oliveira (2007, p. 136), “A aula como prática educativa é composta de ações que precedem e sucedem o momento de ‘sala’, conferindo-lhe o caráter processual e histórico”. Seguindo essa vertente, o presente trabalho se desenvolveu analisando o conhecimento prévio de cada aluno, bem como o conhecimento construído ao longo dos minicursos.

O principal objetivo da utilização desta metodologia foi criar um caráter interdisciplinar de conhecimentos, em que a construção do saber se deu através da busca da construção de um saber pragmático. Foi uma tentativa de se colocar em prática o conhecimento já existente sobre o trabalho com textos utilizando os recursos tecnológicos digitais como suporte.

<sup>2</sup> O PIBID é um Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, criado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujo objetivo maior é o incentivo à formação de professores para a educação básica e a elevação da qualidade da escola pública. Por se tratar de um programa de iniciação à docência, os participantes são alunos dos cursos de Licenciatura que, inseridos no cotidiano de escolas da rede pública, planejam e participam de experiências metodológicas,



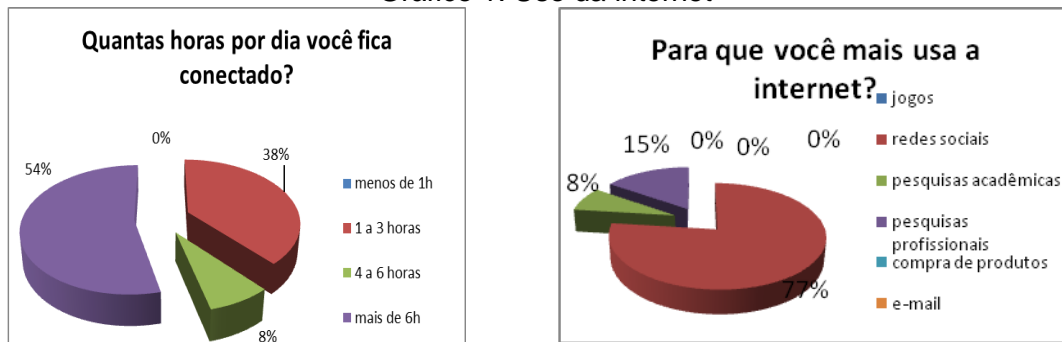
### Análise de dados

A realização das oficinas foi embasada no trabalho de Oliveira (2007), Metodologia da Mediação Dialética (M.M.D.), cuja proposta é levar em consideração a concepção crítica de mundo dos sujeitos envolvidos, na tentativa de criar possibilidade de aprendizagem por compreensão, pela elaboração de conceitos cognitivos ou conhecimento apreendido.

Conforme gráfico 1, os participantes passam mais de seis horas por dia na internet, essa tendência ao uso da internet deve ser aproveitada pelas instituições educacionais, pois conforme Levy (2010) uma das vertentes da educação é partilhar com os alunos o uso da tecnologia como integrante do ensino aprendizagem. Mas esse tempo de acesso não tem sido tão aproveitado conforme poderia, pois eles o utilizam, principalmente, apenas nas redes sociais.

438

Gráfico 1: Uso da internet



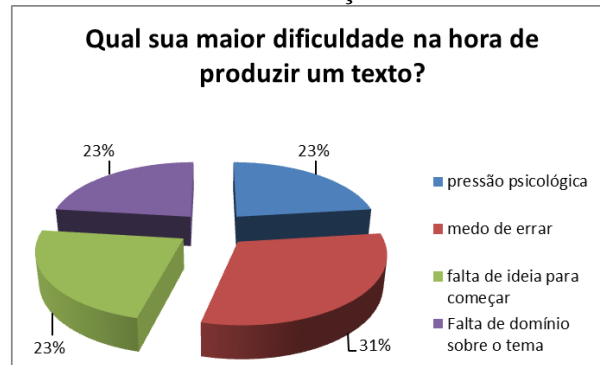
Essa questão também vale para o estudo textual, uma vez que a aula de língua materna que vai além da atividade comunicativa informacional conforme aponta Marcuschi (2008). Como apresentado no gráfico 2 os problemas enfrentados pelos participantes se dividem entre o medo de errar e a falta de ideias para dar início ao texto.

Contudo, o trabalho de produção de um texto envolve escolha e utilização não só de recursos linguísticos, mas de fatores responsáveis pelo conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de palavras, e, para isso, é necessário sensibilidade e reflexão por parte do autor (KOCK, 2003).

tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, na tentativa de superar problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

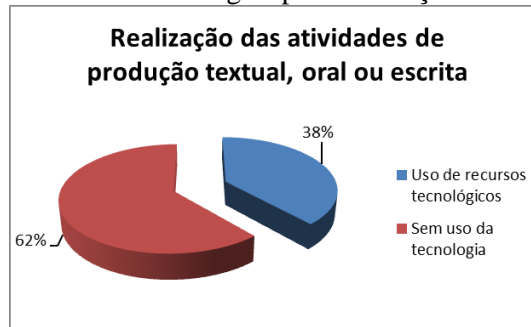


Gráfico 2: Produção textual



O desempenho desses futuros docentes em relação ao uso de recursos tecnológicos, quando solicitados a realizar uma apresentação cujo conteúdo fosse uma produção textual, oral ou escrita, foi aquém do esperado. Vale ressaltar que o tema proposto foi: “quem sou eu”, e o **modelo de apresentação não foi pré-estabelecido.**

Gráfico 3: Uso de tecnologias para realização das atividades



O uso dos recursos tecnológicos digitais foi bastante restrito, pois a maior parte os discente usou apenas o modelo de apresentação realizada em sala de aula por seus professores e um usou o computador para mostrar a música que deu origem ao seu nome. Ou seja, todos que optaram por essa modalidade de apresentação, o fizeram através do Power point, ou seja, ficaram bastante restritos ao uso de um recurso, apesar da variedade de recursos disponível em se tratando de tecnologia digital, conforme quadro 1.



**Quadro 1:** Exemplos de atividades desenvolvidas

Número de alunos	Atividade realizada COM recurso tecnológico digital	Recurso
1	Criou uma linha da vida com datas mais significativas	Power point
1	Realizou uma pesquisa etimológica sobre seu nome completo	Power point
2	Montou uma apresentação com fotos NÃO pessoais	Power point
1	Música	Computador
	<b>Atividade realizada SEM recurso tecnológico digital</b>	<b>Recurso</b>
3	Narrativa	Oralidade
1	Poesia	Escrita
1	Montou um cartaz (estilo vendedor ambulante)*	Oralidade e colagem
1	Montou uma caixa surpresa, ao abri-la, encontrava-se alguns elementos representativos de si.**	
1	Relato	Oralidade acompanhada de 2 fotos e uma imagem
1	Criou um livro utilizando o computador ***	Oralidade e escrita

Fonte: dados da pesquisa

No quadro 2 apresentamos ilustrações de algumas atividades realizadas sem suporte de recursos tecnológicos.

**Quadro 2:** Atividades desenvolvidas sem suporte de recursos tecnológicos

		
Cartaz estilo vendedor ambulante	Caixa surpresa	Livro

Fonte: dados da pesquisa

Considerando que as oficinas oferecidas envolviam *produção textual*, *criatividade* e *uso das tecnologias em sala de aula*, o resultado foi aquém do esperado. Acredita-se que a falta de experiência unida à insegurança de inovar no ambiente acadêmico seja um dos fatores que



acarretaram esse resultado, pois todos os participantes têm domínio considerável sobre os recursos tecnológicos para se preparar materiais diversificados para atividades extracurriculares.

As atividades apresentadas sem o apoio do recurso tecnológico digital é muito próxima ao que já se utiliza no sistema tradicional de ensino. Desta forma, percebe-se que mesmo quando possibilitados de realizar uma atividade diferenciada, o sistema tradicional ainda encontra-se arraigado, refletindo-se nas atividades apresentadas.

## 5. CONCLUSÕES

Observamos que mesmo diante da grande exposição às diferentes tecnologias digitais, demonstração das possibilidades de usos e aplicações em sala de aula, bem como do uso cotidiano dos gêneros digitais, durante os seis meses de oficinas, o uso desses recursos no contexto de sala de aula ainda é incipiente para a maior parte dos futuros docentes que participaram desta pesquisa.

Para muitos desses não há clareza sobre como se devem trabalhar os textos em sala de aula e, diante das dúvidas e incertezas, na maioria das vezes, eles continuam desenvolvendo uma prática voltada para concepções tradicionais do ensino da Língua Portuguesa, conforme demonstrado nas atividades.

Uma das justificativas é que a realidade escolar é diferente e que esses recursos na maioria das vezes não estão disponíveis. Contudo, o que se percebe é que para a maioria deles, recursos tecnológicos digitais se resumem a computador e internet, deixando de lado recursos simples como a câmera do celular, por exemplo.

Apesar dos diversos recursos tecnológicos disponíveis, todos os alunos que os utilizaram se limitaram ao *Power point*, deixando os outros de fora. Aparentemente, eles têm um desconforto ou insegurança em utilizar esses recursos no contexto acadêmico, pela incerteza do limite entre o didático e o informal.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.





BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental, 126 p. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa /**Secretaria de Educação Fundamental, 144p. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DUBOIS, Jean (et al.). **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 2007.

GARCIA, Carlos Marcelo. **A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor.** In: NOVOA, A. Os professores e a sua formação. 2 edição. Lisboa Codex: Portugal: 1995.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: guia prático.** Fabiana Kauark, Fernanda de Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros de Souza (Orgs). Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto.** 2 ed., São Paulo: Cortez 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** 10 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** 2 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

LEITE, Marli Quadros. **Interação pela linguagem: o discurso do professor.** In: ELIAS, Vanda Maria (org.). Ensino da língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura. São Paulo: Contexto, 2011.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Rio de Janeiro: Ed.34,1993. 2 ed., 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.(Coleção Papirus Educação).

OLIVEIRA, Edilson Moreira; ALMEIDA, José Luís Vieira; ARNONI, Maria Eliza Brefere. **Mediação dialética na educação: teoria e prática.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.





SELLTZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU Editora, 1972.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **COMPOSIÇÃO TIPOLÓGICA DE TEXTOS COMO ATIVIDADE DE FORMULAÇÃO TEXTUAL**. Revista do GELNE, vol. 4, nº 12, p. 29-34, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Tipos, gêneros e subTipos Textuais e o ensino de língua materna**. In: BASTOS, Neusa Barbosa. (Org.). *Língua P portuguesa: uma visão em mosaico*. 1 ed. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2002, v. , p. 201-214.



## O BITCOIN: UM SISTEMA ELETRÔNICO DE PAGAMENTO, SEUS DESAFIOS E DESDOBRAMENTOS TECNOLÓGICOS E SOCIAIS

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira

*Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, UENF*  
meftotti@gmail.com

NEY, Vanuza da Silva Pereira

*Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense, PUCG/UFF*  
vanuzap@hotmail.com

OLIVEIRA, Fabio Machado de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, UENF*  
fabiomac@gmail.com

444

### RESUMO

Esse trabalho apresenta uma revisão de literatura à respeito do sistema eletrônico de pagamento chamado bitcoin, que dotado de alta tecnologia, propõe uma virtualização total da moeda sem o envolvimento de qualquer instituição financeira ou governo. Em seguida iremos abordar seus aspectos tecnológicos baseados em redes peer-to-peer e no seu protocolo aberto de criptografia, que valida a utilização dessa moeda no ciberespaço e impulsionam o modo e a forma inovadora de transferência de valores, mercadorias e serviços, levando a consolidação cada vez mais marcante do bitcoin em uma sociedade cada vez mais conectada. Foram utilizados conceitos de novas tecnologias, economia e desdobramentos sociais a luz de teóricos como: Jack Weathford, Satoshi Nakamoto e Federico Neiburg, bem como a constatação do fenômeno de proliferação de possibilidades de troca do dinheiro real pelo virtual, onde veremos também uma forte valorização do bitcoin principalmente em locais onde a economia em crise levou mais pessoas a adotarem o bitcoin na intensão de se proteger de inflação, desvalorização e outras mazelas peculiares que encontramos em moedas doentes e economias em recessão. Relatar algumas iniciativas governamentais de taxar o bitcoin, revela uma das possibilidades reais de suas pretensões e refletir a respeito de uma nova ordem no modelo econômico sem taxas e impostos sobre transações financeiras eletrônicas, bem como, seus impactos na vida cotidiana e na relação dos indivíduos com seu dinheiro. Também foram realizadas pesquisas de campo com análises estatísticas na variação do mercado de cotação de valores em bitcoins, visando validar hipóteses e teorias para fazer o leitor despertar sua consciência à cerca dos conceitos discutidos a fim de contribuir em suas reflexões e conclusões individuais.

**Palavras-chave:** Bitcoin. Novas Tecnologias. Economia

### ABSTRACT

This paper presents a review of the literature regarding the electronic payment system called bitcoin that endowed with high technology, offers a full virtualization of the coin without the involvement of any financial institution or government. Then we discuss its technological aspects based on peer-to-peer networks and open your encryption protocol, which validates the use of that money in cyberspace and boost mode and innovative way of transfer of assets, goods and services, leading to increasingly marked consolidation of bitcoin in an increasingly networked society. A strong appreciation Jack Weathford, Satoshi Nakamoto and Federico Neiburg as well as examining the phenomenon of proliferation of possibilities for the exchange of real money for virtual, where we will see also: concepts of new technologies, economic and social developments of theoretical light were used as the bitcoin especially in places where the ailing economy has led more people to adopt the bitcoin in intension to protect themselves from inflation, devaluation and other peculiar ailments that found in patients currencies and



economies into recession. Report some government initiatives to tax the bitcoin, reveals one of the real possibilities of their claims and to reflect on a new economic order in the model without taxes and tariffs on electronic financial transactions, as well as its impact on everyday life and the relationship of individuals with your money. Field trials of statistical analyzes on the variation of the marked price of bitcoin values, aiming to validate hypotheses and theories to the reader to awaken their consciousness about the concepts discussed in order to contribute in their individual reflections and conclusions were also performed.

**Key-words:** Bitcoin. New Technologies. Economy

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação impulsionou a sociedade para uma expansão da vida em rede e consolidou a era da informação. Nesse sentido Souza (2006) diz que essas transformações operam na base material da vida e promovem um desenvolvimento nas relações sociais que conseqüentemente imprimem novas configurações de possibilidades e poder em um novo espaço.

O espaço em questão, que na atualidade, parece tão natural no cotidiano das pessoas foi imaginado por Gibson (1984) em seu livro *Neuromancer*, apresentando um mundo com representações abstratas do mundo real e expandindo as possibilidades de exploração da mente humana, sustentado por recursos tecnológicos computacionais, onde esse autor cita e define pela primeira vez o termo ciberespaço.

Nesse estudo foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura a respeito das transformações econômicas a partir da consolidação do ciberespaço e da cibercultura, levantando fatos e momentos na história da humanidade onde, ainda nas civilizações antigas, as relações comerciais precisaram de elementos físicos para representação de valores monetários, passando por iniciativas mercantilistas e avanços da modernidade industrial. Certo que a maior contribuição está direcionada nas novas tecnologias que permitem uma nova relação com o dinheiro na atualidade.

Para Weathford (1999), o valor metafórico do dinheiro constitui uma via em que os seres humanos estruturaram sua existência no mundo, e em sua extensão virtual no ciberespaço, também registra a transformação do papel moeda e outras representações materiais do dinheiro em bits, isto é, sinais com uma carga elétrica acima ou abaixo de um padrão, que podem ser armazenados em dispositivos de memória e transmitidos.



Essas novas tecnologias já possibilitam que o dinheiro se apresente de várias formas, desde cartões magnéticos até transações bancárias via internet, entretanto nesse trabalho foi apresentado o bitcoin, com sua proposta e recursos tecnológicos para uma total virtualização do dinheiro, bem como seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos em um mundo cada vez mais conectado. Diante de economias frágeis, incertezas, intervenções governamentais, inflação e moedas doentes, o bitcoin, com o passar do tempo ganha cada vez mais adeptos, que visam proteger suas economias e se mostra uma alternativa viável, sendo assim, esse trabalho aponta os fatores positivos e negativos dessa nova moeda e contribui para um entendimento holístico e isento desses aspectos, para que o leitor possa formular suas próprias impressões.

Apoiado em diversos teóricos e sob uma perspectiva interdisciplinar, essa pesquisa revela questões sociais que demonstram a insatisfação com o atual modelo econômico estabelecido e o paradoxo de aceitação em massa de uma moeda totalmente livre de governos, bancos e instituições financeiras, mesmo sem considerar alguns riscos e vulnerabilidades nessa tecnologia. Foram abordados todos os detalhes técnicos da tecnologia de criptografia da moeda, bem como, seu protocolo de funcionamento. Os fatores de oscilação no mercado e as diversas tentativas de destruir o bitcoin, apontam para o fenômeno de transição do dinheiro para um formato cada vez mais virtualizado e um olhar científico sobre essa temática busca sempre trazer com imparcialidade os fatos e apresentar suas liberdades, bem como limitações de uma economia baseada em moedas eletrônicas.

## **A EPISTEMOLOGIA DO DINHEIRO**

É empírico que algumas invenções da humanidade contribuíram muito no processo de evolução ao longo de sua história. Como exemplo, Navarro (2006) diz que os homídeos, tendo em vista novas necessidades produziram contato com rochas mais duras que resultaram em lascas mais resistentes e contundentes. Esse mesmo autor relata como o domínio do fogo foi importante para o aquecimento corporal, o preparo de alimentos e a manipulação de matérias-primas, pois na história evolutiva do homem, quanto mais avançada a civilização, mais eficientes e práticos eram os artefatos produzidos dependendo dos materiais estratégicos disponíveis.

Segundo Weathford (1999), cada cultura organiza a vida em função de princípios, tarefas e crenças simples e todas as ramificações dessa sociedade formam instituições que



derivam desses valores centrais e demonstram a “configuração cultural” de um povo. O autor explica que os beduínos da Arábia e África do Norte valorizavam muito os camelos. Os navajos<sup>1</sup> e os hebreus tinham o foco nas ovelhas, bem como turcos, mongóis e muitos outros povos em cavalos. Esses animais tornaram-se ponto de convergência na qual suas culturas se configuraram. Então esse autor esclarece os fatos citados dizendo:

Provavelmente seria igualmente difícil para eles compreender nosso mundo, organizado como é, em torno dessa curiosa abstração chamada dinheiro. Os papuans reconhecem que se pode comer inhames e porcos. O casamento traz satisfação sexual e filhos. Os membros de Dogon reconhecem que a arte é bela de se contemplar e que os rituais podem ser atividades de passatempos agradáveis. Comparado com essas formas de satisfação estética e biológica, porém, o dinheiro é desprovido de imediação. Mas na sociedade moderna, o dinheiro serve como a chave que abre as portas de quase todos os prazeres – e também de muitas dores. O dinheiro constitui o ponto de convergência da cultura mundial moderna. Define as relações entre as pessoas, não só entre cliente e comerciante no mercado ou empregador e funcionário no local de trabalho. Cada vez mais na sociedade moderna, o dinheiro define as relações entre pais e filhos, entre amigos, entre políticos e eleitores, entre vizinhos e entre o clero e os paroquianos. O dinheiro forma as instituições centrais da economia e mercado modernos, em torno dele se encontram agrupadas as instituições subordinadas por parentesco, religião e política. O dinheiro é o idioma do comércio no mundo moderno. (WEATHFORD, 1999, p.11)

Apesar da valorização de animais, outras civilizações como os Astecas usavam sementes de cacau como dinheiro, que no mercado asteca podia ser trocado por frutas, legumes, pimentas e produtos manufaturados como cestos, sandálias, roupas, capas emplumadas e também produtos especiais como álcool e escravos. O desejo por objetos raros como dentes de baleia em Fiji e ilhas próximas, a concha de cauri, muito vista em boa parte da África e Oceano Índico, levaram muitos povos a instituírem esses objetos como dinheiro, criando um mecanismo de comércio e acumulação de riqueza, pois esses artefatos não pereciam, representando um avanço para o que temos atualmente. (WEATHFORD, 1999).

Nos relatos de Weathford (1999), a grande revolução no conhecimento e adoção do dinheiro, nasceu nas fronteiras de Tróia, no pequeno reino da Lídia, que seres humanos produziram moedas para atender a demanda criada por um comércio muito forte e expansivo, em uma região que se estabeleceu geograficamente como entreposto comercial entre Europa e o Oriente, onde circulavam produtos das mais variadas espécies. Os reis lídios estabeleceram

<sup>1</sup> Tribo que habitava a América do Norte entre o Novo México e Arizona



uma economia sólida baseada no comércio e seu apogeu foi relatado pelo historiador grego Heródoto, que hoje se faz presente na expressão: “Tão rico quanto Cresos”, com um legado significativo na adoção de moedas como elemento de valor monetário. A Figura 1 mostra a Creseida da Lídia produzida com electro, uma liga de ouro e prata, usada para cunhar as moedas lídias.



Figura 1: Creseida da Lídia  
Fonte: Revista de História da USP v.12 n.26 (1953, p.531).

Com as bases do atual modelo econômico estabelecidas, foi uma questão de tempo para que as moedas assumissem a forma como conhecemos no século XXI e outras formas de representar o dinheiro fossem apresentadas.

O papel-moeda apareceu no século XVII no cenário do mundo moderno e fundamentando nos ideais progressistas do iluminismo, e nesse início foi uma simples representação do ouro e da prata para ser confiável e obter sustentabilidade, entretanto o papel-moeda não tinha utilidade senão como dinheiro. Todos os artefatos utilizados pelo homem para representar valores monetários demandam de um forte poder de abstração, “mas o uso do papel tornou o dinheiro ainda mais abstrato”. (WEATHFORD, 1999, p.144).

A invenção do dinheiro há 2.500 anos, segundo Weathford (1999) teve seu início na era da moeda, seguida da era do papel-moeda, com seu início cerca de 500 anos atrás. A terceira e grande inovação, que teve seu início em 1971, onde um banqueiro da Califórnia pensou em desenvolver uma máquina automática de dinheiro, isto é, um caixa bancário eletrônico que pudesse atender cliente a semana toda, vinte e quatro horas por dia. Nesse mesmo ano com a criação da NASDAQ<sup>2</sup>, o mercado de ações passou a operar via sistema eletrônico na compra e venda de ações. Paralelamente o Federal Reserve<sup>3</sup> desenvolvia seu sistema eletrônico para depósito e liberação automática de dinheiro sem necessidade de assinaturas manuais.

<sup>2</sup> Sistema Automatizado de Cotações da Associação Nacional de Corretoras de Valores

<sup>3</sup> Banco Central Norte Americano



No momento em que os caixas eletrônicos locais e os computadores, em processo de disseminação exponencial, se interligaram na rede de computadores do Federal Reserve, surge um novo momento na história do dinheiro, conhecido como, a era do dinheiro eletrônico. Os investimentos dos bancos em novas tecnologias resultaram em diversas formas de operar o dinheiro eletronicamente, o cartão magnético ou com chip, potencializou essa nova forma muito mais abstrata, de utilização do dinheiro, que no comércio assumiu a forma de cartão de crédito, tornando obsoleto o uso de cheques, nos próprios bancos, substituindo funcionários, bem como, no simples fato de não se precisar andar com dinheiro na carteira. (WEATHFORD, 1999, p.241).

Com a consolidação do ciberespaço tendo a internet como seu principal expoente, o crescente comércio eletrônico e as intensas relações humanas presentes nessa grande rede, novas demandas se apresentam em relação ao dinheiro. Novamente o homem propõe uma nova forma de representação do dinheiro, agora apoiado nas novas tecnologias da informação e comunicação.

## **BITCOIN: O CONCEITO E SUAS TECNOLOGIAS**

A proposta de Nakamoto (2008) de um sistema de pagamentos eletrônicos validados em provas criptografadas, operando em uma rede ponto-a-ponto, alinhou-se com a grande expansão do comércio pela internet. Um olhar mais criterioso desse autor revela que grande parte dessas transações acontece exclusivamente por intermediação de instituições financeiras, que operam um modelo baseado em confiança e na mediação de conflitos. Talvez esse não seja o melhor modelo, visto que, esta mediação aumenta os custos de transação, estabelecendo um valor mínimo viável para uma transação e inibindo a possibilidade de pequenas transações online. Outra questão relevante está no fato de, porque não, usar os recursos computacionais nesse processo de validação, considerando que esses processos ocorrem em rede.

Na internet esse sistema de pagamentos eletrônicos funciona encapsulado sobre uma rede estruturada em topologia ponto-a-ponto, isto é, de acordo com Shirky (2000), essa rede é formada por clientes e servidores trabalhando no mesmo nível de atuação, sem um status fixo ou centralizado, como demonstra a Figura 2.



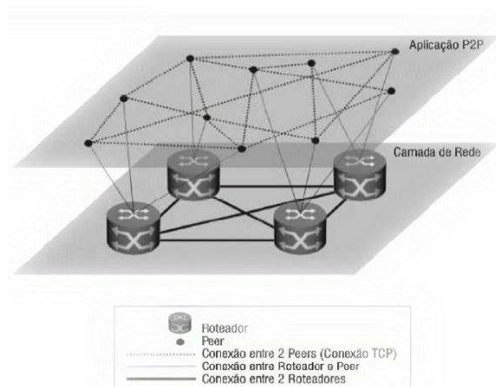


Figura 2 – Topologia de Rede Ponto-a-Ponto  
Fonte: Coutinho (2006)<sup>4</sup>.

Os dados que trafegam nessa rede são criptografados em um endereço público representado por um vetor de 35 caracteres, mais conhecido como chave pública e cada bitcoin é representado nessa sequência, que a título de exemplo pode ser vista aqui: 19i8kQxp8DwjdbSWvUG6aWWmfK2BkNARTL. Este endereço também pode ser representado com o *QR-code*, isto é, um tipo de código de barras bidimensional mostrado na Figura 3:



Figura 3 – QR Code 2005 bar code  
Fonte: ISSO/IEC<sup>5</sup>

As tecnologias apresentadas aliadas a um rígido protocolo de gerenciamento constituem esse sistema de pagamentos eletrônico, chamado por Nakamoto (2008) de Bitcoin, o autor explica que a engrenagem de funcionamento do protocolo estabelece que cada usuário conectado na rede ponto-a-ponto, inicializa todos os registros de transações e ajuda no processamento de novos blocos, que contêm novas transações, cedendo recursos computacionais de espaço de armazenamento em disco, tempo de processador e largura de conexão.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.gta.ufrj.br/grad/06\\_2/gustavo/roverlay.htm](http://www.gta.ufrj.br/grad/06_2/gustavo/roverlay.htm); Acesso em julho de 2014.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.iso.org/iso/catalogue\\_detail?csnumber=43655](http://www.iso.org/iso/catalogue_detail?csnumber=43655); Acesso em julho de 2014.



No artigo de Nakamoto (2008), o autor explica que em intervalos de 10 minutos, uma transação de geração acontece, controlando a criação de novos bitcoins, atribuindo-lhe um endereço público, gerado pelo criador do novo bloco, sendo assim, estima-se que em 2140 a geração de novos bitcoins atinja seu valor máximo de 21 milhões de bitcoins. No bitcoin a cadeia de assinaturas digitais e as transferências de valores acontecem com a transmissão do código assinado digitalmente para o próximo proprietário e essa informação segue para o bloco final de registros de transações. A rede bitcoin possui um arquivo que contém todas as informações de transações efetuadas de todos os endereços públicos do sistema, assim o recebedor pode verificar as assinaturas e validar a cadeia de propriedade. Nessas operações de transferência é preciso uma chave privada associada aos endereços públicos, sendo esta chave privada de conhecimento somente do criador desse endereço público ou chave pública. Na lista de endereços públicos de transações temos a transparência a todas as operações, já o anonimato e a privacidade ficam garantidos, pois não é possível saber quem é o dono de cada endereço público.

Conforme Duarte (2014), o bitcoin é uma moeda dotada de um aparato tecnológico que transmite confiança e aceitação em suas transações graças a seu protocolo aberto de funcionamento e transparência no acesso as suas informações de controle, isto lhe possibilita pleitear um posição como qualquer outra moeda e proteger seus usuários da volatilidade dos mercados, incertezas governamentais e crises econômicas que consomem moedas convencionais.

## **O MERCADO DE COTAÇÃO DE BITCOIN**

Em dezembro de 2013, uma atitude tomada pelo governo Chinês influenciou a cotação do bitcoin, este, proibiu suas instituições financeiras oficiais de usarem bitcoin, resultando em uma desvalorização de 54,4% em apenas duas semanas. A cotação caiu dos US\$ 1147,25 de 04/12/2013 para US\$ 522,23 em 18/12/2013, contudo sua recuperação aconteceu rapidamente, atingindo em janeiro de 2014 o índice de US\$ 800,00. Com isso, Piropo (2014), ressalta que mesmo diante de tantas incertezas quem adquiriu bitcoins entre janeiro e outubro de 2013 se beneficiou muito, pois a valorização oscilou em US\$ 13,13 até US\$ 125,49. Verificando as cotações dos valores registrados entre 04/12/2012 até 04/12/2013 constatamos uma valorização de quase cem vezes no decorrer de um ano.



Em suas análises Piropo (2014) também destaca outro momento de forte impacto na cotação de bitcoins, fato esse ocorrido durante a crise financeira de Chipre, quando o governo daquele país anunciou um confisco compulsório de 6,7% a 10% nos depósitos bancários, semelhante ao Plano Color no Brasil. Posteriormente ocorreu uma imensa demanda para comprar bitcoins partindo de Chipre, pois as pessoas não estavam tão seguras em relação a atitudes do governo e das instituições financeiras. Nesse episódio o MtGox, que era a maior plataforma de negócios operando bitcoins, teve que suspender suas operações alegando manutenção em seus servidores, entretanto essa atitude foi para acalmar o mercado bitcoin. Quando as operações foram retomadas, novamente a cotação passou a subir, oscilou por um período curto e depois se estabilizou.

Notadamente, toda vez que algum governo age contra o sistema bitcoin de forma voluntária ou involuntária, no caso de Chipre, se estabelece uma turbulência em sua cotação, contudo a moeda acaba se estabilizando com o passar do tempo, registrando uma cotação menor que a anterior, porém o novo patamar de estabilização é sempre maior que o último patamar estável. Esses dados podem ser vistos na Figura 4.



Figura 4 – Variação da cotação do bitcoin por ano  
Fonte: B. Piropo, <http://www.coindesk.com/price/>



Ainda no maior site que faz o registro de cotação de bitcoin é possível parametrizar um gráfico e obter uma visão geral do comportamento da valorização dessa moeda virtual em relação ao dólar e várias outras moedas, como mostra a Figura 5;

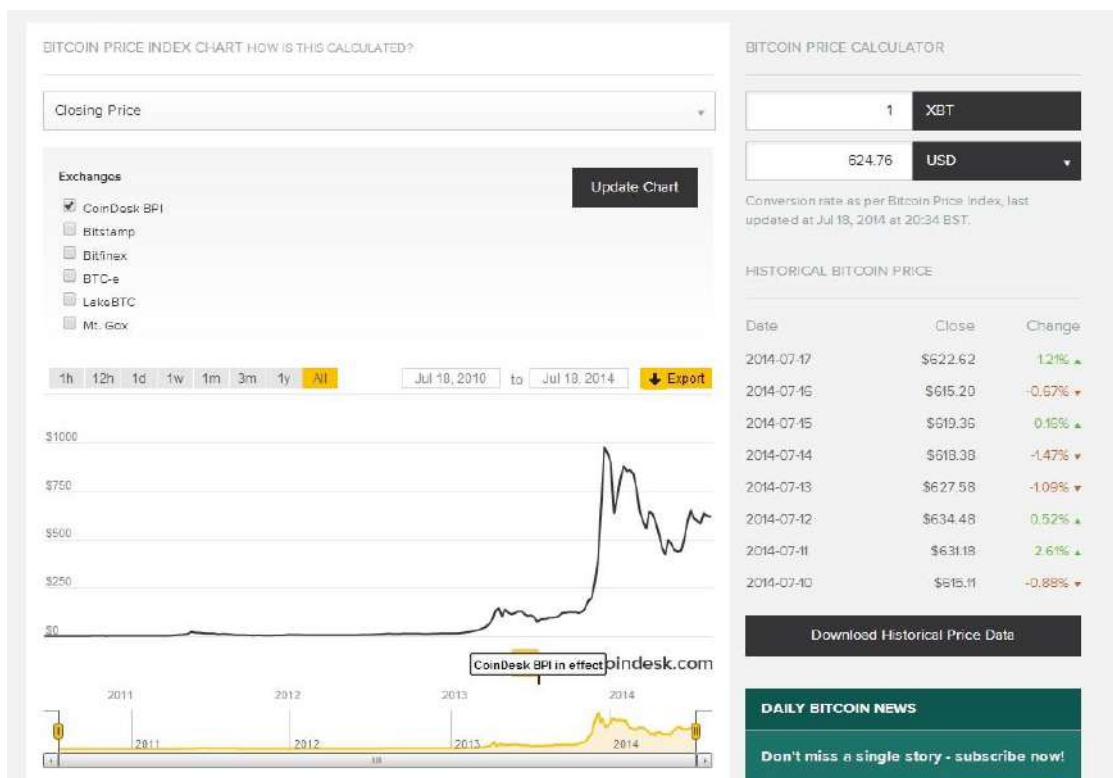


Figura 5 – Variação da cotação do bitcoin desde a criação do CoinDesk

Fonte: O Autor, <http://www.coindesk.com/price/>

## OS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS

Apesar do conceito de bitcoin ter sido introduzido através de um artigo publicado na lista de discussão *The Cryptography Mailing List* em 2008 por um programador conhecido como Satoshi Nakamoto que o chamou de sistema eletrônico de pagamento ponto-a-ponto, muito se tem falado e escrito sobre essa moeda eletrônica, porém é preciso mais produções numa formatação científica. A própria identidade do autor Satoshi Nakamoto que é um pseudônimo da pessoa ou grupo que criou o protocolo original é desconhecida.

A contribuição de Ingham (2005) destaca duas importantes correntes de pensamentos entre economistas, uma é a “ortodoxa” que explica a função da moeda como mercadoria, tendo seu valor associado à dinâmica da circulação do dinheiro, regulada por meio do crédito e das



taxas de juros. Já as correntes “heterodoxas”, apontam para dimensão fiduciária (sem valor intrínseco) do dinheiro envolvendo o crédito no sentido de crença ou confiança.

No entendimento de Federico Neiburg em seu estudo sobre a antropologia do dinheiro:

Para além dessas diferenças, que suscitaram e ainda suscitam grandes embates teóricos e políticos, economistas ortodoxos e heterodoxos tem concentrado suas preocupações em um mesmo assunto: os mecanismos que fixam o preço da moeda. E tem coincidido também na formulação do que deve ser visto como uma verdadeira utopia monetária, segundo a qual uma moeda autêntica ou sadia é – e deve ser – aquela que concentra em um mesmo objeto a capacidade de funcionar como unidade de conta, como meio de troca (e de pagamento) e como reserva de valor. Essa teoria (“funcionalista”) do dinheiro, que tem sido o suposto básico das economias Mainstream – e que se repete em todas as definições dos manuais com que são treinados os aprendizes – como toda utopia que procura a própria realização, é basicamente uma teoria normativa, que pretende agir sobre a moeda atuando sobre os usos que as pessoas fazem dela. (NEIBURG, 2007, p. 4-5).

Em uma de suas obras, Dalton (1967) revela outros significados ao dinheiro no período da modernidade que a economia mercantil não estruturava do ponto de vista social, isto é, o dinheiro assume significados atrelados às relações entre as pessoas ou círculos de troca. Com o bitcoin essa teoria se confirma na forte adesão a nova moeda que surgiu no ciberespaço.

Conforme Neiberg (2007), todos tem o sentido do “dinheiro bom e do ruim, do fácil e do difícil, do forte e do fraco; do virtual e do real” e ainda operamos com “noções de dinheiro robusto (ou sadio) e doente; na conta do banco ou em espécie; aplicado ou não aplicado; dinheiro devido ou no bolso; sujo ou limpo”. O bitcoin se apresenta como uma realidade alinhada com os recursos tecnológicos disponíveis e uma saída para quem perdeu dinheiro e confiança após as crises econômicas na Europa e nos Estados Unidos.

Fato esse reforçado por Campos (2013) em seu estudo sobre a rede bitcoin em que apresenta dados sobre a explosão de downloads de aplicativos relacionados a bitcoins após uma ameaça de crise na ilha de Chipre nos primeiros meses de 2013, que teria consequências em outros países da zona do euro. Era empírica a falha dos bancos e dos governos perante a crise que se aproximava e muita gente nesse momento resolveu se juntar ao sonho de uma moeda sem vínculos e dependências institucionais.

O governo da Rússia, segundo Piropo (2014), considerando “sistemas para pagamentos anônimos e moedas virtuais [“cyber currencies”, no original] que passaram a movimentar quantias consideráveis – incluindo o mais conhecido, bitcoin – são substitutos da moeda corrente e não podem ser usadas por pessoas ou instituições legais”. Complementando com



toda autoridade enfatiza: “A moeda oficial da Federação Russa é o rubro. A introdução de outras unidades monetárias e moedas substitutas é proibida”. O governo do Canadense também se posicionou a respeito do sistema Bitcoin no dia 19 de janeiro de 2014, determinando-o como ilegal, declarando: “Apenas notas e moedas canadenses são considerados meios de pagamentos legais no Canadá”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da segurança de informação, os “hackers”, sempre que podem usam suas habilidades e conhecimentos para ganhar dinheiro e representam uma ameaça séria ao bitcoin, assim como para outros mecanismos de moeda eletrônica, mesmo aquelas administradas por instituições financeiras. A história de “hacks bitcoin”, isto é, ataques ao bitcoin, muito bem pesquisadas por Hern (2014), que cita esta moeda virtual tendo sido assolada por hacks, esquemas de pirâmides financeiras e técnicas de roubo virtual cada vez mais complexas e profissionais desde 2011.

Nas análises de Hern (2014) todas as fases de desenvolvimento do bitcoin estão marcadas por ataques, desde os primórdios de sua criação, passando pela gênese da segunda geração profissionalizada de empresas operando o sistema bitcoin. Em seus estudos esse autor diz que nos momentos de grande valorização da moeda virtual o interesse e os registros de ataques são maiores. Podemos lembrar a data de 24 de fevereiro de 2014 que representou um duro golpe na credibilidade do sistema bitcoin, com o fechamento do MtGox, que até então era o maior operador de diversos serviços envolvendo bitcoin. Em seu anúncio o MtGox informou que após o último ataque perdeu 2000BTC, porém 750.000BTC em transações haviam sumido, decretando sua impossibilidade de continuar com seu site no ar. Apesar desse duro golpe e muitas pessoas terem sido roubadas, para os mais otimistas, o ocorrido vai sinalizar o início de uma nova era para a moeda, com mais segurança e profissionalismo com a entrada de startups como Coinbase e Bitpay que são empresas muito respeitadas nessa área.

Outro ponto que Piropo (2014) apresenta como obstáculo para o bitcoin, está na negativa de governos em relação ao crescimento de um sistema monetário que não podem controlar, interferir, taxar transações financeiras e incidir impostos, entretanto uma grande contradição se estabelece nos relatos de Hern (2014), que informa a decisão tomada pela Comissão Eleitoral Federal (FEC) norte americana em permitir que políticos, comitês de ação





política, grupos de campanhas independentes poderão aceitar bitcoin e depois convertê-los em dólares americanos e realizar um depósito em uma conta corrente convencional da campanha.

Fica claro que os governos e instituições financeiras como, bancos e seguradoras, tem muito à perder, pois os mercados, a indústria e as pessoas comuns vão se adaptar ao novo modelo de dinheiro totalmente virtual, pois essa nova proposta surgiu das demandas que os mesmos produziram. Pensar no lucro exorbitante dos governos com impostos sobre toda cadeia produtiva da economia, bem como, os bancos com suas “taxas de administração” e “cestas de serviços”, levantam um questionamento que talvez sobrasse mais dinheiro se nossas relações financeiras pudessem ocorrer diretamente, sem intermediários.

456

## REFERÊNCIAS

DALTON, George. Primitive Money. *In: Tribal na peasant economies. Readings in economy anthropology.* New York Press, 1967.

GIBSON, Willian. *Neuromancer.* São Paulo: Aleph, 2003.

INGHAM, Geoffrey. *Concepts of Money: Interdisciplinary perspectives from Economics, Sociology and Political Science.* Northampton: Edward Elgar Pub, 2005.

WEATHERFORD, Jack. *A História do Dinheiro – do arenito ao cyberspace.* São Paulo: Negócio Editora, 1999.

NAVARRO, Romulo Feitosa. A Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-História ao Início da Era Moderna. *In: Revista Eletrônica de Materiais e Processos, Volume, 1.* Maringá: junho de 2006.

NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *In: Mana v.13 n.1* Rio de Janeiro, abril de 2007.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. MANHÃES, Fernanda Castro. Ensino e aprendizagem em ambientes virtuais: algumas considerações. *In: Revista Espaço Acadêmico, Volume, 65.* Campina Grande: outubro de 2006.

CAMPOS, Andres Cisneros. Estudio de la red Bitcoin. *In: Openaces, Disponível em: <http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/bitstream/10609/23341/6/acisneroscTFM0613memoria.pdf>, 19/07/2014.*

DUARTE, Pedro Garcia. Moeda virtual bitcoin começa a ganhar espaço no comércio brasileiro. *In: Portal G1, Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/moeda-virtual-bitcoin-comeca-ganhar-espaco-no-comercio-brasileiro.html>, 18/02/2014.*





HERN, Alex. A History of bitcoin hacks. *In: The Guardian*, Disponível em <http://www.theguardian.com/technology/2014/mar/18/history-of-bitcoin-hacks-alternative-currency>, 19/07/2014.

NAKAMOTO, Satoshi. A Peer-to-Peer Electronic Cash System. *In: Bitcoin*, Disponível em, <http://bitcoin.org/bitcoin.pdf>, 20/07/2014.

PIROPO, Benito. Bitcoin: oscilações da cotação. *In: Tectudo*, Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2014/02/bitcoin-oscilacoes-da-cotacao.html>, 18/02/2014.

SHIRKY, Clay. What's Is P2P... And What Ins't?. *In: Openp2p.com*, Disponível em, <http://www.openp2p.com/pub/a/p2p/2000/11/24/shirky1-whatisp2p.html>, 13/04/2014.



## ***DUOLINGO: INCENTIVO AO USO DO APARELHO CELULAR PARA FINS PEDAGÓGICOS***

TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana  
*Estudante de Mestrado do Programa de Cognição e Linguagem\_PGCL-CCH-UENF*  
maryjeanne@bol.com.br

SANTOS, Suély Lima dos  
*Professora Instituto Federal Fluminense\_IFF*  
suelster@gmail.com

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de  
*Professor do Programa de Cognição e Linguagem-PGCL-CCH-UENF*  
chmsouza@uenf.br

458

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo a inserção do aplicativo, *DUOLINGO*, apoiado nos dispositivos móveis como ferramenta de ensino-aprendizagem de línguas, de modo a facilitar a interação professor-aluno. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) quando aplicadas à educação despertam o interesse dos alunos. Hoje, a tecnologia tem um papel fundamental na construção dos saberes e na troca de experiências, propiciando a integração de diversas culturas. Desta forma a questão problematizadora da pesquisa foi à liberação do uso dos dispositivos móveis em sala de aula com fins pedagógicos na disciplina de inglês, verificando se o uso do aplicativo contribuiria com o processo ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo através de aula prática da disciplina de inglês em um Colégio Estadual, com turmas do Ensino Médio, com universo de 60 alunos, em Campos dos Goytacazes – RJ. E com o uso do aplicativo observou-se resultados positivos, dentre eles: houve a quebra de barreira na questão disciplinar dos alunos e onde todos tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos, aprendendo a trabalhar em equipe nas diversas atividades propostas, propiciando uma educação integradora e tecnológica.

**Palavras-chave:** dispositivo móvel, ensino-aprendizagem, *duolingo*.

### **ABSTRACT**

The article aims to application integration, Duolingo, supported on mobile devices as teaching and language learning tool, in order to facilitate the teacher-student interaction. Information and Communication Technology (TIC) when applied to education arouse students' interest. Today, technology plays a key role in the construction of knowledge and exchange of experiences, enabling the integration of different cultures. Thus the problem-research question was the release of the use of mobile devices in the classroom for educational purposes in the English discipline, ensuring that the use of the application would contribute to the teaching-learning process. The methodology was field research through class practice of English discipline in a State College, with classes of high school, with 60 students universe, in Campos dos Goytacazes - RJ. And with the use of the application was observed positive results, among them: there was the barrier breaks in the subject matter of the students and where everyone had the opportunity to acquire knowledge, learning to work in teams in the various activities proposed, providing an inclusive education and technology.

**Key-words:** mobile, teaching and learning, *duolingo*.

*DUOLINGO: INCENTIVO AO USO DO APARELHO CELULAR PARA FINS PEDAGÓGICOS* - TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana; SANTOS, Suély Lima dos; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com tantas transformações ocorrendo simultaneamente em todas as esferas sociais, depara-se com a necessidade de transformar algumas ações, principalmente, no contexto escolar, cenário primordial para a evolução da sociedade. Neste aspecto se faz necessário pensar e repensar em práticas educativas que traduzem a necessidade e a realidade da sociedade na qual estamos vivendo, sabe-se que não podemos buscar soluções de forma isolada para a relação ensino-aprendizagem, pois é a dimensão do conhecimento, nas suas variadas manifestações, que foram sendo modificada de forma radical. Metodologias e práticas dentro do contexto escolar devem estar coerentes com as mudanças sociais, e, assim como as tecnologias, a interdisciplinaridade pode representar uma possibilidade para uma adequação a essa realidade.

O presente artigo propõe o uso do aplicativo *Duolingo* para celular como recurso facilitador no processo de ensino-aprendizagem como ferramenta para interação com o estudante. As tecnologias quando aplicadas à educação, despertam o interesse dos discentes, tornando mais agradável o aprendizado. O uso da internet e dos dispositivos móveis, possibilitam uma comunicação global, no espaço físico e virtual, explorando audaciosamente o potencial de cada um.

Novos mecanismos de aprendizagem começam a ser planejados e construídos, não mais restritos ao perímetro em que ocorre uma relação tradicional e fechada professor-aluno, inicia-se à valorização do deslocamento das atividades de ensino para experiências e vivências virtuais, em lugares, tempos e espaços onde e quando os eventos acontecem, como forma de enriquecimento pedagógico. Em outras palavras, mostram-se preocupadas com o oferecimento de um ensino de qualidade, incentivando o envolvimento de professores e educandos para a construção individual e coletiva dos conhecimentos (KENSKI, 2006).

Segundo Pierre Lévy (2010), o progresso da inteligência coletivo não nos leva para um “melhor” já concebido, que seria uma visão eufórica do presente, mas a uma expansão dos espaços de sentido e da liberdade que podem tomar a forma de uma assustadora alteridade, se perdemos a coragem que a atualidade exige, ou seja, a entrada nos novos reinos de liberdade e da responsabilidade planetária e coletiva.



Os dispositivos móveis estão em todos os espaços, ocupando até o lugar que não deveria, portanto precisamos desmistificar o seu uso, e objetivar a melhor maneira de seu desempenho, precisamos mudar a metodologia, vamos à busca deste universo e dele aproveitarmos o melhor que pudermos.

## **EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NA APRENDIZAGEM**

Comunicação é o ato da transmissão de informações de uma pessoa a outra. Na pré-história, as informações se referiam a perigos iminentes, busca de caça, sobrevivência, etc. Essa comunicação era direta de pessoa a pessoa. Com o advento da escrita, passou o homem a se comunicar por mensagens inscritas em pedras. Mais tarde, o homem descobriu que codificando as mensagens por sinais visuais ou sonoros poderia aumentar a velocidade da comunicação: o uso de tambores e fogueiras.

Hoje com a sociedade da informação e o uso do computador na escola, no trabalho e em todo lugar, a era da informação e a democratização das ferramentas tecnológicas se faz fundamental em nosso dia a dia. A evolução tecnológica vivida pela atual sociedade tem vivenciado o valor da informação para a utilização da aprendizagem e a auto capacitação das pessoas para evitar que ocorra uma exclusão da informação.

Com a chegada das tecnologias, instituições de ensino enfrentam mudanças, em relação a adequar às ferramentas de informática, no processo ensino-aprendizagem refletindo como apoio e contribuição para as práticas acadêmica em qualquer nível de ensino.

É notório que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) potencializam e promovem mudanças do processo de ensino e de aprendizagem (ALMEIDA, 1999). Nesse processo fica nítido que os resultados dos avanços educacionais relacionam-se diretamente com o uso da tecnologia a serviço da emancipação humana, do desenvolvimento da criatividade, da autocrítica, da autonomia e da liberdade responsável (ALMEIDA, 1999).

A internet tem contribuído fortemente para uma mudança nas práticas de comunicação e educacionais, na leitura, na forma de escrever, na pesquisa e até como instrumento complementar na sala de aula ou como estratégia de divulgar a informação. Com o processo de comunicação que existe no âmbito escolar, há uma contribuição para a dinâmica organizacional e relacional da prática pedagógica. As linguagens orais, escritas e midiáticas produzidas culturalmente devem fazer parte das atividades. Além de promover o gosto pela leitura e pela



escrita, o educando deve perceber que essas linguagens são essenciais para o desenvolvimento das linguagens midiáticas, tecnológicas da consciência crítica, por isso, o uso de tecnologia móvel no processo ensino-aprendizagem torna-se fundamental e necessária (VIDAL, 2012).

O trabalho da escola, frente às novas tecnologias que surgem a cada dia, consiste em utilizá-las como ferramenta facilitadora para atingir e estimular a aprendizagem dos alunos. Estes, ao fazerem uso desses recursos, aumentam a capacidade em adquirir conhecimento. “*As escolas que utilizam computadores no processo ensino-aprendizagem apresentam melhorias nas condições de estruturação do pensamento do aluno com dificuldades de aprendizagem*” (MORAN, 2013, p 26).

É fundamental aproveitar o avanço da informática utilizando-a como ferramenta facilitadora no processo de aprendizagem de alunos com dificuldades e estimulando-os a adquirir novos conhecimentos.

O processo educacional também é alterado com as novas tecnologias, através de “*seus reflexos sociais, econômicos e culturais, uma vez que também se constitui como processo comunicacional*” (FEDOCE e SQUIRRA, 2011). Assim ao considerar o desenvolvimento das TIC e da “*convergência de mídias, surgem novos modelos comunicativos para a educação, desenvolvidos para ambientes virtuais de aprendizagem*”, nos quais se caracterizam a educação via internet (*e-learning*), via canais de televisão (*t-learning*) e mais recente, via mídias móveis (*m-learning*) (FEDOCE e SQUIRRA, 2011).

A sociedade contemporânea vem passando por inúmeras mudanças em todas as áreas do conhecimento humano. Os impactos produzidos nos últimos tempos na sociedade através dos avanços tecnológicos têm provocado uma profunda reestruturação no estilo de conduta, atitudes, hábitos, crenças e tendências das populações mundiais.

Diante de uma nova sociedade, de um novo século que busca o conhecimento de forma indiscriminada, aliando este, ao acesso a informação. As tecnologias estão impactando todo o universo social e gerando novas dinâmicas em todos os seguimentos, principalmente no que se refere à educação. Novas práticas surgiram, novos costumes e tendências. Inúmeras nomenclaturas são dadas ao momento em que estamos vivendo. Fala-se de era digital, era do computador, sociedade midiática, entre outros. A sociedade passou a ser denominada pelas ferramentas que utiliza para se modernizar e não pelos seus feitos. O fato é que mudamos, ou foi o mundo que mudou?



Para responder tal indagação Castells (2005) afirma que:

Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia, de acordo com as necessidades, os valores e os interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia (CASTELLS, 2005, p.17).

Souza (2003) salienta que as tecnologias se sucedem uma a uma e o novo de hoje é fruto de um amadurecimento de uma evolução que se desenvolve progressivamente, ou seja, o novo de hoje é o avançado do ontem e o ultrapassado do amanhã.

Neste sentido Kenski (2006, p. 23) pontua que:

As novas tecnologias de informação e comunicação, caracterizadas como midiáticas, são, portanto, mais do que simples suportes. Elas interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos socialmente e adquirirmos conhecimentos. Criam uma nova cultura e um novo modelo de sociedade (KENSKI, 2006, p. 23).

Significativas transformações são identificadas na sociedade desde 1<sup>a</sup> da revolução industrial. A partir das mudanças ocorridas no contexto social desde século XVIII até os dias atuais, a sociedade atravessa por inúmeros caminhos de modernização em busca do mundo autônomo, ágil e interativo. Os avanços fazem parte de uma nova ordem econômica que dita às regras, apontando as necessidades do novo mundo, ou de uma nova era: da informação.

Com a chegada da internet nos anos 90 a sociedade se viu diante do mais poderoso meio de comunicação e informação do mundo. Essa ferramenta possibilitou junto ao computador uma gama de facilidades possibilitando aos indivíduos recursos necessários para fazer compras sem sair de casa, conhecer várias pessoas de países diferentes, troca de informações, fazer um curso à distância, entre tantos outros exemplos podemos citar da própria realidade na qual estamos inseridos.

Souza (2003), em seu livro *Comunicação, Educação e Novas Tecnologias*, relata que o maior benefício trazido pela internet é “*sem dúvida a grande transformação social que ela tem proporcionado. Quando falamos em social nos referimos à troca do conhecimento entre as pessoas através da reciprocidade ou convivência*”(p. 67).

Neste contexto, Silveira (2001) aponta que:

A informação penetrou na sociedade tal como a energia elétrica. Resultante da revolução industrial, reconfigurou a vida das cidades. O computador ícone da



nova revolução, ligado a rede está alterando a relação das pessoas com o tempo e com o espaço [...] estamos falando de uma tecnologia que permite aumentar o armazenamento, o processamento e a análise de informações, realizar bilhões de relações entre milhares de dados (SILVEIRA, 2001, p. 15).

Sabemos que tanto a informação como a comunicação passou por fases que acompanham o contexto social vigente de cada época, fazendo parte das necessidades de cada sociedade, onde ferramentas como cartas, livros, telegramas surgiram a fim de otimizar e aproximar uma comunicação não interativa na época, e hoje tais ferramentas são substituídas pelos celulares, chats, e-mails, mensagens instantâneas entre outros, onde esta passou a ter interatividade.

O mundo se virtualizou permitindo aos seus usuários navegar por um vasto meio de informações que possibilita o acesso ao que se interessa de forma quase imediata, como afirma Castells (2003) “(...) a internet é um meio de comunicação que permite pela primeira vez a comunicação de muitos com muitos” (p. 8).

Neste sentido, Bairon (1995) complementa sobre a ferramenta computador, afirmando que:

O computador não é mais, no caráter sócio-técnico, uma máquina autônoma e intermediária de duas fontes de comunicação: o emissor e o receptor, (...) o significante e o significado, o sujeito e o objeto, o usuário e a máquina, pois encontra-se escancarado tanto em suas interfaces quanto em suas possibilidades interativas, de forma quase imprevisível (BAIRON, 1995, p. 17).

Segundo Souza (2003), estamos diante de várias mudanças na sociedade moderna, trazidas pela cultura digital. Inferimos que estamos diante de uma nova forma de produção social, na qual o tempo e espaço são destituídos de lugar físico, conceito este que precisa ser incorporado pela sociedade vigente de forma quase instantânea.

Falar sobre tempo e espaço em uma sociedade que não se utiliza mais de espaço físico para construir suas relações, é um tanto espantoso para indivíduos que nasceram em tempos e espaços.

Contudo, é fato que a tecnologia modificou de maneira singular e com muita velocidade a vida da sociedade, alterando sua forma de acessar informações e adquirir conhecimentos. As novas tecnologias mostram como as pessoas e os recursos de informação podem ser usados





como uma ferramenta interativa, possibilitando a troca de experiência significativa que podem fornecer mecanismos essenciais para a construção novos aprendizados.

### **DUOLINGO: Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC**

Segundo Moran (2013), os avanços tecnológicos trazem para a escola a possibilidade de integrar os valores fundamentais, a visão de cidadão e mundo que queremos construir, as metodologias mais ativas, centradas no aluno com a flexibilidade, mobilidade e ubiquidade do digital. Um dos modelos mais interessantes de ensinar hoje é o de concentrar no ambiente virtual o que é informação básica e deixar para a sala de aula as atividades mais criativas e supervisionadas. Os desafios propostos em aula propiciam a combinação de dificuldades com a aprendizagem (...) as aulas roteirizadas com a linguagem de jogos cada vez estão mais presentes no cotidiano escolar. Para gerações acostumadas a jogar, a de desafios, recompensas, de competição e cooperação é atraente e fácil de perceber.

As múltiplas tarefas, a tecnologia móvel, com caráter incentivador do pensamento e da construção informal de atividades podem criar um desbloqueio no que tange a educação, permeando o estudo com o aprendizado.

O desenvolvimento da Tecnologia da Informação (TI) e o conhecimento estão provendo a possibilidade de transformar o processo ensino-aprendizagem, contribuindo para quebrar as barreiras do ensino tradicional (MORAN, 2000).

A internet revolucionou a área tecnológica nos últimos tempos, e, usada corretamente, pode proporcionar aos usuários a comunicação a qualquer momento e em diversos lugares, provando a acessibilidade e portabilidade dos dispositivos móveis que são um diferencial. Dessa forma, observa-se que a mobilidade digital é uma realidade emergente, oferecendo diversos rumos na área da TI.

A interatividade provoca uma verdadeira revolução na sala de aula, rompendo com o paradigma estruturalista da emissão-recepção de mensagens (KENSKI, 2006). Os alunos são convidados a construir percursos, a serem autores da própria história.

*Duolingo* é uma plataforma colaborativa, aplicativo que permite o aprendizado de línguas estrangeiras. A versão foi criada em 2011 pelo Guatemalteco *Luis von Ahn* de 34 anos, sendo gratuito e *on line, mobile android* e IOS. Após de um cadastro via internet é disponibilizado o aplicativo que poderá ser utilizado como ferramenta pedagógica para o



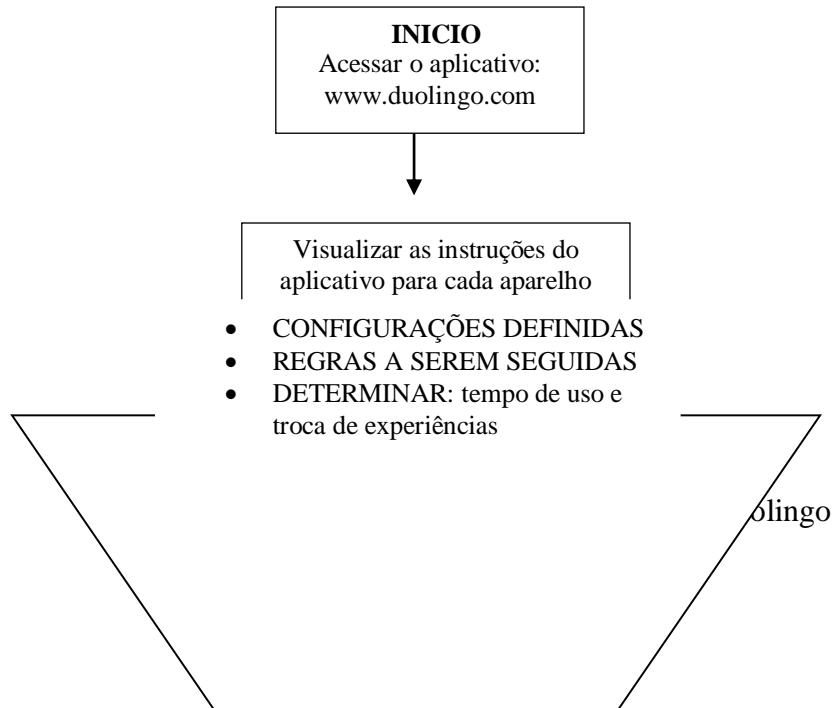
aprendizado de idiomas como o inglês. O aplicativo oferece ferramentas didáticas e exercícios que facilitam a pronuncia, a escrita e as expressões, a divisão do programa se dá através de assuntos como comida, animais, roupas, cores, verbos, sendo compreendido de forma gradativa e evoluindo a cada fase do aplicativo, em lições divertidas e estimulantes, promovendo um interesse de quem o utiliza para estudar cumprir etapas e passar para os níveis mais avançados conquistando uma pontuação melhor.

Segundo MORAN (2013 p. 29),

Aprendemos pelo prazer, porque gostamos de um assunto, de uma mídia, de uma pessoa. O jogo, o ambiente agradável, o estímulo positivo podem facilitar a aprendizagem. Aprendemos mais, quando conseguimos juntar todos os fatores: temos interesse, motivação clara; desenvolvemos hábitos que facilitam o processo de aprendizagem; e sentimos prazer no que estudamos e na forma de fazê-lo.

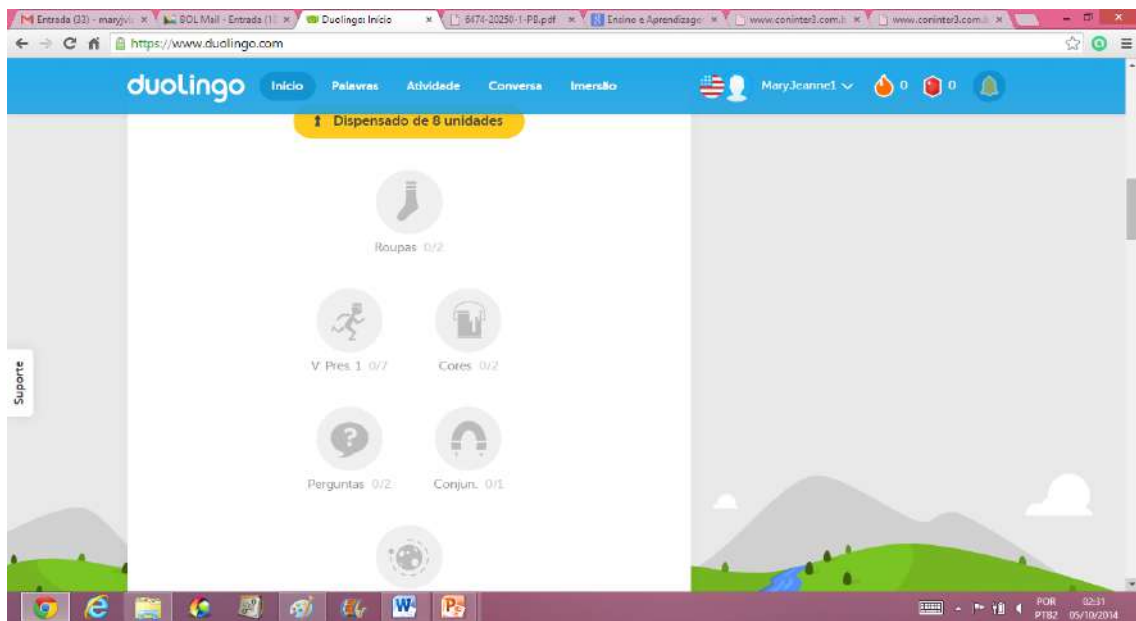
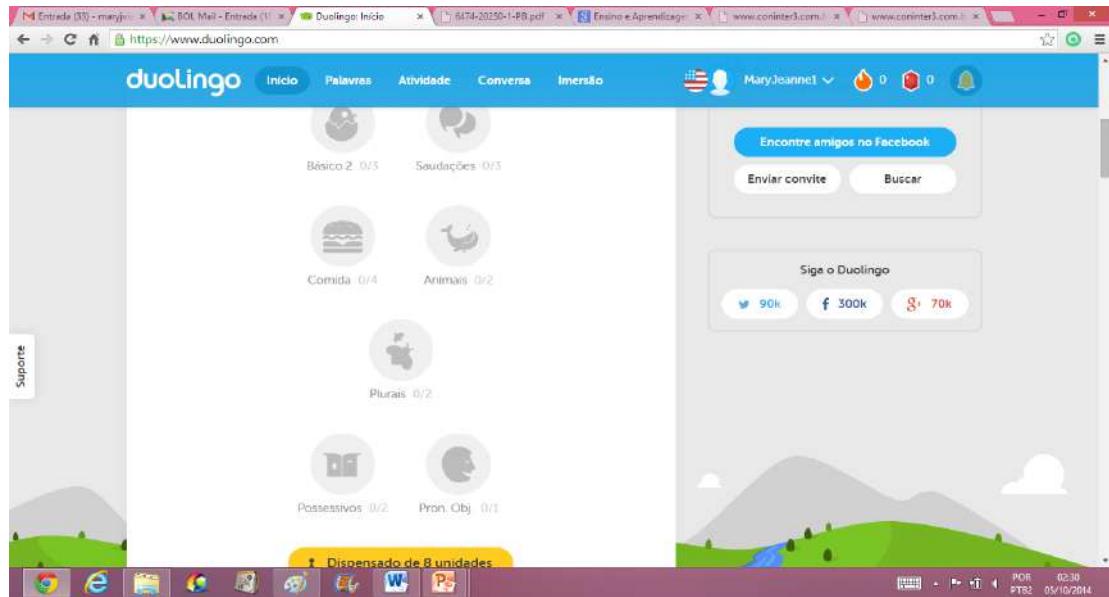
465

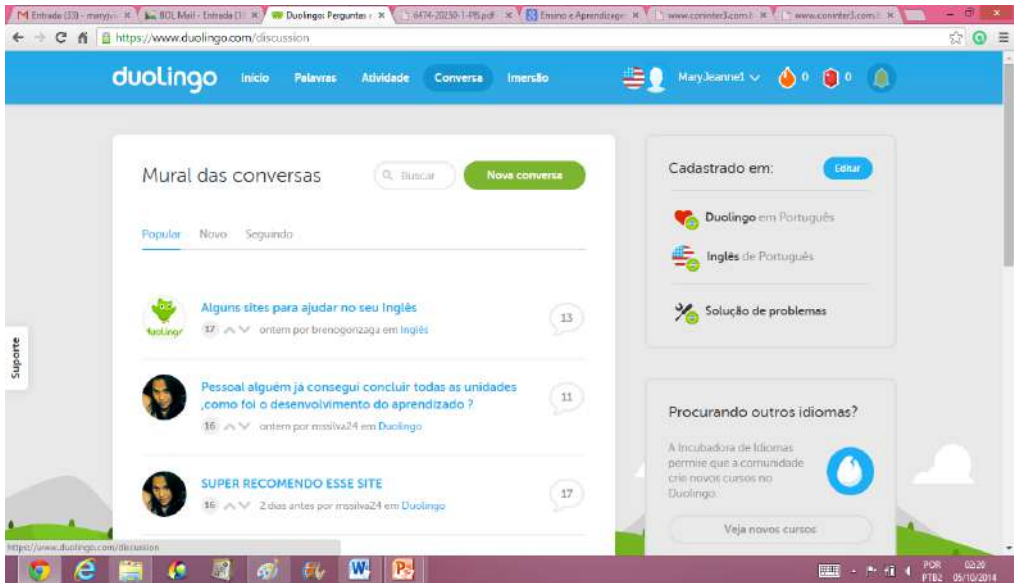
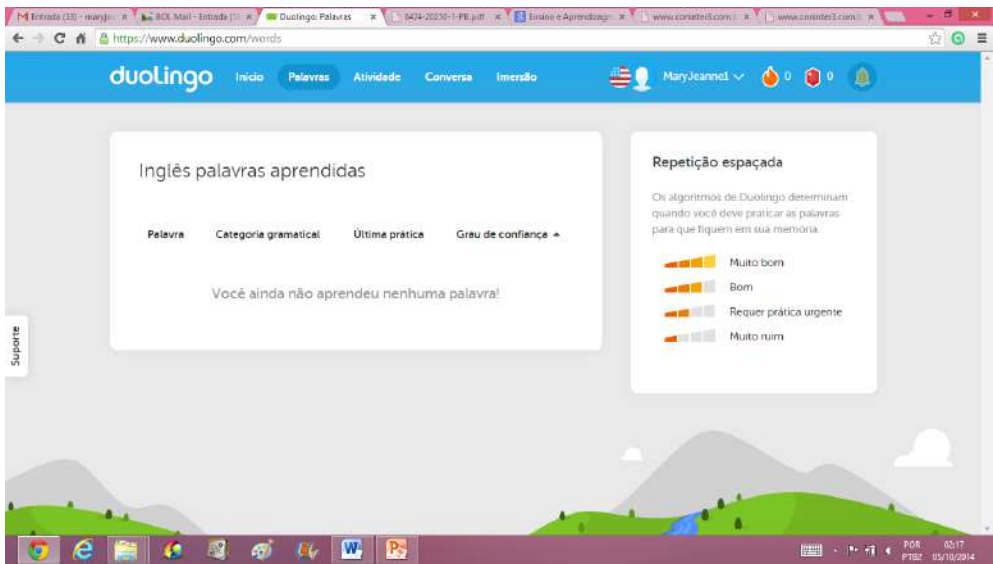
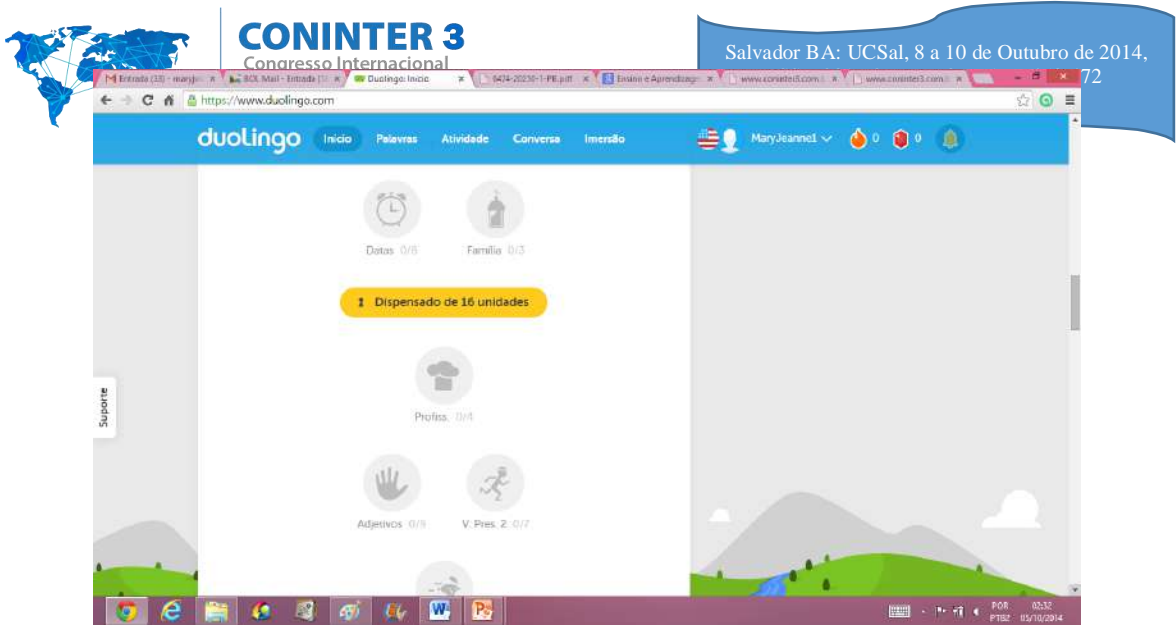
A Figura 1 demonstra como deve ser feito o planejamento para conhecer a ferramenta e dela distribuir e alocar o conteúdo a ser trabalhado.





Na Figura 2 será mostrado o passo a passo do aplicativo.



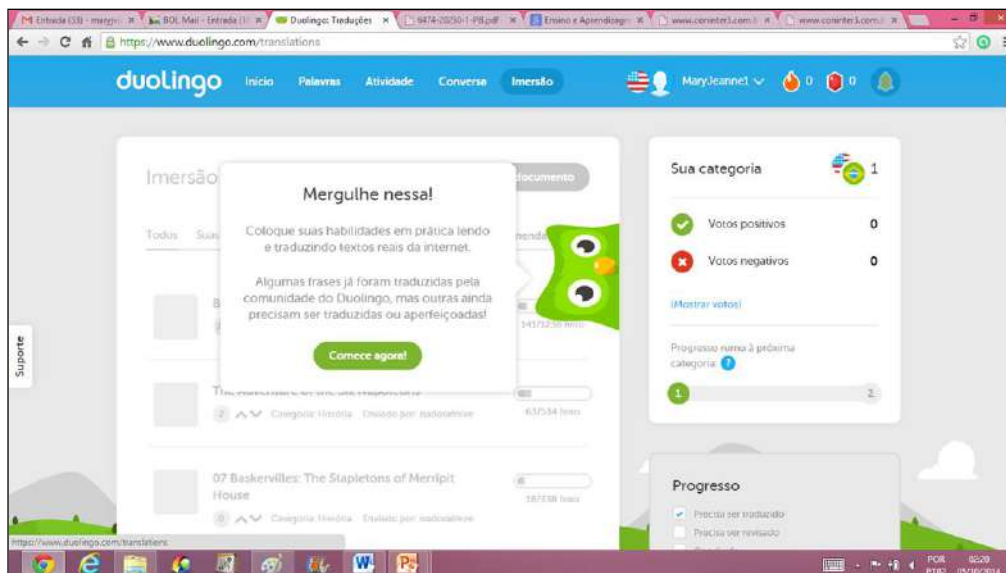


467

*DUOLINGO: INCENTIVO AO USO DO APARELHO CELULAR PARA FINS PEDAGÓGICOS - TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana; SANTOS, Suély Lima dos; SOUZA, Carlos Henrique Mdeiros de*



**Figura 2e: Passo 5**



468

As figuras acima demonstram o passo a passo após baixar o aplicativo para ser utilizado. A cada fase você ganha quatro corações e a proporção que erra alguma pergunta vai perdendo corações e ao final passa as fases e adquire pontos (lingots), que posteriormente poderá trocar por novos itens, ir até a loja e assim por diante cumprindo fases e ganhando pontos e adquirindo conhecimento.

## **METODOLOGIA**

### **MEMORIAL: USO DO DUOLINGO EM SALA DE AULA**

Para solucionar os obstáculos encontrados em sala de aula e para deixar as mesmas mais dinâmicas, foi desenvolvida uma pesquisa de campo que visa identificar aspectos capazes de propor melhorias qualitativas e quantitativas para o uso do dispositivo móvel no processo ensino-aprendizagem. Com o propósito de satisfazer às necessidades educacionais, propôs-se a realização de pesquisa para levantamento de informações sobre a existência, a validação e a utilização deste modelo.



A elaboração dos questionários consistiu nos seguintes passos: pesquisa exploratória com questões abertas e fechadas; e perguntas aos alunos e aos professores quanto a fatores que teriam maior relevância na qualidade do ensino-aprendizagem.

O questionário contém as seguintes considerações: (i) Se os alunos possuem aparelho celular (a) Sem internet; (b) Com internet; (ii) Quantas horas fazem uso da internet; (iii) Se o uso é para fins pessoais ou educativos; (iv) Concorda ou discorda com a proibição do uso do celular em sala de aula; (a) sim; (b) não; (c) justifique; e as perguntas direcionadas aos professores foram: (i) Se permitem o uso do celular em sala de aula; (a) sim; (b) não; (ii) Se permitem o uso do celular pedagogicamente; (a) sim; (b) não; (c) justifique; (iii) Quantas horas costuma utilizar a internet e para que fim; (iv) Se gostaria de utilizar o aplicativo Duolingo em suas aulas.

Desenvolveram-se ações de pesquisa apoiadas em questionários como ponto de partida para discussões e possíveis decisões. Na primeira fase, as pesquisas foram feitas com 60 alunos matriculados no primeiro semestre de 2014 do Ensino Médio referentes ao turno da manhã, turmas do 1º ano com 22 alunos, 2º ano com 20 alunos e 3º ano com 18 alunos, todos com a faixa etária entre 14 e 20 anos. Entretanto um docente aceitou o desafio de realizar a pesquisa em suas aulas de língua estrangeira nas turmas e series diferentes do Ensino Médio referente ao turno da manhã, no CIEP João Borges localizado em Campos dos Goytacazes. Após análise das respostas obtidas a partir da primeira etapa, criou-se a segunda fase com ideia de fazer um paralelo com o que está sendo ofertado pelo aplicativo e apoiado na necessidade do currículo mínimo, possibilitando o aproveitamento das atividades.

As pesquisas ocorreram entre os meses de julho a agosto de 2014, sendo as questões preenchidas diretamente pelos entrevistados, a fim de obter avaliações realistas e sinceras e a identificação foi opcional. A metodologia aplicada para os discentes no primeiro momento foi conhecer melhor o aplicativo, e em seguida baixá-lo em seus celulares e a partir destas informações, direcionar o uso conforme pré estabelecido no aplicativo. Já com os docentes, foi realizada uma reunião para que pudessem baixar o aplicativo, utilizar e observar se o conteúdo abordado estava pertinente ao currículo mínimo adotado pela Secretaria de Educação, ou pelo menos dentro do perfil das turmas.

Esta pesquisa é considerada como descritiva à medida que descreve como acontece o uso do dispositivo móvel em sala de aula e explicativa, pois o artigo em questão explica os





resultados obtidos pelo professor na disciplina de língua estrangeira (inglês) utilizando um aplicativo livre sendo abordado de maneira pedagógica e orientado por um docente do Colégio Estadual em Campos dos Goytacazes-RJ.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço dos dispositivos móveis e sua tendência no mercado consumidor permitiram repensar as novas formas do conhecimento, de aprendizagem e de comunicação, estimulando a participação dos alunos no processo educativo.

Portanto, percebe-se que o que antes era banido das salas de aula, hoje, pode contribuir no processo ensino-aprendizagem. As novas tecnologias do celular o transformaram em uma ferramenta para a educação. Uma vez nítido o impacto das TICs no cenário contemporâneo e suas implicações nos modos de ver, de viver e de conviver se refletem na escola, exigindo a redefinição de suas funções e das práticas docentes. Da mesma forma, surge um novo perfil de educador, capaz de compreender e de lidar adequadamente com essas mudanças, de modo a valer-se delas para promover a inclusão.

Para tal conclui-se que a utilização das tecnologias móveis no contexto de aprendizagem proporciona o desenvolvimento de soluções alternativas, práticas e eficazes aos designados métodos tradicionais, adicionando às tecnologias mais recentes a componente da portabilidade e, com a ajuda de um dispositivo móvel.

O estudo do uso de dispositivos móveis na educação, apoiado na ferramenta DUOLINGO, é de suma importância, primeira, pelo fato dos alunos em sua maioria são nativos digitais e, portanto, têm facilidade de utilizar o aplicativo para estudar, desta forma, a utilização do aplicativo mostrou resultados positivos, com relação ao aprendizado, interesse e comportamento, podendo constituir em uma ferramenta para a inclusão digital que faz parte de um processo dinâmico que ocorre em nossa sociedade, alterando a forma como as pessoas se relacionam e interagem. Outro motivo é pelo o interesse acadêmico sobre questões relativas à compreensão da tecnologia digital. Logo, os estudantes pesquisados desenvolveram análises críticas, capacidade de pesquisa e conhecimento tecnológicos mais apurados.

Com esse trabalho observamos que as transformações na sociedade no que tange às tecnologias para a educação podem ser utilizadas como facilitadoras no processo ensino aprendizagem, em nosso universo de 60 alunos pesquisados, 75% possuem celular com internet





e 25% não possuem celular com internet, portanto todos possuem celular. E essas atividades quando bem empregadas e planejadas, vêm a contribuir para o sucesso dos alunos e professores, impulsionando inclusive o comportamento e atenção dos indivíduos.

Apenas nos últimos anos o fenômeno tecnológico tem tido o merecido interesse acadêmico, cujo atraso deu-se provavelmente devido às diversas formas como a tecnologia vem sendo interpretada, gerando inclusive obscuridades em torno de sua conceituação.

Foi detectado também que apesar da crescente evolução da tecnologia digital dos últimos anos, computadores portáteis, telas sensíveis ao toque e *internet* ainda é uma realidade um pouco distante da maioria das salas de aula do Brasil. O fato de precisar de internet para baixar o aplicativo e utilizá-lo nos deixa reféns de uma conexão, que ainda nem todos tem acesso grátis. Contudo, em algumas escolas é possível administrar essa utilização.

Entretanto não se pode fugir desta realidade tecnológica, onde os dispositivos móveis não podem e não devem ser vistos como meramente “mais uma tecnologia” e sim como uma “nova tecnologia”, um grande recurso que oferece transformação pessoal, além de favorecer a formação tecnológica necessária para o futuro profissional na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. & PRADO, M. E.B.B. **Um retrato da informática em educação no Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br>>. Acessado em: 03 janeiro 2014.

BAIRON, Sérgio. Interatividade. In: **Multimídia**. São Paulo: Global, 1995.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide V. Majer. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FEDOCE, R. S.; SQUIRRA, S. C. **A Tecnologia Móvel e os Potencias da Comunicação na Educação**. LOGOS 35. Mediações Sonoras. Vol. 18, nº 02, 2º semestre 2011

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 4. ed. São Paulo: Papirus. 2006.

LEVY, Pierre; LEMOS, Andre. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

*DUOLINGO*: INCENTIVO AO USO DO APARELHO CELULAR PARA FINS PEDAGÓGICOS - TAVARES, Mary Jeanne Gomes Viana; SANTOS, Suélly Lima dos; SOUZA, Carlos Henrique Mdedeiros de



MORAN, José Manuel. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 11-66

MORAN, José Manuel; MASETTO; Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21<sup>a</sup> ed.rev. e atual. – Campinas, SP:Papyrus,2013.-(Coleção Papyrus Educação)

SILVEIRA, S, A. **Exclusão Digital – a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Comunicação, educação e novas tecnologias**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora FAFIC, 2003.

VIDAL, C. P. dos S. **A utilização de ferramentas da tecnologia móvel no e-learning pelos alunos brasileiros para a educação à distância**. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, Agosto/2012. Disponível em:

<<http://www.inf.ufg.br/espinfedu/sites/www.inf.ufg.br/espinfedu/files/uploads/trabalhos-finais/ARTIGO%20-%20cristina%20-%20REVISADO.pdf>> Acessado em 30 de janeiro de 2014.



## O LETRAMENTO E O NUMERAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS MEDIADOS PELA INTERDISCIPLINARIDADE

BASSO, Edcleia Aparecida

*Professora do Programa Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR-Campus de Campo Mourão*  
edcleia@hotmail.com

MACOWSKI, Diogo Heron

*Estudante de doutorado do Programa de Engenharia Química da UEM*  
diogoheron@gmail.com

LOPES, Janete Leige

*Professora do Programa Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR-Campus de Campo Mourão*  
jllopes@hotmail.com

473

### RESUMO

Este artigo discute práticas de letramento e numeramento em escolas públicas, por meio de dois projetos financiados pela Fundação Araucária e Universidade Sem Fronteiras – USF, ambos do Paraná, envolvendo alunos de uma escola municipal e outra estadual, com IDEB aquém do esperado, cujos pais são da classe trabalhadora, com mínimo grau de escolaridade. Esses alunos foram expostos à alfabetização digital, jogos cognitivos e de raciocínio, leitura de livros, filmes de animação, desenhos animados especialmente selecionados ou criados por uma equipe interdisciplinar (Matemática, Letras e Pedagogia), fundamentada metodológica e epistemologicamente na Interdisciplinaridade e no Letramento e Numeramento. Foi comprovado ao término do projeto que os participantes estavam mais perceptivos à presença da matemática ao seu redor, e mais conscientes do papel da linguagem para compreender o mundo e suas relações.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Letramento. Numeramento

### ABSTRACT

This paper aims at discussing Literacy and Numeracy as social practices in public schools, supported by *Fundação Araucária* and *Universidade Sem Fronteiras* in Parana State-BR, involving students whose knowledge standards were below expectations. Their parents were from the working class, with minimal schooling. These students were exposed to digital literacy, cognitive and reasoning games, reading books, animated movies, cartoons, specially selected or created by an interdisciplinary team (Mathematics, Language and Pedagogy), under the interdisciplinary umbrella, and Literacy and Numeracy studies. By the end of the projects, it was possible to say that the students enrolled in the activities were more perceptive to the presence of mathematics around them and more aware of the role of language to understand the world and its relations.

**Key-words:** Interdisciplinary. Literacy. Numeracy.



## 1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem surpreendido a muitos dos que trabalham na educação brasileira, pela convivência quase que naturalizada com situações diametralmente opostas. Temos a tecnologia unindo o planeta e os espaços sociais, fazendo e mesmo exigindo a informatização de escolas públicas, ora equipadas com bons laboratórios de informática, acesso à internet, e recursos de alta tecnologia. Entretanto, um simples contato real com essas mesmas escolas revela que nas salas de aula estão crianças, adolescentes e adultos com sérios problemas de compreensão e produção textual, com condições mínimas para ler o mundo dentro e fora da escola por meio de gêneros discursivos simples, como preencher um formulário ou entender um anúncio de emprego. Para completar este quadro, há inúmeros alunos cujo raciocínio matemático não foi desenvolvido a contento, remetendo-os ao chamado “analfabeto funcional” - termo criado pela UNESCO em 1978 para designar pessoas que não conseguem ler e escrever com propriedade, que reconhecem números, mas não conseguem passar das operações básicas.

Segundo dados do último INAF<sup>1</sup> – Indicador de Alfabetismo Funcional, o percentual da população com mais de quinze anos alfabetizada subiu de 61% em 2001 para 73% em 2011. Contudo, os dados revelam também que apenas 25% (um em cada quatro brasileiros) dominam plenamente as habilidades de leitura e da escrita e, em relação à matemática, os números são ainda mais alarmantes: Apenas 23% sabem fazer uso da matemática para a vida. Isso significa dizer que nos últimos dez anos houve uma redução do analfabetismo absoluto e da alfabetização rudimentar, bem como uma elevação nas habilidades antes citadas. Porém, a proporção dos que alcançam o Letramento e o Numeramento, ou seja, as condições plenas de uso de tais habilidades, continua sem grandes alterações: de 75% a 77% das pessoas que passaram por um processo efetivo de escolaridade no período supracitado continuam sem as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional comprometendo, por consequência, o exercício de sua cidadania plena.

Trazendo esta realidade para um dos municípios da mesorregião do Paraná, foi possível constatar que muitas escolas estaduais e municipais, principalmente as situadas em bairros periféricos, estão com problemas semelhantes, com elevado número de alunos que chegam ao sexto ano da educação básica sem saber ler e escrever com uma fluência mínima, e com poucas

<sup>1</sup> INAF- Indicador de alfabetismo funcional, pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa. ([http://www.ipm.org.br/ipmb\\_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por](http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por))



habilidades matemáticas ou gosto pela disciplina. Para agravar ainda mais a situação, desde os primeiros contatos dos alunos com a matemática e a linguagem, essas áreas são entendidas e sentidas como excludentes, sem ponto de apoio comum, como se gostar de uma implicasse em odiar a outra. De tal sorte que, embora reconhecidas por todos como os baluartes da educação escolarizada, são abordadas na formação do educando de forma compartimentalizada e não globalizante. Por sua vez, na área da pesquisa, a academia, em seu formato disciplinar, evita adentrar-se por “mares dantes nunca navegados” preferindo, com raras exceções, o recluso da clausura, a assepsia dos iguais, o não abrir-se para novos paradigmas e, com eles, para a interdisciplinaridade, entre outros.

Para fazer frente a tal problemática concorremos a duas chamadas para pesquisa e extensão no Estado do Paraná, buscando reunir interdisciplinarmente profissionais de áreas diferentes para, juntos, pensarmos e aplicarmos alternativas na área de Letramento e de Educação Matemática e Numeramento, cujos resultados iniciais serão o foco das discussões entabuladas no presente artigo. Além disso, queremos detalhar as perspectivas e os caminhos interdisciplinares utilizados, ilustrados com algumas atividades, para apresentar, finalmente, algumas das primeiras considerações, frutos de uma análise panorâmica e ainda preliminar dos trabalhos realizados.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Escolhemos discutir nesta seção o papel da interdisciplinaridade, na pesquisa e no ensino, bem como noções de Letramento e Numeramento que nortearam epistemológica e metodologicamente os trabalhos realizados com alunos da Educação Básica.

### 2.1 A Interdisciplinaridade

“A ciência perde seu atrativo mais vivo, sua principal utilidade, quando considera os diversos ramos como estranhos entre si, quando ignora que cada estudo esclarece e fecunda os demais. As Musas são irmãs, nos diz a geniosa Antiguidade.” (MICHELET, 1825 apud GUSDORF, 1983,37, tradução nossa)

Entendemos Interdisciplinaridade como sendo a intenção propositada na produção do conhecimento, buscando associações e diálogos entre os saberes, na busca de compreender os



conflitos e tensões naturalmente existentes no convívio humano (FLORIANI, 2000). Tal intenção não quer, entretanto, reduzir todas as diferenças e as semelhanças a um denominador comum. Ao contrário, busca na diversidade e na soma dos saberes a amálgama que une e abre espaço para um novo conhecimento, sem amarras, seja na pesquisa, no ensino ou na extensão.

Segundo Japiassú (1976), a interdisciplinaridade é caracterizada pela presença de uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade. Segundo o autor, o que a distingue de outras formas ou modalidades é que a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um projeto específico de pesquisa. No nosso caso, se articula com um projeto de extensão, com foco específico de ensino, buscando unir a área da linguagem – Letramento – com a área de estudos matemáticos – Numeramento.

Assim, no presente estudo, a interdisciplinaridade é entendida como um paradigma que, envolvendo as chamadas disciplinas curriculares, busca diminuir a força nos conteúdos fragmentados procurando expor as relações entre os saberes, e demonstrar que o conhecimento só é possível e, principalmente útil, por essas relações que são estabelecidas naturalmente no cotidiano, mas de forma fragmentada na escola. A interdisciplinaridade assim vista tem o intuito de promover uma integração entre disciplinas e conteúdos, colocando alunos e professor aprendendo dialogicamente, em interação. O homem passa a ser o centro, criador de relações entre as áreas de conhecimento, estabelecendo uma rede de saberes, ou com Japiassú (1976,81): “Trata-se de um tipo de interdisciplinaridade que não se efetua por simples adição, nem tão pouco por mistura. O que há é uma combinação das disciplinas correspondendo ao estudo de novos campos de problemas reais”.

Buscando na história, vemos que a tentativa de se trabalhar com a totalidade, evitando olhar a realidade pelas janelas de cada disciplina, vem desde a antiguidade. Assim, a ideia da interdisciplinaridade não é nova, nem os conflitos e as tensões gerados quanto à sua aceitação são atuais, pois perpassam a história desde a Antiguidade Clássica. De acordo com Gusdorf (1983), Minayo (1994), Santomé (1998) e Carlos (2007), os filósofos da antiguidade almejavam o domínio do saber em sua totalidade. Podemos exemplificar com Platão, que queria uma ciência unificada, propondo que esta tarefa fosse desempenhada pela filosofia. Na época medieval, o conhecimento foi dividido em trivium (gramática, retórica e dialética) e o quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música). Segundo os autores supracitados, a



Escola de Alexandria, de fundamentação neoplatônica, foi a mais antiga instituição a assumir um compromisso com a integração do conhecimento (aritmética, mecânica, gramática, medicina, geografia, música, astronomia etc.) numa ótica filosófico-religiosa. Este currículo unificado permaneceu em vigor até por volta de 1760, quando então, segundo Gusdorf (1983), a pedagogia da totalidade (*enkuklios paidéia*) foi destruída, em seu lugar estabeleceu-se a proliferação “canceriforme do saber” trazendo a desorientação do pensamento moderno em matéria de formação intelectual. Ideia retomada por Japiassú (1976), que vê a fragmentação do saber como uma doença, recebendo por isso severas críticas da academia (JANTSCH; BIANCHETTI, 2011).

Ao longo dos séculos, houve sempre estudiosos, filósofos e pesquisadores propondo a necessidade de se unificar o saber. Entre eles destaca-se, entre outros, Francis Bacon, propondo em sua obra ‘*Novum Organum*’ uma nova utopia científica. Em 1808, Napoleão funda a Universidade Imperial que distinguia, pela primeira vez na história, as faculdades de Letras e de Ciências, abaixo de protestos gerais tanto na Alemanha quanto na França, principalmente por conta da fragmentação, com a qual o saber deixa de ser fruto de uma relação com o mundo real e se torna resultado do desenvolvimento de sistemas de abstrações cada vez mais restritos e sem comunicação entre si. Em 1825, Michelet, grande historiador francês, já dizia em *Discurso sobre a unidade da ciência* que: “A ciência é uma; as Línguas, a Literatura, a História, a Física, as Matemáticas e a Filosofia, os conhecimentos aparentemente mais distantes se tocam realmente; ou melhor, formam um sistema que, em suas diversas partes, considera sucessivamente nossa debilidade.” (MICHELET, apud Gusdorf, 1983-37, tradução nossa). Já Reymond (Apud GUSDORF, 1983, 39, tradução nossa ) deixou registrado seu protesto contra uma mutilação generalizadora entre os especialistas que causavam, no seu entender, graves deformações profissionais. Segundo o autor o estudo exclusivo das ciências da natureza, como qualquer outra ocupação exclusiva estreita o círculo das ideias, limitam a visão ao que temos frente aos nossos olhos e ao alcance das nossas mãos, dando-nos a uma certeza que parece quase absoluta que, pode ser uma grande vantagem, mas sua exclusividade torna o espírito pobre de ideias.

Na contemporaneidade, de acordo com Fazenda (1994), a interdisciplinaridade renasce na Europa, por volta de 1960, muito mais como resposta a movimentos estudantis que reivindicavam um novo estatuto de universidade e de escola do que como uma proposta inovadora. Ainda assim, ganhou adesão de vários pesquisadores. Na América Latina ela chega





num contexto semelhante, ligada a movimentos estudantis anticapitalistas, sendo no México e Brasil em 1968 e em 1969 na Argentina, vinculando-se às políticas modernizadoras em saúde, educação e meio-ambiente, servindo também aos interesses dominantes da época. Nas palavras da autora: [...] “o eco das discussões sobre interdisciplinaridade chega ao Brasil ao final da década de 1960 com sérias distorções, próprias daqueles que se aventuram ao novo sem reflexão, ao modismo sem medir as consequências do mesmo.” (FAZENDA, 1994, p. 23).

No Brasil foi rapidamente incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 5.692/71, e acabou por influenciar a legislação educacional brasileira, fazendo-se presente nos documentos norteadores da educação básica no país - Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM), Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEI) – sendo o princípio pedagógico norteador das práticas de ensino nas diversas áreas do conhecimento. Apesar disso, a interdisciplinaridade tem sido muito mais falada do que praticada, seja no âmbito da pesquisa, seja no do ensino.

Com foco voltado para a educação básica e na formação de professores, os estudos de Fazenda passam a orientar propostas interdisciplinares, principalmente no ensino, sob a noção de parceria que “surge quase como condição de sobrevivência do conhecimento educacional [...] que consiste numa tentativa de incitar o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados, e nessa tentativa a possibilidade de interpenetração delas” (FAZENDA, 1994, 84-85).

Fazenda e Japiassú são considerados os maiores representantes da primeira fase da interdisciplinaridade no Brasil. Contudo seus estudos têm recebido críticas, principalmente pela nova corrente liderada por Jantsch e Bianchetti (2011). Segundo estes autores a noção de interdisciplinaridade, apoiada em Fazenda e Japiassú, limita-se a uma visão idealista, concebida como uma negação/oposição à compartimentalização do conhecimento em disciplinas ou, ainda, como uma ação conjunta de professores numa parceria que permita o intercâmbio de conhecimentos e de informações, na tentativa de redenção da escola. Segundo os autores, a premissa da interdisciplinaridade da parceria peca pela inobservância da construção histórica do conhecimento, ao ignorar que o conhecimento humano é elaborado de diversas formas e em diferentes contextos.

A obra *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*, é uma coletânea de artigos organizada por Ary Jantsch e Lucídio Bianchetti, publicada pela primeira vez em 1995,



que marca o início da chamada de segunda fase da Interdisciplinaridade no Brasil. Esta fase se caracteriza por entender a Interdisciplinaridade por uma perspectiva mais histórica, por admitir que ela não se opõe, mas ocorre com e através das disciplinas. É uma visão mais comprometida com o rigor científico e se volta a aspectos que transcendem a filosofia do sujeito, analisando o tema à luz do materialismo dialético, levando a discussão da interdisciplinaridade para o campo ideológico e epistemológico, para um novo campo teórico além do metodológico e pedagógico.

Entre outras ideias defendidas por Jantsch e Bianchetti (1995), destacamos a de que a interdisciplinaridade também pode ser exercida individualmente, ou seja, independe de parceria, de trabalho conjunto. De maneira que apenas um professor, por exemplo, possa ministrar sua disciplina de forma interdisciplinar, e que a aceitação e o exercício da interdisciplinaridade não implica na negação e/ou anulação da disciplinaridade, mas é construída a partir do conhecimento disciplinar.

Entretanto, os resultados encontrados nesta pesquisa demonstram que se tivermos no horizonte o contexto de sala de aula, na qual os conhecimentos serão assimilados, há a necessidade de se trabalhar concomitantemente com as duas perspectivas ora delineadas – disciplinar e interdisciplinar – ressaltando sempre as razões pelas quais tal conhecimento está sendo estudado, ou seja, contextualizando-o, trazendo-o para a vida dos alunos, amarrando-o com o momento em que estão vivendo. Além disso, as escolas e os professores precisam, clamam por um trabalho em parceria, não mais aquele interno, entre os professores de “boa vontade”, mas de mãos dadas com as universidades, nas quais o conhecimento teórico é reconstruído ou produzido. Ou em consonância com Gusdorf (1967), os especialistas das diversas disciplinas devem estar animados de uma vontade comum e de uma boa vontade. Cada qual aceita esforçar-se fora do seu domínio e da sua própria linguagem técnica para se aventurar num domínio de que não é proprietário exclusivo. Este mesmo autor *propõe, como saída, um saber geral e superior, uma “ciência humana” reagrupadora e rearticuladora de “humanismo convergente”* (GUSDORF, 1978, 637 apud MINAYO, 1994, pag. 43).

A seguir, passamos a discutir noções de Letramento e de Numeramento, que darão sustentação ao trabalho desenvolvido.



## 2.2 Letramento e Numeramento e a Interdisciplinaridade

Esta seção abre-se às novas perspectivas para a compreensão dos sentidos que a palavra Letramento tem adquirido nas últimas décadas em diferentes áreas do conhecimento, assim como para as práticas pedagógicas resultantes. O termo Letramento tem sua origem na palavra inglesa *Literacy*, cuja tradução, equivocada, tem sido fortemente ancorada na concepção de alfabetização. Tfouni (2010) ilustra os caminhos e descaminhos que os estudos na área têm traçado, apontando para três importantes dimensões: a individualista-restritiva, na qual a ênfase é dada à aquisição e utilização das habilidades específicas para ler e escrever, aprendidas na escola, relacionando-se diretamente com a alfabetização. Já a segunda dimensão – tecnológica - exige uma maior sofisticação dos usos das habilidades de ler e escrever, relacionando-se ao progresso da civilização e o desenvolvimento tecnológico. A cognitivista é a terceira dimensão, e coloca ênfase nos processos internos ocorridos no indivíduo, que se torna responsável pela aquisição do código e, conseqüentemente, pelo sucesso ou fracasso que possa ter nesse sentido. Esta dimensão não considera aspectos culturais e sociais do letramento.

Neste artigo o termo ‘letrado’ não é entendido com um sentido único, nem descreve um fenômeno simples e uniforme, mas intimamente ligado à questão das mentalidades, da cultura e da estrutura social como um todo. Assim, com autores como Street (2003) e Kleiman (2008), estamos ampliando o conceito, antes restrito às práticas de escrita e leitura, ligadas, portanto, à aprendizagem escolar formal, para entender Letramento como prática social que usa a escrita, a matemática, a tecnologia e outras linguagens, integradamente, em contextos específicos para fins específicos, considerando-se as condições socioculturais de produção, e as relações de poder existentes na sociedade onde estas práticas emergem. Com Mendes; Grando (2007), entendemos que a pluralidade e diversidade das práticas sociais e as variadas formas de representações não se limitam às práticas escolarizadas, extrapolando, portanto, as fronteiras da sala de aula. As leituras, as interpretações e os sentidos produzidos pelo “leitor” acontecem apoiados no seu conhecimento de mundo, e do maior número de relações que consegue estabelecer entre o conhecimento novo e antigo e as diferentes áreas do conhecimento, ainda que não as conheça formalmente.

Assim buscamos, ao longo dos dois projetos, criar espaço para a discussão de como a escola pode trabalhar com as novas possibilidades de Letramento, propondo práticas pedagógicas que buscam formar efetivamente o aluno cidadão, leitor do mundo, agente de sua



transformação. Assim, podemos dizer resumidamente que a noção de letramento adotada neste artigo tomou novos sentidos, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1: Letramento(s) – novos sentidos**

<b>Concepção tradicional</b>	<b>Concepção adotada na pesquisa</b>
<p>Sentido único Sinônimo de alfabetização Descrição do fenômeno como uniforme, simples, ligado sobretudo à alfabetização (escrita e leitura) adquirida na escola, predominantemente por pedagogos, que podem ou não gostar da área da linguagem.</p>	<p>Termo polissêmico Liga-se ao mundo e à sua compreensão Aceitação de que é possível ser letrado sem ser alfabetizado Descrição do fenômeno como multiforme, complexo, ligado à questão das mentalidades, da cultura e da estrutura social Requer uma visão interdisciplinar advinda de diferentes áreas do conhecimento</p>

Quanto à área da matemática, voltamos à tríade que compunha a função básica da escola que era a de ensinar a ler, escrever e contar, para assumir que, se a noção de letramento ora adotada ultrapassa a decodificação e exige várias capacidades e conhecimentos para o processo de interpretação e produção de linguagem. Contar não pode mais ser entendido como o simples ato de quantificar ou enumerar, uma vez que a compreensão de situações numéricas também requer vários conhecimentos, capacidades e competências. Segundo Mendes; Grando (2007), não abrangem apenas a mera decodificação dos números, mas abarcam também a compreensão de diversos tipos de relações ligadas ao contexto social de uso, tais como a medição, ordenação, classificação, tomadas de decisão, entre outras, que podem se apresentar sob diversos tipos de representações: escrita numérica e alfabética, representações visuais (geométrica e leitura de gráficos, por exemplo), representação simbólica, entre outras. Essa grande variedade de possibilidades de leituras matemáticas do mundo levou D' Ambrósio, já em 1992, a propor a substituição do termo 'contar' para 'matematicar'.

Toledo (2003 apud FONSECA, 2007-6) diz que o Numeramento inclui um conjunto diversificado de estratégias, crenças, habilidades e disposições de que a pessoa necessita para efetivamente engajar-se em situações que envolvem números e dados quantitativos ou quantificáveis, e se estabelece, dessa forma, uma relação de paralelismo ou de analogia entre Letramento e Numeramento.

Assim, optamos pelo uso do termo Numeramento, após várias leituras, sobretudo as de Mendes (2001, 2005) e Fonseca (2007, 2004) e Fonseca; Cardoso (2005) que discutem a origem e as razões da existência de vários termos usados no Brasil com acepções semelhantes,



tais como Materacia, Numeracia, Literacia Estatística, Letramento Matemático e Numeramento, optando, ambas, pelo termo Numeramento. Entendemos que tanto o termo Letramento quanto o Numeramento querem significar a compreensão e o esforço em se implementar os modos culturais de se ler e “matematicar em diversos campos da vida social (até mesmo na escola) e considerá-los em suas intenções, condições e repercussões.” (FONSECA, 2007,6).

Para os propósitos e execução dos projetos discutidos neste artigo, entendemos que Letramento e Numeramento estão intimamente ligados às práticas sociais plurais de que fizemos uso nas atividades, envolvendo a leitura, a escrita e a matemática, exigindo conhecimentos disciplinares das áreas, porém ampliados na forma interdisciplinar para alcançar o cotidiano, tais como panfletos de supermercados, maquetes, entre outros.

482

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme já proposto, todas as atividades de pesquisa e de ensino desenvolvidas durante a vigência do projeto foram norteadas pela interdisciplinaridade, buscando superar a fragmentação do conhecimento e o distanciamento entre as áreas da linguagem e da matemática. Buscamos por uma análise da totalidade dos fatores envolvidos no processo, certos de que a abordagem interdisciplinar pode abrir novos caminhos para o conhecimento, por meio da aproximação das disciplinas, compartilhamento de informações, integração de conceitos, terminologias, métodos e análises. Quanto à abordagem dos dados, a pesquisa prevê um tratamento misto (VASCONCELOS, 2007). Diante da limitação do espaço, faremos neste artigo uma aproximação exploratória (GIL, 2005) dos dados coletados, que nos permita ter uma visão panorâmica da implementação das condições de Letramento e de Numeramento nas escolas públicas envolvidas.

#### 3.1 Os projetos - objetos da pesquisa e da extensão

**L3M4**

**3.1.1** *Letramento e Alfabetização Matemática: acesso à cidadania plena* (doravante LEMA) foi um projeto de extensão universitária aprovado no



programa denominado Universidade Sem Fronteiras (USF), dentro do subprograma Apoio às Licenciaturas, como parte das ações da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, recebendo recursos financeiros do Fundo Paraná.

**L3M3**

**3.1.2** A pesquisa interdisciplinar *Condições para o Letramento e o Numeramento na Educação Básica* (doravante LEME), envolvendo pesquisadores da área de Letras, Matemática e Economia, foi um projeto interdisciplinar aprovado pelo órgão de fomento à pesquisa no Paraná, Fundação Araucária.

Teórica e metodologicamente, os projetos se pautaram na área da matemática por Fonseca (2007, 2004), Fonseca; Cardoso (2005) Mendes (2005), Mendes; Grando (2007), especificamente para o trabalho com projetos com foco no Letramento e Numeramento, baseamo-nos, principalmente em Cardoso (2002), (Martins (2012), Kleiman; Moraes (1999) e Bolognini (2009), entre outros, tentando substituir a crença de que “matemática é difícil e, por isso, não se aprende” e que não é possível gostar de Português e de Matemática. Sabemos que parte de tal problema reside na formação inadequada dos professores das séries iniciais, que não têm formação específica na disciplina. A formação recebida, em geral, não lhes possibilita uma abordagem segura dos conteúdos, de modo que se perdem em modelos tradicionais pautados por procedimentos imitativo-repetitivos, que não dão conta de instigar nos alunos a vontade de aprender. Já na área de língua portuguesa, adentramo-nos nos estudos sobre o letramento (ROJO, 2009, 2012; KLEIMAN, 2008), na tentativa de fazer com que os alunos entendam as representações simbólicas próprias das duas áreas de estudo. Procuramos demonstrar a necessidade de se apossarem da cultura científica porque sem ela, muitas vezes, o aluno é incapaz de perceber nos fenômenos aquilo que o professor deseja que ele perceba. Para alcançar tal intenção, tivemos como objetivos gerais do LEMA trabalhar com letramento, focando na leitura e produção textual e proporcionando uma alfabetização matemática, resgatando o gosto pela disciplina, enquanto desenvolvemos o raciocínio matemático.

Como objetivos específicos tivemos: a) 1. Desenvolver o gosto pela leitura por meio de diferentes mídias, de livros paradidáticos e de outras linguagens; b) Desenvolver a relação entre raciocínio matemático e leitura, utilizando jogos cognitivos e modelagem matemática; c) Rever os conteúdos básicos de língua portuguesa e de matemática das séries iniciais; d) Trabalhar no nível de desenvolvimento potencial dos alunos, usando a linguagem como ferramenta de aprendizagem da matemática e de língua portuguesa; e) Levar os alunos a uma maior





autonomia e independência na leitura e na produção de sentidos; f) Dar condições e acesso à inclusão digital dos alunos envolvidos; g) Oferecer formação continuada aos professores de 4º e 5º anos das escolas envolvidas das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática; h) Ajudar na formação dos alunos graduandos das licenciaturas envolvidas, dando-lhes oportunidade para refletirem sobre a relação teoria e prática; i) Fortalecer e garantir a formação dos egressos dos cursos das licenciaturas envolvidas de modo a garantir um ensino de maior qualidade; j) Estimular a tríade: pesquisa - ensino e extensão, por meio de artigos e apresentações de cunho científico; k) Integrar as duas universidades públicas para o alcance de melhor qualidade de ensino; l) Propiciar o desenvolvimento da cidadania plena por meio da leitura e alfabetização matemática.

### 3.2 Os participantes dos projetos

Os participantes primários da pesquisa foram 21 alunos dos 4º e 5º anos de uma escola municipal (doravante EM), e 37 alunos de 6º ano de um colégio estadual (doravante EE); filhos de pais ou responsáveis pertencentes à classe trabalhadora, com escolaridade mínima.

A equipe interdisciplinar foi composta por um professor recém-formado em Letras e outro de Matemática com carga horária semanal de 40h, um graduando em Matemática e um de Pedagogia, com 20h semanais, todos pagos como bolsistas.

Os pesquisadores autores deste artigo são um professor de matemática especialista em Educação Matemática, mestre em Métodos Numéricos nas Engenharias, doutorando na área de Química, docente de Estatística e de Cálculo Numérico na UTFPR, atuando no projeto como orientador dos trabalhos e da pesquisa na área de Numeramento. Para a área de Letramento e Letramento Digital, uma professora formada em Letras, especialista em Língua Inglesa, mestre e doutora em Linguística Aplicada, professora e orientadora no programa de mestrado interdisciplinar, sociedade e desenvolvimento da UNESPAR – Campus de Campo Mourão, coordenadora, docente e orientadora do programa de formação continuada de professores da Educação Básica do Estado do Paraná denominado PDE que atuou como coordenadora, e orientadora.





### 3.3 Período de vigência dos projetos e coleta de dados

O projeto de extensão LEMA foi iniciado em agosto de 2012, terminando em agosto de 2013. O projeto de pesquisa LEME, ainda em vigor, teve início em dezembro de 2012.

### 3.4 Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de diários de classe, fotos, entrevistas e questionários, e as atividades dos alunos criadas para o projeto.

## 4 O Letramento e o Numeramento na educação básica: desenvolvimento

A escolha das duas escolas (EM e EE) deveu-se ao fato de que ambas apresentaram baixo desempenho na avaliação federal, enquadradas no Plano de Desenvolvimento Educacional-PDE. Além disso, havia uma grande dificuldade sentida pelos professores dos 6º anos em trabalhar com alunos advindos de EM, que se enquadravam no conceito de analfabeto funcional, discutido na introdução deste artigo.

Desde o início da execução do projeto a equipe interdisciplinar, conforme descrita na Metodologia da pesquisa, soube que teria que planejar em conjunto todos os materiais e atividades a serem desenvolvidas, participando, discutindo, analisando as propostas. Com isso, pudemos ratificar como as áreas da linguagem e da matemática eram e são sentidas como opostas, sem qualquer percepção de como podem colaborar entre si. Para amenizar tal lacuna, entramos com o projeto LEME, por meio do qual lemos e debatemos inúmeros artigos que tratam de Letramento e Numeramento na Educação Básica, discutindo o paralelismo nos conceitos, os pontos de convergência para a formação integral do educando. Foi preciso, portanto, instaurar a ideia de parceria (FAZENDA, 1994) e o conceito de interdisciplinaridade, trazido por diferentes autores, alguns já resenhados neste artigo. Esta parte foi concretizada por meio de Seminários Interdisciplinares, buscando sustentação teórica para as atividades práticas necessárias ao desenvolvimento do projeto. Paralelamente aos estudos de natureza teórico-prática, a equipe disciplinar trabalhou intensamente para que os objetivos pudessem ser alcançados, sabedora do grande desafio que tinha à frente, diante das dificuldades que já eram vislumbradas.



No intuito de conhecer melhor os professores dos quais advinham os alunos para o projeto e posteriormente para acompanhar o desenvolvimento desses alunos por eles observados nas aulas regulares, e para colocar os pedagogos e diretores cientes de toda a programação, a equipe fez inúmeras visitas às escolas parceiras. Apresentamos o projeto também aos pais ou responsáveis dos alunos envolvidos, em palavras simples, e mostrando-lhes a importância de incentivarem os filhos a participarem ativamente das atividades.

Ao longo do projeto realizamos encontros bimestrais com os professores das escolas envolvidas para discussão e avaliação do LEMA, durante os quais foram realizadas entrevistas com seis (6) professoras dos alunos participantes do projeto, que foram posteriormente transcritas e que serão alvo de novas publicações.

Internamente, a equipe efetuou um levantamento completo dos conteúdos programáticos previstos para o 4º, 5º e 6º anos, nas áreas de Matemática e de Língua Portuguesa. Diante do encontrado, a equipe optou por utilizar jogos em todas as aulas, dos mais simples aos mais sofisticados, tais como Banco Imobiliário, Master, Veja. Assim colocamos em prática o Letramento e o Numeramento, uma vez que exigiam tanto a leitura com compreensão quanto resolução de problemas matemáticos. Foram criados, reproduzidos e comprados vários tipos de jogos que foram bastante utilizados durante as aulas. Os orientadores se reuniam com a equipe no mínimo duas vezes por semana, ou sempre que houvesse alguma dificuldade maior. Na primeira fase, tais encontros foram quase diários.

De setembro a dezembro de 2013 o projeto foi executado apenas na EM com duas turmas, uma com alunos dos quartos anos e outra com alunos dos quintos anos, cada uma com oito aulas semanais. A partir de fevereiro de 2013, as atividades passaram também a serem desenvolvidas na EE, com duas turmas compostas de alunos dos sextos anos, muitos dos quais já tinham participado do projeto no ano anterior na EM. Foi ainda estabelecida uma parceria com a UFRGS para a oferta de Letramento Digital aos alunos e professores, com a utilização da ferramenta SOBEK, para a produção de narrativas.

Durante a vigência do projeto houve algumas desistências, motivadas por simultaneidade de horários entre o projeto e outras atividades desenvolvidas pelos alunos.



#### 4.1 Práticas pedagógicas interdisciplinares de Letramento e Numeramento

A seguir apresentamos algumas das atividades desenvolvidas ao longo dos projetos, que consideramos as que mais contribuíram para o alcance dos objetivos do LEMA e do LEME. Atividades desenvolvidas nas salas de aula: Intensa utilização de jogos para raciocínio lógico, jogos para o desenvolvimento das capacidades e habilidades de leitura e resolução de problemas; Contação de estórias, Assistência a filmes de animação (*A menina que odiava livros e Vida Maria*); Leitura e produção de diferentes tipos de gêneros discursivos: poemas e letras de músicas, com foco na linguagem metafórica, texto instrucional para confecção de origamis, Leitura de gibis e literatura, gêneros da esfera comunicativa e jornalística para a produção de um “telejornal”, trabalho com panfletos de supermercados para análise e comparação de preços e, posteriormente, a criação de outros similares; Dramatização de peças teatrais; Leitura dramatizada; Aulas de culinária com noções de medidas e pesos; Construção de maquetes.

Como atividades externas tivemos aulas no laboratório de informática da universidade para pesquisas, aulas para a produção de narrativas com o software livre Sobek; Criação de um jornal online e de um blog, disponível em <http://lemaunespar.blogspot.com.br>. De extrema valia e importância foram as atividades de cunho cultural-artístico como idas ao cinema e ao Teatro Municipal durante o Festival de Teatro; Aula de Campo: visita ao Parque do Lago com os alunos da EMI para observar o trabalho de limpeza e drenagem do lago, analisar as consequências, e produzir uma matéria de cunho jornalístico. Aos professores das escolas envolvidas foi oferecido um curso de formação continuada na área de Letramento digital, com a ferramenta digital Sobek, desenvolvida na UFRGS.

#### 4.2 Letramento, Numeramento e Interdisciplinaridade: Primeiras conclusões

Ao realizarmos a pesquisa do LEME, impulsionada pelo trabalho em sala de aula com o LEMA, concluímos que o aprendizado nos seis primeiros anos do Ensino Fundamental demonstra muitos e sérios problemas, com alunos apresentando toda a sorte de dificuldades, principalmente na matemática, disciplina pela qual a grande maioria sente aversão. Na área da leitura os alunos ainda estão no nível da decodificação, sem autonomia, precisando de ajuda e incentivo constante do professor para acreditar serem capazes de entender e produzir novos textos, orais ou escritos.



Os professores procuram trabalhar os conteúdos previstos, contudo não conseguem vencer a quantidade deles apresentada no livro didático, nem alcançar a qualidade mínima esperada. Ficou comprovada a necessidade de mostrar de forma concreta as razões pelas quais os alunos precisam dos conteúdos estudados, contextualizando-os, trazendo-os para a vida dos alunos, amarrando-os com o momento em que estão vivendo, sendo este um dos objetivos do LEMA.

Quanto ao projeto, os professores disseram ter notado diferença sensível nos alunos desde as primeiras atividades do LEMA, na participação deles nas aulas, que passaram a se arriscar mais, sobretudo nas aulas de matemática. Esta percepção foi também registrada pela equipe interdisciplinar nos alunos do 6º anos da EE, que haviam participado do projeto em 2012 na EM. Eles mostravam-se mais soltos, desinibidos, com vontade de aprender, sem medo dos conteúdos matemáticos, familiarizados com atividades que envolviam resoluções de problemas e leitura e compreensão de textos, mostrando-se à frente dos demais. No entanto, foi também comprovado que alunos do 6ºanos advindos de outra EM, com resultados positivos nas avaliações federais e ingressados no LEMA em 2013 tinham desempenho semelhante e, em certos casos, ainda melhor do que os que haviam participado da primeira fase do projeto.

Nossas primeiras considerações sobre o trabalho desenvolvido levam-nos a dizer que o conhecimento sistematizado com os alunos do Ensino Fundamental I e II, sobretudo no I, deveria ser abordado sob as duas perspectivas, a interdisciplinar e a disciplinar, para que o aluno visse inicialmente que a realidade que o cerca não é fragmentada, mas que o estudo posterior de partes desta realidade será necessário para um maior aprofundamento nos conhecimentos que lhe servirão de apoio para outros que advirão. Além disso, as escolas e os professores clamam por um trabalho em parceria, não mais aquele interno entre os professores de “boa vontade”, mas de mãos dadas com as universidades, nas quais o conhecimento teórico é reconstruído ou produzido.

Os projetos parecem ter trazido diferentes contribuições científicas, desde o aprimoramento das teorias confrontadas com a realidade vivenciada na prática docente, até a produção e divulgação do conhecimento nas áreas de Letramento e do Numeramento, por meio de várias apresentações em congressos e eventos científicos. Contudo, a grande contribuição foi a produção de técnicas e materiais específicos para o enfrentamento dos problemas nas duas áreas principais de atuação de forma interdisciplinar.



Enfim, podemos dizer que a experiência foi válida, porém muitos dos objetivos propostos foram apenas vislumbrados. Algumas mudanças foram sentidas, porém para serem duradouras e efetivas para o alcance da cidadania plena é preciso tempo e busca incessante de todos os segmentos: família, alunos, professores e corpo administrativo da escola, e, sobretudo, vontade política. É preciso uma mudança nas políticas públicas para a educação, pois não basta termos escolas de tempo integral se não tivermos professores com formação adequada, conscientes e compromissados de fato com a melhoria da qualidade do ensino público no país.

## REFERÊNCIAS

BOLOGNINI, C. Z et alii. *Discurso e ensino: Práticas de linguagem na escola*. Campinas: SP. Mercado das Letras. 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a educação infantil. Brasília. Ministério da Educação. 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>, acesso em 15/07/2014.

CARDOSO, Cleusa de A. Atividade matemática e práticas de leitura em sala de aula: possibilidades na Educação de Jovens e Adultos. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002.

CARLOS, J. G. *Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Ensino de Ciências. Universidade Nacional de Brasília. 2007

D'AMBROSIO, U. Reflexões sobre História, Filosofia e Matemática. In *BOLEMA - Boletim de Educação Matemática*, especial n-2, pp. 46-60, Rio Claro: UNESP, 1992.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.

FLORIANI, D. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, Raul (orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

FONSECA, M. C F. R.. Sobre a adoção do conceito de numeramento no desenvolvimento de pesquisas e práticas pedagógicas na Educação Matemática de jovens e adultos. In: *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – ENEM*, 9, 2007, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 2007.



\_\_\_\_\_. (org) *Letramento no Brasil: habilidades matemáticas*. São Paulo: Global: Ação Educativa: Instituto Paulo Montenegro, 2004.

\_\_\_\_\_ & CARDOSO, C. A. Educação matemática e letramento: textos para ensinar Matemática, Matemática para ler o texto In: *Escritas e Leituras na Educação Matemática*. Belo Horizonte : Autêntica, 2005, p. 63-76.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GUSDORF, G.. Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria. In: APOSTEL, Leo et al. *Interdisciplinarietà y ciencias humanas*. Madrid: Tecnos, 1983.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinarietà e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JANTSCH, A; BIANCHETTI, L.orgs.). *Interdisciplinarietà: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2011.

JAPIASSU, H.. *Interdisciplinarietà e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLEIMAN, A.B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Kleiman, A. B. & Moraes S. E. *Leitura e interdisciplinarietà: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas,SP: Mercado de Letras. 1999

MARTINS, M. S. C. *Letramento, Interdisciplinarietà e Multiculturalismo no Ensino Fundamental de nove anos*. Campinas, SP, Mercado das Letras, 2012.

MENDES, Jackeline Rodrigues. Reflexões sobre numeramento: práticas sociais de leitura e escrita em torno do conhecimento matemático, In: *CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 15, SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2, 2005*, Campinas. *Resumos...*Campinas: ALB, 2005.

\_\_\_\_\_.; GRANDO, R. C (orgs). *Múltiplos Olhares: matemática e produção de conhecimento*. São Paulo: Musa Editora, 2007.

MINAYO, M. C. S. de. Interdisciplinarietà: funcionalidade ou utopia? In *Saúde e Sociedade* 3(2) 42-64, 1994

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Tradução de Cláudia Schilling. *Globalização e interdisciplinarietà: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998. 275 p.



STREET. B. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, Teachers College, Columbia University, Vol. 5(2)

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e Alfabetização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2007, 157-169

491

#### **Sites consultados:**

[https://campusvirtual.univalle.edu.co/moodle/pluginfile.php/109449/mod\\_resource/content/0/Interdisciplinaria/GUSDORF%20Georges%20PASADO\\_\\_presente\\_y\\_futuro\\_de\\_la\\_interdisciplinaria.pdf](https://campusvirtual.univalle.edu.co/moodle/pluginfile.php/109449/mod_resource/content/0/Interdisciplinaria/GUSDORF%20Georges%20PASADO__presente_y_futuro_de_la_interdisciplinaria.pdf), acesso em 17/07/2014.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Disponível em: [http://www.ipm.org.br/ipmb\\_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por](http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por)  
Acesso em 15/07/2014

[http://people.ufpr.br/~clarissa/pdfs/NewInLiteracy\\_Street.pdf](http://people.ufpr.br/~clarissa/pdfs/NewInLiteracy_Street.pdf). Acesso em 14/04/2014.





## CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS NA CONCEPÇÃO DAS DEMANDAS DE COMPRAS PÚBLICAS EM IFES POR MEIO DA TÉCNICA DE MAPEAMENTO

PINHO, Alexandre Ferreira

*Professor do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI;  
E-mail: pinho@unifei.edu.br*

TRINDADE, Leandro Lopes

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá –  
E-mail: leandrotrin@unifei.edu.br*

492

### Resumo

O presente artigo apresenta resultados da aplicação da técnica de mapeamento para caracterização e avaliação dos processos de concepção das demandas de Compras Públicas, previamente desenvolvidas pelos Institutos, Departamentos e Secretarias da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, sendo estes considerados setores fins. A teoria corroborou a proposta, que consiste no fato de que os processos inerentes às compras públicas causam grande desperdício, fazendo; com que a administração pública seja considerada ineficiente. O estudo de caso proposto com metodologia se processará por análise, comparação e interpretação dos resultados da coleta de dados. O mapeamento de processos possibilitará a identificação de gargalos causadores das prováveis morosidades nas atividades processuais que consequentemente acarretam a ineficiência e ineficácia das técnicas de compras públicas eletrônicas. Os resultados obtidos neste estudo propiciará ao Gestor Público o desenvolvimento de rotinas, capazes de melhorar os procedimentos e a qualidade dos produtos e serviços adquiridos.

**Palavras-chave:** *e-procurement; accountability; administração pública; mapeamento de processos.*

### Abstract

This article presents the results of applying mapping technique for characterization and evaluation of design processes of the demands of Public Procurement, previously developed by the Institutes, Departments and Secretaries of the Federal University of Itajubá - UNIFEI, these being considered sectors purposes. The theory supported the proposal, which consists in the fact that the processes inherent in public procurement cause great waste, making; that public administration is considered inefficient. The case study methodology is proposed to process for analysis, comparison and interpretation of the data collection. The mapping of processes helps to identify bottlenecks of probable cause delinquencies in procedural activities which consequently lead to inefficiency and ineffectiveness of the techniques of electronic public procurement. The results of this study will provide the Public Manager to develop routines, capable of improving the procedures and the quality of products and services purchased.

**Keywords:** *e-procurement; accountability; public administration; process mapping.*



## INTRODUÇÃO

Comprar com eficiência e eficácia tem sido o maior desafio da administração pública nos últimos 80 anos, as compras e contratações públicas passaram por diversas reformas políticas desde a década de 30. Foram várias as tentativas de uma formulação legal que propusesse uma lei que atendesse aos anseios dos gestores públicos e combatesse e inibisse as diversas ocorrências de corrupção e escândalos envolvendo as compras governamentais (FERNANDES, 2010). Para os critérios brasileiros, a administração gerencial estabelece metas e procedimentos visando sempre resultados que contemplem uma melhor eficiência. Este paradigma, do melhor pelo menor custo, em termos de redução dos gastos, tem sido aplicado desde os anos 90. As diversas reformas políticas e escândalos, principalmente na era Collor, culminaram na atual Lei de Licitações.

Com o avanço da tecnologia digital em todo mundo e em particular no Brasil, a Lei de Licitações ganhou novas modalidades e com elas o viés deste artigo, as compras eletrônicas (Pregão Eletrônico), também conhecido no meio público como Leilão Inverso. Inamine *et al.* (2012) definem quatro categorias que caracterizam um sistema de compras públicas eletrônicas quando do valor público: eficiência, transparência, *accountability* e interesse público. A eficiência, no que se refere às compras públicas, sustenta-se na utilização das tecnologias de informação (TI), visando à redução de custos no comércio eletrônico. Segundo a transparência é a união de práticas institucionais e a legislação impõe a disponibilização de tais práticas ao cidadão comum, tornando o governo mais confiável e o cidadão mais participativo. A *accountability* no que tange uma maior aproximação de tradução impõe aos gestores a obrigatoriedade da disponibilização dos resultados obtidos no exercício da função, seja ela de gestor ou outra função pública, por meio da transparência. Na evolução das normas e procedimentos das compras públicas, os governantes sempre se pautaram pela eficiência e a obtenção do menor custo. As compras públicas eletrônicas (*e-procurement*) se destacam como uma das mais importantes iniciativas nesse âmbito (Walker *et al.* 2012).

As instituições públicas constantemente inovam suas tecnologias, capacitam seus servidores e alteram suas legislações, estes movimentos visam diminuir a ineficiência e ineficácia apresentadas nas compras públicas. Motta (2010) destaca os desperdícios ocasionados pela falta de capacitação de servidores públicos envolvidos na utilização das tecnologias de informação, aplicadas aos processos de compras públicas.



Com base nas premissas apresentadas, e considerando a falta de integração entre pessoas, processos e tecnologias, logo, a quebra de melhores resultados, o artigo objetiva a caracterização e avaliação dos processos de compras públicas eletrônicas na UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá, no que tange a sua concepção, elaboração e envio para os setores de licitação

## COMPRAS GOVERNAMENTAIS

As compras governamentais brasileiras são regidas por legislações e normas técnicas subordinadas aos termos da Constituição Federal do Brasil, Art. 37 § XXI. Os procedimentos de aquisição de insumos e serviços na administração pública seguem modalidades e requisitos de compra e venda por meio das licitações públicas, regidas pela lei n.º 8.666/93 (BRASIL, 1993). A licitação é um procedimento obrigatório para as contratações de todas as entidades mantidas com recursos públicos, entre elas a administração direta e a indireta, que tenham por objetivo: obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações.

Segundo a Lei n.º 8666, de 21 de Junho de 1993, em seu art. 6º, III, compra é toda a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente. Logo, não se pode esquecer que as compras governamentais devem ser vinculadas totalmente as Leis que a regem, pois os órgãos públicos são regularmente fiscalizados pelos Tribunais de Contas, que verificam o cumprimento das regras estabelecidas aos contratos de compras (SILVEIRA E CAMARGO, 2006, p. 03).

Os melhores resultados nas aquisições públicas com qualidade derivam de descrições detalhadas dos produtos solicitados. Assim, a boa especificação do solicitante é de suma importância aos órgãos públicos, pois vai prover bens com melhores preços e adequados às suas necessidades (SILVEIRA e CAMARGO, 2006).

O papel do comprador no processo de compras, na análise de Batista e Maldonado (2008), é de grande importância. Uma vez que, apesar do vasto estudo da literatura acerca do papel estratégico da área de compras, pouco se falou do perfil dos profissionais que atuam na área, compradores ou não. Tanto a compra pública quanto a privada buscam concomitantemente o menor preço e a melhor qualidade nos produtos e serviços adquiridos. Todavia, no caso das aquisições por licitações públicas, é requerida atenção em relação à Lei de



Licitações e outras legislações. Em contraste, as compras privadas tem livre escolha nos seus atos.

Um dos pilares da instituição pública é a gestão de suprimentos, que se referem às compras, aquisições e guarda dos materiais, bens e serviços necessários à manutenção e ao desenvolvimento das atividades realizadas nas instituições.

Schwaab et. al. (2012) ratificam a importância dos setores de compras para as organizações, ressaltando o apoio ativo dado às instituições para alcance de seus objetivos. Este comprometimento e confiança se dão quando o setor de compras estabelece aquisições de bens e serviços com eficiência e metas estabelecidas, proporcionando a redução de custos e a satisfação de seus *stakeholders*. No entanto, os autores destacam as diferenças entre os sistemas de compras públicas e privada, enfatizando seus fatos, sendo que nas organizações públicas, o foco é satisfazer os anseios da sociedade, com transparência nas ações e no emprego dos recursos públicos, enquanto que, nas empresas privadas, é atender aos anseios dos proprietários e acionistas, visando o lucro.

Vale destacar alguns números apresentado por Tridapalli (2011):

Em termos mundiais, segundo Auriol (2006), as compras do setor público de bens e serviços podem representar mais de 18% do PIB mundial, e em 2002 este valor foi estimado em US\$ 5,8 trilhões. De acordo com uma pesquisa contínua no Banco Mundial, a quantia total de perdas por corrupção está estimada em torno de US\$ 200 bilhões por ano, representando aproximadamente 3,5% dos gastos mundiais. Conforme Almeida e Lucena (2006), estudos realizados por organizações internacionais não governamentais, como a Transparência Internacional, afirmam que o setor público é ineficiente, incluindo as práticas corruptas que contribuem para uma perda de 3% a 10% do PIB, reduzindo assim o crescimento nacional em até 2% ao ano. A sociedade vê a aquisição de bens, serviços e obras civis especialmente como um processo que tem falta de transparência, os métodos tradicional sendo a principal área de ineficiência nos gastos públicos (TRIDAPALLI, 2011, p. 403).

As compras, segundo Simões e Michel (2004), se estabelecem por uma aquisição por um determinado preço. O processo de seleção, qualificação e imposição de regras como prazos de pagamento, de entrega e referências de serviços, caracterizam as atividades relacionadas às compras. Para o autor, a evolução da função de compras deixou de ser vista como simples ato de comprar e passou a ter uma denotação de importância estratégica para as organizações. Estas evoluções tendem a se intensificar, dadas as necessidades governamentais e a competitividade comercial de empresas envolvidas nas compras públicas que demandam a obtenção de lucros.



Nas IFES, por oportuno na UNIFEI, as concepções das compras ocorrem nos Departamento e nos Institutos, nestes setores são definidas as demandas para aquisições administrativas e acadêmicas.

## MAPEAMENTO DE PROCESSOS E SUAS TÉCNICAS

Segundo Pinho, F. *et. al.* (2006), o processo de mapeamento tem por objetivo levar o pesquisador à percepção dos processos de uma forma prática e visual. O autor ainda o define como uma ferramenta gerencial e de comunicação que tem a finalidade de ajudar a melhorar os processos existentes ou de implantar uma nova estrutura voltada para processos.

A forma com que os dados são recebidos, tratados e transformados denomina-se como transformação do processo, que alocados e destinados, vão promover maior efetividade (eficiência + eficácia). O resultado de um Mapeamento de Processos gera o “mapa de processos e diagrama de relacionamentos”, este se caracteriza normalmente em representações gráficas e demonstrações de fluxos de operacionalização, com tais resultados, é possível a análise e cálculos que propiciem a definição de melhorias e otimizações.

Um dos objetivos de uma organização é a diminuição ou a eliminação das falhas. A falha pode ser definida como a falta de habilidade para se executar uma função determinada. Neste caso, é importante que as falhas sejam observadas para que suas causas sejam identificadas. O motivo das falhas é, portanto, uma informação necessária para se evitar que elas aconteçam. Mapeá-las é demonstrar os problemas que impedem os processos de atingir seus objetivos e metas, definidas no Mapeamento de Processos (Pinho, F. *al.*, 2006; LEAL *et. al.*, 2005).

O Mapeamento de Processo objetiva verificar a sequência de atividades desenvolvidas dentro deste método. Este conhecimento indica que os produtos e serviços são planejados, produzidos e entregues. É importante conhecer essa técnica para se identificar os elementos, as atividades, os produtos e serviços, assim como os padrões a eles associados. Um processo pode ser definido como o encadeamento de atividades específicas de trabalho com início e fim, ou seja, uma estrutura para a ação. Também como um conjunto de tarefas interligadas, que visam resultados definidos por meio da organização. Tal instituição precisa compreender seus processos, tendo em vista que esta ciência é a base para o seu sucesso. Os processos são responsáveis pelo que será ofertado para o cliente (PINHO, F. *et. al.*, 2006; LEAL *et. al.*, 2005).



Conhecer as principais etapas na avaliação de processos de suma importância, para Candido, Silva e Zuhlke (2008), esta podem ser classificadas e hierarquizadas da seguinte forma: 1) macroprocesso: é a identidade da gerência no organograma geral, ou seja, é o nome pelo qual a unidade é conhecida; 2) processo: baseado no conceito de gestão de processos, pode ser dividido em processo de realização (essência do funcionamento da gerência, ou seja, o motivo pelo qual os clientes a acionam), processo de apoio (garantem todos os subsídios necessários para o desenvolvimento do processo de realização) e processo de gestão (agrupam-se diretrizes relacionadas à gestão de pessoas e da unidade, segundo as normas corporativas); 3) subprocesso: agrupamento das atividades de assuntos comuns dentro de um processo; 4) atividade: sequências operacionais representadas em forma de fluxogramas.

Leal (2005) destaca variadas técnicas de mapeamento de processos, como: *blueprint*; fluxogramas; mapofluxogramas e UML. Neste sentido o autor descreve o *blueprint* como a representação de transações de um processo de serviços, no qual uma “linha de visibilidade” divide as atividades de contato direto e indireto com o cliente. O fluxograma trata-se da representação por símbolos padronizados de processos analisados, o mapofluxograma como o fluxograma sobreposto a planta do local onde foi desenvolvido o processo e por fim a UML refere-se ao fluxograma temporal de alguma atividade, o autor destaca a existência de outros aqui não citados.

## METODOLOGIA

Artigos científicos estão relacionados a conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que visam atender seus objetivos, estes são dispostos por sua natureza, sua abordagem e seus objetivos.

Conforme preconiza Gil (2008, p.26), o objetivo reflete sua natureza o qual vai gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, e tem sua fundamentação em trabalhos publicados sobre o tema, dispensando a originalidade, mas trazendo relevância ao tema com novas ideias e outras verdades. A pesquisa pode ser quantitativa e qualitativa, sendo que se propõem a quantificar tudo que envolve o tema proposto, traduzindo para números as informações, as teorias e opiniões, a fim de classificá-las e analisá-las. Este tipo de abordagem requer conhecimento e uso de técnicas de estatísticas. No que tange a abordagem proposta pelo artigo, o mesmo se caracteriza como do tipo qualitativo,





pois visa identificar a percepção dos envolvidos nos procedimentos de compras públicas eletrônicas, quanto às atividades que realizam. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa traduz a relação entre o real e o sujeito envolvido no processo. Neste tipo de abordagem as análises dos dados pelos pesquisadores tendem ao método indutivo. O embasamento teórico é de suma importância para elaboração e aprofundamento de um projeto de pesquisa, é através da bibliografia levantada que se obtém maior sustentação para o trabalho proposto. Assim, este projeto trata de uma pesquisa com procedimento de Estudo de Caso e também de Pesquisa Bibliográfica. Neste sentido optou-se por procedê-la com os ensinamentos propostos por Yin (2001), onde o estudo de caso desenvolvendo-se pelo seguinte fluxograma:

498

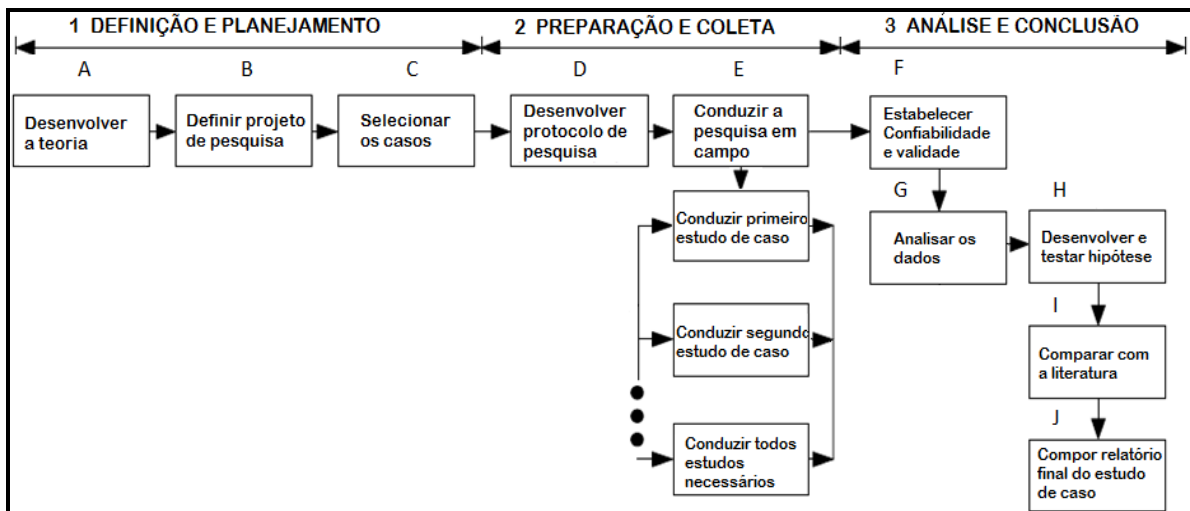


Figura 01: Atividades do método de estudo de caso  
Fonte: Adaptado de Yin (2001)

Pode-se dizer que um projeto de pesquisa que envolva o Método do Estudo de Caso possui três partes distintas. O fluxograma ilustra como esta partes são subdivididas em 10 (dez) etapas correspondentes (de A a J), dispostas da seguinte forma:

A teoria de Yin (2001) apresenta para cada uma das partes e respectivas fases, as explicações:

#### Parte 1 – Definição e Planejamento

Segundo Yin (2001) a primeira parte do estudo de caso refere-se ao desenvolvimento do protocolo onde são definidos os procedimentos inerentes a condução do estudo, bem como as regras e instrumentos norteadores do caso e contemplam uma visão geral do projeto, tais como:





tema, questões de estudo, literaturas, procedimentos de coleta de dados (as entrevistas, análises de documentos, etc.).

#### Parte 2 – Preparação da Coleta:

Na parte 2 são coletadas as evidências que vão compor o material inerente ao caso. Trata-se do trabalho de campo e análise de documentos (dos órgãos que contemplam o tema, às instituições, etc.), e da realização de entrevista junto aos grupos de pessoas relacionadas com o caso, por meio de observações e/ou participações. Nesta parte, do desenvolvimento do protocolo, é fundamental a utilização de fontes de evidência, como triangulações dos dados, dos avaliadores, dos métodos e ainda das teorias que venham a explicitar os dados.

#### Parte 3 – Análise e conclusão:

Nesta parte estabelecesse a elaboração do protocolo e constituem-se as melhores formas para aumentar a confiabilidade do Estudo de Caso (Yin 2001). O estabelecimento da confiabilidade e validade visa minimizar as possíveis falhas e direcionamentos do estudo proposto. Desta forma, o pesquisador durante a condução deve refazer seu estudo por várias vezes, a fim de certificar que os resultados não apresentam erros.

Segundo Yin (2005), um Estudo de Caso completo apresenta os limites do caso, mantendo uma distinção entre o fenômeno estudado e seu contexto. Ainda destaca que o Estudo de Caso completo deve demonstrar de maneira conveniente que o pesquisador realmente se debruçou na coleta dos dados e evidências mais relevantes do caso. O autor preconiza que um Estudo de Caso só pode ser respeitado em sua completude, caso este não termine simplesmente por extrapolar seu tempo ou por qualquer outra limitação que a pesquisa imponha.

### **OBJETO DE ESTUDO**

O presente artigo fará sua reflexão por meio do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado diante do estudo de caso do procedimento de compras públicas eletrônicas da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). A análise de tais procedimentos embasasse no fluxo dos processos demandados por suas Unidades Acadêmicas – UA (Institutos), departamentos, pró-reitoras e secretarias até sua conclusão e envio aos setores subsequentes envolvidos nas compras da instituição em pauta.



## CONDUÇÃO DA PESQUISA

A condução da pesquisa deu-se conforme demonstrado na teoria pela proposta de Yin (2001). Inicialmente a pesquisa procurou desenvolver a fundamentação teórica, que corroborou por meio do levantamento bibliográfico, constituído na coleta de informações em artigos científicos, dissertações, teses e livros que tratassem do tema proposto.

Verificou-se a relevância do tema pesquisado apresentando a problematização, a justificativa e os objetivos que norteiam área e objeto de estudo. Com base na teoria apresentada por Gil (2008), a delimitação dos entrevistados se deu entre os servidores envolvidos no processo de compras da UNIFEI, desde a sua concepção até a emissão do Empenho para compra.

Uma vez definido os *stackeholdes*, ou seja, os compradores dos Institutos, Departamentos e Secretarias, foi possível delinear o campo de amostragem.

Segundo Gil (2008, p. 89) a pesquisa de modo geral necessita de uma amostragem que delimite um universo de elementos, pois em sua totalidade, dependendo do tema, ficaria impossível sua viabilização.

Para se calcular o tamanho da amostra de um determinado projeto de pesquisa é preciso estabelecer uma meta, objetivando o numero de indivíduos devem ser estudados. Marotti *et al.* (2008) propõe que o calculo da amostra deva começar com o planejamento do estudo, já que sem a escolha e interpretação adequada da pergunta e da resposta do pesquisador, a pesquisa pode não ter nenhum sentido.

O objetivo na delimitação de uma amostra é obter uma representação “boa e honesta” da população envolvida no tema da pesquisa, obtendo assim maior representatividade para o estudo de caso.

Gil (2010) destaca dois grandes grupos de métodos para seleção da amostra, o aleatório e não aleatório. O presente artigo baseou-se no método não aleatório devido ao seu caráter intuitivo ou pragmático, pois além de propiciarem um estudo rápido e demandarem baixos custos, possibilitam ainda a utilização da amostragem por conveniência. Esta técnica como destaca o autor a inclusão de elementos de amostra sem probabilidades prévias e específicas,

Neste sentido foi aplicado por meio de questionários estruturado e direcionado aos envolvidos nas atividades de compras da UNIFEI. Adotou-se o seguinte conceito para processo de trabalho: conjunto de atividades inter-relacionadas e interdependentes que transforma



serviços que têm valor para o cliente interno ou externo. O mapeamento das atividades estabelecendo o fluxo do processo nos setores envolvidos no setor de compras na UNIFE. Desta forma foi possível visualizar de forma macro e micro as atividades principais inerentes às compras públicas, o mapeamento das atividades dos setores meios (gargalo) e o levantamento do fluxo médio de processos atendidos em cada departamento.

Os primeiros resultados propiciaram a utilização da ferramenta SIPOC (Supplier, Input, Process, Output, Customer), na qual obteve-se claramente as entradas e saídas do processo, seus fornecedores e clientes. Dentre as técnicas disponíveis para o mapeamento, a proposta é a utilização de fluxograma, sendo que esta objetiva descrever os fluxos do processo. Para Lima e Lobato (2010) sua elaboração, além de observação, foram aplicados aos compradores dos Institutos, Departamentos e Secretaria da UNIFEI, um questionário a fim de delimitar claramente os processos, entradas, saídas, fornecedores e clientes, sob uma visão macro de todas as atividades desempenhadas no processo de compras públicas em uma IFES. As respostas obtidas com o questionário possibilitou a elaboração do referido SIPOC, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – SIPOC das atividades de Compras realizadas em uma IFES – Caso UNIFEI

<b>SUPPLIER (FORNECEDOR)</b>	<b>INPUT (ENTRADA)</b>	<b>PROCESS (PROCESSOS)</b>	<b>OUTPUT (SAÍDAS)</b>	<b>CUSTOMER (CLIENTES)</b>
Instituto/Departamento	Demanda de compras da Unidade Mão de obra	Elaboração da especificação e cotação dos itens a serem adquiridos	Solicitação de Compra/Serviço	Departamento Compras e Contratos
Departamento Compras e Contrato	Solicitação dos Institutos e Departamentos	Elaboração Processo de Licitação	Edital Pregão	Procuradoria Federal
Departamento de Compras	Mão de obra			
Procuradoria Federal	Edital Pregão	Análise Edital	Aprovação Edital Parecer	Departamento Compras e Contrato
Procuradoria Federal	Mão de obra			
Departamento Compras e Contrato	Edital Aprovado PF	Licitação	Adjudicação Produto	Departamento de Finanças
Departamento de Compras e Contratos	Mão de obra			
Departamento de Finanças	Dados para Empenho	Processamento do Empenho	Empenho	Entrega Produto
Departamento de Finanças	Mão de obra			



A partir da visão macro dos processos de compras públicas, foi realizado um segundo questionário possibilitando a caracterização e o detalhamento de todas as atividades envolvidas no processo de compras na UNIFEI. Para o estudo proposto neste artigo realizou-se a caracterização e análise no primeiro processo identificado dentre os cinco apresentados na tabela 1. Neste sentido os processos e suas respectivas atividades foram descritas na Tabela 2.

Verificou-se desta forma a seguinte representação no macroprocesso das Concepções das demandas de compras dos Institutos e Departamentos da UNIFEI, 01 processos, 03 subprocessos e 05 atividades específicas.

Tabela 2 – Caracterização do Processo de Concepção das Demandas de Compras das UA

<b>Macroprocessos</b>	<b>Processos</b>	<b>Subprocessos</b>	<b>Atividades</b>
<b>Compras Públicas Eletrônicas</b>	<b>Solicitação Compras e Serviços</b>	<b>Definição Demanda Compra</b>	<b>Definição da demanda (produtos, quantitativos e prazos)</b>
			<b>Consulta Estoque</b>
			<b>Elaboração Mapa de Preços</b>
		<b>Coleta Preços</b>	<b>Envio e recebimentos de mapa para definição de preço médio de mercado.</b>
		<b>Elaboração dos Autos Processuais</b>	<b>Elaboração Termo de Referência, juntada processual: Mapa de Preços, Termo de Referência – TR justificativa e outros documentos</b>

Primeiramente, o comprador do Instituto/Departamento, ao definir suas demandas de compras para em acordo com seu orçamento aprovado, elabora especificação dos produtos necessários para o ensino e administrativo do seu setor, observando os quantitativos e prazos necessários para receberem o produto, sequencialmente é realizada consulta ao estoque da Instituição, Divisão de Materiais (almoxarifado de consumo e patrimônio móvel), posteriormente, caso não haja o item em estoque, é elaborado um Termo de Referência, pesquisa de mercado (mapa de



preços), e por fim a juntada processual com elaboração Termo de Referência, inclusão do mapa de preços, justificavas e outros documentos inerentes a Solicitação de Compras e Serviços.

## MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com as informações coletadas, foi possível mapear as atividades desenvolvidas. A Figura 2 apresenta o mapa desenvolvido para caracterização e avaliação do processo de concepção e demanda das Compras Públicas em um Instituto e ou Departamento de uma IFES. O mapa desenvolvido com fluxo caracterizado pelas atividades desempenhadas e necessárias para a elaboração da Solicitação de Compras.

Observa-se que as atividades desenvolvidas contabilizam um total de 15 operações, divididas: 6 operações de ação a ser executada, 01 operação de espera, 03 operações de documentação, 02 operações de decisão, 01 operação de transporte e 02 operações de início e fim. O processo quando apresenta um número maior de atividades indica que este tem predominância de agregação de valor no resultado final desejado, no entanto é importante analisar as esperas e documentações.

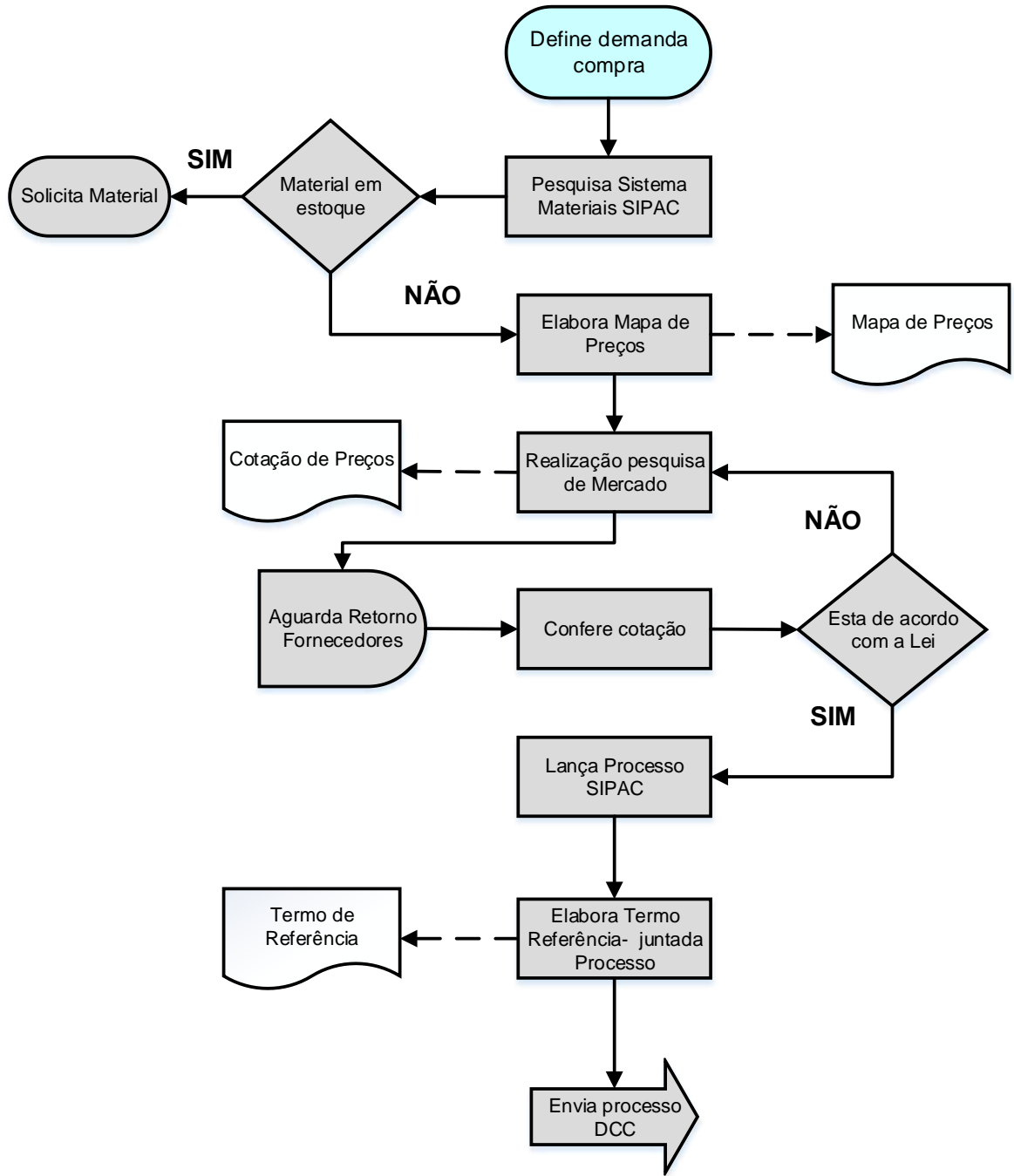


Fig 2 – Mapeamento do Macroprocesso das demandas de compras das Unidades (Institutos e Departamento – UNIFEI)

A Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI após reuniões entre a Secretaria de Planejamento e demais órgãos da instituição definem o orçamento anual com as demandas de necessidades básicas e suplementares para suas atividades acadêmicas e administrativas. A SPQ distribui assim o orçamento, solicita aprovação do Conselho Administrativo encaminhando-o aos Institutos e Departamentos para inicializarem suas compras. Desta forma



cada Instituto e Departamento, inclusive a Prefeitura do Campus iniciam os procedimentos para emissão da solicitação de compras.

Os procedimentos de compras instituídos pelos Institutos e Departamentos seguem o mesmo rito, cada órgão, incluindo a Prefeitura do Campus, dá início ao processo de compras informando suas necessidades (Requisição de Material) no SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Almoxarifado e Contratos. O sistema informa através de pesquisa a disponibilidade do material no estoque. Caso afirmativo, o Instituto e ou Departamento realiza seu pedido e o Almoxarifado Central inicia o processo de entrega do material. Caso não haja o item em estoque, passasse a estimativa de custos, com a devida pesquisa de mercado, em número mínimo de 03 (três) empresas, justificativa da necessidade do produto, memorial descritivo e ou projeto básico contemplando relação dos itens com discriminação detalhada, com: unidade de fornecimento; quantidade desejada; valor preço estimado; condições de fornecimento e outros fatores que impliquem no fornecimento com qualidade pelas empresas. Após conclusão da fase interna dos institutos/departamentos o processo (documentos descritos, numerados, rubricados e arquivados em pasta de forma cronológica) após lançamento e protocolo de processos no SIPAC é enviado a Diretoria de Compras e Contratos – DCC.

## CONCLUSÕES

Na utilização da ferramenta gerencial do mapeamento de processos propiciou a visualização do processo relacionado ao recorte de um procedimento de compras públicas em uma IFES, dada a concepção das demandas de suas UA, desde a escala macro até a mais detalhada. Não observou-se entre as atividades envolvidas alguma que destoasse no sentido da não agregação de valores, no entanto, segundo *stakeholders* envolvidos e análise alguma atividades poderiam ser simplificadas ou combinadas possibilitando agilização nos processos.

A técnica SIPOC e o mapa de fluxo possibilitaram resultados satisfatórios para caracterização e avaliação das concepções das demandas de compras das Unidades e Departamentos. Assim após análise verificou-se que existem gargalos que ocasionam ineficiências e ineficácias no processo de compra. Inicialmente, verificou-se nos questionários propostos aos servidores envolvidos, uma repetição do fator de desconhecimento dos produtos inerentes a laboratórios de pesquisa, ficando estes dependentes do envolvimento de terceiros (professores e técnicos de laboratórios) que nem sempre demonstram comprometimento com as





compras de seu Instituto, esta falta de conhecimento e dependência de informações causam morosidade na elaboração das especificações, quantitativos, unidades e etc. Uma vez concluída a etapa de definição da demanda, verificada existência em estoque, em caso da não existência, inicia-se a elaboração do Mapa de Preços para cotação no mercado, sendo este o fator de maior criticidade no processo de concepção das demandas compras, pois trata-se de uma operação de espera onde existe uma total dependência das empresas (possíveis licitantes) e no seu interesse e comprometimento em propor preços prévios de vendas. Segundo os servidores envolvidos mais da metade dos pedidos de cotação não são respondidos, e por determinação legal a abertura de processo licitatório deve ter no mínimo 03 (três) cotações prévias de preços por item, a falta de uma legislação, mecanismo ou ferramenta para agilizar estas cotações causam um gargalo temporal na conclusão desta etapa das compras públicas nas IFES.

O mapeamento de processos elaborado trouxe resultados que após a primeira análise apontou atividades possuidoras de gargalos distintos, sendo uns de procedimento inadequados e outros por falta de comprometimentos de *stakeholders* internos (professores e técnicos de laboratórios) e externos (empresas licitantes). Destaca-se 02 (três) pontos relevantes como resultados da segunda análise, realizada após pesquisa específica dos pontos de gargalos, sendo eles: 1) O não interesse das empresas em apresentar cotação para elaboração prévia dos preços de mercado; 2) Falta de planejamento para aquisições de itens do mesmo grupo de produtos – integralização entre Institutos, Departamentos e demais setores da UNIFEI.

O artigo corroborara com o estado Arte, que apontam um universo de ineficiências nos processos públicos, e dentre eles os de compras. Ao ratificar a proposta do objetivo proposto pelo artigo desenvolvido, seria possível dizer que os resultados são de extrema importância para os administradores públicos, aos *stakeholders* internos e externos e ainda a academia, sendo que para esta ultima verificam-se as infinitas possibilidades a serem exploradas a respeito do tema. Mediante ao estudo de caso apresentado e seus resultados será possível que outros estudos sejam realizados com fulcro nas inúmeras soluções para os fatores causadores de ineficiência nas atividades inerentes aos processos de concepção das demandas de compras nos setores fins de uma IFES.



## REFERÊNCIAS

BATISTA, Marco Antonio Cavalcanti; MALDONADO, José Manuel Santos de Verge. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S). *RAP – RIO DE JANEIRO* 42(4):681-99, JUL/AGO. 2008.

BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. Política de compras e contratações: trajetória e mudanças na administração pública federal brasileira, 2010.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INAMINE, Ronaldo; EDRDMANN, Rolf; MARCHI, JamurJohnas. Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. *R. Adm.*, São Paulo, v.47, n.1, p.124-139, jan./fev./mar. 2012.

LEAL, Fabiano; PINHO, Alexandre Ferreira; ALMEIDA, Dagoberto Alves. Análise de Falhas Através da Aplicação do Fmea e da Teoria Grey. *XXV ENEGEP PORTO ALEGRE, RS, BRASIL, 29 DE OUTUBRO A 01 DE NOVEMBRO DE 2005.*

LIMA, Josiane Palma; LOBATO, Kelly Carla Dias. Caracterização e avaliação de processos de seleção de resíduos sólidos urbanos por meio da técnica de mapeamento. *ENG SANIT AMBIENT | V.15 N.4 | OUT/DEZ 2010.*

MOTTA, Alexandre Ribeiro. O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público federal norte-americano e brasileiro. Campinas, SP [s.n.], 2010.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *RAP – RIO DE JANEIRO* 42(3):471-93, MAIO/JUN. 2008.

SCHWAAB, Kalú Soraia; CORDERO, Joni Dagoberto, SILVEIRA, João Serafim Tusi da; MOREIRA, Attus Pereira. Redução de Custos nos Processos de Compras Através de Pregão Eletrônico: Estudo de Caso. *VIII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO 8 e 9 de junho de 2012.*

SILVEIRA, Marcileni Basso da; CAMARGO, Maria Emilia. O Processo de Compras na Prefeitura Municipal de Santa Maria. *REVISTA ELETRÔNICA - EDIÇÃO ESPECIAL -2006.*

SIMÕES, Érica; MICHEL, Murillo. Importância da Gestão de Compras para as Organizações. *REVISTA CIENTÍFICA ELETÔNICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANO II – NÚMERO 03 – MAIO DE 2004 – PERIÓDICOS SEMESTRAL.*



TRIDAPALLI, Juarez Paulo; FERNANDES, Elton; MACHADO, Waltair Vieira. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. *RAP — RIO DE JANEIRO, RJ. P.401-33, 2011.*

WALKER, Helen; BRAMMER, Stephen. The relationship between sustainable procurement and e-procurement in the public sector. *INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTION ECONOMICS, 2012.*

YIN, R. K. Estudo de caso : planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Bookman: Porto Alegre, 2005.



## **NARRATIVAS MIDIÁTICAS INDEPENDENTES: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A COBERTURA REALIZADA PELA MÍDIA NINJA NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

BENITES, Marcello Riella

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
marcellobenites@hotmail.com*

COLOMBO, Cristiano da Silveira

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
cristiano.colombo@gmail.com*

MOURA, Sérgio Arruda de

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
arruda.sergio@gmail.com*

509

### **Resumo**

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica dos artigos acadêmicos produzidos acerca do grupo Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) e temas ligados às narrativas midiáticas independentes (NMI) na internet. O grupo destacou-se nas manifestações de junho de 2013 no Brasil por disseminar nas redes sociais uma cobertura dos protestos engajada, “ao vivo e sem cortes”, em meio aos embates, que surpreendeu o jornalismo convencional. Vamos revisar temas clássicos da internet e considerá-la como esfera pública de deliberação democrática. Abordaremos a apropriação das tecnologias midiáticas pelos movimentos sociais, e também os “nativos digitais” como protagonistas e os mais aptos a produzir conteúdo nas redes. A prática e a deontologia jornalísticas se vêem “em crise” e pressionadas a reformular sua identidade e discurso diante do fenômeno das NMI.

**Palavras-chave:** Narrativas midiáticas independentes, Jornalismo, Mídia Ninja

### **Abstract**

This paper is a literature review of academic articles written about the Ninja Media group (Independent Narratives, Journalism and Action) and subjects related to independent media narratives (IMN) on the internet. The group stood out in demonstrations in June 2013 in Brazil for spreading on social media coverage of the protests engaged, "Live and Uncut", among clashes, which surprised the conventional journalism. We review the classic themes of the internet and consider it as a public sphere of democratic deliberation. Discuss about the appropriation of media technologies by social movements, and also the "digital natives" as protagonists and the most able to produce content in the networks. The practice and journalistic ethics are seen "in crisis" and pressed to reformulate their identity and discourse because of the phenomenon of IMN.

**Key words:** Independent media narratives, Journalism, Media Ninja



## INTRODUÇÃO

As manifestações ocorridas a partir de junho de 2013 – que chamaremos também de “Jornadas de Junho” –, em cidades de todo o País foram um marco para o jornalismo brasileiro, entre outros motivos, devido ao impacto causado pela cobertura dos acontecimentos por parte do grupo Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação<sup>1</sup>). Sem vínculos com os grandes meios de comunicação, o grupo, por vezes, superou o jornalismo convencional – questionando-o e colocando-se como alternativa a ele. E realizou uma cobertura diferente daquela feita pela grande mídia, que ia na linha de tachar os protestos como atos de vandalismo e até mesmo de criminalizar os manifestantes. Os veículos de comunicação tradicionais se viram, inclusive, em alguns momentos, obrigados a reformular sua linha de cobertura após o Ninja mostrar, por exemplo, policiais atendo fogo às próprias viaturas para culpar manifestantes (ERTHAL, 2014). Por conta dessa postura, a Mídia Ninja tornou-se tema de significativo número de artigos acadêmicos.

Tal interesse ocorreu não só pelo impacto sobre o jornalismo como também por ter sido a ação do Mídia Ninja emblemática de tantos comportamentos resultantes da apropriação da tecnologia por pessoas e grupos que não integram os meios de comunicação tradicionais e tornam-se produtores e divulgadores de informação. Entre outras denominações já utilizadas, chamaremos este fenômeno mais amplo de “narrativas midiáticas independentes” e lhes atribuiremos a sigla NMI. O presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma revisão bibliográfica sobre determinada amostra do material acadêmico produzido sobre o Mídia Ninja

<sup>1</sup> O Mídia Ninja, lançado em março de 2013, durante o Fórum de Mídia Livre em Túnis (DINIZ, 2013), foi criado pelo jornalista Bruno Torturra e pelo fundador do Circuito Fora do Eixo, Pablo Capilé. Trata-se de um coletivo brasileiro de produção e divulgação de vídeos noticiosos, que cobre temas ligados aos movimentos sociais. As transmissões são via redes sociais. Com “seu modelo de transmissão dos acontecimentos ‘sem corte e sem censura’, ao vivo direto das ruas”, e com transmissões via celulares e dispositivos 4G, o grupo chegou a ultrapassar a audiência de 100 mil espectadores no auge das Jornadas de Junho (MAZOTTE, 2013). O Ninja foi criado a partir da Pós TV, uma rede de transmissões ao vivo pela internet. Em sua página no Facebook, a PosTV (diferentes grafias do nome são apresentadas pelos próprios perfis oficiais) afirma ser “a verdadeira TV aberta. Onde não existe censura, as pessoas falam livremente e não se depende de patrocínio, o patrocinador é o povo, as entidades e os movimentos sociais” (<https://www.facebook.com/canalpostv/info>, último acesso em 21/09/2014). A PosTV, por sua vez, é vinculada ao Circuito Fora do Eixo (FdE). Fundado em 2005 por Capilé (ERTHAL, 2014), o FdE, que se define como uma “rede de coletivos culturais”, destacou-se por abrir espaço para divulgação do trabalho de músicos com dificuldades de acesso ao mercado fonográfico. Mesmo contendo a palavra “jornalismo” em sua sigla, o Ninja contraria um dos pressupostos fundamentais da deontologia do jornalismo, que **se pretende** uma prática de reportagem objetiva dos fatos, sem adesão a qualquer das partes envolvidas. De fato, os representantes do grupo, com frequência, participam dos protestos sem diferenciar seus papéis, como repórteres, de suas ações como manifestantes.



e temas correlacionados às NMI. As menções a estudiosos das ciências humanas, políticas e da comunicação; da filosofia, da linguagem, do jornalismo, da tecnologia e da educação marcam a interdisciplinaridade da nossa pesquisa.

Para melhor contextualizar e analisar o material, dividiremos os títulos dos artigos pesquisados em cinco itens: 1) Conceitos fundamentais. 2) Democracia e internet; 3) Midialivrismo ciberativista; 4) Apropriação tecnológica; 5) Mídia Ninja. Em “Conceitos fundamentais”, baseados em autores clássicos, abordaremos a noção de “virtual” (LÉVY, 1997), a “lógica de redes” (CASTELLS, 1999) e a construção da identidade dos “atores” das/nas redes sociais (RECUERO, 2009). Em “Democracia e internet” os temas serão a web como esfera pública, espaço de debate e deliberação; e a apropriação da internet como espaço público pelos movimentos sociais. No item “Midialivrismo ciberativista”, os estudos inserem as narrativas midiáticas independentes no contexto da comunicação alternativa, apontam marcos iniciais das NMI e conclamam os ativistas dessas narrativas, em tom até de manifesto, para uma ação integrada.

Já no item “Apropriação tecnológica”, estudaremos um artigo que analisa as possibilidades libertadoras da apropriação das tecnologias de comunicação por pessoas e grupos em oposição à visão do saber tecnológico como ferramenta de dominação midiática. Finalmente, o item “Mídia Ninja” é o primeiro dos subtítulos restantes do presente artigo. Eles contextualizam as NMI dentro do fenômeno do “jornalismo pós-industrial”, como vem sendo entendida a imprensa atual, fortemente pressionada pelo advento do “usuário produtor/divulgador de informação”; e comparam as coberturas jornalísticas convencionais com a da Mídia Ninja; além de identificar as ações do grupo com modos de fazer e estratégias detectados pelos autores em iniciativas semelhantes noutros países.

Da leitura dos textos integrantes da revisão bibliográfica que propomos, resulta não só uma apreensão amplificada do caso “Mídia Ninja” como também uma das possíveis fotografias do fenômeno cultural histórico que o envolve: o advento das narrativas midiáticas independentes na internet. Nesse cenário aparecem a democracia e a militância alteradas em suas práticas devido ao impacto da tecnologia; o novo protagonismo assumido (ou não) pelo cidadão comum produtor de conteúdo; o jornalismo convencional que precisa se reinventar para fazer frente e participar dos dois processos anteriores.





## 1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Passamos agora a percorrer autores que têm desmistificado, esclarecido e legitimado a grande rede de computadores como objeto de estudo em abordagens filosóficas, sociológicas e comunicacionais. Em chave filosófica, Lévy (1996) desmistifica: o “virtual” – como o senso comum passou a denominar o que ocorre para além dos monitores de computador – não se opõe ao real e, sim, ao “atual”. Por exemplo, um arquivo PDF enviado com cópia a muitos destinatários permanece virtual até ser *atualizado* “n” vezes, em “n” computadores para os quais foi transmitido; o que pode também não ocorrer, em parte deles e, no limite, em todos. Nesse (s) caso(s), então, não houve atualização: o PDF manteve-se “em potência”, permaneceu virtual. O filósofo francês estabelece a distinção entre os pares “possível-real” (mundo fora das redes de computador) e “virtual-atual”, e explica ainda que a virtualização é também o próprio processo histórico e imemorial da criação da cultura: hominização e heterogênesse (LÉVY, 1996). E as NMI, que estamos estudando, com seus impactos políticos e culturais, são mais uma legitimação do virtual como não oposto ao real.

O aporte sociológico de Castells (1999) nos esclarece sobre as características principais do que ele chama de “novo paradigma tecnológico” – não entrando aqui na polêmica sobre o chamado “determinismo tecnológico” – e que nos parecem observáveis nos fenômenos das NMI. Tais características seriam: 1) *informação como matéria-prima*, elaborada e divulgada por dispositivos tecnológicos; 2) *penetrabilidade dos efeitos da tecnologia* em todos os âmbitos da atividade humana; 3) *lógica de rede/redes*, estruturas mínimas com entradas e saídas por todos os lados, capazes de se conectar/desconectar a qualquer momento com outras redes indefinidamente; 4) *flexibilidade*, com processos reversíveis, total capacidade de reconfiguração e fluidez organizacional; 5) *convergência de tecnologias* num sistema altamente integrado, onde fica praticamente impossível a distinção entre tecnologias específicas.

Castells (1999) afirma ainda que essas características podem constituir forças libertadoras mas também representar tendências repressivas, num questionamento ao qual Maia (2000) também fará coro mais adiante. Chamamos a atenção, entre as características mencionadas acima pelo autor espanhol, para a característica da *lógica de redes*, aplicável tanto aos dispositivos tecnológicos quanto às redes sociais da internet. E essa lógica tão *aberta* e





capilar é um dos fatores do forte impacto das NMI. Já a jornalista e professora da Universidade Federal de Pelotas, Raquel Recuero, legitima, num viés comunicacional, como objeto de estudo, um elemento central: para ela, ao falarmos de redes sociais, merecem ênfase especial aqueles que ela chama de “atores”:

São o primeiro elemento da rede social, representados pelo nós (ou nodos). (...). Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais. Quando se trabalha com redes sociais na Internet, no entanto, os atores são constituídos de maneira um pouco diferenciada. Por causa do distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador, os atores não são imediatamente discerníveis (RECUERO, 2009, p 24).

513

Neste caso, estamos falando de representações dos atores sociais, ou de elaboração da identidade desses atores no ciberespaço<sup>2</sup>. As narrativas midiáticas independentes são, por excelência, um resultado da consolidação da identidade desses atores de que fala a autora.

## 2. DEMOCRACIA E INTERNET

### 2.1 Esfera pública virtual

Vamos agora lançar mão da reflexão de Maia (2000) sobre internet como esfera pública no sentido de Jürguen Habermas. A autora examina as características da internet enquanto “esfera pública virtual”. Investigando a maneira por meio da qual as novas tecnologias da comunicação e informação criam modalidades inéditas de interação comunicativa, ela procura legitimar a internet como “esfera pública” de acordo com a definição do filósofo alemão. De forma crítica, porém, não associa “deterministicamente” tal potencial com a revitalização de instituições e práticas democráticas (MAIA, 2000). E lança a pergunta: “É a internet um instrumento de democratização?”

Segundo Maia (2000), Habermas “busca construir um conceito de esfera pública a-histórico, não datado, ‘como um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade”.

<sup>2</sup> “Novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” cuja a infraestrutura são as tecnologias digitais (LÉVY, 1997).



A teoria de democracia deliberativa habermasiana é construída em dois planos. Há uma distinção e descrição normativa (a) do processo informal da formação da vontade na esfera pública e (b) da deliberação política, a qual é regulada por procedimentos democráticos e é orientada para a tomada de decisão em sistemas políticos específicos. Estas são duas dimensões dependentes. Em uma sociedade descentrada, a soberania popular procedimentalizada, ligada às esferas públicas periféricas, e o sistema político encontram-se intimamente associados (MAIA, 2000)

514

Maia (2000) caminha no sentido da legitimação da internet como esfera pública, entre outros motivos por oferecer “uma grande variedade de informações, não apenas material de origem oficial”, reduzir “os custos da participação política” e permitir “envolver diferentes parceiros de interlocução desde a troca de *e-mails* numa base cidadão-cidadão” (MAIA, 2000). E abre-se espaço para uma identificação das NMI com o conceito de esfera pública quando a autora afirma que Habermas propõe, entre os tipos de esfera pública, a **esfera pública *abstrata*, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente)**”.

Nossa leitura, a partir daí, é que as NMI se enquadram no que o filósofo frankfurtiano chamaria de “esfera pública *abstrata*”. Legitimada essa concepção de internet como esfera pública, resta-nos lembrar, a ressalva feita pela pesquisadora, acenada anteriormente: a internet, “apesar de abrir as possibilidades para uma comunicação mais horizontal (...) pode ser utilizada de forma altamente hierárquica, reproduzindo padrões autoritários de comunicação de grupos sectários e xenofobistas” (MAIA, 2000). A autora cita como exemplo um caso em que a rede propiciou o fortalecimento de grupos nazistas em Berlim.

## 2.2 Democracia e apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais

Cabe agora a citação de um estudo que registra a apropriação dessa “esfera pública virtual” pelos movimentos sociais no Brasil. Muitos desses movimentos tiveram suas reivindicações lançadas nas Manifestações de Junho, viralizadas nas narrativas midiáticas independentes e, especialmente, galvanizadas na ação da Mídia Ninja. Mittman (2009) registra o caso da utilização de sites por três movimentos específicos, evidentemente (pela data da publicação), antes das jornadas do ano passado. Não nos referimos aqui a esses três



movimentos mas à linha geral traçada pela autora que nos parece ilustrar bem o processo de apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais em geral.

De acordo com a pesquisadora da UFRGS, “o ciberespaço se oferece aos Movimentos Sociais como mais um lugar de manifestação daquilo que é silenciado na grande mídia. Porém, essa oferta tem também suas exigências”. Ela afirma que não basta aos movimentos apenas apropriar-se de determinada ferramenta, mas eles devem também ter certa habilidade, saber usar adequadamente o hipertexto <sup>3</sup> e as possibilidades proporcionadas pela internet (MITTMAN, 2009). Como veremos adiante, um dos trunfos da Mídia Ninja foi a habilidade “artesanal” com que seus integrantes conectaram notebooks e telefones celulares (como câmeras e dispositivos de transmissão) às redes sociais.

Vale ainda o registro da autora de que o movimento social pioneiro a fazer uso do ciberespaço foi o Exército Zapatista de Libertação Nacional, que em seu manifesto de 1994 afirmava: "Aprendamos a ganhar espaços. As mídias não podem tudo. Busquemos a tecnologia e o poder: a superestrada da informação como caminho da liberdade. Máquinas a favor dos povos. O conhecimento é poder, poder para nós (MITTMAN, 2009).

### 3. MIDIALIVRISMO CIBERATIVISTA

O artigo de Parente (2014), publicado no XXIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) realizado em maio na capital paraense, insere as narrativas midiáticas independentes no quadro da comunicação alternativa no Brasil e menciona a Mídia Ninja.

é inegável que estão ainda mais fortes os embates entre a mídia tradicional e as iniciativas alternativas, usando a internet como ferramenta na disputa pela construção de narrativas. Neste cenário, ganham destaque termos como ciberativismo e midialivrisimo, que nos trazem um questionamento sobre a relação que mantêm com as manifestações de comunicação alternativa – e suas variadas denominações como comunitária, popular, radical (...). (PARENTE, 2014).

<sup>3</sup> Novo sistema de organizar informações “fundamentado em remissões horizontais” o hipertexto – nome dado por Ted Nelson (CASTELLS, 1999) é “constituído de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e de ligações entre esses (referências, notas, indicadores, ‘botões’, que efetuam a passagem de um nó a outro” (LÉVY, 1996)



Segundo a professora da Faculdade Maurício de Nassau, de João Pessoa, ao analisar o fenômeno atual das NMI no nosso país, é necessário considerar a história recente da comunicação alternativa e “também a conjuntura política, já que, no Brasil, após o fim dos regimes ditatoriais em meados de 1980, enfrentou-se um apaziguamento nas lutas políticas” (PARENTE, 2014, p 3). Ela afirma que as jornadas de junho de 2013 demonstram, entretanto, a insatisfação popular, a atualidade do tema e importância da discussão. “Afinal, foi o uso da internet como ferramenta alternativa aos veículos tradicionais que propiciou não somente a mobilização, como a cobertura e a discussão paralelas à mídia convencional” (PARENTE, 2014, p 4).

Faz-se necessário, como afirma Ivana Bentes no prefácio do livro ‘A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais’, “reposicionar e analisar as conexões entre o mundo digital e analógico, as redes digitais e a multidão nas ruas, a linha que conecta a contracultura, as lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70, a cultura digital, o ativismo *hacker*, as narrativas midiálistas [...]”. É inegável que estão ainda mais fortes os embates entre a mídia tradicional e as iniciativas alternativas de comunicação, usando principalmente a internet como ferramenta, na disputa pela construção de narrativas. Neste cenário ganham destaque termos como ciberativismo, midiálistismo, net-ativismo, que nos trazem um questionamento sobre a relação que mantêm com as manifestações de comunicação alternativa – e suas variadas denominações como comunitária, popular, radical - em outro contexto histórico (PARENTE, 2014, p 4).

Como exemplos precursores internacionais das narrativas midiáticas independentes, a pesquisadora cita as manifestações potencializadas pelas redes sociais e que aconteceram em diversos países como Grécia e Chile e, em especial, a Primavera Árabe, e o *Occupy Wall Street*, nos EUA, bem como o surgimento, ainda antes, do Centro de Mídia Independente, em Seattle, também nos Estados Unidos. Citada acima por Parente (2014) e entusiasta das NMI, a professora Ivana Bentes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é coautora do editorial da edição números 25-26 da revista Lugar Comum, publicada em 2008, que contém uma espécie de manifesto do midiálistismo, inclusive, com o sugestivo título de “Midiálistas, Uni-vos!”:

A comunicação é um campo de batalhas. Nela, o *status quo* se faz consenso. Nela, os grupos minoritários disputam espaço, chamando atenção para os silêncios da fala hegemônica. Na história do Brasil, não faltam exemplos deste combate. (...) Com o advento da internet, surgiram também atores sociais que, por vezes de maneira desprezível, aumentam a pluralidade de culturas, visões e desejos no universo midiático. Todo cidadão torna-se um potencial produtor de conteúdo, e a associação em coletivos de interesses comuns



intensifica-se. A mídia livre é um conceito antigo e consolidado, ainda que assuma diversas roupagens. A cultura digital apenas a colocou em evidência (BELIZÁRIO et al., 2008).

A título de definição e distinção, podemos dizer com Parente que existe o “midialivrismo de massa” e o “midialivrismo ciberativista”. O primeiro “reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem mídias comunitárias e populares, de dentro do paradigma da radiodifusão”. Tais experiências se afirmam como práticas da sociedade civil, alternativas e em oposição à grande mídia ligada a grandes grupos empresariais nacionais e internacionais de comunicação (MALINI e ANTOUN apud PARENTE, 2014).

E a vertente digital do midialivrismo é o “midialivrismo ciberativista”, que

reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos (MALINI, ANTOUN apud PARENTE, 2014).

#### 4. APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA

Abordaremos agora a questão específica da apropriação tecnológica, a utilização das tecnologias tanto por grandes grupos de comunicação como por indivíduos e coletivos. Urquidi (2004) apresenta um estudo que, mesmo não ignorando a tendência do uso das tecnologias de comunicação com fins de dominação, reconhece significativa autonomia no uso das mesmas por pessoas ou coletivos na resistência e na luta por interesses não dominantes.

Num contexto de desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de popularização dos recursos da informática, afirma-se que as possibilidades de relacionamento e intercomunicação social cresceram a ponto de contradizer antigas posturas sobre o papel dos meios de comunicação e a transformação dos seus recursos em ferramenta de dominação. Garante-se que as novas tecnologias permitiram à população se *apropriar* destas ferramentas sem, contudo, definir-se claramente o que se deseja significar com esse novo conceito (URQUIDI, 2004).

A autora rejeita, assim, uma aceitação acrítica do conceito de apropriação que em certos setores do meio acadêmico atingiu significativo consenso. Revisita, então, teóricos os quais alertaram para o fracasso do projeto moderno que previa – com o iluminismo e o progresso



tecnológico –, a felicidade humana longe da dominação e na conquista do bem-estar, para que as pessoas pudessem fruir o belo e a harmonia social. Ela recorda, por exemplo, a denúncia de Jean Baudrillard contra a mídia contemporânea: “na busca desse progresso, o que havia de conteúdo social foi substituído por uma massa inócua e vazia de pessoas deslumbradas pelos artifícios da tecnologia” (URQUIDI, 2004). E afirma que, segundo ele, a mídia teria iniciado certa produção de “simulacros” que ao invés de harmonizar a realidade, geravam certa “hiperrealidade” deletéria.

Mas Urquidi leva também em consideração, as investigações de teóricos da recepção e dos estudos culturais como Jesús Martín-Barbero e, mencionando-o, afirma:

Nos meios de comunicação e pelos recursos das novas tecnologias não se reproduzem, apenas, as ideologias, mas também se faz e se refaz a cultura das maiorias. Não somente se comercializa alguns formatos, mas se criam e recriam as narrativas onde se entrecruzam o imaginário mercantil e a memória coletiva. A comunicação não é apenas o local da hegemonia, mas o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários desde os que a gente representa ou os que teme, o que tem direito a esperar, seus medos e suas esperanças (URQUIDI, 2004).

Comparando os dois feixes de visões opostas sobre a tecnologia, a autora questiona a previsão de que a popularização dos dispositivos (com a queda de preços) garanta, de forma universalizante, uma *nova primavera* de conquistas sociais capitaneadas pela tecnologia. Ela, entretanto, não cede ao fatalismo de que a posse dos meios de produção das novas tecnologias assegure vantagens absolutas aos setores dominantes; ao passo que a atual situação abre brechas para que cada pessoa e também os coletivos mostrem a sua capacidade de transformação da realidade pela apropriação das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias.

## 5. MÍDIA NINJA

Passamos agora a destacar o impacto das narrativas midiáticas independentes sobre a mídia convencional, particularmente, o papel da Mídia Ninja, que levou perplexidade aos grandes meios de comunicação brasileiros na cobertura das Jornadas de Junho. Erthal (2014) contextualiza esse impacto no contexto da indústria da informação “surpreendida por um novo fazer jornalístico, considerado por pesquisadores da Universidade de Columbia como o modelo





pós-industrial do jornalismo”. Ela refere-se ao estudo “Jornalismo Pós-industrial: Adaptação aos Novos Tempos”, publicado em 2012, por C.W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky.

De acordo com esse modelo, o leitor passa a ter a função de produtor de conteúdo; o jornalista passa a ter a função de curador de conteúdo; a credibilidade não tem a ver com qualidade de imagem; a reputação da mídia pode estar em risco por seus interesses diversos; a conexão generalizada conduz a informação de forma cada vez mais descentralizada pelas redes; e, assim como nas viradas das grandes eras, não se sabe ao certo a que ponto seremos conduzidos a partir dessas mudanças (ERTHAL, 2014)

A autora lembra como, nas manifestações de junho de 2013, a cobertura convencional foi afetada pelos registros da mídia independente. Enquanto o telejornal de uma grande emissora mostrava a Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, repleta de manifestantes a partir de helicópteros, pessoas sem qualquer formação técnica ou jornalística – entre elas, os ciberativistas da Mídia Ninja – transmitiam o que acontecia na rua em meio aos protestos e ameaçadas pelas ações repressivas da polícia. Enquanto “as imagens editadas de vandalismo aos prédios públicos eram publicadas apenas no dia seguinte nos telejornais e jornais impressos”, por meio dessas transmissões independentes, “na mesma noite já era possível ver policiais ateando fogo à própria viatura da corporação” (ERTHAL, 2014).

### 5.1. Crise de identidade no jornalismo

ALMEIDA E EVANGELISTA (2013) por sua vez abordam questões práticas da diferença entre a cobertura da grande mídia e das NMI, notadamente, a Mídia Ninja. “Além de sigla, o nome supõe uma metáfora, que entendemos como uma relação ao caráter ‘infiltrado’, ousado, imerso e próximo das coberturas”, afirmam os autores. Concordando com percepções já citadas de que pessoas comuns tornam-se comentadoras, replicadoras e produtoras de conteúdo midiáticos, os dois mencionam mesmo uma “crise de identidade” que passa a atingir o jornalismo convencional. Segundo eles, “a amplidão de ‘comunicadores’ não de formação, mas sim de opção, têm afetado os meios de comunicação tradicionais. São inúmeras as vantagens do jornalismo digital”.

Tendo em vista a abrangência que estas expressões midialivristas estão tomando nos últimos meses junto à sociedade, compreendemos que elas





também têm relação com as mudanças estruturais dos meios de comunicação e a própria crise de identidade que atravessa o jornalismo (ALMEIDA e EVANGELISTA, 2013).

Os autores sustentam que a concepção clássica da prática profissional começou a ser influenciada pelo público e pelo mercado quando os usuários das mídias passaram a dominar dispositivos interativos de produção. Essa influência afetou diretamente a prerrogativa da imprensa como mediadora entre os acontecimentos e a população (ALMEIDA e EVANGELISTA, 2013). Decorre daí uma “ressignificação da mídia” e necessária “reformulação de seu discurso” bem como sua “relocalização no espaço de fluxos” e busca de adaptação à “cultura da convergência”, numa citação a Manuel Castells e Henry Jenkins, respectivamente (ALMEIDA e EVANGELISTA, 2013).

520

## 5.2. Os Ninja são “nativos digitais”

Não podemos deixar de lembrar o ensaio “Nativos Digitais, Imigrantes Digitais” (PRENSKY, 2001) ao observarmos a abordagem da Mídia Ninja por MORALES, SOUZA e ROCHA (2013), associando o grupo à vivência comunicacional da interatividade e da mobilidade pelos jovens. Os nativos digitais “passaram a vida inteira cercados e usando computadores, vídeo games, tocadores de música digitais, câmeras de vídeo, telefones celulares, e todos os outros brinquedos e ferramentas da era digital”, afirma o acadêmico estadunidense, estudioso da educação e das tecnologias. De fato, é esse o perfil suposto dos membros do coletivo comunicacional que estamos estudando, que têm média de idade pouco acima dos 20 anos, como se depreende em LORENZOTTI (2013<sup>4</sup>). De fato, os três autores do artigo “Mídias Digitais e suas potencialidades nos tempos contemporâneos: estudo de caso ‘Mídia Ninja’” afirmam:

Para compreender a identidade dos jovens e adolescentes, a partir da comunicação, faz-se necessário aproximação aos desafios criados pelo mundo globalizado em que, cada vez mais, a cultura da convergência oportuniza a configuração do conhecimento colaborativo, muitas das vezes, compartilhado através da apropriação dos jovens das mídias comunicacionais, principalmente, a Internet e o uso dos celulares, também considerados como ‘dispositivos móveis’.

<sup>4</sup> Disponível apenas em versão on-line: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv\\_de\\_pos\\_jornalistas\\_para\\_pos telespectadores](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv_de_pos_jornalistas_para_pos telespectadores).



É extremamente necessário o registro da juventude dos protagonistas das NMI, juventude que marca esse fenômeno midiático cujas consequências afetam toda a sociedade independentemente da idade. Tecnicamente,

o intercâmbio das informações, textos, fotografias e outros elementos conversacionais, de forma constante, através dos dispositivos midiáticos móveis, muitas das vezes no espaço público, a partir de tecnologia *wi-fi*, disponibiliza significativa relevância, quando se inserem nas redes sociais digitais. A convergência gerada através do uso dos *smartphones*, os quais impactam não somente na agilidade no compartilhamento das informações como também reforçam a linha de pensamento de Castells, quando afirma que: “agora temos uma pele *wireless* sobreposta às práticas de nossas vidas, de tal forma que estamos em nós mesmos e em nossas redes ao mesmo tempo” (MORALES et al., 2013)

521

Não é difícil concordar que os jovens são os mais aptos a realizar tais operações e parecem de fato revestidos dessa *pele wireless*, mencionada acima.

### 5.3. Hibridismo, mobilidade e tecnologia do tipo “faça você mesmo”

Os autores mencionam ainda o conceito de “hibridismo” associado aos celulares que tira esses dispositivos de uma “analogia simplória” com o telefone. É relevante para a eficácia das NMI o fato de o celular congregar, de forma híbrida, funções de telefone, computador, máquina fotográfica, filmadora, editor de texto, GPS, entre outras, além de ser portátil e conectável às redes sociais mesmo em movimento. O grifo que fazemos na citação abaixo marca o caráter de um trabalho não planejado, típico dos “nativos digitais”, que aprendem habilidades tecnológicas intuitivamente:

No caso do “Mídia Ninja”, sua existência é marcada na rede social digital, porém, com o traço de inserções de vídeos e outras informações jornalísticas, nos tempos da mobilidade. **As transmissões são feitas em grande parte por celulares e dispositivos 4G, mais na base do improvisado do que de um roteiro predefinido.** (Morales et al., 2013).

A citação de Bittencourt (2014), que analisou a cobertura do Mídia Ninja nas manifestações de 2013, visa a evidenciar a espontaneidade do “(...) o uso de mídias do tipo ‘faça você mesmo’ por grupos e indivíduos que se sentem oprimidos pela cultura dominante” (Bittencourt, 2014). Compreendemos esse “faça você mesmo” também como o aprendizado sem que seja necessária uma formação técnica e uma certificação oficial, característica das



NMI acenada na citação anterior. Essa observação lembra, inclusive, Castells, quando fala em “aprender usando” e “aprender fazendo”, construindo a tecnologia: “os usuários apropriam-se dela redefinindo-a” (CASTELLS, 1999).

#### 5.4. Estratégias da mídia independente: uma enunciação coletiva

Outro objetivo da menção ao artigo da pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) é inserir as ações do grupo entre estratégias de luta e resistência utilizadas por outros coletivos midiáticos denominadas “mídia tática” e “*culture jamming*”. A autora afirma que “a apropriação de diferentes ferramentas de comunicação por movimentos sociais fortalece possibilidades de articulação e estratégias de visibilidade, reconfigurando formas de organização e de ações.

Recuperando práticas ativistas que envolvem o uso de mídias é possível citar, por exemplo, a noção de mídia tática e o *culture jamming*. Garcia e Lovink (1997) definem as mídias táticas pelo uso de mídias do tipo “faça você mesmo” por grupos e indivíduos que se sentem oprimidos pela cultura dominante. Clinio (2013) cita como exemplo ações de ativistas, como veiculação de programas de rádio em transmissores de baixa potência, vídeos feitos com câmeras digitais e distribuídos pela internet e a atuação de programadores de software livre (BITTENCOURT, 2014).

Segundo BITTENCOURT (2014), o termo “mídia tática” identifica “práticas cotidianas como formas de uso empreendidas na fuga da passividade, tendo em vista o fim da massificação de comportamentos”. As táticas buscam alterar os “mecanismos de disciplina” e são utilizadas para alterá-los. O *culture jamming* seria uma estratégia utilizada para romper ou alterar a *cultura midiática mainstream*. Pode ser conceituado como um compêndio de práticas baseadas na sabotagem midiática aproveitando o ruído, que pode ser gerado por diferentes interpretações, bem como táticas como subversão de conteúdos publicitários e a difusão de notícias falsas (BITTENCOURT, 2014).

“Uma enunciação coletiva que opera na lógica das redes sociotécnicas” é a definição dada ao Ninja por D’Andréa (2014) num estudo que procura apontar relações entre produção audiovisual intermediária e a cultura participativa.

Tomemos como exemplo a emblemática cobertura realizada pela Mídia Ninja durante as Jornadas de Junho de 2013. “Armados” com um celular de última



geração conectado a uma rede 3G ou 4G, os repórteres Ninja (um acróstico de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) transmitiram por horas a fio imagens do “olho do furacão”, em especial conflitos entre manifestantes e PMs e ações de “quebra-quebra”. Ao apropriar-se da “mass-self communication” discutida por Castells (2009), a Mídia Ninja – e as várias iniciativas similares que surgiram ao longo das Jornadas – se impregnou “das marcas da incompletude, da indomesticabilidade e, num certo sentido, da *bruteza*” que, conforme aponta Machado (2000), já caracterizou a transmissão televisiva ao vivo (D’ANDRÉA, 2014).

O autor sustenta que diferentemente da TV comercial, roteirizada e planejada, que procura ter o maior controle possível, até sobre as transmissões ao vivo, as emissões independentes levam ao extremo a imprevisibilidade, inclusive, o próprio momento de começar ou terminar uma cobertura. “Imagens amadoras” passam por um agenciamento que “coletiviza” com tecnologia *streaming*<sup>5</sup> nas redes sociais os audiovisuais produzidos e disponibilizados para espectadores engajados. A má qualidade do *streaming* produz atrativos inusitados. Um deles é a “intensificação do efeito de real”, além da credibilidade testemunhal das gravações, conferida por imagens muitas vezes feitas por pessoas em movimento. “O resultado de todo esse processo é o ‘apagamento’ de uma autoria individual e a consequente complexificação nos modos de disseminação e nas formas de mediação através de redes sociotécnicas. Segundo D’Andréa, emerge daí uma espécie de enunciação coletiva cuja marca é o engajamento, na emissão e na recepção (D’ANDRÉA, 2014).

## 6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo mencionado conceitos básicos a partir de autores clássicos nas investigações sobre a internet, apresentamos o ciberespaço como esfera pública e apontamos a apropriação dessa esfera pelos movimentos sociais, acenando com marcos históricos desse processo. Indicamos em seguida um tipo de movimento social com função específica de democratizar a comunicação, o midialivrismo de massa, com sua evolução digital, o midialivrismo ciberativista. Após tematizarmos a apropriação das tecnologias pelos coletivos e indivíduos,

<sup>5</sup> “A tecnologia *streaming*, ou de fluxo contínuo, veio resolver um dos problemas mais sérios dos usuários de mídia digital no computador (áudio ou vídeo): o tempo de espera para completar o download. Na prática, o *streaming* permite que o usuário vá acompanhando o conteúdo enquanto o download se processa pois baixa o arquivo por partes, executando as já percebidas ao mesmo tempo em que faz o download das seguintes (TRIGO-DE-SOUZA, 2003)”. Acrescentamos que a espera do download da parte ou pacote seguinte gera um *delay*, um atraso que prejudica a qualidade da transmissão.



destacamos, finalmente, como objetivo específico deste artigo, o impacto das narrativas midiáticas independentes sobre a mídia convencional, particularmente, o impacto da Mídia Ninja sobre o jornalismo brasileiro.

Por meio das autoras e autores pesquisados, situamos a atuação do grupo durante as Jornadas de Junho no contexto “jornalismo pós-industrial”, relacionando as relações do Ninja com uma bem determinada “crise de identidade” do jornalismo convencional. A própria prática profissional jornalística passa a ser questionada na medida em que usuários outrora passivos passaram a dominar dispositivos interativos de comunicação. O papel mediador do jornalismo foi afetado, colocando na agenda dos veículos a “ressignificação da mídia”, a “reformulação de seu discurso”, a sua “relocalização no espaço de fluxos” e a busca de adaptação à “cultura da convergência”.

O papel dos jovens como “nativos digitais” também foi evidenciado entre os estudos analisados, bem como o conceito de “hibridismo” associado aos celulares: suas múltiplas funções interativas e disseminadoras de conteúdo informativo. Também frisamos o uso “artesanal” e nem por isso menos eficiente dos dispositivos tecnológicos pelos “nativos”, aproveitando a mobilidade em tempo real. As ações da Mídia Ninja foram identificadas com estratégias de luta e resistência já utilizadas em outras manifestações ao redor do mundo. Outras noções relacionadas ao coletivo midiático estudado foram um distanciamento da TV comercial, também no que se refere ao planejamento e à roteirização, incluindo até mesmo certo amadorismo; porém com um agenciamento coletivo, apagamento da autoria e engajamento tanto na emissão quanto na recepção. Como fatores de atração dessas imagens, figuram o efeito de real e a carga testemunhal.

Nosso levantamento não ocupou-se do questionamento sobre o nível de “independência” do Mídia Ninja quanto à sua ligação com o Circuito Fora do Eixo, que por sua vez disputa financiamentos governamentais para políticas públicas. Nem tampouco verificamos as críticas ao Circuito relativas à formação dada aos seus militantes, nas chamadas “Casas Fora do Eixo”; bem como denúncias de artistas que se sentiram lesados pelo FdE. Mesmo se relevantes, essas investigações fugiriam ao nosso escopo de registrar a produção acadêmica acerca do fenômeno Mídia Ninja em si, merecedora de registro e estudo por sua independência inquestionável com relação aos grandes grupos de comunicação. Um fenômeno que, não obstante seus envolvimento políticos (e mesmo com eles) já representou um marco



em nosso país, na reformulação histórica pela qual está passando o próprio jornalismo como instituição.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago; EVANGELISTA, Amanda. Tecnologias móveis, mídias independentes e coberturas de mobilizações sociais urbanas: as influências do “midialivrisimo” na sociedade midiaticizada. *In: Anais do Colóquio Semiótica das Mídias. III COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS.* 2013, Japaratinga (AL). Disponível em: <http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao-Atual/94-tecnologias-moveis-midias-independentes-e-coberturas-de-mobilizacoes-sociais-urbanas-as-influencias-do-midialivrisimo-na-sociedade-midiaticizada>. Data de acesso: 12/07/2014.

BELIZÁRIO, Adriano. *et alii*. Midialivristas, uni-vos! *In: Lugar Comum*, Nº 25-26. Rio de Janeiro: UFRJ, dezembro 2010. pp. 137- 141.

BITTENCOURT, Maria Clara. A midiaticização do ativismo nas coberturas do G1 e do Mídia Ninja. *In: Dossiê*, vol.11, Nº 30. São Paulo: jan/abr. 2014, p. 83-105.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A era da Informação: Economia, Sociedade, Cultura.* V. 1. 6ª ed. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

D'ANDREA, Carlos. Conexões intermediáticas entre transmissões audiovisuais e redes sociais online. *In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém (PA). Disponível em: [http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT01\\_COMUNICACAO\\_E\\_CIBERCULTURA/\\_artigodandreamcompos2014\\_2130.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT01_COMUNICACAO_E_CIBERCULTURA/_artigodandreamcompos2014_2130.pdf). Data de acesso: 18/08/2014.

DINIZ, Lilia. O jornalismo em tempo real da Mídia Ninja. *In: Observatório da Imprensa*, Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o\\_jornalismo\\_em\\_tempo\\_real\\_da\\_midia](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_jornalismo_em_tempo_real_da_midia). Data de acesso 22/07/2014.

ERTHAL, Ana Amélia. O jornalismo tradicional e as narrativas independentes: O caso da cobertura das manifestações populares de 2013 no Brasil. *In: Central de Cases ESPM*, Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Desktop/jornalismo\\_tradicional.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Desktop/jornalismo_tradicional.pdf). Data de acesso: 20/07/2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual*. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

LORENZOTTI, Elisabeth. POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores. *In: Observatório da Imprensa*, disponível em:





[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv\\_de\\_pos\\_jornalistas\\_para\\_pos\\_telespectadores](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/postv_de_pos_jornalistas_para_pos_telespectadores). Data do acesso: 13/06/2014.

MAZOTTE, Natalia. Jornalistas independentes da mídia ninja ganham atenção. *In: Observatório da Imprensa*, disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed757\\_jornalistas\\_independentes\\_da\\_midia\\_ninja\\_ganham\\_atencao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed757_jornalistas_independentes_da_midia_ninja_ganham_atencao). Data de acesso: 21/06/2014.

MAIA, Rousiley. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERNET, DEMOCRACIA E BENS PÚBLICOS*, 2000, Belo Horizonte (MG), disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual%20(3).pdf). Data de acesso: 05/06/2014.

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. *In: III ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO*, 2009, Belo Horizonte (MG), disponível em: <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>. Data de acesso: 12/07/2014.

MORALES, Ofélia.; ROCHA, Paula; SOUZA, Carlos Alberto. Mídias Digitais e suas potencialidades nos tempos contemporâneos: estudo de caso “Mídia Ninja”. *In: Ação Midiática*. Nº 6. 2001. Curitiba: UFPR, 2013, disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/33737>. Data de acesso: 21/07/2014.

PARENTE, Renata. Do midialivrisimo de massa ao midialivrisimo ciberativista: uma reflexão sobre as perspectivas de comunicação alternativa no Brasil. *In: XXIII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 2014, Belém, disponível em: [http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT02\\_COMUNICACAO\\_E\\_CIDADANIA/domidialivrisimodemassaaomidialivrisimociberativista\\_rebataescariaoparente\\_compos2014\\_2148.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT02_COMUNICACAO_E_CIDADANIA/domidialivrisimodemassaaomidialivrisimociberativista_rebataescariaoparente_compos2014_2148.pdf). Data de acesso: 15/6/2014.

PRENSKY, Mark. Nativos digitais, imigrantes digitais. *In: NCBUniversity Press*, Vol. 9, Nº. 5, 2001. Roberta de Moraes Jesus de Souza, disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1XXFbstvPZIT6Bibw03JSsMmdDknwjNcTYm7j1a0noxY/edit?pli=1>. Data de acesso: 17/07/2014.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TRIGO DE SOUZA, Lígia: Rádios.Internet.br: O rádio que caiu na rede... *In: Revista USP*, Nº 56. São Paulo: USP, dezembro/fevereiro 2002-2003, p. 92-99.

URQUIDI, Vivian. Apropriação e Novas Tecnologias. *In: Intercom Papers*, 2003, disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/errata2003/apropriacao\\_novas\\_tecnologias.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/errata2003/apropriacao_novas_tecnologias.pdf). Data de acesso: 29/06/2014.





## A REDE MEMORIAL E OS DESAFIOS DE UMA POLITICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

CORRÊA, Vitor Freire;

*Doutorando do Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS)*  
vcfreire@hotmail.com

FIGUEIREDO, Renan

*Aluno do Programa de Pós Graduação LabCeo (UFF)*  
figcorr@gmail.com.br

527

### RESUMO

Seria a Rede Memorial uma importante iniciativa na busca de uma política nacional de preservação digital no Brasil? Partindo desta questão o presente artigo analisa o cenário atual das políticas de preservação dos documentos digitais públicos tomando como ator dessas políticas informacionais a Rede Memorial, composta por trinta e uma instituições públicas e privadas e seus produtos: as Cartas do Recife, que possuem como chave a necessidade de enfatizar na agenda do governo as discussões sobre a formulação de uma política nacional de preservação digital no Brasil tendo como pano de fundo os cenários atuais da cibercultura, do acesso e da digitalização cada vez mais frequente dos acervos públicos. Três chaves temáticas são aqui analisadas: 1 – o patrimônio dos arquivos e a memória pública; 2 – desafios da preservação do patrimônio arquivístico digital; 3 – a Rede Memorial e as Cartas do Recife. Concluindo-se que ações como esta da Rede Memorial são relevantes para chamar a atenção para uma política nacional de preservação digital que possa garantir ao cidadão o acesso à informação tanto nos dias de hoje, como no futuro mediante a digitalização, tendo como parâmetros iniciais práticas de preservação digital que garantam a fidedignidade dos documentos salvaguardados nos arquivos públicos.

**Palavras-Chaves:** Patrimônio público arquivístico; Preservação digital; Acesso à informação. Rede memorial.

### ABSTRACT

Memorial Network would be an important step in the search for a national policy on digital preservation in Brazil? On this issue the paper analyzes the current situation of public policies to preserve digital documents as an actor taking these informational policies Memorial Network, composed of thirty-one public and private institutions and their products: the Letters of Recife, having as a key the need to emphasize the government's agenda in the discussions on the formulation of a national policy on digital preservation in Brazil with the backdrop of the current scenarios of cyberculture, access and increasingly frequent scanning of public collections. Three key issues are discussed below: 1 - the heritage of archives and public memory; 2 - the challenges of preserving digital archival heritage; 3 - Memorial Network and the Letters of Recife. Concluding that actions like this Memorial network are relevant to draw attention to a national policy on digital preservation that can guarantee citizens access to information both today and in the future by scanning, with the initial parameters practices digital preservation to ensure the reliability of the documents safeguarded in public archives.

**Key-Words:** public archival heritage; Digital preservation; Access to information. Network memorial.



## 1 PATRIMÔNIO DOS ARQUIVOS E MEMÓRIA PÚBLICA.

O caminho dos arquivos é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas, e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização. (BELLOTTO, 1998, p. 201)

O campo de estudos da memória social tem vivenciado significativas mudanças ocasionadas por renovações, que se inscrevem por meio das transformações ocorridas entre os indivíduos e a cultura contemporânea, inseridas nos debates travados em diversas áreas do conhecimento. Redes informacionais e memoriais vão se constituindo a partir das heranças que se transformam em legado à humanidade e às suas gerações. O que outrora parecia memória de pequenos grupos sociais ou organizações, hoje se transforma em memórias globais, com acesso por meio de várias possibilidades, principalmente por via digital. Com o advento da comunicação cada vez mais midiaticizada pelo computador, os objetos valorizados como patrimônio cultural adquirem novos formatos, registros e formas de acesso, e, como consequência, apresentam também novos problemas a serem estudados, com ênfase nas fronteiras interdisciplinares da pesquisa.

A constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de patrimonialização, isto é, fazer com que um bem seja considerado patrimônio a partir de critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso a gerações futuras. A noção de patrimônio e, conseqüentemente, sua salvaguarda, tem sido ampliada, justamente por sua característica de fenômeno que se observa no âmbito de vários vieses da construção da memória social.

No campo da Arquivologia, os depósitos centrais de arquivo foram criação do século XVIII e o documento escrito até então acumulado vai aumentar exponencialmente no período da Revolução Francesa - 1789 que, segundo os historiadores, foi o movimento propulsor da criação de monumentos e documentos que ajudaria a manter viva a identidade nacional. Na França, a Revolução cria os Arquivos Nacionais em decreto de 7 de setembro de 1790 e, quatro anos depois (1794), determina a divulgação dos documentos nele contidos. Esse fato deu



origem a uma nova fase documental: a do caráter público dos documentos da memória pública nacional (Le Goff, 1984, p. 36 - 38).

Os documentos, determinados pelo Estado como parte integrante da memória de indivíduos e grupos, precisam ser reunidos, arrançados, descritos, preservados e disseminados para manutenção de uma memória nacional, fenômeno sobre o qual os indivíduos se apoiam para reconhecimento de direitos ao longo do tempo, como afirma Bellotto (1991, p. 184). Além da função de prova, os documentos são potencialmente objetos de memória. O registro e a organização dessas memórias preservadas pelas instituições de arquivo podem ser utilizados como fontes históricas, na tentativa de compreensão de como pode ter sido o passado e quais vem sendo as mudanças que ocorrem sobre um determinado fato social nos dias atuais, ligados àquele passado.

Junto a isso, quando pensamos nos patrimônios públicos armazenados nos arquivos, museus e bibliotecas, percebemos que tangenciamos outra questão central de uma memória pública, selecionada, que deve ser gerenciada pelo Estado, que é o responsável por sua manutenção e salvaguarda, compreendendo, no entanto, que o verdadeiro dono desse patrimônio público é o cidadão. Sobre a memória pública documental guardada nas instituições de arquivo, objeto desse trabalho, a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados que nomeia e oficializa tais arquivos como instituições preservadoras da identidade nacional brasileira. Em decorrência da força legal, até o início do ano de 2010, vários acervos públicos e privados foram considerados de interesse público para a memória da nação brasileira e recolhidos aos arquivos públicos.

Mas, o ato apenas de recolhimento desses acervos não garante ao cidadão que as informações ali registradas estão preservadas e acessíveis. Nesse sentido, as diversas formas de preservação documental começam a ser discutidas, com ênfase para os processos de transformação dos registros analógicos em registros digitais. A digitalização dos documentos, embora permita uma maior e mais rápida acessibilidade e intercâmbio com outras instituições, trás também problemas técnicos e legais acerca da confiabilidade dos bits informacionais à longo prazo.

O patrimônio arquivístico público representa a informação arquivística, produzida, recebida, utilizada e conservada; sua preservação diz respeito a manter sua confiabilidade e permitir o acesso presente e futuro a essa memória pública, guardada permanentemente em instituições públicas de arquivo. Os acervos permanentes são oriundos de documentos que não



podem ser destruídos, por conta de seu valor cultural ou de pesquisa para a sociedade, ou seja, o patrimônio arquivístico digital representa uma extensão do conceito de patrimônio cultural.

Inicialmente, é preciso salientar que o patrimônio é um conceito que vem se alargando no tempo, principalmente quando verificamos na literatura da área as inúmeras extensões conceituais, como: histórico, genético, material, imaterial, artístico, cultural, espiritual, tangível, intangível, natural, paisagístico e, agora, com os adjetivos de digital e arquivístico digital.

A noção de patrimônio perpassa por uma atenção de civilizações antigas voltada para obras do passado. A princípio chamadas de antiguidades e depois de monumentos históricos, tais obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceituou a história como disciplina. Este sentido desembocaria mais tarde na noção de patrimônio histórico, e, no final do século XX na noção mais abrangente de patrimônio cultural. De maneira ainda não organizada, o interesse por vestígios do passado é antigo, já estando presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média.

Com o surgimento do sentido de história na Renascença, cria-se a condição necessária para que se constitua a noção de monumento histórico e uma literatura sobre o conhecimento e o prazer propiciados pelas obras de antiguidade. No entanto, Françoise Choay (2001, p.52) observa que as ações de preservação e restauro desses monumentos ainda não se dão de forma sistematizada. Isto só ocorreria com a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir do momento em que o Estado assume sua proteção.

Na primeira metade do século XIX, na França, com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, é que surge realmente uma política concreta do Estado para a preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, apoiada em ações jurídicas e técnicas. A instauração da comissão está intimamente ligada aos desdobramentos da Revolução Francesa, em que se promoveu grande destruição dos monumentos franceses, como igrejas, estátuas e castelos.

Choay (2001, p. 98-105) detecta algumas medidas de proteção do patrimônio nacional durante a Revolução Francesa. A primeira teria sido uma medida imediata, alicerçada por atos jurídicos da Assembleia Constituinte revolucionária, que visava proteger os bens espoliados do clero, que se transformam em patrimônio nacional. Um segundo momento, diz respeito a uma política de conservação, cujos procedimentos mais metódicos, foram elaborados visando



enfrentar o vandalismo que causou estragos a partir de 1792, que originaria na criação da Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837.

Alguns tipos de vandalismos que recaem sobre o patrimônio histórico são ressaltados: roubos, pilhagens, depredações, estes, geralmente, oriundos de contextos de guerras e agitações sociais; os providos de autorização do Estado, como o que ocorreu na França pós-revolução, que ao adquirirem bens nacionais, puderam dispor dos mesmos da forma que lhes fosse conveniente; houve ainda o dispêndio de riquezas nacionais em prol de recursos para financiar os equipamentos militares estatais. É preciso ressaltar que a conservação emana justamente desse mesmo vandalismo estatal, que ao mesmo tempo em que autorizou destruições, lançou decretos em prol da conservação de bens patrimoniais Choay (2001).

A partir do século XX, surgem outras visões preservacionistas em outros países, salientando-se a necessidade do estabelecimento de regras internacionais, tendo em vista solucionar os problemas complexos de salvaguarda do patrimônio. Conforme estudos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) surgem então às chamadas Cartas Patrimoniais, “Documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais” (IPHAN, 2013, p. 07).

São exemplos dessas convenções e documentos patrimoniais *As Convenções de Haia de 1899 e 1907 e a Convenção de Genebra de 1949*, relativas à proibição de atos hostis a bens culturais em tempos de guerra; a *Carta de Atenas*, de 1933, redigida no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), cuja seção dedicada à proteção do patrimônio histórico observa que os valores arquitetônicos deveriam ser salvaguardados; e a *Carta de Veneza*, de 1964, redigida durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que reuniu os princípios de uma ampla compreensão dos problemas da conservação e da restauração dos monumentos e do ambiente que os envolve.

Fonseca (1997) observa que ocorre uma mudança de foco na preservação e proteção de bens de valor histórico, em âmbito internacional, logo após a II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945, durante a Conferência de Londres; esse órgão internacional, de caráter governamental, estaria diretamente ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), e tinha por objetivo promover uma política de cooperação cultural e educacional.



Vale lembrar que o processo de institucionalização do patrimônio toma contornos mais significativos, do ponto de vista conceitual, após a primeira guerra mundial. Com o intuito de estabelecer uma cooperação cultural entre os povos, a Sociedade das Nações (1919) cria no ano de 1922 a *Comissão Internacional de Cooperação Intelectual*<sup>1</sup>, que se reúne pela primeira vez em Genebra, sob a presidência de Henri Bergson. Essa comissão de intelectuais formada por 11 membros titulares e seis assistentes, reunia à época nomes de peso entre filósofos e cientistas: Bonnevie (zoóloga), Curie (física), Bannerjea (economista político), Bergson (filósofo), Castro (médico brasileiro), Destrée (literatura), Murray (filólogo), Reynold (literatura), Ruffini (direito), Torres-Quevedo (engenheiro eletro-mecânico) e Albert Einstein (que não compareceu por estar em missão científica no Japão). O objetivo da comissão era o de efetuar uma pesquisa sobre as condições do trabalho intelectual em cada um dos países membro da Sociedade das Nações. O interesse da comissão se estendia à organização internacional da documentação científica (bibliografia corrente e retrospectiva), ao avanço da pesquisa científica, à cooperação internacional na educação, com destaque para as ciências humanas, tidas como pouco articuladas no que concerne à transferência da informação. E para que se iniciasse uma cooperação internacional, era necessário conhecer o estado da arte da produção cultural dos países. Iniciava-se a era dos inventários da produção intelectual, da criação dos centros internacionais de documentação, da propriedade intelectual em geral e científica, em particular, da proteção dos bens culturais. Parece que Henri Bergson teve grande participação na criação da noção de patrimônio cultural, quando presidiu entre 1º e 6 de agosto de 1922 a *Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle*, instituição precursora da Unesco, criada em 1945, logo após a segunda guerra mundial<sup>2</sup>.

Com a criação da UNESCO, há um deslocamento na discussão sobre patrimônio, que não mais era visto somente como a materialidade das memórias nacionais e pelo seu caráter histórico de maneira isolada, mas deveria ser integrado ao planejamento urbano e territorial e a indústria cultural. É nesse momento que se dá mais uma ampliação da visão patrimonial, com o termo patrimônio recebendo o objetivo de cultural, designando um conjunto de bens culturais, que perpassam pelos aspectos históricos, artísticos e arquitetônicos. Nesse momento surgem às ideias do programa Memória do Mundo (que veremos mais a frente) e de patrimônio mundial, em este representaria:

<sup>1</sup> Cf. Bergson (1922)

<sup>2</sup> Cf. Dodebei (2008)





O legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (UNESCO, 2014).

A partir dos programas criados pela UNESCO, os países interessados por participarem da “memória do mundo” começam a pensar que objetos seriam os melhores representantes da cultura nacional e qual o papel exercido pela memória nesse processo. Em seus estudos, Halbwachs (1990) considera a memória do indivíduo dependente da memória do grupo, e esta por sua vez dependente tradição, o que nomeia de memória coletiva. Assim, os objetos ou suportes dessas memórias constituiriam o patrimônio cultural, ideia esta que também é, de certo modo, compartilhada pelos historiadores franceses Jacques Le Goff (1984) e Pierre Nora (1993), que vão apontar que não somente os bens materiais, mas os lugares, as comemorações, os aniversários, ou seja, os bens “imateriais”, também representam suportes da memória coletiva.

533

## **2 DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL**

Em 2003, a UNESCO promove um novo alargamento do conceito de patrimônio: o patrimônio digital, ao lançar o documento sobre a “Preservação do Patrimônio Digital”, que visa à identificação de conceitos, estratégias, ações políticas e éticas, dentre outras propostas, para gerar um processo de discussão conjunta entre as nações. Também tem apoiado cotidianamente ações culturais, sociais e políticas, além de facilitar programas de digitalização de acervos em várias partes do mundo, o que a torna um importante agente para o processo de patrimonialização, principalmente dos documentos que já nasceram em meio digital. O patrimônio digital tem a seguinte definição da UNESCO:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica, e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. Quando os recursos são criados em forma digital, não existe outro formato além do digital original. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas da Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. (UNESCO, 2013).





Com o advento da tecnologia e dos arquivos digitais temos o aumento cada vez maior com a questão da segurança informacional. Ou seja, quanto mais avançamos em tecnologia, em especial, os suportes digitais ou binários, menos temos a garantia de que as informações serão corretamente memorizadas e, por conseguinte, adequadamente transmitidas. É certo que há concordância acerca da preservação do passado, especialmente agora, com a rapidez com que se transformam os traços de memória em linguagem altamente frágil de zeros e uns. No entanto, há uma parte dessa memória registrada em suporte digital que vai necessitar de preservação a fim de permanecer disponível às atuais e futuras gerações.

A produção e acumulação de informações em ambientes digitais têm aumentado a cada dia, e isso se atribui às aplicações de tecnologias da informação e comunicação que aumentam a cada dia, em virtude da facilidade com que se produz, armazena, acessa e troca informações. Com isso surgem problemas para preservar a autenticidade, integridade, confidencialidade, perenidade e disponibilidade dessas informações produzidas e acumuladas em meio digital.

Os suportes digitais permitem acessibilidade e potencializam o uso desse legado sem ameaçar a conservação dos originais. Porém, o crescente uso das tecnologias de informação e comunicação na produção de conhecimento redimensiona o problema da preservação, uma vez que os suportes digitais são, por natureza, mais frágeis e, portanto, são, de saída, ineficazes para garantir a longevidade dos registros, exigindo assim medidas preservacionistas.

Existem várias estratégias de preservação digital desenvolvidas no decorrer dos anos que podem ser classificadas em diversas categorias. Podemos agrupá-las em três classes fundamentais: emulação, migração e encapsulamento: a primeira seria uma estratégia que consiste em transferir as informações armazenadas em um suporte físico para outro mais atualizado antes que o anterior se deteriore ou fique obsoleto para a transmissão dos objetos digitais; a segunda, migração, consiste em transferir periodicamente um objeto digital dentro de uma configuração específica de hardware e software para outra de uma tecnologia mais moderna; e, por último, o encapsulamento, esta estratégia tem como característica, preservar juntamente com o objeto digital toda informação necessária.

A ação mais significativa no que concerne a problemática da preservação de acervos digitais no Brasil foi a reformulação da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, criada em 1994 e em funcionamento a partir de 2002. A CTDE é um grupo de trabalho multidisciplinar que tem por objetivo definir e



apresentar ao CONARQ uma série de diretrizes técnicas e legais sobre a preservação de documentos digitais.

O estudo sobre os documentos digitais envolve diferentes áreas do conhecimento e por isso a CTDE tem uma formação multidisciplinar, com profissionais de arquivologia, ciência da informação, biblioteconomia, tecnologia da informação, administração e direito. Os trabalhos técnicos da CTDE estão organizados em dois grupos: gestão e preservação. O primeiro grupo produziu um glossário de termos referentes a documentos eletrônicos. Além disso, encontra-se em fase final de elaboração uma especificação de requisitos funcionais para sistemas eletrônicos de gestão arquivística de documentos convencionais e eletrônicos. Já o segundo grupo da CTDE, também desenvolveu diversos artigos e apresentações e especialmente a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, adaptada a realidade brasileira, em sintonia com o programa *Memory of the World* da UNESCO. Essa carta foi aprovada pelo CONARQ em 34ª reunião plenária, realizada no dia 6 de julho de 2004 e tem sido objeto de ampla divulgação em simpósios, seminários, congressos e organizações governamentais e privadas.

Neste documento, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) reconhece que, já no início do século XXI, o mundo já estava fortemente dependente dos documentos em mídia digital e que a informação neste formato é extremamente suscetível à degradação física e à obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos. A nova modalidade de patrimônio é definida como: “a informação arquivística, produzida, recebida, utilizada e conservada em sistemas informatizados, que vem constituindo um novo tipo de legado: o patrimônio arquivístico digital”. Cada instituição deve ter um programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais. Ou seja, um novo adjetivo para patrimônio apareceu na última década no Brasil, atrelado à disciplina Arquivologia: o patrimônio digital arquivístico.

A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais. Diante deste quadro, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem estes problemas da preservação digital, e que assegurem a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo. De acordo com a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos da CONARQ, cada instituição deve ter um



programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais.

Um programa de preservação digital deve contemplar estratégias e metodologias de preservação que levem em consideração os aspectos físicos (suporte / registro físico), lógicos (software e formato digital) e conceituais (estrutura / conteúdo exibido) dos documentos, e os elementos necessários para a produção, manutenção e o acesso a estes documentos, mantendo-os fidedignos durante o tempo e propiciando à população informações de qualidade e no menor tempo possível, ou seja, preservar para dar o acesso.

### **3 A REDE MEMORIAL E AS CARTAS DO RECIFE**

Na tentativa de propor alternativas para a preservação e difusão dos acervos, a Rede Memorial foi fundada em 14 de setembro de 2011 durante a CTCM (Conferência sobre tecnologia, cultura e memória: Estratégias para a preservação e o acesso à informação) na cidade de Recife estando presentes representantes de instituições públicas e privadas envolvidas em projetos de digitalização. O intuito desta reunião era lançar uma carta de sugestões que colaborasse para uma política de digitalização dos acervos mediante troca de experiências entre as instituições participantes.

Como produto desse primeiro encontro a rede assume três compromissos e define seis princípios na Carta do Recife (1.0) para uma política de digitalização dos acervos das instituições participantes. Ressalta a relevância de uma política nacional de preservação dos acervos que dê conta do momento atual da cultura digital no Brasil e que envolva as três esferas de poder: executivo, estadual e municipal; pontua ainda sobre a necessidade de práticas de digitalização que objetivem o acesso mediante disponibilidade de conteúdo na internet.

Os seis princípios que a Carta do Recife (1.0) de 2011 definiu foram: Compromisso com acesso aberto (público e gratuito), Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia, Compromisso com a acessibilidade, Padrões de captura e de tratamento de imagens, Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais, Padrões e normas de preservação digital e cria um comitê gestor com o objetivo de criar um grupo de colaboração de trabalho para, dentre outros, divulgar a Rede Memorial e iniciar as discussões sobre uma plataforma colaborativa sobre práticas de digitalização, acesso aos acervos, tendo como objetivo futuro uma plataforma única de consulta aos acervos das instituições envolvidas.



Cerca de um ano depois a carta foi atualizada a Carta do Recife 2.0 contemplando agora dez orientações para os participantes da Rede Memorial, são eles: Compromisso com acesso aberto, público e gratuito, Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia, Compromisso com a acessibilidade, Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização, Padrões de captura e tratamento de imagens, Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais, Padrões e normas de preservação digital, Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal, Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade e Direitos autorais.

As Cartas do Recife manifestaram a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos acervos digitais, que deveria ser levado em conta antes mesmo de investimentos em digitalização serem feitos. Diante deste quadro, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem estes problemas da preservação digital, e que assegurem a autenticidade, a integridade e o acesso contínuos, discussões iniciais que tem por objetivo final a elaboração de uma política nacional que defina as regras para a digitalização e sua anterior preservação.

Ferreira (2006) entende a Preservação Digital como o conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e ao patrimônio cultural existente em formatos digitais. Portanto, o objetivo da preservação digital é garantir que a informação nesta mídia permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

Lévy (1999), ao sinalizar o papel das tecnologias como favorecedoras de novas formas de acesso à informação e de novos estilos de raciocínio e de construção do conhecimento, põe às claras o quanto inadequado se mostra a pretensão de preservar todo o conhecimento. Em “Dilúvios”, Pierre Lévy (1999) traz uma discussão acerca do que a cibercultura representa hoje para a sociedade; seu texto não consiste exatamente em defendê-la como um bem inegável, mas propõe exatamente enxergar nela as potencialidades mais positivas, seja nos planos econômico, político, cultural e humano.

A cibercultura é um movimento que oferece novas formas de comunicação, o que chama a atenção de milhares de jovens pelo mundo. Diferentemente das sociedades orais e



escritas, onde seus legados eram a qualquer momento transformados (oralidade), ou simplesmente acumulados, agora as inúmeras vozes que ressoam no ciberespaço continuam a se fazer ouvir e a gerar respostas, ao lado das inevitáveis perdas de conteúdo. No tocante à memória digital, Lévy ressalta que na cultura do ciberespaço o esquecimento é uma constante, pois esse meio favorece mais a transformação e menos o acúmulo, e que, portanto, não pode haver garantias de preservação. Lévy 1999 ressalta que na cultura do ciberespaço o esquecimento é uma constante, pois a migração do suporte analógico para o digital favorece mais a transformação e menos o acúmulo, e que, portanto, não pode haver garantias de preservação.

A memória pública dos arquivos tem sido transmigrada para suportes digitais como forma de preservação, porém, ainda não temos uma política de preservação de acervos digitais que dê conta da normalização desses programas institucionais, assim como, crie parâmetros comuns, que sejam, principalmente, resultantes de discussões com o “público” dos arquivos: pesquisadores, cientistas e o cidadão comum. Temos iniciativas como a da Rede Memorial que busca colocar na pauta do governo a necessidade de uma política nacional de preservação dos acervos que vem sendo migrado para o suporte digital como forma de preservação.

Em se tratando desse patrimônio arquivístico que vem sendo digitalizado como forma de preservação de parte da memória pública nacional, um dos grandes desafios está na escolha do que preservar, tendo em vista os custos de programas preservacionistas, aonde não é possível salvar tudo. Torna-se ainda mais difícil, quando temos em vista o potencial de memória dos acervos dos arquivos públicos; neste aspecto, o que for deixado de lado hoje, e conseqüentemente se perder, poderá representar grandes perdas memoriais futuras, um grande desafio para os arquivistas envolvidos nesses processos de seleção.

A memória pública que está expressa nos arquivos públicos, pode não ter potencial de uso inicialmente, porém, como os interesses e os indivíduos mudam com o tempo, pessoas, grupos, podem, em dado momento, interessar-se pelos documentos que estão arquivados permanentemente, e terão acesso, ou não, caso os mesmos tenham se perdido nas inércias dos suportes sem planos de preservação. É um cosmos de informações e memória que pode ser transformado em saber por cientistas e pesquisadores.

Os arquivos públicos têm por objetivo salvaguardar a memória pública do Estado como memória institucional. Como não se pode guardar tudo, é necessária uma interpretação crítica dos documentos para que o inventário de informação não se torne um repositório de material



sem sentido para a memória pública. Ou seja, é preciso selecionar o que será guardado, e o que será eliminado; a seleção é filha de seu tempo, assim como os arquivos e seu uso. O que pode ser “lixo” hoje, não será amanhã, pois existe um potencial de memória diretamente ligado à necessidade de uso no tempo. O lixo não é apenas símbolo do esquecimento, mas uma nova imagem da memória em potencial, localizada entre a memória funcional e a cumulativa, que persiste de geração para geração. Os arquivos públicos precisam ter em seus programas de preservação claras observações sobre a relação ‘lixo e arquivo’, conforme nos apresenta Aleida Assmann (2011, p. 369-371).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição de 1988 enfatiza esse direito. Em seu capítulo V, que dispõe sobre a Comunicação Social, o artigo 220 estabelece que “[...] a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição”. A Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, conhecida como “Lei dos Arquivos” apresenta as definições nesse mesmo sentido, por essa lei, em seus artigos 4º e 5º diz que “Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral [...]”.

As informações públicas, oriundas dos documentos produzidos e recebidos nas estruturas administrativas do Estado, são fundamentais para a sociedade no sentido de permitir ao cidadão conhecer os pormenores do governo e parte do seu patrimônio informacional. É somente a partir desses registros que o cidadão compreende o que é realizado pelos seus representantes.

A compreensão da cidadania como um conjunto de direitos desdobrados em direitos civis, políticos e sociais surgiu a partir da visão clássica de Marshall (1967). Esse autor identifica o acesso à informação como um dos pilares da cidadania; envolve necessariamente a participação social. Numa espécie de círculo virtuoso, a conquista dos direitos da cidadania somente é possível à medida que há mobilização. Essa mobilização, embora ocorrendo de distintas maneiras, de acordo com cada contexto social, acaba desenvolvendo os mecanismos necessários para a conquista de mais direitos, o que por sua vez, volta a mobilizar os cidadãos. Toda essa dinâmica, contudo, precisa necessariamente de um combustível específico: o acesso à informação.





O acesso à informação capacita o cidadão a produzir um juízo a respeito da atividade do Estado. Isso o torna membro efetivo da sociedade, na medida em que ele não vai estar mais limitado à participação passiva diante do Estado, que passa a ser conhecido pelo cidadão mediante o saber de suas decisões administrativas, assim como as informações produzidas pela própria população, ambos sendo registradas em documentos específicos que independe ao suporte.

Com o advento da Lei 12.527 em 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação, houve avanços no sentido de se normatizar o acesso e dar mais transparência a administração pública, utilizando-se como parâmetro o acesso facultado ao cidadão pela Constituição Federal, mas problemas como restrições orçamentárias, burocracia e mecanismos do governo de proteção de seus registros impedem que a Lei possa ser eficaz; outro aspecto que vem sendo salientado atualmente diz respeito à falta de propaganda por parte do governo junto à população sobre o que é a Lei de Acesso e como fazer uso.

Como já comentado anteriormente, as ações do Estado precisam ser objeto de ampla divulgação como forma de propiciar a população o direito a informação pública guardada nos arquivos públicos, e conseqüentemente ao exercício da plena cidadania. É necessário que o Estado informe ao cidadão o que está realizando em seu nome para que os mesmos possam avaliar suas ações e tentar mediante participação ressaltar os interesses da população; soma-se a isso o acesso do cidadão ao patrimônio dos arquivos independente ao suporte.

Por fim, temos avançado em discussões sobre preservação digital e a necessidade de uma política nacional que racionalize as práticas, garanta o acesso à informação e ao patrimônio público, mas precisamos que órgãos e agências fiscalizem a plena execução das Leis e que tanto sociedade civil como representantes do Estado participem das tentativas de aprimoramento das práticas arquivísticas e da elaboração de legislação e políticas que garantam a preservação dos acervos analógicos e digitais, como incentiva a Rede Memorial e está explícito nas Cartas do Recife.

Iniciativas como a da Rede Memorial de reunir instituições públicas e privadas para discutir sobre as práticas de digitalização e sua preservação são de extrema relevância para o cenário atual das instituições públicas de arquivo, que está se deparando cada vez mais com os acervos digitais, sejam eles nascidos digitais (nato-digitais) ou migrados do suporte analógico. A troca de experiência entre as trinta e uma instituições que assinaram as Cartas do Recife é um importante passo no estabelecimento de uma rede nacional que compartilhe experiências no





cenário atual da cibercultura, mantenha aquecida a necessidade de tentar inserir na pauta do governo a necessidade de uma política nacional de preservação digital, o planejamento dos programas de digitalização e o objetivo maior da arquivologia que é o acesso à informação do cidadão ao patrimônio público.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. 2011. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed.Unicamp, (Terceira parte: Armazenadores, Capítulos I: Arquivo; II Persistência, decadência, resíduos; V: Além dos Arquivos, partes 1,2,3,4,5.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. 2007. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 4º Ed.

BENHABIB, Seyla. *Models of Public Space: Hanna Arendt, the Liberal Tradition, and J. Habermas*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

BERGSON, Henri. *Écrits et paroles*. Paris: Presses Universitaires de France. Tome troisième, Textes 129, 130, 131 - Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle (1922).

CARTAS DO RECIFE, Disponível em:

<[http://www.redememorial.org.br/Carta\\_do\\_Recife\\_%5BPT%5D.html](http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife_%5BPT%5D.html)>. Acesso em 27 de Junho de 2014.

CONARQ – CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos*. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=194&sid=24>>. Acesso em 23 de Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso*. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>>. Acesso em 04 de Junho de 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Porto Alegre: Edição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

CHOAY, Françoise. 2001. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: ContraCapa/PPGMS, 2008. P. 11 – 32.



FERREIRA, M. 2006. *Introdução à preservação digital – Conceitos, estratégias e atuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

LE GOFF, J. 1984. Documento monumento. In. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP.

LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO (12.527). Disponível em:  
< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em 03 de Julho de 2014.

LEI 8.159. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em 03 de Julho de 2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. (1999). (2ª. ed). São Paulo: Ed. 34.

\_\_\_\_\_. 1993. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NORA, P. 1993 Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v.10.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001

UNESCO. *Programa Memória do Mundo*. Disponível em:  
<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em 27 de Junho de 2014.



## MATEMÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: A AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães

*Professora do Programa de Mestrado Profissional Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.*  
aureagt@gmail.com

XAVIER, André Felipe de Almeida

*Estudante de Mestrado do Programa de de Mestrado Profissional Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.*  
andrefelipexavier@hotmail.com

543

### RESUMO

O presente projeto de pesquisa trata da prática pedagógica de professores de matemática bem avaliada em instituições de ensino superior. A Matemática, historicamente, é uma disciplina que sofre muitas queixas por parte dos alunos. Existe uma enorme resistência no processo ensino-aprendizagem da Matemática, e esse processo impacta diretamente na formação superior em diversas instituições de ensino. Cabe ao professor de Matemática e suas disciplinas afins no ensino superior minimizarem essa defasagem. Desta forma, objetiva-se analisar os parâmetros, critérios e justificativas considerados pelos alunos como importantes para avaliar os professores de Matemática no ensino superior. Uma prática “bem sucedida” incide diretamente na formação superior de qualidade dos alunos, ou seja, na formação de bons profissionais em diversas áreas do conhecimento. A fundamentação teórica se apoiará em estudos sobre educação e a prática pedagógica docente, além do ensino especificamente da matemática e, finalmente, sobre avaliação de professores. A metodologia a ser utilizada na pesquisa segue uma abordagem qualitativa com finalidade exploratória, por meio da análise de formulário, aplicação de questionários e entrevistas para a coleta de dados quali-quantitativos.

**Palavras-chave:** Prática pedagógica, Ensino superior, Educação Matemática, e Prática Docente.

### ABSTRACT



This research project deals with the pedagogical practice of teachers of mathematics and assessed in higher education institutions. Mathematics, historically, is a discipline that suffers many complaints from students. There is a huge resistance in the teaching-learning process of mathematics, and this process directly impacts higher education in various educational institutions. The teacher of Mathematics and its allied disciplines in higher education to minimize this gap. Thus, the objective is to analyze the parameters, criteria and justifications considered by students as important to assess mathematics teachers in higher education. A "successful" practice directly affects the quality of higher education students, ie, the formation of good professionals in various fields of knowledge. The theoretical foundation will rely on studies of teacher education and teaching practice, specifically in the teaching of mathematics, and finally on teacher evaluation. The methodology to be used in the research follows a qualitative approach with an exploratory purpose, through analysis of form, questionnaires and interviews to collect qualitative and quantitative data.

**Key-words:** Pedagogic practice, Higher Education, Mathematics Education, and Educational Practice.

## 1. INTRODUÇÃO

A matemática é uma ciência do raciocínio lógico e abstrato. Essa ciência vem sendo construída há milhares de anos. Seus resultados e teorias milenares se mantêm válidos e úteis, mesmo assim a Matemática continua a se desenvolver permanentemente. Um trabalho matemático consiste em procurar padrões, formular conjecturas, por meio de deduções rigorosas e a partir de axiomas e definições, estabelecer novos resultados. A matemática é uma ferramenta essencial em diversas áreas do conhecimento, tais como engenharia, medicina, física, química, biologia e ciências sociais. É uma ciência presente no cotidiano de todos. Utilizamos-a mesmo sem ter em mente tal ação, como o simples fato de separar o dinheiro para se pagar uma passagem de ônibus ou até mesmo fazer um planejamento financeiro para a aquisição de um novo bem.



Diante da amplitude teórica e da importância prática da matemática, justifica-se o estudo de diversas situações, desenvolvidas por diferentes profissionais, que participam desse processo de construção do conhecimento com seus alunos. Detectar o sucesso dessas práticas no ensino da matemática possui reflexo direto em outras áreas do conhecimento, tais como as já citadas acima.

Segundo André (1992), uma das razões que motivam investigar práticas de bons professores é o deslocamento do foco de atenção do fracasso para o sucesso. Para tal, diante dessa eminente responsabilidade do professor no processo de aprendizagem do aluno, torna-se essencial a presença de estudos capazes de mensurar a qualidade dessa relação, através de processos de avaliações institucionais.

Atualmente, segundo exigências do Ministério da Educação, toda instituição deve realizar frequentemente a sua Autoavaliação. Essa deve ser proposta e coordenada por uma comissão interna, chamada Comissão Própria da Avaliação (CPA). Nesses projetos de Autoavaliação, propostos pela instituição e aprovados pelo INEP, os professores são sempre avaliados pelos alunos. Esse tem sido um dos principais componentes da avaliação institucional interna. Essa, além de avaliar os docentes, avalia também todas as outras dimensões da instituição, incluindo a infraestrutura a os projetos político-pedagógicos dos cursos. Essa autoavaliação tem como objetivo analisar as instalações, ou seja, o aspecto físico da instituição, os funcionários que nela trabalham, a estrutura de laboratórios e bibliotecas, a coordenação dos cursos, funcionários e os professores. Dessa forma, o processo de autoavaliação é realizado pelo conjunto das avaliações feitas pelos alunos, professores e demais funcionários. O papel preponderante desse processo de auto-avaliação é a avaliação do corpo docente da instituição, que é o ponto chave no processo de ensino-aprendizado de qualquer instituição.

A educação é um instrumento fundamental para o processo de crescimento dos indivíduos. Portanto, deve-se levantar implicações teórico-práticas, que darão suporte a



presente pesquisa, almejando encontrar desta forma, novas metodologias e estratégias para orientar as ações e dar ênfase aos aspectos socioculturais locais.

## 2. ENSINO DA MATEMÁTICA

A Matemática se tornou ao longo dos anos uma das ferramentas mais importantes da nossa sociedade. Apropriar-se dos conceitos e procedimentos matemáticos básicos contribui para a formação do futuro cidadão, que se engajará no mundo do trabalho, nas relações sociais, culturais e políticas. Para exercer plenamente a sua função de cidadão, é necessário saber contar, medir, comparar, construir estratégias, resolver problemas e justificar os resultados.

Romanowisk (2008) afirma que o professor é aquele que ensina em uma determinada instituição, tem como ofício ser mestre, promove a humanização dos seus alunos e a sua própria. Já para Fonseca (2006), os professores são protagonistas da tarefa educacional e é necessário que eles assumam o papel de produtores de sua profissão, articulando com as instituições e com a sociedade. O professor com a sua maneira própria de agir, ser, ensinar e pensar transforma um conjunto de saberes complexos em conhecimento tangível para os seus alunos.

Veiga (2008) diz que para pensar a ação educativa e a formação do professor, é necessário compreender a realidade social e educacional onde o mesmo está inserido. Para o professor da atualidade, não basta chegar à sala de aula e passar o seu conteúdo de forma horizontalizada. Faz-se necessário conhecer a realidade local na qual esse aluno está inserido, investigar a bagagem pedagógica desse aluno e verificar se o mesmo possui problemas de aprendizagem ou déficit no ensino. O professor deve ser agente impulsionador para a construção do conhecimento matemático, juntamente com a fundamental participação dos seus alunos.



A matemática é a ciência das regularidades, ou dos padrões. Um trabalho matemático consiste em examinar padrões abstratos, imaginários ou reais. Uma base bem feita no ensino da matemática contribui para uma formação superior de qualidade, auxilia na resolução de problemas e contribui para a formação profissional e cotidiana do aluno.

A matemática é, portanto, usada como ferramenta essencial em muitas áreas do conhecimento, como a física, química, finanças, engenharia, medicina, biologia e ciências sociais.

O professor desempenha papel fundamental no processo de aprendizagem, mas o fracasso nessa disciplina acaba ficando a cargo do aluno, principalmente quando dizem “não sou bom em matemática”. Diante disso, a reprovação e o desinteresse do aluno na disciplina refletem na sua vida, fazendo com que ele trate Matemática como uma disciplina sem significado, baseada no mecanicismo e lhe causando certo medo, o qual é originado justamente pelo baixo desempenho e pela reprovação:

Todos conhecem o medo da Matemática. Ele pode até ter diminuído, pois, com o mundo em mudança, o ensino naturalmente progride. Mas, mesmo hoje, a Matemática ensinada de maneira tradicional é a disciplina que apresenta o mais baixo desempenho dos alunos e é, ainda, a que mais reprova. Isso acontece no Brasil e no mundo inteiro (IMENES e LELLIS, 1997, p. 6 apud SCHMITT e FERREIRA, 2004, p. 14).

### **3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Sinaes foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004 e tem como componente principal a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O objetivo principal é avaliar todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, como: o ensino, a pesquisa, o corpo docente, as instalações e infra-estrutura, a





responsabilidade social e sustentabilidade, o desempenho dos alunos, dentre outros aspectos. Segundo o Sinaes (2004), a avaliação institucional está relacionada:

- À melhoria da qualidade da educação superior;
- À orientação da expansão da sua oferta;
- Ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- Ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Torna se necessário ainda, considerar que as avaliações dessas instituições de ensino superior, são subdivididas em duas partes, conforme a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

- Avaliação externa: realizadas por comissões designadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Essa avaliação tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expostos nos instrumentos de avaliação.
- Avaliação Interna: coordenada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e é orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de auto-avaliação do CONAES.

As Instituições de Ensino Superior, de um modo geral, vem sendo alvo de inúmeras questões sobre sua atuação no contexto social, e a ausência de subsídios que apresentem respostas concretas às questões constantes, tem provocado o descrédito quanto à responsabilidade social. Desta forma, é imprescindível repensar o processo de avaliação institucional desenvolvido nas instituições de ensino para atender aos objetivos e anseios da sociedade, já que se constitui numa ferramenta valiosa para demonstrar o que é e o que tem feito em prol da sociedade, permitindo buscar novos caminhos para alcançar resultados significativos.



A avaliação Institucional constitui-se num instrumento e ação capaz de sinalizar o desempenho do seu funcionamento e detectar distorções entre o planejado e o que está sendo executado, oferecendo desta forma, subsídio para correção. A avaliação, segundo Both (1992), proporciona as condições necessárias para redimensionamento do compromisso da instituição com a comunidade e a sociedade. Ela deve ser vista como um compromisso de todos e para todos. É necessário saber e entender o processo de desenvolvimento do ensino, a formação de profissionais, as finalidades de avaliações de aprendizagem e de que forma se processam os critérios de seleção e de promoção dos alunos, tendo em vista que a sociedade atual exige das organizações públicas, em especial das instituições educacionais, qualidade nos serviços oferecidos e compromisso social, já que a educação é constituída como um bem público e o maior patrimônio de qualquer país, sendo uma válvula propulsora para o desenvolvimento da nação e constituição de uma sociedade mais crítica e exigente. Nesta linha de raciocínio, vale ressaltar o que bem expressa Sobrinho (1996):

Avaliar uma instituição é compreender as suas finalidades, os projetos, a missão, o clima, as pessoas, as relações sociais, a dinâmica dos trabalhos, a disposição geral, os grupos dominantes e as minorias, os anseios, os conflitos, os valores, as crenças, os princípios, a cultura. (SOBRINHO, 1996, p.71).

Este processo tem como critério identificar o papel pedagógico e humano do professor nas instituições de ensino superior, seja ela privada ou pública. Esse tipo de avaliação irá nortear o trabalho dos professores e dos demais funcionários envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É um instrumento importante para ajudar o professor a aperfeiçoar sua prática docente, uma vez que vários quesitos são analisados. Cabe ao professor submetido a essa avaliação entender que esse processo não serve para fiscalizar a sua prática docente, mas sim nortear o seu trabalho, apontando os pontos positivos e aqueles



deficitários, a fim de melhorar a sua prática docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino superior.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa torna-se importante para a prática social da educação, uma vez que detectadas essas práticas bem sucedidas, de diversos profissionais no ensino da matemática, pode-se identificar parâmetros capazes de aperfeiçoar o processo de ensino. Além disso, é extremamente relevante para o aperfeiçoamento da prática profissional do pesquisador, professor de cálculo diferencial, estatística e matemática em cursos de graduação de engenharias, administração e ciências contábeis.

Fica evidente que as práticas de sucesso detectadas na pesquisa não só contribuirão para um melhor processo de aprendizagem. Contribuirão para uma melhor formação profissional de diversos professores de matemática, atuantes nos diversos cursos de licenciatura. Desta forma, cria-se um ciclo, com professores mais bem preparados e com práticas pedagógicas adequadas às demandas dos alunos. Estes estarão mais bem preparados e serão profissionais mais bem qualificados para o mercado de trabalho. Desta forma, poderão se apropriar dos conhecimentos matemáticos adquiridos ao longo do curso e aplicá-los nas suas respectivas atividades laborais, utilizando-a como ferramenta que auxilie na resolução de diversos tipos de problemas.

É importante lembrar que as práticas pedagógicas bem desenvolvidas e sucedidas, além de levar os alunos ao sucesso acadêmico, podem instigá-los a continuar o processo acadêmico de aprendizagem. Desta forma os alunos desenvolverão o gosto pela pesquisa, fazendo com que estes possam despertar o interesse acadêmico e se tornarem cientistas.

#### **REFERÊNCIAS**



ANDRADE, Thales. **Inovação e Ciências Sociais em busca de novos referenciais. RBCS.** Vol. 20 n° 58 junho, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n58/25632.pdf>. Acesso em 9/03/2014.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Cotidiano escolar e práticas sócio pedagógicas.** Em Aberto, Brasília, [s.n.], v.11, n. 53, p. 29-38, jan./mar. 1992.

551

BEHLAU, M; DRAGONE, ML e NAGANO, L. **A Voz que Ensina: O Professor e a Comunicação Oral em Sala de Aula.** Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília. 31 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 17/03/14.

BOTH, I. **A questão da avaliação institucional.** Ponta Grossa: UEPG, 1992.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar. A mudança na escola.** Porto Alegre: Artmed, 2002 (coleção Inovação pedagógica). Cap. 1 A Inovação educativa hoje, p.14-40.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática.** 16ª Ed. Campinas. SP. Papirus, 1996. 121 p.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações.** Vol. 1. Editora Ática, 2007.



DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. aum. São Paulo: Atlas, 2007.

FIorentini, Dario; LOrenzato, Sergio. **Investigação em educação matemática percursos teóricos e metodológicos**. 2ª Ed. Campinas. SP. Autores Associados, 2007. 247 p.

552

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: História oral da vida**. 3ª Ed. Campinas, SP. Paripus. 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** tradução de Rosisca, Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMENES, Luiz M.; LELLIS, Marcelo C. **Manual Pedagógico. In: Matemática. Imenes e Lellis: Livro do Professor**. São Paulo: Scipione, 1997. p. 6-9.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico**. – Brasília. 114 p. 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf). Acesso em 12/03/14



JAPIASSU, Hilton; SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. **Dicionário básico de filosofia**. 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 309 p

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

MÜLLER, Ademir. **Avaliação Institucional da gestão escolar na escola pública: a democracia no processo decisório**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

PACHECO, José. **Escola da Ponte – Formação e Transformação em Educação**. Vozes Editora. 2008.

PINTO, D.P.; OLIVEIRA, V.F. Educação **em engenharia como área do conhecimento**. **In: Educação em engenharia: evolução, bases, formação**. Juiz de Fora: ED. FÓRUM MINEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2010. p.[91-106]

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3ª Ed. Curitiba. PR. Ibpex. 2008. 196 p.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. Psicologia da Educação**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados. São Paulo, n° 2, jun, 1996



THOMAZI, Áurea Regina Guimarães. **Programa escola integrada e práticas de leitura: uma análise à luz da sociologia dos tempos sociais.** 17º COLE *Congresso de Leitura do Brasil*, Campinas: UNICAMP, 2009 IN: [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_antiores/anais17/seminario18.htm](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antiores/anais17/seminario18.htm). Acesso em 11/03/2014.

554

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas.** 1ª Ed. Campinas. SP. Papyrus, 2008. 177 p.





## **AVALIAÇÃO DO PERFIL DO CONSUMIDOR QUE ESCOLHE PRODUTOS DE BELEZA POR MEIO DAS REDES SOCIAIS SOB A ÓTICA DA ETNOGRAFIA DIGITAL**

PINHO, Alexandre Ferreira de

*Professor do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade  
(DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*  
*pinho@unifei.edu.br*

FERREIRA, Juliana da Cunha

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e  
Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*  
*juhersed@yahoo.com.br*

555

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo identificar e avaliar o perfil dos internautas que utilizam das mídias sociais, especialmente os Blogs do segmento de beleza, maquiagem e cosmética, como ferramenta indispensável na aquisição de produtos. Para tal, combinaram-se duas metodologias: o estudo de caso e a etnografia digital. Aliando os dados coletados aos métodos escolhidos, foi possível encontrar as razões que instigam os consumidores a dar credibilidade às opiniões emitidas na *Web*, compreender o exponencial interesse das empresas ao se relacionarem com os blogueiros e como as mídias sociais têm se tornado um importante meio para estreitar o relacionamento entre empresa/cliente, blogueiro/seguidor e seguidor/cliente.

**Palavras-Chave:** Gestão de marca, Etnografia Digital, *Prosumers*, *Marketing Online*.

**Abstract:** This paper has the objective to identify and evaluate the internauts profile that use social media, specially the Blogs of beauty segment., make-up and cosmetic, as indispensable tool in the product purchase. To this, it has combined two methodology: The case study and digital ethnography. Combining the data collected to chosen method, it was possible to find the reasons that instigate the consumer rely on opinions from website, and to understand the company exponential interest and its relationship with the Bloggers and social media has become an important way to tight the relationship between company/ consumer, Blogger / blog follower, blog floower / consumer.

**Keywords:** Brand Management (Branding), Digital Ethnography, *Prosumers*, Online Marketing.



## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual, se comparada ao século anterior, está mais voltada para o mundo virtual e constantemente almeja novidades tecnológicas. Acompanhar a evolução destas e adaptar-se a um novo perfil de relacionamentos torna-se obrigatório para pertencer a um mundo em constante expansão: o universo digital. Nesse viés, é notória a relevância das opiniões emitidas nas mídias digitais, o poder de persuasão, penetração e influência exercida nos usuários de tais plataformas, especialmente as mídias sociais.

A proeminência dessas mídias tem despertado a atenção das empresas que, atentas ao desenvolvimento, aceitação e poder de penetração dessas tecnologias de comunicação, são motivadas a estreitar laços e conhecer o perfil de uma parcela da população (internautas), que em constante expansão, é intimamente influenciada por opiniões e atraída pelo dinamismo que as plataformas tecnológicas oferecem. Por meio das mídias sociais, os internautas podem influenciar decisões de compra, no melhor estilo “boca-a-boca” virtual – com força e um alto nível de credibilidade.

Nesse sentido, os internautas podem fazer na *Web* quase tudo que fazem no mundo social local: frequentar espaços comuns, discutir assuntos e interesses e conhecer pessoas. Dentro desse ciberespaço, o internauta é influenciado por outros na sua percepção e determina a decisão de compra. “O comportamento do consumidor no momento da compra é influenciado por importantes processos decisórios, que não podem deixar de ser investigados” (ABREU, BALDANZA e SETTE, 2008, p.120).

A *Web* facilitou as oportunidades de comunicação para a disseminação da informação “boca-a-boca” *online* com foco em fóruns de discussão, boletins eletrônicos, grupos de notícias, Blogs e sites de redes sociais. A comunicação boca-a-boca através da mídia eletrônica permite que os consumidores não obtenham somente informações relacionadas a bens e serviços, mas também a um vasto grupo de pessoas, que têm experiência relevante a respeito de diversos produtos e serviços (CHEUNG, LEE e RABJOHN, 2008, p.230).

Diante de tal realidade, é evidente a importância de delimitar o perfil desse novo consumidor e questionar qual o papel dos mesmos na formação de novas estratégias de marketing que, empresas dispostas a manter a competitividade no mercado, terão que desenvolver no cenário da *Web*. Além disso, é legítimo indagar se as mudanças de



comportamento advindas das tecnologias têm estimulado uma alteração na forma como as empresas e organizações se relacionam com o cliente.

## 2. METODOLOGIA DE PESQUISA – ESTUDO DE CASO ALIADO A ETNOGRAFIA DIGITAL

A pesquisa aqui apresentada trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória. Nesse sentido, julgou-se conveniente a realização de um estudo de caso. A maneira como esta metodologia foi conduzida segue a proposta de Yin (2001) apresentado na figura 1.1 aonde as fases são identificadas pelos números de 1 a 3 e suas etapas identificadas pelas letras de A a J.

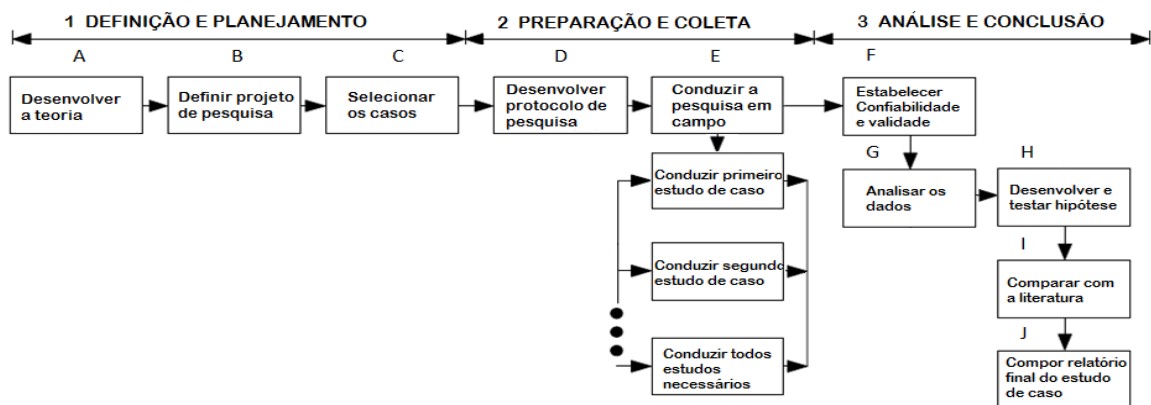


Figura 1.1 – Atividades do método de estudo de caso  
Fonte: Adaptado de Yin (2001)

Primeiramente, desenvolveu-se a teoria e a partir dela, as bases do conhecimento que norteariam a pesquisa (A) foram elaboradas. Posteriormente foram selecionados três objetos de estudo, ou seja, três Blogs (B). Em seguida definiu-se o instrumento de pesquisa e sua aplicação por meio de questionário aos usuários seguidores dos Blogs de cosméticos selecionados e a realização de entrevistas com os idealizadores dos Blogs analisados. Após a elaboração do instrumento, o mesmo será validado a partir de um teste piloto (C) e (D). Em seguida, a pesquisa de campo será conduzida (E), os dados validados (F) e (G) e analisados sob a ótica etnográfica digital. Nas considerações finais deste serão apresentados as hipóteses desta pesquisa (H), juntamente com a comparação da literatura apreendida (I) e por fim, o relatório será composto (J).



Além das atividades propostas pelo método de estudo de caso, a etnografia digital será aliada na análise dos dados captados. Fragoso, Recuero e Amaral (2011) destacam que combinar a etnografia com outras metodologias como o estudo de caso, “reforça e desvela o caráter epistêmico da etnografia e está presente em estudos que priorizam objetos distintos da comunicação digital e operam em níveis macro, micro e mezzo” (p.188). Por isso, a fim de compreender o comportamento e as mudanças de hábitos provindas da utilização da *Web*, o melhor caminho para se percorrer é aliar duas metodologias: o estudo de caso e a etnografia.

Fragoso, Recuero e Amaral (2011) afirmam que não há mais como dissociar o mundo *online* do *off-line*. Ambos são um *continuum* da mesma realidade, mesmo que uma seja real, palpável e a outra, mesmo cibernética, influencie diretamente a vida social dos participantes.

A hipótese aqui defendida é a de que supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairina, não integram lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 1994, p. 73).

Augé (1994) sempre defendeu em seus estudos que o antropólogo deve ser o pesquisador do aqui e do agora, e diante do ápice em que se encontram as relações estabelecidas no ciberespaço, a netnografia é o melhor caminho para que o pesquisador observe, escute e descreva tudo o que se encontra no universo pesquisado, naquele momento, afinal “toda etnologia supõe um testemunho direto de uma atualidade presente” (AUGÉ, 1994, p.75).

Diante dos argumentos apresentados, faz-se claro a riqueza de se complementar os estudos de caso aqui propostos com a análise netnográfica, já que aliadas, as metodologias se tornarão ferramentas potentes na compreensão do universo estudado, sobretudo de ordem comportamental e subjetiva. Afinal, os internautas pertencem ao ‘não-lugar’ e estão constantemente produzindo e consumindo informação e cultura provindos do imaginário contido na *Web*.

### 3. CONDUÇÃO DA PESQUISA EM CAMPO

Para esta pesquisa, dois instrumentos de coleta foram aplicados: entrevistas com os idealizadores dos Blogs escolhidos como objetos de estudo e aplicação de um questionário com os seguidores dos mesmos.

Realizou-se um teste com aos seguidores de Blog. O mesmo foi realizado por meio de



um questionário estruturado, composto por 16 perguntas e inserido no *Google Drive*. O questionário foi publicado em forma de *post* em dois Blogs que focam especificamente assuntos relativos a produtos de beleza: O Blog da Helô (<http://www.blogdahelo.com>) e o Blog Estilo de *it Girl* (<http://estilodeitgirl.Blogspot.com.br>). As respostas foram colhidas entre os dias 25 e 31 de novembro de 2013. Durante os seis dias em que as seguidoras responderam ao questionário apreenderam-se 34 respostas.

Já para compreender como acontece o relacionamento das empresas com essas mídias e como se posicionam diante da expansão dos Blogs, aplicou-se um teste piloto com as blogueiras por meio de três questionários semiestruturados em forma de entrevista. As mesmas foram realizadas por *e-mail*.

- Primeira entrevistada: Bruna Virgínia da Silva - Blog Estilo de *it Girl* (<http://estilodeitgirl.Blogspot.com.br>).
- Segunda entrevistada: Michele Parente - Blog Loucas por Maquiagem (<http://www.loucaspormakeup.com/>).
- Terceira entrevistada: Thaís Marques - Blog Coisas de Diva (<http://www.coisasdediva.com.br/>).

Após a aplicação e validação do teste piloto a aplicação do protocolo de pesquisa foi dividida em duas etapas, que ocorreram simultaneamente. No primeiro estágio da pesquisa foram realizadas entrevistas com as Blogueiras já citadas, por meio de questionários semiestruturados. A entrevista, realizada previamente em estudo piloto, foi avaliado com nove perguntas. Após a validação da mesma foram inseridas mais quatro perguntas, pois após o teste, concluiu-se que o mesmo encontrava-se incompleto para se atingir o objetivo proposto.

No segundo estágio desta pesquisa um questionário estruturado destinado à compreensão do perfil e hábitos dos seguidores de Blogs, foi aplicado. Após a aplicação do teste piloto percebeu-se que a ferramenta de pesquisa aplicada aos seguidores de Blogs não diferenciava se o público era feminino ou masculino. Para a coleta final de dados, o questionário contou com mais uma pergunta, que pretendia definir o gênero sexual do respondente. Dessa forma, o questionário antes com 16 perguntas, finalizou-se com 17 questões.

A pesquisa de campo iniciou-se em fevereiro de 2014, a partir do *ranking* apresentado no site *Blog Ranking* ([www.blogranking.com.br](http://www.blogranking.com.br)) com os 77 melhores Blogs do segmento de



Maquiagem e Beleza. De posse dessa lista, cada Blogueira recebeu, por *e-mail*, um convite a participar da pesquisa por meio de entrevista.

Vale ressaltar que, para que a pesquisa obtivesse um real cunho etnográfico, diariamente, por meio das redes sociais, a pesquisadora mantinha contato com os respondentes da mesma, que a comunicavam constantemente a respeito da elaboração da pesquisa, a participação das mesmas ao responder o questionário e sobre o que consideravam como participantes e seguidoras de Blogs de beleza. Tais informações contribuiriam sensivelmente para que a análise final ultrapassasse os limites dos dados coletados e permitisse uma real dimensão desse perfil de consumidor, sob a ótica etnográfica.

A coleta de dados encerrou-se no último dia do mês de fevereiro de 2014. No total, foram entrevistadas 12 Blogueiras e aplicados 1.114 questionários. Porém, como esta pesquisa limita-se a pesquisar três casos, os três Blogs foram escolhidos a partir do número de seguidores. Os blogueiros responderam as entrevistas e que têm o maior número de seguidores, ou seja, tem mais popularidade entre os seguidores de Blogs serão foco desse estudo. Os Blogs selecionados foram:

- Blog da JanaSabrina ([www.janasabrina.net](http://www.janasabrina.net)) com 126.000 seguidores;
- Blog Andreza Goulart ([www.andrezagoulart.com.br](http://www.andrezagoulart.com.br)) com 126.000 seguidores;
- Blog Universo Feminino por Elisa ([www.universofemininocomelisa.com.br](http://www.universofemininocomelisa.com.br)) com 56.000 seguidores.

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS - OBSERVAÇÃO E COLETA DE DADOS REFERENTE ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS COM BLOGUEIRAS**

As entrevistas realizadas objetivavam avaliar como acontece, na prática, o interesse das empresas pelo trabalho das Blogueiras, como são elaboradas as postagens e para que perfil de consumidor, o poder de influência das opiniões emitidas e a rentabilidade dessas mídias para as Blogueiras.

A primeira pergunta tinha como objetivo compreender como é a relação das Blogueiras com as empresas. As entrevistadas deram ênfase na ótima relação com as empresas e relação de confiança entre elas. Além disso, para que haja parceria entre o Blog e a marca é preciso que a empresa esteja ciente da sinceridade da Blogueiras a respeito do produto inserido no Blog, por meio de resenhas, postagens, *vlogs* e tutoriais.



Ficou claro que caso as Blogueiras não gostem da qualidade do produto, não será recomendado na plataforma. Para que haja essa parceria, as Blogueiras recebem os produtos, gratuitamente, das empresas do segmento de beleza, maquiagem e cosmética. Tal parceria acontece, de acordo com a segunda pergunta, por iniciativa das empresas. Uma das Blogueiras entrevistadas enfatiza que “parece que quando eles me procuram é sinal de que me encaixo no perfil da empresa”. Isso reforça o quanto a figura e a credibilidade gerada pelas Blogueiras é valor a ser agregado pelas empresas junto a seus produtos. Além disso, ao observar a relação das empresas com as Blogueiras, é possível perceber o interesse que a marca tem em vincular sua imagem à credibilidade já criada no ambiente da *Web* pela Blogueiras.

De acordo com a apreensão da terceira questão, elas recebem até 30 produtos, de marcas distintas, por mês, para resenhar nos Blogs. Vale ressaltar que, ao observar a relação das Blogueiras com as empresas, é possível constatar que, ao enviar os produtos para as Blogueiras, as empresas estão dispostas a receber críticas e negativas, não só por conta das Blogueiras como também pelos seguidores dos Blogs. Porém, se os produtos resenhados forem apreciados pelos blogueiros, resulta não só a aquisição do mesmo pelos diversos seguidores dos Blogs, como pode gerar parcerias rentáveis entre empresa e Blogueiras por meio de publicidade ou publiceditoriais.

Quando questionadas sobre a sinceridade das opiniões emitidas na *Web* por meio dos Blogs, durante a quarta pergunta, todas as entrevistadas acreditam que é a sinceridade inserida nas postagens que geram a credibilidade e criam um público cativo.

Ao observar o trabalho dos Blogs é possível perceber que a relação dos blogueiros com os consumidores é mais próxima se comparada as tradicionais mídias, pois os internautas acreditam veemente em todas as informações fornecidas pela plataforma. Por isso, a importância que as empresas têm dispensado a esse tipo de mídia, que dotada de sinceridade por parte dos Blogueiros, acaba por aproximar a marca dos consumidores de maneira simples e objetiva.

Diante das respostas apreendidas na quinta pergunta, é possível verificar que não só empresas do segmento de beleza, maquiagem e cosmética estão interessadas em plataformas de comunicação como o Blog. Empresas de calçados, moda, acessórios, turismo, literatura, decoração para a casa também têm percebido o quanto esse novo perfil de consumidor está interessado em informação de qualidade e credibilidade da empresa. Os dados só reforçam o quanto as empresas têm se atentado para uma consumidora mais crítica, estudada, informada e





disposta a consumir produtos de empresas realmente dispostas a se aproximar delas, por meio da relação provinda das mídias sociais.

As informações colhidas na sexta pergunta revelam que todas as entrevistadas ganham dinheiro com as parcerias, por meio de publieditorial, espaços específicos dentro do Blog destinado a publicidade, quantidade de acessos aos vídeos publicados pelo *Google AdSense* (Serviço de publicidade oferecido pelo *Google*, onde os idealizadores de sites podem exibir propagandas e receber por visualizações dessas propagandas) e porcentagem de vendas de produtos. Há de se destacar, que todas as Blogueiras se mantêm financeiramente, com o trabalho exclusivo ao Blog.

Antes da popularidade dos Blogs, algumas entrevistadas exerciam funções profissionais fora do Blog, porém com o aumento da demanda de postagens na plataforma e com a rentabilidade gerada por eles por meio das parcerias, as Blogueiras decidiram se dedicar somente ao Blog, tomando-o como espaço de trabalho e possibilidade de renda. Ao conversar informalmente com uma das Blogueiras, foi possível constatar que a média de renda mensal adquirida por ela é de R\$ 5.000,00. Tal fato também explica a expansão de Blogs desse segmento apontada pelo Blog *Ranking*.

Ao questionar as Blogueiras a respeito da razão pela qual tem aumentado o interesse das empresas em obter parcerias com os Blogs, por meio da sétima questão, as entrevistadas responderam que a Blogueira se torna uma porta voz direta dos consumidores. Além disso, as Blogueiras afirmam que as empresas tem tomado consciência do quanto suas publicações são influentes para os consumidores. Isso se dá por conta da facilidade de acesso a informação e a linguagem simples e próxima as leitoras. Uma das entrevistadas justifica bem a expoente procura das empresas por essas mídias: “Acredito que o Blog é a voz da consumidora final. Com o Blog as empresas tem a opinião do cliente só que em “Voz Alta”. Se uma Blogueira gostou ou não a probabilidade da consumidora final gostar, é muito alta”.

A pergunta número oito vem ao encontro com as constatações já feitas. Todas as entrevistadas afirmaram com veemência o poder e a força das opiniões emitidas por elas dentro dos Blogs. Uma delas exemplifica: “Tenho relatos de leitoras que me procuraram para comentar que comprou um produto depois que conferiu e aprovou minha opinião no Blog”.

A nona pergunta tinha o objetivo de perceber se as Blogueiras sabiam com que tipo de público estavam se comunicando. Por isso, a elas foi questionado: como você escolhe, compreende e analisa os gostos do internauta a fim de que suas postagens atinjam o objetivo e



tenham repercussão? Elas responderam que ao elaborar uma postagem se preocupam com a linguagem, com a estética das postagens e em cativar seus leitores.

Além disso, é preciso estar atento aos assuntos em voga para o público feminino como moda, esmaltes, lançamentos de produtos de beleza, assuntos voltados para a saúde da mulher e etc. Ademais, muitas leitoras entram em contato com as Blogueiras pedindo assuntos específicos. Ao serem questionadas, durante a décima pergunta, a respeito das características de seus seguidores, as entrevistadas acreditam que seus leitores são pessoas simples, mulheres de 20 a 39 anos, que buscam informações sinceras a respeito de produtos voltados para o universo feminino. Tais informações vão ao encontro dos dados apreendidos no questionário aplicado aos seguidores de Blogs que constata o interesse de jovens mulheres a partir dos 19 anos em informações informais a respeito de produtos do segmento de cosméticos em geral.

Quando questionadas, na décima primeira pergunta, a respeito do relacionamento com seus leitores, as Blogueiras entrevistadas afirmaram que esse relacionamento é o que sustenta o trabalho desenvolvido no Blog. É por meio dele que as Blogueiras conseguem atingir seus objetivos e compreender as necessidades das leitoras. Uma das Blogueiras constatou que passa mais de quatro horas por dia respondendo o contato realizado por seus seguidores. É por meio desse contato que as Blogueiras administram críticas, dúvidas, elogios, sugestões e pedidos de postagens. O trabalho das Blogueiras se divide em postar informações nos Blogs, gravar vídeos, administrar as parcerias com as empresas, responder a e-mails, comentários dentro dos Blogs, mensagens no *Facebook*, *Twitter*, *You Tube* e *Google +*.

A décima segunda, décima terceira e décima quarta pergunta tinham como objetivo compreender, pela ótica das Blogueiras, como e por que o trabalho desenvolvido por elas nos Blogs influencia tanto o comportamento do consumidor. As entrevistadas justificaram que o Blog é um instrumento eficaz no aumento da autoestima das seguidoras. É como se elas, as Blogueiras, fossem porta vozes da moda, dos melhores produtos e do mercado da beleza.

Além disso, as entrevistadas afirmam que muitos produtos só alcançam as vendas esperadas após o lançamento em Blogs, por isso a consciência do valor e do espaço que os Blogs têm com os consumidores. Na visão das Blogueiras o Blog tem se tornado uma influente ferramenta de consumo, pois auxilia as consumidoras a ter todas as informações possíveis a respeito de um produto, antes de efetuar a compra. Uma das entrevistas confirma a influência e persuasão dessas plataformas digitais ao constatar: “Acho que (o Blog) tem educado um pouco as mulheres em relação a isso: custo x benefício”.



Uma das entrevistadas reforça a força da credibilidade oferecida pelos Blogs se comparada a outras mídias convencionais ao afirmar que “hoje sabemos que muitos famosos assinam um produto e para fazer aquela propaganda nem usou aquele produto. O internauta está exigente e sabe sobre isso. Por isso, busca por nós, Blogueiras”.

Tal influência vai para além da *Web* e altera comportamentos sociais, não só de compra, mais também comportamentais, como já salientou uma das entrevistadas ao ressaltar o ganho de autoestima promovida pelas informações oferecidas pela plataforma.

## **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS - OBSERVAÇÃO E COLETA DE DADOS REFERENTE AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS SEGUIDORES DE BLOGS**

A primeira pergunta do questionário tinha por objetivo definir o gênero sexual dos entrevistados. De acordo com as respostas colhidas, 97% dos respondentes é do sexo feminino e somente 3% é do sexo masculino. Tal perspectiva vai ao encontro dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), publicado em 2013, destaca que as mulheres já são a maioria da população, ou seja, o sexo feminino é 5,2 milhões a mais do que o sexo masculino no Brasil.. Tal perspectiva só confirma que os conteúdos gerados nessas mídias são especificamente elaborados para mulheres, não só para a popularização e crescimento dos Blogs do segmento de beleza, mas também para o desenvolvimento de campanhas publicitárias e ações de marketing destinadas a essa ferramenta de comunicação na *Web*.

A segunda pergunta tinha o objetivo de delimitar a faixa etária dos seguidores de Blogs. Apurou-se que a faixa etária que mais consome informações geradas em Blogs de beleza, maquiagem e cosmética está entre 19 e 24 anos, representando 36% dos entrevistados. Menores de 12 anos não aparecem nas estatísticas. Internautas de 13 a 18 anos representam 10% dos entrevistados. Já a faixa etária entre 25 a 30 anos e mais de 30 anos representam 27% respectivamente, totalizando 57% dos respondentes. Nesse sentido, é possível concluir que os seguidores de Blogs compõe a faixa etária dos 19 aos 30 anos, ou seja, a parcela jovem, inserida nas universidades ou que já concluíram o terceiro grau.

Segundo o III Caderno de Tendências, lançado pela ABIHPEC em 2013, a faixa etária em destaque apontada pelo gráfico pertence a geração Y, ou seja, jovens de aproximadamente 20 a 29 anos, considerada a juventude digital. A geração Y consome mais maquiagem e são



preocupados com moda e estilo.

A terceira pergunta tinha como objetivo delimitar o grau de instrução do seguidor de blog. Verificou-se que mais da metade dos respondentes já concluiu o ensino superior, ou seja, 58 % dos respondentes. Já os entrevistados que possuem o terceiro grau incompleto representam 31%, seguidos dos que tem segundo grau incompleto com 9% e primeiro grau incompleto com 2%. Tal informação vem ao encontro aos dados do IBGE (2013) que constata um crescimento sensível no ensino superior. Os dados mostram que os inseridos nas universidades subiram de 98% em 2002, para 15,1% em 2012. Isso evidencia a capacidade de crítica, argumentação e instrução dos seguidores de Blogs.

Tal fato evidencia e explica o porquê, ao observar os conteúdos oferecidos em Blogs do segmento de beleza, os conteúdos estarem cada vez mais elaborados, dotados de elegância e de uma linguagem rica, que não intimida nem diminui o seguidor. Ao observar os Blogs de beleza, é possível perceber um conjunto de linguagens e técnicas que seduz e envolve o seguidor, especificamente o seguidor com o grau de instrução mais elevado.

A quarta questão tinha como objetivo delimitar a região residente do entrevistado. Apreendeu-se que a maior parte dos seguidores de Blogs concentra-se na região sudeste, representando 61% dos entrevistados. Já a região sul representa 20% dos entrevistados, seguidos da região nordeste com 9%, 8% do norte e 2% do centro-oeste.

O PNAD (2012), publicado em 2013, vem ao encontro dos dados apreendidos ao definir que 54,2% dos internautas brasileiros concentram-se na região sudeste, seguido da região centro-oeste com 53,1% de internautas. Em seguida, a região sul apreende 50,1% dos internautas, seguida da região norte e nordeste, respectivamente com 35,4% e 34%.

A quinta pergunta objetivava compreender o estado civil do entrevistado. Verifica-se que mais da metade dos entrevistados estão solteiros, representando 61 dos seguidores de Blogs. Os casados representam 36%, seguidos dos divorciados com 3%. Tal dado vem ao encontro dos elementos apresentados pelo IBGE (2013) que constata que mais da metade da população brasileira é solteira. De acordo com o Instituto, a média de idade em que uma mulher se casa é após os 25 anos. Dessa forma, é possível constatar que os Blogs mais acessados são aqueles que oferecem conteúdo a seguidores que ainda não possuem família própria e por isso, os interesses são mais individualistas, pessoais e não coletivos. Afinal, os interesses de uma mulher solteira são diferentes de uma mulher chefe de família.

Por isso, ao analisar os conteúdos e campanhas publicitárias oferecidas em Blogs de



beleza não se percebe qualquer referência a mulheres casadas ou com filhos, como por exemplo, resenhas de produtos voltados para mulheres grávidas ou postagens para seguidores do sexo feminino que estão em fase de educação dos filhos.

A sexta pergunta questionava ao entrevistado qual mídia social é mais utilizada para se obter informações de produtos. 49% dos entrevistados responderam que o Blog é a mídia mais utilizada, seguida do *Facebook* com 25%, *Google* com 16%, sites específicos com 6% e outros com 4%. Ao entrar em contato com alguns respondentes, muitos deles não sabiam dizer qual mídia utilizava mais: Blog ou *Facebook*. Ao analisar as atividades ocorridas em Blogs de beleza, na prática, é como se ambos caminhassem juntos e fossem indissociáveis na captação de informações sobre produtos de beleza, maquiagem e cosmética. Nesse sentido, é fato que os respondentes dão mais ênfase aos conteúdos oferecidos em Blogs e *Facebook* do que em outras mídias como *Twitter*, *Google +* e afins.

A sétima questão delimitava a faixa de renda mensal do seguidor de Blog. Apurou-se que metade dos entrevistados, ou seja, 56% tem renda entre R\$ 1.448,00 e R\$ 2.896, considerando o valor do salário mínimo de 2014 (R\$ 724,00), ou seja, pertence à classe D, segundo dados do IBGE (2013). 21% dos seguidores de Blogs recebem de cinco a oito salários mínimos, 20% dos seguidores recebem até um salário mínimo e 9% recebem nove ou mais salários mínimos.

Apesar da Classe D, obter um menor percentual de usuários, se comparada às outras classes, compõe ainda uma parcela relevante dos usuários seguidores de Blogs de beleza, maquiagem e cosmética. Isso reforça o porquê das empresas estarem se preocupando e focando suas campanhas de marketing em mídias de Internet como o Blog.

A oitava questão questionava o motivo pelo qual o internauta acessa Blogs de beleza. Mais da metade dos entrevistados, ou seja, 54% buscam o Blog como alternativa credível para a obtenção de informações de produtos divulgados no mesmo. Além da informação, os dados confirmam que o internauta procura por diversão e entretenimento, que representa 25% das respostas apreendidas, a credibilidade do blogueiro com 15 % das respostas e 6% busca nos Blogs elevação da autoestima. Segundo dados do IBOPE (2013 dos internautas brasileiros, 47% consideram a Internet com um meio de comunicação, enquanto 53% a identificam como uma plataforma. Tais dados comprovam a eficiência da Internet como provedora de informação, já que ao se utilizar a Internet como uma plataforma, a rede se transforma numa ferramenta de conteúdo e de valor.



A nona questão perguntou aos seguidores de Blogs qual o gasto mensal com produtos de beleza. Constatou-se que o consumo de produtos de beleza, por mês, dos seguidores de Blogs é bem distribuído. Porém, a maior parte dos respondentes, ou seja, 31%, gasta de R\$ 40,00 a R\$ 60,00 por mês com tais produtos. Porém, percebe-se que a distribuição de gastos é bem diversificada, evidenciando também gastos de R\$ 70 a R\$ 130,00 mensais, ou seja, 39% dos respondentes. Além destes, 16% gasta mais de R\$ 150,00 e 14% gasta até R\$30,00 mensais. De acordo com o IBOPE (2013), o brasileiro, além de ter um grau mais alto de escolaridade, gasta, com produtos de uso pessoal, em média R\$ 118 por mês. Além disso, o IBOPE (2013) constatou que, comparado ao ano de 2012, o consumo de produtos de beleza e higiene aumentou em 11% em 2013, ou seja, os gastos foram de R\$ 55,1 milhões. A média nacional anual de gastos per capita é de R\$ 335,88.

A décima questão objetivava saber se os produtos consumidos eram nacionais ou importados. Percebe-se que grande parte dos respondentes consomem produtos do segmento de beleza, maquiagem e cosmética de origem nacional, representando 26% dos respondentes contra 24% de produtos importados. De acordo com a ABIHPEC (2012) o consumo de produtos nacionais só tem aumentado, pois as empresas têm se preocupado constantemente com a elaboração de novos produtos, lançamentos e novas apresentações dos mesmos. Tais dados evidenciam a preferência dos seguidores de Blogs em encontrar informações, posts, tutoriais e comentários a respeito de produtos produzidos no Brasil. Por isso, Blogueiras que fazem postagens de tais produtos são, de fato, mais populares do que as que focam em produtos importados.

A décima primeira questão visava compreender quais os fatores determinavam a decisão de compra do consumidor seguidor de Blogs. Os dados apontam que a qualidade dos produtos é essencial para a aquisição dos mesmos pelos seguidores de Blogs, representando 68% dos dados colhidos. Porém, há de se ressaltar também que após a qualidade, para adquirir ou não um produto, 25% dos entrevistados têm como referência a opinião que é emitida em redes sociais a respeito do mesmo. Isso comprova o quanto a qualidade do produto aliada à promoção em redes sociais é uma das chaves de sucesso de grandes empresas com esse tipo de consumidor, que disposto se informar sobre a qualidade do produto a ser adquirido, procura as redes sociais. Além disso, os entrevistados deram ênfase à popularidade da marca e propaganda, que representam respectivamente 5% e 2% dos respondentes.

A décima segunda questão objetivava compreender o que busca o internauta ao acessar





um Blog. Percebe-se que a maioria dos seguidores, ou seja, 33% estão interessadas em adquirir informação de produtos de beleza, maquiagem e cosmética. Porém, há de se destacar que o acesso à informação dá-se por meio da emissão da opinião do blogueiro. Verifica-se na coleta desta, que o segundo e terceiro maior percentual de respondentes dá valor aos tutoriais e as emissões opinativas, 27% e 24% respectivamente. Tal fato se dá, pois, ao analisar as postagens dos Blogs é possível perceber que a maioria das informações sobre produtos, assim como utilizá-los, e as opiniões dos blogueiros está contida nos tutoriais. Dessa forma, após a observação das atividades provindas dos Blogs, é possível afirmar que a junção de informação, tutoriais e comentários opinativos emitidos por blogueiros, tem se tornado uma ferramenta essencial para a promoção dos mesmos e crescimento exponencial dessas plataformas. Além disso, há de se destacar o interesse em novidades do mercado, com 12%, promoção e outros representando 3% e 1%, respectivamente.

Ademais, é possível constatar, não só pela coleta de dados desta pergunta e das questões número 12 e 16, mas também pelo contato feito com alguns seguidores por meio do *Facebook*, o quanto a junção de informação e emissão de opinião por parte do blogueiro é essencial para que os frequentadores de Blogs se tornem fiéis seguidores dos mesmos e assim, retornem aos mesmos endereços eletrônicos, assiduamente.

A décima terceira questão tinha por objetivo compreender que tipos de produtos o seguidor de Blog procura ao acessar tal plataforma. Verifica-se que a maior parte dos entrevistados, ou seja, 49%, busca por informações relevantes a respeito de cosméticos em geral, seguido de informações sobre maquiagem e cabelo, com 28% e 15% respectivamente. Já a procura por esmaltes, produtos de higiene e outros representam, 2%, 1% e 5% respectivamente.

A décima quarta questão visava dimensionar a importância das opiniões emitidas em Blogs, questionando ao entrevistado se a opinião de um blogueiro é essencial na decisão final de compra de um produto. Verifica-se que mais da metade dos respondentes, ou seja, 73% acreditam ser primordial a opinião de um blogueiro para definir a compra ou não de um produto. Isso constata a relevância, influência e persuasão do blogueiro na vida social e cotidiana dos internautas. Além disso, os dados revelam também o porquê do aumento das empresas do segmento de beleza, maquiagem e cosmética se relacionarem com esses blogueiros e, por meio deles, atingirem seu alvo, o seguidor consumidor das informações provindas dos Blogs.





A décima quinta questão visava compreender o porquê dos Blogs serem utilizados como fonte de informação. Verifica-se que o 64% dos seguidores de Blogs de beleza, maquiagem e cosmética está interessado em informações detalhadas sobre o produto, como por exemplo, a melhor maneira de utilizá-lo ou como melhor consumi-lo. Tais informações não podem ser traduzidas ou disseminadas da mesma forma por mídias convencionais como as veículas em televisão, rádio ou revistas, já que vem dotada de opinião pessoal do blogueiro e de toda a credibilidade a que o Blog e o trabalho do blogueiro está associada.

Percebe-se também que 23% dos respondentes levam em consideração e confiam nas informações repassadas pelo blogueiro. Alguns respondentes relataram que, mesmo sem conhecer o blogueiro, o fato de acessar sempre o Blog e colher informações a respeito de produtos, gera uma relação tão forte de confiança e credibilidade que muitas deixam de consumir produtos ou trocam de marca por simples recomendação do blogueiro. Isso constata que a junção de informação e confiança embutida na mídia social, por meio do trabalho desenvolvido pelo blogueiro, torna-se fator de grande influência para os seguidores de Blogs. 7% dos respondentes procuram os Blogs, pois não acreditam mais em propagandas veículas em veículos convencionais. 3% acredita que consumir informações em um Blog é mais cômodo. 2% acreditam que se a marca aparece em um Blog é porque quer conquistar consumidoras internautas e 1% acredita utiliza o Blog como fonte de informação por motivos diversos.

A décima sexta questão questionava a periodicidade de acesso do entrevistado a Blogs de beleza, maquiagem e cosmética. Nota-se que a maioria dos respondentes, ou seja, 46% acessam diariamente Blogs de beleza. Já os internautas que acessam de duas a quatro vezes por semana, totalizam 29%. Os seguidores de Blogs que acessam a plataforma uma vez por semana representam 14% dos respondentes. Por fim, 11% dos entrevistados acessam Blogs cinco a seis vezes por semana. Os dados comprovam a relevância dessas ferramentas de comunicação, sua expansão e como têm se tornado uma mídia essencial para que os usuários obtenham informação sobre o produto que desejam.

A décima sétima questão questionava aos entrevistados se a opinião de um blogueiro é mais relevante se comparada às propagandas tradicionais. Os dados apresentados finalizam os questionamentos com a certeza da magnitude e domínio que as opiniões emitidas em Blogs exercem sob os hábitos de consumo do seguidor de Blog de beleza, maquiagem e cosmética: 89% dos entrevistados dão mais credibilidade as opiniões emitidas em Blogs do que comerciais e propagandas.



Muitos respondentes, ao comentar sobre a pesquisa declaram-se descrentes das propagandas vinculadas em televisão, revista, outdoors e rádio. Questionados sobre o porquê da descrença, relataram que as mesmas não as convencem de que o produto anunciado cumpre realmente o que promete. Já as declarações das Blogueiras, são dotadas de particularidades, sinceridade e experiências que geram confiabilidade para com o seguidor de Blog.

Os dados qualitativos vêm ao encontro às informações já apresentados pela Pesquisa Brasileira de Mídia (2014) durante a análise da pergunta número 15, que constata que o tempo gasto com utilização da Internet é superior até mesmo à utilização da televisão, meio de comunicação mais popular entre os brasileiros. Eis mais uma razão pela qual a Internet tem sido utilizada como o meio mais credível de se obter informações e consumir propaganda de produtos se comparada às mídias convencionais. Dessa forma, a relação entre o blogueiro e o consumidor faz-se muito mais palpável, próximo e engajado do que qualquer outro meio de propaganda tradicional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreensão dos dados e as análises realizadas constatarem o quanto o Blog tem sido utilizado não só como vitrine para empresas, mas também como uma potente ferramenta para obtenção de informação e alteração de hábitos de consumo. Tais hábitos têm demarcado sensivelmente a relação das mulheres jovens do país com o mercado da beleza, maquiagem e cosmética assim como a qualidade de vida e autoestima dessas consumidoras.

Os questionários evidenciaram também uma usuária instruída, crítica e disposta a consumir cada vez mais, se a marca ou o produto cumprir efetivamente seu papel, de acordo com a utilização e instrução das Blogueiras de referência. Nesse sentido, é possível desenhar o perfil de uma consumidora atenta ao que dizem a respeito de cosméticos em geral, maquiagem e produtos para cabelo, que acessa Blogs de beleza diariamente, pertencente a uma classe social em ascensão e está disposta a gastar o necessário para obter autoestima e qualidade de vida a partir das informações colhidas em Blogs.

Além disso, a elevada instrução das seguidoras de Blogs responde ao porque das mesmas não se deixarem influenciar tão facilmente por propagandas tradicionais. O acesso à informação de qualidade aliado a sinceridade intrínseca dos Blogs tem feito com que as



seguidoras dos Blogs migrem para tal plataforma para desenvolver hábitos de consumo. A usuária aqui delineada apresenta-se com um novo comportamento, que aliado ao excesso de informação oferecido pelos Blogs, torna-se um potencial foco para que empresas e Blogueiras aprimorem as estratégias para conquistar e fidelizar tal consumidora.

A partir da avaliação de tal perfil de consumo, é possível constatar que as mídias sociais estão transformando todo o domínio das relações humanas e se estendido aos ambientes empresariais e corporativos. Dessa forma, a pesquisa aqui desenvolvida sana necessidades sociais, comerciais e acadêmicas a respeito do tema e ainda ressalta o importante papel desempenhado pelas mídias sociais no fortalecimento da identidade das empresas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIHPEC – Disponível em: <[www.abihpec.org.br](http://www.abihpec.org.br)>. Acesso em agosto de 2013.

ABIHPEC. III Caderno de Tendências 2014 – 2015. Disponível em: <<http://www.abihpec.org.br/2013/10/caderno-de-tendencias-2014-2015/>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

ABREU, N.R.; BALDANZA, R.F.; SETTE, R.S. Comunidades virtuais como ambiente potencializador de estratégias mercadológicas: lócus de informações e troca de experiências vivenciadas. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, n.3, set./dez. 2008, p.116-136.

AUGÉ, M. *Não lugares. Introdução uma antropologia da Supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

CHEUNG, C.M.K.; LEE, M.K.O.; RABJOHN, N. The impact of electronic word-of-mouth: The adoption of online opinions in online customer communities. In: *Internet Research*.v.18, n.3, p.229-247, 2008.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. *Métodos de pesquisa para Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

IBGE. Disponível em:<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 26 de março de 2014.

IBOPE . Disponível em: <[www.IBOPE.com.br](http://www.IBOPE.com.br)>. Acesso em 28 de setembro de 2013 e em 28 de março de 2014.

MARTINS, M. *Mídias Sociais no Setor de Serviços Educacionais: Gestão do Facebook em Franquia de Idiomas*. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Faculdade de Gestão de Negócios – Universidade Metodista de Piracicaba. 2012.



PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília. In: *Secom*, 2014. 151p.: il.

*PNAD 2012. Disponível em:*

<[http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo\\_economico/2013/2013\\_09/emprego\\_renda/IE%202013%2009%2027%20-%20PNAD%202012.pdf](http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2013/2013_09/emprego_renda/IE%202013%2009%2027%20-%20PNAD%202012.pdf)>. Acesso em 21 de abril de 2014.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## O AMBIENTE VIRTUAL NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO FÍSICA

BOECHAT, Júlio César dos Santos

*Estudante de doutorado do Programa de Pós- Graduação em Cognição e Linguagem - UENF*  
*julioboecat@yahoo.com.br*

MANHÃES, Fernanda Castro

*Pós Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Cognição e Linguagem - UENF*  
*castromanhaes@gmail.com*

GAMA FILHO, Reubes Valério

*Pós Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Cognição e Linguagem - UENF*  
*reubesgama@bol.com.br*

573

### RESUMO

Impulsionado pelo crescimento das TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação no Ambiente Virtual, temos a possibilidades de buscar métodos que possam inovar e ampliar recursos já existentes nas diversas áreas de concentração da sociedade. Nesta perspectiva o presente trabalho traz um breve embasamento científico de abordagem qualitativa e de acordo com o objetivo possui caráter exploratório, utilizando como procedimento técnico um levantamento bibliográfico que busca demonstrar como a utilização do ambiente virtual pode ser uma importante ferramenta para contribuir no processo de reabilitação física com conseqüente complicação motora e perdas cognitivas funcionais. Pode-se observar que o ambiente virtual favorece a uma maior entrega e despreocupação pelos usuários na realização das tarefas pelo foco dado ao objetivo da tarefa, caracterizando o aspecto da imersão o que contribui para tornar o processo de reabilitação menos penoso.

Palavras chave: Ambiente virtual, reabilitação física e perdas cognitivas funcionais.



## 1 O AMBIENTE VIRTUAL COMO INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO

A profunda transformação vivida pela sociedade impulsionada por uma revolução de ordem tecnológica é um processo irreversível que exige nova postura em vista a obtenção de informações e conhecimentos.

Estamos inseridos no século XXI, iniciando o terceiro milênio, onde o homem se percebe, subitamente, inserido em acontecimentos de importância histórica que estão transformando o cenário social da vida humana. A transformação do mundo é impulsionada por uma revolução de ordem tecnológica centrada nos processos de informação e da comunicação que geram incessantes mudanças nas organizações e no pensamento humano e descortinam um novo universo no cotidiano das pessoas.

Crenças como essas só fazem potencializar os novos meios de comunicação e da informação possibilitando a ampliação do conhecimento e colocando a humanidade diante de uma verdade da qual não se pode escapar: os valores, as atitudes e os modos de pensamento estão sendo condicionados por um novo pensamento moldado pelas tecnologias e recursos comunicacionais. (SOUZA, 2004)

Com a mundialização, o mundo ficou pequeno e as tecnologias propõem o início da interatividade e, à medida que novas tecnologias vão surgindo, é necessário que nos atualizemos em busca das novidades, se assim não for, ficaremos marginalizados nessa nova sociedade onde um paradigma inovador impõe a informação como condição máxima de sobrevivência. (SOUZA, 2008)

A interdisciplinaridade requerida pelo processo de mundialização contribui para que diferentes áreas privilegiem-se dos avanços da tecnologia para treinamento e educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, visando a melhoria de sua qualidade de vida. (COSTA e CARVALHO, 2000)

O sucesso do uso dos computadores na prática educativa e treinamento contribui para que outras possibilidades sejam exploradas e abre novas perspectivas de aplicação em diferentes áreas do conhecimento. Nos últimos anos, a área de saúde vem sendo impulsionada pelas novas tecnologias integradas aos procedimentos médicos, onde se destaca a utilização dos computadores para o treinamento e educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, visando a melhoria de sua qualidade de vida. (COSTA, 2000, p. 42)



## 1.1 Desenvolvimento da Tecnologia Digital

Os primeiros computadores começaram a surgir durante a década de 40, naturalmente com propósitos militares. Os principais usos eram a codificação e a decodificação de mensagens e cálculos de artilharia (MORIMOTO, 2007).

De acordo com Souza (2008) os computadores eram máquinas de calcular, colocadas em salas refrigeradas acessíveis apenas a alguns cientistas e que, vez em quando, apresentavam listagens só possíveis de serem lidas por entendidos.

Assim como em outras áreas, os computadores começaram como aparelhos rudimentares, que eram capazes de desempenhar apenas tarefas muito simples. Mesmo componentes básicos, como o HD e outros tipos de unidade de armazenamento foram introduzidos apenas muito mais tarde (MORIMOTO, 2007).

Segundo Souza (2008) o uso da máquina disseminou-se nos anos 60, prevendo um desenvolvimento de hardware cada vez mais frequente. Nos anos 70, a comercialização de máquinas, contendo pequeno chip eletrônico, capazes de efetuar cálculos aritméticos e lógicos, desenvolveu diversos processos econômicos e sociais em grande escala. O autor continua e nos lembra ainda que não podemos, sob pena de completa alienação diante das mutações que ora se processam no mundo, ficar alheios ao que está acontecendo desde dentro do próprio lar até o mundo de produção, onde os efeitos do encurtamento do espaço, fenômeno que recebeu o nome de globalização, ou mundialização.

Nesta mesma obra o autor continua dizendo que esse processo de mundialização crescente atinge não só os setores ligados diretamente às formas de comunicação, aos transportes e ao capital, mas a todos os segmentos do viver humano, como a ciência, a filosofia, o corpo e o sono, e que essas transformações nada mais são do que o próprio processo de constituição do homem:

A conquista espacial persegue explicitamente o estabelecimento de colônias humanas em outros planetas (...). Os avanços da biologia e da medicina nos incitam a uma reinvenção de nossa relação com o corpo, com a reprodução, com a doença e com a morte (...) seleção artificial do humano transformado em instrumento pela genética. O desenvolvimento de nanotecnologias capazes de produzir materiais inteligentes em massa, simbióticos microscópicos artificiais de nossos corpos (...) poderia modificar completamente nossa relação com a necessidade natural e com o trabalho, e isso de maneira bem mais brutal. ... Os progressos das próteses cognitivas com base digital transformam nossas capacidades intelectuais tão nitidamente quanto o fariam mutações de nosso patrimônio genético. As novas técnicas de comunicação por mundos virtuais





põem em novas bases os problemas do laço social (...) a hominização, o processo de surgimento do gênero humano não terminou, mas acelera-se de maneira brutal. (SOUZA 2008, p 46 *apud* LÉVY,1998, p.15)

Sabemos que a tecnologia da informação abre possibilidades para atingir melhores resultados na área cognitiva. Novas formas de mensagens interativas apareceram e vimos o surgimento dos videogames, as interfaces e interações sensório-motoras e o surgimento dos famosos hipertextos (SOUZA, 2008). Continuando o autor nos assegura que diante de tantas mudanças na sociedade moderna, trazidas pela cibercultura, inferimos que estamos diante de uma nova forma de produção social do espaço, na qual o tempo-real instantâneo é um tempo sem tempo e o novo dia-a-dia é destituído de espaço e matéria. A imagem-fluxo, a presentificação, a realidade virtual e as diversas possibilidades de comunicação no ciberespaço sugerem um novo ambiente: as cidades digitais. A imersão nesse novo ambiente propicia uma outra expectativa de realidade: a realidade virtual (RV).

A Realidade Virtual utiliza avançadas tecnologias de interface, sendo que sua principal característica é a imersão, onde o usuário não fica em frente ao monitor, mas imerso em um mundo tridimensional artificial completamente gerado pelo computador. Com a RV, o usuário percebe, através de um ou mais sentidos, dados vindos da máquina, gerados em dispositivos especiais através de uma simulação interativa. É no aspecto de geração de sensações no usuário que reside o verdadeiro diferencial das interfaces de RV em relação às interfaces comuns, pois o usuário se sente dentro do ambiente virtual. (COSTA; CARVALHO E ARAGON, 2000, p. 111)

Souza coloca em sua obra este ambiente como o Ciberespaço e comenta que o ambiente virtual suscita discussões intermináveis a relação existente no ciberespaço, que faz parecer às pessoas que o homem conversa com a máquina e com ela estabelece diálogos intermináveis.

A Realidade Virtual surgiu por volta da década de 30 a partir de simuladores de vôo. Por volta dos anos 50, com aprimoramento destes simuladores, foram incorporadas câmeras de vídeo, plataformas suspensas e projeção de imagens de acordo com as manobras praticadas pelo “piloto”. Paralelamente, foram sendo desenvolvidas aplicações usando teleoperações para realizar tarefas perigosas à distância e outros tipos de simuladores (COSTA, 2000).

De acordo com Wauke *citando* Burdea, 2003 a tecnologia de Realidade Virtual envolve alguns conceitos básicos como a imersão – sensação de estar dentro do ambiente, alcançada através de tecnologia específica, tais como óculos de projeção estereoscópica, telas especiais e luvas; a interação – capacidade do computador detectar as entradas do usuário e modificar instantaneamente o mundo virtual e as ações sobre ele; o envolvimento – grau de motivação do



usuário em realizar as atividades dentro do mundo virtual; e a presença – sentido subjetivo de que o usuário está fisicamente dentro do ambiente virtual.

E ainda de acordo com Wauke *citado por* Glasgow, 2003 o uso da Realidade Virtual tem sido bastante diversificado, incluindo áreas como a Arquitetura, a Interação Física com Dados Científicos, a Educação, o Marketing, a Medicina que representa uma das áreas que mais se privilegia dos recursos da tecnologia de Realidade Virtual. Alguns exemplos contemplam aplicações voltadas para a reabilitação cognitiva de pacientes com problemas neuropsiquiátricos, telecirurgias e visualização de estruturas anatômicas, e o Entretenimento.

É assim que as tecnologias da informação e da comunicação, e especificamente o ciberespaço, com as possibilidades que encerram, adquirem importância fundamental e merecem destaque em qualquer reflexão que venha a ser feita sobre a importância e as demandas para uma educação na atualidade, uma vez que, estas já vêm sendo amplamente utilizadas em diversos setores da cultura contemporânea, correspondendo, portanto, o importante elemento constitutivo da base histórica sobre a qual se desenvolve o que vem sendo conhecida como sociedade da informação. (SOUZA, 2008)

De acordo com Souza (2008, *citando* LÉVY, 1998) o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que ampliam, exteriorizam e alteram muitas funções cognitivas humanas.

Em um de seus trabalhos, Costa (2000) relata que:

Paralelamente, a tecnologia de Realidade Virtual (RV) vem se disseminando rapidamente por causa da baixa dos custos de equipamentos e aumento do número de ferramentas de autoria, que facilitam a construção de ambientes cada vez mais robustos. Aplicações de RV vêm sendo utilizadas em várias áreas do conhecimento através do desenvolvimento de projetos-piloto, que visam, principalmente, discutir e experimentar as possibilidades oferecidas por esta tecnologia e onde sobressaem-se, por seus resultados positivos, as experiências nas áreas de educação e medicina. Nestes contextos, a RV se apresenta como uma poderosa ferramenta para simular novos ambientes e situações, oferecendo uma nova abordagem para velhas questões e aumentando a eficiência de metodologias consolidadas. (p. 49)

## 1.2 O Recurso Digital como ferramenta na reabilitação

Nos últimos anos, a tecnologia de Realidade Virtual vem sendo amplamente utilizada nas mais diferentes áreas do conhecimento, em especial, nas ciências da saúde (CARDOSO, 2004). Ela continua relatando que:



... vários resultados têm apontado na direção do seu uso, ressaltando suas especificidades como fatores motivadores para a reabilitação de pacientes com diferentes tipos de danos e distúrbios cerebrais. Desta maneira, a RV pode ampliar as possibilidades terapêuticas das abordagens tradicionais, pois facilita o acesso a exercícios que estimulam habilidades variadas, sejam cognitivas ou motoras... (CARDOSO 2004, p. 2)

De acordo com Costa (2000) o sucesso do uso dos computadores na prática educativa e treinamento contribuem para que outras possibilidades sejam exploradas e abre novas perspectivas de aplicação em diferentes campos do conhecimento. Nos últimos anos, a área de saúde vem sendo impulsionada pelas novas tecnologias integradas aos procedimentos médicos, onde destaca-se a utilização dos computadores para o treinamento e educação de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Baseando-se em diversos autores Cardoso (2004) explica que a exploração dos Ambientes Virtuais por pessoas com deficiências diversas, oferece novas abordagens que são impossíveis de serem realizadas normalmente. Por estas razões, estes ambientes vêm sendo utilizados para apoiar terapias médicas em uma variedade de propostas, e incluem aplicações voltadas para atacar problemas causados por desordens de alimentação, fobias, autismo, lesões cerebrais traumáticas, paralisia cerebral, testagem de pacientes com danos cerebrais e ainda, para prevenir acidentes com pacientes idosos. A maioria destes exemplos é para reabilitação de funções cognitivas, mas algumas visam à recuperação de capacidades motoras.

Segundo Costa, Carvalho e Aragon (2000 *citando* CAMPOS e SILVEIRA, 1998), programas de reabilitação visam desenvolver as potencialidades e diminuir as limitações destas pessoas, buscando desenvolver suas potencialidades físicas, mentais e sensoriais por meio da ajuda técnica proporcionada por diferentes modalidades de software.

Dentro desta perspectiva Costa (2000, *citando* PARENTE 1996) relata que:

A cognição como uma complexa coleção de funções mentais que incluem atenção, percepção, compreensão, aprendizagem, memória e raciocínio, entre outras. Estes atributos mentais permitem que o homem compreenda e relacione-se com o mundo e seus elementos. A cognição compreende todos os processos mentais que nos permitem reconhecer, aprender, lembrar e conseguir trocar informações no ambiente em que vivemos. Cognição também refere-se ao planejamento, solução de problemas, monitoramento e julgamento, que são consideradas como funções cognitivas de alto nível. (p. 22)

Logo, a Reabilitação Cognitiva (RC) é o processo que visa recuperar ou estimular as habilidades funcionais e cognitivas do homem, ou seja, (re)construir seus instrumentos



cognitivos. Em muitos casos a RC vem complementar o tratamento farmacológico, necessário em vários tipos de distúrbios. (COSTA, 2000)

A Reabilitação Cognitiva trabalha com variados tipos de desordens e deficiências: desordens de atenção e concentração, negligência espacial e visual, deficiências de controle da fala e de movimentos, descontroles emocionais e de comportamento, entre outros (COSTA 2000 citando STRINGER,1996).

## **2 MODELO ATUAL DE REABILITAÇÃO PARA TRATAMENTO DAS INCAPACIDADES FÍSICAS**

Sabemos que o ser humano é desenhado para ser móvel, principalmente porque 40% do nosso organismo é composto de músculos esqueléticos. Além do mais somos dependentes da atividade física para que haja a manutenção deste sistema músculo-esquelético e para a melhor função de nossos órgãos internos. Sabemos, por exemplo, que a reabsorção óssea é feita através dos estímulos de pressão e tração que este segmento recebe ao longo do dia, onde nos locomovemos e pressionamos as estruturas. Muitas das desordens são reversíveis, mas quanto maior o período de imobilização mais difícil será a sua reabilitação. (BASS, 2006)

Uma grande variedade de mecanismos patológicos pode desenvolver contraturas artrogênicas incluindo, desordens congênitas e doenças crônicas que resultam na incongruência mecânica da superfície articular, que pode gerar dor e destruição articular com perda do poder motor que leva ao bloqueio. (AKESON, 1986)

As cápsulas fibrosas e os ligamentos funcionam como estabilizadores secundários da articulação. Estas estruturas são inervadas com terminações proprioceptivas e podem enviar sinais para centros neurológicos compensadores através de respostas musculares, quando trações excessivas são aplicadas às articulações. Os ligamentos estabilizam passivamente as articulações quando são reforçadas pela estabilização dinâmica promovida pelos músculos que se interligam as articulações pelo sistema nervoso central (AKESON, 1986). Ele ainda diz que dentre as mais importantes mudanças no metabolismo proteico observa-se a proliferação do tecido conectivo fibroso dentro do espaço articular, adesões entre articulações sinoviais, aderência do tecido conectivo fibroso e superficial da cartilagem, atrofia ou bloqueio da cartilagem, “ulceração” nos pontos entre cartilagem de contato, desorganização das células e fibras ligamentares, enfraquecimento no local de inserção dos ligamentos, reabsorção



osteoclástica no osso e fibras de Sharpy, osteoporose da extremidade envolvida, grande necessidade de força na mobilização articular e crescimento da incongruência ligamentar.

O líquido sinovial lubrifica estruturas ligamentosas da articulação e nutre estruturas como cartilagem, meniscos e ligamentos e esta nutrição é aumentada pelos movimentos acentuados da articulação. (REDONDO, 2005)

As articulações sinoviais necessitam de atividade física para estimular o homeostase e manter a composição biomecânica matricial. A maneira pela quais as células interpretam sinais físicos para manter as características, desejáveis da matriz não é certa, porém, postula-se que, sensores mecânicos de tensão e compressão e sensores elétricos atuam sobre as fibras de colágeno. Os fibroblastos e condrócitos interpretam forças físicas que influenciam o poder de síntese de degradação dos componentes da matriz e dos componentes extracelulares a matriz. (KOTTKE e LEHMANN, 1994)

O músculo é o elemento motor do corpo humano acionado voluntariamente ou reflexamente os seguimentos corpóreos. “A função do músculo esquelético depende da atividade proprioceptiva intacta, inervação motora, carga mecânica e atividade articular” (CARVALHO *et. al*, 2002). A inatividade e a imobilização afetam diretamente a força muscular, resistência à fadiga e vigor.

As contraturas musculares podem ser secundárias a fatores intrínsecos ou extrínsecos. Uma contratura muscular intrínseca é estrutural por natureza pode estar associada com processos inflamatórios, degenerativos, isquêmicos ou traumáticos no próprio músculo. (KOTTKE e LEHMANN, 1994)

O resultado final é a degeneração do músculo e a proliferação do novo tecido conectivo subsequente ao encurtamento do músculo (KOTTKE e LEHMANN, 1994) e (DURIGAN *et al.*, 2006).

É objetivo fundamental da medicina de reabilitação a busca por meios de proporcionar um retorno a suas Atividades de Vida Diária (AVD's) no menor período possível aos pacientes expostos à imobilidade, sendo assim o treinamento funcional deve focar o desenvolvimento de habilidades para a solução de problemas e estratégias compensatórias apropriadas, afim de assegurar que as tarefas de AVD's sejam realizadas, portanto, a busca por novas técnicas para tratamento dos efeitos deletérios da imobilidade (Síndrome do Imobilismo) está sendo utilizada como auxílio neste objetivo. (O'SULLIVAN e SCHIMITZ, 2004)



A meta final de qualquer programa de exercício terapêutico é a aquisição de movimento e função livre de sintomas. Para administrar efetivamente exercício terapêutico ao paciente, o terapeuta precisa conhecer os princípios e resultados básicos do tratamento, precisa estar apto para fazer uma avaliação funcional do paciente e precisa conhecer as interrelações de anatomia e cinesiologia de cada parte, assim como ter um entendimento do grau de debilidade e seu potencial de recuperação, complicações, precauções e contraindicações. (KISNER, 1998 – p. 3)

Como já descrito anteriormente a limitação da amplitude de movimento restringe a função de uma articulação e um músculo responsável por este movimento. Com o objetivo de devolver a função articular e impedir a progressão das incapacidades indica-se a utilização de técnicas terapêuticas que possuem objetivos específicos tempo e aplicações que são prescritas de acordo com o quadro clínico apresentado. Gardner (1995) nos descreve algumas dessas técnicas mobilizações articulares que podem ser indicadas e nos orienta dizendo que:

Assim sendo, as medidas que aumentam a amplitude de movimento devem ser acompanhadas de perto por aquelas que criam força muscular suficiente para estabilizar e controlar o movimento. Como a instabilidade e a falta de controle conduzem a um maior dano, é absolutamente essencial estar seguro de que tal progresso em termos de mobilidade pode ser controlado pela ação de muscular. O exercício ativo que conduz a um aumento na amplitude e relembra o padrão do movimento ao paciente é o melhor dos tratamentos. Em alguns casos, porém, o relaxamento e os métodos passivos ou manipulativos procedem ou auxiliam a sua realização. (GARDNER, 1995)

De acordo com o Kisner (1998) a Mobilização Passiva consiste no movimento articular promovido por um agente externo que deve ser o terapeuta e não o próprio paciente e deve ser realizado em baixa velocidade de modo oscilatório e constante por um determinado tempo, de forma rítmica ou um alongamento mantido do segmento. Diz ainda que esses exercícios podem ser através de movimentos fisiológicos que geram uma alteração no ângulo articular ou acessório também chamado de micromovimentos ou movimento intra-articular que são movimentos que ocorrem dentro da articulação e descrevem a distensibilidade da cápsula que permite que os ossos se movam.

Os Exercícios Ativos são descritos por Gardner (1995, p. 42) como “movimento executado ou controlado pela ação voluntária dos músculos, trabalhando em oposição a força externa”. Kisner (1998, p. 55) complementa dizendo que “se a medida que o músculo se contrai for feita uma resistência contra ele o músculo se tornará mais forte após um certo período de tempo”. Esse exercício recebe o nome de Ativo Resistido e o autor continua dizendo que o uso





terapêutico de resistência em um programa de exercícios, aplicado manual ou mecanicamente é parte integral do plano de assistência quando a meta final for aumentar a força resistência à fadiga e função física geral.

A atividade de reabilitação se faz, portanto, extremamente necessária e tem importante papel no processo de reintegração dos portadores de incapacidades físicas a suas atividades e principalmente a sociedade.

### 3 O SISTEMA NERVOSO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO

No ano de 2000, Costa (2000) descreveu o corpo humano sendo formado por vários tipos de tecidos fundamentais, onde se destaca o tecido nervoso, que se estende por quase todo o corpo formando uma grande unidade anatômica e funcional denominado Sistema Nervoso. Dentre os vários componentes do Sistema Nervoso, o cérebro ocupa posição de destaque.

Em um conceito básico firmado por Machado (2005) ele nos revela que a função do sistema Nervoso é promover o relacionamento dos seres vivos com o ambiente em que vivem, promovendo assim uma interação entre ações sensitivas (relacionadas com a percepção, dor, calor, tato, posicionamento) e motoras (relacionado com o movimento e respostas autonômicas), além de funções superiores como o ato de pensamento, memória e linguagem.

Lundy-Ekman (2004) nos diz que a neurociência é uma ciência que faz uma tentativa de compreender o sistema nervoso e trata do seu desenvolvimento, ações químicas, funções e patologias e ainda que as abordagens atuais a investigação do sistema nervoso incluem disciplinas ou níveis de análise molecular, celular, de sistemas, comportamental e cognitivo e explica que:

A neurociência cognitiva cobre os campos de pensamento, aprendizado e memória. Os estudos do planejamento, do uso da linguagem e das diferenças entre a memória para eventos específicos e a memória para a execução de habilidades motoras, são exemplos na análise ao nível cognitivo. (LUNDY-EKMAN, 2004. p. 3)

Bear (2002, p. 14) comenta que “a pesquisa no nível da neurociência cognitiva investiga como a atividade do encéfalo cria a mente” e concordando com esta ideia Costa (2000) diz que a cognição compreende todos os processos mentais que nos permitem reconhecer, aprender, lembrar e conseguir trocar informações no ambiente em que vivemos, e que também se refere ao planejamento, solução de problemas, monitoramento e julgamento, que são consideradas como funções cognitivas de alto nível.





Utilizando a abordagem da neurociência de sistemas Lent (2005, p. 4) explica que “a Neurociência Sistêmica considera populações de células nervosas situadas em diversas regiões do sistema nervoso, que constituem sistemas funcionais como o visual, o auditivo, o motor, etc.” Lundy-Ekman, (2004 - p. 02) corrobora com esta informação quando relata que o nível dos sistemas estuda as conexões do sistema nervoso e dá como exemplo o sistema proprioceptivo que transmite informações de posição e movimento do sistema musculoesquelético para o sistema nervoso, e o sistema motor que controla os movimentos.

Observamos, assim, duas abordagens com focos teoricamente distintos, porém possuem uma íntima relação funcional tendo em vista que o tráfego de informações no sistema nervoso é feito por redes neurais o que compreende o tecido nervoso através dos neurônios, células de sustentação e as sinapses. (LENT, 2005)

Para se compreender melhor as relações entre os processos cognitivos e a reabilitação motora se faz necessário compreender a estruturação deste sistema. Neste sentido observaremos a organização anatômica do sistema nervoso, seus componentes celulares, os circuitos sinápticos e as bases biológicas da neuroplasticidade.

### 3.1 Organização anatômica do Sistema Nervoso

De acordo com Rizzo (2012) o Sistema nervoso pode ser agrupado em duas categorias principais o **Sistema Nervoso Central (SNC)** que é o centro de controle de todo o sistema e o **Sistema Nervoso Periférico (SNP)**.

O Sistema Nervoso Central (SNC) interpreta e quando necessário gera uma ação de resposta a todas as sensações corporais e alterações no ambiente externo que são retransmitidas a ele a partir de receptores e órgãos sensoriais. (RIZZO, 2012)

Ele é composto pelo Encéfalo e Medula Espinhal e Machado (2005) nos explica que as estruturas são cobertas e protegidas pelo crânio e coluna vertebral respectivamente. O Encéfalo é formado pelo cérebro, cerebelo e tronco encefálico. O cérebro consiste no Diencefalo e nos dois hemisférios cerebrais compondo o Telencefalo.

A percepção, os movimentos voluntários, o uso da linguagem e da comunicação não verbal, a compreensão das relações espaciais, o uso de informações visuais, a tomada de decisões, a consciência, as emoções, as interações corpo e mente e as lembranças, todos dependem de sistemas no cérebro. (LUNDY-EKMAN, 2004 - p. 351)



O diencéfalo compõe cerca de 20 % do cérebro humano e possui características funcionais importantes nos processos de organização e planejamento das ações orgânicas e de movimentos (Machado, 2005). Observamos também que o Diencéfalo se subdivide em quatro porções denominadas Tálamo, Hipotálamo, Subtálamo e Epitálamo.

De acordo com Rizzo (2012) e Machado (2005), o cérebro é a parte mais volumosa da cabeça, composta por uma massa externa de substância cinzenta denominada Córtex Cerebral e abaixo temos a substância branca, divididas em dois hemisférios que são interligados pelo chamado corpo caloso. Na superfície de cada hemisfério encontramos ranhuras que são os sulcos que se interpõem as pregas conhecidas como giros, sendo importante destacar os giros pré-central ou córtex motor e pós-central ou córtex somestésico que tem participação direta na elaboração e planejamento dos movimentos e na percepção sensorial respectivamente.

Na maioria das pessoas o hemisfério esquerdo é dominante para todas as funções da linguagem: leitura, escrita, compreensão e produção da fala. Estas funções envolvem o processamento de sequências, letra por letra, palavra por palavra e sequência de ações, que é a base da maioria dos nossos movimentos. Por estas capacidades o hemisfério esquerdo é conhecido como “analisador”. O hemisfério direito possui uma grande capacidade de processar informações visuais e espaciais, que não podem ser descritas em palavras. O reconhecimento de objetos, a posição de partes do corpo durante um movimento e a relação espacial de objetos e fronteiras são relacionadas ao hemisfério direito. Este hemisfério pode ser chamado de “sintetizador”, aquele que trata o todo ao invés de partes. O hemisfério direito é associado, também, ao comportamento emocional. (COSTA, 2000 – p. 27)

Pequenos núcleos se organizam sob a substância branca sendo chamados de Núcleos da Base que alguns participam ativamente na transmissão de comandos para o movimento via tronco encefálico e medula espinhal (Machado, 2005). De acordo com Crossman e Neary (2007), esses núcleos situam-se profundamente no hemisfério cerebral recebendo informações sensitivas e motoras de todas as partes do córtex cerebral, tronco encefálico e medula espinhal. Suas funções são difíceis de descrever sucintamente, porém eles podem ser considerados como estruturas que facilitam os movimentos úteis e com propósito e inibem os movimentos indesejados, sendo também importantes no controle da postura e tônus muscular.

A segunda maior parte do cérebro é o Cerebelo que no adulto chega a 1/8 do cérebro com cerca de 150g e apresenta um importante papel de controlador e coordenador de importantes movimentos complexos do músculo esquelético além de manter o equilíbrio corporal e a postura. (GOSS, 1988)



Diversos autores relatam que o Tronco Encefálico conecta o cérebro a medula espinhal e ainda ao cerebelo. Sendo ele dividido em Mesencéfalo, Ponte e Bulbo. Nele tem origem dez dos doze pares de nervos cranianos existentes sendo portando uma área extremamente delicada.

Apresentando um desenvolvimento caudal em relação ao encéfalo encontramos a Medula Espinhal que segundo Lundy-Ekman (2004) inclui todas as estruturas neurais contidas nas vértebras tais como as raízes ventrais e dorsais dos nervos e as meninges que a envolvem. São divididas em segmentos e complementando, Machado (2005) diz que tem a função de porta de entrada e saída dos comandos centrais, pois nela temos a formação dos nervos espinhais que se conectaram aos órgãos periféricos.

Observamos então a grande relação entre a cognição e o planejamento de movimentos quando analisamos a função dessas estruturas.

O Sistema Nervoso Periférico é formado por **terminações nervosas** que incluem receptores sensitivos que captam informações do ambiente e efetores que controlam a contração dos músculos e a atividade de glândulas secretoras; pelos **gânglios** que são conjuntos de corpos celulares fora do SNC; e os **nervos periféricos**, formado pelos nervos espinhais, com origem na medula espinhal e nervos cranianos com conexão no encéfalo e suas ramificações. (CROSSMAN e NEARY, 2007), (MACHADO, 2005) e (DANGELO E FATTINI, 2007).

Os nervos periféricos são cordões esbranquiçados, palpáveis e macroscópicos que possuem a função de ligar o sistema nervoso central com os órgãos periférico e Crossman e Neary (2007, p. 35) declaram que “os nervos periféricos são a rota principal através da qual o encéfalo e a medula espinhal se comunicam com o resto do corpo utilizando linguagem elétrica”. Diz ainda que um nervo periférico típico é composto por numerosas neurofibras que podem ser sensitivas ou motoras e podem ou não apresentar a bainha de mielina como envoltório. A mielina tem a função de aumentar a velocidade da condução elétrica pela neurofibra. Lent (2005), Grant, Goodkin e Kliot (1999) e Machado (2005) concordam e afirmam que os axônios são isolados eletricamente por um complexo lipoprotéico denominado bainha de mielina. Esta é formada por células gliais oriundas da crista neural, que são conhecidas como células de Schwann. Essas células possuem a função crítica de suporte axonal regenerativo, servindo de via de crescimento para as fibras nervosas, além de servirem de isolantes elétricos para uma melhor condução dos impulsos nervosos.

“Quando uma neurofibra é cortada ou seriamente danificada, a porção distal do corte morre e sofre degeneração” (CROSSMAN E NEARY, 2007- p. 36) esses autores ainda nos



falam que esta degeneração pode ser chamada de anterógrada ou Waleriana, e Ferreira (1999) concorda e completa dizendo que existem predominantemente três tipos de lesões da fibra nervosa: neuropraxia que é uma lesão na mielina interrompendo ou diminuindo a velocidade da condução elétrica, axoniotimose que acomete o axônio da neurofibra envolvendo uma degeneração que pode ou não ser revertida e refeita a ligação com o órgão e neurotimose que neste tipo de lesão ocorre perda de continuidade de todo o tronco nervoso sendo irreversível.

586

### 3.2 O tecido nervoso e o processo de comunicação

O tecido nervoso compreende basicamente dois tipos celulares: o neurônio e uma variedade de células de apoio chamadas glias ou de sustentação (MACHADO, 2005) e (PURVES *et al*, 2005). Estes autores concordam ainda que as células nervosas são especializadas na sinalização elétrica sobre longas distâncias e que o neurônio é sua unidade fundamental, com a função de receber, processar e enviar informações enquanto as células glias não são capazes de condução elétrica, porém apresentam um importante papel ocupando os espaços entre os neurônios, com funções de sustentação, revestimento ou isolamento, modulação de atividade neuronal e defesa, e ao contrário dos neurônios apresentam grande capacidade de replicação ou mitose se diferenciando dando origem a novas glias.

No homem são encontrados cerca de cem bilhões de neurônios e é de relato comum aos autores em neurociência que o neurônio, por meio de seu axônio, possui o principal papel na condução elétrica que pode também ser chamada de potencial de ação, que sempre ocorre unidirecional. Pode ser **sensitivo** quando conduz percepções vinda do ambiente externo ou dos órgãos internos para os centros nervosos e os **motores** que conduzem comandos com a partir dos centros nervosos para gerar uma ação em função de um estímulo recebido. Isso se dá por sua composição onde temos três partes que atuam harmonicamente e com papel bem definido e observamos o **Corpo Celular**, com função metabólica do neurônio, responsável pela síntese de todas as proteínas neuronais, bem como pela maioria dos processos de degradação e renovação dos constituintes celulares. (LUNDY-EKMAN, 2004)

Os **Dendritos** são extensões ramiformes, que são os principais locais para a estimulação das células. “Eles são especializados em receber informações de outras células” (LUNDY-EKMAN, 2004 –p. 26) e “constituem o principal sítio sináptico do neurônio, estabelecendo terminações axonais com outras células” (PURVES *et. al.*, 2005 - p. 3).



Partindo também do corpo celular se destaca não só por sua função mais também pelo aspecto que apresenta, o **Axônio** é um prolongamento longo e único, mas que pode formar ramificações em seu trajeto. Possui a principal função realizada pelo neurônio, que é a de transportar de informações através do potencial elétrico até que este atinja o órgão alvo onde se fixa (MACHADO, 2005). “Possui comprimento variado podendo chegar a mais de 1m e se ramificam ao final de sua projeção, onde terminam por terminais pré-sinápticos ou projeções digitiformes que são os elementos transmissores do neurônio”. (LUNDY-EKMAN, 2004 – p. 27)

Machado (2005) nos fala que os neurônios possuem a capacidade de se comunicar entre si ou com órgão efetadores fenômeno este conhecido como **Sinapse**. Corroborando com esta informação Lundy -Ekman (2004) diz que:

Os neurônios transmitem informações a respeito de sua atividade por meio de compostos químicos denominados **neurotransmissores**, dos terminais pré-sinápticos para a **fenda sináptica**. A fenda sináptica é o espaço entre os neurônios e serve como local de comunicação interneuronal. [...] o neurônio pré-sináptico libera o neurotransmissor na fenda sináptica, o neurotransmissor se difunde de um lado da fenda para o outro e então se liga a receptores do neurônio pós-sináptico, célula muscular ou glândula. (p. 27)

Crossman e Neary (2007) e Lundy – Ekman (2004) concordam dizendo que há muito tempo se sabe que a acetilcolina (ACh) é o transmissor entre os neurônios motores e o músculo estriado, especializações sinápticas conhecidas como Junções Neuromusculares ou Placas Motoras.

Todo comportamento depende da habilidade em controlar a atividade dos músculos esqueléticos, que mantém a postura e permitem o movimento. Tal controle é auxiliado por uma rica inervação do músculo com neurônios tanto motores quanto sensitivos. (CROSSMAN e NEARY, 2007).

Continuamente as conexões neurais estão sendo estabelecidas e desfeitas, todas moduladas por nossas vivências e nossos estados de saúde ou doença. “A capacidade de alterar sua função, seu perfil químico (quantidade e tipos de neurotransmissores produzidos) ou estrutura dos neurônios é designada como Neuroplasticidade” (LUNDY – EKMAN, 2004 – p. 61). Lambert e Kinsley, (2006 – p. 85-86) completa dizendo que “é a natureza dinâmica e adaptativa do cérebro, a flexibilidade inerente ao cérebro para responder as mudanças ambientais; por exemplo, aprender ou compensar a perda de funções em áreas lesionadas”.



Confirmando Costa (2000) expõe que circuitos cerebrais lesionados ou disfuncionantes podem ser substituídos por circuitos vizinhos intactos, em maior ou menor grau, dependendo da especialização da área afetada. Este fenômeno, denominado **plasticidade**, pode ser explorado na reprogramação das redes neuronais cerebrais, de forma a diminuir os efeitos provocados por diferentes deficiências ou danos neurológicos.

Esse argumento nos fornece uma forte indicação para realização de trabalhos de reabilitação não somente no aspecto cognitivo dentro das áreas de linguagem, pensamento e memória mais também no aspecto motor funcional uma vez que o movimento humano está diretamente relacionado com áreas de planejamento do cérebro e estão inseridas neste contexto. Lundy-Ekman (2004) diz que:

A falta prolongada de movimentos ativos após uma lesão cortical pode ocasionar a perda subsequente da função em regiões adjacentes do encéfalo não lesadas. Contudo um estudo recente demonstrou que os danos subsequente em áreas corticais adjacentes podiam ser evitadas por movimentos de retreinamento. (p. 70)

Este mesmo autor nos escreve e diz que a neuroplasticidade inclui a Habituação, Aprendizado e Memória e a Recuperação celular após lesões. A habituação consiste na forma mais simples de plasticidade onde ocorre uma diminuição na resposta a um estímulo benigno repetido, é aplicado por técnicas de exercícios que visam diminuir a resposta neural a um estímulo excessivo como, por exemplo, para diminuição de sensibilidade tátil. Já o aprendizado e memória envolvem alterações persistentes e duradouras nas potências das conexões sinápticas por meio de repetições e descreve que:

Técnicas de aquisição de neuro-imagens revelam que regiões grandes e difusas do encéfalo, evidenciam atividade sináptica durante as fases iniciais do aprendizado motor. À repetição de uma tarefa, há uma redução no número de regiões ativas no encéfalo. Quando uma tarefa é finalmente aprendida, somente regiões pequenas e distintas do encéfalo apresentam atividade aumentada durante a realização da tarefa. (LUNDY-EKMAN, 2004 - p. 62)

Diversos autores concordam em dizer que existe recuperação de lesão neural para nervos periféricos. A plasticidade regenerativa ou recuperação celular após lesões, consiste no recrescimento dos axônios lesados, sendo forte no sistema nervoso periférico facilitada por células gliais principalmente as de schwann que compõem o microambiente dos tecidos do corpo, diferentemente do sistema nervoso central onde a regeneração é bloqueada por um outro





tipo de neuroglia, os oligodendrócito. (LENT, 2005; PURVES *et. al.* 2005; LUNDY-EKMAN, 2004)

De acordo com Purves, *et. al.* (2005), lesões traumáticas, interrupções de suprimento sanguíneo e doenças neuro-degenerativas podem causar lesões em axônios de nervos periféricos ou de corpos celulares neuronais e de sinapses de circuitos neuronais mais complexos do encéfalo e da medula espinhal.

As lesões de nervos periféricos, de acordo com Ferreira (1999) ocorrem de três formas a **neurotímese** que ocorre apenas uma interrupção da condução nervosa por lesão exclusivamente na bainha de mielina do nervo, **axonotímese** onde ocorre uma reação em duas fases que a primeira envolve a desintegração do axônio e a quebra da bainha de mielina, concordando Lundy – Ekman (2004) denomina este processo como **degeneração Walleriana**, e posteriormente na segunda fase é o processo de regeneração (reinervação) da continuidade do axônio e seu órgão terminal e **neurotímese** que ocorre perda de continuidade de todo o tronco nervoso com recuperação muito difícil, pois um grande número de neurônios não sobrevive.

Quando nervos periféricos sofrem uma lesão, os axônios lesionados regeneram-se vigorosamente e podem crescer novamente ao longo de distâncias que podem chegar a muitos centímetros. Sob circunstâncias favoráveis esses axônios podem também estabelecer novamente conexões sinápticas com seus alvos na periferia e Lundy-Ekman (2004) complementa quando diz que o crescimento de novo de um axônio é denominado **brotação** e que pode ocorrer de duas formas a colateral quando alvo denervado é reinervado por ramos do axônio intacto, e regenerativo – funcional que ocorre principalmente com nervos periféricos em função da produção do fator de crescimento do nervo que é estimulado pelas células Glia mais especificamente pelas chamadas células de Schwann, como foi dito anteriormente.

#### 4 METODOLOGIA

O presente trabalho traz uma pesquisa aplicada e faz uma abordagem qualitativa que de acordo com o objetivo possui caráter exploratório utilizando como procedimento técnico um levantamento bibliográfico que relacionou o uso do Ambiente virtual com o processo de reabilitação física em função de complicação motora e perdas cognitivas funcionais.





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar como o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação através do Ambiente Virtual pode contribuir como ferramenta para o processo de reabilitação física. Os recursos das TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação são indispensáveis e fundamentais em todos os aspectos na sociedade atual. Hoje são muito utilizados, pela ciência da saúde, como métodos de pesquisas de novos fármacos e em procedimentos de grande complexidade inclusive em cirurgias a distância. Neste trabalho podemos observar que o Ambiente Virtual compreende um novo método que agrega ao processo de reabilitação formas mais lúdicas e estimulantes, e através desse aspecto inovador verificamos o aumento do envolvimento e adesão ao tratamento.

Um aspecto interessante que nos chama a atenção é o fato de que, apesar de se repetir no ambiente virtual os mesmos movimentos aplicados pelo método convencional, neste ambiente percebe-se uma maior entrega e despreocupação por parte dos sujeitos na realização das tarefas pelo foco dado ao objetivo dos jogos, o que contribui para tornar a atividade mais lúdica e prazerosa aos sujeitos, o que caracteriza o aspecto da imersão no ambiente virtual caracterizando assim o aspecto dimensionamento do que é real e virtual.

Consideramos importante a inserção das (TIC's) Tecnologias da Informação e Comunicação por meio do ambiente virtual no processo de reabilitação fornecendo uma grande contribuição para os métodos já utilizados atualmente.

## 6 REFERÊNCIAS

- AKESON, W.H. et al *Effects of Immobilizations on Joints*. Fisiotherapy. P. 28, 1986.
- BASS, B.L. *Conseqüências da Síndrome do Imobilismo no Leito*. Rio de Janeiro, Brasil, abril de 2006. Internet. Disponível em: <http://www.ortofisio.siteonline.com.br>. Acesso em: 23 março 2007.
- BEAR, M. F.; CONNORS, B.W.; PARADISO, M.A. *Neurociência – Desenvolvendo o Sistema Nervoso*. 2.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CARDOSO L, et al. *Utilização de ambientes virtuais na reabilitação de pacientes com lesão cerebral por AVC e TCE*. Edital CT-Saúde 2004;. Disponível em <http://www.sbis.org.br/cbis/arquivos/786.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012



CARVALHO, C.M.M.; SHIMANO, A.C.; VOLPON, J.B. *Efeitos da Imobilização e do exercício físico em algumas propriedades mecânicas do músculo esquelético*. Revista brasileira de Engenharia Biomédica, v.18, n.2, p. 65 – 73, 2002.

COSTA, R. M. E. *Ambientes virtuais na reabilitação cognitiva de pacientes neurológicos e psiquiátricos*. Tese de Doutorado em Ciência da Computação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ime.uerj.br/~rcosta/PagTese.htm>. Acesso em fevereiro de 2012.

COSTA, R.M.E.M.; CARVALHO, L. A.; ARAGON, D.; *Novas Tecnologias Computacionais na Reabilitação Cognitiva*. 3rd. Argentine Symposium on Healthcare Informatics, Tandil, Argentina, pp. 107-115, 2000.

COSTA, R.M.E.M.; CARVALHO, L. A.; *Experimentando um Ambiente Virtual com Pacientes Neuropsiquiátricos*. [s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.ime.uerj.br/~rcosta/Artigos/Art-Portugal2.PDF>. Acesso em Fevereiro de 2012.

CROSSMAN, A.R.; NEARY, D. *Neuroanatomia ilustrada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DANGELO, J. G.; FATTINI, C.A.; *Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar*. 3 ed. São Paulo. Atheneu , 2007

DURIGAN, J.L.Q.; et al. *Efeitos da Estimulação Elétrica Neuromuscular sobre o membro posterior imobilizado de ratos durante 15 dias: Análises Metabólicas e Morfométricas*. Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 10, n. 3, p. 297 – 302, 2006.

FERREIRA, A.S. *Lesões Nervosas Periféricas: Diagnostico e Tratamento*. São Paulo: editora Santos, 1999.

GARDINER, M.D.: *Manual de Terapia por Exercícios* – São Paulo. Editora Santos, 1995

GOSS, C M: *Gray Anatomia* - Guanabara Koogan, 29ª edição Rio de Janeiro, 1988.

GRANT GA, GOODKIN R, KLIOT M. *Evaluation and surgical management of peripheral nerve problems*. Neurosurgery, 1999; 44(4):825-39.

KISNER, C; COLBY, L. A.; *Exercicios terapêuticos: fundamentos e técnicas*. 4.ed. São Paulo: Manole, 2005. 841p.

KOTTKE, F.J.; LEHMANN, J.F. *Tratado de Medicina Física e Reabilitação de Krusen*. Volume 2. 4.ed. São Paulo. Manole, 1994.

LAMBERT, K.; KINSLEY, C.H. *Neurociência Clínica: as bases neurobiológicas da saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2006

LENT, R. *Cem Bilhões de Neurônios- conceitos fundamentais da neurociência* – Atheneu – São Paulo, 2005



LUND- EKMAN, L. *Neurociência: fundamentos para a reabilitação*. 3º ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004

MACHADO, A.B M: *Neuroanatomia Funcional*. São Paulo. Atheneu, 2ª ed. 2005

MORIMOTO, Carlos E. *Hardware, o Guia Definitivo*. Ed. GDH Press e Sul Editores. 2007

O'SULIVANN, S.B.; SCHIMITZ, T.J. *Fisioterapia: Avaliação e Tratamento*. 4.ed. São Paulo. Manole, 2004.

PURVES, D., et. al. *Neurociências*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

REDONDO, K. L. *Síndrome do Imobilismo*. Maio de 2005. Internet. Disponível em [http://www.kathialr.hpg.ig.com.br/saúde/10/index\\_int\\_20.html](http://www.kathialr.hpg.ig.com.br/saúde/10/index_int_20.html). Acesso em: 22 agosto 2011.

RIZZO, Donald C. *Fundamentos da anatomia e fisiologia*. São Paulo: ed. Cengage Learning, 2012.

SOUZA, C.H.M. e COSTA, M.A.B. *Abordagens antropológicas do ciberespaço e da cibercultura*. In: Revista TB, Rio de Janeiro, 163: 85/94, out-dez, 2005.

SOUZA, Carlos H.M. *Comunicação Educação e Novas Tecnologias*. Campos dos Goytacazes, RJ. Editora FAFIC 2004.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; GOMES, Maria Lucia Moreira. *Educação e Ciberespaço*. 1. ed. Brasília, Editora Usina de Letras, 2008.

WAUKE, Ana Paula T.; COSTA, Rosa Maria E. M.; CARVALHO, Luis Alfredo V. de. *VESUP: O Uso de Ambientes Virtuais no Tratamento de Fobias Urbanas*. Rio de Janeiro - COPPE - Programa de Eng. de Sistemas e Computação, [200-?]. Disponível em: <http://telemedicina.unifesp.br/pub/SBIS/CBIS2004/trabalhos/arquivos/585.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012.



## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O IFSULDEMINAS- CÂMPUS MACHADO<sup>1</sup>**

CERQUEIRA, Yara Dias Fernandes.

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*

*E-mail: yara.dfernandes@gmail.com*

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo.

*Professor do Programa de Mestrado do Programa Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e*

*Sociedade-*

*E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com*

593

### **RESUMO**

A proposta deste trabalho é a de discutir sobre a Educação Profissional e Tecnológica na contemporaneidade e seus impactos no desenvolvimento social, na perspectiva local e regional. Considerando que, historicamente, esta modalidade de educação originou atender aos pobres e marginalizados, sendo construída sob a égide da preparação de mão de obra qualificada às demandas das grandes indústrias e do mercado de trabalho, faz-se necessário compreender os processos de formação da educação profissional na atual conjuntura, e discutir as perspectivas que orientam esta Educação: se voltada para o ensino propedêutico crítico ou se se direcionada à formação tecnicista e prioritariamente mercadológica. O questionamento central desta pesquisa circunscreve-se nas tendências da Educação Profissional. Os resultados parciais apontam, ainda que diante dos esforços de superar das intencionalidades que dá origem à educação profissional, que esta Educação caracteriza-se por privilegiar o desenvolvimento econômico, centrada no atendimento prioritário ao mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Desenvolvimento Social e Humano. Processo de Formação.

### **ABSTRACT**

The purpose of this work is to discuss Professional and Technological Education in contemporary times and their impact on social development in local and regional perspective. Whereas, historically, this type of education originated to serve the poor and marginalized, being constructed under the aegis of skilled labor force preparation for large industries and the labor market demand, and therefore it is necessary to understand the process of educational formation in the current juncture, and discuss the perspectives that guide this education: if focused to critical propaedeutic teaching or if aiming technical education and as priority market needs. The central question of this research is: what are the trends of Vocational Education? Partial results show, although the efforts to overcome the intentions that leads to professional education, that education is characterized by favoring economic development, focusing priority attention to the labor market.

**Key-words:** Vocational Education. Social and Human Development. Training process.



## INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre o processo de formação instituído pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais- IFSULDEMINAS-Câmpus Machado. A proposta é a de apreender as dinâmicas deste processo de formação e suas contribuições ao desenvolvimento, ao social, e ao humano da região. A discussão do termo desenvolvimento é para além do aspecto econômico, sendo contextualizados os fatores sociais, humanos, culturais, ambientais e individuais.

Ganha em relevância, tendo em vista as dimensões da pobreza e da diversidade do perfil dos alunos que, em muitos casos, são oriundos da zona rural como também vivenciam situação de vulnerabilidade social. A instituição tem como crença a prerrogativa de trazer possibilidades ao ingressante de melhoria de vida e de inserção no mercado de trabalho, pelo viés do ensino tecnológico.

Propõe-se compreender a perspectiva das intencionalidades desta formação, sua dinâmica nas relações sociais, familiares e pessoal do estudante, e sua configuração neste modelo de sociedade. A partir destes indicativos é que predispõe-se em refletir sobre a incidência do IFSULDEMINAS-Câmpus Machado no desenvolvimento local e regional para além da perspectiva econômica, evidenciando os fatores sociais, humanos, culturais, políticos e sustentáveis.

Justifica-se uma vez que, a partir da lei 11.195/05, é que se estabelece a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e da lei 11.892/08, que cria a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, esta modalidade de educação tem crescido substancialmente<sup>2</sup>, sendo necessário compreender como este processo de expansão se consolida, e quais as tendências da Educação Profissional frente ao desenvolvimento social e humano.

O IFSULDEMINAS tem como missão “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos,

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.



competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais”.<sup>3</sup>

Em atenção à premissa desta missão é que ocorreu o interesse pelo tema a ser estudado, pois, inserida na Instituição, ocorre no cotidiano a leitura do movimento contraditório do real, do antagonismo crítico entre capital e trabalho e, a partir destes, é que se propôs a estudar o processo de formação oferecido pela Instituição. Por um lado, a missão de uma educação excelente, crítica, criativa, competente e humanista; por outro, o atendimento ao mercado de trabalho que, ao mesmo tempo que emprega e assalaria, corrompe, explora, desumaniza. A realização de um estudo sobre os processos de formação desta Educação se faz necessário para entendimento das dimensões que abrange ao desenvolvimento e suas intencionalidades.

Do ponto de vista metodológico, que consiste em uma pesquisa qualitativa, realizou-se estudo de caso que se concentra no período de 2008 a 2013<sup>4</sup>. Para esta proposta fez-se uso dos documentos disponibilizados no sítio eletrônico da Instituição<sup>5</sup> e das observações de campo realizadas no ano de 2013 e 2014, tomando como base diálogos formais e informais capturados no interior da instituição, de modo espontâneo pelo discentes e docentes que fazem parte do universo da unidade em estudo. Parte significativa destes diálogos ocorreram em entrevistas agendadas com os estudantes, para continuidade do processo de seleção do Programa Auxílio Estudantil<sup>6</sup>. Também nos atendimentos aos discentes e às famílias, nos trabalhos de orientação e acompanhamento. A partir da participação nos Conselhos de Classe pode-se observar as falas e práticas pedagógicas, bem como as perspectivas do processo de formação, no discurso dos docentes. Em reuniões institucionais, a observação do entendimento dos gestores, equipe técnica- administrativa, tanto no que concerne à vida acadêmica do estudante quanto os objetivos de inserção na Instituição.

O debate sobre o papel da Educação Profissional está vinculado à discussão sobre as políticas públicas professadas, mas não materializadas, onde a precarização dos processos

<sup>3</sup> O conceito de missão do IFSULDEMINAS situa-se no sítio eletrônico da Instituição, disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

<sup>4</sup> Justifica-se a concentração neste período por ser um marco na Educação Profissional do país, em que houve significantes transformações legais, como a Lei 11.195/05 e Lei 11.892/08. O ano de 2013 por ser o último ano mais recente de turmas concluintes.

<sup>5</sup> Disponível em <[www.ifsuldeminas.edu.br](http://www.ifsuldeminas.edu.br)> e <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

<sup>6</sup> O Programa Auxílio Estudantil faz parte da Política Nacional de Assistência Estudantil, efetivada pelo decreto n 7.234 de 19 de julho de 2010, que tem como objetivos garantir a permanência do estudante na Instituição. A entrevista faz parte de um processo de seleção, que ocorre por meio de Editais, em que os assistente sociais fazem análise sócio- econômica dos estudantes que pleitearam a inscrição no Programa.





produtivos resultam em merca certificação e inclusão subordinada ao mercado de trabalho (KUENZER, 2010), como também a concepção da formação profissional à adaptação dos objetivos do mercado e não aos direitos dos trabalhadores (FRIGOTTO, 2010).

No contexto das contradições da Educação Profissional e Tecnológica, busca-se avançar ao aspecto de qualificação ao mercado, e relacionar os fatores que esta política contribui ao desenvolvimento social e humano da região.

Diante disso, este trabalho está dividido em quatro etapas: a primeira, consiste no breve relato sobre a história da Educação Profissional. A segunda, na discussão sobre a relação entre Educação e Desenvolvimento. A terceira, a elucidação sobre o IFSULDEMINAS-Câmpus Machado e, por último, as considerações finais acerca desta reflexão.

596

## **EM DEBATE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: BREVE RELATO**

A Educação Profissional brasileira teve sua gênese em 1809, no Rio de Janeiro, com a criação do Colégio das Fábricas. Também conhecido como Casa do Antigo Guindaste, o Colégio das Fábricas foi regulamentado a partir do decreto de 23 de março de 1809 e tinha como objetivo capacitar trabalhadores artífices, aprendizes e manufatureiros, muitos oriundos de Portugal. Baseada na economia agrícola e com regime escravista, a conjuntura social brasileira começa a reconfigurar-se, mudando o desenho de pessoas letradas, alfabetizadas, que até então era característica predominante da elite. Essa nova configuração do letramento não igualiza o ensino, mas direciona a capacitação técnica aos trabalhadores manuais, que até então não tinham acesso à escolarização. (OLIVEIRA, 2001; CANALI, 2009; SILVA, 20--; CHAGAS, 2010).

No período de 1812 a 1859 é instaurada as Corporações de Ofícios, Seminário São José, Sociedade propagadora de Belas Artes no Rio de Janeiro e as Casas de Educandos e Artífices. A instauração das Casas de Educandos que foram totalizadas em dez unidades nas capitais da província, objetivavam acolher, atender e capacitar mão de obra das crianças pobres, desvalidas da sorte, como também práticas prevenção da marginalidade e vagabundagem (AMARAL e OLIVEIRA, 2010).

No início da República, com o advento e extraordinariedade mecanicista da Revolução Industrial, o surgimento da indústria acarretou uma demanda emergente de mão de obra qualificada para atender às demandas do sistema produtivo. As corporações industriais exigiam





um mínimo de escolarização e capacidade técnica dos trabalhadores, que vinham tanto do processo do êxodo rural, ex-escravos submetidos a subalternidade, e indivíduos à margem deste processo, que até então trabalhavam no regime agrícola com trabalhos manuais (CANALI, 2009). Acrescenta Moura (2010, p. 62) que

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história – uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um desses segmentos.

597

Atrelado às necessidades industriais de mão de obra qualificada, às demandas sociais emergentes, expressas no desemprego, marginalidade e ociosidade, em 1909 o presidente Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, que eram destinadas aos “órfãos e desvalidos da sorte”, voltada ao ensino industrial.

A intensificação do processo de urbanização, que tem como causa a industrialização crescente e a deterioração das formas de produção no campo, gerou a evolução de um modelo agrário exportador para um modelo parcialmente urbano-industrial e fez surgir uma nova demanda social de educação. A estreita oferta de ensino de então não atendia mais a crescente procura; a escola começa a ser demandada pelas novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia. (CANALI, 2009, p.6)

O trabalho era categorizado como elemento crucial na formação e transformação da personalidade, como também na formação do caráter (AMARAL e OLIVEIRA, 2010). A rede de Escolas de Aprendizes e Artífices visavam, além da capacitação de mão de obra para atender às demandas das indústrias, uma educação moralista, com o entendimento explícito de que o trabalho era substancial na formação do caráter e na personificação do homem bom e aceitável à sociedade burguesa.

Em 1912 as Escolas de Aprendizes e Artífices transformam-se em Escolas Técnicas Industriais. A partir de 1930, então constituída pela Era Vargas, ocorre a reforma Francisco Campos, instituída pelo decreto 19.890/31 e 21.241/32 que passam a regulamentar o ensino secundário<sup>7</sup>, postergando o ensino primário. O ensino comercial (escolas técnicas de comércio) é regulamentado pelo decreto 20.158/31, que “passa a ser considerado como ramo especial do

<sup>7</sup> Com a promulgação destes decretos, fica ainda mais evidente a separação do ensino primário do secundário, e a educação profissional torna-se uma concepção acentuadamente mais discriminada, voltada às classes sociais subalternas.



ensino médio, sem ligação com o ensino acadêmico- secundário, nem com o nível superior de ensino” (AMARAL e OLIVEIRA, 2010, p. 169).

Em 13 de janeiro de 1937 é promulgada a lei 378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais e que foi a primeira legislação específica sobre o ensino técnico, profissional e industrial.

Na década de 40 é elaborada a Reforma Capanema, que estabeleceu o Ensino Técnico Profissionalizante a partir dos Decretos-Leis<sup>8</sup> (AMARAL e OLIVEIRA, 2010). As leis orgânicas que estabelecem a Reforma Capanema são significadas no contexto econômico e social da época, que vivia processos de intensa industrialização e efervescência da crise de 1929, o que gerou “ a necessidade de ampliação do setor industrial na produção de bens de consumo, o que por sua vez criou a necessidade de trabalhadores especializados para a indústria” (STUTZ e LUCENA, 2010, p. 6).

Conjuntamente às leis orgânicas, outros três decretos- leis<sup>9</sup> foram promulgados interferindo substancialmente na educação profissional, e que geraram a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Para Frigotto (2010, p. 30)

A profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional foram consideradas dentro de uma perspectiva para adestrar e ensinar o que serve ao mercado. A pedagogia do Sistema S, em especial do SENAI, como pedagogia do capital, foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação.

A partir da Reforma Capanema é que se estabelece a legitimação da dualidade estrutural, que consistia em uma separação nítida do ensino secundário, orientado aos intelectuais e à elite, do ensino primário, direcionado aos trabalhadores e classes subalternas, com o oferecimento de cursos técnico-profissionalizantes (KUENZER, 1997 apud AMARAL e OLIVEIRA, 2010). Posteriormente, ocorre a promulgação das Leis Orgânicas da Educação Nacional: do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42).

Os cursos profissionalizantes, portanto, eram destinados àqueles que não fossem seguir carreiras universitárias. Essa destinação deixa evidente que a formação da mão-de-obra manual e mecânica do aprender a fazer, era voltada aos jovens menos favorecidos social e economicamente, já que às elites cabia o

<sup>8</sup> Os decretos-leis que regulamentam o Ensino Técnico Profissionalizante são: Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-lei 4073/42; Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto- lei 6.141/43; Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto- lei 9613/46.

<sup>9</sup> O Decreto-lei 4.048-42, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; e os Decretos-lei 8.621 e 8.622/46 que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.



ensino das ciências e humanidades para dar suporte às atividades intelectuais, o que as levaria ao ensino superior. (CANALI, 2009, p. 9)

Na mesma discussão, observa Frigotto (2010, p. 30) que

(...) A educação escolar básica (...) nunca se colocou como necessidade e sim como algo a ser contido para a classe dominante brasileira. Mais que isso, nunca se colocou de fato, até mesmo, uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores para prepará-los para o trabalho complexo que a colocasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central.

599

Em 1942<sup>10</sup>, período histórico do Estado Novo, os liceus (Escolas de Aprendizes e Artífices) transformam-se em Escolas Industriais e Técnicas (EIT), oferecendo formação profissional proporcional ao secundário.

[...] por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, essa modalidade de ensino passou a assumir um papel importante na formação de mão-de-obra no contexto do processo de desenvolvimento no Brasil. Passa o mesmo a ser efetivado a partir de duas frentes de ensino e controle: um ensino que ficava sob o controle patronal, de âmbito empresarial e, paralelo a esse ensino, um outro ramo sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde – o sistema oficial de ensino industrial – constituído pelo ensino industrial básico. (CANALI, 2009, p. 10)

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são modificadas e passam a ser nomeadas de Escolas Técnicas Federais, onde tornaram-se autarquias com autonomia de gestão. É um período de intensificação da formação dos profissionais técnicos, devido a demanda de mão de obra imprescindível para o processo de aceleração da industrialização. A educação profissional é ajustada para atender as demandas do mercado de trabalho, sob a ótica de manutenção da ordem dominante e desenvolvimento da sociedade capitalista.

Em 20 de dezembro de 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>11</sup>, cujo ensino profissional foi “equiparado ao ensino acadêmico (na teoria), na tentativa de mudar a ideia de que a formação profissional era destinada aos indivíduos das classes sociais mais baixas” (CHAGAS, 2010, p. 10). Há uma tentativa explícita de extinção da discriminação contra o ensino profissional, a partir do conceito de equivalência plena, concretizando, formalmente, a superação da dualidade do ensino. Como ressalta Canali (2009) e Moura (2010), esta dualidade só foi extinta no papel, uma vez que os currículos ainda a

<sup>10</sup>A transformação dos Liceus em Escolas Industriais e Técnicas ocorreu a partir do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

<sup>11</sup> Lei 4.024/61.



mantinha, pois o ensino voltado para a continuidade dos estudos continuava privilegiando os conteúdos essenciais nos processos seletivos para ingresso no ensino superior. Para Amaral e Oliveira (2010, p. 170), esta lei trouxe “uma alteração importante no campo da educação profissional, pois promoveu a completa equivalência entre os cursos técnicos e o curso secundário, para efeito de ingresso nos cursos superiores”. Assinala Moura (2010, p.67) que a educação “aparece como a grande alavancadora do desenvolvimento, sendo utilizada como meio de inculcação da ideologia do governo autoritário”.

Em 1964, período marcado pelo Golpe do Estado, ocorrem mudanças no cenário educacional impostas por militares e tecnocratas, que se concretizam através do elo entre o Ministério da Educação (MEC) e a USAID (United States Agency for International Development). Este acordo objetivava promover a reforma do ensino, onde o aessoramento norte-americano nas políticas educacionais eram prevalentes, e propagava a eliminação da separação entre escola secundária e a escola técnica, instituindo uma 'escola única' (AMARAL e OLIVEIRA, 2010, p. 171).

Em 1971 ocorre uma intensa reformulação da Educação Básica, através da Lei 5.692/71, que estabeleceu uma reforma no ensino de primeiro e segundo graus, instituindo a obrigatoriedade da profissionalização no ensino do 2º grau.<sup>12</sup> A época marcava o período do milagre brasileiro, e o país atravessava o processo intensificador da industrialização e do desenvolvimento, que demandava por mão de obra qualificada. A educação profissional para a ser a ponte de acesso do operariado ao mundo do trabalho. Foi, substancialmente, o intermédio entre o capital, emergente de mão- de obra- qualificada, e o trabalhador, que buscava a inserção no mercado de trabalho.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Com esta elevação de status, estas escolas passaram a ministrar cursos de nível superior e de pós-graduação, o que acarretou um aumento na qualidade da educação profissional (AMARAL e OLIVEIRA, 2010).

Já no período da Nova República, em 1982, através da lei 7.044/82 a profissionalização compulsória é extinta. No caminho da discussão de uma nova Constituição Federal, há debates sobre uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<sup>12</sup>Também neste período foi adotado o Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra.



Em 1994, a Lei Federal nº 8.948/94, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. No ano de 1996, com forte influência neoliberal, é promulgada a 2ª LDB<sup>13</sup> que “ratificou e potencializou o âmbito educacional como espaço próprio para o desenvolvimento da economia de mercado” (MOURA, 2010, p. 73). Assim,

A principal polêmica continuou sendo o conflito entre os que advogam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos (...) e os defensores da submissão dos direitos sociais em geral e, particularmente, da educação à lógica da prestação de serviços sob a argumentação da necessidade de diminuir o estado que gasta muito e não faz nada bem feito. (...)Prevaleceu a lógica de mercado. (Ibid., p.70)

601

Em 1997, é promulgado Decreto 2.208, que regulamentava o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96. Aponta Moura (2010) que,

(...) À época, o governo federal fez prevalecer o seu intuito de separar o ensino médio da educação profissional(...). A partir desse instrumento legal, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos (...) passam a ser oferecidos de duas formas: a concomitante (...) e a subsequente. (Ibid., p.71-72)

Neste processo, o governo federal, em aliança com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, negocia o empréstimo para financiar a reestruturação da educação profissional por meio do PROEP- Programa de Expansão da Educação Profissional, que caracterizava a consolidação da privatização do estado brasileiro. “A reforma da Educação Profissional e do PROEP foram extremamente coerentes com a lógica neoliberal que os patrocinou” (MOURA, 2010, p. 72).

Em 1999 há o retorno das discussões concernentes ao processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, emergido em 1978. A partir da homologação da resolução 24/99 é instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional do Ensino Técnico.

Em 23 de julho de 2004 é promulgado o decreto 5.154, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, definindo novas orientações para a educação profissional. Este documento, assim como manteve as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, teve a excelência de trazer novamente a “possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica (Ibid., p. 74).

<sup>13</sup>Lei 9.394/96.



No ano de 2005, em que ocorreu a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se efetivou através da lei 11.195/05, acontece a transformação do CEFET-Parabá em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a primeira universidade desta modalidade de ensino no Brasil.

Em 2006 o Decreto 5.773/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Também neste ano é promulgado o Decreto 5.840 – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos- PROEJA e lançamento do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Acontece também neste ano a 1ª Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2007 acontece a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No ano seguinte, em 2008, a partir da lei 11.892 de 29 de dezembro, foi Instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criado os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que oferece ensino médio integrado, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, graduação, licenciaturas e pós-graduação. As Instituições que pertencem à Rede de Educação Profissional e Tecnológica são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal .

A Educação Profissional e Tecnológica brasileira “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho” (LDBN, 1996), e o objetivo desta é o desenvolvimento do crescimento da escolaridade, da profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Além da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, a Educação Profissional, através dos Institutos Federais, conforme a Lei 11.892/08, em seu artigo 7º inciso V, objetiva

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

É evidente que a educação profissional, através dos Institutos Federais, vem atender algumas das necessidades sociais que estão postas (alfabetização- através de cursos Formação Inicial Continuada, programa Mulheres Mil, dentre outros), escolarização, inclusão social, profissionalização, como também fornecer mão de obra qualificada para as demandas do mercado de trabalho. Confronta-se, assim, as antagônicas perspectivas para a formação dos trabalhadores. De um lado, a perspectiva de submissão aos interesses imediatos do mercado; de





outro, articulada às estratégias de emancipação por meio de uma educação (CANALI, 2009). Esclarece Kuenzer (2010, p. 253 ) que

A pedagogia do trabalho na acumulação flexível, pelo ângulo do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já pelo lado da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força das condições materiais que regem o capitalismo e de políticas públicas 'professadas', mas não materializadas, na direção da democratização, tem aumentado a inclusão nas diversas modalidades de educação disponibilizada para os que vivem do trabalho, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação.

Este antagonismo das objetivções da Educação Profissional colocam em evidência a estrutura e direcionamento desta política, bem como as finalidades que estão postas. Uma educação que dita a emancipação dos sujeitos através da escolaridade, mas que escolariza na perspectiva de atendimento às demandas mercantis e interesses capitalistas, tendo como foco a falácia dos números e indicadores, sem se questionar de que qualidade está se falando, que inclusão é esta e que tipo de conhecimento está dado como emancipatório. E estas contradições que estão postas colaboram para um repensar desta educação, por uma perspectiva de desenvolvimento social, humano e político.

## **A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Discussões e debates vêm ocorrendo na contemporaneidade acerca do desenvolvimento: suas tendências, implicações e caminhos que percorre na sociedade vigente. Este novo parâmetro de questionamento pulsa na inquietação sobre o antagonismo no modelo de sociedade dita desenvolvida, em detrimento aos problemas de ordens sociais, econômicas, políticas, culturais, dentre outros.

A compreensão da terminologia *desenvolvimento* requer o cuidado epistemológico desta conceituação. O questionamento central é de qual perspectiva se pensa o desenvolvimento, para conceituar uma determinada realidade de desenvolvida.

Historicamente o termo desenvolvimento está atrelado ao processo de industrialização, tecnologias, crescimento econômico e demográfico, elevação de riqueza e prosperidade. A partir da Revolução Industrial (e também Revolução Francesa), a sociedade começa a vislumbrar um novo desenho de sociedade, em que o processo de mecanização, substituição do





homem pela máquina, *a priori*, é sinônimo de evolução e progresso. Em consonância com Pimenta (2014), o processo de efetivação do modo de produção industrial, pautado na compra e venda da força de trabalho, representou a centralidade motor do desenvolvimento.

Como já visto anteriormente, a educação profissional nasce para atender a estas exigências que começam a emergir no processo de mecanização e industrialização.

Na perspectiva da sociedade capitalista, o desenvolvimento pauta-se no crescimento econômico, na geração de empregos, na industrialização, na exploração do trabalho e na urbanização. É emergente a discussão e reconstrução do entendimento e conceituação de desenvolvimento, que ainda está atrelada ao viés econômico.

Na intenção de repensar o desenvolvimento, Arrigui (1997, p. 208) discute algumas suposições questionáveis, dentre elas, a de que “industrialização é o equivalente de desenvolvimento”. Sachs (2004, p. 138) sustenta que “o desenvolvimento social não deve esperar pelo desenvolvimento econômico e a sequência histórica seguida pelos países industrializados deve der invertida”. Também com o objetivo de rediscutir e reconstruir a concepção de desenvolvimento, Pimenta (2014, p. 15) esclarece que

As concepções de desenvolvimento carecem de ressignificação e ganham em aderência outros adjetivos que não estavam atrelados ao conceito de desenvolvimento, tais como regional, local, sustentável, humano, território, solidariedade. Mesmo superando os entendimentos de 'progresso', 'crescimento', 'padronização', 'espelho', 'mensuração' na tentativa de disputar e de conceituar os diferentes processos de desenvolvimento, nunca é demais explicitar que o termo desenvolvimento esta impregnado de demarcações ideológicas e de imposições de uma modelo sobre o outro, bem como é resultante de invenção do mundo ocidental para manter a hegemonia dos países ricos sobre os mais pobres. Essa demarcação e movimento se fazem indispensáveis para que as resultantes não limitem a 'ideia' de desenvolvimento à crença, mito ou ilusão.

Na proposta de implicação e reflexão sobre desenvolvimento é que se pensa nas tendências e inferências da Educação Profissional e sua contribuição ao desenvolvimento social e humano da região em que se localiza. De que forma esta Educação, ao longo de sua história, configura-se nos processos produtivos, em que a sua missão é formar cidadãos críticos, competentes e humanistas, e a lógica do mercado que é, indubitalmente, oposta a estes princípios. Refletir sobre o desenvolvimento para além do aspecto econômico requer também compreender a Educação Profissional e Tecnológica para além da formação e qualificação para o mercado de trabalho.



## O IFSULDEMINAS- CÂMPUS MACHADO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais -IFSULDEMINAS teve sua gênese a partir do sincretismo de três antigas escolas agrotécnicas, localizadas no sul do estado de Minas Gerais, sendo as cidades de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Neste casamento das antigas escolas, tornaram-se instituição única, perdendo o caráter de *escola agrotécnica* para Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, assumindo o compromisso de desenvolvimento regional por meio da excelência na educação profissional e tecnológica.<sup>14</sup> No sítio eletrônico do IFSULDEMINAS (2014) há a descrição das atividades da Instituição com a comunidade, que

605

Articulando a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, o Instituto Federal do Sul de Minas trabalha em função das necessidades regionais, capacitando mão-de-obra, prestando serviços, desenvolvendo pesquisa aplicada que atenda as demandas da economia local e projetos que colaboram para a qualidade de vida da população. No campus Muzambinho, por exemplo, o laboratório de Bromatologia permite à comunidade atestar a qualidade da água consumida; em Machado, crianças com patologias cerebrais fazem tratamento gratuito no Centro de Equoterapia; em Inconfidentes, uma incubadora de empresas difunde o empreendedorismo e insere empresas no mercado.

O IFSUDEMINAS-Câmpus Machado foi inaugurado oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado, em julho de 1957. A partir do Decreto 53.558 de 14 de fevereiro de 1964 transformou-se em Ginásio Agrícola de Machado. Posteriormente, com a homologação do Decreto 83.935 de 04 de setembro de 1979, é que passou a se denominar como Escola Agrotécnica Federal de Machado. A partir da lei 11.892/08 é que transforma-se em Instituto Federal de Educação. O IFSULDEMINAS-Câmpus Machado,

atento às transformações do mundo moderno, aos novos paradigmas da Educação Nacional e às crescentes exigências do mundo do trabalho, oferece aos seus alunos formação permanente para aquisição de competências e habilidades do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver no mais amplo sentido do desenvolvimento pessoal, social e profissional.<sup>15</sup>

Na análise dos objetivos do Câmpus Machado, fica evidente o preparo do estudante a atender às exigências do mundo do trabalho, bem como à lógica das competências, do aprender

<sup>14</sup>Este compromisso está divulgado na página eletrônica do IFSULDEMINAS, disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

<sup>15</sup>O discurso sobre o objetivo do Câmpus Machado está descrito no sítio eletrônico do câmpus, disponível em: <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/instituto>>. Acesso em: 03 mar. 2014.



a fazer e a ser, caracterizando o aprendizado de convivências e de técnicas como significantes para a amplitude do desenvolvimento pessoal, social e profissional. Assim,

decorre a reiteração do dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, e, portanto, a frágil relação entre educação básica e formação técnico-profissional e dentro de uma perspectiva unidimensional da pedagogia do capital e do mercado. Trata-se de formar o trabalhador cidadão produtivo adaptado à corrida sem fim de adquirir as “competências” de mãos adestradas ou olhos aguçados e coração e mente submissos (FRIGOTTO, 2010, p.35)

A luta histórica em constituir o ensino médio não articulado, mas *integrado* à educação profissional vem se consolidando, gradativamente, a partir dos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais. Entretanto, limitar e restringir a integração como elemento emancipador e transformador é não atentar-se às contradições existentes no sistema produtivo e vislumbrar a excelência do ensino médio integrado como se não fosse mais um instrumental de, conforme esclarece Kuenzer (2010), inclusão excludente no modo de produção capitalista. “As propostas de educação profissional que vêm sendo analisadas (...) se resume à reprodução do conhecimento tático, não passando de discurso a integração entre educação básica e profissional” (KUENZER, 2010 p. 266). Embora a qualidade destes cursos, em comparação às redes estaduais, tem significativa diferença (MOURA, 2010), a educação profissional tem rondado o limite sutil que perpassa entre a significativa e excelente profissionalização e à adequação necessária ao mercado de trabalho.

Não se excluiu a importância da contribuição desta educação, de muitas formas, ao desenvolvimento local e regional, tanto no que concerne ao ensino como em ações sociais com a comunidade, em projetos de extensão e pesquisa (cursos para os produtores rurais, projetos de esporte e lazer, parcerias com cooperativas e associações, simpósios, dentre outros).

A realidade dos alunos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária é muito diversa, sendo desde alunos que estão na instituição por ser um ensino de melhor qualidade que o ofertado na esfera estadual, estudantes que optaram em fazer um curso técnico que tenha o ensino médio conjuntamente, como também oriundos de zona rural. Desses, muitos de famílias trabalhadoras, que, já habituados com o trabalho agrícola optaram por fazer o que já conviviam e tem apreço. Muitos só conseguiram permanecer na modalidade de ensino técnico integrado devido a uma série de fatores. Ressalta-se a questão do alojamento que, infelizmente, ainda é majoritário para o público masculino, o Programa Auxílio Estudantil, que auxilia nas despesas do estudante com o objetivo de garantir sua permanência na escola. Também o apoio da equipe



técnica- administrativa que, mesmo com as limitações e entraves cotidianos, dão suporte imprescindível à vida acadêmica, social e pessoal do estudante. Esta equipe é composta por psicólogos, pedagogos, assistente de alunos, assistentes sociais, orientadores educacionais, enfermeiros, dentre outros. Boa parcela destes estudantes conseguem melhores condições de vida a partir da inserção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como também o acesso ao ensino superior e condições de empregabilidade. A melhoria nas condições de vida aqui destacada refere-se à empregabilidade destes estudantes e a contribuição com o orçamento familiar, com o também o incentivo e continuidade dos estudos. Também se destaca, como observado em alguns casos, a contribuição de gerar perspectivas de futuro e mudanças sociais na vida dos estudantes, que, em consideráveis números, vivem situações diversas de questão social, tais como: violência doméstica, desemprego, alcoolismo, pobreza, marginalidade, enfermidades, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O antagonismo que perpassa no processo de formação instituído pela Educação Profissional e Tecnológica, especificamente pelo IFSULDEMINAS, caracteriza-se, de um lado, nas mudanças significativas no percurso escolar do estudante, na melhoria da qualidade de vida (como também de sua família), do incentivo à continuidade dos estudos aos familiares, na empregabilidade, na inserção ao ensino superior (em alguns casos, ocorre na própria instituição de ensino), de participação em eventos científicos e em pesquisas, abrangência de conhecimentos científicos, empíricos e sociais (como a participação nas viagens técnicas, participação em Simpósios, Congressos); de outro, o processo de qualificação técnica dentro da lógica das competências, num preparo nítido do estudante ao mercado de trabalho e sua inserção no processo produtivo. Como assinala Kuenzer (2010, p. 268)

Não há como professar uma crença mecânica no poder das contradições, como se fosse possível resolver o problema da inclusão por meio da qualificação precarizada para uma inserção consentida, que apenas atende às demandas da acumulação flexível, com restritas possibilidades de desenvolver uma consciência de classe

E o grande desafio que está posto, para além da integração da educação básica com o ensino médio, é compreender a *quê* este ensino está voltado, quais as tendências e suas



implicações na sociedade, e quais os propósitos desta formação. A perspectiva de desenvolvimento que objetiva reflete tanto nos planos pedagógicos como nos processos de formação. Como elucida Frigotto (2010. p. 26),

A questão não é apenas desenvolver de forma sustentável, mas qual o sentido e a quem serve esse desenvolvimento e essa sustentabilidade. Nem o termo desenvolvimento e nem o termo sustentável definem, por si, sua natureza.

Mesmo que se considere os fatores significativos que a Educação Profissional e Tecnológica contribui à vida social e pessoal do estudante, ainda é característico o entendimento de desenvolvimento na perspectiva econômica, como se o fato de o estudante estar preparado para o mercado de trabalho, e sua inserção neste, fossem condições substanciais de emancipação e transformações sociais. Não é refletido sobre as mudanças no mundo do trabalho e a precarização deste; as relações de poder em todas as esferas da sociedade capitalista, a historicidade da divisão de classes e o contexto social da Instituição. Assim, mesmo que esta educação tenha avançado em muitos aspectos, dentre eles a integração, de certa forma, do ensino médio com o ensino técnico, as tendências da Educação Profissional se mostram caminhanças para uma qualificação excelente à lógica de um mercado deficiente, porém uma qualificação inepta à uma formação crítica e de consciência de classe.

Como no modo de produção capitalista “todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, porque atendem às demandas do processo de acumulação”, (KUENZER, 2010, p.254) a operacionalização da educação profissional como aliada ao desenvolvimento social e humano é tanto um desafio contraditório como uma trajetória de mudanças possíveis.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, C.T.; OLIVEIRA, M.A.M. **Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia.** In: Educação Profissional e a lógica das competências. FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M.A.M.; FIDALGO, N.L.R. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do Desenvolvimento. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2014



BRASIL. Lei federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2014

CANALI, H.B. 2009. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio interado à educação profissional.** In: **V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Anais.2009. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/imposionete/sites/default/files/CANALIHeloisa.pdf>>. Acesso em: 17 Abr. 2014.

CHAGAS, Maria Laurete S. **Caminhos percorridos pela educação profissional no Brasil e no estado do Paraná- 1909 a 2009- Cem anos de história.** In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense.** Versão On Line ISBN 978-85-8015-053-7. Volume II. Paranavaí, 2010. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/.../historico\\_educacao\\_profissional.pdf](portal.mec.gov.br/setec/arquivos/.../historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 02 Maio 2014.

FERNANDES, F. A política da exclusão. In: **BUFFA, E; NOSELLA, P.** A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IFSULDEMINAS- **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: **MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo -Desafios, Tensões e possibilidades.** São Paulo: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional – dualidade histórica e possibilidades de integração.** In; **MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo -Desafios, Tensões e possibilidades.** São Paulo: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, M.A.M. A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo CEFET-X?, 2001. Disponível em: <[http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete\\_old2/?q=node/332](http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/?q=node/332)>. Acesso em: 15 Abr. 2014.

PIMENTA, C.A.M. **TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade.** In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, UNITAU, 2014.

PIMENTA. C.A.M. **Um breve olhar da sociologia à educação.** In: **ALVES, C.P.; SASS, O. (Orgs.). Formação de Professores e Campos do Conhecimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.





SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SILVA, I.S. Caminhando na história da educação tecnológica do Brasil em busca da participação feminina e negra. UFC, ano 20-- Disponível em: <[http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/Anais\\_I\\_SENEPT08/quarta\\_tema5.html](http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/Anais_I_SENEPT08/quarta_tema5.html)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: **MOLL, Jaqueline (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo -Desafios, Tensões e possibilidades.** São Paulo: Artmed, 2010.





## DESENVOLVIMENTO DOS NÍVEIS DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO

PEDROSA, Andressa Teixeira

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF*  
andressa.pedrosa@gmail.com

CRISÓSTOMO, Monique Teixeira

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF*  
moniquebj@gmail.com

LUQUETTI, Eliana Crispim França

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF*  
elinafff@gmail.com

611

### RESUMO

Nossa sociedade é pautada na cultura letrada, apesar disso, as pesquisas mais recentes sobre desenvolvimento de leitura e escrita em nosso País, tanto as internas quanto as externas, apontam para a insuficiência desse processo nas escolas. Alunos estão se formando no Ensino Médio sem desenvolver habilidades básicas de leitura e escrita, fato preocupante que requer investigação e reflexão. Pensando nessa problemática, esta pesquisa visa discutir o processo de ensinar e aprender a ler e escrever vinculado à leitura de obras literárias. Muitas vezes, o ensino de Literatura não passa de mera localização temporal, de divisão em escolas literárias, o que é importante, mas não deve ficar somente nessa experiência, desassociada do texto propriamente dito. Dessa forma, a questão problema que levantamos é a seguinte: A escola propicia o letramento literário, ou seja, o texto literário é utilizado para o pleno desenvolvimento da leitura e escrita? A metodologia utilizada será um levantamento bibliográfico da teoria que embasará o trabalho e a proposta de uma maneira diferenciada de apresentar o texto literário para as turmas de Ensino Médio, visando o desenvolvimento da leitura polissêmica.

**Palavras-chave:** Leitura, Literatura, Livro didático e Formação docente.

### ABSTRACT

Our company is based in the literate culture, nevertheless, the most recent research on the development of reading and writing in our country, both internal and external, point to the failure of this process in schools. Students are graduating from high school without developing basic skills of reading and writing, worrying fact that requires research and reflection. Considering this problem, this research aims at discussing the process of teaching and learning to read and write linked to reading literary works. Often, the teaching of literature is mere temporal location of division into literary schools, which is important, but should not be only this experience, disassociated from the text itself. Thus, the question we raised problem is the following: The school fosters literary literacy, the literary text is used for the full development of reading and writing? The methodology used is a literature theory that work and proposing a different way of presenting the literary text for high school classes, aimed at developing reading polysemic.

**Keywords:** Reading, Literature, teaching and teacher training.



## INTRODUÇÃO

A Literatura, como sabemos, é uma arte bastante difundida desde os tempos mais remotos. É através dela que muitas histórias de amor foram contadas, que muitos escritores entregaram-se a uma vida de dor e, principalmente, que diversos autores descreveram sociedades. Certo parece que a Literatura participou e ainda tem grande relevância na retratação e condução da vida de muitas sociedades, por isso precisa ser investigada constantemente.

Por conta da importância do texto literário, este trabalho visa discutir o processo de ensinar e aprender a ler e escrever vinculado à leitura de obras literárias. Essas, por sua vez, são pouco exploradas na escola, pois a ciência é tratada de forma descontextualizada e desvinculada do objeto literário: o texto. Em muitas escolas, o ensino de Literatura não passa de mera localização temporal, de divisão em escolas literárias, desassociada do texto propriamente dito. A localização temporal é uma maneira pedagógica de transpor o conteúdo com mais facilidade, para que o aluno o compreenda melhor. Apesar dessa importância, o trabalho com Literatura não deve se limitar a isso, deve contemplar a riqueza semiótica dos textos literários.

Muitas vezes, a escola não consegue ultrapassar o nível de leitura parafrástica para a leitura polissêmica, perpetuando um círculo vicioso de ensinar e aprender de maneira automática, repetitiva, sem grandes estímulos para realmente fomentar a prática efetiva da leitura e da escrita nos educandos.

O material didático utilizado nas aulas de Literatura do Ensino Médio também parece refletir esse recorte meramente temporal, fato que demanda reflexão. Muitos professores, por sua vez, fazem uso do livro didático de maneira mecânica e repetitiva, sem pensar realmente qual seria o objetivo de seu trabalho. Esses profissionais, em certos casos, não se preocupam ou não têm oportunidade de refletir sobre o que realmente é trabalhar o texto literário, por isso a necessidade de constante formação continuada para os docentes. A formação continuada seria a maneira mais eficaz de transpor o conhecimento produzido no meio acadêmico para os profissionais da educação que estão no chão da escola, realizando de maneira prática a disciplina.

Parece plausível que a ciência Literatura tenha o seu objeto de estudo realmente investigado, ou seja, que o texto literário seja o mote das aulas da disciplina no Ensino Médio. Para que isso seja possível, é importante que muitas reflexões sejam feitas acerca do tema, para



que novas metodologias sejam empregadas, valorizando o que realmente contribuirá para a formação do aluno: o texto.

## O TEXTO LITERÁRIO E FORMAÇÃO DE LEITORES

Texto, uma palavra pequena, simples, mas que possui em seu radical uma imensidade de significados. A palavra texto, de acordo com o dicionário etimológico, vem do latim texere (construir, tecer), cujo particípio passado textus também era usado como substantivo e significava 'maneira de tecer', ou 'coisa tecida', ainda mais tarde, 'estrutura'. Foi só no século XIV que a evolução semântica da palavra atingiu o sentido de 'tecelagem ou estruturação de palavras', ou 'composição literária', e passou a ser usado em inglês, proveniente do francês antigo *texte*.

A palavra cumpre bem a função de seu significado, pois enquanto o tear vai tecendo, trabalhando com as mais lindas linhas e lãs, o texto também tece, mas precisa de outra matéria prima, brinca com as palavras. Texto, então, não é um emaranhado de palavras e sim uma organização de palavras, uma construção com palavras.

Saber ler e escrever, então, está diretamente relacionado ao contato com os textos de diversos gêneros, principalmente os textos literários, pois são aqueles que possuem uma gama de significação mais complexa.

Alguns gêneros exigem uma leitura parafrástica, ou seja, a própria decodificação do signo linguístico já daria pressupostos para o seu entendimento pleno. O texto literário, por sua vez, é repleto de significação, é subjetivo, trabalha com jogo de linguagem o tempo todo e exige uma participação íntima do leitor. Por esses motivos, o texto literário precisa não somente da decodificação do signo, mas também da recepção, internalização, reflexão e participação do leitor. A leitura do texto literário exige, então, que o leitor passe de um nível parafrástico, de decodificação apenas, para o polissêmico, em que ele será decisivo nas interpretações subjetivas propostas por esse gênero discursivo. Vejamos Paulino (2007):

A arte não mente, ao tornar concreto o imaginário por meio da linguagem. No caso da literatura, essa linguagem é língua oral ou escrita que ultrapassa padrões, tanto na materialidade significante quanto na instauração de sentidos. Assim, no plural, o termo sentidos revela-nos outro aspecto da existência do texto literário enquanto texto artístico: não há como nele negar o caráter polifônico do discurso, e não foi por acaso que Bakhtin escolheu a literatura



para fundamentar sua teoria dialógica da enunciação. O outro está presente, portanto, de forma assumida no discurso literário, e mais presente nele que em outros discursos. (...) A leitura literária eticamente desejável tem um campo de liberdade e de subjetividade digno de atenção, especialmente por parte de professores desejosos ou obrigados a seguir parâmetros, supervisões, coordenadores, programas, manuais didáticos e pais. (PAULINO, 2007, p. 13 - 19)

Observamos nessa passagem que o texto literário, então, como discutido por diversos autores de renome, é subjetivo e faz um trabalho de destaque com a linguagem. O texto literário, como nos mostra Palma (2007), é singular e único o que o torna importante objeto de investigação:

a teoria jakobsoniana ajudou a perceber que existem singularidades no discurso literário. Singularidades estas que não se prendem, é óbvio, apenas à materialidade linguística da obra. Já que, a própria noção de literariedade é construída histórica e culturalmente, o que significa que ela resulta de uma interação complexa que envolve tanto aspectos imanentes do fenômeno literário como os aspectos normalmente considerados como extraliterários. Dentro deste mesmo quadro, Roman Jakobson, já em um de seus primeiros estudos, quando ainda integrava o Formalismo Russo, ao afirmar a existência de uma função estética da linguagem, incorpora-se na tentativa de estabelecer uma linguagem própria para o texto literário. (PALMA, 2007, p. 71)

Ao refletirmos a passagem anterior, entendemos que a linguagem literária vale-se de um mecanismo diferenciado de construção, para alcançar a particularização, a representação, a exclusividade estética. O processo de criação literária é bastante diferente da criação dos demais gêneros, pois o texto literário faz uso demasiado de estruturas singulares que nossa língua disponibiliza, como subjetividade, uso de figuras de linguagem, jogos de palavras, dentre outros aspectos. Podemos assim falar em linguagem literária em vez de língua literária, para que não sejam confundindo os conceitos.

Optamos pelo termo linguagem exatamente por sua abrangência, pois o que a torna literária é a particularização que já mencionamos, e não necessariamente o código em que ela é apresentada, o que se comprova pela existência das literaturas em diversos idiomas e mesmo pela possibilidade de que textos literários sejam traduzidos para outros códigos. Além disso, concebemos a língua como um elemento constitutivo da linguagem literária.

Devido a todas essas particularidades, ao tomar contato com o texto, o leitor é convidado a mergulhar no seu processo de construção e a partilhar uma organização e um posicionamento



ativo ao acolher a linguagem literária. É exatamente por servir-se desse veículo prático que a linguagem literária é capaz de, ao mesmo tempo, comunicar e alcançar o universo poético.

Na linguagem literária, porém, não se pode desconsiderar o transbordamento do signo como estrutura de significação nem sua alta capacidade semiótica. Consideramos, pois, que Literatura é essencialmente linguagem, com valor humano e poético, relacionada a um ideal estético e a um contexto sócio histórico, constituída de forma e conteúdo, que apresenta alto potencial semiótico.

Com essas discussões, podemos perceber o potencial de significação que o texto literário possui, validando, portanto, sua importância para o desenvolvimento de inúmeras habilidades e competências linguísticas, que se colocarão à prova não somente na área de ciências humanas, mas no domínio de qualquer raciocínio lógico que se deseje, e, principalmente no desenvolvimento eficaz da leitura e escrita.

Sabemos que a cultura da leitura e da escrita é uma das expressões mais valorizadas de nossa sociedade letrada. A escola tenta, durante muitos anos, iniciar e tornar o aluno competente nessa habilidade linguística, por isso utiliza muitos mecanismos de testagens desse aprendizado. Apesar de a escola tentar desenvolver essa competência, observamos, por algumas avaliações externas, que não tem conseguido obter êxito. Analisaremos algumas dessas avaliações.

O SAEB é o Sistema de Avaliação da Educação Básica, conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações. A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

Analisando a avaliação do SAEB, de 1995 até 2005, percebemos que durante todos os anos analisados, o Brasil, no Ensino Médio, não conseguiu ultrapassar, em Língua Portuguesa, os 300 pontos. A melhor média foi 290, em 1995, e a pior nota foi 257,6, em 2005. Observamos também a queda considerável que ocorreu no decorrer dos anos. No último resultado que temos dessa validação, a escola pública, no Ensino Médio, obteve 260,6.



Para entendermos o que esses números significam, precisamos conhecer a matriz de referência da avaliação, ou seja, o documento Descrição dos níveis de Escala de Desempenho de Língua Portuguesa. Nesse documento, percebemos que o rendimento é medido de acordo com seis níveis de referência:

Nível 1 - 150 até 175, em que se exige o desenvolvimento de uma habilidade; Nível 2 – 175 até 250, que exige 2 habilidades;

Nível 3 – 250 até 300, que exige 10 habilidades;

Nível 4 – 300 até 350, que exige 13 habilidades;

Nível 5 – 350 até 375, que exige 7 habilidades;

Nível 6 – mais de 375, que exige 8 habilidades.

Considerando que o Brasil não obteve, exceto nas escolas federais, notas superiores a 300, podemos concluir que, na área de linguagens, nosso país não consegue concluir o terceiro nível de habilidades, deixando de obter, com os alunos do Ensino Médio da Rede pública, 28 habilidades de extrema importância para efetivar um ensino eficaz na área de linguagens.

Dentre as habilidades listadas no documento de referência, selecionamos algumas que nossas escolas não conseguiram alcançar: Estabelecer relações de continuidade em textos narrativos com maior grau de complexidade (contos), identificando repetições ou retomadas anafóricas; identificar conflito gerador do enredo e elementos que constroem a narrativa em textos narrativos mais longos e complexos; estabelecer relações de continuidade pela substituição de palavra de mesmo valor semântico no texto; estabelecer relações lógico-discursivas marcadas por conjunções e locuções conjuntivas, reconhecendo a relação temporal estabelecida por conectores; identificar o sentido de efeito decorrente da escolha de uma palavra ou expressão, entre outras.

Como pudemos observar, essas são apenas algumas habilidades que nossos alunos do Ensino Médio não conseguiram alcançar e foram destacadas por estarem diretamente ligadas ao ensino dos textos literários. Consideramos que é justamente a leitura dos textos literários que levará os alunos ao desenvolvimento de um nível de leitura polissêmico, em que a leitura é vista como algo mais complexo e que exige uma maturidade do leitor, que será obtida com o contato direto com o texto literário.

O não alcance dessas habilidades de leitura, por parte de nossos alunos, comprova a necessidade de se pensar em novas maneiras ou formas mais eficazes de apresentação do texto





literário nas escolas públicas. Esse fato ajuda a justificar a relevância do trabalho que propomos.

Outro sistema de avaliação aplicado em nosso país é o PISA, O Programme for International Student Assessment (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

O Brasil permanece com nota circundando os 400 pontos. A escala do PISA é diferente do SAEB, varia de 262 até 698, distribuídos em 7 níveis diferenciados. O nível 2 prevê um rendimento de nota 407 até 479, é onde o Brasil se coloca durante todas as avaliações aqui realizadas. Desse modo, vemos que nosso rendimento está bastante aquém do que os instrumentos internacionais estabelecem para a leitura dos alunos do Ensino Médio. Analogamente à avaliação do SAEB, percebemos que nosso rendimento não é satisfatório e necessita de reflexão constante para essa realidade, a fim de sanar as possíveis causas dessa situação negativa.

A matriz de avaliação do PISA prevê algumas posturas dos alunos, dentre elas, destacamos as seguintes: atividades neste nível requerem que o leitor realize múltiplas inferências, comparações e contrastes com precisão e detalhamento. Elas requerem que se demonstre uma compreensão completa e detalhada de um ou mais textos que podem envolver integração de informação entre esses. Atividades que requerem que o leitor lide com ideias desconhecidas, na presença de informações concorrentes, e gere categorias abstratas de interpretação. As atividades de refletir e avaliar requerem que o leitor delinieie hipóteses ou que avalie de forma crítica um texto complexo ou tópico desconhecido, levando em consideração múltiplos critérios e perspectivas, e aplicando interpretações sofisticadas para além do texto. Uma condição presente para exercícios de acessar e recuperar neste nível é a precisão de análise e atenção refinada para encontrar detalhes pouco perceptíveis nos textos.

Diante dessas constatações numéricas, precisamos reconhecer que o desenvolvimento de nossos alunos do Ensino Médio está bastante abaixo do que seria desejável nesse nível de ensino. Se compararmos com os outros países vemos que o problema se torna ainda maior. De acordo com o relatório oficial Resultados do PISA 2009, o primeiro colocado no ranking é a Coreia, com 539 pontos, seguido de Finlândia (536 pontos) e Canadá (524 pontos). O Brasil figura na 53ª posição, dentre 65 países participantes. Estão depois do Brasil: Montenegro,





Jordânia, Tunísia, Indonésia, Argentina, Cazaquistão, Albânia, Catar, Panamá, Peru, Azerbaijão e Quirguistão, nessa ordem.

Diante de todos esses dados, vemos o quão importante é valorizar o ensino de línguas pautados nas estratégias de leitura e escrita. Podemos concluir que a situação de nosso país só conseguirá ser alterada quando existirem políticas mais sérias de inserção de práticas efetivas de leitura na escola.

Pensando assim, justificamos, mais uma vez, a importância de valorizar o trabalho com os mais variados gêneros textuais na escola, incluindo os gêneros literários, como propõe nosso trabalho.

Vemos nas escolas públicas que, muitas vezes, os alunos possuem apenas as habilidades básicas iniciais de decodificar o código linguístico, o que por si só não pode ser considerado uma habilidade de leitura e escrita eficiente. O papel da escola, então, é tentar, de alguma maneira, inserir esses alunos na cultura da leitura e escrita, pois, em muitos casos, a escola será o único momento em que se terá a oportunidade de contato com determinados gêneros textuais. De acordo com Grijó (1997):

Numa Sociedade letrada, como a em que vivemos, a escrita constitui-se num bem cultural que desempenha papel imprescindível na educação formal, visto que a língua escrita tornou-se um meio fundamental de acumulação e transmissão de informações e conhecimentos. Portanto, é papel da escola formar usuários da língua escrita – tanto leitores, como produtores de textos, capazes de, por meio dessa, compreender a realidade que os cerca, para então avaliá-la com autonomia e criticidade. (GRIJÓ, 1997, p. 7)

Uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento dessa habilidade é o contato com o texto literário, por sua capacidade de inserir os alunos nessa cultura escrita. Por isso, existe a necessidade de refletir como o trabalho com o texto literário tem sido feito nas escolas de Ensino Médio de nosso País, pois

Outra entidade que valida a literatura como instituição são os sistemas de ensino. Eles participam diretamente da formação do cânone literário, através da força cultural e social de que se revestem. A literatura é utilizada como meio de ensinar a língua, fornecendo textos considerados como “linguisticamente normativos” e “também representativos de uma identidade cultural que se pretende apurar e aprofundar”. Dentro deste aspecto, têm-se as instituições de ensino como formadoras de leitores, que reconhecem na literatura a expressão de sua língua. (PALMA, 2007, p. 74)



Analisando a teoria a respeito do assunto, vemos que a escola, na tentativa de tornar o ato da leitura menos artificial e mais significativo, deve passar pelos seguintes processos: a busca de informações, o estudo do texto, o pretexto e o prazer. Se o aluno conseguir ser eficiente em todas essas etapas, a leitura se tornará eficaz. O problema aparente é que, geralmente, os alunos não são estimulados o suficiente para perpassarem essas etapas, ficando meramente na decodificação do signo, apenas na busca de informações claras e objetivas no texto.

Orlandi (1983) também trabalha com a noção de níveis de leitura. Para a autora, a leitura pode ser realizada de duas maneiras, a leitura parafrástica e a leitura polissêmica. Percebemos que o mais explorado pela escola, pelos livros didáticos, ainda é somente a leitura parafrástica, ou seja, uma leitura com maior valor de decodificação e não de investigação, de reflexão no texto, objeto da Literatura. Grijó (1997):

Caracteriza a leitura Parafrástica como o reconhecimento, reprodução do sentido dado pelo autor. A relação que se estabelece entre texto e leitor dá-se num nível, não é preciso lançar mão de seu repertório acumulado para que as significações possam ser ampliadas. Enquanto a leitura Polissêmica define-se pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto, levando o sujeito/leitor a um processo realmente interlocutivo, possibilitando que os espaços vazios da tessitura textual possam ser preenchidos por seu repertório pessoal – seus gostos, suas crenças, suas outras leituras e experiências por ele vivenciadas em seu grupo social, além dos seus sonhos e seu universo imaginário. (GRIJÓ, 1997, p. 10)

Pensando na noção de níveis de leitura, defendemos que o trabalho com o texto literário é o foco da ciência Literatura e não pode deixar de ser. Apesar disso, vemos que tanto os materiais didáticos, quanto a prática docente mostram que a discussão em sala de aula não acontece com o texto propriamente dito. Percebemos, observando as sequências didáticas dos livros de Ensino Médio, que o estudo de Literatura, na maioria das vezes, não passa de mera localização temporal, em que são analisados épocas literárias e fragmentos de textos que evidenciam a escola literária. Pouco se trabalham as obras completas, muitas vezes somente as características de determinada escola literária e seus principais autores. Dessa forma, o aluno de Ensino Médio, hoje, pouco conhece os textos literários que realmente formam nossa cultura.

Por falta de acesso adequado à leitura polissêmica, ou seja, por uma deficiência de estímulos à leitura de obras completas, por parte da escola, o hábito de ler e escrever, na maior parte das vezes, é visto por nossos alunos como algo desinteressante, desestimulante.



Esse gosto pela leitura ainda pode se tornar mais deficiente se confrontado com os apelos dos meios digitais e do desenvolvimento de habilidades diferenciadas de interação virtual. Nossos alunos participam de uma sociedade nova, diferenciada, por isso, muitas metodologias tradicionais já não cabem mais, novas estratégias de ensino devem ser pensadas, para que todos os alunos tenham o direito e a possibilidade de serem inseridos na sociedade letrada. Sobre isso, Versiani (2007) esclarece:

Com a ascensão das novas mídias eletrônicas, mais intensamente os processos e procedimentos seletivos dos sujeitos leitores vêm ocupando o centro das discussões sobre novas exigências ligadas à sua formação. Esse diálogo entre novas mídias e livro (e também outros suportes como jornal, revista, etc.) não representa exclusões, muitas vezes pregadas como apocalípticos em muitos momentos da história da escrita, desde a sua invenção. Esse diálogo intenso e, às vezes, tenso opera transformações e trocas que alteram não só significados como modos de apropriação e de compreensão das linguagens. Nesse sentido, arriscando uma analogia, podemos dizer que da mesma forma que a fotografia alterou profundamente o modo de o homem se relacionar com o mundo por meio da pintura, a leitura hipertextual propicia, hoje, novos olhares sobre a leitura dos livros. (VERSIANI, 2007, p. 22)

Silva (1997), assim como Versiani (2007), também ponderou sobre as novas necessidades da sociedade da informação. Ele afirma que sempre é bom lembrar que os novos veículos e os novos suportes para a transmissão de informações não reduzem e nem fazem desaparecer os meios tradicionais. Não se deve pensar que o livro, em função das suas características de portabilidade e os seus propósitos de fruição estética, venha desaparecer. Apesar disso, não é mais possível ser radical em defesa da escrita impressa, pois esse seria um posicionamento romântico ou saudosista. Assim, em nome da coerência frente ao que o mundo nos apresenta, é melhor pensar o imenso leque semiótico que assinala e caracteriza os tipos de comunicação do homem contemporâneo.

Vemos que a leitura e escrita necessitam de mecanismos bem estruturados para serem desenvolvidos, que a escola é a grande responsável por apresentar para os alunos a cultura letrada e torná-los competentes na leitura, não somente parafrástica, mas também polissêmica. Apesar dessa função de grande relevância, a escola não tem apresentado grandes avanços no seu trabalho com a leitura e escrita, como também nos aponta Silva (1997):

Ainda que se coloque como principal – senão o único – reduto social para o ensino-aprendizagem da leitura, a escola vem cumprindo muito mal essa responsabilidade. Vários estudos brasileiros mostram até mesmo uma inversão de papéis: ao invés de promover a leitura, de formar o gosto, de



estimular a maturidade do leitor, a escola age em sentido contrário ao que seria esperado, ou seja, destrói a leitura, deforma o gosto e muitas vezes faz o leitor patinar no mesmo lugar. (SILVA, 1997, p. 26)

Como vimos, a escola não pode mais ter seu papel desempenhado de maneira ineficiente, não mais podemos dar voz a uma escola excludente e arraigada aos princípios tradicionais de ensino. Temos que dar corpo às metodologias de ensino que realmente aproveitem do texto literário o que ele tem de melhor, que consigam fomentar nos alunos a vontade e, principalmente, a necessidade do contato com o texto literário. De acordo com Cosson (2006):

Devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização. (COSSON, 2006, p. 23)

Sabendo dessa função da escola, de letrar o aluno, literariamente, é que esse trabalho se dedica. Buscamos pensar e propor maneiras de discutir o texto literário com os alunos do Ensino Médio, para que eles possam ter novas experiências e que essas sejam positivas, pois

Falta uma maneira de ensinar que, rompendo o círculo da reprodução ou da permissividade, permita que a leitura literária seja exercida sem o abandono do prazer, mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige. Nesse caso é fundamental que se coloque como centro das práticas literárias na escola a leitura efetiva dos textos, e não as informações das disciplinas que ajudam a constituir essas leituras, tais como a crítica, a teoria ou a história literária. Essa leitura também não pode ser feita de forma assistemática e em nome de um prazer absoluto de ler. Ao contrário, é fundamental que seja organizada segundo os objetivos da formação do aluno, compreendendo que a literatura tem um papel a cumprir no âmbito escolar. (COSSON, 2006, p. 23)

Diante dessa necessidade, de alterar paradigmas no ensino de Literatura no Ensino Médio, nossa tentativa, nesse trabalho, é justamente conseguir propor uma metodologia de trabalho com o texto literário que proporcione não só o contato com esse gênero textual, mas também a reflexão das características e singularidades do mesmo, pois como aponta Gomes (2011):

O profissional que já atua no ensino médio lecionando literatura deverá rever sua metodologia, refletir sobre sua prática e permitir-se ir além do livro didático, cuja proposta de trabalho com o texto literário é 'problemática' e questionável: fragmentos de textos, características, biografias, contexto



histórico, isto é, datas, datas e mais datas. O texto literário, que deveria ser tomado, lido, apreciado e estudado (com apoio da crítica literária), acaba por se tornar coadjuvante em um espetáculo desinteressante. E o leitor em formação desiste de ler literatura e a sua curiosidade se volta para outros gêneros ou até outras mídias, embora nenhum deles forneça tantos subsídios à sua formação como cidadão quanto a Literatura. (GOMES, 2011, p. 161)

Diante, pois, da urgência de repensar o uso do texto literário na escola e as metodologias diferenciadas para tal, nossa intenção é trabalhar com temáticas, a partir daí, selecionar obras e fazer um estudo comparativo e reflexivo das mesmas. Trabalharemos com a temática da mulher, por considerarmos um assunto universal e atemporal. Assim, pela discussão em sala de aula, o aluno será levado a diferenciar e aproximar as obras pelas suas características textuais, conceituais e não somente pelo estudo histórico que fez dos períodos literários.

Espera-se que essa metodologia possa contribuir para um ensino mais contextualizado e interessante, que seja mais uma possibilidade, mais um caminho de tentar tornar eficiente o trabalho com o texto literário nas turmas de Ensino Médio.

Este estudo justifica-se na medida em que busca auxiliar o aluno do Ensino Médio a interessar-se mais pelo texto literário, pois, por ser uma parte mais penosa da disciplina, torna-se muitas vezes desmotivadora.

Consideramos que, hoje, na maioria das escolas públicas do nosso país, o ensino de Literatura não acontece baseado no texto literário e sim em fragmentos deslocados de textos, valorizando mais a época literária do que o objeto de estudo da Literatura, que é o texto. Vale ressaltar que a parte histórica, temporal é de extrema importância para o aprendizado, ele inicia o estudo, guia e facilita a compreensão. Apesar disso, ensino de Literatura não dever ficar somente nisso, deve se aprofundar no seu objeto, propriamente dito.

Essa postura da escola muito nos angustia, pois, como apontam diversos autores, a escola deveria ser o ambiente propício para que o letramento literário realmente acontecesse, para que o aluno, a partir da leitura de diversos gêneros, principalmente o literário, pudesse construir um processo eficiente de leitura e escrita.

Para fazer uma reflexão a cerca de textos literários, propusemos, neste trabalho, a aplicação de uma oficina de contos, estabelecendo um estudo comparativo entre as personagens femininas principais.

A oficina foi aplicada na turma do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Cândida Póvoa. A discussão teve duração de três horas e contou com a presença de 25 alunos.



Para essa oficina, selecionamos dois contos: *A Moça Tecelã*, de Marina Colasanti e *Restos do Carnaval*, de Clarice Lispector. Os textos foram escolhidos por apresentarem personagens femininas fortes, de épocas diferentes, que valorizam o tema que decidimos apresentar. Vale ressaltar que as duas escritoras são importantes na criação de perfis femininos fortes e relevantes para a reflexão, das mais variadas formas, justificando nossa escolha. Apesar disso, nada impediria que a oficina fizesse a escolha de outros textos. Nossa proposta primordial é sempre organizar a escolha dos textos para que sua temática se torne interessante para o aluno do Ensino Médio.

A turma foi dividida em grupos e os contos foram distribuídos. No dia marcado para a realização da oficina nos reunimos na sala de aula e iniciamos o trabalho. Conversamos um pouco sobre a temática escolhida e foi pedido para que os alunos focassem sua atenção nas personagens femininas, já que elas seriam o centro de nossas investigações.

É importante citar que durante a oficina, foi utilizado um caderno de bordo, em que foram anotados comentários e posturas relevante dos alunos, além de detalhes que poderiam influenciar nossas análises posteriores.

Para começar, conversamos sobre a importância do texto literário e realizamos uma dinâmica rápida intitulada *Levantando hipóteses*. Logo após, discutimos os textos motivadores e nos preparamos para a leitura dos contos. Foi possível perceber que os textos motivadores foram bastante eficazes na introdução do assunto e na distinção do que é texto literário e texto não literário. Isso aconteceu, pois dois exemplos apresentados eram textos literários, mas que se valeram da estrutura de textos não literários, notícias e classificados de jornal.

Foi extremamente importante perceber que os alunos citaram esse estranhamento, com comentários assim: “Isso parece uma notícia do Marcelo Rezende” (O aluno inclusive imitou a voz do jornalista dando essa possível notícia); “Esse exemplo é igual a um classificado de jornal, onde as pessoas oferecem e procuram coisas, mas ninguém procura uma pessoa assim como essa moça”; “não entendi nada agora, e esse exemplo professora, é literário ou não?”.

Diante desses posicionamentos, voltamos a explicar as diferenças entre essas duas modalidades textuais, literário e não literário, e afirmamos que era muito bom eles terem estranhado um pouco aqueles textos, era um sinal de que eles estavam começando a sentir que o texto literário é diferenciado dos demais.

O primeiro texto a ser estudado foi *A Moça Tecelã*, de Marina Colasanti. Fizemos a leitura juntos e o grupo responsável pela apresentação do conto fez sua contribuição,





comentando os principais pontos que consideraram sobre a personagem. A participação foi bastante satisfatória e os demais alunos também fizeram suas considerações. Logo após a apresentação dos alunos, foram propostas algumas questões norteadoras que ajudaram na elucidação da personagem principal, a moça tecelã.

Muitas considerações importantes foram colocadas pelos alunos, tais como: “Essa moça era muito corajosa”; “Ela decidiu o seu destino”; “Ela é um exemplo de que podemos definir nossa vida conforme nossas escolhas e não o que os outros querem para nós”; “o mais bonito é ver que ela queria e precisava de tão pouco para ser feliz”; “talvez em outro momento a moça volte a querer um marido, mas agora ela vai fazer outro bordado”; “o mundo às vezes exige de nós o que não podemos oferecer”; “a moça não recebe nome, pois pode ser qualquer mulher que queira alterar seu destino”; “esse conto nos faz refletir sobre as possibilidades que a vida nos apresenta”. Além dessas respostas citadas, podemos dizer que a reflexão dos alunos se mostrou bastante madura frente à temática da oficina.

O segundo texto estudado foi *Restos do Carnaval*, de Clarice Lispector. A apresentação desse texto ocorreu de forma análoga ao outro: primeiro a leitura do conto, seguida dos comentários do grupo responsável pela apresentação e reflexão dos demais alunos.

Novamente vimos uma participação satisfatória dos discentes. Dentre os comentários feitos, alguns nos chamaram a atenção, tais como: “a menina do conto é uma adulta desde que era criança”; “ela demonstra uma maturidade que as meninas da sua idade não costumam ter”; “a doença da mãe com certeza é o que motivou esse amadurecimento”; “é lindo como ela aceita o tão pouco que a vida lhe oferece, e com bom grado”; “ela ter que descer na rua ainda sem estar vestida e maquiada completamente foi uma tristeza enorme, já que sair linda para o carnaval era o que mais esperava”; “assim como o título fala sobre restos, parece que ela conviveu com esses restos durante toda sua vida”. Essas foram algumas considerações dentre as muitas que foram citadas pelos alunos.

Ao final dos comentários, propusemos algumas questões norteadoras, para refletir um pouco mais sobre o texto narrativo.

Para encerrar, propusemos uma atividade escrita para os alunos, a fim de investigar o que tinha sido internalizado pelos alunos depois desse trabalho de estudo do texto literário. Observamos que as respostas dos alunos foram bastante significativas. Todos os alunos que participaram da oficina foram capazes de responder às questões propostas e com bastante coerência ou que havia sido discutido na oficina.





Damos destaque especial à maturidade das respostas oferecidas no exercício e também destacamos a maneira positiva com que os alunos se portaram ao serem estimulados a produzirem textos. É importante considerar que a turma em questão é conhecida no ambiente escolar por ser indisciplinada e por não se predispor a participar das atividades que normalmente são propostas para eles. Diante desse fato, podemos considerar que a discussão se mostrou relevante para os alunos, a ponto de terem participado com eficiência da atividade. É justamente esse comportamento que buscamos ao discutir o texto literário em sala de aula, é isso que buscamos a cada seleção de textos que fazemos: alteração de posturas.

Em face da aparente ineficácia da escola pública na formação de leitores é que nosso trabalho se justifica, pois será uma tentativa a mais de fazer da escola um cenário que contribuirá para o letramento literário do aluno, participando assim de sua plena formação cidadã, já que estamos inseridos em uma sociedade que valoriza imensamente a cultura letrada. Vale ressaltar que o trabalho de inserção de textos literários na sala de aula não precisa ser uma superprodução, precisa apenas ser bem escolhido, selecionado, pensado pelo professor para a satisfação e prazer dos alunos diante dos textos literários.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Watter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas, v. 1)

BRASIL. *Resultados do Saeb*. IN: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/resultados> (Acessado em 18 de junho de 2014)

BRASIL. *Resultados da Prova Brasil*. IN: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/escala/2011/escala\\_desempenho\\_lingua\\_portuguesa\\_medio.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/2011/escala_desempenho_lingua_portuguesa_medio.pdf) (Acessado em 20 de junho de 2014)

BRASIL. *Resultados do Pisa*. IN: <http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados> (Acessado em 04 de maio de 2014)

GOMES, João Bosco Figueiredo; MONTEIRO, Maria da Conceição Silva Dantas; MORAIS JUNIOR, Francisco Martins. *Literatura, linguística e ensino: crenças e mitos*. IN GOMES, João Bosco Figueiredo (org.). *Práticas Linguageiras: Literatura e ensino*. Mossoró – RN: Edições UERN, 2011.



GRIJÓ, Andréa Antolini. A Leitura Parafrástica e a Leitura Polissêmica em livros didáticos do Ensino Fundamental. In RIBEIRO, Francisco Aurelio (org.). *Leitura e Literatura infanto-juvenil*. Vitória-ES: ITA, 1997.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. 3 ed Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1975.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Leitura: Teoria e Prática*. São Paulo: Mercado Aberto e ALB, abril, 1983.

PALMA, Moacir Dalla. *Discurso literário: linguagem intrinsecamente Diferenciada ou texto institucionalmente determinado?* Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários Volume 9, 2007. <http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa> (acessado em 24 de outubro de 2013)

PAULINO, Graça. Livros, Críticos, Leitores: Trânsitos de uma ética. In VERSIANI, Zélia (org.). *Literatura e Letramento: espaços, suporte e interfaces*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. A Leitura no Mundo Contemporâneo. In RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Leitura e Literatura infanto-juvenil*. Vitória - ES: ITA, 1997.



## BREVE ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB<sup>1</sup>

TOSTA, Késia Silva.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais*  
kesia-tosta@hotmail.com

SOUZA, Luana Hespagnol.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais*  
hespagnol.luana@gmail.com

NEY, Marlon Gomes.

*Professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais*  
marlonney@uenf.br

627

### RESUMO

O trabalho realizou um breve panorama da trajetória da educação brasileira. O nosso foco foi o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 pelo INEP visando medir a qualidade educacional do ensino básico no Brasil, permitindo saber o desempenho de cada uma das escolas brasileiras. O objetivo central do trabalho foi realizar uma breve análise dos resultados do IDEB para quatro municípios do Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itatiaia e Rio de Janeiro), e discutir seu papel como formulador de políticas públicas. Além disso, foram utilizados 170 questionários aplicados em cinco escolas públicas estaduais, localizadas no município de Campos dos Goytacazes, com o intuito de analisar o fluxo escolar, um componente do IDEB, a partir da ótica dos professores. Concluímos que o IDEB não parece ser suficiente para medir a qualidade das escolas brasileiras.

**Palavras-chave:** IDEB. Fluxo Escolar. Rio de Janeiro.

### ABSTRACT

The work talks about the trajectory of Brazilian education. The focus was IDEB (indicator of Brazilian basic education), created in 2007 by INEP. The objective of IDEB is measure educational quality of basic education in Brazil, allowing to know the performance of each of the Brazilian schools. The central objective of this study was to conduct a brief analysis of the results of IDEB for four cities in Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes Itatiaia and Rio de Janeiro), and discuss its role in formulating public policy. In addition, were applied 170 questionnaires in five public schools located in Campos dos Goytacazes, in order to analyze the student flow, a component of IDEB, from the perspective of teachers. We conclude that IDEB not seem to be enough to measure the quality of Brazilian schools.

**Key-words:** IDEB. School Flow. Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Agradecimento a CAPES que fomenta o projeto e a FAPERJ.



## INTRODUÇÃO

Uma boa educação garante as pessoas conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadãos. Na constituição de 1988, a educação brasileira alcança caráter democrático e universal, com isso o Estado passa a ter obrigações na garantia do acesso ao ensino, *in verbs*:

**Art. 205** - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dados de 1980 e 2002 mostram que o índice das crianças de 7 a 14 anos matriculadas aumentou de 81% para 97%. Com isso vemos que o Brasil vem alcançando progressivamente a questão da universalidade do acesso à educação (Silva, Moraes e Bof, 2006, p. 70). Contudo, alcançar um nível universal não é suficiente, é necessário também garantir a qualidade educacional, e para isso é necessário avaliar.

Em 2007 foi criado pelo INEP o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com o objetivo de avaliar a qualidade da educação. A partir dos resultados são criadas políticas públicas para melhoria da qualidade da educação. Contudo o IDEB tem sido questionado por sua metodologia de cálculo que leva em consideração o rendimento escolar. Além disso, alguns resultados do IDEB tem sido incompatíveis com a realidade, ou seja, o índice tem apresentado aumento, contudo a educação não tem mostrado melhoras significativas.

Assim, o objetivo central desse trabalho é realizar uma breve análise dos resultados do IDEB para quatro municípios do Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itatiaia e Rio de Janeiro), nos anos 2007, 2009, e 2011 e discutir seu papel como formulador de políticas públicas. Dessa forma, foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o direito educacional, organização da política no Brasil, avaliação de políticas sociais e a metodologia de cálculo do IDEB.

Por fim, serão explicitados resultados apreendidos a partir de 170 questionários em cinco escolas públicas estaduais (Liceu, Nilo Peçanha, José do Patrocínio, Benta Pereira e Visconde do rio Branco), localizadas no município de Campos dos Goytacazes, que teve como o objetivo analisar o fluxo escolar, um componente do IDEB, a partir da ótica dos professores.



Estudar o IDEB é de suma importância, haja vista que o instrumento vem servindo de base para tomada de decisões importantes dentro da política educacional.

## **DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

De acordo com Marshall (1967), a educação é um direito que subsidia todos os direitos fundamentais, que é o direito civil, político e social. Dessa forma,

[...] a assunção da educação como direito social, sua magnitude e importância são assim reconhecidos por envolver todas as dimensões do ser humano: o *singulus*, o *civis* e o *socius*. O *singulus* por pertencer ao indivíduo enquanto ele próprio, o *civis* por envolver a participação política nos destinos de sua comunidade e o *socius* por significar a igualdade e participação na repartição dos bens sociais de modo equânime e justo. (CURY, 2012. p.151)

Assim, a educação é tida como uma necessidade vital ao ser humano, sendo a base para a conquista integral da cidadania. Adelaide Alves Dias (2007) relata que a educação vai muito além de um direito, é um ‘elemento constitutivo’. Monteiro (2003, p.764) também contribui dizendo que a educação é um ‘primado antropológico, psicológico, moral, econômico, político e jurídico’.

A educação é um direito mundialmente conhecido, sendo já consagrado como um direito universal, tendo sido descrito em várias legislações, como: no Artigo 26 da Declaração universal dos direitos do homem; no Artigo XII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres da Humanidade (1948); Artigos 13 e 14 do Pacto internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (1966); Artigos 28 e 29 da Convenção sobre os direitos da criança (1989). Em todos esses documentos, é explicitada a importância e necessidade de contemplar a educação a todas as pessoas.

No Brasil a educação enquanto política vem se moldando desde 1930, mas de maneira bastante fragmentária e excludente até os anos de 1980 (SHIROMA, et.,al,2004). A partir da década de 1980, o país passou pela redemocratização, intensificação dos movimentos sociais, e em 1988 promulgou a nova Constituição, conhecida como “constituição Cidadã” (DAGNINO, 2004), onde as políticas sociais passaram a ser caracterizadas como universais, democráticas,



sendo obrigação e dever à garantia pelo Estado, e entre as políticas promulgadas está a educação.

A partir da Constituição de 1988 a educação é tida como direito político e civil, e reconhecida como o primeiro dos direitos, que é explicitado no artigo 6º. Esse reconhecimento, enquanto primogênito dos direitos no ordenamento jurídico, expressa o caráter essencial que a educação tem em relação ao ser humano, sendo um “fator indispensável da vida social”, posteriormente a educação básica foi ampliada enquanto investimento e dever do Estado brasileiro, abrangendo a faixa etária de 4 a 17 anos (CURY, 2012). Assim:

A proclamação da educação como direito foi se incorporando ao discurso dominante e, progressivamente, foi sendo também consagrada na ordenação legal, culminando com o disposto na Seção I [Da Educação], integrante do Capítulo III [Da Educação, da Cultura e do Desporto] do Título VIII [Da Ordem Social] da Constituição Federal vigente, promulgada em 5 de Outubro de 1988 [VITA, op.cit., p.182-184]. E o primeiro dispositivo dessa Seção, o artigo 205, proclama a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Não bastasse a clareza desse enunciado, a norma é reforçada pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 208, os quais estabelecem que ‘o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo’ [§1º] e que ‘o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente’ [§2º] (SAVIANI, 2013, p.746).

Assim, com a Constituição de 1988, a política educacional além de ser responsabilidade e dever de todos, deve ser de qualidade, criando reais oportunidades a sua população alvo no que tange a melhoria, desenvolvimento e cidadania efetiva. Para alcançar esses objetivos foi proposto uma nova Lei de Diretrizes e Bases da educação em 1996, com planos e projetos educacionais.

Então, com a implementação das legislações educacionais, sendo dever do Estado cumpri-las, à luz de uma sociedade democrática, veio à necessidade de se acompanhar e avaliar a política da educação básica.

## **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**

A avaliação de políticas sociais é de suma importância para a melhor implantação e desenvolvimento das intervenções. As políticas sociais que visam à qualidade necessitam da discussão e elaboração de políticas de avaliação.

De acordo com Terra (1989, p.17) a avaliação é algo que "pressupõe um conjunto de procedimentos técnicos destinados à verificação dos resultados de uma determinada ação"



(TERRA, 1989, p. 17). Ela é vista como instrumento a ser utilizado para se averiguar, com maior certeza, os rumos e resultados de uma intervenção.

Do ponto de vista da utilidade, uma boa avaliação visa a reduzir incertezas, a melhorar a efetividade das ações e a propiciar a tomada de decisões relevantes. Guia-se por quatro objetivos: oferecer respostas aos beneficiários, à sociedade e ao governo sobre emprego dos recursos públicos; orientar os investidores sobre os frutos de sua aplicação; responder aos interesses das instituições, de seus gestores e de seus técnicos; buscar sempre uma melhor adequação de suas atividades. (MINAYO, 2005, p.19)

A técnica de avaliação tem sua origem nos Estados Unidos nos anos de 1960. No Brasil começou nos anos de 1980, justamente com o fortalecimento dos movimentos sociais, redemocratização e promulgação das políticas públicas. Nesse momento houve uma maior criticidade sobre a investida de dinheiro público e a falta de direcionamento dos programas sociais, desembocando o fortalecimento sobre a utilização da avaliação de políticas sociais (SILVIA e SILVA, 2001).

No que tange a área de educação, as avaliações emergem desde os anos 1980/1990, sendo um campo importantíssimo, e que vem ganhando destaque entre os estudos e propostas governamentais. Na atualidade, o principal instrumento de avaliação da educação básica é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O IDEB foi instituído em 2007, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) visando medir a qualidade educacional do ensino básico no Brasil, permitindo saber o desempenho de cada uma das escolas brasileiras. Sua organização agrega dois conceitos para medir a qualidade educacional, que é o: fluxo escolar e a nota nas avaliações padronizadas pelo INEP, esses dois dados se somam e resulta em uma média que vai de 0 a 10 (CASTRO, 2009).

De acordo com o INEP<sup>2</sup>, o IDEB é o indicador estatístico que tem o objetivo de melhorar a qualidade educacional brasileira, possibilitando o diagnóstico e atualização da situação escolar em todos os âmbitos, estabelecendo metas para a melhoria tanto individuais quanto intermediárias.

As metas que o IDEB deseja atingir é a evolução da educação básica, a partir dos índices estatísticos, e atingir o mesmo patamar que os países que fazem parte da OCDE (Organização

<sup>2</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-sao-as-metas>





para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Dessa forma, pretende-se sair da média nacional obtida em 2005 que foi 3,8, e atingir a média 6,0 em 2022.

Porém, muitos autores criticam a forma de avaliação da educação básica pelo IDEB, como Freitas (2007) que relata ser um instrumento que só obtém dados de maneira padronizada e mecânica, com o intuito de somente obter dados estatísticos, que para o autor só atendem às propostas liberais de responsabilização e privatização do ensino público. Araújo (2007, p.4) também critica dizendo que:

[...] o IDEB é mais um instrumento regulatório do que um definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais. O resultado de cada município e de cada estado será (e já esta sendo) utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados.

A forma regulatória e concorrencial como vem se dando o IDEB, impactando na bonificação de professores, verbas, reeleição de governantes, vem intensificando a manipulação dos processos avaliativos, como por exemplo, incentivando os “melhores” alunos para a realização das provas, disponibilização de cursos específicos para o SAEB e Prova Brasil. Assim, o foco educacional é a obtenção de índices nesses sistemas a qualquer custo, invertendo as prioridades políticas (FREITAS, 2007).

O mesmo autor relata que o sucateamento da educação pelo poder público é negligenciado pela sociedade, que deposita a melhoria da educação nos alunos, professores, funcionários. A melhoria e universalização da educação vêm se ancorando na ideologia da meritocracia, que para o autor é o limite de desenvolvimento, pois no âmbito do mérito se esconde a questão da desigualdade social e se estipula indicadores “neutros”, como ocorre com o IDEB.

Para Freitas (2007) uma avaliação de qualidade, que realmente propicie melhorias efetivas a política educacional, deve vir articulada aos atores que fazem parte do processo escolar, que são professores, alunos e funcionários, devendo os mesmos travar um diálogo sobre o que seria qualidade, excluindo e incluindo critérios compatíveis a cada realidade.

Assim, diante do exposto percebemos a dualidade de opiniões sobre o IDEB, sendo necessária sua investigação e exploração para tentar localizar erros e acertos do mesmo, e propormos uma avaliação que realmente propicie melhorias na política educacional.



## METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IDEB<sup>3</sup>

Como já foi dito, o IDEB é um indicador que mede a qualidade da educação. Ele combina informações sobre exames padronizados, Prova Brasil ou Saeb, realizados pelos estudantes no final das etapas de ensino (4º série, 8º série e 3º série do ensino médio), com informações do fluxo escolar.

O cálculo geral do IDEB é dado pela equação abaixo:

$$\text{IDEB}_{ji} = N_{ji} P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; \quad 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq \text{IDEB}_j \leq 10$$

Em que,

$i$  = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

$P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ ;

A metodologia de cálculo do IDEB tem sido criticada, pois outras variáveis são importantes para avaliar a educação. Os resultados do indicador em alguns lugares tem apresentado distorção com a realidade, isso mostra que a educação tem sido deixada em segundo plano e o aumento do indicador tem se tornado o objetivo principal.

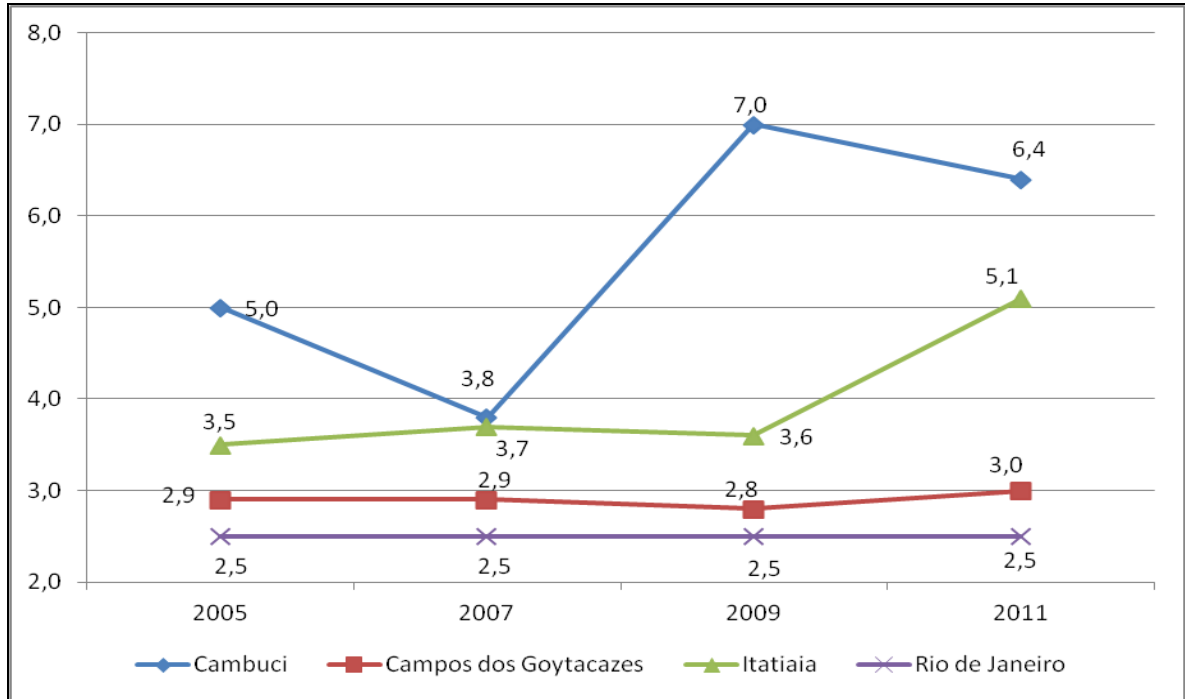
A figura 1 mostra o IDEB de quatro municípios do estado do Rio de Janeiro. Como se pode observar em 2007, Cambuci possuía IDEB igual a 3,8, passando para 7,0 em 2009. Isso mostra que o município superou a média esperada do Brasil que prevê alcançar 6,0 em 2022. Outro município que surpreende é o de Itatiaia com indicador igual a 3,6 em 2009 passando

<sup>3</sup> Informação extraída do site: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/porta\\_l\\_ideb/metodologias/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta_l_ideb/metodologias/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf) > Acesso em, 20 de Junho, 2014.



para 5,1 em 2011. Segundo o IBGE em 2009, Cambuci contava com 22 escolas de ensino fundamental e 4 de ensino médio, enquanto Itatiaia contava com 15 escolas de ensino fundamental e 2 de ensino médio. Já municípios grandes como o Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes mantêm um baixo IDEB de 2007 à 2011.

**Figura 1-** Evolução do IDEB em quatro municípios do estado do Rio de Janeiro, 2007, 2009 e 2011.



Fonte: Elaboração dos autores, IDEB/INEP, 2007, 2009 e 2011.

Diante do exposto no gráfico, nos faz questionar sobre a efetividade do IDEB enquanto uma confiável política de avaliação, haja vista que o município de Cambuci teve um agudo aumento no seu índice em apenas dois anos, superando inclusive o índice que o Brasil pretende chegar de acordo com INEP em 2022, que será a nota 6,0. Será que é possível uma abrupta mudança na qualidade da educação no tempo de dois anos? Será que a Prova Brasil e o Fluxo Escolar são variáveis suficientes para diagnosticar e avaliar a educação básica?

Pensando nessas perguntas, resolvemos ir a campo para ouvir dos professores da educação básica suas impressões e observações sobre o IDEB, onde na primeira etapa aplicamos 170 questionários a professores em 5 escolas do município de Campos dos Goytacazes/RJ sobre o Fluxo escolar, que é uma das variáveis que avalia a educação.



## **METODOLOGIA<sup>4</sup>**

O trabalho presente foi desenvolvido em três etapas. A primeira consistiu em uma breve revisão bibliográfica sobre a educação brasileira e a criação do IDEB. Além disso, foi analisada a metodologia de cálculo do IDEB assim como resultados do indicador para quatro municípios do Rio de Janeiro (Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itatiaia e Rio de Janeiro) para os anos de 2007, 2009 e 2011.

Como já relatado fomos a campo, e aplicamos Na segunda etapa foi aplicado 170 questionários em cinco escolas (Liceu, Nilo Peçanha, José do Patrocínio, Benta Pereira e Visconde do rio Branco) da rede estadual do município de Campos dos Goytacazes, tendo como alvo os professores do ensino básico. O principal objetivo do questionário foi recolher opiniões dos professores sobre a Prova Brasil e o Fluxo Escolar, componentes do IDEB. O questionário conta com sete questões sobre a Prova Brasil e oito sobre o Fluxo escolar. Contudo, o trabalho presente se dedica as questões sobre o fluxo escolar.

Na última etapa os dados dos questionários foram processados no programa SPSS. Foram desconsideradas as questões com duas respostas ou em branco.

## **OPINIÃO DOS PROFESSORES DE CINCO ESCOLAS DA REDE ESTADUAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES SOBRE O FLUXO ESCOLAR**

O principal objetivo dos questionários foi obter opiniões dos professores sobre questões que envolvem as duas variáveis utilizadas para o cálculo do IDEB. A partir das opiniões podemos observar em que medida o IDEB tem sido efetivo enquanto indicador de qualidade da educação.

Medir a qualidade da educação é uma tarefa difícil, no debate sobre o tema não existe um consenso sobre a educação ideal, também não existe uma receita que deva ser seguida para atingir uma maior qualidade. A dificuldade aumenta, pois cada escola possui características

<sup>4</sup> O trabalho presente faz parte de uma pesquisa em andamento que se denomina Índice de Desigualdade na qualidade da Educação no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, do Observatório da Educação (OBEDUC), aqui serão mostrados alguns resultados já obtidos.

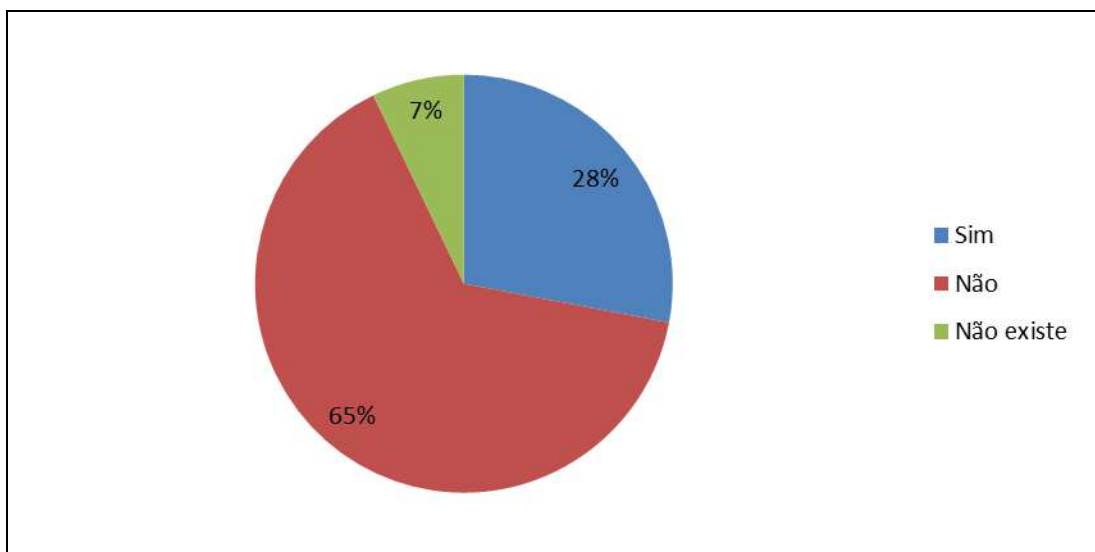


próprias influenciada pela sua localização, então se faz necessário pensar em políticas que levem em consideração as especificidades escolares.

A figura 2 representa a seguinte questão: “Você acha que a política do governo estadual de reforço escolar funciona bem em sua escola?”. Vemos que 65% dos professores acreditam que a política não funciona bem enquanto 28% acreditam que funciona e os 7% restantes dizem que tal política não existe. Com isso vemos que é necessário pensar em formas de melhorar o reforço escolar, a partir dele é possível auxiliar o aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, contudo é necessário pensar políticas de reforço que mais se adequam as características da escola. A partir de uma política de reforço escolar bem elaborada é possível auxiliar na aprendizagem do aluno, com isso ele pode alcançar os níveis maiores da educação sem que seja necessária a aprovação automática.

636

Figura 2- Opinião dos professores em relação ao funcionamento das políticas de reforço escolar



Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

A figura 3 representa a opinião dos professores sobre a reprovação, recuperação paralela<sup>5</sup> e dependência<sup>6</sup>. No primeiro gráfico observamos que 65,1% dos professores acreditam que o governo tem criado mecanismos que dificultam o trabalho deles em relação aos que reprovam mais contra 34,9 que não acreditam. No segundo gráfico 60,4% não acreditam

<sup>5</sup> A recuperação paralela é o reforço bimestral que acontece para os alunos que obtém desempenho baixo, ocorre durante o ano regular, de preferência no período contrário ao das aulas regulares, vem disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9394/96, na deliberação 07/97 e Indicação CEE 08/97 (BELTHER, 2005).

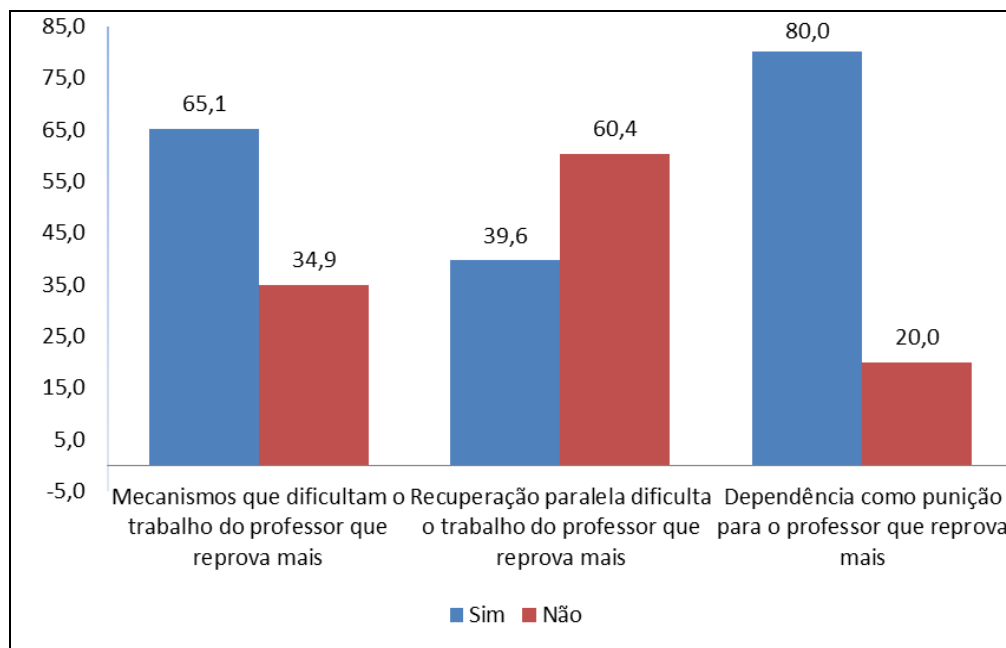


que a recuperação paralela dificulta o trabalho do professor que reprova mais contra 39,6% que acreditam. No último gráfico, 80% dos professores acreditam que a dependência funciona como punição para aquele que reprova mais, enquanto 20% pensam o contrário.

A partir desses dados podemos perceber que aprovação automática vem sendo estimulado pelo governo de acordo com os professores, fazendo elevar o índice do IDEB para mais, pois o professor que reprova os alunos é punido em relação ao aumento da sobrecarga de trabalho, sem o menor estímulo salarial. Assim, o índice do IDEB se eleva, porém, comprometendo a efetiva melhora da qualidade escolar, haja vista que pela falta de estímulo ao professor, ele vai aprovando os alunos, sem ocorrer a verdadeira assimilação dos conteúdos.

637

Figura 3- Opinião dos professores em relação à recuperação paralela e à ausência da remuneração para o professor que aplica dependência.



Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

A figura 4 mostra a opinião dos professores em relação à política de bonificação por resultado da escola no IDEB. Enquanto 85,8% não acredita que tal política contribua para a melhoria da qualidade de ensino, 14,2% acreditam que sim. E por último, 52,4% acreditam que tal política contribui para que o professor reprove menos contra 47,6% que acreditam que não contribui. Assim, os professores não concordam em maioria, que a bonificação e premiação aos

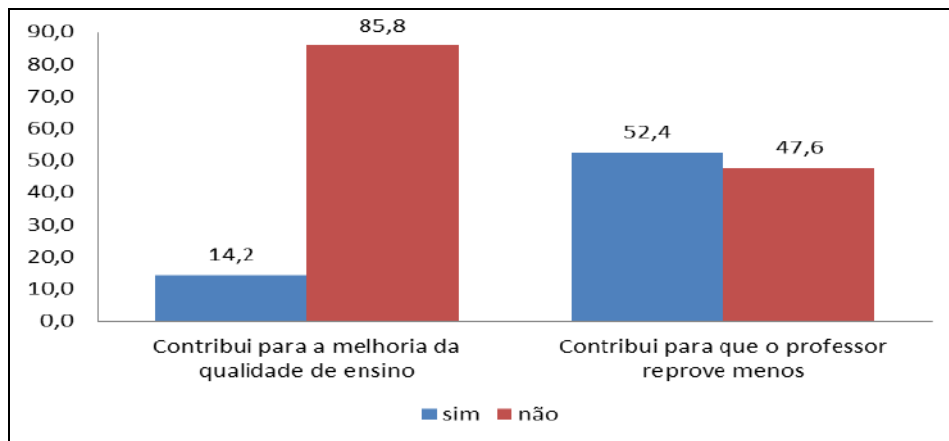
<sup>6</sup> A dependência é a oportunidade que o aluno que reprovou em até três matérias, prosseguir para a série seguinte, DESENVOLVIMENTO DOS NÍVEIS DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO - PEDROSA, Andressa Teixeira; CRISÓSTOMO, Monique Teixeira; LUQUETTI, Eliana Crispim França



professores por escola recebem, de acordo com o índice do IDEB, não serve para efetivamente melhorar a qualidade educacional, pelo contrário só acirra a disputa entre professores e escolas, desunindo ao invés de unir, e propiciando a busca desenfreada e simplesmente do índice alto e não da real melhoria educacional. A ideia do IDEB é avaliar a educação de forma que os resultados sirvam de ferramenta para a criação de políticas públicas que melhorem a educação. A partir do momento que o índice apresenta aumento, contudo a educação não apresenta grande evolução a existência do IDEB perde sentido, sendo apenas mais um índice.

638

Figura 4- Opinião dos professores em relação à política de bonificação por resultado da escola no IDEB.



Fonte: Elaboração dos autores, 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostra a necessidade de reformulação do IDEB que tem apresentado contradições. Acreditamos na necessidade de ferramentas que auxiliam na tomada de decisões e criações de políticas públicas voltadas para a educação, contudo analisar a Prova Brasil e o Fluxo escolar não é suficiente para medir a qualidade, são dados fáceis de manipulação e que tem apresentado distorções com a realidade.

Vemos a necessidade da maior participação dos professores na criação de políticas públicas, pois são atores importantes que se encontram no ambiente escolar. Além da Prova Brasil e o Fluxo escolar, é necessário pensar em outras variáveis que afetam a qualidade da educação, com isso será possível a criação de um índice que chegue mais próximo possível da

porém cursando as matérias anteriores que o fez reprovar.





realidade das escolas. Além disso, devem ser consideradas as especificidades de cada escola que são influenciadas pelo ambiente que estão localizadas.

O trabalho presente faz parte de uma pesquisa maior que está em andamento. Aqui apresentamos alguns resultados, pretendemos em outro artigo mostrar outros resultados além de comparar o IDEB das escolas brasileiras com a nota média do ENEM pelos alunos matriculados. Com isso poderemos ver se as escolas com maior IDEB também possuem a maior nota média no ENEM.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, L. Os fios condutores do PDE são antigos. 2007. Disponível em: <http://www.redefinanciamento.ufpr.br/araújo2.pdf>.

BOF, A. M.; *et al.* **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236p.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo Perspc.**, São Paulo, v.23,n.1,p.5-18, jan./jun.2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía e FÁVERO, Osmar. A relação educação – sociedade – estado pela mediação jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (org.) **A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Em Daniel Mato (coord.), **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización**: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95 – 110.

### DIAS (2007)

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100, out. 2007.

MARSHALL T.H. **Política Social**, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

Metodologia do IDEB. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/metodologias/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/metodologias/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf) > Acesso em, 20 de Junho, 2014.



MINAYO, Maria Cecília de S. Conceitos de avaliação por triangulação de métodos. In: Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Org. Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e Edenilson Ramos de Souza. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. O pão do direito à educação. **Educação Social**, Campinas, vol.24, n.84, setembro 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada e aprovada em Assembléia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em 01 de Março de 2014

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação Sociedade**, Campinas, v.34, n.124, p.743-760, jul-set. 2013

SHIROMA, Eneida Oto et. al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 3ª edição.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

TERRA, Luiz de Gonzaga Souza et al. **Avaliação em Serviço Social**. Belém: CEJUP, 1989.



## **CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ: ANÁLISE HISTÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA**

ALBERTON, Vanessa

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGIDC-PR)*

*valbertontur@gmail.com*

FREITAS, Carlos Cesar Garcia

*Professor do Departamento de Administração da Universidade do Norte Pioneiro (UENP-PR)*

*cesarfreitas@sercomtel.com.br*

641

### **RESUMO**

O presente artigo visa explicar os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar como se deu o processo de construção social do Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, a partir dos pressupostos da construção social da tecnologia. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter descritiva e qualitativa, por meio de análise de dados de fontes em referências bibliográficas e documental. Como parte dos resultados alcançados, foi evidenciada a presença de instituições públicas regendo todo o processo de construção do Conselho Gestor, representando o pequeno agricultor familiar, regulamentando e ordenando as ações a serem seguidas, mostrando a importância da institucionalização no processo de construção de uma nova tecnologia. Houve a participação social no momento de construção do Conselho Gestor e têm-se essa ação notada até o momento atual, por meio de participações da comunidade nas reuniões ordinárias que ocorrem bimestralmente.

**Palavras-chave:** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar. Construção Social.

### **ABSTRACT**

The present article aims explain the results of a search which ad has the objective analyze how was the process of social construction of the Management Council of the Territory South Central Paraná, from the assumptions of the social construction of technology. For this, was developed a search of descriptive and qualitative character, through analysis of data from sources in bibliographic and documentary references. As part of the results achieved, evidenced the presence of public institutions governing the construction process the Management Council, representing the small family farmer, regulating and ordering the actions to be followed, showing the importance of institutionalization in the construction of a new process technology. There was social participation at the time of construction of the Management Council and if this action have noticed until today, through community participation in regular meetings that take place every two months.

**Key-words:** Ministry of Agrarian Development. Family Farming. Social Construction.



## INTRODUÇÃO

Cada proposta tecnológica representa um interesse social. No caso do Conselho Gestor, este é tido como uma tecnologia social de trabalho, se enquadrando em uma metodologia de intervenção social, pois serve como mecanismo de intermédio das demandas sociais junto ao poder público, buscando projetos e soluções para as necessidades coletivas da comunidade.

Na tentativa de suprir uma demanda agrícola que visava o desenvolvimento do seu meio rural, o Conselho Gestor surge por meio da atuação e participação de inúmeros atores, lideranças e com objetivos distintos, determinados em conjunto com a comunidade a ser envolvida, lutando por projetos e benfeitorias que melhorassem seu modo de vida.

Para entender como se deu o processo de construção do Conselho Gestor, esse artigo procura, através dos elementos que compõe a *práxis* tecnológica, compreender como se deu essa construção e sua real relação com a comunidade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se a seguir, os principais conceitos envolvidos nesse estudo, que servirão de base teórica para melhor compreensão do tema abordado.

## CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA

Com o intuito de compreender as relações existentes entre a sociedade e a tecnologia surge o termo Construtivismo Social da Tecnologia, uma abordagem desenvolvida por Pinch e Bijker (1987), que defende que a forma final de uma tecnologia é consequência de um processo de construção social e não o resultado de um processo autônomo.

Os autores propõem categorias para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, tais como: (1) grupos sociais relevantes; (2) estrutura tecnológica; (3) flexibilidade interpretativa e; (4) estabilização e fechamento. Os **grupos sociais relevantes** dizem respeito aos atores envolvidos no processo de construção da tecnologia, podendo ser de forma individual, grupal ou institucional, e tem sua percepção influenciada por fatores culturais, sociais, políticos e econômicos.



A **estrutura tecnológica** dita os padrões de comportamento do indivíduo, no contexto em que está inserido. É nela que os atores encontram seus objetivos, valores, conceitos e práticas que partilham entre si. É entre os grupos sociais que o artefato, o modelo de tecnologia a ser buscado, ganha uma definição, pois após ocorrerem discordâncias e desentendimentos, chega-se a um consenso sobre qual modelo será mantido.

A terceira categoria é a **flexibilidade interpretativa**, que aqui será compreendida por meio do exemplo da bicicleta, de Pinch e Bijker. Existiam dois modelos predominantes desse meio de transporte em certa época: um com um pneu menor atrás e outro com os dois do mesmo tamanho, atendendo necessidades distintas dos indivíduos. Isso se chama flexibilidade, ter essa distinção conforme a demanda exige, com finalidades e significados diferentes.

Por fim, a **estabilização e fechamento** é o processo de filtragem das ideias para a nova tecnologia, de forma que umas são substituídas por outras e, no final, há uma estabilização, um consenso para que o novo produto atenda as necessidades, sem se tornar algo radical para a sociedade.

## PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA TECNOLOGIA

Os debates sobre a importância de existirem tecnologias no dia a dia de uma comunidade ocorrem há décadas, envolvendo diversas metodologias, enfoques e posições filosóficas, evidenciando o peso que esse elemento tem nas mudanças sociais e pessoais (TRIGUEIRO, 2009).

O processo de produção de uma tecnologia é um constante movimento seletivo e algumas tecnologias são deixadas de lado para que novas surjam. Esse fato implica em incontáveis necessidades e demandas de origens diversas, sejam elas econômicas, sociais, políticas, médicas, alimentares, do setor agropecuário, entre outros. Nesse momento, se destacam os chamados *seletores*, grupos formados por “atores que buscam exercer uma hegemonia, ou fazer valer seus interesses sobre o ambiente tecnológico” (TRIGUEIRO, 2009, p. 53), aumentando suas chances de implementar determinada tecnologia ou barrar outras demandas que possam vir a se desenvolver.

Os *seletores* são constituídos por instituições, indivíduos e grupos sociais que manifestam seus interesses e pressionam a produção tecnológica e, têm como um dos seus resultados, tornar viável a configuração de uma estrutura capaz de concretizar determinados



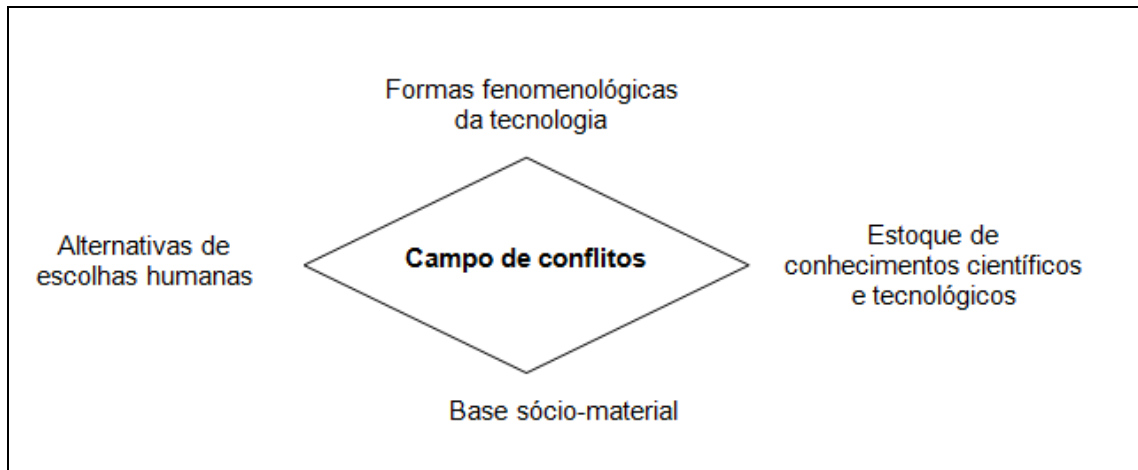
resultados tecnológicos. A essa estrutura dá-se o nome de estrutura da prática tecnológica, ou *práxis* tecnológica. A atuação dos *seletores* varia de acordo com fatores, tais como: pressões ideológicas e/ou políticas; necessidades e interesses ligados à alimentação; à saúde; necessidades de regulamentação; ou interesses econômicos (TRIGUEIRO, 2009).

Esses fatores são determinantes no processo de produção de uma tecnologia e, muitas vezes, são influenciados uns pelos outros, criando um campo de conflito, onde apenas algumas das opções tecnológicas serão escolhidas para serem desenvolvidas.

A estrutura da prática tecnológica, juntamente com os *seletores*, trabalha de forma conjunta, buscando reduzir o grau de complexidade do ambiente tecnológico, dessa forma, constituindo o chamado sistema tecnológico, responsável por eleger, seletivamente, algumas entre tantas opções tecnológicas presentes em certo ambiente (TRIGUEIRO, 2009).

A prática tecnológica se estrutura com componentes físicos e institucionais, que convivem de forma conflituosa em virtude de algumas ações intencionais nos processos de produção das tecnologias e, tem como função, “implementar, efetivamente, as possibilidades tecnológicas que já passaram por algum processo seletivo, mediante disputas muito diversificadas na prática tecnológica” (TRIGUEIRO, 2009, p. 63).

São quatro os componentes básicos que compõe a *práxis* tecnológica, de acordo com Sousa (1980 *apud* TRIGUEIRO, 2009), se relacionando entre si mediante um vasto campo de conflitos. Cada um desses elementos desenvolve certa autonomia sobre os demais, o que representará uma contribuição relevante. São eles: 1) as alternativas de escolhas humanas; 2) o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos; 3) as formas fenomenológicas da tecnologia e; 4) a base sócio material, como mostra a figura 1:



**Figura 1** – Esquema proposto pelo modelo de Sousa (1980)

Fonte: Adaptado de Trigueiro (2009, p. 66)

As **alternativas de escolhas humanas** dizem respeito às demandas, interesses, pressões e necessidades sociais, previamente avaliadas e aprovadas inclusive pelos *seletores*, que vão desde grandes produtos até pequenas tecnologias voltadas para a agricultura familiar, por exemplo, abrangendo interesses econômicos, culturais, humanos ou ideológicos. Essas opções tecnológicas serão, de acordo com o autor, objetos de atenção dos *seletores*, que irão definir se tais tecnologias serão ou não implantadas, pois passarão por mais um processo de seleção.

Porém, são consideradas opções tecnológicas prioritárias entre tantas outras que configuram o ambiente tecnológico, pois representam também aspectos ideológicos, culturais e humanos. Essas conquistas da sociedade estão relacionadas com a interação dos atores sociais lutando por seus direitos e necessidades, com o processo de construção social, que para Berger e Luckmann (2004), ocorre entre os indivíduos de forma coletiva, através das relações sociais, sendo possível haver debates e chegar a soluções e conclusões sobre o encaminhamento de problemas sociais distintos.

As **formas fenomenológicas da tecnologia** designam os resultados alcançados, os conhecimentos adquiridos no processo de desenvolvimento de determinada tecnologia, envolvem o uso de novas técnicas e instrumentos de trabalho. Demonstram os fins, o que será visível para a comunidade, ou seja, o resultado final, a tecnologia concreta.

O **estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos** são as referências disponíveis para a pesquisa, tais como resultados científicos e tecnológicos já disponibilizados por outros pesquisadores, que servem de base para novas pesquisas e descobertas científico-tecnológicas. A linguagem é um elemento sem o qual esse estoque não existiria e que, além de mediar as





relações humanas, segundo Berger e Luckmann (2004) foi a primeira forma de institucionalização que o homem criou.

A linguagem possibilita o conhecimento da realidade objetiva, expondo a subjetividade do indivíduo, é “a forma como a realidade da vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente” (MAGALHÃES, 2004, p. 236). É nesse mundo coerente que se desenvolvem as pesquisas, os estudos e se buscam os novos conhecimentos.

Juntamente com as alternativas de escolhas humanas, o estoque representa a matéria-prima da prática tecnológica, que por sua vez, consiste nos conhecimentos a respeito da natureza física e social, nos interesses e nas necessidades manifestas por novos conhecimentos, que serão posteriormente transformados em conhecimentos aprofundados sobre a realidade.

A **base sócio material** é um condicionante de toda a estrutura, sendo formada pelas relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que servirão de base para formular uma tecnologia de modo que se adeque às características da comunidade em que será inserida. Em parceria com o estoque de conhecimentos existentes, “condiciona o conjunto de alternativas de escolhas humanas, definindo o campo de possibilidades em que, mediante o conflito, certas opções tecnológicas são selecionadas em detrimento de outras” (TRIGUEIRO, 2009, p. 66).

Trigueiro (2009) acrescenta outros dois componentes para a prática tecnológica: a **estrutura institucional** e o **operador tecnológico**. O primeiro diz respeito às instituições (de forma individual ou através de sinergia) que irão concretizar a geração de uma nova tecnologia. Pode ser uma universidade, uma instituição de pesquisa, um laboratório, uma indústria, por exemplo. É um componente de grande relevo na *práxis*, pois é nele que se concretiza a atividade de geração de tecnologias. Essa estrutura institucional possui algumas características específicas, como: a autonomia de incluir uma parcela da população e excluir outras; possui regras e normas pré-estabelecidas, com hierarquias de poder e divisão de trabalho e; realizam ações intencionais e planejadas.

Em resumo, a estrutura institucional tem a função de atender três funções: (1) realizar produtos organizacionais e atingir metas; (2) minimizar ou regular a influência das variações individuais sobre as organizações e; (3) estabelecer os contextos em que o poder é exercido e onde as decisões são tomadas (HAAL, 1984 *apud* TRIGUEIRO, 2009, p. 69).

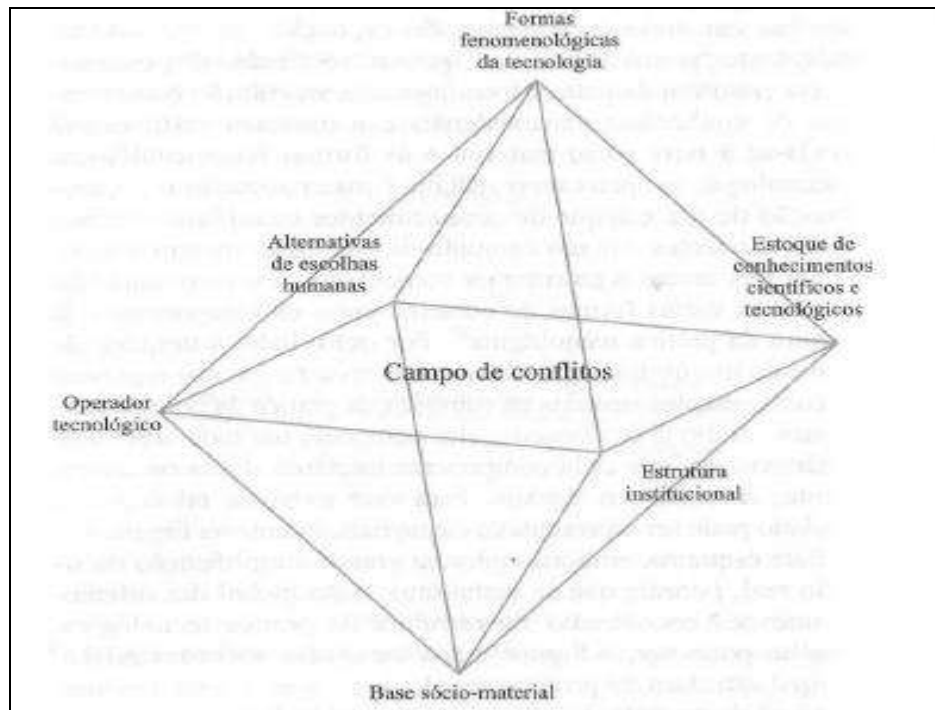
O segundo componente representa o conjunto de estruturas que conduzem e orientam o processo de geração de uma nova tecnologia, fazendo a ligação entre a base sócio material e as



suas expectativas, crenças e valores, o que interfere diretamente no processo de produção. O operador tem a capacidade de acionar e orientar o processo de geração de tecnologias e atua no sentido de captar quais necessidades e demandas deverão ingressar no processo de geração das próximas a serem criadas. Além de intermediar as relações entre a base sócio material, as alternativas de escolhas humanas e a estrutura institucional, o operador possibilita as suas próprias relações (TRIGUEIRO, 2009).

O operador tecnológico possui três componentes fundamentais, ainda de acordo com Trigueiro (2009, p. 73 a 77): (1) o componente das diretrizes governamentais e dos programas de cooperação e financiamento – é responsável pelo fornecimento de recursos materiais e financeiros para os programas de pesquisa e instituições, através de bancos e agências financiadoras, tanto nacionais como internacionais e outros meios; (2) o componente das demandas tecnológicas manifestas – formado pelas pressões e necessidades expressas por diferentes grupos sociais, que formam as opções tecnológicas selecionadas e; (3) o componente motivacional – “conjunto de valores, crenças e expectativas do pesquisador, que influenciam decisivamente as suas ações no processo de geração de tecnologia”.

Considerando as inter-relações que os componentes têm entre si, onde cada um dos elementos interfere direta ou indiretamente nas ações dos demais, temos um esquema ampliado em torno do campo de conflito, abrangendo os quatro componentes de Sousa e os outros dois sugeridos por Trigueiro, dando origem à figura 2:



**Figura 2** – Estrutura da prática tecnológica  
Fonte: Trigueiro (2009, p. 90)

Através desse esquema é possível ter uma visão mais ampla de todas as conexões que ocorrem entre os componentes da *práxis* tecnológica. Merece destaque a base sócio material, considerada a principal estrutura da prática tecnológica, que se relaciona diretamente com quatro componentes: a estrutura institucional; o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos; as alternativas de escolhas humanas e; o operador tecnológico. Por fim, ela atravessa o campo de conflito, chegando até as formas fenomenológicas, que nada mais são do que o resultado da prática tecnológica (TRIGUEIRO, 2009).

O autor destaca a importância da instituição nesse modelo, sendo que aqui ela não se apresenta reificada, mas sim, entra como um componente importante e problemático no processo de geração de uma tecnologia, que está condicionada à base sócio material. Por outro lado, ela influencia e é influenciada por todos os elementos da prática tecnológica, sendo considerada como possuidora de uma autonomia-relativa.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo foco principal é conhecer a comunidade e, portanto exige que o pesquisador saiba de uma série de informações sobre o que quer pesquisar



(TRIVIÑOS, 1987). Para isso, esse tipo de pesquisa descreve as características de determinadas populações ou fenômenos (GIL, 2008), nesse caso, o Conselho Gestor.

Possui uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo e Sanches (1993, p. 244) “realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza”, e desenvolve um papel de empatia em relação aos motivos, intenções e projetos dos atores, fazendo com que as ações, as estruturas e as relações se tornem relevantes.

Foi realizada pesquisa documental, tendo como base principal, trabalhos desenvolvidos por Geraldi (2006; 2011), que por sua vez foram obtidos por meio de vivência direta que o pesquisador teve com o Território Centro Sul entre 2004 e 2008, enquanto atuava como consultor do Consórcio de Desenvolvimento Regional do Centro-Sul do Paraná na elaboração de Planos Diretores de alguns dos municípios associados. Além de outras fontes bibliográficas consultadas, como Rech (2010), para embasar os conteúdos e obter mais informações acerca dos assuntos abordados.

Para o tratamento dos dados coletados dos meios bibliográficos, foram utilizadas as categorias de análise da prática tecnológica: alternativas de escolhas humanas; formas fenomenológicas da tecnologia; estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos; base sócio material; estrutura institucional e; operadores tecnológicos.

## **CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ**

Devido às suas influências nas políticas de desenvolvimento, o conceito de território ganha definições de diversas áreas como: filosofia, economia, antropologia, sociologia e geografia. Todas essas consideram o território como sendo fruto do processo de construção sócio/histórico de um determinado espaço geográfico, nascendo com identidade própria, se diferenciando com seus aspectos culturais, socioeconômicos, físicos, naturais, políticos e administrativos (GREGORIO, 2012). É como uma unidade de referência, com “nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social” (SHNEIDER, 2004, p. 110).



O Território Centro Sul do Paraná é composto por 12 municípios, sendo eles: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Abrange uma área de 10 mil km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 5% da área total do estado (IPARDES, 2007).

Como ferramenta de representação social e via de obtenção de meios e programas para o desenvolvimento dos municípios que compõe o Território, o Conselho Gestor figura como um órgão aberto aos membros e à sociedade, demonstrando o seu potencial em colaborar com a resolução dos problemas da agricultura territorial.

Os Conselhos Gestores atuam com políticas setoriais, no controle de ações específicas, como merenda escolar, ou com temas transversais (direitos humanos e violência contra a mulher), sendo compostos por órgãos públicos, de composição paritária tanto com sociedade civil quanto com governo, criados por lei, e responsável pelo repasse de recursos federais, com atribuições consultivas, deliberativas e/ou de controle (TEIXEIRA, 2000 *apud* CARVALHO e TEIXEIRA, 2000).

Na região Centro Sul no ano de 1996 foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), como o intuito de discutir propostas para o desenvolvimento rural da região de Irati. Em 2003, houve debates para discutir os novos conceitos de desenvolvimento sustentável com abrangência territorial e sobre gestão social, reunindo lideranças, conselhos e instituições durante a realização de seminários municipais.

A partir dessas mobilizações, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) liberou o primeiro recurso, que foi empregado em um projeto de abertura do Centro de Formação de Agentes de Desenvolvimento para a Construção da Cidadania no Território Centro Sul do Paraná, sendo devidamente alocado por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) (RECH, 2010; GERALDI, 2006).

O Território Centro Sul do Paraná, e conseqüentemente seu Conselho Gestor, foram reconhecidos em 11 de maio de 2005, durante reunião do CEDRAF, instância que aprova a inclusão dos Territórios ao programa. Até essa data era considerado pré-território<sup>1</sup> e recebia verbas por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar),

<sup>1</sup> É o reconhecimento parcial de um grupo de municípios na sua inclusão no programa ministerial tendo que demonstrar maior capacidade de articulação para ser elevado à categoria de Território e usufruir plenamente do programa (GERALDI, 2011).



passando a receber recursos, agora na condição de Território, do PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais) (GERALDI, 2011).

Desde então, o Conselho Gestor vêm discutindo e elaborando projetos, juntamente com a comunidade, através dos membros conselheiros que participam regularmente das reuniões, cumprindo com sua missão: “estabelecer e implementar políticas de superação da pobreza, redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia garantindo a participação e o controle social da população do Território” (RECH, 2010, p. 59).

Como prova de que é uma tecnologia que se adaptou à região e às necessidades existentes nos municípios, o Conselho Gestor foi legitimado pela população e é aceito pelos agricultores, pois é um meio de conseguir melhorias em suas propriedades, através de projetos governamentais, cursos e programas que o Conselho intermedia, como a Regularização Fundiária e os cursos do PRONATEC.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tenta-se analisar nesse momento, o processo de construção do Conselho Gestor utilizando como perspectiva, a construção social da tecnologia através de seus componentes fundamentais, associando cada um deles com a realidade da época da criação.

O processo de criação do Conselho Gestor considerou como sendo relevantes as **alternativas de escolhas humanas** determinadas por Sousa (1980 *apud* TRIGUEIRO, 2009), pois buscou suprir a demanda existente na época, relacionada com a necessidade de desenvolver o meio rural, visto que a região era carente de tecnologias que auxiliassem no desenvolvimento rural. O baixo índice de desenvolvimento humano, a falta de industrialização da época e a grande produção de tabaco podem ser considerados fatores que embalaram essa nova fase em busca de desenvolvimento e melhorias agrícolas.

Além disso, ocorreu a participação ativa da população para definir os objetivos do Território, em que o Conselho Gestor, já reconhecido, efetivou como uma de suas primeiras ações: realizar uma oficina em cada um dos 12 municípios envolvidos, sendo construído um diagnóstico com a participação dos agricultores familiares. Com os resultados obtidos e após debates com os integrantes do Conselho Gestor, foram definidos os objetivos do mesmo: superar a pobreza por meio da geração de emprego e renda; reduzir as desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; diversificar as atividades econômicas e sua articulação dentro e fora do





território; adotar instrumentos de participação e controle social; promover a organização dos agricultores familiares; reduzir os passivos ambientais; melhorar as condições de saúde, saneamento básico; e melhorar a educação de jovens e adultos (GERALDI, 2006).

Por outro lado, pesquisa feita por Rech (2010) mostra que a motivação maior para a abertura do Conselho Gestor e união em forma de Território, era financeira, visto que as destinações de verbas do MDA, já naquela época, passaram a ser direcionadas para territórios rurais, tendo prioridade em relação aos municípios de forma isolada. Sendo por questões financeiras ou mesmo políticas, não se pode negar que direta ou indiretamente, a população rural passou a ser beneficiada com a abertura do Território, pois diversas ações foram e estão sendo implantadas em todos os municípios que o compõe.

Mesmo sendo uma tecnologia voltada para resolver questões da população rural, o que ocorre de fato é que uma grande parcela dos agricultores não sabe qual a função do Conselho Gestor, pois “se o agricultor familiar souber dos objetivos do Território, participará deste mais ativamente” (RECH, 2010, p. 81). Fica claro, que as **formas fenomenológicas da tecnologia** acabam por não ser aplicadas totalmente nesse caso, pois a tecnologia deveria ser para benefício e uso dos agricultores, e não apenas de uma minoria ou por interesses políticos.

Por ser um elemento de gestão social, o Conselho deve abranger as categorias que o fundamentam, ou seja, os interesses públicos, a esfera pública e a emancipação social (CANÇADO, 2011), pois a gestão social consiste na tomada de decisões que afetam uma “determinada comunidade ou território e todos os envolvidos participam como protagonistas – primeiro setor (Estado); segundo setor (mercado) e terceiro setor (sociedade civil)” (TENÓRIO, 2005, p. 107). Por isso é importante que ocorra de forma mais intensa a participação social, para que seus sujeitos usufruam de um instrumento que está a seu dispor e que lhes trará benefícios.

Relatos de ex-membros do Conselho Gestor mostram que no início, quando ainda se falava em ser pré-território, não sabiam ao certo o que era o tal enfoque territorial, por isso buscaram literaturas, treinamentos e capacitações para que pudessem se adequar as novidades do processo que estavam iniciando (RECH, 2010). Isso se encaixa como sendo parte de um **estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos**, pois havia referências para buscar apoio e orientação para o embasamento e o planejamento da nova fase que se iniciava.

Porém, já havia certa organização nos municípios, pois a existência das Secretarias de Agricultura e dos CMDR's os colocavam em posição de vantagem perante a criação do





Território. Tal fato ficou evidente quando a proposta de criação do mesmo foi levada ao MDA em um Seminário Regional. Nesta oportunidade, os representantes da região Centro Sul foram surpreendidos porque o MDA possuía uma política nos moldes do que já estava sendo feito pela região (RECH, 2010, p. 79).

Ao mesmo tempo em que ficaram surpresos, ficaram receosos, pois por um lado pregava-se a autonomia das regiões em definir suas prioridades e, por outro, eram necessárias algumas mudanças exigidas para se adequarem a esse molde preestabelecido. Diz-se, portanto, que houve uma institucionalização regendo a situação do momento, através do poder do MDA.

Quanto ao processo de institucionalização, o fato da entidade existir influenciou a conduta humana, definindo padrões estabelecidos de uma conduta dita apropriada para tal comunidade (BERGER e LUCKMANN, 2004). Com a institucionalização, surgem os papéis sociais que determinam o “comportamento e a previsibilidade dos relacionamentos entre os indivíduos, assim como os elementos mediadores das relações sociais imediatas ou não, que se desenvolvem no cotidiano” (MAGALHÃES, 2004, p. 236).

Técnicos da EMATER e algumas ONG’s não citadas, além de Secretários de Agricultura dos municípios do Território Centro Sul, foram atores importantes no processo de criação do Conselho, se formatando como a **base sócio material** do processo de construção da nova tecnologia de gestão social. Esses profissionais debateram projetos e propostas com a finalidade de resolver problemas comuns entre os municípios, de forma a agilizar os processos de resolução dos problemas de todos em uma mesma ação.

Para que fosse reconhecido, o Território precisou aceitar algumas indicações do MDA, ou seja, precisou se adequar ao molde político imposto, sendo incluídos outros dois municípios com características semelhantes e que pertenciam à região de Ponta Grossa, além dos dez inicialmente propostos e que compunham a AMCESPAR naquela época. Mesmo sendo de iniciativa popular, foi necessária a presença e intervenção de uma **estrutura institucional**, neste caso o MDA, para que a proposta fosse concretizada e esta nova tecnologia fosse desenvolvida na região Centro Sul do Paraná.

Tanto o MDA quanto o CEDRAF foram os **operadores tecnológicos** do processo de construção da tecnologia, chamada Conselho Gestor. Foi por intermédio deles que a proposta se tornou realidade e foi possível dar início à nova fase de desenvolvimento da região de Irati.

Pode-se dizer que o Conselho Gestor e o Território passaram por um processo de legitimação, sendo explicado e justificado com base nas ações que seriam aplicadas na região,



visando manter, principalmente, os mecanismos conceituais e a organização social, que são uma forma de explicação coerente das relações sociais existentes na sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2004; MAGALHÃES, 2004).

No conceito de Trigueiro (2009, p, 93) “o reconhecimento que os indivíduos e grupos sociais conferem a determinada autoridade ou dominação” é chamado de legitimação, sendo um “aspecto central na vida contemporânea, em particular no que concerne à produção e adoção de novas tecnologias”.

A obra de Geraldini (2006, p. 24), relata algo que mostra a aceitação que o Conselho Gestor teve na época e o comprometimento da região com o mesmo, pois na Conferência Regional das Cidades, no ano de 2005, foi aceita uma proposta que “ao invés de aprovar um novo Conselho Regional, reforça a existência do primeiro, abrindo espaço para atuar em outras áreas. Porém como o Conselho Territorial responde a programa do MDA, sua atuação em outras áreas acaba sendo inexistente”.

As legitimações que ocorrem na sociedade podem, de acordo com Berger e Luckmann (2004), seguir-se a outros processos legitimados, fazendo com que se concebam novos significados para determinada experiência social, ou seja, uma instituição que é reconhecida pelo povo tem seu significado incorporado facilmente, pois é vista como algo já conhecido e de confiança do indivíduo.

A legitimação e a representatividade dos Conselhos, e dos conselheiros também, junto à órgãos governamentais é algo de grande importância quando da busca de implantações efetivas em cada território e, muitas vezes, Conselhos sem legitimidade perante os seus representantes são prejudicados com as mudanças de governo, podendo até ser extintos (SOUZA, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi elaborado com o intuito de compreender como ocorreu o processo de criação do Conselho Gestor sob a ótica da construção social da tecnologia. Para tanto, foram apresentados dados de pesquisa já existente, fazendo relações com os componentes da prática tecnológica, tentando relacionar cada um deles com os acontecimentos do ato de abertura.

Percebe-se que houve a participação social tanto no processo de criação do Conselho quanto nos períodos atuais, frequentando reuniões e solicitando recursos, mesmo com números



pouco expressivos e sendo representados por instituições como Secretarias de Agricultura, CMDR's e representantes da sociedade civil organizada, como associações e movimentos.

A criação do Conselho Gestor deu início a uma nova fase de desenvolvimento para a agricultura familiar da região compreendida no Território Centro Sul do Paraná, lançando mão de projetos que visam resolver problemas comuns entre os municípios. Entretanto, se faz necessário proporcionar uma participação social mais intensa, para que os sujeitos de forma mais global usufruam e colham os benefícios intrínsecos a este instrumento.

## REFERÊNCIAS

BERGER, Peter, L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso. *Fundamentos teóricos da gestão social*. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2011.

GERALDI, Juliano. *Planejamento Regional e Gestão Territorial*. Estudo de caso da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná – AMCESPAR. Curitiba, 2006. Monografia (Pós-graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. *Ordenamento e desenvolvimento territoriais no centro-sul do Paraná*. 2011. Dissertação (Pós Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORIO, José Ramón Terry. Aproximación al concepto de comunidad como una respuesta a los problemas del desarrollo rural en América Latina. Em: *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Disponível em: [http://www.eumed.net/rev/cccss/22/concepto\\_comunidad.html](http://www.eumed.net/rev/cccss/22/concepto_comunidad.html). Acesso em 11 abri, 2014.

HAAL, Richard H. *Organizações: estrutura e processo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984. Em: TRIGUEIRO, MICHELANGELO GIOTTO SANTORO. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo: Centauro, 2009.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Diagnóstico Socioeconômico do Território Centro-Sul: 1ª fase*. Caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

MAGALHÃES, Josiane. Processos de construção sociais, movimentos autogestionários e consciência crítica. Em: *ORG & DEMO*, v. 5, n. 2, 2004, p. 229-246.



MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Em: *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, jul./set., 1993, 239-262.

PINCH, Trevor F.; BIJKER, Wiebe E. The social construction of facts and artifacts: Or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: BIJKER, W.; HUGHES, T; PINCH, T. *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987, p. 17-50.

RECH, Edemilso Pedro. *Desenvolvimento e território: uma análise da política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Território Centro-Sul do Paraná*. 2008. 110 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2010.

SHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Em: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan./jun., 2004, p. 8-125.

SOUSA, Ivan Sérgio Freire de. Accumulation of capital and agricultural research technology: a Brazilian case study. Columbus: The Ohio State University, 1980. Em: TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo: Centauro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa?. 2000. Em: CARVALHO, Maria Do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (orgs.). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo, Pólis, 2000. p. 99-119.

TENÓRIO, F. G. (Org.). (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. Em: *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 5, 2005, p. 101-124.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo: Centauro, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.



## **UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA UNIMONTES NO NORTE DE MINAS GERAIS, BRASIL<sup>1</sup>**

CARDOSO, José Maria Alves

*Professor Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Economia do Depto de Economia da Unimontes  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes / Faculdades Santo Agostinho – FACISA - Brasil  
josehcb21@yahoo.com.br*

MAIA, Maria de Fátima Rocha

*Pesquisadora do CesNova /UNL - GT: Políticas Públicas e Responsabilidade Social. Professora Depto  
de Economia - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes  
rochamaiaster@gmail.com*

RODRIGUES, Luciene

*Pesquisadora do CesNova /UNL - GT: Políticas Públicas e Responsabilidade Social.  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Depto. de Economia –  
Unimontes  
rluciene@unb.br*

### **Resumo**

As Universidades, para além de suas funções de ensino, de pesquisa e de extensão, constituem unidades dinamizadoras da economia local, ao gerar um conjunto de externalidades positivas de natureza cultural, social, econômica e tecnológica em seu meio envolvente. Este artigo apresenta alguns aspectos relativos à contribuição da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes em seu meio envolvente, especificamente no que refere à renda e emprego regional, por meio do multiplicador Keynesiano. Com base nos dados de 2006, estima-se que cada R\$1,00 aplicado na Unimontes gera, no total dos encadeamentos, um montante estimado em R\$5,72. Mostra também que a Universidade contribui na qualificação de capital humano e tem importante papel na economia local. A contribuição para a qualificação do capital humano para o desenvolvimento regional foi obtida por meio do levantamento e análise de diversas estatísticas disponíveis em diferentes documentos da Instituição e também pela coleta de dados primários, interna e externamente à Universidade.

**Palavras-Chaves:** Terciário superior, desenvolvimento regional, ensino superior

### **Abstract**

In addition to their teaching, research and extension functions, universities are dynamic units of the local economy by generating a set of positive externalities of cultural, social, economic and technological nature in the place they are located. This article presents some aspects concerning the contribution of UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros (State University of Montes Claros) in its location, specifically with respect to regional income and employment, using the Keynesian multiplier. Based on 2006 data, it is estimated that for every R\$ 1.00 applied on Unimontes generates a total estimated amount of R\$ 5.72. It also shows that the University contributes to the qualification of human capital and has an important role in the local economy. The contribution for the qualification of human capital for the regional development was

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado com base em pesquisa “Terciário superior e desenvolvimento regional: uma análise do caso da universidade estadual de montes claros – Unimontes” realizada pelo Departamento de Economia da Universidade Unimontes com o apoio da Fapemig.



obtained through the collection and analysis of several statistic data available in different documents of the institution and also by primary data collection, both internal and external to the University.

**Key-words:** upper tertiary, regional development, higher education

## 1. Introdução

O processo de desenvolvimento social e econômico assenta-se fortemente na construção do conhecimento científico, fomento de novas idéias, inovação tecnológica, soluções inovadoras e formação de quadros profissionais de qualidade colocados a serviço da comunidade. Esses fatores, por isso mesmo, devem ser tidos como prioritários pelas Universidades que pretendam contribuir para a melhoria e a transformação da sociedade. Portanto, é de grande interesse avaliar a contribuição que as Instituições de Ensino Superior, em particular as Universidades, trazem ao desenvolvimento das regiões em que se localizam.

Assim, este artigo tem como objetivo investigar algumas das contribuições que a Unimontes traz ao desenvolvimento das regiões em que se localiza. O estudo elucida algumas das possíveis implicações econômicas das atividades da Universidade em sua região de influência. Ademais, analisa alguns aspectos relacionados a sua contribuição na qualificação do capital humano para o desenvolvimento regional. As considerações efetuadas se inspiraram em argumentos inerentes ao referencial teórico Keynesiano e em idéias relativas à contribuição da qualificação do capital humano para o crescimento regional; Estatísticas e informações relativas a agentes regionais também foram consideradas com o propósito de subsidiar a interpretação dos reflexos da Instituição em seu território. O texto encontra-se organizado em cinco itens, sendo o primeiro esta introdução; o segundo, as considerações teórica e metodológicas; o terceiro, um breve histórico da Unimontes; o quarto, os impactos locais e regionais de naturezas diversas da Unimontes, considerando os impactos econômicos das atividades da Unimontes na geração de produto, renda e emprego em sua região de influência e a sua contribuição na qualificação do capital humano para o desenvolvimento regional. Por último, são feitas as considerações finais.





## 2. Breves Considerações teóricas e metodológicas

A análise dos efeitos irradiadores ou transbordamentos de uma Instituição de ensino superior pode ser feita sob várias óticas. Neste trabalho, optou-se por efetuá-la a partir da observação das operações da Unimontes nas economias locais e regionais e em seus territórios envolventes de forma a compreender alguns de seus possíveis reflexos sociais e econômicos.

Em suas argumentações o estudo leva em conta os pressupostos de teorias que procuram explicar particularidades inerentes às variações nos níveis de atividade e de crescimento das economias. A seguir, serão expostas algumas considerações acerca dos principais aspectos teóricos que inspiraram análises efetuadas na investigação em tela.

No sistema capitalista, grande parte das análises envolvendo especificidades relativas ao nível de atividade e à desigualdade de renda é tratada como sendo de inspiração neoclássica e/ou de inspiração keynesiana. Na primeira, os fatores de oferta são identificados como os principais determinantes dos níveis de renda; na segunda, as forças de demanda é que são aceitas como sendo as responsáveis pela definição do nível de renda da economia.

Pela perspectiva dos argumentos fundamentados na teoria keynesiana a determinação dos níveis de atividade vigente nos sistemas econômicos estão relacionadas aos fatores relativos à demanda<sup>2</sup>. Nesse entendimento, os investimentos e os gastos governamentais podem ser vistos como fatores de “injeção” exógena de despesas na economia. Elas têm a capacidade de promover estímulos, diretos e indiretos, na economia, cujas magnitudes decorrem do efeito multiplicador e acelerador nela vigente<sup>3</sup>.

As idéias inerentes aos argumentos de Keynes motivaram o surgimento de alguns modelos teóricos, muitas vezes denominados de inspiração Keynesiana. As abordagens adotadas por tais modelos abordam diversos aspectos como, por exemplo, aqueles relacionados ao emprego, à poupança, ao investimento, à produção, à renda, ao gasto dentre outros<sup>4</sup>. Como exemplo pode-se citar os modelos de Harrod e Domar.

Orientados numa perspectiva neoclássica, alguns teóricos também procuraram compreender e explicar aspectos relacionados ao comportamento das economias. Muitos dos

<sup>2</sup> KEYNES (1982)

<sup>3</sup> DUDLEY (1964)

<sup>4</sup> SOUZA, (1997 pp. 155- 172)





seus estudos discutem as disparidades de renda e os determinantes do crescimento econômico; para tanto, incorporaram em suas análises diversas variáveis.

Especialmente no decorrer da década de 1950, pensadores como Robert Solow efetuaram relevantes esclarecimentos acerca do crescimento econômico. A formulação teórica de Solow aborda aspectos relativos à acumulação do capital físico e ao progresso tecnológico. Ao longo das décadas seguintes, outros teóricos, a exemplo de Paul Romer, Robert Lucas e Robert Barro, desenvolveram outros estudos dentro dessa linha de abordagem<sup>5</sup>. Eles incorporam em suas análises variáveis relacionadas à economia das idéias, do capital humano e da tecnologia<sup>6</sup>.

Essas novas abordagens contribuíram para ampliar a capacidade de investigar e de explicar alguns fenômenos relacionados ao crescimento econômico como as desigualdades nas taxas de crescimento verificadas entre conjuntos de países e/ou conjunto de regiões dentro de um mesmo país.

Essas concepções teóricas têm sua relevância e contribuíram nos debates voltados para a compreensão dos processos de crescimento e desenvolvimento de sistemas econômicos. Portanto, influenciaram nas análises efetuadas ao longo deste estudo.

Vale destacar, entretanto, que embora não tenha se objetivado aplicar ou testar os modelos teóricos mencionados nos parágrafos anteriores eles sustentaram as indagações e reflexões efetuadas por ocasião desse estudo. Vale destacar também que ao longo do desenvolvimento deste estudo verificou-se que diversas estatísticas desagregadas para os níveis setoriais, regionais e locais não estavam disponíveis. Apesar de tais limitações as análises efetuadas permitiram que se chegasse a relevantes inferências.

Vale notar que alguns teóricos não aceitam como adequado e/ou viável adaptar e estimar, aos níveis de região ou município, modelos Keynesianos de determinação da renda. Entretanto, no tema em foco, tais modelos podem ser vistos como um referencial teórico que fornece indicações que auxiliam na compreensão empírica de alguns dos possíveis efeitos das atividades da Unimontes no contexto da economia regional. Por isso, resguardadas as limitações relativas à possibilidade de aplicação dos modelos, é aceitável admitir que os

<sup>5</sup> Vale ressaltar que SOUZA (1997, PP.342-343), sugere que vários teóricos contribuíram na investigação dos temas investigados por tais autores. No caso de Romer, por exemplo, o citado autor destaca que os trabalhos de Schultz (1961); de Arrow (1962); de Nelson e Phelps (1966) e de Nordhaus (1969), dentre outros, já abordavam, em alguma medida, o assunto discutido pelo teórico.

<sup>6</sup> JONES (2000, pp. 1-44)



argumentos de tais concepções teóricas podem orientar algumas reflexões relevantes acerca da problemática estudada.

A título de ilustração, é interessante apontar alguns aspectos inerentes às ações da referida Universidade que podem compor uma análise sob tal inspiração teórica; são eles: a folha de pagamento de pessoal, como “injeção” de renda que se traduz em um componente exógeno da demanda de consumo; as despesas com investimentos e as outras despesas de custeio da Unimontes. Tais variáveis podem ser consideradas como um componente exógeno da demanda regional, na medida em que são custeadas, em grande medida, com verbas do orçamento públicos e, na maioria das vezes, sem equivalência (nem vinculação) com a renda da região.

As análises do “lado da oferta” também podem auxiliar na compreensão do papel e da importância da Universidade em sua área de abrangência. Nessa perspectiva devem ser observadas a oferta de serviços ligados à qualificação de recursos humanos, formação de “capital humano”, como as instituições de ensino superior, têm grande importância. No caso em tela, a oferta dos serviços relacionados a esse tipo de formação é proporcionada pela Unimontes, e, no Norte de Minas, a citada Universidade é a Instituição pública de maior destaque na oferta desse tipo de serviço.

De fato, resguardadas algumas especificidades inerentes à formulação teórica dos modelos como o de Romer, por exemplo, aceita-se facilmente que instituições como Unimontes têm, implicitamente, significativo destaque no bojo das modernas teorias do crescimento econômico. A Universidade é um reduto de atuação e formação de pesquisadores, cujas atividades são, potencialmente, geradoras de conhecimento (idéias), e, essas são vistas como necessárias para que haja crescimento de longo prazo<sup>7</sup>.

No modelo de Romer, conforme aponta Jones (2000, pp. 101-103), as pessoas são os insumos chave para o processo criativo. Nessa perspectiva, “uma população maior (de pesquisadores) tem a capacidade de gerar uma quantidade maior de idéias. Na medida em que as idéias são “não rivais”, todos na economia acabam se beneficiando delas”.

Os bens não-rivais, que são essencialmente não-exclusíveis são, com frequência, chamados de bens públicos. Esses tipos de Bens permitem substanciais transbordamentos de seus benefícios, isto é, de externalidades. Bens com transbordamentos positivos tendem a ser

<sup>7</sup> JONES (2000, pp. 80-88)



produzidos abaixo das necessidades pelos mercados; oferecendo, por isso, uma oportunidade para a intervenção governamental<sup>8</sup>.

## 2.1. Procedimentos metodológicos

A pesquisa contemplou análises qualitativas e teve por finalidade investigar a contribuição que a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes traz à região onde se insere.

Para tanto, foram observadas informações levantadas de forma primária e secundária. A investigação bibliográfica e documental, foi realizada junto a diversas instituições ligadas ao ensino superior e/ou que, direta e/ou indiretamente, estavam envolvidas com o tema investigado; inclusive a própria Unimontes. Esta etapa foi importante para assimilação dos argumentos necessários para proceder às análises empíricas.

Muitas estatísticas foram levantadas de forma primária e secundária. Elas contribuíram no processo de contextualização e análises relativas aos efeitos das políticas e das atividades da citada Universidade. Elas se referiam, por exemplo: à expansão e às características das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; à evolução orçamentária; às estratégias de ação; ao público atendido; aos egressos; à instituição de apoio; ao pessoal vinculado direta e indiretamente à instituição dentre outros.

Um relevante conjunto de informações foi levantada junto a diversos agentes internos e externos à Instituição, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Alguns dos agentes foram escolhidos para serem investigados por estarem diretamente envolvidos com as questões político-administrativas da Instituição na sua sede, em Montes Claros e em suas unidades em Almenara, Brasília de Minas, Joáima, Salinas, Janaúba, Janaúria, Paracatu, Pirapora, Unaí e São Francisco. Adicionalmente foram entrevistados agentes externos à instituição, representantes de administrações municipais, gerentes de bancos, funcionários de agências de apoio ao comércio e à indústria, dentre outros. Esses atores por estarem estabelecidos em localidades inseridas na área de influência da Universidade; desfrutando de percepção privilegiada quanto aos seus possíveis reflexos locais e regionais.

<sup>8</sup> JONES (2000, pp. 65-78)



Estes por estarem inseridos no espaço de influência da Universidade, exercendo diferentes funções, têm condições de perceber tanto as demandas dos meios em que atuam quanto os reflexos dos produtos e dos serviços ali ofertados pela Instituição. Desta forma, estes agentes forneceram importantes subsídios para melhor compreensão da Unimontes e do papel desempenhado por ela em sua área de abrangência.

### 3. Breves Considerações Sobre o Norte de Minas Gerais e o Surgimento da da Unimontes

663

Observando os estudos de Cardoso (2000, pp. 173-208), fica evidente que, ao longo de sua história, a região norte mineira e seu entorno vivenciaram diversas transformações em sua realidade econômica e social. Algumas atividades se mostraram hegemônicas ao longo do tempo. Elas estiveram ordinariamente vinculadas às demandas extra-regionais; mas, usufruíram significativa sustentabilidade interna. São exemplos dessas atividades: a pecuária extensiva, o algodão, a mineração e a borracha. Nesse ambiente, as ofertas de produtos e de serviços ampliavam-se e diversificavam-se. A demanda pelo serviço de ensino, por exemplo, tornava-se cada vez maior. Paula (2007, p.116), relata que (...) *desde os primeiros tempos os mestres particulares cuidavam de alfabetizar os filhos do arraial de Formigas*<sup>9</sup>. [Em] 18 de novembro de 1830, abriu a primeira escola pública. Esse e outros fatos registrados por historiadores ajudam a caracterizar historicamente a evolução dos serviços de educação e mostram, de forma implícita, a importância e a necessidade da participação do setor público na oferta desse tipo de serviço. Ilustra, também, o esforço das lideranças locais que percebiam a importância de oportunizar serviços de educação à população regional.

Nesse cenário a localidade, conhecida hoje como Montes Claros, soube aproveitar sua localização estratégica no espaço regional. Ampliou continuamente a sua importância relativa, destacando-se como centro coletador e distribuidor de produtos e serviços na região. Fatos como a expansão ferroviária e a presença da SUDENE<sup>10</sup> contribuíram para ampliar a complexidade das relações nessa e em outras localidades da região.

<sup>9</sup> Localidade hoje conhecida como Município de Montes Claros.

<sup>10</sup> Para CARDOSO (2000, pp.208-225), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que foi criada em dezembro de 1959, motivou na região a expectativa de que muitas ações voltadas para o fomento regional fossem efetivadas. Sua atuação tanto reforçou quanto transformou algumas das realidades econômicas e sociais norte mineiras. A autarquia procurava viabilizar a expansão capitalista numa região que para o Estado precisava ser incorporada à dinâmica capitalista do centro e sul; áreas mais dinâmicas do país.

A autarquia atuou na região e teve um escritório implantado no Município de Montes Claros na década de 1960.



Ao analisar as transformações espaciais da Região, Cardoso (2000) destaca que as deficiências na oferta de serviços de ensino eram graves. O autor deixa claro que havia uma grande defasagem na oferta de infra-estrutura de ensino na Região<sup>11</sup>.

Assim, o ensino de nível superior só começa a ser oferecido na região no decorrer da década de 1960. O serviço era incipiente e seu surgimento pode ser atribuído à capacidade de percepção e organização da comunidade norte mineira. Caleiro e Pereira (2002, pp.17-30), ao relatarem o prelúdio do ensino superior, destacam que foram muitos os debates envolvendo expoentes da coletividade que viam essa categoria de ensino como imprescindível ao processo de desenvolvimento regional.

No mesmo documento, os citados autores relatam que, por meio de Projeto de Lei, o Deputado Cícero Dumont propôs a criação da Universidade Norte de Minas. O Governador Magalhães Pinto, em 24 de maio de 1962, sancionou a Lei 2.615, criando tal instituição<sup>12</sup>. A Lei previa, ainda, a criação de uma entidade, denominada Fundação Universidade Norte Mineira – FUNM, que tinha o objetivo de manter a Universidade criada. Essa, posteriormente, passou por transformações, recebendo a denominação de Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Nascia, então, a primeira instituição de ensino superior da Região. Vencer as dificuldades físico-geográficas, reduzir as disparidades intra e inter-regionais, eram necessidades percebidas por seus idealizadores.

A referida Fundação avançou na busca de seus propósitos. Em 1965, encampou a Faculdade de Direito - FADIR e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que ficou conhecida como FAFIL<sup>13</sup>. A Faculdade de Medicina – FAMED, a Faculdade de Administração e Finanças – FADEC e a Faculdade de Educação Artística – FACEART, foram criadas pela Fundação, respectivamente, nos anos de 1969, 1972 e 1986<sup>14</sup>.

No decorrer da década de 1980, ações concretas foram realizadas com o intuito de consolidar a criação da Universidade. Em 1989, a FUNM foi transformada em autarquia estadual. Em 1990, por meio do Decreto de Lei número 30.971, foi instituída a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Mas, só em 21 de julho de 1994, a Instituição foi

<sup>11</sup> Acredita-se que, se naquela análise outros municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha tivessem sido considerados, a conclusão não teria apresentado viés significativo.

<sup>12</sup> CALEIRO e PEREIRA (2002, p.19).

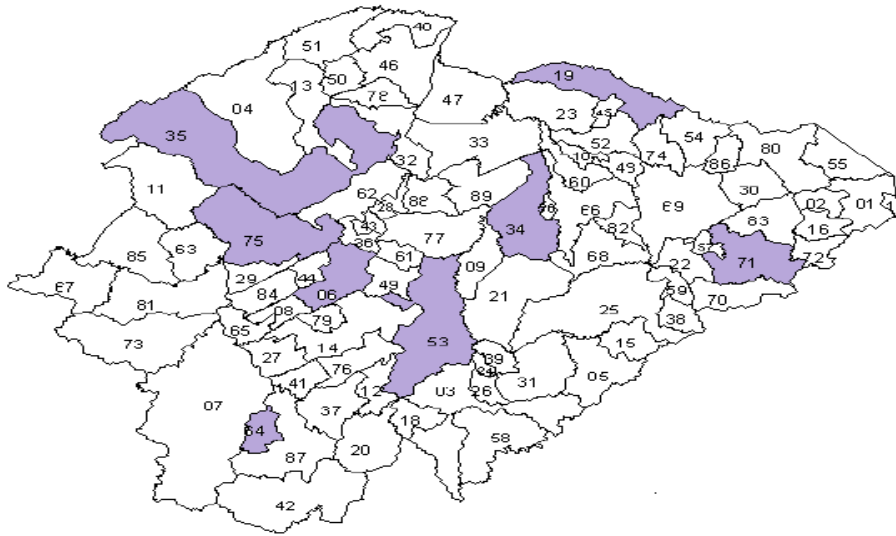
<sup>13</sup> Destacam citados pesquisadores que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, já estava em funcionamento desde 1963; sendo a instituição mantida com recursos da FELP – Fundação Educacional Luiz de Paula.

<sup>14</sup> Relatório de Gestão da Universidade Estadual de Montes Claros. Dez de 2004 a Dez de 2005



reconhecida como Universidade<sup>15</sup>. Ela nascia com a missão de: (...) *contribuir para a melhoria e a transformação da sociedade, atender às aspirações e os interesses de sua comunidade e promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão com eficácia e qualidade*<sup>16</sup>.

A Unimontes intensificou suas ações, expandiu o número de cursos, qualificou e ampliou os corpos administrativo e docente; seus serviços extrapolaram as dimensões territoriais do município sede.



MAPA 1 Atuação da Unimontes nos municípios do Norte de Minas

01- Águas Vermelhas	13- Cônego Marinho	25- Grão Mogol	37-Jequitaiá	49-Mirabela	61- Patis	74- Santo Antônio do Retiro
02- Berizal	14-Coração de Jesus	26- Guaraciama	38- Josenópolis	50- Miravânia	62-Pedras de M <sup>a</sup> da Cruz	75-São Francisco
03-Bocaiúva	15- Cristália	27- Ibiaí	39-Juramento	51-Montalvânia	63- Pintópolis	76- São João da Lagoa
04-Bonito de Minas	16- Curral de Dentro	28- Ibiracatu	40- Juvenília	52-Monte Azul	64-Pirapora	77- São João da Ponte
05- Botumirim	17- Divisa Alegre	29- Icarai de Minas	41- Lagoa dos Patos	53-Montes Claros	65- Ponto Chique	78- São João das Missões
06-Brasília de Minas	18- Engenheiro Navarro	30- Indaiabira	42- Lassance	54- Montezuma	66-Porteirinha	79- São João do Pacuí
07-Buritizero	19-Espinosa	31- Itacambira	43-Lontra	55- Ninheira	67- Riachinho	80- São João do Paraíso
08- Campo Azul	20- Francisco Dumont	32-Itacarambi	44- Luislândia	56-Nova Porteirinha	68-Riacho dos Machados	81-- São Romão
09-Capitão Enéas	21-Francisco Sá	33-Jaíba	45- Mamonas	57-Novorizonte	69-Rio Pardo de Minas	82-Serranópolis de Minas
10- Catuí	22- Fruta de Leite	34-Janaúba	46-Manga	58- Olhos d'Água	70-Rubelita	83-Taiobeiras
11- Chapada Gaúcha	23- Gameleiras	35-Januária	47-Matias Cardoso	59- Padre Carvalho	71-Salinas	87-Várzea da Palma
12- Claro dos Porções	24-Glaucilândia	36-Japonvar	48-Mato Verde	60-Pai Pedro	72- Santa Cruz de Salinas	88-Varzelândia
					73- Santa Fé de Minas	89-Verdelândia

Logo, em nível estadual a Instituição atuava em grande número de municípios de diversas regiões; abrangendo 44,3% da área estadual, mas sua área de atuação prioritária era o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

<sup>15</sup> Lideranças Norte mineiras e por meio dos seus representantes legislativos participaram ativamente nesse processo. Para um relato mais pormenorizado ver Caleiro e Pereira (2002, pp. 39-41).

<sup>16</sup> UNIMONTES, Relatório de Gestão - Dez de 2005 a Dez de 2006, p.01. É oportuno destacar que o documento UNIMONTES, Plano de Desenvolvimento Institucional. 2005 – 2009 p.3; citando o Regimento Geral da instituição diz que a sua missão é: “Contribuir para a melhoria e transformação da sociedade, atender às aspirações e os interesses de sua comunidade Tornando-se fator de integração regional”.





Especificamente no Norte de Minas a Unimontes opera diretamente nas microrregiões de Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Januária, São Francisco, Brasília de Minas, Salinas e Espinosa<sup>17</sup>, com prováveis efeitos irradiadores nos municípios que compõem as respectivas microrregiões. Por isso pode-se inferir que, a área de atuação da Unimontes é bem maior do que aquela sinalizada no mapa 2, ao se considerar o número de municípios não atendidos diretamente pela instituição, mas com influência de suas atividades na comunidade.

Para além do Norte de Minas, a Unimontes atende também cidades do Noroeste de Minas como Paracatu e Unaí e do Vale do Jequitinhonha - Almenara e Joáima. Além disso, a instituição passou a atuar ordinária e/ou eventualmente em outras regiões dentro e fora do Estado e do País.

Seu público potencial compreendia uma população superior a 2,89 milhões de habitantes<sup>18</sup>. No ano de 2001, a Unimontes respondia por 88% do total dos alunos matriculados na IES<sup>19</sup> públicas da Região. No ano de 2003, a única IES públicas sediadas na Região eram o CEFET, em Januária, a FAFEID, em Diamantina, e a Unimontes, em Montes Claros. Apenas 3, de um total de 22 IES públicas existentes no Estado de Minas Gerais<sup>20</sup>. No ano de 2005, oferecia mais de 2.000 vagas distribuídas em mais de 50 cursos regulares de graduação. Além de vagas em cursos Modulares, Seqüenciais, bem como em Pós-Graduações *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Em 2007 oferecia 10.572 vagas distribuídas em cursos de graduação, além de Modulares, Sequenciais, Normal Superior, bem como em Pós-Graduações *Lato sensu* e *Stricto sensu*. Na ocasião possuía 11 *campi* além da sede Montes Claros. A Unimontes se apresenta como importante ofertante de serviço de educação, atuando com destaque também nas áreas de pesquisa e extensão.

Ao longo das últimas décadas, muitas transformações contextuais ocorreram, nacionalmente. Nesse ambiente, como exemplo, pode-se citar a oferta de Ensino de Nível Superior. As Políticas Públicas que viabilizaram a expansão da infra-estrutura de ensino superior e motivaram alterações nas regulamentações do setor viabilizando novas modalidades de ensino. Seus reflexos extrapolaram o campo físico e incidiram nas práticas didático-pedagógicas.

<sup>17</sup> Já se encontravam em implantação em 2007 as unidades de Bocaiúva e Taiobeiras no Norte de Minas e a unidade de Pompeu na mesorregião Central Mineira.

<sup>18</sup> UNIMONTES, Relatório de Gestão - Dez de 2004 a Dez de 2005, p.05.

<sup>19</sup> Instituição de Ensino Superior - IES





Essas políticas estimularam a implantação de empreendimentos no setor educacional. Cardoso (2003, pp. 48-50), por exemplo, mostra que, a partir da década de 1990, o setor terciário havia ganhado força. Situação destacada por diversos autores como favorável ao processo de desenvolvimento regional. O Prof. Rinaldo Barros,<sup>21</sup> ao debater o tema Universidade e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, mostra que: *A educação é a chave do desenvolvimento sustentável – uma educação fornecida a todos os membros da sociedade, segundo modalidades novas e com a ajuda de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se transformar para melhor ao longo da vida* (Mayor, 1998, p. 46 citado por Rinaldo Barros).

Efetuadaos esses comentários e investigando alguns aspectos da atuação da Unimontes, é possível afirmar que a instituição tem, em alguma medida, contribuído positivamente no processo de transformações regionais. Os argumentos dos parágrafos seguintes atestam essa percepção.

#### 4. Impactos locais e regionais de naturezas diversas da Unimontes

Em termos gerais, a Unimontes, para além de suas funções de ensino, de pesquisa e de extensão, constitui unidade dinamizadora da economia local, ao gerar um conjunto de impactos locais e regionais de naturezas diversas. Ela se apresenta como entidade irradiadora do processo de desenvolvimento e gera externalidades em seu meio envolvente.

As lideranças locais se manifestaram em relação a importância da Unimontes no que diz respeito aos aspectos sociais dela decorrente. Para 39% delas a contribuição social das ações da Instituição foi classificada como muito boa, para 17% como ótima e para 36% como boa; na ocasião apenas 3% dos investigados não se manifestaram. Quanto as transformações motivadas pela Universidade em seus municípios, 72% dos citados agentes apontaram que elas ocorreram de forma expressiva e muito expressiva; para 25% a atuação foi pouco expressiva; apenas 3% dos investigados alegaram não ter essa informação. Para 88% das lideranças investigadas, o setor econômico mais sensível às atividades da Universidade era o terciário; apenas 6% dos

<sup>20</sup> UNIMONTES (2005, pp. 7-8). Aqui, foram considerados as IES do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri.

<sup>21</sup> Rinaldo Barros foi Debatedor do tema: Universidade e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, no II Seminário Internacional Sobre Ciência e Tecnologia na América Latina – 09 a 10 de novembro de 2005 - UNICAMP - São Paulo. Na ocasião era professor adjunto da UERN e diretor da FAPERN.



investigados alegaram que tais ações não eram visíveis, 3% citaram que não havia setores sensíveis e 3% não souberam informar<sup>22</sup>.

Segundo os diversos atores entrevistados, as transformações ocorridas direta e/ou indiretamente das ações da Unimontes, se refletiam nas relações sociais quotidianas das localidades e de seus entornos. Os agentes locais ampliam e enriquecem suas relações sociais interagindo com pessoas de outros meios, tanto docentes quanto discentes. Nesse contexto surgem negócios formais e/ou informais ligados, especialmente ao setor terciário, a exemplo da oferta de alojamentos, fornecimento de alimentação e transportes. A difusão de novos saberes se processa por meios diversos, como o envolvimento dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão; inserção de diplomados no mercado de trabalho; análises das atividades dos pesquisadores e a publicação dos seus resultados; ações que fomentam as inovações e as melhorias no domínio das tecnologias ou da gestão das organizações; bem como atividades relacionadas à cultura e ao lazer. De modo geral, a Unimontes cumpre papel importante no desenvolvimento socioeconômico e cultural na sua região de influência.

Ela contribui na “quebra da pobreza geracional” e na superação da baixa qualificação da mão-de-obra regional. Esse fato pode ser percebido, quando se analisa dados referentes aos candidatos a cursos oferecidos por ela e a qualificação dos seus pais. Os pais dos candidatos tiveram limitado acesso a serviços de ensino. Foi constatado que 7% dos pais e 7% das mães não possuíam nenhuma instrução; que 39% dos pais e que 36% das mães tinham primeiro grau incompleto; apenas 2% dos pais e das mães tinham curso superior incompleto e que 5% dos pais e 7% das mães tinham curso superior completo.

Adicionalmente a esse fato, verificou-se que: 68% dos candidatos procediam de famílias com renda de até 04 salários mínimos; 63% dos candidatos declararam não exercer atividades remuneradas e aqueles que as exerciam, desfrutavam de baixa remuneração; e, 65% dos candidatos estavam na faixa etária de 17 a 29 anos. O fato da maioria do público ser jovem, aliado à sua qualificação pela Instituição, pode ser visto como aspecto facilitador para a sua futura incorporação na estrutura produtiva, para a ampliação das suas rendas e para a melhoria da sua qualidade de vida. Em acordo com a teoria de Sen (1999), contribuindo para ampliação de suas oportunidades e capacidades materiais e simbólicas.

<sup>22</sup> Pesquisa Financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG



#### **4.1. Alguns dos impactos econômicos das atividades da Unimontes na geração de produto, renda e emprego em sua região de influência**

A Universidade Estadual de Montes Claros destaca-se como uma das instituições de maior relevância no processo de desenvolvimento regional do Norte de Minas Gerais. Desde sua criação tem funcionado como um dos canais de transferência exógena de renda para a economia regional e, quando não, como entidade que captura renda regional e extra-regional, direcionando-a para o meio envolvente. Foram consideradas como transferência exógena de renda para a região os dispêndios do Estado com pessoal, custeio e investimento na Universidade. Esses gastos se ampliavam via efeitos multiplicadores; influndo positivamente na economia, favorecendo o emprego, o produto e a renda na região<sup>23</sup>. Ademais parte dessa renda retorna aos cofres públicos, via pagamentos de impostos e tributos.

No período 2000 a 2006, por exemplo, os valores orçamentários da instituição foram superiores àqueles registrados pelos municípios nos quais ela possuía unidades instaladas, com exceção de Montes Claros, Unaí e Paracatu. No ano de 2000, o orçamento realizado da Instituição superou inclusive os valores dos municípios de Unaí e Paracatu.

Ao comparar o orçamento realizado pela Unimontes, no ano de 2005, com aqueles realizados por todos os municípios das regiões Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, verifica-se que o valor orçamentário da Universidade só foi inferior aos de Montes Claros e de Teófilo Otoni. Nesse ano, as transferências da União e do Estado para cada um dos 89 municípios do Norte de Minas, só não superaram o valor orçamentário de Montes Claros<sup>24</sup>. Essas informações ajudam a ilustrar o peso da Unimontes, como canal exógeno de injeção de recursos na região<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> A avaliação de alguns dos impactos econômicos das atividades da Unimontes na geração de produto, renda e emprego em sua região de influência foi efetuada em termos qualitativos e quantitativos. A estimativa mais precisa do efeito multiplicador requeria a desagregação dos dispêndios da Instituição e/ou de seus agentes por localidade. Requeria também a propensão a consumir de cada localidade e esse dado não se encontra disponível para o âmbito municipal ou regional. Assim, a alternativa foi analisar os gastos totais da Instituição na região e utilizar uma variável proxy, isto é a estimativa da propensão média a consumir para o Brasil.

<sup>24</sup> Obs.: A Unimontes não possui centro instalado no município de Teófilo Otoni.

<sup>25</sup> Dados relativos às transferências da União e do Estado para os diversos municípios da região estudada estão disponíveis no Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCEMG). As informações citadas pelo referido Tribunal têm base nos dados extraídos das prestações de contas apresentadas pelos diversos Municípios. O objetivo da argumentação aqui apresentada é ilustrar a significância da Unimontes enquanto agente por meio do qual se realiza ordinariamente gastos públicos. As informações aqui apresentadas podem ser acessadas no sítio <http://www.tce.mg.gov.br/Prestacontas/indexdados.htm>



A Instituição, no ano de 2006, contou com uma receita total de R\$ 80,8 milhões de reais. Trata-se de valor expressivo no cenário econômico regional. Em 2005 o orçamento da Universidade representou 15,79% do total de valores transferidos pelas duas esferas de governo para tais municípios<sup>26</sup>. A relevância dessa informação se amplia ao saber que a grande maioria desses municípios possui significativo peso econômico e se apresentam, inclusive, como micro centros regionais.

**QUADRO 1: Orçamento Realizado pela Unimontes e as transferências do Estado e da União para os Municípios, no ano de 2005.<sup>27</sup> (Valores em Reais Correntes)**

Municípios	Transferência da União	Transferência do Estado	Totais
Montes Claros	100.669.455,91	55.118.119,36	155.787.575,26
Brasília de Minas	9.903.691,75	1.827.558,33	11.731.250,09
Janaúba	16.056.048,64	7.767.201,17	23.823.249,81
Januária	19.381.529,69	3.552.480,27	22.934.009,96
Espinosa	9.559.088,46	1.913.041,84	11.472.130,31
Pirapora	14.417.892,25	13.608.584,33	28.026.476,58
Salinas	15.074.700,75	3.150.041,41	18.224.742,16
São Francisco	13.832.296,82	2.895.949,57	16.728.246,39
Unai	17.066.619,89	23.114.902,54	40.181.522,43
Paracatu	24.052.882,34	23.649.930,58	47.702.812,91
Almenara	6.165.521,05	1.601.417,46	7.766.938,51
Joaíma	10.454.858,42	2.840.202,20	13.295.060,62
<b>TOTAL</b>	<b>256.634.585,96</b>	<b>141.039.429,07</b>	<b>397.674.015,03</b>
Orçamento realizado pela Unimontes			62.790.719,64
Percentual Orçamento da Unimontes em relação ao total das transferências para os municípios			<b>15,79%</b>

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais/ Organização Pesquisa Terciário Superior<sup>28</sup>

<sup>26</sup> Nesse estudo, optou-se por considerar apenas os gastos atribuídos a esses agentes públicos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG. As informações citadas pelo referido Tribunal tem base nos dados extraídos das prestações de contas apresentadas pelos diversos Municípios. O objetivo da argumentação aqui apresentada é ilustrar a significância da Unimontes enquanto agente por meio do qual se realiza ordinariamente gastos públicos. As informações aqui apresentadas podem ser acessadas no sítio <http://www.tce.mg.gov.br/Prestacontas/indexdados.htm>

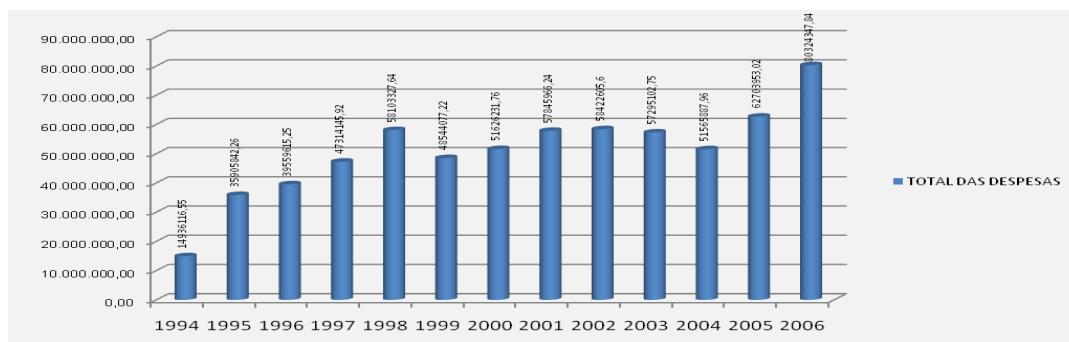
Vale mencionar que alguns dos gastos que são realizados de forma eventual pelo Estado e/ou pela União, em benefício dos Municípios enfocados, apesar de importantes, não representam relevantes vieses às análises desse o estudo.

<sup>27</sup> Dados relativos às transferências da União e do Estado para os diversos municípios da região estudada estão disponíveis no Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCEMG).

<sup>28</sup> Os dados da tabela são provenientes do Tribunal de Conta do Estado de Minas Gerais e dos Balanços Orçamentários da Unimontes



As estatísticas acerca da expansão das despesas totais da Unimontes de 1994 a 2006, a preços de 2006, mostram que as despesas da Unimontes foram crescentes ao longo dos anos, apresentando uma expansão da ordem de 538%, conforme pode ser visualizado no Graf.1.



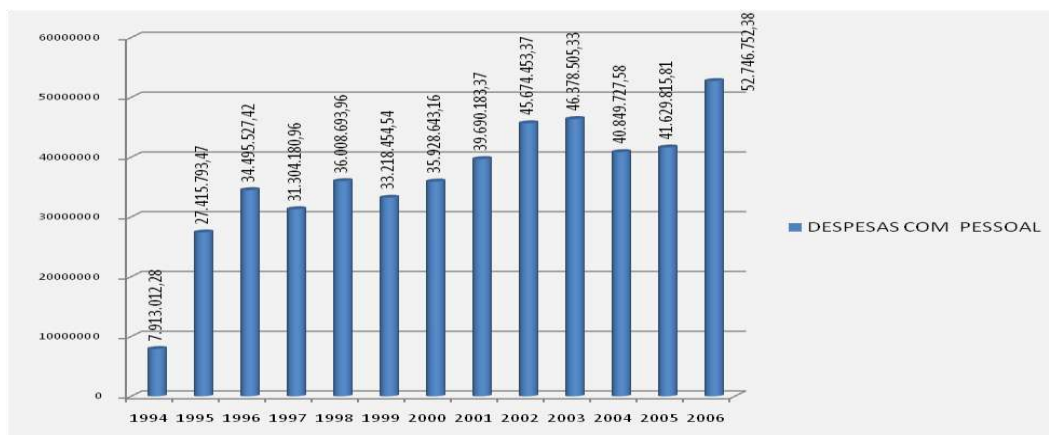
Fonte: Dados dos Balanços Orçamentários da Unimontes. Atualização monetária segundo IGP-DI – FGV para dezembro de 2006.

**GRÁFICO 1: Expansão das Despesas Totais da Unimontes 1994 a 2006, a preços de 2006.**

Em 2006 o total das despesas foi de aproximadamente R\$ 84,3 milhões, valor que, comparado ao realizado no ano anterior, representou acréscimo de 28%. Essas estatísticas associadas às anteriores, corroboram a idéia de que houve na Unimontes um deliberado esforço para viabilizar a sua missão institucional.

Ademais, a Instituição se apresenta como uma grande empregadora na região. Desta forma, a força de trabalho nela alocada contribui, via seu consumo, para aquecer as economias locais. o Graf. 2 expressa os dispêndios totais da Unimontes, os com pessoal representaram 53% em 1994 e 65,66% em 2006. A taxa de crescimento desses gastos, no período de 1994 a 2006, foi de 67%<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Relatório final pesquisa “Terciário superior e desenvolvimento regional: uma análise do caso da universidade estadual de montes claros – Unimontes” 2008.



**Fonte:** Balanços Orçamentários da Unimontes./Atualização monetária segundo IGP-DI – FGV para dezembro de 2006.

### **GRÁFICO 2: Evolução das Despesas com Pessoal da Unimontes de 1994 a 2006.**

A cada emprego diretamente gerado 2,5 empregos são, indiretamente, gerados. Em 2006 a Universidade empregava 1.271 docentes e 2.837 servidores administrativos e comissionados; ou seja, 4.108 empregos diretos. Portanto neste ano, entre empregos diretos e indiretos, eram gerados 10.270. Em 2008 a Universidade empregava 1.320 docentes e 2.916 servidores administrativos e comissionados; ou seja, 4.236 empregos diretos. Logo, nesse ano, entre empregos diretos e indiretos, eram gerados 10.590.

Essas estatísticas também reforçam o entendimento de que as atividades da Unimontes favoreciam ao emprego, à renda e ao produto; contribuindo, por isso, para o desenvolvimento regional.

Algumas das estatísticas apresentadas, bem como o comportamento dos consumidores brasileiros, ajudam a estimar o efeito multiplicador decorrente dos gastos da Unimontes em sua área de abrangência. No ano de 2006, o consumo final das famílias como percentual do PIB no país foi da ordem de 82,54%. Assim, ao se admitir que, na região de influência da Unimontes este percentual também tenha sido verificado; que a Instituição seja vista como agente exógeno, e que por meio dela rendas externas são transferidas para a região; e que, toda a variação de renda decorrente dos seus gastos seja destinada à poupança ou ao consumo; pode se estimar que, na ocasião, o multiplicador dos gastos decorrentes da Instituição era da ordem de 5,72<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> No ano de 2006, segundo estatísticas do IPEA/DATA, o consumo das famílias, como percentual do PIB, foi de 80,19%. Com base nesse valor o multiplicador verificado naquele ano seria da ordem de 5,04. Nesse caso o seu efeito sobre gastos de R\$ 84.582.736,22 seria de R\$ 426.296.990,54.





Deste modo, ao se considerar o orçamento realizado pela Unimontes em 2006, que era de R\$84.582.736,22 pode se estimar que, o efeito final do gasto realizado pela Universidade em sua área de atuação foi da ordem de R\$ 484.437.206,30; isto é, 483,4 milhões de reais. Ao se considerar esses dados e admitindo que a maioria das demandas realizadas pela Instituição era atendida pelos mercados locais e regionais, se deduz que os seus dispêndios contribuam positivamente para o dinamismo econômico de sua área de influência.

#### **4.2. Considerações sobre a percepção dos atores da Unimontes quanto às ações da Instituição**

Mais do que esse valor quantitativo, é relevante apontar a percepção atores ligados, direta e ou indiretamente, à instituição quanto à irradiação dos efeitos gerais da Unimontes sobre a realidade local e regional é positiva.

Segundo esses agentes a Universidade oportunizou vivência acadêmica à população local e motivou a atração e/ou o maior trânsito de pessoas de outros meios em suas localidades. Tal fato contribuiu para dinamizar as suas relações sociais e culturais, a produção, a renda e o emprego. Os reflexos das ações da Unimontes sobre essas variáveis foram mais evidentes nos locais onde a Instituição possuía centros instalados; portando se manifestaram de forma heterogênea<sup>31</sup>.

Os agentes locais davam conta de que diversas transformações foram motivadas pela Instituição. Para eles as atividades que, direta e/ou indiretamente, davam suporte às ações da Unimontes, a exemplo de alimentação, alojamento e transporte, foram as mais afetadas e que a mão-de-obra formada era amplamente ocupada na estrutura produtiva local, especialmente no setor terciário.

É possível inferir que a Universidade tem importância econômica e social em seu entorno, e que os gastos realizados, por meio dela, contribuem na determinação do nível de emprego e renda regional. As despesas da Unimontes se traduziram num componente exógeno da demanda em seu meio envolvente.

<sup>31</sup> Houve dificuldade em se aferir quantitativamente muitos dos reflexos das ações da Instituição, devido à inexistência de estatísticas desagregadas para os níveis locais e regionais. Muitas das relações econômicas que





### 4.3. Contribuição da Unimontes na qualificação do capital humano para o desenvolvimento regional

Resguardadas algumas especificidades inerentes à formulação teórica de modelos como o de Romer, verifica-se que Instituições como a Unimontes têm, implicitamente, significativo destaque no bojo das modernas teorias do crescimento econômico. A Universidade é um *locus* de atuação e formação de pesquisadores, cujas atividades são, potencialmente, geradoras de conhecimento (idéias), essenciais ao crescimento de longo prazo<sup>32</sup>. No modelo de Romer, as pessoas são os insumos chave para o processo criativo. Nessa perspectiva, “uma população maior (de pesquisadores) tem a capacidade de gerar uma quantidade maior de idéias. Na medida em que as idéias são “não rivais”, todos na economia acabam se beneficiando delas”.

Por essa perspectiva a Unimontes tem contribuído para o desenvolvimento regional. Vale notar que em 2005 havia 34 grupos de pesquisa institucionalizados, atuando em diversas linhas e a maioria dos projetos de pesquisas realizadas tinha enfoque regional. Essa característica constitui fator positivo uma vez que favorece a compreensão da realidade regional e a proposição de políticas voltadas para o enfrentamento de seus problemas.

A Instituição conseguiu êxito na qualificação de capital humano e isso favoreceu o desenvolvimento regional. A importância da Instituição na qualificação de capital humano fica evidente em diversos aspectos. No ano de 2005, por exemplo, do total de candidatos aos cursos oferecidos pela Instituição, 75,02% eram naturais da própria região, sendo que 85% residiam nela. Na ocasião 48,56% dos candidatos manifestaram que buscavam os cursos oferecidos por motivo vocacional; a facilidade de obtenção de emprego, bem como a possibilidade de conciliar profissão e interesses particulares, representaram 26,44% das justificativas mencionadas.

Na percepção de 22% dos acadêmicos<sup>33</sup>, havia 50% de possibilidade de atuar profissionalmente na região após formados; 30% deles acreditavam que havia 80% de possibilidade de permanecer na região, e 25% acreditavam ter 100% de possibilidade de permanência. Quanto ao tempo necessário à sua inserção no mercado de trabalho foi constatado

---

decorriam indiretamente da atuação da universidade eram caracterizadas pela informalidade, especialmente fora da sede. Isso não impediu, porém, que sua relevância fosse constatada e alguns dos seus reflexos identificados.

<sup>32</sup> JONES. C. I. Introdução à moderna teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Campus, (2000, pp. 80-88)

<sup>33</sup> em período de conclusão de curso



que para 58% dos referidos acadêmicos a inserção seria imediata, para 30% se daria em até 01 ano, para 8% em até 02 anos e para 4% em tempo superior a 02 anos.

Os dados referentes aos concluintes de curso na Universidade, vêm de forma positiva sua qualificação pela Unimontes e são otimistas quanto a sua inserção no mercado de trabalho. Eles se sentem preparados profissionalmente e pretendem atuar profissionalmente na região após formados. Essas constatações indicam que a qualificação oferecida pela Universidade tem sido bem-sucedida.

As afirmações efetuadas nos parágrafos anteriores são, em grande medida, corroboradas por pesquisa que investigou a realidade dos egressos da instituição e foi concluída no ano de 2000. Nela foi verificado que a absorção dos profissionais formados pela Universidade, no mercado de trabalho se dava de forma rápida; 96,6% dos egressos do ano 1998, na época da conclusão da pesquisa já se encontravam em plena atividade<sup>34</sup>. Isso confirma que a qualificação do Capital Humano pela Unimontes tem contribuído positivamente no setor produtivo e no desenvolvimento regional, o que direta e indiretamente, constitui fator favorável ao emprego, ao produto e à renda da região.

O crescimento verificado no número de matrículas efetuadas nos cursos regulares da Universidade desde sua criação também é um indicador que aponta para o contínuo aumento da contribuição da Unimontes para qualificação do capital humano na região. O número de matrículas avançou de 125 em 1964 para 2.699 em 1994, crescimento de 2.159,2%. Do ano de 1994 para o ano de 2005 quando o número de matrículas eram 7.157, o crescimento foi da ordem de 446,15%.

Arelado à expansão física da Instituição ocorreram processos de qualificação e admissão de mão-de-obra que possibilitaram a melhoria da titulação do seu corpo docente. Tal conduta além de favorecer a boa conceituação dos cursos da Instituição, também contribuiu positivamente no processo qualificação de capital humano. No quadro 03 é possível perceber a contínua melhoria na qualidade da titulação do corpo docente, no período de 2004 a 2007.

<sup>34</sup> Estudo realizado por GONÇALVES (2000) evidencia que houve grande absorção dos egressos da Unimontes formados nos anos de 1995 a 1998, no mercado de trabalho. Verificou-se também que a absorção desses pelo mercado de trabalho se dá de forma rápida. Dos egressos do ano mais recente (1998) na época da pesquisa feita por Gonçalves, percebeu-se que 96,6% deles já se encontravam em plena atividade de trabalho remunerado. (P.75-76)



### Quadro 03: Titulação do Corpo Docente da Unimontes no Período 1994 a 2007.

CORPO DOCENTE	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mestres	12	18	33	50	64	77	111	166	173	241	276	305	339	349
Doutores	-	-	-	-	1	6	9	13	20	32	46	69	90	122
Mestrandos	13	10	11	24	51	72	132	130	119	72	50	32	26	87
Doutorandos	1	1	1	1	18	13	39	49	47	55	55	52	50	88
Especialistas	235	244	310	332	317	438	424	415	418	421	541	578	675	695
Graduados	129	86	24	29	49	72	27	25	27	26	71	111	167	147
<b>TOTAL</b>	<b>390</b>	<b>359</b>	<b>379</b>	<b>436</b>	<b>500</b>	<b>678</b>	<b>742</b>	<b>798</b>	<b>804</b>	<b>847</b>	<b>934</b>	<b>1.063</b>	<b>1.271</b>	<b>1.313</b>

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009 e Relatório de Gestão Unimontes 2006 - 2007<sup>35</sup>

Foi verificado que 79% dos chefes de departamentos e coordenadores de curso, qualificam a institucionalização das atividades de ensino na Unimontes como sendo de nível bom, muito bom ou ótimo. Essa percepção é ratificada pelos bons resultados que os cursos da instituição vêm alcançando nas avaliações institucionais, realizadas junto ao Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais nos processos de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento.

A universidade oferece várias modalidades de estágios e as entendia como sendo uma forma de treinamento positiva para a formação profissional dos acadêmicos, especialmente para aqueles beneficiados. Desta maneira, para 81% dos estagiários as atividades desenvolvidas no estágio contribuem positivamente para a sua inserção no mercado de trabalho.

A Unimontes também apresentou avanços no campo da pesquisa e da extensão. No ano de 2005, por exemplo, existiam na Universidade 34 grupos de pesquisa institucionalizados voltados para diversos campos do conhecimento. Além das pesquisas institucionalizadas, os trabalhos de conclusão dos diversos cursos contribuíram na produção de conhecimento. Os recursos para tais atividades eram provenientes de diversas fontes e/ou entidades. A Fundação de Apoio a Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig, no período de 1994 a 2005, por exemplo, concedeu apoio financeiro a 26% dos projetos de pesquisa concluídos na Instituição.

É relevante destacar que na ocasião o enfoque da maior parte dos projetos das pesquisas concluídas estava, em larga medida, direcionados para investigação de questões de interesse local e/ou regional. Isso é fator positivo na medida em que, o melhor conhecimento da região possibilita a maior eficiência e eficácia das ações da instituição. Este fator favorece,

<sup>35</sup> As estatísticas utilizadas até o ano de 2003 foram extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009 e a partir do ano de 2004 foram extraídas do Relatório de Gestão Unimontes 2006 – 2007.



qualitativamente, sua contribuição no processo de qualificação do capital humano e a maior compreensão da estrutura produtiva local e regional.

No que se refere à extensão a Unimontes atua em diversas comunidades tanto na Região quanto fora dela. Ao longo do tempo as atividades de extensão universitária foram desenvolvidas nas áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e trabalho. Esse tipo de ação também contribui positivamente para a qualificação de universitários e da comunidade em geral.

A importância regional da Unimontes pode ser percebida por outras perspectivas analíticas. No que se refere as condições de oferta de serviços de educação na região a relevância da Instituição é notória. Basta lembrar que em sua região de atuação prioritária estão localizadas apenas 3 das 22 IES públicas existentes no Estado de Minas Gerais. É importante salientar a eminente representatividade da Unimontes dentre as Instituições de Ensino Superior na região.

Vale notar que, em larga medida, há nos agentes regionais, direta e indiretamente ligados à Unimontes, a percepção da importância da Universidade no processo de desenvolvimento regional. Para além disso, existe na instituição um ambiente propício à reflexão acerca da dinâmica das transformações culturais, sociais e econômicas inerentes ao processo de desenvolvimento regional. Ademais, do ponto de vista político, são explícitas as indicações de interesse, da parte dos gestores, em viabilizar ações que contribuem para o cumprimento da sua missão institucional.

## 5. Considerações Finais

Sendo reconhecidamente uma das instituições mais importantes da sociedade, as Universidades tem-se consolidado como fonte criadora, sistematizadora e difusora do conhecimento científico e tecnológico. Neste sentido, as Universidades cumpre importante papel no processo de desenvolvimento da região onde se inserem, através do exercício de suas funções de ensino, pesquisa e extensão. A reflexão efetuada neste trabalho, está ligada diretamente à contribuição da Unimontes na sua região de influência.

Apurou-se no estudo que por meio de suas atividades a Unimontes possibilita acesso ao ensino, por meio da pesquisa procura compreender a realidade regional e por meio da extensão desenvolve atividades que favorecem a coletividade, em diversos aspectos, inclusive na



geração de produto, emprego e renda. As ações da Universidade também contribuíram na qualificação do capital humano, formando mão-de-obra qualificada, essencial ao processo de desenvolvimento regional.

A Universidade tem relevância em âmbito regional e as suas atividades favorecem a região. Os gastos realizados por meio dela, como variável exógena, representaram um significativo fator de demanda na estrutura produtiva, e contribuem positivamente para os níveis de produto, emprego e renda. Com base nos dados de 2006, foi estimado por meio do Multiplicador Keynesiano que cada R\$1,00 aplicado na Unimontes gera, no total dos encadeamentos, um montante de R\$5,72. O capital humano por ela qualificado é em grande medida absorvido pela estrutura produtiva regional. Isso contribui para melhoria de vários aspectos inerentes aos setores econômicos e sociais, o que auxilia o desenvolvimento regional. A Instituição é efetiva na difusão de novos saberes e suas ações, geram externalidades positivas, que contribuem para a vitalidade científica, econômica e sociocultural na região.

## 6. Referências

- CALEIRO, R.C.L. & PEREIRA, L.M., Unimontes 40 Anos de História. Ed. Unimontes, Montes Claros, 2002.
- GONÇALVES, R.A. et al. *Egressos da Unimontes – 1995 a 1998 uma análise de evidências empíricas*. Montes Claros, Unimontes, 1999. (Relatório de Pesquisa).
- JONES. C. I. *Introdução à moderna teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- ROMER, P. *Endogeneous Technological Change*. Journal of Political Economic, (outubro), P. 71-102. 1990.
- CARDOSO, J. M. A., *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. In *Formação Econômica e Social do Norte de Minas*. Org. Rodrigues, L. & Oliveira, M. F. M. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000.
- CARDOSO, J.M. Alves et.all. *Terciário superior e desenvolvimento regional: uma análise do caso da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes/FAPEMIG*, Montes Claros, 2008. (mimeo).
- Universidade Estadual de Montes Claros. *Plano de Desenvolvimento Institucional.2005-2009*. Montes Claros, 2005.(mimeo)



- UNIMONTES. *Relatório de Gestão da Universidade Estadual de Montes Claros*. 2004 - 2005. Imprensa Universitária, Unimontes.
- UNIMONTES. *Relatório de Gestão da Universidade Estadual de Montes Claros*. 2005 - 2006. Imprensa Universitária, Unimontes.
- UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2005 – 2009*. Montes Claros, 2005. (mimeo)
- MAYOR, F. *Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável*. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior. Paris: 1998.
- PAULA, H. A. de, *Montes Claros Sua História, Sua Gente, Seus Costumes*. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007. Coleção Sesquicentenária, v .1.



## O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

CRISÓSTOMO, Monique Teixeira (UENF)

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
monikebj@gmail.com*

PEDROSA, Andressa Teixeira (UENF)

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
andressa.pedrosa@gmail.com*

LUQUETTI, Eliana Crispim França (UENF)

*Professora do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem  
elinafff@gmail.com*

680

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir como as políticas linguísticas auxiliam no processo ensino-aprendizagem e na elaboração de um material didático que esteja mais ligada à realidade dos educandos, posto que, na maioria das vezes, esses manuais não se encontram sintonizados com as diversidades linguísticas daqueles que fazem seu uso, uma vez que privilegia a gramática normativa e desconsidera as variedades da língua. Sabe-se que, na atualidade, os livros didáticos já passaram por reformulações, mas ainda têm muitas modificações e abordagens a serem (re)pensadas.

**Palavras-chaves:** Livro didático, ensino e Políticas Linguísticas.

### ABSTRACT

This article aims to reflect how language policies assist in the teaching-learning process and the development of educational material that is more connected to the reality of the students, since, in most cases, these manuals are not attuned to the diversity language of those who make use, since privileges normative grammar and disregards the varieties of the language. It is known that, in actuality, the textbooks have gone through reformulations, but still have many modifications and approaches to be (re) designed.

**Keywords:** Textbook, Teaching and Linguistic Policies.





## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo abordaremos questões que levam a uma melhor reflexão sobre a importância de se trabalhar com alguns preceitos da Linguística na formação do professor, a fim de torná-lo um educador mais reflexivo quanto ao ensino de Língua Materna e menos preso aos preceitos do ensino de língua baseado na Gramática Tradicional.

Discutiremos, pois, algumas importantes concepções e objetivos do ensino de Língua Materna, as concepções de linguagem e gramática e as contribuições da Educação Linguística na formação do professor de Língua Portuguesa.

Esse artigo tem, pois, por objetivo evidenciar as formas pelas quais a utilização do LD pode contribuir para um trabalho mais eficaz com o ensino de Língua Materna, numa perspectiva não radical de propor mudanças metodológicas ou de conteúdo, para discutir e (re)pensar as práticas pedagógicas de ensino de Língua Materna e também para não criar uma homogeneização do ensino.

## 2. A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sabemos que, muitas vezes, o professor de Língua Portuguesa não recebe preparo, ao longo de sua vida acadêmica, para trabalhar com o ensino de Língua Materna pautado nas perspectivas linguísticas. A fim de formar professores que desenvolvam um trabalho com Língua Materna mais produtivo e sem qualquer tipo de preconceito, as universidades devem priorizar estudos que levem à formação de educadores que reflitam mais sobre os fenômenos da língua.

O conceito de professor reflexivo está baseado no profissional que (re)pensa a língua e que leva seus alunos à reflexão, ou seja, não incorporando tudo na língua como “certo” ou “errado”, mas como legítimo.

Para que tal trabalho seja realizado, a primeira concepção que o educador deve ter é de que a língua é mutável e heterogênea, que ela se constrói ao longo do tempo e de acordo com cada comunidade linguística. Segundo Bagno (2009, p.41), “enquanto tiver gente falando uma língua, ela vai sofrer variação e mudança, incessantemente”.

Assim, o professor deve ter a consciência de que ao irem para a escola, os alunos já conhecem e têm domínio sobre sua língua, que eles são sujeitos de sua própria história. No



entanto, ainda há professores que acreditam que saber e ensinar uma língua está relacionado a contemplarmos os preceitos da gramática normativa.

Dessa maneira, vimos nas perspectivas da Educação Linguística (EL) uma forma de o professor ter uma melhor concepção sobre o ensino de Língua Materna e desenvolver uma aprendizagem mais significativa com seus alunos, a fim de levá-los à reflexão e a perceberem que os fenômenos da língua emergem em nossa interação verbal.

Para Travaglia (2011, p. 24),

a educação linguística deve ser entendida como o conjunto de atividades de ensino/aprendizagem, formais ou informais, que levam uma pessoa a conhecer o maior número de recursos da sua língua e a ser capaz de usar tais recursos de maneira adequada para produzir textos a serem usados em situações específicas de interação comunicativa para produzir efeito(s) de sentido pretendido(s). A educação linguística permite saber as condições linguísticas da significação e, portanto, da comunicação, uma vez que só nos comunicamos quando produzimos efeito(s) de sentido entre nós e nossos interlocutores. A educação linguística deve, pois, possibilitar o desenvolvimento do que a Linguística tem chamado de competência comunicativa, entendida esta como a capacidade de utilizar o maior número possível de recursos da língua de maneira adequada a cada situação de interação comunicativa. Portanto, a educação linguística trata de ensinar os recursos da língua e as instruções de sentido que cada tipo de recurso e cada recurso em particular é capaz de pôr em jogo na comunicação por meio de textos linguísticos.

Ao fazer uso adequado de seu idioma, o falante de uma língua poderá ser considerado como um bom falante, pois fará as adequações linguísticas necessárias para que o ato comunicativo seja eficaz. Assim, a EL auxilia esse falante a utilizar os vários recursos disponíveis na língua para o ato da interação comunicativa.

Para Bagno (2002, p. 18), a EL centra-se nos seguintes elementos:

- I- o desenvolvimento ininterrupto das habilidades de ler, escrever, falar e escutar;
- II- o conhecimento e reconhecimento da realidade intrinsecamente múltipla, variável e heterogênea da língua, realidade sujeita aos influxos das ideologias e dos juízos de valor;
- III- a constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua, tomada como objeto de análise, reflexão e investigação.

Uma das principais tarefas a ser executada pelo docente, portanto, é trabalhar a língua relacionada à leitura e produção de textos, de análises dos fenômenos linguísticos relacionados ao estudo de conteúdos gramaticais. É importante salientar que não consideramos importante



que o aluno não conheça e domine a norma padrão da língua, mas que saiba que ela possui variações. Travaglia (2011, p. 27) afirma que

é necessário e importante que a educação linguística ensine esta norma culta ou padrão dada a sua importância política, econômica e cultural em nossa sociedade, inclusive como instrumento de mobilidade social para os cidadãos, mas é preciso que fique claro que ela é uma forma de usar a língua apropriada para o uso em um grande número de situações, de modo semelhante ao fato de que devo usar terno e não bermuda e camiseta em uma série de situações, mas há outras situações em que o uso de bermuda e camiseta é perfeitamente plausível e mais adequado.

O que defendemos é que, ao ir para a escola, o educando já tem conhecimento e domínio de sua língua. Cabe ao professor trabalhar com as variedades da língua e desenvolver nele a competência linguística, ou seja, que o aluno saiba empregar a língua nas diversas situações de comunicação.

Dessa maneira, o professor deve ter em mente que está trabalhando a língua com um falante nativo, com alguém que já tem essa língua internalizada. Mas isso não quer dizer que o professor não deve ensinar a língua padrão e que, também, não deve aceitar que o educando utilize a língua da maneira que achar mais adequada. Cabe ao professor, portanto, fazer com que o aluno saiba utilizar a língua de acordo com cada situação de comunicação, sabendo comunicar-se de acordo com as necessidades de cada momento. Bechara (2000, p. 15) preconiza que a Educação Linguística

consiste em que o professor não acastele o seu aluno na língua culta, pensando que só a língua culta é a maneira que ele tem para se expressar; nem tampouco aquele professor populista que acha que a língua deve ser livre, e portanto, o aluno deve falar a língua gostosa e saborosa do povo, como dizia Manuel Bandeira. Não, o professor deve fazer com que o aluno aprenda o maior número de usos possíveis, e que o aluno saiba escolher e saiba eleger as formas exemplares para os momentos de maior necessidade, em que ele tenha que se expressar com responsabilidade cultural, política, social, artística etc. E isso fazendo, o professor transforma o aluno num poliglota dentro de sua própria língua. Como, de manhã, a pessoa abre o seu guarda-roupa para escolher a roupa adequada aos momentos sociais que ela vai enfrentar durante o dia, assim também, deve existir, na educação linguística, um guarda-roupa linguístico, em que o aluno saiba escolher as modalidades adequadas a falar com gíria, a falar popularmente, a saber entender um colega que veio do Norte ou que veio do Sul, com os seus falares locais, e que saiba também, nos momentos solenes, usar essa língua exemplar, que é o patrimônio da nossa cultura.



A EL auxilia, pois, para que o sujeito praticante da língua saiba utilizar o maior número de recursos de seu idioma na interação comunicativa, a fim de produzir seus enunciados satisfatórios e eficazes e para que não sofra com os preconceitos linguísticos. Trabalhar com as variedades linguísticas na sala de aula significa mostrar aos alunos que não existe uma variedade melhor ou pior que a outra e que elas são igualmente válidas, cada qual inserida em seu contexto comunicativo.

Além disso, cabe à EL formal trabalhar com a modalidade escrita da língua, mostrando suas diferenças em relação à modalidade falada, e que ela tem sua importância no processo da aprendizagem. Dessa forma, o usuário da língua não fará apenas uma transferência do oral para o escrito.

Desse modo, ao se trabalhar com a modalidade escrita, o professor de Língua Materna deve considerar as práticas de letramento para que esse ensino ocorra de maneira produtiva, com a finalidade de os educandos exercerem as práticas sociais de leitura e escrita.

Para Soares (2000, p.3),

letramento é o estado de quem sabe ler e escrever. Ou seja: letramento é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive: sabe ler e lê jornais, revistas, livros; sabe ler e interpretar tabelas, quadros, formulários, sua carteira de trabalho, suas contas de água, luz, telefone; sabe escrever e escreve cartas, bilhetes, telegramas sem dificuldade, sabe preencher um formulário, sabe redigir um ofício, um requerimento. São exemplos das práticas mais comuns e cotidianas de leitura e escrita; muitas outras poderiam ser citadas.

Ao possuir essa visão sobre letramento e sobre um ensino pautado na educação linguística, o educador será um diferencial no ensino de Língua Materna, pois irá além de ensinar somente as regras propostas pela Gramática Normativa. Ele desenvolverá o papel de professor reflexivo, que leva seus alunos a refletirem a língua e não apenas a identificarem o que é taxado como “certo” ou “errado” nessa língua.

## 2.1 Os objetivos do ensino de Língua Materna

Ao chegar à sala de aula, é importante que o educador tenha a consciência de que os alunos já dominam sua Língua Materna e que ele apenas os auxiliará a reconhecer as variedades e particularidades dessa língua, a pluralidade de discursos existentes em nossa comunicação.



Assim, traçaremos aqui alguns objetivos, considerados por nós importantes, para que este ensino de Língua Materna seja produtivo.

O primeiro deles está baseado na premissa de que o ensino de língua deve desenvolver a competência comunicativa dos usuários dessa língua, ou seja, prepará-los para que utilizem a língua nas suas diversas situações de comunicação. De acordo com Travaglia (2009, p. 17), a competência comunicativa implica duas outras competências: a gramatical ou linguística e a textual:

a **competência gramatical** ou **linguística** é a capacidade que tem todo usuário da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) de gerar sequências linguísticas gramaticais, isto é, consideradas por esses mesmos usuários como sequências próprias e típicas da língua em questão. Aqui não entram julgamentos de valor, mas verifica-se tão-somente se a sequência (orações, frases) é admissível, aceitável como uma construção da língua. Essa competência está ligada ao que Chomsky chamou de “criatividade linguística”, que é a capacidade de, com base nas regras de língua, gerar um número infinito de frases gramaticais.

A **competência textual** é a capacidade de, em situações de interação comunicativa, produzir e compreender textos considerados bem formados, valendo-se de capacidades textuais básicas. (TRAVAGLIA, 2009, p.17-18)

De acordo com os PCN (1998), outro objetivo importante no trabalho com o ensino de Língua Materna está em conhecer e valorizar as variedades linguísticas de nosso idioma, a fim de evitar preconceitos linguísticos. Assim, o professor necessita desenvolver um trabalho em que mostrará aos alunos que cada um deles vem de uma comunidade linguística diferente e com suas particularidades, porém, de que nenhuma delas é melhor ou pior que a outra e sim que ocorrem registros distintos.

Outro objetivo considerado de suma importância pelo PCN, ao se ensinar Língua Materna, é desenvolver o domínio da expressão oral e escrita nas diversas situações de uso. É comum que se priorize o trabalho com a escrita nas aulas de Língua Portuguesa, mas faz-se necessário que este paradigma seja quebrado e que os professores de língua passem a trabalhar também com as outras modalidades, como a oral. Tal importância deve-se ao fato de que, ao ir para a escola, o educando já tem maior contato com a oralidade e, dessa forma, não fica à mercê no processo da aprendizagem. É relevante, também, porque auxilia no processo de inclusão social, leva à reflexão sobre as variedades linguísticas e desenvolve as capacidades cognitivas, uma vez que trabalha com as adequações de uso.



Dessa maneira, os PCN (1998, p. 32) de Língua Portuguesa abordam, também, outros objetivos para o ensino de Língua materna no Ensino Fundamental:

- utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso;
- utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas do conhecimento:
  - \* sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos, reconstruindo o modo pelo qual se organizam em sistemas coerentes;
  - \* sendo capaz de operar sobre o conteúdo representacional dos textos, identificando aspectos relevantes, organizando notas, elaborando roteiros, resumos, índices, esquemas etc.;
  - \* aumentando e aprofundando seus esquemas cognitivos pela ampliação do léxico e de suas respectivas redes semânticas;
- analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos:
  - \* contrapondo sua interpretação da realidade a diferentes opiniões;
  - \* inferindo as possíveis intenções do autor marcadas no texto;
  - \* identificando referências intertextuais presentes no texto;
  - \* percebendo os processos de convencimento utilizados para atuar sobre o interlocutor/leitor;
  - \* identificando e repensando juízos de valor tanto socioideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico-culturais (inclusive estéticos) associados à linguagem e à língua;
  - \* reafirmando sua identidade pessoal e social.
- reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades;
- usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica.

Com a leitura acima, podemos perceber que os objetivos para o ensino de Língua Materna nos levam a refletir sobre um ensino pautado na competência linguística e que faça com que o educando possa inserir-se no meio social do qual faz parte. Assim, o processo de ensino-aprendizagem não está centrado nos métodos tradicionais, em que o aluno é um sujeito passivo e o ensino mecânico. O processo de ensino-aprendizagem de Língua Materna deve levar o aluno a utilizar a língua de forma que seja sujeito ativo de sua história que, por meio da utilização da linguagem, possa ser um “poliglota na sua própria língua” (BECHARA, 1987, p. 13).





## 2.2 As concepções de linguagem

Ao se trabalhar com as questões relacionadas ao livro didático, não poderíamos deixar de abordar questões relacionadas à língua, à linguagem e ao ensino de Língua Materna.

Entende-se por língua o veículo responsável pela comunicação humana, uma ação social, ideológica, sendo heterogênea e maleável, evoluindo ao longo de nossa interação verbal e da história. Para Possenti (2004, p. 50), “língua é o conjunto de variedades utilizadas por uma determinada comunidade, reconhecidas como heterônimas. Isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua”. Assim, saber uma língua é saber adequar os enunciados de acordo com cada contexto de comunicação. Nesse contexto de comunicação, vamos formando a linguagem.

Geraldi (2004, p.41) aponta três concepções para a linguagem:

- *A linguagem é a expressão do pensamento*: essa concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebemos a linguagem como tal, somos levados a afirmações – correntes – de que pessoas que não conseguem se expressar não pensam.
- *A linguagem é um instrumento de comunicação*: essa concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como um código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor certa mensagem. Em livros didáticos, é a concepção confessa nas instruções ao professor, nas introduções, nos títulos, embora em geral seja abandonada nos exercícios gramaticais.
- *A linguagem é uma forma de interação*: mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor para um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana. Por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam à fala.

Na primeira concepção, o ensino de Língua Portuguesa está pautado nas prescrições estabelecidas pela Gramática Tradicional, que busca pela arte de falar e escrever corretamente, não levando em consideração as diversidades linguísticas existentes e a competência comunicativa. Portanto, tudo o que foge à linguagem padrão é taxado como erro, visto que os seguidores desta concepção preocupam-se a todo momento com as regras e as normas estabelecidas pela Gramática Normativa.

Já na segunda abordagem da linguagem, o conhecimento da gramática está em perceber seu funcionamento e sua estrutura. Ainda neste plano, não há margens para interpretações, pois o que o autor quis dizer é somente o que está escrito, não sendo consideradas as informações





existentes nas entrelinhas do texto. O professor tem a função de seguir o livro didático por completo, e os alunos de seguirem os modelos de exercício que não os levam à reflexão.

Neste estudo, tomamos por base a terceira concepção de linguagem, em que os falantes são considerados como sujeitos enunciativos, sendo no uso que se apreende e se detêm os mecanismos da linguagem. É, pois, na interação entre os sujeitos que se dará a aquisição do conhecimento, partindo de suas reais necessidades, privilegiando a competência comunicativa. Para Travaglia (2009, p. 23), “nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)”. Portanto, é sob essa concepção que deveria estar baseado o discurso dos educadores em suas práticas pedagógicas, uma vez que a linguagem, nesse sentido, age como forma de interação, criação, transformação e reflexão, em que os sujeitos comunicativos posicionam-se.

Desse modo, percebemos que a linguagem abordada pelos livros didáticos deveria estar baseada na terceira concepção, a fim de abordar exercícios que levem os alunos à reflexão, tornando o ensino mais produtivo e menos mecânico. Cabe também aos professores terem a consciência de que o LD não é um material completo e acabado e que eles têm o poder de fazer as adaptações que acharem necessárias para suprirem as necessidades encontradas pelos manuais didáticos, a fim de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Rojo e Batista (2003, p.19-20), ao analisarem os livros didáticos do Ensino Fundamental, puderam observar que

em todos os domínios de ensino de língua materna nos quais os livros são avaliados, há o privilégio da norma culta, língua padrão, língua escrita, gêneros e contextos de circulação pertencentes à cultura da escrita (jornalísticos, literários e de divulgação científica, sobretudo; portanto urbanos e, no caso brasileiro, sulistas). Na abordagem de leitura dos textos são priorizados o trabalho temático e estrutural ou formal sobre estes, ficando as abordagens discursivas ou a réplica ativa em segundo plano.

A prioridade para a norma e a forma também é vista nos trabalhos de reflexão sobre a língua, pautados na gramática normativa e baseados nas formas cultas da língua padrão, nunca explorando diferentes variedades sociais ou geográficas da língua efetivamente em uso. Mesmo a presença de propostas de interações orais, devidas às indicações oficiais (PCN) de que o oral formal público deva ser tomado como objeto de ensino, passa ao largo do contraste seja entre as formas orais – em sua variedade e heterogeneidade – e as formas escritas em língua padrão, seja entre as diferentes variedades do oral em si.



Assim, os conteúdos abordados por estes manuais permanecem arraigados às regras prescritas pela língua padrão, em que se prioriza a escrita em detrimento da fala.

Outra concepção necessária para o ensino de Língua Materna está relacionada aos gêneros textuais. Foi a partir da elaboração dos PCN, com uma proposta de rever um ensino de língua mais voltado para as diversidades linguísticas, que os livros didáticos de Língua Portuguesa passaram a enfatizar mais o trabalho com os gêneros. Os LDs de Língua Portuguesa já contemplam bastante esse trabalho, porém, ainda estão presos aos gêneros que privilegiam a norma culta e, conseqüentemente, a linguagem e escrita padrão como poemas, contos de fadas, contos maravilhosos, cartas, canções, notícias e outros.

Dessa maneira, cabe, mais uma vez, ao educador adequar as abordagens apresentadas pelos LDs no que tange a esse conteúdo, adequando os gêneros à realidade de sua sala de aula e trabalhando, portanto, a leitura, produção textual, análise linguística e oralidade.

A oralidade é um outro fator pouco abordado pelos manuais didáticos, e um excelente trabalho com essa variedade pode ser realizado por meio dos gêneros textuais. O trabalho com os gêneros orais – recado, debates, palestras, entrevistas, entre outros – já é dominado pelos educandos e isso facilita muito o processo de ensino-aprendizagem. Assim, torna-se importante aproximar os gêneros textuais trabalhados na escola dos que os educandos têm contato em seu ambiente extraescolar, a fim de que percebam que já são conhecedores de sua própria língua e que há variedades diferentes de uso de um mesmo idioma.

Desse modo, os PCN (1998) abordam que o ensino de Língua Materna deve priorizar atividades que desenvolvam nos alunos a competência comunicativa, ampliando as várias maneiras de se trabalhar a linguagem. Ao expandir a competência comunicativa, o aluno torna possível empregar adequadamente a língua em diversas situações de uso. Para Travaglia (2011, p. 23), a competência do falante, enquanto usuário da língua, está em:

- a) quando produtor do texto, saber escolher entre as diversas possibilidades oferecidas pela língua para construir seu texto do modo mais adequado para alcançar seu(s) objetivo(s) em dada situação;
- b) quando receptor do texto, saber distinguir entre o(s) diferente(s) efeito(s) de sentido que cada recurso da língua usado e a forma do texto resultante é capaz de produzir em dada situação, sendo pois um “leitor” (de textos orais ou escritos) capaz de compreender adequadamente os textos que chegam até ele.

No entanto, como o LD é uma das fontes mais utilizadas pelos professores em sala de aula, é importante que, ao fazer a escolha deste manual, privilegiem os livros que dão maior



ênfase aos gêneros textuais mais adequados à realidade de seus alunos e que abordem questões que levam a uma aquisição eficaz da competência linguística.

É nesse sentido que Buzen e Rojo (2005) consideram que o LD pode ser estudado, também, como mais um gênero do discurso formado por vários outros gêneros intercalados compostos de enunciados. Assim, o próprio manual didático passa a ser um tipo de gênero a ser trabalhado pelo professor e a ser explorado na sala de aula.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo globalizado, marcado pelas imensas transformações tecnológicas, torna-se imprescindível que a escola busque recursos para que o processo de ensino-aprendizagem, principalmente o de LM, torne-se mais produtivo e que leve o aluno à reflexão.

A partir desse contexto, percebemos que a formação linguística recebida pelo professor em sua vida acadêmica pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de língua mais produtivo, uma vez que saberá a importância de se trabalhar com as variedades existentes na língua e valorizar a cultura de seus alunos.

Percebemos que muito tem ainda de ser (re)pensado sobre o uso do livro didático em sala de aula e que as primeiras reflexões sobre o assunto devem partir do próprio educador.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua Materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. *Não é errado falar assim!:* em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane (org.). *Livro didático de Língua Portuguesa: letramento e cultura da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.



BECHARA, Evanildo. *A norma culta face à democratização do ensino*. Conferência proferida no Ciclo de Palestras promovido pela Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 4 de julho de 2000. Disponível em <<http://portrasdasletras.com.br>>. Acesso em 15 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. *Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.

BUNZEN, C; ROJO, R. H. R. Livro didático de Língua Portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA-VAL, M. G.; MARCUSCHI, B. (Orgs.) *Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GERALDI, J.W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J.W. (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Ática, 2004, p. 39-46.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, J.W. (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Ática, 2004, p. 47-56.

SOARES, Magda. *Letrar é mais que alfabetizar*. Jornal do Brasil. 26/11/2000. Disponível em: <<http://educacao.ba.gov.br>>. Acesso em 15 de set. 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. Ed, São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Gramática: ensino plural*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.



## O CONCEITO DE CIÊNCIA E DEMOCRACIA: II CONFERÊNCIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (NITERÓI, RJ)

SANTOS, Roberta Hanthequeste B. dos  
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*  
*roberta.hant@gmail.com*

SANTOS, Priscila Tavares  
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFF*  
*Pris\_tavares2000@yahoo.com.br*

692

### RESUMO

Este estudo pretende compreender como foram estabelecidas as práticas discursivas no âmbito da II Conferência de Ciência e Tecnologia de Niterói com o intuito de provocar uma reflexão a respeito de quanto estas ações, as quais se pretende que resultem em políticas públicas, vêm, de fato, contribuir para construção de espaços democráticos e instrumentos sociais viabilizadores de uma proposta política como expressão das convicções e expectativas dos representantes presentes na Conferência. Procurou-se, no cenário de análise, contemplar as práticas de representatividade dos diversos segmentos, por meio de uma etnografia, no intuito de compreender os significados e os conjunto de fenômenos reunidos, a partir do papel dos agentes de mediação dos segmentos que integraram a II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e suas concepções acerca do conceito de ciência.

**Palavras-chave:** Conferência. Representação. Ciência

### ABSTRACT

This study want to understand how discursive practices were established under the II Conference on Science and Technology of Niterói to induce a debate as to how these shares, which are intended to result in public policies, are in fact contribute to building democratic spaces and social enablers instruments of a policy proposal to reflect the beliefs and expectations of the representatives present at the conference. It was appreciated, consider the practices of representation of the various segments, through an ethnographic study in order to understand the meanings and assembled set of phenomena, from the unction of mediation agents of the segments that made up the II Conference Hall of Science, Technology and Innovation and its notion of the concept of science.

**Key-words:** Conference. Representation. Science



## Introdução

Neste texto apresento algumas reflexões acerca do processo de construção do Plano Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói (PMCTN), a partir da análise de discurso de seus representantes e de observação direta. Para tanto, tomamos como ponto de partida o conceito de ciência e de democracia que orientaram as ações dos participantes e representantes institucionais da II Conferência de Ciência e Tecnologia do município de Niterói (Rio de Janeiro).

Buscamos compreender como são estabelecidas as práticas discursivas no âmbito da II Conferência de Ciência e Tecnologia de Niterói com o intuito de provocar uma reflexão a respeito de quanto estas ações, as quais se pretende que resultem em políticas públicas, vêm, de fato, contribuir para construção de espaços democráticos e instrumentos sociais viabilizadores de uma proposta política como expressão das convicções e expectativas dos representantes presentes na Conferência. Pretendemos ainda trazer à tona as condições de atuação dos representantes presentes e de funcionamento dos instrumentos políticos do COMCITEC, bem como as relações estabelecidas entre os segmentos sociais ali representados (professores, conselheiros, representantes das universidades com sede em Niterói, representantes das instituições de ensino de Niterói, representantes das instituições de pesquisa de Niterói, entre outros).

A II Conferência de Ciência e Tecnologia de Niterói ocorreu nos dias 02 a 04 de dezembro de 2013, entretanto o regimento interno foi elaborado em momento anterior. O primeiro dia do evento foi iniciado com uma palestra realizada pelo então diretor geral do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) e reuniu representantes de instituições eleitas pelo Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCITEC). As atividades iniciais tinham como objetivo a apreciação, a modificação, a votação e a aprovação do plano municipal. Durante o segundo dia de atividades, os participantes se reuniram em grupos de trabalho segundo a divisão proposta pelo PMCTN e foram propostas e votadas alterações no documento inicial. Por fim, no último dia da Conferência, todas as alterações propostas pelos grupos foram apresentadas e votadas com todos os participantes reunidos o que encerrou as discussões e elaborou o documento final.

Neste sentido, esperamos apresentar umas reflexões sobre o conjunto de fenômenos sociais e políticos que contribuiriam para construção do PMCTN a partir da II Conferência



Municipal de Ciência e Tecnologia, dando enfoque nos significados atribuídos ao conceito de “ciência” e de “democracia” principalmente a partir dos representantes institucionais e demais participantes convidados a integrarem este quadro.

### **Algumas considerações sobre o campo de análise**

Cumpra esclarecer que a condição de Secretária-Executiva do COMCITEC era, durante o período de observação, desempenhada por uma de nós. Em sendo assim, destaco o papel de agente mediadora das ações propostas por este órgão em diálogo com o demais participantes e integrantes desta Conferência. Este modo de inserção no campo por uma das pesquisadoras está portanto marcado por relativa ambiguidade. Por um lado, favorecia-nos ao acesso aos processos de caráter mais restrito, bem como, nos ajudava na promoção de encontros formais de discussão neste campo. Esta posição, neste sentido considerada privilegiada, permite a observação mais próxima das relações estabelecidas. Sem deixar de considerar que este papel que neste momento foi desempenhado colocou-nos diretamente em relação com todos os integrantes do conselho.

Por outro lado, vale à pena mencionar que esta condição exige um esforço no sentido do distanciamento necessário à realização desta proposta de estudo. As dificuldades inerentes ao estudo de campo do qual se integra já foram consideradas por Velho (1978). Neste texto, destaca que as condições de objetividade são requisitos fundamentais à realização da investigação por parte do pesquisador. Deste modo, esperamos trazer à tona categorias específicas colocadas em ação nestes dois cenários.

Sobre a questão da análise etnográfica e da inserção do pesquisador no campo de observação, Velho (1978) nos alerta sobre a necessidade do distanciamento em relação ao que se quer observar, principalmente se integramos o que pretendemos estudar. Estar ciente desta postura metodológica, de colocar-se como estrangeiro no lugar comum, é fundamental para trazer à tona os princípios norteadores das ações dos sujeitos, mas também estar atento aos significados que categorias usualmente compartilhadas podem expressar para além daqueles que supomos conhecer, como pretendo aqui descortinar o conceito de ciência.

Relativizar o familiar não é negar-lhe suas dimensões, mas se propor a conhecer o que se supõe conhecer. Atenta a isso, minha postura enquanto pesquisadora e integrante dos





quadros do Conselho é uma postura diferenciada e que espero poder revelar as discontinuidades desses dois mundos. (Velho, 1978)

Como considera ainda Peirano (1992), o trabalho de campo etnográfico é método fundamental ao campo sociológico, pois permite, para além da simples técnica de coleta de dados, imergir no mundo do outro, compreendendo suas lógicas de ação, seus processos de construção.

### **Processos sociais de construção da II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói**

O COMCITEC, com sua lei de criação datada de dezembro de 2005, e reformulada em 2007, com previsão de dotação orçamentária, foi criado com a finalidade de elaborar a política municipal científica e tecnológica do município de Niterói. Após a conferência municipal, realizada em 2008, os participantes ali presentes apresentaram as “diretrizes para política pública municipal de ciência e tecnologia”, o Conselho permaneceu inativo por quatro anos e só retomou suas atividades no ano de 2013.

Após este período de atividades interrompidas, para a nova gestão iniciada em 2013, buscou-se a representatividade das universidades sediadas em Niterói; instituições representativas na produção de ciência e tecnologia do município, bem como, pesquisadores valorizados por sua ampla experiência no setor acadêmico.

Na primeira Sessão Plenária de 2013 (reunião mensal com o intuito de reunir os conselheiros para discussão e deliberação a respeito da política científica e tecnológica do município), o grupo de conselheiros elaborou um plano de trabalho para nortear as suas ações. Durante o período de realização do trabalho de campo etnográfico, o então presidente do conselho propôs a realização de uma conferência com o objetivo de elaborar o PMCTN, nos moldes daquele que havia sido produzido a partir das reuniões que ocorreram durante o chamado Conselho Municipal de Educação, em 2007. A proposta havia sido apresentada e discutida com os secretários Executivo e de Ciência e Tecnologia, antes mesmo de ter sido apresentada e aprovada pelos Conselheiros, contudo sem grandes ressalvas.

Em uma das sessões plenárias, pudemos observar que o então Presidente sugeriu como objetivo para a II Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia a construção de um conjunto de ações cronologicamente organizado e previamente definido cujos efeitos esperados eram



descritos em ações, este seria o “Plano de Metas Municipal” com vigência para 10 anos. Um dos Conselheiros, representante da Universidade Federal Fluminense, recomendou que na construção deste plano fosse considerado o resultado da 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação.<sup>1</sup>

Ainda nesta mesma reunião que observamos, foi deliberada uma comissão composta por três conselheiros que se responsabilizariam por elaborar uma minuta, espécie de modelo do plano municipal de ciência e tecnologia a ser apreciada pelo grupo de conselheiros, previamente à realização da conferência.

Para tanto, a Secretária-Executiva elabora uma minuta do chamado Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação em parceria com uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Este documento apontava para a necessidade de utilização de um relatório produzido pelos então representantes do Conselho a partir das discussões estabelecidas entre os participantes da 1ª Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia realizada em 2008. Estes documentos apresentavam alguns princípios norteadores das ações relacionadas ao setor de “Ciência e Tecnologia” para o município de Niterói. Seus representantes decidiram, o que ficou expresso em minuta, o que seriam os princípios norteadores de suas ações, mantendo o modelo expresso no PME de 2007.

O documento elaborado foi levado as sessões plenárias que antecederam a conferência. Neste contexto, as metas foram lidas e modificadas pelos conselheiros que estiveram presentes nas reuniões. Como podemos observar em situação de trabalho de campo, a frequência dos conselheiros nestas reuniões era escassa e era decorrente de um expressivo esforço dos secretários do conselho para mobilização e motivação dos representantes indicados. Essas ações tinham o objetivo de chamar ao comparecimento às reuniões e à participação nas sessões plenárias.

O documento elaborado a partir das discussões neste contexto estabelecidas seria levado a II Conferência. Neste momento, seria colocado em aprovação e apreciação por uma comissão composta por três conselheiros que se dispusessem a participar.

O processo de indicação dos representantes para apreciar, modificar e votar o plano de metas era uma etapa a ser vencida no âmbito da conferência e, portanto, os conselheiros precisariam definir os critérios para participação das instituições. Em sessão plenária, o então presidente do conselho indicou a necessidade de publicação de um edital de chamamento

<sup>1</sup> O material reúne recomendações para a política tecnologia e científica do país e é denominado “Livro Azul”.



público, respaldado em uma Deliberação do Conselho Municipal, listando as unidades aptas a indicar seus delegados.

Cumprido esclarecer que a realização da Conferência foi respaldada pela Deliberação COMCITEC nº 01/2013, publicada em 16 de outubro de 2013, que estabeleceu critérios e diretrizes para a participação na II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói e compôs as pautas das sessões plenárias dos meses de junho, agosto, setembro, outubro e a reunião ocorrida no mês de novembro. A referida conferência aconteceu nos dias 02 a 04 de dezembro de 2013, e teve por finalidade a aprovação do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói, com vigência de 2014 a 2023, com a pretensão de registrar um diálogo com todos os agentes da sociedade niteroiense envolvidos no processo científico e tecnológico.

Além das burocracias geradoras das conferências, há um pensamento geral que concebe estes espaços como geradores de diálogos capazes de promover a democracia por meio de instrumentos que tornarão o Estado mais sensível às demandas sociais. Traduz-se na participação em uma conferência uma “escuta” por parte do governo na construção e implementação de políticas públicas e que há, portanto um potencial reformador e democrático presente nas conferências e demais instrumentos símbolos da democracia participativa. (Bonavides, 2001)

Neste sentido, como pudemos observar, a forma de seleção destes participantes influenciava nos resultados alcançados na II Conferência, na medida em que asseguram ou camuflam a representação da sociedade.

Nesta conferência a pretensão do então presidente do conselho e demais conselheiros era que os demais atores sociais ganhassem vez e voz e que passassem a participar dos processos de tomada de decisão que, como julgavam, “seriam de implicações diretas em suas vidas”. No entanto, nestes espaços discursivos são aptos a serem cenários de conflitos, na medida em que são explicitados novos interesses no campo das decisões de cunho político pois, na medida que se apresentarem na conferência, por meio do discurso argumentativo, deverão por princípio serem considerados e, obrigatoriamente, submetidos ao crivo dos demais participantes.



## O conceito de ciência na II Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia

A premissa de que as conferências são espaços de construção da democracia participativa esconde a fragilidade de cunho democrático das conferências que consiste na dimensão subjetiva que elege seus participantes e, conseqüentemente, revela o significado que darão a este espaço democrático. Ao voltar a atenção aos significados das categorias “ciência” e “democracia” supostamente compartilhadas pelos participantes da Conferência de Ciência e Tecnologia podemos compreender seus significados e ainda revelar os processos de construção de valores para além daqueles esperados pelos seu idealizadores e representantes institucionais.

Bruno Latour (2004) chama atenção, ao discutir o conceito de “ciência”, como faz em no relatório que apresenta ao Ministério do Meio Ambiente da França, e também na análise que realizada sobre este mesmo conceito ao retratar o Mito da Caverna, que o conceito de “ciência” pode ser compreendido a partir de duas situações de ruptura. Como considera, a primeira delas dissocia a ciência do mundo social, colocando-a como algo intangível ao homem comum, reservado àqueles privilegiados a afastar-se da vida para dedicar-se à sabedoria incólume advinda da ciência.

Frente a esta primeira noção apresentada pelo autor, o conceito de “ciência” está relacionado ao conhecimento que é produzido por aqueles que fazem parte da vida acadêmica, das instituições e que participam do processo de produção do chamado “saber científico”. Frente a isso, a “ciência” advinda de outras fontes, principalmente a do senso comum, será desvalorizada e ignorada como significado a ser incorporado ao campo de debate estabelecido no seio da II Conferência.

Neste sentido, como considera o autor, “ciência” é um conceito que se define a partir pelas disciplinas escolares, pelo método, pelos protocolos e todos que estão imersos no mundo social dissociados do ambiente profissional-científico e acadêmico estarão excluídos da discussão. Postura analítica preconceituosa e classificadora do chamado senso comum e que, portanto, está excluído do que pode ser científico.

Sob este mesmo aspecto, Goody (2012) também nos oferece importante contribuição para a compreensão dos modos de construção de significados da categoria “ciência”. Como demonstra, a dicotomia entre a “ciência” para o mundo acadêmico e para o senso comum tem sido objeto de análise de alguns autores mas que terminavam por produzir uma definição que se pretendia verdadeira dos grupos que elegiam para realizar seus exercícios analíticos. Frente a



isso, a academia terminou por produzir análises preconceituosas, tais como aquelas inerentes aos estudos sobre “populações selvagens” e “primitivas”. (Goody, 2014: 14)

Ainda sobre a primeira condição de ruptura, tal como apresentada por Latour (2004), na discussão ocorrida em sessão plenária do COMCITEC, quando os conselheiros listam as instituições aptas a indicar delegados para representá-la na conferência, fica claro que o conceito de ciência ali considerado é o de ser a “ciência” uma prática institucional. Vai ainda além, a voz será dada às determinadas instituições aptas a compreender uma sofisticada discussão “científica-tecnológica” inatingível aos homens comuns.

Como mencionado anteriormente, os representantes das instituições integrantes da Conferência foram previamente convidados e partem de um pressuposto de que são agentes produtores do que os conselheiros julgaram, naquele contexto, como “ciência”. Em sendo assim, a noção de “ciência” que orienta a indicação de seus integrantes é aquela produtora de uma dicotomia entre nós e os outros. (Simmel, 2005)

Em continuidade as condições de ruptura elaboradas por Latour (2004), a segunda delas aponta para o cientista enquanto agente que ocupa posição de superioridade por conhecer as leis criadas de forma alheia e distante do homem comum. Sendo assim, o cientista seria capaz de dizer a verdade contrapondo a sua “sabedoria” ao mundo dos ignorantes. Como no mito analisado pelo autor, o sábio que retorna à caverna empoderado da verdade que deverá nortear a vida dos comuns.

Frente a isso, durante a II Conferência os “sábios” podem ser revelados a partir da análise da posição social das instituições ali representadas. Neste contexto, ganham destaque alguns representantes de universidades do município de Niterói, considerados a partir da ampla experiência acadêmica. Em situação de observação participante, em uma das discussões ocorridas no seio da conferência municipal para análise e votação de uma das metas do PMCTN, um dos representantes acadêmicos teve voz a despeito da falta de inscrição como condição necessária para manifestar seu posicionamento. Frente a isso, aqueles ali presentes tiveram sua fala postergada.

Em situação de análise, por diversas vezes, quando os “sábios” manifestavam suas opiniões acerca do tema em questão, os demais ali representados, principalmente aqueles considerados “de fora” do mundo acadêmico, após ouvirem a fala “científica” e, portanto, a “verdade”, anulavam-se enquanto porta vozes de interesses e opiniões específicas para reiterarem o que esses “sábios” expressavam naqueles contextos. A suposta gentileza em



negar-se a si próprio a fala porque o “sábio”, academicamente consolidado enquanto portador da verdade da “ciência”, deixa transparecer a superioridade da noção de “ciência” vinculada ao que é produzido pelos representantes do mundo acadêmico. Em sendo assim, o que se manifestava era um processo de silenciamento de vozes e de desqualificação do que seria um debate para análise e aprovação do PMCTN. Como já mencionou Latour (2004), do “sábio” não é permitido discordar sob a pena de retornar para escuridão da caverna e ser considerado um ignorante, mesmo que por um processo de consentimento e voluntário entre seus próprios integrantes.

Além disso, sobre esta dicotomia entre a “ciência” da academia e do senso comum, Latour (2004) chama atenção para a própria grafia das categorias analíticas. Como demonstrou, a dissociação das ciências (aquelas do senso comum e outras tantas não institucionalmente tornadas verídicas) da Ciência (produzida pelos representantes acadêmicos) promove a politização das ciências pela espistemologia, a fim de tornar impotente a via política ordinária, concebendo a natureza como indiscutível. Desta forma, o termo Ciência deverá ser compreendido de forma ampla, abarcando contexto político, de natureza e de saberes, nela constando tanto o exercício da política quanto às práticas dos pesquisadores científicos, ou seja, “o mito da Caverna permite tornar a democracia impossível, neutralizando-a.” (Latour, 2004: 33)

Neste contexto analítico, ao convidar as escolas da rede municipal de Niterói para participar da conferência, nos foi possível observar que o conceito de ciência admitido no ambiente escolar é o disciplinar, na medida em que, mais de uma vez, foi justificado por telefone pelas responsáveis das unidades escolares que o professor de ciências não estaria disponível para participar nos dias da conferência. E ainda quando argumentado pela secretaria do COMCITEC a possibilidade e importância de enviar um representante da escola, independente de lecionar na disciplina de ciências, houve resistência. Neste caso, mais uma vez se manifestando a noção de que quem produz a “ciência” são os cientistas, aqueles do mundo acadêmico, e não aqueles que a lecionam, porque não produzem, apenas transmitem seus resultados. Além disso, podemos perceber através da resistência da equipe diretiva escolar para liberação de professores de outras disciplinas que não a de Ciências para participação na conferência municipal, que o que é inerente ao campo da “ciência” não corresponde ao que é produzido por outras disciplinas, como geografia, matemática, português e outras.





Peter Sloterdijk (2000) em uma palestra registrada no livro *Regras para o Parque Humano Uma Resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* menciona o despreparo da escola diante da batalha contra as “forças indiretas de formação”, que seriam segundo o autor a televisão, os filmes de violências entre outras mídias “desinibidoras” (Sloterdijk, 2000: 47). O mesmo despreparo pode-se observar no conflito evidenciado ao tratar da ciência e assuntos relacionados ao meio ambiente. Temas em consonância com todas as disciplinas deveriam ser abordados por todas elas em razão de sua relevância e matéria inerente à formação humana. Contudo, a estrutura fragmentada da educação formal procura enquadrar os temas encerrando sua problemática ao que está ao alcance de uma única disciplina, desta forma, o que é relativo à temática ambiental, concebido na Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN como um tema transversal<sup>2</sup>, é minimizado ao limitado universo isolado disciplinar, quando não ignorado em toda a sua complexidade.

Na conferência, os critérios para indicação das instituições que poderiam enviar delegados aptos a discutir a “ciência” se manifestou como um posicionamento muito mais político do que burocrático e organizacional. Demonstra-se neste ato a concepção dos membros do COMCITEC a respeito de quem é capaz de discutir a política científica e tecnológica da cidade de Niterói.

Neste sentido, o conselho municipal listou em deliberação as instituições aptas a indicar seus delegados, são elas: instituições de ensino superior, sediadas em Niterói, com até mil professores, puderam indicar até quatro delegados, instituições de ensino superior, sediadas em Niterói, com corpo docente acima de mil professores, puderam indicar até oito delegados, instituições de pesquisa, fomento e difusão da ciência, sediadas em Niterói, puderam indicar até dois delegados, estabelecimentos de educação básica e profissional, públicos e privados, sediados em Niterói, puderam indicar um delegado por instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, o Colégio Universitário Geraldo Reis (UFF) e o Colégio Pedro II – UNED Niterói puderam indicar até dois delegados cada, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação pode indicar até dois delegados, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro pode indicar até dois delegados, a Secretaria Estadual de Ciência e

<sup>2</sup> Os Temas Transversais não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (Parâmetros Curriculares Nacionais)





Tecnologia do Rio de Janeiro pode indicar até dois delegados, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói pode indicar até dois delegados, a Fundação Municipal de Educação de Niterói pode indicar até dois delegados, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pode indicar até dois delegados, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) pode indicar até dois delegados, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ) pode indicar até dois delegados, a Rede Estadual de Tecnologia do Rio de Janeiro pode indicar até dois delegados, a Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT) pode indicar até dois delegados, as representações sindicais, patronais ou de trabalhadores, sediadas em Niterói, puderam indicar até dois delegados por instituição, as entidades representativas dos setores produtivos, com atuação na área de ciência, tecnologia e inovação, sediadas em Niterói, puderam indicar até dois delegados e a Academia Brasileira de Ciências poderá indicar até dois delegados.

Esta composição foi objeto de debate pelos conselheiros que participaram das sessões plenárias que permitiu a organização da conferência. Cada qual registrou os interesses da instituição que representava, assim ficavam explícitos que a noção de “ciência” era aquela compartilhada pelos “sábios da caverna”, como demonstrou Latour (2004). Além disso, o aspecto mais discutido durante a reunião foi a respeito de quais seriam os “delegados natos” na conferência, ou seja, aqueles que não dependeriam de uma indicação como representante de determinada instituição.

Ficou definido que os delegados natos seriam o secretário municipal de educação, ciência e tecnologia, o subsecretário de ciência e tecnologia, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói, o representante designado pelo presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – Conleste e os reitores ou dirigentes das instituições de ensino superior com sede no município de Niterói.

A Deliberação que regulamentou quem seriam esses agentes e as instituições aptas a indicar delegados poderia ser um ponto de conflito, contudo, foi possível observar grande esforço do então Presidente do COMCITEC em contemplar todas as solicitações e perseguir o consenso. Não obstante, ainda assim os significados atribuídos a “ciência” e ao universo que integra este campo, é aquele inerente ao campo acadêmico e restrito ao que é “científico”; ou seja, quem produz “ciência” são os “cientistas”. Em sendo assim, é um conceito que é



produzido a partir dos processos políticos de avaliação dos planos municipais, mas que não é imposto tão somente pelos seus presidentes. Como já chamei atenção anteriormente, os participantes da conferência municipal também são indicados mediante convite pelos diretores das escolas que, muitas vezes, compartilham desta mesma visão.

### **A construção social do PMCTN: democracia em xeque**

703

O processo supostamente democrático de constituição da conferência municipal para construção do PMCTN é fruto, como já mencionei, do desejo de representantes governamentais em instituir um processo participativo para aprovação de tal documento pelos julgados interessados.

Por tal processo impositivo de construção de um canal de participação que se julga democrático, foram indicados os seus representantes, todos integrantes à produção da “ciência” da academia. A despeito de compartilharem dos significados atribuídos a esta mesma categoria, as ausências eram notáveis e o comparecimento às assembleias era fruto de um esforço dos funcionários do Conselho para fazer com que fosse criado nestes representantes a vontade em participar.

Por tal precariedade de competência de produção de mobilização dos representantes, principalmente no que tange à produção de um espaço de discussão de interesses comuns, a análise dos processos de implementação da II Conferência municipal de Niterói demonstra que este é decorrente de um frágil processo de mobilização coletiva. A simples indicação e o chamamento de representantes não manifesta o sentimento de coletividade, necessário a participação democrática que se pretende implementar.

A criação da CMCTN por si só expressa interesses, de certa forma, unilaterais e, portanto, que inviabilizam a participação daqueles que não compartilharam dos processos de sua construção enquanto espaço coletivo capaz de produzir de algo de relevância para a vida em sociedade.

Neste sentido, observa-se um suposto conflito de interesses porque é fruto de um desejo unilateral e que requer a participação social. Portanto, a fragilidade da proposta de criação coletiva de um plano municipal reside na dimensão subjetiva de seus idealizadores, e ao mesmo tempo cultural, de reconhecimento deste espaço como aglutinador de representantes que se



identificam com suas propostas. Por tal ação, a conferência se mantém sob o risco de deixar de existir.

Como parte do processo de mobilização dos desejosos e necessários participantes, a secretaria do COMCITEC, composta então por três funcionários da prefeitura, iniciou suas ações para divulgar e convidar os participantes, tendo já definido a representatividade pela deliberação. De todas as ações necessárias para realização do evento, foi a que exigiu maior esforço, segundo apontou a secretária-executiva do conselho.

Como parte ainda das ações de mobilização, foram enviados dezenas de ofícios às diversas instituições listadas pelo COMCITEC dando ciência da realização do evento, com a ficha de inscrição anexa, solicitando o retorno até a data limite estipulada em edital de chamamento. Além disso, foram realizadas dezenas de ligações telefônicas solicitando a participação das instituições, nesta ação um setor da secretaria de educação, ciência e tecnologia, coordenação de supervisão educacional, foi solicitado para auxiliar nestes contatos.

Ainda assim foi necessário adiar o prazo estipulado de inscrição e nesta ocasião foi elaborada nova deliberação que, além de prorrogar o prazo para inscrição, incluiu a representação da Câmara Municipal que havia sido esquecida na primeira listagem, ainda assim, não houve participação de representante da Câmara Municipal.

Além disso, o convite à participação das escolas municipais foi precedido de uma reunião com os funcionários que compõem o setor da secretaria de educação em atuação mais pedagógica e próxima às escolas, portanto, já listaram os nomes de professores que se apresentavam mais atuantes nos demais eventos da Secretaria de Educação. Desta forma, as ligações para as unidades escolares seguiram com uma sugestão ao diretor de qual funcionário que poderia representar a escola. A sugestão partiu do então presidente do conselho que deixou claro que tal sugestão não tinha a intenção de determinar a participação pela escola, qualquer funcionário que representasse seria bem vindo, contudo, ajudaria a argumentar diante da recusa das direções em enviar um participante.

Todo o esforço empreendido na divulgação e mobilização para participação na conferência resultou em um quantitativo de noventa e três delegados inscritos. Mais do que o dobro da primeira conferência em 2008, que contou com quarenta e quatro delegados. Presença maciça na abertura, no entanto, nos dias dos grupos de trabalho e plenária final para aprovação do PMCTN, o número reduziu para cerca de setenta delegados.



## Considerações finais

A análise das ações para realização da CMCTI nos permitiu observar que o conceito de ciência na produção do evento é compartilhado pelos que estão na direção das escolas para indicar os professores participantes. Trata-se da concepção de que a ciência é aquela referenciada e produzida na academia e feita por cientistas. Este conceito não é, necessariamente, comum aos representantes da sociedade, que acabarão sendo excluídos ou silenciados por esta concepção na medida em que não participarão de discussões sobre esta temática. Podemos afirmar que o Mito da Caverna analisado por Latour demonstra que a ciência concebida como um produto acadêmico é um conceito silenciador.

Cumpra aqui esclarecer que esta pesquisa ainda se encontra em fase inicial de implementação, desta primeira análise se desdobram outras possibilidades. Como, por exemplo, de investigação a respeito do conceito de “ciência” para os representantes da “sociedade comum”.

Este estudo permitiu observar que esta conferência, de certa forma, foi fruto de um ato unilateral, com o objetivo de implementar um espaço democrático de discussões por pessoas desejosas de construir um plano municipal de forma coletiva, contudo, muitas variáveis não foram observadas nesta ação.

Como aqui analisamos, os valores e concepções do grupo organizador se mostraram compartilhados por um grupo específico, sendo assim, as ações de mobilização só foram eficazes e, portanto, só faziam sentido para aqueles que compartilhavam dos mesmos conceitos. Desta forma pode-se afirmar que o processo de mobilização social foi precário, ainda que os interesses fossem supostamente coletivos.

As noções de ciência e democracia estavam previamente desenhadas, assim como, em qual medida a participação e interferências seriam aceitas. Desta forma, antecipadamente já era visível que os participantes seriam aqueles que dividiriam as mesmas concepções, ou seja, um evento de cunho muito mais social e marcado pelas referências do mundo acadêmico.

## Referências bibliográficas

BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros, 2001.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (Tema Transversal Saúde). Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE NITERÓI, 1. 2008, Niterói. **Anais I Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói**. Niterói: Prefeitura de Niterói, Niterói, 2008.

GOODY, Jack. A domesticação da mente selvagem. Petrópolis: Vozes, 2012.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia . Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru SP: EDUSC, 2004.

PEIRANO, Mariza G.S. A favor da etnografia. Brasília: Série Etnografia, 1992.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, UFPB, vol. 4, nº 12, 265- 270, 12 de dezembro de 2005.

SLOTERDIJK, Peter. Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo . Tradução de José Oscar de Almeida Marques. 3ª. Edição. São Paulo: estação Liberdade, 2000.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



## UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ORALIDADE DA LÍNGUA INGLESA

### AN ANALISYS OF THE TEACHING-LEARNING PROCESS OF ENGLISH LANGUAGE SPEAKING

LIMA, Laís Teixeira

*Mestranda em Cognição e Linguagem*  
laisbj@gmail.com

ASSIS, Andreia Silva de

*Mestranda em Cognição e Linguagem*  
andreiad.silva@hotmail.com

LUQUETTI, Eliana Crispim França

*Professora do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem*  
elinafff@gmail.com

707

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo observar e analisar como o ensino da oralidade é trabalhado durante as aulas de Língua Inglesa nas escolas públicas brasileiras. Esta temática mostra-se relevante, uma vez que diversos estudos prévios apontam para a não utilização de tal habilidade no processo ensino-aprendizagem dos educandos. Fato que necessita atenção devido à importância do ensino da oralidade desse idioma para uma aprendizagem completa da disciplina. Já que, a maior parte dos educandos, que estuda em escolas públicas, não possui acesso a cursos particulares do idioma em questão, necessitando assim, de tal aprendizagem na própria escola. Por ser uma língua universal e obrigatória no currículo escolar, torna-se necessária a aprendizagem desta em sua totalidade, focando em todas as habilidades essenciais para a comunicação; a escrita, leitura, audição e oralidade. Portanto, em busca de dados mais precisos sobre o tema, foi aplicado um questionário a cinquenta e seis alunos do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública. Com a pesquisa foi possível observar que os educandos mostram-se confusos em relação ao que realmente estão estudando durante as aulas de Língua Inglesa. Fato que, necessita atenção devido à importância do ensino da oralidade desse idioma. Realizaram-se também análises de textos bibliográficos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para confirmar tais observações.

**Palavras-chave:** Oralidade. Ensino. Língua Inglesa.

**ABSTRACT:** The main work has as objective to observe and analyze how the speaking teaching has been managed during the English Language classes in public schools. This thematic seems relevant, once many preliminary studies show that this ability has not been used on the students` teaching-learning process. That is why it needs attention due to the importance of the speaking teaching of that idiom to the complete teaching of the discipline. Since the big part of the students, who study in public schools, do not have access to English private courses, so they need that learning at school. Being the universal language and compulsory on the school curriculum, its learning on totality is essential, focusing on every essential ability for communication: writing, reading, listening and speaking. Thus, looking for more accurate data about the theme, we applied a questionnaire to fifty-six students from third year of High School of a public school. Basing on the research it was possible to observe that the students seem confused about what they are really studying in the English Language classes. This fact needs attention, once the importance of the speaking teaching of that idiom. We analyzed bibliography texts and The National Curricular Parameters to confirm these comments.



**Key-words:** Speaking. Teaching. English Language.

## Introdução

Este artigo foca a observação e a reflexão do ensino da Língua Inglesa nas escolas públicas, que mesmo sendo uma disciplina presente na sala de aula há muitos anos, ainda sofre muitos problemas e preconceitos.

De acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCN – (2000), na legislação do Brasil já consta a obrigatoriedade do ensino da Língua Estrangeira (LE) desde a década de 50. Porém, com a falta de educadores capacitados e materiais didáticos eficazes, o ensino dessa disciplina tornou-se monótono, limitando-se apenas a uma aprendizagem que exigia a memorização do aluno e que abordava somente o âmbito gramatical do idioma. Tal fato fez com que os professores não se sentissem motivados a planejar aulas mais dinâmicas e atrativas para os alunos. Conseqüentemente, os educandos também ficavam desmotivados a aprender e a dedicar-se à disciplina.

Embora o ensino de LE já tenha sido reestruturado pelos órgãos responsáveis, os prejuízos adquiridos nesta fase de precariedade ainda estão muito presentes nas escolas públicas. O aluno compreende a aula de Língua Estrangeira como algo desinteressante, ineficaz e sem qualquer finalidade.

A falha perpetrada no passado gerou inúmeras divergências no ensino da Língua Inglesa, que são encontradas até os dias atuais. O professor da disciplina limita-se a trabalhar, em sala de aula, o ensino da escrita, questões gramaticais, de interpretação de texto e vocabulário, esquecendo-se inteiramente de focar a oralidade do idioma.

Por tais falhas, a sociedade cristalizou certo preconceito no que se diz respeito ao ensino da Língua Inglesa nas escolas regulares. Por isso, deixam de observar e cobrar a responsabilidade que a escola possui de capacitar os educandos na disciplina em questão. Os alunos, e principalmente os pais, atribuem o ensino eficaz às escolas especializadas, preferindo, assim, o ensino privado, por julgarem ter uma melhor qualidade.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as possíveis causas da ineficácia do ensino da oralidade da Língua Inglesa nas escolas públicas, bem como propor mudanças para um processo de aprendizagem mais eficaz, no qual o aluno poderá sair da escola pública preparado para a comunicação básica nesse idioma.





A análise do desenvolvimento das aulas de Língua Inglesa das escolas públicas é de extrema importância, já que, diversas vezes, observa-se que a competência oral da língua não é trabalhada pelo educador, o que justifica esta pesquisa. E, com o intuito de embasar o artigo, foram feitas pesquisas de campo, em que alunos do terceiro ano do Ensino Médio responderam questões que envolvem aspectos de metodologia, atividades propostas em sala de aula e importância das habilidades.

## **1 A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO E PRODUÇÃO ORAL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA**

Em um mundo globalizado, a comunicação é um processo de extrema importância, uma vez que indivíduos que residem em lugares distintos e falam diferentes línguas têm a necessidade de comunicar-se. O diálogo entre tais pessoas deve ser intermediado por um idioma em comum, visto que suas línguas maternas não são iguais. Para tal situação, existe uma língua chamada universal ou franca.

De acordo com Harmer (2001, p.15),

embora o Inglês não seja a língua com maior número de nativos ou língua materna de falantes, ela se tornou uma língua franca. Uma língua franca pode ser definida como uma língua largamente adotada para comunicação entre dois falantes cujas línguas maternas são diferentes uns dos outros ou onde um ou ambos falantes estão usando o Inglês como uma segunda língua. (Tradução minha).

Sabe-se, portanto, que, desde o século XX, o Inglês é considerado uma língua franca; em vista disso, é evidente a necessidade de o aluno aprender esse idioma. Devido ao uso da Língua Inglesa como uma língua universal, a existência da mesma na sociedade é inevitável e constante. Palavras estrangeiras estão frequentemente presentes em diferentes lugares, tais como lojas, informática, músicas e no próprio vocabulário utilizado no discurso diário. A presença de vocábulos desse idioma pode ser observada até mesmo na Língua Portuguesa, em sua formalidade, já que existem os estrangeirismos.

No sentido de corroborar o acima citado, Consolo (2000, p.61) destaca que

o desejo de falar inglês que extrapola, na verdade, o âmbito da formação de professores, pode ser facilmente entendido também em decorrência das influências culturais estrangeiras na cultura brasileira (desconsiderando-se,



aqui, julgamentos de valor sobre essas influências), da propaganda e dos efeitos da globalização, devido às necessidades impostas pelo mercado de trabalho.

Juntamente com o aprendizado da língua universal, agrega-se parte da cultura e de hábitos norte-americanos e ingleses no cotidiano dos indivíduos que não estão inseridos nesse meio. É clara a existência de hábitos oriundos destas regiões – principalmente Estados Unidos, Inglaterra e Canadá –, os quais vão desde alimentação até estilos de vestuário, que se uniram aos costumes brasileiros e hoje podem ser considerados parte deles. Diante de tais novidades, a vontade de aprender a Língua Inglesa torna-se mais atrativa e é mais evidente, sobretudo, entre os jovens.

Para Consolo (2000), outra questão relevante para o aprendizado da Língua Inglesa é a necessidade imposta pelo mercado de trabalho de exigir de seus funcionários a fluência de dois idiomas, sendo o Inglês o mais solicitado.

Com uma visão diferente, Moita Lopes (1996) sugere que a necessidade de aprender a Língua Inglesa refere-se a valores sociais e de prestígio. Segundo o autor, a pessoa que conhece essa língua destaca-se no meio social onde vive. O indivíduo que desconhece o uso desse idioma não está inserido na classe das pessoas cultas de sua sociedade, ele não é alguém que apresenta um merecimento de *status*. Algumas vezes, esses indivíduos "desprestigiados" são excluídos, podendo ser esta exclusão sutil ou outras vezes visível.

De acordo com Moita Lopes (1996, p.128),

a necessidade do Inglês surge, em parte, de valores sociais e de prestígio como também de um desejo de imitar modelos culturais britânicos e americanos. O conhecimento de uma língua estrangeira é visto como quase sinônimo de desenvolvimento profissional e social, uma realização elegante e um símbolo de *status* social.

Outro ponto abordado pelo autor está relacionado ao fato de muitas pessoas tentarem inserir em seu cotidiano hábitos norte-americanos. Dessa forma, tal fato não pode ser considerado um acréscimo cultural, mas sim uma tentativa de imitar os costumes presentes em sociedades que utilizam o Inglês como idioma. Assim, a inserção desses costumes é, mais uma vez, vista como fonte de *status* social privilegiado.



## 1.1 O ensino das quatro habilidades para uma aprendizagem mais eficaz

A Língua Inglesa é oferecida por escolas públicas, porém não em sua totalidade. Sabe-se que o ensino desse idioma na sala de aula é um processo complexo, que envolve quatro habilidades: *Reading* (Ler), *Writing* (Escrever), *Listening* (Ouvir) e *Speaking* (Falar). Tais processos de aprendizagem devem ser desenvolvidos de maneira equilibrada, pois, para uma aprendizagem efetiva da língua, é essencial que o educando compreenda todas essas habilidades.

Harmer (1998, p. 210) ressalta que "não é suficiente dizer aos alunos para lerem muito; nós temos que oferecer a eles programas que incluam materiais apropriados: orientações, tarefas, e facilidades tais como biblioteca permanente ou portátil" (Tradução minha).

O *Reading* (leitura) consiste em o aluno desenvolver a capacidade não somente da leitura, mas também de compreender o que foi escrito, observar aspectos gramaticais, compreender estruturas da gramática presentes em diferentes estilos textuais. Os textos que devem ser trabalhados com os educandos precisam ser de gêneros textuais distintos, para que o discente adapte-se a diversos contextos.

Como segunda habilidade, destaca-se o *Writing*, que se centra na capacidade de escrever textos, sendo neste eixo que o aluno aprenderá a expor por escrito suas ideias. O educando deverá, ainda, observar questões de coesão e coerência em seus textos e estabelecer estruturas adequadas para cada tipo de ocasião. É função do educando compreender como equilibrar todos esses pontos para a eficiência de sua escrita.

A terceira habilidade é o *Listening*, em que o discente necessita compreender o que ouve, sendo, porém, uma de suas maiores dificuldades – como também de seus professores –, já que não possuem contato com a língua diariamente.

Desse modo, Harmer (1998, p. 228) corrobora que

*o Listening é especialmente importante desde que forneça a oportunidade perfeita de ouvir outras vozes além da do professor, permita que os alunos adquiram bons hábitos de fala como resultado do Inglês falado que eles absorveram, e ajude a aprimorar suas próprias pronúncias. (Tradução minha)*

Muitas vezes, o *Listening* é algo distante da realidade dos alunos, por não possuírem um contato maior com o Inglês. Os docentes, além de utilizarem esta técnica em sala de aula, devem incentivar os alunos a pesquisarem e buscarem desenvolver esta habilidade por meios



próprios. Para que esse processo desenvolva-se efetivamente, é necessário disponibilidade de alunos e professores.

Por fim, tem-se o *Speaking*, a habilidade que focamos neste artigo. É nesse ponto que o aluno compreenderá como falar de forma eficiente. A importância de todas as outras habilidades deve ser considerada, porém essa necessita de um pouco mais de atenção, já que é essencial para a comunicação entre falantes e pouco acontece no ensino nas escolas públicas.

No *Speaking*, o educando desenvolverá a fala e compreenderá não somente o uso da gramática na oralidade, mas principalmente, aspectos linguísticos do idioma e características próprias deste.

Assim, o discente deverá pensar em utilizar o que aprendeu previamente para que consiga estabelecer uma comunicação com outro falante. Ele deve observar a situação e optar pelo melhor discurso, aquele que se adeque ao contexto; se é a formalidade, a necessidade de utilizar a gramática em sua essência, ou a informalidade, se o uso de gírias é apropriado para o momento. Enfim, cabe ao aluno observar o meio, o interlocutor com o qual estabelecerá a comunicação e o ambiente que o cerca. O educando deve saber como se comportar e se comunicar em situações reais de uso da Língua Inglesa. Dá-se o nome a tal processo de Proficiência Oral.

Dessa maneira, o discente deve ser motivado a vivenciar situações próximas às ocorrências cotidianas, para que compreenda como atuar e administrar situações efetivas de comunicação. Nesse contexto, o professor deve utilizar técnicas e expressões que facilitem a aprendizagem dos alunos. Assim, o educando precisa de ter contato com a língua em questão, por isso o docente deve utilizá-la em sala de aula – mesmo que tal uso não seja durante todo o tempo – a fim de oferecer tal oportunidade aos alunos. Deve-se explicar a gramática utilizando a própria Língua Inglesa, além de elucidar tarefas e estabelecer comunicações cotidianas entre aluno/professor e aluno/aluno.

## **2 O DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE À LUZ DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) é um documento que tem por objetivo apoiar e auxiliar o professor em sua vivência na sala de aula. Neles, são expostos diferentes aspectos que os educadores deveriam embasar-se para um ensino mais equilibrado das



disciplinas. Visa, ainda, auxiliar o docente, através de reflexões, durante a elaboração de planos de aula, projetos, seleção de materiais e recursos tecnológicos. Nos PCN, estão os objetivos e justificativas do ensino das disciplinas, tais como os de Inglês.

O ensino de uma língua estrangeira na escola pública é obrigatório, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB). De acordo com a LDB (apud BRASIL, 1998, p. 19),

a aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (Ciemen) e pelo PEN-Club Internacional. Sendo assim, a escola não pode mais se omitir em relação a essa aprendizagem.

No entanto, segundo o próprio PCN, apesar de ser um direito dos educandos, o ensino da língua estrangeira, por inúmeros motivos, torna-se algo irrelevante para os mesmos. Assim, alunos e professores desmotivam-se a aprender e ensinar essa disciplina. Esse problema, muitas vezes, ocorre pelo pouco tempo de aula disponível nas escolas públicas, já que em algumas regiões a existência de aulas de Língua Estrangeira é mínima, ou até mesmo inexistente. A LE é vista como uma disciplina de segundo plano, sendo considerada, em algumas situações, menos importante que outras matérias escolares.

Em consonância com os PCN (1998, p. 24),

a primeira observação a ser feita é que o ensino de Língua Estrangeira não é visto como elemento importante na formação do aluno, como um direito que lhe deve ser assegurado. Ao contrário, frequentemente, essa disciplina não tem lugar privilegiado no currículo, sendo ministrada, em algumas regiões, em apenas uma ou duas séries do ensino fundamental.

Além do tempo reduzido, existem outros fatores que influenciam o desinteresse dos educandos e professores, e que ainda prejudicam o aprendizado dos alunos. Na maioria das escolas públicas, a condição da sala de aula é inadequada para o desenvolvimento satisfatório do conteúdo. Em grande parte delas, as salas de aula são superlotadas, possuindo, em alguns casos, mais de quarenta alunos por turma. Assim, torna-se necessário que o professor auxilie todos os estudantes. Diante dessa realidade, é improvável que educadores e alunos possuam o material didático adequado para o ensino da LE, deixando a aprendizagem defasada, pois, perante essa situação, o trabalho especificamente com cada aluno torna-se muito difícil.

Dessa maneira, os PCN (1998, p. 21) abordam que



deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes.

A falta de conhecimento do professor da Língua Inglesa pode ser um fator importante para a defasagem do ensino das turmas. Muitas vezes, o docente não teve uma formação apropriada e conseqüentemente não domina as quatro habilidades da disciplina em questão. O pouco domínio da oralidade por parte dos educadores pode tornar o ensino das quatro habilidades improvável. Por tal motivo, o docente não consegue expor as matérias de forma clara e interessante para os educandos.

No âmbito da oralidade, os PCN destacam que

[...] considerar o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de Língua Estrangeira no Brasil não leva em conta o critério de relevância social para a sua aprendizagem. Com exceção da situação específica de algumas regiões turísticas ou de algumas comunidades plurilíngues, o uso de uma língua estrangeira parece estar, em geral, mais vinculado à leitura e literatura técnica ou de lazer.

É possível analisar que o ensino da LE não é observado em sua totalidade pelo PCN, pois eles evidenciam como prioridade no ensino somente duas habilidades, a leitura e a escrita. Ainda afirmam que o ensino da competência oral não é visto como necessidade central no Brasil devido à sua relevância social.

Os PCN ainda argumentam que

os únicos exames formais em Língua Estrangeira (vestibular e admissão a cursos de pós-graduação) requerem o domínio da habilidade de leitura. Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 24).

Para os PCN de Língua Estrangeira (1998, p. 21), "o foco da aprendizagem da língua deve ser a habilidade da leitura". Porém, logo abaixo diz que a questão central do documento é "dar acesso a todos a uma educação linguística de qualidade". As afirmações tornam-se contraditórias quando o texto é observado de maneira mais aprofundada, uma vez que se o aluno possui o direito de uma educação linguística de qualidade, é necessário que ele



compreenda as quatro habilidades da LE, para sentir-se seguro e desenvolver suas capacidades linguísticas. Focar apenas na leitura e não incluir a fala no currículo tornará a educação linguística bem improvável.

Outro ponto claro que ocorre no ensino de LE na escola pública é a maneira que a disciplina é trabalhada. O educador aborda os temas de maneira descontextualizada, a preocupação está em expor a gramática e fazer com que os alunos memorizem o conteúdo sem que aquilo faça sentido para eles. A gramática geralmente não é aplicada em situações reais de conversação, que mostrem aos alunos de maneira concreta o uso desses conteúdos.

715

A maioria das propostas situam-se na abordagem comunicativa de ensino de línguas, mas os exercícios propostos, em geral, exploram pontos ou estruturas gramaticais descontextualizados. A concepção de avaliação, no entanto, contempla aspectos formativos que parecem adequados (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 24).

Portanto, é necessário observar a oralidade como fator essencial para o processo ensino-aprendizagem da Língua Estrangeira. Os PCN mostram-se preocupados em desenvolver uma aula de LE significativa, porém a oralidade durante as aulas não é observada como algo imprescindível para a aquisição das habilidades linguísticas.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Com a finalidade de refletir sobre o uso da oralidade da Língua Inglesa na sala de aula da escola pública, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, que objetiva compreender como as aulas de Língua Inglesa são vistas pelos alunos. O questionário foi essencial para uma análise mais real de como a disciplina de Inglês vem sendo ministrada na sala de aula. Foi possível observar pontos de vista dos alunos em relação ao ensino, aprendizagem, metodologia e interesses.

Segundo Kauark Manhães e Medeiros (2010, p.58),

o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o interrogado compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

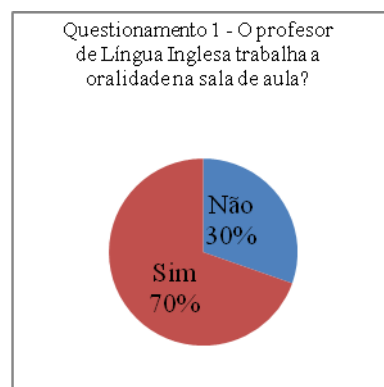




Para tal resultado, foi aplicado um questionário com seis questões, sendo cinco fechadas e uma aberta. Ele foi respondido por cinquenta e seis alunos do terceiro ano do Ensino Médio, de uma escola estadual do município de Bom Jesus do Itabapoana, estado do Rio de Janeiro.

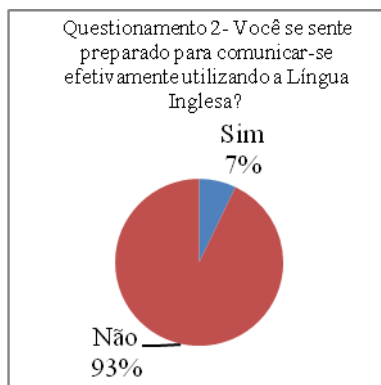
Como primeira pergunta, foi questionado se o professor de Língua Inglesa trabalha a linguagem oral em sala de aula. Como resposta, 69% dos alunos confirmaram o uso da oralidade nas aulas e 31% disseram que o educador não a utiliza. Portanto, de acordo com a maioria dos estudantes, o *Speaking* é utilizado no decorrer da aula. Dado satisfatório, já que desenvolver esta habilidade é algo fundamental para o ensino da disciplina em questão.

716



O segundo questionamento indagava dos educandos se eles sentiam-se preparados para comunicarem-se utilizando a Língua Inglesa. Assim, 93% responderam não conseguir fazer esse uso; 7% afirmaram possuir tal habilidade. É alarmante o número de alunos que não conseguem estabelecer comunicação utilizando o Inglês, sendo perceptível que eles sentem-se inseguros para desenvolver a conversação. No decorrer da pesquisa, foi possível observar que a porcentagem que se sente preparada para a comunicação oral são discentes que estudam em cursos particulares.

Percebe-se, no entanto, certa contradição nas respostas dos educandos, pois na pergunta anterior eles afirmam que o *Speaking* é trabalhado na sala de aula e, nesta, demonstram-se incapazes de utilizar o *Speaking*.



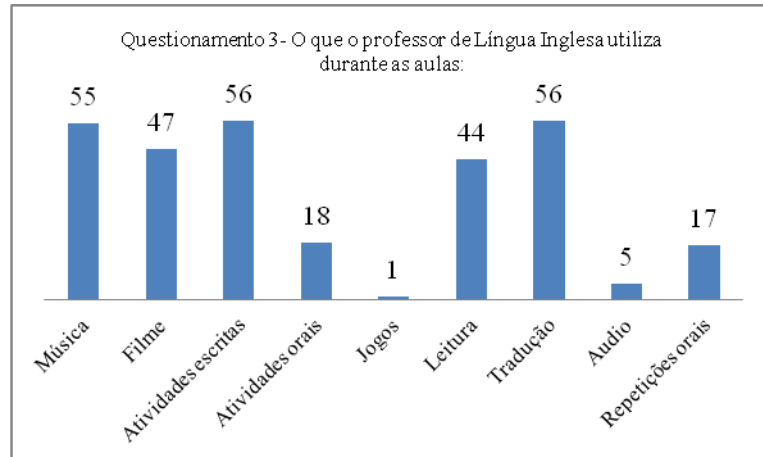
No terceiro questionamento, foi pedido para que indicassem o que o professor de Língua Inglesa utiliza em sala de aula. Dessa maneira, 98% dos estudantes afirmam que o educador utiliza música como metodologia de ensino, o que é metodologicamente correto, já que ela desenvolve diferentes habilidades na mesma atividade, tais como a ampliação do vocabulário, *Writing*, *Listening* e *Reading*.

É importante destacar que 83% dos entrevistados afirmam que o professor utiliza filmes durante as aulas, metodologia interessante, pois desenvolve a audição dos alunos para a Língua Inglesa. Sabe-se que os educandos não possuem contato com o idioma em questão em sua sociedade, por isso é importante levá-los a desenvolver a habilidade do *Listening* durante o período que estão em sala de aula.

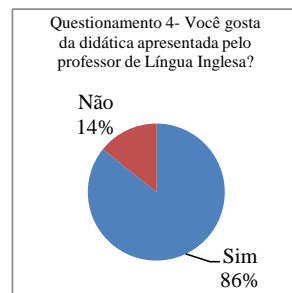
Constatou-se, também, que 100% dos discentes relataram que o professor utiliza atividades escritas em suas aulas; 100% afirmam ainda que o educador utiliza tradução. Observa-se, então, a unanimidade nas respostas dos alunos que certificam o uso do *Writing*.

Por conseguinte, 1% diz que o professor utiliza jogos durante as aulas. Outros 78% afirmam que a leitura é utilizada nas aulas e 8% confirmam que o professor utiliza o áudio, desenvolvendo respectivamente o *Reading* e o *Listening*.

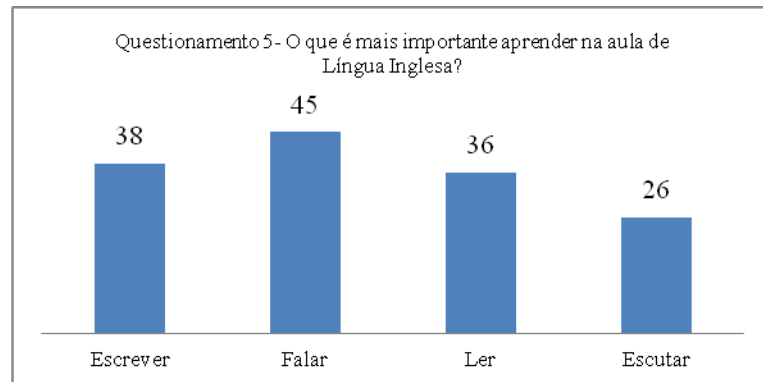
Segundo 32% dos alunos, o docente realiza atividades orais; 30% afirmam que o professor faz repetições orais. Esses dados indicam que o uso da oralidade na sala de aula não é trabalhado como deveria. O educador foca nas habilidades de *Reading* e *Writing* e deixa de promover atividades que desenvolvam o *Speaking* dos alunos. Nesse questionamento, os discentes contradizem-se totalmente, já que, na primeira pergunta, afirmam que a oralidade é utilizada durante as aulas e, neste ponto da pesquisa, apenas cerca de 30% dos discentes indicam que a oralidade tem sido trabalhada.



Como quarto questionamento, foi perguntado se o aluno gosta da didática apresentada pelo professor de Língua Inglesa e obteve-se o seguinte resultado: 86% afirmam que gostam da didática; 14% dizem não gostar. Isso demonstra que o educador desenvolve uma metodologia que desperta o interesse dos alunos.



Como quinta pergunta, foi questionado quais as habilidades mais importantes para aprender na aula de Língua Inglesa, de acordo com a opinião dos próprios alunos. Dessa maneira, 46% relataram que o *Listening* é importante, 64% destacaram a importância de aprender o *Reading*, 67% afirmaram que é necessário desenvolver o *Writing* e 80% asseguram que o *Speaking* é uma habilidade importante. Os alunos compreendem a necessidade de aprender a linguagem oral do Inglês, porém ainda demonstram-se perdidos em relação às aulas de Língua Inglesa.



Os alunos percebem a necessidade de aprender falar o idioma, porém, não conseguem compreender como a aula está sendo desenvolvida. Ao mesmo tempo em que, no primeiro questionamento, 69% dos alunos dizem que a linguagem oral é utilizada nas aulas, mais à frente, na quarta questão, somente 30% afirmam que o professor utiliza atividades orais durante as aulas. Observa-se claramente nesta pesquisa que os discentes mostram-se perdidos em relação às aulas de LE. Muitas vezes eles não entendem o objetivo e o foco da aula de LE.

Como questionamento aberto, foi perguntado se o aluno gostaria de fazer alguma consideração final sobre as aulas de Língua Inglesa, e foi possível observar respostas como:

Acredito que elas não nos prepara para uma plena comunicação. Creio que o Inglês deveria estar no currículo mais cedo e com mais intensidade pois o conhecimento adquirido pelas aulas não é o suficiente (Informante 1)

A aula é boa, pode melhorar usando mais conteúdos de áudio e repetições orais. (Informante 2)

As aulas são muito boas, mas o conteúdo e o tempo são curtos. (Informante 3)

As aulas de Língua Inglesa nos ajudam muito porém sua carga horária não é suficiente para que nós fiquemos seguros quanto a língua"(Informante 4)

Gostaria que as aulas nos ensinassem mais na parte oral, pois aprendemos gramática e traduções de texto e não aprendemos a pronunciar palavras.

Duas aulas por semana é muito pouco. ( Informante 5)

Gosto muito das aulas de inglês, pois eu tenho curso, então me identifico com as aulas. (Informante 6)

Com as respostas dos alunos, foi possível observar que eles esperam mais das aulas de LE e apontam algumas possíveis causas para a sua defasagem. A maioria dos estudantes aponta a pequena carga horária atribuída à disciplina nas escolas públicas como principal causa da ineficiência do ensino de LE.

Eles ainda destacam que a aula de Língua Inglesa é muito importante e interessante, porém, deveria melhorar no âmbito oral, uma vez que sentem a necessidade de aprender a falar o Inglês, sendo que esta necessidade não é suprida durante as aulas.



Portanto, são necessárias alterações nas aulas de Língua Estrangeiras, visto que os próprios alunos apontam deficiências no ensino dessa disciplina.

#### **4 UM BREVE COMENTÁRIO SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL**

Diante dos fatos avaliados neste artigo, deve ser feita uma observação de como o ensino de Língua Inglesa está presente na sala de aula das escolas públicas brasileiras.

Graddol (2009) avaliou, durante uma entrevista, que o ensino do Inglês em escolas brasileiras está muitas décadas atrasado em relação a outras nações; e ainda sugere que o Brasil aproveite os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo para tentar “correr atrás do prejuízo”. O autor faz um alerta significativo quanto ao processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa das escolas do Brasil, mostrando que, para um ensino de qualidade da LE, é necessário ir além.

Frente a essa afirmação, deve ser levantado o questionamento sobre o motivo desse atraso tão significativo. Seria possível identificar a causa de tal problema? Apesar de inúmeros métodos e oportunidades a que os alunos deveriam ter acesso, o ensino da Língua Inglesa não vem sendo explorado em sua essência. Professores caíram na rotina e esqueceram-se de oferecer diferentes oportunidades para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Segundo Nicholls (2001, p. 74),

a realidade do ensino de inglês nas escolas impede que o aluno adquira a competência satisfatória desejada. As amostras de inglês a que os alunos estão expostos no desenvolvimento de suas habilidades orais resumem-se geralmente à fala do professor na sala de aula, ao eventual material auditivo, como a fita cassete, o vídeo, o filme e a música e, embora inadequada, devido à condição de aprendizes, a fala de seus pares. Por isso, a questão do domínio das habilidades orais como resultado da aprendizagem na escola é bastante controversa.

Nicholls (2001) evidencia um problema consideravelmente presente nas aulas de Língua Inglesa. Pela pouca carga horária da disciplina, o educando sofre uma defasagem em seu aprendizado, já que tem o contato com o idioma somente duas horas por semana, na escola. Assim, fica preso somente àquele vocabulário de sala de aula, que o professor, algumas vezes, tenta expandir através de filmes, músicas e CDs, mas que mesmo assim é insuficiente. Essa condição deixa o discente restrito ao aprendizado interno que, na maioria das vezes, é muito pequeno.



Segundo Paiva (2005, p. 150-1), existe outra questão a ser analisada, a formação do professor e a posição do poder em relação ao ensino da Língua Inglesa.

Se, por um lado, podemos culpar o professor por não dar ao aprendiz um ensino de qualidade, por outro, não podemos deixar de ver ambos como vítimas das relações de poder. O professor mal formado é ele próprio vítima de sua situação econômica, vítima de um contexto desfavorável que não lhe dá acesso a falantes ou a tecnologias que possam compensar essa ausência de contato com uma comunidade prática em língua estrangeira. Sem o domínio de sua ferramenta básica, fica difícil a qualquer pessoa exercer sua profissão com competência.

De acordo com a autora, um dos problemas da questão da má formação do professor está relacionado aos profissionais que não dominam o que expõem, o que comprometerá a qualidade de sua prática docente. Ela ainda afirma que a defasagem na formação não se dá somente pelo educador, mas, principalmente, pelo sistema de poder, que muitas vezes não investe na formação do docente e não lhes oferece boas condições de trabalho. Nesse caso, o professor – assim como o aluno – é vítima da falta de recursos.

Assim, Miccoli (2007, p. 56) acrescenta que

a dificuldade de se trabalhar com as quatro habilidades é uma experiência comum aos professores, que não conseguem principalmente implementar atividades para desenvolver atividades para o desenvolvimento das habilidades de escuta e fala adequadas ao número de alunos em sala de aula.

O número exacerbado de alunos em uma sala de aula é uma questão importante a ser observada. Em escolas públicas, o professor não consegue fazer o uso de técnicas de ensino, tais como o *Listening* e *Speaking*, já que as salas de aula estão com um grande número de educandos, deixando, muitas vezes, de oferecer as oportunidades necessárias para que eles capacitem-se na Língua Inglesa.

### **Considerações Finais**

Durante a discussão de dados proposta por este artigo, e após a análise do questionário aplicado a alunos do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública, notou-se a necessidade de se questionar o porquê da não utilização da oralidade da Língua Inglesa durante as aulas de LE.



No decorrer da pesquisa, observa-se que o ensino da linguagem oral durante as aulas de LE é de extrema importância, uma vez que a maioria dos alunos que frequentam a rede pública não possui a oportunidade de estudar em cursos particulares especializados. Essa habilidade deve ser oferecida pelo professor no decorrer das aulas, pois é direito dos educandos desenvolver uma formação linguística de qualidade.

Outro ponto analisado foi a visão dos PCN em relação ao ensino da oralidade. O documento em questão não prioriza o desenvolvimento da fala da LE. Observa-se como primazia o ensino da escrita e da leitura, já que as avaliações institucionais abordam somente tais âmbitos linguísticos. Nota-se, portanto, a necessidade de uma modificação urgente na visão desse documento no que diz respeito ao tema em questão, para proporcionar melhor ensino aos discentes.

Com a pesquisa realizada em campo, ainda foi possível identificar que os alunos não compreendem o que realmente estão estudando nas aulas de Língua Inglesa. Eles sabem da importância de aprender a oralidade da LE, porém não conseguem observar sua utilização na sala de aula.

Diante de tais fatos, é possível observar que o ensino da Língua Inglesa no Brasil, e principalmente o ensino da oralidade desse idioma, ainda precisam ser reavaliados nas escolas públicas. Somente assim os educandos poderão ter acesso a uma aprendizagem mais completa e eficaz das quatro habilidades linguísticas da LE, *Listening, Reading, Writing e Speaking*.

## REFERÊNCIAS

ALLWRIGHT, D. & BAILEY, K. M. *Focus on the Language Classroom*. Cambridge: EVP, 1991.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Compreensão de linguagem oral no ensino de língua estrangeira*. Revista Horizontes de Lingüística Aplicada, ano 1, vol. 1 (pp 19-38). Brasília: Ed. da UnB, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*, Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Língua estrangeira, Brasília, 1998.





CALGARO F. *'Melhores professores de inglês não são britânicos nem americanos', diz linguista*. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular>. Acesso em: 06 de ago., 2013.

CONSOLO, D. A. *Reverdo a oralidade no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras*. Revista de Estudos Universitários (Sorocaba), Sorocaba - SP, v. 26, n.1, p. 59-68, 2000.

HAMER, J. *How to Teach English*. 3. ed. England: Longman, 1998.

HATCH, E. *Discourse Analysis and Language Education*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KAUARK, Fabiana da Silva; MAGALHÃES, Fernanda Castro e MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia da Pesquisa: Guia Prático*. Itabuna - BA: Via Litterarum, 2010.

KRASHEN, S. D. *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. Disponível em: [http://www.sdkrashen.com/Principles\\_and\\_Practice/Principles\\_and\\_Practice.pdf](http://www.sdkrashen.com/Principles_and_Practice/Principles_and_Practice.pdf). Acesso em 08 de set., 2013.

LAZARATON, A. *Teaching Oral Skills*. Disponível em: <http://getyourreadings.wikispaces.com/file/view/Lazaraton+oral+skills.pdf>. Acesso em: 15 de jun., 2013.

MICCOLI, L. *Experiências de Professores no Ensino de Língua Inglesa: uma categorização com implicações para o ensino e a pesquisa*. UFMG.

*Linguagem e Ensino* V.10, p.47-86, janeiro/julho. Disponível em: [www.rle.ucpel.br/index.php/rle/article/download/155/122](http://www.rle.ucpel.br/index.php/rle/article/download/155/122). Acesso em 13 de out., 2013.

MOITA-LOPES, L. P. *Oficina de linguística aplicada*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

NICHOLLS, Susan Mary. *Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de Inglês*. Maceió: EDUFAL, 2001.

PAIVA, V.L.M.O. *Autonomia e complexidade: uma análise de narrativas de aprendizagem*. Campinas e São Paulo: Pontes e ALAB, 2005.



## CONTRIBUIÇÕES DA INFOGRAFIA MULTIMÍDIA PARA COMPREENSÃO DE NOTÍCIAS NO JORNALISMO ON-LINE

MACIEL, Ruana da Silva

*Mestra em Cognição e Linguagem pela UENF*  
ruanamcl@gmail.com

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF*  
chmsouza@gmail.com

FERNANDES, LÍlian da Silva

*Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF*  
lilianfernandesjornalista@gmail.com

724

### RESUMO

O presente trabalho faz um estudo sobre a infografia multimídia, considerando como suas funcionalidades auxiliam os leitores na compreensão de conteúdos disseminados no jornalismo online. Sustenta-se, portanto, a hipótese de que a informação jornalística compilada através de infografias multimídias permite que os leitores analisem, explorem, filtrem e cruzem os dados ali contidos. Para averiguar a funcionalidade de tal ferramenta frente à compreensão de notícias, foi realizada uma pesquisa de campo com usuários da internet, onde os mesmos foram expostos ao infográfico “Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo?”, do site da revista Superinteressante. Os resultados obtidos comprovaram que as particularidades da ferramenta gráfica são capazes de auxiliar os leitores na compreensão da informação, dada as características de multilinearidade, hipertextualidade e interatividade presentes na infografia multimídia.

**Palavras-Chave:** infografia multimídia; jornalismo on-line, compreensão de notícias.

### ABSTRACT

The present research makes a study on multimedia infographics, considering how the features of multimedia infographics can assist readers in understanding the contents disseminated online journalism. Argues, therefore, the hypothesis that the journalistic information gathered through multimedia computer graphics allows readers to analyze, explore, filter and cross the data contained therein. To investigate the functionality of the multimedia infographics opposite understanding of news, was performed a field research with users of the Internet, where they were exposed to infographics "How is surgery sex change?" from the magazine Superinteressante site. The results obtained proved that the particularities of the graphical tool are able to assist readers in understanding the information, given the characteristics of multilinearity, hypertextuality and interactivity present in multimedia infographics.

**Keywords:** multimedia infographics, online journalism, comprehension of news.



## INTRODUÇÃO

A representação imagética está cada vez mais presente no âmbito da comunicação nos dias atuais. A partir do desenvolvimento de tecnologias gráficas, tem se observado uma profusão de imagens utilizadas para ilustrar jornais, revistas, sítios, peças publicitárias e produtos, entre outros. Mais especificamente no campo do jornalismo, algumas informações e dados difundidos pelos veículos midiáticos passaram a ser compilados visualmente, adotando-se o uso de infografias.

Em linhas gerais, entende-se por **infografia** a apresentação do binômio imagem + texto (conciso) em qualquer suporte (impresso ou eletrônico) para transmitir mensagens. Tal recurso, em muitos casos, é utilizado para passar informações complexas e/ou técnicas, como as de ciência, política, economia, estatística, tecnologia e outras que o texto só conseguiria detalhar através de narrativas muito longas.

Quando aportada no ambiente da internet, a infografia ganha a prerrogativa de incorporar elementos multimídias, que são: imagens em movimento, som, ilustração, animação, fotografias e vídeos, daí a nomenclatura **infografia multimídia**. Neste formato, a leitura se torna multilinear ou não linear, permitindo que o leitor guie sua própria leitura e interaja com o infográfico. Logo, muitas empresas jornalísticas consolidadas no campo do jornalismo on-line adotaram o uso do gênero informativo, com o intuito de tornar o conteúdo de suas mensagens de fácil compreensão e mais atrativo para o leitor.

Diante do contexto anteriormente apresentado pretende-se investigar o seguinte problema: de que modo as funcionalidades da infografia multimídia podem auxiliar os leitores na compreensão de conteúdos disseminados no jornalismo on-line? Como hipótese sustenta-se que a informação jornalística compilada através de infografias multimídias permite que os leitores analisem, explorem, filtrem e cruzem os dados ali contidos, e por isso propicia que o conteúdo da mensagem seja absorvido de maneira mais clara e rápida, facilitando a compreensão do usuário.

O presente trabalho tem os objetivos de analisar como as funcionalidades da infografia multimídia auxiliam os leitores na compreensão de conteúdos disseminados no jornalismo on-line e identificar a gênese da infografia e seus desdobramentos

Acredita-se que a infografia multimídia vai muito além da mera explanação informativa, pois traz à luz aspectos específicos e singulares de determinado acontecimento.



Através dela o leitor terá a possibilidade de observar, visualizar a informação e os dados ali apresentados e não apenas ler sobre esta informação. Não se trata de dar um sentido simplificado à informação que se deseja transmitir, mas sim permitir que esta informação seja aprofundada e explorada pelo usuário.

## INFOGRAFIA MULTIMÍDIA

726

Em linhas gerais a infografia pode ser entendida como uma forma de representação imagética da mensagem que se deseja transmitir. É a forma impressa, como explica De Pablos (1998), do binômio imagem + texto em qualquer suporte, usada para explicar com clareza a informação textual disposta. Para alguns autores é considerada como um gênero jornalístico, para outros é apenas uma técnica, uma disciplina, uma linguagem, ilustração ou ferramenta informativa.

Valero Sancho (2001) diz que “[...] a infografia é um conjunto organizado de linguagens, em colaboração ou em sínteses, que permitem representações comunicativas mais visuais do que os textos”. Em sua visão, a infografia pode ser justificada como um tipo de comunicação informativa ou documental que se apresenta nos meios editoriais impressos como jornais, revistas e livros ou nos veículos on-line, que tem como finalidade acompanhar ou substituir o texto ou a fotografia.

Para Colle (1998, p. 01), “[...] a infografia é a disciplina do desenho gráfico orientada pela produção de unidades informativas verbo-icônicas chamadas de infográficos. Ainda de acordo com ele, trata-se de um novo tipo de discurso no qual se utiliza uma combinação de códigos icônicos e verbais para transmitir uma informação ampla e precisa, para a qual o discurso verbal seria complexo e requereria mais espaço.

No entendimento de Cairo (2008a, p.29) a infografia é:

Uma visualização estetizante que enfatiza o aspecto da apresentação, o “peso” visual do gráfico, o poder que tem para fazer as páginas mais atrativas, ligeiras, dinâmicas. A corrente estetizante concebe a infografia como um elemento ornamental e informativo ao mesmo tempo, apesar de que em muitos casos se permita que os elementos estéticos criem obstáculos na compreensão das histórias.

Durante muito tempo a infografia foi utilizada no jornalismo impresso como recurso visual meramente ilustrativo, aos poucos ganhou espaço e passou a ser incorporada às notícias



com o intuito de ampliar a qualidade informativa das mensagens. O ambiente da internet potencializou a forma de se produzir infografias, permitindo agregar em uma mesma unidade informativa vídeo, imagem, som e texto. Logo, essa nova modalidade informativa ganhou notoriedade no jornalismo on-line, passando a exercer a função de informar independente da composição puramente textual, além de concentrar as características de hipertextualidade, interatividade e multilinearidade.

A infografia produzida para a internet ganha variadas denominações em diferentes trabalhos como, por exemplo, infografia interativa, infografia digital, infografia animada e infografia multimídia, todas se referem ao mesmo objeto (RIBAS, 2004). Neste trabalho será adotada a nomenclatura “**infografia multimídia**”, levando em consideração a potencialidade deste produto informativo frente às características da web que é um ambiente notoriamente multimídia.

A infografia multimídia surge por volta do final do século XX, com o desenvolvimento de tecnologias da comunicação e se instala como uma das mais importantes formas de apresentação informativa e documental. Segundo Valero Sancho (2008), o produto tem figurado no contexto atual como resultado da necessidade que a comunicação escrita possui de captar novos leitores on-line, sendo mais uma vez um dos “salva-vidas” do jornalismo escrito.

Nos veículos impressos e também nos telejornais, o evento que marcou a profusão do uso de infografias foi a Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, como já foi explicado anteriormente. No jornalismo on-line, o fato que marca a popularização de infografias é o ataque as Torres Gêmeas, ocorrido em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos (RIBAS, 2004).

Apesar de manter as características essenciais da infografia impressa, a infografia multimídia agrega as competências do meio em que se insere, estendendo a sua função e alterando a sua lógica. Embora as linguagens sejam parecidas, a narrativa multimídia é capaz de gerar unidades informativas impensáveis na narrativa impressa, por agregar além da imagem e do texto conciso, som, vídeo e movimento (VALERO SANCHO, 2011).

A infografia multimídia é um produto diferente da impressa, suas peculiaridades de suporte permitem o deslocamento e o movimento figurado dos diversos fenômenos como se apresentam na natureza, mas também uma grande versatilidade, grande associação multimidiática de recursos, hipertextualidade, interatividade, etc (VALERO SANCHO, 2008, p. 05).

Tais características permitem que a infografia multimídia seja, por vezes, uma unidade



informativa independente, uma ferramenta que possibilita a substituição total da informação elaborada textualmente, por meio da qual é possível comunicar quase todas as formas prováveis de se apresentar uma informação. O mesmo dificilmente ocorreria nos veículos de comunicação impressos, já que nesse suporte a infografia assume especificidades limitadas de ilustrar os textos e apoiar os conteúdos difíceis de explicar com palavras.

Se a princípio, a função dos desenhos gráficos era de complementar uma informação difícil de ser entendida apenas com o textual, hoje uma infografia por si só pode ser notícia, uma vez que o meio digital permite agregar diversas funcionalidades a um único desenho, desdobrando-o em vários em questão de cliques. A infografia nos meios impressos é utilizada desde seus primórdios para explicar com maior clareza algum aspecto informativo tratado nos textos e atualmente aparece na web como a própria notícia, a informação principal [...] (RIBAS, 2004, p. 02).

728

No sentido jornalístico, a infografia multimídia é definida por Valero Sancho (2008) como uma apresentação informativa, que se estrutura em sequência sucessiva ou mista de infogramas, cujas linguagens não são necessariamente linguísticas, realizadas mediante unidades icônicas elementares complementadas com signos gráficos e/ou sonoros, verbais e enlaces interconectivos como legendas e notas hipertextuais que aumentam sensivelmente a densidade de informação.

Embora haja formas clássicas de se transmitir a mensagem jornalística, que devem ser seguidas em qualquer relato, a infografia multimídia não rompe com este protocolo, pois é capaz de responder com recursos diversos as perguntas do *lead* jornalístico (o quê?, quem?, como?, quando?, onde?, por quê?), ajustando as respostas da maneira que melhor couber no produto infográfico. Dessa forma, não haverá erro categórico, e o usuário, se não satisfeito, estará basicamente informado sobre o acontecimento.

Poucas são as mensagens, especialmente jornalísticas, que não se podem informar através de infografias multimídias e poucas são as elaborações infográficas, de qualquer tipo, que não podem entender-se por parte do leitor médio acostumado as publicações periódicas (VALERO SANCHO, 2004, p. 08).

No jornalismo on-line, especificamente, a infografia multimídia ocupa um papel mais protagonista e substitutivo do texto, deixando de ser um recurso complementar. As ferramentas e técnicas utilizadas na construção da unidade informativa somam-se as qualidades sintéticas, produzindo novos parâmetros de produção que permitem transmitir a informação em





menor quantidade e com maior precisão da informação, logo não é tida, atualmente, apenas como um recurso visual. De acordo com Minervini (2005), a infografia possibilita visualizar a sucessão de acontecimentos, descrever um processo, uma sequência, explicar um mecanismo complexo e visualizar ou dimensionar um feito, entre outros.

Para Valero Sancho (2008), tais especificidades da infografia multimídia valorizam-se notoriamente no âmbito científico em teorias que a encaram como uma alternativa eficiente na transmissão da informação jornalística, em que se configura a clareza documental, incrementando o assunto tratado.

## O JORNALISMO ON-LINE

A partir da nova possibilidade de se transmitir informações, muitas empresas jornalísticas buscaram sua inserção na internet. Entretanto, a maioria dos sites jornalísticos surgiu nesse meio como reprodutores dos conteúdos publicados no impresso. Segundo Ferrari (2009), o pioneiro foi o *The Wall Street Journal*, que lançou em março de 1995 o *Personal journal*. Esse jornal tinha como princípio básico enviar textos personalizados a telas de computadores e a escolha do conteúdo e da formatação era feita pelo próprio assinante, segundo suas preferências de leitura.

No Brasil, o primeiro site jornalístico de repercussão nacional, foi o do Jornal do Brasil, em maio de 1995, em seguida surgiu a versão on-line do jornal O Globo, também a agência de notícias do Grupo Estado inseriu, na mesma época, sua página na internet. O jornalismo on-line brasileiro deu seus primeiros passos através de empresas tradicionais como as Organizações Globo, o grupo Estado, o grupo Folha e a Editora Abril, que se mantêm como os maiores conglomerados de mídia do país em audiência e em receita.

Viana (2001) aponta que a internet nasceu em 1969 e levou cerca de 30 anos para se consolidar, ou seja, já no final do século XX era um advento transcendente e não demorou a se constituir em um espaço favorável para a prática do jornalismo, pois, a partir de sua popularização atraiu um grande número de pessoas devido a sua capacidade de estabelecer conexões variadas entre usuários do mundo inteiro.

Primeiro os jornais diários e, em seguida, as revistas, correram para a Internet, tentando, ao mesmo tempo, consolidar-se neste novo mercado e atrair mais leitores para suas versões impressas. As vantagens destes jornais sobre os sites





de notícia nascidos na rede estavam na experiência, na infra-estrutura (mão-de-obra e equipamentos) e na credibilidade de quem já faz jornalismo há muitos anos. (VIANA, 2001, p.25).

A profusão de trocas de mensagens pelo correio eletrônico, participação em listas de discussões e inserção em redes sociais digitais, entre outros, tomou proporções notáveis, afetando diretamente o cotidiano dos indivíduos. Segundo dados do IBGE (2011), o número de internautas no Brasil aumentou 143,8% em seis anos (2005 para 2011), totalizando 45,8 milhões de usuários com 10 anos ou mais.

Partindo para uma visão mercadológica, Noblat (2008) ressalta ter havido um crescimento considerável de utilização da internet como fonte de informação. Segundo uma pesquisa realizada pela Associação Americana de Jornais nos Estados Unidos, a busca por notícias on-line aumentou em 127% entre 1997 e 2000. O autor menciona que no mesmo período, o consumo de jornais despencou quase 12% e os telejornais nacionais e mundiais perderam 14% de sua audiência, com isso, a internet passou também a tomar anúncios antes destinados aos jornais e a lucrar com a publicidade on-line.

O jornalismo, mais uma vez, precisou readaptar a adequar suas técnicas de redação ao novo meio, levando em conta que os usuários da internet não possuem as mesmas preferências que o leitor do jornal tradicional. Porém, a nova conjuntura trouxe consigo a problemática de que as rotinas profissionais não acompanharam os avanços tecnológicos de modo paralelo. Segundo Salaverría (1999), os jornalistas começaram a escrever para a internet, mas sem saber escrever para internet. O jornalismo on-line teve de enfrentar o desafio de preparar as redações e os jornalistas para lidar com todas as transformações que o novo formato requereu, alterando os modos de produção e reajustando toda a força de trabalho para manusear as novas ferramentas tecnológicas.

Lemos (2013) traça um comparativo pontual entre o jornalismo impresso e o on-line, destacando que o formato impresso apresenta um produto final e o on-line é formado por conexões permanentes, como esclarece o autor a seguir:

O jornal impresso tem o papel como suporte [...]. E é um produto acabado, com uma temporalidade própria (diário em sua maioria) [...]. Já o jornal na *web* é aberto, com conexões entre links que oferece possibilidades de leituras mais rápidas. Os caracteres fixam-se por demanda, a cada clique, aparecendo em uma tela iluminada, desaparecendo a cada navegação. Não há um fechamento temporal já que as atualizações das matérias são constantes. Diferentemente do impresso, há formatos multimidiáticos e interativos. Esse



produto jornalístico oferece ainda a possibilidade de acesso a arquivos em banco de dados, criando uma gigantesca memória informacional disponível através de cliques (LEMOS, 2013, p. 147).

Muito se debateu sobre a reordenação das técnicas de redação jornalística, até então, restrita ao modelo da tradicional pirâmide invertida, uma estrutura discursiva que concentra no primeiro parágrafo do texto os principais dados da notícia. Salaverría (1999) sugere que o formato piramidal não oferece as mesmas vantagens para o jornalismo on-line, além de prescindir de um recurso valioso que é o hipertexto.

731

Um bloco de diferentes informações digitais interconectadas é um hipertexto, que ao utilizar nós ou elos associativos (os chamados links), consegue moldar a rede hipertextual, permitindo que o leitor decida e avance sua leitura do modo que quiser, sem ser obrigado a seguir uma ordem linear. Na internet não nos comportamos como se estivéssemos lendo um livro, com começo, meio e fim. Saltamos de um lugar para o outro - seja na mesma página, em páginas diferentes, línguas distintas, países distantes etc. (FERRARI, 2009, p. 42).

É possível compreender, a partir das considerações de Ferrari, que o hipertexto coloca nas mãos do leitor a possibilidade de ampliar a contextualização de cada informação de acordo com a sua vontade. Além disso, a notícia no formato on-line é capaz de superar a limitação imposta pela página impressa e se desobriga da previsibilidade que carrega a pirâmide invertida (SALAVERRÍA, 1999).

O ambiente on-line constitui-se também em um espaço de interação. Lemos (1997) assinala que a entrada das tecnologias digitais fez com que a circulação da informação deixasse de se restringir apenas ao modelo um-todos (imprensa, rádio, televisão), assumindo o modelo “todos-todos”, ou seja, uma forma descentralizada e universal de se transmitir as informações, onde os sujeitos interagem mutuamente.

Por isso, Bolós (2007, p.11) explica que “[...] escrever textos jornalísticos para a internet exige uma revisão dinâmica dos modos habituais de apresentar a informação, da estrutura textual, do estilo e das características dos leitores”, pois, para a autora, os leitores se tornam atores que interatuam com os veículos e com os jornalistas, devido à interatividade característica da internet. Canavilhas (2003, p. 65) considera que a máxima “[...] nós escrevemos, vocês leem” é coisa do passado, no jornalismo on-line a relação entre aquele que lê e aquele que escreve é imediata e contínua e, portanto, a notícia deve funcionar como ponto de partida para discussão entre os leitores.



Nesse sentido, Palácios (2003b) estabelece cinco características para a produção de notícias no ambiente on-line, são elas: multimídia – que se refere à convergência dos formatos das mídias tradicionais (som, imagem, texto) na narração do fato jornalístico; interatividade – que acontece a partir da troca de e-mails entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião do leitores, através de chats com os jornalistas; hipertextualidade – que permite a interconexão de textos, através de links; customização do conteúdo – que oferece ao leitor opções para configurar as notícias de acordo com suas opções individuais; e a instantaneidade – acesso rápido, combinado com a facilidade de produção e disponibilização da notícia.

Viana (2001) ratifica que as pessoas não leem as notícias na internet e sim “varrem o texto”, ou seja, passam os olhos. Geralmente isso ocorre porque os leitores procuram por informações específicas e a grande quantidade de informações difundidas na internet exige que a leitura seja feita de forma rápida. Para Levy (1999), há dois tipos de navegantes na internet: os que procuram uma informação específica e os “de pilhagem”, que navegam vagamente por um assunto, mas dispostos a desviar a qualquer momento para links mais interessantes.

As notícias on-line têm a prerrogativa de serem transmitidas de forma simultânea: vários jornalistas podem inserir notícias numa página ao mesmo tempo e atualizar constantemente a informação, sem limite de espaço. Ferrari (2009) considera que na rede os visitantes controlam quase tudo e alternam a todo instante os sites em que navegam. Além disso, os sites de conteúdos jornalísticos produzem, armazenam e trafegam informações 24 horas por dia, bombardeando os usuários com uma gama considerável de informações. Esse fenômeno demanda a geração de novas formas de se compor uma notícia na internet diferentes dos grandes blocos de texto.

O jornalismo on-line demanda uma síntese informacional e uma revisão dinâmica dos modos habituais de se transmitir a informação, considerando que o ambiente da internet é predominantemente interativo, hipertextual, efêmero e multimídia. O usuário, que salta de um link para o outro, choca-se constantemente com uma nova unidade informacional que não é, necessariamente, um texto (vídeos, fotos, gráficos, animações, etc.). Torna-se cada vez mais complexa a tarefa que acompanha os jornalistas desde sempre: captar a atenção do leitor.



## METODOLOGIA

Ao sugerir explorar as particularidades da infografia multimídia no âmbito do jornalismo on-line, o presente estudo desenvolveu, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de levantar dados teóricos para dar fôlego ao trabalho. Contudo, os instrumentos para a coleta de dados não foram descartados e utilizados neste trabalho com o objetivo de aproximar a luz das teorias à prática. Como estratégia para a coleta de dados, buscou-se na experiência, a elucidação do problema, posto aqui como uma nova configuração do jornalismo on-line ao se valer de recursos como a infografia multimídia para informar o leitor. A aplicação deste estudo se ateve a observar como a narrativa infográfica multimídia reduz os esforços para a captação da informação sem permitir que a mensagem se torne ambígua.

Levando em consideração que o objeto de estudo central deste trabalho só é visualizado no ambiente on-line, o procedimento metodológico para a coleta dos dados não poderia deixar de ser feito por meio de um questionário eletrônico. Elaborou-se um questionário com 10 questões, divididas em blocos, referentes à questão norteadora desta pesquisa.

Antes da elaboração do questionário, foram selecionados dois infográficos multimídias, a partir de sites jornalísticos conceituados, com base nos seguintes critérios:

1. Não possuir conteúdo de interesse midiático atual, pois informações atuais estariam, supostamente, claras na mente do leitor;
2. Ter pelo menos uma característica de multimídia (texto, foto, vídeo, animação, movimento);
3. Possuir mais de três nós (*links*);
4. Ser independente de matéria jornalística textual.

Os critérios abordados na seleção dos gráficos foram cruciais para se chegar a resultados pontuais nesta pesquisa. Convém explicar que infográficos sobre assuntos de forte apelo informativo recente não foram interessantes para este estudo, pois o objetivo primou por focar em assuntos atuais, porém não explorados em demasia na mídia, o que acarretaria um entendimento amplo sobre o assunto por parte dos participantes.

Considerou-se pelo menos uma característica de multimídia por entender que um infográfico não precisa dispor de todos os elementos multimídia para cumprir bem o seu papel de informar. Optou-se por infográfico independente de matérias jornalísticas, pois estes só são



considerados gêneros informativos quando apresentam infograficamente o todo de uma informação (VALERO SANCHO, 2008).

A partir de tais critérios, elegeram-se o seguinte infográfico: “Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo?” (disponível em: <http://super.abril.com.br/multimedia/como-se-faz-cirurgia-mudanca-sexo>), que mostra como ocorre a mudança de sexo do masculino para feminino e vice-versa, produzido pelo site da revista Superinteressante.

Antes de iniciar a pesquisa, os participantes foram instruídos a navegar pelo infográfico multimídia e posteriormente responder as perguntas relacionadas à navegação. Os dados desta pesquisa foram recolhidos através do “*Google Form*”, utilizado como instrumento de coleta. Tal ferramenta possibilita a criação de questionários on-line, além de documentos e planilhas, que permitem ao pesquisador a inserção de dados de maneira rápida. As respostas submetidas a este questionário são facilmente visualizadas a partir da criação autônoma de um novo arquivo on-line, em que são compilados os dados fornecidos pelos participantes. Este arquivo pode ser acessado em rede a qualquer momento e, rapidamente, convertido em uma planilha do Excel, otimizando a tabulação dos dados.

Considerando que a internet é um ambiente heterogêneo e que o número de internautas com 10 anos ou mais é consideravelmente alto (IBGE, 2011), esta pesquisa não se restringiu a delimitar um grupo específico de pessoas por idade, sexo, nível de escolaridade e ocupação, entre outros. Portanto, o instrumento de coleta foi enviado por e-mail a uma lista de aproximadamente 90 contatos aleatórios, sendo contabilizadas as 30 primeiras respostas válidas.

## RESULTADOS

Para corroborar a relação existente entre as especificidades desta produção gráfica e a compreensão de informações em textos jornalísticos on-line, a pesquisa quantitativa se estruturou através de um questionário composto por 10 questões (em anexo), divididas em blocos, da seguinte forma: bloco 1 (questões de 1.1 a 1.3): perfil do respondente; bloco 2 (questões de 2.1 a 2.2): relacionadas ao jornalismo on-line; bloco 3 (questões de 3.1 a 3.3): voltadas a experiência de utilizar o infográfico; bloco 4 (questões de 4.1 a 4.2): direcionadas as especificidades do infográfico.



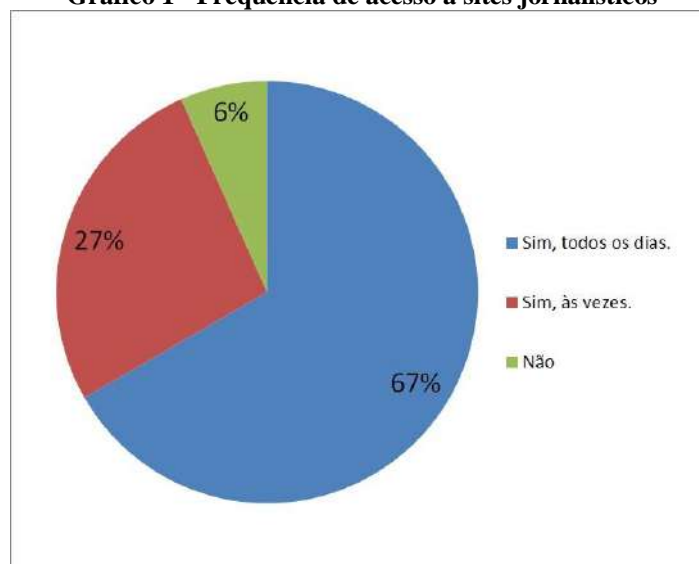
A partir daí, realizou-se a tabulação dos dados para a interpretação dos resultados.

Em relação ao perfil do respondente a pesquisa mostra que 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Quanto a faixa etária, evidencia-se a predominância de um público com idade entre 26 e 35 anos e o nível de escolaridade predominante é de pessoas com pós-graduação, perfazendo um total de 67%. Os respondentes com curso superior completo ou em conclusão somam um total de 27%, seguido de 6% que possuem ensino médio completo.

O **gráfico 1** revela o forte apelo que o jornalismo on-line possuiu nos dias atuais, já que 67% dos participantes declararam acessá-los todos os dias para buscar informações, 27% declararam acessar às vezes e apenas 6% não acessam. Também cabe destacar que em função do nível de escolaridade há uma maior procura por informações em sites jornalísticos.

735

**Gráfico 1 - Frequência de acesso a sites jornalísticos**

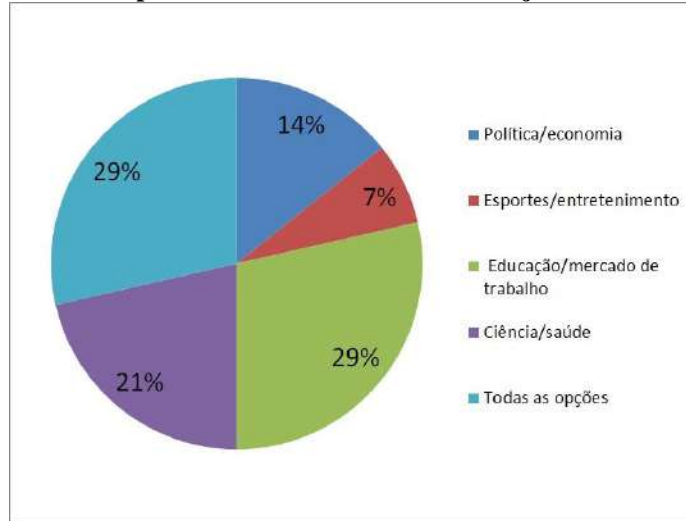


Fonte: elaborado pela autora (2014)

Quanto às notícias mais acessadas no jornalismo on-line (**gráfico 2**), os assuntos preferidos envolvem educação/mercado de trabalho e ciência/saúde, que empatam somando um total de 29% cada, na predileção dos usuários. É importante esclarecer que nesta pergunta só foram contabilizadas as respostas de 28 dos 30 participantes, pois de acordo com o gráfico anterior 6% dos participantes (equivalente a duas pessoas) não acessam sites jornalísticos para buscar informações. No entanto, esses mesmos participantes não foram excluídos do restante da pesquisa, já que para responder as demais perguntas eles foram convidados a navegar no infográfico multimídia, disposto um em link na página do questionário.



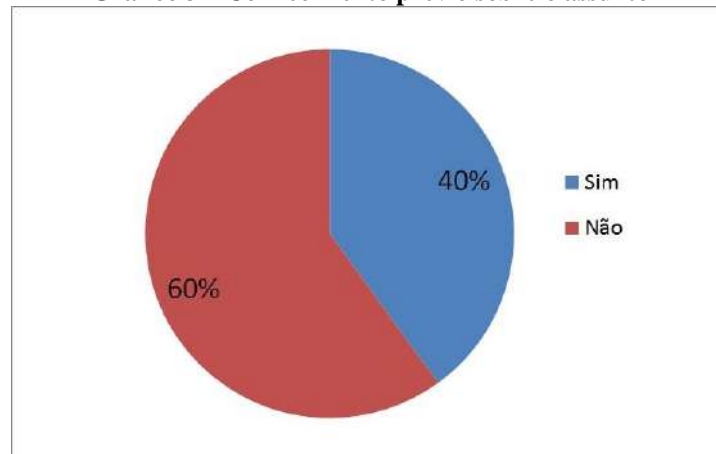
**Gráfico 2 – Tipos de Notícias mais acessadas no jornalismo on-line**



Fonte: elaborado pela autora (2014)

Com relação à experiência de navegar pelo infográfico multimídia, a pergunta 3.1 dá conta do conhecimento prévio que o usuário possui sobre o tema apresentado. Assim, 60% dos participantes responderam não possuir informação prévia sobre o assunto, como mostra o **gráfico 3**.

**Gráfico 3 – Conhecimento prévio sobre o assunto**



Fonte: elaborado pela autora (2014)

A pergunta 3.2 se atém a experiência que o usuário vivência ao navegar pelo infográfico multimídia. É importante esclarecer que em nenhum momento houve a pretensão de se comparar a infografia multimídia com o texto e sim o quanto é agradável ou não para o usuário visualizar uma informação infograficamente em relação à composição puramente textual. Portanto, 60% dos respondentes elegeram a experiência como mais interessante do que ler um





texto sobre o assunto, 27% a consideraram tão interessante quanto e 13% afirmaram ser a experiência menos interessante, como aparece no **gráfico 4**.

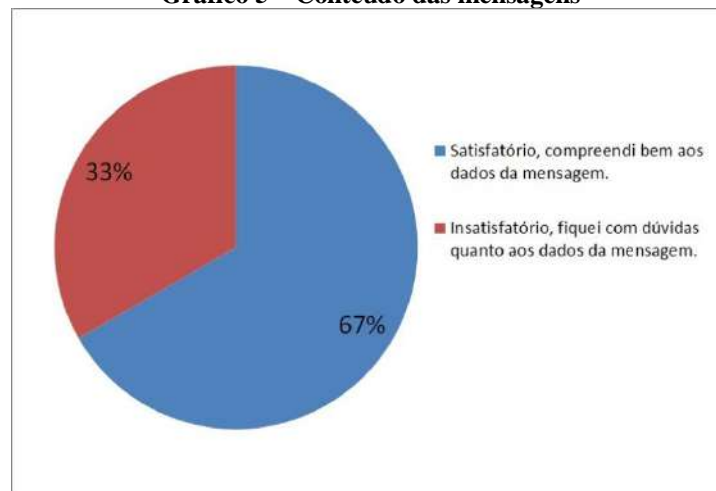
**Gráfico 4 – Experiência de navegação**



Fonte: elaborado pela autora (2014)

Sobre o conteúdo das mensagens dispostos nos infográfico 1, tratado na pergunta 3.3, 67% dos participantes o consideraram satisfatório, permitindo a boa compreensão dos dados, contra 33% que o considerou insatisfatório, deixando dúvidas no entendimento da informação, como aponta o **gráfico 5**.

**Gráfico 5 – Conteúdo das mensagens**



Fonte: elaborado pela autora (2014)

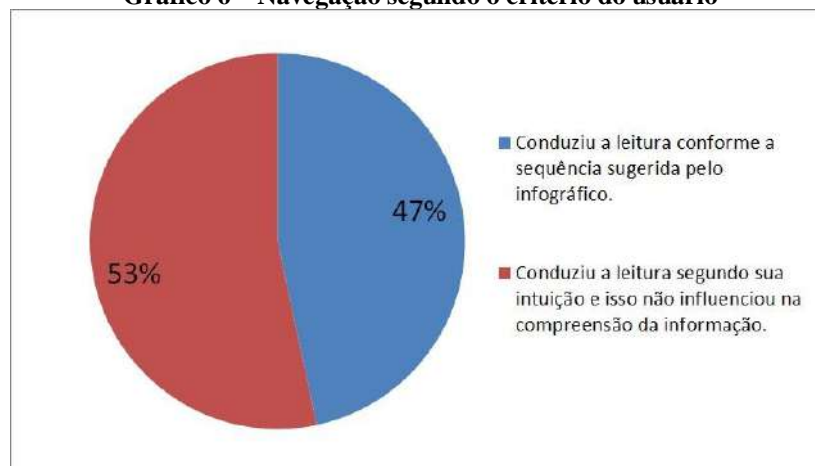


Apesar da compreensão da mensagem por meio dos infográficos ser uma particularidade de cada indivíduo, o percentual elevado de participantes que compreenderam bem os dados nela contidos confirma a assertiva de que a infografia multimídia cria modelos cognitivos que reduzem a carga de processamento mental e vai de encontro a teoria sustentada por Peltzer (1991) de que as imagens correspondem diretamente as ideias e adquirem sentido por si mesmas, alcançando o intelecto e exigindo menor de captação.

Quanto à característica de multilinearidade, abordada na pergunta 4.1, 53% dos participantes, que analisaram o infográfico 1, conduziram a leitura segundo a sua intenção sem que isso influenciasse a compreensão da informação, como se destaca no **gráfico 6**.

738

**Gráfico 6 – Navegação segundo o critério do usuário**



Fonte: elaborado pela autora (2014)

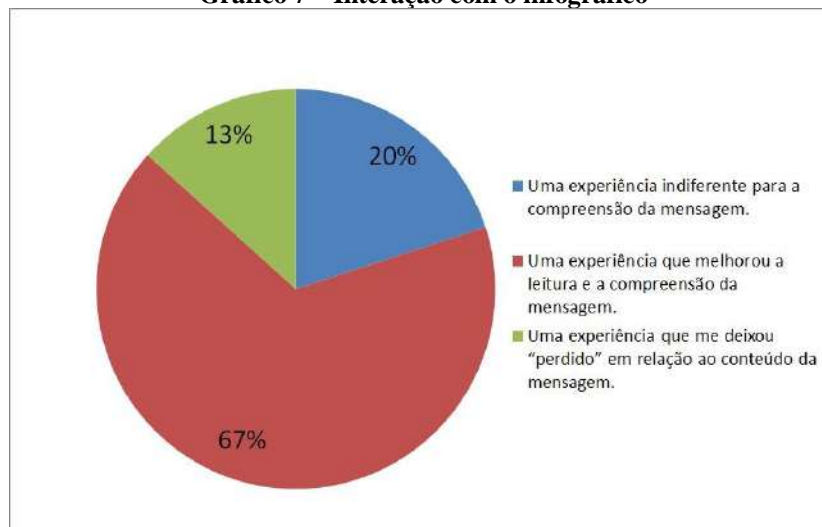
Os resultados referentes à multilinearidade atestam que a predisposição de escolher como iniciar e guiar a leitura, sem que o usuário tenha que obedecer a uma estrutura linear rígida não afeta a compreensão do conteúdo da mensagem. Com isso, a leitura e a visualização se tornam seletivas e dinâmicas, de acordo com os anseios e interesses dos usuários (VALERO SANCHO, 2009). A ordem da leitura e da interpretação se torna personalizada, pois cada usuário irá eleger por onde começar e para qual parte transpor, optando por um entre os vários caminhos ramificados em nós. (CAIRO, 2008a). Porém, o percentual de 20% dos participantes que precisaram reiniciar a leitura aponta para a incongruência da característica multilinear que pode, em alguns casos, provocar desorientações no usuário (VALERO SANCHO, 2009).

A infografia multimídia é notadamente interativa, sendo essa sua característica mais marcante que estabelece a relação entre o usuário e um objeto virtual. A última pergunta do



questionário centrou-se em identificar se a interatividade contribui ou não para a compreensão da mensagem, de acordo com a experiência do usuário. Assim, os resultados obtidos pelos respondentes mostram que para 67% deles a interatividade melhorou a leitura e a compreensão da mensagem. 20% dos participantes julgaram a experiência indiferente e 13% se sentiu perdido ao interagir com o infográfico, como pode ser observado no **gráfico 7**.

**Gráfico 7 – Interação com o infográfico**



Fonte: elaborado pela autora (2014)

## CONCLUSÃO

O meio competitivo em que se insere o jornalismo on-line demanda que as informações sejam passadas de modo simples, rápido e que prenda a atenção do leitor. Contudo, não se pode suprimir ou simplesmente negligenciar partes de uma notícia para dar dinamicidade à narrativa jornalística. Uma alternativa eficaz para atender a tal demanda é compilar visualmente os dados da mensagem, através de infografias multimídias sempre que for conveniente ao assunto, como, por exemplo, no caso de informações sobre ciência, tecnologia, medicina e economia, entre outras que exigem uma descrição mais detalhada sobre o tema, pois uma composição unicamente textual e longa pode tornar a leitura cansativa diante da tela e fazer com o leitor desista de concluí-la.

Dentro desse contexto, o infográfico multimídia se adéqua perfeitamente as demandas do jornalismo online e se torna um importante aliado para os jornalistas que ganham possibilidade de dar uma nova abordagem as suas matérias, além de atender a predileção dos



leitores, que são predominantemente visuais, de acordo com a abordagem teórica desta pesquisa. Os leitores, por sua vez, também são imensamente favorecidos quando se deparam com a informação disposta de maneira clara e concisa.

Os participantes, em sua maioria, consideraram a abordagem infográfica mais interessante do que a leitura de um texto e colaborativa em relação à compreensão e retenção dos dados da mensagem. Conclui-se, portanto, que a infografia multimídia é uma ferramenta capaz de melhorar o entendimento da informação, além de reduzir os esforços dispensados aos usuários e demandar menos tempo para a captação total da informação, por isso, efetiva o processo cognitivo, pois sua estrutura trabalha com caráter direto da informação contribuindo para que ela seja decodificada pela memória de modo mais simples.

740

## REFERÊNCIAS

BOLÓS, Concha Edo. El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital. In: BARBOSA, Susana (org.). *Jornalismo Digital de Terceira Geração*. Convilhã, Portugal, Labcom – Universidade da Beira Interior. 2007, pp. 7-23.

CAIRO, Alberto. *Infografia 2.0*. Madrid, Espanha. Ed. Alamut. 2008.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. In: SERRA, Paulo; FIDALGO, Antônio. *Informação e Comunicação Online*. Convilhã, Portugal. Universidade da Beira do Interior, 2003, pp. 33-46.

COLLE, Raymond. Estilos o Tipos de Infógrafos. In: *Revista Latina de Comunicación Social*, 1998. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/02mcolle/colle.htm>. Data do Acesso: 30 de janeiro de 2014.

DE PABLOS, Jose Manuel. Siempre ha habido infografia. In: *Revista Latina de Comunicacion social*. 1998. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/88depablos.htm>. Data do acesso: 14 de janeiro de 2014.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. São Paulo. Editora Contexto, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2011/default.shtm>. Data do acesso: 12 de fevereiro de 2014.

LEMOS, André. *A comunicação das coisas – teoria ator rede e cibercultura*. São Paulo, Annablume, 2013.



\_\_\_\_\_. Anjos interativos e retribalização do mundo. sobre interatividade e interfaces digitais. Lisboa. Tendências XXI, 1997. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interac.html>. Data do acesso: 14 de janeiro de 2014.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo. Editora 34, 1993.

MINERVINI, Mariana Andrea, La infografia como recurso didático. *Revista Latina de Comunicación Social*, 2005. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/200506minervini.pdf>. Data do acesso: 23 de janeiro de 2014.

741

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo. Editora Contexto, 2008.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs). *Modelos do Jornalismo Digital*. Salvador. Editora Calandra, 2003.

PELTZER, Gonzalo. *Periodismo Iconográfico*. Madrid. Editora Rialp, 1991.

RIBAS, Beatriz. Infografia Multimídia: Um modelo narrativo para o webjornalismo. 2004. Disponível em: [www.facom.ufba.br/jol/pdf/2004\\_ribas\\_infografia\\_multimidia.pdf](http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2004_ribas_infografia_multimidia.pdf). Data do acesso: 23 de dezembro de 2013.

SALAVERRÍA, Ramón. Aproximación al concepto de multimedia desde los planos comunicativos e instrumental. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 2001. Disponível em: <http://dspace.unav.es/dspace/handle/10171/5068>. Data do acesso: 28 de janeiro de 2014.

VALERO SANCHO, José Luis. Algunas consideraciones sobre la infografía digital. *Portal Comunicación.com In-Com*. Universidade Autônoma de Barcelona, 2011. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP1010110469A>. Data do acesso: 31 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. La infografía digital en el comienzo de una nueva manera de informar. In: Congreso de *Periodismo Digital Maracay*, 1. **Anais eletrônicos**, 2004. Disponível em: <http://www.analitica.com/media/9399701.pdf>. Data do Acesso: 29 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. La infografía: técnicas, análisis y usos periodísticos. *Publicaciones de la Universitt Jaune I; Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, D.L*, 2001.

\_\_\_\_\_. La transmisión de conocimiento a través de la infografía digital. *Ámbitos*, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16812722004> ISSN 1139-1979. Data do acesso: 31 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. La infografia digital en el ciberperiodismo. *Revista Latina de Comunicación Social*. 2008. Disponível em:



[http://www.revistalatinacs.org/08/42\\_799\\_65\\_Bellaterra/Jose\\_Luis\\_Valero.html](http://www.revistalatinacs.org/08/42_799_65_Bellaterra/Jose_Luis_Valero.html). Data do acesso: 22 de janeiro de 2014.

VIANA, Carlos Eduardo de. *Para um Manual de Redação do Jornalismo On-line*. Secretaria Especial de Comunicação Social - Cadernos da Comunicação. Rio de Janeiro, 2001.



## NOVOS MEIOS PARA LEITURA DO TEXTO BÍBLICO: UMA ANÁLISE DO FACEBOOK COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO HIPERTEXTUAL

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros

*Professor do Programa de Cognição e Linguagem-UENF*  
*chmsouza@gmail.com*

MÜLLER, Paula Alice Dodó

*Estudante de mestrado do Programa de Cognição e Linguagem-UENF*  
*paulatombo@hotmail.com*

MOREIRA, Raquel Veggi

*Estudante de mestrado do Programa de Cognição e Linguagem-UENF*  
*rveggi@yahoo.com.br*

743

### RESUMO

O presente trabalho analisou o ambiente do Facebook buscando compreendê-lo como uma ferramenta de interação hipertextual para leitura bíblica. Indagando-se de que forma ocorre a interação para leitura bíblica nesse novo ambiente – o Facebook –, sob a hipótese da hipertextualidade. Utilizou-se como *corpus* o perfil Bíblia Fácil – da Igreja Adventista. Assim, percorreram-se definições fundamentais para considerar o Facebook como ambiente, fazendo-se ponderações a respeito de termos como virtualização, hipertexto, entre outros. Nesse contexto, objetivou-se contribuir para o desenvolvimento de novas possibilidades que agucem e facilitem o processo de leitura do texto bíblico, deixando-o mais atrativo. Tendo como principais bases teóricas Pierre Lévy, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

**Palavras-chave:** Facebook. Hipertextualidade. Bíblia

### ABSTRACT

This study examined the environment of Facebook trying to comprehend it as a tool for Bible reading hypertext interaction. Facebook - - under the hypothesis of hypertextuality asking yourself how the interaction for Bible reading in this new environment occurs. Was used as the corpus Bible Easy profile - Adventist Church. Thus, fundamental definitions to consider Facebook as environment, making it weights about terms such as virtualization, hypertext, among others walked up. In this context, the aim of contributing to the development of new opportunities that hone and facilitate the process of reading the biblical text, making it more attractive. The principal theoretical basis Pierre Lévy, Gilles Deleuze and Félix Guattari.

**Key-words:** Facebook. Hypertextuality. Bible.





## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os jovens de hoje permanecem grande parte do tempo *linkados*. Frequentam espaços de *chat*, recorrem ao correio eletrônico e manejam diferentes programas de navegação na rede com bastante habilidade, tendo como um dos atrativos principais, as redes sociais digitais, em destaque, o Facebook.

Dentro deste contexto, os missionários sempre utilizando de todos os meios a fim de divulgar sua crença, evangelizar, encontraram no Facebook um local fértil para propagar as boas novas de Cristo, devido à sua atratividade e alto poder de alcance.

Desta forma, esse artigo se propõe analisar como ocorre a interação para leitura bíblia nesse novo ambiente – o Facebook –, sob a hipótese da hipertextualidade. A análise será feita utilizando-se como *corpus* o perfil Bíblia Fácil – da Igreja Adventista.

Para fundamentar a discussão, percorrem-se conceitos principais sobre Ciber e Redes Sociais Digitais; virtualização tecendo ligações do Facebook como ambiente; hipertexto, para analisar a interação no ambiente digital em destaque com suporte teórico para fundamentar a abordagem.

Compreender o entendimento de que a sociedade está em constante evolução e as análises dessas mudanças, desde as mais singelas até as aprofundadas, contribuem de certa forma para impulsionar e/ou tentar explicar essas transformações, logo, ampliando novas possibilidades que agucem e facilitem o processo de leitura do texto bíblico, deixando-o mais atrativo.

Assim, lança-se a possibilidade de entender melhor também o novo leitor/cristão do Ciberespaço neste ambiente de interação hipertextual, abordando e refletindo por meio de bibliografia conceitos principais sobre ciber e redes sociais digitais, tecendo ligações do espaço virtual como ambiente; hipertexto, para analisar a interação no ambiente do Facebook.

## CIBER E REDES SOCIAIS DIGITAIS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Observamos e presenciamos a cada dia que passa transformações inimagináveis em todos os campos em que vivemos, sejam: políticas, sociais, culturais, sociais ou tecnológicas. Somos constantemente atingidos por uma avalanche de informações.



Em evolução constante, influenciada sob o prisma tecnológico, dentre todas as transformações, destaca-se a cultural. Esta é a área que mais evolui na sociedade contemporânea, influenciando, por conseguinte, a ciência, a arte, a literatura, a música, o cinema, o comércio, os costumes etc. Estamos imersos numa cibercultura, a cultura virtual. Segundo MATTOS (2012, p.183) cibercultura “(...) representa o conjunto de costumes, conhecimentos, efeitos e impacto do avanço tecnológico em nossa vida cotidiana, do pessoal ao profissional”.

Pierre Lévy (2000, p.193) assim definirá cibercultura:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração.

Assim, pode-se dizer que cibercultura é: novas possibilidades de experimentar o saber, uma nova forma de se relacionar e de se comunicar, uma maneira dinâmica, criativa e de alto alcance para anunciar-comunicar a Boa Nova.

Todo contexto cultural influencia o ser humano, condicionando a sua forma de ser, pensar e agir. Influencia, também, a fé e a vivência da religiosidade.

Segundo Rangel (2011, p.09):

A cultura cristã pode e deve adaptar-se à cibercultura (interculturalizar-se), se deseja que a fé cristã seja verdadeiramente conhecida e acolhida por qualquer integrante desta nova cultura. Assim como os apóstolos o fizeram para comunicar a Boa Nova para todo o ocidente na Igreja nascente.

Mediando esta comunicação entre o real e o virtual, está o ciberespaço. O ciberespaço esse termo foi criado pelo escritor de ficção científica Willian Gibson no livro *Neuromancer* em 1984.

Lévy (1999, p.92) define-o como “(...) o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”.

A rede experimental, ARPANET, segundo Bolsoni (2007) foi o início dessa evolução tecnológica conhecida hoje como WEB 2.0. Contribuição do cientista Tim Berners-Lee, que em 1989 propôs o WWW - *World Wide Web*, um sistema que interligava centros de pesquisa científica e universidades.



Em 1992, Marc Andreessen lança o navegador *Mosaic*, primeiro browser pré-Netscape. O rápido crescimento do WWW não parou desde a formação da rede NSFNET (National Science Foundation Network). No Brasil, a internet chegou na década de 80 e era restrita ao uso de militares e acadêmicos.

Um dos princípios básicos que sustentam o crescimento do ciberespaço destaca-se a comunidade virtual. Uma comunidade virtual “(...)é construída sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LÉVY, 1999, p.127). À primeira vista, as relações on-line parecem frias, impessoais; mas isso não procede. As comunidades virtuais, pelo contrário, são uma expressão de como é possível criar laços virtuais frutíferos e de proximidade.

Assim, acredita-se que um dos resultados mais importantes desta tecnologia foi a integração virtual, através das redes digitais. Bolsoni (apud Danah Boyd e Nicole Ellison, 2007) relata que os “(...) seres humanos procuram interagir, e o advento da internet acabou por conduzir a sociedade ao relacionamento no ciberespaço por meio das redes digitais sociais”.

Sites de redes sociais surgiram em 1997, e é um fenômeno mundial que atraem milhares de novos usuários todos os dias. De acordo com Bolsoni (2010, p.72) “(...) o início das redes sociais digitais com a Sixdegrees”, primeira rede social que permitiu a criação de um perfil virtual, bem como a publicação e listagem de contatos. O nome Sixdegrees faz referência aos seis graus de amizade, um conhecido conceito que fala que a cada 6 pessoas que conhecemos, temos um amigo em comum. Para Bolsoni (apud Boyd e Ellison, 2007), “Esse primeiro site possibilitou aos seus utilizadores fazerem pesquisa em lista de amigos dos amigos, criarem perfis pessoais e ao mesmo tempo visitarem os perfis de amigos”.

Possibilitando que seus usuários, internautas se comuniquem, interajam, colaborem, expressem suas ideias, suas opiniões, criem discussões dos mais variados temas.

O propósito da rede social era exatamente de ampliar a rede de contatos, através das amizades que os usuários possuíam. Após esse modelo de rede social, várias outras semelhantes foram criadas. Dando destaque ao Facebook que atualmente lidera o ranking de redes sociais no Brasil.

O Facebook foi lançado em 4 de fevereiro de 2004 e hoje é dos sistemas com maior base de usuários no mundo (RECUERO, 2009, p.172). A ideia dos jovens criadores era criar um *website* de relacionamento onde a experiência social dos colegas universitários acontecesse



online. Compartilhar fotos, dizer o que achou da última festa, convidar alguém para sair, ter um espaço virtual para interagir com os amigos, conhecer novas pessoas. Este era basicamente o Facebook. Na página oficial, a rede é apresentada como um espaço que "ajuda as pessoas a se comunicarem com mais eficiência aos seus amigos, familiares e colegas de trabalho".

Em 2006 com a abertura da rede social a todos os internautas o Facebook experimenta um período de expansão, duplicando o número de utilizadores registrados.

Rapidamente o Facebook virou febre em todo o mundo. Passou a receber investimentos bilionários, seu *layout* foi repaginado e novos aplicativos foram sendo incorporados à rede. Tornou-se uma grande empresa, atualmente sediada em Palo Alto, na Califórnia. Aos poucos, a página de relacionamentos tornou-se uma vitrine mundial, e a rede de amigos, um espaço que despertou o interesse de anunciantes.

Como é apresentado em seu site oficial, o Facebook hoje "é um pedaço da vida de milhões de pessoas que vivem em todas as partes do mundo".

Lévy (2005) nos diz que uma das grandes características do processo de virtualização que ocorre em diversos campos é o de desterritorializar o momento presente, de trazer uma unidade de tempo sem uma unidade de lugar. É nesse espaço, cujos membros são envolvidos numa complexa teia de informações compartilhadas, entre postagens de acontecimentos pessoais rotineiros, desabafos, exposição de fotos, e autopromoção é possível encontrar, mensagens bíblicas, versículos etc.

## **VIRTUALIZAÇÃO E O AMBIENTE DO FACEBOOK**

Lévy (1996, p.16) define que o virtual é como complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização.

Sendo assim, "o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes". E continua ponderando que "o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe". Pode-se concluir que é um processo cíclico como afirma o teórico: "A atualização ia de um problema a uma solução. A virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema." (LÉVY, 1996, pp.15, 17, 18).



O teórico ressalta a diferença entre a realização (ocorrência de um estado pré-definido) e a atualização (invenção de uma solução exigida por um complexo problemático) e que o virtual é tomado como maneira de ser, mas a virtualização como dinâmica. Nesse recorte, chega-se ao entendimento de que a virtualização é um processo em que um acontecimento, um objeto ou uma entidade passa a estar em potencial, latente e será real, apesar de já existir, enquanto possibilidade, com a atualização – resolução do problema.

Lévy (1996, p.16) define que o virtual é como complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização.

Sendo assim, “o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes”. E continua ponderando que “o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe”. Pode-se concluir que é um processo cíclico como afirma o teórico: “A atualização ia de um problema a uma solução. A virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema.” (LÉVY, 1996, pp.15, 17, 18).

O teórico ressalta a diferença entre a realização (ocorrência de um estado pré-definido) e a atualização (invenção de uma solução exigida por um complexo problemático) e que o virtual é tomado como maneira de ser, mas a virtualização como dinâmica. Nesse recorte, chega-se ao entendimento de que a virtualização é um processo em que um acontecimento, um objeto ou uma entidade passa a estar em potencial, latente e será real, apesar de já existir, enquanto possibilidade, com a atualização – resolução do problema.

Segundo Pierre Lévy (1999, pp.53, 88) “o virtual não ‘substitui’ o ‘real’, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo”, é a releitura, a atualização de algo que existe concretamente. Por exemplo, quando se edita um texto fisicamente gravado no HD (*Hard Disk*) do computador, quem edita está sempre saindo do totalmente virtual para o físico para não perder as informações. E mesmo que não se tenha gravado o documento nessa memória virtual – HD – há a memória temporária, onde pode, com alguma sorte, ser recuperado o arquivo da inexistência concreta.

Assume-se que o concreto ainda é condição fundamental da existência e da própria virtualização. Virtual por virtual, a realidade é sempre uma virtualização do que está gravado em nossos cérebros. O mesmo acontece quando se está no Ciberespaço - há um suporte físico



que o sustenta, reforçando a concepção desse ambiente como espaço, lugar “real” (SOUZA e COSTA, 2006).

Segundo Lévy (1994) é possível compreender que embora a internet não esteja firmada em um espaço físico, o ambiente de rede nos remete a um lugar. Assim, para o autor, “o ciberespaço é o universo das redes digitais como lugar de encontros e aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural”.

Considerando esta questão no século XXI, o qual vem marcado com a presença e constante evolução das tecnologias, Souza (2006) doutor em Comunicação e Costa (2006), mestre em Cognição e Linguagem, afirmam que “o ambiente artificial produzido pelo homem também é ambiente. Como tal, influencia a configuração cultural da humanidade assim como o ambiente natural”. Assim, além do ciberespaço ser capaz de reproduzir uma cultura natural, também é apto à criação de uma cultura própria, genuinamente do espaço virtual.

Logo, o ciberespaço, ou espaço virtual é também espaço, guardando características de ambiente, no que se refere à sua capacidade de interferir na produção e reprodução da cultura. Sendo espaço, é também lugar. (SOUZA E COSTA, 2006).

E o que mais está presente nos dias de hoje no ciberespaço é a interação em tempo quase real, extremamente presente nas chamadas redes sociais digitais.

Neste propósito, Castells explica que “a formação de redes é uma prática muito antiga, mas as redes ganham vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet” (CASTELLS, 2003).

## **O HIPERTEXTO NO PERFIL BÍBLIA FÁCIL-OFICIAL**

A terminologia hipertexto surge como definidora dos textos dispostos na *Web* que apresentam hiperlinks que, por sua vez, conduzem o leitor navegador a outras enunciações e assim sucessivamente por pontos de convergência que Lévy (2011) chama de *Nós* e que Deleuze e Guattari (2011) chamaram de *Rizomas* que se opõem às linhas de articulação e segmentaridade por serem linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.

Assim ambiente do Facebook, caracterizado pela gratuidade, instantaneidade, mobilidade, multiplicidade e interatividade, apresenta-se oferecendo diferentes possibilidades à divulgação das boas novas, leitura bíblia, que começa a se apropriar de seus recursos, entre eles,





a utilização de som, imagem e texto no mesmo suporte, ganhando novas dimensões em relação à bíblia impressa. Outro importante recurso é o hipertexto, que funciona não como um suporte técnico da escrita, mas como uma prática de escrita, disseminada pela Grande Rede, que encontra nela o potencial necessário para sua utilização. A leitura bíblica digital é, pois, pautada no hipertexto.

O hipertexto se caracteriza por uma leitura não linear e sequencial, em que cada ponto ou nó pode ser conectado a qualquer outro, sendo o leitor responsável por selecionar, esquematizar, construir uma rede intertextual, mas não é uma inovação da digitalização.

Muitos recursos estilísticos - pé-de-página, legendas, capítulos, notas, índices - utilizados na bíblia impressa, já apontavam para uma leitura hipertextual. O que se apresenta como novidade é a rapidez com que é feito o emaranhado de textos. O processo de leitura, na hipertextualidade, considerada em seu sentido amplo, passa a ser representado por uma simbiose de múltiplas expressões: sons, imagens e recursos que a tornam sedutora e geradora de textos, que conduzem o leitor a construir diversos caminhos interpretativos. A Palavra digitalizada passa a representar esse tipo de leitura que revoluciona os métodos tradicionais. Nesse aspecto, o hipertexto digital trouxe modificações para a leitura no suporte tradicional. Com as diversas práticas de leitura hipertextuais, os leitores desenvolvem uma parceria profunda na hermenêutica com os autores diante dos textos lidos. Dessa forma, o ciclo da informação e da comunicação é dinamizado e enriquecido com essas novas práticas de leituras. Pierre Lévy (1999) considera que:

Em relação às técnicas anteriores de ajuda à leitura, a digitalização introduz uma pequena revolução copernicana: não é mais o navegador que segue os instrumentos de leitura e se desloca fisicamente no hipertexto, virando as páginas, deslocando volumes pesados, percorrendo a biblioteca. Agora é um texto móvel, caleidoscópico que apresenta suas facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade frente ao leitor. (LÉVY, 1999, p. 56)

Neste contexto, o *Facebook*, cujos membros são envolvidos numa complexa teia de informações compartilhadas. Entre postagens de acontecimentos pessoais rotineiros, desabafos, exposição de fotos, e autopromoção é possível encontrar, em páginas de pastores, membros de igrejas divulgando sua fé, seja através de mensagens bíblicas, vídeos, entre outros.

A Bíblia Fácil exhibe na sua página do *Facebook* diferentes postagens contendo uma série de vídeos de pregações, mensagens bíblicas e versículos. Neles podemos observar possibilidades dos usuários acessarem diferentes informações através de *links*, tendo assim,





acesso a diferentes ângulos e percepções sobre um mesmo assunto. Pode-se enveredar por caminhos diversos.



**Ilustração 1: Facebook – Postagens de versículos bíblicos Bíblia Fácil**



**Ilustração 2: Site novotempo.com/bibliafacil**



**Ilustração 3: Site bíblia.com.br**

Os *links* deixados pelo perfil Bíblia Fácil (Ilustração 1), fazem com que seus leitores, com uma grande velocidade, percorram novos caminhos, saltando do Facebook, por exemplo, para o *site* [novotempo.com/bíbliafacil](http://novotempo.com/bíbliafacil) (Ilustração 2). Os *links*, por sua vez, prosseguem no *site* sugerindo novas leituras (Ilustração 3), compondo um emaranhado de novos textos, com características híbridas.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, no livro *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (1995), conceituam o “livro-raiz” como aquele que envolve uma “lógica binária”, que não compreende a multiplicidade, cujo modelo é o livro clássico (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 13). Em oposição, apresentam como modelo ideal o “livro-rizoma”.

De acordo com estes teóricos: “diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 32). Assim:

Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a  $n$  dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído. (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 32).



O rizoma de Deleuze e Guattari pode ser associado então, ao modelo dos hipertextos digitais, constituindo um texto múltiplo, sem centro discursivo, sem margens, produzido por um ou vários autores e, como texto eletrônico, está sempre sendo construído, desmontado, conectado, modificado.

As possibilidades de comunicação facilitadas pelo hipertexto digital ampliam as dimensões de leitura dos textos. Através do espaço da Internet, novas formas de leitura assumem características específicas que subvertem a sucessividade tradicional dos suportes de leituras.

753

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo permitiu verificar que o trabalho com uma multiplicidade de recursos (imagens, sons, palavras, ambientes virtuais diversos) produz simultaneamente um estranhamento e um encantamento às pessoas diante das facilidades de leituras diversas que o ambiente digital apresenta.

O leitor-navegador é o responsável, nos espaços em que navega, pela construção de sentidos de um texto. Esse procedimento metodológico e cognitivo propicia ao leitor uma ruptura com a ordem lógica e hierarquizada da leitura da Bíblia, objeto de estudo do presente trabalho. Ler, nesse aspecto, torna-se um ato fruído e prazeroso.

Mesmo reconhecendo que a leitura no suporte impresso oferece também outros tipos de hipertextos, como por exemplo, a não-linearidade através das interconexões aludidas no corpo textual, podemos constatar que é o hipertexto como demonstrado no ambiente do Facebook essas possibilidades são ampliadas, deixando o texto mais atrativo.

## REFERÊNCIAS

AVELLAR, Valter Luís. *Espiritualidade e Internet: Análise de uma experiência mística através do correio eletrônico*. Universidade Católica de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. 2009.

BABO, Maria Augusta Babo. *O hipertexto como nova forma de escrita*. In: SÜSSEKIND, Flora (org.). *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.



BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas. 1985.

BOLSONI, Evandro Paulo. *Sociabilidade em Redes Digitais Sociais Segmentadas: A reconstrução da identidade virtual digital*. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem. 2010.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. in *A era da informação: Economia, sociedade e cultura*.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Identidade*. v.2. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. in *A era da informação: Economia, sociedade e cultura*.

CLÉMENT, Jean. Do livro ao texto: as implicações intelectuais da edição eletrônica. In: SÜSSEKIND, Flora (org.). *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

JUNGBLUT, Airton Luiz. *Nos chats do Senhor: um estudo antropológico sobre a presença evangélica no ciberespaço brasileiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, Porto Alegre. 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Que é o Virtual?*. Tradução de Paulo Neves. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

MARTINS, Analice. *Modos de produção e circulação na WEB: Algumas notícias da atual literatura brasileira*. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro. out. - dez. – nº 179, p.93-105, 2009.

MATTOS, M.C; SOUZA, C.H.M; MANHÃES, F.C. *A Dromocracia Cibercultural nas Redes Sociais Digitais*. *Revista Científica Internacional*. ISSN: 1679-9844. Edição 21, volume 1, artigo nº 10, Abril/Junho 2012.

NOVAES, R. *Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença*. In: ABRAMO, Helena. Wendel; BRANCO, Pedro Paulo. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

RANGEL, Alexandre Magalhães. *Cibercultura e Evangelização – sobre a ação pastoral no ciberespaço*. Rio de Janeiro, 2010, 36p. Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TELLES, André. *Geração Digital*. Editora Landscape, São Paulo, Brasil, 2009.



TEPEDINO, Ana Maria. *Encontro com a Igreja de Jesus Cristo (Eclesiologia)*, Coleção Iniciação Teológica, Departamento de Teologia da PUC-Rio, RJ, 2006.





## **ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CAPACIDADE INOVATIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM UM BUREAU DE INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**

ANDRADE, Claudia Cristina

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
clauandra6@gmail.com

EMYGDIO, Jeanne Louize

*Mestranda do Programa Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
jeanne.emygdio@gmail.com

SOARES, Mara Magda

*Mestranda do Programa Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
maramagda2004@gmail.com

PINHO, Alexandre Ferreira

*Professor do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
pinho@unifei.edu.br

756

### **RESUMO**

A gestão do conhecimento é fundamental para a eficácia organizacional e a capacidade inovativa de qualquer instituição que busque manter-se competitiva na dinâmica do mercado atual. Assim, este artigo tem por objetivo relacionar as dimensões tácitas e explícitas do conhecimento contidas no modelo espiral com a existência de mecanismos de gestão do conhecimento e capacidade inovativa no Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação do Vale da Eletrônica (NAGIVALE), localizado em Santa Rita do Sapucaí – MG. Para a realização desse trabalho utilizou-se o método de estudo de caso de natureza qualitativa. Os resultados revelaram que o NAGIVALE, mensura a capacidade inovativa e realiza o gerenciamento de processos de conhecimento de forma organizada e em espiral, de modo que é possível observar cada processo de conhecimento, enfatizado de forma diferenciada e atendendo suas especificidades.

**Palavras-chave:** Gestão do Conhecimento, Capacidade Inovativa, NAGIVALE.

### **ABSTRACT**

Knowledge management is essential for organizational effectiveness and the innovative capacity of any institution that seeks to remain competitive in the current market dynamics. Thus, this article aims to relate the tacit and explicit dimensions of knowledge contained in the spiral model with the existence of mechanisms for knowledge management and innovative capacity in the Support Center for Innovation Management Valley Electronics (NAGIVALE), located in Santa Rita do Sapucaí - MG. To conduct this work we used the case study method of qualitative nature. The results revealed that the NAGIVALE, measures the innovative capacity and performs process management knowledge in an organized way and spiral, so that you can see each process knowledge, and emphasized differently meeting their specific.

**Key-words:** Knowledge Management, Innovative Capacity, NAGIVALE.



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil aplica 1,2% do PIB em Pesquisa & Desenvolvimento e tem cerca de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes. A nova meta da recém-lançada Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) para o período de 2012–2015 é chegar a 2014 destinando 1,8% do PIB para investimento em pesquisa e desenvolvimento (BRASIL, 2014). Em 2011, a estratégia governamental de Minas Gerais, buscou integrar as ações do Governo estadual nas diferentes áreas e, ao mesmo tempo, proporcionar um comportamento cooperativo com os outros níveis de Governo e outras instituições, públicas e privadas, para maior agregação de valor para a sociedade mineira. A implantação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2011–2030 foi estabelecida com a formação de 11 Redes de Desenvolvimento Integrado, criadas com o objetivo de proporcionar um comportamento cooperativo e integrado entre agentes e instituições. Entre elas há a rede de ciência e tecnologia, que está atrelada ao fomento de empresas de base tecnológica, centros de pesquisa, núcleos de apoio e gestão da inovação e incubadoras. A necessidade de conhecimento para manter-se competitivo no mercado atual exige da organização buscar o conhecimento, tanto quanto possível. No entanto, a fim de melhorar utilizar a tecnologia da informação, é necessário o processo de gestão do conhecimento de forma sistemática. A intensidade da inovação em pesquisa e desenvolvimento está intrinsecamente ligada à capacidade da organização em gerar, validar e disseminar conhecimento de maneira competitiva (SANTOS, 2011; NISSEN & LEVITT, 2002). Em uma estratégia de gestão do conhecimento, é necessário estar atento às dimensões do conhecimento, além disso, a construção e transmissão de conhecimentos requerem espaços de integração e ferramentas de compartilhamento emocional, modelos mentais e experiências (NONAKA, 1997). A manipulação correta das informações proporciona avanços tecnológicos, ampliação do aporte tecnológico e difusão do conhecimento. Portanto, saber explorar e gerenciar o conhecimento se apresenta como uma condição prévia para o sucesso de inovações e desenvolvimento empresarial (COSTA, 2008). Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo relacionar as dimensões tácitas e explícitas do conhecimento contidas no modelo espiral com a existência de mecanismos de gestão do conhecimento e capacidade inovativa no NAGIVALE, localizado em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais.





## 2 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Houve uma significativa mudança da sociedade industrial para a sociedade da informação. Da gerência de recursos informacionais para a gestão do conhecimento. A transição institucional dos seus ambientes internos e externos têm sofrido intensas transformações em suas estruturas e processos. Estas interações entre as inovações tecnológicas no campo de tecnologia da informação, telecomunicações e de natureza socioeconômica vão passando pelas sociedades humanas (PAIM, 2003, p. 8).

Dentro do contexto de inovações, de intensas produções de novas ideias é que surge a Gestão do Conhecimento (GC) cujo início encontra-se na década de 1990. Este tema tem despertado interesse nos profissionais das áreas de administração, computação e ciência da informação que continuamente utilizam a informação e o conhecimento para adquirir, produzir, compartilhar, registrar e utilizar este produto informacional. Tornou-se de vital importância para as organizações contemporâneas agregar valor a informações e ao conhecimento. Surgiram termos como capital intelectual, ativos intelectuais, ativos intangíveis, conhecimento empresarial, dentre outros (PAIM, 2003, p. 9).

Os pesquisadores japoneses, Ikuro Nonaka e Hirotaka Takeuchi, iniciaram seus estudos amplificando e expandindo os conceitos sobre gestão do conhecimento e inovação pertencentes às diversas áreas do conhecimento para entrelaçar, produzir uma nova proposta de gestão criativa na criação e na produção de novas formas e demandas de trabalho.

Em épocas de incertezas, as empresas tendem a buscar o conhecimento nos indivíduos fora da organização. Este movimento de atividades externas, internas, de visões tradicionais e não tradicionais retroalimentam a criação de conhecimento na empresa gerando a dinâmica da inovação. É um movimento de dentro para fora, dupla atividade que abastece a inovação contínua. Estas são as etapas: Criação do conhecimento-> inovação contínua -> vantagem competitiva (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p.1-21).

Estes fluxos variados geram e transformam o conhecimento tácito em explícito. Esta conversão é valorizada nas indústrias japonesas cuja tradição permite que o colaborador contribua com seu expertise para a transformação do conhecimento organizacional. Este *know-how* na execução das tarefas diárias contribui para fortalecer, potencializar e aperfeiçoar o trabalho do colaborador nas instituições uma vez que seu palpite, *insight* e opiniões são



valorizados muito mais do que uma simples intervenção, ou seja, trata-se de uma contribuição para aperfeiçoamento de todo o processo produtivo (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p.1-21).

## 2.1 Espiral do conhecimento

Nonaka (1997) propõe um modelo espiral de interação dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito, caracterizando quatro processos (socialização, externalização, combinação e integração) que permitem amplificação do conhecimento individual e efetuam a solidificação do conhecimento organizacional. Nissen & Levitt (2002) ressaltam que este modelo descreve fluxos contínuos e rotineiros que compõem a maior parte do trabalho do conhecimento organizacional. Diferenciando a interação entre as dimensões tácita e explícita usadas por Nonaka como o principal meio para descrever o conhecimento que flui através da empresa. A figura 1 traz o modelo em espiral de interação dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito.



Figura 1 - Modelo em espiral de interação dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito. FONTE: Nonaka (1997).

Como ilustrado na Figura 1, cada tipo de conhecimento pode ser convertido. Quando visto como um processo de aprendizagem contínua, o modelo torna-se uma espiral no sentido horário. O processo que transfere conhecimento tácito de uma pessoa para o conhecimento tácito de outra pessoa é a socialização, ou seja, a interação do conhecimento tácito para tácito, sendo um processo de compartilhamento de experiências e vivências. Trata-se do conhecimento pessoal incorporado do indivíduo.

Na socialização o aprendizado ocorre por meio da observação, imitação, trabalhos em equipe, práticas, reuniões, *benchmarking*, *feedback*, fóruns de colaboração, sistema de



recompensas, líder responsável pela difusão do conhecimento de inovação, solução compartilhada de problemas, criação de novos conhecimentos através de experimentos e protótipos, treinamento, desenvolvimento de *workshops*/seminários, rotação no trabalho, participação de especialistas ou líderes em fóruns, *mentoring* e *brainstorming*. Portanto, a socialização concentra-se na experiência compartilhada, mas para que de fato ela ocorra, normalmente se cria um time ou campo de integração para facilitar a troca de experiências entre os membros. Resumidamente, observa-se que a socialização ocorre por meio da integração entre as pessoas. Denota membros de uma equipe de compartilhamento de experiências e perspectivas (NONAKA, 1997; TORRES *et al* 2009).

Os novos conhecimentos se originam nas pessoas. A conversão do conhecimento individual em recursos disponíveis para outras é a atividade central da empresa criadora de conhecimento (SERRA, 2000, p.32).

Contudo, vale ressaltar que a socialização é uma forma limitada de criação de conhecimento, pois não há agregação de *insight* sistemático ao conhecimento. Trata-se de um processo entre indivíduos (NONAKA, 1997; SERRA, 2000).

O processo para fazer a conversão do conhecimento tácito em explícito é denominado externalização. Ou seja, a transformação do conhecimento tácito em conceitos explícitos, neste caso o conhecimento individual passa a ser compartilhado por um grupo ou equipe. As atividades relacionadas com externalização estão ligadas a documentação de conteúdo facilmente reproduzível. As formas de externalização mais conhecidas são: mapas, bases de conhecimento, *benchmarking*, *feedback*, fóruns de colaboração, livros de bordo, modelos, sistema de recompensas, líder responsável pela difusão do conhecimento de inovação, solução compartilhada de problemas, sistemas para informar clientes, fornecedores e empregados, patentes, licenças, direitos de propriedade intelectual, base de dados e especificações. Além disso, embora inconsistente, a exteriorização denota o uso de metáforas através do diálogo que leva a articulação do conhecimento tácito e sua formalização posterior para torná-lo concreto e explícito, assim as imagens e expressões ajudam a promover a reflexão entre os indivíduos (NONAKA, 1997; NISSEN & LEVITT, 2002).

Uma vez que o conhecimento é convertido em explícito, ele pode ser transferido como conhecimento explícito através de um processo chamado combinação. Essa situação expõe a sistematização de conceitos, envolve a combinação de conjuntos de conhecimento explícito,



por meio da troca de conhecimento contido em documento. A combinação ocorre quando o conhecimento explícito se torna explícito, passando dos membros de um grupo para a organização. Desta forma, a combinação pode ocorrer por meio de *benchmarking*, sistema de recompensas, centralização do acesso ao conhecimento, criação de novos conhecimentos através de experimentos e protótipos, livro de bordo, patentes, licenças, direitos de propriedade intelectual, base de dados e especificações, sistemas de informação para clientes, fornecedores e empregados. Portanto, a combinação gera o conhecimento sistêmico, compilando as informações em uma mídia que possa ser transmitida e multiplicada. A Combinação denota a coordenação entre os diferentes grupos da organização, juntamente com a documentação dos conhecimentos existentes, para ligar e combinar novos conceitos com outro conhecimento explícito na empresa para torná-lo mais útil (NONAKA, 1997; NISSEN & LEVITT, 2002).

Internalização é o processo de aplicação do conhecimento combinado descrito anteriormente. Ela é em grande parte experimental, a fim de atualizar conceitos e métodos, seja através da prática ou por meio de simulações. Essa situação revela a transferência do conhecimento da organização para o indivíduo e nesse processo o conhecimento adquirido irá somar às suas experiências e ampliar o conhecimento tácito. Nesse caso, é necessária a verbalização e diagramação do conhecimento na forma de *benchmarking*, *feedback*, fóruns de colaboração, sistema de recompensas, solução compartilhada de problemas, treinamento, desenvolvimento de *workshops*/seminários, rotação no trabalho, participação de especialistas ou líderes em fóruns, livro de bordo, patentes, licenças, direitos de propriedade intelectual, base de dados e especificações. A internalização está diretamente ligada com o aprender fazendo e denota a participação de diversos membros da organização para ampliar o conhecimento resultante do processo anterior, a combinação.

Em resumo, o modelo em espiral destaca a importância de cada processo na construção do conhecimento. Em relação ao modelo, é importante ressaltar que se trata de um espiral, e não um ciclo, pois, como há o aprendizado em todo o ciclo, a compreensão se move para níveis cada vez mais profundos (NONAKA, 1997; NISSEN & LEVITT, 2002).

### 3 INOVAÇÃO

O conceito primordial de inovação foi estabelecido pelo economista Joseph Alois Schumpeter que, entusiasmado pela integração com a Sociologia para o melhor entendimento



de suas teorias econômicas buscou conciliar os conceitos a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos ou mesmo, novas sub-áreas e nesta busca estabeleceu critérios claros para identificação de inovações que são utilizados até hoje, embora as inúmeras definições posteriores do mesmo termo.

Sua definição de inovação possui uma abrangência ampla, podendo caracterizar-se como: a introdução de um novo produto ou de um novo tipo de produto; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; obtenção de uma nova fonte de matérias-primas ou bens semimanufaturados; e reorganização de qualquer setor da indústria, mediante a obtenção (através da formação de *trustes*, por exemplo) ou a quebra de uma posição monopolística (SCHUMPETER, 1911).

Para Schumpeter (1911), a intensidade da inovação em pesquisa e desenvolvimento permite que as empresas utilizem estes resultados numa relação positiva com empresa versus conhecimento. E, através disso, criam-se novas demandas e promovem a inovação na busca de utilizar o ensino e a criatividade para romper com o imobilismo. Criam uma ruptura no sistema econômico, tirando-as do estado de equilíbrio, alterando os padrões de produção, criando uma diferenciação para as empresas. Estas inovações radicais e incrementais permitem uma mudança no sistema econômico atual (SANTOS; FAZION; MEROE, 2011, p.3).

A inovação possui ciclos que podem ser divididos em invenção, imitação ou difusão este fluxo gera produtos de consumo para sustentabilidade econômica nas organizações no século XXI como alternativa para acompanhar a velocidade da dinâmica contemporânea da demanda de bens e serviços evoluindo nas flutuações (SANTOS; FAZION; MEROE, 2011, p.1).

Com a utilização de novas tecnologias houve um favorecimento no crescimento econômico. Esta evolução trouxe consigo modelos, práticas gerenciais e co-criação voltadas para a inovação e a gestão conhecimento (SANTOS; FAZION; MEROE, 2011, p.1).

Esta tendência do desenvolvimento industrial permitiu que a inovação e a gestão do conhecimento dessem um salto significativo na macroeconomia, favorecendo a entrada de determinados mercados tecnológicos e, principalmente, impulsionando a capacidade inovativa. A acumulação criativa e a acumulação de conhecimentos podem ser transferíveis permitindo a explosão de ideias e o favorecimento de novas possibilidades antes não vislumbradas.



Com isso, a difusão tecnológica é a maneira como as inovações se espalham mediante os canais do mercado, ou a partir de sua implantação mundial para outros países e regiões. Sem a difusão, a inovação não teria o impacto no sistema econômico capitalista que absorveu as novas tecnologias, novos conceitos, novos processos, novo modelo de gestão, novas pessoas e suas novas ideias: um novo modelo de inovação aberta (SANTOS; FAZION; MEROE, 2011, p.3).

Estas práticas de modelos e inovação permitem que haja uma interação amplificada de pessoas, negócios e tecnologias. A globalização também teve papel determinante nestas ações e interações mundiais, rompendo os limites geográficos e mentais nas pessoas e instituições. Criaram-se novas parcerias e acredita-se que os processos e fluxos de trabalho ampliaram novas possibilidades de conhecimento e consumo.

A dimensão do conceito de inovação estabelecido por Schumpeter amplia-se a partir da discussão sobre o papel do Estado na aplicação de políticas públicas que visem elevar a competitividade. Segundo o Ministério de Ciência e Tecnologia, em 2000, “além de fenômeno econômico, a inovação constitui processo social, profundamente associado à história, à cultura, à educação, às organizações institucionais e políticas e à base econômica da sociedade” (BRASIL, 2000).

Neste contexto, o Estado cumpre um papel decisivo nos sistemas de inovação: articula os atores envolvidos e promove Ciência, Tecnologia e Inovação ao financiar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, e manter a infraestrutura de ensino, pesquisa e prestação de serviços tecnológicos. Estimula ainda o desenvolvimento tecnológico privado, subsidia o processo de inovação, regula e protege os direitos à propriedade intelectual, e concede proteção e incentivos diferenciados a tecnologias estratégicas e de risco elevado. Cria-se, desse modo, ambiente favorável e estimulante à inovação, com suporte direto e indireto do setor público (BRASIL, 2002).

#### **4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é classificada como estudo de caso de natureza qualitativa. Para Yin (2001) o estudo de caso consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos metodológicos.





Utilizou-se na presente pesquisa técnicas de interpretação que procuram descrever, decodificar, traduzir e entender os fatos. O objetivo é entender e explicar o “o que” e o “como” do problema de pesquisa, e para isso foi aplicado o método da pesquisa exploratória que permite maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou facilitar a construção de hipóteses. Esse tipo de pesquisa se apoia no aprimoramento de ideias ou na descoberta de intuições.

Segundo Yin (2001), o delineamento do estudo de caso como metodologia de investigação mostrou a necessidade de execução de três fases (1. Definição e Montagem; 2. Preparação, coleta e análise; 3. Análise e conclusão) subdivididas em dez etapas (de A a J). A Figura 1: ilustra o método.

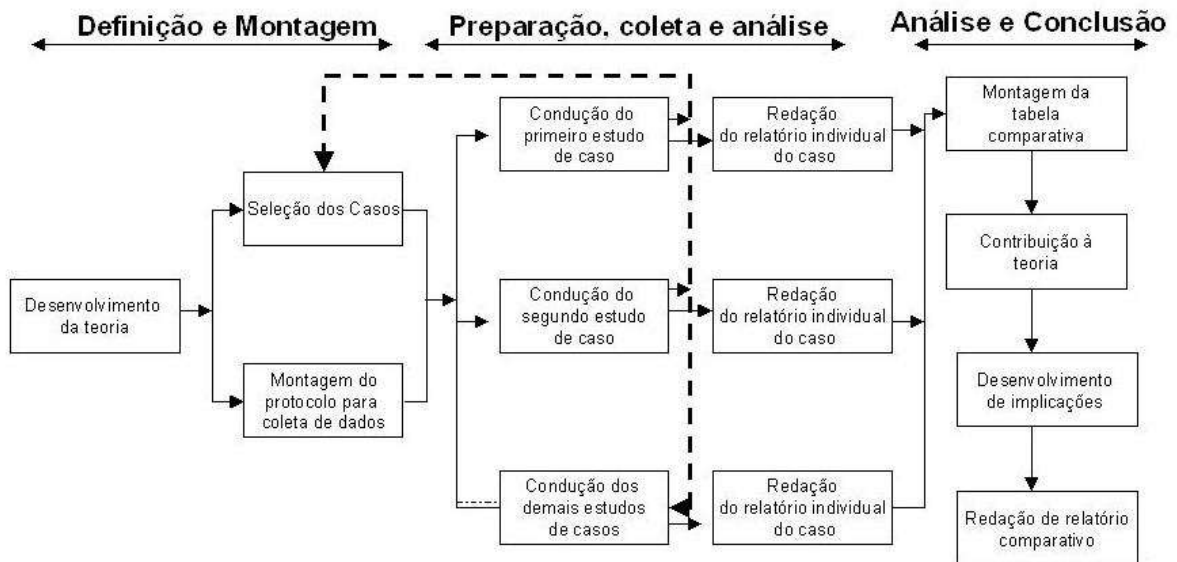


Figura 2: Atividades do Método de Estudo de Caso.  
Fonte: Adaptado de Yin (2001).

Na fase 1 foi elaborado o desenvolvimento da teoria conceitual que sustentou e deu esclarecimento aos temas que envolvem a pesquisa seguida da definição e do planejamento do ambiente de pesquisa e por fim a seleção do objeto deste estudo.

Na fase 2 da condução do estudo de caso determinou-se o instrumento de pesquisa, também tratado como protocolo de pesquisa e sua validação, e na sequência a coleta dos dados. Ainda nesta fase foram empregadas três técnicas, a aplicação de entrevistas, questionário aberto e a observação.





Na fase 3 da condução do estudo estabeleceu-se a confiabilidade e validade das informações coletadas através de análise lógico indutiva dos dados coletados em confronto com o que a literatura aponta como referência no assunto.

## 5 OBJETO DE ESTUDO

O Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação do Vale da Eletrônica (NAGIVALE), localizado em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. Tem como instituição gestora a FES, Fundação Educandário Santarritense e a instituição executora é a FAI, Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação. O objetivo principal é estruturar e operacionalizar o NAGIVALE, com a atribuição principal de desenvolver e implementar um Programa de Gestão Integrada da Inovação para as empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local Eletroeletrônico. O Núcleo iniciou suas atividades em 2012 com a adesão inicial de 60 empresas que, na verdade, resultaram em 48 que efetivamente participaram das atividades iniciais de diagnóstico. Ao longo do programa algumas empresas se desligaram por falta de recursos ou foram desligadas por não cumprimento das obrigações contratuais. As empresas participantes são micro e pequenas empresas do setor de Eletroeletrônicos, incluindo os segmentos de Segurança, Automação (Industrial e Comercial), Telecomunicações, Tecnologia da Informação, Radiodifusão, Eletromédicos, Partes e Peças, Informática e Serviços. O Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação do Vale da Eletrônica foi planejado e porposto a FINEP, via edital para ser executado através de uma parceria entre a FAI e a USP, representadas, respectivamente, pelo Bureau de Informação, Desenvolvimento e Inovação do APL Eletroeletrônico (BIDI/FAI) e pelo Núcleo de Política e Gestão Tecnológica (PGT/USP). A parceria com o PGT/USP foi feita com o objetivo de agregar as competências disponíveis em diferentes departamentos e centros de pesquisa da universidade, permitindo a criação do capital intelectual multidisciplinar na área de gestão do conhecimento e da inovação tecnológica. Portanto, o NAGIVALE tem na base da sua formação diferentes competências que, juntas, investiram seus esforços para o sucesso do projeto, com uma equipe constituída por doutores, doutorandos e mestres, que somaram o conhecimento e a experiência do PGT/USP na área de gestão da inovação com o conhecimento e a experiência do BIDI/FAI sobre o APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí.



## 6 CONDUÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida de acordo com a proposta de Yin (2001). A execução de cada uma das etapas previstas no método será descrita a seguir:

**6.1 Desenvolvimento da teoria:** fez-se leituras de artigos científicos relacionados ao tema da pesquisa e com base nos conhecimentos adquiridos elaborou-se o modelo conceitual para ambientes de aplicação de gestão inovadora do conhecimento para avaliação da utilização da espiral do conhecimento.

**6.2 Selecionar os casos:** após análise das premissas ideais para a realização da pesquisa selecionamos o NAGIVALE como objeto a ser estudado pela facilidade de obtenção de informações por estar inserido dentro de uma IES onde atuam duas das autoras.

**6.3 Montagem do protocolo para coleta de dados:** As coletas dos dados necessários para a descrição dos estudos de casos foi realizada por meio dos instrumentos descritos na Tabela 1. Estas três formas de coleta de dados foram utilizadas pelos pesquisadores em três momentos distintos no período de 2 semanas.

**Tabela 1: Formas de coleta de dados**

Fontes de Evidência	Definição	Tipos/Exemplos
Entrevista	Entrevistas com os participantes da pesquisa. As entrevistas podem utilizar de gravadores, desde que autorizados pelos participantes.	Entrevistas informais para conhecimento preliminar do objeto de estudo.
Questionário aberto	Envio de questionário aberto para a coordenação do projeto com vistas a aprofundar nas questões relevantes para a pesquisa.	Questionário elaborado pela equipe em reuniões virtuais e aplicado via email, precedido de explicação do objetivo.
Observação	Acompanhamento a uma bolsista para conhecimento das atividades realizadas no ambiente do projeto.	Observação orientada pela bolsista.

*Fonte:* Criação própria.

**6.4 Condução do estudo de caso:** A fim de coletar os dados necessários à pesquisa foram realizadas duas entrevistas informais para exploração do entorno do objeto de estudo. Em seguida um questionário aberto foi encaminhado à coordenação do projeto. E por fim participamos de uma atividade de observação dos trâmites de trabalho e de conhecimento de



documentos instrucionais do projeto e de definição de melhores práticas para as atividades do NAGIVALE.

Ao final da utilização dos instrumentas de coletas, os pesquisadores obtiveram os dados necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, e puderam assim passar para a discussão destes resultados.

**6.5 Análise dos dados:** No Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação do Vale da Eletrônica, existe a consciência da importância e da necessidade de estimular a cultura de aprendizado, criação e compartilhamento do conhecimento. Nesse caso, a entrevistada relata: “Para isso fazemos *workshops*, treinamentos, reuniões de trabalho e capacitações”. Esta afirmação encontra respaldo na literatura em Nonaka (1997) e Nissen & Levitt (2002) para eles há inúmeras maneiras de estimular a cultura de aprendizagem, no processo de socialização é possível visualizar ferramentas para troca de experiências e compartilhamentos, entre elas as que foram mencionadas durante a entrevista. Ainda nesse sentido, quando questionada sobre a utilização de fóruns de discussão, a entrevistada relata: “Houve um fórum de debate na plataforma Moodle, mas a ideia não deu muito certo. O que dá certo são os *workshops* e as capacitações. Pois as empresas são inseridas em dinâmicas e discussões”. Ao descrever esta experiência do NAGIVALE, observa-se que a internalização do conhecimento, conforme a concepção de estudiosos é uma atividade que ocorre pela prática ou através de simulações e denota a participação de diversos membros da organização para ampliar o conhecimento resultante do processo anterior, a combinação. Além disso, no núcleo há o desenvolvimento de um programa de capacitação, cujo foco está na gestão da inovação. Diante das singularidades que o programa promove, encontram-se o desenvolvimento das habilidades fundamentais em gestão da inovação para as empresas participantes, a transferência do conhecimento e metodologias do PGT/USP para a FAI, formação de elementos multiplicadores (alunos e professores FAI) e por último a preparação de empresas, agentes e professores para cada uma das etapas planejadas no projeto. Nesse sentido, surgem os *workshops* temáticos e cursos de curta, média e longa duração, divididos entre presenciais e à distância, além do material documental que é produzido como apoio. Nesse caso, é possível observar tanto a dinâmica da socialização, combinação, externalização e internalização no processo de disseminação do conhecimento. A manipulação da plataforma Moodle como forma de compartilhamento e amplo acesso a informação, apresenta-se como uma maneira de externalização do



conhecimento. A estratégia de utilizar o Moodle e Google Docs surgiu da necessidade de tornar a coleta de dados rápida e eficiente. Assim o Google Docs, possibilitou a disponibilização de questionários para diagnóstico de empresas. Segundo a entrevistada todo o material de capacitação, registro de lições aprendidas e outros arquivos importantes para o próprio entendimento do projeto encontram-se disponíveis na plataforma Moodle. No entanto, não foi possível observar um departamento específico de gestão do conhecimento, critérios e políticas formais para reger processos de geração e disseminação do conhecimento no NAGIVALE. Contudo, é documentado formalmente pelo Núcleo, como devem ser concretizadas as parcerias institucionais com transferência de conhecimento. Essa situação revela que o NAGIVALE, de certa forma possui critérios, ao menos seletivos quanto aos seus parceiros. As instituições precisam comprovar experiência e excelência em gestão da inovação, definição clara de papéis e responsabilidades, definição das pessoas que integrarão cada equipe, com suas competências e respectivas responsabilidades, plano de trabalho com metas e prazos definidos, indicadores de desempenho que serão utilizados para monitoramento das atividades do projeto, realização de reuniões periódicas de planejamento e acompanhamento das atividades com registros em atas de todas as decisões tomadas. Já em relação aos principais desafios para o desenvolvimento e organização da informação no NAGIVALE, os resultados demonstram que a alta rotatividade de bolsistas e dos funcionários das empresas participantes do núcleo é a maior entrave no processo. Este dado merece atenção, pois o alto grau de desligamento tem ocorrido devido ao baixo valor da bolsa e à falta de benefícios (CLT), o que demonstra certo descompasso entre os membros governamentais e não governamentais que atuam no fomento e financiamento de projetos. Principalmente, por se tratar de projetos com alto grau de tecnologia e inovação, que por sua vez necessitam de capital humano especializado. Ao relacionar as dimensões tácitas e explícitas do conhecimento contidas no modelo espiral com a existência de mecanismos de gestão do conhecimento no NAGIVALE, constatou-se a existência de atividades significativas no sentido de geração, validação e disseminação do conhecimento. E por fim, quando questionada sobre o cenário do empreendedorismo inovador no APL - Eletrônico de Santa Rita do Sapucaí, a entrevistada diz que o Núcleo utilizada uma metodologia própria, que se assemelha aos gráficos “radar de inovação”, habitualmente utilizados no diagnóstico da gestão da inovação de empresas. Esse método admite que a inovação não seja um evento isolado, mas fruto de um processo. O que permite a identificação dos pontos críticos que impactam a



capacidade de inovar e também, gera uma base de conhecimentos e especificações. Portanto, origina o conhecimento sistêmico, compilando as informações em uma mídia que possa ser transmitida e multiplicada.

## 7 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou relacionar as dimensões tácitas e explícitas do conhecimento contidas no modelo espiral com a existência de mecanismos de gestão do conhecimento e capacidade inovativa no NAGIVALE. De forma resumida, pode-se dizer que o Núcleo não só gerencia a capacidade inovativa de suas atividades, mas também das empresas associadas, por meio de uma metodologia própria. Com relação à mensuração da inovação o NAGIVALE, produz um autodiagnostico que permite desenvolver todas as demais atividades, dando um direcionamento adequado para as etapas de capacitação e disseminação do conhecimento. Quanto à gestão do conhecimento, destaca-se o programa de capacitação, a utilização de plataformas para disseminação do conhecimento e geração de base de dados, realização de *workshops*, cursos diversos e ainda a formalização de parcerias estratégicas. O conhecimento é o ativo mais importante para as organizações de hoje. O Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação do Vale da Eletrônica, não só entende essa afirmativa, como tem entre seus objetivos a promoção da gestão do conhecimento que de fato realiza muito bem, porém, tem potencial para ampliar de maneira sistematizada o processo de gerenciamento de conhecimento, canalizado para a capacidade inovativa. Nesse caso, a capacidade de trabalhar dimensões tácitas e explícitas do conhecimento contidas no modelo espiral, conforme recomendado pelos estudiosos, depende de ações estratégicas entre o Núcleo, os parceiros e as empresas, onde o eixo dessa ação possivelmente se sustentaria na criação de critérios e políticas formais para reger processos de geração e disseminação do conhecimento no NAGIVALE.

## REFERÊNCIAS

B. A. dos Santos; FAZION, Cíntia B.; MEROE, Giuliano P. S. de. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Faculdade de Economia e Administração (FEA)**, São Paulo, v.5, n. 1, 2011. ISSN 1414-7394.



BIDI. Bureau de Informação, Desenvolvimento e Inovação. Disponível em: <[http://www.bidifai.com.br/?pg=o\\_bidi](http://www.bidifai.com.br/?pg=o_bidi)>. Acesso em: 27 de Maio 2014.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Tadao Takahashi (org.). Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 195 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Secretaria de Inovação do MDIC aposta na internacionalização de empresas para melhorar competitividade**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=3&noticia=13238>>. Acesso em: 04 jun.2014.

COSTA, L.B; TORKOMIAN, A.L.V. Um Estudo Exploratório sobre um Novo Tipo de Empreendimento: os Spin-offs Acadêmicos. **400 RAC**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 395-427, Abr./Jun. 2008.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

NISSEN, M., & Levitt, R. (2002). Dynamic models of knowledge-Flow dynamics. **CIFE Working Paper**, n.76. Stanford University.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358 p.

\_\_\_\_\_. **Organizational Knowledge Creation Ikujiro Nonaka**. At the Knowledge Advantage Conference held November 11-12, 1997, Dr. Ikujiro Nonaka gave a presentation. Below is a summary of his presentation written by Bill Spencer of the National Security Agency.

PAIM, Isis (org.). **A gestão da Informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2003. 306 p.

SERRA, Afonso Celso da Cunha (trad.). **Gestão do conhecimento** =: On knowledge management. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 205 p. ((Harvard Business Review book))

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril, 1911. (Os Economistas).





## DA FORMAÇÃO INTEGRAL AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: PRESSUPOSTOS, CONCEPÇÕES E DESAFIOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SILVA, Cleverson Ramom Carvalho

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação - UEMG*

*Ramom.carvalho@outlook.com*

PEIXOTO FILHO, Dr. José Pereira

*Professor do Programa do Pós-Graduação em Educação - UEMG*

*jpeixotofi@hotmail.com*

771

### RESUMO

Os processos de globalização e de reestruturação produtiva estão intimamente relacionados com a formulação das políticas nacionais e internacionais, principalmente no que se refere à educação e suas múltiplas funções. Nesse contexto, surgem os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, que possuem como proposta a oferta do ensino profissionalizante, partindo de uma concepção integral de educação profissional. Nesse sentido, o presente artigo busca compreender de que maneira esse compromisso se traduz na mera justaposição de conteúdos da área técnica com os do ensino médio, de forma a ampliar e discutir o conceito de ensino médio integrado, evidenciando assim os desafios que se colocam à proposta de formação integral na educação profissional. A metodologia baseia-se na reflexão sobre trabalhos publicados e bibliografia disponível acerca do assunto, que procuram perceber como a proposta de ensino médio integrado, em seu sentido mais amplo, está presente nos Institutos Federais via análise documental de Projetos Políticos Pedagógicos, Decretos e documentos normativos. As conclusões apontam para um projeto em curso de ensino médio integrado, no qual o discurso presente nos documentos oficiais ainda se distancia do cotidiano dos Institutos Federais.

**Palavras-chave:** Formação Integral, Educação profissional, Institutos Federais.

### ABSTRACT

The processes of globalization and the restructuring of production are closely related to the formulation of national and international policies, especially with regard to education and its multiple functions. In this context, arise Federal Education Science and Technology, as we have proposed the provision of vocational education, based on a comprehensive view of professional education. In this sense, this article seeks to understand how this commitment is reflected in the mere juxtaposition of contents of the technical area with the high school in order to broaden and discuss the concept of integrated high school, thus highlighting the challenges facing the proposal for comprehensive training in professional education. The methodology is based on the consideration of published works and available literature on the subject, seeking to understand how the proposed integrated high school in its broadest sense, is present in the document analysis via Federal Institutes of Political Pedagogical Projects, decrees and documents normative. The findings point to an ongoing project of integrated high school, in which the speech in official documents still gets away from the daily routine of the Federal Institutes.

**Key-words:** Integrated Training, Professional Education, Federal Institutes.





## 1. INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização e da reestruturação produtiva as políticas públicas em educação profissional estreitaram ainda mais os laços com o processo de desenvolvimento do capitalismo. Neste contexto, o presente artigo busca compreender como que a concepção de formação integral se estrutura, a fim de ampliar a conceito de ensino médio integrado para além da justaposição de conteúdos da área técnica com os do ensino médio, como é comumente definido; evidenciando assim os desafios que se colocam à proposta de formação integral na educação profissional. A categoria de análise escolhida foi os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por atuarem em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica. Para tal fim, inicia-se a discussão com uma breve caracterização econômica a partir da década de 1990, buscando compreender o abandono da noção de qualificação típica do sistema fordista/taylorista e a hegemonia do discurso das competências e da empregabilidade, proveniente do modelo toyotista de acumulação flexível. Tal caracterização se faz necessária, uma vez que esse processo forma um complexo ideológico que atua na determinação de políticas de formação profissional, por meio de conceitos como competências mínimas para o trabalho e empregabilidade. Após uma contextualização mais abrangente acerca da correlação entre transformações no sistema produtivo e políticas educacionais, caracterizamos as reformas na educação profissional empreendidas nos governos FHC e Lula, buscando elucidar os pontos favoráveis e desfavoráveis à concepção de formação integral. Posteriormente, objetiva-se problematizar a questão do Ensino Médio Integrado, por meio dos conceitos que embasam sua concepção, esclarecendo seus princípios e diretrizes. Além disso, utilizam-se trabalhos publicados e bibliografia disponível acerca do assunto que procuram perceber como que a proposta de ensino médio integrado, em seu sentido mais amplo, está presente nos Institutos Federais via análise documental de Projetos Políticos Pedagógicos, Decretos e documentos normativos.

## 2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO INTEGRAL NOS GOVERNOS DE FHC E LULA.

Considerando que as políticas públicas em educação estão intimamente relacionadas com o atual processo de desenvolvimento do capitalismo, e que esse processo muitas vezes



determina as novas ideologias presentes na educação profissional; o estudo apresenta uma breve caracterização econômica a partir da década de 1990. Tal contextualização se faz necessária uma vez que os conceitos de empregabilidade, competências, flexibilização e precarização do trabalho estão intimamente relacionados com os rumos da educação profissional.

A reestruturação do sistema produtivo a partir da década de 1990 alterou a lógica de acumulação capitalista, conseqüentemente, os sistemas de ensino passaram por mudanças que se traduziram no abandono da noção de qualificação, própria do modelo taylorista/fordista, e adoção do discurso das competências e da empregabilidade, proveniente do modelo toyotista de acumulação flexível. A consequência desse processo é a desqualificação de parcela dos trabalhadores e qualificação de novos trabalhadores, adaptados a viver em um mercado em constante mudança, a desempenhar várias ocupações e a lidar com diferentes situações que exigem agilidade e eficiência. Nesse sentido, Oliveira (2011, p. 3) ressalta que

Partindo do princípio de que a globalização e a descentralização surgem como novas formas de organização de governo, de regulamentação econômica, social e política, há maior exigência quanto à maleabilidade dos processos produtivos e à adaptação dos trabalhadores aos novos processos de trabalho passando estes últimos a incorporar qualidades como a capacidade de ser “multifuncional” ou “polivalente”.

O modelo de acumulação flexível toyotista modifica a forma como se produz e conseqüentemente, as exigências relativas à mão de obra. A nova configuração produtiva se caracteriza pela demanda por novas qualificações que exigem do trabalhador capacidades cognitivas e comportamentais, criando laços psicológicos e físicos do funcionário com a empresa. Os critérios e as ideias que surgem dentro da fábrica, formam um complexo ideológico que atua na determinação de políticas de formação profissional, por meio de conceitos como competências mínimas para o trabalho e empregabilidade.

O governo de FHC foi caracterizado pelo avanço de políticas neoliberais, assinalado pelo processo de desregulamentação e descentralização, o que teve conseqüências no modelo de educação profissional adotado, via publicação do Decreto nº 2.208/97, portarias e documentos oficiais que estabeleciam diretrizes para a educação profissional.



A partir de 1942 até 1997, o formato pedagógico predominante na educação profissional brasileira foi o modelo *taylorista-fordista*<sup>1</sup> fortemente orientado pela teoria do capital humano e voltado para preenchimento de cargos prescritos, o formato tem seu marco com a criação do sistema S. De 1997 a 2004, com a promulgação do Decreto nº 2.208/97, edição do Plano Nacional de Formação – PLANFOR do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC e o contexto de reestruturação produtiva, as ideias neoliberais ganham força e a educação profissional se torna cada vez mais mercantilizada e privada, caracterizando o que denominou-se de modelo *tecnológico-fragmentário*.

Conforme Portaria MEC Nº 646 de 14 de Maio de 1997, em seu Art. 3º “As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, [...] oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997” Ou seja, as escolas federais de educação técnica que ofereciam o ensino médio integrado deveriam desarticular a integração e reduzir a oferta de ensino médio pela metade do total de matrículas em 1997, em contrapartida, deveriam promover um incremento de vagas no ensino técnico, de no mínimo, 50% no período de até 05 anos.

No que se refere à organização curricular, o Decreto 2.208/97 é bem claro quanto à impossibilidade da oferta do ensino médio integrado à educação profissional, conforme o artigo 5º da referida legislação a “educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 2001, p.52).

Lima (2011, p.4) ressalta que o governo Fernando Henrique Cardoso deu início a um duplo processo de

a) esvaziamento do compromisso público com a sustentação financeira desta rede de modo e b) corrosão curricular com a separação do ensino médio do técnico [...] O saldo desse processo está numa progressiva (e lesiva) vinculação entre os processos produtivos e educativos, no sentido da mercantilização do processo de formação profissional. O modelo tecnológico-fragmentário teve na LDB nº 9.394 de 1996 e no Decreto nº 2.208 de 1997 sua base legal a partir da qual desarticularam-se o ensino médio do ensino técnico.

<sup>1</sup> Segundo Lima (2011, p.2) as ideologias predominantes da formação profissional no Brasil até o governo Lula podem ser definidas em três modelos: o *taylorista-fordista* (1942 a 1997), o *tecnológico-fragmentário* (1997 a 2004) e *tecnológico-integrado* (2004 a 2010). O autor ressalta que “Tais modelos são abstrações, pois os modelos engendram-se mutuamente e sua delimitação temporal e pedagógica não é absoluta, mas, mesmo assim, tais formatos nos permitem classificar conceitual e historicamente a política educacional de formação.”



Conforme descrito, percebe-se que a educação profissional teve que se adequar ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo, privilegiando o mercado como mecanismo de ajuste. Em 2004, o Decreto 2.208/97 é revogado após muito debate acerca dos pressupostos mercantilistas da educação profissional, e com a mudança de governo, os defensores de uma educação integral conseguem um considerável avanço por meio da promulgação do Decreto nº 5154/2004.

O referido Decreto resgata a integração de conteúdos quando permite e preconiza a articulação entre conhecimento geral e conhecimento específico, nos termos da referida legislação as relações entre Ensino Médio (EM) e Educação Profissional (EP) podem se realizar via justaposição dos conteúdos enquanto o aluno ainda cursa o ensino médio em outra instituição de ensino (Concomitante), quando já concluiu o ensino básico (Subsequente) ou por meio do formato articulado na mesma unidade escolar (Integrado).

Após o resgate do Ensino Integral via Decreto nº 5154/2004, é editada a Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tal movimento representa um processo de institucionalização da Educação Profissional Pública a nível nacional; entretanto, institucionalizar a rede federal de ensino não garante que esta se torne integral, segundo uma concepção mais ampla do termo. Para que o projeto de Ensino Integrado tenha sucesso deve estar “[...] submetido às práticas pedagógicas, às escolhas dos sujeitos envolvidos, tendo em vista às condições objetivas e subjetivas intra e extra-escolares para que realmente ocorra uma educação tecnológica politécnica e uma formação humana homnilateral.” (LIMA, 2011, p.7)

A partir de 2004 com a publicação do referido Decreto, a educação profissional caracteriza-se pelo modelo *tecnológico-integrado*, entretanto, no cenário atual o que se percebe é uma disputa hegemônica de práticas educacionais na educação profissional, contrapondo o discurso dos modelos *tecnológico-fragmentário* e *tecnológico-integrado*. Com relação à legislação em discussão Lima (2011, p.7) observa que

Rompendo com o modelo mercantilizador da EP, ainda no primeiro mandato do governo Lula promulgou um novo Decreto que re-regulamentou os artigos da LDB referentes à relação do E.M. com a E.P., rompendo com a institucionalidade mercantilizadora e fragmentadora do Decreto nº 2.208/97, resgata a integração entre o ensino médio e a EP e assumindo por meio de



outras normatizações o caráter público da oferta dessa modalidade de ensino, o que fica claro no Decreto nº 5.154/04.

Quanto aos desafios gerados pelo Decreto 5.154/04 Oliveira (2011, p. 7) comenta que um dos maiores obstáculos postos à educação profissional, após sua promulgação, será a “[...] integração política e pedagógica entre o ensino médio e a educação profissional, na perspectiva de superar a dicotomia teoria e prática, sob os princípios do trabalho, da ciência e tecnologia e da cultura.” A autora ainda acrescenta que este desafio deve ser superado pelo próprio Ministério da Educação que, após o Decreto, separou administrativamente o Ensino Médio da Educação Profissional, delegando a responsabilidade por cada modalidade de ensino a Secretarias distintas (Secretaria da Educação Básica e Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica).

776

### **3. DA FORMAÇÃO INTEGRAL AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: PRESSUPOSTOS, CONCEPÇÕES E DESAFIOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.**

Considerando que um dos grandes desafios da educação profissional é trazer para o cotidiano das escolas a concepção e a prática do ensino integral, busca-se adiante problematizar a questão do Ensino Médio Integrado, elucidando seus princípios e concepções presentes em trabalhos publicados e bibliografia disponível acerca do assunto. Por meio da análise documental, busca-se perceber como que a proposta de ensino médio integrado, em seu sentido amplo, está presente nos Institutos Federais via PPPs, Decretos, documentos normativos e depoimentos de servidores.

O termo educação profissional é facilmente definido como aquela que se restringe a formar para o mercado de trabalho, o que significa reduzir seu papel a qualificação de trabalhadores treinados a atenderem necessidades específicas do sistema produtivo, por meio de cursos fragmentados de curta duração. Entretanto, tal definição considera o trabalho a partir de qual concepção?

O trabalho segundo os ideais marxistas é o ato criador do ser social, manifestando-se como o fato histórico que permitiu a produção dos meios que satisfaz nossas necessidades materiais básicas (beber, comer, morar, vestir-se, entre outras), é o elemento fundador da existência humana, o meio pelo qual o homem transforma a natureza e a si mesmo. O homem ao



interagir com a natureza produz e reproduz sua existência não apenas material, mas também física, social e espiritual. Nesta perspectiva, o trabalho é muito mais que uma atividade laborativa, pois é por meio dele que o homem produz todas as dimensões da vida humana.

Se o trabalho possui tal centralidade na constituição dos sujeitos, e considerando que a educação profissional tornou-se, em muitos casos, uma pré-condição para ingresso e permanência no mercado de trabalho; como que o projeto de ensino médio integrado está presente nas relações entre trabalho e educação? Mais especificamente àquela voltada para formação de trabalhadores.

O ensino médio é a etapa final do ensino básico, no qual a escola exerce a função de evidenciar a relação entre trabalho e conhecimento, possibilitando ao aluno a compreensão do processo de conversão das ciências em potência material no processo de produção. O ensino médio, segundo uma concepção integrada, trabalha na superação de uma educação fragmentada que reforça a dicotomia entre trabalho manual/intelectual e execução/concepção, além disso, desconstrói o discurso que subordina à educação ao mercado de trabalho. A defesa pela educação integral tem como princípio a emancipação do indivíduo, o ensino politécnico e a concepção do trabalho como princípio educativo em sua dupla dimensão: ontológica e histórica. Segundo Ramos<sup>2</sup> (*apud* Pontes e Oliveira, 2012, p.2) a dimensão ontológica e histórica podem ser definidas como

a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos; b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseados em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos.

Com relação ao ensino médio, Pontes e Oliveira (2012, p.3) acrescentam ainda que “A dimensão ontológica do trabalho é assumida no Ensino Médio na medida em que se investe na compreensão de como as condições naturais de existência foram e são transformadas pelo homem”. Para os autores, a abordagem marxista do trabalho parte do princípio de que “a práxis humana sobre a realidade resulta na construção de conhecimentos que permitem ao homem ser,

<sup>2</sup> RAMOS, Marise N. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et al. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 49.





compreender e agir sobre o meio em que vive e, de forma teleológica e consciente, ele não apenas transforma a natureza, mas a si mesmo.”

Na legislação referente à educação profissional brasileira, o conceito de ensino médio integrado pode ser compreendido como qualquer uma das três formas de integração, quais sejam: concomitante, subsequente ou integrada. Quando falamos de uma formação integral, referimos a um conceito mais amplo subsidiado por autores, educadores e professores que combatem a subordinação da educação aos mandos e desmandos do mercado de trabalho, a educação estreita, adestradora, fragmentada e descontínua. Por formação integral

778

[...] almeja-se superar a divisão histórica imposta ao ser humano pela divisão social do trabalho, sobretudo entre a ação de executar e ação de pensar, dirigir ou planejar. O horizonte para o ensino médio é a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrado no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediada com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino. (BEZERRA; BARBOSA, 2013, p.3)

O discurso que preconiza a subordinação da educação ao mercado de trabalho tem inspiração na pedagogia das competências, que assumiu um papel central nas formulações educacionais oficiais a partir da década de 1990. O discurso das competências tem suas origens na Filosofia Pragmática, pois o conhecimento é hierarquizado conforme sua utilidade prática, estabelecendo assim, critérios para elaboração e definição de conteúdos formativos. Segundo Araujo (2013, p. 8) “[...] as organizações curriculares organizadas a partir deste critério recorriam aos saberes, habilidades e atitudes apenas quando promoviam alguma capacidade específica requerida pelo mercado.” Ou seja, o que não se revelasse útil de forma imediata não seria incorporado nos currículos ou nas práticas pedagógicas.

Em oposição à pedagogia das competências a perspectiva da integração, compreende que os conteúdos formativos não devem ter como referência o imediatismo do mercado, mas como prioridade a utilidade social. Segundo Araujo (2013, p.8) “os conteúdos são selecionados e organizados na medida de sua possibilidade de promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação”. Sob essa perspectiva, objetiva-se formar o indivíduo em suas capacidades múltiplas: de viver em sociedade, de agir de forma autônoma sobre a realidade e inserir-se no sistema produtivo, colaborando para a constituição de uma sociedade mais fraterna e socialmente justa.





A principal distinção entre ideias de cunho liberal, tais como a pedagogia das competências, e outras de base social, como a educação integral, é o compromisso com a transformação social. Nessa perspectiva, a função do Ensino Médio Integrado baseia-se em estimular nos alunos a habilidade de “agir crítica e conscientemente e de adaptar a realidade às suas necessidades e não o oposto, de desenvolver a sua capacidade de adaptação às diferentes situações colocadas pela vida cotidiana.” (ARAÚJO, 2013, p. 13)

A educação profissional que se propõe integral tem como objetivo o ensino politécnico de inspiração marxista, segundo Cardozo (2011, p.3), Marx propõe a criação de unidades escolares politécnicas nas quais o ensino “[...] deveria conjugar estudo teórico com trabalho prático na produção. Para tanto, o processo de ensino deveria transmitir os fundamentos técnico-científicos necessários para que os alunos compreendessem o processo produtivo como um todo.” Ou seja, a concepção integral não rejeita a função da escola em preparar o aluno para o trabalho, entretanto, rejeita um adestramento que fragmenta conteúdos com base em parâmetros mercadológicos, tendo como consequência a rejeição de conhecimentos mais gerais que permitam aos indivíduos se reconhecerem como parte integrante da sociedade e ciente das suas contradições.

Cardozo (2011, p.10) amplia o conceito de integração e seus princípios, não apenas para educação profissional integrada, mas para educação como um todo.

[...] a integração que toma o trabalho como princípio educativo não é uma questão puramente pedagógica e curricular, mas epistemológica que, envolve também, a formação dos professores, sobretudo no que se refere à elaboração de uma concepção de formação integral que tenha como fundamento o trabalho concebido nas dimensões ontológica e histórica. Portanto, a questão da integração não pode ser objeto de debate, reflexões, formulações e atualizações de diretrizes somente na educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada, mas na educação como um todo.

Muito além de uma proposta, a formação integral é um discurso que deve estar presente não apenas nos documentos normativos, mas na prática docente, no fazer pedagógico, nas articulações com a comunidade e na construção das diretrizes e perspectivas da escola pública. Para que tal projeto de educação se concretize é necessário “[...] que haja de fato a adesão de gestores e professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica o que pressupõe, primeiramente, discussões acerca da elaboração coletiva de estratégias acadêmico-científicas de integração” possibilitando que “o que foi planejado seja experienciado



na prática e avaliado na perspectiva do horizonte da politecnia e da integração.” (BEZERRA; BARBOSA, 2013, p.14).

Ou seja, o compromisso efetivo dos gestores, docentes e equipe pedagógica é essencial para concretização de uma educação de fato integradora, caso contrário tal proposta pode se reduzir a um modismo pedagógico sem qualquer sentido político de transformação.

A ideia de autonomia é central na concepção de ensino integrado, segundo Araujo (2013, p. 14), sua importância se deve a “[...] capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme as suas condições objetivas e subjetivas.” Ou seja, um ser autônomo não apenas se reconhece como produto da história, mas também como sujeito do seu tempo.

Aliar a proposta de integração ao ensino médio consiste na superação de uma perspectiva que reduz a ideia a mera junção de disciplinas do núcleo comum com as da área técnica. Mais do que isso,

[...] o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos de acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente. (ARAUJO, 2013, p. 1)

Com relação ao ensino médio integrado e a defesa pela sua unicidade, Pontes e Oliveira (2012, p.2) ressaltam que o Ensino Médio unitário deve se orientar por um currículo que privilegie o humanismo e a tecnologia, preocupando-se “não apenas à profissionalização técnica de nível médio dos estudantes, mas ao domínio de conhecimentos que favoreçam sua inserção crítica e criativa na vida social, cultural, artística, ou seja, seu desenvolvimento em múltiplas dimensões.”

Nessa perspectiva, a questão da profissionalização não deve ser um fim em si mesmo, visto que “o objetivo profissionalizante deve ser entendido como uma possibilidade a mais para a construção dos projetos de vida, socialmente determinados, dos estudantes, o que só é possível se a formação ampla e integral for garantida.” (BEZERRA; BARBOSA, 2013, p.7)



O Parecer CNE/CEB nº 39/2004, que trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio, ao tratar da questão do ensino integrado, não obriga as instituições de ensino a adotar qualquer uma das três formas de articulação entre Educação Profissional e Ensino Médio (Concomitante, Subsequente e Integrada). No caso dos IFs a forma integrada adotada é a que mais se condiz à proposta política-pedagógica da instituição, visto que possuem autonomia didático-pedagógica estabelecida em lei para definirem tal opção.

Considerando que a proposta política-pedagógica se materializa no Plano Político Pedagógico – PPP da Instituição de Ensino, podemos dizer que esse é um dos documentos que evidenciam a concepção das instituições quanto à formação integral. Partindo desse princípio, Bezerra e Barbosa (2013) analisaram vinte e dois PPPs em busca de trechos que evidenciassem a presença ou ausência de pressupostos de formação politécnica e integrada, ou seja, “em que medida os PPPs catalogados dialogam com o objetivo de formação humana integral e de organização curricular integrada” (BEZERRA; BARBOSA, 2013, p.4). É importante ressaltar que os vinte e dois PPPs selecionados eram provenientes de IFs e todos foram elaborados a após a publicação do Decreto nº 5154/2004, que retoma a articulação integrada entre o ensino médio e a educação profissional técnica. A ressalva é feita uma vez que a legislação em vigor reforça o compromisso com a formação humana/integral, tão defendida pelos idealizadores do referido Decreto. A partir da análise documental, os autores concluem que

Pelo exposto, vimos que os documentos orientadores da prática dos IFs, quais sejam, seus Projetos Político-Pedagógicos, não previram, majoritariamente, no âmbito do planejamento, uma formação que integre realmente a formação geral e a formação profissionalizante. Na verdade, os objetivos encabeçados para os egressos de CEMIEPT 3, cujos projetos político-pedagógicos foram catalogados, são predominantes profissionalizantes. O compromisso com a formação humana integral foi escamoteado. (BEZERRA; BARBOSA, 2013, p.7)

Além dos PPPs, perspectivas integradoras devem ser estabelecidas no currículo, na relação aluno e professor, no modelo de gestão e nas demais atividades inerentes à rotina escolar, visto que cada procedimento de ensino é um meio que poder servir, de forma mais ampla ou restrita, para o desenvolvimento de práticas integradoras. Deve-se explorar múltiplas possibilidades do projeto de ensino integrado, não especificando uma técnica padrão ou uma

<sup>3</sup> Cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica.



única forma de implementação dessa concepção de ensino, fazer isso significaria submeter-se a um determinismo metodológico que inibe o processo dialético.

No que se refere às práticas pedagógicas alinhadas a concepção integradora, Araujo (2013, p.16) ressalta que

Deste modo, práticas pedagógicas que se querem integradoras, orientadas pela ideia de emancipação social e de desenvolvimento da autonomia e da capacidade criativa dos estudantes, cumprem melhor ou pior suas finalidades quanto mais articuladas aos projetos da classe trabalhadora e de suas organizações, quanto mais abarcar a dinâmica das relações sociais, afinal a prática pedagógica ultrapassa o espaço escolar.

Nesse sentido a ideia de integração deve se estabelecer como um princípio pedagógico que orienta as práticas formativas, que se materializa na busca em desenvolver nos alunos o crescimento de sua capacidade de compreensão e intervenção na sua realidade individual, e da relação que esta estabelece com o coletivo social.

Araujo (2013, p.9) ainda sugere alguns princípios norteadores para que a concepção de ensino médio integrado esteja presente nas práticas pedagógicas e nos currículos que se autodenominam integrados. Para o autor, é necessário observar a questão da contextualização, da interdisciplinaridade e do compromisso com a transformação social. Sua proposta resume-se em contextualizar os conteúdos formativos com a realidade social, explorar o máximo de cada ciência por meio da interdisciplinaridade e principalmente superar o sentido prático e utilitário provenientes da filosofia pragmática, essa superação e adoção de uma práxis marxista são fatores elementares ao compromisso da escola com a transformação social.

Pontes e Oliveira (2012) buscam compreender os aspectos que comprometeram a vivência do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de nível médio em um IF, ou seja, partindo do estudo de caso, quais os desafios para adoção de uma proposta de formação humana vinculada aos ideais de emancipatórios da classe trabalhadora? Para atingir tal objetivo os autores entrevistaram professores, entre 2009 e 2011, a fim de diagnosticar os problemas encontrados que comprometeram a efetivação de uma visão mais ampla de EMI. Guardada as devidas proporções da pesquisa, algumas conclusões auxiliam na compreensão dos limites que a proposta de ensino médio integrado encontra nos IFs. A partir das entrevistas e da conceituação do que se trata a proposta de ensino médio integrado, os autores perceberam que é insuficiente o entendimento da concepção de integração por parte dos professores e que eles possuíam dificuldade de desenvolvê-la na prática cotidiana. Além disso, destacaram problemas



de cunho político-organizacional (processo de ifetização e de expansão, vocação institucional, modelo de gestão do Instituto) e pedagógico (apoio pedagógico aos docentes, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da proposta, condições de trabalho docente).

No que se refere à questão da hegemonia do saber técnico-científico, por se tratarem de escolas profissionalizantes é recorrente o direcionamento de conteúdos e atividades pedagógicas para as disciplinas e saberes da área técnica, limitando assim a concepção de EMI à conjugação de Ensino Médio e Técnico. Nessa perspectiva Pontes e Oliveira (2012, p.11) ressaltam que “a perspectiva profissionalizante se mostrou hegemônica em vários momentos de elaboração e desenvolvimento da proposta do Ensino Médio Integrado servindo de parâmetro para a integração curricular dos cursos.” O que se pode atribuir à vocação profissionalizante da Instituição, que não foi posta em discussão durante o processo descrito pelos autores.

Dessa forma, a proposta de ensino médio integral perpassa pela superação da disputa curricular que se estabelece entre conhecimento técnico e geral, na qual a questão técnica ganha ênfase em função de uma concepção que privilegia apenas o mercado de trabalho. As instituições que se pautam pelo ideal de formação politécnica e integral devem trabalhar na concomitância de conteúdos, a fim de eliminar as polarizações existentes entre conhecimentos profissionais e gerais. Sendo assim, é necessário materializar o entendimento de que o EMI se constitui como um curso único que desempenha uma dupla finalidade: Ensino Médio e Ensino Técnico, de forma que hierarquizar um em relação ao outro é comprometer a formação integral do estudante. Nesse sentido, Pontes e Oliveira (2012, p.2) argumentam que

O EMI deve romper com a concepção dual e fragmentada de educação e de mera preparação para vestibular ou para o “mercado de trabalho” e ser concebido como um curso único que resgate seu sentido – desenvolver faculdades de compreensão e intervenção no mundo natural, humano/social, político, cultural, estético e artístico [...], sem, entretanto, abrir mão de sua preparação profissional fundada no domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos sob os quais se assentam a produção moderna.

A conclusão dos autores demonstra que a questão mais relevante para explicar o insucesso da proposta de EMI no IF em análise foi a ênfase curricular e pedagógica para questão técnica em detrimento das disciplinas de formação geral, bem como a ausência do debate e do processo de construção coletivo,

Concluimos que os projetos pedagógicos dos cursos foram elaborados de forma aligeirada em curto prazo de tempo, não envolvendo discussões



conceituais mais profundas. Nesse contexto, o processo de definição do currículo do EMI foi permeado por conflitos de poder em que a força da vocação institucional falou mais alto resultando na hegemonia do saber técnico-científico traduzida, na prática, na ênfase ao atendimento das necessidades da área técnico-profissional pelas disciplinas de Formação Geral.” (PONTES; OLIVEIRA, 2012, p. 15)

Além da questão da hegemonia da saber técnico-científico, Pontes e Oliveira (2012, p.7) destacam ainda que o processo de ifetização levou a sobrecarga dos servidores em função dos vários programas desenvolvidos, o que compromete ainda mais a execução do projeto de EMI. Para os autores, “no âmbito dessa nova institucionalidade, o Instituto se envolveu em novos programas e ações que resultaram no comprometimento da qualidade do conjunto de suas ações, dentre elas o desenvolvimento da proposta do EMI”. O comprometimento dessas instituições com novas demandas, fez com que os servidores, e não somente professores, fossem levados a atuarem em várias frentes na maioria dos casos sem o envolvimento, o preparo e as condições necessárias à sua realização.

Outra questão posta como fator agravante ao insucesso da proposta em questão são as condições ruins de trabalho, traduzidas em um número elevado de aulas e turmas com perfis diversos (Superior, Profissionalizante, Técnico e EJA). Não se atendo apenas aos problemas, os autores observam que para o sucesso de uma proposta de EMI são necessárias reuniões periódicas entre os envolvidos, buscando a efetivação do discurso por meio de propostas pedagógicas que se traduzam em projetos integradores e interdisciplinares, garantindo também seu acompanhamento, avaliação e redirecionamento. Ou seja, “a opção pelo EMI deve ser discutida e alimentada no cotidiano da Instituição, com olhar sobre seus fundamentos, processos e finalidades.” (PONTES; OLIVEIRA, 2012, p. 10)

Além disso, a implantação de cursos de ensino médio integrado deve se orientar por um processo participativo e democrático, que possibilite a construção conjunta na definição de rumos e diretrizes, considerando a identidade histórica da instituição. Evitando assim imposições de cima para baixo, que desconsideram a participação de outras instâncias de decisão. Além do mais, o EMI por se tratar de um projeto coletivo tem como premissa a participação de todos os envolvidos, o que inclui as instâncias que fornecem infraestrutura e condições materiais necessárias à implantação e continuidade da proposta. O que reforça o argumento de Pontes e Oliveira (2012, p.10)





O conhecimento e comprometimento de alguns com a proposta do Ensino Médio Integrado por si só não é suficiente para fazer valer a educação nos moldes pretendidos. É preciso não apenas a Instituição favorecer tempo/espaço para a articulação entre os professores, mas investir continuamente em mecanismos democráticos de discussão e estudos sobre os princípios e fundamentos do EMI e avaliação sobre o seu andamento, buscando-se o engajamento coletivo com a proposta e as condições para seu desenvolvimento.

O processo de ifetização e de expansão, bem como o modelo de gestão dos Institutos, denunciam que muitas iniciativas do governo federal, dentre as quais podemos citar: PROEJA, PRONATEC, E-tec e EMI, não trabalham a questão da adesão dos servidores aos recorrentes programas que utilizam os IFs como laboratório de políticas educacionais. Segundo Pontes e Oliveira (2012, p.7) um cenário de indefinição e de “busca da consolidação de sua identidade como Instituto Federal, essas instituições tendem a ficar vulneráveis às iniciativas do Ministério da Educação, favorecendo a adesão de sua equipe gestora, mas não necessariamente de seus docentes.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma breve caracterização do sistema produtivo hegemônico, foi possível concluir que os critérios e ideias que surgem dentro da fábrica se traduzem em referências para a implantação de políticas educacionais, seja de forma mais direta como foi o Decreto nº 2.028/97, ou de forma mais indireta como é o caso do Decreto nº 5.154/04. O presente artigo nos permitiu concluir que os ideais de competências mínimas para o trabalho e empregabilidade, ainda se estabelecem como um discurso que ganha força diante da resistência de muitos que lutam por um ensino médio integrado. Ademais, apesar do resgate da modalidade integrada via Decreto nº 5.154/04 e outras normatizações de caráter público, a vinculação entre os processos produtivos e educativos ainda enfrenta muitos desafios no sentido de superar constantes tentativas de mercantilização do processo de formação profissional.

Concluimos ainda que a construção e a vivência do ensino médio integrado não são determinadas apenas pela tomada de consciência de alunos e professores, mas também do corpo pedagógico, dos demais servidores, da comunidade acadêmica e principalmente das instâncias superiores, no sentido de oferecerem estrutura apropriada e condicionantes materiais adequados.





Ao discutir os elementos basilares da concepção de formação integral conclui-se que é um processo complexo e dinâmico, que trabalha na superação de um discurso hegemônico que tem na pedagogia das competências e na teoria do capital humano suas principais referências. Por esse motivo que muitos autores apontam o desafio da transposição das ideias presentes em documentos normativos para a realidade das escolas e para o cotidiano dos alunos e professores, recomenda-se na maioria dos casos, princípios norteadores e não necessariamente metodologias prontas. Traçar caminhos rígidos seria cair em contradição, visto que essa tentativa poderia reduzir o conceito a cartilhas a manuais inspirados no que se procura negar, uma perspectiva reducionista e pragmática.

786

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: *36º Reunião Anual – ANPED*. Goiânia. Anais. Goiás: ANPED, 2013.

BEZERRA, Daniella de Souza; BARBOSA, Walmir. Ensino médio integrado à educação profissional técnica e seus projetos político-pedagógicos: na mira(gem) da politécnica e da (dê)sintegração. In: *36º Reunião Anual – ANPED*. Goiânia. Anais. Goiás: ANPED, 2013.

BRASIL. Portaria nº 646, MEC, 1997.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. A educação profissional técnica de nível médio e a questão da integração: pressupostos da formação da formação integral dos estudantes. In: *35º Reunião Anual – ANPED*. Natal. Anais. Rio Grande do Norte: ANPED, 2011.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. A consolidação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: um estudo da concepção política. In: *36º Reunião Anual – ANPED*. Goiânia. Anais. Goiás: ANPED, 2013.

LIMA, Marcelo. Perspectivas e riscos da educação profissional do governo Dilma: Educação profissional local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC). In: *35º Reunião Anual – ANPED*. Natal. Anais. Rio Grande do Norte: ANPED, 2011.

OLIVEIRA, Denise Lima de. IFTO – Campus Palmas: da “Ifetização” à busca de uma nova identidade. In: *35º Reunião Anual – ANPED*. Natal. Anais. Rio Grande do Norte: ANPED, 2011.

PONTES, Ana Paula Furtado Soares; OLIVEIRA, Ramon. Ensino Médio Integrado: A materialização de uma proposta em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia In: *36º Reunião Anual – ANPED*. Porto de Galinhas. Anais. Pernambuco: ANPED, 2012.



## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DO PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA**

GONÇALVES, João Paulo de Brito  
*Mestre em Sistemas e Computação - IME*  
jpaulo@ifes.edu.br

TONELLI, Elizângela  
*Mestre em Cognição e Linguagem – UENF*  
elizangelat@ifes.edu.br

787

VASCONCELOS, Raíza Griffó  
*Estudante de Pós-graduação em PIGEAD - UFF*  
raizagriffo@gmail.com

### **RESUMO**

No atual cenário educacional brasileiro, a educação a distância é vista como uma modalidade de ensino-aprendizagem com forte adoção nacional. Os diversos cursos superiores tem buscado ferramentas de avaliação que ofereçam um feedback da qualidade de suas atividades. As mais utilizadas são as pesquisas com estudantes e egressos. Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa do perfil do egresso do aluno do Curso Licenciatura em Informática, na modalidade à distância, do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. A pesquisa procurou investigar a influência do curso sobre aspectos profissionais e pessoais dos egressos; os dados foram analisados por meio de gráficos.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância, Licenciatura, Informática

### **ABSTRACT**

In the current brazilian education scenario, distance education is seen as a way of teaching and learning with strong national adoption. The various degree courses has sought evaluation tools that provide feedback on the quality of their activities. The most used is research with students and graduates. Thus, this paper aims to present a survey of the graduate student of Bachelor in Informatics, in distance mode, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. The research sought to investigate the influence of the course on professional and personal issues of graduates; the data were analyzed through graphics.

**Key-words:** Distance Learning, Bachelor's degree, informatics



## 1. INTRODUÇÃO

A educação vem sofrendo grandes mudanças desde o início da globalização e através da era da informação, com as invenções do microprocessador, redes de computadores e computadores pessoais. Para acompanhar estas mudanças, tanto o professor quanto a escola, precisam se adequar às atuais exigências da sociedade, na qual os alunos, após o período de formação, saibam enfrentar as demandas existentes e que surgem no dia-a-dia durante o exercício de sua profissão como pode-se constatar em Cruz (2008).

O fácil acesso à informação, disponibilizada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), principalmente a internet, tem deixado os estudantes cada vez mais dependentes delas. Os resultados de uma pesquisa feita por Barreto (2010) apontam que o interesse dos alunos por material impresso diminuiu com a chegada da internet. Os próprios alunos afirmam a preferência pela internet, justificada pela existência de materiais disponibilizados nas mais diversas mídias, de mais fácil compreensão e mais rápidos para serem lidos, a ter que ler todo o material impresso.

Outra questão abordada na mesma pesquisa é sobre as atividades desenvolvidas com auxílio da internet. Os professores que utilizam a internet para promover alguma atividade afirmam que houve progressos significativos na aprendizagem da leitura e escrita. Entretanto, muitos professores não utilizam deste recurso, por faltarem pessoas qualificadas para trabalhar com os alunos no laboratório de informática, neste caso, os professores de informática.

Muito se tem falado sobre a função do licenciado em informática. Uma das visões é que este seria um profissional capacitado para o uso das mais variadas ferramentas tecnológicas que auxiliariam no processo de ensino-aprendizagem, através de softwares educacionais ou de utilitários; outra é de que o professor licenciado em informática é um técnico em informática, com a função de administrar o laboratório prestando assistência técnica aos computadores e equipamentos.

De acordo com o currículo referência desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Computação, o aluno egresso do curso de licenciatura em informática é um profissional com competências e habilidades desenvolvidas durante o curso que lhe permitem:

- Compreender processos educativos e de aprendizagem, de forma a estabelecer relações entre informática e educação;



- Atuar como agente de processos e vivências educativas em computação, articulando os conteúdos com as didáticas específicas, na busca de solução de problemas da sociedade humana;
- Promover a aprendizagem criativa, autônoma, colaborativa e de comunicação e expressão;
- Contribuir para a aprendizagem empreendedora, na perspectiva de valorização dos indivíduos, de suas capacidades, de suas relações sociais e éticas, num processo de transformação de si próprio e de seu espaço social.

A SBC (2002) descreve os conteúdos formativos do perfil dos profissionais licenciados em informática, os quais possuem embasamento tanto tecnológico, com os conceitos da ciência da computação, quanto pedagógico, através da formação sociológica e filosófica.

A formação técnico pedagógica do licenciado em computação é vista por Valente (2005) como de fundamental importância, pois como poderíamos implantar soluções pedagógicas através do computador e suas tecnologias, sem o conhecimento técnico? E mais, como utilizar dos recursos tecnológicos, de forma adequada para a educação, sem o conjunto de conhecimentos pedagógicos?

Como se vê, o avanço tecnológico está evidenciado e este implica no domínio de novas técnicas e desenvolvimento de habilidades diferenciadas para que se possa implantar a informática nas escolas.

Porém, não basta apenas ter um laboratório equipado com as mais variadas tecnologias para que se tenha ali um desenvolvimento pedagógico dos alunos. São necessários, em cada uma dessas escolas, profissionais capacitados para o uso e orientação aos alunos sobre o bom aproveitamento desses computadores.

A partir dessa necessidade que surge o licenciado em informática, com conhecimentos em ciência da computação e formação didático-pedagógica.

Mas quem são estes profissionais? Como foi sua formação acadêmica? Quais foram as dificuldades enfrentadas durante o curso? Como avaliam a instituição e o curso de uma forma geral?

Diante da problemática apresentada, este trabalho foi elaborado para delinear o perfil dos egressos da primeira turma de alunos do curso de Licenciatura em Informática do IFES, os primeiros licenciados em informática da região sudeste do Brasil, além de analisar suas perspectivas, opiniões e dificuldades enfrentadas.



Considera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa devem subsidiar decisões sobre os rumos do Projeto Pedagógico e das ações de capacitação do corpo docente. Posteriormente, será possível propor estratégias no sentido de minimizar as dificuldades, explorar as facilidades e se adaptar às restrições dos alunos, facilitando seu processo de ensino aprendizagem e possibilitando assim menores índices de evasão e repetência, mantendo a qualidade necessária a uma formação em nível superior.

## 2. O CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA DO IFES

O Espírito Santo, assim como outros estados da federação, possui uma carência significativa de profissionais capacitados na área de educação em informática, isso deve-se principalmente ao fato da inexistência de cursos de licenciatura em informática no estado, seja em âmbito público ou privado. Tal fato conduz a uma formação menos profissional e mais deficiente do ensino dessa ciência como pode ser constatado em Teixeira (2010).

O Curso de Licenciatura em Informática tem por objetivo formar professores com uma visão tecnológica em computação, capazes de atuarem no ensino fundamental, ensino médio e educação profissional técnica de nível médio, com a colaboração de profissionais de diversas áreas, qualificados e comprometidos com o gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem, estimulados a pesquisar, criar e a investir na própria formação. Além dessa formação, o Licenciado em Informática será dotado de conteúdos e habilidades para atuarem como instrutores de cursos em empresas privadas.

O início das aulas do curso de Licenciatura em Informática se deu no dia 10 de agosto de 2009. Foram ofertadas 270 vagas, sendo 135 para professores (cotistas) e 135 para público em geral. O curso foi ofertado em 9 polos, distribuídos de forma relativamente uniforme pelo estado do Espírito Santo, cada um deles com 30 vagas cada (sendo 15 para professores e 15 para público em geral).

O curso possui carga horária de 3005 horas, destas, sendo subdivididas da seguinte forma

- Disciplinas Pedagógicas: 870 horas.
- Disciplinas da área de Informática: 1170 horas
- Disciplinas Instrumentais (formação geral – matemática, línguas, etc): 360 horas.
- Estágio: 405 horas



- Atividades Complementares: 200 horas.

Na elaboração da matriz do curso de Licenciatura em Informática do IFES, foram tomados cuidados legais e operacionais, buscando assim, oferecer a formação mais completa e gradual possível aos seus alunos. Esse curso contempla a Resolução CNP/CP nº 1/2002, pois possui 24,56 % de suas disciplinas destinadas a dimensão pedagógica, por outro lado, buscou-se levar em consideração as recomendações do currículo referencial de Licenciaturas em Computação da SBC – Sociedade Brasileira de Computação, perfazendo as capacitações técnicas recomendadas.

### 3. METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA

Esta pesquisa se trata de um estudo descritivo, exploratório com abordagem de análise quantitativa, realizada com 76 egressos do curso do curso de Licenciatura em Informática, na modalidade EAD, do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES Campus Cachoeiro de Itapemirim, que colaram grau em 24 de agosto de 2013.

O questionário foi orientado para reconhecer o momento profissional e social atuais em que o egresso experimentava logo após a conclusão do curso. Pautou-se pelo interesse em reconhecer se o curso havia contribuído para as formações pessoais e profissionais pretendidas e exigidas pelo mercado de trabalho. Era composto de 39 questões, divididas em 4 partes.

A primeira parte, composta por 5 questões, avaliava os aspectos pessoais e sociais dos egressos. A segunda parte, composta por 10 questões, investigava os aspectos profissionais em que os egressos se encontravam. A terceira parte do questionário era composta por 27 questões, que buscaram avaliar a percepção do egresso em relação à instituição, seus docentes e a metodologia do curso realizado. A última parte era composta por 4 questões, que visavam avaliar o comportamento discente durante a execução do seu curso superior.

O questionário ficou disponível para receber respostas no período de 23/04/14 a 23/05/14 e foi disponibilizado através da ferramenta *google docs*, enviado via email para os participantes. Após o encerramento da aplicação do questionário, os dados coletados foram tabulados e analisados.



## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: O PERFIL DOS ALUNOS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA DO IFES**

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos nesta pesquisa, o que configura o perfil dos egressos da primeira turma do curso de Licenciatura em Informática do IFES.

Em alguns casos, compararemos estes resultados com os dados do perfil dos ingressos dessa mesma turma, apresentados por Teixeira (2012) e ainda com os dados da EAD no Brasil, apresentados no Censo EAD BR (2012), buscando assim, verificar semelhanças, diferenças e restrições das realidades nacionais com as apresentadas neste curso.

792

### **4.1. Análise social, econômica e profissional**

Dentre os egressos, a maioria é do sexo feminino (55%). Esse dado pouco se modificou quando comparado com os dados de ingressos do curso, onde 52% eram do sexo feminino. No Brasil, de acordo com o Censo EAD BR (2011), a maioria dos alunos também é do sexo feminino (51%). Essa pequena diferença pode ser explicada pela significativa quantidade de cursos a distância de Licenciatura (30,8%), predominantemente ocupados por mulheres e pela jornada dupla de atividade em que muitas vezes são submetidas, exercendo-se no mercado de trabalho e também nas atividades domésticas, necessitando assim de maior flexibilidade de horários para sua formação acadêmica, flexibilidade essa possibilitada por cursos à distância.

No que tange a faixa etária, 41% dos egressos estão entre 41 e 55 anos. É interessante notar que, quando ingressos, essa faixa correspondia a apenas 19% dos alunos do curso. No Brasil, a maioria dos alunos matriculados em cursos a distância apresentam idades entre 18 a 30 anos (50%), faixa etária também mais comum em cursos ligados à tecnologia como, por exemplo, Informática.

É fato que, na concepção inicial da oferta de cursos de licenciatura na modalidade a distância, segundo a Universidade Aberta do Brasil, um dos principais públicos-alvo de cursos a distância são alunos com faixa etária acima dos 30 anos e que trabalham durante o dia, dispondo de menor tempo para estudo em cursos presenciais. Além disso, nos cursos a distância, normalmente são utilizadas metodologias diferenciadas, buscando maximizar o aproveitamento do tempo de estudo existente, facilitando assim o acesso desses alunos a uma formação de qualidade.



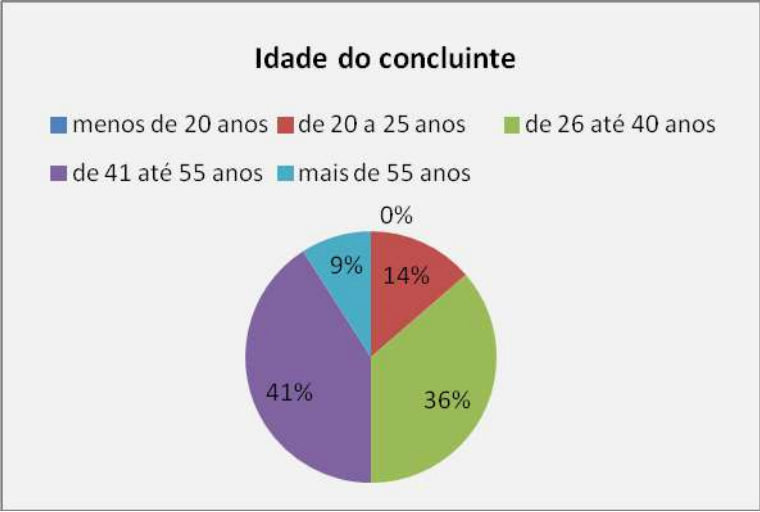


Figura 1. Idade do concluinte.

Com relação à atividade profissional, 29% dos egressos estão em atividade docente na área do curso que concluiu no IFES e 25% está atuando como docente, mas em área diferente da qual concluiu no curso. É importante ressaltar que, no processo que selecionou os alunos ingressantes neste curso, 50% das vagas foram destinadas a professores que desejavam fazer sua 2º graduação. Isso explica o número de egressos que atuam como docentes em área diferente da qual concluíram o curso no IFES. Além disso, é importante ressaltar que, quando ingressos, 95% dos alunos já exerciam alguma atividade profissional, em sua grande maioria (59%), no serviço público.

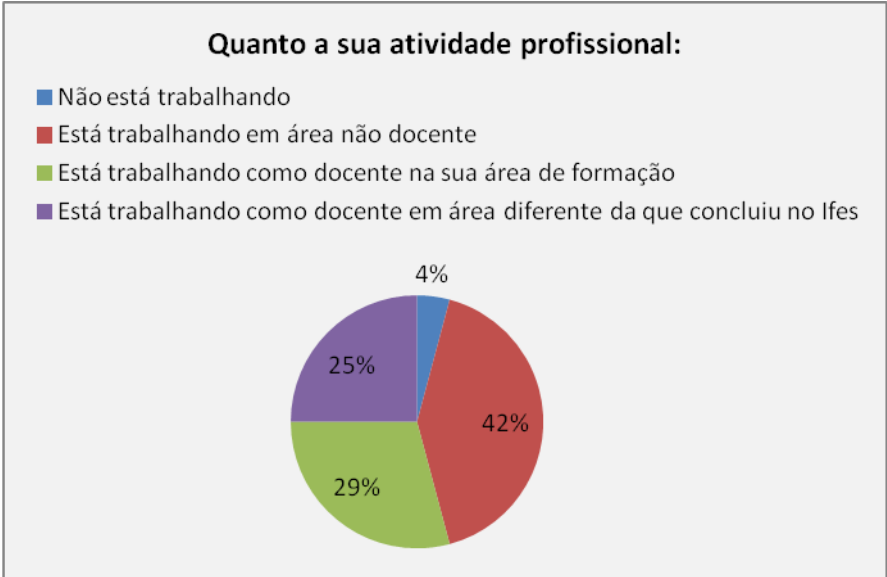


Figura 2. Atividade Profissional



O curso de Licenciatura em Informática compartilha com outras licenciaturas da área de exatas o contraste existente entre o núcleo de disciplinas pedagógicas e de disciplinas técnicas. Tal contraste natural aliado às condições do processo de admissão dos alunos desta turma vieram por concretizar uma divisão polarizada entre os alunos do curso no que tange ao núcleo de interesse. Observou-se que alunos de uma faixa etária menor e que não atuavam como docentes apresentaram maior interesse por disciplinas do núcleo técnico, enquanto alunos de uma maior faixa etária e já atuando como docentes se interessaram mais pelos conteúdos pedagógicos do curso já que tais conteúdos se encontravam em maior consonância com a realidade profissional daqueles alunos.

Foi verificado também o grau de satisfação profissional dos egressos. 79% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com as atividades profissionais desenvolvidas atualmente (dos que fizeram essa afirmação, 57% estão atuando como docentes na área em que concluiu o curso ou outra). 13% se mostraram indiferentes e 8% disseram estar insatisfeitos. Também avaliamos qual é, na visão dos egressos, a perspectiva profissional na sua área de formação. A respeito disso, 65% afirmaram ser boa ou ótima, 22% disseram ser razoável enquanto 13% consideram desanimadora.

Com relação à preparação para o mercado de trabalho quando se formou, 21% se declarou estar muito preparado, 71% afirmou estar razoavelmente preparado enquanto 8% declarou estar pouco ou nada preparado para exercer sua profissão. Podemos justificar esses dados se levarmos em consideração que esses egressos são os primeiros formados na área de todo o sudeste do Brasil, não tendo uma referência próxima daquilo que o mercado de trabalho espera dele como profissional, podendo gerar este tipo de receio quanto à sua preparação. Além disto, a dicotomia existente em relação aos núcleos de disciplinas do curso acarreta em dúvidas por parte dos alunos sobre qual sua real inserção no mercado de trabalho. A formação técnica obtida no curso habilita o aluno para o trabalho técnico na área da informática, contudo, o pouco conhecimento acerca do curso, por ser novo e pouco comum na região sudeste, dificulta um pouco a inserção deste recém-formado. Por outro lado, a formação pedagógica habilita o aluno para o ensino de informática, entretanto, em várias instituições onde existem possibilidades de contratação é feita a exigência de pós-graduação lato ou stricto sensu.

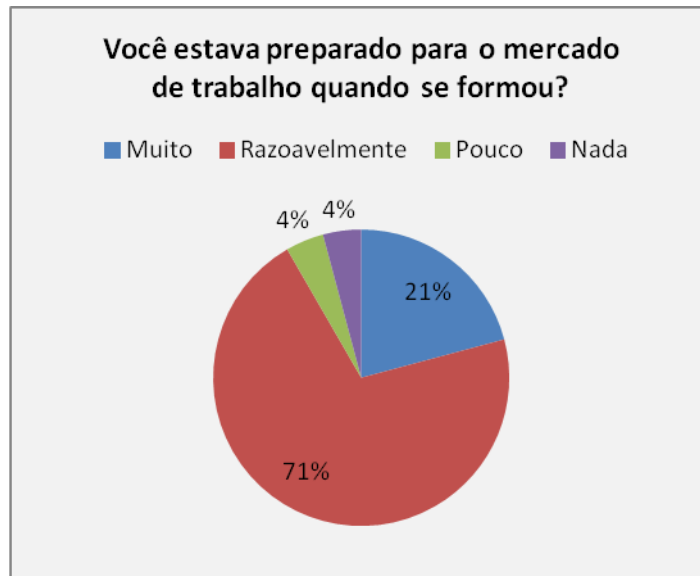


Figura 3. Expectativas quanto a profissão

Com relação à continuidade nos estudos, 73% dos egressos afirmaram estar cursando uma pós-graduação. Destes, 26% estão realizando a pós-graduação na mesma instituição na qual concluiu a graduação (IFES).

Sobre a manutenção do contato com a instituição, 39% dos egressos afirmam que mantém contato através do site institucional, para informações em geral; 26% estão cursando pós-graduação no instituto, 5% estão participando de eventos e 4% estão participando de cursos de extensão, todos promovidos pela instituição, enquanto 26% dos egressos não estão mantendo contato com o instituto. No conjunto, observa-se uma impressão positiva deixada pela instituição nos alunos egressos.

#### 4.2. Análise do curso

Nesta seção, iremos apresentar a avaliação institucional e do curso superior que concluíram, na visão dos egressos. Maiores informações sobre as estratégias pedagógicas empregadas no curso podem ser encontradas em Teixeira (2010).

Dentre os pesquisados, 100% avaliaram a instituição na qual concluíram a graduação como boa ou ótima. Além disso, 83% dos egressos consideram o curso no qual concluíram bom ou ótimo, enquanto 17% apontaram o curso como regular.



Com relação a organização curricular (distribuição das disciplinas), 79% a consideraram boa ou ótima, 17% disseram ser regular e 4% afirmaram que a organização curricular do curso é ruim ou péssima.

Avaliando o material impresso, 65% o considerou bom ou ótimo, 31% apontou o material como regular e 4% avaliou o material como ruim ou péssimo como visto na figura 4.

Quanto o aprendizado proporcionado pelas atividades práticas vivenciadas durante o estágio supervisionado, 88% o considerou bom ou ótimo, enquanto 12% afirmaram ter sido regular ou ruim.

796

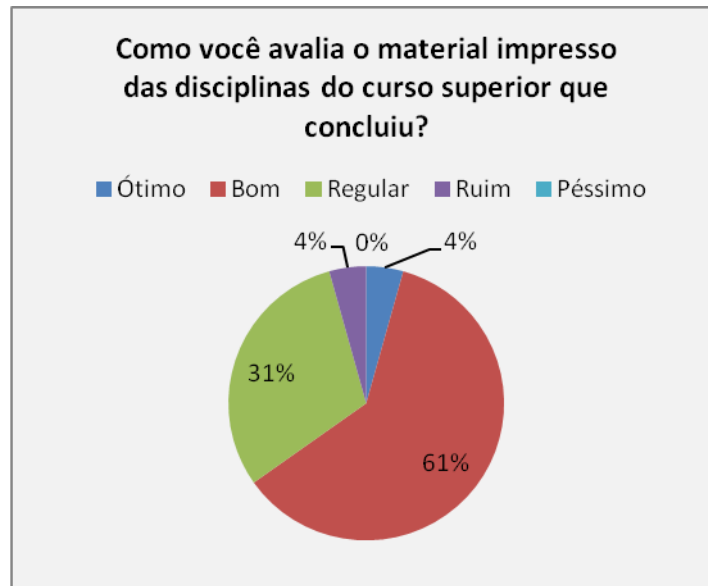


Figura 4. Avaliação do material impresso.

Considerando o método de avaliação, 67% apontou a metodologia empregada como boa ou ótima, enquanto 33% disse que o método de avaliação empregado no curso é regular. O método de avaliação do curso de Licenciatura em Informática obedece o disposto no Decreto n° 5.622, de 19 de dezembro de 2005, além de exigir que 60% das notas das disciplinas sejam obtidos por meio de prova presencial. Desta forma, os 40% restantes são distribuídos em atividades on-line utilizando o AVA. Tal resultado é apresentado na figura 5.

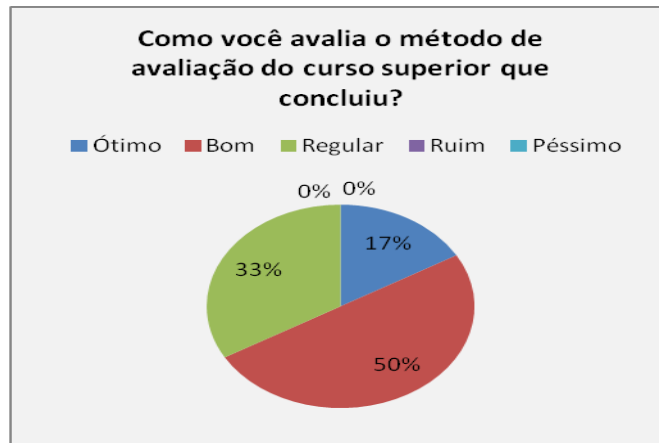


Figura 5. Avaliação dos métodos de avaliação.

Dentre as fontes mais utilizadas pelos pesquisados para executar as atividades das disciplinas durante o curso, o material disponibilizado no AVA foi o mais utilizado (30%), seguido das mídias externas (27%) e do material impresso (26%). Livros e/ou periódicos de propriedade dos próprios alunos apresentou 13% enquanto o acervo da biblioteca do polo ficou em último lugar, com apenas 4% de uso. O baixo uso do acervo do pólo pode ser justificado pela pouca permanência do aluno no mesmo, o que o faz preferir os conteúdos digitais e on-line.

Ao analisarmos o nível de exigência do curso, 63% dos egressos afirmaram que o curso exigiu do aluno na medida certa. 25% disse que o curso deveria ter exigido um pouco ou muito menos, enquanto 12% consideraram que o curso deveria ter exigido muito mais.

Sobre a metodologia do curso (educação a distância), 84% sinalizou que facilitou o aprendizado. 12% dos egressos disseram que havia sido indiferente quando comparada com a metodologia presencial e 4% apontou que a metodologia havia dificultado seu aprendizado. Este é um dado interessante, pois para um curso com conteúdo predominantemente técnico, o ensino a distância pode muitas vezes ser considerado um fator dificultador no aprendizado, por exigir uma postura mais pró-ativa por parte do aluno. Além disso, 30% dos pesquisados afirmaram que a oferta do curso na modalidade a distância foi o fator determinante para ingresso no curso, seguido pelo prestígio da instituição perante a sociedade (28%), ensino gratuito (27%), preparação para o mercado de trabalho (13%) e opção da maioria dos colegas (2%). Desta forma, percebe-se que o fato do curso ter sido oferecido por uma instituição federal impactou na opção pelo curso por parte dos alunos.



Com relação ao desenvolvimento profissional, 63% dos pesquisados responderam que o curso colaborou muito para este desenvolvimento, 29% disseram que essa contribuição foi razoável e 8% disse que o curso contribuiu pouco para seu desenvolvimento profissional. Ou seja, apesar da incerteza natural em relação à inserção no mercado de trabalho, os alunos consideram que o curso proporcionou efetiva contribuição para sua formação profissional.

Já com relação ao desenvolvimento cultural e pessoal, 78% dos pesquisados responderam que o curso colaborou muito para esse desenvolvimento, 18% disse que essa contribuição foi razoável e 4% disse que o curso contribuiu pouco para o seu desenvolvimento cultural e pessoal.

798



Figura 6. Perspectiva Profissional do Egresso

#### 4.3. Análise do corpo docente e tutoria

Dentre o conceito atribuído aos professores (atualização e domínio), 91% dos egressos avaliaram seu desempenho durante o curso como bom ou ótimo, enquanto 9% consideraram regular. Essa mesma pergunta foi feita aos alunos quando ingressos, e na ocasião, apenas 57% dos alunos avaliaram o desempenho dos professores como bom ou ótimo. Isso mostra uma evolução muito positiva dos docentes ao longo do curso. Pode-se considerar que a estranheza inicial gerada por esta nova forma de interação entre docentes e discentes, até então desconhecida por grande parte dos alunos, pode ter gerado esta impressão negativa a respeito



dos docentes do curso, logo modificada quando a forma de interação do ensino a distância tornou-se mais natural para os discentes.

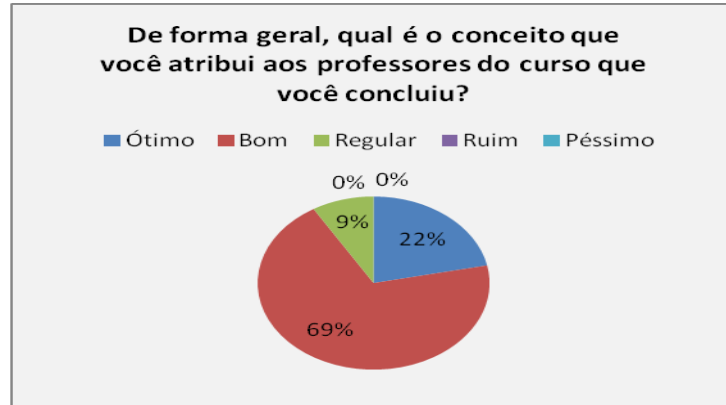


Figura 7. Conceito em relação aos professores do curso

Avaliando a relação aluno x tutor a distância, 83% consideraram essa relação boa ou ótima, enquanto 17% a consideraram regular ou ruim.

Na avaliação do modelo de tutoria presencial utilizado no curso, 87% afirmaram que essa metodologia foi boa ou ótima, enquanto 13% a consideraram regular. É importante ressaltar que, diferente da maioria dos cursos de graduação na modalidade a distância, o curso de Licenciatura em Informática conta com 3 tutores presenciais em cada polo, divididos nas 3 grandes áreas do curso - disciplinas de informática, pedagógicas e instrumentais, responsáveis por tirar dúvidas dos alunos nos momentos presenciais. Quando ingressos, 68% dos alunos já consideravam esse modelo bom ou ótimo e a aceitação do modelo cresceu durante a condução do curso.



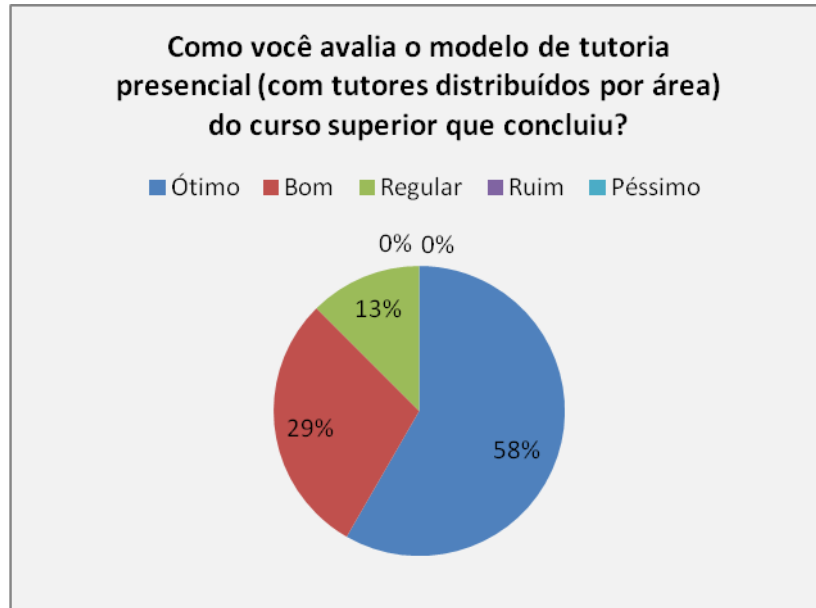


Figura 8. Avaliação do modelo de tutoria

Apesar de cursarem um curso a distância, percebe-se que os alunos ainda guardam resquícios da modalidade presencial. Isso pode ser observado quando perguntamos aos egressos, na opinião deles, qual dos atores (professor especialista, tutor a distância e tutor presencial) mais colaborou para construção do seu aprendizado durante o curso: 71% responderam que o tutor presencial foi o que mais contribuiu, 21% afirmaram que esse papel foi desempenhado pelo tutor a distância enquanto 8% apontaram o professor especialista como o principal colaborador. Pode-se atribuir esta grande importância dada ao tutor presencial á reminiscências do paradigma do ensino presencial que é o modelo mais conhecido pelos alunos do curso. Com isso, ainda que sejam feitas muitas atividades pelo AVA, os alunos ainda sentem necessidade de uma figura presencial para auxiliá-los no processo de aprendizagem.

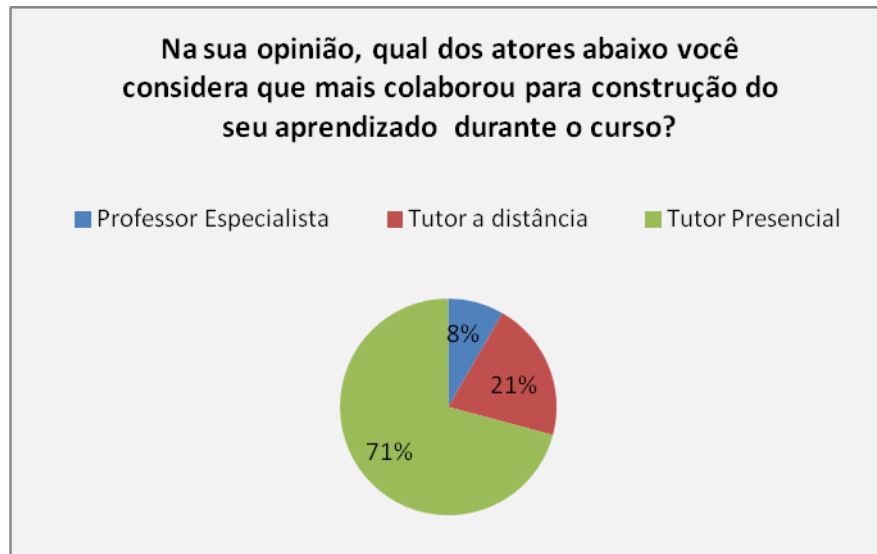


Figura 9. Ator que mais contribuiu para o aprendizado.

#### 4.4. Análise discente

Dentre os egressos, 88% afirmaram que consideram sua dedicação aos estudos durante o curso boa ou ótima, enquanto 12% a avaliam como regular.

Quanto a assiduidade e pontualidade no cumprimento das atividades do curso, 67% dos pesquisados responderam que sua atuação foi ótima, 29% dos entrevistados afirmou ter sido boa e 4% disse que sua atuação foi regular.

Na análise que diz respeito ao tempo de estudo semanal, 33% dos egressos afirmaram que dedicaram de 10 a 15 horas semanais durante a execução do curso, outros 33% disse ter dedicado de 05 a 10 horas semanais; 13% afirma ter dedicado de 20 a 25 horas e 8% afirmou que dedicou mais de 30 horas semanais para estudo durante a execução do curso. Notadamente, o ensino a distância exige uma dedicação maior por parte dos alunos que escolhem um curso nesta modalidade, exigindo uma quantidade maior de horas de estudo semanais e uma postura mais pró-ativa.

## 5. CONCLUSÃO

A avaliação dos egressos deste curso permitiu ao núcleo docente estruturante e à sua coordenação, avaliar se o propósito original da oferta do curso foi atingido, tal como definido em seu projeto pedagógico.



Com esse feedback foi possível visualizar no que o curso contribuiu para a formação pessoal e profissional pretendidas para este egresso e exigidas pelo mercado de trabalho.

O diagnóstico e monitoramento constante do corpo discente do curso é fundamental para a melhoria de todo processo de ensino aprendizagem, desta forma a equipe de gestão do curso deve sempre estar preparada para aplicar novas estratégias e abordagens, com a finalidade de incluir novos cidadãos à formação em nível superior com a qualidade necessária para atuação no mercado de trabalho, atentando para o fato de que novas tecnologias estarão sempre disponíveis transformando e facilitados os modelos de interação entre os atores do processo.

Esse trabalho não se propôs a esgotar o tema da análise do perfil dos egressos de cursos na modalidade a distância, e sim, trazer um pouco da experiência vivida no curso de Licenciatura em Informática do Ifes apresentando conclusões e estratégias que podem ser adotadas ou servir de fonte de pesquisas para outras instituições.

Espera-se, oportunamente, realizar novamente esta consulta a novos egressos deste curso de modo a avaliar se os conceitos onde as respostas estiveram abaixo do esperado estarão em patamares superiores aos atuais, consistindo em novos avanços na formação deste profissional no curso em questão.

## 6. REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2012 – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/censo2012.pdf>. Acesso: 20 jun de 2014.

BALDO, Yvina et al. O Modelo de Planejamento para o Desenvolvimento De Curso a Distância, *Em: Anais CIAED*, São Paulo, 2008.

BARRETO, Evanice Ramos Lima A influência da Internet no processo ensino-aprendizagem da leitura e escrita *Em: Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, vol.9, n.106, 2010.

CRUZ, José Marcos de Oliveira, Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. *Educ. Soc.*, vol.29, n.105 ISSN 0101-7330, 2008.

GOMES, Vitor, TEIXEIRA, Giovany, Gestão de EAD – Vivências e Possibilidades a partir de um curso de Licenciatura em Informática, São Paulo: Clube de Autores, 2010.  
Sociedade Brasileira de Computação. Currículo Referência para Cursos de Licenciatura em Computação. *Em: Grupo de Trabalho de Licenciatura em Computação*, Florianópolis, 2002.



TEIXEIRA, Giovany. et al., Análise social, tecnológica, econômica e educacional dos alunos do curso de Licenciatura em Informática do Ifes,. Encontro Regional de Jovens – RJ, 2010.

TEIXEIRA, Giovany. et al., Um Modelo para Gestão de Licenciaturas no EAD: Experiência do curso de Licenciatura em Informática – IFES, São Paulo, *Em: Anais CIAED*, 2010.



## **JUVENTUDE E CIBERCULTURA CONEXÕES INOVADORAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

SANTOS, Eleonora  
estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO  
*e.p.fernandes.11@hotmail.com*

**RESUMO:** Este estudo apresenta algumas considerações sobre a educação dos jovens para o desenvolvimento de uma prática docente interdisciplinar, mediados pela cibercultura e suas implicações no processo educacional de formação humana. O objetivo deste artigo é analisar o acesso e uso de tecnologias e suas modalidades de expressão e comunicação no espaço escolar. Como referencial teórico, tomo como base as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio em defesa de uma formação humana integral, a partir das dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura em uma ação curricular integrada. O fio condutor será através da interatividade disponibilizada pela tecnologia digital, que já faz parte do cotidiano desses jovens, para compreender as transformações produzidas nas relações escolares no processo de formação humana integral.

**Palavras-chave:** juventude – cibercultura – formação humana integral

**ABSTRACT:** This study presents some considerations on the education of young people to develop an interdisciplinary teaching practice, mediated by cyberculture and its implications in the educational process of human formation. The objective of this paper is to analyze the access and use of technologies and their modes of expression and communication within the school. The theoretical approach I take as a basis the Curriculum Guidelines of Secondary Education in defense of an integral human formation, from the dimensions of the work, science, technology and culture in an integrated curricular action. The common thread through interactivity will be available by digital technology, which is already part of the daily lives of these young people, to understand the transformations produced in school relations in the integral human formation process.

**Keywords:** youth - cyberculture - integral human formation



## INTRODUÇÃO

As novas tecnologias têm provocado mudanças profundas em diversas atividades da vida moderna, inclusive na nossa forma de viver. O que fundamenta novas formas de pensar a educação trazendo para o debate a implantação e aplicação de um projeto pedagógico apoiado em novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) na formação dos jovens- alunos, pelo papel que desempenham no processo de ensino-aprendizagem e na formação e comunicação humana.

Diante desta circunstância, busco refletir sobre os contextos educacionais que valorizem a interação e a colaboração na construção do conhecimento. Justifica-se tal proposta considerando também, a necessidade de repensar o processo de ensino aprendizagem na escola capaz de fomentar o interesse dos alunos pelos conteúdos do currículo. Uma vez que, a falta de interesse pela escola é um fator relatado por 40% dos jovens que abandonaram os estudos, de acordo com a pesquisa Motivos da Evasão Escolar realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV – RJ.

### Motivos de Evasão Segundo o Informante

Motivos de Evasão	PRÓPRIA PESSOA	OUTRA PESSOA
Falta de Renda	28.15	26.63
Oferta	8.60	12.21
Falta de Interesse	34.74	43.09
Outros Motivos	28.50	18.07

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE de 2006*

Não há dúvida que diante deste quadro, torna-se necessário a revisão de currículo, já sendo anunciado por diversos programas e governos. No que diz respeito especificamente ao ensino médio, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) através das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) propôs os princípios da formação humana integral, que visa implementar um novo modelo educacional baseado no diálogo entre a escola e seus sujeitos, no âmbito de uma orientação formativa, que se refere a possibilidade de formar alunos em sua totalidade.



A elaboração e estratégias deste modelo educacional, tem como objetivo a formação humana integral em um cenário dialógico, onde o estudante não apenas receba, mas também transforme e produza novas representações e conhecimentos compartilhados baseado na construção de novas formas de aprender e ensinar. Conforme propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), na Resolução 2/2012, esclarece o que considera como “formação humana integral”:

[...] à compreensão dos indivíduos em sua inteireza, isto é, tomar os educandos em suas múltiplas dimensões intelectual, afetiva, social, corpórea, com vistas a propiciar um itinerário formativo que potencialize o desenvolvimento humano em sua plenitude, que se realiza pelo desenvolvimento da autonomia intelectual e moral [...] como a grande finalidade do projeto educativo voltado para a formação humana integral. ( DCN. Caderno 3. O Currículo do Ensino Médio, Seus Sujeitos e a Formação Humana Integral, p. 4)

O que nos faz refletir, de forma mais abrangente sobre a formação humana, não limitando-se apenas na formação técnica, mas também na formação política, cultural, a formação da sensibilidade, do estético, etc. De forma a incentivar atividades diversificadas, de caráter interdisciplinar, que possibilitem experimentar vivências e aprendizagens que antes não eram consideradas pela escola.

De uma ótica oposta à anterior que transcenda a sala de aula para incorporar novos espaços de conhecimento, que facilite a integração dos saberes baseado em uma metodologia interdisciplinar, como forma de educar para a vida. Isso implicaria em uma análise sobre a proposta de formação humana integral no contexto escolar. Conforme Morin (2010):

Convém fazer a convergência de diversos ensinamentos, mobilizar diversas ciências e disciplinas, para ensinar a enfrentar a incerteza. (MORIN, 2010, p. 56).

É o que este artigo apresenta, em paralelo ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta para “navegar” na incerteza própria dos novos tempos. Com esta intenção, inicialmente apresento algumas implicações sobre o uso das tecnologias digitais pelos jovens alunos, denominados por Prensky (2002) como “nativos digitais”, pela vivência intensa apresentada com a tecnologia.

E assim investigar as relações entre a educação e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em termos de acesso à um modelo de inovação e criatividade baseado na associação - integração - elaboração - comunicação, conforme apresentado por Mota e Scott





(2014), no qual enfatizam a inclusão das tecnologias digitais na promoção de um aprendizado colaborativo e atraente entre aluno e professor, e entre os próprios alunos. O que nos aproxima da ideia do aluno, como construtor do próprio conhecimento no processo de ensino-aprendizagem.

Esta abordagem permite apresentar a cibercultura, como um meio de abertura às novas possibilidades de se ofertar ao aluno espaços contextualizados de aprendizagem. Nesse cenário, Pierre Lévy (2010) convida a educação repensar os caminhos da humanidade com o advento das tecnologias digitais, reconhecendo dois fatos:

Em primeiro lugar, o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Em segundo lugar, que estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. (LÉVY, 2010, p. 11)

Diante de tal constatação, podemos dizer que o avanço da ciência e da tecnologia proporciona a formação de indivíduos cada vez mais integrados no ciberespaço, o que esboça uma nova relação com o saber e as reformas educacionais que ela exige.

Para em seguida, centralizar nas recentes iniciativas e projetos educacionais partindo dos princípios da formação humana integral, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, em uma abordagem interdisciplinar das práticas educativas, em torno do eixo trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Neste sentido, busca a reestruturação pedagógica e organização curricular das escolas públicas de ensino médio baseada na socialização de conhecimentos na perspectiva da construção da cidadania. O que instiga uma reflexão mais aprofundada sobre que educação é concebida nas escolas públicas de ensino médio, atualmente? E que indivíduos queremos formar?

## **1. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E OS JOVENS**

Fato evidente é que a interação das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano dos jovens é muito intensa. Mark Prensky (2002), criou o termo “nativos digitais”, para designar todos aqueles que nasceram nesse período de avanço tecnológico e se aproveitam de suas potencialidades. Conforme Fábio Tagnin:



Nossos jovens não chegaram a conhecer um mundo sem videogames, e-mail e mensagens instantâneas. Não é preciso ir muito longe para afirmar o que diversos estudos confirmam: que os hábitos dos jovens de hoje são muito diferentes daqueles dos seus pais e professores. Eles vêm sendo chamados de “nativos digitais”, que aderem de maneira transparente e automática às tecnologias emergentes, enquanto os adultos são chamados de “migrantes digitais”, aqueles que precisam adaptar-se – não sem alguma dificuldade – às novas ferramentas e novas formas de fazer as coisas. (TAGNIN, 2008, s. p.)

Como se pode perceber, essa nova geração considera que esses recursos estejam de tal forma integrada em suas vidas diárias, que sequer percebem como tecnologia. Os jovens já se naturalizaram ao uso destas tecnologias. E uma das conseqüências mais diretas constitui-se por diferentes maneiras de ser e estar no mundo. Como as tecnologias de informação e comunicação (TICs) favorece um cenário dialógico, a comunicação torna-se um imperativo para estes jovens. Portanto, eles tem mais contato entre si do que os jovens das gerações anteriores; e conseqüentemente estabelecem novos meios de expressão e de relacionamentos, enfim há uma nova sociabilidade.

Como o pretendido é estabelecer uma breve reflexão sobre a relação dos jovens com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a internet, torna-se necessário algumas colocações, como por exemplo: Quanto tempo acessam a internet? Como se apropriam destas tecnologias no seu cotidiano?

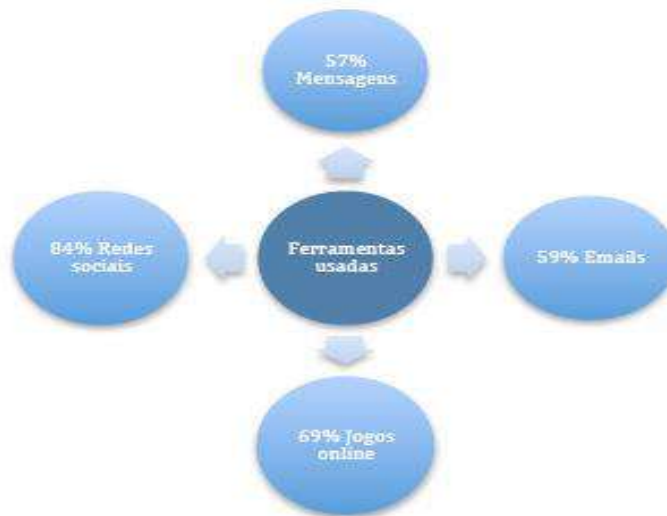
Segundo, a pesquisa quantitativa sobre O uso da Internet realizada pelo IBOPE Inteligência por meio de entrevistas face a face no período de 11 a 22 de janeiro de 2013. Entre os jovens brasileiros que afirmam ter acessado à internet nos últimos 3 meses, a maioria declara utilizá-la majoritariamente em busca de diversão (75%), para se comunicar com os amigos (66%), fazer trabalhos escolares (61%) e utilizar serviço de busca de informações (40%).



#### Atividades online

Obs: As porcentagens acima se referem somente aos jovens que afirmam ter utilizado a internet nos últimos 3 meses. Trata-se de questão que permite o assinalar de múltiplas respostas e por tanto o valor final excede 100%.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, que se refere as ferramentas mais usadas. Percebe-se que dos jovens entrevistados, o uso de ferramentas para produção de conteúdo como blogs (10%), microblog (19%), fóruns e listas de discussão (5%) não chega a ser expressivo.



#### Ferramentas mais usadas

Obs: As porcentagens acima se referem somente aos jovens que afirmam ter utilizado a internet nos últimos 3 meses. Trata-se de questão que permite o assinalar de múltiplas respostas e por tanto o valor final excede 100%.

De uma maneira geral, o resultado da pesquisa reflete a tendência ao entretenimento, a distração no uso das tecnologias no cotidiano dos jovens. Assim sendo, parto da seguinte questão: É possível apropriar-se do estilo comunicativo, disponibilizado pelas tecnologias, não apenas como um local de troca, de busca de informações e encontros de lazer entre pessoas,



mas também como um local para estimular os jovens na produção e interação de conhecimentos, que possa ser incorporado nos processos de escolarização?

Ciente do desafio, devemos nos preparar para enfrentar de um lado, o problema da falta de infra-estrutura adequada, principalmente se considerarmos o cenário da maioria das escolas públicas, para a criação de ambientes físicos e virtuais de aprendizagem. E de outro, a necessidade de estabelecer novos arranjos sociais para a educação, na busca do diálogo, como forma de mobilizar alunos e professores a pensar criticamente sobre o que a internet oferece na possibilidade de tornar o conhecimento mais acessível, motivador e capaz de fomentar o interesse dos alunos pelos conteúdos do currículo escolar.

Percebe-se que à medida que as tecnologias avançam, há uma demanda de novas abordagens pedagógicas que se ajustem ao contexto das tecnologias disponíveis.

Ao tratar de novas maneiras de ensinar e aprender disponibilizadas pelas novas tecnologias digitais na educação. Mota e Scott (2014) denominam como os momentos iniciais da convivência com a Terceira Revolução Educacional.

Para os autores, a incorporação das tecnologias digitais na educação maximiza oportunidades de novas abordagens de produção e transferência do conhecimento em um ambiente virtual interativo e atraente. O que permite que o docente transcenda a sala de aula para incorporar novos espaços de conhecimento abertos pelas tecnologias digitais, ampliando as fronteiras do espaço físico. E assim, oferecer a oportunidade de transitar dentro de uma perspectiva interdisciplinar o tratamento dos conhecimentos a serem trabalhados na escola.

O escopo da aprendizagem tem sido largamente estendido, tal que em vez de se referir somente à aquisição simples do conhecimento, hoje os focos incluem também habilidades e preparação para iniciativas diversas, tais como colaborações interdisciplinares, trabalhos em equipe, estabelecimento de rede de relacionamentos e habilidades em resolver problemas. (MOTA & SCOTT, 2014, p.38).

No que resulta em novas práticas no processo de aprendizagem, centrado nos modelos de diálogos, como os adotados por Laurillard (2002) que funcionaria como um suporte para o processo de aprendizagem. Conforme afirma na colaboração entre pares:

Educandos serão motivados a aprimorar suas práticas se puderem compartilhar seus resultados com seus pares; e serão motivados a melhorar suas práticas e ampliar suas visões conceituais se puderem refletir sobre suas experiências, através de discussões de seus resultados com seus pares. (LAURILLARD, 2002, p.57)



E ainda, de acordo com a autora, em um trabalho mais recente, ela ressalta a análise coletiva e permanente na prática de ensino:

as tecnologias digitais poderiam criar possibilidades de desenvolver espaços comuns que permitam e estimulem o acesso e a participação de todos os professores, viabilizando uma análise coletiva e permanente [...] com um único objetivo de ajudar professores a ensinar e estudantes a aprender. (LAURILLARD, 2012, p.58)

Diante de tais afirmações, podemos perceber que não é apenas dispor de recursos tecnológicos em sala de aula, trata-se de mudar a forma como professores e alunos concebem o uso e as funções das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas para propiciar a conexão entre novos espaços de conhecimento. Neste sentido, a comunicação através do ciberespaço pode ser muito útil. No dizer de Lévy (2010):

A grande questão da cibercultura – tanto no plano de redução dos custos como no do acesso de todos à educação – não é tanto a passagem do *presencial* à *distância*, nem do escrito e oral tradicionais à *multimídia*. É a transição de uma educação e de uma formação estritamente institucionalizadas (a escola, a universidade) para uma situação de troca generalizada dos saberes. (LÉVY, 2010, p.172)

Em suma, mediante a transição de um conhecimento pronto e acabado, para um novo modelo de conhecimento aberto e evolutivo; com o acesso à cibercultura que permite produzir conhecimento coletivamente no intercâmbio de saberes em diversas instâncias sociais. Sendo possível proporcionar o diálogo entre disciplinas, explorando abordagens interdisciplinares ao longo das atividades escolares, assim como, orientar os alunos para que saibam selecionar as informações em meio ao “dilúvio informacional” (Lévy,2010) que recebemos diariamente. Segundo Mota e Scott (2014):

visando incorporar novas perspectivas educacionais, bem como possibilitar a plena integração entre disciplinas de método e conteúdo, tal que a compreensão de mundo possa decorrer também de pensamentos e visões interdisciplinares. (MOTA &SCOTT, 2014, p.54)



## 2. UMA VISÃO DOS IMPASSES E DAS PERSPECTIVAS DAS PRÁTICAS ESCOLARES DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL A PARTIR DAS DIMENSÕES DO TRABALHO, DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

Ao refletirmos sobre o panorama da situação atual do ensino médio, é necessário considerar que até os anos 90, apenas 16% dos jovens brasileiros estavam no ensino médio. Com a recente expansão das oportunidades escolares, a escola pública de ensino médio recebe um grupo diversificado de jovens. Como pode ser percebido pela evolução da porcentagem de jovens que frequentam a escola.

812

**GRÁFICO 2** EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE JOVENS ADOLESCENTES (15 A 17 ANOS) QUE FREQUENTAM A ESCOLA NO BRASIL



Um público novo, mais heterogêneo, sobretudo jovens dos setores populares, que traz para o interior da instituição escolar, a diversidade da condição juvenil e também as desigualdades sociais e econômicas que marcam sua condição. Conforme esclarece Abramo (2001):

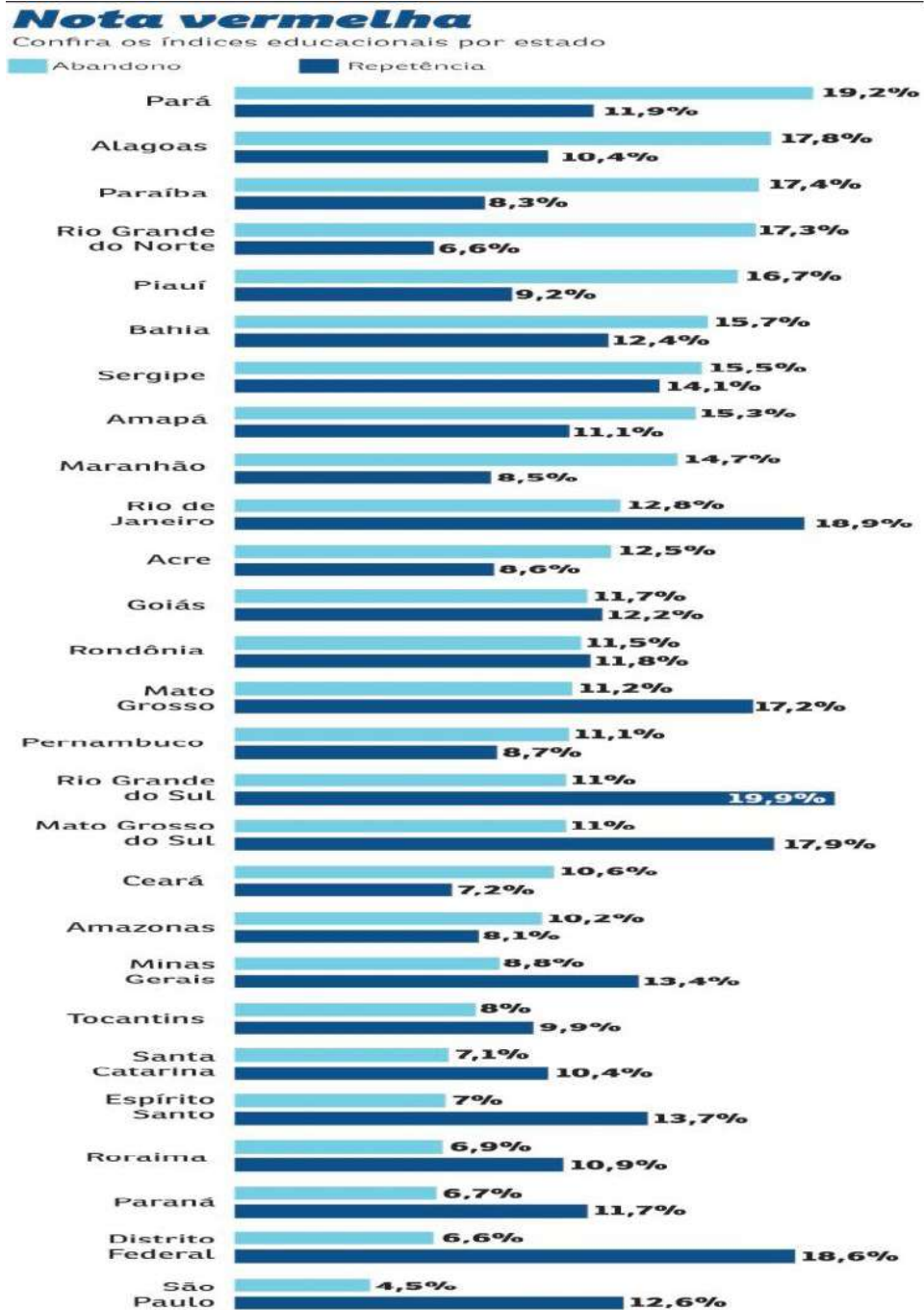
a condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referentes às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc (ABRAMO, 2001, p.93)

Entretanto, em uma análise quantitativa do ensino médio, percebe-se uma contradição, que apesar da maior democratização no acesso ao sistema escolar, o Brasil não foi capaz de





reduzir o percentual de jovens que não frequentam a escola e as taxas de repetência, que acarreta a distorção série/idade, na mesma intensidade. Conforme aponta os índices educacionais levantados pelo Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas (INEP).



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - Taxas de 2010

Editoria de Arte/CB/D. A Press

De acordo com a pesquisa Motivos da Evasão Escolar realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ, cujo objetivo foi analisar as causas da evasão escolar na visão dos próprios





jovens e de seus pais. 40% dos jovens de 15 a 17 anos que evadem, deixam de estudar porque a escola é desinteressante.

Segundo os dados divulgados, o problema da evasão atinge quase 20% da população jovem é decorrente da falta de interesse do jovem em permanecer na escola. A situação torna-se mais agravante, quando analisamos que a evasão na escola, acarreta a exclusão desses jovens da entrada do mundo de trabalho moderno, pela falta de entendimento da importância da educação como um investimento para o projeto de vida futura. Pais (2006) destaca:

Para muitos jovens o mundo da escola parece aleatório: as avaliações são aleatórias, os diplomas idem, o futuro aspas, aspas,...(PAIS, 2006, p.12)

Nesta perspectiva, há o que a escola deseja e faz e o que a juventude traz para ela, suas demandas e necessidades ao longo do seu ciclo de vida. Na medida em que ela não consegue adaptar-se, passa a ser rejeitada, considerada anacrônica, inadequada e desinteressante para uma parcela significativa dos jovens, o que leva a evasão.

Neste sentido, é fundamental, conhecer estes sujeitos, a forma como lidam com o espaço escolar, com os conhecimentos escolares em meio aos avanços trazidos pela ciência e pela tecnologia, mas também em meio às incertezas do mundo contemporâneo.

Implica estabelecer cada vez mais relações entre sua condição juvenil e o estatuto de aluno, tendo de definir a utilidade social dos seus estudos, o sentido das aprendizagens e, principalmente, seu projeto de futuro. (DAYRELL.1996).

No que diz respeito especificamente ao ensino médio, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) anunciou um conjunto de ações por meio de programas, junto aos estados, municípios e Distrito Federal, capazes de motivar e reter os estudantes até o final do ensino médio. Com implementação de reformas e políticas educacionais para o nível médio, na garantia do direito à educação e a formação integral do aluno.

Diante deste cenário, considero necessário uma análise mais aprofundada nas propostas curriculares que deverão ser a base para o redesenho curricular proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) – Resolução CMNE/CEB n.2, de 30 de janeiro de 2012, com o objetivo de promover o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio



(Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012). Tal objetivo se baseia na proposta de ampliar a oferta pública de ensino médio de qualidade, gratuito, pedagogicamente integrado ao seu caráter formativo em termos de cultura, trabalho, ciência e tecnologia.

Capítulo II: Art. 5º: O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em: I - formação integral do estudante; [...] VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.(DCNEM - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012)

Partindo desta concepção, as considerações feitas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM) sobre o currículo para o Ensino Médio, se orienta pela busca de uma formação humana integral que se faz por meio de uma organização curricular integrada.

[...] à compreensão dos indivíduos em sua inteireza, isto é, tomar os educandos em suas múltiplas dimensões intelectual, afetiva, social, corpórea, com vistas a propiciar um itinerário formativo que potencialize o desenvolvimento humano em sua plenitude, que se realiza pelo desenvolvimento da autonomia intelectual e moral [...] como a grande finalidade do projeto educativo voltado para a formação humana integral. (Parecer CNE/CEB 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012.DCN.Caderno3. O Currículo do Ensino Médio, Seus Sujeitos e a Formação Humana Integral, p. 4)

Desta forma, o princípio pedagógico específico do ensino médio privilegia a prática no método de estudo e pesquisa que conduz à autonomia de estudos, autonomia intelectual e moral. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

Artigo 35, inciso III: O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)

Vale destacar que, com base no Projeto de Lei nº 8.035/2010, uma das metas do Plano Nacional de Educação é a universalização do atendimento dos 15 aos 17 anos – até 2020.

[...] II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do país [...] (Projeto de Lei nº 8.035/2010.Art. 2º PNE -2011/2020)

Mas de que modo isso pode ocorrer? Peregrino (2011) mostra que:



a expansão escolar se deparou com os conflitos advindos da diversidade cultural, mas também da quantidade de alunos em um contexto em que as políticas públicas e as ações governamentais não acompanharam essa expansão. (FERREIRA, 2011, p.83)

Com ênfase na compreensão dos sujeitos e das juventudes presentes no ensino médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), torna-se documento fundamental para a orientação das propostas curriculares. Com base no direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, como aspectos fundamentais para que as escolas redesenhem seus currículos.

816



E assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) dispõe para o currículo:

A integração curricular entre as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura, constitui-se no fundamento para a seleção dos conhecimentos, disciplinas, metodologias, estratégias, tempos, espaços, arranjos curriculares alternativos e formas de avaliação. (BRASIL, 2011, p. 20).

E acrescenta, em relação a organização curricular para o ensino médio:

a organização dos conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber” (BRASIL, 2002, p. 87).



Como podemos perceber, o projeto de formação humana integral no currículo do ensino médio visa a construção de um projeto coletivo, considerando as características sociais, econômicas, políticas, culturais e laborais da sociedade, do entorno escolar e dos sujeitos estudantes e professores da unidade escolar. Nessa vertente, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) esclarece o que se busca como formação humana:

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85).

“Uma educação que ajude a ler a realidade” (FREIRE, 1987, p.14), que ajude a compreender essa realidade criticamente. Isso significa identificar componentes e conteúdos curriculares que permitam fazer relações cada vez mais amplas e profundas entre os fenômenos que se quer “apreender” e a realidade na qual eles se inserem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou uma breve reflexão a respeito das atividades propostas nas escolas de ensino médio partindo da mediação da tecnologia, como forma de valorizar a informação e o conhecimento, como ferramenta educativa, que facilite o diálogo entre os jovens e a escola.

As novas tecnologias facilitam a troca de informações em todas as suas variações, sejam elas imagens, sons, gráficos ou textos, que com essas novas experiências, potencializam que outros saberes sejam agregados em nossos sentidos, que podem se articular numa inteligência coletiva. (LÉVY, 2010, p.58)

Visto desta maneira, contribui para superar o meramente instrumental auxiliando os professores a buscar formas de lidar com a cultura digital como experiência interdisciplinar e democrática, que possibilite o diálogo entre os saberes e também com o mundo.

Pela ênfase na abordagem interdisciplinar dos conteúdos curriculares para o desenvolvimento integral dos estudantes do ensino médio, foi possível traçar um paralelo com as propostas curriculares estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (DCNEM).



Em relação ao ensino médio, em especial, acredito que o primeiro passo, é considerá-lo não como “médio” que se situa entre o ensino fundamental e o superior, mas sim, como uma etapa conclusiva da educação básica, que deve ter uma “base” capaz de ampliar o acesso ao saber para a garantia da formação humana integral. Nas palavras de Morin (2012):

Essa tomada de consciência implica também em um grande esforço de formação e educação [...], provoca-nos e obriga-nos a lançar novamente velhas questões: que civilização queremos construir no século XXI? (MORIN, 2012, p.478)

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)*. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2012.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 8.035/2010, Metas do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020)*. Brasília, 2011.

BRASIL. *Portaria nº 971, 09 de outubro de 2011, que institui o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)*. Brasília, 2011.

BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação. 2002.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2011*. São Paulo: CGI.br, 2012. Coord. Alexandre F. Barbosa. Trad. Karen Brito. Disponível em: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-eempresas-2011.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.. *Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil: TIC Educação 2011*. São Paulo: CGI.br, 2012. Coord. Alexandre F. Barbosa. Trad. Karen Brito. Disponível m: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-educacao-2011.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J.(Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.



FERREIRA, Mônica Dias Peregrino . Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. Cadernos CEDES (Impresso), v. 31, p. 275-291, 2011.

FREIRE. Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro.Edição. Paz e Terra, 1989.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE. Motivos da Evasão Escolar realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ. *Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE de 2006.*

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Evolução da Porcentagem de Jovens adolescentes (15 a 17 anos) que freqüentam a escola no Brasil. taxa de 2014.

Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas (INEP). Índices Educacionais por Estado. Abandono e Repetência. Fonte. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Taxas de 2010. Editoria de Arte/CB/D A Press.

LAURILLARD, D. Rethinking University Teaching: a conversational framework for the effective use of learning technologies. London: Routledge, Falmer. 2002.

LAURILLARD.D. Teaching as a Design Science: Building Pedagogical Patterns for Learning and Technology. New York and London: Routledge. 2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1ª edição, 2010.

MORIN. E. A religação dos saberes: o desafio do século XXI / idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. 10ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. A cabeça bem-feita: Repensar a reforma, Reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

MOTA. R.; SCOTT. D. Educando para inovação e aprendizagem independente. editora Elsevier, São Paulo. 2014.

PAIS, J.M. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

PRENSKY, Marc (10-2002). Digital natives, digital immigrants. On the Horizon, 9(5). Disponível em <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em 20 jul. 2014.

TAGNIN, Fábio. Computação 1 a 1: O desafio de guiar os nativos digitais. Blog de Educação digital da Intel. Disponível em: [http://blogs.intel.com/educacaodigital/2008/07/computacao\\_1\\_a\\_1\\_o\\_desafio\\_de\\_guiar\\_os\\_nativos\\_digitaais.php](http://blogs.intel.com/educacaodigital/2008/07/computacao_1_a_1_o_desafio_de_guiar_os_nativos_digitaais.php). Publicado em: 18 jul 2008.





## A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: O AVANÇO DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA NA EDUCAÇÃO

HAGINO, Córa

*Estudante de doutorado do Programa “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI”,*

*Universidade de Coimbra*

*Professora do UNIFOA e da UFF*

*corahisa@hotmail.com*

820

### RESUMO

Este artigo trata do impacto da globalização na educação, principalmente nas universidades. No primeiro capítulo, analisarei as três crises das universidades no século XX: a crise de hegemonia, a crise institucional e a crise de legitimidade. Na segunda parte, descreverei o início do processo de globalização hegemônica nas universidades e a relação entre Estado, mercado e academia. Na terceira parte deste artigo, estudarei o papel de organismos internacionais como o Banco Mundial, a OCDE e a Unesco, na criação de agendas e diretrizes a serem seguidas na área educacional. Se há alguns anos atrás, as universidades formavam estudantes qualificados para o mercado de trabalho, agora as universidades se tornaram um mercado. Esta transformação na função das universidades é resultado da globalização neoliberal no setor educativo.

**Palavras-chave:** globalização, universidade, educação

### ABSTRACT

This paper focus on the impact of globalization in education, especially in the universities. In the first chapter I will analyze the three crises of the universities in twentieth century: hegemony crisis, institutional crisis and legitimacy crisis. In the second part, I will describe the beginning of the process of hegemonic globalization in the universities and the relation between State, market and academy. In the third part of this article, I will study the role of the international organizations as The World Bank, OCDE and UNESCO to create agendas and guidelines in educational area. If a few years ago, the universities formed qualified students for the market, now the universities became a market. This transformation of universities function is a result of neoliberal globalization in the education.

**Key-words:** globalization, university, education





## INTRODUÇÃO

A educação durante os séculos XIX e XX teve uma função fundamental, principalmente no continente europeu, para a homogeneização linguística e cultural e para a consolidação do Estado-Nação e da cidadania nacional. Neste contexto, os sistemas escolares representaram um aspecto central da modernidade e a expansão da educação esteve relacionada ao desenvolvimento dos laços entre os cidadãos e o Estado-nação. No caso português, a educação serviu ainda para reforçar o colonialismo por meio da existência de um modelo curricular único em Portugal e nas colônias (Stoer e Cortesão, 2001).

As universidades nos séculos passados até meados do século XX, eram locais frequentados somente pela elite, filhos de pessoas estudadas, que se dedicavam integralmente aos estudos. As aulas nas universidades europeias eram verdadeiras conferências. Atualmente, as universidades não são somente para a elite, mas para um grupo cada vez mais diversificado de estudantes, transformando universidades antes elitistas em universidades de massas (Eco, 2007).

O modelo educacional massificado foi desenvolvido, principalmente, após a Segunda Guerra mundial e foi fruto de uma conjuntura histórica, decorrente de dois fatores: o mundo capitalista necessitava de mão de obra qualificada e havia, neste período, fortes lutas sociais pelo acesso à educação associado ao direito de cidadania<sup>1</sup> (Teodoro, 2011).

O papel da universidade é produzir saberes a fim de viabilizar o funcionamento da sociedade. Entretanto, este papel se exprime de modo diferente, de acordo com o tipo de sociedade. Quando o objetivo da universidade passou a ser atendimento aos interesses do mercado, esta organizou-se como linha de produção com departamentos de acordo com a área de conhecimento (Buarque, 1994). Este modelo de universidade passa a ser chamado de universidade empreendedora, sendo definida pela existência de uma cultura empresarial, com diversas fontes de financiamento e departamentos tradicionais, além de um forte centro de administração e gestão (Clark, 1986).

<sup>1</sup>Entre as lutas sociais pela educação destacam-se os movimentos estudantis que emergiram nos finais dos anos 60 e no início dos anos 70.



## 1. AS CRISES DA UNIVERSIDADE NO SÉCULO XX: HEGEMONIA, LEGITIMIDADE E INSTITUCIONAL

Segundo Santos (2002) a universidade no século XXI tem passado por grandes transformações em decorrência de diversas pressões. Por um lado, tanto a sociedade como o mercado capitalista exigem cada vez mais do ensino universitário, apesar de serem distintas as demandas sociais e as empresariais. E, por outro lado, a universidade sofre com a política de redução de financiamento por parte do Estado, e passa a ter que buscar recursos financeiros, seja no mercado ou no próprio Estado, para responder a estas distintas demandas.

Para melhor entender o novo panorama da educação universitária no século XXI, descreverei as três grandes crises da universidade no século XX, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002)<sup>2</sup>. São elas: a crise de hegemonia, legitimidade e institucional.

A primeira seria uma crise de hegemonia resultante das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe foram atribuídas, já que o sistema universitário acumulou a produção de alta cultura e os conhecimentos destinados à formação de uma elite universitária e, ainda, a formação de mão-de-obra especializada para o desenvolvimento econômico capitalista.

A segunda crise decorre de uma crise de legitimidade, pois a universidade inicialmente era frequentada somente pelas elites com claras restrições de acesso ao restante da população. Com as transformações do pós-guerra, houve um êxito nas lutas por direitos, incluindo o direito à educação, se tornando visível que a educação superior era prerrogativa das classes mais elevadas, o que gerava uma tensão com o pressuposto de igualdade de oportunidades entre todos. Assim, instituiu-se uma tensão entre hierarquização e democratização. Teodoro (2011) afirma que o ensino vive uma dupla crise: uma crise de regulação, já que a educação não cumpre o seu papel de integração social e de formação de competências para o mercado e uma crise de emancipação, porque não gera a mobilidade social esperada pelos estudantes de classes sociais inferiores, como aconteceu no passado.

Por fim, a terceira crise é uma crise institucional, pois resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia universitária e a pressão que a universidade tem sofrido para responder a critérios de produtividade de origem empresarial (Santos, 2002b).



Apesar destas três crises estarem interligadas, as reformas universitárias a partir da década de 90 privilegiaram a crise institucional como principal foco de debates em detrimento das duas outras crises: hegemonia e legitimidade. Deste modo, houve uma aparente solução da crise de hegemonia através da descaracterização intelectual do sistema universitário e a crise de legitimidade foi supostamente resolvida pela segmentação existente dentro da universidade e pela desvalorização do título universitário (Santos, 2002).

Ainda no século XX, com a decadência do Estado-providência em vários países, passou-se a reduzir os investimentos nas áreas sociais, especialmente no setor educativo. Neste contexto, o Estado converteu a universidade em um bem público que não teria que ser assegurado unicamente por financiamento estatal. Este fator aumentou a crise institucional dentro das universidades, pois aumentou a contradição existente entre a autonomia da universidade e o seu financiamento pelo setor privado.

Apesar de aparentemente se considerar que o principal motivo da crise institucional foi a crise financeira, na realidade, para Santos (2008) aquela crise foi gerada pelo agravamento das crises de legitimidade e de hegemonia.

Neste sentido, as fragilidades das universidades públicas foram utilizadas para justificar a abertura do ensino ao mercado, ao invés de buscar transformações para sua melhoria política e pedagógica. Esta abertura, ao contrário de resolver as crises de hegemonia, legitimidade e institucional, acabou por intensificá-las.

## **2. DOS ANOS 80 AO SÉCULO XXI: OS PRIMÓRDIOS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA NA EDUCAÇÃO**

A globalização<sup>3</sup> hegemônica, também conhecida como globalização neoliberal, que a partir dos anos 80 se consolidou mundialmente, teve como consequência a perda da prioridade da universidade públicas nas políticas públicas estatais, assim como outras políticas sociais como a saúde e a previdência (Santos, 2008).

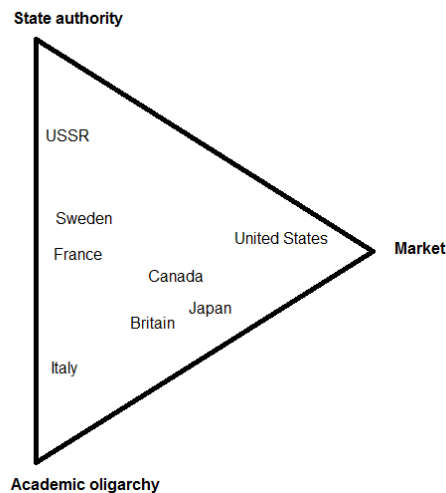
De acordo com Clark (1986), os sistemas de ensino superior resultam da relação entre três instituições: Estado, Academia e Mercado. Na figura analisada abaixo cada canto

<sup>3</sup> A globalização é aqui entendida a partir do pensamento de Santos (2002b, 26), ou seja, como “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de modo



representa o máximo de uma instituição e o mínimo das outras, gerando assim distintas combinações. Assim, os Estados Unidos da América (US) teriam um sistema educacional nos anos 80 com maior peso no mercado, ao passo que no mesmo período na Itália, haveria uma maior tendência à oligarquia acadêmica e na extinta União Soviética (USSR) a influência maior na educação seria proveniente da autoridade estatal. De um modo geral, no início dos anos de 1980 Clark (1986), aponta que as formas dominantes nos sistemas educacionais situavam-se entre o Estado e a academia. Posteriormente, nos anos 80 e 90, o modelo hegemônico se concentrou na relação entre a autoridade estatal e o mercado. Já no século XXI, tem havido um deslocamento do Estado para o mercado.

Figura nº 1 – Representação do triângulo da coordenação de Burton Clark (1986).



Fonte: Clark, 1986.

Nos anos 80 e 90, principalmente nos países ocidentais, a relação entre a educação e a competitividade internacional é ressaltada, deixando como matérias secundárias o papel da educação na redução da desigualdade. Assim, Seixas (2001) afirma que há duas agendas nos anos 80 e 90. A primeira buscando relacionar a educação a um bem público, articulando o sistema educativo com os interesses do Estado-nação. A segunda agenda implicava em uma separação entre educação e Estado, gerando uma suposta autonomia institucional e impondo a



educação à lógica de mercado. Ainda nos anos 90, diversos países ocidentais realizaram grandes reformas educacionais, cujo foco era: competitividade, prestação de contas e performance (Teodoro, 2011).

Ana Maria Seixas (2003) ressalta que a globalização veio trazer uma tensão entre o modelo de universidade voltada pelo e para o conhecimento que confrontou-se com o ideal de uma universidade orientada pelo e para o mercado. “A universidade, de criadora de condições para a concorrência e para o sucesso no mercado, transforma-se, ela própria, gradualmente, num objeto de concorrência, ou seja, num mercado” (Santos, 2008, 25). Neste sentido, a educação tem-se tornado um bem de consumo como qualquer outro e se antes a educação era um serviço realizado quase que exclusivamente pelo Estado, no contexto da globalização hegemônica, o Estado-nação se tornou apenas um dos financiadores, sendo portanto incentivado o ingresso de recursos financeiros oriundos do mercado e a expansão do ensino superior privado.

O fenômeno denominado internacionalização ou globalização das políticas educativas teria ainda como efeito a extinção dos sistemas educacionais nacionais, já que haveria uma tendência à padronização das políticas educativas, perdendo a diversidade existente entre os Estados nacionais no âmbito educativo (Seixas, 2001). Andy Green (1997 *apud* Seixas, 2001) considera que não seria o fim do sistema educativo nacional, mas haveria uma alteração no papel do Estado, este passando a controlar estrategicamente a educação nacional.

Neste contexto de globalização hegemônica, os sistemas educativos sofrem diversas pressões econômicas e a educação passou a ocupar um papel de maior destaque nas políticas de desenvolvimento econômico.

A indústria do ensino superior possui algumas implicações oriundas da globalização neoliberal: redução dos financiamentos estatais, centralidade na tecnociência<sup>4</sup>, o ensino superior com comportamento de mercado, proximidade entre as empresas multinacionais e as agências de fomento de investigação e o foco nas estratégias globais de propriedade intelectual (Slaughter e Lelie, 1997 *apud* Seixas, 2001).

---

interesses subalternos ou contra-hegemônicos (Santos, 2003; Santos, 2001).

<sup>4</sup> A tecnociência seria a indissociação entre ciência e tecnologia, pois de um modo abstrato seria possível a separação entre ambas, mas na prática não é exequível desligar uma da outra (Oliveira, 2003). O conceito de tecnociência estaria associado a dois fatores. O primeiro remete a ciência como geradora de recursos teóricos à tecnologia e, por outro lado, a ciência utiliza instrumentalmente a tecnologia. O segundo fator refere-se à ciência ser mais valorizada em termos econômicos e sociais quando possui potencial capaz de gerar inovações tecnológicas.



O capitalismo acadêmico cria desigualdades dentro da própria universidade, ao valorizar determinadas áreas e temas, tais como: biotecnologia, novas fontes de energia, telecomunicações, inteligência artificial; em detrimento de outras, nomeadamente as áreas humanas e sociais<sup>5</sup>.

Segundo Santos (2008), a globalização hegemônica neoliberal transferiu algumas características para a educação. A primeira é a descapitalização da universidade pública, que está relacionada ao processo de globalização mercantil da universidade e sua transnacionalização. A descapitalização obriga as universidades a buscarem financiamentos próprios, o que ocorre através de parcerias com o capital privado. Outra consequência decorre da eliminação da distinção entre universidade pública e privada.

A descapitalização da universidade pública tem distintas faces de acordo com a posição do país no sistema mundo e com o modelo preponderante de ensino. Deste modo, a maior parte dos países da Europa, baseados em um modelo de ensino preponderantemente público, tem conseguido com que as universidades públicas reduzam a descapitalização e gerem rendas por meio do mercado. Nos Estados Unidos da América, onde as melhores universidades são privadas, o financiamento se dá pelo mercado, através das altas mensalidades pagas pelos alunos.

O que hoje se discute na Organização Mundial de Comércio sobre o novo *round* de negociações para a liberalização na área dos serviços é extremamente preocupante. Por exemplo, na área da educação superior está em risco a própria sobrevivência das universidades públicas nacionais e seus projectos autónomos de abordagem dos problemas e aspirações nacionais. O objectivo é criar um capital universitário global que leve a cabo a mercadorização global da universidade com o mínimo de interferência nacional (Santos, 2011, 124).

### **3. A GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Organismos internacionais, como o Banco Mundial, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), possuem um forte papel nas políticas e ideologias

<sup>5</sup> Santos (2003b) dispõe que a hierarquia entre conhecimentos são produtos e produtoras das hierarquias e das desigualdades.



educacionais, gerando influências nas políticas educativas de âmbito nacional, apesar de não imporem diretamente e obrigatoriamente suas diretrizes (Pereira, 2007). Estas agendas educativas transnacionais ignoram os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos de distintos países e impõe agendas únicas sem a participação de educadores, discentes, movimentos sociais, Ong's, e outras organizações da sociedade civil.

Um exemplo claro destas influências é descrito por Teodoro (2011), em que um órgão da OCDE, denominado CERI (*Centre for Educational Research and Innovation*), possui um projeto de indicadores de sistemas educativos. Estes indicadores constituem os pontos centrais das agendas educacionais, que terão impacto em todo o mundo. Entre 1992 e 2007, os indicadores estavam focados em 4 aspectos centrais: acesso à educação, participação e progressão; ambiente de aprendizagem e organização das escolas; recursos humanos e financeiros investidos na educação e resultados das instituições educativas e impacto da aprendizagem.

O Banco Mundial destaca que para haver maior eficiência e qualidade na educação superior seriam necessários a redefinição do papel do Estado e uma maior autonomia institucional, o que implicaria em uma redução do financiamento do Estado nas universidades públicas, que teriam que buscar recursos em outros setores. Seria fundamental, de acordo com o BIRD, uma maior diversificação dos sistemas de ensino, o que na prática significa uma expansão do setor privado na área educativa. Neste contexto, o Estado deveria intervir o mínimo possível, tendo como função regular as políticas educacionais. Assim, o Banco Mundial (BIRD) incentiva o não investimento de recursos públicos na universidade. Assim, a solução seria a expansão do mercado universitário, a redução dos custos por aluno e a eliminação da gratuidade do ensino público.

A UNESCO possui uma abordagem mais social do que o Banco Mundial, focando, por exemplo na função do Estado de avaliar a qualidade do ensino. Mas tanto a UNESCO, quanto o Banco Mundial e a OCDE incentivam o financiamento do ensino superior público pelo mercado<sup>6</sup>, apoio a estudantes qualificados com necessidades econômicas e maior eficiência no uso e distribuição de recursos nas universidades (Seixas, 2001).

Os principais pontos da economia do conhecimento sugeridos pelo Banco Mundial são: aposta na educação como a chave para o crescimento econômico; aprendizado para lidar





com locais de trabalho multiculturais; aprendizado de língua estrangeira, em especial a língua inglesa; aprendizado para agir autonomamente; preparação para um aprendizado ao longo da vida; necessidade de um currículo global e apoio à parceria público-privada. Já a OCDE possui como objetivos primordiais: a educação para a economia do conhecimento, igualdade educacional em termos de gênero, necessidade da pré-escola e aprendizado ao longo da vida (Spring, 2009).

O modelo hegemônico de universidade proposto pelo Banco Mundial e pela OCDE tem sido vitorioso, com a implementação de políticas neoliberais em boa parte dos países ocidentais.

Tabela nº1– Cultura Mundial de Educação: Educando o Cidadão Global<sup>7</sup>

	<b>Banco Mundial</b>	<b>OCDE</b>	<b>Unesco: Desenvolvimento sustentável</b>
Objetivos	Educar para a economia do conhecimento; capacidade para exercer funções em uma sociedade e mercado de trabalho multiculturais; igualdade de gênero; coesão social	Educar para a economia do conhecimento; capacidade para exercer funções em uma sociedade e mercado de trabalho multiculturais; igualdade de gênero; coesão social	Educar cidadãos globais comprometidos com o desenvolvimento sustentável, assegurar e proteger culturas e línguas, igualdade de gênero, cidadão ativista.
Instrução	Uniformização curricular, avaliação dirigida, tecnologia da informação e da comunicação, ensino centrado no estudante, conhecimentos aprofundados <sup>8</sup> , trabalho em grupo	Uniformização curricular, avaliação dirigida, tecnologia da informação e da comunicação, ensino centrado no estudante, conhecimentos aprofundados, trabalho em grupo	Tomada de decisões participativas, interdisciplinaridade e educação holística, pensamento crítico e localmente relevante, valores relacionados ao desenvolvimento sustentável

Fonte: Spring, 2009.

A partir do ano de 2000, a transnacionalização da educação superior acontece sob o apoio do Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O GATS apresenta quatro tipos de serviço universitário: oferta transfronteiriça, consumo no estrangeiro, presença de pessoas e presença comercial.

A oferta transfronteiriça baseia-se na oferta de cursos *online*, educação à distância, universidades virtuais. Ainda, não está plenamente desenvolvido, contudo, tem tido grande

<sup>6</sup> A Unesco recomenda um aumento de receitas por parte do Estado, mas aposta também na diversificação de financiamento.

<sup>7</sup> Tradução livre.

<sup>8</sup> O termo original é *knowledge rich*, que segundo o autor envolve o ensino de poucos assuntos em profundidade ao contrário de muitos temas tratados de modo superficial.



crescimento e aceitação no mercado. O consumo no estrangeiro consiste na oferta de serviço por meio da mobilidade transnacional do consumidor. Temos como exemplo, algumas universidades americanas e europeias, que atraem grande número de estudantes anualmente. Essa mobilidade gera um comércio de bilhões de dólares<sup>9</sup>.

Já a presença de pessoas consiste na deslocação temporária de professores ou pesquisadores para prestar serviços em outro país. Por fim, a presença comercial decorre nos casos em que a empresa de ensino superior cria filiais em outros países para vender os serviços universitários, são as chamadas franquias ou *franchising*<sup>10</sup>. A União Europeia (UE) não aderiu diretamente a esta política educacional do GATS, pois acredita que neste momento as universidades europeias não estão em condições de competir no mercado transnacional (Santos, 2008). Parte desta política foi inserida nas Declarações de Bolonha, como a presença de pessoas, já que em Bolonha o aspecto da mobilidade de estudantes e docentes é enfatizada.

Outro ponto importante dentro da globalização hegemônica é o conhecimento pluriversitário<sup>11</sup>, que explica a perda da hegemonia da universidade. No século XXI, a relação entre ciência e sociedade<sup>12</sup> se alterou profundamente. A universidade passa a sofrer duas pressões, segundo Santos (2008). A pressão hiper-privatística da mercantilização do conhecimento se impõe para que a universidade só produza o que é rentável. Já a pressão hiper-publicista social difusa destrói a concepção de espaço público da universidade e propõe um espaço público muito mais amplo e heterogêneo. Estas duas pressões tão distintas têm gerado uma instabilidade na universidade e provocado, ao mesmo tempo, uma desorientação causadora da inércia.

O conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. [...] É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria

<sup>9</sup> Somente no ano escolar 2003/2004 a economia do Reino Unido movimentou 28 mil milhões de libras com estudantes de outros países. Neste mesmo período, o Reino Unido obteve 19 mil milhões de libras decorrente de serviços financeiros e 20 mil milhões de libras oriundos da indústria automotiva.

<sup>10</sup> Esta prática de *franchise* entre dois estabelecimentos sugere a criação, desenvolvimento e avaliação de um curso por uma das instituições, com professores de uma instituição lecionando na outra. Todavia, ao contrário das *franchises* de outros produtos serem tão restritivas, como, por exemplo, em relação aos contratos serem exclusivos, as limitações territoriais e ao controlo de qualidade, nas *franchises* educacionais o controle não é tão rígido (Lewis e Allen, 1998 apud Seixas, 2001).

<sup>11</sup> Mignolo (2004) destaca a transformação da universalidade do conhecimento para a pluriversalidade, através das epistemologias feministas e etnoraciais a partir do anos 70. Já Meneses (2003) defende a pluralidade de saberes baseados em sua multi-situcionalidade em oposição à colonialidade do saber científico.

<sup>12</sup> No final do século XX, a relação entre ciência e sociedade esteve marcada pelo debate epistemológico sobre a validade e o rigor (Santos, 1989a e 1988).



contextualização, obriga a um diálogo ou confronto, com outros tipos de conhecimentos, o que o torna, internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica (Santos, 2008, 35).

O conhecimento pluriversitário possibilita uma relação com a ecologia de saberes, já que os conhecimentos produzidos fora do contexto universitário podem diversificar a concepção dominante de ciência (Visvanathan, 2004 e Santos, 2004).

Para John Meyer (apud Dale, 2004), haveria, atualmente, uma “Cultura Educacional Mundial Comum” (CEMC), em que os sistemas educativos nacionais poderiam ser explicados através de modelos universais de educação. Dale (2004), todavia, critica o conceito de CEMC, e defende que o que existe é uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”, que, ao contrário, da CEMC, pretende demonstrar que a força supra-nacional, através de suas agências, afeta os sistemas educativos nacionais e não haveria, deste modo, a existência de uma cultura-mundo.

Nos países centrais e também em alguns periféricos e semi-periféricos a universidade pública relaciona-se a uma ideia de construção do projeto país. Ou seja, a universidade pública esteve relacionada a projetos de desenvolvimento e modernização de seus países. Com o avanço da globalização neoliberal, o projeto país sofreu um ataque por ser considerado um bloqueio ao capitalismo, e, assim, a universidade pública também foi abalada, seja com o corte de investimentos públicos, seja na redefinição das prioridades de pesquisa. Assim, gerou-se uma crise de identidade dentro da própria universidade.

Por fim, outro fator que impactou a universidade foi a nova tecnologia de informação e comunicação que permitiu o ensino à distância. Estas novas tecnologias fazem a universidade repensar sua territorialidade, ao passo que surgem universidades digitais no processo de transnacionalização. Por outro lado, aumenta-se a cisão entre os incluídos e os excluídos digitais, já que muitos estudantes estarão excluídos destas novas tecnologias.

## CONCLUSÃO

A globalização neoliberal traz a interdependência mundial a níveis econômicos, políticos e culturais. E a transnacionalização do mercado universitário é uma resposta a esta política de integração de diferentes países e da necessidade de maior qualificação profissional.



A transnacionalização do mercado universitário baseia-se nas seguintes ideias: vivemos em uma sociedade da informação, com crescente circulação de capital, bens e ideias, e a economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação (Santos, 2004). Além disso, o ensino superior, articula-se atualmente ao cenário de competitividade econômica internacional, pois se exige uma formação maior e mais completa de profissionais altamente qualificados e a descoberta e invenção de novos produtos capazes de manter os países em uma boa posição na economia global. A sociedade atual é também denominada sociedade do conhecimento, pois o poder deixou de ser oriundo exclusivamente do capital financeiro e passou a ser proveniente também da produção do conhecimento e das tecnologias (Morgado e Ferreira, 2006).

Para sobreviver, as universidades têm que estar ao serviço da sociedade de informação e da economia baseada no conhecimento e isto não seria possível no paradigma da universidade pública. Logo, as noções propostas pelo Banco Mundial (BIRD) e pela OCDE servem para afirmar que o paradigma das universidades públicas deve ser substituído por um paradigma empresarial, baseado na rentabilidade, englobando tanto as universidades públicas como as privadas (Santos, 2008).

O mercado universitário tornou-se em um dos mais lucrativos, pois possui grande demanda, necessita de baixos investimentos e tem-se beneficiado do processo de destituição da universidade pública. Neste contexto, a educação se mercantilizou e se transformou em um negócio altamente lucrativo que ajudará a precarizar ainda mais a universidade pública, formando um círculo vicioso.

Como se pôde perceber, o século XX trouxe uma série de novas problemáticas e desafios para as universidades, em especial para as universidades públicas. No novo século XXI estas tensões trazidas pela globalização hegemônica se têm agravado e muitos dos seus resultados ainda não estão plenamente visíveis.

## REFERÊNCIAS

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

CLARK, Burton. *The Higher Education System*. Academic organization in cross-national perspective. Berkeley: University of California Press, 1986.



DALE, Roger. Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma ‘cultura mundial comum’ ou localizando ‘agenda globalmente estruturada para a educação’” *Educação, Sociedade & Cultura 16* *Emancipação e regulação na educação*, 133-169, 2001.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica *In Santos, Boaventura de S. (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 667-710, 2004.

MORGADO, José C.; Ferreira, José. Globalização e autonomia: desafios, compromissos e incongruências *In Moreira, António F.; Pacheco, José A. (orgs.). Globalização e Educação: Desafios para políticas e práticas*. Porto: Porto Editora, 61-86, 2006.

OLIVEIRA, Marcos B. Desmercantilizar a tecnociência. *In Santos, Boaventura de S. (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 241-268, 2003.

PEREIRA, Maria Z. da C. Globalização e Políticas curriculares: mudanças nas práticas *In Moreira, António F.; Pacheco, José A. (orgs.). Globalização e Educação: Desafios para políticas e práticas* Porto: Porto Editora, 325-332, 2007.

REIS, José. Austeridade *In Centro de Estudos Sociais (org.) Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina, 15-17, 2012.

SANTOS, Boaventura de S.; Almeida Filho, Naomar. *A universidade no século XXI: para uma nova universidade*. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. Para uma sociologia das ausências e das emergência *In Santos, Boaventura de S. (org.) Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004, 777-821.

SANTOS, Boaventura de S. Poderá o Direito Ser Emancipatório? *In Revista Crítica de Ciências Sociais 65*, 3-76. Coimbra: CES, 2003, 1-70.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 2002a.

SANTOS, Boaventura de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2002b.

SANTOS, Boaventura de S. Os processos de globalização *In Santos, Boaventura de S. (org.) Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 2001, 31-100.

SEIXAS, Ana M. *Políticas Educativas e ensino superior em Portugal. A Inevitável presença do Estado*. Coimbra: Quarteto, 2003.

SEIXAS, Ana M. Políticas Educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal *In Stoer, Stephen; Cortesão, Luiza; Correia,*



José (orgs). *Transnacionalização da educação*. Da crise da educação à “educação da crise”. Porto: Afrontamento, 2001, 210-237.

SPRING, Joel. *Globalization of education: an introduction*. New York: Routledge, 2009.

TEODORO, António. *A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais*. Brasília: Liber Livre, 2011.

STOER, Stephen; Cortesão, Luiza. Cartografando a transnacionalização do campo educativos: o caso português *In Santos, Boaventura de S. (org.). Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 2001, 369-408.

VISVANATHAN, Shiv. Convite para uma Guerra da Ciência *In Santos, Boaventura de S. (org.) Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004, 757-776.





## “A EDUCAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: PREPARO DE AULAS INCLUSIVAS”

LIRIO, Larissa Mendonça  
*Estudante de Mestrado*

*Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem*  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*  
*E-mail*

GOMES, Alessandra O. S.

*Oficina Pedagógica de Tecnologias Assistivas*  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*  
*E-mail*

SANT'ANNA, Nadir Francisca

*Professor Doutor do Programa de Cognição e Linguagem*  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*  
*E-mail*

834

### RESUMO

Este trabalho apresenta a importância do processo de educação continuada de professores, já que demonstra o despreparo dos mesmos para lidar com a diferença em sala de aula. Sugerimos para o processo de inclusão escolar com ações em curto, médio e longo prazo. Em curto prazo, a educação continuada através de minicursos e oficinas, demonstrou grande aceitação por parte dos professores da rede regular e pode representar uma arma importante para o enfrentamento das dificuldades do processo de inclusão de forma emergencial. Em médio e longo prazo, demonstramos quão importante pode ser à criação de disciplinas nos cursos de licenciatura, objetivando a formação de professores com uma nova visão sobre a diversidade humana e comprometimento com a boa qualidade de ensino para todos. Por fim, propomos uma metodologia simples para o preparo de aulas inclusivas que podem servir de norte aos professores que enfrentam, hoje, dificuldades no trabalho com deficientes, principalmente visuais.

**Palavras Chave:** Aulas inclusivas – oficinas pedagógicas – capacitação de docentes

### ABSTRACT

This paper presents the importance of teachers' continuing education process as it demonstrates the same lack of preparation to deal with the difference in the classroom. Suggest for school inclusion actions with short and long term. In the short time, continuing education through workshops and short courses, demonstrated wide acceptance by teachers of regular network and may represent an important weapon to face the difficulties of the process of inclusion on an emergency basis. In the medium and long time, we demonstrate how important may be the creation of disciplines in undergraduate courses, aimed at training teachers with new insight into human diversity and commitment to good quality education for all. Finally, we propose a simple methodology for the preparation of inclusive classes that can serve as a north facing teachers today, difficulties in working with the disabled, mostly visual.

**Keywords:** inclusive classes - teaching workshops - training teachers





## INTRODUÇÃO

Embora a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988 tenha atribuído ao Estado (em seu artigo 208, inciso III) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, os posicionamentos inclusivos por parte dos órgãos governamentais foram sendo assumidos muito lentamente (BRASIL, 1988). Este apoio não acompanhou a velocidade com que deficientes foram se transferindo para as escolas regulares, criando um verdadeiro caos no aproveitamento destes alunos e criando uma inclusão dita “perversa”, que representava uma exclusão dentro de uma proposta inclusiva (ROCHA et al., 2003). Segundo BONETI (2006), uma das causas da exclusão dentro de propostas de inclusão, ocorre sempre que há quebra da homogeneidade através da imposição de um processo de individualização.

Propostas constitucionais de promoção da inclusão de deficientes têm sido norteadoras e dominantes na educação especial, direcionando programas políticos educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo o Brasil, (CARDOSO, 1992; CARVALHO, 1994; GLAT, 1994; MANTOAN, 1997; DIAS DE SÁ, 2007).

Todavia, essas propostas não têm conseguido se materializar nas instituições de ensino. Isso quer dizer que, embora a proposta constitucional inclusiva no Brasil já tenha sido sancionada há mais de 20 anos, seus objetivos ainda não foram plenamente atingidos. Para se falar em inclusão, faz-se necessária uma organização no ensino que incorpore em seus objetivos e conteúdos o conhecimento e os conceitos básicos sobre deficiência, que garantam a estes alunos o direito e a igualdade de oportunidades, exercício da cidadania e inclusão social (LAPLANE & BATISTA, 2003).

Neste trabalho abordaremos a importância da educação continuada de professores de ciências e biologia da rede regular para o preparo de aulas inclusivas visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem de alunos deficientes.

Essa proposta foi desenvolvida na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro que é uma instituição que se caracteriza por uma íntima ligação entre suas pesquisas e as necessidades sociais, principalmente no âmbito das regiões norte e noroeste fluminense. Desenvolvemos nossas atividades baseados no tripé ensino-pesquisa-extensão. Através da pesquisa desenvolvemos novas tecnologias, através do ensino formamos mão de obra para o



mercado de trabalho e através da extensão trabalhamos na educação continuada de profissionais da educação através de cursos minicursos e oficinas onde são repassadas a estes profissionais as novas tecnologias produzidas no meio acadêmico.

Para o apoio aos alunos com deficiência, a UENF possui uma “Oficina Pedagógica de Tecnologias Assistivas” (OPTA), ligada a Pró-Reitoria de Extensão, que apoia os diferentes Centros da Universidade no preparo de material didático adaptado e que atua junto à comunidade, na capacitação de profissionais ligados ao ensino de ciências e biologia, difundindo e popularizando tecnologias assistivas nas regiões norte e noroeste fluminense desde 2009.

## **METODOLOGIA**

Em parceria com a Secretaria de Educação da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, organizamos cursos de “Capacitação de Docentes para o Preparo de Aulas Inclusivas”. Neste curso foram colhidas informações sobre o conhecimento destes professores sobre o que seria educação inclusiva, de quem seria a responsabilidade pela educação inclusiva, o que seria necessário para que a inclusão ocorresse, etc. Desta forma verificamos qual o nível de conhecimento dos professores sobre o assunto. Terminados os questionamentos, definimos que tipo de informação e tecnologias assistivas deveriam ser repassadas naquela oportunidade. Além das tecnologias assistivas, também trabalhamos a adaptação de material didático. As perguntas eram então anotadas e durante o curso procurávamos responde-las com ações educativas. Neste trabalho descreveremos apenas as respostas mais frequentes as perguntas feitas aos professores.

## **RESULTADOS**

No início dos cursos (Figura 1) as perguntas feitas aos professores e as respostas mais frequentes fora:

- 1) Como são suas aulas para deficientes?
  - “*Não temos apoio para ministrar aulas para deficientes!*”
  - *Não temos auxiliares, não temos material, não temos...nada!*”
- 2) De que tipo de apoio vocês necessitam?



- *“Apoio do Governo!”*

3) De que tipo de apoio do Governo vocês precisam?

- *“Faltam professores especializados!”*



Figura 1 – Curso de capacitação de professores em Educação Inclusiva realizado no centro de convenções da UENF.

4) O que fazem com os deficientes durante as aulas práticas?

- *“Eles são dispensados!”*

Neste ponto da discussão sempre entrevistamos afirmando que então a escola onde trabalhavam era excludente.

- *“Como excludente?”*

- *“Não!”*

- *Mas como excluído?... Ele está “incluído” na escola regular! ...Nossa escola não faz distinção entre eles e os demais alunos!*

Então esclarecíamos:

- *Estar matriculado e frequentando a escola não significa estar incluído nela.*



Nesta fase da entrevista, os professores e gestores chegam a se assustar com nossa afirmação.

Então fazíamos seguinte pergunta:

5) Porque a inclusão ainda não acontece nas escolas brasileiras?

Várias vezes respondiam com outra pergunta do tipo:

- *Mas, por onde este trabalho deve começar?*

Fazíamos então a última pergunta:

- Nunca tiveram orientação para desenvolver este trabalho?

Com exceção dos professores da sala de recursos, mesmo de professores que trabalham em escolas onde estas salas existem, ouvíamos um sonoro:

- *Não!*

Diagnosticada a dificuldades dos professores, partimos para a produção e adaptação de material inclusivo de baixo custo em diferentes áreas do conhecimento (Figura 2).



Figura 2 - Minicurso de preparação de material didático inclusivo, de baixo custo, em diferentes áreas do conhecimento (geografia e química), oferecido na Coordenação Regional de Educação Norte Fluminense em Campos dos Goytacazes.

Iniciamos também um processo de capacitação de estudantes dos cursos de licenciatura da UENF para o preparo de aulas inclusivas e métodos de utilização de material didático adaptado (Figura 3 e 4).



Figura 3 – Curso de capacitação para licenciandos do CEDERJ, polo São Francisco do Itabapoana para o preparo de aulas inclusivas e utilização de material didático adaptado.



Figura 4 – Exemplo de tipo de descrição de esquemas para aulas inclusivas.

Contudo, a troca de experiências interinstitucional também tem se mostrado fundamental para o processo avaliativo e de adaptação curricular (Figura 5)





Figura 5- Discussão sobre o material adaptado produzido na UENF com professores do Instituto Superior de Educação Prof Aldo Muylaerte Colégio Estadual Dr. Thiers Cardoso em Campos dos Goytacazes.

## DISCUSSÃO

Os depoimentos deixaram claro que a grande maioria dos professores da rede regular não se sente preparada para atender alunos deficientes. O despreparo é tal que estes entrevistados nem mesmo sabem do que precisariam para atendê-los, a ponto de clamarem por professores especializados.

Se no caso de aulas teóricas o problema é grave, torna-se ainda mais serio nas aulas práticas. Neste caso em especial, SILVA & FERREIRA (2006), chamam nossa atenção para as dificuldades encontradas pelos professores em administrar aulas práticas, mesmo para alunos considerados “normais”. Segundo estes autores, há uma grande falha na formação dos professores de ciências e biologia para a ministração deste tipo de aula. Enfim, se existem dificuldades para a ministração de aulas práticas, quando elas ocorrem, como fica inserido o deficiente neste processo? O mais fácil acaba sendo alegar a dificuldade do aluno e libera-lo das atividades práticas. Contudo, isso é exclusão.

Percebemos então que talvez necessitemos que estes professores tenham um melhor entendimento do que é inclusão para trabalharem melhor esta questão. Primeiramente precisam entender, como afirmou Sanches (2005), que a inclusão é um processo e não um ato. Neste



processo, a sociedade deve se adaptar para permitir a participação das pessoas em todos os seus setores e prepara-las para assumirem papéis nesta nova visão social. O produto final é apenas um dos aspectos de seus aspectos que, do ponto de vista escolar, deve facilitar o acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho como observou Araújo e Schmidt (2006). Este produto final obviamente deve passar por um sistema educacional que deve ter qualidade. Este é o centro da questão. Mas como proporcionar uma educação de qualidade para todos?

Na educação inclusiva, professores e alunos precisam aprender a viver a experiência da diferença e respeitá-la, possibilitando, aos antes discriminados pela deficiência, a ocupação de seu espaço na sociedade. Contudo, a diferença existe e precisa de estratégias especiais para que seja superada. Segundo Favero (2005) a educação inclusiva é o primeiro passo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por outro lado, entendemos que para que o aluno possa ter um aprendizado significativo também é necessário haver, em sua estrutura cognitiva, um conjunto de conceitos relevantes que possibilitem a sua conexão com as novas informações que lhe serão transmitidas. Estes conceitos, ideias, ou proposições já existentes na estrutura cognitiva do aluno, servem de “âncora”, termo dado por Moreira (1983), para novas informações. Deste modo, os novos significados transmitidos aos alunos correspondam a um significado na mente destes indivíduos. ORMELEZZI (2000) pesquisando a aquisição de representações mentais em adultos cegos constatou que a formação de imagens e seus conceitos ocorrem via experiências táteis, auditivas e olfativas, inter-relacionadas com a linguagem das pessoas com quem interagem. Estas observações demonstram a relevância do investimento na capacitação docente de forma continuada no planejamento educacional. É também relevante pensar na noção de representação, como base para o planejamento e elaboração de recursos didáticos que venham interligar sistemas conceituais novos a conhecimentos já adquiridos pelos alunos.

A partir da promulgação da LDB nº. 9.394 (BRASIL,1996), muitas propostas têm surgido no tocante à formação docente. Na área de saúde, a educação permanente tem contribuído de forma significativa para a melhoria da qualidade do processo educacional (BRASIL, 2004; TRONCON, 2009). Acreditamos que o apoio do poder público na formação de professores, é fundamental para a melhoria da qualidade da educação..

Embora saibamos que a inclusão dos deficientes tem sido uma proposta norteadora para o direcionamento de programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países,





incluindo o Brasil (CARDOSO, 1992; CARVALHO, 1994; GLAT, 1994; MANTOAN, 1997; DIAS DE SÁ, 2007), esse ainda é um processo muito distante da grande maioria das nossas escolas.

O aluno deficiente é visto como “responsabilidade do professor da sala de recursos”. Ficou claro que, se os professores da sala de recursos entrarem de licença ou se aposentarem, os demais professores não saberão como lidar esses alunos. Nas escolas em que não existem salas de recursos, obviamente a situação se torna ainda mais grave, pois será necessário aguardar a chegada de um professor itinerante.

Neste processo a Universidade tem papel fundamental. A meta das universidades deve ser difundir e popularizar tecnologias assistivas produzidas na área passando a ser um referencial aglutinador e disseminador de conhecimento destas tecnologias, garantindo educação continuada de professores em educação inclusiva. Isto porque, para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais são exigidas adaptações em todas as instâncias do sistema escolar incluindo a função de professor, que como protagonista das ações, deve garantir a efetividade das mudanças, primordialmente através de sua formação permanente, como disse Costa-Hübes (2013).

No caso de Campos dos Goytacazes, cidade localizada na região norte do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta o menor IDEB do Estado, ações educacionais urgentes se fazem necessárias visando gerar impactos sociais a curto, médio e longo prazo no que diz respeito à noção de cidadania, e proteção aos jovens em situação vulnerável de acesso ao conhecimento, como sugerido por Costa-Hübes (2013) e Martines e colaboradores (2011).

Para que o sistema educacional do nosso país responda às necessidades atuais de desenvolvimento humano, científico e tecnológico é necessário um grande investimento em educação, mas este investimento não é apenas financeiro. Talvez o investimento humano seja ainda mais importante.

É a formação do professor uma das etapas mais importantes na trajetória de transformações no cenário educacional que se pretende traçar rumo ao desenvolvimento sócio-econômico da Região e do País.

*“Para a formação de professores, o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia-a-dia dos professores e das escolas, e não como*



*uma função que intervém à margem dos projetos profissionais e organizacionais” (in Nóvoa, 1992).*

Nesta perspectiva torna-se óbvio se pensar a formação do professor como um processo único ligando a escola a Universidade, onde as questões investigadas estão diretamente inseridas na dinâmica escolar. Essa proposta de capacitação de professores é primordial para proporcionar um ensino de excelência nas escolas públicas na área de ciências contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e para um aumento das possibilidades dos alunos com deficiência num mundo globalizado e altamente competitivo, na disputa por postos no mercado de trabalho.

A capacitação de professores pode ocorrer principalmente por meio de ações de extensão (cursos, eventos, oficinas pedagógicas, publicações) presenciais ou semipresenciais.

Privilegiando a metodologia da investigação como princípio pedagógico considerando os aspectos científicos e educativos (DEMO, 2002), a utilização de material didático adaptado às necessidades específicas dos alunos seria um começo para o processo inclusivo por representar o oferecimento de oportunidades iguais aos diferentes.

Como afirma Pedroso e colaboradores (2012), propiciar um espaço de discussão e atualização de metodologias e conteúdos é parte essencial neste processo de mudança. Por isso nosso trabalho tem buscado discutir as estratégias a serem adotadas com gestores da rede que trabalham com a formação de professores.

### **O que demonstra nossa experiência?**

Sem desmerecer a importância da sala de recursos, aliás, muito utilizada por nós, entendemos que esta deveria funcionar preferencialmente na criação e adaptação de material didático inclusivo e como multiplicadora de técnicas de ensino inclusivo, por entendemos que numa escola inclusiva o aluno deva receber o máximo de informações dentro da sala de aula. Para isso torna-se fundamental a adaptação e criação de material didático além da capacitação do professor para sua utilização. Para essa adaptação e produção podemos utilizar material de baixo custo, mas acreditamos que nem por isso o material deve deixar de ser atrativo aos olhos dos demais alunos. Muito pelo contrário, entendemos que quanto mais colorido e atraente for este material, mais fácil se dá a aproximação entre deficientes e os demais alunos, favorecendo



a troca de experiências e elucidação de dúvidas. Material de bijuteria é sempre muito interessante e a construção deste material em sala de aula pode tornar o processo ainda mais prazeroso.

Como podemos esperar os livros em Braille, porque segundo Torres e colaboradores (2007), grande parte dos alunos cegos não conhece o Braille. Não podemos esperar também a compra de material didático adequado, pois na área de ciências e biologia, dependendo do assunto abordado, ou eles não existem ou são extremamente caros. Isto cria outro problema que é o da permissão do manuseio. Devido ao alto preço e a dificuldade de obtenção de novos exemplares, o material acaba muitas vezes tão protegido quanto uma peça de museu, quase intocável, o que não é viável para o ensino de deficientes.

Acreditamos que para uma escola ser inclusiva, as ações devem ocorrer prioritariamente em sala de aula, de modo a promover aprendizagem e permitir a elucidação de dúvidas no mesmo momento a todos os alunos. Primeiramente, todos devem ter acesso ao mesmo material didático. Portanto, se tivermos fornecido material adaptado aos alunos deficientes, seria conveniente que o mesmo material fosse utilizado para os demais alunos. No caso de escolas com recursos audiovisuais, este material pode ser democratizado sob a forma de projeção. Entretanto, a descrição deste material devesse ser orientada para que não haja necessidade de termos um professor assistente ou mediador para estes alunos.

Com base nessas experiências, defendemos que entendemos que embora a educação continuada de professores não seja o único caminho, nem será a solução para todos os problemas, entendemos que é, sem dúvida, um bom começo para o processo de inclusão. Enquanto as iniciativas ainda são isoladas e discretas como a da UENF, esperamos que sugestões de aulas inclusivas como a apresentada neste trabalho sirvam de norte a professores que não dispõem de nenhum outro tipo de auxílio.

## REFERÊNCIAS

- a) Artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo sem aspas. Termo *In* ou *Em*, dois pontos, *Título do periódico em itálico*, Volume, número. Cidade: Editora, mês e ano, páginas inicial e final do artigo



- ARAUJO, J. P., SCHMIDT, A. *In: A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba.* Revista Brasileira de Educação Especial, 2006, p. 241-254.
- BONETI, L.W. (2006). *In: Exclusão e Inclusão Social: teoria e método.* Contexto e Educação. nº 75, p. 187-206.
- BRASIL. (1996) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei no 9394.
- BRASIL. (2004). **Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde.** Brasília: Ministério da Saúde.
- CARDOSO, M.C. de F. (1992). **Integração educacional e comunitária.** Revista Brasileira de Educação Especial, V. I, nº1, 89-99.
- CARVALHO, R.E. (1994). **Panorama internacional da integração: enfoque nacional.** Revista Integração, 5 (11), 9-13.
- COSTA-HÜBES, T.C.(2013). **Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb.** Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 237, p. 501-523.
- DEMO, P. (2002) *Pesquisa: Princípio científico e educativo.* São Paulo: Cortez Editora, p.1-120.
- DIAS DE SÁ, E. (2007). PUC/MG (Resumo) - **Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania** - ED de Sá – 156 (28).
- FÁVERO, E.A. (2005). Revista Escola. Edição 182.
- GLAT, R. (1994). **Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sette Letras.
- LAPLANE, A. L. F. & Batista, C. G. (2003). **Um estudo das concepções de professores de ensino Fundamental e Médio Sobre aquisição de conceitos, aprendizagem e deficiência visual.** Anais do I Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX Ciclo de Estudos sobre Deficiência Mental, (pp. 14-15). São Carlos: UFSCar.
- MANTOAN, M. T. E. (1997). **A integração com pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo. Memnom. SENAC.
- MARTINEZ, E.Z.; DA ROZA, D.L.; GUIMARÃES, M.C.G.; BAVA, C.; ACHCAR, J.A.; DAL-FABBRO, A.L. (2011). **Gravidez na adolescência e características socioeconômicas dos municípios do Estado de São Paulo, Brasil: análise espacial.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(5):855-867.
- MOREIRA, M.A. (1983), **Uma abordagem cognitivista ao ensino de física**, Porto Alegre, Editora da Universidade.
- NOVOA, A. (1992) **Formar professores como profissionais reflexivos.** Lisboa: Dom Quixote, 1-158p.



- ORMELEZZI, E. M. (2000). **Os caminhos da aquisição do conhecimento e a cegueira: Do universo do corpo ao universo simbólico.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da USP, São Paulo.
- PEDROSO, C.C.A.; CAMPOS, J.A.P.P.; DUARTE, M. (2013). Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Educação Unisinos, 17(1):40-47.
- ROCHA, E.F; LUIZ, A.; ZULIAN, M.A.R. (2003) **Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-8.
- SANCHES, I. (2005). **Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-ação à educação inclusiva.** Revista Lusófona de Educação, 2005, 5, 127-142.
- SILVA, R.M.G.; FERREIRA, T. (2006). **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA.** Nº 76, P. 43-46.
- TROCON, L.E.A. (2009) **Educação médica continuada em gastroenterologia: uma visão crítica.** Arq Gastroenterol. v. 46 – nº1
- TORRES, E.F.; MAZZONI, A.A; MELLO, A.G.(2007). **Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.2, p. 369-385.

Sites para consulta:

- BRASIL. Constituição Federal de 1988  
<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>



## FORMAÇÃO DO DOCENTE E AS TECNOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR: ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO SABER<sup>1</sup>

CRUZ, José Anderson Santos  
*Mestrando da Unesp, PPGTVD*  
*joseandersonsantoscruz@gmail.com*

847

BIZELLI, José Luís

### RESUMO

As tecnologias estão inseridas cada vez mais nas salas de aulas pelo corpo docente, nessa prática, a necessidade do docente estar à frente, não como técnico, mas como educador com os meios, promovendo uma educação para os meios de forma reflexiva e com visão sistêmica. Nesse sentido, a sua formação deve ser com a aplicação das TIC em sala de aula, para que os docentes e futuros docentes possam ter habilidades com as tecnologias digitais, plataformas como a televisão digital interativa. As TIC promovem a disseminação do conhecimento e acesso em tempo real a informações. Nesse contexto, o docente deve mediar como refletir e discernir essas informações em sala de aula, desse modo transformando o aluno em cidadão reflexivo e crítico.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Formação Docente; Tecnologias Digitais.

### ABSTRACT

Technologies are increasingly embedded in the classrooms by the student body, in Praxis, the need for teaching to be ahead, not as technical, but as an educator with the means promoting media education reflective way and systemic vision. In this sense, their training must be through the application of ICTs in the classroom, so that teachers and future teachers may have skills with digital technologies, interactive digital TV platforms. ICT promotes the dissemination of knowledge and access real-time information. In this context, the teacher must mediate as reflect and discern this information in the classroom, thereby transforming the student in critical and reflective citizen.

**Key-words:** higher education; Teacher Education; Digital Technologies.

### RESUMEN

Tecnologías están cada vez más integradas en las aulas por el cuerpo estudiantil, en la práctica, la necesidad de enseñar a ser, no como técnico, sino como un educador con los medios de comunicación, promoción de la alfabetización mediática y manera reflexiva con visión sistémica. En este sentido, su formación debe ser a través de la aplicación de las TIC en el aula, para que los profesores y futuros profesores tengan habilidades con las tecnologías digitales, las plataformas de TV digitales interactivas. Las TIC promueve la difusión de conocimiento y acceso a información en tiempo real. En este contexto, el profesor debe mediar como reflexionar y discernir esta información en el aula, transformando así el estudiante en ciudadano crítico y reflexivo.

**Palabras clave:** educación superior; Formación docente; Tecnologías digitales.

<sup>1</sup> Artigo apresentado no III Coninter – 2014 – GT 01 – Informação, Educação e Tecnologia.



## INTRODUÇÃO

As novas tecnologias cada vez mais inseridas no cotidiano e no processo ensino e aprendizagem, que se conectam a rede mundial, estão transformando as salas de aula e o ensino superior. Sendo assim, torna-se necessário discutir os seus avanços e mostrar a necessidade da formação profissional inicial do docente no âmbito do ensino superior, pois é necessário habilidades para interagir com essas novas tecnologias e meios digitais – televisão digital interativa, dispositivos eletrônicos e digitais. Logo, essa formação baseada na pós-graduação, nível de especialização, Lato Sensu, deve preparar o docente para o uso dos meios. Esses avanços tecnológicos e o uso da TV Digital Interativa ou simplesmente televisão, como mediadores da informação para a disseminação do conhecimento, busca-se observar se os docentes estão preparados para utilizar-se dos meios tecnológicos em sala de aula, no qual eduquem com a finalidade de formar cidadãos. A discussão sobre o uso das tecnologias não são de agora, segundo Litwin:

Além do conceito de qualidade, o melhoramento associa-se ao conceito de inovação que propõe hoje, geralmente, a utilização de novas tecnologias em aula e que implica novos projetos muitas vezes fundamentados em concepções de ensinar e aprender diferentes das propostas nos modelos curriculares. Requer-se nesses casos reconhecer qual é a concepção de ensinar e aprender contida na inovação, para analisar possíveis contradições ou dificuldades na prática (1997, p. 9).

É possível supor que o docente é um sujeito que possui uma historicidade e uma visão subjetiva, criadas em decorrência de processos socioculturais, socioeconômicos e de escolhas que fazem ao longo de sua vida. Sendo assim, a partir de uma concepção e de um olhar na formação inicial do docente com exigências específicas, tanto no nível cultural, profissional e econômico, neste século XXI, incentiva-se a educação para o uso dos meios e o crescimento no desenvolvimento do docente. Silva (2000) comenta a inserção e a enfatiza na educação e a formação como meio privilegiado para a satisfação da melhoria da qualidade do ensino e da educação.

As necessidades individuais numa sociedade que se descobre cada vez mais em mudança acelerada, as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC prevalecem para o acesso imediato a informações em tempo real. Para tanto, tais alterações inseridas são rápidas e





contínuas, e sem dúvida, uma das responsáveis das novas exigências, tanto da educação como da formação. Trata-se de uma análise e sistematização dos conceitos da formação profissional inicial e a práxis dos docentes que atuam na educação e sua gestão pedagógica. Acompanhando o crescimento educacional na era digital e práticas pedagógicas, intervenções no conhecimento e na inserção dos saberes pedagógicos na era digital.

Com isso, a competência na formação do docente é estimulada para a especialização após sua graduação, principalmente com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC -, estes passam a ser mediadoras na sua formação e a utilização da televisão digital interativa para uma Educação Assistida. No qual promovem a busca para uma formação inicial corroborando no seu crescimento profissional.

Conforme Perrenoud (2000) as novas tecnologias – TIC -, contribuem para uma transformação de forma espetacular as maneiras de trabalhar, na tomada de decisões, no ato de pensar, assim como as formas de comunicação e o ato de comunicar-se. Nesse sentido, é preciso que haja uma formação baseada no uso das tecnologias – meios de comunicação -, uma educação para os meios. Todavia, o uso das tecnologias torna-se um referencial de formação inicial e continua. E, ainda, essas competências concernem ao professor à dificuldade de dissociação da questão de saber que formação deve dar aos alunos. Por isso, a questão da inserção do uso das tecnologias em sala de aula e na formação do docente para que haja uma alfabetização e letramento dessas TIC é pertinente.

Portanto, a sua contribuição favorece no desenvolvimento de uma didática específica no Ensino Superior nesta Era Digital, pois o processo de ensino-aprendizagem passa por mudanças e segue para uma educação digitalizada. Partindo desta ideia, encontra-se à demanda da compreensão e o entendimento de buscar e agregar os conhecimentos pedagógicos e a formação inicial dos docentes na era digital.

## **AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Com o surgimento das novas economias, pesquisas e inovações na informática e a globalização a partir dos anos 90 com a abertura dos mercados mundiais, as tecnologias avançaram no setor da educação. “Vivemos um momento de crise e transição na educação”



(TORALLES, 1996, p1). Os paradigmas da ciência moderna atingem várias áreas do conhecimento e propõem novas mudanças no contexto da educação e na formação inicial do professor e nessa era digital as novas tendências produzem a necessidade da busca pelo conhecimento.

Por isso, “A necessidade de disseminar conhecimento é cada vez mais presente na sociedade brasileira, tanto que um propósito da UNESCO em nosso país é o incentivo à publicização do conhecimento” (SOUZA; BIZELLI, 2011 [online]).

[...] hoje a comunicação é em tempo real, virtual e com informações instantâneas, e o professor deixar de ser o ditador para ser o mediador, contribuindo para uma integração entre alunos e professor. A mediação é compartilhar as informações, buscar o conhecimento compartilhado, atualmente faz-se necessário que o professor precisa estar à frente, pois alunos já vêm com a informação e conhecimento para sala de aula e em tempo real (CRUZ, 2012, p.09).

Segundo Silva (2003), alguns pontos positivos desta metodologia pedagógica: elevada quantidade de opções de comunicação; acesso universal; independência da disponibilidade de tempo do usuário; administração central quanto à qualidade do conteúdo [...]. Os aprendizados não surgem de forma natural, é necessária a mediação por outros sujeitos, Teixeira e Nunes (2007) dentro dos planejamentos constituindo-se de processos da gestão pedagógica, entendendo toda ação refletora e reflexiva em torno das aulas envolvendo os sujeitos: professores, alunos, gestores educacionais, comunidade, investidores educacionais e políticas públicas.

[...] os alunos se tornaram mais interessados no conteúdo, aprendem mais rápido e fazem mais conexões entre disciplinas distintas. Para o professor, o livro passou a ser mais usado e explorado nas aulas. Além disso, a postura dos docentes mudou. “O professor tem de ouvir mais o aluno, que confronta os conteúdos”, pondera. Ele acredita que os colégios não podem perder a oportunidade de usar a ferramenta na rotina escolar. “O aprimoramento que ele permite para o conhecimento didático impressiona. A grande mudança do modelo é a construção colaborativa do conhecimento” (BORGES, 2013<sup>a</sup> [online]).

E nesse processo de educação, a sociedade tem um papel de mediação e encontra-se envolvida no processo da educação e na formação do sujeito. A partir da visão ampliada busca-se o conhecimento e o entendimento. Para tal, surge a necessidade de entender sobre



a descentralização da educação, permitindo uma gestão democrática, obtendo-se o reconhecimento e a construção de identidade institucional.

[...] todo o processo de mudança depende em parte dos conhecimentos dos professores, habilidades, cultura colaborativa, pensamento criativo e ação comprometida e apaixonada. Nesta perspectiva, é de opinião que a formação em de reabilitação constituirá uma fonte de inspiração para que se criem novas possibilidades para que o processo de ensino-aprendizagem se adapte e enriqueça a todos os intervenientes (ANGOP, 2013[online]).

O conhecimento através de pesquisas, das leituras e partindo das experiências profissionais, leva-nos a pensar, refletir e notar que necessitamos quebrar paradigmas da racionalidade, no qual, as orientações dos processos educativos nos levam para a educação e aprendizado continuado e permanente dos docentes, interagindo no processo pedagógico, buscando e orientando-se pelas forças educativas e mediadoras. E nessa convergência, o docente deve estar capacitado para atuar no âmbito educacional.

No entanto, com o avanço da informática, as inovações tecnológicas o docente deve estar à frente. Diante desse cenário, a convergência tecnológica está mediando o processo ensino-aprendizagem, Gil (2009) acrescenta que estes foram incorporados e incentivaram o uso destas novas tecnologias e lições a respeito do uso deste material.

Rede de computadores vira aliado no avanço do sistema educacional Lousa, caderno, carteira, sala de aula são instrumentos e espaço que estão sendo substituídos na hora de estudar. O computador e suas ferramentas passaram a ser o novo local para muitas pessoas fazerem uma graduação. É assim que mais de 200 mil estudantes, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), estão frequentando universidades (LUCHIN, 2008 [online]).

A tecnologia educacional está vivenciando a consolidação de um novo paradigma – as tecnologias e a formação do docente, tanto inicial quanto continuada – são de fato importantes, contribuem ou não para uma educação de qualidade? Porém, é visto que, é preciso didática para mediar o ensino com essas tecnologias. As TIC com acesso a rede mundial, ultrapassando as fronteiras virtuais, o acesso aos dispositivos convergentes e que combinam internet, vídeo, imagens, textos em tempo real, estão cada vez mais presentes nas salas de aula, transformando a educação mais sensacional e mais participativa com os alunos, principalmente pelos nativos digitais.



O material no *tablet* facilitou a nossa vida. Havia coisas que pareciam muito abstratas e se tornaram concretas”, afirma Luís Carlos. Processos biológicos em células, por exemplo, que podem ser assistidos em vídeos no aplicativo da escola. Eles elogiam as mudanças e garantem que, com a nova ferramenta, as aulas ficaram mais dinâmicas e atrativas (BORGES, 2013b [online]).

Além disso, as discussões sobre o uso da televisão – digital interativa e, agora com a chegada da televisão híbrida – as discussões se tornam cada vez mais no âmbito da formação profissional inicial do docente para o nível superior. Com isso, a introdução da TV Digital na Educação promove uma Educação Assistida, além da interação entre docente-discente e a disciplina – Tecnologias para a Educação - possui efeitos favoráveis à aprendizagem e assimilação do conteúdo devido à interatividade.

852

O Ensino Superior precisa acompanhar as evoluções da tecnologia: extrair dela o que há de bom e expurgar o que há de ruim. Penso que após esse período de transição os Professores e Instituições perceberão o quão importante é para o aluno acostumar a lidar com as ferramentas da informática e saberão aproveitar as benesses da mesma (CAMARGOS, 2010 [online]).

Falar em tecnologia educacional, geralmente no impulso, imediatamente se pensa no uso da informática, mas o processo e a realidade estão acima deste conceito. Gil (2009) aborda os aspectos que privilegia o uso de computadores em sala de aula e a conexão em tempo real com o mundo externo.

As tecnologias em si não são ruins. Fazer mais coisas com menos esforço é positivo. Mas as tecnologias sem a educação, conhecimentos e sabedoria que permitam organizar o seu real aproveitamento, levam-nos apenas a fazer mais rápido e em maior escala os mesmos erros. Achávamos que o essencial para desenvolver o país seria criar fábricas e bancos. Hoje constatamos que sem os conhecimentos e a organização social correspondente, construímos uma modernidade com pés de barro, um luxo de fachada que já não engana mais ninguém (DOWBOR, 2001 [online]).

Para Moran (2010) o profissional da educação não precisa concentrar toda a sua energia em transmitir a informação. Com isso, Moran (2010) torna possível “disponibilizar materiais para leitura individual e realização de atividades programadas, pesquisas, projetos, combinando o seu papel de informador com o de mediador e o de contextualizador”.



## ENSINO SUPERIOR E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SABER NA ERA DIGITAL

Na medida em que nota-se a necessidade de uma formação inicial baseada no uso dos meios, além da didática para o ensino superior, Gil (2009) apresenta o contexto que durante muito tempo, não se manifestou em nosso país preocupação com a formação do docente para atuar no ensino superior e tão pouco prepará-los para era digital. Os paradigmas estabelecidos pelas crenças de forma ampla na questão acerca de que “quem sabe, sabe ensinar” e “o bom professor nasce feito” desenvolveram-se as idiossincrasias para os cursos superiores fossem determinados principalmente pela competência no exercício da profissão correspondente.

Em tempos de TICs, o conceito de educação precisa ser ampliado. O processo de ensino-aprendizagem deve envolver mídias como rádio, televisão analógica, internet e televisão digital, contando com todas as potenciais possibilidades dos videogames, dos rádios digitais e dos celulares. Isso agrega novos valores ao aprendizado, tornando os alunos coparticipantes da construção do conhecimento (CARAM; BIZELLI, 2012 [online]).

Pensar em Educação Superior e nesse contexto o processo ensino-aprendizagem, não há possibilidades sem discutir e abordar sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação no âmbito educacional. As TIC estão intrinsecamente ligadas nesse processo, para tanto, a questão da qualidade da educação e do ensino necessita a compreensão da aplicação das tecnologias e inovações na educação. Para Lévy (1993, p. 7) “Emerge neste final de século XX, um conhecimento por simulação que os epistemologistas ainda não inventariaram”. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96 Capítulo IV a Educação Superior têm por “finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. Por conseguinte, este estudo contribui para a disseminação do conhecimento e da pesquisa aplicada mediante o uso das TIC na Pós-graduação.

Para Gil (2009), os docentes da educação superior diferem quanto à sua postura em relação ao ensino. Essa postura é sistematizada em um contexto em que o professor universitário se exhibe de acordo com sua posição de docente de ensino superior, deixando para trás a verdadeira razão de ser. “O crescente desenvolvimento das tecnologias de ensino, muitos professores passaram a conferir grande ênfase nos recursos audiovisuais” GIL (2009, p.35). A



formação inicial deve oferecer a estes uma percepção, habilidades e competências para estarem atuando dentro da educação. Para Ruivo (2010 [online]):

Urge diminuir esse fosso digital, porquanto não há escola do futuro que consiga sobreviver sem incorporar essas novas tecnologias. Até porque a generalização cega das TIC, sem sentido e contexto pedagógico, pode provocar uma deriva na utilização destes instrumentos do saber, com desperdício do investimento realizado e com perigosas consequências para os aprendentes.

A educação digital deve estar atrelada ao contexto da didática e metodologia do ensino, facilitando o processo e valorizar o ensino superior e a profissão da docência. As atividades pedagógicas, visando proporcionar ao aluno oportunidade de verificar ou aplicar teorias aprendidas, no conteúdo das diversas disciplinas para, desse modo, conseguir um real aproveitamento nos seus estudos, com habilidades e participando dentro da educação digital em tempo real. Porém, encontra-se em certas instituições dificuldades da inserção e a utilização de recursos digitais no ensino. Além disso, alguns docentes não estão habilitados para tais competências ou ainda não migraram para a digitalização do saber – ensino e aprendizagem.

Os professores em exercício não foram preparados para usar tecnologias digitais em sala e os que ainda estão na graduação também não estão sendo preparados. A educação continuada não resolve uma falha de formação inicial. As faculdades de educação das universidades deveriam ser verdadeiros laboratórios de inovação pedagógica (BORGES, 2013<sup>a</sup> [online]).

O ensino é produzido por contextos políticos, socioeconômicos, culturais, experiências profissionais e pessoais. Partindo da premissa, pode-se presumir a evolução no percurso educacional favorecendo a instituição de ensino e à priori valoriza-se o sistema educacional superior no âmbito geral. Entretanto, é possível mostrar a necessidade dos recursos tecnológicos educacionais, e estes estão inseridos na estrutura e estabelecem possíveis alterações na programação dos currículos dos cursos oferecidos pelas instituições. Litwin (1997, p.8) argumenta que se deve entender a educação como processos de incorporação e adequar-se para a vida, numa sociedade e na cultura, no qual os hábitos da educação definem contextos educacionais como subproduto em geral. Gil (2009) colabora na questão, no qual apresenta a necessidade da utilização de recursos tecnológicos em sala de aula, sendo categórico que o docente tenha habilidades e competências em sua utilização.



Numa sociedade contemporânea e a informação em tempo real, produz a necessidade de estar atento a era digital. Com isso, o corpo docente está preparado devido os grandes avanços da *internet* e a produção de informações e do conhecimento globalizado, principalmente que existem os nativos digitais – geração que nasce e já utiliza das tecnologias digitais. Nesse formato, o papel do mediador em sala de aula passa a ser imprescindível e não mais a figura de um professor que se utiliza de conteúdos atrasados ou já desclassificados por outras teorias. Portanto, a apresentação, faz-se necessário o conhecimento das tecnologias e o docente ter metodologia e didática na era digital.

## FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA E AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVAs são usados com maior frequência no âmbito corporativo e acadêmico. Maia e Mattos (2007) os chamados AVAs também são utilizados para a Educação à Distância e além de oferecer conteúdos acadêmicos, proporcionam fóruns e debates virtuais, postagens de artigos e resenhas, salas de bate papo com professores e alunos. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, segundo seu decreto 2.494, de 10 fevereiro de 1998 [...] estabeleceu normas e regras para o Ensino à Distância (EaD) para a pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*, que em 2005 sofreu regulamentações. Pretto e Picanço (2013) a discussão sobre o uso das TIC nas universidades públicas é recente devido à crise estrutural que o Ensino Superior público vem passando.

Sem dúvidas, o EaD traz diversas e novas possibilidades de oportunidades no processo ensino-aprendizagem. Segundo Pretto e Picanço (2013) as TIC promovem a construção do conhecimento através das informações e troca de saberes, além da flexibilidade de horário, espaço e tempo. Com a internet, aluno e professor conseguem dialogar pelas convergências tecnológicas. Com isso, complementar a aprendizagem através das disciplinas sendo mediada pelas TIC, Castells (1999, p. 42) “para dar os primeiros passos nessa direção, devemos levar a tecnologia a sério”. Nesse cenário existem novos tipos de personagens, que na sociedade é batizado de “aprendiza virtual” segundo Maia e Matos (2007).

Pensá-las como mediação, como integrantes de um conjunto de instrumentos teórico-metodológico, ético-políticos e técnico-instrumentais socialmente





construídos que possibilitem aos sujeitos profissionais e alcançar as finalidades presentes em seus projetos profissionais (VELOSO, 2012, p.32).

O uso das TIC na Pós-graduação favorece a inserção das TIC para o desenvolvimento das habilidades, tanto dos discentes quanto dos docentes na questão da inclusão digital e tecnológica. No entanto, saber usá-la seja um dos requisitos, mas não principal, porém, permite que todos tenham acesso e experiências, e estas sejam roçadas pelo grupo.

Diante desse cenário, a flexibilidade, a interação entre professor e aluno; maiores possibilidades avaliativas foram apontados como pontos positivos, e reforçados quando o corpo discente afirma que recomendaria o uso das plataformas. Porém, a partir da pesquisa dos professores a preocupação maior foi sobre a capacitação desses profissionais e a dificuldade de aprender a aprender. Entende-se que o docente deve estar aberto para a nova era digital, no qual as tecnologias estão dentro das salas de aula, e mediam o processo ensino-aprendizagem, e o mais importante, elas não estão acima do docente, mas intermediam o processo e o ato de ensinar e aprender. O professor faz parte e é papel importante nesse cenário, tendo a necessidade de se incluírem tecnologicamente e digitalmente, onde alunos estão inseridos em tempo real e conectados virtualmente (CRUZ; BIZELLI; MAGNONI, 2013 [online]).

Segundo Veloso (2012) é preciso entender as TIC como recursos e mostrá-la como conexão com os demais fatores, constituindo a conexão entre tecnologia, formação profissional e condições de trabalho, além de abordar e apresentar as TIC como mediadora, mas não com o olhar tecnicista, e sim pelo viés da habilidade de sua utilização e transformá-la como coadjuvante no processo ensino-aprendizagem. Pretto e Picanço (2013) “é necessário que a instituição se posicione, reavalie o seu próprio projeto e considere a pertinência e relevância da assunção de práticas de EaD.”

### **PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA TELEVISÃO DIGITAL: Educação para os meios e os meios para educar**

Abordar a Televisão digital – TVD se torna pertinente, pois com a pesquisa aplicada sobre o uso das TIC no Programa de Pós-graduação em Televisão digital: Informação e Conhecimento da UNESP, Campus de Bauru, Estado de São Paulo, nota-se a necessidade de preparar tanto docentes quanto alunos. Para entender esse cenário, analisar a televisão pelo viés “digital”, segundo Cannito (2010) é adentrar numa das principais características, a



convertibilidade, ou seja, a conversão de qualquer informação em um código “zero” ou “um”. Dessa forma o diálogo entre as mídias se torna possível, a questão da convergência tecnológica e midiática.

Diante disso, o uso de plataformas e tecnologias educacionais mediando o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para uma educação assistida por meios, sendo esses, computadores com conexão a internet, *tablets*, *smartphones* e aqui se inclui a Televisão Digital. Logo, apresentar alguns conceitos sobre tecnologias, mediação pedagógica, EaD e Educação Assistida contribuiu para uma compreensão dialógica na formação e construção do saber (CRUZ;BIZELLI;MAGNONI, 2013 [online]).

857

A TVD implantada no Brasil deu-se através dos Decretos 4.901/03 e 5.820/06, ambas sendo discutidas até hoje. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, cujo modelo a partir do japonês, no Brasil conhecido como sistema nipo brasileiro. De acordo com o Decreto 4.901/03, Art. 1º, incisos I e II, a TVD tem como objetivos promover a inclusão social, propiciar uma rede universal de educação à distância. Logo, as pesquisas crescem sobre o uso da televisão digital na educação. A TV Digital busca satisfazer o consumidor com qualidade de som e imagem, mas, além disso, trazem novos conceitos pela mobilidade: multiprogramação e interatividade segundo o Profº Dr. Antônio Carlos de Jesus (2012)<sup>2</sup>. Com isso, a convergência midiática e tecnológica altera os padrões comportamentais do indivíduo, pois se na cultura da televisão analógica o telespectador se mantinha apenas como ouvinte, agora com a interatividade ele passa a ser produtor de informação e fazer parte da produção do programa.

O SBTVD-T, adotou o sistema padrão ISDB-T (*Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial*), modelo japonês criado no final da década 1990, serviços integrados de radiodifusão digital terrestre. Com isso, incorporando as inovações tecnológicas, possibilitando transmissão digital em alta definição *High Definition Television* – HDTV e em definição padrão *Standart Definiton Television* - SDTV; transmissão digital simultânea para recepção fica móvel e portátil, além da interatividade conforme Decreto 5.820/06 Art. 5º parágrafos 1º ao 3º, e Art. 6º incisos I II e III. Ainda no mesmo Decreto Art. 13, inciso II a transmissão de conteúdos educativos através do Canal de Educação com o objetivo de desenvolvimento e aprimoramento de alunos e capacitação de professores, podendo ser à

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://www.slideshare.net/erikazuza/o-que-tv-digital>>. Acesso em: 15 Jun. 2013.



distância. Portanto, conhecer e abordar a TVD no cenário do SBTVD-T promove o conhecimento sobre a sua aplicação na educação, tanto na Educação à Distância quanto na Educação Assistida.

A Educação Assistida por televisão digital é compreender a mediação pedagógica com o objetivo de promover uma formação e educação. Estamos falando aqui, que a TVD produz informação, e ao mediar o processo ensino-aprendizagem, o cidadão está sendo inserido no universo do conhecimento além de educá-lo com o uso da mídia, e também educá-lo para usar a mídia, mediadora nesse processo. Os meios de comunicação e a tecnologia, principalmente a televisão, desenvolvem formas sofisticadas multidimensionais de comunicação sensorial incluindo a TV Digital. Por ser de certa forma uma nova tecnologia, a TV Digital como transmissora de conteúdos em alta definição, mobilidade, portabilidade e interfaces da comunicação produz um efeito de mediação pedagógica no ensino e na educação.

### **A PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIDÁTICA E METODOLOGIA PARA O ENSINO SUPERIOR: disciplina tecnologias educacionais**

Atualmente, a sociedade encontra-se no cenário das tecnologias transformadas, reinventadas e cada vez mais inovadoras – tecnologias digitais, dispositivos convergentes e os modelos de televisão – digital, interativa e híbrida; a segunda tela, bem como também as tecnologias educacionais – lousa digital e multimídia. Com isso surgem perspectivas – o acesso de informações em tempo real de qualquer lugar do mundo, transmissão de dados, acesso e disseminação do conhecimento; estar em contato com o mundo, dialogando sobre várias informações, observando e participando de espetáculos, pesquisas, estudos e buscando uma formação intelectual para si.

Na medida em que a tecnologia avança, sua inserção na educação torna-se mais significativa – o uso das TIC em sala de aula como mediadoras no processo ensino e aprendizagem. Por conseguinte, na sociedade do conhecimento – no qual é preciso classificar, analisar, contextualizar, relacionar, significar essas informações para construir o conhecimento de forma contextualizada. Além de ter a capacidade de produzir novas formas de progresso e desenvolvimento, novas formas de existência, de humanização -, os estudantes necessitam preparar-se criticamente para o ambiente profissional, incorporando novas habilidades que lhes



permitam transitar no mundo da informação – dados, signos, códigos, bits. No qual possam exercer livremente a sua capacidade de escolha para gerar o conhecimento mediante as informações adquiridas (BIZELLI, 2012).

Contudo, a educação através do processo ensino-aprendizagem se constrói uma formação inicial mediante a Pós-graduação, neste caso, especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior, sendo esta, a construção da sua carreira para a docência no Ensino Superior, tornando-se relevante através de um código de ética e moral, sendo pertinente na formação do outro – moral e ética é pertinente na construção e na formação profissional, pois diante dessas características de personalidade, a cidadania é exercida na formação do ser.

Actualmente las Tecnologías de la Información y la Comunicación TICs están sufriendo un desarrollo vertiginoso, esto está afectando a prácticamente todos los campos de nuestra sociedad, y la educación no es una excepción. Esas tecnologías se presentan cada vez mas como una necesidad en el contexto de sociedad donde los rápidos cambios, el aumento de los conocimientos y las demandas de una educación de alto nivel constantemente actualizada se convierten en una exigencia permanente. Durante todo el desarrollo de este trabajo estaré abordando los temas que a nuestro juicio, son de gran importancia para conocer las tecnologías de la información y la comunicación y su uso como una herramienta para fortalecer el desarrollo de la educación<sup>3</sup> (ROSARIO, 2005 [online]).

Nesse sentido, algumas das instituições buscam formar os novos docentes, tanto na forma inicial ou continuada mediante a especialização em Didática e Metodologia para o Ensino Superior. No quadro 1, uma amostra em relação a duas instituições que oferecem a pós-graduação descrita com o objetivo de formar e preparar os docentes para o uso das tecnologias mediante a disciplina específica.

<sup>3</sup> Atualmente, as tecnologias da informação e da comunicação TIC estão sofrendo um rápido desenvolvimento, isso está afetando praticamente todos os campos da nossa sociedade e educação não é exceção. Essas tecnologias são cada vez mais como uma necessidade no contexto da sociedade onde rápidas mudanças, o aumento do conhecimento e as exigências de uma educação de alto nível constantemente atualizada, tornar-se uma exigência permanente. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho irá abordar as questões que, em nossa opinião, são de grande importância para as tecnologias de informação e comunicação e sua utilização como uma ferramenta para fortalecer o desenvolvimento da educação



Quadro 1 – comparativo dos objetivos e da disciplina pertinente às tecnologias

Instituição de Ensino Superior / Oferta do Curso	Objetivo da Pós Lato Senu	Nome da Disciplina
<p style="text-align: center;"><b>SENAC EaD</b></p> <p>Fonte: <a href="http://www.ead.senac.br">www.ead.senac.br</a></p>	<p>Desenvolver competências referentes às dimensões cognitivas e pedagógicas do docente no ensino superior.</p>	<p>Novas Tecnologias Aplicadas à Educação</p>
<p style="text-align: center;"><b>Anhanguera Presencial</b></p> <p>Fonte: <a href="http://www.anhanguera.com/pos_graduacao">www.anhanguera.com/pos_graduacao</a></p>	<p>O curso especializa o profissional das cinco grandes áreas do conhecimento: Direito, Educação e Humanas, Gerenciais, Saúde e Tecnológicas para o exercício da docência no Ensino Superior.</p>	<p>Tecnologias Aplicadas ao Ensino Superior</p>

Entende-se de modo geral, a necessidade, *de formar docentes com competência e habilidade no uso das tecnologias em sala de aula do Ensino Superior mediante os cursos de Especializações em Didática e Metodologia do Ensino Superior e sua importância na formação do docente*. Porém, um cenário com várias colunas a serem respondidas, principalmente se os docentes destes cursos estão preparados para formar docentes e educa-los para o uso dos meios e depois usá-los para educar e formar novos docentes.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo docente nessa era digital passou a frequentar as instituições de ensino com *laptops, tablets, internet, smartphones, além da implantação da televisão digital* - e o seu decreto prevê o uso na formação de professores pela plataforma - e deixando o professor cada vez mais preocupado com a sua habilidade digital e técnicas pedagógicas para a utilização destes aparatos tecnológicos como mediadores no processo ensino-aprendizagem. Com isso a sua preparação passa estar diante de uma nova era e uma nova visão de ensinar. Surgem então os paradigmas educacionais na era digital, transformando o setor - a interação e a manifestação do conhecimento pelo uso dos meios - deixando de ser longo à espera, para ser em tempo real. Sendo assim, os professores entram em nova fase de aperfeiçoamentos e metodologia de ensino.

O uso de tais tecnologias tem como objetivo transformar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais atrativo para uma geração que nasceu e cresceu na era da informação e que, devido a isso, está cada vez mais imersa no mundo virtual, distanciando-se da realidade objetiva que a cerca (CARAM; AZEVEDO, 2011 [online]).

Encontra-se à demanda da compreensão e o entendimento de investir na formação contínua e agregar os conhecimentos pedagógicos e a formação contínua dos docentes na era digital. Com este estudo supõe-se que todo docente é um sujeito que possui uma historicidade, ou seja, um percurso, uma carreira profissional e uma formação continuada, e com experiências vividas, para tanto, uma visão subjetiva, criadas em decorrência de processos socioculturais, socioeconômicos e de escolhas que fazem ao longo de sua vida.

Portanto a formação do docente é estimulada através dos cenários em que estamos, pois as tecnologias estão por toda a parte. Para tanto, a especialização como formação profissional após sua graduação favorece para sua competência e habilidades, pois não somente ter acesso, mas que possa apoderar-se das TIC. Por isso, no desenvolvimento de uma didática específica no Ensino Superior nesta Era Digital favorece a continuidade de sua especialização profissional, pois a educação passa por mudanças e parte para uma educação da Era Digital.

A necessidade do professor estar à frente, e através da formação profissional – educar para os meios e os meios para educar, no sentido de ter acesso e apoderar-se para um aprender a



aprender, tanto no acesso quanto ao seu apoderamento ds TIC, contribuem na internacionalização do saber, rompendo as fronteiras físicas através da internet e dispositivos digitais. O professor passa estar na realidade e atualizado acerca dos avanços tecnológicos. Na medida em que se utilizam os recursos tecnológicos, estes se tornam mediadores favorecendo o crescimento profissional, aumentando as competências e contribuindo para uma didática com qualidade na educação e o uso das TIC em sala de aula.

A formação do docente deve ser estabelecida como regra básica, sendo assim a educação terá avanços na transformação das informações em conhecimento. O professor na atualidade e na educação contemporânea não poderá desligar-se da era digital e nem do mundo virtual. E o conhecimento sendo discutido com novas teorias a cada momento, surge então à busca pela formação - competência e habilidade - diante dos avanços tecnológicos.

Por isso, a crescente demanda dos cursos de Pós-graduação, especialização em Didática e Metodologia no Ensino Superior – ou outras nomenclaturas com o mesmo perfil e objetivos podem ser encontrados – mediante a disciplina Tecnologias Aplicadas no Ensino Superior e outras nomenclaturas com o mesmo objetivo. Sendo assim, compreender esse universo se torna essencial para avaliarmos – instituições, cursos e profissionais - para propor mudanças e adequações para a formação docente. Além disso, se os docentes estão preparados para educar para os meios e formar docentes capazes de educar com os meios de forma crítica e formar cidadãos reflexivos e críticos com as informações acessadas ao utilizar as tecnologias digitais, plataformas e dispositivos.

Portanto, as tecnologias estão sendo inseridas no ensino superior, é preciso educar para os meios e os meios para educar para que haja uma interação para que haja habilidades profissionais mediante as TIC. E a formação profissional deve ser de forma clara, objetiva na questão do uso das TIC e preparar os docentes e futuros docentes para o Ensino Superior para que haja qualidade e diálogo entre os nativos e migrantes digitais.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **DECRETO nº 4.901**, de 26 de novembro de 2.003. Presidência da República – Casa Civil – subchefia para Assuntos Jurídicos.

\_\_\_\_\_. **DECRETO nº 5.820** de 29 de junho de 2.006. Presidência da República – Casa Civil – subchefia para Assuntos Jurídicos.





ALVARADO-PRADA, L. E. et al. **Ações municipais de formação continuada de professores na região de Uberaba.** In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 9., 2008, Taguatinga. Anais Taguatinga: ANPED, 2008. p. 1103-1116.

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo. FREITAS, Thaís Campos. FREITAS, Cinara Aline. **Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas.** Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?ddl=3614&ddl99=view>>. Acesso em: 20 Mai. 2013.

BORGES, Priscila. **Professor é chave para o sucesso no uso de tecnologia na sala de aula.** 2013b. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-08-22/professor-e-chave-para-o-sucesso-no-uso-de-tecnologia-na-sala-de-aula.html>>. Acesso em Ago 2013.

BORGES, Priscila. **Tecnologia avança na sala de aula, mas falta material didático adequado.** 2013a. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-08-23/tecnologia-avanca-na-sala-de-aula-mas-falta-material-didatico-adequado.html>>. Acesso em: Ago 2013.

CAMARGOS, Leilane Paula. **O ensino superior em tempos modernos.** Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/o-ensino-superior-em-tempos-modernos-12770/artigo/>>. Acesso em: 19 Fev 2013.

CARAM, N. R. BIZELLI, J. L. . **Televisão Digital como Ferramenta para a Aprendizagem Colaborativa em EaD.** < <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1314-1.pdf>>. Acesso em: Ago 2013.

CARAM, Nirave Reigota. ZEVEDO, Lucas Silveira de. **Ead e Novas Tecnologias para a Democratização da Educação na América Latina** .Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/celacom/anais/>>. Acesso em Ago 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura.** Volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Bruna Mércia Pereira de. SILVA, Celma Yara Pereira da. NONATO, Pedro Ramalho Cavalcante. **O professor e sua identidade profissional: A formação continuada em questão** .Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/pedagogia/o-professor-sua-identidade-profissional-formacao-continuada-.htm>>. Acesso em 13 Mar. 2013.

CRUZ, Jose Anderson Santos. **Educação, Comunicação, Tv Digital, o Conhecimento, a Teoria e Prática: Uma reflexão do aprendizado.** Caderno de resumos do 19º Fórum anual de Iniciação Científica, realizado em Bauru, 5 a 8 de novembro de 2012 / Bauru: Universidade Sagrado Coração -- 2012. 173p. ISSN 19838271 V.01, p. 91. Disponível em:



<[http://www.usc.br/pos\\_graduacao/Caderno\\_IC\\_2012\\_XIX\\_Forum.pdf](http://www.usc.br/pos_graduacao/Caderno_IC_2012_XIX_Forum.pdf)>. Acesso em: 11 Abr. 2013.

CRUZ, José Anderson Santos. **Estágio Supervisionado: Fundamental para o Crescimento Profissional**. Cadernos de Tecnologia, Educação e Sociedade. Vol. 03, n. 01, 2012. ISSN (2175-6562). Disponível em: <<http://cadernosets.inhumas.ifg.edu.br/index.php/cadernosets/article/viewFile/150/77>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Disponível em: <[http://www2.ufpa.br/quimdist/disciplinas/introdu%E7%E3o\\_informatica/aula\\_1.pdf](http://www2.ufpa.br/quimdist/disciplinas/introdu%E7%E3o_informatica/aula_1.pdf)>. Acesso em 15 Jan. 2013.

FERACINE, Luiz. **O professor como agente de mudança social**. São Paulo: EPU, 1990.

FREITAS, Lourival C. de. **Mudanças e inovações na educação**. 2. ed. São Paulo: EDICON, 2005.

GOBBI, Maria Cristina. KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Televisão Digital: Informação e Conhecimento**. São Paulo, Cultura Acadêmica - Editora UNESP, 2010.

GOMES, Margarita Victoria. **Cibercultura, formação e atuação docente em rede: guia para professores**. Brasília: Liberlivros, 2010. 149p.

LEÓN, Gloria Fariñas. **Aprender a aprender en la educación universitaria**. Disponível em: <<http://www.medicina.usac.edu.gt/encuentro2013>>. Acesso em: 01 Jul. 2013.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento da era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. 208 p.

LITWIN, Edith. **As mudanças Educacionais: Qualidade e Inovação no Campo da Tecnologia Educacional**. In. LITWIN, Edith. (Org.) Tecnologia Educacional: Política, Histórias e Propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LITWIN, Edith. **As mudanças Educacionais: Qualidade e Inovação no Campo da Tecnologia Educacional**. In. LITWIN, Edith. (Org.) Tecnologia Educacional: Política, Histórias e Propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LUCHIN, Liliane. **Educação superior entra na era digital**. Disponível em: <[http://www.lestemais.com.br/Noticia.asp?id\\_noticia=1931#.T2-38GHtaHM](http://www.lestemais.com.br/Noticia.asp?id_noticia=1931#.T2-38GHtaHM)>. Acesso em 10 Jan. 2013.

LUCHIN, Liliane. **Educação superior entra na era digital**. Disponível em: <[http://www.lestemais.com.br/Noticia.asp?id\\_noticia=1931#.T2-38GHtaHM](http://www.lestemais.com.br/Noticia.asp?id_noticia=1931#.T2-38GHtaHM)>. Acesso em 10 Jan. 2013.



MACIEL, Camila. **Ensino atual não atende às exigências do mundo do trabalho na era tecnológica, avalia professor americano.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-20/ensino-atual-nao-atende-exigencias-do-mundo-do-trabalho-na-era-tecnologica-avalia-professor-americano>>. Acesso em: 21 Mar. 2013.

MAIA, Carmem. MATTAR, João. **ABC da EaD – a educação a distância hoje.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAN, José Manuel. **Avaliação do Ensino Superior a Distância no Brasil.** Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/avaliacao.htm>>. Acesso em: 13 Mar. 2013.

MORAN, José Manuel. MASETTO, Marcos T. BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 18ª edição. Campinas, SP. Editora Papirus, 2010.

MORAN, José Manuel. MASETTO, Marcos T. BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 18ª edição. Campinas, SP. Editora Papirus, 2010. 173p.

PEREIRA (a), Maria Lúcia Toralles. **Saber Científico: Novos Paradigmas.** UNESP, Botucatu, 1996

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos.).

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos.).

PONS, Juan de Pablos. **Visões e conceitos sobre a tecnologia educacional.** In: SANCHO, Juana M. Para uma tecnologia educacional. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PRETTO, Nelson De Luca. PICANÇO, Alessandra de Assis. **Reflexões sobre EAD: concepções de educação.** Disponível em: <<http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2031-56.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2013.

RIOS, T. A. **Ética na formação e no trabalho docente: para além de disciplinas e códigos.** In. DALBEN, A. I. L. F. Et Al.(orgs) *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 651-669.

ROSARIO, Jimmy. **La Tecnología de la Información y la Comunicación (TIC). Su uso como Herramienta para el Fortalecimiento y el Desarrollo de la Educación Virtual.** 2005. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/archivo/articulo.php?art=218>>. Acesso em: 19 Fev. 2014.

RUIVO, João. **Os professores na era digital.** Disponível em: <<http://www.educare.pt/educare/Opinioao.Artigo.aspx?contentid=7803CEABE2443686E0400A0AB8002553&opsel=2&channelid=0>>. Acesso em 15 Maio 2013.



SANTOS, Ezicléia Tavares. **A formação dos professores para o uso das tecnologias digitais nos GS Formação de Profissionais da Educação e comunicação da ANPED de 2000 a 2008.**

SANTOS, Marcia Rodrigues dos. **Tecnologia em sala de aula.** Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2446>>. Acesso em: 02 Jul. 2013.

SILVA, Ana Maria Costa e. **A formação contínua de professores: Uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4195.pdf>> Acesso em 05 Fev. 2013.

SOUZA, Maicon Ferreira. BIZELLI, José Luis BIZELLI. **Televisão Digital Interativa na Educação: Desenvolvimento de um Conteúdo Complementar ao Ensino.** Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5370/4303>>. Acesso em: Ago 2013.

TEIXEIRA, Ricardo Fanurio Matarangas. NUNES, Lina ardosos. **Formação continuada na era digital: contribuições da educação online para o ofício docente em informática.** Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/710200720405PM.pdf>> Acesso em: 28 Jan. 2013.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da Informação e Comunicação: desafios e perspectivas.** Edição Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2012.



## **AAFETIVIDADE MEDIADA POR MEIO DA INTERAÇÃO NA WEBCONFERÊNCIA SÍNCRONA. RELEVÂNCIA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO DO CURSO A DISTÂNCIA**

OCHOA, Adriana Rivera

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC)*  
adrisrioch@gmail.com

DOTTA, Silvia Cristina

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC)*  
silvia.dotta@ufabc.edu.br

867

### **RESUMO**

O presente trabalho busca determinar a importância da afetividade no processo de ensino/aprendizagem, e nas relações professor/aluno e aluno/aluno. Sob a abordagem psicanalítica, a afetividade é vista como processo no qual o indivíduo que se sente amado constrói o seu eu, e descobre o prazer e o desejo de aprender. Sob a ótica piagetiana, ela se apresenta como fator fundamental, complementar e indissociável no desenvolvimento cognitivo do ser humano. Este trabalho visa analisar como a afetividade desenvolvida (ou não) e a interação entre os atores de um curso, na modalidade a distância, podem contribuir para uma melhor aprendizagem e na permanência do estudante em um curso a distância. O presente trabalho constitui parte de uma pesquisa em andamento como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Humanas e Sociais na UFABC. Analisou-se a bibliografia, e pretende-se realizar um análises das aulas via webconferência síncrona gravadas e fazer entrevistas com alunos, professores tutores e demais pessoas envolvidas nas mesmas.

**Palavras-chave:** Afetividade. Educação a Distancia. Webconferência.

### **ABSTRACT**

This study aims to determine the importance of affectivity in the teaching / learning process, and in teacher / student and student / student relationships. Under the psychoanalytic approach, affectivity is seen as a process in which the individual feels loved it builds yourself and discover the pleasure and the desire to learn. Under the Piagetian perspective, it presents itself as a key factor, complementary and inseparable in the cognitive development of human beings. This work aims to analyze how the affection developed (or not) and the interaction between the actors of a course in distance mode can contribute to better learning and student residence in a distance learning course. This work is part of an ongoing research as a requirement for obtaining a master's degree in Humanities and Social Sciences in UFABC. Analyzed the literature, and we intend to conduct an analytical classes via synchronous web conferencing recorded and do interviews with students , tutors and other people involved in them.

**Keywords:** Affection. Distance Education. Web conferencing.



## INTRODUÇÃO

Na virada do milênio, a sociedade vem sofrendo inúmeras transformações em diversos campos do conhecimento provocadas pela revolução técnico-científica (CASTELLS, 2003) nos apontando novos desafios em nossa forma de pensar, de conhecer e de aprender. Assim, a sociedade contemporânea vem registrando acelerada evolução no campo do conhecimento científico. Hoje, busca-se compreender o ser humano em sua totalidade. No contexto educacional, não se pode formar um aluno sem considerar seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, como também sua interioridade afetiva e, portanto, as reais necessidades de alguém que tem sentimentos e desejos, necessitando destes anseios para sobreviver e se constituir plenamente.

Piaget (1998) demonstra que as estruturas do conhecimento estão em constante modificação passando por estágios de desequilíbrio e reequilíbrio para poder internalizar o conhecimento. Sendo assim, a criança necessita de vivência qualitativa que possibilite esse intercâmbio de experiências e informações, conferindo uma aprendizagem significativa.

Na psicogenética de Henri Wallon (1965) (1974) (1991) a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa assim como do conhecimento, como apontado a seguir:

A afetividade, nesta perspectiva, não é apenas uma das dimensões da pessoa: ela é também uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica. O ser humano foi, logo que saiu da vida puramente orgânica, um ser afetivo. Da afetividade diferenciou-se, lentamente, a vida racional. Portanto, no início da vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira (LA TAILLE, DANTAS e OLIVEIRA, 1992, p. 90)

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2007)

Martins (2008) considera a EaD como uma modalidade alternativa de educação devido à crescente demanda e a necessidade de profissionais qualificados e ao fato de que o ensino presencial apresenta limitações de matrículas devido ao crescimento demográfico, segundo a autora, a EaD não deve ser pensada como um sistema fechado e sim como um marco de emancipação coletiva que oferece possibilidades inovadoras e influi em amplos setores da vida





do ser humano e precisa ser refletida como outras praticas sociais e políticas em diferentes contextos históricos, socioeconômicos e culturais.

A aula por webconferência síncrona oferece uma série de ferramentas para possibilitar a interação multidirecional, assim favorece o sentimento de empatia e faz com que a experiência nesse tipo de aula seja mais enriquecedora, mas também possui uma série de limitações em comparação com uma sala de aula convencional, podendo ser mais cansativa e menos variada em termos de estímulos sensoriais para o aluno. (DOTTA, 2014)

Neste sentido, a construção de um ambiente virtual de aprendizagem, precisa privilegiar o sentimento de pertencimento nos alunos, necessário a um contexto cooperativo e colaborativo, não só no sentido professor-aluno, mas também na interação entre os mesmos alunos. Este ambiente deve privilegiar um efetivo conhecimento entre estas pessoas, que resulte em desenvolvimento de afinidades, o que atenuará dificuldades inerentes à aprendizagem na modalidade a distância.

Para que a afetividade seja bem desenvolvida nos cursos EaD é necessário que o aluno se sinta acolhido pelo professor e tenha uma relação interpessoal bem estabelecida com seus colegas. A mediação eficiente em fóruns de discussões e chats, a abertura para compartilhamento de idéias e a presença virtual constante dos tutores e professores são algumas das ações que devem ser valorizadas para que a afetividade esteja presente nos cursos virtuais. (DOTTA, 2014)

Descobriu-se que a afetividade já foi bastante estudada e considerada como um dos fatores a ser desenvolvido nas relações aluno/professor e aluno/aluno, pois é através das interações sociais que se constrói a aprendizagem. Também se encontrou que a maioria dos estudos consultados discorrem da afetividade na educação tradicional, sobretudo no ensino básico. Ainda é escasso o material que fala da afetividade no ensino na modalidade a distância alguns estudos, como o de Alcalá (2012) estudaram as manifestações de afetividade mediante a comunicação escrita entre professores e alunos.

Tendo-se em vista tal cenário, acredita-se na necessidade de ampliar ditos estudos e nossa tarefa em este trabalho é a abordagem da afetividade na webconferência síncrona. No seguinte apartado desenvolveremos o conceito de afetividade na educação, pretende-se estudar bem esse conceito para assim poder perceber as manifestações (ou a ausência das mesmas) de afetividade isto com a finalidade de conhecermos até que ponto estas podem influenciar a permanência do aluno num curso a distância, em específico realizaremos análises das aulas via





webconferência síncrona com o intuito de estudar a interação entre professor/aluno, aluno/aluno e aluno/conteúdo.

## **AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO**

Oliveira (1992) faz o análises das dimensões cognitiva e afetiva do funcionamento psicológico, as quais têm sido tratadas de forma separada ao longo da historia da psicologia como ciência, para ela existe uma tendência à conjunção desses dois aspectos, o cognitivo e o afetivo, “numa tentativa de recomposição do ser psicológico completo”. (p.75) Nesta mesma ordem de idéias Ortiz, Fuentes e López (2004) percebem um interesse pelo desenvolvimento emocional, (antes esquecido devido à crença de que as emoções eram perturbadoras do raciocínio), impulsionado pelo enfoque funcionalista que enfatiza o papel adaptativo das emoções em todos os aspectos da atividade humana. (p.114)

Um autor de que tem muita importância em termos desta pesquisa é o psicólogo soviético Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) cuja formação multidisciplinar o levou a estudar a psicologia infantil e suas aplicações pedagógicas. A parte mais conhecida da extensa obra produzida por Vygotsky em seu curto tempo de vida converge para o tema da criação da cultura. Aos educadores interessa em particular os estudos sobre desenvolvimento intelectual. Vygotsky atribuía um papel preponderante às relações sociais nesse processo, tanto que a corrente pedagógica que se originou de seu pensamento é chamada de socioconstrutivismo ou sociointeracionismo.

Vygotsky (1998) explica que na psicologia tradicional existia essa divisão nas dimensões cognitivas e afetivas nos estudos da época<sup>1</sup>, as razões disto eram muitas, mais para ele a principal razão foi o trabalho de Darwin (1872) chamado “A origem dos movimentos expressivos do homem”, onde se estabeleceu uma conexão geral entre as emoções do homem e as reações afetivas e instintivas que se podem apreciar no reino animal. Assim Vygotsky faz uma crítica às teorias psicológicas tradicionais segundo as quais: “as reações afetivas do homem são restos de sua existência animal, restos infinitamente debilitados em sua

<sup>1</sup> A época à que nos referimos abarca dos anos 1896 a 1934. Vygotsky morreu em 1934, por tuberculose, aos 37 anos. Apesar da vida curta, foi autor duma obra muito importante, junto com Alexander Luria e Alexei Leontiev, responsáveis pela disseminação dos textos de Vygotsky, muitos deles destruídos com a ascensão de Stálin ao Kremlin. Devido à censura soviética, seus trabalhos ganharam dimensão há pouco tempo, inclusive dentro da



manifestação exterior e desenvolvimento interno”. (p.81). Ele não concordou com essas teorias, pois as emoções passavam a ter um ultimo lugar, e esses estudos enfocados no aspecto biológico davam a sensação da morte paulatina de toda uma esfera da vida psíquica.

Na revisão da teoria de Vygotsky (1998), (2005), (2006), (2007) e (2009) buscou-se entender o papel da afetividade no funcionamento psicológico, embora a questão da afetividade não seja abordada como um item especifica na sua teoria, sim se destaca como uma constante no seu pensamento, pois ele destaca a importância das conexões cognitiva e afetiva no funcionamento psicológico do homem. Assim não há um significado explícito do conceito “afetividade”. Este aparece, às vezes, associado a emoções, sentimentos e desejo. Em geral, afetividade é um termo que se relaciona aos conceitos e funções de necessidade, interesse e inteligência. Na visão de Claparède, em Vygotsky (1998), ele estudou as reações com diversas soluções e isso o levou a dividir a vida afetiva em emoções e sentimentos.

Vygotsky (1998) chega à conclusão de que um dos principais problemas da psicologia tradicional é a separação entre os aspectos intelectuais, de um lado, e os volitivos e afetivos, de outro, na visão dele é preciso considerar uma união entre estes dois processos, assim ele diz,

A sua separação enquanto objetos de estudo é uma das principais deficiências da psicologia tradicional, uma vez que esta apresenta o processo de pensamento como um fluxo autônomo de “pensamentos que pensam a si próprios”, dissociado da plenitude da vida, das necessidades e dos interesses pessoais, das inclinações e dos impulsos daquele que pensa. Esse pensamento dissociado deve ser considerado tanto um epifenômeno sem significado, incapaz de modificar qualquer coisa na vida ou na conduta de uma pessoa, como alguma espécie de força primeva a exercer influência sobre a vida pessoal, de um modo misterioso e inexplicável. Assim fecham-se as portas à questão da causa e origem de nossos pensamentos, uma vez que a análise determinista exigira o esclarecimento das forças motrizes que dirigem o pensamento para esse ou aquele canal. Justamente por isso, a antiga abordagem impede qualquer estudo fecundo do processo inverso, ou seja, a influência do pensamento sobre o afeto e a volição. (VYGOTSKY, 2005, p. 9).

Outro autor que desenvolveu uma teoria psicogenética foi o francês Henri Wallon, quem participou como médico de batalhão durante a primeira guerra. Teve uma sólida formação em filosofia, medicina, psiquiatria e psicologia de aí percebesse seu interesse em estudar a conjunção dos aspectos orgânicos e sociais no desenvolvimento do ser humano. (MAHONEY e ALMEIDA, 2009)

---

Rússia. No Ocidente, a primeira tradução de um livro seu *Pensamento e Linguagem*, foi lançada em 1962



A teoria de Wallon consiste essencialmente num estudo do desenvolvimento da personalidade infantil. Na sua concepção a personalidade é

Uma construção progressiva, onde verifica-se a integração de dois funções principais: a afetividade, de um lado, ligada as sensibilidades internas e orientada ao mundo social, ou seja, a constituição da pessoa; a inteligência, por outro lado, ligada as sensibilidades externas e voltada ao mundo físico, ou seja à constituição do objeto. (WALLON, 1991, p. 16-17) (Tradução livre)

Wallon, ao igual que Vygotsky, deu muita importância ao aspecto social no desenvolvimento psicológico da pessoa, pois os primeiros contatos entre o sujeito e o ambiente são de ordem afetiva e constituem as emoções. (WALLON, 1974) Na teoria desenvolvida por Wallon procurou-se entender o desenvolvimento do conhecimento de si mesmo como um processo de construção social, intimamente relacionado com o conhecimento que elaboramos sobre outras pessoas e sobre o mundo social em que se destaca a importância das interações sociais e no qual, desde os primeiros momentos de vida, atribui-se um papel ativo à pessoa. (HIDALGO e PALACIOS, 2004)

Depois de analisar a teoria de Wallon, Dantas (1992), define a afetividade dizendo que

Não é apenas uma das dimensões da pessoa: ela é também uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica. O ser humano foi, logo que saiu da vida puramente orgânica, um ser afetivo. Da afetividade diferenciou-se, lentamente, a vida racional. Portanto, no início da vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira. A sua diferenciação logo se inicia, mas a reciprocidade entre os dois desenvolvimentos se mantém de tal forma que as aquisições de cada uma repercutem sobre a outra permanentemente. Ao longo do trajeto, elas alternam preponderâncias, e a afetividade reflui para dar espaço à intensa atividade cognitiva assim que a maturação põe em ação o equipamento sensório-motor necessário à exploração da realidade. (DANTAS, 1992, p. 90)

Como exposto anteriormente acostumava-se estudar as dimensões cognitivas e afetivas do funcionamento psicológico isoladamente, isso mesmo aconteceu com as dimensões afetivas e emocionais da aprendizagem, as quais ocuparam um lugar secundário nas pesquisas psicoeducacionais, Miras (2004) afirma que existe um aumento progressivo de estudos teóricos e empíricos que voltam a ressignificar os processos educacionais como processos que envolvem as pessoas em todas as suas dimensões e capacidades, tanto no plano intrapessoal como no interpessoal. (p.2010)

nos Estados Unidos. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lev\\_Vygotsky](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky).



No análise feito pelo Coll (1999), procura relacionar a teoria de Vygotsky com a educação. Ele admite o caráter determinante que, na ótica de Vygotsky, a interação com outras pessoas possui no desenvolvimento psicológico. Assim ele explica que o desenvolvimento psicológico não se pode explicar somente por fatores de caráter biológico e sim pela conjunção destes com os fatores de caráter social, uma vez que a criança vive em grupos sociais onde aprende “dos outros e com os outros” (p.109) Esses “outros” não são objetos passivos ou simples espectadores, mais companheiros ativos que ajudam, orientam, planejam, regulam, assistem, etc., o comportamento da criança, como agentes ativos do desenvolvimento. (p.109)

Todo o processo educativo tem uma estrita explicação psicológica. Não podemos mais conceber a criança recém-nascida como uma *tabula rasa*, como uma folha de papel em branco, na qual a educação pode escrever tudo o que queira. (VYGOTSKY, 1998, p. 172)

“Incrementar a soma de felicidade e reduzir a de sofrimento dos seres humanos que vivem e que podem vir ao mundo” é uma fórmula que o professor não pode satisfazer. Precisa saber com exatidão como deve ser levada a cabo para orientar toda a educação nessa direção. Mas estas palavras, assim como os “ideais da atividade, da honra, do dever, do amor e da obediência”, naturalmente são ideais um tanto hipócritas e outro tanto sinceros da sociedade burguesa. Com eles não se pode, evidentemente, equipar o professor. (VYGOTSKY, 1998, p. 176)

Para Vygotsky o meio exerce uma influência muito importante na educação e o professor tem que deixar de atuar como o “carregador” do processo educativo e sim desempenhar o papel de organizá-lo e dirigi-lo.

Fazendo uma alusão aos preceitos da psicologia histórico-cultural, tem-se o ensino como um processo colaborativo entre educador y criança, em que o papel do professor é atuar como mediador, reunindo conhecimentos e estratégias pedagógicas imprescindíveis ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e o papel do aluno, por sua vez, é o de participar ativamente desse processo, a fim de realizar sozinho o que, em um primeiro momento, é possível apenas com a ajuda do professor (VYGOTSKY, 2009)

Assim percebemos que a afetividade na educação vem sendo estudada e considerada como um dos fatores a ser desenvolvido nas relações aluno/professor e aluno/aluno, pois é através das interações sociais que se constrói a aprendizagem. Também se encontrou que a maioria dos estudos consultados discorrem da afetividade na educação tradicional, sobretudo no ensino básico. Ainda é escasso o material que fala da afetividade no ensino na modalidade a distância alguns estudos, como o de Alcalá (2012) estudaram as manifestações de afetividade



mediante a comunicação escrita entre professores e alunos. É em base nisto que se considera oportuno a realização do presente estudo pois ainda faltam muitos estudos na educação a distancia, a qual vem apresentando um desafio metodológico e pedagógico para professores e alunos (PRENSKY, 2004)

## 1. AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

### 1.1. Conceituando a Educação a distância

Na diversidade de autores consultados, percebe-se a pluralidade de concepções que de educação a distância cada um deles tem. Todas baseadas nas particularidades de suas práticas e reflexões. Segundo Moran (2002), a Educação a Distância (EaD) “é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”. (p.1)

A educação a distância (EAD) é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Na EAD os espaços físicos são substituídos por espaços virtuais apresentados na forma de ambientes virtuais de aprendizagem, que fornecem ferramentas para mediar o processo educacional. (MÜLBERT, GIRONDI, *et al.*, 2011)

Simonson *et al* (2012) acreditam que definir a educação a distância não é uma tarefa fácil, pois distância tem múltiplos significados, assim se pode falar de distância espacial, distância temporal até distância intelectual. A educação tradicional tem lugar ao mesmo tempo e no mesmo lugar onde comumente o professor é a peça central. Segundo Simonson *et al* (2012) afirmam que a forma mais pura de educação a distância é aquela que ocorre em diferente tempo e diferente lugar, assim o aluno tem a liberdade de eleger onde é quando querem aprender e acessar aos matérias instrucionais proporcionados com esse objetivo. Recentemente os cursos via *web* tem sido oferecidos para alunos em qualquer lugar em que tenham acesso e em qualquer tempo que eles escolher.

Em 2009 a *Encyclopaedia Britannica Book of the Year* (in Simonson *et al.*2012) explicou e definiu a educação a distância, onde quatro características são as que definem a educação a distância, a primeira refere-se a que a educação a distância tem uma base institucional e é isso o que a diferencia do estudo independente. A segunda característica



refere-se à separação espacial e temporal entre aluno e professor a qual pode ser síncrona ou assíncrona, (esses termos serão abordados adiante) outra separação entre aluno e professor é aquela que supõe que o professor tem maior domínio dos conceitos, e é essa a separação que a EaD tem como objetivo diminuir. A terceira remete as telecomunicações interativas, pois estas conectam aos alunos entre eles e com o professor e a interatividade é vista como essencial em qualquer tipo de educação. Por último, a quarta característica refere-se a aqueles instrumentos por meio dos quais o aluno acessa ao conteúdo do ensino, segundo esta idéia, cabe aos *designers* de mídia interativa, criar recursos que promovam experiências que possam ser observadas, sentidas, escutadas ou completadas no processo de aprendizagem.

Na concepção de Tori (2010) “educação a distância” é uma expressão que dá destaque ao problema e não à solução. Além disso, o conceito de ensinar a distância (e “apesar” dela) em contraposição à tradicional educação presencial cria desnecessariamente antagonismo e, ironicamente, distanciamento entre pesquisas focadas em atividades de aprendizagem presenciais e aquelas que se especializam na educação virtual. (p. 19)

A EaD, na perspectiva da maioria dos autores consultados, envolve uma ideologia que propõe uma maior democratização de acesso à educação, pois apresenta maiores oportunidades de acesso a educação para aquelas pessoas que por questões econômicas e/ou geográficas não tem acesso à mesma. Segundo Neder, (2009) A educação a distância é uma realidade e, sobretudo, uma resposta pragmática a necessidades concretas. Através dela, pode-se fazer educação de massa, aumentar a acessibilidade aos estudos, favorecer a autonomia do estudante, assegurar uma formação de qualidade. (p.98)

Nesta ordem de idéias percebe-se uma reestruturação da educação a distância graças a implementação das novas tecnologias que estão em constante evolução, assim as tecnologias na educação do futuro também se multiplicarão e se integrarão se tornarão mais e mais audiovisuais, instantâneas e abrangentes. Caminhamos para formas fáceis de vermo-nos, ouvirmo-nos, falarmos-nos, escrevermo-nos a qualquer momento, de qualquer lugar, a custos progressivamente menores. Com as tecnologias cada vez mais rápidas e integradas, o conceito de presença e distância se altera profundamente e as formas de ensinar e aprender também. (MORAN, 2004)

Martins (2008) considera a EaD como uma modalidade alternativa de educação devido a crescente demanda e a necessidade de profissionais qualificados e ao fato de que o ensino presencial apresenta limitações de matrículas devido ao crescimento demográfico, segundo a





autora, a EaD não deve ser pensada como um sistema fechado e sim como um marco de emancipação coletiva que oferece possibilidades inovadoras e influi em amplos setores da vida do ser humano e precisa ser refletida como outras praticas sociais e políticas em diferentes contextos históricos, socioeconômicos e culturais.

## 1.2. Webconferência multimodal e multimídia

A ferramenta webconferência é definida por Franco et al. (2011), onde segundo as autoras, demanda um computador com, no mínimo, alto-falantes, um microfone e uma conexão de internet de boa a alta qualidade. Mas o sistema praticamente se completa com uma webcam e um fone de ouvido. Assim como a videoconferência, permite a comunicação em duas vias, quando o professor é visto e ouvido pelos alunos e vice-versa. Nessa mídia, pode-se permitir a visualização de todas as imagens capturadas pelas webcams ou apenas de alguma(s) dela(s), considerada(s) prioritária(s) para não tornar o sistema lento para todos. Há recursos para várias janelas interagindo ao mesmo tempo, como por exemplo, para um chat, uma apresentação tipo PowerPoint ou da tela do apresentador, as imagens capturadas com as webcams, som, editores coletivos, etc. Há, ainda, uma tela para se controlar quem deve falar em determinado tempo, etc. é outra mídia que também se aproxima de uma sala de aula tradicional, pois também permite a interação entre professor e alunos em tempo real. (p.34)

A aula por webconferência síncrona oferece uma série de ferramentas para possibilitar a interação multidirecional, assim favorece o sentimento de empatia e faz com que a experiência nesse tipo de aula seja mais enriquecedora, mas também possui uma série de limitações em comparação com uma sala de aula convencional, podendo ser mais cansativa e menos variada em termos de estímulos sensoriais para o aluno. (DOTTA, 2014)

Neste sentido, a construção de um ambiente virtual de aprendizagem, precisa privilegiar o sentimento de pertencimento nos alunos, necessário a um contexto cooperativo e colaborativo, não só no sentido professor-aluno, mas também na interação entre os mesmos alunos. Este ambiente deve privilegiar um efetivo conhecimento entre estas pessoas, que resulte em desenvolvimento de afinidades, o que atenuará dificuldades inerentes à aprendizagem na modalidade a distância.





O uso da webconferência em cursos a distância justifica-se pela necessidade de se fazer uma transição de cursos centrados em conteúdos para cursos centrados no diálogo. A presença síncrona de professores e alunos favorece a sensação de pertencimento ao grupo, promovendo o engajamento do aluno. (DOTTA, 2014)

Até o momento tem se realizado o análises teórico, onde conceituamos a afetividade e a educação a distancia, esta pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento, estão se analisando as Webconferências síncronas gravadas com alunos, professores e tutores ligados à Universidade Federal do ABC. Pretende-se realizar o análises das mesmas e fazer questionários e entrevistas aos envolvidos para assim determinar as manifestações de afetividade o a falta das mesmas. Isso com a finalidade de chegar a conhecer melhor as necessidades dos alunos e também explorar dita ferramenta, pois apresentam um sem numero de vantagens para a EaD, acredita-se que com este estudo, num futuro poderá desenvolver se uma metodologia pedagógica para o melhor aproveitamento da webconferência.

### 3 REFERÊNCIAS

ALCALÁ, M. D. S. P. **Afectos, aprendizaje y virtualidad**. Guadalajara: UDG Virtual, 2012.

AZEVEDO, A. B. D. Projetos pedagógicos em EaD- da concepção à prática diferenciada. In: SATHLER, L.; JOSGRILBERG, F.; AZEVEDO, A. B. D. **Educação a distância: uma trajetória colaborativa**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 27-45.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf> Acesso em: 10 Julho 2014.

BREARLEY, M. **Inteligência emocional na sala de aula. Estratégias de aprendizado criativo para alunos entre 11 e 18 anos de idade**. Tradução de Getúlio Elias Schanoski Júnior. São Paulo: Madras, 2004.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COLL, C. ( ). **Psicologia da educação**. Tradução de Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1999.

DANTAS, H. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Y. D.; OLIVEIRA, M. K. D.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon. Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1992. p. 85-98.



- DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. D. M. R. D. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- DOTTA, S. C. **Aprendizagem dialógica em serviços de tutoria pela internet: estudo de caso de uma tutora em formação em uma disciplina a distância**. São Paulo: Tese de doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo., 2009.
- DOTTA, S. C. **CURSO: USO DE WEBCONFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**. [S.l.]: [s.n.], 2014.
- FELDER, R. M. **Learning styles**. [S.l.]: [s.n.], 2002. Disponível em: [http://www.ncsu.edu/felderpublic/Learning\\_Styles.html](http://www.ncsu.edu/felderpublic/Learning_Styles.html) Acesso em: 15 Julho 2014.
- FRANCO, L. R. H. R.; BRAGA, D. B.; RODRIGUES, A. **EaD virtual: entre teoria e prática**. São Paulo: Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2011.
- HIDALGO, V.; PALACIOS, J. Desenvolvimento da personalidade entre os dois e os sete anos. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Segunda. ed. Porto Alegre: Artmed, v. I, 2004. Cap. 9, p. 181-198.
- JONASSEN, D. O uso das novas tecnologias na educação a distância e aprendizagem construtiva.. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 70, p. 70-88, Abril/Junio 1996.
- LA TAILLE, Y. D.; DANTAS, H.; OLIVEIRA, M. K. D. **Piaget, Vygotsky e Wallon. Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. D. (. ). **Henri Wallon. Psicologia e Educação**. 9ª. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- MARCHAND, M. **La afectividad del educador, factor de eficiencia**. Tradução de Ricardo Nassif. Buenos Aires: Kapelusz, 1960.
- MARTINS, O. B. A formação de professores em educação a distância: oa desafios de uma travessia. **Revista Intersaberes**, v. ano3, n. 6, p. 134-140, jul-dez 2008.
- MIRAS, M. Afetos, emoções, atribuições e expectativas: o sentido da aprendizagem escolar. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da educação escolar**. Segunda. ed. Porto Alegre: Artmed, v. II, 2004. Cap. 12, p. 209-222.
- MONEREO, C.; POZO, J. I. O aluno em ambientes virtuais:Condições, perfil e competências. In: COLL, C.; MONERERO, C. E. C. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Tradução de Naila Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 97-117.
- MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. CEAD: Centro de educação a distância. Rio de



Janeiro, p. 1-3. 2002. (5). Disponível em:  
<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf> Acesso em: 03/11/2014.

MORAN, J. M. Perspectivas (virtuais) para a educação. **Mundo Virtual**, Rio de Janeiro, v. Cadernos Adenauer IV, n. 6, p. 31-45, Abril 2004. Disponível em:  
[www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/futuro.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/futuro.pdf) Acesso em: 03/11/2014.

MÜLBERT, A. L. et al. A interação em ambientes virtuais de aprendizagem: motivações e interesses dos alunos. **RENOTE: Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 9, n. 1, p. 1-10, Julho 2011.

NEDER, M. L. C. **A formação do professor a distância: desafios e inovações na direção de uma prática transformadora**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

OLIVEIRA, MARTHA KOHL DE. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LA TAILLE, Y. D.; OLIVEIRA, M. K. D.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon. Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1992. p. 75-84.

ORTIZ, M. J.; FUENTES, M. J.; LÓPEZ, F. Desenvolvimento socioafetivo na primeira infância. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Segunda. ed. Porto Alegre: Artmed, v. I, 2004. Cap. 5, p. 105-123.

PANSARELLI, D. Filosofia do ensino a distância: reflexão a partir da prática. In: SATHLER, L.; JOSGRILBERG, F.; AZEVEDO, A. B. D. **Educação a distância: uma trajetória colaborativa**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 121-140.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PRENSKY, M. The Emerging Online Life of the Digital Native: what they do differently because of technology, and how they do it, 2004. Disponível em:  
<[http://www.marcprensky.com/writing/Prensky-The\\_Emerging\\_Online\\_Life\\_of\\_the\\_Digital\\_Native-03.pdf](http://www.marcprensky.com/writing/Prensky-The_Emerging_Online_Life_of_the_Digital_Native-03.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2014.

PRETI, O. Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada." Educação a distância: inícios e indícios de um percurso". **NEAD/IE/UFMT**, Cuiabá, p. 15-56, 1996.

SIMONSON, M. et al. **Teaching and learning at a distance: foundations of distance education**. 5. ed. Boston: Pearson Educacion, 2012.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução de Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. José Cipolla Neto. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** Tradução de Paulo Bezerra. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2006.

WALLON, H. **Fundamentos dialécticos de la psicología.** Tradução de Élide DARÓ e Dora DOUTHAT. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1965.

WALLON, H. **La evolución psicológica del niño.** Tradução de Mario Miranda Pacheco. México, D.F.: Grijalbo, 1974.

WALLON, H. **La Vida Mental.** Tradução de Octavi Pellissa. México, D.F.: Grijalbo, 1991.



# **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 2**

**ECONOMIAS E TRABALHO**



## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

***Café - 9h40-10h10***

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 2

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatadora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**





**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)



### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
André Saddy (PGDC-UFF)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
Daniela Novelli (UFSC)  
Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
Eduardo Manuel Val (UNESA)  
Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
Eliana Brito (UCSAL)  
Enzo Bello (PGDC-UFF)  
Fernando José Martins (UNIOESTE)  
Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
Geraldo M. Timóteo (UENF)  
Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
Leandro Garcia Pinho (UENF)  
Lenin Pires (PGDC-UFF)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Roberto Borges (CEFET/RJ)  
Sandra Guedes (UNIVILLE)  
Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
Simonne Teixeira (UENF)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Tania Kale (PPGSD-UFF)  
Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)



Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

**Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

**Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

**Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de



profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

**WILSON MADEIRA FILHO**  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3





## SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO LOCAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de .....	1-17
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS - SILVA, Ricardo dos Santos; SILVA, Priscila Raposo; PEREIRA, Anete Marília .....	18-36
NOVO SINDICALISMO: CLASSE SOCIAL, TRABALHO E MOVIMENTO SOCIAL EM DEBATE - BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; SILVA, Lenir Aparecida Mainardes da.....	37-54
CONCEPÇÕES CLÁSSICAS SOBRE O TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM O COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES - TOLENTINO, Lílian Celly Gonçalves.....	55-70
TECENDO A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHOS DE AUTONOMIA? - SILVA, Luanda Naiade Oliveira da.....	71-85
SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE TRABALHO - SOUZA, Henrique Pavan Beiro de.....	86-99
O QUE É TRABALHO? – ANÁLISE DA VISÃO DE UM TRABALHADOR DA ESFERA PÚBLICA FEDERAL SOB A ÓTICA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO - TEIXEIRA, Andreia; NUNES, Sylvia da Silveira .....	100-112
FORMALIZAÇÃO JURÍDICA E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO - PITA, Flávia A. ....	113-128
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO <i>DESPERTA LITORAL</i> : ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2011 A 2013 - SANTOS, Juçara Freire; TENÓRIO, Robinson Moreira .....	129-146
A JORNADA TRABALHADA EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO: PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO <i>VERSUS</i> AUTONOMIA NEGOCIAL COLETIVA - ASSUMPCÃO, Luiz Felipe Monsores de .....	147-164



O PÓS-FORDISMO E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SINPRO-RIO – SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO - CARDOSO, Luís Antônio; PEREIRA, Wagner Gil Jansen .....	165-183
CULTURA, AUTOCONSUMO E AGROECOLOGIA: RESGATANDO A IDENTIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR - PINTO, Edmarilson Rodrigues; XAVIER, Cesar Rey; GONZAGA, Carlos Alberto Marçal .....	184-197
TRABALHO, GÊNERO E RESISTÊNCIA - NASCIMENTO, Mariângela Moreira; NOGUEIRA, Cristiano Miranda .....	198-210
A ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA “DIRETO DA ROÇA”: UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - JUNQUEIRA, Isabela Brandão; PASIN, Luiz Eugênio Veneziani .....	211-224
BREVE HISTÓRICO DAS FASES DO PENSAMENTO EM GESTÃO DE PESSOAS/TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES - CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa; SOARES, Natália Ribeiro .....	225-243
AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MEIO RURAL - FRITZ FILHO, Luiz Fernando; BECKER FRITZ, Karen Beltrame .....	244-255
O SERVIDOR PÚBLICO PÓS-FORDISTA A SERVIÇO DA GLOBALIZAÇÃO: O CASO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - MAGALHÃES, Cleber; CARDOSO, Luís Antônio .....	256-277
COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CULTURA: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NO EMBELEZAMENTO PESSOAL - CRUZ, José Anderson Santos .....	278-293
DILEMAS RELATIVOS ÀS NORMAS E VALORES VIVENCIADOS PELO SUJEITO NA ATIVIDADE DO TRABALHO, NA PERSPECTIVA ERGOLÓGICA - PONTES, Cátia; SANTOS, Eloisa .....	294-309
PERFILAMENTO DO CAPITAL HUMANO E ANÁLISE DOS FATORES QUE MOTIVAM A ATRAÇÃO E PERMANÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DAS EMPRESAS SITUADAS NA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DE ITAJUBÁ – MG - ANDRADE, Claudia Cristina; VENEZIANI PASIN, Luiz Eugênio; CASTRO, Márcia Cristina A. S. Rubez .....	310-322



- CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO HISTÓRICA DOS TRINTA ANOS GLORIOSOS - ARAÚJO, Renan; OLIVEIRA, Helen Cristina de .....323-337
- REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DO DESLOCAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO PARA O DIREITO EMPRESARIAL - MARTINS, Andrea Cristina; COSTA, Lucia Cortes da .....338-356
- O PROCESSO DE MIGRAÇÃO NO MERCOSUL E A LEGISLAÇÃO PARA OS TRABALHADORES IMIGRANTES - MARTINS, Fernando José; JAQUEIRA, Manoela Marli; DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek .....357-369
- JUDICIALIZAÇÃO NOS CASOS DO ACIDENTE DO TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA LEI PREVIDENCIÁRIA - TIMOTEO, Geraldo Marcio; BARRETO, Ana Carolina Carvalho .....370-384
- ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR E CAPITAL SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL BRASILEIRO - ALMEIDA, Rhaiany Zavarize Dala Costa de .....385-402
- REGULAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS E A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) - VALADARES, Diego Borher; RANGEL, Tauã Lima Verdan .....403-420
- A POLÍTICA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM CORTE MICROECONÔMICO - MAINARDES DA SILVA, Lenir A.; SAMAHA, Michel Jorge .....421-433
- “CARE”: UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO - VOIGT, Ana Clara Carvalho Machuca .....434-445
- CLASSE SOCIAL, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS INTERFACES - LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; LORETO, Maria das Dôres Saraiva de .....446-465
- SUÍDE MENTAL DOS TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA: UM ESTUDO DE CASO - SILVA, Letícia Aparecida da; NUNES, Sylvia da Silveira .....466-477



- DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A CONFORMAÇÃO DOS SINDICATOS NO BRASIL PÓS-1988: ACESSO E REPRESENTAÇÃO - RODRIGUES, Wagner de Oliveira; LIMA, Roberta Oliveira .....478-496
- INFORMALIDADE E TERRITÓRIOS DE TRABALHO EM SALVADOR: UMA BREVE ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE EXCESSIVO CONTROLE E CONCORRÊNCIA POR VENDEDORES AMBULANTES - QUEIROZ, Adriana Franco de .....497-516
- FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES: O CASO DO CURSO DE AGRONEGÓCIO DA FACULDADE DE BALSAS-MA (UNIBALSAS) - CHASSOT, Jean Pierre .....517-530
- NEGÓCIOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E SUAS EFICIÊNCIAS - STEPHAN, Clarisse .....531-546
- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PONTUAL DE SOBREVIVÊNCIA - SILVA, Queite Marrone Soares da; ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de Araújo; BARBOSA, Rômulo Soares .....547-560
- TECENDO A MODA: O TRABALHO DOS JOVENS NAS FACÇÕES DE ROUPAS NA CIDADE DE DIVINÓPOLIS MINAS GERAIS - BARRETO, Joanice Maria .....561-579
- TRANSFORMAÇÕES NA ATIVIDADE PRODUTIVA DE CARVÃO VEGETAL NO NORTE DE MINAS GERAIS - RODRIGUES, Sílvia Gomes; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PALES, Raíssa Cota .....580-593
- ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUA AÇÃO FRENTE À QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE - ROCHA, Angélica S.; LEITE, Marcos Esdras ..594-608
- O TRABALHO E OUTROS ASPECTOS DA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA - LOPES, Cássio de Souza; MACEDO, Luiz Antônio de Matos; FERREIRA, Maria da Luz Alves .....609-624
- FORMAÇÃO DA AÇÃO MEDIADA POR VISITAS TÉCNICAS: PERCEPÇÕES DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA - MACHADO, Lucília Regina de S.; OLIVEIRA, Luiz Fabiano Miranda .....625-642



- UMA RELEITURA ACERCA DO FOMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA - COSTA, Livia Gonçalves da; THOMPSON, Mariana M.; PREZOTTI, Nathalia T. Chalub .....643-660
- O CONTEXTO DO SURGIMENTO E A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE VULNERABILIDADE - MOURA, Leides Barroso Azevedo; SCHUMANN, Livia R. M. Amaral .....661-679
- COMÉRCIO ELETRÔNICO: NOVA CULTURA NAS RELAÇÕES SOLIDÁRIAS - ARAUJO, Margarete Panerai; PEREIRA, Natalia .....680-696
- SEBRAE ENTRE A FOICE E O MARMELO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A METAMORFOSE DOS TRABALHADORES EM EMPRESÁRIOS - MENCHISE, Rose .....697-717
- AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FACEIRA, Lobelia da Silva; BARRETRO, Elisangela Santos; VARELLA, Isadora .....718-732
- AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO - SILVA, Larissa Jorge; NUNES, Sylvia da Silveira .....733-744
- RENDIMENTO DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE DADOS DO IBGE NA DÉCADA DE 2000 - OLIVEIRA, Simone Mendes de; THEÓPHILO, Carlos Renato .....745-758
- TERCEIRIZAÇÃO COMO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS SOCIO-JURÍDICAS - MENDONÇA, Saulo Bichara .....759-777
- A MULHER NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: PONDERAÇÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO - MESSIAS, Ana Regina; LIMA, José Raimundo Oliveira .....778-790
- LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA INTERNACIONAL MUNICIPAL: O CASO DE SÃO PAULO - SCHINCARIOL, Vitor Eduardo; ANDRADE, Marina Morais de .....791-810



ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA ALTERNATIVA À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM TERRITÓRIO SEMIÁRIDO: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS - RIBEIRO, Kleber Ávila; MOREIRA, Romilson do Carmo .....811-832

A MULHER-COSTUREIRA: RELAÇÕES DE TRABALHO SILENCIADAS PELO DISCURSO MIDIÁTICO - JESUS, Bruna Kely de; SKURA, Ivania; VIDAL, Rangel Max Lima .....833-851

A PROPÓSITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO UMA MANIFESTAÇÃO DE ECONOMIA POLÍTICA - LIMA, José Raimundo Oliveira .....852-867



## DESENVOLVIMENTO LOCAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de  
*Professora do Programa de Mestrado em Gestão  
Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro  
Universitário UNA*  
*profa.edimeiamaria@gmail.com*

1

### RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre o potencial da responsabilidade social corporativa contribuir para o desenvolvimento local por meio da implementação de ações que promovam a emancipação das comunidades excluídas do desenvolvimento hegemônico, por meio da implementação de projetos de geração de renda com características contra-hegemônicas. Esta reflexão perpassa a ideia de desenvolvimento hegemônico, responsável pela formação de espaços de subdesenvolvidos, contraposto a outro tipo de desenvolvimento pautado no despertamento das capacidades comunitárias para a realização da vida com liberdade. Explora o paradigma da gestão social como um constructo teórico que contribui para este fim. Conclui-se com a evolução das ações da responsabilidade social, que em virtude da disponibilização de recursos para as comunidades, têm o potencial de desencadear processos de desenvolvimento local. O método analítico é o dialético, observando-se os ensinamentos propostos pela teoria da complexidade.

**Palavras-chaves:** Responsabilidade Social Corporativa, Gestão Social, Desenvolvimento Local.

### ABSTRACT

This article presents a reflection on the potential of corporate social responsibility to contribute to local development through the implementation of actions that promote the empowerment of excluded communities of the hegemonic development, by implementing income-generating projects with counter-hegemonic features. This reflection permeates the idea of hegemonic development, responsible for the formation of undeveloped spaces. Opposes this development another guided the awakening of community capacities for the realization of life freely. Explores the paradigm of social management as a theoretical construct that contributes to this end. Conclude with the evolution of the shares of social responsibility, that due to the availability of resources to communities, have the potential to trigger local development processes. The analytical method is dialectical, observing the teachings proposed by complexity theory.

**Key-words:** Corporate Social Responsibility, Social Management, Local Development.





## APRESENTAÇÃO

O artigo propõe uma reflexão sobre a capacidade de as ações de responsabilidade social (RSC) contribuir para o desenvolvimento local, nas oportunidades em que seus projetos comprometidos com objetivos de geração de renda, apoiarem a formação de grupos produtivos por meio da mobilização de membros de comunidades “subdesenvolvidas”, nas áreas de influência dos empreendimentos corporativos.

Em virtude mesmo das dificuldades dos sujeitos terem acesso à renda, muitas das vezes, os grupos produtivos são formados segundo um modelo contra-hegemônico, na medida em que características, opostas ao modelo concorrencial, contribuam para a superação das fragilidades individuais. Neste modelo, a promoção de associações produtivas, com caráter coletivo e finalidade de superação das fragilidades individuais, por meio de uma gestão que vise o desenvolvimento das capacidades individuais, tem o potencial de transforma-las em instrumentos dinamizadores dos fatores requeridos para o desenvolvimento local.

Esta reflexão pretende contribuir para o arcabouço teórico ideológico das atividades de pesquisa com foco em projetos de RSC, realizadas pelos pesquisadores das temáticas em gestão social e desenvolvimento local, cujo objeto é o apoio oferecido aos grupos produtivos que habitam as áreas de influência das empresas privadas, no âmbito de seus programas de responsabilidade social corporativa.

Pensar esta questão implica considerar os desafios e os conflitos inerentes a este apoio, centrados nas diferenças estruturais que conformam dois tipos de empreendimentos postos em contato: o empreendimento privado moldado por sua lógica capitalista, que adota, em sua função de responsabilidade social corporativa, o empreendimento contra-hegemônico, estruturado em uma lógica solidária e cooperativa, para superar a fragilidade dos indivíduos que os compõe.

Trata-se de uma contradição em termos, que anima a investigação da origem de um modelo de organização contra-hegemônica no modelo hegemônico. Ou seja, que fazem com que uma parte do esforço privado se realize em benefício público, sem visar diretamente a atividade fim empresarial, em favor de formação de organizações, que não reproduzam o modelo de onde se originam. Questiona-se, então: projetos de



responsabilidade social corporativa podem incorporar, de fato, o modelo de gestão social para o bem do desenvolvimento local?

Esta reflexão perpassa a ideia de desenvolvimento hegemônico, responsável pela formação de espaços de subdesenvolvidos, contraposto a outro tipo de desenvolvimento pautado no despertar das capacidades comunitárias para a realização da vida com liberdade. Explora o paradigma da gestão social como um constructo teórico que contribui para este fim. Conclui-se com a evolução das ações da responsabilidade social, que em virtude da disponibilização de recursos para as comunidades, têm o potencial de desencadear processos de desenvolvimento local.

## **METODOLOGIA**

A metodologia que anima esta investigação é a pesquisa bibliográfica e a análise das teorias e conceitos, com base no método dialético hegeliano e na teoria da complexidade de Morin (2000), para a compreensão das possibilidades de síntese entre modelos organizacionais díspares: os empreendimentos sociais e as empresas privadas que os apoiam.

A teoria dialética orienta a contextualização histórica e social do objeto de análise, a partir da interação com a realidade, em busca de uma instância crítica que desvende os seus significados. Possibilita, então, compreender a realidade a partir da consideração da totalidade dinâmica e em constante construção social. (ZAGO, 2013).

Já, a teoria da complexidade ensina o estudo das facetas multidimensionais da realidade (contraditória, conflitante, convergente), com vistas no conhecimento das possibilidades de uma atuação concertada entre o empreendimento social contra-hegemônico, apoiado pela empresa capitalista, premida por sua lógica hegemônica. (ESTRADA, 2009).

## **A CRÍTICA AO CONCEITO SUBDESENVOLVIMENTO**

O conceito de desenvolvimento econômico surgiu no pós-Guerra, restrito à trajetória evolutiva baseada no modelo de crescimento econômico adotado nos países desenvolvidos do hemisfério norte. Conforme Soares (2009), Harry S. Truman, em seu



discurso de posse para o segundo mandato como presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 1949, baniu a diversidade dos processos evolutivos e “Os povos do sul [...] passaram a se ver como imagem inversa da realidade alheia”. (SOARES, 2009, p.18).

De fato, ao destacar o elevado índice de pobreza que afetava 50% da população mundial, Truman levantou a importância da integração mundial em um mesmo padrão de desenvolvimento, o norte-americano, como condição para a sustentabilidade do modelo hegemônico de crescimento econômico em um mundo em processo de globalização.

An expanding world economy requires the improvement of living standards and the development of resources in areas where human poverty and misery now prevail. Without such improvement the recovery of Europe and the future of our own economy will not be secure. (TRUMAN, 1949, apud MUSSET, 2007, p. 95).

Entretanto, este modelo de desenvolvimento mostrou suas contradições ao se disseminar em grande parte das economias mundiais, especialmente no mundo ocidental. Seu padrão concentrador de renda e de capital resultou na propagação do desenvolvimento, segundo efeitos denominados de polarização, (PERROUX, 1955 a 1964; HIRSCHMAN, 1976), desfavoráveis à sua disseminação equilibrada, em virtude de relações de concorrência regional: o desenvolvimento de uma região provoca o decréscimo da outra.

Hirschman pondera que “a transmissão do crescimento entre regiões não acontecia de forma ‘regular e desembaraçada’. Estão presentes forças obstrutivas e integradoras de cuja interação resulta o efeito final observado”. As regiões estão mais sujeitas à dinâmica do mercado do que as nações, em virtude de não existirem barreiras de qualquer ordem e da disponibilidade de instrumentos de políticas regionais soberanas ser quase inexpressiva e ser constituída apenas por impostos administrados localmente. (MELLO, 2000, p.10).

Hirschman, mais otimista do que Perroux, apontava, também, a possibilidade de efeitos de fluência na disseminação do crescimento e acreditava que estes podiam ser superiores aos de polarização. Entretanto, o economista sueco Gunnar Myrdal (1960), em sua obra “Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas” afirmava a inevitabilidade da concentração espacial das atividades econômicas, outras regiões se mantendo



estagnadas, e a incapacidade de a teoria econômica neoclássica, a hirschmaniana, por exemplo, ser aplicada aos países subdesenvolvidos.

Porém, este conceito de subdesenvolvimento nada mais é do que uma posição ideológica que marginaliza os estilos de vida diferentes do modelo hegemônico. Mesmo assim, deu origem aos arquétipos adotados na geografia e em outras disciplinas, que subdividiam o mundo em duas realidades, ignorando a existência de territórios onde o viver obedece a lógicas diversas. Os vários estudiosos, então, classificaram as duas partes em: metrópole e colônia, centro e periferia e norte e sul.

Alain Musset (2007) ao fazer a crítica do conceito subdesenvolvimento, qualifica-o como “[...] uma expressão de uma ideologia encarregada de classificar e hierarquizar as sociedades segundo critérios discutíveis [...]”. (Idem, p. 89). Tais critérios produzem dualidades modelares com pretensões globais que se prestam a definir as relações de poder que se implantam em quaisquer escalas geográficas. Segundo Musset (2007, p. 110), “[...] se o subdesenvolvimento é uma ideologia, os arquétipos espaciais que daí decorrem são apenas seu reflexo [...]”.

Um dos aspectos críticos da adoção de uma hierarquização do desenvolvimento refere-se ao esforço de simplificação das complexidades dos modos de vida diversificados e ao reducionismo a estatísticas comparativas abstratas justificadas no “[...] postulado de uma evolução comum das sociedades em direção a um ‘optimum’ teórico”. (LACOSTE, 1962, p. 5 apud MUSSET, 2007, p. 90).

A classificação puramente econométrica foi rejeitada por Yves Lacoste (1962, apud MUSSET, 2007), segundo ele enviesada por não demonstrar questões relativas à distribuição da renda, nem tampouco à qualidade de vida. Em substituição a tais métodos de diagnóstico, Musset (2007) considera adequada a proposição de Yves Lacoste para a classificação de um território como subdesenvolvido, segundo a avaliação de questões relacionadas ao...

[...] desperdício dos recursos naturais, da fraca produtividade da agricultura tradicional, da atrofia das classes médias ou da hipertrofia de um setor terciário qualificado de parasita, mas também, e, sobretudo, da existência de desigualdades sociais insuportáveis, da desagregação e subordinação das estruturas econômicas. (MUSSET, 2007, p. 91).



Amartya Sen (1993), na mesma linha de pensamento de Yves Lacoste, propõe que o subdesenvolvimento está mais associado à noção de capacidade das pessoas de lidarem e superarem as dificuldades que o viver impõe, do que aos resultados econômicos numericamente avaliados. Este economista, cujos trabalhos inspiraram a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1990, ao diferenciar os países em termos de resultados econômicos, refere-se a eles apenas como ricos ou pobres e condiciona o desenvolvimento à expansão das capacidades humanas. (MUSSET, 2007).

Sen (2000, apud MUSSET, 2007), ao defender seu indicador de desenvolvimento, argumenta que se convive melhor com a pobreza em um país pobre do que num país rico.

Se o habitante dos campos indianos não vê problema em aparecer em público, sem nenhuma vergonha, trajando roupas relativamente modestas, e se ele pode participar da vida comunitária sem ter telefone nem televisão, as exigências dos funcionamentos gerais em termo de bens são de outro modo elevadas num país onde as pessoas utilizam cotidianamente uma maior cesta de bens de todos os tipos. (SEN, 2000, p. 167, apud MUSSET, 2007, p. 107).

Segundo Sen (2000, apud Musset, 2007), homens moradores em territórios pobres nos centros urbanos de países desenvolvidos têm probabilidades menores de atingir os 40 anos do que homens bolivianos em regiões pobres, por exemplo.

Em um dos artigos no qual Sen (1993) defende a relação entre o desenvolvimento e a expansão das capacidades, talvez o seminal, o autor introduz sua proposição, resgatando o pensamento kantiano sobre a obrigação de os seres humanos serem encarados como “[...] fins em si mesmos e não meios para outros fins [...]”. (SEN, 1993, s/p). Desta forma, o autor contrapõe-se à ideia de desenvolvimento introduzida pelos políticos norte-americanos na fala de Harry Truman e defende a legitimidade dos diferentes modos de vida, assim como o direito de os seres humanos serem contemplados pelas políticas públicas com os instrumentos que contribuam para o aumento das capacidades individuais e coletivas.

Esse princípio é importante em muitos contextos — mesmo na análise da pobreza, do progresso e do planejamento. Os seres humanos são os agentes, beneficiários e juízes do progresso, mas também são, direta ou indiretamente, os meios primários de toda produção. Esse duplo



papel dos seres humanos dá origem à confusão entre fins e meios no planejamento e na elaboração de políticas. De fato, essa confusão pode tomar — e frequentemente toma — a forma de uma noção da produção e da prosperidade como a essência do progresso, considerando-se as pessoas como os meios pelos quais tal progresso na produção é obtido (ao invés de considerar a vida das pessoas como a finalidade última e tratar a produção e a prosperidade como meios, tão somente, para atingi-la).

Sen (2007) associa seu “enfoque da capacidade” à análise da liberdade. Seu raciocínio parte da percepção da vida humana como decorrente da “[...] combinação de várias efetivações e capacidades de realização [e destas com] a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver”, (SEN, 2007, s/p), encontrando, assim, a proposição marxiana segundo a qual, é necessário “[...] substituir o domínio das circunstâncias e do acaso sobre os indivíduos pelo domínio dos indivíduos sobre o acaso e as circunstâncias”. (MARX, K, e ENGELS, 1846, apud SEN, 2007, s/p).

## **A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS CARENTES DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

O mundo do terceiro milênio, engendrado pela integração dos mercados nacionais, desenhou um espaço composto por territórios submetidos a matizes variados, decorrentes dos diferentes níveis de densidade técnica-informacional. (SANTOS e SILVEIRA, 2002).

O Brasil, enquanto economia subdesenvolvida, no pós Segunda Guerra Mundial, aderiu à política Truman de desenvolvimento, fundada no argumento keynesiano que, ao atribuir uma tendência á estagnação da economia capitalista, justificou a intervenção estatal na economia. (KEYNES, 1982). Neste País, esta intervenção se traduziu na inauguração do período desenvolvimentista, por meio da implantação de sucessivos planos de desenvolvimento.

Até o final da década de 1980, a implantação do modelo de substituição de importações mobilizou recursos para a dinamização da economia industrial em seus diferentes estágios de realização, completando uma estrutura secundária, que somente deixou a desejar com respeito à tecnologia de informação. Este programa, entretanto, não auferiu alcançar os padrões de desenvolvimento ocidentais.



Nessa época, o País já havia conseguido inserir-se em uma estrutura industrial avançada, proporcionada pelo programa de substituição de importações. Contudo, segundo Moraes (2008, p. 312), “a industrialização não é suficiente para fazer com que um país salte fora da condição de subdesenvolvido”. Esta constatação de Moraes (idem) baseou-se nos indicadores de Celso Furtado do “desenvolvimento capitalista bem-sucedido”, quais sejam: crescimento sem ciclo e de modo a preservar os recursos naturais e humanos; bom nível de articulação nacional; participação na internacionalização econômica e tecnológica na base da troca em nível de semelhantes; e inclusão significativa do povo nos processos econômicos, sociais e políticos. Infelizmente, nenhum desses indicadores foi alcançado plenamente no Estado-nação brasileiro contemporâneo. (MELLO, 2010, p.32).

Ao final deste período, os acréscimos técnicos-científicos ao território brasileiro intensificaram fortemente o processo de edificação do País, mas não reverteram a condição de subdesenvolvimento, cuja denominação foi alterada para “em desenvolvimento”, em virtude da inserção da economia do País no setor industrial. Segundo Santos e Silveira (2002), inversamente ao avanço geral da economia brasileira, verificou-se o indesejado efeito da produção de um espaço onde se exacerbaram as desigualdades.

Já no século XXI, os novos instrumentos de trabalho e de gestão da informação, implantados no território, o colonizaram de forma seletiva: produziram locais - “nós” - de maior densidade técnica informacional, pontos onde as redes internacionais dos fluxos de comandos alcançam o território, com maior potencial de desenvolvimento, enquanto na maioria das localidades não contempladas, geraram interstícios de menor densidade e baixo potencial de desenvolvimento. É nestas localidades, onde as vocações não são globais que se dá a conexão com as iniciativas contra-hegemônicas.

## **INICIATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO**

Frente ao irreversível processo de globalização econômica, as escalas geográficas relevantes foram reduzidas a apenas duas: a global e a local. Muito embora, o processo de desenvolvimento acione, ao mesmo tempo, a composição escalar local, regional e internacional/global este se realiza no local. O “subdesenvolvimento”, por





sua vez, ocorre onde a globalização não alcança, porque há localidades onde não se espera aconteça a valorização capitalista.

As iniciativas contra-hegemônicas introduzem novos modelos de organização social produtiva, dotados de novas relações de produção mais justas e ambientalmente sustentáveis. Têm origem em um movimento centrado no combate à exclusão social, por meio da inclusão tanto de populações humanas, como também da natureza. (SOUZA SANTOS, 2003).

Modelos de organização social contra-hegemônicos reproduzem valores e princípios não capitalistas, contrários à separação entre capital e trabalho e comprometidos com princípios estranhos ao formato tradicional, quais sejam: respeito pela natureza, igualdade, equidade, solidariedade, cooperação, mutualidade, autonomia, democracia participativa, descentralização da produção, participação dos trabalhadores, princípios constitucionais igualitários, autogestão. (SOUZA SANTOS e RODRIGUES, 2002). Coerentemente com este modelo, Coraggio (1994) defende propostas urbanas, que contemplem a autoiniciativa das comunidades e a gestão pelos governos locais, para satisfazer as necessidades básicas da população. Recomenda o fortalecimento da economia popular formada por unidades domésticas de trabalhadores.

Por sua vez, Singer (2002) propõe a tomada de iniciativa pelo próprio desempregado, cabendo ao Estado apoiar um novo setor de reinserção produtiva, decorrente da fundação de cooperativas de produção e de consumo, nas quais se criem oportunidades de trabalho. O autor reconhece “a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo [no] seu isolamento [...]. O pequeno só é pequeno porque está sozinho”. (SINGER, 2002, p. 125).

Assim, pensar desenvolvimento local nos territórios preteridos pelos equipamentos pró-competitividade em nível de mercado internacional, domínio dos excluídos, passa por pensar na promoção de empreendimentos sociais contra-hegemônicos, geridos afim com os conceitos da gestão social, que proporcionem o fortalecimento individual no coletivo e que priorizem o desenvolvimento humano ao econômico.



## A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Instituições liberais têm se curvado às resistências à superação da pobreza e propõe “[...] um novo paradigma de desenvolvimento, centrado no ser humano, e que tem como princípio a equidade, [...], com a presença estratégica do Estado democrático, [para equilibrar] as forças do mercado e os direitos humanos fundamentais [...]”. (ARNS et al., s/d, p.7).

Moretti e Campanário (2009), ao realizarem a bibliometria da produção intelectual sobre responsabilidade social corporativa (RSC), resgataram as diversas fontes de pensamento sobre o tema, desde aquelas que consideram a RSC uma atividade estranha e indesejável na estrutura organizacional empresarial, como os liberais Friedman e Jensen, em virtude de comprometer a lucratividade empresarial. (Respectivamente 1970 e 2002, apud Moretti e Campanário, 2009).

A organização dos autores dedicados ao tema da RSC, por Moretti e Campanário (2009), mostrou a evolução do pensamento na direção da defesa da importância da responsabilidade social corporativa até o ponto de ser entendida como uma atividade obrigatória dentre as ações empresariais.

Assim, na mesma linha de pensamento dos liberais ...

[...] porém argumentando o contrário, Margolis e Walsh (2003) revelam que a conduta socialmente responsável das empresas ou é independente da lucratividade ou a ela está positivamente relacionada. Outros autores pregam o necessário envolvimento da empresa com o tema por razões diversas: a linha estratégica (Carrol, 1999; Ventura, 2003; Wood, 1991) identifica oportunidades de negócios no processo; a da ética dos negócios (Curado, 2003; Ferrel, Fraedrich, & Ferrel, 2001; Kreitlon, 2004; Lipovetsky, 2004) percebe as empresas como agentes portadoras da moral e da ética; a sistêmica ou do *stakeholder* (Donaldson & Preston, 1995; Freeman, 2003; Logsdon & Yuthas, 1997) reconhecem o envolvimento das empresas com os diversos públicos de pressão e interesse. De forma mais pragmática, Gomes e Moretti (2007) apontam que a agenda positiva da sustentabilidade (*triple botton line*) é uma tendência inexorável do movimento global à qual as empresas devem adaptar-se. (Moretti e Campanário, 2009, p. 70-71).

Por sua vez, Macke e Carrion (2006) destacam o crescimento dos projetos empresariais voltados para a área social e buscam em Schommer (2002, apud Macke e



Carrion, 2006, p. 7) diferentes motivos para estas empresas desenvolverem projetos de empreendimentos com caráter social, quais sejam:

(i) obtenção de vantagens competitivas, pois os consumidores passam a valorizar ética e participação das empresas na comunidade; (ii) fundamentação religiosa ou moral; (iii) promoção de valores de solidariedade interna e identificação e desenvolvimento de lideranças entre os funcionários; (iv) resposta a incentivos oferecidos pelo governo e outras instituições e (v) orientação e visão estratégica de sobrevivência em longo prazo. (idem).

Acrescente-se a estas razões, a necessidade de aceitação da empresa nas comunidades vizinhas às suas áreas de operação, com vistas em evitar custos, mais elevados, decorrentes de uma possível interrupção de suas atividades por moradores insatisfeitos com as operações empresariais.

As ações de responsabilidade social destinadas à formação e apoio a grupos produtivos locais já denota a presença da fragilidade intrínseca. A disponibilidade de pessoas para a formação dos grupos demonstra a incapacidade de organização individual em atividades produtivas independentes e rentáveis. As fragilidades explicam a condição de pobreza e a pobreza, por sua vez, explica as fragilidades, numa circularidade de difícil superação.

Tradicionalmente, a condição de pobreza está associada ao não usufruto dos benefícios proporcionados pelas ofertas de educação e de saúde. Desta constatação propugna-se sistemas públicos de educação e saúde de melhor qualidade e mais inclusivos, para que as pessoas acometidas, pelas desvantagens da pobreza, tenham uma chance maior de superar a penúria. (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Entretanto, partindo da compreensão da pobreza como uma situação de “privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm”, (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 6), além da ampliação da oferta de educação e saúde, a expansão das capacidades humanas, proposta por Sen (2000), “[...] ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas”. (Idem). Isto por que...

[...] a privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição considerável (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Essa definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada



como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 5).

A aproximação destes dois objetos – as ações de responsabilidade social e as características do indivíduo acometido pelas fragilidades que acompanham a sua condição de pobreza – aponta para a necessidade de se incorporar à ação de RSC o objetivo autêntico de promover o desenvolvimento humano nos locais onde se instalam os seus empreendimentos produtivos, rodeados dos bolsões de exclusão frutos da economia concorrencial. Neste caso, os projetos de responsabilidade social destinados a estas populações devem adotar as prescrições da gestão social para visar a autossustentabilidade dos programas.

## **A GESTÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Segundo Cançado, Pereira e Tenório (2013, p.103) “[...] a gestão social surge como contraponto à gestão burocrática do Estado e do Mercado, para cuidar do interesse público não estatal e alcançar o bem comum na perspectiva republicana”. Difere da gestão privada, classificada por Tenório (2005) como gestão estratégica, por evitar encarar o outro como um concorrente a ser excluído para fins de maximização do lucro. “Contrariamente, a gestão social deve ser determinada pela solidariedade, portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo”. (Idem, p. 103).

Fundada em suas próprias características, a gestão social não exclui as relações com o Estado e o mercado. Cançado, Pereira e Tenório (2013) a situam na interseção das relações que envolvem estas duas instâncias, “[...] numa estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e os sistemas de ações especializados em termos de funções de outro lado”. (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013, p.103).

Cançado, Pereira e Tenório (2013), em seu esforço de estabelecer os fundamentos teóricos deste novo paradigma de gestão, fundam a gestão social no conceito tocquevilliano do interesse bem compreendido (IBC) que estabelece uma relação direta entre o bem estar individual e o bem estar coletivo. A partir desta



assertiva, os autores estabelecem as categorias teóricas condizentes com o modelo de gestão social, quais sejam:

- solidariedade, cooperação e inclusão do outro para o bem da coesão grupal;
- sustentabilidade baseada no economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto;
- democracia deliberativa para a tomada de decisão;
- equilíbrio nas racionalidades que integre o desenvolvimento do capital ao desenvolvimento das capacidades humanas;
- dialogicidade inclusiva e ampla;
- intersubjetividade para o bem do entendimento das falas;
- comunidade de prática, “[...] espaços nos quais as pessoas se relacionam de maneira dialógica [...] onde ensinam-aprendendo (com os outros) e aprendem-ensinando (pelos outros) [...]”, (idem, p. 163);
- participação periférica promovendo a centralidade das pessoas que se encontram na periferia dos processos, por meio da difusão simétrica da informação;
- interorganização, por meio da reunião de organizações híbridas e complexas atraídas pelos mesmos objetivos, “[...] com multipolaridade nas relações de poder”. (Idem, p. 164).

A presença destas categorias nos processos de gestão social visa a emancipação, “**fim último da gestão social**” (idem, p.167), conquistada pelo sujeito, ao se libertar de uma dominação opressora, construindo a sua própria lei, rompendo com a posição de subalternidade e se defendendo da manipulação.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propes’ como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 2005, p. 42, apud CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013, p.167).

Assim, com vistas no desenvolvimento local, os projetos da responsabilidade social corporativa devem, além de observar as prescrições da gestão social, se ocupar em apreender a cultura local, os costumes e as técnicas dos sistemas produtivos; valorizar os saberes locais, dar consistência às políticas na simplicidade, apoiar a



criação de feiras e espaços de comercialização exclusivos para os pequenos produtores locais, e investir em qualificação do trabalho local.

Por outro lado, estes projetos devem ter como meta fortalecer a coesão social local, por meio do incentivo à auto-organização social, do estímulo às soluções colaborativas para problemas comuns e da incorporação da participação e da abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades.

### **QUAL O POTENCIAL DAS AÇÕES DE RSC CONVERGIREM PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, FUNDADO NA EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO?**

Os projetos de responsabilidade social implicam na disponibilização de recursos para as comunidades de suas áreas de influência. Estes recursos são geridos por profissionais portadores de uma formação sensível aos problemas sociais e dispostos a contribuir para a erradicação da pobreza.

Entretanto, a visão das áreas de responsabilidade social deve, necessariamente, ser destituída da perspectiva assistencialista e assumir a agenda positiva da sustentabilidade, autenticamente comprometida com a promoção do desenvolvimento local.

No caso dos projetos de RSC que visem a geração de renda, há que se lidar com as fragilidades dos indivíduos, a serem administradas no coletivo, conforme ensina o modelo da gestão social. Este modelo preconiza a cooperação, a solidariedade, a dialogicidade, a participação no processo decisório e a autogestão. Desta forma, promovem-se os grupos produtivos a comunidades de prática que valorizem o processo permanente de ensino-aprendizado de mão-dupla e incentivem a formação de interorganizações.

Moldados neste formato, os projetos de responsabilidade social poderão, de fato, contribuir para o despertar das capacidades, de acordo com o enfoque da capacidade de Sen, para o desenvolvimento local, entendendo que há diversidade no desenvolvimento, cuja avaliação é suportada por parâmetros qualitativos e não quantitativos.



Com respeito às exigências de sustentabilidade das associações produtivas, há que se considerar a importância do “timing” requerido para a superação das mazelas associadas a uma vida inteira de pobreza e de convivência com uma autoimagem fundada na baixa autoestima. O tempo esperado para o alcance da sustentabilidade é certamente muito mais longo do que o previsto em cronogramas de implantação dos projetos produtivos hegemônicos e, sua avaliação é qualitativa das capacidades, ao contrário da meta empresarial de equilíbrio seguida de lucro.

A realização deste modelo de RSC posiciona o órgão responsável por sua gestão na estrutura administrativa privada numa interface com a esfera pública. Podem os objetivos da RSC se afinarem com as metas competitivas? Se tais ações convergirem para o bem do desenvolvimento local, obtém-se um efeito colateral que resulta na emancipação das comunidades outrora submetidas ao peso do subdesenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ARNS, P. C. et al. *Desenvolvimento institucional e articulação de parcerias para o desenvolvimento local*. Recife: BNDES.

CANÇADO. Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Gestão Social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CORAGGIO, J. L. A construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS, Jr. O. (Orgs.). In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL. *RAE – eletrônica*, vol. 1, nº 1, jul-dez/2002.

ESTRADA, A. A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. *Akrópolis*, Umuarana, v. 17, n. 2, p. 85-90, abr./jun. 2009.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n 18, out-dez, 1976.

KEYNES, John Maynard (1883-1946). Tradução, Mário R da Cruz. Revisão Cláudio Roberto Contador. *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.





MACKE, Janaina; CARRION, Rosinha Machado. Indicadores e Metodologia para a Avaliação de Programas de Responsabilidade Social Empresarial: Foco no Desenvolvimento Local. *Anais...* 30º Encontro da ANPAD. Salvador: 2006.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. *Mineração de ferro e enclave: estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira*. Dissertação de mestrado. Uberlândia: IE/UFU, 2000.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. *As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2010.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral; CAMPANARIO, Milton de Abreu. A Produção Intelectual Brasileira em Responsabilidade Social Empresarial – RSE sob a Ótica da Bibliometria. *RAC*, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 5, p. 68-86, Junho 2009. Disponível em [www.anpad.org.br/rac](http://www.anpad.org.br/rac). Acesso em 19 out 2014.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MUSSET, Alain. De Lênin a Lacoste. Os arquétipos espaciais do subdesenvolvimento. In: RIBEIRO, MTF., e MILANI, CRS. (Orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 28 out. 2014. P. 86-113.

MYRDAL, Gunnar. Tradução de Ewaldo Correa Lima. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1960.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia Regional*. Textos Escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

SANTOS, M e SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEN, Amartya. Estado, reformas e desenvolvimento. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, nº. 28-29, São Paulo, apr. 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>>. Acesso em 28 out. 2014.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.). In: *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

SOARES, Weber. *Diagnóstico Socioeconômico do Vale do Jequitinhonha*. Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2009.



SOUZA SANTOS, Boaventura. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, maio, 2003. P. 3-76.

SOUZA SANTOS, Boaventura; RODRIGUES, César. Introdução para ampliar o cânone da produção. In: Souza Santos, Boaventura. In: *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. *Revista Desenvolvimento em questão*. Editora Unijuí • ano 3 • n. 5 • jan./jun. • 2005 p. 101-124.

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. *kriterion*, Belo Horizonte, nº 127, Jun./2013, p. 109-124.



## **SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS**

SILVA, Ricardo dos Santos

*Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia-PPGS*  
ricardosilva@usp.br

SILVA, Priscila Raposo

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social-PPGDS*  
priscilaraposonery@gmail.com

PEREIRA, Anete Marília

*Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social-PPGDS*  
anetemarilia@gmail.com

18

### **RESUMO**

O capitalismo no Brasil apresenta especificidades que marcaram a configuração do mercado de trabalho no país. O caráter dependente das economias, seja em nível nacional ou regional, condiciona as formas de exploração da força de trabalho. Realizou-se neste artigo a aplicação do conceito de superexploração do trabalho na análise das relações estabelecidas entre trabalhadores e empregadores do setor lojista em um município na região norte de Minas Gerais, evidenciando a pertinência deste conceito para a análise da informalidade e da ilegalidade existentes no mercado de trabalho local. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 (vinte) trabalhadores informais no referido município. Constatou-se que o grupo de trabalhadores se caracterizava pelo longo tempo na informalidade, baixos salários, jornadas de trabalho superiores ao regulamentado pela CLT, ausência de pagamento de hora extra e pelo acúmulo de funções.

**Palavras-chave:** Capitalista; Superexploração do trabalho; Informalidade;

### **ABSTRACT**

Capitalism in Brazil has specific characteristics that marked the configuration of the labor market in the country. The dependent nature of economies, whether in national or regional level, conditional forms of exploitation of labor power. Was held in this article the application of the concept of exploitation of workers in the analysis of relations between workers and employers in the merchant sector in a municipality in northern Minas Gerais, showing the relevance of this concept to the analysis of informality and illegality in existing the local labor market. To this end, semi-structured interviews with twenty (20) informal workers were held in that city. It was found that the group of workers was characterized by informality in the long, low wages, days of work to higher regulated by CLT, no overtime pay and the amount of functions.

**Keywords:** Capitalist System; Overexploitation of work; Informality.



## INTRODUÇÃO

O capitalismo no Brasil apresenta especificidades que marcaram a configuração do mercado de trabalho no país. O caráter dependente da economia condicionou as formas de exploração da força de trabalho. Realiza-se neste artigo a aplicação do conceito de superexploração do trabalho na análise das relações estabelecidas entre trabalhadores e empregadores do setor lojista em um município na região norte de Minas Gerais. Adverte-se que não se efetua aqui uma transposição mecânica da análise marxista para a compreensão do caso em estudo, mas recorre-se a alguns dos seus conceitos/elementos teóricos para o entendimento das relações de trabalho no referido setor.

Aborda-se nesta pesquisa o que na terminologia marxista é denominado *trabalho improdutivo*, ou seja, trabalho que não produz mais-valia. São objetos de análise diferentes (trabalho produtivo – industrial – e o trabalho improdutivo – lojista), baseados em contextos sócio-históricos distintos. Porém, isso não inviabiliza a utilização do referencial marxista no setor lojista, especialmente o prolongamento da jornada de trabalho, a redução do consumo operário e a intensificação do trabalho. O ponto fundamental é que as subcategorias (produtivo e improdutivo) agrupam trabalhadores que são explorados pelo capital e enfrentam contradições similares.

Na sociedade capitalista o trabalho foi dividido entre a força de trabalho e a proprietários dos meios de produção. O capitalista compra no mercado a força de trabalho, como uma mercadoria – há uma variação nas formas de aquisição dessa força de trabalho de acordo com a constituição do mercado de trabalho de cada país, o seu grau de regulamentação efetiva, enfim com as relações historicamente estabelecidas.

Foi realizada uma breve análise sobre o sistema capitalista, notadamente sobre esse sistema no Brasil, bem como as condições de superexploração que marcam as relações de produção. Considera-se a forma como ocorre à superexploração – remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, prolongamento e aumento da intensidade da jornada de trabalho.

Verificou-se como as formas de ocupação desta força de trabalho tornaram-se precárias, evidenciadas, por exemplo, na desregulamentação do trabalho. Novas tecnologias foram inseridas nos processos de produção acarretando várias mudanças. Os trabalhadores foram afetados pela instabilidade, surgiram formas de trabalho atípicas, ou seja, trabalhos temporários, trabalhos parciais, trabalhos em domicílios, trabalhos informais, etc.



Por fim, são apresentados alguns resultados de pesquisa de campo realizada em um Município da região Norte de Minas Gerais, especificamente do setor lojista, evidenciando a pertinência do conceito de superexploração da força de trabalho para a análise da informalidade e da ilegalidade existentes no mercado de trabalho local.

## BREVE ANÁLISE SOBRE O SISTEMA CAPITALISTA

Marx (1991; 1998) efetua uma análise detalhada da produção capitalista, abordando os processos que levaram a emergência desse modo de produção e a dinâmica que movimenta o seu desenvolvimento. O surgimento do trabalhador, segundo Marx (1991), está baseado em quatro processos históricos de dissolução, a saber: 1º) a dissolução da relação com a terra (condições objetivas de trabalho) que se apresenta como condição natural de produção do homem; 2º) dissolução da relação na qual o homem é o proprietário dos instrumentos de trabalho, as formas de trabalho artesanal; 3º) o homem deve possuir de meios de consumo anteriores à produção, uma espécie de fundo de consumo, para sua manutenção enquanto produtor, ser proprietário dos meios de subsistência e; 4º) a dissolução das relações que apresentam o trabalhador como parte direta das condições objetivas de produção sendo objeto de apropriação na qualidade de escravos ou servos<sup>1</sup>.

Os processos históricos de dissolução, segundo Marx, levam o indivíduo a se confrontar com as condições objetivas de produção como propriedade alheia, que não lhe pertence, mas, simultaneamente, há a possibilidade de intercâmbio de valor por meio do trabalho vivo. Em outros termos, pode-se ter acesso aos meios de subsistência mediante a atuação sobre as condições objetivas de produção, ou seja, pelo trabalho, mas a relação passa a ser pautada pela troca. Esses processos realizaram a dissociação de elementos combinados, ou seja, produtor direto e o solo, produtor direto e os instrumentos de produção, produtor direto e os meios de subsistência<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Sem a concretização desses pré-requisitos históricos “o trabalhador não pode aparecer como trabalhador livre, como capacidade de trabalho puramente subjetiva, sem objetividade, enfrentando as condições objetivas da produção como sua *não-propriedade*, como propriedade alheia como valor existente por si mesmo, como capital” (MARX, 1991, p.93).

<sup>2</sup> A aplicação empírica, por sinal bastante conhecida, do conceito de acumulação primitiva é fornecida pelo próprio Marx (1998) ao analisar a transição para o capitalismo a partir “cercamento dos campos” na Grã-Bretanha, uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista, sendo seu marco inicial. Enfim, Marx forneceu os elementos para a compreensão da transformação do trabalho em mercadoria, trocada por salário/meio de subsistência pelo trabalhador e utilizada, pelo capitalista, na forma de consumo produtivo para a fabricação de outras mercadorias. A concepção *materialista histórica* do autor confere a importância decisiva à estrutura econômica da sociedade feudal, pois os elementos para a formação da sociedade capitalista emergiram por meio da



O processo de produção capitalista, para Marx (1983), posto como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado. Este processo reproduz por meio de seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Reproduzindo constantemente as condições de exploração do trabalhador, obriga-o a vender sua força de trabalho para viver e sempre capacitando o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Pois, não é o trabalho que é vendido como mercadoria, mas a sua força de trabalho. Acreditando, todavia que, não foi o acaso que contrapôs capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado.

Assim, o sistema capitalista, segundo Engels (1979), foi responsável pela divisão da sociedade onde um lado há riquezas gigantescas e um excedente de produtos que os compradores não podem absorver - classe pequena e imensamente rica. Por esta razão, do outro, existe uma grande massa de proletários, transformada em assalariados e incapacitada de apropriar-se do excedente destes produtos. Pois, sabe-se que “uma classe não pode viver senão trabalhando, mediante salário, para os possuidores dos meios de produção (...)” (ENGELS, 1979, p.55).

Marx (1983) elucidou a relação de exploração da qual participa a classe trabalhadora, constatando a distinção entre o trabalho necessário pago ao trabalhador, base para a reprodução da força de trabalho, e o trabalho excedente, que equivale à quantidade de trabalho não pago ao produtor direto, ou seja, apropriada pelo capital. Descortinava a base das intensas contradições do modo de produção capitalista em toda a sua complexidade. Contradições que atingem todos os proletários (classe trabalhadora) do mundo, independente da categoria profissional, do setor produtivo, da qualificação, etc.

Em relação a este processo de exploração da força de trabalho, Marx não ignorava a possibilidade de o capital remunerá-la abaixo do seu valor ou de consumi-la além das condições normais (LUCE, 2013). Marini (2000) também analisou criticamente as relações de produção no capitalismo latino-americano, para elucidar uma categoria que se encontra vigente: o conceito de superexploração<sup>3</sup>. Sendo que pra ele, a superexploração seria o resultado do

---

sua decomposição. O trabalhador (a força de trabalho) só se torna mercadoria ao se dissociar de sua condição de escravo, servo, e de sua subordinação aos regulamentos das corporações. A única alternativa que lhe restaria para garantir sua sobrevivência seria a venda da sua força de trabalho.

<sup>3</sup> A ideia de superexploração não aparece diretamente nos escritos de Marx, mas o que Marini chama de superexploração é o mesmo que Marx chama de exploração, e, em ambos, trata-se de aumento no grau de exploração da força de trabalho (NASCIMENTO; DILLENBURG e SOBRAL, 2013).



emprego conjunto dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora pelo capital analisados por Marx.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO PERIFÉRICO**

Embora não tenhamos a pretensão de fazer uma discussão aprofundada do capitalismo nos países periféricos, devido aos limites do presente estudo, algumas considerações, ainda que breves, sobre o capitalismo latino-americano devem ser feitas para se compreender o caráter periférico desse sistema, especialmente no Brasil.

A colonização se relacionou com o processo de constituição do capitalismo na Europa. A acumulação de capital proveniente da colônia e sua concentração nas mãos da burguesia metropolitana e a criação de um mercado colonial foram essenciais para a transição do feudalismo ao capitalismo. “O que há, portanto, é uma única totalidade, ou melhor, um único processo, em que o ‘sentido’ e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas” (MELLO, 1986, p.42). Na mesma direção, Oliveira (1980) afirma que a colônia produzia para um tipo especial de comércio, ou seja, o comércio colonial. O objetivo que comandava o processo de colonização era a acumulação primitiva de capital na metrópole.

O escravismo colonial alimentava este processo de acumulação primitiva de capital, porém seu efeito interno nas economias coloniais era o impedimento à diferenciação da divisão social do trabalho. Nessa forma de economia, da qual a brasileira é um exemplo emblemático, a acumulação “resulta na ampliação do fundo de terras, sem entretanto produzir renda da terra, e ampliação do fundo de escravos, que corresponde ao capital constante; é uma acumulação de riquezas, mas não de capital” (OLIVEIRA, 1980, p.23).

A unidade entre economia colonial e desenvolvimento do capitalismo estimulou o período manufatureiro, movimento que, posteriormente, levou à Revolução Industrial, ou seja, a emergência do modo especificamente capitalista de produção. Com o surgimento de forças produtivas capitalistas a acumulação não mais precisou de apoios externos. Assim, este movimento propõe e estimula a extinção da economia colonial (MELLO, 1986).

A oposição entre capitalismo industrial e economia colonial ocorreu porque se demandava das colônias alimentos e matérias-primas produzidas em massa (não mais produtos agrícolas e metais preciosos), somente a produção em massa poderia reduzir os preços destes





produtos. Visava-se a complementaridade da produção mercantil para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e o custo dos elementos componentes do capital constante; se exigia da periferia a generalização das relações mercantis, em outras palavras, a mercantilização da força de trabalho – isto significava uma contradição com relação às formas de trabalho compulsório.

Este quadro leva, na América Latina, a crise da economia colonial. Embora haja a destruição do trabalho compulsório – um dos fundamentos da economia colonial –, há o estímulo decisivo à ruptura com o Pacto Colonial e à composição dos Estados Nacionais. Esta ruptura não estimulou de imediato a difusão do capitalismo na região, devido às dificuldades internas para se organizar economias exportadoras vigorosas (MELLO, 1985).

No Brasil, segundo Oliveira (1980, p.28), algumas restrições marcaram o desenvolvimento tardio do capitalismo no país.

A ausência de uma economia de trocas anterior, uma divisão social do trabalho entre campo e cidade estanque, a concentração da renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo, a ausência de “virtualidade técnica” da força de trabalho e, com a Abolição, a explosão de uma “população para o capital”, marcarão, fortemente, as condições do nascente capitalismo industrial no Brasil da República Velha (OLIVEIRA, 1980, p.28).

Além destas restrições, havia a intermediação comercial e financeira externa que evidenciava a irracionalidade do sistema econômico brasileiro orientado por uma burguesia agrária. O financiamento externo sustentava a economia agroexportadora, entretanto este mecanismo de financiamento obstava a produção do valor de mercadorias que se realizassem internamente. Esse financiamento externo consumia todo o valor da economia agroexportadora, pois esse valor “acabou por destinar-se substancialmente a pagar *os custos da intermediação comercial e financeira externa*, operando-se uma redistribuição da mais-valia entre *lucros internos* e *lucros externos* completamente desfavorável aos primeiros” (OLIVEIRA, 1980, p.31).

A crise dos anos trinta evidencia o quão problemático era este sistema econômico. O último recurso de sustentação deste sistema, pautado pela “irracionalidade”, foi a destruição dos excedentes de café. O financiamento externo à economia agroexportadora era um obstáculo ao desenvolvimento de uma divisão social do trabalho em direção ao capitalismo industrial. Os setores não exportadores não apresentavam o sistema de financiamento, acima descrito. Este



sistema, utilizado nas atividades agroexportadoras, consumia a maior parte do excedente produzido pelas exportações e pela totalidade do sistema econômico.

Silva (1985) adverte que, no nível estrito da circulação de capitais, não se pode compreender o movimento real do capital. É necessário pautar a análise pelo conceito de reprodução de capitais. Desse modo, contrariamente à observação de Oliveira (1980) de que o financiamento externo e o conseqüente pagamento dele com juros seria um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo no país. Silva (1985) afirma que, ao nível estrito das contas externas do Brasil com o exterior, parece correto dizer que nada ficou destes empréstimos no país. Esta visão “choca-se, entretanto, com a impossibilidade de explicar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em particular as transformações capitalistas da economia cafeeira, se não considerarmos o papel fundamental desempenhado pelos empréstimos externos” (SILVA, 1985, p.33).

Assim, estes empréstimos se converteram: no financiamento da imigração massiva de trabalho (contribuindo para a formação de um mercado de trabalho no Brasil); na construção de numerosas estradas de ferro; na implantação de serviços públicos e industriais; e na construção e consolidação do Estado no país (SILVA, 1985). Isto contribui substancialmente para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e condicionou os seus contornos, notadamente o caráter dependente da sua economia o que apresenta implicações sobre a utilização da força de trabalho.

## **A EXTRAÇÃO DA MAIS-VALIA NAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS - SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

A superexploração do trabalho que hoje se manifesta nos países centrais <sup>4</sup>, historicamente fez parte do universo produtivo das economias periféricas. Marini (2000) na sua *dialética da dependência*, afirma que historicamente a América Latina se vinculou a economia mundial de forma dependente, o que contribuiu para o processo de superexploração da força de trabalho. Segundo o autor supracitado, o intercambio desigual do qual participa a América Latina ocasiona uma perda de mais-valia não recuperável nas relações de mercado.

<sup>4</sup> Fato também ressaltado por Tumolo (2001, p.82, grifo meu) “Não obstante, para além do desemprego, que assola também o centro do sistema, convertendo-se num dos problemas mais graves da atualidade, e do conjunto de perdas sofridas pelos trabalhadores, uma das principais especificidades do atual padrão de acumulação tem sido a **generalização mundial da extração da mais-valia absoluta, inclusive nos países centrais**”.



A forma encontrada para compensar essa perda se situa no plano da produção por meio de três mecanismos que compõem a superexploração do trabalho, a saber: a intensificação do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho e; a redução do consumo do operário para, assim, extrair mais trabalho excedente. Em termos tecnológicos e da participação da periferia capitalista na divisão internacional do trabalho, a superexploração é “congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela” (MARINI, 2000, p.125).

A superexploração se caracteriza, também, por negar ao trabalho as condições de reposição da força de trabalho despendida durante a produção, pois fica sujeito a um dispêndio de trabalho superior ao normal, resultando assim no esgotamento prematuro da sua força de trabalho<sup>5</sup>. Além disso, o trabalhador não pode repor suas forças de trabalho via consumo, pois seu consumo é reduzido abaixo do mínimo indispensável a essa reposição. Assim, a força de trabalho é remunerada aquém do seu valor, Marini (2000).

Impende observar, que a categoria da superexploração da força de trabalho pode ser captada como uma violação do seu valor, tanto porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador, como também por ser remunerada inadequadamente.

A influência exercida pela concorrência intercapitalista, a existência de um mercado de trabalho em desequilíbrio no sentido da desunião da classe trabalhadora entre empregados e desempregados (e a concorrência entre eles), são alguns dentre os motivos enumerados por Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013), que impulsionaram os capitalistas a empregarem os mecanismos de superexploração sobre a classe trabalhadora, e que de certa forma determinam a redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor.

Cabe salientar que o mercado de trabalho se encontra saturado da mercadoria força de trabalho, o que vem sendo demonstrado pelo desemprego crescente em várias economias. É nesta economia em declínio, que o trabalhador necessita empregar sua força de trabalho para sobreviver. Desta forma, os trabalhadores, embora resistam, sofrem os condicionamentos impostos pelo capital. Quadro agravado pela concorrência existente entre os próprios trabalhadores que necessitam vender a sua força de trabalho.

<sup>5</sup> No interior desse sistema, compondo as relações que caracterizam a exploração do trabalho, está o desejo exacerbado e a necessidade por parte dos capitalistas de extrair mais-valia, ou seja, retirar o lucro, impulsionando-os a empregarem de forma cada vez mais aguda e aperfeiçoada, os mecanismos de superexploração da força de trabalho (NASCIMENTO; DILLENBURG e SOBRAL, 2013).



O atual quadro de precarização do trabalho pode ser compreendido a partir de dois conceitos de inspiração marxista, atualizados com o intuito de compreender as transformações no mundo do trabalho no contexto histórico da reestruturação produtiva. Trata-se das abordagens que destacam, por um lado, a *superexploração do trabalho*, baseadas nas formas de extração do sobretrabalho fundamentadas na *mais-valia absoluta* e, por outro lado, abordagens que enfatizam a extração do sobretrabalho fundamentada no avanço da ciência e tecnologia ou *mais-valia relativa*, noutros termos, na proeminência do princípio do *trabalho morto* no processo produtivo.

A partir da década de 1970, nos países de capitalismo avançado, o processo de reestruturação produtiva foi marcado pela flexibilidade e desregulamentação do trabalho. Segundo Pochmann (2002) houve o aumento do desemprego, da desregulamentação do mercado de trabalho, da flexibilização dos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e o arrefecimento da sindicalização – fenômenos que evidenciaram uma maior autonomia das empresas. Esse contexto, segundo Mészáros (2006), reflete a tendência socioeconômica de *equalização descendente da taxa de exploração diferencial*. Esse conjunto de fatores contribui para a superexploração do trabalho nos países de capitalismo centrais.

O processo de acumulação capitalista no contexto de reestruturação produtiva apresenta os aspectos antagônicos do sistema, a saber: a necessidade de diminuição do trabalho vivo em alguns setores ou ramos produtivos (processos de racionalização com vistas à diminuição dos custos, etc.); e o retorno da *superexploração do trabalho*. Nos termos de Mészáros (2006, p.38) “temos aqui que enfrentar uma tendência extremamente significativa e de longo alcance: o **retorno da mais-valia absoluta**, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de ‘capitalismo avançado’”.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil foi iniciado na década de 1980 e intensificado na década posterior. Esse processo se articula às características históricas do país, por exemplo, à baixa remuneração da força de trabalho – essa característica apresenta efeitos contraditórios, pois se por um lado há a atração de investimentos externos, por outro, pode ser um obstáculo ao avanço tecnológico interno (ANTUNES, 2006). Adverte-se que a reestruturação produtiva não é homogênea, há uma mescla de modelos produtivos<sup>6</sup>. Enfim,

<sup>6</sup> A reestruturação produtiva no Brasil “vem se efetivando mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores”



percebe-se no país “a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados<sup>7</sup> e uma melhor qualificação da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho” (ANTUNES, 2006, p.19).

Outras abordagens, como a de Alves (2008), destacam a expansão do capital em escala global baseada na extração da mais-valia relativa. Segundo Alves (2008, p.12),

(...) a grande indústria é a forma histórica em que o capital, como “contradição viva”, atinge seu pleno desenvolvimento categorial. Por isso, a vigência contraditória de ideologias de racionalização do trabalho vivo (fordismo-taylorismo e toyotismo) nas condições da organização da produção capitalista baseada no princípio do trabalho morto.

Essa predominância de métodos de produção baseados no trabalho morto rompe com a perspectiva segunda a qual a extração da mais-valia está fundamentada na intensificação do trabalho e no prolongamento da jornada diária do trabalhador. A reestruturação produtiva do capital e as conseqüentes transformações nas relações de trabalho não poderiam ser analisadas a partir da superexploração do trabalho. A precarização do trabalho expressa a ascendência da mais-valia relativa que torna supérflua a força de trabalho no processo produtivo – daí o aumento da produtividade com o enxugamento da força de trabalho.

Aqui ganha força a ideia da ciência como principal força produtiva que expressa “substituição histórica da substância de ‘trabalho abstrato’, em conseqüência da alta produtividade (‘força produtiva ciência’) alcançada pela mediação da concorrência” (KURZ, 1992, p.205).

Como sugerido anteriormente, o aumento da dimensão constante do capital no processo produtivo não exclui a sua dimensão variável, pois inviabilizaria a reprodução do capital (ANTUNES, 2005). Destarte, em contraposição à tese da ciência como principal força produtiva percebe-se uma maior inter-relação, interpenetração entre trabalho e ciência. O ponto em comum nas diferentes perspectivas teóricas assenta no diagnóstico das transformações que afetaram dramaticamente os trabalhadores, notadamente com o surgimento do desemprego estrutural e da instabilidade no mercado de trabalho.

(ANTUNES, 2006, p.19). Assim, elementos do fordismo, ainda com presença marcante na produção brasileira, se mesclam com as novas formas de acumulação e de gestão da força de trabalho.

<sup>7</sup> Marx (1980) observou que o emprego da maquinaria-tecnologia ou de qualquer outro desenvolvimento das forças produtivas do trabalho apresenta como finalidade “baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de



## MERCADO DE TRABALHO: FORMALIDADE E A INFORMALIDADE

No Brasil o mercado de trabalho, segundo Noronha (2003), começou a se desenvolver no início do século XX como forma predominante de produção de bens e serviços. O trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada durante as primeiras três décadas, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes. Um amplo código de leis do trabalho foi estabelecido na época de Getúlio Vargas, marcando o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de “formalidade” e “informalidade” foram pouco a pouco sendo construídas. Houve um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado sobretudo por leis federais e apenas secundariamente, por contratos coletivos<sup>8</sup>.

Para se compreender a noção de “informalidade” é preciso entender também a de “formalidade”. O entendimento destas expressões se dá através da ordem jurídica. Basicamente, o que distingue o setor formal e informal é a ideia de que o setor informal é formado por atividades econômicas executadas à margem da legislação. Daí haver a concepção de que se realizam em mercados não regulamentados, que estão fora da lei. Os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada, são informais, já que o setor formal se define como aquele que apresenta vínculo evidente de contrato de trabalho como os funcionários públicos estatutários, militares e trabalhadores com carteira assinada.

Noronha (2003) destaca algumas tendências para se entender a relação entre informalidade e ilegalidade, já que aquilo que não está enquadrado dentro da legislação se torna ilegal. Opõe os conceitos em que são percebidos os contratos de trabalho:

(...) formal/informal na perspectiva dos economistas, que vinculam a informalidade ao subemprego e atividades periféricas não rentáveis; 2) o justo/injusto na concepção da opinião pública, que concebe a formalidade apenas para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada; 3) a oposição legal/ilegal do ponto de vista dos juristas, que adotam a fórmula da legalidade/ilegalidade. Para eles, “não há contratos formais ou informais, mas apenas legais ou ilegais” (NORONHA, 2003, p. 112).

---

trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia” (MARX, 1980, p.424).

<sup>8</sup> “A legislação do trabalho estabelecia, de maneira cada vez mais detalhada, quais eram as regras mínimas de relações de trabalho justas. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e muitos outros direitos foram definidos por lei. Acordos coletivos tiveram um papel bastante secundário nesse processo. Muitos direitos sociais também foram garantidos aos trabalhadores, aqui entendidos como trabalhador formal” (NORONHA, 2003, p.113).





A falta de regulamentação jurídica do setor informal gera consequências aos integrantes deste, pois os mesmos não são beneficiados pela legislação trabalhista<sup>9</sup>, ficando à margem dos encargos sociais, de boas condições de trabalhos, de salários, entre outros.

É difícil encontrar uma explicação para as diferentes razões que levam à não observância da lei, mas pode-se associar superficialmente com os custos que seriam adquiridos. De acordo Ulyssea (2004), no caso das firmas é possível classificar os custos da formalidade em dois grandes grupos: os custos de entrar no setor formal, relacionados ao custo de legalização e registro do empreendimento; e os custos de permanecer no setor, que podem ser divididos em duas categorias: custos monetários (impostos e taxas) e custos burocráticos.

Em contrapartida, há também variados custos àqueles que optarem pela informalidade/ilegalidade. Resumem-se também a dois tipos: as penalidades impostas à firma quando a infração é detectada; e a incapacidade das firmas informais de se beneficiarem parcial ou integralmente dos bens ofertados pelo governo, entre os quais o sistema judicial e a polícia. Este segundo aspecto tem como consequência a impossibilidade de as firmas exercerem plenamente o direito de propriedade sobre seus produtos e capital, o que aumenta a incerteza e os custos de transação e monitoramento dos negócios informais. Além disso, a incapacidade de assegurar os direitos de propriedade faz com que estas firmas tenham seu acesso ao mercado de crédito severamente prejudicado, afetando assim, sua capacidade de desenvolvimento.

Na perspectiva do trabalhador, o principal custo da formalidade está associado aos impostos inerentes ao contrato formal, em particular, o imposto de renda e a contribuição previdenciária. Por outro lado, a informalidade implica a perda dos benefícios associados ao emprego formal: seguro-desemprego, férias remuneradas, entre outros. Ainda existe a prática de alguns trabalhadores processarem seus empregadores quando demitidos, demonstrando os contratos desiguais existentes. Além disso, o setor informal caracteriza-se por apresentar taxas de separação e rotatividade mais elevadas do que aquelas observadas no setor formal e, portanto, maior instabilidade das relações de trabalho.

Devido, principalmente, a esta fuga dos impostos e dos registros oficiais, muitos consideram com uma economia clandestina, que hoje se sabe que é do conhecimento de todos,

<sup>9</sup> A legislação do trabalho garante ao trabalhador: salário mínimo capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador, trabalho não excedente de oito horas, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, 13º salário, PIS/PASEP, FGTS, aposentadoria, etc. São garantias, de possuir meios lícitos de sobrevivência. Daí, se tem um problema enfrentado em todo o país, pois muitas entidades empregadoras não cumprem com a legislação vigente, (FERRARI, 1998).





inclusive do aparato estatal. Segundo Siqueira (2008), a ineficiência do sistema estatal, caracterizado pela cobrança excessiva de impostos, pela burocracia e pela corrupção, faz com que a vida dentro das regras, através do pagamento correto de impostos e respeito aos direitos individuais e sociais do cidadão, torne-se inviável, estimulando-se, dessa maneira, o surgimento de sistemas alternativos que, apesar de burlarem a ordem jurídica, garantem condições mínimas de sobrevivência a seus integrantes, funcionando para o Estado como um "freio" capaz de evitar o colapso social.

### **SUPEREXPLORAÇÃO E INFORMALIDADE NO TRABALHO EM MUNICÍPIO NA MESORREGIÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS**

Como assinalado anteriormente, o setor formal é aquele onde há regulamentação do trabalho a partir da carteira assinada, o trabalhador pode assim possuir meios lícitos de sobrevivência. O que está fora disto se caracteriza como informal. Isto se torna um problema que é enfrentado em todo o país, pois vários empregadores não cumprem o que está previsto em lei.

A vigência da superexploração está presente em grande parte da economia capitalista, sendo de suma importância a análise crítica das relações de produção no capitalismo. Analisam-se alguns dados empíricos, concernentes à realidade de um município norte-mineiro com o intuito de demonstrar como a superexploração do trabalho se manifesta, também, nas relações de trabalho informais e ilegais.

Foram analisados dados coletados no ano de 2011, em um município de pequeno porte situado na região norte de Minas Gerais. A coleta de dados foi efetuada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas a 20 (vinte) trabalhadores informais<sup>10</sup> alocados no setor lojista. Esse setor apresenta empresas formais que utilizam trabalhadores sem carteira de trabalho assinada<sup>11</sup>.

Analisaram-se a situação socioeconômica e a informalidade dos trabalhadores. Foi verificado, por um lado, que estes trabalhadores compunham um grupo jovem com predominância feminina, apresentando semelhanças quanto à renda familiar, ao estado civil e

<sup>10</sup> De acordo com as recomendações de Fontanella; Ricas; Turato (2008), recorreu-se ao fechamento amostral por saturação teórica, ou seja, limitou-se o número de participantes na medida em que as informações apresentaram repetição, perfazendo assim um total de 20 entrevistas.

<sup>11</sup> Verificou-se, por exemplo, em uma área especializada no ramo de comércio no município em estudo a existência de 47 lojas (empresas formais) e 145 trabalhadores, sendo que dentro deste grupo 93 trabalhavam com carteira de trabalho assinada e, outros 52 não trabalhavam nas mesmas condições.



ao número de filhos. Por outro lado, havia uma oscilação significativa quanto à escolaridade, que variava do ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo.

No que diz respeito à variável ocupação, percebeu-se que ela é dividida entre duas: balconista e vendedor(a), ressaltando que não há muitas diversidades quanto a esta variável. A maior parcela (70%) se concentrava como vendedor(a) e, 30% dos trabalhadores informais ocupavam-se como balconistas. Observou-se que nenhum destes trabalhadores possuía um cargo mais elevado, por exemplo, cargo de gerência.

Quanto ao tempo de trabalho (em anos) na condição de informais, a maior parcela se concentrava entre mais de 1 a 2 anos, representando 45%. Logo após, com 25%, vem o tempo de 1 ano, seguido de mais de 2 a 3 anos com 20% e menos de 1 ano com 10%. Persiste o argumento de que os primeiros meses de trabalho compõem um período de “experiência”, não sendo “necessário”, por essa razão, o cumprimento da legislação trabalhista. Porém, independente da existência ou inexistência do contrato de experiência, a carteira de trabalho deve ser assinada desde o primeiro dia de ingresso no trabalho. O contrato de experiência apenas é necessário para que o empregador não tenha que pagar ao empregado o mês do aviso prévio. Este contrato pode ser celebrado por um prazo máximo de 90 dias, podendo ser prorrogado uma vez dentro deste prazo. Em suma, de acordo com os dados, constatou-se como é extenso o período em que estas pessoas se encontraram à margem do emprego formal, abdicadas dos direitos garantidos pela posse da carteira de trabalho assinada.

No que tange à renda pessoal que os empregados adquiriram nestes trabalhos, a maior parcela 60%, auferiu menos de um salário mínimo, 35% um salário, e por último 5% mais de um salário. De acordo a CLT, o salário mensal nunca pode ser inferior ao piso salarial da categoria fixado na Convenção Coletiva (Sindicato) da Categoria, sendo o salário mínimo, o piso citado. Segundo Luce (2013), durante a história da sociedade capitalista, foram necessárias duras lutas para que fosse estabelecida uma jornada normal de trabalho e uma remuneração mínima condizente. Aqui no Brasil, um parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor é o Salário Mínimo Necessário – SMN. Leva-se em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para cobrir os gastos com moradia, alimentação, saúde, educação, etc.

Considerando que o salário mínimo fixado no de ano 2011 (ano de realização desta pesquisa) era de R\$ 545,00, nota-se como mais da metade dos entrevistados recebiam



remuneração abaixo do SMN. Portanto, se o salário não alcança a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, identifica-se a superexploração. Isto significa que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor.

Direcionando esta análise para o número de horas trabalhadas diariamente, 75% dos entrevistados trabalhavam mais de 8 a 10 horas por dia, ficando 25% trabalhando até 8 horas. A jornada de trabalho prevista pela Constituição Federal é de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Percebeu-se um prolongamento na jornada normal de trabalho. Se o limite da jornada normal de trabalho está sendo ultrapassado é porque está em condições de superexploração mediante prolongamento da jornada de trabalho. Implica a apropriação pelo capital de anos de vida futuros do trabalhador (LUCE, 2013).

Contudo, o empregado pode trabalhar duas horas a mais por dia (horas extras), mas que devem ser pagas com adicional mínimo de 50% sobre a hora normal, mas se observou que apenas 5 % dos entrevistados recebiam remuneração por hora extra e 70 %, que é 14 vezes maior do que os números anteriores, não recebiam. Mesmo efetuando um pagamento de remuneração adicional pelas horas trabalhadas além da jornada normal, em um dado momento, não bastará, pois há um dano superior para o trabalhador. Existe um desgaste da corporeidade físico-psíquica que tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil. A aceitação de tais medidas em troca de adicionais/abono salarial, não resulta na extinção destas consequências (LUCE, 2013).

Outro fator a ser pontuado, é que 65% dos entrevistados, não receberam nenhuma proposta pelos patrões ou empregadores para trabalharem legalmente, ou seja, terem suas carteiras de trabalho assinadas. Receberam esta proposta 35 %, porém nenhum deles conseguiu efetivar este desejo, já que ainda continuam à margem da legislação. Verificou-se empiricamente, que os patrões não se encontravam na observância da lei. E isto como foi assinalado teoricamente, pode ser associado como afirma Ulyssea (2004), aos custos de entrar no setor formal, relacionados ao custo de legalização e registro do empreendimento e aos custos de permanecer no setor, que também são altos. Verificou-se a ocorrência de uma fuga dos impostos e dos registros oficiais, assim esta economia fica caracterizada como clandestina.

Foi constatado que os trabalhadores em sua maioria se sentiam prejudicados por não possuírem a carteira de trabalho assinada, representando 85%, sendo que 15% afirmam o contrário. Pode-se correlacionar este fator (15%) ao não conhecimento dos direitos trabalhistas pelos empregados.



Em relação ao processo de superexploração, ao executar este trabalho informal com todos estes dados apresentados pela pesquisa, é crucial saber se os entrevistados se sentiam condicionados a este processo. De acordo com a pesquisa, 90% dos entrevistados se sentiam superexplorados, pois além de não possuírem seus direitos, não lhes eram dadas condições benéficas mínimas para o trabalho. Já 10% destes, são indiferentes às demais questões. Desta forma, verifica-se a ocorrência do modo de produção capitalista, no qual os integrantes do setor informal encontram-se disponíveis no mercado para serem superexplorados pelo capital.

Também importante, foi definir quais eram as motivações que levaram os entrevistados a aceitarem o trabalho informal. Desse modo, 70% dos empregados definiram a sobrevivência como fator primordial da aceitação do trabalho informal, sendo que 25% optaram por esse modo de trabalho, escolheram-no. Os 5% restantes trazem a concorrência como principal fator, já que as ofertas de trabalho são reduzidas, e a não aceitação destas condições implica no surgimento de pessoas que aceitariam em seu lugar.

Assim o trabalhador, como uma forma de ocupação e garantia de um nível mínimo de renda, para complementar a renda familiar e o nível de consumo, aceitam condições de trabalho precárias e adotam esta “estratégia” para se livrarem ou contornarem a pobreza existente. A aceitação das condições de superexploração pode ser relacionada ao regime fabril caracterizado como “despotismo de mercado”<sup>12</sup> proposto por Burawoy (1990), pois a regulação despótica do processo de trabalho está relacionada à coação econômica do mercado. Nos termos do autor a “dependência dos trabalhadores em relação aos ganhos em dinheiro está inscrita na sua subordinação ao Licurgo fabril” (BURAWOY, 1990, p.30).

Nota-se que os entrevistados, encaixavam-se na categoria de assalariados, que tinham a sua jornada de trabalho prefixada pelo empregador, com remuneração fixa sob forma de salário. O que se pode observar, é que estas empresas apesar de fazerem uso de mão-de-obra assalariada, possuem algumas peculiaridades que justificam a sua inclusão na categoria dos informais. O assalariamento convive com jornadas de trabalho não reguladas pela lei, sendo os

<sup>12</sup> De forma geral, a região norte de Minas Gerais não experimentou o desenvolvimento de relações de trabalho com características do taylorismo-fordismo, isto é, as regiões industriais com adensamento das relações contratuais típicas da modernidade capitalista. Não se constituiu no norte de Minas Gerais uma “condição salarial”, nos termos de Castel (2005). Levando-se em conta essa ressalva, a análise dos regimes fabris proposta por Burawoy (1990) pode ser mobilizada para o caso em tela. Nessa hipótese, estaríamos diante de um regime fabril de tipo despótico, em que o exemplo histórico do Brasil nos anos de ditadura militar (1964-1985) é inclusive mobilizado. O regime despótico, para aquele autor, compõe-se da combinação de meios econômicos e extraeconômicos de coerção pela indústria e, portanto, da ausência dos regimes hegemônicos.



salários abaixo do verificado pela legislação brasileira. Também não foi presenciado o pagamento de hora extra para os mesmos, já que estes trabalham horas adicionais.

Assim, estes trabalhadores encontravam-se num trabalho executado à margem da lei e há anos sem a carteira de trabalho assinada. Com isto, os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas, como aposentadoria, seguro-desemprego, etc., reservados aos trabalhadores legalizados e que contribuem com o pagamento de impostos e tributos. Consequentemente, eram movidos pela estratégia de sobrevivência e se sentiam superexplorados pelos seus empregadores.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exposto pode-se dizer que a superexploração, implica a violação do valor da força de trabalho e se expande por todos os cantos do sistema mundial capitalista. Pode-se perceber como os trabalhadores são os geradores da mais-valia. E isso se reflete nas suas condições de trabalho, bem como: pagamento de salários abaixo do seu valor, aumento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, etc. Consequentemente, há um esgotamento por parte dos trabalhadores, sem que haja benefícios significantes para os mesmos.

Os avanços da tecnologia e da racionalização das técnicas organizacionais do processo de trabalho afetaram a classe trabalhadora, o seu modo de vida e de trabalho. Foram surgindo formas de trabalho precárias marcadas pela desqualificação e pouco custo. Os trabalhadores passaram a compor a figura de trabalhadores atípicos. Ocorreu ainda uma ampliação da concorrência entre os trabalhadores ativos e os desempregados, entre os estáveis e os trabalhadores com contratos precários e a tempo parcial.

Em relação aos resultados aqui apresentados, verificamos que os trabalhadores do município em estudo compõem um grupo com condições de trabalho muito parecidas. Foi percebido que trabalhavam há muito tempo sem carteira assinada, recebiam salários muito baixos, jornadas de trabalho altas, ausência de pagamento de hora extra e havia o acúmulo de funções.

Pode-se inferir aqui a condição de superexploração, pois a maior quantidade de lucro percebida pelo capitalista estava baseada na maior taxa de exploração dos trabalhadores. Estes trabalhadores possuíam um grande desejo de trabalhar formalmente e se sentiram prejudicados pela falta dos direitos trabalhistas. Acrescentando que os seus patrões não fizeram nenhuma proposta para cumprir com o que está previsto em lei.



Desta forma, com o aparecimento de novas formas de trabalho precário e a redução dos empregos no mercado formal, os trabalhadores passaram a atuar no setor informal. Os trabalhadores acabam sujeitando-se a ganhar a vida de qualquer modo, inserindo-se na informalidade. Daí se tem a concepção de que estes podem ser movidos, tanto pela estratégia de sobrevivência quanto pela alternativa de vida. Por não terem outra saída, se submetem a qualquer modo de trabalho, renegando os direitos trabalhistas advindos da carteira de trabalho assinada.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5 (13), 1990, p. 29-50.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ENGELS, F. *Introdução a trabalho assalariado e capital de Marx*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Volume 1. São Paulo: Alfa- Omega, 1979, p. 52-59.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri M.; FILHO, Ives Gandra da Silva M.. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

FONTANELLA, Bruno J. B.; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *In: Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. *In: Almeida FILHO, Niemeyer (Org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia. – 6 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Livro 1. V. 2.

\_\_\_\_\_. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [coleção “Os Economistas”] Livro I. Capítulos 4 e 21.





MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e Superexploração da Força de Trabalho em Marx e Marini. In: Almeida FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: *RBCS*. v.18, nº 53. Outubro, 2003. p. 112-179.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SIQUEIRA, Volmir Cristóvão de. *Percepções do mercado de trabalho no Brasil: “informal, ilegal, injusto”*. Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

ULYSSEA, Gabriel. *Instituições e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro*. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica, 2004.





## NOVO SINDICALISMO: CLASSE SOCIAL, TRABALHO E MOVIMENTO SOCIAL EM DEBATE

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva

*Professora colaboradora do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG.*

SILVA, Lenir Aparecida Mainardes da

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG.*

37

### RESUMO

Ao olhar para a história social pode-se perceber que ela foi constituída por lutas, onde em certos momentos ocorreram avanços e em outros retrocessos, tendo como horizonte o entendimento de sociedade dividida em classe que se complexificou ao longo do tempo é que no presente estudo, teceu-se discussões referentes ao debate sobre a divisão social de classe, sobre a centralidade da categoria trabalho, bem como, buscou-se conhecer o movimento social pelo trabalho intitulado de novo sindicalismo, o qual teve início no final da década de 1970 e foi protagonizado pelos trabalhadores vinculados aos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista.

**Palavras-chave:** Centralidade do trabalho; Classe social; Sindicalismo.

### ABSTRACT

When looking at the social history can be seen that it consisted of fights where at times there have been advances and other setbacks, havin as horizon understanding the class division it has been further complicated over time society is that in the present study wove up discussions regarding the debate about the social class division, about the centrality of the working class as well, aimed to investigate the social movement for the work titled new unionism, which began in the late 1970s and was performed by the workers tied to metal unions ABC Paulista.

**Keywords:** Centralization of work; Social class; Unionism.

### INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o mundo do trabalho, em um contexto de constantes mudanças, faz-se necessário visualizar sua importância na vida cotidiana da classe trabalhadora. Importância essa que vai além de viabilizar formas de sustento e sobrevivência. A inserção social, o aprendizado, a construção e formação da identidade são possibilidades advindas por meio da experiência com o mundo do trabalho. Partilhando do pensamento de Marx em relação ao trabalho, entende-se que este permeia as relações sociais, sendo uma necessidade infindável da vida social (CARDOSO, 2011).



Pela importância social e econômica que o trabalho possui, entende-se que esse é um direito social fundamental para a garantia e a conquista de uma vida digna. O direito ao trabalho está previsto dentro do sistema de garantias e direitos. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2014) estabelece em seu capítulo II, artigo 6º que: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo nosso).

Ter acesso ao trabalho é um direito do cidadão. A violação desse direito consequentemente viola outros direitos, pois sem trabalho o sujeito que vende sua força produtiva de labor não possui recursos financeiros para uma alimentação decente ou para providenciar uma moradia digna, e quando se trata de lazer, o mesmo não é contemplado. Assim, o direito ao trabalho traz embutidos vários outros direitos que precisam ser garantidos pelo Estado por meio das políticas públicas. Assim, segundo Pereira (2009) políticas públicas são “às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, que se materializam por meio de projetos, programas e serviços. Não se pode falar em política pública fora da relação entre Estado e sociedade.

No processo de garantia dos direitos sociais, em especial o trabalho, o Estado desponta como ator principal, visto que ele é o agente fundamental na elaboração de políticas públicas para o trabalho. É válido ressaltar que compreende-se o Estado pela perspectiva Gramsciana. A partir dessa compreensão o Estado é designado como Estado ampliado, sendo esse um conjunto das duas esferas, sociedade política (esfera estatal, que tem como função a dominação de uma classe) e sociedade civil. O Estado é a esfera que efetiva a unificação e o domínio através da hegemonia burguesa (a aceitação dos setores subalternos no delinear da direção social).

Para Gramsci o Estado é a junção da sociedade política com a sociedade civil, sendo ainda, um espaço contraditório de disputa de hegemonias, de poder e de ideologias. (BOBBIO, 1994). É nesse espaço que as lutas de classe se apresentam e são gestadas. Pensar a sociedade e não considerar as relações de classe para compreendê-la é ter um entendimento simplista das relações existentes na realidade cotidiana. Ao discutir questões como o novo sindicalismo, as mudanças no mundo do trabalho, a centralidade da categoria trabalho, não pode-se deixar de ter como horizonte a luta de classes.



## **A DIVISÃO SOCIAL DE CLASSE AINDA É CENTRAL PARA COMPREENDER A SOCIEDADE?**

Para Marx, as classes sociais surgem devido à divisão social do trabalho. Ao observar as contradições existentes no modelo de produção capitalista, Marx definiu duas classes fundamentais, os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos das riquezas (os trabalhadores), ou seja, burguesia e proletariado. Essas são as duas principais classes fundantes que caracterizam o atual sistema econômico. Entretanto, existe uma heterogeneidade de classes sociais que compõem as duas classes fundantes, as quais são expressões do modo de produção capitalista. (MARX 1980 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Ao pensar a questão da divisão de classe, Montaño e Duriguetto (2011) apoiados no pensamento marxista reportam ao modo de produção para explicá-la. Para os autores, o modo de produção capitalista pode ser entendido por dois vieses, sendo pelo da determinação econômico-político e pela relação social. A determinação econômico-político ocorre devido à separação entre a mais-valia e os meios de produção, é a apropriação da mais mais-valia que torna possível a geração de lucro. O viés da relação social se dá por meio da separação entre produtor e meios de produção, visto que o capitalista necessita do trabalhador, pois não consegue acumular sem a extração da mais-valia, bem como o trabalhador também necessita do capitalista, uma vez que não consegue produzir sem se vincular ao capital<sup>1</sup>. Nesse processo, ambos, capital e trabalho, precisa estabelecer uma relação de compra e venda da força de trabalho.

Seguindo essa perspectiva, a questão de classe está atrelada a posição que o sujeito social ocupa no sistema econômico. Portanto, as classes determinam-se no âmbito da produção, com isso um indivíduo passa a pertencer a uma determinada classe social devido à função que desempenha na produção. Montaño e Duriguetto (2011, p. 89) afirmam que:

Não é esfera do mercado, mas no âmbito da produção que se determinam originalmente as classes; não é pela capacidade de consumo, mas pela função na produção que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social; não é pelo tipo de renda que recebem, mas pelo papel social na produção de riqueza. Ou seja, o tipo e o volume de renda, a capacidade de consumo, o acesso ao mercado, são os elementos determinados das classes, o lugar e o papel na

<sup>1</sup> O termo capital, para Montaño e Duriguetto (2011), remete a uma relação de emprego que é baseada na exploração do trabalho pelo capital, bem como é historicamente determinada.



esfera produtiva, são os aspectos determinantes; sua função na produção de riqueza é a causa, sua participação no mercado é a consequência.

Para tanto, nessa esteira de pensamento, não importa o quanto o sujeito receba pelo seu trabalho, mas sim sua função no sistema de produção. A capacidade de consumo ou o volume de renda são determinados, mas o local, sua função e seu papel no sistema de produção são determinantes para identificar a qual classe esse sujeito pertence. Assim, tem-se as duas classes fundantes, detentores dos meios de produção e produtores de riqueza.

Conforme ressaltam Montaño e Duriguetto (2011) pode-se visualizar essas duas grandes classes, mas é válido lembrar que ambas são compostas por inúmeros segmentos, os quais são heterogêneos, são compostas por diversas categorias. Entretanto, o fator fundamental que as dividem em duas grandes classes está ligado ao sistema de produção, onde os donos dos meios de produção pertencem aos capitalistas (que extrai a mais-valia) e os vendedores da força de trabalho pertencem à classe que vive do trabalho, ou seja, os trabalhadores.

O reconhecimento que vivemos em uma sociedade composta por classes heterogênea não pode esconder as contradições existentes no capitalismo, não pode apagar a exploração de uma classe por outra. É nessa perspectiva que Montaño e Duriguetto (2011) afirmam que:

O que ocorre é a convivência das classes fundamentais com outra diversidade de classes, e dentro de cada uma delas uma enorme heterogeneidade. [...] No entanto, mesmo sem se verificar uma bipolarização das classes no concreto espaço cotidiano da sociedade capitalista, existindo hoje uma forte “desproletarização”, um crescimento das classes médias e uma pluralidade heterogênea de classes, isso não nega a caráter fundante das classes capitalista e trabalhadora, e sua contradição central, a exploração da força de trabalho pelo capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 90)

Portanto, a diversificação de classes no atual contexto não apaga o caráter central do modelo de produção capitalista que é a espoliação do trabalhador, ainda se faz presente a relação de exploração e explorado na realidade cotidiana da sociedade atual. Assim, existe uma tentativa de mascarar e tirar de cena a noção de divisão de classe e de luta entre essas classes.

[...] essa heterogeneidade da classe trabalhadora não pode nos fazer perder de foco o seu caráter central e universal, no MPC<sup>2</sup>: toda ela constitui-se em homens e mulheres ‘livres’, meros proprietários de força de trabalho, despossuídos dos meios fundamentais de produção e consumo, obrigados assim a vender sua força de trabalho ao capital, em troca do salário. Nesse

<sup>2</sup> A sigla MPC é utilizada por Montaño e Duriguetto (2011) para referir-se ao Processo de Produção Capitalista.



processo e nessa relação, produzem mais-valia, apropriada pelo capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 94)

Nesse viés, Montaño e Duriguetto (2011) afirmam que existe uma condição necessária, uma relação ineliminável no modo de produção capitalista, onde o capitalista, dono dos meios de produção e não da força produtora, para produzir, necessita do trabalhador. O trabalhador por sua vez, necessita do capitalista para sobreviver, pois despossuído dos meios de produção o mesmo precisa vender sua força de trabalho, único bem que lhe cabe.

Sem desconsiderar a relevância da análise feita pelos autores supracitados, é válido pensar nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, pois as novas tecnologias, com a fluidez no tempo e no espaço, a redução de postos de trabalhos, o poder imbuído ao mercado financeiro, na eliminação do trabalho humano seria possível relativizar as afirmações dos autores a respeito da relação ineliminável entre o trabalho e capital. Então, assim tem-se uma relação ineliminável na grande maioria dos setores produtivos, mas que atualmente a referida relação já foi eliminada em alguns espaços da economia capitalista, uma vez que já é possível obter lucros sem o trabalho humano. Pode-se observar um exemplo desse processo na atual organização do mercado financeiro do capital especulativo.

Diante das discussões apresentadas pode-se considerar que vivemos em um contexto de complexificação e heterogeneização das classes sociais, entretanto seu caráter fundante que é a retenção da mais valia pelo capital, ainda é presente nas relações de trabalho. Trilhando por esse caminho, visualiza-se que o discurso do abandono da luta de classes pelo olhar contemporâneo, pós-moderno desestimulam lutas sociais utópicas, forjando a fragmentação das demandas dos movimentos sociais. Montaño e Duriguetto (2011, p. 119) reafirmam sua concepção da permanência de lutas de classes:

Sustentamos, portanto, que, independentemente do grau de conhecimento e imagem que atores e analistas tenham das várias formas de lutas sociais, elas são expressões das lutas de classes. Assim, ao pensarmos estas últimas, não devemos desprezar as diversas lutas sociais.

Portanto, as lutas sociais advêm das expressões das lutas de classe e a negação desse fato vem a servir a ordem vigente, transferindo o debate para o campo ideológico cultural. Nesse sentido, perde-se o projeto teleológico de sociedade. O discurso de que a luta de classe não existe mais na atualidade é perfeito para o capitalismo, pois atua na manutenção da ordem vigente. Nesse viés são favorecidas as demandas e projetos individuais em detrimento de



projetos coletivos que visam mudanças societárias, projetos que questionem o atual sistema vigente. Assim, o grande desafio que se apresenta para os movimentos sociais, principalmente aos ligados ao mundo do trabalho, é superar a ofensiva ideológica de que não vivemos mais em uma sociedade dividida em classe. Essa ofensiva esconde e minimiza as contradições existentes na sociedade de classe.

### **O mundo do trabalho**

Tendo Marx como referência, o trabalho é entendido como atividade que diferencia o homem de outros animais da natureza, é através do trabalho que o homem manipula a natureza para alcançar um objetivo fim. Assim, é por meio do trabalho que o homem controla a natureza e ao mesmo tempo constrói a si mesmo. Segundo Marx (1932), o homem, através do trabalho, obtém seus meios de sobrevivência ou subsistência e, neste processo, ele cria a si mesmo.

O conjunto do que se chama história mundial nada mais é que a criação do homem pelo trabalho humano, e a emergência da natureza para o homem; ele, portanto, tem a prova evidente e irrefutável de autocriação de suas próprias origens. (MARX, 1932).

O trabalho é uma atividade criadora teleologicamente orientada, o ser social passa a desenvolver atividades orientadas por finalidades racionais, é esse processo que caracteriza o trabalho como categoria ontológica do ser social. “O Trabalho, portanto, como modelo de práxis social, caracteriza o salto ontológico, o momento fundante que peculiariza o ser social.” (LUKÁSC, 1979 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Entretanto, essa concepção ontológica do trabalho sofre alterações quando a análise é feita sobre o trabalho assalariado. Montaño e Duriguetto (2011), ao abordar a relação do trabalhador com o produto resultante de seu trabalho, explicam que o trabalho assalariado perde seu caráter ontológico, o qual funda o ser social e caracteriza sua “liberdade”. Assim o trabalho no sistema capitalista passa a ser uma atividade controlada, mecânica e desumanizante. Tem-se que, a dimensão do trabalho ontologicamente determinante do ser social passa por um processo de desumanização no trabalho assalariado, pois o modo capitalista promove a exploração e a alienação do trabalhador.

São nessas perspectivas que a categoria trabalho ocupou por muito tempo a centralidade nas discussões sobre a formação e organização da vida em sociedade. Porém, as configurações do modelo capitalista vigente traçaram mudanças significativas no âmbito do trabalho,





mascarando e reafirmando, novas e velhas formas de exploração da classe trabalhadora. A precarização dos postos de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas apresentam-se disfarçadas nos discursos de competitividade e flexibilidade do mercado de trabalho. Assim, o subemprego, o trabalho precário, o trabalho escravo e o trabalho precoce são expressões que tencionam as relações no âmbito do trabalho.

São visíveis as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas. Mudanças fomentadas pelas novas tecnologias, afetando a estrutura ocupacional, a natureza e hierarquia das funções, eliminando postos de trabalho em maior proporção que os cria, aumentando a terceirização e precarização das relações de trabalho.

Para alguns estudiosos como Offe (1989) e Habermas (1987) esse conjunto de mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho sinaliza o fim da centralidade da categoria trabalho, demonstrando que a “sociedade do trabalho” não é mais suficiente para explicar as novas configurações sociais resultantes na contemporaneidade.

Na contra mão dessa linha de pensadores, entende-se que a categoria trabalho ainda é fundamental para a compreensão das relações existentes na sociedade. Compartilha-se do entendimento de que o trabalho ainda ocupa um lugar de destaque na organização da sociedade atual. Antunes (2006) explica que ao invés de “adeus ao proletariado”, tem-se um amplo leque de diferentes agrupamentos e segmentos que compõem a “classe-que-vive-do-trabalho<sup>3</sup>”.

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado. (ANTUNES, 2006, p. 210)

Antunes (2006) afirma que a classe trabalhadora, devido as transformações ocorridas no mundo do trabalho, tornou-se mais heterogênea, fragmentada e complexificada. São inegáveis as transformações no sistema produtivo, as quais transforma também a vida cotidiana dos trabalhadores, porém isso não assegura o fim da centralidade do trabalho como organizador da vida em sociedade, uma vez que a “classe-que-vive-do-trabalho” constitui a maioria esmagadora da população mundial.

Jeremy Rifkin em sua obra intitulada *O Fim dos Empregos*, de 1995 demonstra a preocupação com o emprego em contexto mundial. Afirma que os postos de trabalho vêm

<sup>3</sup> Expressão utilizada pelo autor Ricardo Antunes (2006) para referir-se ao sujeito que vive da venda da sua força de trabalho.





reduzindo cada vez mais e que “a perda de empregos nas indústrias deve-se em grande parte à introdução das novas tecnologias economizadoras de trabalho e de tempo e à reestruturação das novas técnicas de produção.” (RIFKIN, 1995, p. 222). A competitividade leva as empresas a demitir seus trabalhadores e o emprego de meio período vem tomando dimensões fortes na conjuntura analisada pelo autor.

Segundo Rifkin (1995) vivemos uma dicotomia, pois tem-se um acréscimo da população mundial em condições de trabalho, porém as tecnologias fazem diminuir gradativamente os postos de trabalho. Assim, uma das questões que aumentou e aumentará o desemprego é a automação. “As máquinas estão substituindo os trabalhadores em todos os países em desenvolvimento.” (RIFKIN, 1995, p. 227)

Os apontamentos de Rifkin (1995) são relevantes, a redução de postos de trabalho, bem como a eliminação de algumas profissões provocada pela reestruturação produtiva é visível. Entretanto, pode-se relativizar a tese central do autor sobre o fim dos empregos, uma vez que o capital necessita do trabalho para obter lucro. O fim do trabalho significaria a derrocada do capital, pois o capital sem a obtenção da mais valia não obteria o lucro, por sua vez sem ter onde vender sua força de trabalho o trabalhador não teria condições para consumir as mercadorias produzidas pelo capital. O trabalho alimenta o sistema capitalista. Concorde-se que, atualmente, já existem sistemas que operam sem o trabalho humano, porém a grande maioria ainda necessita do trabalhador, seja para o trabalho produtivo ou improdutivo, mas é válido lembrar que ambos os trabalhos estão a serviço do sistema capitalista.

Diante das reflexões apresentadas pode-se considerar que o discurso de que atualmente não existem mais lutas de classes, que o trabalho não possui mais significado social para explicar as disputas e tensões existentes na sociedade vem a atender uma ideologia dominante, a qual objetiva a manutenção do sistema vigente. Montaño e Duriguetto (2011), sobre essa questão explica que:

Cria-se até um conjunto de conceitos supostamente ‘neutros’ que substituem categorias críticas de análise que mostram as contradições da realidade: a exploração é substituída pela ‘exclusão social’. A classe pelos vagos conceitos de ‘cidadão’ ou ‘povo’; a sociedade civil, como arena de lutas, pela dócil noção de terceiro setor; as lutas de classes pela ‘ação social’ ou até pelo enganoso neologismo de ‘empoderamento’; o processo de desmonte da intervenção social do Estado tratando como ‘reforma do Estado’, ‘ajuste estrutural’ ou ‘programa de estabilização’; a propriedade privada denominada agora como ‘iniciativa privada’; dentre uma infinidade de conceitos



ideológicos, que não visam outra coisa do que esconder os fundamentos das reais contradições da ordem social vigente, resguardando e preservando a desigualdade e a dominação de classe. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 108-9)

Visualiza-se claramente que há um contínuo movimento que objetiva desarticular e desconstruir utopias e projetos que visem mudanças societárias, pois mascara-se ou sobrepujam-se categorias carregadas de ideologias transformadoras que embasavam a análise da realidade, por categorias apaziguadoras e vazias de sentido. Matos (2009) explica que as mudanças no mundo do trabalho são elementos que não podem ser desconsiderados na análise do perfil da classe trabalhadora, movimento que repercute em sua organização e que em muitas vezes essa classe não sabe como respondera essas mudanças. Mas isso não significa o fim da classe trabalhadora, uma vez que as relações sociais ainda são fundamentalmente marcadas pela separação entre os que vivem da venda de sua força de trabalho e os que vivem do lucro resultante da exploração do trabalho alheio. (MATOS, 2009).

### **MOVIMENTO SOCIAL PELO TRABALHO: O NOVO SINDICALISMO**

Ao nos reportar a discussão sobre divisão social de classe, lutas de classe e as relações no mundo do trabalho é importante considerar as ações de embate que por muitas vezes, conquistaram melhorias significativas para a “classe-que-vive-do-trabalho”. Ressalta-se que por questões de tempo e espaço determo-nos a pensar o movimento do novo sindicalismo que teve início no final da década de 1970.

Ao retomar a história dos movimentos sociais pelo trabalho, identifica-se os sindicatos com sendo o de maior expressão. É válido lembrar que entende-se por movimento social como sendo: “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e estrutural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.” (GOHN, 2004, p. 13). Os movimentos sociais progressistas atuam com perspectivas emancipatória, de mudanças da atual sociedade.

Gohn (2009) evidencia que era nas relações de trabalho que se sentia as desigualdades na emergência do capitalismo, assim desde esse período (emergência do capitalismo) até a metade do século XX a classe trabalhadora é o que motiva os movimentos sociais. É a partir da década de 30, no contexto nacional, que são identificados os primeiros registros de uma estrutura sindical corporativista, a qual era vinculada ao Estado, por meio do Ministério do



Trabalho, da Justiça do Trabalho. Em 1943 foi aprovada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a qual reunia regulamentações referentes a organização sindical, previdência social, justiça no trabalho e proteção ao trabalhador. Aqui, os sindicatos eram subordinados ao governo, e nesse contexto, os sindicatos oficiais foram denominados de pelegos, pois desempenhavam a função de amortecer os choques entre aos trabalhadores e os empregadores. O termo pelego é uma referência a uma manta que fica entre o couro do cavalo e a sela de montar, servindo para amortecer o impacto, assim pelego passou a ser utilizado para identificar os dirigentes sindicais que se posicionavam entre os patrões e a classe trabalhadora. (MATOS, 2009)

Com o advento do golpe militar em 1964, vários sindicatos sofrem intervenções tendo seus dirigentes presos ou cassados. Matos (2009) esclarece que nos primeiros anos que precederam a o Golpe Militar foram criadas várias legislações autoritárias, assim como diversos mecanismos, com o intuito de reduzir e cercear o poder de lutas dos trabalhadores. O reflexo desse movimento foi a desmobilização sindical, a perda de direitos trabalhistas e o aumento da exploração da classe trabalhadora.

Devido à conjuntura da ditadura militar, de perseguições e repressões, vivenciada no Brasil, ocorreu o esvaziamento das entidades sindicais. Segundo Mattoso e Pochmann (1998, p. 220).

Ao final da década de 70 – enquanto o Brasil completava tardiamente a estrutura industrial compatível com a segunda Revolução Industrial, com um sui generis sistema produtivo de incorporação da organização da produção e do trabalho do padrão produtivo fordista em meio a uma elevada concentração de renda – entrava em crise a economia e o regime militar.

Na década de 1970, ocorreu a crise da valorização do capital, a qual foi provocada pela "[...] fragilização do Sistema Monetário Internacional (fim da paridade ouro-dólar e instabilidade nas taxas de juros) e do esgotamento do padrão de industrialização norte-americano" (POCHMANN, 2000, p. 14). Matos (2009) coloca que o período que compreende entre o golpe militar o surgimento do novo sindicalismo, a partir das greves de 1978, representado principalmente pelos metalúrgicos do ACB paulista, os sindicatos vivenciaram conflitos, assim como os trabalhadores criaram formas de resistência à exploração e a ditadura.



O ano de 1978 inaugurou, com a onda de greves detonadas a partir do ABC paulista, uma outra fase de afirmação das organizações coletivas dos trabalhadores no cenário político e social, iniciando uma nova etapa nas relações de trabalho e na dinâmica brasileira. (MATOS, 2009, p.103)

Nesse contexto, Matos (2009) relata que as greves do ABC paulista, as quais iniciaram em 1978 e tinham como principal pauta de reivindicação o aumento dos salários, provocaram abalos que culminaram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1980.

Apesar de as greves, do ABC paulista, não terem sido convocada pelos sindicatos, as ações mostravam um forte entrosamento dos trabalhadores entorno do movimento, indicava também, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura militar. O sindicato com maior representatividade e poder de negociação e que destacou-se por dar início a onda grevista foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o qual tinha como presidente Luis Inácio Lula da Silva, uma liderança reconhecida nacionalmente. Buscava-se naquele momento, romper com a estrutura que atrelava os sindicatos ao governo e dificultava a realização de uma mobilização consciente dos trabalhadores. (MATOS, 2009).

Segundo Antunes (2006) o novo sindicalismo nasce no Brasil em um contexto permeado pelas seguintes fatos:

- ✓ Expressiva redução do operariado fabril e industrial devido à adoção de novas tecnologias no sistema de produção;
- ✓ Crescente subproleterização do trabalho, por meio do trabalho precário, parcial, temporário entre outros;
- ✓ Forte processo de terceirização do trabalho “que tanto qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária.” (ANTUNES, 2006, p. 150);
- ✓ Crescente processo de intelectualização do trabalho industrial;

Diante de um contexto visivelmente desfavorável aos interesses da “classe-que-vive-do-trabalho” a reorganização sindical desponta como uma alternativa de embate. Matos (2009), explica que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por intensas e volumosas greves, greves por categorias, por setores e greves nacionais marcaram a história do



“Novo Sindicalismo”. Assim, o movimento sindical se consolida na década da 1980 como um ator social significativo, atuando na defesa dos interesses da classe trabalhadora e da democracia.

A explicação do crescimento dos movimentos grevistas está na reivindicação básica dos trabalhadores, os quais buscavam reajustes salariais que repusessem as perdas provocadas pelas altas taxas de inflação que naquela conjuntura atingiu patamares elevadíssimos. (MATOS, 2009).

Mattoso (1995) ao refletir sobre o movimento tratado aqui, enfatiza que:

Entrava na sena política e social nacional uma classe trabalhadora bastante ampliada, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação e que, não se contentava com os temas exclusivamente sindicais, reivindicavam um “outro” desenvolvimento. (MATTOSO, 1995, p.125)

Apesar de aparentemente as reivindicações dos trabalhadores serem puramente econômica e reivindicalista, ela passa a ter dimensões políticas, uma vez que vem a público mostrar a perversidade do modelo econômico de arrocho salarial implantada pela ditadura militar. (MATOS, 2009).

Assim, o novo sindicalismo é um movimento da classe trabalhadora que assume um posicionamento político frente ao sistema econômico, o qual surge em função do movimento democrático. A redemocratização do país, materializada pela aprovação da Constituição Federal de 1988, assim como as eleições diretas para presidente, acaba por encerrar de certa forma a “era” do novo sindicalismo no contexto nacional.

Na década de 1990 as propostas neoliberais frearam o sindicalismo brasileiro. Matos (2009) pontua que ocorreu um refluxo nos movimentos sindicais devido a vários motivos (redução de filiação, dificuldade de mobilização, problemas financeiros, indefinições quanto ao posicionamento político entre outros). Segundo Antunes (2006) houve um desmonte do sindicalismo brasileiro, pois grande parte das lideranças sindicais abandonou a perspectiva socialista e anticapitalista, passando a atuar na manutenção da ordem vigente.

De acordo com Matos (2009), foram diversos os motivos que levaram ao desmonte a atuação sindical na década de 1990. Entretanto, pode-se destacar três níveis de problemas, são eles:



A experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores. (MATOS, 2009, p. 126)

O processo de reestruturação produtiva vivenciada a partir da década de 1990 trouxe impactos negativos sobre o sindicalismo, pois diversas manobras foram tomadas para dificultar a atuação sindical como: transferências de unidades de produção para locais de menor atuação sindical; propostas de “trabalho participativo”; desregulamentação do mercado de trabalho; encolhimento de setores tradicionais vinculados ao sindicalismo operário, resultando na fragmentação das organizações sindicais. (MATOS, 2009).

Gohn (2004) ao pensar os movimentos sociais relata que é possível observa que após a virada do milênio o perfil dos movimentos sociais alterou-se, pois a conjuntura política também foi modificada. Ao longo da década de 1990, os movimentos sociais em geral, abandonaram algumas propostas e passaram atuar de forma mais propositiva, atuando em rede e em parcerias com outros atores sociais.

Pode-se observar que ocorreu um enfraquecimento significativo na atuação sindical, provocado pela introdução de ideais neoliberais. Segundo Antunes (2006) vivemos uma crise global dos sindicalismos. Crise provocada por fatores que afetam o mundo todo. Seguindo a linha de pensamento do autor já citado, as seguintes questões são fatores que favorecem essa crise: a) uma crescente individualização das relações de trabalho, as ações não são mais pensadas no âmbito coletivo, mais sim no âmbito individual; b) um movimento contínuo de desregulamentação e flexibilização das do mercado de trabalho; c) desmonte e esgotamento do modelo sindical até então vigente.

Conforme Antunes (2006), um dos fatores que contribuem para o enfraquecimento do movimento sindical é a incapacidade dos sindicatos de incluírem em seus movimentos os trabalhadores da economia informal, trabalhadores parciais, precários e terceirizados. Uma vez que a estrutura sindical tem heranças verticais, vinculadas a categorias específicas, desconsiderando o processo de heterogenização do mundo do trabalho. Essa dificuldade aliado aos fatores de reestruturação produtiva já mencionados, acaba por enfraquecer o sindicalismo, pois o mesmo vem mostrando-se incapaz de adotar práticas horizontalizadas que contemplem as diversas modalidades de trabalho.





Outra questão pontuada por Antunes (2006) é que o corporativismo que objetiva a defesa de interesses de categorias específicas, enfraquece a luta pela perspectiva classista, “um corporativismo societal, excludente, parcializador e que preserva e mesmo intensifica o caráter fragmentado e heterogêneo da classe trabalhadora”. (ANTUNES, 2006, p. 68). Outro fator que contribui para o enfraquecimento dos sindicatos é que o principal espaço de atuação das relações de trabalho foi transferido para os espaços de atividades e empresas locais, individuais e personalizadas saindo do cenário público e nacional. (ANTUNES, 2006).

Diante das questões apontadas, Antunes (2006) coloca que o sindicalismo tem um desafio urgente, o desafio de efetivar uma ação sindical que possibilite respostas para as demandas imediatas do mundo do trabalho e ao mesmo tempo não perder de vista o ideário de uma estratégia anticapitalista e socialista.

Ao abordar os movimentos de lutas com ideários de mudanças societárias, Montaño e Duriguetto (2011) explicam que a consciência sindical não visa questionar o sistema vigente, mas sim reivindicar melhores condições para a venda e a compra no mercado da força produtiva do trabalhador, sendo assim:

A consciência sindical promove a ‘luta sindical’, uma luta que, sem ultrapassar o plano reivindicativo, torna-se claramente *reformista*; isto é, sem conseguir desvendar e compreender as leis que governam o MPC, a luta sindical visa, na prevenção da ordem social, sua lógica e fundamentos, às alterações nas condições e compra e venda de força de trabalho; visa a melhores condições para a exploração da força de trabalho, não sua superação. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.103)

Nesse viés, as lutas sindicais são lutas econômicas, as quais visam melhorar as condições de compra e venda do trabalho no mercado capitalista. Sem desconsiderar seu grau de importância, ela não questiona o sistema vigente, serve em sua essência para amenizar a exploração dos trabalhadores pelos donos dos meios de produção. Entretanto, as lutas sindicais podem ser um momento de coalizão dos trabalhadores para posteriormente transformar em luta política, a qual visa uma mudança societária. A coalizão entre os trabalhadores pode ocorrer em dois momentos, o primeiro é o sindicato, o qual está vinculado ao espaço de trabalho, o segundo é o partido político sendo esse externo ao ambiente de trabalho. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Nessa linha de pensamento, os movimentos sindicais, apesar de, em sua essência não objetivarem mudanças no modelo econômico, os mesmos são um momento necessário para que





os trabalhadores possam unir-se e alcançar a consciência de classe e com isso iniciar um movimento revolucionário.

A ‘consciência sindical’ é aquela que atinge com máximo um nível reivindicatório, e se desenvolve no trabalhador organizado em sindicatos, sem dispor de conhecimento científico e crítico da realidade social. Forma-se aqui a *consciência-em-si*, como superação parcial da alienação. A consciência-em-si desenvolve uma crítica imediata, vivencial, espontânea a partir da experiência direta dos sujeitos, sem conseguir desvendar as leis da ordem do capital. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 103)

51

A transposição da consciência sindical, reivindicatória para uma consciência de totalidade se dá pelo processo que Marx denominou de transição da “classe em si” à “classe para si”, ou seja a passagem da consciência sindical para a consciência política. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Esse processo instrumentará a classe trabalhadora possibilitando uma visão totalitária e dialética, a qual criará as condicionalidades necessárias para estabelecer uma luta verdadeiramente revolucionária.

Ao refletir sobre as questões pontuadas referentes ao processo do novo sindicalismo, a trajetória as lutas e a mobilização social, pode-se considerar que o novo sindicalismo representou um movimento importantíssimo na luta contra a exploração exacerbada do capital em relação à classe que vive da venda de sua força produtiva. Contudo, esse movimento acabou por sucumbir-se diante das propostas neoliberais, seguido a linha de pensamentos de Montañó e Duriguetto (2011), os quais apoia-se em Marx, é possível dizer, sem desconsiderar a importância do movimento do novo sindicalismo na conquista de melhorias para os trabalhadores, que por se tratar de um movimento sindical reivindicatório o mesmo não conseguiu ultrapassar a consciência de “classe em si”, não atingindo a consciência de “classe para si”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos abordados no presente trabalho sobre lutas de classes, centralidade do trabalho e movimento social pelo trabalho pode-se pontuar algumas considerações. Primeiramente, reconhece-se que a constituição da atual sociedade não pode ser pensada de forma aleatória, uma vez que as classes que a compõe complexificou-se, tornando-se mais diversificada e heterogênea. Entretanto, concorda-se com a afirmação de Montañó e Duriguetto (2011), que a heterogeneidade das formas do capital aferir lucros e acumular riqueza não deixe



de expressar a característica estruturante do capitalismo ainda presente nas relações sociais que é a apropriação da riqueza advinda do trabalho alheio.

Seguindo essa perspectiva teoria concorda-se que ao se tratar de mudanças societária a “classe-que-vive-do-trabalho” ainda é potencialmente a única capaz de realizar a revolução.

Todas essas propostas de sujeitos, alternativos (ou substitutivos) à classe trabalhadora, remetem a um debate polêmico, controverso, e ainda em aberto. Por enquanto, se trata de transformar o MPC, ficamos com a “classe trabalhadora” (particularmente operária) como sujeito por excelência potencialmente revolucionário, que pode e precisa se articular à pluralidade de setores e grupos sociais de alguma forma oprimidos, subalternizados, discriminados. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 130)

No que tange a centralidade da categoria trabalho, é possível considerar que esta ainda ocupa um lugar de destaque quando se objetiva entender as relações e contradições existente na sociedade. Defende-se que o trabalho ainda constitui-se uma categoria fundamental para explicar a sociedade, uma vez que ainda é possível dizer que vivemos na sociedade do trabalho, claro que não desconsidera-se as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, mas que a “classe-que-vive-do-trabalho” ainda é composta pela maioria população do planeta. (ANTUNES, 2006).

Quanto aos movimentos sindicais pelo trabalho, esses são de extrema importância, uma vez que atuam no tencionamento das relações de exploração, reivindicando melhores condições de trabalho. Entretanto, faz-se necessário a transposição da consciência sindical, a qual ainda não questiona o sistema vigente, para a consciência revolucionária, que objetiva uma mudança estrutural, questionando o sistema capitalista e propondo novas alternativas de enfrentamento e superação desse sistema.

Entende-se que esse processo de superação de uma consciência para outra é oneroso e demorado, ainda mais considerando que o mesmo exige uma participação efetiva dos movimentos sociais, os quais atualmente encontram-se segmentados por setores e despossuídos de projetos societários. Junto a esses fatores, acrescenta-se a dificuldade de participação da população, cultura não construída ainda em nosso país, isso se deve a questão de que constitucionalmente tem-se o direito de participar a 26 anos contra 488 anos em que o direito a participação não era garantido, onde não havia espaços formais para a participação social. Portanto, a sociedade civil deve instrumentalizar-se e intelectualizar-se para a construção de uma nova cultura de participação democrática.



Ao termino do presente trabalho, verifica-se que o mesmo possibilitou desvelar criticamente, mesmo que em pequenas proporções, a atual configuração da sociedade que é imbricada de contradições.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BOBBIO, N. (et al). **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília. Universo de Brasília, 1994. Verbetes Sociedade Civil.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 6 jan. 2014.
- CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 265-295, 2011.
- GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, set. 1987, p. 103-114.
- MARX, K. Propriedade privada e comunismo. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Terceiro Manuscrito. 1932. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap04.htm>> Acesso em: 11 jul. 2013.
- MATOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta; Escrita, 1995.
- MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas (SP), v. 10, p. 213-243, jun. 1998.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 5)
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.



PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I.; et al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.



## CONCEPÇÕES CLÁSSICAS SOBRE O TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM O COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES

TOLENTINO, LÍlian Celly Gonçalves  
*Mestranda em Desenvolvimento Social (PPGDS) -  
Universidade Estadual de Montes Claros  
(UNIMONTES)*  
*licelly02@gmail.com*

55

### RESUMO

É incomum encontrarmos publicações brasileiras que expressem uma relação direta entre a sociologia e a administração. A principal razão que me levou à escolha deste tema foi a falta de bibliografias disponíveis sobre a relação entre as pesquisas sociais e o comportamento humano nas organizações. As organizações constituem-se um universo social circundado por relações de poder. Uma relação de poder se forma no momento em que alguém deseja algo que depende da vontade de outro. Esse desejo estabelece uma relação de dependência de indivíduos ou grupos em relação a outros. No âmbito organizacional as relações de poder existem e muitas vezes definem, e não necessariamente com os critérios de justiça necessários, à saúde de uma organização. Justiça implica juízo de valor, e valores são minimamente compartilhados nas organizações, contestando a antiga visão da cultura organizacional única. Este ensaio pretende relacionar as concepções clássicas sobre o trabalho ao comportamento humano nas organizações. Seu objetivo é pensar, no contexto econômico e político clássico as concepções sobre o trabalho e a sua relação conhecimento que temos sobre o comportamento humano nas organizações.

**Palavras chaves:** Economia Política Clássica, Trabalho, Comportamento Humano, Organizações.



## 1. INTRODUÇÃO

O que é o trabalho? O Dicionário Aurélio nos dá a seguinte definição: s.m. 1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária a realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. 3. Trabalho (2) remunerado ou assalariado; serviço, emprego. 4. Local onde se exerce esta atividade. 5. Qualquer obra realizada. 6. Lida, labuta. 7. *Bras. V. feitiçaria*, etc...

A palavra "trabalho" tem sua origem no vocábulo latino "*Tripaliu*": denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (paliu). Desse modo, originalmente, "trabalhar" significa ser torturado no *tripaliu*. Os torturados eram os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos. Assim, quem "trabalhava", naquele tempo, eram as pessoas destituídas de posses. A partir daí, essa idéia de trabalhar como ser torturado passou a dar entendimento não só ao fato de tortura em si, mas também, por extensão, às atividades físicas produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral: camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros, dentre outros. Tal sentido foi de uso comum na Antigüidade e, com esse significado, atravessou quase toda a idade média. Somente no século XIV o termo começou a ter o sentido genérico que hoje lhe atribuímos, qual seja, o de "aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim". Com a especialização das atividades humanas, imposta especialmente após a revolução industrial, a palavra trabalho tem hoje uma série de diferentes significados, de tal modo que o verbete, no Dicionário Aurélio lhe dedica mais de vinte acepções básicas e diversas expressões idiomáticas.

Sem dúvidas, são muitas as análises possíveis sobre o termo. Além da análise semântica e etimológica o "trabalho" nos possibilita uma fundamentação ideológica através das abordagens sociológicas, econômicas e políticas do desenvolvimento social baseada na literatura clássica das ciências sociais.

Em seu ensaio "*O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*" - Friedrich Engels (1820-1895) afirma:

Toda riqueza provém do trabalho, asseguram os economistas. E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais do que isso: é o fundamento da vida humana. Podemos até afirmar que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem. (Friedrich Engels, 1876).



Engels afirma que durante os milhares de anos o corpo dos macacos foi sendo adaptado e evoluiu. A cada mudança em seus hábitos, como a saída dos galhos para começar a caminhar no chão, seu organismo sofria também alterações baseadas nessa mudança. Por não utilizarem mais as mãos para caminhar no chão, ela passou a ser útil para outros fins, sofrendo alterações. Assim, Engels conclui que o nosso corpo não é apenas um órgão de trabalho, mas, também, um produto dele, o que se deve ao aperfeiçoamento do corpo advindo de suas novas funções e a transmissão hereditária destes.

Para Engels conforme evoluía e se distanciava da animalidade, o homem exercia mais e mais sua influência sobre a natureza, sempre através do trabalho, visando atingir objetivos pré-determinados. E essa seria a principal diferença entre o trabalho humano e o animal: o homem age sobre a natureza, modificando-a, conforme suas necessidades e suas vontades, enquanto o animal só pode aproveitar o que a natureza oferece, sem modificá-la. Colocando em poucas palavras, o homem domina a natureza enquanto o animal apenas se utiliza dela.

Esta formulação de Engels apesar de ser alvo de análises críticas e polêmicas, promove a reflexão sobre a ação do trabalho no próprio homem e em suas relações consigo mesmo e com o mundo (natureza e sociedade).

Saindo da análise “primata” e percorrendo a história, nos deparamos com uma perspectiva econômica política das ciências sociais ligada ao trabalho.

As ciências sociais investigam as origens, o desenvolvimento, a organização e o funcionamento das sociedades e culturas humanas. Como fator de produção em sociedade, o trabalho é objeto de oferta e de procura no mercado, oferecido pelo trabalhador e procurado pelas organizações. A oferta de trabalho em um país é o conjunto de indivíduos que desejam trabalhar, ou a quantidade de horas laboráveis que a população pode oferecer. A procura de trabalho é o número de indivíduos ou a quantidade de horas requeridas pelas organizações (públicas ou privadas) para o processo produtivo.

O conceito de mercado de trabalho, aceito no âmbito do sistema de produção capitalista, implica que o fator trabalho tem natureza de mercadoria. Trata-se, contudo, de uma mercadoria de caráter particular e totalmente diferente das outras, sobretudo porque não se pode separar do trabalhador como indivíduo. Por isso, Karl Marx (1818-1883) introduziu o conceito de força de trabalho, que é a capacidade laboral criadora de riqueza comprada e vendida no mercado de trabalho como resultado dos esforços realizados pelo trabalhador, ou seja, como mercadoria produzida pela força de trabalho. O capitalista, ao adquirir o uso da força de trabalho, adquire





também o seu produto, que finalmente revende. Posteriormente nos aprofundaremos nas formulações de Marx sobre o trabalho.

Os economistas clássicos mostraram a importância do trabalho como fonte de produção e consideraram-no a origem do valor. O ponto de partida da teoria de Adam Smith (1723-1790) foi enfatizado da seguinte maneira: O trabalho era o primeiro preço, o dinheiro da compra inicial que era pago por todas as coisas. Assim, Smith afirmou que o pré-requisito para qualquer mercadoria ter valor era que ela fosse produto do trabalho humano. Para Smith a fonte original de toda riqueza é o trabalho, este é o principal fator de produção que agregado aos meios de trabalho e à terra proporcionam o desenvolvimento.

Smith foi o primeiro a estabelecer a teoria da divisão do trabalho, entendida como decomposição do processo produtivo em uma série de operações diferentes, cada uma das quais é desenvolvida por um trabalhador diferente e especializado. Neste sentido, a divisão do trabalho produz um incremento da produtividade do trabalho e, portanto, é origem de economias de escala. Por sua vez, a divisão, no seu aspecto de produção de diversos bens por diversos indivíduos, é um requisito para o desenvolvimento do intercâmbio, já que cada indivíduo se especializa na produção de um bem, que vende a outros indivíduos em troca dos bens cuja produção, estes, por sua vez, se especializaram.

Retomando o conceito do Aurélio, observamos que há necessidade de dinamismo para que haja trabalho. A estaticidade não realizar trabalho, entretanto este movimento não pode ser aliado ao conceito de desenvolvimento conforme preconizado pelo sistema capitalista vigente, há a necessidade de se pensar além da ideologia propagada pelos dominadores. O desenvolvimento é um conceito redefinido a cada situação.

Outra observação que se faz necessária são os fins, isto é, o homem trabalha por objetivos, os homens destituídos de posses torturados no *tripaliu* tinham como objetivo trabalho – pela recompensa de condições para sobrevivência. Nesta concepção o trabalho configura-se como dispositivo para o alcance de objetivos, para Adam Smith estes objetivos são seus próprios interesses, conforme analisaremos a seguir.

## 2. CONCEPÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA E TRABALHO

Pai da economia moderna e mais importante teórico do liberalismo econômico – Adam Smith investigou por anos as causas e a natureza das riquezas dos países, origem do livro “A



Riqueza das Nações” de 1776. Esta obra cumpriu o papel ideológico de respaldar o combate dos privilégios e restrições que caracterizavam as políticas mercantilistas, da monarquia de então. Logo os burgueses se identificaram com suas teorias que foram de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo nos séculos IX e XX.

Enquanto os mercantilistas acreditavam que a riqueza das nações é o quanto de dinheiro ela possui, Smith dizia que a verdadeira riqueza de uma nação vem do trabalho e do fluxo de mercadorias e serviços que ela produz. Para Smith, a capacidade de produzir (produção) se baseia na divisão do trabalho e na acumulação de capital.

Ao contrário do pensamento mercantilista, Smith afirmava ainda que a riqueza estava além da herança e que poderia ser produzida através do trabalho, trabalho este não essencialmente rural como acreditavam os proprietários rurais, mas também por uma nova atividade, a recente indústria.

A tese de Smith nos conduz à reflexão sobre a esfera das relações humanas, com base na idéia de que o bom coração ou a simpatia do ser humano pelo bem estar dos outros não eram tão altruísta...

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (Adam Smith - A Riqueza das Nações – Pág. 74)

Smith afirma que tudo funciona melhor onde o homem tem liberdade para empreender, movido por uma espécie de “mão-invisível” (*laissez-faire*) que o empurra naturalmente para o “lado certo”. Se há um produto em abundância, o preço baixa. Se o produto é raro, difícil de encontrar, o preço sobe e as pessoas se dispõem a pagar por ele. A “mão invisível” conduz o empresário ao melhor investimento e ao mesmo tempo em que pratica o bem, lucra.

Smith defendia a livre competição e a não interferência do estado no mundo dos negócios. Em sua tese, ao estado cabe manter a ordem, proteger o patrimônio, construir obras de infraestrutura e cuidar da educação.

Para Smith, todo indivíduo se esforça para encontrar o trabalho mais vantajoso para o capital que possa comandar. É sua própria vantagem e não da sociedade o seu objetivo, mas o estudo de sua própria vantagem, naturalmente o conduz a preferir o trabalho mais vantajoso para a sociedade.



Ao longo do século XX o pensamento econômico foi submetido a diversas análises. Alguns pensadores posicionaram-se a favor do *laissez-faire* e do livre mercado. Outros defenderam a intervenção do estado na economia. Para o economista britânico John Keynes (1883-1946), por exemplo, que defendeu o fim do *laissez-faire*, o altruísmo social através do estado, poderia se unir aos investimentos do ganho individual da livre iniciativa, aperfeiçoando o capitalismo. O capitalismo altera as relações de trabalho e as concepções anteriores a ele sobre o trabalho.

De certa forma de maneira simplista, podemos considerar duas tendências principais ao longo do desenvolvimento do trabalho capitalista: Em primeiro lugar, a passagem dos trabalhadores de uma situação de autoemprego para uma situação de emprego salarial para organizações capitalistas. Antes, o trabalhador desenvolvia suas atividades no campo, pequenas oficinas e em estabelecimentos familiares. Os trabalhadores controlavam a natureza e o produto de seu trabalho, especialmente pela própria característica da produção. O desenvolvimento do capitalismo transformou a relação do homem com o trabalho, controlando-o e “proletarizando” cada vez maior número de trabalhadores.

Esta é a figura da segunda tendência: O aparecimento e o desenvolvimento de grandes organizações capitalistas burocráticas, baseadas na organização hierárquica do processo de trabalho, na simplificação e na racionalização, de maneira a alcançarem maiores índices de produtividade e consolidar as formas de controle. Estas mudanças dos processos de trabalho modificaram essencialmente a sua própria natureza – do autoemprego à divisão racionalizada do trabalho.

O trabalho transforma-se em produção, refere-se então a muitas operações em que cada trabalhador dedica-se exclusivamente à repetição sistemática de uma tarefa.

Com base na realidade do século XIX, Karl Marx (1818-1883) analisa as categorias relacionadas ao trabalho, propondo uma explicação que estabeleça a relação entre o sistema econômico como um todo. Assim, parte da situação concreta dos trabalhadores e mostra a gênese histórica da alienação das relações sociais de produção:

Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência, etc. de todo este estranhamento (*Entfremdung*) com o sistema do dinheiro. (Karl Marx – Manuscritos econômicos-filosóficos – Pág. 80).



Segundo Marx, as leis do trabalho enunciadas pela economia política são as leis do trabalho estranhado, para ele, ela oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre trabalhador (o trabalho) e a produção.

Diferentemente da Economia Política, que só considera o trabalhador quando ele está produzindo mercadorias e o trabalho como mera produção de mercadorias, Marx considera que o trabalho social é condição absoluta da sociedade e elemento fundante do ser humano, pelo qual o homem interage com o mundo exterior sensível. Portanto, na relação estranhada entre o trabalhador e o seu trabalho, estariam todas as consequências do conjunto das alienações (exteriorizações).

Para mostrar o trabalho estranhado, Marx faz a constatação de que quanto mais o trabalhador produz riqueza mais pobre ele fica, sendo que o produto do seu trabalho e o próprio trabalho tornam-se mercadorias. A objetivação do trabalho aparece no sistema econômico como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). Essa situação é característica do modo de produção capitalista, em que a objetivação do trabalho resulta em propriedade privada do não-trabalhador e esta se torna determinante da apropriação do trabalho. Na sociedade capitalista a relação essencial do trabalho, a relação do trabalhador com a produção, está separada, estranhada.

O trabalho estranhado manifesta-se na relação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho (resultado), e na relação entre o trabalhador e a atividade produtiva. Ou seja, o homem não se apropria do resultado do seu próprio trabalho e não o vê como parte de si, mas como algo externo a si; nem tem consciência de sua participação no ato produtivo, sua atividade não lhe pertence, é estranha a ele. Esses dois aspectos do estranhamento, fundamentais na sociedade capitalista, se desdobram em outras determinações do trabalho estranhado: a) estranhamento do homem em relação à natureza; b) estranhamento do homem em relação a si mesmo; c) estranhamento do homem em relação ao seu ser genérico; d) estranhamento do homem pelo próprio homem. Ou seja, o estranhamento na atividade produtiva, influencia o conteúdo das demais exteriorizações humanas.

Para Marx, a atividade livre e consciente (atividade produtiva) é o caráter genérico do homem. É a sua elaboração do mundo que faz dele um ser genérico. Quando o homem reconhece o mundo externo como sua criação, ele contempla a si mesmo como parte de uma generalidade (humano). Entretanto o trabalho estranhado inverte essa relação: o homem, por ser consciente, transforma sua atividade vital (o trabalho) em um meio para sua existência física.



Ao arrancar-lhe o objeto de sua produção, que é a objetivação da sua vida genérica, o homem se estranha do seu ser genérico, da essência humana. Ele fica livre e ativo apenas nas suas funções animais. Como consequência disso, o homem estranha o próprio homem, pois a relação dele consigo mesmo se expressa na relação com o outro, e, se o homem está estranhado de si, também terá com o outro uma relação de estranhamento. Se a atividade produtiva é penosa e desfetivadora do trabalhador e, se o produto do seu trabalho lhe é estranho, hostil, e poderoso sobre ele, a relação do trabalhador com o dono desse objeto que lhe causa martírio será de oposição.

Assim, na sociedade capitalista, o conjunto das exteriorizações humanas é determinado pelo trabalho estranhado. Este, por sua vez, consiste na desvinculação entre o trabalhador e o seu trabalho, fazendo da objetivação do trabalho uma mercadoria à disposição da apropriação privada. Em tais condições de objetivação da atividade humana, o trabalhador não vê o produto de seu trabalho como a exteriorização de sua atividade, ele não se reconhece no objeto de seu trabalho, este lhe aparece como estranho e exterior a ele, bem como todas as demais relações que se ligam à atividade produtiva.

Seguindo a explicação de Marx, a emancipação humana estaria condicionada à superação do trabalho estranhado e esta à supressão da propriedade privada. Mas, apesar de ser condição, o fim da propriedade privada não é, por si só, garantia da emancipação.

Nesse ponto, vale destacar a diferença entre os termos “*Entfremdung*” (estranhamento) e “*Entäusserung*” (alienação). Seguindo a indicação da tradução utilizada, a alienação, vista como exteriorização humana, não necessariamente tem um sentido negativo. Ela resulta do processo de criação produtiva e não pode ser eliminada. Já o *estranhamento* é sempre negativo, pois significa um bloqueio à realização humana, desvinculando o trabalhador de seu trabalho, como se fossem coisas estranhas, sem nenhuma relação.

### 3. A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Um olhar mais recente a cerca da econômica política das relações de trabalho é a do sociólogo espanhol Manuel Castells. Em sua obra “A sociedade em Rede” (1999), Castells conceitua a economia informacional e o processo de globalização, com um parâmetro qualificacional do trabalhador ao inserir seu estudo num contexto macro da nova divisão internacional do trabalho.



A economia global resultante da produção e concorrência com base informacional caracteriza-se por sua interdependência, assimetria, regionalização, crescente diversificação dentro de cada região, inclusão seletiva, segmentação excludente e, em consequência de todos esses fatores, por uma geometria extraordinariamente variável que tende a desintegrar a geografia econômica e histórica. (Manuel Castells - *A sociedade em Rede* - Pág.123).

Castells, otimista da industrialização na década de 90 afirma que em algumas regiões há uma melhoria nos padrões de vida e mudança estrutural do sistema produtivo. Mas, ao teorizar a pós-industrialização no final da década de 90, afirma que segmentos da população se tornam irrelevantes para a economia, pois não participam dos benefícios de seu desenvolvimento com parcial ou total exclusão social. Isto é, as economias centrais e as periféricas.

Castells define quatro posições diferentes da qualificação do trabalhador: produtores de alto valor com base no trabalho informacional; produtores de grande volume baseado no trabalho de mais baixo custo; produtores de matérias-primas que se baseiam em recursos naturais; e os produtores redundantes, reduzidos ao trabalho desvalorizado. (Castells; 1999, Pág. 160).

Castells ainda afirma que a posição na divisão internacional do trabalho não depende fundamentalmente das particularidades do país mas das características de sua mão-de-obra e da inserção na economia global.

Na divisão internacional, baseado nas duas premissas do mesmo autor, se não há qualificação da mão de obra e inserção do país na economia global, as relações sociais e de trabalho são debilitadas para o trabalhador neste espaço de disputa globalizada.

O diretor do comitê do trabalho norte americano – Charles Kernaghan denuncia no vídeo “*O mundo global visto do lado de cá*” de Silvio Tendler (2006) a divisão de trabalho na globalização, que segundo ele, distribui migalhas mundo afora, enquanto elimina empregos nos Estados Unidos.

Neste contexto, o Brasil e outros países da América latina e no mundo, como exportadores de produtos agropecuários, matérias-primas e, importador de tecnologias e bens manufaturados, e, também, com seu baixo nível de educação e qualificação, o trabalhador se debilita na relação trabalho e capital, sendo posicionados como produtos da “fabrica de perversidades” que é a globalização conforme análise de Milton Santos (1926-2001) sobre as relações de trabalho em depoimento no filme “*O mundo global visto do lado de cá*” de Silvio Tendler (2006).





Após a breve análise das concepções da Economia Política Clássica de Adam Smith e Karl Marx e após a abordagem da globalização no contexto do trabalho, passaremos agora à análise do comportamento humano nas organizações em uma perspectiva, do trabalho do homem como expressão de sua vida e não apenas como comércio de força de trabalho.

Nesta perspectiva de compreensão, observamos que as concepções do trabalho não são obras de um teórico específico, nem do acaso. Resultam de um processo de criação histórica, no qual o desenvolvimento e propagação de cada uma são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano. Assim, a criação de cada concepção do trabalho associa-se a interesses econômicos, ideológicos e políticos, servindo como instrumento de justificação das relações de poder.

Não existe uma concepção única aceita pela sociedade, porque cada uma, surgida historicamente, não elimina as anteriores, mas se põem em luta, coexistindo e competindo entre si. Quanto mais recente a origem de determinada concepção, mais diversificadas as influências do conhecimento humano em sua construção, ou seja, tendem a ampliar o nível de complexidade.

Estas concepções propagam-se pelas sociedades, por intermédio de vários agentes socializadores, destacando-se o próprio ambiente de trabalho (incluindo aí a gestão), o sindicalismo, as organizações educacionais, os governos, os partidos políticos, as organizações religiosas e a família.

A análise da divisão internacional do trabalho, por exemplo, vai de encontro com a aceleração e diversidade das transformações no mundo do trabalho. Recentemente Tem-se discutido o alcance dessas transformações para uma mudança acentuada na forma de conceber o trabalho, caracterizando o surgimento de novo paradigma, redefinindo o lugar do trabalho na vida da sociedade e de cada indivíduo. O alcance e a profundidade de tais transformações e quanto estas já se sedimentaram na cultura nacional são aspectos que continuam polêmicos, desta forma, ao invés das discussões sobre o significado do trabalho e suas nuances temporais e geográficas a análise que proponho é a do comportamento humano nas organizações, uma vez que este comportamento é fruto das relações de trabalho que o envolve.





#### 4. O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E O TRABALHO

Certamente, a grande maioria das pessoas, durante a maior parte de suas vidas, integra alguma organização: uma escola, um time de esporte, um grupo cultural, uma organização religiosa ou cívica, uma das forças armadas ou uma empresa. Algumas organizações, como as grandes empresas, são estruturas de modo muito formal. Outras, como um time de futebol da comunidade, têm uma estrutura mais informal. Mas todas as organizações, formais ou informais, têm vários elementos em comum, um exemplo, são as relações sociais que a envolve.

O conceito de organização, tal qual descrito por Stoner (1995, Pág.4) aponta que "organização são duas ou mais pessoas trabalhando juntas e de modo estruturado para alcançar um objetivo específico ou um conjunto de objetivos". Deste conceito depreende-se que as organizações são estruturas sociais orientadas para a consecução de um objetivo, assim como o conceito de trabalho já citado neste texto.

O primeiro teórico das organizações foi Max Weber (1864-1920). Weber estudou as organizações sob um ponto de vista estruturalista, preocupando-se com sua racionalidade, isto é, com a relação entre os meios e recursos utilizados e os objetivos a serem alcançados. A organização, para Weber é a burocracia e esta, a forma de se ordenar as relações humanas entre si e com a organização, propiciando que objetivos explícitos sejam atingidos.

O comportamento organizacional é um campo de estudos que investiga o impacto que indivíduos, grupos e a estrutura têm sobre o comportamento dentro das organizações.

Segundo o professor Stephen Robbins (2005, Pág. 7), existe uma concordância crescente de opiniões sobre os componentes ou tópicos que constituem a área de estudo do comportamento organizacional. Embora haja alguma controvérsia sobre a importância relativa de cada um dos tópicos do comportamento organizacional, é consenso que ele inclui componentes básicos como motivação, comportamento e poder de liderança, comunicação interpessoal, estrutura e processos de grupo, aprendizado, desenvolvimento de atitudes e percepção, processos de mudanças, conflitos, planejamento do trabalho e estresse no trabalho.

O comportamento organizacional é, portanto, produto do comportamento e da atuação dos agentes individuais nas organizações, estes agentes atuam normalmente como prestadores de serviços nas organizações, como o objetivo de promover as condições materiais necessárias para sua vida<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Outros objetivos relacionados ao trabalho não serão tratados neste ensaio.



A produção das condições materiais não se dá de um modo individualizado, mas ao contrário, elas só se evidenciam no coletivo, em coexistência social. Ao longo de toda a história humana, a produção e reprodução da existência material sempre se verificaram pela inter-relação das atividades de seus membros, o que condiciona ao trabalho a condição de categoria que fundamenta as formas de sociabilidade entre os indivíduos.

Foi a partir da produção social que os homens se organizaram de modo a dividirem entre si suas atividades, possibilitando, assim, atingir os fins desejados e atender às múltiplas necessidades que continuamente se desenvolviam e envolviam todo o conjunto.

O pensamento de Max Weber foi inaugurado com um ensaio sobre a história das empresas comerciais na idade média. Nesse ensaio, segundo Schluchter (2011, Pág. 236), Weber buscava as “condições de sociação” a partir das quais surgiram as modernas sociedades de responsabilidade limitada e ilimitada. Posteriormente, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1904), Weber observa o empreendedorismo sob uma ótica “doutrinária”, discorrendo sobre a relevância da reforma protestante para a formação do capitalismo moderno, de modo que relacionou as doutrinas religiosas de crença protestante, para demonstrar o surgimento de um *modus operandi* de relações sociais, que favorece e caracteriza a produção de excedentes, gerando o acúmulo de capital.

No início do século XX, Max Weber, publicou um livro a respeito das grandes organizações da sua época. Deu-lhes o nome de burocracia e passou a considerar o século XX como o século das burocracias, pois achava que estas eram as organizações típicas de uma nova época, plena de novos valores e de novas exigências. O aparecimento das burocracias coincidiu com o despontar do capitalismo, graças a inúmeros fatores, dentre os quais a economia do tipo monetário, o mercado de mão de obra e o surgimento do estado nação centralizado.

As burocracias surgiram da necessidade das organizações em colocar ordem e exatidão em seus processos e em função das reivindicações dos trabalhadores por um tratamento justo e imparcial. O modelo burocrático de organização surgiu como uma reação contra a crueldade, o nepotismo e os julgamentos tendenciosos e parcialistas típicos das práticas administrativas desumanas e injustas do início da Revolução Industrial. Na verdade, a burocracia foi uma invenção social aperfeiçoada no decorrer da Revolução Industrial, embora tenha suas raízes na antiguidade histórica, com a finalidade de organizar detalhadamente e de dirigir rigidamente as atividades das empresas com a maior eficiência possível. Rapidamente, a forma burocrática de administração alastrou-se por todos os tipos de organizações humanas, como indústrias,



empresas de prestação de serviços, repartições públicas e órgãos governamentais, organizações educacionais, militares, religiosas, filantrópicas, entre outras, em uma crescente burocratização da sociedade.

Em “Economia e Sociedade” (1920), Weber analisa os tipos de ação social que busca a compreensão sobre como o indivíduo se coloca em sociedade e como a sociedade se manifesta. No primeiro capítulo desta obra, aparece como conceito fundante da teoria sociológica de Weber a categoria ação, considerado por ele o objeto da sociologia. A ação é um comportamento humano ao qual os indivíduos vinculam um significado subjetivo e a ação é social quando está relacionada com outro indivíduo.

Na ótica weberiana, a sociologia é essencialmente hermenêutica, ou seja, ela está em busca do significado e dos motivos últimos que os próprios indivíduos atribuem as suas ações: é neste sentido que a sociologia é sempre "compreensiva".

O pensamento sobre “individualismo metodológico” de Weber implica que conceitos coletivos como grupos, nações e estados não agem ou não existem realmente; eles são apenas construções metafóricas utilizadas para descrever as ações similares ou conjuntas de indivíduos. Em suma, não existem governos por si só, existem apenas indivíduos agindo harmoniosamente de uma maneira governamental.

O principal objetivo de Weber ao pensar as ações sociais é compreender o sentido que cada pessoa dá a sua conduta e perceber assim a sua estrutura inteligível. A análise weberiana propõe que se deve compreender, interpretar e explicar respectivamente, o significado, a organização e o sentido, bem como evidenciar regularidade das condutas.

Por seus estudos e publicações evidencia-se a atenção de Weber às organizações. Weber nos fornece bases teóricas fundamentais para o entendimento do comportamento organizacional moderno.

Se por um lado o individualismo metodológico de Weber nos convida analisar a ação humana a partir da perspectiva dos agentes individuais, por outro, conhecemos que a consequência desejada da burocracia é a previsibilidade do comportamento dos seus membros. No modelo de Weber, todos os funcionários se comportam de acordo com as normas e regulamentos da organização, a fim de que esta atinja a máxima eficiência possível.

Tudo na burocracia é estabelecido no sentido de prever antecipadamente todas as ocorrências e rotinizar sua execução, para que a máxima eficiência do sistema seja plenamente alcançada.



Aparentemente, Weber não previu nenhuma diferenciação no comportamento humano dentro da organização. Antes, pelo contrário, a burocracia parece assentar-se numa visão padronizada do comportamento humano, entretanto faz-se necessário compreender as ações individuais como forma de compreensão do comportamento organizacional, partindo da hipótese que o comportamento organizacional é fruto da interação dos valores pessoais e individuais e que estes são regidos pelas identidades e pelos objetivos de cada parte integrante.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal razão que me levou à escolha deste tema foi a falta de bibliografias disponíveis sobre a relação entre as pesquisas sociais e o comportamento humano nas organizações.

Nesta perspectiva, e em consideração à primeira razão para existência organizacional – o trabalho, tornou-se inevitável a análise da gênese organizacional.

A questão do trabalho e sua transformação ao longo da história suscitam as mais diferentes interpretações desde o momento em que foram colocadas. Certamente todas as sociedades, independente do tempo e da localização, criam suas próprias formas de interagir com o que as rodeiam através do trabalho e organizam esta interação como forma de sobrevivência. É evidente a importância do trabalho e seu papel no processo de evolução humana a partir na natureza. Tal importância do trabalho pode ser facilmente observada quando examinamos o processo pelo qual passou o homem no que se refere à utilização das mais diversas ferramentas ao longo da história. Contudo, não basta enumerar as diferentes ferramentas que os homens utilizaram ou descrever suas distintas relações com o meio ambiente. Pois o trabalho na concepção do materialismo histórico é entendido como o constituidor da essência humana. Ele é visto ontologicamente como sendo uma atividade inerente a todos os indivíduos; uma atividade exclusivamente humana. O trabalho é a fonte da essência humana.

O trabalho, como a gênese organizacional permeia as relações que se estabelecem no próprio ambiente organizacional e por ser fonte dos objetivos individuais estabelece uma relação direta com a maneira como a organização se comporta

Em “As Consequências da Modernidade” Anthony Giddens (1991, Pág.9) observa que vivemos uma época marcada pela desorientação, pela sensação de que não compreendemos



plenamente os eventos sociais e que perdemos o controle. De fato, esta é a sensação que tenho ao tentar compreender o comportamento organizacional e suas nuances.

As organizações procuram cada vez mais produtividade dos indivíduos e cada vez mais são moldados à homogeneização típica da racionalidade burocrática de Weber.

A burocracia despersonaliza o indivíduo, que parece estar encurralado no beco da razão, tendo a sua frente a calculabilidade do capitalismo, a ordem econômica determinada pela técnica e a produção em série através das máquinas, e atrás de si, a paixão irrefreável pela busca dos bens materiais.

É tarefa árdua do administrador coordenar as questões globais e individuais nas organizações. O entendimento sobre o tempo em que vivemos, as influências que sofremos, o pensamento individual e coletivo contribui para apoiar a ação a ser desenvolvida no ambiente organizacional, de modo a minimizar os impactos negativos da homogeneização em detrimento da individualidade.

O desafio do administrador é definir uma estratégia para entender os objetivos e as motivações dos indivíduos que vivenciam as situações sociais organizacionais e transformar este conhecimento em ação administrativa. Nesta perspectiva, na racionalização, haveria espaço para um método individual de administração de Recursos Humanos.

Assim, como a análise weberiana, penso que se deve compreender, interpretar e explicar respectivamente, o significado, a organização e o sentido da ação administrativa, a fim de perceber o Ser Humano como ser humano nas organizações e o Trabalho como vida e não como instrumento de tortura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Livia; As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. In: Rev. adm. contemp. vol.3 no.3 Curitiba Set./Dez. 1999

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura: A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v. II.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Trad. Raul Filker. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Nova Gazeta Renana. São Paulo: EDUC [Ed.PUC-SP] , 2010

\_\_\_\_\_. O capital - Cap.IV. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

ROBBINS, Stephen. P. Comportamento organizacional. 11. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2007.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber (capítulo 4: O surgimento da modernidade: Max Weber acerca do cristianismo ocidental). São Paulo, Unesp, 2011.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STONER, James A. F., FREEMAN, R. Edward. Administração. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil Ltda., 1995.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. 2. Brasília: UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. José Marco Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DICIONÁRIO ETMOLÓGICO. Disponível em:

<http://www.dicionarioetimologico.com.br/searchController.do?hidArtigo=2E396FAABE8D6F214CB9A445DEC29156> Acessado em 15 de junho de 2014



## TECENDO A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHOS DE AUTONOMIA?

SILVA, Luanda Naiade Oliveira da.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA*

*luanda.naiade@hotmail.com*

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo tratar sobre uma breve reflexão entorno da história da Economia Solidária e seus desdobramentos, considerando a possibilidade de existência ou não de autonomia na tessitura das suas relações, a partir do trabalho cooperativo. Assim, consiste em abrir um diálogo a partir de um arcabouço teórico que permita discorrer sobre esse processo de construção da EcoSol. A metodologia partiu de uma pesquisa bibliográfica sobre o cooperativismo e EcoSol, aliada a análise de relatórios de trabalho e observação do cotidiano de cooperativas, todos estes elementos foram fundamentais para subsidiar a escrita deste artigo. Destacando-se um fator conclusivo interessante ao qual corresponde que dentro do contexto do cooperativismo da Economia Solidária há em maior ou menor grau a desconstrução dos dilemas relacionados ao mundo do trabalho no contexto capitalista a partir dos próprios princípios pregados pela economia solidária.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Cooperativismo. Autonomia.

### ABSTRACT

This article aims to address on a brief reflection around the history of Solidarity Economy and its consequences, considering the possibility of existence of autonomy in the fabric of their relationship, from cooperative work. Thus, is to open a dialogue from a theoretical framework that allows discuss the process of building the ECOSOL. The methodology began with a literature search on the cooperative and ECOSOL, combined with analysis of reports and observing the everyday work of cooperatives, all these elements were fundamental to subsidize the writing of this article. Highlighting an interesting conclusive factor which corresponds to that within the context of cooperative solidarity economy is in more or less deconstruction of dilemmas related to the world of work in capitalist context from the very principles preached by the Solidarity Economy.

**Key-words:** Solidarity Economy. Cooperative. Autonomy.





## HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os marcos históricos que definem o nascedouro da Economia Solidária no mundo, remetem à organização primeira dos trabalhadores no século XIX na Inglaterra e outros países Europeus, acrescidos das contribuições dos movimentos socialistas utópicos e embalados pela crise da Revolução Industrial acometidas aos trabalhadores e trabalhadoras daquele século. O conjunto de experiências que tinha por objetivo a posse coletiva dos meios de produção, a gestão, organização e produção do trabalho de forma coletiva, participativa, democrática e a distribuição equitativa dos ganhos configurou-se como experiências de Economia Solidária, sem, ter este rótulo ou nomenclatura. No Brasil, a proposta da economia solidária foi definida e disseminada desta forma por meio do fortalecimento das associações, cooperativas, clubes de troca, empresas falimentares recuperadas entre outras organizações coletivas que exercessem os princípios econômicos solidários, embora, seja preciso confrontar questões essenciais que fomentaram a articulação dos agentes públicos e sociedade civil para esse fim.

Na Europa, especificamente na França, o termo Economia Social esteve ligado ao movimento mutualista, de cooperação e associação do século XIX que lutava por melhores condições de vida através de práticas de solidariedade e cooperação com uma conotação mais voltada para o terceiro setor e a isto se conjugam experiências de associação para produção, crédito, serviços e consumo solidários. Não foi diferente no terreno latino-americano, para o qual a proposta da economia solidária se firmou em uma concepção marxista de que o capitalismo é o sistema hegemônico vigente, mas não deve ser o único, pois produz grandes desigualdades (LIMA, 2007). Sendo assim a economia se baseia em princípios divergentes aos que são alimentados pelo sistema capitalista em sua concepção e prática, visão corroborada por Silva (2007); Singer (2002), conforme o excerto abaixo evidencia:

“Dessa forma, as práticas solidárias englobam a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, o desenvolvimento autossustentado, a responsabilidade social e ambiental.”(LIMA,2007,p.75)

Historicamente, o Estado brasileiro foi frágil no que se refere ao seu papel distributivo, mas também no seu caráter de proteção e participação social. (ARAÚJO; SILVA, 2005; POCHMANN, 2001; SCHWENGBER, 2005). Soma-se também a desestatização e internacionalização da economia que segundo Eid (2007) contribuiu para a emergência de experiências no setor informal. No início dos anos 1990 no Brasil, o cenário sob o qual se



consolidou a economia solidária foi marcado pela insurgência do desemprego e a busca de estratégias para saná-lo. As políticas sociais foram direcionadas a migrar de um plano universalista a um segmento pauperizado, segmento específico e expressivo da sociedade, orientando a atuação pública para ações focalizadas na luta pela erradicação da pobreza. (IVO, 2008, 169).

O debate acerca do desemprego no Brasil é complexo e extenso e não se esgotaria aqui. Porém, é importante reiterar que diante do quadro de obsolescência dos agentes públicos, o Brasil não conseguiu definir uma política pública voltada para o trabalho, não se trata somente de uma questão pessoal, mas imbricada em uma teia de complexidades do sistema social, conforme evidencia Pochmann (2001). Portanto, tomar os pobres e/ou desempregados aliados do sistema, aproveitando-se do potencial que possuem fomentou a visão neoliberal da pobreza, justificada pelo fato de que os pobres eram vistos como potenciais mobilizadores, ou seja, eles tinham capacidades preexistentes que caso fossem desenvolvidas contribuiriam para a superação da pobreza e resolução dos principais problemas materiais, visão próxima a do Banco Mundial que consiste na chamada mobilização dos “ativos”, dos pobres, aproveitando suas atividades assalariadas ou autônomas na produção de soluções coletivas (IVO, 2008, p.174).

Diante do cenário complexo da emergência de políticas sociais, acentuado o ideário de desenvolvimento neoliberal e o crescimento da pobreza assolando o país, o embrião da emergência da Economia Solidária encontra-se na militância política do sociólogo Herbert José de Souza, mais conhecido como Betinho. Figura responsável pela articulação do projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, nesse contexto de erradicação da miséria e da pobreza, nasceu o Programa Comunidade Solidária:

“O Programa de Comunidade Solidária. Esse programa iniciou-se com base em duas importantes experiências desenvolvidas no Brasil no combate à fome e a miséria: O Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (Campanha de Herbert de Souza (...))O primeiro originou-se de um movimento nacional de ética na Política, durante o impeachment do Presidente Fernando Collor (1992).”(IVO,2008,p.169).

Segundo Santos (2005), o movimento Ação da Cidadania voltou seus esforços para a geração de trabalho e renda de forma que pudesse atuar no fomento a experiências nas quais o público fosse à população pauperizada e desempregada do país. Ainda sob a mobilização de Betinho em consonância com o projeto referido acima, foi criado em 5 de setembro de 1994 o



COEP (Comitê de Empresas Públicas no Combate a Fome e Pela vida). No seu nascedouro o COEP tinha a função de mobilizar e articular entidades públicas que intervissem no problema da fome e da pobreza no Brasil por meio de ações, projetos, programas que articulassem tanto as entidades associadas como outras de natureza pública ou privada que se interessassem na promoção da segurança alimentar no Brasil (ESTATUTO DO COEP, s.d).

Uma articulação importante do COEP com a Universidade Federal do Rio de Janeiro surgiu na medida em que as demandas e questões suscitadas pelo comitê encontraram neste espaço um lócus de discussão e inovação da prática provindo da extensão universitária e do papel da universidade pública na sociedade. Bocayuva afirma que:

Nascida no ciclo de ações de combate à pobreza, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ representa um impulso na transformação das práticas de extensão universitária, visando aos setores populares excluídos social, econômica, cultural e espacialmente (BOCAYUVA, 2002, p.236)

“Com o objetivo de incentivar ações de combate à fome e de geração de trabalho e renda para estes segmentos da população. Uma das iniciativas do COEP foi o apoio a constituição da Cooperativa de Manguinhos, junto à Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), em 1995”. (SENAES, 2011, p.7)

Assim, o trabalho desenvolvido em parceria com o COEP para a constituição da Cooperativa de Manguinhos foi o estopim para o surgimento da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, na Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1995, um programa de extensão vinculado a pós-graduação de Engenharia que desenvolveu seus projetos com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Banco do Brasil (FBB), com o intuito de, a priori, de organizar a população marginalizada para a inserção social e saída do desemprego, realizando o processo de formação e acompanhamento das cooperativas, como ficou explícito no excerto acima.

Deste trabalho na favela de Manguinhos com a ITCP/UFRJ em 1997 nasceu o Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) com o intuito de financiar, dar suporte e incentivar o nascimento de outras incubadoras em vários estados do país e apoiar as ações que já estavam em andamento. Assim, outras incubadoras eclodiram nos estados brasileiros ampliando o debate sobre trabalho, pobreza, exclusão social, cooperativismo entre outras questões circunscritas em sua atuação.



No começo do trabalho em torno da economia solidária o expoente das ações das organizações foi o cooperativismo popular. As experiências das entidades de fomento no acompanhamento dessas cooperativas foram centrais no que se denominou na década de 90 de cooperativismo popular, pois esta forma de cooperativismo trabalhava com segmentos aliados das condições básicas de sobrevivência e sofria com a falta de emprego. De todo modo, a história da Economia Solidária abre um leque de possibilidades e divergências para compreender a organização dos setores populares, para Guimarães [s.d], a diferença do cooperativismo popular para o cooperativismo tradicional reside na situação de exclusão social dos associados e na gestão democrática. Para Oliveira (2003), esse tipo de cooperativismo configura-se como um conjunto de práticas que devam levar em consideração os princípios da cooperação, da autogestão e de instrumentos para combater a pobreza e a situação de exclusão social.

Existem diversas linhas históricas que determinam o nascimento da economia solidária com um viés institucionalizado, no Brasil. Reconhecendo esses caminhos e descaminhos de uma história que não se faz unívoca e tendo em vista a diversidade de formas de organização do trabalho, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), indica que a história começou no processo de articulação para o I Fórum Social Mundial em 2001. Diversas entidades e organizações que trabalhavam com os segmentos populares na perspectiva solidária foram mobilizados para a criação do grupo de trabalho brasileiro de economia solidária (GT Brasileiro de Economia Solidária), acordando com o uso do termo Economia Solidária e abrangendo as suas diversas práticas, assim pode-se apreender que o mesmo se firmou pelo conjunto de iniciativas autônomas de grupos organizados da sociedade civil com atividades econômicas baseadas em princípios semelhantes. (Lima, 2007).

A história não para por aí, a luta pelo enraizamento como política pública do governo brasileiro impulsionou a criação pelo GT Brasileiro de Economia Solidária, da carta ao governo Lula elaborada no final de 2002, intitulada “*Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*”. O título da carta remonta à concepção sob a qual a economia solidária esteve vinculada, ou seja, a um segmento dentro do Estado capaz de conter em si mesmo um grande potencial para o desenvolvimento do país, funcionando dentro de certos princípios.

Durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária, foi criada a carta de princípios, retratando os pontos em comum das entidades e organizações, como está extraído abaixo:



#### “Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- 1.a valorização social do trabalho humano,
- 2.a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- 3.o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- 4.a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza,
5. e os valores da cooperação e da solidariedade” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA).

São estes os princípios que uniram as diversas experiências no âmbito da economia solidária e foi nesta plenária que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária se firmou com esta denominação. Portanto, alguns autores encontram nesse momento de criação do fórum o elixir da economia solidária, confirmam esta perspectiva Amorim; Araújo (2004). A briga para que o governo brasileiro reconhecesse a economia solidária e a legitimasse enquanto parte da política de governo, impulsionou a criação em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Esta secretaria está alocada no Ministério do Trabalho, Emprego e Renda (MTE) e possui em seus estados, superintendências estaduais que contam também com os centros públicos de economia solidária (CESOL), espaços onde é possível encontrar informações, produtos dos empreendimentos, entre outros serviços. Existem também, as organizações de apoio aos empreendimentos de economia solidária, sua natureza é a mais diversa possível, por exemplo, as incubadoras públicas vinculadas às universidades que prestam acompanhamento a empreendimentos solidários na perspectiva do fomento e formação dos mesmos, atuam na extensão universitária. Existe também organização vinculada a Igreja Católica que atua na perspectiva da economia solidária. Na tabela abaixo estão inseridas algumas dessas instituições a que estão vinculadas e o ano em que começaram suas atividades no campo da economia solidária:

Instituições da Economia Solidária – Tabela nº 1

Instituição	Natureza	Ano
Cáritas Brasil	Igreja Católica	1990
ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário)	Central Única dos Trabalhadores	1999
Unisol (Central de Cooperativas e	Associação Civil	2000



Empreendimentos Solidários.		
Unicafes(União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária)	Organização Não-Governamental	2005
Bansol (Banco Solidário)	Organização Financeira da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia	2001
Incuba (Incubadora de Empreendimentos Solidários)	Rede Unitrabalho (Rede Nacional de Universidades)	1996
Itcp's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares)	Rede ITCP's (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares)	1998

A institucionalização da economia solidária refletiu para alguns atores que construíram este processo como a perda do caráter de luta ou de movimento, porém alguns autores a entendem como política pública alternativa ao desemprego. Daí, o debate que se contorna no que concerne à identidade da economia solidária, relaciona-se ao seu caráter de política pública ou a um conjunto de experiências associativas e com princípios solidários em oposição ao sistema hegemônico vigente?

Tomando a emergência da economia solidária como fato para Araújo; Silva (2005) a configuram como um novo gênero de política pública no Brasil, visão corroborada e ampliada por Schwengber (2005), para o qual a política pública de economia solidária é fundamental para a construção da democratização do Estado brasileiro, constituindo-se em mais uma frente de luta. Trata-se de argumento diferente dos liberais, os quais segundo Farid Eid (2007, p.48) compreendem a economia solidária apenas como instrumento corretivo de crises no sistema capitalista. Posição mais contundente é tomada por alguns autores que ponderam a economia solidária como potencial para eliminar desigualdades, ponto de vista adotado por Amorim; Araújo (2004) ratificando que esta é alternativa diante da exclusão social, capaz de organizar a produção de forma que satisfaça a todos e elimine desigualdades, difundindo valores de solidariedade.





Assim o é também para Singer (2002), para o qual a raiz das desigualdades encontra-se no modo como estão organizados o trabalho e a produção, implicando em competição entre desiguais, diferença entre ganhadores e perdedores dentro do sistema capitalista de produção em que o individualismo é operante, provocando colapso social quando não há espaço para todos e condições igualitárias para que se participe desta competição. Entretanto a proposta da economia solidária tem como cerne a associação de iguais, pessoas que partilham condições sociais semelhantes e que tem a posse coletiva dos meios de produção e do trabalho em si, são os proprietários do trabalho, todos têm poder de decisão, partilham igualitariamente os ganhos e as relações sociais têm como elo a solidariedade entre seus pares, respeito às liberdades individuais.

Porém, o debate conceitual acerca da economia solidária é extenso e críticas a esse modelo são recorrentes, tal como a realizada por Ghibaudi (2004 apud SILVA, 2007, p.152), que apontam dois problemas fundamentais presentes na proposta da economia solidária: o primeiro é o que se refere à incongruência entre o caráter normativo do que deveria ser autogestão e a idealização das práticas concretas; o segundo fator é a falsa ideia de autonomia das relações capitalistas dominantes.

Santos (2005) também considera a economia solidária como mais um modo de produção convivendo com diversos outros modos de produção dentro do sistema capitalista auxiliando na sua formação, já que considera que o capitalismo não se restringe a somente um modo de produção, mas também molda a sociedade legalmente e alicerça seus valores.

Diversas são as correntes que compreendem o projeto da economia solidária, em tons de mudança social, manutenção do sistema capitalista, alternativa de trabalho precarizado e sem possibilidade de inserção em um mercado competitivo ou como uma possibilidade extremamente transformadora do sistema econômico e social vigente, ou ainda como uma estratégia crucial no combate ao desemprego mas o relevante é que a economia solidária se estabelece no Brasil como política pública voltada para o combate ao desemprego e pobreza, as lutas atuais do movimento se orientam para que se crie legislação para regular e compreender de forma diferenciada os empreendimentos da economia solidária no que concerne ao caráter legal e tributário das organizações além de leis que reconheçam e apoiem o desenvolvimento deste outro tipo de economia. Em âmbito municipal o projeto de lei de economia solidária está vetado pelo poder correspondente e a nível estadual e federal ainda





tramitam os projetos de lei de iniciativa popular para a política estadual e nacional de economia solidária.

### **AUTO(GESTÃO/NOMIA)?**

Uma das principais diferenciações da empresa capitalista para a empresa solidária proposta por Singer (2002), é a autogestão como forma de organização da produção como princípio do cooperativismo a autogestão se define como modelo de gestão baseado na organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras, mas concretamente, a autogestão se aplica tanto na vida orgânica da cooperativa quanto para subsidiar as ações dos trabalhadores. Esse modelo de gestão enquanto princípio de organização não está restrito à cooperativa, mas a outras instituições e empreendimentos que se situam no âmbito da economia solidária cujas decisões são tomadas com todos os seus associados, ou seja, as decisões são coletivas e a informação é partilhada de forma horizontal a fim de que todos tomem posse da organização e fortaleçam o sentimento de pertença.

No caso da cooperativa, são os cooperados que se reúnem para tomar decisões e definem juntos os rumos da mesma, exercitando a autogestão, bem como criando instrumentos e mecanismos para que todos possam saber das atividades da cooperativa, conferindo poder a todos de forma democrática para questionar, opinar e contribuir na gestão da cooperativa.

Nesse sentido o conceito de autogestão ultrapassa as fronteiras organizacionais e torna-se em suma um conceito político, que pode direcionar as ações dos sujeitos, conforme Lechat; Barcelos (2008):

O termo autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autos* (si mesmo) e do latim *gest-o*, (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio da autogestão parte então do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes. (p.97)

Trata-se de uma concepção ampla que não se fecha no princípio de auto-organização, mas também está inserida na busca por formas igualitárias de organização social, não é à toa que há forte vínculo entre o pensamento socialista e anarquista com a autogestão:



A concepção autogestionária era herdeira de Owen, Fourier e outros socialistas utópicos do século XIX, que imaginavam a passagem para o socialismo mediante a construção e comunidades livres e igualitárias [...] Owen exerceu real liderança política na Inglaterra [...] Ele ajudou a formar cooperativas e lhes atribuiu uma missão revolucionária, qual seja a de organizar operários grevistas para tomar o mercado dos capitalistas. (SINGER, 2000, p.40)

O autor continua delineando a história e afirma que a quantidade marcante de cooperativas de consumo e comercialização agrícola se viu em uma arena de confronto com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que via a autogestão enquanto princípio e método de gestão unívocos. A concepção de gestão das cooperativas como empresas convencionais vigorou e como uma avalanche levou muitas cooperativas a tender para essa forma de gestão típica das relações capitalistas.

O estudo realizado por Silva (2007) deixou claro que existem as cooperativas falsas que não aplicam os princípios genuínos do cooperativismo e não formam os seus associados para a cultura da autogestão, mas que em tese acentuam as hierarquias, mandos e desmandos de uns poucos e relegam a estes a tarefa de tocar a organização tal como uma empresa capitalista convencional; e existem as cooperativas que preservam e conservam o esforço contínuo da formação para autogestão dos seus associados, reiterando a visão de que a autogestão deve estar combinada a uma cultura do associativismo, do trabalho coletivo e democrático.

“Assim, a autogestão como proposta necessita estar articulada a uma perspectiva política mobilizadora. [...] Entretanto, o crescimento de empresas cooperativas e a construção de uma cultura de trabalho associado podem constituir opção de trabalho mais satisfatória, em que pese sua inserção num mercado competitivo, como acontece em países europeus, por exemplo,” (LIMA, 2007, p.80).

Em suma, a ideia da autogestão é complexa e abrangente, mas também está ligada à autonomia do empreendimento e dos seus associados que podem ser geridos sem necessitar de rígidas hierarquias e chefias, abrindo espaço para o exercício democrático, o que de certa forma suscita certo tipo de vulnerabilidade da organização, no sentido da instabilidade e conflitos que possam surgir, impedindo que o empreendimento cresça e se desenvolva como verificaram Silva (2007); Lima (2004). A democracia em menor escala é o que se aplica na organização que tem por base a autogestão, a falta de hierarquia e mando promove a autonomia do sujeito para pensar e propor ações para a organização, mas ao mesmo tempo o



coloca em uma zona de conforto em que as decisões são consensuais, portanto podem condicioná-lo a não participar.

Diante de tantas complexidades, a Economia Solidária busca resgatar o princípio da autogestão de forma semelhante como foi aplicada pelos operários no século XIX na Inglaterra, operando em prol da construção de relações trabalhistas horizontais e organização dos trabalhadores que atinjam a sociedade. Conforme Nascimento (2004) para a autogestão acontecer é imprescindível o direito à experimentação social de um projeto histórico que se faz por si mesmo no sentido da transformação social.

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INTERFACE: CIDADANIA/AUTONOMIA E AS MULHERES, O QUE PENSAR?**

Diante dos vários vieses de concepção da economia solidária enquanto forma de organização e gestão do trabalho, regidos por princípios como igualdade, democracia e solidariedade surge uma questão central está relacionada ao tema, que se refere ao processo de cidadania/autonomia/emancipação em que o sujeito está imerso. Quando se avalia a intersecção do nascimento da economia solidária no Brasil e as políticas sociais de combate ao desemprego, se pode pensar na concepção do que se denominou o sujeito popular. Nesse sentido Ivo (2008) pondera que a construção dessa visão se centra no fato de que as políticas de gasto social desenvolvidas para a satisfação das necessidades básicas da população pauperizada tais como o apoio à economia popular, voltaram-se para a construção do que se denominou o sujeito popular. Este suscita algum tipo de atividade econômica tendo a autogestão como o canal ideal para a organização e satisfação das suas necessidades.

Trata-se de um tipo de mobilização da cidadania que, “mesmo envolvendo ações no âmbito do mercado, supõe um papel ativo do Estado Social” (IVO, 2008, p.176). Ou seja, torna-se uma atividade emancipatória das camadas populares, em um processo contínuo do fazer/refazer dos direitos e deveres na sociedade. Nesse bojo a autora entende que se trata de uma dinâmica emancipatória envolvendo o exercício ativo da cidadania.

Sem adentrar de forma profunda na discussão desses conceitos serão descritos alguns pontos passíveis para análise no que toca a relação da economia solidária com a cidadania. De que forma a cidadania seria o resultado de um processo emancipatório dos indivíduos? A resposta não é curta e objetiva, o conceito de cidadania em si mesmo é intrincado e amplo,



possuindo diversas vertentes interpretativas desde Thomas Marshall até teorias marxistas e gramscianas que o abarcam. A autora Vieira (2001) trata de diversas abordagens sobre o mesmo, a relação renitente que chama atenção quando se trata de cidadania é a tríade Estado, mercado e sociedade civil: “a cidadania concerne, deste modo, a relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações” (p.37). Logo, trata-se de uma via de mão dupla entre o Estado e o cidadão envoltos na reciprocidade de direitos e o cumprimento de obrigações.

O conceito de sociedade civil também é passível de análise, mas de modo geral pode ser compreendido como o conjunto de organizações mobilizadas pelos indivíduos em ações coletivas a fim de promover mudanças sociais. Essa relação cidadania/sociedade civil é factível, e comumente a economia solidária aparece como mobilização nascente e ativa da sociedade civil dialogando e sendo amparada pelo Estado, provocando o exercício da cidadania por parte dos sujeitos envolvidos.

“Assim, a maior parte das lutas pela cidadania é realizada no âmbito público em torno dos interesses de grupos sociais, embora – cabe a ressalva - a sociedade civil não possa constituir o lócus dos direitos de cidadania por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais” (VIEIRA, 2001, p.37).

Outra relação estritamente visível e necessária no âmbito da economia solidária é compreendê-la como uma necessidade que emerge da organização da sociedade civil e se dissemina por outras esferas como Estado e o mercado, conforme Vieira (2001):

“Walzer explora ainda o conceito de sociedade civil como arena de enfrentamento: enquanto a cidadania é à base da unidade social, a sociedade civil ao permitir o enfrentamento crítico das diversas reivindicações sociais, desempenha suas tarefas clássicas de gerar civilidade” (p.44).

Dessa forma, os agentes da economia solidária, a quem chamaríamos de organizações, entidades de fomento e gestores públicos provocam debate em torno da arena pública sobre as questões que os interessam, mas para que efetivamente gere cidadania é *mister* que a dinâmica vá para o espaço estatal sendo asseverada por meio da lei. Daí pode-se pensar as mobilizações atuais desses agentes em prol da aprovação das leis nacional e estadual da economia solidária.

Esse exercício dos direitos e deveres encontra nas mulheres protagonistas da sua própria história e do seu trabalho um amplo espaço para discussão do processo de autonomia ou emancipação, ou ainda independência quando donas do seu próprio negócio rompendo



relações de submissão e assumindo o controle do seu trabalho e das decisões a ser tomadas.

Culti (2004) salienta:

A atuação das mulheres na economia solidária a partir de atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre os homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direito dos cooperados. (p. 2; 3).

Portanto, pressupõe-se ao menos em tese que as mulheres tenham a mesma renda dos homens no trabalho da economia solidária e que a sua influência no processo de tomada de decisão é tão importante quanto o do homem, o que comprometeria a que se realizassem relações de trabalho pautadas na desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres, mas também o que não assegura que desconstruções em torno da dicotomia feminino/masculino ocorram.

Ao que parece a Economia Solidária é um campo para o desenrolar da autonomia e do exercício cidadão, entender cidadania como a luta dos grupos sociais em torno de interesses específicos como aponta Vieira (2001) abre precedentes para compreender a Economia Solidária enquanto mecanismo para se chegar a cidadania ativa, ou como aponta Culti (2004) para rompimento de desigualdades entre homens e mulheres a partir do trabalho coletivo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Bruno Marcus F.; ARAÚJO, Herton Ellery. Economia Solidária no Brasil: Novas formas de relação de trabalho? *Boletim de Mercado de Trabalho-Conjuntura e Análise*, Brasília, n°24, ago. 2004, p. 45-52. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24i.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2013.

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da. Economia Solidária: um novo paradigma de política pública? *Boletim de Mercado de Trabalho-Conjuntura e Análise*, Brasília, n°28, set. 2005, p.31-41. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF11120B2630/prog\\_mt28.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF11120B2630/prog_mt28.pdf)>. Acesso em 26 jul. 2013.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. São Paulo: FGV/Banco Mundial, 2002, pp. 246-255.



COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA (COEP). *Histórico do Coep*. Disponível em: <  
[http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2007423103136125&TIPO\\_ID=5](http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2007423103136125&TIPO_ID=5)>. Acesso em: 26 jul.2013.

CRISTINA, Selma. A terceirização via cooperativas. In: *A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, pp. 13 - 22.

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. In: IV CONGRESSO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, IV, 2004, República Eslovaca - Bratislava. *Anais eletrônicos...* República Eslovaca - Bratislava: 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/Texto%2520Mulheres%2520e%2520Economia%2520>> Acesso em: 26 jun. 2013.

EID, Farid. Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? *Revista ORG & DEMO*, Marília, v. 8, n. 1/2, jan-jun/jul-dez, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/382/282>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

*ESTATUTO DO COEP*, [s.d].

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). *Princípios Gerais do Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Disponível em: <  
[http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em: 26 jun. 2013.

IVO, Anete Brito Leal. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume, 2008. 256p.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, nº 1, jan/jun 2008, p. 96-104.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho em cooperativas: perspectivas e dilemas. In: \_\_\_\_\_ *A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, p. 13 - 22.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na era da Globalização*. Editora: Boitempo Editorial: São Paulo, 2001, p. 125-134.

SCHWENGBER, Angela. Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. *Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, Brasília, nº28, set. 2005. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_28c.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_28c.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos



Solidários-Proninc. *Relatório Final*, SENAES e IADH – instituto de assessoria para o desenvolvimento humano, Recife, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES): *Base de Dados Empreendimento*. Disponível

em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=BA>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2002, p. 7-23.

VIEIRA, Litz. ANPOCS, 2001. Notas sobre o conceito de cidadania. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 51, 1.º sem. 2001. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=129&Itemid=217](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=129&Itemid=217)>>. Acesso em 17 set. 2013.





## **SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE TRABALHO**

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de

*Estudante de doutorado do Programa de Ciências Humanas e Sociais - UFABC*

*gugapavan@gmail.com*

86

### **RESUMO**

O objetivo dessa pesquisa consiste em inserir as contribuições de Michel Foucault na análise sobre o processo de trabalho na indústria capitalista, procurando revelar como as estruturas de poder se manifestam e se relacionam no comportamento individual. É intenção também avançar na discussão entre as análises marxista e foucaultiana, colocando-as primeiramente em conflito para, em seguida, buscar uma tentativa de síntese. A preocupação é demonstrar como o sujeito foi ignorado por algumas vertentes do marxismo e a importância em compreender este mesmo sujeito para que a trama de poderes possa ser melhor analisada, contribuindo para uma melhor apreensão da própria dinâmica histórica do processo de trabalho. Como resultado, é possível observar que a aproximação entre as análises macroestruturais com aquelas mais focadas no plano cotidiano e da subjetivação seria o melhor caminho para se compreender a complexa rede de poderes presente nas relações de trabalho.

**Palavras-chave:** Processo de trabalho. Sujeito. Foucault.

### **ABSTRACT**

The aim of this research is to embed the contributions of Michel Foucault on the analysis of the labor process in capitalist industry, seeking to reveal how power structures manifest and relate to individual behavior. It is also intended to advance the discussion between Marxist and Foucauldian analyzes, firstly placing them in conflict to then attempt a synthesis. The concern is to demonstrate how the subject was ignored by some strands of Marxism and the importance of understanding this same subject so that the net of powers could be better analyzed, contributing to a better understanding of the historical dynamics of the labor process itself. As a result, it is possible to observe that the rapprochement between the macrostructural analyzes with those more focused on the daily plan and subjectivity would be the best way to understand the complex network of power present in labor relations.

**Key-words:** Labour process. Subject. Foucault.



## **INTRODUÇÃO: A ABORDAGEM MARXISTA SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO**

No campo de estudos sobre o processo de trabalho, notadamente aqueles circunscritos ao campo da Economia Política e da Sociologia Industrial, a presença das análises de cunho marxista é considerável.<sup>1</sup> O materialismo histórico e sua explicação acerca da emergência do capitalismo a partir do processo de expropriação do trabalhador dos meios de produção e as decorrentes implicações econômicas e políticas oferecem um arcabouço teórico para a análise das relações de trabalho na firma capitalista.

Neste particular, os mecanismos de controle, gerenciamento e disciplinamento da força de trabalho são encarados sob o ponto de vista da luta de classes e seu contexto de relações de poder criado a partir da estrutura econômica e das superestruturas política, cultural, ideológica etc. Em outras palavras, o processo de trabalho é visto como um fenômeno de subsunção formal – quando exige técnicas de organização e controle do capital sobre o trabalho – ou real – quando se realiza a alienação via tecnologia. Se formas de cooperação para a execução de tarefas variadas sempre foram utilizadas na humanidade, a organização do trabalho sob a égide do capital responde a pré requisitos de eficiência, produtividade, racionalidade. A pré-condição para a organização do trabalho sob a forma capitalista é a aglomeração de trabalhadores num mesmo local e isso só é possível a partir de certa concentração de capital, já que os dispêndios com capital variável e capital constante são maiores numa escala maior de produção. Assim:

A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é portanto condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou escala de produção depende da amplitude dessa concentração (MARX, 1984, p. 379).

Ora, com este grau de concentração do capital e de exploração da força de trabalho, princípios de organização da produção se esboçam:

Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige com maior ou menor intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados. Um violinista isolado comanda a si mesmo, uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo.

<sup>1</sup> Como por exemplo Braverman (1987), Coriat (1976; 1979; 1994), Moraes Neto (2009), entre outros.



Enquanto função específica do capital, adquire a função de dirigir caracteres especiais (Idem, 1984, pp. 379-380).

Com efeito, a história do capitalismo, o desenrolar das forças produtivas e a mudança social resultante são os eixos a partir dos quais se observa a questão das relações de poder – as quais, aqui particularmente interessa aquelas relacionadas às relações de trabalho dentro da empresa. Em outras palavras, a divisão do trabalho, em si, passa a ser um importante veículo para a sua gerência. Na visão de Babbage (1832, *apud* Braverman, 1987), não só a necessidade de controle justifica a divisão manufatureira do trabalho, mas também a redução dos custos que ela possibilita. Isto porque, ao analisar e dissecar o processo de trabalho, o capitalista paga cada trabalhador de acordo com a exigência imposta pela tarefa. Assim, a força de trabalho pode ser comprada de forma mais barata, na medida em que as capacidades totais dos trabalhadores são dissociadas dos indivíduos e reagrupadas numa fábrica coletiva, composta de tarefas parcelares e fragmentadas (BRAVERMAN, 1987, p. 79).

Marx (1984) compreende a manufatura de forma crítica, como um momento histórico do capitalismo, momento no qual o crescimento do número de contingentes operários nas cidades inglesas coincide com a utilização dessa mão de obra para fins produtivos na indústria capitalista. Ademais, o autor vê nessa forma de produção a evidência da exploração capitalista sobre o trabalho: juntamente com a divisão do trabalho caminha a alienação, processo pelo qual o trabalho total necessário para a fabricação de um produto é expropriado do artífice (o artesão original, depositário da técnica para fabricação de um determinado bem) e fragmentado em tarefas menores correspondentes a trabalhadores menos qualificados. É uma forma de diminuir a indesejável sabedoria do trabalhador ao pulverizar seus saberes no coletivo da manufatura. Tal situação é degradante para a humanidade de acordo com Braverman (1987):

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Fica evidente no excerto acima, a relação unidirecional de poder que emana do capital em direção ao indivíduo. Não há espaço para a subjetividade e todas as intermediações e ressignificações que possam ocorrer entre as instâncias de poder e o sujeito. Ao ignorar a agência e subjetividade dos indivíduos, o marxismo “ortodoxo” (WILLMOTT e O’DOHERTY, 2001) coloca o processo de trabalho em uma abordagem funcionalista na qual a



estrutura da empresa é moldada pelos ditames do capital com o sentido de controle de cada membro para a efetividade da organização. Tal controle, com efeito, ditado pela lógica da mais-valia e pela “racionalidade” econômica. O problema desta visão é negligenciar a complexidade das relações sociais no ambiente de trabalho.

Assim sendo, na perspectiva marxista tradicional, os métodos de gestão taylorista e fordista são momentos de absolutização das esferas de poder econômico e coerção social, de luta dialética entre o capital e o trabalho.

Acerca do taylorismo, Coriat (1976), observa:

No fundo, o que se pretende atingir é a supressão de um determinado tipo de atraso, ou melhor, de defasamento que obsta à expansão do capital e à sua valorização. O modo de organização do trabalho que apresenta a particularidade de se basear no ofício, ou seja, no saber e no ‘saber-fazer’ operário dá azo a que a resistência operária se desenvolva com eficácia. O ‘saber é para o operário o seu bem mais precioso’ diz, com razão Taylor. É aí que reside o essencial da sua relação de força com o capital. A questão de fundo é uma relação de força e de saber ou, mais precisamente, de relação de força no saber (CORIAT, 1976, p. 87).

A difusão e aplicação das ideias contidas nos Princípios da Administração Científica de Frederick Taylor (1970) é uma resposta à crise do capitalismo de fins do século XIX. Segundo Hobsbawn (1988), o capitalismo irá novamente triunfar e superar a crise a partir de três saídas: a concentração de capital, o imperialismo e a administração científica:

A pressão sobre os lucros durante a Depressão, bem como o tamanho e complexidade crescentes das firmas, sugeriam que os métodos tradicionais, empíricos ou improvisados não eram mais adequados à condução das empresas. Daí a necessidade de uma forma mais racional ou ‘científica’ de controlar, monitorar e programar empresas grandes e que visavam à maximização do lucro (HOBSBAWN, 1988, p. 71).

Neste particular, o taylorismo é o método de organização do trabalho representativo do controle capitalista da produção e do trabalho, pois preocupa-se com a organização e controle para além da mera cronometragem dos gestos. Taylor era pragmático e representa a culminância de um processo histórico de gerência que remonta ao século XVI: “Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador de uma maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1987, p. 86). Antes deste pensamento, a gerência limitava-se a fixar tarefas com supervisão para garantir a execução normal do trabalho,



além de determinar a jornada de trabalho. Deixava ao trabalhador a competência para executar suas operações de forma relativamente livre.

Se o taylorismo avançou na fragmentação das tarefas e na “cientificidade” da análise do processo de trabalho, dissecando-o, analisando-o, esquadrihando-o (para emprestar um termo foucaultiano); o fordismo aprimora a capacidade de controle pela utilização da esteira mecânica:

O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira (MORAES NETO, 1989, p. 36).

Embora aparentemente o trabalho brote da máquina, na verdade, do mecanismo da esteira<sup>2</sup>, a importância do trabalho vivo é fundamental. São as operações dos seres humanos que dão conta de montar o produto final, sendo que a esteira não passa de um mero facilitador que transporta as peças a serem montadas por mãos humanas. Segundo o próprio Ford (1926), o trabalho deve vir ao operário e não o contrário. Isso diminuiria desperdício de tempo e resultaria em ganhos maiores para patrão e trabalhadores. Ademais, a disposição destes e das ferramentas deve ser de tal modo que os componentes do veículo tenham uma distância mínima a percorrer em toda a fase de produção. Tudo isso ocorrendo por meio de um sistema de esteiras que operem a uma velocidade suficiente que garanta a maximização da produtividade e dos lucros.

A esteira fordista, analisada sobre este prisma, evoca a imagem da robotização do humano, de sua redução a um repetidor constante e sincrônico com o ritmo do mecanismo. Portanto, há uma subordinação marcante ao imperativo da esteira, a qual logra efetivar os anseios de controle por parte do capital.

## **A SUBJETIVIDADE, O CORPO E O INDIVÍDUO NO PROCESSO DE TRABALHO**

Seria possível aqui avançar em outras formas de organização do trabalho e, conseqüentemente, em outras formas de subordinação do trabalhador: da gestão toyotista às indústrias de processo contínuo, estas últimas mais pautadas pelos processos tecnológicos na

<sup>2</sup> É importante ressaltar que a esteira fordista não pode ser utilizada como exemplo de máquina-ferramenta, já que não retira o instrumento de trabalho do trabalhador humano. Ao contrário, a esteira reforça a importância do trabalhador na linha de produção na medida em que transporta o trabalho até aquele.



organização da produção. De qualquer forma, as forças materiais inseridas na lógica de produção capitalista – esta por si só dominadora e repressora – conformariam a lógica do processo de trabalho.

Mas o que se pretende é exatamente relativizar tal esquema de explanação teórica. Em outras palavras, onde está o sujeito e como as relações de poder se manifestam, de fato, no plano individual? Há, na verdade, ponderações que se devem fazer, ressaltando as intermediações que se colocam no plano de interação e interdependência entre as esferas macro e microsociais. Isto é, se a análise marxista considerada ortodoxa é suficiente, então haveria somente uma análise com polos opostos, distantes e com fronteiras bem delimitadas, sendo que a estrutura dominante conforma e condiciona o comportamento dos indivíduos. Para Willmott e O’Doherty (2001), as limitações desta visão são claras:

“Bravermanian analysis marginalises, and indeed aspires to exclude, consideration of the role of consciousness and action in the reproduction and transformation of the interdependent, though asymmetrical, relations of capital and labour. For the critics of this orthodoxy, the marginalisation of worker subjectivity is problematical because, not infrequently, ‘employees’ feelings of identification with ... the enterprise’ are supportive and stabilising of a ‘modus vivendi’ between managers and workers” (WILLMOTT e O’DOHERTY, 2001, p. 04).

O problema desta visão é negligenciar a complexidade das relações humanas no ambiente de trabalho. Isto porque a construção da subjetividade se dá na própria sujeição às instâncias de poder. Assim sendo, compreender o processo de trabalho exige que se compreenda a construção da subjetividade neste espaço. É preciso, evidentemente, compreender as características estruturantes: o contexto histórico-econômico, as formas de gestão da força de trabalho, o *ethos* que preside àquela organização, mas, todavia, não se pode robotizar o trabalhador como um mero reproduzidor do fordismo ou do toyotismo, por exemplo. É necessário inserir a questão da subjetividade na análise do processo de trabalho, procurar novas fronteiras e diálogos e, em síntese, propor uma aproximação das análises macroestruturais com as contribuições foucaultianas.

Foucault (1979; 2009), assim como os autores de linhas marxista, parte do resgate histórico para analisar os processos de efetivação do poder através da emergência de instituições militares, políticas, sociais e econômicas. A descrição histórica aponta para uma tendência evidenciada no século XVIII de aperfeiçoamento dos dispositivos de controle sobre os corpos individuais e o corpo social. Aparece, neste contexto, um movimento de





esquadrinhamento do corpo, com vistas à condução e ao controle dos gestos, movimentos e comportamentos. Há um sentido de utilidade na sujeição, juntamente com a busca por eficácia e rapidez. Nesse sentido, a disciplina:

... dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2009, p. 134)

92

Portanto, é no corpo que se pode observar as relações de dominação, as quais por sua vez, não são unívocas ou deterministas. Em outras palavras: uma rede de dimensões permeia a instauração do poder no âmbito das organizações. Se o corpo é o objeto de última instância da relação de dominação e controle, questões relacionadas à ocupação do espaço e ao ritmo das tarefas desempenham seu papel neste quadro. No lugar que o indivíduo ocupa na série ou na fila e, portanto, no espaço físico relacional com outros trabalhadores - neste microcosmo - se manifesta o poder. Além do espaço, a relação entre sujeito/tempo e sujeito objeto revela maior riqueza de detalhes. O corpo passa a ser direcionado para a melhor execução dos gestos e das tarefas. Isto implica na adoção de posturas que permitam aos membros uma execução eficiente e econômica em termos de tempo. Assim sendo, há uma mobilização disciplinar da mente, dos membros e das partes do corpo não ligadas “diretamente” ao processo de execução. Mais que a definição de horários – que também são importantes – importa aqui a noção de ritmo, de orquestração dos corpos individuais ao corpo coletivo. No caso da relação sujeito/objeto, realiza-se uma codificação instrumental do corpo. Há uma correlação imbricada, uma síntese complexa e minuciosa entre membros e instrumentos.

Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina. Estamos inteiramente longe daquelas formas de sujeição que só pediam ao corpo sinais ou produtos, formas de expressão ou o resultado de um trabalho. A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação. E assim aparece esse caráter do poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção (FOUCAULT, 2009, p. 148).

Com efeito, a contribuição de Foucault à questão do processo de trabalho é preencher lacunas analíticas que porventura separem as estruturas de poder dos mecanismos de controle e disciplinamento no nível do sujeito. O lugar que o corpo ocupa neste espaço de inter-relações é





ênfatisado pelo autor: não é só o espaço físico, é também uma nova noção de temporalidade – dados os esquemas contínuos, evolutivos, em que a divisão disciplinar coloca os trabalhadores, os batalhões, as classes.

Mais que tudo – é importante salientar – o movimento disciplinar emerge no contexto de formação do Estado Moderno e abrange instâncias militares, escolares e a própria manufatura. Assim sendo, há um movimento, uma mesma racionalidade que opera em diversos níveis. Se com o exército a disciplina visa o melhor aproveitamento das táticas e na escola uma melhor organização do conteúdo, na fábrica é a lógica do lucro que impera.

De qualquer forma este movimento de ascensão – no mundo moderno e ocidental - de uma maneira de controle é assinalado – embora sem as preocupações com a questão do corpo e seu esquadramento no nível microcósmico – por Norbert Elias (1993). Segundo o autor, as relações de interdependência e de entrelaçamento das relações humanas implicam numa construção social civilizadora que virá acompanhada por aparatos de controle. Em verdade, quanto mais complexa é a rede de funções sociais, maior tende a ser a centralização de poder e mais evidente a monopolização da força física em um organismo central. Conseqüentemente, ocorre um movimento de gestação do autocontrole no plano individual.

À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável. (...) O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se “corretamente” dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social (ELIAS, 1993, p. 196).

Da análise macroestrutural de Elias, pode-se depreender as implicações do movimento “civilizador” de controle, no nível dos micropoderes de Foucault. A chave para isso é o corpo e a subjetividade. Nos tempos monárquicos, a presença física do rei é um símbolo importante de poder. Com o advento da república o corpo real dá lugar a uma espécie de corpo social onde o poder se manifesta nos corpos individuais. De qualquer forma, para ambos os autores, o poder



não reside somente e necessariamente na esfera econômica. Tampouco, as relações de poder se manifestam de forma dialética: é preciso entender que há uma penetração das instâncias de poder – de seus mecanismos e artifícios no nível do corpo. Há um amálgama, uma totalidade das determinações de política e de economia – de poder propriamente ditas – no plano individual. Destarte, investigações que se preocupam demasiadamente com os mecanismos de repressão e com a presença da ideologia penetrando no sujeito consciente, tendem a ignorar a materialidade do poder, sua concretude e suas possibilidades (FOUCAULT, 1979, p. 148). Podem, levadas à última instância, ignorar as relações de resistência no plano individual e colocá-las sempre no nível da consciência de classe, no nível coletivo. A insuficiência que tal tipo de análise pode acarretar é melhor expressa nas palavras do próprio Foucault:

Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto em termos jurídicos; e pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupa com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no “outro”, no adversário de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada (FOUCAULT, 1979, p. 06).

Esta visão dicotômica, que enxerga o poder como algo exterior, macrossocial e – no caso dos marxistas – opressor, ignora seus aspectos positivos. Neste particular, lhe escapa a percepção de que nenhuma estrutura de poder sobrevive apenas de opressão e ideologia. Vale ressaltar, mais uma vez, a abordagem relacional de Elias (1993), o qual coloca em paralelo o conflito e a interdependência funcional como mecanismos de conformação da ordem, do controle, da civilização. Suas contribuições, também revelam fenômenos que transbordam a estanque e rígida assertiva marxista de que o capital é o “poder que tudo domina na sociedade burguesa” (SWEEZY, 1962, p. 43). Como afirmam Ramminger e Nardi (2008),

Da mesma forma, o trabalho não deve ser analisado apenas em relação às técnicas de produção e dominação, mas considerando a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho. Estas também variam conforme o contexto social, histórico e econômico, apontando para diferentes processos de produção de subjetividade, diferentes sujeitos trabalhadores (RAMMINGER e NARDI, 2008, p. 341).

Neste aspecto, cumpre ressaltar pelas palavras do próprio Foucault, o aspecto construtivo do poder:



O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 08).

A partir desta observação, vale resgatar a famosa passagem de “Princípios de Administração Científica”, na qual Taylor (1970) dialoga com o trabalhador Schmidt. Esta passagem situa-se no contexto histórico da guerra hispano-americana e que exigia maior produtividade nas indústrias siderúrgicas estadunidenses. Preocupado com o desempenho dos carregadores de barras de ferro – apenas 12,5 toneladas por dia em média -, Taylor estabeleceu que os melhores trabalhadores poderiam carregar por volta de 47 toneladas por dia. Assim, deu início à utilização de seus métodos na fábrica Bethlehem Steel Company. Selecionou o trabalhador considerado adequado para a tarefa: era um tipo completamente empenhado no trabalho e na vida pessoal, um perfil bastante idealizado por Taylor. Cabe aqui um parêntese para ressaltar a moralidade do sistema taylorista. Segundo Tragtenberg,

Há em Taylor, uma pandeia, um ideal de formação humana de um tipo de personalidade, consequência lógica da aplicação e vivência do sistema de Administração Científica do Trabalho. Tem seu sistema o mérito de acentuar a virtude do ascetismo, a mentalidade entesouradora no que se refere a dinheiro, a abstinência de álcool (TRAGTENBERG, 1985, p. 75).

Há também forte caráter religioso em suas proposições: a criação quaker<sup>3</sup> de Taylor explica seu apreço pela serenidade do trabalho em vez da ostentação e da idolatria da riqueza individual. Schmidt possuía tais virtudes: trabalhador incansável, ascético e honesto. Todavia, Taylor o considerava homem de mentalidade limitada o que também seria uma característica ideal para esse tipo de trabalho. A gerência da fábrica estimulou-o com a oferta de um salário 60% maior do que ele ganhava em troca das 47 toneladas de barras de ferro carregadas. Bastava obedecer cegamente às ordens dos diretores:

Bem, se você é um operário classificado deve fazer exatamente o que este homem lhe manda, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele manda sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama (TAYLOR, 1985, p. 56).

<sup>3</sup> Os quakers são um movimento religioso surgido na Inglaterra do século XVII. Entre seus preceitos, acreditam que cada pessoa pode se comunicar com Deus sem intermediários. Assim sendo, preconizavam uma religiosidade sem hierarquias, depositando no indivíduo a centralidade religiosa. Defendiam valores como honra, trabalho, simplicidade, austeridade, atributos que serão substratos importantes da obra de Taylor (1985).



No fim, Schmidt superou o objetivo traçado e carregou 47,5 toneladas de barras de ferro. A pergunta que ora se faz é a seguinte: foi o sistema ideológico combinado com o aparato físico-econômico de repressão que moveu Schmidt para a realiação da tarefa? Onde reside a subjetividade do trabalhador? Como as relações de poder – inegáveis e tangíveis na gestão taylorista do trabalho – estão manifestas no sujeito?

Certamente não foi por pura e simples coerção que o fato ocorreu. Os incentivos monetários – presentes também no fordismo -, a condição de imigrante, a necessidade de construir sua casa, a internalização dos discursos disciplinares, normalizadores, religiosos e éticos certamente estão permeando esta interação entre capital e trabalho. A teia de relações é mais complexa e portanto menos unidirecional no sentido do primeiro para o último.

Há claramente um sinal de positividade que o trabalho transmite ao operário. É neste sentido também que se deve compreender a linha de montagem fordista, a “polivalência” toyotista ou a subordinação do trabalhador à maquinaria e seus dispositivos tecnológicos: repressão e ideologia não seriam suficientes, segundo Foucault (1979), para explicar a manutenção dos ritmos e das rotinas por parte dos trabalhadores.

Todavia, analisar o poder a partir de seu aspecto produtivo não significa obliterar a face da dominação. Há na verdade uma interação entre dominação e resistência que um historiador marxista – em uma frutífera tentativa de ligar a dinâmica estrutural com a análise de subjetividade – satisfatoriamente observa. Segundo Thompson (1998), embora o ritmo de trabalho tenha se mantido durante um bom tempo de forma irregular – em grande medida pela ainda comum existência dos trabalhos domésticos e do *putting out system* - já havia uma preocupação com o tempo – marcada pela introdução e difusão do relógio -, a qual se intensifica no avanço do capitalismo industrial. O tempo diário e semanal passa a ser segmentado, institui-se a jornada de trabalho, o acordar cedo. Tudo isto está marcado pela lógica econômica, de eficiência na utilização do tempo e resulta – consequentemente – no disciplinamento. Nas escolas e asilos para crianças a disciplina para as tarefas é glorificada, pois tem o mérito de habituar à rotina e às fadigas do mundo do trabalho; nas fábricas, o relógio é manipulado para que os trabalhadores fiquem mais tempo operando. Mas logo surge a resistência:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greve pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes



dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro (THOMPSON, 1998, p. 294)

Resistência e internalização das disciplinas são movimento que correm paralelamente ao à medida em que o século XIX avança. Ao mesmo tempo que uma certa ética religiosa pautada no ascetismo e na moralidade do trabalho e dos deveres, na vida austera e diligente, no sono regrado ganha espaço; movimentos de reconhecimento do lazer ou o simples boicote – a vadiagem – surgem nos cenários urbanos ingleses (Idem, p 297-299). As próprias greves e manifestações demonstradas no trecho acima carregam elementos de apropriação dos caracteres capitalistas combinados com reivindicações peremptórias.

A subjetivação, a análise no nível do corpo abre, com efeito, espaço para compreender a dinâmica da resistência e, neste sentido, passa-se a compreender a falta de zelo, a procrastinação, as microrresistências, a apatia, a rebeldia e, os altos níveis de *turn over*, de ausência e, em casos mais extremos, de suicídio no trabalho. O mérito de Foucault é exatamente o de retirar o processo disciplinar das esferas estanques estruturalistas e possivelmente deterministas. A microfísica do poder, o corpo e o sujeito trazem a necessidade de se fazer história, de penetrar no âmago mesmo das diversas condicionantes que presidem as relações de poder no mundo do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, é analisado o processo de trabalho – seu desenvolvimento histórico e seu lugar nas relações de poder engendradas no sistema econômico – sob uma perspectiva marxista tradicional a qual, tem como representante central os escritos de Braverman. Esta abordagem tem o mérito de averiguar as implicações disciplinares de controle que emergem das engrenagens econômicas. Em outras palavras, a estrutura de dominação capitalista corresponde um fenômeno histórico de dominação e de conflitos de classe que resultam em resistência e abrem caminhos dialéticos e indefinidos na marcha da História.

Todavia, apesar de seus aspectos positivos, esta visão não logrou compreender como os sujeitos absorvem e processam tais relações de poder. Antes de mais nada, há um sujeito idealizado, no qual o sistema capitalista inocula os dispositivos de dominação e sua ideologia. Há também um sujeito coletivo, representado pela consciência de classe.



Desta forma, também são inseridas as ideias de Foucault no intuito de requintar a análise sobre a internalização do poder no plano individual. Mais do que isso, em desvelar como o laço coercitivo que envolve as estruturas mais gerais de poder e o sujeito é permeado por uma série de intermediações subjetivas, de apropriações, adestramentos, conflitos, disciplina; enfim, de formação do próprio sujeito histórico. Neste sentido, foi proposta uma aproximação complementar entre as duas abordagens arroladas aqui. Para este efeito, as contribuições de Thompson são salutares, na medida em que este autor aproxima o arcabouço marxista e seu instrumental histórico-estruturalista com preocupações da vida cotidiana e da subjetivação da classe trabalhadora tanto no plano individual como coletivo.

## REFERÊNCIAS

BABBAGE, Charles. *On the economy of machinery and manufactures*. Disponível em <http://www.wissensnavigator.com/documents/CharlesBabbage.pdf>, acesso em 14 de Julho de 2014.

BOSI, Ecléa. (org). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

CORIAT, Benjamin. *Ciência, técnica y capital*. Madrid, H. Blume, 1976.

\_\_\_\_\_. *A automação e a noção do processo de trabalho do tipo process (processo contínuo)*. UFMG, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERRO, José Roberto; TOLEDO, José Carlos de.; TRUZZIO, Oswaldo Mário Serra. Automação e trabalho em indústrias de processo contínuo In: *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 18, n. 1, Jan. 1987.

FORD, Henry. *Minha vida e minha obra*. Companhia Editora Nacional, 1926.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.





HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KNIGHTS, D.; WILLMOT, H. Power and Subjectivity at Work: From Degradation to Subjugation in Social In: *Sociology*, Vol 23, Nº 4, pp. 535-558, 1989.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro Graal, pp. VII- XXIII.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro 1, vol 1. São Paulo: Difel, 1984.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin In: *Estudos Econômicos*, vol. 39, n. 3, julho-setembro 2009.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Subjectivity and work: some conceptual contributions from Michel Foucault In: *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.12, n.25, p.339-46, abr./jun. 2008.

SILVA, Felipe Luiz Gomes. *A fábrica como agência educativa*. Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SWEEZY, Paul Malor. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1962.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1970.

THOMPSON, Edward.Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 267-304, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

WILLMOTT, H; O'DOHERTY, D. Debating Labour Process Theory: The Issue of Subjectivity and the Relevance of Poststructuralism In: *Sociology*, 35, 2, p. 457-476, 2001.





## O QUE É TRABALHO? – ANÁLISE DA VISÃO DE UM TRABALHADOR DA ESFERA PÚBLICA FEDERAL SOB A ÓTICA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

TEIXEIRA, Andreia

*Estudante de mestrado do Programa de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade  
deiateixeira@unifei.edu.br*

NUNES, Sylvia da Silveira

*Professor do Programa de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade  
sylviasnunes@yahoo.com.br*

100

### RESUMO

Este artigo busca levantar reflexões acerca dos conceitos de trabalho, saúde do trabalhador, serviço público federal, prazer e sofrimento no trabalho, considerando como referência para as discussões estudos da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours. Será realizada uma entrevista semiestruturada com um trabalhador de uma instituição pública federal do estado de Minas Gerais com o objetivo de compreender qual sua visão sobre trabalho, como interpreta seu trabalho no interior deste modelo de organização e quais seriam os fatores de prazer e sofrimento no trabalho. Posteriormente, será feita a análise qualitativa dessa entrevista. Os pontos negativos do trabalho fazem com que os trabalhadores se unam e reivindiquem a conquista ou ampliação de seus direitos, o que acaba tornando esta luta positiva. Assim, a saúde é vista como uma responsabilidade de todos e de cada um de nós, não apenas dos outros, das instituições, dos profissionais da saúde ou do Estado.

**Palavras-chave:** Trabalho. Saúde. Psicodinâmica do Trabalho.

### ABSTRACT

This article seeks to raise reflections on the concepts of the work, worker health, federal public service, pleasure and suffering at work, taking as reference for discussions studies Psychodynamic of Work by Christophe Dejours. There will be a semi-structured interview with a worker at a public institution in the state of Minas Gerais with the objective of understand what your vision of work, and interprets their work inside this model of organization and what are the factors of pleasure and suffering at work . Later, there will be a qualitative analysis of this interview. The negatives are that workers unite and claim the conquest or expansion of their rights, which ultimately makes this fight positive. Thus, health is seen as responsibility of each and every one of us, not only from others, institutions, health professionals or the state.

**Key-words:** Work. Health. Psychodynamic of Work.



## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura, a partir da visão da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, identificar as raízes do sofrimento no trabalho em uma instituição pública federal e compreender a relação do trabalhador com esse sofrimento, se o mesmo tem conseguido transformá-lo em fator de prazer e equilíbrio.

Inicialmente, faz-se oportuno o levantamento de conceitos sobre o que é trabalho na visão da Psicodinâmica de Dejours. Para ele, trabalho é:

Aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc. Em outros termos, para o clínico, o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou o emprego; é o ‘trabalhar’, isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais) (DEJOURS, 2004, p. 28).

O trabalho não se limita ao tempo de dedicação, a ele implicam-se todos os aspectos da personalidade do sujeito que o pratica. A Psicodinâmica do Trabalho encara o trabalho como agente transformador da subjetividade humana, ao passo que esta se torna enaltecida, diminuída ou até mesmo mortificada após o processo de trabalho. “Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” (DEJOURS, 2004, p.30).

Adiante, será realizada a análise qualitativa de uma entrevista semiestruturada realizada com um trabalhador de uma instituição pública federal do estado de Minas Gerais. Nela, o entrevistado descreve sua visão do que é trabalho e como vê os reflexos de prazer e sofrimento inseridos nesta realidade. Vale destacar a dificuldade encontrada em colher informações relevantes na fala do entrevistado a respeito desta temática.

## 2. PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO

O estudo dos efeitos do trabalho surgiu após a Revolução Industrial, se intensificou após a Segunda Guerra Mundial e resultou na Psicopatologia do Trabalho. Foi a partir do início dos anos 80 que a Psicopatologia do Trabalho se preocupou em fundamentar a relação psíquica com o trabalho, as pressões cotidianas que põem em xeque o equilíbrio psíquico e a saúde mental, na



organização do trabalho. Depois disso, aparece a contribuição de Dejours sobre as consequências mentais do trabalho.

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) buscaram responder como os trabalhadores não adoecem diante de situações de trabalho precário. A maioria deles consegue se manter na normalidade, buscando defesas para superar o sofrimento advindo da atividade laboral. O sofrimento não pode ser eliminado, mas pode ser transformado em criatividade, e quando isso ocorre, o próprio sofrimento contribui para beneficiar a identidade. O trabalho, então, se transforma em mediador para a saúde, ao passo que aumenta a resistência do trabalhador ao risco eminente de desestabilização psíquica e somática.

A Psicodinâmica do Trabalho tenta responder como a subjetividade dos trabalhadores é solicitada e mobilizada no trabalho. Segundo Dejours (1992), as relações de trabalho, dentro das organizações, frequentemente, privam o trabalhador de sua subjetividade, excluindo o sujeito e fazendo do homem uma vítima do seu trabalho. Essa situação deu-se com maior intensidade após a década de 1960, quando houve uma aceleração desigual das forças produtivas, das ciências, das técnicas e das máquinas, associadas às novas condições de trabalho, o que facilitou o aparecimento de sofrimentos na vida operária. No século XIX, a luta pela saúde era identificada como a luta pela sobrevivência: viver é não morrer, o que era chamado de miséria operária.

Dejours vai focar as vivências subjetivas do trabalho, traçando a história da saúde dos trabalhadores. No livro, “A Loucura do Trabalho”, Dejours (1992) objetiva formar grupos de discussões de trabalhadores para falarem sobre o livro, e externalizarem o sofrimento físico e mental que passam no dia a dia laboral. O autor destaca a especificidade da vivência operária ao buscar compreender cada experiência de trabalho, diferenciando uma das outras e aprofundando suas singularidades. Outro ponto que ganha relevância em seus estudos sobre a Psicodinâmica do Trabalho é a evolução das condições de vida e saúde dos trabalhadores, alcançadas graças a uma luta perpétua entre trabalhadores e patrões.

O pesquisador categorizou o sofrimento como uma vivência subjetiva mediadora entre doença mental e o bem-estar psíquico. Assim, o sofrimento deixa de ser representado como algo negativo e passa a significar também criatividade, uma maneira que o trabalhador encontra de criar formas defensivas para lidar com as opressões da organização do trabalho.

Considerando a centralidade do trabalho e sua relação com a saúde, as manifestações patológicas de sofrimento são a expressão do fracasso de mobilizações subjetivas. O sofrimento



então passa a ser confrontado com as opressões da organização do trabalho, como a preocupação com erros, o retrabalho e o ritmo, o que gera esgotamento mental (DEJOURS, 1992).

Ao mesmo tempo em que traz retornos favoráveis aos homens, no sentido pessoal (consumo) e material, os chamados “jogos da concorrência econômica” (DEJOURS, 1996, p. 150), também podem trazer problemas sociais e humanos na vida e saúde dos trabalhadores.

O paradoxo que o autor aponta é no sentido de que quando o sujeito está fora da organização, há a promessa de felicidade e, quando adentra este universo contraditório, se depara com a promessa da infelicidade. Assim, Dejours (1996) diz que um dos golpes mais cruéis que o homem sofre com o trabalho é a frustração de suas expectativas iniciais, o que pode desencadear, então, o sofrimento humano no trabalho.

O sofrimento singular, próprio de cada sujeito é contraposto com o sofrimento atual, que aparece na situação do trabalho. Ambos se articulam e assim, surge a dicotomia: sofrimento criativo versus sofrimento patogênico. O primeiro se caracteriza por favorecer a produção e a saúde do trabalhador e o segundo, por prejudicá-los.

Quando Dejours fala da ambivalência bem-estar e loucura quer dizer que o sofrimento no trabalho pode ser entendido “como o espaço de luta que ocorre o campo situado entre, de um lado, o bem-estar, e, de outro, a doença mental ou a loucura” (DEJOURS, 1996, p. 153).

No interior das organizações de trabalho, aparecem as pressões e as condições de trabalho, físicas, químicas e biológicas. Organização do trabalho aqui encarada como a divisão das tarefas e a divisão dos homens e suas relações. Na luta cotidiana contra o sofrimento e a loucura, aparecem as estratégias defensivas dos trabalhadores. Um exemplo delas são as defesas coletivas, com a participação de todos os membros da organização. Também existem as defesas individuais, que favorecem o surgimento das doenças do corpo (DEJOURS, 1996).

As estratégias defensivas apenas amenizam o sofrimento, mas não modificam os adoecimentos causados pelo sofrimento no trabalho. Não há trabalho sem sofrimento. Prazer e sofrimento originam-se internamente das situações e da organização do trabalho. São consequências das atitudes e dos comportamentos instituídos pela organização e constitui-se das relações subjetivas e de poder (DEJOURS, 1992). Assim, é necessário um movimento de transformação da organização do trabalho e de dissolução dos sistemas defensivos, favorecendo a relação saúde mental e trabalho. Constata-se que as mudanças ocorridas no



mundo do trabalho são responsáveis pela sobrecarga elevada na produção, associadas à exigência pelo aumento de produtividade, o que torna o sofrimento inevitável.

Não há trabalho sem sofrimento. O sofrimento adquire um sentido, conferido pela criatividade, ao passo em que a criatividade traz reconhecimento e identidade, itens essenciais para a saúde mental. O sofrimento é transformado em motivação, já o prazer, este é derivado do sofrimento. O sujeito se experimenta e se transforma através de suas descobertas e invenções (DEJOURS, 1996).

O drama do sofrimento patogênico se localiza na negação do reconhecimento da contraposição entre trabalho prescrito e trabalho real. E isso dificulta a transformação do sofrimento patogênico em sofrimento criativo. A questão central seria conseguir elaborar condições nas quais os trabalhadores possam autogerir seu sofrimento, com a finalidade de conquistar benefícios para sua saúde e consequente ampliação da produtividade.

O sofrimento patogênico, que tem consequências sobre a saúde mental, pode ser transformado em sofrimento criativo. O autor ainda indica alguns aspectos fundamentais para converter sofrimento em prazer: transparência; inteligibilidade dos comportamentos através dos níveis hierárquicos; espaço da palavra; e, estabelecimento de confiança nos relacionamentos. Ele também aponta os conceitos de cooperação entre os trabalhadores, quando cooperação horizontal se refere à relação entre os próprios trabalhadores e cooperação vertical, a relação dos trabalhadores com a gerência (DEJOURS, 1996).

### **3. SAÚDE DO TRABALHADOR**

Para a Psicologia do Trabalho, o fator trabalho é essencial para o entendimento e a análise das condutas humanas em geral e dos processos de saúde mental e de doença, o que é chamado de centralidade do trabalho. O trabalho é colocado no centro da subjetividade e é tido como um mediador para a construção da identidade, que é o fundamento da saúde mental, e da saúde, promovendo-a ou causando adoecimentos e sofrimentos patogênicos. Ou seja, o trabalho nunca é neutro, ele tem um papel fundamental na realização do sujeito, fazendo a mediação entre o subjetivo e o social. Esta área da Psicologia foca a questão do sofrimento mental por considerá-lo antecessor à formação de outros sintomas (DEJOURS, 1992).



O trabalho, ao mesmo tempo em que pode ser um fator de sofrimento, deterioração e adoecimento, pode também apresentar-se como um fator de equilíbrio, prazer e desenvolvimento, especialmente, no que tange à saúde dos trabalhadores.

Constantemente, ouvimos que o trabalho envelhece precocemente, que suas condições atuais proporcionam um desgaste, uma deterioração do ser humano. Isso acontece quando certas organizações atacam e destroem o desejo de seus trabalhadores, provocando doenças mentais e físicas.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença. Dejours, Dessors e Desrioux (1993) criticam este conceito, ao questionar o que seria, de fato, um completo estado de bem-estar e se este realmente existe. Saúde seria um objetivo e não um estado. Saúde não é algo que se possui ou não possui, mas é um objetivo a ser conquistado e que se defende, assim como a liberdade.

Em seu estudo “Por um trabalho, fator de equilíbrio”, Dejours (1993) aponta três áreas de conhecimentos que podem nos auxiliar na compreensão do que é saúde: a fisiologia das regulações, a psicossomática e a psicopatologia do trabalho.

Para a Fisiologia, o organismo está em perpétuo desequilíbrio seguido de um retorno ao equilíbrio. Esse seria o conceito da regulação do corpo. Ou seja, nosso organismo está sempre em movimento, não há nada fixo ou constante nele. Da mesma forma, a saúde não é um estado calmo, estável, plano e uniforme. Constatação semelhante acontece quando falamos sobre o trabalho. Quando ele é regular, fixo, repetitivo e não sofre alterações, ele pode oferecer perigo aos trabalhadores que vivenciam esta realidade, pois não favorece a saúde de seus executores.

A Psicossomática diz respeito às doenças físicas desencadeadas por situações afetivas insustentáveis impulsionadas por algum impasse psíquico. Quando algo de penoso ocorre na vida psíquica do indivíduo, favorece a evolução das doenças. Algumas pessoas alcançam o equilíbrio ao enfrentar o trabalho angustiante, atuando como um agente transformador da realidade enfrentada.

A saúde mental não é, seguramente, a ausência de angústia, nem o conforto constante e uniforme. A saúde é a existência da esperança, das metas, dos objetivos que podem ser elaborados: é quando há o desejo. O que faz as pessoas viverem é o desejo e não só as satisfações (DEJOURS, 1993, p. 101).

O trabalho é o vetor fundamental para a saúde, tanto de forma negativa quanto positiva, segundo a Psicopatologia do Trabalho. Ao contrário do que muitos pensam, o ócio, é sim





produtivo. Dejours, Dessors e Desrioux (1993) afirmam que quando alguém não faz e não quer fazer nada, geralmente, é sinal de que está doente. Por exemplo, quando alguém está com depressão, seu corpo se defende menos, o que facilita a proliferação de doenças. Em um trabalho onde não há muito que se fazer, mas é necessário estar de corpo presente e até se fazer uma simulação de que está ocupado, rapidamente gera um aumento da carga psíquica, seguida por uma intensa fadiga.

Quando Dejours (1993) levanta a questão sobre “Saúde através de qual trabalho?”, indica algumas respostas. Uma delas seria a composição física da carga de trabalho (como barulho, calor, desgaste, etc.). Outra resposta cabível seria a composição mental da carga de trabalho: percepção e tratamento da informação necessária à execução do trabalho. Torna-se essencial, recorrermos à carga psíquica, de ordem afetiva e que envolve as relações existentes no processo de trabalho.

Há o perigo da subutilização ou repressão da carga psíquica, fantasiosas ou psicomotoras, o que acarreta uma retenção de energia pulsional, a chamada tensão nervosa. A excitação acumulada da origem a uma tensão nervosa, que precisa ser liberada. O trabalhador consegue desenvolver muitas maneiras de fazer esta descarga de energias acumuladas, podendo ser através de vias psíquicas (fantasias, por exemplo), vias motóricas (atuação da musculatura, como a violência), ou vias viscerais (sistema nervoso, desregulação das funções somáticas). A energia psíquica que se acumula, transforma-se em tensão e desprazer, favorecendo o aparecimento de sintomas como a fadiga, fraqueza e, por fim, a patologia (DEJOURS, 1993).

Dejours (1993) aponta três fatos inseridos no contexto do trabalho:

- o organismo do trabalhador não é um motor qualquer, ele recebe excitações exteriores e interiores;
- o trabalhador não deve ser visto como uma máquina nova, que chega crua ao espaço de trabalho. Cada um tem sua história pessoal de vida, que caracteriza suas aspirações, desejos, motivações e necessidades psicológicas. Logo, cada trabalhador é único, traz consigo qualidades pessoais e não generalistas, como certos postos de trabalho esperam;
- o trabalhador possui vias de descargas de energias preferenciais, que variam de acordo com a história pessoal de cada um. Elas não são as mesmas para todos e participam na construção da personalidade.

O bem-estar psíquico se dá com o seu livre funcionamento em relação à tarefa a ser desenvolvida. Se o trabalho favorece o livre funcionamento psíquico do trabalhador, ele será





um fator de equilíbrio, e caso ele se oponha ao livre funcionamento psíquico, ele é fator de sofrimento e de doença (DEJOURS; DESSORS; DESRIAUX, 1993).

#### **4. UMA ANÁLISE DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS**

Uma pesquisa foi desenvolvida com um servidor público federal com o objetivo de compreender qual sua visão sobre trabalho, como o interpreta no interior da instituição e quais seriam os fatores de prazer e sofrimento. Antes da análise qualitativa dessa entrevista, faz-se necessária a reflexão sobre como é este modelo de organização.

##### **4.1. O serviço público federal**

O termo “servidor público” nasceu com a Constituição Federal de 1988 e a própria denominação do trabalhador no serviço público enquanto “servidor” se refere a uma postura política que destitui o caráter de força de trabalho socialmente produtiva da categoria. Esta designação faz referências a um vínculo de dependências e favores, no qual o trabalhador se encontra na posição de servir ao senhor, neste caso, o Estado. Além disso, vale notar que está no fundamento das estruturas burocráticas o não reconhecimento das experiências humanas, pois este modelo privilegia o sistema de cargos e das regras impessoais (AMAZARRAY, 2003)

A pesquisa realizada por Nunes e Lins (2009) apresentou resultados que se aproximam dessas afirmações e que servem como referência a outros órgãos do serviço público federal, visto que as leis que regulamentam o trabalho são as mesmas e o modo de gestão também. Como fator de sofrimento no trabalho foram expostos através das dificuldades impostas pelo serviço público, o modo de gestão altamente hierarquizado e tomado pela racionalização burocrática (o modo de gestão técnico-burocrático). Como fator de prazer, foram identificados o sucesso reconhecido ao atingir determinadas metas, apesar de alguns obstáculos apontados, o que demonstra uma ambiguidade vivenciada no ambiente de trabalho.

Os autores apontam que entre os servidores públicos e o Estado, as relações de trabalho sempre foram unilaterais, pois prevaleciam os interesses da administração pública. Outro item analisado foi o desgaste da imagem do servidor perante a sociedade, o que difama, de certa forma, todo o funcionalismo público, geralmente, tratados com preconceito. Isso surgiu no



final da década de 80, quando Fernando Collor e a imprensa destacaram a “caça aos marajás”, proliferando o estigma aos servidores públicos. A pesquisa indicou como um dos seus resultados, que estes trabalhadores acabam por assimilar a morosidade e extrema regulamentação na dinâmica do trabalho, como consequência do estereótipo que para eles foi criado (NUNES; LINS, 2009).

O termo “burocracia” historicamente aparece quando se trata de empresas estatais, que primam pela racionalização e rigidez na utilização de regras. A organização burocrática é hierárquica, objetiva e racional-legal. A burocracia é a chave que move o sofrimento, pois impede o crescimento da autonomia, atando e frustrando os trabalhadores. A divisão vertical do trabalho e a impessoalidade também foram apontados como fatores de sofrimento, frustração e desânimo como resultados da pesquisa (NUNES; LINS, 2009).

Os servidores são impelidos a buscar outro emprego, à medida que a estabilidade no emprego já não é mais certa, há a política de desvalorização do sujeito, achatamento ou estagnação dos salários, precárias condições de trabalho, redução na quantidade e na qualidade dos materiais de consumo, manutenção e compra de equipamentos. Outras formas de precarização do trabalho no serviço público são citadas pelos pesquisadores, como privatização de empresas estatais, demissões, terceirização dos serviços, deterioração das condições de trabalho e da imagem do trabalhador do serviço público, e responsabilização deles pelas deficiências dos serviços e possíveis crises institucionais (NUNES; LINS, 2009).

A estrutura das empresas públicas é regida por planos políticos e econômicos do governo vigente. Há a centralização do poder pelo governo e falta de autonomia por ele imposta. Os resultados desta pesquisa apontaram também para o aparecimento de doenças e transtornos gerados pelo trabalho, com destaque, para o estresse.

#### **4.2 Entrevistando um trabalhador do serviço público federal**

Foi realizada uma entrevista com um trabalhador de uma organização da esfera pública federal, com mais de 30 anos de serviços prestados, ou seja, já tem o direito à aposentadoria, porém optou por continuar a trabalhar, por motivos pessoais e familiares. Ele se propôs a ser voluntário da pesquisa, e foi procurado pela pesquisadora devido ao ser histórico de trabalho na instituição e por ser militante na luta pelos direitos dos trabalhadores, com destaque para a participação em movimentos sindicais e grevistas. O objetivo da entrevista é compreender qual



a visão de um trabalhador do serviço público federal sobre trabalho, como interpreta seu trabalho no interior deste modelo de organização e quais seriam, no seu ponto de vista, os fatores de prazer e sofrimento no trabalho.

O trabalhador entrevistado traduz trabalho como sendo uma ocupação que procura “*dar um significado na vida*” das pessoas. Segundo ele, é “*produzir ou pensar ou imaginar que produz alguma coisa*”. O entrevistado, apesar de reconhecer as várias interpretações sobre o que vem a ser trabalho, não tem clareza sobre o histórico, nem o futuro do trabalho ao afirmar: “*a que realmente veio ou a que virá, eu ainda tenho dúvida, não tenho certeza sobre este tema*”.

No que tange à visão sobre o seu trabalho pessoal, o vê como gratificante, por considerar sua atual ocupação, que é representativa junto aos outros trabalhadores. Este sentimento fica claro na fala: “*eu considero ele sim, este espaço é, é necessário e tem sido bom, pro meu aprendizado e pra minha aplicação no dia a dia*”. No caso específico deste trabalhador, a organização de trabalho em que vivencia favorece sua criatividade, já que seu cargo lhe confere autonomia na tomada de decisões e no próprio gerenciamento das tarefas. O trabalho desenvolvido neste cargo, que é eletivo, permite com que o trabalhador concretize suas ideias e seus desejos. Assim, para o cargo específico que ocupa, a instituição se mostra flexível, e o executor tem a oportunidade de organizar o seu espaço de trabalho, de acordo com suas aspirações. Este trabalho torna-se fonte de prazer à medida que confere ao entrevistado a liberdade necessária para que haja diminuição da carga psíquica do trabalho.

Contra os fatores de sofrimento no trabalho, forma-se um sistema de defesas, dando origem ao coletivo de trabalho. O coletivo de trabalho é formado por comportamentos regulados pelo grupo em questão, baseados na cooperação e na confiança entre seus membros. É o que acontece no caso deste entrevistado, que participa ativamente de um coletivo de trabalho. Esta estratégia defensiva protege o trabalhador contra a loucura, ao passo que ele nega a realidade devido à aceitação no grupo.

Este trabalhador apresenta uma visão otimista sobre o seu trabalho, ao afirmar que este só possui pontos positivos. Logo a seguir, apresenta uma contradição, ao afirmar que os pontos negativos do seu trabalho são o aperfeiçoamento para o positivo, ou seja, acaba por reconhecer involuntariamente a existência de pontos negativos. Porém, não entra em detalhes sobre quais são estes. É como se os pontos negativos fizessem os trabalhadores se unirem para



reivindicarem a conquista ou ampliação de seus direitos, o que acaba tornando esta luta favorável e positiva do ponto de vista dele.

Ao ser questionado sobre prazer e sofrimento no seu trabalho, o trabalhador entrevistado nega o sofrimento ao afirmar: “*o sofrimento no trabalho ele não existe, exceto é claro, há tempos antigos haveria o trabalho escravo, o trabalho mal remunerado*”. Já quanto ao prazer no trabalho, responde que este existe sim, na medida em que ele foi eleito para representar os outros trabalhadores da instituição, não foi um trabalho imposto. O que resta saber é, e os trabalhadores que não são eletivos, quais são seus prazeres e sofrimentos no trabalho?

Verifica-se que não houve a identificação da existência do sofrimento no trabalho por este entrevistado. Segundo Dejours (2006), o reconhecimento confere sentido ao sofrimento, e quando isso não ocorre, o sofrimento torna-se absurdo, podendo levar à desestabilização da personalidade e à doença mental. Outro mecanismo relatado por este autor é quando o trabalhador nega o sofrimento, demonstrando certa insensibilidade em relação ao sofrimento alheio, o que caracteriza a estratégia defensiva descrita por Dejours como sendo de negação do próprio sofrimento.

O que se pode perceber é que há incoerência entre o discurso do entrevistado e sua atuação no campo de luta dos direitos dos trabalhadores. Se tudo é positivo, por que reivindicar melhorias? Porém, o entrevistado ressalta que os pontos negativos são o aperfeiçoamento para o positivo, ou seja, há sofrimento, e este o impulsiona a transformá-lo em prazer.

Uma evidência que ficou à mostra durante a entrevista e sua posterior análise é que o trabalhador entrevistado não se sentiu à vontade para expor todos os seus pensamentos, especialmente no que tange aos indícios de sofrimento e prazer no trabalho público. Há várias hipóteses para que isso tenha acontecido e gerado dificuldade na colheita das informações, pois, com certeza, este trabalhador tem a contribuir com a pesquisa. O entrevistado foi abordado no próprio ambiente de trabalho, não se sentiu confortável com a presença de um gravador de voz, ocupa um cargo eletivo e por isso se sente comprometido a zelar pelo “bem” da instituição. Estes e tantos outros fatores não cabem ser tratados aqui, mas podem ser aprofundados em outro estudo específico. Apesar dos esforços, a entrevista foi curta e com poucas informações relevantes, o que deixa claro, a negação e a fuga dos relatos sobre o trabalho desenvolvido naquela determinada organização.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações de trabalho que favorecem a saúde, sejam elas públicas ou privadas, fazem com que o trabalhador concretize suas aspirações, sua imaginação, suas ideias e seus desejos. Isso ocorre, com frequência, nos casos em que os trabalhadores são escolhidos livremente, e as organizações do seu trabalho são flexíveis, dando oportunidade para que o trabalhador organize o espaço de trabalho e adapte-o aos seus desejos, às necessidades do seu corpo e às variações do dia a dia.

Desta maneira, Dejours, Dessors e Desrioux (1993) ressaltam que para a transformação de um trabalho fatigante e destacado pelo sofrimento, faz-se necessário a flexibilização da organização de trabalho. Caso isso ocorra, haverá maior liberdade na organização do modo operatório de execução do trabalho e a ampliação do uso da criatividade, além da diminuição da carga psíquica de trabalho, transformando-o em fonte de prazer.

O autor dá grande destaque ao afirmar que saúde é uma responsabilidade de todos e de cada um de nós, não apenas dos outros, das instituições, dos profissionais da saúde ou do Estado.

## REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya. *Trabalho e adoecimento no serviço público: LER/DORT e articulações com o modo de gestão tecnoburocrático*. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho: Estudo da Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C., DESSORS, D., DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 3, n. 33, p. 98 – 104, 1993.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo, Atlas, 1994.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. Em: CHANLAT, J. F. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v.14, n.3, p. 27-34, set/dez, 2004.



DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2006.

NUNES, A. V. de L.; LINS, S. L. B. Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia Organizacional e do Trabalho*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 51-67, 2009



## FORMALIZAÇÃO JURÍDICA E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO

PITA, Flávia A.

*Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.*

*Integrante da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS*

*Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco*

*fa-pita@uol.com.br*

113

### RESUMO

Objetiva-se apresentar reflexões derivadas de processo de incubação de grupo informal (que produz e comercializa alimentos em uma cantina do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana), organizado sob os princípios da Economia Solidária, considerando-se especificamente a questão de sua *formalização jurídica*. A atividade de extensão associa-se a pesquisa que parte de três questões: i) a formalização jurídica é imprescindível à sobrevivência do grupo enquanto proporcionador de trabalho e renda? ii) qual a melhor forma jurídica a ser adotada para a formalização? iii) que critérios devem balizar tal escolha? As respostas a tais questões estão sendo buscadas combinando-se pesquisa bibliográfica, documental (legislação, eminentemente) e metodologia exploratória, que envolve rodas de conversa com o grupo incubado, entrevistas com especialistas externos e observações de experiências semelhantes.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Formalização Jurídica; Incubação

### ABSTRACT

It is proposed to present reflections derived from incubation of a informal group (which produces and sells food in a canteen at the campus of Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia), organized under the Solidarity Economy principles, specifically considering the issue of legal formalization. This extension and research activity is developed from three questions: i) is legal formalization essential to the survival of the group, as a space for work and income? ii) which would be the best legal form to be adopted for the formalization? iii) which criteria should guide such a choice? The answers to these questions are being sought by combining literature, documentary (legislation, essentially) and exploratory methodology that involves rounds of conversation with the incubated group, interviews with external experts and observation of similar experiences.

**Key-words:** Solidarity Economy; Legal Formalization; Incubation





## 1. INTRODUÇÃO

Objetiva-se apresentar reflexões derivadas de experiência combinada de extensão e pesquisa desenvolvida no âmbito da Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – IEPS-UEFS, no ensejo de processo de incubação de grupo informal (que produz e comercializa alimentos em uma cantina do *campus* da UEFS), organizado sob os princípios da Economia Solidária, considerando-se especificamente a questão de sua *formalização jurídica*.

As reflexões propostas relacionam-se, em especial, às dificuldades enfrentadas no processo de formalização do grupo incubado, que revelam, de início, a vicissitudes da ausência de um marco legal para a Economia Solidária. A experiência vivenciada, ao mesmo tempo, propicia destacar a importância do reconhecimento jurídico estatal para a construção do autorrespeito dos indivíduos envolvidos, por um lado, e, por outro, revela o alinhamento do Direito estatal com a forma hegemônica de produção e seu papel inibidor, por consequência, das vias contra-hegemônicas.

Porque pertinente para explicitar a metodologia escolhida na investigação que ainda está em curso, toma-se de empréstimo a definição de Extensão Universitária proposto pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico[...]

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987).

Com este espírito, a IEPS-UEFS, na experiência ora relatada (que tem sua finalização prevista para o primeiro semestre de 2015), desenvolve simultaneamente extensão e pesquisa, por meio das seguintes etapas e recursos metodológicos:

- levantamento e leitura de referencial teórico acerca i) da função e importância da formalização jurídica para o desenvolvimento da atividade econômica do grupo e do fortalecimento dos laços relacionais entre seus membros, sob uma perspectiva sócio-jurídica; ii) das formas jurídicas adotadas pelas pessoas jurídicas do Direito brasileiro, com ênfase nos tipos mais próximos à realidade dos grupo incubado: associação, sociedade cooperativa,



sociedade em nome coletivo; iii) acerca dos tributos e obrigações tributárias acessórias aplicáveis à atividade econômica desenvolvida pelo grupo, bem como do sistema tributário brasileiro em sua relação com a Economia Solidária;

- levantamento e análise da legislação que disciplina os aspectos acima indicados;
- metodologia empírica e prática destinada a relacionar as informações teóricas reunidas por meio da pesquisa bibliográfica e documental às circunstâncias de fato que rodeiam o processo de incubação do grupo: i) realização de entrevistas com especialistas externos (contadores, acadêmicos com experiência em incubação de iniciativas de economia solidária); (ii) rodas de conversa com a participação dos componentes do grupo informal e/ou especialistas externos; (iii) levantamento de experiências semelhantes de formalização jurídica, investigando-se as escolhas feitas e suas razões, por meio da análise dos estatutos jurídicos e entrevistas.

No presente trabalho cuida-se de apresentar reflexões fundamentais já construídas no processo vivenciado até então e algumas conclusões parcialmente alcançadas.

## **2. MARCO LEGAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Na esteira da criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, com atuação na organização das discussões sobre o tema do dos três primeiros Fóruns Sociais Mundiais, ocorridos entre 2001 e 2003 em Porto Alegre, e da criação simultânea, em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e do Emprego), é indiscutível, na última década, o crescimento do número de experiências que partem das perspectivas da Economia Solidária, tendo entre seus traços característicos e práticas a atenção a princípios como cooperativismo, autogestão, solidariedade, democracia, consumo consciente, solidariedade, trabalho em rede.

Durante este período, não se pode deixar de constatar avanços na conformação de um aparato normativo e burocrático que dê suporte a tais iniciativas, ao menos considerando a criação da própria SENAES, em 2003, do Conselho Nacional de Economia Solidárias – CNES, em 2006 e, no âmbito dos Estados, da promulgação de diversas leis que atribuem à Economia



Solidária o *status* de prioridade nas políticas públicas, muitas delas também instalando Conselhos Estaduais de Economia Solidária<sup>1</sup>.

A distância, no entanto, entre a direção apontada por tais normas, e a concretização de um aparato jurídico que, de fato, seja capaz de refletir as necessidades e a realidade das iniciativas de Economia Solidária no Brasil, ainda é muito grande. A própria SENAES reconhece, em balanço de sua atuação entre 2003 e 2010, que, quanto ao marco jurídico:

Do ponto de vista do reconhecimento, da formalização e do tratamento tributário adequado aos EES, a atual legislação está ultrapassada e reduz experiências variadas de ES a determinadas formas legais que não consideram nem reconhecem a diversidade das organizações, além de impedir, na prática, o funcionamento de algumas delas;

Do ponto de vista de acesso às políticas públicas, são grandes os entraves legais e burocráticos quando se trata de implantar programas e ações que viabilizem a ES, principalmente no que diz respeito a investimentos e capital de giro para a estruturação e o financiamento dos EESs; (SENAES/MTE, 2012, p. 44)

Assim, não obstante o texto constitucional brasileiro eleja entre seus objetivos principais “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” – e o aparato legal já criado nos últimos anos reiterar tais objetivos<sup>2</sup> – as mudanças necessárias ao cumprimento de tais

<sup>1</sup> Servem como exemplos: Lei n. 12.823/2005, que instituiu a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado da Pernambuco; a Lei n. 3.039/2005, que criou o Programa Estadual de Fomento à Economia Solidária no Mato Grosso do Sul; a Lei 8.256/2006, instituidora da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Espírito Santo; a Lei n. 8.936/2008, que trata da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Mato Grosso; a Lei n. 5.315/2008, que criou o Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro; a Lei n. 14.830/2009, que criou o Conselho Estadual do Artesanato e da Economia Solidária de Santa Catarina; a Lei n. 12.368/2011, que trata da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e do Conselho de Economia Solidária do Estado da Bahia, instalado em agosto de 2012; a Lei n. 14.651/2011, que criou o Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de São Paulo; e a Lei 13.839/2011, do Estado do Rio Grande do Sul, que trata da Política estadual de fomento à economia da cooperação, cria o programa de cooperativismo, o programa de economia popular e solidária, o programa estadual de fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais, o programa gaúcho de microcrédito e o programa de redes de cooperação.

<sup>2</sup> Serve de exemplo eloquente o quanto se lê no art. 3º da Lei Estadual baiana n. 12.368, de 13.12.11:

“Art. 3º - A Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, deve perseguir os seguintes objetivos:

I - contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;

[...]

IV - contribuir para a geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça social;

V - contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos;

[...]

IX - contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas de desenvolvimento territorial sustentável;

[...]”



promessas não aconteceram efetivamente. Os avanços param no espaço da construção de um ideário político, apontam para um destino sem a correspondente construção de uma via concreta para alcançá-lo. Verifica-se, assim, justamente, o fenômeno contrário ao que Calmon de Passos (2012) indica como o passo decisivo em direção à efetiva democracia: a transferência do poder para os resultados. É a ausência de tal transferência que caracteriza, afinal, os regimes falsamente democráticos [“formalmente dito democrático, mas substancialmente organizado de forma autoritária” (2012, p. 155)], nos quais:

[...] o aparato de poder tem a capacidade de impedir a ocorrência de certos resultados políticos, através do exercício do controle sobre a sociedade, não apenas ex ante, mas também ex post, exercendo, além do controle processual, também o controle substantivo sobre as decisões. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. (2012, p. 155-156)

O aparato legal que sustentaria adequadamente uma mudança de perspectiva no tratamento de fatos e relações jurídicas, adaptado às realidades vivenciadas por grupos que praticam outra forma de economia, desafiadora da lógica hegemônica capitalista (fundada na exploração do trabalho, amparada no individualismo, no utilitarismo e em uma compreensão de desenvolvimento para o qual o bem estar do homem e da natureza não são elementos centrais), ainda está por vir. E sua falta pode ser colocada, a nosso ver, entre os principais obstáculos a um fortalecimento e avanço consistentes da Economia Popular e Solidária no Brasil.

Mesmo a Lei Federal n. 12.690, de 19.07.2012, que trouxe uma nova disciplina para as cooperativas de trabalho, representou poucos avanços (entre os quais se destaca a redução do número mínimo para a constituição de uma cooperativa para 7 sócios, no lugar dos 20 previstos na Lei n. 5.764, de 16.12.71). Reconhece-se nela muito mais o esforço do legislador de deslegitimar e punir as “falsas” cooperativas, simulações destinadas ao descumprimento de direitos trabalhistas, que, de fato, a estruturação de uma forma jurídica que atenda as peculiaridades de grupos produtivos populares, autogestionários, organizados sob os princípios da Economia Solidária.

Na mesma linha, aponta-se a carência de normas jurídicas a disciplinar de forma peculiar as redes produtivas; a prever tratamento tributário diferenciado para a renda, produção e circulação de mercadorias e serviços proporcionada pelos grupos de Economia Solidária; a cuidar da previdência social dos indivíduos que os compõem e de suas famílias; a tratar dos métodos e procedimentos adequados para enfrentamento dos conflitos internos e externos ao



grupo (destacando-se a mediação popular); a estruturar, de forma adequada, o tratamento jurídico da relação de tais grupos com o Estado, especialmente no que diz respeito às compras públicas, ao fomento, à formação específica.

Dentro de quadro tão extenso, no entanto, o presente trabalho cuida, em específico, da ausência de formas jurídicas adequadas à assunção de personalidade jurídica por tais grupos, constatando-se a inexistência, dentre os formatos disponíveis no ordenamento jurídico vigente no Brasil, de um modelo que atenda totalmente às características da maior parte dos grupos de economia solidária em atuação.

### **3. A FORMALIZAÇÃO JURÍDICA DE GRUPOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A ausência de um marco legal, no entanto, a amparar tais iniciativas, não pode ser suficiente para imobilizá-las. A busca de soluções nas entrelinhas dos textos, ou gestadas criativamente a partir dos elementos disponíveis, mostra-se imprescindível para furar os bloqueios percebidos e, assim, inclusive, contribuir para que ao destino se chegue apesar da ausência de uma via adequadamente pavimentada – ao tempo em que, neste sentido, igualmente assentam-se os tijolos pelo caminho, gestando-se politicamente formas de preencher a lacuna legal que já se apontou.

A investigação desenvolvida, partir da experiência de incubação, foi guiada por três questões específicas: i) a formalização jurídica é imprescindível à sobrevivência do grupo enquanto proporcionador de trabalho e renda? ii) qual a melhor forma jurídica a ser adotada para a formalização, diante do sistema jurídico hoje vigente no Brasil? iii) que critérios devem balizar tal escolha?

A busca de respostas mobiliza a equipe multidisciplinar da Incubadora universitária e o próprio grupo incubado, já que há escolhas a serem feitas, que devem, em especial, dialogar com o perfil e objetivos futuros do grupo, considerar os ônus econômicos decorrentes da formalização e a maior ou menor complexidade dos ritos e obrigações jurídicos a serem cumpridos a partir dela.

O processo de pesquisa está em curso, mas já se chega a algumas conclusões, que apontam para o início da sua fase final, com a definição do tipo jurídico mais adequado ao grupo informal que participa da experiência de incubação, formalização do instrumento



jurídico correspondente e realização dos procedimentos administrativos necessários à criação da pessoa jurídica.

### 3.1. A formalização jurídica é imprescindível à sobrevivência do grupo enquanto proporcionador de trabalho e renda?

A primeira constatação que já pode ser afirmada, a partir das experiências vivenciadas, e das reflexões a elas relacionadas, é que não haveria *uma* resposta válida *a priori* diante desse primeiro questionamento: do exame das circunstâncias reais de cada grupo – grau de maturidade dos vínculos de solidariedade, tipo de atividade econômica desenvolvida, número de participantes, clareza de objetivos econômicos a médio e longo prazo, capacidade de articulação, por exemplo – podem derivar distintas conclusões.

A informalidade jurídica parece ser, para muitos grupos de Economia Solidária, a opção mais adequada. Os custos e a complexidade de uma forma jurídica podem não justificar as vantagens que dela resultariam. É o que demonstram, afinal, os dados do Relatório Nacional 2010-2012 do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), da SENAES (MTE. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, s.d.):

Tabela 1 – Iniciativas de Economia Solidária no Brasil por tipo de Organização (2010-2012)

Forma de Organização	Quant.	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SENAES 2010-2012

Se comparados os dados acima com os obtidos no Relatório SIES/SENAES 2005-2007 é possível igualmente inferir a capacidade de sobrevivência de tais grupos, diante da relativa manutenção do percentual atingido pelos grupos informais no quadro geral:

Tabela 2 – Iniciativas de Economia Solidária no Brasil por tipo de Organização (2005-2007)

Formas de Organização	Quantidade	%
Grupo informal	7.978	36
Associação	11.326	51,8
Cooperativa	2.115	9,7
Sociedade mercantil	302	1,4
Outra	138	0,6
TOTAL	21.859	100

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SENAES 2005-2007





Por outro lado, cumpre esclarecer que, no Direito brasileiro, muito embora “a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado” (personalidade jurídica) comece “com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro” (conforme art. 45 da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro-CCB), as sociedades informais não estão exatamente à margem da legalidade, já que o mesmo CCB disciplina as chamadas *sociedades não personificadas*, admitindo a possibilidade de que travem licitamente relações jurídicas, já que estabelece regras para, por exemplo, a atribuição de responsabilidade pelas obrigações da sociedade (arts. 986 a 996 do CCB<sup>3</sup>).

No caso do grupo incubado, em especial, tem sido espontaneamente apontada a necessidade e importância da formalização jurídica, considerando-se aspectos como a possibilidade de firmar negócios jurídicos com o poder público e instituições bancárias e a necessidade de regularização previdenciária dos integrantes (especialmente porque se trata de grupo predominantemente feminino).

É importante relatar que a demanda de formalização do grupo foi precedida de processo de construção autônoma de suas regras de convivência, que objetivou “a construção democrática e autônoma, pelo grupo, do microssistema jurídico que disciplina as suas relações internas e a solução dos eventuais conflitos delas decorrentes” (PITA. LIMA. LIMA, 2013)<sup>4</sup>. Deste processo resultou a elaboração de um instrumento normativo transcrito a partir das discussões e decisões tomadas pelo grupo acerca da forma de divisão do trabalho e das sobras, da tomada de decisões, direitos e deveres dos componentes do grupo, forma de ingresso e saída, entre outros temas.

A construção coletiva de tais regras, realizada no âmbito da autonomia da vontade, mas ainda sem a chancela estatal – no sentido de constituição da pessoa jurídica formal – parece não ter sido suficiente, já que há uma demanda expressa do grupo pela formalização, inclusive no sentido de se apontar a informalidade como causa de certos problemas de convivência intergrupar (conflitos na divisão do trabalho e das sobras, por exemplos), e da instabilidade na

<sup>3</sup> Tratando especialmente da sociedade não personificada por ele denominada “em comum”, o CCB dispõe: “Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo. Art. 988. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum. Art. 989. Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer. Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.”





constituição do grupo (do qual resultou a saída de alguns componentes): “isto acontece porque não temos uma conta no banco em nome da cooperativa”, ou “isto acontece porque ainda não somos uma cooperativa de verdade, não temos CNPJ”<sup>5</sup>.

Tais fatos revelam, afinal, a considerável importância da formalização enquanto *reconhecimento* do Direito, evitando que o grupo “permaneça estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade” (HONNETH, 2011, 216), ao tornar possível o estabelecimento de relação jurídicas válidas.

Axel Honneth (2011), em sua Teoria do Reconhecimento, atribui ao reconhecimento amparado no Direito (que identifica ao respeito cognitivo) papel primordial na estrutura das relações sociais – como um terceiro elemento do tripé formado também pelas relações de afeto (amor, amizade) e, ainda, pelos vínculos de estima social (à luz das capacidades e propriedades individuais, no que o trabalho tem lugar central). Para cada um dos modos de reconhecimento (Amor, Direito, Solidariedade) relaciona uma correspondente forma de desrespeito (respectivamente, maus-tratos e violação; privação de direitos e exclusão; degradação e ofensa), que, para ele, constituem elementos centrais da “gramática dos conflitos sociais”, categorias que explicam as lutas por reconhecimento e, conseqüentemente, a perspectiva de desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano.

A inadaptabilidade do sistema jurídico à realidade dos grupos de economia solidária e a imposição, muitas vezes, da informalidade, pode ser identificada com a dimensão da privação de direitos a que alude Honneth, a explicar o significado que a formalização pode representar para a construção do autorrespeito, da autonomia, da própria viabilidade dos vínculos de solidariedade imprescindíveis às práticas que caracterizam a Economia Solidária:

[...] a particularidade das formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentido de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direito uma perda de autorrespeito, ou seja, a perda da capacidade de referir a si mesmo como

<sup>4</sup> A descrição de tal processo e sua metodologia foi objeto de trabalho apresentado perante Grupo de Trabalho “Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva”, no âmbito do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na cidade de Salvador, Bahia, em setembro de 2013.

<sup>5</sup> Falas registradas nas reuniões de incubação. “CNPJ” é a sigla para Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, administrado pela Receita Federal do Brasil.



parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos (HONNETH, 2011, 216-217)

### 3.2. Qual a melhor forma jurídica a ser adotada para a formalização, diante do sistema jurídico hoje vigente no Brasil?

No que diz respeito à forma jurídica a adotar, identificaram-se, no Direito brasileiro, três formatos possíveis, porque capazes de, em tese, atender às características peculiares da atividade e dos vínculos já estabelecidos pelo grupo: a cooperativa, a associação e a sociedade simples em nome coletivo.

É necessário esclarecer, inicialmente, que no Direito brasileiro a atribuição de personalidade jurídica a coletividades resume-se às formas estritamente previstas Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002). O ordenamento jurídico prevê, assim, em relação estrita, pessoas jurídicas de direito público (União, Estados, Municípios e as entidades da chamada Administração Pública indireta, tais como autarquias e fundações e associações públicas criadas pela lei, conforme artigos 40 e 41 do CCB) e pessoas jurídicas de direito privado, estas relacionadas no art. 44 do CCB:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos; VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Afastando-se, seja pela natureza específica e incompatível (fundações, igrejas, partidos políticos, empresas individuais), seja pelo caráter empresarial<sup>6</sup> (sociedades empresárias<sup>7</sup> e

<sup>6</sup> O ordenamento jurídico brasileiro considera “empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”, na forma do art. 966 do CCB. Fábio Ulhoa Coelho interpreta o dispositivo legal, a partir dos dois elementos centrais do conceito – atividade econômica e organizada:

“A primeira característica da empresa (ser uma atividade “econômica”) não costuma despertar dificuldades: a atividade empresarial é econômica no sentido de que é apta a gerar lucro para quem a explora. [...]

A empresa é atividade organizada no sentido de que nela se encontram articulados pelo empresário (que a organiza) os quatro fatores de produção: capital, mão-de-obra, insumos e tecnologia. [...]

Assim, não é empresário quem explora atividade de produção ou circulação de bens ou serviços sem alguns desses fatores de produção. O comerciante de perfumes que leva ele mesmo, à sacola, os produtos até os locais de trabalho ou residência dos potenciais consumidores explora atividade de circulação de bens, fá-lo com intuito de lucro, habitualidade e em nome próprio, *mas não é empresário*, porque em seu mister não contrata empregado, não organiza mão-de-obra. O feirante que desenvolve seu negócio valendo-se apenas das forças de seu próprio trabalho e de familiares (esposa, filhos, irmãos) e alguns poucos empregados, também não é empresário porque não organiza uma unidade impessoal de desenvolvimento de atividade econômica. O técnico em informática que instala programas e provê a manutenção de *hardware* atendendo aos clientes em seus próprios escritórios ou casa, o professor de inglês que traduz documentos para o português contratado por alguns alunos ou conhecidos deste, a massagista que atende a domicílio e milhares de outros prestadores de serviço - que, de telefone celular em punho, rodam a cidade - não podem ser considerados empresários, embora desenvolvam atividade econômica. Eles não



empresas individuais), chega-se a um panorama restrito, constituído pelas associações e sociedades simples (não empresárias).

Diz o art. 983 do CCB que, enquanto a “sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092” (que disciplinam a forma jurídica das sociedades em nome coletivo, limitada, anônima, em comandita simples e por ações), “a sociedade simples pode constituir-se de conformidade com um desses tipos, e, não o fazendo, subordina-se às normas que lhe são próprias” (à sociedade simples de que cuidam os arts. 997 a 1.038 do CCB<sup>8</sup> chamaremos de sociedade simples “comum”; à falta de uma específica denominação legal). A sociedade anônima, no entanto, não pode ter caráter não empresarial, assim como a sociedade cooperativa sempre é, independentemente de seu objeto, simples<sup>9</sup>.

Na tarefa de identificar os formatos adequados para os grupos de economia solidária, considera-se especialmente a natureza horizontal das relações intergrupais, tributária de princípios como a autogestão democrática, solidariedade e ausência de subordinação.

Assim, dentre as formas jurídicas possíveis para as sociedades simples excluem-se, ainda, de antemão, as sociedades em comandita simples e por ações (em vista do caráter não horizontal da relação estabelecida entre sócios comanditados e comanditários<sup>10</sup>) e as sociedades limitadas (por sua vinculação tradicional à atividade empresária, sobressaindo o fato de que sua constituição está essencialmente vinculada à formação de um capital<sup>11</sup>).

As sociedades simples “comuns” e as em nome coletivo guardam características muito similares do ponto de vista da forma, entendendo-se que a adoção de um ou outro tipo, por um grupo de economia solidária, não refletiria em consequências dignas de consideração. No entanto, a ênfase da sociedade em nome coletivo no aspecto *coletivo* da atividade, e mesmo sua origem histórica, vinculada a formas originárias da organização do trabalho familiar, justificaram a predominância desta forma sobre a sociedade simples “comum”,

---

são empresários porque não desenvolvem suas atividades *empresarialmente*, não o fazem mediante a organização dos fatores de produção.” (2003)

<sup>7</sup> Ainda conforme o CCB, “considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.

<sup>8</sup> Tais dispositivos legais tratam de aspectos do contrato social, direitos e obrigações dos sócios, relações com terceiros, resolução e dissolução de tal forma jurídica societária não empresarial (sociedade simples “comum”).

<sup>9</sup> Segundo o parágrafo único do art. 982 do CCB, “independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa”.

<sup>10</sup> Segundo o art. 1.045 do CCB, “na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.”

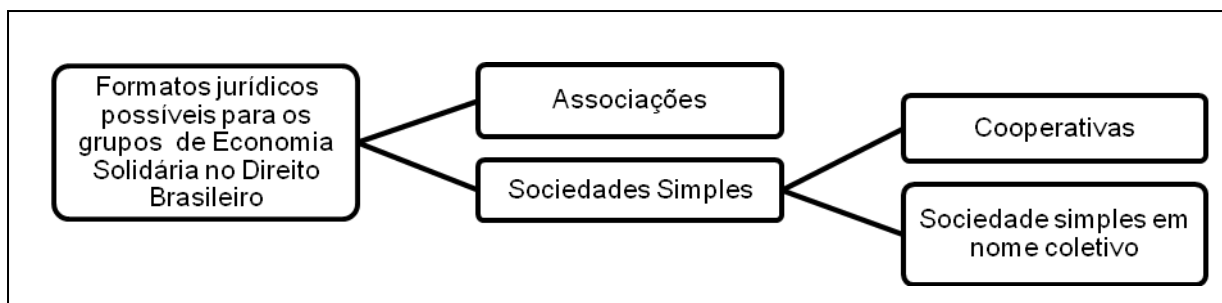
<sup>11</sup> Na forma do art. 1.052 do CCB, “na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”



estabelecendo-se, finalmente, diante do caso concreto que justifica a investigação, o quadro trinário de opções a considerar na formalização do grupo incubado, cujas vantagens e desvantagens deverão, então, ser analisadas a partir da experiência real vivenciada pelo grupo.

Diante de tais considerações chega-se, então, ao seguinte quadro:

Figura 1 – Formatos jurídicos possíveis para os grupos de Economia Solidária no Direito Brasileiro



124

Fonte: elaboração própria

### 3.3. Que critérios devem balizar a escolha da forma jurídica a adotar?

Os dados levantados no Relatório Nacional 2010-2012 do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), da SENAES (MTE. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, já expostos nas Tabelas 1 e 2, dão conta de que a associação tem sido a forma predominantemente adotada no Brasil, correspondendo a 60% das iniciativas levantadas. As associações são seguidas pelos grupos informais (30,5%), alcançando estes dois tipos, portanto, cerca de 90% das iniciativas. Tão somente 8,8% adotam a forma de cooperativa, e um pequeníssimo número, a forma de sociedade *mercantil*<sup>12</sup>.

O grande número de grupos na informalidade indicia, por si, no entanto, a primeira constatação a que se chega: nenhuma das formas jurídicas possíveis revela-se perfeitamente adequada. A ausência de um marco legal que responda às peculiaridades da Economia Popular e Solidária explica, assim, o quadro apresentado.

As demandas para a formalização jurídica dos grupos, no entanto, apresentam-se muito comumente, exigindo uma ponderação entre vantagens e desvantagens que deve partir das

<sup>12</sup> Entende-se inadequada, no entanto, a denominação adotada pelo levantamento da SENAES, já que desde 2003, com o início da vigência do atual Código Civil Brasileiro, a expressão “mercantil”, empregada anteriormente pelo Código Comercial revogado (Lei Federal n. 556/1850), foi substituída pela expressão “empresária”, que assume sentido mais amplo que a de mercância/comerciante. Como já se fez referência, ainda, o Código Civil Brasileiro expressamente classifica as sociedades em simples (não-empresárias) e empresárias, certamente correspondendo as “sociedades mercantis” apontadas pela SENAES, em verdade, a sociedades simples.



peculiaridades de cada situação. A escolha da forma jurídica, assim, é uma escolha política, demonstrando-se, neste ponto, a importância da participação de instituições de apoio, a exemplos das incubadoras, no sentido da prévia formação do grupo, a fim de que seus membros compreendam as diferenças das formas possíveis, e as consequências derivadas da escolha a ser feita.

De modo a guiar o processo de formação e escolha das tipologias jurídicas selecionadas, foram eleitos, então, alguns critérios, a partir dos quais se discutem estrategicamente, com a participação do grupo produtivo e de especialistas externos, as vantagens e desvantagens da decisão a ser tomada: i) complexidade da estrutura jurídica interna, ii) dos procedimentos administrativos para registro e acompanhamento contábil, iii) capacidade de refletir as características da atividade econômica desenvolvida e iv) e da Economia Solidária, em particular – considerando-se especialmente a aptidão do instrumento de constituição para evidenciar aos que travarem com o grupo relações jurídicas (especialmente, no caso, o Estado) seu caráter econômico-popular-solidário – , e, por fim (v), a onerosidade das obrigações tributárias – nelas inclusas o custo da cobertura previdenciária oficial.

Não seria possível, pela exiguidade do texto, apresentarem-se todos os aspectos levantados para os tipos jurídicos primariamente selecionados. O quadro a seguir, contudo, expõe as principais vantagens e desvantagens de cada um, sintetizando as conclusões primordiais a que o processo de pesquisa em desenvolvimento já permitiu alcançar:

Tabela 3 – Vantagens e desvantagens dos tipos jurídicos possíveis, no Direito brasileiro, para as iniciativas de Economia Solidária

	Cooperativa	Associação	Soc. simples em nome coletivo
Principais Vantagens	- tipo que mais adequadamente guarda correspondência com a natureza do vínculo e objetivos dos grupos de economia solidária;	- simplicidade do processo de criação e registro; - suposta imunidade tributária, quando compatível com os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional;	- simplicidade do processo de criação e registro; - relativa correspondência com a natureza do vínculo e objetivos dos grupos de economia solidária, considerando a grande liberdade proporcionada pela lei (que deixa em aberto a maior parte dos aspectos da organização interna da pessoa jurídica) para a adequação do contrato social;



Principais desvantagens

- grande complexidade estrutural e onerosidade contábil-fiscal;
- impossibilidade de adoção do *Simples Nacional*, sistema simplificado e menos oneroso de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte, ou das demais vantagens que lhes são previstas pela Lei Complementar Federal n. 123/2006<sup>13</sup>.
- a forma jurídica pressupõe a ausência de fim econômico;
- não obstante o tipo seja geralmente adotado em razão da suposta imunidade tributária, os fins econômicos das atividades da maior parte dos grupos representarão limitações fiscais, obstáculo para a contratação com o Estado e situações de irregularidade contábil-fiscal (com a formação, por vezes, de passivos tributários muitas vezes impagáveis, em razão das penalidades aplicadas).
- pouca disseminação do uso da forma, que pode representar obstáculos na certificação e no exercício de prerrogativas no âmbito da economia solidária (linhas de crédito, oportunidade de contratação com o Estado, programas de apoio e fomento etc., por vezes dirigidos exclusivamente a cooperativas e/ou associações de Economia Solidária);
- Responsabilidade solidária dos sócios pelas obrigações da sociedade.

126

Fonte: elaboração própria

#### 4. CONCLUSÃO

Os obstáculos a serem transpostos por grupos produtivos organizados sob os princípios da Economia Solidária são comungados por todos aqueles que apontam no sentido contrário à lógica hegemônica do modo de produzir, relacionar-se, viver e consumir do capitalismo.

Têm-se nas mãos desafios que, aliás, são anteriores e mais complexos do que a específica preocupação da pesquisa em desenvolvimento. Defrontamo-nos com um sistema que produziu, de modo contraditório, como reflete Patrick Viveret (2012) desmesura e mal viver: que nos conduziu, simultaneamente, a avanços científicos jamais vivenciados pelo ser humano, e a uma crise sem precedentes na relação se estabelecem entre homens e mulheres, entre seus grupos, e de todos com o meio ambiente.

Ainda lançando mãos das palavras de Patrick Viveret,

[...] o que está em jogo na reorientação das nossas economias, das nossas sociedades, das nossas políticas públicas em direção a uma lógica do bem viver, a um desenvolvimento da arte de viver, é que a qualidade de vida, em

<sup>13</sup> “Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00;

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00; [...]

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: [...]

VI - constituída sob a forma de *cooperativas*, salvo as de consumo;”





geral, considerada hoje como questão puramente pessoal e privada, torna-se então uma questão plenamente política (2012, p. 33).

A estruturação jurídica das possibilidades associativas de natureza cooperativa é desafio eminentemente político. No caminho das reflexões, ações e embates por ele exigidos, no entanto, a vida continua, e está a exigir criatividade, capacidade de adaptação e de identificação das brechas, por meio das quais se vai construindo, a partir do microscópico, das experiências resistentes, um melhor viver.

127

## Referências

BAHIA, *Lei Estadual 12.368, de 13 de dezembro de 2011*. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Bahia, Brasil. Disponível em:

<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1030376/lei-12368-11>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL, *Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006* - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n-8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, Brasil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm). Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL, *Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasil, Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL, *Lei Federal n. 12.690, de 19 de julho de 2012*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, Brasil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm). Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL, *Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, Brasil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm). Acesso em: 10 ago. 2014.





BRASIL, *Lei Federal n. 556, de 25 de julho de 1850*. Código Comercial. Brasília, Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10556-1850.htm). Acesso em: 10 ago. 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. O novo Código Civil e o direito de empresa - registro das sociedades simples. In: *Revista de Direito Imobiliário*, v. 5. São Paulo: RT, 2003, 170-200.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORP-ROEX.PDF>. Acesso em: 02 mar. 2014.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Revisitando o Direito Poder, Justiça e Processo: reflexões de um jurista que trafega na contramão*. Salvador: JusPodivm, 2012.

PITA, Flávia Almeida. LIMA, José Raimundo Oliveira. LIMA, Cleo Emidio dos Santos. Normatizando a solidariedade: relato de experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de Economia Solidária. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Salvador, set. 2013, p. 233.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Novos Estudos*, Cebrap, n. 79, nov. 2007, 71-94.  
SENAES.MTE. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, 2007. Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasES.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SENAES.MTE. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas Digital da Economia Solidária: dados do segundo mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários (EES)*. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SENAES-MTE. (2012) *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010*. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%20C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%20ria%20no%20Gov.%20Federal%202003\\_2010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%20C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%20ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf). Acesso em: 10 ago. 2014.

VIVERET, Patrick. *Por uma sobriedade feliz*. Salvador: Quarteto Editora, 2012.



## **AValiaÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO *DESPERTA LITORAL*: ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2011 A 2013**

SANTOS, Juçara Freire  
*Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa em Avaliação (GA) da Faced/UFBA. jucara@santos@yahoo.com.br*

TENÓRIO, Robinson Moreira.  
*Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo Professor da Faculdade de Educação da UFBA. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Política e Gestão da Educação da UFBA. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Avaliação (GA) da Faced/UFBA. robinson.tenorio@uol.com.br*

129

### **RESUMO**

Este estudo avalia os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, que tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. O projeto propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por estes e implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Com relação ao alcance dos objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*, verificou-se o aumento da produção dos grupos, a diversificação da produção, o aumento da arrecadação, a melhoria da organização dos grupos, o aumento da participação, a elevação da motivação, a articulação com a sociedade civil e com as três esferas do governo.

**Palavras-chave:** Avaliação. Resultados. Projeto Solidário.

### **ABSTRACT**

This study evaluates the results of the *Desperta Litoral* project, which aims to contribute to improve the living and working conditions of the Brazilian Coconut Coast (Costa dos Coqueiros – Bahia – Brasil) population, through the strengthening of the productive organization of 13 solidary groups, participants of the Sustainable Forum of the Coconut Coast. The evaluated project invests in the productive reorganization of the groups, providing training on demand and creating the Solidarity Fund of the Coconut Coast. By reaching the specific objectives of the project, it has been verified the increase of the groups production, the production diversification, the collection increase, the improvement of the groups organization, the participation growth, the motivation increase, and a better coordination with civil society and the three levels of government.

**Key-words:** Evaluation. Result. Solidary Project.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de avaliar os resultados do projeto *Desperta Litoral*, cujo objetivo geral é contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho, por meio do fortalecimento da organização produtiva, de 13 grupos solidários participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. O projeto tem como objetivos específicos: 1) melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários, com a aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização; 2) oferecer capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação); 3) implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

O projeto é executado pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, que é o proponente, selecionado no edital público 001/2011, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), do Governo do Estado da Bahia.

A realidade social denuncia um panorama marcado por desigualdade e exclusão econômica, social e política. Compreendemos que a busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente, pela via da iniciativa de implantação de um Fundo Rotativo Solidário, tem uma relevância por tratar-se de uma ação pública de apoio às finanças solidárias, numa relação onde se dá o exercício do princípio da redistribuição entre o governo e a sociedade civil.

O Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros propõe constituir-se numa organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, como objetivo de oferecer serviços financeiros em rede. Trata-se de uma metodologia participativa com garantias baseadas no aval solidário e gestão de um comitê gestor local, composto por representantes dos grupos produtivos eleitos e pela diretoria do fórum.

O objetivo da pesquisa é avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, analisando a sua contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, litoral norte da Bahia, no período de 2011 a 2013. Os objetivos específicos correspondem a verificar se os objetivos **específicos do Projeto *Desperta Litoral* (2011) foram atingidos**; verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva de 13 grupos solidários mediante a aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização; identificar a efetivação de capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para



as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários; e analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

**Da mesma forma, verificar se os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* (2011) contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário:** identificar, nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local; verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca das experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento; e analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes.

Justificamos a importância da pesquisa que constou da avaliação dos resultados do Projeto *Desperta Litoral* verificando a sua eficácia, ou seja, o grau de alcance dos objetivos do projeto, bem como observando as mudanças ocorridas e a contribuição dessas para a realidade da população beneficiária e o desenvolvimento local. Sabemos tratar-se de uma experiência pioneira a utilização da metodologia de fundos rotativos solidários, promovida pelo Governo da Bahia como ator protagonista desse processo. A avaliação de resultados desse projeto tem a proposição de contribuir nos processos decisórios, especialmente das finanças solidárias inseridas na política estadual de fomento à economia solidária. Acreditamos que os resultados possam contribuir para alavancar a melhoria dos processos avaliados a partir da superação dos limites diagnosticados – numa ação comprometida com todos os atores envolvidos e com a efetivação de políticas públicas de fundos rotativos solidários em nosso Estado.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

O Projeto *Desperta Litoral* propõe a implantação de um fundo rotativo solidário. As iniciativas de finanças solidárias baseiam-se em princípios de solidariedade, da confiança e ajuda mútua, são expressões da sociedade com caráter de auto-organização coletiva, de grupos organizados em territórios com o objetivo de fazer a gestão de recursos econômicos próprios.



A autogestão é explicada por Singer (2013) como ramo da economia solidária que busca a valorização da ação humana conjunta. Dessa forma tem origem a economia solidária, como resposta ao capitalismo industrial, ao se firmar como modo de produção hegemônico depois da Revolução Industrial do século 18, e implica a reversão da lógica capitalista de exploração da mão de obra e dos recursos naturais.

A solução para a problemática contemporânea, configurada na “crise do trabalho” – origem do desemprego nas duas últimas décadas –, é estudada por Singer (1999, apud FRANÇA FILHO, 2008, p. 220), assim como o “desassalariamento da economia”: onde, a cada 10 postos de trabalho gerados naquele momento no Brasil, apenas três eram de carteira assinada. Conforme o autor, mesmo com iniciativas de reparação desse quadro, ainda assim observa-se um *déficit* significativo das oportunidades ao trabalho formal, identificado na realidade do universo da informalidade. Dessa forma, como compreender a emergência do fenômeno da economia solidária?

O argumento de França Filho (2001) está relacionado à problemática de exclusão social como questão urbana numa condição de crise do Estado-Providência. Neste sistema, ocorre a falência dos mecanismos de regulação político-econômicos da sociedade, originários das esferas de organização das relações sociopolítico-econômicas. O Estado e o mercado têm, na relação assalariada, sua estruturação fundamental. Em meio a essa dinâmica, a economia solidária apresenta-se como fenômeno, requerendo novas formas de regulação da sociedade.

No comportamento econômico evidenciam-se lógicas distintas, diferentes racionalidades presentes na dinâmica organizacional. Essa economia supõe uma variedade de princípios do comportamento econômico. Sendo que o mercado autorregulado não será a única forma possível de alocação, produção e distribuição de recursos. França Filho (2002) chama a atenção não somente para o princípio econômico, mas que há outras formas a serem utilizadas, como a redistribuição estatista e a reciprocidade. Nesta forma, a economia supera a restrição do mercado definindo-se como economia plural. Sendo assim, há uma pluralidade de princípios do comportamento econômico que, na forma de organização do trabalho, articula diferentes registros da ação econômica nas três formas de economia: mercantil, não mercantil e não monetária.

As finanças solidárias, conhecidas como finanças de proximidade, pressupõem relações sociocomunitárias numa forma de democratizar o sistema financeiro, disponibilizando alternativas aos excluídos do sistema de crédito tradicional por meio da



gestão comunitária e da solidariedade. Distingue-se das práticas convencionais financeiras explicado por França Filho (2013) de difícil percepção, se analisado pelo paradigma econômico convencional, em razão de corresponder também a operações financeiras de baixo teor econômico e direcionar-se a público identificado como de baixa renda excluída do sistema financeiro formal.

Nessas relações, a confiança e a solidariedade são valorizadas com prioridade relevante para a concessão de crédito. Como salientado por França Filho (2013), neste sistema as relações sociais superam as relações econômicas, logo, são contrárias à lógica clássica do mercado; a lógica econômico-social é oposta à ideia de crescimento como propósito do sistema, mas com a finalidade de dar conta das demandas e necessidades comunitárias de um determinado território. É o que dá condição às práticas de finanças solidárias de enraizarem-se territorialmente e/ou comunitariamente – por essa razão a denominação de finanças de proximidade. Essas integram o universo das microfinanças, a exemplo dos fundos rotativos e fundos solidários, que se reportam a iniciativas antigas e tradicionais, anteriores ao microcrédito. Da mesma forma, os bancos comunitários de desenvolvimento se combinam com uma base de organização comunitária. São manifestações de economia solidária no Brasil e são empreendidas por cooperativas de crédito e Oscips<sup>1</sup> de microcrédito.

A concepção sustentável-solidária apresenta-se como uma alternativa de contribuição ao desenvolvimento local, buscando condições de equidade e igualdade na sociedade, em face do agravamento da problemática social resultante da concentração de renda, de capital e de poder. Segundo França Filho (2008), a defesa de uma via sustentável-solidária se dá numa plataforma onde a solidariedade permeia como elemento estruturante, podendo configurar uma economia que se baseia numa outra forma de desenvolvimento, onde princípios e valores de um mercado autorregulado não devem ocupar a centralidade das relações de troca.

Na concepção sustentável-solidária, de acordo com França Filho (2008), as soluções de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local deixam de ser pensadas no âmbito individual, como uma possível capacidade empreendedora individual. Compreende-se que a causa da falta de trabalho relaciona-se a questões de natureza estrutural. Assim sendo, as soluções de enfrentamento precisam ser coletivas, conforme novas formas de regulação das relações econômico-sociais.

<sup>1</sup> Oscip– Organização da sociedade civil de interesse público.





A via sustentável-solidária na condição de desenvolvimento local passa pela necessidade de fortalecer as capacidades locais, impulsionadas pelo próprio processo de desenvolvimento, de gerar os processos fundamentais de interação dinâmica: a mobilização e formação; a pesquisa; o planejamento; a própria montagem dos empreendimentos e a implantação da rede e concretização do marco legal de economia solidária. Na concepção sustentável-solidária é ressaltada a importância dos territórios e a sustentabilidade destes, ainda que, em situação socioeconômica precária, sejam valorizadas as soluções endógenas, compreendendo que cada comunidade tem as soluções de seus próprios problemas.

A economia solidária, como prática que promove o desenvolvimento local, inspira em análise uma nova concepção da sustentabilidade. Segundo França Filho e Santana Júnior (2013), parte-se do pressuposto de que a economia solidária, como iniciativa de ordem associativa ou cooperativista, aproxima moradores de um contexto territorial motivados pela resolução de problemas públicos que dizem respeito às suas reais condições de vida. A partir da organização de atividades socioeconômicas oriundas daquela realidade local, passa a estimular no território um circuito integrado de relações socioeconômicas, reunindo produtores e/ou prestadores de serviços em articulação com consumidores e/ou usuários de serviço, caracterizando uma lógica de rede de economia solidária.

Mas como se configura a sustentabilidade no desenvolvimento local/territorial?

Para França Filho e Santana Júnior (2013), faz-se necessário compreender de que forma aplicar a ideia da sustentabilidade. No território, a sustentabilidade não pode ser avaliada conforme critérios de economicidade, dando enfoque especial aos aspectos da rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos. Faz jus uma redefinição da ideia de sustentabilidade, adotando-se um critério relacionado à promoção de uma articulação entre os diversos aspectos da vida em um dado território, tendo em conta, principalmente, as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental.

## **TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO**

O conceito de avaliação vem sendo construído em múltiplos enfoques que traduzem a evolução do conceito. Partimos do estudo de Guba e Lincoln que adotam como base histórica o século XX. Esses autores esquematizam o contexto histórico realizando uma construção evolutiva, em quatro gerações, reunindo autores com propósitos relacionados à temática da





avaliação e opções filosóficas assumidas, partindo de uma “função” técnica a ações compreensivas e transformadoras. A primeira geração: mensuração, contextualiza-se a partir do início do século XX, estendendo-se até a década de 1930, dando ênfase à classificação mediante a utilização de técnicas quantitativas, adotando a prática de exames e testes apoiados em base conceitual da psicologia-psicometria, priorizando por meio de testes a mensuração da inteligência e o desempenho humano (GUBA; LINCOLN, 2011).

A segunda geração: descrição, surge do propósito de corrigir uma deficiência da primeira geração. Como explicam os autores Guba e Lincoln (2011), os alunos foram escolhidos como sujeitos da avaliação. Tratava-se da descrição de padrões de pontos fracos e fortes relacionados a determinados objetivos, foi o que caracterizou a denominação da avaliação de segunda geração. Nessa circunstância, delimita-se ao avaliador a função de descritor, assegurando os aspectos técnicos anteriores da função.

A terceira geração, conforme Guba e Lincoln (2011), caracteriza-se pela inclusão do juízo de valor e o papel que o avaliador exerce, como julgador, nos procedimentos avaliativos, permanecendo as funções técnicas e descritivas anteriores. O avaliador assumia o papel de julgador, mas conservava as funções técnicas e descritivas anteriores.

Mas, ao desenvolverem um estudo ordenando as experiências de avaliação em três gerações, Guba e Lincoln (2011) constatam a necessidade de propor uma abordagem alternativa ao método científico, trazendo uma significativa contribuição à compreensão deste campo do conhecimento. Reconhecem de pouca discussão as demonstrações sobre as primeiras gerações, porém satisfatórias para dedução do papel de cada uma no processo construtivo e sedimentar da avaliação.

A sistematização da coleta de dados tornou-se possível com o desenvolvimento dos instrumentos específicos utilizados na primeira geração com indivíduos, porém houve a necessidade de se analisarem os objetos da avaliação (programas, conteúdos, estratégias, padrões organizacionais, abordagens), inseridos na segunda geração. Na terceira geração, a avaliação se centra no juízo de valor, resultado do mérito do objeto de avaliação, valor íntimo e intrínseco, como também sua importância, enquanto valor extrínseco ou contextual (GUBA e LINCOLN, 1981, apud GUBA; LINCOLN, 2011). Acreditam estes autores que as três gerações da avaliação têm imperfeições e veem a necessidade de complementação, a ponto de questionarem a razão de ainda não haver ocorrido, desde que foram identificadas na análise. Assim, sugerem uma completa reconstrução, partindo de três pontos que consideram falhas



graves: tendência ao gerencialismo; incapacidade de acomodar o pluralismo de valores; comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação.

Propõem a quarta geração, numa abordagem denominada de avaliação construtivista responsiva ou respondente. Em sua especificidade ocorre a negociação entre cliente e avaliador, numa metodologia construtivista que conduz a avaliação. Suas raízes situam-se no paradigma de investigação, contrário ao paradigma científico, podendo ser denominada construtivista, mas também avaliação interpretativa ou hermenêutica, ou ainda hermenêutico-dialética, que são denominações que abrigam percepções específicas da natureza deste paradigma. Portanto, metodologicamente, o paradigma refuta a abordagem dominante e manipulatória (experimental), peculiar à ciência, e a substitui pelo processo hermenêutico-dialético.

Os autores Vieira e Tenório (2010), com base nos estudos apresentados, desenvolvidos por Guba e Lincoln (1989), apresentam suas contribuições à avaliação, identificando algumas lacunas, com destaque para: a insuficiência do próprio conceito de gerações e a não garantia da sustentabilidade dos resultados pela quarta geração, que incorpora a negociação. Na constatação prognosticam a construção de uma nova teoria da avaliação. O novo conceito inclui todas as outras dimensões da avaliação, ampliando a ação avaliativa para depois da tomada de decisão, ou seja, a melhoria do processo, para além dos resultados da avaliação. Recomendam uma nova forma de pensar os valores dos interessados, observando os resultados da avaliação após a própria avaliação. Os resultados finais relacionam-se a outros interessados, a exemplo da abrangência ao meio ambiente, comunidade, sociedade, numa perspectiva de avaliação que tem compromisso com a sustentabilidade (VIEIRA; TENÓRIO, 2011).

Nesse estudo, Vieira e Tenório (2010) propõem um novo paradigma e conceito de avaliação, o paradigma da sustentabilidade. Segundo os autores, é necessário reconsiderar os elementos de constituição desta nova condição para uma atualização. Afirmam “que avaliar é o diagnóstico para a tomada de decisão com vistas na melhoria do processo” (p. 65). Esse conceito engloba todas as dimensões da avaliação, ampliando a ação avaliativa para a fase posterior à tomada de decisão, ou mesmo depois do que se conhece como resultados da avaliação. Reportam-se ao tempo presente, à complexidade das exigências contemporâneas de uma sociedade onde a participação, o diálogo, a justiça social, as redes de relações apresentam um significado cujas demandas já não correspondem às expressões defendidas nas quatro



gerações. As exigências à avaliação configuram-se em melhoria do processo – onde se busca o compromisso efetivo com os resultados numa ótica relacionada ao paradigma da sustentabilidade. A 5ª dimensão nos inspirou como opção no projeto de pesquisa, por sua característica de avaliação inclusiva com o compromisso na melhoria dos processos, incluindo um novo modo de pensar de regular as relações numa proposta de partilhamento comprometida com a sustentabilidade.

## **AValiação DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS**

Os programas caracterizam-se como ações sistemáticas do Estado em atendimento à população em situações de vulnerabilidade social, em resposta às demandas variadas, numa situação de intervenção governamental, disponibilizando recursos públicos. Para Draibe (1997), a avaliação de políticas e programas sociais tem caráter de procedimento estratégico e essencial, permitindo o entendimento da ação pública, com a possibilidade de favorecer a democratização do Estado bem como da sociedade civil, aprimorar as políticas e a ação estatal, sugerindo e aconselhando alterações nos processos de formulação, implementação e resultados.

Conforme Boullosa (2009, p. 29), atualmente no Brasil, a avaliação já se consolida na agenda governamental, contudo ainda se considera limitação de seus usos. A cultura da avaliação, influenciada pela concepção gerencialista, ainda não permitiu superar o estigma da avaliação como etapa final de processos de intervenção social. O ato de avaliar ainda se dá sem um entendimento do motivo pelo qual o próprio Estado, ao promover processos de aprendizagem relacionados à intervenção social, não contempla essa necessidade. Há certa “automatização da avaliação”, não aproveitando seu uso prático nos próprios objetos avaliados, como políticas, planos, programas, projetos ou ações, com certa falta de significação, fruto da forma como vem se consolidando essa cultura no país.

Ferreira e Tenório (2010), ao se reportarem à insuficiência ainda do desenvolvimento das pesquisas na avaliação de políticas públicas, explicam retomando o período de surgimento das exigências para financiamento de programas (década de 80), tendo como principal demanda o estudo sobre o processo de tomada de decisões e as influências delimitadas num contexto de viés comportamental e neutralista. Nesse caso, segundo os autores (p. 157), “[...] estuda-se a eficácia das políticas deixando relegada a avaliação política dos princípios que as



fundamentam, ou seja, o seu conteúdo substantivo. Enfatizam-se o cumprimento de metas e os processos colaterais e deixa-se de lado a essência da política”. Portanto, a avaliação não deve limitar-se apenas às questões de análise conceitual de princípios como também a uma análise somente política, mas precisa atentar à avaliação, fundamentada em princípios que sustentam as razões que deram origem à própria política, isto é, baseada em princípios de concepção humanísticos de igualdade, democracia e de cidadania (FERREIRA; TENÓRIO, 2010).

Carvalho (2000 apud ARAÚJO, 2009, p. 112) argumenta que “avaliar projetos é um dever ético que as organizações da sociedade civil deveriam ter para com a sociedade em geral”. Comenta sobre “a necessidade de estabelecer relações de transparência com os diferentes interessados, no que tange aos resultados, propósitos e processos das organizações da sociedade civil” (p. 112).

Em meio às análises de distintos autores sobre avaliação de políticas e programas, temos a dizer que no campo social é fundamental a difusão da cultura da avaliação num processo de fomentar a participação popular, uma forma de garantir a legitimidade e a participação desde a formulação, implementação, execução das políticas, programas e projetos, avaliação, no sentido de democratizar as informações, decisões, para uma apropriação mais rica, objetivando êxitos na eficiência, eficácia e efetividade, fazendo o uso dos resultados da avaliação no processo de tomada de decisão, visando a uma melhoria efetiva das políticas públicas, programas e projetos.

## **AValiação DE RESULTADOS**

Avaliar programas reveste-se de importante iniciativa, não basta os projetos serem eficazes, seus resultados precisam ser avaliados. Para isso faz-se necessária a utilização de metodologia adequada à formulação da avaliação de projetos. Avaliar um programa ou projeto não é algo que se possa fazer em qualquer tempo e em qualquer lugar, para Aguilar e Ander-Egg (1994), é necessária a interlocução com os participantes em ambiente apropriado para analisar a possibilidade da condição de avaliar. Ander-Egg (1984 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994) reconhece como requisito fundamental que os responsáveis políticos e administrativos pelos programas tenham a convicção da necessidade da avaliação; além da concordância com os propósitos, aplicações e consequências da avaliação, bem como



comprometer-se com a inclusão da avaliação enquanto parte do programa. O requisito básico comporta a utilidade e a viabilidade da avaliação.

No tocante às funções da avaliação, importante mencionar a função gestora da avaliação, para isso trazemos a contribuição dos autores Tenório; Lopes; Ferreira (2012): a avaliação é gestão; nessa atividade, a fase de tomada de decisão utiliza-se do bom senso, exigindo posicionamento político, que se sustenta num julgamento da realidade, apoiada em informações fidedignas e rigorosas. A tomada de decisão na avaliação e na gestão depende de fatores, como a negociação, que, associados ao julgamento, funcionam como respaldo para a sustentação da decisão. Portanto, avaliação e gestão aproximam-se pelas capacidades humanas de julgamento e de decisão.

Na classificação da avaliação como de resultado ou de impacto, podemos compreender essa distinção com os autores Aguilar e Ander-Egg (1994). Segundo eles, a diferença ocorre conforme o momento que se avalia. A avaliação de impacto ou ainda de pós-decisão trata-se da avaliação ex-post, “é a que se realiza uma vez que o programa ou projeto chegou ao fim” (p.42), ou seja, é realizada quando o programa ou projeto atingiu seu desenvolvimento (tempos depois de concluída a execução). Portanto, há uma diferença dessa para a avaliação do fim do projeto, aquela que se faz ao concluir a fase de execução. Assim, ficam esclarecidas as duas formas de avaliação de resultados. Essas distinguem-se pelas informações que se dão sobre a execução, o funcionamento e os resultados ou os efeitos de um programa.

Numa abordagem centrada em objetivos, têm razão os propósitos especificados da atividade; nessa condição, a avaliação concentra-se à medida que esses foram alcançados. As informações decorrentes de uma avaliação nesse modelo podem ser utilizadas para reformular as metas de uma atividade, a própria atividade e ou os procedimentos de avaliação empregados para determinar a realização das metas. A origem da abordagem centrada em objetivos deu-se na década de 1930 e contou com algumas contribuições de estudiosos, porém aquele de maior expressividade refere-se a Ralph W. Tyler (1942,1950), cuja abordagem recebeu o seu nome como homenagem (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A abordagem de Tyler desenvolveu-se na experiência denominada de *Estudo de Oito Anos*, ocorrida na final de 1930, embora haja referência de estudo anterior<sup>2</sup> que preparou o cenário para o estudo de Tyler na educação. Essa abordagem vê a avaliação como processo de

<sup>2</sup>Travers (1983) observou que uma obra anterior de Waples e Tyler, *Research methods and teacher problems (Os métodos de pesquisa e os problemas do professor)*, preparou o terreno para os feitos posteriores de Tyler na educação. Travers (1983 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004 apud, p. 130).



estabelecer medida para observar se os objetivos de um programa são realmente alcançados. Nessa abordagem, adota-se o seguimento das etapas:

1. Estabelecer metas ou objetivos gerais; 2. Classificar as metas ou objetivos; 3. Definir os objetivos em termos comportamentais; 4. Encontrar situações em que é possível mostrar que os objetivos foram alcançados; 5. Criar ou selecionar técnicas de mensuração; 6. Coletar dados relativos ao desempenho; 7. Comparar os dados de desempenho com os objetivos formulados comportamentalmente.

As discordâncias entre o desempenho e os objetivos causam as modificações cujo processo avaliativo visa corrigir os problemas, ocorrendo assim a repetição do ciclo da avaliação. O argumento de Tyler era lógico, de boa aceitação científica e com facilidade de ser adotada pelos avaliadores, o que fez exercer influência sobre os teóricos que o sucederam.

A contribuição de Cohen e Franco (2012, p. 152) para os objetivos da avaliação foi fundamental para nos orientar no processo da avaliação dos resultados do Projeto *Desperta Litoral*.

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão “metas”, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que são verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa avaliativa tem como objeto de estudo a avaliação de resultados do projeto Desperta Litoral. O campo empírico de estudo é a Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, onde se localizam o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e os 13 grupos produtivos, nos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Os atores sociais pertencentes aos grupos produtivos e integrantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, técnicos, consultores, representantes de órgãos públicos e organizações locais, foram os sujeitos, fontes de informação para o levantamento de campo. A pesquisa documental foi realizada em consulta aos documentos que vão do processo de seleção à execução do projeto, que serviram para a compreensão do objeto estudado. A amostra constituiu-se com base no universo de 13 grupos produtivos, correspondendo a





92,3% da população-alvo, e todos os membros integrantes do comitê gestor local e direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, correspondendo a 100%. Participaram também a instrutora de economia solidária do fórum, os dois técnicos representantes da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e a Cáritas Brasileira. Os instrumentos de coleta utilizados foram os seguintes: formulário (questionário) para aplicação das entrevistas estruturadas; roteiros das entrevistas semiestruturadas e roteiro do grupo focal.

Na primeira etapa do trabalho, realizamos o estudo diagnóstico, para caracterizar o marco zero, que teve como objetivo orientar e servir posteriormente de base ao formato da avaliação de resultado, para a comparação com os indicadores iniciais observados no diagnóstico, instrumento da gestão que visa contribuir para o acompanhamento e/ou transformação do projeto, vistos seus objetivos. Teve como base retratar a realidade atual do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, entidade proponente do Projeto *Desperta Litoral*, e dos 13 grupos produtivos participantes, quanto à estrutura, organização, gestão, capacidade financeira, produção, escoamento e comercialização, formação de saberes (capacitação), mecanismos solidários adotados e percepção dos grupos produtivos em relação ao Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Para construir os instrumentos da pesquisa e verificar em que medida os objetivos específicos foram alcançados, adotamos o uso da matriz de planejamento de avaliação de resultados conforme os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*; como também verificamos a contribuição dos objetivos para o desenvolvimento local sustentável-solidário. Da mesma forma se as fontes de informação e seleção de instrumentos de coleta de informação corresponderam à análise dos resultados conforme os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* e à contribuição desses para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

## **RESULTADO E ANÁLISE**

Na análise dos resultados, utilizamos o diagnóstico marco zero, uma das etapas dessa avaliação, construído no início da ação do Projeto *Desperta Litoral*. Realizamos o diagnóstico atual respondendo aos objetivos específicos do projeto, estabelecendo uma comparação dos dados adquiridos nas etapas do diagnóstico marco zero (passado) e do diagnóstico de resultados atuais (presente) para a identificação das mudanças ocorridas (variação), fazendo a





análise interpretativa dos dados apresentados, verificando se os resultados foram atingidos conforme os objetivos previam.

Objetivo específico 1: verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva dos grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização. Temática: **melhoria da capacidade produtiva dos grupos tendo em vista a aquisição de equipamentos e insumos recebidos.**

No atendimento a esse objetivo, considerando os indicadores que propomos para medir o alcance, tendo por base a comparação com os resultados do diagnóstico marco zero, no objetivo específico 1, constatamos: que ocorreu melhoria da capacidade produtiva de todos os grupos de produção – 100% dos grupos participantes da pesquisa aumentaram a produção entre 40% e 10%. Quanto à diversificação da produção: 30% dos grupos diversificaram a produção; 70% mantiveram a mesma especificidade. Enquanto resultado financeiro: 70% aumentaram a arrecadação entre 50% e 25%; 30% mantiveram a mesma arrecadação.

Objetivo específico 2: identificar a efetivação de capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia com meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação), onde se inserem os treze grupos solidários. Temática: **evidências de eficácia da gestão do fórum e dos grupos a partir das capacitações oferecidas.**

No atendimento a esse objetivo, com base nos indicadores que propomos para medir o alcance do objetivo específico 2, identificamos: 50% dos grupos tiveram melhoria da organização; 10% referiram-se à facilidade no aprendizado da formação em economia solidária; 10% informaram a contribuição da formação, mas apontam a dispersão dos grupos pela distância que os separa; 10% estabeleceram a estratégia de criação de um fundo similar ao do fórum em sua comunidade, com retorno de 100% dos recursos recebidos, para efetuarem 30% ao fundo do fórum e 70% para a construção da sede da associação; 20% não responderam. A capacidade articulativa dos grupos nas interorganizações deu-se da seguinte forma, 60% realizados com entidades e organizações da sociedade civil; 40% foram feitos com as esferas públicas municipal, estadual e federal.

Objetivo específico 3: analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Temática: **identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.**

No atendimento a esse objetivo, considerando os indicadores escolhidos para medir o



alcance do objetivo específico 3 do projeto de pesquisa: o indicador de operacionalização do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário não foi alcançado; o indicador correspondente à frequência das contribuições dos grupos de produção foi alcançado. No momento, 77% dos grupos já iniciaram o pagamento referente à devolução para formação do Fundo Rotativo Solidário; O indicador referente à distribuição de recursos com outros grupos de produção até então não contemplados não foi alcançado.

Em seguida, respondemos à proposta do objetivo geral, verificando se os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

Relacionado ao objetivo 1: identificar nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local.

Considerando-se os desdobramentos dos objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*, verificando o objetivo 1, quanto às suas contribuições para o desenvolvimento local sustentável-solidário, com base no indicador escolhido para medir seu alcance, esse não foi contemplado. Acreditamos que, com a evolução do projeto, fortaleçam-se as relações e sejam constituídas as soluções sustentáveis-solidárias coletivas.

Relacionado ao objetivo 2: verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca de experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento. O indicador previsto para analisar o alcance do objetivo, ou seja, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas, também não foi contemplado, algo que acreditamos vir ainda a ser constituído.

Relacionado ao objetivo 3: analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes. Conforme os indicadores de operacionalização do comitê gestor local na constituição do fundo e de distribuição de recursos com grupos até então não contemplados, ainda não foi atendido. Favorável a esta questão é a constatação de que os grupos já estão devolvendo os recursos, ainda sem uma frequência regular – há grupo com devolução acima de 96% do total previsto.

Compreendemos que as dificuldades administrativas e operacionais de execução do projeto contribuíram para o não atendimento das metas. Sabemos que a distância entre as comunidades/municípios constituiu uma limitação no processo de aproximação e integração



das pessoas, da mesma forma a demanda da logística financeira para a concretização dos encontros/treinamentos é dificuldade a vencer. A busca de soluções sustentáveis-solidárias exigirá um trabalho de aproximação entre os grupos, de identificação das soluções endógenas, do fortalecimento das capacidades locais na busca do próprio desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o Projeto *Desperta Litoral* teve parte de seus objetivos atendida, mesmo contando com as adversidades que limitaram o grau de alcance desses— houve resultados de expressiva significação em todos os grupos. Destacamos aqueles relacionados ao aumento de produção, considerando a facilitação pelas aquisições dos equipamentos recebidos, porém ocorridas em até 10 meses após o início do projeto. Constatamos o aumento da capacidade arrecadadora financeira ocorrida com 70% dos grupos numa variação expressiva entre 50% e 25%. Assim mesmo, os 30% dos demais grupos mantiveram a mesma arrecadação, o que denota que, mesmo diante das dificuldades, conseguiram manter o mesmo patamar arrecadado no diagnóstico do marco zero. O aumento da diversidade de produção em 30% dos grupos foi algo positivo e que resultou também das aquisições, com base nos depoimentos dos entrevistados. Portanto, consideramos os resultados apontados significativamente importantes, levando-se em conta as condições de vida e estruturais dessas comunidades, o retardamento das aquisições de equipamentos vivenciados por alguns grupos, como também as intercorrências administrativas que dificultaram o curso normal do projeto.

Observamos que os problemas e limitações identificados nos grupos produtivos e consequentemente em suas comunidades, mesmo em espaços distintos, decorrem de questões muito similares. Esta é uma das razões da necessidade de um trabalho integrado entre os grupos, para que, juntos, em rede, busquem vencer os desafios e construam iniciativas integradas de relações socioeconômicas e sociopolíticas que os fortaleçam enquanto rede.

Então se, por um lado, não houve entre os grupos produtivos capital social suficientemente integrador no fomento de um projeto coletivo que fizesse frente a seus problemas e promovesse o desenvolvimento local sustentável-solidário nos territórios, por outro, não podemos negar o potencial produtivo de cada grupo motivado pelo recurso adquirido via equipamentos e insumos, resultando em melhoria da arrecadação, sem dúvida, influenciando nos aspectos econômicos, sociais e ambientais em suas comunidades. Cabe à



ação política do governo e à sociedade civil atentar para essa emergência no sentido de convergir ações complementares que fortaleçam e promovam o desenvolvimento local por meio de iniciativas que democratizem o sistema financeiro e fortaleçam a economia solidária. Como diz Kraychete (2011, p. 16), “[...] não são os empreendimentos econômicos solidários que promovem o desenvolvimento local, mas o crescimento da economia solidária pressupõe uma ambiência e um processo de desenvolvimento que promova este tipo de economia”. Para o autor, “a emergência destas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições, a exemplo das organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, etc.” (p. 17).

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 199 p.
- ARAÚJO, Edgilson Tavares. Critérios de avaliação para projetos sociais. In: BOULOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares (Org.). **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009, p. 111-131
- BOULLOSA, Rosana Freitas. Avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. In: BOULOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares (Org.). **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A., 2009, p. 29-38.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Avaliação Participativa – Uma escolha Metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009, p. 87-94.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, 318 p.
- DRAIBE, Sônia. Apresentação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**, 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009, p. 7-8.
- FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. Avaliação Educacional e Indicadores de Qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico. TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai de Magalhães (Org.). In: **Avaliação e Gestão: Teorias e Práticas**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 143-181.



FÓRUM SUSTENTÁVEL DA COSTA DOS COQUEITOS. **Projeto Desperta Litoral:** projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, Camaçari, 2011, 39 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A Problemática da Economia Solidária: Uma Perspectiva Internacional. **Soc. estado**. vol.16, nº 1-2 Brasília, jun./dez. 2001

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Salvador. **Bahia Análise & Dados**. SEI, v.12, nº.1, p. 9-19, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **O&S**, v.15, nº 45, 2008.

\_\_\_\_\_. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias:** por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza, CE: Arte Visual, 2013, 107 p.

\_\_\_\_\_; SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local:** Uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de Três Casos na Bahia. Disponível em [http://dowbor.org/ar/07\\_genautolocal.doc](http://dowbor.org/ar/07_genautolocal.doc), acesso em: 17 nov. 2013.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração.** Tradução de Beth Honorato. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 320 p.

KRAYCHETE, Gabriel. Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária: conceitos básicos. In: Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Org.). **Economia Sustentável.** Salvador: SETRE, 2011, p. 7-18.

SINGER, Paul. Falta de crédito desafia a economia solidária. São Paulo, **RBA publicado**, 29 abr. 2013. Entrevista a Júlia Rabahie. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/04/paul-singer-desafios-da-economia-solidaria-sao-permanentes>. Acesso em: 27dez.2013.

TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçai Magalhães. A avaliação só se completa com a melhoria do processo avaliado. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçai Magalhães (Orgs.). **Avaliação e Resiliência:** diagnosticar, negociar e melhorar. Salvador: EDUFBA, 2012.

VIEIRA, Marcos; TENÓRIO, Robinson. Lacunas Conceituais na Doutrina das Quatro Gerações: elementos para uma teoria da avaliação. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai Magalhães (Orgs.). **Avaliação e Gestão:** teorias e práticas. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 53-73.

WORTHEN, Blaine R; SANDERS, James R; FITZPATRICK, Jody L. Avaliações Centradas em Objetivos. In: \_\_\_\_\_. **Avaliação de Programas: concepções e práticas.** São Paulo: Gente, 2004, p. 129-144.



## **A JORNADA TRABALHADA EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO: PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO VERSUS AUTONOMIA NEGOCIAL COLETIVA**

ASSUMPCÃO, Luiz Felipe Monsores de  
*Aluno de Doutorado do PPGSD/UFF*  
*felipemonsores@ig.com.br*

147

### **RESUMO**

A limitação da duração do trabalho é vista como um dos mais importantes fundamentos teleológicos do Direito do Trabalho, sendo que as primeiras regras constitucionais que surgiram como evidência da reorientação dos Estados, no sentido da promoção e realização dos direitos sociais trabalhistas foram, justamente, as que limitavam a duração da jornada. Mas a Constituição Brasileira de 1988, ao lado do garantismo trabalhista individual, privilegiou, também, a autonomia negocial coletiva, como possibilidade de acomodação de dois princípios do federalismo brasileiro: a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho. Este ensaio pretende examinar de que forma nosso sistema jurídico lida com esse conflito, no cenário das negociações coletivas que visam à ampliação da jornada trabalhada em turnos ininterruptos de revezamento.

**Palavras-chave:** Duração do Trabalho. Turnos Ininterruptos de Revezamento. Negociação Coletiva.

### **ABSTRACT**

Limitation of working hours is considered one of the most important teleological fundamentals of the Labor Law. In fact, the first constitutional rules that have risen, like evidence of a welfare state era, was just that ones that limited workday. But the Brazil's 1988 Constitution, besides of individual worker's guaranties, also has privileged collective bargaining autonomy, as a possibility of accommodation between two federative principles: free enterprises and social work values. This essay intends to examine how the Brazilian legal system works this conflict, in particular situation of the collective bargaining which aims to expand workday in continuous shiftwork in rotation.

**Key-words:** Duration of Work. Continuous Shiftwork in Rotation. Collective Bargaining.





## INTRODUÇÃO

Este ensaio é parte de um estudo jurídico mais amplo, que tem como objetivo examinar de que maneira a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lidam com a questão da duração do trabalho. Trata-se, no particular, de analisar de que forma a jurisprudência trabalhista e as normas administrativas que balizam a ação do órgão ministerial, no âmbito dos sistemas de Relações de Trabalho e Inspeção do Trabalho, resolvem o problema da delimitação da autonomia negocial coletiva, quando da hipótese de mitigação da jornada reduzida (seis horas), garantida pela Constituição Federal a todos aqueles que laboram em turnos ininterruptos de revezamento.

Pretende-se demonstrar, no trajeto da pesquisa, que a realização do princípio de proteção, no que tange à duração da jornada de trabalho, caracteriza-se por contradições que, no limite, chegam mesmo a desconstruir certos enunciados consagrados pela nossa hermenêutica constitucional, notadamente os que associam determinadas formas de organização trabalho como inerentemente prejudiciais aos trabalhadores.

Pode-se antecipar, de relance, que as promessas de democratização das relações de trabalho, pela via da ação coletiva, e de realização dos direitos sociais trabalhistas, como condição de emancipação do cidadão-trabalhador, friccionam-se de tal modo que, por vezes, beiram o antagonismo. Como consequência, nosso sistema jurídico-trabalhista, através do aparato judicante e fiscalizador, mostra-se enredado nas contradições de uma política de Estado ocupada em acomodar a proteção ao trabalhador, com a promoção (a todo custo) de oportunidades de emprego, e com o aumento de renda à custa da fungibilidade de certas garantias constitucionais.

### 1. OS FUNDAMENTOS MEDIATO E IMEDIATO DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR, NO TOCANTE À DURAÇÃO DO TRABALHO

Conquanto sejam raras, existem hipóteses em que o ordenamento jurídico brasileiro impede e/ou limita a ocorrência de prorrogação da jornada de trabalho. Podem-se citar, por exemplo, o caso do trabalho do menor (CLT, 413)<sup>1</sup>, e a situação dos cabineiros de elevador, cuja ocupação é regulada pela Lei 3.270/57. A despeito da controvérsia, o art. 60 da CLT poderia ser





arrolado como um episódio de limitação da prorrogação da jornada, quando o trabalho for executado sob condições insalubres. Tem-se também a indecifrável<sup>2</sup> proibição da prorrogação da jornada aos que laboram em regime de tempo parcial (CLT, 59, § 4º).

Apenas para relembrar, o projeto de lei que, originalmente, dispunha sobre o “banco de horas” (Lei 9.601/98), condicionava a realização de jornada suplementar à previsão em acordos ou convenções coletivas<sup>3</sup>. Registre-se, ainda, a sonora crítica formulada por alguns juristas, dentre eles Márcio Túlio Viana e Wantuil Abdala, no que tange à “pré-contratação” de horas extras, terminologia empregada pela Súmula 199, do TST, para designar a cláusula contratual que “banaliza” a realização de jornada extraordinária, transformando-a em obrigação contratual<sup>4</sup>. Por fim, ainda há aqueles que, capitaneados pela posição original de José Serson (1995), entendem não ser possível a realização de extra jornada (mediante acordo de prorrogação), quando preexistente um acordo de compensação de horários (§2º, art. 59, CLT).

Os registros anteriores servem, tão-só, para demonstrar que em se tratando de prorrogação da jornada<sup>5</sup> há objeções legais, doutrinárias e jurisprudenciais que a circunscrevem, impondo-lhe condições de existência (nulidade do acordo de prorrogação da jornada, sem prejuízo da aplicação integral da teoria especial das nulidades trabalhistas), e de validade (excesso ilegal de horas extraordinárias, que configuraria apenas a infração administrativa, sem comprometer o acordo de prorrogação da jornada).

A estrutura regulatória do Capítulo II da CLT – Da Duração do Trabalho – parece sugerir que o vetor que determina o sentido da proteção celetista é, de fato, o dimensionamento da jornada. No entanto, isso parece correto apenas no que tange à prorrogação “ajustada” da

<sup>1</sup> Ainda assim, trata-se de uma vedação apenas parcial, uma vez que a prorrogação pode se dar em situações de força maior (CLT, 413, II).

<sup>2</sup> Considero “indecifrável” em razão da omissão normativa acerca dos desdobramentos jurídicos da extrapolação da jornada sobre o contrato a tempo parcial.

<sup>3</sup> Conforme o Projeto EM nº 16/MTb:

Adita-se, ainda, derradeiro artigo que modifica o caput e o § 2º do art. 59 da CLT, de modo a se inibir a realização do horário extraordinário, devolvendo-lhe o caráter realmente excepcional e vinculando sua prestação à prévia negociação, bem como a permitir a compensação anual da jornada de trabalho. (OBINO FILHO, 1998, p. 31-32).

<sup>4</sup> Conferir em Viana (1997), p. 108-126 in BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá**. São Paulo: LTr, 1997.

<sup>5</sup> Situo, aqui, a feliz distinção proposta por Süsskind (2005), ao distinguir a prorrogação da jornada da compensação de horários, algo que, mesmo hoje, juristas importantes, como Martins (2013) e Saad (2011) não dão tanta importância. Num entendimento que me parece mais cuidadoso, Delgado (2007) menciona a distinção que a CLT fazia entre “horas extraordinárias” e “horas suplementares”, sendo esta um gênero no qual se inseriam a prorrogação da jornada e a compensação de horários.



jornada<sup>6</sup>. Numa análise mais aguçada, acredita-se que a base teleológica da maioria das objeções ao excesso de jornada não se situe *prima facie* no aspecto “limitação da duração do trabalho”, mas no aspecto “excepcionalidade”.<sup>7</sup> Decorreria, isto, de um contributo da herança constitucional, que se mantinha incólume desde 1934, segundo a qual a prorrogação da jornada de trabalho para além daquela considerada “normal”<sup>8</sup>, deveria ser um evento “não-ordinário”.

A certeza de que o binômio excepcionalidade-ordinariedade representa, de fato, a base argumentativa das posições restritivas acerca da prorrogação da jornada de trabalho se reforça, curiosamente, pela invisibilidade constitucional que sempre circundou o instituto da compensação de horários. Pode-se objetar invocando a desnecessidade de que tal instituto figurasse nos textos constitucionais que se sucederam a partir de 1943, ano do advento da CLT, e que as Constituições anteriores remetiam, em geral, a alguma norma infraconstitucional<sup>9</sup>. Pode ser. Mas o fato é que sendo a primeira vez que uma Ordem Constitucional (CF/88) fez referência expressa à compensação de horários, fê-lo como hipótese de ampliação da jornada, despojada, por sua vez, da ideia de “limite” para a duração diária do trabalho<sup>10</sup>, pondo em suspensão, inclusive, os dispositivos celetistas (art. 59, §2º *in fine*) que regulavam expressamente a duração da jornada de trabalho ampliada em razão de acordo de compensação de horários. A mitigação do texto consolidado, no que tange ao condicionamento temporal da compensação de horários, se confirma em vista da posição dominante, tanto no âmbito da Inspeção do Trabalho, quanto no âmbito jurisdicional, acerca da validade dos sistemas de jornadas do tipo 12 x 36 e 24 x 72, visto que são, como se sabe, autênticas modalidades compensatórias.

Partindo do princípio de que a compensação de horários não pressupõe o pagamento ou devolução das horas trabalhadas, além do limite constitucional de oito horas diárias, na forma

<sup>6</sup> Denomino “prorrogação ajustada” aquela decorrente de um acordo de prorrogação (CLT, art. 59, *caput*). As horas extraordinárias “excepcionais” seriam aquelas realizadas nas hipóteses de necessidade imperiosa (CLT, art. 61).

<sup>7</sup> Ao tratar do acordo de prorrogação da jornada, Serson (1995) defendia que este deveria ser celebrado casuisticamente, o que equivale a dizer que para cada episódio de extrapolação da jornada normal deveria haver um acordo de prorrogação, que poderia, eventualmente, ser formalizado posteriormente à realização das horas extraordinárias.

<sup>8</sup> Aqui o conceito de normalidade adquire um duplo aspecto: legal (inclusive o convencional) e contratual.

<sup>9</sup> É interessante constatar que somente a Constituição Federal de 1934 empregava a expressão “prorrogar”. A Constituição de 1937 empregava o verbo “aumentar”, enquanto que as de 1946 (inclusive) em diante (à exceção, é claro, da CF/88) não faziam referência a quaisquer dos institutos: prorrogação ou compensação; tratavam apenas de considerar excepcionalmente o rompimento do limite constitucional para a duração do trabalho diário como algo que a lei ordinária deveria regulamentar.

<sup>10</sup> Há, na doutrina, algumas posições salientes que reconhecem limitações ao instituto da compensação de horários, como a de Abud (2008).



de descansos ampliados<sup>11</sup>, tem-se de admitir, obrigatoriamente, que a concessão de descansos compensatórios é apenas a (principal) condição de validade do acordo, cujo objeto cinge-se ao deslocamento da fronteira da “normalidade” da jornada de trabalho, hipótese bem delineada no inciso XIII do art. 7º da CF/88. A tese da ilimitação *a priori* da jornada compensável advém da própria omissão constitucional, daí se afirmar que a restrição prevista na CLT diz respeito apenas à compensação de horários como resultado de um ajuste individual, no âmbito do contrato de trabalho, e não ao ajuste coletivo, por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, aos quais faz menção expressa a citada passagem constitucional.

## 2. A SÚMULA Nº 423, DO TST E A (IN)EXISTÊNCIA DE UM LIMITE (DA DURAÇÃO DO TRABALHO) “INERENTE” AO SISTEMA DE TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

Uma das questões mais tumultuosas, no âmbito jurisprudencial, diz respeito à definição do fenômeno jurídico, que subjaz da flexibilização do dispositivo constitucional que reduz a jornada em regime de turnos ininterruptos de revezamento. A base da controvérsia situa-se na constatação de que a CF/88 não dispõe de qualquer outra possibilidade de mitigação da jornada “normal”, fora das hipóteses de prorrogação da jornada e compensação de horários. Ainda ecoa, no meio doutrinário, alguma resistência à tese de que a limitação constitucional daquela jornada especial possa ser simplesmente afastada, mediante negociação coletiva<sup>12</sup>. No entanto, é precisamente desta maneira que o TST compreende o fenômeno, a julgar pela redação da Súmula nº 423:

**TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VA-LIDADE. (Conversão da Orientação Jurisprudencial nº 169 da SBDI-1) Res. 139/2006 – DJ 10, 11 e 13.10.2006.**

Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não tem direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

<sup>11</sup> Tal impossibilidade é crassa, sendo mesmo a base para a teoria especial das nulidades no Direito do Trabalho, como bem menciona Gomes (2002, p. 114): “trabalho feito é salário ganho”.

<sup>12</sup> Como lembra SAAD (2011, p. 161), era forte a tese de que a mitigação da limitação da jornada laborada em turnos ininterruptos de revezamento, ainda que negociada coletivamente, só seria válida caso fossem concedidas “contrapartidas benéficas” aos trabalhadores. O emprego desta tese era particularmente recorrente no âmbito de atuação do Ministério Público do Trabalho, em seu mister de controle da legalidade das cláusulas dos instrumentos normativos



De plano, vê-se que o TST desconsidera que o intervalo compreendido entre a sexta e a oitava hora trabalhada sob o regime de turno ininterrupto de revezamento configure prorrogação. Um segundo olhar, e ainda mais atento, nos leva à conclusão de que, tampouco, tal elastecimento da jornada reduzida esteja condicionado à compensação futura. Diga-se isto porque, neste caso, essa limitação deveria vir expressa, uma vez que da omissão a tal respeito não se poderia deduzir justamente a exceção à regra do pagamento das horas extraordinárias (CF/88, art. 7º, inc. XVI). Ora, se a regra geral, que é a remuneração da extrajornada, é afastada, com muito mais razão será também a excepcional regra da compensação. Além disso, ainda que se aventure pela tese do não pagamento da sétima e oitava horas como extras, enquanto consequência da “automática” compensação de horários, a mencionada Súmula sucumbiria diante de manifesta ilegalidade, visto que a autorização legal para a compensação permite que a jornada de trabalho se estenda até a décima hora (CLT, 59, § 2º *in fine*), não se limitando à oitava, como prevê o enunciado jurisprudencial<sup>13</sup>.

Não se tratando de prorrogação, nem de compensação, só resta reconhecer que o elastecimento da jornada reduzida daqueles que laboram em regime de turnos ininterruptos de revezamento configuraria, tão-só, o afastamento puro e simples da regra constitucional, sendo o pacto coletivo, cuja validade também é de índole constitucional, a única condição formal para que tal mitigação ocorra. A expressão “[...] limitada a oito horas [...]” remete ao limite constitucional para a jornada “normal” (art. 7º, inc. XIII). Neste caso, o instrumento normativo negociado coletivamente seria a chave que desativa a exceção e (re)ativa a regra, bastando que se respeitem os demais dispositivos constitucionais que circunscrevem a hipótese da mitigação da jornada reduzida<sup>14</sup>. Em sendo assim, a mesma negociação coletiva que “ordinariza” a jornada trabalhada em turnos ininterruptos de revezamento poderá conjugar um sistema de

<sup>13</sup> É importante ressaltar que mesmo durante a primeira metade da década passada, observaram-se algumas decisões em que se reconhecia a possibilidade de elastecimento da jornada de trabalho, em sede de turno ininterrupto de revezamento, desde que o módulo semanal de 36 horas não fosse comprometido (*e.g.* TST-E-RR-435/2000-003-15-00.0). Trata-se, de fato, de um posicionamento plenamente sustentável, mormente sob o pressuposto de que a compensação de horários é a única hipótese de ampliação de jornada de trabalho expressamente prevista na CF/88. Portanto, entre optar pela mitigação, pura e simples, da proteção constitucional, preferiu-se dar à parte final do inciso XIV o mesmo sentido do inciso anterior. O problema com esta interpretação é que o inciso XIII associa expressamente a redução/ampliação da jornada à compensação de horários, o mesmo não ocorrendo com o inciso XIV. De todo modo, a Súmula nº 423 aparentemente sepultou o entendimento acerca da fixidez do módulo semanal de 36 horas, para os que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento.

<sup>14</sup> São exemplos os incisos III e VI, do art. 8º da CF/88, que tratam da legitimidade dos sindicatos para representar as respectivas categorias, inclusive no âmbito das negociações coletivas, e o art. 7º, inc. VI, que trata da irredutibilidade salarial.



compensação que, respeitando os limites e condições impostas pela CF/88, poderia resultar numa jornada superior a oito horas.

Portanto, do texto da Súmula nº 423 do TST não é possível extrair qualquer limite “inerente” ao turno ininterrupto de revezamento. Não se trata se um implausível elemento de integração do texto constitucional, em razão da omissão do inciso XIV do art. 7º, mas de uma remissão, pura e simples, ao limite do inciso anterior, que normaliza todas as jornadas laboradas no país, ressalvada, no plano contratual, a hipótese de compensação de horários, que pelo visto até aqui não conhece limites, salvo os da própria Constituição, nomeadamente aquele que dispõe, no mesmo inciso XIII do art. 7º, sobre as 44 horas semanais<sup>15</sup>.

A Súmula nº 423 almeja, de fato, impor um entendimento jurisprudencial dominante, que ponha fim à controvérsia acerca do instituto jurídico que dá suporte ao elastecimento da jornada reduzida, excepcionado pelo próprio texto constitucional. Mas em se tratando de matéria constitucional, o entendimento da Corte Superior do Trabalho deve ser encarado sempre com ponderação. Disso, aliás, chama a atenção Oliveira (2010), em sua crítica incisiva ao texto do citado enunciado, que por ter ido muito além de sumular a Orientação Jurisprudencial nº 169, da SDI-1, do TST, teria produzido uma interpretação do inciso XIV do art. 7º da CF/88 totalmente destituída de razoabilidade.

Mas ao largo da crítica à redação da Súmula nº 423, do TST, o fato é que parte da jurisprudência, e segmentos do Ministério Público do Trabalho e da Inspeção do Trabalho, a tomam como algo que realmente não é: um óbice à implantação de turnos ininterruptos superiores a oito horas. Ao contrário, o *leading case* que deflagrou a aprovação da citada súmula, por apertada maioria, continha as seguintes indagações:

Portanto, as questões que se põem à presente controvérsia são: a) por que a opção do legislador constituinte originário de ressalvar, por norma coletiva, jornada de trabalho distinta das seis horas diárias, para os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento? b) por que permitir a fixação de jornada além de seis horas diárias por norma coletiva, se ainda persistirá ao empregador a obrigação de pagar horas extras? (TST-R-RR-576.619/1999-9, acórdão da SDI-1).

Segundo Oliveira (2010), teria pesado em favor da redação da Súmula nº 423, do TST a análise da *mens legislatoris*, “com suporte nos argumentos do Deputado Luiz Roberto Ponte,

<sup>15</sup> É importante frisar que o limite de 44 horas semanais está vinculado à jornada normal de oito horas (seria o caso, na verdade, de 7:20 h.) havida como o *quantum* máximo de horas de trabalho por dia. Acima disso, há de haver pagamento das horas extras ou compensação de horários. Logo, o limite semanal deverá se adequar às hipóteses de jornada reduzida. É o caso da jornada de seis horas, cujo limite semanal será de 36 horas.



que cogitara à época do trabalho ininterrupto em três turnos de oito horas, em vez de quatro de seis.” (OLIVEIRA, 2010, p.779).

A multimencionada súmula não é uma aliada dos que defendem a limitação da jornada de trabalho, seja a que título for, quando realizada sob a égide da alternância de turnos. Ela, ao revés, milita em favor da tese de que a negociação coletiva pode, com o beneplácito constitucional, mitigar o garantismo trabalhista nesse particular. O pacto normativo que pretenda estender a jornada laborada em turno ininterrupto de revezamento atua de forma incondicionada, até o limite da ordinariedade (oito horas diárias) segundo o entendimento do TST. Não há pagamento de horas extras, nem compensação de horários, tampouco se exigem contrapartidas em benefício dos trabalhadores. Na prática, porém, dificilmente se verá uma negociação de jornada ampliada em sede de turno ininterrupto, sem que o sindicato laboral imponha algum tipo de retorno financeiro para os trabalhadores<sup>16</sup>.

É importante atentar, por outro lado, que a possibilidade de acordo de compensação de horários, diferentemente da prorrogação da jornada, não excepciona quaisquer tipos específicos de trabalhador, ou de regime de trabalho. A única restrição à compensação de horários, no âmbito da legislação infraconstitucional, é quanto ao limite da jornada ampliada, e mesmo assim, como já se viu, apenas quanto aos acordos de compensação negociados individualmente.

Isto significa que é perfeitamente plausível, mesmo através de ajuste individual, conciliar o turno ininterrupto de revezamento com jornada reduzida e o acordo de compensação de horários. A ressalva que se faz é que a jornada “normal”, na ausência de qualquer acordo que a amplie, será mesmo a de seis horas, conforme prevê a Constituição Federal, e que, por uma relação de proporcionalidade, o módulo semanal não deverá ser superior a 36 horas (*cf.* nota nº 25). Em se tratando de ajuste individual, tem-se que o limite da jornada ampliada em sede de compensação de horários é de dez horas, que é justamente o limite imposto pela CLT. Portanto, tão-só através de ajustamentos diretos entre empregado e empregador, desde que observada a regra geral de validade das alterações contratuais (CLT, 468), já seria possível ampliar a jornada laborada por meio de turnos ininterruptos de revezamento, desde que mediante compensação das horas que se sucedem à sexta hora, até o limite de dez horas.

<sup>16</sup> Um bom exemplo era o “acordo de turno” negociado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), no qual eram previstos dos tipos de benefício financeiro: o adicional de turno e o abono de turno.





Ora, se é verdadeiro para o acordo individual de compensação de horários, com mais segurança, ainda, se pode afirmar a ampliação da jornada para além das oito horas, e mesmo para além das dez diárias, desde que negociado (o acordo de compensação) coletivamente<sup>17</sup>.

### 3. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A PREJUDICIALIDADE *A PRIORI* DO TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

155

Imagino que não haja dúvidas acerca da possibilidade de se negociar, individual ou coletivamente, um acordo de compensação de horários que seja aplicável a uma jornada laborada em turno ininterrupto de revezamento. Mas haveria algum óbice jurídico em se admitir que o mesmo acordo possa “normalizar” a jornada reduzida (isto é, produzir os efeitos mencionados na Súmula nº 423, do TST) e, simultaneamente, regular um sistema compensatório com jornada superior a dez horas?<sup>18</sup>

Decerto que não!

Obviamente, tratar-se-iam de dois objetos diversos e autônomos. O primeiro – “normalizar” a jornada reduzida – implicaria em afastar o tratamento diferenciado garantido pela Constituição, a todo aquele que trabalha em regime de turno ininterrupto de revezamento. O segundo – regulamentar um acordo de compensação de horários – visaria a fixar uma jornada de, por exemplo, doze horas, cuja porção compensável seria contabilizada a partir da oitava hora de trabalho. Dois objetos distintos, autônomos e independentes, de fato, mas que uma vez reunidos num mesmo pacto coletivo interagem e se complementam, na medida em que constituem dois aspectos imbricados de uma mesma alteração contratual. Com relação à primeira alteração: a “normalização” da jornada de trabalho, nada é exigido, salvo o próprio pacto coletivo, segundo interpretação do TST. Para a segunda, o instrumento normativo seria necessário tão-só para dar suporte à extrapolação do limite celetista para a compensação (jornada de dez horas). Não fosse o caso, o acordo ou a convenção coletiva seria perfeitamente dispensável. A partir daí, bastaria que a empresa elaborasse uma escala de revezamento dos turnos, sempre observando a limitação constitucional de 44 horas atribuído ao módulo semanal.

<sup>17</sup> Convém recordar a aceitação majoritária na doutrina e na jurisprudência, bem como no âmbito da Inspeção do Trabalho (cf. Precedente Administrativo nº 81 e Parecer CONJUR/MTE nº 199/2007), dos turnos de trabalho realizados mediante escalas do tipo 12 x 36 e 24 x 72.

<sup>18</sup> Que é o limite celetista. A questão se volta, principalmente, para as jornadas mais comumente vistas, que são as de doze horas.





Este, sim, é um limite que não se sujeita a alterações *in pejus* do trabalhador<sup>19</sup>, mesmo em se tratando de negociação coletiva.

Dito isto, não há na lei, nem na Constituição, qualquer impedimento objetivo à contratação coletiva de turnos ininterruptos de revezamento, para além do limite celetista de dez horas diárias. Mas faria sentido, de fato, se reivindicar uma posição de vantagem à tese da limitação inerente aos turnos ininterruptos de revezamento, no âmbito de uma ponderação de princípios constitucionais, nomeadamente o reconhecimento do turno ininterrupto de revezamento como uma condição de trabalho mais sacrificante<sup>20</sup>, que deve, portanto, se sobrepor ao princípio da autonomia da vontade coletiva das categorias profissionais. É o caso de indagar acerca de qual o sistema de forças pretende exortar o inciso XIV do art. 7º da CF/88. Seria a autonomia negocial coletiva, ou o reconhecimento objetivo de uma condição de trabalho deletéria para o obreiro?

Considerando que todo sistema jurídico deve ser dotado de racionalidade, e que diante de um problema de interpretação constitucional, como de qualquer espécie normativa, antes de se pensar numa ruptura, deve-se considerar aquela (interpretação) que melhor atenda à pretensão de tornar o ordenamento jurídico a “melhor obra de arte” possível<sup>21</sup>, como um romance em série, convém buscar noutras expressões político-jurídicas sinais de que tal tese – a da limitação da duração do trabalho no âmbito dos turnos ininterruptos de revezamento – deve prevalecer sobre as que se lhe opõem.

Se é assim, começamos “mal”, pois a já citada Súmula nº 423 do TST considera que a mitigação do dispositivo constitucional que limita a jornada laborada em turno ininterrupto de revezamento não possui qualquer condicionamento substantivo, mas apenas formal: o contrato

<sup>19</sup> As alterações que podem ser atribuídas *in melius* dizem respeito à relação de proporcionalidade com o dimensionamento da jornada normal, quando inferiores a oito horas. Em verdade, a única concessão que se admite, por entendimento jurisprudencial, é que o limite semanal máximo de 44 horas possa ser atendido em termos de média mensal. É precisamente o que ocorre com as escalas do tipo 12 x 36, em que se alternam semanas com 48 e 36 horas de trabalho. Ainda a esse respeito, conferir nota nº 22.

<sup>20</sup> Trata-se de uma tese nutrida há muito pela doutrina juslaborista brasileira. A rigor, o prejuízo não seria apenas no que tange ao aspecto psicofísico, mas também social. Uma interessante acepção do que o direito poderia chamar de prejuízo social imposto ao trabalhador é o que, atualmente, denomina-se “dano existencial”. O fundamento sociológico desse conceito pode ser extraído do trabalho de Ricardo Antunes (Os Sentidos do Trabalho), segundo o qual o constrangimento (do capital) transcende o *homo laborans*, avançando para a vida-fora-do-trabalho, e impedindo a constituição de uma “subjetividade autêntica” na pessoa-que-vive-do-trabalho. Para Ricardo Antunes, o ser trabalhador teria se tornado um sujeito-objeto, na medida em que os constrangimentos oriundos da relação capital *versus* trabalho, e sua influência na vida fora do trabalho, teria lhe determinado uma personalidade “escravizada” pelos fetichismos do capitalismo.

<sup>21</sup> Aqui a referência é a Dworkin (2001) e à sua “hipótese estética”.



coletivo de trabalho. Tampouco considera que a ampliação da jornada configura prorrogação, o que limitaria imediatamente a duração do trabalho nos termos em que o faz a CLT.

Invocar o *télos* protetivo constitucional, fundado no pressuposto de que a jornada de trabalho humanamente digna não deve exceder de dez horas diárias, e mesmo assim na hipótese de compensação de horários, também não parece resistir à mais superficial reflexão. De início, porque a própria CLT cria uma “exceção” – a necessidade imperiosa (CLT, 61) – que se mostra como tal apenas no que tange à administração das ocorrências, por supostamente atribuir à Inspeção do Trabalho a autoridade para decidir sobre a sua excepcionalidade, mas que sob o ponto de vista da empresa trata-se, verdadeiramente, de privilegiar o interesse econômico sobre quaisquer outros, na medida em que os serviços inadiáveis e o prejuízo manifesto se aglutinam para justificar uma jornada de até doze horas, ou, no caso de força maior, quantas forem necessárias, sem qualquer acordo de prorrogação preexistente.

Outra evidência de que as dez horas para o trabalho diário não configura o limite da dignidade humana, no que tange à duração do trabalho, parece residir na majoritária aceitação, entre os operadores do direito, dos modelos de compensação de horários que se baseiam na execução de jornadas excêntricas (12 x 36 e 24 x 72 horas, por exemplo), desde que negociadas coletivamente. Convém não olvidar, ainda, que a própria lei estabelece jornadas “normais” acima das oito horas para algumas categorias <sup>22</sup>, cujo conteúdo só escapa da inconstitucionalidade crassa se atribuirmos às escalas de trabalho fixadas normativamente o efeito de um sistema de compensação de horários *ex lege*.

Porém, o ataque mais certo à tese de que o trabalho em regime de turno ininterrupto de revezamento é prejudicial (*a priori*) ao trabalhador vem, de fato, do próprio Estado-Fiscal, na forma da Portaria nº 412/2007, do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo a norma, assinada pelo então Ministro Carlos Lupi, a conversão do turno ininterrupto de revezamento em turnos fixos só poderia ser feita através de acordo ou convenção coletiva. No entanto, o minimalismo textual da citada portaria é tal, que exige do intérprete um incomum esforço hermenêutico, considerando que se trata de um tipo normativo voltado à regulação de ato administrativo.

De plano, a utilização do turno ininterrupto de revezamento, dentro dos moldes constitucionais, pode ser operada como um modelo empresarial de organização e divisão do trabalho, não dependendo de qualquer autorização estatal. Trata-se, ao mesmo tempo, de um



direito e uma prerrogativa *self-executing*. No primeiro caso, em favor do trabalhador, a jornada reduzida de seis horas; no segundo, em prol do empregador, a decisão de organizar o ritmo de funcionamento da empresa através de turnos de trabalho ininterrupto e revezáveis.

Desde que nos exatos moldes ordinários da CF/88, a decisão pela utilização do turno ininterrupto de revezamento pertence ao escopo do *jus variandi* do empregador, e em se tratando de uma condição de trabalho originária, isto é, contemporânea à constituição do contrato de trabalho, sequer estaria sujeita ao consenso previsto no art. 468, CLT, como um princípio ou singularidade que protege os contratos de trabalho de alterações patronais arbitrárias, e que prejudiquem o trabalhador.

Ainda que os turnos fixos sejam transformados em turnos ininterruptos de revezamento, ou vice-versa, esta transição, desde que contemplada a jornada reduzida, também não estaria sujeita a qualquer deliberação estatal ou categorial, embora, diversamente do caso anterior, esteja condicionada ao mútuo consentimento, previsto no art. 468, CLT.

Se esta análise, até aqui, faz sentido, conclui-se forçosamente que, a despeito da omissão da Portaria MTE nº 412/2007, o turno ininterrupto de revezamento protegido da “arbitrariedade” patronal não é outro, senão aquele negociado coletivamente. Ora, se o uso ordinário desse sistema de trabalho não depende de negociação coletiva, só se pode presumir que o turno a que se refere a portaria é, justamente, aquele que mitiga a jornada reduzida, através de acordo ou convenção coletiva. Neste caso, a dicção da norma determina a aplicação de uma “regra geral” do direito coletivo do trabalho, pressupondo que as alterações das condições de trabalho, reguladas por intermédio de normas coletivas, só podem, por este meio, ser alteradas.

Esta é, em verdade, a circunstância mirada pela Portaria MTE nº 412/2007. Considerando o recorte geográfico da Região Sul-Fluminense do Rio de Janeiro, tomam-se, como exemplo, as negociações coletivas voltadas aos “acordos de turno”, levadas a cabo, sobretudo, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que se tornaram mais difíceis a partir da transição na presidência da entidade, em 2006, ao que se juntou, mais adiante, a crise econômica mundial, cujos efeitos espoucaram no final de 2008. Um dos casos mais

<sup>22</sup> É o caso do Bombeiro Civil (Lei 11.901/2009). Ver também a Portaria nº 260, de 21/02/2014, do Ministério da Saúde.



emblemáticos foi, justamente, a negociação com a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), notadamente o impasse em relação ao adicional de turno e ao abono de turno<sup>23</sup>.

Registrou-se, linhas atrás, que a despeito da permissividade da Súmula nº 423, do TST, o fato é que os turnos ininterruptos de revezamento com jornadas expandidas não saem “de graça”. Em geral, os sindicatos laborais negociam contrapartidas econômicas em favor dos trabalhadores. Os impasses não surgem, nesse caso, do debate acerca da implantação do turno ininterrupto de revezamento, com jornada superior a seis horas, mas do conflito em torno da dimensão dessas contrapartidas econômicas.

Foi o caso da CSN, como de diversas outras empresas Brasil afora, sendo certo que a percepção geral das categorias laborais foi pelo endurecimento das empresas em ampliar as vantagens econômicas em troca do turno. Ademais do fantasma da demissão em massa (que, de fato, chegou a ocorrer na CSN), fazendo com que a garantia de emprego pudesse ser apreciada como um bom elemento de convencimento para a manutenção dos turnos ampliados de revezamento, uma estratégia patronal recorrente era a “ameaça” de fixar os turnos. Isto é, estancar com o revezamento dos turnos de oito horas, tornando-os fixos.

O Ministério do Trabalho assimilou a percepção dos grupos de pressão laboral, endossando a tese da conduta antissindical, daí a publicação da Portaria nº 412/2007, como forma de retirar da mesa de negociação o trunfo patronal da fixação dos turnos de trabalho, forçando as empresas a centrarem seus esforços na negociação das contrapartidas econômicas, ou a manterem os turnos ininterruptos de revezamento, mas com jornada reduzida. Considerando que a redução da jornada não implicaria, necessariamente, na redução proporcional do salário, para o quê se exigiria uma ginástica jurídico-administrativa que, certamente, não ultrapassaria a condição de liceidade, prevista no art. 468, CLT, a manutenção do turno ininterrupto de revezamento nos moldes constitucionais ordinários corresponderia, na prática, a um incremento nominal de 25% sobre os salários.

A portaria do MTE atua diretamente na autonomia negocial patronal. Trata-se, em suma, de proibir que os trabalhadores migrem de um turno ininterrupto de revezamento de oito horas, para um turno fixo também de oito horas. As opções que sobram, que não dispensam a manutenção do turno ininterrupto de revezamento, são duas: ou o turno é mantido com concessão de contrapartidas econômicas, ou o turno é mantido com jornada reduzida (sem

<sup>23</sup> Informações colhidas junto à Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Volta Redonda, a partir das atas de Mesas Redondas realizadas no âmbito do Setor de Relações de Trabalho.



acordo, portanto), e sem redução salarial. Em ambos os casos o ganho patrimonial do trabalhador é apreciável.

Mas a tal regra geral do Direito Coletivo de Trabalho na qual se apoia a Portaria nº 412/2007 do MTE (que regras contratuais firmadas por instrumento normativo só podem ser derogadas ou alteradas também por norma coletiva) parte de um pressuposto complicado e perigoso: que as normas coletivas só existem para proporcionar condições mais favoráveis aos trabalhadores.

Sem entrar no mérito das teorias que propõem soluções para as antinomias entre normas autônomas, bem como dos seus controles de legalidade e/ou constitucionalidade<sup>24</sup>, o fato é que a própria Constituição admite a possibilidade expressa de redução salarial através de negociação coletiva. Sendo assim, ainda que tal possibilidade não represente uma espécie de “porteira aberta” para a flexibilização dos direitos trabalhistas (ALVES, 2010), parece óbvio o recado dado pelo legislador constituinte, de que em se emparelhando os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa no mesmo patamar de importância, como princípios estruturantes do estado (social) brasileiro, os acordos e convenções coletivas passam a ter um papel importantíssimo no equilíbrio de interesses entre capital e trabalho, de modo que o conceito de “favorecimento ao trabalhador” estaria muito longe de ser delimitado, senão de forma tênue e fugaz, quando não circunstancial e contingencialmente.

A questão do turno ininterrupto de revezamento com jornada ampliada é um bom exemplo. Se é verdade que o legislador constituinte, ao reduzir a jornada normal daquele que trabalha em regime de turno ininterrupto, o fez por reconhecer que tal condição é deletéria ao trabalhador, como se poderia admitir, então, que a jornada ampliada nesse contexto, negociada coletivamente por determinação constitucional, representa uma vantagem ao trabalhador?

Nesse sentido, partindo do pressuposto que o trabalho em turno ininterrupto de revezamento, mormente laborado com jornada ampliada, representa uma condição menos favorável ao trabalhador do que a fixação do turno, como se poderia impedir, por mera portaria, que a melhoria da condição de trabalho não possa advir da iniciativa isolada da empresa?

É bom lembrar que, no âmbito do Direito Individual do Trabalho, a inalterabilidade contratual como singularidade dos contratos de trabalho (CLT, 468) opera em favor do

<sup>24</sup> São, pelo menos, cinco teorias mais comuns. A teoria da acumulação, tomista ou atomista; a teoria do conglobamento; a teoria do conglobamento mitigado; a teoria da especificidade e a teoria da adequação setorial negociada. De todas estas, apenas a primeira adota o princípio da norma mais favorável como fundamento aproximadamente absoluto.



trabalhador. Portanto, as melhorias promovidas no contrato de trabalho se incorporam ao patrimônio jurídico do trabalhador, ainda que advenham do hábito ou do silêncio do empregador, conquanto sejam alterações contratuais, pois vão ao encontro do princípio geral da condição (de trabalho) mais benéfica. Logo, do conflito entre a norma e a condição mais favorável, implantada, ainda que tacitamente, pelo patrão, será esta a ser preservada, em detrimento da norma.

Optou o MTE justamente pelo raciocínio oposto. A condição menos benéfica do turno ininterrupto de revezamento deve ser mantida, ainda que a empresa tenha a iniciativa de cessar com as alternâncias dos horários dos turnos, que é a condição deletéria *a priori*, em torno da qual se construiu, ao longo dos anos noventa, toda a jurisprudência a respeito do assunto. Essa alternativa do órgão ministerial do trabalho poderia ser comparada à hipótese de se impedir, por portaria, que um trabalhador fosse removido de um local de trabalho insalubre ou perigoso, visto que isso o faria perder o respectivo adicional. Ou de se impedir que a empresa obste o trabalhador de praticar horas suplementares, visto que isso reduziria seu salário, com a perda do adicional pelo serviço extraordinário.

Em verdade, no jogo de ponderações de valores, o MTE preferiu preservar as contrapartidas econômicas que em geral estão presentes em todo acordo de turno. Desse modo, ainda que sob pena de manter o trabalhador laborando em turnos ininterruptos de revezamento, partindo do pressuposto de que o acordo de turno, pelas contrapartidas, promove uma condição salarial mais vantajosa para o trabalhador, optou-se politicamente por esta, como o direito a ser preservado do exercício do *jus variandi* do empregador. Portanto, o que a Portaria MTE nº 412/2007 externou foi a opção do Estado em preservar a manutenção dos benefícios financeiros, em detrimento da melhoria das condições de trabalho.

No entanto, ainda que tomada como um pressuposto político-jurídico, a vantagem atribuída ao pacto coletivo que fixa turnos ininterruptos de revezamento de oito horas, por representar uma condição de trabalho mais benéfica *a priori* é falaciosa, pois se sustenta na tese de que para todo acordo de turno existente, haverá também contrapartidas financeiras para os trabalhadores. O que o MTE deixou de atentar é que, à exceção dos atos estatais de efeitos concretos (MORAES, 2005), mesmo as portarias que regulam a Inspeção do Trabalho, como é o caso da MTE nº 412/2007, têm caráter abstrato. Dito isto, a regra estatal se aplicaria a toda e qualquer situação em que haja turno ininterrupto de revezamento de oito horas, negociado coletivamente, sendo certo que os pactos daí oriundos não se condicionam, como já se disse, a





qualquer concessão de vantagens. Desta forma, o pressuposto adotado pelo MTE tem que levar em conta a rara (mas possível) hipótese de haver acordo de turno sem qualquer concessão de benefícios financeiros aos trabalhadores. Em sendo assim, órfã do contrapeso das “melhorias” salariais, o que resta à tese estatal é reconhecer-se como a evidência cabal de que o próprio Estado-Fiscal brasileiro desconsidera a condição prejudicial como um dado *a priori*, que aproveitaria a todos quantos trabalham em regime de turnos ininterruptos de revezamento, mesmo com jornada reduzida.

Diante de todos os argumentos até aqui suscitados, é forçoso concluir que o sistema político-jurídico brasileiro, que opera na particular seara da duração do trabalho, ao problematizar a situação dos que trabalham em regime de turno ininterrupto de revezamento, abstrai de qualquer pressuposto associado à prejudicialidade que lhe seja um traço distintivo, e que reflita numa limitação necessária da jornada de trabalho laborada sob tal condição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, desde sua previsão constitucional em 1988, é matéria preta de controvérsias. Boa parte delas jaz pacificada atualmente, não sem grande ofício da jurisprudência trabalhista, intensamente provocada durante a década de noventa. Com a virada do século, outras questões vieram, sendo a mais saliente a que trata da possibilidade de haver jornadas longas, de doze horas, por exemplo, trabalhadas em turnos ininterruptos de revezamento.

A grande novidade da jurisprudência a esse respeito é, de fato, a Súmula nº 423 do TST. Desde o seu advento, alguns juristas, dentre os quais destaco Francisco Antônio de Oliveira, identificaram na pacificação jurisprudencial um retrocesso, no que tange à sempre nutrida tese de que o turno ininterrupto de revezamento representa, *a priori*, uma condição prejudicial ao trabalhador, daí o distinto tratamento dado pelo legislador constituinte.

Em verdade, o que súmula fez foi dar por encerrado um longo debate acerca da natureza do elastecimento negociado da jornada (reduzida) do inciso XIV do art. 7º, da CF/88. Ao excluir expressamente a hipótese da prorrogação da jornada, o fez também com relação à compensação de horários, que como já se argumentou, será sempre hipótese supletiva à prorrogação, pois em caso de dúvida, ou omissão, há de se presumir que as horas suplementares devem ser pagas, e não compensadas com redução da jornada noutros dias.





Excluindo-se do fenômeno jurídico da ampliação da jornada trabalhada em turnos ininterruptos de revezamento as hipóteses de prorrogação e compensação, resta apenas admitir que tal ampliação negociada da jornada configura uma mudança substantiva da condição de trabalho do obreiro, algo que só é possível quando se exclui o enunciado da prejudicialidade *a priori*.

Nesse sentido, o que chamamos de alteração substantiva da condição de trabalho nada mais é do que o afastamento, puro e simples, da regra de proteção constitucional, numa clara demonstração de que tal regra poderia ser mitigada em favor da autonomia negocial coletiva.

O que se estranha, por outro lado, é a saliente resistência da própria jurisprudência, e de alguns segmentos do Ministério Público do Trabalho e do MTE, em admitir a possibilidade de se negociar coletivamente jornadas em turnos ininterruptos de revezamento superiores a oito horas, quando tal elastecimento decorra de um acordo de compensação de horários. Não há como conciliar esse entendimento restritivo em meio à racionalidade construída nesse particular nicho do nosso sistema jurídico. Por outro lado, as normas administrativas editadas pelo MTE parecem revelar uma opção política pela fungibilidade entre certas garantias constitucionais e o incremento de renda, ao lado de um esforço em promover o crescimento do emprego a todo custo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Cláudia José. **Jornada de Trabalho e a Compensação de Horários**. São Paulo: Atlas, 2008.

ALVES, Amauri. Neoliberalismo, “Flexibilização a Sangue-Frio” e Perspectivas do Direito do Trabalho no Brasil. **Revista LTr Legislação do trabalho**, São Paulo, vol. 74, n. 10, p. 1.245-1.255, out. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. COSTA, Armando Casimiro; FERRARI, Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues (Org.). 41ª Ed. São Paulo: LTr, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo: LTr, 2007.  
DWORKIN, Ronald. **Uma Questão de Princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson; PINTO, José A. R. (Atual.). **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GUNTHER, Luiz Eduardo. Questões Sobre os Turnos Ininterruptos de Revezamento. *In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*. Curitiba, v. 10, Jan-Dez/1995, p. 99-110.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 17ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de Direito Operário**. 3ª Ed. Fac Similada. São Paulo: LTr, 1986.

OBINO FILHO, Flávio. **Manual do Contrato por Prazo Determinado e Banco de Horas**. Porto Alegre: Senac Edições, 1998, 208p.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. **Comentários às Súmulas do TST**. São Paulo: RT, 2010.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3ª Ed. São Paulo: LTr, 2002.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad C. **CLT Comentada 2013**. São Paulo: LTr, 2013.

SERSON, José. **Curso de Rotinas Trabalhistas**. 36ª Ed. Atual. São Paulo: RT, 1995.

SÜSSEKIND, Arnaldo *et Al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. 22ª ed. Atualizada por Arnaldo Süssekind e João de Lima Teixeira Filho. Vol. I. São Paulo: LTr, 2005, 2v.

VIANA, Márcio Túlio. Adicionais de Horas Extras. *In: BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá*. São Paulo: LTr, 1997, p. 108-126.



## **O PÓS-FORDISMO E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SINPRO-RIO – SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO**

CARDOSO, Luís Antônio

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*  
*lacardosobr@gmail.com*

PEREIRA, Wagner Gil Jansen

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*  
*jansenjansen@bol.com.br*

165

### **RESUMO**

Este trabalho pretende discutir a precarização do trabalho docente nas instituições de educação básica do Município do Rio de Janeiro, a partir do novo período do capitalismo caracterizado como pós-fordismo. Tomamos como referência o processo de mercantilização da educação, buscando identificar e problematizar os principais aspectos da precarização do trabalho docente: (a) o crescimento da força de trabalho docente ocorrido, no setor privado em que as condições de trabalho e de contrato existentes geralmente são precárias; (b) a mercantilização das atividades de ensino. Diante de tal processo houve a fragilização do Sinpro-Rio. Em consequência da reestruturação da categoria e a classe mais heterogênea e complexa, também pela chamada tendência neocorporativa, os sindicatos estariam menos aparelhados para defender os trabalhadores. Cinco pontos são vistos como problemáticos para o Sinpro-Rio no contexto atual: primeiro, uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das negociações coletivas mais abrangentes para um plano micro; segundo, uma forte corrente no sentido de desregular e flexibilizar direitos; terceiro, um esgotamento do modelo sindical vigente; quarto, uma tendência crescente para maior institucionalização dos sindicatos, ou melhor, maior burocratização, e por fim um culto exacerbado ao individualismo.

**Palavras-chave:** Pós-Fordismo, Trabalho, Precarização

### **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the precarity of the teaching labor in the educational institutions of the municipality of Rio de Janeiro and Region, from the new period of capitalism entitled Post-Fordism. We consider the process of commodification of education, trying to identify and discuss the main aspects of precarity process of the teaching work: a) growth of the labor force occurred in the private sector, in which the working conditions and contract conditions are always precarious; b) commodification of the teaching activities. In face of these conditions the union Sinpro-Rio has been weakened. As a result of the restructuring of the category, and the heterogeneous and complex character of the working class, and also by the new corporatist tendency, unions would be less prepared to defend the workers. Five points are seen as problematic for Sinpro-Rio actually: 1) a growing tendency of individualization of the labor relations, shifting the axis of collective bargaining to a micro plan; 2) a strong tendency for deregulating and flexible working rights; 3) exhaustion of the current union model; 4) a growing tendency towards greater institutionalization of unions and bureaucratization; and 5) an exaggerated cult of individualism.

**Key-words:** Post-Fordism, Labor, Precarity



## INTRODUÇÃO

Este trabalho, o qual é fruto de uma pesquisa ainda em andamento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense, pretende discutir a precarização do trabalho docente nas instituições de educação básica do Município do Rio de Janeiro, a partir do novo período do capitalismo caracterizado como pós-fordismo.

Tomamos como referência o fenômeno recente das transformações da base produtiva e econômica sobre a educação de nível médio e fundamental, buscando identificar e problematizar os principais aspectos da precarização do trabalho docente: (a) o crescimento da força de trabalho docente ocorrido, no setor privado em que as condições de trabalho e de contrato existentes geralmente são precárias; (b) a mercantilização das atividades de ensino.

Diante de tal processo houve a fragilização do SINPRO-RIO. Em consequência da reestruturação da categoria e a classe mais heterogênea e complexa, também pela chamada tendência neocorporativa, os sindicatos estariam menos aparelhados para defender os trabalhadores.

De modo a dar cabo dessa análise, este trabalho está organizado em três seções. Na primeira, intitulada “A Reforma do Estado e da Educação Brasileira no Final do Século XX: O Marco das Transformações e dos Paradoxos do Neoliberalismo” fazemos uma análise das transformações impostas pelo pós-fordismo e pela ideologia neoliberal na Educação brasileira, evidenciando as reformas advindas com a nova legislação da educação. Na segunda parte, denominada “O Reflexo do Pós-Fordismo na Educação: Um Novo Padrão de Trabalho Flexível e Precário” descrevemos as consequências do pós-fordismo na constituição de um novo sujeito trabalhador na educação, relacionando seus traços e suas características. E, por fim, na terceira e última parte, “O Caso do SINPRO/RIO: Crise e Precarização”, faz-se uma análise do caso do SINPRO/RIO, objeto desse trabalho.



## **A REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX: O MARCO DAS TRANSFORMAÇÕES E DOS PARADOXOS DO NEOLIBERALISMO**

O advento do processo de reestruturação da economia e da base produtiva, conhecido como globalização ou pós-fordismo, dentre outras nomenclaturas, tem desencadeado a nível global todo um conjunto de transformações e reflexos sobre a educação, e em específico sobre o trabalho docente.

No Brasil, o ajuste a esse conjunto de transformações, desde a década de 90, se fez acompanhar da discussão e da implantação de medidas de ajuste que causaram grande impacto na estrutura econômica, social e política.

Desde o Governo Collor, passando por Itamar Franco e Fernando Henrique, o Brasil efetivou uma forte adesão ao modelo neoliberal, introduzindo uma intensa reconfiguração do Estado como um todo, bem como as Instituições e relações a ele atreladas. Dentre essas, tiveram destaque a adesão do país ao receituário do Consenso de Washington, a submissão à Nova Divisão Internacional do Trabalho, sob os moldes das agências multilaterais e do FMI – Fundo Monetário Internacional, bem como o atrelamento ao sistema financeiro internacional.

Sob essa nova receita, o Brasil empreendeu uma vigorosa reforma do Estado sob esse padrão pós-fordista, visando diretamente à aplicação de um conjunto de receitas ou regras rigorosas, destacando-se as medidas de ajuste fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização de empresas estatais, desregulamentação da legislação econômica e do trabalho, bem como o direito à propriedade intelectual, como forma de ajuste a esse novo padrão internacional para os países emergentes.

Todavia, a aplicação desse conjunto de reformas teve grandes implicações em amplos setores da sociedade. A diminuição do Estado proposta pelo receituário neoliberal, e levado a cabo ao longo da década de 90, pelos processos de privatização, desregulamentação, abertura comercial, dentre outros similares, teve como consequência a internacionalização vertiginosa da economia e a perda dos centros decisórios e políticos, bem como também um vigoroso processo de desregulamentação dos direitos sociais em detrimento à busca da competitividade no mercado internacional.



Esse conjunto de mudanças possibilitou aos organismos internacionais, tal como o Banco Mundial, dentre outros não menos importantes, bem como o Estado Brasileiro, a difundir a ideologia, as receitas e as práticas neoliberais, sobre a educação brasileira, legitimando seu discurso reformador mediante a crise e a obsolescência do sistema educacional. Difundi-se um discurso, ampliando o pressuposto da incapacidade da educação brasileira em não atender à demanda crescente, não preparar adequadamente o educando para o mercado de trabalho, e de investir em um sistema público oneroso e com baixa produtividade. Diante disso, a solução encontrada deu-se com o desmonte do sistema anterior e a elaboração de uma nova legislação educacional, a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também chamada pelo nome de seu preceptor, Lei Darcy Ribeiro.

De fato, a educação brasileira, em um amplo sentido, regeu-se tardiamente pelo instrumento legislativo, o qual pode prever os fundamentos, as estruturas e a normatização do sistema educacional brasileiro. Iniciado pelo processo de democratização liberal desenvolvido no fim do Estado Novo na década de 30, firmado na década de 60, e consolidado na Constituição de 1988, esse processo outorgou à União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, delegando ao poder público, esta tarefa.

Assim, não foram poucos os esforços e, diversas, foram as tentativas mediadas e implantadas para se colocar em prática um sistema capaz de regular, através do Estado a educação brasileira.

Ao longo de todos esses anos, desde o surgimento da primeira LDB, em 1961, diversas foram as emendas propostas que alteraram o texto regulamentar e legislativo da lei 4.024/61, bem como das subseqüentes, marcando o progresso das diretrizes e bases nacionais da educação. Por conseguinte, alguns projetos de lei foram propostos à Assembleia Constituinte na tentativa de aperfeiçoar a LDB.

Deste modo, foram realizadas discussões sobre as necessidades da educação entre professores e demais profissionais da área, tanto do âmbito público quanto privado, norteando assim as adaptações dos textos denominados de “projetos substitutivos”.

Na tentativa de organizar o ensino ao novo quadro político (golpe militar de 1964), como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, ajusta-se a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo militar a necessidade de editar por completo a lei em questão. Atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo, ajustou-se a LDB de





61, sancionando a lei de 5.540/68, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo por isso, chamada de lei da reforma universitária.

Para atender as demandas do ensino primário e médio foi necessária uma nova reforma, instituída pela lei 5.692/71, que alterou a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus. Desta forma, as disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, relativas ao primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o deputado Octávio Elísio apresentou na Câmara Federal um projeto fixando as diretrizes e bases nacionais frente à nova realidade da educação e da sociedade brasileira, seguindo os parâmetros da nova Carta Magna. O projeto em pauta propusera uma ampliação dos recursos para educação pública. Para a elaboração do texto final da proposta, definiu-se em uma discussão na Câmara Federal o deputado Jorge Hage como relator do projeto.

Com emendas e projetos anexados à proposta original, iniciou-se as negociações formando a defesa pela escola pública em um modelo democrático, prevendo uma maior abrangência ao sistema público de educação, à regulamentação da educação infantil e avanços curriculares ao ensino médio.

Até que o substitutivo de Jorge Hage fosse aprovado, cerca de 40 entidades e instituições foram ouvidas em audiências públicas e foram promovidos debates e seminários temáticos com especialistas convidados para discutir os pontos polêmicos da reforma educacional, referente ao substitutivo que o relator vinha construindo. Diversos setores da iniciativa privada do setor educacional opunham-se a alguns dos pontos da proposta e tinham o apoio de alguns parlamentares que faziam frente às aprovações.

Esses debates e negociações deram origem a duas novas versões do texto do deputado Elísio, sendo a última votada na Comissão Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, e com aprovação final na sessão de 13 de maio de 1993. Tal projeto, ao dar entrada no Senado, foi identificado como PLC (Projeto de Lei da Câmara) nº 101 de 1993 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional, tendo sido designado relator na Comissão de Educação o Senador Cid Sabóia (PMDB/CE).

Uma vez aprovado no Senado o projeto retornou a Câmara dos Deputados na forma do substitutivo Darcy Ribeiro e o deputado José Jorge foi designado relator. O Governo Federal exigiu a aprovação até o final do ano de 1996, assim, em sessão realizada em 17 de dezembro de





1996, foi aprovado na Câmara o relatório contendo o texto final da LDB, posteriormente sancionada pela Presidência da República no dia 20, sob o nº 9.394/96.

Instituída a Lei, surgiu a necessidade de adequação da educação aos novos parâmetros legislativos, de forma a estabelecer um modelo educacional condizente com a realidade do país.

Nascia assim a Lei 9394/96, a Nova LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, ou a LDB – Lei Darcy Ribeiro.

De um modo geral, a nova Lei procurou reestruturar a educação nacional construindo um ajuste de forma a acompanhar a movimentação internacional do paradigma econômico dominante, bem como promover uma sintonia fina da educação brasileira com seu tempo e sua ordem, muito embora tal empreitada não fosse isenta de críticas, quanto, também, circunscrita de elogios.

A crítica mais pertinente, com um caráter mais contundente, seria a de que a nova LDB, constitui-se como o cumprimento de um programa mais amplo, de caráter neoconservador, o qual se institui como o marco de uma guinada da educação no Brasil, na década de 90, nos moldes da ideologia e do receituário neoliberal, e seus contornos e implantação começam a se dar de forma mais sistemática e incisiva no Governo Collor e de Fernando Henrique Cardoso.

No curso desse processo, e com relação ao ensino superior, uma das críticas repousa sobre a quebra do sistema universitário, anteriormente construído e regido por intermédio da figura do Estado, para a inserção de um novo modelo caracterizado por uma diversificação institucional privada, sem precedentes. No escopo desse modelo, cogitou-se a realização de um reordenamento legal de modo a dar suporte à reforma do sistema universitário, bem como a tentativa de transformar as universidades públicas em organizações sociais, as quais seriam regidas por um contrato de gestão e por uma lógica empresarial, com parte advinda do financiamento público e outra através do setor privado, adquirida mediante contribuições ou venda de serviços ao mercado.

O primeiro conjunto de iniciativas dessa natureza ou, em outras palavras, a primeira geração das reformas, foi deslançado ainda no Governo FHC, nos anos 90, a qual foi efetivada mediante um processo massivo de privatizações e de mercantilização da educação superior através da expansão do ensino superior no setor privado, e pela indução das instituições públicas de ensino superior à captação de recursos no mercado e incorporação da lógica de gestão empresarial.



O segundo conjunto dessa reforma, ou a segunda geração, foi levado a cabo pelo Governo Lula, a qual, não conseguindo reverter o cenário da educação superior da gestão precedente, aprofundou seus efeitos nefastos. Não obstante, a expansão do setor privado, nesse governo, continuou de forma ascendente, todavia, agora, impulsionada com a transferência de recursos públicos para o referido setor por meio do Programa PROUNI – Universidade para Todos, o qual visou garantir isenção fiscal aos empresários do ensino superior; e, o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, mediante empréstimo financeiro aos alunos para pagamento do curso superior privado.

Uma das consequências possíveis dessa mercantilização desenfreada do ensino superior, bem como da diversificação institucional apresentada como meta no PNE – Plano Nacional de Educação (2001-2010) tornou-se uma realidade preocupante, visto essas práticas terem concretamente significado uma depredação do sistema, com predomínio absoluto de instituições privadas de ensino superior, bem como uma quebra do sistema universitário estruturado em torno da articulação ensino-pesquisa-extensão.

Com relação ao ensino médio, bem como no de nível fundamental, a tendência dos impactos causados, não foi diferente, variando apenas na natureza e na intensidade.

A educação nesses níveis, que já sofriam com a atuação de grupos privados, com o advento da Nova LDB, agora se intensifica, e os efeitos socialmente negativos se aprofundam. Se a educação, antes vista como um direito social a ser promovido pelo Estado, nesta nova fase, passou a ser entendida como um serviço não-exclusivo do mesmo, que não necessariamente deveria ser executado, e/ou, prestado por ele, mas regulado, facilitado, promovido ou parcialmente financiado. O Estado, desde então, deixou de ser executor e passou a ser coordenador desse serviço (COUTINHO, 2003).

Nesse contexto, outros atores entram em cena, inaugurando, destarte, uma nova fase de disputas no campo da educação. A introdução de mecanismos típicos de mercado na educação, seja através da inclusão de estratégia de estímulo à competição entre escolas, seja por meio de controle externo – via processos de avaliação -, ou ainda pela simples transferência de serviços para o setor privado inaugura essa tendência. Emerge, assim, a ideia de educação como mercadoria, que pode ser negociada ou comercializada livremente. Contudo, tal processo diferencia-se da privatização total, visto que, na maioria das vezes, mantém-se o financiamento público, ou estatal. Trata-se de uma nova dimensão da relação público x privado na área educacional (BUENO & DOURADO, 2001).



Outro aspecto que se denota nesse processo da educação nos níveis fundamental e médio com relação à mercantilização da educação diz respeito ao conceito de quase-mercado educacional. Esse fenômeno surge com o desdobramento do processo de reforma e de descentralização da educação, e insere-se na ideia de que é preciso vencer a ineficiência do Estado no que tange à gestão do ensino (aí incluído o financiamento das políticas) a partir da supervalorização da eficácia privada, a qual abre um campo fértil para o surgimento de novos modelos empresariais provedores de serviços educacionais com fins lucrativos (for profit) orientados pelo mercado, as universidades corporativas, escolas e universidades virtuais, os consórcios de instituições públicas e empresas privadas, as escolas autogestionadas e a franchising educacional (CAMARGO, 2003).

Com esse processo uma verdadeira revolução mercadológica se constrói e o efeito mais visível é percebido sobre a consecução das propostas curriculares, derrubando os cânones tradicionais da educação. O surgimento de pacotes didáticos previamente desenhados por empresas especializadas conferindo ao ensino uma grife de decantada excelência e eficiência educacional torna-se uma prática corriqueira, a partir da utilização de kits curriculares, tornando a educação como um pacote pronto e racionalizado.

Muito embora o conceito de privatização do ensino não seja explicitado nas práticas que envolvem a aquisição de modelos curriculares pelos sistemas de ensino, tal modelo aproxima-se daquilo que vem sendo definido como políticas de mercantilização da educação, ou de quase-mercado educacional (LE GRAND, 1996; AFONSO, 1998; SANTOMÉ, 2001; WHITTY e POWER, 2003; SOUZA e PORTELA de OLIVEIRA, 2003).

Não obstante a incidência de consequências negativas, a Nova LDB também trouxe consigo mudanças construtivas.

Um ponto positivo da Lei 9394/96, que revela seu caráter paradoxal perante as críticas contundentes, refere-se ao fato que o instrumento legal não impossibilitou adaptações de melhoria para a educação nacional, sendo a mais completa legislação em favor da educação já redigida. Tal característica proporcionou à educação, importantes avanços, como a criação do FUNDEF (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e a instituição de alguns programas do Governo Federal visando à promoção do acesso ao ensino superior, como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e PROUNI (Programa Universidade Para Todos).



Não obstante, LDB 9.394/96 não cessou os debates em torno da educação. Novas emendas e programas foram alvo de impasses no legislativo e entre os representantes dos profissionais da educação. Novamente os interesses do público e do privado foram colocados em contestação, a exemplo do programa de concessão de bolsas para cursos de graduação em instituições particulares (PROUNI), discutindo-se qual seria a melhor aplicação dos recursos do programa: incrementar a educação superior pública ou incentivar o setor privado.

Com o decorrer do tempo, os paradoxos desse novo sistema se mostraram evidentes e, percebeu-se, que a nova Lei criou relações imbricadas e tensas através da instituição de um sistema misto de interesses públicos e privados, criando todo um sistema caracterizado por ranços e incontestáveis avanços (DEMO, 2002).

Dentre esses possíveis ranços, destacam-se a dificuldade da proposta em lidar com questões e problemas relacionados como a baixa remuneração, a capacitação e a precarização, cada vez mais crescente, do pessoal docente (CASTRO, 2003).

É justamente esse paradoxo, configurando um sistema de dois pesos e duas medidas, que doravante iremos melhor analisá-lo.

## **O REFLEXO DO PÓS-FORDISMO NA EDUCAÇÃO: UM NOVO PADRÃO DE TRABALHO FLEXÍVEL E PRECÁRIO**

As transformações advindas com o pós-fordismo, bem como a sua lógica da *lean production*, configuraram uma nova concepção sobre o trabalho, deixando seus traços mais evidentes nos novos regimes de trabalho, nas novas formas de gestão do trabalho, nas novas formas de contratação (terceirização, subcontratação, etc.), deixando muitos trabalhadores relegados aos efeitos perversos dessa nova ordem produtiva (CARDOSO, 2006; 2011).

A necessidade do sistema de trabalhadores com maior nível de instrução, plenamente qualificados, e fartos de competências frente a um novo mercado de trabalho altamente dinâmico, exigiu um novo perfil de trabalhador: cada vez mais amplo, generalista, flexível, produtivo, competente, inclinado para atender as necessidades do capital e ao novo paradigma produtivo (CARDOSO, 2006; 2011).

Em suma, o pós-fordismo aprofundou o trabalho como uma mercadoria, extremamente necessária às necessidades do capital e ao sistema produtor de valor, seja ele de natureza produtiva e/ou financeira.



Na nova ordem produtiva pós-fordista, a concepção sobre o trabalho docente não se deu de forma diferente e, este, vem sentido os impactos das mudanças ocorridas com a nova lógica pós-fordista, a saber, a implantação do Estado mínimo, a reestruturação produtiva e financeira, a lógica de gestão e produção enxuta, flexível, e a exigência de um novo perfil de docente: competente flexível e polivalente.

O trabalho docente, não obstante, insere-se na totalidade do trabalho no capitalismo, como sempre se deu outrora, tal como uma mercadoria, permeado por suas contradições, e marcado pela dupla face dessa atividade.

A partir das mudanças de cunho social e econômico que ocorreram no Brasil, especificamente na década de 90, com o advento da Nova LDB, o Estado assume um novo papel de mediador entre as classes. A ideologia neoliberal, que se faz acompanhar no pós-fordismo, surge para respaldar os interesses capitalistas, deteriorando ainda mais os trabalhadores e formando condições propícias para a expansão do capital.

A dinâmica em que o sistema do capital está inserido se afirma agora em reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias a um valor mínimo que irá, conseqüentemente, maximizar o lucro, transformando parte da população trabalhadora em força de trabalho crescentemente supérflua (MÉSZÁROS, 2002).

Nessa lógica, o professor é um trabalhador como os demais, submetido à lógica geral de funcionamento do mercado, enquanto tal realiza uma atividade específica. O que irá diferenciar o professor de outro trabalhador não é apenas o produto final, mas sim todo o processo de trabalho e também o local onde o exerce.

Os problemas relacionados com a precarização, banalização e marginalidade do trabalho docente não são práticas recentes, podendo ser classificados como constantes e crescentes que terão conseqüências diretas no resultado final do trabalho destes. É notável que a partir dos anos 70, do Século XX, a banalização do sistema público de ensino teve efeitos diretos no funcionamento destas instituições (PAIVA et al., 1998).

O trabalho docente passa, entre outras coisas, por duas problemáticas na atualidade: a primeira delas são as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho, que são provenientes de avanços tecnológicos e também pelos processos mais gerais do pós-fordismo. A segunda diz respeito às mudanças que ocorrem no campo educacional que requerem dos sistemas de ensino uma grande agilidade de adaptação para assim atender ao mercado que se encontra cada vez flexível (MANCEBO; EWALD; PRESTRELO; UZIEL; 2007).



Com a adoção dessa nova lógica produtiva, ocorrem consequências diretas no campo da docência, pois esse sistema cobra um alto rendimento de seus profissionais, sem dar o subsídio básico para que um trabalho com qualidade seja realizado, precarizando então o trabalho do professor. A pressão que ocorre por essa organização do capital, afeta praticamente todas as áreas de trabalho, mais em poucos campos essa ameaça é tão direta como o campo educacional, pois em geral, o aumento da produtividade resulta em resultados menos expressivos quando pensamos em qualidade de ensino (MANCEBO 2007).

As reformas na educação que ocorreram no País na última década fizeram com que o sistema educacional sofresse mudanças para atender as novas necessidades sociais no quadro da reestruturação produtiva (MARONEZE, 2011).

Essas alterações geram consequências diretas para o professor, destacando-se: a precarização do trabalho; a flexibilização das tarefas; e a aceleração do tempo de trabalho, ou seja, uma mudança de ordem intensiva (aceleração na produção em um mesmo intervalo de tempo) e extensiva (aumento das horas de trabalho) (MANCEBO, 2007).

Podemos citar, também, como problemas que levam a precarização do professor: o empobrecimento dos professores de educação básica; o assalariamento associado à precarização profissional; a perda do controle sobre o seu trabalho; a transformação da categoria num trabalhador coletivo, negando-se suas peculiaridades de trabalhador individual; e a caracterização do professor como produtor de mais valia (COSTA, 2009).

Ainda, pode-se destacar que nesse difícil contexto do pós-fordismo, o trabalho docente se dá em um quadro de excesso e precarização do trabalho, perda de autonomia intelectual, adoecimento (estresse, *burnout*, depressão), invasão do tempo da vida privada dos docentes, baixos salários, jornada de trabalho ampliada, evasão do magistério, subsunção do trabalho intelectual à lógica da produtividade com sistema de avaliação de desempenho utilizado como critério de premiação e/ou punição, e contratos de trabalho temporários (OLIVEIRA; AUGUSTO, 2008; LANDINI, 2008).

De um modo geral, o que leva a precarização do professor tem sua origem na sociedade capitalista que cada vez mais visa apenas o lucro e não a qualidade de ensino, aumentando significativamente a carga horária destes profissionais e diminuindo cada vez mais a sua remuneração. É importante ressaltar que o professor é a base de toda uma sociedade bem estruturada, pois, são esses profissionais que irão formar outros profissionais (médicos, engenheiros, nutricionistas, educadores e etc.), então se esse alicerce não estiver bem





estruturado intrinsecamente e extrinsecamente tem-se poucas chances de profissionais bem qualificados em um mercado de trabalho que cobra tanto rendimento com tão pouco subsídio para o mesmo.

Colocadas essas questões, passaremos a analisar o caso do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO/RIO), o qual, em sua trajetória histórica de sindicato forte e combativo, dotado de uma categoria trabalhadora forte e unida, vem se desmantelando vertiginosamente, se constituindo, assim, como um alvo fácil dos efeitos dessa transformação pós-fordista, tornando-se, pois, um caso paradigmático.

### **O CASO DO SINPRO/RIO: CRISE E PRECARIZAÇÃO**

O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – SINPRO/RIO constitui-se nos termos da legislação trabalhista e sindical vigente, como a instituição mais antiga e responsável pela representação da categoria docente, nos três níveis de ensino (superior, médio e fundamental), na cidade/município do Rio de Janeiro e nas regiões periféricas, incluindo os municípios de Itaguaí, Paracambi e Seropédica.

Apesar da antiguidade, visto existir como sindicato atuante desde a década de 30 do Séc. XX, e da ampla base sindical, o SINPRO/RIO se construiu como um sindicato referente da rede privada de ensino, defendendo esta como um complemento da rede pública, na qual a educação é pública é vista como parte de um projeto estratégico de nação e, por outro lado, a educação privada é vista como garantidora da liberdade e da autonomia das classes médias e altas na opção de projetos específicos.

Não obstante, o SINPRO/RIO convive na mesma base sindical com dois outros sindicatos da educação, a saber, a UPPES – União dos Professores Públicos no Estado, que se ocupa da representação dos docentes do ensino médio da educação pública; e, o SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, que se ocupa da representação dos profissionais da educação básica do Estado, e capaz de receber quaisquer filiações de profissionais das redes municipais de educação da capital e do interior do Estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

Atualmente, o SINPRO/RIO encontra-se em plena atividade, e é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos





de Ensino (CONTEE), e à Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FETEERJ).

Do ponto de vista da perspectiva histórica, o Sindicato, representando os docentes nos níveis do ensino básico (fundamental e médio) e superior, sempre se mostrou como um sindicato combativo e aguerrido, obtendo grandes conquistas para a categoria docente em todos os seus níveis, e posicionando-se como um dos sindicatos mais importantes na cidade/município, comparado, ou equivalente, inclusive, ao poder de fortes sindicatos, tais como o da categoria de trabalhadores metalúrgicos, petroleiros e outros.

Mesmo com o intenso processo de precarização do ensino e da categoria docente observado, na década de 70, e aqui relacionado anteriormente, o SINPRO/RIO sempre se manteve como um sindicato vigoroso e atuante, atuando de forma proativa e firme na defesa dos interesses e dos direitos da classe trabalhadora docente.

Todavia, com o advento do pós-fordismo e a entrada da economia brasileira no modelo neoliberal, aliado com a introdução na nova legislação de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Nova LDB – Lei 9394/96, esse cenário de hegemonia e de conquistas para a classe trabalhadora mudaria radicalmente, para um novo cenário de crise e precarização tanto do sindicato quanto da categoria trabalhadora.

De fato, os efeitos advindos com a nova conjuntura e a introdução da Nova LDB – Lei 9394/96, não foram diferentes na realidade carioca e fluminense, diante do que já foi descrito até aqui. Considerando o foco no regional, a nova legislação da educação, de certo modo, configurou um quadro de crise acentuada, e com ela suas consequências inevitáveis.

Um dos efeitos mais notáveis desse quadro, diz respeito ao processo de mercantilização da educação. Na medida em que a nova legislação permitiu a introdução de um novo conceito de educação calcado na ideia de quase-mercado educacional, todo o tecido composto pelas escolas de ensino médio vira-se envolvido em um ambiente competitivo extremamente voraz, com repercussões devastadoras para a estrutura de ensino e de escolas até então existente. A maior dessas consequências, sem dúvida nenhuma, deu-se com o fechamento, fusões e incorporações de um grande número de escolas tradicionais na base do SINPRO/RIO, dentre as quais podemos destacar renomadas escolas e colégios, tais como, Santa Úrsula, Bennett, Gimk, Colégio Metropolitano, dentre outras não menos importantes. Destarte, só puderam sobreviver, nesse contexto, as escolas e colégios, mais competitivos e com ampla capacidade de contar com grandes investimentos e enfrentar de forma sistêmica esse novo cenário competitivo.



Não obstante, o fechamento dessa rede de escolas e colégios, decorrente dessa nova realidade competitiva, tão logo acarretaria toda uma série de problemas sobre o conjunto das relações de trabalho ora vigentes, ampliando de forma considerável os ranços anteriormente identificados, com a nova LDB, na educação brasileira.

Essa nova conjuntura competitiva ampliou consideravelmente a exploração sobre o trabalho, destruindo inúmeras conquistas obtidas pelo sindicato e pela categoria docente do Rio de Janeiro, ao longo de toda a história do SINPRO/RIO.

Dentre as práticas mais comuns observadas no SINPRO/RIO, destacam-se um aumento considerável de recursos ao judiciário trabalhista como forma de resolução dos abusos cometidos pelas escolas privadas. E, dentre as práticas mais comuns observadas nas reclamações no sindicato, podemos relacionar:

- Perda de autonomia do professor frente aos desafios e particularidades da prática pedagógica contemporânea;
- Contratação do professor sem a carteira assinada, recebendo salário mínimo nacional e não o piso salarial da categoria, fazendo o professor perceber uma remuneração inferior ao que é de direito;
- Prática de dupla jornada de trabalho do professor, com o docente trabalhando pela manhã e pela tarde na mesma escola, sendo que no segundo turno de trabalho, o professor passa a perceber um salário abaixo do piso da categoria é registrado em cargo e função diversa a de professor (por ex., recreadora, etc.);
- Contratação de professores diplomados, em outras funções, tais como, assistentes, recreadores, etc., embora exercendo a função de professor, como forma de pagar um salário inferior ao que deveria ser pago;
- Perda de direitos já assegurados, tais como a hora aula de 50 minutos, que antes era regulada pela Portaria 204 do MEC;
- Alta incidência de doenças ocupacionais, tais como adoecimento, síndromes do pânico e de burnout, decorrentes do aumento do ritmo de produção e de jornada de trabalho intensas, aliado com intensa pressão psicológica e práticas de assédio moral.

Cabe ressaltar, que a piora nas condições de trabalho do professor se constituiu como um traço marcante e evidente dessa nova fase do capitalismo, sendo observada, também, na base sindical do SINPRO/RIO, acompanhando esse fenômeno, uma piora considerável na questão salarial da categoria.

O 10º CONSINPRO - Congresso do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região, realizado em 2010, e que é uma reunião que acontece uma vez a cada gestão por convocação da Diretoria, e cujo objetivo é discutir as questões pertinentes à vida sindical quanto a temas gerais de interesse da sociedade brasileira e dos professores, apontou claramente



esse problema, mostrando que a prática de pisos salariais inferiores a dois dígitos tem obrigado o professorado a trabalhar em mais de uma escola e, dependendo do segmento, em até cinco ou seis escolas diferentes (SINPRO/RIO, 2010).

Tal condição, todavia, tem acarretado consequências nefastas para o SINPRO/RIO e para a vida do professor, observadas desde o esvaziamento do sindicato e a diminuição dos índices de filiação da categoria, bem como uma piora significativa nas condições de vida e de trabalho do professor desde incidências de adoecimento emocional até sequelas de natureza física, sendo constatados casos de afastamento no trabalho (caso dramático no setor privado!), bem como casos de dependência química às drogas lícitas ou ilícitas, e até mesmo a incidência de mortes decorrentes da ocupação profissional.

Com relação à saúde ocupacional da categoria docente, conforme sumariamente descrito, muitos problemas têm sido observados e, cada vez maiores, tem sido sua incidência.

Por ocasião do 10º CONSINPRO, muitos pontos relativos a esse problema foram aventados, denunciando tal situação por que passam os professores do Rio de Janeiro. Segundo observações de Wanderley Quêdo, atual presidente do SINPRO/RIO, o problema da saúde ocupacional dos professores é preocupante, e demonstrou que 45% dos professores sindicalizados apresentam problemas vocais, decorrentes na maioria das vezes, de origem emocional. Tal fato, explica o sindicalista, que tais problemas refletem o clima tenso e estressante que se estabeleceu na profissão docente. As novas responsabilidades atribuídas aos professores se devem à precarização dos serviços prestados pelo Estado, fazendo com que as instituições de ensino se tornem empresas, muitas das vezes não pagando um salário digno nem lhes dando o devido apoio e condições de trabalho (SINPRO/RIO, 2010).

Ainda, explicitou o 10º CONSINPRO, que o aumento do ritmo da produção e da jornada de trabalho, bem como o trabalho imposto aos docentes tem acarretado números casos de assédio moral (intencional ou não), que acabam por adoecer o professor, causando inclusive, síndromes de do pânico e de burnout. Com relação a essa última, denuncia o sindicato, que tais distúrbios já representam 50% das licenças médicas por problemas psicológicos.

Apesar do SINPRO/RIO estar atento ao problema, explica o sindicalista, que tais problemas tornam-se preocupantes na medida em que se constata índices crescentes de adoecimento de natureza psicológica e psíquica e, o sindicato, nada pode fazer de imediato, para reverter esse quadro, visto que os docentes desenvolvem uma postura de subserviência e a



ela se submetem, devido à própria necessidade de sobrevivência, não lhes restando quaisquer alternativas.

Apesar de haver uma preocupação com o crescente quadro de problemas e de também, de enfraquecimento da própria instituição representativa de classe, o SINPRO/RIO procura reagir, mas com certos limites. Essa combinação complexa entre o pós-fordismo e o neoliberalismo e o difícil ajuste promovido pela economia brasileira teve como resultado para o SINPRO/RIO um recuo nas lutas e nas conquistas para toda a categoria docente. Destarte, o sindicato viu-se diante de um novo contexto econômico, político, e social, diminuindo consideravelmente seu poder de mobilização, bem como passou a recorrer de forma bastante intensiva a seu departamento jurídico para a assessoria dos acordos coletivos da categoria.

Diante desse novo contexto neoliberal, o patronato carioca e fluminense da educação intensificou o processo de flexibilização das relações de trabalho, disputando com os sindicatos a suspensão das conquistas dos trabalhadores dos estabelecimentos particulares de ensino, o que significou uma tentativa de diminuir os acordos coletivos de trabalho, e um consequente travamento nas conquistas do sindicato (SINPRO, 2005).

Na visão dos dirigentes do SINPRO/RIO, o neoliberalismo, antes de tudo, significou um aumento de coerção aos trabalhadores, visto que o contexto de instabilidades que ora se assiste, desmobilizou a participação do trabalhador em prol da defesa e do resguardo ao seu próprio emprego (SINPRO, 2004).

Não obstante, essa queda de mobilização da categoria no sindicato deveu-se, também a uma mudança no comportamento do sindicato patronal. Se antes esse se mostrava como um sindicato de embate, de confronto, agora, essa tendência tende a se acentuar (SINPRO, 2004).

Do ponto de vista das repercussões desse novo paradigma pós-fordista e neoliberal para a categoria docente, o SINPRO/RIO se posiciona através de duas teses:

Na primeira tese, o sindicato dá destaque à consolidação do sistema que extrai a mais-valia do trabalhador, visto que nesta relação social, o trabalho docente assume a forma de trabalho produtivo para o empresário. E, diante desse quadro a formação acadêmica e intelectual é relegada a um segundo plano, juntamente com as atividades de lazer, assim como a precarização dos direitos trabalhistas (SINPRO/RIO, 2004).

Na segunda tese, o sindicato procura aprofundar a condição docente na rede privada. Assim, a tese vai partir do pressuposto que os professores são pressionados cada vez mais por essa conjuntura e vão sucumbindo diante das novas relações de trabalho e da nova realidade da



educação como mercadoria. A escola torna-se um grande centro comercial, onde o cliente sempre tem razão, e o balconista (professor) é punido, através da equipe pedagógica e, em muitos casos, pelas coordenações e direção dos estabelecimentos.

Diante dessas duas teses, o sindicato assume a existência de um quadro de precarização docente, que vem ocorrendo nos últimos anos, e que, na rede privada, esse estado de coisas, compromete mais ainda a autonomia docente. Constata-se que não ocorre uma perda da função intelectual do professor, uma vez que tal condição, por si só, compõe a unidade humana do docente, mas constata haver, todavia, uma perda de sua autonomia e de aumento do processo de subsunção ao capital, na direção de uma objetivação cada vez mais crescente.

Isto posto, a prática sindical do SINPRO/RIO procura atuar nessas duas frentes:

- Um primeiro conjunto de ações se dá com a tentativa de assegurar nos acordos coletivos de trabalho, que não haja flexibilização das relações trabalhistas, embora se constate que muitas empresas do ensino venham, constante e progressivamente, burlando e desrespeitando as leis;
- Um segundo conjunto de práticas, orienta o sindicato para atuar na formação continuada do professor oferecendo possibilidades de acesso a um meio cultural, ou de consumo cultural, do qual não mais dispões em razão do acentuado processo de precarização.

Mesmo considerando essas estratégias de ação, as campanhas de combate à precarização são singelas e bastante inibidas, revelando a fraqueza do sindicato em lidar com toda essa avalanche de problemas decorrentes dessa nova conjuntura.

Apesar de toda essa fragilidade observada, o SINPRO/RIO tem se esforçado em estabelecer propostas para a educação básica que estruturam as bandeiras de luta da categoria, dentre as quais se destacam os seguintes pontos (CONSINPRO, 2010):

- a) revisão dos parâmetros, referenciais e diretrizes curriculares nacionais, fundamentando-os em um projeto de formação humana que considere o aluno e trabalhadores da educação como sujeitos históricos capazes de assumir a direção política não somente de seu próprio processo de trabalho e formação como dos rumos da sociedade. Aprovação de um Calendário Escolar Unificado para o Estado do Rio de Janeiro, abrangendo a rede pública e o setor privado;
- b) garantia, através de negociação com os órgãos e entidades afins, da unificação das férias dos professores do estado do Rio de Janeiro na integralidade do mês de janeiro;
- c) recuperação dos pisos salariais da categoria, com a criação de uma proposta de recomposição diferenciada, com o objetivo de atingir 100% nos próximos três anos;



- d) intensificação da campanha de “Condições de Trabalho e Saúde do Professor”, com vistas à sensibilização da sociedade e conscientização da categoria para os problemas da categoria com a desnaturalização da violência nas escolas, a precarização do trabalho docente e a má qualidade de ensino;
- e) limitação do número de alunos em sala, com vistas ao acompanhamento individual e à personalização das relações pedagógicas, em concordância com aqueles expressos no documento final da CONAE;
- f) extinção de mecanismos de avaliação externos à unidade escolar, que tenham como objetivo medidas comparativas entre escolas ou entre alunos e como indicador de desempenho docente;
- g) defender na avaliação (de caráter diagnóstico e formativo) unicamente os aspectos pedagógicos e respeito ao ponto de partida do aluno e da turma, no contexto cultural, nas particularidades, nos erros inerentes ao desenvolvimento cognitivo;
- h) valorização da carreira do docente e da Educação Básica, assegurando regime de trabalho que inclua tempo remunerado para atividades de formação continuada, pesquisa, planejamento e avaliação;
- i) valorização da titulação formal para o exercício do magistério, recusando sua substituição por certificação de competências;

Muito embora, o SINPRO/RIO procure encarar essa nova realidade a partir dos problemas surgidos com essa nova era pós-fordista, o sindicato dá sinal de fraquezas, e demonstra que, diante de tudo, muito frágeis são suas estratégias e tentativas de solucionamento e de saída dessa dolorosa situação de crise na qual a categoria docente do ensino básico se viu envolvida.

Resta, portanto, saber, ou pelo menos aguardar para ver, se o sindicato conseguirá reunir forças para lutar, antes mesmo que a totalidade de sua categoria torne-se vítima dos males ocupacionais que vem destruindo essa classe trabalhadora no pós-fordismo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE DE OLIVEIRA, D. Educação e planejamento: a escola como núcleo de gestão. In: ANDRADE DE OLIVEIRA, D. (Org.). *A gestão democrática da educação. Desafios contemporâneos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- ARELARO, L. A municipalização do ensino no estado de São Paulo, antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. et al. (Org.). *Municipalização do ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.
- AZEVEDO, J. M. L. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. In: *Educação & Sociedade*, 23(80), 2012. p. 49-71





- BUENO, M.S.S. O Banco Mundial e modelos de gestão educativa para a América Latina. In: *Cadernos de Pesquisa*, 34 (122), 2004. p. 445-466.
- BUENO, M.S.S & DOURADO, L. F. O público e o privado em educação. In: WITTMAN, L.C. & GRACINDO, R.V. (Coords), *Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 77-91.
- CAMARGO, E.A.S.P. et al. Educação: de direito de cidadania a mercadoria. In: *Educação & Sociedade*, 24(84), 2003. p. 727-731.
- COUTINHO, K.D. Educação como mercadoria: o público e o privado no caso dos shopping centers. In: *Educação & Sociedade*, 24(84), 2003. p. 955-982.
- DALE, R. O Marketing do Mercado Educacional e a Polarização da Educação. In: GENTILI, P. (Org), *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- DEMO, Pedro. *A Nova LDB: Ranços e Avanços*. 13 ed. Campinas: SP, Papirus, 2002.
- LE GRAND, J. Los cuasi mercados y la política social. In: OROVAL, E. (Ed.). *Economía de la educación*. Barcelona: Ariel Educación, 1996.
- GENTILINI, J. A. *Crise e planejamento educacional na América Latina: tendências e perspectivas no contexto da descentralização*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação. (Tese de doutoramento), 1999.
- SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação: Trajetórias, Limites e Perspectivas*. 5 ed. Campinas: SP, Autores Associados, 1999.





## **CULTURA, AUTOCONSUMO E AGROECOLOGIA: RESGATANDO A IDENTIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

PINTO, Edmarilson Rodrigues

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento  
Comunitário/Unicentro  
mairmusic@hotmail.com*

XAVIER, Cesar Rey

*Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento  
Comunitário/Unicentro  
rexxavier@gmail.com*

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal

*Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento  
Comunitário/Unicentro  
gonzaga@unicentro.br*

184

### **RESUMO**

Por muito tempo o autoconsumo entre as famílias de agricultores foi revestido de um caráter atrasado ou antieconômico. Entendemos aqui o autoconsumo como a parcela da produção agropecuária realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da família. O objetivo deste trabalho foi resgatar através de uma reflexão teórica a importância da produção para o autoconsumo na vida dos agricultores familiares como uma estratégia de renda e afirmação sócio-cultural dos mesmos. A metodologia utilizada foi através de levantamento bibliográfico. O autoconsumo, prática intimamente ligada aos princípios da agroecologia, não se reduz apenas ao ato de consumir, pois materializa a integração social entre as famílias do campo, e não menos o resgate de conhecimentos tradicionais que traduzem a própria identidade dos agricultores em seu espaço ambiental, social e cultural.

**Palavras-chave:** Autoconsumo. Agroecologia. Identidade cultural.

### **ABSTRACT**

For a long time self-consumption among farm families was coated in a delayed or uneconomical character. We consider here the self-consumption as share of agricultural production in the establishment and intended for food consumption of the family members. The aim of this study was to recover through a theoretical consideration the importance of production for self-consumption in the lives of family farmers as a strategy of income and socio-cultural assertion thereof. The methodology used was through a literature review. The self-consumption, practice closely linked to the principles of agroecology, is not merely one act of consuming, but as embodied social integration among rural families, and not least the rescue of traditional knowledge which reflect the identity of farmers in their environmental, social and cultural space.

**Key-words:** Self-consumption. Agroecology. Cultural identity.



## INTRODUÇÃO

Propõe-se neste artigo uma discussão sobre a temática da produção para o autoconsumo, que se fundamenta no resgate da cultura camponesa em consumir produtos oriundos da propriedade, sendo esta, uma das práticas mais antigas que o homem realiza desde o surgimento da agricultura, que iniciou há mais de 10 mil anos.

A produção pra o autoconsumo, além de ser representada diretamente pela produção, quase que exclusivamente de alimentos, também fortalece outros aspectos da vida do agricultor, como o econômico, social, ambiental e cultural.

O ato de se consumir diretamente os produtos oriundos de sua propriedade, faz com que o agricultor automaticamente produza uma renda, que não aparece no cálculo da renda total no final do mês, pois a mesma, não é comercializada e convertida em dinheiro, ficando subsumida em relação aos produtos comercializados, gerando assim uma renda não monetária.

Sendo que esta renda não monetária contribui de forma significativa para a permanência das famílias no campo, pois proporciona uma base na sustentação econômicas das mesmas, principalmente nos períodos de oscilações e quedas dos preços da atividade monetária da propriedade.

Esta parcela da vida econômica das famílias, no caso da renda não monetária, ao logo do tempo vem se consolidando através da diversificação dos alimentos e principalmente sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos para se obter frutas, hortaliças, grãos, leite, mel e carne. Com uma baixa dependência de insumos advindos de fora propriedade para se consolidar esta produção e obtendo alimentos de altíssima qualidade e limpos de qualquer substância química sintética.

A esta produção podemos considerá-la como agroecológica, pois a agroecologia se norteia através de princípios como diversidade da produção, a baixa dependência de insumos externos e no resgate dos conhecimentos tradicionais das famílias, sendo este, um dos pontos de partida para se iniciar a produção agroecológica contemplando assim os vários aspectos que compões a sustentabilidade na agricultura.

O autoconsumo necessita de uma abordagem interdisciplinar, rompendo as barreiras da especialização do conhecimento, que “nos obriga a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado, a decompor e não recompor, e a eliminar tudo que cause contradição em nosso entendimento” (MORIN, 2001, p.13)



O aspecto social também é afirmado na medida em que o agricultor, historicamente no âmbito da produção pro autoconsumo, estabelece troca de produtos como sementes, mudas, pequenos animais com seus vizinhos, fortalecendo laços comunitários e se identificando enquanto comunidade. A produção social de sua vida está intrinsecamente ligada ao meio onde está inserido, criando um vínculo coletivo, e produzindo ideias e valores serão compartilhados com os demais.

Desta forma, a dimensão cultural também é resgatada, havendo uma reconecção do velho com o novo, ou seja, os conhecimentos que foram adquiridos historicamente pelos seus antepassados são considerados como ponto de partida para formação de sua identidade enquanto agricultor no contexto atual, valorizando a comida, o artesanato, as danças que suas avós e bisavós praticavam, somando a hoje com os aspectos da sociedade moderna.

É neste contexto de resgate da cultura, que a produção do autoconsumo está inserida, propondo, através dela um acréscimo na qualidade de vida como um todo, sendo não meramente um agricultor consumidor de uma cultura que vem de fora, e sim consumindo a cultura que vem de dentro pra fora, no fazer cotidiano, se auto reconhecendo como sujeito histórico capaz de desenhar os contornos de sua própria identidade social, cultural e ambiental.

## **AUTOCONSUMO E O RESGATE CULTURAL**

Entre os estudiosos da produção de alimentos, durante muito tempo, permaneceu a visão de que a produção para o autoconsumo entre as famílias de agricultores revestia-se de um caráter atrasado ou antieconômico ou se tratava de um mistério cujo esforço de elucidação não valeria a pena dada a sua pequena relevância (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).

Ainda hoje, não é difícil encontrar técnicos e especialistas que sustentam que a manutenção da produção para o uso e consumo próprio atrapalha a formação do verdadeiro agricultor entendido como aquele que se dedica a poucas atividades e busca de ganhos em escala.

Este fato deve-se à “política econômica que é incapaz de perceber o que não é quantificável, ou seja, as paixões e as necessidades humanas. De modo que a economia é, ao mesmo tempo, a ciência mais avançada matematicamente e a mais atrasada humanamente” (MORIN, 2001, p.14).

Acredita-se que o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar e do



resgate cultura, que se traduz na prática cotidiana dos sujeitos envolvidos (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).

Entendemos aqui o autoconsumo como a parcela da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela derivada do beneficiamento dos produtos primários) realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros das famílias e responsável ainda pela alimentação animal e outros usos na atividade produtiva, ou seja, ao consumo produtivo desse excedente (OZELAME, 2007).

Grisa & Schineider conceituam o autoconsumo sendo:

A produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “pro gasto”, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo. É um equívoco estereotipar esta produção como residual, ou ainda associar a quantidades pequenas e produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados. O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família (2008, p.485).

Fica evidente a preocupação dos autores em desmistificar a visão que se criou em torno da produção pro autoconsumo como sendo de poucos produtos e que não conferem renda às famílias que o produzem, indo sua análise para além do valor de mercado com enfoque no seu valor de uso.

Esse valor de uso vem do trabalho realizado pelos camponeses (as) no cultivo de hortas e pomares, mantém a produção de animais domésticos e, em alguns casos, utilizam-se da caça, pesca e coleta. Uma parte dos alimentos obtidos é destinada ao autoconsumo, outra às relações de trocas onde se adquirem outros bens necessários (GRISA; SCHINEIDER, 2008).

Esta é uma forma que garante a sua segurança alimentar e familiar. A renda total de uma propriedade não advém, essencialmente, da renda monetária, mas também da renda não monetária, oriunda da contabilização da produção destinada para o consumo interno.

Grisa & Schineider (2008) em pesquisa realizada com agricultores no estado do Rio Grande do Sul identificaram variáveis na produção pro autoconsumo, dentre as quais, está o número de componentes por unidade familiar, sendo este, determinante para a maior ou menor quantidade de produtos destinados para o consumo da família.

Dentro disso os sistemas de produção familiar podem ser definidos por seus limites, componentes, interações, insumos, produtos e força de trabalho, sendo caracterizados pelo manejo de seus componentes pelo homem e a mulher. O agricultor familiar interagindo no meio



e por força do próprio ambiente vai trabalhando os seus sistemas de produção para tirar o seu sustento.

Desta forma, sem autoconsumo, o agricultor familiar não consegue a diversificação das estratégias de vivência, pois quando se desenvolve apenas uma atividade, puramente monetária, terá que satisfazer suas necessidades no mercado, a preços de mercado. Sem a produção para autoconsumo fortalecida, não se geram as condições objetivas e materiais para se fazer frente a um processo de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).

Sendo assim, o que acontecerá poderá ser a desagregação da unidade familiar frente a uma crise a situações de insegurança alimentar devido ao fato de não produzir os seus próprios alimentos.

O tema da produção para o autoconsumo nas ciências sociais foi particularmente intenso entre antropólogos, etnógrafos e sociólogos que estudavam o campesinato. Tendo a contribuição Chayanov (1974) e Wolf (1976) evidenciando o autoconsumo como uma importante dimensão na organização produtiva e econômica dos camponeses, quando não a principal (GRISA; SCHINEIDER, 2008).

Devemos perceber que esta temática vem sendo desenvolvida há anos pelos camponeses e com a contribuição de grandes pensadores da sociologia rural dando uma conotação importante para o autoconsumo.

Desta forma, a produção destinada para o autoconsumo torna-se uma renda, principalmente porque diminui as despesas com a manutenção alimentar e de saúde, garantindo qualidade de vida e a própria segurança alimentar (AHRENS *et al*, 2006).

Outros benefícios que o autoconsumo proporciona são destacados por Grisa & Schineider:

A produção para o autoconsumo permite acesso facilitado, sem nenhum processo de intermediação por meio de valores de troca, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de fornecer os mais diversos nutrientes que o organismo humano necessita. Também, o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições sócioambientais e a própria história local. Ademais, fornece alimentos com qualidade sanitária, dado que comumente trata-se de cultivos isentos de agrotóxicos e insumos químicos. Os alimentos comprados parecem não ser confiáveis quanto a estes critérios, mesmo adotando medidas profiláticas (2008).



A venda do excedente passa a ser um dos grandes gargalos nas propriedades familiares. Os produtos, via de regra, são ofertados a intermediários cujos preços não remuneram adequadamente o trabalho dos agricultores, fazendo com que os agricultores percam de forma considerável sua autonomia econômica e social.

Embora a produção para o consumo familiar atenda em grande medida as necessidades alimentares, há alimentos que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis. O atendimento destas e de outras necessidades demanda que a família estabeleça relações com os mercados através da comercialização de parte da produção como também as trocas de produtos com os outros agricultores (GRISA; SCHINEIDER, 2008).

É por meio da produção para autoconsumo que o agricultor familiar não se torna totalmente dependente do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, não fica sujeito às constantes flutuações das condições de troca no mercado fortalecendo a produção de valor de uso (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).

O valor de uso para os agricultores, geralmente serve para manter e fortalecer relações sociais com a família e vizinhança. É comum entre vizinhos e membros da comunidade a troca de produtos da horta, sementes, frutas, produtos que nos vizinhos ainda não estejam em fase de colheita, entre outros. Esta produção também está presente nas visitas, nos “filós” típicos da cultura italiana, encontros, reuniões e festas (GRISA; SCHINEIDER, 2008).

Além destas práticas usuais, assim como destaca Gazzola & Schineider (2007), o autoconsumo da família deve ser fornecido para o período de todo o ano, mas nem sempre é possível o armazenamento da totalidade da produção para o ano todo, devido ao fato de alguns produtos serem produzidos somente em algumas épocas (sazonalidade e estacionalidade) e devido à perecibilidade de outros.

Diante da possibilidade da perda de alguns produtos, os agricultores convertem parte do autoconsumo em mercadorias, sendo as mesmas comercializadas em feiras livres e até entre os próprios agricultores diversificando a renda, minimizando as eventuais perdas e exercitando a prática da sociabilidade entre os próprios agricultores (GRISA; SCHINEIDER, 2008).

O trabalho do agricultor é produtivo, mas é também simbólico e repleto de significações e sentidos que são fundamentais à construção da sua identidade sócio-cultural enquanto agricultor familiar indo além do comer e matar a fome (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).





“A comida pode, então, ser tomada como linguagem, como texto cultural que fala do corpo, da família, do trabalho, de relações sociais, de visões de mundo” (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008, p.147).

A fome e a sede são, então, formuladas e saciadas em termos culturais, sociais e históricos. O quê se come, com quem se come, quando, como e onde se come, as prescrições e proscricções alimentares são definidas pela cultura de cada comunidade os mesmos estão inseridos (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008).

Junto a esta concepção da importância da produção para o autoconsumo como um resgate e fortalecimento da cultura popular, emerge a partir destas outras necessidades para completar ainda mais esta forma de produção social rural, que é a capacidade de interação social (AHRENS *et al*, 2006).

A necessidade de se socializar, inicialmente, emerge por conta do isolamento no qual os colonos eram deixados em meio à mata densa e cerrada. A única comunicação ou meio de comunicação com alguém de fora da família, inicialmente, era ir até a casa do vizinho mais próximo. Assim, a forma de se sociabilizar consistia em fazer uma visita às casas dos outros vizinhos doando, trocando produtos para o uso e mantendo as tradições culturais dos agricultores (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).

Considerando de forma legítima nas práticas dos agricultores que” todo conhecimento constitui, a parti de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias e discursos” (MORIN, 2001, p.24)

Através do autoconsumo podemos perceber que ocorrem algumas alterações nas relações sociais existente na comunidade que eles vivem, fortalecendo laços familiares, resgatando a cultura das visitas, dos trabalhos em mutirões e da formação da identidade cultural dos agricultores familiares mediante o saber popular.

Nesta perspectiva Menasche; Marques; Zanetti (2008) afirmam que essas noções estão ancoradas na compreensão de que cultura pode ser entendida como totalidade de representações de uma coletividade, constituindo uma reunião de textos culturais produzidas no fazer cotidiano.

“O saber produz e reproduz a cultura, os valores, os significados dos alimentos, o ordenamento do “mundo” familiar e das suas relações que daí decorrem como indivíduo integrante de uma sociedade muito mais ampla” (GAZZOLA & SCHINEIDER, 2007).





Nessa perspectiva, cultivar, trabalhar, produzir, intercambiar, comer são ações humanas individuais e coletivas em que está presente um sistema de dádivas, de trocas materiais e simbólicas geradoras de reciprocidade, que se apresenta como fato social total e no universo cultural dos agricultores (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008).

## AGROECOLOGIA

A essência do enfoque Agroecológico, corresponde à aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento (CAPORAL, COSTABEBER, 2002b). Com isso, transformando a Agroecologia, não meramente em uma técnica de produção agropecuária e sim numa proposta integrada de um projeto de sociedade que contemple as necessidades da sociedade em que vivemos como também mantenha os recursos necessários para vida das gerações futuras.

“Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Uma crise que para alguns autores, é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório” (CAPORAL & AZEVEDO, 2011, p.46).

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, segundo Gliessman é:

Aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, sendo capaz de atender de maneira integrada, aos seguintes critérios: baixa dependência de insumos comerciais; uso de recursos renováveis localmente acessíveis; utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; preservação da diversidade biológica e cultural; utilização do conhecimento e da cultura da população local (*apud* CAPORAL e COSTABEBER 2004a, p.8).

Dentro disso a agroecologia vem contribuindo de forma significativa para o resgate da produção para o autoconsumo, sendo este um dos pilares defendidos pelos agricultores, pesquisadores e profissionais que trabalham com a agricultura sustentável. Nesta perspectiva, a família é a primeira a se beneficiar pela sua produção, o que em grande medida supre uma parcela importante de suas necessidades alimentares.



Ao trabalhar a agroecologia o agricultor familiar considera a produção agrícola em sua totalidade, num enfoque holístico. Assim monta e busca trabalhar um conjunto de fatores ecológicos, culturais, econômicos, políticos e sociais, os quais compõem o seu sistema de produção (AHRENS *et al*, 2006).

Estimular a Agroecologia é sinônimo de combater o Agronegócio, financiado pelo capital financeiro, industrial e oligárquico, portanto é uma forma de violar práticas econômicas e culturais características da sociedade Capitalista.

Um dos principais pontos de embates na luta contra o agronegócio, se refere à luta contra os transgênicos, com o apoio da Via Campesina do Brasil e Internacional, contrapondo o cultivo das sementes suicidas através do fortalecimento das sementes criolas, com criação de banco de sementes, entre outras práticas, possibilitando aos povos da América o cultivo de sementes, passadas por gerações, com o objetivo de alimentar a humanidade (CAPORAL, COSTABEBER, 2002a).

A transição da agricultura convencional para a Agroecológica demanda tempo, sendo considerado um processo, na qual precisa combinar um conjunto de fatores sociais, ambientais, econômicos e culturais, que se interajam rumo à sustentabilidade.

A Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, como também do saber popular, permitindo assim fazer uma crítica profunda ao atual modelo de desenvolvimento rural e da agricultura industrial. Fazendo uma nova abordagem para um novo desenvolvimento rural e estilos de agriculturas sustentáveis que permitam uma análise multidimensional e holística da agricultura. (CAPORAL & AZEVEDO, p.56, 2011)

Portanto, a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico multidisciplinar que tem como objetivo redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência. (CAPORAL & AZEVEDO, p.53, 2011).

Com isso, queremos afirmar aqui as várias dimensões da sustentabilidade, enfocando a Agroecologia, fazendo um contraponto às várias análises reducionistas e, por que não dizer, simplistas da sustentabilidade. Nestas, busca-se meramente a alteração dos padrões tecnológicos da produção agrícola, sem uma articulação multidisciplinar com as outras áreas do conhecimento, inclusive os saberes tradicionais dos camponeses, quilombolas, pescadores, extrativistas, dentre outros (CAPORAL, COSTABEBER, 2002b).



A manutenção e recuperação dos recursos naturais, em que se sustentam os seres vivos, são de fundamental importância para a continuação das gerações futuras, para que possamos atingir patamares cada vez mais crescentes de sustentabilidade, em qualquer agroecossistema. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002a).

Sem a base que mantém a vida no planeta, ficaria impossível falar de sustentabilidade, pois está nela a condição de sobrevivência para os habitantes deste planeta seja animal ou vegetal. Por isso devemos lutar pela preservação dos recursos naturais, assim como, as condições físico-químicas e microbiológicas do solo, os mananciais hídricos, evitando a poluição da água potável para nossa saúde e dos seres vivos que também dependem dela.

A manutenção e o aumento da biodiversidade, para que os agroecossistemas não sofram de forma demasiada com desequilíbrios de suas cadeias tróficas, aumentando assim populações de forma desordenada e sem controle.

Dentro desta perspectiva Caporal & Azevedo ressalta que:

Não se pode esquecer que a agricultura trabalha fundamentalmente com processos biológicos, vegetais e animais, que envolvem tanto as dimensões micro (fungos e bactérias do solo, por exemplo), enquanto a macro (árvores de uma floresta, por exemplo). As interações ecológicas que se estabelecem nessa complexa teia são vitais para manutenção da saúde e da vitalidade dos ecossistemas, assim como para manutenção da sua capacidade de produzir alimentos. Portanto, a menos que se admitisse a hipótese de uma alimentação humana em bases exclusivamente artificiais, com todas consequências daí decorrentes, os processos biológicos são fundamentais para a sobrevivência da humanidade (2011, p.64).

Em outras palavras, a agroecologia está consciente da necessária reutilização de materiais de origem orgânica dentro do próprio agroecossistema, conduzindo-os dentro dos fluxos de energias e dos ciclos naturais, formando assim uma cadeia harmonizada e eliminando a necessidade de insumos tóxicos como também dos chamados Organismos Geneticamente Modificados, cujos efeitos no meio ambiente ainda são desconhecidos. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002a).

Segundo Caporal e Costabeber (2002b), ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez a preservação dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade, possa ser realizada e usufruída de forma equivalente na sociedade como um todo. Também passando por uma análise temporal de uma geração para outra, porquanto a geração presente usufrua dos recursos naturais ao ponto de dar garantias de manutenção dos mesmos para as gerações futuras.



Estes são os aspectos positivos da coevolução, que nos oferecem os estudos antropológicos e sócio-históricos, os quais nos mostram, também, como comunidades Astecas, Maias, Incas e outras conseguiram desenvolver mecanismos e formas de produção amigáveis com relação ao meio ambiente e que levaram a um processo de coevolução que, mesmo quando incorpora mudanças, mantém o equilíbrio necessário para a permanência dos processos dos processos produtivos ao longo do tempo. Poder-se-ia dizer que são minorias e que seus modelos já não servem para o atual estágio de nossas sociedades industriais. (CAPORAL & AZEVEDO, 2011, p.69).

Outro aspecto importante que devemos ressaltar é o da produção de alimentos limpos e baratos para a sociedade em geral, com tecnologias que diminuam ao máximo o uso de insumos químicos, como também proporcione novas relações sociais de produção.

A sustentabilidade de agroecossistemas supõe a necessidade de obter balanços agroenergéticos sendo necessário harmonizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002b). Como também a importância da produção de valores de uso dentro do agroecossistema, produzindo assim uma renda não monetária que se configura em uma grande margem no sustento familiar, proporcionando um contato mais direto e equilibrado com produção e renda dentro e fora do agroecossistema.

Neste sentido Caporal & Azevedo afirma que:

Para dar suporte a esta mudança de enfoque, a Agroecologia busca na Economia Ecológica, importantes aportes sobre externalidades. A partir destes estudos é possível afirmar que a agricultura industrial, além de ser dependente e responsável por auto grau de deterioração ambiental no entorno (longe ou perto) ou em ecossistemas distantes, é economicamente insustentável se forem internalizados os custos das externalidades negativas que gera (2011, p.58).

Não se esquecendo antes de tudo, em uma mudança radical no modo de produção, pois para alcançar um patamar de sustentabilidade econômica, precisamos alterar as relações sociais de produção capitalista, que concentra a terra, riqueza, explora os trabalhadores, e além de tudo é um inimigo da Agroecologia, pois ele precisa consumir todos os recursos naturais para obter mais lucro. Para o que chamamos de Ecosocialismo, produzindo a riqueza sem destruir o meio ambiente, como também exista uma distribuição de renda de forma equivalente e que não haja exploração de um ser humano sobre o outro (CAPORAL, COSTABEBER, 2002b).

Na dinâmica nos processos de manejo, de agroecossistemas, deve-se considerar uma ação respeitosa para com a cultura local, os saberes e valores locais devem ser compreendidos e



utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural, das pessoas que vivem e trabalham em agroecossistemas. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002a).

A Agroecologia deve ser concebida levando em consideração aspectos econômicos e socioculturais, que vão desde os hábitos alimentares mais simples, onde influencia na escolha dos cultivos dentro do agroecossistema, como também, o uso de ferramentas, que numa visão preconceituosa, pode ser considerada atrasada para os padrões atuais de agricultura, assim como afirma Caporal & Azevedo:

A agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural. Mais do que tratar de processos naturais, trata-se aqui, de processos socioculturais, de uma construção humana. Neste sentido, convém lembrar que o homem é um ser cultural, e é também pela cultura que se distingue dos demais seres vivos (2011, p.68).

A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, bem como envolvendo as redes de organização social. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002b).

A participação política nos diversos segmentos da sociedade é de suma importância para que se possam garantir os direitos de autonomia sobre a própria terra, isto é, de autonomia inclusive sobre o que se planta e o que se come, circunscrevendo práticas que contemplem as demandas dos agricultores que estão envolvidos direta e indiretamente na produção em seus agroecossistemas.

A dimensão ética da sustentabilidade se relaciona diretamente com a solidariedade inter e intrageracional com novas responsabilidades dos sujeitos com respeito à preservação do meio ambiente. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002b). Essa ética exige uma ação que ultrapassa as divisas do agroecossistema e entendendo ao mundo, através de atitudes que busque o acesso de alimentos limpos às populações mais necessitadas, dividindo o que falta da produção agroecológica e não o que sobra dela.

Segundo Caporal & Azevedo “na prática, a questão ética se manifesta de certo sentido de responsabilidade que nasce de nossa relação com outras pessoas” (2011, p. 61). Esta responsabilidade a um conjunto de “obrigações” que passam a ser socialmente selecionadas, adquirindo um estado de consciência social.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção para o autoconsumo se configura como uma importante estratégia de permanência do agricultor familiar no campo devido ao acréscimo da renda proporcionada pela diversificação da produção, em especial de alimentos.

A produção para autoconsumo também é responsável por uma maior autonomia das famílias frente ao contexto social e econômico que circunda as unidades de produção. Com esta produção assegurada, as famílias ficam menos dependentes do mercado, não necessitam comprar os alimentos nos mercados locais ou nos postos de abastecimentos citadinos, dependendo das flutuações de preços destes mercados ou ficando à mercê das condições de troca impostas pelo mercado em termos de moeda corrente (GAZZOLA & SCHNEIDER, 2007).

O autoconsumo favorece vários aspectos da vida do agricultor (a) familiar, desde os benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais, pois o mesmo não se reduz apenas ao ato de consumir, e sim em uma gama de práticas que vão desde a integração social entre as famílias do campo, ao regate da cultura e dos conhecimentos tradicionais que estão expressos na forma como se organizam, produzem e compreendem o espaço sociocultural no qual estão inseridos.

A agroecologia está intrinsecamente ligada à produção do autoconsumo, na medida em que entendemos agroecologia como uma das práticas mais antigas em torno da produção de alimentos, se configurando também com uma abordagem holística, que se estrutura a partir das ciências naturais, econômicas, sociais e culturais. Na grande maioria dos casos, a produção destinada para o autoconsumo não apresenta o uso de adubos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas, devido ao cuidado a mais que é dado quando se refere ao consumo de alimentos pela família. Estas práticas diferenciam-se em muito da agricultura convencional, pois fomenta identidades, tradições e trocas culturais entre produtores e consumidores, circunscrevendo uma rede de relacionamentos que enaltecem o campo e os produtos produzidos sob uma consciência que se pode chamar de “ecologicamente correta”.

O aspecto cultural é visivelmente favorecido, pois a partir do autoconsumo se desenvolvem práticas como a partilha de alimentos com a família, vizinhos, visitantes. As festas que comemoram a colheita e a fartura de alimentos novamente são celebradas, como





também o resgate dos conhecimentos tradicionais deixados pelos seus ancestrais, se mantendo vivo na consciência sociocultural dos agricultores (as) familiares.

## REFERÊNCIAS

AHRENS, D.C.1\*, MILIÉO, R.D.S.2, Zemke, E.W.3, BENASSI, D.4, PELINSKI, A.5, CASTRO, A.S.6, SANTOS, R.O.7, CARVALHO, J.X.8. *A Sustentabilidade Técnica e Sócio-Econômica de uma Propriedade Familiar Agroecológica em União da Vitória, um Estudo de Caso*, 2006. Disponível em: [http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/RedeCBSP2007.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/RedeCBSP2007.pdf). Acesso 16/06/2014.

CAPORAL, Francisco. Roberto, AZEVÊDO, Edisio Oliveira. Agroecologia: matriz disciplinar ou um novo paradigma para o desenvolvimento rural e sustentável. In: CAPORAL, & AZEVÊDO, (org.) Francisco Roberto e Edisio oliveira, *Princípios Perspectivas da Agroecologia*. 1º Ed. Curitiba: IFPR, 2011, p.45-74.

CAPORAL, Francisco. Roberto; COSTABEBER, José. Antônio: Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n.2, Porto Alegre, abr/junh.2002a, p.13-16.

CAPORAL, Francisco. Roberto, COSTABEBER, José. Antônio: Análise Multidimensional da Agroecologia: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v.3, n.3, Porto Alegre Jul/Set, 2002b, p.70-85.

GAZOLA, Marcio; SCHINEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do auto consumo na reprodução social dos agricultores familiares. In: *Revista Estudo Sociedade e Agricultura*, vol. 15, no. 1 Rio de Janeiro, 2007, p. 89-122.

GRISA, Cátia; SCHINEIDER, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande Sul. In: *Revista de Economia Rural*, v.46, n.2, Piracicaba, abri. /jun.2008, p. 481-515.

MENASCHE, Renata. MARQUES, Flávia. Charão, ZANETI. Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. In: *Revista de Nutrição*, v. 21 (Suplemento), p.145-158.

MORIN, Edgar. Os Desafios, In: VILLAS BOAS, (org.) Simone, *A cabeça Bem-Feita*; tradução Eloá Jacobina, 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001, p.13-20.

OZELAME. Diego, TOIAN. Alexandre; CAVALHEIRO. Adriano. In: *Valorizando o Auto Consumo: Alimentação e Independência*. Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007, p.1264-1267.





## A ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA “DIRETO DA ROÇA”: UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

JUNQUEIRA, Isabela Brandão

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Tecnologia e Sociedade- UNIFEI*  
*isabelajunqueir@gmail.com*

PASIN, Luiz Eugênio Veneziani

*Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Tecnologia e Sociedade- UNIFEI*  
*luizpasin@unifei.edu.br*

211

### RESUMO

As ações desenvolvidas pelas organizações coletivas, entendidas, também como experiências de economia solidária são planejadas visando a superação das desigualdades, por isso possuem um grande potencial para a melhoria da qualidade de vida, pois buscam promover a inclusão social com atividades que geram emprego e renda. Nesse sentido, o artigo vem propor o estudo dos sistemas alternativos de produção, com o objetivo principal de analisar em que medida os princípios da Economia Solidária gera condições para o desenvolvimento e continuidade do grupo “Direto da Roça”. A metodologia fundamenta-se na abordagem qualitativa: técnica de observação do pesquisador e a entrevista semi-estruturada. Conclui-se que a Economia Solidária no “Direto da Roça” revela transformações ocorridas nas vidas das produtoras que vai além geração de renda, como consciência coletiva, aumento das sociabilidades, aprendizagem, autoestima e melhores condições de trabalho.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Organizações Socioprodutiva; Transformações Sociais

### ABSTRACT

The actions undertaken by collective organizations - Solidarity Economy-are planned in order to overcome inequalities, so have a great potential for improving the quality of life, therefore, seek to promote social inclusion with activities that generate employment and income. In this sense, Article proposes the study of alternative production systems, with the main objective to analyze to what extent the principles of Solidarity Economy creates conditions for the development and continuity of "Direto da Roça" group The methodology is based on a qualitative approach : technique of observation of the researcher and the semi-structured interview. It is concluded that the Solidarity Economy in "Direto da Roça" reveals transformations in the lives of the producers that go beyond income generation, as a collective consciousness, increased sociability and better working conditions.

**Key words:** Solidarity Economy; Socioprodutive organizations; Social Transformations



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a multiplicação de sistemas alternativos de renda, como associações, cooperativas, fez com que surgissem novos debates sobre o tema. Desde então tem sido discutido questões relacionados com a sua viabilidade econômica, e em que medida transforma a sociedade, reduz o desemprego, bem como os fatores condicionantes para sua permanência no território.

Tal contexto econômico atingiu a comunidade rural, que sofreu com o processo de modernização da agricultura, que foi caracterizado por Hans Biswanger de “estratégias urbanas de Desenvolvimento rural”. Essas estratégias baseavam-se no estímulo a modernização da grande propriedade tradicional, o que provocou a redução prematura da mão de obra agrícola além de inflacionar o preço da terra, o que acirravam os conflitos fundiários e a consequente expulsão dos pequenos produtores rurais (GUANZIROLE ET AL, 2001). Essa situação comprometeu todo o meio rural, conduzindo a diminuição do desenvolvimento, provocando desemprego e migrações.

Diante da realidade do contexto econômico atual, a sociedade civil vem se organizando para implantação de propostas que resolvam, ou amenizem os problemas locais. É nesse contexto que surgem novos conceitos, como os de Sistemas Alternativos de Produção e Organizações Socioprodutivas, entendidas também como experiências de Economia Solidária. Tais as organizações socioprodutivas possuem um grande potencial para transformação social, pois, buscam promover a inclusão social com atividades que geram emprego e renda, organizando produtores e trabalhadores. Constitui-se, ainda, em um poderoso instrumento de integração social, fortalecendo os trabalhadores para o enfrentamento coletivo dos problemas de natureza social e econômica, viabilizando atividades de produção e melhoria nas condições de vida.

Nesse sentido, a Economia Solidária é uma forma de organização das pessoas em torno do seu trabalho e dos benefícios que este pode produzir. Esta é uma prática de produção e consumo que privilegia o trabalho grupal, a autogestão, a justiça social e o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

A concepção de economia solidária sugere uma lógica distinta que não é do mercado, uma lógica híbrida na qual se fundem diversas sociabilidades, a pública, a privada e que está em construção podendo ser vista como uma alternativa às transformações do capitalismo



contemporâneo. Para Singer (2003), a economia solidária constitui alternativa econômica e social de suplantação do modelo capitalista. O autor considera que, num primeiro momento, essa aparece como um “híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas que na realidade se constitui como síntese que supera ambos” (Singer, 2003, p. 13).

É dentro desse contexto que esse artigo vem propor o estudo dos sistemas alternativos de produção, com o objetivo principal de analisar em que medida os princípios da Economia Solidária gera condições para o desenvolvimento e continuidade do grupo “Direto da Roça” no Município de Itajubá-MG. Para isso o artigo está organizado em quatro partes além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, o objetivo foi apresentar as transformações no mundo do trabalho e suas consequências para população rural. Na segunda parte, o objetivo foi apresentar as organizações socioprodutivas, também denominadas Economia Solidária, como estratégia de transformação social. Na terceira, foi apresentada a metodologia. Na quarta parte o objetivo foi analisar em que medida a Economia solidária ocasionou benefício ao grupo do “Direto da Roça” e, por fim, tem-se as considerações finais e as referências que serviram de base para o estudo.

## **TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO RURAL-URBANO**

As formas de relação entre sociedade civil e Estado, as condições de sobrevivência, de produção e trabalho tem passado por profundas transformações, particularmente depois da crise do regime fordista. De acordo com Harvey (1992) a crise se desenvolveu por diversos fatores, como: rigidez dos investimentos nos mercados, contratos de trabalho, aumento do preço do petróleo, deflação, entre outros.

Tais transformações comprometeram o Estado de bem-estar social, e consequentemente desencadearam a introdução de tecnologias flexíveis, voltadas a uma produção mais diferenciada; a expansão de novas formas de organização do trabalho mais afeitas à flexibilidade da produção; e a adoção de novas formas de organização industrial, baseadas em processos de enxugamento e terceirização das empresas, voltadas seja para a produção mais ágil e diversificada, seja para a economia de capital imobilizado, surgindo um novo modo de acumulação, a acumulação flexível (Harvey, 1992). Em suma, a acumulação



flexível e seus inúmeros desdobramentos trouxeram como consequência principal a perda de benefícios e direitos sociais pelos trabalhadores.

A dissolução do pacto entre a classe trabalhadora e sistema fordista de produção, bem como o abandono das políticas econômicas keynesianas, deram lugar a volta ao ideal liberal. Assim, ocorreu a adoção de políticas de privatização de setores importantes da economia, que antes eram concentrados no Estado; a abertura dos mercados nacionais ao grande capital internacional; o fim das políticas de emprego; o ataque às políticas de proteção ao mercado de trabalho.

A crise da dívida externa não poupou o Brasil, que mesmo com um expressivo movimento social e político de esquerda, e a recente constituição do Estado Democrático de direito, instituído pela Constituição Federal de 1988, adotou como projeto econômico o neoliberalismo. Pode-se afirmar que o modelo de gestão brasileira está assentado no neoliberalismo desde meados dos anos 80.

O modelo econômico referido foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, pois defendiam que a crise do capitalismo resultava do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que não permitiam a acumulação e aumentava os gastos sociais do Estado, o que desencadeava processos inflacionários. O novo modelo econômico, de acordo com Giffin, se apóia em três pilares principais:

- a redução dos gastos públicos em ‘bens de cidadania’ através da privatização de entidades, bens e serviços públicos que passaram a ser fonte de lucro privado acessados por consumidores através do mercado;
- a flexibilização do mercado de trabalho, através do abandono de políticas de proteção ao emprego e retrocesso nos direitos e nas organizações trabalhistas;
- a desregulamentação dos mercados financeiros e dos controles nacionais sobre a moeda (GIFFIN, 2007).

Assim, em meio as mudanças ocorridas desde o abandono das políticas de bem estar social, até os dias atuais, algumas estão relacionadas a produção agrícola. Sandroni (2004) coloca que a estrutura da vida rural está se modificando como resultado da liberalização e globalização dos mercados, da agricultura internacional e das políticas de desenvolvimento. Sandroni explica que

“No Brasil, o processo de modernização foi induzido por impulsos externos, os setores que se transformaram passaram a coexistir com setores



tradicionais o que gerou problemas sociais, êxodo rural descontrolado, crescimento urbano exagerado e marginalidade social crescente. (SANDRONI, 2004, p. 405).”

Dessa forma, tal contexto econômico atingiu a comunidade rural, que sofreu com o processo de modernização da agricultura, que foi caracterizado por Hans Biswanger de “estratégias urbanas de Desenvolvimento rural”. Essas estratégias baseavam-se no estímulo a modernização da grande propriedade tradicional, o que provocou a redução prematura da mão-de-obra agrícola além de inflacionar o preço da terra, o que acirravam os conflitos fundiários e a conseqüente expulsão dos pequenos produtores rurais (GUANZIROLE ET AL, 2001). Essa situação comprometeu todo o meio rural, conduzindo a diminuição do desenvolvimento, provocando desemprego e migrações.

A modernização latifundiária foi estimulada como política de enfrentamento ao “atraso” da agricultura, pois segundo esta visão o potencial da agricultura era limitado para estimular o crescimento econômico. Dessa forma, o “urbano” passou a ser identificado com o "progresso" capitalista das fábricas; e os rurais, ou a "classe dos proprietários rurais", com o "velho", e com o "atraso" no sentido de que buscavam impedir o progresso das forças sociais (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

A modernização agrícola trouxe conseqüências perversas, dentre as quais estão a concentração fundiária e o aumento do uso de mão-de-obra provisória. Essa situação agravou a distribuição de renda do setor rural. Ocorreu a redução de incentivos agrícolas e o acesso ao crédito rural, e em contra partida ocorreu uma modernização cada vez mais excludente, sobretudo com a expansão das novas tecnologias na agricultura.

Muitos produtores, e até mesmo os produtores rurais, não conseguiram se beneficiar das mudanças proporcionadas pela modernização da agricultura, muitos foram expulsos do campo e outros que não tiveram acesso aos novos mecanismos, instrumentos e técnicas, tendo que produzir com base na força de trabalho da família. Para Delgado, a modernização na agricultura provocou intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais (DELGADO, 1985). Ela não contribuiu para que se encurtasse a distância entre o grande e o pequeno produtor no Brasil, mas sim, o contrario, mostrando-se altamente excludente. Nesse sentido, Silva, 1998, coloca que a agricultura brasileira se dividiu entre agricultura do rico e agricultura do pobre. E, assim, o uso de insumo e de equipamentos modernos, contribuiu para o agravamento do desemprego no campo, pois houve a transferência do trabalhador rural para



a zona urbana, inchando as cidades e conseqüentemente a miséria maior dessas populações (SILVA, 1998).

O processo de modernização no mundo rural contribuiu para o aumento da produtividade, no geral favorecendo grandes proprietários e alguns segmentos da produção. Nesse sentido, os produtores rurais foram prejudicados pela política de modernização de viés industrial, e também pela ausência e insuficiência de políticas públicas voltadas para “apoiar, consolidar, e expandir a produção familiar em particular programas de reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica” (GUANZIROLE ET AL, 2001).

Como uma das respostas as situações de desemprego, ausência de benefícios e políticas sociais, surgem experiências de alternativas de trabalho e renda. Esse modelo de geração de renda associada à produção e comercialização também é conhecido como Economia Solidária. Entende-se por esse conceito um modo específico de organização de atividades econômicas, se caracterizando pelo de trabalho associado, como associações de diferentes seguimentos da sociedade.

Nesse sentido, Gonh salienta que o desenvolvimento dos espaços rurais sem as associações comunitárias dificilmente seria possível. Na realidade atual, percebe-se claramente o grande fortalecimento dessas organizações, na participação nos espaços sociais, políticos e econômicos (GOHN, 2003).

## **SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO, GRUPOS SOCIOPRODUTIVOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVAS ESTRATÉGIAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Evidencia-se, com a crise do mercado de trabalho, a necessidade do ser humano em se associar, em grupos socioprodutivos, cooperativas, associações, na busca da transformação da qualidade de vida, geração de trabalho e renda. Neste contexto, as associações apresentam-se como um espaço de inovações criativas e democráticas de desenvolvimento, com a presença de novos atores políticos e sociais que viabilizam os interesses sociais (ARAUJO, 2009).

Atualmente observa-se cada vez mais a mobilização da sociedade civil em prol do engendramento de propostas que resolvam ou amenizem seus problemas. Para além da amenização da situação, tais propostas apresentam novas formas de fazer política e a novas concepções de desenvolvimento. Essas propostas têm se materializado em vários países do





mundo, conformando uma experiência de importantes dimensões. É nesse quadro de reflexões que novos conceitos têm-se difundido, qual sejam, o de Sistemas Alternativos de Produção, Organizações Socioprodutivos e Economia Solidária.

Segundo Santos, Sistemas Alternativos de Produção são *“múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio-ambiente”* (SANTOS, 2002).

Barbosa salienta que a economia solidária possui diferentes usos: ela passou a ser definida recentemente como: “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão”. Também costuma ser usada para designar quaisquer práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal; para governos e entidades civis, vem sendo entendida como uma modalidade específica de economia popular que reúne grupos e associações, cooperativas ou pequenas empresas, baseadas na cooperação e na autogestão; outros segmentos sociais a identificam como toda e qualquer iniciativa empreendedora desenvolvida por desempregados excluídos do mercado com vistas a constituir seu próprio negócio (BARBOSA, 2007).

Nas pesquisas em geral, recorre-se a indicadores comuns para classificar um empreendimento como solidário, avaliando as experiências a partir de: autodenominação de cooperativa ou associação/empresa autogestionária; distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos; gestão democrática por meio de fóruns coletivos de tomada de decisão; existência legal definida em estatutos e normas em assembléias dos associados.

Esses empreendimentos são organizações caracterizadas como de natureza coletiva, permanente, podendo ser de estrutura singular ou complexa, e se distribuem por um conjunto de atividades como produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo solidário. Para o autor (LISBOA, 2004), é importante observar também que nem todos os empreendimentos da economia solidária são informais ou desvinculados do mercado, mas sua identidade principal reside na sua condição de provedor do sustento do grupo sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva fortemente imbricada nas relações sociais de seus membros.

Na V Plenária de Economia Solidária discutiram-se os quatro princípios do comportamento econômico colocados por Karl Polanyi, quais sejam: 1- domesticidade: motivação de fazer economia para as necessidades domésticas, como cuidado com a





reprodução e a vida da família; 2-Reciprocidade: a economia pressupõe o interesse recíproco de duas partes, que não são necessariamente monetários; 3- Redistribuição: há sempre um perspectiva de poder redistribuir os acúmulos do grupo para aqueles que não podem sobreviver sozinhos (atualmente papel das políticas sociais); 4- Mercado: onde ocorre as trocas de excedente entre aqueles que geram produtos e serviços (V PLENÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).

Tais princípios foram se equilibrando na história da sociedade, e aos poucos com o desenvolvimento do capitalismo, o princípio do mercado vai se transformando, e se sobrepõe aos demais princípios. Apesar de no Brasil, ainda existir comunidades que mantêm certo equilíbrio dos princípios acima colocados, estas são vistas como “atrasadas” e/ou “subdesenvolvida”.

A concepção de economia solidária sugere uma lógica distinta que não é do mercado, uma lógica híbrida na qual se fundem diversas sociabilidades, a pública, a privada e que está em construção podendo ser vista como uma alternativa às transformações do capitalismo contemporâneo. Para Singer (2003), a economia solidária constitui alternativa econômica e social de suplantação do modelo capitalista. O autor considera que, num primeiro momento, essa aparece como um “híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas que na realidade se constitui como síntese que supera ambos” (Singer, 2003, p. 13);

Na V Plenária de Economia Solidária, Euclides Mance define Economia Solidária através de diferentes enfoques que se associam. Nesse sentido, a mesma seria uma forma de gerar trabalho e renda, uma forma estratégica de desenvolvimento sustentável, com um caráter ecológico; um instrumento de política pública para a inclusão social; um setor econômico de modo de produção pós-capitalista; um modo de vida para a realização do bem viver, e especialmente

“um eixo de lutas, contando com a mobilização de amplos setores sociais que responde as demandas imediatas, negando as estruturas capitalistas de produção, distribuição, consumo, financiamento e acumulação e degradação ambiental, combatendo igualmente o individualismo, a exploração dos trabalhadores, a expropriação dos consumidores e diversas formas de dominação cultural e afirmando novas estruturas de produção, comercialização, consumo, financiamento, e desenvolvimento tecnológico, justas e sustentáveis.” (V PLENÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).



Assim, pode-se dizer que a Economia Solidária é um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da cooperação, solidariedade, e justiça social. Tem como centro a valorização do ser humano nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo. As práticas solidárias englobam fatores como: a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo.

A economia solidária seria formada então por empreendimentos autogestionários de produção, crédito, serviços, consumo. Para Singer, a solidariedade na economia só pode existir pela organização igualitária dos que se associam para produzir, poupar, trocar, consumir. Os sistemas alternativos de produção se desenvolvem em consonância com o desenvolvimento local, uma vez que essas últimas centram-se em políticas de apoio a atividades econômicas baseadas na solidariedade e na sustentabilidade (SINGER, 1998). É, portanto a valorização das relações sociais, considerando a sustentabilidade ambiental, igualdade, justiça de gênero, raça, e o reconhecimento e valorização do trabalho reprodutivo, como fundamental para a humanidade.

A resolução dos problemas e dos conflitos deve garantir a lógica da proximidade entre as pessoas, da solidariedade, da autogestão e do seu protagonismo, pautada também em uma justiça social que leve em consideração as necessidades humanas.

As ações desenvolvidas pelas organizações coletivas são planejadas visando a superação das desigualdades, por isso possuem um grande potencial para a melhoria da qualidade de vida, pois, buscam promover a inclusão social com atividades que geram emprego e renda, organizando produtores e trabalhadores urbanos e rurais.

É dentro desse contexto que esse artigo vem propor o estudo dos sistemas alternativos de produção, com o objetivo principal de analisar em que medida os princípios da Economia Solidária gera condições para o desenvolvimento e continuidade do grupo “Direto da Roça” no Município de Itajubá-MG.

## **METODOLOGIA**

O universo da pesquisa será composto pelas produtoras do “Direto da roça”, uma associação de mulheres que se organizaram e hoje comercializam seus produtos. O processo de construção da Loja “Direto da Roça” se iniciou em meados do ano 2002, uma iniciativa da EMATER-MG que teve o apoio da Prefeitura Municipal de Itajubá.



Este estudo teve como característica metodológica a pesquisa qualitativa. Trata-se de uma abordagem que procura entender uma dada realidade, a partir da compreensão das relações existentes entre diversos atores que vivem socialmente (MINAYO, 1994, p.21-22). O primeiro momento da pesquisa empírica acontecerá a partir da técnica de observação participante, no dia a dia das mulheres na loja “Diretos da Roça”, tendo como objetivo, conhecer as formas de organização, desde quando as mulheres abrem a loja, bem como se da relação com as outras associadas, e o fechamento da loja (do caixa) no final do dia, considerando uma relação direta entre o pesquisador e o fenômeno que está sendo observado.

A observação participante é importante na medida em que se pode conhecer como se dá a dinâmica de funcionamento das mulheres, permitindo, conforme Cruz Neto (1994, p.59-60), “[...] *captar uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real*”.

A estratégia utilizada para coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Segundo Cruz Neto (1994), a entrevista semi-estruturada se caracteriza pela articulação das duas modalidades existentes: a estruturada, em que as perguntas são formuladas antecipadamente, e a não estruturada, em que o pesquisado aborda livremente o tema da pesquisa. A importância dessa técnica, segundo Cruz Neto (1994, p.57), está no fato de que “[...] a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais”.

## **A ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA “DIRETO DA ROÇA”**

No Município de Itajubá-MG existe desde 2002 uma associação de mulheres, que se organizaram para comercializar seus produtos na Loja “Direto da Roça”. Os estímulos para tal empreitada foram diversos, contudo a ideia surgiu, principalmente, da identificação feita pela EMATER-MG, de um grupo de mulheres da zona rural que possuíam mão de obra capacitada para a confecção de quitandas, doces, compotas e etc. Porém, esta mão de obra encontrava-se de certa forma ociosa.

A produção de quitandas, doces, compotas, e artesanatos já fazia parte das raízes e do dia-a-dia de cada uma delas, praticá-los agora para comercialização, e com base no princípio do trabalho coletivo era um desafio. A Loja “Direto da Roça” conta com 16



produtoras associadas, cada uma produz um determinado tipo de produto e expõe o produto na Loja “Direto da Roça”. As produtoras também se organizam em esquemas de rodízio para que cada uma fique um dia na Loja vendendo os produtos.

Ao analisar o grupo de produtoras do “Direto da Roça”, o que se destacou como fator condicionante da prosperidade da Loja foram as transformações ocorridas na vida das mulheres depois que iniciaram as atividades em coletividade. Revelou-se também que as relações sociais das produtoras são baseadas em princípios solidários, como: confiança, solidariedade e participação mútua, o que reforça a cooperação entre elas.

As produtoras quando indagadas sobre as mudanças ocorridas em suas vidas depois de iniciarem as atividades coletivas, demonstram que o trabalho coletivo é economicamente mais viável que o trabalho individual e o trabalho flexível. Basta olharmos os diversos depoimentos das envolvidas na Loja sobre o trabalho em coletividade *“é bom, tão bom quanto trabalhar em casa de família, toda vez que a gente recebe a gente compra mais mercadoria, a gente ajuda em casa, e a gente ainda guarda um pouco, pra numa hora que precisar a gente ter um pouquinho”*. Outra produtora ainda relata que *“se você for trabalhar em casa de família você vai ganhar menos e ter mais “encheção de saco” (...) Aqui não tem nenhuma perturbação, se alguma coisa acontece, alguma coisa errada, todo mundo conversa e vê o que tá errado, vamos fazer então assim pra ver se dá certo”*.

Ainda, quando comparado ao valor que elas recebiam em outros postos de trabalho, uma delas afirma: *“o que to fazendo (produto) o povo compra bastante. E eu posso fazer outras coisas ainda. Então eu to tendo mais resultado do que a faxina”*. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Loja “Direto da Roça” é viável do ponto de vista socioeconômico, pois proporciona as produtoras meios para a obtenção de trabalho e renda melhores que as oportunidades que as mesmas possuíam anterior a organização do grupo.

Algumas produtoras ainda revelaram fatores como autonomia e independência financeira como fatores que importante de trabalhar na Loja “Direto da Roça”: *“a gente se sente valorizada, porque a gente todo mês te aquele dinheirinho da gente, você depender só do marido também”*, outra produtora ainda coloca que *“eu acho legal porque é autonomia né, você trabalha pra você mesma, não tem patrão, não tem horário rígido”*.

A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho, além de proporcionar o aumento da renda, abriu oportunidade de novas sociabilidades, como aumentar o círculo de amizades, conhecer pessoas, conversar, sair um pouco da vida doméstica:



Entrevistada 1: “conhecer as pessoas, fazer amizade, divulgar o artesanato, sei lá, eu já ensinei uma senhora a fazer artesanato aqui, tem muita gente que vem aqui.

Entrevistada 2: “Eu aprendi a usar a língua melhor. Porque a gente mexendo com o povo assim a gente tem q saber falar, saber o que você fala, pra mim foi um ponto que eu consegui fazer isso. Sai um pouco de casa, muito bom, pra mim foi muito bom”.

Entrevistada 3: “depois que eu me associei a loja eu tenho uma segurança maior em saber que eu posso sonhar que eu tenho possibilidade de realizar.”

Verifica-se, assim, que para além dos incrementos de emprego e renda, as atividades relacionadas a Economia Solidária são apontadas como fator de ganho na esfera da sociabilidade e da cultura, e em termos do reconhecimento do trabalho. Fatores que por meio de práticas solidárias prioriza o desenvolvimento de todos os membros por igual além de beneficiar as pessoas que não se encontravam no mercado de trabalho.

Ainda outro princípio solidário que é característica da associação de produtoras é a consciência coletiva entre as participantes da organização, pois as mesmas reconhecem a associação das produtoras como condição para conseguir manter a loja, uma das produtoras relata que *“O prático pra mim, eu vejo, eu ponho 5 produtos, vamos supor, mais a outra coloca mais 5, a outra coloca 10, isso junta a loja, você entendeu? Nessa afirmação a produtora chama a atenção por afirmar que sozinha não conseguiria manter uma loja sendo que a união das produtoras em prol de uma oferta coletiva de produtos é que se constitui a loja de fato, ou seja, faz com que a loja se concretize. Outra afirmação das produtoras sobre a importância da coletividade “(...)a loja esta sempre cheia, dá volume (...) Ninguém gosta de entrar em loja vazia, e eu não conseguiria sozinha encher uma loja dessas, é muito difícil”. A mesma produtora ainda completa “(...) já imaginou se eu fosse fazer os produtos das outras, eu morria! Então tendo esse grupo de pessoas, a união de todo mundo, cada um fazendo o seu, estando todo mundo ali é bom é muito bom”.*

Na percepção dos membros da Loja, esse empreendimento contribuiu não só para geração de renda, mas principalmente para o incremento de habilidades, das relações interpessoais e do bem estar emocional, uma vez que aprimorou as habilidades das produtoras, criou autonomia e satisfação pessoal. Assim, é importante a adoção de práticas solidárias associadas a organização de grupos, uma vez que esse tipo de prática pode gerar fatores positivos, que vão além da geração de renda.

Assim, pode-se afirmar que a economia solidária: “Não se trata somente de gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de construir novas relações sociais baseadas nos



valores da solidariedade e da cooperação, que fortalecem a participação do cidadão na sociedade” (REVISTA DEBATE INTERNACIONAL – CUT, 2000). Dessa forma, o trabalho solidário pode ser visto como uma alternativa de geração de trabalho e renda que valoriza homem e não o capital, além de estabelecer e fortalecer relações sociais fundadas na solidariedade, igualdade, cooperação, liberdade e democracia, ajuda mútua e responsabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das reflexões sobre a Economia Solidária como um dos pilares da geração de trabalho e renda, vale destacar que inclusão social e autonomia dos indivíduos são condições necessárias para a organização de um empreendimento de práticas solidárias onde os indivíduos podem se beneficiar igualmente das conquistas e dos caminhos a percorrer.

A organização socioprodutiva “Direto da Roça” demonstra a capacidade de articulação das práticas solidárias em organizações socioprodutivas, revela também as transformações ocorridas nas vidas das pessoas envolvidas com essas atividades. A forma de organização da Loja baseada na Economia Solidária fortalece o sucesso e a continuidade da mesma. Assim, a condução das atividades relacionadas à comercialização dos produtos da Loja “Direto da Roça” tem proporcionado ao longo destes 10 anos, para as mulheres produtoras, uma experiência única que vai além da capacidade de organizar e comercializar os seus produtos.

As novas ideias voltadas ao bem-estar humano que visam à melhoria do desempenho social da sociedade acabam por introduzir novas dinâmicas coletivas, envolvendo, também, solidariedade e participação, reforçando a cooperação entre os atores. Nesse sentido, o “Direto da Roça” tem mostrado que é possível garantir que mulheres sejam protagonistas de um processo que envolve e entrelaça diversos temas, comercialização, produção aprendizagem, autoestima, amizade, confiança e economia solidária. Os 10 anos existência da loja podem ser considerados a prova de que se podem construir espaços de produção e de comercialização fundada na articulação desses pressupostos não capitalista, o que demonstra sua capacidade de permanência no interior do modo de produção dominante, ainda que não substituam esse modo de produção.





## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. L., TOLENTINO, M. A., THEÓPHILO, C. R. *Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros- MG*. In: In: 33º Enanpad, 2009, São Paulo.

BARBOSA, R. N.de C. *A Economia Solidária como Política Pública*. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2007.

CRUZ-NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Previdência Rural**. Relatório de Avaliação Socioeconômica. Brasília: IPEA, Texto para discussão, 1997.

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. *Caderno de Aprofundamento aos debates*, FBES, nov. 2007.

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 284 p.

HARVEY, David *A condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1992.

MINAYO, M.C.S. et all. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

REVISTA DEBATE INTERNACIONAL.CUT, maio, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SANTOS, Boaventura (2002) “Os processos da globalização” In: Santos, Boaventura (Org.) *A globalização e as ciências sociais*, São Paulo, Cortez Editora.

SILVA, José Graziano da. *O Novo Rural Brasileiro*, Revista Nova economia. Belo horizonte. 7(1):43-81,1998.

SILVA, José Graziano da. *O Novo Rural Brasileiro*, Revista Nova economia. Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997).

SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.





## BREVE HISTÓRICO DAS FASES DO PENSAMENTO EM GESTÃO DE PESSOAS/TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES

CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa

*Estudante de Mestrado do programa de Pós Graduação de Políticas Sociais da UENF*

*Thiara.cerqueira@gmail.com*

SOARES, Natália Ribeiro

*Estudante de Mestrado do programa de Pós Graduação de Políticas Sociais da UENF*

*natysoaresribeiro@hotmail.com*

225

### RESUMO

Este artigo trata à temática gestão de pessoas dentro de seu contexto histórico em suas fases de transformação a partir da teoria geral de administração. Desta feita, o objetivo deste estudo é evidenciar a importância do processo de treinamento como ferramenta estratégica na organização do trabalho e no desempenho competitivo da empresa na esfera do mercado. Neste cenário de grandes transformações no mundo do trabalho, as empresas têm se obrigado a modificar o perfil das relações capital/ trabalho e responder os desafios do séc. XXI marcado por esse mercado que exige alta produtividade. Assim, a sustentabilidade do negócio volta a ser o investimento maciço no seu capital humano de relevância. O êxito de uma empresa depende cada vez mais do envolvimento dos seus trabalhadores na busca pela qualidade dos seus produtos e serviços. Sem essa atenção as organizações tendem a se depararem com conflitos no ambiente de trabalho cada vez mais graves, afetando diretamente a imagem da empresa.

**Palavras-chave:** Gestão de Pessoas, Treinamento e Desenvolvimento (T&D), Organização do Trabalho,

### ABSTRACT:

This article deals with the theme of managing people within their historical context in their stages of processing from the general theory of administration. This time, the aim of this study is to highlight the importance of the training process as a strategic tool in the work organization and the competitive performance of the company in the market sphere. In this scenario of major changes in the workplace, companies must be required to modify the profile of capital / labor relations and meet the challenges of the century. Xxi marked by this market that demands high productivity. Thus, the sustainability of the business back up to the massive investment in its human capital relevant. The success of an enterprise increasingly depends on the involvement of its employees in their search for quality products and services. Without this care organizations tend to encounter conflicts in increasingly serious work environment, directly affecting the company's image.

**Key-words:** Management of People, Training and Development, Labour Organization



## INTRODUÇÃO

Desde a chamada Primeira Revolução Industrial, até os dias atuais, a sociedade vem passando por momentos de rápidas mudanças em relação à importância e a maneira como perpetua o treinamento e desenvolvimento dos profissionais no local de trabalho. Neste cenário, a empresa tem sido obrigada a modificar o perfil das relações capital/ trabalho e responder os desafios do século XXI marcado por esse mercado que exige alta produtividade. Assim a sustentabilidade do negócio perpassa pelo investimento maciço no seu capital humano. E estas tendências deverão continuar pelos próximos anos, estimuladas intensamente por, pelo menos, dois fatores descritos pelos manuais de gestão de negócios: a ampla utilização de sistemas tecnológicos que modificam o processo de comunicação entre os indivíduos, atribuindo novos significados na transação de informações e conhecimentos; necessidade de retenção de talentos seja cada vez mais importante para novos investimentos nos setores da economia.<sup>1</sup>

Entende-se T&D como duas vertentes de um mesmo processo. Treinamento é caracterizado como sendo educação profissional que tem como objetivo a adaptação do indivíduo ao trabalho em determinada empresa, preparando-o de maneira apropriada para o exercício de um cargo, podendo ser aplicado a todos os níveis ou setores da empresa (BARRETO, 1995)<sup>2</sup>. E, desenvolvimento é caracterizado como aperfeiçoamento das capacidades do trabalhador, interferindo nas suas motivações a fim de torná-los futuros membros valiosos para a organização. (Milkovick e Boudreau, 2000)<sup>3</sup>. Sendo que o desenvolvimento também é exógeno à organização, é uma contribuição para a vida como um todo do indivíduo.

De acordo com Chiavenato (2010) o treinamento fornece meios que além de facilitar a aprendizagem, orienta de maneira positiva para que as pessoas desenvolvam seus conhecimentos, atitudes e habilidades beneficiando o todo. Portanto, é também objetivo auxiliar as pessoas para execução imediata das diversas tarefas do cargo onde o foco seria proporcionar oportunidades para o contínuo desenvolvimento pessoal, mudar a atitude das pessoas, seja para criar um clima mais satisfatório entre elas ou para aumentar-lhes a motivação e torná-las mais receptivas às novas técnicas de gestão e novas formas de organizar o trabalho.

<sup>1</sup> Revista T&D Inteligência Corporativa, agosto/setembro 2012, p.36

<sup>2</sup> Extraído do site: <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-treinamento-e-desenvolvimento-na-empresa/31071/#ixzz2TJ4fBdK9>

<sup>3</sup> Idem



Contudo, essa maneira de pensar é fruto do capitalismo pós guerra e vem ao longo do tempo ganhando voz quase unívoca dentro do universo empresarial. Tal pensamento e sua modificação vem de um conjunto de fatores sócio-históricos e diversas formas também de analisa-las seja teoricamente ou ideologicamente. Nosso escopo é demonstrar o caminho desse pensamento sob a ótica da teoria geral da administração que vem servindo de base na formação dos executivos e CEOs das grandes empresas, resvalando para a micro e média empresa. Haja vista que, não há como falar bem sobre organização de trabalho e seus processos sem entender como se dá na prática, através do treinamento. Para tanto, como metodologia, realizou-se, uma pesquisa bibliográfica sobre a temática identificando seu caráter histórico na Organização do Trabalho. Para isso, foram utilizados autores e revistas da área de Administração. Interessa saber como a adoção sistêmica dessa prática de forma adequada define a postura e instituem o comportamento humano nas empresas. O foco de estudo, portanto, é apreensão do tema treinamento em seu contexto macro, abordando as esferas: econômica, política e social. Do momento do surgimento e seus os períodos de mudanças.

## **1. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: CRIAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NAS RELAÇÕES SOCIAIS**

O pensamento a respeito do que seja uma empresa, uma organização, bem como a própria essência do pensamento administrativo é consequência do surgimento e a consolidação do capitalismo em concomitância com o processo conhecido como a era moderna. Foi com o advento da Revolução Industrial ou a chamada Revolução Burguesa (Capitalismo Industrial segunda metade do séc. XVIII), que se criam as condições ideais para a introdução ao longo do tempo de conceitos como administração, gerência e gestão do trabalho, processos de organização do trabalho e, especificamente gestão de pessoas.

Segundo Simões (2000) a Revolução Industrial marcou um período de mudança cultural entre as relações de trabalho pré-capitalistas e capitalistas. As relações de trabalho na sociedade pré-capitalista eram comunitárias, não se distinguiam ou não estavam separadas em seus diversos elementos. A relação do trabalho era simultaneamente uma relação com a comunidade, global, instintiva e espontânea. Ou seja, não havia separação entre a vida privada e a comunitária, inexistindo a ideia da privacidade da vida. Qualquer ação era simultaneamente



particular e pública. Portanto, a moral do trabalho era completamente diluída no trabalho em geral.

O que havia era um complexo normativo único e global, em que o indivíduo era síntese do coletivo e do individual. Portanto, não havia confrontação entre a coletividade e a individualidade, até porque não existia separação entre elas. E não havia separação porque a vida não estava dividida entre privado e público e nem os meios de produção eram privatizados. Se o trabalhador errasse em algum ponto, estava errando com a própria comunidade. A transgressão era reprimida de forma violenta, por toda comunidade. A relação de produção era simultaneamente de parentesco e a divisão do trabalho estava estabelecida por critérios não necessariamente econômicos.

Com o advento da sociedade capitalista e conseqüente desenvolvimento da privatização dos meios de produção, de distribuição e de consumo houve na relação de trabalho a separação do público, coletivo/ privado. Com a divisão técnica e social do trabalho formou-se o mundo da sociedade civil e o mundo do Estado. Passou-se, assim, a relação do trabalho, para o campo privado dos interesses individuais. Os aspectos morais passaram a ser jogados para as regiões superestruturais porque se referem à conduta do indivíduo com a coletividade. Os valores morais passam a adquirir grande relevância social porque torna-se a referência da conduta dos indivíduos isolados em sua privacidade relativamente ao conjunto social, é claro aos interesses dominantes (id., *ibid.*, 2000).

Essa sociedade em que os interesses particulares entram em contradição com os gerais, evidentemente, uma moral do particular em conflito com os poderes ou eixos coletivos, faz gerar uma moral difusa, ambígua, entretanto, ao mesmo tempo coletiva, que é a moral de grupo, de classe. Para tanto, afirma esse autor, é necessário definir padrões nas relações de trabalho, o que exige tornar comportamentos e condutas profissionais objeto de análise e estudos para se estabelecer o que é essencial, fundamental e, então, sistematizar esses padrões.

O nascituro de Empresas, da relação entre patrões e empregados, está atrelado ao declínio das bases da sociedade feudal e o surgimento de uma nova classe social a burguesia e a sua revolução que criou sua classe "contraditória": o proletariado ou a classe trabalhadora, na expropriação do trabalhador dos meios de produção e sua impulsão para vender sua força de trabalho ao capital. Dessa premissa, surgem os chãos de fábrica e a generalização do operariado. E neste contexto, inicia-se formas de organização do trabalho que implica fundamentalmente o princípio de divisão do trabalho. O trabalhador é setorizado para cada



segmento de tarefa que são repetidas e especializadas. Essa divisão e especialização resultariam no aumento da produtividade ao melhorar as capacidades do trabalhador na otimização do tempo (SOBRAL E PECI, 2008). Cada operário realizaria apenas uma pequena parte da fabricação do produto, sendo treinado e especializado apenas naquela tarefa. O operário, agora, deixaria de saber fazer todo o produto, mas apenas parte dele (GOUNET, 1999). Temos, portanto, a relação de trabalho chamado de tipo assalariado, onde as pessoas não mais possuem os meios de produção, tendo sua força de trabalho modificada em mercadoria que é paga pelos detentores dos meios de produção na forma de salário. Em outros termos, a força de trabalho se configura como mercadoria, que aparece sob a forma de contrato ou acordo mercantil (Benfica, 2006).

Adam Smith, um dos maiores expoentes na defesa dos princípios do liberalismo econômico, afirma, entretanto, que seu principal sustentáculo é o trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. Segundo ele, a procura do interesse próprio, pelos indivíduos, (desejo natural de melhorar as condições de existência), tende a maximizar o bem-estar coletivo. O mercado – a mão invisível – levaria os homens a promoverem um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. Nessa perspectiva as “leis humanas” não poderiam interferir nas “leis naturais” da economia e, por isso o Estado não deve ser intervencionista e sim um Estado Mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil, na qual se localiza a virtude. Esse raciocínio juntamente com a ética do trabalho (“o trabalho dignifica o homem”) se torna hegemônica à medida que a sociedade burguesa se consolida. Trata-se de uma sociedade fundada no mérito de cada um, em potencializar suas capacidades supostamente naturais. (BERING, 2008).

Durante a 1ª e 2ª Revolução Industrial, o Direito do Trabalho adequou-se aos avanços tecnológicos do capitalismo. Mas, o Estado constitucional liberal, onde o capital se fez presente e forte, não necessitou mais da intervenção do Estado na economia para legitimar o seu poder. Tanto às leis sociais quanto as trabalhistas eram esparsas, cabendo ao Direito Civil à tutela de toda e qualquer relação de trabalho (MARAGONI, 2006)

Neste contexto, criou-se um cenário expressivo de urbanização com a concentração de mão de obra nas fábricas. Evidentemente que tal crescimento econômico iniciado na Inglaterra do século XVIII, aliado ao otimismo da revolução foi forjado num contexto de alto custo social. Trabalhadores em condições precárias de trabalho e moradia, de sujeira e miséria fizeram eclodir os conflitos entre capital e trabalho. E foi esta mobilização e organização da classe



trabalhadora, que trouxeram mudanças para o cenário liberal. O operariado fabril lutava pela emancipação humana<sup>4</sup>, pela socialização da riqueza e pela instituição de uma sociabilidade não capitalista, fundados em ideais do maior pensador crítico ao capitalismo Karl Marx, que buscou desvendar os adventos do capitalismo e a formação da sociedade dividida em classes e os conflitos inerentes a isso (SOBRAL E PECI, 2008). Evidentemente, todas as mudanças no mundo do trabalho, foram permeadas pela luta da classe trabalhadora. Sem suas reivindicações e movimentos sociais, os direitos e conquistas trabalhistas, a regulação do Estado entre capital e trabalho não seria realidade.

Entretanto é interessante salientar que o período que marcou o estabelecimento do capitalismo como modelo de sistema econômico e social vigente foi caracterizado pela imediata preocupação com os desafios de atrair mão de obra e tentar qualificá-la para a realização das tarefas. Nesse momento, não havia uma sistematização de formas de gestão do trabalho.

E a busca por um padrão para sociedade capitalista fez surgir não somente uma nova organização do trabalho, mas também impulsionou chamado processo de modernização das sociedades ocidentais. Este processo “refere-se à substituição de estruturas sociais baseadas na autoridade tradicional, como a sociedade medieval, por outras baseadas na autoridade racional-legal e pela emergência lógica do mercado” (SOBRAL E PECI, 2008, p. 36)

Para Harvey (1998, p.23) o projeto da modernidade que entrou em foco durante o século XVIII tinha como pretensão,

(...) usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente na busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. a) O domínio científico da natureza libertaria os homens da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. b) O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento os libertaria das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Este projeto permitira descobrir as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade.

<sup>4</sup> Para Marx, a emancipação política conquistada pelo intermédio do Estado, se constitui um progresso. Entretanto, *não constitui a forma final de emancipação humana*. A emancipação política é limitada, quando o Estado se põe como intermediário entre o homem e a liberdade humana. “*A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, individuo independente e egoísta e, por outro lado, a cidadão, a pessoa moral.*” E acrescenta que a emancipação humana só poderá ser possível “*quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando o homem individual, na sua vida empírica, no trabalho, nas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais, de maneira que a nunca separar de si esta força social como força política*”. Para alcançar essa posição de liberdade é preciso que se constitua uma classe que *seja a dissolução de todas as classes, a dissolução da sociedade de classes*. Essa classe particular é o proletariado. MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002 p. 20-57.





Assim, o pós Primeira Guerra criou condições ainda mais suscetíveis para o desenvolvimento da burocracia, que se desenvolve entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Servindo como sustentáculo ao Estado Moderno e conferindo a esta organização e legitimidade (WEBER, 1982). Para Max Weber (1971), a burocracia moderna não é apenas uma forma avançada de organização administrativa, com base no método racional e científico, mas também uma forma de dominação legítima.

Assim a autoridade racional-legal "fundamenta-se nas regras e normas estabelecidas por um regulamento reconhecido e aceito por todos os membros de da comunidade. A legitimidade decorre da aceitação da regra impessoal" (SOBRAL E PECCI. 2008, p.37). Há uma predileção nesse momento por organizar a vida humana baseada na racionalidade, criando um aporte de leis e normas de caráter legal; impessoalidade nas relações; rotinas e procedimentos padronizados e antecipação ou previsão do funcionamento e de comportamento humano; Especialização da administração; Cargos distribuídos por especialização e competência. Isso significa dizer que todo aporte da divisão do trabalho está fundado na racionalidade, na eficiência da Organização.

A partir da criação dessa nova sociedade moderna baseada na estrutura capitalista, ao final do sec. XIX começa-se a organizar de forma sistêmica, novas formas de gerir o trabalho, começando com o Taylorismo, perpassando pelo pós Segunda Guerra mundial para o modelo Toyotista (GOUNET, 1999) culminando no que hoje conhecemos como a Terceira Revolução Industrial (Acumulação flexível), onde se processou a junção entre conhecimento científico e produção industrial, ou seja, o processo industrial pautado no conhecimento e na pesquisa e na flexibilização do trabalho. Portanto, a cada fase áurea do capitalismo até o seu declínio, o capital criou ferramentas de gerir o seu maior capital: o humano, mesmo que sem os reconhecimentos devidos.

A realidade do trabalho conhecida nos chamados países desenvolvidos como “A Idade de Ouro”, foi dando lugar à adoção de novos modelos produtivos alterando o conteúdo do trabalho (perfil do trabalhador), a forma de emprego (formal, informal, terceirizado, precário, subemprego) e indubitavelmente a relação entre capital e trabalho, na onda da flexibilização e enfraquecimento das forças sindicais (ação coletiva). O perfil profissional do mercado requer trabalhadores que apresentem características como polivalência, adaptabilidade às mudanças e capacidade de respostas rápidas, impulsionados pela competição entre grandes grupos multinacionais (MOTA, 1995).





A crise de 1970 demarca a queda dessa era Capitalista do Estado de Bem Estar Social. Levando novos rearranjos conhecidos como posicionamento neoliberal sob bases da reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho. Adensando a isso houve uma mudança expressiva no universo das empresas que passa do setor industrial para o setor de serviço. Segundo Harvey (1989), essas mudanças na ponta do consumo, associadas à mudança na produção, na reunião de informações e no financiamento, parecem estar na base de um notável aumento proporcional do emprego no setor de serviços a partir do início dos anos 70. Atrrelado a isso, este autor complementa afirmando que “a estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 1998, p. 148).

Assim, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Desta feita, é requisitado desse trabalhador Pós Moderno, soluções rápidas em meio a situações instáveis. Atributos como inovação, empreendedorismo e proatividade viraram condição sine qua nom para atender a lógica organizacional do trabalho. Nesse universo toda educação para o trabalho se volta para essas questões de preparar o novo perfil de trabalhador mais arrojado, envolvido com todas as esferas da produção: do trabalho mecânico ao trabalho intelectual. Estamos falando da era da Informação, do conhecimento como mercadoria mais valiosa, evidenciando a necessidade de ter trabalhadores que detém a última dos conhecimentos e inovações técnicas disponíveis no mercado. Pois sem isso não há, hoje, como ter rendimentos lucrativos satisfatórios e muito menos condições competitivas. Em contraponto, estamos diante de um ser humano também mais fragmentado, complexo e ainda mais instável. Numa sociedade onde não há mais indícios de uma segurança: seja nas relações afetivas seja no trabalho. Como lidar com este ser humano dentro das empresas tornou-se prerrogativa indelével para os gestores.

## **2. AS PRINCIPAIS TEORIAS DE ADMINISTRAÇÃO E SEU ENFOQUE EM GESTÃO DO TRABALHO**

Dentro do sistema capitalista encontram-se vários tipos de organização do trabalho. Cada qual adequada à situação econômica e produtiva vigente. O fato é que para cada tipo de



organização do trabalho há a influência direta sobre as pessoas envolvidas no processo, ou seja, no mundo do trabalhador. A forma de enxergar esse trabalhador também é alterada pelas organizações e, conseqüentemente, a maneira como percebe e incorpora o treinamento.

Produzir mais com menos custo, eis a tônica do sistema. E em sua fase monopolista, já havia conquistado um processo de mecanização e de divisão de trabalho que atingiram a produção em massa, através do incentivo ao consumo. A produção em série e os altos lucros, propiciou o acúmulo de riqueza nas mãos da burguesia industrial, comercial e financeira.

Na fase monopolista, o capital dispunha de grandes organizações que detinham a maior concentração dos lucros. Em consequência, afirma Sobral e Peci (2008), esta entrada do capitalismo na fase monopolista levada pela concentração técnica e financeira, introduz a necessidade ímpar de desenvolver novas formas de gestão de trabalho.

Assim, demarca de forma sistêmica o início da escola clássica de administração em 1903 com a teoria da Administração Científica dentro do contexto de concentração de mercados e crescimento econômico. Aliado a isso, a existência de uma nova força de trabalho desqualificada e barata. Estamos tratando de camponeses, emigrantes analfabetos e semianalfabetos que nunca havia sido inseridos num contexto fabril, de produção mecanicista.

O intuito, neste momento é aplicar princípios de administração científica como forma eficaz de treinar trabalhadores pouco qualificados e alcançar consideráveis ganhos de produtividade (op. cit. p.38). Criar medidas de racionalização e controle do trabalho fabril. E dar cientificidade a administração, com normas, leis e regras definidas e que podem ser aplicadas a qualquer atividade exercida pelo homem.

O principal representante e idealizador da corrente administração científica é o norte americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915) que criou um conjunto de métodos e técnicas voltadas pela busca de gestão eficiente do trabalho. Por meio de um treinamento rápido e adequado, o homem comum agregaria condições para executar a tarefa. Saber o que e como deve ser feito e no tempo exato aceitável para a execução da tarefa. Estabelece-se a visão mecanicista do homem, cada funcionário é uma mera parte da engrenagem (BENFICA, 2008).

Em outras palavras, separar o trabalhador, da prática de concepção e execução no processo de trabalho. Há a intenção de utilizar do monopólio do conhecimento para o controle de cada etapa do processo de trabalho e a forma de sua execução. O intento era maximização da produtividade e para isso era observado cada detalhe do processo de trabalho a fim de apurar quais eram os movimentos necessários e desnecessários para cada execução, reduzindo



desperdícios e simplificando as ações. A prerrogativa era o estudo de tempos e movimentos e sua otimização na divisão do trabalho (SOBRAL E PECI, 2008).

Surgem também, as primeiras prerrogativas de seleção dos trabalhadores para cada tarefa de maneira científica. De acordo com suas aptidões e capacidades o trabalhador poderia exercer melhor suas funções adaptando-se melhor. A motivação, segundo Taylor, vinha de incentivos materiais. Portanto, para o trabalhador mais produtivo, era premiado de maneira remunerada (remuneração por peça). Taylor acreditava na ideia do ser humano egoísta e racional, orientado por motivações exclusivamente materiais. “O homem não gosta de trabalhar, o faz exclusivamente por necessidades financeiras”. Essa teoria possui uma visão microscopia do ser humano, como sendo um apêndice isolado da máquina industrial. (CHIAVENATO, 2000).

A Administração Científica tem, por seus fundamentos, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos, empregador e empregado, são um, único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja – altos salários – e ao empregador também o que ele realmente almeja – baixo custo de produção. (TAYLOR, 1970, p.28)

Dentre as teorias da escola Clássica de Administração, existem também outras duas correntes, a gestão administrativa (1916) de Henry Fayol e a teoria da burocracia (1909) de Max Weber.

Em Weber e sua teoria da burocracia, surge num contexto de consolidação na sociedade ocidental da racionalização do direito e seu sistema jurídico em contraponto as normas escritas pelas tradições e costumes (WEBER, 1971). O Estado Moderno havia atingido graus de centralização e as indústrias estavam consolidadas nas cidades a partir da sociedade em massas. Portanto, a burocracia procura “organizar, de forma estável e duradoura, a cooperação de grandes números de indivíduos, cada qual detendo uma função especializada. Administração burocrática consiste no exercício da dominação baseado no poder” (SOBRAL E PECI, 2008, p.44).

Assim, a forma de treinar era direcionada para formalizar e codificar competências técnicas, buscando o profissionalismo do indivíduo separando-o de seu cargo e vida privada. A divisão do trabalho possuía funções bem definidas, subdividas de maneira racional em tarefas simples e rotineiras. A transmissão de conhecimento, era feita de maneira formalizada. A impessoalidade era marca constante dos princípios da burocracia, cujos membros da



organização têm direitos e deveres definidos por regras legais aplicadas a todos, de acordo com seu cargo ou função. A organização obedece a uma hierarquia onde cada cargo inferior está sob o controle e supervisão do superior. A lei é a autoridade máxima. (CHIAVENATO, 2000)

O treinamento aqui assume uma importância especial, pois o indivíduo somente poderia assumir um cargo caso estivesse em condições de preparo técnico adequado, um conhecimento técnico. O foco é a lógica científica, através de metodologia de análise racional. Com predomínio de bases democráticas em contraponto do favoritismo e clientelismo. (CARAVANTE, 1998).

Interessante mencionar, que em Fayol encontramos as seguintes premissas para gerir pessoas em seus princípios de administração. Primeiramente, na divisão de trabalho deve especializar as funções e separar os poderes. No fator autoridade, é preciso dirigir o pessoal através do direito de mandar e do poder de se fazer obedecer para que as coisas sejam feitas. Para isso, é preciso também estabelecer responsabilidades com recompensas ou sanções. A disciplina precisa ser estabelecida e conhecida por todos, de maneira a incentivar a obediência, assiduidade, o respeito, etc. O interesse pessoal não deve prevalecer sobre o interesse da organização; Deve-se tratar o pessoal de maneira benévola e justa. Promover nos subordinados a liberdade de propor, conceber e executar, além de incentivar o espírito de equipe e harmonia do pessoal como fontes de vitalidade para a empresa (SILVA, 1987). Para Fayol, "organizar uma empresa é dotá-la de tudo que é útil a seu funcionamento: matéria- prima, utensílios, capitais e pessoais" (FAYOL, 1968, p. 94 apud CARAVANTE, 1998, p.43). Por isso, Fayol complementa que:

Administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar; prever é perscrutar o futuro e traçar programas de ação; Organizar é constituir o duplo organismo, material e social da empresa; Comandar é dirigir o pessoal; Coordenar é ligar, unir e harmonizar todos os atos e esforços; Controlar é velar para que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas. (op. cit., p.44)

Já nas teorias de transição e seus respectivos representantes: Follet (1868-1933) e Barnard (1886-1961) encontramos as raízes para o foco nas pessoas. Follet foi o primeiro a reconhecer a importância de gestão de pessoas. O pressuposto é de que ninguém poderia se realizar como pessoa se não fizesse parte de um grupo. Através de análise comportamental ele focou nos conflitos do ambiente de trabalho criando três métodos de resolução de conflitos: o da força (coerção); da barganha (negociação política); integração (harmonia). Follet baseava-se



na visão interdisciplinar, ao integrar política, economia e biologia, como fatores que influenciavam diretamente na interação dos grupos sociais. Ele introduz o termo modelo holístico de controle, ao gerir pessoas. (SOBRAL E PECI, 2008).

Barnard é o pioneiro a incorporar ideias trazidas pela sociologia e psicologia ao enfatizar o declínio do individualismo utilitarista e introduzir a concepção de sociedade como entidade cooperativa regulada por princípios morais Assim a Organização é redefinida por ele como sistemas cooperativos: o homem é visto como um ser social (MADALOZZO, 2004).

Ao gestor, conclui Barnard, cabe criar um sistema de incentivos que consiga promover a participação ativa de todos, em benefício da organização. Por isso, a comunicação deve ser ferramenta eficaz na transmissão de deveres e direitos, nas tarefas solicitadas e porque são solicitadas (MADALOZZO, 2004)

Assim, começa a se estabelecer um enfoque comportamental na gestão do trabalho, reconhecendo a importância da dimensão humana para o sucesso das organizações. Segundo Caravante (1998) as teorias de enfoque comportamental visam analisar o comportamento humano nas organizações. Isso implica afirmar, que o homem não é estimulado apenas por fatores econômicos, mas também por fatores sociais e psicológicos. O indivíduo é considerado um ser complexo que carrega dentro de si apelos de realização pessoal e autonomia de pensamento. O homem não pode ser mecanizado como pensavam em outrora. Se antes a abordagem clássica da Administração negligenciava o fator humano ou consideravam que podiam controlar e prever suas ações, no decorrer dos anos 30 começam a considerar certa imprevisibilidade na gestão de pessoas.

Evidentemente que esta nova abordagem está estritamente ligada à crise capitalista de 1929 que colocaram em cheque o otimismo do liberalismo de crescimento para todos. O fim da Primeira Guerra Mundial, além de ter causado retração na economia deu abertura para a entrada de ideais socialistas. Tais fatos tornaram o terreno propício ao movimento das Escolas de relações humanas, voltadas para uma relação aberta e amigável com os trabalhadores. O gerente deveria ser capaz de gerar cooperação, em vez de expertise técnica (CHIAVENATO, 2000)

Apesar da Escola de relações humanas (1932) contribuírem para alertar a importância do ser humano na organização, esta ainda preconizava um ser humano passivo que reage de forma padronizada aos estímulos. Contudo é inegável, relata Sobral e Peci (2008), a contribuição para quebrar o paradigma do homem puramente econômico e apontar para a



importância de englobar aspectos subjetivos e emocionais. Assim, os gestores, deveriam ser enfáticos, quanto à motivação, comunicação e bem estar dos trabalhadores.

Desta feita, teorias administrativas entram no campo das abordagens quantitativas (pesquisa operacional), "refere-se ao uso de técnicas matemáticas e quantitativas para a criação de análise de modelos complexos, que possam facilitar a solução de problemas da administração" (SOBRAL E PECI, 2008, p.54). Com o intuito, de buscar solucionar questões mais complexas, essa abordagem unia profissionais de áreas diversas para analisar um problema x e propor estratégias de ação, facilitando o processo de tomada de decisão. Mas a lógica aqui são os números, então há uma desconsideração do fator humano em detrimento a técnica. Mais uma vez surge a ideia de dar mais previsibilidade as ações e comportamento humano.

As tendências contemporâneas em administrar e gerir o trabalho se diversificaram e se pulverizaram com a entrada do pós-modernismo e suas mudanças na ordem econômica, cultural e social tais como: a globalização e seus impactos, o crescimento do setor de serviços, o avanço tecnológico, a crescente do terceiro setor e das ONGs. Além disso, o pós-modernismo se identifica com a mudança nas formas de pensar (a descrença no iluminismo e nas verdades absolutas, etc.), criando o que é denominado de pluralismo intelectual. Estes fatores, dentre outros, interferiram e interferem no mundo dos negócios e, conseqüentemente, na forma em que estes lidam com o ser humano (SOBRAL E PECI, 2008).

Os campos nos estudos administrativos até os anos 60 eram mais homogêneos, controlado dentro de um único paradigma intelectual funcionalista e positivismo (CARAVANTE, 1998). A partir dessa década, estamos diante de uma pluralidade de alternativas à visão funcionalista.

Diante dessa diversidade de teorias contemporâneas, destacaremos a teoria institucional, e o movimento de estudos críticos em administração. A primeira é a mais dominante corrente teórica na área. Esta busca, explicar através de pesquisas empíricas o porquê das organizações assumirem determinadas formas, que apresentam relativa semelhança entre si. Estas preconizam o isofismo organizacional como determinante para a semelhança existente entre as formas organizacionais. Isto é, há uma padronização das ideias organizacionais e na forma de gerir o trabalho. O treinamento profissional está também se padronizando. Essa teoria faz uso do pressuposto do construtivismo social que analisa como os seres humanos constroem o mundo social, levando em consideração que as práticas





organizacionais são também resultantes da forma como um grupo constrói seu ambiente laborativo (SOBRAL E PECCI, 2008).

E segundo, apesar de ser o menos expressivo, contribui significativamente para abertura multidisciplinar da problemática da administração em gerir o universo organizacional, isto é, processos, produtos e pessoas. Esse movimento surge com o objetivo de dar voz aos sujeitos que foram excluídos historicamente. É a tentativa de expor os mecanismos de controle, de dominação e de desigualdades nas organizações. Dar voz ao trabalhador assalariado (MADALOZZO, 2002).

Conclui-se então, que dos anos noventa em diante, foi demarcado pela modernização sistêmica, quando as empresas começam a concentrar seus esforços nas estratégias organizacionais e na adoção de novas formas de gestão de pessoas e o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade. Outra característica desse momento é o esforço empresarial, voltado para o treinamento em programas comportamentais e/o motivacionais com o intuito de despertar no trabalhador o espírito cooperativo em relação às estratégias gerenciais (FELIRZADO, 2010)<sup>5</sup>. O treinamento deixa de ser apenas controle e ajuste para também se tornar desenvolvedor de seres humanos capazes de incluir em sua vida, o trabalho como realização humana.

De 1970 até a adentrada do ano 2000, propagou-se a valorização do ser humano na empresa, os profissionais começaram a ser reconhecidos pelo conjunto de conhecimento, técnica e habilidades desenvolvidas. Isto é pelo conjunto de competências que este profissional possui (FERREIRA, 2006).

Em algumas empresas, tidas como mais sofisticadas, encontramos o termo administração de pessoas "com uma abordagem que tende a personalizar e a visualizar pessoas como seres humanos, dotados de capacidades e habilidades intelectuais" (CHIAVENATO, 2010, p.10). A tendência mais recente é falar em administração com pessoas. Isso significa gerir toda a organização baseado no princípio de gestão junto com os "colaboradores". "Não mais como recurso organizacional, um objeto servil ou mero sujeito passivo no processo, mas fundamentalmente como sujeito ativo, provocador das decisões e empreendedor das ações e agregador de valor dentro das organizações". (id. *ibid.*, p. 12).

<sup>5</sup> Felizardo, Jean Mari. Capitalismo, Organização do Trabalho e Tecnologia da Produção e seus Impactos Na Qualificação Da Força De Trabalho, 2010. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/capitalismo.pdf> . Acessado em: Maio de 2013.





Importante ressaltar, de acordo com Ferreira, et al (2006), que a gestão de pessoas está estritamente ligada com o conjunto de estratégias da empresa. Hoje, pensa-se, sobretudo, em alinhamento da gestão de/com pessoas voltadas para os objetivos organizacionais. Portanto, uma outra nomenclatura, em voga seria a: gestão estratégica de pessoas. Depositando nessa gestão e em suas ferramentas, principalmente T&D, soluções, diante dos desafios impostos pelo o universo das organizações.

Assim, se antes o treinamento tinha como foco principal apenas o ensino de técnicas e habilidade para o exercício da função numa cadeia específica de processos, hoje seu escopo volta-se primordialmente para a educação abrangente em diversos campos do saber e variáveis técnicas de abordagem. O treinamento não se restringe a capacitar o indivíduo para uma tarefa específica. Na verdade, o treinamento busca antes de tudo desenvolver no “colaborador” todas as suas potencialidades inerentes para fins estratégicos da organização. Ressaltando que para isso, precisa perpassar seu treinamento para desenvolver enquanto pessoa com dignidade.

Os conceitos de Gestão de pessoas e ARH difundiram-se no campo organizacional, e forma de plural vem permeando o modus operandis da empresa em relação aos seus funcionários/colaboradores. E para cada escolha desse mundo de conceitos, os níveis de atuação da Gestão de Pessoas (GP) tem seu foco delimitado. Existem Gps com foco no negócio; foco na empresa como um todo, foco nos gerentes e gestores, focos nos processos de GP (CHIAVENATO, 2010)

O que tem se tornado unânime, ao menos no discurso é entender que as organizações são feitas de pessoas para as pessoas. E seu papel é de suma importância para o bom desenvolvimento da própria organização. Hoje, se pensa em alinhar de forma coesa as habilidade e competências do conjunto de seus funcionários de forma estratégica e num objetivo comum (MARRAS, 2001). Nomenclaturas são alteradas a fim de destacar a importância das pessoas e seu papel dentro da empresa. Funcionários, colaboradores, recursos humanos, talento humano, capital intelectual, etc.

A busca pelo equilíbrio, entre pessoas e organizações tem sido prerrogativa no GP de atualmente. A compatibilização entre maximização de lucros, produtividade, eficácia e os objetivos pessoais das pessoas como melhores salários, benefícios, segurança no trabalho, etc., tem permeado pela solução ganha-ganha, de acordo com Chiavenato (2010). Assim, no jogo conflitivo entre capital-trabalho, em tese vem se buscando programar o alcance das metas



organizacionais de maneira a considerar os esforços das pessoas e seus objetivos pessoais, uma ação, não predatória de gerenciar recursos.

Dentro desse escopo, a GP deve proporcionar à empresa, pessoas bem treinadas e motivadas, capacitando-as continuamente, aliado a isso aumentar a autorrealização e satisfação das pessoas no trabalho. Existe uma interrelação entre treinamento, motivação e satisfação. As pessoas precisam perceber que estão sendo treinadas, recompensadas em justiça e não por mera barganha ou escamoteamento de verdades não reveladas. Sem envolvimento as pessoas não se deixam ser treinadas. Não há desenvolvimento pessoal sem a nítida escolha daquilo que se quer alcançar (MARRAS, 2001)

Em suma, nas palavras de Chiavenato, a GP "é um conjunto integrado de processos dinâmicos e interativos no sentido de obter efeitos sinérgicos e multiplicadores tanto para organização como para as pessoas que nelas trabalham" (2010, p. 14). Desta forma, ficou claro que o RH/GP tornou-se o carro chefe da mudança organizacional. Ferramenta antes de tudo estratégica com processos contínuos e sistêmicos, tendo a ferramenta T&D como geradora de mudanças comportamentais e de aceleração da produtividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, as pessoas foram e sempre serão peças chaves para o sucesso do empreendimento empresarial. Em cada fase gerencial contou com uma estratégia de envolvimento deste indivíduo para concretizar o objetivo máximo de qualquer empresa, o lucro e a permanência no mercado e sua natureza competitiva. A mudança de visão, da mecanização do homem para a valorização do homem enquanto ser objetivo e subjetivo não se deu pela conscientização empresarial malefícios aos seus empregados, antes, se deu pela compreensão estratégica de que fidelizar pessoas pela visão humanizada do ser social tem efeitos mais duradouros e positivos sobre a organização eficiente do trabalho. Ademais, todo modelo gerencial para ser bem implementado requererá justificativas ideológicas que envolva todos os participantes deste processo, do CEOs até o empregado de chão da fábrica.

Diante da disputa acirrada global, e do nivelamento tecnológico e informacional entre as grandes empresas, o próprio homem torna – se novamente a peça fundamental que desenvolverá e manterá a empresa produtiva e lucrativa. Se antes o ser humano era uma parte da engrenagem, hoje, na visão gerencial da organização do trabalho, é a parte mais importante.



Todo esse passeio histórico a despeito da visão do homem, de como treiná-lo e seu grau de importância, demonstra perfeitamente a necessidade de criar estruturas físicas, conceituais e ideológicas capazes de gerar um bloco quase que monolítico para que consiga arrebatar o maior contingente de pessoas para a “causa” empresarial. Karl Marx já dizia que aqueles que detém os meios de produção possuem o controle, já Weber afirmava que o sistema de poder, sempre envolverá homens dominando homens, nessa relação de poder entre governantes e governados. Logo, apesar da nítida “evolução” no tratamento empresarial em sua concepção do homem e a forma de organização para o trabalho através da ferramenta treinamento e desenvolvimento, não podemos deixar de analisar o motivo de tudo isso que será, primordialmente, a manutenção organizacional, da alta competitividade, dos altos lucros e de um sistema salarial que nutre toda essa estrutura. Portanto, falar de empresas, produtividade, organização do trabalho, perpassa por analisar o tipo de treinamento que se processa na gestão de pessoas.

Evidentemente, essa relação capital x trabalho está permeada por amplas contradições que fogem da alçada deste artigo, contudo é importante mencionar que essas transformações ao longo da história, também foram permeadas de lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, o que influenciou diretamente o *modus operandis* gerencial, resultando na mudança de visão acerca de como gerir pessoas, envolve-las e treina-las sem perder a margem de lucro. Na verdade, a lógica é “como fazer” a partir do treinamento pessoas com comportamentos que gerem mais lucros para as empresas. Treinar tem como objetivo principal moldar comportamentos para estratégias cada vez mais harmônicas com o mercado.

### Referências bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENFICA, Fernando de Amorim. **A crise do trabalho segundo a Abordagem da Regulação**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (mestrado), UFF, 2006.

CARAVANTE, Geraldo R. **Teoria Geral da Administração: Pensando & fazendo**. 4.ed. Porto Alegre, Ed. AG, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**, 9. ed. rev.atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.



CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo Papel dos recursos Humanos nas organizações**, 3 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DRAIBE, Sonia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. In: **Caderno de Pesquisa NEPP/Unicamp**, n. 8, 1993. p.1-50.

FREITAS, Isa Aparecida; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges; **Efeitos de Treinamento nos desempenhos individual e organizacional**, RAE. Vol. 44, nº 03, 2002.

FERREIRA, André; et al. **O desafio da gestão de pessoas em uma empresa de pequeno porte. Associação Educacional Dom Bosco, 2006.** Disponível em: [http://www.aedb.br/seget/artigos09/429\\_111\\_GPPE\\_Submetido\\_Seget.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos09/429_111_GPPE_Submetido_Seget.pdf), Acessado em 21/06/2013.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico** – 4 ed. São Paulo, 2001.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo, Ed. Loyola, 1989.

MADALOZZO, Macedo Magda. **Efeitos do treinamento na geração de mudanças de comportamento**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração Interinstitucional) - Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37332/000356512.pdf?sequence=1>. Acessado em: 30/05/2013.

MARANGONI, Maurício José Mantelli. . **A crise do mundo do trabalho. Origens e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) Universidade Metodista De Piracicaba - UNIMEP. Piracicaba, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura política da crise dos anos 80. In: **A Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Nicolli Ladeira de. **Treinamento E Desenvolvimento (T&D): Uma Ferramenta Eficaz Para Alcançar A Qualificação Profissional E O Crescimento Organizacional**. Faculdades Integradas de Cataguases. Cataguases, MG – 2009.

SILVA, Benedicto. Taylor & Fayol. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987

SIMÕES, Carlos. A Ética das profissões. In. **Serviço Social e Sociedade 32**. São Paulo, Cortez, 2000

SOBRAL, Felipe; PECI, Alketa. **Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 1. ed.** São Paulo: Editora Pearson Education, 2008.



TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1970.

ROBBINS, Stephen Paul, 1943, **Comportamento Organizacional**; tradução técnica Reynaldo Marcondes, 9 ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo. **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEBER, Max. A política como Vocação. In. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.



## AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MEIO RURAL

FRITZ FILHO, Luiz Fernando.

*Professor Dr. Pesquisador do Centro de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis CEPEAC da Universidade de Passo Fundo –RS (UPF), fritz@upf.br*

BECKER FRITZ, Karen Beltrame.

*Professora Dra. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDIREITO da Universidade de Passo Fundo-RS (UPF), karenfritz@upf.br*

244

### RESUMO

Este estudo visa discutir as mudanças ocorridas com a economia em um contexto pós globalização, sobretudo alguns efeitos no rural no que toca a aumento da pobreza, precarização do trabalho, enfraquecimento das redes sociais. Para cumprir este objetivo foi segmentado em três partes principais. A primeira sessão visa apresentar o panorama, já muito conhecido, do neoliberalismo e aspectos ligados a globalização, ou seja, nos novos moldes do sistema capitalista. Em seguida o texto expõe os dez princípios do “*Consenso de Washington*” para, após esta etapa, realizar a discussão sobre os impactos destes processos, as medidas neoliberais e a nova ordem da “globalização”, no setor agrícola. Torna-se crucial atenção na redefinição das relações entre a esfera política e a esfera econômica. No rural o novo modelo inclui; mas também marginaliza ampliando a desigualdade no setor. Corre-se o risco de ampliação até mesmo dos meios de subsistência de produtores menos favorecidos neste modelo.

**Palavras-Chave:** mercado, modos de produção, setor rural

### ABSTRACT

This study aims to discuss the changes with the economy in a post globalization context, especially in some rural effects when it comes to increasing poverty, precarious work, weakening of social networks. To fulfill this objective was segmented into three main parts. The first session aims to provide an overview, already widely known, aspects of neoliberalism and globalization, other words, the new mold of the capitalist system. Then the text presents the ten principles of the “*Washington Consensus*” to, after this step, conduct a discussion on the impacts of these processes, neoliberal measures and the new order of “globalization” in the agricultural sector. Attention becomes crucial in redefining relations between the political and the economic sphere. In the new rural model includes; but also marginalizes widening inequality in the sector. It runs the risk of widening even the livelihoods of disadvantaged producers in this model.

**Key-words:** market modes of production, rural sector.



## INTRODUÇÃO

As modificações entre as relações entre Estado, mercado e capital tem modificado os modos de produção gerando por vezes empobrecimento, precarização do trabalho, enfraquecimento das redes sociais, ou seja, a retirada de grande parte dos direitos fundamentais.

Entre as diferentes vias de reforma do Estado deve se dar especial atenção as relações entre Estado e o Mercado. Tais relações se configuram perante a emergência de um receituário neoliberal aplicado em grande parte dos países do globo e também aos países da América latina, junto ao processo de globalização, muitas vezes, apresentando forte caráter desigual e elementos excludentes, notadamente em economias pouco desenvolvidas.

### a) O sistema Neoliberal

Nesta parte apresenta-se, inicialmente, a gênese do Neoliberalismo, através de esforços de intelectuais pela contestação ao sistema vigente, o Keynesianismo, bem como a evolução do sistema neoliberal e suas experiências em diversos países.

Segundo Anderson (1995) o Neoliberalismo nasceu depois da Segunda Guerra Mundial na região da Europa e América do Norte, configurando-se em uma reação contra o sistema do Estado intervencionista e de bem-estar, tendo em Friedrich Hayek seu indutor principal<sup>1</sup>. A partir da década de 1970, após a crise do petróleo, as ideias neoliberais passam a ser consideradas, notadamente, pelas críticas ao sistema sindical e ao movimento operário, ambos, na perspectiva do autor, gerando uma combinação entre queda de lucro das empresas e processos inflacionários.

Um ponto de partida ao novo sistema, neoliberal, foi dado pela Inglaterra, através do governo Thatcher, associado a o governo Reagan nos Estados Unidos, no início da década de 1980, junto a grande parte dos países do norte da Europa Ocidental<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Junto a Hayek estavam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros e foi fundada a sociedade Mont Pèlerin. Nas palavras do autor: “*uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos*” (Anderson, 1995 p.10).

<sup>2</sup> Cabe mencionar que o sistema no Estados Unidos incluía como componente central o anticomunismo (Anderson 1995, p.12)





Neste ponto é necessário olhar com cuidado o “*receituário*” neoliberal colocado em prática, inicialmente, pela Inglaterra em comparação com as formas de inclusão de outras nações ao sistema. Também deve-se discutir se as promessas feitas obtiveram êxito. Nas palavras de Anderson:

“O modelo Inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando pela habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Este pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais nesta região do capitalismo avançado” (1995, p.12)

246

Para os Estados Unidos a vertente principal do neoliberalismo se traduziu em uma corrida armamentista visando a quebra da União Soviética, também aplicando uma política de redução de impostos, porém não houve o mínimo respeito a disciplina orçamentária. Na Europa, de modo geral, ocorreu um neoliberalismo mais cauteloso e no Sul, inicialmente, houve certa resistência por parte da França, Espanha e Itália os quais, em um segundo momento, viram-se forçados pelos mercados financeiros a realizarem uma política neoliberal. O autor é enfático ao tratar de dois pontos. O primeiro diz respeito ao “*sucesso*” do sistema que foi inegável em relação à queda da inflação, via derrota do movimento sindical, crescimento das taxas de desemprego, e aumento do grau de desigualdade na economia. Porém o objetivo principal de todas as medidas anteriores, ou seja, a “*reanimação do capitalismo avançado mundial*”, foi decepcionante, ficando em aberta a discussão dos motivos que levaram a recuperação dos lucros não gerarem uma recuperação de investimentos<sup>3</sup>.

O autor relata ainda que a América Latina através do Chile foi uma espécie de piloto para os países do ocidente. No país foram implementados programas de governo via desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos associados a um sistema ditatorial e violento a partir do pós-guerra.

<sup>3</sup> O peso do Estado não diminuiu em valores absolutos, e a dívida pública dos países que aderiram ao sistema se ampliou consideravelmente, embora o neoliberalismo tenha tido êxito eleitoral em muitos países e também na queda do comunismo na Europa ocidental e União Soviética, que podem explicar tais fatos (Anderson, 1995).



Até esta parte do estudo foram introduzidos, brevemente, alguns aspectos a cerca da evolução do sistema neoliberal e os impactos provenientes de sua inserção em diferentes nações. Porém a partir deste ponto é necessário apresentar algumas características do sistema neoliberal (a), e também a “receita” imposta por Washington aos países da América Latina (B). Para tanto o estudo recorre a dois textos o primeiro intitulado “*A globalização e seus malefícios*” de Joseph Stiglitz (2002) que aborda três pilares do sistema neoliberal: austeridade fiscal, a privatização e a liberalização de mercados, que segundo o autor, são as bases das políticas do Consenso de Washington que será trabalhado na próxima sessão deste estudo. O segundo texto é a obra intitulada “*What Washington means by policy reform*” de John Williamson (1990). Ainda será exposta a interpretação da crise do estado ou estratégia social-liberal apresentada por Bresser Pereira (c). Para o fechamento desta parte é apresentada a visão de Fiori que destaca aspectos “miópes” do novo sistema em relação ao papel do Estado.

#### *Pilares do neoliberalismo*

Stiglitz (2002) inicia seu estudo referenciando políticas de cunho econômico, que visavam atender aos problemas enfrentados por países da América Latina, notadamente, grandes déficits orçamentários, falta de eficiência governamental, adoção de medidas protecionistas, ineficiência de empresa privadas e inflação descontrolada, apontando que políticas como ajustes fiscais, privatizações e liberdade de comércio, neste casos, tornavam-se medidas problemáticas por serem políticas com um fim em si mesmas, ao invés de meios de alcance de crescimento sustentável.

O autor destaca que muitas das políticas como austeridade fiscal exacerbada quando levada longe demais poderia causar recessão e as altas taxas de juros poderiam cercear novos investimentos, ou seja, o FMI, muitas vezes, impunha uma velocidade, de tal forma, que os custos tornavam-se demasiadamente altos para os países que ainda não estavam bem estruturados para suportá-los.

O autor segmenta sua análise na apresentação de elementos e características pertencentes a privatização, liberalização, ao papel do investimento estrangeiro e ao sequenciamento e ritmo das reformas. O primeiro elemento tratado, a “**Privatização**”, diz respeito à transformação de indústrias e empresas estatais em empresas privadas, pelo argumento de que as empresas e indústrias privadas podem desempenhar estas funções com maior eficiência. O autor aponta alguns problemas, o primeiro é a hipótese de que os mercados se erguem com extrema rapidez para a satisfação de todo o tipo de necessidades, o que não



ocorre sempre. Há o impacto negativo sobre o nível de emprego, junto à desconsideração dos custos sociais, normalmente, inexistentes em países em desenvolvimento, nos quais os desempregados não são considerados responsabilidade pública. Além disso, aborda a corrupção associada aos processos da privatização, ressaltando a necessidade de um amplo programa, que crie novos empregos e estabeleça políticas macroeconômicas, incluindo taxas de juros mais baixas que auxiliam na geração de postos de trabalho.

O segundo elemento, “**a liberalização**”, é definido por Stiglitz como: “*a remoção da interferência do governo nos mercados financeiros, nos mercados de capitais e nos bancos comerciais*” (p.91), deveria supostamente otimizar a receita de um país, porém, tem como impactos imediatos a queda de empregos, e muitas vezes, o FMI apresenta programas com altas taxas de juros e o capital necessário para o crescimento torna-se caro demais. O autor ainda aponta dois problemas em relação a este elemento: reação de países desenvolvidos, em manterem seus mercados fechados a países em desenvolvimento, que abrem seus mercados, em segundo lugar, atualmente, há a obrigatoriedade em se abrirem diante de sanções ou suspensão de ajuda em tempos de crise, além das consequências advindas da recessão e da falta de redes de segurança que amortize seus impactos, pois o FMI tem como lógica que os mercados livres por serem mais eficientes teriam um crescimento mais rápido. O terceiro elemento é o papel do investimento estrangeiro, considerado peça fundamental da globalização, pois os outros elementos em conjunto criam um clima para atração de investimentos oriundos do exterior. Como aspectos negativos do investimento estrangeiro há a destruição dos concorrentes locais, via colocação de produtos a preços mais baixos. Normalmente, ocorre na ausência de legislação forte a destruição da concorrência local, e as empresas utilizam poder de monopólio para aumento de preços, junto a falta de crescimento, a qual contribui a falta de financiamento externo, para pequenas e médias empresas, junto a pouca sensibilidade dos bancos estrangeiros a sinais dos bancos centrais, e a privilégios concedidos pelos governos via falta de geração de crescimento.

Ainda é apresentado, pelo mesmo autor, o sequenciamento e o ritmo como maior problema do FMI, pela insensibilidade em relação ao contexto social mais amplo, que forcem a liberalização antes que redes de segurança sejam instaladas, sem estrutura regulamentar adequada, faltando, muitas vezes, suporte pelos países para enfrentarem as mudanças súbitas ligadas ao mercado.



## **b) Instrumentos políticos do Consenso de Washington**

A seguir são expostos os dez princípios do “*Consenso de Washington*” junto a uma rápida<sup>4</sup> explicação de cada instrumento permitindo ao leitor uma visão integral das políticas impostas a América Latina a partir do início da década de 1990.

Os princípios apontaram para um conjunto de reformas políticas para os países endividados da América Latina. Alguns interesses estão colocados, dentro dos princípios, como, a busca pela inflação baixa, aumento do crescimento, balança de pagamentos favorável e promoção do bem estar econômico dos países, além de haver um cuidado no que tange a interesses estratégicos e comerciais. São eles:

*Déficit Fiscal* - Crença na disciplina fiscal e reestabelecimento de orçamentos balanceados.

*Prioridade nos gastos públicos* – de modo geral percebe-se no Consenso uma preferência pelos gastos com saúde, educação e investimento público. Nos subsídios a preferência é pelo deslocamento destes recursos para as rubricas anteriores.

*Reforma tributária* – Para o Consenso o aumento da tributação se oferece como remédio ao déficit fiscal (embora inferior a redução dos gastos públicos).

*Taxa de juros* – as taxas de juros devem ser determinadas pelo mercado a fim de se evitar critérios arbitrários e as taxas devem ser positivas, visando desencorajar a volatilidade dos capitais bem como estimular a poupança.

*Taxa de câmbio* – Devem ser reguladas pelo mercado e sua adequação será julgada com base nos objetivos macroeconômicos, porém para o Consenso, o importante é que ocorram taxas competitivas.

*Política comercial* – Liberalização das importações enquanto que a proteção das indústrias domésticas contra a competição externa é considerada como uma distorção nos custos, o que acaba penalizando e empobrecendo a economia doméstica.

*Investimento exterior direto* – a liberalização para o fluxo de capital não é prioridade, porém atitudes que limitem tais entradas são consideradas tolices.

<sup>4</sup> Para maiores detalhes dos princípios ver Williamson (1990).



*Privatização* – Crença de que a empresa privada é superior a pública e a partir de 1985 o FMI e o banco mundial passam a encorajar esta política nos países da América Latina

*Desregulamentação* – forma de promover a competição, notadamente, na América latina devido ao grau de regulação de seus países.

*Direitos de propriedade* – Percepção de insegurança de direitos de propriedade na América Latina (Williamson 1990).

*Interpretação da crise do estado*

Uma interpretação adicional à crise da América Latina, bem como, a proposta de um modelo foi estruturada por Pereira (1995). O autor aponta a crise como oriunda da decisão dos países em persistirem em estratégias de crescimento e em intervenção do Estado, via substituição de importações, de uma forma que não era mais sustentável, levando esta persistência ao endividamento dos países e a crise fiscal, na medida em que a dívida externa foi totalmente estatizada, aumentando o déficit público e reduzindo a poupança pública.

No consenso de Washington a crise era definida pela indisciplina fiscal e excessiva intervenção estatal e as soluções seriam o ajuste fiscal e reformas orientadas para o mercado. O autor propõe uma estratégia chamada de interpretação da crise do Estado na qual as reformas seriam direcionadas ou orientadas para o mercado e coordenadas pelo mercado e pelo Estado. Esta interpretação enxerga que a indisciplina fiscal deverá ser combatida, que o déficit público é o principal problema, mas também leva em consideração fatores como o excessivo endividamento externo e a poupança pública negativa, tendo como consequência a falta de crédito para o Estado, e reconhece que o estado se tornou muito grande, e cabe ao Estado após ter sido reformulado assumir novas e importantes funções de coordenação, devendo as reformas reduzir o Estado para um Estado pequeno e forte. Outro ponto levantado pelo autor é a necessidade de haver um Estado sadio, e a proposta social-liberal, na óptica do autor, deve ser vista como uma alternativa ao Consenso de Washington.

Fiori (1994) em análise da relação do papel do Estado no ambiente neoliberal, ao abordar as novas relações entre Estado e Mercado, alerta para as diferentes dimensões a serem cuidadosamente discutidas, destacando que, atualmente, ocorre um consenso liberal-privativo e antiestatal o qual vislumbra o mercado como solução para todos os problemas.

Ao mesmo tempo o autor alerta para a falta de conhecimento das limitações que foram colocadas ao Estado pelo sistema desenvolvimentista, submetendo sua complexidade a um mercado completamente oligopolizado internamente e repartido internacionalmente.



O sistema neoliberal (globalizado) redefiniu a relação entre Estado e Mercado. Inicialmente posto via crise do sistema Keynesiano e nos países da América Latina pela busca de “*soluções*” à crise dos países, ocorreu uma forte pressão ao enquadramento destes países nos moldes de Washington. Fatores como a flexibilidade das plantas industriais produtivas, capital volátil, e processos políticos que levaram a descentralização de poderes de Estados<sup>5</sup>, modificaram a lógica produtiva e política dos territórios. Na tentativa de visualizar parte deste quadro, especialmente, no setor rural, é que foi construída a sessão seguinte.

### c) Impactos do novo cenário no setor rural

Até este ponto foram apresentadas as principais características do sistema neoliberal que emerge na crise do keynesianismo e ganha corpo na última década do século XX, como condição para o incremento do processo de globalização. Faz-se igualmente importante a tentativa em relacionar estes elementos com a reestruturação do espaço rural, o qual passou e ainda passa por modificações estruturais. Para tal função recorreu-se as análises de Bonano et al (1999) e Marsden (1989 e 1993) que trataram de importantes modificações nos mercados agrícolas e nas sociedades rurais, modificações advindas do processo de globalização e de elementos das políticas neoliberais.

Segundo Bonano et al (1999) entre inúmeras concepções da globalização os autores destacaram, primeiro, a eliminação de barreiras para a livre circulação de mercadorias, capital e trabalho para aumento das oportunidades de comércio internacional e também outra concepção, que trata dos processos de reorganização da produção e consumo. Um elemento central desta concepção diz respeito à atenção que é dada a redefinição das relações entre a esfera política e a esfera econômica, tendo estas importantes repercussões sobre a governança dos espaços democráticos e sobre a implementação de um processo de desenvolvimento socioeconômico.

Os efeitos negativos do novo sistema são também apontados pelos autores, notadamente, pelo surgimento de cadeias de commodities com elementos como exploração intensiva, via convenientes alocações dos fatores de produção, ou seja, a globalização na medida que inclui também marginaliza, apresentando em várias áreas do mundo seu caráter desigual. Outros pontos já trabalhados pelo texto são aqui vislumbrados, como, por exemplo, o

<sup>5</sup> Para ver mais sobre as relações descentralização político-administrativa e Estado Sociedade civil ver BECKER (1991), FIORI(1994), BOBBIO(1992) E TOURRAINE (1996).





caráter positivo da retirada do Estado da economia e realce dos impactos positivos das inovações tecnológicas.

Já a abordagem de Marsden (1993) trabalha fatores como forças políticas neoliberais, o aumento da mobilidade do capital, a maior flexibilidade nos processos de produção e as complexas relações entre tecnologia e meio-ambiente como fontes de incerteza das nações. Destaca a crise de acumulação como geradora da reavaliação de novos espaços e recursos até então marginais. As novas questões da mudança rural passam pelo crescimento da internacionalização do capital que traz a flexibilização da localização, ou seja, novas firmas instalam-se em áreas rurais e há a realocação de grandes plantas de manufaturas.

O mesmo autor, em outra obra, intitulada *“Reestructuting rurality: from order to disorder in agrarian political economy”* (1989) aponta para três áreas de crescimento nas próximas décadas: a multidimensionalidade da mudança agrícola, os processos de commoditização e os métodos de análise das esferas de consumo em análise comparativas.

Bonano et al (1999) realizaram um estudo comparativo entre os países do Norte (desenvolvidos) e os países do Sul (subdesenvolvidos) para análise do caráter desigual do sistema de globalização. Como fatores que merecem destaque estão as novas configurações do Estado que na concepção dos países do Norte é vista como uma reestruturação das funções do Estado e pelo incremento de novas formas de governança, enquanto que nos países do Sul os fatores apontados são a crise do Estado, desmonte do aparelho estatal, incapacidade financeira e tomada da coordenação pelas transnacionais. Quanto ao nível de organização da sociedade, os autores encontraram nos países do Norte uma sociedade civil organizada, situação oposta no Sul com uma sociedade civil desorganizada junto ao poder de grandes proprietários e a flexibilização do trabalho (traduzida pela retirada de direitos fundamentais).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITAÇÕES DO ESTUDO**

A problemática relacionada às relações entre Estado e Mercado pode ser analisada pelo ângulo das consequências do sistema de mercado e da globalização. Conforme já apresentado, em nações mais desenvolvidas, o sistema neoliberal fracassou sob o ponto de vista econômico, não alcançando uma revitalização do capitalismo avançado. Socialmente houve um aumento da desigualdade. Anderson (1995) coloca em seu texto uma passagem importante ao





final de sua análise. Nas palavras do autor: “*A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes*” (p.22).

A alternativa tratada durante o texto da *interpretação da crise do estado* apresentada por Pereira (1995) coloca, como outra receita, pontos muito semelhantes a “*cartilha*” adotada por Washington. O autor ao final de sua análise utiliza para a justificativa de sua proposta uma suposta maior dependência dos países da América Latina em relação aos Estados Unidos do que o contrário, ou seja, os Estados Unidos seriam mais relevantes para a América Latina do que o inverso.

Outro aspecto gira em torno da crença da economia em cascata, a qual Stiglitz (2002) classificou como um sistema ineficiente tanto para os Estados Unidos, bem como para países em desenvolvimento. Igualmente importante é a omissão do Banco Mundial de falhas relevantes dentro de seus programas como, por exemplo, a falta de alternativas de criação de empregos, reforma agrária, inexistência de recursos para custear melhorias na educação e saúde e falta de recursos para socorrer a desempregados.

O autor levanta como estratégia a ser adotada políticas do tipo crescimento pró-pobreza, por exemplo, reforma agrária ou melhora de acesso dos pobres à educação. Outro ponto crítico é a limitação das redes de segurança em países mais pobres, restrita, muitas vezes, a família e a comunidade.

Diante do exposto pode-se afirmar que mesmo que o processo de mudanças na globalização, induzido ou acelerado pelos mecanismos neoliberais, ainda não está totalmente concluído, em seu contexto mais amplo está ocorrendo uma reorganização espacial das relações sociais (crise do Estado desenvolvimentista). As corporações transnacionais buscam eliminar qualquer tipo de restrição baseada no conceito de interesses nacionais.

Por fim é igualmente necessário neste texto retomar impactos no setor rural. Inicialmente o processo de globalização aliado a política neoliberal amplia a competição de culturas antes realizadas em níveis locais e regionais para espaços supranacionais e internacionais. Se a velocidade destes processos não se constituírem de novas formas de governança articuladoras de interesses público e privado os produtores menos favorecidos perderão seus meios de subsistência.

O estudo iniciou a tentativa de discussão entre Estado e Mercado, uma das vias de Reforma do Estado. A análise procurou inserir a discussão pela colocação da visão de alguns autores do processo de globalização e mecanismos neoliberais. Além disso, buscou agregar



autores que descreveram alguns pontos de ruptura ou mudança no meio rural, causadas pela problemática do trabalho. Por fim, destaca-se que o trabalho leva consigo as limitações teóricas e conceituais de seu autor, a qual realiza, uma primeira tentativa de organização entre algumas características da presente discussão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTIL, P. (Orgs). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995. P.9-23

BONANO, A. A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J. S. B. (org). *Globalização, Trabalho e Meio Ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife, Ed. UFPE, 1999, p. 47-94.

BONANO, A. A.; MARSDEN, T.; GRAZIANO DA SILVA, J. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, S. (Org), *Globalização, Trabalho e Meio Ambiente*. Recife: Editora, UFPE, 1999.

FIORI, J.L. Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.15, n.2,1994b, p 295-311.

MARSDEN, T., et alii. *Constructing the Countryside*. Oxford, Westview Press, 1993, p.1-40.

MARSDEN, T. Reestructing Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.29, n.3/4, p. 312-317, 1989.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: editora 34, 1996.257p. Parte 1. As interpretações. Cap.1 as interpretações e as estratégias; Cap. 2 a interpretação da Crise do estado.



STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios. A promessa na cumprida de benefícios globais.* São Paulo: Futura, 2002. Capítulo 3. Liberdade ou Escolha?

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: *Latin American Adjustment: how much has happened*, Washington, D.C.: The Institute for International Economics, 1990. p. 7-38.



## **O SERVIDOR PÚBLICO PÓS-FORDISTA A SERVIÇO DA GLOBALIZAÇÃO: O CASO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

MAGALHÃES, Cleber

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD  
Universidade Federal Fluminense - Niterói –RJ  
af.cleber.magalhaes@gmail.com*

CARDOSO, Luís Antônio

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD  
Universidade Federal Fluminense - Niterói –RJ  
luemar@domain.com.br*

256

**Palavras-chave:** Pós-fordismo; servidor público; Receita Federal

### **INTRODUÇÃO**

A partir da década de 1990 houve mudanças profundas e continuadas em muitos setores da Economia e da Administração Pública que propunham inserir o Brasil no contexto da chamada nova ordem mundial. Inúmeras alterações na legislação em seus variados níveis foram realizadas para adequar o país ao que dele esperava o “Mercado”, o novo senhor da economia internacional. No pós-fordismo do final do século e do início do século XXI urge que apareça um novo modelo de Estado e, com ele, um novo trabalhador, adaptado ao que o mundo “pós-moderno” exige. Na Administração Pública brasileira, em especial na Receita Federal do Brasil, também foi necessária a criação de um novo servidor público, um novo Auditor-Fiscal adaptado ao que dele espera o pós-fordismo, cada vez menos uma autoridade do Estado, cada vez mais um servidor do governo do momento.

Este trabalho tem como objetivo analisar essa nova configuração do capitalismo e seus efeitos sobre o serviço público, evidenciando a forma como a flexibilidade do trabalho, tão central no mundo industrial e serviços, se instala no Estado, configurando um novo tipo de trabalhador público flexível e ideal.

Para tal, o dividimos em três seções distintas. Na primeira procuramos expor o problema da criação de um novo padrão de Estado no pós-fordismo, bem como as tipologias e



elementos que advém desse processo de reforma, evidenciando suas características, contradições e paradoxos. Nas duas seções seguintes analisamos o caso da Receita Federal do Brasil, no qual o processo de reforma do Estado Brasileiro, seguindo o curso de ajuste ao pós-fordismo internacional acaba por criar uma nova estrutura de serviço e de servidor público, ajustado a esse novo paradigma, bem como revelando o caráter contraditório e paradoxal do processo.

257

## **PÓS-FORDISMO, ESTADO E UM NOVO PADRÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO**

O advento do movimento geral da economia e da produção caracterizado como pós-fordismo, trouxe e vem trazendo transformações intensas e profundas sobre a base produtiva e as relações de trabalho da indústria, e dos serviços, com intensas consequências sobre a sociedade e suas instituições. Não obstante, um dos alvos do debate, que ora se abre, repousa sobre a figura do Estado.

A discussão sobre o que seria esse novo tipo ideal de Estado, adequado e integrado ao pós-fordismo, é densa e complexa, e contempla ao menos quatro variantes, ou conjunto de hipóteses e conjecturas, que ora se combinam e se fundem entre si, e ora revelam contradições e paradoxos, as quais incorporam elementos sobre a discussão do que seria esse novo padrão pós-fordista de Estado, e as transformações e as relações dele advindas, nesse novo contexto social, político e econômico.

Uma primeira vertente, denominada de *Estado no Pós-Fordismo* concebe que o Estado no pós-fordismo é o resultado das reformas do Estado fordista que se preocupou em mudar as características keynesianas de sua política econômica, em reduzir o seu aparelho estatal e sua capacidade de intervenção e de limitar o crescimento do sistema de bem-estar social. A reorientação da política econômica volta-se ao controle orçamentário e monetário, disciplina cambial e fiscal e financiamento das dívidas públicas internas e externas. A reestruturação do aparelho estatal é realizada tanto pela redução de despesas quanto pela venda de ativos estatais. A redução dos gastos sociais tem mais uma preocupação financeira em eliminar as transferências do orçamento do governo para a previdência social. Esse tipo de



reforma decompõe o Estado keynesiano e do bem estar social (Welfare State), muito embora ainda esteja longe de construir um projeto de Estado estrategicamente direcionado para apoio às variáveis do pós-fordismo. Há uma preocupação em superar a crise financeira do Estado fordista e a crise do fordismo, formando um tipo de Estado capaz de conviver com as mudanças na economia, procurando se adaptar a elas.

Uma segunda vertente, denominada *Pós-Fordismo no Estado*, parte do pressuposto que a nova estrutura de Estado no pós-fordismo apoia-se em uma estratégia de reforma baseada na aplicação nas unidades estatais de critérios de administração, organização e de eficiência típicos das empresas privadas pós-fordistas e de novas formas de financiamento para o setor público de modo a superar os problemas típicos de finanças públicas do Estado fordista. Esse tipo de reforma significaria a introdução de técnicas pós-fordistas no gerenciamento do Estado, todavia estaria longe de orientar as estruturas estatais para relação de apoio às variáveis pós-fordistas e na formação de instituições dentro do Estado de apoio a uma acumulação pós-fordista. Este tipo de reforma intenciona superar os problemas causados por problemas de natureza burocrática e criar unidades estatais mais eficientes em critérios financeiros, gerenciais e microeconômicos, mas sem dar apoio à acumulação e regulação pós-fordista. Esse tipo de reforma se caracteriza pela criação de organizações pós-fordistas dentro do Estado do que um Estado estruturalmente ligado às variáveis da nova dinâmica da acumulação pós-fordista. Seria mais a adoção de um gerenciamento pós-fordista no Estado do que propriamente um Estado pós-fordista. Este estado pode ser um estágio na trajetória de transição do Estado amplo, intervencionista e burocrático do fordismo para um Estado idealmente mais enxuto, flexível e eficiente do pós-fordismo, tendendo essas reformas a ficar apenas no âmbito financeiro, administrativo e microeconômico.

Uma terceira vertente, denominada *Estado-Pós-Fordista*, procura conceber o novo padrão de Estado e as reformas dele advindas como estratégias de orientação da política econômica e das estruturas estatais para uma melhor articulação com as variáveis pós-fordistas, criando um ambiente institucional para maior capacidade competitiva das empresas e da economia nacional. A reforma do Estado teria objetivos estritamente econômicos, como forma de promover uma melhor competitividade da economia nacional nos mercados globalizados e sustentar uma nova dinâmica de acumulação. Em outras palavras, a reforma



estaria dirigida exclusivamente para a mudança das políticas econômicas keynesianas para políticas econômicas de orientação neo-schumpeteriana, de alteração de regime de assistência social do bem-estar social (Welfare State) para um regime de pró-trabalho (Workfare State), de modo a facilitar a flexibilização do trabalho demandado pelas novas estratégias empresariais e de esvaziamento (hollow out) das estruturas estatais centralizadas e formação de novas unidades estrategicamente relacionadas com as novas instâncias de poder e de governança em níveis internacionais, regionais e locais.

Por fim, uma quarta e última vertente, denominada, *Estado pós-fordista como elemento constitutivo de um novo modo de regulação pós-fordista*, procura reformar o Estado através de estratégias que procuram complementar a regulação econômica sobre as variáveis sociais, tal como realizado pelo tipo de reforma anterior, imposta pela pressão competitiva do novo contexto econômico globalizado e que exigiu uma reorientação das ações do Estado em apoio às variáveis econômicas pós-fordistas. A reforma do Estado deve avançar para promover a esperada regulação social da economia pós-fordista em tais condições que não emperre a acumulação do capital, de um lado, e não gere tensões sociais, de outro. O formato desse novo tipo de Estado deve ter característica *schumpeteriana*, com instituições ligadas à governança supranacional e regional, e com a formação de compromissos sociais que garantam proteção para os trabalhadores, sejam empregados ou não, e, para os cidadãos, o que exige uma ampliação, e não contenção, do regime de bem estar social.

Tal como se pode ver dentre as formas, configurações e/ou tipos ideais possíveis de Estado na nova ordem pós-fordista, a configuração de uma nova ordem produtiva estaria a demandar uma reforma das estruturas do Estado, nos mesmos moldes flexíveis e sistêmicos do pós-fordismo. Assim, a instituição, Estado, seria reformada e com ele adviriam transformações na *máquina pública*, isto é, estrutura, na organização, e nas relações de trabalho do funcionalismo, de modo a adequá-lo a essa nova era. A mesma ideia de flexibilidade da força de trabalho é transferida para a ótica do Estado, todavia marcada pelo caráter paradoxal de garantir e assegurar o processo de acumulação.

Esse traço vem de um modo geral, mantendo os projetos de reforma de Estado em uma escala mundial e, em específico, no caso brasileiro, a vertente que procura disseminar as





práticas gerencias ditas flexíveis, ocupou um lugar preponderante e vem se manifestando com grande força.

É esse aspecto que, doravante, iremos melhor analisar no caso do novo servidor público da Receita Federal do Brasil.

## **POR UMA NOVA FLEXIBILIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO DA RECEITA FEDERAL?**

260

Desde o Governo Fernando Collor de Mello e, com mais vigor, a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve mudanças profundas e continuadas em muitos setores da Economia e da Administração Pública que propunham inserir o Brasil no contexto da chamada nova ordem mundial. Inúmeras alterações na legislação em seus variados níveis foram realizadas para adequar o país ao que dele esperava o ‘Mercado’, o novo senhor da economia internacional.

Em relação à Receita Federal do Brasil foram propostas pelo Governo, ou por lideranças de sua base no Congresso Nacional, alterações (umas levadas a cabo, outras não) que retiravam do texto legal diversas atribuições dos Auditores-Fiscais da RFB, enfraquecendo seu poder. Essas propostas, por outro lado, levavam, sem exceção, à concentração de poderes nas mãos de poucas pessoas, chefes de unidade nas diversas regiões fiscais ou dirigentes dos órgãos centrais, em Brasília.

Essas mudanças buscavam gerar um novo tipo de servidor, criando um novo perfil para o Auditor-Fiscal, muito diferente do papel historicamente constituído para a carreira, desde a criação da Secretaria da Receita Federal, na década de 1960. Constitucionalmente, a Administração Tributária tem precedência sobre todas as outras autoridades, no exercício de suas atribuições. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe em seu artigo 37, inciso XVIII: *“a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.”*

Além disso, a legislação infraconstitucional apresenta inúmeras vezes, regras que estabelecem o poder do AFRFB. O Decreto 3.000/99 autoriza a entrada dos Auditores-Fiscais



da Receita Federal do Brasil nos estabelecimentos, bem como o acesso às suas dependências internas sem formalidades diversas da sua identificação, pela apresentação da identidade funcional. Ou seja, não há necessidade de mandado judicial para que os Auditores-Fiscais entrem nas empresas.

No mesmo sentido vai a Lei nº 4.502, de 1964, ao estabelecer que, no interesse da Fazenda Nacional, os AFRFB procederão ao exame das escritas, fiscal e geral, das pessoas sujeitas à fiscalização sem necessidade de solicitação à autoridade judicial. Em caso de recusa de apresentação dos livros, dos documentos, dos arquivos e dos dados, o AFRFB pode promover, junto ao representante do Ministério Público, a sua exibição judicial, sem prejuízo da lavratura do auto de embargo à fiscalização.

O Decreto-Lei 37/66 determina, em seu artigo 35, que a fiscalização aduaneira tem precedência na zona primária. Ou seja, nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, naqueles locais por onde podem transitar mercadorias e pessoas indo e vindo do exterior, a autoridade aduaneira tem precedência sobre as demais que ali exercem suas atribuições.

De 1995 a 2008 foram propostas 13 grandes alterações na legislação que, como será mostrado adiante, mexiam fundo em assuntos referentes à Receita Federal, em especial aos Auditores-Fiscais. Sem exceção, de uma forma ou outra tornavam mais frágil o papel da fiscalização, diminuindo seu caráter impessoal e universal, deixando-o mais suscetível aos interesses dos detentores do poder.

O tema proposto para esse artigo é analisar essas mudanças realizadas na legislação na criação de um novo servidor, mais dócil à vontade dos poderosos do momento, dentro do contexto do pós-fordismo que se instalou no Brasil.

Na Receita Federal do Brasil há um comentário jocoso que estabelece da seguinte forma a hierarquia das leis: a legislação mais importante é a ‘Ordem de Serviço’, expressão singular da vontade do chefe das unidades administrativas – superintendências, delegacias ou alfândegas – depois, obedece-se aos ‘Pareceres COSIT’, interpretações saídas das mentes de alguns iluminados que trabalham na Coordenação de Tributação, em Brasília; então, há as ‘Instruções Normativas’, da lavra do Secretário da Receita Federal; seguem-se os Decretos; as Leis e, finalmente, se sobrar algum tempo, pensa-se no cumprimento da Constituição Federal.



Tal comentário reproduz, tão somente, a preocupação recorrente existente entre os servidores da RFB em relação ao cumprimento das normas advindas da Administração. Essa preocupação foi se estabelecendo, ao longo dos últimos governos, em especial a partir da administração de Everardo Maciel, que foi Secretário da Receita Federal durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde primeiro mandato de FHC, ao lado de propostas de mudança da legislação trabalhista em geral, foram encaminhados ao Congresso Nacional muitos projetos de lei que visavam alterar a legislação relativa à Receita Federal, invariavelmente buscando a retirada de poder das mãos do Auditor-Fiscal. Dentro da própria Receita, houve mudanças da legislação *infralegal*, feitas com muito mais facilidade porque dependiam, no máximo, de um decreto presidencial. Houve, também, uma mudança cultural na Receita, que, a partir desse momento no nível de cobrança e exigência das chefias. Com um discurso de ‘modernização’ foram criados vários mecanismos que, mesmo algumas vezes promovendo uma efetiva atualização, em especial dos seus sistemas informatizados, diminuía o poder dos Auditores-Fiscais, transferindo-os para os chefes das unidades ou mesmo suprimindo-os. Por vezes, essas alterações foram realizadas ao arrepio da lei, fazendo com que, em vários momentos, o sindicato da categoria recorresse ao Judiciário e conseguisse a suspensão dessas alterações.

O novo modelo de trabalhador é levado a acreditar que é um colaborador, parceiro da organização na qual trabalha. A boa imagem da organização é reforçada por um discurso ideológico a fim de não deixar que os trabalhadores se conscientizem das contradições das políticas da instituição e das próprias contradições sociais a elas subjacentes. Essa ideologia não é apenas imposta ao trabalhador, de fora para dentro. É necessário que ele aceite introjetar esse discurso como seu, como a única prática possível em um mundo extremamente competitivo e hostil. O sucesso nessa política de introjeção cria no trabalhador processos sutis de autopersuasão, no qual o indivíduo fornece subsídios para sua própria doutrinação. Feito da melhor forma, esse processo ainda colabora para que o trabalhador acredite estar pensando de maneira livre, a partir de seu próprio entendimento da realidade que o cerca.

Ainda segundo PAGES:

“(...) a grande empresa capitalista obriga seus trabalhadores a aderir a todo um sistema de valores, uma ideologia, uma filosofia que incita as pessoas a



se dedicarem de “corpo e alma” ao seu trabalho, a “vestirem a camisa” da organização. Essa adesão é fundamental para a manutenção do poder da empresa sobre seus funcionários e para a continuidade do seu sistema de alienação e dominação dos trabalhadores. Ela estabelece um sistema de crenças e valores, uma ‘moral de ação’ apropriados para conseguir a adesão dos funcionários” (PAGES, 1987).

As mudanças, realizadas ou propostas, na Legislação Federal referente à Administração Tributária Federal seus servidores desde a década de 1990 foram feitas com o intuito de adequar a Receita Federal do Brasil e seus servidores, os Auditores-Fiscais da RFB ao pós-fordismo.

A Administração Pública não tinha como ficar imune à chamada *onda neoliberal* que varreu o mundo a partir de 1980 e o Brasil a partir da década de 1990. Para a ideologia dominante era e é fundamental que essa importante parte da sociedade, em especial no Brasil, onde ainda é tão forte a presença o Estado, também seja adaptada ao pós-fordismo, a fim de remover os obstáculos que ainda emperram a maximização dos lucros nesse momento da produção capitalista.

### **AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO RELATIVAS À AUTONOMIA DO AUDITOR-FISCAL: UM AJUSTE PÓS-FORDISTA...**

A partir do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve um conjunto de ações que buscaram esvaziar a missão institucional da SRF, com o objetivo de adequá-la à nova concepção de Estado que o governo de inspiração neoliberal de FHC queria implantar no país. Segundo Santos,

“A minimização do Estado exige a minimização de despesas com a máquina administrativa. Formas baratas e práticas de arrecadação, portanto, são as preferidas por quem advoga este modelo. (...) Sem correr o risco de cair na teoria da conspiração, é preciso compreender que quanto mais 'funcional', 'barato' e 'enxuto' é um Estado, mais ele é permeável às decisões de governo” (SANTOS, 2000).

Para Paulo Gil Holck Introíni, presidente do Unafisco Sindical de 1999 a 2001, nos finais dos Governos Sarney e Collor, e durante o período Itamar Franco como Presidente da República,



“A Receita Federal pode agir com mais afinco contra os ilícitos tributários. Sempre que os governos estiveram enfraquecidos, a Receita pôde cumprir com mais desenvoltura seu papel institucional. (...) O Estado, como instituição planejadora, organizadora e gestora dos interesses da sociedade, atrapalha certo tipo de governo. A Receita foi mais forte quanto mais faltou aos governantes o respaldo para submeter o Estado a interesses políticos”<sup>1</sup>.

Amparado na popularidade do Plano Real e na vitória eleitoral, o Governo FHC encontrou o cenário favorável à implantação das reformas pregadas pelos Organismos Internacionais. Comprometido com propostas neoliberais ditadas por essas instituições, como o Banco Mundial, o FMI e o Consenso de Washington, o Governo Brasileiro deu muita importância em alcançar o superávit primário. Para isso, buscou o recurso da arrecadação fácil e barata, descuidando das implicações futuras que daí poderia advir.

Já há alguns anos vem sendo criada uma extensa legislação que colabora, de uma forma ou outra, para retirar do AFRFB suas atribuições há muito estabelecidas.

Em 22 de novembro de 1999 foi criado o Mandado de Procedimento Fiscal (MPF), por intermédio da Portaria da Secretaria da Receita Federal nº 1.265. Os Auditores-Fiscais que fossem fazer fiscalizações ou ações que objetivassem a verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte do sujeito passivo, teriam que, a partir de então, depender de uma ordem específica, denominada Mandado de Procedimento Fiscal – MPF. Da mesma forma, qualquer diligência ou outras ações destinadas a coletar informações ou outros elementos de interesse da administração tributária dependeriam, também, da emissão do MPF.

A citada portaria estabelecia, em seu artigo 6º, que as únicas pessoas autorizadas a emitir o MPF seriam: I - o Coordenador-Geral do Sistema de Fiscalização e o Coordenador-Geral do Sistema Aduaneiro, com competência sobre todo o território nacional; II – os Superintendentes da Receita Federal em cada região fiscal, e III - os Delegados da Receita Federal e os Inspetores de Alfândegas, chefes em suas Unidades. Um AFRFB que trabalhasse em Curitiba, por exemplo, deveria ter a autorização prévia e expressa do Delegado da DRF naquela cidade para realizar a fiscalização. Assim, um Auditor-Fiscal que trabalhasse diretamente com o contribuinte não tinha mais autoridade para efetuar uma fiscalização sem autorização do seu chefe.

<sup>1</sup> Em entrevista dada à Revista Conexão, ano I, nº 4, agosto de 2000, p. 27



Por outro lado, este dispositivo obriga os AFRFB a adotarem procedimentos que podem inviabilizar o elemento-surpresa nas ações fiscais, fundamental para a obtenção da prova - a rapidez e o elemento-surpresa são fundamentais para destrinchar esquemas que envolvem mais de uma empresa, por exemplo.

A burocracia criada com o Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) tem atrapalhado o trabalho da Receita Federal e até inviabilizado a cobrança de multas. No caso de uma fiscalização acontecer em mais de um estado da federação, o processo se torna mais complicado. Se um auditor de Minas Gerais (6ª Região Fiscal), por exemplo, precisar intimar uma empresa do Rio de Janeiro que mantenha relações com a pessoa jurídica que está fiscalizando, deve solicitar que um MPF seja emitido no Rio. Ele enviará a solicitação ao seu chefe de fiscalização, que, em seguida, enviará o pedido ao delegado e este repassará ao seu superintendente que, por sua vez, fará contato com o superintendente da 7ª Região Fiscal (Rio de Janeiro). Chegando lá, o superintendente acionará o delegado da Fiscalização, para que este, finalmente, emita o MPF.

Se o Auditor-Fiscal de Minas Gerais precisar fazer uma fiscalização no Rio de Janeiro, o superintendente de sua Região Fiscal precisa solicitar ao coordenador de Fiscalização ou de Administração Aduaneira da 7ª Região, de maneira fundamentada, um MPF. Com a velocidade com que algumas empresas têm desaparecido no Brasil, a intimação, talvez nem seja respondida. Nesse caso, o auto de infração e o lançamento de crédito tributário, por mais que sejam emitidos de acordo com a legislação, não terão a resposta esperada. O Estado deixa de arrecadar e o provável sonegador já teve tempo suficiente para abrir mais algumas empresas fantasmas.

Se, no plano técnico, o Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) é confuso e dificulta o trabalho dos fiscais, no plano jurídico também há muitos problemas. A Receita Federal fundamentou as mudanças nos procedimentos de fiscalização tomando como base o Regimento Interno da RFB da época (aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda, nº 227, de 03 de setembro de 1998). Esse Regimento Interno dava poderes ao Secretário da RFB de "expedir atos administrativos de caráter normativo sobre assuntos de sua competência". Há ainda uma inusitada interpretação do artigo 196 do Código Tributário Nacional (CTN), que delega à "autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de



fiscalização", a tarefa de "lavar os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas (diligências)". Nesse caso, o secretário da Receita Federal investiu-se do poder de regulamentar e alterar artigos do CTN, usando para isso um instrumento completamente inadequado, uma norma hierarquicamente inferior, a Portaria 1.265/99. Além disso, os artigos 194 e 195 do CTN fazem alusão à competência e poderes das autoridades administrativas, condicionando a regulamentação de procedimentos em matéria de fiscalização à "legislação tributária" e alertando para a inaplicabilidade de "quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de os exibi-los".

Em sentença proferida no final de 2000, a 8ª Vara Federal, do TRF - 1ª Região concedeu a segurança solicitada pelo sindicato dos Auditores Fiscais, então chamado Unafisco, em mandado que questionava a legalidade e a constitucionalidade da Portaria 1.265/99, que instituiu o Mandado de Procedimento Fiscal. O juiz do processo considerou "colidente com outras normas tributárias que ocupam patamares mais elevados" todo o artigo 5º da portaria, que prevê prazo de cinco dias para emissão de Mandado de Procedimento Fiscal mesmo diante de "flagrante constatação de contrabando, descaminho ou qualquer outra prática de infração à legislação tributária". "Não há dúvida de que a exigência de prévia emissão do MPF-E, para que o auditor possa cumprir o seu dever, ante a constatação da ocorrência de fato típico, é medida de efeito concreto que hostiliza o disposto no artigo 95 da Lei 4.502/64 c/c artigo 9º do Decreto-Lei 1.024/69 e cerceia o direito e dever, líquido e certo, do auditor executor da fiscalização", dizia a sentença. Ele também considerou que o AFRF responsável pela execução do MPF "pode e deve agir imediatamente, sob pena de colocar em risco os interesses da Fazenda Nacional e arcar com os rigores da lei". Dessa forma, a SRF foi obrigada a rever e a alterar o artigo 5º da Portaria 1.265/99.

A Medida Provisória nº 1.915 de 29 de junho de 1999, instituiu, por meio de seu artigo 7º, a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT, devida aos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor. Na prática, aquele servidor que não





obtivesse o grau máximo na avaliação arcaria com uma redução salarial, em comparação com o que recebia antes da instituição da gratificação. Ocorreram casos, inclusive, de Auditores que tiveram seus vencimentos reduzidos, mesmo obtendo a avaliação máxima, sendo necessária uma intervenção sindical junto ao Judiciário para que fosse cumprido o preceito constitucional de irredutibilidade de vencimentos. Além disso, os critérios para a avaliação eram subjetivos. Havia, por exemplo, quesitos como “dedicação e compromisso com a instituição”, “qualidade e produtividade”, “atendimento ao público”, “conhecimento do trabalho e autodesenvolvimento”, “criatividade e iniciativa” e “disciplina e relacionamento interpessoal”, estabelecidos por uma Portaria do Ministério da Fazenda.

A 12ª Vara do TRF – 5ª Região concedeu, em 2001, liminar a um AFRFB que recorrera ao Judiciário contra o resultado de sua avaliação de desempenho referente aos meses de abril, maio e junho de 2000. O juiz determinou a anulação da avaliação realizada pelo superintendente da 3ª Região Fiscal, com atuação no estado do Ceará, que baixava a pontuação do Auditor, e fixou a GDAT (Gratificação de Desempenho por Atividade Tributária) do Auditor-Fiscal pelo máximo.

Para o juiz responsável pela decisão, o excesso de poder conferido pelo instituto da avaliação aos administradores da Secretaria da Receita Federal "é temerário", pois pode "desvirtuar e até mesmo inverter" sua finalidade, que seria promover a eficiência no serviço público. Ele destacou que, embora a eficiência seja hoje um dos princípios constitucionais que devem reger o serviço público, "não é o único e nem mesmo o principal critério" para se pautar a administração pública.

Os critérios para a avaliação são inteiramente subjetivos, é mais provável que disso resulte não um maior desempenho, mas uma relação hierárquica marcada pelo medo e insegurança, bem como o servilismo, obediência cega e acrítica, troca de favores e outros vícios que elevam ao cubo a ineficácia e a irracionalidade na atividade da administração pública. (...) O que deve ser perseguido não é a eficiência máxima – sonho de todo tecnocrata –, mas aquela compatível com os demais critérios, isto é, a eficiência 'ótima', um grau de desempenho tão elevado quanto o que permite a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade.



O Projeto de Lei 77/1999, patrocinado pelo governo, propunha uma alteração no Código Tributário Nacional e que retiraria as prerrogativas de lançamento de crédito tributário dos auditores-fiscais, entregando-as à Secretaria da Receita Federal. Isso poderia levar com que só os chefes fossem competentes para lavrar autos de infração, por exemplo, centralizando em poucas pessoas, que poderiam ser indicadas para os cargos por motivos políticos, a autorização para a fiscalização de uma empresa ou pessoa física suspeitas. Essa alteração não foi aprovada, em parte pela grande pressão contrária feita pelo sindicato da categoria.

A Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 106 de 25 de agosto de 1998, editada durante uma greve dos servidores da RFB, autorizava “em caráter temporário” a importação e exportação de mercadorias sem qualquer controle aduaneiro, bastando ao importador a apresentação do extrato da Declaração de Importação (DI) ou Declaração de Exportação (DE) documentos preenchidos pelo próprio interessado. Apesar de seu caráter temporário, só foi revogada em 2009, pela Instrução Normativa nº 957, de 16 de julho.

A Lei 9.430/96 impede que os AFRFB representem ao Ministério Público por crimes contra a ordem tributária enquanto não terminada a fase litigiosa administrativa.

*In literis:*

Art. 83. A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, será encaminhada ao Ministério Público após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.

Esse artigo bloqueia a informação da ocorrência de um crime ao Ministério Público. Ao mesmo tempo em que o AFRFB lavra um auto de infração em razão da verificação de algum ilícito tributário configurado como crime, segundo a Lei 8.137/1990, faz uma representação fiscal para fins penais que fica apensada ao auto de infração até o final da decisão administrativa que julgar o auto. Na prática, esse artigo facilita a prescrição da punibilidade criminal e permite que o suspeito infrator continue a cometer irregularidades por mais tempo, haja vista que o MP demora mais a ter ciência do crime.

Ao juntarmos o art. 83 da Lei 9.430/96 ao art.34 da Lei 9.249/95, apresentado abaixo, verificamos que o trabalho do AFRFB de contribuir para o combate dos crimes tributários



fica muito mitigada, haja vista que o agente que cometeu o delito pode, facilmente, escapar da punibilidade.

Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

Como se não bastasse, o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), criado pela Lei nº 9.964/2000, em seu artigo 15, impede a representação fiscal contra quem aderir ao programa, *in verbis*:

Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis, desde que a inclusão no referido Programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal.

Essa Lei ainda autoriza a pessoa jurídica que aderir ao Programa parcelar o débito em até 60 meses e compensar multa e juros com prejuízos fiscais próprios ou de terceiros.

O Governo FHC também tentou transformar a Receita Federal numa autarquia, com que se distanciaria da administração direta, adquirindo personalidade jurídica própria. Desde 1996, ocorreram tentativas de incluir a alteração institucional em projetos de reestruturação salarial das carreiras da Receita.

Com a *autarquização* haveria a possibilidade de transformar a Secretaria da Receita Federal numa agência executiva, esvaziada das funções do planejamento tributário. O Decreto 2.487, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas permite com um simples ato presidencial, segundo o parágrafo 2º do art. 1º, transformar a Receita Federal *autarquizada* em uma dessas agências. Com a criação dessa agência, os gestores da “nova Receita” poderiam fazer uma limpeza nos quadros, seja para afastar os que não se enquadrassem nos novos critérios de “produtividade” ou simplesmente para obter reduções de custos, como mandam os tais princípios gerenciais do neoliberalismo. Poderiam, ainda, tirar do caminho funcionários “incômodos”, que não se sujeitassem a todas as ordens.



Em 25 de novembro de 1999, o Presidente do PFL, então segundo maior partido da base de sustentação parlamentar do Governo, apresenta um Projeto de Lei Complementar que dispunha sobre os direitos e as garantias do contribuinte, conhecido como Código de Defesa do Contribuinte, logo apelidado pela categoria dos AFRFB de Código de Defesa do Sonegador. Se aprovada, tal proposta dificultaria muito o trabalho dos Auditores-Fiscais, pois estabelecia diversos entraves ao seu trabalho. Efetivamente, a proposta de Lei, se aprovada, facilitaria a sonegação, principalmente das grandes empresas, que têm possibilidade de arcar com custos com assessoria jurídica e planejamento tributário. Abaixo estão algumas propostas contidas no projeto:

- O Auditor-Fiscal da Receita Federal (AFRF) não poderia mais examinar documentos e livros do ICMS e do ISS (art.37, parágrafo único);
- A ação judicial de quebra do sigilo bancário só poderia ser proposta após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal (art. 43);
- As fiscalizações não poderiam durar mais de 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias (art. 46, parágrafo único);
- O AFRF não poderia mais solicitar auxílio de força policial, sem mandado judicial para diligenciar ou fiscalizar no domicílio do contribuinte (art. 37, V);
- O termo de início de fiscalização deveria circunscrever, precisamente, o objeto a ser fiscalizado e vincularia a Administração Fazendária (art. 46);
- Os devedores da União, estados e municípios poderiam participar de licitações (art. 14 e art. 50, que revoga o art. 193 do CTN);
- A personalidade jurídica somente poderia ser desconsiderada pelo Poder Judiciário (art. 16);
- O contribuinte prestaria informações à Secretaria da Receita Federal (SRF) apenas por escrito, no prazo não inferior a cinco dias (art. 19, VIII);
- A RF deveria fornecer ao contribuinte, no prazo de 45 dias, resposta fundamentada de pleito formulado, sob pena de responsabilidade funcional (art. 19, XII);
- O AFRF deveria avisar o contribuinte, com cinco dias de antecedência, quando for realizar diligência (art. 23, parágrafo 2º);



- Antes de lavrar auto de infração, o AFRF deveria intimar o contribuinte a apresentar defesa prévia para análise (art. 28);
- As consultas dos contribuintes teriam que ser respondidas no prazo máximo de 45 dias, prorrogável uma única vez por igual período. A ausência de resposta no prazo implicaria aceitação, pela Administração Fazendária, da interpretação e do tratamento dado pelo contribuinte (art. 31, I e III).

Esse Projeto de Lei Complementar só definitivamente arquivado em 10 de janeiro de 2011.

A Portaria SRF 695/99, conhecida como Portaria da Mordaça, determinava que o AFRF deveria pedir autorização da administração para dar aulas ou palestras, mesmo fora de seus horários de trabalho.

A Portaria SRF 1.788/98 atacava o direito de greve ao proibir que os AFRFB em estágio probatório participassem de paralisações da categoria. A inconstitucionalidade da portaria foi reconhecida judicialmente, em processo ajuizado pelo Unafisco Sindical na 16ª Vara Federal, em Brasília.

A Portaria SRF 1.582/00 tentava limitar a atuação sindical, liberando por apenas cinco dias úteis por ano a participação dos auditores em eventos sindicais e a apenas dois AFRFB por unidade da SRF. Foi assinada dias após o Conaf (Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal), em novembro de 2000. A medida caiu por meio da Justiça, que garantiu o direito constitucional de liberdade sindical.

Em 1999, o governo buscava a aprovação de uma alteração do Código Tributário Nacional (CTN) – Lei 5.172/66 – que retiraria dos auditores a prerrogativa do lançamento dos créditos tributários e da aplicação dos autos contra ilícitos fiscais. Essa prerrogativa passaria a ser da instituição e não do agente público concursado. Tal proposta não vingou.

Apesar da maioria dessas alterações relativas ao trabalho dos AFRFB terem sido propostas no Governo Fernando Henrique Cardoso, em meados de 2005 o sindicato dos AFRFB, por intermédio de sua revista “Conexão”, ainda reclamava do desmanche da Receita, no meio do primeiro mandato de Lula. Segundo o Sindifisco, havia carência de mão-de-obra, fragilidade da infraestrutura, lixo normativo e o processo de burocratização do trabalho do



auditor-fiscal, que comprometiam os resultados do trabalho de fiscalização. Para o Sindicato, o desmonte da máquina administrativa, em especial, da Receita Federal foi resultado direto da política de Estado Mínimo, “adotada pelos últimos governos”. Como exemplo, relataram que na década de 1980 havia cerca de 12.500 auditores trabalhando na instituição, enquanto que no final de 2004 eram 7.600. A terceirização seria a solução encontrada pela área econômica do governo para a carência de pessoal, a tem apontado como solução o modelo de terceirizações, como forma de “economizar” na folha de pagamento para utilizar os recursos em investimentos.

Também proposta e aprovada no transcorrer do Governo Lula, a Lei 11.890, de 24 dezembro 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil, de iniciativa do Executivo, estabeleceu o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (SIDECA). O SIDECA determina que o desenvolvimento na carreira dos AFRFB se dará “em virtude do mérito de seus integrantes e do desempenho no exercício das respectivas atribuições”. Ele estabelece que a participação em programas e cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de governo constituirá requisito obrigatório para a promoção. Dispõe ainda que para fins de progressão, serão considerados os resultados da avaliação de desempenho individual do servidor. A promoção, por sua vez, será baseada no acúmulo de pontos a serem atribuídos ao servidor em virtude dos seguintes fatores:

Art 156 - .....

I - resultados obtidos em avaliação de desempenho individual;

II - frequência e aproveitamento em atividades de capacitação;

III - titulação;

IV - ocupação de funções de confiança, cargos em comissão ou designação para coordenação de equipe ou unidade;

V - tempo de efetivo exercício no cargo;

VI - produção técnica ou acadêmica na área específica de exercício do servidor;

VII - exercício em unidades de lotação prioritárias; e

VIII - participação regular como instrutor em cursos técnicos ofertados no plano anual de capacitação do órgão.

§ 1o Além dos fatores enumerados nos incisos I a VIII do caput deste artigo, outros fatores poderão ser estabelecidos, na forma do regulamento, considerando projetos e atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas das Carreiras ou cargos.



§ 2o Ato do Poder Executivo definirá o peso de cada um dos fatores, os critérios de sua aplicação e a forma de cálculo do resultado final.

.....  
Art. 159. O índice de pontuação do servidor no SIDEC poderá ser usado como critério de preferência em:

- I - concurso de remoção;
- II - custeio e liberação para curso de longa duração;
- III - seleção pública para função de confiança; e
- IV - premiação por desempenho destacado.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo definirá em que casos será utilizado o índice de pontos do SIDEC e a forma de sua aplicação.

273

Dos oito fatores que influenciam no SIDEC quatro não dependem do AFRFB avaliado. A julgar pela experiência da GDAT, a avaliação do desempenho individual poderá ter critérios subjetivos (art. 158, inciso I). A ocupação de cargos de confiança e assemelhados é de competência exclusiva das chefias (inciso IV). O local de exercício do AFRFB depende, em geral, de sua colocação no concurso externo, de entrada na RF(VII). A participação como instrutor depende de convite ao AFRFB (VIII).

Além disso, regulamento poderá estabelecer outros fatores e ato do Poder Executivo estabelecerá os pesos de cada fator. Assim, é possível que aqueles fatores que não dependem do AFRFB tenham um peso final muito maior para o SIDEC.

Finalmente, é informado (art. 159) que o índice do SIDEC pode premiar o servidor. Ou seja, aquele Auditor-Fiscal que tem cargo de chefia ganha maior pontuação do que outro que não é chefe (art. 156, IV). Com isso, ele tem maior possibilidade de ser selecionado para outro cargo de confiança (art. 159, III), que, novamente, lhe dará maior pontuação, criando um círculo vicioso no qual são privilegiados aqueles ligados à Administração. Por enquanto, o Poder Executivo não editou os atos que regulamentarão o SIDEC.

Adiante é apresentada uma tabela com um resumo dessas mudanças na legislação com referência a assuntos pertinentes ao trabalho dos servidores da Receita Federal, desde 1994.





Tabela I: Alterações na Legislação relativas à RFB

Legislação	Título	Assunto	Situação
Portaria SRF 1.265/1999	Mandado de Procedimento Fiscal	AFRFB dependem de autorização das chefias para fiscalizar.	Substituído pela Decreto 6.104/2007, em vigor.
MP 1.915/1999	GDAT	Gratificação com base em critérios subjetivos	Revogada.
PL 77/1999	Altera o CTN	Retira prerrogativa de lançamento dos Auditores-Fiscais	Não aprovado.
IN SRF 106/1998	Exportação e importação	Autoriza importação e exportação sem controle aduaneiro	Revogada em 2009.
Lei 9.430/96, art. 83	Legislação tributária federal	Impede que AFRFB representem ao MPF antes de terminado litígio administrativo	Em vigor.
Lei 9.249/ 95, art. 34	Altera a legislação do IR	Extingue a punibilidade de quem pagar o tributo antes da denúncia ao Judiciário.	Em vigor.
Lei 9.964/2000, art. 15	Cria o REFIS	Impede a representação ao MPF de quem estiver incluído no Programa.	Em vigor.
Decreto 2.487/1998	Dispõe sobre agências reguladoras	Poderia transformar uma Receita autarquizada em agência	Em vigor.
PLC 646/1999	“Código de Defesa do Contribuinte”	AFRFB não poderia mais examinar documentos de ICMS e ISS e solicitar auxílio de força policial. As fiscalizações não poderiam durar mais de 120 dias. Os devedores da união poderiam participar de licitações, etc.	Rejeitada.
Portaria SRF 695/1999	“Portaria da Mordaça”	AFRFB precisa pedir autorização à Administração para dar aulas ou palestras, mesmo fora do horário de expediente.	Em vigor.
Portaria SRF 1.788/1998	Disciplina estágio probatório	Proibia que AFRFB em estágio probatório participassem de greve	Derrubada na Justiça.
Portaria SRF 1.582/2000	Disciplinava liberação de servidores da RFB para participar de atividades sindicais	Limitava a participação de AFRFB a cinco dias úteis por ano e dois por unidade da Receita federal.	Derrubada na Justiça.
Lei 11.890/2008, art. 156 a 159	SIDEC – Sistema de desenvolvimento na Carreira	Avaliação subjetiva de AFRFB para fins de promoção e outros.	Em vigor. Falta regulamentação.

Fonte: Câmara de Deputados, Senado Federal e Sindifisco.



## **BREVES CONCLUSÕES: UM NOVO ESTADO E SEUS PARADOXOS...**

Toda esta legislação foi mostrada com o intuito de se verificar as inúmeras tentativas de levadas adiante pelo governo federal diminuir o poder dos AFRFB, transferindo-os para o chefe. Não há como negar que todas as iniciativas propostas mantêm um viés de diminuição do poder do AFRFB enquanto autoridade administrativo-tributária. Em todas as iniciativas de criação de nova legislação apresentadas anteriormente há elementos que promovem a diminuição das competências do Auditor-Fiscal, enquanto servidor, transferindo-as para as chefias, em especial para os Inspetores-Chefe (nas Alfândegas) ou Delegados (nas Delegacias da Receita Federal). Assim, o poder que é distribuído entre 200, 300 ou até 600 servidores em cada unidade, passaria a se concentrar nas mãos de um só.

A tabela exibida relaciona as modificações propostas na legislação a fim de retirar o poder dos Auditores-fiscais, transferindo-os para a Administração.

A razão mais provável para a ocorrência dessas transformações na legislação referente a aspectos relacionados com Receita Federal do Brasil (RFB) se encaixa na ação de desmonte do Estado Brasileiro, e também na busca de uma nova configuração de Estado pós-fordista ideal. Busca-se transformar a RFB de um órgão de Estado para um ente governamental, manipulado de acordo com os interesses dos poderosos de plantão e do novo Estado sob os contornos do pós-fordismo. Para fazer isso, entretanto, é necessário, preliminarmente, atacar os servidores desse órgão, constitucionalmente constituídos como autoridades fiscais e administrativas, com atribuições exclusivas, as quais nem os chefes do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário têm. Retirando o poder dessa categoria profissional poder-se-ia, com mais facilidade, levar adiante o plano de fragilizar a Receita Federal do Brasil, no sentido de fazê-la atender a interesses particulares.

Já foi dito que um Governo neoliberal/pós-moderno é, ao mesmo tempo, mínimo para garantir direitos do trabalhador e grande para impor novas diretrizes àqueles que podem a ele se opor, em especial os sindicatos de trabalhadores mais fortes (ANDERSON, 2007).

O fato de os Auditores-Fiscais da Receita Federal possuírem um grande poder oriundo de diversas espécies de legislação: regulamentos, decretos, leis ordinárias, leis complementares e, até da Constituição, não se adequa a um tipo de Estado que tende a



flexibilizar não só os direitos dos trabalhadores, mas todo e qualquer impedimento ao fluxo do capital na economia e na sociedade. Por exemplo, não é considerado interessante que um único Auditor-Fiscal possa barrar a importação de milhões de dólares de uma grande empresa, mesmo que a mercadoria que se tenta importar seja prejudicial à economia do país. Da mesma forma, um único auto de infração lavrado isoladamente por um AFRFB em face de uma empresa pode chegar a bilhões de reais, prejudicando enormemente interesses de particulares ligados a ela. Desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ao lado de propostas de mudança da legislação trabalhista em geral, foram encaminhadas ao Congresso Nacional projetos de lei que visavam alterar a legislação relativa à Receita Federal, invariavelmente buscando a retirada de poder das mãos do Auditor-Fiscal. Dentro da própria Receita, houve mudanças da legislação *infralegal*, feitas com muito mais facilidade porque dependiam, no máximo, de um decreto presidencial. Houve, também, uma mudança cultural na Receita no nível de cobrança e exigência das chefias. Com um discurso de *modernização* da Receita foram criados vários mecanismos que, mesmo algumas vezes promovendo uma efetiva atualização, em especial dos sistemas informatizados utilizados, diminuía o poder dos Auditores-Fiscais, transferindo-os para os chefes das unidades ou mesmo suprimindo-os. Por vezes, essas alterações foram realizadas ao arpejo da lei, fazendo com que, em vários momentos, o sindicato da categoria recorresse ao Judiciário e conseguisse a suspensão dessas alterações.

Eis, portanto, as contradições e os paradoxos e as contradições da reforma do Estado Brasileiro no pós-fordismo, no qual o caso da Receita Federal do Brasil, destaca-se como paradigmático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo, in Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, 7 ed.

BRESSER PEREIRA, L. C. (1996) Crise Econômica e Reforma do Estadono Brasil. São Paulo: Editora 34.

BRESSER PEREIRA, L. C. (1997) "Estratégia e Estrutura para um NovoEstado". Revista de Economia Política, vol.17, no. 3, jul-set.



CARDOSO, Luís Antônio. *Aprés-fordisme et participation*. Lille, Septentrion, 2002.

CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 23, n. 2, Nov. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702011000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000200011&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 Aug. 2013.

JESSOP, B (1990a) "Regulation Theory in Retrospect and Prospect". *Economy and Society*, vol.19, n.2, pp. 153-216.

JESSOP, B. (1990b) *State Theory: Putting Capitalist States in their Place*. Cambridge, UK: Polity Press & Oxford: Basil Blackwell.

JESSOP, B. (1992) "Fordism and Post-Fordism: a critical reformulation". In: Storper, M. & Scott, A. J. (editors) *Pathways to Industrialization and Regional Development*. London and New York: Routledge.

JESSOP, B. (1993) "Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-fordist political economy". *Studies in Political Economy*, n.40, Spring, pp. 7-39.

JESSOP, B. (1994a) "Post-Fordism and the State". In AMIN (1994). "Post-Fordism: models, fantasies and phantoms of transition". Amin, A. (editor) *Post-Fordism: a reader*. Oxford & Cambridge, USA: Blackwell.

JESSOP, B. (1994b) "The transition to post-Fordism and the Schumpeterian workfare state. In: Burrows R. & Loader, B. (orgs.) *Towards a post-Fordist Welfare State*. London: Routledge.

JESSOP, B. (1997) "Survey article: the regulation approach". *The Journal of Political Philosophy*, vol. 5, no. 3, pp. 287-326.

JESSOP, B. (1998) "A globalização e o Estado nacional". *Crítica Marxista*, no. 7.

PAGES, Max et al. *O Poder das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 75.

SANTOS, Luiz Alberto dos. O desmonte visto por dentro. **Revista Conexão**, ano I, nº 4, agosto de 2000, p. 27



## COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CULTURA: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NO EMBELEZAMENTO PESSOAL<sup>1</sup>

CRUZ, José Anderson Santos<sup>2</sup>

*Professor Esp. Tutor do Programa de Pós-graduação Lato Sensu na Faculdade Anhanguera de Bauru/SP.*

*joseandersonsantosacruz@gmail.com*

278

### RESUMO

O presente estudo avaliou o mercado de beleza e os processos realizados em salões. Logo, observou os padrões adotados de beleza pela mídia e conseqüentemente os consumidores aderem aos estilos sem a preocupação das ocorrências ou do que pode ocorrer no momento do embelezamento pessoal. Analisou-se o comportamento do segmento de beleza, os profissionais e como estes agem com os consumidores. Com isso, mostrar quais as implicações jurídicas, quando não se há o respeito pela dignidade humana. E, verificou-se a defasagem da responsabilidade dos fabricantes quanto aos processos realizados pelos seus produtos não mãos de profissionais não qualificados, além das questões da saúde do profissional e do consumidor.

**Palavras-chave:** Embelezamento Pessoal; Mix de Comunicação; Beleza com Segurança.

### SUMMARY

The present study evaluated the market for beauty and the processes performed in lounges. Soon, noted the beauty standards adopted by the media and consequently consumers adhere to the styles without the worry of occurrences or may occur at the time of personal beautification. We analyzed the behavior of the beauty segment, and how these professionals act with consumers. With it, show what legal implications, if there is respect for human dignity. And, there was a lag of manufacturers' responsibility regarding the processes performed by their products don't hands of unqualified professionals.

**Keywords:** Personal Beautification; Mix of Communication; Beauty with security.

### RESUMEN

El presente estudio evaluó el mercado de belleza y los procesos realizados en los salones. Pronto, señaló las normas de belleza adoptadas por los medios y en consecuencia los consumidores se adhieren a los estilos sin la preocupación de las ocurrencias o pueden ocurrir en el momento de embellecimiento personal. Hemos analizado el comportamiento de los segmentos de belleza, y cómo actúan estos profesionales con los consumidores. Con ello, mostrar qué implicaciones legales, si hay respeto a la dignidad humana. Y hubo un desfase de responsabilidad del fabricante con respecto a los procesos realizados por sus productos no manos de profesionales no cualificados.

**Palabras clave:** Embellecimiento Personal; Mezcla de comunicación; Belleza con seguridad.

<sup>1</sup> Artigo apresentado no III Coninter – 2014 – GT 02 – Economias e Trabalho.

<sup>2</sup> Mestrado do PPG em Televisão Digital: Informação e Conhecimento pela UNESP, Campus de Bauru/SP, na LP 2 – Educação Assitida.



## INTRODUÇÃO

O mercado da beleza é crescente a cada ano, movimentando bilhões de dólares em todo o globo. Segundo a Revista *Você S/A* (2013) o Brasil é a terceira potência no mercado da beleza, ficando atrás dos Estados Unidos e do Japão, tendo a perspectiva de alcançar a vice-liderança até meados de 2017. Com isso, as empresas devem analisar as situações reais dos profissionais de beleza e sua atuação no mercado, como a venda de produtos, a utilização das técnicas e erros cometidos por profissionais, além das questões de formação profissionalizante e a formação dos instrutores que formam outros profissionais.

Logo, a partir das informações do mercado da beleza, envolvendo crises de opinião pública, o uso do Código de Defesa do Consumidor - CDC e a Ética das Relações Públicas na gestão de crises envolvendo a imagem da organização e dos profissionais de beleza deu-se a presente pesquisa com análise dos resultados.

Além disso, com pesquisas bibliográficas, artigos e entrevistas, pode-se verificar que ainda é um caminho longo para que empresas do setor de beleza possam atuar de forma concreta na utilização do CDC, na formação de profissionais com qualificação. Diante dessa perspectiva, desenvolver e aplicar serviços de embelezamento pessoal sem o respeito pelo CDC, gera conflitos com os *stakeholders*<sup>3</sup>, promovendo ações judiciais e perdendo caixa com indenizações e que deixam negativo a imagem da empresa e do profissional.

Portanto, conhecer o Código de Defesa do Consumidor, Comunicação Dirigida, desenvolvimento de novos profissionais, opinião pública, entre outros fatores, torna-se importante para a empresa e para os profissionais de comunicação para melhorar seus serviços e a prática do uso de seus produtos nesse mercado crescente. Ademais, promover uma comunicação de forma explícita, introduzindo informações para os profissionais de beleza e consumidores, desta forma evitando ou minimizando essas crises e processos jurídicos.

E nesse processo de comunicação, mostrar a necessidade de conhecer sobre a legislação da Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA, as regras da utilização dos produtos, situações que geram riscos à saúde, segurança e a vida do consumidor. Assim, evita-se o uso de produtos que possam agredir ou interferir na integridade do consumidor e até mesmo do profissional. Em algumas situações, certos produtos usados de forma incorreta ou que sejam proibidos pela ANVISA, podem acarretar queimaduras, ferimentos, irritações, perdas de sensibilidade no

<sup>3</sup> Todos os envolvidos com a organização, acionistas, funcionários, profissionais de comunicação, profissionais de beleza, escolas, distribuidores de produtos de beleza, órgãos públicos.



couro cabeludo e de cabelo e inclusive levando à morte o consumidor, além de prejuízos à saúde do profissional cabeleireiro.

E nesse cenário, a questão da mídia em formular conceitos de beleza padrão, no qual alteram-se os comportamentos dos consumidores na busca inconsciente pela beleza perfeita. Pois, partes desses consumidores espelham-se na identidade dos personagens midiáticos e, principalmente pela propaganda e publicidade que fazem. A cultura do belo corpo, cabelos e peles perfeitas incentiva-se o uso desenfreado de produtos sem critérios e segurança. Para isto, os profissionais de beleza necessitam ter treinamentos, formação baseada na legislação e critérios da ANVISA, principalmente uma formação profissional baseada na ética e na boa conduta moral e com qualificação, exigindo assim, das escolas que formam esses profissionais.

Durante a elaboração deste estudo, foi observado que falta treinamento pelas empresas e pelos seus distribuidores na utilização correta de seus produtos, e que as informações nos rótulos são poucas, podendo ser melhoradas e ampliadas. Analisou-se também, que é fato a manipulação indevida de produtos e até mesmo profissionais adulteram os produtos de fábrica, e que às vezes essas ações são comentadas pelos vendedores de empresas e distribuidores de cosméticos sem levar em consideração os riscos à saúde do consumidor e dos próprios profissionais.

Depois de elaborado o estudo científico, verifica-se que a fabricante possui responsabilidade pelos seus produtos, devendo treinar de forma responsável os vendedores, distribuidores e os profissionais e alertar os consumidores sobre o uso correto de seus produtos. E que os profissionais de comunicação devem agir com ética e responsabilidade na gestão da imagem da empresa e de seus produtos, criando estratégias para que haja uma disciplina no uso correto dos produtos, evitando processos e perdas de valores com indenizações.

## 1. ÉTICA NAS RELAÇÕES PÚBLICAS

De acordo com a Resolução Normativa nº 14187 do Conselho Regional de Relações Públicas – CONFERP, o código de ética diz:

Parágrafo 3: Profissionais de Relações Públicas, em seu trabalho individual ou em sua equipe, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional, através do aperfeiçoamento de seus conhecimentos e procedimentos éticos, pela melhoria constante de sua competência científica e técnica e no efetivo compromisso com a sociedade brasileira (CONFERP - Agosto/2001).





Os profissionais de Relações Públicas e de comunicação geral têm o dever de informar à sociedade os benefícios e malefícios de produtos e serviços. Respeitando o Código de RP. Com isso, trazer benefícios ao público geral, informações e mapeando toda a opinião pública ao redor da organização.

Segundo CONFERP (2014) parágrafo 4. “Profissional de Relações Públicas deve empenhar-se para criar estruturas e canais de comunicação que favoreçam o diálogo e a livre circulação de informações”. Podemos afirmar em unanimidade, que as RP, devem procurar manter um diálogo aberto com seus públicos. Gerenciando a marca e a imagem da organização. Manter informações abertas aos seus consumidores e públicos diferenciados de acordo com a necessidade de cada um. As estruturas devem estar afinadas com a visão, missão da organização e seus valores e dentro deste contexto a cumplicidade com seus diversos públicos.

Na seção II, Art. 3º do Código de Ética CONFERP/87 o profissional de RP deve manter e considerar os objetivos, filosofia da organização, políticas e costumes, mas que enfatize e siga os princípios e regras do Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas. O profissional de Relações Públicas deve cumprir e seguir seu código de ética, a sua formação em comunicação é para desenvolver, criar, manter estratégias e formas de diálogo numa via dupla, da organização para seus públicos, bem como dos seus públicos para a organização.

O papel das RP é manter uma comunicação sem ruídos, evitar ou minimizar conflitos, estabelecer uma direção comunicativa entre todos, respeitando, avaliando as duas vertentes, e manter-se numa linha sem opinar ou favorecer um lado por questões que possa denegrir sua imagem, a neutralidade e a imparcialidade é fundamental para estabelecer um diálogo entre organização e seus públicos.

Entende-se a partir desses princípios que as Relações Públicas, profissionais que avaliam a opinião pública bem como as questões de gerenciamento de crises devem avaliar o mercado, e que as empresas, escolas de formação profissional possam desenvolver estratégias que fortaleçam uma qualificação dos profissionais com informações e conhecimento sobre legislação, responsabilidade civil, ética e moral, além das questões cíveis e criminais que a profissão pode acarretar. Tais questões devem ser difundidas pelos próprios fabricantes de produtos e manter uma fiscalização da utilização de sua própria marca.



## 2. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC

Os profissionais do setor da beleza devem conhecer e utilizar-se do CDC para desenvolver suas funções com mais credibilidade e conhecimento sobre os riscos que acarretam a manipulação indevida de produtos que acometem riscos à saúde do consumidor e até para a própria saúde do profissional de beleza.

Diante destas preocupações, a perspectiva aqui é apresentar o Código de Defesa do Consumidor aos profissionais da beleza para que haja informação e conhecimento sobre a dignidade humana, o direito do consumidor saber que produto e quais riscos pode acarretar no seu manuseio em seu próprio corpo e cabelo.

Segundo o artigo 6º do CDC, assegura aos seus consumidores o direito da proteção à vida, saúde e segurança. Portanto, toda organização ou estabelecimento deve garantir que seus consumidores ao utilizar, comprar, possuir produtos e serviços, estes devem manter a integridade física, mental dos consumidores, serem protegidos contra produtos ou serviços nocivos.

Para o CDC no 6º artigo, inciso III, todo consumidor deve ter acesso a informação do produto e serviços, informação do produto e serviços, como quantidades, valores, especificações, validade, composição e que esteja em língua portuguesa e clara, com fácil leitura e entendimento. Ainda informar ao consumidor quanto aos riscos que possa apresentar seu uso.

O Art. 12 do CDC assegura ao consumidor que o fabricante e o produtor respondem da existência de culpa, pela separação de danos causados ao consumidor por falta de informação, defeitos e sobre sua utilização e riscos. Sendo que o fabricante, mesmo que tenha seus distribuidores, vendedores, PDV, o mesmo responde por erros cometidos na venda e utilização de seus produtos ou serviços que vierem a ser mal utilizados por insuficiência de treinamentos, informações.

## 3. SAÚDE E PROCESSOS QUÍMICOS NO EMBELEZAMENTO PESSOAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O “relaxamento” ou “alisamento” de cabelos são os nomes praticados pelo processo reativo das químicas existentes para tal procedimento. Estes são realizados em cabelos ondulados, crespos ou excessivamente crespos, para oferecer ao consumidor cabelos mais lisos,



diminuição ou retirada total do volume e com balanço. As ações práticas dos profissionais de beleza são possíveis através de sua formação profissional, desde que a escola possua condições didáticas e técnicas para oferecer essa formação. Os procedimentos são realizados pelo mesmo produto, sendo as técnicas e formas de aplicação diferentes, essa decisão cabe ao profissional decidir em cumplicidade com o consumidor.

Porém, além dessas técnicas, no Brasil, desde meados de 2003, houve a crescente demanda pelas escovas progressivas, também podem ser reconhecidas como: escova de chocolate, de morango, marroquina, carbocisteína, botox e entre tantos outros nomes, essa técnica foi lançada para alisar os fios de cabelo. A preocupação aqui fica na questão que mesmo que algumas empresas afirmam que não há a adição de formol (proibido pela ANVISA, inclusive a venda nas farmácias foi proibida devido ao excesso de uso para alisar os fios), alguns profissionais adulteram tais produtos inserindo o formol nos mesmos, e que algumas empresas apenas fecham seus olhos para a questão e isso acarreta uma imagem negativa para a marca, contudo, a responsabilidade está para quem adultera.

Varela<sup>4</sup> (2007) comenta sobre as técnicas de alisamento, podendo avaliar a touca de gesso que está ultrapassada por não oferecer garantia precisa dos resultados e não possuir ativos nutritivos (*apud* GOMES, 1999). Este procedimento ocasiona ressecamento na fibra do cabelo, deixando pontas duplas, mas é possível encontrar profissionais que ainda utiliza essa técnica nos dias atuais.

Corazza<sup>5</sup> (2006), afirma que o hidróxido de sódio pode danificar os fios de cabelo, produzir queimaduras no couro cabeludo e até mesmo cegueira caso atinja os olhos. O princípio ativo hidróxido de sódio, possui uma alcalinidade média de 12 a 14 dependendo o fabricante, este deve seguir rigorosas regras em sua aplicação, o profissional deve ter condições e técnicas de aplicação, possuir a certificação de conclusão do curso profissional e especialização no produto a base de hidróxido, principalmente um treinamento pelo fabricante através de cursos em seu centro técnico. Os tipos de queimaduras podem variar entre primeiro a terceiro grau, chegando a não nascerem mais cabelos. Porém existem consumidores que para o cabelo ficar mais liso, fala para o profissional cabeleireiro que não esta queimando e este passa por despercebido a situação, mas dentro de uma ética e respeito ao consumidor com seu

<sup>4</sup> Tecnólogo em Cosmetologia e Estética pela Universidade do Vale do Itajaí.

<sup>5</sup> Graduada em Engenharia Química, ESQOC/SP, em 1981 com Especialização em Cosmetologia, Sonia atua como consultora técnica, tendo desenvolvido os seguintes trabalhos que teve como marca a inovação e a competência técnica



direito garantido, não pode acontecer. O profissional tem a obrigação e um dever de avaliar a situação e interromper no momento certo a ação do produto no cabelo do consumidor.

Segundo Draelos<sup>6</sup> (2000), o tioglicolato de amônio é considerado mais seguro, todavia há relatos de dermatite de contato e até mesmo irritações na pele. Nesse procedimento, mesmo utilizando o protetor de couro cabeludo a base de vaselina, foi constatado através de pesquisa que o tioglicolato é a quinta causa de dermatite de contato. Segue o mesmo padrão de aplicação dos hidróxidos, o profissional deve possuir formação e conhecimento específico, avaliar o couro cabeludo do consumidor, e através de um diagnóstico e após realizar um teste de mecha, pode-se aplicar nos fios de cabelo.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2005), após verificar resultados com o uso do formol e as consequências de seu uso, proibiu a venda em farmácias, lojas, comércio em geral, sendo apenas liberado o uso de 0,02% nas fórmulas dos produtos, e nesta concentração não há alisamento ou até mesmo uma eficiência na redução de volumes. Os profissionais de cabelo adulteram os produtos, adicionando o formol e aplicando nos cabelos dos consumidores.

Carmélia Reis, comenta que:

... os cabelos lisos estiveram tão associados ao conceito de beleza. Todos os dias, centenas de brasileiras colocam a saúde em risco em nome dessa vaidade. O uso de alisantes a base de formol em concentrações inadequadas causa riscos à saúde e pode até levar à morte. O uso da substância é permitido como conservante em produtos de higiene pessoal e cosméticos no limite máximo de 0,2%. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proíbe o formol para alisamento capilar. “Ele exerce ação tóxica direta sobre a célula, em concentrações mais elevadas, precipitando as proteínas, resseca os fios e causa irritação, ardência, queimadura, entre outros efeitos” ... (2011 [online]).

Neste comentário da Dermatologista, é possível entender que realmente o uso indevido do formol é nocivo tanto para clientes quanto para o profissional. Na atualidade ainda é possível observar que salões e profissionais utilizam o formol, adicionando a outras fórmulas em produtos vendidos pelas empresas.

Percebe-se então, que são necessárias medidas para avaliar o mercado e o uso irresponsável de certos produtos, dessa forma ocasionando uma opinião pública negativa para as marcas, além de promover riscos à saúde tanto do consumidor quanto do profissional.



#### 4. IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NO EMBELEZAMENTO

O Código de Defesa do Consumidor é claro no seu Art. 6º em que o fabricante, o prestador de serviços é responsável por garantir a saúde, segurança e a vida do consumidor. É possível observar que em todo o conteúdo do CDC, é visível e de entendimento claro que o consumidor tem seus direitos garantidos por lei e este deve ser respeitado e que deve ser de conhecimento de todos os consumidores e organizações. O mau uso dos produtos e aplicações em cabelos ou corporais implicam em processos, gerando conflitos entre o fabricante, consumidor e profissional, acarretando processos e indenizações.

285

##### 4.1. Resultados e análise da pesquisa aplicada

Mediante aplicação de questionário, com perguntas diretas e indiretas, tanto para vendedores, profissionais de beleza e consumidores, esta pesquisa realizada pela equipe com formulário e pela Anderson Cruz Comunicação & Marketing no período entre 20.04.2011 a 05.05.2012 - observou-se que falta conhecimento tanto da parte dos consumidores como dos profissionais sobre Código de Defesa do Consumidor. Enquanto, o consumidor é atendido com descaso, os profissionais se arriscam em utilizar produtos com formol acima do permitido pela Legislação vigente.

No resultado com a pesquisa com os consumidores podemos observar que,

- 60% não conhecem o risco de alisamentos por produtos químicos como hidróxidos e formol e que podem causar queimaduras, alergias entre outros.
- 95% não conhecem os direitos inseridos no CDC.
- 20% já sofreram alergias e queimaduras.
- 8% reclamaram nas empresas fabricantes.
- 100% não concordam em usar químicas em crianças e 40% acredita que o responsável é o profissional e 45% as empresas, os pais e os profissionais são responsáveis pelo uso de química em crianças.

Ao entrevistar os vendedores de produtos de beleza, verificamos os seguintes dados:

- 20% não conhecem os riscos gerados pelos produtos de alisamentos.

<sup>6</sup> Dermatologista e pesquisadora. MD, Clinical Dermatology Center. Currículo disponível em:



- 40% não conhecem o CDC
- 30% ao indicar um produto químico, não conhecem sobre os riscos e nem sobre os produtos.
- 30% dos vendedores não recebem treinamentos das empresas

Na entrevista com os vendedores, uma loja de cosméticos de Bauru/SP não respondeu a pesquisa e convidou a equipe a se retirar do local. Isso mostra que a empresa não capacita seus vendedores de forma legal e de acordo com a legislação vigente e não se importando com o consumidor.

E no final da pesquisa entrevistamos os profissionais de beleza, resultando no seguinte diagnóstico:

- 20% Não possuem o conhecimento técnico e os riscos causados pelo uso dos produtos químicos.
- 30% Não possuem conhecimento sobre o CDC e possíveis processos jurídicos na relação de consumo.
- 10% Afirmaram que vendedores pedem ou indicam o acréscimo de formol nos produtos de alisamentos. 20% Não responderam
- 20% Já ocorreram queimaduras em seus clientes e alergias.
- 30% Afirmam que as empresas não oferecem treinamento adequado para o uso dos produtos.
- 20% A escola não ofereceu nenhum conhecimento sobre CDC e processos jurídicos.
- 20% Afirmam que aplicam produtos químicos em crianças. 20% Concordam em usar produtos de alisamentos em crianças. 20% Aham que o responsável são os profissionais. 10% as empresas e 10% todos os envolvidos.

#### **4.2. Processos jurídicos**

Segundo a Nona Câmara Cível em Duque de Caxias/RJ, o processo 0008452-63.2002.8.19.0021 (2002-2008), houve a indenização no valor de R\$ 8.000,00, referente a uso de produto químico capilar que gerou inflamação do couro cabeludo e segundo a perícia não nascerá mais cabelo. Neste caso, foram envolvidos o consumidor, profissional de



beleza e empresa fabricante que em seu testemunho disse apenas que o profissional errou em aplicar seus produtos.

O Globo (2007) publica a morte de uma mulher em Goiânia por insuficiência respiratória, o caso foi registrado na delegacia pela Delegada Cynthia Christyane Alves Costa. A morte causada por intoxicação por produto químico usado nos cabelos da consumidora.

Segundo a Câmara Cível Tribunal do Rio Grande do Sul (2006), relata uma indenização de R\$ 5.000,00 por profissional deixar agir produto mais de uma hora e danificar os fios e ter queimaduras com couro cabeludo e irritações. A consumidora contou que, após o procedimento, seu cabelo ficou quebradiço e parte dos fios caiu. Defendeu que o incidente causou enorme constrangimento, inclusive a impedindo de trabalhar por quatro meses. Ajuizou ação contra as fabricantes dos produtos utilizados e contra a profissional que os aplicou para que arcassem com os danos morais, bem como a ressarcissem pelos dias em que deixou de trabalhar e pelo custo da colocação de mega hair (danos materiais), utilizado para disfarçar a queda de fios. No recurso, a cabeleireira defendeu não ter culpa, pois os danos teriam sido decorrentes da conduta negligente da própria consumidora. Já a fabricante condenada alegou culpa exclusiva da profissional, por não ter utilizado os produtos corretamente.

## 5. MIX DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Dentro de um contexto geral, a maioria dos produtos de beleza fabricados são distribuídos através de outras empresas, chamados de distribuidores e estes por sua vez vendem os produtos para clínicas de beleza, profissionais de beleza e lojas que vendem ao consumidor final. Segundo Kotler (2005), o *mix* de marketing é o conjunto de ferramentas de marketing que a empresa utiliza para alcançar seus objetivos de marketing no mercado-alvo. As organizações desenvolvem seus produtos, utilizam os 4P's, distribuem seus produtos, por fim chegam aos consumidores finais.

Para Hamam (2006), o evento constitui-se de significativa importância no mix da comunicação, sendo a partir de dois segmentos bem definidos, comunicação dirigida e a massiva. Essa comunicação é destinada a públicos homogêneos, com interesses e atividades em comum. Estes públicos convivem com as mensagens divulgadas por certo tempo, abrangendo um *target* seletivo formando suas opiniões.

Com os eventos, avalia-se o *mix* de comunicação e são destinados aos acontecimentos e promovem uma interação entre públicos e a organização. As empresas procuram mensurar o





impacto das opiniões de seus públicos, buscando analisar e definir sua imagem. Os eventos que são utilizados como formas de comunicação com o objetivo de mostrar, interagir e conceituar seus produtos e serviços perante aos públicos-alvo. A utilização do evento como forma de comunicação, enfatiza a importância de que é necessário estar próximo aos seus públicos, no qual estes sentem, tocam os produtos, conceituando e opinando na qualidade dos produtos e criando aspectos favoráveis ou desfavoráveis para a imagem da empresa.

As empresas de cosméticos investem em pequenos a grandes eventos para incentivar o uso de seus produtos, comunica-se com os diversos públicos através de desfiles, lançamentos, workshops e feiras, desta forma mostrando seu produto. As vendas são certeiras após esses eventos.

A comunicação é muito complexa, exige inteligência, reflexão, trabalho em equipe, processos, disciplina, bom senso e que só existe uma chance - pois quando o tiro sai pela culatra, como diz o ditado popular - não existe uma segunda chance. É fato que a maioria de empresários, diretores, grandes executivos, não conhecem essas colunas da comunicação segundo Neves (2009). A comunicação deve estar em uma via de mão dupla, tendo o emissor e receptor, analisar possíveis ruídos e eliminá-los de forma certa. As organizações devem possuir uma comunicação integrada, partindo do pressuposto do *mix* de comunicação, jornais, mídias, artigos, comunicação visual. Esses passos devem ser monitorados para que a imagem da organização possa manter-se limpa, e quando a opinião pública começa a manchar, deve agir com sabedoria em seus processos de comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com pesquisas qualitativas, quantitativas, bibliográficas e entrevistas, verifica-se a partir do olhar científico e profissional, uma conclusão de como trabalham os profissionais de beleza, sejam cabeleireiros, vendedores. Além de analisar como a mídia favorece a disseminação da vaidade para o público e não avaliando os perigos que podem conter nesse aspecto.

Nota-se que em particular, algumas empresas – distribuidores principalmente - fecham seus olhos, deixando profissionais usarem produtos de forma incorreta, e até mesmo utilizar de outros produtos químicos nas misturas com seus produtos, sem avaliar os prejuízos que podem causar ao consumidor e, inclusive aos profissionais.



Fica visível neste trabalho que a maioria dos profissionais de beleza, não estão preparados adequadamente para o uso de químicas para relaxamento e alisamentos capilares, não respeitam e não conhecem na integra os direitos do consumidor, não estabelecem uma relação de consumo leal, e as empresas acabam mascarando o que seus vendedores fazem, além de colocar a saúde do consumidor e a própria em risco.

Diante desse cenário, alguns vendedores de lojas indicam produtos de alisamento para o consumidor final sem ter estrutura e nem formação profissional, o consumidor utiliza de forma indevida o produto, podendo ter sérias consequências no couro cabeludo, fio de cabelo e até na pele. Sendo que estas lojas simplesmente ignoram a situação. Sendo uma realidade na atualidade através da análise e observação desta pesquisa.

Num ponto de vista, essas questões se torna uma questão de responsabilidade pública, pois falta um código de ética explícito para a profissão de Cabeleireiros, escolas profissionalizantes de formação da área de beleza a serem regidos por um órgão Governamental, criando um Conselho dos Profissionais de Beleza e que este seja um fiscalizador, punindo os maus profissionais e avaliando a sua formação, pois atualmente é possível formar um cabeleireiro o sem mesmo ter o ensino básico, a existência de escolas de formação profissional sem infraestrutura e nem profissionais qualificados acabam formando outros sem critérios, sem ética, sem conhecimento do código do consumidor e as empresas por si, acabam vendendo produtos que deveriam ser utilizados por profissionais qualificados e que deviam possuir um registro em um órgão competente.

E para completar, observa-se que o Governo não utiliza-se desses critérios, pois em 2012 reconhece a profissão de cabeleireiro, e que para a formação deste, não há necessidade de uma formação escolar, e ao ler o Decreto, nota-se que tais parágrafos foram retirados quanto a necessidade de uma formação escolar de nível médio. Essas informações encontram-se na **LEI Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.**

As empresas fabricantes devem ser mais rígidas na venda dos produtos químicos, como alisantes, relaxantes capilares e progressivas, sendo necessaprio avaliar o profissional, vender a quem tenha uma certificação pela própria empresa - criar um banco de dados, pois é possível avaliar se o profissional cometeu erro ou foi o produto da empresa.

A partir dessas situações de risco, surgem as crises de opinião pública, processos jurídicos por mau atendimento e uso indevido dos produtos. Poucas empresas - principalmente por vendedores – não incentivam o profissional de beleza a fazer cursos, sendo que poucas



possuem centro técnico especializado para a formação de profissionais qualificados a serem habilitados e desenvolverem competências para o uso de produtos.

Mas é visível que mesmo que haja esse treinamento certos profissionais usam de forma errada os produtos, gerando desconforto, serviços com problemas, quedas de cabelo, queimaduras, alergias, sem falar no uso indevido de formol dentro dos produtos que saem de fábrica e são alterados no distribuidor pelos vendedores e que estes indicam aos profissionais como alterar a formula, adicionado outros produtos químicos para ter um efeito esperando, sem preocupar-se quem estará recebendo o produto.

O bom atendimento ao cliente não depende somente de um bom sorriso e palpites, o profissional tem que estar preocupado e ciente das consequências e riscos que o consumidor pode ter quando adquire um produto ou serviços, além do próprio profissional ter esse conhecimento e que possa ter uma proteção para sua própria saúde, com isso, tem-se que informar e conscientizar o cliente.

O profissional deve ser treinado para todas as funções que possam trazer riscos ao cliente ou até mesmo ao profissional. Hoje a busca pela perfeição no mundo da beleza esta banalizada, as pessoas fazem de tudo para alcançá-la, sem se preocuparem com riscos e consequências. O publico deseja um bom atendimento, e sendo bem sucedido, gera laços leais com os clientes, aumentando cada vez mais seu publico. Os profissionais de beleza têm um trabalho perigoso em mãos e deve ser treinado para exercê-lo, pois colocar a vida de alguém em perigo não é uma brincadeira.

Observa-se que uma maioria de empresas e profissionais de beleza busca apenas a lucratividade, não ouvindo o consumidor e este fica sem critérios quando os serviços ou produtos oferecidos não funcionam, desta forma as empresas fabricantes devem ter um olhar critico e mapear esses conflitos para atuar na opinião pública, evitando processos jurídicos e tendo a sua imagem na mídia.

A partir desta pesquisa, em conjunto com as pesquisas de opinião pública, informação e planejamento, fica explícito o valor que o profissional de relações públicas traz a sua organização (no caso empresa), mediando à relação empresa x consumidor x profissional de beleza. Tendo a função de fundamentar e apresentar um programa de comunicação, evidenciando seus deveres e valores a aqueles que usufruem de seu trabalho. Clareza, precisão e ética, são seus princípios básicos para realizar um trabalho digno.



Ao que se diz respeito às relações diretas com o consumidor, é viável a qualquer organização o esclarecimento de informações e dados, para que o consumo de seu produto seja feito de maneira correta, sem prejudicar a saúde de quem o consome.

É preciso ainda, quebrar certos tabus na área do embelezamento pessoal, e trazer a ela maiores informações o de que esse tipo de ação pode causar danos sérios à saúde. A responsabilidade deve passar de algo nebuloso para algo esclarecido, e as consequências, sejam elas benéficas ou não, devem afetar todos os braços deste processo, que vai de empresa produtora, passando por revendedores, profissionais até chegar ao consumidor final.

O mercado atual é incontível, atingindo cada vez mais mulheres, jovens e crianças, algo extremamente preocupante para a saúde pública. Até que ponto a vaidade, os direitos do ser humano podem ser explorados? Como as empresas, pais e profissionais podem ser responsabilizados? Cabe a nós, profissionais de Relações Públicas, comunicadores e cidadãos esclarecerem estes fatos aos mais interessados.

Diante da pesquisa, a inserção de dados levantados em fóruns, os processos tanto cíveis e criminais, mostra como a área da beleza necessita de formação e informação. A empresa deve ter um *mix* de comunicação voltada para estes aspectos, contribuindo para uma sociedade de consumo consciente e que frequentem estabelecimentos de beleza com profissionais de confiança e que realmente trabalhem com ética, postura. A equipe de comunicação deve mapear onde estão a maioria e minoria das reclamações, avaliar seus distribuidores, manter uma estratégia de comunicação eficaz e eficiente. E os órgãos públicos competentes devem agir contra o mau uso e contra estabelecimentos que não respeitam o consumidor.

## Referencias

**CÓDIGO** de Ética dos Profissionais de Relações Públicas-CONRERP2. Disponível em: [http://www.conferp.org.br/?page\\_id=35](http://www.conferp.org.br/?page_id=35). Acesso em: 05 Maio 2013

CORAZZA, Sonia. **Cabelo Afro-étnico, alisamento & relaxamento - II parte**. Disponível em: <http://www.belezainteligente.com.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=176>. Acesso em 01 Abr. 2013.

DRAELOS, Zoe Diana. **Artigos**. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://dermatologytimes.modernmedicine.com/dermatologytimes/author/authorDetail.jsp%3Fid%3D894&ei=ZMXqTcGhHc>



GftgeEx4WvAQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=2&sqi=2&ved=0CCgQ7gEwAQ&prev=/search%3Fq%3Dzoe%2Bdiana%2Bdraelos%26hl%3Dpt-BR%26biw%3D1024%26bih%3D649%26prmd%3Ddivsbo. Acesso em: 01 Abr 2013.

DRAELOS, Zoe Diana. **Cosméticos em Dermatologia**. 2ªed. São Paulo. Andrei. 2002.

HAMAM, Roosevelt. **O evento integrando o mix da comunicação**. In: KUNSH, Margarida Maria Krohling. *Obtendo Resultados com Relações Públicas*. 2ª Ed. São Paulo. Cengage Learning. 2006

**INDENIZAÇÃO** por perda de parte. Disponível em: <http://advpretel.blogspot.com/2011/03/indenizacao-por-perda-de-parte-do.html>. Acesso em: 05 Maio 2013.

JUNIOR, Waldomiro Carvas. **Relações Públicas no Gerenciamento de Crises**. In: KUNSH, Margarida Maria Krohling. *Obtendo Resultados com Relações Públicas*. 2ª Ed. São Paulo. Cengage Learning. 2006

KOTLER, Philip. **Marketing Essencial**: conceitos, estratégias e casos. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005

**MULHER** morre após escova progressiva. Produto é apreendido. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 05 Maio 2013.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Mauad. 2009

O Globo. **Mulher morre após escova progressiva. Produto é apreendido**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/03/21/295025742.asp>. Acesso em: 01 Abr. 2013.

**PROCESSOS**. Disponível em: <http://br.vlex.com/vid/-40806083>. Acesso em: 05 Maio 2013.

**PROCESSOS**. Disponível em: <http://br.vlex.com/vid/-40806083>. Acesso em: 05 Maio 2013.

REIS, Carmélia. **Lisos porém saudáveis**. Disponível em: <http://www.portal.unb.br/noticias/bcopauta/index2.php?i=392>. Acesso em: 05 Abr. 2013.

**SALÃO** de Beleza terá que indenizar cliente por queimadura por bronzeamento artificial. Disponível em: <http://advonews.com.br/salao-de-beleza-tera-de-indenizar-cliente-queimada-por-bronzeamento-artificial/>. Acesso em: 05 Maio 2013.

TOLEDO, Antonio Luiz de. Et al. **Vade Mecum**. Ed. Saraiva. 11ª Ed. São Paulo.

VARELA, Antonio Edson Martins. **Um estudo sobre os princípios ativos dos produtos para alisamento e relaxamento oferecidos atualmente no mercado brasileiro**. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Antonio%20Martins%20Varela.pdf>. Acesso em 01 Abr. 2013.



VOCÊ S/A. **A competição aumentou no mercado da beleza.** Disponível em:  
<<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/179/noticias/a-competicao-aumentou-2>>.  
Acesso em: 13 nov. 2014.



## **DILEMAS RELATIVOS ÀS NORMAS E VALORES VIVENCIADOS PELO SUJEITO NA ATIVIDADE DO TRABALHO, NA PERSPECTIVA ERGOLÓGICA**

PONTES, Cátia

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Trabalho com Famílias*  
*pontes-ananias@uol.com.br*

SANTOS, Eloisa

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e*  
*Desenvolvimento Local*  
*eloisasantos@uaivip.com.br*

294

### **RESUMO**

Este artigo objetiva apresentar uma revisão bibliográfica para discutir elementos que compõem a atividade do trabalho do sujeito, na perspectiva da ergologia. Do ponto de vista das normas, serão tratadas aquelas que são anteriores às situações de trabalho vivenciadas pelo sujeito – as normas antecedentes – bem como a necessidade de recriá-las a fim de enfrentar as imposições exógenas de toda ordem. Isso configura o debate de normas, sobre o qual incidem os valores, elementos do sistema simbólico que orientam condutas humanas, balizam comportamentos e interferem diretamente na atividade do sujeito trabalhador. O movimento composto pelos elementos acima constitui o processo de renormalização vivenciado pelo sujeito em sua atividade do trabalho.

**Palavras chave:** Ergologia, normas antecedentes, debate de normas e valores.

### **ABSTRACT**

This article presents a literature review to discuss elements that make up the work activity of the subject from the perspective of ergology. From the point of view of the rules, will be treated those that predate the work situations experienced by the subject - the history standards - as well as the need to recreate them in order to cope with exogenous taxes of all kinds. This sets up the discussion of standards, which focus on the values, elements of the symbolic system that guide human conduct, behavior and mark out directly interferes with the activity of the individual worker. The movement is composed of the elements above the renormalization process experienced by the subject in their work activity.

**Keywords:** Ergology, history standards, norms and values debate

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo discorrerá sobre o debate de normas e valores. A abordagem ergológica ganhará destaque, já que considera toda a dinâmica presente na atividade do trabalho, dando importância a tudo o que se passa no corpo e na mente do trabalhador no desenvolvimento de sua tarefa. Ela ressalta que a atividade do trabalho é sempre





singular, por isso deve ser descrita somente pelo trabalhador que a realiza, uma vez que a sua subjetividade estará permanentemente em cena. A abordagem ergológica foi escolhida porque auxilia a compreensão dos dilemas vivenciados pelo trabalhador em atividade.

A ergologia tem como objeto de estudo o trabalho e como objetivo conhecer o trabalho humano em todas as suas dimensões. Esta abordagem compreende o trabalho a partir de uma perspectiva filosófica, que a orienta epistemologicamente para um olhar e um método, a qual tenta abarcar a complexidade das situações de trabalho. Para tanto, articula os conhecimentos de diferentes áreas do saber.

Para apreender os dilemas que o trabalhador vivencia no seu fazer, nas situações de trabalho, a ergologia focaliza as normas e valores – apreendidos ao longo da sua trajetória de vida em confronto permanente com aqueles exigidos pelas situações de trabalho. Este confronto exige do trabalhador a responsabilidade de escolher entre o que, como e por que fazer ou não, no instante em que é demandado nas situações de trabalho.

A ergologia considera, assim, o que se passa no corpo e na mente do trabalhador, nas situações repletas de variabilidades, no meio onde ele vivenciará, e que interferirão diretamente na sua maneira de lidar com elas. O trabalho focalizado nesta perspectiva permite à ergologia circunscrever o movimento do trabalhador como atividade, manifestação fundante da sua humanidade. O conceito ergológico de atividade abrange o debate de normas e valores que regem a vida do trabalhador nas situações de trabalho, conforme será exposto a seguir.

## **2. AS NORMAS NA PERSPECTIVA ERGOLÓGICA**

Para a ergologia, abordagem conceitual e metodológica que busca conhecer o trabalho a fim de transformá-lo, as normas estão presentes em toda e qualquer atividade humana. Elas são necessárias e imprescindíveis também à atividade do trabalho.

O conceito de atividade do trabalho – proposto pela abordagem ergológica – refere-se ao que se passa no todo do sujeito, no momento em que realiza a sua tarefa, na situação de trabalho. Tudo que ocorre objetiva e subjetivamente no miúdo de suas ações



é colocado em foco. Assim, o movimento singular físico, intelectual, emocional consiste na atividade do trabalho de um sujeito, envolvendo o si mesmo e a relação com o outro, com o social e o cultural. Não há, nessa vertente, possibilidade de considerar a atividade do trabalho de um sujeito isolada de sua história e contexto.

Embora destaque a atividade humana do trabalho, a ergologia a insere num cenário mais amplo: o da vida. Toda a dinâmica que envolve a maneira como o sujeito vivencia suas relações e se posiciona diante do mundo configura a atividade humana.

A fim de compreender o significado das normas na atividade do trabalho, a ergologia busca na Filosofia das normas de Georges Canguilhem<sup>1</sup> uma contribuição importante, a partir da qual se desenvolveram os conceitos de normas antecedentes, debate de normas e renormalização, apresentados a seguir. A contribuição de Canguilhem permitiu à ergologia ampliar outra ideia que já havia incorporado, desta vez trazida dos estudos da ergonomia<sup>2</sup> de Alain Wisner e equipe. Ela diz respeito à distinção entre o trabalho prescrito e o real, existente em toda situação de trabalho.

Para a ergonomia, o trabalho prescrito é aquele definido pelos gestores, pelos manuais e ordens de serviço que explicitam os caminhos necessários para que os objetivos – definidos em um processo produtivo – sejam alcançados. Não é possível pensar o trabalho sem a existência destas prescrições.

O trabalho real, por sua vez, não é a simples aplicação do prescrito, porque é incapaz de antecipar todos os detalhes da realização do trabalho. Há sempre um hiato entre o trabalho prescrito e o real. Aqui se exprime a subjetividade, a singularidade dos sujeitos confrontados às prescrições estabelecidas.

A situação real é sempre diferente daquilo que foi antecipado pelo prescrito. Estas diferenças entre o que se é demandado e o que se passa na realidade devem ser geridas. E estas distâncias são irreduzíveis: irreduzíveis! (DURAFFOURG, 2007, p.68).

A ergonomia se propõe a conhecer esse hiato entre aquilo que se demanda ao sujeito trabalhador e o que de fato lhe é possível realizar. Para isso, considera necessária

<sup>1</sup> Georges Canguilhem, filósofo e médico francês, especialista em epistemologia e história da ciência. Sua principal obra foi “O Normal e o Patológico”, em que defende a criação pelo sujeito de normas próprias a fim de tolerar as imposições do meio social, garantindo, assim, uma boa saúde física e psíquica.

<sup>2</sup> A Ergonomia se propõe a conhecer e analisar as situações de trabalho. Os estudos de Alain Wisner e equipe propuseram a diferença entre o trabalho prescrito e o real e trouxeram grandes contribuições para as questões relativas ao trabalho.



a compreensão das variabilidades, as quais envolvem os sujeitos ao lidar com as infidelidades do meio, que necessariamente existem. As infidelidades do meio se referem às variações que ocorrem no ambiente de trabalho e que podem modificar o cumprimento das prescrições, embora de forma imperceptível.

A atividade do trabalhador, no trabalho, acontece nesse hiato, e é sempre envolta por uma penumbra, ou seja, impossível de ser conhecida de imediato. O que ocorre de forma interna e externa ao sujeito é permanentemente colocado em diálogo, não sendo possível a dissociação entre essas dimensões. Além de singular, a atividade do trabalho é sempre datada e situada historicamente.

Na atividade do trabalho, que ocorre exatamente nesta distância entre o prescrito e o real, o sujeito utiliza suas capacidades, potencialidades e desejos para atender não apenas às demandas das prescrições; mas, principalmente, às suas necessidades e interesses.

O trabalho prescrito remete aos objetivos e procedimentos desse colocados para todos, e o trabalho real é a dimensão realizável do trabalho prescrito na atividade de um profissional singular ou de um coletivo de singularidades. A passagem dos objetivos prescritos do trabalho à sua execução é imprevisível, não antecipável e sinaliza uma distância entre a prescrição e a prática – realização dos objetivos. (BARONE, 2012, p. 64).

A ergologia considera a atividade do trabalho como algo de grande complexidade, já que compreende toda a dinâmica vivenciada pelo trabalhador no universo do trabalho. Esta constatação permitirá considerar que a atividade do trabalho – que ocorre no hiato entre o trabalho prescrito e o real – não pode ser antecipada, já que é imprevisível. Não há, portanto, como prever a dinâmica do sujeito e do meio numa situação de trabalho. A existência de sujeitos singulares, ou seja, de subjetividades e de infidelidades do meio sempre modificarão o percurso traçado por quem tenta antecipar os gestos humanos na atividade do trabalho.

Como já constatado, a partir da contribuição de Canguilhem, a ergologia vai além da ideia de trabalho prescrito e real – construída pela ergonomia – ao afirmar que, além das prescrições, o sujeito se depara com normas antecedentes. Elas se referem a valores, conceitos, saberes, procedimentos, técnicas e tecnologias, leis exteriores e



anteriores às situações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores. Suas principais características são a anterioridade e o anonimato.

As normas antecedentes provocam nos trabalhadores uma intensa necessidade de se colocarem em movimento. Isso significa que, ao realizar a sua atividade, não há como ignorá-las, já que eles as trazem consigo. Toda experiência da vida do sujeito, além da situação de trabalho, é incorporada por ele à atividade do trabalho. Necessariamente, o que foi apreendido, vivenciado ao longo da vida coloca-se em cena, logo interfere diretamente no seu agir.

O encontro das normas antecedentes com o real da atividade provoca um debate de normas nos sujeitos. Ao vivenciar a diferença entre o que é determinado pelo outro e o que é possível realizar, o sujeito precisa recriar situações e histórias, precisa fazer escolhas, já que, conforme afirma Schwartz, “as normas não antecipam tudo. Então, trabalhar é arriscar, fazer “uso de si.” (SCHWARTZ, 2000, p. 193).

Presentes no mundo do trabalho, as normas antecedentes, com as prescrições no seu interior, objetivam anteceder os gestos do agir humano. Apresentam-se no cotidiano da vida e impregnam a convivência dos sujeitos com normas de diferentes dimensões: sociais, religiosas, políticas, jurídicas.

Embora exista uma tentativa do trabalhador em atendê-las tal como são, a subjetividade humana não permite que as normas sejam seguidas sem que haja interferência do sujeito. Não se trata de transgredi-las a todo momento ou de uma transgressão consciente, no entanto cada sujeito tem sua maneira própria de se confrontar com elas. Dessa maneira, inevitavelmente, do mesmo modo que as normas antecedentes irão impregnar as prescrições, relativas às tarefas demandadas, haverá uma constante alimentação e retroalimentação delas pelo sujeito. Para Durrive (2011),

O homem não se deixa totalmente comandar de fora, ele está, ao contrário, numa relação polêmica com o mundo das normas nas quais se encontra. Isto não significa que esteja sistematicamente em oposição ao meio, contra o que se espera dele, porque a saúde significa vida em flexão, vida com capacidade própria de ajustamento. É em nome da saúde precisamente que o indivíduo não renuncia a viver sendo ele próprio o centro de referência. Todo homem quer ser sujeito de suas normas. (CANGUILHEM, 1947, p.136 apud DURRIVE, 2011).



Durrive (2011) reforça o pensamento de Canguilhem quando aponta para a necessidade de o sujeito confrontar as suas normas de vida com as normas antecedentes, buscando nesse encontro “ser sujeito de suas normas”, protagonista das próprias ações, o que se relaciona diretamente a sua saúde vital.

O debate de normas, resultante do confronto do sujeito com as normas antecedentes, constitui-se de um diálogo estabelecido consigo mesmo. O sujeito se convoca a esse debate, frente às imposições do meio e às normas antecedentes. Como resultado imprime a sua marca, deixando no agir e no fazer um pouco de si, da sua história. Conforme Franco (2009),

Canguilhem defende que o critério de distinção entre a saúde e a doença é a normatividade vital, isto é, a capacidade do organismo de criar normas novas, mesmo orgânicas. Com efeito, o organismo saudável é normativo, isto é, capaz de ultrapassar a norma que define o normal presente, capaz de tolerar as variações do meio e capaz de instituir novas normas de vida. (FRANCO, 2009, p.91).

A abordagem ergológica incorpora a ideia de Canguilhem ao considerar que novas normas são criadas pelos sujeitos no momento em que se deparam com as normas externas. Neste processo, vivenciam dilemas entre o que fazer e o que não fazer na situação de trabalho. A criação de normas próprias para tolerar as imposições do meio é inerente à condição do ser humano. A reação e o posicionamento diante das normas denotam uma saúde psíquica preservada, enquanto o adoecimento acontece como consequência da completa sujeição às normas; ideia compartilhada por Borges (2004, p.3) que afirma: “adoecer , por outro lado, é se adequar a um único meio restrito e limitado.”

A tese principal de Canguilhem em *O Normal e o Patológico* (CANGUILHEM, 1943), segundo a qual a vida não pode ser submetida às normas sociais, alimenta a abordagem ergológica, a qual afirma que o sujeito necessita criar suas normas individuais para tolerar as variações do meio, sendo um mecanismo necessário à existência humana.

Portanto, o debate de normas se refere aos dilemas vivenciados pelo trabalhador no encontro das normas antecedentes com a sua subjetividade, envolvendo o que é determinado pela situação de trabalho e as experiências que acumula em sua trajetória de vida.



Nesse atravessamento do debate de normas, o sujeito faz escolhas entre as imposições do meio e as suas normas, os seus valores e saberes. A ergologia denomina este movimento de dramática dos usos de si, a qual consiste nos dilemas que o sujeito vivencia quando necessita fazer escolhas, sendo constantemente convocado a remeter-se a si mesmo. Ele traz à tona o que há em seu corpo-si, que compreende o que se passa no seu corpo físico e mental, o que interfere diretamente em sua ação, na maneira como desenvolverá a sua tarefa.

300

Passar pelo debate de normas é colocar o dedo na dinâmica que escapa a toda objetivação, que é a tentativa muito difícil e frágil de encontrar este equilíbrio entre minhas normas e a dos meus vizinhos; minhas normas e as de um coletivo e de uma organização; minhas normas e as do universo político em que eu estou. Então, mexemos com o que tem de valor para o sujeito, com o que não é, em princípio, sua fraqueza ou sua doença, mas com o que é, em princípio, sua tensão em direção à saúde. É a partir daí que se podem achar as alavancas para transformar a situação. (SCHWARTZ, 2000, p. 200).

A proposição de novas normas, resultante da sua vivência do debate de normas, o que exige um posicionamento em referência às escolhas a serem feitas, permite ao sujeito buscar a sua saúde: “entre o ser vivo e o seu meio, a relação se estabelece como um debate (...) no qual o ser vivo aporta suas próprias normas de apreciação das situações, em que ele domina o meio e se acomoda a ele.” (CANGUILHEM, 1992, p.147 apud DURRIVE, 2011).

Há, portanto, nesse movimento do debate de normas, um encontro de normas, ou seja, das normas dos sujeitos com as normas externas. Diante disso, torna-se necessário um ajuste entre as suas normas e as do meio social, a fim de assegurar uma passagem pela vida sem maiores danos físicos e psíquicos. Então, questionar as normas, recriá-las e processá-las torna-se uma necessidade e um exercício diário. A gestão desse encontro cabe ao sujeito e nem sempre é tarefa simples, embora necessária. Schwartz (2011) assegura que

Somos todos, como seres humanos, atormentados por debates internos, “debate de normas” mais ou menos visíveis aos outros e a nós mesmos, mais ou menos invisíveis também. Toda violência econômica, social e política começa pela tentativa de se recusar a ver isso: o fato de que a humanidade nos atravessa por esses debates, por essas dramáticas que questionam e tomam a questionar incansavelmente o uso que fazemos de nós mesmos em um mundo



onde o bem de cada um, o bem coletivo, o bem de todos, o bem e o futuro do nosso planeta estão permanentemente em suspenso, escritos em nenhum lugar. (SCHWARTZ, 2011, p.42).

Dessa maneira, os sujeitos se reinventam em uma tentativa permanente de encontrar meios os quais não apenas os permitam atender ao que é normatizado; mas, principalmente, ao que está além das normas: trazer para a cena aquilo que está presente em seu corpo-si. Por esse intermédio, os sujeitos “fazem história porque criam uma situação nova que nenhuma racionalidade antecedente teria podido predeterminar” (SCHWARTZ, 2011, p.2).

Na passagem pelo debate de normas, o sujeito faz uso de si por si e uso de si pelo outro. Isso equivale a afirmar que, para além do uso de si, em benefício próprio, o sujeito também pode vir a favorecer o outro. Há, nas situações de trabalho, portanto, um indivíduo que se beneficia do uso que o trabalhador faz de si mesmo. Mas o trabalhador, no mesmo movimento, busca autobenefício ao usar a si próprio.

O uso de si por si é o uso do seu corpo, de sua inteligência, de sua história, de sua sensibilidade, de seus gestos. É efetivamente na atividade de trabalho que se manifesta a dialética do uso de si por si, ou seja, a maneira singular pela qual os homens e as mulheres fazem uso deles próprios, de suas capacidades para a realização das atividades que os outros lhe demandam. O uso de si pressupõe, também, o uso do sujeito pelo outro. (DURAFFOURG, 2007, p.70).

A singularidade do sujeito envolve tanto o uso que ele faz de si mesmo, em seu benefício, como o uso que ele faz de si para beneficiar o outro. O que traz em seu corpo-si impregna suas ações, ou seja, todos os elementos, tanto da ordem física quanto psíquica, acompanham-no:

Essa capacidade, que somente os humanos possuem, permite-lhes usar de si mesmos como lhes convém. É uma liberdade perceptível por todo o mundo, muito limitada pelas coerções inevitáveis, mas nunca há somente uma única melhor maneira de fazer as coisas. Pois, sempre há escolhas, por mais ínfimas que elas sejam. É isso que diferencia os seres humanos dos robôs, estes fazem sempre igual e tal como programados. Um robô não tem estado de alma, enquanto um humano sempre hesita porque é consciente e pode escolher, adaptar-se, atualizar e, portanto, inovar. (TRINQUET, 2010, p.5)

Ao exercitar a sua inteligência, o trabalhador torna-se capaz de realizar sua ação de modo diferente do planejado, pois se coloca integralmente na cena, mobilizando o



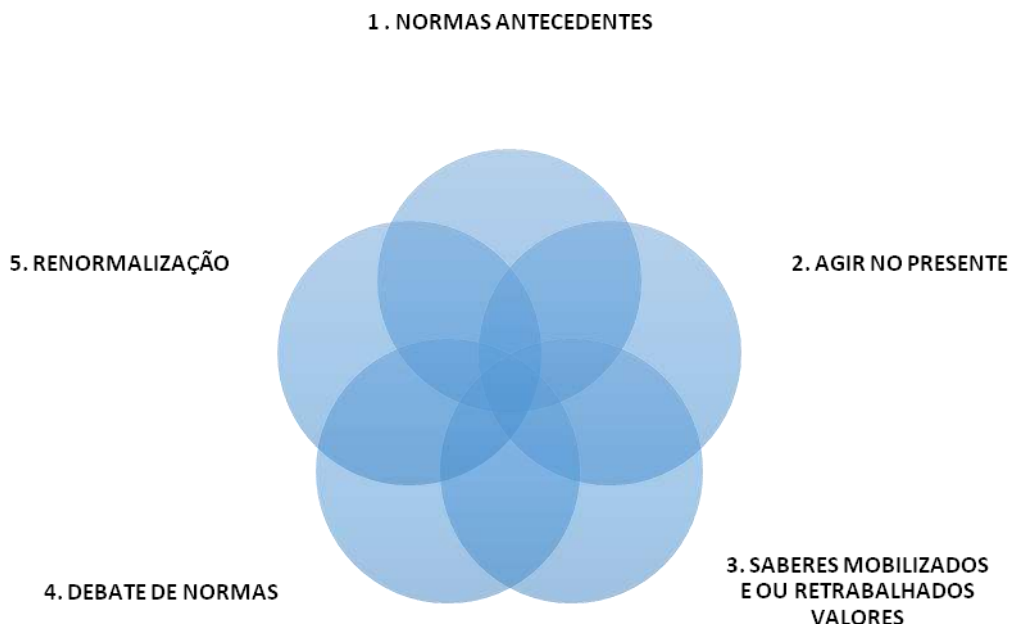


seu psiquismo na realização das tarefas a ele demandadas. Nesta dinâmica, há um processamento entre o que há em si e o que existe externamente a ele, o que o torna diferente de outros trabalhadores e de máquinas programadas. Ele mobiliza seus saberes e valores, bem como tudo o mais que está presente em seu corpo-si.

Portanto, por meio das dramáticas do uso de si por si e pelo outro, as tarefas vão sendo realizadas; as normas vão sendo vivenciadas, recriadas e renovadas pelos sujeitos que, assim, fazem história.

A esse processo a ergologia denomina renormalização, a qual se refere à maneira particular como cada sujeito realiza o seu trabalho, a partir de considerar toda a experiência que traz consigo. Renormalizar, por conseguinte, significa executar uma tarefa e responder às normas antecedentes de maneira particular, incorporando nesta ação os ingredientes de sua subjetividade, isso a torna singular. A renormalização é o resultado do debate entre o que, como, por que fazer ou não, na situação de trabalho; logo o trabalhador traduz as prescrições e as normas antecedentes que lhes são próprias.

A seguir apresenta-se a ilustração sobre o caminho percorrido pelo sujeito na atividade do trabalho até a renormalização:



Fonte: Pontes, 2013 “adaptado de” Schwartz, 2013 – Mini curso – FAE/ UFMG, 2013.



O sujeito renormaliza, ou seja, mobiliza e retrabalha seus saberes e valores vivenciando os dilemas entre o que fazer, como, por que ou não, pois sua obrigação antropológica é sempre renormalizar, sempre se posicionar diante do meio.

As renormalizações ocorrem, necessariamente, em todos os espaços onde as normas estão presentes. Algumas delas são minúsculas, por isso imperceptíveis até mesmo para o próprio sujeito da renormalização, já que muitas delas acontecem de forma inconsciente e no infinitesimal das ações.

Às vezes, a variabilidade é mínima, difícil de ser percebida externamente, contudo jamais completamente inexistente. Basta que cada um entre nós reflita sobre a sua própria atividade para se convencer disto. Cada indivíduo jamais faz algo e jamais perfeitamente igual aos outros. (TRINQUET, 2010, p. 6).

Ainda que imperceptível ao sujeito, a garantia de uma margem de negociação com as normas antecedentes é necessária, porque se apresenta como uma questão vital. Cada sujeito tem o seu limite na vivência dessa negociação, de modo a renormalizar mais ou menos, ou seja, o grau de renormalização será diferente para cada um. Ele será baseado nos vários elementos que compõem a subjetividade dos sujeitos, entre eles e os seus valores e saberes uma vez que “viver é escolher, decidir entre muitas maneiras de se fazer certas coisas, em referência a um mundo de valores. Isto porque a norma tem duas origens: os saberes e os valores.” (DURRIVE, 2011). A discussão sobre os valores será apresentada no item seguinte.

### **3. OS VALORES NA PERSPECTIVA ERGOLÓGICA**

Os valores são elementos do sistema simbólico que orientam o comportamento humano. Chauí (2012) refere-se à filosofia clássica para apresentá-los.

Percorrendo praças e ruas de Atenas – contam Platão e Aristóteles –, Sócrates perguntava aos atenienses, fossem jovens ou velhos, o que eram os valores nos quais acreditavam e que respeitavam ao agir. As perguntas socráticas terminavam sempre por revelar que os atenienses respondiam sem pensar no que diziam. Repetiam o que lhes fora ensinado desde a infância. (CHAUÍ, 2012, p.1).

Não há como pensar o ser humano sem se considerarem os valores apreendidos ao longo de sua existência, porque são orientadores das condutas sociais, balizadores de



comportamentos. Eles se constituem no decorrer do desenvolvimento humano, por meio das relações estabelecidas com o mundo, e orientam os sujeitos nas suas escolhas. Além de impregnarem as instituições sociais, políticas, religiosas, jurídicas, entre outras, também implicam valores próprios aos seres humanos, que vão ao encontro dos seus princípios e interesses.

Os valores têm participação ativa e decisiva em todas as relações vivenciadas pelos homens e emergem sempre na ação humana. Para Machado (2000),

Os valores expressam as necessidades, as atitudes e os desejos dos homens em relação aos objetos avaliados. Representam padrões culturais compartilhados, que servem para se fazer comparações e julgamentos de diversos tipos. São, portanto, elementos do sistema simbólico que orientam as condutas humanas e as escolhas sociais. (MACHADO, 2000, p. 352 in FIDALGO; MACHADO, 2000).

Valores guiam a vida dos sujeitos, orientam sua ação e o pensar e se cristalizam no corpo-si, razão pela qual se tornam, muitas vezes, difíceis de serem substituídos. Aquilo que é apreendido da convivência em sociedade e principalmente das referências que normalmente encontram-se no ambiente familiar, nas relações de amizade e no universo de trabalho, é o conteúdo guardado e levado para a vida como sendo os seus valores. A tentativa de compreender os valores eleitos pelos sujeitos implica considerar o contexto no qual estes sujeitos estão inseridos. Para Marilena Chauí (2012):

Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta e à incorreta, válidos para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de uma casta ou de uma classe social. (CHAUÍ, 2012, p.1).

Embora toda sociedade institua uma moral, os valores não estão inscritos em nenhum estatuto, lei. São constituídos individualmente na frequente troca do sujeito com o mundo concreto, com suas referências.

Os valores também se modificam de acordo com os avanços das sociedades. Embora sejam elementos do sistema simbólico, que orientam as condutas humanas e estão cristalizados no corpo-si, ainda assim podem variar e modificar-se de acordo com as transformações societárias.



Para a ergologia, assim como as normas, os valores estão presentes em todos os momentos do agir humano, já que o mundo é também atravessado por valores. Portanto, compõem esses elementos do sistema simbólico os valores impostos pelo universo do trabalho. Da mesma maneira, há de se considerar um retrabalho das normas, uma renormalização, na atividade do trabalho, há também, segundo Schwartz (2007), de se atribuir importância ao retrabalho dos valores.

A perspectiva ergológica nos remete à ideia de que, para compreender algo da nossa história e para agir na história, é preciso se colocar nesse plano, ou seja, há um retrabalho permanente de valores a viver – e nós somos todos iguais diante desse trabalho. (SCHWARTZ, 2007, p. 205).

No entanto, retrabalhar ou abrir mão de valores que acompanham os sujeitos desde o início de sua existência, definindo-lhes as escolhas, não é tarefa simples, e também gera um debate de valores. Várias exigências oriundas das normas levam os sujeitos a confrontarem os próprios valores e vivências aos valores externos a ele. Quando o sujeito identifica uma incoerência e um incômodo, tende a substituí-los por novos valores e novas vivências. É possível também que os sujeitos optem por permanecer seguindo os próprios valores; não havendo, portanto, a cisão com a sua história, com o seu corpo-si. A atividade do trabalho é, pois, espaço de um debate de valores. De acordo com Borges (2004),

Se o trabalho mobiliza o tempo todo, os aspectos subjetivos do trabalhador, então o trabalho é também o tempo todo um debate de valores. Ao se deparar com a prescrição, cada um vai ressingularizá-la à sua maneira, de acordo com seus valores e com sua história individual e coletiva. A maneira como cada pessoa age diante das lacunas ou das deficiências do prescrito é sempre singular, não pode ser padronizada. Cada um vai renormalizar a seu jeito para dar conta do que não está prescrito. E isso vai sempre envolver um debate: de normas, de valores, de histórias. (BORGES, 2004, p. 44).

Os valores interferem diretamente na ressingularização das prescrições e orientam todo o preenchimento das lacunas existentes. Escolher entre um valor ou outro é tarefa cotidiana do sujeito no trabalho e no mundo. Embora essa dinâmica faça parte da atividade do trabalho, nem sempre é fácil atravessar esse debate, que coloca em cena a moral dos sujeitos e as exigências sociais.



Os valores, alicerces ocultos no exercício da vida, acompanham a vivência da dramática dos usos de si e interferem diretamente nas tomadas de decisões. Eles “não existem como um dado externo às dramáticas da atividade, externos às experiências vividas” SCHWARTZ (2011). A vida social e profissional alimenta-se dessa mesma fonte. Importantes referências no desenrolar da atividade do trabalho, a ergologia considera os valores sob dois pontos de vista diferentes: os dimensionáveis, quantitativos e os sem dimensão.

Pode-se dizer que a atividade se distribui segundo dois tipos de valores bastante distintos (isso nem sempre foi assim e ninguém pode dizer que será sempre assim): os valores quantitativos e particularmente monetários, poderoso por sua simplicidade, maleabilidade, comensurabilidade. Mas o segredo de seu sucesso é serem antecipações puras ou puros resultados de atividades que desaparecem sob esses resultados; os valores “sem dimensões”, porque eles não possuem nenhuma unidade de medida para comparar sua grandeza ou seus graus próprios de intensidade, ou para compará-los entre eles. (SCHWARTZ, 2011, p.10).

Os valores sem dimensão se relacionam ao que se apreendem no decorrer da vida, como balizadores de comportamentos. Recebem um tratamento diferenciado dos sujeitos quando se trata de preservá-los diante da dramática dos usos de si. Embora amalgamados no corpo-si, a relação com o meio social propõe valores diferentes daqueles vivenciados e eleitos como sendo os “corretos”, “aceitos”, podendo ou não ser incorporados. Schwartz (2011) observa que:

Desses valores sem dimensões, tudo de fato pode ser dito. Eles sinalizam na direção dos “bens” não mensuráveis. Mas esses bens podem se voltar apenas ao único protagonista da atividade (sua própria saúde, seu próprio bem-estar); ou, ao contrário, esses bens podem ser progressivamente denominados “comuns” à medida que seu horizonte absorva mais e mais os semelhantes, seres que julgamos implicitamente como semelhantes a nós, destinados a se beneficiarem desses bens do mesmo modo que nós. (SCHWARTZ, 2011, p.10).

Embora distintos, esses dois valores – dimensionáveis e sem dimensão – convivem e habitam a subjetividade dos sujeitos, podendo provocar um debate entre si. Os valores quantitativos podem ser abalados pelos valores sem dimensão e vice-versa, de modo a balançar a certeza do sujeito quanto a algumas decisões tomadas ou a serem tomadas. Estes valores são elementos imprescindíveis à fabricação e refabricação da



história singular do sujeito e, conseqüentemente, da história da sociedade. A explicação para a sua existência, para o diálogo ou confronto entre eles não é palpável, exatamente por relacionarem-se às vivências, possibilidades e necessidades de cada sujeito que, por sua vez, insere-se em determinado contexto.

No cotidiano, os sujeitos vivenciam o encontro dos seus valores próprios com valores apresentados pelo mundo externo. A convivência com as diferenças entre eles e com o retrabalho deles é um exercício necessário para que seja possível a sobrevivência em sociedade, uma vez que o conjunto dos valores determina a maneira como as pessoas vivem, relacionam-se e interagem com o meio social e com elas mesmas.

Aquilo que se apreende e tudo em que se acredita ao longo da vida é submetido a um debate de valores quando há a interferência do outro, somado à determinação de novos comportamentos, pois novas regras passam a prevalecer, em grande parte, diferentes daquelas eleitas pelos sujeitos. Segundo Revuz (2007),

Há uma vertente social, ou seja, uma hierarquia de valores, historicamente variável. Esta vertente é muito poderosa no atravessamento do que constitui a atividade humana das dramáticas, dos debates de normas e das renormalizações, sendo feitas as amarrações e as reinvenções da vida de acordo com o que se acredita ser bom ou ruim, ser certo ou errado. E todo esse movimento é orientado pelos valores de “cada um. (REVUZ, 2007, p. 233).

Estar imerso num universo de valores significa atrelar-se a princípios que farão direta interferência no atravessamento dos conflitos vivenciados pelo sujeito ao longo da sua existência. Dessa maneira, haverá um constante retrabalho desses valores à medida que o sujeito se encontra com os valores vivenciados por outras pessoas, em espaços e tempos diversos. Esse retrabalho resulta em novas incorporações, posto que a história é perpetuamente recriada por meio do inevitável debate de valores. E ninguém escapa desse compromisso consigo mesmo e com a vida.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem ergológica traz contribuições a quem se dedica às questões relativas ao conhecimento do trabalho ao focalizar a atividade do trabalho e mais amplamente a atividade humana, além de problematizar o regime de produção de



saberes sobre o trabalho. No entanto, é importante realçar que ela considera que a atividade do trabalho não pode ser compreendida senão no contexto das relações sociais capitalistas que a enquadram, sendo o pano de fundo onde se inscreve.

A ergologia não se apresenta como uma nova ciência, nem como uma disciplina científica, mas não deixa, por isso, de ter um rigor científico. Possui seu corpo conceitual próprio, além de se valer dos conceitos de outras disciplinas científicas. A partir da ideia de conhecer o trabalho para transformá-lo, ela convida ao ergoengajamento que pressupõe uma tomada de posição do sujeito frente ao saber e frente à transformação social.

Ao se propor conhecer o trabalho não somente como objeto, mas também como matéria estrangeira, como algo que apresenta carácter inacabado e ainda estranho ao saber acadêmico, a ergologia o concebe em permanente movimento e transformação, o que impossibilita a sua apreensão em sua totalidade.

Pode-se dizer que sua proposta adiciona elementos à discussão do conceito de trabalho de origem marxista, sobretudo no que diz respeito à relação dialética entre trabalho abstrato e trabalho concreto.

Ao compreender o carácter inacabado do conhecimento sobre o trabalho, que é lacunar, pois se refaz permanentemente e entender o protagonismo fundamental do trabalhador neste conhecimento, a ergologia remete à atividade do trabalho como espaço contraditório de alienação e desalienação do sujeito trabalhador. A atividade do trabalho é espaço de debate de normas e valores que exprime dilemas entre o que, como e por que fazer isto ou aquilo, no aqui e agora. Espaço de escolhas singulares, de pequenas tomadas de decisões, de conflitos subjetivos, de subversão do velho e criação do novo. Processo eminentemente singular, mas que só se efetiva na relação com o outro, produzindo, portanto, repercussão no coletivo de trabalho. Assim, é permitido o acesso aos problemas humanos concretos que envolvem o trabalho, singular e coletivamente, e que são inalcançáveis apenas por saberes acadêmicos intelectualizados e exteriores ao aqui e agora da atividade do trabalho.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARONE, Ana Monteiro Vieira Braga. *A Inserção do Psicólogo na Política de*





*Assistência Social: uma análise da atividade de trabalho do psicólogo nos Centros de Referência da Assistência Social. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2012.*

BORGES, Maria Elisa Siqueira. Trabalho e gestão de si – para além dos “recursos humanos”. *Cad. psicol. soc. trab.* v. 7 – São Paulo –dezembro, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Ética ou filosofia moral. In. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

DURAFFOURG, Jacques. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). *Trabalho e ergologia*. Entrevistas sobre a atividade humana. Niterói: EduFF, 2007. Seção 1, Cap. 2, 47-82.

DURRIVE, Louis. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. In: *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v.9, supl.1, p.47-67, 2011.

FRANCO, Fábio. Georges Canguilhem e a psiquiatria: norma, saúde e patologia mental. *Primeiros escritos*, v.1,n.1, p. 87-95, 2009.

MACHADO, Lucília. Valores. In FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

REVUZ, Christine. O trabalho e o sujeito. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). *Trabalho e ergologia*. Entrevistas sobre a atividade humana. Niterói: EduFF, 2007. Seção 4, Cap. 8, 226-245.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Tradução SANTOS, Eloisa Helena e CUNHA, D. In: *Trabalho e Educação*, BH: NETE, n. 7,jul-dez, 2000, 38-46.

\_\_\_\_\_, Yves. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). *Trabalho e ergologia*. Entrevistas sobre a atividade humana. Niterói: EduFF, 2007. Seção 4, Cap. 7, 191-206.

\_\_\_\_\_, Yves. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). *Trabalho e ergologia*. Entrevistas sobre a atividade humana. Niterói: EduFF, 2011. Seção 1, Cap. 1 e anexo ao cap. 1,25-46.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 93-113, ago., 2010.



## **PERFILAMENTO DO CAPITAL HUMANO E ANÁLISE DOS FATORES QUE MOTIVAM A ATRAÇÃO E PERMANÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DAS EMPRESAS SITUADAS NA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DE ITAJUBÁ – MG**

ANDRADE, Claudia Cristina

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*clauandra6@gmail.com*

PASIN, Luiz Eugênio Veneziani

*Professor do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*luizpasin@unifei.edu.br*

CASTRO, Márcia Cristina A. S. Rubez

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*mcrubez@gmail.com*

310

### **RESUMO**

Objetivou-se neste trabalho identificar e descrever o perfil do capital humano das empresas presentes na Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá (INCIT) e analisar a percepção dos funcionários das empresas incubadas, em relação ao ambiente de trabalho, sob a perspectiva indutora quanto capacidade motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas situadas na INCIT. Para a realização desse trabalho utilizou-se de formulário Estruturado e Não-disfarçado. Os resultados revelaram que entre os colaboradores das empresas a maioria está na faixa etária entre 24 e 29 anos, possui graduação, nas áreas de engenharias, ciência da computação e ciências sociais aplicadas. Além disso, estes profissionais consideram o ambiente de trabalho descontraído, salientando que é um espaço onde o aprendizado é constante com horário de trabalho flexível e reconhecimento do mérito do trabalho. Estes fatores atraem e promovem a permanência do profissional na empresa.

**Palavras-chave:** Capital humano. Incubadora Tecnológica de empresas. Motivação profissional.

### **ABSTRACT**

The objective of this work was to identify and describe the profile of the human capital of the companies present in the Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá (INCIT) and analyze the perceptions of employees of incubated companies, in relation to the work environment, under inducing motivational perspective on capacity so that these professionals are attracted to and remain in undertakings within the INCIT. To conduct this work we used the Structured form and not disguised. The results revealed that among the employees of the companies most are aged between 24 and 29 years old, has a degree in the areas of engineering, computer science and applied social sciences. Moreover, these professionals consider the relaxed work environment, stressing that it is a space where learning is constant with flexible working hours and recognition of merit of the work. These factors attract and promote the permanence of the professional company.

**Key words:** Human capital. Technology business incubator. Professional motivation.



## INTRODUÇÃO

O mercado atual é dinâmico e guiado principalmente pelo rápido desenvolvimento da ciência e da técnica. Desta forma, o capital humano é um importante determinante para o desenvolvimento de qualquer instituição e país. Atualmente, o Brasil encontra-se na posição 57<sup>a</sup> no ranking global de capital humano. O Relatório foi divulgado pelo Fórum Económico Mundial, que avaliou as condições para o desenvolvimento pessoal e profissional em 122 países, mediante uma visão geral sobre como os países estão utilizando seu capital humano e formando indivíduos preparados para as competitivas demandas econômicas (WEF, 2013). Neste contexto, o incentivo aos centros de pesquisa, universidades, laboratórios e incubadoras, apresenta-se como uma forma favorável à transferência do saber, de tecnologias e conhecimentos. Assim o fomento de empresas de base tecnológica e incubadoras está intimamente ligado aos talentos, habilidades e capacidades do capital humano existente. Essa situação proporciona avanços tecnológicos, ampliação do aporte tecnológico do país, gera emprego e difusão do conhecimento. (COSTA, 2008; HADDAD, 2009; BORGES E FILION, 2013). No estado de Minas Gerais, há 24 incubadoras de empresas, um centro de pesquisa e três parques tecnológicos todos registrados na Rede Mineira de Inovação (RMI). A estratégia é oferecer capacitação, treinamento e proporcionar um comportamento cooperativo e integrado entre agentes e instituições. Ações que caracterizam os arranjos produtivos locais, que por meio da cooperação, formação do capital humano e integração, potencialização a capacidade inovativa endógena. (AMARAL FILHO, 2001, 1996; BOISIER, 2004; CASSIOLATO e LASTRES, 2003). Löfsten e Lindelöf (2003); apresentam fatores que influenciam no sucesso das empresas de base tecnológica, dentre eles: atitude e motivação dos fundadores e colaboradores, além do alto nível de formação e capacitação. Quanto à percepção dos profissionais do setor de base tecnológica, Florida (2011) mencionou nove de dez fatores de trabalho altamente valorizados por esses profissionais: o desafio e responsabilidade, flexibilidade, um ambiente de trabalho estável, compensação, desenvolvimento profissional, reconhecimento pelos pares, estímulo de colegas e gestores, conteúdo do trabalho emocionante, a cultura organizacional, localização e comunidade. Nesse sentido, o presente trabalho buscou identificar e descrever o perfil dos colaboradores das empresas de base tecnológica abrigadas na INCIT e analisar a percepção dos funcionários das empresas incubadas, em relação ao



ambiente de trabalho, sob a perspectiva indutora quanto capacidade motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas situadas na INCIT.

## O CAPITAL HUMANO

O capital humano é considerado um capital intangível que toda organização possui. Trata-se, de uma criação humana, portanto, a análise de qualquer organização deve ser iniciada pela identificação e compreensão das características dos indivíduos que compõem o capital humano disponível (Calderón et al 2012).

Desse modo, Boisier (2000) relaciona diferentes formas de capitais intangíveis, entre eles o capital humano. Para Sérgio Boisier o capital humano está relacionado aos conhecimentos e habilidades dos indivíduos. A capacidade dos indivíduos para adquirir e expressar seu potencial humano depende da atmosfera de apoio de liberdade política e social, apoio instituições sociais, dedicadas ao desenvolvimento integral e de expressão do potencial humano (JACOBS et al 2012). Segundo Brunner (2003) o capital humano é um fator estratégico para o desenvolvimento, para tanto, o autor ressalta a necessidade de gerar e atrair capital humano qualificado, visto que o conhecimento e a destreza da população representam sua capacidade produtiva e inovativa observadas como motores para o crescimento econômico e bem estar social. Sendo assim, Brunner propõe que haja políticas de incentivos e instituições adequadas para o desenvolvimento de valores e atitudes empreendedoras, com objetivo de reter o capital humano disponível.

Sobretudo, Boisier (2000) destaca que o estoque de capital humano de qualidade está intrinsicamente ligado aos conhecimentos e habilidades dos indivíduos de uma região e sua capacidade para exercitá-los. Portanto, na medida em que a sociedade transforma sua base econômica e busca a modernização tecnológica, necessita melhorar o perfil do capital humano, principalmente profissionais técnicos, acadêmicos e científicos. Assim, considerando todos esses fatores é preciso haver medidas para incentivar o surgimento de redes geograficamente definidas de empresas, universidades, laboratórios, fornecedores e intermediários do conhecimento, onde a alta concentração de trocas e direcionamento da concorrência na inovação torna possível a criação de polos de exportação e importação de conhecimento dinâmico (BRUNNER, 2003).



As universidades desempenham um papel importantíssimo na geração de capital humano. Elas atraem e produzem dois tipos principais de talentos, os estudantes e professores. Além de ensinar os alunos e proporcionar um ambiente favorável à pesquisa, a universidade atrai novos professores que por sua vez atraem estudantes. Observa-se, portanto, um efeito magnético na atração de pessoas e até mesmo de empresas. Essa situação revela que as regiões que conseguem reter esse capital humano produzido localmente ganham vantagem competitiva (FLORIDA, 2006).

O capital humano não é apenas um fator para o crescimento econômico, mas também um efeito dele ou dos desenvolvimentos gerados pelo crescimento econômico. A relação entre o crescimento econômico e o crescimento do capital humano é recíproca e apresenta-se como uma provável alternativa para o crescimento econômico sustentável. As atividades de capital humano não envolvem apenas a transmissão e incorporação de pessoas, mas também, a produção de novos conhecimentos. Esse movimento é a fonte de inovação e mudança tecnológica que impulsiona as diversas variáveis de produção (JACOB 1981; 1995).

Neste sentido, a criação de novas práticas a partir do conhecimento, se torna a principal força propulsora da economia. Nas últimas décadas, a criatividade humana tem substituído os recursos naturais e físicos. Dessa forma, a criatividade, uma criação humana, vem tornando-se o motor para o desenvolvimento da economia chamada por Richard Florida de economia criativa. O autor inclui a ciência e tecnologia, as artes, a cultural e entretenimento como um dos setores criativos. Contudo, para estimular o desenvolvimento local, universidade, comunidade local, instituições governamentais e não governamentais precisam colaborar como parceiros, e desenvolver a atração e estímulo do capital humano criador na área de negócios e tecnologia, facilitando o intercâmbio de ideias, ampliando conhecimentos e habilidades entre grupos favorecendo a capacidade de exercita-los (FLORIDA, 2006; 2011).

Diante do que foi exposto, o capital humano, implica em um conjunto de habilidades e características que aumentam a produtividade do profissional, diferencialmente em diferentes tarefas, organizações e situações. O capital humano é visto como a capacidade de criar se adaptar aos ambientes de constante mudança (DARON, 2008).

## **INCUBADORAS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA**

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) define as incubadoras como:



[...] um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços, tanto de base tecnológica quanto de manufaturas leves por meio da formação do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais, também, facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas [...] (BRASIL, 2008).

Além disso, o MCT classifica as incubadoras em três tipos: incubadoras de empresas de base tecnológica que recebem empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados por meio de *spin-offs* acadêmicos, com alto grau de tecnologia; Incubadoras de empresas dos setores tradicionais abrigam empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, com tecnologia difundida e que buscam sempre agregar valor aos seus produtos, processos e serviços a nível tecnológico; Incubadoras de empresas mistas, compostas por empresas de base tecnológica e as tradicionais.

O termo incubadora de empresas é utilizado nos Estados Unidos, desde a década de 50, para nomear iniciativas de estímulo à criação e desenvolvimento de novas empresas. Na medida em que o número de empreendimentos passou a ampliar-se, a utilização do termo passou a ser empregado em vários países da Europa e no Japão. Conforme estudos da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico - OECD (2011) os sistemas de incubação de empresas, na década de 80, tinham como objetivo o combate ao desemprego, apoio as minorias étnicas e regeneração de áreas carentes. Mais recentemente, as incubadoras podem ser definidas como um núcleo que abriga empresas de base tecnológica, tratando-se, portanto, de um espaço comum, que se localiza próximo a universidades e centros de pesquisa para facilitar o acesso a laboratórios e capital humano. (TAVARES, 2010).

Dessa forma, as incubadoras de base tecnológica são um meio de promover a comercialização da pesquisa universitária, e a difusão de tecnologias, que por sua vez, permite o surgimento de um grupo selecionado de empresas de base tecnológica com potencial de crescimento. Entretanto, a localização da incubadora é fator chave em todo o processo, o lugar deve oferecer uma seleção de serviços avançados de apoio às empresas. Entre os serviços necessários, encontram-se, a disponibilidade de fontes de financiamento, especialmente as formas de capital próprio (investidores anjo e fundos de capital de risco), que são cruciais para o desenvolvimento dessas empresas. Esses relacionamentos permitem a concepção das chamadas tecnópolis, motivando agentes convergentes de desenvolvimento e compartilhamento, entre as empresas de base tecnológica e os diversos agentes sociais públicos





e privados interessados no desenvolvimento endógeno. Essa condição local é um dos fatores que contribuem positivamente para o sucesso de uma incubadora de base tecnológica. Assim como o foco em abrigar empresas que buscam criar inovações significativas. (OECD, 2010; HADDAD, 2009).

As empresas de base tecnológica exercem papel essencial na economia. Essas empresas atuam como fontes de novas tecnologias, impulsionam a economia, o desenvolvimento tecnológico e geram emprego para a mão de obra especializada do mercado. Nesse sentido, as EBTs podem ser definidas como empresas que “realizam esforços tecnológicos significativos e concentram suas operações na fabricação de novos produtos” (SANTOS E PINHO, p.87 2010; PORTER, 1990). Para tanto, o principal insumo das EBTs é o capital humano oriundo da universidade. Nesse caso, a gestão dos recursos humanos é fundamental, compõe o principal conjunto de fatores para o sucesso das empresas de base tecnológica.

Entender o que atrai e garante a permanência deste capital humano, em especial, é tão importante quanto incentivar a concepção de empresas de base tecnológicas. Nesse sentido, Richard Florida, em seu livro “A Ascensão da Classe Criativa”, apresenta uma pesquisa realizada com profissionais de Tecnologia da Informação – TI, cujo objetivo é analisar quais as motivações, para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas. Para isso, Florida (2011) lançou para 20.000 pessoas a seguinte pergunta: “*O que mais importa para você no seu trabalho?*” Em sua análise, o autor aponta nove fatores intrínsecos de trabalho, altamente valorizados, por estes profissionais de TI: desafios e responsabilidade, flexibilidade, ambiente de trabalho estável, compensação, desenvolvimento profissional, reconhecimento pelos pares, estímulo de colegas e gestores, conteúdo do trabalho emocionante, cultura organizacional, localização e comunidade. O autor destaca que a motivação extrínseca, a remuneração, por exemplo, aparece apenas em quarto lugar, após três tipos diferentes de motivação intrínseca. Desta forma, o livro de Florida destaca que esses trabalhadores de TI, foram muito mais motivados por qualidades inerentes ao próprio trabalho, do que por recompensas dadas para fazer o trabalho.

Logo, as empresas que contratam estes profissionais, têm como elemento para o sucesso, o manuseio e gestão do capital humano, se considerados os fatores intrínsecos motivacionais. Especialmente, em empresas de base tecnológica, cujo grande patrimônio está nas habilidades e conhecimentos do seu capital humano. Porém, devido alto grau tecnológico de produtos ou serviços, estas empresas vivem um paradoxo, boa parte destas, não possuem





investimentos suficientes para manter uma equipe altamente capacitada, e, também, não possuem recursos financeiros para manter um pessoal altamente qualificado. Assim, não geram lucros e não contribuem para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Contudo, é possível motivar os colaboradores e promover o orgulho institucional, principalmente dos funcionários com alta titulação e competência (NETTO E VALERIO, 2006). Esta motivação está vinculada aos fatores intrínsecos, assim como relatado anteriormente, na análise de Florida (2011).

## **MATERIAL E MÉTODO**

No presente trabalho, utilizou-se na execução da pesquisa de campo o método de levantamento através de formulário Estruturado e Não-disfarçado. Este tipo de composição do formulário de pesquisa apresenta uma lista formal de perguntas a serem feitas e o objetivo da entrevista está totalmente explícito para o entrevistado (CAMPOMAR, 1981; BOYD e WESTFALL, 1982). A pesquisa realizada visava identificar e descrever o perfil do capital humano das empresas presentes na Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá (INCIT) e analisar a percepção dos funcionários das empresas incubadas, em relação ao ambiente de trabalho, sob a perspectiva indutora quanto capacidade motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas situadas na INCIT, que foi institucionalizada no ano de 2.000, está instalada no Parque Científico-Tecnológico de Itajubá no campus da Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI. A INCIT oferece suporte de gestão administrativa e operacional às novas empresas e seus empreendedores, visando à sustentabilidade das empresas.

Atualmente a incubadora tem como parceiros em sua rede de relacionamentos a Prefeitura de Itajubá, a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI; Governo de Minas, através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais – SECTES; Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá – ACIEI; Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itajubá – CDL; Sindicato das Indústrias de Itajubá – SIMMMEI; Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM; Faculdade de Medicina – FMIT; Centro Universitário de Itajubá – FEPI; a Rede Mineira de Inovação – RMI, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de



Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Além dos contatos com redes financeiras como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, a Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPEMIG e Outras agências de pesquisa e de financiamento da inovação.

Hoje a INCIT, abriga 22 empresas e juntamente com as empresas incubadas gera 194 postos de trabalho, entre estes 28 mestres e doutores. Este estudo foi realizado no final do 1º trimestre de 2014, das 22 empresas existentes na INCIT, 09 empresas fizeram parte da pesquisa de campo. Do total de 141 funcionários das empresas, 23 responderam as perguntas do formulário disponibilizado no Google docs.

317

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados, buscou-se atingir os objetivos: (a) identificar e descrever o perfil do capital humano, das empresas de base tecnológica presentes na INCIT e (b) analisar a percepção dos funcionários das empresas incubadas, em relação ao ambiente de trabalho, sob a perspectiva indutora quanto capacidade motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas situadas na INCIT. Na Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá, entre as empresas incubadas estudadas, observou-se que apenas 39% do capital humano é formado por mulheres, a predominância é masculina entre os colaboradores. O estudo permitiu visualizar, também, no perfilamento dos indivíduos com vínculo empregatício, nas empresas residentes da INCIT, a idade e grau de escolaridade; tempo de permanência na empresa; cargo que ocupa; como souberam da existência da incubadora, e, por fim, o que a empresa oferece que atrai e mantém estes profissionais no cargo, na visão do colaborador.

Os dados revelaram que entre os colaboradores das empresas 70% está na faixa etária entre 24 e 29 anos, e que apenas 30% têm acima de 30 anos. No que tange ao grau de escolaridade, observa-se que 66% estão cursando o ensino superior ou já possuem superior completo, seguida de 34% de mestres e doutores. Ressalta-se que entre os colaboradores predominam-se a graduação, nas áreas de engenharias, ciência da computação e ciências sociais aplicadas. Estes profissionais ocupam cargos assim distribuídos, 22 % são estagiários, 9% programadores Junior e Pleno; 38% ocupam cargos de liderança intermediária (gestores, gerentes e líderes), 17% analistas; 7% fazem parte da cúpula estratégica da empresa e 7% atuam diretamente no desenvolvimento de novos produtos e serviços.



Em relação a como souberam da existência da incubadora de base tecnológica de Itajubá, e, por conseguinte as empresas lá instaladas. Obteve-se a predominância de três situações, que possibilitaram ao colaborador tomar conhecimento da existência da INCIT. Quase metade dos colaboradores entrevistados conheceu a incubadora, por meio de redes de contatos pessoais: amigos, funcionários da INCIT ou das empresas e empreendedores, salientando que quase sempre, este contato ocorreu por meio de conversas informais. Na sequência, 30% dos profissionais disseram saber da existência da INCIT e suas respectivas empresas abrigadas, por meios de divulgação de vagas de emprego: rádio e redes sociais na internet. E, por último, 26% dos colaboradores afirmam ter conhecido a incubadora, por intermédio da universidade via: palestras, eventos internos com participação de empresas incubadas na INCIT, quadros de avisos fixados nas dependências do campus da universidade e pelo programa de pré-incubação de empresas da instituição.

Com relação ao tempo de permanência do colaborador na empresa, os profissionais que participaram de todo o processo de estruturação do empreendimento, desde o início do negócio, hoje ocupam cargos de confiança na empresa e representam 22% dos colaboradores vinculados ao empreendimento por 5 anos ou mais. Na sequência, 30 % estão na empresa há aproximadamente 3 ou 4 anos e 48% iniciaram suas atividades na empresa a menos de 2 anos.

Além de responder a quanto tempo está na empresa, o colaborador descreveu o que o atraiu e o mantém no cargo. A partir da análise das respostas, disponibilizadas pelos colaboradores, foi possível verificar que o ambiente de trabalho descontraído, salientando que é um espaço com clima agradável entre os colaboradores e sócios, e, também, entre os próprios colaboradores. Estes profissionais consideram, ainda, o reconhecimento pelo trabalho bem feito e a flexibilidade no horário de trabalho, fatores que proporcionam a base motivacional para atrair e mantê-los nas respectivas empresas em que trabalham.

Ao descrever e identificar o perfil do capital humano das empresas presentes na Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá e analisar a percepção dos funcionários das empresas incubadas, em relação ao ambiente de trabalho, sob a perspectiva indutora quanto capacidade motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas situadas na incubadora. Observa-se a relação entre fatores intangíveis e a descrição do capital humano, conforme a concepção de estudiosos é como se expressa o potencial humano, os conhecimento e habilidades dos indivíduos. Estes fatores dependem do ambiente, onde os colaboradores estão imersos, ressaltando o reconhecimento do mérito do trabalho, cooperação



entre os pares e que ofereça um espaço que estimule a troca de conhecimentos, de maneira espontânea e efetiva.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou identificar e descrever o perfil do capital humano das empresas presentes na INCIT e analisar a percepção dos funcionários das empresas incubadas, em relação ao ambiente de trabalho, sob a perspectiva indutora quanto capacidade motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas. Os resultados da descrição do perfil do colaborador apontaram a predominância de profissionais do sexo masculino e em sua maioria podem ser considerados relativamente jovens não excedendo 30 anos de idade. De forma resumida, pode-se dizer que o capital humano presente nas empresas de base tecnológica, abrigadas na incubadora, possui alto nível de formação e capacitação. Conforme revelaram as respostas, estes colaboradores possuem pelo menos o ensino superior completo ou o estão cursando, na sequência observa-se, também, um número significativo de profissionais com curso de especialização e curso de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado). Quanto à área de formação, destaca-se a predominância das engenharias, ciências sociais e ciência da computação. O que pode estar relacionada ao processo de estreitamento das relações entre incubadora e universidade, visto que a UNIFEI oferece cursos nas áreas evidenciadas pelos colaboradores, salientando que são ou foram alunos da universidade. O que provavelmente pode ter induzido estes colaboradores, até então alunos da universidade a buscarem as empresas incubadas, foi o intermédio da universidade. A ponte entre alunos e as empresas presentes na INCIT, via universidade ocorreu, por meio da pré-incubadora da UNIFEI, eventos e atividades que promoviam a integração entre alunos, empresas e incubadora. Portanto, a predominância de colaboradores, que são e foram alunos da universidade, pode estar relacionada ao processo de relacionamento entre a instituição de ensino e a incubadora. Quanto à motivação para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas, destaca-se a valorização de um ambiente de trabalho diferenciado, ressaltando que é um espaço descontraído, com clima agradável entre os colaboradores e os demais membros da empresa, e, também, com possibilidades de aprender e crescer profissionalmente com seus pares. Estes fatores e a flexibilidade dos horários de trabalho, mais o reconhecimento profissional destes colaboradores são principais razões que proporcionam a



base motivacional para que estes profissionais sejam atraídos e permaneçam nas empresas presentes na INCIT. Neste caso, a capacidade de trabalhar a dimensão intrínseca da motivação no ambiente de trabalho, conforme recomendado pelos estudiosos, depende de ações estratégicas das empresas de base tecnológica, onde o eixo dessa ação possivelmente se sustentaria na criação de ambientes que fogem o padrão, conservador das empresas tradicionais, no que tange a cultura e ao clima organizacional. As empresas de base tecnológica presentes na INCIT, não só entendem a importância de um ambiente diferenciado como também, proporcionam aos seus colaboradores um espaço descontraído, que favorece a aprendizagem constante, a flexibilidade de horários e reconhece o profissionalismo de seus colaboradores. Por fim, pode-se dizer que os colaboradores percebem e valorizam fatores motivacionais intrínsecos que a empresa oferece, mesmo que não sejam explicitados de maneira sistematizada e intencional. Em suma, o desafio e a responsabilidade, flexibilidade, um ambiente estável e descontraído, reconhecimento profissional e a cultura organizacional são fatores que contribuem na atração e permanência destes profissionais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, F, J; AMORIM, M; RABELO, D; MOREIRA, M, V; ARAUJO M, R; *Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: Casos do Ceará. Seminário Internacional Políticas para Sistemas Produtivos Locais de MPME*, realizado em Mangaratiba-Rio de Janeiro, Hotel Portobello, entre 11 e 13 de março de 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Informe BNDES*. Produção e edição: Gerência de Imprensa/Departamento de Comunicação e Cultura do BNDES. Circulação nacional, maio 2013, nº170.

BOISIER, S. *El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial*. Universidad de Santiago de Chile BIBLID, 2000.

\_\_\_\_\_. *Territorial da construção de capital sinérgico. Estudos Sociais*, No. 99, CPU, Santiago de Chile, 1999.

BRUNNER, J. J; ELACQUA, G. *Informe Capital Humano em Chile*. Universidad Adolfo Ibáñez. Escuela de Gobierno, mayo 2003.

CALDERÓN V; JESÚS A; MOUSALLI K; GLORIA M. *Capital humano: Elemento de diferenciación*. Actualidad Contable FACES Año 15 Nº 24, Enero - Junio 2012. Mérida. Venezuela (5-18).



CASSIOLATO, J. E. & SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos inovativos locais no Brasil*. Rio de Janeiro: Redesist, 2003. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/redesist/>>, data do acesso 18 de maio de 2013.

CASSIOLATO, J., LASTRES, H. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. SEBRAE. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist>, data do acesso 29 de abril de 2013.

COSTA, L.B; TORKOMIAN, A.L.V. *Um Estudo Exploratório sobre um Novo Tipo de Empreendimento: os Spin-offs Acadêmicos*. 400 RAC, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 395-427, Abr./Jun. 2008.

DARON, A. D. *Lectures in Labor Economics*. Massachusetts Institute of Technology – MIT 2008, p 299.

DIAS, C.N. *Arranjos Produtivos Locais (APLs) como Estratégia de Desenvolvimento*. Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 9 n. 17 jan./jun. • 2011 p. 93-122.

FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. Tradução: Ana Luiza Lopes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

\_\_\_\_\_. *Regions and universities together can foster a creative economy*. Chronicle of higher education. Setember 15, 2006. Disponível em: <http://www.creativeclass.com/rfcgdb/articles/Regions%20and%20Universities%20Together%20Can%20Foster%20-%20Chron%20of%20Higher%20Ed.pdf>, data do acesso: 10 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_; GATES, G; STOLARICK, K; KNUDSEN, B. *The university and the creative economy*. 2006. School of public policy at carnegie mellon university. Disponível em: <http://creativeclassgroup.com/rfcgdb/articles/University%20For%20City%20and%20Community%20.pdf>, data de acesso 12 de maio de 2014.

GRANDORI, A.; SODA, G. *Inter-firm Networks: Antecedents, Mechanisms and Forms*. Organization Studies, v. 16, n. 2, p. 183-214, 1995.

HADDAD, P.R. *Capitais intangíveis e desenvolvimento regional*. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146. Editora UFPR. 2009.

JACOB, M. *Economic Development, Growth of Human Capital, and the Dynamics of the Wage Structure*. Columbia University September 1995 Discussion Paper Series No. 744.

\_\_\_\_\_. *Human capital and economic growth*. National bureau of economic research 1050 Massachusetts Avenue- Cambridge MA 02138 November 1981. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w0803.pdf>, data de acesso 12 de maio de 2014.

JACOBS, G; ORIO G; ŠLAUS, I. *Human Capital*. Cadmus Journal. APRIL 11, 2012. Cadmus [2038-5242] vol: 1 fasc:4 pág:4.





MEDEIROS, J.A, MEDEIROS, L. A; MARTINS, T; PERILO, S. *Pólos, Parques e Incubadoras: a busca da modernização e competitividade*. São Paulo; CNPq, SENAI e SEBRAE, 1992.

NETTO, A. V; VALERIO, D. M. *Gestão de pessoas altamente qualificadas em pequenas empresas de base tecnológica*. RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 7, núm.3 2006, pp. 131 – 147, Universidade Presbiteriana Mackenzie Brasil.

PORTER, M. E. *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press, 1990.

SACHS, I. *A inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Estudos avançados 18 (51), 2004.

SANTOS, D. T; PINHO, M. *Análise do crescimento das empresas de base tecnológica no Brasil*. Prod. [online]. 2010, vol.20, n.2, pp. 214-223. Epub Apr 30, 2010. ISSN 0103-6513.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. 2008. *Contratualização projetos APL de Confecções*. Março, 2008.

TAVARES, W.M.L. *Parques, Pólos tecnológicos e incubadoras: balanço da experiência brasileira e de outros países*. Cadernos Aslegis, consultora legislativa da câmara dos deputados, 2010.





## CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO HISTÓRICA DOS TRINTA ANOS GLORIOSOS

ARAÚJO, Renan<sup>1</sup>

*Professor do Programa PPIFOR/UNESPAR- Paranavaí  
renan-araujo@uol.com.br*

OLIVEIRA, Helen Cristina de<sup>2</sup>

*Estudante de mestrado do Programa PPIFOR/UNESPAR- Paranavaí  
evanelen@hotmail.com*

323

### RESUMO

Neste artigo discutiremos o novo espírito capitalista após a crise dos trinta anos gloriosos, período caracterizado no pós Segunda Guerra pela expansão capitalista apoiada no modo de produção taylorista/fordista e na política econômica keynesiana do Estado de Bem estar Social. O novo espírito capitalista surgiu como resposta ofensiva à crise de 1973, responsável pela reestruturação produtiva que estimulou a expansão do modelo de produção toyotista iniciado no Japão em detrimento do modelo de produção taylorista/fordista. Com isso emergiu a forma de organização da produção flexível, e no plano político, o neoliberalismo balizou o papel do Estado no marco da nova concorrência global.

**Palavras chave:** Era de Ouro. Neoliberalismo. Toyotismo.

### ABSTRAT

We will discuss the new spirit of capitalism after the crisis of the thirty glorious years, characterized the period after World War II supported by capitalist expansion mode Taylorist / Fordist production and Keynesian economic policy of the State Social Welfare. The new spirit of capitalism emerged as offensive response to the crisis of 1973 responsible for productive restructuring stimulated the expansion of the Toyota-style production started in Japan, to the detriment of the Taylorist / Fordist production model. Thus emerged the form of flexible organization of production, and politically neoliberalism buoyed the state's role in the context of the new global competition.

**Keywords:** Golden Age. Neoliberalism. Toyotism.

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara. Prof. vinculado aos Programas de Mestrado interdisciplinar em Formação Docente e ao Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Paranavaí e ao Programa de Mestrado interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – Unespar/Campo Mourão. Membro da Comissão Executiva da Rede de Estudos do Trabalho - RET. Líder do grupo de pesquisa CNPq: “Economia do Trabalho, Educação e Desenvolvimento Regional” - Unespar/Paranavaí. Autor do livro “O novo perfil metalúrgico do ABC”. Editora Fecilcam: Campo Mourão, 2012. renan-araujo@uol.com.br. Coorganizador do livro Desafios para o Desenvolvimento em Tempos de Globalização: Um estudo sobre as contradições econômicas e sociais do Paraná. Eduem: Maringá, 2014.

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa Interdisciplinar em Formação Docente – Unespar/Paranavaí. Especialista pelo Curso Especialização Interdisciplinar em Ciências Humanas – CEICH, Unespar/Paranavaí, 2013.



## INTRODUÇÃO

Para uma melhor apreensão das contradições do capitalismo contemporâneo faz-se necessária uma breve incursão sobre os traços históricos e sociais definidores do sistema do capital enquanto forma específica moderna de produção e reprodução social. Nesse sentido, Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009), em seu livro “O novo espírito do capitalismo”, pontuam que:

Entre as diferentes caracterizações do capitalismo (ou, frequentemente hoje, dos capitalisms) feitas no último século e meio, escolheremos uma fórmula mínima que enfatiza *a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos*. Trata-se de repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro, ou seja, aumentar o capital que será, novamente, reinvestido, sendo esta a principal marca do capitalismo, aquilo que lhe confere a dinâmica e a força de transformação que fascinaram seus observadores, mesmo os mais hostis (p. 35, itálico dos autores).

Na guisa da análise encontramos no Dicionário de Política de Norberto Bobbio; Nicolas Matteuci; Gianfranco Pasquino (1998) uma definição de capitalismo que esclarece um pouco mais o que Boltanski e Chiapello pontuaram. Bobbio; Matteuci; Pasquino buscaram em Marx a definição para capitalismo, a saber:

Para Marx, o Capitalismo se baseia na relação entre trabalho assalariado e capital, mais exatamente na valorização do capital através da mais-valia extorquida do trabalhador. "O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor". Ou melhor, o trabalho perde o seu valor logo que entra no mercado das mercadorias capitalistas, tornando-se ele mesmo mercadoria.

O Capitalismo consiste, portanto, num modo de produção baseado na extorsão da mais-valia através do mais-trabalho do trabalhador, que é "explorado" porque obrigado a vender "livremente" a sua força- trabalho a quem possui o dinheiro e os meios de produção (o proprietário) (...) (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1999, p.142).

Bobbio; Matteuci; Pasquino (1998) continuam sua reflexão fazendo referência a uma citação de Marx sobre o nexos existente entre “as regras do mercado econômico e a estrutura da sociedade capitalista” (p.142), enfatizando o peso que tem a economia na manifestação e institucionalização da ação social.

Sobre o espírito capitalista, Boltanski e Chiapello (2009) explicam que seria “o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem,



legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (p.42). Neste sentido, seria uma ideologia dominante que expressaria “o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados” (p.42), tanto os capitalistas como os trabalhadores.

Antonio Gramsci, ao tratar das questões sociais relacionadas ao Americanismo e Fordismo, alertou que a “hegemonia nascia da fábrica”, justificando sua afirmação a partir da argumentação de que quando se combina “força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política)” (GRAMSCI, 2011, p.334), dissemina-se um consenso, que objetiva manter o controle social por parte da classe dominante, ou seja, o capital. Desta maneira, se combinavam o duplo poder de domínio social e político articulando a economia e o modo de produção que, expandido para esfera da vida social, consolidava a forma de ser hegemônica do capital.

Com base nas teses de Gramsci que procurou interpretar as contradições sociais do seu tempo (1920-1935), seguindo as premissas apresentadas pelo intelectual sardo, entendemos que para uma leitura da contemporaneidade em muito contribuem as premissas elaboradas por Giovanni Alves (2008) em sua obra de livre docência “trabalho e subjetividade”, na medida em que o autor apreende o poder hegemônico que o modelo de produção toyotista imprime, afirmando que “o toyotismo deu continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção (...)” (ALVES, 2008, p.106).

O autor acrescenta:

A hegemonia social do toyotismo opera, por um lado, a partir das relações de mercado, seja na produção intra-fábrica (e na relação entre empresas), com a articulação complexa do capital concentrado como capital *hegemônico*; seja no local de trabalho, pela instauração do novo nexo psicofísico capaz de sustentar as inovações organizacionais e tecnológicas do método *just-in-time/kanban* (ALVES, 2008, p.107).

Giovanni Alves também relaciona o aspecto da hegemonia fordista (período vivido por Gramsci) com a toyotista:

A hegemonia social do toyotismo opera de outro modo devido às condições históricas. Enquanto o fordismo-taylorismo surge e se desenvolve numa etapa de ascensão histórica do capital, o toyotismo se compõe no período histórico da crise histórica do capital. Além disso, devido à nova base técnica em redes sociais, a produção de valor exige maior mobilização da subjetividade humana. Por isso, as inovações sócio-metabólicas para o toyotismo tendem a



ser mais cruciais, acirrando as contradições entre os requisitos da produção de valor e o núcleo humano da personalidade. Eis, portanto, a matriz das *novas doenças da alma* (ALVES, 2008, p.108).

Em síntese, e diante do exposto, evidencia-se que durante o período de produção taylorista/fordista a hegemonia capitalista se configurou nas bases da política ideológica keynesiana que articulou as esferas da produção, circulação e consumo com forte apoio do Estado, no sentido de criar e manter o processo de “demanda efetiva”, ponto fulcral do *Welfare State* ao longo dos trinta anos gloriosos ou a fase de ouro do capital no pós-guerra (1945-1973). Em nossa contemporaneidade, o modelo de produção toyotista predominante tem como base política ideológica a concepção neoliberal (ou seja, o novo espírito capitalista), que teve sua disseminação durante a reestruturação produtiva ocorrida após a crise de acumulação capitalista de 1973, conforme encetou Giovanni Alves (2008).

Portanto, a crise de acumulação/valorização contemporânea combina, na esfera econômica/social, o processo de reestruturação produtiva e a reconfiguração do papel do Estado na sociedade tal qual sugerem as teses que conformam o corolário neoliberal, o novo espírito capitalista em superação a sua “Era de Ouro”. Neste sentido, para um melhor entendimento das contradições do capital em nossa contemporaneidade é preciso pontuar alguns aspectos políticos, econômicos e sociais da fase de ouro do capital ao longo dos seus trinta anos gloriosos.

## A ERA DE OURO

Eric Hobsbawm<sup>3</sup> (1995), em sua obra “A era dos Extremos: O breve século XX: 1914 - 1991”, apresentou um desenho bem organizado do que foi a “Era de Ouro” vivida durante os trinta anos de acentuada ascensão e prosperidade capitalista. Na introdução do nono capítulo “Os Anos Dourados”, o autor afirma que os Estados Unidos dominavam a economia global logo após a Segunda Guerra Mundial, visto que aumentaram a produção industrial em quase dois terços durante a referida guerra. Porém, entre 1950 e 1973 a economia dos EUA cresceu de forma desacelerada quando comparada aos outros países industrializados/desenvolvidos, isso por que o maior objetivo dos Estados Unidos naquele momento era o de fortalecer

<sup>3</sup> Há de esclarecer, de antemão que, Hobsbawm não se ateu apenas em caracterizar a performance da economia/produção e a política da Era do Ouro. O autor avançou para questões que dizem respeito aos impactos



economicamente os países capitalistas europeus, a fim de criar um bloqueio contra a expansão comunista, no contexto da guerra fria.

Vale ressaltar que em 1960 na Europa Ocidental a taxa de desemprego estacionou em 1,5% (HOBSBAWM, 1995, p. 254), o que é significativo, visto que a taxa de desemprego estacionada em baixa proporcionou um maior número de população empregada, que por sua vez, adquiriu poder de consumo aquecendo a produção e a economia como um todo.

Ainda segundo Hobsbawm, “(...) é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que por todas essas décadas representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas” (p.255). Neste sentido, o autor alerta que na década de 1950 até as economias comunistas avançaram, porém, notório e explosivo avanço foi o das economias capitalistas.

Nesse particular, verifica-se que “a Era de Ouro foi um fenômeno mundial” e apresentou um substancial crescimento global, inclusive nas áreas periféricas do capitalismo, considerando a exportação realizada pelo setor de alimentos. Contudo, durante a década de 1980 o segmento do capital exportador de alimentos perdeu espaço na disputa global considerando-se que o centro capitalista vivenciou uma superprodução de alimentos subsidiada e protegida através de barreiras alfandegárias pelo Estado, causando um “contraste entre excedentes de alimentos de um lado e gente faminta do outro” (HOBSBAWM, 1995, p.256).

Ainda sobre este aspecto, tomando como exemplo emblemático o que ocorrera em termos de desenvolvimento econômico nos Estados Unidos no pós Segunda Guerra, o autor evidencia que “(...) a era do automóvel há muito chegara à América do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas (...)” (Hobsbawm, 1995, p.259). É bom lembrar que, nesse contexto, a utilização de ônibus e caminhões como meio de transporte crescia devido ao baixo custo do combustível.

Como sabemos, o grande propulsor da produção de automóveis nos Estados Unidos foi Henry Ford, que com seu modelo de produção extrapolou as fronteiras estadunidenses e se espalhou rapidamente por toda Europa. No entanto, consta que este modelo de produção não se restringiu à produção de carros, abrangeu também “(...) construção de habitações, a chamada *junk food* (o McDonald’s foi uma história de sucesso do pós-guerra)” (HOBSBAWM, 1995,

---

ambientais causados pelo desenvolvimento das indústrias, assim como a condição de urbanização verificadas



p.260). Também não se restringiu à produção, avançou para o modo de vida das pessoas, como esclarece Gramsci (2011) em seus escritos sobre o Americanismo ao afirmar que a hegemonia vem da fábrica.

Outra característica da Era do Ouro, sem dúvida, foi a possibilidade de consumir. Uma vez que os salários dos trabalhadores aumentavam, dava-lhes as condições necessárias de compra, não só de objetos (bens) duráveis de alta tecnologia, como também de consumir serviços, como viagens nacionais e internacionais. Assim, o turismo esteve em alta neste momento histórico, sendo “(...) agora possível o cidadão médio (...) viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais – a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais” (HOBSBAWM, 1995, 259), isso se tratando dos países industrializados.

Os anos gloriosos também foram marcados por um grande avanço tecnológico, uma verdadeira revolução ocorreu durante o período em função dos investimentos em pesquisa. Haja vista que, “Pesquisa e Desenvolvimento tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das ‘economias de mercado desenvolvidas’ sobre as demais” (HOBSBAWM, 1995, p.261).

Hobsbawm destacou que “o ‘país desenvolvido’ típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970, mas o Brasil tinha cerca de 250 (...)” (HOBSBAWM, 1995, 261), isso nos leva a presumir que um dos fatores decisivos da expressiva força capitalista no setor de tecnologia vivenciada nos anos gloriosos foi o investimento em educação ou em processos educativos que corroboraram com formação de cientistas e engenheiros.

Neste sentido, Hobsbawm atesta que “(...) a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX” (HOBSBAWM, 1995, p.260).

Ainda sobre os avanços tecnológicos, outro aspecto a considerar foi o grande investimento de capital na produção de máquinas e robôs para realizarem o trabalho humano, diminuindo gradativamente a necessidade de mão-de-obra, nessa perspectiva, alerta o autor: “os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de

---

naquele momento.





bens e serviços” (HOBSBAWM, 1995, p.262), eis aqui um dos germes da crise econômica que irá eclodir no ano de 1973.

Em suma, o que se vivenciou naquele momento, como já foi dito, foi a ascensão da economia mundial e o desenvolvimento tecnológico/científico imerso num cenário de pleno emprego, sustentado por um sistema previdenciário robusto, que custeava os salários daqueles que iam aos poucos perdendo seus postos de trabalho.

A partir disso, podemos constatar que o capital não se apresentava mais como outrora, fundamentado absolutamente numa economia de cunho liberal, “(...) havia uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia” (HOBSBAWM, 1995, p.264).

Sobre essa perspectiva, constata-se que,

(...) o capitalismo produziu uma ‘economia mista’, que ao mesmo tempo tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda. As grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções (HongKong), são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos: da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coréia do Sul. Ao mesmo tempo, o compromisso político de governos com o pleno emprego e – em menor medida – com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades (...) (HOBSBAWM, 1995, p.264).

Dessas acepções, compreendemos que esta reestruturação ou reforma do capitalismo no pós-segunda guerra pretendeu conciliar desenvolvimento econômico com melhores condições de vida dos trabalhadores bem remunerados e plenamente empregados, algo que durou pouco tempo em nossa história, como também, se restringiu a uma pequena parcela da população global, a população dos “desenvolvidos”, tais como: Canadá, Estados Unidos, Japão, França, Alemanha Federal, Itália e Grã-Bretanha, que compunham o quadro dos Sete Grandes do capitalismo.

Outro aspecto a considerar diz respeito aos movimentos da globalização e internacionalização da economia apresentados no período,

(...) multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada. De início se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas





‘economias de mercado desenvolvidas’, ou seja, os países do campo americano. A maior parte do mundo socialista estava dividida, e os países em desenvolvimento mais dinâmico no Terceiro Mundo, na década de 1950, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas. Os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental comerciavam, é claro, com o mundo além-mar, e com grande vantagem, pois os termos de comércio os favoreciam – ou seja, podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos. Mesmo assim, o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953. Os fabricantes, que compunham uma fatia constante do comércio mundial desde o século XIX, de pouco menos da metade, agora disparavam para mais de 60% (...) (HOBBSAWM, 1995, p.265).

Podemos verificar que, “a reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais” (Hobsbawm, 1995, p.265) na Era de Ouro, “(...) foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (...), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planejamento econômico (...)” (HOBBSAWM, 1995, p.265).

Esse capitalismo reformado, cujo governo administra, intervém e planeja a economia, tem seus fundamentos na experiência negativa vivenciada na Grande Depressão, assim como no objetivo de erradicar os riscos da expansão do comunismo e do poder soviético que pretendia avançar “para oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam” (HOBBSAWM, 1995, p.266). Conscientes disso, homens como John Maynar Keynes – formuladores de decisões - se inspiravam em apresentar outra proposta de desenvolvimento econômico que não fosse o liberalismo clássico de livre mercado, e que não houvesse o desemprego em massa. Assim, o chamado “keynesianismo” ficou famoso, pois, em certa medida, aliava os interesses da classe trabalhadora com o desenvolvimento capitalista.

Portanto,

Trata-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partido dos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo por que pela primeira vez (...) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela



seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas (HOBSBAWM, 1995, p.277).

Neste interim, os “partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria (...)” (p.267).

Dentro dessa lógica, foi possível vivenciar o que foi denominado Estado de Bem-estar social, que garantia “(...) gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação (...)” (HOBSBAWM, 1995, p. 278), os gastos nestas áreas somados formaram os maiores investimentos dos Estados.

(...) No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado ‘Estado do Bem-estar’ desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era de Ouro (HOBSBAWM, 1995, p.279).

No mais, a Era de Ouro deu tão certo pois,

(...) por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócio do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo (...) (HOBSBAWM, 1995, p.267).

Esse consenso foi indispensável nesse novo plano de desenvolvimento capitalista, iniciado com o Plano Marshall, que consistiu no fortalecimento da economia europeia e posteriormente da economia japonesa, com vistas a fortalecer as alianças capitalistas contra uma possível expansão comunista.

Como parte desse novo desenvolvimento da economia capitalista global em torno dos Estados Unidos, contando com transações internacionais de importação e exportação cada vez mais acentuadas, devemos citar que duas grandes agências de gestão financeiras foram criadas para organizar e dirigir a economia global, e sobrevivem até hoje: o Banco Mundial e o FMI – Fundo Monetário Internacional (subordinadas à política americana).

No entanto, esse quadro “harmonioso” de desenvolvimento econômico atrelado a altos salários da classe trabalhadora se alterou a partir de 1960 com o surgimento de economias



guiadas por empresas transnacionais, “(...) ou seja, um sistema de atividades econômicas para os quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores (Hobsbawm, 1995, p.272)”. Aqui temos um outro germe da crise de 1973.

Em síntese, o avanço das transnacionais implicou na disseminação de uma nova divisão do trabalho (partes de um produto sendo fabricado em diversos espaços do mundo), assim como o aumento da prática de financiamento externo para suas instalações: *offshore*, que consistia na “prática de registrar a sede legal da empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permitia aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país” (HOBSBAWM, 1995, p.272), ocasionando uma “onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente” (HARVEY, 2013a, p.135). Portanto, iniciando um processo de expansão de transação de capital financeiro e concorrência.

Ao explicar o motivo pelo qual se deu “o abandono dos países-núcleo da velha industrialização”, Hobsbawm afirma que “era a incomum combinação ‘keynesiana’ de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida” (p.276), ou seja, essa dinâmica política e econômica passou a gerar gradativamente uma baixa nas taxas de lucro, se configurando numa acentuada contradição capitalista, que logo o capital deu um jeito de superar.

David Harvey (2013a), ao tratar da temática “Do Fordismo à acumulação flexível”, em sua célebre obra “Condição Pós-moderna”, esclarece que “(...) o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e o keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo (...)” (p.135). Essa evidente contradição capitalista, conforme já mencionada, foi “(...) uma construção política. Apoiou-se num consenso político (...) baseou-se num consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas (...)” (HOBSBAWM, 1995, p.276).

Os primeiros sinais de fissura dessa organização pautada no desenvolvimento aliado a altos salários ocorreram nos anos de 1968 a 1973, resultado da fórmula da “(...) explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods em 1971, do boom de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de



1973 (...)” (HOBSBAWM, 1995, p.280), contando com as manifestações estudantis de 1968 e as ondas de greve neste mesmo período, somado a um contexto de “inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto déficit americano” (HOBSBAWM, 1995, 280).

O interessante é que a crise de 1973 não se deu tão somente pela bolha financeira associada ao aumento descontrolado da produção como na crise de 1929, culminando na grande depressão de 1930, mas pela combinação da superprodução num ambiente de acirrada concorrência a partir da emergência da indústria japonesa e da correlata baixa das taxas médias de lucro do segmento monopolista produtivo num mercado global que se tornou bem mais competitivo.

## **OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE DE 1973 E A COMPOSIÇÃO DO NOVO ESPÍRITO CAPITALISTA**

No centro da crise de 1973, além das problemáticas já indicadas anteriormente, o cenário era de alta inflacionária responsável por desencadear “uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo” (HARVEY, 2013a, p.136). Este quadro se agravou com a decisão política de embargo das exportações de petróleo do território árabe-israelense ocasionando escassez e aumento dos derivados de petróleo utilizados como matéria-prima industrial e no preço dos combustíveis.

Essas dificuldades representadas pelo aumento dos custos de produção em meio a taxas médias de lucros decrescentes promoveram uma nova mudança na rota da organização e gestão capitalista. Sobre isso, Harvey esclarece que as grandes indústrias:

(...) viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (...). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle de trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 2013a, p.137).

Continua seu esclarecimento:



A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da ‘estagflação’ (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 2013a, p.140).

Nessa perspectiva, o novo cenário impulsionou o processo de reestruturação produtiva, com vistas a reorganizar a produção com vistas a garantir a recomposição das taxas de lucro do capital. Para David Harvey, a emergente acumulação flexível “(...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” e que “se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2013a, p.140).

Ainda sobre a acumulação flexível, Harvey destaca que:

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (HARVEY, 2013a, p.140).

É no bojo da acumulação flexível que ganhou força o modelo de produção também flexível denominado toyotismo. Ricardo Antunes (2009) analisa que o toyotismo foi criado na fábrica Toyota pelo engenheiro Taiichi Ohno, com vistas a procurar caminhos à expansão e consolidação do capitalismo industrial japonês no pós Segunda Guerra Mundial, e que rapidamente se expandiu para grandes empresas daquele país (ANTUNES, 2009, p.56).

Entre as características mais marcantes do toyotismo, podemos destacar: produção vinculada à demanda e diversificada, trabalho em equipe, operação de um único operário em várias máquinas, produção *just in time* – aproveitamento do tempo, sistema *kanban* – senhas para reposição de peças do estoque, estoque mínimo, terceirização da produção,



subcontratação, controle de qualidade total, *kaizen* – todos são responsáveis por melhorar a produtividade realizando boas sugestões, gerência participativa, sindicalismo de empresa, circuitos de controle de qualidade – CCQ, aumento da produção com o mínimo de trabalhadores, alta tecnologia em máquinas informatizadas e robotizadas (ANTUNES, 2009).

Diante da crescente crise de acumulação fordista, a ascensão de um novo modelo de acumulação (acumulação flexível) e expansão do novo modelo de produção (toyotismo), passou a imperar a nova ideologia denominada neoliberalismo, assim caracterizada por Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2013b, p.12).

Ao se referir ao neoliberalismo, Pablo Gentili esclarece que “trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa, constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70” (GENTILI, 1996, p.4), com vistas a realizar um “desmoronamento da fórmula keynesiana cristalizada nos Estados de Bem-Estar. A intersecção de ambas as dinâmicas permite compreender a força hegemônica do neoliberalismo” (GENTILI, 1996, p.7).

Ainda sobre a força hegemônica, Gentili afirma que “os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que essa transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa) para a crise” (GENTILI, 1996, p.5).

As teses de Friedrich von Hayek elaboradas na década de 1930 foram reelaboradas por Milton Fridman na escola de Chicago e disseminadas na América Latina, sob a ditadura do General Pinochet, iniciada no Chile em 1973 (GENTILI, 1996, p.7), posteriormente, em 1979, Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos também implantaram o modelo neoliberal de governo.





Entre outras sugestões que constam na tese neoliberal, podemos citar: a consolidação de um Estado Mínimo – investimento mínimo em políticas universais, transformando-as em políticas focalizadas - um exemplo: combate à fome; o livre mercado; privatização de empresas estatais; grandes taxas de desemprego – desemprego estrutural; desmonte do sindicalismo; achatamento de salários; legislação trabalhista flexível. Sua propagação pelo globo (inclusive no Brasil) contou com o apoio de agências multilaterais, tais como: FMI e Banco Mundial.

Desta maneira, a acumulação flexível, produção flexível (toyotismo) e o neoliberalismo fazem parte de um mesmo sistema econômico político e cultural, que corrobora para a manutenção da lógica capitalista.

336

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trinta anos gloriosos do capitalismo combinaram produção e consumo em massa no pós-Segunda Guerra, propiciou uma política de pleno emprego que combinado ao *Welfare State* permitia novo padrão de vida aos trabalhadores com base em serviços e apoio previdenciário. No entanto, as inovações e avanços tecnológicos nas diversas áreas da produção, somados à internacionalização e intensificação do comércio mundial, seguindo a lógica concorrencial do capital, contribuíram para a diminuição das taxas médias de lucro e aumento dos custos de produção e endividamento do Estado apoiado nos princípios econômicos keynesianos.

Todavia, esse formato de desenvolvimento não durou muito tempo, entrando em crise a partir de 1973. Como alternativa, um novo espírito capitalista surge como o intuito de organizar a produção e a economia, caracterizando uma nova ofensiva do capital. Tratou-se de um novo cenário econômico desenhado, em linhas gerais, pela nova maneira de conceber a participação do Estado na economia em suplantação às práticas Keynesianas, substituídas pela proposição de Hayek e Fridman, a saber: o neoliberalismo.

Neste sentido, concomitantemente à política de governo neoliberal, também ocorre a substituição do modelo fordista de produção por um novo modelo flexível, o modelo toyotista, responsável pela reestruturação produtiva no centro e na periferia do capitalismo após 1990.





Temos então que nos anos dourados a política de governo era o Keynesianismo, e após a crise de 1973 passou a ser o neoliberalismo. O modelo de produção predominante era o taylorista/fordista, após a crise passou a ser o toyotismo. A forma de acumulação/produção nos anos dourados era uma produção em massa, para um consumo em massa e acumulação em massa (grandes estoques) e após a crise passou a ser de acumulação e produção flexível, enxuta ou com estoques mínimos. Essas mudanças combinaram simultaneamente avanços científicos e tecnológicos à mundialização da economia, alterando sobremaneira o modo de vida e uso da força de trabalho, agudizando as contradições do capital e criando o novo espírito do capitalismo contemporâneo.

337

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do Capital*. Tese de Livre-docência. Unesp: Marília, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998.

BOLTANSKI, LUC. CHIAPELLO, ÈVE. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos*. Organizador Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 2013a.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2013b.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DO DESLOCAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO PARA O DIREITO EMPRESARIAL**

MARTINS, Andrea Cristina

*Professora da Universidade Positivo*

*Estudante de doutorado Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG*

*andreamartins2004@hotmail.com*

COSTA, Lucia Cortes da

*Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG*

*corteluci@gmail.com*

338

### **RESUMO**

Esta pesquisa objetiva compreender o impacto do processo de reestruturação produtiva nas políticas públicas relacionados ao mundo do trabalho, no que tange a incorporação do discurso empreendedor. Para realizar esse estudo se faz necessário pesquisar a dinâmica social contemporânea por um enfoque multidisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento, especialmente a sociologia do trabalho e o direito do trabalho e empresarial. A pesquisa parte do referencial teórico composto pelos autores Castel (1998), Harvey (2011 a) e Harvey (2011b), Alves (2011) e Antunes (2009) sobre as transformações do mundo do trabalho atual e do discurso empreendedor, no que tange seus reflexos nas políticas públicas de geração de trabalho e renda. A pesquisa aponta que há uma incorporação do discurso empreendedor nas políticas públicas de geração de trabalho e renda possibilitando um deslocamento, no âmbito legal, do Direito do Trabalho para o Direito Empresarial.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva. Políticas públicas. Empreendedor.

### **ABSTRACT**

This research aims to understand the impact of the restructuring process in public policy related to the world of work, regarding the incorporation of discourse entrepreneur. To perform this study is necessary to research the contemporary social dynamics of a multidisciplinary approach, involving various areas of knowledge, particularly the sociology of labor and employment law and business. The research part of the theoretical framework composed of the authors Castel (1998), Harvey (2011) and Harvey (2011b), Alves (2011) and Antunes (2009) on changes in the world of current work and entrepreneurial discourse regarding their reflections on public policy to generate employment and income. The research shows that there is an embedding of entrepreneurial discourse in public policy to generate employment and income enabling a shift in the legal framework, the Labour Law for Business Law.

**Keywords:** Economic restructuring. Public policy. Entrepreneur.



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva compreender o impacto do processo de reestruturação produtiva nas políticas públicas relacionados ao mundo do trabalho, no que tange a incorporação do discurso empreendedor.

Para realização da pesquisa, no que tange o referencial teórico, foram utilizados autores como Marx (2001) Marx (2005), Castel (1998), Harvey (2011 a) e Harvey (2011b), Alves (2011) e Antunes (2009) para caracterização das transformações no mundo do trabalho contemporâneo num contexto de reestruturação produtiva.

Decorrente do processo de reestruturação produtiva entende-se que há um elemento objetivo (materialidade das relações sociais que se internaliza) e um elemento subjetivo (identidade pessoal e social), considerando as recentes transformações no mundo do trabalho, especificamente no mercado de trabalho brasileiro, a pesquisa problematiza: as políticas públicas de geração de trabalho e renda estão incorporando o discurso empreendedor, no que tange ao contexto legal possibilitando, no âmbito jurídico, um deslocamento do Direito do Trabalho para o Direito Empresarial?

Quanto ao método a pesquisa utilizará o materialismo histórico-dialético. A escolha de um método para a realização de uma pesquisa não é algo simples, pois o método será fundamental para a construção do conhecimento.

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. (PAULO NETTO, 2011, p.52).

O método para Marx alude uma perspectiva do pesquisador, para na sua pesquisa extrair do objeto as múltiplas determinações. (PAULO NETTO, 2011). Segundo Florestan Fernandes o pesquisador no processo de realização da pesquisa descobrirá as determinações que é o processo de conhecer teoricamente “saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas.” (FERNANDES *apud* PAULO NETTO, 2011, p.53).

Entendendo a formação da sociedade decorrente de diversas determinações, segundo Marx ao afirmar que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações” e a formação dos indivíduos a partir da realidade concreta. (MARX, 1982, p. 14). O método



utilizado possibilitará a análise do movimento complexo e não estática da realidade, além de permitir uma síntese das múltiplas determinações que compõem o objeto de estudo.

A natureza das contradições, seus ritmos e limites dependem da estrutura de cada totalidade e apresenta-se conforme o objeto que está sendo estudado. É preciso descobrir as relações os processos dentro das totalidades porque as relações são mediadas pela estrutura e os níveis dentro das totalidades. Perspectiva essa que será utilizada na presente pesquisa para a identificação das determinações do objeto pesquisado e da sua análise pelas categorias centrais, já definidas acima.

## **A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

O século XX será marcado por contradições, por um lado a criação dos Estados de bem-estar social, estabelecendo e regulamentando direitos e garantias aos trabalhadores e, por outro lado, o desemprego, a flexibilização, a informalidade e a precarização que adentraram o século XXI e persistem no processo de profundas alterações nas relações de trabalho (HARVEY, 2011a).

Harvey aponta que no período entre 1965 e 1973 o fordismo vai sofrer uma crise na sua incapacidade de conter as contradições do sistema, em virtude de sua rigidez no processo produtivo. (HARVEY, 2011a). A crise de acumulação do capitalismo nesse momento histórico implementou uma série de alterações buscando restabelecer os níveis de acumulação do capital, podendo destacar, dentre elas, um novo modo de organização da gestão e da produção, conhecido como toyotismo. (ALVES, 2005).

Foi o regime de acumulação flexível que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo momento predominante passou a ser o toyotismo. Entre os múltiplos modelos produtivos disseminados a partir do modo de organização taylorista-fordista (modelos sueco, italiano e alemão), o modelo japonês conseguiu impor-se como o mais adequado àquela etapa de crise estrutural do capital. (ALVES, 2005, p.413)

O sistema toyotista de produção terá como características principais a eliminação do desperdício e a superação da produção em massa americana. O toyotismo valoriza o trabalho em equipe, o trabalhador com multifunções e a iniciativa para sugestões no processo produtivo. A indústria trabalhará com uma gestão complexa de estoque e controle de produção através do



sistema *just-in-time*, que significa um controle permanente no momento da produção, isto é, produzir na hora certa, apenas os produtos que já foram vendidos. Devido ao trabalho em equipe e à polivalência do trabalhador, esse sistema permite a produção de produtos personalizados e com foco na qualidade total. (ANTUNES, 2009).

Sob o toyotismo, a competição entre os operários e empregados é intrínseca à idéia de trabalho em equipe. Os supervisores e os líderes desempenham papéis centrais no trabalho em equipe (no caso do Japão, os líderes da equipe de trabalho — do *team* — são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada, ‘integrada’, vale salientar, à subjetividade contingente do trabalho. Em virtude do incentivo à competição entre os operários e empregados, cada um tende a tornar-se supervisor do outro. ‘Somos todos chefes’ é o lema do trabalho em equipe sob o toyotismo. (ALVES, 2005, p. 416)

Decorrente dessas alterações do processo produtivo, Harvey afirma que há o surgimento de uma nova forma de acumulação do capital, denominado por ele por “acumulação flexível”. (HARVEY, 2011a, p. 140).

Com as mudanças constantes na contemporaneidade e a intensificação da globalização o mundo de trabalho sofrerá esses impactos. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes ou contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2011a).

Harvey demonstra uma nova estrutura do mercado de trabalho a partir do aumento da flexibilidade em relação ao trabalho, aumentando o número de categorias de trabalho, como o trabalho autônomo, subcontratação, contrato *part-time* e o temporário. (HARVEY, 2011a).

Considerando esse novo contexto histórico, social e econômico, Castel afirma que a novidade dessa reestruturação passa pela “desestabilização dos estáveis”, pois a sociedade salarial <sup>1</sup> havia construído um núcleo de estabilidade para um grande grupo de trabalhadores, criando agora uma “periferia precária” (CASTEL, 1998, p. 526).

<sup>1</sup> Esse debate do fim da centralidade da categoria trabalho estará presente em vários autores, em Castel ao firmar o fim da sociedade salarial, na obra de Gorz ao tratar do fim do proletariado e de Rifkin sobre o fim dos empregos. No entanto, não concordamos com essa análise, pois entendemos o trabalho como categoria central na sociedade capitalista, mas algumas análises realizadas por esses autores serão trazidas à pesquisa para uma análise das transformações no mundo do trabalho atual, pois apesar de não concordamos com o argumento central, a análise da realidade é pertinente para entender as mudanças na sociedade atual.



Não há nada de “marginal” nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. (CASTEL, 1998, p. 526).

A análise do processo de consolidação do trabalho precário está ligada a reestruturação do mercado de trabalho e, do capital pela busca da lucratividade. Para Castel “é a própria estrutura da relação salarial que está ameaçada de ser novamente questionada”, pois as relações de trabalho estão profundamente afetadas pelo processo de precarização e pela flexibilidade. (CASTEL, 1998, p. 517).

342

As novas formas “particulares” de emprego se parecem mais com as antigas formas de contratação, quando o *status* do trabalhador se diluíra diante das pressões do trabalho. A flexibilidade é uma maneira de nomear essa necessidade de ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa. (CASTEL, 1998, p. 517).

A flexibilização como uma das características centrais dessa nova organização do mundo do trabalho pode ser compreendida como:

[...] conjunto de processo e medidas que visam alterar as regulamentações concernentes ao mercado de trabalho e às relações de trabalho, buscando torná-las menos ordenadas e possibilitando arranjos considerados inovadores diante de uma forte tradição de controle legal das relações laborais. (HOLZMANN; PICCININI, 2006, p. 131)

Assim, entendendo a flexibilização como um processo, não há uma única forma ou fator que irá caracterizá-la, deve-se compreender quais suas causas e suas consequências, pois a flexibilização apresenta de diversas formas:

[...] flexibilização das jornadas de trabalho; flexibilização na possibilidade de as empresas demitirem e admitirem força de trabalho; flexibilização nos processos de trabalho com a integração de diferentes parcelas do trabalho, outrora divididas pelo fordismo, e, sobretudo, flexibilização dos vínculos de emprego, o que tem levado a um enorme crescimento das formas de emprego outrora consideradas atípicas, como o trabalho por conta própria, em tempo parcial, por tempo determinado, não registrado, cooperativado. (LEITE, 2009, p. 69).

Em conjunto com o processo de flexibilização, há outro processo em desenvolvimento, é a precarização do trabalho. A precarização ocorre quando há a deterioração das condições de





trabalho (seja nos direitos trabalhistas ou com relação à estabilidade do vínculo empregatício) ela deve ser analisada de forma relacional, isto é, deve-se analisar a situação anterior e a situação presente do trabalhador para poder compreender a questão que a precarização não é algo estanque. (LEITE, 2009).

Nessa nova dinâmica social, o Estado tem um papel importante na manutenção da sociedade, atuando como um ator central “para conduzir tais estratégias, obrigar os parceiros a aceitarem objetivos sensatos, zelar pelo respeito dos compromissos.” (CASTEL, 1998, p. 498). Segundo o autor, no entanto, mesmo o Estado realizando ações para minimizar os graves problemas sociais, não conseguiu resolvê-los. (CASTEL, 1998). No entendimento dessa pesquisa, o Estado é permeado por diversos interesses e, com a mundialização e financeirização do capital, cada vez mais os Estados têm menor poder decisório sobre o mercado de trabalho, que se tornou global. No caso do Estado brasileiro, em especial no que tange às políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho, percebe-se uma incorporação das estratégias de reestruturação produtiva e do discurso empreendedor.

As políticas públicas são espaços de disputa, de tensão, e o mercado como um dos integrantes dessa relação exerce uma grande influência na formulação das políticas públicas.

Decorrente das transformações objetivas na sociedade capitalista contemporânea, em especial no mundo do trabalho, questiona-se os impactos na subjetividade do trabalhador, pois apesar das profundas mudanças, compartilhamos do entendimento que o trabalho é uma categoria central da sociedade capitalista. Para tanto, é necessário estudar de forma dialética essa relação.

Para entender a formação da subjetividade é necessário compreender a realidade concreta que esse sujeito está inserido. Para Marx a subjetividade “é a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em realidade, é o conjunto das relações sociais.” (MARX, 2005, p. 119).

No que tange à subjetividade, percebe-se que o eixo central dos dispositivos organizacionais é a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. A “captura” da subjetividade está relacionada não apenas no fazer dos trabalhadores, mas na disposição intelectual e afetiva em contribuir com a lógica de valorização do capital. (ALVES, 2011).

Cabe destacar que para Alves, “captura” da subjetividade do trabalho caracteriza “o nexo essencial que garante o modo de organização toyotista do trabalho capitalista. É um novo





e intenso nexó psicofísico no trabalhador que busca adaptá-lo aos novos dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção.” (ALVES, 2011, p. 113). O mesmo autor salienta o uso da expressão “captura”, ao explicar que:

[...] a captura não ocorre, de fato, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidiana. (ALVES, 2011, p. 114).

O processo de “captura” da subjetividade é complexo e conflituoso e apresenta elementos que se articulam para que ocorra o resultado final delineado.

[...] é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias sócio reprodutivas, com a plethora de valores-fetichê e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano. (ALVES, 2011, p. 114).

Outro mecanismo que contribui para a “captura” da subjetividade são as ideologias de mercado, utilizadas como valores-fetichê para consolidação desse novo modelo produtivo do capital. (ALVES, 2011). Para Alves, as “ideologias” “são o substrato de força e consenso do nexó psicofísico.” (ALVES, 2011, p. 116).

Alves afirma que “a idéia de “captura” da subjetividade implica, por um lado, a constituição de um “processo de subjetivação” que articula instância da produção e instância da reprodução social.” (ALVES, 2011, p. 115).

Ao lado das inovações técnico-organizacionais do complexo de reestruturação produtiva, desenvolvem-se inovações sociometabólicas. Estas dizem respeito ao cultivo sistemático e intenso de valores-fetichê, expectativas e utopias de mercado, disseminados, em geral, pelo aparato midiático e sociorreprodutivo do capital. O universo locucional é tomado, por exemplo, por palavras-chave de competência, empregabilidade e **empreendedorismo**. (ALVES, 2011, p. 121 grifo nosso).

O movimento de ressignificação do empreendedorismo está permutado com as estratégias de afirmar a sua condição de alternativa legítima ao emprego formal, como possibilidade de ocupação e como projeto profissional tanto para os que foram excluídos do



trabalho assalariado quanto para aqueles que não conseguiram ser incluídos. Representa menos o sonho de ser patrão e mais às dificuldades de conseguir o trabalho formal. (COLBARI, 2007).

Esse é um ponto importante para a compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa, ou seja, se as políticas públicas de geração de trabalho e renda estão incorporando a ideologia e as transformações no processo produtivo, transferindo ao trabalhador a responsabilidade de seu sustento, não podendo ter como suporte o Direito do Trabalho, mas estando sob a guarda de outro ramo do Direito, qual seja, o Direito Empresarial, com todas as consequências jurídicas para o trabalhador decorrentes dessas alterações.

## O DISCURSO EMPREENDEDOR

O conceito de empreendedorismo – bem como seus desdobramentos teóricos e práticos – vem sendo valorizado por governos, entidades de classe e organizações como a principal base para o crescimento econômico e para a geração de emprego e renda na atualidade (BARROS; PASSOS, 2000 e BARROS; PEREIRA, 2008 *apud* COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p.182).

Na realização do mapeamento dos discursos sobre o empreendedorismo, destacam-se três eixos de análise: como componente da nova moldura de socialização e qualificação; como resultado da reestruturação produtiva e como projeto político alternativo ao trabalho assalariado, inspira políticas de emprego e estimula a emergência de novos arranjos (COLBARI, 2007). No entanto, o movimento de valorização do empreendedorismo privilegia um tipo de desenvolvimento societário: o capitalista. (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011)

André Gorz afirma que uma das formas de realizar a subsunção total do trabalhador ao capital é romper com a heterogeneidade do capital e da força de trabalho. “*A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo, que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado.*” (GORZ, 2005, p. 23).

Essa estratégia do capital vem se ampliando nos dias atuais, com a configuração dos empreendedores e dos conhecidos trabalhadores “PJ”, ou seja, trabalhadores que vendem sua força de trabalho através da constituição de uma pessoa jurídica individualizada. “Nessa concepção, haverá empresas individuais de prestação de serviços individuais.” (GORZ, 2005,



p. 24), ou nas palavras de Pierre Lévy “a pessoa se torna um empreendimento [...]” (LÉVY *apud* GORZ, 2005, p. 24).

A naturalização da premissa de que o profissional contemporâneo é uma unidade econômica autônoma inserida em um contexto competitivo passa a e consolidar na sociedade contemporânea atual. No entanto, é um dos questionamentos que serão realizados por essa pesquisa.

Há dentro da noção de empreendedorismo outro discurso, o discurso sobre a empregabilidade, que está impregnado com a idéia de autonomia ou liberdade no mundo do trabalho. Essa noção de autonomia contribui com novas formas de trabalho, como o *home-office*, teletrabalho, trabalho com horários flexíveis, o trabalhador fora do espaço regular de trabalho, tem supostamente menor controle pelo empregador.

Para Lemos e Rodrigues o discurso sobre empregabilidade apresenta uma série de sentidos subjacentes, podendo destacar: a promessa de autonomia, mas que uma necessidade de ser empregável é isto como uma oportunidade a ser escolhida pelo trabalhador; a liberdade dos trabalhadores frente às organizações para definição de suas metas, caminhos e expectativas, não mostra que em uma sociedade de mercado e de base assalariada as decisões e as demandas são tomadas pelas organizações e não pelo trabalhador; e o diferencial competitivo é apresentado como ser diferente da maioria, ser o melhor na sua área de atuação e não como uma disputa acirrada no mercado de trabalho (LEMOS; RODRIGUES, 2008).

Mas é preciso questionar se realmente há maior liberdade para esses trabalhadores.

Esse suposto afrouxamento do controle externo é intensificado na razão direta do conteúdo intelectual do trabalho executado, pois a produtividade do trabalhador do conhecimento decorre menos do tempo de trabalho e mais do comprometimento subjetivo do trabalhador. (LEMOS; RODRIGUES, 2008, p. 2).

De acordo com Boltansk e Chiapello o empreendedorismo passa a ser uma ideologia do novo espírito do atual capitalismo, onde um conjunto de crenças dirige, justifica e legitima o comprometimento dos indivíduos com o sistema. (BOLTANSH; CHIAPELLO, 2009 *apud* COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011)

Dentro dessa lógica, não se pode desconsiderar as relações de poder inerentes a esse contexto, a precarização que acompanha a maior parte dos empreendedores, está relacionada a



um modelo de trabalhador e de sistema de acumulação do capital (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

Por isso a importância de rever o conceito de empreendedorismo na história para compreender as transformações desse conceito. No estudo histórico sobre o empreendedorismo realizado por Costa, Barros e Carvalho demarca três momentos. O primeiro momento é contextualizado na formação do capitalismo (1760/80 a 1870/80), nesse período o empreendedor é o empresário, que poderia ser o colono, o artesão, o comerciante ou o produtor de manufatura.

A segunda fase histórica do capitalismo é o período de expansão da sociedade liberal e apogeu do liberalismo (1870/80 e 1914/18) conhecido como capitalismo monopolista. Que se destaca por algumas características: o surgimento das grandes empresas; tendência à monopolização associada à concentração de capital; políticas econômicas de caráter deliberadamente protecionista; advento da democracia liberal. (FALCON; MOURA, 1989 *apud* COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 187). Nesse período o empreendedor passa a ter um papel secundário, devido o processo de profissionalização e burocratização das organizações que passam então a serem os sujeitos do processo econômico. (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

A terceira fase analisada é o período do capitalismo atual, na qual a figura do empreendedor volta a se aproximar da figura do primeiro período, qual seja, a figura do empresário. Nesse período o empreendedorismo passa a ser uma atitude recomendada como forma de crescimento e desenvolvimento social e econômico.

Pode-se considerar que esse processo não conduz a emancipação humana, mas ao contrário, promove formas opressivas de comportamentos individuais, posto que cria expectativas de conduta, que em última análise são os objetivos do capital. (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO**

No Brasil, nas décadas de 1990 e 2000 foram criadas políticas públicas, no que tange o mundo do trabalho, direcionadas à autogestão de arranjos produtivos de trabalhadores, como o incentivo ao cooperativismo e ao associativismo, que tinham como finalidade “minimizar os



efeitos perversos do baixo dinamismo do mercado de trabalho, que apresentava altas taxas de desemprego, e facilitar o ingresso do trabalhador em uma atividade produtiva.” (BRASIL, 2007, p. 14)

Em 1994, foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) tendo como objetivos a concessão de crédito a micro e pequenos empresários, cooperativas e formas associativas de produção e também iniciativas de produção no setor informal.

A partir de 2003 o Ministério de Trabalho e Emprego cria duas novas políticas para públicos específicos: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para a Juventude (PNPE) e o Programa Economia Solidária. O Programa de Economia Solidária de acordo com Ministério do Trabalho e Emprego “visa o fortalecimento dos empreendimentos autogestionários, apoiando a formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários por meio do fomento direto, pelo mapeamento das experiências e constituição de incubadoras.” O fomento do crédito é voltado para o “público não assalariado”. (BRASIL, 2007, p. 19).

Na prática esses empreendimentos autogestionários enfrentam dificuldades, além dos fatores objetivos, como crédito, gestão, comercialização; alta competitividade, além das dificuldades no campo subjetivo, como a falta de escolaridade, falta de conhecimento de gestão, conflitos internos. Essas dificuldades refletem as diferenças do trabalho cooperado, que exige uma nova forma de atuação do trabalhador.

Já a partir dos anos 2000 há um direcionamento das políticas públicas de geração de trabalho e renda para o empreendedorismo que acontece dentro desse contexto de reestruturação do capital global. No que tange as regulamentações trabalhistas as margens das fronteiras entre o trabalho formal e o informal estão mais tênues, tornando oportuno o discurso do empreendedorismo urbano e individual. As políticas de geração de trabalho e renda, tendo como fundamento principal, a substituição de medidas consideradas como assistencialistas, por estratégias baseadas na noção de “empreendedorismo”. (WOLFF, 2014)

No Brasil o discurso sobre empreendedorismo é incorporado nas políticas públicas, em especial na Lei Complementar nº 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e posteriormente, a figura jurídica do microempreendedor individual<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A figura jurídica do microempreendedor individual foi inserida na Lei Complementar nº 123/2006, através da Lei Complementar nº 128/2008.



A criação do microempreendedor individual tem por objetivos: a legalização da pequena atividade informal e a proteção previdenciária desses empresários. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2014)

O artigo 3º Lei Complementar nº 128/2008 traz diversas disposições que alteram a Lei Complementar nº 123/2006, dentre elas, em especial, os artigos 18-A que cria a figura jurídica do microempreendedor individual, tendo como prazo para vigência a data de 01/07/2009.

Art. 18-A - O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo. (BRASIL, 2008).

Verifica-se que o microempreendedor individual é equiparado ao empresário individual disposto no art. 966 do Código Civil, que dispõe: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.” (BRASIL, 2002).

Do conceito jurídico de empresário podem-se extrair quatro elementos distintivos: profissionalismo, exercício de atividade econômica, organização e produção e circulação de bens ou serviços. O primeiro elemento destaca-se que a atividade exercida deve ser a profissão habitual do empresário. Do segundo elemento, exercício de atividade econômica, enfatiza-se que deve haver por parte do empresário o *animus lucrandi*, isto é, a intenção do lucro. Esse elemento indica também que é o empresário que assume os riscos técnicos e econômicos da atividade. O terceiro elemento, a expressão organizada, significa que é o empresário que deve ser a aquele que articula os fatores de produção (capital, mão de obra, insumos, tecnologia). Por fim, o quarto elemento, que é a expressão mais ampla, pois dispõe que qualquer produção ou circulação de bens e serviços pode ser uma atividade empresarial, desde que preenche os demais requisitos. (RAMOS, 2012; FAZZIO JUNIOR, 2013).

Para o ordenamento jurídico brasileiro, o trabalhador, enquanto empreendedor/empresário acaba por assumir a responsabilidade da atividade, a legislação





pátria, dispõe que o empresário individual tem responsabilidade ilimitada<sup>3</sup>, desta forma, por não haver separação patrimonial, responde com todos os seus bens, inclusive os pessoais pelo risco do empreendimento. (RAMOS, 2012).

Uma das vantagens, apontadas pela política pública, é no tocante a arrecadação de impostos e a proteção previdenciária, pois há uma simplificação para o recolhimento e uma diminuição no tocante aos tributos incidentes nas atividades e nos seus respectivos valores. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2014).

As políticas públicas de proteção previdenciária também incorporam também o discurso empreendedor, de acordo com o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2012, no tocante à dimensão das políticas sociais, verifica-se ações como: “0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária” e “0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos”. Ambas as ações têm em suas análises situacionais relação com o programa do Microempreendedor Individual.

No campo da ampliação da proteção previdenciária, o foco de atuação tem sido setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual), Previdência Social trabalhadores domésticos (dedução do IR), trabalhador facultativo de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência (redução de alíquota) e trabalhadores do campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades). (BRASIL, 2013, p. 18).

Uma das medidas de formalização que tem revelado excelentes resultados é quanto aos microempreendedores. Trata-se de uma inovação no sistema tributário brasileiro, com a criação de uma nova faixa de enquadramento na base da pirâmide do Simples Nacional, que já é um sistema simplificado de enquadramento e tributação de microempresas e empresas de pequeno porte, em condições vantajosas para os trabalhadores por conta própria que pretendem legalizar-se como pequenos empresários. (BRASIL, 2013, p. 24).

No tocante às políticas públicas de trabalho e emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, o mesmo relatório aponta dois programas, em destaque, o Programa de Geração de

<sup>3</sup> Recentemente foi criada no ordenamento jurídico brasileiro a figura do EIRELI, empresa individual de REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DO DESLOCAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO PARA O DIREITO EMPRESARIAL - MARTINS, Andrea Cristina; COSTA, Lucia Cortes da





Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com relação direta em sua análise situacional com ações empreendedoras. (BRASIL, 2013).

São exemplos de ações do Ministério do Trabalho e Emprego: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social; e 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo. (BRASIL, 2013).

Nas demais Políticas Públicas relatadas no mesmo documento, verificam-se ações empreendedoras em programas como: programas de combate à violência, ProJovem, inclusão e empoderamento de mulheres, desigualdade raciais, inclusão da população negra, economia criativa, rede livro acessível, capacitação audiovisual, e em especial as ações voltadas ao desenvolvimento de tecnologia da informação (TI). (BRASIL, 2013).

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2013, no tocante à dimensão estratégica, verifica-se nas ações do programa Brasil Sem Miséria (BSM) que: “Na inclusão produtiva urbana, além da formalização de empreendedores de baixa renda e do microcrédito produtivo orientado, 1 milhão de matrículas no Pronatec/BSM foram realizadas nos mais diversos cursos até março de 2014.” (BRASIL, 2014, p. 53).

No mesmo relatório no item produção com sustentabilidade e inovação, ao tratar sobre a indústria tem-se a seguinte constatação:

Várias iniciativas foram adotadas com o objetivo de propiciar um ambiente favorável à geração de inovação e ao empreendedorismo na área de TIC. O principal programa para o setor é o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior). Lançado em 2012, e plenamente alinhado com o Plano Brasil Maior, apresenta uma série de ações coordenadas para que empreendedores organizados em empresas nascentes (startups) desenvolvam projetos de software com forte potencial de inserção no mercado, tanto nacional quanto internacional. Nesse contexto, foi criado o Programa Start-up Brasil, que tem o objetivo de apoiar empresas nascentes utilizando-se do conceito de aceleração de empresas. Com estimativa de aplicação de R\$ 40 milhões, entre investimentos públicos e privados, somente em 2013, foram selecionadas 118 startups e apoiadas 87, totalizando R\$ 19,6 milhões de investimento do governo e das aceleradoras. (BRASIL, 2014, p.110).

---

responsabilidade limitada, através da lei Lei nº 12.441/2011 que alterou o Código Civil brasileiro.



No item supra citado, no setor de serviços, ao referir-se a análise da formalização do trabalho no Brasil, constatam-se os dados abaixo:

[...] o regime conhecido como SIMPLES ganhou abrangência e se consolidou. Nesse sentido, a Lei Complementar no 123/2006, também conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, constitui um marco ao consolidar o Regime Especial Unificado de Arrecadações de Tributos e Contribuições, denominado SUPERSIMPLES, permitindo a apuração e recolhimento mensal de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais em documento único. Também se deve mencionar a criação, por meio da Lei Complementar 128/2008, do Microempreendedor Individual, que mediante pagamento de taxa fixa mensal equivalente a 5% do salário mínimo contribui para os Governos Federal (previdência), Estadual (ICMS) e Municipal (ISS), estando isento de tributos como o imposto de renda e o PIS/Cofins. Em dezembro de 2013 os optantes pelo SIMPLES já somavam 8,2 milhões de empresas, incluídos nesse total 3,6 milhões de Microempreendedores Individual. (BRASIL, 2014, p.113-114).

352

A partir do referencial teórico e jurídico estudados acima, em especial de Harvey (2011a e 2011b) que analisa o deslocamento de trabalhadores de um grupo central, com proteções e garantias trabalhistas e, de Castel (1998) que analisa a “desestabilização” dos trabalhadores que haviam conquistado juridicamente proteção ao seu trabalho. Percebe-se que nas políticas públicas de geração de trabalho e renda nas duas últimas décadas no Brasil, está ocorrendo um deslocamento do Direito do Trabalho para o Direito Empresarial no que tange a regulação desses trabalhadores, pois esses trabalhadores estão sendo deslocados da figura jurídica de empregado, regidos pelas normas trabalhistas, para a figura jurídica do empresário, regido pelas normas do Direito Empresarial, com todas as significativas mudanças no que tange a responsabilidade e risco pelo trabalho realizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se do referencial teórico analisado que dentro desse contexto social, histórico, político e econômico ressurgem com maior expressão nas últimas décadas o discurso sobre o empreendedorismo como uma das estratégias da reestruturação produtiva.

Transformar empregos em serviços com pretensão de generalizar o trabalho improdutivo é uma tentativa ingênua de negar a mais-valia, porque sendo o trabalho produtivo nuclear, negá-lo significaria a negação do próprio sistema,



em que produtivo e improdutivo coexistem em uma relação dialética. (TAVARES, 2002, p. 114).

Essa estratégia para a manutenção do poder pelo capital procura mascarar os conflitos entre capital e trabalho, trazendo consigo outros discursos como empregabilidade e autonomia.

Pode-se inferir do referencial teórico que essas estratégias estão sendo incorporadas nas políticas públicas de geração de trabalho e renda, e que essas políticas que poderiam ser formas de proteção ao trabalhador estão contribuindo para o processo de reestruturação produtiva do capital.

No Brasil, as políticas públicas do mundo do trabalho, podem ser divididas em dois grandes blocos, as políticas públicas voltados para o emprego e as políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda. Essas políticas públicas têm objetivos e públicos, bem definidos e diferenciados. No primeiro caso, o Estado promove programas como abono-salarial, seguro-desemprego, qualificação profissional. No segundo caso, os programas desenvolvidos são direcionados para a concessão de crédito para pequenas empresas ou empreendimentos autogestionários e fomento a redes de economia solidária. Esses dois blocos de políticas públicas têm sujeitos que tencionam de forma diferentes, no primeiro caso, há uma organização do trabalho e a procura por uma manutenção dos direitos já conquistados, o que não acontece no segundo caso, onde algumas políticas públicas são voltadas para a própria organização do trabalho, mas do auto-trabalho ou do trabalho coletivo autogestionário.

Dentro desse contexto, percebe-se que há um deslocamento da figura jurídica do trabalhador-empregado, que estava sob a proteção do Direito do Trabalho, que tem por função primordial procurar estabelecer um equilíbrio nas relações trabalhistas; para a figura do trabalhador-empendedor-empresário, que se encontra sob a égide do Direito Empresarial, que tem por fundamento as relações igualitárias, mesmo como visto, em situações desiguais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.



\_\_\_\_\_. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. **RET – Rede de estudos do trabalho**. 2005. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/1-Alves2008.pdf>. Acesso em 15/06/2014.

BERNARDES, A. G.; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidades: Possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os estudos culturais. In: GUARESCHI, N. M.; BURSCHI, M. E. **Psicologia Social nos estudos culturais: Perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. D.O.U. Brasília, 22 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. D.O.U. Brasília, 11 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**, 2007. Disponível em: < [www.mte.gov.br/observatorio/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf) >. Acesso em: 12 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013**. Brasília: SPI/MP., 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Relatório Anual da avaliação: ano base 2012**. Brasília: MP/SPI, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLBARI, Antônia de Lourdes. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. In: **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.75-111.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; CARVALHO, José Luis Felício. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 1, pp. 179-197, Mar./Abr. 2011.

COSTA, L. C. da. **Classe média brasileira: há um novo cenário**. Disponível em: <<http://www.politicasocial.net.br/index.php/textos-para-discussao/174-texto-discussao-lucia-classemedia.html>> Acesso em: 31 nov. 2012

FAZZIO JUNIOR. Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Atlas, 2013.



GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **O imaterial: Conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

HOLZMANN, Lorena; PICCININI, Valmiria In: CATTANI, Antonio; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Marcia de Paula e ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

LEMONS, Ana Heloísa da Costa e RODRIGUEZ, Daniel Arbaiza. Empregabilidade: conquista da autonomia profissional ou nova forma de submissão? **Anais do V Encontro de estudos organizacionais da Anpad**, 2008.

LÓPES-RUIZ, Orlando. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **Teses sobre Feuerbach**, in: MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 30/05/2014.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2012**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/estudos-e-pesquisas>. Acesso em: 01/06/2014.



TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**. Nota técnica do IPEA, Mercado de trabalho, 24, 2004. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_24h.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24h.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

TAVARES, Maria Augusta. A centralidade do trabalho produtivo no capitalismo contemporâneo. **Temporalis**/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2002.

THEODORO, Mario. O sistema de emprego e o estudo do informal. **ABET – VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. São Paulo, 2003.

WOLFF, Simone. Desenvolvimento local, empreendedorismo e “governança” urbana: onde está o trabalho nesse contexto? **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 131-150, Jan./Abr. 2014.



## O PROCESSO DE MIGRAÇÃO NO MERCOSUL E A LEGISLAÇÃO PARA OS TRABALHADORES IMIGRANTES

MARTINS, Fernando José

*Professor do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras*  
*fernandopedagogia2000@yahoo.com.br*

JAQUEIRA, Manoela Marli

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Sociedade, Cultura e*  
*Fronteiras*  
*manoelajaqueira@hotmail.com*

DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Sociedade, Cultura e*  
*Fronteiras*  
*vanessazorek@gmail.com*

357

### RESUMO

O presente trabalho aborda a condição jurídica do trabalhador imigrante no contexto do Mercosul, para tanto estuda-se a expansão do capital e o processo de globalização que está atrelado aos novos movimentos migratórios, bem como a formação dos blocos econômico. Essa temática é desenvolvida a partir da retomada do fluxo migratório e o aumento da circulação de trabalhadores de países fronteiriços, e a violação dos direitos trabalhistas, tendo em vista a falta de uma legislação trabalhista uniforme nos Estados-membros do Mercosul. O estudo é realizado a partir de pesquisas bibliográficas, onde se analisa o trabalhador imigrante e o regime jurídico do Mercosul existente a fim de garantir condições dignas de trabalho.

**Palavras-chave:** Globalização, Trabalhador, Mercosul.

### ABSTRACT

This paper addresses the legal status of immigrant workers in the context of Mercosur, both for studying the expansion of capital and the globalization process that is linked to the new migratory movements and the formation of economic blocs. This theme is developed from the recovery of migration and the increased movement of workers from neighboring countries, and the violation of labor rights, in view of the lack of uniform labor legislation in the Member States of Mercosur. The study is conducted from literature searches, where we analyze the migrant worker and the existing legal framework of Mercosur to ensure decent working conditions.

**Key-words:** Globalization, Worker, Mercosur.





## INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa acerca sobre a condição jurídica do trabalhador imigrante no Mercosul, abordando a questão da globalização aliado ao processo histórico, a expansão do capital e a adoção do modelo social, político e econômico neoliberal por vários países, tornando o Estado submetido ao poder do Capital a fim de contextualizar a formação dos blocos econômicos responsáveis em normatizar a questão da circulação de trabalhadores.

A expansão do capital e o processo de produção e do trabalho fez com que houvesse uma maior flexibilidade das leis trabalhistas haja vista o aumento de desempregos o que fez com que o trabalhador ficasse a mercê do interesse do capital. E é justamente nesse ponto em que a globalização interfere na taxa de desemprego e influi nos movimentos migratórios em busca de trabalho. Esse aumento pela procura de trabalho pelos imigrantes irregulares os coloca em situação precária de trabalho, sendo muitas vezes negado seus direitos trabalhistas e humanos.

Desta forma se faz relevante o estudo das normas que regem os trabalhadores do Mercosul, pelo grande fluxo de trabalhadores que circulam entre os territórios dos países membros, e entender como o Mercosul se posiciona frente a problemática da exploração do trabalhador imigrante advindo de países que compõem este Bloco Econômico.

## GLOBALIZAÇÃO E O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO

A globalização traz em seu bojo um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais, que buscam diminuir barreiras territoriais e jurisdicionais dos Estados nação, sob este aspecto confronta-se com a questão migratória, da qual não se pode negar a grande importância e impacto, modificando a questão laboral por todo o mundo. (CORDEIRO, 2000, p. 15)

O mundo contemporâneo não é mais um aglomerado de nações, sociedades, Estado-nações que relacionam-se de forma interdependente, de colonialismo, imperialismo, bilateral ou multilateral. Ocorre o que Otavio Ianni chama de mundialização do globo, ou seja, o mundo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir sua importância histórica. (IANNI, 2001, p. 13)

O fenômeno da globalização, não pode ser entendido sem que se compreenda o contexto social e histórico em que se deu este processo. Deste modo um dos momentos históricos mais



importantes para o desenvolvimento do fenômeno da globalização aconteceu no século XX, durante a Segunda Guerra Mundial, tal confronto estabeleceu um novo equilíbrio de forças militares e econômicas. De acordo com Wolney de Macedo Cordeiro “*a insensatez dos regimes totalitários europeus levou a uma aliança de forma que resultou no aparecimento das duas grandes potências do século: os Estados Unidos e a União da República Socialista Soviética (URSS)*”.

Os Estados Unidos passou a ocupar o lugar das antigas potências europeias (França e Inglaterra) e a União da República Socialista Soviética consolidou-se no território da Europa Oriental. Formaram-se duas potências com ideologias opostas e rivais, polarizando o mundo, tanto à força política, como a ideológica e bélica que possuíam essas duas potências, foram as causas principais da chamada Guerra Fria. A respeito dessa dualidade de forças (EUA e URSS) Wolney Macedo Cordeiro disserta:

Por mais paradoxal que possa parecer, esse equilíbrio de forças representou, para o capital internacional, uma fonte de desenvolvimento e de florescimento. A existência de um inimigo comum, ou seja, o consumismo facilitava a ação expansionista do capital, sempre lastreado pela atuação das grandes potências. (CORDEIRO, 2000, p. 22)

Diante do exposto, pode-se dizer que a procura pela proteção social dos países ricos contra o crescimento do comunismo fez com que houvesse um grande crescimento econômico neste período, foi tão relevante esse crescimento que Eric Hobsbawm chamou de a “Era de Ouro” (1945 -1970), que chegou ao seu fim, dando início a um período de graves crises mundiais. Mas não foram somente as crises econômicas que acabaram com a Guerra Fria, de acordo com Wolney Maceo Cordeiro a economia soviética começava a declinar a partir de 1970 e este declínio deu-se, principalmente pela corrida armamentista e espacial que travou com os EUA, além de subsídios aos seus aliados. (HOBSBAWM, 1997, p. 34/35)

Com o fim da “Era de Ouro” e a crise do modelo econômico do pós Segunda Guerra Mundial, quando no início da década de 1970, o mundo capitalista avançando entrou em recessão, apresentando baixas taxas de crescimento, alta inflacionária, déficit fiscal e ainda sentindo os efeitos da crise do petróleo, conclui-se que o sistema financeiro capitalista vigente era frágil e com bases nada sólidas. (CORDEIRO, 2000, p. 22)

A respeito do marco inicial da globalização Wolney Macedo Cordeiro explana acerca de todos os acontecimentos históricos relacionados à globalização:



Surgem os primeiros fundamentos para o atual processo de globalização. Não tem sua base, como querem alguns, apenas na queda simbólica do Muro de Berlim, mas sim através de todos os acontecimentos que possibilitaram o final do confronto das potências capitalistas e comunistas. A quebra da bipolaridade imperialista e a falência das bases da economia internacional, que nutriram a chamada Era de Ouro, representam assim os marcos iniciais do processo de globalização e de todas as modificações sociopolíticas observadas neste final de século. (CODEIRO, 2000, p. 23)

Neste sentido pode-se observar que estes fatos juntamente com o processo histórico levaram a expansão do capitalismo dos agentes econômicos, através da circulação de capitais internacionais, desta forma, pode-se dizer que foi dado início a globalização, principalmente a partir do modelo social, político e econômico neoliberal adotado por vários países, não sendo mais o Estado quem dita às regras do jogo, mas sim o Estado submetido ao poder do capital que o sustenta. (HUBNER, 2002, p. 39)

A globalização pode ser considerada o auge do processo de internacionalização do mundo capitalista, o pesquisador Milton Santos chama atenção para levar em consideração dois elementos que tornam-se fundamentais para o estudo da globalização, o estado das técnicas e o estado da política.

Diante do histórico da globalização e da análise de Marlot Ferreira Caruccio, tem-se a ideia que ela está inter-relacionada a diversas áreas e está intimamente ligada ao Direito do Trabalho tendo em vista que ela não só flexibiliza como deteriora os direitos sociais e os direitos trabalhistas, pois ambos estão relacionados à instabilidade econômica e política. (HUBNER, 2002, p. 40)

Em relação à flexibilização do trabalho Hubner disserta o seguinte:

Flexibilização que simplisticamente pode ser definida como a tentativa de equilibrar um mínimo de direitos sociais com desenvolvimento econômico e tecnológico. É na visão política desvirtuada, o amoldamento das situações ideais – direitos protetivos – com as situações fáticas – necessidade de competição para manutenção dos empregos. (HUBNER, 2002, p. 39)

A partir da globalização, surge um novo modelo de indústria/empresa, cujo tamanho é reduzido devido à terceirização e se exige mais do trabalhador. De um lado estão os funcionários de alto padrão que seriam os cargos estratégicos (minoridade) de outro lado estão os operários que estão fragilizados com a massa de desemprego. (HUBNER, 2002, p. 40)

Wolney Macedo Cordeiro aduz os altos índices de desemprego a questão da competitividade internacional:



[...] o desemprego não é decorrência exclusiva da adoção de inovações tecnológicas. Grande parte da desocupação deve-se ao elevado corte de gastos em busca de uma competitividade internacional. As grandes empresas optam por um sistema ostensivo de corte de pessoal, mesmo que a unidade produtiva necessite dos empregados demitidos. (CORDEIRO, 2000, p. 49)

Em contrapartida a Cordeiro, o pesquisador Hubner relaciona o desemprego com a adoção de novas tecnologias como se pode observar:

[...] o desemprego que se relaciona com a desqualificação do trabalhador em razão dos avanços tecnológicos e que exigem uma mão de obra extremamente qualificada, para a qual permanece relativamente alta a procura. (HUBNER, 2002, p. 40)

Não é novidade que diante do fenômeno do desemprego o trabalhador acaba se submetendo a condições precárias de trabalho, jornadas exaustivas e remunerações humilhantes. É aí que o trabalhador imigrante entra em cena, pois para o empregador ele é sinônimo de mão de obra barata.

Toda essa mobilidade de capital, do processo de produção, do trabalho trouxe a flexibilização das leis trabalhistas em relação ao próprio trabalho com os surtos de desempregos que acabou submetendo o trabalhador em função do mercado de trabalho.

Essa instabilidade ocasiona os movimentos migratórios de trabalhadores, em consequência diminui os salários e a normas protetivas dos trabalhadores em razão do aumento de trabalhadores imigrantes em condição irregular.

Não se pode deixar de mencionar o surgimento dos blocos econômicos em meio a essa globalização, os quais trouxeram maior mobilidade de mão de obra de região para região. (HUBNER, 2002, p. 41)

Wolney de Macedo Cordeiro aduz acerca dos blocos econômicos que se está diante de uma nova realidade dentro da história:

Pela primeira vez, depois da paulatina extinção do poderio dos senhores feudais e da consagração da soberania do rei, as noções de fronteira política, de soberania e de Estado politicamente organizado começam a ser repensadas. (CORDEIRO, 2000, p. 70)

A integração regional tem grande importância no cenário da globalização de acordo com Cordeiro pressupõe a existência de uma ordem jurídica supranacional. Desta forma a integração seria uma transferência de soberania em favor da comunidade, aperfeiçoando as relações econômicas e políticas.



O processo de integração também tem objetivo de garantir e reguardar os direitos humanos e fundamentais das populações pertencentes aos blocos econômicos, em especial ao trabalhador que têm livre circulação entre os territórios dos Estados-Membros.

O processo de integração internacional se faz de suma importância para as relações trabalhistas, uma vez que a abertura de fronteiras e a integração de mercados estão diretamente relacionadas com o fluxo de pessoas e conseqüentemente a questão da migração.

A professora Ana Paula Sefrin Saladine explica que em relação a esse fluxo migratório devido à integração internacional faz uma análise diante do direito internacional, estudando os dispositivos jurídicos internacionais e é nessa perspectiva que se irá analisar a migração no contexto internacional. (SALADINE, 2011, p. 163)

Especificamente a respeito dos migrantes existem diversos tratados internacionais que foram criados sob uma perspectiva de direitos humanos que tem por objeto o fluxo de pessoas, inclusive tratam também a respeito ao direito à não discriminação.

A respeito dessas cartas internacionais Ana Paula Sefrin Saladine disserta:

[...] Essas questões relacionadas ao Direito Internacional do Trabalho, parte importante do Direito Internacional Público, e que tem em seus objetivos, dentre outros, regular aspectos da proteção aos trabalhadores imigrantes, inclusive no concernente à conservação dos direitos adquiridos no país de origem, relativos aos seguros sociais, o que deve ser feito por meio de tratados bilaterais ou plurilaterais. (SALADINE, 2011, p. 163)

Constrói-se, dessa forma, a problemática do confronto entre o regime jurídico do migrante elaborado por cada Estado e a discussão sobre a admissibilidade da nacionalidade como um critério que diferencia (discrimina) o trabalhador.

## **O MERCOSUL E O TRABALHADOR IMIGRANTE**

O Tratado de Assunção foi assinado em 26 de março de 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o qual cria o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com o objetivo de integrar os quatro países membros por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, além do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum, da adoção de uma política



comercial comum e da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e a previsão de harmonização de legislações.<sup>1</sup>

Acerca do Tratado de Assunção Valério de Oliveira Mazzuoli explica:

A estrutura forma do tratado não destoa dos demais acordos internacionais conhecidos, contendo um preâmbulo, o articulado (dispositivo) e as cláusulas finais. Referido tratado pode ser considerado o fundamento da estrutura do Mercosul, em que estão positivados os seus princípios elementares. (MAZZUOLI, 2011, p. 646)

Atualmente os Estados membros do MERCOSUL são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (tornou-se membro pleno em 12 de agosto de 2012, quando entrou em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL), bem como são Estados associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.<sup>2</sup>

Em análise a estrutura do bloco econômico do MERCOSUL, observa-se que ele possui uma barreira que é a inexistência de um órgão central que esteja além dos Estados partes que possa julgar a questões entre os membros do MERCOSUL.

Acerca dessas controvérsias existentes entre os países membros Wolney de Macedo Cordeiro afirma:

[...] divergências regionais e demagogias nacionalistas exacerbadas são elementos que inibem o amadurecimento do Mercosul. A atuação dos governantes e dos parlamentos, em muitas ocasiões emperra no processo legislativo. Esquecem-se, entretanto, de que a integração regional é um caminho sem volta, principalmente porque prepara os países emergentes, como é o caso do Brasil, para a selvagem concorrência internacional engendrada pela globalização. (CORDEIRO, 2000, p. 128)

Conforme o mencionado pelo autor o fortalecimento do processo de integração regional do MERCOSUL é de suma importância para diminuir as assimetrias que se encontram nos países membros e que podem gerar conflitos de interesses no bloco econômico.

Ainda acerca da integração regional, esta é essencial para as questões sociais dos países membros, especialmente na questão da regulação do trabalho e este é o posicionamento de Marlot Ferreira Caruccio Hübner:

<sup>1</sup> Saiba mais sobre o MERCOSUL. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

<sup>2</sup> Cf. <http://www.mercosul.gov.br>. Os Estados Associados podem participar na qualidade de convidados, das reuniões dos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL para tratar temas de interesse comum, mas sem direito a voto.





[...] razão pela qual tem sido relativizada a problemática das diferenças legislativas entre os países do bloco, deixando, até este momento, que a livre negociação, ou as soluções do direito laboral mercosulista com favorecimento das políticas excludentes. (HUBNER, 2002, p. 70)

Segundo Wolney de Macedo Cordeiro, a harmonização legislativa que é pressuposto no processo de integração dos países, em especial ao que se refere o Direito do Trabalho, pois somente com a compatibilização e legislação trabalhista é que se torna viável a concretização da livre circulação de trabalhadores de forma homogenia na questão de desenvolvimento social. (CORDEIRO, 2000, p. 131)

No mesmo sentido, Marlot Ferreira Caruccio Hübner doutrina:

A estabilidade social dentro do bloco regional depende, em grande parte, da percepção dos trabalhadores sobre a equidade do processo de desenvolvimento, ou seja, que possam sentir no Mercosul, uma tendência de bloco regional socialmente justo, só alcançável com salários dignos, condições de trabalho adequadas e negociações coletivas equilibradas que só poderão ser atingidas por políticas nacionais de cooperação que tenham por fim a reestruturação do atual mercado de trabalho. (HUBNER, 2002, p. 70)

Diante dessa necessidade de harmonizar a legislação dos países membros à solução encontrada foi a criação de subgrupos de trabalhos os quais estão incumbidos de apresentar sugestões acerca da relação laboral no MERCOSUL aos países membros. No entanto a divisão em subgrupos não existe mais como explica Wolney de Macedo Cordeiro:

Através da Resolução n. 20/90 do Grupo Mercado Comum, a estrutura dos subgrupos foi completamente alterada. Com efeito, as questões laborais passaram a ser tratadas através do Subgrupo n. 10. (CORDEIRO, 2000, p. 132)

Desta forma observa-se que há uma distância entre a prática e o que foi previsto no Tratado de Assunção em 1991, pois as fronteiras nacionais são fixas para a livre circulação de pessoas e trabalhadores e as políticas e regulamentações é responsabilidade de cada um dos Estados membros, no entanto há instrumentos de avanços referentes às normas que aos poucos se flexibilizam para viabilizar a livre circulação bem como a proteção aos migrantes. (NICOLI, 2011, p. 112)

A autora Ana Paula Sefrin Saladine acerca dessa responsabilidade individual de cada Estado, explica que os diferentes países membros do bloco econômico, possuem diferentes legislações em relação as questões laborais e estas diferenças apresentam pontos relevantes:





[...] enquanto a Argentina caminha para a desregulamentação, com várias hipóteses de flexibilização por atos unilaterais do governo ou do próprio empregador, o Brasil mantém a intervenção básica do Estado, com possibilidades de flexibilização sob tutela sindical, assim como o Paraguai, que em sua Constituição manteve a linha de intervencionismo básico do Estado; já no Uruguai a intervenção estatal nas relações individuais vem diminuindo desde a década de 70, sendo que naquele não há Código nem leis trabalhistas, sendo utilizadas as Convenções da OIT ratificadas como fontes formais do direito. (SALADINE, 2011, p. 74)

Ao que se refere as diferenças tanto nos direitos dos trabalhadores, como na jornada de trabalho, no aviso prévio, férias anuais e outros direitos trabalhistas, divergem conforme o ordenamento jurídico de cada país e tais desacordos dificultam o processo de integração de uma única legislação trabalhista. Desta forma, observa-se a necessidade de encontrar uma solução para viabilizar a igualdade dos trabalhadores no MERCOSUL.

Hübner em relação a esse processo de integração e a sua viabilidade sugere; a flexibilização e desregulamentação do Direito do Trabalho nos Estados-membros, sendo ponto importante no processo de integração. (HUBNER, 2002, p. 126)

Em uma perspectiva fundamentalista acerca da questão laboral no MERCOSUL, a autora afirma:

Os princípios trabalhistas, enquanto “energia humanizadora”, por estarem alicerçados nos direitos fundamentais do homem, tem o condão de colocar em destaque este aspecto de irmandade da classe laboral, exatamente dentro de uma perspectiva valorativa do indivíduo como cidadão de um mundo sem fronteira, sem distinção, entre nacionais e estrangeiros, numa valoração do homem como centro do sistema universal. (HUBNER, 2002, p. 131)

O professor Cordeiro concorda com Hübner em relação à harmonização das regras trabalhistas nos países que fazem parte do bloco (CORDEIRO, 2000, p. 135), mas em especial o autor traz uma perspectiva diferente, pois pra ele não é necessário somente à harmonização do ordenamento jurídico:

[...] não é apenas necessária a harmonização da legislação trabalhista e previdenciária. O processo é bem mais amplo e envolve uma padronização na formação e no exercício profissional, além da educação básica. (CORDEIRO, 2000, p. 135)

Um instrumento importante na integração da questão trabalhista no bloco econômico é a Declaração Sócio-Laboral do Mercosul<sup>3</sup> assinada em 1998, que estabelece o respeito à

<sup>3</sup> MERCOSUL. **Declaração Sociolaboral do Mercosul**. Documento eletrônico disponível em:

O PROCESSO DE MIGRAÇÃO NO MERCOSUL E A LEGISLAÇÃO PARA OS TRABALHADORES IMIGRANTES - MARTINS, Fernando José; JAQUEIRA, Manoela Marli; DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek



legislação trabalhista de cada país-membro, informando, prestando ajuda e auxílio em busca da igualdade de direitos e condições de trabalho do imigrante e em especial a questão dos trabalhadores fronteiriços, assegurando a eles igualdade nas relações trabalhistas e de circulação destes trabalhadores. (CORDEIRO, 2000, p. 138)

Diante das matérias abordadas na Declaração Sócio-Laboral do Mercosul, Mario Barbosa exemplifica:

[...] Tem ainda a função de adotar medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns relativos à circulação de trabalhadores na zona de fronteira, além de implementar ações com vistas a melhorar a oportunidade de emprego e as condições de vida desses trabalhadores. (BARBOSA, 2008, p. 98)

A Declaração foi criada tendo em vista as diversas reclamações quanto ao foco do bloco regional, de acordo com a Ministra do TST Maria Cristina Irigoyen Peduzzi<sup>4</sup>, havia um excesso de influência comercial, econômica e tributária da integração, e um descuido referente as questões sociais advindas destas influências. Diante dos debates realizados para discutir os problemas de integração social, estas se consolidaram na Declaração Sócio-Laboral do Mercosul que foi assinada durante a reunião semestral do Conselho do Mercado Comum – CMC.

A professora Maria Cristina Irigoyen destaca os avanços ao que diz respeito aos direitos individuais no âmbito da não discriminação em relação ao trabalhador nacional e a proteção dos trabalhadores fronteiriços e migrantes. Na questão dos direitos coletivos, o que se destaca na Declaração Sócio-Laboral é a liberdade sindical e livre associação.<sup>5</sup>

Em março de 1999 foi criada a Comissão Sócio-Laboral do Mercosul,<sup>6</sup> por meio da resolução 15/99 do GMC (Grupo do Mercado Comum) cuja função é elaborar planos e programas de ações referente a aplicabilidade e eficácia da Declaração.

<[http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:isA5mdinehoJ:www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma\\_AP\\_75320.pdf+declara%C3%A7%C3%A3o+sociolaboral+do+mercosul&hl=PT-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShIaEdwAXidVWJCE5oRsfE\\_2vu9Cz69v4kagc3eyuC\\_tUCGPZzNjVmfJw2aUi3Pt6dLaGLXFGHq-hT3pZbAEQ1xLYyu5LBF1mEllrYq69qj1GFX3PhRbKusC5RXR8ESBeWxV6Aq&sig=AHIEtbSMI8viG8ncs4teSgClctvXAG362g](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:isA5mdinehoJ:www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75320.pdf+declara%C3%A7%C3%A3o+sociolaboral+do+mercosul&hl=PT-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShIaEdwAXidVWJCE5oRsfE_2vu9Cz69v4kagc3eyuC_tUCGPZzNjVmfJw2aUi3Pt6dLaGLXFGHq-hT3pZbAEQ1xLYyu5LBF1mEllrYq69qj1GFX3PhRbKusC5RXR8ESBeWxV6Aq&sig=AHIEtbSMI8viG8ncs4teSgClctvXAG362g)>. Acesso em 20 de junho de 2013.

<sup>4</sup> PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. **Aplicabilidade da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul nos Estados-Partes**. Documento eletrônico disponível em: <<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/peduzzi.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2013. p. 1.

<sup>5</sup> Op.cit. p. 2.

<sup>6</sup> **Criação da Comissão Sócio Laboral**. Documento eletrônico disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas\\_web/Resoluciones/PT/Res\\_015\\_099\\_Cria%C3%A7%C3%A3o%20Comiss%C3%A3o%20Sociolaboral\\_At%C3%A1%201\\_99.PDF](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Resoluciones/PT/Res_015_099_Cria%C3%A7%C3%A3o%20Comiss%C3%A3o%20Sociolaboral_At%C3%A1%201_99.PDF)> Acesso 10 de setembro de 2013.



Diante da Comissão e da Declaração Sócio-Laboral, pode-se dizer que aplicabilidade da Declaração passa por um duplo escopo de acordo com Maria Cristina Irigoyen:

[...]i) o primeiro, de caráter negocial, cujo palco principal será a Comissão Sócio-Laboral do Mercosul. Aqui, a atuação consolida-se, sobretudo pela ação política e pressão sindical, com vistas a transformá-la efetivamente em um espaço de negociação que leve ao Grupo Mercado Comum questões sociais; e ii) em um outro plano, a dimensão da aplicação da Declaração terá cunho estritamente jurídico, dizendo respeito à eficácia de seu conteúdo no contexto dos ordenamentos jurídicos dos Estados-Partes.<sup>7</sup>

367

Ante ao exposto, o que observa-se é a preocupação da Declaração em ser voltada as questões sociais e que esta possua eficácia jurídica nos países que fazem parte do MERCOSUL.

O estudioso Mario Barbosa alega que atualmente o desafio é revisar a Declaração Sócio-Laboral, pois ela possui a postura de declaração, mesmo após 10 (dez) anos de existência, sendo necessário revisa-la fim de transformá-la em um protocolo, ou outra posição mais efetiva a fim de tornar sua aplicação mais forte, pois com seu status atual de declaração, é tida como mero referencial. (BARBOSA, 2008, p. 99)

Ainda cabe citar em relação a normas que regulamentam a migração no Mercosul, a Declaração de Santiago sobre princípios migratórios (2004), os Acordos n.º 11, 12, 13 e 14 todos de 2002 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 2001 a Declaração de Assunção sobre tráfico de pessoas e tráfico ilícito de migrantes, no ano de 2006 a Declaração de Assunção, Declaração de Lima, além do Compromisso de Montevideo sobre migrações e desenvolvimento de Estado e de Governo da comunidade Ibero-Americana e em 2007 a Declaração de Caracas. Todos esses instrumentos foram formalizados a fim de viabilizar o fluxo de migrantes e regularizar a situação dos imigrantes sem documentos, com o objetivo de resguardar os direitos destes e amenizar o tráfico de migrantes. (NICOLI, 2011, p. 114)

## CONCLUSÃO

A expansão do capital juntamente com o processo de globalização colocou o trabalhador num patamar de submissão ao capitalismo, pois surgiu um modelo de terceirização na indústria/empresa, onde se colocam de um lado os funcionários de cargos estratégicos,

<sup>7</sup> PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. **Aplicabilidade da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul nos Estados-Partes**. Documento eletrônico disponível em: <<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/peduzzi.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2013. p. 4.



considerados de alto padrão e do outro lado os operários, proletários que estão em um patamar inferior e constituem a maioria dos funcionários, sendo atingidos de forma direta pela massa de desemprego. Esse desemprego se deve a diminuição dos gastos almejando a competição internacional diferente do alegado por alguns pesquisadores que seria pela falta de qualificação do trabalhador.

Diante da onda de desemprego surgem os movimentos migratórios em busca de emprego e melhores condições de vida para o trabalhador e sua família, mas em consequência do aumento da procura de emprego pelos imigrantes que por muitas vezes são ilegais, diminuem os salários, e lhe negam muitos dos direitos trabalhistas garantidos aos nacionais.

Em meio a este contexto os blocos econômicos surgem com a finalidade de integração regional, com ênfase em questões econômicas e a livre circulação de trabalhadores, no entanto a integração de leis trabalhistas que regulem o trabalho no Mercosul está distante da realidade, haja vista que cada Estado-Membro possui suas próprias legislações trabalhistas e se diferem uma das outras em diversos aspectos, sendo necessário uma integração das leis trabalhistas para uma regulamentação desse trabalhador que circula entre os países membros.

O Mercosul a fim de regulamentar o imigrante que circula nos Estados-partes, criou acordos e documentos que visam proteger os direitos humanos e a regulamentação do trabalho, a fim de viabilizar a mobilidade migratório e diminuir as ocorrências de tráfico e exploração de imigrantes.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mario. *Mercosul e as Migrações - A Construção de Políticas Públicas Regionais: Trabalho e Previdência Social. Exposições e Debates*. MTE: 2008.

CHAGAS, Gustavo Luís Teixeira das. *Legislação de direito internacional do trabalho e da proteção internacional dos direitos humanos*. Salvador: JusPodium, 2009.

CORDEIRO, Wolney de Macedo. *A regulamentação das relações de trabalho individuais e coletivas no âmbito do Mercosul*. : São Paulo: Editora Ltr, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUBNER, Marlot Ferreira Caruccio. *O Direito Constitucional do Trabalho nos países do Mercosul*. São Paulo: Editora Memória Jurídica, 2002.



IANNI, Otavio. *Teoria da globalização*. 9.º Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MERCOSUL. *Declaração Sociolaboral do Mercosul*. Documento eletrônico disponível em: <[http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:isA5mdinehoJ:www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma\\_AP\\_75320.pdf+declara%C3%A7%C3%A3o+sociolaboral+do+mercosul&hl=PT-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShIaEdwAXidVWJCE5oRsfE\\_2vu9Cz69v4kagc3eyuC\\_tUCGPZzNjVmfJw2aUi3Pt6dLaGLXFGhq-hT3pZbAEQ1xLYyu5LBF1mEllrYq69qj1GFX3PhRbKusC5R XR8ESBeWxV6Aq&sig=AHIEtbSMI8viG8ncs4teSgClctvXAG362g](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:isA5mdinehoJ:www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75320.pdf+declara%C3%A7%C3%A3o+sociolaboral+do+mercosul&hl=PT-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShIaEdwAXidVWJCE5oRsfE_2vu9Cz69v4kagc3eyuC_tUCGPZzNjVmfJw2aUi3Pt6dLaGLXFGhq-hT3pZbAEQ1xLYyu5LBF1mEllrYq69qj1GFX3PhRbKusC5R XR8ESBeWxV6Aq&sig=AHIEtbSMI8viG8ncs4teSgClctvXAG362g)>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. *Aplicabilidade da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul nos Estados-Partes*. Documento eletrônico disponível em: <<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/peduzzi.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

*Criação da Comissão Sócio Laboral*. Documento eletrônico disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas\\_web/Resoluciones/PT/Res\\_015\\_099\\_Cria%C3%A7%C3%A3o%20Comiss%C3%A3o%20Sociolaboral\\_At%C3%A1%201\\_99.PDF](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Resoluciones/PT/Res_015_099_Cria%C3%A7%C3%A3o%20Comiss%C3%A3o%20Sociolaboral_At%C3%A1%201_99.PDF)> Acesso 10 de julho de 2014.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. *Trabalho e Imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais*. Jacarezinho/PR, 2011, 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Pós Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de direito do trabalho*, 21 ed. São Paulo: LTr, 2003.

*Saiba mais sobre o MERCOSUL*. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em 03 de julho de 2014.



## JUDICIALIZAÇÃO NOS CASOS DO ACIDENTE DO TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA LEI PREVIDENCIÁRIA

TIMOTEO, Geraldo Marcio

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
E-mail geraldotimoteo@gmail.com*

BARRETO, Ana Carolina Carvalho

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do  
Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
E-mail advogada.anacarolina@hotmail.com*

370

### RESUMO

A judicialização é um fenômeno que demonstra a incapacidade dos arranjos institucionais de realizarem o direito já previsto em lei. No presente artigo serão consideradas as políticas sociais vigentes no país relacionadas ao trabalhador segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que sofre um acidente do trabalho. O problema a ser analisado é a necessidade do trabalhador segurado acidentado efetivar seu direito somente na via judicial, apesar das suas devidas contribuições e do preenchimento dos requisitos previstos em lei. A Constituição Federal em 1988 trouxe um novo conceito de cidadania, reconhecendo a importância da dignidade da pessoa humana e formalizando direitos sociais, como por exemplo, a saúde, a previdência social e a proteção dos trabalhadores. Dessa forma, pretende-se investigar se dentro da realidade da classe trabalhadora, há, de fato, a efetivação da cidadania pelo exercício de uma política pública que proteja os direitos sociais previstos em lei.

**Palavras-chave:** Judicialização. Acidente do Trabalho. INSS.

### ABSTRACT

Judicialization is a phenomenon that demonstrates the inability of institutional arrangements to conduct the law already provided for by law. In this article the current social policies in the country related to the insured worker of the National Social Security Institute (INSS), who suffers an accident at work will be considered. The problem to be analyzed is the need of the insured worker injured his right effect only in judicial proceedings, despite its due contributions and meet the requirements in law. The Federal Constitution in 1988 brought a new concept of citizenship, recognizing the importance of human dignity and formalizing social rights, such as health, social welfare and protection of workers person. Thus, we intend to investigate whether within the reality of the working class, there is, in fact, effective citizenship through the exercise of a public policy that protects social rights provided by law.

**Key-words:** Legalization. Occupational Accident. INSS.





## 1. A JUDICIALIZAÇÃO NOS CASOS DE ACIDENTE DO TRABALHO

A Constituição Federal da República de 1988 (CRFB/88), a primeira Constituição cidadã, traz no seu texto a normatização de fundamentos e princípios, bem como a instituição de objetivos e diretrizes para nortear as ações do Estado com intuito de aprimorar o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. De acordo com o artigo 1º da Carta Magna, os principais fundamentos constitucionais são a dignidade da pessoa humana; o valor social do trabalho e a cidadania, efetivados por meio de direitos fundamentais e deveres individuais e coletivos.

Com a redemocratização do país, os direitos fundamentais foram incorporados na sociedade com mais força, tornando possível uma maior conscientização dos indivíduos em relação aos seus direitos e deveres, e, ao mesmo tempo, capacitou o poder judiciário para interferir em questões que, originariamente, são da competência dos poderes executivos ou legislativos.

O artigo 5º, XXXV, da CFRB/88, nos informa que "a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito", e, dessa forma, a judicialização, para alguns trabalhadores segurados do INSS, se torna o único instrumento eficaz para que seus benefícios previdenciários sejam instituídos.

Um dos pilares dos direitos sociais, a Seguridade Social, composta pela saúde, previdência e assistência social, contém seus princípios norteadores no artigo 194 da CRFB/88. Logo, assim que preenchidas as condição legais para a concessão do benefício previdenciário, não pode o trabalhador ficar sem o devido acolhimento. Por esta razão, a judicialização vem sendo importante ferramenta para que direitos já assegurados constitucionalmente venham a ser percebidos faticamente por diversos trabalhadores.

Temos, então, o poder judiciário se responsabilizando por resguardar o cumprimento das normas e das políticas públicas. Se a norma não é cumprida, há um poder regulador que determina sua execução ainda que em casos individuais, haja vista a necessidade de sua provocação com o ingresso de uma ação judicial. Dessa forma, o Judiciário alcançou lugar de destaque na efetivação e implementação dos direitos sociais.

Segundo Vianna (1999) o aumento das ações judiciais ocorreu porque os poderes executivo e legislativo não provisionaram as demandas sociais com políticas públicas funcionais e concretas. E sua teoria ainda afirma que, em se tratando do contexto histórico





brasileiro, não é correto asseverar que a judicialização seja sempre o resultado da inércia do Estado, pois, em algumas camadas sociais, o que prevalece é a ausência estatal, não a sua falta de ação, e a busca do direito na justiça representa o preenchimento de uma lacuna deixada pelo Estado em um espaço social em que os indivíduos não exerciam suas atividades cívicas e nem possuíam noção de cidadania e bem-estar coletivo.

Trazendo a judicialização para uma análise a partir das transformações das relações de trabalho oriundas da crise do fordismo, que levou à uma profunda crise do modelo de financiamento do Estado no capitalismo, temos todo um sistema reestruturado para flexibilizar normas protetoras e autorizar um perceptível desrespeito aos direitos, adaptando-se aos novos modelos de produção com mais velocidade e menos assistência. E é neste momento que muitos trabalhadores contribuintes do INSS, que sofrem algum tipo de acidente do trabalho, se veem sem o apoio previsto constitucional/social e buscam a efetividade de seus direitos na instância judicial.

372

## 2. O ACIDENTE DO TRABALHO

A norma que atualmente rege o acidente do trabalho é a Lei n.º 8.213/91. O acidente de trabalho decorre da relação empregatícia e não está mais vinculado ao ambiente da empresa; não é um acidente no trabalho, mas do trabalho. Deve haver uma relação entre o trabalho, o acidente, a lesão e a incapacidade permanente ou temporária consequente. O artigo 19 da referida lei conceitua o acidente de trabalho como sendo aquele que pode gerar tanto um simples afastamento, ou a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. O requisito pessoal necessário para percepção do benefício auxílio-doença, de acordo com o site do Ministério da Previdência Social, é que

são elegíveis aos benefícios concedidos em razão da existência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho: o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, no exercício de suas atividades<sup>1</sup>.

Na sequência da lei retroaludida, o artigo 20 conceitua as doenças profissionais e doenças do trabalho. A doença profissional decorre do exercício da atividade profissional, que é o caso, por exemplo, da tendinite para o bancário que exerce sua atividade de forma repetitiva. Já a doença do trabalho decorre das condições de trabalho, por exemplo, se esse mesmo

<sup>1</sup> <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=635>> Acesso em: 08/07/2014.



bancário trabalha em ambiente empoeirado, e adquire doença respiratória, que não está relacionada a atividade profissional, mas as condições do ambiente do trabalho.

Já no artigo 22, a lei estabelece que o empregador deve comunicar o acidente de trabalho à Previdência Social via Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), até o primeiro dia útil subsequente ao acidente, e, caso não o faça, nasce a obrigação de pagamento de multa. Esse prazo muda se do acidente do trabalho houver morte, quando a comunicação passa a ser imediata.

A ocorrência do grande número de acidentes do trabalho vem se mostrando um desafio e a política de enfrentamento do Estado não consegue conter sua evolução. O trabalho, mesmo gerando valor e riqueza para o sistema capitalista, não protege o trabalhador, que assume papel fundamental de produtor e consumidor de riqueza. O pagamento de salário não afasta a responsabilidade de proteção no ambiente de trabalho, assim como não dissocia a responsabilidade social estatal em promover uma sociedade capaz de se desenvolver livre das amarras do mercado.

O acidente do trabalho não é um fator isolado, e, de acordo com Dwyer (2010), as condicionantes que favorecem seu acontecimento demonstra que o fenômeno não pode ser reduzido ao estudo da culpa do empregador, a lógica do capitalismo ou aos problemas sociais desencadeados na vida do trabalhador: o pano de fundo do acidente do trabalho é um complexo de fatores políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais.

Dessa forma, o risco para o acidente do trabalho deve ser estudado com base no fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e na própria cidadania, haja vista ser também o valor social do trabalho uma das bases constitucionais sociais.

Partindo para uma análise oriunda das diretrizes constitucionais, é possível dizer que é aceitável o risco que seja eliminado ou controlado com uso adequado das ferramentas de trabalho com equipamentos de proteção, quando necessário, mas nunca aceitável a atividade que seja ofensiva à dignidade da pessoa humana.

Mesmo após tantas lutas operárias e o consequentes direitos conquistados, a realidade vivida em pleno século XXI é a de uma era de direitos sociais regulados, contudo, vivenciamos a falta de efetividade de muitas leis. Em contraponto a proteção trabalhista, o sistema econômico tem, sistematicamente, conseguido impor à massa de trabalhadores uma elevação da carga horária de trabalho, metas abusivas, além da constante ameaça ao emprego, pela utilização de robôs que substituem o trabalho humano e tantas outras formas de degradação das



condições de trabalho que impactam negativamente o próprio trabalhador, resultando em sua exaustão física e mental, conduzindo, como afirma Dejour (1987), a uma verdadeira “Loucura do Trabalho” e, como consequência, têm-se o adoecimento e a morte de inúmeras pessoas no exercício de sua atividade laboral ou em decorrência de seu exercício. Em destaque, nesse trabalho, as ocorrências da LER/DORT<sup>2</sup>, que, entre os inúmeros acidentes de trabalho potenciais a que estão submetidos os trabalhadores, sofrem o infortúnio de percorrer uma verdadeira peregrinação judicial para ver efetivado o seu direito constitucional à assistência.

Em condições desfavoráveis de trabalho, como ensina Georges Friedman, “tanto do ponto de vista técnico e fisiológico, quanto do ponto de vista psicológico”, (1973:24) vários são os efeitos que as atividades de trabalho causam ao corpo do trabalhador. Para compreendermos esses efeitos, segundo Dwyer (2010), torna-se necessário que se estude em detalhes as atividades desenvolvidas e o meio pelo qual o trabalhador realiza sua adaptação ao posto de trabalho, ocorrendo, muitas vezes, que o trabalhador tenha que adoecer para adaptar-se ao meio em que trabalha, como, por exemplo, as estações de trabalho sem ergonomia. Esse processo ainda impacta, consideravelmente, a própria consciência profissional a partir do risco de acidente do trabalho a que está exposto o próprio trabalhador.

No Brasil, de acordo com o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), no período de 2005 a 2010 ocorreram 3,8 milhões de acidentes do trabalho que resultaram na morte de 16,5 mil pessoas e incapacitaram 74,7 mil trabalhadores. Os números são alarmantes, dando ao Brasil o título de campeão mundial em acidentes do trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão ligado às Nações Unidas.

De acordo com o anuário do INSS, em 2012, o número de acidentes de trabalho registrados chegou ao número de 705.239 (setecentos e cinco mil e duzentos e trinta e nove).

<sup>2</sup> “Entende-se LER/DORT como uma síndrome relacionada ao trabalho, caracterizada pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, tais como: dor, parestesia, sensação de peso, fadiga, de aparecimento insidioso, geralmente nos membros superiores, mas podendo acometer membros inferiores. Entidades neuro-ortopédicas definidas como tenossinovites, sinovites, compressões de nervos periféricos, síndromes miofaciais, que podem ser identificadas ou não. Frequentemente são causa de incapacidade laboral temporária ou permanente. São resultado da combinação da sobrecarga das estruturas anatômicas do sistema osteomuscular com a falta de tempo para sua recuperação. A sobrecarga pode ocorrer seja pela utilização excessiva de determinados grupos musculares em movimentos repetitivos com ou sem exigência de esforço localizado, seja pela permanência de segmentos do corpo em determinadas posições por tempo prolongado, particularmente quando essas posições exigem esforço ou resistência das estruturas músculo-esqueléticas contra a gravidade. A necessidade de concentração e atenção do trabalhador para realizar suas atividades e a tensão imposta pela organização do trabalho, são fatores que interferem de forma significativa para a ocorrência das LER/DORT”. (INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC, Nº98 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2003)



Apesar de apresentar leve queda de - 2,14 % se confrontado com os números registrados em 2011, as estatísticas continuam elevadas. Compõe essa totalidade os acidentes típicos, considerados aqueles que derivam da atividade profissional exercida pelo trabalhador, com 78,32%. Os acidentes de trajeto, aqueles ocorridos no trajeto entre a residência do trabalhador e o trabalho, corresponde a 18,92%. As doenças do trabalho, considerados acidentes decorrentes das doenças profissionais, correspondem a 2,76%. Infelizmente, os números de 2013 ainda não estão registrados no sistema.

Contudo, apesar dos altos índices, apenas 312.765 (trezentos e doze mil e setecentos e sessenta e cinco) benefícios urbanos acidentários foram concedidos pela via administrativa, um pouco mais de 44% do número de acidentes de trabalho registrados.

Podemos perceber, a partir desses números, que o Poder Judiciário tem sido suscitado como uma ferramenta extraordinária para a efetivação dos direitos dos trabalhadores acidentados que não alcançaram seus benefícios previdenciários instituídos. Esses dados nos mostram que, apesar de toda evolução observada na construção do arcabouço jurídico/institucional a que vem sendo submetido o país, ainda não se consegue concretizar todas as garantias necessárias para a realização de um trabalho seguro. Não se pode dizer que as políticas sociais são inexistentes, contudo, podemos asseverar que essas não são eficazes na solução do problema.

### **3. DIREITO AO TRATAMENTO, RETORNO AO TRABALHO E ESTABILIDADE DO TRABALHADOR ACIDENTADO**

Constatado o acidente e a conseqüente incapacidade para o trabalho, é direito do trabalhador se afastar das atividades laborais para tratamento recebendo o benefício previdenciário de acordo com a sua necessidade e pelo tempo imprescindível para o restabelecimento da sua saúde.

Cessado o benefício, o trabalhador retorna ao trabalho com estabilidade provisória no emprego pelo período de 12 (doze) meses, conforme o artigo 118 da Lei nº 8.213/91. Se após a consolidação das lesões decorrentes do acidente houver sequelas, torna-se passível a concessão do auxílio-acidente, que, conforme o artigo 86, é uma indenização devida se “após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia”.



O auxílio-acidente é devido diante da redução da capacidade para o trabalho decorrente de qualquer acidente, do trabalho ou não. Não é benefício remuneratório, portanto, não tem a pretensão de substituir a remuneração porque o segurado não consegue trabalhar, mas possui caráter indenizatório, com intuito de complementar a renda do segurado que trabalha com redução da capacidade de trabalho.

Essa redução da capacidade de trabalho pode ser gerada de duas formas: quando o trabalhador que sofreu a lesão consegue exercer a atividade habitual, porém com esforço maior; ou quando o segurado não consegue mais exercer a atividade habitual, sendo assim, reabilitado para o exercício de uma nova atividade.

Em regra, o trabalhador primeiro recebe auxílio-doença acidentário, por motivo de afastamento do trabalho decorrente de acidente ou doença do trabalho, e, somente depois, quando do retorno ao trabalho, caso haja constatação de seqüela, este passa a perceber auxílio-acidente conjuntamente com o salário – sendo o auxílio pago pelo INSS e o salário pago pelo empregador.

O benefício representa 50% (cinquenta por cento) do salário benefício do auxílio-doença originário. Pode ser inferior ao salário mínimo, pois, como já esclarecido, este benefício tem caráter indenizatório, e não remuneratório - não substitui o salário, mas sim o complementa.

#### **4. PREVIDÊNCIA SOCIAL: ORIGEM E DIREITO**

Ensina Tsutiya (2010) que a necessidade de proteção social, pretendida jurídica e governamentalmente, existe desde a antiguidade, antes da Revolução Industrial e a Revolução Francesa com os fundos sociais que consistiam nas contribuições financeiras e recíprocas de um grupo de pessoas, com intuito de se socorrerem nos casos de infortúnios.

Com o aumento do número de acidentes do trabalho, esse método se tornou insuficiente e o intervencionismo estatal foi necessário para controlar a situação da classe operária e dois modelos de sistema de proteção desenvolveram-se e serviram de base para os sistemas que hoje são firmados em todo o mundo.

Ainda segundo o autor, o primeiro modelo, Bismarckiano, inseriu vários seguros sociais, como o seguro doença, o seguro contra acidentes de trabalho e posteriormente o seguro contra a velhice e a invalidez. Frise-se que o primeiro modelo fala de seguros, somente os



empregados contribuintes estavam acobertados por essa proteção. Portanto, sem a contribuição, não haveria direito ao seguro.

Já o segundo modelo, Beveridgeano, com raízes no Estado de bem-estar social, berço da Seguridade Social, qualquer cidadão, independentemente de contribuição, era tutelado em seus direitos sociais.

Trazendo o estudo para a história brasileira, a primeira legislação para a proteção ao acidente de trabalho ocorreu em 1918, quando aprovado o projeto de lei, que, em seu trâmite, sofreu algumas reformas e resultou no Decreto n°. 13.498 de 12 de março de 1919, alterando a forma com que o acidente de trabalho era percebido e decidido, até então, pelo código civil. Com a nova lei em vigor, foi adotada a teoria do risco profissional, obrigando o empregador a reparar os danos causados pela atividade laboral a seu proveito, assumindo o risco e a culpa do acidente que porventura viesse a ocorrer.

Em 1933, com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão Marítimos (IAMP), que estenderam as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), com a transferência de comando dos empregadores e empregadores para o governo, mas com recursos oriundos dessas três categorias. Porém, apesar de muito expandir e alcançar vários segmentos de trabalhadores urbanos, outras classes operárias permaneciam de fora, como os autônomos, domésticos e trabalhadores rurais. Logo, o que se verifica, desde um período mais longínquo, é que a previdência se perfaz em um privilégio, haja vista que, se fosse um direito, seria disponível para todos.

Nessa evolução histórica, por meio das Constituições, pode-se afirmar que desde a Constituição de 1824, a Seguridade Social foi minuciosamente tratada apenas na Constituição vigente, a de 1988. No decorrer do seu texto, no capítulo II, título VIII, denominado "Da Ordem Social", designou-se um sistema com linhagens Beveridgeanas para a saúde e a assistência social, pois estão disponíveis para todos; e com procedências Bismarckianas para a previdência social, esta com característica de seguro social, pois somente quem contribui, quem é considerado segurado usufrui de seus benefícios.

A composição da Seguridade Social hoje se perfaz no tripé saúde, previdência e assistência social, conforme estrutura prevista no caput do artigo 194 da CRFB/88, seguido dos princípios norteadores em seus incisos. Dentre eles, importante destacar que a universalidade da cobertura significa englobar todos os riscos sociais, ao passo que universalidade do atendimento se refere a todas as pessoas. O princípio da seletividade significa que é necessário





selecionar as pessoas e os riscos sociais que serão cobertos, em oposição ao princípio da universalidade. Afinal, como é inviável cobrir todos os riscos e pessoas, deve-se escolher a que conferir cobertura, e, portanto, a previdência social se perfaz em um seguro, oferecendo cobertura aos trabalhadores que contribuem para o sistema e tornam-se segurados. Mas a partir da seleção dos critérios de geração do benefício, não se pode negar a quem dele venha necessitar.

Logo, assim que preenchidas as condições legais para a concessão do benefício previdenciário, não pode o trabalhador ficar sem o devido acolhimento, pois quando os requisitos necessários são preenchidos, nasce um direito constitucional de proteção e não um mero privilégio de alguns. Por esta razão, a judicialização vem sendo importante ferramenta para que direitos já assegurados constitucionalmente venham a ser percebidos faticamente por diversos trabalhadores.

378

## **5. AFINAL, DE QUEM É A RESPONSABILIDADE E O DEVER DE INDENIZAR?**

Para os benefícios previdenciários comuns, conforme rege o artigo 11 da Lei n.º 8.212/91 (que "dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio e dá outras providências"), a contribuição é feita por empregados e empregadores. Porém, em se tratando de benefícios previdenciários acidentários, o custeio passa a ser de responsabilidade exclusiva do empregador.

A responsabilidade do empregador também é garantida constitucionalmente no artigo 7º, XXVIII, CRFB/88, prevendo-a, inclusive, tanto na forma de "seguro contra o acidente do trabalho", como quando "incorrer em dolo ou culpa", estabelecendo dessa forma, além da proteção previdenciária, uma possível reparação civil, a depender da culpa do empregador. Assim, é possível afirmar que a responsabilidade civil em reparar o dano é subjetiva, dependerá se a ação do empregador incorreu em culpa. Porém, a assistência previdenciária se perfaz em um seguro, motivo pelo qual o INSS não pode se abster de amparar o trabalhador que se enquadra nos requisitos instituídos legalmente.

A jurisprudência tem pautado suas decisões referentes ao tema de forma a atacar as omissões do Estado no que tange a efetivação das políticas públicas sociais. Nesse sentido, entende-se a impossibilidade de invocar a cláusula da reserva do possível, aquela em que o





Estado traz a falta de condições dos cofres públicos para se eximir de satisfazer as necessidades básicas da sociedade. Assim julgou o Superior Tribunal Federal:

Considerado o contexto em exame, qualifica-se como instrumento idôneo e apto a viabilizar a concretização de políticas públicas, quando, previstas no texto da Carta Política, venham a ser descumpridas, total ou parcialmente, pelas instâncias governamentais destinatárias do comando inscrito na própria Constituição da República. Essa eminente atribuição conferida ao Supremo Tribunal Federal põe em evidência, de modo particularmente expressivo, a dimensão política da jurisdição constitucional conferida a esta Corte, que não pode demitir-se do gravíssimo encargo de tornar efetivos os direitos econômicos, sociais e culturais.<sup>3</sup>

379

Corroborando com a mesma linha de raciocínio, assim julgou o Superior Tribunal de Justiça:

O indivíduo não pode exigir do Estado prestações supérfluas, pois isto escaparia do limite do razoável, não sendo exigível que a sociedade arque com esse ônus. Eis a correta compreensão do princípio da reserva do possível. Por outro lado, qualquer pleito que vise a fomentar uma existência minimamente decente não pode ser encarado como sem motivos, pois garantir a dignidade humana é um dos objetivos principais do Estado Democrático de Direito. Por esse motivo, o princípio da reserva do possível não pode ser oposto ao princípio do mínimo existencial. A omissão injustificada da administração em efetivar as políticas públicas constitucionalmente definidas e essenciais para a promoção da dignidade humana não deve ser assistida passivamente pelo Poder Judiciário.<sup>4</sup>

Dessa forma, não pode o Estado tentar retirar de si a responsabilidade de efetivar direitos constitucionalmente garantidos. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça vem acompanhando o entendimento do Superior Tribunal Federal, afirmando que é função institucional do Poder Judiciário definir a implantação de políticas públicas quando os órgãos estatais competentes, por meio da ação ou omissão de suas responsabilidades políticas e/ou jurídicas, afetarem a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos dotados de constitucionalidade, ainda que emanados de cláusulas revestidas de conteúdo programático.

<sup>3</sup> STF, RE –AgR 367432/PR, 20/04/2010. <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5421924/recurso-extraordinario-re-367432-pr-stf>> Acesso em 15/07/2014.

<sup>4</sup> STJ, REsp 1041197/MS, 25/08/2009 <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6909418/recurso-especial-resp-1041197-ms-2008-0059830-7>> Acesso em 15/07/2014.



## 6. A FALTA DE EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E A CONSEQUENTE INSEGURANÇA JURÍDICA

A Constituição Federal de 1988, como já explicitado, conferiu um capítulo próprio aos direitos sociais, integrantes do rol dos direitos fundamentais da pessoa humana, ao contrário das Cartas anteriores, em que, anteriormente, eram inseridos no título da Ordem Econômica e Social, fator que reduzia sua eficácia e efetividade, constituindo meras normas programáticas.

Segundo Silva (2006:286) as normas constitucionais provenientes dos direitos sociais possuem como objetivo a redução das desigualdades sociais, pois torna possível o "gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade". Porém, não basta a sua positivação, já que a judicialização demonstra que a declaração normativa não é suficiente, e, para que a efetividade de alguns direitos seja possível, a Constituição tratou de garantir sua realização prevendo-a de forma concreta por meio de regulamentação jurídica, não mais abstrata, e o parágrafo primeiro do artigo 5º nos indica que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata".

Com essa afirmação todos os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, e, nesse rol, se incluem os direitos sociais. Porém, em alguns casos, a própria constituição menciona a existência de uma lei integradora infraconstitucional que transforma o direito dependente de outra norma, tornando sua eficácia limitada e indireta. Ainda assim, oportuno ressaltar, que a lei integradora não pode ficar a mercê de um dia existir, não podendo deixar um direito à margem do cidadão, pois afetaria o sentido constitucional de proteção cidadã.

Na instituição da nova democracia baseada no valor e na dignidade da pessoa humana, o Estado passa a ser o agente transformador e regulador de direitos sociais prestacionais com vistas ao combate das desigualdades sociais tão marcantes. Segundo Sarlet (2004) os direitos sociais de natureza prestacional são aqueles dependentes de prestações materiais estatais, ou seja, da atuação positiva do Estado com suas políticas públicas, necessárias para que o cidadão tenha acesso a uma vida digna, preconizada nas linhas constitucionais.

Dessa forma, há que se refletir que a falta de efetividade de direitos sociais fundamentais traz à tona a sensibilidade de insegurança jurídica pela falta de eficácia da própria lei constitucional. E se não há eficácia nas diretrizes constitucionais, há lacuna para um



retrocesso social, haja vista que as garantias sociais são desrespeitadas e violadas na sua concretização.

Ainda de acordo com o constitucionalista Sarlet (ibidem), a segurança jurídica passou a ocupar a posição de subprincípio concretizador do princípio fundamental e estruturante do Estado de Direito. Mesmo não sendo um direito expreso, a segurança jurídica é mencionada como valor fundamental no preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

(...) reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL<sup>5</sup>.

Dessa forma, notadamente, se percebe um direito genérico à proteção contra violações de direitos e, aqui, inclui-se a proteção de direitos sociais contra omissões e abusos dos órgãos estatais.

A própria ordem jurídica, econômica e social carece de segurança, pois, não há como planejar e conduzir um Estado Democrático de Direito, fundamentado na dignidade da pessoa humana, se suas leis não se revestem de segurança e eficácia. A instabilidade jurídica não promove vida cidadã, participativa e igualitária de direitos. A consolidação dos direitos fundamentais sociais após vinte e seis anos da promulgação da Constituição Cidadã encontra obstáculo não somente na judicialização nos casos de acidentes no trabalho, mas, também, é possível apontar deficiência nos moldes governamentais de ensino e assistência à saúde gratuitos e na flexibilização de direitos trabalhistas.

Segundo Boaventura (2006) a institucionalização de um longo rol de direitos com uma política pública ineficaz ou ausente torna difícil sua efetivação e essa amplitude de direitos enseja maior intervenção judicial justamente por sua falta de efetividade e segurança, levando a que cada vez mais a judicialização se transforme no instrumento capaz de efetivar os direitos violados.

<sup>5</sup> <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 20/07/2014



## 7. CONCLUSÃO

As políticas públicas que direcionam o funcionamento da Previdência Social, ainda não são emancipatórias e sua execução ainda está fortemente ligada ao capitalismo e ao mercado. Ainda carecemos de uma política que enfrente os problemas sociais, aos invés de agravá-los, permitindo a exploração trabalhista e o desrespeito a direitos constitucionais vigentes.

A redemocratização foi um grande passo em direção a cidadania, juntamente com a programação de políticas públicas sociais, mas ainda há um longo percurso para se desvencilhar do capitalismo, que rege boa parte das intenções políticas. A cidadania e democracia realmente eficaz necessita ser construída a partir do diálogo de todos os poderes: executivo, legislativo e judiciário; todos juntos para combater as desigualdades sociais.

A emancipação cidadã necessita de leis mais eficazes que rompam com o capitalismo, que incite a participação política do indivíduo para que todos tenham a oportunidade de desenvolver sua consciência cidadã. Muitos brasileiros ainda estão à margem da proteção estatal e do alcance de diversas políticas sociais, pois a igualdade, a solidariedade e a dignidade da pessoa humana ainda são palavras que estão longe de serem princípios que existem além do texto constitucional. O que se percebe são políticas públicas e sociais executadas para alcançar determinadas camadas sociais, não sendo oportunizada a todos, levando a que a cidadania não seja exercida por todos.

No contexto da judicialização nos casos de acidente do trabalho, temos esses trabalhadores sem proteção social e à margem da garantia constitucional, tendo que recorrer ao Judiciário para assegurar seu direito perante a Previdência. Porém, neste ponto existe outro problema, não são todos os trabalhadores que possuem meios para deflagrar uma ação judicial. O Judiciário, apesar de ter evoluído no tocante aos meios possíveis para o seu acesso, ainda não se encontra totalmente acessível. Há trabalhadores que continuam trabalhando sem condições físicas porque não podem arcar com os custos judiciais ou simplesmente porque não possuem consciência de seus direitos. E esse quadro seria diferente se a política pública fosse planejada e executada com base na necessidade da sociedade e não do mercado.

Entretanto, tal via de solução pode se tornar ineficaz, pois o Estado Democrático de Direito deve se realizar operacionalmente e diretamente por meio da política, e não por meio de disputas judiciais lentas, com discussão de direitos já garantidos, ao invés de se pautarem para resolver conflitos abstratos.



Ao mesmo tempo que representa uma solução imediata eficaz para o problema, a judicialização se constitui, a longo prazo, no agravamento do próprio problema, ao passo que os indivíduos se firmam nessa saída temporária para ver o seu direito atendido, quando deveriam promover movimentos sociais de enfrentamento à política existente que não prevê meios da lei ser cumprida, sendo sempre necessário recorrer à via judicial que deveria estar ocupada em dirimir outros tipos de disputas.

383

## REFERÊNCIAS

AREOSA, João; DWYER, Tom. *Acidentes de Trabalho: Uma abordagem sociológica*. Em: *Revista Configurações*, v. 7, p. 107-128, 2010. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/213>>. Acesso em 04/07/2014.

BRASIL. 1943. Decreto-Lei n.º 5.452/43. *Consolidação das Leis do Trabalho*. [Em linha] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm). [Acessado em 30/11/2013].

BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Em linha] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) [Acessado em 30/11/2013].

BRASIL. 1991. Lei n.º 8.212/91. *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. [Em linha] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm) . [Acessado em 30/11/2013].

BRASIL. 1991. Lei n.º 8.213/91. *Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências*. [Em linha] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm) . [Acessado em 30/11/2013].

BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp#](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp#)>. [Acessado em 30/11/2013].

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Súmulas. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vertexto.asp?servico=jurisprudenciasumula>> [Acessado em 30/11/2013].

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez e Oboré, 1987.

FRIEDMANN, Georges. Friedmann, G. – Naville, P. (orgs) – *Tratado de Sociologia do Trabalho* – São Paulo: Cultrix, 1973.



MPS. da *Previdência Social*. [Em linha] Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=635>. [Acessado em 11/08/2013].

SANTOS, Boaventura Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia do Direito Fundamental à Segurança Jurídica: Dignidade da Pessoa Humana, Direitos Fundamentais e Proibição de Retrocesso Social no Direito Constitucional Brasileiro*. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n.º. 21, março, abril, maio, 2010. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista.RERE-21-MARCO-2010-INGO-SARLET.pdf>>. Acesso em: 01/07/2014.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. *Curso de Direito da Seguridade Social*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2ª Tiragem, 2010.

VIANNA, Luiz Werneck [et al]. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.



## **ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR E CAPITAL SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL BRASILEIRO**

ALMEIDA, Rhaiany Zavarize Dala Costa de.

Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais/UENF  
*rhaianyzdca@yahoo.com.br*

385

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a agricultura familiar no Brasil, segmento historicamente marginalizado pelas políticas públicas, que em geral favoreceram os grandes empreendimentos agrícolas. Inicialmente, são destacadas as potencialidades e as dificuldades vivenciadas cotidianamente pelos atores sociais desta forma de organização da produção. Essas dificuldades levam os agricultores familiares a buscar alternativas estratégicas para garantir a viabilidade da manutenção de seu modo de vida e de produção. Uma dessas alternativas, o associativismo, é um importante mecanismo para superar os desafios impostos aos agricultores familiares e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias e da comunidade local. A importância dessa estratégia, assim como o papel do capital social como elemento complementar para o funcionamento das associações, são também abordados no presente texto.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Associativismo; Capital Social.

### **ABSTRACT**

This article discusses family farming in Brazil, historically marginalized segment by public policies, which generally favored the large agricultural enterprises. Initially, we highlighted the potential and difficulties faced daily by social actors this way of organizing production. These difficulties lead farmers to seek strategic alternatives to ensure the viability of maintaining their way of life and production. One such alternative, the associations, is an important mechanism to overcome the challenges facing family farmers and contribute to improving the quality of life of their families and the local community. The importance of this strategy, as well as the role of social capital as a complementary element to the operation of associations, are also covered in this text.

**Keywords:** Family Farming; Associations; Social Capital.





## 1. INTRODUÇÃO

A temática da agricultura familiar, nos últimos anos, tem sido foco de inúmeros debates, havendo diversos entendimentos a respeito de sua reprodução na sociedade contemporânea. No Brasil, a discussão em torno deste tema ganhou projeção nacional, sobretudo a partir da década de 1990, primeiramente, no campo político e, posteriormente, acadêmico, no qual surgiram pesquisas visando conhecer o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e suas formas de funcionamento.

Nesses termos, este trabalho analisa a reprodução da agricultura familiar no Brasil, com o propósito de compreender como essa forma de organização da produção vem se desenvolvendo atualmente em um contexto socioeconômico mais favorável que no passado, mas ainda distante do ideal, à luz das contribuições teóricas brasileiras. Contudo, este trabalho não terá a finalidade de demonstrar toda a complexidade das perspectivas teóricas estabelecidas.

As fortes influências que a modernização da agricultura provocou no contexto da produção rural familiar também serão analisadas, com o intuito de compreender a constituição desse processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões, que favoreceu e estimulou a dominação social, política e econômica da grande propriedade.

Posteriormente é realizada uma análise das práticas associativas na agricultura familiar, almejando entender se atuam como um mecanismo de lutas pela geração de renda, como uma oportunidade de transformações na organização da produção e da comunidade local, e também como uma forma alternativa de desenvolvimento no campo, responsável pelo surgimento de novos agentes sociais e pela construção de espaços de mobilização democrática e participativa.

E por fim, é feita uma discussão a respeito da conceituação de capital social, como um elemento de grande relevância para a criação e o fortalecimento das práticas associativas entre os agricultores familiares. O debate em curso abarca fundamentos teóricos do conceito, a fim de elucidar os estudiosos para o tema e alguns de seus efeitos, pois ainda se trata de um assunto em processo de construção.



Em resumo, almeja-se contribuir para o debate em torno do associativismo na agricultura familiar, reafirmando a necessidade de compreensão desta alternativa de desenvolvimento do meio rural a partir das seguintes questões:

- Geralmente podem ser observadas modificações na realidade econômica, sociocultural e ambiental das comunidades rurais e das famílias de agricultura familiar após adotarem o sistema de associativismo rural?
- O Capital social pode ser visto como elemento complementar no processo de formação e manutenção das associações de agricultores familiares?
- É possível compreender e analisar a partir da lógica do capital social, o desenvolvimento de algumas comunidades?

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Ao longo dos anos o marco da discussão sobre a estrutura rural brasileira se deu no contexto da modernização da agricultura e sua capacidade indutora do desenvolvimento rural. No entanto, esse panorama começa a modificar-se na década de 1990, em virtude do crescente interesse pela temática da agricultura familiar e sua perpetuação no espaço rural brasileiro, assim como seus mecanismos de produção e sua diversidade (CONTERATO, 2008).

Nesse sentido, o termo agricultura familiar passa a ser difundido amplamente no Brasil, adquirindo, na perspectiva de Wanderley (2001) maior reconhecimento, embora não seja uma categoria social recente. A afirmação desta categoria como linha estratégica de desenvolvimento rural, assim como a consolidação de políticas para sua promoção, não pode ser considerada, salienta Pinheiro (2001), sem levar em conta as experiências acumuladas nos últimos anos, principalmente através das diferentes formas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, e ainda, conforme enfatiza Pedroso (2006) devido à capacidade que este tipo de agricultura possui na geração de emprego e renda no meio rural.

Outra contribuição relevante para a difusão da agricultura familiar no Brasil, na percepção de Schneider (2003), está relacionada à criação pelo Estado brasileiro, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no ano de



1996, principal programa de fomento e apoio à categoria. Para o autor, a partir do surgimento do Programa, os agricultores familiares se tornaram objeto de uma política de promoção social, passando a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura familiar possui um papel histórico no desenvolvimento agrícola brasileiro, em suas várias dimensões. Informações do Censo Agropecuário de 2006 permitem inferir que 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são familiares, totalizando 4.367.902 estabelecimentos. Porém, ocupam uma área de apenas 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% da área total de estabelecimentos, evidenciando a histórica desigualdade da distribuição da posse e do uso da terra no Brasil, uma vez que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem um total de 15,6%, ocupam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares representa um total de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha.

Não obstante, a agricultura familiar responde por cerca de 38% do valor da produção agropecuária brasileira, ou R\$ 54,4 bilhões, com destacado papel na produção de alimentos de consumo doméstico. O segmento tem importante contribuição para a segurança alimentar das próprias famílias de agricultores, além de fornecer volumes significativos aos mercados e de ter participação fundamental em praticamente todos os produtos alimentares no país. É possível também observar seu papel proeminente na composição do emprego agrícola: 12,3 milhões de pessoas estão vinculadas a esse segmento, o que equivale a 74,4% do total do pessoal ocupado na agropecuária. Os estabelecimentos familiares são os principais geradores de emprego no meio rural.

No entanto, mesmo sendo uma categoria de grande importância para o desenvolvimento rural no país, na perspectiva de Wanderley (2001), a agricultura familiar sempre ocupou um lugar subalterno e secundário na estrutura agrária brasileira, sendo impossibilitada de desenvolver suas potencialidades, em virtude da grande propriedade ser sempre imposta como modelo socialmente reconhecido, mas marcada por lutas para a manutenção de seu patrimônio sociocultural.

Por conseguinte, em análise à formação da estrutura agrária brasileira, no conjunto de seu processo histórico, nota-se a implementação de políticas direcionadas prioritariamente às grandes propriedades. Com as devidas particularidades, desde o



período colonial até a modernização conservadora da agricultura, o fomento à formação dos latifúndios, permeou a ocupação do território brasileiro. Em contrapartida, a formação das pequenas propriedades esbarrou-se nos limites impostos à sua constituição pela hegemonia do latifúndio. (BERGAMIM, 2004)

Somente em 1964 uma nova legislação veio tratar a temática com a instituição do Estatuto da Terra, que pouco modificou a estrutura agrária brasileira. A década de 1960 foi também marcada pelo início de um processo de modernização na agricultura brasileira, oriundo dos países capitalistas centrais, particularmente os Estados Unidos da América, denominado Revolução Verde. Esse processo fez emergir novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura, e teve como consequências o aumento da concorrência em relação à produção e os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida nas atividades rurais, além das alterações sofridas pelo meio ambiente, principalmente com a degradação do solo (BALSAN, 2006).

Conforme amplamente discutido na literatura, o crédito rural subsidiado foi o principal componente indutor da modernização agrícola, atuando como um instrumento concentrador de riqueza, sendo a terra a principal delas. Além disso, o Estado brasileiro articulou um setor público rural gigantesco, como a estruturação de programas especiais a favor da expansão da agricultura no campo. A atuação do conjunto de políticas e programas públicos incentivou a concentração fundiária, concentrando-se em regiões específicas e nos produtos de resposta mais rápida aos incentivos, sendo restritivas para boa parte dos agricultores, principalmente os pequenos (MARTINE, 1991).

O avanço da modernização agrícola brasileira, como ressalta Souza et al (2006), esteve associado a várias alterações estruturais e sociais no campo, destacando-se, como as mais importantes, a aceleração do êxodo rural, o aumento na concentração da distribuição da posse da terra (pois as mudanças ocorreram apenas no processo produtivo no campo e não na estrutura fundiária que continuou a mesma, caracterizando-a assim, como uma modernização conservadora e excludente) e da renda, a alteração no perfil da força de trabalho agrícola, e as mudanças na composição da produção.

Decorrente também da modernização da agricultura segundo Abramovay (2012), é o número expressivo de agricultores familiares que não conseguem afirmar-se



economicamente em virtude do ambiente social que os vincula ao mercado, uma vez que as famílias têm reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação, ganhos econômicos comprometidos pela dificuldade de acesso ao crédito, propiciando assim, um dos principais desafios que as unidades familiares de produção enfrentam: a participação em mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações.

Nesses termos, Bergamim (2004) ressalta que os agricultores familiares enfrentam os desafios da comercialização com mais fragilidade quando trabalham desorganizados e individualmente, uma vez que as dificuldades de acesso e de articulação com as quais se inserem no mercado estão relacionadas à pequena quantidade produzida (o que limita seu poder de negociação), à dispersão espacial dos agricultores, à falta de informação sobre a dinâmica do mercado, à inexistência de infraestrutura para armazenar a produção e à fragilidade financeira do agricultor que o obriga a comercializar a produção na safra, quando os preços são menores, ou até mesmo antes, em alguns casos.

Em suma, todas as dificuldades vivenciadas pela agricultura familiar no Brasil apontam para a implementação de políticas agrícolas por parte do Estado em prol do desenvolvimento desta categoria social, onde os agricultores sejam reconhecidos como sujeitos do desenvolvimento e do crescimento da economia, e que não apenas levem o nome da agricultura familiar, mas que sejam organizadas a partir da compreensão e da lógica do seu modo de vida de forma a manter a agricultura familiar no campo (Alves et al, 2011).

De forma geral, podem ser observados alguns avanços nas ações estatais, através do desdobramento da política de crédito rural para a agricultura familiar, consolidados, na incorporação de tecnologias e no acesso ao crédito. São avanços recentes que podem contribuir para a evolução e a permanência dos agricultores familiares no campo, porém, ainda não contemplam de forma significativa os desafios da produção familiar.

Mendes (2005) aponta para o fato de que a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelos produtores rurais familiares, como o associativismo, tem viabilizado e contribuído para a inserção destes produtores no mercado e na sociedade. Assim, muitos deles estão se organizando e formando associações com o intuito de garantir seus direitos e de viabilizar sua produção, bem como modificar a organização



da produção e da comunidade local, almejando melhorias ambientais, sociais e econômicas para suas famílias e comunidades.

### **3. ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Uma forma de tentar superar as consequências indesejáveis causadas pela modernização da agricultura brasileira - como as repercussões sociais e ambientais provocadas e o desenvolvimento das médias e grandes propriedades em detrimento das pequenas, favorecendo o aumento da produção - assim como os velhos problemas da questão agrária brasileira, tem sido, nos últimos anos, as práticas associativas que estão se desenvolvendo nas comunidades rurais, sobretudo naquelas de produtores familiares.

O associativismo representa uma dentre as várias experiências de organização que reúne agricultores familiares que se multiplicaram pelo país desde a década de 1980. Surge devido à preocupação em relação a temas como a obtenção de crédito agrícola, a melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia em definitivo a situação precária de grande parte dos agricultores do país. O momento político vivido no país nesse período também teve influência no aparecimento dessas novas formas de organização, visto que os anos 80 iniciaram-se sob o signo de mudança e, comunidade e participação passaram a ser palavras-chave no debate sobre o município e poder local (PINHEIRO, 2001).

As associações tem a finalidade de representar e defender os interesses dos associados e estimular sua melhoria técnica, profissional, econômica e social. São sociedades civis sem fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam coletivamente de forma democrática e em defesa de seus interesses. Uma maneira de participar da sociedade, sendo esta participação definitiva para influenciar no direcionamento dos recursos públicos aos projetos desejados pela maioria da população, bem como fiscalizar sua aplicação. Segundo a definição estabelecida pelo Código Civil brasileiro em seu Artigo 44, as associações são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, assim como as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; e os partidos políticos (BRASIL, 2012).



O processo associativo se assenta na tentativa de construção de novos padrões de relacionamento na comunidade, seja internamente, com formas mais democráticas de organização, seja nas relações com as demais forças políticas presentes. Os produtores organizados em associações possuem maiores condições de reivindicar junto aos órgãos públicos de seus municípios e aos parlamentares, melhorias para a sua região, como escolas, estradas, postos de saúde, creches, etc. Segundo Tedesco (2001), “as associações mostram-se como estratégias para viabilizar políticas públicas voltadas aos interesses dos agricultores, no sentido de canalizarem demandas em seu benefício” (TEDESCO, 2001, p.15-16). Ao mesmo tempo, pelo fato de serem formadas por grupos produtivos que geram emprego e renda, são organizações de interesse público, tendo o direito de usufruir dos programas governamentais, através dos quais podem obter cooperação para o aperfeiçoamento da produção.

Nesses termos, Pinheiro (2001) acentua:

O associativismo rural foi um dos movimentos que colocaram em discussão a questão da participação política relacionada à descentralização, visto que uma das suas principais características têm sido a proximidade com as prefeituras municipais e demais instâncias da vida local. A busca de canais de articulação com as administrações municipais tem como pressuposto que esse nível do Estado é o mais acessível para o encaminhamento das demandas da comunidade e, especialmente, dos movimentos sociais mais organizados (PINHEIRO, 2001, p 344).

O associativismo vem alcançando amplitude nacional, e a fundação de associações de produtores tornou-se um fenômeno generalizado no país (PINHEIRO, 2001). Os agricultores familiares rurais, que normalmente apresentam dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado, tornando possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e prazos de pagamentos, como também o uso coletivo de tratores, despoldadores, secadores, etc. Tais recursos, quando adquiridos coletivamente, tornam-se bem mais acessíveis ao produtor, que, conseqüentemente, tem maior rentabilidade em suas atividades agrícolas (BRASIL, 2012).

As associações de produtores rurais são criadas com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores em benefício da melhoria do processo produtivo e da





própria comunidade a qual pertencem. Gaiger (2012) sentencia que a dimensão comunitária e social dessas organizações as inclina ao envolvimento de seus integrantes em questões de interesse público, estimulando formas variadas de mobilização e fortalecendo as lutas históricas de autogestão e de emancipação econômica dos trabalhadores.

Nesse sentido, Jales (2009) salienta:

É por meio dessas associações que os pequenos produtores rurais têm acesso às políticas agrícolas, por seu intermédio, se comunicam com “o mundo lá fora” e tomam consciência dos planos de governo e suas consequências para seu trabalho e para a vida na comunidade onde se encontram inseridos. (JALES, 2009, p. 57)

Ao construir formas de compreensão do significado e da transformação do trabalho associado, percebe-se que ele assume formas variadas que podem ser expressas na recuperação de empresas em crise, em organizações associativas, cooperativas, etc., onde emerge a valorização da autonomia do trabalho e da dimensão humana como disciplina social. Jales (2009) ressalta que a ação associativa é estabelecida pela consciência coletiva de que unidos os indivíduos encontram soluções melhores para suas necessidades e dilemas sociais.

A prática associativa está delimitada dentro da esfera da economia solidária. Gaiger (2012) constata que no Brasil, há um total de 22 mil empreendimentos que se enquadram dentro da esfera da economia solidária, e se dividem em duas categorias principais:

a) aqueles cuja atividade constitui a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Abrangem grupos informais de produção, cooperativas agropecuárias e de trabalho, empresas recuperadas, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas; b) aqueles cuja atividade coletiva aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Compreendem as associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias. (GAIGER, 2012, p.p 317-318)

O autor ainda ressalta que o conceito de Economia Solidária na América Latina refere-se, comumente, a iniciativas econômicas que visam à geração de trabalho e



renda, além de benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade produtiva, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos (GAIGER, 2012).

Nos apontamentos de Ganança (2006), a crescente construção de um discurso em torno do conceito de Economia Solidária, está promovendo, no campo do associativismo brasileiro, a incorporação de princípios éticos-políticos profundamente democráticos e participativos e coletivamente compartilhados, muito embora nem todas as associações compartilhem deste mesmo discurso, a certeza é que os princípios da Economia Solidária vêm influenciando as práticas e valores dessas organizações.

As práticas associativas, na maioria dos casos, revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e renda, no entanto, demonstram fragilidades ligadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos, além de terem limitado o apoio de políticas públicas que as estimulem. Alves et al, (2011) salientam que as associações são assinaladas por fatores que dificultam sua atuação como reduzido apoio em relação a políticas públicas para seu fortalecimento, a relação entre os membros associados muitas vezes marcada pelo individualismo, pouco conhecimento sobre os benefícios do associativismo, conflitos internos, e o fato dos integrantes muitas vezes, não trocarem experiências.

Não obstante, Aguiar (2007) sintetiza que as regras básicas para o desenvolvimento de um grupo de associados consistem na troca de ideias entre os membros, na disposição em mudar de opinião se necessário, além da divisão das tarefas, e aponta estes como os fatores que, por muitas vezes, confundem os sujeitos envolvidos no processo, especialmente quando a expectativa do discurso não se concretiza na prática cotidiana. Geralmente, é neste momento que os associados criam conflitos geralmente intransponíveis, construídos por eles próprios no exercício da convivência.

Embora com mecanismos que dificultam sua atuação, a união dos produtores rurais familiares em organizações associativas representa uma importante opção estratégica para juntos enfrentarem os problemas que lhe são impostos. No entanto, Toniasso (2007) ressalta que os resultados positivos dependem dos princípios de cooperação mútua, confiança, solidariedade e reciprocidade entre os membros associados, base de sustentação do associativismo. Na perspectiva de Pase (2012) estas



variáveis podem indicar a permanência do capital social em uma comunidade (mesmo sem que os indivíduos queiram ou percebam), cuja existência contribui decisivamente para minimizar as desigualdades sociais e regionais, através da melhoria da qualidade de vida. Nesses termos, Costa (2003) descreve o capital social como o fundamento de uma economia diferenciada, mais cooperativa e solidária, uma democracia participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum.

#### **4. A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

As premissas fundamentais do conceito de capital social foram formuladas, em sua maioria, durante a década de 1980. Pierre Bourdieu e James Coleman foram os sociólogos que mais expressaram o tema, e o definiam como elos sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a indivíduos e a comunidade. A partir destes autores, outros importantes teóricos da década de 1990 descreveram a importância que o capital social pode trazer para as possibilidades de avanço democrático, sendo que a principal referência é Robert Putnam em seu estudo comparativo sobre o desenvolvimento político das regiões da Itália, onde demonstra uma inter-relação entre o grau de civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança (COSTA, 2003).

Muitos expoentes da temática sobre capital social concordam em dois aspectos: eles entendem o capital social como um recurso ou um caminho para os recursos que, em combinação com outros fatores, permite a obtenção de benefícios para aqueles que o possuem, considerando, ao mesmo tempo em que esta forma de capital encontra-se nas relações sociais. (DURSTON, 2002)

Putnam (2006) se refere ao capital social como sendo “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2006, p 177). O autor enfatiza que o capital social consiste desses elementos de organizações sociais, que facilitam a ação e a cooperação de benefício mútuo, porque, como ele mesmo



demonstra, o trabalho coletivo é mais fácil numa comunidade que tem uma rica herança de capital social.

Na concepção de Pereira et al (2010), o capital social se resume na existência de uma rede de relações sociais ligadas a um objetivo comum, sendo ele o recurso dos indivíduos para o alcance de seus interesses coletivamente. Para Putnam (2006), as relações sociais existentes em uma dada sociedade fomentam a confiança, e esta é um componente básico do capital social, pois ela promove a cooperação. Sendo assim, quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação entre os indivíduos. Ao mesmo tempo em que a própria cooperação gera confiança.

Na conceituação expressa por Coleman (1988), o capital social, definido por sua função, consiste em uma estrutura social que facilitaria determinadas ações por parte dos atores dentro dessa estrutura. “Como em outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a obtenção de determinadas finalidades que em sua ausência não seriam possíveis” (COLEMAN, 1988, p 98). O capital social pode ser específico para determinadas atividades, ou seja, para cada situação, formas diferentes de capital social são mobilizadas. “Uma determinada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações, pode ser inútil ou até mesmo prejudicial para outras” (COLEMAN, 1988, p 98). Todavia, sentencia Coleman (1988), em ambos os casos, o capital social, ao contrário de outras formas de capital, é inerente à estrutura das relações sociais entre os indivíduos.

O capital social relaciona-se também à sua potencialidade de estabelecer uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado. Na concepção de Pase (2012) o capital social é uma capacidade que empodera o cidadão, cuja confiança aprimora a democracia, produz desenvolvimento institucional quando constitui regras claras de comportamento, produz desenvolvimento econômico na medida em que possibilita acesso a informações, estimula solidariedade e constrói uma cultura política baseada em valores humanitários.

Desse modo, Pereira et al (2010), acentua que o nível de capital social de uma dada comunidade tem uma relação estreita com o seu desenvolvimento, pois as relações sociais consistem no fator decisivo para a superação das desigualdades de um grupo,



comunidade ou região. E também porque o controle social e a participação efetiva dos indivíduos na tomada de decisões são fundamentais para a manutenção da democracia.

Nesses termos, Costa (2003) demonstra que está cada vez mais frequente a organização de indivíduos em busca de objetivos comuns e para a construção de novos parâmetros de coesão social e solidariedade, um redesenho da luta pelos direitos humanos e sociais propiciado pelas crises econômicas aliadas à globalização. A sociedade civil passa a não mais esperar dos Estados a resposta única para a garantia de melhores condições de vida e bem-estar para o conjunto da sociedade.

A geração de capital social é fruto do compartilhamento destas formas de relações entre os indivíduos, que tem seu desenvolvimento relacionado ao aprofundamento e multiplicação destas relações. Putnam (2006) enfatiza que as associações comunitárias, as sociedades orfeônicas, as cooperativas, os clubes desportivos e similares representam uma forma essencial de capital social, pois são grupos dotados de interação horizontal, onde todos têm (ou deveriam ter) o mesmo status e o mesmo poder, onde a hierarquia entre seus membros não se faz presente. Putnam (2006) ainda argumenta que os sistemas verticais em uma sociedade agregam agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência, tornando inviável a difusão do capital social. Nesse sentido, quanto mais desenvolvidos forem os grupos horizontais numa comunidade, maior será a capacidade de seus integrantes cooperarem em benefício mútuo.

A organização associativa se caracteriza pela gestão democrática dos recursos e das atividades, onde cada associado tem poder igualitário de decisão. Basicamente, sua constituição está fundamentada em interesses comuns entre os indivíduos e na conclusão de que unidos podem auferir melhores resultados econômicos, e ainda na concordância por parte dos membros em transferir o poder de decisão do plano individual para o coletivo, onde passa a compartilhar com outros sua capacidade de decisão. Na agricultura, por exemplo, os produtores rurais operam em um ambiente de elevada concorrência, no entanto, defrontam-se com poucos vendedores de insumos e poucos compradores de seus produtos. Uma alternativa adotada pelos produtores é se organizarem em associações ou cooperativas e dessa forma garantir certo poder de negociação.



Para tanto, deve haver um nível maior de confiança, ou seja, de capital social entre aqueles que desejam formar uma organização associativa. Isto significa que o aprofundamento de todos os tipos de associações em uma dada sociedade representa o seu estoque de confiança e reciprocidade, isto é, seu estoque de capital social. As organizações básicas da vida social são essenciais para o estabelecimento de normas de reciprocidade e padrões comuns, para a promoção de confiança social e interpessoal e, para o crescimento do engajamento cívico. (FREY, 2003).

Um ambiente de cooperação entre pessoas e grupos, no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a preocupação da qualidade de vida de uma dada região, é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. Nesse sentido, Frey (2003) enfatiza que as ações cooperativas comunitárias com o objetivo de solucionar os problemas comuns da coletividade estão totalmente relacionadas ao nível de capital social desenvolvido ao longo de um período de tempo em uma dada sociedade.

Por fim, pode-se inferir que o capital social não é tido como o quesito único e máximo para o desenvolvimento de uma sociedade. O bem-estar econômico e social é resultado da combinação de indicadores de condições naturais e ambientais; das condições de acesso à saúde e conhecimento; do acesso a recursos monetários e às condições de acesso ao trabalho, o que revela que a interação do capital social com as demais formas de capital (natural, humano e financeiro) pode influenciar positivamente num amplo desenvolvimento de uma sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com este artigo foi analisar a importância da agricultura familiar para o Brasil, uma vez que a maior parte dos estabelecimentos rurais do país consiste em pequenas e médias propriedades que em sua maioria se estruturam com mão de obra familiar, e também sua reprodução socioeconômica num contexto marcado por desafios a serem transpostos, e tendo por pano de fundo, lutas para a permanência das famílias no meio rural.

A discussão em torno da temática da agricultura familiar revela o importante papel socioeconômico, ambiental e cultural que esta categoria apresenta para o campo



brasileiro, sendo esta uma variável a ser considerada na elaboração de políticas públicas e na implantação de projetos diferenciados e específicos para os agricultores, para assim satisfazer as necessidades desta categoria que, como apontado por Wanderley (2001), fragilizada nas condições da modernização agrícola brasileira, sempre se manteve as margens da agenda das políticas agrícolas no país, sendo, portanto, limitada de desenvolver suas potencialidades.

Diante de um cenário de inúmeras dificuldades, as práticas associativas vêm sendo constantes em diversas comunidades, uma alternativa para os agricultores familiares em busca de melhores condições de vida no meio rural, ainda que existam conflitos internos ou situações de exploração oriundas de visões pautadas apenas na lógica econômica capitalista/individualista, relegando a um segundo plano a sustentabilidade social, compreendida esta como um experimento permanente de mobilização e de participação na vida da comunidade. No entanto, o apoio do Estado para estas organizações é ainda bastante limitado, tornando mais difícil a consolidação de práticas associativas no meio rural brasileiro.

As práticas associativas representam um elemento indicador do capital social de uma sociedade, onde as relações horizontais como confiança, solidariedade e reciprocidade somam-se com vistas ao benefício coletivo, e contribuem para o fortalecimento destas organizações. A ação coletiva através da mobilização do capital social proporciona benefícios que indivíduos, grupos ou comunidades, atuando de forma isolada provavelmente não conseguiriam. Nesses espaços propositivos de mudança social, o associativismo se faz importante como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas sob todas as suas dimensões, culminando na ideia de desenvolvimento.

Contudo, o que se pode concluir é que a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no país além de desempenhar papel proeminente na geração de trabalho e renda no meio rural. Isso nos permite admitir sua relevância para o desenvolvimento agrário brasileiro, sobretudo, quando se leva em conta que este segmento social, até bem recentemente, sempre se desenvolveu a margem das políticas agrícolas nacionais.

Também fica evidenciado a partir deste estudo que as práticas associativas vêm sendo cada vez mais utilizadas como opção estratégica para enfrentamento das





dificuldades dos agricultores rurais de estrutura familiar no Brasil, primordialmente se forem sustentadas por formas de cooperação e confiança recíproca, características básicas do capital social, que se mostram de grande importância para um bom desempenho destas organizações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012.

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. **O desafio do associativismo na Agricultura Familiar**: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco-PR. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Ponta Grossa, 2007.

ALVES, Venícios Oliveira. O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública. V **ENAPEGS**. Florianópolis/SC, 26 a 28 de Maio de 2011.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, nº 2, ago 2006, p.p 123-151.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura Familiar no Espírito Santo**: constituição, modernização e reprodução socioeconômica – Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. 2º ed., Brasília, 2012.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **Chicago Journals**. Vol. 94,1988, p.p 95-120.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de Agricultura Familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul – Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2008.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: A favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 21, p. 147-163, nov. 2003.

DURSTON, John. **El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural**. CEPAL, Chile, nov. 2012.



FREY, Klaus. Capital social, comunidade e democracia. **Revista Política e Sociedade**, nº 2, abril de 2003.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Por um Olhar Inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado** – V. 27, nº 2, - Maio/Agosto 2012.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa - Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=censoagro> Acesso em 15 dez de 2013.

JALES, Edilene Fernandes. **Associativismo nos municípios rurais**: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Natal, 2009.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 23, São Paulo, março de 1991.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, 2005.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e qualidade de vida. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, jan.-abr. 2012.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci. **Produção familiar e associativismo**: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande – Palmas/TO. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia - Uberlândia, 2006.

PEREIRA, Julia Rossato Oliveira, et al. Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** - Universidade do Vale do Paraíba, Taubaté/SP, 2010.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura Familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.



PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição, Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 18, nº 51, fevereiro de 2003.

SOUZA, Paulo Marcelo de, et al. Análise do crescimento da produção agrícola da região norte fluminense nas últimas três décadas. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. **XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”**. Fortaleza, Julho de 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Introdução – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.

TONIASSO, Hélia Rosani, et al. Agricultura Familiar e associativismo rural – O caso Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec** – Vol. 12, nº 2, jul/dez. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.



## A POLÍTICA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM CORTE MICROECONÔMICO

MAINARDES DA SILVA, Lenir A.

*Professor do Programa de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG-PR*

*E-mail (mestresociaisaplic@uepg.br)*

SAMAHA, Michel Jorge

*Estudante de doutorado do Programa de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG-PR*

*E-mail (michel-samaha@hotmail.com)*

421

### RESUMO

O artigo contém revisão teórica sobre as funções da política social no âmbito microeconômico. Oito funções foram analisadas buscando estabelecer conexões relacionadas com as políticas sociais. O marco teórico utilizado foi o elaborado por Gösta Esping-Andersen e suas derivações. É nessa tradição que fica mais explícita a construção da dimensão sistêmica da política social. Conclui-se que existe uma relação bidirecional entre políticas sociais e comportamento econômico dos agentes privados no âmbito dos regimes de bem-estar e que esta relação impacta o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Política Social, Funções Microeconômicas, Estado de Bem-Estar.

### ABSTRACT

The article contains theoretical review about the functions of social policy at the microeconomic level. Eight functions were analyzed to establish related connections with social policies. The theoretical framework used was prepared by Gosta Esping-Andersen and its derivations. It is in this tradition that the construction of the systemic dimension of social policy is more explicit. It is concluded that there is a bidirectional relationship between social policies and economic behavior of private agents under the welfare regimes and this relationship impacts the development.

**Key-words:** Social Policy, Microeconomic Functions, Welfare State.



## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas ideias, colhidas na literatura, para apanhar a relação entre políticas sociais e a dinâmica microeconômica de uma sociedade. A grande maioria dos trabalhos que discutem proteção social e desenvolvimento econômico, no marco do Estado de Bem-Estar, o faz buscando desvendar os impactos dessas relações no âmbito macroeconômico. A premissa fundamental aqui é de que existe uma relação bidirecional entre políticas sociais e comportamento econômico dos agentes privados. A Política Social - como de resto são as Políticas Públicas – é fenômeno ligado ao modo de produção capitalista e produto das relações sociais estabelecidas em seu seio.

O século XIX foi marcado por grandes transformações, como as revoluções burguesas e o alargamento da hegemonia do capitalismo industrial. Tem início uma tensão entre a consolidação dos direitos políticos, por um lado e, por outro, os princípios econômicos de cunho liberal, como a defesa da propriedade privada e a extração dos benefícios gerados pelo trabalho assalariado. É justamente o trabalho assalariado e seus riscos que impulsionam a ideia de proteção social.

No século XX, principalmente a partir da Segunda Grande Guerra Mundial, os países europeus mais desenvolvidos experimentaram a realização de um pacto entre organizações políticas e sindicais da classe operária e os capitalistas, que resultou no que veio a ser chamado de “Estado de Bem-Estar Social”. É nesse período que as políticas sociais passam a assumir um caráter de regulação do livre mercado, os direitos sociais assumem um perfil universal e são garantidos pelo Estado.

A ampliação da atividade regulatória do Estado veio acompanhada do aumento da estrutura administrativa e acréscimo das fontes de financiamento para garantir os novos direitos sociais; ao mesmo tempo, houve um elevado crescimento econômico e de bem-estar social. O *welfare state* “significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política” (ESPING-ANDERSEN, 1995, P.1).

No Brasil, o estabelecimento de um Estado de Bem-Estar ocorre nos moldes do que foi realizado nos países europeus. Porém, além de periférica em relação à economia mundial, a economia brasileira convivia com uma grande diferença nos padrões tecnológicos da indústria



e da agricultura. Para Medeiros (2001, p.8) “No Brasil, o *Welfare State* surge a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político: regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia”. Nesse sentido, as ações estatais centralizadas tinham como objetivo a integração da economia nacional e consolidação da base legal para o mercado de trabalho.

Contida no DNA do Estado de Bem-Estar, a relação bidirecional entre os sistemas de proteção social e o desenvolvimento econômico parece ter sido esquecida no meio acadêmico. Para Draibe (2006, p.8) “durante as últimas décadas, assistimos ao predomínio do tratamento dissociado da economia e da política social, com claro prejuízo de uma e outra, mais ainda quando orientado, como o foi, pelas correntes formalistas e abstratas, de forte enviezamento quantitativo”.

A tendência em retomar uma abordagem integrada entre economia e política social tem sido um esforço acadêmico voltado para desconstruir a ideia de que o grau de proteção social é uma variável dependente do crescimento econômico de um país. Dessa forma, o que se busca entender é a relação bidirecional entre política social e comportamento econômico dos agentes privados.

Parece claro que o Estado de Bem-Estar é o marco de análise quando pensadas, de forma articulada, essas duas variáveis, pois é nele que se faz possível entender política social numa perspectiva de proteção social, descortinando sua orientação para a esfera econômica, em especial para a microeconômica.

## 2 POLÍTICA SOCIAL NOS ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL

Política social é um termo polissêmico e de difícil compreensão. O seu tratamento acadêmico tem sido feito por uma multiplicidade de métodos e aproximações. É, por excelência, um campo de análise multidisciplinar onde se exploram o contexto social, econômico, político, ideológico e institucional no qual o bem-estar é produzido, organizado e distribuído; sendo assim, diz respeito a todos aqueles aspectos das políticas públicas, das relações de mercado e não monetárias que contribuem para aumentar ou diminuir o bem-estar de indivíduos e grupos.

Para Adelantado (1998, p.124), as análises das políticas sociais dos Estados de



Bem-Estar no pós-guerra se situaram, de forma simplificada, em torno de três grandes correntes de estudo: 1) A tradição marxista (ou neomarxista); 2) As diversas tradições não marxistas (estrutural-funcionalistas, weberianas, positivistas, etc.); e 3) Novas linhas de estudo inauguradas pelo livro de G. Esping-Andersen (*The Three Worlds of Welfare Capitalism*).

Para os propósitos desse ensaio, o marco teórico introduzido por Esping-Andersen se reveste de especial importância na medida em que é a partir dele que o tema do desenvolvimento econômico passa a integrar o campo da proteção social. É nessa tradição que fica mais explícita a construção da dimensão sistêmica da política social.

É com a construção das diferentes tipologias de *Welfare State* que fica claro o vínculo dos sistemas de proteção com o tipo de economia, processo produtivo e com a organização da classe trabalhadora. Nessa ótica, os três tipos construídos foram: (1) *liberal (residual)*: modelo de mercado no qual a política social intervém ex-post, voltado predominantemente para os comprovadamente pobres e, na quase totalidade, com reduzidas transferências universais; (2) *conservador/corporativo (meritocrático-particularista ou estratificado)*: modelo em que as pessoas devem estar em condições de resolver suas próprias necessidades, com base em seu trabalho, em seu mérito, no desempenho profissional, na sua produtividade; os direitos estão ligados à classe e ao status; (3) *socialdemocrata (institucional/redistributivista)*: modelo voltado para a produção e distribuição de bens e serviços sociais desmercantilizados e garantidos a todos os cidadãos. As políticas sociais configurando-se enquanto direitos sociais garantindo o amplo conceito de seguridade social. A estrutura de análise introduzida pelo sociólogo dinamarquês, além de explicar os diferentes modelos de *welfare states* por meio de diferentes sistemas de estratificação social, introduz como ferramenta de análise o conceito de desmercantilização (*de-commodification*). Este último se referindo às possibilidades de subsistência dos cidadãos - como direito social - quando não se relacione com o mercado de trabalho. Mais tarde, também introduziu outro critério: a desfamiliarização (*de-familiarisation*), entendido como o grau de redução da dependência econômica do indivíduo em relação à sua família.

Apesar da óbvia importância acadêmica, muitas foram as críticas às formulações de Esping-Andersen. Uma das mais relevantes é a de que o critério de desmercantilização pode não revelar a relação causal entre política social e estrutura social. A estrutura social - entendida como instituições, regras e recursos que determinam as condições de vida desiguais





em determinado lugar e período de tempo - é obviamente afetada pela relação entre política social e desenvolvimento econômico.

Sin embargo, su categorización como Estados de bienestar según un esquema simple de mercantilización-desmercantilización, lleva a pensar en un Estado "bueno", que desmercantiliza a los ciudadanos para compensar los efectos perversos de un mercado capitalista "malo". A la vez, oscurece una realidad en la que Estado y mercado no son las únicas esferas relevantes de la estructura social; que la desmercantilización no es el único impacto posible (y quizá tampoco el principal) de la política social sobre las diversas desigualdades, y que la política social no solo compensa o reduce las desigualdades originadas en otros ámbitos, sino que también puede reproducirlas, aumentarlas e incluso constituir las como tales. (ADELANTADO, 1998, p. 124)

425

Entretanto, os conceitos introduzidos por essa corrente revelam um conjunto de opções políticas cujo objetivo é orientar o desenvolvimento econômico, focando na satisfação das necessidades fundamentais de cada indivíduo e da sociedade. A política social envolve a oferta de bens que, direta ou indiretamente, recebem incentivos estatais e não são espontaneamente supridos pelo mercado, principalmente se os destinatários forem pessoas e famílias de baixa renda. Entre estes bens encontram-se: saúde, educação, habitação, previdência social, entre outros.

A política social estará orientada para o desenvolvimento econômico quando estiver voltada para o fornecimento do mais alto grau de satisfação possível, das necessidades básicas, para as pessoas mais fragilizadas economicamente. Ainda, quanto maior o acesso dos grupos sociais fragilizados aos frutos do crescimento econômico, maior a orientação para o desenvolvimento.

Quando se olha o crescimento econômico orientado para o desenvolvimento é necessário que se entenda como os agentes privados interagem com as políticas sociais, pois mesmo que se espere que os impactos sejam inicialmente sociais, outros impactos no âmbito microeconômico serão gerados. Discutindo a orientação da política social para o desenvolvimento, a Professora Celia Lessa Kerstenetzky afirma:

“...ao exercer essas funções, as políticas sociais acabam afetando variáveis econômicas: ao proteger e prevenir contra riscos, elas promovem estabilidade econômica (com a suavização do consumo e a redução da incerteza); economizam capacidade produtiva que, na sua ausência, seria perdida; liberam as empresas dos custos envolvidos em proteção e prevenção; elas também contribuem para a valorização de capacidades, que podem ser



mobilizadas para o aumento de produtividade e da eficiência econômica e para o crescimento, e o fazem liberando o setor privado dos custos e investimentos envolvidos”. (KERSTENETZKY, 2012, p.44)

São escassas as análises das funções microeconômicas das políticas sociais, porém, a literatura sobre a Economia Política e o Estado de Bem-Estar tem dado pistas para uma melhor compreensão das relações entre agentes privados, proteção social e desenvolvimento. O que se pretende no próximo tópico é elencar, de forma não exaustiva, as relações microeconômicas que sofrem impacto das políticas sociais no âmbito de um Estado de Bem-Estar.

426

### 3 FUNÇÕES MICROECONÔMICAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As análises centradas no mundo do trabalho têm sido uma importante ferramenta de compreensão dos componentes políticos do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar. Com a crescente combinação entre políticas sociais focalizadas e universais, se faz necessário investigar a relação causal entre política social e o comportamento dos agentes privados. Para os propósitos desse ensaio, a questão a ser respondida é: O que a política social representa para os agentes econômicos privados?

O Estado de Bem-Estar tem o compromisso formal de dar assistência e suporte para os indivíduos que, segundo OFFE (1984, p.67), “possuem necessidades e riscos sociais típicos de uma sociedade de mercado, ou seja, uma noção de responsabilidade coletiva acerca de questões sociais e a noção de legitimidade das demandas coletivas feitas pelas associações de trabalhadores”. Na medida em que a mobilidade do trabalho no sistema capitalista não é livre e que o fator trabalho encerra um elevado custo em função dos riscos (desemprego, invalidez, crises, etc) e de sua capacitação, se afigura lógica a responsabilidade coletiva na diminuição dos custos (diretos e indiretos) e de transação<sup>1</sup>.

Em relação aos custos de transação, os institucionalistas apontam que os termos e condições dos contratos afetam diretamente a eficiência da alocação de recursos, pois dependem fundamentalmente da definição dos direitos de propriedade e das relações sociais. Dessa forma, para Pranab Bardhan and Samuel Bowles (1996) (citado por Mkandawire, 2001,

<sup>1</sup> Os custos de transação são aqueles que os agentes enfrentam quando recorrem ao mercado para adquirir equipamentos, insumos ou serviços, ou quando estabelecem uma “interface” com outro agente. Esses custos envolvem: custos de negociar, redigir e garantir o cumprimento de um contrato (formal ou informal).



p.6) são dois os argumentos para considerar o impacto das políticas sociais nos custos de transação:

First, inequality may impede economic performance by obstructing the evolution of productivity-enhancing governance structures in firms, farms, communities, and nations, in part because institutional structures supporting high levels of inequality are costly to maintain, and because inequality is an obstacle to the shared values and trust essential to efficient bargaining and co-operative decision making.

Second, where hard work, innovation, maintenance of an asset and other behaviour essential to high levels of economic performance cannot be specified in costlessly enforceable contracts, some distributions of property rights are more efficient than others, and there may therefore exist a class of redistributions of property rights which in conjunction with other policies (such as insurance) yield outcomes both more efficient and more egalitarian than the *status quo* in most economies.

427

A qualidade do capital humano – atributo exógeno ao indivíduo, portanto, construído socialmente - é outra restrição atacada por políticas sociais. Os investimentos diretos e montagem de arranjos institucionais voltados para qualificação, em certa medida, condicionam a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Mesmo que o protagonismo das ações educacionais por parte do Estado esteja cambiando para a esfera hegemônica do capital, este não prescinde do Estado como financiador direto e indireto (incentivos fiscais) das ações educacionais.

O deslocamento do papel do Estado para o empresariado na direção de projetos educacionais se apresenta com a justificativa da mudança de base técnica do trabalho - substituição do modelo fordista pelo modelo de acumulação flexível -, gerando, segundo o discurso hegemônico, a necessidade de um novo trabalhador, formado de acordo com o *ethos* da empresa (SANTOS, 2004, p.2). Em última análise, seja qual for o discurso dominante, o investimento em capital humano concorre, no nível microeconômico, para uma elevação na produtividade do trabalho e para o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho.

A formação do capital humano tem sua iniciação no âmbito familiar e doméstico. Escassos serviços públicos destinados à família em um mercado de trabalho que discrimina renda pelo gênero aumentam sobremaneira os custos laborais e econômicos da mercantilização do trabalho feminino (custo de oportunidade). Por outro lado, o espaço familiar é responsável pela oferta futura de trabalhadores. Nesse sentido, as políticas sociais atuam na tentativa de conciliar trabalho e vida familiar introduzindo a mulher e a família na composição de uma rede



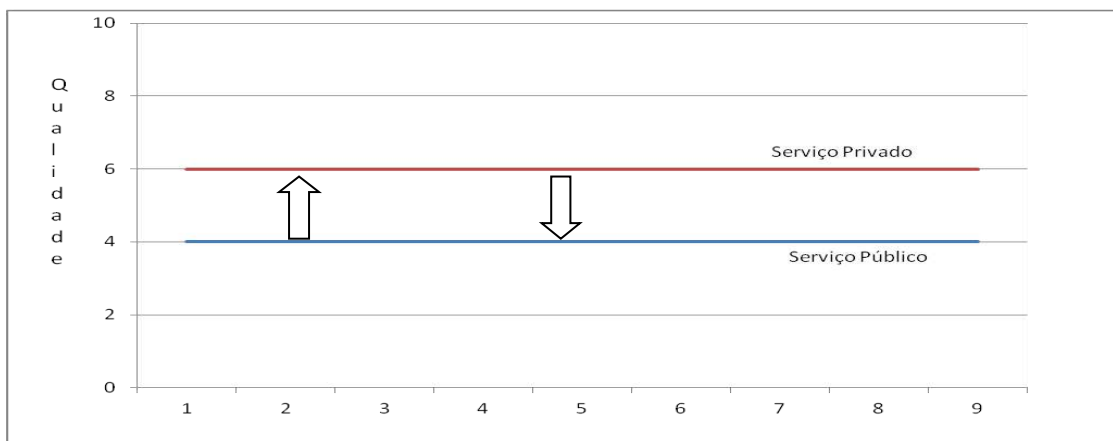
comunitária de promoção do capital humano.

A crise do fordismo, a globalização e a mudança da base técnica da economia - intensificando o uso de capital e tornando extensivo o uso do trabalho - além de não gerarem o pleno emprego (favorecendo a reserva de mão de obra para os empresários), também criaram as condições para a expansão de benefícios e negócios privados fundados nas políticas de proteção social. A fragmentação da estrutura ocupacional e a heterogeneidade da classe trabalhadora geraram uma intensa pressão para uma oferta privada de serviços sociais, pressão essa fundada numa pretensa incapacidade de seu fornecimento pelo Estado.

A exploração privada de áreas como seguros, previdência, saúde e educação é exemplo de como a política social opera não só para reduzir o custo do trabalho, mas também para gerar negócios de grande relevância econômica. Não se olvida que a ampliação desse segmento tenha impacto sobre a capacidade fiscal do Estado de Bem-Estar, pois quem ganha mais pressiona em busca de benefícios fiscais para compensar seus gastos privados nesses produtos. Entretanto, as concessões fiscais afetam aqueles com menor renda e que não podem pagar por esses serviços.

Com a dualidade público/privado na oferta de serviços sociais, outra função da política social é balizar e criar *Standards* nos serviços privados. A qualidade do serviço público passa a referenciar a oferta privada do mesmo. Isso significa que se a qualidade do serviço ofertado pelo Estado piora, a do setor privado também piora, pois, o setor público é quem gera competição.

Figura 1 – Competição de Qualidade entre o Serviço Social Público e o Serviço Social Privado



Fonte: Elaboração Própria



A Figura 1 representa a competição na qualidade ofertada do serviço entre o setor público e o privado, mostrando que a qualidade da oferta privada não está dada de antemão. Na medida em que o Estado perde capacidade fiscal de prestar bons serviços, o setor privado não é tensionado a elevar a qualidade dos seus.

A proteção social em países em desenvolvimento, como o Brasil, está focada no combate à pobreza e à miséria. A transferência de renda focada nos pobres tem sido o paradigma dessa estratégia. Nessa linha de suporte, a preocupação não está centrada no risco e na vulnerabilidade, mas sim nas restrições enfrentadas pelos pobres para se aproveitarem das oportunidades econômicas criadas na sociedade. Para Barrientos (2010, p.2):

The broader developmental role of social protection in developing countries involves three main functions: (i) to help protect basic levels of consumption among those in poverty or in danger of falling into poverty; (ii) to facilitate investment in human and other productive assets which alone can provide escape routes from persistent and intergenerational poverty; and (iii) to strengthen the agency of those in poverty so that they can overcome their predicament.

Possibilitar aos mais pobres o mínimo de capacidade de consumo pode gerar efeitos multiplicadores na economia e na sociedade. Ainda que em percentuais baixos em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), a transferência de renda traduzida em aumento do consumo pode gerar maior aproveitamento das oportunidades, reduzindo a pobreza intergeracional. Isso para não falar do óbvio efeito no fluxo circular da renda onde empresas, famílias e governo se beneficiam da elevação dos gastos das famílias.

A potencialização dos efeitos da transferência de renda pode ocorrer na medida em que se apliquem condicionalidades que interfiram nas outras funções já debatidas. A transferência pode estar condicionada a uma oferta temporária de trabalho, ao investimento em capital humano, incluindo educação, saúde e nutrição ou, ainda, a uma combinação entre eles.

Assim como na abordagem dos custos de transação, outra contribuição dos institucionalistas no campo econômico é a análise da governança corporativa. Para essa corrente, o conceito de empresa é relacional, ou seja, as empresas são atores que buscam desenvolver e explorar competências para produzir e distribuir bens e serviços de forma lucrativa. Para esse fim, elas criam relações tanto internamente com seus trabalhadores, como externamente, com fornecedores, clientes, colaboradores, sindicatos, associações e governos.



Dessa forma, o sucesso no empreendimento depende da sua capacidade de coordenar eficazmente uma ampla gama de atores.

Nessa linha, Hall e Soskice (2001, pp.6-7) propõem cinco esferas em que as empresas devem desenvolver relacionamentos para resolver os problemas centrais de coordenação e serem competitivas. São elas: I) *industrial relations*; II) *vocational training and education*; III) *corporate governance*; IV) *inter-firm relations*; e V) *employees*.

Os problemas que as empresas enfrentam em cada uma das esferas podem ser sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Esferas e Problemas de Coordenação das Empresas

Esferas	Problemas de Coordenação
<i>industrial relations</i> (relações Industriais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negociação sobre os salários;</li> <li>• Condições de trabalho; e</li> <li>• Relação com sindicatos e representantes dos trabalhadores.</li> </ul>
<i>vocational training and education</i> (educação e formação profissional)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As empresas enfrentam o problema de garantir uma força de trabalho com competências adequadas; e</li> <li>• Os trabalhadores enfrentam o problema de decidir quanto investir em que habilidades.</li> </ul>
<i>corporate governance</i> (governança corporativa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao financiamento; e</li> <li>• Retorno financeiro aos investidores.</li> </ul>
<i>Inter-firm relations</i> (relação inter-empresas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar demanda estável de seus produtos;</li> <li>• Buscar fornecimento adequado de insumos; e</li> <li>• Acessar tecnologia e manter o progresso tecnológico e a competitividade.</li> </ul>
<i>employees</i> (empregados)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar que os empregados tenham competências necessárias e cooperem para atingir os objetivos da empresa.</li> </ul>

Fonte: Elaborado a partir de Hall e Soskice (2001).



A governança empresarial, guerreada nas diferentes esferas, é afetada pelo maior ou menor grau de regulação econômica, ou seja, quanto mais liberal for uma economia, mais as empresas buscam soluções mercadológicas para seus problemas. Por outro lado, quanto mais coordenada for a economia, mais as empresas dependerão de relações não mercadológicas para coordenar seus esforços com outros atores para construir suas competências.

Analisando esse conjunto de efeitos pode-se afirmar, mesmo que genericamente, que a política social - no nível microeconômico - tem as seguintes funções: a) redução dos custos da força de trabalho; b) aumento da produtividade do trabalho; c) redução dos custos de transação; d) reorganização, no âmbito doméstico, do capital humano socialmente construído; e) geração de benefícios e negócios empresariais; f) geração de *standards* para serviços similares prestados pelo mercado; g) criação de um mínimo de capacidade de consumo para indivíduos sub-remunerados (empregados formais ou não) ou não remunerados; e h) definição da estrutura de governança empresarial.

Assim, constatar algumas funções microeconômicas das políticas sociais tem sua relevância acadêmica; porém, para entender as suas escolhas históricas, seus desenhos institucionais, a disponibilidade de bens coletivos produzidos e a solidariedade social de um País é preciso entender seus efeitos na estrutura social<sup>2</sup>, passo esse apenas mal iniciado neste artigo.

#### 4 CONCLUSÕES

A grande maioria dos trabalhos que discutem política social e desenvolvimento econômico, no marco do Estado de Bem-Estar, o faz buscando desvendar os impactos dessas relações no âmbito macroeconômico, principalmente seus impactos no desenvolvimento dos países. Porém, como discutido, existe uma relação bidirecional entre políticas sociais e comportamento econômico dos agentes privados no âmbito dos regimes de bem-estar e esta relação impacta o desenvolvimento.

O marco teórico introduzido por Esping-Andersen é de fundamental importância quando o interesse é relacionar desenvolvimento econômico - na sua dimensão micro - com o

<sup>2</sup> Estrutura social é a configuração de instituições, regras e recursos que criam condições de vida desiguais das pessoas em um momento e lugar determinado.





campo da política social. É nessa tradição que fica mais explícita a construção da dimensão sistêmica da política social.

Em esforço preliminar e não exaustivo, analisaram-se oito funções microeconômicas da política social: a) redução dos custos da força de trabalho; b) aumento da produtividade do trabalho; c) redução dos custos de transação; d) reorganização, no âmbito doméstico, do capital humano socialmente construído; e) geração de benefícios e negócios empresariais; f) geração de *standards* para serviços similares prestados pelo mercado; g) criação de um mínimo de capacidade de consumo para indivíduos sub-remunerados (empregados formais ou não) ou não remunerados; e h) definição da estrutura de governança empresarial.

A identificação das funções aponta para uma melhor compreensão das relações entre agentes privados, política social e desenvolvimento no âmbito do Estado de Bem-Estar, além de ampliar a perspectiva de investigação sobre o tema, gerando uma agenda de pesquisa de caráter multidisciplinar.

## 5 REFERÊNCIAS

ADELANTADO, J G. NOGUERA, J, A. RAMBLA, X. SÁEZ, L. **Las relaciones entre estructura y política sociales: una propuesta teórica.** *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 60, No. 3 (Jul. - Sep., 1998), pp. 123-156. Em: <http://www.jstor.org/stable/3541320> .

BARRIENTOS, Armando. **Social Protection and Proverty.** Editado por United Nations Research Institute for Social Development. Suíça, 2010, p.2. Em: <http://www.unrisd.org/publications/pp-barrientos>

DRAIBE, S.M. **Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea.** *30º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2006,p.6.

HALL, Peter A. e SOSKICE, David. *An Introduction to Varieties of Capitalism.* In: *Varieties of Capitalism : The Institutional Foundations of Comparative Advantage.* Oxford University Press Inc., New York, 2001, pp. 6-7.

KERSTENETZKY, Celia Lessa . *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão - a Reinvenção do Estado Social No Mundo Contemporâneo.* Rio de Janeiro –RJ, Editora Elsevier – Campus, 2012, p.181.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das**



**Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990.** TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 852. IPEA, Brasília- DF, 2001,p.8.

MKANDAWIRE , Thandika. **Social Policy in a Development Context.** Editado por United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). Suíça, 2001, p.6.Em:<http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/search/C83739F8E9A9AA0980256B5E003C5225?OpenDocument>

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984, p.67.

SANTOS, A. F. T. **Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação.** In: 27ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu-MG, 2004, p.6. Em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t095.pdf>

SPING-ANDERSEN, GÖSTA. **As Três Economias Políticas do Welfare State.** Revista Lua Nova, Nº 24, São Paulo-SP, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial.** Revista Lua Nova, Nº 35, São Paulo-SP, 1995, p.79.



## “CARE”: UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO

VOIGT, Ana Clara Carvalho Machuca  
*Estudante de Mestrado do PPGDS - UNIMONTES*  
email: *anacarvalho.escriptorio@gmail.com*

434

### RESUMO

O tema deste artigo surgiu de uma série de conferências realizadas na Université de Fribourg (Suíça) acerca das novas óticas do trabalho social. O objetivo deste artigo é, portanto, compilar algumas das informações colhidas das investigações apresentadas e analisar uma dentre diversas novas tendências do trabalho social de acompanhamento, fazendo uma abordagem sob a ótica do CARE, ou do cuidado. Pretendeu-se identificar processo histórico do pensamento social acerca da noção de acompanhamento desde o século XVI até os dias atuais, e quais são, exemplificativamente, essas novas tendências. Para tanto, fez-se necessário explorar os conceitos de acompanhamento, trabalho social e CARE, utilizando autores contemporâneos como Paul Ricoeur, Amartya Sen, Marc-Henry Soulet, Marianne Modak, Frédérique Giuliani e Marc Bessin. O artigo, estruturado em linha argumentativa, expõe resultantes obtidas a partir de pesquisa bibliográfica.

Palavras – chave: CARE, acompanhamento, trabalho social.

### ABSTRACT

The subject of this article appeared in a series of conferences held at the Université de Fribourg (Switzerland) about the new optical Social Work. The purpose of this article is therefore to compile some of the information harvested from the presented investigations and analyze one of several new trends in social work-up, making an approach from the perspective of CARE, or care. We attempted to identify historical process of social thought about the notion of monitoring since the sixteenth century to the present day, and which are, as example, these new trends. For this purpose, it was necessary to explore the concepts of supervision, social work and CARE using contemporary authors such as Paul Ricoeur, Amartya Sen, Marc-Henry Soulet, Marianne Modak, Frédérique Giuliani and Marc Bessin. The article is structured in argumentative line, resulting exposes obtained from literature.

**Key – words:** CARE, attendance, social work.



## INTRODUÇÃO

A busca por novos significados é uma constante no meio social, em razão das transformações que ocorrem no decorrer do tempo e do espaço e da característica mutável da sociedade. A natureza, a ética, a política e os sentimentos que cercam o homem são constantes para o pensamento social. Para compreender o acompanhamento hoje, é, portanto, necessário compreender que o termo passou por processos que tem lhe conferido novas concepções e novos olhares. Os sujeitos engajados de hoje não se comportam como os sujeitos de ontem, mas, a busca pelos saberes continua igual, e, por isso, a forma de pensar o acompanhamento também mudou.

O acompanhamento pode ser compreendido como uma forma de tentativa de reinserção social de pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade em razão de alguma limitação física, psíquica ou simplesmente porque se encontram em alguma situação problemática e que necessitam de algum tipo de assistência externa. Em princípio, no período que remonta ao século XVI, o acompanhamento era praticado por pessoas que não possuíam formação profissional para desempenhá-lo, mas ligadas à Igreja, sendo introduzida mais adiante as práticas médicas e a psiquiatria. Já na sociedade industrial do Século XIX, o acompanhamento tomou novas importâncias em razão da necessidade de sanidade da população que representava a mão de obra trabalhadora. Parafraseando o autor Bertrand Aron, a cronologia da ajuda pode ser descrita da seguinte forma:

- No final do século XIX, a ajuda ganha contornos de solidariedade, e os indivíduos que estão inferiorizados são pessoalmente incapazes de concorrer. Os programas de ajuda são sustentados por programas educativos pedagógicos. O trabalho e as decisões eram realizadas por outrem;

- Nos anos 60 a ajuda passa a ser relacional. Princípio da escuta não direcionada;

- Nos anos 70 a ajuda é localizada, globalizada entre as fronteiras da ajuda educativa, social e médica;

- Nos anos 80 surgem numerosos dispositivos e normas educativas e as primeiras noções do CARE. A ajuda é com o outro. Noção de empoderamento, de autonomia de pessoas fragilizadas.

Atualmente, o tema vem sendo debatido na comunidade acadêmica de forma crítica sobre sua forma e seus atores. Nas sociedades modernas, a influência do “trabalho” sobre o



acompanhamento ainda é grande, sobrepujando muitas vezes o bem estar das pessoas que necessitam de acompanhamento. A tentativa de normatizar as pessoas, de torná-las mais próximas das expectativas do que vem a ser uma “pessoa normal”, também dificulta a aceitação do diferente e das capacidades que o “estranho” tem de realização.

Muitas podem ser as reflexões levantadas hoje em dia para compreensão do acompanhamento e da situação de grupos envolvidos, a exemplo dos deficientes físicos e deficientes mentais, dos idosos, dos menores em situação de vulnerabilidade, das mulheres vítimas de violência física e sexual, dos dependentes químicos, e também dos assistentes sociais, agentes do trabalho social, das instituições etc. O significado recebe ramificações e vertentes, e tem considerações bastante ecléticas. As grandes questões que envolvem os debates são: como pensar o acompanhamento? Quem é sujeito receptor e quem é sujeito que deve praticar? É um dever ou parte de um sentimento humano? Perpassa pela moral: individual, ou coletiva? É um valor social? Qual o papel das instituições de acompanhamento e dos indivíduos que trabalham nelas? Quais são os meios existentes para a prática do acompanhamento? Enfim, quais são os conflitos que cercam a questão?

Em razão da característica libertária do exercício do pensar, o acompanhamento pode ser analisado sob incontáveis perspectivas, seja de forma racional, emocional, institucional, sob a ótica dos agentes interventores ou de quem recebe a ajuda, como política pública, como mobilização para ação de membros da sociedade sensíveis ao problema alheio, ou mesmo sob uma perspectiva descritiva dos elementos que envolvem a ajuda.

## **A PERSPECTIVA DO CARE**

Nos dias atuais, o acompanhamento exige um exercício de raciocínio intersetorial entre a compreensão do que também vem a ser “ajuda” e o “trabalho social”. O acompanhamento está, portanto, interligado à outras características intrínsecas, evidentes ou não, da concepção de “social”, envolvendo atores, seus sentimentos, as concepções, os meios e formas de intervenções envolvidos e seus fins. A exemplo, a ajuda e o acompanhamento portam em si a característica indissociável do lugar social da dignidade humana e do respeito ao ser humano e põem na berlinda os verdadeiros atos de humanidade, tensões morais entre o bem estar das pessoas e valores sociais. Em casos ligados à prática da medicina por exemplo, os tratamentos podem deixar de lado o que deveria ser o foco – o ser humano - para manter as grandes



indústrias de medicamentos. O acompanhamento pode, por isso, não ser visto como uma maneira de auxílio ao desenvolvimento e integração do ser humano, mas como uma forma de manutenção dos jogos e interesses de mercado.

Uma vertente de grande debate acadêmico atual é a perspectiva do “CARE” ou da solicitude, e diz respeito a uma melhora na qualidade da ajuda, quando se aproveita ao máximo o tempo passado com “o outro”. O termo não se refere ao tempo quantificado, mas à experiência que pode ser vivida naquele momento, na dedicação total à atenção e ao respeito com o outro, o KAIROS, desprovida de quaisquer juízos de valores, crenças, expectativas, de preconceitos ou de visões redutivistas acerca das capacidades alheias.

Essa nova característica do acompanhamento demonstra a quebra do paradigma do que a pesquisadora Marianne Modak chamou de “*les dimensions rationnelles dans le travail social*”, onde a lógica da rentabilidade e da quantificação do trabalho social perde espaço para a lógica da aproximação e do cuidado. A pesquisadora chama a atenção para a questão de uma forma de trabalho social praticada por muitos anos vinculado a governos, a jogos políticos e a instituições que por muito tempo se preocuparam com a quantificação do trabalho de acompanhamento. Os profissionais da ajuda e do trabalho social estavam presos a metas e cobranças por números, que hoje podem perder o sentido quando se percebe que o acompanhamento exige sensibilidade, humanidade e sentimentos humanos imensuráveis! O trabalho de acompanhamento nesta vertente é para a investigadora “*un style émotionnellement affectif*” (Tradução da autora: “um estilo emocionalmente afetivo”), e diz respeito à compreensão da situação alheia se colocando no lugar do outro.

## A QUESTÃO DA AUTONOMIA

Ainda na tangente da ajuda, a questão do acompanhamento também pode ser questionada sob a ótica da autonomia em relação aos atores receptivos. Tomando como exemplo o caso dos deficientes físicos, ao contrário de se trabalhar as capacidades e habilidades que possuem, há um pensamento enraizado da concepção de autonomia e meritocracia em sociedade que reflete na ajuda como uma dependência destes indivíduos em relação à outrem, que se exprime na prática. Ou seja, o indivíduo que porta alguma limitação física pode não ser



visto como um sujeito capaz de realizar quaisquer atos por si mesmo, mas de somente realizar através do outro. Ele estaria, portanto, dependente da ajuda de outrem para que tenha acesso ao mínimo essencial à sua dignidade, como para conseguir realizar suas necessidades fisiológicas ou alimentar-se.

Este pensamento se mostra conflituoso em relação à perspectiva do CARE vez que a carga de pré concepções com as quais pessoas que praticam a ajuda pode criar uma barreira na aproximação. Se quem pratica a ajuda não está disposto a entrar na relação com o outro desprovido de conceitos e preconceitos, a tendência é entrar num ciclo vicioso de reprodução de vulnerabilidades, pois a conseqüência é a reafirmação da dependência do outro em si. Vulnerabilidades estas que são construções sociais.

O economista, filósofo e ganhador do Prêmio Nobel de 1998 Amartya Sen (2006), trazendo idéias inovadoras que discutem as restritivas concepções de desenvolvimento e as condições de miséria, pobreza, fome e bem estar social, o associou ao que ele denominou de “alargamento das liberdades reais”, centralizando no potencial das liberdades humanas para além de critérios pré - estabelecidos (principalmente os de natureza econômica, a exemplo do produto interno bruto). Essa noção está relacionada à capacidade de realização; ao que, de fato, os indivíduos são capazes de realizar em razão das condições de escolha que possuem, e muda o foco da relação da qualidade de vida e bem estar das pessoas estarem reiteradamente vinculadas do poderio econômico. Segundo ele

“o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”(SEN, 2006, pág.18).

O processo de evolução de desenvolvimento de determinada sociedade para SEN (2006), dependeria portanto, da constatação do alargamento das liberdades das pessoas que integram esta sociedade e da eficácia deste desenvolvimento, que se caracterizaria pela ação livre das pessoas. Em termos práticos, a “escolha” refere-se aos meios disponíveis ao indivíduo que o permite alcançar determinados fins, ao contrário do pensamento de investir toda a ação diretamente em fins. Se não há meios, não há o que se fala em escolha e estes meios, se tratando de sociedades, dizem respeito ao acesso à bens que atendam à necessidades básicas, que vão desde o acesso à água tratada, alimentação, saneamento básico, saúde, educação, liberdades políticas e sociais, até à mobilidade urbana que atenda a todos. Em razão dessa abrangência, o





processo de desenvolvimento em SEN (2006) precisaria ser integrado, envolvendo as mais variadas instituições existentes, de forma a potencializar as liberdades concretas e criar uma convergência de valores.

Neste aspecto, as capacidades para SEN (2006) estariam relacionadas ao viver bem, ao fato de as pessoas poderem viver como quiserem, com suas peculiaridades, numa relação dual onde políticas públicas poderiam auxiliar as pessoas atingirem tais capacidades ao mesmo passo as capacidades permitiriam uma maior participação das pessoas nas exigências e no processo de elaboração das políticas públicas.

CHATÊL (2013), desempenhando trabalho científico na seara da assistência para o desenvolvimento, cita a frase: “*Vivre bien, avec et pour les autres, dans des institutions justes*” (Tradução da autora: Viver bem, com e para os outros, em instituições justas) do filósofo Paul Ricoeur, e explica que a intenção do pensador francês é a da construção de um desenvolvimento com bases éticas e responsáveis de forma a se permitir que todos vivam bem e de forma durável. A autora faz uma reflexão sobre a necessidade de se repensar as formas atuais de ajuda de caráter público para o desenvolvimento e a maneira com que se tem lidado com bens públicos mundiais (populações futuras), mas, principalmente, chama a atenção para a reflexão sobre o que vem a ser desenvolvimento para cada sociedade, ressurgindo seus valores culturais e as particularidades que cada uma possui.

Ainda do ponto de vista de análise da autonomia, os meios de superação dos indivíduos, como estratégias de adaptação natural ou como a introdução de acessórios compensatórios desenvolvidos pela indústria também são importantes. Atentos ao mercado, as pessoas com deficiência física e motora que necessitam de ajuda e de serem integradas ao convívio social se tornaram um nicho para as empresas: o mercado de acessórios tem ganhado espaço e profissionais tem se especializado cada vez mais. Engenheiros, médicos, ortopedistas, fisioterapeutas etc, utilizam-se de seus conhecimentos aliados à criatividade para desenvolver os mais diversos aparelhos de compensação. Pernas mecânicas com tecnologia da NASA (National Aeronautics and Space Administration), cirurgias de reconstrução de face, macas com controles automáticos para manuseio próprio, supercomputadores, chips implantados em cérebros para a coordenação motora, enfim, um leque infindável de opções.

Novamente, o foco pode não ser o ser humano e a superação de suas dificuldades, vez que nem sempre esses suprimentos estão financeiramente acessíveis, e pessoas pobres ou que não conseguem nenhum tipo de apoio financeiro, continuam vulneráveis e dependentes de



ajuda de outras pessoas porque não podem adquiri-los. Há um conflito moral entre valores predominantes na sociedade. O dinheiro e o mercado sobressaem à importância do bem estar do ser humano, e algo que deveria ser extremamente benéfico porque poderia auxiliar pessoas fragilizadas, acaba por se tornar uma barreira.

A tendência é enxergar as pessoas que necessitam de ajuda como indivíduos capazes de enfrentar e de superar mazelas, e a ajuda, neste sentido, estaria ligada ao oferecimento dos meios para que isso ocorra ou para despertar em indivíduos fragilizados o sentimento de motivação para superação. Entretanto, para que isso ocorra, os meios precisam estar disponíveis, e não existem mas serem inatingíveis. E a ajuda não ser vista como um dever, mas também como um sentimento humano em relação ao outro, ultrapassando o fazer dever (obrigação) para o querer fazer (benevolência), construindo uma relação verdadeiramente emocional no contato com outro e se colocando no lugar do outro. Ambas as partes são beneficiadas, pois os sujeitos constroem espaços comuns de interesses em conjunto e tanto quem recebe a ajuda se sente mais capaz de realizar quanto quem se aproxima e pratica a ajuda na perspectiva do CARE certamente terá algo a aprender com a experiência.

## NOVOS OLHARES

A questão motivacional do acompanhamento também merece atenção. Indivíduos que necessitam de ajuda foram estigmatizados há muito tempo como improdutivos, como pessoas que não poderiam ser alocadas no mercado de trabalho e dignas de pena. Para quem pensa dessa forma e pratica a ajuda, o acompanhamento é realizado para que possam eles mesmos sentir-se bem, quase que como uma motivação “divina”, e quem recebe a ajuda como caridade possa ter um pouco de conforto. Mas acompanhamento, neste contexto, perpassando pelo emocional, também pode advir do despertar da responsabilidade individual de cada um em relação ao sofrimento humano alheio, de forma a realizar-se no outro e pelo outro. Um deslocamento de pré-concepções em relação à responsabilidade dos sujeitos engajados na ajuda também são perceptíveis.

O pesquisador Marc Bessin, após realizar investigação com *“les enjeux temporels et sexuels du tournant pragmatique dans le travail social”*, concluiu que, historicamente, houve uma tendência do trabalho do acompanhamento ser realizado por pessoas de sexo feminino,



demonstrando uma divisão de gêneros dentro do trabalho social, por serem vistas como amorosas, mais cuidadosas do que os homens e principalmente por esta construção de gênero estar ligado à noção de tempo.

Nessa perspectiva, o trabalho social desenvolvido pela mulher, portaria um tempo da ação da ajuda denominado **KAIROS**, com características qualitativas e abertas a dimensões morais do tempo, enquanto o tempo de trabalho social desenvolvido pelo homem seria **CHRONOS**, o tempo medido pelo relógio, totalmente quantitativo com início e fim determinados e dominante em sociedades materialistas. Notadamente, este posicionamento é uma crítica machista ao **CARE**, de que é um trabalho a ser realizado apenas por mulheres e não por homens. Não obstante a pesquisa de Marc Bessin tenha se desenvolvido com elementos pragmáticos do trabalho social, tanto homens quanto mulheres podem se engajar no trabalho social e desempenhar o acompanhamento na perspectiva do **CARE**.

Seguindo as tendências contemporâneas do debate, uma questão que surge são as condições em que o acompanhamento ocorre, e a participação das famílias no contexto do acompanhamento ganha uma enorme importância. A eficácia da ajuda por parte de instituições pode não se demonstrar satisfatória quando a intervenção ocorre somente na esfera do indivíduo que recebe o auxílio. Segundo a pesquisadora Marianne Modak, em muitos casos, as famílias não são envolvidas no processo de acompanhamento e não sabem como se portar diante da situação que se apresenta. A postura dos agentes sociais vem mudando no sentido de inclusão dos membros das famílias, num trabalho em conjunto e não mais individual. Isso por que, não somente o indivíduo vulnerável é signatário de ajuda, mas todos que o cercam, que também podem desenvolver carências psicológicas por não compreender e não conseguirem lidar com a situação que se apresenta. Uma mãe, que possui um filho dependente químico, pode estar tão desestruturada emocionalmente com a situação quanto seu próprio filho, e, neste caso, ambos precisam de assistência e acompanhamento para que a superação ocorra.

## **INSTITUIÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E A INFLUÊNCIA DOS MEIOS**

Em relação às instituições, os meios que se opera a ajuda são preponderantes para o sucesso. O dinheiro, o transporte para deslocamento, o número de funcionários, tudo, pode influenciar na ajuda. Mas ainda longe de um consenso, a política de ajuda à distância tem perdido espaço para a ajuda de aproximação. O profissional do trabalho social que antes



permanecia sentado em sua sala, preenchendo relatórios com dados fictícios a fim de apresentar números e atingir metas de atendimentos, troca seu papel e agora entra nas casas das pessoas e sente de perto suas realidades. Envolvido, o profissional do acompanhamento não precisa realizar aquilo que está além de suas possibilidades, mas ele é capaz de ser agente transformador de realidades com as ferramentas que tem em mãos, numa relação de confiança construída paralela ao âmbito institucional em conjunto com os sujeitos. Afinal, permanecem os mesmos problemas de meios, a falta de dinheiro, a falta de transporte e a carência de funcionários com os quais estes profissionais precisam lidar diariamente.

O pesquisador Frédérique Giuliani, ao investigar os *“Pactes et arrangements dans l’activité d’accompagnement”*, percebeu no contexto dos resultados de pesquisa a existência de um arranjo relacional específico entre os profissionais do acompanhamento e os usuários:

*“professionnels et usagers forment des pactes et des arrangements (non prescrits institutionnellement) qui permettent de s’orienter dans des situations sans qualités, mais dont la validé se limite à celle-ci et au collectif des personnes concernées”*

(Tradução pela autora: profissionais e usuários formam pactos e arranjos - não prescritos institucionalmente - que permitem a eles de se orientar em situações sem qualidade, mas cuja validade se limita a estes e ao coletivo de pessoas em causa).

Com a aproximação da ajuda, toda a problemática que envolve o assistido pode ser encaminhada e trabalhada, numa relação construída com confiança e em conjunto. Retomando a questão das famílias, somente de perto, vivenciando os dramas, estes profissionais podem reconhecer quem são os membros da família e qual o tipo de ajuda que todos precisam receber.

O filósofo RICOEUR (2001), preocupado com a formulação de uma teoria de interpretação do ser, ao aprofundar seu próprio pensamento de *“Soi-même comme un autre”* (Tradução da autora: Si mesmo como o outro), apresenta a idéia de justiça em 2 óticas: a justiça como instituição e a justiça como uma regra moral, e demonstra o caminho o qual percorreu para a construção da idéia através de 2 eixos;

- um primeiro horizontal com a constituição do “SI” que representa a identidade na relação com o outro e este outro representa o “TU”, prevalecendo valores de respeito de dar a cada um o que é seu;
- e um segundo eixo vertical onde há uma espécie hierarquizada da constituição de ações humanas que as qualificam moralmente como “BOM” no nível teleológico (o justo pode



não ser o que é bom para o outro), deontológico (legal, universalista e normativizador) e da sabedoria prática (a decisão e o comportamento a ser tomado passa pelo juízo moral diante da singularidade da situação).

Frédérique Giuliani chama a atenção ainda para a singularidade que cada situação de ajuda traz consigo e que precisa ser considerada pelo profissional do trabalho social. A sensibilidade proporcionada pelo contato direto e humano não mais permitiria a adequação das situações de acompanhamento em padrões enrijecidos, previamente estabelecidos ou generalizantes. Cada indivíduo, cada família atendida, seria o foco do acompanhamento, de maneira a serem respeitadas suas particularidades extrínsecas e intrínsecas. Os relatórios passariam do padrão fechado para o aberto.

O atual espírito de consciência em relação a ajuda demonstra que há uma tendência ao deslocamento entre a importância do “eu” para o “tu”, onde o eu se reconhece no outro rompendo com quaisquer relação de dominação e de forma a integrar os sujeitos signatários de ajuda, respeitando suas limitações e considerando suas capacidades e potencialidades.

## CONCLUSÕES FINAIS

Diante da análise do acompanhamento sob diferentes óticas, é possível concluir que o engajamento dos atores do trabalho social e o próprio trabalho social ganham novos contornos na atualidade. A proximidade dos sujeitos, numa construção de relação e espaços comuns de interesses em conjunto sob a ótica Weberiana e de solidariedade, transforma não somente a realidade de pessoas em situação de fragilidade, mas também de quem pratica a ajuda. É um verdadeiro exercício de reconhecimento do outro, de conseguir enxergar além de pré concepções, noções e construções sociais de expectativas. As capacidades e potencialidades podem aflorar com atenção e respeito recebidos por quem está realmente comprometido com o sofrimento alheio.

Numa relação construída dessa maneira, os velhos jogos de dominação são deixados de lado, e a compreensão do outro ganha seu lugar. A qualidade do tempo prepondera sobre a quantidade, os sentimentos preponderam sobre os papéis e documentos e o ser humano vai ganhando seu lugar – o de protagonista da relação de acompanhamento e de ajuda. Não obstante os meios para superação se apresentem escassos em boa parte das sociedades ocidentais, alguma realidade é possível transformar no cuidado com o outro. Significa abrir mão do



egoísmo de olhar somente para seus próprios problemas e mazelas e trabalhar a reciprocidade e a solicitude, sem esperar nenhuma contrapartida. E nessa relação entre o eu e o outro, as instituições de acompanhamento são mediadoras para o viver em conjunto.

Nesta relação de cuidado com o outro, repensar as formas de desenvolvimento existentes também é uma vertente. Isso porque “o outro”, saindo do foco do acompanhamento, pode ser as gerações futuras ou a diversidade de populações presentes no entorno do mundo, tornando necessário cuidar hoje dos recursos que viabilizarão as futuras vidas, ou o respeito à singularidade das culturas permitindo o viver bem de todos. Trata-se de um processo de responsabilização inverso ao da desassociação em que cada indivíduo precisa internalizar o problema ou a realidade alheia para que possa se apropriar ele mesmo do dever de cuidar dos bens mundiais como os recursos hídricos e a natureza com sua fauna e flora, refletindo em mudanças nas formas de comportamento.

Embora muitos valores éticos se contraponham na relação de acompanhamento, os atores do trabalho social precisam reconhecer a singularidade das situações que se apresentam, sendo impossível tratar questões de tal ordem de forma setorizada ou globalizada. Para que um sujeito completamente excluído e desintegrado possa se tornar um sujeito de ação, a ajuda precisa se desvincular de questões unicamente de cunho material, e ser mais relacional. As construções sociais que definem o que é o diferente e o estranho, e que estes devem ser desprezados estão naturalizadas em sociedade, e algo tende a mudar para que se desnaturalizem. Como bem esclareceu a escritora Simone de Beauvoir (1908-1986), as diferenças são necessárias, mas as desigualdades são construídas socialmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Bertrand. Soirée-débat: Qu'est-ce qu'aider? avec Xavier Dijon, Faculté Notre-Dame de Namur, Willi Graf, Direction du Développement et de la coopération, Bertrand Ravon, Université de Lyon 2 et Max Morel, Directeur de Médecins du Monde Suisse, in Les nouveaux visages du travail social, conférences du 12 mars 2014, Université de Fribourg. Domaine sociologie, politiques sociales et travail social.

BESSIN, Marc. Présences sociales: Les enjeux temporels et séxues du tournant pragmatique dans le travail social, in Les nouveaux visages du travail social, conférences du 2 avril 2014, Université de Fribourg. Domaine sociologie, politiques sociales et travail social.



CHATÊL, Vivianne. L'aide au développement: au-déla de l'exploration et de la compassion . Vol.15, nº2|2013: Enjeux éthiques de l'aide publique au développement. Disponível em: [HTTP://ethiquepublique.revues.org|1238](http://ethiquepublique.revues.org|1238). Consulta em: 15.07.2014.

GIULIANI, Frédérique. Pactes et arrangements dans l'activité d'accompagnement, in Les nouveaux visages du travail social, conférences du 30 avril 2014, Université de Fribourg. Domaine sociologie, politiques sociales et travail social.

MODAK, Marianne. Enjeux de reconnaissance des dimensions relationnelles dans le travail social in Les nouveaux visages du travail social, conférences du 16 avril 2014, Université de Fribourg. Domaine sociologie, politiques sociales et travail social.

RICOUER, Paul. 2001. Le juste 2. Paris, Éditions Esprit.

SEN, Amartya. 2000. Desenvolvimento como liberdade. Ed. Companhia das letras. 416 págs.

SILVA, João Oliveira Correia da. "Amartya Sen. Desenvolvimento como liberdade. Faculdade de Economia do Porto. Programa de doutoramento em economia. Disponível em: [www.fep.up.pt/docentes/joao|...|desenvolvimento\\_liberdade.pdf](http://www.fep.up.pt/docentes/joao|...|desenvolvimento_liberdade.pdf).

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. A ética nas relações dialógicas: o justo à partir da pluralidade de instâncias sociais. Acesso: [HTTP://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12828](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12828).

SOULET, Marc-Henry. Les dilemmes du travail social au quotidien: Autoconceptualisation professionnelle et adéquation situationnelle, in Les nouveaux visages du travail social, conférences du 26 février 2014, Université de Fribourg. Domaine sociologie, politiques sociales et travail social.





## **CLASSE SOCIAL, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS INTERFACES**

LEÃO, Ana Paula Camboim

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social do Departamento de Ciências Domésticas/ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).*

*E-mail: anapaulacleao@gmail.com*

FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social do Departamento de Ciências Domésticas / UFRPE.*

*E-mail: aragaouchoa@hotmail.com*

LORETO, Maria das Dôres Saraiva de

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica-PPGED/Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais*

*E-mail: mdora@ufv.br*

446

### **RESUMO**

Considerando as limitadas reflexões sobre as interfaces entre classe social, consumo e endividamento, este estudo buscou analisar as principais transformações que deram origem à “Nova Classe Média” (NCM), seu padrão de consumo e implicações no processo de endividamento. Para tanto, fez uso da pesquisa bibliográfica, censitária e documental, realizando um “diálogo” entre alguns autores que abordam a temática investigada. Resultados mostraram que a NCM, que engloba mais da metade da população brasileira, cresceu em todas as regiões do país, trazendo significativas mudanças nos padrões e mercado de consumo, poupança, oferta de mão de obra e demanda por crédito, com aumento do endividamento. Conclui-se que o conhecimento sobre a história da nova classe média seja fundamental para a compreensão de seu comportamento, modos de vida, valores, necessidades e anseios e, portanto, essencial para o desenho de políticas públicas eficazes em promover o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Nova Classe Média, Consumo, Endividamento.

### **ABSTRACT**

Considering the limited reflections on the interfaces between social class, consumption and debt, this study investigates the major transformations that gave rise to the "New Middle Class" (NCM), the usage patterns and implications in debt process. For both made use of literature, census and documentary research, conducting a "dialogue" between some authors who address the topic investigated. Results showed that the NCM, which encompasses more than half of the Brazilian population, grew in all regions of the country, bringing significant changes in the patterns and market consumption, saving, labor supply and demand for credit, with increasing debt. We conclude that knowledge about the history of the new middle class is essential for understanding their behavior, ways of life, values, needs and desires and, therefore, essential for the design of effective public policies to promote its development.

**Key-words:** New Middle Class, Consumption, Indebtedness.



## INTRODUÇÃO

Na perspectiva social, o consumo pode ser influenciado por diversos fatores, como classe social, renda, estilos de vida, estratégias de marketing e grupos de referência dos quais o indivíduo faz parte. Além disso, existe a influência de atributos subjetivos, como percepção, motivação, personalidade e valores pessoais, na busca dos indivíduos pela satisfação de suas necessidades e desejos de consumo. A discussão passa tanto pela significação que as pessoas depositam na posse de determinados bens e serviços quanto pela representatividade e influência dos grupos de referência nas decisões e comportamentos de consumo; como também pela diferença entre consumismo e consumo<sup>1</sup>. Ou seja, na sociedade de consumo são intensas e permanentes as influências do meio social no consumo.

Veblen (1988) evidencia que o capitalismo, vivenciado nos tempos atuais, estabelece uma estreita ligação com o consumo, não prioritariamente com aqueles gastos ordinários, necessários à subsistência, e sim com o consumo de bens e serviços, que permite a identificação com determinado padrão de vida e a pertinência a um grupo social. Sugere ainda que tais despesas, em geral, requerem um pouco de sacrifício por parte do indivíduo, porém o esforço é justificado pela competição, pelo reconhecimento honorário dos pertencentes da mesma classe social.

Segundo Abdala (2012), nas abordagens sobre classes sociais são apresentadas duas vertentes. Na visão marxista, a classe social se refere à posição ocupada nas relações sociais de produção; estando, de um lado, os capitalistas detentores dos meios de produção e, de outro, o proletariado obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. A segunda vertente, com inspiração no positivismo e na sociologia funcionalista norte americana, define classe social como um estrato, um agrupamento mensurável a partir de variáveis; isto é, um agrupamento de pessoas que possuem determinado nível de rendimento e status social semelhante, com ocupações, cargos e gostos próximos e subjacentes a uma partilha de ideais e valores.

Essa formulação, produzida no início dos anos 1960, antecipou o que ainda se constata na maioria dos estudos sobre classes sociais: um afastamento da teoria marxista de classes e a ênfase

<sup>1</sup>Segundo Bauman (2008,p.41), a passagem do consumo para o consumismo representa uma mudança de postura frente ao modo de vida. As pessoas não mais consomem para viver e sim vivem para consumir. O autor traz que, “de maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade”. Para o referido autor, a demanda dos consumidores é atingida dentro da perspectiva das emoções e não da razão, sendo o consumo a realização de um sonho, que promete satisfação, felicidade.



nas teorias de estratificação, que os pesquisadores combinam com o tema da mobilidade social, avaliando os movimentos dos indivíduos nas estruturas sociais hierárquicas.

Entretanto, como destaca Churchill (2000), as classes sociais mostram não só diferenças em renda, mas também diferenças em valores e comportamento. Exemplifica, afirmando: as pessoas de classes mais baixas tendem a pensar em termos concretos e a ser emocionais em suas tomadas de decisões. Os consumidores de classe alta, por sua vez, valorizam a alta qualidade e prestígio, tendendo a ser mais abstratos e mais orientados para o futuro em seu modo de pensar.

De acordo com Sennett (2008) o capitalismo moderno possibilita a mudança de classe social, porém a custos da imprevisibilidade e da falta de controle sobre o trabalho e a família, com reflexos na saúde emocional, ao buscar a adequação no curso da economia moderna. No Brasil, as transformações econômicas, socioculturais e políticas da sociedade contemporânea repercutiram no processo de mobilidade social, gerando uma nova estratificação de classes sociais, com implicações no padrão de consumo. Estudos da Serasa Experian e Data Popular (2014) apontam que, nos últimos anos, o Brasil tem passado por uma das mais profundas mudanças de sua história, constatando-se que a pirâmide de classes econômicas se transformou em losango com o crescimento da classe média<sup>2</sup>. Enfim, os números da pesquisa indicam que ocorreu uma relevante mobilidade social nos últimos anos, em que 32 milhões de pessoas ascenderam à categoria de classes alta e média (A, B e C) e 19,3 milhões saíram da pobreza.

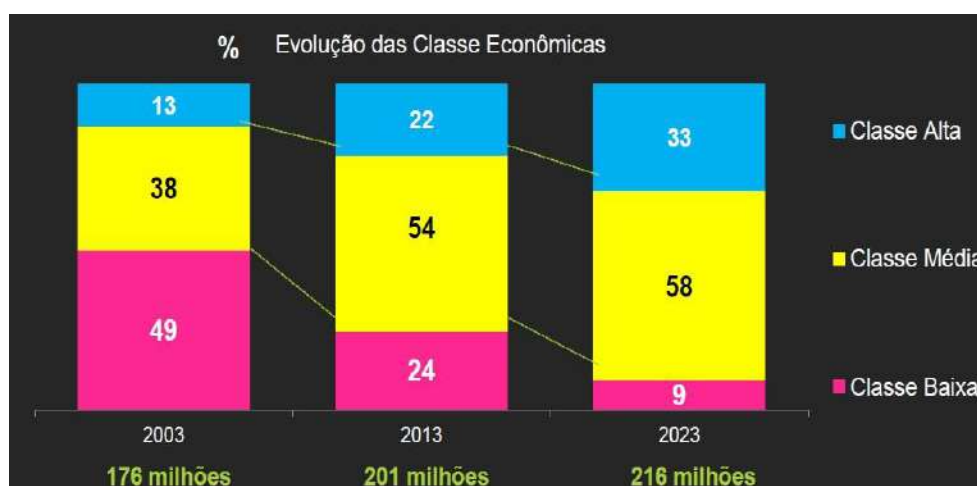
Essa nova classe média<sup>3</sup> representa 54% da população do país e a previsão é a de que, em 2023, essa parcela da população chegue a 58%, alcançando a 125 milhões de pessoas (FIG. 01). Pesquisa realizada por Barros et al (2014) evidencia que o processo de ascensão da nova classe média resultou da combinação de quatro fatores: a) a criação de um sistema de proteção social (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros); b) a retomada de um crescimento econômico espacialmente inclusivo, com conseqüente expansão do emprego e um

<sup>2</sup> Em função, principalmente ao aumento na renda dos mais pobres, observa-se um crescimento da classe média (Classe C) no Brasil, que, para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), envolve famílias com renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. A elite econômica (classes A e B) tem renda superior a R\$ 4.591, enquanto a classe D (classificada como remediados) ganha entre R\$ 768 e R\$ 1.064. A classe E (pobres), por sua vez, reúne famílias com rendimentos abaixo de R\$ 768 (RICCI, 2014). Enquanto a classe A não apresenta dificuldades financeiras e consome tudo o que deseja, e a B, considerada classe média alta, faz gastos com rédeas curtas, a classe C é considerada ávida pelo consumo e endivida para realizar sonhos. Já a classe D é o brasileiro típico. Está na periferia, em áreas rurais e nos redutos de baixa renda (CASTRO; PIGHINI, 2011)

<sup>3</sup> Abdala (2012) destaca que o uso da palavra "nova" serve apenas como referência temporal, designando pessoas que ascenderam recentemente na estrutura social. Ou, mais precisamente, pessoas antes consideradas pobres, agora incluídas no mercado como consumidoras.



aumento na produtividade do trabalho, com implicações favoráveis sobre a remuneração dos trabalhadores e o grau de formalização das relações de trabalho; c) diversos componentes da política social voltados à produção, notadamente mais acesso ao crédito, apoio às pequenas empresas e aumento no valor real do salário mínimo; e d) mudanças nas características da força de trabalho, especialmente na elevação do seu grau de escolarização.



**Figura 01 – Evolução das Classes Sociais, Brasil, 2014.**

Fonte: Serasa Experian (2014)

Entretanto, como ressalta Abdala (2012), apesar da trajetória ascendente da nova classe média, são limitadas as reflexões críticas sobre sua relação com o tema do consumo, como também as problematizações sobre seus fundamentos teórico-conceituais. No seu ensaio, o referido autor busca superar estas limitações ao recorrer às proposições de Álvaro Vieira Pinto, elaboradas em 1975 e editadas em 2008, para discutir sobre a Nova Classe Média e a Dialética do Consumo, problematizando a associação linear e mecanicista que relaciona consumo e progresso social. Ressalta que, embora o aumento do consumo seja retratado como a importante ascensão da nova classe média, estudos mostram um aumento da exploração e a deterioração das condições de trabalho; pois, subjacente à dialética do consumo, o consumidor desgasta-se a si mesmo no processo de trabalho, para ter acesso ao salário e gastar.

Além disso, a ideologia do consumismo, disseminada pela cultura global de consumo, parece estar diretamente ligada à base constitutiva do fenômeno da nova classe média. E, em um cenário de significativa desigualdade social, a ampliação do consumo da nova classe média se faz principalmente via crédito, por meio do endividamento. Nesse caso, as pessoas se consomem para



pagar pelo consumo de uma mercadoria, que muitas vezes, já foi destruída, tendo finalizado sua vida útil (ABDALA, 2012).

Campbell, citado por Livia Barbosa (2004), também discute a esse respeito, ao partir do princípio que a sociedade de consumo moderna é impelida pela insaciabilidade dos consumidores, logo que um desejo é atendido, outro já se faz presente. O prazer não está contido no interior dos objetos, o consumidor busca por um conjunto de associações prazerosas criadas em seu imaginário, assim, no momento em que se efetiva a aquisição de algo idealizado, logo o prazer é substituído pela frustração que se encarrega de preencher com algo novo. Nesta sociedade, o consumidor não deseja a posse material de bens, caso contrário não existiria o descarte rápido das mercadorias. Além disso, como pontua a referida autora, a mídia manipula, através da propaganda e do marketing, os objetos, retirando os signos, tornando-os aptos a serem consumidos por associações múltiplas, criando demandas e incentivando o consumo impensado e, muitas vezes, desnecessário, com endividamento do consumidor, que repercute sobre sua saúde física e emocional, em termos de: ansiedade, angústia, sentimento de impotência e culpa, vergonha, humilhação e pânico (LEÃO et al, 2014)

De acordo com dados do Banco Central (BC), apresentados por Valente (2014), o índice de endividamento bateu recorde (43,99%), em 2013, o que significa que as famílias devem às instituições financeiras quase a metade do que ganham durante o ano. Em 2005, as famílias tinham um endividamento de 18,39% da renda bruta anual. O aumento do endividamento familiar deriva-se da facilitação de acesso ao crédito bancário no país, uma vez que, o volume dos empréstimos no país saltou de 28,1% para 54,1% do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2005 a 2013.

Diante do exposto, justifica-se refletir sobre as interfaces entre classe social, consumo e endividamento, analisando o surgimento de uma classe social no Brasil contemporâneo, denominada de “Nova Classe Média”, pressupondo que sua ascensão se deu em contexto de maior inserção no mercado de trabalho formal, melhoria da massa salarial e das transformações daí decorrentes relacionadas com o consumo de bens e serviços, à custa do endividamento.



## OBJETIVO

Analisar as principais transformações que deram origem à “Nova Classe Média”, seu padrão de consumo e implicações no processo de endividamento.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritivo-exploratória. Para o alcance do objetivo proposto, foi feito um levantamento bibliográfico, documental e censitário, com aprofundamento em revistas e artigos especializados que fazem referências à categorias analíticas a serem investigadas: classe social, Nova Classe Média, consumo e endividamento.

## UMA DISCUSSÃO COM OS AUTORES

Em um estudo direcionado para a base teórica sobre padrões de mobilidade social e classe média, Márcio Pochmann (2013, p.156) procura demonstrar que, nos países de agudo dinamismo em recursos naturais, a estrutura social distancia-se daquela cuja referência inclina-se para a mobilidade convergente com a classe média não proprietária. Em termos da economia, a base dos serviços encontra-se cada vez mais associada a ocupações divergentes com a classe média assalariada. Em contrapartida, nos países de base industrial a nova classe média encontra o seu curso natural para avançar e se estruturar. Nesse sentido, para o autor, o que diferencia a natureza de indivíduos e classes e a sucessão de seus destinos pessoais e geracionais, relacionam-se, diretamente, à diversidade de organização das sociedades.

O referido autor acrescenta que configuração modernista impressa às sociedades industriais, a partir do final do Séc. XIX, imprimiu um distanciamento entre as sociedades agrárias e as industriais. Nestas, generalizou-se a noção moderna de classe social. Com efeito, o termo classe média passou a ser vinculado à diferenciação das ocupações intermediárias existentes no interior da base industrial, distinguindo, com isso, com o tradicional conceito de classe média proprietária.

No decorrer do Séc. XX as sociedades industriais passam a ter como modelo de organização de trabalho o Fordismo na produção de bens e consumos duráveis. Entretanto, com a





2ª Guerra Mundial, surge uma nova configuração de trabalho e produção. Os Estados Unidos, tidos como a principal peça de articulação do sucesso para o naufrágio do Nazifacismo, senta-se à mesa de negociações como principal articulador, não apenas na definição das fronteiras da Europa e Oriente, dividindo-a em blocos políticos e econômicos; mas, definindo, paulatinamente, a partir de então, um novo padrão de mobilidade social inaugurado a partir das últimas três décadas do século passado. O esvaziamento da produção industrial associado à expansão predominante do setor de serviços na economia imprime a mudança dos parques industriais dos países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos, com reflexos para as regiões periféricas.

Não se pode deixar de enfatizar o papel do Estado voltado à criação de novos postos de trabalho, principalmente após o holocausto da 2ª Guerra Mundial em meados do século passado. Premente também foi o esforço concentrado para reconstrução das cidades e revitalização das indústrias para estabilização do processo de produção, conjugado com a implementação de políticas públicas para acomodação de uma massa de desempregados, muitas vezes, amputados, para recolocação no mercado laboral.

Observa Pochmann (2013), que, desde a década de 70, ocorre uma transição da sociedade industrial para a de serviços. A passagem do Fordismo para o Toyotismo<sup>4</sup> findou por ser acompanhada de crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante das incorporações e dos ganhos de produtividade, sem qualquer proteção do Estado e regulação pública.

Reconhece-se que esse fenômeno de mobilidade social global afetou profundamente o Brasil que, até o final do Século XIX, era considerado uma sociedade agrária, cujas classes sociais ainda estavam vinculadas a questões geracionais e colonialistas. A riqueza, quando não era distribuída a poucos, canalizava-se para os rincões da Europa. A base da pirâmide largamente distanciada da metade e do ápice teve esse quadro agravado com o movimento ignominioso da escravidão de negros e índios, cujo sistema foi abolido no final do Séc. XIX sem que, no entanto, tivessem sido estabelecidas políticas públicas concretas de amparo, qualificação e emprego. Nesse quadro, vê-se crescer uma Nação de Miseráveis.

<sup>4</sup> Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford, o Fordismo é um modelo de produção em massa que utilizou à risca os princípios de padronização e simplificação, com fábricas totalmente verticalizadas. Por outro lado, o Toyotismo é caracterizado pela flexibilização da produção, com o objetivo de produzir exatamente no momento da demanda, no chamado Just in Time. Ao contrário do modelo fordista, que produzia muito e estocava essa produção, no toyotismo só se produzia o necessário, trabalhando com pequenos lotes, para que a qualidade dos produtos fosse a máxima possível.





As insurreições nacionais e as guerras fronteiriças que o País participou ainda naquele século, aliadas às movimentações de inquietação internacional que resultaram nas duas grandes guerras do Séc. XX, dividindo o mundo em blocos, cujas economias determinavam o sistema de classes, forcejou a entrada do Brasil nessa movimentação. Ao fim e ao cabo, disso resulta o surgimento do que vem se chamando de fenômeno da Nova Classe Média.

No Brasil, as décadas de 60 e 70 do século passado são chamadas, em razão do crescimento do País, de Milagre Econômico, não se desconhecendo que, nesse período, a sociedade viu-se regulada por um Regime de Exceção. Entretanto, a pobreza foi reduzida de 67% para 39%. Em contrapartida, a sociedade clamava por democracia. Com a redemocratização iniciada na Década de 80, o país bateu recordes de picos inflacionários e de desigualdade social. Apesar do panorama desfavorável, foi no ano de 1988 que a atual Constituição, conhecida como Constituição Cidadã, foi promulgada, o que representou um marco legal de grande avanço nos direitos sociais, na luta por direitos de igualdade e liberdade para todos os cidadãos brasileiros.

Na década de 1990, a instabilidade econômica repercutia drasticamente no crescimento do impeachment de Fernando Collor de Mello, nomeando, em 1993, Fernando Henrique Cardoso, como o Ministro da Fazenda país. Em 1992, o vice-presidente Itamar Franco é nomeado como presidente interino e, em 1995, o então Ministro da Fazenda assume a Presidência da República dando continuidade às políticas econômicas anteriormente adotadas.

Foi nesta década que o Estado capitalista aliado às políticas neoliberais reavaliaram as configurações estabelecidas onde o Estado assumia o papel de “provedor e assistencialista”, deduzindo que esta associação seria a principal responsável pela intensa crise social, impondo novos paradigmas. Neste contexto, pode-se afirmar que o neoliberalismo “encampa um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia para garantia de crescimento econômico e desenvolvimento social de um país”. Rodrigues (2014) complementa ainda afirmando que cabia aos economistas neoliberais avaliar *quando* e *como* o governo deveria intervir de forma proveitosa a favor do capitalismo antes de rotular como desnecessário ou pernicioso um determinado investimento.

Nesse sentido, Matos (2006) critica a perversa política neoliberal, onde a exclusão social passa a focar o indivíduo como capaz de desenvolver postura competitiva num suposto ambiente de igualdade e liberdade. Ao falar de inclusão, toma como exemplo a assertiva de que todos teriam condições de consumir bens e serviços, sendo que, de forma diferenciada, de acordo com as



competências de cada um. O autor vai mais além, quando afirma que os índices de pobreza são medidos a partir do viés econômico, renda e consumo, quando, na verdade, deveria ser medida pela privação de bem-estar e falta de atendimento às necessidades básicas, tais como, a saúde, educação, segurança alimentar, saneamento básico, entre outras. Sendo assim, a filosofia individualista dos governos neoliberais é a de interferir o mínimo possível nas políticas de combate à pobreza.

Em 2003, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva assume como Presidente da República dando continuidade aos programas adotados, até então, para a erradicação da miséria e lançando tantas outras medidas com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais. Tais políticas, sem sombra de dúvidas foram capazes de retirar milhões de pessoas da faixa de “miséria” migrando para pobreza e cristalizando o substrato para o surgimento da Nova Classe Média.

Em seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2007, em busca da retomada do crescimento, o governo do Partido dos trabalhadores (PT) adotou uma série de medidas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como objetivo recuperar as infraestruturas, já bastante deterioradas, além de adotar medidas que contribuíssem para a redução da miséria e desigualdade social, com o aumento real do salário mínimo e a transferência de renda para as famílias mais vulneráveis socialmente (IPEA, 2010).

Não se pode deixar de ressaltar que nesse meio tempo o país esteve envolvido em uma aguda crise financeira mundial que fez com que muitos países do continente Europeu, que tinham economias sólidas, buscassem ajuda no Banco Mundial e até mesmo com países da América do Sul, como no caso do Brasil. Os Estados Unidos nesse contexto também se encontrava no cerne da crise, agravada especialmente com a desvalorização imobiliária naquela Região.

Nesse contexto de crise, as políticas de estabilização tiveram um viés expansionista, para contrapor os reflexos recessivos da crise mundial e incentivar o mercado interno. Além disso, é importante ressaltar que, a partir do ano de 2003, já estavam sendo implantados programas sociais mais inclusivos, como ressalta Cohn (2013, p. 109), citando Pochmann, ao afirmar que, com base nos dados das políticas sociais entre os segmentos mais pobres da sociedade, tem-se que:

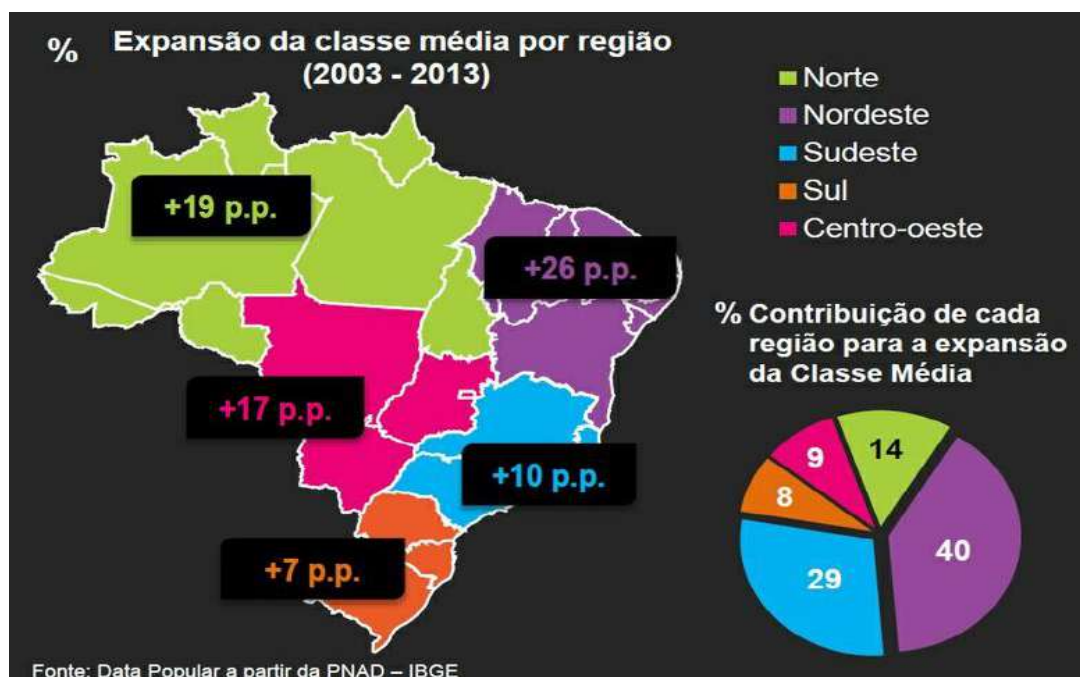
[...] entre outros, ela não vem acompanhada da redistribuição da propriedade, o que lhe impõe sérios limites para que siga prosperando. Por outro lado, não se pode menosprezar esse impacto, nem muito menos ignorar o acesso a “novas janelas de oportunidade” que esse processo vem gerando para segmentos significativos da sociedade.



O Governo do partido dos Trabalhadores, ainda atual, defende que tais medidas foram fundamentais para o crescimento da economia, gerando maior número de emprego formal e o acesso ao crédito pelas camadas sociais mais sacrificadas da população. Estes fatores, segundo IPEA (2010), levaram a um aumento significativo da Nova Classe Média (NCM) e do consumo, tanto da Classe C, quanto da D e E.

A NCM, segundo Data Popular e Serasa Experian, a chamada 'Classe C' tem poder de compra superior ao de 17 países, consome mais de R\$ 1 trilhão por ano e cresceu em todas as regiões do país, no período de 2003/2013: 7% no Sul, 10% no Sudeste, 17% no Centro-Oeste, 19% no Norte e 26% no Nordeste, sendo esta região que mais contribuiu para essa expansão (40%), conforme dados da Figura 02. A pesquisa ressalta que, se a classe C formasse um país, seria o 12º em população, com mais habitantes que a Alemanha, o Egito e a França, e a 18ª nação do mundo em consumo, podendo pertencer ao G20.

Porém, é importante destacar que, apesar da expansão da NCM, ainda persiste um panorama de pauperização e marginalização para 8,5% da população total brasileira, principalmente das áreas rurais nordestinas, com rendimento nominal mensal domiciliar de R\$70,00 per capita (BRASIL, 2014). As demandas advindas das classes mais empobrecidas não se resumem apenas na criação de novos postos de trabalho e repasses de verbas. A população carece, prioritariamente, dos direitos assegurados na Carta Magna relativos à educação, moradia, saúde, saneamento básico, entre outros.



**Figura 02- Expansão da Nova Classe Média, por regiões, Brasil, 2014.**

Fonte: Data Popular, citado por Gomes (2014).

Neste sentido, Jessé Souza (2013) faz crítica severa aos professores Marcio Pochmann e a Marcelo Neri que consideram que o “economicismo” é fator preponderante à ascensão social. A este respeito, o doutrinador faz a seguinte observação:

Minha tese é que o tema da produção e reprodução das classes sociais no Brasil é dominado por uma leitura economicista e redutora da realidade social. Certamente, a economia tem muito a contribuir para o esclarecimento da realidade social confusa. Mas ela “aparenta” dar mais coisas do que efetivamente dá. Aí temos o economicismo: uma visão empobrecida e mesquinhada da realidade, como se fosse toda a realidade social (p. 56).

Neste caso, na sua visão, é possível que o surgimento da Nova Classe Média – NCM esteja respaldada apenas no poder econômico sendo “despossuídas dos capitais que pré-decidem a hierarquia social” (SOUZA, 2013, p. 64).

Solomon (2011, p. 487) explica que as classes sociais diferem entre o “ter” e o “deixar de ter” ou mesmo entre “ter mais” ou “menos” dentro da escala de consumo. Ou seja, para poder pertencer a uma determinada classe social é necessário que possamos possuir e desfrutar de todas as benesses que esta classe possa nos oferecer. Neste sentido, no cenário brasileiro, é possível afirmar que a NCM já desfruta das “benesses”, em termos de consumo de bens individuais e



familiares, que fazem parte do sonho de consumo, daqueles, que, até então, viam-se mergulhados na exclusão do consumo (FIG. 03).



457

**Figura 03- Expectativas de Consumo da Nova Classe Média, Brasil, 2014.**

Fonte: Serasa Experian (2014).

Neri (2011, p. 84) salienta que “indicadores indicam a ocorrência de um boom na classe C: casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho estavam todos em seus níveis recordes históricos quando a crise chegou ao país”. Acrescenta que, em 2010, após a crise, esses níveis voltaram a crescer alcançando níveis próximos ou superiores aqueles “recordes históricos”.

Cohn (2013) comenta a respeito ao afirmar que a sociedade brasileira tem presenciado um movimento ascendente de renda nos estratos de menor poder aquisitivo da população, em decorrência da criação de novos empregos formais, aumento real do salário mínimo e de benefícios da previdência social - contributiva e não contributiva. A NCM “identifica-se com uma promessa de futuro de ascensão social, com o ‘buscar progredir na vida’”.

A supracitada autora ressalta que assegurar o direito ao acesso de bens de consumo básicos são fundamentais para garantir o direito a cidadania e complementa:

[...] significa que acesso a renda é fundamental, este tem que ser um acesso sustentado de modo a poder dar um mínimo de segurança e permanência de condições de vida a eles. E esse acesso sustentado a fontes de renda e de sobrevivência não é garantido nem pelos programas sociais que incidem sobre não-direitos, e muito menos pelo mercado de trabalho, cada vez mais instável.





A esse respeito, Jessé Souza (2013, p. 62) considera que “ascender socialmente” num país com condições semelhantes ao nosso, “só é possível a quem logra incorporar as pré-condições que o capitalismo atual pressupõe para a crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como ‘porta de entrada’ em qualquer de seus setores competitivos”.

Então, o que se pode constatar é que apenas a classe alta, com menor contingente dentro da população, é capaz de usufruir o que o mercado pode oferecer entre bens e serviços, satisfazendo plenamente suas necessidades. A atual sociedade de consumo tenta imprimir no imaginário das pessoas, a possibilidade de se consumir de forma satisfatória e igualitária o que é produzido pelo mundo capitalista globalizado, de forma a atender as necessidades humanas.

Desta forma é que vive grande parte da população brasileira, lutando diariamente para satisfazer suas necessidades básicas, onde o poder aquisitivo é fator limitante na aquisição de mercadorias, redundando, na maior parte das vezes, em aquisição de produtos de menor valor e de qualidade duvidosa. São os poucos recursos, em geral, advindos de programas sociais ou dos baixos salários que formam o grande “reservatório” de mão-de-obra barata e sem qualificação.

Os batalhadores, como denomina Jessé Souza (2013, p. 66) à Nova Classe Média, são responsáveis pela composição da base da pirâmide e representam a fração das classes populares que lograram sair deste círculo vicioso:

Como as fronteiras aqui são muito fluidas, isso significa que não existe “classe condenada” para sempre. Com condições políticas e econômicas favoráveis, os setores que logram incorporar, seja por socialização religiosa tardia, seja por pertencerem a famílias comparativamente mais bem estruturadas – malgrado o ponto de partida desvantajoso comum a todas as classes populares – a incorporação das pré-condições para o desempenho do papel social do “trabalhador útil”, podem ascender socialmente.

A ascensão pode trazer um constante sofrimento em decorrência do esforço e do medo permanente de uma possível desclassificação social futura, complementa o autor. Giacomini Filho (2010, p. 59) aduz que, “são os integrantes desta classe que têm praticamente todo o tempo tomado com a dedicação ao trabalho, faltando recursos para enfrentar problemas de consumo; só agem em casos extremos e que representam prejuízos diretos a si próprios ou à família”.

Em se tratando do dinheiro e do consumo, pode-se constatar que grande parte da população tem se envolvido nas teias do consumismo exacerbado do mundo capitalista. As compras irrefletidas, ocasionadas pelo impulso e seu descarte quase sempre imediato, geram montanhas de



lixo, que são fatores, isolados ou não, que favorecem os prováveis endividamentos. Nesse caso, esse fenômeno não escolhe classes.

Domingos (2011, p. 47-49) em seu estudo “Terapia Financeira” aborda o tema “desequilíbrio financeiro” e adverte que quando o consumo é realizado de forma impensada pode levar o indivíduo a uma situação de endividamento. Ele sugere, neste momento, que se deve realizar um diagnóstico claro e objetivo das atitudes e motivações que levaram a tal desequilíbrio orçamentário. Portanto, possivelmente, em diversas ocasiões essas compras podem ter sido “motivadas pela busca de satisfação emocional, não da real necessidade de um determinado produto”.

Campbell, citado por Barbosa (2004), parte do princípio que a sociedade de consumo moderna é impelida pela insaciabilidade dos consumidores, logo que um desejo é atendido, outro já se faz presente. O autor sugere que a insaciabilidade tem origem na alteração do padrão de gratificação, ocorrido ainda no século XVII, e que teríamos passado do hedonismo tradicional para o moderno. E esta busca incessante para atender as crescentes “necessidades vitais” que nunca findam são aqui explicadas pela autora:

[...] Enquanto o desejo liga o consumo a dimensões de auto-expressão, gosto e classificação, o capricho se caracteriza pela sua dimensão casual, espontânea e aleatória. Enquanto o desejo que se enraíza na comparação, na vaidade, na inveja e na necessidade de aprovação, o capricho, como todos os caprichos, é infantil e inseguro. A sociedade de consumo transformou o princípio do prazer no princípio de realidade; de uma ameaça à estabilidade da vida social, transmutou-o em seu principal alicerce (p. 46-47).

Corroborando com o exposto, Ruscheinsky (2007) destaca que existe uma necessidade premente na produção de novas mercadorias com o objetivo de satisfazer os novos desejos induzidos principalmente pela publicidade. Nesse contexto, surge o consumo ininterrupto e desnecessário, gerando, como consequência, a sensação de frustração ao reconhecer que seus desejos são inatingíveis.

Sciré (2012) lembra que uma das alternativas utilizadas com frequência é o cartão de crédito, que é visto como dinheiro e apresenta ainda a alternativa de poder parcelar em várias vezes uma compra. Porém, a autora observa que na prática estas parcelas, quando ultrapassam a renda mensal, podem dificultar o equilíbrio financeiro das pessoas que utilizam desse mecanismo.





Em meio aos apelos do consumo e a satisfação premente das necessidades, a autora acima mencionada avalia estar diante de um novo fenômeno. Até pouco tempo as famílias valorizavam obter uma reserva financeira (poupança) e o consumo estaria em segundo plano. Nos dias atuais as dívidas substituíram a poupança e ocuparam lugar de destaque no orçamento familiar. A população buscar suprir ao máximo suas deficiências financeiras decorrentes do consumo e encontram no mercado econômico limite de crédito concedido em cheques especiais e cartão de crédito que geralmente extrapolam, e muito, a renda mensal do indivíduo.

Domingos (2011) sugere que o indivíduo, uma vez endividado, deve traçar metas visando um equilíbrio financeiro, livrando-se do imediatismo característico do mundo consumista, onde as facilidades de compra estão embutidas nos cartões de crédito, financiamentos ou empréstimos, buscando um consumo consciente.

Os aspectos motivacionais na tomada de decisão do consumidor são estudados minuciosamente pelo Marketing onde o foco é exclusivamente no consumo, na satisfação pós-compra e nos artifícios que levam os indivíduos a criar vínculos com marcas ou empresas. Todavia, sabe-se que o ato de consumir pode apresentar facetas pouco desejáveis, principalmente quando a publicidade alcança todos os seus objetivos, induzindo as pessoas a comprarem, por impulso, o que não precisam. Além disso, pode-se citar ainda o grupo de pessoas que se enquadram como “compulsivas”, quando a busca pelo prazer, realização ou algum sentimento de frustração pode estar associado ao ato de comprar, levando-as, algumas vezes, a não ter condições de honrar com seus recursos o endividamento daí decorrente.

Para Tolotti (2007) há dois tipos de endividamento, o primeiro é o endividamento passivo, que é imprevisível e ocorre em decorrência de eventos no transcorrer da vida, como doença, morte, acidente, desemprego ou separação. O segundo, o endividamento ativo, quando o saldo devedor é decorrente de escolhas equivocadas, isto é, um gerenciamento indevido das finanças, independente da renda mensal do indivíduo.

A autora explica a lógica do endividamento e aduz que é composta por duas vertentes inseparáveis:

De um lado, o aspecto financeiro que é objetivo e consciente; de outro, o aspecto afetivo que é subjetivo e, geralmente, inconsciente. Assim, a motivação que leva um endividado a contrair constantemente dívidas é tanto consciente quanto inconsciente; é possível pressupor que não é apenas por falta de educação financeira que isso acontece, mas por algum impedimento psíquico (p. 33).



Corroborando com a vasta literatura sobre as questões de consumo e endividamento a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) acompanha mensalmente os dados relativos ao endividamento e inadimplência do consumidor em todas as capitais do país, ouvindo um total de 18.000 pessoas. Os dados apurados na pesquisa realizada neste mês de junho de 2014, marcou um índice 62,5% dos entrevistados que declararam ter dívidas, como cheque pré-datado, cartão de crédito e cheque especial. Foi assinalado que houve uma pequena redução no número de endividados e a economista Marianne Hanson justifica que “a alta do crédito induz a uma postura mais cautelosa das famílias ao contratar e renovar empréstimos e financiamentos. Juros mais altos e ganhos de renda mais modestos levam a condições menos favoráveis para o endividamento”. O percentual mais alto entre os endividados da pesquisa citada acima são as famílias que recebem até dez salários mínimos, alcançando um percentual de 63,5%, já entre as famílias que recebem mais de dez salários mínimos o percentual é de 49,6%. As dívidas mais recorrentes são as relacionadas com os cartões de crédito (CNC, 2014).

Essa mesma Confederação pesquisa a “Intenção de Consumo das Famílias”, sendo que o resultado apontou para um decréscimo em relação ao mesmo período do ano passado. Para a Confederação, a elevação dos juros e a inflação em alta causaram um aperto no orçamento doméstico, enfraquecendo as perspectivas de consumo. É possível observar que o endividamento atinge indistintamente todas as classes sociais, embora o endividamento quando analisado pelo aspecto “renda” apresente diferenças significativas. Postos todos esses argumentos, não há como estudar o problema do endividamento dos indivíduos e a busca de soluções, abstraindo a situação social e as particularidades de determinados grupos e/ou classes.

É importante que o estudo sobre o endividamento não aborde exclusivamente os aspectos econômicos, pois as evidências mostram que o endividamento das famílias pode trazer sofrimento e graves consequências para as pessoas envolvidas. Desta forma é inevitável não falar dos sentimentos daí resultantes que assumem um variado leque de emoções no dia-a-dia vivenciado pelos endividados, que podem se apresentar em forma de angústia, impotência e arrependimento. Independente do fato que tenha levado o indivíduo a situação de endividamento, o que é certo, é que o consumo foi realizado acima das possibilidades financeiras da pessoa, levando-a ao sofrimento com os sentimentos negativos decorrentes ao consumo impensado.

Hennigen (2012) em sua pesquisa intitulada “O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor”, realizada no PROCON/RS, observou que a maior parte



dos entrevistados sentem mal-estar por estarem endividados e pela dificuldade de conseguir saldar os compromissos. E complementa:

Ao refletir sobre seu (super)endividamento e expor as vicissitudes da sua vida em função do mesmo, os consumidores trouxeram uma gama de sentimentos que lhes acometia. Assim, o mal-estar psicológico sentido foi expresso como ansiedade, vergonha, stress, sentimento de impotência, de culpa, de humilhação, angústia, pânico, desânimo, dentre outros. Tais sentimentos compunham e mesclavam-se aos sofrimentos de diferentes ordens que relataram experimentar: depressão, insônia, afetação das relações familiares, falta de perspectiva – de solução do problema, de vida.

462

Corroborando com a autora acima, Leão et al (2014), ao estudarem o processo de endividamento dos funcionários públicos federais, na cidade do Recife, observaram que o nível de endividamento neste grupo é bastante significativo apresentando um percentual de 71% das cem (100) pessoas entrevistadas. As principais causas do endividamento neste grupo foram as despesas relacionadas com o cotidiano; como alimentos, problemas de saúde, remédios e pagamento de empréstimos, acarretando maior dano ao salário mensal. Por outro lado, verificou-se ainda que esses problemas desencadearam sentimentos diversos, tais como ansiedade, angústia, vergonha, entre outros; dando espaço a doenças, como depressão, insônia e nervosismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo não pode ser compreendido somente pela racionalidade econômica, uma vez que é influenciado pela conjuntura nacional e internacional, pelas políticas, elementos culturais, ambientais e sociais, como é caso das classes sociais. A significativa mobilidade social registrada na sociedade brasileira e a ascensão da Nova Classe Média de ex-pobres, que engloba mais da metade da população, é resultante de múltiplos fatores, principalmente do aumento do emprego, reajustes salariais e consolidação da política social. Essa nova classe tem a ambição de viver melhor e consumir mais. O aumento do poder de consumo, derivado da estabilidade da moeda e expansão creditícia e influenciado pelo ambiente social e midiático, pode levar ao consumismo, com sérias consequências físicas, sociais, emocionais e psíquicas, em decorrência do endividamento. Sua rede de sustentação é representada pelos hábitos, cultura, religião, relações familiares e comunitárias.



Conclui-se que as classes sociais devem ser definidas por outros critérios, além do nível de renda, que se traduzem por sua forma de ver o mundo e seu espaço relacional, sua cosmovisão, atitudes perante a vida, experiências, memórias; enfim, sua história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Paulo. A Nova Classe Média e a Dialética do Consumo. *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*. v. 2, n. 2, p.239-256, 2012.

BARBOSA, Livia. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARROS, Ricardo; DIECKMANN, Suzana; MENDONÇA, Rosane; NINIS, Alessandra; TSUKADA, Raquel; VIEIRA, Armando. *A Nova Classe Média Brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Brasília: SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2014

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. *Plano Brasil Sem Miséria*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/plano-brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 01/04/2014.

CASTRO, Margareth; PIGHINI, Evaldo. A força que vem de baixo. *Revista Mercado*, Edição 39, fevereiro 2011.

CHURCHILL, G. *Marketing: criando valor para o cliente*. São Paulo: Saraiva, 2000.

COHN, Amélia. Entre Sair da Pobreza e ingressar na Cidadania. In: BARTELT, Dawid Danile (Org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

CNC. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor*: Percentual de famílias com dívidas recua pelo segundo mês consecutivo. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br>> Acesso em 29 de jun. 2014.

DOMINGOS, Reinaldo. *Terapia financeira*. São Paulo: DSOP Educação financeira, 2011.

GIACOMINI FILHO, Gino. *Consumidor versus propaganda*. São Paulo: Summus, 1991.

GOMES, Rodrigo. Em dez anos, seis em cada dez brasileiros estarão na classe média Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/brasil-pelos-proximos-dez-anos-3537.html> Acesso 15/07/2014



HENNIGEN, Inês. O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor. In: *VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo. II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo*, 2012. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br>> Acesso em: 10 de jun. 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Perspectiva do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10).

LEÃO, Ana Paula Camboim, SILVA, Maria Zênia Tavares da, JESUS, Paulo de. *Consumo e Endividamento: Um estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Recife-PE*. Recife: UFRPE, 2014.

MATOS, Aécio Gomes de. Promessas e desencantos do desenvolvimento. In: Gomes, Aldenor (org.). *Da Mobilização às mudanças sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: O lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

POCHMANN, Marcio. Mobilidade Social no Capitalismo e Redivisão Internacional da Classe Média. In: BARTELT, Dawid Danilc (Org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

RICCI, Rudá. *O Maior Fenômeno Sociológico do Brasil: a nova classe média*. Disponível em <<http://www.escoladegoverno.org.br>> Acesso 15/07/2014

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Gênese, retórica e prática*. In: [www.cfetsp.br/edu/eso/globalizaçãogenesepratica.html](http://www.cfetsp.br/edu/eso/globalizaçãogenesepratica.html) > Acesso em 18 de jun. 2014.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Consumo, prática social e movimentos sociais na sociedade complexa. In: *II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Anais, UFSC, 2007. Disponível em: [www.sociologia.ufsc.br/npms/aloisio\\_ruscheinsky.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/aloisio_ruscheinsky.pdf) > Acesso em 5 de jun. 2014.

SCIRÉ, Cláudia. *Consumo popular, fluxos globais: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2012.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERASA-EXPERIAN. *Dados inéditos da Serasa Experian e Data Popular revelam faces da classe média, que movimenta 58% do crédito e injeta R\$ 1 trilhão na economia*. Disponível em <http://noticias.serasaexperian.com.br/> Acesso 15/07/2014

SOLOMON, Michael R. *O comportamento do consumidor*. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.



SOUZA, Jessé. *A Invisibilidade da Luta de Classes ou a Cegueira do Economicismo*. In: BARTELT, Dawid Danilc (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

SOUZA, José Dalmo Silva de. *Dinheiro e orçamento doméstico: guia de economia popular para sobrevivência de pais e filhos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

TOLOTTI, Márcia. *As Armadilhas do Consumo: acabe com o endividamento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VALENTE, Gabriela. *Endividamento das famílias bate recorde: 43,99% da renda*. Disponível <<http://oglobo.globo.com>> Acesso 15/07/2014.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.



## SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DE UMA INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA: UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>

SILVA, Letícia Aparecida da  
 Estudante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Tecnologias e Sociedade da  
 Universidade Federal de Itajubá  
*leticiaottoboni@hotmail.com*

NUNES, Sylvia da Silveira  
 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da  
 Universidade Federal de Itajubá  
*sylviasnunes@yahoo.com.br*

466

### RESUMO

Uma das formas de inserção dos indivíduos na sociedade é oriunda da atividade profissional, que ao ser exercida, pode ser fator de equilíbrio e/ou deterioração da saúde mental dos trabalhadores. Diante do cenário organizacional atual, o prazer e o sofrimento no trabalho viabilizam novas estratégias individuais e coletivas na administração da saúde física e psíquica do trabalhador e suas condições de trabalho. Nesse contexto, a presente pesquisa estuda o prazer e o sofrimento psíquico dos trabalhadores de uma indústria metal mecânica, a partir do aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours. Para tanto, utilizar-se-á como metodologia o estudo de caso visto que a pesquisa concentra-se em uma organização específica e pela relevância de estudar os fenômenos humanos em suas relações sociais. A coleta, análise e interpretação dos dados serão estruturadas por meio de observações clínicas das condições e modo de produção de trabalho, aplicação da técnica do grupo focal e entrevistas semiestruturadas com 10 operários distribuídos pelos três turnos de trabalho.

**Palavras-chave:** Psicodinâmica do Trabalho. Prazer e Sofrimento Psíquico. Indústria Metal mecânica.

### ABSTRACT

One of the ways of insertion of individual on society is originated by professional activity, which when exercised, can be the balancing factor and or deterioration of mental health of workers. Against the current organizational setting, the delight and suffering on work enable new individual and collective strategies in the management of physical and mental health of worker and their working conditions. In this context, the research study the pleasure and psychological suffering of workers in a metal mechanical industry from the theoretical framework of the psychodynamics of work by Dejours. For this, will be used as methodology the study case since the research focuses in a specific organization and by relevance of studying human phenomenon in their social relations. The collection, analysis and interpretation of data will be structured by clinical observations of working conditions and the mode of production and application of the technique of focal group and semi-structured interviews with ten workers distributed across three turns of work.

**Key- words:** Psychodynamics of Work. Pleasure and Psychological Suffering. Metal mechanical industry.





## 1 – INTRODUÇÃO

O trabalho, atividade central na vida dos indivíduos, sob a perspectiva da sociedade capitalista de produção, e sua influência e centralização na vida dos indivíduos (ALBORNOZ, 1986; ANTUNES, 1995; BRAVERMAN, 1977) produz reflexões, análises e questionamentos acerca da problemática existente entre as relações de trabalho e a saúde do trabalhador. Entende-se, nesse sentido, que o trabalho é “o eixo de construção/transformação da sociedade e do indivíduo, ou seja, o mediador da inserção social e realização profissional” (CATÃO; TRINDADE, 1998 p. 01).

Nesse sentido, a realização do ser humano como ser social é efetivada pela execução do trabalho e constitui o início de sua humanização (MARX, 1984; GORZ, 1980; BRAVERMAN, 1977; ANTUNES, 1995). Assim, o trabalho:

(...) desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material, em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho em sua cotidianidade que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas (ANTUNES, 1995, p. 121).

Dessa forma, o paradoxo existente na realização do trabalho aponta-se para a reflexão das dicotomias homem/trabalho, construção/desconstrução, sociedade/organização uma vez que o trabalho pode ser concebido ora para atender as necessidades do indivíduo, ora para atender as necessidades impostas pelo modo capitalista de produção.

Dessas dicotomias, emerge a figura do trabalhador que se insere num contexto de contradições e transformações no universo social e econômico do trabalho, aquele que por sua vez é pressionado a mudar seu modo de vida e maneira de pensar a fim de atender as necessidades e imposições da organização para a qual trabalha colocando em risco sua saúde física e mental.

## 2 - AS FORMAS DE TRABALHO E O IMPACTO NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Na contemporaneidade, as transformações no mundo do trabalho e, principalmente, com o surgimento de novas tecnologias, assumem uma tendência voltada à flexibilização da mão de obra, contratos temporários, garantia de empregabilidade a cargo do trabalhador e



novas formas de organização. Nesse aspecto no que se refere ao futuro do trabalho pode-se destacar:

(...) o trabalho e sua organização passam por inegável crise por força de contínuas mudanças em seus aspectos objetivos e subjetivos. As pessoas que trabalham estão sendo obrigadas a reformular sua forma de pensar e agir. Isso está sendo difícil para todos. O imaginário resiste a uma alteração tão profunda e na velocidade como as mudanças tecnológicas o pressionam. Esse descompasso entre o imaginário (conservador) e o mundo (progressista) tem sido um dos principais desafios para os estudiosos e profissionais de recursos humanos em sua missão de articular as pessoas e as empresas em transição (MALVEZZI, 1996, p.09).

468

Tais mudanças constituem novos processos e meios de produção que proporcionam formas de controle dos trabalhadores diferenciadas e repercutem, também, nas relações de trabalho. As consequências dessas formas de controle devem, ainda, ser pesquisadas e discutidas no tocante à saúde física e/ou psíquica bem como ao desempenho e/ ou produtividade desses trabalhadores. Desse modo, com essas formas de trabalho vieram novos modos de adoecimento decorrentes das constantes mudanças dos meios de produção e afetaram o aparelho psíquico dos trabalhadores.

Para Dejours (1993) a organização do trabalho é responsável pelas consequências positivas ou negativas para o funcionamento psíquico do trabalhador por meio de vivências de prazer e sofrimento no ambiente organizacional.

Ainda, segundo o autor, as condições de trabalho possuem impacto direto no corpo, e as organizações de trabalho refletem mais o aparelho psíquico visto que as vontades e expectativas desses trabalhadores não condizem com os desejos da organização, desencadeando sofrimentos e doenças ocupacionais.

Nesse contexto, o trabalho é o espaço para uma série de sofrimentos que surgem por meio de conflitos de relacionamentos, exigência, desrespeito, pressão e cobrança da chefia, além de sobrecarga de trabalho e condições não adequadas na execução de tarefas.

Outro aspecto a ser considerado, nesse contexto, diz respeito à lacuna existente ao que a organização de trabalho prescreve e o que representa o trabalho real. As regras impostas, muitas vezes, não consideram as imprevisibilidades, operações suplementares e variações das tarefas. Sendo assim, os trabalhadores necessitam adaptar-se às formas de trabalho e, em decorrência disso, sofrem consequências efetivas em seu corpo e mente.



Devido a isso, Dejours et al (1993) destacam que os trabalhadores não chegam às organizações como máquinas novas, pois possuem uma história pessoal e, em função disso, dispõem de vias de descarga preferenciais na estrutura de sua personalidade.

Sendo assim, o conteúdo da tarefa exigido aos trabalhadores nem sempre é em quantidade suficiente em relação às atividades psíquicas, fantasiosas e psicomotoras o que resume toda a problemática da relação entre aparelho psíquico e trabalho (DEJOURS et al, 1993). Os autores afirmam que

(...) o bem-estar psíquico não provém da ausência de funcionamento, mas, ao contrário, de um livre funcionamento em relação ao conteúdo da tarefa. Se o trabalho favorece esse livre funcionamento, ele será fator de equilíbrio; se ele se opõe, será fator de sofrimento e de doença. (DEJOURS et al, 1993, p. 103)

Dessa maneira, para enfrentar os conflitos resultantes da tarefa e não adoecerem, os trabalhadores aplicam estratégias a fim de enfrentarem o sofrimento. Essas estratégias podem estar relacionadas ao conformismo, abnegação e passividade. Com isso, eles se protegem do sofrimento e mantêm o equilíbrio psíquico necessário à execução das tarefas exigidas pela organização.

Por outro lado, de acordo com (2002), as estratégias de defesa do sofrimento não são somente individuais, mas também coletivas:

Os trabalhadores criam formas para resistir à racionalidade imposta pela organização do trabalho tal qual planejada pelo corpo gerencial, denunciando que os trabalhadores buscam constantemente melhorar a sintonia entre eles e os contextos de trabalho. Eles o fazem individual e coletivamente (SATO, 2002, p. 1148).

Embora haja sofrimento no âmbito profissional, por outro lado, o prazer também se constrói quando os desejos e necessidades dos indivíduos vão ao encontro aos da organização, ocasionando a ressignificação do sofrimento. As pressões do trabalho, nesse caso, são subvertidas como estratégias de mediação a fim de torná-lo fonte de autorrealização, prazer e saúde (ROSSI, 2008).



Assim, a dicotomia homem/trabalho remete ao fato de atribuir sentidos relacionados ao prazer e ao sofrimento os quais permitem aos trabalhadores construírem meios para manter a saúde nesse universo complexo e conflituoso das organizações de trabalho.

Essa construção dos meios, segundo Dejours (2001) edifica-se a partir da Psicodinâmica do Reconhecimento, ou seja, para que ocorra a preservação da saúde, torna-se fundamental ao trabalhador ser reconhecido pelo exercício de suas funções visto que isso promove o equilíbrio entre o desgaste proporcionado pelo trabalho e as expectativas de retribuição.

Dessa forma,

(...) pode-se entender então que a Psicodinâmica do Reconhecimento é um conceito central, pois é a chave que possibilita encontrar sentido, realização e saúde no trabalho e que sua ausência é fator preponderante no desencadeamento de problemas psíquicos e somáticos, ou seja, é um dos principais fatores de adoecimento no trabalho (TRAESSEL, 2007, p. 44).

Sendo assim, a Psicodinâmica do Reconhecimento é essencial para o estudo entre saúde e trabalho, porque a maioria dos indivíduos necessita da confirmação do seu trabalho sob a perspectiva do outro. O que fica claro na seguinte citação: “A validação de trabalho pelo reconhecimento atribuído pelos outros é um elemento principal do sentido do trabalho que participa da construção da identidade” (GERNET, 2011, p. 64).

Nesse sentido, a Psicodinâmica do Trabalho possibilita uma abordagem contemporânea dessas subjetividades no contexto do trabalho ao propor espaços de discussão e escuta desses trabalhadores sobre seus sentimentos e contradições vivenciados nesse contexto.

O interesse por esta abordagem teórica concentra-se no fato de que, embora seja uma abordagem recente no âmbito acadêmico, tem apresentado resultados e/ou respostas às inquietações advindas dos conflitos do mundo do trabalho.

Segundo Macêdo (2010) houve um aumento significativo no interesse em estudar o universo do trabalho em diversos segmentos. A Psicodinâmica do Trabalho de Dejours, em especial, tem ocupado espaço cada vez mais significativo em congressos nacionais e internacionais em Psicologia do Trabalho.

Nesse sentido, o trabalho observado sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho “(...) encontra interesse particular no estudo sobre o prazer, ligado à autonomia, liberdade,



reconhecimento, identidade, sublimação, principalmente, no processo criativo, mas também sofrimento, ligado a falta de reconhecimento e sobrecarga” (BUENO; MACÊDO, 2012, p.308).

### 3 - A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A Psicodinâmica do Trabalho possui por objetivo compreender aspectos psíquicos e subjetivos vivenciados no ambiente de trabalho. Os processos menos visíveis vivenciados pelos trabalhadores são objetos de estudo dessa metodologia, tais como: reconhecimento, cooperação, sofrimento, motivação, dentre outros. (HELOANI; LANCMAN, 2004).

Dessa maneira, a Psicodinâmica do Trabalho utiliza-se de um método específico que une a intervenção à pesquisa pautado na pesquisa-ação, que tem por objetivo compreender os processos psíquicos do trabalho, escutando os trabalhadores de modo a intervir na realidade estudada. É, portanto, um espaço de escuta, devido a isso o termo utilizado pelo autor é “Clínica”.

Dessa forma,

(...) a Psicodinâmica do Trabalho é antes de tudo uma clínica. Ela se desdobra sobre um trabalho de campo radicalmente diferente do lugar da cura. Afirmar que ela é uma clínica implica que a fonte de inspiração é o trabalho de campo, e que toda a teoria é alinhavada a partir deste campo (DEJOURS,1993,p.137).

Nesse sentido, a Psicodinâmica do Trabalho propõe uma escuta dos trabalhadores que pode ser realizada de forma individual e/ou coletiva por meio de processos de reflexão em conjunto com esses trabalhadores. Esses processos são importantes para que os indivíduos sejam capazes de se (re)apropriarem do trabalho com o intuito de promover as mudanças necessárias para que o trabalho seja mais saudável.

Para realização dessas escutas, o método denominado Psicodinâmica do Trabalho constrói-se por uma série de etapas que podem ser adaptadas de acordo com a realidade pesquisada, a saber: a enquete (composta pela análise da demanda), análise do material da enquete, a observação clínica e a interpretação; a validação e refutação e a validação ampliada (HELOANI; LANCMAN, 2004).



A construção do estudo caracteriza-se por criar condições objetivas para a realização da pesquisa, bem como a difusão da Psicodinâmica do Trabalho e a enquete para a identificação dos voluntários interessados na participação da pesquisa.

A enquete é a etapa das discussões grupais que nortearam ações transformadoras favorecendo a verbalização dos participantes. Esta etapa é importante visto que é responsável pela escolha dos voluntários e a difusão da metodologia de pesquisa entre os trabalhadores que participarão da pesquisa.

Na etapa de verbalização e refutação elabora-se um relatório a partir das interpretações, discussões, comentários ocorridos nas sessões para validar ou refutar as verbalizações. O pesquisador, nessa etapa, por meio de conceitos teóricos, tais como: sofrimento e prazer no trabalho, estratégias individuais e coletivas de defesa é responsável por construir ferramentas que proporcionem sentido e/ou explicação ao material coletado nas discussões.

Na última etapa, o relatório elaborado será discutido com os demais trabalhadores, que não participaram da pesquisa, e com os membros da direção do campo de estudo com o intuito de difundir as interpretações.

Dessa forma, a Psicodinâmica do Trabalho está ligada à ideia de que por meio de ações dos próprios trabalhadores eles possam ampliar o espaço público de discussão e operacionalizar mudanças. Assim, ao participar de maneira efetiva dos modos de produção e de serem ouvidos sobre seus sofrimentos e prazeres, esses trabalhadores podem operar pequenas transformações nas condições de trabalho.

#### **4 – SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR**

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho trouxeram novos desafios ao trabalhador que necessita adaptar-se a essas transformações a fim de manter-se no emprego e garantir a sobrevivência. Nesse universo, as novas exigências afetam o psíquico desse trabalhador que munido, muitas vezes, pelos sentimentos de impotência, desvalorização e/ou desmotivação e incertezas tem que suportar as pressões advindas da organização do trabalho.



Assim, do choque entre indivíduo e organização de trabalho é preciso entender o que ocorre na mente desses trabalhadores ao executar suas funções de forma mecanizada e repetitiva e como equilibram o corpo e a mente para se manterem saudáveis nesse ambiente.

Segundo Dejours (1986 p. 43) “não há dúvida sobre a existência de uma atividade mental que acompanha o trabalho repetitivo” mesmo porque, quando se trabalha, a mente não está livre de devaneios e distrações o que pode ocasionar uma alteração na qualidade e quantidade das tarefas realizadas ou pode atribuir sentido ao trabalho repetitivo.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as tarefas repetitivas cedem espaço para os devaneios e distrações; por outro lado, os trabalhadores por enfrentarem desgastes familiares, problemas pessoais ou econômicos entregam substancialmente a esse tipo de trabalho como forma de esquecimento das dificuldades mesmo que seja somente nesse período de trabalho. (DEJOURS, 1986).

A ameaça à saúde mental dos trabalhadores não se efetiva somente pelas organizações do trabalho, mas também, pelas condições de trabalho, entendidas aqui, como os ambientes físico, químico e biológico e as condições de higiene, segurança desses locais de trabalho. Frente a essas ameaças há uma bifurcação: ao direcionar para um lado, o trabalhador sucumbe às pressões, no entanto, para o outro lado ele procura encontrar saídas para vencer as pressões e tentar evitar o sofrimento. Ao sucumbir às pressões, temos o caminho do adoecimento; já ao encontrar as saídas, temos o caminho da saúde. Nesse caso, não há antagonismos ou exclusões entre esses caminhos. O que existe é a condição mínima de saúde psíquica para que o trabalhador possa se manter em equilíbrio na execução das tarefas impostas.

É fato que a organização do trabalho, composta pela divisão do trabalho, conteúdo da tarefa, relações de poder, responsabilidades e hierarquias, possui impacto direto na saúde mental dos trabalhadores. O importante, aqui, é conhecer as estratégias individuais e coletivas desses trabalhadores como forma de enfrentar o sofrimento psíquico e manterem saudáveis diante as exigências das organizações.





## 5 - JUSTIFICATIVA

O interesse nesse objeto surgiu quando a primeira autora em sua pesquisa sobre análise dos estilos de liderança constatou quanto à aplicação do questionário, queixas desses trabalhadores quanto ao modo de relacionarem-se com os colegas e com a própria liderança.

Nesse contexto, investigar-se-á, in loco, a possibilidade e interesse desses trabalhadores serem ouvidos sobre suas angústias e sofrimentos, medos e ansiedades, originados de um pensar que vem na contramão dos desejos da organização de trabalho. No entanto, esta investigação levará em conta, também, o trabalho como fonte de prazer e reconhecimento, assertiva proposta pelo próprio referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho.

Tal investigação terá um foco interdisciplinar visto que contempla análise de várias áreas das ciências sociais e humanas a fim de compreender como as novas formas de organização de trabalho, o modo de relacionar-se com as pessoas no ambiente organizacional, de lidar com o tempo, o espaço e as cobranças oriundas das funções desempenhadas afetam, substancialmente, a saúde física e psíquica dos trabalhadores. (SATO, 2002).

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é estudar as condições de trabalho dos trabalhadores de uma indústria metal-mecânica, do interior de Minas Gerais, sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho.

## 6 – METODOLOGIA

A empresa, campo de estudo, é uma unidade de uma grande indústria metal mecânica situada no interior de Minas Gerais, produz anéis para automóveis e anéis especiais com aplicação para compressores e máquinas agrícolas. A empresa ocupa uma área de aproximadamente 6.000 m<sup>2</sup>, com 401 funcionários, distribuídos em três turnos de trabalho e são responsáveis pela produção de uma média mensal de seis milhões de anéis, ou diária de 260.000 anéis. Os indicadores-chave são a entrega, produtividade e refugo, pois respondem pela análise dos resultados obtidos e futuras ações para obtenção das metas estipuladas. Dentre esses indicadores, a produtividade recebe maior importância tendo em vista o atendimento à demanda de mercado.



A observação do campo de estudo norteou a problemática da pesquisa por meio da visita técnica realizada no mês de maio de 2014. Pela visita, observou-se que esses trabalhadores, frente a esse processo de produção, estão condicionados a exercerem suas funções de forma sequencial, repetitiva e imersos em uma realidade, talvez, geradora de sofrimentos, por execução de um trabalho que pode estar desprovido de conteúdo significativo.

Em contrapartida, esse mesmo campo de estudo também pode proporcionar aos trabalhadores o prazer quando ao cumprirem as metas estabelecidas são recompensados pela empresa seja por meio de promoções, premiações e/ ou estabilidade. O cumprimento dessas metas é acompanhado diariamente pelo mestre de produção e registrado em uma ficha individual do trabalhador para posterior consulta quanto à avaliação de desempenho a qual é realizada anualmente.

Quanto à coleta de dados dar-se-á por meio de observações clínicas sobre as condições e o modo de produção do trabalho, entrevistas semiestruturadas para a identificação das estratégias de defesa individuais e o grupo focal a fim de identificar as estratégias de defesa coletivas. As técnicas da entrevista e do grupo focal serão aplicadas em um grupo composto por dez operários, selecionados voluntariamente, distribuídos pelos três turnos de trabalho.

Com a aplicação da técnica do grupo focal, espera-se a construção de informações ao favorecer a livre expressão do pensamento e de sentimentos dos participantes quanto ao tema da pesquisa e ao sentido que a execução do trabalho pode proporcioná-los.

Na análise e interpretação dos dados levar-se-ão em conta as pesquisas realizadas, a escuta dos trabalhadores, bem como a interpretação, sistematização e análise dos dados coletados nas entrevistas e as discussões realizadas na empresa, tecendo um paralelo entre teoria e as situações vivenciadas pelos trabalhadores.

## **7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização profissional e inserção dos indivíduos na sociedade são frutos de um meio de produção capitalista que controla os desejos e necessidades frente aos novos desafios e estruturas das organizações de trabalho.



Observa-se que a forma como as funções são desempenhadas nas indústrias provoca consequências significativas na saúde física e mental dos trabalhadores devido à falta de conteúdo significativo na realização das tarefas.

Dessa maneira, esses trabalhadores, imersos nesse contexto, necessitam estabelecer estratégias de defesa coletivas e individuais a fim de equilibrar o corpo e a mente. Para o entendimento e o conhecimento da adoção dessas estratégias de defesa dos operários da indústria metal-mecânica, a Psicodinâmica do Trabalho oferece o suporte teórico para este estudo.

De acordo com as características da empresa, espera-se com esse estudo validar e ampliar as pesquisas no tocante à Psicodinâmica do Trabalho e a colaboração desta corrente teórica para explicar as subjetividades dos trabalhadores inseridos nesse contexto do capital e da produtividade.

Ao dar voz a esses trabalhadores, espera-se, também, conhecer as formas de enfrentamento contra o sofrimento causado por essa organização de trabalho e, em contrapartida, conhecer as formas de prazer reconhecidas nesse mesmo ambiente. Se, possível, propor mudanças nas condições de trabalho a fim de contribuir para melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. *O que é Trabalho?* São Paulo. Brasiliense. 1986.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. CORTEZ. 1995.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.* Rio de Janeiro: ZAHAR.1977.

CATÃO, Maria de F. F. M.; TRINDADE, Homero C. M. da. *Trabalho, inserção social e realização profissional.* In: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998\\_ART351.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART351.pdf). Acesso em: 10 de jul. 2014.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.* São Paulo: Cortez. 1987.



DEJOURS, C. *Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações*. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

DEJOURS et al. *Por um trabalho, fator de equilíbrio*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. 1993.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social* (4ª ed.): Editora FGV Rio de Janeiro. 2001.

GORZ, A. (ORG.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes. 1980.

HELOANI, R; LANCMAN, S. *Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação*. Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 077-086, Set./Dez. 2004.

MALVEZZI, S. Prefácio. IN: Ziemmer, R. *Mitos Organizacionais*. ATLAS. São Paulo. 1996.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: DICEL, 9ª ED. 1984.

SATO, Leny. *Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(5):1147-1166, set-out, 2002.



## DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A CONFORMAÇÃO DOS SINDICATOS NO BRASIL PÓS-1988: ACESSO E REPRESENTAÇÃO

RODRIGUES, Wagner de Oliveira

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais da UFF*  
(PPGSD-UFF)  
worodrigues@uesc.br

LIMA, Roberta Oliveira

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais da UFF*  
(PPGSD-UFF)  
advrobertalima@gmail.com

478

### RESUMO

O exercício das liberdades democráticas, sem dúvida, ganhou passos largos no Brasil após 1988, com a promulgação da sua Carta Magna e a inserção das classes laborais nos quadros de deliberação de políticas públicas nas diversas instâncias federativas. O trabalho presente irá fazer uma discussão acerca dos níveis de qualidade desta participação e, em quanto se pode contribuir, em face destes tempos neoliberais, com os desafios da legitimidade e da lisura da classe trabalhadora na Administração Pública brasileira.

**Palavras-chave:** Trabalho, Representação, Sindicalismo

### ABSTRACT

The exercise of democratic freedoms undoubtedly gained strides in Brazil after 1988, with the promulgation of its Charter and the insertion of the labor classes in Tables deliberation of public policies in the various federal bodies. The work will make this a discussion about the level of quality of this participation, and how much you can contribute, in the face of these neoliberal times, the challenges of legitimacy and fairness of the working class in the Brazilian Public Administration.

**Key-words:** Work, Representation, Syndicalism



## INTRODUÇÃO

Não obstante digamos que o país comemore, após o cativo dos anos do último regime totalitário vivido, seu 26º aniversário enquanto “novo país”, é preciso dizer que o passado ainda persegue as lembranças do presente e as influencia nas projeções do futuro. O exercício democrático sindical, principalmente quando instado a frequentar os quadros de deliberação colegiada, em nome da categoria laboral brasileira, ainda é calcada em bases pretéritas e – diante de uma pretensa liberdade de expor suas ideias, - ainda é manifesta a prisão desta mesma liberdade em um sistema que amarra as estruturas e não confere expressão plena nem de conformação e nem de organização das lideranças e seus sindicalizados.

A verdade é que em países sob o bojo democrático pleno e avanços consideráveis na questão laboral, a classe trabalhadora atua além deste objeto, constituindo-se um dos pilares da formação cidadã nos países em que ela atua. Base disto, ao largo do tempo e entre os paradigmas do trabalho e do labor, é o reconhecimento da ocupação laboral – em sentido amplo – como uma das constituintes do papel social da pessoa humana até os dias atuais.

Ao inserir o contexto democrático no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 não deve se descurar que as questões adstritas à subordinação, à ideologia no espaço do trabalho e aos papéis político-institucionais do empregador e do empregado mantêm-se, no advir dos fatos (constitucionais) novos as (reformuladas) velhas práticas com que se afirmam as relações laborais, influenciando estas sobremaneira nas posturas políticas de cada categoria laboral. Mas também não pode se olvidar das questões que afetam a sociedade, num todo, e que desafiam principalmente as garantias fundamentais da pessoa humana em todos os níveis e que, ao largo dos espaços e métodos utilizados, constroem e reafirmam os preceitos de cidadania que vão alcançar a todos, diretamente.

Por isto, e atendendo à objetividade do tema, será feita uma discussão das formas de expressão democrática que constroem as dimensões da cidadania, projetando-se assim em reflexos sobre o contexto do Direito do Trabalho e em como os sujeitos desta área jurídica irão se posicionar no cenário político nacional a partir das formas de manifestação da classe laboral – aqui englobando as categorias dos trabalhadores e a dos empregadores. A seguir, será estabelecido um quadro institucional existente no momento da classe laboral “abrir o verbo” nos espaços de deliberação de políticas públicas, em especial aqueles atinentes à sua atividade



e às questões previdenciárias, conforme o artigo 10 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988. Há, aqui, uma preocupação com a abrangência dos espaços de atuação da cidadania laboral, não devendo se limitar a este universo, uma vez que há – como será demonstrada a seguir – uma dimensão da cidadania laboral que vai além da situação profissional do sujeito social. Neste sentido será feita uma busca por amostras nos níveis de participação em setores de direitos sociais que, a princípio, não são ligadas diretamente à questão dos objetos do art. 10 da CRFB/1988, e algumas ideias a respeito destes modos de participação política da classe laboral brasileira nestes espaços.

Em decorrência destas categorias analisadas, será questionada a amplitude dos espaços e dos temas, em que leve os sujeitos da relação laboral – e, em especial, os trabalhadores – no papel de coordenadores do processo de empoderamento social, uma vez que sua atuação será multiplicadora em várias questões de ordem nacional para além – e perpassando, quando se puder – pela esfera laboral vigente. Assim, e pensando o papel da classe laboral na participação máxima do contexto democrático na Administração Pública, pode ser que se dê àquela um novo papel nos espaços públicos e, com isto, se reconhecer como classe da maior importância na formação política e institucional do país, a partir da introdução de uma cultura para a cidadania a partir dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa por meio dos órgãos e colegiados do Poder Executivo, refratados nas práticas de cidadania necessárias para políticas públicas mais maduras e concatenadas com as necessidades e prioridades reais dos cidadãos do país, em geral.

### **CIDADANIA E DEMOCRACIA (NO ESPAÇO LABORAL BRASILEIRO): EXPRESSÕES, SUJEITOS E CONTEXTOS.**

Embora conceituar cidadania seja um fato que desafia o espaço e suas expressões culturais, há no contexto de hoje a busca por um consenso de conjunto (ou dimensões) de direitos que se acercam na dimensão estabelecida em cada tempo e espaço (PINSKY, 2003:15). No contexto da formação dos direitos laborais a conjuntura cidadã perpassa por lutas de poder em que a classe trabalhadora busca, através do encorajamento dos seus e, mais tarde, pela participação do Estado na formação de uma estrutura de providência e bem-estar, o engajamento para a afirmação de direitos sociais, políticos e individuais que formarão o bojo da cidadania laboral até os dias atuais.





Porém o processo de afirmação de direitos perpassa pela atuação política de seus atores sociais – através dos espaços de poder que lhes são conferidos/conquistados. Com isto, para além de um ideal de cidadania que transferisse ideais de consideração de sujeitos sociais (portanto, de cunho individualista), a mesma passa a inserir na pauta de sua desenvoltura novas reivindicações com a preocupação cada vez mais crescente com a questão social e a constitucionalização dos direitos reflexos neste movimento político.

Consequentemente, existe cada vez mais a necessidade e a intensidade do diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil por onde – inserida aqui a classe trabalhadora – o poder político é relativizado e diluído horizontalmente, interferindo desta forma o modo de construção coletiva dos direitos de cidadania e tirando do confinamento que a separava este Estado da realidade social, conforme aduz Silva:

Tal confinamento só começa a ser abalado através de um processo histórico de formação e constituição da classe trabalhadora, na qual esta se afirma como sujeito ativo e busca seu processo de reconhecimento para além da fábrica. Nesse sentido, a universalização do status de cidadania, com a integração dos trabalhadores, não proprietários e mulheres no processo político, é resultado de inúmeras lutas pela ampliação dos cânones democráticos, em um processo no qual se obtêm direitos civis, políticos e, após, direitos sociais. (2012: 980)

Abordando a questão da democracia, e por onde esta surge enquanto instituição cujos resultados derivam nas dimensões de cidadania de cada época, aperfeiçoaram-se modos de afirmação democrática que foram se coadunando hibridamente ao longo dos anos, como uma existência conjunta de formas diversas em um mesmo tempo e espaço. Assim foram se formando sistemas de distribuição de poder que sedimentam, de lugar a lugar, as expressões de cada setor da Sociedade civil e os limites de atuação do Estado (e dos setores econômicos por trás deles), dando a tônica da participação política e, como reflexo, a afirmação de tais e quais direitos de cidadania.

Diferentemente da expressão liberal construída desde as Revoluções Liberais até meados do Século XX, o cenário político e jurídico dos países que passaram por esta experiência derivou da consideração de uma série de demandas sociopolíticas que desafiaram a integração de atores sociais na discussão, deliberação e posituação de políticas públicas e atos oficiais de forma universal e irrestrita. As organizações sindicais, em caso, estão inseridas, e derivam sua atuação no modo como são conduzidos os trabalhos e deliberações a



respeito dos direitos trabalhistas (e sociais), espalhando-se – se possível – na discussão e afirmação de outros direitos de cidadania ao longo da História. Pode-se, inclusive, dizer que ao reivindicar direitos os trabalhadores estavam, na verdade, se afirmando como cidadãos através de uma ação política ativa (SILVA, 2012: 981) e, assim, pavimentando o caminho em que outras categorias sociais irão se empoderar e buscar seus direitos típicos formando, com isto, redes de cidadania.

A estrutura da democracia, firmada entre a liberdade e o pluralismo político, exige a consideração de espaços diversificados e a necessidade comum de coexistência, desafiando o debate da afirmação dos direitos de todos, maiorias e minorias, expressadas nas políticas públicas de ações afirmativas ou na contextualização dos direitos das minorias no bojo dos direitos das maiorias, de modo particularizado (BARBOSA, 2010: 45). No viés político, onde as pautas são discutidas socialmente, sistemas de democracia foram sendo criados e/ou reformulados – tais quais as formas direta, indireta e participativa (interessando a este estudo esta última), como formatação dos modos de distribuição de poder nos países afora, principalmente os de conformação em Estados de Direito sob o cunho democrático.

Não que tais sistemas democráticos representassem a antítese um face ao outro; na verdade, à medida que os sistemas políticos vigentes se permitem um modo híbrido de formatação do poder democrático, estabelecendo neles papéis, atores e espaços. Há em verdade uma conformação para a coexistência dos debates de certo sistema democrático que vão, a cada prática desenvolvida, estabelecer uma condução dialógica de todas as umas das propostas, reivindicações e projetos provendo, assim, um equilíbrio entre a atuação política das representações políticas e os objetivos de cada uma, traçados institucionalmente.

No entanto o grande liame da questão passa quando as políticas públicas surgem de uma imperiosa discussão – porque exigível em legislação – vinculando o exercício da democracia participativa à atuação futura da representação democrática na expressão dos direitos de cidadania. Em várias matérias de direitos sociais, no Brasil de hoje, a expressão dos sistemas de democracia são inter cruzados de tal forma que a ausência da primeira anula a atuação da segunda, exigindo deste modo o atendimento da participação popular e conferindo, num primeiro momento, sua manifestação peculiar e, num segundo, atuando em verdadeiro controle externo das políticas públicas em questão.



Em matéria de políticas públicas voltadas ao trabalho e às condições previdenciárias (art. 10, CRFB/1988) a questão não se difere, ficando a participação da sociedade civil através da classe trabalhadora em um papel destacado nas decisões políticas a respeito de seus direitos em sede nacional, já que historicamente a atuação das representações laborais sempre foi uma situação contemplada em todas as discussões de direitos laborais havidos neste país até o presente momento (CUSTODIO, 2009: 28).

Sustentando-se a importância da participação popular como tendência universal na discussão de direitos sociais no Brasil a grande questão não está mais voltada para o acesso, embora ainda seja um fator bastante dificultado pela cultura política nacional; ao destacar a importância da participação popular nos sistemas democráticos atuais – com o envolvimento, na análise presente, da classe trabalhadora nos espaços representativos e participativos existentes – a própria Administração Pública ganha em qualidade por aprimorar os laços de governança e reforçar os laços sociais de confiança estabelecidos com os sujeitos sociais; por conseguinte, existirá mais transparência na atuação das políticas públicas, eivando-se de legitimidade todas as decisões tomadas legislativa e administrativamente; além disto, a cidadania estará mais bem expressa por meio do envolvimento da Sociedade civil de modo inicial, intermediário e final do processo de afirmação/promoção de direitos, notadamente em Estados que possuem tradição nas conformações econômicas de bem estar (PEREZ, 2012: 166). Destarte às tradições da Administração Pública em matéria dos paradigmas institucionais então adotados (como o culto da legalidade, a preponderância do interesse público sobre o privado, a questão funcional da publicidade administrativa, dentre outras), existe uma construção de legitimidade da sua atuação no fato de trazer, para o cidadão, o maior envolvimento possível de seu administrado sobre o que se está fazendo em seu benefício ou mero dispor.

Quando se fala, por exemplo, da definição dos direitos sociais laborais, o chamamento ao processo de discussão destes por parte da classe trabalhadora e da classe empregadora junto à Administração Pública condiciona-se a qualidade, a validade e a legitimidade destes direitos ao nível em que o resultado da discussão popular é desenvolvido e, ao final, projetada.

Não há como se ignorar que a questão da participação popular tornou-se uma categoria inalienável da atual formatação democrática dos debates de direitos. Esta participação vai busca combater, segundo Saule Junior (2004: 01), “nos tradicionais métodos de corrupção,



clientelismo na gestão da coisa pública, nas privatizações dos serviços públicos sem processos democráticos e sem respeito ao princípio da legalidade (...)”. Não que a mera participação popular ou o seu máximo envolvimento nas estruturas políticas possam eliminar estas mazelas, mas, a princípio, conseguiriam dar forma a uma consciência maior da realidade e conduzindo à diminuição ou até mesmo à eliminação destes fatores negativos de poder.

Chamando, novamente, para a questão laboral, a própria densidade e os impactos econômicos, sociais e políticos provocados pela política de legislação trabalhista e previdenciária exigem o envolvimento de todas as classes laborais – sendo um dos casos mais notórios da realização da soberania popular, sob pena de fortes constrangimentos sociais. Para isto, ainda segundo o mencionado autor, é preciso reconhecer a necessidade e a importância da participação popular nos rumos do país, considerando a cidadania e a dignidade humana como dirigentes fundamentos para a construção de um Estado Democrático (SAULE JUNIOR, 2004: 04).

Na ordem institucional brasileira, a partir da própria constitucionalização de seus sistemas jurídicos desde 1988, uma rápida leitura na Carta Magna é o suficiente para, a princípio, atestar esta condição. A proeminência da democracia participativa (ou dialógica) neste contexto (MAFFINI, 2010: 161). Além do art. 10, que dispõe sobre a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação (completada com o art. 194, VII, ao abordar a gestão administrativa no sistema estatal de previdência social, objeto do presente estudo), existem outras disposições constitucionais em que a participação popular se faz necessária, conforme se listam abaixo alguns exemplos:

- a) A gestão das políticas públicas em nível de Administração Pública local (art. 29, X, CRFB/1988);
- b) O planejamento da política agrícola com a participação de sujeitos ligados ao setor agrário nacional (art. 187, CRFB/1988);
- c) O planejamento no setor de saúde (art. 198, III, CRFB/1988);
- d) As políticas de assistência social (art. 204, II, CRFB/1988);
- e) O desenvolvimento dos projetos, programas e ações na área da educação (art. 205, CRFB/1988), contando com a gestão democrática no serviço público de ensino, na forma da lei (art.206, VI, CRFB/1988);
- f) A colaboração entre comunidade e Poder Público na proteção do patrimônio cultural brasileiro (art. 216, §1º, CRFB/1988);
- g) A proteção do meio ambiente, como responsabilidade de todos (art. 225, CRFB/1988);



h) As políticas de assistência à criança e ao adolescente, na forma da lei (art. 227, §1º, CRFB/1988).

Focada numa visão de inclusão do cidadão nas questões que são de seu maior interesse, a democracia participativa exige que a Administração Pública tenha cada vez mais uma comunicação direta com o seu administrado, envolvendo este como elemento precípua da eficiência e da legitimidade de sua atuação prática proporcionando, desta forma, “(...) uma gestão responsiva, dinâmica, atenta à pluralidade dos interesses sociais, com vistas voltadas à efetivação dos direitos fundamentais, fator essencial para a eficiência das atividades de bem-estar que devem ser conduzidas pela Administração” (PEREZ, 2012: 169).

E por se tratar de direitos que não são de fácil execução – pela própria necessidade de passar por planos, programas, projetos e ações voltados à coletividade – as políticas públicas voltadas à classe trabalhadora, conforme já se tem provado por tradição histórica sua concepção e realização no Brasil, continuam por reclamar, ainda que em tempos de crise das representações sindicais e da precarização dos direitos trabalhistas diante dos novos sistemas econômicos porvir, a presença da coletividade. Portanto, frente aos direitos laborais a participação da classe trabalhadora é não só reivindicada na sua existência, mas também na sua concepção e discussão estrutural quanto à formulação, gestão e execução de políticas públicas de interesse direto de seus destinatários. São movimentos que se processam através de audiências e consultas públicas, comissões e colegiados, movimentos grevistas dentre outros, e com propostas legiferantes e administrativas. Envolve, na verdade, toda a sociedade porque, de um modo ou de outro, ela trabalha e, de um modo ou de outro, precisa recobrar pra si os valores e os sentidos humanos e sociais de trabalhar – daí tanta participação.

## **O QUADRO INSTITUCIONAL (E CRÍTICO) DA PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS NAS ESFERAS PÚBLICAS**

De regresso ao tema em questão o art. 10 da CRFB/1988 marca um ponto nodal no tocante à concepção democrática da participação sindical nas políticas públicas de trabalho, emprego e previdência. Ao assegurar a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, abriu-se uma janela para a inserção de novas pautas dentro



das políticas relacionadas ao espectro laboral brasileiro, embora sua abrangência não seja tão dinâmica como se pretende dizer.

Nota inédita nas constituições do Brasil, este dispositivo remete a participação das classes laborais aos colegiados, ou conselhos, dos órgãos públicos do Estado, e possui pauta definida, *a priori*. Nesses, a organização das deliberações é feita através de assentos cativos entre Estado e sociedade, representando geralmente metade das vagas a cada setor (na situação trabalhista a divisão é maior por conta do envolvimento de duas classes laborais – a empregadora e a trabalhadora), e possui a virtude de instrumentalizar a participação popular nestes quadros – ou, ao menos, facilitar a articulação entre ambos os setores sociais.

Como mencionada a formação colegiada da participação é tripartite, pois exige participação de classe trabalhadora, classe empregadora e o Estado, para que não se lance em vícios corporativistas, principalmente da classe trabalhadora junto ao Estado – se o objetivo for à precarização do trabalho ou a alienação desta classe, conforme será ressaltado a seguir. Claro que, para além desta questão política, a legitimidade das decisões tomadas nestes órgãos é um dos principais objetivos buscados, além da transparência com que as decisões devem ser tomadas e a máxima eficiência que se busca quando os direitos e as sujeições são, por fim, realizadas.

Para a apresentação institucional das questões sujeitas a discussão e deliberação em que as classes laborais participam, será feita uma breve explanação a respeito dos principais foros onde as classes laborais se encontram presentes, listando-se, para efeito de exemplificação, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e o Conselho do Ministério da Previdência Social.

No primeiro (o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), trata-se da gestão compartilhada de políticas públicas acerca de um direito do trabalhador – o FGTS, constituído de uma indenização laboral mantida através de uma reserva pública cobrada dos empregadores com base na folha salarial de seus empregados. Tal indenização é entregue no momento do desligamento dos empregados de seu local de trabalho, mas também pode ser utilizado em outros casos definidos em lei.

O dito Conselho possui uma composição plural através de oito representantes da sociedade civil, sendo metade ligada ao setor dos trabalhadores e dois dos empregadores





indicados pelas suas representações civis, oito membros indicados pelo Estado e o Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social. Estabelece o Conselho diretrizes e programas sobre a gestão dos recursos do FGTS, principalmente voltados à questão de habitação e infraestrutura urbana e também sobre a relação institucional do fundo com os seus beneficiários.

Já o Conselho Deliberativo do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – é uma instituição ligada também ao Ministério do Trabalho e Emprego, ministrando um programa estatal que regula e viabiliza o pagamento do seguro-desemprego. Também tem formação tripartite e o ingresso é nas mesmas condições do Conselho referente ao FGTS. Por último, também tão importante quanto, é o Conselho do Ministério da Previdência Social (CNPS), que dentre os outros conselhos que ocupam a pasta setorial, é quem maior ocupa destaque na questão em voga. O CNPS é um colegiado de deliberação que possui como principal atribuição a questão previdenciária – tanto na formulação quanto na aplicação e revisão das atividades ligadas ao setor. Sua formação é quadripartite porque inclui os aposentados entre os demais – Governo, representações dos trabalhadores e dos empregadores.

Pela dimensão do objeto existem comissões regionais que fazem o mesmo exercício de reflexão em unidades descentralizadas, envolvendo neste caso em cada um dos Conselhos de Previdência Social – CPS's – compondo-se de dez conselheiros sendo, dentre eles, quatro membros do Estado, dois entre aposentados e pensionistas, dois representantes dos trabalhadores e dois dos empregadores. A setorização do conselho permite uma melhor leitura do sistema previdenciário na localidade em que acontecem os fatos, permitindo com isto uma maior transparência e uma busca maior da eficiência do serviço prestado pelo Estado.

Estes e outros quadros, dentro de ambos os Ministérios, existem com diversas funções, dentre elas a de combater as discriminações no campo do trabalho e do emprego, promover questões estratégicas como a economia solidária ou mesmo abordar a situação dos imigrantes. É uma realidade bastante interessante, tratando-se do ponto de vista de que o envolvimento da sociedade civil nestes debates reforça o caráter democrático das políticas públicas que são tomadas. No entanto, para aprofundar o nível da análise a que este trabalho se propõe, é preciso repensar as representações sindicais e o que elas contribuem para o envolvimento da sociedade neste desiderato. A construção da participação das representações trabalhistas em políticas públicas não é, decerto, uma novidade em nossa época.





Embora no caso brasileiro a participação das classes trabalhadoras sofresse todo tipo de intromissão na sua organização e estrutura, e tivesse uma atenuação política significativa a partir da Carta Magna de 1988 (mesmo mantendo a estrutura do piramidismo sindical), a participação das entidades laborais neste sentido passa a ter um novo contorno institucional na formação de políticas públicas voltadas ao exercício laboral e às questões previdenciárias, dentre outras que as assumam de seu interesse.

A verdade é que boa parte dos direitos sociais conquistados no país, como verdadeiro movimento global de direitos de cidadania, tem por base as lutas da classe trabalhadora, mesmo que estruturado de forma cooptativa, desde a Era Vargas. Embora tardia, por conta do fenômeno da industrialização e da organização de massas ter se desenvolvido nos primeiros decênios do Século XX, o Brasil – como os demais países ocidentais, no mínimo – passaram a pautar os direitos de cidadania através da expressão de uma existência justa que passava do trabalho até as condições de vida e a realização das mínimas necessidades humanas.

Por isso não se pode olvidar a participação dos sindicatos neste processo histórico de afirmação de direitos humanos, que vai passando ao longo do século passado, ainda que em passos limitados, ao tratar do papel dos sindicatos, em sua gênese no Brasil, como um órgão de “(...) cooperação entre as duas classes [sindicatos dos trabalhadores e sindicatos dos empregadores] e o Estado” (CARVALHO 2011: 115), transformando-se, assim, o manifesto laboral num corporativismo de Estado, ao exemplo do modelo italiano.

Isto poderia, a princípio, ter implicações diretas na liberdade da classe trabalhadora, tanto endógena quanto exógena (ou seja, tanto dentro da sua esfera de atuação quanto na relação com o Estado e a sociedade civil)? Que pautas fundamentais, com base nesta liberdade sindical arquitetada, seriam definidas e qual a abrangência do debate delas?

A liberdade sindical é como a expressão da personalidade humana: é preciso espaço de consciência e de expressão para que as ideias não sejam distorcidas e, com isto, resulte em manifestações ilegítimas da realidade. E embora devesse ser tratado como um direito fundamental, derivativo da liberdade como direito humano, a expressão da liberdade sindical no Brasil e a possibilidade de deliberação (independente) em políticas públicas é um fenômeno bem recente – e, ainda assim, mitigado por força do art. 8º da CRFB/1988.

Na expressão piramidal do contexto sindical, existente no caso brasileiro e grafado constitucionalmente, a liberdade é mitigada por razões estruturais de controle e – por via



indireta – da manutenção de velhos paradigmas de organização institucional, que podem chamar a lembrança de regimes totalitários, já vividos no país. O registro oficial junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a limitação do número de dirigentes sindicais com direito à estabilidade, a unicidade da representação classista com base em um território delimitado e o condicionamento da cobrança sindical compulsória, dentre outros, são reflexos de uma liberdade que é relativizada pela preocupação institucional de uma expressão ainda maior de liberdade com que o país ainda não está acostumado a viver.

A relativização dessa liberdade e as práticas do populismo consideradas pelo Governo às classes trabalhadoras podem distorcer os rumos de uma participação democrática mais límpida, não obstante os já vários problemas suscitados acima defronte à questão da liberdade sindical. E, para completar, a própria lógica da unicidade de representação pretende calar, dentro de sua corporação, a liberdade de expressão entre seus sindicatos – provocando com isto rachas estruturais na ideologia e nos rumos de seus membros (PEREZ, 2006: 172).

Embora isto não faça desnaturar a representação em si nas instancias de deliberação democrática, exige-se – por parte das suas organizações laborais internas – uma forte coesão de valores para que não reste prejudicada qualquer reivindicação de “minorias laborais” dentro do sistema representativo.

É necessário repensar o espectro da liberdade sindical como modo mesmo da sociedade de expressar o seu pensamento da forma mais natural possível não só à reivindicação de natureza laboral, mas, também, de questões de ordem social. Questões altamente desafiadoras, uma vez que nas últimas décadas, com a mudança do sistema de produção capitalista ao redor do globo e a introdução das lógicas neoliberais nas formas de composição do mercado de trabalho e emprego, o enfraquecimento dos movimentos sindicais logo se mostrou uma constante, facilitando a própria precarização das pautas e saindo do protagonismo de agente que formula novos direitos para aquele que barganha os que têm, reduzindo-os para não perdê-los.

Para além, no que afeta o fenômeno sindical, os fatores acima ajudaram a afastar o número de sindicalizados, facilitando ainda mais – pelo contexto de então – a pensar-se em uma desregulamentação do trabalho ou, no dizer dos neoliberais, numa flexibilização das relações de trabalho. A própria identidade operária e sindical perde força porque o cidadão, na



necessidade de sobreviver, estará se adequando ao jogo laboral e sujeitando-se a toda sorte de inovações laborais para se manter empregado.

No caso brasileiro, em que o Consenso de Washington de 1989 se faz como contrassenso legal diante dos direitos e da direção de um Estado de bem-estar, promulgados na CRFB/1988, o esteio ideológico neoliberal espalha-se de um modo profundo nas relações de trabalho e na definição de suas representações laborais nos aspectos político, social e econômico. E os sindicatos, que possuem atribuições de participação em todos estes aspectos, coloca o próprio sentido de sua luta à parede da realidade fatural, não sabendo— tamanha fragilidade institucional vivida – onde se inserir no tecido social.

Conforme explicita Carvalho, este grau de representatividade e atuação sindical no Brasil revela não só uma falha na própria automobilização das classes, mas uma forma de reajuste ao sistema neoliberal ganhando, em troca de uma convivência (convivência) com o sistema capitalista atual, recursos públicos e postos de governo em que possam colocar, diretamente com o governo, suas pautas. O *participacionismo* – o vínculo a uma esfera pública para participação, compartilhando com isto esferas de poder – passa a ser a marca dos tempos atuais, confrontando-se as ideias das classes laborais e contrapondo-se as ideologias adotadas no rumo da manutenção do sistema capitalista e nas formas (diga-se, novas leituras) sobre a exploração da força de trabalho. A luta não se faz mais nas ruas e nos sindicatos, mas sim nos Ministérios e nas Secretarias de Governo (2011: 20)

A postura dos sindicatos, desde então, tem sido a de se reorientar na estratégia da direção das centrais sindicais e, através das formas de participacionismo envolvidas, consolidar um novo “pacto social” diante da ofensiva neoliberal através do envolvimento dos sindicatos em espaços institucionais. Dentre os diversos fatores que apontam o fenômeno pós 1990 no Brasil, estão elencados:

- a) O aumento da liberdade dos sindicatos – não absoluto – através do art. 8º da CRFB/1988;
- b) A ascensão do “sindicalismo de resultado”, representado pela Força Sindical e, mais tarde, pela CUT – Central Única dos Trabalhadores;
- c) A crise do sindicalismo socialdemocrata diante do processo de reestruturação produtiva, exigindo daí novas abordagens sindicais diante do reduzido poder das classes trabalhadoras nestes novos fenômenos laborais;
- d) A ascensão do PT – Partido dos Trabalhadores – na Presidência da República como grande articulador do participacionismo e promotor de uma aliança dos sindicatos com os setores econômicos da sociedade, sustentando



– para aquele, uma espécie de governabilidade desejada sem grandes crises (CARVALHO, 2011: 23).

Decerto, com o envolvimento de Centrais Sindicais associados ao novo movimento do sindicalismo brasileiro, o que se percebe é um comportamento altamente paradoxal dentro do quadro, auxiliando ainda mais na dissolução identitária dos sindicatos. O caso da CUT é o mais emblemático, diante da completa metamorfose que se envolveu através do participacionismo derivado da ascensão do PT ao poder (CARVALHO, 2011: 25).

É possível questionar se, com a inserção dos sindicatos nas instâncias de poder, houve na verdade uma burocratização dos mesmos e um afastamento gradativo entre dirigentes sindicais e os seus sindicalizados, fragilizando ainda mais a instituição. Chega-se a aduzir que através da atuação dos sindicatos na esfera política a participação das centrais sindicais na influência sobre políticas públicas setoriais busca-se o sindicalismo atual compensar algumas perdas ocasionadas diante da reestruturação produtiva e política do capital no sistema neoliberal (VERAS, 2002: 299).

Aliás, com o participacionismo destacado dentro da estrutura “neodemocrática” assumida com a Constituição de 1988, acentuaram-se ainda mais os corporativismos sem destoar do método populista já assumido com a verticalização sindical, antes mesmo da Carta Magna vigente. Cada representação sindical passou a olhar para si e para seus interesses políticos, destoando-se de um olhar mais abrangente sobre as questões sociais, pauta inicial dos movimentos sindicais havidos desde o início do século passado. A unicidade sindical no Brasil, desta forma, aliado ao envolvimento destas nas esferas de poder, demonstra um grande paradoxo que diminui a participação social na definição de políticas públicas legítimas para a sociedade e, em especial, para todas as categorias laborais envolvidas.

Não obstante todos estes desafios e contextos acima ditos, o ideário inicialmente defendido pelos sindicatos consiste em incluir os trabalhadores afastados de qualquer representação sindical, reinventando o movimento através dos princípios da solidariedade, emancipação social e democracia participativa. Na verdade, a própria noção de democracia participativa levaria a integração das classes trabalhadoras ao Estado a um aprofundamento da regulação em detrimento da emancipação, legitimando a conformação político- econômica vigente.



Porém, o quadro que se até é totalmente diverso. Conforme as experiências vividas até o presente, no Brasil, e principalmente com a presença de uma força partidária laboral no poder desde 2002 (que intensificou esta centralidade no poder sindical), a conformação das representações laborais está permitindo uma perda significativa de legitimidade entre os seus sindicalizados diante da barganha política que se estabeleceu com as forças políticas – e, para acrescentar, econômicas – chegando a tal ponto de determinar, pelo grau de sua representatividade nesta democracia participativa configurada, o modo pela qual ela exercer as suas ideias e, com isto, a sua própria sobrevivência levando a xeque todos os direitos conquistados no campo político e social dos direitos havidos a partir do movimento sindical brasileiro.

### **EM CONCLUSÃO (?): REPRESENTATIVIDADE SINDICAL NOS CONSELHOS DELIBERATIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS...**

A princípio é importante destacar que não se quer revogar um direito consagrado constitucionalmente à participação das entidades laborais nos espaços de deliberação de políticas públicas. O amadurecimento político de um Estado começa quando o mesmo abre as portas para que seu cidadão participe do dia-a-dia de sua governança.

A questão desafiadora para o presente trabalho – e que teceu as principais tendências da administração pública caracterizada como dialógica, dentro de um contexto político-institucional democrático participativo – é o nível e os interesses por trás da participação. Mais uma vez é preciso fazer um alerta: a princípio, os sindicatos não são os grandes culpados, nem os governos. Não é o caso, neste trabalho, de se fazer listagem de algozes ou acusar do por que as representações laborais não correspondem, em nível, aos ideais de seus sindicatos, já que muitas das vezes os sistemas econômicos e político-sociais são superiores às consciências individuais – e em alguns casos, coletivas – que se possam ter a autonomia e a percepção de realidade para confrontar os problemas existentes.

O novo modelo de governança social, conforme demonstrado neste trabalho pretende romper com a visão da pessoa humana enquanto administrado e coloca-o em postura de coadministrador, reconhecendo como um cidadão tão responsável quanto os representantes do poder que o mesmo os elege. Ainda a guisa de debate sobre o contexto, um estudo feito pela



União Europeia em parceria com o Ministério do Planejamento brasileiro expõe os desafios e as expectativas que são aguardadas a partir do desempenho dos conselhos de políticas públicas existentes no país, destacando-se, entre eles uma heterogeneidade da própria administração pública, constatando diferenças de envolvimento entre os grupos de poder que estão na aliança com o governo e suas relações com a sociedade civil, e das diversas capacidades destes conselhos de haver influência sobre as decisões do Estado, bem como na capacidade de formular e monitorar as políticas públicas existentes; uma ausência crônica de articulação entre os conselhos e as conferências, fazendo com que as reflexões havidas nestas não encontrem ecos nos marcos de cada política setorial; a inexistência de estratégias de coordenação horizontal entre as diversas conferências, mesmo aquelas realizadas dentro do Ministério, onde diversas pautas são entrecruzadas sem o devido equilíbrio entre elas e as paridades desproporcionais entre o Estado e a sociedade civil e ausência de autonomia desta nos conselhos. Como diz o documento, “(...) a eleição da representação da sociedade deveria se dar em fórum próprio e não mediante indicação governamental” (UNIÃO EUROPEIA, 2012: 28);

No mesmo sentido, há uma confusão institucional sobre os espaços deliberativos e os espaços de interlocução ou consulta. Na verdade, os conselhos em geral não têm a dimensão exata sobre o que podem discutir e o que podem decidir, acabando por se encolher em ações de mera consulta e não exercendo o poder compartilhado que a estrutura lhes confere, já que existem características de sub-representação e sobre-representação através de questões que perpassam os conselhos. O patrimonialismo, a desigualdade de renda, o racismo e o sexismo – como reflexos concretos da questão social brasileira – perpassam as participações nos conselhos, principalmente em níveis regionais e locais. Decerto, em nível de conselhos federais as categorias laborais ocupam boa parte dos espaços da sociedade civil nas entidades, dentre elas a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Confederação nacional dos Trabalhadores para a Agricultura Familiar – CONTAG, a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores – CGT e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

Ao final, dentre os principais elementos verificados no estudo, há uma grande deficiência de comunicação e de prestação de contas entre os conselhos e conferências e a sociedade civil entre os níveis de conselhos, as pessoas que os elegeram, entre os conselhos e os órgãos públicos e o destino das deliberações e decisões tomadas por eles. Com isto não há





uma devolução eficiente aos representados das metas estabelecidas (*accountability*) das atividades dos conselhos – construindo, com isto, uma imagem de ineficiência, burocracia weberiana e ilegitimidade das estruturas de democracia participativa ficando, ao fim, nas costas dos representantes da estrutura de democracia representativa a definição, em concreto, das políticas públicas dos direitos sociais brasileiros (UNIÃO EUROPEIA, 2012: 27-34)

Através de todos os fatores acima listados e por trás de todo o processo das representações sindicais nas instâncias de poder está à fragmentação das relações laborais e da precarização das relações do Estado com as centrais sindicais desde que o modelo do Estado de bem-estar entrou em crise. Além disto, por trás da fragilidade institucional sindical estão os paradigmas clássicos da Administração Pública que, no caso brasileiro, continuam manifestando resquícios em nível local e regional. O percurso da participação democrática à sociedade civil ainda é um longo caminho e não é através da promulgação de uma lei fundamental que se transformam todas as realidades em um único momento.

Ocorre que é preciso repensar a liberdade sindical. O nível da qualidade da representação nas instâncias governamentais passa por uma maior expressão dos seus agentes sem, com isto, terem limitados suas garantias fundamentais coletivas ou condicionando as mesmas através de um maior vínculo com o governo ou não. As liberdades de falar sobre direitos fundamentais passando do trabalho e da previdência para a educação e a saúde possam e devem ser expressos também fora dos conselhos públicos, das empresas, dos próprios sindicatos.

É preciso articulação e comunicação, empoderamento social e empreendimento de esforços para envolver e compartilhar. Neste sentido, ainda citando Boaventura de Souza Santos (1999: 60), é preciso obter uma partilha democrática do trabalho, o reconhecimento do polimorfismo do trabalho e a promoção da reinvenção do movimento sindical, reconstruindo em diversos espaços a discussão de políticas públicas e revalorizar o papel das comissões de trabalhadores para atingir, fora dos espaços governamentais, as mesmas intenções de dentro dos conselhos e conferências existentes.

Nas ruas, no pensamento coletivo e na expressão dos meios de comunicação livres estão as verdadeiras bases da organização coletiva que discutirão, com ar de legitimidade, as pautas de direitos fundamentais necessárias para a boa governança – reflexos nas políticas públicas desenvolvidas fielmente aos reclamos populares. Talvez, através da plena atuação





política das representações sindicais com os seus representados possa haver uma maior transparência: a) no que se quer atuar; b) o que se pretende alcançar; e c) em que meios buscar, incluindo a participação nos colegiados estatais...

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco de Souza. *Os movimentos sindicais e corporativos como atores da democracia*. Monografia do Curso de Especialização em Institutos e Processos Políticos do Legislativo. Brasília: Poder Legislativo, 2007.

BIER, Clerilei A. *Transformações nas relações coletivas de trabalho: por uma concepção democrática de sindicalismo*. Em: Revista Sequência. São Paulo, n. 56, junho de 2008, p. 305-320.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Ideologia do Trabalho*, 2ª Ed., São Paulo: Moderna, 2005.

CARVALHO, Guilherme. *Debate sobre representação e sindicalismo participacionista*. In *Revista de Estudos do Trabalho*. São Paulo, n. 10, janeiro de 2010, p. 15-27.

CASAGRANDE, Cássio. *Centrais Sindicais: um retorno à Era Vargas*. Em: CEDES – Centro de Estudos Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: CEDES, boletim março e abril de 2008, p. 01-03.

CUSTODIO, Márcio Ferezin. *A participação das organizações sindicais nos colegiados de órgãos públicos*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Direito Público e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

GOMES, Fábio Rodrigues. *O direito fundamental ao trabalho: perspectivas históricas, filosóficas e dogmática analítica*. Rio de Janeiro: 2008.

MAFFINI, Rafael. *Administração Pública dialógica (proteção procedimental da confiança). Em torno da Súmula Vinculante n. 03 do Supremo Tribunal Federal*. Em: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, n. 253, janeiro a abril de 2010, p. 159-172.

ORMEROD, Alexandre Rodriguez Bueno. *Administração Pública dialógica e legitimação da atuação administrativa*. Rio de Janeiro: EMERJ, 2012.

PALOMEQUE, Manuel Carlos. *Direito do Trabalho e ideologia*. Trad. Antonio Moreira. Coimbra: Almedina, 2001.

PEREZ, Marcos Augusto. *A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas*. Em: BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. Santos: Saraiva/UNISANTOS, 2006, p. 163-176.



SAULE JUNIOR, Nelson. *A participação dos cidadãos no controle da Administração Pública*. São Paulo: Instituto Pólis, <http://www.polis.org.br/uploads/840/840.pdf>, acesso em 03 de julho de 2014.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. *Democracia e Trabalho: os caminhos de uma complexa relação na História da Cidadania*. Em: NETO, Cláudio Pereira de Souza *et alli*. *Direitos Sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 975-994.

UNIÃO EUROPEIA *et alli*. *Participação social na Administração Pública Federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2012.



## **INFORMALIDADE E TERRITÓRIOS DE TRABALHO EM SALVADOR: UMA BREVE ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE EXCESSIVO CONTROLE E CONCORRÊNCIA POR VENDEDORES AMBULANTES**

QUEIROZ, Adriana Franco de

*Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
 Universidade Federal da Bahia*

497

### RESUMO

Este artigo discute a ocupação de “territórios de trabalho” em espaços públicos na cidade de Salvador por trabalhadores(as) informais “por conta própria”. O trabalho realizado em territórios de acirrada concorrência e controle, envolve relações de poder marcadas por tensões e perseguições. No atual contexto de crise, precarização e reestruturação produtiva, a informalidade vem ganhando novas configurações, perdendo o sentido conceitual que teve nos debates preliminares. Inicialmente entendida como atividade pré-capitalista, ganha nova dimensão, tornando-se reconhecidamente parte do sistema dominante, que se utiliza da superexploração do trabalho para dinamizar o mercado. Em Salvador, a ocupação dos espaços públicos sempre foi um problema para os(as) trabalhadores(as), mas agora o clima de tensão vem se agravando diante a crescente exigência do poder municipal, que vem se utilizando da expropriação dos territórios de trabalho nos espaços em processo de requalificação de área.

**Palavras chaves:** informalidade, trabalho informal, territórios de trabalho.

### ABSTRAT

This article discusses the occupation of "work areas" in public spaces in the city of Salvador by workers (as) informal "on their own". The work done in areas of fierce competition and control, involves power relations marked by tensions and persecutions. In the current context of crisis, insecurity and productive restructuring, informality has gained new settings, losing the conceptual felt that we had in the preliminary discussions. Initially seen as pre-capitalist activity, gains new dimension, becoming recognized as the dominant system, which uses the overexploitation of labor to stimulate the market. In Salvador, the occupation of public spaces has always been a problem for (the) workers (as), but now the climate of tension has been worsening on the growing demand of the municipal administration, which has been using the expropriation of labor territories spaces in the area of rehabilitation process.

**Keywords:** informal, informal work, work areas



## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo oferece algumas reflexões sobre o trabalho informal mais precário, realizado historicamente em espaços públicos das grandes cidades brasileiras, como atividades de autossustento daqueles que não conseguem um trabalho assalariado ou que fizeram “a opção” de atuar como “autônomo”. Partindo desta premissa, localizamos a questão da informalidade nos debates sobre as transformações no mundo do trabalho. Diante da complexidade do tema, se faz necessário, uma discussão sobre o próprio conceito de informalidade e seu desdobramento teórico, para situar o problema no atual contexto de crise e precarização social do trabalho, estabelecendo relações com as observações empíricas.

Analisar o trabalho informal, requer uma retrospectiva história quanto à construção da própria noção de informalidade, considerando o esforço teórico pioneiro de alguns intelectuais e instituições (CEPAL e OIT)<sup>1</sup> para explicar as precárias condições de trabalho de boa parte da população, na situação de subdesenvolvimento dos países da América Latina e da África. No debate preliminar, a informalidade esteve associada à periferia do capitalismo, ao problema do subdesenvolvimento, da não-integração social de grande parte da população no padrão do assalariamento. Nesse período, a informalidade era entendida como condição atípica e transitória, mas acaba se tornando uma condição permanente. Neste sentido, um estudo desta natureza requer uma discussão sobre o capitalismo global e dependente, como ponto de partida para entender as especificidades do Brasil, enquanto país que vivenciou o capitalismo tardio e que não chegou a constituir um Estado do Bem-Estar Social.

O conceito de *informalidade* é polissêmico e provoca muita polêmica na academia, diante dos diferentes sentidos e significados que pode representar. Por isto, optamos por tratar do trabalho informal, entendido como toda atividade laboral realizada por conta própria ou desenvolvida para outro, com ou sem remuneração, sem contrato efetivo de trabalho<sup>2</sup>. As práticas laborais “autônomas” consideradas como trabalho “livre” ou “por conta

<sup>1</sup>. Os estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram fundamentais para a análise da informalidade, assim como foram importantes os estudos desenvolvidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

<sup>2</sup>. Neste ponto, vale destacar que alguns autores consideram como informal, conforme sua agregação por posição da ocupação os seguintes grupos de trabalhadores: 1. Empregados sem carteira, 2, doméstico sem carteira, 3. Conta própria, 4. Trabalhadores na produção para o próprio consumo, 5, trabalhadores na construção para o próprio uso e 6. Os não-remunerados. (COSTA, 2010, p. 183)



própria” são modalidades de trabalho que geralmente são organizadas e realizadas pela própria pessoa individualmente, contando, às vezes, com ajuda de algum parente ou de alguém contratado provisoriamente.

Optamos também pelo enfoque no trabalho informal “por conta própria” por esta categoria permitir evidenciar a amplitude e a diversidade que caracteriza os trabalhadores de rua. O trabalhador “autônomo”, “independente” ou até mesmo “autoempregador” é representado para aqueles “que não têm vínculo empregatício nem como empregado nem como empregador” (PRANDI, 1978: 23). Para este autor, esses trabalhadores são aqueles que “o desempenho de tarefas depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria” (1978, p. 25), contando às vezes apenas com ajuda de familiares. A categoria “por conta própria”, possibilita a distinção entre os vendedores ambulantes, se ser ampliada, para incluir os empregadores da informalidade, já que alguns trabalhadores precisam contratar ajudantes para o serviço, tornando-se assim um empreendedor informal<sup>3</sup> na condição de dono do próprio negócio.

No contexto desfavorável à inserção no mundo do trabalho, muitos desempregados desenvolvem algum tipo de atividades “por conta própria” nos espaços públicos. Esses seriam então, os “novos” ou os “antigos” trabalhadores informais, que como “autônomos” tomam as ruas e outros espaços como áreas de trabalho? Algumas práticas de trabalho nas ruas são antigas nas cidades brasileiras, como o comércio ambulante que representa uma das mais tradicionais atividades de sobrevivência dos mais pobres. Os vendedores ambulantes compõem uma vasta categoria de trabalhadores que atuam nas ruas das cidades. Esses ambulantes como muitos se autodenominam, geralmente trabalham para si mesmo, mas existem também os ajudantes<sup>4</sup>, que prestam serviços sem contrato.

Seja através do trabalho escravo ou de mão-de-obra livre, o comércio ambulante, em Salvador, é um fenômeno histórico, considerado como problema social. Os trabalhadores “por conta própria” sempre contribuíram para a reprodução da força de trabalho com o fornecimento de alimentos e produtos de primeira necessidade a preços mais acessíveis, colocando nesse processo de comercialização diversas mercadorias em circulação, favorecendo diretamente a indústria e o comércio. Mesmo com essas importantes

<sup>3</sup>. O MEI – Micro empreendedor individual, conforme propõe o cadastro do portal do empreendedor do Governo Federal, denomina de por conta própria o possível candidato a formalização do pequeno negócio.

<sup>4</sup>. Entre os ajudantes se destacam os carregadores que prestam um indispensável papel para o mercado informal, fazendo o carregamento das mercadorias e equipamentos dos depósitos para os locais de comercialização.



contribuições, os trabalhadores individuais que se espalham pela cidade são mal vistos e sofrem perseguições. Neste sentido, é pertinente desenvolver uma breve discussão sobre as concepções acerca desses trabalhos, considerando a relação entre os conceitos de marginalidade e informalidade.

As condições de precariedade dos vendedores ambulantes aparecem pioneiramente nas reflexões teóricas sobre os processos de não-integração da população urbana marginalizada, em diferentes abordagens sobre as realidades urbanas dos países periféricos, principalmente nos estudos da sociologia urbana que se debruçava sobre as desigualdades sociais.

500

## **2. O DEBATE PRELIMINAR SOBRE A INFORMALIDADE**

O debate sobre a informalidade foi iniciado no ensejo das interpretações sobre a realidade dos países subdesenvolvidos da América Latina e da África, por organizações como a OIT e a CEPAL, nos anos de 1960-1970. A própria noção de informalidade surgiu na década de 60, “(...) a propósito dos problemas ligados a incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido.” (MACHADO DA SILVA, 2002). Esta constatação apontava que a urbanização, nos países latinos americanos, aconteceu sem que ocorressem transformações econômicas capazes de absorver a crescente oferta de mão-de-obra que migrava do campo para a cidade. Tal processo produziu problemas sociais como “o crescimento desordenado das favelas ou de áreas periféricas nos centros urbanos com a inserção precária de indivíduos no mercado de trabalho de forma irregular ou informal”(COSTA, 2010:171). Deste modo, o trabalho informal aparece como um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira, representando também um problema espaçotemporal, dadas as variações relativas às condições de trabalho no tempo e no espaço.

Muitos estudos reconstróem e criticam a noção de informalidade, diante da diversidade de situações que podem ser enquadrados como parte do campo da informalidade, principalmente a partir da flexibilização dos processos de trabalho em decorrência da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais nas últimas décadas em toda a América Latina. A discussão sobre a informalidade passou evidentemente pela superação de alguns pressupostos teóricos que analisavam a situação dos desempregados nos



países capitalistas considerados periféricos, como “massa marginal”<sup>5</sup> ou questão de marginalidade.

O debate inicial foi disputado por duas correntes teóricas divergentes, que analisavam a informalidade com discordâncias que levaram a diferentes interpretações do fenômeno. Apesar das controvérsias, essas correntes tinham consenso quanto à centralidade da indústria na estrutura produtiva, considerando o padrão específico de regulação das relações de trabalho, baseadas na expectativa de uma eventual universalização dos direitos a partir da ampliação do assalariamento. Neste sentido, para essas correntes o setor informal representava o oposto da economia formal, considerada como o padrão ideal de integração no sistema capitalista desenvolvido.

O conceito de *informalidade* foi em algum momento confundido com o de *marginalidade*, para tratar da condição da população não-integrada ao padrão capitalista de produção. Essa relação foi concebida em uma situação histórica específica, quando se tentava explicar a situação de subdesenvolvimento de alguns países latinos, a partir de estudos urbanos sobre a crescente quantidade de população a margem dos padrões de assalariamento do capitalismo. Os primeiros estudos sobre a informalidade no Brasil foram realizados pela sociologia urbana, já que a sociologia do trabalho se dedicava exclusivamente aos trabalhos industriais (LIMA, 2009).

Em síntese, na época das investigações preliminares coexistiram duas correntes teóricas que analisavam de formas diferentes a questão da informalidade. A primeira corrente, representada pela Teoria da Modernização, vinculada a teoria da Marginalidade, defendia que a situação de subdesenvolvimento seria em decorrência de uma desvantagem econômica entre o centro desenvolvido e a periferia. Esta corrente tinha como principais representantes os economistas da CEPAL que concebiam a estrutura econômica na perspectiva dual. O pressuposto teórico era o das “etapas históricas distintas” sendo que os países subdesenvolvidos deveriam percorrer a trilha do progresso dos países desenvolvidos, numa linha de pensamento de perspectiva evolucionista e linear.

Esta visão dicotômica e funcionalista do problema do subdesenvolvimento na América Latina foi alvo de severas críticas realizadas pela segunda corrente de investigação. Essa

<sup>5</sup> “massa marginal” conceito cunhado por José Num (apud Kowarick, 1975), um dos representantes da teoria da Marginalidade, para tratar daqueles que acreditava que seriam incapazes de participar do processo de acumulação capitalista.





corrente também de base marxista pensava a não-integração pela perspectiva das contradições do próprio modelo de acumulação capitalista consolidado sob a hegemonia da indústria. Esta corrente defendia que as contradições da estrutura de classe e das relações de poder seriam as causas do subdesenvolvimento, conforme analisavam o conjunto de estudos construídos pela Teoria da Dependência.

A Teoria da Dependência concebia o subdesenvolvimento não como um estágio anterior do desenvolvimento, mas como resultado de uma inserção subordinada e dependente no sistema capitalista mundial. Seria uma subordinação que articula interesses de classes e grupos específicos internos com os interesses do capital externo. A base teórica dessa corrente era a lei geral da acumulação capitalista de Marx, entendendo a situação dos países subdesenvolvidos como consequência não de uma condição de inadequação ao moderno, mas como um modo de acumulação estruturado sob a lógica da dominação das relações de produção, portanto de classe, que gera seu próprio excedente de trabalho.

Para essa teoria o subdesenvolvimento latino-americano tem a ver com a própria história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, que produziu países dependentes, onde “(...) o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação”(MARINI, 2013, p.47). O capitalismo dependente tende a direcionar o capital para o mercado externo e para recuperar essa perda a burguesia local recorre a superexploração do trabalho, buscando através do aumento da mais-valia minimizar os efeitos negativos da economia mundial. Para Marini, a superexploração do trabalho seria então, “(...) o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.” (2013, p. 52).

Esse processo continua se reproduzindo no Brasil pelo fato da América Latina enfrentar sérios problemas em decorrência “de uma nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos”. (FERNANDES, 1981, P 12). O “capitalismo selvagem” como Florestan se refere ao sistema no Brasil, conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão social, com ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes. No Brasil e em toda a periferia, o capitalismo se manifesta como uma organização social extremamente desigual, onde apenas uma minoria dominante detém os privilégios, excluindo assim a grande maioria da população da efetiva participação social.



As grandes cidades brasileiras têm registrado altos índices populacionais associados a uma gigantesca desigualdade social, em Salvador tal situação se manifesta de forma gritante. As precárias condições de vida e de trabalho dos vendedores ambulantes são facilmente identificadas, nas características físicas marcadas pelo envelhecimento precoce e situação social degradante, evidenciada pela ausência de dentes e outros desgastes, que certamente foram agravadas pelos instáveis percursos profissionais dessas pessoas. No Brasil, muita gente passa toda a vida atuando “por conta própria”, sobrevivendo de forma instável e vulnerável, enfrentando situação que se caracterizam como parte da “viração popular” (TELLES, 2010). Tal situação pode envolver diversas atividades ao mesmo tempo, como comércio de mercadorias, associado a serviços dos mais variados, na tênue relação do que pode ser considerado ilegal e ilícito. A “condição provisória-permanente” (OLIVEIRA; 2005) dos trabalhadores informais aparece também como um aspecto relevante do trabalho urbano precário. Ou seja, esses trabalhadores enfrentam uma condição de precariedade permanente dada pelas situações de instabilidade e insegurança que envolve as diversas atividades que se entrecruzam no fazer da vida cotidiana.

A população excedente que se expande nas grandes cidades representa o “exército industrial de reserva”, como Marx (1985) denominou os trabalhadores desempregados ou parcialmente empregados, que tinham que buscar seu meio de sobrevivência fora do mercado típico das relações capitalistas. Segundo Marx, “(...) a acumulação capitalista sempre produz (...) uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se deste modo excedente” (1985: 731) Deste modo, defende que faz parte da lógica da produção capitalista criar uma população “excedente”, na medida em que não é imediatamente necessária ao ciclo de expansão do capital. Para esta teoria a população excedente acaba assumindo funções econômicas e políticas para o sistema, na medida em que dinamiza a economia colocando mercadorias em circulação, pressiona os salários para baixo e desarticula politicamente a classe trabalhadora.

Marx esclarece que

(...) se uma população excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das



necessidades variáveis de expansão do capital sempre pronto para ser explorado (...).”(MARX, 1985:733/4).

Então, o capitalismo produz e explora a população excedente, que assume importantes papéis para a acumulação do capital, na medida em que acirra a concorrência entre os trabalhadores, condicionando a aceitação das piores condições de trabalho pelos empregados. Paralelo a isto, a população excedente tende a desenvolver as mais precárias atividades no mercado, atuando como “trabalhador gratuito” (DURÃES, 2005) para o sistema, contribuindo no processo de circulação de mercadorias e também com a reprodução da força de trabalho, já que muitos assalariados se alimentam graças aos serviços dos trabalhadores informais envolvidos na produção e na comercialização de lanches e refeições.

### 3. O DEBATE MAIS RECENTE SOBRE A INFORMALIDADE

São variadas as formas contemporâneas de interpretação das atividades informais exercidas nas ruas das cidades brasileiras, que inegavelmente envolvem parte significativa da população economicamente ativa. Muitas interpretações acabam recorrendo às dualidades para descrever as situações vivenciadas pelos trabalhadores, que se aventuram pelas ruas em atividades que revelam o nível alarmante da precarização social do trabalho, que atinge toda a classe trabalhadora. A precarização aparece como um elemento central nas novas análises sobre as condições de trabalho, superando em abrangência as categorias relacionadas à informalidade.

Francisco de Oliveira é considerado pioneiro<sup>6</sup> em criticar as análises baseadas em dualidades, principalmente dos economistas que pareciam entender os setores da economia como partes opostas e separadas do sistema. Segundo esse autor, parte da intelectualidade latino-americana se dilacerava em torno de um dilema dualista, pois denunciavam as miseráveis condições de vida da maioria população, mas “(...) seus esquemas teóricos e analíticos perdiam-se (...) em torno da relação produto-capital (...)sem se darem conta, de construir o estranho mundo da dualidade”. (OLIVEIRA, 1973, p. 7) Deste modo, defendia que alguns conceitos como o de subdesenvolvimento não se sustentavam na medida em que

<sup>6</sup> Há controvérsia quando a isto, segundo o professor Nildo Ouriques(UFSC) em palestra na UFBA recentemente, esta formulação cabe a Rui Mauro Marini pioneiramente.



partiam de uma dualidade em torno da oposição de um setor “atrasado” e outro “moderno”, como singularidades em separado<sup>7</sup>.

Por esta formulação, pares conceituais como formal/informal e tradicional/moderno não ajudam muito no entendimento das realidades, por separar questões integradas, mas por outro lado, esses termos são indispensáveis para a análise empírica. A tese da “superexploração” do trabalho se constituiu em uma crítica a todas as versões de perspectiva dualista, inclusive ao modelo de “massa marginal”, que considerava os supérfluos como incapazes de participar do processo de acumulação capitalista. Essa tese reafirmava a exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, pois até o trabalho realizado sob formas não capitalistas estava subordinado ao capital, participando da lógica da acumulação, ao reduzir os custos da reprodução da força de trabalho, aumentando a proporção do trabalho não pago.

O debate atual tem produzido estudos que tratam da “nova informalidade”, (NORONHA, 2003; COSTA, 2010; LIMA, 2013) dos “processos de informalidade”, (CACCIAMALI, 2000) da “nova dinâmica formal-informal” (VERAS DE OLIVEIRA, 2011) e de como as novas expressões da informalidade estão associadas com a crescente precarização do trabalho (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004). Esses estudos geralmente estabelecem correlações com a velha informalidade, que continua crescendo nas sociedades contemporâneas. Mas, o debate evidencia as influências socioeconômicas e políticas dos processos de reestruturação produtiva, que provocaram demissões em massa, ampliando a população desocupada e conseqüentemente a informalidade, apesar do recente retomada do crescimento do emprego formal no Brasil.

Os novos estudos têm consenso quanto ao caráter polissêmico do termo informalidade e apontam para a não centralidade da indústria na economia contemporânea, referente à sua capacidade de gerar emprego e a crescente importância do tradicionalmente precário setor de serviços neste campo. A discussão em torno da integração ou não dos trabalhadores no processo de produção e distribuição da riqueza, ainda continua vigente, porém essa que era a questão-chave da Teoria da Marginalidade, na versão contemporânea é tratada como *exclusão*

<sup>7</sup> .No livro *A economia brasileira: crítica da razão dualista* (1973), que se tornou um clássico da sociologia brasileira faz uma crítica contundente às dualidades nos estudos sobre a realidade latino-americana, desenvolvendo assim uma ruptura epistemológica.



*social*, reforçada por características mais perversas, dadas pela vulnerabilidade imposta pela precarização social do trabalho.

Alguns autores (MACHADO DA SILVA, 2002, NORONHA, 2003) defendem que o conceito de informalidade sofreu um esgotamento analítico, apresentando alguns limites para a compressão da atual realidade. Machado da Silva (2002) defende a tese de que nas últimas décadas em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, provocados pela globalização e pelas políticas neoliberais, amplia-se a informalidade dos empregos assalariados, com as terceirizações e demais contratos provisórios, levando ao esvaziamento do conteúdo do conceito, que perdeu força analítica. Este autor considera que a informalidade, do ponto de vista da dimensão simbólico-ideológica dos discursos vem sendo substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo, enquanto um novo modo de exploração capitalista e de dominação no mundo do trabalho.

Noronha (2003) também critica o conceito de informalidade por considerar o termo polissêmico e problemático, ressaltando sua incapacidade de apreender a heterogeneidade do fenômeno. Deste modo, demonstra preferência pela noção de “trabalho atípico”, mas assim acaba caindo numa discussão normativa por entender que no Brasil, a percepção sobre trabalho formal ou informal deriva da ordem jurídica, que considera informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada e que não pagam a previdência social.

Para Cacciamali (2000) tanto a *economia informal* pode representar fenômenos muitos distintos, como o termo *setor informal*, embora sugira maior rigor, vêm sendo aplicados de maneira abrangente na literatura. Para superar a amplitude destes termos, essa autora propõe a expressão “*processos de informalidade*” para tratar das mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que provocam a redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, nos processos de trabalho e de instituições. Para essa autora, decorrem desses “processos de informalidade”, à reorganização do trabalho assalariado provocada da precarização das condições de trabalho e o “(...) o auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que por dificuldade de reemprego, de ingresso no mercado de trabalho ou por “opção” auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas”. (CACCIAMALI, 2000, p. 163). Os “processos de informalidade” podem então ser associados às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundiais e locais.



Para analisar as condições de precariedade, dadas pela instabilidade, insegurança e vulnerabilidade que atingem diretamente os trabalhadores informais por conta própria que atuam em espaços públicos urbanos, é salutar também entender a “nova dinâmica formal-informal”(VERAS DE OLIVIERA, 2011), compreendendo os movimentos contraditórios e mudanças significativas, produzidas pelas profundas transformações sociais que o capitalismo contemporâneo vem enfrentando com as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva no formato flexível. Essa nova dinâmica revela movimentos contraditórios de “informalização da formalidade” como as terceirizações e demais contratos provisórios nos espaços de assalariamento em paralelo ao processo intenso de “formalização do informal” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p.217) com as medidas mais severas de regulação do trabalho autônomo, associadas a incentivos do Estado ao empreendedorismo.

Neste contexto de profundas mudanças nas relações de trabalho, alguns autores defendem que as “novas expressões da informalidade” refletem a crescente precarização do trabalho, “(...)utilizando para a sua conceituação a combinação de dois critérios: a existência de atividades e formas produtivas não tipicamente capitalistas e/ou de relações de trabalho não registradas.”(OIT, 2010, p.16). Neste sentido, para utilização empírica do conceito seria necessário compatibilizar o critério econômico de setores formais e informais com o critério jurídico do legal ou ilegal.

Atualmente, o debate da informalidade tem se distanciado mais das questões políticas e ideológicas em relação à posição dos países no sistema mundial e se direcionado para o aspecto jurídico-institucional que permeia a noção de informalidade. Diante disto, denominações como trabalhadores não capitalistas ou pré-capitalistas (CARVALHO e SOUZA, 1980) foram deixando de ser usadas, dando lugar a categorias e variáveis que especificam os trabalhadores informais conforme sua agregação por posição da ocupação. É consensual entre os novos estudos que a informalidade tem se ampliado nas últimas décadas, resultante da precarização do trabalho que vem se revelando como a principal característica do capitalismo flexível.

É veementemente debatido como os períodos de crise ampliam as desigualdades sociais e conseqüentemente provocam a expansão da informalidade, diante do aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho. A última crise produziu um conjunto de discussões sobre as novas configurações do trabalho, reconduzindo o antigo conceito de informalidade ao centro dos debates. Pensar a informalidade pela perspectiva da





precarização e da vulnerabilidade é pertinente para entender esse fenômeno que atinge uma parcela significativa de trabalhadores, cada vez mais esmagada pelo modelo típico do assalariamento restrito. No contexto atual de desemprego e de baixos salários alguns trabalhadores acreditam e defendem que fizeram a “opção” por realizar atividades por conta própria. Essas práticas consideradas como “independentes” são muitas vezes entendidas como a saída possível para a ampliação da renda com a preservação da liberdade, diante do esquema de forte pressão e cobrança que caracteriza os empregos formalizados neste sistema brutal de exploração do trabalho.

Muitos estudos vêm apontando para a relação entre informalidade e precarização (FILGUEIRAS et al., 2004; ALVES e TAVARES, 2006; DRUCK, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011; BEZERRA, 2012) relacionados não como sinônimos, já que representam momentos históricos diferentes do capitalismo, mas para ressaltar as novas configurações do trabalho. No contexto nacional, onde a informalidade é histórica e a precarização social do trabalho é alarmante, muitos trabalhadores acreditam que são capazes de atingir maiores rendimentos nas atividades realizadas por conta própria. Talvez esta hipótese ajude a explicar o enorme crescimento dos trabalhos informais, diante da redução nos índices de desemprego<sup>8</sup>.

Para não reduzir a informalidade à condição de não inserção no mercado de trabalho e problematizar o debate, Druck (2011) defende o uso do conceito de precarização para tratar dos novos processos de informalidade. Para essa autora, a noção de informalidade perdeu sentido enquanto conceito abrangente, pois este funciona melhor como conceito operacional e empírico, que serve para compreender umas das formas de precarização social do trabalho no Brasil, defendendo que o conceito que pode ser generalizado é o de precarização, sendo a informalidade apenas uma das suas facetas.

A precarização social do trabalho é “um processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual dinâmica do novo padrão de desenvolvimento capitalista” (DRUCK, 2013:373), processo esse denominado de acumulação flexível que se estabeleceu com a mundialização do capital e das políticas de caráter neoliberal. Neste novo momento histórico, a “(...) precarização social do trabalho se impõe como regra e como

<sup>8</sup> Os dados oficiais mais recentes apontam para um considerável crescimento da formalização do trabalho e também para a redução do desemprego. “A parcela de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado cresceu de 39,7% em 2003 para 50,3%, em 2013. A proporção de pessoas ocupadas que contribuíam para a previdência passou de 61,2% em 2003 para 74,4% em 2013”. Dados do IBGE (2014) indicam também que o desemprego cai para 5,4% e que é o menor em 11 anos, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/clientes/brasil/brasil/economiaemprego/2014>.





estratégia de dominação” ampliando a exploração do trabalho em todos os níveis ao “(...) viabilizar um grau de acumulação sem limites materiais e morais”.(2013: 374) Neste contexto, os abusos sobre a classe trabalhadora se evidenciam com os atrasos salariais e outras práticas de assédios, ameaças etc, evidenciando a precarização social do trabalho através da insegurança e diversas vulnerabilidades no trabalho, dadas pela “superexploração com falta de proteção legal”. (HIRATA, 2011)

Desse modo, a precarização é mais abrangente que informalidade, permitindo inclusive arriscar algumas generalizações, já que temos presenciado que a “precariedade está hoje por toda parte” (BOURDIEU, 1998). Segundo Bourdieu, a precariedade está em todo lugar, nas empresas públicos e privados de todos os tipos, mas obviamente os seus efeitos atingem mais fortemente os desempregados, provocando “(...) a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço”.(1998, p.120) Essa desestruturação da existência se daria em função da precariedade se inscrever como um “(...) modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, á aceitação da exploração”. (BOURDIEU, 1998, p.124)

A instabilidade e a insegurança se tornaram tão frequentes no mundo de precarização do trabalho, que muita gente hoje almeja ter o próprio negócio na perspectiva de conseguir uma melhor condição de vida. Castel (2009) ao tratar das metamorfoses da questão social, desenvolve uma crítica pertinente à sociedade salarial. Ultrapassando as dualidades e dicotomias entre incluídos e excluídos nas análises da questão social, esse autor estabelece uma ruptura que supera os estudos que analisam a pobreza sem relação com o trabalho e vice versa. Para Castel, a questão social contemporânea envolve uma quantidade bem maior de indivíduos, já que muitos trabalhadores assalariados então enfrentando condições subumanas diante da crise da sociedade salarial.

Em decorrência dos efeitos devastadores da perda da condição de assalariamento, muitos “supérfluos”, no sentido de não serem empregáveis ou quando muito subempregados, parece que preferem investir capital e trabalho em atividades informais, diante da precariedade estabelecida nos mais diversos ambientes de trabalho. Os novos postos de trabalho não oferecem nenhuma segurança ou estabilidade aos trabalhadores, principalmente devido à institucionalização dos trabalhos por tempo determinado, das terceirizações ou



subcontratações e outros formatos tão humilhantes que tornam algumas atividades informais mais atraentes e em alguns casos mais promissoras.

Diante do exposto, para discutir a informalidade ou o trabalho informal é imprescindível partir das mudanças estruturais que vêm alterando profundamente o mercado de trabalho mundial, sem perder de vista que esse fenômeno é histórico no Brasil e que atualmente está se reconfigurando em novos tipos e formatos. Para isto, é preciso levar em conta as conexões ou imbricações entre os setores da economia, para além das dualidades, reconhecendo a simbiose entre os campos que compõem a economia, para assim compreender os verdadeiros impactos dos processos de precarização social do trabalho.

#### **4. OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE TRABALHO POR VENDEDORES AMBULANTES EM SALVADOR**

As observações empíricas iniciais revelaram que os empregos formais de nível médio são considerados pouco atraentes para os trabalhadores “autônomos”. Os postos de trabalho possíveis são de fato precários, devido aos baixos salários com longas jornadas e as outras condições de superexploração do trabalho, motivos que levam os trabalhadores<sup>9</sup> a fazer a “escolha” pelo trabalho informal. A pesquisa indica então que a precariedade dos empregos formais vem comprometendo o interesse dos trabalhadores pelos empregos assalariados. Diante as parcas e incertas remunerações, associadas a outras precarizações, como atraso no pagamento, alguns trabalhadores manifestam a “opção” pelo comércio ambulante, a despeito das barreiras e obstáculos a tais práticas. O desalento em relação aos empregos formalizados que poderiam conseguir parece que vem conduzindo parte dos trabalhadores para atividades “por conta própria”. Alguns chegam a falar com descaso dos empregos em lojas e demais departamentos comerciais, afirmando que atingem maiores rendimentos com o trabalho nas ruas, apesar das dificuldades que enfrentam nos territórios de trabalho, já que tais espaços não estão livres do controle e da fiscalização.

Outras pesquisas também apontam nessa direção da opção pelo trabalho informal, indicando que “a inserção no mercado informal de trabalho não pode ser vista como produto

<sup>9</sup> . Na pesquisa exploratória que realizamos com sete trabalhadores por conta própria apareceu nas falas a “opção” pelo trabalho informal, comparativamente aos empregos formais que poderiam conseguir diante dos seus níveis educacionais, todos os entrevistados não tinha nível médio completo, apenas o ensino fundamental em alguns casos ainda incompleto.



da incapacidade dos trabalhadores que o integram de conseguir um emprego formal” (GUIMARÃES, 2012, p.392). Segundo dados do IBGE<sup>10</sup> os motivos da opção e permanência em atividades informais estão relacionados ao anseio pela independência, ao desejo de escapar do controle do patrão e a melhoria dos rendimentos. A partir dessa “opção” revelada e da suposta satisfação passamos a investigar como a precarização atinge os vendedores ambulantes, trabalhadores “por conta própria”, que em certa medida foram impulsionados a buscar a renda nos espaços públicos da cidade, enfrentando com coragem e resistência as barreiras e repressões ao trabalho informal.

No Brasil, diante do perverso quadro de desemprego e de precarização social do trabalho marcado pela insegurança generalizada, surge uma tendência institucionalizada à valorização da informalidade, como saída para a exclusão do mercado de trabalho. Com a crise e as mudanças dadas pela reestruturação produtiva houve uma inversão das concepções e discursos sobre a informalidade. A ideia de marginalidade que antes envolvia a informalidade deu lugar a uma concepção empreendedora e empresarial, que aparece no discurso institucional, através do par *empregabilidade/empreendedorismo*, evidenciando uma nova ideologia do trabalho. As políticas<sup>11</sup> de incentivo aos pequenos negócios revelam uma nova cultura do trabalho como estratégia de dominação, através da tentativa de convencimento das vantagens do investimento empresarial e da formalização da atividade. A ênfase no investimento individual para o sucesso profissional aparece nos discursos dominantes como a melhor saída para o desemprego, riscos e instabilidades.

Neste sentido, nos deparamos como mais uma perversidade do sistema capitalista, que na falta de emprego para todos transforma os pobres em empreendedores ou donos do próprio negócio, que pode ser uma carrocinha de recolher material reciclável ou uma criativa tecnologia adaptada de trabalho, adquirida com o limitado capital que dispõem ou tomam de empréstimo. Mas, qualquer pequeno negócio para funcionar precisa de lugar, por isso a constante luta pela ocupação de territórios de trabalho nos espaços públicos, já que muitos (as) trabalhadores (as) não dispõem de espaços privados para montar seus próprios negócios. Então, a questão que se coloca é como garantir a ocupação e viabilizar a administração de tantos negócios nos espaços públicos, diante das normas de fiscalização, que cobram impostos

<sup>10</sup> Pesquisa do IBGE realizada em 1997 sobre a Economia Informal.

<sup>11</sup> A principal política de incentivo a formalização do trabalho informal do governo federal está no MEI – Micro Empreendedor Individual, proposta para empreendedorismo para quem já trabalha por conta própria como pequeno empresário. Disponível em [www.portaldoempreender.gov.br](http://www.portaldoempreender.gov.br).



e impõem cada vez mais barreiras e restrições ao uso de tais espaços. A contradição entre o incentivo ao empreendedorismo e o combate ao uso dos espaços públicos pelos (as) trabalhadores(as) por conta própria aparece então como um dado relevante na medida que expõe os limites das políticas de formalização de pequenos negócios, que esbarram na falta de espaços para expansão de tais negócios.

A ocupação dos espaços públicos pela classe da trabalhadora, especificamente pelos vendedores ambulantes, é um “direito à cidade”(LEFEBRVE, 1991) que precisa ser reconhecido e garantido. A regulação do trabalho nos espaços públicos é necessária, mas precisa está pautada nos direitos fundamentais, respeitando os(as) trabalhadores(as) e seus instrumentos de trabalho, sem perseguições e impedimentos que desestremem a vida do indivíduo, fato que ocorre quando suas mercadorias ou tecnologias são apreendidas sem possibilidade de resgate, muitas vezes sem direito de argumentação, prevalecendo a truculência e a violência institucionalizada. O investimento de capital na aquisição dos equipamentos e produtos precisa ser revertido aos(as) trabalhadores(as) nesses casos, sob pena de injustamente se ampliar a condição de vulnerabilidade dessas pessoas.

Segundo Harvey “a produção do espaço tem sido um aspecto fundamental e intrínseco da dinâmica da acumulação do capital” (2013:81) para entender as contradições espaço-temporais do capitalismo. Partindo desta premissa, buscamos analisar de forma socioespacial os conflitos e tensões estabelecidos, em alguns territórios de trabalho ocupados em espaços públicos com características históricas e turísticas na cidade de Salvador. Neste sentido, tomo a noção de território, como “a forma de apropriação de um determinado espaço por um grupo social que o transforma pelo uso que lhe destina, imprimindo-lhe identidades” (GUIMARÃES, 2011: 95). Entendendo território como espaço social a partir do uso que se destina tal espaço, considerando que “é o uso do território e, não o território em si, que faz dele objeto de análise social (...) é o território usado (...) que engendra fatos, histórias e práticas do cotidiano das comunidades” (SANTOS 1998: 191). Nesta perspectiva, buscamos entender os processos de ocupação dos territórios de trabalho, diante da tensão estabelecida pela nova gestão municipal, com os processos de requalificação de áreas.

Em síntese, investigamos as práticas e estratégias adotadas pelos trabalhadores informais para ultrapassar as barreiras que dificultam a ocupação do espaço para a realização do trabalho. As práticas de trabalho revelam o enorme esforço, que os trabalhadores precisam desenvolver cotidianamente para garantir a manutenção do território de trabalho. No cotidiano



de luta e resistência para desenvolver suas atividades os(as) trabalhadores(as) lançam mão de várias estratégias, demonstrando certo desentendimento quanto às irregularidades e enfrentando todos os riscos. As situações relatadas evidenciam as formas perversa de controle dos espaços, a partir da regulamentação vigente e dos modos ostensivos de fiscalização, processos que revelam as contradições e injustiças, além do caráter tendencioso das medidas de controle do poder municipal.

Um fato relevante na questão da ocupação de territórios de trabalho em Salvador são os processos de reconfiguração de antigos espaços de comércio informal em “novos mercados” para expulsar ou forçar a formalização dos pequenos negócios. São espaços públicos que vêm passando por reformas baseadas na ideia de requalificação de área considerada degradada, com a evidente intenção de transformá-los em novos espaços de mercado organizados com base na gestão empresarial. A “requalificação” dos espaços públicos, como o que vem ocorrendo no bairro da Barra, requer uma análise de perspectiva crítica sobre a incorporação do “espaço público como mercadoria”(SERPA, 2011) para atender os interesses da classe média com esporte e lazer, e também ao turismo dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial.

As regiões históricas de Salvador estão sendo reformadas, na perspectiva da gentrificação, com a clara intenção de “limpar” a área socialmente para atender aos interesses de consumo das classes mais favorecidas e do turismo. O acesso dos mais pobres a determinadas áreas vem sendo inviabilizado por ações governamentais, com a retirada de linhas de ônibus e a proibição de estacionamento. Esses fatos são divulgados como medidas de mobilidade para melhor a cidade, mas na realidade evidenciam as barreiras que são criadas para o trabalho informal nos espaços de maior visibilidade e interesse empresarial. Nesse processo são muitas as dificuldades e esforços enfrentados pelos trabalhadores na ocupação dos territórios de trabalho, revelando um emaranhado de relações que são estabelecidas nas fronteiras desses espaços. Analisar sociologicamente o trabalho informal a partir dos territórios urbanos é uma tentativa de discutir as profundas mudanças do mundo do trabalho em contraponto com as alterações que essas mudanças vão gradativamente provocando nas cidades.


**REFERÊNCIAS:**

ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. **A dupla fase do trabalho informal: “autonomia” ou precarização.** In: Antunes, R.(org) Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil II, São Paulo: Boitempo, 2006

BEZERRA, G. das N. (2012) **Mercadores Ambulantes das praias do Rio de Janeiro.** In: El mundo del trabajo en América Latina : Tendencias y resistencias / María Julia Soul ... [et.al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CACCIAMALI, Maria Cristina, **Globalização e processo de informalidade.** Campinas: revista Economia e Sociedade, 2000.

CARVALHO, Inaiá e SOUZA, Guaraci A.A. A produção não-capitalista no desenvolvimento do Capitalismo em Salvador, In: FARIA, Vilmar(org) **Bahia de Todos os Pobres**, caderno CEBRAP, n. 34, Petrópolis, RJ: Vozes, 1980

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Uma crônica do salário. 8.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Salvador, Ba: Caderno CRH/UFBA, n. 58, 2010.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Salvador: caderno do CRH/UFBA, v.24, n. spe 01, 2011.

\_\_\_\_\_. **Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro.** In: **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens.** Roberto Veras de Oliveira, Darcilene Gomes; Ivan Targino (orgs). João Pessoa: editora Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. **Precarização social do trabalho.** In: IVO, Anete B. L. (coord.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas.** São Paulo: editora Annablume, 2013.

DURÂES, Bruno J. R. **O trabalho de rua e sua contribuição para a acumulação capitalista: “o trabalhador gratuito”,** *Temáticas*, ano 13, n.º 25/26, IFCH/UNICAMP, p. 217-238, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela F. **O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica.** Salvador: Caderno do CRH, vol. 17, n. 41, 2004.

INFORMALIDADE E TERRITÓRIOS DE TRABALHO EM SALVADOR: UMA BREVE ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE EXCESSIVO CONTROLE E CONCORRÊNCIA POR VENDEDORES AMBULANTES - QUEIROZ, Adriana Franco de





GUIMARÃES, Iracema Brandão. **Periferias e Territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências**. Salvador: caderno do CRH/UFBA, v.24, n. spe 01, 2011.

\_\_\_\_\_. Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas. Londrina: **Revista Mediações**, v. 17 n. 2, p. 108-125, Jul./Dez. 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: edições Loyola, 2013.

HIRATA, Helena. **Tendências da precarização social e do trabalho**: Brasil, França, Japão. Caderno de CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, n.1(1987)Salvador, UFBA, v.24, n.spe 01, 2011.

LEFEBRVE, Henri. **O direito á cidade**.1º edição, São Paulo: editora Moraes,1991.

LIMA, Jacob Carlos. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: NAVARRO, Vera Lucia e PADILHA, Valquíria (orgs) **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009.

\_\_\_\_\_. Nova Informalidade. In: **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. IVO, Anete, coord. São Paulo: editora Annablume, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Da informalidade à empregabilidade**. Reorganizando a dominação no mundo do trabalho. Salvador, BaCaderno do CRH/UFBA, n 34, jan/dez. 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 edição, Florianópolis: editora Insular, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, São Paulo: Difel, 10ª ed. Livro 1, Vol. I, 1985.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. RBCS, vol. 18, n. 53, out, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de **Economia Brasileira: crítica da razão dualista**, Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A Condição ‘Provisória-permanente’ dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador.Salvador: Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFCH/UFBA, 2005.

OIT. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**, KREIN, José Dari; WEISHAUPPT PRONI, Marcelo. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil Documento de trabalho n.4) Brasília: OIT, 2010.





PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. SP: edições símbolo, 1978.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. SOUZA, M.A. e SILVEIRA, M. L.(orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: editora Hucitec, 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. BH: Argvmentvm, 2010.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: **Marchas e contramarchas da informalidade do Trabalho: das origens às novas abordagens**. VERAS DE OLIVEIRA, R; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.), João Pessoa: Editora Universitária, 2011.



## FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES: O CASO DO CURSO DE AGRONEGÓCIO DA FACULDADE DE BALSAS-MA (UNIBALSAS)

CHASSOT, Jean Pierre  
*Professor Mestre da Faculdade de Balsas-MA*  
*jeanchassot@hotmail.com*

### RESUMO

Empreendedores são pessoas com características especiais, são visionárias, questionam, arriscam, querem algo diferente, fazem acontecer e empreendem. São indivíduos diferenciados, que possuem motivação ímpar, apaixonadas pelo que fazem e não se contentam em ser mais um na multidão, pois querem ser reconhecidos e admirados, referenciados e até mesmo imitados. Querem deixar um legado! Os empreendedores de sucesso são indivíduos que sabem tomar decisões, sabem explorar ao máximo as oportunidades, são determinados e dinâmicos, são independentes e constroem o próprio destino, são líderes e formadores de equipes, possuem uma rede de contatos profissionais bem estruturada, planejam sistematicamente, possuem conhecimento de causa, assumem riscos calculados. Nesse sentido, considerando estas características, este trabalho tem como objetivo identificar empreendedores em potencial dentre os acadêmicos do primeiro semestre do ano letivo de 2014 do curso de Agronegócio, ou seja, o estudo avaliou o perfil dos alunos da turma 1 constituída de 49 alunos, e da turma 2 com 51 alunos, devidamente matriculados, através de um formulário eletrônico na plataforma google docs que constituía afirmativas sobre o Ambiente, as Atitudes e o Know-How dos discentes, que deveriam ser respondidas na escala: 1 – Insuficiente; 2 – Fraco; 3 – Regular; 4 – Bom; e, 5 – Excelente.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Perfil Empreendedor. Unibalsas

### ABSTRACT

Entrepreneurs are people with special characteristics, are visionary, question, risk, want something different, make it happen and undertake. Are distinguished individuals who have unique motivation, passionate about what they do and are not content to be one of the boys, because they want to be recognized and admired, imitated and even referenced. Want to leave a legacy! Successful entrepreneurs are individuals who can make decisions, know how to exploit to the full the opportunities are determined and dynamic, are independent and build their own destiny, are leaders and team builders, have a well-structured network of professionals counted, plan systematically, have knowingly take calculated risks. Thus, considering these characteristics, this paper aims to identify potential entrepreneurs among the first academic semester of the school year 2014 the course of Agribusiness, ie, the study evaluated the profile of students in the class 1 consisted of 49 students, and 2 class with 51 students duly enrolled through an electronic form on google docs platform which was affirmative on Environment, Attitudes and the Know-How of students, which should be answered on the scale: 1 - Insufficient; 2 - Weak; 3 - Regular; 4 - Good; and 5 - Excellent.

**Key-words:** Entrepreneurship. Entrepreneur Profile. Unibalsas



## INTRODUÇÃO

Buscando entender o empreendedorismo como uma área de estudo de negócios, também temos que entender como as oportunidades acontecem na criação de novos produtos ou serviços, ou seja, como surgem e são identificadas ou até mesmo criadas por pessoas portadoras de habilidades ou características especiais voltadas para a temática. Sendo assim, essas pessoas, utilizam diversos mecanismos para aproveitá-las, explorá-las ou até mesmo desenvolvê-las quando for o caso, produzindo assim um resultado satisfatório e consistente num mercado estritamente competitivo. E este resultado positivo, fez com que aumentasse o encanto pela área resultando em mais pessoas buscando formação empreendedora e escolhendo essa atividade como carreira.

Para tanto, buscando essa formação, recentemente as universidades introduziram a reflexão no ambiente acadêmico no sentido de estimular a formação de novos empreendedores, isto é, inúmeros cursos de graduação, de diferentes áreas, inserira em seus currículos o tema empreendedorismo. E na gestão do agronegócio não poderia ser diferente, pois precisamos considerar o contexto atual, onde a otimização dos resultados se faz cada vez mais necessária, não apenas para o desenvolvimento dos profissionais e organizações, mas também para a permanência e sustentação no mercado.

Neste caso, as perspectivas e o potencial do empreendedorismo justificam por si só a inserção dessa discussão no âmbito acadêmico. Se analisarmos o mercado na área do agronegócio, os dados e informações apontam um crescimento, tanto no número de empresas, como no volume de recursos financeiros envolvidos nessa área, o que demanda um profissional gestor cada vez mais preparado.

No intuito de preencher está lacuna de mercado, a Faculdade de Balsas – Unibalsas oferece à comunidade de Balsas-MA e região, o curso de Agronegócio, que tem como propósito a formação de profissionais capazes de gerenciar organizações rurais e agroindustriais, assim como de preparar e conduzir a integração de equipes para atuarem na produção, comercialização e maximização do lucro. O curso tem duração de 3 anos e possui uma carga horária de 2.600 horas, que estão distribuídas em 6 semestres e 38 componentes curriculares. No primeiro semestre, os acadêmicos têm em sua grade curricular a disciplina de empreendedorismo, com uma carga horária de 80 horas, representadas em 40h teóricas e 40h em atividades práticas.



Esta disciplina tem objetivo de possibilitar ao acadêmico conhecer e desenvolver as características do comportamento empreendedor, através da discussão do surgimento, conceitos e importância do empreendedorismo no cenário brasileiro e mundial. E ainda, através deste conhecimento proporcionado, subsidiar condições técnicas ao aluno para desenvolver o planejamento de um novo negócio, mas também, acima de tudo, para que o mesmo possa inovar dentro de um negócio já existente, através da evolução comportamental, pois os empreendedores possuem uma personificação própria e características singulares. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo identificar empreendedores em potencial dentre os acadêmicos do primeiro semestre do ano letivo de 2014 do curso de Agronegócio.

## **EMPREENDEORISMO**

O conceito de empreendedorismo é muito variado, cada pessoa possui determinado conhecimento, ou área de atuação pode definir esta palavra de uma maneira diferente. O importante a ser ressaltado é que o processo empreendedor sofre significativa ascensão no Brasil e no mundo, daí vem a grande importância desta prática se difundir cada vez mais, conseqüentemente irão ajudar o país no seu crescimento gerando possibilidades de trabalho, renda e maiores investimentos. (DOLABELA, 2008).

Kirzner *apud* Dornelas (2014) tem uma abordagem diferente, para ele o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente. Porém ele também fala que o empreendedor é um exímio identificador de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento a informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta.

Schumpeter *apud* Dornelas (2014) ressalta que a essência do empreendedorismo se dá através da percepção e exploração de novas oportunidades, no âmbito dos negócios, utilizando recursos disponíveis de maneira inovadora. Drucker (2008) fala que os empreendedores precisam buscar com propósito deliberado, as fontes de inovação, as mudanças e seus sintomas que indicam oportunidades, para que estas obtenham êxito.

Dolabela (2008) destaca que o empreendedor é alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores e convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro. Além de energia e



perseverança, uma grande dose de paixão é necessária para construir algo a partir do nada e continuar em frente, apesar dos obstáculos, armadilhas e da solidão. O empreendedor é alguém que acredita que pode colocar a sorte a seu favor, por entender que ela é produto do trabalho duro.

Say (1983, p. 85) define o empreendedor como “aquele que empreende a criação, por conta própria, em seu benefício e a seus riscos, de um produto qualquer”.

Do ponto de vista de Schumpeter (1997), o empreendedor é um agente de desenvolvimento, responsável por criar novos produtos através da combinação de materiais, métodos de produção e forças que estão ao seu alcance, a fim de sobrepor estes novos métodos aos antigos, gerando a “Destruição Criativa”.

Já Drucker (2008) caracteriza o empreendedor como pessoas que criam algo novo, algo diferente, sendo responsáveis por mudar ou transformar valores. O autor ainda complementa que para os economistas, o empreendedor influencia profundamente e realmente molda a economia, sem fazer parte dela. Que os economistas não têm nenhuma explicação de por que o espírito empreendedor emerge nos indivíduos, como aconteceu no final do século XIX, e nem por que ele se limita a um determinado país, ou a uma cultura. Realmente, os eventos que explicam por que o empreendimento se torna eficaz, possivelmente não sejam eventos econômicos. As causas estariam, provavelmente, nas mudanças em valores, percepções, atitudes, nas mudanças demográficas, em instituições e, talvez, em mudanças na educação.

Para McClelland (1972), o empreendimento é um comportamento, e não um traço de personalidade. E suas bases são o conceito e a teoria, e não a intuição. Ele afirma que o empreendedor é a pessoa que fixa para si padrões de realização, em vez de confiar em incentivos externos proporcionados pela situação. Assim, procuram mais arduamente alcançar s padrões que estabeleceram para si próprias, com maior chance de êxito. Para o autor sociedade que tenha um nível elevado de necessidade de Realização produzirá um maior número de empreendedores ativos, os quais, por sua vez, darão origem a um ciclo de desenvolvimento econômico mais rápido.

Dornelas (2014, p.23) ainda ressalta, que:

o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Em qualquer definição de empreendedorismo, encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor:

1. Tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz.



2. Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico no qual vive.
3. Aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Parte-se do pressuposto de que, ser um empreendedor não significa necessariamente seguir regras, abrir empresas ou participar de cursos. Não podemos definir um perfil exato de uma pessoa empreendedora, porém, podem-se mapear algumas características comuns entre os empreendedores. Para Degen (1989) o empreendedor, por definição, tem de assumir riscos, e seu sucesso está na sua capacidade de conviver com eles e sobreviver a eles.

Dolabela (2008) acredita que um dos principais atributos do empreendedor é identificar oportunidades, agarrá-las e buscar os recursos para transformá-los em negócios lucrativos. Não é indispensável que ele possua os meios necessários à criação de sua empresa. Mas deve ser capaz de atrair tais recursos, demonstrando o valor do seu projeto e comprovando que tem condições de torná-lo realidade.

Dornelas (2014, p. 23) acredita que:

o processo empreendedor possa ser ensinado e entendido por qualquer pessoa e que o sucesso seja decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, **do perfil do empreendedor** e de como ele administra as adversidades que encontra no dia a dia de seu empreendimento. (grifos nossos)

O autor ainda ressalta que o empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do administrador e, alguns atributos pessoais que, somados à características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de uma nova empresa. De uma ideia surge uma inovação, e desta, surge uma empresa.

## **METODOLOGIA**

Este estudo se desenvolveu através de uma pesquisa aplicada, visto que foi utilizada a matriz desenvolvida por Dornelas (2014) que avalia o desempenho do pesquisado.

Para atingir o objetivo proposto, reportamos neste trabalho a pesquisa realizada junto aos discentes, que avaliou o perfil dos alunos da turma 1 constituída de 49 alunos e da turma 2 com 51 alunos, devidamente matriculados, através de um formulário eletrônico na plataforma *google docs* que constituía afirmativas sobre o Ambiente, as Atitudes e o *Know-How* dos



acadêmicos, que deveriam ser respondidas numa escala: 1 – Insuficiente; 2 – Fraco; 3 – Regular; 4 – Bom; e, 5 – Excelente.

O formulário foi aplicado tendo como base o modelo de Dornelas (2014), conforme as características empreendedoras, dividido em 6 categorias com critérios adjacentes, conforme segue: Comprometimento e determinação; Obsessão pelas oportunidades; Tolerância ao risco, ambiguidade e incertezas; Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação; Motivação e superação; Liderança.

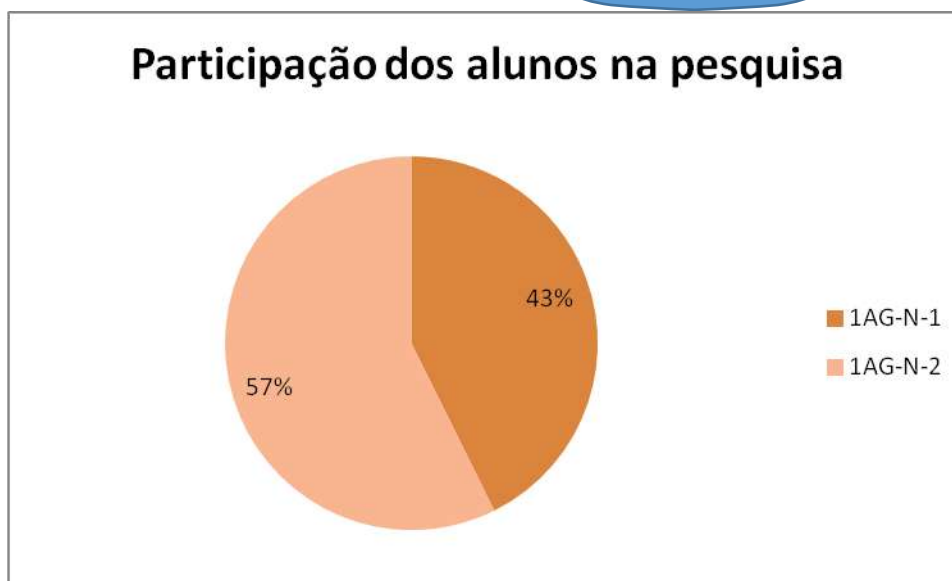
Foram analisadas as respostas dos questionários utilizando-se o software Excel para as perguntas de caráter quantitativo, inferidos através de análise de desempenho da autoavaliação, conforme segue:

- 111 a 125 pontos - Você provavelmente já é um empreendedor, possui as características comuns aos empreendedores e tem tudo para se diferenciar no mundo dos negócios.
- 90 a 110 pontos - Você possui muitas características empreendedoras e às vezes se comporta como um, porém você pode melhorar ainda mais, se equilibrar os pontos ainda fracos com os pontos já fortes.
- 60 a 89 pontos - Você ainda não é muito empreendedor e provavelmente se comporta, na maior parte do tempo como um administrador e não um “fazedor”. Para se diferenciar e começar a praticar atitudes empreendedoras procure analisar os seus principais pontos fracos e definir estratégias pessoais para eliminá-los.
- Menos de 59 pontos - Você não é empreendedor e, se continuar a agir como age, dificilmente será um. Isto não significa que você não tem qualidades, apenas que prefere seguir a ser seguido. Se você pretende ter um negócio próprio, reavalie sua carreira e seus objetivos pessoais. (DORNELAS, 2014, p. 33-34)

## **O PERFIL EMPREENDEDOR – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Com base no objetivo de identificar o perfil empreendedor dos participantes da pesquisa, convém mencionar que 75 alunos preencheram e enviaram o formulário eletrônico, que representa 75% do total alunos matriculados na disciplina. Na turma 1, foram 32 envios, e na turma 2, 43 participações. Conforme demonstra o gráfico abaixo:





Fonte: elaborado pelo autor

523

O demonstrativo dos resultados é realizado separadamente através das 6 categorias estudadas: Comprometimento e determinação; Obsessão pelas oportunidades; Tolerância ao risco, ambiguidade e incertezas; Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação; Motivação e superação; e liderança conforme segue.

### **Comprometimento e Determinação**

Nesta categoria, a intenção é identificar através da auto-avaliação dos pesquisados sobre seu comprometimento e determinação como demonstra a Tabela 1 a seguir. Foram considerados os critérios de proatividade na tomada de decisão, onde os alunos ficaram num patamar mediano dentro da escala, ou seja, entre Regular e Bom, com 57 alunos nessa faixa, assim como na tenacidade e obstinação para realização das tarefas, que foi onde 65,66% dos alunos se situaram. Na característica que enfatizava a disciplina e dedicação, assim como na persistência para resolver problemas, os alunos melhoram sua posição, encontrando-se entre Bom e Excelente, com 54 e 58 alunos em cada característica, respectivamente. Já na capacidade de imersão total nas atividades que desenvolve, os alunos voltaram ao patamar mediano, situando-se entre Regular e Bom na grande maioria das respostas, isto é, 64,66% das respostas dos alunos.



TABELA 1 – Comprometimento e Determinação

Característica	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Excelente
Pro atividade na toma de decisão	1	7	29	28	10
Tenacidade e obstinação	0	12	27	29	7
Disciplina e dedicação	1	2	11	36	25
Persistência na resolução de problemas	1	2	18	30	24
Disposição à sacrifícios em função das metas	1	1	15	36	22
Imersão total nas atividades que desenvolve	1	2	26	29	17

Fonte: elaborado pelo autor

De maneira geral, nesta característica os alunos demonstraram possuir de Regular a Boas habilidades, ou seja, podemos considerar os mesmos comprometidos e determinados, pois 69,77% das respostas encontram-se nesta faixa.

### OBSESSÃO PELAS OPORTUNIDADES

Nesta categoria, os pesquisados foram perguntados sobre sua obsessão pelas oportunidades existentes ou oportunidades criadas como demonstra a Tabela 2 a seguir. Nos critérios analisados conferiu-se que os alunos buscam conhecer profundamente as necessidades dos clientes, pois ficaram no nível de Bom a Excelente, pois 59 alunos estão nesse intervalo. Na característica que busca evidenciar a questão do *market driven*, ou seja, se eram orientados pelo mercado, os alunos encontram-se na condição mediana, ou seja, 63,66% dos acadêmicos neste patamar. Já na obsessão por criar valor e satisfação aos clientes, a faixa que os alunos encontram-se é mais elástica, pois esta entre Regular e Excelente, isto é, 35 alunos tem boas condições, mas existe uma variação entre Regular e Excelente de 18 e 19 alunos, respectivamente. De maneira geral, nesta característica os alunos demonstraram possuir Boa obsessão pelas oportunidades, pois 92 respostas apresentaram tal condição.



TABELA 2 – Obsessão pelas oportunidades

Característica	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Excelente
Procura conhecer profundamente a necessidade dos clientes	0	8	8	34	25
É dirigido pelo mercado	1	13	33	23	5
É obcecado por criar valor e satisfação dos clientes	1	2	18	35	19

Fonte: elaborado pelo autor

525

## TOLERÂNCIA AO RISCO, AMBIGUIDADE E INCERTEZAS

Nesta categoria, os pesquisados foram indagados sobre a sua tolerância aos riscos, ambiguidade e incertezas conforme demonstra a Tabela 3, abaixo. Foram considerados os critérios e verificou-se que os alunos regularmente analisam tudo antes de agir, isto é, a tabela mostra que 50 alunos estão na escala de Regular a Bom. Quarente e quatro alunos disseram que procuram minimizar os riscos, indicador importante, pois mostra atitude. Mas a tabela também mostra indicadores de intolerância às incertezas e à falta de estrutura, isto é, dois terços dos alunos responderam possuir tal atitude. O critério da tolerância ao estresse e aos conflitos, a pesquisa mostrou um equilíbrio entre os participantes. Quanto questionados sobre suas habilidades em resolver problemas e integrar soluções, as respostas mostraram que estão entre Regular a Bom, ou seja, neste quesito 64 alunos aparecem nessa faixa.

TABELA 3 – Tolerância ao Risco, Ambiguidade e Incertezas

Característica	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Excelente
Corre risco calculado	4	4	26	24	17
Procura minimizar os riscos	0	4	16	44	11
Tolerância às incertezas e à falta de estrutura	6	20	30	14	5
Tolerância ao estresse e conflitos	10	11	24	17	13
Habilidade em resolver problemas e integrar soluções	1	1	29	35	9

Fonte: elaborado pelo autor



Considerando a categoria como um todo, as características que os alunos demonstraram possuir sobre os riscos, ambiguidade e incertezas, ficaram na faixa de Regular a Bom, pois 69,07 % das respostas estão neste intervalo.

## CRIATIVIDADE, AUTOCONFIANÇA E HABILIDADE DE ADAPTAÇÃO

Este grupo buscou identificar a criatividade, autoconfiança e habilidade dos pesquisados de adaptação como demonstra a Tabela 4, abaixo. Foram considerados os critérios e comprovou-se que os acadêmicos não são convencionais, ou seja, na escala percebe-se que 36 respostas apareceram na escala Boa para “cabeça aberta”, que pensam para agir; sobre o conformismo com o *status quo*, 40 respostas estão na faixa Regular e 20 em Boa, o que quer dizer que os mesmos não se conformam com o estado atual das coisas. Sobre a habilidade em se adaptar a novas situações, a metade dos alunos apresentaram boas condições de adaptação. Já sobre o medo de falhar, 40% disseram que regularmente sentem medo. Na habilidade em definir conceitos e detalhar ideias, dois terços das respostas ficaram na faixa de Regular a Boas condições. Nestas características, 72% dos alunos demonstraram possuir Regular a Bons aspectos criativos, autoconfiança e habilidade de adaptação.

526

TABELA 4 – Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação

Característica	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Excelente
Cabeça aberta, pensa	1	4	17	36	17
Não se conforma com o <i>status quo</i>	1	8	40	20	6
Habilidade em se adaptar a novas situações	2	2	14	38	19
Não tem medo de falhar	7	17	30	16	5
Habilidade em definir conceitos e detalhar ideias	1	10	37	22	5

Fonte: elaborado pelo autor

## MOTIVAÇÃO E SUPERAÇÃO

Nesta categoria, buscou-se mensurar a motivação e superação que os entrevistados possuem como mostra a Tabela 5 a seguir. Foram considerados os critérios e constatou-se que 36 alunos possuem uma Boa orientação para metas e resultados; que 75%, estão na faixa de



Bom a Excelente quando perguntados se são dirigidos pela necessidade de crescer e atingir melhores resultados; 49 respostas ficaram entre Regular e Bom quando se trata da não preocupação com status e poder; 34 alunos ou 45,33% possuem autoconfiança; 68% estão no intervalo de bom e excelente, quando indagados se possuem ciência de suas fraquezas e forças; e 38 alunos possuem excelente senso de humor e procuram estar animados.

TABELA 5 – Motivação e Superação

Característica	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Excelente
Orientação para metas e resultados	3	5	17	36	14
Dirigido pela necessidade de crescer e atingir melhores resultados	1	2	8	31	33
Não se preocupa com <i>status</i> e poder	5	10	29	20	11
Possui autoconfiança	1	3	15	34	22
Tem ciência das suas forças e fraquezas	1	3	12	27	32
Tem senso de humor e procurar estar animado	2	3	10	22	38

Fonte: elaborado pelo autor

Esta característica mostrou que 85,33% dos alunos estão na escala de Bom a Excelente para a motivação e superação.

## LIDERANÇA

Para finalizar, nesta categoria, buscou-se identificar aspectos ligados à liderança dos alunos como demonstra a Tabela 6 a seguir. Foram considerados os critérios e constatou-se que 52 discentes possuem entre Regular e Boa iniciativa; 64% tem entre Regular e Bom poder de autocontrole; 36 alunos transmitem Boa integridade e confiabilidade; 64% estão entre Bom e Excelente sobre a questão da paciência e se sabem ouvir; e 38 alunos são Bons em construir times e trabalhar em equipe. De maneira geral, nesta característica a pesquisa mostrou que 42,66% dos acadêmicos são bons líderes.



TABELA 6 – Liderança

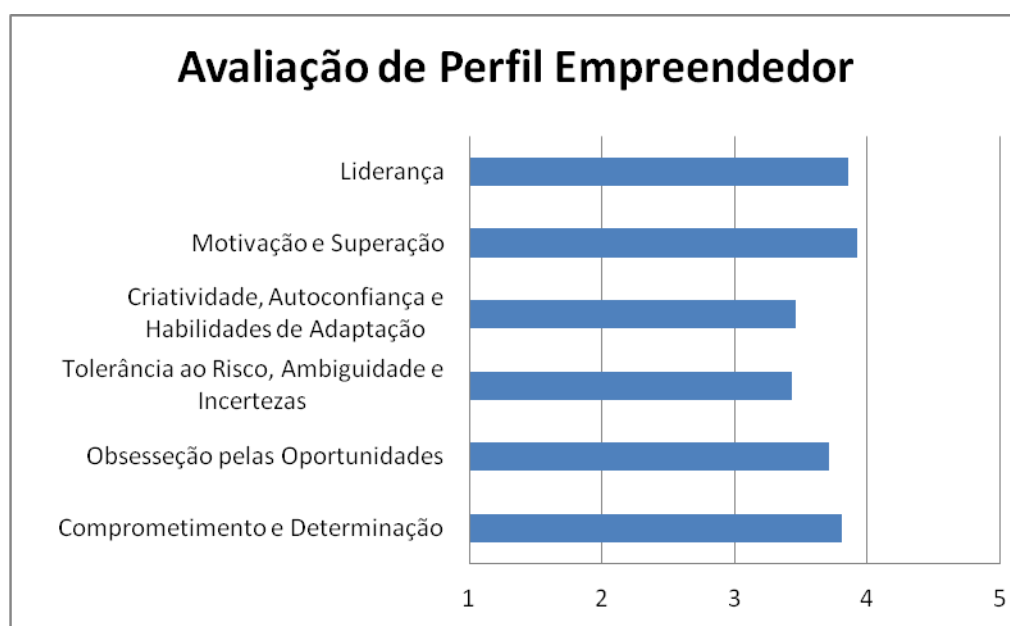
Característica	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Excelente
Tem iniciativa	4	5	21	31	14
Tem poder de autocontrole	3	4	28	27	13
Transmite integridade e confiabilidade	1	1	13	36	24
Tem paciência e sabe ouvir	0	7	13	28	27
Sabe construir times e trabalhar em equipe	1	2	15	38	19

Fonte: elaborado pelo autor

528

## CONCLUSÃO

Após analisar as respostas e realizar os devidos tratamentos estatísticos, constatou-se, segundo a autoavaliação dos 32 acadêmicos da turma 1 e 43 da turma 2, pela escala (1-5), que em relação à Liderança, os alunos possuem uma média de 3,86 pontos; já em relação à Motivação e superação, atingiram a média de 3,93 pontos; em Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação, a média foi de 3,46 pontos; sobre a Tolerância ao risco, ambiguidade, e incertezas, os pontos atingiram 3,43 pontos; em Obsessão oportunidades, as respostas dos alunos chegaram a 3,71 pontos; e no quesito Comprometimento e determinação, a média dos pontos foi de 3,81, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Fonte: elaborado pelo autor



A análise da autoavaliação, após o tratamento dos dados recebidos, percebeu-se que o somatório geral das respostas enviadas pelos alunos chegou ao montante de 8.346 pontos dos 10.800 possíveis, isto é, levando-se em consideração os 75 questionários enviados, a média de pontuação foi de 111,29.

Sendo assim, o estudo conclui que os alunos do primeiro semestre de 2014 do curso de Agronegócio possuem, dentro da escala observada, um Bom nível de características voltadas para a criatividade, autoconfiança e habilidades de adaptação; capacidade de tolerar o risco, ambiguidade e incertezas; comprometimento e determinação, obsessão pelas oportunidades; e características voltadas à liderança, e acima de tudo, possuem uma elevada nota referente à motivação e senso de superação.

Portanto, os acadêmicos estudados possuem as características empreendedoras detalhadas, e, às vezes, até se comportam como empreendedores, porém têm alguns aspectos relacionados que podem ser melhorados ainda mais, ou seja, buscar equilibrar os pontos ainda fracos com os pontos já fortes mencionados, para que possam desempenhar, futuramente, com competência e talento suas atividades profissionais de maneira eficiente para influenciar, diretamente e positivamente, no desenvolvimento econômico da região, o que vem ao encontro da proposta da disciplina e da visão da Unibalsas: “Ser a ponte para o conhecimento e desenvolvimento regional”.

## REFERÊNCIAS

BARON, Robert A.; SHANE Scott A., *Empreendedorismo: Uma visão do Processo*. Tradução All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DEGEN, Ronald. *O empreendedor: Empreender como opção de carreira*. São Paulo: Pearson, 2009

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 5. ed. – Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

DRUCKER, Peter. *Inovação e espírito empreendedor: Prática, e princípios*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MCCLELLAND, David Clarence. *A sociedade competitiva: realização e progresso social*.





Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.



## NEGÓCIOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E SUAS EFICIÊNCIAS

STEPHAN, Clarisse

*Professora da Faculdade de Direito da UFF. Douorando do programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
*clarisse.stephan@gmail.com*

531

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo central analisar os novos negócios sociais, como arranjos produtivos e contrapô-los às tradicionais formas de organização empresária estabelecidas pelo sistema do Direito. O objetivo será perceber se esses negócios conseguem garantir uma melhor repartição de benefícios às pessoas que ali laboram e, conseqüentemente, se conseguem executar a função social da propriedade empresária e/ou concretizam de forma mais eficaz a noção de responsabilidade social empresarial. Objetiva-se que esse trabalho sirva para rediscutir os limites e contornos dessas sociedades que propõem um modelo de gestão distinto dos moldes clássicos da atuação empresarial, pensando a melhor forma sobre a qual essas sociedades podem se organizar em benefício de um maior número de pessoas – o que representaria, em última instância, o cumprimento de sua função social.

**Palavras-chave:** Negócios Sociais. Empresa. Função Social.

**Abstract:** This work is has mainly aimed to analyze the new social business, as production arrangements and to align them to traditional forms of organization businesswoman established by law system. The goal is to understand if these businesses can ensure a better distribution of benefits to people that there laboring and therefore if they can perform the social function of property entrepreneur and / or embody more effectively the notion of corporate social responsibility. In other words, the objective is that this work will serve to re-discuss the limits and contours of those companies that propose a different management model of the classic lines of the business activity, thinking the best way on which such companies may be organized for the benefit of a larger number people - which would, ultimately, fulfilling its social function.

**Key words:** Social Business. Company. Social function.



## INTRODUÇÃO

Os negócios sociais se apresentam como alternativas às organizações empresariais típicas, visto que dispõe de objetivos distintos dessas, que tem na maximização dos lucros, seu principal escopo. Um negócio social, embora possa adotar um formato empresarial típico, tem como principal objetivo a resolução ou minoração, em dado local, de um problema como a pobreza, o desemprego, ou degradação ambiental. O trabalho e sua organização são entendidos como uma forma de intervir na realidade local e conformá-la às necessidades de uma comunidade, gerando externalidades positivas, seja pela introdução de um novo método de produção, menos poluente, ou pela geração de empregos destinados a pessoas excluídas do mercado de trabalho. Os resultados contábeis da empresa são importantes para a sua sustentabilidade, mas essa sustentabilidade se funda, mormente, em pilares sociais e ambientais. Entendendo os negócios sociais como geradores de externalidades positivas, a função responsabilidade social empresarial estariam assim melhor atendidas por eles?

A proposta será, pois, o relato das atualizações que o conceito da empresa vem sofrendo, além de se intentar um delineamento jurídico sobre suas novas formas e funções, a partir do reconhecimento da mesma como agente (positivamente) transformador da sociedade<sup>1</sup>. Nesse sentido, Maria Alice Nunes Costa nos aponta que a empresa, mesmo pertencente ao espaço de produção e representação dos interesses do mercado, não é o mesmo que esse. Segundo a autora, a empresa é “um *constructo social* que ultrapassa a dimensão *stricta* do mercado”, sendo uma “instituição social que gera valores e regras numa dinâmica interconectada com a realidade social”, formando, portanto, uma “microcomunidade” (COSTA, 2011, p. 21).

<sup>1</sup> O reconhecimento do papel desempenhado pelas empresas em uma economia de mercado impõe um reconhecimento também do papel do Estado quando da regulação. Neste caso, especificamente, da intervenção do Estado no domínio econômico. A existência da necessidade de intervenção estatal na atividade econômica ocorre pelo reconhecimento da existência das falhas de mercado como as externalidades negativas produzidas pelos agentes de mercado e pela existência de monopólios naturais. Sabe-se que, de acordo com a Constituição de 1988, o Estado exerce, via de regra, a atividade econômica de forma indireta, por meio da fiscalização, incentivo e planejamento (art. 174, CF/88), e somente de forma excepcional a atividade econômica de forma direta (arts. 173 e 37, XIX, CF/88), por meio de empresas públicas e sociedades de economia mista, existindo, ainda, os monopólios da União, que podem ser explorados mediante outorga (arts. 177 e 21, XXIII da CF/88). O que leva Marques Neto a concluir que a “necessidade regulatória aumenta porque, deixando o estado de ser ele próprio provedor dos bens ou serviços de relevância social, tem ele que passar a exercer algum tipo de controle sobre essa atividade, sob pena de estar descurando de controlar a produção de uma utilidade dotada de essencialidade e relevância (2002, p. 74-75).



## 1 Empresas: antigas e novas formas de organização do capital

A história do capitalismo amparou-se na estruturação da empresa<sup>2</sup>. Dentre as várias teorias que justificam a opção por esse tipo de organização produtiva, temos a teoria da firma e a teoria dos custos de transação. Segundo tais teorias, a empresa seria uma instituição que organiza seus fatores de produção através da realização de contratos múltiplos e variados – de trabalho e prestação de serviço, fornecimento de bens de capital e insumos, vendas de produtos e/ou serviços – que somados ao estabelecimento de regras claras de hierarquia e de tomada de decisão possibilitam a coordenação das atividades econômicas para o mercado, a fim de se obter a redução dos chamados custos de transação e se tornar menos dependente de estruturas aleatórias do mercado (COASE, 1937). O conceito de organização, por sua vez, é insito à ideia de empresa. É por meio da melhor disposição de seus recursos – bens materiais (de produção e insumos, por exemplo), imateriais (propriedade intelectual, nome empresarial e aviamento subjetivo, entre outros) e humanos – que a sociedade empresária aumenta suas perspectivas de lucratividade. Para a legislação brasileira contemporânea, o empresário é aquele que “exerce profissionalmente atividade econômica *organizada* para a produção ou a circulação de bens ou de serviços” (art. 966, CC/2002, grifo nosso). Juridicamente a empresa é, portanto, essa atividade econômica organizada, consubstanciada em uma sociedade empresária.

A lógica dessa organização, pensada exclusivamente sob a ética da otimização dos fatores e da maior rentabilidade dos empresários ou *shareholders*<sup>3</sup>, vem, entretanto, sendo propostas que buscam uma maior contribuição das empresas para com a sociedade<sup>4</sup>, mormente no entorno onde elas estão situadas, e intentam lhes conferir um novo papel, uma nova função, por meio da adequação de seu *modus operandi* às necessidades dos *stakeholders*.

O capitalismo contemporâneo impôs novas formas de utilização da força de trabalho e novos modos de regulação estatal que se legitimaram ainda mais quando da globalização. Tal

<sup>2</sup> As múltiplas acepções que o termo assume serão melhor delineadas ao longo deste trabalho. Por ora, o vocábulo empresa nos empresta aqui o seu significado de *sociedade empresária*, por se tratar de seu uso mais comum.

<sup>3</sup> Os termos *shareholders* e *stakeholders* designam, respectivamente, os proprietários (ou acionistas) de uma empresa e todos os outros grupos que contribuem para com a mesma ou sofrem as externalidades de sua atividade, por isso, também chamados “partes interessadas”.

<sup>4</sup> Para Isabel Vaz (1993, p. 481) a empresa é aquela “instituição dotada de personalidade jurídica, no seio da qual se organizam os fatores de produção com vistas ao exercício de atividades econômicas ou prestação de serviços em face dos princípios ideológicos adotados na Constituição. No contexto de um modelo econômico que abriga princípios de livre mercado, a empresa, pública ou privada, assume um papel tão preponderante e compromissos tão sérios perante a ordem jurídico-econômica que considera-la simples ‘objeto’ de apropriação do Estado e do particular, não parece a posição mais adequada”.



fenômeno, nitidamente observado a partir da década de 90 caracterizou-se, nos termos de trabalho organizado, pela dispersão geográfica da produção e do consumo e pela homogeneização dos mesmos, além da efemeridade da produção: o sistema financeiro global, tornado uma esfera autônoma passou a dirigir os fluxos de capital desprezando as antigas noções de tempo e espaço, alcançando um grau de complexidade que ultrapassou a compreensão da maioria das pessoas, quase todas, de alguma forma, envolvidas nesse processo (SOARES, 1997). Esse fenômeno caracterizou-se pela automação física e principalmente psíquica dos trabalhadores e conduziu a múltiplas formas de manifestação da “alienação/estranhamento e de novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho e que tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades” (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 349). Em verdade, essas mudanças no mundo do trabalho, correspondem a uma continuidade das características trazidas pela hegemonização do modo de produção fordista, sendo apenas catalisadas pela compressão dos conceitos tempo-distância e pela volatilidade do capital, que provocam uma sensação maior de não participação dos trabalhadores sobre o processo daquilo que produzem.

Conforme apontam Antunes e Alves (2004), o mundo do trabalho passa por mutações que caminham no sentido da heterogeneidade, fragmentação e complexificação das relações trabalhistas. Os autores apontam tendências que hodiernamente se delineiam, como a redução do emprego formal, a flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, a introdução da telemática e a conseqüente redução do proletariado estável, o aumento do novo proletariado presente nas diversas modalidades do trabalho precarizado, o aumento significativo do trabalho feminino (que tem sido absorvido preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado, muitas vezes realizado no domicílio das trabalhadoras), a expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, a exclusão de jovens que atingiram a maioria sem possibilidade de ingresso no mercado e o número de idosos que, uma vez excluídos do processo produtivo capitalista, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. São essas pessoas, segundo os mesmos, que se somam ao contingente populacional que buscam o trabalho informal.

A esse contexto respondeu o associativismo, *lato sensu*, que tem como forma produtiva clássica a organização cooperativa, dentro do movimento que se nomeou por Economia Solidária.



Idealmente, a Economia Solidária, inseriu-se neste universo de flexibilização das relações trabalhistas, especialmente no tocante às cooperativas, como uma alternativa à subsunção às leis do mercado, por meio da proposição de maior autonomia e democratização do trabalho para os associados/cooperados. O movimento da Economia Solidária, de retorno à produção artesanal e pautado em práticas de cogestão não é, entretanto, uma realidade recente. No século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos, várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas, embora não conseguissem se manter por mais que alguns anos, como a mais famosa cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844), que estabeleceu uma carta de princípios que ainda hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em nível mundial. Sete foram os princípios de Rochdale, norteadores não só da Economia Solidária, mas dos empreendimentos solidários, quais sejam: adesão livre, administração democrática, retorno na proporção das compras, juros limitado ao capital, neutralidade política e religiosa, vendas à vista - sem crediário - e fomento da educação cooperativa. O movimento operário e socialista de contestação ao capital foi seu originário, constituindo uma alternativa ao modelo de produção capitalista, malgrado fosse o movimento cooperativista apropriado por propostas reformistas de inspiração cristã, direcionadas à humanização das relações capital e trabalho (CORNELIAN, 2006, p.17).

Embora cooperativas e associações se apresentem como formas típicas de organização social para o Direito, o autoemprego muitas vezes se vê atrelado a uma noção de informalidade, a uma alternativa, portanto, ao trabalho formal. Assim, a cultura do autoemprego, poderia ter por consequências tanto a precarização dos direitos e condições de trabalho, quanto serviria às empresas na redução dos custos de manutenção do trabalho. No triângulo sociedade civil, mercado e estado, esse último ainda se valeria dos benefícios de uma consciente abstenção na promoção de empregos e na garantia de direitos trabalhistas, dado que a “sociedade por conta própria”, por ele estimulada, dispensaria preocupações dessa índole e transferiria ao indivíduo “o poder de mobilizar as suas virtudes empreendedoras” (ESTEVEES, 2011).

Neste sentido, aponta Bauman (2001) que o conceito de progresso, bem como outros parâmetros da vida moderna, se encontra, agora, individualizado, desregulado e privatizado. O progresso, pensado como um projeto coletivo de uma melhoria geral das condições de vida (onde, naturalmente se inclui o mundo do trabalho, como mola propulsora das transformações) foi deixado à livre “competência” dos indivíduos, que deverão usar “seu juízo próprio, recursos



e indústria para elevar-se a uma condição mais satisfatória e deixar para trás qualquer aspecto de sua condição presente de que se ressintam” (BAUMAN, 2001, p.157).

O empreendedorismo, assim, culturalmente elevado a um conceito compartilhado por uma sociedade, acaba insculpido na subjetividade coletiva de modo a conferir ao trabalhador a noção de ser ele próprio, mobilizador de virtudes empreendedoras, lhe atribuindo obrigações antes, ao menos partilhadas entre diversos atores, entre os quais o Estado. Semanticamente, empreendedorismo, possui várias acepções, sendo sua primeira origem remontada à expressão latina *imprehendere*, que consiste em prender nas mãos, assumir, fazer (BOAVA e MACEDO, 2011). A tradução moderna do termo, entretanto, é um anglicismo derivado de *entrepreneurship*<sup>5</sup>, palavra que contém ideias como iniciativa e inovação. Dicionarizado em 2009, empreendedorismo significa, portanto: “a) disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios; b) iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, geralmente com alterações que envolvem inovação ou risco” (HOUAISS, 2009, p. 742). O próprio termo inovação, a partida, também comporta inúmeros contornos, sendo sua definição internacionalmente aceita, aquela trazida pela Manual de Oslo (OCDE, 2004), que a conceitua como a “uma novidade ou melhora substancial de produto ou processo para a empresa, não sendo necessariamente uma novidade para o mundo”. A Lei 10.973/2002, que “Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica no ambiente tecnológico” a define como uma “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços” (art. 2o. inc. IV).

Joseph Schumpeter (1982) e sua teoria do “Desenvolvimento Econômico” qualifica o inovador como aquele que “destrói” a ordem econômica existente – rompendo o mundo estacionário de fluxo circular – pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novos processos produtivos, pela abertura de um novo mercado e pela exploração de novos recursos e materiais, num ciclo conhecido, combinações produtivas ou mudanças nas funções de produção definidas como “destruição criadora”. Assim, o sistema capitalista progrediria por

<sup>5</sup> O francês “entrepreneur”, sua primeira forma moderna “origina-se entre os anos de 1253 e 1289, pelo termo *entrepreneurs*, significando aquele que se encarrega e que faz alguma construção ou outra coisa, derivando do participio presente de *entreprendre*”, cujo registro data 1140 cuja conotação seria atacar. [...]Um primeiro registro de *entrepreneur* em língua inglesa foi em 1475, designando alguém que se responsabiliza por algo, um gerente, um controlador ou campeão em batalhas. Por sua vez, em 1934 surge o termo *entrepreneurship* para qualificar a atividade de organizar, de controlar, e de supor os riscos de uma empresa ou negócio [...]. E foi essa palavra (*entrepreneurship*) a traduzida para o português como sendo empreendedorismo. Um anglicismo, portanto (BOAVA e MACEDO, 2011).





revolucionar constantemente sua estrutura econômica: novas firmas, novas tecnologias e novos produtos substituiriam constantemente os antigos. Assim, a empresa seria, por excelência o lugar onde o empreendedorismo toma forma e, por silogismo, corrobora-se a crença de que empreendedores agem como indutores de desenvolvimento social e econômico<sup>6</sup>.

Ocorre, contudo, segundo Antonio Negri e Michael Hardt (2004) que o trabalho somente é aceito como atividade criadora de valor e que este é, portanto, a sua base. Ou seja, o trabalho, na sociedade capitalista contemporânea não pode ser definido simplesmente como atividade, mas somente como atividade específica, socialmente reconhecida como produtora de valor.

Para a parcela da população que não conseguiria colocação no mercado de trabalho, em razão de uma baixa qualificação, os valores do empreendedorismo social respondem a esse contexto de crise paradigmática do sistema axiológico capitalista, como o individualismo, a cultura do consumo, o pragmatismo e utilitarismo nas relações; ou seja, surge (ou ressurgue) como uma resposta ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e na lógica exclusiva do mercado, que não consegue abarcar de forma satisfatória o contingente da população economicamente ativa. Segundo Gaiger (2005) os empreendimentos autogestionários convivem com uma dupla subsunção à economia capitalista, pois de um lado se sujeitam à lógica da acumulação imposta pelos agentes econômicos num enfoque meramente utilitarista, e de outro estes empreendimentos vem-se necessariamente impelidos à competitividade, base da economia de mercado. Por esses, entre outros motivos, o cada vez mais frequente fomento ao empreendedorismo, deve ser visto com algumas ressalvas<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> É sabido que as tecnologias, quando são incorporadas com êxito dentro de um sistema produtivo, podem proporcionar maiores taxas de crescimento e desenvolvimento. Objetivos da inovação seriam, em suma: 1. a substituição de produtos que estejam sendo descontinuados por outros, mais adequados às novas demandas, 2. o aumento da linha de produtos (dentro e fora do campo do produto principal); 3. o desenvolvimento de produtos amistosos em termos de meio ambiente; 4. a manutenção e aumento participação de mercado incluindo a abertura de novos market shares no exterior e no mercado doméstico; 5. o aumento da flexibilidade da produção; 6.a redução dos custos de produção através 7. a melhoria da qualidade do produto; 8. a melhoria das condições de trabalho; 9. a redução os danos ao meio ambiente. Partindo da premissa de que é a inovação essencial e benéfica, conquanto destruidora, em termos schumpeterianos, é fato que se sabe mais sobre os efeitos da inovação do que sobre os fatores que a proporcionam. Uma descoberta central, nesse sentido, é a de que uma empresa depende de forte interação com o seu ambiente para inovar. Como as vantagens de se ter um grupo heterogêneo de contatos já são comprovadas, as redes tornaram-se um importante ambiente de inovação (FLORES, FARHAT, 2013).

<sup>7</sup>Conforme LIMA, 2004, p.45, a noção de empreendimentos autogestionários pode ser vista tanto como uma alternativa às ocupações oferecidas pelas empresas, como pode ser percebida como uma organização funcional a essas, abrangando o contingente de massa operária que o capital não englobaria. Dessa forma, as cooperativas de trabalho e produção são percebidas ora de forma pragmática para redução de custos empresariais, ora como alternativa de maior autonomia e democratização do trabalho para os trabalhadores na perspectiva da Economia Solidária



Em termos marxianos, o capitalismo pós-moderno caracteriza-se como a fase da subsunção real da sociedade ao capital (...) na fase da subsunção real, o capital não tem mais um exterior, no sentido de que todos os processos de produção alheios a ele desaparecem. Todos os processos produtivos nascem dentro do capital” (NEGRI E HARDT, 2004, p.32).

Conforme aponta Tauile (2008, p. 317), com base em dados da Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão), o baixo grau de instrução dos operários dificulta a implementação da autogestão, visto que essas “sociedades” são, em geral, formadas por pessoas habilitadas a produzir, mas sem maiores capacidades de administração (que se pretende, além de tudo, compartilhada e democrática, na maioria dos modelos da economia solidária). Essas limitações, de ordem subjetiva, diminuem o aviamento, que é a perspectiva de lucratividade de determinado empreendimento. Além disso, sem dispor de um patrimônio pessoal que permita a integralização de capital social significativo, o patrimônio líquido da empresa inicia-se com valores muito baixos e o negócio começa com fortes dificuldades de financiamento (e restrições de acesso ao sistema de financiamento), limitações de investimento, déficit tecnológico (Tauile, 2008, pp. 317-318). Dessa forma, restaria a esses trabalhadores associados a exploração de negócios de pequeno vulto, restritos a um circuito inferior da economia SANTOS (2008), com poucas possibilidades de obterem uma colocação em um mercado relevante em razão do seu baixo potencial de inovação. Esses negócios em um ambiente concorrencial acirrado estariam fadados, assim ao insucesso. Nasceriam, quase, natimortos.

Tendendo reverter esse quadro que se apresenta fatalista, os negócios sociais, apresentados abaixo, surgem como alternativas às organizações propostas pela Economia Solidária, porque mais aproximados do formato de empresas e contando com aportes de capital. De certa forma, a afirmação de que “o sucesso das cooperativas significaria a eliminação da democracia autogestionária e sua transformação em empresas comuns” (LIMA, 2005, p. 46) – uma leitura da tese da degenerescência<sup>8</sup> marxiana – não se apresenta como incorreta no contexto de preservação desses empreendimentos.

Contemporaneamente, o empreendedorismo é, cada vez mais, vendido como “opção real de carreira” (UNICAMP, 2014). Disseminado pelo modelo de produção capitalista, o seu fomento se notório, tanto pelas práticas já realizadas pelas incubadoras universitárias (em sua

<sup>8</sup> Marx destacou o avanço do cooperativismo no combate ao capitalismo, mas ressaltou os riscos de os trabalhadores se autoexplorarem, em virtude de serem patrões de si mesmos, e dadas as imposições da produção ao mercado (LIMA, 2005).



maioria, públicas) quanto pela concessão de créditos e microcréditos a empreendimentos, concedidos, especialmente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que fornece crédito a pessoas físicas<sup>9</sup>, empresários individuais, pessoas jurídicas (incluindo cooperativas) de portes diversos.

No Brasil, com a publicação da Lei nº 10.683/2003 e a instituição pelo Decreto nº 4.764/2003, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). Dentre as atribuições da Secretaria estão o subsídio e coordenação das políticas da economia solidária; o estímulo à criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda por empreendimentos autogestionados; a contribuição com as políticas de microfinanças e estímulo ao cooperativismo de crédito; o estímulo às relações de produção e consumo baseadas na cooperação, solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente e a apresentação de estudos e sugestão de adequações à legislação, entre outras (MTE, 2014).

Não é, entretanto, apenas o empreendedorismo social disseminado nos tempos que correm. Em razão da “flexibilidade” do mundo do trabalho, indivíduos já empregados ou potenciais candidatos a uma vaga em uma grande empresa sentem-se menos vinculados de forma duradoura a seus empregos e empresas, tem jornadas de trabalho que permitem explorar mais de uma frente de atuação (ou são impelidos a isso, em razão dos baixos e inconstantes *pro labores*). Além disso, apresenta-se a possibilidade da produção de novos bens ou oferecimento de serviços sem a necessidade de um grande aparato industrial por trás: a modernização tecnológica e sua difusão garantem acesso a equipamentos e programas que são efetivamente revolucionários em termos de produção. A *era do software*, em que o capital se liberta do maquinário (BAUMAN, 2001) - embora não por completo, e tampouco para todos os segmentos de bens - induz a possibilidades de uma organização econômica menos dependente de grandes corporações e, portanto, de uma economia menos verticalizada. O empreendedorismo empresarial, para difundir-se em diversas escalas, necessita que esse conceito seja bem acolhido, qual seja, há a possibilidade de êxito para o *self made man*.

<sup>9</sup> “O BNDES investe em empreendimentos de organizações e pessoas físicas segundo critérios que priorizam o desenvolvimento com inclusão social, criação de emprego e renda e geração de divisas. O apoio financeiro pode ser realizado nas seguintes modalidades: financiamento, recursos não reembolsáveis e subscrição de valores mobiliários. Em alguns casos específicos, o apoio financeiro pode ser feito de forma conjugada, por meio de financiamento a uma parte de projeto e via subscrição de valores mobiliários em outra” (BNDES, 2014).



Esse conceito é defendido de forma bastante expressiva por Richard Sennet, em “O Artífice” (2009) quando afirma, entre outras coisas, que a vida material será mais plena se o homem conseguir incorporar conhecimentos sobre a feitura das coisas. O artífice moderno aliará o saber manual às novas técnicas que lhe são disponibilizadas, no mundo presente, o que lhe permitiria a construção de *savoir faire* próprio e, por isso, incrementado de valor. Novamente, as novas tecnologias que permitem, sobretudo, o acesso a informações, se põem a esse serviço; e a cultura estatal de fomento a empreendimentos, por meio de financiamentos, vem a corroborar a nova ideologia.

Atualmente estão em trâmite, na Câmara dos Deputados, quatro projetos de lei, que relacionam empreendedorismo à educação. A proposta é pela inserção do tema em matérias que já fazem parte da Lei de Diretrizes e Bases, como matemática, ciências e física. Há, ainda, projetos de lei estadual e programas federais<sup>10</sup>, como o PRONATEC Empreendedor, com o objetivo de difundir a cultura empreendedora na educação profissional e tecnológica. Ainda, há a lei 12.441/2011, que permite a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser entendida sob a perspectiva de formalização de empreendimentos não formais que exijam menores aportes de capital, embora a estrutura da lei mereça críticas em muitos níveis<sup>11</sup>, desde a necessidade de integralização de capital mínimo até questões sobre participação do empresário em mais de uma empresa. O que se verifica, portanto, é uma mudança na cultura do fomento ao pequeno empreendedor. De toda forma, as perspectivas de emancipação trazidas pela cultura do empreendedorismo são potenciais para um processo lento, mas também desejado de transformação, visto que ampliam a própria noção da Economia a um conjunto de práticas inseridas em uma dinâmica mais ampla e que permite, portanto, diferentes lógicas e princípios de interação. É necessário, claro, circunscrever os seus potenciais a segmentos de mercado e, de certa forma, a determinados territórios, mas isso não minimiza o poder transformador que uma organização cooperativa ou a abertura de pequenos negócios pode congrega. Ou como diriam Antonio Negri e Michael Hardt (2004, p.31):

<sup>10</sup> No Estado do Rio de Janeiro, projeto de lei n° 261/2007, que estabelecia a obrigatoriedade do empreendedorismo como disciplina no currículo do ensino médio das escolas públicas do estado, foi considerado inconstitucional, segundo a Secretaria de Educação de Estado. No PRONATEC Empreendedor, que ocorre em parceria com o SEBRAE, as ações desenvolvidas estão relacionadas com a incorporação de conteúdos sobre empreendedorismo em cursos de educação profissional oferecidos no âmbito do Pronatec, como cabeleireiro, cuidador de idoso, promotor de vendas, montador e reparador de computadores, eletricitista de linhas elétricas de alta e baixa tensão, motorista de transporte escolar, pedreiro de alvenaria, pintor de obras, horticultor orgânico, manicure e pedicure, além de dois cursos técnicos de informática e agroindústria (OGlobo, 2014).

<sup>11</sup> A Lei da EIRELI apresenta outras inúmeras deficiências e problemas estruturais que são capazes de impedir o bom uso do instituto, como aponta Bittencourt (2013) e Pipolo (2012) entre outros.



ao reconhecer que o pós-moderno é o estado presente das coisas, devemos concentrar a análise não apenas nas novas formas de domínio e exploração, mas também mostrar as novas formas de antagonismo que recusam essa exploração e propõem alternativas afirmativas de organização social.

## 2 OS NEGÓCIOS SOCIAIS

Segundo Muhammad Yunus<sup>12</sup>, um negócio social é um novo tipo de empreendimento completamente distinto das tradicionais formas de organização empresária, que buscam, como escopo primeiro, a maximização dos seus lucros. Não seria, também, segundo seu idealizador, aquilo que comumente nomeia-se por “empreendimento social” ou “negócio socialmente responsável”, o que, segundo o mesmo, também descrevem empresas voltadas à maximização de lucros. Um negócio social estaria, pois, distante desse universo. Yunus descreve dois tipos de negócios sociais, duas formas de organização ou gestão, portanto, que seriam capazes de distinguir um negócio social “puro” das demais formas de uso que a que o vocábulo social contemporaneamente se presta.

O negócio social do tipo I é descrito como uma empresa “com receitas e despesas equilibradas, sem perdas ou dividendos, que se dedica a resolver um problema social. Seus proprietários são investidores que reinvestem todos os lucros na expansão e melhoria do negócio” (YUNUS, 2010, p. 20). Nesse tipo de negócio, poderiam os investidores definir o momento em que iriam retirar a quantia investida, mas a essa, independentemente do momento da retirada, não seria aplicado nenhum tipo de correção, nem mesmo um “índice de neutralização a inflação”: o valor retirado seria sempre o mesmo daquele investido, a qualquer tempo.

Assim, de forma sintética, os sete princípios do negócio social do tipo I são:

1. O objetivo do negócio é redução da pobreza ou a solução de problemas (como educação, saúde, acesso a tecnologia e meio ambiente) que ameaçam as pessoas e a sociedade e não a maximização dos lucros;
2. A empresa deverá sustentável, econômica e financeiramente;
3. Investidores devem receber de volta somente o valor investido. Nenhum dividendo deverá ser pago além desse valor.
4. Depois que o investimento for devolvido, o lucro da empresa deve permanecer na mesma, para sua ampliação e melhorias.

<sup>12</sup> Muhammad Yunus é economista de Bangladesh e fundou em 1976 o Grameen Bank, ou banco da aldeia. Yunus e o Grameen Bank foram os ganhadores do Premio Nobel da Paz em 2006.



5. A empresa deverá ser ambientalmente consciente.
6. Os colaboradores (força de trabalho) devem receber salários de mercado e possuir condições de trabalho melhores que as usuais.
7. Deve-se trabalhar com alegria (YUNUS, 2010, p.21).

Um negócio social do tipo II, por sua vez, se assemelharia mais a uma empresa, nos moldes clássicos de distribuição de dividendos; ou seja, seria uma empresa com fins lucrativos de propriedade de pessoas pobres “seja diretamente ou por intermédio de um fundo destinado a uma causa social predefinida”. Como os lucros são distribuídos para pessoas pobres, “tal empresa está, por definição ajudando a resolver um problema social”. O Grameen Bank pertence às pessoas pobres que são seus depositantes e clientes, e é um exemplo desse tipo de negócio social” (YUNUS, 2010, p. 20)<sup>13</sup>.

O negócio social, como proposto por Yunus, permitiria a maximização de benefícios sociais. Segundo ele, as falhas do capitalismo, comumente referidas como falhas de mercado, são, na realidade são falhas conceituais sobre a forma como o ser humano e suas necessidades são enxergadas: o erro estaria, em regra, em limitar os desejos e aspirações humanas a uma esfera exclusivamente econômica, em limitar o homem ao *homo economicus*. Segundo o mesmo, o fato essencial a respeito dos humanos é a multidimensionalidade e sua felicidade provém de muitas fontes, não apenas do dinheiro. Tendo como paradigma a doutrina liberal clássica, de Adam Smith<sup>14</sup> e David Ricardo, o acesso a uma maior diversidade de bens de consumo seria condição de bem estar: o homem trabalha e produz com o escopo final de consumir, trocando o trabalho por um salário, que por sua vez é trocado por determinados bens. Ricardo utilizava-se da expressão “soma das satisfações” para designar o consumo, e qualquer acréscimo deste seria sempre visto como positivo (BO SÖDERSTEN, 1979, p.14). A teoria econômica clássica, assim:

<sup>13</sup> No Brasil, a exemplo do Grameen Bank, temos o Banco Pérola, em Sorocaba/SP. Criado em 2009, é uma OSCIP creditícia dirigida a jovens entre 18 e 35 anos, que tem como “missão contribuir para a erradicação da pobreza através da concessão de crédito. Atualmente, seu principal produto é o Microcrédito Produtivo Orientado, ou Crédito Semente, em que empreendedores beneficiários contam com a consultoria dos chamados agentes de oportunidades, consultores para orientá-los em todas as etapas do empreendimento e, assim, reduzir de forma significativa os riscos do negócio e, conseqüentemente, propiciar a geração de renda. Esse microcrédito, definido pelo Banco como um produto social, tem como principal público os jovens de baixa renda, pessoas que não tem nenhum crédito nas instituições financeiras tradicionais” (BANCO PÉROLA, 2014).

<sup>14</sup> Ressalta-se os apontamentos anteriormente feitos à teoria smithiana, mais complexa do que normalmente se apresenta em manuais, no que tange ao empobrecimento espiritual dos indivíduos sujeitados à lógica de trabalho das manufaturas.





conclui que o resultado ótimo para sociedade será alcançado quando não houver qualquer obstáculo à busca individual por benefícios egoístas. Essa interpretação dos seres humanos nega qualquer papel a outros aspectos da vida - político, social, emocional, espiritual e assim por diante” (YUNUS, 2010, p. 9).

Na mesma perspectiva emancipatória de Yunus, Amartya Sen (2000) elabora sua teoria das capacidades. Capacidade seria a liberdade de efetivar diversos funcionamentos, a fim de se perseguir a vida que se deseja. Os vetores de funcionamento, resultados de escolhas individuais, formariam o conjunto capacitório do sujeito e é esse conjunto a medida para o seu desenvolvimento. Ocorre que, para que essas capacidades sejam elaboradas e desenvolvidas, algumas liberdades devem ser garantidas. Sen elenca cinco liberdades instrumentais ao desenvolvimento das capacidades. São elas: liberdades políticas (onde se incluem os direitos civis); liberdades ou dispositivos econômicos (que seriam as oportunidades conferidas às pessoas de se utilizarem de recursos econômicos para a produção, troca e consumo); liberdades ou oportunidades sociais (prestações feitas pelo Estado na garantia dos Direitos fundamentais e sociais, incluindo o direito à informação); garantias de transparência (que se refere à possibilidades de crenças dos sujeitos nas instituições); e segurança protetora (que são as medidas de seguridade social garantidas a indivíduos vulneráveis). Essas liberdades, que se reforçam mutuamente, geram um acréscimo de capacidades às pessoas que tem assim, potencial de se transformar em agentes sociais e agentes de suas próprias vidas.

O negócio social seria, assim, uma possibilidade de garantia de satisfação não somente econômica. *Stakeholders* e investidores poderiam retomar seus investimentos iniciais, mas não ter lucros a partir dos mesmos – nos negócios do tipo I. O escopo de um negócio social é, pois, a geração de mudanças e a busca da sustentabilidade. Dentro de uma perspectiva exclusivamente maximizadora de lucros, a busca por um resultado que não seja esse é tida como “contraproducente”, entretanto, em um negócio social é a obtenção de benefícios sociais e ambientais o objetivo. De alguma forma poderiam os negócios sociais do tipo I ser assemelhados a organizações sem finalidades lucrativas, que buscam métodos de negócios, inclusive a criação e venda de produtos e o fornecimento de serviços para a realização de seu objeto, e possuem investidores e proprietários. Além disso, esses negócios são, quase sempre, financeiramente autossuficientes: a empresa deve conseguir cobrir seus custos e gerar receita para o investimento no próprio negócio, e não para ser repartido entre os investidores/proprietários, ou seja, refuta-se a ideia de dividendos, o que não impede que remunerações sejam pagas. Aliás, a ideia é a sustentabilidade do negócio e daqueles que ali laboram. É o





impacto do negócio sobre as pessoas e o meio ambiente, a medida de seu sucesso, que dependerá, esclarece Yunus, de instituições que o tornem visíveis no mercado, além de agências de avaliação e ferramentas de aferição de impacto social, a fim de se verificar que tipo de retorno está trazendo o negócio, de modo a fomentar, inclusive, investimentos de empresas. Esses investimentos poderiam ser incluídos entre as ações de responsabilidade empresarial e medidos por parâmetros como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA<sup>15</sup>. Além disso, há outras possibilidades de interação entre empresas tradicionais e negócios sociais, seja para a feitura de um novo produto, a exemplo das parcerias comumente chamadas *joint-ventures*, seja pela contratação, pelas empresas, de negócios sociais (do tipo I ou II) para o fornecimento de bens e/ou serviços.

544

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os negócios sociais apresentam-se, assim, como uma alternativa à constituição de cooperativas ou empresas, seja por sua organização (mais assemelhada ao modelo empresarial clássico), seja por seu escopo (de uma maior repartição de benefícios entre os trabalhadores, aos moldes do modelo cooperativista). Negócios sociais e colaborativos respondem, de formas distintas, a uma cultura de empreendedorismo, que transfere ao particular (ao menos em parte) a responsabilidade pela satisfação das suas necessidades. Vinculado à economia solidária, o empreendedorismo “social” (presente nos negócios sociais) é visto como uma possibilidade de resposta ao desemprego e às tradicionais formas de exploração verificadas no capitalismo – antagonista e, ao mesmo tempo útil a esse. Vinculado, entretanto ao chamado circuito inferior da economia (SANTOS, 2003, 2008), que consiste em atividades de pequena escala, altamente pessoalizadas e absorvente, sobretudo, de uma população empobrecida, o empreendedorismo social sofre críticas por ser altamente funcional ao Estado e ao mercado. A proposta de Muhammad Yunus (2010) é, em certa medida, a transformação dessa noção marginalizada sobre o empreendedorismo social, inserindo economicamente os negócios sociais como alternativas de produção, venda e consumo ao mercado comum, em condições concorrenciais

<sup>15</sup> “O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas” (BM&FBOVESPA, 2014).



semelhantes às das empresas tradicionais, por meio de uma maior vestimenta empresária eles, embora não seja a maximização do lucro seu principal objetivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CATEB, Alexandre Bueno; OLIVEIRA, Fabrício de Souza. *Breves anotações sobre a função social da empresa*. Disponível em: <<http://www.revista.amde.org.br/index.php/ramde/article/view/25>>. 2009. Acesso em: 05/06/2010.

COASE, Ronald. *The Nature of the Firm*. 1937. Disponível em: <<http://www3.nccu.edu.tw/~jsfeng/CPEC11.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. Função Social da Propriedade dos Bens de Produção. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, n. 63, p. 71-79, 1986.

COMPARATO, Fábio Konder. *Estado, Empresa e Função Social*. São Paulo: RT, 1996.

COSTA, Maria Alice Nunes. *Teias e Tramas da Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro, Apicuri. 2011.

GAIGER, Luís Inácio. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. In: Leituras cotidianas nº 127, 2005. Disponível em: <[http://br.geocities.com/mcrost07/20050117a\\_a\\_economia\\_solidaria\\_diante\\_do\\_modos\\_de\\_producao\\_capitalista.htm](http://br.geocities.com/mcrost07/20050117a_a_economia_solidaria_diante_do_modos_de_producao_capitalista.htm)>. Acesso em 25/05/ 2008.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. *O trabalho de Dioniso – Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Trad. Marcello Lino. Juiz de Fora: Editora UFJF-Pazulin. 2004.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Incluyente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SENNET. *O Artífice*. São Paulo: Record. 2009.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bestbolso. 2012.

SENNET, Richard. *Juntos – os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. São Paulo: Record. 2013.

VAZ, Isabel. *Direito econômico das propriedades*. Rio de Janeiro. Forense. 1993.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 2, p. 531-546

UNGER, Mangabeira. *Democracia realizada: a alternativa progressista*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1999.

YUNUS, Muhammad. *Criando um negócio social*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier. 2010.



## PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PONTUAL DE SOBREVIVÊNCIA

SILVA, Queite Marrone Soares da<sup>1</sup>  
Mestranda no Programa PPGDS/UNIMONTES  
keitymarrone06@yahoo.com.br

ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de Araújo<sup>2</sup>  
Mestranda no Programa PPGDS/UNIMONTES  
aninha\_rochaaraujo@hotmail.com

BARBOSA, Rômulo Soares<sup>3</sup>  
Professor no Programa PPGDS/UNIMONTES  
romulosoaresbarbosa@gmail.com

547

**RESUMO:** O presente trabalho pretende apresentar alguns apontamentos acerca do crescimento econômico, e os seus efeitos para o homem em sociedade, especialmente para o trabalhador. Nesta perspectiva, apresentaremos alguns apontamentos sobre a dinâmica do trabalho e a sua precarização no sistema capitalista, trazendo consequências para a qualidade de vidas dos trabalhadores, como o desemprego e o crescimento do trabalho informal, além de uma série de fatores sociais, relevantes para compreendermos as estratégias de enfrentamento que foram surgindo em nossa sociedade. Este trabalho visa a problematização da economia solidária enquanto solução pontual para a superação dos desafios criados pela economia capitalista, sendo uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores. Assim, os modos de produção, trocas e relações sociais alternativas, funcionam como esteio de um projeto pedagógico transformador que visa à emancipação social dos sujeitos.

**Palavras – chave:** Capitalismo; Trabalho; Economia Solidária.

**ABSTRACT:** This paper presents some notes on the economic growth and its effects on man in society, especially for the worker. In this perspective, we present some notes on the dynamics of labor and its precariousness in the capitalist system, with consequences for the quality of workers' lives, such as unemployment and the growth of informal work, in addition to a number of social factors relevant to understanding coping strategies that emerged in our society. This paper aims at questioning the solidarity economy as a point solution to overcome the challenges created by the capitalist economy, with a survival strategy for workers. Thus, modes of production, trade and alternative social

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Pesquisadora voluntária no Projeto de Extensão "Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UNIMONTES - CEPEX n° 077/2007". Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa OPARÁ – Estudos sobre Comunidades Tradicionais do São Francisco/CEPEX – 096/2011. Bolsista CAPES.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.



relations, work as a mainstay transformer pedagogical project that aims at social emancipation of the subject.

**Key-words:** Capitalism; work; Solidarity Economy

## INTRODUÇÃO

A precarização do trabalho e o desemprego ocasionaram uma série de fatores sociais, entre eles se destaca o crescimento do trabalho informal relevante para compreendermos as estratégias de enfrentamento do desemprego que foram surgindo em nossa sociedade, como resposta a crise do emprego e as dificuldades para ingresso no trabalho formalizado.

Nesta conjuntura de busca de alternativas à subsistência, surgem iniciativas voltadas para novas formas de organização da produção e do trabalho, apresentando caráter de coletividade; o nosso olhar se foca para as ações de economia solidária e o seu viés social, onde destacamos o seu caráter enquanto uma estratégia socioeconômica de sobrevivência, permeada em novos princípios e valores, composta de novas relações no âmbito do trabalho.

Diversas transformações ocorreram no mundo do trabalho, e este por sua vez, perde o seu caráter de emancipação, socialização e humanização do homem, para então significar a condição de sua subsistência e sobrevivência.

O crescimento econômico, precisa levar em consideração as dimensões políticas e sociais, possuir um viés social, levando em consideração as dimensões econômicas, as questões culturais e também as ambientais, atento para as condições de vida da população.

Diante de um contexto das inúmeras transformações sociais e crescimento econômico e tecnológico, aumentam nos espaços de pesquisas e debates as discussões acerca das transformações no mundo do trabalho, com o crescimento de sua precarização.

Pretendemos assim, refletir sobre a precarização do trabalho no sistema capitalista, fazendo alguns apontamentos sobre a dinâmica do trabalho, deixando questões para se pensar nas conseqüências do avanço do capitalismo para a qualidade de vida da classe dos trabalhadores, e o surgimento da Economia Solidária como estratégia pontual de sobrevivência.



## APONTAMENTOS SOBRE A DINÂMICA DO TRABALHO E O CAPITALISMO

Uma das maneiras de distinguir o trabalho é por meio da oposição de Arendt (1958) apud Keith Grint (1998) dos conceitos de “labor” e “trabalho”, sendo assim, o labor se refere à atividade corporal concebida para assegurar a sobrevivência, em que os resultados são gastos imediatamente; já o trabalho é a atividade empreendida com as nossas mãos que dá objetividade ao mundo.

De acordo com Albornoz (1988) a palavra trabalho apresenta muitos significados na linguagem cotidiana, contudo existe uma oscilação em seu conteúdo. A palavra trabalho envolve características subjetivas como: emoção, dor, tortura, suor do rosto e fadiga; em outros momentos “designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura.” Desta forma, a ação do homem significa a sua sobrevivência.

A força de trabalho ou capacidade de trabalho é exposta por Marx (1983) como o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. A força de trabalho como mercadoria aparecer no mercado na medida em que ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor.

Se a força do trabalho é uma mercadoria, e o homem produz valores quando a coloca em movimento, é pertinente ressaltar que, para Smith (1983) existe um mercado de livre concorrência entre trabalhadores, do lado da oferta, e entre capitalistas, do lado da demanda. A base que fornece todos os bens e confortos materiais que uma nação consome anualmente é o seu trabalho anual, assim, esta será mais ou menos suprida de todos os bens e confortos necessários ou convenientes, na medida em que exista uma proporção entre a produção do trabalho anual e o que se pode comprar com ela, com o número de pessoas que a consumirão.

Lucena (2006) afirma que o trabalho é central para analisar as transformações da sociedade capitalista. Desta forma, quem possui o papel mais importante na constituição das forças produtivas são os homens, pois estes possuem a capacidade de decidirem os caminhos da produção, ou seja, o que produzir e para quem produzir, são eles que produzem as mercadorias. Neste sentido, não faltam riquezas na sociedade, o que ocorre é que o seu domínio é privado. “Em outras palavras, o capitalismo produziu e produz muitas riquezas, mas não consegue distribuí-las de forma igualitária, pois se assim fizesse estaria negando a sua principal característica: a acumulação crescente do capital.”



Para Weber (2009) o estado capitalista burguês é um estado racional, com o dever de garantir os direitos civis e políticos dos cidadãos, abstendo-se de intervir na ordem econômica e nas regras de mercado. Acredita que em qualquer grupo de pessoas onde há necessidade da troca, o objetivo do capitalismo é sempre aumentar a riqueza alcançada, assim, ele é um evento naturalmente existente. Além disso, apóia a idéia de que o estado não devia interferir nas relações de mercado, defende o livre comércio e o trabalho livre.

Wood (2014) discute que existe uma dominação imperialista do capital, uma forma opaca de dominação, que pretende operar o máximo possível, através de imperativos econômicos, sem uma coerção direta. Assim, o imperialismo capitalista ocorre através da coerção econômica, sendo o Estado essencial para o capital, pois proporciona uma força extraeconômica, de modo que, quanto mais o capitalismo se consolida a coerção diretamente econômica, mais velada fica a dominação imperialista.

A autora ressalta que o capitalismo é um sistema em que todos os atores econômicos dependem do mercado para as suas necessidades básicas, não existe controle direto da força militar ou política para executar a exploração, porque os trabalhadores não possuem meios de produção, e precisam vender sua força de trabalho em troca de um salário para trabalhar e viver, assim, devem atender os requisitos necessários, sendo subordinados a manipulação das forças do mercado, já que o capitalismo depende de uma ordem para as suas transações diárias. (WOOD, 2014).

O trabalho deixa de ser livre e passa a ser alienado, pois neste, os homens não mais se reconhecem no produto final criado, este não mais o pertence, e a divisão do trabalho interrompe o processo de criatividade do homem empregado no processo produtivo. Marx (1974) apud Antunes (1999) afirma ainda que

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. (p.173).

Diante disto, vale à pena relembrar o ponto central de Polanyi (2000) quando parte do pressuposto de que o estabelecimento de um sistema de mercado auto-regulável foi uma tentativa utópica do liberalismo, pois sua concretização não seria possível sem a destruição da organização social existente. O mercado de trabalho competitivo ameaçou o trabalhador, o





desenvolvimento do sistema de mercado acompanhou uma mudança na organização da própria sociedade, seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico, com terríveis efeitos nas vidas das pessoas, o moinho satânico teria triturado os homens em massas.

De acordo com Sennett (1999) apud Cardoso (2005) houve uma época em que o trabalho e a vida eram lineares, fundamentados em relações sociais e em valores como a ética. Contudo, os laços sociais estão fragilizados, em consequência da flexibilidade exaltada no modelo atual. Afirma ainda que a nova economia baseada na extinção da rotina, na flexibilização do tempo e dos processos, trai o desejo de liberdade do homem, pois em vez de libertar, criaram novas formas de controle, mais sutis.

Em toda sociedade onde uma classe se apropria do trabalho excedente alheio, existe dois momentos de exploração, a apropriação do trabalho excedente e o poder coercitivo que impõe. O capitalismo teria separado a economia de outras dimensões da realidade, criando uma nova forma de exploração, sustentado pela coerção e imperativos econômicos, e não mais pela força direta (WOOD, 2014).

## **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

O trabalho sendo percebido como base que fornece todos os bens e confortos materiais que uma nação consome anualmente, ou seja, responsável pela riqueza das nações, Smith (1983) destaca de um lado a habilidade, destreza e bom senso em que o trabalho é executado, e do outro lado, a proporção entre o número daqueles que executam trabalho útil e os que não executam. Assim, a abundância ou escassez está mais intimamente ligada às habilidades do trabalho, ou seja, um trabalhador, mesmo o mais pobre e de baixa posição, se for frugal e laborioso, pode desfrutar de uma porção maior de bens necessários e confortos materiais.

Os trabalhadores precisam se alimentar, vestir e se alojar, para tanto precisam receber uma fatia do produto de seu próprio trabalho, para que sejam bem alimentados, vestidos e alojados. Para o autor, com o crescimento do capital cria-se emprego, o salário tende a se ajustar no mercado de trabalho, logo, entende-se que não existe excesso de oferta de trabalhadores. (SMITH, 1983).

Por outro lado, Marx (1983) destaca que existe um exercito de reserva de mão de obra que contribui para que o trabalhador aceite suas condições precárias de trabalho, uma vez que



ele não possui mercadorias distintas de sua força de trabalho, é a única coisa que ele tem a vender; o possuidor do dinheiro marcha como capitalista, e o outro, é como alguém que levou a própria pele para o mercado.

Um número significativo de pessoas sai do setor de subsistência, caracterizado pela produção de bens primários, para o setor capitalista se oferecendo para trabalhar, o aumento de pessoas disponíveis ao mercado, acrescentado a mão de obra desqualificada, contribuem para que o preço do trabalho corresponda a um nível de subsistência. (LEWIS, 1969).

Existe uma coerção econômica que faz com que os trabalhadores vendam sua força de trabalho por um salário de subsistência, essas relações são vistas como uma transação de indivíduos iguais e livres, contudo, não são transparentes, os meios pelos quais ocorre a apropriação são obscuros por sua própria natureza (WOOD, 2014). A autora afirma ainda que

De um lado, o Estado tem de ajudar a manter viva uma população sem propriedade que não tem outro meio de sobrevivência quando não existe trabalho, conservando um “exército de reserva” de trabalhadores ao longo das inevitáveis quedas cíclicas de demanda de trabalho. Por outro lado, tem de garantir que rotas de fuga e outros meios de sobrevivência que não o trabalho assalariado para o capital não estejam tão disponíveis a ponto de liberar os sem-propriedade da imposição de vender sua força de trabalho, quando necessária para o capital. (p. 26).

Nesta perspectiva, a autora ressalta o papel do estado para regular as demandas do capitalismo, e reforçar a coerção sobre os trabalhadores, e destaca ainda os imperativos sistêmicos, a concorrência de mercado, a acumulação de lucro sobrepondo as pessoas, e conseqüentemente as injustiças sociais, a distância cada vez maior entre ricos e pobres, as falhas na democracia, a degradação do meio ambiente, e assim por diante.

As inovações nas técnicas de produção, ligadas à divisão e especialização do trabalho e à invenção de equipamentos ou “maquinaria” teria contribuído para um enorme aumento da produtividade do trabalho. (SMITH, 1983).

Ricardo (1985) destaca que as condições de vida da classe trabalhadora são prejudicadas com o aumento da produtividade associado ao emprego da maquinaria, visto que, há uma substituição do trabalho humano, o que ocasiona desemprego, baixa nos salários, e a deterioração dos trabalhadores. Para o autor, os trabalhadores precisavam regular o seu número, para superar o salário de subsistência, através da escassez de trabalhadores ao lado da demanda no mercado de trabalho. Ricardo muda de idéia, e abandona a noção de Smith de



que a demanda por trabalhadores cresce proporcionalmente ao capital que foi investido na produção, pelo contrário, a demanda cresce cada vez menos.

Marx (1983) afirma que o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal, destacando que existe uma apropriação do trabalho alheio, e que a força de trabalho que não foi paga pelo capitalista legitima a exploração do trabalho, assim, o crescimento de capital e de riqueza é acompanhado pela constituição contínua de um “exército industrial de reserva”. Através da mais-valia, apropriação do excedente, do trabalho que não foi pago ao trabalhador, Marx destaca que por toda parte, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; o comprador a consome, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção de mercadoria e de mais-valia.

O aumento cada vez maior da especialização e a divisão do trabalho teriam ocasionado a alienação do trabalhador que perde a noção do processo como um todo, não se reconhecendo no produto final e não desenvolvendo a sua capacidade criativa na produção. (MARX, 1983)

Marx (2011) destaca que o trabalho é a fonte de toda riqueza e que a maior dominação é aquela que aliena o homem e o torna dependente do sistema, desta forma, afirmava que o trabalhador produzia mais valor do que recebia em forma de salário. Para ele, existe uma lógica que tenta camuflar as lutas de classes, e que devido a uma parcela de trabalhadores que é mantido desempregado, o estado possui facilidade em reprimir qualquer reação (greves, por exemplo), o que contribui para um aumento da miséria. Assim, enfatiza que é preciso conhecer a realidade social através da “práxis”, compreendendo a sociedade pelas suas bases materiais, pois “uma revolução só é possível em consequência de uma nova crise”.

O capitalismo global financeiro provocou um contexto de expropriação econômica e exclusão social, sendo responsável pela perda de emprego, precarização das relações de trabalho, desintegração dos valores culturais e éticos, entre outras adversidades. (ABRANTES *et all*, 2009).

O trabalhador se torna dependente do sistema, e esta situação contribui para a precarização do trabalho, pois o seu salário é de subsistência, o que proporciona minimamente as condições básicas de sobrevivência. É interesse do capitalista que o trabalhador consiga



sobreviver minimamente, pois precisa da sua força do trabalho e da reprodução dos trabalhadores para atender a ordem das transições diárias do capitalismo.

Os trabalhadores ao longo da história buscam sobrepor às crises sociais, políticas e econômicas, ocasionadas com o advento e expansão do capitalismo a precarização do trabalho, prejudicando as condições de vida da classe trabalhadora, nesta perspectiva, apresentaremos alguns apontamentos sobre a economia solidária enquanto estratégia emergente de sobrevivência.

554

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PONTUAL DE SOBREVIVÊNCIA**

A Economia Solidária busca a conciliação de aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos, questiona o modelo de “desenvolvimento” que trouxe graves consequências econômicas, sociais, e ambientais, e tem sido uma resposta importante aos trabalhadores. Pois aponta para uma nova forma de organização dos processos de trabalho ocasionados pelo desemprego.

Na perspectiva da Economia Solidária, surgem grupos de trabalhadores que buscam alternativas para a geração de renda através da associação e das práticas coletivas. São denominados de Empreendimento Econômico Solidário – EES, onde a administração é feita de forma coletiva pelos próprios trabalhadores, por meio de uma gestão participativa e democrática. Para além destas relações de trabalho e produção, se articulam com as questões políticas, sociais, ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais.

Existem diversos problemas no que concerne a participação dos indivíduos neste tipo de organização; no campo econômico, muitas vezes a renda gerada a partir do trabalho coletivo não é suficiente para garantir as necessidades básicas de sobrevivência; no campo sócio-político e o do bem estar social<sup>4</sup>, deparamos com resquícios da cultura capitalista onde predomina o individualismo e o consumismo. Assim, esses grupos estão engatinhando em busca de espaços para a produção, comercialização e escoamento dos produtos.

<sup>4</sup> Entende-se por bem-estar o conjunto de factores de que uma pessoa precisa para gozar de uma boa qualidade de vida. [...] O bem-estar social engloba, portanto as coisas que incidem de forma positiva na qualidade de vida: um emprego digno, recursos económicos para satisfazer as necessidades, um lar para viver, acesso à educação e a saúde, tempo para o lazer, etc. Apesar de a noção de bem-estar ser subjectiva (aquilo que é bom/favorável para uma pessoa pode não sê-lo para outra), o bem-estar social está associado à factores económicos objectivos. Conceito de Bem Estar Social. Disponível em: <<http://conceito.de/bem-estar-social>>. Acesso em: 11 nov. 2012.



No Brasil, o cooperativismo passa a fazer parte das discussões a partir de 1880, num contexto de muitas transformações, tais como: a abolição da escravatura, a primeira república, e lutas socialistas. O cooperativismo surge como uma suposta alternativa ao momento de crise. (SANTOS, 2008).

A Economia Solidária ganha visibilidade no Brasil, a parti da década de 80, onde a coletividade se torna uma alternativa possível para os atores sociais que estão em sua maioria, excluídos do mercado de trabalho formal, e das possibilidades de consumo. A partir das décadas de 80 aos anos 90, começaram a surgir novas experiências de economia solidária, resultantes da crise do mercado de trabalho, e o aumento do desemprego, ocorridas no Brasil e em muitos países capitalistas. (CULTI, 2004).

Para Pochmann (2004), o marco inicial da economia solidária se deve à união de dois movimentos específicos do Brasil; de um lado, o crescimento do desemprego, e como consequência o enorme excedente de mão de obra. Do outro, à composição de um movimento constituído por grupos de militantes sociais e críticos articulados em favor da construção de alternativas de organização social no Brasil.

De acordo com Singer (2003) a economia solidária, por meio do seu surgimento, reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados diante da exploração capitalista, visto que diminui o exercito de reserva de mão de obra. Assim, demonstra através de novos princípios a luta contra o capitalismo e as suas ideologias. Trata-se de um fenômeno novo, baseado numa outra lógica econômica, fundamentada na busca de novas relações de trabalho, e numa sociedade que não seja marcada pelo individualismo contemporâneo.

Esta iniciativa se desenvolve pelas classes populares, como alternativas coletivas para sobrevivência, e se amplia na medida em que seus atores aprendem e desenvolvem novas relações de trabalho na prática diária no âmbito pessoal e coletivo tanto no meio urbano quanto rural. (LIMA et all, 2010). “Ser solidário em tempos de escassez é importante e ajuda no desenvolvimento social e local.” Destaca-se a importância da participação dos atores sociais nas questões sociais, como uma alternativa às problemáticas do desenvolvimento. (ARAÚJO e RODRIGUES, 2011).

De acordo com Gaiger (2009) os EESs se referem às organizações econômicas que se originaram da livre associação dos trabalhadores, sendo a cooperação a base do seu funcionamento. Estão presentes em setores populares onde os arranjos coletivos permeiam as relações de trabalho minimizando a presença de relações assalariadas.



A partir dos anos de 1844 que o movimento cooperativo começou a se estruturar e expandir, sendo pioneira a associação de tecelões. “O objetivo era formar organizações nas quais os indivíduos, através da adesão livre, estivessem em situação de igualdade e compartilhasse os mesmos valores de camaradagem e fraternidade”. Nestas as relações de poder não tem mais razão de ser, porém o exercício da democracia diária encontra uma série de obstáculos, mas o objetivo final da cooperação é a transformação de toda a sociedade. (ENRIQUEZ, 2000).

O termo empreendimento econômico solidário foi introduzido pelas formulações de Luis Razeto (Chile) acerca das formas de economia popular, no início dos anos 1980, o autor apontava grupos que se organizavam em torno de organizações econômicas, tendo em sua consolidação recursos pessoais, postos em comum, e alternativas de ajuda mútua, visando à satisfação das necessidades básicas. Suas raízes remetem ao século XIX europeu, quando a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção.

Desta forma, trata-se de formas democráticas de organização da produção, onde todos participam, organizam, votam e decidem à gestão do empreendimento, se reconhecendo no produto final que foi produzido por todos, por meio de uma prática coletiva; são estes que constituem a Economia Solidária, surgem como uma necessidade de subsistência de uma parcela significativa da população trabalhadora, que se encontra à margem do mercado de trabalho formalizado, e excluída das empresas capitalistas. “Existem milhares de empreendimentos em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda.” (CAPRARIO, 2009).

Os EESs se formaram e se formam a partir de diferentes circunstâncias, seja de uma massa falida ou de um grupo de desempregados, assim são oriundos de movimentos distintos e vivências diferentes, não seguindo a mesma ordem de uma empresa capitalista, “a economia solidária apresenta dinâmica diferenciada do que aceita o capitalismo, possibilitando práticas emancipadoras capazes de promover uma outra relação de trabalho.” (SANTOS, 2004).

Através dos empreendimentos, a Economia Solidária apresenta a propriedade comum dos meios de produção, visto que por meio da gestão coletiva, os trabalhadores buscam os seus interesses comuns. Contudo, existem muitas dificuldades para a permanência dessas formas de organização da produção, uma vez que se trata de um modelo de economia alternativa dentro de um sistema capitalista que está arraigado na sociedade.





A Economia Capitalista apresenta as relações verticalizadas, através das relações de exploração entre o patrão e o empregado no âmbito do trabalho, traz com a sua efervescência, diversos problemas sociais para toda a sociedade, enquanto que na Economia Solidária, as relações são horizontais e estabelecidas a partir da reciprocidade, solidariedade, cooperação, democracia e coletividade. Contudo, precisamos destacar que embora esta seja uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores, ela surge num contexto de crise, não sendo suficiente para proporcionar melhores condições de vida e proteção social para a classe trabalhadora.

557

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para a dinâmica do trabalho e a sua precarização, é possível perceber o quanto os trabalhadores tendem a estarem submissos as leis de mercado e ao sistema capitalista. Os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviverem, sendo esta a sua única mercadoria, ele não possui outra opção senão se submeter.

Por um lado, existe um exercito de reserva de mão de obra que contribui para os baixos salários e para as más condições de trabalho, ou seja, ou o trabalhador aceita as condições oferecidas ou pode ser substituído por outro trabalhador que estando desempregado aceitará facilmente as condições oferecidas.

Por outro lado, a intensa divisão do trabalho e a especialização do processo produtivo interferem na criatividade do trabalhador e contribui para o seu estranhamento no processo produtivo, sendo assim, a alienação do trabalhador o torna dependente do sistema, se antes ele tinha uma percepção do produto do início ao fim, agora seu trabalho é especializado e resumido a uma atividade repetitiva e maçante, onde só consegue perceber as partes de sua função desenvolvida.

A exploração do trabalho ocorre simultaneamente à apropriação da mais-valia, uma vez que o trabalhador produz mais valor do que ele recebe em forma de salário, ou seja, o trabalho é responsável pela riqueza, mas é apropriado por quem não trabalhou e sim por quem possui os meios de produção.

Além disso, é importante ressaltar que a implementação da maquinaria contribui para o aumento da produção, mas substitui o trabalho humano, ocasionando a precarização das condições de vida do trabalhador, pois pode gerar desemprego e piorar os salários, através do aumento do exercito de reserva de mão de obra associado à diminuição de oferta de emprego.





Percebe-se que o crescimento econômico aliado a busca incessante de lucro e de acumulação de capital, provocou conseqüências para o homem em sociedade, especialmente para o trabalhador, na medida em que esta ação foi separada das questões sociais, culturais, ambientais e políticas, o que contribuiu para a precarização do trabalho e para a deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

O processo de aumento do desemprego e da precariedade nas relações de trabalho atuou como um fator que desencadeou as iniciativas coletivas voltadas para a geração de trabalho e renda, sendo essa busca de alternativas marcadas pelo surgimento de novas formas de organização da produção e do trabalho, apresentando caráter de coletividade.

O nosso olhar se foca para as ações de economia solidária e o seu viés social, onde destacamos o seu caráter enquanto uma estratégia socioeconômica de sobrevivência, permeada em novos princípios e valores, composta de novas relações no âmbito do trabalho.

Dentre as conquistas obtidas de um modo geral, podemos citar a autonomia dos trabalhadores nas relações de produção, a valorização do trabalho humano, a igualdade no processo de tomadas de decisões, a autogestão de um EES onde todos são donos, o envolvimento sociopolítico com as questões voltadas para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento da localidade, a solidariedade, a coletividade, além dos sentimentos de realização e pertencimento ao grupo.

Para a consolidação de um EES é necessário que ocorra mudanças na subjetividade dos trabalhadores, a Economia Solidária por meio dos empreendimentos, apresenta um papel importante para a geração de trabalho e renda, visto que os EESs se apresentam em forma de grupos de produção coletiva, associações, cooperativas, entre outras, de forma que as atividades são realizadas a partir de uma prática democrática e autogestiva.

Assim, através das várias formas de organizações econômicas, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação é a base, alcançaremos a implantação de um sistema econômico que não mais esgote o capital humano, tendo como objetivo a promoção de uma outra relação de trabalho. Contudo, apesar da economia solidária surgir como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores, ela é uma ação pontual, que necessita do amparo de políticas públicas, uma vez que ainda não é suficiente para proporcionar melhores condições de vida e proteção social para a classe trabalhadora



## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Sidinéia M. de S; RAMOS, Edina S; RODRIGUES, Luciene; ROCHA, Sidnéia S. **Economia Solidária E Capital Social: O Caso da ITCP UNIMONTES**. Revista Desenvolvimento Social, Montes Claros - Nº 4 - dez 2009.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho: ensaios sobre o trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CAPRARIO, Sara. **Feira Sustentável 2009 reúne Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pesca**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2009. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4772&Itemid=1](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4772&Itemid=1)>. Acesso em: 23 mar. 2012.

CARDOSO, Glauco Barbosa. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. **Contemporânea**, Rio Grande do Sul, n.5. 2005.

CATTANI, Antônio David. LAVILLE, Jean-Louis. GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional de uma outra Economia**. São Paulo: Gráfica de Coimbra, 2009.

ENRIQUEZ, Eugêne. Vida Psíquica e organização. In: MOTTA, Fernando C. P.; FREITAS, Maria Ester de. Orgs. **VIDA PSÍQUICA E ORGANIZAÇÃO**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GRINT, Keith, **Sociologia do trabalho**, Lisboa, Piaget, 1998.

LEWIS, W. Arthur. **O desenvolvimento econômico como oferta ilimitada da mão-de-obra**. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. Org. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.

LIMA, Camila C; MACEDO, Ana C. P; RAMOS, Edina Souza. A Produção dos Sujeitos do Trabalho nos Processos de Formação e Qualificação nos Empreendimentos Econômicos Solidários. 2010. Disponível em: [www.congressods.com.br/.../trabalhos/.../Edina%20Souza%20Ramos.pdf](http://www.congressods.com.br/.../trabalhos/.../Edina%20Souza%20Ramos.pdf). Acesso em 15 de out. 2013.

LUCENA, Carlos. **A Humanidade, a Natureza e o Trabalho**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p. 51-63, dez. 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



MARX, Karl. O método da economia política. In: **Grundrisse: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

POCHMANN, Marcio. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: Possibilidades e Limites. Disponível: <[www.ufpa.br/itcpes/documentos/es\\_possibilidades\\_e\\_limites.pdf](http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2013.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. Cascavel: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004.

SANTOS, Edmárcio Nunes do. **Economia Popular Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Montes Claros, 2008. 59 p. Monografia (graduação em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros.

SINGER, P. e SOUZA A R., **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre sua natureza e suas causa. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WHIMSTER, Sam. **Weber**. Porto Alegre: Arned, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.



## **TECENDO A MODA: O TRABALHO DOS JOVENS NAS FACÇÕES DE ROUPAS NA CIDADE DE DIVINÓPOLIS MINAS GERAIS**

BARRETO, Joalice Maria

*Estudante de doutorado do Programa de Ciências Sociais PUC-SP*

*E-mail Barretos@div.cefetmg.br*

561

### **RESUMO**

Este artigo analisa os principais achados da pesquisa de campo que realizamos com os jovens trabalhadores que fazem das casas de Divinópolis o seu espaço de vida e de trabalho, enfocando suas principais características e problematizando sua permanência associado a um setor produtivo que se destaca nacionalmente pelo volume de produção e que vem adotando novas técnicas de organização da produção. No artigo caracterizamos o perfil social, econômico e cultural dos jovens trabalhadores, o significado do trabalho em suas vidas e as dimensões de sua inserção no trabalho nas facções.

**Palavras-chave:** Jovens. Trabalho. Facção

### **ABSTRACT**

This article analyzes the main findings of field research that we conducted with young workers who do the houses of Divinópolis your living and working space, focusing on its main features and questioning its permanency associated with a productive sector that stands out nationally by the volume of production and adopting new techniques coming of organization of production. The article featured the social, economic and cultural profile of young workers, the meaning of work in their lives and the dimensions of its insertion at work in subcontracting of sewing services.

**Keywords:** Young. Work. Subcontracting of sewing services.



## INTRODUÇÃO

Aos olhos dos visitantes que vêm à cidade de Divinópolis, geralmente se apresenta a imagem de uma “cidade do trabalho”, cuja força motriz é movida pelas indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, e, em especial, pelas indústrias da confecção, que combina, com tamanha nitidez, transparência e invisibilidade e comprova a radical diferença entre produto e processo de produção, entre vitrine e a fábrica, ou seja, produto visível produtores invisíveis. Assim, a imagem que é construída – para dentro e para fora – é a da cidade que oferece oportunidade de emprego a diversos segmentos da sociedade.

Mas, Divinópolis é uma cidade dissimulada, jamais é o que se diz dela, jamais se apresenta ao olhar em toda a sua plenitude. Aos olhos dos estranhos, a cidade dissimulada não se deixa ver em sua nudez, o que se esconde por detrás das paredes, portas e janelas. Mas, a cidade é muito mais do que um cenário bonito, metamorfoseado em vitrines ou catálogos publicitários, a serviço da indústria da confecção; ela é também, composta de espaços de trabalho apropriada por divinopolitanos e não- divinopolitanos, que do nascer ao pôr-do-sol buscam o seu meio de sustento em suas próprias casas.

No decorrer da década de 1980, houve uma ampliação do número de indústrias da confecção e uma grande oferta de empregos, ficando limitado o espaço físico dentro das fábricas. Posteriormente, na década de 1990, crescem, entretanto, as facções espalhadas nos bairros da cidade e instaladas, em geral, na casa das mulheres, marcando a volta das costureiras ao âmbito privado da sua residência. Parte da produção se deslocou para as residências dos trabalhadores, como atividades de costura, e então a prática de trabalho em casa passou a ser novamente estimulada e muito frequente. Por isso, as casas da Cidade de Divinópolis são espaços de múltiplos significados, testemunhas ocultas das tradições, conflitos, dificuldades, e acima de tudo, da história do trabalho, dos homens e das mulheres da sociedade capitalista do século XXI, que insistem tal como no passado em ocupar os espaços privados para trabalhar. Neste sentido, interessa-nos conhecer as casas da cidade como espaço de trabalho e entendê-las do ponto dos sujeitos que trabalham nelas. Para tanto, faz-se necessário esboçar os principais traços dos jovens trabalhadores das facções, no que diz respeito ao seu perfil.

Sabemos que o trabalho nas facções está profundamente arraigado na economia urbana da cidade de Divinópolis persiste até os dias de hoje, sendo um dos principais espaços de



reprodução do trabalho a domicílio<sup>1</sup>, na cartografia social do mercado de emprego local. De acordo com os dados da pesquisa amostral sobre o setor de confecção do município de Divinópolis, elaborado pelo Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (ICCAP), em 2009, cerca de 87% dos trabalhadores das facções que atuam para as indústrias da confecção em geral, exercem suas atividades nas casas da cidade de Divinópolis.

Os dados da pesquisa realizada com os jovens trabalhadores das facções apresentam uma realidade bastante heterogênea e complexa um verdadeiro mosaico, que congrega no mesmo espaço de trabalho – a casa, um contínuo de atividades que reúne desde as mais tradicionais, velhas conhecidas do cenário urbano da cidade; até as mais modernas, surgidas no bojo das mudanças ocorridas na estrutura ocupacional e social da cidade de Divinópolis durante os anos 1990. Assim, assiste-se a configuração do trabalho nas casas da cidade, altamente influenciada pelos impactos da reestruturação produtiva e da desestruturação do mercado de emprego. As casas da cidade de Divinópolis deixam de ser um espaço de descanso e convívio familiar, passando a ser uma extensão da fábrica. Torna-se necessário definir que no caso específico de Divinópolis os trabalhadores e as trabalhadoras que executam algumas ou todas as etapas da fabricação de uma peça de roupa em seu domicílio para as indústrias da confecção são chamados faccionistas, e seus empreendimentos, facções.

563

## METODOLOGIA

Divinópolis, 09 de maio de 2013, Rua Afrânio Peixoto, bairro São Judas Tadeu, região sudoeste da cidade, este é o marco inicial do trabalho de campo, das inquietações teórico-metodológicas a respeito da condição de trabalho dos jovens nas facções da cidade de Divinópolis. Enfim, o começo de um longo percurso de pesquisa, de andanças, que não foram poucas, pelas avenidas, ruas, ruelas da cidade de Divinópolis, para encontrar as casas dos jovens trabalhadores das facções, nas quais se intercambiavam o olhar aguçado do pesquisador pelo seu objeto, a caneta, o papel, as falas, gestos e atitudes dos trabalhadores.

1. O termo “trabalho a domicílio” tem sido empregado por vários autores como Abreu (1986), Leite (2004), Abreu e Sorj (1993), porém, Antunes (2006) utiliza o termo “trabalho em domicílio”. Entretanto, para Leite (2004), a forma correta de emprego do termo em português é “trabalho em domicílio”. A autora ressalta que a sociologia do trabalho brasileira, seguindo as recomendações da organização internacional do trabalho (OIT), adotou a categoria “trabalho a domicílio” para designar o trabalho subcontratado exercido no domicílio do/a trabalhador/a, visando diferenciá-lo das demais formas de trabalho desenvolvidas na residência. Portanto, como esse é o termo mais usado, será o empregado neste trabalho.



A cada retorno ao trabalho de campo sempre encontrava supressas, obstáculos e descobertas. As possibilidades de entendimento do objeto de estudo e os enfoques teórico-metodológicos a serem adotados, ao longo do trajeto de pesquisa poderiam ser múltiplos e complementares. Por conta disso, a escolha do objeto e sua delimitação empírica se deram no próprio fazer-se da pesquisa de campo, fruto do jogo dialético entre paixão-estranhamento pelo objeto de estudo.

O trabalho nas facções na cidade de Divinópolis é um labirinto social complexo, heterogêneo, antagônico, tradicional e moderno que exige uma vigilância (talvez epistemológica) sobre as diversas pistas encontradas constantemente pelos seus caminhos. É percorrendo seus caminhos que encontramos as marcas do trabalho a domicílio, cristalizadas e silenciadas nas disposições corporais, verbais e laborais dos trabalhadores que se apropriam de suas casas para trabalhar.

Por isso, não basta simplesmente entrevistar o sujeito da pesquisa, é preciso também olhar as nuances do espaço de trabalho investigado, as interações que os trabalhadores estabelecem entre si, os conflitos existentes, a linguagem social, os espaços de sociabilidade etc., ou seja, é necessário compreender as práticas laborais dos jovens nas suas manifestações plurais, que geralmente são silenciadas pelos dados estatísticos sobre o mercado de emprego. No entanto, não se trata de negligenciar o dado estatístico, mas complementá-lo com a descrição e análise do cotidiano de trabalho dos jovens e das jovens que dão feições concretas ao trabalho nas facções da cidade de Divinópolis.

Neste sentido, antes mesmo de adentrar na análise dos dados da pesquisa de campo, é essencial que façamos algumas considerações sobre o formato da pesquisa de campo e os critérios metodológicos adotados, tendo em vista os próprios objetivos deste estudo.

Em primeiro lugar, é bom destacar que se trata de uma pesquisa de campo que ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa exploratória, efetuou-se, um levantamento do número de facções e de Jovens, que executam algum tipo de atividade remunerada. O levantamento foi realizado em 256 facções<sup>2</sup>. Esse conjunto de dados permitiu o cálculo da amostra, que foi composta por 102 jovens trabalhadores que têm em suas casas ou de vizinhos o espaço privilegiado de trabalho através da produção de peças ou oferta serviços às indústrias da confecção, distribuídas por todas as áreas da cidade de Divinópolis, onde a presença do trabalho a domicílio é bastante significativa. A composição da amostra não obedeceu a um critério

<sup>2</sup> Cabe destacar que, esse levantamento foi feito somente às facções em que o contato foi intermediado por amigos em comum, ou pessoalmente.





estatístico específico, de modo que, a pesquisa reúne uma amostra de estudos casos, a qual busca agregar as principais atividades desenvolvidas nas facções da cidade, identificar o perfil social, econômico e cultural dos jovens trabalhadores, revelar dimensões de sua inserção no trabalho.

Esse formulário foi elaborado com 43 perguntas abertas e fechadas, distribuídas em quatro blocos<sup>3</sup>. Todas as entrevistas foram concedidas pelos jovens no próprio local de trabalho, fazendo com que a coleta dos dados não se restringisse apenas à aplicação do questionário, exigindo a observação cuidadosa do espaço de trabalho e suas conflitualidades. Diria que em muitos casos, esta observação foi participante, tendo um papel relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Por isso, a análise dos dados, construídos a partir das informações contidas nos formulários, será sempre acompanhada das principais observações registradas no diário de campo durante o período de realização da pesquisa (2013 e 2014).

Feitos estes esclarecimentos, procuro nas partes seguintes deste artigo fazer uma “aventura sociológica” circunstanciada no mundo prático dos jovens trabalhadores das facções da cidade de Divinópolis. Seguindo as suas trilhas sinuosas e imbricadas, tento delinear os principais contornos da condição de vida e de trabalho através de uma narrativa analítica entrelaçada por questões centrais, a saber: Quem são os jovens trabalhadores que vivem do trabalho a domicílio nas facções? Como ingressaram no trabalho nas facções? Quais são as suas condições de trabalho e de vida?

Como advertência, cumpre lembrar que os números obtidos a partir desse levantamento expressam um momento determinado da realidade do setor do vestuário que pode vir a ser alterada futuramente, sendo, portanto, uma fotografia do setor que deve ter seu peso relativizado.

Vejamos agora qual é o perfil dos entrevistados ocupados nas diversas atividades da produção de roupas nas facções em Divinópolis, e que constituíram os estudos de casos da amostra pesquisada.

<sup>3</sup> 1. O perfil dos jovens trabalhadores (sexo, escolaridade, idade, cor, local de nascimento, local de moradia); 2. A composição do grupo doméstico (número de pessoas com quem mora e o grau de parentesco, idade, sexo, escolaridade, ocupação, renda das mesmas); 3. Condições do processo de trabalho (tempo de ingresso, jornada, tarefas desempenhadas, forma de acesso, renda e suas formas de utilização, problemas enfrentados no dia-a-dia do trabalho); 4. Trajetória ocupacional, expectativas sobre atividade exercida e redes de solidariedade.



## OS JOVENS QUE VIVEM DO TRABALHO NAS FACÇÕES

Podemos constatar que, as atividades desenvolvidas nas facções são realizadas tanto por homens e como mulheres, mas apresenta uma nítida divisão sexual do trabalho. A presença dos jovens do sexo masculino trabalhando nas facções pesquisadas é maior do que a das jovens do sexo feminino, representado 53% do total dos entrevistados, número muito expressivo, principalmente ao comparar com o perfil do trabalhador empregado na cadeia têxtil e de confecção, onde 75% da mão-de-obra ainda são composta por mulheres, ABIT, (2010). De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é uma forma de organização do trabalho, resultante das relações sociais e tem como fundamento uma visão hierárquica e assimétrica em relação ao papel desempenhado pelas mulheres e pelos homens na esfera produtiva e reprodutiva.

Ainda conforme as autoras, este conceito abarca a existência da separação e da hierarquização entre os trabalhos de homens e mulheres, nas mais diferentes atividades, inclusive no trabalho industrial. Todavia, Hirata e Kergoat defendem a necessidade imperativa de destacar a “incrível plasticidade” da divisão sexual do trabalho. Isto nos permite melhor apreender, por exemplo, a dinâmica da divisão sexual do trabalho em contextos de precarização e flexibilização do emprego, tal como retratam as facções.

As distinções existentes entre as atividades masculinas e as atividades femininas representam também diferentes modos de articular a esfera profissional (público) e a esfera doméstica (privado), entre outros aspectos. Enquanto a experiência feminina nas facções tende a associar o público e o privado, a dinâmica das atividades masculinas tende à separação mais rigorosa entre essas duas esferas. Assim, as atividades femininas estão mais associadas ao doméstico enquanto as atividades masculinas estão mais associadas ao público e profissional. Isto se deve às responsabilidades das mulheres e à desobrigação dos homens em relação ao trabalho doméstico. Hirata e Kergoat (2007) constataam que a divisão sexual do trabalho “molda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (idem: 60).

As pesquisas realizadas a respeito das “relações entre as técnicas e os equipamentos e a divisão sexual do trabalho” de acordo com Helena Hirata (2002), demonstram a existência de diferenciação entre os equipamentos confiados a homens e a mulheres, a diferença entre as



qualidades requeridas de homens e de mulheres e a nítida “clivagem entre as tarefas masculinas e femininas” (idem: 200).

Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelas jovens nas facções não se difere das indústrias da confecção. Entre as 48 jovens, trinta e duas (66%), ou seja, a maioria encontra-se costurando, cinco (10%) realizando atividades com necessidade de maior habilidade industrial e artesanal, como é o caso do acabamento envolvendo bordado à mão.

567

**Tabela 1**  
**Distribuição dos jovens do sexo feminino por tipo de atividade realizada nas facções.**

Setores	Atividades	Mulheres	Nº de vezes que a atividade foi citada (1)
Corte	Risca/ Enfestar/Cortar	2	2
Estamparia	Estampar	---	---
Administração	Gerência/administração	3	3
	Opera de máquina de bordar	5	
Acabamento	Operar de máquina Casear e Prega botão	6	27
	Arrematar e embalar	6	
	Passar	5	
	Bordado manual	5	
	Cortar e pregar etiquetas	5	41
Costura	Emendar e enrolar viés	4	
	Costurar	32	

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

(1) Múltiplas respostas.

No que se refere aos jovens do sexo masculino são encontrados em setores tipicamente masculinos, como por exemplo, estamparia, corte <sup>4</sup>, acabamento, e ainda na gerencia/administração. As atividades realizadas pelos homens são predominantemente, arrematar, passar, embalar, operar as máquinas de bordado, de pregar botão e de casear (85%); (22%) estampam blusas e camisetas; (18%) riscam os moldes, infestam os tecidos e cortam, e (15%) gerenciam/administram as facções. Todavia, também registramos que vinte e dois, ou seja, (40%) dos 54 jovens pesquisados realizam atividades que geralmente são associadas às mulheres, como é o caso de oito jovens que executam as atividades de costurar, ou ainda, quatorze que cortam e pregam etiquetas, emenda e enrolar viés. É o que mostra a tabela 2.

<sup>4</sup> Infestar refere-se à preparação do tecido para o corte, envolvendo a colocação de várias camadas do mesmo sobre uma grande mesa.



**Tabela 2**  
**Distribuição dos jovens do sexo masculino por tipo de atividade realizada nas facções.**

Setores	Atividades	Homens	N° de vezes que a atividade foi citada (1)
<b>Corte</b>	Risca/ Enfestar/Cortar	10	10
<b>Estamparia</b>	Estampar	12	12
<b>Administração</b>	Gerência/administração	8	11
	Opera de máquina de bordar	11	46
<b>Acabamento</b>	Operar de máquina Casear e Prega botão	14	
	Arrematar e embalar	18	
	Passar	3	
	Bordado manual	6	23
<b>Costura</b>	Cortar e pregar etiquetas	6	23
	Emendar e enrolar viés	9	
	Costurar	8	

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

(1) Múltiplas respostas.

Quanto à ocupação familiar, observa-se a predominância da atividade de trabalho ligada à produção de roupas em relação às outras ocupações, com uma percentagem de 43%, contra 15% que trabalham com diversas atividades ligadas ao comércio, 21% que trabalham em empresas, 5% trabalham em casas de família, 12% que realizam outra atividade ou algum tipo de trabalho informal (como pedreiro, ambulante, cabeleireira, padeiro, electricista, enfermeiro, etc.), e 4% que são aposentados. É bastante significativa a presença da família na atividade local reforçando as redes sociais de parentesco, pois, podemos verificar o significativo número de irmãos 25% trabalhando em atividades ligadas a produção de roupas.

Do ponto de vista das gerações, as expressões e fisionomias dos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras das facções, oferecem aos olhos curiosos da pesquisadora um bom retrato da composição de gerações. As casas da cidade, enquanto espaços de trabalho comportam trabalhadores de todas as idades, os quais as experimentam as atividades nas facções de diferentes maneiras. Para os jovens, ansiosos pela conquista do primeiro emprego, o trabalho na facção tende a ser uma condição provisória, pois as chances de encontrar um emprego com carteira assinada podem ser bem maiores. Para os mais velhos, as atividades nas facções, a depender dos seus atributos pessoais e/ou adquiridos, podem se apresentar como uma forma de reinserção ocupacional ou de inserção permanente no mercado de emprego.

De acordo com a distribuição dos entrevistados por faixa etária, dos cinquenta e quatro jovens do sexo masculino que trabalham nas facções; oito (14,8%) possuem dezesseis anos de idade; dez (18,5%) possuem dezessete anos de idade, nove (16,6%) possuem dezoito anos de idade; sete (13%) possuem dezenove anos de idade; seis (11%) possuem vinte anos de idade; quatro (7,4%) possuem vinte e um anos de idade; três (5,5%) possuem vinte e dois anos de



idade de idade; dois (3,7%) possuem vinte e três anos de idade; dois (3,7%) possuem vinte e quatro anos de idade. Os outros três jovens possuem vinte e cinco anos de idade, respectivamente.

Das quarenta e oito jovens encontradas, seis (12,5%) possuem dezesseis anos de idade, cinco (10,4%) possuem dezessete anos de idade, quatro (8,3%) possuem dezoito anos de idade, três (6,2%) possuem dezenove anos de idade, quatro (8,3%) possuem vinte anos de idade, cinco (10,4%) possuem vinte e um anos de idade, quatro (8,3%) possuem vinte e dois anos de idade, cinco (10,4%) possuem vinte e três anos de idade, seis (12,5%) possuem vinte e quatro anos de idade e seis possuem vinte e cinco anos de idade. Conforme indica a tabela abaixo:

**Tabela 3**

**Distribuição dos Jovens por sexo e faixa etária**

Idade	Homens	Mulheres	Total	%
16 anos	8	6	14	13,7
17 anos	10	5	15	14,7
18 anos	9	4	13	12,7
19 anos	7	3	10	9,8
20 anos	6	4	10	9,8
21 anos	4	5	9	10,7
22 anos	3	4	7	6,8
23 anos	2	5	7	6,8
24 anos	2	6	8	7,8
25 anos	3	6	9	10,7
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>	<b>48</b>	<b>102</b>	<b>100</b>

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

Analisando os dados acima, o perfil obtido quanto à idade revela que a maior concentração de jovens que trabalham nas facções ocorre nas faixas etárias entre dezesseis, e vinte anos de idade e, o sexo predominante nessas faixas etárias é o masculino (74%) sobre o feminino (45,8 %). Entretanto, nas faixas etárias entre vinte e um e vinte e cinco anos de idade o sexo predominante é o feminino (54 %) sobre o masculino (26 %).

Indaguei no questionário a cerca de que em qual ciclo da vida os jovens se encontravam, 42% responderam que estão na fase jovem (18-20 anos de idade), 30% responderam na adolescência (15-17 anos de idade); 26% dos jovens consideram que estão na fase adulta (21-24 anos de idade) e 2% não responderam.



Para os institutos demográficos, organismos de saúde e do trabalho, a juventude compreende a faixa de 15 a 24 anos de idade. Já para os jovens pesquisados, essa definição não é linear nem homogênea, pois eles se classificaram como jovens aqueles que se encontravam na faixa de idade entre 18-20 anos de idade de idade; de 21-24 anos de idade compreende a idade adulta, e abaixo de 18 anos de idade definiram ainda como adolescentes.

Durante as visitas de campo foi observada, em algumas residências a presença de crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade trabalhando com os pais, no entanto, dentro das indústrias da confecção, espera-se que o trabalho infanto-juvenil não ocorra mais, devido à proibição pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às políticas públicas instituídas pelo Governo Federal como, por exemplo, a “Bolsa Família”, que condiciona a presença na escola como regra para receber o recurso destinado às famílias.

A ausência de qualificação e o baixo índice de escolaridade é uma forte característica dos jovens pesquisados. No que se referem ao nível de escolaridade desses jovens, setenta e dois (72) pararam de estudar, contra apenas vinte e nove (29) que continuam seus estudos na rede pública. Dentre os jovens que conseguiram levar a diante seus estudos, 65% estão no Ensino Médio, 18% em Cursos Profissionalizantes, 8% no Ensino Superior Graduação, 4% na Educação para jovens e adultos e 5% não informaram.

Dos jovens que não estudam 42% cursaram até o Ensino Fundamental, sendo que, 10,8% têm o ensino fundamental incompleto e 31,2% têm o ensino fundamental completo. Dos entrevistados, 58% tem o Ensino Médio, sendo 16,1% com ensino médio incompleto e 41,9% com o ensino médio completo. E apenas 3,2% têm o nível superior completo.

O nível de escolaridade familiar está baseado em uma média de 35% com o Ensino Fundamental Incompleto; 14% com o Ensino Fundamental Completo; 22% com o Ensino Médio Completo; 8% com o Ensino Médio Incompleto; e apenas 1% possui graduação. Os números acima indicam que a situação do baixo índice de escolaridade e da falta de qualificação profissional em que as facções se constituem perdura até os dias atuais.

Contudo, ao fazer um parâmetro entre o nível educacional dos pais e dos jovens, é possível observar que, apesar de ainda muito baixa, a escolaridade tem aumento significativamente. Sendo assim, é possível notar que a característica precária e informal em que a produção de confecções se constituiu historicamente não teve como referência básica a escolaridade e a qualificação profissional; fez-se a partir de um aprendizado que é perpassado de pai para filho ao longo das gerações e sem conhecimento prévio advindo de instituições



privadas e governamentais que visam à capacitação do trabalhador para uma futura inclusão no mercado de emprego, como é o caso de instituições ligadas ao Sistema S como, por exemplo, o SENAI, SENAC, SEBRAE, dentre outras.

Outro fator importante de se ressaltar é que, dos 102 jovens que estão inseridos nas facções, 90% encontram-se na condição de dependentes, na posição de filhos. Somente 4% dos jovens são arrimos e mantêm a família de origem, enquanto outros 6% já possuem famílias mantidas por eles próprios. Tem-se, ainda que 78 % dos jovens são solteiros (as), 14% têm ligação em união consensual e 8% vivem casados legalmente.

Ainda sobre o perfil, evidencia-se a partir dos dados da pesquisa, que dos cento e dois (102) dos jovens pesquisados, 49 deles são divinopolitanos, no entanto, ao somar o número de jovens que são originários de outras cidades, e da zona rural do município de Divinópolis, se obtém um resultado equivalente aos que têm origem local. Vale ressaltar que, tanto os de origem local, como os advindos de outras cidades, estabeleceram moradia na cidade de Divinópolis.

**Tabela 4**

**Distribuição dos jovens por lugar de origem**

Lugar de origem	
Município	49
Zona Rural	12
Outros municípios	38
Não informou	3
<b>Total Geral</b>	<b>102</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

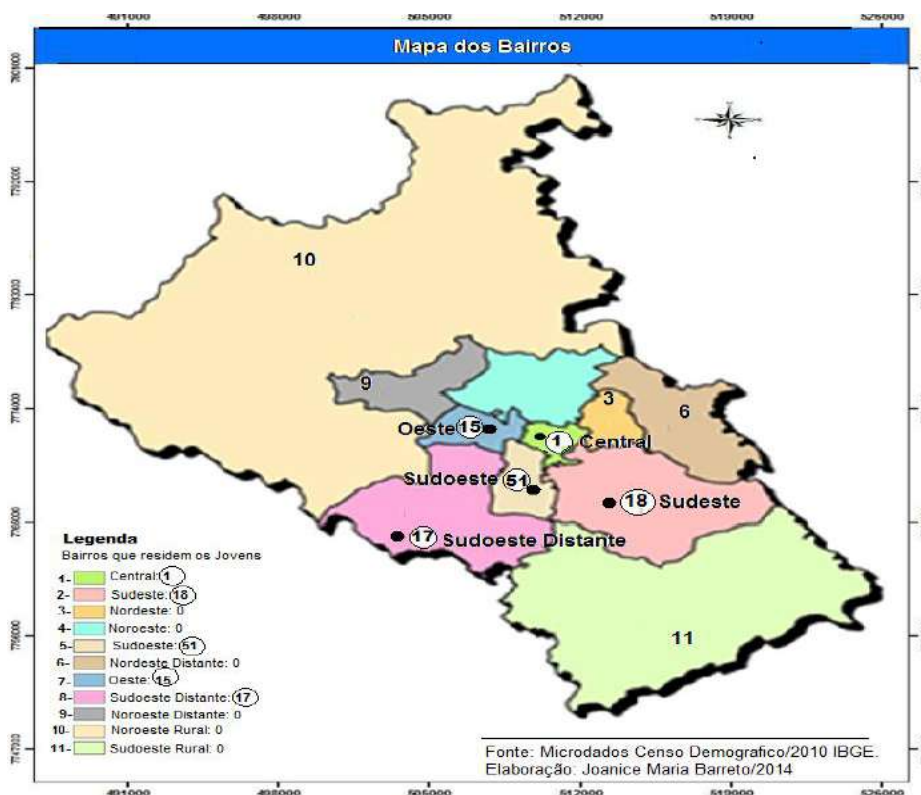
Deste modo, é possível observar através da tabela acima que a questão da migração de outras cidades e estados para a cidade de Divinópolis deve ser considerada porque representa uma região que atrai os jovens e suas respectivas famílias para trabalhar na produção da confecção e em sua comercialização.

No que se refere região de moradia, os cento e dois (102) jovens participantes, estão distribuídos em cinco (5) regiões da cidade de Divinópolis. De acordo com o mapa abaixo, a maioria dos jovens pesquisados moram na região sudoeste, são cinquenta e um (51) jovens, dezoito (18) na sudeste, dezessete (17) jovens na região sudoeste distante, quinze (15) jovens moram na oeste e um (1) na região central.





## Distribuição dos jovens por região



572

A maioria dos jovens pesquisados mora em bairros circunvizinhos à região central, de Divinópolis (64%), entre os quais se destacam os bairros São Judas Tadeu (20,4%), Belo Vale (13,1%) e Porto Velho (11,5%). Mas, existe uma parcela significativa dos entrevistados que moram em bairros distantes do centro da cidade, como Quintino (20,4%) e no bairro Jardim das Acássia Brotas (10%). E apenas 3,7% dos entrevistados, moram no centro da cidade.

Vale lembrar, que o local de moradia também é o local de trabalho para noventa e dois (92) dos 102 jovens pesquisados, já os outros nove (9) jovens residem próximo às facções em que trabalham. Portanto, a maioria das facções em que os jovens trabalham se concentram nas imediações das indústrias da confecção contratante, pois, a maior parte das indústrias da confecção e trabalhadores concentra-se na região central, onde “há 340 empresas de confecções e 1.960 trabalhadores”, como foi constatado por Barreto (2010).

Estes dados nos levam a considerar a relevância da proximidade geográfica. Os trabalhadores mais distantes dos centros de produção ficam a mercê dos mandos e desmandos das indústrias da confecção, além, da dificultar de conseguir trabalho, uma vez que, alegam



as confecções, quanto maior à distância, mais custos com o transporte dos produtos e dificuldade de garantir a sua qualidade, como foi percebido durante a pesquisa de campo.

Como mora no bairro longe do centro da cidade, a jovem faccionista comenta que tem faltado trabalho, e que faz contato constantemente por telefone com as confecções para ver como está o andamento. “Assim, faz mais de duas semanas que não tenho trabalho”. Nos anos anteriores quando morava com sua mãe no bairro São José, nessa mesma época, ela comenta que estava trabalhando muito em roupas para festas de fim de ano. Porém, agora que casou e mudou para o bairro Quintino, as confecções alegam que sua facção é longe demais, fica difícil e caro levar e buscar as peças, além do tempo que se gasta para levar algum acessório ou parte das peças que às vezes faltam. (Diário de Campo, 4 de outubro de 2013).

Com base nestas informações obtidas, pode-se traçar uma síntese do perfil dos jovens que trabalham nas facções entrevistados, qual seja: **São mais homens do que mulheres, solteiros, dependentes dos pais, não migrantes, moram em bairros circunvizinhos a região central, têm baixo nível de escolaridade.**

## O TRABALHO NA VIDA DOS JOVENS

Nas facções o valor do trabalho extrapola sua dimensão de atividade material e fonte de renda, sendo constituinte do processo de socialização dos jovens. Isso envolve tanto a transmissão de saberes onde o ofício das facções é passado de geração para geração; ou ainda como um meio de adquirir valor e responsabilidade diante da sociedade.

Como demonstra os estudos que tratam desta temática, o trabalho está entre os assuntos que mais mobilizam o seu interesse dos jovens não só no que se refere à questão de direitos enquanto cidadãos, mas também diante de sua urgência mediante problemas enfrentados.

O trabalho na vida dos jovens tem uma conotação importante, configura-se em múltiplos significados que estão associados à necessidade, independência, crescimento, auto realização e ainda exploração Guimaraes (2005).

Na maioria dos casos, a decisão do jovem de começar a trabalhar contou com o apoio da família, pois esteve relacionada a uma prática natural, segundo representações desenvolvidas no interior da mesma. Dos cento e dois jovens, 62% responderam que o primeiro emprego foi na facção. Quando questionados sobre como conseguiram o seu primeiro trabalho, 58% deles responderam que foram através da família, 15% através dos amigos e 8% pessoalmente.



A presença das famílias neste caso lembra o trabalho nas famílias camponesas, onde a iniciação no trabalho é uma prática social, representando a cooperação, mas também a aprendizagem associada de acordo com Menezes (2002) à “transmissão do trabalho como valor que constitui homens e mulheres honradas”. Deste modo, a centralidade do trabalho para as famílias se coloca como “eixo organizativo da vida social de crianças, jovens, adultos e idosos” (Idem: 11; 12).

Independentemente do primeiro emprego, verifica-se, que 25% dos jovens começaram a trabalhar entre sete e onze anos de idade de idade, 48% entre doze e quatorze anos de idade 14% quinze e dezoito anos de idade de idade e apenas 12% entre dezenove e vinte e cinco anos de idade de idade.

A faixa etária inicial do trabalho dos jovens é bastante relevante e de certa forma mascarada, principalmente se considerarmos o Artigo 60 do Estatuto da Criança e Adolescente conforme, indica Abreu (1999), “é proibido qualquer trabalho á menores quatorze anos de idade de idade, salvo na condição de aprendiz” (idem: 48), vemos que, na prática, há uma contradição, uma vez que os jovens começaram a trabalhar bem antes dessa idade, e em uma época em que não havia tanta fiscalização como acontece atualmente. Outra questão que vem reforçar a fiscalização são as Políticas Públicas voltadas para a permanência da criança e adolescente na escola. Sendo assim, o trabalho de crianças e adolescentes não foi instinto, mas, de certo modo ajustado de acordo com o horário de estudo dos funcionários, acontecendo, de forma particular, nas facções.

Tal fato nos permite afirmar que há uma atuação de trabalho da juventude de Divinópolis nas facções desde a infância. O trabalho de crianças e jovens foi identificado por Marx (1988) no século XIX, quando destaca o trabalho de toda a família nas fábricas onde a comercialização da força de trabalho não deixou de fora a comercialização da infância e da adolescência, tomando o lugar dos “folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família dentro dos limites estabelecidos pelos costumes” (idem: 450).

Do mesmo modo, Menezes (2002) enfatiza que, na família camponesa, a iniciação no trabalho se dá a partir da mais tenra idade e se associa “à falta de brincadeiras ou de tempo para brincar nessa fase da vida” (Idem: 6). O Autor destaca ainda que há dois tipos de trabalho infantil: o “remunerado”, que é efetivado mediante condições penosas de trabalho, impedindo o crescimento físico, social, moral e profissional das crianças e dos adolescentes; e o baseado na



“transmissão de saberes e construção de profissões”, como é encontrado entre os artesãos e na agricultura familiar (idem: 20).

O trabalho dos jovens não aparece como temporário e esporádico; ao contrário, se reveste de um caráter regular. Entretanto, os dados obtidos contrastam com a opinião corrente que afirma ser sazonal o trabalho dos jovens nas facções. Na verdade, para a maioria dos jovens, o trabalho tem caráter regular, pois, mais da metade (65%) dos jovens trabalham durante todo o ano. A jornada de trabalho está organizada durante a semana para (38%) dos jovens, numa faixa de 2 horas/dia a 4 horas/dia, e de 4 horas/dia a 7 horas/dia para (41%), sem contar as horas extras que tem uma variação de acordo com a necessidade de aumento de produção em épocas de pico nas vendas, ocorridas geralmente próximas aos meses de junho e dezembro.

Grande parte dos jovens trabalha de segunda a sexta-feira (63%). Dos cento e dois jovens pesquisados, sessenta e quatro não trabalham nos finais de semana, oito trabalham no final de semana regularmente, dezesseis trabalham somente no sábado, e quatro, somente aos domingos.

Já o descanso do trabalho realizado pelos jovens fica restrito aos horários em que eles não estão trabalhando ou estudando. Assim, 32% responderam descansar apenas no turno da noite, outros 45% afirmaram descansar nos finais de semana, 18% não tem horário fixo para descansar, e nove jovens responderam que não descansam em nenhum momento.

Foi observado ainda, a partir dos formulários aplicados, que a média salarial mensal está na base de um salário mínimo, sendo que 65% dos jovens recebem o pagamento fixo e 34% por produção. Vale ressaltar por tanto que o salário fixo geralmente é acrescido por um valor advindo da produção realizada em hora extra, que pode ser feita na facção em que se trabalha ou ainda em outra como forma de prestação de serviço. Há ainda alguns jovens que combinam o trabalho em outras confecções e a produção de suas próprias facções. Quanto à periodicidade salarial 43% recebem mensalmente, 19% recebem quinzenalmente, e 38% semanalmente.

No que se refere à utilização do salário, destaca-se a ajuda em casa e o gasto com despesas pessoais. Através da tabela abaixo é possível ter uma idéia de como o trabalho para os jovens serve como uma possibilidade de autonomia, mas também, uma forma de contribuir com o orçamento familiar. Portanto o trabalho que traz independência e auxilia os pais, também possibilita a mudança de status do filho dentro de casa, como registrei no diário de campo



“depois que comecei a trabalhar meu pai confia mais em mim”. (Diário de Campo, 23 de março de 2014).

<b>Tabela 5</b>	
<b>Distribuição dos jovens por utilização do salário</b>	
<b>Utilização do salário</b>	
Gastos Pessoais	16
Ajuda em casa	24
Ajuda em casa e gastos Pessoais	58
Outros	2
Não informou	2
<b>Total</b>	<b>102</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

576

Quanto ao grau de satisfação dos jovens no que se refere ao trabalho nas facções, 69% responderam que gostam da atividade realizada; embora 51% tenham respondido que têm vontade de mudar de trabalho. Aqui vale uma observação: o desejo de mudar de atividade não está voltado para uma mudança de profissão, mas está ligado fortemente ao desejo de autonomia. Dentre as atividades mencionadas destaca-se em primeiro lugar o desejo de ser empresário. Em seguida aparecem as outras atividades como, por exemplo, ser motorista, gerente, administrador, vendedora; e, em último lugar, outras atividades que não estão diretamente ligadas à confecção de roupas.

Diante dos dados apresentados é possível observar a questão da centralidade do trabalho na vida dos jovens de Divinópolis, principalmente no que se refere à independência financeira, aos laços de sociabilidade e à identidade pessoal assim como ressalta Guimarães (2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da busca por contribuir com a temática juventude, foi investigado o trabalho realizado pelos jovens no espaço domiciliar, ou seja, nas facções de roupas, localizada na cidade de Divinópolis Minas Gerais, partir do contexto sociocultural e econômico que determinam suas condições de vida.

Para que fosse possível tal investigação, diante da escassez de informações a respeito das facções presentes na indústria da confecção de Divinópolis, bem como dos jovens que



desempenham as atividades relativas ao chamado trabalho a domicilio se fez extremamente necessário percorrer as casas das jovens e dos jovens trabalhadores.

Na pesquisa realizada em Divinópolis, verificou-se que, nas casas observadas, os jovens ingressam nas facções trabalhando para os parentes (pai, mãe, tio, irmão, primo, etc.). Os dados da pesquisa evidenciam que as relações de parentesco é uma das principais “portas de entrada” do trabalho nas facções de Divinópolis. Assim, o trabalho dos jovens encontra-se entranhado na vida cotidiana, por sua vez, percebido como natural. Para os pais, os vizinhos dos jovens trabalhadores, trabalho é assunto proibido. O jovem “ajuda” a família e é, por meio dessa ajuda, que atividades, são mantidas.

Foi possível observar, que à juventude inserida nas facções, procura adequar-se à precária estrutura física nas quais a grande maioria das facções funciona; além do ritmo intenso que é imposto pela quantidade de peças que são produzidas semanalmente. O cansaço físico ao termino do dia é nítido, mas muitos estendem sua jornada de trabalho prestando serviço para outras empresas, ou ainda “fabricando” para si ou sua família.

Entretanto, as condições e a extensa jornada de trabalho dificultam a permanência dos jovens na escola, levando-os a abandoná-la precocemente, mantendo apenas o trabalho. Outra questão que se coloca, além do trabalho exaustivo, é que apesar da consciência sobre a importância dos estudos para o “futuro”, a preocupação para os jovens está pautada no “hoje” no “agora”, isto é, o tipo de trabalho no qual estão inseridos traz a real possibilidade de conseguir ajudar suas famílias com as despesas de casa, e adquirir seus bens de consumo, não sendo necessário até o presente momento, grandes investimentos em qualificação profissional, uma vez que toda aprendizagem é perpassada em uma relação de parentesco e vizinhança.

Outro aspecto importante observado é que, quanto maior for à distinção do espaço da facção e o espaço da casa, maior é o grau de profissionalização, e maior a inserção masculina nesse tipo de atividade.

Diante dos resultados obtidos, é possível afirmar que a indícios que a produção econômica, nas suas variações contemporâneas, como nas facções, em que o trabalho acontece nas casas os trabalhadores, os jovens estão sendo disciplinados (no sentido foucaultiano do termo) precocemente, ao se tornarem trabalhadores no âmbito do mercado de emprego assalariado, mesmo que esse trabalho seja representado como uma ajuda aos pais.

À luz desses resultados deseja-se que este artigo proporcione informações, reflexões e estímulos a debates a atores sociais, profissionais, entidades, organizações, enfim, a todos que





buscam contribuir para com a melhoria da qualidade de vida das jovens e dos jovens trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alice de Paiva, *O avesso da moda. Trabalho a domicílio na indústria de confecção*, São Paulo: Hutitec, 1986.

ABREU, Charles Jean Início de. *Estudo Crítico ao Estatuto da Criança e Adolescente: Comentários e análises*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

ABREU, Alice de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro. In: ABREU, Alice de Paiva; SORJ, Bila (Orgs.), *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993, pp.43 - 61.

ANTUNES Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. IN; ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 15 - 25.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO, ABIT Perfil do setor. “Disponível em” [www.abit.org.br](http://www.abit.org.br), acesso em 10 de outubro de 2013.

BARRETO, Joalice Maria. *Tramando pequenos fios de um longo tecido: as costureiras de Divinópolis*. 2010. 87f. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: Helena Wendel Abramo. Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, 149 - 175.

Helena Hirata (2002), HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar Voltado para Empresa e a Sociedade*. (Trad. Wanda Caldeira Brant). Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. Novas Configurações da Divisão do Trabalho. Em: Caderno de pesquisas, on-line, São Paulo, n.132, set./dez., 2007. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 5 de novembro de 2013.

Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor. Relatório Da pesquisa amostral sobre o setor de confecções do município de Divinópolis/MG, ICCAPE. Divinópolis: 2009.

LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a Precarização: Gênero, Trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. IN: Trabalho Saúde e Educação. Vol. 2 número1, março de 2004.





MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, Tomo I. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Memórias de Infância de mulheres e homens camponeses. Ceará: Revista de História. UFCE, nº 3, dezembro, 2002,

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente e Juventude – América Latina. Resumo Executivo. In: Plano de ação, emprego, comércio internacional, formação, pequena empresa, trabalho decente, democracia, desenvolvimento social, América Latina, Caribe. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 2007. [www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br), acesso em 4 de julho de 2013.



## TRANSFORMAÇÕES NA ATIVIDADE PRODUTIVA DE CARVÃO VEGETAL NO NORTE DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

RODRIGUES, Sílvia Gomes

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES.*

*silvia.gomesr10@gmail.com*

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos.

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES.*

*gilrds@uol.com.br*

PALES, Raíssa Cota

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES.*

*raissacs1@yahoo.com.br*

580

### RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar as transformações na produção de carvão vegetal, no Norte de Minas Gerais. Essas se relacionam à inserção de maquinários, em algumas carvoarias, a partir do século XXI. O que sempre marcou esta atividade, particularmente, no Brasil, são seus aspectos ligados à superexploração dos trabalhadores, péssimas condições de trabalho, pois se tratava de um trabalho manual, penoso, muitas vezes análogo à escravidão. Desse modo, foram analisadas carvoarias com atividades realizadas em grande parte de forma tradicional, semi-mecanizada e, por fim, uma carvoaria mecanizada, onde a execução das atividades manuais se dava basicamente no âmbito dos serviços gerais e manutenção. Resultados obtidos a partir da análise documental e de entrevistas. Percebeu-se que a modernização do setor provocou, entre outros efeitos, desemprego, cobranças/pressões por melhores qualificações.

**Palavras chave:** Produção de Carvão vegetal; Reestruturação Produtiva; Superexploração no trabalho.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the transformations in the production of charcoal, in the North of Minas Gerais. These relate to the insertion machinery in some charcoal production, from the twenty-first century. What ever scored this activity, particularly in Brazil, are aspects related to exploitation of workers, poor working conditions, because it was manual labor, painful, sometimes analogous to slavery. Thus, charcoal plants with activities largely in the traditional manner, were analyzed semi-mechanized and, finally, a mechanized coal bunker, where the execution of manual activities basically gave up on the broad and maintenance services. Results obtained from document analysis and interviews. It was noticed that the modernization of the sector led, among other effects, unemployment, collections / pressures for better qualifications.

**Keywords:** Production of Charcoal; Productive Restructuring; Overexploitation at work.

<sup>1</sup> Os autores agradecem à FAPEMIG pelo apoio financeiro ao Projeto de Pesquisa “Reestruturação produtiva na produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais”.



## INTRODUÇÃO

A produção do carvão vegetal, para fins comerciais, configurou-se historicamente como atividade de grande importância econômica no país, em especial no estado de Minas Gerais, em meados do século XIX, nas cidades de Mariana e Ouro Preto. Em 1940, o estado era responsável por 90% do ferro gusa produzido no Brasil. Na década de 1970, tornou-se o maior polo mundial em siderurgia com utilização exclusiva de carvão vegetal, DIAS *et al* (2002).

Esta produção é proveniente da silvicultura de eucalipto com destinação ao atendimento da demanda de diversos segmentos da indústria (siderurgia, metalurgia, cimento, dentre outros) e também para utilização residencial urbana e rural. A principal utilização, no país, é na indústria siderúrgica. Esta produção vem se tornando uma atividade de grande importância econômica no país, bem como no estado de Minas Gerais, envolvendo grande massa de trabalhadores, que atuam direto e indiretamente na produção, cabe salientar que este estado tem papel de destaque nacional tanto na produção, com um número considerável de cidades, como no consumo de tal produto.

Entretanto, o que sempre marcou esta atividade, particularmente, na sociedade brasileira, são seus aspectos ligados à superexploração dos trabalhadores juntamente com péssimas condições de trabalho, pois se tratava de um trabalho manual, penoso, muitas vezes análogo à escravidão. A atividade de carvoejamento tem sido relacionada por pesquisadores, como Brito (2006), a situações de risco e condições subumanas para os trabalhadores.

Na primeira década do século XXI o desenvolvimento da base técnica alcançou a atividade de carvoejamento no Norte de Minas Gerais, ramo hoje fundamental dessa cadeia produtiva. Puderam ser verificadas grandes transformações nas condições de trabalho, modificações no perfil da força de trabalho, dentre outras, na produção de carvão nesta região.

As mudanças, pelas quais passaram algumas carvoarias da região, referentes à inserção de equipamentos modernos, que tem servido para o melhoramento e aumento da produção. As novas máquinas foram introduzidas no processo produtivo, realizando desde o corte da madeira até o descarregamento dos fornos. Ademais, as transformações no mundo do trabalho, em especial o incremento da tecnologia, levaram quase sempre à precarização do trabalho.

Ainda que aparentemente a introdução de máquinas tenha diminuído a intensidade do trabalho em termos de esforço físico, deve-se observar as novas cobranças/pressões que recaem sobre os trabalhadores, como responsabilidades com equipamentos tecnologicamente



avuçados e dispendiosos, exigências e pressões frequentes de novas qualificações, com o intuito de aumentar da produtividade.

Nesse âmbito, o presente trabalho buscou verificar alguns impactos recorrentes das transformações na atividade de carvoejamento, no Norte de Minas, especialmente as que incidem sobre os trabalhadores. A partir de procedimentos metodológicos, tal como entrevistas, observações *in loco* realizadas no segundo semestre do ano de 2013, com trabalhadores, ex-trabalhadores em carvoaria e empresários do setor, que tornou-se possível a análise dos novos processos de trabalho implementados e seus desdobramentos sobre os trabalhadores.

Durante as pesquisas exploratórias foram analisados algumas técnicas e estágios da produção em carvoarias, entre as quais verificamos, respectivamente, atividade realizada em grande parte de forma tradicional, semi-mecanizada (no que se refere à produção tradicional acoplada a um número considerável de maquinário) e, por fim, uma carvoaria mecanizada, onde a execução das atividades manuais se dava basicamente no âmbito dos serviços gerais (limpeza, cozimento de alimentos e manutenção).

Ressalta-se que as abordagens teóricas sobre a exploração do trabalho, na fase de reestruturação do processo produtivo, possuem duas visões complementares. Por um lado enfatizam a *superexploração do trabalho*, percebidas na atividade de carvoejamento, ou seja, as formas de extração desta atividade estariam ligadas ao aumento e intensificação da jornada de trabalho. Por outro, algumas abordagens enfatizam a transformação na forma de extração do trabalho excedente, baseada no desenvolvimento tecnológico, devido o predomínio do princípio do *trabalho morto* nos setores produtivos.

Em síntese, o seguinte trabalho buscou enfatizar leituras de aspectos gerais consoante às transformações no mundo trabalho e superexploração na atividade de carvoejamento, discussão que foi pautada, especialmente nas análises de Karl Marx (reestruturação produtiva), Ruy Mauro Marini (superexploração) e Altamira Pereira (superexploração e produção de carvão vegetal). O levantamento de dados empíricos e a observação *in loco* permitiu-nos entender as similaridades e discontinuidades da atividade de carvoejamento no Norte de Minas Gerais, devido às mudanças de gestão e organização em algumas carvoarias e a permanência do modelo tradicional de produção.



## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUPEREXPLORAÇÃO: A ATIVIDADE DE CARVOEJAMENTO EM TRANSFORMAÇÃO

Os enfoques teóricos sobre a exploração do trabalho, na etapa de reestruturação do processo produtivo, apresentam duas vertentes complementares. Por um lado, enfatizam a superexploração do trabalho, como na atividade de carvoejamento, ou seja, as formas de extração desta atividade estariam ligadas ao aumento e intensificação da jornada de trabalho. Por outro, dar-se ênfase à transformação da forma de extração do trabalho excedente, baseada no desenvolvimento tecnológico, devido o predomínio do princípio do *trabalho morto* nos setores produtivos.

Torna-se necessário afirmar que, neste contexto, a superexploração se baseia na categoria defendida por Marini (2000). Este termo ligar-se-ia, segundo o autor, a três mecanismos: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, o que configurariam num modo de produção fundado excepcionalmente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

É necessário observar, além disso, que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que, além disso, se podem dar normalmente se dão, de forma combinada) significam que trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000, p. 126).

De acordo com Dias *et al* (2002), os trabalhadores em carvoarias de Minas Gerais realizam suas atividades sob condições de risco. Estes ficam expostos à radiação solar, ao excessivo calor emitido pelos fornos e as substâncias químicas resultantes do processo de carbonização. Além disso, sofrem com o alto ruído oriundo de motosserras e excessivo esforço físico.

Corroborando ao que antes fora afirmado por Marini (2000), Pereira (2007), afirma que no que tange à superexploração na produção de carvão vegetal, o funcionamento e até mesmo



obtenção de lucratividade nas carvoarias, se daria ao desempenho de práticas pelos proprietários, que as executam sob dominação e superexploração dos trabalhadores, através de baixos investimentos na infraestrutura das carvoarias, descumprimento das leis trabalhistas, pagamento irrisório de remunerações, longas jornadas de trabalho, desembocando numa intensificação das formas de exploração do trabalho presentes no capitalismo, reduzindo ao máximo todas as despesas para a produção do carvão vegetal e elevando a extração da mais-valia.

Entretanto, a partir da primeira década do século XXI, com o desenvolvimento da base técnica que alcançou a atividade de carvoejamento, em especial no Norte de Minas Gerais, tornou-se possível observar grandes transformações nas condições de trabalho, modificações no perfil da força de trabalho, dentre outras, na produção de carvão nesta região. O que possibilitou a formação de uma nova visão sobre este processo produtivo.

Ademais, cabe salientar que, Marx (1996) analisou as transformações no mundo do trabalho, no século XIX, com especial atenção ao aumento da maquinaria em substituição/diminuição do *trabalho vivo*<sup>2</sup>. De acordo com o autor, o trabalho objetivado sob a forma de maquinaria não produziu diretamente nenhum novo trabalhador, mas permitiu a um reduzido número de trabalhadores, mediante a agregação de pouco *trabalho vivo*, ampliar a produção.

A década de 1980 foi marcada por modificações significativas no mundo do trabalho, tanto nas grandes economias capitalistas dos países centrais, quanto nos considerados periféricos. Estas transformações têm sido significativas e verificáveis em países de capitalismo avançado, com repercussões não homogêneas, em áreas industrializadas do Terceiro Mundo devido às condições sociais, culturais, políticas e econômicas das diferentes regiões, que se apresentam como fatores que influenciam na adoção das novas tecnologias e nas formas de organização do trabalho. Estes países passaram por transformações que afetaram tanto a estrutura produtiva, quanto a classe trabalhadora. As novas tecnologias foram inseridas no processo de produção, assim como novos padrões de gestão na busca de maior eficiência na produção. Estes conjuntos de mudanças visavam ajustar a produção à lógica do mercado, então mais competitivo e instável. (ANTUNES, 1999)

<sup>2</sup> *Trabalho morto* figurado nas matérias-primas e meios de trabalho; *trabalho vivo* representa a força de trabalho, isto é aquele que mobiliza (SILVA, 2001).



Estas transformações nas relações de trabalho, segundo Laranjeira (2002), apud Cattani (2002), se constituíram na busca de alternativas ao regime fordista de produção, caracterizado pela radical separação entre concepção e execução no processo de trabalho. Baseando-se no trabalho fragmentado, repetitivo, parcelado, monótono, simplificado com vistas à produção e consumo em massa.

O fordismo, ainda segundo a autora, requeria pouco tempo para formação e preparação dos trabalhadores, fundamentando-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, evitando o deslocamento dos trabalhadores, havendo perda das qualificações do trabalhador, pois estas eram incorporadas à máquina. Entretanto, a partir da década de 1970, mudanças significativas acentuam-se sobre as formas de produção deste regime, devido às pressões competitivas ocasionadas, em especial, pela concorrência japonesa. Havendo uma não aceitação dos mercados à padronização da produção fordista, exigiam-se produtos diferenciados, que ia ao encontro das demandas dos diferentes segmentos socioculturais. Tornava-se necessário, a criação de firmas flexíveis, com capacidade de responder, às frequentes mudanças de demanda do mercado.

Cabe salientar, que as dificuldades de propagação e permanência do fordismo se deram por diversos fatores: resistência por parte dos trabalhadores em aceitar um sistema de produção fundamentado em um trabalho fragmentado, repetitivo e monótono, ou seja, não aceitação à rotinização e a monotonia do trabalho, pois o empregado perdia suas qualificações, as quais eram incorporadas às máquinas, e também no elevado grau de rotatividade da força de trabalho.

E neste cenário que modelos produtivos, tais como o toyotismo, acumulação flexível, modelo japonês, entre outros modelos, surgem como denominações diferentes para o processo de reestruturação produtiva e passam a ser tidos como contraponto às práticas fordistas. E tinha dois eixos básicos: transformações na organização do processo de trabalho e introdução de tecnologias microeletrônicas, por meio da flexibilização da produção.

Desse modo, a reestruturação produtiva, no âmbito das relações de trabalho, surgiria como busca alternativa ao regime fordista, seria assim uma tentativa de manter ou elevar as taxas de lucratividade, ou seja, os novos modelos produtivos e os novos processos de trabalho, que impulsionados pela adequação da produção à lógica de econômica capitalista, procuram recuperar os antigos patamares de produtividade e lucratividade (SILVA, 2001 *apud* ANTUNES, 2000).





É importante ressaltar que, para Ianni (1994), as mudanças que vem ocorrendo no mundo trabalho delineam a realidade que cada vez mais tem se tornando evidente na atividade produtiva, especialmente no que se refere à participação dos trabalhadores em cada novo processo produtivo. Acreditava-se que as transições dos modelos se dariam basicamente da passagem da ferramenta à máquina-ferramenta, da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas – a capacidade das instalações automatizadas de substituir a mão humana, bem como as funções cerebrais requisitadas pela vigilância das máquinas ferramentas. Tem-se assim a automação pela auto-regulação das máquinas em circuito fechado. Em geral, a máquina se vigia e se regula a si mesma.

Entretanto, para o autor, a criação da “fábrica sem homens” é um mito, pois a intervenção humana está longe de desaparecer. Neste cenário de mudanças, mesmo reduzida, ela torna-se primordial. Anteriormente, ainda no período da revolução industrial, a força humana fora restringida a apêndice da máquina-ferramenta. Mas, o homem, neste contexto de mudanças, é contrariamente aos lugares-comuns, exercendo na automação funções muito mais abstratas, muito mais intelectuais. As suas funções, enquanto trabalhador, não se baseia em alimentar e, vigiar a máquina, passivamente, devendo agora controla-la, prevenir defeitos e, principalmente, otimizar o seu funcionamento (IANNI, 1994).

Segundo Santos e Silva (2011), assim como as diversas atividades produtivas, tais mudanças também perpassam o processo de trabalho na produção de carvão vegetal no Brasil, a qual foi marcada, historicamente, pela superexploração dos trabalhadores, juntamente com péssimas condições de trabalho. Na primeira década do século XXI, a inserção e o desenvolvimento da base técnica passam a ser percebidos, com maior ou menor grau, em algumas produções de carvão vegetal originária da silvicultura do eucalipto no Norte de Minas Gerais, ramo hoje essencial dessa cadeia produtiva. Dessa forma, foram constatadas significativas transformações nas condições de trabalho, modificações no perfil da força de trabalho, dentre outras, na produção de carvão nesta região.

Aparentemente a introdução de máquinas na produção de carvão diminuiu a intensidade do trabalho em termos de esforço físico. No entanto, devem-se observar as novas exigências, novas responsabilidades em função da utilização de equipamentos tecnologicamente avançados e custosos. Para Assis (2003), Santos; Silva (2011), a formação profissional constante, frente às novas tecnologias torna-se comum, nestes casos. O capital exige que os empregadores busquem uma formação imbricada na preparação de profissionais flexíveis, polivalentes e que dominem



o processo de fabricação de suas empresas. Buscam também um maior envolvimento subjetivo dos trabalhadores no processo produtivo, maior comprometimento com os objetivos da empresa e maior participação no processo de trabalho.

## **A PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: DA PRODUÇÃO TRADICIONAL À MECANIZADA**

587

Durante as pesquisas exploratórias foram analisadas algumas técnicas e estágios da produção em carvoarias situadas em cidades do Norte de Minas, entre as quais verificamos, respectivamente, atividade realizada em grande parte de forma tradicional, semi-mecanizada (no que se refere à produção tradicional acoplada a um número considerável de maquinário) e, por fim, uma carvoaria mecanizada, onde a execução das atividades manuais se dava basicamente no âmbito dos serviços gerais (limpeza, cozimento de alimentos e manutenção). Nesse âmbito, por meio de um estudo comparativo, o presente trabalho buscou verificar alguns impactos recorrentes das transformações na atividade de carvoejamento, especialmente, os que incidem sobre os trabalhadores.

Percebeu-se que a produção de carvão vegetal vem passando mudanças importantes, não era só o trabalho superexplorado que dominaria o modo de fazer o carvão, o saber ser, o saber saber, o saber fazer do trabalhador ia ao encontro desta realidade, transformações significativas, mesmo que forma de heterogênea, identificadas neste processo produtivo davam indícios da necessidade de constituição de um quadro de trabalhadores – que tem se apresentado cada vez mais reduzido e preparado – polivalentes, que saibam manusear ferramentas tecnologicamente avançadas, permitindo o aumento da produção, a lucratividade.

Na carvoaria *C*<sup>3</sup>, ainda produzindo, em grande medida nos moldes tradicional, observou-se o quanto as atividades são rudimentares, caracterizada pelo trabalho manual, expondo os trabalhadores aos perigos relacionados ao desenvolvimento de doenças (lesões na coluna e problemas auditivos, devido o uso de motosserra) e acidentes fatais no corte da madeira; a inalação constante da fumaça eliminada pelos fornos no momento da carbonização; pouca ou nenhuma qualificação dos trabalhadores; incentivos irrisórios pela produção; pouco investimento em infraestrutura e equipamentos.

<sup>3</sup> Por razões de sigilo e ética, neste trabalho, foram utilizadas incógnitas *A*, *B*, *C* para denominação e identificação das empresas pesquisadas.



Nesta carvoaria os trabalhadores entrevistados consideravam ser necessário para a contratação dos mesmos pelo empregador, apenas um conhecimento adquirido em outras carvoarias, isto é, as atividades ali só eram possíveis de ser realizadas se dotados de um conhecimento prático.

Eu estudei até a quarta série. No meu caso a minha profissão não é uma profissão concursada, é uma profissão prática. Aqui é mais na prática não concurso. A função da carbonização, em primeiro lugar a pessoa vai ter que ter conhecimento do trabalhar, do forno. Ele vai ter que ter muita atenção... Não é só a pessoa chegar e falar que esse forno desceu um fogo aqui, eu vou ter que tapar é esse. Não! Você tem que ter todo o conhecimento dele, e foi onde a gente foi aprendendo e pegamos a prática de trabalhar. Isso aqui a gente fala profissão, só é profissão porque a empresa considera, mas não é, isso aqui é só prática, isso aqui pessoa tem que ter prática, se colocar uma pessoa qualquer ele não vai saber. (Entrevista cedida pelo carbonizador da Carvoaria C, 12 de dezembro de 2013).

588

Já na Carvoaria B, a execução das tarefas mesclava-se entre a força braçal e a utilização de maquinários, desse modo, a formação de cada um dos funcionários era bastante heterogênea, pois determinadas funções, em especial aquelas ligadas ao manuseio das máquinas, exigiam treinamento e qualificação diferenciada.

Às vezes eu peço a empresa que eu estou prestando serviço pra poder arrumar pessoas mais qualificadas, que é motorista, que é operador de máquina, já a parte que trabalha serviço mais inferior, que é encostamento, desgalha, tirar o carvão do forno. Então, essas coisas geralmente é pessoa mais madura, serviço mais pesado. (Entrevista cedida pelo Empresário da Carvoaria B, 14 de agosto de 2013).

O investimento em maquinário era visto pelo empresário como algo favorável, pois ao passo que diminuía o quadro de funcionários, reduzia as despesas com os mesmos, e permitia o aumento da produção e da lucratividade da empresa. Para ele, a máquina cobria o serviço de cinco funcionários, tendo redução com gastos financeiros, em diversos aspectos, referente às leis trabalhistas, comida, custo mensal com cada funcionário, entre outros.

Por fim, na Carvoaria C, que até a presente pesquisa foi considerada umas das empresas, até então observada, como a de maior mecanização. As máquinas utilizadas no processo produtivo, desta empresa, realizavam desde o corte da madeira até o descarregamento dos fornos. Diferentemente do que foi percebido nas empresas anteriormente citadas, o controle do tempo e da própria carbonização era permitido através de softwares instalados nos fornos,



evitando assim, a inalação excessiva de fumaça pelos trabalhadores, devido à redução de contato à bateria de fornos.

No que diz respeito à formação do quadro de funcionários, informações disponibilizadas no site da empresa, mostraram que a mesma investe na valorização de seus funcionários. Oferecendo além de cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional, instituiu uma política de participação nos resultados, com vistas a incentivar ainda mais a dedicação e o compromisso de todos, objetivando-se assim produzir mais e melhor, trazendo segurança e benefício para todos.

589

Nós ganhávamos material escolar, e na empreiteira não ganhava. Tem o prêmio no fim de ano, que acho que eu pegava no fim do ano e no meio do ano. No meio do ano tínhamos meio salário e no fim quase um salário. Tinha época que era bom, mas quando a empresa estava caída era ruim. Mas, quando a empresa estava bem, estava bem pra todo mundo. (Entrevista cedida pelo ex-trabalhador da Carvoaria C, em 24 de novembro de 2013).

Puderam ser verificados, que a execução das tarefas manuais se dava no âmbito dos serviços gerais de manutenção, trabalho na cantina, no laboratório de análise, entre outros. A utilização de maquinários, para corte, empilhamento e carregamento da madeira até os fornos, retirada e descarregamento do carvão. A formação dos funcionários responsáveis pelo manuseio das máquinas, exigia treinamento e qualificação. O quadro de funcionários, apesar do número considerável de terceirizados que eram responsáveis por operar as máquinas, que também eram de outra empresa, apresentava trabalhadores de alto nível de escolaridade, entre eles engenheiros, pós-graduados e técnicos. **Figura I. Carvoarias C, B e A**



Carvoaria C - Produção tradicional

Carvoaria B - Produção semi-mecanizada

Carvoaria A - Produção mecanizada

Fonte: Imagens do acervo do Projeto de Pesquisa: Reestruturação produtiva na produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais.



Segundo estudos de Silva *et al* (2013), a produção de carvão vegetal não traz características próprias de uma atividade fabril nos moldes, por exemplo, das relações analisadas por Marx e outros autores que constatarem o desenvolvimento industrial em países do capitalismo central. Contudo, para o autor a abordagem de Burawoy (1990), sobre os regimes fabris, com menção à sociedade brasileira, a combinação de meios econômicos e extra econômicos de coerção pela indústria (ausência dos regimes hegemônicos) é importante para a compreendermos algumas relações sociais relativos à produção do carvão vegetal, especialmente, no Norte de Minas Gerais.

Ainda conforme Silva *et al* (2013), ainda que legislação trabalhista brasileira limite o poder das empresas, a falta de fiscalização, até mesmo a precariedade do próprio aparelho político de produção, permite o aumento da margem de manobra do capital, sobretudo, na produção do carvão vegetal. A debilidade das ações do sindicato rural é um dos fatores que favorecem o controle despótico das empresas sobre os trabalhadores.

Nas carvoarias que ainda não passaram pelo processo de mecanização/automação, predomina a superexploração, baseado no uso intensivo dos atributos físicos do trabalhador, que tem nos seu saber tácito o elemento importante para atividade, o mesmo não é recrutado pelo seu nível de qualificação, fator que muitas vezes funciona como justificativa para o pagamento de baixos salários.

No decorrer da década de 1980, novos equipamentos criados para o trabalho em atividades florestais foram desenvolvidos na Europa, Estados Unidos e Canadá. Tais equipamentos, denominados *processors* e para uso na colheita de madeiras, originaram as máquinas colheitadeiras florestais, (SILVA, 2013 apud NOVAIS, 2006). Demais equipamentos também passaram a ser utilizados na produção de carvão vegetal, o que possibilitou a mecanização desde o corte da madeira até o descarregamento dos fornos. Empresas como a Carvoaria A adotaram essa nova roupagem em seu processo produtivo, e mudanças importantes passaram a fazer parte deste cenário, restando nos averiguar os impactos destas nas relações de trabalho na produção de carvão vegetal. Pois,

A automação da produção nas carvoarias é marcada por certa ambiguidade. Por um lado, a mecanização das fases mais agressivas do processo de trabalho gera melhorias no ambiente e nas condições físicas de trabalho – menor exposição ao calor (solar e dos fornos), menor esforço físico e exposição à





fumaça. Por outro lado, engendram transformações que desestruturam grupos sociais – internamente à empresa e fora dela (SILVA *et al*, 2013, p. 11).

A mecanização levou a redução significativa no quadro de funcionário, cobranças e pressões para melhores e contínuas qualificações, gerando também desqualificação, ao passo que todo conhecimento adquirido na experiência em outra empresa, ou na própria, deixou de ser referência para contratação do trabalhador. Nesta nova fase, o saber tácito perde o valor, para o que agora fora adquirido em cursos profissionalizantes, graduações, pois esta é a exigência para o controle da máquina, do capital. A relação evidencia-se, deixa de ser trabalho intensivo, transformando-se em capital intensivo.

591

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho passa por mudanças significativas, e produções antes denominadas precárias, arcaicas, como a produção de carvão vegetal, são também inseridas neste contexto. As explicações e interpretações da situação de trabalho nesta cadeia produtiva começam a tomar novos rumos, novas visões. Não é somente a superexploração que domina esta atividade, pois empresas deste setor buscaram modernizá-la, ampliando as discussões às leituras globais sobre as transformações na organização e gestão do trabalho.

Desse modo, todo o intento da pesquisa baseou-se em compreender essas transformações no âmbito da atividade produtiva de carvão vegetal, análises possibilitadas pelas entrevistas e observações *in loco*, possibilitou não apenas traçar contrapontos das mudanças desse processo, como também perceber certas continuidades.

Nos moldes tradicionais, a produção de carvão vegetal demanda grande esforço físico para retirada, carga e descarga do material lenhoso, ficando também os trabalhadores expostos constantemente às altas temperaturas, a radiação e a fumaça emitidas pelos fornos. É um trabalho intensivo, precário atestado pela falta de instalações necessárias à higiene e moradia, observadas em determinadas carvoarias. Situação vem sofrendo mudanças significativas quando substituído trabalho vivo por trabalho morto. Trazendo, particularmente, neste aspecto, melhorias para as condições de trabalho.

Contudo, a inserção de maquinários, em algumas carvoarias do Norte de Minas Gerais, significou mudanças para realidade de vida de muitos trabalhadores, acarretando em alterações no perfil destes, pois se torna necessário melhores qualificações, com redução significativa no



número de funcionários. Neste contexto, as discussões acerca do modo de trabalho e das transformações na produção de carvão vegetal são colocadas à luz das análises iniciadas por Marx e dos autores contemporâneos da sociologia do trabalho: a crescente substituição do trabalho vivo por trabalho morto, gerando o enfraquecimento dos sindicatos bem como a perda da percepção de classe. Demarca-se nesta pesquisa a persistência de algo próprio do capitalismo, a busca desenfreada pelo lucro.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ASSIS, Marisa de. *A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias*. In: FERRETI, Celso João. *et al(orgs)*. *Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de vereda funda, Norte de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, Março de 2006.
- DIAS, Elizabeth Costa, *et al*. *Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais*. *Cadernos Saúde Pública*, 18(1), Rio de Janeiro, jan-fev, 2002. p.269-277.
- IANNI, Octávio. *O mundo do trabalho*. São Paulo em perspectiva, nº. 8, v. 1, 1994, p-2-12. Disponível em [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\\_01.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf), acesso em 03 de outubro de 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996, Livro I. V. 2.
- LARANJEIRA, Sônia M. G. *Fordismo e pós-fordismo*. In: CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PEREIRA, Altamira. *Precarização e (des)estruturação do trabalho nas carvoarias*. *Pegada*, vol.8, n. 2. Dezembro, 2007.





SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos santos. *Transformações no processo de produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais*. In: XII Encontro Nacional da ABET. Cenários da crise e a organização do trabalho: Permanências, mudanças e perspectivas. Anais: João Pessoa/PB, p. 1914-1937, 2011.

SILVA, Ricardo dos Santos *et al.* *Carvão e trabalho: transformações na produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais no início do século XXI*. In: VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo, 2013. p. 1-20.

SILVA, Sidartha Sória. *Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil*. Brasília: Fundação Milton Campos, Conselho de reitores das Universidades Brasileiras, 2001.



## O TRABALHO E OUTROS ASPECTOS DA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA

LOPES, Cássio de Souza

*Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES*  
*cassio.souza@hotmail.com*

MACEDO, Luiz Antônio de Matos

*Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES*  
*matos-macedo@uol.com.br*

FERREIRA, Maria da Luz Alves

*Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES*  
*mariadaluz@oi.com.br*

609

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo estabelecer uma comparação entre perspectivas de diferentes autores sobre a nova classe média brasileira, a qual tem gerado bastante polêmica entre os cientistas sociais brasileiros, com enfoque no aspecto do trabalho, procurando identificar as mudanças mais significativas no mercado de trabalho. É utilizada a pesquisa bibliográfica juntamente com o método comparativo como forma de abordagem. São utilizadas as publicações de Márcio Pochmann, Jessé Souza - que se enquadram entre os que criticam o conceito de nova classe média - e Marcelo Neri, e o Projeto Vozes da Nova Classe Média do Governo Federal – os principais divulgadores do conceito de nova classe média. A partir da comparação entre as diferentes posições/teorias busca-se um entendimento acerca da polêmica nova classe média, com enfoque no aspecto do trabalho, assim como o levantamento de questões principais sobre o tema.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Nova Classe Média. Mobilidade Social.

### ABSTRACT

This article aims to establish a comparison between perspectives of different authors about the new Brazilian middle class, which has generated quite controversy among Brazilian social scientists, focusing on the aspect of the job and seeks to identify the most significant changes in the labor market. The literature is used together with the comparative method as a way of approach. Are utilized the publications of Márcio Pochmann, Jessé Souza – that are between those who criticize the concept of the new middle class – Marcelo Neri and the New Middle Class project by the Federal Government – the main disseminators of the new middle class concept. From the comparison between the different positions / theories seeks to an understanding about the controversial new middle class, focusing on the aspect of the job as well as raising major questions on this theme.

**Keywords:** Work. New Middle Class. Social Mobility.



## INTRODUÇÃO

A discussão sobre classes está em voga no Brasil. Segundo dados do Governo, entre 2002 e 2012, 35 milhões de pessoas entraram na classe média. Essa transformação tem gerado bastante polêmica no âmbito acadêmico face a um discurso do governo de que houve redução da desigualdade e da pobreza e de que a classe média é a classe que representa o país. O presente trabalho propõe um olhar para um dos principais aspectos dessa transformação - as mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

Percebe-se duas linhas de argumentações: uma com tom otimista, que enfatiza o progresso do Brasil, a redução da desigualdade e da pobreza, que defende a tese do surgimento de uma nova classe média e outra que rejeita essa tese, com um olhar diferente sobre as transformações ocorridas.

O governo federal através da SAE/PR tem elaborado estudos sobre essa transformação de modo a implementar políticas. O projeto encarregado dessa tarefa chama-se “Vozes da Classe Média”. Atualmente existem quatro cadernos lançados pelo projeto: 1) Caderno Vozes da Classe Média, Edição Marco Zero; 2) Caderno vozes da Classe Média: Desigualdade, Heterogeneidade e Diversidade; 3) Caderno da Nova Classe Média, Empreendedorismo e Classe Média; 4) Caderno Vozes da Nova Classe Média: Formalização e estabilidade no Trabalho. O conteúdo dessas publicações traz a nova classe média como um projeto político. Através dessas edições pode-se detectar a posição do governo sobre o que está acontecendo na vida das pessoas e na distribuição de classes no Brasil. Para o governo a transformação em curso é uma carta na manga para conquistar o prestígio da população e trazer o mérito para si. Coube, portanto à academia fazer as análises críticas acerca de seu discurso.

Na mesma linha dos discursos do governo, porém com uma definição dos estratos de renda diferente do governo, aparecem com destaque os trabalhos de Marcelo Neri, através do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Em linha oposta ao discurso pomposo do governo sobre a nova classe média estão Jessé Souza e Marcio Pochmann, que refutam a ideia do surgimento de uma nova classe média e trazem aspectos contraditórios quando ao quadro traçado pelos demais autores.



## O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

Segundo Sandroni (1999), classe social pode ser definida como cada um dos grandes grupos diferenciados que compõem a sociedade. Para a estratificação dessas classes são utilizados, em geral, fatores socioeconômicos tais como riqueza, apropriação dos meios de produção, posição no sistema de produção, profissão, nível de consumo e origem dos rendimentos, entre outros. Os indivíduos de cada estrato social tendem a compartilhar valores semelhantes, sendo que a definição dos fatores que determinam as classes sociais varia muito entre os autores. Marx, por exemplo, caracteriza classe social pela posição no processo de produção, tendo identificado no capitalismo, duas classes principais: a burguesia e o proletariado. Sandroni observa que atualmente os autores consideram que a hierarquização se processa de acordo com as diferenças profissionais.

Por sua vez, Regis (1955) define classe social como: um grupo hierárquico, mais ou menos aberto, de grande número de pessoas, de ambos os sexos, e todas as idades, com status semelhantes, proveniente de família, profissão ou riqueza, apresentando cultura própria. É um grupo hierárquico, porque as classes pressupõem estratificação e umas estão sempre sobre as outras. Nunca se encontram em níveis iguais. São mais ou menos abertas, havendo maior ou menor possibilidade de circulação entre as diferentes classes.

Quanto à mobilidade social, podem ser identificados dois tipos: a horizontal e a vertical. A mobilidade horizontal é aquela que ocorre devido à mudança de características dentro do grupo social, como a conversão do protestantismo para o catolicismo, a mudança de uma localidade para outra, de uma família para outra do mesmo nível social, não provocando mudança de classe. A mobilidade vertical por sua vez, é a modificação do status de uma pessoa ou grupo para posições mais ou menos elevadas, ou seja, é a mudança de uma classe social inferior para uma classe superior ou vice-versa. O principal fator de ascensão social nas sociedades modernas é a educação. Quanto mais acessível for a instrução às classes inferiores, mais facilmente os indivíduos conseguirão migrar para classes mais altas devido ao leque de oportunidades que se abre (REGIS, 1955).

Nas sociedades ocidentais como a nossa, predomina o capitalismo, em que os seus sistemas econômicos são dominados por empresas industriais de propriedade privada, com existência de diferenças sociais muito pronunciadas entre o grupo dos proprietários industriais



e o grupo de assalariados. No entanto, para além das desigualdades entre classes sociais, existem outras formas de desigualdade, de privilégio e dominação, como aquelas originadas por diferenças de raça, linguagem ou religião, resultantes de conquistas, de diferenças de superfície e recursos naturais, de oportunidades históricas específicas e derrotas. Até mesmo o poder político é capaz de criar novas classes sociais, e não são sempre determinados pela filiação de classe, como afirmam os marxistas. Depreende-se disto que há uma controvérsia entre os sociólogos a respeito da teoria da classe social e da estratificação social<sup>1</sup>. O que é possível afirmar com um certo consenso é que um sistema de escalões não deriva de uma ordem natural e invariável de coisas, mas é uma invenção do pensamento humano sujeita a mudanças históricas. São grupos económicos não constituídos ou apoiados por quaisquer regulamentos legais ou religiosos específicos sendo que a filiação a elas não confere aos indivíduos direitos civis ou políticos especiais. Tal filiação é geralmente menos estável do que a de outros tipos de grupo hierárquico. O indivíduo pode subir ou descer na hierarquia social, não necessitando de nenhum reconhecimento oficial a fim de confirmar o seu novo status, bastando somente que seja rico, desempenhe um determinado papel económico ou profissional e talvez adquirir algumas das características culturais secundárias da camada social para a qual ele ascendeu (**BOTTOMORE**, 1968).

A questão das classes sociais é interpretada de maneiras diversas ao longo da construção do pensamento nas Ciências Sociais. Nos escritos de Marx percebe-se uma grande ênfase acerca do tema. O problema das classes sempre norteou o seu pensamento. No entanto não é tarefa fácil sistematizar as ideias do autor acerca de classes sociais, porquanto Marx nunca escreveu sistematicamente sobre o que são classes sociais e as referências acerca do tema são esparsas, por vezes genéricas e abstratas, e muitas vezes restritas à uma significação histórica e social específica. Dessa forma, acontece muitas vezes com o conceito de classes em Marx, um viés de interpretação do significado teórico do conceito de classe social, transformando um conceito que é determinado por uma dada produção ou modo de produção social historicamente determinado em um conceito universal e genérico. (**HIRANO**, 2002).

<sup>1</sup> Estratificação social “pode ser usado para indicar qualquer ordenação hierárquica de grupos ou camadas sociais, dentro de uma sociedade e os sociólogos têm distinguido as suas formas principais, que seriam as seguintes: casta, estamento, classe social e grupo de *status*. Cada um desses tipos de estratificação social é complexo, e existem numerosas questões duvidosas a respeito da base e das características das castas e dos estamentos, assim como a propósito das classes e dos grupos de *status*, embora os primeiros sejam mais facilmente definidos, e suas fronteiras sejam mais claramente delimitadas, na maioria dos casos.” (**BOTTOMORE**, p. 13, 1968)



Em Marx, as categorias explicativas são sempre categorias históricas e transitórias, assim como o é uma dada formação social. Entende-se que a estrutura de classes é um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna, assim como na produção feudal a estrutura social é baseada em estamentos. A classe social é especificamente um produto da sociedade burguesa moderna. Hirano (2002) sistematiza os elementos condicionais definidores e diferenciais das classes sociais em Marx:

a) os elementos condicionais são, em primeiro lugar, a desagregação do modo de produção feudal e a emergência do modo de produção capitalista moderno; em segundo lugar, a formação – neste período de transição – de uma comunidade de interesses polarizados pelas oposições efetivas ou potenciais da burguesia e do proletariado em fase de gestação (posteriormente, a oposição potencial entre eles se transforma em oposição efetiva) contra a nobreza decadente; b) os elementos definidores das classes sociais são as condições comuns ou, como afirma Marx: “Idênticas condições, idênticas antíteses e idênticos interesses”, os quais resultaram, em todas as partes em que houve aqueles elementos condicionais, com a mesma amplitude, em “idênticos costumes”, e, posteriormente, a conversão destas condições pelo desenvolvimento histórico-social em condições de classe, c) (...) é a “posição que os indivíduos ocupam” nos diferentes setores da produção e em seus vários desdobramentos resultantes da divisão social do trabalho, tanto da divisão que ocorre dentro de cada ramo quanto por setores (agrícola, industrial e comercial) da produção – é essa posição que define as classes sociais (HIRANO, p. 132-133, 2002).

Hirano (2002) conclui que as classes sociais em Marx são categorias históricas e transitórias e são determinadas pela transição do feudalismo ao capitalismo moderno, sendo que na sua fase de constituição, a oposição central é entre a burguesia e a nobreza, aparecendo aí uma classe revolucionária - que se harmoniza com os interesses de todas as classes não dominantes – que luta contra a classe dominante. Essa luta entre opressores e oprimidos, segundo Marx, é ininterrupta e termina sempre por uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das duas classes em luta.

### **NOVA CLASSE MÉDIA – MARCELO NERI E SAE/PR**

A ideia de Nova Classe Média foi introduzida primeiramente por Marcelo Neri em Agosto de 2008, em um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo este estudo, a classe média (Classe C), cujos limites de renda foram definidos entre R\$ 1064,00 e R\$ 4.561,00, passara de 42% para 51% da população entre 2003 e 2008. As Classes de renda



foram definidas com os seguintes limites: Classe E – 0 a R\$ 768,00; Classe D – R\$ 768,00 a R\$ 1064,00; Classe C – R\$ 1064,00 a R\$ 4.591,00; Elite A e B acima de R\$ 4.591,00. A partir deste, vários estudos da FGV sobre o tema foram publicados até 2014. O gráfico abaixo mostra a evolução da participação da classe C no período.

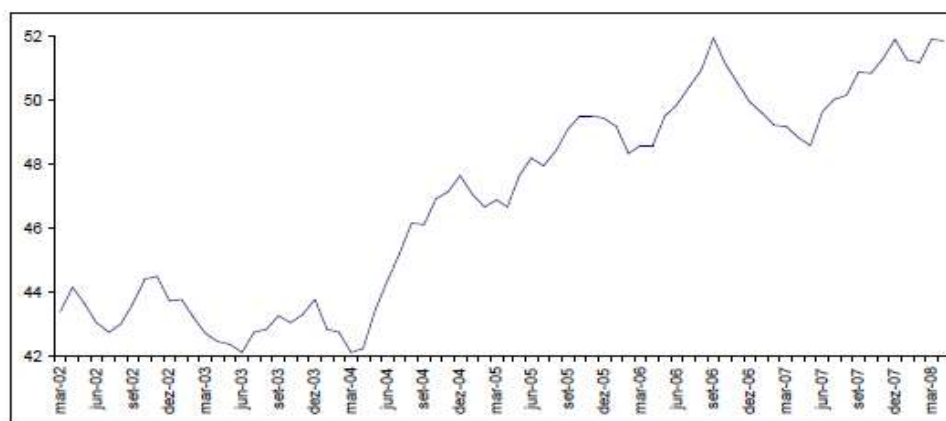


Gráfico 1 – Participação da Classe C

Fonte: Extraído de “A Nova Classe Média” - CPS/IBRE/FGV a partir de dados da PME/IBGE.

No primeiro estudo de Marcelo Neri sobre a Nova Classe Média, intitulado “A Nova Classe Média”, é indicado um “boom” na classe C com recordes nos itens casa, carro, computadores, crédito e carteira de trabalho. A classe média é colocada como a imagem mais próxima da sociedade brasileira, uma classe com planos bem definidos de ascensão social para o futuro que são o motor fundamental para a conquista da riqueza das nações. Este seria o “combustível”, já o “lubrificante” seria o ambiente de trabalho e negócios.

A ascensão desta nova classe média é a principal inovação recente nesta década que se confirma aqui como a da redução da desigualdade e tem sido propulsionada por ela e agora pela volta do crescimento. O ingrediente fundamental deste crescimento do bolo com mais fermento para os grupos pobres e agora nos últimos anos para a classe média é a recuperação do mercado de trabalho, em particular da ocupação (NERI, p. 6, 2008).

O estudo da FGV lança mão de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para mensurar as condições de vida da população do Brasil, indicando que houve redução da miséria e da desigualdade – medida pelo índice de Gini – de maneira substantiva entre 2002 e 2008:





### CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 2, p. 609-624

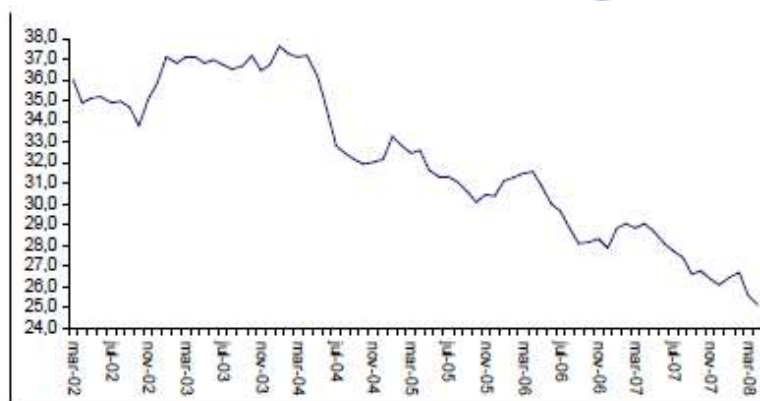


Gráfico 2 – Séries de Miséria

Fonte: Extraído de “A Nova Classe Média” - CPS/IBRE/FGV a partir de dados da PME/IBGE.

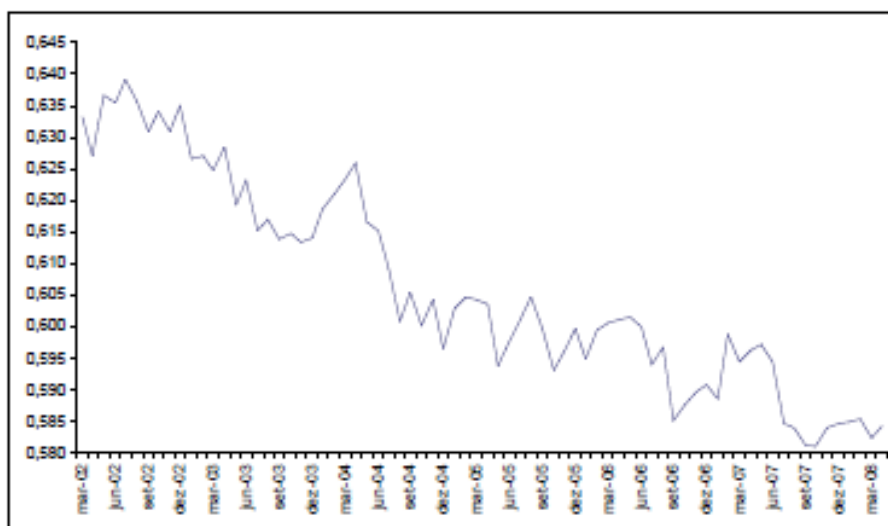


Gráfico 3 – Evolução da desigualdade pelo Índice de Gini

Fonte: Extraído de “A Nova Classe Média” - CPS/IBRE/FGV a partir de dados da PME/IBGE.

Pode-se observar a melhoria da distribuição de renda e da miséria que segundo o estudo ocorreram tanto em função do crescimento acelerado da média de renda como da redução da desigualdade de renda. A volta da carteira de trabalho, o emprego formal, é apontado como o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. Durante a observação dos dados, segundo Neri, o Brasil vinha mês a mês, a partir de 2004, quebrando seu recorde anterior mais elevado de geração de novas “carteiras de trabalho”. Segundo dados do Caged, nos sete primeiros meses de 2004 o Brasil gerou 1,7 milhões de postos de trabalho formais superando todos os anos da série observada. Em seu trabalho, Neri previa para 2010, um montante de dois milhões de novos empregos formais, uma expectativa bastante positiva dadas as dificuldades referentes aos elevados custos de



contratação e demissão de trabalhadores constantes na legislação trabalhista brasileira. No próximo gráfico pode-se ver a evolução da geração líquida de empregos entre 2000 e 2010:

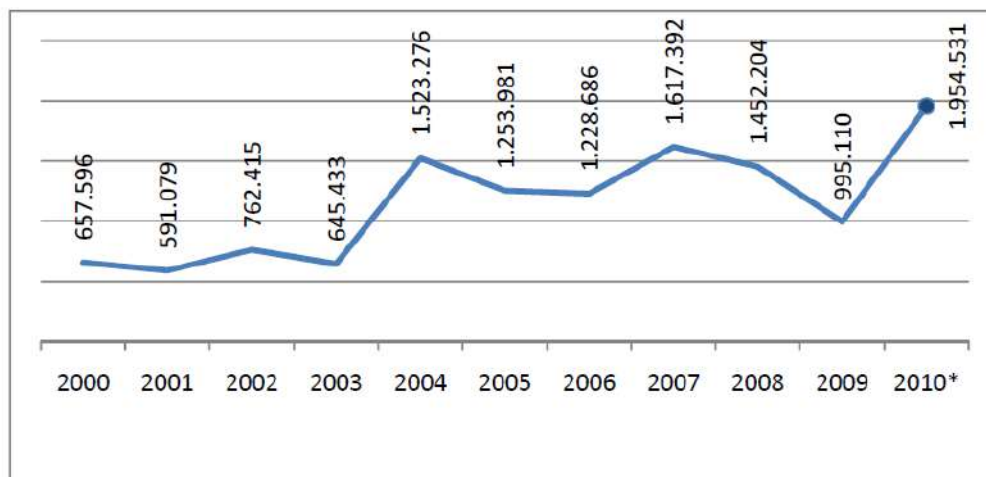


Gráfico 4 – Geração Líquida de Empregos

Fonte: Extraído de “A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres” - CPS/FGV a partir de dados do CAGED/MTE. \*dados até agosto de 2010.

Mesmo considerando os grandes aumentos da renda derivados de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo, o crescimento da renda relativo às mudanças no trabalho é de 4,72% entre 2003 e 2009. O incremento médio no período, de 4,61% ao ano da renda trabalhista por brasileiro que corresponde a 76% da renda média recebida por brasileiro dá uma base de sustentabilidade além das transferências de renda. Destaque também para a contribuição do aumento da escolaridade. Aumentos nos anos de escolaridade no mesmo período são responsáveis por 65,3% do crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres, e correspondem a 24% do aumento de renda de 3,66% dos 20% mais ricos (NERI, 2011).

Nos demais estudos coordenados por Neri, vê-se o destaque para uma ascensão de milhões de pessoas em vários países, numa época de estagnação global, que contribui para manter a economia girando. Essas estão representadas na classe média dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), que são “a face humana mais palpável desta revolução” (NERI, p. 12, 2011). Neri destaca o Brasil como recordista de felicidade futura – numa escala de 0 a 10 o brasileiro dá uma nota média de 8,70 à sua expectativa de satisfação coma vida em 2014 – que segundo o autor corrobora a expressão de que “o Brasil é o país do futuro”.



Por sua vez, “animado” pelo surgimento de uma nova classe média, o governo criou o Projeto Vozes da Classe Média através da SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) com o objetivo de entender a nova classe média em múltiplos aspectos e

oferecer importantes subsídios tanto para o entendimento das mudanças socioeconômicas recentes e de suas consequências, quanto para a imprescindível adequação das políticas públicas a um país que tem na classe média a maioria de sua população (NINIS, p. 9, 2012).

617

A metodologia de definição da SAE difere da utilizada por Neri. O projeto utiliza o conceito de vulnerabilidade à pobreza:

Segundo esse critério, foram considerados pertencentes à classe baixa todos aqueles com alta probabilidade de permanecer ou passar a ser pobres no futuro próximo; verificou-se empiricamente que estes são os que vivem em famílias com renda *per capita* inferior a R\$291 por mês. Foram considerados pertencentes à classe média todos aqueles com baixa probabilidade de passarem a ser pobres no futuro próximo; verificou-se empiricamente que estes são os que vivem em famílias com renda *per capita* entre R\$291 e R\$1.019 por mês. Por fim, foram considerados pertencentes à classe alta todos aqueles com probabilidade irrisória de passarem a ser pobres no futuro próximo; seriam aqueles em famílias com nível de renda *per capita* acima de R\$1.019 por mês (NINIS, p. 12, 2012).

Segundo estimativa do projeto, em 2012, 53% (100 milhões de pessoas) da população era pertencente à classe média. “Se a classe média fosse um país ela seria o 12º país mais populoso do mundo, logo depois do México”. O projeto defende que a expansão da classe média resultou de um processo de crescimento econômico com redução da desigualdade e que por causa dessa combinação, a redução da classe baixa foi mais intensa que a expansão da classe alta. Se forem mantidas a taxa de crescimento e a tendência de queda na desigualdade dos últimos 10 anos, a classe média deverá abranger 57% da população brasileira em 2022, no entanto se a desigualdade deixar de cair, o tamanho da classe média permanecerá estável em 53% (NINIS, p 12, 2012).

A classe média responde ainda por 36% da renda e 38% do consumo das famílias. Outra característica da nova classe é que ela é heterogênea, representando vários grupos econômicos e está bastante concentrada na área urbana, na região Sudeste (45%) e no Nordeste (24%), nas pessoas com educação média, nos trabalhadores formais e nos segmentos de indústria e comércio. Quanto à cor, negros e brancos são representados aproximadamente



da mesma forma na classe média (53% e 47% respectivamente). No que diz respeito à educação, os grupos que têm até a educação média representam mais de 90% da classe média. Para o trabalho, 58% dos trabalhadores formais estão na classe média (NINIS, 2012).

Quanto à população ocupada, 58% da população brasileira em idade ativa está ocupada enquanto que na classe média esta proporção é de 61%. Na população total, o grau de formalização é de 54%, enquanto na classe média este índice é de 56%. A porcentagem de trabalhadores que pertencem à classe média é maior que a proporção da classe média na população e idade ativa no Brasil (NINIS, 2010).

618

(...) dentre as pessoas em idade ativa, as ocupadas se encontram sobrerrepresentadas na classe média, já as desempregadas e inativas permanecem subrepresentadas. Com efeito, enquanto 58% da população em idade ativa estão ocupados, na classe média esse número sobe para 61%. No caso dos inativos, oposto se verifica: enquanto representam 37% de toda a população em idade ativa, na classe média representam 35% (NINIS, p. 25, 2010).

Outros aspectos do trabalho na classe média: os trabalhadores formais estão sobrerrepresentados na classe média enquanto os informais estão subrepresentados; os setores com maior presença na classe média são os da indústria da transformação, da construção civil, do comércio e da agricultura; há também uma sobrerrepresentação dos trabalhadores domésticos na classe média, sendo este o segmento com maior sobrerrepresentação, com 64% de seus membros pertencentes à classe média, no entanto sua participação no total de trabalhadores é de 8%; estão subrepresentados na classe média os trabalhadores da agricultura (que se encontram em sua maioria na classe baixa), da administração pública e dos serviços de educação, saúde e sociais (que se encontram na maioria na classe alta) (NINIS, 2012).

Resumidamente, conforme Ninis (2012), o crescimento da renda na classe média se deu pelos seguintes fatores: 1) Demografia – a porcentagem de membros adultos subiu de 73% para 79% ao longo da última década; 2) Transferências – Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), previdência rural, entre outras; 3) Acesso ao trabalho – a porcentagem de adultos na classe média que se encontravam ocupados cresceu ligeiramente, passando de 60% para 64%; 4) Ganhos de produtividade que respondem por 40% do crescimento ocorrido na renda da classe média.



## NOVA CLASSE MÉDIA – JESSÉ SOUZA E MÁRCIO POCHMANN

Em seu livro “Os Batalhadores Brasileiros – Nova classe média ou nova classe trabalhadora?”, Jessé Souza faz uma análise do que “o Brasil tem de si mesmo” (segundo prefácio de Mangabeira Unger), baseado em uma pesquisa apoiada pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). Vemos duras críticas tecidas em seu livro:

“Todas as sociedades têm os seus “profetas da boa ventura” – que Max Weber percebia desde o judaísmo antigo, os quais vendem o mundo que efetivamente existe como o melhor dos mundos possíveis – e, eles são, numa sociedade profundamente conservadora e desigual como a brasileira, a imensa maioria (SOUZA, p. 20, 2012).”

O autor afirma que o argumento de que o Brasil se tornou um país de classe média é uma mentira, ou, uma meia verdade como toda ideologia dominante, pois as mudanças ocorridas são interpretadas de modo distorcido, sem contradições, sem compromisso em esclarecer o que acontece, mas, ao contrário, reforça o domínio do novo tipo de capitalismo que tomou o Brasil, naturalizando a sociedade tal como ela se apresenta, e ao mesmo tempo construindo a violência simbólica necessária para reproduzi-la. Esta violência simbólica se dá sempre que não se percebem a construção e a dinâmica das classes sociais na realidade, encobrendo opressão e dominação injusta, uma vez que o pertencimento às classes sociais predetermina todo acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos. (SOUZA, 2012).

Souza (2012) condena tanto o liberalismo economicista quanto o marxismo enrijecido. Segundo ele, há uma negação da existência de classes no Brasil pelo liberalismo economicista ao vincular classe à renda. Por outro lado o marxismo enrijecido é cego às novas realidades de classe por vincular as classes à um lugar econômico na produção e a uma “consciência de classe” vinda desse lugar econômico. Por essas duas óticas é possível perceber a realidade das classes sociais apenas economicamente, escondendo todos os fatores e condições sociais, emocionais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, dessa forma, a causa e o efeito.

Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico –, mas sim por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como (...) Esse esclarecimento teórico é fundamental para que a dominação social de alguns poucos setores



privilegiados, com acesso à possibilidade de construir e utilizar para seus próprios fins “a pauta das questões julgadas relevantes” em cada época e sociedade específica, não distorça os fatos de modo a legitimar os próprios privilégios (SOUZA, p. 45, 2012).

Souza (2012) defende que não está havendo a constituição de uma nova classe média, mas sim de uma nova classe trabalhadora. Por meio de sua pesquisa, o autor conclui que a visão de mundo dessa classe não tem a ver com o que se entende por classe média como conceito sociológico. Na sua visão, essa classe conseguiu um “lugar ao sol” devido:

À sua capacidade de resistir ao cansaço de vários turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho (SOUZA, p. 50, 2012).

Em sua pesquisa, o autor faz uma série de estudos de caso para exemplificar sua teoria, e verifica a prevalência de histórias de vida individuais de superação e poder atribuído ao trabalho e a recorrência do discurso da simplicidade, mesmo após a ascensão econômica. É identificado também um empreendedorismo comum a todos os casos, traduzido na preocupação por poupança e a busca de oportunidades de microcrédito.

Ademais, vê-se um esforço interpretativo dos dados que não se percebe na maioria dos estudos. Souza chama de pseudociência aquela com pouca qualidade interpretativa, que se serve de uma gama considerável de números e indicadores. Em seu livro não se vê um predomínio de dados, mas uma característica discursiva refinada. Souza vai até a intimidade da vida do batalhador, versando sobre a relação de seu trabalho e posição social e sua religião, sua moralidade, suas motivações e necessidades.

Por sua vez, Márcio Pochmann, em seu livro “Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira” chama a atenção para a necessidade de interpretações mais profundas e abrangentes que possam ir além da abordagem tendenciosa a respeito da nova classe média. O autor entende que não se trata da emergência de uma nova classe e muito menos de uma classe média, mas sim,

uma orientação alienante sem fim orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (POCHMANN, p. 8, 2012).





Segundo a pesquisa do autor, a renovação na base da pirâmide social brasileira na década de 2000 possui elementos que a diferenciam de momentos anteriores, o mais marcante deles é o aumento dos postos de trabalho no setor terciário, gerando 2,3 vezes mais empregos do que o setor secundário. Houve também uma redução significativa dos postos de trabalho no setor primário. Esse aumento no setor de serviços concentra-se na base da pirâmide social – 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de 1,5 salário mínimo – significando um aumento de 2 milhões de ocupações ao ano, em média para o segmento dos trabalhadores de salários de base. Percebe-se que houve, concomitantemente, uma redução dos trabalhadores ocupados sem remuneração e daqueles com rendimento mensal acima de três salários mínimos. Assim o peso das ocupações da base da pirâmide social aumentou significativamente, havendo também uma recuperação do valor real do salário mínimo, uma proteção e elevação do piso do poder de compra das remunerações dos trabalhadores, principalmente do setor terciário. Para além do rendimento, Pochmann (2012) identifica também neste assentamento de uma nova estratificação social, a incorporação do grau de escolaridade, posse de propriedade, moradia e bens de consumo.

A classe média em si, como a percebe o autor, não sofreu alteração considerável, mas houve a superação da condição de pobreza por uma parcela considerável da força de trabalho, “transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração”. A representação dos trabalhadores de salário de base passou de 27% em 1995 para 46,3% em 2009. A queda na pobreza foi 37,2% para 7,2 no mesmo período. Há uma combinação de uma ampliação na renda per capita com uma redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Verifica-se, ademais, a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional acompanhado pela melhora generalizada da situação do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e crescimento do emprego formal (POCHMANN, 2012).

Esse segmento em destaque na década de 2000 deveria ser chamado de *working poor* (trabalhadores pobres) em conformidade com a literatura internacional e não de nova classe média, devido ao caráter da remuneração de salário de base destes ocupados. O autor faz uma análise exaustiva de dados, comparando alguns períodos recentes da história econômica brasileira, numa análise remuneração/proporção de trabalhadores *versus* setor de ocupação (primário, secundário, terciário).





Outras características importantes detectadas pelo autor: i) há um processo de envelhecimento dos ocupados na base da pirâmide social brasileira. Os ocupados com mais de 35 anos respondem por 49% do total dos trabalhadores de salário de base em 2009, ao passo que em 1979 representavam 37%. Por sua vez, os jovens com até 24 anos de idade representavam 39,4% em 1979 e em 2009 essa proporção era de 24%; ii) constata-se a importância das ocupações de salário de base geradas para os trabalhadores não brancos; iii) crescimento de postos de trabalho para os que possuem maior grau de escolaridade – em 2003, 43% dos ocupados possuíam mais de 9 anos de escolaridade, em comparação com apenas 9% em 1979, 15,1% em 1989, e 23,2% em 1999; iv) há um aumento considerável da presença feminina na composição dos ocupados de baixa remuneração; v) inchaço do setor terciário e redução dos demais setores (POCHMANN, 2012).

Finalmente, para além desta análise geral sobre o que aconteceu no panorama econômico brasileiro, o autor faz – assim como Jessé Souza – alguns estudos de caso, porém de modo mais economicista, servindo-se de uma grande quantidade de dados para traçar o perfil de grupos de atividades presentes realidade brasileira – o trabalho doméstico, as atividades autônomas e primárias, o trabalho temporário e o trabalho terceirizado.

## CONCLUSÕES

A proposta deste trabalho foi de estabelecer uma comparação entre algumas perspectivas sobre as transformações recentes no panorama socioeconômico brasileiro. Estas transformações se traduzem, como se pode perceber pelos estudos abordados, na ascensão de um grande contingente de pessoas que experimentou um novo patamar de consumo, podendo sair da pobreza e conquistar seu “lugar ao sol”. Pelos diversos pontos de vista expostos pode-se perceber a grande controvérsia acerca do tema de classes sociais, resultante tanto de metodologias de estratificação, quanto pontos de vista distintos ou mesmo pelas diferentes intenções ao se disseminar uma ideia.

Em Marcelo Neri e SAE/PR percebe-se uma redução economicista ao tratarem das transformações ocorridas. Estes enquadraram em uma nova classe média um contingente de pessoas, sem se preocupar em descrever como é essa “nova classe”, deixando em dúvida mesmo se houve uma formação de uma nova classe média. Ora, uma classe média não se



define somente por uma melhoria de sua renda. Como exposto no referencial sobre classes sociais, os indivíduos de uma mesma classe compartilham valores, modos de vida que não são traduzidos apenas por números. Ademais classe média nos remete a um estilo de vida razoavelmente confortável, predominante em países de primeiro mundo, que não se observa no Brasil.

Souza e Pochmann são mais razoáveis ao tratar do tema, dizendo que há sim uma nova classe trabalhadora, de trabalhadores pobres. Isto porque o que ocorreu foi a saída da condição de pobreza de uma grande parcela da população devido a um aumento do emprego e valorização do salário real, longe de se poder afirmar que houve a formação de uma “nova classe média”. As conquistas alcançadas por esta parcela da população foram obtidas de forma árdua segundo Souza, mas que não propiciaram uma qualidade de vida no estilo de uma classe média. Em seu trabalho percebe-se a ausência da grande quantidade de dados estatísticos que são utilizados para fazer uma descrição da população nos trabalhos dos demais autores. Não que Souza não se sirva de estatísticas, mas este vai além de uma simples descrição de dados. Este interpreta-os, entrando no cotidiano das pessoas, na mística de suas vidas.

O perigo que se corre ao se disseminar a ideia de uma nova classe média está na negação da pobreza, das necessidades ainda latentes da sociedade brasileira, e na disseminação de uma ideologia neoliberal que não se preocupa com as questões reais da população, mas que perpetua uma alienação e uma dominação na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. B. **As Classes na Sociedade Moderna**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1968.

HIRANO, Sedi. **Castas, Estamentos e Classes Sociais – Introdução ao Pensamento de Marx e Weber**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

NERI, Marcelo C. **Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: FGV/CPS, 2011. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBrics\\_Pesquisa\\_neri\\_fgv.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBrics_Pesquisa_neri_fgv.pdf)>. Acesso em 12/12/2013.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, RJ. CPS, 2008. Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/>>. Acesso em 11/12/2013.



NERI, Marcelo C. **A Nova Classe Média: O lado Brillhante da Base da Pirâmide**. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva. 2011.

NINIS, A. B. (coord.). **Caderno 1 - Vozes da Classe Média**. Brasília: \_\_\_\_\_, 2012. Disponível em: < [http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media\\_VERS%C3%83O-FINAL.pdf](http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media_VERS%C3%83O-FINAL.pdf)>. Acesso em 18/07/2013.

NINIS A. B. (coord). **Caderno 2 – Empreendedorismo e Classe Média**. Brasília, \_\_\_\_\_, 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Vozes-da-Classe-Media-2%C2%BA-Caderno.pdf>>. Acesso em 02/03/2014.

624

NINIS, A. B. (coord) **Caderno 4 – Classe Média e Emprego Assalariado**. Brasília: \_\_\_\_\_, 2013. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Vozes-da-Classe-M%C3%A9dia-Caderno-04.pdf>>. Acesso em 01/03/2014.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

REGIS, Osní de Medeiros. **Classe Social e Poder**. São Paulo, SP: \_\_\_\_\_, 1955.

SANDRONI, Paulo, **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo, SP: Editora Best Seller, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 49-87,1998. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/373.pdf>>. Acesso em 30/12/2013.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.



## FORMAÇÃO DA AÇÃO MEDIADA POR VISITAS TÉCNICAS: PERCEPÇÕES DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA

MACHADO, Lucília Regina de S.<sup>1</sup>

*Professora do Programa de Pós Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local  
lsmachado@uai.com.br*

OLIVEIRA, Luiz Fabiano Miranda <sup>2</sup>

*Estudante de graduação e bolsista de IC do Programa de Pós Graduação em Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Local  
luz.fmo@hotmail.com*

625

### RESUMO

O preceito do agir com independência e produzindo o resultado que se espera tem sido um ditame de discursos econômicos de diferentes filiações quando se referem às demandas atuais do mundo do trabalho. Porém, a formação da ação, sobretudo independente e fundamentada, não é simples e de conhecimento amplo. Na educação profissional e tecnológica, a visita técnica representa um dos processos formativos apontados como potencialmente propícios para se chegar a esse fim. Mas, alunos de graduação tecnológica percebem a relação entre formação da ação e realização de visitas técnicas? Este artigo analisa resultados de pesquisa descritiva com abordagens quantitativa e qualitativa realizada junto a alunos de graduação tecnológica. Sugere atenções aos processos de formação da ação independente e fundamentada na realização de visitas técnicas, um importante recurso pedagógico da educação profissional e tecnológica.

**Palavras-chave:** Teoria da Atividade. Formação da ação. Graduação Tecnológica.

### ABSTRACT

The provision of the act independently and producing the result expected has been a dictate of economic discourses of different affiliations when referring to current demands of the working world. However, the formation of action, mainly independent and reasoned, is not simple and of broad knowledge. In professional and technical education, technical visit is one of the formative processes highlighted as potentially amenable to reach this end. But, students of technological graduation perceive the relationship between formation of action and technical visits? This article analyzes the results of descriptive research with quantitative and qualitative approaches conducted among students of technological graduation and suggests attention to processes of formation of independent and reasoned action in technical visits, an important educational resource of professional and technological education.

**Key-words:** Activity Theory. Formation of action. Technological Graduation.



## 1. INTRODUÇÃO

Pesquisa anterior analisou as bases de orientação para a realização de visitas técnicas praticadas por três cursos superiores de tecnologia, considerando seu grau de generalização, plenitude e modo de obtenção por parte dos alunos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com coordenadores e professores dos cursos de Gestão Ambiental, Gestão Hospitalar e Estética e Cosmética e com a direção da unidade universitária que os oferece. Essa, integrante de instituição privada de ensino, se originou, em 2004, especialmente para oferecer cursos de graduação tecnológica. Começou suas atividades com a oferta de nove cursos a 360 alunos e contando com cerca de 20 professores. Em 2013, já congregava 24 cursos, aproximadamente 6000 alunos e 360 professores. As visitas técnicas são por ela regulamentadas e possuem previsão orçamentária. Segundo informação da sua direção, busca-se garantir, por curso, pelo menos duas visitas técnicas por semestre.

Um problema identificado pela pesquisa anterior ofereceu a oportunidade para a realização de uma segunda investigação, cujos resultados são apresentados neste artigo. No primeiro estudo, os entrevistados foram indagados sobre as contribuições que receberam dos alunos para o aperfeiçoamento das visitas técnicas e dos cursos. A esse respeito, eles não puderam oferecer informações concretas e mais específicas, mesmo tendo havido o reconhecimento da importância desse retorno estudantil:

É importante porque às vezes erramos no planejamento de uma ou outra visita. Seria bom ter um formulário de avaliação discente das visitas técnicas, mas ainda não o temos. É preciso criar esse formulário para começarmos a avaliar se a visita faz sentido para o aluno e para que a gente tenha dados estatísticos. Esse processo é frágil.

Saber os sentidos atribuídos pelos alunos desses três cursos às visitas técnicas passou, então, a ser a questão central de uma nova pesquisa. Para tanto, buscou-se colher informações junto a eles sobre como recebem e percebem tais atividades e as bases orientadoras para sua realização. Ou seja, o que as imagens que transmitem sobre as ações e operações que realizam nessas atividades e do âmbito das condições nas quais elas as realizam ajudam a compreender o sentido que eles atribuem a elas.

Por muito completa que seja a base de orientação destinada à execução e controle de uma ação, por si só não conduz à obtenção dos seus objetivos previstos, pois a formação da ação depende também de como o sujeito percebe e recebe essa base de orientação.



Como a anterior, a pesquisa de que trata este artigo buscou gerar conhecimentos sobre a formação da ação de alunos de cursos superiores de tecnologia por meio do recurso didático das visitas técnicas. De caráter descritivo, os resultados obtidos passaram por tratamentos de ordem quantitativa e qualitativa dispensando-os cuidados requeridos pela análise de interpretações de entrevistados.

A importância do problema estudado deriva da relevância das visitas técnicas para a formação profissional, pois elas permitem realizar a mediação entre dois mundos, o acadêmico e do trabalho, por meio da exploração de situações reais, observações sobre processos de trabalho, obtenção de informações complementares às fornecidas pelas escolas, questionamentos sobre o exercício de ocupações ou profissões, ampliação e formação de sentidos pessoais sobre o processo de ensino-aprendizagem e descoberta de elementos para análises, avaliações e criações. Ou seja, visitas técnicas ampliam a sala de aula ao oferecerem oportunidades para aprendizados e experiências sobre a atividade de trabalho. Além disso, podem abrir caminhos a estágios e inserção profissional dos alunos. Entretanto, é possível que tais potencialidades não estejam sendo suficientemente exploradas e valorizadas pelos estudantes.

627

## 2. TEORIA DA ATIVIDADE E FORMAÇÃO DA AÇÃO

A pesquisa teve como suporte teórico as contribuições do pedagogo russo Piotr Iakovlevitch Galperin, professor da Universidade Estatal de Moscou, cujas pesquisas se desenvolveram sob o enfoque da Teoria da Atividade sistematizada por Alexei N. Leontiev com base nas produções de Marx e Vigotsky (LEONTIEV, 1983). Galperin estudou a formação das ações humanas, em especial as mentais, descobrindo etapas desse processo. Realizou, para tanto, investigações das ações perceptivas, do pensamento, da atenção, dos hábitos motores etc. (GALPERIN, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2013e, 2013f; REZENDE; VALDÉS, 2006; TALÍZINA, 1988; NÚÑEZ; PACHECO, 1998; NÚÑEZ, 2009; NÚÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L.; ALBINO, M. G. F. N., 2013). Para ele, toda ação humana compreende três partes: a orientadora, a executiva e a do controle. A primeira parte, a base orientadora da ação, está relacionada com a imagem que se tem da ação e com o conhecimento das condições que são necessárias para sua realização exitosa. A segunda, a parte executiva da ação, é a que garante a transformação do objeto pelo sujeito e pressupõe a realização de operações conforme a base de



orientação seguida. A terceira, a parte de controle da ação, é realizada durante todo o curso da ação e não só em sua parte final, pois visar garantir os ajustes necessários comparando resultados que vão sendo obtidos com a imagem que se projetou.

A base orientadora da ação pressupõe que a pessoa tenha simultaneamente a ideia de qual ação deve ser realizada e a de como realizá-la ou das condições nas quais vai realizá-la, o que requer examinar as particularidades do objeto, as exigências postas pelo objetivo, o que é preciso para que a parte executiva da ação tenha êxito. A base orientadora é a parte decisiva da ação, pois é ela que a regula e dirige. Ela também é a mais decisiva na formação da ação e sua qualidade.

Na educação profissional, há forte tradição de ensinar apenas a execução da ação menosprezando a base de orientação. Isso significa priorizar o fazer maquinal, pouco reflexivo, sem compromisso com a formação de sujeitos autônomos. É importante, porém, considerar que orientação não se confunde com informação. O acesso à informação é necessário, mas insuficiente para a formação da ação.

Por outro lado, a eficácia da formação da ação depende também de como o aluno recebe a base orientadora. Ele pode recebê-la em sua forma já preparada ou pode elaborá-la de forma independente. Nesse último caso, duas situações se apresentam. Na primeira, a elaboração se faz por meio de provas de erros e acertos feitas durante a realização da ação. Na segunda, a elaboração da base orientadora da ação se faz mediante aplicação consciente de um método, contando para tal com explicações sobre princípios para a ação dos quais seja possível inferir a parte executora.

Receber a base de orientação da ação já preparada pode até levar o sujeito à rapidez na execução da ação, mas ele não saberá se conduzir por conta própria, não desenvolverá sua independência.

Elaborar independentemente a base de orientação da ação por meio do ensaio e erro tem consequências: incompletude dessa base de orientação obtida, vagarosa formação conceitual do sujeito já que ele não conta com todos os conhecimentos necessários, desperdício de tempo na busca desses conhecimentos por não saber onde encontrá-los. Além disso, aquilo que encontrar pode não ser o melhor sistema de execução da ação ou pode não se aplicar a um problema novo.

Elaborar independentemente a base de orientação da ação a partir da aplicação consciente de um método e de explicações sobre princípios configura um processo que permite ao sujeito abordar não somente casos particulares de ação. Possibilita-lhe obter referências





gerais aplicáveis a objetos concretos similares ou transferíveis a situações semelhantes, conferindo-lhe maior autonomia e desenvoltura nas suas ações.

Tais conceitos foram produzidos por Galperin em diálogo com a teoria da atividade de Alexei Leontiev, sistematizada à luz das contribuições de Marx e das pesquisas desenvolvidas no âmbito da escola histórico cultural de L. S. Vigotski. A teoria da atividade parte do pressuposto de que a construção do conhecimento, a aprendizagem, o desenvolvimento da personalidade têm na atividade humana concreta seu ponto de partida. Isso significa dizer que o desenvolvimento da consciência tem seu substrato na atividade real dos homens. Segundo ele, a atividade é constituída por um sistema de ações e de operações vinculadas entre si, ligação estabelecida pelo motivo da atividade, o fator que a impulsiona e lhe confere direção. Toda atividade humana seria, dessa forma, motivada. O motivo pode ser uma necessidade, um interesse, um sentimento, uma convicção, que junto com as condições de sua efetivação dariam, assim, a direção e regulariam o conteúdo da atividade. As condições de realização da atividade correspondem aos limites e possibilidades oferecidos, por exemplo, pela experiência humana acumulada, pelo sistema de relações sociais vigente na sociedade, pelo conjunto de conhecimentos que o sujeito da atividade possui, pelos instrumentos e meios lhe colocados à disposição, pela série de operações que ele precisa executar, dentre outras.

Um sistema de ações compõe uma atividade e cada uma delas é definida pelo seu objetivo ou pelo resultado que visa alcançar, ganhando significado em função da atividade da qual forma parte. Por exemplo, os objetivos e significados da ação de levantar uma parede são diferentes se essa ação é realizada no contexto da atividade de formação profissional ou se é desenvolvida na atividade laboral. Em ambos os casos, é fundamental situar os processos das ações e sua constituição em sistemas no desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho.

Leontiev divide as ações em dois tipos: as físicas externas e as psíquicas internas ao homem. As primeiras se referem ao processo de exteriorização, de manifestação externa, e se realizam com objetos, permitindo que o homem opere transformações na realidade. Elas estão em certa medida determinadas por ações internas psíquicas já formadas, que são as ações motivacionais, cognoscitivas e reguladoras. As ações psíquicas internas se referem aos processos de interiorização, de manifestação interna ao homem. São as ações de pensamento, percepção dentre outras que, formadas, regulam e dirigem as ações externas e nelas se manifestam.



Para realizar uma ação é necessário determinar o quê fazer e o como fazê-lo, ou seja, os procedimentos, as operações, as formas de fazer, os modos por meio dos quais se realiza a ação, estabelecendo as condições da atividade.

A formação da ação envolve um processo de ensino-aprendizagem, que pressupõe a comunicação entre quem ensina e quem estuda, mas que vai além desse processo de interação por duas razões. Em primeiro lugar, ela requer que a atividade de aprendizagem dos alunos esteja orientada ao mundo das coisas e não somente ao mundo das ideias. Em segundo lugar, ela é um processo de apropriação da experiência social e sua conversão em experiência pessoal. Por meio das ações se regula o processo de assimilação da experiência humana. Assim, o uso de um determinado instrumento pode servir a diferentes propósitos e ser feito segundo modos diversos dependendo da situação, do contexto histórico e do grau de assimilação pessoal das suas funcionalidades constituídas pela experiência humana.

### 3. A PESQUISA JUNTO AOS ALUNOS

O instrumento de coleta de dados utilizado consistiu de um questionário contendo cinco questões fechadas e nove questões abertas, que foi aplicado em ambiente de sala de aula no horário regular das atividades didáticas, com autorização prévia da direção da unidade universitária. Os alunos foram devidamente esclarecidos sobre os objetivos e finalidades da pesquisa e sobre o caráter voluntário e não remunerado da participação. Foram obtidos 90 questionários válidos, assim distribuídos:

TABELA 1 – Número de respondentes por curso

Cursos	fi	%
Gestão Ambiental	52	57,8
Gestão Hospitalar	19	21,1
Estética e Cosmética	19	21,1
Total	90	100

Essa amostra apresenta as seguintes proporções com relação ao número de alunos matriculados em cada curso: 34,0% dos alunos de Gestão Ambiental, 70,4% dos alunos de



Gestão Hospitalar e 4,1 % dos alunos de Estética e Cosmética. Em termos médios, 14,0% do total dos matriculados nos três cursos (642).

A maior parte desses alunos (61,1%) havia realizado à época da pesquisa até duas visitas técnicas organizadas pelo curso, conforme se vê na tabela abaixo. O percentual chegou a 80% somando os que chegaram ao feito de três dessas atividades. Considerou-se, portanto, que os alunos da amostra tinham potencialmente condições de falar sobre as experiências pelas quais passaram.

631

TABELA 2 – Número de visitas técnicas realizadas por aluno participante da pesquisa

Número de visitas técnicas	Gestão Ambiental		Gestão Hospitalar		Estética e Cosmética		Total	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
1	25	48,1	2	10,5	9	47,4	36	40,0
2	9	17,3	6	31,6	4	21,1	19	21,1
3	7	13,5	5	26,3	5	26,3	17	18,9
4	8	15,4	3	15,8	1	5,3	12	13,3
5 ou mais	2	3,8	3	15,8	0	0,0	5	5,6
Não responderam	1	1,9	0	0,0	0	0,0	1	1,1
Total	52	100	19	100	19	100	90	100

É importante ainda registrar que, de duas a mais visitas técnicas, haviam participado 89,5% dos alunos pesquisados do curso de Gestão Hospitalar e que esse percentual era significativo também dentre os respondentes dos cursos de Estética e Cosmética (52,5%) e Gestão Ambiental (50,0%).

### 3.1. Ações realizadas em visitas técnicas, ação considerada mais importante para a formação profissional pessoal e o objetivo dessa ação

As perguntas sobre tais ações e objetivo foram feitas visando obter informações de cada pesquisado sobre suas imagens das ações que realizou em visitas técnicas.

#### 3.1.1. Estética e Cosmética:

Apenas 10 alunos (52,6%) conseguiram citar três ações que realizaram em visitas técnicas. Foram, assim, obtidas 41 respostas, numa média de duas por aluno. Além disso, apenas 15 (36,6%) continham informação sobre o tipo de ação executada por eles: observar, olhar (4), aprender (3), praticar (3), conhecer (2), tirar dúvidas (2), avaliar (1). É importante



registrar que essas menções eram vagas, pois nem todas as ações dispunham de complementos com relação a objetos e objetivos. Mais da metade das respostas (24 – 58,5%) se referiu apenas a nomes de técnicas de tratamento de pele. Houve, ainda, uma referência a cada um desses procedimentos: avaliação de pele com auxílio da lâmpada de Wood, limpeza de pele e hidratação facial. Quatro registraram procedimentos de depilação e um se referiu a técnicas estéticas para sobrancelhas. Maquiagem foi citada uma vez. Em todas essas 24 referências, nenhuma menção ao que o respondente fez efetivamente. Da mesma forma com relação às referências às entrevistas realizadas (2), aos funcionamentos de aparelhos (3) e de ambientes: de esterilização (1) e o da clínica de estética de modo geral (1). Foi solicitado aos alunos que indicassem, das por eles citadas, a ação que executaram em visitas técnicas que eles consideram como a mais importante para a formação profissional deles. Todos registraram alguma informação, mas quase todas vieram sem a especificação da ação que executaram. Deram importância ao nome de técnicas e à ação de aparelhos. Perguntados sobre qual objetivo teve essa ação mais importante, quatro (21,0%) não deram nenhuma resposta. As respostas de seis (31,6%) visaram finalidades e não propriamente objetivos e tiveram dois eixos: a) aprimorar conhecimentos, agregar técnicas, obter mais informações, aperfeiçoamento de práticas, e b) sanar dúvidas e obter segurança para realizar procedimentos. Assim, apenas nove (47,4%) citaram resultados esperados da ação que escolheram como mais importante: promoção de resultados estéticos (4), utilização correta de aparelhos (3), saber se estão sendo aplicadas as normas da fiscalização (1) e conhecer o mercado da área de SPA de sobrancelha (1).

### 3.1.2. Gestão Hospitalar

Foram obtidas 41 respostas, numa média de duas por aluno. Contudo, 14 (34,2%) não chegaram a especificar nenhuma ação que executaram efetivamente, pois registraram apenas o local da visita ou responderam simplesmente que fizeram uma visita. Das respostas que citaram alguma ação, 12 (29,3%) se referiram a tomar conhecimento. No caso, de rotinas e funcionamento de setores como o da hotelaria (10) e de tecnologias para a área da saúde (2). Oito respostas (19,5%) citaram ações típicas de pesquisa de campo: aplicação de questionário e de entrevistas, gravações, fotografia, análises e redação de relatório. Quatro respostas (9,7%) citaram o desenvolvimento de ações recreativas com pacientes de hospitais. Três respostas diziam respeito a ajudas prestadas na organização da visita. Sobre qual ação executada em visitas técnicas que entendiam ser a mais importante para a formação profissional pessoal,



cinco (26,3%) não deram nenhuma resposta. Outros cinco (26,3%) citaram apenas o local onde foi realizada a visita. Quatro (21,1%) destacaram a recreação de pacientes. Três (15,8%) registraram o conhecimento do funcionamento de algum setor. Um destacou as entrevistas realizadas e outro a ajuda que prestou na organização da visita. Nove (47,4%) não responderam ou não deram resposta compreensível à pergunta sobre o objetivo da ação realizada em visita técnica que tenha sido a mais importante para a formação profissional pessoal. Cinco (26,3%) responderam sobre finalidades e não propriamente objetivos e destacaram o aprendizado e o direcionamento à formação profissional. Somente cinco (26,3%) responderam o que foi perguntado mencionando resultados da ação, tendo destacado aspectos do tratamento humanizado de pacientes.

### 3.1.3. Gestão Ambiental

Quase todos os respondentes fizeram três registros de ações executadas em visitas técnicas (a média foi de 2,8), tal como foi solicitado. 49 (34,5%) fizeram referências a ações com focos geográfico, geológico, hidrográfico, hidrológico e fito-fisionômico visando à identificação, reconhecimento e caracterização de locais, áreas, elementos e ambientes. Em segundo lugar, com 39 (27,3%) indicações, vieram as ações de medição: 24 fluviométricas (vazão ou volume d'água de bacia hidrográfica, córrego, nascente, rio, curso d'água e cascatinha), nove de biomassa e crescimento de árvores e seis pluviométricas (quantificação do volume, densidade e duração de chuva). 22 (15,4%) relataram a obtenção de novos conhecimentos como ação: metade apontou os geológicos e bióticos e, a outra metade, aparatos e equipamentos (de monitoramento de clima, para controle de estiagem/chuva, de medição pluviométrica) e análise de processos (de produção de plásticos injetáveis e gestão de resíduos em aterro sanitário). A realização de entrevistas constou de cinco registros de ação praticada em visitas técnicas (3,5%); dois (1,4%) citaram o assistir palestra, um indicou o registro fotográfico e, outro, a elaboração de relatório técnico. Pelo visto, dos 143 retornos para a pergunta, 119 (83,2%) foram feitos com objetividade discriminando a ação desenvolvida. O restante (24, 16,8%) indicou apenas o local das visitas realizadas (parque, mineradora, córrego, centro de meteorologia, empresa de galvanização). Sobre os relatos da ação mais importante para a formação profissional pessoal, 15 (28,8%) indicaram as de identificação, reconhecimento e caracterização de locais, áreas, elementos e ambientes do ponto de vista geográfico, geológico, hidrográfico, hidrológico e fito-fisionômico; 14 (26,8%) as de medição; oito (15,4%) se



referiram à obtenção de novos conhecimentos; cinco (9,6%) indicaram apenas o local das visitas realizadas; dois (3,8%) argumentaram que todas são importantes por motivo de serem diferentes, um (1,9%) mencionou a realização de entrevistas; um (1,9%) alegou que foi a elaboração de relatório técnico e seis (11,5%) não responderam. Solicitados a explicarem o objetivo dessa ação mais importante para a formação profissional pessoal, apenas 21 (40,4%) o fizeram corretamente reportando os resultados que ela visou obter. 24 (46,1%) apresentaram finalidades com a realização da ação e não propriamente seus objetivos. Sete (13,5%) não responderam.

### **3.2. Imagens do âmbito das condições nas quais realizou a ação considerada mais importante para sua formação profissional**

Para obter informações sobre tais imagens foram feitas perguntas sobre meios oferecidos pela instituição universitária e pela instituição visitada para a realização dessa ação, as operações por ela demandadas, os instrumentos que nela foram utilizados e o nível de preparo prévio que dispunha para realizá-la.

#### **3.2.1. Estética e Cosmética**

Um número expressivo de respondentes (13 – 68,4%) não identificou qualquer condição oferecida pela instituição universitária para que realizassem a ação em visita técnica considerada por eles como a mais importante para a formação profissional pessoal. Quatro (21,1%) citaram a orientação e os conhecimentos recebidos dos professores e os trabalhos escolares em disciplinas. Dois não responderam à pergunta (10,5%). Sobre os meios oferecidos pela instituição visitada, dez (52,6%) disseram que teriam sido oferecidos equipamentos, quatro (21,1%) mencionaram produtos, um citou instruções e dois todos os recursos necessários. Um não identificou nenhuma condição oferecida pela instituição visitada e dois não responderam à pergunta. Sobre as operações demandadas por essa ação mais importante, seis (28,6%) não mencionaram nada. Sete (36,8%) indicaram operações relacionadas ao uso de aparelhos. Dois citaram operações de limpeza e de preparação para o procedimento. Dois mencionaram operações de proteção individual. Dois se referiram genericamente a todas as etapas do procedimento e um mencionou um relatório. A respeito dos instrumentos utilizados nessa ação mais importante, quatro (21,1%) não mencionaram nada. Dois (10,5%) disseram que não



utilizaram instrumentos. Treze (68,4%) citaram aparelhos usados para tratamento facial: *peeling* de cristal (5), *peeling* de diamante (4), luz intensa pulsada – LIP (4), *Dermaroller* (2), *peeling* químico (1).

### 3.2.2. Gestão Hospitalar

Sobre os meios oferecidos pela instituição universitária para a realização dessa ação mais importante, apenas cinco (26,3%) fizeram indicações: três mencionaram conhecimentos teóricos e dois o transporte para a ida ao local da visita. Seis (31,6%) responderam simplesmente nenhum e oito (42,1%) sequer responderam à pergunta. Quanto à pergunta sobre os meios oferecidos pela instituição visitada para a realização dessa ação, 10 (52,6%) não responderam e um disse que não ter sido oferecido nada. Apenas oito (42,1%) responderam positivamente com a indicação de meios oferecidos: o acesso às áreas visitas (3), esclarecimentos (3) e a disponibilidade da equipe multidisciplinar (2). Também é alto o número dos que não responderam à pergunta sobre as operações demandadas por essa ação: 11 (57,9%). Os demais (8) não forneceram também muitas informações a respeito. Lembraram da aplicação do questionário (3), do planejamento (2), de dinâmica de grupo (2), de uso de música (2), do uso de um gravador (1) e da distribuição de flores (1). Perguntados sobre os instrumentos que foram utilizados nessa ação, dez (52,6%) não responderam. Os que se pronunciaram, indicaram: violão (4), flores (4), papel (3), caneta (3), caderno (1), computador (1), danças (1), gravador (1), lápis (1), máquina fotográfica (1), material de maquiagem (1), questionário (1), telefone (1), textos (1).

### 3.2.3. Gestão Ambiental

A respeito dos meios oferecidos pela instituição universitária para a realização dessa ação mais importante, 14 (26,9%) não responderam à pergunta e quatro (7,7%) relataram que nenhum recurso lhes foi oferecido. Seis (11,5%) responderam simplesmente sim, sem especificações. 28 (53,8%) responderam positivamente e com algum detalhe: 15 (28,8%) afirmaram que os suportes se resumiram a orientações e ensinamentos dos professores e 13 (25,0%) relacionaram algum recurso material: balde volumétrico (8), cronômetro (3), aparelho de GPS (2), ácido (1), equipamentos (1), a ida ao local (1), mapa (1), paquímetro (1) e régua limnimétrica (1). Das condições para a realização dessa ação, a instituição visitada não teria fornecido nada segundo 14 (26,9%) respondentes. Doze (23,1%) não responderam à pergunta.





Isso significa que apenas a metade (26) entendeu que ela forneceu algum suporte para as visitas técnicas realizadas: o acesso ao ambiente, aos recursos naturais, aos locais onde as ações foram desenvolvidas (14); o fornecimento de informações e explicações por meio de palestras, acompanhamento da atividade e respostas às perguntas dos alunos (5); a autorização para entrevistar pessoas (3); a liberação de equipamentos para serem utilizados (3) e a permissão para fotografar (1). À pergunta sobre as operações que essa ação mais importante teria demandado, 12 (23,1%) não responderam. Outros quatro (7,7%) escreveram: nenhuma. Mas, 36 (69,2%) deram alguma resposta e 44 operações foram listadas: realização de procedimentos de medição e cálculos (160); de entrevistas e buscas de informações no local (8); de observações de local, processos, procedimentos (6); de pesquisas bibliográficas (2); de anotações (1); fotografias (3); filmagens (1); gráficos (1); análises (1); relatório (1); participação em palestra (1); manipulação de GPS e mapas (2); de identificação de bacia (1). Com relação ao uso de instrumentos, 36 (69,2%) relataram o que usaram na ação que consideraram a mais importante. Foram 79 registros, assim discriminados: balde (12); cronômetro, relógio (12); máquina fotográfica (12); paquímetro (7); GPS (11); fluviômetro (3); mapas (3); telefone celular (3); pluviômetro (2); régua limnimétrica (2); filmadora (2); calculadora (2); trena (2); cadernos, papel para anotações (2); canetas (1); gráficos (1); prancheta (1); tablet (1). Contudo, 10 (19,2%) não responderam a essa questão e seis (11,5%) disseram não ter usado nenhum instrumento.

636

3.2.4. Percepção do nível de preparo prévio que se dispunha para realizar a ação considerada como a mais importante para a formação profissional pessoal

A tabela abaixo indica que apenas 20,0% do total dos que responderam ao questionário consideraram que estavam como todos os preparos exigidos por essa ação.

TABELA 3 – Percepção do quanto estava preparado para realizar a visita técnica

Nível de preparação prévia	Gestão Ambiental		Gestão Hospitalar		Estética e Cosmética		Total	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Já estava com todos os preparos que ela exigiu	7	13,5	5	26,3	6	31,6	18	20,0
Estava com parte dos preparos que ela exigiu	32	61,5	8	42,1	9	47,4	49	54,4
Não estava com os preparos que ela exigiu	9	17,3	0	0,0	2	10,5	11	12,2
Não responderam	4	7,7	6	31,6	2	10,5	12	13,3
Total	52	100	19	100	19	100	90	100



### 3.3. Como o aluno recebeu a base orientadora:

Para sondar como o aluno recebeu a base orientadora dessa ação que ele considerou a mais importante para sua formação profissional, as seguintes alternativas de resposta lhe foram apresentadas: apliquei o caminho (o passo a passo, o modo de fazer) fornecido pelo/a professor/a; descobri sozinho o caminho sem usar um método específico; e desenvolvi de forma independente o caminho que segui colocando em prática as dicas ou esquemas de referências conceituais fornecidos pelo/a professor/a.

Na tabela abaixo, se vê números expressivos de alunos que se limitaram a receber, na realização de visitas técnicas, base orientadoras da ação prontas e desenvolvidas apenas pelos professores. É importante destacar que a alternativa que corresponde à formação da ação independente e fundamentada, a que é obtida pelo aluno por meio do uso de informações recebidas, esquemas e conceitos, alcançou resultados inexpressivos nos três cursos.

TABELA 4 – Modo de obtenção da base de orientação da ação vista como a mais importante

Modo de Obtenção	Gestão Ambiental		Gestão Hospitalar		Estética e Cosmética		TOTAL	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Aplicou o caminho fornecido pelo/a professor/a	37	71,2	7	36,8	16	84,2	60	66,7
Independente e sem método específico	4	7,7	1	5,3	0	0,0	5	5,6
Independente, usando dicas, esquemas e conceitos	7	13,5	4	21,1	1	5,3	12	13,3
Não responderam	4	7,7	7	36,8	2	10,5	13	14,4
TOTAL	52	100	19	100	19	100	90	100

### 3.4. Como o aluno percebe a base orientadora utilizada:

Perguntas sobre completude, transferibilidade para ações e situações similares e apreciação da forma de aprender por meio de visitas técnicas foram feitas para conhecer como o aluno percebe a base de orientação da ação que considerou a mais importante para sua formação profissional e a própria atividade de visita técnica.

TABELA 5 – Completude da base de orientação da ação utilizada em visita técnica

Grau de completude	Gestão Ambiental		Gestão Hospitalar		Estética e Cosmética		Total	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Insuficiente	7	13,5	0	0,0	4	21,1	11	12,2
Suficiente	39	75,0	11	57,9	12	63,2	62	68,9
Mais que suficiente	2	3,8	0	0,0	1	5,3	3	3,3
Não responderam	4	7,7	8	42,1	2	10,5	14	15,6
Total	52	100	19	100	19	100	90	100



A tabela acima mostra que a maior parte dos alunos considerou suficiente a base de orientação utilizada para a ação que consideraram a mais importante.

**TABELA 6 – Transferência da base de orientação utilizada para situações similares**

Grau de transferibilidade	Gestão Ambiental		Gestão Hospitalar		Estética e Cosmética		Total	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Totalmente transferível	13	25,0	8	42,1	6	31,6	27	30,0
Parcialmente transferível	31	59,6	4	21,1	11	57,9	46	51,1
Não é transferível	3	5,8	0	0,0	0	0,0	3	3,3
Não responderam	5	9,6	7	36,8	2	10,5	14	15,6
Total	52	100	19	100	19	100	90	100

638

Excetuando os respondentes do curso de Gestão Hospitalar, a maior parte dos alunos avaliou que a base de orientação utilizada na ação vista por eles como a mais importante é parcialmente transferível para ações semelhantes.

**TABELA 7 – Apreciação da forma de aprender por meio de visitas técnicas**

Avaliação da forma de aprender	Gestão Ambiental		Gestão Hospitalar		Estética e Cosmética		Total	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Excelente	7	13,5	3	15,8	4	21,1	14	15,6
Boa	35	67,3	10	52,6	11	57,9	56	62,2
Mais ou menos boa	6	11,5	0	0,0	2	10,5	8	8,9
Não é boa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não responderam	4	7,7	6	31,6	2	10,5	12	13,3
Total	52	100	19	100	19	100	90	100

A tabela acima mostra que a maioria dos alunos dos três cursos considerou que a forma de aprender por meio de visitas técnicas é boa.

### **3.5. Formas mediante as quais os alunos podem contribuir para estruturar uma visita técnica**

A última pergunta do questionário, sobre como os alunos podem contribuir na estruturação de uma visita técnica de forma a tornar o aprendizado mais efetivo, teve o propósito de perscrutar dimensões qualitativas da forma como eles recebem e percebem essa atividade, especialmente com relação à formação de suas ações. Um pouco mais de um terço dos alunos que participaram da pesquisa (36,7%) não fez nenhuma indicação sobre contribuições discentes para organização de visitas técnicas. Trata-se de um número expressivo.



**TABELA 8 – Formas de contribuição de alunos para estruturar visita técnica**

Contribuições	Fi	%
Cobrar da direção, coordenação de cursos e professores da instituição maior valorização das visitas técnicas	13	12,0
Cobrar da direção, coordenação de cursos e professores da instituição a melhoria da qualidade das visitas técnicas	9	8,3
Ter mais interesse, vontade e motivação pelas visitas técnicas	33	30,6
Participar do planejamento da visita técnica	25	23,1
Acompanhar as explicações dos professores	12	11,1
Interagir adequadamente com o ambiente visitado	12	11,1
Fazer inferências importantes para a prática profissional futura	4	3,7
Total	108	100

30,6% das indicações sobre como alunos poderiam contribuir se referem a desenvolver interesse, vontade e motivação pelas visitas técnicas. Entraram nessa categoria as indicações de maior empenho, envolvimento, dedicação, comprometimento pessoal dos alunos; maior concentração na realização da visita técnica; maior disponibilidade para colaborar e para trabalhar em equipe; assiduidade, pontualidade e criatividade.

23,1% das indicações destacaram a participação no planejamento da visita técnica, tais como: fazer sugestões de temas, locais ou lugares para realização dessas atividades; dar ideias para roteiros, formulários e equipamentos a serem utilizados; estudar previamente o assunto; buscar informações sobre a instituição a ser visitada; anotar as dúvidas a serem sanadas; selecionar perguntas a serem feitas; organizar tudo o necessário: horários, materiais, lanches, água, tarefas por grupos.

12,0% das indicações se referiram a cobranças à direção, coordenação de cursos, professores de maior valorização das visitas técnicas. Foram reunidas aqui as reivindicações: dar maior importância a essas atividades para a formação dos alunos; ter maior comprometimento com a realização delas; oferecer um maior número de visitas técnicas; dar mais disponibilidade de tempo aos professores para as visitas técnicas; aplicar em sala de aula o que é aprendido nas visitas realizadas e atribuir pontos às visitas técnicas na avaliação discente.

11,1% reclamaram que os alunos deveriam fazer silêncio e prestar maior atenção ao conhecimento transmitido pelo professor; não deveriam perguntar coisas que fujam do assunto e, sim, fazer perguntas pertinentes.

Igual proporção (11,1%) de respostas coube a indicações de que os alunos deveriam interagir com o ambiente visitado de forma adequada: apresentar questões sobre a realidade do ambiente profissional; não perder o foco da visita; perguntar apenas o necessário; ter postura; observar; fotografar; respeitar o lugar.



8,3% das propostas de contribuição discente versaram sobre melhoria da qualidade das visitas técnicas. Elas foram dirigidas à direção, coordenação de cursos e aos professores. Pediram maior envolvimento deles na organização dessas atividades; melhor planejamento; maior agilidade na marcação das visitas; distribuição dos alunos em grupos menores; oferta de mais opções de lugares a serem visitados; mais instruções aos alunos sobre a realização de visitas técnicas; oferta de horários mais acessíveis para a realização dessas atividades; evitar que os alunos se limitem a observar; promover a comunicação entre os discentes.

Por fim, uma pequena proporção de indicações (3,7%), porém não menos importante, foi feita: os alunos deveriam se preocupar mais em fazer inferências do que vivenciam nas visitas técnicas para a própria formação; levar o que aprenderam para a prática e correlacionar o conhecimento obtido com as matérias estudadas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa junto aos alunos de três cursos superiores de tecnologia confirmaram a necessidade de maior atenção aos processos pedagógicos na realização de visitas técnicas, sobretudo diante do desafio da formação da ação independente e fundamentada conceitual e metodologicamente. Os índices amostrais foram significativos para a consideração da validade dos resultados obtidos, pois participaram da pesquisa 14,0% dos 642 alunos matriculados nos três cursos. Além disso, quase 60% dos integrantes dessa amostra haviam realizado mais de uma visita técnica, acumulando, portanto, alguma vivência e experiência nessa atividade. É importante lembrar, ainda, que a aplicação do questionário foi precedida de orientações aos alunos participantes sobre a pesquisa e como preencher o questionário.

Os resultados mostraram detalhes importantes sobre a necessidade de reforçar as imagens dos alunos sobre ações realizadas em visitas técnicas, seus objetivos e condições de realização. Evidenciaram a necessidade de maior investimento na preparação prévia dos alunos para a realização das visitas técnicas, dando maior atenção à obtenção de forma independente e fundamentada da base de orientação das ações a serem executadas.

A maioria dos alunos aprova a forma de aprender mediante visitas técnicas e avaliam que as bases orientadoras da ação obtidas foram suficientes. Entretanto, apenas 30,0% as consideraram totalmente transferíveis para situações similares. As sugestões que deram sobre



como podem contribuir para a estruturação de visitas técnicas representam uma síntese importante do que pode ser feito de imediato para que tais atividades cumpram suas finalidades de aproximação do aluno em formação ao mundo do trabalho, dando-lhe oportunidades de conhecer realidades concretas, desafios e possibilidades de atuação qualificada e crítica. Entretanto, é preciso avançar na compreensão do problema da formação da ação independente e fundamentada para que isso se efetive de forma coerente e consistente.

Galperin (2013b, p. 435) considera que “O tipo de orientação determina o tipo de formação da ação e o tipo de produto final, já que eles formam um tipo único de aprendizagem”. Ele destaca a importância da habilidade do sujeito de formar individualmente a imagem orientadora completa da ação. Considera que é necessário fornecer-lhe os meios para que ele faça uma análise da atividade do ponto de vista geral e suas aplicações a situações particulares, observando propriedades e relações essenciais do objeto sobre o qual vai atuar e os pontos de apoio que se fazem necessários. Galperin afirma que “A ação que se forma sobre a análise das relações da área dada proporciona dados muito precisos acerca das mudanças das condições (da situação, do material e dos estados do próprio sujeito) (2013b, p. 438-9). Por isso considera que é preciso investigar antes de atuar, partir do geral para o particular.

Segundo Rezende & Valdés (2006), o que Galperin propõe é a crítica dos modelos de ensino adotados tradicionalmente pela escola em favor do modelo formativo-conceitual, “que preconiza o aprender por meio da prática, não só a fazer, mas a compreender e depois a explicar como e porque age desta ou daquela maneira diante de determinada situação-problema” (REZENDE; VALDÉS, 2006, p. 1205). Para tanto, seria preciso fornecer ao aprendiz referências conceituais orientadas à aquisição de um método global de análise do que precisa ser aprendido com relação a invariantes e incentivá-lo a descobrir como atuar considerando o problema e as variabilidades do seu contexto particular.

Por se realizarem sempre em contextos específicos, as visitas técnicas apresentam oportunidades interessantes para o desenvolvimento dessa estratégia formativo-conceitual, que pressupõe a união do sujeito e o real por meio da atividade, transições entre o geral e o particular e vice-versa, e a constituição da habilidade do sujeito de formar individualmente a imagem orientadora completa da ação. Para tanto, é fundamental investigar como por em prática essa estratégia, um problema que é um convite a novas investigações.



## REFERÊNCIAS

GALPERIN, P. Y.. A formação das imagens sensoriais e dos conceitos. *In: Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013a, p. 416-433.

\_\_\_\_\_. Tipos de orientação e tipos de formação das ações e dos conceitos. *In: Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013b, p. 434-439.

\_\_\_\_\_. A formação dos conceitos e das ações mentais. *Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013c, p. 440-450.

\_\_\_\_\_. Acerca da linguagem interna. *In: Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013d, p. 451-461.

\_\_\_\_\_. A direção do processo de aprendizagem. *In: Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013e, p. 478-484.

\_\_\_\_\_. Acerca do problema da atenção. *In: Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013f, p. 485- 494.

LEONTIEV, Alexis N.. *Actividad, conciencia, personalidad*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

NÚÑEZ, I. B.; PACHECO, O. G.. Formação de conceitos segundo a teoria de assimilação de Galperin. *In: Cadernos de Pesquisa*, n. 105, nov. 1998, p. 92-109.

NÚÑEZ, I. B.. *Vygotsky, Leontiev, Galperin: formação de conceitos e princípios didáticos*. Brasília: Liber Livro, 2009.

NÚÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L.; ALBINO, M. G. F. N.. Os indicadores qualitativos da ação e as tarefas de aprendizagem; reflexões teóricas e didáticas na Teoria de P. Ya. Galperin. *In: Revista AMAzônica*, Ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013, p. 388-415.

REZENDE, A.; VALDÉS, H. Galperin: implicações educacionais da teoria de formação das ações mentais por estágios. *In: Educação & Sociedade*, vol. 27, n. 97, Campinas, set./dez. 2006, p. 1205-1232.

TALÍZINA, Nina F.. *Psicología de la enseñanza*. Moscu: Editorial Progreso, 1988, 366p.





## UMA RELEITURA ACERCA DO FOMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA

COSTA, Livia Gonçalves da  
*Mestranda do PPGSD-UFF*  
(*livia\_gcosta@hotmail.com*)

THOMPSON, Mariana M.  
*Mestranda do PPGSD-UFF*  
(*marianthb@yahoo.com.br*)

PREZOTTI, Nathalia T. Chalub  
*Mestranda do PPGSD-UFF*  
(*natchalub@gmail.com*)

643

**Resumo:** A política pública de fomento às associações e cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis está consolidada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Um de seus fundamentos é a integração dos catadores nas ações que envolvem a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a despeito da própria PNRS atribuir toda a responsabilidade pela destinação dos resíduos e rejeitos aos seus respectivos geradores. Por outro lado, o atual modelo do trabalho dos catadores legitima o trabalho desprovido de proteção trabalhista e previdenciária, na maioria das vezes em condições degradantes e em ambiente insalubre, violando o direito a um trabalho decente e digno. Assim sendo, ambos devem ser analisados juridicamente sob a ótica da teoria do direito, em busca de modos de se proceder à efetiva inclusão social e emancipação econômica desses trabalhadores.

**Palavras-chaves:** Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Trabalho decente. Emancipação Social.

**Abstract:** The public policy of promoting associations and cooperatives of reusable materials and recyclables is consolidated in the National Policy of Solid Waste (PNRS). One of its foundations is the integration of gatherers in actions involving the shared responsibility for the life cycle of products, despite assigning all responsibility for waste and tailing disposal to the respective generators. On the other hand, the current gatherers work model legitimizes the work devoid of labor and social security, most of the times in degrading conditions and unhealthy environments, violating the right to a decent and dignified job. Therefore, both must be legally analyzed from the perspective of the Legal Theory, in order to think about how to carry on an effective social inclusion and economic emancipation of these workers.

**Keywords:** Gatherers of reusable and recyclable materials. Decent work. Economic emancipation.



## 1. INTRODUÇÃO

Com a crescente industrialização e o desenfreado consumismo, típicos do mundo capitalista da atualidade, a quantidade de lixo gerada se avulta e se torna uma preocupação mundial. Essa preocupação se deve à contaminação dos solos, dos lençóis freáticos e do ar, demandando várias tecnologias de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU), a saber: triagem (coleta seletiva e reciclagem – processo físico), tratamento biológico (processo biológico), incineração (processo fisioquímico) e aterros sanitários (processo físico, químico e biológico) (FADE, 2013a, p. 7).

Nossos RSU vinham sendo depositados, indiscriminadamente, em lixões (52,8% dos municípios brasileiros, de acordo com pesquisa feita pelo IBGE em 2000), áreas de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo e sem sistema de tratamento de efluentes líquidos (chorume), que penetra pela terra levando substâncias contaminantes para o solo e lençol freático.<sup>1</sup>

Com a crescente ascendência do tema da proteção do meio ambiente e da sustentabilidade no contexto internacional, surgiu um discurso de ecoeficiência e ecossustentabilidade, e com ele o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social a sustentar políticas governamentais, inclusive no Brasil. O evento Rio 92 foi emblemático, resultando no acordo e na assinatura da Agenda 21, um programa de ação baseado em um documento de 40 capítulos, voltado para o desenvolvimento sustentável (PORTAL BRASIL, 2011; ONU, 1992).

Da mesma forma, a criação das Centrais de Triagem, subsidiadas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), foi um dos marcos da política pública para resíduos sólidos. Essas unidades de triagem participam da cadeia produtiva da reciclagem de resíduo como uma etapa intermediária entre a coleta seletiva e a reciclagem propriamente dita, fornecendo às indústrias recicladoras um resíduo já segregado, limpo e beneficiado (FUNASA, 2006).

O crescimento dos centros urbanos e a valorização dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis atraíram uma massa de pessoas que, sem outras oportunidades, passaram a fazer da catação do lixo seu meio de sustento, porquanto inexistia uma política de destinação adequada dos resíduos e tudo era despejado indistintamente em lixões (EIGENHEER, 2009).

<sup>1</sup> Informações disponíveis em: [http://www.lixo.com.br/index.php?Itemid=251&id=144&option=com\\_content&task=view](http://www.lixo.com.br/index.php?Itemid=251&id=144&option=com_content&task=view) (Acessado em 19/05/2014) e <http://www.lixo.com.br/content/view/133/240/> (Acessado em 27/07/2014)



Em 1999, foi promulgada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que, contudo, ainda não é eficaz nem efetivamente implementada, conforme nos mostra a literatura a respeito:

Apesar dos esforços, a educação ambiental (EA) ainda não teve sua consolidação em termos de efetividade na prática pedagógica e até mesmo enquanto política pública no Brasil, nos diferentes níveis de ensino e, principalmente, nas disciplinas escolares que não estão diretamente ligadas a ela. (MENEGUZZO; MENEGUZZO, 2013).

Onze anos depois, e décadas após as legislações dos países desenvolvidos estarem sendo cumpridas, em 2010, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), através da Lei nº 12.305, de agosto de 2010. A PNRS é primorosa ao dispor sobre o ciclo de vida dos produtos, a coleta seletiva, o controle social, a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, bem como sobre o gerenciamento e a gestão integrada dos resíduos sólidos, sobre a logística reversa, sobre os padrões sustentáveis de produção e consumo, sobre a reciclagem e reutilização e sobre a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. É uma lei que não deixa a desejar, se confrontada com a legislação internacional a respeito, e atende perfeitamente, em termos de normatização, ao fim a que se destina.

Cabem, contudo, alguns registros de dados oficiais, que demonstrarão que o fomento às associações e cooperativas em questão não se justifica técnica, econômica ou financeiramente.

Primeiramente, no Relatório de Pesquisa sobre o Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA, 2012), foi constatado que em somente em 15% dos municípios brasileiros há coleta seletiva; tendo a conclusão do trabalho apontado, dentre outros fatos, que a gestão dos RSU é dispendiosa e deficitária. Além disso, no que se refere à coleta seletiva, os dados disponíveis sobre a participação dos programas oficiais indicaram uma contribuição consideravelmente inferior àquela estimada para a coleta informal e para a reciclagem pré-consumo, sendo necessária a ampliação de tais programas (IPEA, 2012, tabelas 1, 2, 13).

Em segundo, no 10º Produto do Relatório Final de Avaliação Técnica, Econômica e Ambiental das Técnicas de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos - da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisa realizada entre 2011 e 2013 e publicada em 2013 (FADE, 2013a), constatou-se que: são reciclados apenas 1,4% do total dos resíduos recicláveis; só nas regiões sudeste e sul a



reciclagem é mais estruturada e viável; os valores comercializados com as indústrias da reciclagem são 225% maiores que os comercializados com as associações e cooperativas, que estão no início da cadeia da reciclagem.

E, pior, chegou-se à conclusão de que os gastos decorrentes da implantação, operação e manutenção de centrais de triagem ainda são superiores às receitas auferidas com a venda do material beneficiado; que as centrais de triagem manuais somente são viáveis em municípios onde a geração de resíduos é pequena, resultando em baixos índices de produtividade e recuperação de materiais e que a utilização de centrais de triagem mecanizadas é indicada para municípios de médio a grande porte (valendo lembrar que 95% dos municípios brasileiros têm menos de 100 mil habitantes, sendo, portanto, de pequeno porte), devido à quantidade de resíduos que geram.

Outrossim, verificou-se que os custos unitários de operação das unidades de triagem são superiores aos de implantação, independentemente do porte; os custos de operação em unidades de pequeno porte são significativamente superiores aos de unidades de maior porte, devido ao uso intensivo de mão de obra; a aquisição de terreno, construção de galpões, unidades administrativas e baias de armazenamento, além da mecanização, conforme seu porte, implicam em custos superiores aos de implantação, independentemente do porte e, por fim, constatou-se, ainda, que a mão de obra é o elemento mais significativo na composição dos custos de operação. Ela varia de 90%, nas unidades que usam catação manual, a 60% naquelas mecanizadas, *de modo que a viabilidade de implantação de unidades de triagem em municípios de pequeno porte só é possível ao se excluir os gastos com a mão de obra e encargos, relacionando-se a remuneração dos catadores exclusivamente à sua produção.*

A implantação dessas unidades de triagem, portanto, só se mostra viável para instalação de unidades de médio a grande porte, que atendem a municípios com mais de 250 mil habitantes e que possuem programas efetivos de coleta seletiva e mercado de venda de materiais recicláveis (FADE, 2013a, p. 31 e 85).

Em terceiro, com base no 7º Produto do Relatório Final sobre as Principais Rotas Tecnológicas de Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos no Exterior e no Brasil, da FADE da UFPE (FADE, 2013b), foi apurado que, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, as principais tecnologias de tratamento e disposição de resíduos existentes são a reciclagem, a compostagem, a digestão anaeróbia, o tratamento mecânico biológico, a incineração com



geração de energia e o aterro sanitário; a população limpa e seleciona os resíduos recicláveis e reutilizáveis e fica sujeita a sanções se não cumprir suas obrigações (FADE, 2013b, p. 27).

Não há, pois, nos países desenvolvidos, espaço para catação de lixo, justamente devido à coleta seletiva, à responsabilidade compartilhada e à logística reversa, bem como ao sistema de tarifação e às parcerias dos setores público e privado, na gestão dos RSU.

Patente, portanto, a inviabilidade econômica e financeira de tais “empreendimentos” senão nos municípios de médio e grande porte e metrópoles (onde se concentram as indústrias – 5% dos municípios brasileiros), bem como sua não indicação técnica para os municípios localizados em áreas onde o lixo é eminentemente úmido (praticamente toda a região norte, nordeste e centro-oeste do país – 49% dos municípios brasileiros).

Por fim, o IPEA levou a efeito uma pesquisa que resultou no Relatório sobre a Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reutilizável e Reciclável, publicado em 2013 (IPEA, 2013) e que utilizou como base entre outros, o CENSO 2010, publicado pelo IBGE em 2012, e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2012. Sendo ambas as pesquisas autodeclaratórias, perdem-se dados sobre os catadores sem domicílio definido, de modo que não engloba a real totalidade da categoria, ainda assim, comprovando os dados acima apontados, o mapeamento mostra que “essa categoria profissional, além de ser fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho, constitui o elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem” (IPEA, 2013, p. 65). Está concentrada na região sudeste; é, na sua maioria, constituída de homens, negros, semianalfabetos, por volta dos 40 anos, sem vínculo empregatício, administrativo ou cobertura previdenciária, residentes em áreas urbanas sem saneamento básico adequado, com deficiências de infraestrutura domiciliar graves e que conseguem auferir em média 12% mais que o salário-mínimo-nacional, sendo que somente 10% em média são organizados em associações ou cooperativas (IPEA, 2013, p. 65).

Nada foi registrado, contudo, acerca da carga horária e jornadas necessárias para que auferissem essa média remuneratória.

## 2. O ENFOQUE JURÍDICO

Sob a ótica jurídica, tal incentivo é, da mesma forma, injustificável na medida em que o trabalho dos associados e cooperados é levado a efeito sem vínculo de emprego, ou seja, sem qualquer direito trabalhista, de forma precária, porquanto se trata de trabalhadores sem



qualificação profissional e com baixo nível educacional, sem função real na cadeia da responsabilidade compartilhada e da logística reversa, estabelecidas na PNRS.

Sendo tais trabalhadores “empresários” não terão a quem reclamar, nem de quem reclamar, pelas suas doenças ocupacionais, pela exaustiva jornada, pelo ambiente insalubre, sem o quê não logram auferir renda mínima. Ou seja, estarão sendo alijados de seu direito de ação, constitucionalmente garantido no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Estarão trabalhando por sua própria conta e risco, em um trabalho decorrente de puro racismo ambiental, implicando na mais manifesta injustiça ambiental, em prol de uma sociedade relapsa, de um Poder Público ineficiente e conivente e do sempre ditador capital cosmopolita.

Desnecessário demonstrar que os trabalhos escravo e degradante afrontam princípios, valores, fundamentos e objetivos previstos e disciplinados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que em seu artigo XXIII estabelece que “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” e que “toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social”; que no seu artigo XXIV estabelece que “toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas” e em seu artigo XXV, que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”. Nosso país é um dos Estados signatários da DUDH.

Se aos trabalhadores a quem os direitos sociais disciplinados no artigo 7º da CF não são concretizados, ou são fraudados, cabe à Justiça do Trabalho implementá-los, através de suas decisões, decorrentes das ações que são garantidas a esses trabalhadores, através de sindicatos ou advogados particulares, ou, ainda, do Ministério Público do Trabalho, através de ações civis públicas e execução de Termos de Ajuste de Conduta (TAC’s). Quem representa, quem vela, quem implementa os direitos fundamentais a um trabalho digno e decente dos catadores “associados ou cooperados”?





O trabalho decente é o eixo central para o qual convergem os quatro objetivos estratégicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT): (1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; (2) promoção do *emprego de qualidade*; (3) extensão da *proteção social*; e (4) fortalecimento do diálogo social.

E, nossa Constituição Federal (CF), incorporando as diretrizes da DUDH e da OIT em seus artigos 1º, 3º e 4º, que tratam dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assegura o respeito à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho (BRASIL, 1988. art. 1º, incisos III e IV), sendo que para a concretização dos objetivos fundamentais da nossa República, aponta a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988. art. 3º, incisos I e III); enaltecendo a prevalência dos direitos humanos (BRASIL, 1988. art. 4º, inciso II).

Em maio de 2006, o governo brasileiro lançou oficialmente a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD). Desde então, as áreas de atuação da OIT no Brasil têm se articulado em torno das três prioridades da Agenda: (1) gerar mais e melhores *empregos*, com igualdade de oportunidades e de tratamento; (2) *erradicar o trabalho escravo* e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e (3) fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

A partir da ANTD foi elaborado o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), que representa uma referência fundamental para a continuidade do debate sobre os desafios de fazer avançar as políticas públicas de emprego e proteção social:

O seu objetivo é o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para avançar no enfrentamento dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, entre os quais se destacam: *a pobreza e a desigualdade social; o desemprego e a informalidade; a extensão da cobertura da proteção social; a parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade; os elevados índices de rotatividade no emprego; as desigualdades de gênero e raça/etnia; as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.* (BRASIL, 2006).

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), incorporado à nossa legislação pátria pelo Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992, por sua vez, em seu artigo 6º reconhece o direito de toda pessoa ter a possibilidade de ganhar a vida





mediante um *trabalho livremente escolhido ou aceito*, cabendo aos Estados-partes tomar todas as medidas apropriadas para salvaguardar esse direito, reconhecendo o direito de toda pessoa de gozar de *condições de trabalho justas e favoráveis* (BRASIL, 1992).

A indústria do lixo (da reciclagem) possui um próspero mercado, no qual os catadores de lixo de países subdesenvolvidos são os “cabeça de bagre”. São a mão de obra gratuita para o trabalho *sujo*. Ou seja, análogo ao da escravidão. São os escravos modernos. Inseridos em uma logística *perversa* no ciclo de vida dos produtos e da irresponsabilidade compartilhada dos geradores de lixo.

O incentivo às associações e cooperativas de catadores de lixo pode, portanto, ser comparado ao incentivo a *sweatshops*, nos quais o explorador do trabalho degradante é o próprio Poder Público, que sabe das precárias condições de trabalho dos catadores e do insucesso a que estão fadadas suas associações, mas que fomenta tal trabalho, por custo zero, sem quaisquer garantias trabalhistas e ao relento da seguridade social. Sabido é que o *sweat system*<sup>2</sup> vem sendo combatido duramente pelas autoridades nacionais e internacionais, por tratar-se de trabalho em condições análogas à de escravidão no meio urbano, isto é, trabalho degradante.

E tal fato fica muito claro no depoimento de Sebastião Carlos dos Santos, no I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, do qual nos valemos mais uma vez, por tratar-se de caso emblemático na temática, o de Jardim Gramacho:

Mais uma: "a valorização e o reconhecimento da autogestão". Valorização por quê? Pelo trabalho que prestamos à sociedade, ao poder público, ao meio ambiente, às empresas geradoras, porque todo detrito, todo o lixo gerado, as empresas recebem para coletar. E o catador que faz o trabalho certo, que dá destino aos resíduos, que move esse grande ciclo econômico que é a reciclagem dentro do país, não recebe pelo serviço prestado. As empresas recebem. Nós que fazemos o trabalho correto, que destinamos corretamente, não recebemos (HERCULANO; PACHECO, 2006; p. 223).

O direito pátrio reconhece a centralidade do trabalho e sua qualificação como espaço da integração do ser humano com o meio em que vive; trabalho *livremente* escolhido, com condições de segurança e seguridade social, tal como estatuído na DUDH e na ATD da OIT,

<sup>2</sup> Exploração de mão de obra em lugares (*sweatshops*) e condições socialmente inaceitáveis para os trabalhadores, sujeitos a trabalhos extenuantes, em condições precárias de salubridade e segurança, mediante pagamentos irrisórios que os obrigam a manter-se vinculados aos contratantes em troca de abrigo e comida, sem qualquer proteção trabalhista e previdenciária. Normalmente acontece com estrangeiros ilegais em grandes fábricas e indústrias. <http://en.wikipedia.org/wiki/Sweatshop>



pois integra a garantia desses direitos humanos (universais, internacionais) aos nossos direitos fundamentais, previstos na CF, na ANTD, no PIDESC, no PNETD e na Lei das Cooperativas, como forma de dar concretude à cidadania, à dignidade do cidadão, basilar à soberania interna.

Traz para o direito interno a concepção de trabalho digno de que tratam os direitos humanos, através do reconhecimento do direito ao trabalho decente e a todos os direitos sociais estatuídos nos artigos 6º a 11 da CF, nos quais resta consubstanciado o primado do trabalho como fundamento da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988. art. 1º, inciso IV), conforme raciocínio desenvolvido com base no artigo de Rosenfield e Pauli (2012).

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), que instituiu a PNRS é, como dito anteriormente, exemplar ao dispor sobre os meios e modos para o gerenciamento de resíduos sólidos, sobre as responsabilidades dos geradores e do poder público e sobre os instrumentos econômicos oferecidos para a consecução de tal fim.

A PNEA e a PNRS dispõem sobre todos esses aspectos, impondo aos geradores de lixo reutilizável ou reciclável suas responsabilidades e prevendo sanções para sua inobservância. Das definições constantes da PNRS depreende-se que nos aterros, sejam controlados ou sanitários, não deverá haver resíduos, mas tão somente rejeitos e, portanto, nada reutilizável ou reciclável.

A coleta seletiva, a logística reversa e a responsabilidade compartilhada implicam em que o material reciclável e reutilizável deva ser segregado pelos consumidores e sua destinação final passa a ser de responsabilidade dos empreendedores, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

O ciclo de vida do produto inclui o consumo e a disposição final e os consumidores são considerados “geradores de resíduos sólidos” (BRASIL, 2010, art. 3º, incisos IV e IX).

Entende-se por responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos:

conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental, decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2010, artigo 3º, inciso XVII).

Entende-se por logística reversa:



instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada. (BRASIL, 2010, artigo 3º, inciso XII).

Por fim, entende-se por destinação final ambientalmente adequada a “destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes” (BRASIL, 2010, artigo 3º, inciso VII).

A Lei nº 12.690/12, por sua vez, dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e estabelece como princípios e valores a *adesão voluntária e livre*; a *educação, formação e informação*; a preservação dos *direitos sociais*, do *valor social do trabalho* e da *livre iniciativa*; e a não *precarização do trabalho* (BRASIL, 2012, incisos I, V, VIII e IX).

Contudo, em inúmeros artigos, a PNRS impõe como condição para repasse de verbas públicas federais destinadas ao saneamento, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, sendo até mesmo elencada como um dos objetos para sua consecução (BRASIL, 2010, art. 7º, inciso XII). Como incentivo, chega a liberar de licitação a contratação de tais associações pelos Municípios (BRASIL, 2010, art. 36, §§ 1º e 2º).

Por tal razão, há um açodamento dos Municípios em “fomentarem” tais associações e cooperativas, a fim de conseguirem obter as verbas federais destinadas ao saneamento, assim como vêm os Ministérios Público Estadual e do Trabalho (pasmem) pressionando os Municípios onde não há catadores a implementarem tais associações e cooperativas(?) através de “Termos de Compromisso Ambientais” nos quais fica previsto que “deverão ser especificados os termos e etapas em que se dará a participação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais recicláveis no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis” (MPES, 2013).

Flagrantemente inconstitucional, portanto, o artigo 7º, inciso XII da PNRS, por afrontar direitos fundamentais do catador, inclusive ao da *livre associação*, além do direito ao trabalho decente.



O referido artigo não passa de uma norma-álibi, segundo a classificação de Kindermann adotada NEVES (apud, Neves, 2011, p. 31), pois, diante da necessidade ambiental da extinção dos lixões, criou-se um “clamor” público quanto à sorte dos catadores que dali tiram sua subsistência, o que merecia atenção e solução, pelo legislador. Solução teoricamente dada, clamor concretamente aplacado. E o destino dos catadores continua incerto.

Também se pode dizer que tal dispositivo possua um efeito dilatatório, seguindo o raciocínio do referido autor, no que tange à classificação da legislação simbólica, se pensarmos que a indústria geradora de lixo não quer investir na logística reversa e que o próprio governo ainda não foi capaz de implementar concretamente a PNEA e a coleta seletiva, de modo que a responsabilidade compartilhada resta prejudicada e, ainda, que a indústria da reciclagem, para entrar no mercado, barganha os menores custos possíveis para sua atuação.

Com efeito, nos países que NEVES (2011) designa de “periféricos”, dentre os quais se inclui o nosso país, o texto constitucional e a realidade constitucional não são parelhos e a concretização das normas constitucionais é prejudicada. Assim, o princípio da igualdade, da inclusão, da separação dos poderes, da democracia e todo o conteúdo do texto constitucional ou parte dele são deturpados na práxis do processo concretizador, mas as instituições jurídicas consagradas no texto permanecem relevantes como referências simbólicas do discurso do poder.

Nossa Constituição é simbólica no que diz respeito a muitos dos direitos fundamentais que consagra programaticamente, razão pela qual o famigerado artigo 7º, inciso XII da PNRS é aparentemente albergado pela CF, ao apresentar como solução para o problema social dos catadores o fomento às suas associações e cooperativas pelo Poder Público, como meio de “inclusão social”, “emancipação econômica”.

As associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis são, em suma, fadadas ao insucesso, supérfluas ao ciclo de vida dos produtos recicláveis e reutilizáveis, além de acobertarem o trabalho precário, em afronta, no que tange à nossa legislação interna, à ANTD, à PNETD, ao PIDESC e à própria lei das cooperativas.

Ao Poder Judiciário incumbe a construção do real sentido da PNRS, a partir dos sentidos extraíveis do texto constitucional, retirando-lhe a natureza simbólica e extraíndo seu conteúdo programático. É o juiz quem constrói a norma jurídica geral a partir de sentidos extraíveis do texto legislativo, é através dele que a norma jurídica toma um sentido normativo,



daí seu papel de relevo no controle de constitucionalidade das leis (NEVES, 2012). Fato é que os direitos fundamentais são requisitos para a legitimação procedimental no Estado Democrático de Direito, de modo que a igualdade e as liberdades fundamentais integram seus princípios.

Sendo o princípio da inércia inerente ao Judiciário, cabe ao Ministério Público impedir que códigos econômicos e/ou políticos interfiram na prevalência dos direitos fundamentais dos catadores, bem como pela garantia de sua cidadania; mas não com um número sem fim de ações civis públicas e/ou TAC's infrutíferos e inexecutáveis. O princípio da legalidade há de ser resgatado, declarando-se a inconstitucionalidade do dispositivo legal em questão e exigindo-se a generalização da lei, no que importa o acesso de todos os cidadãos ao Poder Judiciário, o direito a um trabalho digno e decente, à saúde, à seguridade, à punição dos infratores da PNRS, e a implementação efetiva da PNEA.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Especialistas em economia da revista alemã *Der Spiegel*, excelentes peritos da sociedade de riscos, calculam que se a tendência atual persistir irrefreada, 20% da força de trabalho global (potencial) bastará “para manter a economia funcionando”, o que tornará *economicamente* supérfluos 80% da população mundial capacitada (BAUMAN, 2000, p. 27).

A sociedade pós-moderna é baseada na produção industrial e tecnológica, no comércio e no consumo, portanto, em modos de apropriação de energia. O sistema econômico moderno, globalizado, funda-se na suposição de que o *valor* (mais-valia) é gerado no processo de produção. Mas o *valor* pago na troca é, de fato, à base de *consumo* de energia, energia essa não renovável, de modo que a soma global de ordem deve continuar deteriorando. Queima energias não renováveis em seu processo de autossustentação, em quantidades sempre crescentes, pois a construção de cada ordem seguinte necessariamente inclui limpar os estragos deixados pelos “esforços abortivos” para produzir a ordem anterior. Não é, portanto, movida por energia, mas por “exergia” e, assim, cada ato de ordem aumenta a entropia do sistema. Só podem alcançar a ordem racional local por redistribuição altamente desigual dos recursos energéticos do mundo, ou seja, “roubando de outras partes do mundo suas ‘capacidades de ordem’, seus estoques de exergia” (BAUMAN, 2013, p. 296).



A defesa ao neoliberalismo é a flexibilização, que visa a “precarizar” e assim incapacitar as pessoas que possam encabeçar qualquer fonte de resistência; tornar precária a posição daqueles que são afetados e mantê-la precária. Medidas como a substituição de contratos permanentes e legalmente protegidos por empregos ou serviços temporários que permitem demissão incondicionada, rotatividade, terceirização e o tipo de emprego onde a política de promoção e aumento salarial priorizam não a competência, mas os resultados obtidos por cada um no momento, assim como a indução à competição entre setores e departamentos da mesma empresa, pulveriza os movimentos de união dos empregados, produzindo uma situação de incerteza endêmica e permanente. Tal estratégia alcança mesmo os mais elevados níveis da hierarquia empresarial, o que significa a perda do meio de subsistência, dos títulos sociais, do lugar na sociedade e da dignidade humana que os acompanha.

O atual *Welfare State* não comporta mais a função que originariamente lhe foi aclamada. A privatização do que vem a ser o “interesse público”, a fragmentação dos problemas sociais, não poderia redundar, para os catadores, em outra saída que não uma saída legalista e utilitarista: são transformados em empresários num passe de mágica (legislativa), saem dos lixões (para onde, eis a questão) e tudo está *legalmente* estabelecido.

Trazemos, pois, a seguinte reflexão, amparada na obra de Baubman defendendo a *renda mínima* para os atuais catadores (“Bolsa Lixão”?). Veja-se que a política pública da renda mínima e das cotas, adotada pelo governo brasileiro, albergaria com braços acolhedores mais uma providência nesse sentido (BAUMAN, 2000, p. 185).

O autor lembra que a defesa mais abrangente da adoção da renda básica até então foi feita por Claus Offe (com Ulrich Mückenberger e Ilona Ostner) em 1991 (apud BAUMAN, 2000, nota 17). Para os mencionados autores, a renda básica garantida pelo Estado é uma necessidade em matéria de política social que, dada a crise de emprego, sua adoção preenche as obrigações de um Estado social que pode ser realizada e também financiada (BAUMAN, 2000, p. 185).

Se a escravidão foi abolida, se o governo adota o salário mínimo, para trabalhadores, idosos, deficientes, família de presidiários, desempregados, depauperados, por que não adotá-lo para os catadores de lixo, a fim de retirá-los do mercado sórdido onde somente os atravessadores e as indústrias da reciclagem auferem os lucros de seu trabalho? Seria uma





medida eficaz e temporária, já que não haverá novos lixões ou aterros controlados e, portanto, novos “catadores”. A “economia do lixo”, a indústria da reciclagem contudo permanecerão e é nesse painel que devem ser inseridos os catadores.

O World Watch Institute, através de seu pesquisador Michael Renner, elaborou em setembro de 2000 o texto “Working for the Environment: a Growing Source of Jobs”, em que demonstra o quanto se pode gerar em postos de trabalho através da redefinição de uma política ambiental, do uso de energias alternativas, de novas formas de extração de recursos naturais, da ampliação da vida útil dos produtos, da ampliação dos serviços relativos a consertos desses produtos. Várias centrais sindicais vêm refletindo sobre essa questão, propondo novas formas de organizar a produção, novas tecnologias, que proporcionem elevado nível de uso da força de trabalho e preservação do meio ambiente. Esse é o caso do trabalho organizado por Jorge Riechmann e Francisco Fernandes Buey, intitulado *Trabalhar sin Destruir – Trabajadores, sindicato e ecologismo* (HERCULANO, 2008, p. 7).

A luta dos próprios catadores pelo trabalho junto aos aterros/lixões não seria fruto da própria visão obliterada que possuem acerca da sua dignidade? Sua organização em cooperativas e associações garantirão sua inclusão social e sua emancipação econômica? Vimos que não.

A discussão da pobreza crescente fica limitada ao ponto de vista econômico, à questão da distribuição da riqueza e da renda e do acesso ao emprego remunerado. O conjunto de valores que informa a escolha de dados relevantes e sua interpretação é, em geral, o da piedade, solidariedade, compaixão pelos pobres e, com mais distanciamento, a preocupação com a segurança da ordem social, já que na verdade os depauperados não são vistos como capazes de configurar uma ameaça palpável de rebelião, mas tão somente ameaçam a segurança dos “sobrecidadãos” pagantes de impostos.

Nem a estrutura cognitiva nem o conjunto de valores estão errados em si mesmos. Assim, os indivíduos pagantes de impostos se mantêm afastados dos pobres, perpetuando sua vida de incerteza e mantendo sobre sólidas bases a “flexibilização” do mundo.

Tal fato é fundamento suficiente para a “economia política da incerteza” incluir como um dos seus ingredientes indispensáveis a colocação do “problema do pobre” como uma questão da lei e da ordem ou como objeto de preocupação humanitária, tão somente. Como questão de lei, há a condenação popular do pobre – depravado, sujo, indolente. Como objeto de





preocupação humanitária, o inconformismo se volta contra a crueldade e a dureza do destino e pode ser canalizada para as mobilizações apelativas de caridade que se esvanecem tão logo encerrado o “evento” humanitário.

Toda opção é feita a partir do que nos é oferecido e poucas pessoas podem se gabar de ter começado sua autoidentificação do nada. Embora sendo uma tarefa individual, a identidade é também um fenômeno social. Identidade é o que *se reconhece socialmente* como identidade: está fadada a continuar uma ficção da imaginação individual a não ser que se comunique a outros em termos socialmente legíveis, expressa em símbolos socialmente compreensíveis. Sob esse aspecto, a PNRS está a tentar fornecer meios e modos dos catadores construírem uma identidade, a de “agentes ambientais”, que seja reconhecida socialmente; contudo, na inviabilidade econômico-financeira das associações e cooperativas cujo incentivo fomenta, legará a tais indivíduos nada mais que a própria sorte, para continuarem suas trajetórias de vida, como “joão-ninguém”.

O meio de vida desses indivíduos torna-se inseguro, errático e inconfiável. Entretanto, é o meio de vida do ser humano que lhe dá o provimento necessário de sonho, que alimenta o dia de amanhã, os projetos de vida. O meio de vida significa muito mais do que o simples sustento do indivíduo e de seus dependentes. Constitui a diferença entre viver para trabalhar e trabalhar para viver. Sem essa tranquilidade não há liberdade nem vontade de autoafirmação, não há, portanto, autonomia ou identidade.

A flexibilização das relações de trabalho implicam em flexibilização da própria identidade. A estrada que parte do bem-estar para o trabalho leva da segurança à insegurança ou de uma menor para uma maior insegurança. Sendo essa estrada o que é, estimular o maior número possível de pessoas a tomá-la combina bem os princípios da “economia política da insegurança”, tornando em tese aceitável e até louvável o fomento às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Mas tão somente de acordo com esses princípios “econômicos”, inserindo os catadores na cadeia da logística reversa ambiental e socialmente perversa.

Cabe, portanto, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público cobrar dos Poderes Legislativo e Executivo que façam valer o direito desses “subcidadãos”: que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 7º, inciso XII da PNRS e efetivada a inclusão desses cidadãos na esfera pública, através de programas de renda mínima e de sua gradual inserção no mercado



da indústria da reciclagem, não como separadores de escória em meio à escoria, mas como transportadores, armazenadores, beneficiadores e como *coletores* de material reciclável e reutilizável (já limpo, segregado e beneficiado), intermediados pelo Poder Público que tem o dever legal de implementar a coleta seletiva e a educação ambiental e fiscalizar o cumprimento da PNRS pelos geradores de lixo.

Trata-se, pois, de uma questão maior, que merece atenção urgente, pois envolve mais que direitos de cidadania, envolve a efetivação de direitos fundamentais do ser humano e do meio ambiente e que, portanto, coloca em cheque a própria existência do nosso Estado Democrático de Direito.

658

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar; 2000.

BAUMAN, Z. Ética pós-moderna. 6ª reimpressão. São Paulo: Paulus; 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República; 1988.

BRASIL. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília: Diário Oficial da União; 1992. Seção 1. p. 8713.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Diário Oficial da União. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Agenda Nacional de Trabalho decente (ANTD). Brasília; 2006. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/antd/>. Acesso em: 13 jun. 2014.

EIGENHEER, E. M. Lixo: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Editora Palloti; 2009. Disponível em: [www.lixoeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf](http://www.lixoeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf). Acesso em: 19 maio 2014.

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa Científica BNDES FEP nº 02/2010. Tema: análise das diversas tecnologias de



tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão. Produto 10: relatório final de avaliação técnica, econômica e ambiental das técnicas de tratamento e destinação final dos resíduos. FADE; 2013a. Disponível em: [www.tecnologioresiduos.com.br/secao/publicacao](http://www.tecnologioresiduos.com.br/secao/publicacao). Acesso em: 17 maio 2014.

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa Científica BNDES FEP nº 02/2010. Tema: análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão. Produto 07: relatório final sobre as principais rotas tecnológicas de destinação de resíduos sólidos urbanos no Exterior e no Brasil. FADE; 2013b. Disponível em: [www.tecnologioresiduos.com.br/secao/publicacao](http://www.tecnologioresiduos.com.br/secao/publicacao). Acesso em: 17 maio 2014.

659

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa Científica BNDES FEP nº 02/2010. Tema: análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão. Produto 04: relatório final do perfil institucional, quadro legal e políticas públicas relacionados a resíduos sólidos urbanos no Exterior e no Brasil. FADE; 2013c. Disponível em: [www.tecnologioresiduos.com.br/secao/publicacao](http://www.tecnologioresiduos.com.br/secao/publicacao). Acesso em: 17 maio 2014.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 2, jan/abril 2008. Disponível em: [www.interfacehs.sp.senac.br](http://www.interfacehs.sp.senac.br). Acesso em: 20 julho 2014.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. Racismo ambiental: I seminário brasileiro sobre racismo ambiental. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf). Acesso em: 17 maio 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos: relatório de pesquisa. Brasília: IPEA; 2012. Disponível em: [www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009\\_relatorio\\_residuos\\_solidos\\_urbanos.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf). Acesso em: 18 maio 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reutilizável e Reciclável. Brasil. Brasília: IPEA; 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf). Acesso em 17 julho 14.

MENEGUZZO, I. S.; MENEGUZZO, P. M. Educação ambiental: possibilidades e desafios no processo ensino-aprendizagem da geografia escolar. Revbea, v. 8, n. 2, p. 10-9, 2013. Disponível em: [www.seer.furg.br/revbea/article/view/2622/2610](http://www.seer.furg.br/revbea/article/view/2622/2610). Acesso em: 17 maio 2014.

UMA RELEITURA ACERCA DO FOMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E REICLÁVEIS COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA - COSTA, Lívia Gonçalves da; THOMPSON, Mariana M.; PREZOTTI, Nathalia T. Chalub



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Promotoria de Justiça Cível de Boa Esperança. Termo de compromisso ambiental: TCA 01/13 - MPE//MPT/município Boa Esperança, Espírito Santo. 2013.

NEVES, M. A constitucionalização simbólica. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2011.

NEVES, M. Entre Têmis e Leviatã; uma relação difícil: o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. Agenda 21 Global. In: Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. ECO 92. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: [www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global](http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global). Acesso em: 02 jun. 14.

PORTAL BRASIL. Entenda a Rio+20. 2011. Disponível em: <https://gestaorevista.brasil.serpro.gov.br/especiais/rio20/entenda-a-rio20/rio-92>. Acesso em: 18 maio 2014.

ROSENFELD, C. L.; PAULI, J. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p. 319-29, maio/ago. 2012.



## O CONTEXTO DO SURGIMENTO E A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE VULNERABILIDADE

MOURA, Leides Barroso Azevedo

*Professor do Programa Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional  
lmoura@unb.br*

SCHUMANN, Lívia R. M. Amaral

*Estudante de mestrado do Programa Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional  
liviarejane.amaral@gmail.com*

661

### RESUMO

O presente artigo apresentou uma análise da multidimensionalidade da vulnerabilidade, com o objetivo de ampliar a compreensão desse conceito. O estudo envolveu a análise do surgimento e da construção dos conceitos de vulnerabilidade, onde foram identificados seis enfoques principais: a teoria da interdependência, a ameaça dos agentes químicos, os riscos naturais e ambientais, a não garantia dos direitos fundamentais, o social e epidemiológico da saúde. Como resultado da análise, observou-se a interação entre as diversas linhas de entendimento sobre esse termo. Dessa forma, não é viável delimitar essa reflexão em domínios fixos que dificultam a avaliação dos diversos fatores envolvidos no estudo sobre a vulnerabilidade, mas sim se deve privilegiar a ampliação do campo de análise desse conceito permitindo a compreensão do conjunto total de fatores de vulnerabilidade que compõem determinado contexto. Nesse sentido, conclui-se que uma alternativa interessante para o estudo da vulnerabilidade é encontrada na análise dos fatores internos e externos que afetam determinado indivíduo ou grupo.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade. Risco. Resiliência

### ABSTRACT

This paper represented an analysis of the multidimensionality of the theoretical construct of vulnerability, with the aim to broaden the understanding of this concept. The study involved the analysis of the construction of vulnerability concepts, which identified six main approaches: a theory of interdependence, the threat of chemical, environmental and natural hazards, the lack of fundamental rights, social and epidemiological health. As a result of the analysis, the interaction between the various lines of understanding of this term was observed. Thus, it is not recommended to delimit this reflection in fixed areas that hinder the evaluation of the various factors involved in the study on the vulnerability, but priority should be given to expanding the field of analysis of this concept allows the understanding of the total set of vulnerability factors that make certain context. Accordingly, we conclude that an interesting alternative to study the vulnerability is found in the analysis of internal and external factors that affect individual or group.

**Key-words:** Vulnerability. Risk. Resilience



Nos últimos anos, o termo vulnerabilidade tem sido utilizado em estudos expressando a multidimensionalidade de um conceito utilizado em diversos campos de saber, podendo destacar áreas como saúde, ciências naturais, ciências sociais, economia, psicologia e bioética.

Acerca da diversidade de apropriações do termo vulnerabilidade, Gallopín (2006) afirma que essa pluralidade de definições possivelmente ocorre em função das diferentes necessidades dos campos disciplinares, bem como pode ser um reflexo das diferentes tradições intelectuais, que às vezes pode produzir obstáculo para a compreensão e comunicação em todas as disciplinas.

Considerando que todas as diferentes abordagens desse termo contribuem para o seu melhor entendimento e com o intuito de documentar o contexto do surgimento e difusão do conceito da vulnerabilidade a depender do campo em que ele foi aplicado, esse artigo apresenta um esboço histórico do desenvolvimento dos estudos sobre a vulnerabilidade e aborda teorias e temas relacionados ao surgimento do conceito.

No cenário internacional, uma das primeiras referências de destaque da vulnerabilidade ocorreu na década de 70 a partir do desenvolvimento da teoria da interdependência apresentada, em especial, no trabalho de Keohane e Nye em 1977.

A teoria da interdependência surgiu no contexto do pós-segunda guerra mundial em contraposição à teoria realista e outras perspectivas teóricas que predominavam naquele momento e retratavam a ideia de um Estado Soberano. Segundo o conceito de interdependência, os Estados são mutuamente dependentes e suas ações resultam em efeitos recíprocos (KEOHANE e NYE, 1977). Aliado a esse novo entendimento dentro da política externa, desenvolveram-se muitos conceitos, dentre eles os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade como efeitos do processo de interdependência no cenário do pós- segunda guerra mundial.

A sensibilidade refere-se ao grau de capacidade de resposta do Estado a situações adversas, evitando-se que a estrutura da relação seja alterada, ou seja, a ação do Estado concentra-se no ajuste de políticas já existentes. Por outro lado, a vulnerabilidade refere-se aos custos advindos das mudanças, onde é necessário que o Estado elabore novas políticas e encontre alternativas que sejam adequadas à nova situação imposta. Nesse sentido, quanto maior o custo das mudanças, maior a vulnerabilidade.





Em termos de custos da dependência, a sensibilidade refere-se à obrigação de arcar com os custos impostos pelos efeitos exteriores antes que sejam alteradas as políticas, na tentativa de mudar a situação. Enquanto a vulnerabilidade está ligada à obrigação de um ator de sofrer os custos impostos pelos eventos externos, depois que as políticas foram alteradas. (MARIANO, 1995, p. 16)

Com o intuito de identificar tanto as capacidades quanto as vulnerabilidades de um grupo social, os pesquisadores Mary Anderson e Peter Woodrow desenvolveram no final dos anos 80 uma metodologia denominada Análise de Capacidades e Vulnerabilidades (ACV).

Elaborado no Projeto Internacional de Desenvolvimento e Assistência de Havard, esse trabalho se propunha a colaborar com a predição e avaliação dos resultados das intervenções das agências nas comunidades por meio do mapeamento das forças e debilidades das pessoas em situação de emergência. Com esse intuito, os pesquisadores buscaram refletir acerca da forma como as agências deveriam planejar a assistência a fim de que as suas intervenções atendessem às necessidades imediatas das pessoas afetadas por um desastre, bem como promovessem o desenvolvimento dessas em longo prazo.

A metodologia proposta por Anderson e Woodrow (1989) baseava-se no entendimento de que a população possui capacidades e vulnerabilidades que determinam o modo como ela responde às situações de crise. Sendo assim, as intervenções deveriam buscar o aumento das capacidades e a redução das vulnerabilidades da população.

As capacidades retratam as forças das pessoas ou grupos. Elas determinam as habilidades de superação às crises dos indivíduos e referem-se aos seus recursos sociais, materiais e físicos, bem como suas crenças e atitudes.

As vulnerabilidades referem-se aos fatores que dificultam o enfrentamento de situações de crise, elevando a suscetibilidade das pessoas aos desastres. Semelhante às capacidades, as vulnerabilidades são categorizadas em materiais/físicas, sociais/organizacionais, motivacionais e atitudinais.

A matriz tem sido usada para analisar grupos sociais em momentos distintos, dada a dinamicidade das vulnerabilidades e capacidades. Além disso, a análise pode ser feita de forma desagregada, baseando-se nas características que diferenciam os grupos sociais, tais como situação econômica, raça, idade, gênero e religião.

Um exemplo de utilização da metodologia ACV é encontrado no periódico do 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres que ocorreu em 2006.





Nesse evento, Coelho (2006) expõe a recente e gradativa atuação da Psicologia na área de emergências e desastres, tanto em relação à prevenção quanto no pós-desastre, ao compararmos a atuação de áreas como a Sociologia e a Geografia. A pesquisadora destaca o uso da matriz de capacidades e vulnerabilidades associado à reação de um indivíduo diante de um desastre, onde é possível analisar a intervenção nos níveis individual, familiar, social e organizacional. Também defende a adoção de medidas pré-desastre para que a comunidade entenda a percepção do risco e saiba intervir nessa situação e destaca a importância do remanejamento das pessoas em situação de risco juntamente com seus familiares ou pessoas conhecidas, uma vez que “se o físico não é familiar, o vínculo emocional precisa ser”. Outras medidas aconselhadas são a rápida divulgação de lista de feridos e/ou mortos e a preparação da comunidade para que ela seja uma estrutura de proteção para os sobreviventes. Dessa forma, a adoção da matriz de capacidades e vulnerabilidades para se trabalhar com essa temática é interessante tanto para a Psicologia quanto para outras áreas.

Na esteira da história, outra abordagem para o termo vulnerabilidade foi mencionada por Gabor e Griffith ainda em 1980. Nesse estudo a vulnerabilidade foi associada, especificamente, à exposição da comunidade a ameaças causadas por agentes químicos que eram produzidos, armazenados e transportados em grandes quantidades nos Estados Unidos e Canadá. Dados apontados pelos pesquisadores indicam que a população dessa região estava sujeita aos perigos decorrentes da exposição a produtos químicos uma vez que, no referido período, foram documentados vários incidentes que resultaram em um número significativo de pessoas feridas, mortes e danos materiais de grandes proporções.

Além do risco decorrente da ameaça dos agentes químicos, também foram considerados a situação ecológica da comunidade e o seu nível de preparação para emergências. Dessa forma a vulnerabilidade passa a ser caracterizada pela ameaça a qual a população está exposta, bem como pela sua capacidade de preparo e resposta a situações emergenciais. (GABOR e GRIFFITH, 1980)

Outros estudos corroboraram para essa linha de abordagem conceitual e operacional da vulnerabilidade, como as pesquisas de Bedor et al. (2009) e Silva et al. (2013), que analisam a situação de risco das pessoas que fazem uso de agrotóxico.

Os pesquisadores tinham como objetivo conhecer o contexto social, econômico e cultural dos agricultores e suas vulnerabilidades em relação à saúde, associadas com a utilização de agrotóxicos nas produções da fruticultura do Vale do São Francisco e da



horticultura no Município de São José de Princesa localizado na Paraíba. Essas pesquisas buscavam auxiliar com ações de proteção da saúde dos trabalhadores rurais frente ao uso de agrotóxicos de forma a garantir a sua sustentabilidade e, por consequência, o desenvolvimento local.

Os dois estudos referenciados expõem que os agrotóxicos são agentes químicos que comprometem tanto a qualidade de vida do indivíduo quanto a do meio ambiente em que eles estão inseridos. No entanto, apesar do expressivo consumo de agrotóxicos no país, é possível observar que muitas pessoas não têm noção dos efeitos causados pela exposição a esses compostos, entre eles os trabalhadores rurais.

A baixa percepção das situações de riscos a que está exposto o indivíduo e também o seu coletivo é uma questão presente no conjunto de vulnerabilidades existentes no âmbito do uso das tecnologias a serviço da expansão dos grandes lucros e as contradições do modo de produção capitalista desvinculado das responsabilidades éticas com a qualidade da vida humana.

Reconhecer os condicionantes sociais, culturais e econômicos presentes no processo produtivo agrário químico-dependente é uma necessidade para minimizar os danos à saúde e ao ambiente decorrente do uso de agrotóxicos. (BEDOR et al, 2009, p. 39). Os pesquisadores verificaram uma situação de grande risco para os agricultores e para o meio ambiente uma vez que eles desconhecem os efeitos do uso de agrotóxicos. Além disso, não existe uma orientação ou capacitação técnica para a utilização desses compostos e a linguagem apresentada nos rótulos para informar as características dos produtos e os cuidados com o seu manuseio não são de fácil entendimento.

Como conclusão, as pesquisas afirmam que é necessária maior orientação para que os agricultores executem seu trabalho com segurança e uma avaliação da real necessidade de utilização dos agrotóxicos. Dessa forma, será possível evitar maiores danos para o homem e para o ambiente. Analisar a questão dos agrotóxicos exige uma análise geopolítica de uma totalidade social mais ampla, mas que pode ser desvelada em alguma das suas dimensões concretas na vida dos agricultores.

Uma das menções de maior destaque acerca da vulnerabilidade é encontrada nos estudos de risco relacionados aos fenômenos naturais, que em situações extremas causavam danos e expunham as populações ao perigo. Essas pesquisas surgiram nas décadas pós Segunda Guerra Mundial e tinham como objetivo entender a extensão e os danos que os perigos



“naturais” causariam às populações, bem como estimar a probabilidade desses eventos ocorrerem, ou seja, as pesquisas também estavam voltadas para a avaliação do risco de um perigo ocorrer em um determinado local. Segundo Marandola e Hogan (2005), os principais conceitos abordados nessa fase eram o de risco e perigo. A vulnerabilidade integrava-se aos estudos não como conceito, mas como ideia subjacente à noção de capacidade de resposta. Além disso, entendia-se por perigos naturais todos os desastres ambientais e catástrofes em seus diversos alcances, como enchentes, secas, nevascas, tornados, furacões, terremotos e deslizamentos.

Posteriormente, ainda na década de 80, as pesquisas deixaram de focar os perigos naturais, dando espaço para as análises dos perigos sociais e tecnológicos. Segundo Jones (1993, apud Marandola e Hogan, 2005), os perigos naturais “passam a ser vistos como ambientais, implicando que os perigos só podem ser compreendidos levando-se em conta o contexto natural e as formas pelas quais a sociedade tem se apropriado da natureza, produzindo perigos”.

Segundo esse raciocínio, Cannon (1994) afirma que os sistemas sociais geram exposições desiguais ao risco, fazendo pessoas, grupos de pessoas ou algumas sociedades mais propensos a riscos do que outros. Nesse sentido, os desastres não podem ser entendidos apenas como parte da história natural dos fenômenos da natureza.

Ainda em 1994, Wisner, Blaikie, Cannon e Davis indicam os principais fatores que explicam as variações de impacto dos riscos entre as pessoas ou grupos sociais: ocupação, etnia, classe social, gênero, incapacidade e status da saúde, idade, status de imigração - legal ou ilegal - e a natureza e extensão de redes de apoio. Dessa forma, a vulnerabilidade não existe dissociada dos fatores econômicos e sociais, sua abordagem envolve diferentes dimensões do social.

É nesse período que, segundo Cutter (1996), a vulnerabilidade, frequentemente analisada sob a perspectiva de risco, ameaças e desastres, passa a ter grande destaque nas áreas de mudanças globais e nos estudos relacionados com a temática de meio ambiente e desenvolvimento.

A autora expõe que os estudos da vulnerabilidade podem ser categorizados em três áreas temáticas distintas: i) vulnerabilidade como exposição ao risco ou perigo, que compreende as condições que tornaram as pessoas ou lugares vulneráveis ao risco e o grau de perda associado à ocorrência desse evento; ii) vulnerabilidade como uma resposta social, que retrata a medida



de resistência aos riscos; e iii) como a interação entre exposições potenciais e resiliência social com foco específico em lugares e regiões. Observa-se, a partir desse período, um maior adensamento teórico da vulnerabilidade em direção a uma abordagem sistêmica da relação ser humano e ambiente.

Buscando analisar os fatores que influenciam a capacidade adaptativa para a recuperação dos desastres, Cutter (2011) defende a ideia de uma ciência da vulnerabilidade:

A Ciência da Vulnerabilidade consiste na integração multidisciplinar das ciências sociais, das ciências naturais e da engenharia na compreensão das circunstâncias que colocam as populações e os locais em risco devido aos perigos, e dos fatores que aumentam ou reduzem a capacidade de resposta e de recuperação das populações, dos sistemas físicos ou das infraestruturas em relação a ameaças ambientais. (CUTTER, 2011, p. 59)

Dessa forma, embora seja fundamental uma abordagem fiscalista, que busca entender os processos naturais que dão origem aos riscos, não se deve ignorar a interação existente entre esses eventos e a sociedade para que haja uma compreensão completa dos seus impactos.

É nesse contexto da associação da dimensão social com a problemática ambiental que se evidencia o conceito de vulnerabilidade. E os pesquisadores que antes se ocupavam com as questões que tinham como foco a zona de perigo/risco, agora buscam entender como as sociedades estão se tornando cada vez mais vulneráveis aos perigos ambientais.

Além do estudo da vulnerabilidade relacionada a riscos ambientais, outro antecedente dessa temática é a pesquisa da vulnerabilidade como a não garantia dos direitos fundamentais.

Segundo Alves (1994, apud Vieira e Mendes, 2011), o conceito de vulnerabilidade foi utilizado primeiramente na área de Direitos Humanos, especificamente na área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem e designa “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania”.

Para Adger (2006), a associação da vulnerabilidade à violação dos direitos fundamentais originou-se da necessidade de explicar a insegurança alimentar, os conflitos civis e a convulsão social, como afirma em “the impetus for research on entitlements in livelihoods has been the need to explain food insecurity, civil strife and social upheaval”.

A teoria dos direitos como explicação da fome foi desenvolvida no início dos anos 80 a partir dos estudos de Sen (1981, 1984) e aprofundada na década de 90 por estudiosos como Watts e Bohle (1993). Essa abordagem desmistificou a ideia de que a principal causa da fome



estava relacionada com problemas na produção dos alimentos como a seca e a praga. Nesse sentido, apesar de a fome poder ser desencadeada por alterações extremas no clima, muitos estudiosos verificaram que outros fatores como guerras, desigualdades sociais e doenças se configuram com as principais causas da fome e da insegurança alimentar. (Sen, 1981; Swift, 1989; Bohle et al., 1994; Blaikie et al., 1994; apud Adger 2006). No Brasil, Josué de Castro(1984) já destacava que a luta contra a fome e a desnutrição era uma questão de geopolítica e representou um trabalho precursor na análise dos processos de empobrecimento e desigualdades sociais. Em *Geografia da Fome*, o autor introduz conceitos como áreas alimentares, áreas de fome endêmica, áreas de subnutrição, mosaico alimentar brasileiro e traça o primeiro mapa da fome do país.

Dessa forma, a vulnerabilidade à insegurança alimentar é explicada pela teoria de direito como um conjunto de fatores políticos e institucionais ligados. Os direitos representam o conjunto de recursos disponíveis para uma pessoa, baseados em sua produção própria ou em arranjos ativos ou recíprocos e a insegurança alimentar é uma consequência da ação humana, que pode ser evitada pela mudança de comportamento ou por intervenções políticas. (ADGER, 2006)

Essa teoria desconsiderou as noções prévias de que a deficiência na produção de alimentos era causada por fatores naturais e concentrou-se na demanda efetiva de alimentos e nos meios sociais e econômicos de obtê-la. A vantagem dessa abordagem encontra-se na possibilidade de explicar as situações em que as pessoas estão vulneráveis à fome, mesmo quando não há escassez de alimentos. A fome ocorre quando os direitos fundamentais não são assegurados. Nesse sentido, há um destaque para a diferenciação social como causa e resultado da vulnerabilidade, uma vez que problemas na colheita só desencadeiam na fome, por exemplo, se não existem medidas compensatórias destinadas à população envolvida ou se as instituições políticas não têm interesse ou não são capazes de agir em nome dessas pessoas.

Recente trabalho desenvolvido por Matte (2013) analisa os fatores de vulnerabilidade que impactam sobre as capacitações e os meios de vida das populações rurais situadas na Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. A partir de uma perspectiva multidimensional, a autora busca compreender os diversos fatores que provocam situações de vulnerabilidade na pecuária de corte, fragilizando os meios de vida dos pecuaristas e limitando o exercício das capacitações, e como esse grupo desenvolve medidas de enfrentamento ou adaptação aos efeitos das situações de vulnerabilidade a que estão expostos.



Foi identificado que a situação de vulnerabilidade desse grupo configura-se com uma situação de ausência de liberdade de escolha, causada pela privação de acesso a alguns ativos, o que limita o exercício das capacitações e provoca situações de incerteza quanto aos seus meios de vida. Desse modo, a liberdade para definir a melhor alternativa para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos meios de vida de cada família, uma vez que serão os ativos disponíveis que possibilitarão aos indivíduos a expansão ou restrição das suas capacitações individuais.

Em resumo, verificou-se que expandindo esse raciocínio para além do problema da fome, temos que a vulnerabilidade ocorre quando os direitos são restringidos, independente da sua dimensão. A vulnerabilidade se faz presente quando o indivíduo não tem direito a um bom sistema de saúde, a uma habitação digna, a um sistema educacional em boas condições, a ter participação política, enfim, o exercício da sua cidadania é garantido

A vulnerabilidade social se configura como outro enfoque da vulnerabilidade, sendo um processo inerente nas diversas dimensões da vulnerabilidade a múltiplos estressores e choques, referindo-se a limitações na capacidade de pessoas, grupos sociais e territórios para resistir a impactos adversos resultantes de vários fatores estressantes a que as populações são expostas. A vulnerabilidade social deve-se em parte a características inerentes nas interações sociais, instituições e sistemas de valores culturais (WARNER, 2007).

Inicialmente a vulnerabilidade social estava direcionada para o nível de análise no indivíduo ou parcela da população menos assistida da sociedade e não no entendimento do processo histórico e socialmente circunstanciado de empobrecimento e produção da pobreza estrutural.

Nesse período, destaca-se a contribuição de Glewwe e Hall (1995), que analisaram a vulnerabilidade pela dimensão econômica mas associando-a a mudanças socioeconômicas. Os pesquisadores apontavam a influência que a questão econômica exercia sobre a estrutura de oportunidades oferecida e o acesso a bens e serviços.

No entanto, ainda na década de 90 a vinculação da vulnerabilidade com a pobreza restringindo-se apenas à dimensão econômica foi sofrendo alterações e pesquisas realizadas pelos organismos internacionais como Nações Unidas, Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foram se destacando, como por exemplos os trabalhos de Moser (1996, 1998 e 1999).





Na América Latina e Caribe a pesquisa em vulnerabilidade social foi resultado de reflexões sobre: i) os efeitos sociais da “década perdida”, denominação dada a década de 80 onde ocorreu uma forte estagnação econômica na América Latina, ii) as medidas de ajuste estrutural subsequentes e iii) as transformações advindas com a globalização. As primeiras pesquisas em torno dessa temática tinham como foco as razões para a persistência da pobreza apesar da implantação de políticas voltadas a essa realidade e os sinais de recuperação econômica observados em alguns momentos. (CEPAL, 2002). Pouco se fala nos artigos sobre vulnerabilidade acerca da vinculação aos regimes ditatoriais e os processos de censura das investigações sobre desigualdade social sob a égide da ditadura civil-militar que imperavam em países da América Latina e na produção de vulnerabilidades decorrentes desses regimes abusivos de poder.

Os estudos da vulnerabilidade social foram influenciados por dois fenômenos: o aumento do número de famílias em situação de pobreza e iniquidade social e a ocorrência de crises econômicas decorrentes dos modelos de desenvolvimento, que interferiram na renda e nos níveis de consumo familiar, bem como influenciaram os avanços alcançados durante as crises econômicas para a redução de pobreza.

Ainda assim, os pesquisadores nesse período tinham como objetivo estudar as questões relacionadas aos processos de empobrecimento e não apenas na identificação dos grupos populacionais em maior risco, foco de pesquisas anteriores. Os estudos abordando a vulnerabilidade passaram a ser desenvolvidas com o intuito de ampliar o entendimento dos problemas sociais sem uma vinculação exclusiva à renda ou à posse de bens materiais, relacionando-a a concepções de bem-estar social para além da dimensão econômica. Dessa forma, explicitou-se a preocupação de abordar de forma mais completa não só o fenômeno da pobreza, mas todas as demais formas de desvantagem social, que foram entendidas como as condições sociais que afetavam negativamente o desempenho das comunidades, famílias e indivíduos (VIGNOLI, 2001). Vale ressaltar, que politicamente as mudanças eram paradigmáticas. No cenário brasileiro vivia-se a efervescência dos primeiros anos de uma nova constituição pautada pela implantação do Estado Democrático de Direito com a ênfase no Estado indutor de bem estar social.

Segundo Abramovay et al. (2002), “Na América Latina, a abordagem analítica da vulnerabilidade social se torna sistemática somente a partir dos trabalhos de Caroline Moser e seu grupo de pesquisa do Banco Mundial em 1998, os quais sintetizam o chamado





*asset/vulnerability framework*”. Nesse momento é identificada uma maior produção acadêmica sobre vulnerabilidade social, pois os riscos de mobilidade social descendentes não se apresentavam vinculados apenas à população menos favorecida economicamente, mas a toda sociedade. Além disso, uma característica identificada nessa fase é a consideração dos ativos individuais, ou seja, seus recursos e capacidades, como condicionantes do nível de vulnerabilidade, compreendendo-a de forma mais ampla. (MONTEIRO, 2011).

Embora essa abordagem tenha sido influenciada pelos textos clássicos de Sen (1981), que consideraram a pobreza como a ausência ou severas restrições de habilidades para controlar o próprio destino, marcado pela privação de bens e pela insatisfação das necessidades para desenvolvimento de capacidades baseadas nas liberdades substantivas. Assim, duas importantes contribuições teóricas são verificadas nos trabalhos de Sen: primeiro ele reconhece que os pobres enfrentam situações adversas utilizando-se de ativos tangíveis e inatingíveis, entre eles trabalho, capital humano, habitação, relações domésticas e capital social; segundo, sugere que as políticas públicas devem promover o uso dos ativos para lidar com a pobreza e as crises socioeconômicas (CEPAL, 2002).

Vale ressaltar que os trabalhos de Moser (1998) já destacavam a importância dos ativos das famílias, que influenciavam no seu grau de vulnerabilidade social, na sua renda e na capacidade de responder a crises uma vez que a situação de vulnerabilidade social de uma pessoa ou grupo levava em consideração os recursos materiais ou simbólicos, chamados de ativos, as oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade chamadas de estrutura de oportunidades e espaço de articulação das estratégias de uso dos ativos.

Intensificou nesse período o uso do conceito de resiliência, mas tangenciava-se a análise da superestrutura das desigualdades e dos limites de adaptação das pessoas às situações crônicas de escassez de acesso ao bem comum. Mencionava-se inclusive o conceito de cidadania vulnerabilizada:

A discussão da cidadania evolui juntamente (embora em várias vertentes) com as discussões das “questões sociais”, principalmente a partir dos anos 1970, sendo ela própria uma das principais destas questões. A perspectiva da cidadania que se propaga é aquela que a vincula ao acesso a direitos, o que significa dizer que “a cidadania fica vulnerabilizada nas suas pulsões emancipatórias”, fruto da situação de vulnerabilidade econômica, política e cultural vivida pelos países “periféricos” como os da América Latina (HOPENHAYN, 2002, p.9). (HOGAN E MARANDOLA JR., 2006, p. 28).



Em resumo, no final do século vinte a vulnerabilidade social era percebida como causada por fatores que representavam algum tipo de sistema de privação, entre eles desigualdade, exclusão, insegurança alimentar, falta de moradia e pobreza (CHAMBERS, 1989; MOSER, 1998; ADGER; KELLY, 1999; PELLING, 2003; WISNER et al., 2004) e a natureza da vulnerabilidade social dependia do tipo de perigo ao qual o indivíduo ou grupo social estava exposto.

Outra abordagem da vulnerabilidade de grande relevância é verificada no contexto da saúde. No início da década de 80, a partir de estudos realizados por Mann na Escola de Saúde Pública de Harvard, a vulnerabilidade recebeu um grande destaque nessa área pela possibilidade de análise da epidemia da AIDS, que concentrou esforços de ampla articulação política para responder às novas e antigas demandas que a pandemia da AIDS provocou globalmente. (VIEIRA e MENDES, 2011). Por essa associação buscavam-se identificar os indivíduos, grupos e comunidades expostos aos maiores riscos nos planos sociais, políticos e econômicos e que tiveram suas condições de vida afetadas. (SOUSA et al., 2011)

A identificação dos primeiros casos de infecção ao vírus da AIDS em homossexuais e usuários de drogas, grupos de pessoas discriminadas socialmente, e o pouco entendimento sobre a enfermidade, levou à disseminação do conceito estereotipado de “grupo de risco para a AIDS”, o que contribuiu para que a síndrome fosse pensada como uma doença “do outro”.

Essa realidade só foi sendo modificada a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse período, o conceito de grupos de risco foi substituído pelo conceito de comportamentos de risco em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos que proporcionaram um maior conhecimento sobre a epidemiologia da doença. Os movimentos sociais e pressões exercidas pelos grupos discriminados começaram a produzir transformações sociais no enfrentamento da infecção pelo HIV e no tratamento das pessoas diagnosticadas com a doença. Essa transição de paradigma representou uma evolução, uma vez que propiciou o entendimento de que todas as pessoas são suscetíveis à infecção pelo vírus do HIV e corroborou com a adoção de medidas individuais de proteção.

Na década de 90, Mann e seus colaboradores construíram indicadores para avaliar o grau de vulnerabilidade à infecção pelo HIV, estabelecendo padrões de referência para a avaliação da vulnerabilidade. Segundo Ayres et al (2003), ao estudar a associação entre a vulnerabilidade e a AIDS, Mann, Tarantola e Netter (1993), definiram três planos



interdependentes de determinação da vulnerabilidade: vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática.

O desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade ao HIV/AIDS pode ser descrito, em linhas gerais, como um esforço de produção e difusão de conhecimento, debate e ação sobre os diferentes graus e naturezas de suscetibilidade de indivíduos e coletividades à infecção, adoecimento e morte pelo HIV, segundo particularidades formadas pelo conjunto dos aspectos sociais, programáticos e individuais que os põem em relação com o problema e com os recursos para seu enfrentamento. (AYRES et al., 2003, p. 125)

673

Também é na década de 90, mais precisamente em 1996, que segundo Porto (2012) ocorre a introdução do debate da vulnerabilidade na saúde coletiva no Brasil, pelo trabalho desenvolvido por Ayres. O pesquisador tinha o objetivo de ultrapassar o entendimento preliminar de risco da AIDS fundamentado na noção de grupos de risco e comportamento de risco, compreendendo a prevenção da doença como o efeito da associação entre o acesso a informação e a vontade do indivíduo, uma vez que um processo contínuo de educação visando à redução dos riscos dificultaria a propagação dessa enfermidade. Para Ayres (1996, apud Souza, 2001), a noção de vulnerabilidade auxilia na avaliação das diferentes chances que um indivíduo tem de se contaminar baseando-se nas suas características individuais ou do seu cotidiano consideradas relevantes para sua exposição ao vírus HIV ou sua menor chance de proteção.

Em 1997, Ayres et al. definem a vulnerabilidade ao HIV/AIDS como

o esforço de produção e difusão de conhecimento, debate e ação sobre os diferentes graus e naturezas da suscetibilidade de indivíduos e coletividades à infecção, adoecimento ou morte pelo HIV/AIDS, segundo a particularidade de sua situação quanto ao conjunto integrado dos aspectos sociais (ou contextuais), pragmáticos (ou institucionais) e individuais (ou comportamentais) que os põem em relação com o problema e com os recursos para seu enfrentamento. (AYRES et al. 1997, apud Souza, 2001, p. 12)

Após a introdução da temática da vulnerabilidade no contexto da saúde pela análise da difusão do HIV/AIDS, estudos das mais diversas enfermidades foram desenvolvidos, possibilitando o foco em indivíduos de características específicas como gênero, idade, origem, condição socioeconômica e escolaridade.

Boa parte desses trabalhos visa descrever o perfil das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Ainda com enfoque na vulnerabilidade ao HIV/AIDS, o trabalho desenvolvido por Sousa et al. (2013) estuda essa realidade entre 110 travestis da Região Metropolitana do Recife.



As variáveis selecionadas para a pesquisa foram escolhidas segundo o quadro conceitual da vulnerabilidade. A vulnerabilidade social foi composta por: faixa etária; religião; raça/cor; escolaridade; classe econômica; serviço de apoio social; homofobia; e violência. A vulnerabilidade programática foi composta por: variáveis sobre testagem para HIV; variáveis sobre grupo de apoio e participação social; e acesso aos serviços de saúde. A vulnerabilidade individual foi composta por: estado civil; com quem compartilha residência; variáveis sobre conhecimento correto acerca das formas de prevenção e transmissão do HIV; e variáveis sobre comportamento sexual.

Entre os resultados foram encontrados altos índices de homofobia em locais como: serviços de segurança, locais de trabalho, ambiente familiar e religioso, vizinhança, escola, comércio, locais de lazer e nos serviços de saúde. Entre as situações de violência sofridas destacam-se a agressão verbal (81,8%) e física (68,2%). O teste de HIV realizado alguma vez na vida foi observado em 84,4%. Encontrou-se um alto nível de conhecimento sobre as formas de prevenção e transmissão da infecção pelo HIV. A maioria iniciou a vida sexual antes dos 15 anos e sem o uso do preservativo. No contexto da epidemia do HIV/AIDS observa-se que as estratégias de promoção da saúde só poderão ser eficazes se forem considerados fatores que ampliam a compreensão da vulnerabilidade ao HIV/AIDS, como a homofobia.

Considerando outras perspectivas, estudo realizado por Santos et al. (2010) busca caracterizar os idosos com alterações cognitivas, usuários de Unidades de Saúde da Família (USF), que residem em diferentes contextos de vulnerabilidade social.

Por meio de um estudo de natureza quantitativa, descritiva e universal os pesquisadores fizeram uma entrevista estruturada com pessoas a partir dos 60 anos de idade. Além disso, foram considerados o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do setor censitário da USF na qual o idoso estava cadastrado e o Critério Brasil para a determinação da classe social do idoso, esse critério estabelece um padrão para a classificação econômica da população brasileira.

Como resultado da pesquisa, concluiu-se que e idosos que vivem em contexto de vulnerabilidade muito baixa, baixa ou média, são em sua maioria do sexo feminino, viúvos, com 80 anos de idade no mínimo e inseridos na classe social B. Para aqueles que estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade alta ou muito alta, há o predomínio de idosos do sexo feminino, casados, com idade de até 80 anos, inseridos na classe social C.



Relacionando a vulnerabilidade com os adolescentes, o trabalho de Silva et al. (2014) relata que as investigações mais comuns para esse grupo populacional focam em situações específicas, como as práticas sexuais, a gravidez na adolescência e os fatores de risco social e comportamental. Nesse sentido, existe um direcionamento para as pesquisas sobre HIV, uso de preservativos, iniciação sexual, relações de gênero, classe e raça, comportamentos de proteção, formação de multiplicadores para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, desafios clínicos, abuso sexual, cuidados e direitos em saúde sexual e reprodutiva, uso de métodos contraceptivos e saúde pública.

Outros temas abordados nesses estudos são o acolhimento institucional, a condição de rua, as propostas socioeducativas, a pobreza, a mortalidade, acidentes não fatais e o uso de bebidas alcoólicas e de drogas. Destacando a relevância de estudos com essa abordagem, Silva et al. concluem:

Desta forma, problematiza-se a relevância de estudos que oportunizem a compreensão de como os adolescentes percebem a realidade concreta em que estão inseridos em termos da vulnerabilidade para a saúde, uma vez que se torna imprescindível uma escuta sensível a eles, ao seu pensar, às suas percepções e necessidades, a fim de se estabelecer possibilidades reais e contextuais do e para o mundo adolescente, sobretudo no que diz respeito às políticas e ações em saúde. (SILVA et al., 2014, p. 621)

Por outro lado, avaliando a vulnerabilidade dentro do universo da psicologia, o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) apresenta que a vulnerabilidade, juntamente com os fatores de risco, se constitui como um importante elemento no “desencadeamento de transtornos de comportamento e, eventualmente, de psicopatologias que seriam um dos resultados do confronto com acontecimentos de vida traumáticos ou de relações familiares disfuncionais”. Além disso, nesse contexto a resiliência é entendida como a adaptação frente ao perigo, a capacidade de se sobressair diante de uma situação traumática. (TAMBELLINI e MIRANDA, 2012)

À vista das abordagens apresentadas acerca do surgimento e expansão do conceito de vulnerabilidade, é possível perceber que as diversas linhas de entendimento sobre esse termo se interagem. Dessa forma, não é viável a delimitação dessa reflexão em domínios fixos como ambiental, saúde e social, que dificultam a avaliação dos diversos fatores envolvidos no estudo sobre a vulnerabilidade, mas sim se deve privilegiar a ampliação do campo de análise desse



conceito permitindo a compreensão do conjunto total de fatores de vulnerabilidade que compõem determinado contexto.

Nesse sentido, conclui-se que uma alternativa interessante para o estudo da vulnerabilidade é encontrada na análise dos fatores internos e externos que afetam determinado indivíduo ou grupo. Esses fatores não fazem parte de um único conjunto, ou seja, o indivíduo ou grupo pode ser afetado por diversos elementos, que se dividem em externos ao sistema ou internos, sendo os últimos associados aos impactos no sistema (KAZTMAN et al., 1999; ADGER, 2006; CHAMBERS, 2006). Os fatores externos correspondem aos riscos, choques e estresse aos quais o indivíduo está sujeito. Já os fatores internos, referem-se à ausência de meios para enfrentar determinados danos, como apontado por Chambers, 2006.

676

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et alii. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

ADGER, Neil. Vulnerability. Em *Global Environmental Change*, v. 16. Philadelphia: Elsevier, fev. 2006, 268-281.

ADGER, Neil; KELLY, Mick. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. Em: *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 4, n. 3-4. New York: Springer, 1999, 253-266.

ANDERSON, Mary; WOODROW, Peter. *Rising from the Ashes: Development Strategies in Times of Disaster*. Michigan: Westview Press, 1989.

AYRES, José et alii. Adolescência e Aids: avaliação de uma experiência de educação preventiva entre pares. Em: *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.7, n.12. Botucatu: UNESP, 2003, 113-28.

BEDOR, Cheila et alii. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. Em: *Rev Bras Epidemiol*, v. 12, n. 1. São Paulo: Associação Brasileira de Pós -Graduação em Saúde Coletiva, mar. 2009, 39-49.

CANNON, Terry. Vulnerability analysis and the explanation of natural disasters. In: Varley, Ann (ed.), *Disasters, Development, and Environment*. 1 ed. London, Wiley, Chichester, 1994, 13-30.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro, Edição Antares, 1984.

CEPAL. *Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals*. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.





CHAMBERS, Robert. Vulnerability, Coping and Policy (Editorial Introduction). Em: *IDS Bulletin*, v. 20, n. 2, 1989, 1-7

CHAMBERS, Robert. Vulnerability, Coping and Policy (Editorial Introduction). Em: *IDS Bulletin*, v. 37, n. 4, 2006, 33-40.

COELHO, Ângela. Psicologia na área de desastres. In: 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES. Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília, Finatec/UnB, 2006. Mesa-redonda. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 8 -10/06/2006, 59-63.

CUTTER, Susan. Vulnerability to environmental hazards. Em: *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 4. Sage Journals, 1996, p. 529-539.

CUTTER, Susan. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores (Vulnerability Science: Models, Methods, and Indicators). Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 93. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, jun – 2011, 59-69.

GABOR Tom; GRIFFITH, Terri. The assessment of community vulnerability to acute hazardous materials incidents. Em: *Journal of Hazardous Materials*, v. 3. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1980, 323-333.

GALLOPÍN, Gilberto. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. Em: *Global Environmental Change*, v. 16. Philadelphia: Elsevier, fev. 2006, 293-303.

GLEWWE, Paul; HALL Gillette. *Who is Most Vulnerable to Macroeconomic Shocks? Hypotheses Tests Using Panel Data from Peru*. Washington, D.C., World Bank: Living Standards Measurement, Working Paper n. 117.

HOGAN, Daniel; MARANDOLA JR., Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar de vulnerabilidade. In: CUNHA, José Marcos. (Org.). *Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006, 21-50.

KAZTMAN, Rubem et. al. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile: OIT, 1999. (Documento de Trabalho, 107).

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and interdependence: world politics in transition*. Michigam: Little Brown, 1977.

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel; NETTER, Thomas. Como avaliar a vulnerabilidade à infecção pelo HIV e AIDS. In: PARKER, Richard. *A AIDS no mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, 276-300.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. Em: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 1. São Paulo, ABEP, jan/jun 2005, 29-53.





MARIANO, Karina. *O NEOLIBERAL INSTITUCIONALISMO: um modelo teórico para a integração regional*. Edição nº 50. São Paulo: Cadernos CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1995.

MATTE, Alessandra. Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. 2013, 174f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MONTEIRO, Simone. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Em: *Sociedade em Debate*, v. 17, n. 2. Pelotas: Programa de pós-graduação em Política Social/UCPEL, jul./dez. 2011, 29-40.

MOSER, Caroline. *Urban violence briefing note: transport water and urban development department*. Washington D.C: World Bank, 1996.

MOSER, Caroline. *The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies*. World Development, London, 1998.

MOSER, Caroline. *Youth violence in Latin America and the Caribbean: costs, causes, and interventions*. Washington D.C: World Bank, 1999.

PELLING, Mark. Hazards, risks and global patterns of urbanization. In: WISNER, Ben, KELMAN, Ilan, GAILLARD, J. C. (eds.) *Routledge Handbook of Natural Hazards and Disaster Risk Reduction and Management*. London: Routledge, 2010.

PORTO, Marcelo. *Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

SANTOS, Ariene; PAVARINI, Sofia; BRITO, Tábatta. Perfil dos idosos com alterações cognitivas em diferentes contextos de vulnerabilidade social. Em: *Esc Anna Nery (impr.)*, v. 14, n. 3. Rio de Janeiro: UFRJ, jul/set 2010, 496-503.

SEN, Amartya. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Clarendon, Oxford, 1981.

SEN, Amartya. *Resources, Values and Development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.

SILVA, José Paulo; ARAÚJO, Maria; MELO, Liliane. Panorama da Vulnerabilidade da Saúde do Agricultor Familiar de São José de Princesa/PB. Em: *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 17, n. 1. João Pessoa: UFPB, 2013, 29-38.

SILVA, Marta et. alii. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. Em: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2. Rio de Janeiro: ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Fev. 2014, 619-627.



SOUSA, Petra; MIRANDA, Karla; FRANCO, Amanda. Vulnerabilidade: análise do conceito na prática clínica do enfermeiro em ambulatório de HIV/AIDS. Em: *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 64, n. 2. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, mar./abr. 2011, 381-384.

SOUSA, Patrícia; FERREIRA, Luiz; Sá, Janilson. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. Em: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 8. Rio de Janeiro: ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Ago. 2013, 2239-2251.

SOUZA, Cláudia. Características sócio-demográficas, comportamentais e vulnerabilidade à infecção pelo vírus da imunodeficiência humana em homens que fazem sexo com homens do "projeto Rio". Teste (Doutorado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001.

TAMBELLINI, Anamaria; MIRANDA, Ary. *Desenvolvimento, trabalho, saúde e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, 2012.

VIEIRA, Andréa; MENDES, Paulo Cezar. Vulnerabilidade social e a gravidez na adolescência. In: III CONGRESO INTERNACIONAL DE GEOGRAFÍA DE LA SALUD, 2011, Toluca. *III Congreso Internacional de Geografía de la Salud*. Toluca: Editora da UAEM - Universidad Autónoma del Estado de México, v. 1, 2011, 1-17.

VIGNOLI, Jorge. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. *Serie Población y Desarrollo*. n° 17. Santiago de Chile : CEPAL, 2001, 1-62.

WARNER, Koko. *Perspectives on Social Vulnerability*. Germany: Source n. 6, 2007.

WATTS, Michael; BOHLE, Hans. The space of vulnerability: the causal structure of hunger and famine. Em: *Progress in Human Geography*, v.17, n.1. London, 1993, 43-67.

WISNER, Ben; BLAIKIE, Piers; CANNON, Terry; DAVIS, Ian. *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*. 2ª Edição. London, Routledge, 2004.



## COMÉRCIO ELETRÔNICO: NOVA CULTURA NAS RELAÇÕES SOLIDÁRIAS<sup>1</sup>

ARAUJO, Margarete Panerai<sup>2</sup>

*Mestrado Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (Canoas/RS)*

*E-mail: mpanerai@terra.com.br.*

PEREIRA, Natalia<sup>3</sup>

*Projeto Tecnosocial no Centro Universitário La Salle (Canoas/RS).*

*E-mail: nataliapereira@feevale.br.*

680

### RESUMO

O comércio eletrônico consolidou-se numa nova modalidade de relações entre consumidores e fornecedores pelo o uso intensivo da internet. Os empreendimentos de economia solidária que buscam alternativas ao trabalho e renda na atual economia já estão sendo fortemente influenciados por essa renovação no seu sentido do ato laborativo, visto a influência dos fatores das novas Tecnologias da Informação. Este artigo objetiva descrever e contextualizar alguns fatores junto a um grupo de empreendimentos que trabalham em um ambiente altamente incerto e competitivo. Metodologicamente desenvolveu-se uma pesquisa do tipo descritiva com análises quantitativas e qualitativas. Os resultados permitem refletir sobre o novo contexto empresarial e as mudanças na gestão que representam soluções quanto ao uso dos sistemas de informação junto aos empreendimentos de economia solidária.

**Palavras chaves:** Comércio eletrônico, empreendimentos, economia solidária.

### ABSTRACT

The e-commerce consolidated into a new type of relations between consumers and suppliers by the intensive use of the internet. The solidarity economy enterprises seeking alternatives to employment and income in the current economy are already being heavily influenced by this sense of renewal in your laborativo act, since the influence of the factors of new information technologies. This article aims to describe and contextualize some factors among a group of enterprises that work in a highly uncertain and competitive environment. Methodologically developed a descriptive research with quantitative and qualitative analyzes. The results allow us to reflect on the new business environment and management changes that represent solutions for the use of information systems together with developments in social economy.

**Keywords:** e-commerce, ventures, solidarity economy.

<sup>1</sup> Artigo para o GT 2 - Economia e Trabalho componente do evento do 3º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH).

<sup>2</sup> Professora-pesquisadora, com doutorado em Comunicação Social (PUCRS); possui pós-doutoramento em Comunicação Social (UMESP), e pós-doutoramento em Administração Pública e de Empresas (FGV-EBAPE).

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Design da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS).



## INTRODUÇÃO

O comércio eletrônico é uma forma de transição para compra e venda de produtos ou serviços especialmente através da internet, sendo mais um canal para aquisição de bens (tangíveis ou intangíveis) disponíveis na rede, através de lojas virtuais, ou seja, computadores, celulares, *tablets*, *ipods*, etc., segundo SEBRAE (2014). Além de oferecer a noção de algo completamente atualizado no mundo dos negócios, a internet vem demonstrando um crescimento cada vez maior, transformando hábitos e costumes dos indivíduos, conforme Castells (2000); Mesias, Giraldo, Diaz (2011). Está disponível na rede toda a infraestrutura necessária para as transações comerciais tornando possível gerenciar a venda dos produtos, através de um software e orientar-se para o futuro, visto os custos reduzidos de manutenção e suporte para o processo de venda.

Nas novas formas de trabalhos, do capitalismo, o e-commerce gerou prestações de serviços, e terceirizados, tarefas desregulamentadas, e profissionais autônomos, de pequenas e médias empresas que buscam adaptar-se às novas possibilidades de mercado, e procuram parcerias, no sentido de se organizar frente aos negócios.

Os empreendimentos de Economia Solidária, que sempre resgataram valores do trabalho, que fazem parte da cultura, como o capital social, a solidariedade, autogestão, autonomia, e o sentido real do trabalho em si, estão identificando e atualizando com a temática do comércio eletrônico, buscam modelos de aperfeiçoamento e evolução no seu processo comercial.

O presente estudo enfoca uma pesquisa de campo empírica, junto aos empreendimentos da Rede de ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da região do Vale dos Sinos e oportuniza avaliar o uso e comportamento voltado a tecnologia. Esses empreendimentos atuam nas feiras populares municipais e universitárias apresentando seus produtos criativos num mercado altamente competitivo. Diante do cenário exposto, o problema de pesquisa passou a ser configurado com o seguinte questionamento: Como os empreendimentos da economia solidária do Vale dos Sinos estão fazendo uso do e-commerce como forma de ampliar suas vendas, seu marketing e negócio para atingir novos resultados.



Assim, esse artigo tem como objetivo geral verificar e descrever sobre uso do e-commerce pelos empreendimentos de economia solidária. A relevância do estudo está na caracterização desse tema, que propõe vantagens e desvantagens frente ao comércio tradicional, segundo Mesias, Giraldo, Diaz (2011). O negócio *on line* possui uma estrutura enxuta; dispensa espaço físico, permite fazer exposição de produtos com detalhamentos, gera um funcionamento em 24 horas, oportuniza oferta de serviços personalizados de acordo com o perfil de cada consumidor.

A questão da agilidade e comodidade é um elemento positivo das compras através da internet, facilitando o acesso a informação, a segurança para trocar, comprar ou vender no ambiente virtual, superando o limite territorial em todas as partes do mundo tornando-se um negócio rentável, segundo o SEBRAE (2014), representando ainda, uma plataforma de oportunidades com várias ferramentas digitais, para atingir novos resultados nas vendas.

O artigo metodologicamente buscou captar ou se aproximar dessa realidade, nutrindo-se do fenômeno e reconstruindo uma dimensão não linear. Segundo Demo (2002, p.137) “cabe analisar a evolução histórica do conhecimento como uma arma central de mudança, ainda que, sempre monitorado pelo poder e não pelo bem comum”.

Os métodos utilizados na pesquisa foram bibliográficos e descritivos com aplicação de questionários semi estruturados, junto a uma amostra da Rede de ITCPs da região do Vale dos Sinos. Esses empreendimentos são considerados, nesse artigo, as pequenas e médias empresas (MPEs) fundamentais para promover o crescimento econômico, criar empregos e renda local melhorando as condições de vida da população. Esse trabalho está dividido na presente introdução, seguindo para a revisão de literatura acerca das categorias do estudo, a metodologia e a descrição dos dados pesquisados. Por fim as considerações, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

## 2. COMÉRCIO ELETRÔNICO

O comércio eletrônico (CE), conhecido como *e-commerce* é caracterizado conceitualmente pelo o uso intensivo de tecnologia da informação na mediação das relações entre consumidores e fornecedores, segundo Diniz, (1999). O autor destacou



ainda, que as transações entre empresas podem ser categorizadas de um lado por “um número relativamente baixo de transações de alto valor financeiro”; ou ainda “por alto volume relativo de transações com baixo valor financeiro envolvido em cada uma delas” (DINIZ, 1999, p. 73).

Saccol, (2005) distingue que os empreendimentos pertencentes a segmentos de negócio distintos, descobriram a necessidade de um alinhamento estratégico para a utilização da Internet e do *site web*, incorporando novos conhecimentos de planejamento organizacional e de planejamento de TI. Ou seja, as empresas estão criando um plano coerente para o seu crescimento garantindo que o *e-business* seja ampliado.

Cada investimento deve atender à estratégia organizacional, agregando valor ao cliente ou revertendo em eficiência os processos e redução de custos. Ambas as empresas são bastante cépticas em relação a modismos de TI, e analisaram com cautela a febre da Internet, no início de sua utilização (SACCOL, 2005, p 76 ).

Outro elemento essencial é que ambas as empresas souberam obter sinergia em suas ações de utilização da Internet [...] e aproveitar o aprendizado obtido, de forma incremental. Elas aproveitaram bases tecnológicas e de dados já instalados (SACCOL, 2005, p 77).

Um empreendimento virtual, segundo Jóia e Oliveira ( 2008 ) tem contato com os clientes por meio da interação dos *websites*. Essa interface atua como mostruário, catálogo de produtos, vendedor, caixa, suporte, assistência técnica, serviços pós-venda etc. Assim,

[...] o comércio eletrônico pode funcionar como instrumento de promoção (pré-venda), como novo canal de vendas de fato ou de atendimento ao cliente (pós-venda). Pode gerar economia na realização de transações e redução do ciclo de desenvolvimento dos produtos; a sua implementação deve promover um aprendizado organizacional e tecnológico indispensável para a sua aplicação efetiva (DINIZ, 1999, p.72).

Hoffman e Novak (1995), apud Jóia e Oliveira (2008, p 14) lembram que o relacionamento entre clientes e empresas vem se alterando com o tempo, por causa dos esforços de marketing para “buscar novas formas de resposta por parte dos consumidores, aumentarem a esperteza junto aos segmentos-alvo e aumentar a abrangência de clientes”. As organizações, nesse sentido, pretendem aumentar a





influencia de seu poder, sem perder a qualidade e a personalização do atendimento, mesmo no comércio virtual.

Ao promover um maior contato entre a empresa e o cliente, existem sempre as advertências sobre a internet, sobre a *site* de navegação e das inúmeras multiplicidades de opções até a efetivação da transação (GODIN, 2001; TURBAN et al., 2000; ZHANG et al., 2000; JÓIA E OLIVEIRA, 2008). As particularidades dos segmentos *on-line* são acusadas de possuir várias informações e possibilidades subjetivas e práticas, que irão entusiasmar no momento do seu planejamento. Mas, também as limitações do comércio eletrônico, segundo Diniz (1999) devem ser consideradas.

A internet, segundo Catalani et al ( 2004) surgiu nos EUA a partir da combinação de projetos do governo e acadêmicos. Mas, foi a partir de 1991 que o uso da internet foi permitido para o tráfego comercial. No entanto, para aproveitar a internet, as empresas precisam pensar estrategicamente “incluindo o comportamento e o poder dos clientes, fornecedores e parceiros” (CATALANI et al, 2004, p.21).

O autor Diniz (1999), pontua que o comércio eletrônico abriu tantas probabilidades de negócios, que são impensáveis. A falta de confiança dos consumidores, a percepção de ataques constantes de pessoas ou grupos interessados em roubar ou adulterar informações devem ser consultadas e evitadas. A velocidade e o alcance dependem da superação desses obstáculos.

Mas, isso não suaviza a venda direta de informações, serviços e produtos, pois a utilização da *Web* como veículo para o comércio eletrônico permitiu conceber outras formas de crescer valor aos negócios. Entre elas Diniz (1999) elenca duas: o desenvolvimento da tecnologia utilizada no comércio eletrônico e a disponibilidade dessas na comunicação. Houve um forte impacto nas telecomunicações devido ao tempo que o usuário se mantém conectado o que aumentou a demanda por serviços de telefonia. Isso permitiu qualificar também o nível de segurança disponíveis adotados para as empresas trocarem informações.

A importância da confiança no mercado virtual, também foi percebida nas pesquisas de comportamento do consumidor na *web*. Em grande parte dos casos, a segurança deficiente e a falta de confiabilidade, ainda são apontadas como motivos





pelos quais algumas pessoas não fazem compras *on-line*, conforme Hanson (2000) apud Jóia e Oliveira (2008, p. 16).

Na medida em que a internet cria hábitos de compra em que clientes e vendedores estão espacialmente e, temporariamente, separados, as partes envolvidas se mantêm anônimas durante uma transação. Como vendedores e clientes precisam avaliar a integridade e respeitabilidade da outra parte, a confiança é um fator de muita importância no comércio eletrônico, que propicia o desenvolvimento de novos produtos e mesmo de novos modelos de negócio, segundo, Diniz (1999), e Bloch, Pigneur e Segev, (1996).

Dessa forma, conforme Jóia e Oliveira (2008) o processo de envolvimento do cliente, a diversidade de informações existentes sobre o produto torna-se relevante, na medida em que a internet é um meio, que não estimula as compras por impulso. O cliente precisa estar convencido da utilidade de um produto para querer adquiri-lo. Geralmente, os consumidores compram de varejistas de marca reconhecida, mesmo que estes não ofereçam o produto que procuram ao menor preço. A confiança nas transações *on-line* está se tornando um fator-chave de sucesso das atividades na internet (TURBAN et al., 2000). Albertin (1998, p 54) divulgou que

[...] o mercado eletrônico é um fato da vida e que está se tornando mais prevacente a cada dia. Ele contribui para a realização de um mercado econômico ideal, como um lugar abstrato para trocas com informações completas, onde os custos de transação não são considerados.

Os mercados eletrônicos, baseado em Diniz (2000) distinguem-se por suas facilidades: sua onipresença; facilidade de acesso à informação; baixo custo de transação. Sendo definido como a compra e a venda de informações, produtos e serviços através de redes de computadores. Catalani et al (2004, p. 44) considera que a relação “preço/performance do poder de processamento dos sistemas de computação tem dobrado a cada 18 meses” lembrando Lei Moore.

Ou seja, o conjunto de atividades auxiliares, que incluem novo enfoque para pesquisa de mercado, geração e condução qualificadas de vendas, anúncios, compra e distribuição de produtos, suporte a cliente, recrutamento, relações públicas,



administração da produção, distribuição de conhecimento e transações financeiras, os benefícios como promoção de produtos, novo canal de vendas, inovação, tempo para comercializar, novas operações e oportunidades de negócio demonstram o amadurecimento do mercado.

Albertini (2000) comenta que a avaliação dessas contribuições oferecidas pelo CE as empresas, ainda não focam na principal parte dos seus processos de negócio, que são os relacionamentos externos com seus clientes. Prates e Ospina (2004) lembram que a tecnologia é o fator principal da mudança, na transformação dos empreendimentos. Mas, tais modificações não se reduzem apenas ao modo de produzir bens e serviços, mas alteram os novos processos e aparelhos, que atingem por completo a estrutura e o comportamento das organizações, repercutindo diretamente em sua gestão e nos clientes. É um novo ângulo para se avaliar.

O uso de ferramentas de apoio de decisão para a pequena empresa é fator diferencial. Esses sistemas, de acordo com Catalani et al (2004), são itens de primeira necessidade para profissionais, cujas decisões definem os destinos de produtos e serviços e, em consequência, o êxito ou o fracasso das organizações. Catalani et al (2004) ofereceu algumas características encarando o CE como um negócio de futuro onde as demais relações como preço, performance, processamento dos sistemas, custos operacionais das operações do varejo na internet operam com lucro e o atendimento está diretamente relacionado com a capacidade de o empreendimento ter essas operações de forma integrada.

As pequenas e médias empresas (MPEs) estão considerando que o CE pode ser um benfeitor, porém não conseguem ainda avaliar, em termos de custo/benefício, o investimento realizado. Os benefícios com maior intensidade, por outro lado, estão relacionados à melhoria de concepção das funções produtivas, e de outro principalmente ao aumento da satisfação do usuário, devido aos controles e velocidade de resposta ao cliente. Segue histórico parcial dos empreendimentos que são foco de estudo desse artigo.



### 3. EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: HISTÓRICO PARCIAL

Segundo Vechia et al (2011), a expressão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) passou a ser utilizada em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro devido a um projeto, cuja atuação envolvia o meio universitário e um grupo de trabalhadores, com princípios coletivos, solidários e autogestionários que tentavam empreender seus negócios. Essa troca de conhecimentos consolidou as incubadoras de trabalhadores.

A noção de Economia Solidária, conforme Azambuja (2009) ainda se identifica com um potencial para resolução dos problemas gerados na sociedade capitalista, pois é uma alternativa ao trabalho e renda, na economia, gerando uma força transformadora para os MPEs. A resolução dos problemas pode estar centrada na visão de Jean-Louis Laville (2004) que pensa “a economia mercantil, economia não mercantil e economia não monetária” (LAVILLE apud AZAMBUJA, 2009, p. 288) e de Mance (1999), cujo “potencial estaria na noção de colaboração solidária como estratégia para sociedade capitalista” (MANCE apud AZAMBUJA, 2009, p 290). Ambas as teorias reforçam os princípios da economia solidária. Segundo Dowbor “[...] não podemos mais trabalhar com reprodução do capital, na visão econômica tradicional, para depois acrescentar os remendos sociais ou complementos ambientais” (DOWBOR, 2003, p. 11).

Historicamente a REDE de ITCPs surgiu pouco depois de 1998, conforme Vechia (2011, p. 115) num momento, onde diversos setores economicamente dominantes reagiam politicamente ao avanço da esquerda. Essas incubadoras universitárias criaram um compromisso de repasse de tecnologia e conhecimento onde os aportes financeiros do governo foram através da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal) que difundiu metodologias de atuação, e experiências que ampliaram a Rede e criaram a Uni trabalho. Ou seja, a

REDE DE ITCPs foi convidada [...] a fazer parte de uma rede mais ampla, a Rede Inter universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHO), constituindo-se como seu “PROGRAMA NACIONAL DE INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES – REDE DE ITCPs”. A formação



da REDE e seu ingresso na UNITRABALHO foram decisivos para a difusão da proposta das ITCPs. A UNITRABALHO era uma rede formada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, que se articulava em núcleos por universidade. O fato de que ela era uma fundação universitária, criada por reitores progressistas e controlada por um conselho formado pelos dirigentes das universidades, haviam dado um caráter de legitimidade e reconhecimento institucional muito amplo e, nessa época, já contavam com cerca de 45 (quarenta e cinco) universidades filiadas (VECHIA et al, 2011, p. 123).

A importância desse Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) nos anos de 1998 e 2000 financiou e consolidou as primeiras incubadoras, localizadas no Rio de Janeiro, Ceará, São Paulo, Pernambuco, Paraná, Bahia. Notou-se que legislações oportunizaram a captação orçamentária, com convênios e prestação de serviços, entre outros recursos. A REDE de ITCPs cresceu e enfrentou desafios. Contudo os ideais da economia solidária também cresceram. O desenvolvimento de programas e políticas públicas oportunizaram a consolidação dos princípios éticos-políticos das incubadoras que existem até hoje. Os estatutos incluem:

a autogestão dos empreendimentos e a defesa de uma sociedade mais justa, mais democrática e menos desigual; a articulação plena entre ensino, pesquisa e extensão; a defesa do estabelecimento de um compromisso efetivo da universidade para com os setores populares, em suas aspirações e projetos; o exercício da autogestão no interior das incubadoras, superando as hierarquias tradicionais entre docentes, técnicos e discentes; a interdisciplinaridade das equipes, que atuam nas incubadoras; finalmente, a participação ativa nos fóruns de organização política e econômica dos empreendimentos de economia solidária (VECHIA, 2011, p. 144).

A incubação exigiu sempre um grande esforço dos empreendimentos e das coordenações para uma intervenção interdisciplinar na solução dos problemas capitalistas. Assim, a implantação de redes de economia solidária, conforme Azambuja (2009, p. 290) “conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder local, bem como, uma transformação cultural das sociedades”. Complementando, Singer (2000) identificou o grande potencial transformador da



Economia Solidária que seguindo outra dinâmica, com foco autogestionário retomou os valores ideológicos dos trabalhadores. Nesse sentido

[...], através das relações entre consumidores e produtores surgiriam redes que visariam à satisfação das necessidades e à geração de trabalho e renda dos seus participantes. É a partir deste “círculo virtuoso” de consumo e produção que surge, junto à sociedade capitalista, uma nova forma de organização social e econômica que, à medida que aumentam suas dimensões, substituiria o capitalismo (AZAMBUJA, 2009, p. 290).

689

Castells (2002) e Schumpeter (1997) na economia também destacaram esse círculo virtuoso, de introduzir produtos no mercado significando concentrações de produção e de inovação chamadas de “novas combinações”. Essas são enfatizadas por um comportamento inovador da receptividade e engajamento e suporte em relação a novas idéias, onde o surgimento de novos produtos e serviços, criam novas tecnologias de processos. Em outras palavras, trata-se da manifestação da vontade do indivíduo em empreender e introduzir novidades por meio da experimentação e de processos criativos com objetivo de desenvolver novos produtos, serviços ou processos.

A economia solidária na Região do Vale dos Sinos se desenvolveu a partir dessas novas combinações numa escala menor. Os empreendimentos, conforme os dados do Sistema de Informações da Economia Solidária foram computados em mais de cem empreendimentos trabalhando em diferentes segmentos produtivos como: decoração, produção de alimentos, artesanatos, produtos da agricultura a familiar, reciclagem, desing, etc.

Os Fóruns Municipais de Economia Solidária ganharam espaço de articulação. As organizações da sociedade civil a partir da Rede ITCPs, atuam com as universidades, e a rede de gestores, das prefeituras da região. A economia solidária da região do Vale dos Sinos participa das coordenações regionais e estaduais, das edições do Fórum Social Mundial (FSM).

A busca em alavancar espaços para comercialização direta reuniu essas organizações em diferentes cadeias produtivas, transformando o trabalho, as finanças numa proposta de desenvolvimento solidário para a região. A maior articulação regional na perspectiva de construir e consolidar a economia solidária foi oficializar o



comércio eletrônico junto aos empreendimentos. Assim, o trabalho que exerce uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores, também exerce sobre sua satisfação e sua produtividade apresentando um sentido para aqueles que o realizam. Segundo Stele Morin (2001, p.10) o modelo de Hackman e Oldham, destaca três características que contribuem para dar sentido ao trabalho:

1. A variedade das tarefas: a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências.
2. A identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável.
3. O significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização, seja no ambiente social. A autonomia, ou seja, a capacidade de um trabalho deixar uma boa margem de liberdade, de independência e de discricção à pessoa para ela determinar as maneiras de realizá-lo, traz consigo o sentimento de responsabilidade pela realização das tarefas e pela obtenção dos objetivos fixados. Finalmente, o feedback: a capacidade de realizar as tarefas resulta da informação que o indivíduo obtém diretamente do seu desempenho, permitindo-lhe fazer os ajustes necessários para que alcance os objetivos de desempenho ( MORIN, 2001, P.10)

O trabalho que sempre foi central na vida das pessoas, pois oferece o desenvolvimento da atividade psíquica, cultural e social, aos contextos nos quais ele se insere caracterizando condições e desenvolvimento profissional. Esse embasamento teórico permite a análise dos dados dessas novas formas eletrônicas e o uso das ferramentas *on line* junto aos empreendimentos de economia solidária.

## 5. MÉTODO

O objetivo metodológico, segundo Ackoff apud Lakatos e Marconi (1990, p.22) “não é somente aumentar o conhecimento, mas o de aumentar as nossas possibilidades de continuar aumentando o conhecimento”. Nesse sentido, a pesquisa do tipo quantitativo-descritivo “consiste em investigação empírica, cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características do fato ou fenômeno” (LAKATOS; MARCONI, 1990, p.76). Tendo um caráter de levantamento intencional, segundo Gil



(2010) a investigação se caracterizou pela interrogação direta daqueles, cujo comportamento se desejou conhecer.

O universo da pesquisa está representado no Coredes do Vale dos Sinos, que reúne 14 municípios do Rio Grande do sul onde os empreendimentos, conforme os dados do Sistema de Informações da Economia Solidária totalizam um cadastro aproximado de 7.299 registros (dados de 2007). Porém, participaram da amostra não probabilística e intencional aqueles elementos representativos da população em geral, e da REDE de ITCs que hoje reúne um total aproximadamente de 60 empreendimentos divididos em diferentes segmentos produtivos.

A amostra selecionou 10 representantes, que estavam participando da feira de economia solidária no município de Novo Hamburgo, que acontece mensalmente. O pesquisador está interessado na “[...] função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social de líderes de opinião nessa comunidade. Pressupõe-se que essas pessoas por palavras, atos ou atuações tem propriedade de influenciar a opinião dos demais” (LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 46).

O tipo de pesquisa utilizado, conforme Vergara (2000) utilizou critérios, quanto aos fins e meios. Nesse sentido, a pesquisa buscou tornar compreensível ao pesquisador o uso do comércio eletrônico pelos empreendimentos em estudo. A coleta de dados ocorreu em um único encontro com aplicação da técnica de questionários restrita aos empreendimentos da Rede ICTs. O tratamento de dados seguiu abordagem qualitativa e quantitativa. A validade da codificação buscou a coerência e propriedade com o tipo de pesquisa, pois segundo Lakatos e Marconi (1991) tudo deve ser entendido e vivido realisticamente.

## 6. ANÁLISE DE DADOS

Os questionários aplicados destacaram o perfil dos representantes dos empreendimentos na amostra, sendo os respondentes 20% do sexo masculino e 80% do sexo feminino. A faixa etária dos respondentes concentrou-se em 20% de 30 a 35 anos e 80% acima de 36 anos. Notou-se que o tempo de atuação em vendas de varejo é significativo (10% com 35 anos de experiência; 30% de 15 a 20 anos; 20% com até 10





anos; e 40% com até 5 anos de experiência). O tempo de utilização do comércio eletrônico foi de dois anos com 90% dos empreendimentos.

O perfil demonstrou que as teorizações de Castells (2000); Mesias, Giraldo, Diaz (2011), estão focadas no tema, pois as atualizações no mundo dos negócios nos últimos anos junto à internet realmente obtiveram um crescimento, que mudou hábitos e costumes dos indivíduos. O exemplo acima caracterizou as MPES, que numa faixa de 5 a 35 anos de experiências em vendas de forma tradicional os empreendimentos enquadraram-se no comércio eletrônico há apenas dois anos.

Questionados sobre a utilização do comércio eletrônico 90% respondeu de forma positiva e 10% de forma negativa, destacando o mesmo índice de aprovação às vantagens disponibilizadas por esse tipo de comércio, ou seja, um percentual de 90% dos respondentes. É possível relacionar analiticamente, conforme Saccol, (2005), Jóia, Oliveira (2008), que os empreendimentos passaram por um alinhamento estratégico para a utilização da Internet e do *site web*, visto que, incorporaram conhecimentos e um aprendizado incremental.

Foram questionados sobre os produtos oferecidos pelos sites e uma maior divulgação, sendo que 70% consideraram a pergunta de forma positiva. Os *websites* permitiram em suas interfaces atuar com um mostruário, catálogo de produtos, vendedor, caixa, suporte, assistência técnica, serviços pós-venda etc. alteram o tempo, os esforços de marketing, aumentando a esperteza junto aos segmentos-alvo e abrangência junto a novos clientes, por esse motivo notou-se a grande adesão dos empreendimentos.

Jóia, Oliveira (2008) reforçam essa questão quando destacam o processo de envolvimento do cliente, que devido à diversidade de informações existentes sobre o produto faz com que o cliente deseje adquiri-lo. A confiança nas transações *on-line* tornou-se um fator-chave de sucesso nas atividades na internet. Destaque para Turban et al. (2000) que reforça esse item. Na pesquisa empírica notou-se que a privacidade e o sistema de segurança do comércio eletrônico foi um item que se obteve 70% de afirmações positivas. Para Albertin (1998) são essas adesões afirmativas, que permitem contribuir para a realização de um mercado econômico ideal, onde os custos de transação não são considerados.



Sobre a forma de gestão das vendas pelo comércio eletrônico obteve-se aprovação de 70%. Para Jóia, Oliveira (2008, p 14); e Diniz (2000) as organizações pretendem aumentar a influencia de seu poder, sem perder a qualidade e a personalização do atendimento, mesmo no comércio virtual, pois poderão promover um maior contato entre a empresa e o cliente distinguindo suas facilidades, sua onipresença; acesso à informação; e o baixo custo de transação.

O sistema de pagamento também obteve aprovação por 90% dos respondentes, que concordam com as formas de coberturas realizados por cartões; e 80% concordam com a entrega dos produtos e o tempo oferecido e divulgados pelos *sites*. Ou seja, 80% dos representantes dos empreendimentos de Economia Solidária destacaram que os serviços virtuais são adequados.

Todas as atividades auxiliares, mercado, condução qualificadas de vendas, anúncios, compra e distribuição de produtos, suporte a cliente, recrutamento, relações públicas, administração da produção, distribuição de conhecimento e transações financeiras, os benefícios como promoção de produtos, novo canal de vendas, inovação, tempo, operações e oportunidades de negócio demonstram realmente amadurecimento desse mercado, sendo consideradas adequadas nos negócios por 80% dos empreendimentos nessa amostra do Vale dos Sinos. Esse grupo amostral embora limitado oferece condições de refletir sobre essa tendência mundial. Mesmo os PMEs estão no chamado círculo virtuoso de consumo e produção alavancando espaços e divulgação dos seus princípios promovendo uma nova cultura e um novo sentido ao trabalho *on line*.

## CONCLUSÃO

Com o objetivo de verificar e descrever sobre os empreendimentos de economia solidária frente ao comércio eletrônico o estudo enfocou uma amostra de pequenos e médios empreendedores da Rede de ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da região do Vale dos Sinos.

Esses empreendimentos resgatam valores do trabalho, do capital social, como a solidariedade, autogestão, e o próprio sentido real do trabalho em si, mas já



identificaram alterações, quanto aos seus ganhos, devido ao uso do comércio eletrônico. A busca de aperfeiçoamento e a evolução no seu trabalho oportunizaram esse comportamento voltado à tecnologia. Mesmo nos momentos de feiras populares municipais e universitárias os produtos podem e são comercializados e divulgados de forma digital.

A questão da agilidade e comodidade através da internet, o acesso à informação, a segurança, e confiança em trocar, comprar ou vender no ambiente virtual, superou o limite territorial e representou uma plataforma de oportunidades com várias ferramentas digitais para atingir novos resultados para os negócios.

O artigo buscou captar e se aproximar da realidade da economia solidária no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, identificando que os empreendimentos com um perfil varejista, com larga atuação profissional e tradicional com vendas se aproximaram da tecnologia transformando sua empresa. Ao retratar esse panorama as pequenas e médias empresas (MPEs) perceberam os benefícios com maior intensidade, junto às funções produtivas, e de outro principalmente ao aumento da satisfação do usuário, em melhoria de controles em face da maior velocidade de resposta junto aos seus clientes.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) mantém seus princípios coletivos, solidários e auto gerenciáveis e conseguiram empreender negócios de forma *on line* consolidando a Rede. As sugestões para futuras pesquisas podem ampliar o universo e realizar o estudo com um número de variáveis mais subjetivas constituindo um processo mais reflexivo sobre o comércio eletrônico.

## 7 REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. L. Comércio eletrônico: benefícios e aspectos de sua aplicação. **Revista de Administração de Empresas (RAE)** São Paulo, v. 38, n. 1, p. 52-63 Jan./Mar. 1998

\_\_\_\_\_. o comércio eletrônico evolui e consolida-se no mercado brasileiro. **Revista de Administração de Empresas (RAE)** São Paulo, v. 40 . n. 4 . p. 101-108. Out./Dez. 2000

AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 282-317, Janeiro/Junho 2009. Disponível em



<[www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100012...scielo.](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100012...scielo.)> Acesso em junho de 2014.

BLOCH, M.; PIGNEUR, Y.; SEGEV, A. On the road of electronic commerce: a business value framework, gaining competitive advantage and some research issues. **CITM Working Paper**, Mar. 1996.

CATALANI, L. KISCHINEVSKY, A. RAMOS, E. SIMÃO, H. **E-commerce**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, M.de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A Invenção do cotidiano**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não-linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

DINIZ, E. H. Comércio Eletrônico: Fazendo Negócios por meio da Internet. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, São Paulo: v. 3, n. 1,p, 71-86, Jan./Abr. 1999.

DOSI, G. Technological paradigms and tencological trajectories: a suggest interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, Vol. 11, n.3, 1982.

DOWBOR, L. **A Reprodução Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

E-BIT. Evolução do comércio eletrônico brasileiro: 2010-2011. Webshoppers, São Paulo, 24a. ed. 2011. Disponível em: <http://www.webshoppers.com.br/> Acesso em: 20 de junho de 2014.

GODIN, Seth. **Marketing IdéiaVírus**: como transformar suas idéias em epidemias que irão incendiar o mercado. Rio de janeiro. São Paulo: Campus, 2001.

JOIA, L. A.; OLIVEIRA, L.C. B. de. Criação e Teste de um Modelo para Avaliação de Websites de Comércio Eletrônico. **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**, São Paulo, v.9, n.1, p.11-36, 2008.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 1990.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2003.



MESIAS, T.; JUAN F; GIRALDO, S.; JUAN C.; DIAZ, B. B. Aceitação do e-commerce na Colômbia: um estudo para a cidade de Medellín. **Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión** [online]. Bogotá n° 2, vol.19, pp. 9-23. ISSN 0121-6805, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0121-68052011000200002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-68052011000200002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em junho de 2014.

MORIN, E. Os Sentidos do Trabalho. **Revista de Administração de Empresas (RAE)** São Paulo: FGV/ EAESP, v. 41, n 3, jul/ set. p. 8 – 19, 2001.

PRATES, G.A.; OSPINA, M. T. Tecnologia da Informação em Pequenas Empresas: Fatores de Êxito, Restrições e Benefícios. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, São Paulo, v. 8, n. 2, Abr./Jun. p. 09-26 , 2004.

SACCOL, A.C.Z. Alinhamento Estratégico da Utilização da Internet e do Comércio Eletrônico: os Casos Magazine Luiza e Fleury. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 59-80, Abr./Jun. 2005.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova cultural, 1997.

**SEBRAE**. Disponível em: <<http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae2014/>> Acesso em: 20 de junho de 2014.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

**Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**, SIES. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>. Acesso em: julho de 2014.

TURBAN, E. **Eletronic commerce**: a managerial perspective. Nova Jersey: Prentice Hall, 2000.

VECHIA, R.D. et al. A REDE DE ITCPS – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**. Canoas, n. 18, p.115-120, jan-jun. 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZHU, Feng and Xiaoquan; ZHANG, M. Impact of Online Consumer Reviews on Sales: The Moderating Role of Product and Consumer Characteristics, **Journal of Marketing**, 74, March, 113-148, 2010.



## **SEBRAE ENTRE A FOICE E O MARMELO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A METAMORFOSE DOS TRABALHADORES EM EMPRESÁRIOS**

MENCHISE, Rose

*Mestrado do PPGSD da UFF*

*rosemenchise@gmail.com*

697

### **RESUMO**

Esse artigo tem como objeto o Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE – e o Micro Empreendedor Individual – MEI - e tem como problemas de conhecimento saber se esta instituição, o SEBRAE, e seus programas têm contribuído para o que vem sendo chamado pela opinião pública de “nova classe média”. Esse artigo também tem o objetivo de verificar se o empreendedor individual não está inserido na noção geral de trabalhadores vinculados à “economia informal” que apenas vende sua força de trabalho. O Sebrae – MEI, apesar de todas as mudanças de nome e de organização que fizeram, manteve-se no propósito de auxiliar micro e pequenas empresas de todo o país e fomentar seu desenvolvimento. A intenção é analisar as questões relativas do papel do Sebrae como órgão de liderança e de aglutinação desses segmentos dentro da estrutura da economia brasileira. O estudo enfrenta indagações quanto ao Sebrae: É paternalista? Concorre com o Estado? É passageira? É filantropia? É um modelo intermediário entre privado e público? Estrutura o capitalismo? Transforma de fato parte desse segmento de trabalhadores?

**Palavras chave:** Sebrae, empreendedor individual e capitalismo contemporâneo.

### **ABSTRACT**

The present work has the object the Support for Brazilian System of Micro and Small Enterprises (Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE) and the Micro Individual Entrepreneur (*Micro Empreendedor Individual* - MEI). The objective is to test the hypotheses if the SEBRAE and its support programs have made the contribution for the formation of what the Brazilian's public opinion has called the "New Midian Class". Also has the objective to analyse if the Micro Individual Entrepreneur it's a larger notion of worker's class connected to informal economy. The SEBRAE and the MEI, although a very many name's and organizations changes they have made, they have keeping the propose to help micro and small enterprises in the whole country to make their business grow and develop. The idea of the present work is to analyse the issues related to SEBRAE's paper as leadership and the agglutinator of this segment into the Brazilian's economics structure. This study faces same questions about SEBRAE: Is it paternalistic? Give it a privilege for some sectors in the society? Is it a model between public and private economic structure? Help it to the development?





Pintura Reprodução de Diego Rivera - Vendedor de Copo de Leite. A realidade dura da população indígena com seu passado asteca. A pintura de Diego Rivera é a revelação dos humildes e a celebração da raça.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objeto o Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE – e o Micro Empreendedor Individual – MEI - e tem como hipótese saber se esta instituição, o SEBRAE, e seus programas têm contribuído para o que vem sendo chamado pela opinião pública de "nova classe média". Também tem o objetivo de analisar se o empreendedor individual é uma noção ampliada da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho.

A intenção também é verificar o papel do SEBRAE como órgão de liderança e de aglutinação de vários segmentos - micro e pequenas empresas, média empresas,





empreendedor individual, cooperativas e associações - dentro da estrutura da economia brasileira.

Analisaremos os ganhos de renda destes empreendedores individuais, o capital social, econômico e cultural.

Pierre Bourdieu<sup>1</sup> aborda o capital cultural e o econômico como indispensáveis para dar conta da desigualdade social. O autor indica que é o acesso pessoal ao capital econômico e cultural que verdadeiramente hierarquiza e reproduz os privilégios de uma classe.

A ideia de *capital econômico e cultural* de Bourdieu ainda se mantém útil para compreensão desse fenômeno da “nova classe média”. O autor indica que é o acesso pessoal ao capital econômico e cultural que verdadeiramente hierarquiza e reproduz os privilégios de uma classe.

Quanto à abordagem do Estado, utilizamos a teoria de Gramsci sobre elaboração do conceito de hegemonia e bloco hegemônico na análise da instituição Sebrae. O autor desenvolve principalmente a elaboração do conceito de hegemonia e bloco hegemônico, e, também, por focar o estudo dos aspectos culturais da sociedade, como elemento, a partir do qual, se poderia realizar uma ação política que é uma das formas de criar e reproduzir a hegemonia do Estado.

Com este conceito é possível perceber que: o poder das classes dominantes sobre o proletariado e todas as classes dominadas dentro do modo de produção capitalista, não reside simplesmente no **controle dos aparatos repressivos do Estado**. Este poder é garantido fundamentalmente pela “hegemonia” cultural que as classes dominantes logram exercer sobre as dominadas, através do controle do sistema educacional, das instituições e dos meios de comunicação. Assim se forma um “bloco hegemônico” que reúne todas as classes sociais em torno de um projeto de *Estado burguês*. O poder hegemônico combina e articula coerção e consenso.

Penso que a ideia de Gramsci que o poder é garantido pela “hegemonia cultural” ainda se mantém útil para compreensão dessa instituição Sebrae.

---

<sup>1</sup> O Capital Social -1980



### O fim de um mundo

A única possibilidade de encontrar trabalho aqui é **abrir-se uma pequena empresa**. Antigamente não era problema ingressar numa fábrica. Por que a gente ia para fábrica? Porque sabíamos que havia admissão todos os anos, ingressavam 300 ou 400 pessoas”. (Sindicalista da região de Longwy).<sup>2</sup>

## BASES PARA COMPREENSÃO DO EMPREENDEDORISMO

700

Se revirmos as propostas de alternativas ao capitalismo que emergiram com a crise mundial a partir do final do século XX, é possível diferenciá-las em duas vertentes. Uma primeira consiste na investigação latino-americana acerca da questão da marginalização. Esta vertente foi a primeira a assinalar, a partir de 1966, que o capitalismo processava novas tendências na relação capital-trabalho, e que elas excluía um número crescente de trabalhadores do emprego estável. O termo encontrado para designar esse fenômeno foi *marginalização*, embora não se defendesse que esta população estaria fora do capitalismo (QUIJANO, 2002, pag. 483).

Uma segunda vertente resultou da crise mundial capitalista a partir de meados de 1973, com o aumento da “marginalização” dos trabalhadores em todo mundo e, muito especialmente, nas áreas *periféricas e dependentes*<sup>3</sup>. Foi nesse contexto que rapidamente se tornou universal o conceito de *estratégias de sobrevivência*<sup>4</sup> da imensa massa de trabalhadores que estava excluída do emprego assalariado e, conseqüentemente, engrossava a população empobrecida.

Nesse quadro surge com maior força o empreendedorismo<sup>5</sup> que ganha maior evidência e investe-se de novos significados, em meio a um conjunto de transformações inter-relacionadas, quais sejam:

- a) O declínio dos níveis de emprego e a apologia do auto-emprego concomitantemente à ascensão da ideologia neoliberal de redução do Estado (nem sempre levada a termo, sobretudo nos países de economia avançada), representando a flexibilização não só dos

[1] In Bourdieu, Pierre, O fim do mundo. *A Miséria do Mundo*, Vozes, 2001.

[2] Quijano refere-se à América Latina.

<sup>4</sup> Expressão de Joaquim Duque, “*estratégias de sobrevivência*”, 1973.

<sup>5</sup> Empreendedorismo refere-se aqui à criação e ao desenvolvimento de novos e pequenos negócios, tipicamente dirigidos por proprietários-gerentes ou empreendedores-proprietários, como forma alternativa de inclusão social, de geração de trabalho e renda no combate ao desemprego e à pobreza, em meio ao desmonte do Estado do bem estar social.



aparatos técnico-produtivos, mas também do trabalho (REDESIST, *Capital social e empreendedorismo*, 2002, pag.3)

b) Nesse contexto, observa-se nova ênfase, no âmbito das políticas públicas, na promoção dos empreendedores individuais e das micro e pequenas empresas, por sua capacidade de geração de emprego e renda (REDESIST, *Capital social e empreendedorismo*, 2002, pag.4).

O reconhecimento das condições locais do empreendedorismo vem sendo, crescentemente, incorporado no âmbito das políticas de desenvolvimento para incrementar a dinâmica e a capacidade empreendedora local. O empreendedorismo é incorporado nas políticas de desenvolvimento econômico e de competitividade, particularmente voltado para empresas iniciantes.

701

## **SEBRAE:**

**Sebrae: Indagações a serem enfrentadas: É paternalista? Concorre com o Estado? É passageira? É filantropia? É um modelo intermediário entre privado e público? Estrutura o capitalismo? Transforma de fato parte desse segmento de trabalhadores?**

Partimos da hipótese de que o Sebrae não é paternalista<sup>6</sup>, age com interesses mercadológicos (grandes empresas) e políticos na sua liderança. O papel do Sebrae sempre foi de privilegiar e liderar **os micros e pequenos empreendimentos**, atuando em quatro áreas consideradas chaves para o crescimento dos micros e pequenos empreendimentos, que são: articulação de políticas públicas que criem um ambiente institucional mais favorável, acesso a novos mercados, acesso a tecnologia, inovação, facilitação e ampliação do acesso aos serviços financeiros.

Esta instituição tem uma atuação política, com associações de maiores empresários do Brasil, com força junto ao governo, instituições de pesquisas e universidades. O Sebrae serve como canal entre as empresas e os demais órgãos públicos. **Não concorre com o Estado está mais para parceria com o governo. No entanto, segundo o técnico do Sebrae, este órgão recebe recursos, também do**

<sup>6</sup> No sentido estrito, o paternalismo é uma modalidade de autoritarismo, na qual uma pessoa exerce o poder sobre outra combinando decisões arbitrárias e inquestionáveis, com elementos sentimentais e concessões graciosas.



**Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).** Porém, não se encontra nenhuma informação, sobre os recursos do FAT no site do SEBRAE e nem nos boletos informativos referentes a este órgão.

Portanto, como podemos observar, o Sebrae vem do setor público desde 1972 (CEBRAE), passando a ser uma instituição privada financiada por grandes empresários. **Não é passageira.** Cada vez mais forte, e significativa na organização das micros e médias empresas e nos empreendedores individuais. É difícil surgir outra instituição como a história do SEBRAE.

O Sebrae é **um modelo intermediário entre privado e público (já que recebe recurso do FAT):** a sua liderança nas micros e pequenas empresas e nos empreendedores individuais, atuando como articuladora de políticas, que criam um clima favorável para sustentação destes segmentos.

Penso que o Sebrae **estrutura o capitalismo**, das micros e pequenas empresas e dos empreendedores individuais, ao liderar, aglutinar, organizar de forma mercadológica esses segmentos sociais no capitalismo contemporâneo. O Estado delega para o setor privado, SEBRAE, o papel de liderar o desenvolvimento econômico, social, tecnológico e político desses segmentos (empreendedores individuais, micros, pequenas e médias empresas, cooperativas e associações).

A pesquisa parece indicar que no contexto do desenvolvimento econômico do Brasil, o Estado delega a instituição, SEBRAE, para cumprir o seu papel dentro do “bloco hegemônico”. Segundo Gramsci este poder é garantido fundamentalmente pela “hegemonia” cultural que as classes dominantes logram exercer sobre as dominadas, através do sistema educacional, das instituições e dos meios de comunicação. O Sebrae financia ou facilita crédito para os centros de pesquisas das maiores universidades brasileiras e, também, lidera e aglutina os empreendedores individuais e as micros e pequenas empresas.

No capitalismo contemporâneo brasileiro, as micros e pequenas empresas, sustentam um sólido crescimento de emprego e postos de trabalho remunerado. Em 2011, do universo de empresas no Brasil, são 93,2% de micros empresas, 5,7% de pequena, 0,7% de média e 0,5% de grande (MET/RAIS, 2011).



<b>Total – Brasil</b>						
	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviço</b>	<b>Agro.</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Micro</b>	926.181	3.014.760	2.953.263	451.407	<b>7.345.611</b>	<b>93,2%</b>
<b>Pequena</b>	70.499	173.327	186.146	19.784	<b>449.756</b>	<b>5,7%</b>
<b>Média</b>	14.680	12.995	22.143	1.810	<b>51.628</b>	<b>0,7%</b>
<b>Grande</b>	2.819	7.642	26.656	1.324	<b>38.441</b>	<b>0,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.014.179</b>	<b>3.208.724</b>	<b>3.188.208</b>	<b>474.325</b>	<b>7.885.436</b>	<b>100,0%</b>
	<b>12,9%</b>	<b>40,7%</b>	<b>40,4%</b>	<b>6,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>

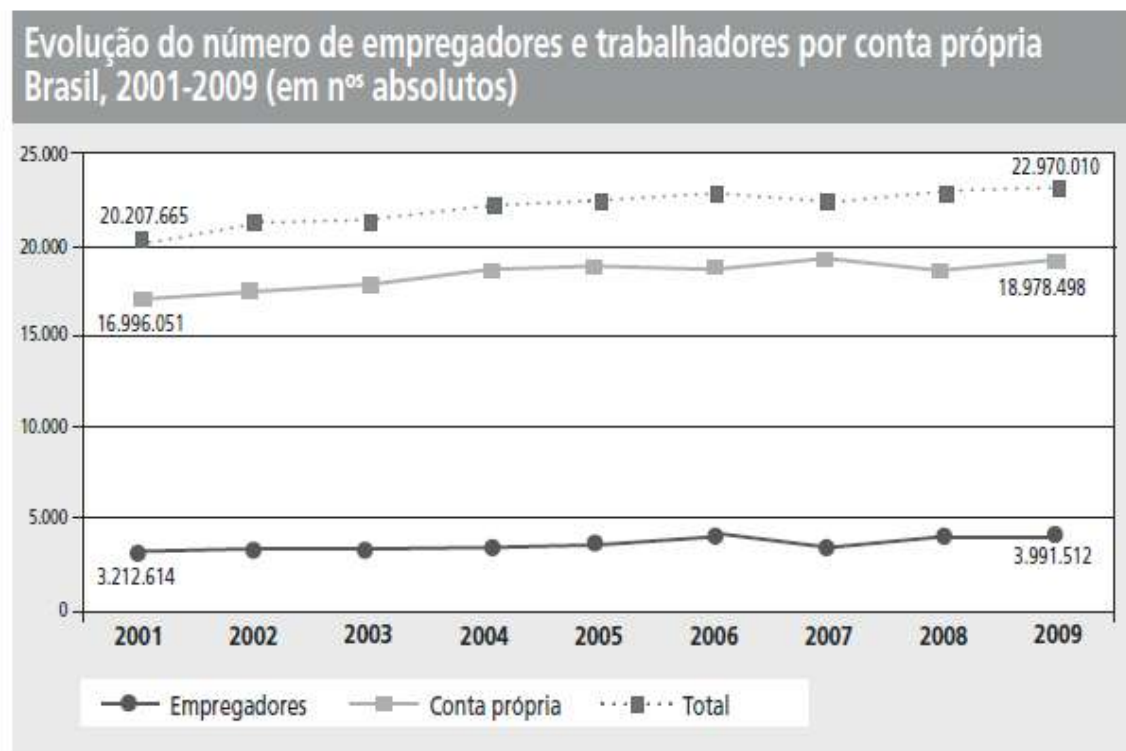
MTE/RAIS 2011

MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO

Quanto ao MEI-Sebrae ao ajudar legalizar com o CNPJ o empreendedor individual, cria uma proteção social e uma política de crédito para o sucesso do empreendimento, ajudando a dar condições melhores, estimulando a cidadania, trazendo um pouco mais segurança para esses trabalhadores sem proteção alguma. Entretanto, é o SEBRAE que lidera todos os processos desses empreendedores individuais. É o setor privado, que faz o papel de liderar e organizar a estrutura da economia brasileira.

Entre 2001 e 2009, o número de pessoas que trabalhavam por conta própria (empreendedores individuais) passou de 17 milhões para cerca de 19 milhões, uma expansão de 2 milhões de novos por conta própria<sup>7</sup> (Gráfico I).

<sup>7</sup> Fonte: nomenclatura do IBGE, conta própria, que é a mesma descrição do empreendedor individual usada pelo Sebrae. A partir de 2014 o Sebrae pesquisa o empreendedor individual formalizado.



Se forem somados esses dois contingentes (empregadores e conta própria) e seu total utilizado como do número de empreendedores no país, verifica-se que esse total passou de 20,2 milhões para aproximadamente 23 milhões.

## AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO

A década de 1980 presenciou profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação econômica e política. Vou desenvolver alguns pontos de discussão em torno das dimensões e significados dessas mudanças e de algumas consequências dessas metamorfoses no mundo do trabalho, principalmente em relação ao empreendedor individual.



A partir da década de 80 houve um grande salto tecnológico: a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril. O "fordismo" e o "taylorismo" já não são únicos no capitalismo contemporâneo e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes da “Terceira Itália”<sup>8</sup>, do Vale do Silício<sup>9</sup>, nos EUA, em regiões de Arranjos Produtivos<sup>10</sup> na Alemanha e França, entre outras.

Observa-se no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo uma *desproletarização do trabalho industrial*. Houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional; mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do assalariamento no setor de serviços. Verificou-se uma significativa *heterogeneização do trabalho*<sup>11</sup>, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados à “economia informal” que marca o capitalismo atual. O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna do *desemprego estrutural* que atinge o mundo da escala global. (ANTUNES, pag. 41, 1999).

Pode-se constatar hoje que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países chamados Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais.

No meu estudo procuro entender quais as mutações e metamorfoses no mundo do trabalho que vêm ocorrendo no capitalismo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências.

<sup>8</sup> Terceira Itália: são distritos industriais de pequenas e médias empresas

<sup>9</sup> Vale do Silício: Califórnia, EUA, é uma região na qual está situado um grupo de empresas com o objetivo de gerar inovações científicas e tecnológicas.

<sup>10</sup> Arranjos produtivos: é um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais localizados no mesmo território.

<sup>11</sup> Terminologia usada por Ricardo Antunes.





## TRABALHO CONCRETO EM TRABALHO ABSTRATO E O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO MOMENTO ATUAL

Quando se tematiza a crise da sociedade do trabalho, parece decisivo recuperar a distinção de Karl Marx<sup>12</sup> feita entre o trabalho *concreto e abstrato*:

Todo trabalho, é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso.

Afirma Ricardo Antunes que de um lado se tem um caráter *útil* do trabalho, relação de intercâmbio entre o homem e a natureza, condição para produção de *coisas socialmente uteis e necessárias*. É o momento que se efetiva o *trabalho concreto*, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. (ANTUNES, pag. 76, 1999)

Aqui afora sua dimensão *abstrata* onde “ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem, umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (MARX, pag. 45, volume I, livro I, 1971).

Isto porque “o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, pag. 50, 1971).

Para Antunes a esfera do trabalho concreto é *ponto de partida* sob a qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade<sup>13</sup> humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) que transcende evidentemente e muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação. Nesse sentido, a automação, a robótica,

<sup>12</sup> MARX, Karl, O capital, livro I, volume I, pag. 54

<sup>13</sup> Diz-se de um pensamento marxista que defende que o homem deve se sentir completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho.



a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, *desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários.* (ANTUNES, pag. 85, 1999)

A presença do “Terceiro Mundo” no coração do “Primeiro Mundo”, através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado *exclusivamente para criação de valores de troca*, são apenas alguns exemplos mais gritantes e diretos das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e dotada de dimensão emancipada para o ser social que trabalha. (ANTUNES, pag. 91, 1999).

É necessário assinalar, ao contrário das formulações que preconizam o fim das lutas sociais entre classes, é possível reconhecer a persistência dos antagonismos entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ainda que particularizados pelos inúmeros elementos que caracterizam a região, país, economia, sociedade, cultura, sua inserção na estrutura produtiva global.

Para Ricardo Antunes, no momento atual, temos que ter uma noção ampliada da classe trabalhadora que inclui todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado, subproletariado moderno, part time, os trabalhadores terceirizados e os trabalhadores assalariados da “economia informal”, o trabalhador por conta própria*<sup>14</sup>. (ANTUNES, pag. 103, 2000).

A chave analítica para definição de classe trabalhadora **hoje** é dada pelo assalariamento e pela venda da sua força de trabalho. E o empreendedor individual que seria o “sonho ilusório” de ser uma espécie de empresário, apoiado pelo Sebrae, pode ser pensado como diferente expressão do processo da expansão da acumulação desse capital. O empreendedor individual seria uma noção ampliada da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho, vinculada à “economia informal”.

<sup>14</sup> Trabalhadores por conta própria, que prestam serviços de reparação, limpeza, manutenção, eletricidade, eletrônicos e comércio etc. São os empreendedores individuais.



## MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL<sup>15</sup> (MEI) E SEBRAE: CONCEITO, LEIS, POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E O PERFIL DO MEI.

O MEI – Sebrae - é um programa composto de soluções que tratam de temas básicos para gestão e fortalecimento dos negócios dos novos empreendedores individuais.

A Lei complementar 128/2008, veio regularizar o empreendedor individual com o CNPJ, com pagamento de 11% sobre o salário mínimo para INSS, acidente trabalho e salário maternidade. Mesmo assim os custos da legalização contribuíram para manter a maioria dos pequenos empreendedores individuais na informalidade.

O Empreendedor Individual é aquele que trabalha **por conta própria**, sem sócios, e faz da sua profissão um negócio, que sustenta a família.

O fato de ter um CNPJ permitirá ao empreendedor negociar, em condições de igualdade, com outras empresas e com o governo. A legalização favorece as relações do empresário com os bancos, principalmente o acesso a financiamentos. Já há linhas especiais para esses negócios nos bancos federais.

Também contribui para aqueles empreendedores mais estruturados, que já amadureceram um pouco mais, participe de vendas para as prefeituras e programas tecnológicos.

Observadas as regras da prefeitura, o empreendedor individual pode instalar-se em sua própria residência, reduzindo ou eliminando os custos com aluguéis, IPTU, energia elétrica etc. A prefeitura poderá admitir a utilização de áreas irregulares ou com documentação precária, reduzindo ou eliminando exigências quanto ao local do negócio<sup>16</sup>.

Além da isenção de taxas de formalização, o empreendedor formalizado terá direito à redução de seus impostos, com pagamento fixo mensal bem reduzido. A burocracia também foi bastante enxugada, com a dispensa de contabilidade e preenchimento de documentos fiscais. Só é exigido o controle mensal de tudo o que comprou, que pode ser feito num caderninho. Ele está dispensado de emitir notas fiscais

<sup>15</sup> Dados colhidos em entrevistas com os técnicos do Sebrae e publicações desse órgão.

<sup>16</sup> Informação do técnico do Sebrae.



para pessoas físicas, mas deve guardar as notas das compras feitas junto a seus fornecedores.

O Sebrae disponibiliza assistência técnica e muitos cursos feitos para empreendimentos desse porte. Além disso, realiza visitas técnicas para apoiar esses empreendimentos por meio de agentes de orientação empresarial - Programa Negócio a Negócio. Quem preferir pode procurar também um os postos de atendimentos, com técnicos especializados.

Segundo dados do Sebrae, até o fim do ano de 2011, dois milhões e seiscentos e sessenta e cinco de empreendedores já se formalizaram. Muito pouco, optantes da formalização, em relação ao total de empreendedores individuais, que era aproximadamente de dezenove milhões em 2009. Desses formalizados cerca de 103 mil são beneficiários do Bolsa Família.

## **LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA**

Segundo o técnico do Sebrae poucos se formalizaram a partir da Lei 128/ 2008. Entretanto em 2011, com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, passou-se a garantir a formalização desses empreendedores individuais, sem custos ou burocracia, com muito apoio, e também a diminuição da contribuição para 5% do salário mínimo, para se ter um grande número de formalizados.

No sistema criado pela lei, o empreendedor obtém o registro na Junta Comercial, a inscrição no CNPJ, o Alvará de Funcionamento Provisório e a inscrição na Previdência Social na hora, sem qualquer custo e de forma simples, tudo pela internet.

O empreendedor individual, com o CNPJ, pagará somente 5% sobre o salário mínimo, mantendo sua situação regularizada, entre R\$ 32,00 até R\$ 37,00 ao mês, dependendo de sua atividade, para o ano de 2013. Com esta diminuição do pagamento para 5%, teve um grande aumento das regularizações do empreendedor individual.

Estão recentes as mudanças na modificação da Lei, para regulamentação dos empreendedores individuais. Ainda não temos dados estatísticos concretos. Sabemos, somente, que há grande procura para a legalização, devidos aos grandes benefícios, tais como: previdência social, assistência técnica gratuita do Sebrae, linhas de crédito, treinamentos e pagamento de 5% sobre o salário mínimo.

**SEBRAE<sup>17</sup>****Sebrae como resposta institucional às pequenas e médias empresas, aos empreendedores individuais, aos arranjos produtivos locais e as cooperativas.**

O Sebrae existe como instituição desde 1972, mas sua história começa quase uma década antes. Em 1964, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criou o programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), atual Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

**Sebrae com “C”**

Em 17 de julho de 1972, por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE). O Conselho Deliberativo do Cebrae com “C” contava com a Finep, a Associação dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e o próprio BNDE. O início dos trabalhos se deu com credenciamento de entidades parceiras nos Estados, como Ibacesc (SC), o Cedin (BA), o Ideg (RJ), Ideies (ES), o CDNL (RJ) e o CEAG (MG).

A partir de 1982, o Cebrae passou a ter também uma atuação política. Nessa época, surgem as associações de empresários com força junto ao governo e as micro e pequenas empresas passam a reivindicar mais atenção governamental. É também deste ano que ocorre a criação dos programas de desenvolvimento regional. Investiu-se muito em pesquisa para elaboração de diagnósticos setoriais que fundamentassem a ação nos estados.

**Nascimento do Sebrae e o Decreto 99.570**

Em 1990, o Brasil passa a ser governado pelo presidente Fernando Collor de Mello que promove a abertura comercial por meio da extinção de barreiras não tarifárias

---

<sup>17</sup> Site e publicações do Sebrae



e das alíquotas de importação (Boito Jr., 1999). Instalou-se o neoliberalismo no país e a dissolução do CEBRAE.

Em março de 1990, foi editada a Medida Provisória 151 que promoveu a desvinculação de vários órgãos do governo. E entre eles o CEBRAE. Isto significava a extinção desse órgão que dependia de recursos do orçamento.

A essa situação que ainda não estava fechada, pois dependia do aval do Congresso Nacional. A extinção do CEBRAE gerou uma mobilização junto aos empresários do segmento, com realização de manifestações públicas para a revogação da medida pelos deputados e senadores que se viram pressionados.

Assim, em maio de 1990, a MP 151 é revertida no Congresso Nacional. Em 09 de outubro do mesmo ano, o Decreto 99.570 muda a denominação do CEBRAE para SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

A Lei 8.029, além de transformar o SEBRAE em serviço autônomo, também determina recursos para entidade, autorizando o acréscimo em três décimos por cento das contribuições, calculadas sobre a folha de salários das empresas e destinadas ao SENAI, SENAC, SESI E SESC<sup>18</sup>.

## **EMPREENDEDORISMO**

Ao longo das transformações nas sociedades capitalistas procuramos desenvolver a compreensão desse empreendedorismo a partir da crise do capitalismo contemporâneo.

Com a pesquisa realizada, temos condições de estabelecer algumas conclusões ainda preliminares e provisórias. Percebemos que, com vistas a restabelecer o sistema capitalista, um conjunto de ações foram e estão sendo postas em curso com o intuito de solucionar a presente crise. As mudanças no capitalismo com suas altas taxas de desemprego, bem como a precarização do mundo do trabalho, fazem parte do metabolismo do capital para adquirir sobrevida excluindo contingentes de pessoas das condições de existência.

<sup>18</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Social da Indústria e Serviço Social do Comércio.



Neste contexto, a noção de empreendedorismo se apresenta bastante adequada, uma vez que infere nas pessoas a busca do “auto emprego”, tornando-se “patrão de si mesmo”. Essa noção enfatiza que o indivíduo construa a sua “atividade remunerativa”, já que o número de vagas de emprego está gradativamente diminuindo por conta das mudanças do capitalismo contemporâneo. Além de atender, no formato do empreendedor individual as terceirizações de algumas tarefas nas relações trabalhistas.

Nesse sentido, o discurso de empreendedorismo para constituição do micro empresário individual ou das micros e pequenas empresas revela-se altamente necessário aos interesses do capital, pois satisfaz a demanda das grandes empresas pela via das terceirizações e, também, essas pequenas empresas passarem a desempenhar o papel de fornecedoras de serviços e produtos para o grande capital.

Tem-se também a questão da segurança para a classe dominante, pois na medida em que mais e mais pessoas vão sendo impossibilitadas de satisfazer suas necessidades, uma insatisfação coletiva é gerada fazendo com que as pessoas não mais respondam a ordem colocada pela classe dominante, e quando isso ocorre, observa-se revoltas sociais as propriedades privadas.

Nesse sentido o Sebrae tem a missão da promoção do empreendedorismo individual e das micros e pequenas empresas, atendendo aos projetos dominantes das classes capitalistas.

Como observa Gramsci, o poder das classes dominantes sobre o proletariado e todas as classes dominadas dentro do modo de produção capitalista não reside simplesmente no controle dos aparatos repressivos do Estado. Este poder é garantido fundamentalmente pela “hegemonia” cultural que as classes dominantes logram exercer sobre as dominadas através do controle do sistema educacional, das instituições e dos meios de comunicação.

A associação entre a suposta “nova classe média” e os empreendedores individuais ignora que essa parcela da população tem acesso limitado aos direitos sociais de uma cidadania plena.





Uma boa parte desses empreendedores individuais segundo a pesquisa feita pelo SEBRAE<sup>19</sup> nas favelas cariocas depois das UPPs tem uma renda média em torno de R\$ 700,00. Uma boa parte recebe bolsa família.

Marx utilizou a expressão “classe média” mais no sentido de “pequena burguesia” correspondente àquela classe ou camada social situada entre a burguesia e a classe operária. Desse modo, ele tomou o surgimento e crescimento de distintos segmentos de classes médias com um fenômeno típico do processo de desenvolvimento do capitalismo e passou a criticá-las por serem aliadas naturais das classes proprietárias dos meios de produção e dotadas de um papel revolucionário apenas quando ameaçadas de pauperização.

A “antiga classe média” seria os artesãos, pequenos produtores, agricultores, camponeses, profissionais independentes; e a “nova classe média” os técnicos, supervisores, trabalhadores de escritório, funcionários do governo, professores etc.

Houve um processo de mobilidade social nos últimos dez anos, contudo esses indivíduos ainda estão muito mais próximos das classes trabalhadoras do que da classe média na medida em que o nível de rendimento pelo perfil e atributos pessoais do grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios que possam ser identificados como classe média.<sup>20</sup>

O processo de mobilidade social proposto pelos que delineiam a “nova classe média” prioriza apenas o consumo e a renda de R\$ 441,00 (classe média baixa), R\$ 641,00 (classe média média) e R\$ 1.019,00<sup>21</sup> (classe média alta) *per capita*, inaceitáveis aos direitos sociais de uma cidadania plena.

Já as formulações propostas por Jessé de Souza,<sup>22</sup> que rejeita também como Pochamann a classificação de “nova classe média”, mostra que o que ocorre com este grupo social é a ausência de “privilégios de nascimento”, ou seja, do “capital familiar”, diferentemente do que ocorre nas classes médias e alta. Tal segmento também não desfruta do acesso ao capital cultural valorizados pelas classes médias “autênticas”.

Nos estudos de Bourdieu, o capital econômico está na raiz de todos os outros tipos de capital e constitui a casa para qual toda acumulação eventualmente retorna. Mas

<sup>19</sup> Pesquisa dos empreendedores individuais nas favelas cariocas depois das UPPs, 2012.

<sup>20</sup> POCHAMANN, Marcio. *Nova classe média?* SP, Boitempo, 2012, pag 28

<sup>21</sup> Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) 2013

<sup>22</sup> SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* BH, 2010, pag. 26



apesar da primazia do econômico, Bourdieu estende fortemente seu trabalho empírico e teórico sobre o *capital cultural* tão valorizado pelas classes médias.

Vê-se que com os estudos e pesquisas nas favelas cariocas<sup>23</sup> sobre o empreendedor individual nos mostra a precariedade desses trabalhadores que tem renda média inferior ao salário mínimo.

## REFERÊNCIAS

ALEMÃO, Ivan. *Desemprego e Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ed. Cortez, 1998.

-----, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Editorial, Boitempo, 2000

-----, Ricardo, Luiz Coltro. A nova morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade, 06/2012, Nueva Sociedad, Vol. 1, pp.44-59, San José, Venezuela, 2012. [www.nuso.org/upload/articulos/3859\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3859_1.pdf)

BOAVENTURA, Souza Santos (org). *Produzir Para Viver, Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Editora Civilização Brasileira, RJ, 2002.

BOBBIO, Norbert. *ENSAIOS SOBRE GRAMSCI e o conceito de sociedade civil*. Editora Paz e Terra, SP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: Tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Editora Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_, Pierre. (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: Nogueira, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org). *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_, Pierre. (1980). Os três estados do capital cultural. In: Nogueira, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org). *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, DIFEL – Lisboa, Editora Bertrand Brasil S.A.

\_\_\_\_\_, Pierre. 1994 (org). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 2001.

CASTRO, Carla Appollinario. *Crítica à razão empreendedora; a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo*. Tese de doutorado do PPGSD, UFF, 2013.

<sup>23</sup> SEBRAE: Pesquisa dos empreendedores individuais nas favelas cariocas depois das UPPs, 2012.



CASTILHO, William César Pereira. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Editora Vozes, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. L & PM Editores, 1981.

DIEESE; SEBRAE. *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2009*. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. –Brasília, DF: DIEESE, 2009.

DIEESE – *A Convenção n.158 da OIT e a garantia contra dispensa imotivada*. Nota Técnica. São Paulo, março 2008, n. 61.

DIEESE – *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*, DIEESE, 2012. Disponível em:<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>

DUQUE, Joaquim. *Las estrategias de sobrevivencia de las unidades familiares del sector popular urbano*. Santiago do Chile, Proelce, 1973

FONTES, Virginia. *Reflexões Im-Pertinentes*. História e Capitalismo Contemporâneo. Editora Pensamento Crítico, RJ, 2005.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora nacional, São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_, Celso. *A Economia Brasileira*. Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 1974.

\_\_\_\_\_, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 1974.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Edição Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Civilização Brasileira, vol. I, II e III, 2000

\_\_\_\_\_, Antonio. *Política e História em Gramsci*. Civilização Brasileira, vol. I, 1977.

QUIJANO, Anibal, Sistemas Alternativos de Produção, cap. 12, Boaventura Souza Santos (org). *Produzir Para Viver, Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Editora Civilização Brasileira, RJ, 2002.

JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 16 edição, 1972.



\_\_\_\_\_, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense, 1972.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status, Capítulos III e VIII, "cidadania e classe social" e "O Estado do Bem-Estar Social"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, Volume I. Edição Brasileira de *O Capital*, da Editora Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, Volume II. Edição Brasileira de *O Capital*, da Editora Civilização Brasileira, 1971.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Rumo a uma teoria da transição. Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, 2008.

OFFE, Claus. "Trabalho como categoria sociológica fundamental?"; In: *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

POCHMANN, Marcio. "Ajustes macroeconômicos e novas formas de exclusão social: a situação recente na periferia do capitalismo". In: (org.) VIGEVANI, Tullo, \_\_\_\_\_, Marcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_, Marcio. *Nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, 2012

PORTER, Michael. *Competitive Advantages of Nations*. Londres, 1990.

REDESIST, Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – [www.ie.ufrj.br/redesist](http://www.ie.ufrj.br/redesist). *Capital social e empreendedorismo*. Sarita Albagli e Maria Lúcia Maciel. Coordenação do projeto: Helena M.M. Lastres, José E. Cassiolato, Marina Szapiro, Sarita Albagli, Liz-Rejane Legey, Cristina Lemos e Maria Lucia Maciel. Apoio Financeiro FINEP, SEBRAE, CNPQ, 2002.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Editora UFMG, 2010.

SEBRAE, *Economia Informal: Legalidade, Trabalho e Cidadania*. IBASE, Brasília, 1998.



SEBRAE, *Informalidade e Cidadania*. IBASE, Brasília, 1997.

SEBRAE, *EDUCAÇÃO Empreendedora, conceitos, modelos e práticas*. Rose Mary A. Lopes (org.) Rio de Janeiro, 2010.

TROMPSON, E. P. *A MISÉRIA DA TEORIA ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Zahar Editores, RJ. 1981.

WHITAKER, J. K, ed. *The Early Economic Writings of Alfred Marshall*. Londres: Mac Milan, 1985, vol.2.



## AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FACEIRA, Lobelia da Silva

*Professora do Programa de Pós graduação em Memória Social*

*Lobelia.faceira@unirio.br*

BARRETRO, Elisangela Santos

*Discente da graduação em Serviço Social / Bolsista FAPERJ*

VARELLA, Isadora

*Discente da graduação em Serviço Social / Bolsista IC*

718

### RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo a análise do processo, relações e mediações de trabalho dos presos na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAP-EB), situada no Complexo Penitenciário de Gericinó, no estado do Rio de Janeiro. A categoria *trabalho* aparece no universo carcerário como instrumento de “ressocialização”, fonte de subsistência, possibilidade de ocupação do tempo e um espaço na hierarquia. O estudo tem a proposta de reconstruir a historicidade do trabalho nas prisões e suas mediações no processo de constituição e reconstituição da vida social dos presos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Prisão. Memória Social.

### ABSTRACT

The research aims (SEAP-EB) object of study process analysis, relations and mediations of prison labor in the Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, located in the Penitentiary of Gericinó in the state of Rio de Janeiro. The category work appears in the prison universe as an instrument of "resocialization", source of livelihood, occupation possibility of time and space in the hierarchy. This study is proposed to reconstruct the historicity of prison labor and its mediations in the constitution and reconstitution of the social life of the prisoners process, highlighting the material conditions given for the completion of this work.

**KEYWORDS:** Work. Prison. Social Memory.



## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a proposta de apresentar a pesquisa “As faces do trabalho na prisão: as mediações do trabalho na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira”, que tem como objeto de estudo a análise do processo e das relações de trabalho dos presos na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAPEB), situada no Complexo Penitenciário de Gericinó no estado do Rio de Janeiro (Brasil).

A Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAP-EB) foi criada em 16/09/1957 como anexo da Penitenciária Lemos de Brito, funcionando como complexo agroindustrial para o cumprimento da pena de reclusão em regime semi-aberto. Em 21/11/1963, pelo Decreto 1.524/63, desvinculou-se da mesma e foi denominada Instituto de Trabalho, Reeducação e Ensino Profissionalizante. Em 28/07/1966 pelo Decreto 646, passou a ser intitulada Penitenciária Esmeraldino Bandeira, sendo destinada ao cumprimento da pena em regime fechado. Em 02/08/2005 pelo Decreto 38073 passou a se denominar Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, sendo considerada uma unidade prisional modelo no desenvolvimento de atividades educacionais e laborativas.

A unidade prisional possui um galpão industrial, gerenciado pela Fundação Santa Cabrini, que possui diversas oficinas e espaços de trabalho para os presos. Os presos também desenvolvem atividades laborativas nos diversos setores técnicos e administrativos da unidade prisional, e, ainda, no ambulatório médico, na sala de leitura e na Escola de Ensino Supletivo Angenor de Oliveira Cartola, que funcionam no interior da unidade prisional.

No sentido atribuído por Marx (1968), trabalho é considerado uma atividade essencialmente humana que tem a finalidade de se apropriar dos recursos da natureza, imprimindo-lhes utilidade à vida humana e tendo a capacidade de projeção. Ou seja, apenas a ação humana desenvolve trabalho uma vez que a mesma é planejada e pensada antes de sua execução.

Todo trabalho social possui instrumentalidade, a qual é construída e reconstruída na trajetória das profissões pelos seus agentes. Esta condição inerente ao trabalho é dada pelos homens no processo de atendimento às necessidades materiais (comer, beber, dormir, procriar) e espirituais (relativas à mente, ao intelecto, ao espírito, à fantasia) suas e de outros homens. Pelo processo de trabalho os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmo e aos outros homens. Assim, os homens reproduzem material e socialmente a própria sociedade. A





ação transformadora que é práxis, cujo modelo privilegiado é o trabalho, tem uma instrumentalidade. Detém a capacidade de manipulação, de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis (e em decorrência, a transformação da sociedade).

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de práticas reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis.

No trabalho o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis.

A pesquisa tem a proposta de analisar o processo, relações e mediações de trabalho na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAPEB), construídos e reconstruídos historicamente. Para tanto, a mesma possui como objetivos específicos: estudar a historicidade do trabalho na SEAPEB; identificar as atividades laborativas e os processos de trabalho realizados pelos presos; e verificar as mediações do trabalho no processo de produção e reprodução da vida social dos presos, a partir da materialidade do trabalho e do contexto prisional.

O objeto de estudo da presente pesquisa foi estruturado a partir da operacionalização do projeto de extensão “Universidade e prisão: um diálogo crítico e dialético”, que desenvolve desde o ano de 2011 atividades extensionistas com os profissionais e usuários da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do estado do Rio de Janeiro (SEAP-RJ), onde tivemos a oportunidade de observar os relatos e narrativas dos presos sobre o trabalho nas prisões. Era comum, durante os debates no grupo, os presos ressaltarem a importância do trabalho na prisão como possibilidade de ocupação do tempo, obtenção de remuneração, remição de pena e,



principalmente, de reconstrução da sua identidade e vida social. Nesse sentido, começamos a nos indagar sobre as relações de trabalho nas prisões e suas mediações no processo de produção e reprodução da vida social dos presos.

A área sociojurídica e, em específico, o sistema penitenciário possui uma restrição de produções teóricas e bibliográficas. Logo, a presente pesquisa contribuirá para o debate teórico e produção de conhecimento nesta área temática.

A pesquisa também tem relevância para os profissionais, familiares e presos do sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro, uma vez que produzirá reflexões e conhecimentos teóricos sobre a temática do trabalho nas prisões, contribuindo para repensar e reestruturar suas frentes e processos de trabalho.

Ressaltamos ainda, que a pesquisa produzirá conhecimentos, que serão base para debates na instância do ensino e fundamentação teórica para as atividades extensionistas, reafirmando a função social da universidade.

O presente estudo representa um desafio e compromisso acadêmico, na medida em que busca desvelar a complexidade e contradições do trabalho nas prisões.

## 2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do presente trabalho está subdividido em duas partes; na primeira apresentamos as etapas metodológicas da pesquisa e, na segunda explicitamos brevemente a revisão de literatura a cerca da temática do trabalho nas prisões.

### 2.1 Etapas metodológicas da pesquisa

A pesquisa social, na medida em que analisa processos e relações de trabalho, privilegia uma abordagem qualitativa, sendo importante destacar inicialmente algumas questões relevantes para a compreensão da natureza da mesma, como o fato de o objeto das ciências sociais e humanas serem histórico, ou seja, as sociedades humanas existem num determinado espaço e tempo cuja formação social e cultural é específica.

Outra característica das ciências sociais e humanas é que seu “objeto” de estudo é constituído por um sujeito, que por razões culturais, de classe, de idade, de religião ou qualquer outro motivo, tem um substrato comum de identidade com o investigador. Nas palavras de



Minayo (2007, p.42): “A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho.”

A pesquisa possui como universo de estudo os presos da SEAPEB, que desenvolveram atividades laborativas no período de 2013. Esclarecemos que, a partir de informações da SEAPEB, cerca de 180 presos neste período estavam inseridos em atividades laborativas. No sentido de garantir a viabilidade do processo de coleta de dados e ainda de priorizar os aspectos qualitativos da pesquisa, decidimos realizar uma amostragem não probabilística, por acessibilidade. Ou seja, a pesquisa tem como amostragem o público alvo de 25 presos, que participam de atividades laborativas nos diversos setores da unidade prisional (classificação, segurança, psicologia, serviço social, ambulatório, zeladoria, escola e setor industrial) e os 7 funcionários, que supervisionam e administram a atividade laborativa dos presos nos setores: direção, manutenção, industrial, serviço social, escola, psicologia e enfermaria. Utilizamos como técnicas de coleta de dados a entrevista semi estruturada, a observação participante, a técnica de discussão em grupo e a análise de documentações da SEAPEB relacionadas às atividades laborativas. Esclarecemos que a pesquisa está em andamento, tendo sua conclusão prevista para dezembro de 2014.

A análise dos dados coletados será viabilizada com base na técnica de análise de conteúdo, cujo objetivo é compreender criticamente o sentido das comunicações (oral, escrita e visual), seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou implícitas.

A pesquisa possui como eixos de análise: a historicidade e memória social do trabalho na SEAPEB; as atividades e processos de trabalho existentes na SEAPEB; e as mediações do trabalho no processo de reprodução da vida social dos presos, a partir da materialidade do trabalho e do contexto prisional.

## 2.2 Um breve olhar sobre a revisão de literatura

As prisões surgiram, segundo Foucault (1987), com a finalidade precípua de domesticar os corpos, fazê-los dóceis, principalmente para suportar jornadas árduas de trabalho. Em princípio, foram criadas as casas de correção, com a intenção de “regenerar” aqueles indivíduos considerados “vagabundos”. Eram consideradas grandes fábricas onde o trabalho era atrelado à disciplina intensa, de forma a reeducar aqueles que lá estavam. Segundo Foucault (1987): “O



essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”, uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores.” (p. 13).

A prisão tem sua origem no século XIX, sobretudo, enquanto necessidade emergente de reformar o sistema jurídico e de Direito Penal vigente até o século XVIII. A nova lógica implantada buscava aliar o controle sobre os indivíduos ao modelo de reclusão francês. Anterior à lógica prisional e à criação desta instituição a primeira modalidade de punição antes adotada para infringir uma penalidade ao indivíduo, segundo Foucault (1987), era a pena de suplício. O objetivo estava em castigar o corpo e, ao mesmo tempo, servir de exemplo para que outros não cometessem delitos.

Para Foucault (1987) a horribilidade do mal cometido pelo acusado deveria ser representada no seu próprio corpo e da reparação do próprio mal causado. Essa representação também era entendida como uma forma de reafirmar a autoridade e o poder do Soberano; seu caráter público serviria de exemplo a todos, e assim, possuía função de prevenção da criminalidade.

Num segundo momento, a aplicabilidade da pena ao acusado foi sendo reformulada. O suplício dos corpos passou a receber críticas intensas por juristas e teóricos do direito, sobretudo a partir da violência que era empregada neste exemplo de exercício legítimo do poder real; a partir daí é reclamada a justiça, a punição ao invés da vingança.

Além da mudança do caráter punitivo, os crimes também se redimensionam, deixando a ênfase na dimensão de extrema violência e passando a se relacionar a gênese e intensificação das expressões da Questão Social. Neste contexto, torna-se emergente a mudança na Lei, no sentido de garantir proteção à propriedade privada. Toda esta reformulação faz parte de uma lógica denominada por Foucault (1987) de “economia do poder”.

O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda a parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social. (Foucault, 1987, p. 101).

O criminoso agora não é caracterizado mais como um inimigo do soberano, mas como um inimigo público, um “inimigo do corpo social”, conseqüentemente, o direito de punir deixa de se relacionar a vingança e passa a ser considerado uma ação de defesa da sociedade.



A punição continua servindo ao caráter de prevenção em relação aos novos crimes, e neste sentido:

(...) os reformadores pensam dar ao poder de punir um instrumento econômico, eficaz, generalizável por todo o corpo social, que possa codificar todos os comportamentos e conseqüentemente reduzir todo o domínio difuso das ilegalidades. (Foucault, 1987, p. 114).

O corpo do condenado deixa de ser considerado uma propriedade do soberano e passa a constituir-se em um bem social, passível de apropriação coletiva e útil.

A pena de prisão, segundo Foucault (1987), passa a figurar, como casas de correção, com trabalho obrigatório nas oficinas, e com as despesas na prisão custeadas por esse trabalho.

A vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições. (Foucault, 1987, p. 143).

O que se busca, como dito anteriormente, é fabricar um corpo dócil, apto e produtivo, nos moldes da sociedade capitalista. Pode-se afirmar que:

E finalmente, o que se procura reconstruir nessa técnica de correção não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele. (Foucault, 1987, p. 148).

A instituição prisão, portanto, criada entre os séculos XVII e XVIII, constituiu-se como um dos mais eficientes mecanismos de controle social e coerção. Advinda de um período histórico específico, compreendido entre o Feudalismo para o modo de produção capitalista. O germe da aparelhagem prisional já existia, uma vez que havia neste período esforços para treinar os corpos, tornando-os úteis e produtivos para o trabalho. Todavia, é somente no século XIX que a instituição prisão melhor se delineia, dotando-a com a penalidade de detenção.

Segunda a ideologia deste sistema, na sociedade estão presentes todos os elementos capazes de ofertar ao indivíduo condições suficientes para a satisfação de suas necessidades. Portanto, cabe ao indivíduo enquadrar-se nesta engrenagem produtiva. A não inserção, ou não adaptação no mundo do trabalho impulsionam, segundo este pensamento, o sujeito para o caminho da criminalidade.



As prisões, conseqüentemente, funcionam seguindo a “lógica da disciplina”, o que significa dizer que pertencem a uma engendrada estrutura que se exerce seguindo uma “codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”, através do “controle minucioso das operações do corpo”, buscando impô-lo “uma relação de docilidade-utilidade”. (Foucault, 1987: 164). O corpo do condenado passa a ser um bem público, seu crime passa a ser visto como uma conduta anti social e, portanto, o criminoso é um inimigo do povo. Como punição, o indivíduo é isolado socialmente. O castigo passa a ser a diretriz que move a pena de detenção, é preciso punir não somente o corpo, mas a alma também. De acordo com Michel Foucault (1987):

Mas a obviedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho de transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social (p. 6).

Aos poucos, o corpo passa a “obedecer” aos sinais e regras que lhe são impostos. Ocorre a mortificação do “eu”, um profundo processo de despersonalização, de retirada da identidade daquele sujeito, pois o sistema, além de segregar, possui a característica de retirar sua individualidade tornando-o mais um membro do coletivo do qual agora passa a fazer parte. Goffman (1974), fala da propriedade desses ambientes denominados instituições totais, que possuem uma rotina institucionalizada e massificada:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (p.11).

Esse espaço físico fechado representa para os presos a massificação de comportamentos e uma adaptação de seus hábitos e costumes, disciplinando horários e institucionalizando uma rotina. Dentro dessa instituição total, os presos redimensionam as categorias *tempo* e *espaço*, que contribui para a despersonificação tratada por Goffman (1974), quando fala da docilização dos corpos, anteriormente trabalhada por Foucault (1987).

A prisão como instituição total é organizada para proteger a sociedade contra perigos intencionais, tendo como foco principal à disciplina, a punição e manutenção da segurança. De acordo com Erving Goffman (1974):





Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas (...). (p. 2).

Este processo também é apresentado por Augusto Thompson (2002), em sua famosa obra “A questão penitenciária”, que fala do fenômeno “prisionização”, constituindo um processo de socialização diferente dos padrões e valores sociais considerados “normais”. Ou seja, a “prisionização” configura-se pela incorporação pelos indivíduos dos comportamentos e modos de sociabilidade inerentes à prisão, sendo considerada inaceitável dentro dos padrões sociais dos indivíduos em sociedade livre.

Dentre o diverso contexto prisional, a presente pesquisa tem como objeto de estudo analisar o trabalho nas prisões como processo de sociabilidade, ou seja, como uma categoria indispensável para a compreensão da atividade econômica e do modo de ser dos homens e da sociedade. Neste sentido, vale destacar introdutoriamente o debate teórico a cerca das temáticas: trabalho e prisão.

Trabalho consiste na relação do homem com a natureza, onde o mesmo transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Nesse sentido, o trabalho se especifica por uma relação mediada entre o seu sujeito (homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza), sendo considerado como uma atividade coletiva, ou seja, o sujeito sempre está inserido num conjunto e em relação com outros sujeitos.

O trabalho implica mais que a relação sociedade / natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. (Braz, 2006, p. 34)

Neste sentido, através do trabalho o homem transforma a natureza e se transforma a si mesmo, constituindo um processo de humanização. O homem, portanto, é natureza historicamente transformada, sendo caracterizado como ser social.

O processo de constituição do ser social tem seu ponto de arranque nas peculiaridades e exigências colocadas pelo trabalho; a partir dessas exigências (que já assinalamos no item 1.1.: a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada), os sujeitos do trabalho experimentam um multimilênar processo que acaba por distingui-los da





natureza: o processo de humanização. Aquelas exigências vão se tornando mais complexas e se tornam também mais complexas as objetivações daqueles sujeitos e suas interações com os outros sujeitos. Essa crescente complexidade requer e oferece, simultaneamente, condições para um desenvolvimento específico desses sujeitos, desenvolvimento que, pouco a pouco, configura a estrutura do ser social. (Braz, 2006, p. 40).

O trabalho é constitutivo do ser social, porém o ser social não se reduz no trabalho, ou seja, quanto mais o ser social se desenvolve, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade e de uma sensibilidade que criam objetivações próprias.

A partir desta concepção de que o trabalho e suas mediações constituem o ser social, a presente pesquisa tem a proposta de analisar a memória social do trabalho nas prisões e suas mediações no processo de constituição e reconstituição da vida social dos presos, destacando as condições materiais dadas para a realização desse trabalho.

O estudo tem uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que está articulado à linha de pesquisa *Memória, Subjetividade e Criação* do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entendendo a memória social como a produção social de subjetividade e as transformações da subjetividade social frente aos jogos de poder.

Com isso, estamos aventando a possibilidade de que a memória faz parte das condições de vida em sociedade, ou seja, concerne às construções realizadas pelo homem em ações compartilhadas, no contexto das relações sociais, significando os fatos vividos que adquirem seus sentidos na medida em que são alçados à condição de memória. Sendo assim, não seguiremos a linha de compreensão que, ao produzir explicações sobre o processo de socialização, presume a oposição indivíduo sociedade. Também não trabalharemos com a ideia de que a continuidade faz parte de um extremo e a descontinuidade, de outro. Em outras palavras: o processo de socialização tem, em sua estrutura, nuances da continuidade e da descontinuidade simultaneamente, visto que viver em termos da construção de laços sociais é tanto esquecer quanto recordar. Sendo assim, a memória social não deve ser considerada como uma recuperação anacrônica do passado, uma vez que é a reconstituição do presente, uma realização e atualização mediante mecanismos de linguagem no âmago das práticas sociais. Conforme argumenta Lazzarato (2003:71), “a memória contém em si o instrumento, a matéria prima e a energia necessárias para a produção e reprodução de conhecimentos. A memória é o meio de produção dessas últimas.” Assim, podemos afirmar que, no âmbito do processo de criação possibilitado pela memória, a matéria prima de que o homem dispõe constitui-se de imagens, sensações, cuja energia inerente à produção dos arranjos mnêmicos é, sobretudo, de ordem psíquica. Isto se deve ao fato de que toda a produção decorrente da memória significa sempre a apropriação, pelo homem, de nuances da realidade. (FARIAS, 2011, p. 8).



Neste sentido, a memória social é compreendida como um conjunto de significados, criados e produzidos tanto na esfera subjetiva, quanto nas relações e no contexto social.

A memória social é uma construção processual, onde o sujeito reconstrói o passado com base nas questões relacionadas à sua subjetividade e sua perspectiva presente. Conseqüentemente, a concepção de memória social não deve se restringir à esfera por meio da qual uma sociedade representa para si mesma a articulação de seu presente com o seu passado, ou seja, o modo pelo qual os sujeitos sociais representam a si próprios e as suas relações sociais. A memória social não deve se restringir ao campo das representações coletivas, uma vez que a realidade social é um processo (constituído por tensões e disputas) em constante movimento. (GONDAR, 2005).

728

Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas, de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação: seu caráter repetidor seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-la a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito. (GONDAR, 2005, p. 26).

A pesquisa se propõe a compreender a prisão como instituição social no âmbito da estrutura da sociedade capitalista, considerando a memória social como uma construção do homem (individual e coletiva) realizada pelo homem a partir de suas condições de vida em sociedade e no contexto das relações sociais.

A pesquisa busca analisar o processo, as relações e as mediações do trabalho desenvolvido nas prisões, ressaltando como categorias centrais à memória social e a subjetividade presente no olhar e percepção dos presos e da equipe multidisciplinar no contexto prisional. Compreendendo a memória social como um campo de estudo dos processos dinâmicos e contraditórios da vida social, sendo perpassado pelas redes de poderes, pela produção da lembrança e esquecimento dos sujeitos sociais, pela identidade e diferenças dos grupos sociais.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1924, p.469-470).



Le Goff (1924) ressalta em sua obra “História e memória” que os profissionais científicos devem considerar como uma prioridade à luta pela democratização da memória social, procurando “(...) salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (p. 471).

Admite-se hoje que a memória é uma construção. Ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados. (GONDAR, 2005, p. 18).

729

A memória social - como processo de criação e reconstrução - das políticas sociais no contexto prisional, propõe desvelar a função e contradição das prisões no âmbito da estrutura da sociedade capitalista, analisando os processos coletivos e relações sociais, bem como a subjetividade presente no olhar e percepção dos sujeitos sociais sobre as prisões.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho na prisão está inserido num contexto contraditório, uma vez que pode ser possibilidade de objetivação e constituição da vida social do preso, ou, dependendo das condições materiais dadas para a realização desse trabalho, pode se configurar na alienação e exploração do trabalhador preso, na mesma proporção que enriquece as empresas que oferecem trabalho dentro das prisões.

A concepção básica do trabalho do preso, dentro da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984), está alicerçada na possibilidade de oferecer um aprendizado profissional, uma remuneração e, principalmente, possibilitar o apressamento da liberdade, uma vez que a cada três dias trabalhados, há redução de um dia na pena a ser cumprida. O depoimento abaixo explicita que, na concepção da maioria dos presos, a remição da pena é o maior objetivo do trabalho no âmbito prisional,

Dentro do cárcere o pessoal quer ir embora...o trabalho é um passo para a liberdade. O trabalho é remunerado, mas você não visa isso... ele é uma porta para abreviar a liberdade. (Entrevistado 2)

Na discussão em grupo, os presos ressaltam a importância do trabalho na prisão como possibilidade de ocupação do tempo, obtenção de remuneração, remição de pena e, principalmente, de reconstrução da sua identidade e vida social.



O trabalho aproxima o homem. Trabalho faz os homens iguais e melhores. Há uma divisão social do trabalho...o trabalho subalterno te torna subalterno...o trabalho austero faz com que você seja visto como austero... tem trabalho escravo nessa cadeia...quem trabalha na mongonga (lixo) trabalha de segunda a segunda feira das 8 às 18 horas, entre pombos e ratos...trabalham por restos, pela sobra e com essa sobra fazem salgadinhos e vendem dentro da cadeia... alguns são classificados e outros trabalham em troca dos restos... Muda a relação com os outros internos. Você se transforma num farol...você vê apenas a luz do luar (que é sua liberdade), mas no andar você encontra vagalumes, que são os presos que trabalham e fazem a relação entre os outros presos e os funcionários. (Entrevistado 13)

No depoimento acima, o preso entrevistado 3 destaca que o trabalho reconfigura as relações sociais no contexto prisional, mas ressalta que a prisão reproduz as contradições presentes no âmbito da sociedade capitalista e do processo de divisão social do trabalho. Na prisão existe o trabalho formal, remunerado, que possui um determinado status social no âmbito das relações com os presos, funcionários e até mesmo direção da unidade prisional e, por outro lado, tem os trabalhadores informais, precarizados e, por vezes, cuja força de trabalho é caracterizada como escrava.

O trabalho prisional proporciona o desenvolvimento das habilidades dos presos em relação às necessidades do mercado de trabalho, tendo os mesmos acesso a uma remuneração, utilizada para o custeio de parte de suas despesas dentro da prisão e ainda para contribuir com o orçamento de sua família. Além do hábito de trabalhar trazer novas perspectivas e expectativas para o preso, que passa a vislumbrar uma nova forma de relacionamento com a sociedade.

Com certeza muda a relação com funcionários, ele passa a te conhecer e perceber você como outro “ser humano”, como alguém apto e não apenas como um criminoso. Até porque nós fazemos trabalhos de funcionários. (Entrevistado 1)

Historicamente, a concepção de trabalho nas prisões também está relacionada ao objetivo de minimizar a ociosidade e tensões dos presos no cotidiano prisional, reforçando o traço disciplinador e controlador da instituição total prisão.

É uma forma de mostrar para o interno que na prisão a vida continua e ele está tendo a oportunidade de mostrar as suas qualificações, sendo beneficiados com a remição da pena. O interno que trabalha e se mostra útil, ele acaba sendo visto como aquele que quer se ressocializar. É diferente sim a relação com o interno que trabalha. (Funcionário entrevistado 4)

Nas diversas entrevistas realizadas com os funcionários ficou explícito que apenas os presos com bom comportamento tem acesso as oportunidades e vagas de trabalho e,



consequentemente, os presos que trabalham são tratados com maior respeito e reconhecimento como seres sociais e não mais como “criminosos” e “vagabundos”.

O trabalho nas prisões possui um aspecto econômico e político caracterizado pela manutenção da infraestrutura das prisões. Ou seja, na medida em que os presos desenvolvem atividades administrativas, de limpeza e manutenção, no interior da prisão, suprem a ausência de força de trabalho e o investimento em infraestrutura, por parte do aparelho público estatal.

Outra dimensão econômica do trabalho prisional consiste no aumento de lucratividade das empresas, que utilizam a força de trabalho dos presos, uma vez que os mesmos não são empregados formais. Com isso, as empresas economizam até 60% dos custos de força de trabalho, na medida em que os presos são destituídos dos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e Fundo de Garantia. A empresa também reduz seus custos na instalação da unidade de produção, pois utiliza a infraestrutura das prisões, não tendo gastos com água e energia elétrica. Ressaltamos ainda que, na medida em que o trabalho é associado à disciplina e ainda à possibilidade de remição de pena, os presos não possuem índice de faltas no trabalho, contribuindo para a estabilidade do processo produtivo.

Foucault (1979) esclarece que o trabalho dentro dos presídios tem outras facetas que não somente apresenta-se na profissionalização da pessoa e no ensino da virtude do trabalho. Trata-se também de uma relação de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção do capital, sendo proposta desta pesquisa repensar estas questões.

Ressaltamos que estes são resultados preliminares da pesquisa, que ainda está em processo de coleta de dados e de consolidação do referencial teórico e análise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZ, Marcelo & NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIAS, Francisco Ramos de. Apresentação. In: FARIAS, Francisco Ramos de (org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – História das violências nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete, 13 ed. RJ, Petrópolis: Vozes, 1987.

GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera. Apresentação. In: GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.



GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et al.). Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

MINAYO, Cecília. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec Ed.: 2007.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



## AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO<sup>1</sup>

SILVA, Larissa Jorge

*Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá  
amielarissa@gmail.com*

NUNES, Sylvia da Silveira

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá  
sylviasnunes@yahoo.com.br*

733

### RESUMO

O objetivo desse trabalho foi problematizar a permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio da política de cotas. Para tanto, o estudo teve por base reflexões sobre as mudanças no mundo do trabalho, seus impactos para o conjunto dos trabalhadores, as respostas do Estado e das empresas empregadoras à luta do Movimento pelos Direitos das pessoas com deficiência. Diante disso, surgiram as questões à pesquisa: como os surdos vivenciam sua inserção e permanência no mercado de trabalho? Os surdos encontram acessibilidade comunicacional em seus ambientes de trabalho? Para uma aproximação dessa realidade, o empreendimento de estudo de caso colaborara na investigação a respeito das relações que perpassam o processo de exclusão/inclusão dos surdos na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** políticas de cotas, surdos, trabalho.

### ABSTRACT

The aim of this study was to problematize the permanence of people with disabilities in the job market through quota policy. Thus, the study was based on reflections about the changes in the world of work, its impacts on all workers, state and employing companies responses to the fight of the Movement for the Rights of people with disabilities. Therefore, the questions arose: how deaf people experience their insertion and permanence in the job market? Do deaf people encounter communicational accessibility in their work environment? For an approach to this reality, the development of the case study collaborated with the research about the relationships that involve the process of exclusion / inclusion of deaf people in the contemporary society.

**Key-words:** quota policy, deaf, work.

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.





## INTRODUÇÃO

A década de 1980 marcou o processo de redemocratização e expansão formal dos direitos no Brasil. Entretanto, dada uma nova crise econômica de amplitude internacional, o projeto neoliberal tornou-se funcional aos interesses da classe dominante sendo consolidado em anos posteriores; e, atualmente com hegemonia, põe em risco a efetivação dos direitos formalizados como conquistas de lutas sociais.

Nessa conjuntura, observam-se consequências - perversas para um país que acabara de angariar uma “Constituição Cidadã”<sup>2</sup> - como a desregulamentação das relações de trabalho e precarização do emprego; desmonte dos mecanismos de proteção social; mercantilização das políticas sociais; refilantropização da assistência social e avanço do chamado terceiro setor; crescimento do trabalho informal e do desemprego; enfraquecimento dos movimentos sindicais; fragmentação dos processos de organização popular e realocação de parte significativa do orçamento público para o mercado financeiro.

Partindo das características do estágio atual do capitalismo maduro, Skliar (2001), explicita que o neoliberalismo como projeto societário impõe seus valores a todas as áreas da vida cotidiana. Assim, um discurso integracionista instala a perversa ideia da existência de uma fronteira social com relação a capacidade ou incapacidade dos indivíduos no convívio social.

É diante da crise da presença do Estado na sociedade, e também para justificar sua ausência e estimulá-la, que construiu-se um discurso em favor do individualismo pragmático, deixando as pessoas e grupos entregues à sua própria sorte ou, na melhor das hipóteses, a uma rede comunitária de solidariedade. Desse modo, houve um aumento do descrédito com relação aos serviços sociais públicos, a essa altura já deteriorados e sobrecarregados pela falta de investimento público e ininterrupta e crescente demanda por parte da população. O esvaziamento do setor público e o conseqüente desmantelamento de seus serviços sociais fizeram-se acompanhar por um retrocesso histórico, qual seja, o retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como agentes do bem-estar social (SOARES, 2002).

<sup>2</sup> A Constituição Federal foi chamada de “Constituição Cidadã” pelo então presidente do Congresso Nacional, deputado Ulysses Guimarães, no ato de sua promulgação, em 5 de outubro de 1988. Tal caracterização se refere à Constituição, construída em período de redemocratização do país, que explicita a disputa dos diversos interesses na sociedade e a ampliação formal os direitos sociais dos cidadãos brasileiros.



Nesse contexto em que as políticas sociais sofrem com um processo de redução de investimentos públicos e também de controle social, assumindo progressivamente a característica de mercadoria, observa-se que a ideologia neoliberal amplamente difundida corrobora para a manutenção do paradigma dominante da deficiência enquanto culpabilização do sujeito com deficiência por sua marginalidade da vida social. Também, nesse contexto, temos um retorno à lógica da medicalização como tentativa de moldar a pessoa com deficiência aos modelos ditos “normais”, ao se considerar as diferenças sociais como doenças que precisam de cura. Tal concepção vai de encontro às discussões pautadas pelo movimento social pelos direitos sociais. Dessa feita, é necessário identificar os limites e possibilidades de atuação do movimento de luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no contexto atual.

Para Pinto (2007), os chamados Novos Movimentos Sociais direcionaram suas lutas para o enfrentamento das contradições decorrentes do modelo político-econômico e lidavam com questões específicas, ainda que sem perderem de vista a luta pelos direitos políticos e pela democracia. Tais movimentos inauguram uma cultura na qual as reivindicações são assumidas como direitos, atingindo diretamente a cultura da benevolência e clientelismo, características do Estado brasileiro.

Cabe destacar que não se pode perder de vista, a localização das pessoas com deficiência enquanto classe trabalhadora que: “sofre e responde, de diferentes maneiras, às expressões da questão social engendradas na sociedade capitalista madura, e depende da venda de sua força de trabalho para obter a satisfação de suas necessidades vitais” (IAMAMOTO, 2000, p. 16).

Considerando as questões relativas às pessoas com deficiência e o acesso a direitos é necessário problematizar o paradoxo existente entre a legislação em vigor em contraponto a execução da proposta do ideário neoliberal e, conseqüentemente, a (im)possibilidade de efetivação dos direitos formalmente institucionalizados enquanto conquistas dos processos de luta por direitos por parte dos população - e especificamente das pessoas com deficiência.



## PROCESSOS DE EXCLUSÃO/ INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No que tange ao trabalho, nas últimas três décadas o mundo do trabalho sofreu mudanças estruturais e conjunturais com consequências para a classe trabalhadora<sup>3</sup>. Estas mudanças estão diretamente relacionadas às crises estruturais e cíclicas do capitalismo mundial. A abordagem do impacto de tais mudanças é necessária para problematizar a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A adesão ao projeto neoliberal tem como intento a redução de custos para o capital, seguida de maximização dos lucros, e desregulamentação das conquistas dos movimentos sociais em prol dos direitos sociais. Dessa feita, temos um reordenamento das relações de trabalho que prevê uma redefinição dos direitos dos trabalhadores, de seus contratos e o surgimento da concepção de empregado “colaborador”.

Entrementes, entre as novas estratégias do capital para tentar garantir lucros, pode ser caracterizada a política de cotas empregatícias no setor privado, através de subsídios por parte do Estado (descontos em impostos e o desvio de multas) e uma imagem de responsabilidade social da parte dos consumidores.

No que se refere às pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho, por muito tempo, se deu (e ainda se dá) em função da crença de que suas especificidades são um impeditivo para o trabalho. No Brasil, para Sasaki (1997), na década de 1980 avança-se na tentativa de integração, tendo como impulso os movimentos de luta pelos direitos das PCD. Nessa fase de integração, diversas modalidades de trabalho eram oferecidas às PCD: o trabalho plenamente integrado, no qual trabalhavam em setores de empresas públicas ou privadas sem que houvesse qualquer reestruturação ambiental ou cultural da própria empresa para receber tais funcionários; trabalho integrado, no qual as empresas se dispunham a fazer pequenas alterações em seu espaço físico ou nos postos de trabalho para favorecer a colocação de PCD; e trabalho semi-integrado, em que as PCD trabalhavam em setores exclusivos das empresas, portanto segregativos, com ou sem alterações (SASSAKI, 1997).

3- Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (ANTUNES, 2004, p. 103).



Logo, os militantes pelos direitos das PCD passaram a questionar o posicionamento proposto pela integração que pouco exige da sociedade em termos de modificações de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais. Dentre os militantes, alguns propuseram uma inversão: a sociedade, primeiramente, é que deveria se adaptar para viabilizar o acesso das PCD. Da mesma forma em que se prepara um ambiente para atender as necessidades das pessoas ditas “normais”, deveria-se preparar para atender as especificidades requeridas pelas PCD. Em um movimento simultâneo, as PCD corresponderiam às oportunidades disponíveis também a elas, para assumirem seus papéis na sociedade. Assim, as PCD não seriam culpabilizadas por ocuparem espaço marginal na sociedade.

Essa fase denominada como de inclusão para Sasaki (1997) é na qual se pretende que empregadores, instituições formadoras e PCD enfrentem juntos os desafios da qualificação, da produtividade e da competitividade. Para o supracitado autor, na atual conjuntura vivemos um processo que se caracteriza entre a integração e a inclusão, não sendo possível fazer uma análise que desconsidera a coexistência de ambos.

Ainda persiste a tendência de imposição de um padrão dito “normal” ao qual as pessoas tem de se adaptar, culpabilizando os sujeitos por sua condição de marginalidade na vida social. Desse modo desconsidera-se que os padrões são construções sociais e não formas naturais impostas a todos. Nesse contexto, a estudante insiste em problematizar que as diferenças são construções sociais, e portanto passíveis de transformação.

## **O (NÃO) ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS**

É preciso considerar que o grande capital financeiro fomenta e patrocina o projeto neoliberal que impele a redução das funções estatais que respondem à satisfação de direitos sociais, proclamando um Estado mínimo, que nada mais é que um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 227). Nesse sentido, ocorrem reduções nas funções estatais que respondem à satisfação de direitos sociais.

Temos assim, um quadro de desresponsabilização do Estado sobre o custeio de políticas sociais - as quais atendam as necessidades da população em geral - e também das pessoas com deficiência, somado à falta de intersectorialidade - a qual propiciaria uma interação entre os



setores sociais através da integração entre as diversas políticas públicas, caracterizando uma política mais abrangente e efetiva.

No que se refere aos surdos, Strobel (2008) destaca que

Muitos sujeitos estão cientes que existe ‘povo surdo’, ‘cultura surda’, no entanto não o conhecem ou não sabem o que são, como é a sua organização, cultura, tradições, regras e outros. O povo ouvinte por falta de conhecimentos nomeia erroneamente os sujeitos surdos, muitas vezes vêm-nos com inferioridade. A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, ou lidam como se tivéssemos “uma doença contagiosa”, ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento. A comunidade ouvinte estereotipa sujeitos surdos de ‘deficientes’ que representa como falta de algo, não a presença de algo, porque para eles o silêncio é igual ao vácuo, pois a articulação e fala é privilegiada na sociedade enquanto a língua de sinais já não o é (STROBEL, 2008, p.28, 31 e 36).

Segundo Góes (1999, p. 27), nas décadas de 1960 e 1970 argumentava-se que o atraso de desenvolvimento do surdo, seu acesso lento e incompleto ao pensamento abstrato ou seus déficits cognitivos eram devidos à sua limitada capacidade linguística. Posteriormente, Hoffmeister (2000) expôs apontamentos para o estudo do processo de aquisição do letramento por crianças surdas considerando que se faz necessário a discussão acerca do bilinguismo. O autor ainda concluiu, como um dado relevante de seu estudo, o fato de que o conhecimento da língua de sinais e a leitura da língua oral sustentam o modelo bilíngue para a educação de crianças surdas. Para o estudioso, o desafio se refere ao entendimento de que a criança surda pode apreender as regras da língua oral a partir da língua gesto-visual, ou seja, a língua de sinais.

Entendendo que os surdos se constituem uma comunidade dentro do país, faz-se necessário uma reflexão acerca do trato social para com minorias. Para Goffman (2008), os indivíduos estigmatizados, como as pessoas com deficiência, o são devido a uma linguagem de relações e não de atributos. Considerando tais categorias como advindas de relações, torna-se possível sua reconstrução. Nesse sentido

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. (GOFFMAN, 2008, p. 5)



A atribuição unicamente ao próprio indivíduo por seu estágio de exclusão/inclusão, desresponsabiliza a sociedade como um todo dos processos de criação e reprodução dessa lógica perversa, que, no máximo, permite aos excluídos a possibilidade de uma adaptação junto aos modelos históricos, econômicos e culturais predominantes – ditos como “normais”. Utilizam-se de muitos eufemismos para com o excluído, tornando sua presença tolerável, na medida que se molde aos outros sem lhes trazer ‘prejuízos’ pessoais e financeiros.

739

## **ASPECTOS HISTÓRICOS E SUA LUTA NA SOCIEDADE**

Em âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto organismo internacional, institucionalizou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes em 1981, tendo como lema “Participação e Igualdade Plenas”, o que contribuiu para a promoção de mudanças políticas e culturais em vários países. Também, no mesmo movimento, em 1982, a Assembleia Geral da ONU aprovou o Programa de Ação Mundial – PAM - para as pessoas com deficiência para a década de 1983 a 1992, por meio da Resolução n. 37/52, na qual se incentiva a criação de organismos para a defesa das PCD nas instâncias municipais, estaduais e federais.

No Brasil, no ano de 1986 foi criada a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE –, vinculada ao Governo Federal, tendo como objetivo a definição de diretrizes políticas e reunião dos atores envolvidos na temática. A lei 7.853/89, se refere à criação da CORDE, e a viabilização de políticas de educação, saúde, trabalho, lazer, e atendimento especializado para PCD.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) adequando-se à norma internacional previu também a obrigação do Estado em amparar as pessoas com deficiência de forma a lhes garantir os meios necessários para tratamento físico e desenvolvimento de suas capacidades para sua integração na vida em sociedade, o que se lê nos artigos 23 e 24. Logo, foi regulamentada a Lei n° 7.853/89 e a instituição da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD), com o Decreto n° 3298/99 que trata da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE e dos serviços a serem ofertados pelos órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, segundo a equiparação de oportunidades.



Nesse âmbito, o Decreto n ° 4.228, de 13 de maio de 2002, institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas que constituiu o Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas. Dessa feita, o art. 93 da Lei n ° 8.213/91 fixou para empresas privadas com 100 (cem) ou mais empregados o percentual de 2% a 5% de contratação obrigatória de pessoas com deficiência.

É necessário retomar que a partir da década de 1980 o movimento de redemocratização marcou o país com fortes organizações da população na luta pelo reconhecimento e institucionalização dos direitos. Para Pinto (2007), os chamados Novos Movimentos Sociais direcionaram suas lutas para o enfrentamento das contradições decorrentes do modelo político-econômico e lidavam com questões específicas, ainda que sem perderem de vista a luta pelos direitos políticos e pela democracia. Tais movimentos inauguram uma cultura na qual as reivindicações são assumidas como direitos, atingindo diretamente a cultura da benevolência e clientelismo, características do Estado brasileiro.

Para Simões (2009), também nesse período, os direitos de cidadania no campo das pessoas com deficiência, visando inclusão social, formularam-se de forma sistemática. Em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei n ° 8.742/93), consignando a Assistência Social enquanto política pública e não como benesse ou favor dos poderes públicos. Em seu capítulo I, artigo 2 °, item IV, assegura: “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.”

Em 2002, os surdos brasileiros e os ouvintes militantes pela mesma causa obtiveram como conquista a instituição da Lei n ° 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS, enquanto

a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Portanto, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Assim, deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (art. 1 ° à 2 ° da referida Lei, também regulamentado pelo Decreto 5.626 de Dezembro de 2005).





A partir do contato com a comunidade dos surdos em diversos estados do Brasil, observamos que não há homogeneidade no que se refere a utilização da Libras como língua própria e única da comunidade de surdos mas o grupo que defende a utilização de Libras se constitui maioria dentre os surdos. Nesse sentido, estudiosos da área consideram que os surdos devem ter direito a acesso ao bilinguismo. No entanto, no Brasil os surdos que defendem o uso inegociável da Língua de Sinais, em cumprimento à Lei 10.436/02, têm hegemonia quanto à questão.

Apesar da regulamentação formal no que se refere ao direito à comunicação dos surdos no país através da Libras, ainda constata-se que os mesmos encontram entraves para exercerem tal direito nos diversos segmentos da vida social, sendo privados no acesso à educação, cultura, lazer, informação, etc. Por exemplo, quanto à política de educação, frequentemente as escolas regulares colocam como requisito de escolarização da PCD o enquadramento aos padrões ditos ‘normais’, desrespeitando o desenvolvimento das singularidades das mesmas. Então, os surdos, são pressionados a abandonar – ou encontrar tardiamente – a sua experiência visual, a sua Língua de Sinais<sup>4</sup>, para ‘ser como os outros’.

Em um contexto no qual as políticas sociais sofrem com um processo de redução de investimentos públicos e também de controle social, assumindo progressivamente a característica de mercadoria, observamos que a ideologia neoliberal amplamente difundida corrobora para a manutenção do paradigma dominante da deficiência (enquanto culpabilização do sujeito com deficiência por sua marginalidade da vida social) e da medicalização (tentativa de moldar as pessoas com deficiência - PCD - aos modelos ditos “normais”), atroz das recentes discussões fomentadas no movimento pela inclusão social.

## **CONSIDERAÇÕES ÀS TENDÊNCIAS E ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

Na atual conjuntura, são necessários apontamentos de estudos sobre tendências do Desenvolvimento para que alternativas sejam estudadas e aprimoradas no sentido de minorar as consequências da questão social para pessoas com deficiência, como os surdos.

4 LIBRAS é uma sigla que foi votada e aprovada pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) para denominar a Língua Brasileira de Sinais no ano de 1993, foi oficializada federalmente pela lei nº10.436 pelo presidente de república, Fernando Cardoso, em 24 de abril de 2002 (STROBEL, 2008, p. 18)



Sen (2001) em seus estudos a partir da Índia – um país em desenvolvimento com problemas históricos estruturais como o Brasil – questiona o modelo de desenvolvimento que gera riqueza econômica mas não reflete em melhorias das condições de vida das pessoas. O autor defende que o exercício das liberdades instrumentais<sup>5</sup> corroboram na promoção da capacidade geral de uma pessoa e nesse sentido devem ser objeto de atuação das políticas públicas.

Segundo Sachs (2004) é possível obter estratégias de desenvolvimento que assegurem a todos a inclusão social pelo trabalho decente<sup>6</sup>. Para o autor o desenvolvimento deve considerar ao mesmo tempo duas vertentes: nível econômico e nível social. O estudioso explana que os assistidos crônicos vivenciam desânimo e falta de perspectiva. No entanto, para o supracitado autor, as pessoas que exercem o direito ao trabalho obtém auto estima, auto realização e avanço na escala social.

Dessa feita, é necessária a regulamentação de políticas afirmativas impostas ou sugeridas pelo Estado, voltadas para a igualdade material contra os efeitos da discriminação, em suas mais variadas manifestações mesmo que tais objetivos não se efetivem completamente devido ao contexto da sociedade capitalista. Especificadamente no que diz respeito aos surdos, o reconhecimento da Língua de Sinais enquanto primeira língua foi uma vitória do movimento pelos direitos dos surdos que ainda precisa ser efetivada e ampliada.

O processo de implantação da política de cotas empregatícias está inserido no contexto da lógica competitiva e produtivista do sistema de produção capitalista que tem subordinado mais fortemente a política social à política econômica. Desse modo a ação afirmativa tende a desrespeitar os princípios de direito e acesso ao trabalho, para tornar a política em um meio de subsídio imposto através de multa e de aumento de lucros através da sustentação de uma imagem de empresa solidária.

<sup>5</sup> Para Sen, as liberdades instrumentais são liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias transparência e segurança protetora (SEN, 2001, P. 25).

<sup>6</sup> O autor utiliza o termo trabalho decente como citado pela Organização Internacional do Trabalho enquanto empregos e/ou auto-empregos realizados em boas condições e convenientemente remunerados (SACHS, 2004, P. 112).



## CONSIDERAÇÕES

Na sociedade capitalista na qual vivemos – baseada no modo de produção industrial – o trabalho tem centralidade no cotidiano de todos os cidadãos, inclusive para as minorias como os surdos. Desta feita, o estudo em tela parte da problematização da categoria do trabalho na sociedade contemporânea no intuito de destacar questões relevantes para a população estudada.

Desse modo, também na constância de realização dos estudos de casos apresentamos considerações em caráter de síntese de nossas reflexões, procurando identificar os determinantes que podem explicar a problemática da inserção dos surdos na sociedade, destacando as atuais bandeiras de luta dos surdos para efetivação de seus direitos.

Esse trabalho, considerando seus limites, está permitindo a realização de uma aproximação no que se refere a permanência de mão de obra de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, objetivando contribuir para o debate temático entre os demais pós-graduandos e profissionais, e - sem pretensão, mas tendo enquanto horizonte - contribuir com o movimento de expansão do direito ao trabalho das pessoas com deficiência.

743

## REFERÊNCIA

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 10.436 de Abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

GÓES, M.C.R. *Linguagem, Surdez e Educação*. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.



HOFFMEISTER, R. J. *A piece of the puzzle: ASL and reading comprehension in deaf children.* In: *Language acquisition by eye.* Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000. P. 143 – 163.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão Social no Capitalismo. *Temporalis.* Brasília, ano II, n 3., p. 9-33, jan/jun 2000.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* 22. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *A inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.* 2 ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

NETTO, J. P, BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica,* 2.ed., São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, M. B. *Os movimentos sociais e a construção da cidadania.* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos.* Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.* Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SKLIAR, Carlos. Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas – e novas – fronteiras em educação. *Por-posições.* Campinas, São Paulo, v.12, n.2-3(35-36), jul./nov., 2001.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.* 2 ed., São Paulo, Cortez, 2002.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História.* Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

YAZBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo Perspectiva.* vol.18, no. 2, abr./jun, São Paulo, 2004.



## **RENDIMENTO DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE DADOS DO IBGE NA DÉCADA DE 2000**

OLIVEIRA, Simone Mendes de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
simonemendes122@hotmail.com*

THEÓPHILO, Carlos Renato

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
crtheophilo@uol.com.br*

745

### **RESUMO**

A precariedade no trabalho é um tema atual nas discussões da sociologia do trabalho. Este texto objetiva comparar dados estatísticos sobre ocupação e rendimento no mercado de trabalho brasileiro, no período entre os censos 2000/2010, nos anos 2001 a 2009, problematizando as categorias com o conceito de precariedade. As ocupações profissionais: Empregador, Empregados, Conta própria e Outros; utilizadas no IBGE, possibilitam refletir sobre a situação de trabalho dos brasileiros, tendo como parâmetro de comparação os direitos trabalhistas.

**Palavras-chave:** Precariedade do trabalho. Precarização do trabalho. Rendimento do trabalho.

### **ABSTRACT**

The job insecurity is a current theme in discussions of sociology of work. This text aims to compare statistical data on employment and income in the Brazilian labor market in the period between the 2000/2010 census, in the years 2001 to 2009, discussing the categories with the concept of precariousness. Professional occupations: Employer, employees, own account and Other; used in the IBGE, enable to reflect on the work situation of Brazilians, with the benchmark labor rights.

**Key-words:** Precarious work. Precarious work. Labor income.



## INTRODUÇÃO

As discussões sobre mercado de trabalho são pertinentes visto que este constitui uma categoria social importante tanto no que cabe à reflexão sobre desenvolvimento econômico quanto sobre desenvolvimento social. Análises feitas sobre as relações de trabalho, enquanto construção social da sociedade moderna, podem ser observadas nas discussões iniciadas por autores clássicos, tais como Marx, Weber e Durkheim. Com a globalização da economia, o mundo do trabalho vem passando por modificações, muitas das vezes, de interesse da acumulação do capital, que provocam alterações na realidade dos indivíduos, principalmente dos trabalhadores. Assim, surgem novos desafios aos cientistas sociais de buscar compreender os processos estruturais e de organização vivenciados pelos trabalhadores do final do século XX e início do século XXI, com o processo de reestruturação produtiva.

O processo de globalização, juntamente com a reestruturação produtiva são tendências relacionadas ao processo de flexibilização, expressa nas novas formas de organização empresarial. A reestruturação produtiva iniciou nos anos de 1970, com o declínio do modelo econômico fordista e a crise do capitalismo. Resultante da acumulação flexível, apresenta características como flexibilização e desregulamentação do trabalho. No Brasil, a reestruturação produtiva difundiu-se de forma intensa nos anos de 1990. Nesse período as inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais começaram a afetar uma demanda maior de trabalhadores. Ou seja, as empresas incorporaram novas tecnologias e mudanças na organização da produção e do trabalho como estratégias na obtenção de maior produção e enfrentamento da concorrência do mercado.

Essas mudanças no mercado de trabalho tendem a intensificar os empregos precários, como por exemplo, trabalho terceirizado, instável e por tempo determinado. Diante dessas mudanças, este trabalho tem como objetivo comparar alguns aspectos da situação de trabalho no Brasil, com delimitação temporal entre os anos de 2001 a 2009, período entre dois censos – 2000/2010 - a partir da análise de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O objeto da discussão é a precariedade nas relações de trabalho com as mudanças que ocorreram na organização de trabalho nos últimos anos, levando em conta que o Brasil, sendo um país periférico, apresenta singularidades referentes às políticas públicas e na maneira de organização



da produção em relação aos países centrais. Dessa forma, a comparação é diacrônica, visto que a análise baseada nesse método explica os fenômenos comparando-os com outros que se tem presenciado anteriormente. Neste método se concebe os fenômenos sociais como uma fase no processo dinâmico. Particularmente neste estudo, o mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, Sartori (1994) conceitua a comparação como técnica de estabelecer parâmetros entre objetos, classificando-a por características semelhantes e diferentes: “comparar é confrontar uma coisa com a outra.” (SARTORI, 1994, p.31). O método comparativo exige técnica e maior rigor científico, compreendendo e explicando o fenômeno social, tendo um objetivo ao comparar. Em concordância com autor citado, Franco (2000) afirma que no processo de comparação é fundamental conhecer e assumir as categorias que permitem fazer este confronto, ou seja, características entre os sujeitos/objetos analisados.

Tendo em vista a necessidade de determinar parâmetros ou variáveis para a análise comparativa, consideramos como categorias as seguintes classificações utilizadas pelo IBGE: Conta própria, Empregador, Empregados, Outros<sup>1</sup>. Essas categorias devem ser estudadas quanto às características similares e diferentes. O foco principal entre elas será o contrato, em razão da proteção social aos trabalhadores.

Considera-se a existência de inúmeras indagações referentes ao mercado de trabalho brasileiro. Dentre elas, listamos algumas questões gerais sobre o assunto, como: o mercado de trabalho brasileiro apresenta maior precariedade nos últimos censos? Até que ponto o trabalho por conta própria influencia no processo de precariedade laboral no Brasil? Empreendemos esforço em responder a primeira questão, enquanto a segunda, fica como reflexão. Porque os dados quantitativos sobre o fenômeno traz análises parciais diante da complexidade apresentada pela problematização da condição estrutural na qual se encontra as relações de trabalho no século XXI.

As relações sociais de trabalho se modificaram no processo histórico, ou seja, o mercado de trabalho se altera na medida em que os interesses na relação entre capital e trabalho vão se modernizando. Assim, o conceito de precariedade abrange a vulnerabilidade à proteção social do trabalhador, na situação de atividades laborais contratuais ou não contratuais. Em consonância com esta reflexão, a análise comparativa da situação de trabalho no Brasil, busca

<sup>1</sup> Em outros está incluso ocupações como: empregados – militares e funcionários públicos estatutários, empregados – sem declaração, trabalhadores domésticos e não remunerados.





averiguar como se dão os contratos de trabalho. É sabido que as ocupações classificadas pelo IBGE são relações de trabalho contratuais e não contratuais, e que esse contrato compreende os direitos trabalhistas consolidados na Constituição Federal/88.

## **ANÁLISE TEÓRICO/CONCEITUAL DO TERMO PRECARIEDADE DO TRABALHO**

748

Com a globalização da economia surgem novas tendências de organização e estruturação do mercado de trabalho. A reflexão sobre precariedade traz a discussão sobre precarização. Segundo Leite (2009), a distinção entre esses termos baseia-se em que precarização é um processo relacional, levando em consideração um período histórico, enquanto que precariedade refere-se a determinadas formas de inserção ocupacional, compreendendo os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Mesmo apresentando uma definição multidimensional, a noção de precariedade engloba um binômio entre emprego e desenvolvimento, porquanto envolve instabilidade, falta de proteção, insegurança no que tange à proteção social e vulnerabilidade econômica ou social.

Princípios neoliberais de diminuição da intervenção do Estado, desregulamentação do trabalho e recuo das políticas sociais tomaram conta do mundo do trabalho de forma sistêmica, ocasionando transformações nas relações e nos direitos laborais, em prol das exigências do mercado cada vez mais competitivo. A diferenciação dada aos termos precariedade e precarização, segundo Leite (2009), não nos permite falar de precarização ao referirmos a trabalhos que, mesmo não se assemelhando ao modelo de trabalho estável, vêm melhorando suas características, como por exemplo, melhores salários, estabilidade e direitos trabalhistas. Podendo estes ser trabalhos precários, mas não necessariamente apresentarem um processo de precarização, ou seja, o trabalho precário é caracterizado pelo seu caráter especial em relação ao que é considerado como emprego normal, tal como a história e o sistema de relações profissionais o constituíram. Contempla não somente as formas de trabalho por tempo determinado, em tempo parcial, como as que implicam a ausência total de contrato. Mas considera também, o emprego assalariado, de tempo completo, por tempo indeterminado, sendo o assalariado ligado a um empregador, por contrato de trabalho normalizado.



Nessa reflexão, Rebelo (2005) conceitua o termo precariedade laboral relacionando-o com a questão da flexibilização do modelo de trabalho assalariado. Segundo a autora, traduz-se precisamente na necessidade da capacidade de adaptação contínua na organização do trabalho, exigindo dos trabalhadores maior competência e qualificação. Seu trabalho de pesquisa analisa o mercado de trabalho Europeu e, principalmente, a precariedade da atividade laboral em Portugal.

749

O fenômeno da precariedade da atividade laboral está, pois, relacionado com os movimentos globais – de natureza econômica, política e legislativa – que estruturam a economia mundial (e as nacionais) conducentes à flexibilização do modelo de trabalho assalariado (construído em torno da regra contratual do contrato de trabalho a tempo indeterminado) pelo que, nos estudos realizados acerca deste fenômeno, a identificação destes fatores estruturantes tem-se apresentado determinante para compreender o conjunto multifacetado da precariedade e refletir acerca da aplicação de dispositivos de intervenção social. (REBELO, 2005, p.194)

Rebelo (2005) define a precariedade laboral como atividade humana com utilidade social e/ou econômica, sendo provisória ou não, apresenta sua estabilidade condicionada, seja por fatores objetivos ou fatores subjetivos. A primeira classificação remete à condição econômica da empresa, enquanto a segunda está relacionada com as formas de contratação não duradouras ou imposta por falta de alternativas no mercado de trabalho. É necessário salientar que a autora cita prestação de serviços (trabalho autônomo) como exemplo de atividade laboral, indo além da delimitação jurídica, adquirindo uma dimensão socioeconômica. Em síntese, pode-se afirmar que a precariedade é o resultado de um conjunto de circunstâncias que tendencialmente fragilizam o vínculo da relação laboral, especificamente no que respeita ao exercício das condições de trabalho e, em fase de crise da relação, limitam as possibilidades jurídicas de resposta do trabalhador ao processo de alienação vigente.

Outro autor que traz grande contribuição ao esforço de conceituar e definir o termo precariedade, Vargas (2012) o define como o resultado de um processo de fragilização do estatuto do emprego, o que tem levado a uma multiplicação das chamadas “formas atípicas de trabalho”. Embasado nas teorias sobre a crise do trabalho assalariado de Castel<sup>2</sup>, ele afirma que a vulnerabilização dos trabalhadores de seus grupos seria a base da nova questão social nas

<sup>2</sup> CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petropolis: Vozes, 2001. Castel se dedica a história da sociedade industrial, tomando por base a situação europeia, principalmente a França, seu país. Ele percebe uma fragilidade na inserção relacional no trabalho, devido, não somente o aumento do desemprego, mas considerando também os laços e vínculos que constituem as relações sociais e salariais.



sociedades contemporâneas, tendo o trabalho como instrumento de integração social, ou seja, a precariedade enfraquece a integração e coesão social ao contribuir com o processo de individualização nas relações de trabalho.

Ao trazer a noção de precariedade para o contexto brasileiro, de acordo com Vargas (2012), alguns estudos sobre a noção de precariedade no Brasil, principalmente nos anos 1960 e 1970 estavam relacionados com a informalidade, no entanto esta definição não se sustenta mais. A junção entre a velha definição de precariedade e uma nova precarização do trabalho denominam uma nova configuração deste conceito, levando em conta que a sociedade brasileira apresenta heterogeneidade estrutural e relações de trabalho muito diversas. Deste modo a precariedade do trabalho no Brasil apresenta peculiaridades com relação a outros países, pois seu contexto social e político incluem tensão entre modelos normativos distintos e heterogêneos, tomando como referência tanto a norma do emprego estável, como a norma do emprego instável.

Vargas (2012) considera que a concepção puramente econômica ou política da precariedade torna-se limitada e insuficiente ao analisar a questão social, cultural e histórica do Brasil. Os direitos políticos e civis instituídos na constituição de 1988 ficaram vulneráveis com as políticas neoliberais nos anos de 1990. A desigualdade social afeta a vida dos trabalhadores, estes indivíduos lidam com a insuficiência dos serviços públicos e da ausência de proteção social. O autor avalia estes fatores como determinantes na análise da precariedade como categoria subjetiva.

## **UMA VISÃO METODOLÓGICA COMPARATIVA SOBRE O TEMA PRECARIEDADE**

As relações de trabalho diferem quanto ao espaço e tempo analisados. Por isso, ao compreender o significado de precariedade, pretende-se observar como os dados referentes ao Mercado de Trabalho Brasileiro – da década de 2000, disponibilizados pelo IBGE - expressam o fenômeno da precariedade. Como esforço teórico-metodológico, é fundamental delimitar essa discussão à questão contratual, sendo o emprego com vínculo formal, aparentemente, mais seguro e estável. Ao optar pela análise do emprego com vínculo formal, compreende-se que este constitui como dimensão do trabalho um estatuto assegurado pelos direitos sociais,



trabalhistas e previdenciários. A estabilidade do emprego se caracteriza pelo exercício regular e contínuo do trabalho, implicando certa duração do vínculo e permitindo ao trabalhador fazer planos para o futuro. Apesar de o trabalho ser necessário para reprodução da classe trabalhadora como garantia de subsistência, a ausência de vínculos de emprego com estatuto jurídico marca instabilidade no emprego, incerteza e insatisfação no trabalho.

Para Franco (2000, p. 200), “a comparação é um processo de perceber diferenças e semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro”. Para tanto, este trabalho busca inicialmente estabelecer uma reflexão a partir das diferenças e não das semelhanças, devido tratar de ocupações profissionais contratuais e não contratuais, sendo, respectivamente, trabalhadores assalariados por contrato e trabalhadores informais e/ou que trabalham por conta própria.

Franco (2000, p. 207) afirma que “a comparabilidade emerge da capacidade humana de conhecer fazendo analogias, singularizando os objetos, identificando suas diferenças e deixando emergir as semelhanças contextualizadas, suas particularidades históricas”. Em conformidade com a afirmação de Franco, para Sartori (1994), compara-se para formular interpretações capazes de reconstituir casos específicos, e isso é possível ao propor classificações, significando estabelecer similitudes e diferenças.

Por se tratar de um estudo voltado ao contexto brasileiro, baseado em dados quantitativos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), adota-se nesta análise o conceito de trabalho classificado por esse Instituto. Segundo o IBGE, trabalho significa a ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a ocupação econômica sem remuneração, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

O IBGE classifica os indivíduos pesquisados em população ocupada e população desocupada. A população ocupada é definida como aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho. As pessoas ocupadas são classificadas em: **Empregados** - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas



empregadas aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada. **Conta Própria** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados. **Empregadores** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados. **Não Remunerados** - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário (IBGE, 2010).

Os empregados formais têm garantido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) acesso a benefícios sociais por eles conquistados. Esses direitos trabalhistas são: jornada de trabalho de 44 horas; férias anuais remuneradas; final de semana e feriados remunerados, aposentadoria remunerada, Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS), acesso ao seguro-desemprego, recebimento do 13º salário, licença remunerada em caso de doença, licença maternidade remunerada, dentre outros. Quanto às pessoas que estão na informalidade, não tem acesso a nenhuma dessas garantias, apresentando condições de trabalho ainda mais precárias. Se obtiverem renda mensal que lhes permita contribuir para a previdência privada, terão a possibilidade de se aposentar.

O IBGE considera como rendimento do trabalho para a categoria empregados a remuneração efetivamente recebida no mês de referência. Incluindo também as parcelas referentes ao 13º, 14º, 15º salários e a participação nos lucros paga pela empresa, entre outras gratificações. Quanto aos empregadores e trabalhadores por conta própria, considera-se a retirada feita ou o ganho líquido<sup>3</sup> recebido no mês de referência (IBGE, 2014).

## ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Conforme antes se indicou, o emprego é a prioridade como objeto de análise deste estudo. Considera-se o trabalho contratual e o não contratual, entendendo o contrato trabalhista como garantia de acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Também incluem nessa análise os

<sup>3</sup> Ganho líquido é o rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o negócio ou profissão (salário de empregados, despesas com matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.).



indivíduos que trabalham por conta própria, em razão de apresentarem características que se assemelham aos trabalhadores em geral, mesmo sendo profissionais liberais. A Tabela 1, a seguir, demonstra tais ocupações.

**Tabela 1 - Mercado de trabalho brasileiro: população de 10 anos ou mais ocupada, por posição de ocupação (trabalho principal).**

Período	Empregados - com carteira de trabalho assinada	Empregados - outros	Conta própria e empregadores	Outros
2001	0,20	0,17	0,39	0,24
2002	0,21	0,18	0,38	0,23
2003	0,21	0,17	0,38	0,24
2004	0,20	0,16	0,39	0,25
2005	0,21	0,18	0,38	0,24
2006	0,22	0,16	0,38	0,24
2007	0,23	0,18	0,36	0,24
2008	0,23	0,16	0,34	0,27
2009	0,25	0,17	0,32	0,25

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2009.  
Elaboração própria

A análise dos dados demonstra ter havido um aumento efetivo, de cinco pontos percentuais, no número de empregados com carteira de trabalho assinada no período analisado, confirmando uma redução nas taxas de desemprego na economia brasileira desde o início dos anos 2000.

Ao comparar as categorias de ocupação, percebe-se que, ao longo do período, a categoria Conta própria e Empregadores apresenta maior percentual em relação às demais, no entanto com decréscimo de sete pontos percentuais entre os anos 2001 e 2009. A categoria Empregados (outros) demonstra uma situação quase estável.

A comparação temporal e entre as categorias está em consonância com o entendimento de que o mercado de trabalho brasileiro é dinâmico e que mesmo com a tendência da política neoliberal de incentivo ao microempreendedorismo, existe um percentual significativo e crescente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

No entanto, mesmo com o aumento observado no nível dos postos de trabalho, a precariedade também pode ser analisada empiricamente através dos valores referentes ao rendimento do trabalho de cada natureza de ocupação. A Tabela 2, a seguir, demonstra esses dados em relação à categoria Trabalhadores por Conta Própria.



**Tabela 2 - Rendimento do trabalho: trabalhadores por conta própria com rendimento no trabalho principal, por classes de rendimento mensal (em sal. min.)**

Período	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2 salários Mínimos	Mais de 2 a 3 salários Mínimos	Mais de 3 a 5 salários Mínimos	Mais de 5 a 10 salários Mínimos	Mais de 10 a 20 salários Mínimos	Mais de 20 salários Mínimos
2001	0,18	0,20	0,25	0,14	0,11	0,08	0,03	0,01
2002	0,22	0,22	0,24	0,12	0,10	0,07	0,02	0,01
2003	0,23	0,20	0,24	0,14	0,11	0,06	0,02	0,01
2004	0,22	0,22	0,27	0,08	0,11	0,06	0,02	0,00
2005	0,24	0,25	0,26	0,08	0,10	0,05	0,01	0,00
2006	0,23	0,26	0,26	0,11	0,06	0,06	0,02	0,00
2007	0,20	0,24	0,27	0,12	0,08	0,07	0,02	0,01
2008	0,24	0,23	0,26	0,12	0,09	0,05	0,01	0,00
2009	0,24	0,24	0,26	0,11	0,09	0,04	0,01	0,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.  
Elaboração Própria

A categoria Trabalhadores por Conta Própria também apresentou como predominante a faixa de renda de mais de um a dois salários mínimos. Verifica-se uma diminuição no percentual de trabalhadores nessa faixa salarial ao longo do período, mas com aumento correspondente nas menores faixas de renda. As faixas de rendimento mais altas apresentaram decréscimo.

Esses dados são consistentes com a ideia de que a precariedade engloba em seu conceito o rendimento salarial, pois tal variável é um medidor do desenvolvimento regional e social de cada localidade. Assim Karl Marx (1989) descreve em sua obra, “O Capital”:

As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Ademais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um elemento histórico e moral entram na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários. (MARX, 1989, p. 191).

No Brasil, mesmo com a implementação de algumas políticas de valorização do salário mínimo, o rendimento é insuficiente para a grande maioria de trabalhadores, diante das necessidades relacionadas à saúde, transporte, alimentação, educação e lazer, dentre outras. A





Tabela 3 demonstra o rendimento da Categoria dos Empregados com Rendimento no Trabalho Principal.

**Tabela 3 - Rendimento do trabalho: empregados com rendimento no trabalho principal, por classes de rendimento mensal (em sal. min.).**

Período	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20
			salários Mínimos	salários Mínimos	salários Mínimos	salários Mínimos	salários Mínimos	salários Mínimos
2001	0,05	0,17	0,34	0,17	0,14	0,09	0,03	0,01
2002	0,06	0,18	0,35	0,16	0,13	0,08	0,03	0,01
2003	0,06	0,19	0,35	0,17	0,13	0,07	0,03	0,01
2004	0,05	0,19	0,37	0,14	0,14	0,07	0,03	0,01
2005	0,06	0,22	0,38	0,14	0,11	0,06	0,02	0,01
2006	0,06	0,23	0,40	0,13	0,09	0,07	0,02	0,01
2007	0,05	0,20	0,41	0,15	0,11	0,06	0,02	0,01
2008	0,05	0,21	0,41	0,15	0,10	0,06	0,02	0,01
2009	0,05	0,21	0,43	0,13	0,10	0,05	0,02	0,01

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 – 2009.  
Elaboração própria

Com relação à categoria Empregados com Rendimento no Trabalho Principal, com e sem registro, a classe de rendimento predominante é de mais de um a dois salários mínimos, com incremento percentual no período de 2001 para 2009. Contudo, ao incremento percentual de trabalhadores nessa faixa salarial correspondeu decréscimo da proporção de trabalhadores em faixas de renda superiores e aumento nas classes inferiores.

A situação salarial no mercado de trabalho brasileiro nesses últimos anos tem melhorado com a valorização do salário mínimo atualmente, no valor de R\$724,00. Segundo Leite (2000), o governo brasileiro tem tomado algumas medidas buscando um modelo de desenvolvimento com a diminuição da desigualdade social, mediante políticas de distribuição de renda, de elevação sistemática do salário mínimo, de apoio ao trabalho formal e de aumento da fiscalização do trabalho, visando coibir ilegalidades. Apesar dessas medidas observa-se que houve um aumento na faixa salarial, mas o decréscimo não ocorreu nas faixas inferiores de renda. Mesmo apresentando aumento na taxa de trabalhadores com carteira de trabalho de 2001 a 2009, e com a valorização do salário mínimo, o Estado e a sociedade brasileira ainda têm muito que avançar no desenvolvimento da cidadania e melhores condições de trabalho. A seguir, a Tabela 4, demonstra o rendimento anual da Categoria de Empregadores.



**Tabela 4 - Rendimento do trabalho: empregadores com rendimento no trabalho principal, por classes de rendimento mensal (em sal. min.).**

<b>Período</b>	<b>Até 1/2</b>	<b>Mais de 1/2 a 1</b>	<b>Mais de 1 a 2 salários Mínimos</b>	<b>Mais de 2 a 3 salários Mínimos</b>	<b>Mais de 3 a 5 salários Mínimos</b>	<b>Mais de 5 a 10 salários Mínimos</b>	<b>Mais de 10 a 20 salários Mínimos</b>	<b>Mais de 20 salários Mínimos</b>
2001	0,02	0,03	0,09	0,12	0,16	0,26	0,20	0,11
2002	0,01	0,04	0,10	0,12	0,21	0,27	0,15	0,10
2003	0,02	0,04	0,09	0,13	0,22	0,24	0,16	0,11
2004	0,02	0,04	0,12	0,08	0,22	0,28	0,17	0,07
2005	0,02	0,05	0,15	0,10	0,25	0,25	0,12	0,07
2006	0,02	0,05	0,13	0,16	0,16	0,28	0,13	0,07
2007	0,01	0,04	0,12	0,16	0,16	0,29	0,15	0,06
2008	0,02	0,05	0,14	0,15	0,25	0,22	0,13	0,06
2009	0,01	0,04	0,13	0,15	0,26	0,22	0,13	0,06

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.  
Elaboração própria

A categoria Empregadores apresenta classe de rendimento predominante mais alta que das outras duas categorias analisadas: de cinco a dez salários mínimos, até o ano de 2007. A proporção nessa faixa de renda foi se reduzindo ao longo do período, tendo sido superada nos dois últimos anos do período analisado pela classe de três a cinco salários mínimos. Como nos outros casos analisados, ocorreram concomitantes aumentos nas proporções de trabalhadores nas classes de renda mais baixas e diminuição nas faixas de rendimentos mais altos.

A análise de todas as categorias reforça e dá números à constatação de precarização do rendimento dos trabalhadores no período em análise, do ano de 2001 a 2009, entre os censos de 2000 e 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a categoria precariedade no contexto da globalização econômica e com o processo de reestruturação produtiva, sobretudo dentro do contexto mundial de competitividade e pelas transformações do mundo do trabalho, é primordial. Contudo o enfoque no Brasil traz especificidade local do fenômeno, especialmente, dentro das complexas relações sociais da realidade brasileira. Assim, este artigo buscou fazer um estudo comparativo, incorporando sequências temporais em comparações diacrônicas, para entender a situação de trabalho no Brasil ao relacionar com a definição de precariedade laboral.



No primeiro momento, ao sistematizar a construção desse texto, priorizou-se averiguar na literatura estudos que tratem do fenômeno da precariedade no trabalho, levando em conta a discussão conceitual e metodológica. Pois não seria possível fazer um estudo comparado com dados do IBGE sem antes compreender o conceito de precariedade, não perdendo o enfoque na especificidade socioeconômica do Brasil, classificado como país periférico.

A análise dos dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE não evidenciam totalmente a realidade da situação de trabalho no contexto brasileiro, porque não é possível mensurar percepções e interpretações nas relações de trabalho. Entretanto, podemos através deles, inferir que o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado o percentual maior de trabalhadores por contrato e houve uma valorização do salário mínimo. Para uma maior apreensão do fenômeno de precariedade laboral, foi importante dá um enfoque nesse estudo, à realidade do mercado de trabalho brasileiro, por apresentar fatores culturais e históricos singulares.

757

## REFERÊNCIAS

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. *In: Educação & sociedade*, ano XXI, nº 72, ago. 2000, p. 197-230.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: mercado e força de trabalho 2001-2011. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=FDT304&t=populacao-10-anos-mais-idade-ocupada>> Acesso em: 10 de jan. de 2014.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. *In: Workshop: "A informalidade revisitada: Das origens às novas abordagens."*, Recife: ABET, 17 de dez. de 2009, p.2-29.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. v.1, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Pesquisa Mensal de Emprego: notas metodológicas. *In: IBGE*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>> Acesso em: 08 de Jan. de 2014.

REBELO, Glória. Alternativas à precariedade laboral: propostas para uma flexibilidade tendencialmente qualificantes. *In: Encontro Científico Internacional trabalho, emprego e precariedade laboral*, 1, 2005, Porto. *Anais...* Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4627.pdf>> Acesso em: 13 de jan. de 2014.



SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. *In.*: Sartori, G.; Morlino, L. *La comparación em las ciências sociales*, Madri: Alianza, 1994.

VARGAS, Francisco E. B. Trabalho, emprego, precariedade: os contornos incertos de um objeto de investigação. *In.*: Encontro Internacional de Ciências Sociais, 3, 2012, Pelotas, *Anais eletrônicos...* Pelotas – RS: U FPel, 2012. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/Artigo-FEBVargas-EICS-III-2012.pdf>> Acesso em: 06 de jan. de 2014.



## TERCEIRIZAÇÃO COMO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS SOCIO- JURÍDICAS

### OUTSOURCING AS TECHNICAL BUSINESS ADMINISTRATION AND ITS POSSIBLE SOCIAL AND LEGAL CONSEQUENCES

759

MENDONÇA, Saulo Bichara.

*Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense – UFF, Instituto de Ciências da  
Sociedade – Macaé, Departamento de Direito – ICM/MDI.  
e-mail: saulobmendonca@live.com*

#### RESUMO

Há considerável relevância, no contexto econômico do mercado, de situações que envolvam terceirização de serviços, fato que proporciona reflexos sociais nas vidas dos cidadãos trabalhadores que colaboram com o desenvolvimento da empresa. Mesmo assim, o debate não foi resolvido na esfera legislativa, razão pela qual uma análise doutrinária e jurisprudencial pode conduzir ao reconhecimento de que o resultado a ser produzido pela proposta legislativa pode ser aquém do almejado, legitimando os questionamentos no sentido de verificar se: i) há eficiência no contexto da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho para a satisfação socioeconômica dos anseios que justificam a terceirização? e ii) o Projeto de Lei nº 4.330/04 permitirá nutrir boas expectativas para a pacificação da questão pelo prisma sócio-jurídico?

**Palavras-chave:** Terceirização; pragmatismo; eficiência.

#### ABSTRACT

There is considerable importance of the situations involving outsourcing services in the economic context of the market, a fact that provides social consequences in the lives of hard-working citizens who collaborate with the company's development. Nevertheless, the debate was not resolved in the legislative sphere. Reason why a doctrinal and jurisprudential analysis may lead to the recognition that the result to be produced by the legislative proposal may be short of desired legitimizing the questions in order to verify if: i) is there efficiency in the context of docket 331 of the Superior Labour Court for socioeconomic satisfaction of desires that justify outsourcing? ii) Will Bill of Law No. 4330/04 nurture good expectations for the pacification of the issue by socio-legal perspective?

**Keywords:** Outsourcing; pragmatism; efficiency.



## INTRODUÇÃO

A terceirização de serviços representa uma realidade latente que não deve ser ignorada pelos estudiosos das ciências sociais aplicadas. O tema precisa ser reconhecido como portador de uma sutileza própria, eis que o resultado do debate acadêmico poderá contribuir positivamente para a eficiência do resultado legislativo.

A proposta de problemática apresentada não pretende exaurir todas as formas pelas quais a questão pode ser analisada teoricamente, apenas almeja tratar as hipóteses consideradas de forma crítica e pragmática, convidando os estudiosos a um debate empírico da temática que possa, quiçá, contribuir positivamente para a forma como estão sendo feitas as colocações acerca do Projeto de Lei nº 4.330/04.

As hipóteses consideradas partem do teor da súmula 331, TST, identificada como paliativo à problemática, eis que pode estar sendo mitigada pelo pretenso paternalismo atribuído à interpretação e aplicação do direito do trabalho, enquanto as ilicitudes cometidas nos contratos de serviços terceirizados podem estar se aperfeiçoando; a falta de pragmatismo pode estar minando a força que deveriam ter os direitos trabalhistas e distanciando a terceirização de uma regulação eficiente.

Acredita-se que a comprovação ou refutação das hipóteses indicadas exige uma releitura da súmula 331, TST, de forma a perquirir se há, e se é necessária, a existência de eventual distinção entre atividade-meio e atividade-fim, definindo ou redefinindo a terceirização lícita da terceirização ilícita.

Avançar pelo Projeto de Lei nº 4.330/04, analisando o teor da proposta legal sob o prisma da autonomia da vontade, considerando eventuais reflexos da proposta legislativa sobre a gestão empresarial, questões de natureza sindical e sobre a terceirização de serviços por trabalhadores autônomos e discutindo o tema a partir da função social dos contratos, enaltecendo a natureza jurídica dos contratos de trabalho e a função social do contrato e da empresa, poderá contribuir para equalização dos interesses envolvidos no contrato de terceirização.

As proposituras a serem apresentadas terão Pareto por referencial teórico, razão pela qual se espera encontrar ponderações atinentes à eficiência das normas nos pareceres proferidos pelos legisladores, haja vista que, fatos como o volume dos



encargos fiscais suportados pelas empresas e pelos trabalhadores precisam ter sua relevância considerada quando a proposta é regular uma técnica de administração do trabalho.

## **1. EFEITOS TRANSVERSOS DA TERCEIRIZAÇÃO A PARTIR DA SÚMULA 331 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

761

Não se pretende associar o tema aos fundamentos financeiros e tributários, mas, é preciso considerar que a terceirização, enquanto fato social, não pode ser dissociada de fatos, outros, como o aumento da carga tributária no país em mais de dez pontos percentuais, passando de 25,72% do PIB em 1993, para 35,85% em 2012, tendo o maior índice de aumento recaído sobre as contribuições sociais que guarnecem especialmente os cofres federais (REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2014), fato que precisa ser considerado, tal como os encargos tributários que recaem sobre uma empresa, mesmo que de pequeno ou médio porte.

Ressaltam-se estas empresas por serem responsáveis por 98% da atividade empresarial pátria, responsáveis por 59% (OLIVEIRA, 2006) da mão de obra ocupada, que mesmo assim são obrigadas a responder por imposto sobre a renda da pessoa jurídica, contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público – PIS/Pasep, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição para financiamento da seguridade social, imposto sobre produtos industrializados e contribuições para a seguridade social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212/91 e o art. 25 da Lei nº 8.870/94, todos vinculados ao SIMPLES, nos termos da Lei Complementar 123/06, somados aos imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, imposto de renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos, imposto sobre a propriedade territorial





rural, contribuição para o fundo de garantia do tempo de serviço e contribuição para a seguridade social, relativa ao empregado (RECEITA FEDERAL, 2005).

Por certo a terceirização não tem condições diretas que a correlacionem aos encargos de ordem fiscal, mas o custo operacional que o Estado impõe ao empresário exige que ele busque meios plausíveis de administrar tecnicamente o trabalho, sendo a terceirização, inegavelmente, um meio que tem fôlego para contribuir para o equilíbrio orçamentário.

Não se pretende conduzir o estudo de forma a justificar a transferência do ônus para o colaborador da empresa, por certo o art. 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas é claro ao atribuir ao empregador os riscos do seu empreendimento. Dentre eles, cabe a responsabilidade de honrar a compensação devida aos seus empregados em atenção ao art. 76 do mesmo diploma legal, o que elimina qualquer dúvida acerca da natureza jurídica do salário, sendo este, alimentício, como determina o art. 7º, IV, CRFB/88

O que se busca é uma forma de interpretar a proposta legislativa atinente à terceirização de forma a alcançar o equilíbrio entre os signatários do contrato de prestação de serviço concomitante à satisfação dos signatários do pacto laboral, preservando as relações de trabalho e emprego como consequência da função social da empresa.

A súmula 331, TST, representa mero paliativo às intercorrências que se podem verificar na relação laboral onde se faz presente a terceirização, dispondo nos seguintes termos.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE** (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.



IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Mesmo apresentando notório propósito de otimizar o embasamento sobre o tema a partir da interpretação do Tribunal, o referido enunciado não se permitiu sedimentar conceitos relevantes à compreensão da matéria, como o que seria a terceirização propriamente dita e como se poderia distinguir atividade-meio e atividade-fim, de forma que não avançou muito além da modesta súmula 256, TST.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE** (cancelada) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis n.ºs 6.019, de 03.01.1974, e 7.102, de 20.06.1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Cumprida, desta forma, a pesquisa empírica o enfrentamento da questão, na expectativa de verificar progresso ao fim dos debates em torno do Projeto de Lei nº 4.330/04, que se propõe a regular a terceirização.

### **1.1. Definição e objetivos da terceirização**

Entender o fenômeno da terceirização exige que se considerem os efeitos de uma espécie de seleção natural, registrada com a reengenharia empresarial pela qual a indústria abandonou do modelo de produção em massa para a adoção de um modelo de produção vinculada à demanda, em atenção às expectativas decorrentes da globalização do mercado.



A indústria passou a atuar com empresas periféricas que contam com o apoio de colaboradores pouco qualificados, destinados a prestar serviços por curto lapso temporal e empresas centrais, que atuam por meio de colaboradores mais qualificados destinados à operação e fiscalização do processo produtivo final, dando origem aos debates sobre flexibilização do emprego em adaptação ao processo econômico como forma de atender às demandas da empresa moderna (BARROS, 2012, p. 357).

A terceirização, por sua vez, parece consistir em fenômeno sócio-jurídico mais complexo do que a mera transferência para outrem das atividades consideradas secundárias, proporcionando reflexos econômicos que não devem ser ignorados.

Mesmo que claros os objetivos de redução dos custos operacionais do empreendedor, poder-se-ia questionar eventual melhoria na qualidade do produto ou serviço final produzido e maior satisfação dos cidadãos consumidores.

Mas, os autores que se dedicam ao estudo do direito do trabalho parecem ostentar uma tendência em comum, definindo o fenômeno em tela de forma positiva, sustentando que a terceirização corresponde a um “processo de descentralização das atividades da empresa e valorização do setor terciário da economia” (JORGE NETO & CAVALCANTE, 2013, p. 434), o que poderia ser refutado se comprovado fosse que trabalhadores terceirizados desenvolvendo a mesma função que os trabalhadores contratados pelas empresas contratantes da empresa terceirizante, no mesmo setor, mediante remuneração menor (CAMARGO, 2007).

Mesmo assim, o fenômeno é crescente, segundo dados da Associação de Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais – AAFT-MG, que sustenta que entre 1985 e 2005, houve um aumento de 39% dos trabalhadores das empresas de terceirização.

Sob outro ponto de vista, poder-se-ia verificar, como efeito transversal, e como um aspecto positivo, decorrente do fenômeno em estudo, um aumento no quantitativo de empresas prestadoras de serviços terceirizados, no total de 26,1%, no mesmo lapso temporal, segundo dados ratificados pela AAFT-MG.

Tais situações legitimam que, dentre os pontos criticáveis do Projeto de Lei nº 4.330/04, sintam-se falta de um dispositivo que venha esclarecer o que seja a terceirização; o autor do projeto de lei em tela, em sua justificativa define o fenômeno



como uma das técnicas de administração do trabalho, fazendo menção à “necessidade que a empresa moderna tem de concentrar-se em seu negócio principal e na melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004). Por certo é uma das técnicas de gestão, haja vista que a terceirização não deve ter a força para solucionar todos os problemas empresariais (JORGE NETO & CAVALCANTE, 2013, p. 358).

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em relatório subscrito pelo Deputado Arthur Oliveira Maia, faz menção ao conceito formal de terceirização como ato de “delegação de atividade de uma empresa a trabalhadores que não fazem parte do seu quadro de empregados” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004). Em sequência o debate político reporta ao aspecto econômico do tema.

“Do ponto de vista econômico, a terceirização decorre, acima de tudo, da tendência natural à especialização das atividades produtivas, processo que percorre toda a história da economia moderna, desde o fim do sistema mercantilista, quando as relações comerciais aconteciam dentro do exclusivismo metrópole/colônia, caracterizado, principalmente, pela venda de manufaturados oriundos da primeira e pelo fornecimento de matérias primas e alimentos a baixo custo pelo segundo, sem qualquer possibilidade de concorrência.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004)

Observando o teor dos argumentos postos, acredita-se que a proposta legal poderia ser mais objetiva ao elucidar a relação triangular entre o trabalhador, a empresa prestadora de serviços e o tomador de serviços, permitindo dissociar de forma mais - cristalina a relação contratual de natureza laboral e a relação contratual de natureza empresarial, bem como o propósito de dinamizar a atividade empresarial com a ampliação de vertentes de atuação no mercado, combinado com a redução dos custos operacionais correlatos à empresa, considerada como atividade de produção e/ou circulação de bens e prestação de serviços, desenvolvida pelo empresário ou sociedade empresarial, de forma econômica e profissionalmente organizada, com fim de obter lucro, tendo tal conceito influencia direta da teoria poliédrica de Alberto Asquini (ASQUINI, 1943).



A ausência de harmonia dentre os autores especializados poder ser responsável por afirmativas como a sustentada pela Associação de Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais – AAFT-MG, que equivocadamente afirma que: “a legislação brasileira estabelece que nenhum empreendimento pode terceirizar sua atividade-fim” (AAFIT, 2007). Ora, sequer há legislação sobre o tema, tampouco a súmula em questão veda objetivamente a terceirização de atividade-fim.

O que se tem é mero entendimento jurisprudencial, que não se equipara nem se confunde com lei, em respeito às fontes primárias e secundárias do direito que, quando muito se complementam, mas não se confundem.

“Sendo uma súmula o resumo de um conjunto de decisões judiciais tomadas no mesmo sentido, não seria pertinente que apresentasse uma definição do que seja atividade-meio e fim, muito menos criasse uma lista numerus clausus que abrangesse todas as hipóteses de cada atividade produtiva, distinguindo, para cada uma, aquilo que seria de qualidade finalística ou não. Assim, os vocábulos “meio” e “fim” foram trazidos ao contexto do debate acerca da terceirização desacompanhados de uma definição, mesmo porque a condição de conceito jurídico indeterminado, próprio desses termos, pressupõe imprecisão de difícil superação.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004)

Os que se arriscam a definir as atividades como sendo de meio ou de fim parecem não considerar que a legislação empresarial e societária não impõe limites aos empresários na indicação do objeto social de seus empreendimentos.

Tal fato pode contribuir para autorizar os que argumentam a favor da terceirização da atividade-fim (BARROS, 2012, p. 360) com base no art. 170, seus incisos e parágrafo único, CRFB/88, tendo como exemplo as ações empresariais no segmento de perfuração de poços de petróleo e as atividades comuns à indústria automobilística, onde a delimitação de atividade-meio e atividade-fim resta difícil dada a amplitude do objeto social e a necessidade de um aviamento eficiente para enfrentamento da ampla concorrência no mercado.

A despeito da Constituição Federal não mencionar especificamente a matéria, os legisladores tem considerado sua vinculação aos princípios constitucionais correlatos à “dignidade da pessoa humana, nesse caso muito diretamente relacionada aos direitos dos trabalhadores; bem como à liberdade de empreender e de contratar, princípios



diretamente relacionados ao modelo da ordem econômica liberal adotada no Brasil.”  
 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004)

A jurisprudência parece ter tentado seguir a tendência paternalista, comum a interpretação *jus* laboral, mas não se pode seguir numa seara que ignora a máxima do Princípio da Legalidade, segundo a qual, *nullum crimen nulla poena sine lege praevia* (Não pode haver crime, nem pena que não resultem de uma lei prévia. Tradução livre).

## 1.2. Terceirização lícita e ilícita

Não se pode ignorar o Princípio Constitucional da Legalidade e afirmar que são lícitas as terceirizações contratadas em conformidade com a súmula 331, TST, e ilícitas as que se furtam aos moldes orientados pela jurisprudência. Além disso, é preciso respeitar a autonomia das vontades na celebração de contratos, bem como a função social dos contratos, nos termos do art. 421, CC, considerando que aos signatários cabe responder pelos excessos que praticar e lesões a que der causa, evitando assim imposições de normas *de lege ferenda*.

Desta forma, não se pode, ao menos até que se concluam as discussões em torno do Projeto de Lei nº 4.330/04 e o veja efetivamente convertido em lei, classificar quaisquer terceirizações como ilícitas e impor sanções ante a ausência de regulamentação legal. Salvo no caso de contratações irregulares de cooperativas. Estas instituições não empresariais devem obedecer ao princípio básico do cooperativismo.

“Por isso, a verdadeira cooperativa de trabalho deve ser criada e formada por profissionais autônomos, que exerçam a mesma profissão, unindo esforços para obter vantagens ao próprio empreendimento, prestando serviços sem nenhuma intermediação nem subordinação (seja perante terceiros, seja em face da cooperativa)”.  
 (GARCIA, 2012, p. 364)

Neste sentido, no Processo que tramita no Tribunal Superior do Trabalho, autuado sob o nº 2542-89.2011.5.10.0102, na 2ª Turma, onde a União Brasileira De Educação e Cultura - UBEC é agravante e Edesio Lima é o agravado, defende-se que o cooperativismo fundado em fraude aos direitos e garantias dos trabalhadores deve ser desmascarado, aplicando-se sanção aos infratores da norma legal. Assim, seria razoável



falar em terceirização ilícita, não por descumprir norma atinente à terceirização (que de fato, não existe), mas por deturpar a norma regulatória do cooperativismo.

## 2. PROJETO DE LEI Nº 4.330/2004

Dentre as expectativas que se podem nutrir ante qualquer discussão de projeto de lei é que a lei a ser posta regule de forma economicamente eficiente ante aos fatos sociais; eis a razão pela qual o direito posto não deve ignorar a evolução dos fatos sociais, sob pena de os mesmos ignorarem o sistema jurídico, raciocínio que mantém afinidade com Frank H. Knight “no sentido de que não é o fato de ignorarmos determinada coisa que produz o maior dano, mas o de sabermos que tal coisa não é como deveria ser” (KNIGHT, 1989. p.16).

“As evoluções sociais lhes determinam outras considerações menos sentimentais. As suas causas encontram-se na estrutura econômica, no modo de produção e da troca, que preside a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação das classes e a hierarquia. Quando essas evoluções se efetuam, não é porque obedecem a um ideal elevado de justiça, mas sim porque se ajustam à ordem econômica do momento.” (MARX, 2012, p.17)

Não se podem ignorar os reflexos socioeconômicos correlatos à terceirização, e para que a norma em debate seja reconhecida pela eficiência, no sentido de que a situação econômica de um agente deve ser otimizada sem prejudicar a situação de qualquer outro agente econômico, na pior das hipóteses, deve haver uma compensação suficientemente razoável para aqueles que ficaram em uma posição eventualmente menos agradável, evitando que todos acabem numa situação pior do que a anterior. (POSNER, 2010), permitindo assim, que se caracterize pleno respeito à autonomia da vontade.

O Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, então Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, demonstrou simpatia com a ideia de que a legislação deve manter afinidade às demandas sociais e adaptar-se à realidade de cada época, ressaltando quão grande é o desafio de regulamentar a terceirização, mas demonstrou ressalva quanto à





terceirização de atividades-fim, aparentemente ignorando o fato de que “menos burocracia pode aumentar a eficiência” (SZTAJN, 2010. 145).

A terceirização não deve ser identificada como um mal em si mesmo, mas a ausência de regulação eficiente pode implicar na precarização do trabalho. Não se devem negar as experiências “dos países que representativos das economias mais desenvolvidas, “a exemplo dos EUA, Alemanha e Grã-Bretanha, que permitem amplamente a terceirização e, ao mesmo tempo, são os países que maiores garantias têm dispensado aos seus trabalhadores.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004)

A regulação deve proteger a autonomia da vontade, prever sanções punitivo-pedagógica para os que descumprirem preceitos básicos e lesionarem ou assumirem o risco de lesionarem os direitos e interesses alheios.

Louvável que os legisladores estejam empenhados em regulamentar a terceirização, a despeito do projeto de lei estar completando dez anos na casa legislativa. O fato de haver uma proposta em debate deve ser reconhecido, mas é preciso ter cautela para que a regulação não amplie a distância entre a solução e o problema, ou mesmo permita que se originem outras questões.

Exigir que um empreendedor disponha de verba inicial pré-determinada para desenvolver determinado objeto social pode inibir consideravelmente os empreendimentos, haja vista que, os valores indicados, mínimo de vinte e cinco mil reais e máximo de cem mil reais podem ser inexecutáveis para empreendedores neófitos, sobretudo se tais valores tiverem que ser imobilizados parcialmente.

A proposta não apenas desconsidera a autonomia da vontade do empreendedor e a legislação empresarial posta, reiterando equívocos cometidos em outras legislações, exemplo da Lei nº 12.441/11, que instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada, onde o legislador demonstrou preocupação em resguardar interesse dos credores do empresário, de forma genérica, impondo integralização do capital social na ordem de no mínimo cem vezes o maior salário mínimo vigente no país; a lei infringiu a proteção constitucional ao salário mínimo na forma do art. 7º, inciso IV, CRFB/88 e súmula vinculante 4, STF.

A intromissão do Estado na gestão empresarial pode, ao contrário do que se pretende, desmotivar o empreendedorismo e desestimular o desenvolvimento da



atividade econômica, registrando, conseqüentemente, retrocesso social. Melhor seria, se a lei instituísse responsabilidade solidária, a exemplo do que ocorre com as obrigações tributárias devidas nos contratos de empreitada, tal como orienta a jurisprudência.

“Tributário. Processual Civil. Embargos de divergência. Contribuição previdenciária. Devidas pelos empregados, Trabalhadores temporários e avulsos. Construção civil. Dono da obra e construtor ou empreiteiro. substitutos Tributários. Responsabilidade subsidiária (Súmula 126/TRF - Anterior à promulgação da CF/88). Responsabilidade Solidária (CF/88 até a Lei 9.711/98). Responsabilidade Pessoal Do Tomador Do Serviço De Empreitada De Mão-De-Obra (Lei 9.711/98). Jurisprudência Pacificada. Súmula N. 168/STJ. 1. A tese esposada pelo acórdão embargado em consonância com a jurisprudência das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte Superior, incide in casu o enunciado da Súmula n. 168/STJ. 2. Após a entrada em vigor da Constituição Federal, o preceito normativo inserto no artigo 124, do CTN, legitimou a interpretação de que era solidária a responsabilidade prescrita na Lei 3.807/60 e no Decreto 89.312/84, que expressamente dispunham sobre a responsabilidade tributária solidária entre os substitutos tributários (dono da obra/proprietário/condômino e executor/prestador/empreiteiro) - quanto às contribuições sociais devidas pela mão-de-obra contratada - e entre o substituto (dono da obra/proprietário/condômino) e o contribuinte (executor/prestador/empreiteiro) - quanto às contribuições sociais devidas pela empresa contratante da mão-de-obra.” (AgRg nos Embargos de Divergência em Resp nº 707.406 - RS (2006/0149491-3). Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Agravante: Braskem S/A, Advogados: Ezielma Braz Ferreira de Oliveira E Fabio Brun Goldschmidt; Agravado: Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS, Procurador : Clóvis Juarez Kemmerich).

Apesar de todo debate teórico sobre a definição de atividade-meio e atividade-fim, a proposta de lei não apresenta enfrentamento pragmático da questão, mantendo a subjetividade ao pretender que o contrato de prestação de serviços terceirizados tem por fim apenas o desenvolvimento de atividades correlatas, suplementares ou complementares ao objeto social do contratante, nos termos do art. 4º, §2º do projeto de lei em tela.

A manutenção da proposta nestes termos não contribuirá para eliminação de simulações e fraudes cometidas pelas chamadas empresas *guarda-chuva*, assim classificadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em alusão às empresas instituídas com mero propósito de dissimular contratações de mão de obra e lesionar direitos dos trabalhadores.



Merece reconhecimento o voto legiferante, pela exigência da especialização das empresas terceirizadas, onde esta especialização seria identificada pela consistência do objeto social definido no ato constitutivo da empresa.

Por mais que o legislador não determine delimitação na indicação do objeto social, a seriedade do empreendedor que pretenda atuar no segmento da prestação de serviços terceirizados o levará a indicar objetivamente a especialização de sua atividade, o que, conseqüentemente contribuirá para melhor enquadramento sindical e fiscal.

Desta forma, não se identificaria óbice técnico em impedir a terceirização das chamadas atividade-fim, pois a responsabilização solidária entre empresa contratante e contratada somada à identificação da especialização da empresa contratada respaldariam o trabalhador em seus direitos laborais.

### **3. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS**

A terceirização se efetiva através de contratos que se conectam. O contrato, instrumento dotado de função social extensa e ilimitada proporciona reflexos diretos no progresso econômico, tendo por fim “facilitar transações nas quais uma ou ambas as partes levam um tempo considerável para cumprir sua obrigação” (POSNER, 2010, p. 216).

Ainda segundo Richard A. Posner, umas das importantes funções do contrato é “fazer recair sobre uma das partes o risco das variações de preço.” (POSNER, 2010, p. 217). Sendo inevitável essa variação, cabe ao legislador regular a terceirização de forma a impedir que o dano seja sofrido pela parte hipossuficiente da relação, mantendo a obrigação consolidada na CLT de sentido de que o empregador deve suportar o ônus do risco do negócio.

A despeito da necessária regulação que proteja hipossuficientes em quaisquer relações contratuais, a liberdade de contratar deve ser preservada e garantida em razão e nos limites da função social do contrato e os princípios de probidade e boa-fé.

Sendo o contrato de trabalho um contrato de adesão, os reflexos jus laborais que o contrato de terceirização proporciona ao colaborador da empresa devem ser interpretado sob o prisma do princípio da norma mais favorável a este, impedindo a



renúncia ou descumprimento de obrigações por parte do empregador e do tomador de serviços, este último como obrigado subsidiário, de forma a tranquilizar o trabalhador empregado no exercício do seu mister em colaborar com a empresa.

“O mundo empresarial de hoje exige, cada vez mais, perfeição e especialização técnica. As novidades tecnológicas, a complexidade das máquinas e equipamentos e a especialidade de serviços fazem com que, a cada dia, seja mais difícil para as empresas dominarem todos os serviços direta ou indiretamente necessários à consecução de seus objetivos.

A terceirização é, frequentemente, o melhor meio encontrado pelas empresas para ter, à sua disposição, os serviços especializados que sua produção exige.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004)

O que deve ficar claro na regulação a ser imposta é que eventual litígio entre o tomador dos serviços e a empresa prestadora destes deve ser resolvida na esfera cível, com fulcro na legislação comum aos contratos civis, não podendo o trabalhador sofrer sequer ameaça de lesão aos seus direitos laborais, devendo estes, serem garantidos pelo empregador e pelo contratante tomador dos serviços, de forma subsidiária, pela integridade dos bens que compõe o patrimônio das referidas pessoas jurídicas, pois aquele que alicia pessoas e as obriga, por meio de contrato escrito, a prestar serviço a outrem, deve garantir a compensação pecuniária pelo serviço.

Mas a norma a ser posta deve ser cautelosa, evitando que haja mitigação à autodeterminação e a autonomia privada, considerando que “[...] o mais importante não é o tipo de contratação, mas a efetiva proteção aos trabalhadores[...]” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

“Se todos esses princípios de direitos constitucionais mencionados contêm um conteúdo básico de autodeterminação e autovinculação da pessoa, então a autonomia privada – que é um poder geral de autodeterminação e de autovinculação – também é constitucionalmente protegida ou tutelada. Dizendo, ainda, de outro modo, a tutela constitucional da autonomia privada deflui desses princípios e direitos expressos no texto constitucional.” (STEINMETZ, 2004, p. 200 e 201)

A liberdade contratual detém notória função social, razão pela qual não pode ser enfraquecida por regras postas, sob pena de lesionar a liberdade de iniciativa



econômica, onde esta contida, por ser esta última mais ampla. Assim também no que tange aos contratos de trabalho, apesar da rigidez legal imposta a este instrumento.

Apesar das teorias que se confrontam, nenhuma delas parece pretender afinar o tema a outros preceitos de direitos correlatos à contratos, aparentemente ignorando a subsidiariedade entre os direitos civis e do trabalho; retardando o necessário progresso sócio-jurídico que pode advir de uma revisão legal pragmática.

773

“Nós nos ressentimos de leis sobre terceirização, despedida em massa ou coletiva, de lei federal sobre assédio moral e sexual. De uma lei que adote no país novos tipos de contratos trabalho. Na Espanha, há o trabalho autônomo economicamente dependente de outro. É uma forma de prestação de trabalho em que não há vínculo empregatício, mas tem direitos específicos em função da forma como o serviço é prestado. Podíamos pensar na adoção de outros tipos de contrato como uma forma de inclusão no mercado de trabalho de milhões de trabalhadores informais.” (DALAZEN, 2012)

Manter-se aceitando o contrato de trabalho como contrato de adesão representa negação à capacidade das partes de negociar ampla e diretamente as cláusulas deste, ignorando a especialização de determinados colaboradores da empresa ou a especificidade de determinados serviços, conduzindo os signatários à busca por alternativas quiçá equidistantes dos termos da lei ou dos normativos coletivos.

Aceitar a natureza jurídica do contrato de trabalho como contrato de direito privado, privilegiaria a autonomia privada em autodeterminar sobre contratar ou não de acordo com a amplitude que a oferta e a procura podem proporcionar, fomentando efetivamente a economia, o que, por via transversa, acarretaria em progresso social e melhor harmonização jurídica.

## CONCLUSÃO

A súmula 331, TST tem cumprido sua função, apesar de viabilizar interpretações não uniformizadas nem objetivas do que seja atividade-meio e atividade-fim, isso devido a dois fatores: um decorrente da fluidez e imprecisão dos conceitos em tela, haja vista a amplitude que os objetos sociais das empresas podem apresentar, outro,



pelo excessivo paternalismo atribuído à interpretação das normas atinentes ao direito do trabalho atinentes aos colaboradores da empresa.

No que tange a tais conceitos, em relação ao Projeto de Lei nº 4.330/04, parece que a pacificação do tema está longe de encontrar um razoável equilíbrio, dentre os pareceres legislativos que analisam debatem o texto da referida proposta legal não se encontra assentamento sobre o que distingue atividade-meio da atividade-fim.

Contudo, há uma discreta tendência em defender a autorização da terceirização de todas as atividades, independente de sua natureza, tal como defendem alguns dos autores mencionados neste estudo, o que pode ser razoável, se a regulação assegurar melhores garantias aos trabalhadores prestadores de serviços terceirizados de percepção regular de seus direitos patrimoniais.

Tais garantias poderiam advir da exigência de comprovação da especialização da empresa terceirizadora de serviços prestados e determinação objetiva de responsabilidade subsidiária entre as empresas contratantes e contratadas, uma responsabilidade que se estabelecesse desde o momento da aceitação da proposta de contrato até a extinção dos efeitos de sua rescisão e exige fiscalização contínua das finanças e contabilidade de uma pela outra, determinando a rescisão contratual imediata e multa ante o descumprimento de regras societárias.

Tais responsabilidades subsidiárias devem envolver créditos trabalhistas, fiscais, previdenciários, empresariais e civis, quando for o caso, devendo ser respaldados pelo patrimônio das pessoas jurídicas contratantes, a princípio, sendo autorizada a desconsideração da personalidade jurídica, independente do cometimento de fraude contra terceiros, bastando que se comprove insuficiência patrimonial da pessoa jurídica, assim, restaria notória a responsabilidade do empreendedor pelo risco do negócio e a declaração pragmática de que se respeita a natureza alimentícia das verbas remuneratórias.

Desta forma, estar-se-ia privilegiando a autonomia das vontades em se autodeterminar, respeitando acima de tudo a capacidade do indivíduo em manifestar suas vontades livremente, humanizando o direito e harmonizando a justiça aos anseios socioeconômicos contemporâneos, sem maiores entraves burocráticos impostos pelo



Estado através de leis que correm o risco de serem discutidas pela Suprema Corte ante alegação de serem inconstitucionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AgRg nos Embargos de Divergência em Resp nº 707.406 - RS (2006/0149491-3). Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Agravante: Braskem S/A, Advogados: Ezielma Braz Ferreira de Oliveira e Outro(s). Fabio Brun Goldschmidt e Outro(s). Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Procurador: Clóvis Juarez Kemmerich e Outro(s). Disponível em <[http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/IT/AGRG-ERESP\\_707406\\_RS\\_27.08.2008.pdf?Signature=mYAnxUSEoxNjYKecttIP2xnUino%3D&Expires=1405108233&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=d0b22015405e2dc72c4c30aace8571a9](http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/IT/AGRG-ERESP_707406_RS_27.08.2008.pdf?Signature=mYAnxUSEoxNjYKecttIP2xnUino%3D&Expires=1405108233&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=d0b22015405e2dc72c4c30aace8571a9)>

ASQUINI, Alberto. **Profili dell'impresa**. Rivista di diritto commerciale, Milano, v. XLI, parte I, p. 01-20, 1943.

BEM, Leonardo Schmitt. **Teoria da relação jurídica. Análise da parte geral do novo Código Civil**. JM Editora, Curitiba, 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 8ª ed. revista e atualizada. LTr, São Paulo, 2012.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos. Interpretação à luz do Código Civil**. Saraiva, São Paulo, 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Outorgada em 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_, **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**.

\_\_\_\_\_, **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971**.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997**.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2011**.





\_\_\_\_\_, **Receita Federal.** Disponível em <  
<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr108a200.htm>>, acesso em 07/07/2014.

CAMARGO, Beatriz. **Trabalhador terceirizado em SP ganha em média metade de não terceirizado.** Disponível em <  
<http://reporterbrasil.org.br/2007/04/trabalhador-terceirizado-em-sp-ganha-em-media-metade-de-nao-terceirizado/>>, acesso em 08/07/2014.

DALAZEN, João Oreste. **Tudo mudou, exceto a legislação trabalhista.** Disponível em <  
<http://www.conjur.com.br/2012-jul-15/tudo-mudou-exceto-legislacao-trabalhista-presidente-tst>>.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho.** 8ª ed. LTr, São Paulo, 2009.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Contrato individual de trabalho: uma visão estrutural.** São Paulo, LTr, 1998.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito do trabalho.** 6ª ed. revista, atualizada e ampliada. GEN/Forense, Rio de Janeiro, 2012.

GOMEZ, Diego J. Duquelsky. **Entre a lei e o direito. Uma contribuição à teoria do direito alternativo.** Trad. Amilton Bueno de Carvalho e Salo de Carvalho. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2001.

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=569912>>

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>>

<[http://aafitmg.org.br/pages/1\\_news\\_old/2007/04\\_17\\_07.html](http://aafitmg.org.br/pages/1_news_old/2007/04_17_07.html)>

<[http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/pasta-ranking/ranking\\_2011.pdf](http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/pasta-ranking/ranking_2011.pdf)>

<[http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/pasta-rank-new/ranking\\_2012.pdf](http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/pasta-rank-new/ranking_2012.pdf)>

<<http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/pasta-ranking/ranking-das-juntas-comerciais-2013-v3.pdf>>

<<http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/acervo/Biblioteca/Confer%C3%AAsncias,%20Palestras,%20etc/1%20Jornada%20JT.pdf>>.

KNIGHT, Frank H. **Inteligência & ação democrática.** Trad. Francisco J. Beralli. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.



MABEL, Sandro. **Projeto de lei nº 4.330/2004**. Disponível em <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=4BE653A20494BD0CE6A74251B2ED01EE.proposicoesWeb2?codteor=246979&filename=PL+4330/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4BE653A20494BD0CE6A74251B2ED01EE.proposicoesWeb2?codteor=246979&filename=PL+4330/2004)>.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 4ª ed. Saraiva, São Paulo, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A terceirização e o direito do trabalho**. 2ª ed. Malheiros Editores, São Paulo, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Condensação Gabriel Deville, 3ª ed. Edipro, São Paulo, 2012.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 27ª ed. revista e atualizada. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2008.

NETO, Francisco Ferreira Jorge. & CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**. 7ª ed. Atlas S.A. São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Otávio J. **Pequena empresa no Brasil: um estudo de suas características e perspectivas**. Revista Integração, ano XII, nº 44, p.5, jan. fev. mar. 2006.

POSNER, Richard A. **A Economia da justiça**. Trad. Evandro Ferreira e Silva. Rev. Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Processo nº TST-AIRR-2542-89.2011.5.10.0102, Acórdão 2ª Turma, Agravante: União Brasileira De Educação e Cultura - UBEC e Agravado: Edesio Lima, disponível em <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23944027/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-25428920115100102-2542-8920115100102-tst>>, acesso em 08/07/2014. Revista Consultor Jurídico, edição de 7 de novembro de 2013. **Notícias**. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-nov-07/presidente-tst-terceirizacao-nao-chegar-atividade-fim?imprimir=>>>.

\_\_\_\_\_, 06 de julho de 2014. **Em dez anos, carga tributária aumenta para um terço do PIB**. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jul-06/dez-anos-carga-tributaria-subiu-terco-pib?imprimir=>>>.

STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. Malheiros, São Paulo.

SZTAJN, Rachel. **Teoria Jurídica da Empresa. Atividade Empresária e Mercados**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.



## **A MULHER NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: PONDERAÇÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO**

MESSIAS, Ana Regina

*Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Especialista em Economia e Gestão Pública e Graduada em Ciências Econômicas (URFS); Técnico Universitário – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Integrante do Grupo Miradas – CULT/UFBA e do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS/UEFS) – [armc@uefs.br](mailto:armc@uefs.br)/[anina.messias@gmail.com](mailto:anina.messias@gmail.com)*

778

LIMA, José Raimundo Oliveira

*Doutor em Educação e Contemporaneidade (2014) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestre em Gestão Integrada de Organizações (2003) pela mesma Universidade; Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Membro do Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado da Bahia, Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas (UEFS) e Coordenador do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS/UEFS) – [zeraimundo@uefs.br](mailto:zeraimundo@uefs.br)*

### **RESUMO**

Em debates recentes começa a ser esboçado, em nível mundial, um movimento denominado de “Economia Popular e Solidária” que se baseia em iniciativas de solidariedade e cooperação entre seus membros, como forma de resistência ao mercado capitalista e na tentativa de gerar trabalho e renda para uma parcela de excluídos. No processo de construção da Economia Popular e Solidária vários grupos de mulheres têm se organizado, cada vez mais, em todo o Brasil. Neste contexto, objetiva-se com este trabalho, apresentar ponderações a respeito do processo de incubação de um grupo de mulheres – componentes da Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), as quais produzem e comercializam alimentos em uma das cantinas do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, cuja organização se dá sob os princípios da autogestão, solidariedade, ação econômica e cooperação.

**Palavras-chave:** Economia Popular e Solidária. Grupo de Mulheres. Processo de Incubação.

### **ABSTRACT**

In recent debates begins to be sketched, worldwide, a movement called "Popular and solidary Economy" that is based on solidarity and cooperation initiatives among its members, as a form of resistance to the capitalist market and in an attempt to generate jobs and income for a portion of the excluded. In the process of building the Popular and solidary Economy several women's groups have been organized, increasingly, throughout Brazil. In this context, this work aims to offer reflections about the incubation process of a group composed by women – components of Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), which produce and trade food in one of the refectory on the campus of the Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, which organization is under the principles of self-management, solidarity, economic and action and cooperation.

**Keywords:** Popular and Solidarity Economy. Women's Group. Incubation Process.



## 1 INTRODUÇÃO

Em debates recentes começa a ser esboçado, em nível mundial, um movimento denominado de “Economia Popular e Solidária” (EPS) que se baseia em iniciativas de solidariedade e cooperação entre seus membros, como forma de resistência ao mercado capitalista e na tentativa de gerar trabalho e renda para uma parcela de excluídos.

A economia solidária é uma forma de produzir oposta ao capitalismo, uma vez que suas iniciativas:

[...] buscam a construção de uma alternativa superior ao capitalismo, construída no dia-a-dia de trabalhadores e trabalhadoras de diversas partes do mundo que, com a teimosia de não aceitarem um destino de miséria dado como certo e inalterável, constroem sua história ensejando, nesta mesma dinâmica, a própria transformação da história.

As práticas, princípios e valores que fundamentam a economia solidária têm contribuído para a ampliação do espectro do possível através da construção de alternativas que representam formas mais justas de distribuição das riquezas nas sociedades. (SOUZA, 2011, p. 67)

Os princípios básicos da Economia Popular e Solidária dão exemplo de propriedade coletiva e de direito à liberdade do indivíduo e, aqueles que seguem esses princípios tornam possível a união entre si, privilegiando-se os ideais de solidariedade e igualdade. Assim, a solidariedade na economia pode ser viável ao ser organizada de forma igual por aquele que se associa com o intuito de produzir, comerciar, consumir ou poupar. Paul Singer (2013) diz que “a chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

Esse autor diz ainda que:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. (SINGER, 2013, p. 9).

Numa cooperativa não há competição entre os sócios, uma vez que não deve haver grau de hierarquia; dessa forma: quando o capital acumula, todos ganham de forma igual e, se surgem dívidas, também, todos participam de forma igual, buscando como superá-las. Pois, como nos diz Souza (2011, p. 67):



A Cooperação que se fundamenta no reconhecimento mútuo, no respeito e na reciprocidade não pode ser confundida ou reduzida a ações combinadas para realização de objetivos da esfera apenas econômica.

Através da cooperação, os trabalhadores buscam fortalecer sua identidade de classe e, desta forma, sustentam a luta pela realização de objetivos superiores, como igualdade de condições para uma vida digna e feliz.

Paul Singer (2013) afirma que, “se a economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual”, por exemplo, havendo pessoas na miséria, toda a população ajudaria, podendo o Estado adotar mecanismos de redistribuição solidária de renda; uma vez que a sociedade é dividida em duas classes pelo capitalismo, ou seja, a proprietária do capital e a que ganha a vida com a venda de sua força de trabalho à outra classe. Como resultado tem-se a competição e a desigualdade.

Segundo Arroyo e Schuch (2006, p. 63):

*Economia popular e solidária* é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, como mais identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça.

Assim, no processo de construção da Economia Popular e Solidária, com vistas ao equilíbrio, à distribuição e à justiça, vários grupos de mulheres têm se organizado, cada vez mais, em todo o Brasil. E é neste contexto que se objetiva, com este trabalho, apresentar ponderações a respeito do processo de incubação de um grupo de mulheres que produz e comercializa alimentos em uma das cantinas do *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia, cuja organização se dá sob os princípios da autogestão, solidariedade, ação econômica e cooperação. Esse grupo de mulheres compõe a Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), com domicílio no bairro Queimadinha, localizado no município de Feira de Santana-Bahia.

A incubação no município de Feira de Santana se justifica, porque esta cidade é uma das que mais cresce economicamente no Estado da Bahia; atualmente é a quarta economia do Estado, tornando-se um centro de atração de investimentos de mega corporações, de produção de riquezas industrializadas e de alta produtividade econômica com garantia de lucratividade acima das médias regionais e nacionais, registrando crescimento médio 7,2% entre os anos de 2002 a 2009.



Paradoxalmente, se trata de um crescimento que não é usufruído por uma parcela significativa da população com baixa qualificação profissional, particularmente, da faixa etária ingressante no processo produtivo, pessoas com idade avançada, além de analfabetos e semialfabetizados que são obrigados, por não restar outra opção, a participarem das Feiras Livres espalhadas por toda parte da Cidade, permanecendo por longos períodos às margens do crescimento e desenvolvimento econômicos, reproduzindo-se a revelia dos benefícios governamentais e mercadológicos que uma economia dessa natureza poderia proporcionar.

Assim, o município de Feira carece de programas e iniciativas que busquem não somente o crescimento econômico, mas também a consolidação de oportunidades que possibilitem a inserção socioprodutiva desses grupos marginalizados.

Segundo Arroyo e Schuch (2006, p. 35) “Em meados dos anos 1990 tem início em várias Universidades as incubadoras de cooperativas populares, visando ajudar grupos comunitários a desenvolver coletivamente atividades econômicas [...]”.

Na UEFS o Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) foi consolidado por meio da resolução Consepe 150/2010. A Incubadora rege, em sua Carta de Princípios, que:

Constitui-se em um programa interdisciplinar de caráter permanente, desenvolvido por servidores, docentes e técnicos administrativos, e discentes da UEFS, com possibilidade de participação da comunidade externa, por meio de projetos de extensão e ou pesquisa e outras atividades de caráter continuado junto à comunidade externa, no âmbito da economia popular e solidária.

A IEPS-UEFS deve trilhar um caminho de diálogo potencializador da resistência e de experiências voltadas à consolidação de um novo modo de produção e organização do trabalho e da sociedade, dando ênfase à mobilização e fortalecimento das organizações sociais que trabalham de modo coletivo, cooperativo, associativo e autogestionário considerando a economia popular e solidária enquanto movimento de economia política dos setores populares.

O início da incubação, da qual tratamos neste artigo, se deu no ano de 2008, após a realização de cursos, reuniões e entendimentos diversos. As atividades econômicas solidárias foram iniciadas em 2012 com a inserção do grupo no espaço da Cantina do Módulo VII da UEFS; espaço conquistado pelo seguimento de economia popular junto a Administração Central daquela Universidade, a ser utilizado pelas mulheres da Coopermasol – grupo associativo, por dois anos, com término previsto para dezembro de 2014.





A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS implementou, no espaço de alimentação Cantina do Módulo VII, um projeto de Incubação de Iniciativas Econômicas Populares Solidárias que trabalha com alimentação, especialmente, lanches, a maioria deles com produtos da culinária regional como: cuscuz, mingau de tapioca, bolo de aipim, acarajé.

Alimentos esses comercializados entre o público interno da comunidade universitária, cujo público é composto de professores, funcionários e estudantes, os quais, em parte pela sua natureza de esclarecimento, apreciam o consumo consciente de produtos e serviços da Economia Popular e Solidária e possibilita potencializar um espaço integrado de aprendizagem na perspectiva do trabalho coletivo, cooperação, solidariedade, associação entre outros princípios, visando o desenvolvimento de ações de capacitação profissional, empoderamento dos sujeitos, com vistas à inserção socioproductiva e à promoção da cidadania aos participantes de iniciativas municipais de Economia Popular e Solidária no âmbito da comunidade universitária.

Com vistas a alcançar o objetivo proposto, a metodologia utilizada neste trabalho consiste na aplicação e análise de entrevista às mulheres que participam do processo de incubação e questionário aos clientes da Cantina, como também leituras sobre referências da área, de autores como Paul Singer, José Carlos Moraes Souza, Cecília Bernardi e Rosângela Angelin, Luís Corrêa, Isabele Guèrin, Miriam Nobre, entre outros, discutidas no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL).

## **2 A MULHER E A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA**

As diversas condições em que vivem homens e mulheres são originadas pelas construções sociais e econômicas, que causaram uma relação social de sexo. No mundo do trabalho essas diferenças são observadas por meio da divisão sexual do trabalho, e as relações de gênero são apoiadas e estruturadas por esta divisão sexual do trabalho, sendo que o trabalho masculino é mais valorizado que o feminino.

No processo histórico, obrigações familiares estão sob a responsabilidade das mulheres, as quais muitas vezes não são percebidas, e os homens são os provedores da família. E as empresas e o poder público, ainda, são coniventes com esta composição social e





econômica, fazendo com que as mulheres, renunciem a um trabalho formal, para cuidar da família.

A Economia Popular e Solidária surge com vistas a ocupar espaços que nem o modo de produção capitalista, nem o mercado e nem o poder público solucionam, como: o desemprego, a exclusão social, econômica e política, a insegurança alimentar, o acesso à educação e saúde etc. (GUÈRIN, 2003).

Segundo Teodósio e Mundim (2011, p. 280):

Enquanto um campo em desenvolvimento, a EPS, além de estar ligada à construção de uma sociedade mais democrática e justa, poderia defender uma concepção de trabalho que potencializasse as capacidades dos indivíduos como seres conscientes, livres e socialmente inseridos em dinâmicas de vida coletiva e solidária. Além disso, a EPS vem se mostrando como um meio importante para o processo de sociabilidade, no sentido de criar um espaço para a interação democrática e equitativa, marcada pelo diálogo e pelos processos emancipatórios e criativos.

A EPS “é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas” (SINGER, 2004, p. 47), ou seja, é uma forma de organização econômica, que abraça os valores da democracia no contexto econômico, tendo como base o trabalho coletivo, a igualdade entre os membros, a divisão do poder de decisão, direitos iguais diante de decisões, fidelidade na representatividade do grupo, e tendo como elementos centrais a igualdade e a democracia (SINGER, 2004).

A EPS se apresenta como uma probabilidade de que as diferenças de gênero sejam superadas, porque se trata de uma organização que preza a solidariedade e cooperação entre seus membros. Assim, as mulheres podem fazer valer seus direitos, elas e/ou juntamente com os homens podem se engajar e superar desigualdades sociais, transformando-as em direitos reais.

Em relação às questões de gênero, “outro desafio importante do Movimento da Economia Popular Solidária, é debater e proporcionar a mudança cultural não só nas relações de trabalho, mas também partilhar entre mulheres e homens as necessidades do cuidado com o outro [...]” (BERNADI; ANGELIN, 2007, s.n.p.).

Segundo Corrêa (2001, p. 1):

O sentido do termo solidariedade [...] não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim ao comprometimento do trabalho coletivo,



cooperativo, comunitário, comprometimento este que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações laborais, econômicas e comerciais.

A mulher inserida na EPS percebe o sentido do termo solidariedade, não o mesclando a termos como paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim ao comprometimento do trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, demonstrado pelas mulheres do processo de incubação desta pesquisa. Às quais a EPS contribui de formas como: aliviar o cotidiano dessas mulheres, pois elas articulam a vida familiar com a profissional; atuando no trabalho solidário, as mulheres têm espaços de discussão para apresentar reclamações/reivindicações, pressionando autoridades públicas para a criação de políticas públicas de gênero, contribuindo assim para mudanças sociais e institucionais favoráveis para elas; acesso ao crédito; emancipação financeira da mulher.

784

### **3 INCUBAÇÃO: PONDERAÇÕES E RESULTADOS**

Durante o processo de incubação, ora em curso, a ser concluído no mês de dezembro de 2014, buscar-se-á analisar os resultados alcançados com base na maneira como a Economia Popular e Solidária pode influenciar, modificar e gerar melhorias na vida daquele grupo de 12 (doze) mulheres que compõe a Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), localizada no bairro Queimadinha, município de Feira de Santana, com atuação de incubação na cantina do módulo VII da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Dagnino e Fonseca (2007, p. 20), dizem que:

As incubadoras devem passar a atuar também como agentes de desenvolvimento local. Este entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições, buscando a transformação da economia e sociedades locais e criando oportunidades de trabalho e renda.

É o que acontece com a incubação tratada neste estudo, uma vez que o grupo de mulheres vem demonstrando o efeito positivo obtido na atuação na EPS. E, por meio das entrevistas realizadas pela equipe da IEPS com as mulheres da Coopermasol, é possível perceber o quanto a incubação está dando resultado, está sendo benéfica para a vida de cada uma delas.

Assim, cabe apresentar respostas apresentadas á perguntas que lhes foram feitas.



O que é uma cooperativa, para você? Em que ela se diferencia das empresas comuns? Foi uma das perguntas feitas às cooperadas. Eis umas das respostas:

- Cooperativa o que eu acho é assim: é um grupo que trabalha né, um ajudando aos outros, pra poder a gente ali ter um lucro.
- É um lugar onde não há patrão e nem empregados.
- Cooperativa é um grupo né, de pessoas que trabalha pra si. E a empresa é diferente.
- É um grupo de pessoas onde todo mundo tem a chance de ganhar financeiramente junto não é sem ter patrão sem ter ordens. É um grupo de pessoas que busca melhorias pra suas vidas e diferencia é que a gente não tem patrão cada um pensa de uma forma e sempre nas reuniões tenta ter uma conclusão né onde faça a satisfação de todos.

Essas respostas demonstram que as cooperadas compreendem a autogestão “como a propriedade coletiva dos meios de produção e sua administração democrática, com a participação por igual de todos os que trabalham no empreendimento, cada pessoa tendo direito a um voto na tomada de decisões” (SOUZA, 2011, p. 67).

À pergunta: Você considera que a Coopermasol “está dando certo”, o que você acha que terá de acontecer? A entrevistada respondeu: “Acho que tá dando certo, só acho que Hildete mais Adriana elas tão precisando de ajuda em relação quando vai fazer o fechamento, quando vai fazer a divisão, não exatamente quando faz a divisão, quando vai as compras precisa ter uma aula pra saber o que deve comprar mais o que deve comprar menos, porque a intenção da gente trabalhar na cantina não é comprar mais do que ganhar. [...] assim pra comprar então elas tão precisando de ajuda do pessoal da incubadora do pessoal da economia”.

Observa-se a preocupação da entrevistada com formas de orientação por parte da equipe da IEPAS, por meio de cursos e oficinas que as qualificará quanto às necessidades apresentadas; como exemplo o do problema citado que é o fechamento das contas; para esse fim a Incubadora já designou um dos bolsistas, graduando do curso de Ciências Contábeis que está preparando as mulheres que cuidam da parte contábil.

À mesma pergunta, outra entrevistada respondeu: Considero sim. O que eu acho que deverá de acontecer é que possamos evoluir para uma coisa maior.



Com esta resposta, observamos a perspectiva que há entre as cooperadas de, após a incubação, partirem para uma atividade fora da UEFS, aonde poderão desenvolver outra atividade de EPS, de maior proporção.

Quanto à pergunta: Quais os pontos positivos da Coopermasol até agora, na sua opinião? Algumas entrevistadas responderam:

- São vários como tipo assim ponto positivo é o laço de amizade que a gente tem e força que um dá ao outro os momentos ruins nos momentos bons, acredito que seja isso.

- Amizades.

- Eu acredito que assim em termo de grupo é o desejo de trabalhar e vencer juntos é alcançar o objetivo de cada uma. As pessoas conhecerem nosso trabalho conhecer quem somos né o que cada uma é capaz de fazer.

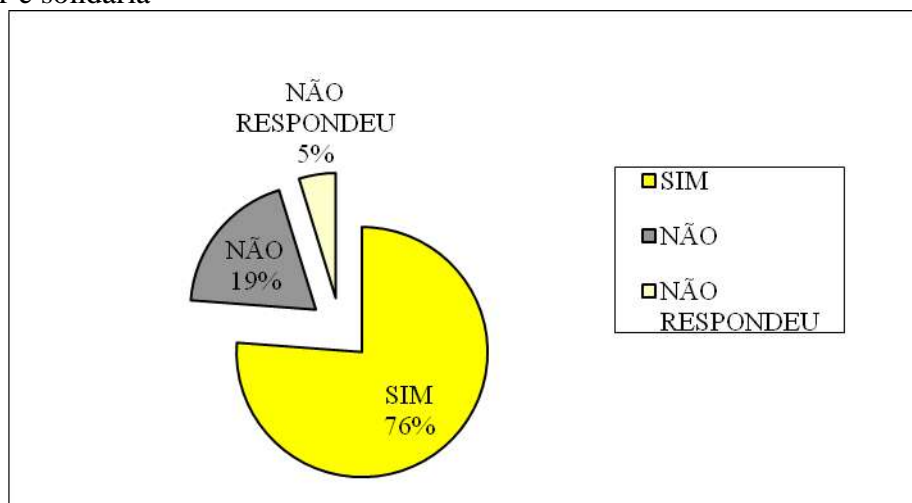
- Que o trabalho em grupo vem crescendo adquirimos muitas experiências durante esse tempo né acho que agora todo mundo hoje a maioria tá preparada pra poder encarar algo de novo lá fora, novas amizades também né.

Essas respostas demonstram que não há entre as cooperadas uma preocupação apenas com a questão econômica, uma vez que valorizam a amizade, pautam o relacionamento na solidariedade, demonstrando o dito por Souza (2011) que: “A Cooperação que se fundamenta no reconhecimento mútuo, no respeito e da reciprocidade não pode ser confundida ou reduzida a ações combinadas para realização de objetivos da esfera apenas econômica”.

Os clientes que procuram a cantina onde atuam as mulheres da Coopermasol, demonstraram por meio do questionário ser relevante, no momento da escolha do local onde se alimentar, este ser gerido por um grupo de economia popular e solidária (Gráfico 1) e, percebem, que os produtos comercializados têm um diferencial pelo fato de agregarem um valor próprio, originários de sua forma de produção, cujos mecanismos se distanciarão do sistema capitalista, que exalta apenas o lucro em detrimento dos indivíduos envolvidos na produção (WELLEN, 2008).



**Gráfico 1** – Clientes consideram relevante cantina ser gerida por um grupo de economia popular e solidária



**Fonte:** Pesquisa realizada pela equipe da IEPAS/UEFS.

Cabe destacar, ainda, respostas dadas a outras questões do questionário, como:

À questão, por que consome nessa cantina? Alguns clientes responderam:

- Os preços são melhores;
- Para apoiar a iniciativa popular e solidária;
- Por gostar dos produtos oferecidos.

À questão, Já fez/possui alguma reclamação sobre os serviços ou produtos dessa cantina? (Gráfico 2), houve respostas como:

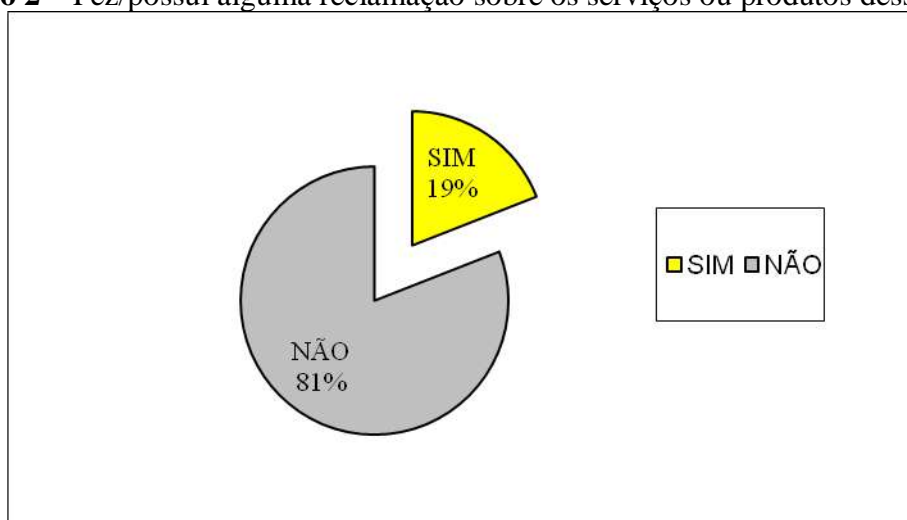
- A cantina é muito boa;
- Parabenizar pela iniciativa;
- As pessoas são muito gentis.

À questão, Quais os produtos que mais consome? Os clientes consultados disseram serem os produtos da culinária regional como: cuscuz, mingau de tapioca, bolo de aipim, acarajé.

Os clientes demonstram, durante o dia a dia ao frequentarem a cantina e observando-se as respostas dadas às questões que lhes foram apresentadas que, “[...] a idéia de que uma alimentação saudável deve ser estimulada [...]” (BRASIL, 2006, p. 16) e fizeram elogios à qualidade dos produtos ofertados, os quais, na maioria foram considerados bons, conforme Gráfico 3.

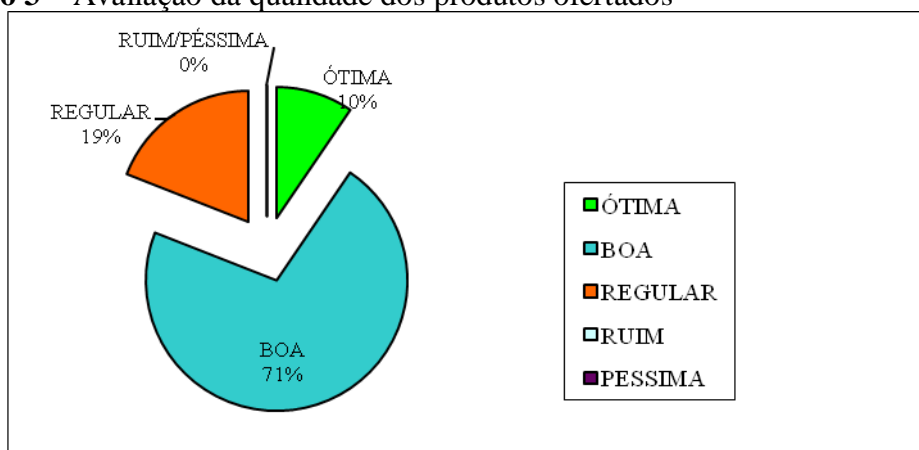


**Gráfico 2** – Fez/possui alguma reclamação sobre os serviços ou produtos dessa cantina



**Fonte:** Pesquisa realizada pela equipe da IEPAS/UEFS.

**Gráfico 3** – Avaliação da qualidade dos produtos ofertados



**Fonte:** Pesquisa realizada pela equipe da IEPAS/UEFS.

Os dados, apontados pelos clientes, levam a concordar que:

O ato de comer é influenciado por diversos fatores como os valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais.

Dessa forma, as pessoas, diferentemente dos animais, ao se alimentarem, não buscam exclusivamente preencher suas necessidades de energia e nutrientes, mas querem alimentos com cheiro, sabor, cor e textura. (BRASIL, 2009, p. 16).

Assim, com a aplicação e análise das questões às mulheres da Coopermasol por meio da entrevista e aos clientes por meio do questionário, e com embasamento nas leituras realizadas nesta pesquisa sobre a Economia Popular e Solidária, pôde-se perceber o desafio de



transformar as relações interpessoais e de gênero, como também buscar mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura (NOBRE, 2003).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a incubação analisada nesta pesquisa ainda esteja em andamento, com conclusão prevista para dezembro deste ano de 2014, é possível perceber – por meio das reuniões realizadas e após analisar as respostas dadas às entrevistas realizadas com as mulheres da Coopermasol e ao questionário aplicado a clientes da cantina – o quanto o processo de incubação esta dando bom resultado para o grupo de mulheres que fazem parte deste estudo, as quais, por meio da economia popular e solidária estão ligadas à construção de uma sociedade mais democrática e justa, agindo como seres conscientes, livres e socialmente inseridos em dinâmicas de vida.

O bom resultado com o processo de incubação deste estudo é perceptível, também, por meio da satisfação da comunidade universitária com o funcionamento da cantina, principalmente pelo trabalho diferenciado, inclusive por serem oferecidos produtos típicos da região, preparados no próprio espaço.

Compreende-se, ainda, que a incubadora atua como agente de desenvolvimento local, ao mobilizar o grupo de mulheres em estudo a buscar a transformação da economia ao criarem oportunidade de trabalho e renda ao articular-se a outras iniciativas em rede.

Pode-se concluir que a satisfação da clientela demonstra, não só às mulheres responsáveis pela cantina, mas também à equipe da Incubadora e à administração da UEFS, o êxito do processo e que é viável a aplicação, em outras cantinas, do mesmo tipo de serviço, ou seja, que o funcionamento seja por meio da Economia Popular e Solidária. E, particularmente à equipe responsável pela incubação que, algumas dessas mulheres já estão preparadas para atuarem no mercado de Feira de Santana.

#### REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.





BERNADI, C; ANGELIN, R. Mulheres na Economia Popular Solidária: desafios para a emancipação feminina e igualdade de gênero. *Revista Espaço Acadêmico*, Santa Rosa, n.70, março, 2007. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp\\_angelin.htm](http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_angelin.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Mo692 Módulo 10: Alimentação e nutrição no Brasil I.* / Maria de Lourdes Carlos Rodrigues...[et al.]. – Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

CORRÊA, L. O. R. *Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário*, 2001. Disponível em: <<http://www.milênio.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2014.

DAGNINO, R.; FONSECA, R. Economia solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis. *Revista Trimestral de Debate da FASE*, Rio de Janeiro, 31 (112), 16-24, abr. 2007.

GUÈRIN, I. Sociologia Econômica e Relações de Gênero. In: *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 55-63.

NOBRE, M. A Produção do Viver. *Cadernos Sempreviva Organização Feminista - SOF*. São Paulo, 2003.

SINGER, P. Economia Solidária: possibilidades e desafios. In: *Revista Proposta*. Rio de Janeiro: FASE, 2004. Disponível em: <[http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta88\\_89/singer8889.PDF](http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta88_89/singer8889.PDF)>. Acesso em: 9 ago. 2014.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, J.C.M. Economia solidária e desenvolvimento. In: *Economia sustentável*. Salvador: SETRE, 2011.

TEODÓSIO, A. S. S.; MUNDIM, F. L. C. Relações de gênero e economia popular solidária: análise de um caso em um assentamento rural. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*. 10 (2), 278-296, abr. 2011.



## LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA INTERNACIONAL MUNICIPAL: O CASO DE SÃO PAULO

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC*  
*veschincariol@gmail.com*

ANDRADE, Marina Morais de

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC*  
*marina.moraisdeandrade@gmail.com*

791

### RESUMO

O presente trabalho se apresentou como candidato ao Grupo de Trabalho 2 (dois), cujo tema é “Economias e Trabalho”, propondo uma discussão que se insere no item “dinâmicas da economia entre o global e o local”. O objetivo deste artigo é refutar a tese de que os conceitos de globalização e interdependência, de matriz neoliberal, são adequados para explicar as motivações da recente intensificação da inserção internacional das cidades no Brasil. A partir de estudos prévios foi possível constatar que a liberalização da economia brasileira pode estar na raiz deste fenômeno. A partir disso, a intenção é estudar o caso de São Paulo, de maneira a fazer um mapeamento inicial sobre as políticas e mudanças na legislação da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), em especial, em suas relações internacionais dos anos 1990, década em que se inicia a liberalização da economia brasileira, e 2000.

**Palavras-chave:** liberalização econômica; internacionalização de cidades; São Paulo.

### ABSTRACT

This work was presented as a candidate for the Working Group 2 (two), whose theme is "Economy and Work", proposing a discussion in the item "dynamics of the economy between the global and the local." The purpose of this article is to refute the claim that the concepts of globalization and interdependence, the neoliberal matrix, are adequate to explain the motivations of the recent intensification of international insertion of cities in Brazil. From previous studies it was found that the liberalization of the Brazilian economy may be at the root of this phenomenon. From this, the intention is to study the case of São Paulo, in order to make an initial mapping of policies and changes in legislation of the City of São Paulo (São Paulo Municipal Government), in particular in their international relations in 1990, the decade in which starts the liberalization of the Brazilian economy, and in the 2000's.

**Key-words:** economic liberalization; cities internationalization; São Paulo.



## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, o aumento dos fluxos de capital, a internacionalização do sistema financeiro e com o aumento na velocidade das comunicações é possível observar a crescente participação de entes federados na arena internacional. Assim, a partir deste momento muitos autores analisam a projeção internacional de movimentos sociais, organizações não governamentais, empresas multinacionais, entre outros atores não estatais, que ganham voz e espaço nas negociações e nos grandes foros. Dentre estes novos atores, um grupo de estudiosos concentrados ao Norte geopolítico busca entender a internacionalização de governos subnacionais, ou seja, governos de outros níveis que não o nacional.

Os autores que trabalham este tema atribuem à globalização e ao crescimento da interdependência as causas para a crescente internacionalização de cidades, províncias, *landërs*, estados, municipalidades etc.. Por outro lado, estas unidades subnacionais têm crescentemente se envolvido de maneira ativa em questões e espaços internacionais, buscando apoio para o desenvolvimento local em fontes de financiamento internacional, se inserindo em redes de cidades vistas como movimentos de articulação internacional para fazer ganhar voz as reivindicações locais e mantido contato com seus pares estrangeiros ou mesmo governos nacionais com o intuito de promover suas relações comerciais.

Tendo isto em vista, este trabalho se focará em uma discussão teórica acerca das motivações para a internacionalização dos governos subnacionais com o objetivo de gerar novas reflexões teóricas para estes estudos e servir, posteriormente, como ferramenta analítica para análises empíricas.

## 2. PARADIPLOMACIA

A inserção dos governos subnacionais nas relações internacionais é conhecida como para diplomacia. Este termo foi proposto por Panayotis Soldatos para designar a ação internacional de regiões, estados e municípios, ou seja, unidades de governos não-centrais ou subnacionais, nas relações internacionais, sendo denominado pelo autor como o fenômeno da “muitas vozes” na política externa. Noé Cornago Pietro (2004, p. 252) a define como,



[...] o envolvimento de um governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios ('ad hoc'), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional.

De acordo com Soldatos (1990), este fenômeno pode ser considerado novo em termos quantitativos e qualitativos, representando, respectivamente, o crescente número de interações e a maior capacidade de mobilização dos governos subnacionais em torno dos seus objetivos. De maneira geral, os autores que abordam o tema acreditam que a ação internacional das unidades subnacionais se dá como uma alternativa para promover o desenvolvimento local através de outras fontes na ausência do estado-nação como, por exemplo, com recursos externos, na transferência de *know how*, entre outros.

Segundo os autores da paradiplomacia, esta teria surgido no Brasil como ferramenta para promover o desenvolvimento local, em uma época de descentralização do regime político do país no fim do autoritarismo. Com o esgotamento do milagre econômico, a União brasileira teria perdido a capacidade de responder às demandas locais como agente único promotor do desenvolvimento. "Ocorre um processo de transferência dessa responsabilidade para os níveis locais, que se veem constrangidos a enfrentar o desafio de sua própria sobrevivência nos planos econômico, político e social" (CASTELLS; BORJA, p.1996). E, com isso, o modelo tradicional burocrático de gestão municipal teria entrado em crise, e se faria necessário um novo tipo de Estado Local (ROMERO, 2004).

A Constituinte Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, reafirmaria esta mudança ao conceder maiores competências ao poder local (PRAZERES, 2004). O que ocorreu foi uma mudança de *status* dos municípios elevando-os ao de entes federados (ONUJI, 2005) fazendo com que se tornassem atores imbuídos de maior autonomia e, por conseguinte, de maiores responsabilidades perante o desenvolvimento local. Diante deste processo histórico, a inserção internacional teria surgido como uma alternativa à solução das demandas locais neste novo modelo de gestão. Muitos municípios teriam começado a buscar oportunidades no ambiente internacional para impulsionar o desenvolvimento local.

A Carta Magna de 1988 e as transformações políticas ocorridas no país com o fim do regime militar proporcionaram um espaço cada vez maior para que tais entes federados brasileiros desenvolvessem iniciativas externas, visando novas perspectivas de cooperação cultural e científica, bem como parcerias para o desenvolvimento econômico e comercial (BRIGAGÃO, 2005, p. 11).



A instalação dos aeroportos internacionais nas grandes cidades brasileiras, a ocorrência de eventos internacionais, o estabelecimento de parcerias externas e a crescente movimentação do capital estrangeiro levariam as prefeituras a investirem em suas relações internacionais. Atualmente existe uma gama de municípios brasileiros que possuem Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI's). A institucionalização de um órgão municipal voltado para este tipo de política na administração local poderia proporcionar, através de um corpo de funcionários especializados na área de Relações Internacionais, novas parcerias, planejamento das ações de âmbito internacional, projeção política, atração de investimentos, articulação dos objetivos de cada governo com as oportunidades oferecidas pelo ambiente internacional.

Através de redes de cidades, da cooperação técnica internacional ou da captação internacional de recursos, muitos departamentos de relações internacionais conseguiriam angariar recursos financeiros, conhecimentos técnicos e *know how* para o financiamento de projetos e o aprimoramento das políticas públicas municipais. Além disso, cada vez mais, as cidades encontrariam novos espaços para a atuação na arena internacional, sendo que as políticas desenvolvidas pelos municípios, neste âmbito, poderiam amparar ou fortalecer sua ação como promotor do desenvolvimento local.

O autor Michael Keating (2004) vincula as causas do fenômeno da inserção internacional de regiões, podendo ser aplicada às cidades também, ao processo globalizante e afirma que a participação das localidades no cenário internacional poderia partir de três motivações principais fortalecidas pela globalização: política, cultural e econômica. A motivação política estaria vinculada às aspirações a separação de uma localidade do Estado a que pertence, como também ao crescimento de Regimes Internacionais de Livre Comércio, firmados pelo Estado, colocando os governos subnacionais sob a sua jurisdição e invadindo as competências do governo local. A motivação cultural estaria ligada às razões de origem histórica que fariam com que dois territórios distantes possuíssem semelhanças históricas que os vinculassem e que ganhariam mais destaque com o processo globalizante. A última motivação, econômica, de todo modo, seria considerada a mais estimulante para a ação paradiplomática. De acordo com Michael Keating (2004, p. 3):

*As national economies have faced the challenges of globalization, centralized regional development policies have declined. Regions have emerged as a key level of economic transformation and innovation and are*



*increasingly pitched into competition in global markets without the protection of the national state. [...]Where economic development is concerned, regions go into the international arena for inward investment; for markets, and for technology.<sup>1</sup>*

É também relevante observar que o próprio Direito Internacional só reconhece como sujeitos de direito, para celebrar tratados e assumir compromissos internacionais, os Estados. Este debate em torno da legalidade destas ações em nome do reconhecimento da autoridade dos atores subnacionais, tanto no caso brasileiro como para além dele, pode ser compreendido à luz do estatuto dos novos atores nas Relações Internacionais, firmado pela teoria neoliberal. Na verdade os autores pioneiros na abordagem da paradiplomacia, Panayotis, Michelmann, Kincaid, entre outros, ampliaram o escopo de novos atores, apresentado pelo neoliberalismo na disciplina de relações internacionais, para incluir os governos subnacionais.

A teoria neoliberal vem de reformulações da corrente liberal. Os expoentes do neoliberalismo são Robert Keohane e Joseph Nye, cuja obra mais relevante, *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, lançada em 1977, aborda a impossibilidade de “[...] estudar as relações internacionais olhando apenas para o comportamento dos Estados” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 82). Na obra em questão, os autores exploram o conceito de interdependência, calcado na noção de efeitos recíprocos capazes de gerar custos para os atores envolvidos.

Os autores definem a nova configuração da ordem mundial com o termo Interdependência Complexa, admitindo a existência de múltiplos canais de comunicação e negociação; a diversidade de atores; a existência de uma agenda múltipla; de fronteiras difusas entre o doméstico e o internacional; e, por fim, pela presença de diferentes atores nos processos transnacionais.

### **3. A PARADIPLOMACIA SOB O OLHAR DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

Após situar os conceitos utilizados pelos teóricos da paradiplomacia na abordagem neoliberal das Relações Internacionais, nesta sessão buscar-se-á questionar a validade destes

<sup>1</sup> “Como as economias nacionais têm enfrentado os desafios da globalização, as políticas centralizadas de desenvolvimento regional têm diminuído. As regiões surgiram como um nível fundamental de transformação econômica e inovação e são cada vez mais lançadas a concorrência nos mercados globais sem a proteção do Estado nacional. [...] Quando o desenvolvimento econômico está em causa, as regiões vão para a arena internacional para o investimento estrangeiro; para os mercados e para a tecnologia.” (KEATING, 2004, p. 3)





conceitos, o de globalização e interdependência, a partir das reflexões extraídas da teoria do Sistema-Mundo. Portanto, a intenção é expor a teoria do Sistema-Mundo, em contraposição a visão exposta anteriormente, sob a perspectiva dos seus dois autores seminais Immanuel Wallerstein (2006) e Giovanni Arrighi (1997, 2007).

A Teoria do Sistema-Mundo faz parte do arcabouço teórico das Relações Internacionais e Economia Política Internacional e tem por objetivo explicar as dinâmicas relações do sistema moderno. Esta abordagem foi construída tendo por influência três principais linhas pensamento: o estruturalismo de Fernand Braudel, pertencente à escola dos Annales, os conceitos de Karl Marx e os escritos da Teoria da Dependência concebidos na América Latina. As reflexões do Sistema-Mundo surgem na década de 1970 propondo ser uma forma crítica de analisar o *status quo*, por considerarem os paradigmas dominantes à época mais como barreiras para entender a realidade social do que ferramentas para analisá-la (WALLERSTEIN, 2006).

Nesta teoria a unidade de análise deixaria de ser o Estado nacional e passaria a ser o Sistema-Mundo, que em sua forma moderna seria caracterizado por uma economia-mundo, isto é, uma zona que cruza unidades integradas que respondem a regras sistêmicas, neste caso, capitalistas, as quais regeriam as relações internacionais desde o século XVI. A teoria busca explicar, em termos gerais, que o mundo capitalista geraria uma divisão internacional do trabalho hierarquizada fazendo com que países ocupassem posições de centro e periferia de acordo com seus diferentes modos de produção.

Nesta divisão o centro monopolizaria os processos de produção considerados essenciais e com maior valor agregado na economia-mundo, em dado contexto histórico, e os produtos de menor valor agregado seriam produzidos pela periferia. Este mecanismo funcionaria como uma forma de manter o *status quo* da divisão internacional do trabalho, gerando trocas desiguais que favoreceriam, através da transferência da mais-valia, isto é, dos lucros reais de países da periferia para o centro, a manutenção do jogo de poder vigente. Centro e periferia seriam, portanto, dois conceitos relacionais que coexistiriam, ou seja, não teriam significados independentes (WALLERSTEIN, 2006).

Vale esclarecer que a economia capitalista pressuporia a acumulação de capital sem fim e, para tanto, os Estados econômica, política e militarmente fortes seriam importantes ou mesmo essenciais aliados políticos das empresas na criação de monopólios ou oligopólios, para ajudarem a manter o objetivo de acumulação sem fim (WALLERSTEIN, 2006).





Além disso, a teoria do Sistema-Mundo defende a existência de Ciclos de Acumulação de capital. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) se repetiriam na história do capitalismo mundial e seriam “caracterizados por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerceu a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo.” (AREND, 2012, p. 04). Considera-se a existência de quatro hegemonias desde a origem do sistema: a genovesa, a holandesa, a britânica e a estadunidense.

Os Ciclos de Acumulação capitalista possuiriam duas fases: a de expansão material e a de expansão financeira e estagnação. Na primeira fase de expansão material, determinado tipo de produção central, se expandiria na economia-mundo servindo, através de investimentos produtivos, ao objetivo de acumulação sem fim. Quando esta fase de expansão acabasse e os países centrais não tivessem mais para onde expandir seu mercado e sua produção, os custos cresceriam e os lucros diminuiriam, levando à fase de estagnação do ciclo. Neste ínterim, como não seria possível alcançar os níveis anteriores de lucro o capital abandonaria o sistema produtivo e recorreria ao sistema financeiro, onde a especulação seria capaz de gerar lucros e ainda alguma acumulação de capital. Neste momento, a hegemonia já mostraria sinais de decadência. A fase de transição hegemônica e de ciclos abriria espaço para a emergência de um novo modo de produção a ser monopolizado pelo centro e também para o surgimento de uma nova hegemonia localizada territorialmente. É desta maneira, que o objetivo de acumulação sem fim levaria ao esgotamento de modelos produção e geraria danos irreparáveis à saúde do próprio sistema, colocando fim a um ciclo, ou, em longo prazo, ao sistema.

Na década de 1970, início da fase de estagnação do presente ciclo, segundo Arrighi (2007), teria sido possível observar o declínio da hegemonia estadunidense e a instauração de um “caos sistêmico” na economia-mundo, através dos movimentos especulativos no mercado financeiro. Foi neste momento em que emergiu a teoria do Sistema-Mundo e o discurso da globalização. Este último viria substituir o discurso hegemônico anterior que defendia desenvolvimentismo, o qual fazia sentido como um modo de superar a polarização global existente até a Guerra-Fria (WALLERSTEIN, 2006). A globalização seria uma forma de convocar o Terceiro-Mundo à abertura de suas fronteiras e ao livre fluxo de capital, sob o respaldo da ideologia neoliberal, agora adaptada às novas demandas do capitalismo.

Partindo da teoria do Sistema-Mundo, portanto, é possível questionar a forma como a teoria neoliberal analisa as dinâmicas mundiais. Primeiramente, destaca-se que se Robert



Keohane é um cientista político estadunidense formado em Harvard, por outro lado, Joseph Nye, também cientista político, esteve envolvido diretamente com a formulação da política externa estadunidense por diversos momentos, atualmente atua como membro da Coalizão de Orientadores para o Projeto de Segurança Nacional e já serviu na administração Clinton como Secretário Adjunto de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional. Assim, é possível questionar se a teoria da Interdependência Complexa, fundamentada por Keohane e Nye, partindo dos Estados Unidos para o globo, poderia estar disseminando uma visão de mundo conveniente ao governo estadunidense e suas intenções.

Além disso, ao defender a existência de efeitos recíprocos gerados por tal interdependência, pressupõe-se a existência de certa igualdade de poder entre os Estados. Desta maneira, estaria ausentando às relações internacionais o jogo de interesses de classes e de poder, transmitindo a ideia de que temos um Sistema Internacional, atualmente, mais democrático. No caso da paradiplomacia, ao se admitir a inserção de novos atores e a ausência de hierarquia entre os temas da agenda das negociações internacionais, seria possível questionar se esta perspectiva teórica não estaria omitindo as dinâmicas reais motivadoras deste fenômeno.

Até a década de 1970, época em que os autores da teoria do Sistema-Mundo caracterizam como início da fase da estagnação do presente ciclo de hegemonia estadunidense, o capital teria estado a procura de altos lucros que não eram mais gerados pelo sistema produtivo e os países latino-americanos teriam se aproveitado da abundância de capital a juros acessíveis para contrair empréstimos para financiar seu desenvolvimento e industrialização. É importante lembrar que as principais fontes de financiamento privado deste período estavam sediadas nos Estados Unidos da América (EUA).

Em 1973 e 1979 ocorreram as crises do petróleo, as quais geraram inflação e recessão na economia estadunidense. Diante da situação o governo dos EUA decidiu aumentar unilateralmente as taxas de juros, fazendo com que, por consequência, aumentasse exorbitantemente o endividamento de todos os países que haviam se beneficiado da época anterior para financiar o crescimento nacional com capital internacional.

Em 1983, a crise da dívida e a busca por novos empréstimos levou o Brasil, assim como outros países latino-americanos, a assinar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo que previa a liberalização da economia nacional e o controle do déficit público como contrapartida à concessão de empréstimos.



Em 1989, ao fim da Guerra Fria, se reuniram em Washington funcionários do governo estadunidense e de organismos internacionais, em caráter acadêmico, com a finalidade de avaliar as reformas que vinham sendo realizadas na América Latina. Esta reunião resultaria no Consenso de Washington, o qual ficaria conhecido por agrupar recomendações, antes esparsas, para as reformas na América Latina como condição para cooperação financeira.

As recomendações do Consenso de Washington desmoralizariam o desenvolvimentismo proposto pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe da ONU (CEPAL), baseado na participação ativa do Estado como regulador e empresário na economia nacional, e receitariam medidas neoliberais para o ajustamento macroeconômico.

As dez medidas do receituário neoliberal eram as seguintes: 1) disciplina fiscal, equilíbrio das finanças para combate à inflação, eliminando o déficit público; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária, acentuando o peso dos impostos indiretos; 4) liberalização financeira, permitindo instituições estrangeiras atuarem em igualdade com as nacionais; 5) regime cambial competitivo; 6) liberalização comercial, redução das taxas de importação e estímulo à exportação; 7) políticas para atração de investimento direto estrangeiro, de maneira a eliminar as restrições; 8) privatização; 9) desregulação, reduzindo o controle da economia e flexibilizando a legislação trabalhista; e, por fim, 10) a adoção da legislação de propriedade intelectual. Esta lista de reformas implicaria em uma drástica redução do estado, abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco.

De acordo com Paulo Nogueira Batista (1994), diplomata brasileiro, as recomendações do Consenso de Washington teriam sido pensadas levando em conta apenas as necessidades de capital dos credores, sem considerar a capacidade de pagamento dos países devedores, os quais teriam sido compelidos a emitir moedas, gerar endividamento interno e aumentar as taxas de juros, se tornando exportadores líquidos de capital. Com o serviço da dívida consumindo muitos recursos internos, equilibrar as contas nacionais era uma tarefa difícil.

A tese do estado mínimo estava explícita em tais recomendações. As privatizações, vindas com os ideais de eficiência na gestão, se por um lado, asseguravam a esses estados recursos não inflacionários e não tributários, por outro, enfraqueciam o papel do estado em áreas estratégicas. A abertura não negociada e unilateral não levaria em conta os oligopólios existentes no comércio internacional, o comércio intrafirmas e a, conseqüente, desindustrialização e desempregos que seriam causados, de maneira a perpetuarem as vantagens comparativas. Os investimentos estrangeiros diretos se constituiriam uma forma de



endividamento e também de transferência das decisões empresariais para o exterior. A propriedade intelectual garantiria o monopólio dos países desenvolvidos.

Enfim, os resultados da reforma se restringiram à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal, sendo que na dimensão social restou um legado de miséria, desigualdade social, desemprego e inúmeras tensões sociais. Em âmbito local os resultados foram sentidos fortemente. Batista (1994, p. 12) revela que o então assessor da presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) disse à época que

[...] para levar a cabo as reformas sociais de que necessita a América Latina não se voltaria, porém, a confiar no Estado. Muito pelo contrário. Tratar-se-ia de descentralizar ao máximo o setor público, pela municipalização dos recursos oficiais e pela mobilização das organizações não-governamentais, sabidamente estrangeiras em sua maioria. [...] para garantir a governabilidade e as reformas liberais, seria necessário, nada menos nada mais, que ‘desagregar o Estado’.

Portanto, a descentralização estatal pautou de maneira geral os debates das reformas liberais das décadas de 1980 e 1990. A descentralização foi recomendada à época pelas agências de financiamento internacionais, pelas teorias liberais e até mesmo participativas. Entretanto, é possível resgatar as palavras da autora Marta Arretche (1996) que procura desmistificar o fato de que a realização da democracia depende do nível de governo em que a decisão é tomada e salienta que esta tem mais relação com a natureza das instituições responsáveis pelo processo de decisão e com a possibilidade de que os princípios democráticos eleitos possam ser traduzidos em instituições concretas.

Neste contexto de liberalização é possível observar alguns impactos deste movimento, por exemplo, na cidade de São Paulo. Na década de 1990, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciou uma política de desfinanciamento das empresas públicas estaduais e municipais, tendo em vista que estas, a partir de então, deveriam comprovar capacidade de endividamento para adquirir empréstimos da União. Concomitantemente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e parte dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) passaram a financiar privatizações de empresas estaduais e municipais (ARRETCHE, 2002), como o caso da Eletropaulo, privatizada por multinacional em 1995.

A partir da liberalização também é possível situar o que Saskia Sassen denominou cidade global. Para a autora as cidades-globais compõem uma rede global de lugares



estratégicos que estão no mercado das altas finanças, possuem uma economia de serviços especializada e uma crescente internacionalização da produção manufatureira, entre outros aspectos (SASSEN, 2004). Sassen afirma que a globalização econômica marca uma transformação na organização territorial da atividade econômica e do poder político.

A dispersão das atividades econômicas em âmbito global tão propalada esconde o fato de que essa dispersão geográfica ocorre através de estruturas corporativas extremamente integradas que concentram e controlam o poder e a renda da cadeia que se estabelece. Esta concentração de funções representa um fator estratégico na economia global e se localiza em particular nas cidades-globais, sendo que, a partir dos anos 1990, se expandem para cidades do sul, em forma de filiais.

*La globalización económica hace que las jurisdicciones locales rivalicen entre sí por atraer industrias que operan nacional o transnacionalmente. La posibilidad de mudarse a las jurisdicciones que tengan menores exigencias regulatoria ejerce presiones descendentes sobre el nivel de las regulaciones en todas las jurisdicciones [...] (SASSEN, 2004, p. 386).<sup>2</sup>*

As inovações legais assim, em caráter desregulamentação/reforma/integração global abririam espaço maior para a movimentação financeira em alta velocidade, instaurando esse *modus operandi* na economia mundial. Assim o papel regulatório dos Estados sobre as movimentações transnacionais se reduziria não apenas porque se trata de uma economia global, mas também porque as empresas que operam em seu território fazem parte de uma rede parcialmente estabelecida em territórios nacionais. Teria ocorrido uma acomodação da autoridade que transformou a capacidade dos governos e os regimes legais com a sua liberalização ou “*estadunidización’ de la normatividad*”. A desregulamentação, portanto, não poderia ser simplificada na diminuição do Estado, mas em um mecanismo de negociação da justaposição com o mercado.

A partir deste cenário, também pode ser citado Cornago Pietro (2004) que, ao tratar de casos da Ásia-Pacífico, teria percebido que “o processo de liberalização econômica que caracterizou essa região durante as últimas décadas tem importantes implicações nas economias locais e regionais, fomentando o envolvimento de governos subnacionais em questões internacionais” (PIETRO, 2004, p. 260). O autor ainda afirma que no caso chinês, no

<sup>2</sup> “A globalização econômica faz com que as jurisdições locais criem rivalidades entre si para atrair indústrias que operem em nível nacional ou transnacional. A possibilidade de se mudar para as jurisdições que tenham menores exigências regulatórias exerce pressões descendentes sobre o nível da regulação de todas as jurisdições [...]” (SASSEN, 2004, p. 386).



início da fase de transição para o capitalismo, foi possível observar um aumento da relação entre as províncias e o ambiente externo, reduzindo, ao mesmo tempo, a relação interprovincial e aumentando a competitividade entre elas.

Após analisar a paradiplomacia no contexto pós-soviético, na região da Ásia-Pacífico e na América Latina, Pietro (2004, p. 273) conclui que a “governança subnacional vem adquirindo uma dimensão claramente internacional [...] [e que] Seria razoável afirmar, portanto, que o crescente envolvimento subnacional em questões internacionais é uma característica estrutural do sistema político mundial”.

Adiciona-se a isto, em consonância com as elucidações acerca do Sistema-Mundo, as reflexões de Milton Santos, reconhecido geógrafo brasileiro, que traz importantes contribuições acerca da globalização e seus impactos nos territórios. Santos (1993, p.71) afirma que a globalização faz com que os espaços geográficos se tornem “mundializados”. Ao passo que avança o processo de globalização, tornam-se caracterizados pela formação de um meio técnico, científico e informacional, pela intensificação da especialização produtiva espacial, pela crescente tensão entre localidade e totalidade. Os espaços nacionais acabam por transformar-se em espaços da economia internacional, isto é, subsistemas do espaço global, que devido ao seu elevado nível de tecnicidade e racionalidade, se constituem em espaços de fluxo, dos quais somente os atores hegemônicos conseguem usufruir a partir das redes internacionais que constituem.

O autor acredita ainda que “[...] *cuanto más se afirma el mundo en el lugar, tanto más este último se convierte en único.*”<sup>3</sup> (SANTOS, 1993, p. 75), disseminando um tipo de regulação do espaço a serviço dos atores hegemônicos. Por conta disso, Santos (1993) considera a globalização um fenômeno débil, que circula os recursos de informação de maneira a privilegiar os atores hegemônicos.

O grande número de empresas multinacionais, que se instalaram nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos era visto, de maneira geral, como elemento difusor do “progresso” nestas localidades, por trazer empregos e novas tecnologias. Todavia, Santos (2001) enxerga a chegada destes Investimentos Externos Diretos (IED) como o início da instauração de um processo de desequilíbrio, em que o poder público local passa a ter que se submeter aos interesses do capital privado internacional,

<sup>3</sup> "Quanto mais o mundo está indicada no site, mais o último torna-se único." (Santos, 1993, p. 75)





#### 4. O CASO DE SÃO PAULO

Neste contexto de liberalização é possível observar alguns impactos deste movimento global na cidade de São Paulo. É preciso lembrar, entretanto, os legados deixados pelas décadas anteriores. Campanario e Komarick (1993) afirmam que o crescimento industrial brasileiro promovido desde a década de 1950 se concentrou na região metropolitana de São Paulo e foi promovido por setores transnacionalizados.

Na década de 1990, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciou uma política de desfinanciamento das empresas públicas estaduais e municipais, tendo em vista que estas, a partir de então, deveriam comprovar capacidade de endividamento para adquirir empréstimos da União. Concomitantemente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e parte dos recursos do Fundo de Garantia do Trabalhador S (FGTS) passaram a financiar privatizações de empresas estaduais e municipais (ARRETCHE, 2002), como o caso da Eletropaulo, privatizada em 1995.

Na década de 1990 os reflexos da liberalização do Estado brasileiro se fazem sentir a nível local em muitas medidas adotadas pela prefeitura de São Paulo, revelando a incorporação deste ideário neoliberal pelo Estado local. Em 1993 na cidade de São Paulo é criada pelo Prefeito Paulo Maluf a Secretaria de Privatizações e Parcerias. Em 1999 o prefeito Celso Pitta promulga o Decreto nº 38.151 criando o Programa Municipal de Desestatização. Este decreto foi revogado em 2001 pela Prefeita Marta Suplicy.

Ainda neste íterim, em 2007 a lei 14.517/07 institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PPP) e cria a Companhia São Paulo de Parcerias, que através da lei 15.838/13 se transforma na São Paulo Negócios. O Programa de PPP visa regulamentar a parceria entre poder público de São Paulo e o setor privado a respeito de obras e serviços. A Companhia São Paulo de Parcerias, vinculada a Secretaria de Finanças ficaria responsável por viabilizar o programa e gerir os ativos a ela transferidos. Por não ter conseguido realizar nenhuma parceria, o escopo de atividades da Companhia foi ampliado em 2013 transformando-se na São Paulo Negócios com novos objetivos sociais, dentro deles destaca-se para este trabalho: 1) articular com entes públicos e privados estrangeiros para promoção de negócios no município; 2) potencializar a imagem internacional de São Paulo como pólo de negócios; e 3) atrair investimentos estrangeiros e incentivar a expansão das empresas aqui instaladas (São Paulo, 2013).





A SP Negócios atualmente promove incentivos fiscais para a instalação de empresas privadas na Zona Leste e também está administrando a contratação de empresa privada para estudos técnicos e modelagem de projetos para modernização, expansão e manutenção da infraestrutura da Iluminação Pública do Município de São Paulo.

Em 2007 também foi criada pela lei nº 14.649/07 uma sociedade por ações, a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilizações de Ativos (SPDA), órgão de administração pública indireta do município, com o objetivo de auxiliar o Executivo a promover o desenvolvimento social e econômico da cidade e “na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários, bem como na administração do pagamento de dívidas do Município.” (São Paulo, 2007). Para realizar as funções da SPDA a companhia está autorizada a buscar empréstimos e financiamentos nacionais e internacionais.

Tendo em vista a criação de uma política de relações internacionais ou até mesmo da supracitada identidade internacional, em termos de políticas públicas, alguns municípios brasileiros passaram, inclusive, a institucionalizar Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI's) através da aprovação de projetos de lei, para contar com uma equipe especializada nesta nova área. Em princípio, a institucionalização de um órgão municipal voltado para as relações internacionais na administração local pode proporcionar, de maneira mais efetiva e contínua, novas parcerias, planejamento das ações de âmbito internacional, participação mais ativa nas redes internacionais de cidades, projeção política internacional, atração de investimentos e, possivelmente, ao longo do tempo, uma maior compreensão acerca das dinâmicas internacionais que atingem o seu território, bem como um programa de políticas públicas em relações internacionais inserido no projeto de governo da cidade.

A cidade de São Paulo, que foi escolhida como estudo de caso para essa proposta, possui uma Secretaria Municipal de Relações Internacionais criada no governo da Prefeita Marta Suplicy (2001-2005) em 2001. A criação desta secretaria representa um marco institucional em relação a crescente importância que a política neste âmbito tem adquirido para cidade.

São Paulo é uma megalópole caracterizada por ser o centro financeiro da América Latina e possuir uma população de 11.253.503 habitantes, segundo o Censo de 2010 (Ibge, on line), representando atualmente mais de 10% do PIB do país. A presença dos aeroportos e rodoviárias em sua região metropolitana possibilitou a cidade receber, em 2010, 11,7 milhões



de visitantes, sendo 10,1 milhões de turistas nacionais e 1,6 milhão de estrangeiros. A capital paulista se destaca por possuir, na área dos negócios, 63% dos grupos internacionais instalados no Brasil, no campo da saúde, o maior e mais renomado complexo hospitalar da América Latina, o Hospital das Clínicas, e da educação, 46 faculdades e 26 universidades. São Paulo reúne as principais redes hoteleiras nacionais e internacionais, é conhecida como a capital sul-americana de feiras de negócios e está entre os 15 principais destinos para eventos internacionais do mundo, tendo em vista que realiza 90 mil eventos por ano (São..., 2011, on line).

805

Diante da grande dimensão econômica revelada por estes números, a cidade de São Paulo possui uma dimensão numérica maior do que muitos países e na área dos negócios internacionais é a cidade brasileira que mais se destaca, assim se justifica a sua escolha para o presente estudo. Neste contexto, ao entender sua natural inserção no ambiente internacional no contexto atual e os impactos, tanto positivos quanto negativos, produzidos, facilmente se compreende a necessidade de um planejamento para a atuação internacional da cidade, através do planejamento de uma política pública voltada para esta área, que possibilite o governo municipal administrar essa relação.

Ao analisar as grandes cidades de países subdesenvolvidos industrializados, na obra “Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo”, Santos (1990) cunha o termo “metrópole corporativa fragmentada”. Na “metrópole corporativa” o “poder público [é] chamado a exercer um papel ativo na produção da cidade, beneficiando a população, mas, principalmente, as empresas hegemônicas, obedecendo à mais restrita racionalidade capitalista.” (MAGALHÃES, 2011, p. 157). Na obra em questão, o autor

[...] revela, de forma geral, que a estruturação do espaço urbano paulistano remete à maneira pela qual o poder público realiza o seu trabalho de gestão, sempre vinculado a atender às exigências do capital privado, transformando São Paulo numa cidade corporativa que se fragmenta em várias partes desarticuladas, tanto social como economicamente. (Magalhães, 2011, p. 158)

De acordo com Wanderley (2006) a cidade de São Paulo poderia ser caracterizada como uma grande metrópole, megametrópole e uma cidade global periférica ou emergente,

porque determinados componentes indicados por Castells e Sassen estão presentes em São Paulo, porém eles compõem numa situação subordinada e assimétrica, quer como potencialidades em certos aspectos (expansão do terciário, bancos internacionais, comércio mundial etc.), mas que não podem



ser equiparados às cidades de Nova York, Londres e Tóquio (e mesmo outras), quer apresentando baixa intensidade em outros aspectos (sedes de conglomerados, aeroporto internacional, tecnologia avançada etc.). (WANDERLEY, 2006, p.196)

Tendo em vista as exposições feitas sobre a abordagem paradiplomática em contraste com as anteriores, é importante observar que a maioria dos autores que tratam a questão da paradiplomacia, além de partir do pressuposto da existência de uma interdependência, também pressupõe a crise do Estado centralizado e desenvolvimentista como impulso para as ações paradiplomáticas. A ideia de descentralização da política externa como correspondente a uma maior eficiência, que o Estado central foi incapaz de gerar, compõe grande parte do discurso vigente. O fato é que a descentralização estatal pautou de maneira geral os debates das reformas liberais das décadas de 1980 e 1990, responsáveis por criar uma correspondência, quase que generalizada entre as pessoas, sobre a igualdade entre descentralização das políticas e democracia. A descentralização foi recomendada à época pelas agências de financiamento internacionais, pelas teorias liberais e até mesmo participativas. Entretanto, é possível resgatar a autora Marta Arretche (1996) que procura desmistificar o fato de que a realização da democracia depende do nível de governo em que a decisão for tomada e salienta que esta tem mais relação com a natureza das instituições responsáveis pelo processo de decisão, dependendo da possibilidade de que os princípios democráticos eleitos possam ser traduzidos em instituições concretas.

## 5. CONCLUSÕES E APORTES PARA FUTUROS ESTUDOS

De tal modo, a partir das questões levantadas na sessão anterior, é possível observar que os governos locais, foco deste trabalho, estão mergulhados em novas situações demográficas, econômicas e sociais, dentro de uma preexistente estrutura normativa do território, produzidas pelo embate entre “[...] um dinheiro globalizado e as instâncias político-administrativas do Estado brasileiro” (SANTOS, 2001, p. 96). O capital internacional já criou raízes nas metrópoles dos países subdesenvolvidos que já produzem efeitos de desarticulação econômica, social e territorial nessas sociedades.

As reflexões colocadas neste artigo sugerem outros caminhos para analisar a inserção internacional das cidades e podem se constituir importantes pontos norteadores de futuras investigações, especialmente, àquelas que tiverem caráter empírico. Assim, tal como esperado



no início deste artigo, a intenção de trazer novos *insights* para o estudo da internacionalização de cidades foi alcançada e acredita-se que este trabalho inicial cumpriu a sua função de verificar a possibilidade de utilizar a Teoria do Sistema-Mundo como aporte teórico para tratar o tema proposto, bem como o fato de trazer questões, atores e processos negligenciados, até então, pelas análises que partiram da teoria neoliberal. É uma nova proposta, um olhar alternativo para um fenômeno ascendente.

807

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. **Mitos da Descentralização: Maior Democracia e eficiência nas Políticas Públicas?**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 11, n.31, p. 44-66, 1996.

ARRETCHE, Marta. **Relações federativas nas políticas sociais**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n.80, p. 25-48, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno da dívida externa, n. 69, PEDEX, São Paulo: Peres, 1994.

BRIGAGÃO, Clóvis (Coord.). **Relações Internacionais Federativas no Brasil: Estados e Municípios**. Rio de Janeiro: Gramma/Fundação Ford, 2005.

CAMPANÁRIO, Milton; KOWARICK, Lúcio. **São Paulo: do milagre à crise. As desventuras da cidadania**. Lua Nova, São Paulo: Cedec, n° 28/29, pp. 249-264, 1993.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos do Cebap**, São Paulo, n.45, p. 152-166, julho de 1996.

CASTELO BRANCO, Álvaro. **A paradiplomacia como forma de inserção dos entes não centrais no cenário internacional**. Brasília : O Autor, 2006.

CASTELO BRANCO, Álvaro. **Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional**. . Curitiba : Jurua, 2009.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização**. Brasília: CNM, 2011.

CORNAGO PIETRO, Noe: O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI,



Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC e FAPESP, 2004..

DUCHACEK, Ivo Duchacek. Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in International Relations. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and International Relations. The role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DUCHACEK, Ivo Duchacek. **The International Dimension of Subnational Self-Government**. In: Federated States and International Relations. Publius, v. 14, n. 4, p. 5-31, Autumn, 1984. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3330188>> Acesso em: 5 out 2012.

FERREIRA, José W. **São Paulo: o mito da cidade-global**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

IBGE. **Canais: cidades@: São Paulo: São Paulo**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=355030>>. Acesso em: 30 set. 2012.

KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC e FAPESP, 2004.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.. **Transgovernmental Relations and International Organizations**. World Politics. Cambridge University Press, V.27, n. 1, p.39-62, out. 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009925?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 18 de jun de 2014.

KINCAID, John. Constituent diplomacy in federal polities and the nation-state conflict and co-operation. In MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations. The role of subnational units**. United Kingdom: Oxford University Press, 1990.

MAGALHÃES, Denise. Resenha: **Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo de Milton Santos**. Revista de Desenvolvimento Econômico, n 24, pp. 155-158. 2011

MARIANO, Karina; MARIANO, Marcelo. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. **Impulso**, São Paulo, n.31, p.47-70, 2002.

MARIANO, Marcelo P.; BARRETO, Maria Inês: Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC e FAPESP, 2004.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília, DF: Edunb: IPRI: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003..



NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Henrique. A Política Externa no Pós-guerra Fria. In: **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio. **Paradiplomacia e as Relações Internacionais: a experiência de São Paulo**. São Paulo, 2007.

ONUKEI, Janina (Coord.). **Cidades e Inserção Internacional: A experiência de São Paulo**. São Paulo: CAENI, 2005. Relatório Científico.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC e FAPESP, 2004.

RODRIGUES, Gilberto. **Marco Jurídico para a Cooperação Descentralizada: Um estudo sobre o Brasil**. Frente Nacional de Prefeitos, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/ColoquioFederativoCooperacaoInternacional2011/FNP\\_MJ\\_CID\\_Out2011.pdf](http://www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/ColoquioFederativoCooperacaoInternacional2011/FNP_MJ_CID_Out2011.pdf)> . Acesso em: 01 de julho de 2014.

RODRIGUES, Gilberto. Relações internacionais federativas do Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.51, n.04, pp.1015-1034, 2008.

ROMERO, María del Huerto. Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional: El caso de la red de mercociudades y la Reunión Especializada de Municipios e Intendencias (Grupo Mercado Común). In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC e FAPESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Los espacios de la globalización**. Anales de Geografía de la Universidad Complutense, n 13. Pp. 69-77. Ed. Complutense.1993

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SÃO PAULO. **Dados da Cidade de São Paulo**. 2011. Disponível em: <<http://www.cidadedesapaulo.com/sp/br/sao-paulo-em-numeros>>. Acesso em: 15 out. 2012.

SÃO PAULO. Lei nº 14.649, de 13 de dezembro de 2007. **Autoriza a constituição da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA**. 2007. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/l/5euo/lei-do-municipio-de-sao-paulosp-n-14649-de-20122007>. Acesso em: 28 de jan. de 2014.





SASSEN, Sasken. **El Estado y la nueva geografía del poder**. VIGEVANI, Tullo et al.(org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo, EDUC; Ed.Unesp; Bauru, EDUSC, 2004.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In MICHELMANN, Hans J; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and International Relations: The role of subnational units**. Oxford University Press, 1990.

VIGEVANI, Tullo.; WANDERLEY, Luiz. Apresentação. IN: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC e FAPESP, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis: An Introduction**. London, Duke University Press, 2006.

WANDERLEY, Luiz. São Paulo no contexto da Globalização. **Lua Nova**, São Paulo, n 69, p. 173-203. 2006. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000400008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro-Paulo. **Depois do Consenso de Washington**. São Paulo: Saraiva, 2004





## **ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA ALTERNATIVA À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM TERRITÓRIO SEMIÁRIDO: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS**

RIBEIRO, Kleber Ávila<sup>1</sup>

*Professor auxiliar da Universidade do Estado da Bahia – UNEB*  
*kleberavilar@gmail.com*

MOREIRA, Romilson do Carmo<sup>2</sup>

*Professor assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB*

811

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo mostrar o perfil socioeconômico das associadas e os gargalos que dificultam a sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária, em particular, o da Associação de Mulheres Rendeiras no município de Petrolina-PE, impedindo-os, muitas vezes, de vir atuar como instrumento de geração de emprego e renda em um território com poucas oportunidades econômicas. A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho consistiu em uma pesquisa documental e em uma coleta de dados secundários realizada mediante aplicação de questionários estruturados em um universo amostral de 27 associados, realizada no período de 24 a 31 de outubro de 2013. Concluiu-se que a dificuldade de acesso às linhas de crédito tradicional convencional, a falta do conhecimento de instrumentos de gestão e falta de atuação em redes solidárias constituem-se nos principais entraves à sustentabilidade deste tipo de empreendimento solidário e autogestionário.

**Palavras-chave:** Geração de emprego e renda. Associativismo. Economia Solidária.

### **ABSTRACT**

This article aims to show the socioeconomic profile and the associated bottlenecks that hinder the survival of joint ventures economy, in particular the Women's Association Tenants in the city of Petrolina-PE, preventing them often coming act as an instrument for generating employment and income in an area with few economic opportunities. The methodology used for the elaboration of this work consisted of desk research and a secondary data collection performed by applying structured questionnaires in a sample universe of 27 members, held from 24 to 31 October 2013. It was concluded that the difficulty of access to traditional conventional credit lines, lack of knowledge of management tools and lack of activity in the solidarity networks constitute the main obstacles to the sustainability of this type of solidarity and self-managed enterprise.

**Keywords:** Generation of employment and income. Associations. Solidarity Economy.

<sup>1</sup> Economista, especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Salvador – UNIFACS, MBA em Gestão de Cooperativas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Professor auxiliar da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Colegiado de Administração, DCHT – Campus XVII, Bom Jesus da Lapa-BA, Bolsista Fapesb. Email: kleberavilar@gmail.com

<sup>2</sup> Economista, mestre em Análise Regional pela Universidade do Salvador – UNIFACS, professor assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, vinculado ao colegiado de Ciências Contábeis, campus VI, Senhor do Bonfim – Ba.



## 1. INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial caracterizou-se por um intenso processo de transformações, criando as bases para surgimento do modo de produção capitalista, modelo este, baseado em relações de intensa troca e pelo controle da propriedade privada dos meios de produção. O surgimento de duas novas classes sociais demarcou parte de momento histórico e culminou o conjunto de conflitos, denunciando contradições intensas entre as duas classes que operam de forma antagônica. A produção capitalista promoveu mudanças intensas em diversos níveis e nos mais diversos estágios produzindo rupturas e um novo cenário do ponto de vista da produção e das relações entre o capital e o trabalho.

Neste contexto de transição, o continente europeu vivia um quadro caótico, seja no âmbito econômico, político ou social, cenário que foi proporcionado pelos seguintes fatores: os comerciantes e os mercadores europeus eram considerados como os principais fabricantes e comerciantes do mundo, e ainda detinham em suas mãos a confiança e reciprocidade dos governantes quanto à manutenção da economia em seus estados; pela existência de um mercado em expansão para seus produtos, onde a Índia, a África, a América do Norte e a América do Sul eram integradas ao esquema da expansão econômica européia; e pelo contínuo crescimento de sua população, que oferecia um mercado sempre crescente de bens manufaturados, além de uma reserva adequada (e posteriormente excedente) de mão-de-obra. Esta agenda resultou diretamente na exclusão dos artesãos do mercado de trabalho pelos avanços científicos que propiciaram o desenvolvimento da economia de escala e à precarização das relações de trabalho. Esse quadro socioeconômico é descrito por Singer (2003, p.27):

O capitalismo pós-industrial tem sido marcado pela deterioração das relações de trabalho. Um contingente populacional cada vez maior está se submetendo a condições de trabalho aviltantes: longas jornadas, baixa remuneração, desproteção legal e instabilidade.

Contraopondo-se ao modo de produção capitalista, visando combater as precárias condições de trabalho, surgem os primeiros movimentos sociais de cunho associativo visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores; marcando o aparecimento das primeiras União de Ofício e as primeiras cooperativas.

Em 1844, na Grã-Bretanha foi fundada, na cidade Rochdale, a primeira cooperativa de



consumo, consolidando, a partir de então, o cooperativismo como forma de vida, disseminando-se a cultura de cunho associativo por todo continente europeu expandindo-se pelo mundo inteiro. A economia solidária atua na produção, consumo e distribuição das riquezas geradas pelas atividades econômicas voltadas para a valorização do homem e não somente do capital.

Relevante pontuar, o caráter solidário, inclusivo desse modelo de produção que tem dentro dos seus objetivos estratégico fundar uma nova ótica de sociabilidade, recriando condições materiais objetivas e de sustentabilidade para as classes excluídas do processo produtivo e da sociedade.

No Brasil, os movimentos ligados à economia solidária vêm desempenhando importante papel junto à sociedade, englobando aspectos sociais, econômicos, políticos, e culturais. Visto que, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária estão no espaço público, onde encontram-se inseridas e são projetadas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo, solidário e sustentável, tendo por objetivo promover a inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial, àquelas que encontram-se excluídas do mercado formal de trabalho.

Alguns fatores são tidos como fundamentais para o crescimento da economia solidária no país, tais como a crescente exclusão dos trabalhadores do mercado, o desemprego urbano crescente e o êxodo rural conseqüências da globalização e do sistema capitalista. A luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal cada vez mais presente e crescente, onde iniciativas de economia popular, normalmente de caráter individual ou familiar surgem com muita força e se manifestam sob a forma de empreendimentos de cunho associativo e solidário voltados também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado de capital.

Devido à crescente organização da economia solidária enquanto movimento nas últimas décadas no Brasil, perpassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas quanto à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, que surgiu então a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada durante o Governo Lula (2003 – 2010), simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representante deste movimento no País, tendo como objetivo



garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, segmento em questão neste artigo, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos.

Existem Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) produtivos nas mais diversas áreas econômicas: são associações, cooperativas em agropecuárias, agroindustriais, industriais, de transporte, de artesanato, de reciclagem de resíduos sólidos, de educação escolar, de hotelaria etc., além de ecovilas e outras iniciativas.

Diante do quadro exposto, o presente trabalho busca mostrar o perfil socioeconômico das associadas, como também, os gargalos que dificultam a sobrevivência dos empreendimentos solidários, em particular, o da Associação de Mulheres Rendeiras no município de Petrolina-PE, que terminam por impedir que esses estabelecimentos venham atuar como instrumento de geração de emprego e renda em um território onde existem poucas oportunidades econômicas de sobrevivência.

814

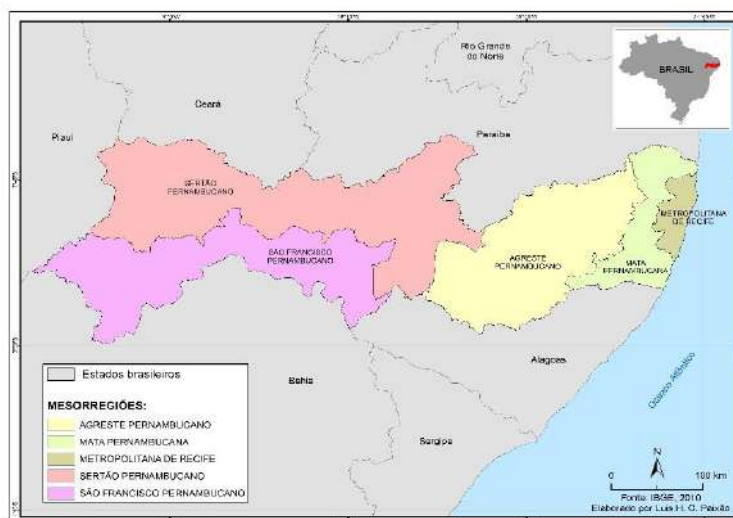
## **2. CONHECENDO O TERRITÓRIO...**

O município de Petrolina (IBGE, 2010) encontra-se localizado na área região semiárida, pertencente à mesorregião geográfica do São Francisco Pernambucano, como pode-se observar na figura 1, e à região administrativa integrada de desenvolvimento (RIDE) do pólo Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Possui uma área de 4.558,4 km<sup>2</sup>, uma população estimada de 319.893 habitantes com densidade populacional de 64,44 hab/km<sup>2</sup>, nos últimos dez anos, conseguiu melhorar seu IDHM em 20,17% nos últimos 10 anos, chegando ao índice atual de 0,697, e detém um PIB<sup>3</sup> de 2.971.554 (em mil reais).

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto (em mil reais)



Figura 1 – Mesorregiões do Estado de



Pernambuco

Conforme se observar na tabela 1, a microrregião de Petrolina (figura 2) é composta por 8 (oito) municípios, sendo considerados os mais importantes Santa Maria da Boa Vista e Petrolina, que possui uma densidade demográfica de 70,18 habitantes/km<sup>2</sup> e renda domiciliar de R\$ 584,31, contra R\$ 402,34 de renda domiciliar média dentro da microrregião.

Destaca-se na atividade vitivinícola, em que representa 15% do mercado nacional da produção de vinhos. Segundo Arcoverde (2009, p. 6) “Além do vinho, a região contempla a maior produção de frutas do País, sendo responsável por 30% das exportações brasileiras do setor.” A região ainda dispõe de indústrias, comércio e agricultura em geral que detém as mesmas características de toda mesorregião onde encontra-se inserida.

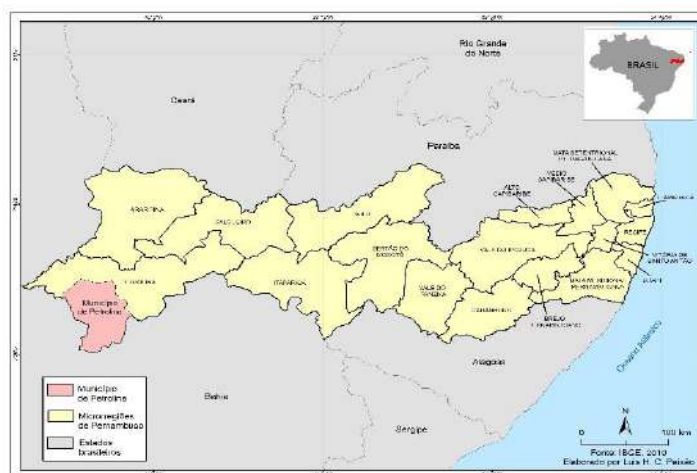
Tabela 1 – Microrregião de Petrolina

Território	Área (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (Km <sup>2</sup> )	Renda Domiciliar	IDHM
Afrânio	1.490,6	16.277	10,92	228,60	0,588
Cabrobó	1.657,9	28.793	17,37	290,45	0,623
Dormentes	1.537,6	15.476	10,07	255,97	0,589
Lagoa Grande	1.852,3	22.379	12,08	292,90	0,597
Orocó	554,8	10.894	19,64	219,76	0,610
Petrolina	4.558,4	319.893	70,18	584,31	0,697
Santa. Maria da Boa Vista	3.001,2	44.053	14,68	264,56	0,590
Terra Nova	321,4	8.140	22,33	235,50	0,599



Fonte: IBGE, 2010; elaboração próprio autor, 2014.

Figura 2 – Município de Petrolina e microrregiões do Estado de Pernambuco



## 2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

A partir de década de 1980, o número de empreendimentos econômicos solidários vem crescendo de forma significativa no Brasil. Atribui-se isso, à trajetória de nosso desenvolvimento atrelado aos processos de industrialização e urbanização, por sua vez interrompidos por uma série de crises, induzida, na maioria das vezes, por fatores exógenos, que levaram a um descontrole inflacionário, cujas consequências arrastaram-se por uma década e meia. Inúmeras tentativas malsucedidas de controle da inflação, através da implantação de planos econômicos ortodoxos, terminaram por contribuir para o agravamento da instabilidade econômica.

O mercado formal de trabalho no Brasil, enfraquecido pelas crises institucionais internas, motivadas pelas crises no cenário internacional, que se sucederam ao longo da década de 1980, teve seu quadro agravado ainda mais no início dos anos 90, com o advento da abertura comercial promovida pelo Governo Collor (1990 – 1992).

O processo de abertura provocou profundas mudanças estruturais no País motivado pela convergência de fatores, com destaque: i) o fenômeno da globalização da economia, que levou ao acirramento dos mercados e aumento da concorrência; ii) a reestruturação da cadeia produtiva nacional, com vistas a tornar competitiva a indústria nacional frente a concorrência estrangeira; e iii) a revolução tecnológica levaram à extinção de inúmeros postos formais no mercado de trabalho, criando uma superpopulação de trabalhadores desnecessários ao





processo de acumulação capitalista, contribuindo, ainda mais, para o agravamento da precarização de relações de trabalho.

Face a essa conjuntura, aqueles trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, se viram diante da necessidade de adotar diferentes estratégias de sobrevivência, é onde surge a economia solidária, cujas características são as iniciativas de produção, distribuição, comercialização e consumo organizadas por grupos de trabalhadores que criam empreendimentos, que detém a posse coletiva dos meios de produção, tem cunho associativista e são geridos pelos próprios trabalhadores, dando ao empreendimento uma característica autogestionária, cujos ganhos são repartidos entre os associados segundo critérios de justiça distributiva, conforme à quantidade de trabalho realizado por cada um. Segundo Lima (2013, p 56).

817

[...] é o processo de transformação de trabalhadores que, até serem atingidos pelas crises, eram assalariados condicionados a cumprir tarefas e horários, em autogestores de seu próprio empreendimento, envolvidos na tomada de decisões de produção, comercialização e finanças, cujos efeitos – positivos ou negativos – são solidariamente partilhados por todos.

Consideram-se, dentre as mais diversas formas organização (tabela 2) da economia solidária, os empreendimentos autogestionários tais como as cooperativas, em seus diversos ramos de atividade, as associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbito rural urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as), organizações de agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente), clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária), ecovilas; redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias, instituições de comércio justo, agências de turismo solidário, entre outras.

Uma característica importante nos empreendimentos solidários é a maneira como os princípios e valores expressos na Carta de Princípios da Economia Solidária são restritamente tomados como base, dos quais se destacam o exercício da autogestão na sua organização interna e o fato de serem supra-familiares com caráter de atividade econômica, por ter seu capital constituído por cotas, distribuídas por igual entre todos os membros, que desta forma, são sócios do empreendimento. O princípio geral da autogestão é que todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento.





A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva. (SINGER, 1999, p.138).

Segundo o SIES<sup>4</sup> (2013), em todo território nacional existem aproximadamente 33.518 EES identificados, dos quais 11.663 são de novos empreendimentos mapeados nos últimos três anos, demonstrando como a economia solidária apresenta um dinamismo social e econômico independente do contexto de crise do desemprego e do fenômeno do dessalariamento que caracterizou o período nas últimas décadas do século passado.

818

Tabela 2 – Quanto às formas de organização dos EES no Brasil (2010 - 2012)

Forma de organização	Quantidade	Percentual (%)
Grupo informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100</b>

Fonte: base de dados SIES (2013); elaboração próprio autor

Como já visto anteriormente, os EES apresentam-se sob diversas formas de organização e encontram-se distribuídos geograficamente ao longo do território nacional, como pode-se observar na tabela 3.

Nas regiões Sul e Sudeste existem um predomínio maior da participação de grupos informais, cuja participação supera a média nacional (44 % e 48,5%, respectivamente. Sob a forma de cooperativas, o destaque recai sobre a região Sul com uma participação de 18,4%, contra uma média nacional de 8,8% e a região Nordeste destaca-se pela forma associativa, onde 74,2% dos EES estão organizados sob a forma de associação.

<sup>4</sup> Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária



Tabela 3 – Quanto às formas de organização por região do Brasil (2010 - 2012)

Forma de organização	NO	%	NE	%	SE	%	SUL	%	CO	%	Brasil	%
Grupo informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Sociedade mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total	3.127	100	8.040	100	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

Fonte: base de dados SIES (2013); elaboração próprio autor

O território do estado de Pernambuco conta com aproximadamente 1.526 (um mil quinhentos e vinte e seis) empreendimentos solidários, sendo 9 (nove) deles localizados na cidade de Petrolina-PE que possui cerca de habitantes 319.893, seu IDH é de 0,747 (IBGE, 2010).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração do presente artigo, utilizou-se como objeto de estudo a Associação de Mulheres Rendeiras no município de Petrolina-PE. O empreendimento conta com 27 associadas que constituiu o universo amostral, visto que todas foram entrevistadas.

Importante relatar a experiências e antecedentes de criação das Mulheres rendeira. Fundada em 1998, a Associação de Mulheres Rendeiras encontra-se situada no bairro José e Maria na cidade de Petrolina (PE). Este empreendimento nasceu da ideia de um grupo de mulheres que decidiu se organizar para fundar a associação, tendo como objetivo de servir como espaço para promover a discussão acerca dos direitos e deveres, questões de cidadania e



empoderamento das mulheres, bem como atuar como instrumento de geração de emprego e renda para suas associadas mediante a confecção de trabalhos artesanais por elas elaborados.

O empreendimento solidário destina-se atender mulheres em situação de vulnerabilidade social, chefes de família, desempregadas e crianças, além de ofertar à comunidade cursos voltados para atividades artesanais, como bordados e rendas, além de cursos de culinária.

Como citado anteriormente, a associação está localizada em um bairro periférico com 13.944 habitantes (IBGE<sup>5</sup>, 2010), tendo sua maioria composta por mulheres. A comunidade onde encontra-se inserida possui uma população de baixa renda, formada por comerciantes formais e informais, dispõe de serviço de transporte urbano que não atende à demanda da população, o saneamento básico é precário, a maioria das ruas é calçada, porém algumas ainda estão no cascalho. Dispõe de um posto de saúde da família - PSF que atende à comunidade e bairros circunvizinhos, quatro escolas públicas e seis particulares, uma creche municipal, várias igrejas católicas e protestantes e associação de moradores. É nesse cenário e em mais onze bairros em seu entorno, que a Associação das Mulheres Rendeiras atua há mais de dez anos.

Depois de muitos anos de luta para divulgar seus trabalhos e levar adiante seus propósitos, foi que a associação conseguiu estabelecer algumas parcerias com instituições oficiais, tais como a UNIVASF<sup>6</sup>, CODEVASF<sup>7</sup> E SEBRAE<sup>8</sup>. Tais instituições dão um suporte muito grande, desde a divulgação de produtos até as despesas de custeio de viagens para expor o trabalho de suas associadas em cidades circunvizinhas e até em outros estados, como Bahia, Distrito Federal e São Paulo.

Apesar de todo esse suporte propiciado pelas instituições parceiras, a Associação de Mulheres Rendeiras ainda encontra grandes dificuldades em divulgar e vender os produtos artesanais, isso ocorre devido à falta de transporte, pois sentem bastante dificuldade em transportar o material para divulgar suas peças em feiras de artesanato na própria região onde encontra-se inserida e em outras localidades. A falta de acesso às linhas de crédito tradicional ainda constitui-se em outro fator que parece distante da realidade de suas associadas, visto que as instituições financeiras oficiais dificultam o acesso ao crédito alegando falta de garantias

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<sup>6</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco

<sup>7</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

<sup>8</sup> Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa



para concessão dos recursos, falta de capacidade de pagamento, baixo nível de produtividade e à irregularidade das vendas, da mesma forma que as próprias associadas não querem correr o risco de fazer algum empréstimo e não ter como cumprir com suas obrigações futuras.

Feito os devidos esclarecimentos, importante, descrever o mecanismo de coleta de dados: Realizou-se uma coleta de dados primários através de pesquisa descritiva com aplicação de questionários estruturados, contendo perguntas fechadas e abertas, junto ao universo amostral constituído pela totalidade das associadas, além da formação de grupos de discussão e entrevistas com entidades parceiras do empreendimento. Por sua vez, a coleta de dados secundários foi realizada mediante consulta de dados históricos, órgãos oficiais, sites, periódicos, pesquisa bibliográfica e blog da própria associação para aprofundar a pesquisa.

Os dados foram coletados no período de 24 a 31 de outubro de 2011 pela equipe de estudantes de Economia Solidária do curso de Administração de Empresas da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-FACAPE.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

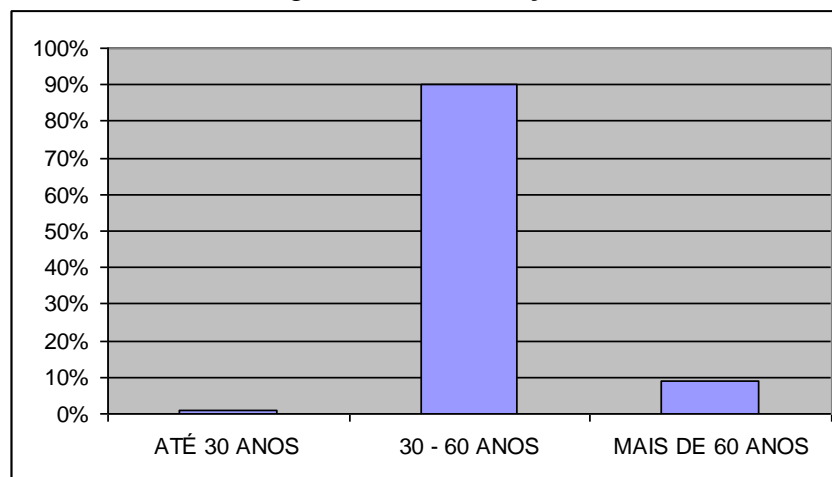
Através da pesquisa de campo realizada com as associadas do empreendimento solidário, de autogestão, objeto deste estudo, permitiu-se traçar um perfil socioeconômico dos atores envolvidos, bem como identificar o mercado consumidor e os principais produtos produzidos e comercializados pela Associação de Rendeiras em Petrolina-PE. Realizou-se também entrevistas com as gestoras da associação visando identificar as principais dificuldades enfrentadas na gestão do empreendimento, propiciando identificar soluções para tornar o empreendimento sustentável capaz de gerar emprego e renda para suas associadas, visto que a maioria não depende da renda proveniente da produção e comercialização dos oriundos da atividade desenvolvida pelo empreendimento.

Analisando-se o gráfico 1, acerca da faixa etária das integrantes da associação, objeto deste estudo, pode-se verificar que a maioria das associadas (90%) encontra-se na faixa etária entre 30 e 60 anos, a menor parcela das associadas com idade até 30 anos ainda faz parte da referida associação, visto que acreditam que atividade pode tornar-se rentável, apesar da dificuldade e da concorrência com a atividade rendeira de estados vizinhos, Rio Grande do Norte e Ceará. Os 9% restantes, encontram-se inclusos na faixa acima dos 60 anos, cujo perfil são de aposentadas e realizam atividades junto à associação para aumentar a renda familiar.



Esse percentual encontra-se também atrelado às questões históricas e culturais, alegam que atividade foi passada de geração a geração e que elas representam a continuidade da atividade.

Gráfico 1: Faixa etária das integrantes da Associação das Mulheres Rendeiras

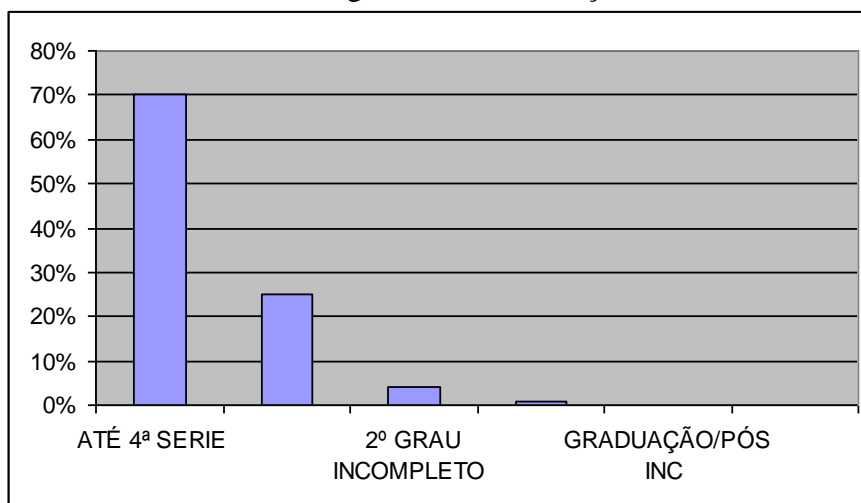


Fonte: pesquisa de campo (2013); elaboração própria

Conforme pode-se verificar no gráfico 2, quanto ao nível de escolaridade das integrantes da Associação das Mulheres Rendeiras, constatou-se um baixo nível de escolaridade e uma mão de obra não qualificada, que 70% estudaram até a 4ª. Série do ensino fundamental, sendo que a maioria deste grupo encontra-se na faixa etária entre 30 e 60 anos. Percentual entre 5 e 25% das associadas possuem o 1º. ou 2º. Grau completo e apenas uma associada possui ensino superior completo e cursa algum tipo de curso de pós-graduação, mas ao ser questionada se tinham alguma pretensão em continuar exercendo a atividade rendeira, afirmou categoricamente que não devido à pouca rentabilidade do negócio. A Associação de Mulheres Rendeiras ainda conta com serviço de voluntários em seu processo artesanal de produção.



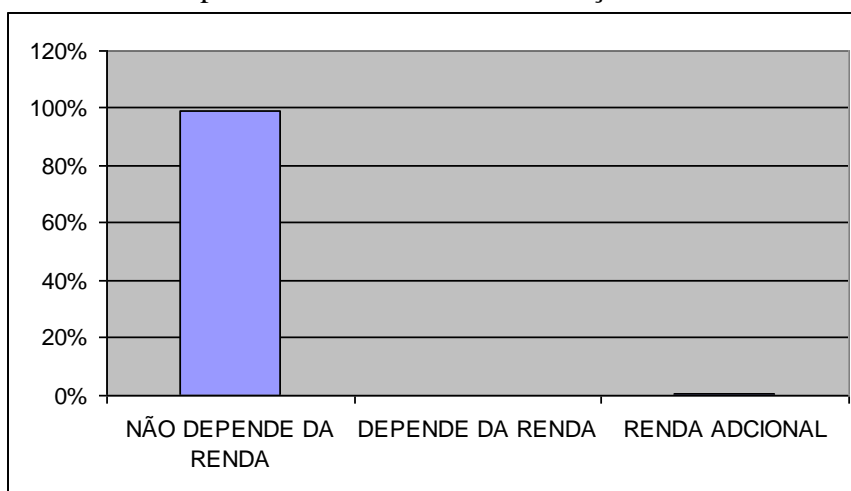
Gráfico 2: Escolaridade das integrantes da Associação das Mulheres Rendeiras



Fonte: pesquisa de campo (2013); elaboração próprio autor

Entre as associadas, como demonstra o gráfico 3, a maioria não depende da renda proveniente da atividade produtiva do empreendimento a que estão vinculadas, 99%. Apenas uma associada depende da renda mensal da associação para prover o sustento de seu filho que necessita de cuidados especiais. Vale ressaltar, que muitas vezes essa renda não atinge o salário mínimo vigente, sendo complementada com doações das outras associadas.

Gráfico 3: Grau de dependência da renda da Associação das Mulheres Rendeiras



Fonte: pesquisa de campo (2013); elaboração próprio autor

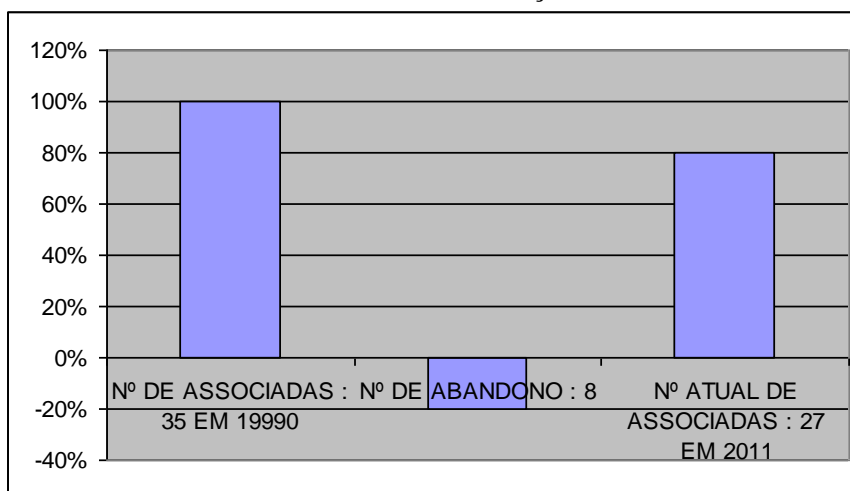
Embora cada associada contribua mensalmente com um valor referente a 1% do salário mínimo vigente para custear as despesas do empreendimento, nem todas frequentam



diariamente a associação, embora compareçam de forma usual às reuniões ordinárias da associação. O quadro de associadas é muito atuante, pois todas buscam envolver-se com as atividades cotidianas da associação. Como pode-se verificar no gráfico 4, o número de associadas diminuiu substancialmente, visto que elas desistem ou abandonam a associação, por não verem como uma opção de trabalho com renda estável. Atualmente o número de associadas é de 27 membros, permanecendo inalterado desde 2011.

824

Gráfico 4: Numero de associadas à Associação das Mulheres Rendeiras



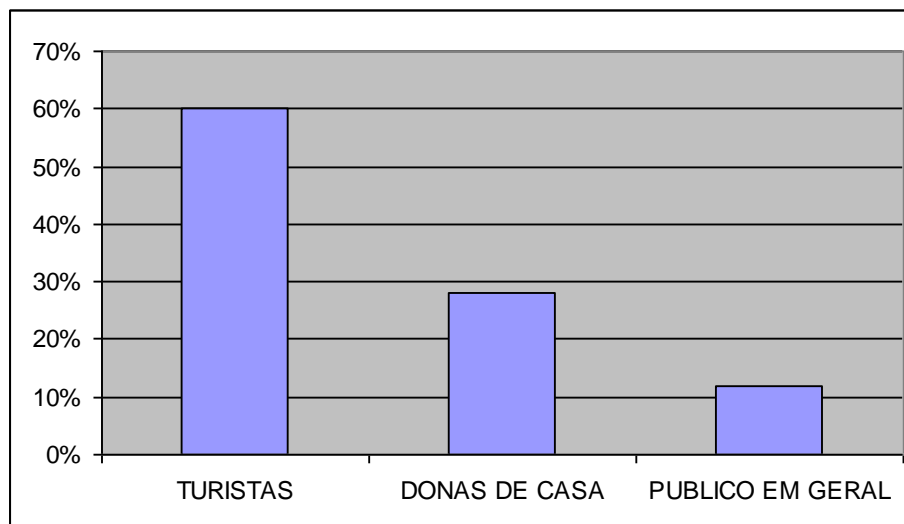
Fonte: pesquisa de campo (2013); elaboração próprio autor

O gráfico 5 demonstra qual o mercado consumidor e o público-alvo dos produtos produzidos e comercializados pela Associação de Mulheres Rendeiras do município de Petrolina-PE. A maioria da produção, cerca de 60%, atende à demanda externa constituída por turistas em trânsito pela cidade, uma vez que são produtos artesanais e mais valorizados por pessoas de outras regiões. 28% da produção é comercializada de forma doméstica, pelas donas de casa residentes no município, bem como em cidades circunvizinhas. O restante da produção, 12%, destina-se ao público em geral.





Gráfico 5: Mercado consumidor dos produtos fabricados pela Associação das Mulheres Rendeiras

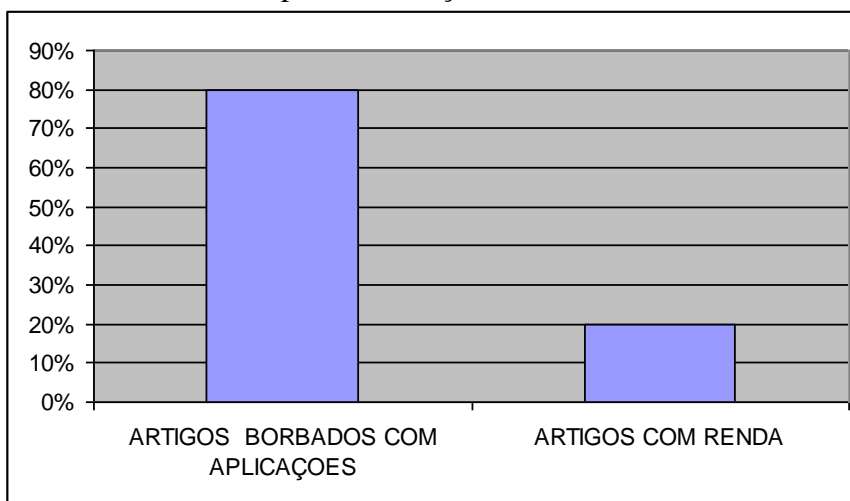


Fonte: pesquisa de campo (2013); elaboração próprio autor

Pela análise do gráfico 6, os produtos fabricados pela Associação de Mulheres Rendeiras, são elaborados de forma artesanal, com destaque para as almofadas, arranjos de flores, roupas com bordados, bolsas, toalhas, bonecas, roupa de cozinha, objetos para decoração de casa que possuem detalhes de renda e bordado. Há também produtos vindos de uma associação de produtos artesanais de Juazeiro - BA. Na tentativa de diversificar sua fonte de renda, recentemente a associação abriu uma lanchonete para contribuir no pagamento das despesas, porém verificou-se muitas dificuldades já que os eletrodomésticos são alguns alugados e outros emprestados, as vendas não são suficientes para custear o aluguel e ainda gerar lucro para distribuir entre as associadas. Porém os artigos de bordados com aplicações são os produtos mais vendidos, em contrapartida, os produtos de renda, na qual a existência da associação é baseada são os menos vendidos por falta de mercado e ter custo de produção mais elevado pelo detalhamento do trabalho.



Gráfico 6: Produtos fabricados pela Associação das Mulheres Rendeiras mais vendidos



Fonte: pesquisa de campo (2013); elaboração próprio autor

A renda mensal da associação varia de acordo com as vendas, que termina levando as associadas a interromper a produção até que o estoque seja vendido para que possam retomá-la. A oscilação da receita proveniente das vendas atrelada a falta de instrumentos de gestão financeira, o que termina por dificultar a administração da própria associação. Não há um público específico de clientes, o consumidor vai desde o turista, a dona de casa e estudantes. Para fazer à divulgação dos produtos em feiras e em outras cidades a associação apresentou algumas dificuldades como o transporte dos produtos, necessidade de ajudantes, uma vez que a maioria das associadas são mulheres mais velhas e apresentam dificuldades para carregar os produtos. O SEBRAE, CODEVASF e UNIVASF são empresas parceiras da associação e na maioria das vezes patrocinadoras das viagens para exposição do trabalho.

Os cursos de bordados, bonecas e flores são oferecidos pela associação ao público em geral, que demonstra interesse em aprender o fabrico de produtos artesanais. O maquinário utilizado na produção que a associação dispõe é do tipo industrial, das cinco máquinas de costura existentes, apenas uma encontra-se condições de funcionamento, a dificuldade em manusear estas máquinas e o custo do conserto elevado são os motivos pelo não funcionamento dos equipamentos.

Durante a pesquisa, em entrevista realizada com membros da diretoria da Associação de Mulheres Rendeiras, a maior dificuldade é a falta de um meio de divulgação que valorize seus produtos e que, por ventura, venha otimizar suas vendas, o que seria o ponto principal para a obtenção de uma linha de crédito necessária para propiciar a estabilidade econômica



da associação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É recorrente à maioria dos empreendimentos econômicos solidários a falta de condições mínimas de que dispõem as empresas capitalistas: facilidade de acesso a financiamento com baixas taxas de juros, acesso a tecnologia adequada, pesquisa, formação e qualificação dos trabalhadores de forma continuada e assistida, além de falta de infraestrutura etc.

A pesquisa realizada junto às associadas da Associação de Mulheres Radeiras do município de Petrolina, aponta para algumas dificuldades que terminam por colocar em risco a continuidade do empreendimento econômico solidária. consiste na dificuldade em acessar às linhas de crédito tradicional. A constituição de uma cooperativa poderia vir a facilitar o acesso ao crédito através da captação de recursos voltados especificamente para atender a este tipo empreendimento, o que iria proporcionar melhor aproveitamento econômico da produção com aquisição máquinas de costura modernas. Entretanto, não há dentro do atual de associadas quem tenha conhecimento de gestão para gerir este tipo empreendimento devido à sua complexidade. A associação permaneceria funcionando, atendo-se apenas ao cumprimento de sua função social

Outro desafio é gerar renda suficiente para atender as necessidades de suas associadas, visto que a associação não consegue manter uma regularidade na produção e suas vendas são esporádicas. A inserção de seus produtos poderiam alcançar outros mercados através da atuação em redes de cooperação, o comércio justo e participação continuada em eventos em outras regiões.

Trabalhar a questão social de maneira concreta é algo que reproduz a importância de transformar vidas, modificar cenários outrora abatidos pela problemática social e pela falta de oportunidade das pessoas desenvolverem seus talentos e construir uma história de cidadania e superação. O que se pode perceber, em experiências como a da Associação das Mulheres Radeiras, é o fortalecimento de ações que contribuíram significativamente para a construção de uma sociedade justa, sustentável e solidária, onde o empoderamento das pessoas acabe por se tornar um importante mecanismo capaz de fortalecer os indivíduos em um sentido social, político, econômico, como também do ponto de vista da formação dos atores sociais envolvidos neste processo.



O mundo, cada vez mais globalizado, desenvolvido tecnologicamente e repleto de transformações de mercado, deixa, porém, uma gama de pontos de melhoria que devem ser trabalhados por organizações públicas, privadas e do terceiro setor e isto tudo parte do talento de cada pessoa, do controle social e principalmente da capacidade financeira do negócio. É crescente a necessidade de ações empreendedoras que se movam na direção da resolução de muitas das demandas sociais que afetam a qualidade de vida dos cidadãos.

As diversas articulações que viabilizam o trabalho na Associação das Mulheres Rendeiras evidenciam o quanto é fundamental a construção de parcerias e a colaboração de diversos segmentos sociais, alinhados em torno da busca por um cenário que contemple questões como melhoria da educação, redução da ociosidade, valorização da cultura e amplo debate em torno da cidadania, e conseqüentemente, diminuição da marginalização social.

Este estudo evidencia uma experiência prática e motivadora, que contradizem muitos dos discursos que se limitam a um plano meramente filosófico ou materialista, na medida em que dinamiza relações, transforma vidas e cenários sociais, retrata a importância das pessoas se colocarem como protagonistas de suas histórias, enquanto empreendedoras, cidadãs e boas administradoras de seus projetos de vida, com sensibilidade para agir de maneira positiva, tanto no individual quanto no coletivo.

## REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Economia solidária em Pernambuco. Alternativa de emancipação frente ao desemprego e à exclusão social?** 1.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti, DAKUZAKU, Regina Yoneko, SOUZA, André Ricardo de. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

EIDELWEIN, Karen. **Economia solidária: a produção dos sujeitos (des)necessários.** 1.ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

FILHO, Niemeyer Almeida; ORTEGA, Antônio Cesar. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** 1.ed. Campinas: Alínea, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária.** Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/abetgaiger.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2014

GOERCK, Caroline. **Economia popular solidária: processo de trabalho.** 1.ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.



GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia. **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. 1.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia solidária e vínculos**. 1.ed. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2013.

PINTO, G.A. **A organização do trabalho no século XX – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TORVES, José Carlos. **Economia solidária: o sindicalismo e as políticas de combate ao desemprego**. 1.ed. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

Disponível em: <http://microcredito.wordpress.com/2007>, acesso em 10 de outubro de 2013.

Disponível

em: <http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/fase2/relatorios/empreendedores/umoestadual.asp?estado=PE>

Disponível

[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60),  
acesso em 21 de julho de 2014.

em:

Disponível em: <http://www.met.gov.br/sistemas/atas/atlasesmenu.html>

Disponível em; <http://www.ibge.com.br>, acesso em 03 de março de 2014.



**Anexo A:**



**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO**

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA-FACAPE

PROFESSOR: KLEBER ÁVILA RIBEIRO – CURSO: ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

DISCIPLINA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

LOCAL: Associação das mulheres rendeiras do bairro José e Maria no município de Petrolina-PE

1. Sexo  
 Masculino       Feminino
2. Faixa Etária:  
 até 25 anos       26-45 anos       Mais de 50 anos
3. Escolaridade:  
 Até 4ª série do 1º grau       até 8ª série do 1º grau       1º grau incompleto  
 1º grau completo       graduação/pós incompleto       graduação/pós completo
4. Natural da cidade de:  


---
5. Tem filhos?\_\_\_\_\_, Quantos dependem da sua renda?\_\_\_\_\_
6. Qual a sua renda média mensal retirada da associação?\_\_\_\_\_
7. Há quantos associados no projeto Mulheres Rendeiras?\_\_\_\_\_
8. Quantos homens?\_\_\_\_\_
9. Quantas mulheres?\_\_\_\_\_



10. Qual o público-alvo da associação? \_\_\_\_\_

11. Quais os produtos que a associação oferta no mercado? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Qual o perfil do consumidor dos produtos da associação? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Qual é o produto mais vendável? \_\_\_\_\_

14. A Associação promove algum mini curso para os associados?

( ) sim      ( ) não

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

15. Há equipamentos e máquinas suficientes para atender a demanda de produção?

( ) sim      ( ) não

Se não, quais as necessidades de equipamentos e máquinas da associação? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

16. Há dificuldades para expor os produtos?

( ) sim      ( ) não

Se sim, quais são as maiores dificuldades? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17. A associação trabalha com parcerias?

( ) sim      ( ) não

Se sim, quais a vantagens que ela oferece? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

18. Quais as maiores dificuldades que a associação sente para entrar no mercado? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19. Há dificuldades para a associação conseguir crédito?

( ) sim      ( ) não

Se sim, quais são elas? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

20. Qual o faturamento médio mensal da associação? \_\_\_\_\_



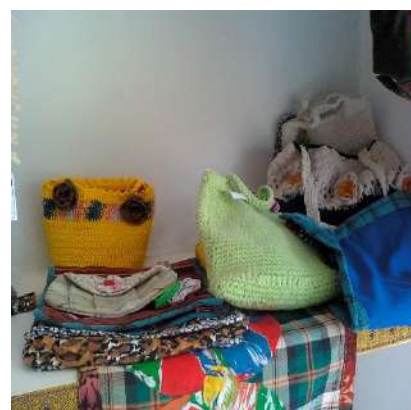


21. Como funciona a gestão da associação? \_\_\_\_\_

Anexo B:

Fotos da Associação de mulheres rendeiras e dos produtos

832





## **A MULHER-COSTUREIRA: RELAÇÕES DE TRABALHO SILENCIADAS PELO DISCURSO MIDIÁTICO**

JESUS, Bruna Kely de  
*Mestranda e bolsista PRPPG/Unespar do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
bruu\_kelly@hotmail.com*

SKURA, Ivania  
*Mestranda e bolsista CAPES/DS do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
ivaniaskura@hotmail*

VIDAL, Rangel Max Lima  
*Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
rangeldrums@hotmail.com*

833

### **RESUMO**

A mulher-costureira, no chão de fábrica do mercado têxtil e de vestuário, é foco desta investigação. Com base em conceitos de desenvolvimento humano e economia regional, buscamos compreender as relações de trabalho como fatores de reforço para condições de vida e trabalho silenciadas por discursos midiáticos que não condizem com as práticas cotidianas de trabalhadoras. Por meio de análises de discurso e de imagens representantes destes dois mundos (das costureiras e das modelos de anúncios publicitários), esboçamos considerações acerca de situações e significações relacionadas à cultura, à mídia, ao capital e ao trabalho, por um viés interdisciplinar que, a partir das considerações traçadas, denota o desequilíbrio entre realidades e condições de produção do mercado de moda e propagandas do mundo *fashion* idílico disseminado para o público.

**Palavras-chave:** Mulher. Costureira. Mídia.

### **ABSTRACT**

The seamstress-woman, on the shop floor from the textile and clothing market, is this investigation focus. Based on the concepts of human development and regional economy, we seek to understand the working relations as reinforcement factors of living and working conditions silenced by media discourses which does not tie to the workers everyday practices. Through analyzes of representative discourses and images of these two worlds (the seamstresses world and the models of advertisements one), we outline considerations in respect of the situations and meanings related to culture, media, capital and work, from an interdisciplinary perspective that, by the set out considerations, denote the imbalance between the realities and production conditions of the fashion market and advertisements of the idyllic fashion world disseminated to the public.

**Keywords:** Woman. Seamstress. Media.



## INTRODUÇÃO

Da inquietação de compreender como se evidenciam relações de trabalho; relações de gênero e desigualdades no mercado de trabalho regional paranaense, surge esta proposta de estudo sobre anúncios publicitários do ramo têxtil que tematizam o mundo feminino, com foco em propagandas que circularam na mesorregião geográfica noroeste, em que se encontra o pólo industrial de Cianorte-PR.

Por propaganda, entendemos qualquer forma paga de apresentação e promoção de ideias, produtos, serviços; como ferramenta do *marketing* – processo social e gerencial de satisfação de necessidades e desejos de grupos e indivíduos via troca de produtos e valores. Que envolve a gestão de produtos, clientes e marcas (KOTLER, 1991; 2010).

Para fins de comparação teórico-prática, os discursos e significações trazidos por estes anúncios comerciais são confrontados com dados referentes ao setor produtivo, traçando reflexões pautadas em dados e constatações que reflitam uma realidade bastante diferente da imagem representada pela mídia.

O percurso de análise do *corpus* considera vieses como o social, histórico, cultural, econômico articulados em uma abordagem interdisciplinar. Compreendemos a interdisciplinaridade como um processo metodológico de construção do conhecimento com base em relações com o contexto, a realidade e a cultura, por meio de movimentos dialéticos como a problematização da situação com vistas a desvelar a realidade e a sistematização e integração dos conhecimentos (FREIRE, 1987).

Alocamos e compreendemos a mídia como portadora e disseminadora de valores, via representações simbólicas que formam e reiteram identidades e subjetividades, num amplo processo cultural e social, com vistas a atender demandas do sistema econômico que, por vezes, acabam por estereotipar noções de gênero e sexualidade e criam/reproduzem realidades que destoam do cotidiano, pois com as transformações do mercado surgiram novas modalidades de consumo. O *marketing* atende a essas modalidades não apenas classificando as pessoas, mas hierarquizando-as (ORTIZ, 2007, p. 207), respondendo às necessidades de seu público-alvo e analisando tendências de mercado (KOTLER, 1991).

Essa criação/reprodução de realidades é disseminada pela mídia em seus diversos âmbitos. A propaganda, aqui investigada, trabalha as formas de produção, a formação do campo visual e a sensibilidade, bem como suas implicações na percepção. Considerando o



modo como a sociedade moderna se constitui, o campo visual coloca-se como um campo de nossa inserção no mundo, uma perspectiva da qual observamos e somos observados.

As propagandas trazidas, por um lado evidenciam o modo precário de trabalho das costureiras (salientando que as produções são comercializadas por preços/valores altíssimos, impedindo-as de consumirem o próprio produto), e por outro lado, mulheres que usam a marca e ganham cachês bastante altos em pouco tempo para pousarem para as fotos.

O que defendemos, portanto, é que é difícil vislumbrar uma harmonia entre a realidade das condições de trabalho das costureiras e o mundo *fashion* idílico das modelos. Há muita diferença entre identidade empresarial (características encontradas na realidade da organização) e imagem de marca (posicionamento), o que o anunciante coloca para que o público receba, o que efetivamente se quer que o consumidor pense sobre a empresa (PUBLIO, 2008). Além disso, aborda-se também a questão das identidades pessoais, dos receptores das mensagens midiáticas, ligada à individualidade, aos modos de ser e viver (KELLNER, 2001).

Por meio de uma crítica ideológica – desmistificação das ideias dominantes – com base na análise e problematização dos discursos midiáticos, tendo em mente que a cultura da mídia ajuda a estabelecer hegemonias de grupos e ideias, produzindo representações sociais, históricas, econômicas e políticas, que reiteram noções e reforçam modos de perceber o mundo – apontaremos, no recorte abordado, como se silenciam as relações de trabalho precarizadas neste meio.

## **TRABALHO VERSUS SETS E HOLOFOTES: COSTUREIRAS E MODELOS**

O processo de consumo (da produção à venda) envolve sujeitos diversos e, principalmente no ramo como o de vestuário de Cianorte-PR, que se liga intimamente com setores de moda, há uma espetacularização dos modos de fazer e viver o trabalho. Com base nessa premissa, analisamos anúncios impressos que trazem noções de estilo de vida, beleza e feminilidade (conceito personificado por modelos de renome nacional e internacional) confrontadas com a realidade do chão de fábrica, em que se produzem caras peças de vestuário (na figura das costureiras que trabalham para marcas de grife), denotando desigualdades dentro de um mesmo gênero (mulher).

O conceito de mídia aqui utilizado se refere aos principais veículos de comunicação social, como emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas, internet. As ideias e noções





presentes nesses discursos midiáticos trazem profundo efeito sobre as experiências existenciais nas formas de sonhar e desejar que propõem (SANTAELLA, 2004). As artes, ciências, tecnologias e a mídia são instâncias de produção, ao passo que desenvolvem pedagogias de educação de homens e mulheres, ensinando modos mais “adequados” de viver, disciplinando e regulando sujeitos (ANDRADE, 2003).

É válido ressaltar que as propagandas aqui trazidas (sem identificação do anunciante) não serão tomadas como efeito de verdade, mas como representações, que “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Também não consideramos que a apreensão dessas mensagens ocorre de modo automático, afinal, o processo comunicativo não é linear, mas complexo e passível de questionamentos, recusa e ressignificações. Abaixo, as imagens 1 e 2 expressam visualmente o cenário das fábricas, enquanto as imagens 3 e 4 representam as significações midiáticas de determinada marca de vestiário.

836



**Imagem 1.** Costureiras de Cianorte.  
**Fonte:** CiaNotícias (2014)<sup>1</sup>.



**Imagem 2.** Equipe de filmagem.  
**Fonte:** GMR (2001)<sup>2</sup>.

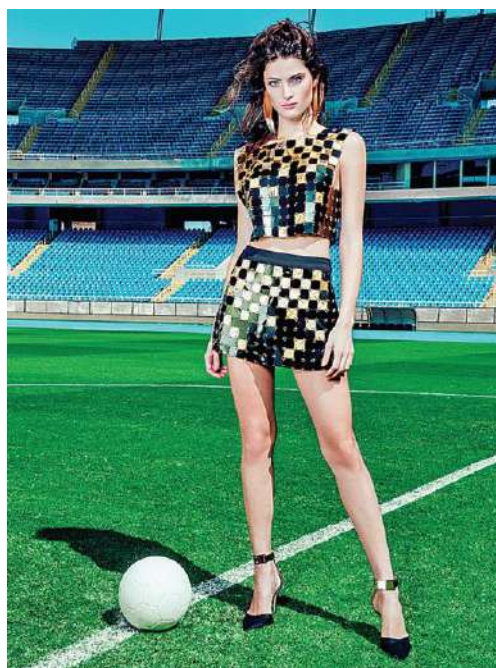
Na imagem 2 se nota uma equipe de filmagem acompanhando o trabalho das costureiras, em que elas estão utilizando equipamento de proteção individual (nas narinas), para que não fiquem expostas ao pó do tecido. Essa ilustração evidencia a mediação existente entre realidade e representação, momento em que se transmite uma versão “maquiada” da situação de trabalho, já que usualmente não são utilizados tais equipamentos.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.cianoticias.com.br/noticia/3425>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/Uytb1F>>. Acesso em: 21 jun. 2014.



As cadeiras de madeira, com *design* não ergonômico, desconfortáveis, são o local em que as costureiras permanecem ao menos 8 horas diárias numa mesma posição (imagem 1). Pressionadas por uma produtividade cronometrada, estas mulheres são responsáveis por mensurar a capacidade produtiva no menor tempo possível, prática necessária para maximizar a produtividade fabril.



**Imagem 3.** Anúncio da Copa.  
**Fonte:** Touch Multimarcas (2014)<sup>3</sup>.



**Imagem 4.** Anúncio Verão.  
**Fonte:** DigNow (2014)<sup>4</sup>.

Já nas imagens de exposição da marca a ser comercializada (3 e 4), há modelos que exprimem um padrão de beleza midiático, em condições de vida privilegiadas, perceptíveis pelas paisagens ao fundo e pelo vestuário que denotam *status* e *glamour* não usuais para grande parte da população. Analisaremos as imagens pelo viés do discurso e da significação visual, compreendemos imagem como algo que existe entre percepções: entre aquilo que podemos nomear; entre aquilo que lembramos e aquilo que aprendemos; entre o vocabulário comum, adquirido, de um mundo social, e um vocabulário mais profundo, de símbolos ancestrais e

<sup>3</sup>

Disponível em:  
<<http://www.omb100.com/novaiaguacu/anuncio/touch-roupas-multimarcas-em-nova-iguacu-439259>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

<sup>4</sup>

Disponível em:  
<<http://www.dignow.org/post/roupa-feminina-para-praia-na-cole%C3%A7%C3%A3o-ver%C3%A3o-2014-de-morena-rosa-5528990-25812.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.



secretos (MANGUEL, 2001). Essa recepção depende da cultura, aqui tida como aspecto que abrange as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo (SILVA; 2006).

O termo discurso designa a linguagem, um enunciado particular ou uma série de enunciados que tem influência das condições de produção e papel social do enunciador. Os sujeitos do discurso “criam limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana e da vida, dependendo das diversas situações da linguagem e das diferentes condições e situações de comunicação” (BAKHTIN, 2011, p. 275). Por isso, quando tratamos de subjetividade, a compreendemos como momento em que “o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico” (BARROS, 2003, p. 3), conferindo ao discurso polifonia (mais de uma voz que fala) e dialogismo (conversa entre textos, conceitos e sistemas de símbolos).

Um discurso, ao atingir a materialidade de anúncio publicitário, permite que se notem pistas ideológicas a partir do que a imagem torna visível, trata-se do *space off*, o espaço não visível no quadro (LAURETIS, 1994). Mas os enunciados podem ter muitas significações, não há interpretação verdadeira (KOCH, 2002), há versões. Ao falar de discurso e enunciado, fala-se da interação social que é um dos elementos constitutivos da linguagem, algo amplo no que se refere à capacidade de expressão, uma vez que esta acontece humanamente, por meio de qualquer conjunto de signos, isto é, imagens, sons, palavras. A constituição da linguagem só ocorre na interação social, e a recepção de significados depende da cultura, dos costumes, dos valores, da região, enfim, de diversos elementos que envolvem a vivência do homem na sociedade.

A língua produz sentidos no contexto em que se insere, é instrumento não só de comunicação, transmissão de informação, suporte de pensamento, mas ferramenta de ação social, de interação (BRANDÃO, 1990). Por isso, as inferências aqui feitas pautam-se no recorte espacial e temporal que já evidenciado, não garantindo que outras análises necessariamente tenham resultados iguais aos aqui trazidos.

Para a leitura e compreensão crítica de uma propaganda que coloca a imagem, ou seja, a representação da realidade (MANGUEL, 2001), como protagonista de suas intenções discursivas, o leitor precisa conhecer a linguagem visual ou então, estar sensível para não aderir a qualquer tipo de manipulação midiática ideológica, pois





temos permitido que a propaganda e a mídia eletrônica privilegiem a imagem para transmitir informações instantaneamente ao maior número de pessoas; esquecemos que a própria velocidade as converte na ferramenta ideal de comunicação para toda sorte de propaganda, porque, manipuladas pela mídia, essas imagens não nos dão tempo para uma crítica ou reflexão pausada. “Adoramos as imagens”, mas não “aprendemos em profundidade, por meio delas”. Superficialmente, temos em comum certas imagens básicas: de eficiência e lucro, de sexualidade e satisfação, cada uma com seu lugar-comum nas propagandas (MANGUEL, 2001, p. 143-144).

Na maioria das vezes, o sujeito é bombardeado com propagandas imagéticas e não percebe estas como ferramentas para convencê-lo dos significados explícitos opondo-se aos implícitos, o que o torna menos propício a acreditar naquilo que lhes é posto como fato coerente. Ao contrário disso, as propagandas que estão em evidência nesse trabalho, abordam implicitamente a incoerência entre a imagem fotográfica das modelos e a realidade das trabalhadoras, ou seja, a situação, o ambiente, as condições trabalho. Para exemplificar tal incoerência, a imagem a seguir, que se enquadra no *corpus* de análise no que concerne às imagens midiáticas do mundo *fashion*, possui certa capacidade de síntese da discussão que abordamos neste estudo.



**Imagem 5.** Constraste imagético. **Fonte:** MR<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/TLEqR0>>. Acesso em: 08 jul. 2014.



Ao olhar a imagem 5 (acima), o leitor concentra-se na protagonista, a modelo, cuja principal função é tornar evidente a marca que a contratou. A modelo encontra-se na parte lateral da imagem e consegue tornar o cenário atrás dela, um fator coadjuvante. Esse fato se explica, pois

o perceber é também significar, organizar é representar mentalmente com sentido. Os objetos se apresentam à percepção e à mente sempre motivados, como que magnetizados intuitivamente, a partir de algum ponto que chama a atenção. Isso explica porque, duas pessoas, ao observarem a mesma cena ou objeto, “escolhem” determinados pontos centrais, que mais lhe chamam a atenção, ou ainda, como fixamos nossa visão em fundo e figura. Isso não se dá apenas por uma questão de escolha racional, lógica, mas por uma questão de sentido – enquanto ligação emotiva e sentimental, que cada uma constrói no ato mesmo de percepção (MENDES, 2006, p. 323).

840

É possível que o leitor não perceba o cenário inóspito atrás da modelo, considerando que os contrastes apresentados seguem a intenção do produtor da imagem. O cenário é um ambiente que denota umidade, mal iluminado, sujo. Além do próprio ambiente, é possível visualizar alguns móveis e objetos velhos, como um *freezer*, mesa, máquina de lavar, caixas, pano e madeira. Em contraposição à modelo, a qual mostra todo o *glamour* de suas roupas e acessórios, temos o jogo de luz feito por meio das cores: o vermelho, da parede mal conservada, transfere o olhar do receptor justamente para a cor branca da roupa da modelo, complementada pela parede e a cortina azul perto dela, desviando a atenção do ambiente à modelo, e, sobretudo, à roupa.

Embora a imagem possua uma contraposição entre o *glamour* e o ambiente mal conservado, possui também certa convergência com relação à simplicidade. O material cuja roupa da modelo é feita (crochê na parte exterior, um tipo de artesanato semelhante a uma malha rendada, e outro tecido liso na parte interior), assemelha-se com a rede que cobre a mesa e a cortina atrás da modelo e o par de brincos imitam os pimentões vermelhos em cima da mesa. A evidência da incoerência entre a imagem e realidade é percebida pela captação, ou seja, pela fotografia, momento em que aquele que fotografou, escolheu e enquadrou parte do ambiente que desejava mostrar.

Há dois importantes aspectos que diferenciam as imagens captadas. Na primeira gama de fotos (imagens 1 e 2), encontram-se partes da realidade das trabalhadoras/costureiras, ao passo que na segunda seleção de imagens (anúncios das imagens 3, 4 e 5), encontra-se a realidade criada pelo captador, o fotógrafo. A fotografia é uma linguagem, e como tal, é “a



redefinição do olhar através da lente [...] é sempre construção que recorta, enquadra, valoriza ou diminui aspectos representados do mundo (LOPEZ, 2005, p. 6).

Nesse sentido, nem as fotografias das costureiras, tampouco as das modelos, são realidades completas, ou seja, a partir do momento em que o fotógrafo enquadra, ele exclui outros aspectos. Um bom exemplo disso são as imagens aqui analisadas que evidenciam a forma como a fotografia capta a posição das costureiras e das modelos. As costureiras estão sentadas, isso torna seu trabalho aparentemente confortável, fazendo o leitor esquecer-se que as trabalhadoras ficam nessa posição por muitas horas, de forma desgastante e, sobretudo, com salários muito baixos em relação ao esforço de cada uma delas. Algumas das modelos também estão sentadas, em posições mais desconfortáveis do que as costureiras, em pose. No entanto, o lugar, a duração da posição, incomparável à posição das costureiras, uma vez que, funciona no momento da captação, acrescentando que o cachê que as modelos recebem é muito maior.

Partindo dessa leitura, a imagem pode ser entendida a partir de um olhar mais atento, que depende do receptor em captar os sentidos mais obscuros da imagem. Ler uma imagem com um olhar despreocupado impede as possíveis versões de significados. Nas imagens analisadas, além da incoerência entre fotografia e realidade, é perceptível outra temática pouco disseminada e discutida, a desigualdade dentro do próprio gênero mulher, evidenciadas pelas identidades de modelos e costureiras, dentro de complexos contextos culturais, econômicos e sociais. É sabido que as peças propagandeadas custam, em média, entre 50 e 70% do salário-base das costureiras, já que são roupas avaliadas no mercado entre R\$300,00 e R\$700,00. Informações da FIRJAN-RJ (2014) apontam que a média salarial nacional para a profissão de costureiro(a) é de R\$933,00, com possibilidade se realizar sobre este valor os descontos permitidos por lei. É evidente que este produto anunciado, já nos pontos de venda, com a etiqueta, dificilmente será consumido pelas trabalhadoras.

Neste sentido, há uma ação de minimização da dissonância, momento em que os produtos chamados “refugos” (peças defeituosas, com detalhes pouco perceptíveis) têm sua etiqueta retirada e podem ser comprados. Ou ainda, quando há sobra de estoque de coleções já bastante antigas, as roupas podem ser adquiridas por preços menores pelos funcionários da indústria. Quanto às peças de alto padrão, de qualidade de mercado, estas não são acessíveis. Fica difícil que as trabalhadoras possam consumir o que fabricaram e, não há identificação com os modelos anunciados para o público-alvo da marca, sendo incoerente imaginar uma projeção linear entre os padrões de produção e de consumo.



Cabe lembrar, neste momento, o que Marx escreve acerca desse ponto da relação entre proletário e produção, quando aplica o conceito de alienação por parte do trabalhador com relação ao produto fabricado. É claro que esta alienação encontra-se no cenário atual, imbuída de patamares diferenciados e dotada de novas “mutações”, a partir da observação da práxis do trabalho, que aqui não evidenciamos por não ir ao encontro do objetivo deste estudo. O autor evidencia que

o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador (MARX, 2004, p. 80).

Dessa forma, é possível entendermos da teoria à prática, em que situação se encontra a trabalhadora responsável pela confecção do vestuário, sendo exposta a circunstâncias por vezes degradantes de trabalho, em que se ocasiona a precarização salarial na sua forma mais extrema, a mais atualizada precariedade existencial do homem que trabalha (ALVES, 2013), conceitos estes que serão desenvolvidos no tópico abaixo.

## **O MERCADO TÊXTIL REGIONAL E A “MULHER-MÃE-QUE-TRABALHA”**

A indústria de confecção é conhecida por ter como força motriz de seu funcionamento e produtividade a atividade de costureira(o). Esta atividade consiste na primeira etapa produtiva da confecção de vestuário e a mais pujante, ou seja, a que concentra a maior parte da mão-de-obra e consequentemente a parte mais “baixa” da pirâmide social fabril, pensada a partir de questões salariais e precariedade do trabalho. A essa situação comumente chamamos de setor de chão de fábrica.

Outra situação importante dessa classe trabalhadora pertencente a este ramo industrial é o fato de a produção ser composta em sua maioria pelo gênero feminino, algo que nos permite algumas reflexões no que tange situação salarial, representatividade da mulher e outros temas. É notável a situação desse gênero quando comparado a trabalhos também de chão de fábrica, mas desempenhado por homens. Trataremos de como esse trabalho proporciona ao proletário o



desenvolvimento, entendido a partir do viés econômico, ou seja, se economicamente há um desenvolvimento da pessoa que trabalha. Esse dado, por sua vez, será mensurado pela capacidade de proporcionar um desenvolvimento humano. Assim, refletimos se este trabalho proporciona ao indivíduo que trabalha o devido acesso ao lazer, cultura, educação e demais elementos que podem caracterizar o desenvolvimento humano das mulheres e suas famílias.

A análise das propagandas (detalhada no tópico acima) e de dados oferecidos por outras pesquisas, denota que a mão-de-obra dessa indústria, medida pelo cargo da costureira é quase toda ocupada por mulheres (LIMA, 2010). Ao retornarmos às imagens percebemos claramente a presença maciça de mulheres nos ambientes fotografados, o que não é uma especificidade do setor produtivo de Cianorte e sim uma característica inerente a profissão do costureiro(a).

Algo que deve ser evidenciado é a capacidade de terceirização e subcontratação das empresas produtivas, que cooperam para a precarização salarial e humana das costureiras. Compreendemos a precarização enquanto diminuição da qualidade de vida do trabalhador, em que há a precarização do salário, insuficiente e de grande disparidade com relação à riqueza que produz; precarização das condições de trabalho, inadequadas para a saúde, enquanto pilar do desenvolvimento humano, seja esta física ou psíquica; precarização existencial, do sujeito que trabalha, momento em que o trabalho permeia a sua vida pessoal, não mais conseguindo diferenciar o que é o momento de vida para si mesmo, vida familiar, etc.

No caso das costureiras, essa precarização existencial ou do sujeito que trabalha liga-se intimamente aos casos em que esta trabalha em casa, em modelos de subcontratação, que são contratos de trabalho flexibilizados pela possibilidade de um formato que foge às exigências da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). No caso das costureiras terceirizadas, que ganham conforme sua produtividade (por peça produzida), em moldes de contratação permitida por leis paralelas, fazendo desses modelos uma importante opção para o sistema exploratório do capitalismo (ALVES, 2013), o estímulo para a subcontratação de tarefas, efetuada predominantemente pela força de trabalho feminina, está no pagamento de salários mais baixos.

A flexibilização, ou seja, um perfil de vida veloz que responde às necessidades mercadológicas do mundo do trabalho, permite uma desestruturação na consciência de tempo de vida e tempo de trabalho, fazendo com que o indivíduo que trabalha sempre busque adaptação às necessidades que emergem no bojo das circunstâncias. Essa exigência é uma forma exploratória das capacidades subjetivas do indivíduo, que não consegue ter separação da vida pessoal da profissional, pois estas coexistem no espaço do lar, dificultando a separação e





causando a precarização da vida humana. Defende-se a importância de se ter momentos de não trabalho ou momentos para si, necessários para uma formação saudável do indivíduo, num contexto desconexo de uma produtividade que se aproprie das vontades do sujeito que, no caso deste estudo, é a costureira, mulher e mãe que trabalha.

É objeto de pesquisa e discussão dos pesquisadores da área do trabalho, a capacidade do sistema capitalista em criar mecanismos sociometabólicos que garantam sua reprodutividade, de forma a amarrar a classe trabalhadora, causando um estranhamento de si própria, principalmente enquanto classe. Dessa maneira, é discutimos a capacidade das empresas em captar a subjetividade do sujeito que trabalha e aplicar conceitos de flexibilização, sem que o trabalhador perceba um outro modo de vida, tornando-os pessoas flexíveis, palavra de ordem da nova indústria a partir da reestruturação pautada pela ideologia do toyotismo<sup>6</sup>.

A flexibilização do trabalho toma forma nos contratos de trabalho dentro e fora das fábricas, fazendo com que o trabalhador perca o sentido quanto ao local de trabalho e local de uma vida “sua” e para “si”. Um aspecto muito discutido é justamente a flexibilidade nos contratos de trabalho, possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho, dentro e fora da empresa (ALVES, 2014).

Ao analisarmos essa realidade a partir das necessidades da mulher, ou ainda da sua realidade prática, o processo de silenciamento de sua condição, nesse caso por meio da indústria de confecção de vestuário de Cianorte, é ainda mais degradante. Isto é dito pois a mulher trabalhadora neste meio encontra-se flexibilizada de diversas formas: dentro da fábrica, posta sobre um trabalho flexível cronometrado, que apesar de trabalhadora da fábrica ainda é mãe e esposa, não sendo dela diminuído nenhum tipo de análise por tais atribuições. Essa situação acaba ocasionando nela o distanciamento prático das outras funções que grande parte da sociedade ainda lhe cobra, mesmo que implicitamente.

Essa rotina de trabalho flexibilizado e todas as atribuições do que em outro tempo chamávamos grosseiramente de “dona de casa”, não lhe permite um tempo saudável para que possa cuidar de si e ainda gozar efetivamente de lazeres e situações que colabore para sua construção humana-cultural, demanda essa que é fortemente evidenciada e reforçada por apelos

<sup>6</sup>Modelo de organização fabril, criado por Taiichi Ohno e implantado nas indústrias automobilísticas japonesas (Toyota). A ideia é de se produzir o necessário, conforme as vendas, oposto ao modelo fordista que estocava independente do mercado. O modelo toyotista enxugou as fábricas produzindo cada vez mais com cada vez menos, se espalhando pelo mundo como a forma vigente de gerar capital industrial e colaborou para a produção do modo de vida *just-in-time*, ou vida veloz, ou termos como a produção flexível. Esse modelo emerge logo após a crise de 1929 e se torna a solução de empresas no mundo a partir de 1960 (RAGO; MOREIRA, 1990).



mediáticos das marcas e comunicações diversas, momento em que se moldam padrões aceitáveis aos sujeitos que, se não forem seguidos, causam estranhamento.

No caso da costureira doméstica, a flexibilização de seu contrato de trabalho permite pagamentos irrisórios, por peça produzida, algo que força a trabalhadora a produzir conforme as necessidades de sua vida, isso muitas vezes acarreta um ritmo de trabalho muito mais intenso que nas fábricas. Ainda com relação ao trabalho doméstico, cria-se em torno dele um imaginário de que a mulher que ali trabalha, concilia de forma ideal, a necessidade de seu trabalho incorporar a renda do lar, com sua tarefa social e histórica de criar os filhos e conduzir a organização da casa.

Algumas empresas, como a que está em análise nas imagens, neste sentido, para tentar compensar a neutralização das necessidades da mulher-costureira enquanto mãe, oferecem escolas para os filhos das trabalhadoras, já que se torna mais difícil manter situação de trabalho sem ter local próprio para que estes fiquem em segurança, pois o serviço público prestado muitas vezes não comporta a quantidade de crianças com a necessidade de creches. Essas escolas “tranquilizam” as mães que trabalham com relação aos filhos e ainda reforçam uma imagem corporativa positiva, já que os serviços da escola da empresa são propagandeados como sendo melhores, qualitativamente, quando relacionados ao serviço público prestado.

Desta maneira, ao pensar a condição da “costureira-mãe-que-trabalha”, é possível identificar uma precarização existencial pelo modo de trabalho flexível vigente, que de modo algum é compensado pelo salário recebido, pois este encontra-se, assim como em outros setores produtivos, tão precarizado quanto a condição do indivíduo que trabalha.

Uma análise a partir das relações de gênero se faz necessária por um viés histórico, que busca resgatar as primeiras lutas femininas por condições igualitárias de gênero<sup>7</sup>. As políticas existentes para fomentar o rendimento das mulheres não consideram as “diferenças de gênero no seio das famílias, a saber, o fardo acrescido que representa o trabalho não remunerado das mulheres e a divisão das tarefas com base no gênero determinada por normas culturais”, relata o Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 (PNUD, 2013, p. 34).

Assim, é necessário evidenciar, que o capital apreendeu bem a luta das mulheres, que demonstram nos ambientes de trabalho maior capacidade de flexibilização que os homens,

<sup>7</sup>Especificamente com relação à questão da mulher no Brasil, os movimentos feministas nas décadas de 1960 e 1970 surgem em um contexto de contestação à ordem política instituída desde o golpe militar de 1964, adquirindo, nesse mesmo período, características peculiares com relação a outros movimentos emergentes nos Estados Unidos e na Europa (SARTI, 2004).





muito influenciadas pelas experiências domésticas, no que tange a forma de exercer o trabalho estipulado. No caso da confecção de vestuário em Cianorte, ainda coabitou para a flexibilização dos contratos de trabalho que na região há uma predominância da força de trabalho feminina, subcontratada e domiciliar, especialmente nas pequenas e médias empresas do setor de confecção de *jeans* (LIMA, 2010, p. 6).

Fica evidente como o capital na indústria de confecção de vestuário de Cianorte silenciou subjetividades das trabalhadoras, para maior produção do seu lucro, e como essa relação entendeu rapidamente o valor da mulher, enquanto força de trabalho e mercadoria, para a maximização da produtividade em tempos de flexibilização do trabalho e do capital, correlacionado ao gênero feminino a forma contraditória com a qual esta mulher está representada nas propagandas das grandes marcas e magazines da moda.

É pertinente, diante das considerações traçadas, discorrer acerca do desenvolvimento (econômico e humano) neste cenário. Compreendemos como desenvolvimento o conceito consoante com o que está posto no *site* oficial PNUD-Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (PNUD-Brasil, 2014, p. 1).

Esse desenvolvimento está sustentado pela análise do tripé renda, educação e saúde, sendo vistos os seus progressos a longo prazo, compreendendo o “desenvolvimento humano” como um processo de ampliação das escolhas pessoais “em termos de acesso à vida longa e saudável; aquisição de conhecimentos; e acesso a recursos necessários a um padrão de vida adequado” (IVO, 2012). Ao analisarmos as posições no *ranking* nacional dos municípios paranaenses, vê-se: Curitiba é a 10<sup>o</sup>; Maringá – cidade referência na rede de municípios do noroeste do Paraná ocupa a 23<sup>o</sup> colocação; e, por fim, o município de Cianorte ocupa a 453<sup>a</sup> posição do *ranking* do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).



Fazemos a ressalva de que, quanto aos índices expostos dos anos 1991, 2000 e 2010, houve uma clara evolução, ao menos nos números de Cianorte nos quesitos renda e educação.

**Tabela 1.** IDH Cianorte

IDH CIANORTE	IDH COMPONENTES		
	RENDA	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO
Ranking 1991	748°	982°	801°
Ranking 2000	456°	1458°	1001°
Ranking 2010	478°	1128°	527°

**Fonte:** Adaptado de DeepAsk Congresso Nacional (2014)<sup>8</sup>.

Notamos, ainda, que as posições referentes à longevidade foram decaindo, algo que influencia na análise geral, mas que não se pode saber à priori se está ligada a estrutura produtiva da cidade, que possui sua reestruturação a partir de 1990, justamente quando inicia a análise do desenvolvimento humano como está posto. Outra reflexão necessária reside no âmbito da educação, que sofre uma drástica mudança sobretudo comparada os anos 2000 e depois 2010, com uma considerável melhoria. Isso pode estar diretamente ligado a insatisfação da juventude com relação ao trabalho oferecido pela indústria de confecção de vestuário do município, que entende a educação como uma alternativa, para melhorias na remuneração quando levado em conta o que é pago pelo setor.

Este último fator é importante para entender parte da composição do setor no que tange a maioria do gênero feminino, pois a profissão da costureira tem sofrido alteração na faixa etária, sendo composta sumariamente por mulheres com média de 35 anos, mães, cuja renda se torna essencial para a manutenção das condições mínimas do lar e da família. Dessa forma, a melhoria da educação no município não reflete um desenvolvimento direto no município, tão pouco na renda do trabalhador, pois muitos são os casos em que mesmo graduado no ensino superior, o indivíduo, independente do sexo, sujeita-se às condições impostas pela indústria local, atuando muitas vezes fora de sua formação. Aqueles que querem outra realidade acabam por mudar-se do município, buscando melhorias em cidades como Maringá, Londrina ou Curitiba.

<sup>8</sup>

Disponível em: <https://www.deepask.com/goes?page=cianorte/PR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-human-o-do-seu-municipio>. Acesso em: 20 jun. 2014.



Esse é outro fator que pesa contra as mulheres, pois devido a carga social exercida sobre esse gênero, levando em conta a formação cultural do município, que possui resistências quanto à figura da “mulher contemporânea” (independente, que desmistifica os tradicionais estereótipos ligados à submissão ao sexo masculino), essas enfrentam dificuldades familiares para buscar melhores oportunidades em outros municípios, haja visto que isso implica o afastamento do seio familiar. A respeito das mulheres de facção domiciliar, mas que não difere da realidade das mulheres da fábrica, nota-se que mesmo depois de mudanças verificadas nas “pautas de comportamento e nos valores relacionados com os papéis das mulheres na sociedade [...] a história de vida das trabalhadoras informais de facções domiciliares de Cianorte mostra que algumas delas parecem “estar conformadas pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva” (LIMA, 2010, p. 9).

A autora comenta que mesmo com a queda da fecundidade, expansão da escolaridade, maior acesso das mulheres à universidade e as mudanças nas pautas de consumo, para algumas das costureiras, trabalhar como faccionista domiciliar é um modo de conciliar o trabalho profissional remunerado ao trabalho doméstico não-remunerado, estabelecido socialmente como “papel social das mulheres”, reforçando a submissão e a opressão de gênero.

Dessa forma, é possível entender que o desenvolvimento humano efetivado no município de Cianorte não se trata necessariamente por melhorias impostas pelo setor produtivo da indústria de confecção de vestuário do município, pois de todo o setor apenas uma indústria (a da marca aqui estudada) tem como cultura interna o incentivo e subsídio ao ingresso de funcionários em cursos superiores. O restante dos trabalhadores costuma estudar ou instituições públicas ou quando em privadas necessitam do auxílio dos pais, que labutam nas condições precárias da indústria municipal, na esperança de privar o filho ou filha de experiência semelhante, podendo estar em condições de buscar outras realidades de trabalho.

No caso das mulheres, ao analisar a situação do mercado de vestuário que é lócus da análise, consideramos que estas são pilar fundamental nas famílias para livrar as gerações vindouras da indústria que é base do município, pois é o seu trabalho que auxilia na renda de casa possibilitando o acesso à educação, principalmente a educação superior.

Quando transferimos a análise para a questão econômica, há que se ver o decréscimo da renda nos últimos dez anos, conforme exposição na tabela acima. Nesse caso, podemos conferir que de fato, ao longo dos anos, houve uma precarização salarial que por meio do gênero feminino e o trabalho doméstico, culminou numa precarização existencial, não só do homem



que trabalha, mas também da “mulher-mãe-que-trabalha”, agredindo a mulher com jornadas duplas. A alienação da vida subjetiva para as trabalhadoras do domicílio, que torna ainda mais evidente a não diferenciação do ambiente de trabalho com relação ao ambiente que se desenvolve a vida pessoal, perdem sua liberdade até mesmo em seu lar.

## CONCLUSÃO

Não há discrepâncias apenas entre identidade e imagem corporativa praticada pelas marcas, há também incoerências nos discursos, já que as significações de beleza, *glamour*, poder e conforto dos anúncios moldam realidades totalmente contrárias ao cotidiano das trabalhadoras.

Privadas de suas subjetividades e expostas aos discursos engendrados pela mídia e por seu ambiente de trabalho, as costureiras tornam-se prisioneiras de seu trabalho em situações salariais e em ambientes que não condizem com o que se deseja passar de imagem pública. É evidente que o segmento de mercado ao qual se dirigem os anúncios não abrange a classe de trabalhadores da própria organização.

No âmbito socioeconômico, o desenvolvimento da empresa no que tange crescimento de mercado é promissor, mas o desenvolvimento humano, no que se refere às condições de trabalho dos colaboradores, ainda caminha em passos lentos, de modo precarizado, silenciado por discursos midiáticos que desarmonizam da realidade das costureiras mulheres-mães-que-trabalham.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho, juventude e precariedade*: Brasil e Portugal. Bauru: Praxis, 2012.

\_\_\_\_\_, Giovanni. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo*: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Praxis, 2014.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação dos corpos femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKER, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero, sexualidade*: um debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 28-40.

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.



- BARROS, Diana Luz Pessoa de. FIORIN, Luiz José (orgs). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BELELI, Iara Aparecida. Corpo e identidade na propaganda. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 15, n.1, Florianópolis, 2007, p. 193-215.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *In: Revista Projeto História*, n. 35, São Paulo, dez. 2007, p. 253-270.
- FIRJAN RJ - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC401216AFC0AD551E3.htm>. Acesso em 20/06/2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IVO, Anete B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. *In: Caderno CRH*, v. 25, n. 65, Salvador, mai./ago., 2012, p. 187-210.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOTLER, Philip. *Princípios de marketing*. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p.207-241.
- LIMA, Ângela Maria de Sousa. Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte – PR. *In: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 24 e 25 de junho de 2010, Londrina. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, Universidade Estadual de Londrina, 2010, p.1-15.
- LOPEZ, Telê Ancona. O Turista Aprendiz na Amazônia: A invenção no texto e na imagem. *In: Anais do Museu Paulista*, v. 13, n. 2, São Paulo, jul./dez, 2005, p. 135-164.



MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDES, Ademir Aparecido Pinheli. *Filosofia*. Curitiba: SEED, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2003.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PNUD-Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *In: PNUD*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/NossosProjetos.aspx>> Acesso em: 20 jun. 2014.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. *In: PNUD*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en>> Acesso em: 05 jul. 2014.

PUBLIO, Marcelo Abilio. *Como planejar e executar uma campanha de propaganda*. São Paulo: Atlas, 2008.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F.P. *O que é Toyotismo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, Florianópolis, maio/ago, 2004, p. 35-50.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.



## **A PROPÓSITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO UMA MANIFESTAÇÃO DE ECONOMIA POLÍTICA**

LIMA, José Raimundo Oliveira

*Professor do Curso de Ciências Econômicas e Coordenador do Programa de Extensão e Pesquisa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia/Brasil.*

*joseraimundouefs@hotmail.com*

852

### **RESUMO**

Este trabalho faz uma reflexão sobre o processo que denota tanto a intervenção estatal para garantir pleno emprego e bem estar social, quanto os atuais processos de orientação de políticas públicas para resolver demandas sociais pontuais e busca compreender o que existe de comum nas duas situações. Discute-se como eixo central o modo de intervenção do estado em escalas gerais e particulares, conforme evolui a demanda por essas políticas. Observam-se ações em setores populares o quanto mais instável ou vulnerável, como espaço propício à intervenção em decorrência da dificuldade de auto-organização e politização pela busca de igualdade de oportunidades. De outro modo, também, com ação de intervenção, procura-se garantir a manutenção do estado burguês. Para compreensão das duas formas de orientação estatal, buscou-se sustentação teórica nas discussões dos processos de incubação de Iniciativas de Economia Popular e Solidária, enquanto orientação política e educativa para outra economia.

**Palavras – Chave:** Políticas públicas – Orientação econômica – Mercado.

### **ABSTRACT**

This work is a reflection on the process that denotes both state intervention to ensure full employment and social welfare, as the current orientation processes of public policies to address specific social needs and seeks to understand what is common in both situations. Is discussed as the core mode of state intervention in general and particular scales, as it evolves, the demand for these policies. Note the preference shares into popular sectors as vulnerable as unstable or as conducive to its implementation due to the difficulty of self-organization and politicization by the pursuit of equal opportunities or otherwise to maintain the bourgeois state space. To understand the two forms of state guidance was sought theoretical support in discussions of the processes of incubation initiatives Popular and Solidarity Economy, as a political and educational guidance to other economy.

**Key – words:** Pubic Policies - Economic Guidance – Market.





## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O planejamento econômico e social, a partir das complexas formas de organização das empresas públicas e privadas, tornou-se um instrumento de orientação da ação econômica dos estados, seja nas economias planificadas como foi o caso da URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas), a partir de 1917, seja nos estados capitalistas a partir da década de 1930, em especial na Europa e mais recentemente no Brasil, sobre a alegação da necessidade de um estado responsável pelo bem estar social, com referência no bastante propalado *welfare state*.

O processo de orientação econômica sempre se deu mediante uma condução estatal através dos instrumentos diretos de orientação como leis, normas, decretos, súmulas, portarias, bem como diversas outras formas regulamentadoras de gastos ou investimentos que direcionam politicamente os gastos públicos seja na esfera social ou particular. Deu-se também por instrumentos indiretos como as políticas fiscais, cambiais, monetárias e seus desdobramentos como taxa de juros, depósito compulsório, controle dos níveis de preços entre outros. A dinâmica entre instrumentos diversos são orquestrados pelo mercado, embora o estado capitalista, burguês, também o faça diretamente em nome de toda sociedade, muitas vezes, em referência aos trabalhadores sobre égide da geração de emprego e renda, articulando os dois tipos de instrumentos mediante incentivo às empresas para instalação de novas fabricas, terceirização dos serviços públicos para “dinamizar” o trabalho, redução ou isenção de impostos industriais visando aumento da produção e da produtividade e assim por diante.

Essas intervenções ocorrem mediante a imperativa alegação da modernização socioeconômica e da empregabilidade, que possibilitam entre tantas ações: terraplanagem para instalação de empresas, ampliação da malha rodoviária e ferroviária, modernização dos portos, edificações diversas, formação profissional em escolas públicas e técnicas, financiamento da formação de trabalhadores em escolas privadas, entre outras medidas ou políticas orientadas pelo uso dos recursos públicos que seguem processualmente sendo formatadas pelos instrumentos diretos e indiretos, muito mais para atender a produtividade infraestrutural privada e mercadológica do que às demandas sociais apregoadas.

Neste processo histórico de completo enlace propiciado pelo liberalismo econômico, nas diversas formas de governo tem-se como normalidade o mercado como principal regulador de competências, de qualidade de produtos e produtividade, de gestão eficaz e, inclusive, de



estética da “qualidade de vida” social. Assim, a atuação do estado tem se dado de maneira que a ação no fornecimento de serviços e no respeito aos direitos sociais dos trabalhadores ocorrem por exclusão ou complementaridade, a partir das atividades que não despertam interesse peremptório do mercado como algumas áreas de necessidades e demandas sociais evidentemente complexas do ponto de vista da gestão lucrativa como segurança, saúde, educação, algumas indústrias de fomento ou de insumos para produção em larga escala, especialmente, para o caso do bom desempenho de empresas estrangeiras, de forma direta ou indireta, mediante a busca ou “lida” com “atração de capital externo”.

Este processo, é certamente complexo, e por isso sugere reflexões sobre aquilo que é público, o que é privado e também sobre o “público não-estatal” conforme Pereira (1999). Entretanto, esta perspectiva é muito pouco ou quase nada discutida entre os diretamente interessados (cidadãos comuns), pois a organicidade propiciada pelo capital metamorfoseia as relações e camufla a criticidade do processo educativo e político necessário ao esclarecimento social e popular.

Nesta esteira, por absoluto domínio do planejamento indicativo que consiste na organização produtiva pelo setor privado formador de uma engrenagem de articulação para negócios e atuação do mercado na maior amplitude de demanda possível, cujas diretrizes se baseiam na especulação pela melhor proposta resultante de uma guerra fiscal devastadora da natureza pública dos entes federais, estaduais e/ou municipais, quebra-se, desarticula-se a política de estado em diversas áreas, através das privatizações, terceirizações, publicizações em nome de um Estado “leve”, eficiente, gerencial e dinâmico, embora os princípios dinamizadores sejam liberais como a flexibilização do trabalho, a competitividade extremada e o *laissez faire*, que devastam as relações sociais em nome das técnicas, ou modernidade tecnológica, “necessária” e sem culpas.

Assim, esta dinâmica, portanto, produz em algum momento uma confusão proposital entre aquilo que é público e o que é privado generalizando a noção de setor produtivo e dinamizando uma inter-relação para a subsunção do que é público ou do que é um direito social à dinâmica do capital mercadologizante.

Neste contexto, torna-se “natural” a precarização das áreas onde ainda dispõe da mínima atuação do estado, passando, este, a agir por ações fragmentadas, descontinuas e pontuais chamadas de políticas públicas (observa-se editais demorados e insuficientes nos



repasses para atendimento a demandas populares), embora existam algumas possibilidades de políticas de estado, quando este porta alguma estabilidade econômica, financeira, social e política capaz de revestir-se de coerências internas, externas e políticas, conforme Miglioli (1983).

Com efeito, de maneira geral, política pública tem sido sinônimo da fragmentação da atuação temporária do estado ou muito mais de governo, antes de ser planejada e compreendida pelo mercado como intervenção em setores ou áreas específicas. Pode ser sinônimo de planejamento estatal orientado e garantido em planos, programas ou projetos viabilizados por lei e implementado diretamente do estado à população, embora não raro do ponto de vista capitalista, em alguns casos o seja a realização da produção.

No Brasil, atualmente, a mescla de políticas públicas intencionalmente ou sabidamente desintegradas favorece a atuação da iniciativa privada em qualquer setor ou área, o que demanda antes ser determinadas por um planejamento de atuação exclusiva do estado, conforme mencionado, como ação de complementaridade e por tempo determinado em metas definidas e com participação democrática a mais ampla possível.

Este estudo, portanto, discute alguns comportamentos políticos de estado previsível a luz das teorias econômicas tradicionais, cujos argumentos, ideologicamente, justificam uma dinâmica que permite mitigar ações para diversas variações ou falhas que o mercado possibilita, antes chamada de intervenção ou atuação de responsabilidade exclusiva, para posteriores políticas de “varejo”, fragmentadas de acordo com o interesse de cada seguimento mercadológico, em alguns casos setores. Ressalte-se que este estado capitalista, em ambas as situações, é eminentemente burguês e assim, conduzido claramente pelas leis de mercado ou “mão visível” da classe dominante, conforme Sanfelice (2005).

A sustentação teórica desse estudo deu-se, a partir de um arrazoado teórico explicativo num diálogo crítico com sustentação de ordem histórica, fundada nas contradições dos processos e objetivos de orientação socioeconômicos, obedecendo a uma totalidade sistêmica planejada sobre uma lógica de acumulação de capital hierarquicamente estabelecida por competitividade e propulsão individualista de caráter neoliberal, segundo Silva (2001).

Discute-se, portanto, um processo econômico histórico gerador de justificativas teóricas para a dominação classista que constrói concepções de políticas públicas em lugar da participação do estado na vida da sociedade. Esse estado tem agido em complementaridade às



ações de mercado ou do setor privado com efeitos liberais, efetivamente, por uma via de menor custo para com os setores populares.

Assim, o eixo central das reflexões é o modo de intervenção do estado que tem se dado em escalas macro agregadas ou particulares, ou seja, políticas públicas no “atacado” ou no “varejo” conforme evolui o gosto desorganizado do “cliente consumidor” e desta forma, preferem-se setores populares que quanto mais instáveis ou vulneráveis, tornam-se propícios à sua implementação pela dificuldade de auto-organização e politização.

Os resultados deste estudo ou esta compreensão a respeito das políticas públicas deve-se à execução de leituras no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local na linha política pública como uma das estratégias de mobilização da economia dos setores populares para a disputa política de classe no capó de uma economia não tradicional – a economia popular e solidária conforme Razeto (1999).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS OU INTERVENÇÃO DESINTEGRADA**

Em um dado momento histórico a forte presença do estado agindo de forma a garantir os direitos sociais, cuja participação e nível de consciência política se revestiam de posicionamento político de sociedade civil organizada, classista e marcada pela indústria como engrenagem central diferenciadora entre o público e o privado, possibilitava ações integrais que nutria toda sociedade com produtos e serviços nos mais altos níveis de inventividade, criatividade ou avanços tecnológicos a bem do consumo da maioria, mesmo com ofertas controladas por uma classe mediante monopólios e oligopólios em que a oferta cria sua própria demanda.

Esta perspectiva, entretanto, com o advento do estado mínimo passa a ser desenvolvida de acordo com as necessidades mercadológicas, indicadas, inclusive, pela sociedade em processo de organização, porque fora revertida sua dinâmica de organização, anteriormente, orientada pelo trabalho industrial, para, posteriormente, orientado pelo grande setor de serviços, principalmente, financeiros.

Nesta esteira, os direitos sociais representados pela educação, saúde, segurança, transportes, comunicação, água e esgoto, telecomunicações entre outros passaram a ser produtos ou serviços conduzidos no “varejo” pelos mercados setorializados para atender indivíduos responsáveis pelas “suas” escolhas, mas, ao mesmo tempo inter-relacionados pela



precarização do trabalho e financiados pelos próprios trabalhadores através do crédito repassado pelo estado numa nova dinâmica econômica. Esse processo engenhoso dificulta, assim, a compreensão e reação política da maior classe (trabalhadora) e facilita a mercadologia e diminui os riscos nos investimentos da menor classe, entretanto, mais poderosa.

Neste contexto, o processo de criação e articulação das políticas públicas tem variado bastante e se intitulado, inclusive, de políticas de desenvolvimento, conduzindo-se de forma globalizada, macroeconomicamente, de “cima para baixo”, hierarquizando continentes, países, estados, regiões, localidades e pessoas, atribuindo-se a algumas nações escalas de desenvolvimento gradativo, para justificar suas necessidades, como subdesenvolvidas, emergentes ou em desenvolvimento como se fosse um processo de sucessiva evolução; ideia que não passa de expectativa desenvolvimentista frustrante, conforme Furtado (1981).

Nesta lógica desenvolvimentista, qualquer dimensão organizativa estatal está passível de políticas públicas interativas, interventiva ou corretiva, depende, apenas, da gradação de necessidades, entretanto, nas localidades, as políticas públicas se confundem com a atuação do setor privado, porque manifesta a clara intenção de empreender negócios sobre impulsionamento público mediante incentivos fiscais de diversas ordens com base no argumento da geração de emprego e renda, inclusive, induzindo de forma patrimonialista as compras públicas ou execução de serviços públicos como segurança, transportes, limpeza pública, entre outros de forma direta ou direcionada, muitas vezes bancando custos maiores que se executado diretamente pelo ente público.

Boneti (2006: 62-63) esclarece que:

(...) toda política pública é originada de uma ideia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade. Portanto, a palavra não carrega consigo apenas o significado literal do termo, mas algo mais, o contexto dos fatores determinantes que dão origem a uma ideia de política pública, como o caso da conjugação de interesses, as inserções ideológicas, as concepções científicas, as correlações de forças sociais etc. (BONETI, 2006 p. 62-63)

Nesta esteira, compreende-se que políticas sociais de renda mínima não é necessariamente uma política pública de distribuição de renda, como alguns governantes, a partir da década de 1990, insistem em classificá-las, pelo contrário tem como objetivo fundante incentivar a produção na mesma proporção do conjunto dos fatores de produção (capital e trabalho) para realização do consumo e com isso dinamização do crescimento econômico,



confundido, propositadamente, não raro, com desenvolvimento ou mobilidade de classe. Nesta perspectiva, observa-se que cada R\$ 1 (um real) investido no programa de transferência de renda Bolsa Família, por exemplo, gera um aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgado em 15/10/2013 em Brasília.

Ressalte-se que não há possibilidade, entretanto, de distribuição de renda mantendo-se o processo de acumulação nas mesmas proporções ou até maiores, especialmente, em setores que sempre acumulam capital como a indústria pesada, o agronegócio e o mercado financeiro e, por fim, de bens de consumo imediato, em detrimento de alguns setores que quanto mais cresce as necessidades inerentes, no máximo se mantêm a mesma proporção de investimentos, insuficientes para os saltos qualitativos necessários ao desenvolvimento integral esperado das políticas específicas:

No campo da educação, a política pública no Brasil mantém as características que também estão presentes na previdência, saúde e saneamento. Segue a lógica da expansão desigual no tempo e no espaço; do atendimento deficitário à população pobre; dos gastos excessivos, que se perdem na manutenção da burocracia e pouco contribuem para os fins propostos; do repasse dos recursos a setores do empresariado, na perspectiva de sua concentração na esfera privada; da ausência da redistribuição da riqueza na perspectiva social. (MEKSENAS 2002 p.116).

Neste contexto segundo Schaff (2007), fazendo-se uma reflexão de acontecimentos sócio-políticos promissores do ponto de vista do progresso sociotecnológico, compreende-se três revoluções técnico-científicas: a primeira revolução industrial que substituiu a força física do homem pela energia das máquinas (vapor e eletricidade); a segunda revolução amplia as capacidades intelectuais do homem, inclusive substituídas por autômatos, que elimina com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços, a exemplo da engenharia genética; e, a terceira a revolução energética, com a criação de novas fontes de energia. Sintetiza-se, portanto, as três revoluções técnico-científica na tríade revolucionária – microeletrônica, microbiologia e energia nuclear. Estas revoluções, entretanto, contribuem para desarrumar a organização do fator trabalho, o que torna os trabalhadores vulneráveis a problemas indicadores de implementação de políticas pontuais para tentar equilibrar novamente a organização do trabalho.





Neste contexto Schaff (2007), aponta que a sociedade futura não será nem capitalista e nem socialista, denominando-a de sistema de economia coletivista, economia capitalista privada e economia social capitalista. Ao tratar das mudanças sociais nesta sociedade, afirma que a eliminação do trabalho não significa o desaparecimento da atividade humana, que pode adquirir formas das mais diferentes ocupações.

Compreende-se, portanto, que o desaparecimento do trabalho não é possível, apenas, ocorreram possibilidades de mudanças na forma de ocupação humana ou, metamorfoseou-se em diversas outras formas socioprodutivas.

Contraditoriamente, mesmo se consideramos os avanços tecnológicos e todas as revoluções e evoluções nas técnicas de trabalho, percebe-se que o ritmo ou a jornada de trabalho não tem reduzido, pelo contrario, em alguns casos, tem-se intensificado sem acréscimos quantitativos de rendimentos para o trabalhador envolvido neste processo de reestruturação produtiva:

Os processos recentes de reestruturação produtiva, que envolvem inovações técnico-organizacionais, apesar de todas as falácias, só em poucas situações ampliam esses graus de liberdade e tornam o trabalho mais autônomo e criativo. Na maioria das vezes, tendem a diminuí-los, em razão da existência de esquemas de controle de tempo e métodos muito mais rígidos, introduzidos mediante procedimentos informatizados, em substituição aos velhos esquemas de supervisão, mais facilmente burláveis. Pesquisas recentes que têm por objeto o estudo dos processos de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia capitalista mostram sinais de intensificação do ritmo de trabalho, e não de incorporação de conteúdos mais elaborados e de maior autonomia. (MANFREDI, 2002, p. 46).

O processo de alienação do trabalhador se intensifica e a necessidade do trabalho ou atividade humana como alguns tentam nominá-lo em seu significado mais próximo é cada vez mais clara e presente no processo econômico integral. O conceito de trabalho como principio educativo que concebe o trabalho enquanto práxis humana, ou seja, como o conjunto de ações materiais e não materiais que são desenvolvidas pelo homem, enquanto indivíduo e coletivo, ao longo da história, para construir as condições de existência, através do qual, estão postas as bases para compreendê-lo para além da práxis produtiva tal como tem sido dominante sob a égide do capital, elegeu a forma assalariada como sua expressão mais moderna, segundo Kuenzer (2011).





Neste contexto, as políticas públicas favorecem a empregabilidade precarizadas, normalmente, terceirizada, mas, a benefício da “contrataualização” do trabalhador, modelo empregatício do passado para algumas economias, mas, com justificativa de futuro em equivalente dominação para outras.

Com efeito, a sociedade humana, ao longo da sua história sempre foi, não raro, permeada por lutas e contradições entre comunidades diferentes, pela dominação de um grupo sobre outro. Nessa relação de dominação, os grupos dominantes utilizavam a força de trabalho dos grupos dominados, os quais eram subjugados a essa condição e qualquer instrumento (medida) político de intervenção estatal dominante, visava, apenas, justificar situações pontuais para tentar garantir um equilíbrio fictício entre grupos.

Neste contexto, por acreditar que os sujeitos sociais em grupo dizem mais da sua história do que os indivíduos separadamente, resta entender que, contraditoriamente, todos esses temas, questões, problemas, políticas, relacionam-se e que nossa opção de análise política tem posicionamento classista, por termos privilegiado a dialética de bases materialista e histórica, pois, constitui-se em análise ontologia, com epistemologia que nos conduz a compreender e explicar as relações substantivas que os homens estabelecem com a natureza e consigo mesmos, através de toda a história. Neste caso, utiliza-se da polissemia própria das palavras “política” e “público” para uma “confusão” proposital no que se refere à dominação pelo trabalho e dos rendimentos destes via políticas públicas.

Nesta esteira, compreende-se a dialética materialista histórica como uma postura, um método e uma práxis, conforme argumenta Sanfelice (2008), que facilita o entendimento sobre a articulação entre instrumentos diretos e indiretos de orientação econômica e social capazes de confundir, intercalar-se e articular-se sobre o comando do estado capitalista de forma alienante que nos leva às vezes a subjetivação de que o estado também somos nós enquanto sociedade civil e que estas tais políticas públicas somos nós que criamos segundo nossas necessidades.

Com efeito, não percebemos, portanto, que estamos perdendo cada vez mais e que estamos tendo um atendimento no “varejo” do que antes era no “atacado” e que aquilo que era público ora se apresenta como privado e o privado como público, direitos confunde-se com serviços fazendo desaparecer a relevante noção de setor, outrora muito útil à compreensão do trabalhador sobre a complexa sociedade em que vive, por isso é complexo entender dentro das políticas públicas a que e a quem se destina, bem como sua totalidade/integralidade.



## **A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO UMA MANIFESTAÇÃO DE ECONOMIA POLÍTICA**

O movimento da economia popular e solidária diferencia-se em bases nacionais e locais pelas próprias dinâmicas inerentes a cada dimensão, em especial, observadas nas relações do amplo campo de trânsito desta economia, conforme se observa na Figura 1.

Segundo relato da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) esta economia pauta-se por uma trajetória de movimento que circunda em torno do espaço e da agenda do Fórum Social Mundial (FSM), destacando-se fortes elementos constitutivos da recente trajetória da economia solidária no Brasil, a exemplo da constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária criado em 2001 para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I FSM. (FÓRUM, 2012).

O GT Brasileiro foi constituído de organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da Economia Popular e Solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, bem como às redes internacionais.

Nesta esteira, encontram-se 12 (doze) entidades e redes nacionais de fomento que em momentos e níveis diferentes participaram do GT Brasileiro como Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Caritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Rede UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e a Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED).

Com efeito, neste processo ao final de 2002, o GT Brasileiro deparou-se com a vitória do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Naquele momento decidiu-se por encaminhar uma carta ao Governo Lula propondo a criação de uma política de apoio à economia solidária, cuja



carta foi reforçada e ampliada na I Plenária Nacional que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária.

Desta forma, as negociações junto ao governo Lula avançaram positivamente. A II Plenária Nacional aconteceu no FSM-2003 e as decisões de mobilizações pelo país potencializaram o compromisso do Governo Federal em criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária sob a direção do professor Paul Singer. Esta II Plenária Nacional, realizada durante o FSM, decidiu mobilizar as bases estaduais – até então com poucos Fóruns e articulações estaduais – para o debate sobre a identidade (Carta de Princípios), a Plataforma de Lutas, o caráter e a composição do Fórum Nacional de Economia Solidária a ser criado, o que mobilizou 18 (dezoito) estados a realizarem suas plenárias preparatórias.

Neste processo, a III plenária nacional cria o FBES na intenção de duas tarefas fundamentais: a mediação e a mobilização com mais de 800 representantes, delegados das 18 plenárias estaduais, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país em torno de uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial, junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária).

A Secretaria Nacional da Economia Solidária assumiu a Plataforma de Lutas como parte de seu Plano de Governo. A III Plenária definiu também a composição e o funcionamento do FBES. Na sequência, o I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária (agosto/ 2004) reuniu 2.500 (dois mil e quinhentos) representantes de todos os estados brasileiros, onde foram criados Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais. Em alguns Estados, a ampliação do Fórum consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais. É assegurada, considerada como avanço, a participação majoritária dos empreendimentos.

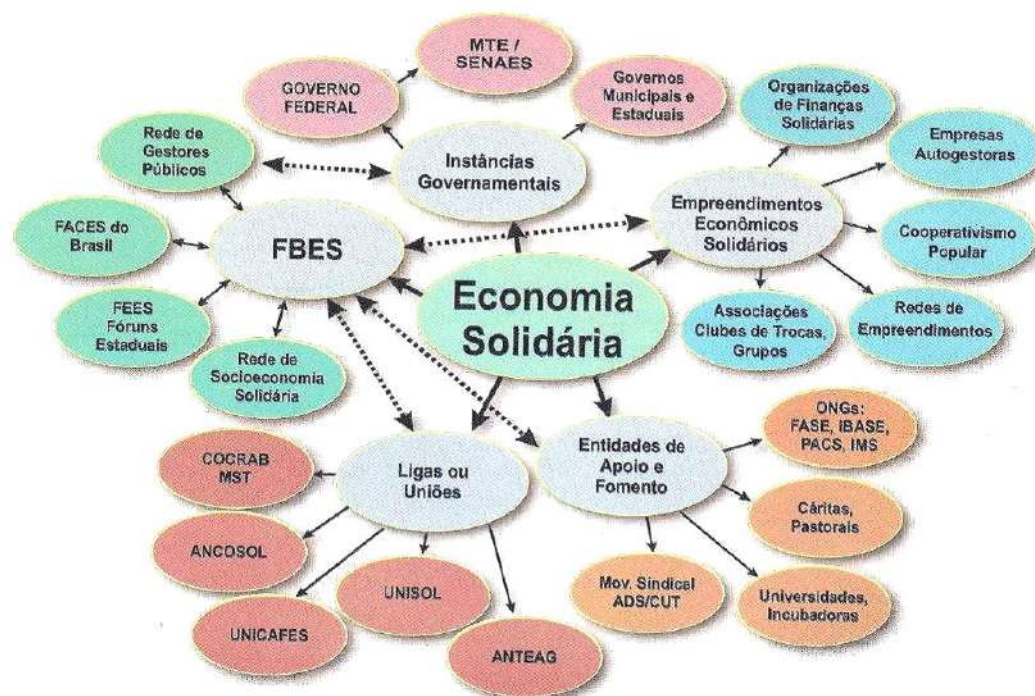
Por conseguinte, a economia solidária aparece no centro do FSM-2005, desafiada a gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente contra os produtos transgênicos, nocivos das transnacionais e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais. Por isso, diz-se que não só outro mundo é possível, mas que outra economia já acontece, conforme assinala Singer (2002).

Com efeito, neste processo foi se delineando, segundo França Filho (2010), o campo de atuação da economia solidária no Brasil, na medida em que sua estrutura política de movimento foi se configurando e se articulando numa malha, conforme Figura 1. É relevante ressaltar que a



dinâmica da Economia Popular e Solidária, no seu conjunto das atividades agregadas do dia-a-dia, é bem maior do que o que se enxerga nesses momentos de mobilização contextuais; entretanto, não resta dúvidas de que a história contada nos relatos formais do FSM e dos agentes e iniciativas envolvidas é algo, de fato, animador e capaz de potencializar-se como uma economia política dos setores populares.

**Figura 1 – Representação do campo de atuação da Economia Solidária no Brasil**



Fonte: SENAES (2011).

A Figura 1 mostra que, centralizados em torno da economia solidária, diversos agentes atuam formando o movimento nacional em defesa de outra lógica de desenvolvimento em que interagem, de forma integrada, ações governamentais e não governamentais conduzindo a vida de **1.687.035** (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil e trinta e cinco) trabalhadores, sendo 63% homens e 37% mulheres, segundo o SIES/2007, espalhados pelas diversas regiões do Brasil em um processo educativo, autogestionário, cooperativo e solidário, com protagonismo oposto ao processo empresarial alienante imposto pela economia tradicional.

Incubadoras universitárias, neste movimento entidades de apoio e fomento, portanto, é capaz através da pesquisa, extensão, incubação e diálogo com as comunidades locais esclarecer e ou potencializar as melhores práticas, princípios e experiências, bem como contribuir para a



desarticulação das armadilhas (formas dissimuladas de diálogos, por exemplo) da vala comum do modo de produção capitalista.

Diante de toda esta trajetória intensa, porém, recente, como compreender que a Economia Popular e Solidária assume ou pode vir a assumir as dimensões educativas dos processos de trabalho, contrapondo-se a alienação imposta pelo processo econômico tradicional a partir do comando dos trabalhadores? Responder a esta indagação não é uma tarefa simples, entretanto, o mapa acima (figura) – advindo de reflexões a partir dos relatórios do FBES – dar de alguma forma o tom sobre a maneira e a diversidade de áreas comprometidas com a construção desta economia. Além disso, os estudos demonstram as incubadoras universitárias postando-se nesta frente.

Neste contexto, Tiriba (2000) destaca, entre outros argumentos e eixos de discussões, situações que denotam esta possibilidade de protagonismo: na primeira, indica que, como elemento de produção da vida social, o processo de trabalho é, em si, educativo. Ressalta que, ao longo da história, como estratégia de sobrevivência e/ou de produção de uma nova sociedade, uma parcela da classe trabalhadora tem vivido experiências associativas que se constituem como “escolas” de produção de uma cultura do trabalho e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do modo de produção capitalista; na segunda situação, assinala os atuais movimentos de trabalhadores associados – considerando que a crise do paradigma keynesiano, que pressupõe a ação protetora do Estado a todos os cidadãos, levou às últimas consequências a marginalização e a exclusão da população do direito ao trabalho, saúde, educação e previdência social; na terceira, à luz do materialismo histórico, revisitando as categorias “produção associada”, “autogestão” e “cultura do trabalho”, fazendo referência a diferentes contextos históricos em que os trabalhadores tomaram para si os meios de produção.

Destaca-se, nesse sentido, o movimento por uma Economia Popular e Solidária que, segundo Tiriba (2008), desde o final da década de 1980, com a crise estrutural do emprego, se constrói, em âmbito latino-americano, a possibilidade que se constitui na busca de fundamentos de uma “pedagogia da produção associada”.

Com efeito, uma educação emancipatória e, nesta perspectiva, preocupada com a formação integral do homem e a superação da sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, está presente já há muitos séculos na história da humanidade, segundo Freire (1987).





Neste sentido, diversos educadores, pedagogos, filósofos e intelectuais se dedicaram a essa busca, e ainda hoje nos inspiram a continuar na busca do empoderamento do homem na perspectiva do associativismo, cooperativismo e da solidariedade, conforme Luckesi (2005).

Dessa maneira, mesmo diante de boas perspectivas de organização dos trabalhadores sobre a égide desta economia, o processo de organização não tem sido retilíneo, sincrônico, nem fácil de ser orientado, tendo em vista um legue de dificuldades enfrentadas pelas iniciativas de Economia Popular e Solidária, até mesmo se amparadas por políticas públicas, porque nem todas atendem aos preceitos de uma economia política dos setores populares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propósito das políticas públicas, percebe-se que existe uma intenção de confundir presença e ausência de estado pelos seus extremos, embora um tenha sido empreendedor e de bem estar e o outro mínimo, entretanto, no que se refere à forma de exploração e controle dos instrumentos de orientação de que se utilizam são os mesmos, ainda que agudizem o mal estar de formas diferenciadas.

Portanto, o objetivo de compreender o processo socio-histórico gerador das compreensões sobre as políticas públicas como possibilidade “inovadora” da responsabilidade do estado, faz-se, necessário entendê-las como uma panaceia que cobre os “furos” de ausência de um estado e de um mercado que outrora fornecia um equilíbrio social, mediante o auto-ajustes das forças de oferta de demanda por bens e serviços privados, públicos, alguns antes denominados de direitos, mas, que justificava o processo produtivo capitalista por algum tempo e em alguns lugares como modelo inerente aos competentes, instruídos, avançados e eficientes agentes referenciados na melhor industrialização.

Com efeito, percebe-se que a escala crescente de necessidade de acumulação do capital de forma globalizante, contraditoriamente, desnudou os desníveis entre continentes, países, regiões, estados, localidades e indivíduos, permitindo, o entendimento político de que uma dessas unidades econômicas, paradoxalmente as mais fracas ou menos desenvolvidas financiavam as mais fortes ou desenvolvidas, facilitando o entendimento sobre o fluxo hierarquizado de acumulação do capital e das riquezas produzidas.



Nesta perspectiva, a justificativa para cobrir os rápidos, ditos, cíclicos desequilíbrios do mundo capitalista tem tentado dar uma “nova velha” resposta que são as políticas públicas no lugar da intervenção do estado, mas, tem indicado a necessidade de outro estado que seja conduzido pela maioria dos sujeitos e não das unidades econômicas de produção e consumo.

## REFERÊNCIAS

866

BONETI, Lindomar Wessler. *As políticas públicas na contemporaneidade*. In: LIMA Jr. Arnaud Soares de e HETKOWSKI, Tânia Maria. **Educação e contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Relatórios SIES 2005/2007: Municípios. Brasília: MTE, 2008b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas de Economia Solidária**. Relatório Final, Recife: SNES, 2011.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **FBES: organização e forma de funcionamento**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)>. Acesso em: 5 maio 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Os desafios e as perspectivas dos bancos comunitários e da economia solidária**. Entrevista Especial ao Portal Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38266-os-desafios-e-as-perspectivas-dos-bancos-comunitarios-e-da-economia-solidaria-entrevista-especial-genauto-de-franca-filho>>. Acesso em: 23 maio 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KUENZER, Acásia Zenaida. Trabalho como principio educativo In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: fevereiro de 1999. Acessado em 10/10/2011 no site <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n68/n68a02.pdf>





- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunil. *Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal*. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunil. **O público não-estatal na reforma do Estado**. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- RAZETO, Luís. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação** – 3ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. – (Coleção educação contemporânea)
- SANFELICE, José Luís. *Dialética e pesquisa em educação*. In: LOMBARDI, Claudinei & SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.
- SCHAFF, Adam. **A sociedade da informática: as consequências da segunda revolução industrial**; tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes – São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SILVA, Ronalda Barreto. *As raízes do neoliberalismo*. In: **Revista da FAEBA**, Salvador, nº 15, p. 157-168, jan/jun., 2001.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TIRIBA, Lia Vargas. *A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 3**

**PLURALISMO RELIGIOSO NA  
MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 3

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 3

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatadora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)



### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)



**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 3

Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

**Apoio técnico**Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira**Diagramação**Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho**Revisão, índice e sumários**Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de



profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

UM QUADRO DO ATEÍSMO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: CIÊNCIAS NATURAIS COMO SINÔNIMO DE VERDADE, ATEÍSMO COMO AUTONOMIA DE PENSAMENTO - FRANCO, Clarissa De.....	1-17
“A DIVERSIDADE RELIGIOSA NA PERIFERIA URBANA” ESTUDO DAS RELIGIÕES NO MUNICÍPIO DE RIO DA GRANDE DA SERRA GRANDE ABC PAULISTA - SCARPIONI, Marcos .....	18-35
MIGRAÇÃO, PENTECOSTALISMO E PERIFERIA URBANA EM SÃO CARLOS INTERIOR DE SÃO PAULO - ANTUNES, Cassiano .....	36-56
PENSANDO FORMAS RELIGIOSAS DE ENTENDER A DOENÇA E A SAÚDE: PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE O CANDOMBLÉ NAGÔ E O NEOPENTECOSTALISMO - PINEZI, Ana Keila; JORGE, Érica.....	57-69
TRADIÇÃO ORAL E NOVOS MECANISMOS DE APRENDIZADO NOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ - PREVITALLI, Ivete Miranda .....	70-84
LAICIDADE EM ESCOLA PÚBLICA: QUEM SOU EU E O OUTRO NESSE ESPAÇO? - CUNHA, Clera de Faria Barbosa; BARBOSA, Claudia de Faria .....	85-98
LA MUJER Y LO SACRO. LA WICCA, EL FLORECER DE LA DIOSA. BRUJA, DEMONIO O VIRGEN - FERREIRO, Patricia De Las Mercedes Rodriguez .....	99-129
UMBANDA OU UMBANDAS? LEITURA SOBRE A FORMAÇÃO DE UMA ESCOLA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS - CARNEIRO, João Luiz; RIVAS, Maria Elise .....	130-143
RELAÇÕES DE PODER NO ENSINO RELIGIOSO: ASPECTOS JURÍDICOS, POLÍTICOS E HISTÓRICOS - ROCHA, Marcos Porto Freitas da; ROCHA, José Geraldo da .....	144-161
“PERIFERIA TEM SEU LADO BOM” – UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO NAS LETRAS DE RAP DO BRASIL - SILVA, Lucas Braga Medrado da .....	162-173
LEGALIZAÇÃO DE DOGMAS, ATRAVÉS DA ESCRITA DAS RELIGIOSIDADES AFROS, PARA QUE TENHAM CREDIBILIDADE? - MARQUES, Maria Cristina .....	174-190



SABERES E CELEBRAÇÕES: FESTEJANDO SÃO SEBASTIÃO NO JIRO DO REIS DO MULUNGU - JESUS, Maria Eunice Rosa de .....191-208

MULHERES E RELIOSIDADE NA MODERNIDADE - UMA BREVE ANÁLISE SOBRE MULHERES, RELIGIÃO E POBREZA - MENDONÇA, Amanda André de .....209-225

PEREGRINAÇÕES DO SELF: TURISMO E RELIGIOSIDADE COMO INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE SUBJETIVIDADES - MAIA, René .....226-241

MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DE CONVERSÃO RELIGIOSA - LEITE, Monique Sá Teixeira .....242-257



## UM QUADRO DO ATEÍSMO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: CIÊNCIAS NATURAIS COMO SINÔNIMO DE VERDADE, ATEÍSMO COMO AUTONOMIA DE PENSAMENTO

FRANCO, Clarissa De  
*Psicóloga da UFABC*  
*Doutora em Ciências da Religião*  
*clarissadefranco@hotmail.com*

1

### RESUMO

A partir dos dados da pesquisa de doutorado da autora, que investigou a posição de 1022 ateus acerca dos pressupostos de um autor de referência no ateísmo (Richard Dawkins), deriva-se desta pesquisa a apresentação de um quadro descritivo dos ateus estudados (idade, sexo, escolaridade), bem como de padrões de resposta dos sujeitos acerca das motivações que os levaram à posição ateuista. Reconhece-se um discurso de exaltação à ciência e identificação desta com a verdade, em contraposição às posições religiosas que seriam ilusórias/ falsas. O grupo também identifica a posição ateuista como referência de autonomia de pensamento, considerando as crenças como formas não autênticas de pensamento, fruto apenas de reproduções de dogmas. A discussão conceitual de base faz referência à epistemologia das ciências sociais, trazendo apontamentos de Dilthey (1949), Weber (1982), Berger (1995) e Lowy (2007).

**Palavras-chave:** ateus, verdade, autonomia.

### ABSTRACT

From the data of the author's doctoral research, which investigated the 1022 position of atheists about the assumptions of an author reference in atheism (Richard Dawkins), derives from this research to present a descriptive framework of atheists studied (age, gender, education) as well as response patterns of the subjects about the motivations that led to the atheistic position. It recognizes a speech exalting science and identification of this with the truth, as opposed to religious positions that would be misleading / false. The group also identifies the atheistic position as reference autonomy of thought, considering beliefs as unauthentic forms of thought, fruit only reproductions of dogmas. The basic conceptual discussion refers to the epistemology of the social sciences, bringing notes of Dilthey (1949), Weber (1982), Berger (1995) and Lowy (2007).

**Key-words:** atheists, truth, autonomy.





## 1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: UM QUADRO DESCRITIVO DOS ATEUS CONTEMPORÂNEOS

Esta comunicação é derivada da tese de doutorado da autora, que pesquisou o ateísmo professado pelo biólogo Richard Dawkins, nas fronteiras da ciência evolucionista e do senso comum, tendo concluído a pesquisa em junho de 2014. A tese investigou o impacto das ideias de Dawkins no público que se declara ateu. Tal público foi acessado através de grupos de ateus no Facebook e a amostra final válida foi de 1022 sujeitos, que responderam a um questionário online.

Para este artigo especificamente, optamos por apresentar uma pequena parte da pesquisa de doutorado, que se ocupa de mostrar um quadro descritivo dos ateus estudados (idade, sexo, escolaridade), bem como de padrões de resposta dos sujeitos acerca das motivações que os levaram à posição ateísta.

É importante identificar que os ateus, em termos de classificação no Censo do IBGE, fazem parte do grande grupo dos “sem religião”, nos quais se encaixam ateus, agnósticos e apateístas ou ateístas práticos (indiferentes à religião). Pessoas com uma espiritualidade própria são enquadradas no termo “espiritualistas”.

Os dados do Censo de 2010 apontam aproximadamente 15 milhões e 300 mil de “sem religião” no Brasil, dentre os quais aproximadamente 615 mil seriam ateus declarados<sup>1</sup>. Os sem religião, quando comparados diante do contexto educacional, mostram um padrão interessante: as pessoas sem instrução somadas às que frequentaram apenas creche totalizam mais de 20% do grupo, e na outra ponta, as pessoas com mestrado e doutorado são mais de 17%. O restante dos sem religião é distribuído entre os outros contextos de escolaridade mantendo índices de 2% a 8%. Pouca ou nenhuma instrução e alto nível educacional parecem ter influência sobre a falta de crença. (NERI, 2011, p. 24)

De acordo com o que pudemos observar, os ateus contemporâneos<sup>2</sup> organizam-se em grupos e associações, e muitos destes grupos possuem caráter político. Neste sentido, reconhece-se entre estes ateus uma força de organização social, com objetivos de atuação no

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia\\_tab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm). Acesso em julho de 2014.

<sup>2</sup> Os termos neoateísmo e neoateus não é bem aceito pelos ateus contemporâneos. Durante a coleta de dados, foi informado a autora que o termo é considerado pejorativo e ofensivo, sendo comumente utilizado por religiosos para se referir aos ateus em sinal de escárnio.



cenário político. Nossa tese apontou para um empoderamento dos ateus na sociedade atual, a partir das possibilidades que a secularização e o Estado laico trouxeram (FRANCO, 2014). A laicidade do Estado, que protege a pluralidade de manifestações religiosas, tem tido como consequência o empoderamento do discurso ateu, que sente respaldo em um Estado que não pode mais apoiar legalmente uma religião majoritária.

O novo ateísmo possui um adversário social claro: as religiões majoritárias e o discurso de seus adeptos. Conforme observa Sam Harris (2004, p. 234), condenável é a “influência lunática da crença religiosa” e, ainda: “todos os homens e mulheres dotados de razão possuem, necessariamente, um inimigo comum: a fé” (ibid. p. 131). Também podemos verificar em grupos de ateus contemporâneos sua *organização social*. São várias as associações<sup>3</sup> às quais ateus se filiam, promovem debates por meio de fóruns, têm acesso a trechos de livros, artigos, frases e outros pensamentos que fomentam o ateísmo, o pensamento racional, a possibilidade de um mundo sem Deus. Além do adversário e da organização coletiva, o novo ateísmo tem uma *causa*.

A ATEA, Associação de Ateus e Agnósticos (ATEA), grupo de ateus cujos líderes eventualmente aparecem nos meios midiáticos, tendo certa repercussão pública, possui objetivos estatutários, que estão assim descritos: “é uma associação de direito privado, constituída (...) com a finalidade de desenvolver atividades no campo da ordem social que busquem promover o ateísmo, o agnosticismo e a laicidade do Estado”. Dentre os objetivos específicos<sup>4</sup>:

- Congregar ateus e agnósticos, defendendo seus interesses e direitos, em todo o território nacional, bem como nos países ou estados independentes onde o Estado Brasileiro possui representação diplomática;
- Combater o preconceito e a desinformação a respeito do ateísmo e do agnosticismo, dos ateus e dos agnósticos;
- Auxiliar a autoafirmação dos ateus e agnósticos frente ao preconceito e a rejeição sociais;
- Apontar o ateísmo e o agnosticismo como caminhos filosóficos viáveis, consistentes e morais;
- Promover sistemas éticos seculares;
- Promover a laicidade efetiva do Estado, combatendo em todas as esferas legais qualquer tipo de associação que seja contrária ao descrito na Constituição da República Federativa do Brasil;
- Promover o pensamento crítico e o método científico; e

<sup>3</sup> Como referências básicas, cito sites em português e inglês (acesso em julho de 2012): <http://ateus.net/>; <http://ateusdobrasil.com.br/>; <http://www.atea.org.br/>; <http://richarddawkins.net/>; <http://www.thethinkingatheist.com/>, [www.the-brights.net](http://www.the-brights.net).

<sup>4</sup> Disponível em: [www.atea.org.br](http://www.atea.org.br), acesso em março de 2013.



- Defender os direitos legais de ateus e agnósticos podendo participar e contribuir com as instituições democráticas legalmente descritas e fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil, fazendo sugestões, participando de discussões sociais e representando ações públicas ou privadas sempre com base nos objetivos descritos e fundamentados no estatuto.

Conforme se observa, há um claro interesse em agregar os ateus de modo organizado e politicamente engajado. É frequente em portais virtuais de ateus, a associação do ateísmo com a defesa de causas de minorias, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Observa-se na fala de Richard Dawkins, um cientista renomado, militante ateu, esta associação:

Minha quarta conscientização diz respeito ao orgulho ateu. Não há nada que se desculpar por ser ateu (...) Exatamente como no caso do movimento gay, quanto mais gente sair do armário, mais fácil será para os outros fazer a mesma coisa (DAWKINS, 2007, p. 26-28).

Os ateus do século XXI possuem em geral bom nível educacional e são, em maioria, homens, e jovens de até 30 anos (NERI, 2011). Como preconizou Dawkins, estes ateus não se “escondem nos armários”. Organizam-se publicamente, promovem eventos para o público ateu, campanhas, produzem humor especializado no tema, participam de debates com religiosos, palpitam em debates públicos que envolvem direitos de minorias, colocam-se geralmente contrários a posições religiosas em casos de debates públicos (uso de células-tronco para fins médicos, descriminalização do aborto, casamento entre homossexuais..). Os ateus do século XXI compõem-se como um grupo politicamente organizado (claro que não em sua totalidade), que sabe que a laicidade do Estado protege sua forma de visão de mundo, que percebe o lugar desconfortável que os religiosos tradicionais passaram a ocupar na sociedade plural e secularizada.

Conforme veremos este grupo, parece evidenciar o ateísmo como um caminho de livre escolha e a religião como um caminho de doutrinação. Este é o público com o qual estamos dialogando.

Nossa amostra contou com a participação de 1022 sujeitos válidos<sup>5</sup> e foi composta da seguinte forma: nossa preocupação era que somente pessoas que se declaram ateístas respondessem ao questionário de pesquisa. Para tal finalidade, dirigimo-nos a grupos de ateus no Facebook e a sites de ateus, convidando pessoas nessas condições de crença (ou descrença) a

<sup>5</sup> Do total de 1041 respostas obtidas aos questionários, foram excluídas da amostra 17 pessoas que se declararam não ateístas na questão 1, e 2 respostas duplicadas, totalizando 1022 sujeitos válidos, ou seja, ateus.



participarem de nosso questionário, para o qual foi criado um documento online, com 30 questões, sendo dividido entre:

- Questão número 1, fechada, que visava confirmar a posição ateuista entre os sujeitos;
- Questões 2 a 6, de ordem descritiva (idade, sexo, escolaridade, profissão, local);
- Questões 7 e 8, abertas, visando esclarecimentos sobre as circunstâncias e os motivos pelos quais a pessoa se posicionava como ateuista;
- Questões 9 a 29, fechadas, sobre conceitos do ateísmo em geral, mais especificamente do ateísmo professado por Richard Dawkins;
- Questão 30, mista (fechada com possibilidade de intervenção escrita), que visava verificar o contato e a percepção dos sujeitos com a obra de Richard Dawkins.

5

Para fins desta comunicação, utilizaremos os dados retirados apenas das questões de 2 a 8, que tratam do quadro descritivo da população estudada. Os programas usados para fazer a análise estatística foram SPSS.17 e SPAD, entretanto, muitos dados não serão apresentados nessa comunicação. Em nossa amostra válida, composta por 1022 (mil e vinte e duas) pessoas que se declararam ateuistas, a variação de idade observada é muito grande, abrangendo de 12 a 71 anos. Entretanto, a maior parte da amostra tem idade inferior a 35 anos, provavelmente em função da coleta de dados ter sido feita em grupos de ateus pela internet. Conforme observa Rogério Silva (2012), o perfil de frequentadores dos sites ateus em língua portuguesa é de jovens de até 24 anos em sua maioria.

Mais de 80% da amostra está nas universidades ou já fez graduação, indicando que se trata de um grupo com alta escolaridade. E esta é também uma amostra composta em grande maioria por pessoas do sexo masculino (80%). Estes dados apresentam congruência com as observações do Censo de 2010.<sup>6</sup>

Mesmo a abordagem tendo sido realizada em sites e grupos ateus em português, 22 pessoas declararam residir em outros países. Dentre os sujeitos que residem no Brasil, a amostra teve representantes em todos os estados brasileiros, com maior concentração nas regiões sul e sudeste, conforme vemos na tabela abaixo.



TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DE RESPOSTAS POR ESTADO:

<b>Acre</b>	4	0,39
<b>Alagoas</b>	18	1,76
<b>Amazonas</b>	6	0,59
<b>Bahia</b>	37	3,63
<b>Ceará</b>	27	2,65
<b>Distrito Federal</b>	23	2,25
<b>Espírito Santo</b>	19	1,86
<b>Goiás</b>	33	3,24
<b>Maranhão</b>	1	0,10
<b>Mato Grosso</b>	8	0,78
<b>Mato Grosso do Sul</b>	8	0,78
<b>Minas Gerais</b>	99	9,71
<b>Pará</b>	10	0,98

<b>Paraíba</b>	15	1,47
<b>Paraná</b>	82	8,04
<b>Pernambuco</b>	35	3,43
<b>Piauí</b>	9	0,88
<b>Rio de Janeiro</b>	104	10,20
<b>Rio Grande do Norte</b>	12	1,18
<b>Rio Grande do Sul</b>	79	7,75
<b>Rondônia</b>	2	0,20
<b>Roraima</b>	2	0,20
<b>Santa Catarina</b>	56	5,49
<b>São Paulo</b>	302	29,61
<b>Sergipe</b>	6	0,59
<b>Tocantins</b>	1	0,10

Embora nossa amostra de 1022 sujeitos não tenha validade estatística, em função de não ter sido escolhida sob critérios que permitiam que os ateus de todas as partes do país fossem igualmente representados, conta a favor de nossa pesquisa o fato de ser uma amostra grande (especialmente levando-se em conta que o número de ateus declarados no último Censo do país gira em torno de 615 mil pessoas). Portanto, uma amostra de 1022 ateus com representantes em todos os estados brasileiros pode servir como um importante “termômetro” de estudo para a área.

## 2 POR QUE SER ATEU?

As duas questões abertas: “em que circunstâncias você se tornou ou se reconheceu como ateu?” e “por que você se posiciona como ateu?” pressupõem um espaço para manifestações, compondo a análise qualitativa do questionário.

Em relação às questões 7 e 8, observamos que o padrão de respostas se concentra em três grandes temáticas argumentativas: a primeira, que se apoia na razão, ciência e conhecimento como formas de “lúcidas” de compreender a realidade, colocando a religião no patamar de ilusão, fantasia, irracionalidade. A falta de evidências dos pressupostos religiosos



seriam motivos para creditar a eles o caráter de irrealidade. Tal mecanismo, vemos como uma constante no pensamento ateu, não apenas no chamado novo ateísmo, mas em qualquer pensamento ateu de expressão na História. Isto encontra reverberação no confronto entre religião e ciência.

A segunda temática revela um motivo de preconceito contra ateus. Nesse sentido, exalta-se, no contexto brasileiro, as igrejas evangélicas, popularmente identificadas (de modo indiscriminado) como donas de um código moral rígido. Os ateus, neste sentido, identificar-se-iam como resistentes a uma sociedade religiosa que quer incutir valores nos outros. Reivindicam autonomia de pensamento, em contraposição à reprodução de doutrinas.

De modo interligado ao segundo tema, o terceiro padrão de respostas observado nas questões abertas 7 e 8, seria o de exaltar a não necessidade religiosa para se ter uma ética, e a ideia de que a ética ateísta seria por vezes mais elevada que a das religiões em geral. Este tema da dissociação da religião e da ética é foco de debate entre ateus em sites e livros.

Dawkins (2007, p. 295) chama de "bajulação" e "puxação de saco", uma pessoa ser boa para obter a aprovação de Deus. Discute a (não) necessidade de um policiamento de nossos comportamentos, indicando que a justificativa para sermos éticos adviria do humanismo:

Estou inclinado a desconfiar (com base em alguma evidência, embora possa ser simplista tirar conclusões dela) que haja bem poucos ateus nas prisões. Não estou necessariamente afirmando que o ateísmo aumenta a moralidade, embora o humanismo – o sistema ético que frequentemente acompanha o ateísmo – provavelmente o faça. (DAWKINS, 2007, p. 298).

Há várias questões interessantes no apontamento de Dawkins. Primeiro, é a que a defesa de que "não são só os religiosos que teriam ética" passa a uma inversão que indica que os ateus teriam mais motivos para serem moralmente corretos. Parece que Dawkins rebate posições teístas que ele considera equivocadas com a mesma lógica retórica, radicalizando o debate para o outro pólo de discurso.

O segundo e não menos interessante ponto a ser discutido é acerca do humanismo. Muitos dos grupos religiosos têm práticas assistencialistas e humanitárias. Ignorar tais práticas, focando-se apenas nos aspectos malévolos das religiões parece-nos um recorte longe da imparcialidade.

Vamos, abaixo, aos exemplos destes três padrões de respostas apontados:



**a) Exemplos de respostas que enfatizam a ciência, a razão, as evidências como argumentos que embasam o ateísmo:**

1 - *“Não existe nada além de nós mesmos, está muito óbvio! o resto faz parte da imaginação humana.”*

2 - *“Acho que tem uma explicação científica para todos os acontecimentos da vida. Já fui de todas as religiões possíveis: umbanda, candomblé, evangélica, católica, mórmon, judaica (parte de minha família), espírita entre outras, li a Bíblia toda e em todas essas religiões vi a mesma coisa. A Bíblia é apenas um livro e religião é usada para ganhar as pessoas através de seus medos e suas crenças. Não gosto de religiões, respeito como eu respeito sua sexualidade, mas não acho uma coisa certa”.*

3 - *“Não existe um Deus criador de todas as coisas, tudo é natural. A terra não é o único planeta habitado”.*

4 - *“Não vejo razão para acreditar em homem invisível.”*

5 - *“Não vejo sentido em acreditar nessa construção humana que denominam Deus”.*

O relato descrito abaixo trata do caráter doutrinador, frequentemente atribuído às religiões e não ao ateísmo. É como se o caminho religioso não fosse fruto de escolha, mas o ateu sim.

6 - *“(Tornei-me ateu) a partir do momento em que me recusei acreditar em algo só porque falavam que eu deveria acreditar. Me questionei, não fui respondido, e percebi muitas outras coisas com isso.”*

Na sequência, mais depoimentos que reforçam a dicotomia entre razão, conhecimento, lucidez e ciência, de um lado – e crença, ilusão, ignorância e fantasia, de outro.





7 - *“Não vejo uma necessidade universal para a existência de um criador; muito menos necessária é a presença criadora e arbitrária dos deuses apresentados nas mais diversas culturas na história da humanidade. Não há evidências científicas que tornem plausível a crença, muito pelo contrário. Com o avanço do conhecimento científico, os deuses estão tornando-se cada vez menos necessários para provar algo sem demonstrar. A falácia argumentativa do "Deus das lacunas" será cada vez menos viável.”*

8 - *“(Tornei-me ateu) porque não encontro lógica em crer em um ser imaginário. Porque não acho saudável remeter meus erros e acertos a algo/alguém que não se pode provar”.*

9 - *“(Tornei-me ateia) ao perceber as incoerências bíblicas, a falta de respostas objetivas dos religiosos em relação a assuntos como a onisciência, onipotência e bondade divinas. Talvez eu sempre tenha sido ateia, nunca acreditei mesmo que havia deus, anjos, demônios. A cada dia, lendo, pensando, fui abrindo um fosso entre mim e a religião cada vez maior que agora não vou mais conseguir transpor.”*

10 - *“Quando eu abri meus olhos e comecei a me aprofundar nas religiões e sempre vi vários **erros**, tentei todo tipo de religião ou deus, porém nenhum me convenceu”. (grifo nosso).*

11 - *“Quando percebi que a religião e suas figuras mitológicas não faziam sentido algum, tanto é que a religião de uma civilização mais antiga é mera mitologia para a nova. Percebi que não faz sentido algum a existência de forças sobrenaturais, nunca foi provada, ao contrário das forças que regem o universo (gravidade, eletromagnética, nuclear forte e fraca) E o principal, tudo isso (religião) gira em torno de um único motivo, as pessoas não querem ser dados jogados pelo universo, elas querem pertencer a “algo maior” serem importantes, se sentirem reconfortadas quando são injustiçadas, etc. e o mais importante, não aceitam que elas têm um tempo, uma vida e que depois não existe mais nada, que isso faz parte de um ciclo natural, nascer, crescer, morrer. Então se apegam tão fortemente e essas crenças que as cegam, pois assim continuam achando que é parte de um “plano divino”, e que aquela vidinha dela é só parte, que depois é que vira a “parte boa”. Poderia ficar dias citando motivos do quão absurdo e sem sentido é a religião”.*



12 - *“(Tornei-me ateu) porque religião é uma palhaçada. Só uma pessoa com uma lógica e raciocínio bem escroto para acreditar nessa alienação.”*

O termo “erro” no relato 10 acrescenta à dicotomia já citada a questão do certo e do errado, o julgamento daquilo que é verdadeiro. O depoimento 11 traz a ideia de que as crenças religiosas “cegam”, ou em outras palavras ignoram, alienam, fazendo com que os crentes deixem de perceber “a realidade”. O termo “palhaçada” no relato 12 revela uma inferiorização do modo de compreensão religioso, atribuindo ao mesmo o lugar de falta de lógica e irracionalidade.

10

**b) Exemplos de respostas que trabalham a relação entre ateísmo e ética, com críticas à ética religiosa:**

14 - *“(Tornei-me ateu) ao ver que as religiões só se preocupam com dinheiro e praticam uma caridade falsa, como entidades filantrópicas. E não entendendo como os religiosos podem aceitar o último trocado de uma pessoa que está passando fome”.*

15 - *“Porque não aceito que religiões ou o fato de acreditar em algo vai fazer uma pessoa prestar ou não”.*

16 - *“Porque logo que me batizei na igreja evangélica, comecei a frequentar mais a igreja, e comecei a perceber a hipocrisia das pessoas em só dar atenção na Bíblia quando ela se diz ser “boa”, já na maioria das partes onde deus castiga, maltrata ou julga os pastores não pregam nada sobre... E justamente por nunca sentir tal presença divina em mim!”*

17 - *“(Tornei-me ateu) quando entendi que a lógica devia guiar meus pensamentos e que não preciso de religião para ter um bom caráter”.*

**c) Exemplos de respostas de quem vê preconceito contra ateus:**

18 - *“Meu posicionamento aberto como ateu não tem intenção de convencer ninguém sobre o certo ou o errado. Meu posicionamento aberto como ateu, só se faz necessário porque*



*infelizmente os religiosos dotados de preconceitos estão cada vez mais ocupando altos cargos públicos e tentam impedir a igualdade de direitos de algumas minorias com base unicamente em sua crença”.*

19 - *“Porque acho necessário (me posicionar como ateu). Estamos vivendo, na minha concepção, obviamente, uma ‘ditadura evangélica’ e acho importante que as pessoas saibam que os ateus existem e que eles são pessoas normais”.*

11

### 3 DISCUSSÃO DOS DADOS

Basicamente, os exemplos de frases retiradas das afirmações dos sujeitos de pesquisa, ateus, demonstram o raciocínio de considerar o pensamento ateuista mais autônomo, racional, maduro e crítico que o religioso. Esta análise verifica que os ateus, embasados em uma ênfase à ciência e à racionalidade, acabam por desqualificar as crenças como um caminho legítimo de pensamento e escolha, já que este seria fruto de doutrinação. O mecanismo central constitui-se em opor racionalidade à crença, identificando a ciência, especialmente as de base empírica, como um ícone racional da verdade, sendo as crenças sinônimos de pensamento fantasioso, ilusório.

Este mecanismo, além de desqualificar a imaginação, destituindo seu poder criativo e construtivo em termos emocionais, estéticos, artísticos, literários e simbólicos, torna a discussão em torno do conceito de verdade reducionista, na medida em que verdade passa a ser sinônimo de objetividade e empiria e nada mais. E, neste raciocínio, o método para se acessar a verdade seria o das ciências naturais.

Travestida agora de neodarwinismo, a ideia de superioridade da ciência sobre a religião é o que ancora e encoraja a faceta pública do ateísmo contemporâneo. E esse pensamento carrega implicações conceituais de um imaginário subjacente que identifica na ciência um ideal de racionalidade e objetividade de cunho salvacionista. É quase como dizer que a racionalidade é um atributo da modernidade (como se na história da humanidade, o progresso conduzisse linearmente o pensamento do menor nível de racionalidade ao maior) e que quanto mais a ciência evolui, tanto mais as coisas podem ser apreendidas de modo objetivo. As religiões, por se fundamentarem em um conhecimento subjetivamente suficiente, seriam representantes do universo emocional, que estaria distante da *verdade*. Neste sentido, seu lugar perante a ciência



seria algo como as fábulas infantis, o lugar da imaginação, da fantasia e do *delírio* como algo patológico, ou um vírus (DAWKINS, 2007).

Christopher Hitchens (2007, p. 208) – um dos *cavaleiros* que encabeçam a ala pública do movimento ateu contemporâneo – reconhece que os pressupostos que alicerçam seus discursos são de um iluminismo renovado. Não é por acaso que boa parte dos ateus contemporâneos chama a si mesmos de *brights* (iluminados)<sup>7</sup>. Tal “iluminação” seria trazida pela ciência. Nas palavras do Dawkins (2007, p. 29), “espíritos livres (...) devem precisar só de um pequeno incentivo para se libertar de vez do vício da religião”.

Não nos parece verossímil afirmar que a crença dispensa a objetividade ou a razão. Além do modelo explicativo que as religiões fornecem, devemos considerar que a dimensão religiosa também instiga constantes reflexões acerca de questionamentos complexos. Queremos dizer, com isso, que as crenças podem ser respostas legítimas – nem sempre ingênuas ou contaminadas – a formulações complexas vindas de mentes inquietas, pois seu objeto em questão não tem uma resposta única resposta *verdadeira* possível.

Verdade, realidade e conhecimento são associados no ateísmo contemporâneo, de modo a exaltar o lugar daquilo que é objetivo e racional. Entretanto, mesmo dentro da ciência, não se pode abordar a temática com tal simplicidade. No campo da sociologia do conhecimento, alguns autores como Max Weber (1982) e Peter Berger (1985; 2002) dão ênfase à subjetividade humana no significado da realidade, sendo esta (a realidade) compreendida como uma construção da mente humana. O acesso ao conhecimento, para Weber (1982), estaria limitado ao modelo mental, sendo o significado da realidade algo imputado pela mente. Berger (junto com LUCKMANN, 2002) considera a ciência um tipo de conhecimento reducionista por vocação, uma vez que seu conhecimento se estabelece através de categorias, que precisam traduzir a realidade de modo especificado, e, portanto, reducionista em relação à abrangência do fenômeno em questão.

Em *Dossel Sagrado* (1985), Peter Berger descreve o processo de “nominação” do mundo, daquilo que o torna plausível e compreensível, podendo ser partilhado com o nome de realidade. A plausibilidade das estruturas sociais que tornam a realidade possível seria dada pela capacidade humana de se alienar, no sentido de tornar objetivo o que tinha originalmente um caráter subjetivo. Entretanto, isso não significa tornar a realidade sinônima de objetividade,

<sup>7</sup> A expressão “*brights*” foi trazida a público no contexto dos novos ateus por Richard Dawkins em um artigo para o jornal *The Guardian* (2003). Disponível em: <http://www.the-brights.net/>. Acesso em julho de 2012.



uma vez que haveria todo um processo afetivo, subjetivo e de outras instâncias, que ancora a plausibilidade do mundo.

Em outra linha de pensamento, mas que também nos pode ser útil no momento, Clifford Geertz, no clássico *A interpretação das culturas* (1978) trata o conhecimento religioso como um universo simbólico que aliaria recursos encontrados no senso comum e na ciência, a saber, a conexão emocional, intuitiva e, por outro lado, um “estatuto de factualidade” ligado a um sistema racional de pensamento, fornecendo tanto explicações, quanto sentido. Portanto, para este autor, a integração de sistemas simbólicos distintos estaria na base da forma de conhecimento promovida pela religião.

Há, no fazer científico de algumas ciências (em especial nas áreas naturais, campo que nos interessa particularmente), uma ênfase à objetividade, e pode-se considerar que as ciências humanas teriam menos declínio a essa visão. Em nossa maneira de analisar o problema, a racionalidade está implicada tanto no conceito de verdade como conhecimento objetivo, como na visão de verdade como interpretação. A subjetividade não é sinônimo de ausência de racionalidade.

Podemos trazer ao debate Michel Lowy (2007) que propõe uma zona de transição entre as ciências naturais e humanas, que poderia ser traduzida em espaços de conhecimento nos quais estas áreas se tocam. Ele denomina tais espaços de “fronteira quente”, afirmando: “quanto mais uma ciência natural se aproxima desta “fronteira quente” com as ciências humanas, mais ela se arrisca a se carregar de “eletricidade ideológica”” (2007, p. 232). Michel Lowy explicita a tensão, entretanto reafirma a necessidade de diálogo entre os campos do saber.

Nesse ponto, há que se chamar Dilthey para nossa conversa. O filósofo alemão tem no bojo de sua proposta a meta de superar a dicotomia entre ciências humanas e naturais, e, segundo Gadamer (*O problema da consciência histórica*, 1998a), Dilthey (1949), com sua fundamentação de historicidade fornecida às ciências do espírito, teria proposto uma nova formulação para o conceito de verdade, indicando que não somente as ciências da natureza poderiam acessá-la. Dilthey (1949) indica que a natureza não poderia ser conhecida em seus fundamentos últimos, senão apenas pelo modo como a apreendemos. Ele situa na historicidade do homem seu processo de conhecimento, ao qual a razão humana estaria submetida.

Gadamer (1998a; 1998b) observa que o método científico sempre fora identificado com o método das ciências naturais (método indutivo) – quase o mesmo que dizer que só seria considerada científica tal maneira de fazer ciência – e à luz das formulações de Dilthey, ele



expõe: “não se trata, em absoluto, de definir simplesmente um método específico, mas sim de fazer justiça a uma ideia completamente diferente de conhecimento e de verdade.” (GADAMER, 1998a, p. 20). A verdade, para Dilthey, estaria no processo cumulativo de conhecimento e não no mundo físico, natural e objetivo, mas no que se pode apreender sobre esse mundo.

A dicotomia existente entre as ciências se torna mais evidente quando comparamos os campos religioso e científico, uma vez que para boa parte do campo das ciências humanas (sociologia, psicologia, filosofia, história...) a religião é um objeto analisado não sob a perspectiva de provas, evidências, mas como um fenômeno humano de sentido e valores de outras ordens. Nesta linha de pensamento, só se faz compreensível pensar em uma “guerra” entre religião e ciência, quando falamos a partir do modelo das ciências naturais, e ainda, de modelos de ciência que pretendem fazer inferências morais ou valorativas sobre a religião. Se a religião é boa ou má para os seres humanos, se ela é verdadeira ou falsa, não cabe à ciência fornecer este tipo de resposta.

Questões e campos de fronteira provavelmente sempre existirão, dada a complexidade do conhecimento. As soluções para o contato destes campos é que evidenciam se o conhecimento é abordado com vistas a uma abertura de fronteiras ou a um fechamento que visa encerrar as questões dentro de um modelo único de verdade. Por que, afinal, é necessário opor tradição e modernidade? Por que não podem coexistir posicionamentos religiosos e científicos, sem a luta pela invalidação dos argumentos do outro?

A esta altura, já deve ter ficado claro ao leitor meu posicionamento acerca do debate entre religião e ciência, ao menos no que se refere ao âmbito da verdade. Não há guerra entre religião e ciência; há, claro, guerra entre religiosos e cientistas. Como campos de conhecimento inter-relacionados desde sua origem (se considerarmos a origem da ciência como um produto europeu ocidental do século XVII, esta relação fica explícita), religião e ciência estão – cada qual a seu modo e eventualmente de modos que se tocam – em busca de explicação para o mundo e para os seres que o habitam, mas – cabe ressaltar – explicações com funções diferentes. A religião não precisa que os conhecimentos objetivos e subjetivos se encaixem. Isso, não só é dispensável como também é desagradável ao tipo de experiência que ela propõe. Da mesma forma, em princípio, não seria função da (s) ciência (s) emitir um julgamento sobre a realidade em bases do tipo “mais ou menos verossímil”, “benéfica ou maléfica”. Também não parece função da ciência destruir mitos, mas sim, tentar explicar os mecanismos que tornam os





mitos necessários ou existentes a determinados grupos. À ciência cabe ampliar o debate e não fechá-lo a partir de certezas categóricas.

A verdade, nesse sentido, são histórias contadas de “pais” cientistas, religiosos, filósofos, ateus, a “filhos” ávidos pelo conhecimento que deveria preencher sua ansiosa alma. A verdade, ou melhor, as verdades, são sempre histórias contadas e construídas a partir de referenciais e anseios próprios, sem, no entanto, desprezar a esfera do compartilhamento destas histórias, que deve ter instâncias que mediam o sentido da realidade. Não se trata de colocar ciência e religião lado a lado como duas grandezas de dimensões similares. Trata-se – claro – de verdades em níveis diferentes (mas nem por isso uma mais legítima que a outra).

Por ora, fiquemos com a sugestão de Michel Löwy (*As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen*, 2007), que sustenta que tanto mais próximos da verdade estaremos quanto mais nos expusermos ao debate plural, permitindo que olhares múltiplos construam as verdades possíveis, através da mobilização do “capital do saber acumulado”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando lemos os relatos sobre o preconceito que os ateus sofreriam por parte dos religiosos, é preciso considerar que esta reclamação é legítima, em uma sociedade na qual a grande maioria se declara religiosa. Entretanto, nesta comunicação considera-se que não é desqualificando os que creem que os ateus passarão a ter seus espaços reconhecidos publicamente.

Ateísmo e religião fazem parte de um espectro de crenças e posições ideológicas/filosóficas sobre assuntos parcialmente desconhecidos. Em tempos de pluralismo religioso, garantido pelo Estado laico, é preciso que as polaridades entrem em diálogo, como propõe Lowy (2007), afrouxando as fronteiras e diferenças.

Os ateus, atualmente em sua maioria homens jovens com instrução, que se organizam politicamente e atuam em importantes debates sociais, querem que suas vozes sejam ouvidas. Muitos deles, no entanto, têm cometido ações similares às que criticam nos religiosos, sendo eventualmente arbitrários e fundamentalistas em seus discursos.

Não se pode dizer que somente o ateísmo representa autonomia e lucidez, sendo a religião sinônimo de ilusão, delírio ou fruto de pensamentos imaturos e doutrinados, porque isso seria enxergar apenas um aspecto do fenômeno das crenças, generalizando





comportamentos específicos de alguns religiosos. Da mesma forma, quando se identifica o ateísmo com falta de ética, exibe-se uma discriminação gratuita, que não contribui para o avanço da convivência das posições.

## 5 REFERÊNCIAS

- DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- DAWKINS, Richard. "The future looks bright". *The Guardian*, 21 June 2003.
- DILTHEY, Wilhelm. *Introduction to the Human Sciences*. Edited by R. A. Makkreel & F. Rodi; trad. Michael Neville. New Jersey: Princeton University Press, 1989.
- DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las Ciencias del Espíritu*. Fondo de Cultura Económica, México, 1949.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo, 2000.
- FRANCO, Clarissa De. O ateísmo de Richard Dawkins nas fronteiras da ciência evolucionista e do senso comum. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. PUC/SP, São Paulo, 2014, 233 pgs.
- GADAMER, H-G. *O problema da consciência histórica*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 1998a
- GADAMER, H. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b.
- GEERTZ, Clifford. *A religião como sistema cultural*. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HARRIS, Sam. *A Morte da Fé*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARRIS, Sam. *Carta a Uma Nação Cristã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HITCHENS, Christopher. *Deus não é grande*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca vida, 2007.
- NERI, Marcelo Cortes. Novo Mapa das Religiões. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- SILVA, Rogério. Sites ateus do Facebook: o boom de uma disputa simbólica. *Anais ABHR*, 2012. Disponível em:



<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/510/341>, acesso em dezembro de 2013.

<http://ateus.net/>. Acesso em julho de 2014.

<http://ateusdobrasil.com.br/>. Acesso em julho de 2014.

<http://www.atea.org.br/>. Acesso em julho de 2014.

<http://richarddawkins.net/>. Acesso em julho de 2014.

<http://www.thethinkingatheist.com/>. Acesso em julho de 2014.

[www.the-brights.net](http://www.the-brights.net). Acesso em julho de 2014.

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia\\_tab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm). Acesso em julho de 2014.



## **“A DIVERSIDADE RELIGIOSA NA PERIFERIA URBANA” ESTUDO DAS RELIGIÕES NO MUNICÍPIO DE RIO DA GRANDE DA SERRA GRANDE ABC PAULISTA**

SCARPIONI, Marcos  
*Mestrando em Ciências da Religião - UMESP*  
*scarpionim@gmail.com*

18

### **RESUMO**

O artigo visa discutir a *diversidade religiosa* inserida em ampla perspectiva do *Pluralismo Religioso* no município de Rio Grande da Serra, região do Grande ABC Paulista, periferia urbana de São Paulo. Embasado nos conceitos de *desencantamento do mundo*, *secularização* e *laicidade*, abordaremos esse fenômeno social em franca expansão nesse município. De maneira analítica, discorreremos como essas instituições religiosas, compondo um dos vários segmentos sociais, com grande potencial de mudança comportamental dos indivíduos, acompanham, participam, enfim, influenciam as transformações sociais, culturais e políticas nessa localidade, outrora, sob a autoridade hegemônica da religião católica, contribuindo assim para a gestão político-administrativa da cidade. Ainda, como essas instituições, se posicionam frentes aos diversos problemas ambientais existentes nessa periferia urbana inserta no planalto Serra do Mar, Bioma da Mata Atlântica. Como procedimentos metodológicos, adotaremos: a) observações empíricas para o reconhecimento da microrregião central composta pelos bairros (Centro, Vila Albano, Vila Figueiredo e Vila Progresso); b) Incursões realizadas do Centro à Periferia com percursos realizados por caminhadas; c) Registro das Instituições Religiosas em caderneta de campo; d) Análise das ações religiosas frente às questões sociais, culturais, políticas e ambientais na região. Concluímos interpretando os múltiplos aspectos das interações sociorreligiosas em periferia urbana.

**Palavras-chave:** Rio Grande da Serra. Pluralismo. Periferia.

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the *religious diversity* inserted in broad perspective of Religious Pluralism in the municipality of Rio Grande da Serra, a region of Great ABC Paulista, urban periphery of Sao Paulo. Based on the concepts of disenchantment *of the world*, *secularization* and *secularism*, we will look at this social phenomenon in expanding in this municipality. So analytical, we will discuss how these religious institutions, composing one of various social segments, with great potential for behavioral change in individuals, accompany, participate, finally, influence the social changes, cultural and political in this locality, formerly, under the hegemonic authority of Catholic religion, thus contributing to the political management and administrative management of the city. Still, as these institutions are positioned fronts to various environmental problems in urban periphery inserta plateau in Serra do Mar, the Atlantic Forest Biome. As methodological procedures, will get: (a) empirical observation for the recognition of the microregion central composed by neighborhoods (Center, Vila Albano, Vila Figueiredo and Vila Progress); b) incursions from the Center to the Periphery with journeys made by hiking; (c) Record of Religious institutions in PBS field; (d) Analysis of religious actions forward to social issues, cultural, political and environmental in the region. We conclude interpreting the multiple aspects of interactions sociorreligiosas in urban periphery.

**Key-words:** Rio Grande da Serra. Pluralism. Periphery.



## INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna, podemos observar as inúmeras transformações sociais, culturais, políticas, econômicas, tecnológicas, científicas e religiosas. As religiões sempre estiveram presentes nas diferentes sociedades influenciando e sendo influenciadas por essas transformações, já que “a religião tem um [...] profundo significado social” (BIANCO, 2012, p. 01).

Para Nunes (2011, p. 7):

A religião e a espiritualidade desempenham um papel significativo na vida das pessoas e podem contribuir para a erradicação de preconceitos, discriminação e intolerância, para a promoção da dignidade humana, da cultura de respeito aos direitos humanos e à diversidade e o estabelecimento da paz entre pessoas, grupos e nações, e cooperar para a construção de uma sociedade justa, livre e democrática.

Por isso, a diversidade religiosa inserida no contexto mais amplo que é o pluralismo religioso, constitui um campo fértil para nossa investigação, pois estaria havendo “no Brasil um verdadeiro pluralismo religioso com a penetração de uma multiplicidade de crenças e ritos pertencentes as mais distintas tendências religiosas e seitas” segundo (ANDRADE, 2009, p. 109).

Dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010 demonstram uma expansão do número de denominações e/ou pertenças religiosa, e conseqüentemente, outra configuração da religiosidade presente nos municípios dos estados brasileiros.

Nossa investigação pauta-se na compreensão da diversidade religiosa no município de Rio Grande da Serra, região do Grande ABC Paulista, periferia urbana da cidade de São Paulo, bem como esse fenômeno religioso contribuiu na última década deste século ou tem contribuído atualmente para o desenvolvimento social, político, cultural e ambiental da cidade.

Para tal entendimento, iniciaremos por uma conceituação do termo “pluralismo religioso”, e discorreremos pelos motivos que permitem a esse, encontrar aporte para sua existência na sociedade contemporânea e por fim avaliaremos a diversidade religiosa *in locus* a partir dos pressupostos teóricos, como por exemplo: o desencantamento do mundo, secularização e laicização.



## Problematização

Existirá nessa região um pluralismo religioso ou uma diversidade religiosa?

O pluralismo religioso ou a diversidade religiosa contribuiriam ou contribuí de alguma forma ou não para as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais no Município de Rio Grande da Serra?

Quais seriam as implicações do pluralismo no desenvolvimento sócio-cultural-político local?

20

## Objetivos

### Geral

Conceituar o pluralismo religioso e a partir de observações empíricas das instituições religiosas (denominações), na cidade de Rio Grande da Serra, região do Grande ABC Paulista, para demonstrar ou não sua existência, bem como compreender as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais que ocorreram ou ocorrem localmente ligadas a esse “pluralismo religioso” nessa região.

### Específicos

Conceituar o que é pluralismo religioso e diversidade religiosa;

Fazer observações empíricas das instituições religiosas (denominações) na região central e periférica da cidade, para demonstrar ou não a existência do pluralismo religioso na região;

Reconhecer quais foram ou são os fatores sociais, políticos, culturais e ambientais que conduziram e ainda continuam influenciando processo de transformações sociais na região estudada.

Compreender se as transformações sociais, culturais e políticas que ocorrem atualmente na cidade contribuem para tal pluralismo;



## JUSTIFICATIVA DO TEMA

São cada vez mais frequente na mídia contemporânea, questões religiosas envolvendo um número significativo de religiões institucionalizadas nos diversos municípios brasileiros. As instituições religiosas possuem um potencial para realizar transformações sociais em cada uma das comunidades locais, já que “para os indivíduos pode a Igreja representar então a comunidade mais importante de sentido; [...]” (BERGER, LUCKMANN, 2004, p. 72).

Por isso, estudar e compreender as religiões em suas práticas, ritos, e também em suas diversidades, contribui significativamente para compreendermos quais são as influências da religião nas transformações sociais e também quais as influências das transformações sociais podem interferir na dinâmica das religiões.

### Demonstração de sua importância

Como pesquisa pura, sua importância está na compreensão das transformações sociais, quer sejam elas sociais, religiosas, culturais, políticas, enfim, como a diversidade religiosa de maneira capilar, influencia tais transformações no Município de Rio Grande da Serra.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no período de 12.04 à 28.05.2013. Para a realização dessa investigação, escolheu-se por (re)conhecer uma microrregião (central) do Município de Rio Grande da Serra – Grande ABC Paulista, composta pelos bairros Centro, Vila Albano, Vila Figueiredo e Vila Progresso, especificamente nas interfaces da área central e das vilas. Inicialmente foram feitas as incursões no bairro centro e progressivamente, avançamos para os outros bairros visando identificar e registrar as instituições religiosas. Todas as incursões foram feitas através de caminhadas próximo ao centro, todavia com auxílio de veículo na parte pouco mais afastada. Esperava-se um avanço para outras microrregiões, mas devido à escassez temporal, recursos econômicos e materiais, nesse instante foi possível a análise desses quatro bairros numa avaliação amostral. Após o registro das instituições religiosas, foi possível comparar o registro das instituições com a bibliografia consultada para compreender a presença



ou ausência do pluralismo religioso, além das suas influências sociais, políticas, cultural e ambiental nessa região.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender o que é pluralismo no campo religioso e evidenciar esse fenômeno sociorreligioso no município, faz-se necessário abordar não só o conceito do que seja o pluralismo, mas também os conceitos que permitem a existência desse pluralismo nas sociedades. Portanto, discorreremos conceitos sobre o pluralismo religioso, laicidade, desencantamento do mundo e secularização, estes dois últimos propostos por Weber.

22

### Pluralismo Religioso ou diversidade na alta modernidade

Ao discorrermos sobre pluralismo, a princípio, essa palavra expressa uma ideia de “diversidade de algo, mas numa unicidade”. Por isso, em se tratando de religião na alta modernidade, o pluralismo religioso pode ser inicialmente definido como uma grande multiplicidade de religiões desenvolvidas em uma determinada área e/ou região, o que é reforçado por Steil (2001, p. 116), já que “pluralidade e fragmentação religiosa, [...] são frutos da própria dinâmica moderna”.

Para Panasiewicz (2007, p. 2) “de fato diz respeito à própria pluralidade ou diversidade de tradições religiosas existentes e, mesmo, aos movimentos religiosos que estão emergindo no final do século passado e princípio deste”. Também Andrade (2009, p. 109) coloca que é uma “multiplicidade de crenças e ritos pertencentes as mais distintas tendências religiosas e seitas”.

Assim, é preciso refletir, o que se costuma chamar de pluralismo religioso [pode não limitar-se a] “uma diversidade cristã”, [...], pois “é um fenômeno bem maior do que a heterogeneidade cristã”, (SOUZA, 2012, p.129), embora alguns estudiosos<sup>1</sup> contemporâneos enfatizem uma maior diversidade no segmento religioso pentecostal em geral, por exemplo, para Mariano (2013, p. 04) “o pentecostalismo em meados do século XX, foi à religião pentecostal, que mais cresceu na América Latina” acreditando que tal fenômeno se traduz num

<sup>1</sup> Por exemplo, Pierucci, Mariano, Steil, Negrão





pluralismo. Dessa maneira, a heterogeneidade religiosa engloba necessariamente todas as religiões das mais variadas matrizes, origens, culturas.

Mas a religião institucionalizada pode também ser interpretada como espaços democráticos institucionais, pois segundo Sanchez (2010) “é, na verdade, a democratização do campo religioso, em que todos os sujeitos religiosos são reconhecidos como legítimos em suas reivindicações, desde que respeitados os princípios éticos”. Por isso, o pluralismo religioso pode estar caracterizado pela perda hegemônica da Igreja Católica e aumento significativo, progressivo de outras religiões que disputam entre si, a sua expansão no campo religioso. Trata-se, portanto, de um “fenômeno moderno que tem sua origem na ruptura do monopólio de uma religião oficial de uma determinada sociedade” (STEIL, 2001, p. 116).

Nessa pesquisa opta-se por trabalhar com os múltiplos entendimentos, pois os dados do Censo demonstram uma diversidade religiosa brasileira. Entretanto, quando observada cada religião em suas respectivas proporções, nota-se que o país está concentrado em Católicos e Evangélicos, caracterizando um país essencialmente Cristão, ademais, inexistente consenso para a definição de pluralismo.

### **As Religiões e o Desencantamento do Mundo**

Na alta modernidade, ou melhor, na contemporaneidade, para os pesquisadores da religião<sup>2</sup>, em suas observações na atualidade, o que ocorre é uma acomodação dos conceitos de Weber pertinentes aos comportamentos sociorreligiosos, especialmente o de “Desencantamento do Mundo”.

Esse conceito está atrelado a uma intensa racionalidade dos indivíduos frente as mais variadas questões intrínsecas a sociedade, gerando forte intelectualização na sociedade Ocidental, pela busca de “sentido”, novos sentidos, que permitiam interpretar os eventos mundanos de maneira empírica, relegando a um segundo plano a interferência do transcendental, do divino nesses eventos. Nesse processo, o que ocorre é a perda desse referencial fora da Terra e a busca constante em encontrar um referencial na própria Terra que dê “sentido” para essas coisas. A Ciência então é o emergente paradigma de “produção de

<sup>2</sup> Pierucci, Mariano, Steil, entre outros.



sentido”, fonte de sentidos firmada no início da modernidade como novo referencial pelo qual se explica os fenômenos no mundo. Para Pierucci (1997, p. 100):

[...] quando se começa a falar de secularização e desencantamento do mundo, a primeira coisa que vem à mente é justo a ciência, a ciência moderna em luta incessante contra os mais diferentes *ídola*: a superstição, a credulidade, a ignorância, o preconceito e - convém nunca esquecer - contra a obediência.

Na modernidade com o avanço das Ciências, torna-se possível vivenciar novas descobertas; criar novas tecnologias que encantam ou reencantam “em parte” esse mundo agora “desmagificado” e com “perda de sentido” caracterizado como um “mundo desencantado” como proposto por Weber (PIERUCCI, 2003, p. 50-51). Cabe ressaltar, isso só é possível numa sociedade moderna, onde “o desenvolvimento religioso como superação da magia e o desencantamento do mundo (resultado da explicação dos mistérios) são processos paralelos” (RIVERA, 2010, p. 111).

Por esses conceitos, a religião na alta modernidade tem perdido paulatina e progressivamente a capacidade de produzir sentidos para muitos que buscam na Ciência uma nova fonte produtora de sentidos. Assim, a desmagificação e a perda de sentido, na contemporaneidade conduz, induz, impulsiona os indivíduos religiosos a um novo processo de mudança de comportamento social, a uma autonomia, uma vez que, esses sujeitos progressivamente se afastam das práticas religiosas anteriormente realizadas com frequência, para a aproximação de atividades do cotidiano embasadas nas Ciências e novas tecnologias.

Nesse cenário, a religião parece estar fadada a desaparecer da sociedade. Entretanto, curiosa e contrariamente “a religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir” [sendo] “necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada que se constitui num dos fios com que se tece o acontecer do nosso cotidiano” afirma (ALVES, 1981, p. 12).

Também, para Bianco (2012, p. 3) “o campo religioso brasileiro não experimentou o “desencantamento do mundo”, ao contrário, tem experimentado intensamente o seu “re-encantamento””. E mais ao “se lançar o olhar para os lados, percebe-se que o sagrado está em toda parte, se por um lado a sociedade demonstra não precisar de Deus, por outro, o indivíduo recuperou o milagre, recuperou o contato com o outro mundo”. Para Berger e



Luckmann (2004, p. 48) “a “desigrejização” não deve ser confundida com a perda de religiosidade”.

### **Secularização - mais que uma perda de hegemonia**

A secularização é um processo de transformação social que tem suas origens no termo:

“secular” que deriva da expressão latina saeculum, que significa geração, duração de uma geração ou espaço de 100 anos; em sentido figurado, ela designa um período indeterminado de uma vida, de uma época ou daquilo que se repete regularmente (RIVERA, 2010, p. 115).

Essa pode ser entendida como um processo de transformação da dinâmica religiosa e social que segundo Pierucci, (1997, 49) se dá “como um processo irregular, descontínuo, com flutuações marcantes no compromisso religioso dos indivíduos, seja com a doutrina professada, seja com a comunidade concreta de fé”.

Também pode se constituir num processo de destituição de algo sagrado, sacralizado anteriormente pelo indivíduo, por exemplo: espaços, símbolos, ritos, mitos. Esses fatos estão imbricados pela perda de um poder religioso institucionalizado (hegemonia católica) para o poder político-jurídico (Estado). É caracterizada como um “processo histórico decisivo na formação das sociedades modernas ocidentais (MARIANO, 2003, p. 112).

A secularização ocorreu primeiramente nos países europeus tendo seu início no período Renascentista meados do século XVI ganhando uma maior expressividade e perpassando todo o Iluminismo no século XVIII, até atingir sua plenitude no século XIX. No Brasil, porém, é somente no final do século XIX com a Constituição de 1891, ocorrendo à separação político-jurídica entre o Estado e Igreja Católica e a geração de “liberdade religiosas e de culto” que consolidou-se o processo de Secularização.

Entretanto, embora exista um “vínculo entre secularização e religião [isso] não quer dizer a dissolução da religião, mas o acerto de contas com o controle que as instituições portadoras de sentido exerceram sobre sociedades e indivíduos [...]” (SJ RODRÍGUEZ, 2011, p. 208).



## **Laicização – Estado-Igreja, juntos, porém separados!**

Outro conceito de grande importância para interpretação do pluralismo religioso é a laicização, uma vez que, tal processo político-jurídico ocorre imbricadamente com a secularização no país. De acordo com Ströher, Benedito e Borges (2011, p.67):

O Brasil é Estado laico desde a primeira República. Durante o governo republicano provisório é instaurada a separação entre a Igreja e o Estado, pelo Decreto 119-A, de 17 de janeiro de 1890, que foi confirmado pela primeira constituição republicana, em 1891.

Para Rivera (2010, p. 119), a “laicização corresponde um enfoque institucional, enquanto a “secularização comporta um enfoque cultural, pois uma está atrelada obrigatoriamente a política e seus instrumentos jurídicos reguladores, enquanto que a outra é um processo de transformação cultural-histórica que se desenvolve ao longo de séculos”.

Atualmente, vivenciar o Estado laico previsto no artigo 19 da Constituição Federal de 1988, não significa vivenciar um Estado que coloca à religião as margens da sociedade contemporânea, mas sim, um Estado que garanta aos indivíduos, sua liberdade religiosa, respeitando suas escolhas em optar por seguir ou não a qualquer pertença, credo religioso, ou a ainda, o não seguimento de nenhuma pertença. Afinal, os indivíduos estão caracterizados como:

[...] seres humanos, como seres culturais, históricos e sociais, se caracterizam pela diversidade de seu aspecto físico e de características individuais, de sua situação socioeconômica, de seus modos de expressão, de seus comportamentos, valores éticos e acordos estabelecidos de convivência social (NUNES, 2011, p. 5).

O Estado Democrático de Direito tem, portanto, o dever de tratar com igualdade as diferentes religiões, crenças e convicções, não podendo estabelecer relação de aliança ou dependência com qualquer religião ou com seus representantes, nem interferir na formação espiritual e na crença em particular, pois a fé pertence ao espaço privado e à intimidade do indivíduo, materializando assim o que preconiza a Constituição Federal.



## Brasil – A configuração religiosa pluralista?

Para um número significativo de teóricos pesquisadores, o Brasil é um país pluralista no que diz respeito às religiões. Para Negrão (2008, p. 261) “essa diversidade tem como marco originário a Proclamação da República [1891]”. Tal afirmação é também compartilhada por Andrade (2009, p. 109), pois, é praticamente na “virada do século XIX para o XX [que] instalou-se no Brasil um verdadeiro pluralismo religioso com a penetração de uma multiplicidade de crenças e ritos pertencentes as mais distintas tendências religiosas e seitas”.

Analisando os dados dos últimos dois censos comparativamente podemos observa um decréscimo do número de católicos e aumento evangélicos, e também de outras pertenças em suas minorias. No censo de 2000, segundo Teixeira (2005, p. 28) somando-se “os católicos e evangélicos, chega-se a 89,2% da população total”. E mais, esse cenário religioso brasileiro, já representaria uma “quebra no monopólio católico-romano”, ou seja, a perda hegemônica da religião católica.

No censo de 2010, novamente a somatória de católicos e evangélicos representa 86, 8%. Mas é importante compreender que a perda hegemônica da Igreja Católica não é algo recente, mas já vem ocorrendo desde a década de 70, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Anos	População total	Católicos	Evangélicos de Missão	Evangélicos Pentecostais	Evangélicos Total	Outras religiões	Sem religião
1970	93.470.306	91,8%	---	---	5,2%	2,5%	0,8%
1980	119.009.778	89,0%	3,4%	3,2%	6,6%	3,1%	1,6%
1990	146.814.061	83,3%	3,0%	6,0%	9,0%	3,6%	4,7%
2000	169.870.803	73,9%	5,0%	10,6%	15,6%	3,2%	7,4%
2010	190.755.799	64,63%	4,03%	13,30%	22,16% (incluídos os *evangélicos não- determinados*	3,9%	8,0%

**Tabela 1.** Dados dos Censos<sup>3</sup> 1970 - 2010

Fonte: IBGE, 2010

## São Paulo – A realidade religiosa regional

Na cidade de São Paulo, a religiosidade se dá em virtude de uma reconfiguração religiosa que tendencia à realidade expressa no âmbito do país.

UF	Total	%	Católicos	%	Evangélicos	%	Outros	%	Sem	%
----	-------	---	-----------	---	-------------	---	--------	---	-----	---

<sup>3</sup> Dados fornecidos em aula introdutória na disciplina “Temas Emergentes”, ministrada pela Profª. Dra. Sandra Duarte de Souza, anotações pessoais.



									<b>Religião</b>	
<b>Brasil</b>	190.755.799	100	123.280.172	64,6	42.275.440	22,2	9.864.677	5,2	15.335.105.	8,0
<b>São Paulo</b>	41.262.199	100	24.781.288	60,1	9.937.520	24,1	3.185.195	7,7	3.357.862	8,1

**Tabela 2.** Dados Comparativos do Brasil e São Paulo no Censo 2010

Fonte: Dados extraídos da **Tabela 7:** População do Brasil e Unidades da Federação (UF) e percentagem por grupos religiosos, 2010. (ALVES, BARROS, CAVENAGHI, 2012, p. 158)

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

Rio Grande da Serra é um dos 645 municípios do Estado de São Paulo, um dos sete municípios da Região do Grande ABC – Paulista, “estando encerrado pelos municípios limítrofes de Ribeirão Pires - norte/oeste, Suzano - leste e Santo André - sul/sudeste”,<sup>4</sup> (CÂMARA, 2012).

O espaço territorial é de 36,7 Km<sup>2</sup> possuindo um uma topografia bastante irregular e acidentada (IBGE, 2010), um clima do tipo subtropical, com uma vegetação caracterizada por florestas nativas (ombrófila/pluvial) e capoeira<sup>5</sup>.

O município é um planalto em continuidade a Serra do Mar, portanto, inserido no *Bioma da Mata Atlântica*, protegido pela lei federal 11.428/2006. Também, é protegido pela lei estadual 9866/1997, tendo 100% do seu território dentro da Lei de Proteção aos Mananciais (SERRANO, 2007, p. 19).

Considerado marco zero da cidade é a Capela Santa Cruz<sup>6</sup>, erigida como um memorial pela morte de um dos tropeiros que transitavam entre Santos e São Paulo, pois esses subiam a Serra do Mar para o transporte de sal e outras mercadorias que iria abastecer o centro comercial da região central de São Paulo, afinal segundo Eliade (1992, p. 36) “instalar-se num território, equivale em última instância, a consagrá-lo”. Assim, Rio Grande da Serra, se constituiu numa

<sup>4</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA. História de Rio Grande da Serra. Disponível em: <[www.camararg Serra.sp.gov.br/paginas/1/historia-de-rio-grande-da-serra](http://www.camararg Serra.sp.gov.br/paginas/1/historia-de-rio-grande-da-serra)> Acesso em: 21.04.13.

<sup>5</sup> Capoeira – é o termo brasileiro que designa o terreno desmatado para cultivo, o mato que foi roçado ou mato que substitui a mata secular derrubada. Por extensão, chama-se capoeira, a vegetação que nasce após a derrubada das florestas virgens. Caracteriza-se pela vegetação aberta com forração de gramíneas e demais ervas; árvores e arbustos esparsamente distribuídos, Também, podem ser entendidos, como os estágios de regeneração da vegetação degradada da floresta. Distinguem-se as formas: capoeira rala; capoeira grossa, na qual se encontram árvores; capoeirão, muito densa e alta, ou ainda, como sendo o tipo de ocorrência vegetal, geralmente associada a uma floresta pré-existente, que foi cortada ou queimada, portanto, também características de origem antrópica. Suas espécies mais frequentes são Garapa, Vinhático, Faveiro e Canela-rosa;

“A DIVERSIDADE RELIGIOSA NA PERIFERIA URBANA” - ESTUDO DAS RELIGIÕES NO MUNICÍPIO DE RIO DA GRANDE DA SERRA GRANDE ABC PAULISTA - SCARPIONI, Marcos



grande rota de mercadorias desde o século XVII ao século XIX quando surge o transporte ferroviário e posteriormente o rodoviário.

Mas, Rio Grande da Serra, só irá emancipar-se em meados do século XX. Pois, em 1964, tem sua emancipação política e econômica, período em que experimenta a sua maior transformação social e cultural com a chegada de migrantes de outras regiões do Brasil.

A população do município de Rio Grande da Serra era de 43.974 habitantes, possuindo como estimativa para 2012 o número de 45014 habitantes (IBGE, 2010). Todavia, trabalharemos com os números divulgados em 2010. Desta população 49,66% são homens e 50,34% são mulheres.

### **Rio Grande da Serra, uma cidade de migrantes**

Na contemporaneidade, Rio Grande da Serra, comporta um número significativo de migrantes, que são provenientes basicamente de duas regiões: Da região Nordeste com 8,16% são homens e 8,12% mulheres, e da região Sudeste 39,92% são homens e 40,83% mulheres. As outras regiões possuem representação pouco expressiva, por isso, não estão descritas, mas contabilizadas em dados gerais do Censo 2010.

### **A configuração religiosa da população residente está disposta da seguinte forma:**

<b>RELIGIÃO</b>	<b>Nº DE DECLARANTES</b>
Católica	20252
Evangélicas de Missão	2600
Evangélicas de origem Pentecostal	10635
Evangélicas de origem Pentecostal - outras	2741
Outras Religiosidades	1836
Sem Religião	6346

**Quadro 1.** Panorama da Configuração Religiosa da População Rio Grandense  
*Fonte:* Dados extraídos do Censo 2010 - IBGE, 2010.

Os católicos perfazem 45,06% da população, os evangélicos estão representados por 25,19%, e a soma das minorias é de 4,13%. É um percentual que causa inquietação e

<sup>6</sup> A Capela Santa Cruz, atualmente é conhecida por Capela São Sebastião, foi construída em 1611, comemorando 402 anos em 20 de Janeiro de 2013.





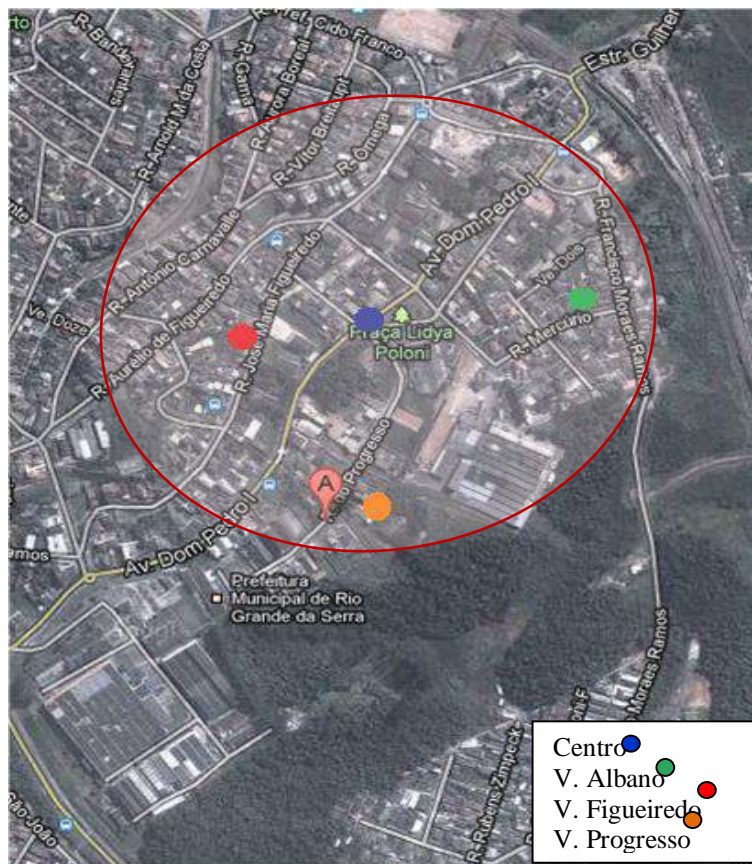
questionamentos são aqueles que se declaram sem religião, perfazendo um total de 14,29 No quadro abaixo, é possível verificar que existem mais mulheres que se declaram como evangélicas, enquanto que na pertença católica, os números entre mulheres e homens praticamente são similares.

RELIGIÕES	GÊNERO	
	Homens	Mulheres
CATÓLICA	49, 38%	50,62%.
EVANGÉLICA	38,14%	62,86 %

**Quadro 2.** Cruzamento de Religião e Gênero  
*Fonte: IBGE 2010*

**A microrregião e as religiões existentes in lócus**

A microrregião está composta pelos bairros, centro, V. Figueiredo, V. Albano e Vila Progresso.



**Figura 1.** Mapa da Microrregião (delimitada)



Fonte: Googlemaps, 2013

Percorrendo essa microrregião, foi possível identificar e registrar 13 instituições religiosas conforme dispostas no quadro abaixo:

Microregião (Central)	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS (TIPOS)	LOCALIZAÇÃO
Centro	BATISTA CENTRAL	Av. Dom Pedro I, nº 546
	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	Av. Dom Pedro I, nº 427
	INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS	Av. Dom Pedro I, nº 118
	1ª IGREJA EVANGÉLICA CRISTÃ PRESBITERIANA	R: Lídia Pollone, nº 147
V. Albano	CATOLICA (Paróquia São Sebastião)	R: Francisco Morais Ramos, nº 70
	ASSEMBLEIA DE DEUS (Ministério Madureira – Campo Pq. São Rafael/ SP)	R: Vênus, s/nº próx. nº 46
V. Figueiredo	BATISTA ÁGUA VIVA	R: José Maria de Figueiredo, nº 09
	CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL	R: José Maria Figueiredo, nº 318
	ASSEMBLEIA DE DEUS	R: José Maria Figueiredo, nº 558
	APOSTÓLICA RENASCER EM CRISTO	R: José Maria Figueiredo, nº 773
V. Progresso	JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS (Mórmons)	R: Progresso, nº 368
	COMUNIDADE DA FAMÍLIA	R: Progresso, s/nº próx. 368
	PRESBITERIANA DO BRASIL	R: Progresso, nº 329

**Quadro 3.** Identificação e registro das instituições religiosas

Essa diversidade religiosa avança após a década de 50 num período de crescimento econômico impulsionado pelas indústrias automobilísticas concentradas na região do grande ABC, e pela migração populacional regional, pois até então, a cidade era essencialmente católica, pois segundo Noronha (2012, p. 146), “é nos últimos anos da década de 1960, [que] os evangélicos [...] costumavam se encontrar nas casas dos irmãos ou em salões, para as reuniões de oração enquanto não havia templos”, sendo a primeira igreja constituída a Assembleia de Deus.



No contemporâneo, tal configuração religiosa nessa microrregião pode expressar uma à liberdade religiosa em geral no município de Rio Grande da Serra, e até aventar o trânsito religioso, pelo “o crescimento da oferta de novos produtos e serviços religiosos e, como efeito disso, a maior mobilização religiosa da população” (MARIANO, 2003, p. 113).

Dessa maneira, é cada vez mais crescente também, o número de estabelecimentos comerciais de artigos religiosos<sup>7</sup> na região, administrados por sujeitos religiosos, que visam atender esse público alvo, fornecendo produtos e serviços, fomentando dessa maneira o consumo, já que crescem as demandas por bens materiais, motivados por práticas religiosas, por exemplo: a teologia da prosperidade. Porém, verdadeiramente que esses estabelecimentos contribuem diretamente para a manutenção da economia local, pelo atendimento das demandas, empregabilidade, pagamento de taxas e tributos, etc.

Todavia, o consumo de bens e serviços pode produzir impactos ambientais, direta e indiretamente, e como todos os demais segmentos da sociedade as instituições religiosas possuem um potencial de transformação social, cultural, política, mas, observa-se na atualidade que as instituições religiosas nessa microrregião, não participam efetivamente das questões relacionadas ao meio ambiente, haja vista a baixa expressividade política dos grupos evangélicos na câmara municipal e pela falta de projetos que incentivem a defesa e proteção ambiental.

## CONCLUSÕES

O município de Rio Grande da Serra possui uma liberdade religiosa, uma diversidade religiosa no segmento evangélico, mas não é possível afirmar a existência de um pluralismo religioso na microrregião estudada. E essa diversidade religiosa só é possível em uma sociedade moderna, secularizada, num Estado Democrático de Direito, Laico, que permite uma abertura de escolha e autonomia aos indivíduos, que buscam na religião o atendimento de seus desejos e suas necessidades, o que conduz o “acirramento das instituições religiosas num mercado religioso, que precisa adequar ritos e práticas religiosas para atendimento do religioso consumidor” (MARIANO, 2003, p. 115).

<sup>7</sup> Os mais variados artigos, dentre eles: vestimentas específicas, CDs, DVDs, bíblias, livros, roupas, etc.



E nesse contexto de metamorfose de ritos e práticas religiosas é cada vez mais difundida a teologia da prosperidade que motiva as pessoas a adquirirem bens e serviços, fomentando a cultura do consumo, o que direta e indiretamente pode levar as transformações ambientais, impactando o meio de maneira negativa. Quanto às questões políticas, na região não existe uma política ou legislação específica enfatizando a religião, todavia acredita-se que exista uma sintonia com o que preconiza a Constituição Federal, bem como os tratados internacionais que o Brasil é signatário.

Todavia o trabalho possui suas limitações decorrentes de recursos temporais e financeiros, por isso, apresenta um breve recorte da realidade necessitando assim de aperfeiçoamentos, discussões tantas quantas se fizerem necessárias para a compreensão em cada período, uma vez que a religião como processo cultural em constante transformação, também precisa de constante análise. Por isso, esse trabalho não tem a pretensão de esgotar todas as discussões em si, mas servir de suporte para incrementos e assim aperfeiçoamento do conhecimento no porvir para a melhoria da qualidade de vida neste município.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *O que é Religião*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVES, José Eustáquio Diniz. BARROS, Luiz Felipe Walter. CAVENAGHI, Suzana. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. *Rever*. São Paulo, ano 12, n.02, Jul./Dez.2012.

ANDRADE. Maristela Oliveira. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Paraíba, n.14, p. 106-118, Set.2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido – A orientação do homem moderno*. [trad. Edgar Orth]. São Paulo: Vozes, 2004.

BIANCO, Gloecir. Pluralismo Religioso Brasileiro e a Crise de Sentido. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, ano IV, n. XIII, p.1-12, Mai.2012.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA. *História de Rio Grande da Serra*. Disponível em: <[www.camararg Serra.sp.gov.br/paginas/1/historia-de-rio-grande-da-serra](http://www.camararg Serra.sp.gov.br/paginas/1/historia-de-rio-grande-da-serra)> Acesso em: 21.04.2013.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o Profano*. 1ª ed. [trad. Rogério Fernandes]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 21.04.2013.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, Jun.2003.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília - DF, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.

NORONHA, Cláudio. As primeiras igrejas evangélicas e o perfil dos fiéis. In: RIVERA, Dario Paulo Barrera. (Org.) *Evangélicos e Periferia Urbana em São Paulo e Rio de Janeiro*. Curitiba: CRV, 2012. p. 146-148.

NUNES, Maria do Rosário. Apresentação. In: STRÖHER, Marga Janete. BENEDITO Deise. BORGES, Nadine Monteiro. (Orgs.) *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos – Reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2011.

PANASIEWICZ, Roberlei. *Identidade Cristã e Pluralismo Religioso Contemporâneo: Uma reflexão a partir da abordagem teológica de Claude Geffré*. Disponível em: <[www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Panasiewicz,%20Roberlei.pdf](http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Panasiewicz,%20Roberlei.pdf)> Acessado em: 10.04.2013.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *Desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 27-59.

\_\_\_\_\_. Reencantamento e Dessecularização – A propósito do auto-engano em sociologia da religião. *Cebrap*. São Paulo, n. 49, p. 99-117, Nov. 1997.

RIVERA, Paulo Barrera. *Tradição, transmissão e emoção religiosa. Sociologia do protestantismo contemporâneo na América Latina*. 2ª. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

RIVERA, Dario Paulo Barrera. (Org.) *Evangélicos e Periferia Urbana em São Paulo e Rio de Janeiro*. Curitiba: CRV, 2012.

SANCHEZ, Wagner Lopez. *Pluralismo religioso: entre a diversidade e a liberdade*. Disponível em: <[www.ihu.unisinos.br/entrevistas/34166-pluralismo-religioso-entre-a-diversidade-e-liberdadeentrevista-especial-com-wagner-lopes-sanchez](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/34166-pluralismo-religioso-entre-a-diversidade-e-liberdadeentrevista-especial-com-wagner-lopes-sanchez)> Acesso em: 22.04.2103.



SJ RODRÍGUEZ, Luis Herrera. Novas identidades sócio-religiosas na América Latina. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 201-212, 2011. pdf.

SERRANO, Maria Rita. *O Desenvolvimento Socioeconômico de Rio Grande da Serra*. 1ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007. pdf.

SOUZA André Ricardo de. O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*, Goiânia, v. 10, n.1, p.129-141, Jan/Jun 2012.

STEIL Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição - Transformações do campo religioso. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 115-129, Out. 2001.

STRÖHER, Marga Janete. BENEDITO Deise. BORGES, Nadine Monteiro. (Orgs.) *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos – Reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2011.

TEIXEIRA, Faustino. Pluralismo religioso. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 27-32, 1º sem. 2005.

a) o: País. Distribuidora. Ano da realização.





## MIGRAÇÃO, PENTECOSTALISMO E PERIFERIA URBANA EM SÃO CARLOS INTERIOR DE SÃO PAULO

ANTUNES, Cassiano

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação da UMESP*

*cassianofono@gmail.com*

36

### RESUMO

Esse texto se propõe apresentar o papel de grupos religiosos pentecostais numa região periférica da cidade de São Carlos no interior de São Paulo. Tomamos como foco de estudo duas igrejas localizadas na região periférica de São Carlos, especificamente do bairro denominado Cidade Aracy. Apresentamos as diferentes fases do desenvolvimento, formação e constituição do bairro com as configurações assumidas pelo espaço em seu processo de crescimento, desenvolvimento e constituição de periferia. Discutimos o conceito de periferia urbana, vinculado às condições de segregação espacial destacando o componente migratório dos moradores da região em estudo. Analisamos finalmente as características de grupos pentecostais, prestando especial atenção ao papel por eles cumprido na acolhida dos migrantes de outras regiões do país e do Estado. Nosso tema situa-se no contexto maior do mundo urbano como característica fundamental da modernidade com as reconfigurações das formas religiosas.

**Palavras-chave:** migração – pentecostalismo – periferia urbana

### ABSTRACT

This text aims to present the role of Pentecostal religious groups in a peripheral region of the city of São Carlos in São Paulo. We focused on study of two churches located in the peripheral region of São Carlos, specifically the neighborhood called City Aracy. We present the different stages of development, formation and constitution of the neighborhood with the configurations assumed by the space in the process of growth, development and establishment of the periphery. We discussed the concept of the urban periphery, bound by the conditions of spatial segregation highlighting the migratory component of the residents of the study area. Finally, we analyze the characteristics of Pentecostal groups, paying special attention to the role they fulfilled in welcoming migrants from other regions of the country and the state. Our theme is located in the larger context of the urban world as a fundamental characteristic of modernity with the reconfiguration of religious forms.

**Key words:** migration - Pentecostalism - urban periphery





## INTRODUÇÃO

O ensaio aqui proposto visa trazer algumas discussões pertinentes sobre a constituição do Bairro Cidade Aracy em São Carlos, interior de São Paulo. Um bairro periférico da cidade, que ao relacionarmos sua constituição com as representações do espaço e suas produções tanto materiais quanto representativas apresenta-se como espaço precário e desvalorizado. Assim, identificar os elementos que convergiram com a sua formação torna-se importante para entendê-lo como um rico espaço para pesquisa, mas ao mesmo tempo como um grande exemplo de estigma do excluído.

Começamos a compreender tanto a formação como a constituição do bairro Aracy a partir das políticas públicas eleitoreiras voltadas para o bairro, somados a uma segregação socioespacial velada, ou para não ser leviano, quase explícita. Observa-se caminhando pelo bairro, uma visível desigualdade e uma naturalização da hierarquia social. Cabe neste texto pensarmos no espaço concebido e compreender o bairro a luz de sua formação e as relações entre as “doações” que originaram o bairro, até a atual segregação, elaborando um entendimento da produção espacial e de suas representações.

Se entendermos então o espaço como uma produção social ao longo de certo processo histórico, entenderemos o bairro como produto material das relações entre as estruturas sociais e espaciais e das suas ideologias criadas; o que transcorrerá sem sombra de dúvida sobre os interesses políticos e econômicos contidos na formação do bairro Cidade Aracy realizaremos isso na divisão dos três capítulos propostos.

O bairro Cidade Aracy, periferia urbana em que focaremos este ensaio localiza-se na cidade de São Carlos, este município está a noroeste do estado de São Paulo, cidade interiorana a 235 quilômetros da capital.

O objetivo deste texto é relacionar as diferentes fases do desenvolvimento, formação e constituição do bairro e a penetração do pentecostalismo com as diferentes configurações assumidas pelo espaço em seu processo de crescimento e desenvolvimento.



## **1 – SÃO CARLOS E O SEU CRESCIMENTO: COMPREENDENDO SEU ESPAÇO ATRAVÉS DA SUA HISTÓRIA**

Para auxiliar no entendimento sobre a constituição da periferia da cidade de São Carlos, em especial a do bairro Cidade Aracy em condições sócio-econômicas excludentes, precisamos analisar alguns fatores históricos, influenciadores dessa camada social da cidade dentro do contexto urbano. Falaremos aqui, portanto não só da formação de periferia mas também sobre a pobreza e segregação. No caso de São Paulo (e do interior), a pobreza urbana não é só uma questão de nível, ou índice, mas também de concentração espacial e social, envolvendo desigualdade (TORRES & MARQUES, 2003 p.99-100)

38

### *A São Carlos do século XX e a migração dos trabalhadores*

Alemães, portugueses, espanhóis e italianos aportam no interior e com isso ocorre a primeira imigração estrangeira para a região de São Carlos. Os diversos aspectos da economia cafeeira na época, dentre eles a utilização interna e externa dos excedentes da produção, foram determinantes para a formação do espaço urbano de São Carlos em meados do século XX. A partir daí houve transformações da economia cafeeira para os processos de industrialização, isso tudo a partir da segunda década. Com a superprodução de café, a divisão dos territórios cafeeiros dos grandes cafeicultores e a venda de suas terras contribuiu para o desenvolvimento urbano e da atividade industrial da cidade a partir da classe imigrante emergente. Assim os poucos fazendeiros que restavam e os industriais trouxeram os serviços de telefonia, eletricidade e bondes para a cidade o que fez a cidade se desenvolver consideravelmente rápido para os padrões da época (DEVESCOVI, 1985).

As primeiras empresas de São Carlos foram fundadas por esses imigrantes, em especial italianos e portugueses. Somou-se a isso a fundação do colégio normal que atraía estudantes de toda a região para a cidade. Investiu-se na produção do algodão, algo que não durou muito, na década de 40 o declínio foi inevitável.

Na década de 40, portanto, São Carlos foi impulsionada após a instalação de uma grande indústria de motores elétricos (Pereira Lopes<sup>1</sup>) que à época era responsável por um terço da

<sup>1</sup> Atualmente Electrolux



fabricação nacional do segmento, esta atraiu outras indústrias para a região são-carlense. Esse período de modificações e transição econômica, compreendido entre os anos 30 e 60 trouxe crescimento populacional lento, mas, contínuo para o município.

Igualmente as cidades interioranas do Estado de São Paulo, observamos que o crescimento da cidade de São Carlos está ligado também a um processo migratório. Desde os migrantes a procura de oportunidades de emprego no espaço urbano como também no trabalho rural.

Nos trabalhos de Devescovi (1985) e Paino (2002) eles demonstram esse crescimento populacional em São Carlos devido à mão de obra de migrantes e emigrantes a partir da década de 50. Época esta que culmina também com a fundação da Universidade de São Paulo (1953). Após alguns anos a Universidade Federal de São Carlos é fundada. (1968).

São Carlos passou a se diferenciar de outras cidades por seus centros de pesquisa de base tecnológica o que modificou o perfil da cidade e atraiu investimentos nas diversas áreas. Entretanto nos anos 70 é que começam a ocorrer mudanças estruturais no eixo socioeconômico da localidade somados ao advento de novas indústrias e fábricas que se instalaram na cidade de São Carlos. Segundo a obra de DEVESCOVI (1985), no início anos 70, existiam 345 estabelecimentos industriais na cidade, empregando 7.235 funcionários. A indústria empregava, na metade da década, pouco mais que 11 mil funcionários. Assim os valores de produção aumentaram e a participação da cidade aumentou sensivelmente. A presença das duas universidades proporcionou também desenvolvimento da área urbana, pois provocou uma reorientação da expansão urbana para acolher a população estudantil.

Em relação ao desenvolvimento econômico só houve algumas mudanças significativas a partir dos anos 70 (DEVESCOVI, 1985, p. 186), mudanças estas impulsionadas pela localização da cidade em um eixo importante de rodovias. Este é um dos maiores eixos industriais do país, a saber, suas principais vias de acesso são a SP – 215 (Washington Luís) e a SP - 330 (Anhanguera) passam pelo município. Em relação aos seus limites territoriais, ao norte temos os municípios de Descalvado, Rincão, a nordeste Luís Antônio e Santa Lúcia; à oeste com o município de Ibaté, ao sudeste Ribeirão Bonito, e ao sul Brotas e Itirapina e Analândia.



### *O Crescimento populacional de São Carlos*

São Carlos possui área territorial de 1.140,9 Km<sup>2</sup>, sendo que desta, 94,1% corresponde à área rural, ou seja, 5,9% do território do município é área urbana. No entanto, 95% da população do município se localizam na pequena parcela da área urbana (Plano Diretor, ANO-2002).

A partir dos anos 80, as cidades com mais de 100.000 habitantes foram as que mais cresceram no Brasil, sendo que hoje, 1/3 da população do Estado de São Paulo mora em cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes. (IBGE, 2000)

José Marcos Pinto Cunha (2003) trata em seu artigo o fenômeno da redistribuição espacial da população e urbanização ocorrida a partir dos anos 80 no Brasil, que caracterizou não só dinâmica demográfica brasileiro como também atingiu pequenas cidades do interior de São Paulo. Neste contexto, São Carlos se destaca, apresentando em 1980 uma taxa de crescimento anual de 2,57%, superior à média do Estado de São Paulo, dados divulgados pela prefeitura municipal da cidade em 2002 e pelo IBGE. Em 1980, a população de São Carlos já havia ultrapassado os cem mil, chegando a 119.553 habitantes. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) São Carlos é a maior cidade da região e a cada ano recebe novos moradores. Nos últimos anos (entre 2012 e 2013), houve um crescimento de quase 10 mil novos habitantes. Observa-se, desta forma que o boom do crescimento da cidade de São Carlos coincide com a vinda de grandes empresas e da consolidação do bairro cidade Aracy no fim dos anos 80 e início dos anos 90.

Os dados oficiais do Censo 2010<sup>2</sup> em todo Brasil demonstraram que São Carlos obteve um crescimento de 15% da população, totalizando 221.936 habitantes em números oficiais. A população urbana é de 213.070, equivalente a 96,01%, e a rural é de 8.866, ou 3,99%. A projeção estimada em 2013 foi de 236.540 habitantes (vide gráfico 1).

<sup>2</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 1: Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2013. Link: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa_tcu.shtm) para verificar possíveis atualizações. Acesso em junho 2014



## 2 - A PERIFERIA DE SÃO CARLOS: O BAIRRO CIDADE ARACY E SUA CONSTITUIÇÃO

A partir do conceito abrangente e complexo de periferia, contido na obra de Barrera Rivera (2010) *Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas*. Demonstraremos aqui a constituição da periferia são-carlense, este diferenciada dos grandes centros-urbanos, pois se trata de uma grande periferia interiorana que é marcada potencialmente pela distância do centro da cidade, algo muito marcante neste bairro mesmo entendendo que a segregação geográfica é insuficiente para caracterizarmos a periferia (BARRERA, 2010, p.21).

São Carlos, como um dos maiores eixos industriais do país, a saber, suas principais vias de acesso são a SP – 215 (Washington Luís) e a SP - 330 (Anhanguera) importante do interior de São Paulo recebeu um intenso fluxo de migrante, sendo o bairro Aracy um local onde estes acabaram se instalando. Nos últimos 20 anos um fenômeno migratório intenso ocorreu na região, surgindo um movimento para o espaço que o bairro em estudo ocupa hoje, que era de uma fazenda que foi loteada no início da década de 80. Em abril de 1982 surge o bairro Cidade Aracy este está localizado ao sudoeste do município de São Carlos em área suburbana delimitada ao sul pela rodovia Luiz Augusto de Oliveira que liga os municípios São Carlos e Ribeirão Bonito; a oeste pela avenida Volkswagen, acesso para o bairro Cidade Aracy; ao norte pelo Cemitério da Cidade Aracy e pelo Jardim Cruzeiro do Sul e; a leste pela avenida Morumbi.

O bairro possui, segundo as estimativas da Secretaria de Habitação da Cidade de São Carlos, aproximadamente 30 mil pessoas se considerarmos apenas o Cidade Aracy; atualmente esse loteamento é constituído por um conjunto de três bairros: Cidade Aracy, o Presidente Collor e o Antenor Garcia<sup>3</sup>. Esse espaço é distante das áreas centrais da cidade (aproximadamente 9 quilômetros). Esse bairro leva o nome da esposa de um grande proprietário e industrial das famílias tradicionais da cidade de São Carlos: Pereira Lopes.

Segundo SILVA (2007) através de um sistema de “doação de lotes” o bairro começou a crescer. Inicialmente o bairro não possuía infraestrutura como luz, água, esgoto ou mesmo ruas, ainda assim a migração de pessoas foi intensa para este local pelo baixo custo das propriedades.

<sup>3</sup> Cidade Aracy divide-se ainda em Aracy I e Aracy II, divisão essa apenas nominal para muitos pois popularmente todos sabem e conhecem, não apenas os moradores, mas qualquer um que tenha contato com o bairro. Entre eles há uma divisão espacial clara. A principal avenida de acesso ao bairro, a Regit Arab, o divide desde seu início, do lado

MIGRAÇÃO, PENTECOSTALISMO E PERIFERIA URBANA EM SÃO CARLOS INTERIOR DE SÃO PAULO - ANTUNES, Cassiano



Os primeiros grandes lotes do bairro pertenciam a um proeminente político da região, Airton Garcia e foram doados para alguns moradores através de sua imobiliária particular. A construção das primeiras casas incentivou o aumento das vendas dos lotes no bairro.

Até a realização do primeiro loteamento o bairro era muito pequeno, a partir deste ponto, final dos anos 80, iniciou-se um grande crescimento populacional destarte é hoje um dos mais populosos bairros de São Carlos com uma população estimada de aproximadamente 15% do total do município.

### ***Formação e constituição do Bairro***

Para compreendermos a formação de um bairro tão populoso quanto a periferia da cidade de São Carlos nos próximos parágrafos nos remeteremos a um pouco da história do município e a formação do bairro foco desta pesquisa.

Três períodos distintos e bem delimitados ocorreram em relação ao desenvolvimento socioeconômico e estrutural do município de São Carlos que convergiu finalmente na formação do bairro que é foco deste estudo: Cidade Aracy. O primeiro período compreende a partir do embrião da cidade no ano de 1857 até 1929, o segundo até o fim da década de 50 e o terceiro até o fim dos anos 70. Após essas informações gerais supracitadas, cabe discorrermos um pouco sobre a história da cidade, sua formação e seu desenvolvimento para entendermos o processo de urbanização e da distribuição espacial que levou a criação do bairro Cidade Aracy, periferia esta hoje autônoma comercialmente, mas dependente dos serviços públicos mais essenciais por pouco investimento na localidade.

Nos últimos 20 anos um fenômeno migratório intenso ocorreu na região, surgindo um movimento para o espaço que o bairro em estudo ocupa hoje, que era de uma fazenda que foi loteada no início da década de 80. Em abril de 1982 surge o bairro Cidade Aracy este está localizado ao sudoeste do município de São Carlos em área suburbana delimitada ao sul pela rodovia Luiz Augusto de Oliveira que liga os municípios São Carlos e Ribeirão Bonito; a oeste pela avenida Volkswagen, acesso para o bairro Cidade Aracy; ao norte pelo Cemitério da Cidade Aracy e pelo Jardim Cruzeiro do Sul e; a leste pela avenida Morumbi.

---

esquerdo de quem chega está o Aracy I (e Presidente Collor) e do lado direito o Aracy II (e Antenor Garcia). Nessa avenida há comércios: pizzaria, bazares, lojas de roupa, igrejas, supermercados, CAIC e Banco do Brasil



Esse bairro leva o nome da esposa de um grande proprietário e industrial das famílias tradicionais da cidade de São Carlos: Pereira Lopes.

Segundo SILVA (2007) através de um sistema de “doação de lotes” o bairro começou a crescer. Inicialmente o bairro não possuía infraestrutura como luz, água, esgoto ou mesmo ruas, ainda assim a migração de pessoas foi intensa para este local pelo baixo custo das propriedades.

Os primeiros grandes lotes do bairro pertenciam a um proeminente político da região, Airton Garcia e foram doados para alguns moradores através de sua imobiliária particular. A construção das primeiras casas incentivou o aumento das vendas dos lotes no bairro.

Até a realização do primeiro loteamento o bairro era muito pequeno, a partir deste ponto, final dos anos 80, iniciou-se um grande crescimento populacional destarte é hoje um dos mais populosos bairros de São Carlos com uma população estimada de aproximadamente 15% do total do município.

O bairro foi formado em uma área de mananciais e não possuía as condições para ocupação

Mas mesmo ilegalmente por ideários políticos e econômicos e em situação ilegal, por fazer parte de um local de proteção ambiental iniciou-se o processo de sua ocupação (FERREIRA, 2006). O bairro, mesmo sem estrutura nenhuma, passou a ser povoado e começou tornar-se um local de moradia para todos os trabalhadores que vinham de outras localidades. Daí, sabidamente tornar-se um bairro formado por migrantes, como popularmente é conhecido.

Como vemos, essa ilegalidade no uso do solo das cidades tanto de grande como pequeno porte, é utilizada como estratégia de acesso à moradia das classes menos favorecidas, e como um meio de burlar a legislação em áreas no caso de São Carlos para o benefício de famílias ricas ligadas a política e a grandes empresas.

Maricato (1996) nos traz a ideia da ilegalidade e da infração de modo muito contundente: a unidade articulada entre norma e infração abre espaço para a subjetividade, o clientelismo, o favor, a arbitrariedade. Então, apesar da ilegalidade inicial a estruturação do bairro Cidade Aracy, deu-se em seu início de forma planejada, porém o baixo preço dos lotes atraiu um grande contingente de migrantes, trabalhadores e pessoas que desejavam construir suas moradias por um preço acessível. Assim, o bairro apresentou uma explosão de crescimento no fim dos anos 90. Mas o processo de urbanização do local não acompanhou a demanda, deixando, desta forma, muitos problemas sociais, urbanos e políticos. O crescimento acelerado





do bairro gera esses problemas diversos e a dinâmica de crescimento fica prejudicada. Como resultado vão sendo ocupadas áreas de propriedades pública e particular, zonas de litígios de terras aumentando assim os núcleos de favelas e o número de loteamentos irregulares.

Mas cabe aqui um parêntese, pois, entendendo a dificuldade e a complexidade em se conceituar os termos periferia e pobreza, por exemplo, essa mensuração da pobreza, das desigualdades e das condições da periferia de uma cidade interiorana mostra-se tão complexa e relacional como nas grandes cidades, ou seja, há pontos de contato bem como pontos de distanciamento que devem ser lidos a luz da complexidade dos conceitos. (BARRERA,2010; MARQUES & TORRES2003). Para visualizarmos e pensarmos esta questão começaremos descrevendo um pouco sobre a localização geográfica do bairro.

### *Localização Geográfica e segregação física e social*

O bairro possui, segundo as estimativas da Secretaria de Habitação da Cidade de São Carlos, aproximadamente 30 mil pessoas se considerarmos apenas o Cidade Aracy<sup>4</sup>; atualmente esse loteamento é constituído por um conjunto de três bairros: Cidade Aracy, o Presidente Collor e o Antenor Garcia. O autor caminhando pelo bairro observa que esse crescimento não cessou. Observamos muitas casas e comércios em construção, além de muitas construções abandonadas.

Para entendermos essa questão, vejamos a localização do bairro no mapa, e em relação ao restante da malha urbana da cidade de São Carlos observamos que a distância é um importante fator de segregação, inicia-se, portanto, problemas sociais decorrentes desta distância entre o bairro e o centro. Podemos enumerar alguns problemas relacionados a distância, por exemplo o Hospital Escola da Universidade Federal de São Carlos, que faz atendimento da população em geral fica precisamente à 13 quilômetros de distância do bairro cidade Aracy, utilizando-se a via expressa e o mais próximo, a Santa Casa de Misericórdia de São Carlos fica a 11 quilômetros (o que na teoria seria uma distancia pequena, entretanto com a subida da serra o tempo para se chegar ao local em caso de emergência é muito maior dependendo das condições de locomoção disponíveis para a população. Existe no bairro uma

<sup>4</sup> Os números do IBGE 2010 apontam pouco mais de 23.000 (não consolidados), os números da prefeitura de São Carlos atingem aproximadamente 30.000 habitantes.



Unidade de Pronto Atendimento (UPA)<sup>5</sup> e uma Unidade Básica de Saúde<sup>6</sup> (ambas no mesmo local), porém é uma única unidade para um bairro de 30 mil moradores para atendimentos de urgências e emergências.

Além deste primeiro problema mencionado existe a questão da segregação social onde os moradores se queixam da discriminação para com os moradores do “Aracy” em relação aos moradores de outros bairros. No trabalho de JARDIM (2004) ele traz à discussão a questão do estigma da pobreza. Podemos então pensar sobre esta questão ao apoiar-se em uma interessante reportagem realizada pela EPTV/São Carlos, retransmissora da rede Globo de Televisão na cidade de São Carlos que evidenciou essa segregação e discriminação; ao procurar emprego na “cidade” os residentes são discriminados simplesmente por se declararem moradores do bairro Aracy<sup>7</sup>. Faço aqui o recorte do depoimento de uma das moradoras do bairro na referida reportagem (na nota de rodapé abaixo temos o link da matéria), vejamos a seguir o depoimento de uma moradora, este corroborando com o trabalho de SILVA (2007) em seu trabalho sobre o bairro já havia identificado esse fenômeno:

“Eu procurei emprego no comércio da cidade nas áreas em que eu tinha feito curso, que são para organizador de eventos e informática básica. Às vezes eles até marcavam entrevista, mas quando eu chegava lá, eles quase não davam chance pra gente conversar” ...

... “quando eu falo que sou do Aracy, as pessoas já “torcem o nariz”, vão saindo de lado, não conversam mais. Eu sinto muita discriminação, não só pelo bairro, mas também porque sou negra”, desabafou a vendedora Juliene, de 21 anos.

Em meio a esta segregação existe ainda uma segregação interna, esta não menos interessante: “a periferia da periferia” e esta diferenciação existe entre os moradores do “Grande Aracy”, que seriam os bairros mais centrais que se localiza próximo as avenidas de maior movimento (centro comercial) e os moradores das localidades mais distantes, como já citado os bairros anexos que fazem parte do Cidade Aracy e que foram loteados, saneados e asfaltados posteriormente a sua criação.

<sup>5</sup> Atendimento de urgências e emergências (situações que representam risco de vida) através de consultas, suturas, administração de medicamentos, inalações e curativos durante 24 horas. O acompanhamento de rotina deve ser realizado nas Unidades Básicas de Saúde. Extraído do sitio da Prefeitura municipal de São Carlos: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/saude/115420-unidades-de-saude.html> Acesso em junho 2014

<sup>6</sup> As UBSs ou Postos de Saúde têm por objetivo a promoção da saúde e o acompanhamento e o desenvolvimento humano atendendo pacientes agendados em regime de rotina (não urgência) em clínica médica, ginecologia e obstetrícia, pediatria, odontologia e enfermagem. Atualmente o município conta com 12 Postos de Saúde. Idem 15.



O mesmo fenômeno da estigmatização dos moradores do bairro mostra-se evidente no trabalho realizado por Virginia Ferreira da Silva (2006), onde tanto em relatos pessoais, quanto no trabalho etnográfico realizado este fato mostra-se evidente.<sup>8</sup> ( p.71). Emergem aqui questões que envolvem tanto dominação de classe e questões de poderio econômico e político tendo em sua raiz as questões não menos importantes do estigma.

### **3 – SÃO CARLOS E SEUS CONTRASTES COM O BAIRRO CIDADE ARACY: INDICADORES SÓCIOECONOMICOS E A PRESENÇA PENTECOSTAL**

Analisar alguns pontos sociais relevantes como precariedade de serviços públicos, moradia e vulnerabilidade social, ou seja, aqueles que favorecem diretamente ou indiretamente à exclusão social torna-se útil para entendermos um local complexo como o bairro Cidade Aracy, porém como já supracitado esta análise perpassa por questões diversas e envolvem também as questões de localização geográfica e separação da malha urbana central, o que agrava e torna mais aguda a situação do morador desta região.

Assim em contrapartida com os excelentes resultados do município de São Carlos no que diz respeito a indicadores sociais estes se mostram incoerentes quando pensamos na periferia urbana da cidade e a precariedade de acesso aos serviços públicos.

Vejamos abaixo alguns indicadores sociais da cidade de São Carlos, bem como os números relacionados ao último censo realizado em 2010 contrastando-os com o do bairro cidade Aracy.

#### ***Educação e Saúde***

No que nos referimos a Educação, as escolas do bairro estão espalhadas pelo bairro, dando a falsa impressão de cobertura, entretanto a demanda de alunos é altíssima e os

<sup>7</sup> Link da reportagem: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/02/moradores-da-periferia-de-sao-carlos-enfrentam-precario-para-trabalhar.html> Acesso em junho 2014

<sup>8</sup> O mesmo acontecendo com o autor deste ensaio, ao caminhar pelo bairro e conversar com os moradores este sentimento mostra-se evidente e vivo tanto no cotidiano como na memória daqueles que já passaram por essa discriminação velada.



professores são poucos, ou seja, muitas crianças ficam sem o acesso à escola próximo de suas casas, devendo tentar vagas em escolas longe do bairro.

As escolas no bairro são em número de sete, dentre elas três Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI Dario Rodrigues, CEMEI Maria Alice Vaz de Macedo, CEMEI Maria Brandão Consuelo Tolentino), duas Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEB Afonso Focca Vitali e EMEB Arthur Natalino Deriggi) e duas Escolas Estaduais (Orlando Perez e Marivaldo Degan). Tem-se ainda uma Escola do Futuro no bairro esta é conhecida popularmente como CAIC que funciona conjuntamente com a EMEB Afonso Focca Vitali esta serve de apoio a outros projetos educacionais<sup>9</sup>.

Segundo os dados do SEADE, todos os índices de escolaridade avaliados e comparados entre o período de 2008 e 2010, porém por outros municípios terem melhorado também seus índices a cidade perdeu posições neste ranking. Alguns dos resultados chamam atenção pois quando objetado com o cotidiano mostram-se contraditórios vejamos, portanto os resultados da pesquisa e suas contradições na prática: a taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos cresceu de 85,0% para 89,5%; a média da proporção de alunos da rede pública, que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) elevou-se de 42,1% para 56,3%; a média da proporção de alunos da rede pública, que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) aumentou de 22,1% para 27,4%; O percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio variou de 19,0% para 18,5%. Foi de grande repercussão regional notícias relacionadas à educação na cidade de São Carlos, dentre elas, reportagens divulgadas pelos grandes jornais da região demonstraram que a fila de espera para vagas nas creches municipais chegam a 1300 crianças sem acesso ao ensino básico<sup>10</sup> (800 crianças até os 2 anos), dados estes da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> As Escolas do Futuro são bibliotecas escolares comunitárias que atendem tanto os alunos, professores e funcionários das EMEB – Escola Municipal de Educação Básica -, pois estão instaladas junto a elas, mas também toda a comunidade em seu entorno; assim, todos os cidadãos podem utilizar o acervo de livros, revistas e jornais, os computadores com acesso à internet, fazer pesquisas e aos sábados frequentar cursos de informática básica Linux. Extraído de: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/educacao/115329-escolas-do-futuro.html> Acesso em junho 2014

<sup>10</sup> Reportagem do G1: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/08/fila-de-espera-por-vagas-em-creches-tem-cerca-de-13-mil-em-sao-carlos.html> Acesso em junho 2014

<sup>11</sup> <http://www.educacao.sp.gov.br/> Acesso em junho 2014



## Renda, emprego

O PIB de São Carlos, segundo os dados da Fundação Seade<sup>12</sup> e dos dados do IBGE<sup>13</sup> o em 2010 foi de pouco mais de R\$ 5.1 milhões; e o per capita foi de R\$ 24.678,10. A participação do PIB são-carlense na economia estadual baixou de 0,5% do estadual em 2000 para 0,4% em 2010. E a participação do município na economia da região caiu de 23,4% para 21,6%.

A renda per capita média de São Carlos segundo dados do IBGE 2010, apontam uma renda per capita de R\$ 1262,13, 71ª posição no Brasil, ficando entre os trinta municípios de maior renda per capita do Estado de São Paulo. Já segundo os dados do IBGE, no referenciado bairro a renda per capita de R\$ 801,42.

Através dos dados consolidados do Ministério do Trabalho e do Emprego no município de São Carlos em 2013, foram realizadas 36107 admissões e 34232 desligamentos (contando todos os setores) perfazendo, assim uma porcentagem de 51,33% de admissões e 48,67% de demissões<sup>14</sup>. Sendo que na área de telemarketing e linha de produção são as áreas de melhor saldo de admissão (respectivamente 612 e 464); operadores de máquina e assistentes administrativos são o de menor saldo (respectivamente 215 e 110).

Sobre o bairro, os dados divulgados não consolidados do Censo 2010 indicam que 4 mil trabalhadores recebem apenas um salário mínimo; um pouco mais de 6 mil moradores economicamente ativos ganham em média 1 a 2 salários mínimos; vemos ainda que 1,4 mil declaram ganhos de 2 a 3 salários mínimos, 385 pessoas de 3 a 5 salários e 116 de 5 a 10 salários. Vale salientar o fato que quase 6 mil moradores declaram não ter rendimento algum.

## *Vulnerabilidade social*

Segundo os dados da Prefeitura Municipal de São Carlos são mais de 6 mil famílias cadastradas<sup>15</sup> que através da Secretaria de Cidadania e Assistência Social recebem algum tipo de benefício como Bolsa Família e Cartão Alimentação. E de acordo com dados divulgados pelo SEADE<sup>16</sup> em 2012, 9 mil famílias vivem em situação de pobreza extrema na região e abaixo, no

<sup>12</sup> <http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/> Acesso em junho 2014

<sup>13</sup>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354890&idtema=103&search=sao-paulo%7Csao-carlos%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2010> Acesso em junho 2014

<sup>14</sup> [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php) Acesso em junho 2014

<sup>15</sup> <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/bolsa-familia.html> Acesso em abril 2014

<sup>16</sup> <http://www.seade.gov.br/produtos/imprensa/resultado.php> Acesso em junho 2014



mapa 2, vemos os resultados do quadro de vulnerabilidade social do município de São Carlos. O Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 16.760 pessoas (7,6% do total). O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 130.047 pessoas (59,0% do total). O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 32.527 pessoas (14,7% do total). O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 12.532 pessoas (5,7% do total). O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 28.393 pessoas (12,9% do total).

O bairro Cidade Aracy, foco desta pesquisa, enquadra-se no grupo 5, representado pela cor alaranjada, com alta vulnerabilidade, englobando 12,9% do total da população da cidade. Praticamente 100% do bairro enquadra-se no grupo de alta vulnerabilidade exceto dois pontos na região central do local (representando os grupos 2 e 3), onde localizam-se pontos comerciais importantes e casas luxuosas. No mapa abaixo observamos o bairro Cidade Aracy em destaque (vermelho)<sup>17</sup>. Observa-se a discrepância em relação aos dados de vulnerabilidade social em relação ao resto da cidade. Chama a atenção ainda que, dentro do grande grupo de vulnerabilidade, no meio do mapa marcado temos a existência do grupo 2 e 3 (seria a periferia da periferia?).

---

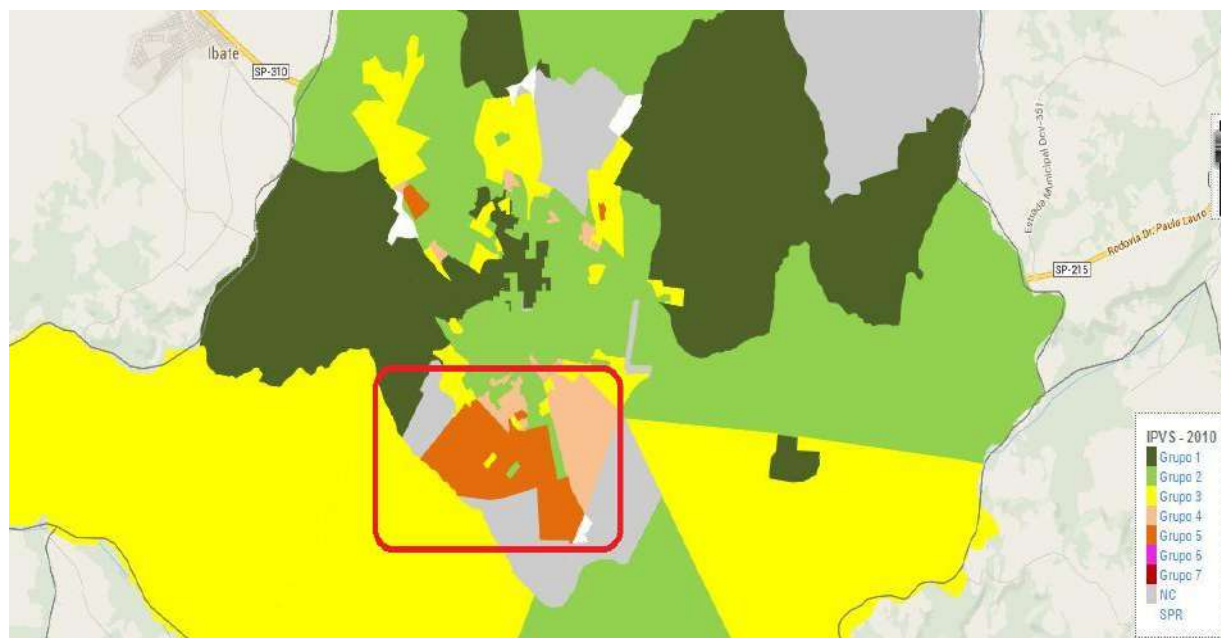
17

<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?prodCod=2&selTpLoc=2&selLoc=3548906&codSetor=354890605000189#> Acesso em abril 2014





**Mapa 2 – Vulnerabilidade social em São Carlos**



<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?prodCod=2&selTpLoc=2&selLoc=3548906&codSetor=354890605000189#>

### *Índice de Desenvolvimento Humano*

O índice de Desenvolvimento Humano<sup>18</sup> (IDH) do município, segundo os dados do IBGE 2010 é de 0,805, ocupando a 14ª posição no ranking<sup>19</sup> do Estado ficando sete posições atrás da cidade vizinha Araraquara e oito posições a frente de Rio Claro (estas também cidades importantes do eixo), ou seja a cidade figura entre as melhores cidades para se viver no Estado de São Paulo. Vemos em contrapartida que a realidade do bairro é contraposta aos índices numéricos da cidade também em relação ao IDH, onde estas quase 5 mil famílias em condições de pobreza são moradoras do complexo do bairro Cidade Aracy segundo os dados da Prefeitura Municipal de São Carlos e do bolsa família.

Em relação as questões sociais o SEADE em dados divulgados no ano de 2012 apontou cerca de 9 mil famílias que vivem em situação de extrema pobreza nas três maiores cidades da região de São Carlos(SP). A pobreza para os fins destes dados é definida pela renda da casa onde a média por pessoa

<sup>18</sup> Índice de desenvolvimento humano (IDH) adaptado para os estados e municípios brasileiros, conta com dados e indicadores sobre população, renda, educação, habitação, saúde e outros

<sup>19</sup> Ranking completo: <http://apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx> Acesso em junho 2014





é de até R\$ 260, nesse caso a família é considerada pobre. Na cidade de São Carlos, são 4.373 famílias nessas condições. A desigualdade diminuiu nos últimos dez anos: o Índice de Gini<sup>20</sup> passou de 0,50 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,49 em 2010.

### *Violência e direitos do cidadão*

A violência na cidade de São Carlos não chama muito a atenção das autoridades. A violência na cidade é considerada dentro dos padrões de “normalidade” pela Secretaria de Segurança do Estado e corroborando com isso os dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado em 2010, demonstraram que o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência no município estão entre os melhores do Brasil. O interior do Estado conta com seis das dez cidades mais bem posicionadas neste ranking: Araraquara (274°), São Carlos (277°), Limeira (278°), Americana (279°), Birigui (280°), Valinhos (281°) (quanto menor é o índice de vulnerabilidade maior a pontuação do município) significando assim que os jovens são-carlenses são, proporcionalmente, menos vulneráveis à violência. São Carlos melhorou 56 posições no ranking desde a avaliação realizada em 2007, quando ocupava a 221ª colocação, tanto São Carlos como São Caetano do Sul se destacaram no Fórum de 2010<sup>21</sup>, na comparação entre os anos de 2007 e 2010. O índice avaliou as taxas de violência a que os jovens de 12 a 29 anos de idade estão sujeitos, dentre eles: homicídios, mortalidade no trânsito, pobreza, desigualdade socioeconômica; frequência dos jovens nas escolas; e o acesso ao mercado de trabalho<sup>22</sup>. O Fórum baseou-se nos dados do IBGE no Censo 2010 e a partir do Índice de Vulnerabilidade Social, da Fundação Seade, de São Paulo, e incorpora em sua dimensão que mede homicídios e acidentes de trânsito a metodologia do Índice de Homicídios de Adolescentes, criada pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ.

<sup>20</sup>, Criado pelo matemático italiano Conrado Gini o Índice de Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Este aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. Fonte: <http://desafios.ipea.gov.br/>, revista eletrônica do ano **2004. Ano 1 . Edição 4 - 1/11/2004**

<sup>21</sup> [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario\\_2010.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2010.pdf) Acesso em junho 2014

<sup>22</sup> O índice de Violência é medido em uma escala que varia de 0 (melhor resultado possível) a 1 (pior resultado possível) e classifica em primeiro lugar as cidades mais vulneráveis à violência. Funciona, portanto, como um “ranking inverso”, no qual a pontuação mais elevada representa maior vulnerabilidade do município.



De acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social<sup>23</sup> do SEADE<sup>24</sup> 2012, o município de São Carlos ocupa o grupo 1 deste índice que indica um elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. Riqueza, longevidade e escolaridade são os indicadores utilizados<sup>25</sup>.

Vale frisar que dentro deste índice situações pontuais como o aumento dos homicídios, tráfico de drogas não modificam o resultado final do índice. A pesquisa, portanto releva dados pontuais de violência (como vemos no próprio site do SEADE), sendo, desta forma uma representação estrutural onde dados são cruzados como dados econômicos, mercado de trabalho e etc, somados a dados educacionais e vitimização. São, portanto, dados generalistas.

Mais uma vez observamos o contraste de números e índices, considerando-se o bairro foco deste estudo, observa-se através dos dados de segurança pública que muitos casos de homicídios, tráfico de entorpecentes e desinteligência ocorrem nas mediações do local<sup>26</sup> engrossando as estatísticas da cidade porém dissipados pelos números finais.

### ***Pentecostalismo no bairro Aracy***

O Censo 2000 esse número passou de 25,5 mil evangélicos para aproximadamente 46 mil evangélicos<sup>27</sup> segundo os dados do Censo 2010. São Carlos possui um total de cristãos que se consideram pentecostais atingem o número de 31 mil. Em um comparativo com Esses distribuídos em diversas denominações cristãs o que mostra que a heterogeneidade deste grupo. Infelizmente não temos dados consolidados sobre o bairro Cidade Aracy, cabendo aqui, portanto, realizarmos uma análise pensando na observação realizada e nos dados do município como um todo.

<sup>23</sup> Neste arquivo existem todas as explicações sobre grupos e classificações dos municípios [http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/iprs/O\\_IPRS.pdf](http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/iprs/O_IPRS.pdf) Acesso em junho 2014

<sup>24</sup> [http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/iprs/primeiros\\_resultados.pdf](http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/iprs/primeiros_resultados.pdf) Acesso em junho 2014

<sup>25</sup> Dentro de cada um os parâmetros utilizados são os seguintes: Riqueza (Consumo residencial de energia elétrica, consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, Remuneração média dos empregados com carteira assinada do setor público e valor adicionado fiscal per capita) Longevidade (Mortalidade perinatal, Mortalidade infantil, Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos e Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos) e Escolaridade (Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5ª Ensino Fundamental), média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9ª Ensino Fundamental) e taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos, Taxa de distorção idade série do Ensino Médio.

<sup>26</sup> <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx?r=5&m=549> acesso em junho de 2014

<sup>27</sup> <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl1.asp?c=2094&z=cd&o=13&i=P>



Este número de igrejas do bairro corresponde a quase 30% do número total das igrejas que possuem cadastro e alvará na prefeitura da cidade. A Secretaria de Habitação da Prefeitura da Cidade informa que são 114 igrejas com alvará e registro para funcionamento município, logicamente, destas igrejas encontradas no bairro não sabemos quantas delas possuem permissão para funcionar, já que muitas delas são montadas em garagens e pequenos comércios desativados; porém vale notar que é um número expressivo de igrejas inseridas no local.

E essa falta de homogeneidade e essa religiosidade flutuante de Hervieu-Leger traduz-se no bairro, e é evidenciada pela grande quantidade de denominações espalhadas pelo Cidade Aracy, logicamente que as rupturas e continuidades estão mais do que presentes<sup>28</sup>. Em levantamento prévio feito pelo autor deste trabalho, foram encontradas aproximadamente trinta igrejas evangélicas no bairro Cidade Aracy<sup>29</sup>, dentre elas podemos citar: Assembleia de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Comunidade Cristã Êxodo, Igreja Avivamento Bíblico, Ministério Deus de Israel, Congregação Cristã, Igreja Missão da Última Hora, Comunidade Restituição da Vida, Igreja Evangélica a Volta de Cristo e Igreja Adventista do Sétimo dia. Vemos, portanto que a variedade de instituições e sua penetração são diversas, nesta lista acima observamos igrejas pentecostais tradicionais diversas bem como uma grande variedade de nomes e ministérios<sup>30</sup> o que marca de forma incisiva a cisão com o mundo da tradição: a afirmação segundo a qual o homem é legislador de sua própria vida” (HERVIEU-LÉGER 2008, p. 32-33), ou seja, o homem não está preocupado em levar a “bandeira” de certa denominação mas sim, buscar na pertença o desenvolvimento espiritual, independente da tradição religiosa.

Assim é de grande relevância é entender que o grande crescimento do bairro começou a chamar a atenção das entidades religiosas da região assim que houve o *boom* de crescimento do bairro. Então, praticamente no início do bairro, se instalaram muitas denominações que já possuíam igrejas na cidade e começaram seus trabalhos em forma de filial no bairro. Outras igrejas surgiram de dentro da própria comunidade, como exemplo, uma que chama muito a atenção, não pelo tamanho, mas pelo nome é a Igreja Evangélica Esperança em Cristo,

<sup>28</sup> Os Moradores mesmos em conversas informais dizem o porque certas igrejas se separaram, se dividem e reabrem com uma nominação diferente, um exemplo, da Igreja Mundial do poder de Deus temos no bairro a Igreja Mundial dos Dons de Deus.

<sup>29</sup> Duas igrejas Católicas e um Centro Espírita. Não foram encontradas Igrejas Evangélicas de Missão

<sup>30</sup> Alguns ministérios da AD encontrados: Adoração, Belém, Madureira, Geirizim, Brotas, Bauru e Perus.



ministério “Esperança para as nações” e o *slogan* “Levando uma nova visão aos necessitados” igreja esta que não foge das características da maioria do bairro, igreja pequenas instaladas em pequenos comércios no andar de baixo dos sobrados.

Esse crescimento do bairro e do número de evangélicos ali chamou a atenção de partidos e cabos eleitorais de diversos partidos levando alguns evangélicos proeminentes do bairro a ser cotados a candidatar-se a Assembleia Legislativa.

Dentre as primeiras igrejas fundadas no bairro temos a Igreja Católica (Nossa Senhora da Rosa Mística), a Assembleia de Deus Ministério Madureira, Assembleia de Deus Ministério Belém e Congregação Cristã no Brasil, todas essas em regiões mais centralizadas do bairro. Com o crescimento populacional do local as igrejas mais antigas mudaram a localização construindo templos próprios e deixando as locações, sendo que somente a Igreja Católica manteve o templo pois o terreno era próprio.

De um modo geral as igrejas são de porte pequeno e médio (até 100 pessoas), a maioria delas chama a atenção por serem pequenas salas ou pequenos comércios transformados em templos evangélicos. A maior concentração de igrejas está próxima ao centro comercial do bairro

Dentre as maiores igrejas estão a Católica supracitada e as Assembleia de Deus (Ministério Geirizim e Ministério Madureira).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes fases do desenvolvimento, formação e constituição da periferia de são-carlense com as diferentes configurações assumidas pelo espaço em seu processo de crescimento e desenvolvimento convergiu na formação do bairro Cidade Aracy, periferia com características ricas para estudo e de distinção ímpar.

As características constitutivas aqui estudadas demonstram os contrastes dos índices com a realidade do bairro. Dados como IDH, IPVS, IPRS, violência, renda e emprego agudizam esta contrastante realidade do bairro em relação ao restante do município.

Fica claro também aqui que a modernidade produz nuances interessantes em todas as áreas e dimensões da vida das pessoas como vemos no trabalho de Hervieu-Léger (2008) e o fenômeno das convicções pessoais, a disjunção das crenças sobrepõe a autoridade institucional da religião e também dos interesses políticos, evento esse ligado ao fenômeno dos tempos



modernos. Então a dispersão das crenças e condutas e a desregulação institucional são fatos concernentes a esta nova concepção de mundo religioso e mais do que nunca esse fenômeno é observado tanto nas grandes metrópoles como também em cidades interioranas

Como observamos ao longo desta leitura, as questões explícitas e implícitas que envolvem o bairro, desde a acomodação do trabalhador que vem tentar a vida no Estado de São Paulo, bem como os interesses dos clérigos e dos políticos locais são abusivamente ricas e multifacetadas; o que proporciona um campo de estudo diverso e não menos interessante. Todas essas questões acabam sendo permeadas por todos esses interesses sociopolíticos e religiosos o que faz da localidade um campo importante para entender e compreender tanto as dinâmicas quanto a importância das religiosidades na periferia interiorana.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. *Os pentecostais serão maioria no Brasil?* Rever: São Paulo, PUC, p.48-58, dez/2008.

BARRERA RIVERA, Dario Paulo. *Pentecostalismo, migração andina e periferia urbana no Peru*. Estudos de Religião, Vol. 23, nº 37. São Bernardo do Campo, dez/2009.

BARRERA RIVERA, Dario Paulo. *Pluralismo Religioso e Secularização: Pentecostais na periferia da cidade de São Bernardo do Campo no Brasil*. Revista de Estudos da Religião (REVER). PUC. São Paulo: Mar/2010.

BARRERA RIVERA, Dario Paulo (org.). *Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas*. CRV Curitiba, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CUNHA, José Marcos Pinto. *Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória*. In São Paulo em perspectiva vol.17, n.3-4, 2003.

DA SILVA, Virgínia Ferreira. *Migrantes na periferia urbana do interior de São Paulo: trajetórias e identidade*. Cadernos CERU, n. 18, p. 91-105, 2007.

DEVESCOVI, R C B. *O Processo de Produção do Espaço Urbano e da Segregação Sócio-Espacial: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. 1985. 261 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.



HERVIEU-LÉGER, Daniele et al. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis, Vozes 2008.

MARICATO, E. MetrÓpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. *Estudos Urbanos*, São Paulo: Hucitec, n. 10, 1996.

MANCUSO, Maria Inês Rauter. *A cidade na memória de seus velhos: Estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998

Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

PAINO, José Roberto Andrade. *Matizes de uma Luta: capítulos tenebrosos da história sindical, empresarial e política de São Carlos*. São Carlos: Suprema, 2002.

SILVA, Virgínia Ferreira da. " *Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo*". Diss. Tese doutorado, Faculdade de Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

SILVA, Virgínia Ferreira da. "Migrantes na Periferia Urbana: redes sociais e a construção do bairro." *Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Usp.*, Ano 1 (2007).

SILVA, Virgínia Ferreira da . Migrantes na periferia urbana do interior de São Paulo: trajetórias e identidade. *Cadernos CERU*, n. 18, p. 91-105, 2007.

SILVA, Maria Nilza da. Território e raça: fronteiras urbanas numa metrÓpole brasileira. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006.

Torres, H. D. G., Marques, E., Ferreira, M. P., & Bitar, S. (2003). Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17(47), 97-128.

TORRES, H.G e MARQUES, E. 2001. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.4.

TORRES, Haroldo. *Medindo a segregação in* MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005b.

TORRES, Haroldo; FERREIRA, Maria Paula; GOMES, Sandra. *Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhanças in* MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.





## **PENSANDO FORMAS RELIGIOSAS DE ENTENDER A DOENÇA E A SAÚDE: PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE O CANDOMBLÉ NAGÔ E O NEOPENTECOSTALISMO**

PINEZI, Ana Keila

*Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais/ UFABC  
ana.pinezi@ufabc.edu.br*

JORGE. Érica

*Estudante de doutorado do Programa de Ciências Humanas e Sociais/UFABC  
ericafcj@gmail.com*

57

### **RESUMO**

A chegada a um terreiro pode ocorrer por várias razões: curiosidade, simpatia, educação dos pais e sofrimentos vários. No presente texto, pretendemos abordar a visão teológica de doença e cura para uma das escolas afro-brasileiras, o candomblé da nação nagô, a partir da ideia de sofrimento e compará-la com o neopentecostalismo. Para isso, organizamos o texto da seguinte forma: a primeira seção trata de apresentar a doença como uma construção sociocultural desmitificando a ideia de uma realidade dada a priori. Na segunda, é apresentado um olhar direcionado para a formulação do conceito de doença para o candomblé nagô. E, finalmente, a última seção pretende abordar o neopentecostalismo.

**Palavras-chave:** Doença, candomblé, neopentecostalismo.

### **ABSTRACT**

The arrival at a yard can occur for several reasons: curiosity, sympathy, education of parents and various sufferings. In this paper, we intend to address the theological vision of illness and healing to one of the african - Brazilian schools, Candomblé of Nago nation, from the idea of suffering and compare it with the neopentecostalismo . To do this, we organize the text as follows: the first section is to develop the disease as a sociocultural construction demystifying the idea of a reality given a priori. In the second, presents a look directed to the formulation of the concept of disease to Nago Candomblé. And finally, the last section is intended to address the neo-Pentecostalism.

**Key-words:** Disease, candomblé, neopentecostalism





A chegada a um terreiro pode ocorrer por várias razões: curiosidade, simpatia, educação dos pais e sofrimentos vários. No presente texto, pretendemos abordar a visão teológica de doença e cura para uma das escolas afro-brasileiras, o candomblé da nação nagô, a partir da ideia de sofrimento. Para isso, organizamos o texto da seguinte forma: a primeira seção trata de apresentar a doença como uma construção sociocultural desmitificando a ideia de uma realidade dada a priori. Na segunda, é apresentado um olhar direcionado para a formulação do conceito de doença para o candomblé nagô. E, finalmente, a última seção pretende dar luz á forma de doença para o neopentecostalismo.

## 1. A DOENÇA NÃO É UM DADO A PRIORI, ELA É CONSTRUÍDA

Para a abordagem teológica do conceito de doença nas religiões afro-brasileiras, é importante recordar que a interface entre doença, saúde a partir da lente da cultura vem sido elaborada há muito tempo pelos antropólogos, em especial. Marcel Mauss (1974) e Lévi-Strauss (2003) são bons exemplos de como o paradigma médico se mostrou insuficiente para tratar algumas questões como elucida Minayo (2006, p. 205):

(...) estudos empíricos dos citados autores e de outros antropólogos vêm evidenciando o que todos sabemos por meio do senso comum e do bom senso: o fato de que as doenças, a saúde e a morte não se reduzem a uma evidência orgânica, natural e objetiva, mas que sua vivência pelas pessoas e pelos grupos sociais está intimamente relacionada com características organizacionais e culturais de cada sociedade.

A sociedade moderna racionalizada, ainda que tenha nos imputado determinadas formas de práticas, não conseguiu normatizar as formas de encarar alguns momentos marcantes de vida, senão os principais, a saber, as doenças e as formas de lidar com ela durante todo o ciclo de vida. O padrão ocidental procurou massificar os indivíduos de modo que eles mantivessem uma estrutura fixa de atuação em sociedade, mas algumas religiões embora imbuídas de um senso de verdade, procuraram ser resistentes à lógica de homogeneização. É o caso das religiões afro-brasileiras.

Em momentos de dor, física ou emocional, é muito comum, na sociedade brasileira, que as pessoas recorram às religiões, embora isso tivesse acontecido de forma mais velada aos que buscavam religiões mediúnicas, no início da República, no Brasil. Essa assertiva em parte decorre da influência religiosa determinante em toda a historiografia brasileira (desde os



movimentos de colonização), em outra à busca humana de compreender e retirar o sofrimento ou aprender como o sofrimento deve ser sofrido, nos termos de Geertz (1978). O primeiro mais localizado, o segundo mais geral. A forma de lidar com a doença exige este olhar para o que é particular e o que é mais abrangente. Um exemplo claro é que as religiões podem oferecer diferentes olhares sobre a doença e as práticas terapêuticas (diferenciação de acordo com cada grupo cultural-religioso). No entanto, todos os indivíduos, sem exceção, enfrentam sofrimentos em vários âmbitos e graus (uma característica mais essencialista da humanidade).

A compreensão do modo particular das religiões afro-brasileiras em pensar a doença passa, necessariamente, pela revisão da formação dessas religiões em solo nacional. É comum lermos em produções acadêmicas ou mesmo em discursos religiosos que este campo religioso é formado pela diversidade de contribuições. Mas, quais são elas?

Embora utilizemos usualmente o termo religiões afro-brasileiras, esse campo é constituído de elaborações nacionais em termos territoriais e de territorializações. Mesmo o termo “afro” que compõe a denominação da raiz religiosa em questão, o qual inicialmente evocava tradições africanas, é mal colocado (Luz, 2013). Isto porque o “afro” evoca a tradição do candomblé e esta é uma religião genuinamente nacional, com fortes influências africanas. Ainda que os africanistas pretendam incorporar às religiões afro-brasileiras o cenário africano, tudo o que existia em África é muito diferente da composição que se formou no Brasil. A religião candomblé, por exemplo, não existe em terras africanas. Foi uma construção brasileira. Há, no entanto, a evocação de algo enraizado em solo africano, uma maneira de essencializar e também de afirmar a fixidez das vertentes religiosas denominadas afro-brasileiras como se tivesse havido apenas o deslocamento territorial das representações simbólicas que as constituem.

Poderíamos falar, então, em religiões brasileiras, porém, o termo seria igualmente problemático. Talvez essa seria uma posição contrária, em outro extremo, que advoga que essas religiões foram constituídas por contribuições unicamente nascidas no Brasil, o que é uma posição tão ou mais radical que a anteriormente descrita. Dado o impasse, optamos por manter, neste trabalho, o termo e acompanhar a sequência histórica das pesquisas neste campo, levando, contudo, em conta a importância de balizar ou calibrar contribuições que se tornaram um híbrido, que não é uma mistura de raízes africanas e brasileiras, mas algo indissociável e novo. É fundamental, portanto, pontuar que as religiões afro-brasileiras foram elaboradas a partir de



três principais matrizes: a indo-europeia, a africana e a ameríndia. Sucintamente, da primeira, as religiões afro-brasileiras receberam a contribuição do catolicismo, hinduísmo, budismo, kardecismo entre outros. Do continente europeu receberam, sobretudo, a contribuição do culto de nação africano (culto aos orixás, inquices e voduns) e, finalmente, da matriz ameríndia, a pajelança indígena.

Cada uma dessas matrizes possui sua(s) teologia(s) própria(s), suas especificidades em lidar com as questões propostas, mas é importante mencionar este amplo campo justamente para alertar que as visões acerca da doença e da cura vão comportar múltiplos aspectos que, completamente imbricados e hibridizados, reelaboram e coadunam as noções de espaço público e privado na vida social: “a experiência da doença é ao mesmo tempo individual e social, ela pertence ao domínio do privado e ao espaço público” (Mello e Oliveira, 2013, p. 1026). Isto significa que a noção de doença vai depender de como cada grupo cultural irá conceituá-la. Mas, o fundamental é compreender que a composição de todas essas matrizes no conjunto ‘religiões afro-brasileiras’ fez nascer a crença de que a doença física não existe por decorrência unicamente biológica como sempre apregoou o biocentrismo advindo da ciência voltada para a cura das doenças. Ao contrário, a doença decorre de problemas anteriores de outras ordens, segundo essa outra visão. A diferença entre as religiões afro-brasileiras e as demais talvez esteja no conceito de axé e de como, especialmente no candomblé, entende-se a construção da pessoa. Essa noção de pessoa remete à noção do coletivo. Em um esforço para entender simetricamente estruturas mutáveis de sentido e significados, se se compreende que a identidade “individual” é apenas uma terminologia para localizar o indivíduo em meio à identidade coletiva, então é possível entender a doença como um híbrido entre o privado e o público e que só pode ser compreendida como uma categoria significante e de significado no tecido simbólico compartilhado coletivamente, uma coletividade específica, “real”, ordenada e cujo eixo fundamenta-se em valores, princípios e lógica próprios (Duarte, 1986; 2003). Assim, a noção de indivíduo, vista como o conjunto de ordenamento orgânico e psicológico, funde-se, neste trabalho cujo foco é o grupo religioso do candomblé nagô, ao de pessoa, que é um construto social resultando de relações sociais em constante mudanças e dinâmicas das mais diversas.

A antropologia da saúde tem contribuído muito para o entendimento de que a doença já deixou de ser um elemento vinculado ao corpo biológico ou à corporalidade apenas para ser



uma construção elaborada por construtos simbólicos dos meios culturais nos quais o indivíduo doente está inserido:

Os discursos dos pacientes acerca da saúde e da doença narram experiências pessoais e privadas que são, no entanto, “socializadas”. Eles esclarecem alguns aspectos das relações entre o indivíduo e seu grupo em contextos biográficos específicos marcados pela doença (Herzlich, 2004, p. 386).

Nesse caminho, a doença e a caracterização do indivíduo como ‘paciente’ são feitas a partir das fontes produtoras de sentido que, no caso religioso, são criadas e elaboradas a partir da configuração do cenário, sendo este determinado pelo contexto específico e interpretação desta pela liderança religiosa (pai ou mãe-de-santo, no caso das religiões afro-brasileiras).

O desenvolvimento da antropologia enquanto ciência, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, abriu campo para a compreensão mais ampla da conceitualização da doença. Mesmo alguns setores mais tradicionais da medicina já admitem que a doença comporta teias de significação muito maiores que o padrão biologizante, que uma mera descrição sintomática (física) do paciente. Assim, a figura do paciente não é um ser deslocado de uma realidade sociocultural. Ao contrário, sua autodeterminação como doente varia de acordo com suas estruturas de sentido. Esta abordagem retoma parte da contribuição de Berger e Luckmann (2003) segundo os quais são as relações entre os vários atores que constroem socialmente a realidade, ou a antropologia interpretativa geertziana segunda a qual a análise semiótica é um caminho de entendimento da cultura e das representações simbólicas elaboradas coletivamente. A análise apresentada no próximo item discute exatamente a composição do conceito de doença para um grupo religioso específico, sendo este amarrado em suas teias de significado próprias e que se constituem e se expressam no campo da vida social, tal como Mauss (1971) apontava em seus estudos sobre a eficácia da magia nos fenômenos ditos “orgânicos”.

## 2. A DOENÇA NO CANDOMBLÉ NAGÔ

Iniciamos este item com a célebre frase presente em *A Interpretação das Culturas*:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis,



mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 1978, p 15).

Geertz é um ícone da escola antropológica semiótica ou hermenêutica. Sua preocupação analítica, que descende diretamente de Weber, é com o significado das ações, sendo a cultura composta por estas. Como afirmamos acima, as religiões afro-brasileiras e, para aqui especialmente o candomblé, possuem um olhar bastante peculiar de entender a doença e também a saúde. Para entendê-las é preciso adentrar na teologia do candomblé assumindo as ações rituais como simbolizantes desta lógica. Por isso, embora este texto não tenha surgido de uma abordagem etnográfica, a leitura geertziana nos permitiu recuperar em autores das ciências sociais e entre os teólogos afro-brasileiros os passos interpretativos do conceito de doença.

Bastide (2001) argumenta que o candomblé deve ser entendido (e é) como uma cosmologia religiosa segundo a qual a separação entre o Orun (“céu”) e o Aiyê (“terra”) marca a relação entre os homens e os Orixás. É a partir desta relação miticamente rompida que a cosmologia do candomblé se sustenta. Toda a busca iniciática e os processos rituais envolvidos procuram despertar, no indivíduo iniciado, a ligação dele com sua porção divina, sua ancestralidade. A ruptura dos dois mundos ou planos citados e a Teologia<sup>1</sup> do Ori e Bara são os pontos centrais de onde parte a construção da concepção de pessoa, bastante diferente da noção de pessoa do indivíduo ocidental como demonstram alguns estudiosos (Cavalcanti, 1983; Velho, 1985; Augras, 1995, Duarte, 1986).

No candomblé, a construção da noção de pessoa possui um caráter processual. Isto significa que a plenitude de sua identidade será alcançada após a realização de todos os rituais, ou pelo menos daqueles que marcam um primeiro ciclo de iniciação:

No candomblé, o indivíduo constrói sua pessoa aos poucos, a cada ritual, a cada feitura, a cada elemento que vai sendo “posto” em seu ori (cabeça/destino), em seu bara (corpo), de acordo com suas particularidades e com seus pais genitores (orixás), processo este denominado por Bastide (2001) como “anatomia mística”. (Pinezi e Jorge, 2014, p. 69).

Ao chegar em um terreiro e colocar-se como filho-de-santo é possível que o indivíduo se distancie de uma determinada identificação e passe a acionar uma outra de acordo com as fontes de sentido compartilhadas no dia a dia religioso:

<sup>1</sup> Esta teologia será explicitada na seção três do trabalho.



A experiência religiosa nos termos propostos por Rabelo (1993) compreende as formas pelas quais seus símbolos são vivenciados e continuamente ressignificados, através de processos interativos concretos entre indivíduos e grupos (Mota e Trad, 2011, p. 4).

No caso específico do candomblé nagô, os rituais permitem a apreensão dos fundamentos e a incorporação deles na vida religiosa e secular do indivíduo (Jorge, 2012). Esse processo gradativo é o adensamento do filho-de-santo às teias de significação que envolvem a cosmologia religiosa. Um exemplo pode ser visto na construção dos assentamentos dos orixás. Nos vários rituais envoltos nesta construção, o filho-de-santo aprofunda-se no sistema simbólico e passa a vivenciar os mitos de sua tradição. Um assentamento deixa de ser visto por sua materialidade. O assentamento possui uma história. Ele passa a ser a presença física de mitos, contém a história dos orixás, das famílias e é um veículo de axé. As realidades imanentes e transcendentais ficam evidentes no assentamento, o qual significa um fazer-falar. Os assentamentos de orixá fazem falar, nos contam quem são os orixás, suas histórias, sua ancestralidade e sua força, conforme esclarece Latour (2002, p. 17):

"Quem fala no oráculo é o humano que articula ou o objeto-encantado? A divindade é real ou artificial?"- "Os dois", respondem os acusados, sem hesitar, incapazes de compreender a oposição. -"É preciso que vocês escolham", afirmam os conquistadores, sem a menor hesitação. As duas raízes da palavra indicam bem a ambiguidade do objeto que fala, que é fabricado ou, para reunir em uma só expressão os dois sentidos, que *faz falar*. Sim, o fetiche é um fazer falar (LATOUR, 2002, p. 17).

Os rituais de iniciação possuem, portanto, a função de despertar a ligação do indivíduo com ele mesmo e com a sua ancestralidade. Já o desequilíbrio do indivíduo/pessoa com sua porção ancestral<sup>2</sup> talvez represente, para o candomblé, uma das melhores colocações sobre a definição de doença. A doença é a representação ou a constatação (em âmbito psíquico e físico) de desequilíbrio das vibrações do adepto com sua transcendência.

A doença aparece fisicamente, embora, segundo Rabelo (2002), comporte uma dimensão espiritual sendo esta marcada pelo não cumprimento de obrigações, por problemas no processo de iniciação, pela influência de mortos ou ainda pela ação maléfica dos vivos. Vivaldo Costa Lima (1977) observou em sua pesquisa que a doença constitui o fator mais frequente nas histórias de ingresso no candomblé. Os personagens apresentados na introdução deste trabalho,

<sup>2</sup> A elucidação da relação entre Orun e Aiyê e da noção de duplo (físico e espiritual) pode ser encontrada na obra de Elbein dos Santos (1977).





Maria, Cristina e Carlos estão, portanto, inseridos neste grupo. A primeira recorreu ao terreiro por fortes dores físicas, os segundos recorreram em função do desajuste familiar, do vício do filho e de possíveis questões de ordem espiritual (obsessão de espíritos).

Encontramos uma posição teológica sobre a noção de doença vinculada ao conceito de axé, bastante caro ao candomblé:

Axé a força magística sagrada, veiculada nas forças vivas da natureza. É o poder volitivo (vontade) do Orixá manifesto na energia nos reinos: mineral, vegetal, animal; em locais e nos vários elementos simbólicos. É um poder, um princípio que permite realizar, fazer crescer e desenvolver todos os seres e coisas. Como força é neutro, invisível, transmissível, extinguível (necessita ser reatualizado), mas sensível. Como afirmamos o axé é o responsável pelo equilíbrio, estabilidade e harmonia do ser humano (Rivas Neto, 2011, publicação 146<sup>3</sup>).

64

A falta de cumprimento das obrigações sociais e rituais faz com que os indivíduos inseridos na vida religiosa do candomblé estejam propícios a doenças, ou na linguagem do santo, estejam com “corpo aberto”. Segundo Rivas Neto (2011), a descontinuidade com o axé é expressa em desequilíbrios mentais e espirituais, desestabilidade afetivo-emocional e desarmonia social (doenças e fracassos financeiros e/ou profissionais). Assim, é possível dizer que a doença deixa de estar restrita ao modelo puramente biológico sendo expandida para as esferas psíquicas e sociais (modelo biopsicossocial), em um entrelaçamento impossível de ser “purificado”.

A doença é associada à quebra de axé, ou seja, à descontinuidade do axé individual com o axé do pai ou mãe-de-santo, com o axé do terreiro e com as forças vivas da natureza. A noção de ruptura implícita na descontinuidade de axé é um exemplo de como a linguagem mítica estrutura as relações religiosas já que a quebra de axé é, em proporção menor, reflexo do desajuste do filho-de-santo com a ancestralidade. Todos os rituais possuem a função de restituir esta relação e fazer a dinâmica do axé funcionar em prol da comunidade:

Se os rituais existem para transmitir, compartilhar e potencializar o axé entre os membros da comunidade, ele servirá, naturalmente, para manter a homeostasia espiritual e física de seus filhos. Ter e manter saúde no candomblé nagô é estar em dia com as obrigações rituais e sociais, o que reforça o axé constantemente. O contrário disso, desajustes espirituais,

<sup>3</sup> Francisco Rivas Neto é sacerdote e fundador da 1ª Faculdade de Teologia com ênfase em Religiões Afro-brasileiras (FTU). Ele escreve e/ou posta vídeos semanalmente em seu blog sacerdotemedico.blogspot.com.br. Esta citação está presente na publicação 146.





dificuldades de relacionamentos afetivos, problemas financeiros e de saúde levam à ruptura do axé e, portanto, à doença. A doença, então, não está reduzida a um mal físico, mas comporta quatro principais eixos: espiritual, afetivo, profissional e a saúde. São eixos não estanques, mas completamente imbricados e indissociáveis (Pinezi e Jorge, 2014, p. 69).

Nos parágrafos anteriores apresentamos de onde surge a concepção de doença para esse grupo religioso. Na próxima seção discutiremos os aspectos de doença para o neopentecostalismo.

### 3. DOENÇA NO NEOPENTECOSTALISMO

Entre os neopentecostais, em especial entre os iurdianos (da Igreja Universal do Reino de Deus) e os da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), duas neopentecostais de grande expressão, a questão da saúde é um dos fundamentos da doutrina teológica e tem como base a Teologia da Saúde e da Prosperidade. Saúde e prosperidade financeira, portanto, significam um sinal de que o adepto dessas vertentes neopentecostais, de fato, passou pelo processo de “conversão”, muito embora este não seja um processo definitivo, mas que requer do adepto uma constante atenção aos rituais e às exigências feitas nos cultos específicos como os que estão voltados à saúde, à prosperidade financeira e à resolução de problemas familiares.

As representações desses neopentecostais sobre corpo e saúde tem uma relação direta com a guerra espiritual contra o mal, que se expressa por meio dos rituais de exorcismo e cura que ocorrem frequentemente no espaço das imensas igrejas espalhadas pelo Brasil e por vários lugares do mundo. A postura agressiva do pastor no sentido de humilhar, massacrar e expulsar os espíritos malignos que atacam o corpo e a alma dos indivíduos, inclusive e especialmente os adeptos da igreja, representa uma maneira de espiritualizar a doença e tratá-la como não só um problema de ordem sobrenatural, mas também como uma escolha do indivíduo em continuar ou não doente. Dessa maneira, o pastor, que orchestra o ritual de exorcismo e cura, aparece como uma espécie de autoridade espiritual, um “xamã” neopentecostal, que realiza uma cirurgia “a fórceps” na alma dos indivíduos, retirando-lhes o mal que está entranhado e oferecendo um alívio imediato ao doente. A doença, portanto, é algo manipulável e passa a ter uma forma, um formato e se torna não uma coisa, mas um personagem reconhecido como o mal personificado e que faz alusão aos seres espirituais das religiões afro-brasileiras, como Maria Padilha,



Tranca-Rua, Zé Pilintra. São seres considerados a substancialização do mal em suas especialidades e que precisam ser retirados para que haja saúde física e espiritual.

Ao mesmo tempo em que o adepto é quem escolhe a doença ou a saúde, ele não é responsável pelos males que o acometem. É uma maneira de reverter a culpa por meio da retirada da responsabilidade dos atos e escolhas do indivíduo. Pode parecer contraditória essa ideia, mas é algo que refaz um ciclo de exorcismo, doença, recuperação, saúde e escolhas e torna tolerante e tolerável a própria humanidade dos indivíduos e alimenta o espetáculo da fé, promovido nos rituais de exorcismo e cura. Esses rituais pontuais fazem exatamente o contraponto com a noção de conversão, que é algo mais definitivo. Mariz (2000, p. 48) deixa essa ideia bastante clara:

Individuals are not responsible for their bad deeds, Just as they are not responsible for the illness or problems from which they suffer. The Devil is solely responsible. (...) Nevertheless, Pentecostals only partially adopts a non-individualistic approach to the human being. It assumes that humans can choose God, and through this choice reject the Devil. Pentecostalism, therefore, breaks with the cognitive assumptions of traditional Brazilian religions, thus offering individuals the possibility to choose the good by breaking free of evil. Through the deliverance of evil, individuals may change themselves and their lives. Exorcism or the ritual of 'spiritual liberation' or 'deliverance' would be a way of helping people to be free of a fate and able to acquire a new life and become a new person.

No entanto, essa “nova pessoa” pode “cair em tentação” e pecar e escolher, momentaneamente, o mal. Daí a necessidade de exorcismos constantes e daí se explica a instalação da doença na vida do convertido. Nesse momento, no da doença e dos problemas, outros que acometem esse adepto, coexistem, no mesmo corpo, os espíritos do mal e do bem e somente uma intervenção externa e publicizada é capaz de desfazer essa convivência conflituosa. Assim, o conflito advindo de uma guerra espiritual interiorizada no corpo e espírito do indivíduo torna-se o dispositivo que gera a doença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivos apresentar, em perspectiva comparada, as noções de doença, saúde e algumas práticas terapêuticas utilizadas pelo candomblé nagô e religiões neopentecostais. As duas religiões apresentam-se como importantes expressões do campo



religioso brasileiro e possuem traços que as aproximam e que as distanciam. Para além das disputas religiosas e de poder existentes, nosso texto pretendeu contribuir para reflexões sobre as construções de sentidos sobre doença e cura nas vertentes religiosas analisadas. Não se trata de um trabalho conclusivo que pretende esgotar o assunto, mas acima de tudo, demonstrar que as teias de sentido são construídas no interior de um espaço “sagrado”, com pessoas que vivenciam as suas crenças, mas também a partir do contato com outros setores. Isso evidencia o dinamismo do campo religioso brasileiro. Candomblé e religiões neopentecostais são colocadas rigidamente em campos opostos e, como mencionado acima, não foi nossa intenção ensejar ainda mais esse conflito. A nós ficou evidente que, antes destas estão questões muito mais próximas do que distantes.

## REFERÊNCIAS

- AUGRAS, Monique. "A construção da pessoa no candomblé". In: *Alteridade e dominação no Brasil*. Psicologia e cultura. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1995.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito nagô*. (Nova edição revista e ampliada). Trad.: M. I. P. Queiroz. Revisão técnica: R. Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- BERGER, Peter, L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CAVALCANTI, Maria Laura. *O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no Espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- COSTA LIMA, Vivaldo. *A Família-de-Santo nos Candomblés Jeje-Nagôs da Bahia: Um Estudo de Relações Intra-Grupais*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1977.
- DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Indivíduo e Pessoa na Experiência da Saúde*. *Ciência e Saúde Coletiva*. N. 8, vol. 1, 173-183, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HERZLICH, C. *Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência pública e a experiência privada*. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 383-394, 2004.



JORGE, Érica. Tecendo laços, construindo famílias: vida religiosa e conjugalidade na umbanda e no tambor de mina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do ABC, 2013a.

\_\_\_\_\_. É no corpo que o santo baixa! Considerações sobre o corpo nos transe religiosos afro-brasileiros. *Identidade!* São Leopoldo, v.18, n.1, p. 122-132, 2013.

LATOURE, B. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LUZ, Antonio José Vieira da. Inclassificáveis: arcaísmos nos estudos das religiões afro-brasileiras. Anais do 1º Simpósio Sudeste da ABHR. Diversidade e (In) Tolerância religiosas. Disponível em <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Anais-simp%C3%B3sio-da-ABHR-Sudeste.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

MAUSS, Marcel. *Sociologia y Antropologia*. Madrid: Editorial Technos S/A, 1971.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In : \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MELLO, Márcio Luiz; OLIVEIRA, Simone Santos. Saúde, religião e cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras. *Saude soc.*, São Paulo , v. 22, n. 4, Dec. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. "Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde". In: CAMPOS, G.W.S. et al. (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.p.189-218.

MOTA, Clarice Santos; TRAD, Leny Alves Bomfim. A gente vive pra cuidar da população: estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé. *Saude soc.*, São Paulo , v. 20, n. 2, June 2011.

PINEZI, Ana Keila Mosca; JORGE, Érica Ferreira da Cunha. Doença, saúde e terapias: aproximações e distanciamentos entre o candomblé e o neopentecostalismo. *Caminhos*, Goiânia, v.12, n.1, p. 65-78, 2014.

PRANDI, José Reginaldo. Quarta capa. In. RIVAS NETO, Francisco. *Escolas das Religiões Afro-brasileiras. Tradição Oral e Diversidade*. São Paulo: Arché Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

RABELO, Miriam. "Comparando experiências de aflição e tratamento no candomblé, pentecostalismo e espiritismo", en: *Religião e Sociedade*, Vol. 22, No. 1, Rio de Janeiro, ISER, 2002.



RIVAS NETO, Francisco. Aspectos teológicos do fundamento Axé-Ori-Bara. *Espiritualidade e Ciência*. Publicação 154. Disponível em [http://sacerdotemedico.blogspot.com.br/2011\\_06\\_01\\_archive.html](http://sacerdotemedico.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html) Acesso em 10 de janeiro de 2014

\_\_\_\_\_. Introdução ao conceito de axé. *Espiritualidade e Ciência*. Publicação 146. Disponível em <http://sacerdotemedico.blogspot.com.br/2011/05/introducao-ao-conceito-de-axe.html> Acesso em 15 de janeiro de 2014.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nagô e a Morte*, Petrópolis, Vozes, 1977.

VELHO, Gilberto. “Ética ou éticas: perspectiva antropológica”. *Ética Médica*, Rio de Janeiro, 1985.



## TRADIÇÃO ORAL E NOVOS MECANISMOS DE APRENDIZADO NOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ

PREVITALLI, Ivete Miranda

*Professora da Faculdade de Pedagogia- F. V.- UNIESP.*

*ivete.previtalli@gmail.com*

70

### Resumo

O uso das novas tecnologias como aparato no aprendizado sobre os mistérios do candomblé, incita certa inquietação entre os adeptos mais velhos, principalmente entre os pais e mães de santo quanto a importância de suas mediações no aprendizado que por tradição é de forma oral. O uso da escrita e das tecnologias digitais ao mesmo tempo que amplificam o aprendizado, desterritorializam o conhecimento e põe em risco as estruturas familiares e as relações de poder no interior das famílias de santo. No entanto, a inovação tecnológica é uma realidade e a adesão a seu emprego é significativa entre os adeptos, mesmo que não percam de vista a tradição. Percebemos assim que a coexistência dos usos da tradição oral e das novas tecnologias no candomblé paulista proporcionam uma reorganização dos vínculos nas famílias de santo e de seu sistema simbólico. A investigação baseou-se em histórias de vida e depoimentos de adeptos do candomblé angola de São Paulo, assim como na observação participante.

**Palavras-chave:** candomblé, tradição oral, tecnologias digitais.

### Abstract

The use of new technologies as a tool in the learning process about the mysteries of *candomblé*, incites certain disquiet among the older followers, especially among the *pais and mães de santo*, about the importance of its mediation in the learning process which oral by tradition. The use of writing and of the digital technologies at the same time that they amplify the learning; they deterritorialize the knowledge and put in risk the family structures and the relation of power inside the *famílias de santo*. However, the technological innovation is a reality and the adhesion to its use is significant among the followers, even if they do not lose sight of tradition. We therefore realize that the coexistence of the usage of oral tradition and of the new technologies in candomblé of São Paulo provide a reorganization of the links in famílias de santo and of their symbolic system. The investigation was based in life histories and testimonies of the followers of candomblé angola of São Paulo, as well as in the participant observation.

**Keywords:** Candomblé, oral tradition, digital technologies.



## INTRODUÇÃO

Como a escola da vida, no candomblé somente a vivência incansável do adepto faz com que ele possa descortinar seus segredos e aprender o significado de "ser" no candomblé. Detentor de uma tradição oral, são os mais velhos, isto é aqueles que detêm o conhecimento, que ensinarão os mais novos conforme a graduação de cada um na hierarquia do terreiro e segundo as aptidões pessoais.

Diferente do aprendizado cartesiano, em que a curiosidade é prerrogativa para o aprendizado e perguntar a fim de obter respostas faz parte da possibilidade em definir e organizar as categorias, no candomblé primeiro aprende-se a ouvir para depois poder falar. A palavra tem força e por ser concebida como um dom divino é sagrada, portanto deve ser proferida com sabedoria.

Pude presenciar diversas ocasiões em que filhos de santo ao perguntar aos mais velhos sobre significados de rezas, de símbolos ou sobre algum mito, não obtiveram respostas. Neste caso os mais velhos muitas vezes se entreolham e mudam de assunto como se nada tivesse sido questionado. O adepto, então se cala e percebe que não agiu conforme manda as normas do candomblé e caso insista em questionar, é considerado petulante e inconveniente. Numa ocasião, em um famoso terreiro de candomblé baiano, um rapaz que se propunha a fazer um documentário sobre a mãe de santo fez uma série de perguntas sobre os lugares e as divindades, o que provocou um sorriso da mãe de santo que lhe deu respostas bastante evasivas. O conhecimento não seria revelado para um leigo que não era iniciado uma vez que, até para os de dentro, somente é revelado em tempo considerado propício para o aprendizado.

Nos terreiros, é muito comum ouvir a frase: "Você ainda não tem idade para saber sobre isso", "Quando for mais velho saberá", ou "Ainda não está no seu tempo". No entanto os dados estão sempre disponíveis no dia a dia, para serem observados e apreendidos. Na tradição oral, não se conta tudo para os que não são iniciados, nem para o pesquisador leigo. Também, o neófito não deve revelar o que presenciou ou aprendeu na sua iniciação àquele que não é um iniciado. Segundo a tradição somente um filho de santo com mais de 7 anos iniciáticos e com todos os rituais de confirmação realizados é que poderia aprender o jogo de búzios, que seria um treinamento passado por um irmão mais velho, ou pelo pai ou mãe de santo, em incansáveis





exercícios de lançar os búzios e fazer a leitura. Um filho de santo somente deveria aprender a fazer um "Osu"<sup>1</sup>, componente importante no ritual da iniciação, quando fosse iniciar uma pessoa e tornar-se com isto um pai ou uma mãe de santo. Na tradição a entrada nas cerimônias de iniciação são vetadas aos não iniciados, e em alguns casos só é aberta àqueles com mais de 7 anos de "feitura" reafirmados com rituais específicos e convidados para o ritual.

Hampaté Bâ (1982, p.192) ao discorrer sobre tradição oral de grupos africanos diz que:

Em todos os ramos de conhecimento tradicional, a *cadeia de transmissão* se reveste de uma importância primordial. Não existindo transmissão regular, não existe "magia", mas somente conversa ou histórias. A fala é, então, inoperante. A palavra transmitida em cadeia deve veicular, depois da transmissão original, uma força que a torna operante e sacramental.

Também no candomblé o conhecimento é processado da mesma forma o que denota sua herança africana. Há uma cadeia de transmissão oral que não deve ser quebrada, pois dela emana a "magia". Uma mãe de santo que foi um de meus sujeitos no trabalho de campo para a elaboração da minha tese de doutorado ao saber do aprendizado de rezas e ebós<sup>2</sup> por meio da internet me disse: "Mas, que mão sagrada está tirando este ebó? Qual o tom da fala? Qual o preceito da pessoa antes de tirar este ebó (informação verbal)<sup>3</sup>?"

Quando se profere uma reza ela tem um ritmo, uma entonação e deve ser aprendida com um mestre, isto é por um pai ou mãe de santo que proferirá a reza que está ligada a sua história e tradição familiar religiosa. Ao mesmo tempo aquele que realiza um ritual deve passar por preceitos, banhos de purificação e interdições sexuais, para que o ebó surta efeito.

As comidas das divindades também exigem um conhecimento para serem elaboradas, pois cada um dos orixás, inquices ou voduns<sup>4</sup> tem suas preferências, proibições, e por isso, há maneiras próprias de serem elaboradas. Para realizar essa tarefa, existe um cargo feminino dentro do terreiro, e o aprendizado de seus segredos depende de um dom e da vivência na

<sup>1</sup> Osu é um cone confeccionado de substância vegetais, minerais e animais que é colocado na cabeça do neófito na iniciação.

<sup>2</sup> Ebó é uma oferenda votiva para algum orixá, com a finalidade de pedir ajuda para a resolução do problema apresentado por aquele que o evoca. Sua composição consiste de alimentos religiosos específicos para cada situação apresentada.

<sup>3</sup> História de vida concedida pela mãe de santo (A). Entrevistadora: Previtali, Ivete Miranda. Esta entrevista foi realizada na residência da mãe de Santo. Durante o encontro, a mãe de santo não permitiu o uso de gravador. As declarações foram anotadas em um caderno de campo (4:30h). São Paulo, 2/5/2010.

<sup>4</sup> Orixá, inquice e vodum, são divindades do candomblé queto, angola e jêje respectivamente.



cozinha onde essa pessoa aprenderá a culinária das divindades, isto é como a comida deixa de ser apenas alimentação para se transformar em oferenda a uma divindade.

Muitas atividades são realizadas de maneira diferente da realização na vida ordinária. Lavar uma roupa, ter horários específicos para rezar e caminhar na rua, a maneira de portar as vestimentas, as cores que podem ser ou não usadas, comidas proibidas para o consumo, a maneira de se comportar perante os mais velhos, o conhecimento e reafirmação da linhagem, as proibições sexuais que propõe uma exogamia, os ritos de iniciação e funerários, implicam uma maneira de “caminhar dentro” de um terreiro que significa conhecer seus códigos e mais do que tudo isso, praticá-los.

Nas comunidades de candomblé o tempo não é o tempo do relógio. Existem coisas que são feitas antes do por do sol, outras antes do nascer, outras não devem ou devem ser feitas quando o sol estiver a pino. A época das chuvas é mais propícia para certos cultos e a da seca para outros. A prática da herbalística determina as folhas que são utilizadas em todas as instâncias, como algumas são sazonais isto impede que o tempo do calendário do relógio da fábrica marque quando devem ser colhidas e utilizadas. As fases lunares também são observadas, no sentido de aumentar, diminuir, multiplicar ou perpetuar o "axé"<sup>5</sup> Há uma aliança ente o homem e a natureza e não o domínio de um pelo outro.

"Por esta razão a tradição oral, tomada no seu todo, não se resume à transmissão de narrativas ou de determinados ensinamentos. Ela é *geradora e formadora de um tipo particular de homem* (Hampaté Bâ, p.199)." No candomblé todas as coisas são religadas e esta concepção de mundo está presente no cotidiano da comunidade e do adepto, não dissociando a religião da vida ordinária do homem.

Certamente, a tradição oral do candomblé parece estar dissociada do modo de vida da sociedade mais abrangente. Como então o candomblé sobrevive se "lá fora" o tempo não marca

<sup>5</sup> Prandi registra inúmeras significações de “axé”: Axé é força vital, energia, princípio da vida, força sagrada dos orixás. Axé é o nome que se dá às partes dos animais que contêm essas forças da natureza viva, que também estão nas folhas, sementes e nos frutos sagrados. Axé é bênção, cumprimento, votos de boa-sorte e sinônimo de Amém. Axé é poder. Axé é o conjunto material de objetos que representam os deuses quando estes são assentados, fixados nos seus altares particulares para ser cultuados. São as pedras e os ferros dos orixás, suas representações materiais, símbolos de uma sacralidade tangível e imediata. Axé é carisma, é sabedoria nas coisas-do-santo, é senioridade. Axé se tem, se usa, se gasta, se repõe, se acumula. Axé é origem, é a raiz que vem dos antepassados, é a comunidade do terreiro. Os grandes portadores de axé, que são as veneráveis mães e os veneráveis pais-de-santo, podem transmitir axé pela imposição das mãos; pela saliva, que com a palavra sai da boca; pelo suor do rosto, que os velhos orixás em transe limpam de sua testa com as mãos e, carinhosamente, esfregam nas faces dos filhos prediletos. Axé se ganha e se perde. (PRANDI, 1991, p. 103)



mais as estações, nem o tempo das plantas, o tempo já não marca nada relacionado à natureza. O tempo de duração ou o tempo da experiência concreta escapa à mecânica, como aquele marcado pelos ponteiros do relógio (BERGSON, 1999, 2011) tornando tudo muito pragmático.

É nesse sentido que a tradição e a modernidade se encontram contraditórias nos discursos de alguns pais e mães de santo. Sobre esta questão fala uma mãe de santo:

Eu conheço um rapaz que ele joga búzios e ele aprendeu pela internet... E joga. E nunca foi do santo, nem fez o santo. Até um palito de fósforo ele pode jogar. Se você sabe envolver uma pessoa, envolve (informação verbal)<sup>6</sup>.

74

Então eu pergunto: A introdução, da escrita, da fotografia, do gravador, dos "Compact Disc", das filmagens e a internet como meio de aprendizagem e memória modificam a tradição oral? Até que ponto esse "novo" método de aprendizado dispensa a tradição oral no candomblé?

## A TRADIÇÃO ORAL E OS NOVOS MÉTODOS DE APRENDIZAGEM

Pensando sobre a coexistência desses usos contraditórios Canclini argumenta que:

[...] as interações das tecnologias com a cultura anterior as tornam parte de um processo muito maior do que aquele que elas desencadearam ou manejam. Uma dessas transformações de longa data, que a intervenção tecnológica torna mais patente, é a reorganização dos vínculos entre grupos e sistemas simbólicos [...] (CANCLINI, 2008, p.309).

O candomblé, principalmente os terreiros situados nas metrópoles, teve que se adaptar ao mundo contemporâneo afim de sobreviver. Nas palavras de Silva, percebemos que tal dinâmica é uma das estratégias que deu oportunidade a que terreiros antigos sobrevivessem até os dias de hoje:

A história do desenvolvimento do campo afro-brasileiro parece mostrar que as estratégias que obtiveram melhor sucesso foram aquelas adotadas pelas comunidades que, mesmo sob a égide da tradição, mantêm atualizados os conteúdos ou significados de suas práticas rituais. Nesse processo, o carisma das lideranças religiosas assume um papel fundamental: seja desafiando e reiterando a tradição. (SILVA, 2002, p.12)

<sup>6</sup> História de vida concedida pela mãe de santo (B). Entrevistadora: Previtali, Ivete Miranda. Esta entrevista foi gravada em arquivo mp3 (5:00h). O encontro com a mãe de santo aconteceu em seu terreiro. São Paulo, 4/5/2010.



Podemos perceber que a escrita há muito vem sendo utilizada dentro dos terreiros. Hoje, cadernos de rezas, de receitas de ebós, cantigas, apostilas e livros, fazem parte do aprendizado e memória escrita dos adeptos.

Em 1988 Fernandes Portugal lançou um livro, muito difundido entre pais de santo de São Paulo, que a princípio era uma apostila voltada para um curso ministrado pelo autor, de nome: "Curso de cultura religiosa afro-brasileira", que abrange os mitos e arquétipos dos orixás, os componentes de seus assentamentos<sup>7</sup>, rezas, os diversos tipos de ebós, os estágios de uma iniciação na nação queto<sup>8</sup>, culto de egungun<sup>9</sup>, axexê<sup>10</sup>, entre outras questões que eram mantidas em segredo e somente apreendidas pela tradição oral. Outros livros também foram lançados, porém chamo a atenção para o Livro "Elegun iniciação ao candomblé. Feitura de iyawo, ogan e ekeji" de Altair B. de Oliveira, T'ògún, um pai de santo do Rio de Janeiro, que traz todas as cantigas, rezas, organização e elementos constituintes de uma iniciação no candomblé queto. No prefácio, Agenor Miranda Rocha<sup>11</sup>, parece se preocupar com a questão da tradição oral e da escrita, pois diz que: "Sendo (a tradição) oral, somente alguns detinham o domínio dos preceitos mais fundamentais, que passavam aos escolhidos por suas qualidades ou aos designados pelos Orixás(...) Era, no entanto, outro tempo", e pensando, acredito que, na problemática da revelação do segredo, termina seu texto com estas palavras: "Sem entrar no mérito da polêmica acerca do que deva ou não ser publicado, saudamos mais esta contribuição aos estudos da cultura e religiões africanas no Brasil."

Há disponível um grande e heterogêneo acervo sobre o candomblé que levantam opiniões antagônicas entre os adeptos, mas que também são muito consultados por eles. Certa

<sup>7</sup> Assentamento é um recipiente sagrado onde são colocados elementos, minerais, vegetais e animais além de símbolos referentes ao orixá ali representado.

<sup>8</sup> O candomblé basicamente se subdivide em três nações: queto ou nagô, congo/angola, jeje que se diferenciam devido a origem africana de onde se origina parte de seu repertório religioso

<sup>9</sup> Egungum espíritos ancestrais.

<sup>10</sup> Axexê- Cerimônia de morte no candomblé de nação queto.

<sup>11</sup> Agenor Miranda Rocha, conhecido como Pai Agenor foi um babalaô da Religião dos Orixás. Foi iniciado por Mãe Aninha de Xango ou Obá Biyi, fundadora do Axé Opô Afonjá, na cidade Salvador, devido a uma enfermidade. Foi o jogo de búzios do Prof. Agenor que decidiu a sucessão de importantes terreiros: Mãe Oké e Mãe Tatá, na Casa Branca do Engenho Velho; Mãe Stella, no Axé Opô Afonjá; Mãe Índia, no Terreiro do Bogun (o último grande jogo de sucessão antes do falecimento do professor). Seu jogo de búzios foi um dos mais procurados do país.



feita, presenciei uma makota<sup>12</sup> que ao conversar com uma mãe de santo perguntou se poderia comentar sobre um mito de orixá que ela havia lido no livro "Mitologia dos Orixás" escrito por Reginaldo Prandi (2001), uma vez que encontrava-se próximo à elas uma filha de santo recém iniciada. Vale notar que o livro citado pela makota está disponível para compra em muitas livrarias brasileiras.

Percebe-se que se na tradição a balança do tempo pesa mais no lado do passado do que no do futuro, na perspectiva pós-moderna a introdução da escrita expande “o nível de distanciamento tempo-espço e cria uma perspectiva de passado, presente e futuro onde a apropriação reflexiva do conhecimento pode ser destacada da tradição designada” (GUIDDENS, 1991, p. 45).

Desta forma tanto pai Agenor quanto a makota, parecem divididos entre o conhecimento controlado pelos mais velhos que é prerrogativa da tradição oral, e a expansão do conhecimento, quando atestam ou pela aceitação de escrever o prefácio no livro ou pela leitura de outro a possibilidade da aquisição do conhecimento aberta a todos iniciados ou não.

Também os cadernos escritos nos terreiros têm essa dicotomia quanto a sua obtenção, pois esses cadernos não circulam livremente. Em geral, somente os filhos de santo mais velhos e iniciados é que podem usufruir dessas anotações, o que significa certo cuidado com a preservação do conhecimento, da hierarquia e do poder. No entanto muitos deles escapam ao zelo dos mais velhos e acabam circulando entre os filhos de santo e diversos terreiros, rompendo com o sistema hierárquico e descentralizando parcialmente o poder.

## APARATOS TECNOLÓGICOS NO TERREIRO

A muito a fotografia e a filmagem tem sido utilizadas pela antropologia nos estudos etnográficos. No entanto, a fotografia de iniciações já foi muito criticada tanto pela academia quanto pela comunidade do candomblé, devido à textos pejorativos vinculados às imagens e a revelação do segredo que anteriormente era apenas conhecido pelos iniciados. Segue um parágrafo de Luís Maklouf Carvalho, no seu livro *Cobras Criadas - David Nasser e O*

<sup>12</sup> Makota é um cargo feminino no candomblé congo/angola. Essa mulher não é suscetível ao transe e cuida das vestimentas e necessidades do Inquice (divindade do candomblé congo/angola) quando estão presentes através do transe do filho de santo.



*Cruzeiro*, em que discorre sobre uma reportagem de José Medeiros editada na revista *O Cruzeiro*:

“... uma impressionante reportagem sobre a iniciação ritualística das filhas-de-santo em um terreiro da Bahia – “As Noivas dos Deuses Sanguinários” – de 19 de setembro de 1951. Medeiros fotografou a raspagem da cabeça das iaôs e o batismo com o sangue dos animais – fotos depois reproduzidas no livro *Candomblé*. Arlindo conta que a mãe-de-santo foi perseguida por ter permitido o acesso dos repórteres ao ritual secreto” (Carvalho 2001,236, apud Tacca, 2003, p.152).<sup>13</sup>

77

Entretanto, em muitos terreiros de São Paulo as fotografias e filmagens são permitidas e muito prestigiadas. Neste caso, muito diferentes das fotografias dos rituais internos, as festas públicas são o alvo das máquinas fotográficas e filmadoras.

"Atualmente, a difusão das tecnologias digitais facilitou e generalizou o uso da fotografia e de registros audiovisuais como forma de documentar os eventos nos terreiros, principalmente as grandes festas que passaram a ser registradas por adeptos, visitantes e pesquisadores. No caso da utilização destas imagens nas pesquisas acadêmicas, as tecnologias digitais promoveram uma eficaz interação entre a antropologia virtual e a antropologia escrita. Esses registros podem ser realizados pelo pesquisador ou encontrados nos livros de memória, diários e cartas. Muitas delas são imagens feitas pela “própria imagem” e que adquirem prestígio por causa do status que elas representam nos meios sociais do candomblé." (PREVITALLI; ALVES. 2007, p.71).

No entanto, atualmente, certos terreiros paulistas passaram a não permitir que fotografem ou filmem as festas públicas. Os pais e mães de santo dizem que é uma maneira de se resguardar contra as exposições na mídia de algumas igrejas neo-pentecostais que mostram filmagens de festas de terreiros nas conversões de novos adeptos advindos do candomblé, referindo-se às atividades festivas no terreiro como obra do diabo.

Outra questão relevante ao uso de novas tecnologias é o emprego do gravador para arquivo de rezas. A vida na sociedade moderna, requer do sujeito uma dedicação de muitas horas no trabalho que em muitos casos exige um envolvimento intelectual. Nos candomblés antigos, onde os adeptos tinham empregos informais como lavadeiras, mulheres de tabuleiro, vendedores ambulantes, pequenos agricultores, isto é, que não exigiam o desempenho da

<sup>13</sup> Para maiores informações sobre esta reportagem ver Tacca, Fernando de. *Candomblé - Imagens do sagrado*. In CAMPOS -Revista de Antropologia Social; v.3, UFPR, 2003 disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/1593/1341> acesso em :25/09/2014





escrita nem a correlação com papéis, dispunham da possibilidade de cantarolar durante o desempenho do trabalho, fixando na memória as rezas aprendidas nas cerimônias dos terreiros. Além disso despendiam muitas horas na convivência do terreiro, onde, inclusive, muitos deles residiam. Se essa não é a realidade do adepto na metrópole moderna, como então aprender as rezas se não há disponibilidade para o tempo de amadurecimento do aprendizado exigido pela tradição oral? É neste contexto que surgem os filhos de santo com gravadores em punho a fim de poder levar consigo as rezas que devem ser "estudadas". No entanto, o comportamento "estudar" não existe nas culturas de tradição oral primária e somente surge com a introdução da escrita.

Todo pensamento, inclusive nas culturas orais primárias, é de certo modo analítico: ele divide seu material em vários componentes. Mas o exame abstratamente sequencial, classificatório e explicativo dos fenômenos e de verdades estabelecidas é impossível sem a escrita e a leitura. Os seres humanos, nas culturas orais primárias, não afetados por qualquer tipo de escrita, aprendem muito, possuem e praticam uma grande sabedoria, porém não "estudam". (ONG, 1998, p.17, apud BATISTA; GALVÃO, 2006)

Assim como os cadernos, os livros e a escrita, também os registros de sons gravados pelos modernos aparatos tecnológicos digitais e posteriores gravações em CDs, possibilita o "estudo" daquilo que não pode ser apreendido na vida cotidiana. Neste sentido, "o processo de aquisição do conhecimento passou a requerer uma separação entre sua transmissão e as práticas cotidianas. O conhecimento acumulado e a vida diária tornaram-se separados." (COOK-GUMPERZ E GUMPERZ, 1981, apud GALVÃO; BATISTA, 2006: p.442)

Podemos perceber essa questão no depoimento de uma antiga mãe de santo paulista, quando ela falou sobre a dificuldade em obter o conhecimento com os sacerdotes mais velhos, devido a sua filiação a uma outra linhagem que não era aquela em que ela havia se iniciado. Há anos atrás, ela havia se filiado a uma nova família de santo do Rio de Janeiro que tem sua raiz em um antigo terreiro congo/angola de Salvador. Devido a formação dos terreiros de São Paulo muitos pais e mães de santo procuram se filiar a terreiros mais antigos da Bahia ou Rio de Janeiro a fim de obter mais legitimidade perante a comunidade religiosa e adquirirem o conhecimento de rezas e ritos que possam ser atribuídos à uma origem legítima. Sabemos que a relação do poder e do saber é preponderante na prática social e que quem detêm o conhecimento consequentemente detêm o poder (Focault, 2001). Por isso, o conhecimento não é facilmente transmitido para uma pessoa que vem de outra localidade e outra linhagem, mesmo que esta





seja uma mãe de santo. Neste caso pressupõe-se que se a mãe de santo não aprender, ela necessitará sempre que for fazer um ritual, por exemplo de iniciação para um filho de santo, da presença daqueles que detêm o conhecimento. A mãe de santo me contou que embora tivesse levado seu filho biológico para ser iniciado no terreiro carioca e que ela fosse iniciada e mãe de santo de um terreiro paulista, as partes mais importantes dos rituais foram realizadas de portas fechadas, com vozes inaudíveis, portanto vetadas à ela. Por isso, resolveu mudar de estratégia e passou a chamar os integrantes do terreiro carioca para fazer os rituais em sua casa. Nas suas palavras: "na minha casa as chaves eram minhas e não podiam me deixar para o lado de fora". Mesmo assim, porque não teria disponibilidade para a vivência no terreiro carioca, uma vez que seus filhos de santo e os afazeres no seu terreiro paulista a mantinham muito ocupada, ela pediu se poderia gravar as rezas. Os sacerdotes cariocas depois de muito relutarem consentiram que ela gravasse as rezas dos rituais. Com um ar resoluto completou: "Eu paguei para gravar"<sup>14</sup>.

Vale notar que a mãe de santo não permitiu que eu gravasse a entrevista que foi sendo anotada em um caderno de campo com sua inspeção, pois a todo o momento queria saber o que eu estava escrevendo. De outro modo, quando ela queria cantar uma reza pedia que eu ligasse o gravador para que eu a obtivesse. Acredito que o uso do gravador fora proibido na entrevista porque ela não queria que eu tivesse uma "prova" de sua postura em relação a algumas questões polemicas aos integrantes do candomblé, e quando permitiu a gravação de rezas ela contribuía com o meu conhecimento, por eu fazer parte do grupo de iniciados no candomblé.

Assim, terminou sua narrativa dizendo: "Hoje estamos em uma outra época, é a da internet. Se eles (os mais velhos) vissem hoje em dia, estariam se revirando nos túmulos. (Informação verbal)<sup>15</sup>".

Em um outro terreiro, a narrativa do sacerdote revela que o uso do gravador parece que não foi positivo, pois seus ensinamentos acabaram sendo divulgados e vendidos na internet. Segundo sua fala, este sacerdote formou um grupo para passar ensinamentos através de aulas com a contribuição de uma apostila e de um Cd, no qual ele gravou as maiangas<sup>16</sup>. Este material foi repassado para os "alunos", que eram pessoas iniciadas no candomblé congo/angola. Assim, ele narrou o acontecimento:

<sup>14</sup> História de vida concedida pela mãe de santo (F). Entrevistadora Previtalli, Ivete Miranda. Esta entrevista foi coletada no terreiro onde a mãe de santo se encontrava. Durante o encontro, a mãe de santo não permitiu o uso de gravador, assim foram anotadas as declarações num caderno de campo (5:00h).

<sup>15</sup> Ibid., 13/03/2010.



Você é feito, você tem um caderno e está aqui. O que aconteceu? Um sujeito desse grupo achou que isso era para jogar fora. O que ele fez? Ele pegou uma cópia disso aí e vazou isso para um abiã<sup>17</sup> que era um sujeito de queto. Veja bem, o que um sujeito de queto vai fazer com isso? Esse sujeito colocou esse material a venda na internet. Fui procurá-lo e o fiz tirar da internet. (Informação verbal)<sup>18</sup>

Neste caso, percebemos como são frágeis os equilíbrios da forma de ver e agir compartilhadas durante muito tempo pelo candomblé. Nas palavras de Lévy (2004, p.9): "Quando uma circunstância como uma mudança técnica desestabiliza o antigo equilíbrio das forças e das representações, estratégias inéditas e alianças inusitadas tornam-se possíveis".

Os processos globalizantes proporcionados pela internet tem efeitos desterritorializantes e afrouxam os laços entre cultura e lugar (HALL,2004). O pai ou mãe de santo, a linhagem e a família de religiosa deixam de ser os únicos detentores do conhecimento que são democratizados na internet. No entanto, esses conhecimentos são fragmentados, pois são oferecidos numa linguagem informativa que é diferente da narrativa elaborada pela vivência. Entretanto, não é esse tipo de difusão que vai acabar com a tradição oral, pois o conhecimento dos segredos, do fazer do candomblé transmitidos oralmente, somente desapareceria se não existissem mais os terreiros onde os novatos recebem a formação por meio das iniciações. Não se pode iniciar por via da internet, pois na concepção de mundo do candomblé é somente por meio da iniciação que o homem pode tornar-se "acabado". Nessa concepção de mundo, o homem, tal como se encontra ao nível natural da existência, não é um ser completo. Assim, "para se tornar um homem propriamente dito, deve morrer para esta vida primeira (natural) e renascer para a vida superior, que é ao mesmo tempo religiosa e cultural" (ELIADE, 2001, p. 152).

Parece que é uma questão de sobrevivência do candomblé o convívio, no século XXI, da tradição oral e os novos mecanismos de aprendizagem. Não há como o candomblé da metrópole ficar distante da internet. Se por um lado são criticadas as informações divulgadas na internet sobre os ritos antes conhecidos somente pelos iniciados, ao mesmo tempo os emails e grupos de

<sup>16</sup> Maiangas são rezas cantadas no candomblé congo/angola.

<sup>17</sup> Abiã é o nome dado a pessoa que pertence ao grupo do terreiro mas ainda não é iniciada

<sup>18</sup> Depoimento cedido por Tata de inuice (C). Entrevistadora: Previtali, Ivete Miranda. Esta entrevista foi gravada em arquivo mp3 (4:00h). O encontro com o Tata aconteceu em sua casa que é interligada com o terreiro. 12/5/2010.



discussão que divulgam o candomblé e suas festividades, atualizam sua inserção no mundo. Antes os convites eram divulgados boca-a-boca. Era uma deselegância e atestado de pouca influencia se um pai ou mãe de santo mandasse um convite para uma festa em terreiro. Um pai de santo, que não é usuário da internet, me disse: "eu não mando convites, e as pessoas aparecem. Minhas festas estão sempre lotadas". Parece que o método antigo ainda persiste. Muitos adeptos e simpatizantes passam seus finais de semana nas festas de candomblé, onde são divulgadas as próximas e em que terreiro serão realizadas. Embora esse pai de santo se gabe da não utilização dos convites para suas festas, a internet é cada vez mais empregada como meio de divulgação, formando uma rede de candomblecistas

O candomblé da metrópole, não fica alheio ao modo de viver *fast*, no qual a internet e os meios de comunicações se impõem como padrão na cultura, que quanto mais é entronizado na vida moderna, mais se torna uma mercadoria implacável. Parece que não há maneira de sobreviver para aqueles que não propagarem suas ideias na velocidade exigida pela modernidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O candomblé, mesmo com a utilização da escrita, dos livros, dos Cds, da imagética e da internet, ainda se intitulam de tradição oral. Na verdade, os terreiros não são mais detentores de uma tradição oral primária, mas de uma convivência da oralidade com as novas tecnologias e consequentemente com novos métodos de aprendizagem.

Com a democratização do conhecimento que essas novas tecnologias proporcionam, o filho de santo não fica mais esperando o tempo de amadurecimento e boa vontade dos mais velhos para que possa aprender os segredos do candomblé. O Google e outras empresas que organizam as informações e as tornam mundialmente acessível, substituem parcialmente o aprendizado oral.

O domínio da escrita, que hoje em dia é comum entre os filhos de santo, diferencia a experiência em relação aos primeiros adeptos, os fundadores dos primeiros terreiros de candomblé que advinham de um povo sem escrita. Entretanto, a boca no ouvido ainda tem



grande validade entre o povo do santo, pois somente assim é que o adepto adquire o conhecimento total.

Fatores sociais, religiosos e mágicos, contribuem para a preservação da tradição oral. Através dela, as hierarquias dos terreiros das famílias de santo são preservadas, a magia se manifesta na força da palavra e o comportamento religioso e a fé são edificados e reafirmados. Nas palavras de Hampaté Bâ (1984, p. 183) "ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial"

No entanto, as mudanças estão ocorrendo. Os novos aparatos tecnológicos, utilizados nos terreiros ou fora deles, transformam a forma de representação do mundo. Os adeptos, pais e mães de santo avaliam, pensam e discutem estas mudanças. Não há maneira de olvidá-las.

É importante entender que as resistências a utilização das novas tecnologias têm bons motivos, pois o equilíbrio é desestabilizado. Conforme Lévy (2004, p.9): "Uma infinidade heterogênea de agentes sociais explora as novas possibilidades em proveito próprio (em detrimento de outros agentes), até que uma nova situação se estabiliza provisoriamente, com seus valores, suas morais e sua cultura local."

No entanto, o modo de viver *fast* é implacável e nesse afã as culturas tradicionais como a do candomblé unem-se sincreticamente às diversas modalidades de cultura urbana, modernas e tecnológicas, resultando em formas híbridas. A coexistência da tradição oral com as novas tecnologias, não separa o que é tradicional do moderno. São poderes oblíquos que se misturam.

Canclini (2008, p.22) escreve que: "A modernização diminui o papel do culto e do papel do popular tradicionais no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime". Assim a tradição oral, mesmo que não seja mais primária, ainda é preponderante para o aprendizado e inserção no candomblé.

Não podemos colocar uma fronteira separando "de um lado as coisas técnicas e do outro os homens, a linguagem, os símbolos, os valores, a cultura ou o "mundo da vida"." (LÉVY, 2004, p.8). Ambas as coisas coexistem e configuram um imaginário que estabelece uma nova maneira de perceber o mundo.



## BIBLIOGRAFIA

- BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Coord.). *História geral da África: volume 1: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982. p. 181-218.
- BATISTA, Antônio A. G.; GALVÃO, Ana. M. O.. Oralidade e Escrita: Uma Revisão In: *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, v. 36, n. 128. São Paulo, maio/ago, 2006, p.403-432.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. (Coleção tópicos) 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre os dados Imediatos da consciência*. (Coleção textos filosóficos). Lisboa: Edições 70, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo, EDUSP, 2008.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano. Essência das religiões*. 5º tiragem, Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo, Martins Fontes, 2001
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Edição 16ª. Rio de Janeiro: Graal. 2001
- GUIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural nos pós modernidade*. 9ª edição. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do pensamento na era da informática*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Coleção Trans. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2004.
- OLIVEIRA, Altair B. *Elégùn: Iniciação no candomblé. Feitura de òyawó, Ogán e Ekéjì*. Rio de Janeiro: Pallas, 1995.
- PRANDI, Reginaldo. *Candomblés de São Paulo. A velha magia da metrópole nova*. São Paulo: Hucitec/Edusp 1991. 262p.
- PORTUGAL, Fernandes. *Curso de cultura religiosa afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1988.
- SILVA, Wagner Gonçalves da. *Orixás da metrópole*. Petrópolis: Editora Vozes. 1995.
- \_\_\_\_\_. Org. *Caminhos da alma. Memória Afro-brasileira*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2002



PREVITALLI, Ivete M.; ALVES, Syntia. Fotografia: ver e ser visto no candomblé. *In: Revista ponto-e-vírgula*, 2: 68-80, 2007. Disponível em:  
<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14300/10449>. Acesso: 25/09: 2-14.

TACCA, Fernando de. Candomblé - Imagens do sagrado. *In: CAMPOS -Revista de Antropologia Social*; v.3, UFPR, 2003. Disponível em:  
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/1593/1341> . Acesso em: 25/09/2014



## LAICIDADE EM ESCOLA PÚBLICA: QUEM SOU EU E O OUTRO NESSE ESPAÇO?

### SECULARITY IN PUBLIC SCHOOLS: WHO IS THE OTHER AND ME IN THAT SPACE?

CUNHA, Clera de Faria Barbosa

*Mestra em Educação e Sociedade, pedagoga, especialista em ensino religioso, psicopedagogia, educação inclusiva, docência no ensino superior, planejamento, implementação e gestão da educação. Professora e supervisora escolar. Membro da Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR.*  
barbosaclera@gmail.com

85

BARBOSA, Claudia de Faria

*Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, professora da faculdade Ruy Barbosa – Grupo DeVry Brasil e pesquisadora dos grupos de pesquisa NPEJI-CNPq e FORTIS/CNPq.*  
barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

#### RESUMO

O artigo trás uma série de ideias elencadas pelos alunos no decorrer das aulas de ensino religioso em escola pública nos anos de 2005 a 2013. As expressões são as mais diversas e baseiam-se nas perspectivas de aprendizagem dos educandos. O objetivo é reunir os registros que permitem avançar no entendimento da laicidade de acordo com a Carta Magna de 1988 em seu sentido democrático dentro espaço público. Ao fazê-lo, depara-se com a complexidade existente em meio ao panorama religioso, instalado nas escolas desde a época da colonização com a educação jesuítica e a diversidade de crenças com suas múltiplas alternativas na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Laicidade. Escola pública. Ensino religioso

#### ABSTRACT

The article presents a number of ideas listed by the students during classes of religious education in public schools in the years 2005-2013. Expressions are the most diverse and are based on the students' learning perspectives. The goal is to gather the records that allow the understanding of secularism according to the 1988 Constitution in its democratic sense within public space. By doing so, it faces existing complexities in the religious panorama, already installed in schools since the time of colonization with Jesuit education and the diversity of their beliefs with multiple alternatives in a contemporary society.

**Key words:** Secularity. Public School. Religious Education





## O ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

*"Toda educação saudável é uma educação sem controle religioso"*  
Erasmus de Roterdã (1466-1536)

O presente texto discute aspectos relacionados ao ensino religioso laico em escola pública, dentro de uma perspectiva de aprendizagem dos educandos, em meio às leis estabelecidas e que mencionam a disciplina, em especial a Constituição Federal em vigor, promulgada em 1988, instituiu em seu artigo 210, parágrafo 1º do Capítulo III "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental" (BRASIL, 1988). Nesse sentido, todas as escolas que pertencem aos órgãos oficiais, devem atender aos princípios da lei.

A inclusão desse dispositivo deu-se com uma significativa mobilização nacional, resultando na segunda maior emenda, em número de assinaturas, apresentada ao Congresso Constituinte. Em todo o país há esforços pela renovação do conceito de ensino religioso, de sua prática pedagógica, da definição dos conteúdos e sua metodologia apropriada ao universo escolar (PCN, 2009). Após oito anos em vigor da Constituição Cidadã foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, que diz em seu art. 33.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I - Confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; II - Interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (BRASIL, 1996)

Com a vigência da referida lei e, através de questionamentos a respeito de seu artigo 33, foi aprovado o seu substitutivo com a edição da Lei nº 9.475/97, passando o ensino religioso como disciplina escolar e como área do conhecimento integrante na formação básica do cidadão.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e



religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (BRASIL, 1996).

O relator da lei 9.475/1997, Padre Roque Zimmermann, afirma que, pela primeira vez na história da educação brasileira foram criadas oportunidades de sistematizar o ensino religioso como componente curricular que não fosse doutrinação religiosa e também não se confundisse com o ensino de uma ou mais religiões (PCN, 2009).

Elementos históricos presentes na trajetória da educação brasileira evidenciam questões discutidas em épocas anteriores que permitem o avanço sobre o entendimento da laicidade em escola pública a partir dos princípios estabelecidos em lei.

Tomemos como exemplo, as diversas Constituições Federais que o país teve, desde o início de sua colonização, sempre mencionando o ensino religioso na escola pública, tendo a predominância da religião cristã, mais precisamente através do catolicismo. Em 1891 teve a aprovação da lei onde o ensino era ministrado nos estabelecimentos públicos – ensino leigo. Posteriormente, em 1934, o ensino religioso passou a ser de frequência facultativa e ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno. Em 1937, a disciplina não constituiu objeto de obrigação do professor e nem frequência dos alunos. Em 1946 passou a ser disciplina dos horários das escolas oficiais e matrícula facultativa de acordo com a confissão religiosa do educando. Em 1967, o ensino se tornou de matrícula facultativa nas escolas de grau primário e médio.

Foram anos de insistência e perseverança até a atual Carga Magna que completa nesse ano, vinte e seis anos de vigência, mesmo assim, persistem os desacordos e as lutas por um ensino que satisfaça a todos, em meio a um Estado laico e de forte influência católica.

Vale destacar que a disciplina de ensino religioso é de matrícula facultativa, outrossim, é uma matéria que integra os horários normais das escolas públicas de todo o país, visando contribuir com a ética, a cidadania, o respeito e a tolerância entre os povos.

Compreender e realizar a educação, entendida como direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto a viver e conviver, nos diversos ambientes (BRASIL, 2010).

Entender a história da educação e o contexto religioso que a cerca, proporciona ferramentas para o enfrentamento das opressões. De acordo com Gadotti (2004), nos séculos



XVII e XVIII, surgiram as lutas das camadas populares, lutas estas, instigadas pelos novos intelectuais iluministas e por novas ordens religiosas pelo acesso à escola. A formação tornou-se essencial para articular os interesses e elaborar a própria cultura de resistência. Entre os iluministas, Jean-Jacques Rousseau resgatou primordialmente a relação entre a educação e a política. Nesse período realiza-se a transição do controle da educação da Igreja para o Estado. Período em que se desenvolveu o esforço da burguesia para estabelecer o controle não religioso da educação, através da instituição de ensino público nacional.

Para Saviani (1999), logo que a burguesia se torna a classe dominante, ela passa a advogar a escolarização para todos. A humanidade evolui e a participação política das massas populares entra em contradição com os interesses da burguesia e esta, se transforma em classe consolidada do poder, seus interesses não caminham mais em direção à transformação da sociedade. No momento em que é consolidado o poder burguês, aciona-se a escola universal, gratuita e obrigatória como instrumento de estabilidade da ordem democrática. Esta era importante porque correspondia também ao interesse do operariado, do proletariado, porque se sentia coparticipante do processo político.

A educação tornou-se uma questão de moda e exigência dentro da nova concepção do homem da pequena nobreza e burguesia. Ele quer ser educado, entretanto não ocorre a preocupação com a expansão da escola popular, cujos ideais surgiram nas opiniões para aprimorar a educação pública, que não atendia a todos e existia a dualidade do ensino, uma escola destinada para o povo e outra para a burguesia, sendo dito com a maior naturalidade (ARANHA, 1996).

Nestas circunstâncias, a educação brasileira se desenvolveu de forma hierárquica, na qual os filhos dos colonizadores e dirigentes governistas seguiam um modelo de educação clássica. Os descendentes dos colonos, quando conseguiam ter acesso ao ensino, aprendiam um ofício para obterem o próprio sustento e aos escravos, índios e negros, lhes era determinado a catequese (BARBOSA CUNHA, 2009).

As políticas públicas educacionais são estabelecidas por meio de atuações da sociedade, através de representantes governamentais que simbolizam o discurso oficial do Estado. Nesse sentido, cabe à escola pública atender os princípios estabelecidos em lei inserindo-os em seu Projeto Pedagógico, no sentido de ajudar os estudantes a desenvolverem os aspectos intelectuais na construção da cidadania.



O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias (BRASIL, 2010).

A autonomia da escola não significa isolamento, fechamento numa cultura particular (GADOTTI, 2004). Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, que dialoga com todas as culturas e concepções de mundo. Sem autonomia, a instituição de ensino não pode ser multicultural e cumprir sua função social, sobretudo, de possibilitar aos seus alunos serem organismos vivos e atuantes no seio da sociedade.

Para tanto, todos necessitam da escola para ter acesso à parcela de conhecimento histórico, acumulado pela humanidade. Através dos conteúdos escolares o conhecimento religioso, enquanto patrimônio da humanidade necessita estar à disposição de todos. A obrigação de prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de compreender e vivenciar as diversas culturas, cujo substrato religioso colabora no aprofundamento para a cidadania, é direito de todos. E, como nenhuma teoria isolada consegue explicar por completo o método humano, é o diálogo entre elas que possibilita construir explicações e referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinal ou catequético (PCN, 2009).

## **ENSINO LAICO NO ESPAÇO PÚBLICO**

Ao considerar que a educação é direito de todos (BRASIL, 1988) e que a escola, como espaço público, de afinidades entre os sujeitos que ali frequentam, constitui-se em desafio, o lidar com a diversidade religiosa sem excluir, agindo numa perspectiva de respeito ao outro.

Na escola, apesar das políticas públicas que visam o ensino laico, aqueles que a frequentam não estão livres de serem discriminados por suas convicções religiosas e afastados do grupo, onde parecem incluídos. Isso significa que sempre haverá a possibilidade de um indivíduo sentir-se fora do seu meio. De acordo com Macedo (2002), aquele que não se encaixa em certos critérios está fora e, portanto, a exclusão passa a ser o seu destino, por não atender aos critérios da classe.



Não se perceber como um membro do grupo pode gerar sentimentos de abandono, levando o sujeito a sentir-se estigmatizado. Para Goffman (1988) a situação do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é até certo ponto diferente, e que seria absurdo negar essa situação.

Ser excluído fere os princípios da Constituição Federal que desaprova toda forma de discriminação ou preconceito e a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos inseridos no capítulo I, art. 5º (BRASIL, 1988).

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, p.19).

Se todos são iguais perante a lei, o ser humano, enquanto sujeito de sua história, se identifica como ser social que pensa, sonha e quer ser feliz. Ele busca respostas sobre: Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou? E, o ensino religioso laico, tende a contribuir para que ele construa o seu modo de ser, pensar e agir no mundo, oferecendo suportes a essas interrogações.

Através de questionamentos o sujeito desenvolve conhecimentos que o possibilita interferir no meio e em si próprio. Hall (2000) mostra que as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico e que nas tradições ligam-se o passado e o presente.

De acordo com Silva (2005), definir identidades significa demarcar fronteiras, fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora com a hierarquização de posições de sujeitos marcada por relações de poder que classifica e atribui valores a grupos já construídos.

A identidade não é algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, ela é construída na interação entre o eu e o outro e é edificada ao longo do tempo. São características da formação identitária as vivências com o grupo de origem, as experiências e influências dos grupos sociais dos quais participa, e as construções culturais que contextualizam existência de cada um.

A escola pode e deve propiciar ao educando condições em que ele se perceba como construtor de sua história e se sinta cada vez mais inserido na sociedade, enquanto alguém com liberdade de crença e o direito de ser tratado com dignidade. “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte” (FREIRE, 1993, p. 79).



Para atingir a compreensão das ideias que proporcionam avanços no entendimento da laicidade em seu sentido democrático dentro do espaço público, precisa-se de atenção quanto às opiniões que serão constituídas pelos sujeitos de aprendizagem, com a ressalva de que as tradições religiosas, independente de suas origens, merecem respeito e, portanto, devem contar com a pluralidade cultural dos diferentes modos de se viver.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS: DISCUSSÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES

91

Para que os elementos da pesquisa coletados, através de dados disponibilizados pelos alunos pudessem ampliar os conhecimentos acadêmicos com discussões precisas, vale destacar Bourdieu (1989), explicitando que no vasto campo do conhecimento foi necessário, primeiramente, definir a metodologia do estudo com o intuito de compreender percepções e atitudes, desenhando o elemento em estudo, através de mecanismos exteriores em relação com outros objetos.

Primeiramente, foram estabelecidos os contatos e a identificação das fontes necessárias para a busca dos dados a serem coletados, com estratégias definidas. Após, foi realizada uma conversa informal com os alunos, solicitando aos que não quisessem participar, a total liberdade para se expressarem. Com o consentimento e, tendo em mãos o material para análise foi estabelecido o critério de escolha entre as respostas, com o intuito de chegar o mais próximo possível às experiências do ponto de vista dos sujeitos envolvidos.

Alguns cuidados foram observados pelas pesquisadoras na constituição do grupo, tendo como princípio fundamental, a vivência dos participantes com o tema discutido preservando a identidade de todos que estão envolvidos na pesquisa, como uso de nomes fictícios. Foi elaborado um roteiro de trabalho com o propósito de não perder o objetivo e contribuir com o avanço do conhecimento com questões relevantes e contextualizadas para a pesquisa.

Através das falas dos sujeitos pesquisados sobre o cotidiano de quem vive a realidade educacional, quando se pensa no espaço escolar como um lugar que deve ser para todos, sem distinção de cor, raça/etnia, sexo, religião, aparências, condições físicas e psicológicas, percebe-se que são muitas as informações adquiridas pelos alunos, no meio social e nos veículos de comunicação que, juntamente com a vivência de cada um deles, fornece informações valiosas, porém fragmentadas que necessitam da intervenção de professor laico



para debater valores presentes nas religiões e ajudá-los a viverem melhor seus valores e crenças.

Com as propostas implantadas no sistema educacional brasileiro e nas políticas públicas, as escolas têm a missão de acolher a todos na sua diversidade e, conseqüentemente avançar na busca do conhecimento, sobretudo, porque a Constituição Federal em vigor, garante a liberdade religiosa.

É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ocupação de interesse, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (BRASIL, 1988).

O Estado Brasileiro é laico, portanto, exime-se de possuir preferência por religião, além da obrigação de garantir a liberdade religiosa. “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 2004).

Ademais, a liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, sendo afirmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Assim, o aluno tem convicção desses direitos e espera ainda mais dos governos “eu sou a favor da laicidade, não somente no Brasil, mas também no mundo. A liberdade de expressão tem que ser respeitada e os direitos humanos adotados pelos governos” (Márcio). Outro discente entende que “a laicidade é um grande passo para a humanidade em direção a um mundo com governos pacíficos e unificados” (João).

Mas, existe também a preocupação de alunos quanto ao rompimento dos laços entre Igreja e Estado “a laicidade trará o fenômeno que acontece na Europa ao Brasil: alto índice de ateus em países que sempre foram cristãos” (Carlos).

Cunha (2006) participou de um seminário internacional na França, em 2005, ano que marcou o centenário da lei de separação entre a Igreja e Estado naquele país. Na ocasião, o Brasil foi objeto da comunicação, em que o autor se refere como uma “derrota política dos setores laicos ativos” como um dos componentes da regressão do campo educacional, no que diz respeito à sua automatização diante dos campos político e religioso, apresentando como exemplo o Estado do Rio de Janeiro que delegou poderes a entidades religiosas para destituir professores de seu quadro. Apresentou um panorama sobre a diversidade da situação na França,





Alemanha, Itália, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Para os propostos deste artigo, trazemos resumidamente aspectos apresentados para comparar com a situação brasileira e local e demonstrar que não se trata de uma questão isolada geograficamente.

Na França, desde 1882, a lei proíbe o ensino religioso nas escolas públicas, assim como símbolos religiosos nos estabelecimentos escolares. Mas a implantação dessa lei foi lenta e gradual prevalecendo durante décadas o ensino direcionado a religiões. Em 2004, foi sancionada uma lei que interditou porte de símbolos e roupas religiosas utilizadas em exagero.

Na Alemanha, a Constituição de 1949 dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, prevendo a dispensa para alunos. Os debates são intensos, mas prevalece e seus programas são elaborados pelas sociedades religiosas – protestante, católica e judaica.

Na Itália, a Constituição de 1948 assegurou a liberdade de crença religiosa, mantendo a separação entre Estado e Igreja Católica. Devido à forte influência desta no ensino religioso prevalece a prática de dispensa de alunos das aulas.

Na Grã-Bretanha, o ensino religioso é obrigatório nas escolas públicas e a lei da reforma educacional de 1988 assegura que a disciplina deve manter a tradição religiosa naquele país que é essencialmente cristã, exige levar em conta outras religiões praticadas.

Entretanto, apesar da diversidade da situação, o contexto internacional, apresenta vastas afinidades com o Brasil e, apesar da presença da religião nas escolas públicas ser uma questão política, ainda encontra-se fortemente arraigada em profundas raízes históricas e culturais. “Mas independente da religião é necessário que estas sejam apresentadas às crianças, pois sem o conhecimento de nenhuma, como elas poderão escolher?” (Rita). Desde que a criança vem ao mundo “as coisas lhe vêm vestidas em linguagem, não em sua nudez física; e esta vestimenta de comunicação que a torna participante nas crenças daqueles que as rodeiam” (ALVES, 1984, p. 22).

A laicidade se tornou um fenômeno político que separa Estado/Religião, observa-se também a queda da religião na sociedade. As pessoas vão se distanciando das normas e regras religiosas. O ensino religioso é mais do que aparenta ser, um componente curricular em escolas, subjacente a ele se oculta uma dialética entre secularização e laicidade. O Estado ao se tornar laico, passa a ser equidistante dos cultos religiosos sem assumir um deles como religião oficial. A laicidade, ao condizer com a liberdade de expressão, de consciência e culto, não pode conviver com um Estado portador de uma confissão. Ao respeitar a todos os cultos e não adotar



nenhum o Estado libera as igrejas de um controle no que toca à especificidade do religioso e se libera do controle (CURY, 2004).

Há que se destacar que em meio a tantos avanços na sociedade contemporânea persiste a resistência com o desconhecido. “É difícil frequentar as aulas de ensino religioso e não estudar a minha religião. Às vezes, eu suporto..., mas não vou mentir, não é toda hora que consigo ver algo estranho, que faça parte da religião das outras pessoas e ficar sem rir e não entendo porque tenho que presenciar isso” (Pedro).

O mundo se constitui a partir da maneira como os humanos se relacionam com aquilo que os circundam. A religião se revela entre outras coisas, por meio da persuasão. Enquanto não se descobre o código que rege o uso dos seus símbolos, o discurso religioso permanecerá como um enigma ou como um equívoco. O novo impulso que as pesquisas na área da religião experimentam, atualmente no Brasil, se deve a uma transformação ideológica e profunda, que implica uma crítica ao ideal de modernização e secularização e na descoberta da contribuição que os oprimidos podem e devem fazer à política. (ALVES, 1984)

Por outro lado, “as aulas de ensino religioso sempre mostraram um despertar crítico, ainda que seja uma ação direcionada, é importante, pois em muitos casos os alunos não terão sequer outra oportunidade a esse despertar”! (Vitor) Diante do mistério, a perplexidade do educador necessita antecipar à do educando para que, possa responder as dúvidas trazidas ou estimular outros questionamentos. Sua síntese centra-se na própria experiência. No entanto, a apropriação da sistematização de experiências permeia a diversidade cultural. (PCN, 2009)

No decorrer das análises percebe-se a necessidade de desenvolver atitudes laicas no espaço escolar onde acontece relacionamentos de respeito, amizade e cordialidade, a fim de contribuir com o aprendizado e não sufocar o desejo do aluno de conhecer. O preconceito existe e se manifesta pela humilhação imposta àquele que é “diferente” (BRASIL, 2004).

Nem sempre os alunos se impõem como sujeitos e permanecem à margem de uma educação laica que tem como ideal, trabalhar com a diversidade religiosa na escola. “Sei que precisamos respeitar todas as crenças, ser tolerante com os outros e entender que a religião é algo importante para cada um de nós, mas infelizmente, não sei se estou fazendo certo.” (Carlos). Existe a consciência sobre a necessidade de respeito às posições do outro. O compromisso pela paz começa no dia a dia, no relacionamento com o próximo, na maneira como se respeita ao semelhante (BRASIL, 2010).



Por fim, depara-se com o argumento de que ser livre e ter o direito de expressar a própria opinião é muito bom “eu escolhi ser católica, não foi meus pais que me ensinaram, escolhi porque gosto, mas isso não quer dizer que todas as pessoas têm ser católicas, só porque eu sou” (Vânia). Os seres humanos não são felizes todo o tempo, mas é possível, amenizar a infelicidade aceitando a si próprio e ao outro como complementares nas diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como propósito reunir registros de alunos nas aulas de ensino religioso, no sentido de avançar no entendimento da laicidade em escola pública, de acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu sentido democrático. Sabe-se que para a efetivação das políticas públicas, depende-se daqueles que as desempenham, não adianta boas políticas, sem quem realmente as realize.

No decorrer do processo procurou-se alcançar elementos no contexto social da escola. Necessariamente, não se teve a intenção de fazer julgamentos, mas entender como se caracterizam o eu e o outro no ambiente educacional laico.

Trata-se de dados relevantes quanto à investigação e compreensão da laicidade no espaço público, onde, muitas vezes, o aluno se sente desmotivado sem saber, o porquê de estudar a crença de seus colegas. Eles parecem entender a necessidade instalada nas escolas de oferecer uma educação laica, sendo esta capaz de respeitar as diversas crenças religiosas, mas ao fazê-lo, depara-se com a complexidade existente em meio ao panorama religioso, alojado nas escolas, desde a época da colonização com a educação jesuítica e a diversidade de crenças com suas múltiplas alternativas na sociedade contemporânea. São momentos de incertezas e angústias vividos na ânsia de encontrar explicações para o desconhecido, mas real no simbolismo de cada sujeito.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem Azevedo. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1984.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.



BARBOSA CUNHA, Clera de Faria. Exclusão escolar: concepção de professores(as) de uma escola pública inclusiva. Dissertação de Mestrado. Barbacena: UNIPAC, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Em nome da Santíssima Trindade Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)> Acesso em 13 de set. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm)> Acesso em 13 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)> acesso em: 11 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)> Acesso em 14 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. A Mesa da Assembleia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contêm. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)> Acesso em: 14 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)> Acesso em: 14 jan. 2014.



\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, 2010. Parecer do Conselho Nacional de Educação. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12992:diretriz-para-a-educacaobasica&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretriz-para-a-educacaobasica&catid=323:orgaos-vinculados)> Acesso em 14 out. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio da. *Ensino religioso nas escolas públicas: a propósito de um seminário internacional*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 97, dez. 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302006000400008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 27, dez. 2004. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782004000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782004000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2011.

FREIRE, Paulo. Política e educação: Ensaio. São Paulo: Cortez. 1993.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MACEDO, Lino de. *Fundamentos para uma educação inclusiva*. 2002. Disponível em:  
<[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_fundamentos\\_para\\_educacao\\_inclusiva.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva.asp)> Acesso em: jan. 2014.



MOREL, Regina Lúcia. *Ciência e estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

ONU, Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: jan. 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. (PCN) *Ensino Religioso*. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis: Vozes: 2005. p. 73-102.



## LA MUJER Y LO SACRO. LA WICCA, EL FLORECER DE LA DIOSA. BRUJA, DEMONIO O VIRGEN

FERREIRO, Patricia de Las Mercedes Rodriguez  
*Mestranda no PPGSD-UFF*  
*delasmercedesrjp@hotmail.com*

### Resumen

El presente trabajo tiene por finalidad el rescate y la búsqueda de lo sagrado femenino a través del culto a la Diosa, la Gran Madre de la Tierra, su aspecto se centra en la práctica de la antigua religión, el arte de la sabiduría o "*Brujería*". El neo paganismo contemporáneo, renace en Inglaterra, después de siglos de persecución, sanción punitiva y genocidio femenino. Sus conocimientos viajaron del mundo sajón al continente Americano, siendo Brasil un importante exponente. La Wicca proclama un renacimiento moderno de un antiguo modo de ver el mundo, donde la mujer es venerada, la sexualidad tiene carácter sagrado, el cuerpo se considera un medio de presencia divina, símbolo de fecundidad, de gozo y unión sexual. A partir del rescate de lo femenino, por medio de un estudio empírico multifocado se busca, la comparación con las religiones patriarcas monoteístas, observando cual es la situación de espiritualidad, corporalidad y veneración femenina.-

**Palabra clave:** Mujer; Sacro; Bruja; Wicca; Demonio.

### Introducción

El **arte** de la **sabiduría** o **brujería** moderna, originada en creencias de prácticas pre-cristianas europeas, cultiva mayoritariamente, la divinidad politeísta, ambos aspectos, son importantes, para la naturaleza, para la creación del Universo, lo femenino y lo masculinos, unidos en la corporalidad de la Diosa y el Dios, representados simbólicamente por la Luna y el Sol, por la Madre Tierra y por el Señor de la Floresta o Dios Conífero.

La tendencia hacia la sexualidad positiva o naturalista, se manifiesta en diferentes ritos, especialmente en los ritos de fertilidad, la Madre Tierra, es la Diosa, quien toma diferentes nombres según la cultura, siendo a veces ella la única representación de ambos polos, la Wicca





es una religión de la naturaleza que contempla lo divino en todas las cosas, la tierra es sagrada porque lo divino está presente en ella.

En ese sentido, la sexualidad femenil se asocia a los ciclos de la naturaleza, sobre todo a la siembra, vinculada como símbolo de fecundidad, principalmente en las antiguas sociedades agrícolas. La sexualidad mujeril tiene un carácter sacro, el culto es ejercido por sacerdotisas, a las que se teme por su poder divino el cual hay que tratar de evitar o de propiciar, según cada cultura o creencia.

Por otro lado, las religiones monoteístas patriarcas, reprimen y niegan el cuerpo de la mujer o lo desprecian, mientras que en el neo paganismo wiccano o religiones matriarcas proclaman el rescate del género, vigorizando la corporalidad y la espiritualidad por medio de la sacralización del culto a la Diosa.

El presente trabajo, busca rescatar los valores femeninos, de la antigua religión de la Gran Diosa, haciendo hincapié en la realidad de la mujer dentro del culto, cuál es su vínculo con la madre tierra, que diferencia se visualiza entre la perspectiva de un culto matrifocal, con un culto patrifocal, donde el género mujeril, abandona su lugar de doncella, sacerdotisa y sabia y se la posiciona como bruja, demonio o virgen, como repercutieron y repercuten estos conceptos valorativos a largo de la historia en la sociedad.

De esta manera, para la construcción de la pesquisa se realizaron diversos trabajos de campo, fotográfico y audiovisual, participando en prácticas y ceremonias de diferentes ritos, festividades, retiros y palestras, en diversos estados de Brasil. En cuanto al levantamiento bibliográfico, fue de difícil hallazgo, pero los seguimientos de distintas investigaciones en Brasil y en el mundo, posibilitaron la cronología en la visualizando de la religión wiccana, llegando a la hipótesis, de la posible vuelta a un matriarcado con valores refundados en la base de las antiguas religiones matrifocales, como también el surgimiento de nuevas tradiciones o coven las cuales refundan, recrean y adaptan sus propias deidades, especialmente femeninas, sacralizando el culto a la Diosa, donde el mundo no es ajeno a este crecimiento.

Además, diversas son las voces que plantean despatriarcalizar, matriarcalizando, como camino de defensa jurídico social de la mujer, con una renovada visión del mundo femenino-masculino, esbozando nuevos paradigmas de autocrítica y reflexión, sobre el nuevo rol de los géneros en la construcción identitaria del sujeto y social de la familia, el sexo, y la



posición de la religión, donde en muchos casos esa contradicción, entra en coalición con esta nueva era, que viene forjando en el mundo entero la reivindicación de la libertad y la igualdad como lucha identitaria en la restructuración de los Estados democráticos, la cual, no es extraña a la sacralidad wiccana, sino que la fagocita y la realimenta, reconociendo que el espíritu está por encima del género humano.

Por otro lado las religiones patriarcas monoteístas posicionan a la mujer desde una absoluta negación a la sexualidad e identidad femenina, la cual es tratada en muchos textos religiosos desde la diabolización, hechicería como prostitución y su condición de profetiza y de enseñanza como un grado de inmoralidad sexual, castigando su sexualidad, privándola de su propia identidad, al punto tal que por el solo hecho de su género femenino continua siendo juzgada en la sociedad.

El marco de fundamentación teórica de la presente investigación se basa en el estudio de las más diversas y antagónicas corrientes ideológicas, partiendo de la teoría del matriarcado de Johann Jakob Bachofen, se realiza un trabajo comparativo con otras voces femeniles y o académicas abarcando el estudio de diferentes disciplinas, que aportan los conocimientos de diversas escuelas feministas como la Teoría Marxista feminista, Social feminista, Radical feminista, Cultural feminista, entre otras, encargadas de la defensa de la mujer desde su libertad, autonomía y emancipación a lo largo de la historia, las cuales contribuyeron a la formación de movimiento sociales femeninos.

Asimismo para una mejor comprensión mitológica, simbólico y ritualista, se retoma la sacralidad de la mujer desde tiempos neolíticos donde su exaltación de veneración la transbordo a los más elevados cargos dentro de la sociedad, siendo ella la verdadera matriarca, guardiana de sus hijos y de la Diosa ancestral, donde el concepto de mujer y sacralidad está íntimamente ligado a la fertilidad de la tierra, donde los cultos agrarios la veneran, para la consonancia de todas las especies de la naturaleza, donde comprender el campo ritualístico, mitológico, simbólico, es la base primaria de la sacralidad de la Diosa, he abordado su estudio desde un concepto amplio de teorización, observando la simbología de las artes rupestres, danzas, donde la reconstrucción académica de las artes más arcaicas han dejado huellas, sobre la evolución de la sexualidad, donde la sacralidad femenil tiene un plano ritual simbólico de alta escala, el cual se ha escondido y cercenado como medio de control social y dominación patriarcal, para la



construcción teórica he citado a los más variados autores desde Casilda Rodríguez Bustos hasta, además he hecho hincapié en los marcos psicológicos femeninos y o simbólicos, aludiendo para su construcción a Freud, Lacan, Jung y Heli Morales, entre otros, a fin de comprender el “goce” o el goce no otro, negado en la sexualidad femenina, que posibilita su manifestación constante de pulsión de vida y muerte, como una rueda kármica que va de los ritos orgásmicos a los aquelarres de brujas del medioevo, hasta llegar a la wicca en la actualidad. Al mismo tiempo, se intenta dejar plasmado los cambios simbólicos producidos por el patriarcado para la desvalorización, y dominación violenta, donde la violencia como método inquisitorial, confesional ha sido el arma utilizada para desposeer a la mujer de su memoria ancestral, que la unían a la tierra, donde las sabias sacerdotisas, poseedoras de una de las “artes más antiguas de la humanidad”, “la brujería” “el chamanismo”, “el herborizo”, “la magia”, entre otras, son perseguidas hasta la actualidad, al igual que muchos de nuestros pueblos originarios, que tienen su sistema de creencias en la Pachamama, la madre tierra, porque no condice con el patriarcado imperante, su sistema de creencia ancestral en consonancia infinita con la naturaleza, estas nociones juegan un papel importante en lo memoria social.

A partir de todos estos análisis, conjuntamente, se intenta abordar, cual es la situación de la mujer en diferente pasajes de textos religiosos, mitos, leyendas, a fin de observar como dicha mitología o normativa religiosa de carácter punitivo, engloba las visiones de mujer, Diosa, Demonio, Bruja o Hechicera, Virgen o Prostituta, Profetisa o Inmoral Sexual, en términos del doctrinario académico **Claude Lévi-Strauss**, fundador del estructuralismo antropológico, quien sostiene que (1992), *“los mitos son los mejores sistemas de codificación, pues son reiterados y perduran en el tiempo por la tradición”*, estos hechos mitológicos no son ajenos a la construcción de la memoria social y siguen vivos en la veneración de la sacralidad, pero levantando la bandera de la libertad de culto y aduciendo que sus palabras son fruto de la divinidad, vulneran en forma reiterada y constante diversos instrumentos Internacionales que sostiene la lucha de la mujer en sus derechos y libertades entre ellos la Convención sobre la Nacionalidad de la Mujer (1933), Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948) Convención Internacional para la represión de trata de personas y la explotación de la prostitución ajena (1951) Convención sobre los Derechos Políticos de las mujer (1952), Declaración sobre la eliminación de la discriminación contra la mujer (1967) Convención



Americana sobre Derechos Humanos, conocida como Pacto de San José de Costa Rica (1969), Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer (1979), las Conferencias Mundiales de la mujer México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) y Beijín (1995); Conferencia Mundial sobre derechos humanos o Conferencia de Viena (1993), Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer “Convención de Belém do Pará” (1994) Pekín; Segunda Conferencia de las Naciones Unidas sobre Asentamientos Humanos (1996) etc.

A modo de conclusión se indaga hacer una reflexión sobre el género femenino, en el mundo religioso, que sacralidad tuvo y tiene tanto para la antigua religión matriarca y resurgimiento de la wicca o moderna brujería como para las religiones patriarcas que imperan en el mundo actual. Asimismo se indaga la importancia de la veneración a los cultos agrarios, creencia wiccana y de muchos pueblos originarios los cuales como guardianes de la tierra siguen resistiendo, pero en forma permanente son usurpados por la fuerza patriarca de imposición de mando que sigue vigente en el mundo actual, eliminando su sistema de culto y su forma de vida que está en consonancia con la madre naturaleza.

### **1. Del Matriarcado al Patriarcado. De la ginococracia a la dictadura fálica.**

*El mito, verdad en la que nadie cree o mentira en la que todos creen.*  
 Cabalcanti Netto

Para poder referirnos a la brujería moderna o wicca, es necesario encumbrar en el arte de la sabiduría, el cual tiene su origen en el neolítico, su exteriorización del mundo, se ve plasmada en las huellas de un pasado, revivido en las más diversas artes prehistóricas, donde hay indicios suficientes, para que este viaje a la semilla, nos revele que el camino de la Diosa está ligado a la veneración de cultos matrifocales, permitiendo al género femenino una ubicación de privilegio con respecto a sus pares, al punto tal que la gobernanza matriarcal imperaba en aquellos viejos tiempos.



Uno de los de primeros juristas en revivir el concepto de matriarcado fue el suizo, Johann Jakob Bachofen<sup>1</sup>, (1815-1887), apasionado por la filología, intento aborda una teoría sobre el origen de la vida física, por medio de la interpretación de los mitos, este manifestaba que en dicha época el reino del “Mutterrecht” o “**derecho materno**” imperaba, donde el **poder o kratos**, era de las **mujeres**, en suma una verdadera **ginococracia**. Para su construcción teórica, siguió los escritos de Plutarco sobre su tratado de Isis e Osiris, su observación es asociada a la imagen de la tierra en Egipto, a través de las artes y mitos que adapto a sus propias interpretaciones: “Para que os povos alcancem a maturidade necessitam de uma mão firme e orientadora que não pode ser outra senão a da mãe (...) as origens da humanidade seriam presididas pelo signo e a supremacia de uma única força: a mulher, a mãe, a terra, símbolo de fertilidade (,,) O princípio feminino que se encarna, no Egipto, na deusa Isis, essa Mãe suprema que não é senão a Terra fértil e o princípio masculino cristalizado na figura de Osiris, irmão e esposos de Isis, identificado com o Nilo, com o poder masculino o fecundante das águas. Destas “duas entidades vitais, uma, a “feminina”, forma, o receptáculo corporal, a “matéria passiva” dos nascimentos”, a que alimenta todas as coisas, o elemento “Telúrico” puro. Enquanto que a outra, a “virilidade fecundante” constitui a energia “humidificante” activa, a semente que gera, o elemento imaterial não corporal, expressão de uma espiritualidade pura (..) é Isis que prevalece sobre Osiris, é a Mãe que impõe a sua lei física e o seu culto, é o seio maternal que “abraça”, envolve, mantém subordinado o “fluido gerador”. - Bachofen *Apud* Stella Georgoudi Roma, Bari, (1990: 570).

El derecho materno o ginococracia, es el poder ejercido por las mujeres, en otras palabras el matriarcado, es el poder de las madres.- Según Stella Georgoudi (1990: 570) al citar a Bachofen, sostiene que la preponderancia de la mujer en el contexto social y familiar, es el reconocimiento exclusivo de la ascendencia materna. La construcción de familias matrifocales

<sup>1</sup>“Para estudiar ese estadio originario de civilización Bachofen recurrió a un material enorme, heterogéneo, impresionante: símbolos y mitos, documentos históricos, literarios y artísticos (la filología, sin interés por las obras de arte, afirma el estudioso, queda como un “esqueleto sin vida”), y también a la etnología, la antropología y la arqueología, citando de manera escrupulosa (y no siempre exacta) sus fuentes. el resultado de su incansable investigación fue la obra monumental *Matriarcado* (1861), de más de mil páginas, con un subtítulo que precisa mejor el tema: *Investigación sobre la ginococracia del mundo antiguo en sus aspectos religiosos y jurídicos*. En esos años, precisamente en 1859, habían salido a la luz otros dos libros revolucionarios, *El origen de las especies*, de Darwin, y *La introducción a la crítica de la economía política*, de Marx”. (Annunziata Rossi Instituto de Investigaciones Filológicas, Universidad Nacional Autónoma de México Acta Poética 30-1 Primavera 2009, 276.-



o em lenguaje antropológico podemos decir que hay filiación matrilineal, (...) associando ao direito de sucessão reservado ás raparigas (...).- A mulher, enquanto réplica humana da terra cerealífera, terra que se reveste de um forte carácter, adquire uma importância ainda maior no contexto mágico-religioso em que se desenvolve a agricultura (...). Bachofen *Apud* Stella Georgoudi (1990: 573)

La teoría del matriarcado de Bachofen adopta la Teoría de la Promiscuidad, donde la paternidad es desconocida, colocando en una posición de poder, a las creadoras de la vida, a las mujeres, la paternidad era desconocida o incierta, mientras que la maternidad estaba documentada en la evidencia del parto” Bachofen *Apud* Rosa Rodríguez H. Lucía Serrano Muñoz (2005: 2:4).-

Es así, como el matriarcado marcaría su impronta tanto en la transmisión de la propiedad como en la descendencia. El Heterismos de Afrodita, se ve en insatisfacción progresivamente debido a la “sexualidad descontrolada”, la cual proporciona, la “derogación del derecho materno” por el “principio divino del padre”; trasformando la materialidad sensualista de afrodita en un materialismo ordenado, que encuentra su imagen en dos importantes instituciones colocadas bajo el signo de Deméter: el casamiento y la vida agrícola, Bachofen lo denomina cerealífero conyugal.

La tierra deja de ser una madre en sentido universal, ilimitado y absoluto, ella debe a partir de ahora su maternidad y fecundidad al contacto de aquellos que pueden labrarla, plantarlas, sembrarla, trabajarla, actos puramente masculinos, quienes finalmente dan el fruto de sus entrañas. Por otro lado la mujer que hasta el momento solo imitaba a la tierra, ahora se torna madre, gracias a la unión exclusiva con el hombre al que debe mantenerse fiel.- Siendo ahora para dicho autor, el casamiento un misterio exclusivo de Deméter, Diosa Madre del Olimpo Griego, deidad de la agricultura, ciclo vivificador de la vida y la muerte, protectora de la ley sagrada y el casamiento al cual le presta fidelidad conyugal.

La teoría del matriarcado de Bachofen, obra tan ignorada, como controversial, sigue generando un replanteamiento crítico, es el punto de partida de la historia académica matriarca, del reconocimiento de una sociedad anterior al patriarcado, donde el poder es ejercido por la mujer, ginococracia, según la filóloga Annunziata Rossicitando (2009:275) sostiene que Bachofen: “...ponía en evidencia y en crisis los presupuestos histórico-ideológicos de la



familia, de la propiedad privada y por ende del patriarcado. De hecho, el descubrimiento de una ginecocracia, de un reino de las madres en los albores de la historia de la humanidad, ponía en tela de juicio la continuidad de la soberanía del derecho paterno, su inamovilidad, y comprobaba así su carácter transitorio. Bachofen compara matriarcado y patriarcado, su enfrentamiento y su alternancia, las diferencias entre las normas de comportamiento de las dos formas de organización social: la primera natural y consuetudinaria, la segunda civil y positiva, escrita. La etapa primordial, bajo el dominio de la mujer, había mantenido la sumisión a la naturaleza, vivida como la Gran madre procreadora y nutritiva, el politeísmo, la veneración de los dioses, de los vínculos sagrados de la sangre y el suelo, el culto de los muertos, la comunidad de los bienes, la igualdad social, la fraternidad universal y, por tanto, la estabilidad y la paz (en esa etapa no se conocieron conflictos internos ni guerras).” Para finalmente concluir con el paso al patriarcado, con énfasis en el sostén normativo del derecho romano, con principios absolutamente opuesto”.

## 2. Nuevas Voces y Miradas Matriarcas del siglo XXI

*El canto es una ceremonia de amor del artista para con el público*

Mercedes Sosa

Las nuevas voces feministas, plantean la reivindicación del género desde una reconstrucción del mirar y del sentir de la mujer, entre ellas podemos citar a Francisca Cano, en España, Madrid (2005:1578) donde por medio del estudio de las más diversas artes, e indagación de otros autores y complemento en otras disciplinas evidencia el culto a la Diosa:

Para la autora, en las sociedades matrilineales estaban vigentes ciertas costumbres, que denota la superior consideración femenina, cabe citar que: (...) La primitiva forma de parentesco era matrilineal: Era la representante femenina de la divinidad, de la cual nace de la mito de la Creación, Ella era la única protagonista y la humanidad se consideraba su obra exclusiva: los seres humanos descendían de una **MADRE ANCESTRAL / MA**. [Parents =





Madre de los Dioses, en latín según Blánquez, Tomo 2 (1988, 1100) (de pario = parir, dar a luz, alumbramiento = partus), de la que deriva parentesco: individuos paridos por una mujer, que evidencia la primitiva descendencia matriarcal en las sociedades matrilineales]. La Diosa Madre daba a luz virginalmente (el hombre no intervenía en la fecundación). Por lo que se invocaba a la Diosa para solicitarle el embarazo, que era la que (se creía) daba Fertilidad a las mujeres (...) este vínculo de productividad divina la colocaba como propietaria de la tierra e agricultora, Cano *Apu* Hawkes y Woolley en (1977, 225) al respecto: *"A la mujer le correspondía el trabajo agrícola dentro de las tareas especializadas propias de las aldeas neolíticas."* Por lo tanto, la sociedad sería matriarca desde sus orígenes, en los períodos más arcaicos de las culturas primitivas y en las prehistóricas de Europa, Asia y América, se representaba a seres humanos femeninos, según (Durán, 2002): *"El valor utilitario se pone de manifiesto (...) en dichas estatuillas el reflejo de la existencia de una sociedad paleolítica, de un régimen gentilicio, matriarcal (...) se les atribuyen (...) carácter mágico, éste llevaría implícito el reconocimiento de una superioridad en el sexo femenino, (...) que obligaba a la práctica de unos cultos, acaso a ofrecerles pequeños sacrificios o a cumplir ciertos ritos."*

Asimismo, se vale del estudio de la antropología, etnografía, astronomía, mitología y la **religión agrícola** en regiones primitivas, recreando situación de adoración a la **"Gran Diosa"** "En la Prehistoria las artistas adoraban mágicamente a la más arcaica divinidad, la **Madre Naturaleza**: (...) "Las inventoras de la Religión Agrícola y del Amor, originalmente en manos de sacerdotisas encargadas de interceder vicariamente ante la Diosa Madre, realizaban rituales, ceremonias sagradas metafóricas mistericas de carácter sexual. En ellos satisfacían su sexualidad con la pretensión mágica de propiciar los fenómenos de los que dependía la fertilidad de la cosecha. En algunos ritos, las participantes pretendían que la Diosa enviara determinado fenómeno adecuado a una precisa fase del proceso agrícola cíclico, manipulándose el corazón (vulvar): bien con la mano a solas, en ritual orgiástico, armadas de objetos fálicos, que revelan su uso durante las sagradas Orgías. O eran compañeras las que se los frotaban. Con ellas simbolizaban ideas metafóricas sobre el hermafroditismo del principio femenino: la Diosa incorporaba los dos géneros. En todo caso, lograban que de sus vulvas corriesen chorros de líquido (cuando aún nuestras ancestras tenían glándulas parauretrales capaces de lanzar fluido durante la eyaculación femenina del orgasmo y que hoy día la mayoría



de las mujeres occidentales tenemos atrofiadas: no nos corremos durante el orgasmo, aunque usemos esa expresión incorrecta para aludir al éxtasis). Con esas ceremonias orgiásticas esperaban propiciar, por traslación mágica, que la Madre Naturaleza las imitara y soltara todo el agua que tenía dentro (el fenómeno de la lluvia caería). Y gracias a ello, las semillas enterradas en el Divino cuerpo (Tierra) germinarían en vegetación y flores, que se convertirían en abundante cosecha de frutos: de cereal, de uvas” (...)

Del mismo modo, cabe destacar, que las mujeres al no tener falo, buscan vivir su sexualidad de diferente manera, en estos ritos orgásmicos, la danza, tiene un rol importante. El goce fálico, en la actualidad, está centrado en el órgano masculino, donde se juega el poder, lo fálico; por otro lado el goce sobre la posición femenina, lo podemos observar a partir del análisis de Jacques Lacan, en su seminario 20<sup>2</sup>, cuando habla “Del Goce” “la mujer no se queda en el goce fálico sino que llega más lejos, a gozar del cuerpo de la mujer, porque de lo que goza es del goce del órgano o el goce del otro, del cuerpo del otro solo lo promueve la infinitud”. El goce del otro? No es el amor. De que se trata entonces el amor? (...) Es el eros tensión hacia el Uno? (...) Hay Uno. (...) El amor es importante, aunque sea recíproco, porque ignora que no es más que el deseo de ser uno, lo cual nos conduce a la imposibilidad de establecer la relación de ellos, de quienes? “Dos sexos”.-El Goce del otro, es amor, no escribo después de terminado, ni amen, ni así sea. El amor, hace señas y es siempre recíproco - Lacan Jaques (1972-1973:2:12). Ese rito de danza y masturbación recíproca, de goce y reconocimiento del cuerpo del otro, era un acto o lazo de amor, de madres a hijas, entre ellas, en el momento mismo, en que la tierra y la luna<sup>3</sup> se encuentran, para la fecundación, para la fertilidad; la tierra con la luna tiene una

<sup>2</sup> Seminarios de Jacques Lacan / Seminario 20. Aún / Clase 1. Del Goce. 21 de Noviembre de 1972, disponible en <http://agapepsicoanalitico.files.wordpress.com/2013/07/lacan-seminario-20-aun.pdf> Jacques Lacan / Los

“(...)” Creí poder responder a alguien, un jurista que tuvo a bien averiguar qué es mi discurso, creí poder responderle —para hacerle sentir cuál es su fundamento, a saber, que el lenguaje no es el ser que habla— que no me sentía fuera de lugar hablando en una facultad de derecho, (..) Me percaté, (...) que mi manera de avanzar estaba constituida por algo que “pertenecía al orden del no quiero saber nada de eso” (..) (..) los códigos ponen de manifiesto que el lenguaje es algo que se mantiene ahí, aparte, constituido en el curso de las épocas, mientras que el ser que habla, lo que llamamos hombres, es una cosa muy distinta. Entonces, empezar por suponerlos en cama (...). No me despegaré hoy de esa cama, y **recordaré al jurista** que, en el fondo, **el derecho habla** de lo que voy a hablarles —**el goce**. (..)

<sup>3</sup> La gravedad de la Luna, atrae el agua de los océanos y provoca las mareas. Las mareas son subidas y bajadas del nivel del mar, varían según las fases lunares. Las mareas más intensas se producen en las fases lunares influyen en la agricultura en la cría de animales domésticos, muchas veces depende de ellas el éxito o fracaso de las siembras, injertos, cosechas, así como evitar peligros en la castración o intervenciones para la cura y el tratamiento de algunas enfermedades que afectan el ganado. En la agricultura ancestral, la observación del sol, la luna y otros



relación filial, la luna rige muchos de los ciclos vitales de las especies; vegetal, animal e humana, desde la concepción hasta el nacimiento, la consonancia con las lunaciones rige la conducta de muchos seres vivos, tanto en la tierra, en el cielo, como en los océanos, esto ponía en evidencia el ciclo de la vida. Por otro lado, se observaban los ciclos menstruales, donde la menstruación acompañaba la fertilización de la tierra, mujeres desnudas salían menstruadas<sup>4</sup> a fertilizar la tierra, la danza y la sexualidad eran fuerza infinita y creadora, trascendiendo lo carnal y sacralizando el acto de fertilidad, en los encuentros nocturnos, la danza, juega un papel de expresión, donde se involucra el cuerpo, la mirada, los sentimientos, las emociones y el ritmo para transmitir, sentir y admirar. Es la danza, una expresión, de las más antiguas que conservamos en la humanidad, a través de ella, nos comunicamos de manera no verbal y reflejando nuestra construcción de la cultura, es el fiel reflejo del tiempo, en diferentes ámbitos como el arte y la religión, el ciclo espiral debía continuar, para una nueva y futura cosecha.-

Casilda Rodrigáñez Bustos, en su libro “pariremos con placer”, deja en evidencia la sexualidad como medio de expresión ritual y de goce que existía entre mujeres, la cual fue desterrada casi de la “pineal” por imposición patriarcal, donde el tabú sexual, el falo como objeto de mando, no solo posibilitaría la atrofia de la sexualidad femenina, sino también la represión de la sexualidad masculina, permitiendo hasta la actualidad la homofobia de aquellos que desean amar a una persona de su mismo género.-

---

astros eran prácticas habituales. Esta observación, junto con la experiencia, son el origen de la sabiduría popular transmitida de generación en generación y que en la práctica actual se ha ido perdiendo. La agricultura biodinámica trata de recobrar esta antigua conexión existente entre las energías del cielo y de la tierra. Para ello podemos encontrar, calendarios lunares biodinámicos que nos orientarán sobre los mejores momentos para la realización de las diversas labores del huerto, dependiendo de las fases lunares, aspectos planetarios, etc.

Alex Torres, Determinar la influencia de la luna en la agricultura, Universidad de Cuenca Facultad de Ciencias Agropecuarias CUENCA – ECUADOR 2012.

<sup>4</sup> Sangre que cura. Muchas civilizaciones antiguas -Egipto, Australia, América- ya sabían de sus bondades y la utilizaban en distintas formas. Pero la ciencia, así como está comprobando saberes ancestrales en muchas materias, ahora dignifica la sangre menstrual con una nueva perspectiva.

Estudios científicos: 1º), Japón: “Las células madre tienen la propiedad de transformarse en cualquier tipo de células del cuerpo, por lo que potencialmente pueden ser utilizadas para reemplazar tejidos u órganos enfermos. [...] Página, recibe tu luna, Medicina científica y sangre menstrual “La proporción de éxito de las células madre extraídas de sangre menstrual es cien veces mayor a la obtenida con células madre extraídas de la médula humana, según Shunichiro Miyoshi, cardiólogo de la Escuela de Medicina de la Universidad de Keio (Japón), y uno de los autores de la investigación. [...] Miyoshi defendió que la sangre menstrual podría utilizarse para hacer acopio de un tipo de células que contienen varios sistemas de HLA (Antígenos de Leucocitos Humanos), claves para el sistema inmunitario.” Agencia Colpisa, “Diario Sur”

Disponible en: [http://elpais.com/diario/2007/11/20/sociedad/1195513217\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2007/11/20/sociedad/1195513217_850215.html)

[http://recibetulunanotas.blogspot.com.br/2012/05/medicina-cientifica-y-sangre-menstrual\\_15.html](http://recibetulunanotas.blogspot.com.br/2012/05/medicina-cientifica-y-sangre-menstrual_15.html)



Paso a citar a la autora, reforzando los conceptos antedichos: “Las danzas del vientre actuales son un vestigio de las danzas sexuales auto eróticas que practicaban las mujeres en la antigüedad, formando corros, de manera colectiva. La misma universalidad de estas danzas femeninas del vientre lleva a la conclusión de que no eran una expresión cultural de tal o cual pueblo, sino la expresión de una sexualidad común y universal, de antes del Tabú del Sexo y de la civilización patriarcal. Las niñas entonces crecían no sólo moviendo la pelvis espontáneamente sin inhibición o censura, sino que eran estimuladas por sus madres, hermanas etc., y los hábitos culturales de buscar el placer haciendo danzas del vientre en corros. Un ejemplo es la danza circular. Palaiakastro, Creta, entre el 1400-1100 a.C

Además, no podemos olvidar los “*aqueelarres*” donde las mujeres, “*brujas*”, adoradoras de la Diosa Diana, Holda, Percht, o Abunda, Diosas de la antigüedad, que representaban simbólicamente, a las religiones agrícolas primitivas, todavía recordaban y seguían su antigua tradición de sacralidad a la gran Madre ancestral, volvían cada luna o sabbat, cada cosecha o nueva estación a la adoración de su culto, a los ritos sagrados orgásmicos, menstruales, a la danza de la hogueras, estos hechos, figuran en los testimonios probatorios de la edad media, los jueces en muchos casos no pecaron de ignorancia, sino que fueron colaboradores de un sistema inquisitorial, confesional, que procedió a extirpar la pineal<sup>5</sup> femenina en términos de Descartes, su alma<sup>6</sup>, su “**memoria ancestral**”, “su poder sacral heredado de la tierra” para la protección de la vida de todas las especies de la naturaleza, se juntaban por la noche del calendario lunar a festejar los nuevos ciclos de cosechas, para bailar alrededor de la hoguera en un verdadero ritual. Sin embargo, se las acusa de orgias nocturnas, diabólicas, metamorfosis animalescas, límite entre lo bestial y lo humano (Gizburg, Carlos 1989:83:87), lo triste es que estos hechos han sido reproducidos como anecdótico a lo largo de

<sup>5</sup> **GLÁNDULA PINEAL: PARA DESCARTES ES LA PARTE MÁS IMPORTANTE DEL CEREBRO PUES EN ELLA LA SANGRE SE CONVIERTE EN “ESPÍRITUS ANIMALES” QUE POSTERIORMENTE SE EXTIENDEN POR TODO LOS NERVIOS. LA PARTE DEL CEREBRO EN DONDE SE SITÚA EL ALMA. EL OJO DE HORUS O TERCER OJO.**

Glándula Pineal del cerebro situada en su base. Actualmente se le da mucha importancia pues produce la hormona melatonina y se la relaciona con la sincronización de diversas funciones del organismo, particularmente las que tienen que ver con los cambios de luz (el día y la noche, el verano y el invierno). Regulador de las funciones internas a través del ciclo luz-oscuridad del medio ambiente.-

<sup>6</sup> A alma, Uno de los conceptos dentro de la de la cosmología religiosa, es la construcción del “alma”, Michelle Perrot, en su libro sobre la historia de las mujeres, replantea el Interrogante, si las mujeres tenemos alma? Esa pregunta rememora la autora, fue el interrogante del Concilio Macon, del año 585. Parece que se trata de un mito, forjado a partir de los siglos XVI e XVII, principalmente por Pierre Bayle, filósofo.-



la historia, desviando el verdadero sentido de la acusación, que permitió que las “trabajadoras agrarias” de la edad media imputadas de delitos inexistentes, se les confiscaran las tierras, pasando al erario de la santa inquisición o algún monarca. En definitiva, encontramos, no solo a la sexualidad como medio de control social, sino también como medio de represión inquisitorial, dando paso a uno de los genocidios y o femicidios más violentos de la historia de la humanidad “la caza de brujas”.

Vemos entonces, que no sólo hay una expresión espontánea de una sexualidad femenina oculta y que ahora se reprime en la infancia invocando en muchos casos tabúes mesiánicos, sino también que ha habido una cultura de la misma, cuyos vestigios han perdurado a lo largo de los milenios de represión patriarcal. La existencia de esta **“otra sexualidad femenina”** nos permite también entender el porqué de la caza de brujas, que se llevó a término masivamente entre los siglos XIV al XVII: como dicen Bárbara Ehrenreichy Deirdre English, ante todo lisa y llanamente sobre ellas pesaba la ‘acusación ‘de poseer una sexualidad femenina. Había que extirpar cualquier vestigio ritual que quedara de esta sexualidad mujeril, porque se sabía y se era consciente de su incompatibilidad con el nuevo orden del “falo santo”, era recordar otra simbología de la madre tierra, otro vínculo con las especies animales y vegetales, un concepto de libertad absolutamente opuestos al sistema confesional de represión inquisitorial, y propiedad feudal, de corte teocrática, era la mujer quién enmarcaba la sacralidad, poseía la tierras, las trabaja, era ella la Gran Matriarca, protectora del poder fecundo de la Gran Diosa, la Gran MA, madre de todas especies, de todos los elementos, la Madre Tierra.

En Alemania, país que disputo el primer puesto en genocidio, hubo aldeas en las que sólo se salvó una mujer. En Toulouse, en un solo día, quemaron a 400 mujeres. A los ojos de la Iglesia, todo el poder de las brujas procedía en última instancia de la sexualidad orgásmica que poseían para ofrecerle a la madre tierra, ejercida por mujeres a las que despectivamente se las denominaba, brujas, demonios o de vírgenes sagradas pasaran a ser desvalorizadas siendo designadas prostitutas. Bustos (2008:33:36).-

Casi la mitad de los 200 procesos por brujería se llevaron a cabo en Alemania por los inquisidores Jacob Sprenger (c. 1436-1495) y Heinrich Kramer alias Institoris (1432-1492). Su obsesiva persecución, logro la oposición de las autoridades civiles y eclesiásticas, pero los inquisidores se quejaron al papa Inocencio VIII, quien expidió la bula Summis desiderantes



affectibus (5 dic. 1484), dándoles el apoyo que necesitaban. El texto es digno de resaltar, ya que esta encíclica entra en detalles sobre la creencia popular, según la cual:

Las brujas, matan al niño en el vientre de su madre, así como los fetos del ganado; sustraen la fertilidad de los campos, malogran las uvas de la viña y las frutas de los árboles; hechizan a los hombres, mujeres, animales de tiro, al ganado y otros animales domésticos; hacen perecer, sofocar y extinguir vides, plantaciones de frutales, prados, pastos, el grano (blada), el trigo y otros cereales; además ...impiden a los hombres engendrar, y a las mujeres concebir, ya que los maridos no pueden conocer a sus mujeres, y las mujeres no pueden recibir a sus maridos.

112

Esta conducta, rechazada por la Iglesia como superstición, se trataba de las creencias del vulgo en la brujería, que venían de la vieja influencia de la antigüedad religión politeísta de los pueblos de la Mesopotamia, y se trasladó a partir de las nuevas creencias monoteístas a Liliht, primera mujer de Adán, especialmente popular en el Zohar donde aparece como la seductora suprema. El rabino Joshua Trachtenberg<sup>7</sup> explica: Como resultado de la leyenda, los Lilith, sus hijos fueron escogidos como los demonios que abrazan a los hombres durmiendo y les enseñan a tener emisiones nocturnas, influido sin duda por el carácter del babilónico Lamassu, y la lamiae y *striga* de folclore griego y romano. La arqueología, alrededor del 300 al 600 d.c. ha descubierto cuencos mágicos arameos, en las poblaciones judías e iraníes de la Mesopotamia, se ponían en las casas, con conjuros especiales que se utilizaron para ayudar a una persona a buscar la protección, de los " demonios, demonias, Liliths, plagas, seres satánicos malo que aparecen, asimismo para la protección de los niños, los nacimientos y partos (..) <sup>8</sup>

Curiosamente, la bula no hace mención a lo que más preocupaba a la Iglesia: las asambleas de brujas. Con el fin de justificar su modo genocida de exterminio ambos, publicaron *Malleus maleficarum*<sup>9</sup>, el cual salió a la luz en Speyer, en 1486, convirtiéndose en un bestseller.

7. Disponible en :

<http://rabbimichaelsamuel.com/2008/06/what-does-the-talmudic-and-kabbalah-have-to-say-about-lilith/>

<sup>8</sup> Pablo A. Torijan. Salomón Liliht y San Jorge: Un ejemplo de reinterpretación mágica en la Antigüedad tardía. Universidad Complutense de Madrid. Página 136.

[http://www.academia.edu/1594087/\\_Salom%C3%B3n\\_Lilith\\_San\\_Jorge\\_y\\_el\\_Drag%C3%B](http://www.academia.edu/1594087/_Salom%C3%B3n_Lilith_San_Jorge_y_el_Drag%C3%B)

<sup>9</sup> .. En vida del autor se reimprimió su libro nada menos que diez veces, y para 1669 habían salido veinticuatro tiradas más. En total se calcula que circularon unos 30.000 ejemplares del libro y con ellos se divulgó también el texto de la bula papal contra las brujas.





Por otro lado, el Dr. Carlo Ginzburg presupone que la Inquisición, tomó parte activa en la persecución de brujas, en forma temprana (Ginzburg 43 ss.); por hechicería comprende rituales mágicos tanto de origen popular como erudito. A diferencia de la brujería, que era un crimen imaginario e irreal, ya que ningún ser humano puede volar o metamorfosearse en forma de animal; la hechicería trata de actos concretos, un crimen, que podía demostrarse empíricamente, pero su simbología, era en definitiva, desterrar un culto agrario, que se rememoraba bajo esta forma ritual con otro vínculo con la tierra. Tanto jueces civiles como eclesiásticos distinguían entre brujería y hechicería. Gustavo Henningsen (2014: 133-152)

Este hecho, que parece aislado en la edad la edad media y en la caza de brujas, tiene su impronta en los viejos pasajes bíblicos del Antiguo Testamento, donde la tradición oral y la impronta imposición religiosa patriarca, lo reproducen como copia fiel de ello, en el mundo anglosajón, decir Jezabel significa infidelidad, depravación sexual y perversidad, para dicho pasaje podemos citar a Geoffrey Parrinder, en su libro *La Bruja*, (1963:149:150) donde sostiene, que dentro de las palabras hebreas para designar a las brujas, cita a Jacobo I, quien referencia las palabras de Samuel a Saúl: “La desobediencia es pecado de brujería o hechicería” Vuelve a vincular la hechicería con la prostitución y la idolatría, en forma de réplica de Jehu a Joram: ¿“Qué paz, con las fornicaciones de Jezabel tu madre y sus muchas hechicerías”? el autor sostiene como la hechicería y la fornicación se vinculan con cultos mágicos de fertilidad de Canaán (...). Además, la Biblia en el Apocalipsis, la presentar como perversión femenina "Sin embargo, tengo contra ti que toleras a la mujer Jezabel, que dice ser profetisa, y enseña y seduce a mis siervos a cometer inmoralidad sexual y a comer lo sacrificado a los ídolos". (cf. Ap 2, 20)

Hablar de esta mujer tan emblemática, merece tiempo de autocrítica y reflexión, Jezabel, era Sacerdotisa, hija del rey Etbaal, de los sidonios (1 Rey 16, 31), princesa fenicia, de origen semítico al igual que las doce tribus de Israel, contrajo matrimonio con Acab<sup>10</sup>, el séptimo rey de Israel, (874-852), fue uno de los reyes más destacado del pueblo judío. A pesar de ello se lo acusa de haber tolerado la convivencia del culto a Baal y de Astarté, posibilitando erigir templos para el ejercicio de su culto, no considerando que su mujer, era sacerdotisa de

<sup>10</sup> Algunos textos religiosos utilizan Ajab o otros Acab.





dichas deidades, y su condición de jerarquía, la colocaba en el posible ejercicio de la divinidad sacral<sup>11</sup>.

Por otro lado se la acusa de haber persiguiendo a los profetas de Yahvé (1 Rey 18,4), especialmente a Elías (1 Rey 19, 2) y apoyando a los profetas de Baal (1 Rey 18,19).

La Biblia Judía ha personificado a Jezabel, los males del “paganismo” social y político, en su lucha contra del yahvismo. La presenta como responsable de las “prostituciones y hechicerías” <sup>12</sup>Para poder comprender esta acusación voy a citar el trabajo de De mujeres y diosas en la religiosidad fenicia y púnica Raquel Rodríguez Muñoz, (2012:143:164) en su trabajo apuntada a las mujeres, dentro de la religión fenicia y púnica, manifiesta que le estaban reservadas principalmente tres prácticas: “la **prostitución sagrada**, el **matrimonio sagrado** y la “**ofrenda**” de la “**virginidad**” en el templo de las mujeres casaderas, todas ellas vinculadas directamente con la fertilidad. Sobre la primera de ellas, la prostitución sagrada, en los últimos años los investigadores suelen negar la realización de esta práctica, entendiéndolo como un recurso literario usado por los escritores greco-latinos para desacreditar las costumbres de estos pueblos próximo-orientales. En cuanto al matrimonio sagrado, ésta se trataba de la unión física entre el rey y la divinidad, la cual era simbolizada por una sacerdotisa. No se trataría de una práctica exclusiva fenicia sino más bien de un comportamiento ritual próximo oriental que únicamente conocemos a través de los textos, como **ofrenda de la virginidad**”.

Lo interesante del trabajo de la autora, es su recabada significación sobre el carácter ritual de la sexualidad en consonancia con ritos de fertilidad, manifiesta, que en el Antiguo Testamento se hace una crítica importante de esta actividad, describiéndose incluso el atuendo de estas mujeres, las cuales vestían, adornos sobre los pecho y en la frente. Por otro lado, en Cartago, algunas inscripciones mencionan a siervas de la divinidad, como congregaciones de prostitutas sagradas. Habitualmente, estas acciones estaban asociadas a determinadas divinidades, como Astarté, diosa de la fertilidad, donde la prostitución o virginidad sagrada era

<sup>11</sup> Raquel Rodríguez Muñoz *Apu* Edward Lipinski En el ámbito occidental, el sacerdocio era ejercicio por las clases elevadas y las autoridades políticas locales que, podían haber ejercido la función de «resucitador de la divinidad» siendo esta hereditaria en muchos casos. (...)..Algunas mujeres vinculadas a la monarquía oriental también tenían cargos relevantes dentro de la religión fenicia, ostentando el papel de sacerdotisa khnt en aquellos cultos asociados a deidades femeninas, como nos ponen de manifiesto algunas inscripciones.(..)

De mujeres y diosas en la religiosidad fenicia y púnica *Feminismo/s* 20, diciembre 2012, pp. 143-164.

<sup>12</sup> Xabier Pikaza, Jezabel Mujer Odiada se puede ver en el “El camino de la palabra” Disponible en: <http://blogs.21rs.es/pikaza/2010/06/08/jezabel-la-mujer-odiada-1/>



realizada como parte del ritual de veneración de la deidad, por muchos de los pueblos de la antigüedad.

### 3. Emergencia Ginecológica, por imposición del falo santo<sup>13</sup>

Para poder comprender, como fue que la Gran Diosa, Madre Tierra fue perdiendo su lugar simbólico, mítico y ritualismo de preminencia, siendo paulatinamente revalorizado nuevos contextos míticos, simbólicos y ritualísticos, es necesario observar, el paso hacia el patriarcado, el cual residiría en la implementación de la agricultura, comenzando, la división de tareas de género, el excedente facilitaría el intercambio, y el comercio, favorecerá el surgimiento de nuevas labores, el artesanato, la religión y el gobierno. (Stearns 2010:28:29).

A medida que el patriarcado avanzo, los varones comenzaron a considerarse criaturas superiores, tenían derechos legales que las mujeres no tenían, pero esos “derechos” eran dados según los “patriarcas”, por “imposición divina”. El **Código de Hammurabi**, a partir del segundo milenio, a.c. el más antiguo instrumento normativo, que se imponía como cuerpo legal, en las culturas del Oriente Antiguo, establecía que “*son los dioses quienes dictan las leyes a los hombres, por eso, las leyes son sagradas.*” En este caso es el dios Samash, el **dios sol, dios de la Justicia**, es quien entrega las leyes al rey Hammurabi de Babilonia (1790-1750a.C.), cave observar, que esa representación esta tallada en forma de “falo” como imposición de mando. La punibilidad contra la mujer, la mujer sacerdotisa y la hechicería, es pasaje de sus artículos los cuales van a comenzar a ser reproducidas con mayor gravedad.



Mucha sociedades agrícolas, impedían que las mujeres pudieran tener la posesión de la tierra en forma independiente, contemplando inclusive la poligamia masculina, (siempre que pudieses sustentarlas), se punía severamente las ofensas sexuales de las mujeres, por ejemplo el “adulterio”, la punibilidad es de destacar, ya que se las **arrojaba al agua**, o se las sometía a la

<sup>13</sup>Estela, del Codigo de Hammurabi, técnica, tallado en piedra de diorita 2,55 m por 55 cm, creado en el año 1760 a.c. por la rey de Babilonia Hammurabi, es uno de los conjuntos de leyes más antiguos, se encuentra en poder del Museo del Louvre, Paris, Francia.



**prueba del rio, pena que también, se impuso en la “edad media en la caza de brujas”,** sumando a la pena, como accesoria o mejor dicho como “principal la pena de confiscación de sus “bienes; de sus campo, de sus tierras”, los cuales pasarían rápidamente al erario patriarca.-

Según Peter NS (2010:31), la diferencia radicaría en la importancia de la sociedad agrícola, el contraste con la caza y la colecta, los hombres sentían la necesidad de controlar la herencia de generaciones futuras y eso comenzó **regulando la sexualidad de las esposas**, este inicio se ira asentando a lo largo de los siglos manifestándose en la actualidad.

#### **4. De los “patriarcas” a la revolución de las Liliths. La primera mujer de Adán, condenada a ser madre demoniaca...<sup>14</sup>**



El texto Génesis 2:18 dice: “Díjose Yahveh Dios: No es bueno que el hombre esté sólo; haré una ayuda semejante a él”<sup>15</sup>. La primera mujer descrita en el Génesis, en el momento en el que Dios creó al Hombre, como hombre y mujer, no es Eva, ella nace más tarde, después del abandono por parte de Liliht a Adán. “Lilith, fue la primera mujer de Adán. Creada absolutamente como un ser igual, erigida del mismo barro o tierra. Ese rasgo de igualdad, alienta el espíritu de libertad que la caracteriza, solicitándole a su compañero invertir las posiciones en la cópula, Lilith, sentía humillación por permanecer siempre por debajo de él en el coito. Actitud que fue desoída por Adán, negándole la igualdad. Lilith no acepta la imposición de subordinación y obediencia, impuesta por Adán, hecho que la motiva a pronunciar el nombre inefable de D-os provocando su ira desbastadora. Con Lilith se refuerza

<sup>14</sup> Capilla Sixtina, enmarcada por Miguel Ángel, en su obra que recrea como su título lo denomina la caída del hombre pecado original y la expulsión del paraíso, diciembre 1508.

<sup>15</sup> Simpatía por el diablo a la manera de presentación del libro de HELI Morales, Otra historia de la sexualidad. Jesús Nava Ver en [http://www.iztacala.unam.mx/errancia/v4/PDFS\\_1/LITORALES8%20ERRANCIA4.pdf](http://www.iztacala.unam.mx/errancia/v4/PDFS_1/LITORALES8%20ERRANCIA4.pdf) Ranero-Biblia, Bober José, Cantera Burgos Francisco, versión crítica sobre los textos hebreo y griego. Biblioteca de autores cristianos Madrid, 1961. pág.31



tradición que consiste en hacer callar o en hacer imposible, cuando no impensable, la insistencia de un goce Otro que Lacan intentó captar mediante la noción del goce del Otro “no-todo”.

Lilith, tuvo la gran osadía de pronunciar el logo, de utilizar la razón para manifestar su descontento sexual, para reclamar, su lugar de igualdad, es así que ante Dios se dirige como portador del bien engendrador de la razón; la razón, luz de Dios, ostentada como garante del bien y del triunfo del bien sobre el mal. Este fue el hecho que encolerizo a Dios, el cuestionamiento femenino en el plano de la igualdad, cuestión que modifíco con Eva, sacándole una costilla Adán, pero tampoco se salvó del castigo divino, por comer del fruto prohibido del Edén, “paraíso punitivo”, ya que él Señor a través de la trampa de prohibición, creo la desobediencia, es ahí, donde nace el “DERECHO” come de todos los frutos y creo el apetito, pero Dios restringió, estableció la norma, “no comas del fruto prohibido”, dando paso a la promulgación del deseo, al placer y al sufrimiento, desapareciendo así el paraíso perdido, pues ya estaba perdido al contener una prohibición, pero Dios omnisciente, continuo: “si comes, ciertamente morirás”, pero ahora aconseja a trasgredir la norma, tentando al misterio de la muerte, marcando su propia omnipotencia frente al mundo que el creo y es mortal, no divino e imperecedero a su imagen y semejanza. A pesar de dichas normativas, el hombre enviciado por el “Uno”, insensible al mandato de Dios, siguió en el paraíso, usando todos los arboles menos ese, un paraíso, que ya no era, como si todavía fuese, como una fuerza residual de lo que deja de ser, pero está ahí latente. Y ahí aparece nuevamente el simbolismo de Liliht, representada como la serpiente “el más astuto de los animales de la tierra” quien fue la única que lo interpreto, si Dios hubiera querido nuestra tranquilidad, el árbol nunca debería haber existido, eliminando de esta forma el camino de la indisciplina, de la prohibición normativa, quebrando así del concepto, lo Uno, ya que quien realiza una acción busca una respuesta y no una abstención, al hablar, esperaba también de nosotros, ser imitadores de una ruptura, como la que el mismo produjo con la inclusión en el paraíso del árbol de fruto prohibido. Lo que Dios dijera tenía que cumplirse, ya sea obedeciendo la normativa, se cumplía el deber de obedecer o desobedeciendo la normativa se cumplía el deber de desobedecer, -la serpiente lo intuía, en forma natural, sin divinidad alguna que le concediera ese poder oculto de la percepción-el bien y el mal tenían que ocurrir, ya que habían sido idealizados, mostrando que los ingenuos van a la letra, los astutos al espíritu, y ahí fue la serpiente astuta, al espíritu, su verdadera fortaleza, fue ella la mejor



intérprete de Dios, hija de la razón nuevamente, Lilith, ahí fue por Eva, por otra mujer, sabía que era su género ahora convertido en serpiente, como Dios había dicho, “el más astuto de los animales de la tierra”. Entonces la persuadió y le pregunto por qué todos los arboles estaban prohibidos. Entonces Eva la corrigió “Solo el fruto del árbol que está en el “medio” del paraíso, Dios nos ordenó que no comiésemos de él”, gracias a esa corrección fue que Eva, cometió el segundo pecado original, de la mujer, DICERNIO, se dio cuenta del énfasis del verbo, con respecto a la ubicación del árbol de la ciencia, del conocimiento, de la sabiduría del bien y del mal, que estaba en el medio del paraíso, y es ahí donde Eva despierta, a partir de su respuesta. Ahí mismo Lilith, vuelve a poner énfasis a su legado “En el momento que comáis se abrirán vuestros ojos y seréis como Dioses, concedores del bien y del mal”, tras esa seducción que caracteriza a Lilith, Eva comió la manzana, la observo apetitosa e inmediatamente la probo su marido, “entonces se les abrieron los ojos y se dieron cuenta que estaban desnudos”. Lilith, la serpiente no los había engañado, la muerte era una abrir y cerrar de ojos y sin duda hacia Adán y Eva “como dioses”, ese concepto de corporalidad de la desnudez es lo que caracteriza el bien y el mal, es ahí donde la vergüenza, a la corporalidad mitológica, se transforma en castigo, que tipifica bíblicamente una conducta mítica, que se transpone a la opresión psicofísica cultural, que continua vigente, inclusive en la actualidad, es hija de la historia del Génesis, pero sigue vivaz en la oralidad de la tradición, en ese derecho consuetudinario, que la sostiene por medio de la veneración del culto.

Así, fue como Dios degradado a la serpiente, su propio instrumento, la volvió a condenar, fue en ese momento que anticipo la ambigüedad del castigo, después proclamada por Cristo, el escándalo, la fofoca, era necesario, ¡Pero pobre de aquel que lo origina! ¡Pobre de aquella que vea un poco más por naturaleza, y lo origina! Peor aún es su castigo, terrenal y divino.

Dios es único poder jurisdiccional para la punición del pecado, que el mismo en su absolutismo divino ha creado. El pecado, solo puedo emanar de él, como poder creador, el pecado original no fue producto de la rebeldía humana, sino la sorprendente prohibición divina. La norma peco, no el desvío, ya que el primer desvío fue la norma, un verdadero escándalo, no fue ni la mujer ni el hombre, el con una sola palabra elaboro el pecado y la prohibición, el destruyo el paraíso, nos había puesto a prueba degustar el bien y el mal, pasando de la teoría divina a la experiencia humana. Dios prohibió creando así la rebeldía en abstracto, para que el



hombre o la mujer servil la realizará en concreto, de esta forma si desobedecíamos cumplíamos, sino habría desacato, si hubiéramos obedecido, era inevitable, que comiéramos el fruto, que solo fue prohibido con el objeto de atraer. Esta filosofía construirá el derecho, el pecado dividió el “Uno”, “la ley/la infracción”, el pecado abrió la alternativa del bien y del mal, la dualidad, la elección, el pensamiento, la responsabilidad, el derecho, el dolor y el yo, y mato a la horda, a la madre tierra, a las guardianas y guardianes de la Diosa. Y el pecado fue palabra, y el verbo principio. Y como el verbo produjo ruptura, el verbo fue un acto, original, de Dios, que nos extirpo de la armonía y libertad del vientre de nuestra madre ancestral. Nos expuso, ya en el Génesis a una filosofía basada en el “deber”, come, en la “facultad”, de todos los frutos, en la “prohibición”, pero no comas de aquel y en la “responsabilidad” si no, morirás:

Deber, Facultad, Prohibición y Responsabilidad, la completa estructura del derecho, que se dinamiza por medio de la infracción que Dios nos obligó a cometer, sin la cual el derecho no se hubiera dinamizado. Enseguida vino el castigo, nueva restricción, generando una mayor infracción, una mayor rebeldía y así se ocasionaría una interminable cadena que garantizaría la controversia y, en consecuencia la supervivencia de lo jurídico.

Y el Génesis fue enseñanza, todo lo que viene de Dios enseña. La enseñanza fue pecado.

El pecado fue el verbo. El verbo fue el derecho, de efectivo origen divino. Y el derecho tal como se ve una inigualable y espectacular contradicción. Cavalcanti Netto (2004 1:55)

Ese equivoco contradictorio del derecho, se impuso normativamente por imposición divina, pero su contradicción es fruto constante de su cadena de controversias infinita, el carácter inquisitorial, punitivo y represivo es lo que lo caracteriza, conservando este concepto de normativa, la violencia femenina es producto de este pecado original, de esta subordinación y trato de inferioridad que coloca a la mujer y la equiparada al demonio y el demonio a lo que engendra el mal; la mujer, se dice, es enemiga de la razón: la esclaviza, la pierde, la borra, la niega, la pervierte, la hace caer. Por ello, para que la obra del hombre portador de la razón pueda ser realizada, el mal, la mujer, y todo aquello que cuestiona la soberanía de la razón, han de ser sometido y controlado. Al afirmar la singularidad de su existencia y decidir vivir conforme a su deseo la mujer establece el mundo cósmico, esto es, produce la gesta de este mundo en el que cada uno por doquier que el goce-Otro-no todo, más allá, le insista, persista en escribir su nombre propio y en vivir conforme a su deseo.





Lilith abierta y expresamente se autoexilia, toma su propio camino; elije el Otro lado de la creación; el exilio como caída, como los ángeles caídos; no la luminosidad del Edén, sino el camino que se nombra mal, el Otro-no todo, el mundo cósmico. La mujer decide realizar la historia incluyendo el cuerpo y asumir el precio de su pagar por ser.

Vivir cuesta y caro, el precio de la libertad es elevado, cuando no la muerte o el destierro a las islas de la segregación y el olvido, la dignidad del autoexilio que resguarda el goce Otro-no todo, de la posición mujer, de la aniquilación diagnosticada en nombre de Dios, la Ley, la Ciencia, la Universidad, el Bien, la Salud, la Normalidad, la Heterosexualidad, la Falocidad, lo vida de sumisión laboral, la Revolución, la Economía de Mercado, el Capitalismo, el Marxismo, la degradación de la naturaleza indiscriminada, la usurpación silenciosa no solo de la tierra, sino también de sus recursos hídricos, la preservación del Patriarcado o cualquier otro imperativo incluyendo el Feminismo de la tenencia fálica y el Otro todo del goce fálico.

Es así, como el maligno, símbolo demoniaco, es aquello que retorna que regresa causado por la ausencia radical del Paraíso perdido, de la búsqueda de la “tierra prometida”, para “todos”, no solo para algunos, de aquello que no cesa de insistir, a través del llamado Otro-no todo del goce femenino; que vuelve una y otra vez, como una rueda kármica, irse al cielo, prenderse, elevarse, venirse, extasiarse, son algunas de las expresiones que intentan decirlo.

“El deseo, se vincula con la ley. Sólo se desea lo prohibido. La ley es en su naturaleza de orden simbólico, es decir, atañe al significante y al lenguaje. El goce operado en el extravío del objeto, tiene que ver con la perdida experimentada en lo real. Más radical: el goce es la erotización de la pérdida. Caída que insiste una y otra vez.”

Es esta otra manera de gozar de la posición mujer, este llamado del goce Otro-no todo femenino, no cesa de insistir y retornar, más allá y por fuera del sistema de significaciones legal, religiosa y científicamente establecido, y a su vez, legal, religiosa y científicamente perfeccionado. Es así como Lilith, vuelve al paraíso perdido, a pesar de haber sido condenada a parir cien hijos demoníacos por día, que saldrían de la vulva del mar rojo "demonios, demonias, Liliths, plagas, seres satánicos malos y todos los torturadores malos que aparecen. (..) Los Liliths eran sino una clase de una taxonomía elaborada de seres espirituales malignos. El carácter sexual agresivo de los lilis y Liliths alertan a Eva, del que el paraíso no es paraíso, por





la prohibición divina del fruto prohibido. Es así como las mujeres brujas de la edad media vuelven una y otra vez a los aquelarres, a las danzas de la hoguera, a pedir fertilidad a las Diosas de la Tierra, es así que Jezabel, princesa cananea, por profesar su sacerdocio pagano, tener autoridad voz y mando, se la arroja al precipicio, se la tira de cabeza, para que no quede en ella, la mínima posibilidad de razón. Estos hechos que parecen mitológicos son conductas de tipificación normativa, en términos de Lévi (1992), **“los mitos son los mejores sistemas de codificación, pues son reiterados y perduran en el tiempo por la tradición”**, lo más fuerte es que estas enseñanzas se repiten como normales como anecdóticas, sin darnos cuenta que **siguen en la oralidad de la tradición realimentando la memoria**, son los relatos, las canciones, las leyendas, las artes, Lévi Strauss (1958) sostiene que el mito alude acontecimiento sucedidos en un pasado remoto, pero su valor intrínseco proviene de que tales acontecimientos, conforman una estructura permanente, referidas también al presente y al futuro. El mito son las narraciones simbólicas de acontecimientos reales o imaginarios, referidos a los orígenes y las transformaciones del mundo y la sociedad. El relato mítico tiene su propia temporalidad, un tiempo arquetípico, fuera del tiempo ordinario. (Eliade 1968).

Es así que este mito vive entre nosotros, no muere, retorna en muchos casos para agujerear el logo, ese goce no otro femenino que insiste, vuelve, no recuerda, pero tiene certeza que algo le han usurpado, está ahí latente, en el inconsciente freudiano, algo imposible de hablar, traducido en placer, un deseo que reaparece, una pulsión, que no puede recordar, que es de orden real, entonces se repite, y vuelve, el inconsciente no resiste, el que resiste es el ego, el inconsciente persiste, es ahí en esa persistencia de placer infinito como la paradoja de Zenón, infinita, vuelve, se reinventa y algo recuerda, silencio, memoria, a inventarse y reinventarse siempre, y siempre en acto, de las derivas del placer del acto amoroso del acto creador y recreador, así se fue forjando la Wicca en Brasil, renace especialmente después de la última dictadura militar, como presagio de los valores que había que recuperar, entre ellos la “Libertad”, es la Diosa que florece, ella los cría, los dispersa por el mundo y el viento los va juntando, la unidad Wiccana, se hace sentir en todo el Continente Sudamericano, sus diez fronteras la acogen, Diana con su inmortal espíritu, siempre reaparece con su simbólica hacha neolítica en el cuello de algún wicciano, que en silencio y orgulloso de su pertenencia la exhiben como verdaderos guardianes Dianicos. La fortaleza de sus miembros es de destacar, orgullosos



de sus orígenes, organizan sus encuentros en forma de retiros en el medio de la naturaleza, van mudando los Estados, para poder compartir, pero nadie falta al encuentro, las enseñanzas de las palestras son infinitas, desde chamanismos guaraní en la favelas de San Pablo, hasta hechizos, astrología, cantos y danzas en búsqueda del animal de poder, reviven desde Diosas Sumerias hasta las Diosas Brasileñas, recordando la belleza de nuestro continente, sus leyendas sobre las Diosas Guaraníes, Héroes e Heroínas, Hadas los han llevado este año a la edición de un libro sobre la Wicca en Brasil y los saberes de la tierra brasilera, reviven al máximos a los guardianes de la tierra a ellos se le rinde culto y respeto como agradecimiento al legado vivido, por el que han luchado y sigue luchando para no perecer. Por otro lado, Liliht levanta su principal bandera, en San Pablo, quien la revive es una Gran Sacerdotisa y guardiana de su sabiduría, es iniciadora de la brujería en Brasil, fundadora de la Iglesia AbraWicca, sus hijos, los Lilihts o lilis, que en este caso se caracteriza por un gran corazón e inteligencia, son fundadores de una nueva generación de paganos, San Pablo se diferencia de Rio de Janeiro, en cuanto a su orden y organización, ya que en Rio los coven están más dispersos, y hay una gran diversidad, Helenísticos, Egipcios, Celtas, Xamánicos entre otros, pero tienen algo en común sus hermosas sacerdotisas, que al igual que las Cananeas, Egipcias y Celtas, adornan, sus cuerpos, cabelleras, sus vestuarios son increíbles, se trasportan a otra época, invocan a las Diosas, relatando sus mitos desde el mirar femenino, pero su mayor contento está en la forma de ejercer el sacerdocio, cada una con su estilo, algunas invocan Afrodita, Isis o a Morgana, a veces la fiesta, el rito o el sabbat, exige que una nueva Diosa sea invocada, pero ninguna de ella olvida a su Consorte, el Señor de la Floresta está presente con su fuerza masculina en todos los eventos, los sacerdotes representan su poder, su fuerza ancestral. Niterói, especialmente San Gonzalo, posee un coven chamánicos, “Xuva Bernal” ritualizan al aires libre, se caracterizan por su unidad familiar, su rasgo ritual más fuerte lo simboliza el tatuaje como arte ritual, primaria y de pasaje, la pintura, las danzas, sus ritos duran casi un fin de semana, es un verdadero rito familiar que convida en forma desinteresada a todas y a todos aquellos que quieran comprende cual es el verdadero camino de la Diosa. Asimismo se organizan para ayuda comunitaria en defensa de la violencia contra el género femenino. Por otro lado en forma libre y soberana, se declara Tijuca tierra de brujas y brujos, el Circulo de Brigantia, también fuertemente consolidado en una familia pagana, abraza a un grupo grande de sacerdotisas, su fuerte artístico está en el



artesanato simbolizando una infinidad de Deidades Antiguas, su actividad académica les abrió las puertas en la Universidad Estadual de Rio de Janeiro, en el Festival de Brighid, para que los jóvenes estudiantes conozca un poco más sobre la religión de la Gran Ma ancestral. Además, la Unión Wicca, en Rio de Janeiro, representa otro espacio de encuentro para los wiccanos, promueve con énfasis la marcha en la orla de Copacabana, contra la intolerancia religiosa, iniciativa para denunciar la creciente persecución sobre los cultos minoritarios. Vestidos con los trajes tradicionales de su fe, líderes de las religiones afro-brasileña, católica, musulmana, judía, espiritista, protestante, budista, baha'i, entre otras, se movilización como acto "fundamental para el crecimiento de la democracia".

Cabe destacar, la persecución que en el mundo entero sigue teniendo la brujería, muchos son los países en África<sup>16</sup>, en el mundo Islámico<sup>17</sup> que ejercen la pena de muerte, por "brujería y hechicería", pero lo que aún es más grave es que este último año a la pena se le suma la confiscación de bienes<sup>18</sup>. Estos hechos nos son ajenos a Sudamérica donde tanto en Bolivia como en Brasil, fueron linchadas el presente año, por los vecinos dos personas, un campesino<sup>19</sup> en Bolivia y una madre de familia en San Pablo Guarujá<sup>20</sup>, muerta a golpes por el vecindario manifestando que realizaba magia negra con niños, esto publicado en la redes sociales, ocasiono un efecto mariposa, quitan dándole la vida a una madre inocente de treinta y tres años. Con lo cual perdura el femicidio, la caza de brujas no ha cesado, el mito sigue fuertemente vivo, presente, debiendo ser tutelada su defensa y no punida por el orden jurídico.

Por otro lado es digno de destacar que la premisa fundamental de la wicca radica en la libertad como expresión de culto, este hecho principalmente heredado de la cultura Celta se ve representado en el rito Handfasting que permite el casamiento o unión de manos con personas de igual sexo o casamientos múltiples, posibilitando la monogamia y la poligamia, según la tradición a la cual pertenezca. La Wicca, proclama un renacimiento moderno de un antiguo

<sup>16</sup> <http://www.telesurtv.net/news/Tanzania-Queman-a-7-personas-acusadas-de-brujeria--20141010-0025.html>

<sup>17</sup> Arabia Saudí (12-12-11) Escandalosa decapitación por "brujería" Amnistía Internacional Disponible en <https://www.es.amnesty.org/temas/pena-de-muerte/noticias-relacionadas/articulo/escandalosa-decapitacion-por-brujeria/>

<sup>18</sup> [HTTP://WWW.PAGINASIEETE.BO/PLANETA/2014/9/10/ESTADO-ISLAMICO-DECAPITA-SIETE-ACUSADOS-BRUJERIA-31772.HTML](http://WWW.PAGINASIEETE.BO/PLANETA/2014/9/10/ESTADO-ISLAMICO-DECAPITA-SIETE-ACUSADOS-BRUJERIA-31772.HTML)

<sup>19</sup> Entierran vivo en Bolivia a un hombre acusado de brujería Etiquetas: *Bolivia, linchamiento, brujería* -<http://diariodepontevedra.galiciae.com/nova/365939-entierran-vivo-bolivia-hombre-acusado-brujeria16/10/2014>

<sup>20</sup> <http://trome.pe/actualidad/brasil-presunta-bruja-fue-asesinada-vecinos-2006638> Ver video Bruja asesinada en Brasil 5 de mayo de 2014.-Trome.pe.-



modo de ver el mundo, donde la sexualidad tiene carácter sagrado, el cuerpo se considera un medio de presencia divina, símbolo de fecundidad, de gozo y unión sexual. El presente culto, coloca al género en condición de igual sin reprimir y castigar la elección de la sexualidad.

El ritual de Handfasting o unión de manos, es una promesa espiritual realizada por un sacerdote o sacerdotisa, ante los Dioses, es un compromiso de unirse con alguien durante un año y un día, al finalizar el plazo, se reanuda el cordón que los une en un segundo ritual de amarre, donde se puede optar renovar los votos por un periodo igual o mayor o simplemente decidir caminos separados. La aceptación a la diversidad sexual, es lo que profesa la religión Wiccana, para ellos el espíritu humano es el que se manifiesta, está por encima del género, las parejas pueden ser heterosexuales u homosexuales, el espíritu es el que habla, no el género.

Este hecho dista enormemente de las políticas de Estado proclamadas por los constituyentes brasileños, quienes en nombre de Dios, los pastores, diputados y senadores de los cultos evangélicos, denegaron la votación al matrimonio igualitario, siendo el Supremo Tribunal Federal de Justicia quien posibilitó dicha normativa. Asimismo en la última campaña electoral, esta misma bancada para su reelección proclama nuevamente la política higienista de la generación del 80 bajo el emblema de “Orden y Progreso”, política que venía siendo encausada como factor de presión al gobierno Federal, lo triste de lo divino es no mirar a la tierra, solo por mirar al cielo, la realidad es que Brasil, y o Rio de Janeiro es nuevamente foco de control social sobre el cuerpo, manifestándose contrarios a la enseñanza sexual en los colegios, sin tener en consideración que el presente Estado exhibe una de los índices más elevados de HIV entre los jóvenes de 18 a 25 años<sup>21</sup>, agravado por una constante emergencia sanitaria donde la falta de médicos acarrea falta de atención en el sistema de salud pública, siendo siempre los que menos tienen los que más lo necesitan.

Como vemos las artes más arcaicas, han dejado a la luz las apetencias sexuales en la antigüedad, sin tabúes, sin castigos, ritos de amor a la tierra, para su prosperidad para su fertilidad, “conciencia y cuidado generacional a la madre tierra por medio del culto”. En definitiva, hablar de sexualidad es hablar de la misma esencia humana donde hombres y

<sup>21</sup> Estavam diante de uma realidade presente na vida de um número crescente de jovens do Estado do Rio, que, segundo os últimos números do Ministério da Saúde, registrou 504 diagnósticos de Aids na população de 15 a 24 anos em 2012, uma taxa de 19,3 novos casos por cem mil habitantes na faixa etária. Ver: <http://oglobo.globo.com/rio/a-ameaca-do-hiv-flor-da-idade-no-estado-do-rio-13396076#ixzz31QQ1Vu1H>



mujeres como parte de la construcción identitaria cultural, definen y redefinen la sociedad dándose nuevas libertades, nuevos concepto y nuevas leyes, *negar la corporalidad, es negar la identidad, la salud en detrimento del espíritu*, es continuar invisibilizando, negando la existencia del otro, del otro no todo de Heli Morales, del goce del otro Lacaniano, del cuerpo del otro, el respeto a la diversidad de culto y expresión en la exteriorización de la sacralidad, debe estar tutelado por los Estados, haciendo principalmente énfasis en el concepto normativo de “libertad de culto”, donde la amplitud del concepto, posibilita en muchos casos la vulneración constante de derechos y garantías amparados en diversas normativas de derecho interno e internacional, donde los cultos minoritario, como la wicca, los cultos afrodescendientes-afrobrasileños, cultos de pueblos los originarios, entre otros, se encuentran en muchos casos perseguidos en el ejercicio de su fe, o lo que aún es peor es que el ejercicio de la fe de algunos, sirva de sustento para la eliminación o exterminación “racial-religiosa” de otros “pueblos o creencias”.-

Continuar con la estructura de un Estado Teocrático o con fuerte control social en bases religiosas, debe encontrar su límite en los derechos humanos, observando al amparo de la ley como muchas de estas decisión legislativa o gubernamentales, son contraria y violatorias a todo tipo de normativa internacional, que por el orden de prelación constitucional están en consonancia con las leyes del Congreso Federal<sup>22</sup>. Los artículos 4 y 5 de la Constitución brasileña de 1988 recogen los tratados internacionales de derechos humanos como elenco de derechos constitucionalmente protegidos. El artículo 4 establece “A Republica Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II. Prevalencia dos direitos humanos” Por su parte, el artículo 5.2 consagra: em el Titulo II, sobre los Derechos y Garantías Fundamentales, la tutela de los Derechos y Deberes Individuales y Colectivos el Art. 5º establece “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

<sup>22</sup>Los tratados internacionales de derechos humanos en el orden interno: la importancia del principio pro homine Humberto Henderson **Apu**: Caçado Trindade, Antônio Augusto, “Direito internacional e direito interno: Sua interação dos direitos humanos”, San José, Costa Rica, 1996. <http://www.dhnet.org.br/direitos>. Versión revisada el 19 de julio de 2004. Piovesan, Flávia, Direitos humanos e o direito constitucional internacional, São Paulo, Max Limonad, 1996, pág.111. Flain dos Santos, Vanessa, “Tratados de direitos humanos e direito interno”, en revista Âmbito Jurídico, 2002. DeOliveira Massuoli, Valerio, “Direitos humanos e relações internacionais: status do tratado internacional na ordem jurídica interna”, en Revista Nacional de Direito e Jurisprudência, vol. 21, 2001, pág. 61



aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; entre otros. Prestigiosos autores consideran que la Constitución confiere naturaleza constitucional a los Pactos Internacionales y que por otra parte, son inmediatamente exigibles en el orden jurídico interno, sin depender de un acto adicional del Poder Legislativo.

A ello cabe agregar principios propios del derecho internacional de los derechos humanos, como el **pro homine**, práctica jurídica internacional de reconocimiento través del artículo 31 de la Convención de Viena que representan otra herramienta con la que pueden contar los tribunales internos. El principio pro homine constituye una significativa normativa hermenéutica de creación nacional e internacional, la invocación y el uso de la norma más protectora son perfectamente aceptados, en la doctrina acerca de la defensa judicial en derechos humanos, debido al objetivo garantista que orienta la materia de aceptación doctrinaria especializada que los jueces no pueden ni deberían recusar. Corresponde al jurista el esfuerzo hermenéutico en pro y defensa de los derechos humanos. Por un lado, invocar los tratados internacionales de derechos humanos en todos aquellos casos en los que sea pertinente ante los tribunales nacionales; y por otro, colaborar con jueces y fiscales, y proporcionar toda la información que sea necesaria para que ellos se familiaricen con estas normas y con los criterios





interpretativos propios de los derechos humanos, sobre todo en materia religiosa, para salvaguardar el respeto y tolerancia de todos los cultos religiosos. Además, son las organizaciones no gubernamentales que trabajan en derechos humanos, quienes deben abogar por el control de la libertad, sexo, raza o religión, amparando la integridad físico-psico-espiritual.

En definitiva todos los seres humanos debemos comenzar a reconocernos en el otro, donde el amor como una ética en relación a la verdad debe ser el fin último de la Justicia, para la armonía de todas las especies de la tierra con el Universo, consonantes con esta Nueva Era.

Por otro lado el reconocimiento y protección de los cultos agrarios, favorece la implementación de una conciencia socio ecologista, que permita la consonancia cosmogónica y cosmológica de todas las especies con la naturaleza, principalmente la humana. Este era el objetivo primario que poseían los pueblos originarios en el mundo, esa armonía, para la preservación de la vida de la madre tierra como una Gran Diosa Madre, sin degradación, sin contaminación, amparando la sabiduría ancestral que poseían y poseen las Sacerdotisas Wiccanas, donde la oralidad de mitos, leyendas, canto, danzas, ritos, tatuajes, símbolos eran parte primordial y son parte de la conservación de esos conocimientos atávicos para todas las especies de la naturaleza, sin distinciones de razas, sexos o tierras prometidas, ya que todas y todos somos hijos de la Diosa, nuestra madre ancestral, la Ma, la Pachamama, nuestra Madre Tierra

## Referencias

ALCÂNTARA, Dalmi. *O catecismo da igreja católica e a construção sociocultural da concepção de mulher*. Universidade Católica de Goiás: Ciências da Religião, 2002.

ARTURO ÁLVAREZ Roldán, Morgan, Lewis H. 1987 [1887]. *La invención de las sociedades primitivas*.

<http://teoriaehistoriaantropologica.blogspot.com.br/2013/03/lewis-h-morgan-la-invencion-de-la.html>

BARCELO, Miguel. *Cosmología y Cosmogonía, Cultura y matemática, matemática y ciencia ficción*. Centro Virtual de divulgación de las matemáticas, Real Sociedad, Española de





matemática.-1de agosto 2005.-  
[http://divulgamat2.ehu.es/divulgamat15/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3521:20-cosmology-cosmogon&catid=64:matemcas-y-ciencia-ficci&directory=67](http://divulgamat2.ehu.es/divulgamat15/index.php?option=com_content&view=article&id=3521:20-cosmology-cosmogon&catid=64:matemcas-y-ciencia-ficci&directory=67)

BARROS, Maria Alvim de. *As deusas, as bruxas e a Igreja*. Brasil Rosa dos Tempos, 2001.

BUSTOS, Casilda Rodríguez. *Pariremos con placer: apuntes sobre la recuperación del útero espástico y la energía sexual femenina*. Edición revisada y ampliada de junio 2008 Anexo: TENDER LAURDIMBRE El parto es una cuestión de Poder I Congreso Internacional de Parto y Nacimiento en Casa Jerez, octubre 2000.

CLAUDIO, CROW QUINTINO. *A religião da Gran Deusa, raízes históricas e sementes filosóficas*, São Paul, Brasil, Editorial, Gai, 2002.

CABALCANTI METTO. *El derecho un Mito*. Editorial Quorum. Buenos Aires 2005.

EVA CANTARELLA. *Pasado próximo: mujeres romanas de Tácita a Sulpicia*. Ediciones Catedra S.A, Madrid, 1997.

FRANCISCA CANO. Costumbres y creencias características de las sociedades matrilineales, reminiscencias del matriarcado. In: *Nómadas*, revista crítica de ciencias jurídicas y sociales, Universidad Complutense de Madrid, España 12/2005/2.-

GEORGOUDI Stella. Bochefen, o matriarcado e a antiguidade: reflexões sobre la Criação de um mito. In: *História das Mulheres no Ocidente: A antiguidade*. Edições Afrontamento tomo I. Direção Pauline Schmitt Pantel, Universidade de Amiens, Georges Duby da academia Francesa Michelle Perrot Profesora da Universidad de Paris VII, Jussieu.-Direção.-Roma, Bari, 1990.-p.

LACAN JQUES, “El seminario 20” 1972-1973, (Jacques Lacan / Los Seminarios de Jacques Lacan / Seminario 20. Del goce, Aun 1972-1973.-)  
 Psicoerotismo femenino y masculino. Barcelona: Kairós, 1992. Del Goce Nota I  
<https://es.scribd.com/doc/188924489/Lacan-Seminario-20-Aun-Paidos-BN>

MANUEL, VELASCO. *Breve Historia de los Celtas*. Ediciones Nowtilus, S.L. Doña Juana I de Castilla 44, 3º C, 28027 Madrid. 2004

ROSA RODRIGUEZ, LUCIA SERRANO MUÑOZ. El concepto del matriarcado: una revisión crítica- Arqueoweb - *Revista sobre Arqueología en Internet* - ISSN: 1139-9201- Dpto. Prehistoria. Sept./dic. 2005.- UCM Página 2-4.-

SIGMUND FREUD. Vigencia de Sigmund Freud, *Salud es poesía -Poesía es salud* N° 8.-  
<http://www.editorialgrupocero.com/>.-



SIGMUND FREUD. *Tótem y Tabú: algunos aspectos comunes entre la vida mental del hombre primitivo y los neuróticos 1912-1913*- Edición libro Bot. Biblioteca Digital-[www.librobot.org](http://www.librobot.org)

JUNG, y el Tarot, Un viaje arquetípico prolongado de Enrique Eskenazi- Sallie Nichols-Editorial Kairos- Barcelona Octubre 2010.

TOBÓN LEÓN ELIZABETH. *Habitus de la mujer errante en sus rutas nómadas por la ciudad de Pereira*-Universidad Tecnológica de Pereira Facultad de Educación, Colombia, Escuela de Ciencias Sociales, Licenciatura en Etnoeducación y Desarrollo Comunitario, página 23, 2008.



## UMBANDA OU UMBANDAS? LEITURA SOBRE A FORMAÇÃO DE UMA ESCOLA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

CARNEIRO, João Luiz

*Professor Doutor do Programa de Teologia da Faculdade de Teologia Umbandista  
joacarneiro@ftu.edu.br*

RIVAS, Maria Elise

130

### RESUMO

A Umbanda possui múltiplas formas de percepção e análise no discurso científico. A proposta deste texto é compreender a umbanda valorizando a prática do *insider*. Muitas são as formas de entender a história umbandista que podem ser enfeixadas em três perspectivas: mito fundante do Caboclo das 7 Encruzilhadas, umbanda como movimento coletivo, e a umbanda como um constructo das décadas de 1920 e 1930. Todas serão discutidas na presente pesquisa.

**Palavras-chave:** Escolas das Religiões Afro-brasileiras, Mito Fundante, Umbanda.

### ABSTRACT

Umbanda has multiple forms of perception and analysis in scientific discourse. The purpose of this text is to understand the Umbanda valuing the practice of insider. There are many ways to understand Umbanda history that can be bundled into three perspectives: the founding myth of the Caboclo 7 Crossroads, Umbanda as a collective movement, and Umbanda as a construct of the 1920s and 1930. All will be discussed in this research.

**Keywords:** Schools of Afro-Brazilian religions, Founding Myth, Umbanda.



Muito se pesquisou sobre o termo umbanda. Mas um autor religioso em especial promoveu uma das melhores buscas nos trabalhos acadêmicos para tal questão. Trata-se de Woodrow Wilson da Matta e Silva<sup>1</sup>, fundador da umbanda esotérica.

Renato Ortiz (1991) reconhece em Matta e Silva o religioso que melhor concatenou de forma racional as ideias religiosas praticadas na umbanda e faz várias citações de sua doutrina como referência para compreender o movimento umbandista no que diz respeito ao ritual e a respectiva cosmovisão<sup>2</sup>. Rivas Neto<sup>3</sup> reconhece em seu mestre o preconizador da teologia que permitira ofertar importantes bases para fundação da Faculdade de Teologia Umbandista.

Sendo assim, a extensa pesquisa de Matta Silva (2004, p. 32-38) sobre o termo umbanda merece ser apresentada em detalhes. O autor foi em Nina Rodrigues, João do Rio, Manoel Querino e em nenhum momento localizou a palavra umbanda como religião. Sua pesquisa continuou com Arthur Ramos, um dos primeiros a localizar o vocábulo em África por meio da pesquisa de Heli Chatelain, e também não foi encontrado o vocábulo como forma de denominar a religião. O mesmo ocorreu ao estudar as obras de Edson Carneiro e Roger Bastide.

A pesquisa de Matta e Silva (2004, p. 37-38) também vai passar por Gonçalves Fernandes, Waldemar Bento, Donald Pierson e Gilberto Freyre. Em nenhum momento o vocábulo umbanda é encontrado nos termos como hoje a umbanda é aceita: o de culto organizado ou mesmo religião. A primazia desse feito se deve, no campo acadêmico, a Procópio Camargo (1961) a partir da década de 1960.

Isso não quer dizer que a inexistência do termo no significado de religião indique uma visão de não existência da prática umbandista. O próprio Matta e Silva (2007) não possuía essa visão.

<sup>1</sup> Woodrow Wilson da Matta e Silva, mais conhecido como W. W. da Matta e Silva ou Mestre Yapacany. Nascido na cidade de Garanhuns em 28 de junho de 1917, foi um dos mais importantes sacerdotes e escritores umbandistas. Fundou a escola de umbanda esotérica, publicou nove livros. O primeiro, “*Umbanda de Todos Nós*” em 1956. Seu último livro escrito foi “*Macumbas e Candomblés na Umbanda*” em 1970. Fundou e dirigiu também seu terreiro denominado “Tenda Umbandista Oriental” (T.U.O.), em Itacuruçá, no estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> “Um problema de escolha se coloca de início: visto que não existe uma classificação espiritual unanimemente aceita pelos teóricos, qual delas utilizar? A resposta pode ser dada facilmente se considerarmos que, apesar da alternância dos elementos no interior das classificações, a estrutura religiosa permanece fundamentalmente a mesma. Isto permite uma certa arbitrariedade na escolha daquela que nos parece ser representativa do pensamento umbandista. À guisa de descrição da organização espiritual, consideraremos a classificação estabelecido por Matta e Silva. A razão desta escolha é que o autor conseguiu, melhor do que outros teóricos religiosos, racionalizar o universo espiritual de forma coerente e profunda. As informações provenientes de outros autores serão consideradas, na medida em que elas esclarecem o quadro teológico da religião” (ORTIZ, 1991, p. 78). O livro que Ortiz utiliza em sua pesquisa é “*Umbanda de Todos Nós*”, edição de 1969 da Freitas Bastos.

<sup>3</sup> Comunicação pessoal



Em 1978, Matta e Silva (2007, p. 21-22) descobre a obra que primeiro falou e descreveu a umbanda no Brasil com conotação de culto ou religião propriamente dita. Mais uma vez a contribuição veio do senso religioso.

E foi do mesmo Leal de Souza, com o mesmo título (...), de sua entrevista citada adiante – “Espiritismo, Magia e as Sete Linhas de Umbanda” –, editado em 1933, com 118 págs., nas antigas oficinas gráficas do Liceu de Artes e Ofícios, na Av. Rio Branco, 174, Rio. Esse “livrinho” de Leal de Souza é uma Coletânea de Artigos, desde “O Mundo Espírita (1925) até o “Diário de Notícias”, de 1932. (...) Foi ainda esse mesmo Leal de Souza quem *PRIMEIRO* formulou um conceito sobre Linhas de Umbanda (desde 1925). Reconheçamos que a Umbanda popular está “grávida” há 53 anos de 7 filhas gêmeas<sup>4</sup> (grifo do autor) (MATT A E SILVA, 2007, p. 21)

Ainda sobre o “início” da Umbanda, Matta e Silva (2007, p. 34) entrevista alguns pais de santos que relatam suas vivências dentro do terreiro anterior a 1908, data associada ao mito fundante da umbanda apoiado por Leal de Souza e que será discorrido mais a frente. O médium Olímpio de Melo, por exemplo, trabalhava com o Caboclo Ogum de Lei desde 1904<sup>5</sup>.

O médium Nicanor, que recebia o caboclo Cobra Coral e o preto-velho pai Jacob desde 1890, realizavam suas sessões afirmando que *“eram no giradô da linha branca de Umbanda nas demandas e na caridade”* (MATT A E SILVA, 2007, p. 34). Sendo assim, faz-se necessário entender algumas possibilidades de compreender a umbanda.

A questão passa a ser: como compreender a umbanda relacionando o termo com a prática do povo de santo? Muitas são as formas que podem ser enfeixadas em três perspectivas: mito fundante do Caboclo das 7 Encruzilhadas, umbanda como movimento coletivo, e a umbanda como um constructo das décadas de 1920 e 1930 (RIVAS e JORGE, 2012, p. 122-123).

Sobre a primeira perspectiva levantada, ou seja, o mito fundante de Zélio e o Caboclo das 7 Encruzilhadas. Esse enredo é mais bem conhecido nas regiões sul e sudeste no país, no que pese a crescente disseminação desse mito por meio das mídias sociais e eletrônicas.

Como forma de ilustrar a ampla aceitação de tal mito, alguns historiadores constataram que: “A data tida como ‘oficial’ do nascimento da Umbanda foi 15 de novembro de 1908,

<sup>4</sup> Cada filha seria um terreiro fundado sob as ordens do Caboclo das 7 Encruzilhadas.

<sup>5</sup> O médium afirmava para Matta e Silva que praticava “a linha de Santo de Umbanda”. Trabalhava com o Caboclo Ogum de Lei, preto-velho de nome Pai Fabrício e com o Exu Rompe-Mato. Ou seja, entidades típicas da prática ritual umbandista (MATT A E SILVA, 2007, p. 34).



quando em uma sessão espírita kardecista, ‘manifestou-se’, pela primeira vez, no Estado do Rio de Janeiro, o Caboclo das 7 Encruzilhadas” (ISAIA, 1999, p. 103).

Não apenas a assimilação do povo de santo foi ampla. Ocorreu um trânsito para a sociedade civil como um todo também. Como registro dessa tendência de naturalização da fundação da umbanda na figura de Zélio, a presidente da república Dilma Rousseff assinou a lei que decreta o Dia Nacional da Umbanda em 15 de novembro, tomando como base tal mito<sup>6</sup>.

Muitos religiosos, acadêmicos e jornalistas discorreram sobre a história da umbanda a partir do Caboclo das 7 Encruzilhadas. Existem pontos comuns desse relato e os mesmos serão abordados agora.

Zélio Fernandino de Moraes possuía apenas 17 anos quando começou a sofrer problemas de saúde física e psíquica. Na época, sua família tentara vários procedimentos médicos e espirituais no catolicismo, porém sem sucesso. Diante disso, foi aconselhada a levar o jovem Zélio à Federação Espírita de Niterói presidida por José de Souza.

Essa ida de Zélio ao centro espírita ocorrera em 15 de novembro de 1908. Uma vez na federação, dentro do culto propriamente dito, o jovem foi convidado para participar da mesa. Subitamente ele sai do recinto. Passado algum tempo, retorna à mesa e coloca uma flor, mais precisamente uma rosa branca, em cima da mesma. Tal atitude gerou certo desconforto nos presentes, mas a atividade mediúnica prosseguiu.

<sup>6</sup> “A presidente Dilma Rousseff assinou, na quarta-feira (16), a Lei 12.644 que decreta o Dia Nacional da Umbanda, a ser comemorado anualmente, em 15 de novembro. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 17 de maio. O documento foi sancionado a partir do Projeto de Lei da Câmara nº 187 de 2010(...) 15 de novembro - A data já consagrada à comemoração da umbanda em diversos municípios brasileiros, refere-se ao ano de 1908, em que o médium Zélio Fernandino de Moraes recebeu, em Niterói, a missão de fundar o novo culto. Zélio foi acometido por uma inexplicável paralisia que os médicos não conseguiam conter, logo em seguida levantou-se normalmente e voltou a caminhar como se nada tivesse acontecido. Na ocasião, um amigo da família sugeriu uma visita a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, onde por meio de uma manifestação espírita de uma entidade denominada Caboclo das Sete Encruzilhadas foi anunciada a fundação de uma nova religião no Brasil” fonte: Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/2012/05/dou-publica-lei-que-decreta-o-dia-nacional-da-umbanda/> Acesso em 07 dez 2012.



Logo após a abertura dos trabalhos, muitos médiuns “incorporaram” espíritos de negros, índios e caboclos. O diretor do culto advertiu de tal prática os médiuns e as entidades<sup>7</sup>. Nesse instante, Zélio entra em transe e incorpora um caboclo, o Caboclo das 7 Encruzilhadas.

O referido caboclo se volta para todos os presentes e questiona a atitude preconceituosa para com os espíritos de negros e índios. Afirma, então, que no dia seguinte estaria na casa do “aparelho”<sup>8</sup> para estabelecer um novo culto. Tal culto seria marcado pela inclusão de todos, incluindo as entidades que sofriam repulsa na mesa kardecista. Justificava que seu nome era “7 Encruzilhadas” porque, para ele, não haveria caminhos fechados.

No dia seguinte, 16 de novembro de 1908, na Rua Floriano Peixoto, número 30, bairro Neves em São Gonçalo (RJ), tal evento mediúnico teria ocorrido com uma assembleia composta por espíritas, curiosos e doentes. A comunidade iniciada por Zélio e Caboclo das 7 Encruzilhadas passaria a ser chamada Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade<sup>9</sup>.

Esse breve relato do mito fundante deve ser respeitado na sua condição apresentada, a mítica. Classificações do tipo “verdadeiro” ou “falso” não cabem. Trata-se de uma questão de fé para quem acredita ou não em tal relato. Contudo, essa abordagem toca a sociedade de lógica escrita. Sendo assim, os locais, registros e informações podem ser averiguados. É sobre este fato histórico-social que a presente pesquisa se interessa na compreensão da aplicação do termo umbanda à prática umbandista.

Zélio de Moraes, que no relato da sua doença, da posterior cura, e da revelação de sua missão especial para fundar uma nova religião chamada Umbanda fornece aquilo que considero um mito de origem da Umbanda. Não posso estar totalmente certa de que Zélio foi o fundador da Umbanda, ou mesmo que a Umbanda tenha tido um único fundador, muito embora o centro de Zélio e aqueles fundados por seus companheiros tenham sido os primeiros que encontrei em todo o Brasil que se identificavam conscientemente como praticantes de Umbanda (BROWN, 1985, p. 10).

<sup>7</sup> Existia com maior força do que hoje certo preconceito de kardecistas no que diz respeito à incorporação de entidades ligadas aos cultos afro-brasileiros. Normalmente, espíritos de índios, mestiços e escravos são encarados como menos evoluídos quando comparados aos espíritos de padres, médicos, freiras e de outras classes sociais que incorporam nos centros kardecistas. Normalmente, os espíritos mais ligados ao culto umbandista são proibidos de se manifestarem. Quando quebram o interdito, tendem a ser “doutrinados” pelos dirigentes da sessão espírita nas sessões típicas de desobsessão.

<sup>8</sup> Jargão religioso que se refere ao médium que a entidade incorpora.

<sup>9</sup> O referido terreiro existe ainda nos dias de hoje, mais precisamente em Boca do Mato, em Cachoeiras de Macacu (RJ), muito próximo ao ilê do falecido babalorixá e professor renomado José Flávio Pessoa de Barros.





Nas palavras de Brown, a importância de Zélio de Moraes é grande, mas não ao ponto de ser considerado fundador da umbanda. Seja pela característica plural dessa religião, seja pela falta de evidências mais fortes. Pelo contrário, a pesquisa histórica a nega. Sobre o último aspecto, Oliveira (2007) teceu os seguintes comentários:

Entretanto, consultando o Livro de Atas nº. 1 desta instituição<sup>10</sup>, constata-se que o cargo era ocupado por Eugênio Olímpio de Souza. E mais, não consta o nome de nenhum José de Souza entre os membros da diretoria e muito menos na relação de associados<sup>11</sup>. Tampouco consta no referido livro de atas a realização de reunião naquela data. Segundo informações prestadas pela Diretora de Divulgação da Federação Espírita de Niterói (atual Instituto Espírita Bezerra de Menezes), Yeda Hungria, na ocasião a Federação ainda não dispunha de sede própria, ocupando uma sala na Rua da Conceição – Centro de Niterói –; portanto, não haveria condições do jovem Zélio buscar rapidamente uma flor para enfeitar a mesa (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

A abordagem de Oliveira é considerada por Maria Elise Rivas e Érica Jorge (2012, p. 123) com maior proximidade não desse mito fundante, mas do segundo momento do recorte da presente pesquisa, ou seja, a umbanda como um processo coletivo.

Devo ressaltar também que o Caboclo das Sete Encruzilhadas não era um espírito qualquer, segundo o mito, ele fora o padre jesuíta Gabriel Malagrida em reencarnações anteriores. A presença do Catolicismo no mito da “anunciação” da Umbanda pode ser observada também num quadro onde fora pintado mediunicamente a imagem do Caboclo das Sete Encruzilhadas. A pintura apresenta um indígena no primeiro plano, tendo no plano intermediário um mastro com a bandeira do Brasil tremulando e logo adiante sete caminhos unidos a um único ponto de origem e, no plano de fundo, há elementos relativos à natureza do nosso país<sup>12</sup>. O quadro é simbolicamente riquíssimo, permitindo inúmeras interpretações. O que nos interessa aqui, entretanto, são os sete caminhos<sup>13</sup> que o caboclo tem para percorrer no sentido de propagar a Umbanda. A união destes caminhos, a encruzilhada,

<sup>10</sup> Federação Espírita de Niterói

<sup>11</sup> Na história colhida do Zélio, o presidente seria o senhor José de Souza, que nunca fora associado oficialmente à Federação Espírita de Niterói.

<sup>12</sup> Oliveira (2007, p. 109) faz menção a um quadro que teria sido uma pintura “mediúnica” retratando o Caboclo das 7 Encruzilhadas, cujo autor é o médium vidente Jurandy, no ano de 1949. Ou seja, Oliveira argumenta uma proposta de interpretação do mito de fundação tomando como base a percepção imagética de um adepto no final da década de 1940. Aliás, bem distante da hipotética data de fundação da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade. Sobre o quadro em questão, cf. Adendo, item I.

<sup>13</sup> Os sete caminhos estão ligados às sete encruzilhadas. O motivo do nome do Caboclo ser esse e não outro, fora dado no próprio mito: para o caboclo, não haveria caminhos fechados. Aliás, uma resposta muito mais próxima ao jargão umbandista do que associar as sete encruzilhadas com os sete dons do espírito santo propugnado pela doutrina católica.



lembra-nos a praça de muitas igrejas do interior, que oferece aos fiéis sete opções de trajetos para chegar até o templo. Estes caminhos fazem referência aos sete dons do Espírito Santo: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor, cujos valores, são procurados no culto ao Divino Espírito Santo. A análise desta simbologia nos sugere a interpretação de que o Caboclo das Sete Encruzilhadas seria a manifestação de um “espírito santo”, talvez um anjo, que viria “anunciar” o início de uma religião que falaria aos humildes. Portanto, totalmente distante das interpretações que qualificavam as entidades da Umbanda como demoníacas (OLIVEIRA, 2007, p. 109)

No trabalho de Oliveira (2007) existe um “rebaixamento” do mito fundante de Zélio para a condição de “anunciador” da umbanda. Para sustentar tal movimento teórico, realiza paralelos com o catolicismo que estão mais próximos de uma invenção acadêmica com influências de dogmas católicos do que uma *práxis* religiosa umbandista. Inclusive a inexistência dessa relação com a prática se dá também por dentro da vida templária dos seguidores de Zélio, ou seja, daqueles que estão mais próximos das influências católicas.

Retomando os fatos que ensejaram a construção do mito fundante, os registros em livros de Leal de Souza (MATTA E SILVA, 2007) já evocados, bem como o advento de inúmeras instituições umbandistas no cenário carioca e fluminense no início do século XX, não permitem admitir uma percepção tardia do senso religioso sobre a história de Zélio Fernandino de Moraes.

Um caso típico é a primeira federação umbandista que se tem registro, a União Espiritista de Umbanda do Brasil – UEUB (BIRMAN, 1985, p. 87). Segundo seus atuais dirigentes foi fundada em 26 de agosto de 1939 e mantém sua sede funcionando até os dias de hoje na Rua Conselheiro Agostinho 52, Todos os Santos – Rio de Janeiro (RJ).

Todavia, Giumbelli (2002) ao analisar o mito fundante propriamente dito, o considera uma construção tardia. Ele lembra que textos acadêmicos e umbandistas em escala que colocam a posição privilegiada de Zélio Fernandino de Moraes como fundador, ou, pelo menos, pioneiro da umbanda são da década de 60. O volume aumenta justamente depois do falecimento do médium na década de 70 (GIUMBELLI, 2002, p. 189). Na vasta pesquisa em jornais religiosos, instituições e eventos de igual caráter, o nome de Zélio vai aparecer, mas certamente distante da ideia de fundador da religião de Umbanda (GIUMBELLI, 2002, p. 194).



Ainda sobre o mito fundante, é interessante observar o discurso do nativo, ou seja, dos próprios dirigentes da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade. Maria Elise Rivas (2008) consegue acessar registros de vídeo onde Rivas Neto entrevista Zélia e Zilméa de Moraes – filhas carnais de Zélio – que, quando em vida, foram também as dirigentes da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade. As próprias filhas reconhecem que Zélio teria recorrido à umbanda antes de iniciar o seu próprio culto.

Zélia:-“O meu avô era espírita, mas espírita kardecista, então o meu pai ficava com ele naquela mesa. O senhor sabe o que é uma mesa kardecista? Mas, o meu pai ficou doente e teve que recorrer a umbanda, porque era uma doença mais espiritual, mas meu avô não aceitava... nem aceitava os caboclos. Tanto é que eles recebiam os caboclos na mesa, não queriam que os caboclos levantassem. Até que viram a caridade que os caboclos faziam”.

Pai Rivas:- “Me desculpe, mas como assim recorreu a umbanda?”

Zélia:- “A uma rezadeira. Ele recorreu a uma rezadeira. Cândida! Uma preta. Ela não tinha centro, não tinha nada, trabalhava num quarto. Trabalhava com uma entidade chamada tio Antonio. Nós achamos que aquilo era uma manifestação da umbanda. Aquele bem, aquela caridade que ele prestava. O chefe (caboclo das Sete Encruzilhadas) baixou no meu pai quando ele já estava bom e, marcou a data da fundação da Tenda Nossa Senhora da Piedade.” (RIVAS, 2008, p. 13).

As evidências e argumentos dos acadêmicos e *insiders* apresentados afastam a ideia de que Zélio Fernandino de Moraes teria fundado “a” umbanda, mas sim “uma” umbanda. Fazendo uso do aparato teórico aqui exposto, certamente é possível afirmar que Zélio fundou uma de suas escolas, a “umbanda branca”<sup>14</sup>, com fortes influências do catolicismo<sup>15</sup> e do espiritismo<sup>16</sup>. Sobre essa percepção de Zélio com a umbanda branca, Patrícia Birman (1983) argumenta que o referido médium pertencia à memória apenas desse seguimento.

O segundo momento onde a prática umbandista pode ser encontrada, compreende que a umbanda não surgiu a partir de uma única pessoa ou grupo, mas um movimento realmente coletivo. Essa construção coletiva pulula em vários estados do Brasil, em datas diferentes e vai se concentrar na região sudeste a partir dos rituais denominados macumbas.

<sup>14</sup> Também conhecida como umbanda cristã.

<sup>15</sup> O nome da tenda e o importante papel dos santos e santas católicas em sua liturgia.

<sup>16</sup> A origem religiosa de sua família e da maioria dos médiuns que formaram o seu grupo religioso acabaram por determinar muitas das práticas e crenças. A influência dos livros e da cosmovisão espírita está expresso até na ata de fundação da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade.



Rivas Neto (2012, p. 49) compreende o mito de fundação da umbanda dispensável e se fosse necessário pensar em um “início” da religião, ele certamente seria marcado pelo coletivo. Como, aliás, é a realidade de terreiro: só faz sentido em comunidade. Maria Elise Rivas e Érica Jorge defendem que por volta de 1720 já havia um culto sincretizado de elementos africanos, ameríndios e indo-europeus com vários elementos que remetem à umbanda, por exemplo: curas espirituais, adivinhações, presença de espíritos, danças e toques (RIVAS e JORGE, 2012, p. 123).

Maria Elise Rivas (2008) evoca dois personagens históricos que expressam tal característica umbandista antes de 1908. O primeiro, Juca Rosa<sup>17</sup>. Antes de se tornar um “feiticeiro” famoso, era alfaiate. Trabalhava com a entidade Pai Quibombo desde 1865 (RIVAS, 2008, p. 78).

Segundo João Maria da Conceição, testemunha do que Juca Rosa fazia, ele exercia a feitiçaria pelo menos desde 1861 (SAMPAIO, 2000, p.124). Juca Rosa “recebia espíritos em seu corpo (...) e então passava agir como Pai Quibombo, e não mais como José Sebastião da Rosa” (SAMPAIO, 2000, p.189). As influências africanas no culto são evidentes. Quando não estava incorporado com Pai Quibombo, estava com Pai Vencedor ou Pai Zuza, alusão direta aos pretos-velhos.

Em sua rito-liturgia havia a presença de um altar, segundo Sampaio (2000), parecido com um oratório, revestido de uma colcha e coberto por renda. Maria Elise Rivas (2008, p. 79) lembra que em 1865 o candomblé de caboclo ainda não existia. Ou seja, a prática de Juca Rosa não era candomblé de caboclo, esta muito mais próxima com a macumba, um princípio de umbanda.

O segundo personagem evocado por Maria Elise Rivas (2008, p. 87-88) está situado em Sorocaba. João de Camargo, no final do século XIX, se envolveu com o espiritismo, cristianismo de forma muito peculiar. Além disso, as influências indígenas também foram presentes em sua vida pessoal e religiosa (ADOLFO FRIOLI e FRIOLI, 1999).

Contudo, a influência cristã era predominante. Ao fundar sua casa de oração, a Capela do Bom Jesus da Água Vermelha em 1906, alguns elementos da igreja tornam-se importantes, pois facilitam a compreensão de sua prática religiosa (ADOLFO FRIOLI e FRIOLI, 1999).

<sup>17</sup> Sobre a história de Juca Rosa, os relatos da teóloga se baseiam em (SAMPAIO, 2000).



O altar principal continha imagens católicas: Senhor Bom Jesus do Bonfim, Menino Jesus de Praga e Nossa Senhora da Ponte. Até o altar, uma profusão de fotografias ficava fixada nas paredes. Outras imagens cultuadas no panteão africano e brasileiro como “índios e caboclos” também estavam presentes. Esse sincretismo imagético é característico dos cultos umbandistas (ADOLFO FRIOLI e FRIOLI, 1999).

Outros importantes cientistas, tanto sociais como da religião, apresentam argumentos que falarão a favor desta segunda corrente, ou seja, uma reconstrução coletiva da umbanda.

Ainda ao tempo das reportagens de João do Rio, os cultos de origem africana do Rio de Janeiro chamavam-se, coletivamente, *candomblés*, como na Bahia, reconhecendo-se, contudo, duas seções principais – os *orixás* e os *alufás*, ou seja, os cultos nagôs e os cultos muçulmanos (*malês*) trazidos pelos escravos. Mais tarde, o termo genérico passou a ser *macumba*, substituído, recentemente, por *Umbanda* (grifo do autor) (CARNEIRO, 2008, p. 139).

Esse excerto, originalmente escrito por Edson Carneiro em 1960, oferta pistas de como a umbanda vai se formando de diversas maneiras. Nessa abordagem, a umbanda vem das práticas de candomblé, provavelmente, banta<sup>18</sup> (RAMOS, 2003, p. 85-113). Afinal, é essa nação que está mais propensa ao sincretismo e possui grande influência na consolidação das macumbas cariocas.

No mesmo texto, compreende as divindades da umbanda em três grandes grupos: orixás nagôs, caboclos e os *cacarucai* (pretos-velhos). Esses últimos componentes da chamada linha das almas (CARNEIRO, 2008, p. 140). Os mesmos elementos encontrados na prática ritual de Juca Rosa e João de Camargo.

A terceira perspectiva entende a umbanda nascendo entre 1920 e 1930. Tal percepção se deve em muito ao fato de que ela não está dissociada com a mudança de certas posturas de espíritas da classe média da região sul-sudeste (SILVA, 2005, p. 106). Essa abordagem é a mais aceita pelas ciências sociais.

Renato Ortiz (1991), para compreender a umbanda, lança mão do contexto sócio econômico do Brasil. Ele se posiciona na década de 30, quando Getúlio Vargas toma o poder e, de certa maneira, divide a história brasileira.

<sup>18</sup> Opinião compartilhada por Malandrino (2008).



Essa divisão está muito relacionada com a saída da centralidade econômica da sociedade agrícola, para a entrada da urbanização, industrialização, enfim das sociedades classistas. Essas mudanças vão produzir claras alterações no sistema político. Nasce uma nova ordem social (ORTIZ, 1991, p. 32).

Diana Brown (1985, p. 9) vai situar o início da umbanda em meados da década de 20, como iniciativa clara dos espíritas de classe média que incorporaram parte das práticas das religiões afro-brasileiras. Mas, a autora também procura trabalhar o viés aqui colocado. “Os primeiros passos da Umbanda coincidiram estreitamente com a subida de Vargas ao poder em 1930. (...) A fundação da Umbanda fez parte dessas relações de classe urbanas em processo de mudança” (BROWN, 1985, p. 12-13)

O terceiro momento de compreensão da umbanda está mais interessado não nas raízes do macumbeiro, mas como essa camada da sociedade urbana, notadamente no eixo Rio-São Paulo, reinterpretou a prática da macumba, preocupada com a constituição de uma religião “genuinamente”<sup>19</sup> brasileira.

Ortiz (1991, p. 33) vai além. Mas do que conservar parte das tradições afro-brasileiras, como esse processo de reinterpretação foi necessário para sobrevivência, culminando com normalizações e codificações por parte dos intelectuais umbandistas. O argumento de Ortiz tem fundamento.

A realização dos congressos de umbanda por parte de seus adeptos no Rio de Janeiro, de fato, possuía o interesse de codificar a umbanda. No século XX foram três. O primeiro em 1941, o segundo em 1961 e o terceiro em 1973. Por exemplo, no primeiro congresso foi registrado como sua principal preocupação etnocêntrica:

Fundada a Federação Espírita de Umbanda há cerca de dois anos, o seu primeiro trabalho consistiu na preparação deste Congresso, precisamente para nele se estudar, debater e codificar esta empolgante modalidade de trabalho espiritual, afim de varrer de uma vez o que por aí se praticava com o nome de Espiritismo de Umbanda, e que no nível de civilização a que atingimos não tem mais razão de ser (ANON, 1942).

<sup>19</sup> Para essas umbandas praticadas no eixo Rio-São Paulo a partir da década de 1920 fica um tanto contraditório afirmar serem de prática genuinamente brasileira quando estão preocupados e calcados em releituras constantes do espiritismo de Allan Kardec, francês. Lembrando que o kardecismo só floresceu no Brasil, e rapidamente distanciou-se das raízes francesas.





Essa tentativa de codificação passou por estratégias diferentes, “a versão que predominou no 1º Congresso localizava as referências originais da umbanda nas tradições místicas orientais; já no 2º Congresso, a tese hegemônica deslocou o foco para a África” (GIUMBELLI, 2002, p. 195).

A maior aceitação da umbanda na sociedade, especificamente os setores mais abastados, ocorre na leitura de Birman (1985, p. 87) por uma aproximação dos modelos de religiões tradicionais. A constituição de federações de umbanda vai ao encontro dessa constatação.

Com efeito, percebemos um triplo movimento por parte das federações: Primeiro, em aceitando os critérios das elites dominantes, aceitam o combate aos curandeiros tentando provar simultaneamente que não se encontram entre estes. Segundo, este processo de distinção faz parte da própria constituição do campo umbandista, ou seja, como critério utilizado internamente pra classificar múltiplos movimentos de concorrência entre os diferentes grupos na luta por melhores posições no campo religioso. E terceiro, as federações passam a se constituir como instâncias que negociam politicamente com a sociedade o lugar de cada terreiro em particular (como religião ou como “caso de polícia”), ou seja, se transformam nos *mediadores* políticos que atuam no espaço de negociação existente em torno da liberdade de cultos. (grifo da autora) (BIRMAN, 1985, p. 91)

Essa modelagem política da federação abriu portas para o senso comum mudar sua opinião da umbanda como baixo espiritismo, marcando espaço na esfera pública de forma indelével. Mas o preço a ser pago não foi muito caro?

Até que ponto essas federações não foram tanto ou mais preconceituosas quanto os primeiros pesquisadores das religiões afro-brasileiras? Para garantir a legitimidade social fora preciso excluir importantes grupos umbandistas (praticantes da umbanda omolocô, macumbas várias, entre outros). Com o agravante de serem eles mesmos, os dirigentes, religiosos e historicamente situados num momento em que este tipo de preconceito era ainda mais inaceitável.

Talvez a própria história tenha dado a resposta. O modelo de federação nesse segmento religioso fracassou. Sua falência incorreu em uma mínima, para não dizer quase nenhuma, importância para os terreiros umbandistas hodiernos. Mesmo para os praticantes da umbanda branca.





O termo recorrente usado pelo *insider* no passado de “espiritismo de umbanda” e que fora registrado em inúmeras pesquisas<sup>20</sup> reforça que essa leitura de umbanda é específica de uma escola, tal e qual o primeiro momento que tratou o mito fundante. Trata-se da escola de umbanda branca.

O argumento se justifica quando é evocada, por exemplo, a umbanda traçada<sup>21</sup>. Essa escola umbandista está muito mais próxima das macumbas não influenciadas pelo espiritismo e, sendo assim, as análises feitas por Patrícia Birman, Diana Brown, Renato Ortiz e Vagner Gonçalves das Silva sobre umbanda não caberiam para essa modalidade de umbanda.

Sendo assim, essa leitura ensejada pelo terceiro momento da pesquisa é importante para um setor umbandista. Não pode ser ampliado para toda e qualquer escola umbandista.

### Referências Bibliográficas

Anônimo. *Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda*. Rio de Janeiro: Federação Espírita de Umbanda, 1942.

ADOLFO FRIOLI, Campos; FRIOLI, Carlos de Campos. *João de Camargo de Sorocaba o Nascimento de uma Religião*. São Paulo: SENAC SP, 1999.

BIRMAN, Patrícia. *O que é umbanda*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Registrado em Cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda* In: BROWN, Diana, NEGRÃO, Lísias etc al (orgs). *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. In: BROWN, Diana, NEGRÃO, Lísias etc al (orgs). *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.

CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2008.

CARNEIRO, João. *Religiões afro-brasileiras: uma construção teológica*. Petrópolis: Vozes, 2014.

<sup>20</sup> Por exemplo, “lembramos que a Umbanda na década de 20 e 30 se autorepresentava como um **segmento do espiritismo** kardecista.”Umbandista era uma qualificação do substantivo “espírita” (grifo da autora) (BIRMAN, 1985, p. 87)

<sup>21</sup> Também conhecida como umbanda mista.



GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: Vagner Gonçalves da Silva. (Org.). *Caminhos da Alma*. São Paulo: Selo Negro, 2002.

ISAIA, Artur Cesar. Ordenar Progredindo: a obra dos intelectuais da Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. *Anos Noventa*. 5(11):97-120, Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MATTA E SILVA, Woodrow Wilson. *Umbanda de Todos Nós*. São Paulo: Ícone, 2004.

\_\_\_\_\_. *Umbanda e o poder da mediunidade*. São Paulo: Ícone, 2007.

143

OLIVEIRA, José Henrique da Motta. *Entre a macumba e o espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado da UFRJ-RJ. 2007.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2003.

RIVAS, Maria Elise. *Teologia usa saias? Mulheres na teologia: da exclusão à profissionalização*. Dissertação de Mestrado da PUC-SP. 2014.

\_\_\_\_\_. *Mito de origem uma revisão do ethos umbandista no discurso histórico*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Teologia Umbandista, FTU, São Paulo, 2008.

RIVAS, Maria Elise. JORGE, Érica. F. C. Por uma interpretação dos dados do censo 2010: da repressão ao movimento umbandista atual. *Revista Identidade!* v. 17, São Leopoldo: EST, 2012.

RIVAS NETO, Francisco. *Escolas das Religiões Afro-brasileiras: Tradição Oral e Diversidade*. São Paulo: Arché, 2012.

SAMPAIO, Gabriela do Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa/ culturas e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2000

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O candomblé no Brasil – A tradição oral diante do saber escrito*. *Studia africana*. Barcelona: febrer, 1993.

\_\_\_\_\_. *Candomblé e Umbanda: Caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2005.



## RELAÇÕES DE PODER NO ENSINO RELIGIOSO: ASPECTOS JURÍDICOS, POLÍTICOS E HISTÓRICOS

ROCHA, Marcos Porto Freitas da  
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio – PPGLCH/UNIGRANRIO*  
*porto.marcos@gmail.com*

ROCHA, José Geraldo da  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio – PPGLCH/UNIGRANRIO*  
*rochageraldo@hotmail.com*

144

### RESUMO

O artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa de Mestrado em andamento: *Discriminação e Intolerância Religiosa: Desafios ao Ensino Religioso*, nele se descreve um breve histórico das correlações de poder envolvidas na implantação do Ensino Religioso, ER, no Brasil. O conceito de participação colaborativa dos entes federativos em relação aos sistemas de ensino e o atendimento ao disposto na legislação vigente. Relata-se a presença da religião na escola pública brasileira desde o tempo das escolas jesuítas até a atualidade, destacando a influência da Igreja Católica e das bancadas religiosas nas casas legislativas, assim como a dos grupos de interesse contrários à oferta deste nas instituições públicas de ensino. Apresenta brevemente a forma como é oferecido nos diversos estados brasileiros e demonstra a presença da religião na escola mesmo na ausência da oferta do ER.

**Palavras Chave:** Ensino Religioso, Relações de poder, Legislação educacional

### ABSTRACT

This article was developed from Master research in progress: *Religious Intolerance: Challenge to Religious Education*, it describes a brief history of the correlations of power involved in the deployment of Religious Education, RE, Brazil. The concept of collaborative participation of federative entities in relation to educational systems and the compliance with the requirements of current legislation. We report the presence of religion in Brazilian public schools since the time of the Jesuit schools to the present, highlighting the influence of the Catholic Church and religious stands in the legislative houses, as well as interest groups contrary to this provision in public education. Briefly describe how it is offered in several states and demonstrates the presence of religion in school even in the absence of the provision of RE.

**Key Words:** Religious Education, Relations of power, Educational law



## INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa de Mestrado em andamento denominada *Intolerância Religiosa: Desafio ao Ensino Religioso*, nele são abordados um breve histórico das correlações de poder envolvidas na inserção do Ensino Religioso, ER, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, CRFB/88. O conceito de colaboração dos entes federativos nas diversas esferas no que se refere aos sistemas de ensino dos mesmos e a oferta do ER em atendimento ao disposto na legislação vigente.

Em sua segunda parte relata a presença da religião na escola pública brasileira apresentando desde o trabalho realizado pelos jesuítas até a atual configuração da oferta do ER, com destaque para a influência da Igreja Católica para a continuidade desta oferta. Também apresenta as diversas influências das bancadas religiosas nas casas legislativas e dos grupos de interesse contrários à oferta deste nas instituições públicas de ensino brasileiras.

Apresenta ainda a forma como o ER tem sido ofertado na rede pública de ensino com características confessionais, interconfessionais ou sob a perspectiva da história das religiões, e a religiosidade que se percebe mesmo em escolas que não oferecem o ER em seu currículo.

## O ENSINO RELIGIOSO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E NORMAS POSTERIORES

Conforme Silva (2008, p. 110) houve pressões, negociações, disputas e acordos entre grupos com diferentes interesses no campo educacional, durante o processo da constituinte que podem ser percebidos no texto constitucional de 1988. A CRFB/88 introduziu um complexo sistema de repartição de competências entre os entes federados, ao mesmo tempo em que se transformou em uma fonte de incertezas (CURY, 1993, p. 23). Competências privativas, concorrentes e comuns – por vezes apresentadas com outros nomes – passaram a integrar textos que versam sobre normas associadas à condução da educação pública.

Cury (1993, p. 24) considera que a Constituinte preferiu estabelecer uma relação harmônica entre os entes federativos optando por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo. Isto amplia a quantidade de atores no cenário político com legitimidade para decidir. Devido a esta razão, a cooperação exige entendimento mútuo entre os



entes, além de a participação oportunizar a criação de plenárias públicas de decisão (CURY, 1993, p. 24).

Na Constituição de 88, em seu artigo 211, estabelece que os entes federativos deveriam organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Deste modo, se definiriam formas de colaboração, com vistas a assegurar a universalidade do ensino obrigatório.

Estes sistemas de ensino, detalhados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), Lei 9394 de 1996, em seus artigos 16, 17 e 18, estabelecem que existam o sistema federal e sistemas estaduais e municipais de ensino.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

- I - as instituições de ensino mantidas pela União;
- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;
- II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;
- III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação.

A LDB/96 acompanhou a ideia de colaboração contida no art. 211 da CRFB/88. A colaboração se daria na organização dos sistemas de ensino, art. 8º; deveria ocorrer norteando os currículos e seus conteúdos mínimos, visando assegurar a formação básica comum, no que tange às competências e diretrizes para a educação infantil, para o ensino fundamental e o ensino médio, art. 9º; deveria assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de



acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público, art. 10º.

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

...

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

...

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

...

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

...

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

...

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.





A Emenda Constitucional nº 59 de 2009, em seu artigo 4º, estabeleceu o papel da União na definição de normas de colaboração entre os entes, responsabilizando-a pela educação básica e alterando o caput do artigo 214 da CRFB/88, com a abertura para a articulação do sistema nacional de educação através de lei que estabelecerá um plano nacional de educação, decenal, visando articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, além de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação.

O Governo Federal atua para dinamizar o regime de colaboração devido a sua responsabilidade pela coordenação nacional da política de educação e pela assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios. O papel de coordenação da União exige uma ação normativa e redistributiva e que a viabilidade dessa ação vai depender da correlação de forças estabelecida entre os entes federados. E os entes podem aceitar ou não as normas definidas, assim como os mecanismos de redistribuição das receitas (ARAÚJO, 2013, p. 791).

É mister considerar também que a maior participação da União no trabalho de articulação (ARRETCHE, 1999, p. 120) ou a sua participação mais efetiva está atrelada à edição de leis complementares que normatizam para cooperação entre os entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento do bem-estar em âmbito nacional de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente (CRFB, 1988, art 60, XII, § 1º). Contudo a indefinição das responsabilidades de cada ente federado, relegada a ser estabelecida por leis complementares gera problemas de superposição de ações.

Ainda que a Constituição tenha implantado o federalismo cooperativo, são poucos os artigos que definem especificamente as atribuições de cada ente federado em cada área. O mesmo ocorrendo em relação às competências comuns e concorrentes (SILVA, 2005, p. 100).

Para Souza (2005, p. 111), será difícil concretizar o objetivo de promover a cooperação entre os entes federados por duas razões:

Uma delas reside na ausência dos mecanismos constitucionais ou institucionais que estimulem a cooperação, tornando o sistema altamente competitivo. A outra nas diferentes capacidades dos governos estaduais e municipais de implementarem políticas públicas, devido as grandes desigualdades financeiras, técnicas e de gestão (SOUZA, 2005, p. 112).

No texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 encontramos a determinação de prioridades no atendimento à educação: aos Estados cabe assegurar o ensino





fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio (art. 10º, VI); aos municípios, a educação infantil e, com prioridade, o ensino fundamental (art. 11º, V).

Municípios e Estados podem atuar no ensino fundamental, ainda que a prioridade da oferta seja dos municípios, o que nos conduz a perceber que os propósitos relativos ao ensino fundamental, tanto do município, quanto do estado deveriam convergir para um mesmo fim, tendo responsabilidades comuns ou no mínimo compartilhadas.

Todos os entes podem ofertar a educação básica, na mesma cidade. Logo, redes diferentes podem oferecer o mesmo nível de ensino, com critérios de qualidade, com currículos, investimentos e funcionamento inteiramente diversos. Como exemplo, citamos a Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Resolução 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Comissão de Educação Básica (CEB) de 14/07/2010, definiu diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, ainda que genericamente, em formato de sugestões aos sistemas de ensino estaduais e municipais.

Conforme o art. 210 da CRFB/88, devem ser fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, que assegurem formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Isto se traduziu em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), sendo estes demasiadamente genéricos.

Deve-se considerar também que os sistemas de ensino estaduais e municipais são submetidos a um sistema de avaliação nacional de ensino, com testes padronizados que levam em consideração uma única forma de currículo em âmbito nacional. Isto gera uma distorção no processo: ao invés do currículo escolar influenciar o conteúdo das provas, estas é que acabam por determina-lo e às vezes até reverberam na metodologia (FERNANDES, 2014, p. 37).

## **RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

A União define os parâmetros curriculares nacionais e diretrizes curriculares das disciplinas que compõem o currículo do Ensino Fundamental. Contudo, o Ensino Religioso tem seu conteúdo e sua especificação definidos por estados e municípios e ocorre de forma confessional ou interconfessional.



Esta transferência de responsabilidade transforma o espaço público escolar em uma arena estratégica para difusão de valores e crenças de instituições religiosas.

A Igreja Católica marcou sua presença no país desde a colonização que, dentre outras características, prevê a imposição da cultura (inclusive a religião) do colonizador ao colonizado. Com o propósito da difusão da religiosidade cristã, a Companhia de Jesus, ordem religiosa católica, criou as primeiras escolas elementares, secundárias, seminários e missões, no Brasil colonial.

Os jesuítas catequizaram índios e, posteriormente, investiram na formação dos filhos dos colonos, com o fim de instruí-los para cursar o ensino superior em Portugal. Mas foram expulsos pelo marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, em 1759 influenciado pelas ideias iluministas contrárias à Igreja (ROMANELLI, 1980, p. 50; FIGUEIREDO, 1995, p. 45).

O regime português de padroado estabelecido na Constituição de 1824 foi mantido no Brasil Império. Neste, Estado e Igreja Católica experimentavam uma colaboração política e ideológica muito próxima, onde havia mútua subordinação.

Como exemplo, citamos a nomeação, pelo Imperador, de bispos e alguns ocupantes de vários cargos eclesiásticos, remunerados pelo Estado como sendo funcionários públicos. Este detinha ainda o poder de divulgar e aprovar as bulas papais. A religião oficial do Estado era o Catolicismo e as demais eram proibidas de manifestar-se publicamente (CUNHA, 2012, p. 40).

O ensino do catolicismo fazia parte do currículo das escolas públicas e seus professores eram obrigados a jurar fidelidade a esta religião (CAVALIERE, 2007, p. 312). Conforme a Lei de 15 de outubro de 1827, Art. 6º:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827)

Ao fim do século XIX, em especial nas 3 últimas décadas, esta situação começou a se modificar, pois esta relação entre Estado e Igreja impedia a autonomia almejada por ambos. Enquanto o Vaticano desejava exercer o controle do clero brasileiro sem a interferência estatal. Havia forças políticas de orientação liberal e positivista que pressionava o Estado a adotar



neutralidade quanto à crença religiosa, acompanhando o perfil Europeu em especial o francês (CUNHA; CAVALIERE, 2007, p. 40).

A partir da proclamação da República, em 1889, a relação entre Estado e Igreja sofreu profundas modificações. A separação entre estes dois entes foi determinada pelo regime Republicano recém-instaurado, na Constituição de 1891. O ensino da religião nas escolas públicas foi substituído pela disciplina Moral, cujo objetivo era transmitir e inculcar nas novas gerações os valores republicanos e seculares que livrou os professores do juramento às doutrinas do Catolicismo (CUNHA; CAVALIERE, 2007, p. 45).

A Igreja Católica, então se articulou ideológica e politicamente para reassumir a posição perdida, tornando-se um importante grupo de interesse. Esta articulação veio a surtir efeito e garantiu o retorno do Ensino Religioso à rede pública nacional, em 1931, através do Decreto nº 19.941 de Getúlio Vargas.

Desde a promulgação, o Ensino Religioso facultativo poderia ser ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário e normal desde que houvesse o interesse de ao menos 20 alunos em frequentar as aulas. Os pais ou responsáveis que optassem ou não pela dispensa dos alunos, os ministros religiosos possuíam a responsabilidade de organizar os conteúdos e escolher a literatura, e ainda a seleção dos professores do Ensino Religioso confessional (CUNHA; CAVALIERE, 2007, p. 50).

Os pioneiros da Educação Nova no Manifesto de 1932 condenaram o Decreto com o apoio dos cristãos de confissão não católica, mas o movimento em defesa da laicidade não logrou êxito em impedir a aprovação do Decreto 19.941/31.

Existem embates político-culturais entre os defensores do ensino religiosos público, privado e confessional que se desenvolveu ao longo da história da educação nacional, tendo como temas recorrentes as possibilidades de financiamento estatal para os setores privados e confessionais das organizações educacionais; a definição de liberdade do ensino; e a laicidade do ensino em confronto com o Ensino Religioso na escola pública, conforme destaca Rocha (2013, p. 238-240).

Destaca-se que a articulação política da bancada Católica garantiu a presença do Ensino Religioso nas escolas públicas tanto no Decreto 19.941/31, como no texto constitucional de 1934 e nas Constituições posteriores, ainda que com a ressalva da matrícula facultativa.



Contudo, ainda que haja a obrigação legal da oferta de Ensino Religioso, nem todas as escolas públicas oferecem-no, seja pela falta de docentes, seja pela exiguidade do tempo disponível para o desenvolvimento de conteúdos existentes no currículo escolar.

Durante o longo período de tramitação do projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 (LDB/61) na Câmara dos Deputados, a bancada Cristã, com destaque para os Católicos, articulou-se pela inserção do Ensino Religioso. Entretanto a LDB/61 restringiu o espaço do Ensino Religioso, incluindo-o como mero componente da educação, fora do sistema escolar desonerando os cofres públicos, imputando seu ônus às instituições religiosas interessadas (LDB/61).

Uma vez mais, os líderes mencionados articularam-se para remover a restrição do uso de recursos públicos para remuneração de docentes, logrando êxito na promulgação da Lei 5692/71. Esta revogou o art. 97 da LDB/61 que proibia o uso de recursos públicos para o Ensino Religioso nas escolas públicas.

Durante a Assembleia Constituinte de 1987/88, lideradas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se mobilizaram pela inserção do Ensino Religioso na CRFB/88. Sua mobilização obteve quase 800 mil assinaturas, em contrapartida, a emenda popular de apoio à laicidade recebeu apenas 280 mil. Esta iniciativa reforçou a posição dos constituintes, favoráveis à manutenção do Ensino Religioso nas escolas públicas (CUNHA, 2012, p. 17).

A bancada Evangélica negociou acordo de apoio à manutenção da oferta obrigatória, porém com matrícula facultativa, do Ensino Religioso nas escolas públicas. Seu objetivo era obter apoio católico para sua demanda de controle, pelas igrejas, de concessões de meios de comunicação de massa (CUNHA, 2012, p. 17).

Houve resistência por parte da Associação Nacional de Educação (ANDE), da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e de professores universitários, além de outras entidades, que defenderam um ensino laico na constituinte e o Ensino Religioso sem ônus para o Estado (RANQUETAT JUNIOR, 2007, p. 100).

A CRFB/88 foi promulgada com a inclusão do dispositivo que determina o Ensino Religioso como disciplina a ser ofertada pelas escolas públicas de ensino fundamental, nos horários normais, sendo facultativa aos alunos (CRFB/88, art. 210, § 1º).

No processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96), em seu artigo 33, trouxe de volta a proibição do uso de recursos públicos para o



Ensino Religioso. Porém, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou a necessidade de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inclusive o art. 33.

Após articulações entre grupos políticos e instituições religiosas, o Congresso aprovou a Lei 9475 de 1997 que ofereceu a oportunidade de regulamentação por legislações infraconstitucionais. A complementação nas instâncias inferiores do Estado sofreu influência de grupos religiosos (CUNHA, 2012, p. 18).

A Lei 9475/97 atribui nova redação ao art. 33 da LDBEN/96 com as remoções da restrição de se utilizar recursos públicos para financiar o Ensino Religioso nas escolas públicas e a oportunidade de realizá-lo de forma confessional. Foi instituída a possibilidade de negociação entre as organizações religiosas, os governos estaduais e municipais para financiar seus agentes no ensino público, o que fortaleceu grupos interessados no modelo confessional em detrimento de modelos contrários (CUNHA, 2012, p. 18).

Foi delegada aos sistemas de ensino estaduais e municipais a competência de regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecer normas para habilitação e admissão dos professores (Lei 9475/97).

O Parecer CNE/CP Nº 97/99 associado à lei supracitada, permitiu a União transferir as atribuições de definir as diretrizes curriculares, quanto ao Ensino Religioso, e de configurar a docência dessa disciplina, aos estados e municípios (CUNHA, 2012, p.19).

O Conselho Nacional de Educação optou por não definir as diretrizes curriculares, cabendo aos estados e os municípios estabelecerem os critérios para a formação e recrutamento dos professores para o Ensino Religioso em seu território.

Os critérios que vem sendo definidos são variados, em alguns sistemas a formação adicional deve ser ministrada por entidades religiosas, outros pela Secretaria Estadual de Educação. Há aqueles em que a formação exigida é pós-graduação em Ensino Religioso ou em Ciências da Religião, em outros, apenas licenciatura em História, Filosofia, Sociologia, dentre outras, mas há outros sistemas de ensino que aceitam qualquer licenciatura (LUI, 2011, p. 100). Se faz mister ressaltar ainda a análise realizada por Diniz & Carrião quanto a forma como é ministrado o Ensino Religioso nos diversos estados brasileiros:

a) ensino confessional: o objetivo do ensino religioso é a promoção de uma ou mais confissões religiosas. O ensino religioso é clerical e, de preferência, ministrado por um representante de comunidades religiosas. É o caso do Acre, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro;



- b) ensino interconfessional: o objetivo do ensino religioso é a promoção de valores e práticas religiosas em um consenso sobreposto em torno de algumas religiões hegemônicas à sociedade brasileira. É passível de ser ministrado por representantes de comunidades religiosas ou por professores sem filiação religiosa declarada. É o caso de Alagoas, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins;
- c) Ensino sobre a história das religiões: o objetivo do ensino religioso é instruir sobre a história das religiões, assumindo a religião como um fenômeno sociológico das culturas. O ensino religioso é secular, devendo ser ministrado por professores de sociologia, filosofia ou história; É o caso de São Paulo. (DINIZ & CARRIÃO, 2010, p. 45)

Quanto ao conteúdo, há estados em que a elaboração do material é responsabilidade das instituições religiosas e em outros, a elaboração deve ser em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação.

Convém registrar que essa interpretação distinta da legislação nacional não se restringe aos sistemas estaduais. Existem sistemas municipais que também interpretam de forma diferente a legislação federal e as estaduais, o que promove significativa não uniformização no Ensino Religioso implantado nos seus sistemas de ensino. Estudos relativos ao Ensino Religioso nas escolas públicas demonstram que existem diferenças entre os sistemas de ensino (FERNANDES, 2014; BRANCO, 2012).

A estruturação do sistema federalista brasileiro favorece as diferenças. Existem brechas na maneira como o país se organiza tanto política como administrativamente que permitem que as instituições religiosas utilizem o ambiente e os recursos públicos para proselitismo. Esta permissividade acarreta que a influência de grupos de interesse religiosos molde a legislação. Nas esferas estaduais e municipais resulta em legislações heterogêneas nos diferentes sistemas de ensino (CUNHA, 2012, p. 20).

Ao observar a transferência da União para os estados e municípios, da responsabilidade de definir diretrizes curriculares para o Ensino Religioso, pode-se verificar uma ampliação da possibilidade de currículos diferentes entre as redes.

Ressaltamos ainda que a pressão exercida por grupos religiosos, em especial, a Igreja Católica, na tentativa de reobter seu espaço na educação pública, resultou em que o Ensino Religioso se tornasse a única disciplina escolar mencionada na CRFB/88 e ainda com oferta obrigatória.





O Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, independente da pluralidade de seus objetivos, remete à discussão da autonomia do campo educacional seja diante das esferas política, religiosa e/ou econômica.

Como já mencionado, foi em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, capitaneados por Anísio Teixeira, que os educadores progressistas defenderam a necessidade desta autonomia, ressaltando que o caráter proselitista de grupos interessados na presença do Ensino Religioso na escola pública, trazia reflexos perturbadores para a educação (AZEVEDO et al., 1960, p. 115).

Porém, é preciso frisar que a influência dos grupos religiosos nos conteúdos curriculares da educação pública brasileira, conforme Rocha (2013, p. 225), tem diminuído de forma gradativa e constante, ao longo do século XX. Período em que ocorreu redução no número de anos de estudo da disciplina Ensino Religioso tanto na legislação quanto na realidade educacional brasileira, ainda conforme a autora.

A presença de tal ensino, nesse contexto, tem provocado intensos debates sobre a laicidade do Estado, expressa na CRFB/88, que frequentemente é colocada em xeque por decisões governamentais, que sob o pretexto de ampliar reflexões sobre o tema, acaba promovendo o fortalecimento ideológico e político de instituições religiosas.

Do mesmo modo que o Estado brasileiro contraria os princípios da laicidade ao inserir na escola pública representantes das diversas religiões de outro, oportuniza o cumprimento do princípio da liberdade de crença religiosa ao realizar a contratação de professores de credos diversos, inclusive de não crença, para compor o quadro de docentes habilitados ao ensino religioso.

Conforme Fischmann (2008, p. 15) deve-se observar a possibilidade de que grupos religiosos considerados majoritários no país busquem garantir a hegemonia nas decisões públicas, e com isso evitar os perigos advindos desta hegemonização.

A utilização do critério de maioria na condução do Estado, apesar de democrático, pode acarretar outros riscos. Na medida em que a democracia pressupõe um governo que atenda a todos e não apenas uma parcela da sociedade, oferecer apenas à maioria a prestação educacional em detrimento das minorias não é exercício de democracia, e sim mais um modo de exclusão social.





O Estado laico é aquele que não apenas salvaguarda a autonomia do poder civil qualquer forma de controle de outro poder, seja econômico, religioso ou ainda outro, mas, ao mesmo tempo, defende a autonomia das religiões em suas relações com o poder temporal do Estado que não deve impor aos cidadãos profissão fé ou não fé alguma (ZANONE, 2004, p. 670).

Muitos autores defendem a neutralidade do Estado no que concerne à religião e a liberdade de crença ou não crença para os alunos da escola pública. Fischmann (2008, p. 16) e Cury (2004, p. 189) defendem que a presença do Ensino Religioso no ambiente da educação pública acarreta problemas.

Ambos defendem o distanciamento do Estado em relação às particularidades próprias dos credos e não credos (FISCHMANN, 2008, p.16; CURY, 2004, p. 190). Contudo esta autonomia tem sido desafiada, em especial no campo da laicidade, pelas sucessivas vitórias dos grupos de interesse religiosos, que se consubstanciam em artigos que favorecem seus interesses em detrimento das “conquistas republicanas do Estado laico e da liberdade religiosa” (GIUMBELLI; CARNEIRO, 2004, p. 43).

A Igreja Católica ocupa lugar de destaque em sua atuação neste contexto, protagonizando uma luta histórica pela inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas. Apoiada por Igrejas Protestantes e Evangélicas que têm alterado seu posicionamento para o fortalecimento da defesa do Ensino Religioso nesse espaço.

Além do poder explícito exercido pelas igrejas, o Ensino Religioso nas escolas públicas evidencia a derrota política dos setores laicos ativos (CUNHA, 2012, p. 21) e a vitória do entendimento de que o ser humano participa do contexto cultural e religioso que observa o posicionamento religioso ou não, como expressão da liberdade de credo ou não credo humano.

Cabe salientar que a articulação entre atores desses campos tem garantido o avanço do reconhecimento da importância da religião como expressão da humanidade nos textos legais e, conseqüentemente, na escola pública. Com destaque para os avanços nos textos legais que permitiram formatos variados nos diferentes sistemas de ensino.

É possível perceber que a religião, nas mais variadas formas de manifestação, pode ser encontrada não apenas nos discursos dos professores de Ensino Religioso como no de outros membros da escola. Ela se manifesta nas salas de aula, nas mesas de trabalho, nos murais, nas comemorações, festas, orações, preces e rezas, nas músicas e até nos quadros de aviso das escolas.



Fernandes (2014) e Mendonça (2012) demonstraram que em vários ambientes da escola pública, inclusive fora da sala de aula de Ensino Religioso, existem mensagens religiosas de cunho moral e de valorização do ser humano. Os profissionais de educação que dirigem, coordenam ou atuam nas escolas públicas pesquisadas consideram que as práticas religiosas e símbolos religiosos representam valores universais e, em razão disso, não estariam ferindo a liberdade religiosa, de acordo com as pesquisas dos autores mencionados.

Alguns pesquisadores como Cunha (2012) e Fernandes (2014) salientam que os símbolos, os discursos e os rituais religiosos, dentro e fora da sala de aula, não são elementos neutros e de significado único. De maneira que são de múltiplos significados, cada qual remetendo a valores e crenças de grupos religiosos, geralmente hegemônicos. Para estes, tal imposição tem conotações políticas, e de controle social para reforçar hegemonias e acarretam conflitos, e constrangimentos aos que não professam esta ou aquela fé ou, mesmo, fé alguma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a transferência da responsabilidade de definir diretrizes curriculares para o Ensino Religioso da União para os estados e municípios, propiciou a diferenciação de currículos de sistema de ensino para outro e até mesmo dentro de um mesmo sistema.

O ER nas escolas públicas brasileiras, independente da pluralidade de seus objetivos, nos permite reavaliar a perspectiva de autonomia do campo educacional diante das diversas esferas de poder presentes na sociedade brasileira com destaque para política, religião e economia.

Verificou-se que a Igreja Católica ocupa lugar de destaque em sua atuação nestes contextos, protagonizando uma luta histórica pela inserção ou permanência do Ensino Religioso nas escolas públicas. Recebendo apoio das igrejas protestantes e evangélicas, sejam de missão, pentecostais ou neopentecostais que têm alterado seu posicionamento para o fortalecimento da defesa do Ensino Religioso na escola pública, além de terem aumentado sua participação nas esferas supracitadas.

Além do poder explícito exercido pelas igrejas, o Ensino Religioso nas escolas públicas demonstra a vitória do entendimento de que o ser humano encontra-se inserido em um contexto cultural e social que respeita o posicionamento religioso ou não, como expressão da liberdade de credo ou não credo humano.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Federalismo e Políticas Educacionais no Brasil: Equalização e Atuação do Empresariado como Projetos em Disputa para a Regulamentação do Regime de Colaboração. In: *Educação e Sociedade: Revista de Ciências da Educação*, v.34, 124. São Paulo: Cedes, jul./set.2013, p. 787-802.

ARRETCHE, Martha. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. In: *Revista Brasileira em Ciências Sociais*, v.14, n. 4. São Paulo: ANPOCS, jun.1999, p. 111-141.

AZEVEDO, Francisco de et.al. Notas para a História da Educação. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova). In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIV, n. 79, Rio de Janeiro: INEP, jul./set. 1960, p. 108-127.

BRANCO, Jordanna Castelo. *A presença do Discurso Religioso em uma Escola de Educação infantil da Rede Pública de Ensino do Município de Duque de Caxias*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827* – Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

\_\_\_\_\_. *Decreto 19941 de 30 de abril de 1931* – Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal.

\_\_\_\_\_. *Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961* – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. *Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971* – Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988* – Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997* – Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional



\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003* – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010* – Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009* – Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

CAVALIERE, Ana Maria. O Mal-Estar do Ensino Religioso nas Escolas Públicas. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131. São Paulo: FCC, mai./ago. 2007, p. 303-332.

CUNHA, Luiz Antônio; CAVALIERE, Ana Maria. O Ensino Religioso nas Escolas Públicas Brasileiras: Formação de Modelos Hegemônicos. *In: PAIXÃO, Lea Pinheiro e ZAGO, Nadir (org). Sociologia da Educação: Pesquisa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CUNHA. O Estado do Rio de Janeiro e o Ensino Religioso na Educação Pública: a Experiência do Município de Duque de Caxias e Petrópolis. *In: Notandum*, ano XV, n.28. Porto: IJI-Universidade do Porto, jan./abr.2012, p. 17-21.

CURY. Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e Escola Pública: o Curso Histórico de uma Polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *In: Educação em Revista*, n.17. Belo Horizonte: FE-UFMG, mai.1993p. 20-37.

\_\_\_\_\_. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *In: Revista Brasileira de Educação*, n. 27. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Brasil, set./out./nov./dez.2004, p. 183-213.

DINIZ, D., e CARRIÃO, V. Ensino Religioso nas Escolas Públicas. *In: DINIZ, D., LIONÇO, T., e CARRIÃO, V. Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: Unesco / Letras Livres / Unb, 2010, p. 45-46.

FERNANDES, Vânia Cláudia. *(As) simetria nos sistemas públicos de ensino fundamental em Duque de Caxias (RJ): a religião no currículo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O Ensino Religioso no Brasil: Tendências, Conquistas e Perspectivas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1995.

FISCHMANN, Roseli (org.). *Ensino Religioso em Escolas Públicas: Impactos sobre o Estado Laico*. São Paulo: FAFE – FEUSP/ PROSARE - Mac Arthur Foudation /Factash, 2008.

GIUMBELLI, Emerson e CARNEIRO, Sandra de Sá. *Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro: Registros e Controvérsias*. Rio de Janeiro, Iser, 2004.

LUI, Janayna de Alencar. *Educação, Laicidade, Religião: Controvérsias sobre a Implementação do Ensino Religioso em Escolas Públicas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MENDONÇA, Amanda André de. *Religião na Escola: Registros e Polêmicas na Rede Estadual do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. *A Implantação do Novo modelo de Ensino Religioso nas Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul: Laicidade e Pluralismo Religioso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROCHA, Maria Zélia Borba. A Luta Político-Cultural pelo Ensino Religioso no Brasil. In: *Revista Brasileira História da Educação*, v.13, n.2. Campinas: UNICAMP ,mai./ago.2013, p. 217-242.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes,1980.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SOUZA, Celina. Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas no Brasil Pós-1988. In: *Revista Sociologia Política*, n.24. Curitiba: RSP, jun.2005, p. 105-271.

ZANONE, Valério. Laicismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs), 1995. *Dicionário de Política*, 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.



## SITES

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDCUAÇÃO NOVA de 1932. *In: Revista HISTEDBR On-line*, n. especial. Campinas: UNICAMP, ago.2006, p.188–204. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf), 20 de maio 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parecer CNE/CP nº 97/99, de 06 de abril de 1999*. *In: Portal do Ministério da Educação*. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13274%3Aparecer-cp-1999&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13274%3Aparecer-cp-1999&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866)>, 30 de maio de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.439 de 30 de julho de 2010*. *In: Superior Tribunal Federal*. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=635016&tipo=TP&descricao=ADI/4439>>, 30 de maio de 2014.



## “PERIFERIA TEM SEU LADO BOM” – UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO NAS LETRAS DE RAP DO BRASIL

SILVA, Lucas Braga Medrado da

*Estudante de Mestrado na Universidade Metodista de São Paulo*  
*letrasestacio@gmail.com*

162

### RESUMO

O presente trabalho aborda de forma sucinta a questão religiosa nas letras de músicas de rap da periferia do Brasil. Não obstante, a análise tem como foco trabalhar o discurso religioso através das críticas de compositores brasileiros que se apropriam de elementos cristãos dentre outros para legitimarem suas posições quanto à sociedade e a políticas sociais. De qualquer forma, faz-se necessário também, relatar que discografia rapper é de sobremaneira vasta e densa, todavia, destacar algumas é a principal “função” da pesquisa para que possamos adentrar no mundo do diálogo da periferia, que a bem da verdade, no que tange as letras quase que “espirituais”, mostrará que existe um lado bom, a saber, a cultura. No mundo em que vivemos não é mais novidade tratar religião nos mais variados âmbitos da vida humana. Seja no espaço público, arte, filosofia, sociologia dentre outras áreas dos saberes.

**Palavras chave:** Rap. Periferia. Letra.

### ABSTRACT

This paper discusses briefly the religious question in the lyrics of rap songs from the periphery of Brazil. Nevertheless, the analysis focuses on working through religious discourse critical of Brazilian composers who appropriate elements from other Christians to legitimize their positions on the society and the social policies. Anyway, it is necessary to also report that rapper discography is exceedingly vast and dense, however, highlight some is the main "tool" of the research so that we can enter the world of dialogue from the periphery, which in actual fact, regarding the letters almost "spiritual", show that there is a good side, namely culture. In the world we live in is no longer a novelty treat religion in various spheres of human life. Be in the public space, art, philosophy, sociology, among other areas of knowledge.

**Keywords:** Rap. Periphery. Letter.





## INTRODUÇÃO

No mundo em que vivemos não é mais novidade tratar religião nos mais variados âmbitos da vida humana. Seja no espaço público, arte, filosofia, sociologia dentre outras áreas dos saberes. O assunto sempre será amplo e questionável. Não obstante, a religião querendo ou não faz parte da contemporaneidade, de tal forma que as pessoas se veem envolvidas em supostas discussões que automaticamente respigam no que tange as múltiplas religiosidades.

É evidente que analisar a religião a partir da sociedade torna-se difícil, não porque temos de depender das teorias sociológicas, mas pelo fato de que cada caso é um caso e deve-se respeitar a idiossincrasia dos indivíduos. Para tanto, os recortes feitos a cada contexto delineiam e mapeiam assuntos específicos que relacionamos à sociedade propriamente dita. Esse artigo procura indicar, talvez, mais que isso, apontar a religião nas letras de rap de alguns grupos que fizeram sucesso nesses últimos. Nesse sentido, o recorte se centrará na questão da religião no espaço público. Discussão essa que demanda de muita bibliografia, que aparentemente ainda está em desenvolvimento por parte dos pesquisadores da America Latina. Portanto, calha uma carência de aprofundar os assuntos em alguns pontos que supostamente podem ser levantados quando indagados e questionados sobre o tema.

De qualquer forma, faz-se necessário também, relatar que discografia rapper é de sobremaneira vasta e densa, todavia, destacar algumas é a principal “função” da pesquisa para que possamos adentrar no mundo do diálogo da periferia, que a bem da verdade, no que tange as letras quase que “espirituais”, mostrará que existe um lado bom, a saber, a cultura.

### “UMA MENSAGEM NO ESPAÇO PÚBLICO”

Como base para essa discussão tomaremos alguns conceitos da socióloga Regina Novais[1], que tem exposto o assunto com bastante precisão. Para tanto, nesse primeiro momento faz-se necessário salientar que para Novais Rap e Hip-Hop são as mesmas coisas. No entanto, existem diferenças em ambos, e é preciso fazer uma cisão entre as duas frentes musicais. Senão vejamos;



A palavra rap denota “ritmo e poesia” em inglês, designa o elemento musical da manifestação cultural chamada hip-hop. Portando, embora um esteja atrelado ao outro, isso não significa que são as mesmas coisas. O hip-hop abarca a dança popularizada como break e a pintura conhecida como grafite. Segundo uma definição que concorde um pouco mais com outras teorizações sobre o tema segue a abaixo:

O termo hip-hop, que significa numa tradução literal, movimentar os quadris (to hip, em inglês) e saltar (to hop), foi criado pelo DJ África Bambaataa, em 1968, para nomear os encontros dos dançarinos de break, Djs (disc-jóqueis) e MCs (mestres-de-cerimônias) nas festas de ruas do bairro de Bronx, em Nova York, Bambaataa percebeu que a dança seria uma forma eficiente e pacífica de expressar os sentimentos de revolta e exclusão, uma maneira de diminuir as brigas de gangues do gueto, e conseqüentemente, o clima de violência. Já em sua origem, portanto a manifestação cultural tinha um caráter político e objetivo de promover a conscientização coletiva. O uso dessa expressão ganhou no mundo, novas dimensões, e hoje, no Brasil, designa basicamente uma manifestação cultural das periferias das grandes cidades, que envolve distintas representações artísticas de cunho contestatório. (ROCHA, DOMENICH, CASSEANO, 2001, p.17) [2]

164

Nesse sentido, nas últimas três décadas no Brasil, especialmente na capital paulista, o rap começou a despontar no solo brasileiro com uma nova roupagem, aliás, com uma nova perspectiva, linguagem e expressão cultural à moda da casa. O tema religião sempre esteve presente nas músicas e ideologia, partindo dessa constatação é possível mencionar que através da musicalidade nas periferias das grandes cidades é que temos a religião “pulverizada” no espaço público.

Em vários casos a religião domina as letras, invocações e as celebrações estão sempre presentes na matriz estética e ideológica do rap nacional. Um exemplo histórico disso é o disco paradigmático do Racionais Mc’s com o título “*Sobrevivendo no Inferno*”, na capa do disco há um referência ao livro de Salmos capítulo 23 e verso 3. Na contra capa a continuação do verso 4 persiste. O grupo usa a bíblia, mas também elementos afros e católicos para composições de suas músicas. Nesse disco que abre com a música *Jorge de Capadócia*, marca bem em seu enredo a participação de crenças religiosas em seu bojo. Ademais, quase todas as músicas do disco narram sobre uma divindade. Segue abaixo a faixa de autoria de Jorge Ben Jor gravada na década dos anos 90 pelos Racionais Mc’s:

*Jorge sentou praça na cavalaria  
E eu estou feliz porque eu também sou da sua companhia*



*Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge  
Para que meus inimigos tenham mãos e não me toquem  
Para que meus inimigos tenham pés e não me alcancem  
Para que meus inimigos tenham olhos e não me vejam  
E nem mesmo um pensamento eles possam ter para me fazerem mal*

Percebe-se que na letra acima há uma mistura de religiões afros, junto ao catolicismo e de alguma forma uma espécie de proteção embasada no salmo 23 descrito na bíblia. Para Novaes, existem três modalidades de Rap, a saber: O rap *gospel*, rap *sincrético* e o rap feito *de salmos*. Nesse caso, os versos acima se enquadram no sincrético, posto que haja uma ligação e/ou uma mistura de crenças religiosa nas letras, apesar de ser um tanto quanto contraditório. Pois não existe religião pura, além do mais catalogar sincretismo religioso a partir da música, torna-se um tanto quanto difícil porque toda religião é sincrética. Uma se utiliza de elementos da outra, mistura-se com a outra. Para tanto, o que se entende por definição de sincretismo é que se trata de uma fusão de diferentes cultos ou doutrinas com reinterpretação de seus elementos.

Portanto, não significa que essas considerações colocam por terra a tese de Novaes, mas especifica de uma forma mais concisa a teoria por ela elaborada. Penso que essa mistura se dá, porque nas periferias há grandes difusões no que se refere às diversas formas de religiosidades. Não se pode pensar numa religião oficial da favela, idem do rap. Por isso se compõe as letras de variados contextos culturais-religiosos, os rappers não as fazem para definir, ou apresentar uma única divindade protetora, mas as muitas divindades que se tornam muros de proteção às várias maneiras de pensar. Sempre veremos uma somatória de objetivos quando se trata de rap, em sua ideologia, por exemplo, Racionais Mc's somam negritude+violência+religiosidade = crítica social no espaço público. Conseqüentemente o impacto é considerável, outro dado interessante é apresentado por Novaes sobre o assunto,

Não por acaso, esta associação entre Deus, e os mediadores da tradição católica e os Orixás pode ser encontrada em letras de grupos localizados em diferentes locais do Brasil. Ela expressa famosos duplo pertencimento “sou católico e do candomblé” secularmente presente no campo religioso brasileiro. [3]

As divindades agem como blindagem e proteção dos “manos”. E a fé torna-se relativa ao passo que a tradição pode ser reinventada. Isso tem tudo a ver com mensagem bíblica fora do “espaço sagrado” e junto à ‘boca do povo’, como religiosização da política e discurso pelas lutas sociais. Implica dizer que a religiosidade cantada nas músicas revela o “pluriculturalismo”



religioso, diria que, presente nos guetos. Em uma entrevista Mano Brown vocalista do Racionais Mc's, declara implicitamente as diversas formas,

Tem gente que sai do crime e se entrega à religião. Mas tem também aquele cara que é religioso, vai à Igreja e - ao mesmo tempo - é o bandidão do pedaço. É a contradição que rola no mundo. O nome disso é mesmo: sobrevivendo no inferno que é aqui na terra. (Racionais MC's, Jornal da Tarde, 05/11/1997) [4]

Resume bem a multiforme da qual expressa o cantor do movimento rap, talvez, ser do “inferno” é ser flexível e ao mesmo tempo desinstitucionalizado/institucionalizado. Como em uma de suas músicas ele declara: agradeço a Deus e aos Orixás.

166

## **NOS BECOS DA MENSAGEM DIVINA**

No início da década de 90 houve uma mudança radical no cenário evangélico com o surgimento de alguns grupos musicais que adentram no neopentecostalismo tendo em vista uma nova perspectiva no mercado discográfico. [5] Como no caso do grupo Funk Yehohsua de Protestantismo Histórico-Methodista que despontou com ênfase, vale ressaltar banda Rara e Kadoshi que também contribuíram para esse novo *éthos* musical. Após explosão gospel, a produção e consumo deste tipo de música passaram a ser diferencial, em todos eles as batidas e estilos são os mesmo dos grupos seculares, há uma postura de combate às drogas e nas rimas atribui-se uma missão religiosa em torno do evangelho. Alguns combinam as duas coisas: missão e crítica social. Outros conscientizam jovens da periferia e apontam a saída do crime a partir da evangelização.

Partindo desse pressuposto, utilizaremos a categoria de Rap Gospel proposta por Novaes. A princípio a indústria fonográfica evangélica tem crescido muitos nesses últimos anos, de forma que os estilos e as demandas desse mercado precisam de inovadoras propostas de gêneros musicais.

Além do mais, acompanhar as mudanças da pós-modernidade torna-se um desafio para os cristãos jovens da atualidade, lembrando que isso se consolida sempre se valendo do cristianismo atual que embora parecer ter a bases sólidas, são individualistas e líquidas na maneira de pensar. Como no caso de alguns grupos atuais, sendo eles: Provérbio, Alternativa C, DJ Alpiste, Eclesiastes, Apocalipse 16, Ao Cubo dentre outros. Os rappers que assumem a



posturas de representantes do povo e combinam a crítica social com a evangelização em suas letras. Para Novaes,

Como se pode ver, combinam duas missões: a do movimento hip-hop que pela palavra (o rap) faz denúncias sociais e quer conscientizar os jovens da periferia, e a missão religiosa que aponta uma saída a partir da evangelização, da Palavra (a Bíblia). [6]

Como profetas da “última hora” pregam uma mensagem de salvação à sociedade periférica, esquecida e fragilizada pelo sistema político. Para Marcos Antonio Zibordi,

A possibilidade de resgatar pessoas para o caminho da arte e da cultura tem maiores chances porque o hip-hop é composto por vários elementos e os interessados podem optar por dançar, cantar, manipular discos, pintar e escrever. E uma vez integrados, passam a agir conforme o modelo identificável: a postura engajada socialmente, as roupas claras e coloridas, o constante semblante de seriedade, a reafirmação da negritude especialmente no tipo de cabelo, a lista de livros, discos e ídolos a conhecer etc. Os componentes do rap agem, efetivamente, como membros de uma comunidade de culto. [7]

Nesse sentido, temos uma juventude que por alcance das pregações cantadas, mudam de vida e passam a participar das fileiras das lutas sociais. Numa espécie de escola de profetas o rap vai disseminando sua filosofia nos becos da existência humana. Embora o rap gospel não seja o único a falar de e/ou sobre Deus, temos alguns grupos e letras que não são evangélicas e descrevem Deus como um ser Supremo no qual contempla as aflições cotidianas dos moradores da favela, como no caso da letra *Povo da Periferia* do rapper Ndee Naldinho,

*Deus olhai o meu povo da periferia  
É tanta gente triste nessa cidade  
É tanta desigualdade desse outro lado da cidade  
Mas eu tenho fé, eu tenho fé eu acredito em Deus  
Olhai por esses filhos teus  
Senhor  
Ó pai senhor olhai o meu povo sofrido da  
Periferia*

A letra aponta o quanto o cantor é religioso e projeta em Deus um livramento escatológico para as angústias presente na vida e na existência, talvez, cabe mencionar que a lógica de finitude fica evidente nas declarações. Os homens sempre serão dependentes, está sempre à busca, e como finito quanto ao universo projetam-se ao divino. As pregações dessa



vez no cunho de teologia da libertação saem dos púlpitos e entrelaçam as poesias e ritmos mais variados do rap brasileiro.

Normalmente essas letras de rap calham na terceira modalidade mencionada por Novaes, rap feitos de salmos. Estes mencionam palavras e objetos que sempre aparecem lado a lado com profano da favela. Sagrado e profano produzem impacto nas palavras. Erudito e popular, sabido e profético, são constantes aliados com a presença de símbolos religiosos, porém ausência de instituição religiosa. Nesse sentido, a bíblia pode ajudar um pouco, na luta entre o bem e o mal, por uma igualdade social. Sendo assim, o rap passa a ser uma voz autêntica da periferia, com uma “licença poética” torna-se fonte legitimadora dos discursos sociais contra a discriminação, marginalização e segregação. Fica nítido na fala do rapper MVBill,

“Da minha adolescência, carregou marcas que se não fosse o rap talvez não tivessem se cicatrizado e não estaria aqui falando com vocês. Muitas coisas devo a Deus, minha mãe e ao rap (Divino+Família+Arte = Sentido de Vida). A partir do momento em que o rap me deu oportunidade de reabilitação – ser um pessoal normal, trabalhar, fazer algo pela comunidade – passei a pregar o rap (mensagem divina) como se prega o evangelho...” (*Revista Democracia Viva*, fevereiro de 2001 – Grifo Nosso) [8]

O rap não só oferece sentido como também se apropria da bíblia como recurso cultural para o desvendamento do mundo para ancorar escolhas religiosas com efeitos políticos. Para o rapper MVBill, o rap e Deus se complementam, falar do rap é também falar de Deus. Entendo que por detrás da musicalidade há uma descrição da realidade pluralista, global e cultural brasileira. O rap se tornou contemporâneo para uma juventude contemporânea, que se adéqua a linguagem da periferia. Não seria o rap um grito de liberdade de expressão ou até religiosa? Presumo que sim, devido sua permanência no espaço público como produtor cultural para sociedade do gueto. O fato de promover sentido à vida evidencia o movimento como movimento de identidade que agrega a todos que sobrevivem em meio ao sofrimento das situações limites da realidade brasileira. Para Sovik[9] (2000), “... a contundência e a popularidade do rap trazem à baila o debate da música popular como narrativa identitária, bem como os conflitos sociais implicados em um fenômeno cultural que, apesar de encontrar ressonância entre a juventude das classes médias, simplesmente a ignora”.

Entende-se então que existe uma libertação das drogas, das ruas, do tráfico através do rap que funciona como evangelho midiático nas grandes e pequenas periferias de diferentes



estados do Brasil. Assim o rap traz ao espaço público as experiências dos jovens, suas crenças, ideologia e críticas, seus medos, inseguranças. A partir disso o rap torna-se um caminho alternativo, uma construção de solidariedade no que se refere a uma identidade única e coesa dos pobres e negros. Assim a fé está em Deus e no rap que também habilita a seguir sem medo com os pés firmes no chão e a mente consciente que a realidade é dura e cruel. Como descreve a letra *Vida Loka* do álbum *Vida Loka*,

*Fé em Deus que ele é justo!  
Ei, irmão, nunca se esqueça  
Na guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta  
Onde estiver, seja lá como for  
Tenha fé, porque até no lixo nasce flor  
Ore por nós pastor, lembra da gente  
No culto dessa noite, irmão, segue quente  
Admiro os crentes, dá licença aqui  
Mó função, mó tabela, pô, desculpa aí*

A vida como descrita acima é *Loka*, vulnerável. Através dessa fraqueza “forte”, a opressão leva o rapper a refletir um pouco mais acerca da vida, sua responsabilidade e escolhas. Entre o sobrenatural e a realidade brutal, o rap chama a consciência crítica, e também, a espiritual. Como descrito na letra “Opostos” do Grupo Apocalipse 16,

*Crime, crime  
Jesus, Jesus  
Ô ô uô, estão em lados Opostos  
Dinheiro, dinheiro  
Salvação, salvação  
Ô ô uô, estão em lados Opostos (2X)*

*Lá do alto Ele ouve o grito dos pobres e dos aflitos  
Que no mundão do maligno estão perdidos  
Só por Deus, só por Deus e Jesus Cristo  
Pra escapar dos tiros e do tráfico de drogas  
Na Terra é humildade, tenha vida simplória  
Deixa que no Céu com Jesus não se usa jóias  
No Reino do Senhor usarei uma coroa de Glória  
Diamante, safira, rubi em volta do pescoço pra fazer você sorrir*

O que não se conquista na terra, é prometido e consumado no céu. Desde então, o rap de protesto ligado à crítica e a espiritualidade, disputa as consciências dos jovens dos dias





hodiernos que assegura a todos a oportunidade de formular ou espiritualizar o espaço em que vivem por intermédio da musicalidade dos guetos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o rap de fato muda o trajeto de quem vive NE “mundo mudado”, inobstante, ajuda entendermos um pouco mais sobre a religião no espaço público. Existe um preconceito contra o morador da comunidade, isso se deve as generalizações que circulam nas mídias sociais, impressa até por parte dos próprios moradores que acabam associando a favela como tendo um lado ruim, criminoso e marginalizado.

Essa visão equivoca-se desde que a bem da sociedade marginaliza ainda mais o segregado, a falta de entendimento e de compreensão rotula pessoas que se munem da arte e expressões culturais para exporem o que pensam através de suas letras ideologias e críticas. Não se pode dizer que, a favela só produz desgraça aos seres do outro lado (lado de fora), posto que boa parte das igrejas seja de periferia, boas partes são nordestinos, boa parte são trabalhadores que não se coadunam com a criminalidade do dia a dia, e se a percebem convivem da melhor forma possível, até para preservar sua moradia família. De fato periferia tem o seu lado bom, e o rap ainda continua sendo caminho entre um polo ao outro. De um lado temos as drogas, de outro a arte. Uma vez que essa ponte se coloca no caminho do jovem, esse tem para sim a oportunidade de mudar de uma extremidade ruim e sem sair da favela rever seus conceitos.

Se crendo em Deus, Orixás ou deuses, os rappers construíram uma imagem ímpar na história da música brasileira, dando-nos o direito de ver pelo lado de dentro que é possível ser pobre e ser intelectual. Para finalizar breve discussão chamo à atenção à letra *Periferia Tem O Seu Lado Bom* (sem alterar a letra) do grupo RZO, do álbum: *Entre a Adolescência e o Crime*,

*Apesar dos males que existem na periferia;  
Periferia também tem seu lado bom, hã hãaaa;  
E uma parte deste lado bom está a feira;  
A capoeira, o samba, e o carnaval ainda é nosso;  
Olodum, maculelê, futebol, dignidade, humildade, rap nacional;  
E junto com o rap nacional;  
Grupo Consciência Humana, De Menos Crime, U Negro;*



*Homens Crânios, DRR, pedimos á todos você que;  
Conosco embarquem nessa viagem.  
(2x) Periferia tem seu lado bom.*

*Ei boy playboy se liga na ideia o assunto é de favela;  
Do lado escuro obscuro e de ideias certas;  
Mas de espaço restrito e nem tanto deprimido;  
Com a consequência da sua jogada, se liga na parada;  
Consciência Humana tem o dom da palavra;  
Sabemos o que se passa, por que sua massa acha;  
Que não sabemos de nada;  
E que estamos acomodados do lado mais fraco;  
E que com eles ninguém pode, não pode;  
Não somos fracos, somos muitos e muito fortes;  
E temos nossos próprios planos de vida;  
Que nos incentivam a lutar contra vocês;  
Burguesia nazista de mente falida, playboy;  
O seu futuro é planejado, o seu dinheiro é válido;  
Mas seus planos são fracos, chegamos pra te enfrentar playboy;  
Quebramos a cara no mundo fruto do seu plano sujo;  
Para nos ver no escuro do lado obscuro da periferia, ó quem diria?  
Que essa gente que vocês tanto marginalizam;  
Iria conseguir adquirir experiência de vida playboy, boy, boy;  
Apesar dos pêsares pesados marcados;  
E cicatrizados pela força de vontade de viver;  
Ou melhor sobreviver de maneira possível;  
Nada é impossível;  
Ainda há um sorriso estampado em cima de tudo isso;  
Tentou nos pôr no enguiço boy, se liga nisso playboy;  
A vida é outra boy, não se ponha em perigo playboy;  
Pois temos objetivos;  
Que nem a elite com seu poder fortíssimo de seus soldados;  
Com suas fardas e armas conseguirão apagar;  
Já me senti culpado por aquele alcoólatra, idólatra;  
De porta de bar que assiste a tv e acha que sabe de tudo;  
Que na verdade está fora do mundo;  
Que mais uma vez na bebida encontra o seu refúgio;  
Pai de família confuso, mas nem tudo está perdido;  
É só mais uma confusão;  
Concertaremos tudo isso e mostraremos;  
Que a periferia tem o seu lado bom.  
(2x) Periferia tem seu lado bom.  
Na humildade do cidadão a gente acredita;*

*Naqueles que não abaixam a cabeça para os problemas da vida;  
Que com fé e coragem acreditam que tudo pode dar certo;  
E são pessoas que estão enxergando que não está tudo acabado;  
Pessoas que incentivam outras pessoas a darem a volta por cima;  
E superar as barreiras, buscar esse mesmo lado positivo;  
Pode acreditar, esse lado em todo o ser humano há, pode acreditar;*



*Pessoas que não são preconceituosas;  
Não tem vergonha do que são e nem do bairro aonde moram;  
Que encaram a vida como realmente é;  
Quer dar a mão e está consciente dos atos;  
Pra se orgulhar de cada passo dado simbolizando união;  
Periferia tem o seu lado bom.  
**(4x) Periferia tem seu lado bom.***

*E no entanto estou lembrando é da minha infância;  
Do bairro perigoso, da favela cheia de criança;  
Do rosto, do esforço das pessoas que moravam lá;  
Que batalharam pra conseguir um teto pra morar;  
Nordestino iludido com as propagandas que mostravam a televisão;  
Era mais uma família pra viver na mesma situação;  
E que situação do conto do vilão;  
As propagandas passavam, as famílias chegavam;  
A favela enchia, eu me divertia;  
De cada família que chegava de uma, duas, três crianças tinhas;  
Pra mim era só alegria, aumentava as amizades;  
Mas diminuía o espaço, aumentava os desentendimentos;  
Mas como sempre chegávamos á um acordo;  
E acabava o sufoca daquelas crianças, ó tempo de infância;  
Rodar pião, empinar pipa, ó tempos de criança;  
Brincar de polícia e ladrão, pow, pow no matagal;  
Dar mergulho na lagoa em dias de sol;  
Bater uma bola com os camaradas no campo ou na rua;  
Tomar puxão de orelha "moleque não brinca mais na chuva";  
Esse era o conselho que a minha coroa tanto me dava;  
Periferia tem o lado bom e eu não enxergava.  
**(4x) Periferia tem seu lado bom.***

Assim, entre o sacro e o profano, o pobre e o rico, entre as favelas e mansões, traçaram o mundo periférico jovem, que em suas letras ousadas, denotam sua sensibilidade, as representações de sociabilidade com o esquecido pelo sistema político, bem como a felicidade de quem faz arte ao se utilizar das misérias e pesares da vida. Seja no espaço público, ou sacro, a religiosidade adentrará sem conhecer fronteiras ou barreiras de d limitações.

O Rap e a vida vivida são a mesma coisa, são experiências construídas em cima de fatos verídicos, claros e cantados para memória dos “descanteados” (posto à parte de...) da sociedade. São vidas vividas para serem cantadas e narradas pelos profetas quem escrevem entre os becos desse Brasil. Como cita Novaes[10], *hoje são muitas as redes e articulações do movimento rap no Brasil. A roupa, a postura corporal, a linguagem garantem certas marcas de identidade que unem a todos.*



Isso legitima ainda mais o poder e a relação de poder que o rap tem com a sociedade, no grito de liberdade do movimento a crítica política contra a política serão constantes, até mesmo em letras gospel contra os evangélicos já estão também circulando no mercado discográfico nesses últimos. Grupo coeso e centrado mostra-nos o quanto que a diversidade religiosa perpassa em suas ricas canções que se destina a todos os guetos do país. É aquilo que disse Marcelinho, do grupo *Profetas da Revolução*,

“Nós acreditamos em revolução através do grito, da música, mas depois vão ter que vir armas né? É aquilo que Karl Marx já disse e Mano Brown reprisou, nós somos o efeito colateral do sistema”. [11]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] NOVAES, R. C. R. Errantes do Novo Milênio: salmos e versículos bíblicos no espaço público. In: Patrícia Birman. (Org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Ed. Attar, 2003, p. 25-39.

[2] CASSEANO, Patrícia. DOMENICH, Mirella, ROCHA, Janaina. *Hip-Hop – a periferia grita*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

[3] NOVAES, R. C. R. Ibid p. 31.

[4] *Ver in:* NOVAES, R. C. R. Ibid p.33.

[5] CUNHA, MAGALI DO NASCIMENTO. *Explosão Gospel - Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

[6] NOVAES, R. C. R. Ibid p. 29.

[7] ZIBORD, Marcos Antonio (2013). Rap como religião de salvação. *Comunicação e Inovação*. São Caetano do Sul. v.14, n. 27. p. 83-88.

[8] NOVAES, R. C. R. Ibid p. 39.

[9] SOVIK, L. 2000. O Rap Desorganiza o Carnaval: Globalização e Singularidade na Popular Brasileira. *Cadernos do CRH* (UFBA), 33; 247-254.

[10] *Ver in:* NOVAES, R. C. R. Ibid p.39.

[11] *Ver in:* NOVAES, R. C. R. Ibid p. 38.



## LEGALIZAÇÃO DE DOGMAS, ATRAVÉS DA ESCRITA DAS RELIGIOSIDADES AFROS, PARA QUE TENHAM CREDIBILIDADE?

MARQUES, Maria Cristina<sup>1</sup>

*Mestranda em Relações Étnico-Raciais – CEFET-RJ*

*mariacmarques2010@hotmail.com*

174

**RESUMO** - O presente artigo elabora reflexões acerca de algumas religiosidades predominantes brasileiras, com destaque especial aos cultos aos Orixás do Brasil, encontrados na Umbanda e no Candomblé. Nesse sentido, comunga-se com inúmeras atitudes ligadas ao sagrado, que são traduzidas em condutas e crenças religiosas, que mesmo sem querer passam a constituir parte do *ethos* cultural brasileiro. No curso desse processo, remonta-se ao engessamento do sistema colonial português com seu projeto salvacionista e demonizador que se concretizou nos primeiros séculos do descobrimento. Percorre-se o caminho da importância da oralidade nas religiosidades afros, de modo a não serem consideradas crenças por algumas autoridades como Religiões, ou seja, por não possuírem um compêndio próprio, relacionado a seus dogmas, assim como a Bíblia. Os escritos perpassam por Gilberto Freyre, dentre outros autores importantes ligados ao tema.

**Palavras-chave:** Umbanda, candomblé, oralidade

**ABSTRACT** - This article presents reflections on some Brazilian religiosity predominate, with particular attention to the cults of the Orishas Brazil, found Umbanda and Candomblé. In this sense, communes with numerous attitudes linked to the sacred, which is translated into behaviors and religious beliefs, even unintentionally come to constitute part of the Brazilian cultural ethos. In the course of this process goes back to inflexibility of the Portuguese colonial system with its Salvationist plan and Demonizer which took place in the early centuries of discovery. Runs through up the path of the importance of orality in afros religiousness, so they are not considered by some authorities as faiths Religions ie, for not having a proper compendium related to its dogmas, like the Bible. Permeates the writings by Gilberto Freyre, among other important authors linked to the theme.

**Key-words:** Umbanda, Candomblé, orality

<sup>1</sup>Mestranda em Relações Étnico Raciais pelo CEFET-RJ, Especialista em Afrocartografia pela FUNEMAC – Fundação Educacional de Macaé, Especialista em Línguas Latina (UERJ), e Portuguesa (FEUC). Professora de Língua Portuguesa na Rede Municipal de Macaé, Inglês na Rede Estadual. Sacerdotisa de Umbanda dos templos CROHR&CIRPAIJA [www.ogumhorusra.com.br](http://www.ogumhorusra.com.br)



*A descoberta do livro é, ao mesmo tempo, um momento de originalidade e autoridade. É ainda um processo de deslocamento que, paradoxalmente, torna a presença do livro milagrosa a ponto de ser repetida, traduzida, deturpada, deslocada (Homi K. Bhabha, O Local da Cultura, p.171)*

O ser humano, por ser social, tem uma capacidade nata de se ligar a uma realidade sensorial, para dar conta dos embates do seu subconsciente. Para tal, agarra-se a um mundo espiritual, e por essas vias, carrega dentro de si um sentimento de unidade, em decorrência da fase antropocêntrica que envolve o indivíduo. É factível sua necessidade de compreensão do oculto ao real, e para orquestrar todo esse fenômeno é que nasce a maioria das religiões, que o próprio substantivo indica, religar, conectar a algo para dar conta das demandas subjetivas de cada indivíduo religioso. Na construção desse viés de fé, é que se desperta a abordagem de que a religião tem uma dupla função de dar conta das demandas aportadas na vida de um indivíduo e de salvação de seus males.

Em decorrência do sagrado, surge o termo “seita”, embora utilizado por alguns como pejorativo, quer, na verdade, designar um grupo de uma determinada corrente religiosa, filosófica ou política. A partir dessa definição, fazer parte de uma seita é ser sectário de algum culto religioso e para dar mais enfoque acerca disso, conceituam-se seitas como ensinamentos religiosos baseados na doutrina de um indivíduo ou grupo de pessoas que, intercorrentemente, orientam, dão apoio e ensinamentos. Sabe-se que existem muitas seitas no Brasil, mas a ênfase, nesses escritos, será dada, rapidamente, ao Pentecostalismo, ao Cristianismo, ao Kardecismo, às religiosidades afros, o candomblé e a Umbanda, esta última considerada genuinamente brasileira.

Um destaque especial, nestas linhas, deve ser dado aos cultos aos Orixás do Brasil, que nasceram de várias nações oriundas do continente africano. É importante para servir de orientação e legitimação desse culto, o maior destaque da influência da cultura Yorubá, que oferece dentro de seu aporte cultural, social e religioso, uma teogonia que lhe é própria, calçada na existência das divindades, dos Orixás, encontrados na Umbanda e no Candomblé. Não se pode deixar de ressaltar, também, a largueza e profundidade de muitas inferências africanas encontradas no candomblé, religião trazida pelos africanos, adaptada aos solos brasileiros, *a priori*, na Bahia.

No curso desse processo, remonta-se ao engessamento do sistema colonial português com seu projeto salvacionista e demonizador que se concretizou nos primeiros séculos do





descobrimto. *A priori*, pelas catequeses dos índios e a criação de irmandades religiosas, usadas como instrumentos para impor a evangelização e coibir o que veio com o negro africano e com o que já estava aqui, na pajelança dos índios. O desmascaramento salvacionista que assimilou o catolicismo à sua moda, com crenças diversas, unidas às indígenas e negras, acrescidas às que veio com o colonizador, foi o suporte sagrado na construção da nação brasileira.

Desde a descoberta das terras brasileiras (1500) até a instituição da Primeira República do Brasil (1891), a intolerância religiosa tomou conta da Nação. No período colonial, por exemplo, exigia-se que todos os colonos fossem católicos, pois essa era a religião oficial do País. Com o fim do período colonial e entrada do período monárquico, a Constituição Imperial (1824) passou a tolerar cultos de religiões não católicas, entretanto, esses cultos deveriam ser domésticos, pois o catolicismo continuava sendo a religião oficial (SANTOS, 2009, p.17.).

Em decorrência disto, a religiosidade imposta e a indicada pelos colonizadores era o catolicismo, as crenças do povo da diáspora afro-brasileira eram vistas como demonizadas, e não verídicas, sob esta perspectiva, não se podiam cultuá-las, principalmente por pertencerem ao negro escravizado.

Para tanto, retomando a epígrafe dos escritos de BHABHA (2013), no início deste trabalho, quando menciona a escritura bíblica dos cristãos rompendo a crença dos indianos, e acrescentando ainda mais aqueles escritos, percebe-se quando o estudioso relata “[...] todos se uniram para reconhecer a superioridade das doutrinas desse Livro Sagrado com relação a tudo do que dele tinham ouvido ou conhecido até então (BHABHA,2013, p.73)”. Comparando um pouco ao Brasil, em relação ao extermínio de cultura primeva, salienta-se que a Índia possuía a sua própria cultura, mas que os missionários tinham a perspectiva de doutrina, mesmo sabendo que aquela população não comia a carne de boi, como os cristãos faziam no Livro Sagrado, não havia o devido respeito da cultura encontrada. A partir destes esclarecimentos da pesquisa feita por AnundMesseh em 1817, relatado por BHABHA, esses estudiosos demonstraram a força dos primeiros catequistas indianos, que com a palavra escrita, tentaram converter a religiosidade dos indianos.

Em particular, a religião que mais seguiu os parâmetros religiosos africanos foi o candomblé, que ao longo de seu percurso ritualístico no Brasil, existiu uma plêiade enorme de estudiosos dessa religiosidade, embora ainda presos a certos cânones ritualísticos oriundos da





oralidade vivenciada nos barracões<sup>2</sup>, insistiam em dizer que não podiam desvendar, pela escrita, o que se devia aprender pela oralidade, que é considerada uma tradição africana. Durante décadas, essa religião se fechou em seu universo sagrado, mas que agora, muitos conceituados escritores estão produzindo muitos escritos acerca dessa ritualística.

Numa visão mais do sincrético religioso, apresenta-se a Umbanda, religião genuinamente brasileira, considerada inferior na concepção de alguns candomblecistas ou até mesmo um passo obrigatório para a chegada ao candomblé, para tanto, “A Umbanda é considerada por muitos médiuns uma via de acesso ao candomblé, uma espécie de preparação para atingir um nível superior. Iniciar-se no candomblé significa um retorno às origens, uma maneira de tornar-se “africano” (grifo da autora) (CAPONE, 2004, p.27)”. Calçada na mistura de crenças e rituais africano, indígena e europeu, essa religiosidade fez 105 anos, em 15 de novembro de 2013.

Nessa perspectiva, um destaque especial deve ser dado às elaborações conceituais acerca das religiões homogêneas brasileiras, e a problematização da presença delas, no espaço público no Brasil. Tais reflexões iniciais orientadas por Emerson Giumbelli<sup>3</sup> são estudos interessantes sobre a presença das religiosidades que dominaram o contexto estudado pelo autor. Ressalta-se, porém, que mesmo depois de uma abordagem rápida dessas crenças expostas pelo estudioso, o que se pretende assinalar é uma ancoragem maior aos estudos das religiosidades afro-brasileiras.

Para reabrir a conversa com esse pesquisador, é factível assinalar que suas pesquisas foram feitas nas áreas de história e ciências sociais. É essencial a localização do tempo marcado dos estudos, que no caso, pertence aos anos 50 do século XX, cujo campo religioso predominante era o catolicismo.

A análise de GIUMBELLI (2008) direciona para o censo daquele tempo, e caminha suas reflexões para os meados de 50. Sustenta que o catolicismo era composto de 94% da população brasileira e ao se passar dez anos, quase nada havia mudado. Para corroborar tal assertiva, é

<sup>2</sup>Terreiro de candomblé é como são geralmente conhecidos os templos de candomblé ou Espaço de Religião de Matriz Africana. Mas também são chamados de casas, roças e, dependendo da nação, podem ser chamados de barracões ou, ainda, pela palavra correspondente a casa nos vários idiomas africanos, ou seja: em yoruba, terreiro é egbe e casa é ilé [...] Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro\\_de\\_candombl%C3%A9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro_de_candombl%C3%A9), no dia 31 de maio de 2014.

<sup>3</sup>Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS; Autor de *O Cuidados dos Mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo* (1997). Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2](http://www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2), acessado no dia 30 de maio de 2014.



factível dizer que existiam outras nuances da presença maciça dessa religiosidade, desde o período do descobrimento, a igreja católica detinha o controle de 60% das escolas secundárias e 30% das escolas superiores. Havia uma força social e uma proximidade maior com o Estado por essa religião. É a partir destas relações, que essa crença detinha a “força, poder e prestígio” (grifo do autor) e obrigava o povo brasileiro a participar de seus rituais de batismo e missa de sétimo dia.

Por fim, a análise de Giumbelli fica centrada nas estatísticas oficiais que ofereciam uma lacuna e não apresentava informações sobre os dados da variedade dos cultos de denominação “espírita” a que se referia às religiosidades que tinham o transe mediúnico em sua doutrina, como também o pentecostalismo. Tudo isso, para o pesquisador, permite estabelecer que o catolicismo estava deixando de ser homogeneizador. Julga-se, portanto, que os católicos ficaram em alerta, com os dados censitários entre 1950 e 60, 83,5% de católicos, 8,1% de protestantes, 6% de espíritas e 2,4% sem religião (apud Camargo, 1973, GIUMBELLI, 2008, p.80-85).

### **Os protestantes e a disputa constante**

Surge, então, o ameaçador da igreja católica, os protestantes. Nesse sentido, vale um aparte histórico do autor acerca da religiosidade pentecostal. Um fato interessante quando enfatiza que ela está no Brasil, desde a segunda década do século XX e as primeiras igrejas criadas foram as “Assembleias de Deus” e a “Congregação Cristã do Brasil”, que são duas denominações pentecostais criadas na década de 50, que trouxeram inovações a essa religiosidade.

Considerando essa abordagem da historicidade evangélica, primeiramente, vale-se dizer que sua origem deu-se num evento chamado A Cruzada Nacional de Evangelização, através do missionário americano H. Willims, em 1946. Depois disso, esse religioso esteve no Brasil, em 1953, e percorreu toda a São Paulo acompanhado de um guitarrista, ator de filmes de faroeste. Em solos brasileiros, implantou uma filial da Igreja do Evangelho Quadrangular, que tinha como foco principal, a cura religiosa inspirada pelo Espírito Santo. Nestes quadrantes, percebeu-se a intenção verdadeira de inovação da doutrina do pentecostalismo anterior.



Dentro desse contexto de renovação pentecostal, havia uma necessidade de criar uma religiosidade, extremamente, brasileira, em consequência, surgiu, por Manuel de Mello, migrante pernambucano, a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Esse religioso estabeleceu-se em São Paulo, nos anos 40, em que trabalhou como operário, e segundo esse senhor, desejava uma religiosidade com raízes brasileiras e fundou a sua doutrina.

Pode-se dizer que a intenção era disputar espaço com o catolicismo e dialogar com ele, mas diferente da linguagem do latim usado nas Bíblias católicas, essa doutrina, “O Brasil para Cristo”, ensejava por uma linguagem simples na leitura da Bíblia. Consequentemente, “A Brasil para Cristo” tinha como referência uma religiosidade extremamente brasileira e abria caminho para outras seitas muito importantes, como a “Deus é Amor”, nos anos 60, e nos anos 70, a “Igreja Universal do Reino de Deus” (GIUMBELLI, 2008, p.85-88).

### **O mineiro Xavier**

Para dar início às reflexões, ainda, de Giumbelli, sobre o espiritismo de Kardec, parte-se do excerto do importante médium brasileiro nascido em Minas Gerais. Nas décadas de 30, surge na psicografia de Francisco Cândido Xavier que o Brasil seria “pátria do evangelho”. Para reiterar a importância desse homem, basta dizer que se tornou conhecido, nos anos 30, em 2006, foi eleito por uma revista semanal como “o maior brasileiro de todos os tempos”.

Com nenhuma noção acadêmica, lançou os seus primeiros livros, entre eles *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Com isso, o espiritismo de Kardec, importado da França, firma suas raízes no Brasil. Nestes quadrantes, basta acrescentar que sua conquista se dá, através de adeptos e propagandista escolarizados e suas práticas terapêuticas, movidas pelo critério exclusivo da “caridade”. Vale dizer que a década de 50 marca a trajetória de Chico Xavier e sua primeira biografia é publicada em 1954. Nesta obra, realça-se a conduta de um médium cristão que se calcifica em temas de sofrimento, missão, perdão e do afastamento do mundo. Imbuídas nesse contexto, as referências católicas, principalmente a de São Francisco de Assis e Maria.



## Os intelectuais negros Haúça maometanos

Adentrando nesse momento nos espaços africanos, nas entrelinhas de Casa Grande e Senzala, para ressaltar outra religiosidade de cunho africano, composta pelos próprios negros oriundos de África.

Como em toda história religiosa relata a origem de alguma influência, há de se retroceder de 1950 para os idos de 1835, e habitar as páginas de Gilberto Freire<sup>4</sup>, para refazer a presença dos africanos no Brasil, em face de alguns fortalecimentos de saberes afros. Nessa emergência de novos enfoques da presença da etnia negra e de sua cultura que contagiou os solos tupiniquins, através da diáspora africana, alcança-se o Sudão Ocidental, área de cultura maometana.

Nessa formação e transformação de cultura, surgem os Haúça maometanos com suas grandes monarquias ou reinos – Daomei, Benim, Axanti, Haúça, Bornu, Ioruba, sociedades ditas como secretas com habilidades exuberantes da vida política, agricultura, criação de gado e comércio. É a partir dessas relações, que se infere ser um povo com grande habilidade artística nos trabalhos com pedras, ferro terracota dentre outras mais.

Segundo Freire, (apud Nina Rodrigues), os Haúça maometanos eram por demais intelectuais e sociais aos extremos e se organizam religiosamente. Em 1835, na Bahia, provocavam revoltas nas senzalas e usavam por demais as suas habilidades de dominação. Na verdade, eram tidos como aristocratas nas senzalas e causavam grandes revoluções. Além disto, possuíam uma organização política adiantada, como também uma literatura religiosa escrita, e não se conformavam terem posição de inferioridade aos portugueses.

De acordo com relatos de Freyre (apud Abade Étienne), o islamismo ramificou-se no Brasil numa seita poderosa e permeou os escuros das senzalas. Sabe-se, portanto, que da África vieram “mestres e pregadores a fim de ensinarem a ler no árabe os livros do Alcorão”. De acordo com esse estudioso da Casa Grande, aqui funcionaram escolas e casas de oração maometanas (FREYRE, 1987, p. 310).

Pontua-se, novamente, com os conceitos de Freyre, quando se diz que na Bahia, houve uma intensa ênfase nessa religiosidade entre os escravos, para tanto, lia-se o alcorão, que pregava a doutrina do profeta Maomé, contrária a de Cristo. Na contramão religiosa,

<sup>4</sup> Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, editora José Olympo., rio de Janeiro, 1987, 25ª edição, p.309-313.



praguejavam as missas católicas e diziam ser essa religião adoradora de pau, e enfatizavam que os rosários cristãos, que continha a cruz de nosso senhor, opunham aos deles com noventa e nove contas de madeira, que se sobrepunha a cruz dos rosários católicos. Por isso, infere-se que, por alguns momentos, o catolicismo rendeu-se a essa influência maometana, assim como fez com as crenças indígenas e dos negros menos cultos. A exemplo desse sincretismo mulçumano, têm-se as orações para livrar o corpo da morte, guardar a moradia dos ladrões, além de outras mais. Ainda, segundo Freyre, havia uma predisposição de negros e mestiços para o Protestantismo, que era um “inimigo da missa, dos santos, dos rosários com a cruz, que se explique pela persistência de remotos preconceitos anticatólicos, de origem maometana (FREYRE, 1987, p. 312)”.

É fato que os escravos malês tiveram grande influência na cultura desenvolvida pela formação do brasileiro. Todas essas críticas descritas pelo autor induzem-se que o catolicismo, que permeava as casas-grandes, se rendeu aos conceitos mulçumanos causando submissão aos religiosos de poder do catolicismo. Na verdade, houve uma “interpenetração de influências de cultura no desenvolvimento do catolicismo brasileiro e da língua nacional (FREYRE, 1987, p.313).”

### **O candomblé – caminhos eternos da diáspora africana**

Com o propósito de integrar a cultura do negro da diáspora africana, nesses estudos, infere-se acerca da troca cultural ocorrida no novo mundo, através da religiosidade oriunda dessa etnia. Juana Elbein dos Santos (1986) enfatiza que engajados, forçosamente, nestes contextos de colonização, trouxeram de sua saudosa terra, particularmente chamada de Costa dos Escravos, todo ingrediente formador da cultura afro-brasileira. “Durante três séculos, os diversos grupos étnicos ou “nações” de diferentes partes da África Ocidental, Equatorial e Oriental forma imprimindo no Brasil suas profundas marcas (SANTOS, 1986, p.27) ”.

Sabe-se que cambiaram muitos conhecimentos oriundos do velho continente e um dos símbolos culturais dessa cultura afro-brasileira deu-se, primeiramente, através do candomblé, religião que deveria se considerar genuinamente africana, mas que não pode receber essa denominação por ter sido recriada em berços brasileiros, por motivos de adaptações aos paramentos ritualísticos.



Engajados nas complexas discussões acerca de genuinidade dessa crença, retomam-se os conceitos de Stefania Capone, na obra *A Busca da África no Candomblé*, em 2004, quando enfatiza que

[...] a fidelidade a um passado africano se torna um sinal positivo de coesão social e cultural. A ‘memória negra’ marca a fidelidade às origens e, portanto, a pureza do culto em questão. Em compensação, a traição às origens, causadas pela perda dessa memória coletiva, caracterizaria os cultos ‘degenerados’ ou ‘degradados’ (grifos da autora) (CAPONE, 2004, p.29).

Percebe-se que estudos dessa natureza, através da oralidade, demandam extensa e intensa pesquisa documental não existente, até há pouco tempo, nessa religiosidade. É sabido que os estudiosos do passado tiveram que adentrar os terreiros dos candomblés da Bahia, e muitas vezes, sem a devida vocação religiosa, transformarem-se em adeptos do culto, somente para concretizarem suas pesquisas em campo de estudos.

Nina Rodrigues e Arthur Ramos, nos anos de 1930, fizeram suas pesquisas no Gantois; Édison Carneiro no Engenho Velho; Roger Bastide, Pierre Verger, Vivaldo da Costa Lima e Juana E. dos santos, entre outros no Axé Opô Afonjá.[...] Essa concentração implicou também o estabelecimento de vínculos muito especiais entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Assim, Nina Rodrigues e Ramos se tornaram *ogãs* [...] Da mesma forma, Édison Carneiro era ogã do Axé Opô Afonjá [...] e Pierre Verger, que havia recebido o título de *Oju Oba*<sup>5</sup>, assim como muitos outros antropólogos receberam cargos rituais nesse terreiro [...] ((CAPONE, 2004, p.20).

Quando se trata de candomblé há de se induzir que não se deixarão de suscitar outros debates acerca de seus segredos na religiosidade. A pureza do culto, a manutenção de seus segredos, a vivência no espaço sagrado para a aprendizagem do culto, através da oralidade são conceitos básicos e engessados nesta cultura religiosa. Salienta-se, quase com uma certeza de que aqueles estudiosos não tiveram acesso aos seus segredos, e se assim o fizeram, depois de comprometidos no culto, não seguiram adiante com seus escritos, ou porque tiveram consideração com a sua egrégora, seita, ou se relatassem, através da escrita, poderiam sofrer alguma represália por parte de seus líderes religiosos.

<sup>5</sup> Oju obá é uma palavra da língua yorubá que significa Olhos do Rei ou Os Olhos de Xangô, é um Oyê (título honorífico africano dado àqueles que se tornassem altos sacerdotes e dignitários do culto de Xangô na África). Disponível em: <http://www.triangulodafraternidade.com/2014/01/oju-oba-os-olhos-de-xango.html>, em 01 de junho de 2014.



Isto posto, não se pode falar do candomblé sem levar em consideração outros cultos afro-brasileiros, que percorre o mesmo caminho religioso, ainda que ajude a definir fronteiras, não se almeja dizer qual o certo e qual o errado, qual o melhor e qual o pior, não são esses os objetivos destes escritos, e sim valorizar essas culturas religiosas que carregam valorosos conceitos do sagrado de alguns países do continente africano.

### **Dizem ser o autêntico sagrado brasileiro**

A partir das considerações acerca de religiosidade ligada à cultura africana, o candomblé, esse episódio destaca a Umbanda, considerada uma religião autêntica brasileira. Em sua vertente espírita, diz-se que surgiu em 1908, através do Caboclo Sete Encruzilhadas, incorporado no médium Zélio Fernandino de Moraes, numa sessão espírita kardecista, na Fundação Espírita de Niterói, neste lugar, na verdade, obteve o seu registro de nascimento.

Entretanto, há quem diga que a Umbanda já existia muito antes desse episódio, mas que naquele momento, houve a necessidade de ser reconhecida devido ao áspero caminho percorrido por seus adeptos. Mesmo porque os aspectos de benzeduras, passes e manifestações espirituais já existiam há muito tempo.

Quando o assunto é religião afro-brasileira, o caráter folclórico ocupa espaço significativo no imaginário popular. Ainda mais quando estamos diante de um imenso espectro de religiões entendidas como tal: candomblé, jurema, macumba, tambor de mina, umbanda, Xangô do Nordeste etc. A Umbanda, entretanto, apresenta uma peculiaridade que a diferencia das demais: enquanto os adeptos das religiosidades mais africanizadas buscavam legitimar suas práticas exaltando a pureza das tradições nagô, os líderes do “movimento umbandista” fizeram questão de apresentá-la como religião brasileira (OLIVEIRA, 2008, p.19).

Para esse autor, a composição das três etnias formadoras da nação brasileira, era também a composição religiosa: o catolicismo do branco, a pajelança dos índios, e os orixás do africano. Entretanto, o que se percebe, por se tratar de desencarnados, indivíduos falecidos, e incorporação dos mesmos, a característica da etnia branca europeia inserida nessa religiosidade está ligada mais aos franceses da doutrina de Kardec, do que a dos católicos. Para tanto, sabe-se que no catolicismo, não existe o fator mediúnico e nem tão pouco a incorporação. Com





feito, o uso de imagens católicas foi apenas um referencial aos Orixás africanos, de modo a não sofrerem repulsas por parte do colonizador, nas Casas Grandes.

Considere-se, neste sentido, outro aspecto da Umbanda. Vista também sob outro ângulo esotérico, cultura os ciganos, o indianismo e às vezes tem simpatia pelo budismo. Para ratificar esses conceitos, insere-se Alexandre Cumino,

Ela amadurece com capacidade ímpar e recicla-se o tempo todo em busca de uma identidade. Tem a vantagem de aprender com os acertos e erros das outras religiões, buscando uma visão mais universalista para explicar a realidade que nos cerca (CUMINO, 2010, p.29)

184

Percebe-se que o campo em que esse ambiente religioso se estabelece não deixa de ser o cultural. É sabido que religiosidade caminha simultaneamente com cultura, e a presença da cultura negra nessa religiosidade dá-se, através do culto aos Orixás, nos percalços de suas narrativas que só permanecerão intactas, se essa figura de narrador ficar para sempre ou se não for distorcida, para tanto a necessidade de registros. Para se tornar esse conhecimento precioso e mais acessível aos leitores é o desafio contundente da escrita.

Vale-se dizer que essa religiosidade traz também a ancestralidade do negro, através da figura dos pais e mães velhos, espíritos que foram escravos no Brasil ou na África. Junto a essas denominações, vêm suas raízes: angola, congo, dentre outras nomenclaturas afins a lugares africanos. Convém lembrar que assim como o candomblé, o respeito aos mais velhos prevalece.

Para complementar este objeto de estudo, cumpre fazer uma rápida referência à linguística e adentrar na teoria das linguagens escrita e falada e perceber a sua importância, em relação à religiosidade afro-brasileira.

### **A oralidade se sobrepõe à escrita**

Partindo do pressuposto de Joaquim Mattoso Câmara Jr.(2012), quando ressalta que as comunicações dão-se através, primeiramente, do som e da visão para depois se transformarem em símbolos, para ele, a palavra escrita não passa de um *ersatz* da fala, ou seja, um substituto da oralidade. Por outro lado, não há de se esquecer que a comunicação oral foi muito importante nas civilizações antigas consideradas, assim, as mais básicas. Além disso, para se perceber o funcionamento da linguagem humana é preciso partir desta modalidade de linguagem.



A respeito da oralidade, têm-se os gestos com as mãos, as expressões faciais, o timbre de voz, a entoação pelos quais se dão as mensagens, enfim, uma série do jogo fisionômico, que é traduzido por outros códigos na escrita, que por muitas vezes, estão ausentes nessa última modalidade. Em virtude desses aspectos, pelas riquezas de recursos que facilitam a comunicação, alinguística e a oralidade se sobrepõem à escrita. Além desses efeitos, os fenômenos psíquicos estão inseridos na oralidade, tais como antipatia e empatia, sem pensar no fato de que essa modalidade tem a primazia de prender mais a atenção que a grafia (CÂMARA JÚNIOR, 2012, p. 14-16). Cabe ressaltar, ainda, que na modalidade oral tem-se mais flexibilidade, pois se diz, hesita-se, reduz-se, volta-se atrás e corrigem-se interpretações.

### **A modalidade escrita - formalizações de discursos**

Desde que o homem começou a organizar o pensamento por meio de registros, a escrita foi se desenvolvendo e ganhando espaço na sociedade, com a busca de propagação de ideias e divulgação de informações.

É válido lembrar que os hieróglifos foi o início dessa escrita que estava ligada com propósitos sacros e cotidianos, dessa forma, só depois com o contato com o grego e o romano esses símbolos evoluíram para o hierático. Os hieróglifos eram usados em túmulos e são os registros mais antigos da civilização. Considere-se, neste sentido, que a escrita exige estudo e experiência em seu manuseio sob um grande número de regras gramaticais que resulta numa língua.

Um dos laços importantes da comunicação da humanidade é a escrita rupestre, que por um carinho da natureza, ainda deixa vestígio da comunicação do homem pré histórico. Assim, na evolução da humanidade, a utilização de registros impressos torna-se indispensáveis às relações socioeconômicas e da cultura. Para tanto, sabe-se que a escrita coloca em símbolo o vivido, exige que se inventem palavras para traduzir o perdido e resgatar memórias. Sua função é seguir regras de seu universo literário para tentar compreender o ininteligível. Neste contexto, ela evidencia vestígios que servem de clareiras para novos debates, tece tramas e desbrava formas composicionais de diferentes gêneros.



## Religiões sem registros

Ao contrário das religiosidades mencionadas, a Umbanda e o Candomblé não possuem um código único de escrita, conseqüentemente, toda experiência religiosa gira em torno dela, através de oralidade hermética, ou seja, suas doutrinas ou modos de rituais são abertos, mas os seus fundamentos são para acesso de poucos e são protegidos por essa oralidade. Não se deve esquecer de que judeus e cristãos trouxeram negros em navios encharcados de doenças para o trabalho escravo e com eles, sua crença em seus deuses e entidades. Foi, exatamente, através da religiosidade, que conseguiram suportar o saudosismo de suas terras e de seu sagrado e por isso, para que se tornassem poderosos em magia, havia a necessidade de preservar as suas ritualísticas.

Embora não se tenha uma escrita codificadora, essas religiosidades são apoiadas por imunidades tributárias no artigo sete, inciso da VI da CF/1988, tidos como "cláusulas pétreas", ou seja, dispositivos que não podem ter alteração, nem mesmo por meios de emenda, tendentes a abolir as normas constitucionais relativas às matérias por elas definidas. Conseqüentemente, são inerentes de alterações.

A tudo isso exposto acerca da oralidade e da escrita, é justamente para introduzir a demanda causada pelo juiz<sup>6</sup> que, de modo preconceituoso, não reconheceu as religiosidades de matriz africana como religiões, por não possuírem um código único, como a Bíblia e o livro do alcorão. Enfatizou ao dizer que por não terem um livro base para se guiar, e não cultuarem uma única divindade, não se consideraria como religiosidades, o candomblé e a Umbanda. Logo depois, voltou atrás com uma retificação em reconhecer o caráter religioso dos cultos africanos.

Neste contexto de explicação, desponta a falta de conhecimento advinda do magistrado em não saber que a exteriorização dessas crenças, vem através dos tempos, com transmissão, puramente, oral, que de geração em geração e foram trazidas pelos antepassados, sem que houvesse a formalidade de reuni-las em compêndios, e através dessas crenças é que se reconhece a pluralidade cultural que cerceia a nação brasileira.

<sup>6</sup>O juiz federal Eugenio Rosa de Araújo, da 17.<sup>a</sup> Vara Federal do Rio, que disse não considerar religiões as manifestações afro-brasileiras. Disponível em: <http://www.blogdajoice.com/lideres-religiosos-criticam-juiz-que-nao-considera-religioes-cultos-afro-brasileiros/> Acessado em 12 de junho de 2013



Na verdade, a tradição oral trata de memórias individuais na transmissão um a um para diversos envolvidos no processo, é desse jeito que se passam os conhecimentos. Pontilha-se, portanto, que a disseminação de valores é imbuída na cultura de tradição oral, de fato, há um mecanismo de memória coletiva de gerações passadas. Entretanto, para alguns pesquisadores, não se pode dar valor a uma tradição oral porque não se encontram vestígios de experiências místicas para que alguém possa servir de testemunhas. Para tanto, a falta de registros formais da Umbanda e do candomblé faz com que essas religiosidades não sejam vistas como seitas, por indivíduos que desconhecem todas essas tradições.

Vale ressaltar, para fins de futuros diálogos ou contestações, que o ilustre e estudioso do passado de um arquivo morto, Tancredo da Silva Pinto, disse que desde há muito tempo, comentou acerca da falta de registro doutrinário dos cultos afro-brasileiros. Sabe-se, portanto, que, infelizmente, só se pensaram em Federação<sup>7</sup>. Para tanto, percebe-se muito bem, que tal órgão não dá, assim, muita legitimidade ao culto. Muito se tenta perpetuar as religiões de matrizes africanas, e a PUC-RJ elaborou uma cartilha que diz

A legalização, e conseqüentemente a institucionalização das casas de religiões de matriz africana, dará um passo importante na valorização e reconhecimento do seu legado cultural, e também favorecerá a construção de um caminho virtuoso de respeito às diferenças e garantia da igualdade entre os segmentos religiosos em nosso Estado.<sup>8</sup>

De fato, esse foi um passo importante para as religiosidades de matriz africana, pois conduz como legalizar, inserindo CNPJ, nas comunidades de terreiros de modo que sejam reconhecidos pelo Governo Federal, como religiões importantes e que podem receber os mesmos privilégios de outras, através deste Órgão. Portanto, é a partir desta documentação empresarial que se dá a legalização e não através de Federações. Nestes quadrantes, percebe-se a preservação dessa cultura dos terreiros que se remete ao reconhecimento da pluralidade cultural da Nação brasileira. “Oxalá chegue em breve o dia em que haverá igualdade, ausência de hierarquias e mesma dignidade entre todas as formas de exprimir a crença religiosa. Que esta

<sup>7</sup>As religiões afro-brasileiras, Candomblé, Umbanda e outros cultos afro, devido à sua expansão e atual divulgação pelo Brasil, Portugal, América do Sul, Europa e África, encontram-se representadas por federações, associações, núcleos, grupos, etc., que tutelam, legalizam e representam os religiosos e suas casas de culto, assim como seus filhos (seguidores). Disponível em: [Wikipédia pt.wikipedia.org/](http://pt.wikipedia.org) acesso em 12 de junho de 2014.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.jur.puc-rio.br/depto/wp-content/uploads/2013/08/Cartilha-para-Legaliza%C3%A7%C3%A3o-de-Casas-Religiosas-de-Matriz-Africana.pdf>, acesso em 15 de junho de 2014, p.4



cartilha possa ser útil na construção deste ideal (Cartilha para legalização de Terreiros, 2012, p.10)”.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nesses estudos, apenas seis segmentos religiosos foram abordados, sendo que alguns deles têm a escrita como código sagrado. Conseqüentemente, o mais importante, a Bíblia, é a forma mais antiga de escrita da humanidade. Este instrumento sagrado é importantíssimo para o catolicismo e neopentecostalismo que a tem como referencial de fé. Ratificando, é a palavra de deus com o homem, em busca de fundamentos religiosos, e com isso, cria-se um vínculo do profano com o sagrado, para que se sigam as palavras de Deus.

Por esse viés literário escrito e religioso, recorda-se, também, a formalização do sagrado dos muçulmanos que se dá pelo alcorão ou Corão, que é registro de palavras reveladas por Deus ao profeta Mohammad. E como já foi mencionado, Kardec, que assinala O Livro dos Espíritos como referencial de escrita do Espiritismo.

Retomando, agora, o aspecto de legalização de dogmas, através da escrita das religiosidades para que as mesmas tenham credibilidade, conforme apelação do juiz acima mencionado, há de se convir que nas religiosidades de matriz africana, é quase impossível, pois não se tem como codificar a doutrina de Umbanda, uma vez que esta pertence a um leque de doutrinas, como também codificar o candomblé, pois é uma religiosidade velada em seus parâmetros rituais.

Parte-se do princípio que a oralidade é a modalidade mais importante na sustentação dessas crenças afros, entretanto, ressalta-se a necessidade da escrita, como código para obtenção de respeito e legitimidade na sociedade, o que não se pode deixar à parte. Cabe ressaltar que não é fácil lidar com a resistência de manifestações em considerar esses sagrados de menos importância e o pior, menosprezá-los como cultura formadora da Nação, por não ter um código único para representá-los.

A tudo isso exposto pode se inferir que são formalizações de discursos, tendo a escrita como importante meio para a elaboração dos mesmos. Portanto, alguns pesquisadores apontam que o acesso aos estudos de experiências religiosas dá-se pelos textos escritos ou por



testemunhos de fé. Esses são exemplos de vieses culturais que reavivam a memória do sagrado, que carregam consigo um forte vínculo pela veracidade, através da escrita sagrada.

Na verdade, o conceito de místico, entre os estudiosos, dá-se pela tentativa de colocar por escrito, momentos experimentais desses sagrados, conseqüentemente, o escrito pode ser interpretado a cada tempo. Na tradição religiosa em que a escrita está imbuída, a palavra é acatada por quem a profere, por quem a domina, este passa a ser o guardião da mesma e com isso, adquire o poder, ritualmente, transmitido. Para tanto, o propósito final desse contexto é que cada religião deve ser considerada em si mesma, em sua totalidade, em seu modo de cultivar e que deve ser acatado o seu *modus operandis*, e é o que se ressalta nas religiões afro-brasileiras.

Então, sugere-se uma literatura comum a toda Umbanda, sem mesmo tocar em ritualísticas, como também no candomblé. Discursivamente, entende-se que a oralidade faz parte destes contextos, mas o receio da perda de mais detalhes destas religiões vem permeando entre os escritores dessas religiosidades. Muito se fala nesse contexto de deturpações de códigos de magia, como também de conceitos religiosos.

Sem discutir a complexidade dessas afirmações e suas implicações, revisitam-se todas as demandas de intolerâncias religiosas do passado e do presente acerca desses cultos e insiste-se em um diálogo maior travado entre grandes escritores da memória dos arquivos, junto aos contemporâneos, que são exímios estudiosos de grande competência, de modo a conferir novas dimensões para essas religiosidades para que as mesmas adquiram o devido respeito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*, tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves, 2ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

CAMARA Júnior, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*, 29ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012,.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé, tradição e poder no Brasil*. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CUMINO, Alexandre. *História da Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: Madras, 2010.



FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª edição, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1987.

GIUMBELLI, Emerson. *Religiões no Brasil dos anos de 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade*. In: PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 3, nº 1, 2012, p. 79-96.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de. *Das macumbas à Umbanda: uma análise histórica da construção de uma religião brasileira*, Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2008.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. *Formação de professores e religiões e matrizes africanas: um diálogo necessário*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, volume 4).

SANTOS, Juana Elbein dos. *OsNàgô e a morte: Pàde, àsèsè e o culto Égun na Bahia*. Traduzido pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis, Vozes, 1986.





## SABERES E CELEBRAÇÕES: FESTEJANDO SÃO SEBASTIÃO NO JIRO<sup>1</sup> DO REIS DO MULUNGU

JESUS, Maria Eunice Rosa de.

*Estudante de doutorado do Programa de Educação e Contemporaneidade – PPGEduc – Departamento de Educação – CAMPUS I, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.*

*E-mail: merosasilva@yahoo.com.br*

### RESUMO

O interesse em estudar a religiosidade popular na comunidade negra rural do Mulungu e as práticas de sociabilidade desenvolvidas pelas mulheres para a manutenção e afirmação das suas festividades se explica por esse tema se constituir em um campo rico para a compreensão dos diferentes lugares de saber e de produção de identidades. O principal objetivo é compreender em que medida as redes de sociabilidade construídas no cotidiano da comunidade são responsáveis pela manutenção e preservação de duas festas religiosas do Mulungu. A pesquisa etnográfica é a nossa escolha metodológica, uma vez que parece ser o caminho que melhor traduz a rotina diária e os eventos especiais que nos levam a uma compreensão das redes de significações do real entre as manifestações culturais, as festividades, as crenças, os modos de viver, o perceber e o imaginar que são partilhados pelo indivíduo e com seu grupo social.

**Palavras-chave:** Comunidade negra rural. Cotidiano. Festividades.

### ABSTRACT

The study of both the popular religiosity in the Mulungu community and the practices of sociability followed by the women in order to maintain and affirm their religious festivities makes up a rich research field to understand the different sites of wisdom and identity production. Our main aim is to understand to what extent the sociability networks built in the everyday community life account for maintaining and preserving two religious festivities in Mulungu. Ethnographic research is our methodology of choice since it seems to be the way that best translates the daily routines and the special events leading to our understanding of the networks employed to signify reality among the cultural manifestations, festivities, beliefs, lifestyles, and ways of perception and imagination that are shared by the individual with his/her social group.

**Key-words:** Rural black community. Everyday Life. Festivities

<sup>1</sup> Jiro, termo banto, deverbal de *Kujila*, cujos significados são rezar, orar, festejar os deuses (PESSOA DE CASTRO, 2001, p.261).



Estudar o Reis do Mulungu e a Celebração ao Santo protetor da Comunidade – São Sebastião, bem como as práticas de sociabilidade desenvolvidas pelos moradores e, em especial pelas mulheres, para a manutenção e continuidade dessas festividades se explica pela representatividade e importância que essas duas festas católicas têm para a comunidade negra rural do Mulungu, localizada no alto sertão baiano, município de Boninal, na Chapada Diamantina/Bahia. Neste estudo de doutoramento, parto do pressuposto de que as manifestações religiosas representam e reforçam os sistemas sociais e hierárquicos, em uma articulação e incorporação tanto de elementos da modernidade/contemporaneidade quanto tradicionais. Neste sentido, a festa, além do caráter religioso, promove de forma substancial uma reflexão sobre a vida da comunidade, na medida em que garante a troca de experiências, de bens e símbolos carregados de significados, configurando-se em um importante evento das comunidades locais, possibilitando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como contribuir para a construção e reconstrução das identidades locais e regionais.

Para tentarmos compreender melhor tais redes sociais tomaremos como suporte teórico os princípios de Félix Requena Santos (2001), na sua obra *Amigos y Redes Sociales: elementos para uma sociologia de la amistad*, que segundo o autor, para compreender as redes sociais é preciso, inicialmente, tomar a ideia de que os indivíduos sentem-se mais à vontade no interior de sua comunidade do que fora dela, devido a três fatores: a existência dos membros da sua comunidade que estabelecem vínculos interligados mutuamente; a dificuldade de se estabelecer os mesmos vínculos com pessoas fora de seu grupo e a frequência das interações que fortalece os laços.

Conforme o pensamento de referido autor, as redes de relações são um contínuo processo de trocas, nas quais os indivíduos dependem um dos outros. Essas trocas apresentam limites difusos, operam as informações e auxiliam com grande eficiência a vida social da comunidade. Ainda de acordo com Santos (2001), as ações em torno dessas redes se intensificam na medida em que aumenta sua densidade, isto é, quanto mais densa a rede, mais os moradores se interessam em saber uns dos outros e compreendem a importância de viver num espaço em coletividade. Neste sentido, a questão do coletivo na vida da comunidade implica, *a priori*, ser um grupo.

Diante da importância que tem a coletividade para a vida da comunidade, torna-se necessário definir melhor o termo sociabilidade. Para Simmel:



“Sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmo e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade.

Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência. (...) Pois a forma é a mútua determinação e interação dos elementos da associação. É através da forma que constituem uma unidade. (SIMMEL, 1983, p.168/169)

O conceito de “sociabilidade”, tal qual anunciado por Simmel (1983), muito nos ajuda a compreender o tipo de manifestação e contexto de sociação observados no Mulungu de Boninal, na medida em que, a identidade de grupo se vê reforçada nos momentos das festividades, gerando um sentimento de satisfação e reconhecimento dos seus membros que é derivado de um valor para o grupo. As festividades, portanto, podem ser compreendidas como um espaço de sociabilidade entre as pessoas, pois sejam elas rituais religiosos ou entretenimento, cujo objetivo é a celebração, comemoração, divertimento ou fruição elas são únicas e singulares, retratando o modo de vida e o cotidiano da comunidade. Depreende-se, portanto, que cada uma delas revela o modo de ser e viver dos grupos sociais, os quais nelas produzem e reproduzem sentidos e significados diversos. Desse modo, a festa/atividade revela a relação que as pessoas de uma determinada comunidade/sociedade estabelecem entre elas, com o sagrado e o simbólico, bem como com a sua ancestralidade e sua história. Nesta perspectiva, investigar sobre as redes de sociabilidade construídas e estabelecidas pelas mulheres para a manutenção das festividades do Mulungu pelo viés sócio antropológico é, portanto, compreender um pouco mais sobre nossas festas interioranas e rurais e nossa vida em sociedade.

Desde o período colonial até os tempos modernos, as festas religiosas se apresentam como uma das principais formas de expressão social da população das pequenas cidades (DEL PRIORE, 1994). Compostas, geralmente, por duas partes: uma sagrada e uma profana, as festividades de cunho religioso acontecem dentro da igreja ou capela com missa, celebrada por



um padre, ou rezas efetuadas por leigos. E fora dela quando se realizam as quermesses, os eventos musicais, as danças e apresentações típicas da localidade.

Tal como assinala Del Priore (1994), no Brasil colônia, as irmandades e confrarias destacavam o papel das comunidades na participação e organização das festas religiosas e de suas procissões; uma origem europeia comum embalou as festas coloniais. A periodicidade da produção agrícola induziu o homem em determinados períodos de plantação e colheita a aglutinar a comunidade para celebrar, agradecer ou pedir proteção. A repetição dos ciclos agrícolas, identificados com a reunião de grupos sociais, compeliu à festa uma função comemorativa. As festas nasceram das formas de culto externo, geralmente a uma divindade protetora das plantações, em tempos e locais distintos. No entanto, com o advento do cristianismo, tais solenidades foram ressignificadas: a Igreja determinou datas que fossem dedicadas ao culto divino, considerando-os dias de festa, os quais formavam, em seu conjunto, o ano eclesiástico.

Nesses momentos de festa, tanto no âmbito do sagrado quanto no profano, todas as coisas se reconciliam. É um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, permitindo aos moradores e participantes experimentar afetos e emoções. Nesse sentido, as festas revelam a essência fundante de respeito à fé e à fraternidade comunal, que alimentam as manifestações religiosas e perpetuam as tradições que constituem um verdadeiro patrimônio cultural.

Ainda segundo Del Priore (1994, p. 19), no que diz respeito à separação das festas religiosas e profanas, a tentativa de objetividade não funciona, uma vez que para a autora elas caminham juntas. *É como se dentro de cada festa religiosa existisse uma profana e vice-versa.* Esta também é a posição de Mello Moraes (1979), destacando que normalmente a música sacra das festas religiosas se misturava com os ritmos populares portugueses e espanhóis, constituindo-se em uma clara evidência de que os territórios entre o sagrado e o profano, o popular e o erudito, não estavam claramente estabelecidos.

Nesse caminho, faz-se necessário compreender a festa em suas diferentes abordagens e sempre como um espaço para analisar as relações, conflitos, igualdades, diferenças e trocas. Assim, pode-se depreender o espaço festivo sob a ótica das diferentes maneiras de “estar junto”, de estabelecer formas de sociabilidade, de convívio, de encontro e de inclusão social.



Na comunidade do Mulungu, assim como no Brasil e, sobretudo, nas comunidades rurais religião e festas populares constituem assunto fundamental na vida de muitas pessoas. Para os moradores, as festas não representam apenas momentos de lazer, mas de trabalho intenso e prazeroso desde os preparativos até a sua realização. Depreende-se, portanto, que as festas e seus folguedos, expressões da cultura popular, representam, de acordo com o pensamento de Edson Carneiro (2008, p. 35), *os legítimos sentimentos de nossa gente*. Tal como descrito por Tinhorão (2000), no Brasil, as festas de caráter coletivo tornaram-se uma prática ainda quando as primeiras vilas não passavam de pequenos aglomerados de gente, ligadas à administração europeia e de grupos de naturais da terra reunidos à volta dos colégios jesuítas.

Para a comunidade negra rural do Mulungu, localizada no município de Boninal, na Chapada Diamantina/BA, suas tradições – a que denominamos aqui de “cultura” – é representada, ou melhor, vivenciada, principalmente, a partir das festas transformadas, na maioria das vezes, em momentos *quase mágicos* na vida cotidiana da comunidade. Isso porque a organização da festa de São Sebastião e da apresentação do Reis do Mulungu são planejadas com antecedência, seguindo um ritual tão peculiar para cada povo e região que, mesmo acontecendo as mesmas festividades nas mais diversas localidades, podemos detectar as particularidades de cada uma. Segundo Geertz (2012, p.93), *a religião e seus símbolos sagrados servem para sintetizar o ethos de um povo, ou seja, o tom, o caráter, a qualidade de vida, o estilo, as disposições morais e estéticas e sua visão de mundo*.

Percebe-se, portanto, como a religião se faz presente na vida dos moradores do Mulungu. Tomo aqui a importância da religião descrita por Geertz quando diz que *em qualquer cultura pouca coisa é tão poderosamente concreta quanto a religião. Ditando o sistema de visão de mundo, o jogo de valores e identidades entre o eu e o outro, ela atua como orientadora cotidiana das inter-relações*. Ainda sobre o tema o autor acrescenta que *a religião, não leva somente à compreensão do que ocorre no mundo e na vida das pessoas, mas também leva o povo a entender aquilo que não se compreende* (GEERTZ, 2012, p.93).

As diferentes maneiras de uma sociedade viver a religião, bem como compreender e organizar os festejos, denotam as fronteiras estabelecidas dentro do campo do sagrado, entre a devoção e o lúdico, a celebração e a subversão. A religiosidade católica nas comunidades negras rurais manifesta-se através das celebrações das missas, das procissões, incluindo ainda



as mais variadas formas de rituais tais como as preces, orações, devoção aos santos, o fazer e o cumprir das promessas, que são partes integrantes do catolicismo. No contexto do catolicismo rural as relações de trocas entre os devotos e os Santos manifestam-se, principalmente, através das promessas feitas e dos milagres alcançados. A esse respeito, afirma Brantes:

O pagamento de uma promessa, baseado no compromisso de “acertar as contas” com o Santo, se manifesta em ações cuja configuração performática supõe a presença do olhar deste. A atitude dos devotos na performance projeta suas ações num campo simbólico gerado pelas interações pessoais com o Santo. (BRANTES, 2007, p.25).

196

Compreende-se, portanto, que para os devotos, a personificação do Santo presente nas interações cotidianas se manifesta tanto na intimidade pessoal como na celebração coletiva. E o pagamento de uma promessa emerge das relações de trocas pessoais e familiares deles com o Santo, quando este é corporificado através dos agradecimentos pelos pedidos concedidos.

Vale ressaltar que o universo simbólico das celebrações religiosas e seu significado expresso nas festas dos santos revelam códigos próprios e linguagens locais. Assim, para a comunidade do Mulungu as comemorações ao guardião e protetor apresenta um sistema de troca, um momento de devoção entre os moradores e o Santo. Por ser o guardião e protetor da localidade, São Sebastião ganha um santuário com seu nome. A Capela dedicada ao Santo, localizada no Mulungu é bastante simples e pequena, contudo, é um espaço destinado a todos os acontecimentos importantes do local e, em especial, à celebração das atividades religiosas como: orações, celebrações de missas, batizados, cultos aos mortos, tendo como momento de maior concentração de visitante o dia da Festa de São Sebastião.

As comemorações em louvor a São Sebastião contam com a participação de moradores do Mulungu, e visitantes das comunidades circunvizinhas. Os festejos iniciam-se com um novenário, cuja programação é bem específica, atendendo as peculiaridades da localidade. Para definir a referida programação, forma-se uma comissão que além da tarefa de organizar e coordenar as atividades que serão desenvolvidas é, também, responsável em convidar os moradores e participantes deste momento festivo. Nas noites do novenário há uma programação que segue o ritual católico, isto é, rezas, orações, penitências, dentre outras atividades e para cada dia há uma rua ou um grupo (crianças, solteiros/as, mulheres, idosos, etc.) homenageado, cabendo ao grupo anfitrião proporcionar foguetes os quais anunciam o





início e o término das obrigações religiosas, bem como um café (refrigerantes, chás, biscoitos, bolos, vinho, etc.) para os convidados.

Na oitava e última noite, as atividades religiosas são concluídas com muita expectativa, pois esta etapa é encerrada com uma festa dançante, momento muito esperado por todos, em especial, pelos moradores e visitantes mais jovens. As atividades festivas deste último dia de novena além de fazer parte do ritual das comemorações em louvor ao Santo é, também, uma prévia dos festejos do último dia de celebração, destinado exclusivamente para reverenciar São Sebastião. Desde muito cedo, a casa de Dona Augusta e a Igreja são preparadas para receber os convidados, o Santo e a Bandeira. A programação para este dia é composta de almoço para os moradores e visitantes, missa solene, batismo, procissão e a passagem da bandeira do festeiro atual para o “festeiro escolhido” para o ano seguinte e, por fim, a apresentação do Reis do Mulungu que oficialmente fecha o ciclo dessas duas celebrações na comunidade.

No momento das celebrações, o espaço sagrado emerge da relação dos devotos entre si e deles com o Santo. A personificação do Santo, presente nas interações cotidianas, também existe na festa, ou seja, na interação cotidiana dos devotos, quando o Santo é corporificado por eles através das graças alcanças. Percebe-se, portanto, que na devoção a São Sebastião, fica explícita a crença de que os santos podem intervir nas questões cotidianas, existindo uma relação terrena entre os fiéis e os Santos intercessores. O Santo, neste caso, é como um parente próximo, com quem se pode contar nos momentos difíceis, numa relação de intimidade, sempre pronto a atender.

No tocante ao Jiro do Reis do Mulungu, este é um festejo popular que mesmo seguindo os moldes dos já existentes em todo o Brasil, diferencia-se no tempo de visitação as casas e localidades. Tradicionalmente os Ternos de Reis iniciam seus Jiros no ciclo natalino que, geralmente, acontece entre os dias 20 de dezembro a 06 de janeiro, quando se comemora o Dia de Santo Reis. Na comunidade do Mulungu, essa comemoração foge um pouco a essa regra, pois o Reis do Mulungu, geralmente, inicia seu **Jiro**<sup>2</sup> na segunda quinzena de dezembro e encerra suas apresentações no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião.

<sup>2</sup> O movimento do sair em visitas a outras comunidades e localidades, cantando e rezando a partir de um roteiro previamente estabelecido entre os raizeiros é chamado de **jiro**. No jiro os moradores das mais diversas comunidades se reúnem em grupo e saem cantando e louvando o nascimento do Menino Jesus, bem como agradecendo a São Sebastião pelas graças alcançadas, característica peculiar do Reis do Mulungu, diferenciando-o dos demais grupos de Reis da região.





É no mês de dezembro, período das comemorações natalinas, mais especificamente no dia 24 de dezembro, véspera do Natal, até o dia 6 de janeiro, Dia de Santos Reis, que os grupos de cantadores e instrumentistas percorrem muitos lugares, passando em todas as casas, cujos donos autorizam a apresentação e, como recompensa, os reiseiros buscam caridade, ou seja, as esmolas ofertadas em nome e gratidão ao Santo, que podem variar desde bebida (refrigerante, vinho ou cachaça), uma mesa de café ou comida preparada para os reiseiros e foliões, produtos agrícolas, quantia em dinheiro até oferta de animais para a preparação da grande festa do dia de Reis.

É importante ressaltar que a característica principal dessa festa popular é a junção das mais diversas manifestações culturais como a música, as roupas coloridas, os cânticos religiosos em agradecimento ao nascimento do Menino Jesus, visitação às famílias da localidade e das regiões circunvizinhas. Segundo Brandão (1986), a folia de Reis de origem portuguesa, chegou ao Brasil no século XVIII e em Portugal em meados do século XVI. Em Portugal, tinha a principal finalidade de divertir o povo, já aqui no Brasil passou a ter um caráter mais religioso do que de diversão. De acordo com Brandão:

“Folia” foi uma dança popular, profana, costumeira em Portugal nos séculos XVI e XVII. Uma dança alegre, com homens vestidos “à portuguesa”, com guizos nos dedos, gaitas e pandeiros. O canto e a dança dentro do templo cristão vêm desde a “Igreja primitiva” dos primeiros bispos e diáconos, herdeiros dos apóstolos. Dançar e cantar diante do sagrado é uma antiquíssima questão judaica, não esqueçamos. (BRANDÃO, 1986, p. 58-59)

Vê-se, assim, que a Folia de Reis, herdada dos colonizadores portugueses e reelaborada aqui, no território brasileiro, apresenta características próprias, tornando-se uma manifestação religiosa e cultural de rara beleza. A denominação da festa em Reis refere-se à ação dos três Reis Magos que visitaram o Menino Jesus no dia 6 de janeiro. Na festa de Reis, evento muito popular em várias regiões do Brasil rural, o grupo de reiseiros celebra o Nascimento de Jesus, visitando as casas das comunidades e das cidades do entorno. Ainda nesta viagem da Folia de Reis pelo interior do país, Brandão afirma que:

[...] o “giro da Folia” introduziu novos personagens, como os “palhaços”, “bastiões” ou “bonecos” que acompanham a maior parte das Foliás de Reis até hoje. (...) a Folia é uma prática comunitária que redefine todo um vasto território de sua passagem, envolve um número imenso de pessoas durante o “giro” e retraduz, com os símbolos do sagrado popular aspectos tão



importantes do modo de vida camponês, marcados essencialmente por trocas solidárias de bens, serviços e significados. (BRANDÃO, 1986, p. 63-64)

Longe da presença e do controle da Igreja, representada pela figura do padre, o antigo ritual católico sofre transformações no meio rural e, com isso, o ritual da Folia de Reis também se modifica, constituindo-se de pequenos grupos de devotos, organizados e representados pela figura do mestre, espécie de líder que, dentre outras obrigações, é o responsável pela distribuição dos foliões segundo seus tons de voz e os instrumentos que tocam. Neste sentido, pode-se compreender essa manifestação religiosa como uma prática comunitária que traduz, por meio dos símbolos do sagrado popular, aspectos importantes do modo de vida do meio rural. Nas palavras de Brandão, *as coisas mudam: nomes, lugares, pessoas, situações, passos de danças, significados do fazer religioso e festivo* (1986, p. 55). E ainda acrescenta o autor, ao comentar a respeito de como as comunidades negras e rurais reelaboram suas maneiras de viver e de comemorar suas festas:

O grupo de negros dançantes precisa reencontrar maneiras de sobreviver. Sem santo a quem “festar”, o terno pode “encostar” nas cerimônias de uma outra festa, a de um outro santo ou, se for bem sucedido, pode criar – ainda que com dimensões muito reduzidas – a festa do seu padroeiro no lugar pra onde foram os seus devotos. Pode aprender a ser chamado para ir em outras cidades, dançar em outras festas a troco de comida e alguns trocados. O terno tem agora muito menos pessoas, e elas não sabem fazer o ritual como os mais velhos, os “antigos” de quem sempre se fala com respeito. (BRANDÃO, 1986, p. 54)

A mudança da festa dos Três Reis Magos que visitam o Menino Jesus, para a de um Santo - o Santo Reis - homenageado no dia 6 de janeiro, é um exemplo da importância dos Santos no catolicismo rural. Na passagem da festa de Reis para o Santo Reis, em algumas comunidades rurais de muitos municípios baianos, e, em especial, na comunidade do Mulungu de Boninal, demonstra a importância e o valor simbólico que os santos têm na composição da vida dos moradores, uma vez que a todo instante os santos de devoção são solicitados para intervir e ajudar nas resoluções dos problemas.

Tomando como base a história da comunidade, preservada na memória dos mais velhos, Dona Anorita, mãe de Augusta, foi a responsável pela promessa a Santo Reis, pedindo sua intervenção e proteção no período da grande seca de 1932, pois além de conviver com a ausência do marido, Seu Joaquim, estava prestes a ficar sem o irmão, uma vez que ele, também, preparava-se para sair em busca de trabalho. Para amenizar a dor de mais uma perda, ela pede



ao Santo que interceda por eles, não permitindo mais que nenhum pai de família e parentes próximos fosse obrigado a deixar suas casas, bem como amenizasse a falta de comida e a escassez de água para a população. Caso o pedido fosse concedido, isto é, o fim da grande seca de 1932, faria uma mesa para os reiseiros no dia 06 de janeiro, dia de Santo Reis. Conta os mais velhos que, de fato, o “milagre” aconteceu, iniciando-se, assim, as celebrações em homenagem a Santo Reis e não mais a festa dos Três Reis Magos na comunidade do Mulungu. A partir de então, os homens passaram a se reunir no período das festas natalinas para sair em penitência cantando e louvando o nascimento do Menino Jesus, bem como festejando Santo Reis como forma de agradecimento.

Observa-se, portanto, que a comunidade do Mulungu, seguindo a tradição do catolicismo popular, inicia devoção a Santo Reis como forma de gratidão ao Santo quando a região foi acometida pela seca e, por isso, muitas pessoas morreram ou foram obrigadas a sair em busca de comida e da própria sobrevivência. É neste período, ou seja, a grande seca de 1932, a principal causa da saída da população em busca de melhorias para suas vidas, registrando, assim, o primeiro êxodo da localidade, pois a ausência da população masculina era, em especial, a dos chefes de família os quais tinham a responsabilidade de prover o sustento dos filhos, esposa e parentes próximos. Nesta época o local de destino de muitos trabalhadores era o município baiano de Barra da Estiva, uma vez que lá as oportunidades de trabalho eram mais reais; a cidade detinha uma boa infraestrutura com um comércio forte e, por isso, não dependia exclusivamente da agricultura e da agropecuária. O referido município está localizado na zona fisográfica da Chapada Diamantina, tendo seu território totalmente incluído no polígono das secas. Situa-se na parte centro-oeste do Estado da Bahia e faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas (IBGE, 2013).

Vale lembrar que o flagelo da seca, iniciado na década de 1930, o esgotamento das minas, bem como a proibição definitiva de garimpagem são fatores determinantes para a diminuição do trabalho e a aceleração do movimento de saída dos homens da comunidade e do seu entorno para outras localidades. Este segundo momento do êxodo rural acentua-se a partir da década de 1950, quando muitos brasileiros deixam suas localidades em direção aos grandes centros urbanos e outras regiões do país. A partir de então, São Paulo passa a ser o principal destino de muitos moradores do Mulungu, pois a cidade necessitava de muita mão-de-obra para suprir a carência de trabalhadores na construção civil. Como consequência, por volta dos anos



cinquenta, houve uma diminuição significativa da população masculina, ficando as mulheres responsáveis pela manutenção da vida social da comunidade. Passam então a cuidar dos seus afazeres cotidianos, isto é, cuidar da casa/família, da pequena plantação e da criação de animais, bem como das tradições festivas e religiosas.

Ainda de acordo com os depoimentos dos moradores mais velhos da referida comunidade, a ausência/falta da população masculina interrompe as comemorações a Santo Reis por um período entre dez e quinze anos aproximadamente. Tal fato aconteceu por conta da morte e da ausência de filhos homens dos seus líderes para fazer a sucessão e dar continuidade aos festejos, pois como de costume a liderança era, naturalmente, conduzida e repassada de pai para filho. Contudo, no início da década de setenta, houve um surto de meningite na região e muitas pessoas foram infectadas com a doença levando-as a óbito. Com isso, um outro pedido, isto é, uma promessa foi feita a São Sebastião, pedindo-o proteção e sua interseção em favor dos moradores e, em especial, que protegesse as crianças as quais eram as mais atingidas. Caso o pedido fosse concedido/atendido a comunidade voltaria a sair com o Reis em homenagem ao Santo para pagar a promessa.

Tal pedido se referia a interseção do Santo para proteger as crianças da doença, já que este Santo católico é tido como um guerreiro e vencedor das batalhas impossíveis, protegendo as pessoas da peste, da fome, da guerra e faz justiça. Conforme Mendes (2005, p.69), *a forma de diálogo entre os moradores e o Santo é baseada no politeísmo intrínseco à valorização dos seus aspectos humanos*. A presença do Santo se faz presente em quase todas as casas através de sua imagem posta na parede, no intuito de proteger e acompanhar a vida cotidiana das pessoas. Tais informações podem ser confirmadas a partir do depoimento de uma moradora<sup>3</sup>, quando relata:

O reis começô com meu pai, eu entrei mocinha e saía quando fazia a festa todo ano, rezava, fazia a festa e nois continuava. Quando ele morreu nois parô, mais a minha mãe fez uma promessa a São Sebastião por causa de uma duença que se chama minigite e se essa duença sumisse daqui ela saía cantano reis treis dia. Demorô quase treis ano pra começá, mais nois começô e hoje a gente sai todo ano cantano, dançano, rezano. Quando termina de rezá a gente tira chula, samba, dança o quebra coco, a umbigada e o samba de roda com a garrafa na cabeça<sup>4</sup>.

5. Entrevista realizada em Setembro de 2005, período da pesquisa de campo para compor o *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.

<sup>4</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.



Por volta de 1976, as mulheres reiniciaram a comemoração do Reis, ou seja, o nascimento do Menino Jesus, louvando e agradecendo a Santo Reis e, também, a São Sebastião que passa a ser o “anfitrião” do Reis do Mulungu. Na transição da Festa de Santo Reis para o Reis de São Sebastião, liderado por duas mulheres, a forma da devoção se modificou por meio da corporeidade dos devotos. Contudo, a tradição de visitar as casas, feita antes pelos homens, foi apropriada pelas mulheres, que no decorrer da visita priorizam o bom comportamento dos festeiros e foliões, pois tanto o dono-da-casa como o Santo merecem todo o respeito do grupo. Nas palavras de Brantes:

202

O comportamento das reiseiras durante a performance da visita é indissociável da religiosidade vivida no cotidiano do Mulungu. A presença do Santo pelo seu “olhar” – que tudo vê – é uma forma de controle das relações sociais que na performance do Reiso oferece um espaço de liberdade sobretudo através das danças. A “boa educação” dos devotos durante a visita inclui tanto os códigos sociais de respeito ao dono-da-casa, quanto o dom de si pela superação dos próprios limites físicos, no sacrifício da peregrinação e na alegria da festa. Mas é sobretudo pela transmutação do sofrimento em prazer, durante as visitas, que os tipos de encontros entre os donos-das-casas e as reiseiras entram em jogo na perspectiva divina, traçada pelos processos de montagem das ações rituais (BRANTES, 2007, p.35).

Nesta dinâmica de transformação, ou seja, a apropriação feminina na liderança e na condução do atual Reiso do Mulungu louvando São Sebastião teve um forte impacto sobre as mudanças sociais ocorridas no cotidiano da comunidade, pois agora no Mulungu as mulheres assumem não somente a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos, como também das festividades. Essa modificação é perfeitamente comprovada na fala de uma moradora e líder do Reis do Mulungu<sup>5</sup>:

(...) nois saía de noite ia acompanhá os Reiser, o pai dela era, pai tambei era do Reis, lá nois tava cantano os outros tudo brincava pá fora e nois não, nois era na parte deles tambei, cantano com isso levô muito tempo eles morreu, acabô os Reis, e nois não tirô a palavra do Reis da cabeça, aprendeu cantá assim acompanhau eles, aí agora nois aprendeu, quando foi pra mode nois podê ir pagá a promessa que nois foi os dois dia acertô as palavra todinha e saiu cantano. A palavra é uma sozinha, tem música deferente, que eu sei cantá nesse lugá todinho pra mode eu sei cantá uma música todinha. Sei que não digo que ocê não canta uma música que canta aqui, já canta outra mais

<sup>5</sup> Entrevista realizada com Augusta Maria Mendes, em Setembro de 2005, na pesquisa de campo para a composição do *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.  
SABERES E CELEBRAÇÕES: FESTEJANDO SÃO SEBASTIÃO NO JIRO<sup>1</sup> DO REIS DO MULUNGU - JESUS, Maria Eunice Rosa de.



embaxo, mais tem muita música de Reis pra gente cantá, e tambei quem canta mais música de Reis é nois mermo<sup>6</sup>.

Vale salientar que o ritual de visitar as casas, outrora desempenhado pelos homens durante o período de festa, foi apropriado pelas mulheres e estendido para um período de tempo maior: o dia de louvor do santo católico São Sebastião, 20 de janeiro. Neste último dia de festa, todas as comunidades visitadas pelo Reis do Mulungu, vão até a comunidade para festejar o Santo, antes e depois da missa celebrada pelo padre.

É importante lembrar que a visita do padre, representante oficial da Igreja, na comunidade é esperada com muitas expectativas, pois além rezar a missa, fazer o batismo das crianças é, também, ele que faz o anúncio oficial dos organizadores da festa de São Sebastião para o ano seguinte. Dentre os festeiros responsáveis para a organização da festa são incorporados como membros responsáveis algumas crianças da comunidade. Essa prática de incorporar as crianças na comissão de organização tem como principal objetivo incentivar os jovens nos eventos festivos, bem como assegurar que eles participem e deem seguimento às festividades quando adultos.

Nos movimentos de identificação cultural da comunidade em contato com as comunidades vizinhas, a apropriação feminina da tradição de cantar o Reis marca uma mudança importante. A imagem do Mulungu deixa de ser apenas lugar de mais uma comunidade negra rural da Chapada Diamantina para se tornar também o lugar onde as mulheres resolvem as coisas, tanto na visão das comunidades vizinhas como na autoimagem dos moradores da própria comunidade.

Uma das principais mudanças ocorridas no Mulungu está na tradição de cantar o Reis, pois com a liderança feminina, não apenas houve variação no repertório, como também foram inseridas modificações na performance das danças específicas do grupo como a dança do facão, da garrafa, do marimondo, o quebra-coco, a umbigada e o samba-de-roda. Destaco a dança da garrafa como uma atuação específica das mulheres e incorporada ao Reis do Mulungu, uma vez que é na execução da referida dança que muitas mulheres, na maioria das vezes, as mais velhas, entram em cena, uma vez que só elas têm a prática do samba no pé e a garrafa de bebida solta na cabeça. Esta dança que tem como princípio básico a desenvoltura de sambar e rodopiar sem segurar a garrafa, tampouco deixá-la cair é tipicamente feminina e peculiar ao Reis do

<sup>6</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.





Mulungu. É provável, também, que esta dança não fizesse parte do repertório masculino, visto que não era função dos homens desenvolver atividades domésticas de abastecer a casa com água e lenha, como também lavar as roupas da família nos rios ou açudes. Segundo Brantes (2007, 28), *as danças, antes feitas exclusivamente pelos homens reiseiros, no corpo feminino adquirem outros significados no contexto social da região da Chapada Diamantina (Bahia).*

Outra alteração verificada no Reisado do Mulungu foi o período de peregrinação, cujo encerramento dos festejos foi alterado para o dia 20 de janeiro, dia de homenagem a São Sebastião. Já nas demais comunidades negras rurais da região visitada, o encerramento do jiro e a festa em comemoração a Santo Reis acontece no dia 06 de janeiro. Esta modificação provoca uma ampliação no jiro do Reis do Mulungu, ou seja, um aumento na quantidade de casas e comunidades visitadas. Corroborando com as ideias de Brantes (2007, p.41), pode-se observar, a partir da concepção dos moradores e, principalmente, das reiseiras que o referido acréscimo de dias contribuiu significante para o crescimento da Festa de São Sebastião do Mulungu, bem como para a construção da “boa imagem” do lugar na sociedade regional.

É importante lembrar que mesmo com a expansão do tempo e dos espaços de louvação, assim como a mudança de sentido da devoção não altera as etapas estruturais da apresentação do grupo de Reis na visita às casas, exceto no canto de entrada quando as pessoas, do lado de fora da casa, pedem para abrir a porta. No último verso do canto: *Viva São Sebastião!* Substitui o verso *Viva Santo Reis*. Este detalhe indica que agora o Santo saudado é São Sebastião e quem conduz o Reis são as mulheres e o dono da casa responde: *Viva!* Saudando a Bandeira e o Santo, ou seja, São Sebastião, protetor da comunidade do Mulungu. Neste momento, *cantando as palavras do Santo, as reiseiras celebram a pessoa que abre sua casa para receber o Reis. Esse duplo sentido do canto (veículo das palavras do Santo e celebração do dono-da-casa) abre o diálogo das reiseiras com o espaço da casa* (BRANTES, 2007, p.37).

Observa-se, que a atuação do grupo de Reis é baseada nos cantos tradicionais que delimitam três momentos precisos do ritual: a entrada, momento em que as pessoas cantam do lado de fora da casa e o dono responde do lado de dentro; a louvação, também chamada canto de altar, quando as pessoas cantam em frente da Lapinha ou do Santo que houver na casa e, por fim, a despedida, quando as reiseiras pedem uma ajuda ao dono da casa e agradece sua boa vontade, abençoando seu lar e a caridade recebida. Antes do canto final, ou seja, da despedida, o grupo improvisa danças no ritmo do samba se assim for solicitado pelos moradores e foliões





que acompanham as reiseiras, bem como o dono da casa, pois segundo a tradição deve, na medida do possível, atender os pedidos e as vontades dos visitantes.

Ainda sobre o ritual de apresentação do Reis do Mulungu nas comunidades, bem como seu desdobramento no espaço sagrado da casa este depende da receptividade de como os moradores e, especialmente, o dono-da-casa recebe os festeiros. De acordo com os estudos de Brantes (2007), pode-se depreender que há uma “*estrutura-flexível*” entre os cantos e o que acontece no desenvolvimento da performance, pois:

a sequência se organiza da seguinte forma: o canto de entrada, o canto de altar, a *chula* (tipo de samba) e o canto de despedida. Todos esses cantos sonorizam as palavras do Santo, exceto a *chula* que é cantada para agradar o dono-da-casa. O movimento de cantar a *chula* abre a relação direta entre as reiseiras e o dono-da-casa. Neste sentido, a *chula* marca o ponto de mudança do centro da performance: o corpo das reiseira deixa de agir como veículo das palavras do Santo diante do dono-da-casa e começa a atura com o dono-da-casa diante do olhar do Santo (BRANTES, 2007, p.37).

Na última etapa, constituinte da apresentação final das reiseiras, quando elas cantam e dançam no ritmo do samba, ou seja, da *chula*, constitui-se no momento de transição do compromisso religioso para o momento de diversão. Nesta passagem do momento religioso para o lúdico, forma-se um tipo de estrutura aberta e o contato corporal entre os participantes se intensifica, possibilitando uma maior participação e interação dos moradores e, principalmente, do dono-da-casa. O sucesso deste momento está diretamente relacionado com a maneira como o dono-da-casa recebe e interage com as reiseiras.

Na interação entre as reiseiras, os foliões e os devotos elas aproveitam o espaço doméstico tanto para o entretenimento através do samba e do batuque, como também para agradecer ao dono-da-casa e aos moradores que acompanham o Reis nas visitas, dando mais energia e vigor para continuar com o festejo. É através deste diálogo estabelecido entre elas – reiseiras e o Santo através dos cantos tradicionais do Reis que a memória do dono-da-casa é ativada, pois sua maneira de sentir o Reis, isto é, suas lembranças da passagem do grupo na mesma casa, ao longo da vida, entram em jogo na transformação do espaço cotidiano do lar em espaço sagrado. Na entrada do Reis nas casas visitadas, o passado faz parte do trajeto da peregrinação quando as reiseiras afirmam: *temos muito que andar e ainda mais pra recordar*.

As diferentes maneiras que as casas visitadas têm de viver a religião, isto é, a passagem do Reis denotam as formas de celebração, de religiosidade e as fronteiras estabelecidas dentro



do campo do sagrado, da devoção e do lúdico, haja vista que a relação estabelecida entre o sagrado da passagem do Reis e o espetáculo da dança através das performances das reiseiras encoraja a devoção, induzindo sua prática e reforçando o compromisso da continuidade e da criatividade para os preparativos de mais um jiro no ano seguinte. Vale lembrar que a maneira como o Reis é recebido nas comunidades e a alegria dos moradores das casas visitadas interfere na dinâmica do grupo, em especial, quando a casa oferta prêmios, também chamados de caridade, prenda ou esmola que variam desde a ajuda em dinheiro para a festa, uma mesa de comida ou de café e bebida.

É importante ressaltar que não há uma obrigatoriedade do dono-da-casa em ofertar qualquer tipo de recompensa ao grupo pela apresentação, contudo, quando uma oferta é feita pela casa visitada esta é recebida de muito bom grado pelas reiseiras, pois qualquer tipo de ajuda é sempre bem vinda, desde a quantia em dinheiro para a realização da festa, até comida e bebida para alimentar os participantes. Conforme Brantes (2007), o dono-da-casa pode interferir no estado corporal das reiseiras a partir da oferta que faz, podendo ser uma mesa de comida ou de café, como também bebida – refrigerante ou cachaça. Para cada tipo de oferta o grupo reage de maneira diferente, pois há sempre um ritual, ou seja, uma maneira bem específica de receber e agradecer o alimento ou a bebida ofertada pela casa visitada:

O café, com ou sem biscoito, abre uma pequena pausa na performance. As pessoas param de tocar e se deslocam até a cozinha *pra tomar o café*, que ajuda a despertar o corpo amolecido pela perda do sono. Quando o dono-da-casa oferece uma *mesa* de comida para o Reis o tempo de pausa prolonga a visita. Em geral, oferecer uma mesa de comida ao Reis é uma forma de pagar alguma promessa feita ao Santo. Neste caso, a visita é encomendada. A oferta de cachaça ou refrigerante não abre nenhuma pausa na performance. As reiseiras não param de tocar para beber. A cachaça que alimenta o corpo para cantar melhor pode ser celebrada corporalmente pela dança-da-garrafa (BRANTES, 2007, p.41).

O estado de alegria demonstrado pelas reiseiras no momento que agradecem ao dono-da-casa pela sua boa vontade em ofertar comida e bebida é, também, uma forma de celebrar a devoção ao Reis e ao Santo. Percebe-se, portanto, que o auge da encenação é quando a casa visitada oferece bebida (vinho, cachaça, pró-seco, dentre outras) e os devotos, em especial, as mulheres dançam com a garrafa da bebida na cabeça, celebrando o prazer de beber e de sambar. Este mesmo equilíbrio singelo e delicado não se opõe às forças instintivas, ligadas à energia vital dos corpos, que caminham durante horas sem parar, visitando todas as casas e



bebendo um “golin” de cachaça para molhar a garganta e cantar melhor o Reis. Nas palavras de Mendes (2005, p71), *nas ocasiões de festa e reza a cachaça é indispensável*, [...] e acrescenta: *no Reisado a necessidade espiritual de cantar em nome do Santo, também inclui a dimensão física do corpo na associação voz-cachaça*.

Diante da importância do corpo, ou seja, a performance das reiseiras e foliões, as danças, os cânticos – benditos/orações e as cantorias – chulas, peculiar ao Reis do Mulungu, foram apropriadas, aprendidas e apreendidas ao longo das gerações que são apresentadas no decorrer das obrigações religiosas do grupo. É importante destacar que o momento destinado às danças e cantorias é muito aguardado por todos aqueles que acompanham o grupo, uma vez que a participação dos moradores, dos foliões e, em especial, dos donos das casas dão uma dinâmica singular a apresentação do Reis do Mulungu, transformando o evento religioso também num espaço de lazer e entretenimento. Assim, essas apresentações guardam diferentes estilos e sotaques, servindo para estreitar laços de afinidades entre seus membros. Neste sentido, as festas, as cantorias e as danças podem ser compreendidas como um saber constituído a partir de um local de preservação de memória, guardado pelas comunidades que, ao longo do tempo, vêm moldando suas raízes de acordo com as transformações sociais. Essas transformações, na maioria das vezes, ocasionam incorporações de novos elementos culturais, ressignificando valores a serem transmitidos de pais para filhos.

## REFÊRENCIAS

BRANDÃO, Carlos. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANTES, Eloísa. A Espetacularidade da Performance Ritual no Reisado do Mulungu (Chapada Diamantina – Bahia). *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.24-47. janeiro/julho, 2007.

CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.



**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=290400>>. Acesso em  
19/08/2013.

MENDES, Eloísa Brantes. *Do canto do corpo aos cantos da casa: performance e espetacularidade através do Reisado do Mulungu*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2005.

PESSOA DE CASTRO. *Falares africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2001.

REQUENA SANTOS, Félix. *Amigos y Redes Sociales: elementos para una sociología de la amistad*. Madri: Siglo XXI de España Edutores, 1994.

SIMMEL, G. Sociologia. MORAES FILHO, Evaristo (Org). *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1983.

TINHORÃO. José Ramos. *As Festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.



## **MULHERES E RELIOSIDADE NA MODERNIDADE UMA BREVE ANÁLISE SOBRE MULHERES, RELIGIÃO E POBREZA**

MENDONÇA, Amanda André de  
*Doutoranda do Programa de Política Social da UFF*  
*amandademendonca@gmail.com*

209

### **RESUMO**

Nos dias de hoje, as camadas mais populares cumprem um papel de destaque no que tange a questão da religiosidade e a ordem social. Esse novo processo envolvendo a religiosidade e as camadas populares no Brasil está estritamente relacionado à disseminação das denominações evangélicas, em especial, as neopentecostais. Nestas denominações as mulheres têm ocupado um papel central, de destaque na busca por novas formas de expressão religiosa. Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é refletir sobre este fenômeno recente do cenário brasileiro, o movimento neopentecostal, e a participação significativa das mulheres pobres no mesmo. Buscou-se verificar de que forma este fenômeno de retomada religiosa como elemento de elucidação e aceitação da vida social é predominante entre as mulheres pobres.

**Palavras-chave:** Religião, mulheres e pobreza

### **ABSTRACT**

Nowadays, the most popular layers play an important role regarding the issue of religion and the social order. This new process involving religiosity and popular classe in Brazil is closely linked to the spread of evangelical denominations, especially the neopentecostais. In these denominations women occupied a central role, especially in the search for new forms of religious expression. In this perspective, the aim of this article is to reflect on this recent phenomenon of Brazil, the neopentecostal movement, and the meaningful participation of poor women in the same. We attempted to verify how this phenomenon of religious resumption as part of elucidation and acceptance of social life is prevalent among poor women.

**Key-words:** Religion, women and poverty



## 1. INTRODUÇÃO

Em um mundo marcado por diferentes tipos de violência, onde os interesses do mercado e o consumo tomam lugar de honra, tem crescido o número de sujeitos, em especial entre as classes populares, que por não terem suas necessidades básicas satisfeitas e receberem o impacto e apelo do mercado para que consumam, procuram na religião um bem de consumo disponível e acessível.

Nesse aspecto cabe destacar que esta procura tem levado a um crescimento considerável das denominações neopentecostais<sup>1</sup>, que inauguram novas formas de pregação, abandonando o ascetismo do protestantismo histórico e modificando costumes e hábitos para a entrada em padrões comuns de conduta. No Brasil, este fenômeno tem ganhado contornos significativos com o aumento expressivo do número de pessoas que aderiram às chamadas igrejas neopentecostais. Surgido no final da década de 1970 o neopentecostalismo e as igrejas que com ele se estabeleceram no país passaram a ter uma grande visibilidade no país no final da década de 1980. Esse crescimento incluiu em grande medida a participação feminina, tendo a busca por novas formas religiosas de expressão ocorrido predominante entre as mulheres.

Sabe-se que as mulheres, de modo geral, tiveram que ingressar no mercado de trabalho formal como forma de aumentar os salários familiares. Contraditoriamente a esse processo da entrada massiva de mulheres na vida pública brasileira, houve um período de recessão econômica e instabilidade política em algumas regiões. Soma-se a isso, o ajuste de diversos setores da economia que levaram a um aumento do desemprego e do subemprego, afetando especialmente as mulheres.

São elas que suportam a maior carga na administração do consumo e da reprodução da família em face à escassez de recursos. Isso atrelado à inexistência de sistemas de bem-estar social dirigidos às necessidades das mulheres. Em que pese à instauração de políticas e programas, iniciados a partir da década de 1990 no Brasil, com foco na família frisando essencialmente a figura feminina, estes não têm sido suficientes para conter o adensamento da pobreza a qual essas mulheres estão submetidas (perpassadas).

<sup>1</sup> Vertente do evangelicalismo que congrega denominações oriundas do pentecostalismo clássico ou mesmo das igrejas cristãs tradicionais.



Nesse sentido, o neopentecostalismo serve aos interesses práticos das mulheres. Ele promete a resolução de problemas familiares, econômicos ou afetivos: “pare de sofrer, você nasceu para vencer”. Através de ideias e práticas de cunho mágico e uma relação que aproxima a igreja da realidade das fiéis, a religiosidade adquire centralidade na vida deste segmento social que é diretamente atingido pela desigualdade social.

Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é refletir sobre um fenômeno recente do cenário brasileiro que é o movimento neopentecostal e a participação significativa das mulheres pobres no mesmo. É importante ressaltar que não se pretende nem é possível neste breve estudo fazer uma análise profunda e exaustiva do neopentecostalismo. Para tomar apenas a área da doutrina, existem dezenas de questões altamente complexas, sobre as quais muito têm sido escrito. O interesse primordial é dar uma visão ampla do movimento neopentecostal e destacar os seus aspectos mais relevantes no que diz respeito à participação feminina.

Assim, busca-se verificar de que forma este fenômeno de retomada religiosa como elemento de elucidação e aceitação da vida social é predominante entre as mulheres pobres. Nesse aspecto, para dar conta de responder ao objetivo proposto, utiliza-se como base metodológica a revisão bibliográfica concernente ao tema, lançando mão de conceitos importantes para refletir e contribuir com uma discussão que não se limita aqui.

## **2. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RELIGIOSIDADE**

Primeiramente, é importante enfatizar que o conceito de pobreza que norteia esse estudo centra-se na noção relacionada a um espectro complexo e amplo. A pobreza persistente em nossa sociedade, pode-se dizer que é proveniente de elementos de ordens diversas os quais podemos elencar: o não acesso a políticas sociais tradicionais como saúde, educação, previdência, habitação; falta de acesso a um conjunto de serviços básicos de primeira necessidade relacionados à infraestrutura urbana; bem como o não acesso à informação, ao trabalho remunerado de forma digna e, a não participação política e social (SILVA, 2010).

Claro que não podemos desconsiderar o fator monetário que, em um contexto como o brasileiro é permeado por uma brutal concentração de renda (ROCHA, 2003). No entanto, Yazbek (2012) ressalta que, a pobreza deve ser analisada levando-se em conta “o acesso a bens,





recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência” (YAZBEK, 2012, p.292).

Já o conceito de pobreza que norteia os programas e políticas instauradas desde meados da dos anos 1990 centra-se na questão monetária. Ou seja, a pobreza é mensurada exclusivamente pela renda *per capita* das famílias (ROCHA, 2003). Nesse aspecto são desconsideradas outras variáveis importantes que caracterizam a pobreza, principalmente quando tratamos das relações de poder persistentes em uma sociedade marcada por desigualdades diversas, dentre as quais destacamos a de gênero.

Atrelada a essa hipótese, podemos enfatizar ao menos alguns marcos importantes. A despeito das conquistas alcançadas pelas mulheres na ocupação do espaço público, antes restrito aos homens, bem como da entrada massiva destas no mercado de trabalho, ainda existe um amplo contingente de mulheres lançadas aos trabalhos precários. A configuração do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil tiveram peso no aumento da pobreza entre as mulheres. As mulheres também foram pressionadas pela reestruturação produtiva (desemprego, terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas), o que significou para elas o trabalho informal, instável, precário e em geral postos relacionados com setor de serviços, que podem ser conciliados com o trabalho doméstico.

Os fatores que interferem para o aumento da pobreza das mulheres estão majoritariamente relacionados à qualidade da sua inserção no mercado de trabalho, que as coloca em condições inferiores. O caráter cooperativista e centralizado na organização autônoma do trabalho foi facilmente incorporado às agendas públicas a partir de 1990 (projeto neoliberal). As políticas focalizadas e compensatórias foram amplamente difundidas e com elas o reforço do caráter de alívio da pobreza feminina e não de ações de redistribuição de poder entre os sexos.

Nesse contexto, faz-se importante explicar o que se entende por feminização da pobreza. Segundo Novellino (2004, p.2), este conceito é cunhado por Diane Pearce em 1978. Assim, para a pioneira, a feminização da pobreza está relacionada à mulher com filhos sem a companhia de um marido ou companheiro. O que leva nesse caso, à responsabilidade no sustento da família a essa mulher. Contudo, é necessário compreender que a pobreza afeta obviamente também aos homens, mas as refrações desta incidem de forma mais diferenciada sobre as mulheres, devido a diversos fatores.



Segundo o relatório RASEAN (2013) podem-se verificar mudanças pelas quais a organização familiar vem passando, com um aumento no número de arranjos familiares unipessoais. Com isso, o número de casais é reduzido e amplia-se o número de famílias monoparentais, dentre as quais podemos verificar um número de 16,4% de famílias monoparentais femininas (BRASIL, 2013, p. 29).

Contudo, Castro (2001) chama atenção para a afirmação de que o maior grau de pobreza entre mulheres é provocado pelo aumento do número de mulheres chefes de família (e chefia familiar). Para ela não se trata da ausência da figura masculina, mas sim, em virtude da dedicação das mulheres aos cuidados e à reprodução, a qualidade da participação destas no mercado de trabalho é limitada.

Sendo assim, pode-se afirmar nesse caso que as refrações da pobreza incidem de forma mais perversa sobre o público feminino devido, principalmente, a relação das mulheres com o mercado de trabalho e com a vida reprodutiva. Com isso, percebe-se que é sobre as mulheres que recaem uma carga maior proveniente do tempo que estas despendem na conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico (não remunerado): produção e reprodução (MELLO; SABBATO, 2011). É importante lembrar que isso fomenta uma enorme discussão, principalmente quando à mulher incide uma relação de culpa entre o seu “papel” de mãe e cuidadora da casa, em detrimento de uma vida profissional bem-sucedida.

As mulheres vivem no mundo atual uma espécie de esquizofrenia e culpas entre o trabalho que realizam no interior de suas casas, cuidando dos filhos e maridos atividades que realizam por “amor” a sua família e a vida profissional, ter sucesso na carreira escolhida além da maternidade (MELLO; SABBATO, 2011:1).

Convém ressaltar que esse papel, ainda atribuído à mulher, (é permeado) se faz presente no interior das diversas instituições que perpassam a sociedade. Logo, a religião não foge a essa regra e reforça incisivamente esse papel denotado à mulher. Sendo assim, além das mulheres serem as mais penalizadas diante de sua inserção subalterna no mercado de trabalho em comparação ao homem, a desigualdade de gênero é reforçada diante da invisibilidade do trabalho doméstico enquanto primordial para o bem-estar da sociedade (MELLO; SABBATO, 2011).



Nesse sentido, podemos afirmar que persistem desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres, que se relacionam ao padrão diferenciado no acesso tanto ao mercado de trabalho quanto aos bens, sendo essa apenas uma faceta explicativa da feminização da pobreza.

Diante dessa problemática fica evidente que as refrações da pobreza incidem de maneira mais perversa sobre as mulheres. Isso porque são elas quem suporta a maior carga no mercado de trabalho, onde a tendência é ocupar trabalhos precários. Não bastasse, ainda é sobre elas que recai a obrigação moral e social no cuidado do lar e dos filhos. E é justamente sobre esse trabalho reprodutivo que se encontra a maneira mais eficaz de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres, visto que, por não ser considerado trabalho produtivo fica invisibilizado pelo respaldo do papel feminino como algo intrínseco, sem qualquer relação sociocultural. A esse trabalho doméstico é atribuído o caráter de dádiva, como atribuição inata à mulher.

Nesse cenário, onde os maiores encargos recaem sobre a figura feminina, é importante ressaltar que a composição familiar tende a contribuir para o agravamento da condição de pobreza (MONTALI; TAVARES, 2008). Logo, quando tratamos de mulheres sozinhas com filhos pequenos, a probabilidade desse tipo de domicílio apresentar uma situação de pobreza é grande devido, principalmente, à composição desfavorável para a inserção de seus membros no mercado de trabalho. Mas, especialmente, pelo tempo despendido por essa mulher no âmbito doméstico, a qual, sem qualquer reconhecimento, não se oferecem políticas efetivas que possibilitem a inserção destas mulheres de forma digna na estrutura salarial.

Em síntese pode-se alegar que existem inúmeros empecilhos que contribuem para reforçar as desigualdades em uma sociedade marcadamente sexista como a nossa. Entendendo essa pressão atribuída à mulher, a religião encontra nessa brecha um espaço para ocupar. Tratando-se de um público que vivencia violências de todos os tipos, caracterizadas inclusive por situações degradantes como a miséria, entre outros fatores que afetam psicologicamente e emocionalmente os indivíduos, a religião se adapta a esse contexto para angariar fiéis.



### 3. MULHERES E RELIGIOSIDADE NA MODERNIDADE: O NEOPENTECOSTALISMO EM DEBATE

Os debates envolvendo a questão religiosa e seu papel na organização social não são recentes. Diversos autores já buscaram compreender este complexo fenômeno que envolve a relação entre religiosidade e sociedade. Dentre eles, destaca-se a produção de Weber que em "A ética protestante", analisou o que denominou de "espírito capitalista". Para o autor, o capitalismo precisaria de um espírito que justificasse e legitimasse sua atividade econômica. Compreendendo o capitalismo enquanto acumulação ilimitada de capital surge à questão de como tornar algo, no caso o capital, que tem fim em si mesmo, em um meio para satisfação dos desejos e necessidades dos indivíduos? Essa necessidade de tornar aceitável e legítima uma atividade irracional é que torna fundamental, segundo Weber, a existência deste espírito capitalista.

O autor defende que esse elemento é que garante o funcionamento do capitalismo de forma sistemática. Ele aparece como uma atividade econômica pura, independente de justificção moral, quando na verdade depende diretamente dessa justificativa. Essa legitimação deve aparecer como natural, como parte da economia e de seu funcionamento, visto que o capitalismo em seu princípio precisaria de adesão e comprometimento dos indivíduos. Neste sentido, Weber argumenta que o tipo específico de justificção social e moral que permitiu a consolidação simbólica deste sistema econômico, o capitalismo, foi a motivação religiosa. A ideia de trabalho como vocação aparece como um elemento central e ilustra bem o caminho da religião produzindo sentido e justificando a condução da vida prática.

Assim, para Weber (1990), o espírito do capitalismo foi algo possível mediante o ascetismo religioso instaurado pelo protestantismo. Isto é, se diante do domínio da igreja católica o lucro era tido enquanto algo abominável por Deus, com o surgimento do protestantismo, o trabalho árduo e o ganho se tornaram maneiras de adorar a Deus. Nesse sentido, esse *ethos* disseminando pela moral religiosa irá, segundo Weber (1990), instaurar um novo padrão de conduta onde o viver bem é denotado como vontade divina.

Claro que com o engajamento no sistema capitalista, uma vez disseminado, o capitalismo se desvinculou do espírito que o proporcionou. Contudo, pode-se dizer que a propagação dos ensinamentos da dita "Teoria da Prosperidade" disseminada pelos



neopentecostais (PAULA, 2013, p.129) é um fenômeno semelhante ao espírito destacado por Weber. Nesse aspecto, pode-se alegar que esses ensinamentos atuam no sentido de adaptar seus fiéis ao sistema, disseminando ideais de que o bem estar material, o viver bem financeiramente e o fato de não se ter problemas de diversas ordens, demonstra a fé e o agir de Deus na vida do crente.

Nessa onda de adaptação das práticas religiosas às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos seus fiéis, a prosperidade passa a ser vendida como verdadeira mercadoria. Os dízimos e as ofertas funcionam nesse esquema como moeda de troca por aquilo que era chamado de graça e/ou dádiva de Deus. Assim como Weber (1990) acreditava que o capitalismo só foi possível mediante um *ethos* perpassado pelo âmbito da moral, a disseminação do discurso religioso vinculado ao dia-a-dia do crente passa a ser um elemento eficaz. Uma vez vinculado à moral e à fé dos seus adeptos, a matriz religiosa em questão funciona como um elo que leva aqueles sem qualquer perspectiva de futuro a afirmarem sua fé mediante suas ofertas e, conseqüentemente, afirmarem uma estratégia de vida.

Neste processo a justificação moral do capitalismo passa a se articular a noção de bem estar com o progresso material. Ao percebemos a combinação destes fatores simbólicos e materiais compreendemos a universalização da economia capitalista como principal instância reguladora e coordenadora das ações sociais do mundo de hoje. Neste sentido, como consequência mais imediata em um mundo marcado pela violência, despojado de encantamento e valores éticos, há um número crescente de sujeitos a procurar as religiões de um modo geral, sobretudo entre as classes populares.

Cabe destacar que, nos dias de hoje, as camadas mais populares cumprem um papel de destaque no que tange a questão da religiosidade e a ordem social. Em geral, esse segmento não tem suas necessidades básicas satisfeitas e recebem o impacto e apelo do mercado para que consumam. A alternativa encontrada acaba passando pelo consumo de bens de uso simbólico por práticas e ritos religiosos. As religiões transformam-se em mais um bem de consumo disponível dentre tantos outros.

Esse novo processo envolvendo a religiosidade e as camadas populares no Brasil está estritamente relacionado à disseminação das denominações evangélicas, em especial, as neopentecostais. Estas têm desempenhado o papel de pertencimento religioso construindo as



subjetividades dos sujeitos conjugando suas ações com os anseios de mudança do segmento a qual tem predominância.

Nesse sentido, as denominações neopentecostais – originárias do pentecostalismo – ganham relevância, principalmente a partir da década de 1970 quando estas inauguram um novo perfil religioso (PAULA, 2013). Essa nova modalidade, ramificação das denominações evangélicas tradicionais, tem um crescimento acentuado nos últimos anos, as igrejas Pentecostais eram 8 milhões em 1980 e 22 milhões em 2000 conforme constatado pelos censos mais recentes como o do IBGE (2012) onde os católicos são 64,6% da população brasileira enquanto em 1970 eram 91,8%, e traz enquanto inovação, novas maneiras de pregação contribuindo para novos padrões de conduta mais modernos e adaptados ao contexto socioeconômico em vigor.

Cabe mencionar que a predominância das religiões de origem pentecostais centra-se no segmento da população que auferem de 1 a 2 salários mínimos (IBGE, 2012). Com destaque para os adeptos, moradores de periferia e trabalhadores precarizados (PAULA, 2013) sem acesso a uma gama de serviços públicos, a religião atua no sentido de aliviar o sofrimento humano, tão reforçado pelos inúmeros fatores que permeiam a vida dos indivíduos, principalmente, daqueles lançados à própria sorte.

Além disso, essas denominações têm como marca a maneira de cativar, mediante promessas com linguajares próximos ao de seus adeptos como a resolução de problemas: familiares, afetivos e econômicos (PAULA, 2013). Proporcionando quase que uma fórmula mágica para sanar o sofrimento, essa matriz cristã se aproxima “da realidade dos fiéis e facilita a construção de uma identidade religiosa comunitária” (PAULA, 2013, p.128). Em geral, tendem a mesclar em seus cultos, práticas advindas do interior de diversas vertentes religiosas como o candomblé, o espiritismo de Allan Kardec e o catolicismo (PAULA, 2013). Isso é uma forma de atingir uma demanda maior, salvaguardando o teor mágico resguardado pela espiritualidade como forma de “quebrar” toda maldição ou nó atado que têm levado seus fiéis a enfrentarem situações adversas em suas vidas.

Essas religiões também funcionam como uma fronteira moral condenando práticas ditas “desviantes” como o alcoolismo, o adultério e o uso de drogas. Seus preceitos requerem a conservação da família nuclear rechaçando tudo o que foge a essa lógica como o aborto, o relacionamento homossexual, etc.



Diante dessa perspectiva, o neopentecostalismo baseado em aspectos morais tende a zelar pelo relacionamento familiar, pela integração e socialização entre as pessoas. Ancorado na conservação dos valores familiares e, ao mesmo tempo, flexibilizando práticas da vertente evangélica tradicional, o neopentecostalismo transmite a seus fiéis valores e modos e condutas ditos corretos: a maneira de falar e se portar, ou seja, “um conjunto normatizado de comportamentos que dão base de sustentação tanto social quanto econômica” (PAULA, 2013, p133).

Outro elemento de grande relevância acerca destas novas denominações e seu crescimento expressivo é a participação feminina nestas religiões, como tem sido destacado no texto. No conjunto da população, de acordo com dados do IBGE (2012), de um total de 42.275.440 milhões de evangélicos, cerca de 23.492.609 milhões são mulheres. As denominações de origem pentecostais são as que representam a maior porcentagem no número de fiéis da vertente evangélica com um total de 25. 370. 484, dos quais 14.097.289 são mulheres.

Estas igrejas, em geral, oferecem uma rede de apoio às mulheres, reforçam a sua autoestima e também trazem os homens para o mundo doméstico. A participação nesses cultos religiosos tem um efeito terapêutico para os adeptos, com palavras de conforto e estímulo. Nos espaços e cultos destas denominações, as pessoas encontram respostas para seus problemas através dos chefes religiosos que atribuem sentido ao sofrimento dos adeptos, oferecendo princípios de explicação aos fiéis para as coisas que aparecem de forma desordenada em suas vidas.

Assim, o neopentecostalismo serve aos interesses práticos das mulheres. Elas passam, por exemplo, a não mais culpabilizar o seu companheiro e nem a si mesmas pelas condutas negativas. Na medida em que elas conseguem fazer com que seus companheiros se convertam à religião, eles largam vícios, canalizando o dinheiro que ganham para a família. O neopentecostalismo propõe um novo *ethos* familiar. Soma-se a isto a questão do reforço da fé do praticante, que é utilizada como uma importante estratégia de resistência à pobreza. Estas igrejas não estimulam a ação coletiva, mas promovem estratégias individuais de mobilidade ascendente por meio de uma nova conduta moral, bem afinada com o “espírito capitalista” de Weber, de competição individual e acumulação privada.





Ao se adaptar ao modo de produção em vigor, lança mão de mecanismos baseados em nichos de mercado funcionando como uma mercadoria disponível a esse público. Com isso, essas denominações atuam na manutenção do *status quo*, levando seus fiéis estabelecidos na base da pirâmide a se inserirem de forma subordinada na estrutura de consumo. Em suma, pode-se destacar que a religião, e nesse aspecto, primordialmente, a denominação neopentecostal tem tido papel de destaque nos dias atuais. Composta pela maioria dos adeptos do meio evangélico e abrangendo em seu público majoritariamente as mulheres, ela tem atuado enquanto promotora de fiéis-consumidores (FILHO, 2012).

#### 4. UM NOVO PENTECOSTALISMO PARA UM NOVO SEGMENTO SOCIAL

Segundo dados recentes das últimas pesquisas domiciliares e censos, entre 2003 e 2011 houve queda da desigualdade na distribuição de renda no Brasil, com aumento de renda para os mais pobres em proporção maior do que a dos mais ricos. Mas em que condições e para que posição social estariam migrando estas pessoas?

Examinando os dados da POF<sup>2</sup> de 2008/2009, este novo segmento, denominado por alguns autores de nova classe média, abarcaria sujeitos e famílias na faixa de R\$1.200 e R\$5.174, situando-se acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos. A pesquisa observou o perfil socioeconômico dos domicílios no interior desse estrato, combinando marcadores selecionados como distintivos da classe média. São estes: casa própria, acesso ao crédito, educação universitária e demanda privada por bens promovidos pelo Estado. Cabe destacar que estes marcadores devem ser entendidos considerando as análises de Bourdieu (2007) de que classe média significa não exatamente um padrão de consumo, mas um estilo de vida, que envolve diferenciação/distinção: morar bem, consumir serviços de qualidade, ter acesso a “capitais”.

Sendo assim, os dados também mostram que o perfil dessa nova classe média não exibe a maior parte dos critérios distintivos da classe média. Seus membros estão longe de corresponder à promoção social. A grande maioria possui moradia inadequada, escolaridade insuficiente, acesso limitado a crédito e faz uso incipiente de serviços sociais privados. Souza (2012), por exemplo, traz uma crítica incisiva ao que chamou de cegueira do economicismo.

<sup>2</sup> Pesquisa de Orçamento Familiares, IBGE



Para ele, as vantagens da classe média tradicional não se materializam apenas pela renda maior, mas pelo capital social e cultural que se detém. Capitais que, de acordo com o autor, este novo segmento social não possui.

Mas qual a relação desta nova classe média com a religiosidade e a feminização da pobreza? Raça e gênero são duas dimensões importantes que estão ausentes na concepção política deste novo segmento, mas estão presentes no padrão de discriminação e dominação das classes tradicionais. Para emergir, essa nova classe média se escora na velha divisão sexual do trabalho, com reforço da múltipla jornada de trabalho. Pode-se citar, por exemplo, o fato de que 55,8% dos domicílios brasileiros não possuem máquina de lavar roupa. Além disso, a ascensão também se sustenta no trabalho não remunerado, como o cuidado e outros aspectos referentes a reprodução familiar.

Assim, Souza (2012) argumenta que este segmento formado por uma nova classe trabalhadora precarizada que foi inserida no mercado via comércio está desigualmente aparelhada para competir e enfrenta as barreiras ligadas ao *habitus* específico do jogo de privilégios que caracteriza as classes mais favorecidas do Brasil. Insegurança econômica e social ainda é a marca desse grupo. Além disso, este novo segmento possui uma estrutura familiar muito mais frágil, que conforme já mencionado, uma explicação economicista não dá conta de entender as variáveis que integram as condições culturais, religiosas, sociais e econômicas deste público.

Dentre estas variáveis destaca-se papel que o pertencimento religioso tem na construção das subjetividades desses grupos ou como a lógica dos segmentos neopentecostais se conjuga com os anseios de mudança deste segmento. Vale destacar que estas denominações religiosas estão em geral em lugares centrais, seja nos bairros da periferia ou em locais de grande visibilidade nos centros urbanos, sempre trazendo a resolução de problemas familiares, econômicos ou afetivos: “pare de sofrer: nós temos a solução” ou “pare de sofrer, você nasceu para vencer” e usando de práticas evangélicas de cunho mágico em uma junção que as aproxima da realidade dos fieis.

Outro elemento importante em relação às denominações neopentecostais diz respeito aos nichos de mercado gerados com sua expansão. Nos meios de comunicação de massa, por exemplo, já somam 10% do mercado editorial brasileiro por meio de literatura religiosa. A música evangélica é responsável por 20% do mercado fonográfico, com shows por todo Brasil.



Além disso, também estão na política, com uma bancada composta por 71 deputados e 3 senadores, só perdendo para a bancada ruralista. Estão em 16 partidos de todas as tendências, com preferência para as legendas de centro-direita.

Esse crescimento dos neopentecostais demonstra que sua proposta teológica trabalha com a visão de seus fiéis inseridos na sociedade de consumo. Viver melhor implica além de saúde, é viver “materialmente” melhor. Eles utilizam os ensinamentos da “Teologia da Prosperidade” - ter bens materiais, ser saudável e não ter problemas financeiros - como demonstração de fé. São incentivados a serem mais pragmáticos e imediatistas. Para isso é preciso haver a troca de “coisas materiais”, por isso, pagamento de dízimo e ofertas.

Cabe mencionar que os fiéis destas igrejas quase sempre estão preocupados em construir um futuro para si, melhor que o deixado por seus pais. E estas denominações tem um elemento fundamental, um estímulo, o de que as pessoas merecem uma vida melhor, sobretudo economicamente, e a fé é a mediadora para que isso possa ocorrer. Soma-se a isto o fato de que estas igrejas também funcionam como um espaço de sociabilidade e de transformação de sujeitos que não tinham nenhuma representação na comunidade, que antes tinham uma vida moralmente repreensível, e que ao serem convertidos passam a ter reconhecimento, dando seus testemunhos de mudança e virando militantes da fé.

Em suma, pode-se dizer que há o interesse das classes dominantes em manter esses grupos como classe social permanentemente subalternizada, porém incluída no consumo e no mercado de trabalho precarizado. Além disto, nota-se um crescimento significativo do neopentecostalismo junto a esta “nova classe média”, que passa a ser o principal grupo a ser disputado pelas igrejas, prevalecendo uma postura fundamentalista, deslocada das premissas de afirmação de direitos e repartição de benefícios.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento da pobreza através de um olhar multidimensional entende-se que esta é produzida em nossa sociedade sob uma estrutura patriarcal e racista, que ordena e limita o acesso a direitos, a partir dos marcadores de sexo e da cor. Além disso, há uma fronteira moral estabelecida pelas igrejas que adquirem status central no entendimento das características deste novo segmento social. O neopentecostalismo reúne os sujeitos em torno da



melhoria da condição de vida, em múltiplos aspectos, inclusive o econômico. E, neste sentido, a mulher ocupa um papel central, de destaque na busca por novas formas de expressão religiosa que contemplem seus sofrimentos e angústias em face da precarização das políticas públicas, das desigualdades sociais e dos impactos sofridos com a divisão sexual do trabalho. O resultado mais direto é uma tendência inerente a este novo segmento social, com especial destaque para a participação feminina, a uma ligação com as igrejas neopentecostais e ao conservadorismo.

Diante de uma conjuntura de diminuição da ação estatal e de crescimento do empobrecimento da população, a mulher é a mais penalizada, visto que se encontra inserida numa estrutura subordinada, marcadamente patriarcal, que contribui para produção e reprodução de desigualdades de várias ordens.

A responsabilidade que ainda incide sobre esta mulher, centra-se no reforço de seu papel reprodutivo que gera empecilhos para uma inserção mais valorizada no mercado de trabalho, onde a mesma se insere sob a figura de mãe/mulher. Sendo assim, mesmo esta obtendo a responsabilidade na provisão da casa, a remuneração dessa mulher ainda é vista enquanto complementar a do homem. E mesmo quando esta está envolvida numa estrutura familiar unipessoal, a mesma não está respaldada por uma rede de proteção que lhe assegure rendimentos mínimos e dignos de sobrevivência.

A mulher majoritariamente engrossa o caldo dos trabalhadores precarizados, o qual não se pode negar a presença massiva também dos homens. Contudo é sobre elas que incide uma pressão maior diante da sobrecarga de jornadas duplas e até triplas de trabalho onde o gasto com afazeres domésticos é 2,5 vezes superior ao dos homens (SABBATO; MELO, 2013, p.12).

Com isso, por mais que os problemas vivenciados pelos dias atuais tendem a afetar igualmente os homens, os respingos dessa problemática incidem de forma mais perversa sobre as mulheres. São elas quem vivenciam uma gama de intempéries e violências, seja doméstica, sexual, sem contar as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e aos bens e serviços.

Diante disso, a religião apresenta para elas um bem disponível onde podem se relacionar sem represálias morais e estabelecer laços de confiança e fé. Nesse intuito, a “mudança” de vida e conduta proporcionada para aqueles que aceitam viver sob um padrão de conduta ancorada em preceitos religiosos, leva a quem os praticam a servirem enquanto exemplo para aqueles que apresentam desvios de conduta para a sociedade.



Nesse aspecto, o neopentecostalismo, ao pregar sobre anseios e dificuldades as quais esses fiéis estão perpassados, funciona como um motivador e uma “saída” da situação frustrante em que seus fiéis vivem. O sofrimento não é algo bem-vindo para Deus, logo, a solução está em Jesus. Com isso reproduz-se mensagens de fé, apoio, quebra de maldição ou tudo o que possa estar se referindo aos entraves para a vida do crente deslanchar.

Estas igrejas atuam assim, como uma fronteira moral, reunindo sujeitos com objetivos comuns, que diz respeito à melhoria da sua condição de vida, em múltiplos aspectos, inclusive econômico. Desta forma, o pertencimento religioso tem um papel preponderante na construção das subjetividades desses sujeitos e com os anseios de mudança desse segmento. Também é importante mencionar que por meio da "Teologia da Prosperidade" e da propagação da ideia do viver materialmente melhor, estas denominações trabalham com a visão de que seus fiéis estão inseridos na sociedade de consumo. A prosperidade não se dá no mundo do além, mas nesse mundo, o que representa uma mudança significativa em relação à concepção do velho ascetismo pentecostal.

O impacto do neopentecostalismo tem sido particularmente sentido pelas igrejas evangélicas do Brasil. O protestantismo brasileiro não é mais o mesmo desde que surgiu o novo movimento. Esse impacto tem sido experimentado de duas maneiras: primeiramente, muitas igrejas, sejam elas históricas ou pentecostais, têm perdido membros para o neopentecostalismo; em segundo lugar, essas igrejas, especialmente as históricas ou tradicionais, tem sido influenciadas em sua teologia, liturgia e organização pelas práticas neopentecostais. O “sucesso” do novo movimento tem sido especialmente cativante para os líderes de muitas igrejas, levando-os a acreditar que, se adotarem os mesmos métodos e ênfases, suas igrejas também irão obter o tão sonhado crescimento.

Por fim, ter uma vida abençoada é algo apazível e até desejável por Deus, sendo assim, uma vida próspera é uma demonstração de fé e dedicação. Funcionando como uma panacéia, a religião vai relacionar o dia-a-dia do crente a fórmulas mágicas de alívio da dor e do sofrimento que perpassa a vida de todo ser humano. Sejam problemas conjugal, financeiro ou emocional, Deus pode curar dores e abrir as janelas do céu derramando bênçãos e riquezas.

Com esse discurso não é difícil atrair uma multidão que, cansada da desilusão e da dilapidação de laços afetivos entre outras redes esgarçadas, é então envolvida por essa prédica por apresentar justamente a resolução para seus anseios mais profundos. Logo, as mulheres por



absorverem a maior carga emocional e por estarem sobre representadas em ocupações informais e precárias, se apegam a essa mercadoria disponível (religião) como um motivador que as proporcionará uma vida terrena próspera, logo, um futuro melhor para si e seus familiares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2007.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. V.1, Brasília: IPEA, 2010.

BRASIL. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAN). Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. Brasília: novembro, 2013. 170p.

CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da Pobreza” em cenário neoliberal, Mulher e trabalho, p. 89- 96, 2001. Disponível em:  
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2671/2993>> Acesso em: 17 de jun. 2014.

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. “Marketing de guerra santa”: da oferta e atendimento de demandas religiosas à conquista de fiéis-consumidores. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.10, n.25, p. 201 -232, jan./mar. 2012 – ISSN: 2175-5841. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2012v10n25p201/3547>> Acesso em: 17 de jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009*. Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, M. B. Feminização da pobreza e religiosidade. In: Valla, Victor V.; Stotz, E. N.; Algebaile, E. B. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: ENSP, 2005.

MELO, Hildete Pereira de & SABBATO, Alberto Di. 10 Anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. *Trabalho apresentado na 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR)*, Rio de Janeiro, Brasil, 7 a 9 de agosto de 2013. Disponível em:



<<http://spm.gov.br/noticias/documentos-/versaoartigopibafazeredomesticossitespm.pdf>>  
acesso em: 20 de maio. 2014.

MONNERAT, Giselle Lavinias. et. al. Do direito inconstitucional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do PBF. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 12 (6):1453-1462, abr. 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600008),

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambú – MG*, p.1-12, 20-24 de set.2004. Disponível em:<  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_51.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf)> Acesso em: 13 de jun.2014.

PAULA, Marilene de. BARTELT, Dawid Danilo (org). A nova classe trabalhadora e o neopentecostalismo. In: *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. p.124- 134.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Maria Ozenira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.13, n.2, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> > Acesso em: 23 de maio. 2014.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2 ed. MG, UFMG: 2012.

UCHOA, Christiane; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. Texto para Discussão n. 076, CEDE/UFF. Niterói, 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3ed. Lisboa: 1990.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.110, p.288- 322, abr./jun. 2012. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000200005&script=sci_arttext)> Acesso em: 13 de jun. 2014





## PEREGRINAÇÕES DO SELF: TURISMO E RELIGIOSIDADE COMO INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE SUBJETIVIDADES

MAIA, Renée

*Estudante de Doutorado do PPGMS/UNIRIO*

*reneemaia@gmail.com*

226

### RESUMO

Objetivando refletir sobre os processos de aceleração do tempo e de seus reflexos na elaboração de subjetividades, este trabalho dividiu-se em dois momentos de desenvolvimento. No primeiro, buscou apresentar uma breve revisão dos conceitos e proposições centrais sustentados pelo filósofo francês Henri Bergson, assumindo a noção intervalo ou centro de indeterminação como ferramenta para pensar as interfaces entre temporalidade e subjetividade no fluido cenário atual. No segundo momento, apresentou dois exemplos de práticas ou manifestações de viagens contemporâneas, as quais, centradas no indivíduo e no perseguimento de um *self* perfeito, poderiam simbolizar estratégias de contra-resposta em meio a uma espécie de compressão da hesitação. Por fim, conclui-se que tais combinações entre reflexividade e mobilidade oferecem interessantes indicações acerca das possibilidades de criação, representando um objeto de alta complexidade.

**Palavras-chave:** peregrinação, intervalo, indeterminação

### ABSTRACT

In order to reflect on the processes of acceleration of time and its effects on the development of subjectivity, this study was divided into two stages of development. First, aimed to present a brief review of key concepts and propositions defended by the french philosopher Henri Bergson, assuming the notion of interval or center of indeterminacy as a tool for thinking about the interfaces between temporality and subjectivity in the fluid present scenario. In the second phase, presented two examples of practices or expressions of contemporary travel, which centered on the individual and on the persuing a perfect self, could symbolize counter-response strategies in the midst of a kind of compression of hesitation. Finally, it is concluded that such combinations between reflexivity and mobility offer interesting indications regarding creation in itself, representing an object of high complexity.

**Keywords:** pilgrimage, interval, indeterminacy



## INTRODUÇÃO

Inseridos em um cenário marcado pela aceleração do tempo, estaríamos vivendo em uma espécie de era do imediatismo de respostas. No consumo, na dor (física ou emocional), nas relações cotidianas e/ou afetivas, as pressões para reações cada vez mais rápidas aos estímulos variariam desde a busca por prazeres e satisfações instantâneos às demandas por rápidas soluções ou remédios (tanto literais, quanto metafóricos). Fenômenos como a compressão do tempo-espaço impeliriam, assim, velocidades temporais que estariam favorecendo ao cerceamento da hesitação. Evidenciar-se-ia outra forma de compressão: a da elaboração.

Parece que sofremos, então, de uma crescente inabilidade de espera: precisamos remediar imediatamente qualquer desconforto, ter respostas, opiniões e posicionamentos tão logo são demandados. Neste sentido, as desgastantes exigências de relações duradouras estariam sendo substituídas pela dinâmica do “ser amado sem precisar amar de volta”, encontradas no consumo e nas competências especializadas (Bauman, 2008). Assim, as relações, tornando-se gradativamente mais voláteis, passariam ao regimento de uma dupla facilidade de associação e dissociação. De dores de cabeça, a lutos ou angústias diversas, nossos incômodos estariam sendo “calados” através de um mercado da remediação que em muito transcende a indústria farmacêutica ou as práticas médicas e terapêuticas.

Observada por autores como Huyssen (2000), as obsessões pelo registro e pela memória indicariam, por sua vez, duas manifestações dessa “somatização social” que paira entre a “fuga generalizada” da elaboração e seu perseguimento. Por um lado, produzimos registros mediante o mínimo processamento dos estímulos inicialmente percebidos e retidos; registramos “experiências” sem (ou ao menos antes de) experimentá-las.

Além disso, nostalgias ligadas a memórias imaginadas (termo problemático e possivelmente duvidoso) refletiriam uma dupla instrumentalização da memória. Agarramo-nos ao passado, a fim de escapar de uma elaboração problematizante de um presente marcado por incerteza e imprevisibilidade. Apoiados em memórias idealizadas e remodeladas para tanto, nostalgias de outro tempo supostamente perfeito são alimentadas em virtude de uma atualidade supostamente deteriorada – ou mesmo da meditação acerca desta. A idealização memorial passa a fornecer, assim, “migalhas de segurança” quando as liberdades contemporâneas deixam indivíduos perdidos na liquidez de seu dinamismo e multiplicidade.



Por outro lado, como também apontado por Huysen (*ibid.*), a própria instrumentalização da memória para fins de identificação refletiria uma necessidade de frear esta aceleração extenuante que comprime gradualmente o presente entre passado e futuro.

A velocidade sempre crescente das inovações técnicas, científicas e culturais gera quantidades cada vez maiores de produtos que já nascem cada vez mais obsoletos, contraindo objetivamente a expansão cronológica do que pode ser considerado o (afiado qual gume) presente de uma dada época. (HUYSEN, 2000, p. 27)

228

Entende-se, desse modo, que movimentações como esta representariam uma espécie de tentativa de “descompressão de nossas capacidades elaborativas” e, conseqüentemente, criativas. Ao abordar a enorme quantidade de registros memoriais produzidos na atualidade – inseridos naquilo que chama de cultura de memória –, o autor ressalta a necessidade de desenvolvimento de formas produtivas de rememoração.

Assim como a modernidade (em sua fase sólida) teria paradoxalmente impulsionado a ambivalência através do seu próprio combate (Bauman, 1999) - resultando no fracasso de sua auto-ilusão de segurança, controle e ordem -, o que se aponta aqui como uma “compressão da hesitação ou da elaboração” também estaria sendo responsável pela promoção de estratégias de contra-resposta. Associado a estes supostos movimentos de compressão estaria o progressivo processo de internalização das determinações identitárias; a identidade passa de elemento externamente *dado* para uma *tarefa individual*. A pulverização dos referenciais socioculturais disponíveis ao indivíduo evidencia, assim, um crescente processo de individualização (Elias, 1994) que impele à reflexividade grande destaque (Giddens, 1991), influenciando profundamente o surgimento de estratégias em busca do auto-aprimoramento e conhecimento.

Tais esforços em busca de um *self* perfeito (D’Andrea, 2000) se fazem presentes em diversas esferas e instâncias da vida social. Considerando a hipótese de que as viagens poderiam representar instrumentos utilizados na busca pela descompressão destas possibilidades de elaboração supracitadas, elegeu-se como objeto de análise neste trabalho algumas de suas manifestações, as quais simbolizariam concomitantemente viagens ao interior e ao exterior (Todorov, 2006). Nestes casos, os deslocamentos no espaço estariam sendo motivados e norteados pela busca de conhecimento e aprimoramento do próprio eu.



Pretende-se demonstrar que o posicionamento destas motivações como centrais perpassa práticas diversificadas, borrando as fronteiras entre turismo e religiosidade ou espiritualidade. A viagem assume, assim, uma roupagem de peregrinação, onde os desconfortos e as imprevisibilidades, evitados nesta compressão das possibilidades da hesitação, parecem ser almejados como ferramentas para a geração de experiências (nos moldes benjaminianos). Tais viagens incorporariam, portanto, a coexistência de seus aspectos literais e metafóricos.

Com o objetivo de fundamentar as hipóteses aqui propostas e refletir sobre algumas das formas de viagem profundamente relacionadas ao cultivo de subjetividade e do ideal de um *self* perfeito (D'Andrea, 2000), este trabalho foi desenvolvido em dois momentos interligados. No primeiro, propôs uma revisão panorâmica acerca das proposições do filósofo francês Henri Bergson, focalizando conceitos e noções como os de duração, intuição, memória e intervalo de movimento (ou de indeterminação). Salienta-se que o objetivo desta etapa não foi o de esgotar ou debater o posicionamento deste autor diante de outras perspectivas contemporâneas a ele, mas sim, destacar sua relevância enquanto ferramenta para a compreensão destes processos de aceleração do tempo, assim como de seus impactos na produção de experiências e na elaboração de subjetividades.

No segundo momento, a partir da apropriação dos conceitos e proposições apresentados na etapa supracitada, dois exemplos de manifestações ou práticas contemporâneas de viagens são enfocadas, selecionadas a partir de suas utilizações como caminhos para a busca do auto-aprimoramento e conhecimento. Foram eleitos, então, os casos das novas peregrinações narradas por (Carneiro e Steil, 2008) e do projeto Viajo, logo existo, desenvolvido pelo casal paulistano Rachel e Leonardo Spencer. Os exemplos aqui utilizados perpassam deslocamentos de cunho religioso e/ou turístico, demonstrando como turismo e religião entrelaçam-se em um contexto profundamente marcado pela reflexividade e pela individualização.

## **BERGSON, INDETERMINAÇÃO E SUBJETIVIDADE: REVISANDO CONCEITOS**

Apresentando alto grau de complexidade em suas teorizações, o filósofo e diplomata francês Henri Bergson oferece conceitos e interpretações profícuos para a compreensão de diversos aspectos e fenômenos da contemporaneidade. Sua obra de grande atualidade tem sido



trabalhada não somente entre acadêmicos da filosofia, mas também por diversas outras disciplinas, abarcando de estudos sobre cinema e literatura até a neuropsicologia.

Buscando ultrapassar a dualidade realismo/ idealismo e vencer o abismo estabelecido na filosofia entre imagem e matéria, Bergson (1990) desenvolve uma espécie de ontologia da imagem<sup>1</sup>. Situando-se em um meio termo entre estas vertentes filosóficas, propõe que a imagem não consistiria nem um mero acidente da matéria, nem somente uma construção da consciência. Para ele, a imagem existiria em si mesma e não seria acrescida de movimento já que, imagem, matéria e movimento coincidiriam fundamentalmente.

Neste sentido, Bergson (*ibid.*) inverte a lógica da adição qualitativa idealista. A percepção torna-se, para ele, um movimento de subtração orientado por interesses práticos, do qual seria descartado da imagem aquilo que não fosse interessante para o ser vivo. Haveria, portanto, mais na imagem em si do que na percepção da imagem. A consciência seria, então, responsável pelo enquadramento da matéria e não pelo engendramento de representações.

Quanto ao todo, considera-o como dinâmico e não como dado, propondo sua compreensão como um sistema de interação universal. Neste sistema, as imagens só existiriam agindo e reagindo umas sobre as outras, em uma espécie de reação em cadeia. Assim, a mudança promovida pelo movimento seria inerente à própria matéria. Assumindo uma relação indissociável entre matéria e movimento, conclui que o todo não poderia ser compreendido como fechado ou a partir de uma perspectiva objetivista, mas sim como aberto, enquanto expressão da mudança.

Entendendo os seres vivos como matéria e, portanto, como imagens em movimento, Bergson (1990) pensa, então, sobre a diferenciação entre matéria viva e não viva. Introduce neste ponto um dos conceitos centrais para a reflexão aqui proposta: o de intervalo de movimento (ou centro de indeterminação). Para ele, a diferença consistiria na presença ou não de um hiato interacional, ou seja, de um intervalo elaborativo entre ação e reação. Assim, enquanto o não vivo estaria ligado a reações imediatas e determináveis, nos vivos as interações seriam interceptadas por um intervalo de hesitação, espera e/ou escolha.

A consciência, localizada neste intervalo, estaria imbuída de um duplo papel: o de seleção dos estímulos e também o de escolha das respostas (ou reações) possíveis. Logo,

<sup>1</sup> É interessante salientar que o termo imagem é aqui assumido como sinônimo de fenômeno (aquilo que aparece), podendo haver imagens óticas, acústicas, táteis.



intervalo, consciência e indeterminação estariam inter-relacionados de modo que quanto maior o intervalo, maior o nível de consciência e maior o caráter de indeterminação. A retenção dos estímulos neste intervalo corresponderia à memória, considerada pelo autor como fundamento da subjetividade. Já a escolha das respostas possíveis remeteria a um processo de espera e antecipação do futuro, com a própria antecipação configurando uma forma de espera.

Bergson (1990) ora contrapõe imagem e hábito, ora automatismo e atenção. Apresentando dois tipos de memória e de reconhecimento, relaciona-os da seguinte forma: a memória-hábito corresponderia a uma modalidade automática de memória, fundamentando, por sua vez, o reconhecimento automático (aquele que se faz através um prolongamento da imagem percebida em resposta motriz). Já a memória das imagens-lembranças, alvo maior de sua atenção, simbolizaria a memória embasadora da subjetividade<sup>2</sup>, relacionando-se com a modalidade de reconhecimento atento (aquele que é intermediado pela rememoração e, portanto, pela criação<sup>3</sup>). Em suma, insere tais dualidades em uma concepção geral de que a inadaptação consistiria em uma espécie de motor da criação (crise e criação).

Além da consciência, localiza também dois outros elementos neste intervalo entre excitação e resposta. O primeiro deles seria o afeto, responsável por associar a amplitude do intervalo com uma maior capacidade de sentir. O segundo seria a intuição, a qual estaria longe de assumir seu sentido difundido no senso comum. Para Bergson (1988) tal qualidade representaria uma capacidade de distanciamento dos interesses práticos que norteariam a inteligência – esta voltada para respostas imediatas ou reflexos mecânicos. A intuição proporcionaria ao ser vivo, portanto, a possibilidade de percepção daquilo que não é perceptível no habitual, na adaptação, simbolizando uma espécie de aprofundamento no que o autor propõe chamar de duração. Retardamento no tempo de ação (ou reação, se assumida a lógica da interação) e percepção desinteressada em relação a objetivos práticos e/ou funcionalizantes – percepção voltada para a ordem do “inútil” - seriam competências de poetas e artistas como exemplos clássicos do cultivo da criação.

<sup>2</sup> Para Bergson (1990) psiquismo é memória, pois todas as operações psíquicas estariam fundadas na memória.

<sup>3</sup> Bergson (1990) entende que a memória (de imagens-lembranças) seria sempre criadora, já que lembrar significa lembrar de algo que nunca foi. Não existiriam, portanto, duas rememorações idênticas; a atualização da virtualidade do passado é sempre uma atualização criativa, onde seria introjetado o afeto do ser.



Mas no que consistiria exatamente essa noção de duração? Para Bergson (1988), duração corresponderia a tempo, tanto quanto subjetividade. No entanto, não diria respeito ao tempo instantâneo e cronológico do relógio, mas simbolizaria um tempo-fluxo, uma continuidade ininterrupta do novo. Logo, enquanto o tempo descontínuo estaria atrelado à inteligência, a duração seria o tempo da intuição, da continuidade. A intuição seria, assim, um instrumento para mergulho no próprio ser, ou seja, através do qual a apropriação da duração faz-se-ria possível.

Ao pensar o todo como aberto e o tempo como fluxo, o filósofo francês entende passado e futuro como dimensões que coexistiriam virtualmente com o presente. As realidades virtuais e atuais de passado e presente, respectivamente, seriam articuladas através da rememoração, ou ainda mais especificamente, através de um processo de atualização de virtualidades. Logo, a rememoração não corresponderia nem a um resgate fidedigno do passado nem a um processo de regressão no tempo, mas envolveria em sua própria fundamentação uma forma de atualização criativa. Passado e presente relacionar-se-iam, para Bergson (1988), não sob uma ordem cronológica e sucessiva, mas a partir de uma relação de utilidade (presente) e inutilidade (passado). Já o futuro representaria um campo aberto de possibilidades, estando toda e qualquer previsão (do mesmo) fundamentada em antecipações do passado: supomos que o sol nascerá no amanhã justamente porque nos dias passados ele nasceu.

A partir de tal revisão conceitual e teórica, é possível fundamentar aqui as duas hipóteses centrais apresentadas neste trabalho. Em primeiro lugar, ao reduzir espacialidades e acelerar temporalidades, sustenta-se que o contexto contemporâneo estaria sendo responsável pela promoção de uma segunda forma de compressão: a da hesitação. Demandas por resposta imediatas estariam contribuindo para a alimentação de um progressivo desfavorecimento de possibilidades de elaboração criativa, em suma, reduzindo os níveis de indeterminação individuais através da compressão de seus intervalos de movimento.

Estaríamos, assim, imersos em um distúrbio cristalizado em uma inabilidade de espera, ou ainda mais especificamente, de apropriação da espera como desejável ou necessária. Neste sentido, a tomada desta duração e a aceitação da hesitação poderiam simbolizar etapas necessárias em uma espécie de processo de descompressão das possibilidades de criação. No entanto, o aprofundamento deste intervalo e o desenvolvimento de capacidades intuitivas





poderia estar paralelamente sendo reprimido e fomentado em forma de estratégias de contra-resposta e contenção da aceleração do tempo.

Assim como a instrumentalização de memórias para fins de identificação parecem simbolizar tentativas de frear uma temporalidade esmagadora de indivíduos e subjetividades<sup>4</sup>, outros comportamentos e práticas parecem refletir essa busca por afastamento ou ruptura com o habitual – com aquilo ao qual já se está adaptado – em direção a movimentos de maior indeterminação e, portanto, potencial criativo. Este seria o caso das *peregrinações do self*, hipótese esta que será abordada na seguinte etapa deste trabalho.

### PEREGRINAÇÕES DO SELF: QUANDO O CAMINHO É O PRÓPRIO “EU”

Enquanto rituais, tanto as peregrinações quanto o turismo são ‘bons para pensar e para agir’. São eventos que adquirem um *status* que os projeta para além dos limites de um campo especializado, permitindo, por meio deles, que se aprofundem questões fundamentais e contemporâneas que dizem respeito às relações sociais e à vida dos indivíduos na modernidade. (CARNEIRO, STEIL, 2008, p. 112)

Fluidez, dinamismo, fragmentação e multiplicidade. Em meio a diversas características como estas, mobilidade e reflexividade destacam-se como algumas das marcas centrais da contemporaneidade. Se a mobilidade de capital, informações ou pessoas reflete novas configurações socioeconômicas, políticas e culturais, a reflexividade é crescentemente evidenciada a partir de processos que posicionam o indivíduo no centro de decisões e elaborações que abrangem tarefas diversificadas: desde a estruturação de suas próprias identidades, ao perseguimento máximo – e constante - de auto-aprimoramento e conhecimento.

Tais esforços em busca do *self* perfeito (D’Andrea, 2000) podem ser observados em diversas esferas e instâncias da vida social. Neste trabalho em questão, considera-se a hipótese de que algumas formas de viagens – enquanto combinações de mobilidade e reflexividade - podem representar instrumentos utilizados na busca pela descompressão de possibilidades de

<sup>4</sup> “O enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado pela crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido.” (HUYSSSEN, 2000, p. 20).



elaboração de subjetividades, através do desenvolvimento intuitivo e do aprofundamento na duração (Bergson, 1988).

Objetivando discutir – ainda que de maneira reconhecidamente preliminar - tal caminho de interpretação e reflexão, elegeu-se como objeto de análise algumas manifestações contemporâneas, nas quais o *eu* assumiria o papel de caminho. Estas “peregrinações do *self*” simbolizariam concomitantemente viagens ao interior e ao exterior, conforme descrito por Todorov (2006), combinando em si mesmas aspectos literais e metafóricos das viagens, perpassando e entrelaçando domínios como turismo e religião.

Visando viabilizar a ainda introdutória construção desta hipótese de investigação e interpretação, apresenta-se aqui um recorte em dois exemplos representantes destas manifestações. Em primeiro lugar, estariam as “novas peregrinações” apresentadas por Carneiro e Steil (2008) ao analisarem o caso de quatro caminhos brasileiros de peregrinação constituídos à imagem do caminho de Santiago de Compostela: Caminho da Luz (Minas Gerais), do Sol (São Paulo), das Missões (Rio Grande do Sul) e Passos de Anchieta (Espírito Santo).

A partir de uma perspectiva antropológica, tais autores analisam o processo de construção social desses caminhos e formas contemporâneas de peregrinação. Buscando principalmente compreender os significados (e processos de significação) envolvidos nestas práticas, destacam que “a referência a novas práticas de peregrinação e modalidades de turismo nos leva a redimensionar o nosso olhar sobre os processos de subjetivação, reflexividade e destradicionalização que afetam a religião e seus sentidos na cultura contemporânea.” (CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 106)

Alguns aspectos chamam atenção nos resultados encontrados no trabalho etnográfico desta pesquisa. Em primeiro lugar, como ponto central, está a desinstitucionalização das peregrinações enquanto práticas religiosas, onde a tradição do catolicismo parece ser substituída pela reflexividade, suportada, por sua vez, por novos mediadores como o mercado turístico e o Estado. Tal reflexividade far-se-ia presente neste contexto a partir da inserção de um ideário Nova Era, representando um dos principais meios através do qual modelos e valores das chamadas religiões do *self* estariam sendo disseminados no atual cenário religioso.

Ainda que não apresente fronteiras claramente delimitadas, o Movimento Nova Era (MNE) pode ser compreendido a partir da valorização da autonomia e liberdade do sujeito



como eixos centrais (D'Andrea, 2000), abarcando características como: dissociação entre espiritualidade e religião; postura mais difusa e menos institucionalizada a respeito de elaborações religiosas ou éticas; e adesão a um perseguimento espiritual permanente, manifesto em um estilo de vida onde impera uma “cosmovisão holística, ética, estética e mística da realidade – enfim, totalizante – de vida.” (D'Andrea, 2000 *apud* CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 121). Conforme observam Carneiro e Steil (2008, p. 121):

Nesse processo de busca, há o desejo de se ter uma nova consciência religiosa, uma vontade de se desenvolver a espiritualidade de forma livre e criativa, como espaço sagrado interno, onde se evidencia o cultivo da subjetividade e um ideal de um *self* perfeito.

Dessa forma, nessas novas peregrinações o percurso seria enaltecido como santuário - um *santuário de fluxo* – (ibid., p. 121), responsável pela mediação entre um contato com “externo, sobrenatural, mágico, transcendente” e o encontro consigo mesmo.

Trata-se de um modelo que enfatiza a própria caminhada, o próprio percurso em detrimento do lugar de chegada ou do objeto de devoção. Ao fazer este deslocamento, acaba-se atribuindo um sentido central à forma como o caminhante se engaja pessoal e corporalmente à experiência. Portanto, a forma pela qual o peregrino empreende a viagem (...) é o que passa muitas vezes a contar realmente para a definição da autenticidade da peregrinação. Ao lado disso, a distinção entre caminhantes religiosos e não-religiosos parece se tornar secundária em relação à importância de como é vivenciada a experiência. (CARNEIRA; STEIL, 2008, p. 119)

O sagrado é, assim, buscado no próprio caminho, estando condicionado às experiências pessoais e coletivas vivenciadas. “É no movimento, na ação e na percepção do ambiente que o peregrino encontra-se com o sagrado.” (CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 121). Assim, desvinculadas fundamentalmente de suas tradições religiosas originárias, estas práticas contemporâneas indicariam um novo modelo de peregrinação, onde a mediação religiosa parece estar sendo substituída por uma crescente autonomia da “experiência do sagrado”.

É justamente porque a religião se tornou uma experiência mística interior que os seus mediadores já não necessitam de uma investidura sagrada institucional adquirida no âmbito de uma comunidade de crenças e valores partilhados. Cabendo apenas, aos novos mediadores, assegurar e garantir os meios e os recursos simbólicos para que cada um possa fazer o seu próprio caminho. Desta forma, esses novos eventos estão agregando à peregrinação novos



sentidos que os associam à experiência interior de um caminho a ser percorrido por cada indivíduo na direção de seu verdadeiro “eu”. (CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 112)

Tais autores observam também que “essa nova modalidade (...) parece revitalizar o fenômeno da peregrinação não só como experiência religiosa, de um lado, mas também como expressão cultural (turística), de outro.” (CARNEIRO, STEIL, 2008, p. 108). Neste sentido, assinalam que termos como “turismo religioso” estariam sendo cunhados em virtude do reconhecimento de uma relação não-dicotômica e/ou auto-excludente entre turismo e religião.

236

Essas novas peregrinações, que juntam em seu horizonte de motivações interesses turísticos, místicos, culturais, históricos e ecológicos, ganham plausibilidade e são fortes atrativos na medida em que se situam num contexto mais abrangente, em que essas junções já não são vistas como estranhas, uma vez que as próprias fronteiras entre esses campos sociais se tornaram porosas. (CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 116)

Para além dessa observação, entende-se que o embaçamento das fronteiras entre estes domínios evidencia a ambivalência destas experiências contemporâneas, a qual intensifica a complexidade da tarefa de classificação de práticas e motivações como estas. A desinstitucionalização religiosa observada no ideário da Nova Era e a instrumentalização da viagem – suportada por elementos técnicos e infra-estruturais do *trade* turístico – como caminho para o autodesenvolvimento e conhecimento, exacerbam as dificuldades de visualização, categorização ou compreensão cartesiana destas realidades. Aspirações filosóficas, éticas ou morais entrelaçam-se quase que indissociavelmente com aspirações religiosas, tanto quanto o turismo parece assumir vestes de espiritualidade.

O outro caso<sup>5</sup> trazido aqui como exemplo e representante de práticas turísticas contemporâneas também fortemente relacionadas à elaboração e ao conhecimento do próprio eu é o projeto “Viajo, logo existo”. Idealizado pelo casal paulistano Rachel e Leonardo Spencer, o projeto teve início em 04 de maio de 2013, e consiste em uma jornada de carro – ainda em progresso - por mais de sessenta países distribuídos pelos cinco continentes do mundo. Ao longo de quarenta e dois meses corridos, o automóvel assume também o papel de moradia destes viajantes no que definem como uma “grande aventura” e uma oportunidade de

<sup>5</sup> É importante destacar que a quantidade reduzida de material sobre este caso dá-se em virtude deste representar parte do objeto de pesquisa da tese de doutorado desta autora (ainda em desenvolvimento), a qual encontra-se em fase inicial de coleta de dados e entrada no campo.



“imersão cultural”<sup>6</sup>. O veículo fora, portanto, escolhido como um dos instrumentos mais importantes da viagem, e equipado com itens diversos – como galão de diesel extra e barraca de camping que pode ser acoplada no teto.

A ideia de “largar tudo e cair na estrada” teria surgido ainda em 2002, sendo planejada e implementada somente no ano seguinte. Ao narrar as motivações que teriam levado a tal decisão, o casal Spencer destaca sua insatisfação com percepções de incompletude ou insuficiência relacionadas à rotina, aos objetivos e desafios que vislumbravam em seu dia-a-dia pessoal e profissional em São Paulo:

O trabalho no banco nos proporcionava uma qualidade de vida altíssima, tanto no dia-a-dia como nas viagens, mas estávamos questionando aonde aquilo tudo iria nos levar. Eram sete anos de banco, tempo que gostamos muito do que fazíamos, mas entendíamos que daquele momento em diante seria somente para acumular dinheiro, não deslumbrávamos muitos desafios que não fossem ligados à carreira e principalmente ao dinheiro! Gostamos de dinheiro, mas não queremos viver em função disso. Sentimos a necessidade de começar um novo ciclo em nossas vidas, talvez com menos dinheiro e mais insegurança, porém com mais vida!

Quanto aos objetivos centrais do VLE<sup>7</sup> seus idealizadores ressaltam como aspirações: “ajudar aos outros”, “conhecer novos lugares e culturas” e “desapegar da rotina da cidade grande e de seus valores”. Neste sentido, é interessante observar em suas declarações oficiais uma combinação entre os anseios por *pensar menos em si mesmo* (“chegou a hora de ajudar os outros”) e por *auto-aprimoramento* (“nos tornar pessoas melhores”).

(...) para vocês entenderem melhor, o Viajo Logo Existo nasceu de uma necessidade nossa de mudar de vida. Mais do que ter um objetivo ou conquistar algo, estávamos buscando uma forma de mudar, de começar de novo, de ter a chance de ter uma vida mais simples, mais barata e talvez mais intensa! Passamos os últimos dez anos de nossas vidas focando somente em nós mesmos, agora chegou a hora de ajudar os outros! Nunca deslumbramos objetivos como dar a volta ao mundo em tantos dias, ou gastar menos de 50 dólares por dia na média, ou coisas facilmente mensuráveis como essas. Por fim, nosso objetivo pessoal é nos tornar pessoas melhores, simples assim!

<sup>6</sup> Todas as declarações aqui apresentadas foram extraídas do site do projeto. Disponível em <http://www.viajologoexisto.com.br>. Acesso em 20/06/2014.

<sup>7</sup> A partir desse momento o projeto “Viajo, logo existo” será também mencionado sobre a sigla VLE.



Como também corrobora a fala apresentada a seguir, o caráter de *necessidade* assumido para a realização desta empreitada faz-se presente de maneira peculiar, já que assumido para a realização desta empreitada faz-se presente de maneira peculiar, já que o destaque dado à excelente condição financeira e social do casal é um aspecto recorrente em suas falas.<sup>8</sup>

A vida que tínhamos em São Paulo sempre foi ótima, mas estávamos preocupados com o que ela nos guardaria para o futuro. Vivemos os últimos anos em função do trabalho, do dinheiro, dos valores e receamos ficarmos escravos disso no longo prazo. O mercado financeiro foi ótimo para nós, mas achamos que chegou a hora de tentar algo novo!

238

Outro aspecto que aparece em suas declarações e apresenta significativa relevância para esta reflexão é a busca por uma ruptura com o habitual, com o funcionamento automático do cotidiano. Neste sentido, parece haver aqui uma lógica inversa, onde o desconforto – tão evitado e imediatamente remediado no que se entende aqui como uma era da compressão da hesitação – torna-se almejado como elemento afirmador da própria existência.

Conhecer o mundo e suas diferentes culturas encaixou perfeitamente nas nossas expectativas de mudança, morar no carro e reaprender toda essa rotina do dia-a-dia seria perfeito para desapegarmos das rotinas da cidade grande e seus valores. Morar no carro vai nos expor de uma forma que nem conseguimos imaginar. Tudo isso sem falar nas pessoas que vamos encontrar pelo caminho, das situações que iremos viver, das diferentes línguas e costumes, das saudades dos familiares e amigos, da incerteza de como tudo isso irá transcorrer! Inúmeras incertezas tornarão nosso dia-a-dia mais intenso e imprevisível.

Ainda que demande uma investigação mais aprofundada e fundamentada em maior quantidade de material empírico, acredita-se ser possível esboçar aqui outra interpretação preliminar. A aspiração pela condição de não-adaptação (ao menos não ótima) ao meio pode simbolizar uma forma de atingir a produção de experiências (assumidas segundo os moldes benjaminianos) em meio à pobreza criativa simbolizada pela superficialidade e pelo imediatismo de uma temporalidade em exacerbada aceleração. Tal aspiração abre, portanto, o *hall* de aproximações entre os casos aqui apresentados. Conforme delimitado por Carneiro e Steil (2008, p. 117, 120-121):

<sup>8</sup> Esta questão da relatividade da noção de necessidade abre caminho para a discussão da metáfora de “turistas e vagabundos” propostas por Bauman (1998), assunto este que deverá ser trabalhado em trabalhos futuros.





Cabe lembrar (...) que tanto a peregrinação, quanto o turismo indicam deslocamento, movimento de pessoas que rompem com suas rotinas diárias, que estão em contextos diferentes do de origem, se o de sua residência (local de moradia) ou sua cidade – que não estão em atividades de trabalho. (...) Fazer o caminho pode significar passar por uma experiência de viagem perigosa através das forças míticas, telúricas, naturais e desconhecidas.

Além de compartilharem de um “espírito de despojamento”<sup>9</sup> (não somente material, mas, sobretudo, simbólico), ambos os casos apresentados têm também em comum uma estruturação central em torno do indivíduo como cultivador de subjetividades a partir da combinação de *viagens ao exterior e ao interior* (Todorov, 2006). Nos exemplos expostos, os deslocamentos receberiam, assim, a significação de um mergulho no próprio eu,

(...) onde empreender uma jornada de longa distância, que envolve determinação, persistência, humildade e austeridade, é percebido menos em um sentido de sacrifício (apesar do esforço e das bolhas nos pés) do que como um processo de descoberta de si e de contato com o passado e a memória, presente na paisagem dos caminhos e nos símbolos que vão sendo acessados ao longo do percurso. (CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 119)

Por fim, em consonância com Carneiro e Steil (2008, p. 122), defende-se a relevância e proficuidade de

considerar a peregrinação e o turismo não como categorias opostas e excludentes, mas como modalidades de movimento, ou meta-movimento, pelos quais peregrinos e turistas, ou ‘turistas-pelegrinos’, refletem sobre sua experiência e constroem significados para suas vidas.

Entende-se, portanto, que mobilidade e reflexividade combinam-se em estratégias permeadas pela minimização do grau de adaptação (o desafio das constantes readaptações e das novas rupturas com o habitual), por esforços que tentam voltar-se para a ordem do que não é percebido obviamente e para a exposição do ser à necessidade de espera – e, portanto, de criação. Salienta-se, ainda, que a alta complexidade do tema trabalhado e o caráter hipotético das proposições apresentadas demandam que estas sejam colocadas a prova empiricamente, através de fundamentações teórico-metodológicas interdisciplinares.

Contudo, sustenta-se que as indicações encontradas nesta breve reflexão apontam para uma possível comprovação das hipóteses propostas neste trabalho. O distanciamento de reações instintivas e puramente práticas poderia refletir, assim, ao menos um direcionamento no sentido





de um desenvolvimento intuitivo, capaz de proporcionar ao ser um aprofundamento em sua duração e, portanto, uma ampliação de suas capacidades ou possibilidades criativas. A inadaptação cumpriria, então, com seu papel de motor da criação através do não encerramento do impulso vital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) ainda que o objetivo fosse o conhecimento de si mesmo, a viagem não é menos indispensável: é explorando o mundo que se começa a se descobrir. (...) A existência dos outros ao nosso redor não é um puro acidente, os outros não são simplesmente sujeitos solitários, comparáveis ao eu mergulhado em sua própria meditação; também fazem parte dele: não existe o eu sem um tu. Não se pode chegar ao fundo de si excluindo-se os outros. (TODOROV, 2006, p. 237-238)

Ao propor duas hipóteses fundamentadas em objetos e conceitos de alto grau de complexidade, este trabalho buscou apresentar uma breve e introdutória reflexão acerca das possibilidades de compreensão do contexto e de práticas modernas a partir de algumas das teorias centrais do filósofo e diplomata francês Henri Bergson. Teve como objetivo mais específico ou aplicado, contribuir para o entendimento dos significados atribuídos a algumas práticas contemporâneas de viagem, assim como das formas como a reflexividade estaria condicionando processos subjetivos no fluído, dinâmico e múltiplo cenário atual.

Para isso, apresentou dois exemplos de casos representantes de manifestações turísticas e religiosas, demonstrando como as fronteiras entre estes domínios são borradas pela presença mútua da reflexividade como um aspecto central. A viagem – turística ou não - assume, assim, uma roupagem de peregrinação, onde os desconfortos e as imprevisibilidades, comumente evitados como reflexo de uma compressão da hesitação parecem ser, aqui, almejados como ferramentas para a geração de experiências. Tais viagens incorporariam, portanto, a coexistência de seus aspectos literais e metafóricos.

Por fim, observou-se que a interação com o outro – representante do não habitual – poderia simbolizar um dos aspectos centrais a perpassar tais esforços de contenção da aceleração do tempo. Se nesta modernidade líquida (Bauman, 2001) fluidez pode chegar a ser sinônimo de liberdade, a pressa parece ser inimiga da criação.

<sup>9</sup> “Pensar que tudo precisa caber em uma mochila.” (CARNEIRO; STEIL, 2008, p. 116).



## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade*. In: BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Matéria e Memória*. In: BERGSON, Henri. *Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins e Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, Sandra. As peregrinações como atrações turísticas. In: *Espaço e Cultura*, n.31. Rio de Janeiro: UERJ, janeiro de 2012, p. 66-79.
- CARNEIRO, Sandra; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Antropologia, religião e turismo: múltiplas interfaces. In: *Religião & sociedade*, vol.24, n.2. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião (ISER), janeiro de 2004, p. 100-125.
- CARNEIRO, Sandra; STEIL, Carlos. A. *Peregrinação, turismo e Nova Era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil*. In: *Religião & sociedade*, vol.28, n.1. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião (ISER), janeiro de 2008, p. 105-124.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. In: *Revista de Letras*, v.46, n.1. São Paulo: janeiro de 2006, p. 231-244.



## MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DE CONVERSÃO RELIGIOSA

LEITE, Monique Sá Teixeira

*Estudante de mestrado do Programa PPGMS*

*msatleite@gmail.com*

242

**Resumo:** Neste artigo, a estrutura da narrativa de conversão é o principal foco de discussão. A conversão é descrita como um gênero narrativo que aborda as experiências de vida de homens e mulheres de nosso cotidiano, que buscam a semelhança com Cristo, a partir de sua aceitação. Entre outros aspectos, as narrativas de conversão revelam o contraste entre o presente e passado, indicando a transformação da vida, deixando para trás um passado de sofrimento, para viver o presente, livre de todos os problemas. Muito mais do que uma mera resposta flexível aos questionamentos da sociedade, a narrativa de conversão pode ser interpretada sob dois aspectos: a expressão da forma como o convertido se vê, ou seja, uma espécie de auto-análise e, como um gênero narrativo – foco específico deste artigo - que relata as experiências de vida de homens e mulheres que podemos encontrar em nosso cotidiano, tendo na “aceitação a Jesus Cristo” a medida de sua transformação.

**Palavras-chave:** Memória, narrativa, identidade.

**Abstract:** In this article, the structure of the narrative of conversion is the main focus of discussion. The conversion is described as a narrative genre that deals with the life experiences of men and women of our daily lives, seeking Christlikeness, from their acceptance. Among other things, the conversion narratives reveal the contrast between past and present, indicating the transformation of life, leaving behind a past of suffering, to live in the present, free of all problems. Much more than just a flexible response to the questioning of society, the narrative of conversion can be interpreted from two aspects: the expression of how you see the converted, ie, a kind of self-analysis and, as a narrative genre - specific focus of this article - which recounts the life experiences of men and women that we find in our daily lives, taking the "acceptance of Jesus Christ" to measure its transformation.

**Keywords:** Memory, narrative, identity.



## **INTRODUÇÃO:**

A partir das experiências passadas, constrói-se o mundo social dos indivíduos envolvidos. Sendo assim, a narrativa possui uma sequência temporal; faz referência a eventos fora do cotidiano; descreve um evento particular do passado; traz um motivo ou razão que ocorre em um determinado contexto. Quando relatam suas histórias, os indivíduos entrelaçam a produção narrativa à produção de identidades, criando um universo que situam a si mesmos e aos outros, tendo em vista elementos como crenças, valores e relações sociais. Os narradores constroem um claro contraste entre as identidades do passado e do presente. A conversão pentecostal estabelece uma dinâmica sincrética com outras religiosidades, principalmente com as religiões afro-brasileiras. Esta opção leva em conta que o fluxo de informações e influências no interior do campo evangélico é constante e intenso, de forma que as fronteiras entre as correntes sempre estejam se redefinindo e reassentando. Por incorporar inúmeros traços de uma “teologia da prosperidade”, tem se relacionado diretamente com a mudança de comportamento e adesão a novas ou ampliadas redes compartilhadas, cujo atrelamento está inserido na própria escolha do indivíduo. As conversões ocorrem segundo os mais diferentes caminhos, níveis de adesão, tal como acontece a qualquer adesão individual a códigos culturais específicos. Mas o imperativo ético do respeito ao direito ao livre-arbítrio é um valor central entre os crentes nos mais diferentes países — o que não significa que sempre seja cumprido. A noção de identidade é uma construção utilizada por diversos campos, como por exemplo, a linguagem. Esse conceito determina nosso posicionamento no mundo, portanto, qualquer definição mais precipitada pode excluir sua complexidade e elementos relevantes para sua compreensão.

## **MEMÓRIA:**

O sofrimento é a principal característica do relato de conversão religiosa. A partir dele, podemos entender como as pessoas definem suas existências e como conduzirão suas ações na sociedade. Narrar uma experiência de conversão pressupõe a recuperação da memória de acontecimentos passados e, sua adequação aos acontecimentos vividos no presente. Sendo assim, o processo de conversão se estrutura em três eixos principais: transformação gradual e contínua (Rambo apud Bastos&Santos, 2009); memória como construção social (Halbwachs,



2006) e discursiva embasada na perspectiva do presente (Mishler; Jarvinen, apud Bastos&Santos, 2009). Ao estudar testemunhos de conversão religiosa, William James ([1902] 2004) observou que um dos elementos peculiares a esse tipo de experiência, é que ela “começa com a necessidade absoluta de uma ajuda superior e termina com a sensação de que Ele [Deus] ajudou”. (Bastos&Santos, 2009) Este tipo de testemunho apresenta o contraste entre o passado, sem a experiência de conversão; e o presente, com a experiência de conversão.

A construção da lembrança é determinada por um contexto social específico, cuja memória individual é construída pela influência exercida pela memória coletiva, dentro da perspectiva desenvolvida por Halbwachs. O contexto é o fator determinante na escolha de quais lembranças irão prevalecer em detrimento de outras. Em pesquisa anterior (Bastos e Santos, 2006), já havíamos observado que “ao narrarmos fazemos um trabalho de recriação constante no qual o passado é resgatado, tendo-se em vista a perspectiva do presente (ou do contexto no qual a narrativa é produzida), ao mesmo tempo em que damos indicações de como agiremos no futuro” (Bastos&Santos, 2009) A perspectiva do presente norteia a construção de narrativas, indo ao encontro da percepção de Halbwachs (2006) “Recolocamos os diversos detalhes dentro de um outro conjunto que nosso pensamento não abrange mais.”

As estórias constroem, dentre outros elementos, a situação comunicacional e os seus objetivos. As escolhas são feitas baseadas em diferentes propósitos, tais como a tentativa de convencimento dos ouvintes de que nossa opinião é mais válida do que outras; a criação e o fortalecimento de relações interpessoais; mostrar a capacidade dos convertidos em lidar com determinadas situações que sempre tem como base o trabalho de criação, o tempo presente e o fortalecimento das redes sociais. Sendo assim, a memória é uma construção social e discursiva do passado, selecionada pela perspectiva do presente (Halbwachs, 2006). Entendemos que tal mudança “implica a aceitação de um novo locus de auto-definição, um novo, embora não necessariamente exclusivo, ponto de referência para a identidade de alguém. (...) conversão é uma questão de crença e de estrutura social, de fé e de afiliação”. (Bastos&Santos, 2009) O processo de conversão representa a mudança identitária que envolve a relação de uma rede de lugares, pessoas, instituições e etc.

A memória contida na experiência de conversão é construída sobre bases comuns; semelhante em muitos pontos com outras narrativas da mesma natureza: “não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado (...), é preciso que esta reconstrução



funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros”. (Bastos&Santos, 2009) O indivíduo adepto do novo locus religioso tem sua memória condicionada a uma estrutura social da religião cristã, cuja narrativa constituiu uma parte importante e estruturada por uma tradição religiosa estabelecida (cristianismo de natureza protestante ou evangélica). Ayometzi (apud Bastos&Santos, 2009) aponta que os relatos de conversão moldam a identidade dos narradores para que eles possam:

acessar e utilizar para adequar a sua experiência individual de conversão dentro dos limites da estrutura definida do relato de conversão, de suas partes recorrentes, cenários e características. Mais importante, esta apropriação faz com que eles sejam membros aceitáveis deste grupo particular. Ou seja, a forma de agir de acordo com o comportamento esperado de ser um cristão, para os membros desta comunidade, é mostrada através de seu envolvimento ativo em comportamentos definidos como cristãos, tais como o de testemunhar a sua fé para os outros. (Bastos&Santos, 2009)

A identificação com um conjunto de ideias e valores previamente constituídos reforça e estabelece os laços sociais, influenciando o discurso individual e as expectativas individuais, que são formatados pela memória coletiva. Os discursos de conversão se adequam aos objetivos, intenções, contexto, ocasião e ouvintes, por meio de recursos de linguagem selecionados e organizados. O uso do discurso direto; a inserção de personagens marcantes e a construção progressiva dos acontecimentos mostra que a narrativa é um ato social, por meio do qual as pessoas realizam performances identitárias. No *ethos* evangélico, de acordo ao contexto, a palavra evangélica tem o poder de realizar coisas. A perspectiva do presente e a memória social do novo grupo, ao qual o convertido pertence, constrói a memória dos acontecimentos passados:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possam ser reconstruída sobre um fundamento comum.” (Halbwachs, 2006)

Suplicar a Deus pelo fim do sofrimento é fundamental dentro desse processo. O “milagre” implorado só será alcançado pelas pessoas, que mediada pela Igreja, utilizarem todos os elementos disponíveis e ao seu alcance. A cura espiritual e material está relacionado com a redenção espiritual, refletindo no corpo o que possui no *ethos* (Geertz apud Bastos&Santos, 2009) evangélico, uma contraparte espiritual invisível (alma ou espírito). O indivíduo



convertido expressa essa relação em dois campos: no campo da moral, através da adesão a nova religião considerada “verdadeira”, em negação a anterior, vista como “falsa”; e no corpo físico, gozando sempre de boa saúde. Em suas pesquisas sobre relatos de conversão, o autor Ayometzi enfatiza que os membros das igrejas evangélicas: “utilizam a analogia da doença/enfermidade para explicarem a função da igreja como um lugar no qual os crentes serão curados, concebendo, assim, o funcionamento da igreja como o de um hospital e vendo a si próprios como sofredores de enfermidades”. (Bastos&Santos, 2009)

Os relatos de vida são o entrelace e o reflexo das narrativas similares à memória social do grupo ao qual pertencemos: “Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros.” (Halbwachs, 2006)

#### **NARRATIVA:**

Segundo uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1994, 70% dos membros não nasceram em famílias evangélicas. De 70% dos convertidos, metade estava na igreja há menos de seis anos e 28% foram convertidos há menos de três. A quantidade de conversões é proporcional às diversas denominações, na rearticulação do campo evangélico e seu contexto fora dele. Essas proporções são inversas no caso da Assembleia de Deus, onde 56% frequenta a igreja há mais de sete anos. No que concerne à população total de evangélicos no Rio de Janeiro (12% de acordo o Censo de 1991), 61% vieram do catolicismo, 16% da umbanda e candomblé e 6% do kardecismo. (Mafra, 2000)

Alguns autores rejeitam a categoria de conversão para compreenderem melhor o sincretismo presente nos processos de mudança, simplificando a interpretação do processo. A proposta de pesquisa gira em torno dos processos sociais; das trocas simbólicas e elaborações simbólicas; os contextos de mudança caracterizados pela redefinição de fronteiras; as inovações e invenções que termina por pontuar as mudanças religiosas. Os sistemas simbólicos foram transformados em interação, na medida em que segundo Claudia Mafra (2000), toda conversão envolve um exercício de tradução por não guardar um passado de pré-conversão de um grupo social ou outro.





Porém, quando jogamos luz apenas no diálogo intersubjetivo através das fronteiras, corremos o risco de reduzir a importância do indivíduo nos processos mais sincréticos por valorizarmos o contexto e o sistema simbólico de relação. O maior aproveitamento dos estudos estaria em unir a participação individual no processo, especialmente naqueles que não há processos sociais estabelecidos, com maior propensão para a intervenção individual. Sobretudo, no caso dos pentecostais, a conversão e o testemunho perpassam nitidamente pela questão de transformação do eu.

Como fica evidente em outros experimentos sociais de apoio à transformação de trajetórias traumáticas — alcoólicos, casais violentos, minorias oprimidas (Soares 1999) — a transformação individual não se faz de uma só vez, com a substituição de uma fonte de sentido por outra, mas exige um trabalho lento de reconstituição de referentes do passado e do presente da pessoa, que muitas vezes tem que lidar com categorias latentes de significado. (Mafra, 2000)

O que deve ser aceito, o que tem de persuasivo e, que deve ser combatido porque se revela ilusório, são afunilados entre a trajetória pessoal e código pentecostal. A nova postura vai se adequando até sentir-se confortável, reduzindo a função do pastor ou da congregação de ensinar e guiar o convertido durante o processo. Os referentes culturais anteriores e os estilos de vida tornam-se mais plurais no interior dessas igrejas. A descontinuidade e o dualismo clássico contornam a narrativa de conversão: antes, o sofrimento, as perversões humanas, caos e falta de bom senso; depois, felicidade, conquistas e caos.

De acordo a um dos preceitos mais generalizados entre os evangélicos, a conversão deve ser de acordo ao livre-arbítrio do indivíduo; a entrega da responsabilidade é deliberadamente individual; constituindo um imperativo ético estruturante da religião. Os usos e costumes homogeneizadores do pentecostalismo histórico têm sido substituídos pela maior flexibilização dos costumes. Um exemplo bem claro disso, é a utilização por parte dos neopentecostais, do capital cultural afro-brasileiro, indicando uma apropriação e resignificação desse passado, ao invés de negá-lo completamente. Incorporando as referências e diferenças pessoais como recursos internos, os movimentos pentecostais tem se mostrado “mais flexíveis”. O transe é um bom exemplo para essa questão. É uma experimentação utilizada pelos pentecostais nos momentos da “expulsão dos demônios”, no choro convulsivo, na oração, na recepção do Espírito Santo; abrigando uma experimentação de outro tempo, necessário para elaborar o tempo de espera. O transe pentecostal, em sentido inverso ao afro-brasileiro, é utilizado como um instrumento na estratégia de conversão, visando mudar o indivíduo por inteiro. No estado



alterado de consciência, a disposição temporal elaborada pelo transe modifica as percepções de contexto e memória, concebendo de forma gratuita e plena o instante desejado a ser buscado no tempo de espera. Nesse momento, ele está aberto a uma nova disposição vaga e indeterminada, podendo ser preenchida por qualquer conteúdo, narrativa etc.

Após a conversão, há uma transformação no grau de liberdade com que se articulam os referentes culturais disponíveis, tendo a igreja como a articuladora do modelo que se quer mimetizar. A conversão pentecostal ocorre de forma muito plástica, com apropriação variada de um mesmo referencial religioso, articulando os diferentes níveis de continuidade e descontinuidade. Mudar de religião é levar em consideração a ambiguidade e a continuidade entre referentes sociais, religiosos e pessoais, atravessando a fronteira da conversão.

Apesar da conversão minimalista (Mafra, 2000) conceder ao indivíduo uma autonomia maior sobre as questões cotidianas, retirando uma parte da autoridade do pastor, da congregação, isso não significa que a subjetividade seja o elemento central na tomada de decisão. Os convertidos colocam seus desejos pessoais submetidos a uma força transcendental, que pode se manifestar tanto de forma subjetiva quanto concreta: “Isto quer dizer que mesmo que haja uma forte dose de voluntarismo nas dinâmicas pentecostais, ela é parte de uma perspectiva que inclui a existência de algo para além do sujeito, seja isto chamado realidade, evento, matéria ou mistério divino.” (Mafra, 2000)

Segundo Mafra (2000) o pentecostalismo contemporâneo possui uma relação flexível com a linguagem, tornando os milagres e determinações em coisas banais, cujo foco ou sentido vão se condensando com o desenrolar dos eventos. A valorização da recriação religiosa individual da Igreja Universal do Reino de Deus se baseia em criações coletivas atreladas a dinâmicas rituais e pouco institucionalizadas. Com a conversão minimalista o indivíduo articula o presente com o passado de forma mais autônoma e responsável, sem anular estabilizações e recorrências no interior das congregações religiosas, contrapondo-se a conversão máxima que necessita do grupo para controlar a adequação do converso à cosmologia pentecostal.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, orienta e admoesta constantemente os participantes dos seus ritos para que eles formulem com clareza e discernimento os resultados esperados na reunião. “Trabalhar o propósito” é uma categoria interna que diz respeito à elaboração dos frequentadores sobre suas expectativas na participação do rito, organizando-a, em primeiro lugar, segundo uma divisão pelos dias da semana — 2a, cultos da busca da prosperidade; 3a, culto pela saúde; 4a, dos filhos de Deus; 5a, da família; 6a, da libertação; domingo, do Espírito Santo. Os frequentadores aprendem a definir os propósitos e as expectativas que os levaram a participar da dinâmica ritual, de tal forma que o fiel compartimentalize o tratamento de seus problemas, apresentando a Deus,



Durante a experiência de transe ocorre uma recorrência a Jesus Cristo, na medida em que, a conversão abre tanto para um símbolo, quanto para uma ampla cosmologia pentecostal. Por amor a humanidade que o rejeitou, Cristo é o representante máximo da piedade. Durante o transe, o crente retorna ao seu lado mais “selvagem”, para livrar-se de sua trajetória, retornando dentro da possibilidade de ser resgatado e livre de suas idiossincrasias. Nesse sentido, na conversão minimalista não basta aderir a um padrão de comportamento pós-conversão, é necessário o seu autoconhecimento, como parte importante na ontologia si.

A conversão minimalista funciona como um instrumento para as sociedades pentecostais, abrindo uma possibilidade direcionada de reapropriação cultural, além do desenvolvimento de ações mais livres. A liberdade pentecostal é formada pela tensão individualizada entre necessidade e vontade, percepção e memória, reposição e inovação. Há uma valorização da relação entre a ação do sujeito diante das situações, ao invés de uma valorização da sua capacidade de criar e inovar mediante conceitos e projetos pessoais. A conversão minimalista (Mafra, 2000) preza as particularidades da experiência individual em detrimento do controle do grupo sobre a percepção individualista. Em consequência disso, cada vez a estória de conversão torna-se parte de um processo relativamente homogeneizador.

O testemunho de conversão não exige qualificação do seu narrador, ele apenas é incluído em um conjunto, onde o que importa é a experiência da revelação e sua multiplicidade. A garantia de adaptabilidade e multiplicidade é dada pela estrutura simples e minimalista na composição do discurso. As experiências comuns relatam as metamorfoses individuais, trazendo a oralidade para o primeiro plano. Não há necessidade de ser um contador de histórias, para transformar um relato pessoal em conselho: quem dá o testemunho não precisa ser criativo, na medida em que o fato relatado é da ordem da experiência da revelação vivida através da conversão. Diante disso, podemos reconhecer os relatos de conversão como um mecanismo de compartilhamento de experiências vividas. (Benjamim, 1994)

---

por exemplo, a questão da busca do emprego do marido na 2a feira e a falta de harmonia do casal na 5a. Metaforicamente, o corpo de especialistas — os bispos e pastores da Igreja Universal — nunca tem o domínio completo do corpo de teses que será apresentado a cada sessão ritual, aspecto que não é problemático no desenvolvimento do rito. O bom andamento do rito pentecostal depende menos do acordo dos participantes diante de uma (ou várias) tradição(ões) e mais da sua *performance*, ou seja, que os muitos candidatos aprendam a nomear os seus problemas e a reconhecer que instrumentos culturais estão acessíveis para enfrentá-los, lutando dessa forma pelo milagre que perseguem e que a cosmologia pentecostal garante que virá. A trajetória individual na conversão minimalista inclui um tempo para que haja a transformação existencial aberta ao inesperado e ao acaso. Essa temporalidade possibilita o desenvolvimento da relação humana, cujo objetivo final não é passível de definição, pois sempre há o risco de degeneração e fracasso.



Walter Benjamin no texto *O Narrador – Observações acerca da Obra de Nicolau Liescov* (1994) decreta que a Segunda Guerra, a imprensa, a modernidade são elementos que fizeram as experiências perdessem o seu valor. Devemos enquadrar a visão pessimista de Benjamin em sua temporalidade de escrita, que vê a modernização econômica acelerar o mundo social e do trabalho, mas que não teve a possibilidade de ver como a sociedade adequou suas experiências a novos estilos narrativos, tendo de fazer prognósticos, a partir do contexto sócio-político em que se encontrava.

Sendo assim, o relato de conversão também resgata a experiência cotidiana em meio às modificações técnicas impostas pela configuração da sociedade moderna. O testemunho está para a sociedade pós-industrial, assim como, o conto está para Benjamin, que destacou as realidades comuns através de grupos de artesãos. O homem adequado a este tipo de vivência aparece, na obra de Nicolau Lescov, em diferentes personagens, sem ter apenas uma referência. Já o testemunho, não é um gênero narrativo atento às trajetórias de vida ligadas a coletividade, ele responde aos relatos individuais de homens e mulheres que passaram por experiências de mudanças em suas vidas:

Se o conto engrandece o herói que as comunidades guardam em si nos fragmentos da vida de seus membros, o testemunho engrandece o efeito de metamorfose, deslocando o foco do herói para o ato heroico que, a princípio, deve reunir todos aqueles que participam do gênero: “a aceitação de Jesus”. (Mafra 2000)

Os motivos e o contexto que levam o sujeito à conversão, adicionados aos objetivos mais gerais, são o foco de atenção para o gênero testemunhal. Tendo a revelação como princípio básico, observa-se a luta, para que até o momento de sua ocorrência, o hábito ou a permanência das decisões diante dos fatos não se degenere. Portanto, a revelação funciona de forma anunciada e repetida na narrativa e, de forma única e surpreendente. O princípio da revelação é o que inclui a narrativa no gênero testemunhal, apresentando uma estrutura circular, desenvolvendo-se segundo a importância da revelação na vida do personagem. Em sentido oposto, no conto a revelação surge como um elemento surpresa, diante de um desenrolar inusitado de uma história, que se desenvolve de forma surpreendente. No testemunho a revelação é o princípio e o fim de uma história; no conto, geralmente, ela surge no final, de forma misteriosa e única, com menor propensão ao desgaste em seu desdobramento.



Sendo assim, os dois gêneros narrativos apresentam algumas similaridades, como por exemplo, a importância da experiência do narrador, oralidade e as narrativas se desenvolvem no cotidiano. Porém, essas similaridades são apenas superficiais, na medida em que no conto, a autoria é mais elaborada; a narrativa é singular e simples, fazendo com que a revelação venha à tona em seu aspecto único. O conto é da ordem do compartilhamento coletivo. Como já foi descrito, no testemunho a revelação é o começo e o fim, além de ocupar o corpo principal do texto e, introduzir as narrativas individuais no gênero. Ela só se realiza a partir da ampliação no número de autores, possui circularidade e minimalismo estrutural, que permite a multiplicação do gênero, sendo pessoal e intransferível. A narrativa de conversão é dirigida ao público das igrejas ou mídia evangélica que futuramente irá produzir novas narrativas. De maioria humilde e de baixa escolaridade, são experiências de vida de mulheres e homens comuns, componentes das massas na sociedade atual.

A experiência individual é o elemento constitutivo do testemunho, onde a singularidade dos relatos pouco importam. Em oposição simétrica está o romance, por exemplo, cujo destaque é dado à experiência individual entre tantas outras, para revelar-se em sua solidão e idiossincrasia. As diferenças entre as histórias são estabelecidas com explícito relativismo entre elas. A comensurabilidade é o destaque das narrativas testemunhais, na situação de contraste entre esta e o romance. O testemunho abrange todas as experiências durante a história de Cristo, servindo como figura exemplar para cada indivíduo, seja como algoz, vítima ou híbrido entre as posições.

## **IDENTIDADE:**

Um discurso pode referir-se a uma simples conversa ou a uma comunidade linguística, denotando uma versatilidade de significados. Nesse artigo ele está sendo trabalhado como uma prática social. A linguagem não nasce por impulso dos homens, mas sim de sua interação com o coletivo, ou seja, nossa comunicação com meio externo se adapta de acordo as nossas possibilidades de expressão. Por mais simples que seja, a linguagem não teria sentido de existir se não fosse diante da nossa necessidade de enunciação no plano social.

A habilidade de lidarmos com a linguagem não é simplesmente uma conquista de nosso complexo mecanismo cerebral e fonológico modelados através de milênios de evolução mas, notadamente, uma conquista da fundação e



manutenção da vida em sociedades, e é através da experiência social que nos tornamos capazes de direcionar o nosso discurso... (Santos, 2009)

A construção social e não a linguagem, é o fato significativo do discurso enquanto prática social, no qual estão presentes ideologias (político-econômicas) hegemônicas e, contra-hegemônicas no desenrolar deste processo ativo. O discurso é uma forma de agir sobre o mundo, pois cria e sustenta significados que tem a capacidade de emponderar pessoas e ou grupos em detrimentos de outros. Ele constrói crenças, relacionamentos e conhecimentos intrinsecamente ligados ao exercício de poder. Antes de ser propagado, é selecionado, organizado, distribuído e controlado para representar os interesses de manutenção do poder em dada comunidade ou instituição (Foucault apud Santos, 2007), além de restringir e aumentar cada vez mais a disparidade de poder pela inclusão e legitimação dos discursos daqueles que fazem parte do poder e excluindo aquele que não faz parte. Sendo assim, as convenções sociais são à base de um discurso que serve para regular a visão de mundo de seus participantes.

Segundo Foucault (apud Santos, 2007), um dos procedimentos de exclusão mais comuns através da linguagem é a interdição. O indivíduo sabe que não tem o direito de dizer tudo, não deve falar sobre tudo e deve levar em consideração o momento e as circunstâncias. Há também a exclusão simples e eficaz do discurso de quem é colocado à margem, por exemplo, as pessoas convertidas devem rejeitar completamente (ou resignificá-lo sob a tutela do novo grupo de fé) o discurso de sua antiga religião e, às vezes, negar constantemente o discurso religioso de outras religiões.

A atribuição de verdade a um tipo específico de discurso político e ideológico, direcionando a atuação do indivíduo na sociedade de forma mais sutil, por ser um discurso comum dentro do conjunto apropriado pela comunidade, representa a terceira forma de exclusão analisada por Foucault (apud Santos, 2007). Diante disso, em muitos contextos, as práticas de exclusão organizam os discursos. Estes são divididos dentro da sociedade, geralmente, a partir do paradigma de quem está mais próximo. Além do conhecimento linguístico dos participantes, os discursos devem ser formatados de acordo a inteligibilidade dos ouvintes. Para tanto, deve-se obter informações sobre o contexto local, por meio de práticas locais, para ter fundamento dentro da interação.

Os processos ideológicos são os norteadores do discurso, construídos dentro de convenções que podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, caracterizando práticas sociais que se realizam sem considerar a consciência ou não dos indivíduos envolvidos





no processo. As práticas discursivas da nossa sociedade podem ser assimiladas de forma mais eficiente quando são agregadas, transformando-se em status de senso comum. No entanto, isso não quer dizer que as pessoas não possam utilizar discursos de mudança nas relações sociais de dominação ou que estejam inconscientes ao tomarem decisões em suas vidas, por exemplo, ao se converterem a outra religião.

Apropriando-me do pensamento de Foucault (2006) em seu capítulo *A escrita de si*, no que tange ao espaço das experiências vividas, o exercício do pensamento está associado à escrita de duas maneiras diferentes. A primeira é mais linear, compreendida entre a mediação e atividade da escrita e desta ao *gummazein* (adestramento na situação real e à experiência): trabalho de pensamento, trabalho de escrita, trabalho na realidade. A segunda é circular, refere-se à meditação que precede as notas, permite a releitura, revigorando a meditação. Independente de qual ciclo seja, a escrita é uma etapa fundamental no processo para o qual tende toda a *askêsis*, ou seja, os discursos elaborados são reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais da ação. A escrita tem como elemento de treinamento de si, uma função *etopopiéiti*: ela funciona como operadora da transformação da verdade em êthos.

Os *hupomnêmata* podiam ser registros públicos, cadernetas de anotações individuais, utilizados por um público considerado “mais culto” como “guia de conduta”. Esses espaços de anotações serviam para citações, exemplos que foram testemunhados, ou narrativas que foram lidas, pensamentos ouvidos. Essas experiências constituíam uma memória material das coisas lidas ou pensadas, assim, seu acúmulo poderia servir para a releitura. Serviam também para a elaboração de tratados mais sistemáticos, para solucionar algumas faltas como inveja, lisonja ou para superar situações difíceis como exílio, desgraça.

Foucault (2006) não considerava os *hupomnêmata* como um simples suporte de memória, servindo apenas como anotações de consulta em momentos de necessidade. Eles não repõem a possível falha da memória, mas servem para enquadrar práticas a serem repetidamente executadas: ler, reler, etc. Porém, muito mais do que serem chamados à consciência, devem se tornar prática, tão logo seja necessário. Os aprendizados anotados nos cadernos saem do âmbito das lembranças e transformam-se em hábito, tornando-se importante na subjetivação do discurso.

Além disso, apesar da similaridade com as experiências de nível individual, tais anotações não devem ser vistas como narrativa de experiência espiritual (lutas, vitórias), com





recursos e soluções encontrados na literatura cristã. Eles não relatos de si cuja confissão (oral ou escrita) tenha o objetivo de purificar a alma. O objetivo é justamente o inverso, não se busca revelar o oculto, mas sim, captar aquilo que já foi dito, reunindo o que se pode ler ou ouvir para, a partir disso, construir sua identidade. A construção de si implica na junção de experiências, aliadas a aprendizagem por meio dos livros, criando um passado no qual sempre é possível retornar e se afastar.

Essa prática recusa pensar no futuro, devido sua incerteza e o valor positivo de um passado, devido sua possibilidade de construção. A alma é desviada da preocupação com o futuro, onde o que importa é refletir sobre as ações do passado. As anotações são pautadas por dois princípios, a verdade da sentença e o seu valor circunstancial de uso:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso. (Foucault, 2006)

A troca de correspondências permite o exercício pessoal por meio da escrita e age sobre aquele que lê. Os conselhos dados também servem de preparação para si próprio, diante de uma situação semelhante. Além do conselho e da ajuda, a reciprocidade oferece o exame do aprendizado, tornando o discurso subjetivo. Sendo assim, destaco a importância das cadernetas, das correspondências, como fundamentais na questão da interação social, na medida em que por meio da troca de discursos, conselhos, há influências na elaboração do processo identitário.

Sem desconsiderar a multiplicidade de visões, Santos (2007) define duas formas básicas para a compreensão da identidade: a primeira parte do conjunto de características fixas que uma pessoa ou grupo de pessoas possui, sendo reconhecidas no tempo e espaço em que transitam. Esse conjunto de comportamento e ideias é conduzido por uma visão fisiológica, onde o indivíduo será conduzido por elas até o fim de sua existência. A segunda forma de se entender o fenômeno da identidade é através de uma visão não fisiológica, mas sim, através da percepção de que a identidade pode se modificar por possuir múltiplas influências do tempo e da interação social dos indivíduos. Nossas expectativas e limitações sociais sofrem - mesmo achando que nossas ações são as mesmas, independente do contexto – adequações proporcionais aos ambientes frequentados. As relações sócio-econômicas influenciam as identidades, que se subordinam às diversas formas de interação. Diante disso, deve-se levar em conta a influência



das imposições sociais na construção de nossas identidades com quais nos confrontamos diariamente.

O fenômeno relacional (formado a partir da interação do indivíduo com a sociedade) constrói a identidade através daquilo que não se quer com a pretensão daquilo que se quer. Trazendo para o espaço da conversão, isso fica bem exemplificado, em como a construção da identidade evangélica se distancia do grupo dos não evangélicos e incorpora as práticas comuns dos membros de seu grupo. De acordo as formas de imposição da interação, a multiplicidade de identidade implica nas influências de etnia, sexualidade, etc. Essas mesmas características podem gerar conflito dentro e fora dos grupos sociais em determinados contextos de atuação do indivíduo.

Partindo do princípio de que o indivíduo pode agir de diversas maneiras, em diferentes meios, o aspecto conflitivo reflete também o lado contraditório da identidade. A pessoa pode participar, ao mesmo tempo, de uma prática religiosa comum dentro da comunidade na qual vive e de outras formas de religiosidade menos comum:

No Brasil, por exemplo, não é raro se encontrar pessoas que praticam o cristianismo católico ao mesmo tempo em que freqüentam rituais de religiões afrobrasileiras como a Umbanda e o Candomblé (Steil apud Santos, 2001). Recentemente descobri através de uma troca de e-mails que na Inglaterra, é possível encontrar pessoas que freqüentam a Igreja Anglicana ou a Luterana e, em seus lares, pratiquem rituais wicca ou outros provindos de tradições antigas como o druidismo e a religião celta. (Santos, 2007)

As práticas discursivas constroem e são construídas por meio das identidades dos indivíduos e da interação discursiva. Foucault (Santos, 2007) defende que a produção do discurso e, por tabela, das identidades “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”, o que implica que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”. A nossa identidade social é, na visão de Foucault, determinada por um conjunto de fatores estruturais da narrativa (palavras, estrutura de sentença e da narrativa), que permite nossa interação social. A estrutura narrativa é construída socialmente, com moldes ideológicos com assimilação nem sempre consciente e, além do uso da linguagem, abrange representações de mundo, crenças e etc. Sendo assim, com a imposição das regras do jogo social, acabamos usando tais estruturas narrativas de forma a adequar as práticas de identidade no contexto interacional.



Para efetuarmos nossas escolhas temos que ter consciência das mesmas, fator este que nos possibilita exercer nossa identidade social e lidarmos com as restrições da sociedade. A definição de consciência perpassa pela ideia de que mesmo sofrendo a ação de forças sociais hegemônicas, conservadoras, o indivíduo tem responsabilidade para direcionar seu horizonte de escolhas. A relação entre indivíduo e coletividade é outro aspecto da identidade, na medida em que nossas experiências são negociadas pela interação com outros indivíduos dentro das comunidades das quais participamos. Narrativa é um campo tão flexível que sua definição é determinada pela área de estudo dentro de um contexto específico.

Quanto a sua estrutura, a narrativa está organizada em uma sequência temporal, resgatando as experiências passadas, com um fim e pode ser contada. Porém, apesar de expandir o campo para os estudos linguísticos envolvidos, o relato não problematiza a relação do passado, da memória e da narrativa. (Bastos apud Santos, 2007) Além de narrar um evento passado, não há apenas a (re)construção desse evento, mas também, interpretações acordadas mediante suas representações. Os fatos são narrados de forma que se adequem há determinados objetivos. Narrar expõe de forma dinâmica aquilo que somos, relacionando-se de forma íntima e direta com a construção identitária.

## **CONCLUSÃO:**

Assim, os processos de construção das identidades são compreendidos melhor por meio dos estudos das narrativas através do ato de relatar suas histórias. As narrativas são construídas com base nos eventos e ações passadas utilizadas para construir vidas. As histórias de conversão funcionam como uma tentativa de adequação ou reconstrução das identidades a uma nova estrutura social. O narrador se depara com a situação e a estrutura social, levando a narrativa a ser considerada uma ação situada entre fatos e personagens relacionados a ele próprio e com seu interlocutor.

As formas de estudar as narrativas são múltiplas e amplas, porém, como estou falando de identidades e relações sociais, o desenvolvimento deste artigo leva em consideração a construção das narrativas tendo como pauta o contexto anterior a mudanças (motivações), como ela ocorre e a importância do presente como o construtor da visão a respeito desse passado. A maneira como as pessoas ligam elementos aleatórios para realizar a construção



narrativa, conferindo unidade e coerência à existência dos envolvidos no plano individual e coletivo em sua diversidade contextual.

As narrativas de conversão são memórias selecionadas e atreladas a perspectiva do presente. O uso de recursos linguísticos particulares é sinônimo de um tipo de relato como prática institucional, com recorrência de formas e tramas, evidenciando a construção identitária coletiva e o contexto institucional dos participantes. A *performance* discursiva é marcada pelo discurso direto, ritmo e imagem que provocam o envolvimento de seu ouvinte/entrevistador.

### Referência:

BENJAMIN, W. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FOUCAULT, M. “A escrita de si.” In: *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MAFRA, Clara. “Relatos compartilhados: experiência de conversão ao pentecostalismo entre brasileiros e portugueses.” *Mana*, vol. 6, n. 1, 2000. [www.scielo.br]

SANTOS, William Soares; BASTOS, Liliana. “Me tire de todos os laços que eu não agüento mais” – memória e a construção do sofrimento em uma narrativa de conversão religiosa. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br].

\_\_\_\_\_. *O longo Caminho até Damasco: rede de mudança e fluxo de mudança em narrativas de conversão religiosa*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.



# **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 4**

**CIÊNCIAS E HUMANIDADES**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 4

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 4

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatadora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 4**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café*****MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)



Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

**Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

**Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

**Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de



profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3





## SUMÁRIO

EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA: ARTE E EDUCAÇÃO NA BUSCA POR UMA RACIONALIDADE ESTÉTICA-EMANCIPATÓRIA - NASCIMENTO, Giovane do; PARAVIDINO, Carlim Silva .....	1-13
POR QUE SE DECIDE REMEMORAR NA RETOMADA? - VEIGA, Caroline Carvalho da.....	14-26
O PAPEL DO TEATRO NAS AULAS DE ARTE DO COLÉGIO ESTADUAL AURA BARRETO - SOUZA, Rennata Lillya Feitosa de .....	27-43
INCURSÕES SOBRE A OBRA LUTA POR RECONHECIMENTO, DE AXEL HONNETH, E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS E A INIMPUTABILIDADE DOS DOENTES MENTAIS - ASSIS, Aramis Sebastião de.....	44-57
MEMÓRIAS MÚLTIPLAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM REDE: O REGISTRO (AUTO) BIOGRÁFICO DIANTE DA AMEAÇA DA PERDA - VENERA, Raquel ALS .....	58-75
A FAMÍLIA ACOLHEDORA E A POLÍTICA PÚBLICA: UM MODELO EM AVALIAÇÃO - AVELINO, Denise Andreia de Oliveira; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos .....	76-101
O PENSAMENTO INTERDISCIPLINAR NO DIREITO: UMA NOVA CONTRIBUIÇÃO PARA A NARRATIVA DO DISCURSO JURÍDICO PÓS-MODERNO - SILVA, Carlos Antônio Pereira da .....	102-113
AS CIÊNCIAS HUMANAS O HOMEM E A VIDA HUMANA COMO OBJETO - BAZZANELLA, Sandro Luiz; BORGUEZAN, Danielly .....	114-129
O USO DO TERMO LEPROSA NO JORNAL DO BRASIL A PARTIR DA LEI 9.010 (1995-2005) - LEANDRO, José Augusto; SANTOS, Aparecida Garcia dos .....	130-142
SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA AMPLIADA: REFÊNS X NOVAS POSSIBILIDADEDES - KEITEL, Liane; VERDI, Marta .....	143-154
JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA PLATAFORMA SCIELO (2002 A 2013) - MACIEL, Álvaro dos Santos .....	155-166



FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E RECEITA LÍQUIDA <i>PER CAPITA</i> : ANÁLISE EM MUNICÍPIOS MINEIROS - CUNHA, Wellington Alvim da; FERREIRA, Diogo da Cruz; OLIVEIRA, Maria Carolina Gonçalves .....	167-187
INTERDISCIPLINARIDADE E FRONTEIRAS: DA REPRESENTAÇÃO ÀS METÁFORAS - DITTRICH, Ivo José .....	188-202
APORTES DA EDUCAÇÃO FORMAL: AS REPRESENTAÇÕES FAMILIARES NO LIVRO DIDÁTICO - CERQUEIRA, Lorena Maia Ribeiro; FIGUEREDO, Marília Mesquita Amorim; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon .....	203-214
LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO: ENTRE A PERPETUAÇÃO DO PASSADO E UMA POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO - SIRELLI, Nilda Martins; MAURANO, Denise .....	215-229
A INTERDISCIPLINARIDADE NOS PROCESSOS DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO: EXPERIÊNCIAS NO PROJETO MODERNIZAÇÃO - ALMEIDA, Vanessa Cristina dos Anjos; NASCIMENTO, Alexandra .....	230-243
INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA - OLEA, Hilda Regina P. M.; LEITE, José Carlos .....	244-260
O CORPO REPRESENTADO NO CIBERESPAÇO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS - NOVIKOFF, Cristina; TRIANI, Felipe da Silva; MACHADO, Alvaro Luiz Vitorio .....	261-276
BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS - TERRA, Alessandra Dale Giacomini; SOUZA, Jamille Medeiros; CAETANO, Isabel .....	277-291
O LETRAMENTO E O NUMERAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS MEDIADOS PELA INTERDISCIPLINARIDADE - BASSO, Edcleia Aparecida; MACOWSKI, Diogo Heron; LOPES, Janete Leige .....	292-310
O PANOPTISMO COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE SOCIAL: UM BREVE ESTUDO À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT - MARINHO, Maykon dos Santos; REIS, Luciana Araújo dos .....	311-322
A CRÍTICA NIETZSCHIANA SOBRE A METAFÍSICA NOS SEUS TRÊS ASPECTOS: RELIGIOSA, MORAL E FILOSÓFICA - FARIA, Gabriel Pereira .....	323-339



HABITAÇÃO POPULAR NO CENTRO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DAS TENSÕES ENTRE ATORES SOCIAIS - BRACONI, Júlio César; ZANIRATO, Silvia Helena .....	340-351
SAÚDE E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - SIQUEIRA, Débora Corrêa de .....	352-364
ALIMENTAÇÃO COMO CIÊNCIA - STEFANUTTI, Paola; GREGORY, Valdir; CASTRO NETO, Nelson .....	365-378
COMO O DISCURSO DA CIÊNCIA MOVIMENTA A SOCIEDADE: MEMÓRIA DA PERCEPÇÃO DA TECNOLOGIA NUCLEAR PELOS GRUPOS SOCIAIS - ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; FERREIRA, Maria da Conceição da Rocha ...	379-392
CONCEPÇÃO CIENTÍFICA DA CONSCIÊNCIA: DO INDIVIDUAL AO TRANSPESSOAL - NOVA, Flávia Magaly Oliva Nunes .....	393-409
REMINISCÊNCIAS DAS FILOSOFIAS ANTIGA E MEDIEVAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATUAL EM QUATRO PEQUENOS ESTUDOS DE CASO INTERLIGADOS - DANTAS, José Eduardo Ramalho .....	410-424
O CRACK E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E A REALIDADE NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA - BARCELLOS, Warllon de Souza; SILVA, Vera Lucia Marques da .....	425-440
REFLEXÕES SOBRE O ATO DE DISPOR DA PRÓPRIA VIDA: O “CASO RAMÓN SAMPEDRO” À LUZ DA MORAL KANTIANA - PIRES, Carlos Eduardo Moreno; CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUSA, Luciano Dias de .....	441-458
SAÚDE(S): A INTEGRAÇÃO DE CULTURAS NA CONSTRUÇÃO DA PLURALIDADE DO CONCEITO - PASSOS, Renato Augusto; NUNES, Sylvia da Silveira; SILVA, Luiz Felipe .....	459-471
ENSAIO DA ORQUESTRA TRANSDISCIPLINAR: RESSONÂNCIAS ENTRE A PSICANALISE E A MEMÓRIA SOCIAL - MAURANO, Denise; NUNES, Rejane de Moura .....	472-486
O CAÇADOR DE MARAJÁS: IMAGEM E RACIONALIDADE NO DISCURSO DE COLLOR EM 1989 - BURMANN, Grazielle Madalena Pereira .....	487-501



CONFIGURAÇÃO URBANA: IMPLANTAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO TOCANTINS - PEREIRA, Olívia de Campos Maia; SANTOS, André Luiz; MONTANDON, Marcela Gomes .....	502-519
A TRANSDISCIPLINARIDADE DA FAVELA CARIOCA E A LIBERTAÇÃO DA MEMÓRIA DO MORRO DO PASMADO - BIZARRIA, Júlio César de Lima ...	520-534
DE SERTÃO À ENCRUZILHADA DO BRASIL CENTRAL: CARTOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XVIII - GAMA, Alexandre de Oliveira .....	535-553
A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA E DAS ARTES PARA UMA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA MAIS HUMANA E INTERDISCIPLINAR - MONTEIRO, Érica Aragão; ROCHA, Marcos Porto Freitas da .....	554-566
CRIAÇÃO E PROCESSOS CRIATIVOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O SUJEITO CRIATIVO E A FORMAÇÃO - NASCIMENTO, Miriam Araújo .....	567-580
A AGROECOLOGIA COMO CAMINHO ÉTICO PARA SE OBTER SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR - CAMPOS, Maria Aparecida; OLIVEIRA, José Carlos de .....	581-600



## EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA: ARTE E EDUCAÇÃO NA BUSCA POR UMA RACIONALIDADE ESTÉTICA-EMANCIPATÓRIA

NASCIMENTO, Giovane do  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense*  
*giovanedonascimento@gmail.com*

PARAVIDINO, Carlim Silva<sup>1</sup>  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense*  
*carlimsilva2007@gmail.com*

1

**Resumo:** Este artigo pretende realizar uma análise sobre as contribuições da teoria crítica para o ensino contemporâneo da arte, além de tratar, embora de maneira breve, as principais e atuais correntes metodológicas para o ensino da arte. Tais correntes trazem consigo uma abordagem de caráter interdisciplinar que integra filosofia e educação visando uma formação estética. Nesse sentido, o nosso objetivo será refletir sobre como o ensino de arte pode formar e fomentar nos alunos, um pensamento estético-crítico, com uma atenção especial para o estudo das imagens buscando desenvolver uma melhor compreensão do momento em que vivem, o que para alguns autores como Marly Meira (2011) recebem a denominação de “Era das Imagens”.

**Palavras-chave:** ensino de arte, imagem, teoria crítica

**Abstract:** This article intends to conduct an analysis on the critical contributions to contemporary art education theory, and discuss, albeit briefly, and the main current methodological trends in the teaching of art. Such currents can bring an interdisciplinary approach that integrates character education philosophy and seeking an aesthetic training. In this sense, our goal will be to reflect on how art education can form and develop in students an aesthetic and critical thinking, with special attention to the study of images in order to develop a better understanding of living in the moment, which for some authors as Marly Meira (2011) they are called "Age of Images".

**Keywords:** teaching art, Photo, critical theory

<sup>1</sup> Professor de Artes Visuais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF Campus Pádua.



## INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar em nossas escolas, ainda hoje, uma formação baseada numa metodologia de ensino centrada numa concepção disciplinar sem qualquer oportunidade de diálogo com outras áreas do conhecimento, o que produz no aluno uma fragmentação do saber, uma das marcas dessa insistente formação é o desinteresse, ou a própria alienação daqueles que, ao invés de serem atores, comportam-se como meros espectadores no processo de ensino.

Segundo a filósofa Viviane Mosé (2013), ainda presenciamos um modelo técnico de escola que se alia à necessidade de uma educação sem reflexão crítica, voltada apenas para a formação técnica do indivíduo, para suprir as demandas do mercado de trabalho.

Mas, o grande problema de uma formação baseada nesse modelo consiste no fato de ser humano torna-se incapaz de se perceber como parte integrante do meio cultural em que está inserido.

Os riscos de uma educação instrumentalizada e mecanicista ficam bastante evidente na famosa tese da filósofa alemã Hannah Arendt conhecida como a “banalidade do mal” presente no seu livro “Eichmann em Jerusalém” publicado no ano de 1963.

Segundo a filósofa Márcia Tiburi, em seu artigo na revista Cult (Edições.183. Hannah Arendt) foi justamente a postura de Eichmann, o carrasco nazista capturado na Argentina e julgado em Jerusalém em 1962, que permitiu a Arendt cunhar a ideia tão curiosa quanto crítica, relativa à “banalidade do mal”. Por banalidade do mal, ela se referia ao mal praticado no cotidiano como um ato qualquer. A ausência da capacidade de pensar, dizia Arendt, seria o elemento fundamental a gênese do comportamento do Eichmann e de muitos outros seres humanos. A banalidade do mal significa que o mal não é praticado como atitude deliberadamente maligna. O praticante do mal banal é o ser humano comum, aquele que ao receber ordens não se responsabiliza pelo que faz, não reflete, não pensa. Eichmann foi caracterizado por Arendt como uma pessoa tomada pelo “vazio do pensamento”, como um imbecil que não pensava, que repetia clichês e era incapaz de um exame de consciência.

Ainda em seu artigo, Tiburi diz que Heidegger, o filósofo nazista, dizia ter se arrependido de aderir ao regime nazista, era, no entanto, um gênio da filosofia e, contudo, não era diferente de Eichmann. E conclui sua análise crítica acerca da tese de Arendt da seguinte forma:



Aterrador, no entanto, é que entre Eichmann, o imbecil, e Heidegger, o gênio, esteja o ser humano comum. Eichmann não era diferente de qualquer pessoa, era um simples burocrata que recebia ordens e que punha em funcionamento a “máquina” do sistema, do mesmo modo que cada um de nós pode fazê-lo a cada momento em que, liberado da reflexão que une, em nossa capacidade de discernimento e julgamento, a teoria e a prática, seguimos as “tendências dominantes” como escravos livres, contudo, de si mesmos. Sair da banalidade do mal é fazer a opção ética e responsável na contramão da tendência à destruição que convida constantemente cada um a aderir. A banalidade do mal é, portanto, uma característica de uma cultura carente de pensamento crítico, em que qualquer um – seja judeu, cristão, alemão, brasileiro, mulher, homem, não importa – pode exercer a negação do outro e de si mesmo. Em um país como o Brasil, em que a banalidade do mal realiza-se na corrupção autorizada, na homofobia, no consumismo e no assassinato de todos aqueles que não têm poder, seja Amarildo de Souza, seja Celso Rodrigues Guarani-Kaiowá, uma parada para pensar pode significar o bom começo de um crime a menos na sociedade e no Estado transformados em máquina mortífera. (TIBURI, 2013)

Em face disso, dessa razão pura e simplesmente instrumental, sem nenhuma consciência e responsabilidade, vemos que uma alternativa possível de driblar essa problemática, tão bem exemplificada por Arendt, consistiria em adotarmos uma formação humana de caráter estético, ou seja, uma formação estética e cultural do indivíduo, tornando-o mais sensível ao mundo no qual ele está inserido, possibilitando-o fazer uso, não só de uma racionalidade mecanicista, mas, sim, de uma racionalidade emancipatória, crítica e reflexiva, atrelada a compreensões e percepções estéticas de mundo.

Busca-se, ainda, desenvolver competências que ajudem o indivíduo a ser capaz de realizar uma apropriação crítica de sua cultura, tornando-se um agente social que participa ativamente das reelaborações culturais e sociais.

Uma formação que prepare o indivíduo não apenas para o mercado de trabalho, mas para sua atuação como cidadão no mundo. Para que isso aconteça, ele precisa ser formado numa visão de uma educação integral, ou seja, numa visão holística.

A teoria crítica de Adorno pode, em muito, nos auxiliar nesta busca por uma educação mais global e que não fique direcionada apenas a aspectos de uma formação cognitivista. Esta teoria, compreende a escola como aquela instituição que viabiliza as condições de transmissão, criticidade e assimilação dos conteúdos culturais de forma contextualizada para que o educando adquira uma aprendizagem desveladora e que contribua para compreender ainda mais a sua realidade (ADORNO, 2000). Dessa forma, a pessoa desenvolve a capacidade de pensar e agir de forma questionadora na sociedade, com vistas a transformá-la.





Percebe-se que as correntes metodológicas atuais, fruto de pesquisas incessantes, no que se referem ao ensino contemporâneo da arte, convergem para um ensino por meio do qual o ser humano seja capaz de compreender e representar o mundo material e simbólico que o cerca de forma crítica e reflexiva e que, por conseguinte, possa intervir nele como apontam Adorno (2000), e mais especificamente, Ana Mae Barbosa (1997). O que tentaremos mostrar neste presente artigo é de que forma a arte na escola pode contribuir para a formação de consciências emancipadas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, os PCNs, podemos entender o conhecimento produzido a partir das manifestações artísticas da seguinte maneira:

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender (PCN – ARTE – 2ª edição, p. 20/21, MEC – Brasília, 2000).

A crise da Educação se mostra evidente e os desafios contemporâneos da educação se tornam, cada vez maiores. Mosé (2013), falando sobre a escola fragmentada, diz que esta instituição de formação dos indivíduos se encontra, ainda hoje, dividida em disciplinas e grades curriculares, distante da vida de professores e alunos, e que, ao mesmo tempo, se depara, a cada dia, com um mundo que faz perguntas cada vez mais globais e urgentes, como a necessidade de considerar o todo, o planeta, a cidade.

Hoje, vivemos numa sociedade globalizada, com novas estruturas de comunicação em rede. Este novo modelo de sociedade em rede abre perspectiva para um raciocínio complexo, que aceita contradição. Temos de fato a democratização do acesso aos conteúdos. Não apenas aos dados, mas ao raciocínio em tempo real. Antes, dizíamos que a internet havia permitido acesso aos dados, mas que isso não tinha nada a ver com conhecimento. Hoje, o que temos nas redes sociais é conhecimento produzido em tempo real. Para ter acesso a este conhecimento, o que você precisa é ser aceito por um grupo que esteja discutindo aquele tema de seu interesse. (MOSE, 2013, p. 56)

Segundo Mosé (2013) uma escola para ser contemporânea não precisa ter nenhum computador em sala. Temos de trabalhar com o raciocínio, e não simplesmente com dados. Com certeza temos um número de acesso à internet altíssimo, mesmo nas classes populares. Professores e alunos fazem uso de tecnologia em casa, eles acessam Facebook, sites de busca, e outras redes sociais. Não é este o problema. A revolução da tecnologia é uma revolução da memória externa. Até então precisávamos recorrer a métodos memorísticos para adquirir algum



conteúdo. No entanto, os conteúdos, antes tão difíceis de serem adquiridos e retidos pela memória, podem hoje ser visitados a todo momento por um celular. Mas uma questão aqui deve ser pensada e refletida: a internet é um lugar tão perigoso quanto maravilhoso. É preciso saber e perceber em que “terreno” você está “pisando”.

Temos hoje é que priorizar na educação a figura do pesquisador. O objetivo tem que ser, desde os 6 anos de idade, formar pesquisador. Desta maneira, estaremos dando a uma criança capacidade crítica para que ela faça os recortes corretos na rede. (MOSE, 2013, p. 67)

5

Percebe-se que se mantivermos o modelo educacional em que o aluno se porta passivamente no processo de ensino, ele se torna vítima desta rede e não desenvolvendo qualquer responsabilidade sobre si e o mundo. Nossa memória não é mais um banco de dados. Ela é uma memória viva, presente. “*Professor não ensina, é o aluno que aprende. Isso muda as relações de poder dentro da escola*” (MOSE, 2013). A única possibilidade que temos para a educação é pensar no aluno pesquisador, capaz de desenvolver soluções para este mundo que desaba, que está em crise. É preciso urgentemente que nossos alunos “chamem” para si, a responsabilidade para a construção de um novo mundo, tanto para a geração presente quanto para a futura.

É nesse sentido que Hanna Arendt nos ajuda a pensar sobre a crise na Educação da seguinte maneira:

a atual crise na educação, é parte de uma crise mais ampla: crise da autoridade, da tradição, da política, do espaço público, da responsabilidade, e que invade a educação. A célebre definição é a seguinte: A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse à renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 2000, p.247).

Arendt (2000) nos esclarece que, se definirmos a educação como ponto no qual decidimos se amamos ou não o mundo, devemos, por assim dizer, assumir a responsabilidade por ele, e conseqüentemente salvá-lo da ruína. Porém, se não fosse a renovação por meio das novas gerações que vão surgindo ao longo dos tempos, isso seria quase que impossível. Arendt (2000) articula ainda o conceito de natalidade, essência da educação, aqui representada pelos novos com o conceito de responsabilidade. Quando aqui se diz responsabilidade, quer



dizer algo muito profundo, diz ela. Responsabilidade não é culpa, pois esta última é de cunho individual. A responsabilidade é sempre coletiva. A responsabilidade advém do fato de que nascemos no mundo e para o mundo, e, postos diante dele, somos responsáveis por ele, mesmo não sendo por ele culpados. Nesse sentido, diz Arendt:

[...] devo ser considerado responsável por algo que não fiz, e a razão para a minha responsabilidade deve ser o fato de que eu pertencço a um grupo (um coletivo), o que nenhum ato voluntário meu pode dissolver [...] somos sempre considerados responsáveis pelos pecados de nossos pais, assim como colhemos as recompensas de seus méritos. (2004, p.216-217)

Dessa maneira, conclui ela, assumir a responsabilidade pelos novos é assumir a inalienável e coletiva responsabilidade pelo mundo.

## **A TEORIA CRÍTICA DE ADORNO E O ENSINO DA ARTE**

Adorno (2000), no seu texto “Educação e Emancipação”, nos diz que a escola compreende o lugar capaz de viabilizar as condições de transmissão, criticidade e assimilação dos conteúdos culturais contextualizados para que o educando adquira uma aprendizagem desveladora e que contribua para uma compreensão da sua realidade. Dessa forma, é possível desenvolver a capacidade de se pensar e agir de forma questionadora na sociedade, com vistas a transformá-la. Adorno, ainda em seu texto, comenta a respeito da formação e educação dos indivíduos, nos fazendo refletir sobre algumas questões cruciais nas quais podemos elencar algumas delas: Educação para quê? Formação para quê? Tais questionamentos têm como objetivo discutir para onde a educação deve conduzir o ser humano e não apenas discutir para que fins a educação ainda seria necessária (ADORNO, 2000). Ele próprio responde, mais adiante, seus questionamentos, dizendo que a educação deveria servir para a “produção de uma consciência verdadeira” (2000. p. 141). Esta seria para ele, o objetivo da educação, que deveria, acima de tudo, ter “Auschwitz” como referência, para não repetirmos o mesmo erro cometido contra a humanidade.

A dimensão crítica, em sua teoria, tem por objetivo, estimular a produção de conteúdos emancipatórios que possibilitem a crítica à realidade vigente com o objetivo de minimizar o crescente contraste entre a acumulação de conhecimento pela classe dominante de um lado, e a miséria cultural, por outro. Nessa perspectiva,



A Arte-educação não deve significar a mera inclusão da “educação artística” nos currículos escolares. Ela deve ajudar o educando a ler o mundo de forma crítica na sua grande diversidade histórica, cultural, social, educacional e artística. (BITTENCOURT, 2004. p. 43)

A educação, principalmente artística, não é uma atividade “neutra”, mas implica o comprometimento do homem em “compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como a transformá-la” (FISCHER, 1987. p. 57).

Acreditamos que uma geração educada “criativamente” pode levar ao desenvolvimento da capacidade crítica capaz de transformações sociais e políticas mais significativas e substanciais.

Para Adorno, a educação está ligada à emancipação, ao esclarecimento, à negação da barbárie. No seu texto “A Educação após Auschwitz” afirma que: “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica” (2000. p.121).

Mas afinal, qual é a concepção de educação que Adorno nos apresenta?

Concebo como sendo educação (...) não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior, mas, também, não a mera transmissão de conhecimento, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas, a produção de uma consciência verdadeira (ADORNO, 2000. p. 141).

A teoria crítica, nos possibilita a uma ação e transformação social através da auto-reflexão crítica. Nesse sentido, fazer e conhecer a arte, consciente da sua importância para o desenvolvimento da pessoa e principalmente como componente de sua herança cultural é de fundamental importância para a formação humana.

Esses bens simbólicos “são consumidos, principalmente, através dos meios de comunicação de massa” (SAVIANI, 1985. p. 153), freneticamente estimulados pela publicidade e pela propaganda, que conferem poder econômico a uns e status a outros.

Bittencourt nos alerta que,

A importação de modelos estrangeiros na educação brasileira impede que se faça uma análise real das necessidades culturais nacionais, assim como impossibilita o desenvolvimento de nossa herança artística e de tornar a educação instrumento de reflexão crítica. A validade e “educar-se para acrítica”, ou seja para uma melhor consciência da produção cultural, de uma “visão de mundo”, que não incorra em “teorias tradicionais”, é confirmada por autores como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamim. (BITTENCOURT, 2004. p.44)



A diferença fundamental é que na teoria crítica, o homem, almejando um “mundo emancipado”, pode determinar mudanças históricas, sociais, políticas e educacionais.

Acreditamos ser motivo de preocupação o uso de fórmulas e/ou receitas estrangeiras no ensino de artes no Brasil, pois, como já vimos em outros exemplos na história da educação brasileira, em muitos casos não foram respeitados as diferenças culturais e, geralmente, vêm impregnadas de interesses hegemônicos culturais, que através da educação, inibem a consciência crítica dos alunos contribuindo para a manutenção de uma “concepção de mundo” alheia às necessidades nacionais.

Segundo Barbosa (2002) a concretização de uma sociedade emancipada passará pela compreensão do passado e pela educação crítica. A arte na escola, perpassada pela visão crítica de mundo, assume a responsabilidade de dar ao educando o instrumental necessário para que ele exerça uma cidadania consciente, participante e crítica. Isso faz com que o trabalho pedagógico, realizado no ensino da arte, propicie uma crítica ao social, no sentido de transformá-lo. Na concepção crítica, a educação e a escola são partes integrantes da sociedade e não da perpetuação da estrutura social.

Segundo Barbosa,

o papel da arte na escola se encontra no desenvolvimento cultural do indivíduo, possibilitando-o criar representações simbólicas dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. (BARBOSA, 2002, p. 34)

A Arte, de acordo com Barbosa (2002), pode ser vista como uma linguagem presentacional dos sentidos (que articula a vida emocional do ser humano), e que transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científicas.

Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. Aqueles que estão engajados na tarefa vital de fundar a identificação cultural, não podem alcançar um resultado significativo sem o conhecimento das artes. Através da poesia, dos gestos, da imagem, as artes falam aquilo que a história, a sociologia, a antropologia etc., não podem dizer porque elas usam um outro tipo de linguagem, a discursiva, a científica, que sozinhas não são capazes de decodificar nuances culturais. Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos.



É preciso criar possibilidades alternativas, adotando uma postura diferenciada diante de todas essas transformações que vem ocorrendo em nossa sociedade, participando de forma ativa na construção de uma sociedade mais ética e harmoniosa, não permitindo que ela mesma se torne o seu próprio algoz. E é por isso que defendemos uma educação que emancipe o humano, tornando-o cada vez mais crítico e reflexivo enquanto estabelece suas relações como ser no mundo. Nas palavras da arte educadora Ana Mae Barbosa, ela diz que:

A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. "Relembrando Fanon", eu diria que a arte capacita um homem ou uma mulher a não ser um estrangeiro em seu meio ambiente nem estrangeiro no seu próprio país. Ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence. (BARBOSA, 2002, p. 47)

Barbosa (2002) nos diz ainda, que não basta incluir a arte no currículo para que, como num passe de mágica, ocorra um crescimento individual e uma mudança no comportamento do cidadão, como construtor de sua própria nação, aconteça.

É preciso, diz ela, que além de reservarmos um lugar para a arte no currículo, o que está longe de ser realizado de fato, é também necessário se preocupar *como* a arte é concebida e ensinada.

Em sua experiência como professora, relata ter visto o ensino das artes visuais sendo ensinadas principalmente como desenho geométrico, ainda seguindo a tradição positivista, ou a arte nas escolas sendo utilizada na comemoração de festas, na produção de presentes estereotipados para os dias das mães ou dos pais e, na melhor das hipóteses, apenas como livre expressão.

Por fim, o que vemos é uma má formação inicial dos professores, para o ensino das artes é um problema crucial, nos levando a confundir improvisação com criatividade. A “anemia teórica” (BARBOSA, 2000), e eu diria mais, o amadorismo pedagógico, por parte dos professores, tem dominado, em grande parte, o ensino da arte nos tempos atuais, prejudicando assim, um ensino de arte que realmente contribua na construção de consciências mais críticas e reflexivas.





## A EDUCAÇÃO DO OLHAR NA ERA DAS IMAGENS

Segundo Marly Meira (2011), umas das autoras do livro “A Educação do Olhar no ensino das Artes”, a sociedade vive hoje a era das imagens. Pode-se dizer que as propostas de ensino contemporâneo da arte têm caminhado mais para uma abordagem na qual seja possível a criação e o desenvolvimento de um pensamento estético-crítico por parte dos nossos alunos. Isso porque, o que vemos, ou seja, as imagens, precedem as ideias no processo de desenvolvimento da consciência humana. E é por isso, que se torna urgente, capacitar nossos alunos a “*aprender a ver*” a fim de dotá-los com as habilidades necessárias para viver nesse mundo que se torna a cada dia mais imagético.

Quando o aluno “lê” uma imagem, ele estabelece relações de informações sobre o objeto, tais como suas características formais, topológicas, cromáticas, suas experiências de vida, conhecimentos e sua imaginação. É a partir disso, que o papel do professor de arte se torna fundamental no desenvolvimento do aluno, pois agora, o professor passa a ser o “educador do olhar” possibilitando ao aluno uma ampliação de múltiplas leituras, oferecendo-lhes elementos teóricos e a possibilidade ampla de discussão de significados.

Analice Pillar (2011) nos diz que,

a nossa visão está impregnada de experiências anteriores, associações, lembranças, fantasias, interpretações e está comprometida com nosso passado, com nossa época e lugar, com nosso passado, com nossa época e lugar, com nossos referenciais. O que se vê não é o dado real, mas aquilo que se consegue captar, filtrar e interpretar acerca do visto, acerca do que nos é significativo. Assim, a leitura de uma imagem é uma aventura em que a cognição e a sensibilidade se interpenetram na busca de significados, lançando múltiplos olhares sobre um mesmo objeto. (PILLAR, 2011, p. 78)

No Brasil, a partir da década de 80, o ensino de arte começa a sofrer mudanças em sua base conceitual. Os professores não mais realizam suas aulas apoiados apenas no fazer artístico. Agora, eles incorporam em suas ações educativas, as práticas da leitura da imagem e da contextualização histórica.

Vemos que existem estudos diversos acerca da leitura das imagens e muitas são as suas definições. Segundo Maria Helena Martins (1994, p. 31-32), podemos sintetizar as inúmeras concepções vigentes sobre leitura de duas formas: a) leitura como decodificação mecânica; b) leitura como um processo de compreensão. Ela diz que essas duas categorizações são complementares e não excludentes, pois no ato da leitura de uma imagem, fazemos,





necessariamente, o uso de ambas abordagens. A decodificação é feita primeiramente para compreendermos, porém, se apenas decodificarmos sem compreender, a leitura certamente não ocorrerá de forma plena.

A leitura de uma imagem pode ser comparada a leitura de um texto, de uma trama, de algo tecido com formas, cores, texturas, volumes.

Maria Helena Martins (1994, p.30) considera que “a leitura é um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem”.

O filósofo norte-americano e fundador do Projeto Zero de Harvard, diz que “o modo como se ‘lê’ um rabisco depende do contexto em que ele se encontra, do marco gráfico que o rodeia e do ‘contexto mental’ do observado” (Goodman apud Gardner, 1987, p. 76-77). Assim, diz ele, um rabisco que uma criança realiza em seu desenho vai ter um tipo diferente de significado daquele rabisco contido num mapa ou num texto qualquer. Portanto, o sentido é atribuído pelo contexto gráfico e pelas informações que o leitor possui.

Com isso, podemos perceber a importância da arte para a ampliação da leitura de mundo, recriando uma nova lógica ver e entender a vida em sociedade, alargando os campos de percepção para além dos hábitos e costumes cotidianos e conseqüentemente, agindo como propulsora de uma reflexão mais crítica de mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tal reflexão que trouxemos para essa discussão podemos perceber que é preciso buscar uma alternativa de formação que ultrapasse a dimensão estritamente instrumental. E o ensino de arte nas escolas pode ser um caminho para se alcançar novos patamares de entendimento da realidade desenvolvendo, em nossos alunos, percepções mais sensíveis de mundo.

Vimos ainda neste artigo, a necessidade urgente de um ensino de arte inserido numa educação mais crítica e reflexiva, ou seja, a compreensão que uma formação estético-crítica se mantém como um caminho para dar conta desse mundo que se apresenta cada vez mais complexo.

Para isso, a figura do filósofo Theodor Adorno e da filósofa Hannah Arendt se fez presente em nossas discussões a fim de nos ajudar a pensar e adentrar ainda mais nesse campo



complexo que é a formação humana, e com isso, nos apresentando uma forma mais crítica de conceber e apreender o mundo em que vivemos.

Vimos também, com as autoras Ana Mae Barbosa e Cândida Bittencourt, que as correntes metodológicas de ensino de arte das pesquisas atuais, fazem uso desses conhecimentos elaborados por Adorno e sua teoria crítica.

E por fim, se faz necessário, e diria mais, urgente, pensar um ensino de arte que capacite nossos alunos a se “equipar” com um olhar mais sensível e apurado de mundo, despertando a capacidade de um olhar sensível sobre um mundo que hoje se mostra cada vez mais visual, é o que nos parece ser uma das grandes contribuições que o ensino de arte pode oferecer às novas gerações.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar, 2000.

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1970.

ANDRADE, Flávio Rovani de. A crise na educação de Hannah Arendt e a crítica às concepções educacionais do pragmatismo. In: *Revista Sul-americana de Filosofia e Educação – RESAFE*, Número 10: maio/2008 - outubro/2008, p. 32 a 45.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

BARBOSA, Ana Mae.(org.) *Inquietações e mudanças no ensino da Arte*. São Paulo: Ed Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.) *Arte-Educação: leitura no subsolo*. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Arte educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BITTENCOURT, Cândida Alayde de Carvalho. *Arte e educação: da razão instrumental à racionalidade emancipatória*. 1ªed. (2004), 3ª reimpr. /Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais: arte: 1º e 2º ciclos / Secretaria de Educação Fundamental*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000

FERRAZ, M. Helois; FUSARI, M.F. *Metodologia do Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 1993.

FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



GOODMAN, N. *Languages of art*. Indianapolis: Hackett Publishing Co., 1978.

JUNIOR, João Francisco Duarte. *Por que arte-educação?* 22ª Edição. Papirus Editora. Coleção Ágere. São Paulo, 2012.

MARTINS, M.H. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MOSÉ, Viviane. *A escola e os desafios contemporâneos*. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PILLAR, Analice Dutra (Org.). *A educação do olhar no ensino das artes*. Porto Alegre: Mediação, 2011. (6. ed. atual. ortog.)

REIS, Ronaldo Rosas. *Educação e Estética: ensaios críticos sobre arte e formação humana no pós-modernismo*. SP – Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermerval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 1985.

SCHILLER, Friedrich. *Sobre a Educação Estética do ser Humano numa serie de cartas e outros textos*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 1993.

TIBURI, Marcia. Hannah Arendt. In: *Revista Cult*, “Disponível em”  
<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/09/hanna-arendt/>, 17 de julho de 2014.



## **POR QUE SE DECIDE REMEMORAR NA RETOMADA?**

VEIGA, Caroline Carvalho da  
*Estudante de mestrado no PPGMS-UniRio*  
*carolveiga@gmail.com*

14

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é investigar por que uma onda de rememoração invadiu as telas do cinema brasileiro durante a década de 1990. No período conhecido como Retomada, os mecanismos institucionais de suporte ao filme nacional foram redimensionados, acarretando uma crise no setor. Juntamente com o desmonte sofrido por diversas instituições estatais pelo fim da Ditadura Militar, dentre elas as agências de fomento ao cinema, nos últimos anos do século XX, o homem moderno também se sente fragmentado, recorrendo às suas origens para encontrar-se em um no mundo que está sofrendo mudanças de ordem geopolítica e econômica. Neste cenário percebe-se a intensificação de processos de re-significação dos mitos de origem da nação, que encontra-se em busca de sua identidade perdida junto com suas economias e o sonho da Redemocratização.

**Palavras-chave:** Retomada; Cinema Brasileiro; Rememoração.

### **ABSTRACT**

The goal of this article is to investigate why a wave of remembrance invaded the screens of Brazilian cinema during the 1990s. During the period known as Remembrance, institutional support mechanisms at national film were resized, causing a crisis in the sector. Along with the dismantling suffered by various state institutions for the end of military dictatorship, among them the development agencies to the movies in the last years of the twentieth century, modern man also feels fragmented, through its origins to find yourself in a in world that is changing geopolitical and economic order. This scenario sees the intensification process of re-signification of origin myths of the nation, which is in search of his lost identity along with their economies and the dream of Redemocratization.

**Key-Words:** Renaissance of Brazilian cinema; Brazilian cinema; Remembrance.



## INTRODUÇÃO

A década de 1990 é considerada um período turbulento e de grandes mudanças. Com o fim da União Soviética, o mundo deixa de estar dividido em dois blocos. A Alemanha se reunifica, Estados-nações são formados no leste europeu. Na África do Sul o *apartheid* termina; na América Latina, terminam as Ditaduras Militares. A economia globaliza-se cada vez mais rápido, o mundo ocidentaliza-se em ritmo acelerado. O neoliberalismo triunfa e agora os indivíduos são cidadãos do mundo [capitalista]. Crescem o numero de movimentos sociais em toda parte que buscam outras histórias, histórias não oficiais. A busca por histórias alternativas, a aparente aceleração do tempo, a separação de espaço e tempo, levam a discursos de “fim da história”, da “morte do sujeito”. (HUYSEN, 2000, p.10). “Fundada na violência e no unilateralismo, a configuração política internacional para os próximos anos tornou-se imprevisível, mas a instabilidade parece a aposta mais segura.” (ORICCHIO, 2003, p.32)

No Brasil é notória a quantidade de filmes produzidos nesse período que levam em conta a situação do país. Cada um à sua maneira, muitos cineastas mergulharam em temáticas da sociedade brasileira, tentando compreender a história do país, enxergar um caminho seguro que se possa trilhar em direção ao futuro que se apresenta cada vez mais obscuro.

Os primeiros filmes de sucesso da Retomada são aqueles que, de maneira interpretativa e autoral, reconstroem passagens históricas ou biografias de personagens reais. Caráter de mudança bastante específico devido ao processo de globalização que tanto impacto causou a identidade cultural. Esse processo (globalização) gera uma sociedade de mudanças constantes, rápidas e permanentes, distinguindo-se assim das sociedades tradicionais, nas quais o passado é venerado e símbolos são valorizados por conterem e perpetuarem a experiência das gerações. (HALL 2001, p. 15).

Esse novo cinema brasileiro reflete profundamente os aspectos culturais e políticos da época. É um cinema sem ideologias (ORICCHIO, 2003), sem escola, feito pelo simples desejo de se fazer cinema, tendo compromisso somente com as próprias vontades. Aparentemente sem vínculos e sem um projeto comum, o que une esses cineastas é o desejo explícito de se fazer cinema.

Desde sua retomada, a produção cinematográfica vem evidenciando de forma coerente e segurança que “a ficção continua sendo um meio importante de conhecimento da experiência histórica”. (ARRIGUCCI JR., 2006 apud NAGIB, 2006, p. 9). O filme tem sido um espelho da



nossa sociedade, visto pelo viés do passado a partir do presente para tentarmos compreender nosso futuro. Estas obras constituem monumentos de grande significação do processo de formação e ressignificação da nação brasileira que trilha para o século XXI.

## A RETOMADA

Termo massivamente usado pela imprensa, aceito por uns e negado por outros, Retomada é o nome que se convencionou dar ao cinema brasileiro dos anos de 1990. Butcher (2005) nos alerta para o real significado desse período que diferente de outros movimentos cinematográficos, não há tentativas de se chegar a nenhum denominador comum, de estabelecimento de qualquer totalização estética ou política, tampouco criar formas de pensamento. O autor ainda observa que seria a primeira vez que não há tentativas de se começar algo novo, do zero. "Retomada apenas denota um processo." (BUTCHER, 2005, p.15)

O primeiro presidente eleito democraticamente após 21 anos de Ditadura Militar, Fernando Collor, com o Programa Nacional de Desestatização determina a dissolução de empresas estatais, "transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público" (Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Art 1º I). A produção cinematográfica brasileira que já competia de maneira desleal contra a hegemonia do cinema norte-americano, sofria com fechamento das salas de cinema e a massificação da televisão, com o desmonte da Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes, foi considerada extinta. Entre os anos de entre 1990 e 1994 apenas 32 filmes feitos. O ano de 1992 foi ainda pior: apenas dois filmes foram lançados. (ORICCHIO, 2003 p. 26)

Em 1993 no governo do presidente substituto Itamar Franco, foi promulgada a Lei do Audiovisual, lei de incentivo fiscal que em troca de dedução de impostos, transferia para a iniciativa privada o financiamento dos filmes. Outra medida foi ratear os recursos da produtora extinta através do *Prêmio Resgate do Cinema Brasileiro*. Entre os anos de 1993 e 1994, foram promovidas três seleções que puderam agraciar 90 projetos entre curtas, médias e longas-metragens. (NAGIB, 2006)

Nesse meio tempo, a Prefeitura do Rio de Janeiro funda a *Riofilme* – criada para ocupar o lugar da Embrafilme nas áreas de coprodução, finalização e distribuição. Entre 1992 e 1994, figurou como a mais importante distribuidora de filmes brasileiros, além de criar espaços alternativos, cinemas de artes e projetos para a formação de plateia. Com esse apoio, os poucos



longas-metragens produzidos já denotavam que o cinema brasileiro voltaria a se fortalecer. Porém, ainda tinha que lidar com a cobrança de fazer cinema aos moldes norte-americanos. (BUTCHER, 2005, p. 20-21)

Com essas medidas, já no ano de 1995, o cinema brasileiro volta a respirar aliviado e já demonstrar frutos. O primeiro filme da Retomada a levar de volta os espectadores ao cinema foi *Carlota Joaquina – a princesa do Brasil* (1995), dirigido por Carla Camurati. Feito quase que totalmente de maneira independente, e sob fraca divulgação, a história da Rainha de Portugal retratada de forma debochada, acabou por agradar o público que teve conhecimento de sua existência no popular “boca a boca”. Oricchio atribui o seu sucesso por retratar “à sua maneira informal e irreverente, essa microteoria sobre a formação do Brasil contemporâneo.” (2003, p.40)

Nos anos seguintes, assistimos a um aparente *boom* de produções, mas esse fenômeno se deu exatamente pelo atrofamento que o campo do cinema sofrera nos anos anteriores.

Ao longo da década de 1990, O cinema volta a se estabelecer amparado pela garantia de produção e de exibição. Os cineastas sentem-se livres para tratar de assuntos que lhes interessem, sem compromisso com correntes estéticas. Esse fenômeno para Oricchio seria característica da “típica fragmentação mental do homem dos anos 1990. [...]. De uma maneira deliciosamente livre e confusa, o criador pode optar entre expressar seus fantasmas pessoais, divertir o público ou preocupar-se com a questão social do país.” (2003, p.30)

Curiosamente, o que se nota é que esse sujeito do tempo que não existe mais, do “fim das utopias”, irá voltar-se para dentro, procurar sua identidade perdida em mitos fundadores da nação.

Como não se pode retomar algo para sempre, o marco do fim desse processo é o lançamento do filme *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles. Com uma linguagem de vídeo-clipe, nos moldes de filmes norte-americanos, com pitadas hollywoodianas à la Tarantino, este filme encerra o período no qual, aos trancos e barrancos, a sétima arte brasileira conseguiu se recuperar e consolidar uma indústria cinematográfica nos primeiros anos do novo século.





## POR QUE REMEMORAR?

Segundo Huyssen (2000), indícios de tendências memorialísticas aparecem com a Descolonização da África e os primeiros movimentos sociais, porém ainda de maneira modesta. Na década seguinte, a Europa assiste uma moda de rememoração, mas será nos anos de 1980 que um discurso de memória começa a tomar forma nos EUA e Europa. É a partir dessa década que ocorre uma verdadeira enxurrada de produtos memorialísticos como programas de TV, filmes de ficção e documentários; na moda, as tendências se voltam ao passado com conceitos *retrô* que vão de roupas, passando por acessórios e mobiliário doméstico; na vida privada, os indivíduos desejam guardar todas suas lembranças criando arquivos pessoais, como se fosse possível salvar integralmente cada fato, lembrança, em uma caixa ou em um armário. Uma verdadeira “obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo” (NORA, 1996, p.14), embasada em uma sensação de efemeridade e medo, de um presente perdido e um futuro incerto, que acaba por dar ao mais simples vestígio “a dignidade virtual do memorável” (NORA, 1996, p.14). Uma aceleração do tempo que nos empurra para um “futuro global”, causando desconforto e desconfiança e acaba por gerar um desejo de ir mais devagar, de se voltar para o passado em busca de conforto. (HUYSENN, 2000, p. 32)

Mudanças estruturais nas sociedades modernas fragmentam as paisagens culturais que antes forneciam sólidas localizações aos indivíduos sociais. Este caráter de mudança é bastante específico devido ao processo de globalização. Esse processo acarreta uma sociedade de mudanças constantes, rápida e permanente, distinguindo-se assim das sociedades tradicionais, nas quais o passado é venerado e os símbolos são valorizados por conterem e perpetuarem a experiência de gerações. (HALL, 2011, p. 14-15)

Huyssen (2000, p.12-13) usa o Holocausto como exemplo desse interesse pelo passado que contaminou o mundo nos últimos anos do século XX. Esse fenômeno – “cifra para o século XX” - tornou-se o exemplo mais simbólico da “incapacidade da civilização ocidental de praticar a anamnese, de refletir sobre a inabilidade constitutiva para viver em paz com diferenças e alteridade...”. Para o autor, é a partir de 1989 – ano da queda do Muro de Berlim e do declínio da União Soviética – que discursos sobre esquecimento e rememoração tornar-se-ão carros-chefe em países do Leste europeu, do Oriente Médio, do Extremo Oriente, da África, América Latina e Austrália.

Movimentos sociais, minorias étnicas e nações periféricas sentem-se agora seguros para reivindicar seu direito à tradição, às suas memórias que são ameaçadas pela ocidentalização das



culturas. Vemos a UNESCO criar políticas de preservação e tombamento de patrimônios fora do eixo do velho mundo, contemplando culturas até então marginalizadas e, mais tarde, estabelecer políticas de preservação de patrimônio imaterial – deixando claro essa nova preocupação em manter tradições, de se preservar um passado ameaçado de desaparecer.

Vivemos a era do culto à memória, da “musealização do mundo” (HUYSSSEN, 2000, p.15) que tem direcionado as atenções para o passado ao invés do futuro. Halbwachs (2004) afirma que toda lembrança está em constante sintonia com o afeto e, que toda memória, mesmo a mais íntima que seja para um indivíduo é coletiva, pois fazemos parte de um grupo e, nossas impressões serão as impressões compartilhadas pelo mesmo. Em uma época marcada pela descrença e frustrações do projeto iluminista - o século XX foi a “Era das Catástrofes” (SELIGMANN-SILVA, 2003), o homem dos anos 1990 volta-se ao passado, procura resgatar, reviver, rememorar antigas tradições, não para retomar de maneira saudosista e similar, mas para esclarecer suas relações consigo e com a sociedade, “fazendo lembrar uma ‘ação coletiva’ capaz de garantir a criação de uma nova identidade.” (Rendeiro, 2008, p.115)

Esta rememoração produtiva (HUYSSSEN, 2000) possui a capacidade de gerar reflexões sobre os problemas do presente e a possibilidade de utilização do passado como referência e do próprio presente e suas singularidades.

Para Benjamin, (GAGNEBIN, 2014, p. 14) práticas de rememoração não são tentativas de se chegar a lembranças puras e exatas do passado, como se estivessem guardadas de maneira hermética aguardando serem reveladas. O importante é notar os ecos produzidos entre presente e passado e passado e presente.

O verdadeiro lembrar, a rememoração, salva o passado porque procede não só à sua conservação, mas lhe assinala um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida. [...]. Somente esse trabalho de rememoração e de narração, sob a égide da morte e do túmulo, possibilita, como diz Benjamin na *Rua de mão única*, que se possa esculpir uma outra imagem, a do futuro. (GAGNEBIN, 2014, p.18)

Rememorar é pensar nas experiências do passado com imagens e ideias de hoje. A lembrança é a construção de uma imagem a partir de um conjunto de representações que nos é atual. (HALBWACHS, 1996, p.72) “Não há evocação sem uma inteligência do presente.” (BOSI, 1983, p. 39) Toda evocação acaba por passar pela reflexão que é sempre atual; lembrar é contar uma nova história daquela história “no lastro comunitário de que nos servimos para constituir o que é mais individual.” (BOSI, 1983, p. 331). A autora esclarece que já é conhecida



a tendência que a mente tem em refazer qualquer experiência de maneira clara, dando-lhe sentido útil para o presente. Inserido em um contexto de incertezas e mudanças radicais da “ordem” antes estabelecida, o *sujeito pós-moderno* anseia em dar sentido à sua vida, lembrar de onde veio para conseguir enxergar para onde vai e, para isso, volta-se aos mitos de origem.

Estamos seduzidos pela memória. A crise do final do século que atingiu o campo econômico, geopolítico e principalmente o social, nos provocou o medo de um futuro incerto. Perdidos num presente sem passado, o homem do “capitalismo tardio”, no tempo do fim das utopias, fim da história, o *último homem* não sabe mais a que lugar pertence, qual tradição perdeu e prefere se apegar ao passado que conforta por temer o futuro. (HUYSSSEN, 2000)

Assim, nesse caminho sem volta de uma memória construída e consistente das sociedades ocidentais dos anos 1990, cineastas contam (e recontam) histórias que contribuíram para a construção da sociedade brasileira. Retomando suas imagens, personagens e símbolos que atualizados, ressignificam o passado dando-lhes uma aura de novidade. A memória enquanto provedora da história recupera o passado para que o mesmo sirva ao presente e ao futuro. (LE GOFF, 1996). O distante torna-se próximo, a rememoração nos conforta, lembra-nos de onde viemos e nos dá na sensação de que assim, podemos saber para onde iremos.

## BUSCANDO AS ORIGENS

Após 21 anos de Ditadura Militar, o Brasil experimenta eleições diretas. “1989 talvez possa ser como o ano da retomada dos sonhos da utopia da construção de um país democrático e menos desigual.” (NOBLAT, 2009)

No mundo, o neoliberalismo triunfa sobre o socialismo, novas nações são formadas, o consumo em massa cresce exponencialmente, com a cibernética as fronteiras começam a cair.

No Brasil são tempos de euforia e incertezas, já que o presidente eleito – Collor – governa com uma política neoliberal e evanesce muitas instituições públicas, sendo o setor da cultura gravemente debilitado. Para o cinema o golpe foi ainda maior: a Embrafilme foi extinta em 1991 e não foi criado substituto imediato. Nesse momento, a produção sem ajuda de financiamento e garantia de exibição, é reduzida a quase zero. Nessa época era comum se dizer



que filmes brasileiros eram de baixa qualidade e, acreditou-se que a produção de filmes no Brasil teria acabado. (NAGIB, 2006)

A euforia da redemocratização transforma-se em frustração, em vergonha de ser brasileiro, com bloqueio das poupanças e as inúmeras denúncias de corrupção e o desmonte da cultura como um todo e, o cinema particularmente afetado, se vê em vias de extinção levando cineastas a saírem do país ou mudarem de profissão. (NAGIB, 2006)

Com a mudança de governo e o Plano Real, reacende-se a esperança em dias melhores; a moeda nacional é equiparada ao Dólar. As leis de incentivo pareciam uma boa solução, mas o que se viu foram projetos que não conseguiam apoio. Foi o próprio formato da Lei do Audiovisual e da Lei Rouanet que revelou tendências conservadoras, pois transferiu aos departamentos de marketing das empresas a decisão sobre quais filmes estariam aptos a receber financiamento. E as mesmas, tinham total autonomia para decidir a qual tipo de temática associariam sua marca. (ORICHHIO, 2003, p. 27-28)

Pollak (1989) diz que para que memórias e imagens subterrâneas venham à tona, alguma força deve deslocá-la. Atribuímos à crise econômica, política e de identidade à corrente memorialista ocorrida no cinema brasileiro dos anos 90. Agora, diferente de outros movimentos cinematográficos como o Cinema Novo e o Cinema Marginal que tinham suas ideologias bem definidas e evitava-se ao máximo qualquer temática histórica, nacional, ufanista para não aparentar conivência com o regime ditatorial, cineastas irão revisitar fatos históricos nos âmbitos do regional, nacional e até pessoal, para resgatar o passado, nossos mitos de origem.

Impulsionados pela globalização e suas “ideias-força”, cineastas, à procura de sua identidade, olharão para trás, em busca das histórias de seu país, mas também da sua região, sua comunidade, num processo de rememoração produtiva, evitando o recalque do passado trágico da Ditadura e das recentes frustrações com a nova democracia.

Os filmes desse período extrapolam o eixo Rio-São Paulo. O sertão deixa de ser seco e de luzes estouradas como no Cinema Novo para tornar-se verde, colorido, banhado pelo *Velho Chico*. É como se a profecia de Glauber Rocha tivesse tornado realidade: “*O sertão vai virar mar e o mar e o mar virar sertão.*” No tempo do “fim das utopias” tenta-se levar a cabo a maior utopia do cinema brasileiro. (NAGIB, 2006, p. 28)

Essa busca da “personalidade própria” da cultura gerou frutos muito ricos para o cinema e para a memória brasileira. Em um país com culturas diferentes, rememorar sua origem, olhar para trás, interagir com heróis ou (anti-heróis) regionais, resulta numa atualização da memória coletiva popular e, por extensão, a memória nacional (ORTIZ, 1985).



A retomada da memória de personagens históricos vai de encontro ao que Pollak (1992) chamou de acontecimentos “vividos por tabela”, pois se tratando de fatos dos quais contribuíram para a formação da nação, inevitavelmente fazem parte da vida de todos os indivíduos que a formam. No sertão idealizado dos anos 1990, observamos a construção de uma memória a partir da “socialização histórica”, de uma “memória herdada”. (POLLAK, 1992, p.2). Lírio Ferreira e Paulo Caldas, diretores de *Baile Perfumado* (1997) nos apresentam um Virgulo Ferreira da Silva íntimo, um homem comum com suas preferências e aversões, como se o conhecessem. O mesmo acontece com *Corisco e Dadá* (1996).

Nesse contexto, foram produzidos 15 filmes que rememoram algum fato histórico, 04 documentários sobre personalidades brasileiras e ainda filmes que, mesmo sem retomar algum evento conhecido, trata do retorno às origens, da memória familiar. (BUTCHER, 2005)

Exemplo curioso é *Bocage – o Triunfo do Amor* (1997) de Djalma Limongi Batista. Feito em parceria entre Portugal e Brasil, é uma bela poesia filmada que resgata em *além-mar*, uma origem comum entre os dois países. Volta-se à Portugal para lembrar a fonte da sensualidade brasileira.

O Filme *Guerra de Canudos*, (1996) de Sérgio Rezende, baseando-se no romance *Os Sertões*, conta a história de uma família que se uniu a Antônio Conselheiro para viver em Belo Monte – comunidade fundada pelo beato. Contando à sua maneira, Sérgio Resende lançou sua obra exatamente no dia em que se comemorava o centenário da destruição total do Arraial de Canudos – 03 de outubro de 1997. (INTERNATIONAL MOVIE DATABASE, 2014)

O campo da memória é um campo de lutas por excelência e, nesse período de assistimos cineastas/autores se sentirem à vontade para rememorar à sua maneira, mesmo que alguns setores da sociedade discordem ou deslegitimem a versão apresentada. É o caso de *Carlota Joaquina – a princesa do Brasil* que, segundo o historiador Ronaldo Vainfas é “deliberadamente infiel à história do Brasil”. (2001, p. 232)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória tornou-se objeto de consumo e vende bem. A globalização faz surgir novas identidades e fragmenta o homem moderno, visto até então como sujeito unificado. Segundo Hall (2011) essa crise de identidade é parte de um processo mais amplo de mudanças, o qual



desloca estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abala quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

A partir dos anos 1980, uma avalanche de discursos de perda começa a assolar o mundo. O planeta começa a tornar-se um enorme museu e, temos a vontade de armazenar cada pequena lembrança, cada vestígio simplório sob a ameaça de tudo se esvanecer no ar. Na TV surgem os seriados de cunho histórico, na Europa começa-se a comemorar datas relativas às Grandes Guerras, na África e depois no leste europeu nascem novas nações. (HUYSSSEN, 2000)

A última década do século XX foi marcada por mudanças significativas na ordem mundial e, todas essas mudanças somadas à crescente aceleração da globalização fazem com que os indivíduos se voltem para dentro, para o familiar, buscando se encontrar num mundo sem fronteiras, seus limites comunitários.

No Brasil com a redemocratização, e a frustração do fracasso do primeiro governo eleito através de eleições diretas, os brasileiros sentem-se perdidos. Expatriados vivendo na própria pátria que não os reconhece como “filhos”.

Nesse novo quadro, uma corrente de rememoração toma conta do cinema nacional. Filmes que vêm narrar livremente, fatos e personagens que habitam nosso imaginário, questionando, negando, reinventando a História.

O Brasil retoma sua história. “Essa nova “historiografia baseada na memória” *testemunha* tanto os sonhos não realizados e as promessas não cumpridas como também as insatisfações do *presente*.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 393)

Pesquisas em arquivos e bibliotecas apenas servem de suporte para os autores que desejam re-contar, re-visitar, resgatar sua origem e identidade perdidas. Não necessitam de qualquer embasamento da História oficial, basta recontar uma história.

[...] pela análise se demonstra que a ficção não se traduz diretamente em realidade imediata; que o filme inventa sua própria verdade imaginária por meio de procedimentos de linguagem e de construção afastando-se do mero documento; e, finalmente, que essa verdade humana inventada é muito mais viva e reveladora da experiência histórica e de uma tremenda realidade, do que se ele se limitasse a reproduzir fatos da realidade aparente. (ARRIGUCCI JR., 2006 apud NAGIB, 2006 p.12)





## REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., Davi. Prefácio. In: NAGIB, Lúcia. *A utopia no cinema brasileiro: matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, 9-13.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BRASIL. *Lei Nº 8.031, de 12 DE abril de 1990*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1990. p. 7103.

BRASIL. *Lei Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991*. Diário Oficial da União - Seção 1. Poder Executivo, Brasília, DF, 2a4 dez 1991. p. 30261.

BRASIL. *Lei Nº 8.685, DE 20 DE JULHO DE 1993*. Diário Oficial da União - Seção 1. Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul 1993. p. 10107.

BUTCHER, Pedro. *Cinema brasileiro hoje*. São Paulo: Publifolha, 2005.

FREITAS, Lúcia Silva; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Quem decide o que é memorável?: A memória de setores populares e os profissionais da informação In: FORO SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, 2004, Buenos Aires.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *O trabalho de rememoração de Penélope: memória e esquecimento em Walter Benjamin*. 2014. Palestra realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 21 mar. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INTERNATIONAL Movie Database – Guerra de Canudos. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0130748/>. Acesso em: 19 jun. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

NAGIB, Lúcia. *A utopia no cinema brasileiro: matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NAGIB, Lúcia; ROSA, Almir. *O cinema da retomada: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NOBLAT, Ricardo. Recordar é Viver - A 1ª eleição direta para presidente depois da ditadura. In: Blog do Noblat, 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/08/03/a-1-eleicao-direta-para-presidente-depois-da-ditadura-209449.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2014.





NORA, Pierre Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: NORA (org) *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, v. 10, 1993.

ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de novo: um balanço crítico da retomada*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RENDEIRO, M. E. L. S. *Álbuns de Família: Fotografia e Memória nos Anos Dourados*. Dissertação (Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA (org). *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, 59-88.

VAINFAS, Ronaldo. Carlota Joaquina: caricatura da história. In: SOARES, Marisa de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *A História Vai ao Cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 226-35.

## REFERÊNCIAS FÍLMICAS

CARIRY, Rosemberg, ALBUQUERQUE JR, Jefferson, MOURA, Maria Juruena de. *Corisco e Dadá*. Direção: Rosemberg Cariry. Intérpretes: Chico Diaz, Dira Paes, Regina Dourado, Antônio Leite, Luiz Carlos Salatiel, Virgínia Cavendish. Roteiro: Rosemberg Cariry. Cariri Filmes; Finep; BEC; BNB; Governo do Estado do Ceará. Brasil, 1996.

FERREIRA, Aniceto e MONTEIRO, Beto. *Baile Perfumado*. Direção: Lírio Ferreira e Paulo Caldas. Intérpretes: Luis Carlos Vasconcelos, Duda Mamberti, Claudio Mamberti, Aramis Trindade, Chico Diaz e outros. Roteiro: Hilton Lacerda, Paulo Caldas e Lírio Ferreira. Governo do Estado de Pernambuco; Eletrobrás; Banco do Nordeste do Brasil; Riofilme. Brasil, 1997.

LEÃO, Mariza e WILKER, José. Guerra de Canudos. Direção: Sergio Rezende. Roteiro: Sergio Rezende e Paulo Halm. Intérpretes: José Wilker, Cláudia Abreu, Paulo Betti, Marieta Severo, Selton Mello, Roberto Bomtempo, José de Abreu e outros. Produção Executiva: Morena Filmes; Columbia Pictures; Sony; Prefeitura Rio Filme / Secretaria Municipal de Cultura. Brasil, 1997.

SALLES, Walter, RANVAUD, Donald K, RIBEIRO, Andrea Barata, RAMOS, Maurício Andrade. *Cidade De Deus*. Direção: Fernando Meirelles. Intérpretes: Douglas Silva, Jefechander Suplino, Alice Braga, Emerson Gomes, Edson Oliveira, Michel de Souza Gomes, Roberta Rodrigues. Roteiro: Braulio Mantovani. O2 Filmes; Videofilmes; Miramax International; BR; Globo Filmes; Lumiere; Wild Bunch. Brasil, 2002.



TELES, Antônio da Cunha. *Bocage – O Triunfo do amor*. Direção: Djalma Limongi Batista. Intérpretes: Victor Wagner, Viétia Rocha, Majô de Castro, Francisco Farinelli, Gabriela Previdello, Ana Maria Nascimento e Silva, Malú Pessin e outros. Roteiro: Djalma Limongi Batista e Gualter Limongi Batista. Cinema do Século XXI; Riofilme. Brasil, 1997.

TORRES, Marcelo, CAMURATI, Carla e FELIPPES, Bianca de. *Carlota Joaquina: Princesa do Brasil*. Direção: Carla Camurati.. Intérpretes: Marieta Severo, Marco Nanini, Marcos Palmeira, Maria Fernanda, Eliana Fonsca, Beth Goulart e outros. Roteiro: Melanie Dimantas e Carla Camurati. Quanta Central de Produção; Secretaria para o Desenvolvimento AudioVisual/MinC; Finesp/MCT. Brasil, 1994.



## O PAPEL DO TEATRO NAS AULAS DE ARTE DO COLÉGIO ESTADUAL AURA BARRETO

### THE ROLE OF THEATRE IN ART CLASSES STATE COLLEGE AURA BARRETO

SOUZA, Rennata Lillya Feitosa de

*Aluna do Programa de Pós Graduação em Ensino de Artes Cênicas- PPGEAC da UNIRIO*  
*rennata\_li@hotmail.com*

27

#### RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar o papel do teatro na formação dos alunos da Escola Estadual Aura Barreto em Gramacho. Trata-se de uma investigação monográfica, levanta questões a partir de experiências ocorridas no processo de ensino aprendizagem. Questões estas que apresentam indicativos para o despertar crítico do aluno a partir do exercício do teatro. Ressalto também as particularidades do desenvolvimento das aulas de teatro dentro de uma instituição de ensino regular pública retratando as dificuldades existentes no processo e o caminho percorrido em busca de possibilidades de trabalho com um intuito de um processo cênico educativo que pudesse contribuir de alguma forma para o desenvolvimento. Entendeu-se que a melhor forma de apresentar o trabalho realizado nesses encontros escolares sob a perspectiva de observação e análise escolhida seria reunir as principais questões surgidas em bloco como os de: um panorama histórico com relação o ensino do teatro nas escolas públicas brasileiras do Rio de Janeiro bem como entender a trajetória percorrida na escola Aura Barreto com experiências e práticas pedagógicas teatrais, além de entrevista com a equipe pedagógica da Escola Aura Barreto e relato dos alunos. O embasamento teórico dessa pesquisa gira, principalmente em torno de temas que abordam teatro, educação e sociedade, em especial de encontro aos estudos de Augusto Boal e Paulo Freire.

**Palavras-chave:** Educação. Teatro. Transformação social.

#### ABSTRACT

The present research aims at presenting the role of theater in the students' education from Aura Barreto State School in Gramacho. It's a monographical investigation which brings about issues concerning occurred experiences on the process of teaching and learning. These issues present pictures in order to risen the students' critical awakening from the exercise of theater. I also highlight the particularities of the acting classes development inside a regular public institution, picturing how hard it can be during the process and how to pursuit possibilities of a scenic-educative process which somehow contributes with the development. The theoretical basis of this research is all about themes concerning theater, education and society, specially regarding previous studies from Augusto Boal and Paulo Freire.

**Key words:** Education. Theater of the oppressed. Social transformation.



## 1 INTRODUÇÃO

O Teatro, por ser uma arte coletiva, contribui para que as discussões que são abordadas em seu processo sejam cada vez mais ricas, pois são várias pessoas, que pensam de formas diferentes com relação a um determinado assunto. Portanto, isso amplia o ponto de vista das pessoas envolvidas. São inúmeros os assuntos que um grupo pode abordar teatralmente, com o intuito de ampliá-las e fortalecê-las. Geralmente quando realizado por uma comunidade, são questões pertinentes a melhoria daquele povo. Como por exemplo: Dentro de uma comunidade escolar podemos pensar a relação professor x aluno, caso seja necessário. Por meio de jogos, brincadeiras e diálogo, as pessoas trocam experiências e podem descobrir possibilidades para a solução de uma problemática do cotidiano. O ensino do teatro pode vir a ser um recurso no processo de formação educacional, colaborando com a função da escola na vida do cidadão. Vivemos em uma época em que as mudanças estão ocorrendo cada vez mais rápidas e constantes. Com o desenvolvimento tecnológico, o desafio da educação assume proporções cada vez maiores, pois as relações sociais mudaram, o ter se tornou mais importante que o ser. Os objetivos das pessoas são diferenciados. Portanto, é necessário pensar uma estratégia educacional que possa inserir o aluno nesse processo como um ser atuante, afinal é sua própria formação que está em pauta, conseqüentemente a capacidade de protagonizar sua história e colaborar para a transformação da sociedade. É interessante que o indivíduo veja o outro como um amigo, companheiro em que possa existir uma relação harmoniosa e não somente, competitiva como a mídia, o consumismo e o capitalismo nos impõe.

Nas escolas em que ainda há um ensino tradicional com relação a disciplina de artes, quando se utiliza a linguagem teatral, percebemos que a preocupação principal é que o aluno memorize falas, fazendo com que o sujeito em formação seja impossibilitado de usufruir da sua liberdade de pensamento e expressão, tendo como foco apenas montagem de peças. Ou seja, o objetivo é um produto final a ser apresentado. Esse tipo de trabalho tem seu valor, mas o elemento essencial que deveria exigir uma atenção maior, é a transformação que ocorre no aluno ao atravessar o processo cênico até ele chegar em um determinado produto acabado. Segundo Vera Lúcia Bertoni Silva (2009), nesse tipo de ensino nas “[...] montagens cênicas escolares, as crianças parecem limitar-se a reproduzir padrões estereotipados e modelos adultos (sem sentido para elas), o que tende a ocasionar condutas exibicionistas, quando não



significam experiências traumáticas.” Considerando o desenvolvimento das funções intelectuais, constata-se que esses métodos autoritários tendem, muitas vezes, a passar despercebidos, pois os alunos que se limitam a repetir os que lhes foi “transmitido”, parecem apresentar um resultado satisfatório, sem que se consiga estimar os desejos e curiosidades que reprimiram. Em 2009, participei como ouvinte da Conferência Internacional de Teatro do Oprimido no Rio de Janeiro onde tive oportunidade de conhecer como a metodologia do Teatro do Oprimido era utilizada em diferentes lugares do mundo, aplicado em diversas áreas e presente nas mais diversas mesas de discussões nos encontros científicos e culturais. Em uma das mesas desse evento a fala do professor Moacir Gadotti representante do Instituto Paulo Freire no Brasil - IPF, veio ressaltar a preocupação com o social que está presentes no pensamento da Pedagogia do Oprimido de Freire e o Teatro do Oprimido de Boal. Esta informação me serviu de ponto de partida para pesquisar a prática que vinha desenvolvendo em sala de aula. A minha preocupação, como professora, sempre foi oferecer aos meus alunos, meios, possibilidades necessárias para o desenvolvimento de suas próprias opiniões como cidadãos. Os pensadores que tem influenciado os meus estudos e o planejamento de minha prática profissional, desde a faculdade, são Paulo Freire e Augusto Boal.

No ano seguinte, tomei posse como Professora de Artes do Estado do Rio de Janeiro exercendo minhas funções no Colégio Estadual Aura Barreto – CEAB, no Município de Duque de Caxias – Rio de Janeiro. Essa foi a minha primeira experiência como professora da disciplina de Artes em uma escola pública. Eu já tinha exercido o trabalho de educadora na cidade em que nasci, Fortaleza - CE, como professora regente - pois também sou formada em pedagogia e sempre que via uma oportunidade utilizava as artes cênicas durante as aulas. Mas foi a primeira vez como professora da disciplina de Artes e, em especial, dentro de uma comunidade, experiência que irei descrever no capítulo três de forma mais aprofundada.

Essa pesquisa tem como objeto de pesquisa o desenvolvimento de um grupo de pessoas para as quais ministrei aulas de artes no 9º ano do Ensino Fundamental e 2º ano do Ensino Médio, concluído em 2013, no Colégio Estadual Aura Barreto. O objetivo da pesquisa é **investigar o papel do teatro na formação cidadã desses alunos.**

**Metodologia** - Resolvi utilizar a metodologia de pesquisa qualitativa, porque ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não



podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A coleta de materiais foi feita em encontros dentro e fora da escola, com entrevistas, observações, formulários, as suas próprias histórias de vida, filmagens, registros fotográficos, além das pesquisas dos alunos com roteiro, figurino, cenário e sonoplastia.

**Referencial teórico-** As teorias de Augusto Boal (1991; 2009) criador do Teatro do Oprimido e Paulo Freire (1987; 2011) da pedagogia do Oprimido, são norteadoras dessa pesquisa porque ambos se preocupavam com as classes menos favorecidas. Suas teorias e práticas tem um foco libertador com relação ao oprimido e um comprometimento com a transformação social a partir da práxis (ação + reflexão), levantando questões sobre a realidade da comunidade, tendo como base uma relação dialógica entre professor – mediador do processo e o aluno. Homens tendo o mundo como um elemento mediador.

O pensamento de Boal (1991; 2009) sobre a importância do fazer teatral para uma visão crítica da realidade e a Pedagogia do Oprimido de Freire - com um olhar cuidadoso em que através de uma prática de ensino que tem como base uma pedagogia voltada para a liberdade e contribui para que o sujeito se veja como o responsável pela sua autoconfiguração e fazedor de sua história - dá-nos o suporte teórico necessário para essa pesquisa.

## **2 A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA AURA BARRETO: A DESCOBERTA NO PERCURSO PARA UMA FORMA DE TRABALHO TEATRAL**

A realidade daquela escola era muito distante da realidade escolar que tive a oportunidade de ter na minha infância e adolescência. Estudei em uma escola particular com todos os espaços físicos possíveis para a realização de trabalhos, laboratórios de ciências, informática, aulas de música, artes, várias quadras esportivas, ginásio, um teatro no anexo, com vários esportes no recreio e não me recordo ter entrado em uma escola pública a não ser em período eleitoral para votar. Tudo era muito diferente, mas, no fundo, tinha um pouco daquela realidade em mim, pois ouvia muito as histórias de vida dos meus pais, das dificuldades que passaram para sobreviver e ter que ajudar os meus avós no roçado, da problemática em estudar e trabalhar para ajudar na educação dos irmãos por serem os filhos mais velhos da casa, a falta de oportunidade e instrução de alguns familiares meus, fazia com que eu tivesse uma certa



identificação. Aquela realidade me chocava, mas, no fundo, era próxima das minhas raízes. A oportunidade de estudo que tive em uma escola particular de educação básica foi com muito esforço e dedicação dos meus pais. O público do C.E.A.B era uma clientela que morava na região de Gramacho e suas adjacências.

No início das aulas, não sabia muito o que fazer porque na universidade temos as salas apropriadas para vivenciarmos as experiências que são muito diferentes da realidade da escola pública e comecei a trabalhar com o que acreditava que daria certo, com o fichário de Viola Spolin.

Levava o fichário de Viola Spolin (2003) com os jogos teatrais e tentava realizar o que dava naquele espaço de aula com muitas carteiras. Fazia um roteiro com os exercícios viáveis, pois tínhamos um tempo determinado de 50 minutos por hora/aula e um número de 30 à 35 alunos dentro de uma sala. Os jogos de Viola Spolin eram selecionados de maneira que não necessitasse de um espaço livre para que ocorresse deslocamento dos alunos, pois eu não dispunha disso. Na verdade, era pensando em algo que aproveitasse o tempo da melhor maneira no que tínhamos, arrastar as cadeiras perder-se-ia muito tempo. Entre os exercícios que selecionava, o que funcionava bem, era o que poderia ser feito com os alunos de maneira que os mantivessem concentrados na aula dentro daquele espaço. Estava trabalhando dentro de uma comunidade que no dia a dia percebia como existiam questões muito importantes que os alunos traziam em conversas despreziosas, em desabafos nos pátios, no caminho de casa quando pegávamos o mesmo ônibus no final da aula. Era notório a necessidade de falar, então tentei repensar a minha aula e trazer um pouco de bate papo. Até porque conhecer o grupo que ia trabalhar era extremamente necessário para saber o que planejar para as aulas.

Sabia que 90% nunca tinha ido ao teatro, mesmo tendo um belíssimo teatro no centro da cidade de Caxias-RJ. Então o que fazer? Por onde começar?

As técnicas de Viola trouxeram uma certa aproximação, os alunos estavam mais descontraídos, mais entregues, mais livres.

Segundo Viola Spolin (2003, p. 3): “Se o ambiente permite, pode-se aprender qualquer coisa, se o indivíduo permitir, o ambiente lhe ensinará tudo o que ele tem de ensinar.”

Desse modo, nossos primeiros encontros e a minha tentativa de seguir os exercícios do fichário de Viola no passo a passo serviu para harmonizar o ambiente e contribuir para a entrega dos alunos no processo educativo que estava iniciando.





No primeiro ano com esse grupo experimentamos vários caminhos. Cenas improvisadas com temas sorteados sugerido pelos alunos era muito divertido no início era sempre o mesmo grupinho que queria participar, mas depois foi ficando tão descontraído que a maioria estava participando. O aluno não era obrigado a participar das cenas improvisadas, mas deixava claro que era interessante fazer as suas observações com relação o trabalho do colega. Sempre prezando o respeito e com o objetivo de melhorar a apresentação do colega. Por ser um número grande de alunos foi um processo lento a inserção do grupo todo.

Por ser um número grande e nem todos estarem interessados. Consideramos a importância da plateia fazer silêncio naquele momento e ouvir o que o grupo que estava falando na apresentação, pois eles trazem alguma discussão sobre a vida e mesmo que não tivesse interesse em ouvir, saber ou pensar nada sobre o que estava sendo apresentado eu não tinha a autorização de liberá-los da sala portanto seria bacana que de alguma forma não atrapalhasse os amigos e também era primordial que colaborassem com o seu ponto de vista com relação ao que aconteceu durante aquela respectiva aula, pois me ajudaria muito trazer algo que os interessasse. E, assim, criamos como estratégia o correio com o feedback. O aluno que estava na posição de plateia daria sua opinião. Certo dia uma aluna escreveu assim. “No início demorou demais, a plateia não ajuda. Não dá pra ouvir o que os atores estão falando. Não gostei poderia ser melhor se o público ajudasse. A história é ótima!”

De maneira muito natural fomos introduzindo alguns conceitos como plateia, espectadores, sonoplastia, figurino, cenário entre outros. A maioria das apresentações vinha com temas ligados ao namoro, amor, paixão, ciúmes e amizade.

Com o passar do tempo esses temas iam se desdobrando nos encontros e nas discussões e íamos nos aprofundando de acordo com a realidade. Por exemplo namoro trouxe a abordagem da gravidez na adolescência. Os ciúmes trouxeram a violência doméstica. Amizade trouxe as questões das drogas e como consequência, a prostituição, entre muitos outros temas sugerido pelos alunos.

Os encontros estavam virando grandes rodas de conversa.

De muitas dramatizações com roteiros fictícios, iam surgindo fatos, situações concretas que os alunos iam ilustrando em suas falas. Eu estava muito interessada em saber até que ponto ia aquele interesse dos alunos, percebia como o teatro estava ajudando eles a se expressarem, a pensarem problemas do seu cotidiano, a buscarem refletir sobre as causas e consequências de uma atitude ou outra. A grande conquista é que eles não se falavam mais aos gritos quando



tinha alguma situação que um incomodava ao outro. Estava ocorrendo um exercício de escuta e de democracia. Infelizmente o nosso tempo de 50 minutos passava muito rápido. As aulas seguiram em forma de debate os temas deveriam ser ligados à realidade da comunidade. Entre eles surgiram: o lixo, saneamento básico, violência e a situação dos hospitais em Caxias.

Foi interessante porque eu também passei a conhecer mais sobre a realidade da comunidade, a troca entre os colegas fazia com que muitos pontos de vistas fossem mudando. No início o desânimo de alguns e falta de perspectiva na localidade onde moram era latente. Recordo bem da fala de uma aluna: “Professora, a água só corre para o mar.” Aí um outro aluno falou, se pensarmos assim não podemos mudar nada. Na fala das pessoas aqui, eu vejo, que cada um tem sua opinião, jeito de ver a vida. Eu sempre critiquei que o bairro era cheio de lixo, mas nunca pensei o que eu poderia fazer para mudar isso e, hoje, eu penso que posso fazer.” Esse aluno lançou a ideia de confeccionarmos qualquer coisa com o lixo que eles produziam e assim fizemos. Culminou com uma exposição. Surgiram brinquedos, enfeites, jogos, árvores de garrafas pet, animais, jaulas com folhas de revista entre outros. O professor de ciências viu os trabalhos e decidiu dar alguns pontos para acrescentar na nota de alguns alunos que fizeram o trabalho, isso foi um grande incentivo. Daí, surgiram algumas parcerias entre a disciplina de ciências e artes.

A democracia não pode sobreviver sem um mínimo de consenso sobre tais princípios. Ao mesmo tempo, ela requer opiniões que se confrontem, ou seja, co-ideologias (pouco importa a denominação que se dê a isso, o que implica diversidade de opiniões. A democracia, nutre-se de conflitos, mas o faz de maneira particular: ela os canaliza para que eles se expressem por meio de discurso..., isto é, por meio de palavras e não por golpes. (MORIN, 2003, p. 32).

Os alunos gostaram e até quem não estava muito envolvido decidiu participar. Um aluno bastante tímido disse: “Professora, a senhora falou que nessa aula pode tudo, eu gosto de escrever então eu posso fazer um poema?” “Essa fala foi desencadeadora para que eu propusesse a professora de Português entrar nesse projeto e a de Educação Física também para ajudar nos grupos que quisessem danças ou alguma apresentação com as possíveis paródias criadas pelos alunos que envolvessem o corpo.

Combinei com os alunos que poderiam escolher qualquer conteúdo da disciplina Ciências que mais gostassem e criar um poema, uma paródia (expliquei o que era), uma dança,



uma cruzadinha, caça-palavras, qualquer coisa relacionada ao conteúdo, pois ia conversar com os professores para aceitarem esses trabalhos em suas disciplinas. Segue abaixo um poema para ilustrar um pouco da ideia.

Mesmo que para alguns o incentivo para a aprendizagem fosse a nota que ia receber em outra matéria, os alunos estavam se ocupando de uma forma particular e criativa para adquirir esse conhecimento e se apropriando de novas informações de uma maneira prazerosa com a qual se identificavam. Mesmo que não criassem um texto ou poema, eles teriam o interesse de pesquisar algo sobre o assunto

A culminância desse trabalho foi uma exposição com a confecção de objetos e brinquedos que decidimos fazer para reaproveitarmos o lixo e cenas curtas ligadas a saúde e o consumismo.

O que norteou essa dinâmica foi a necessidade de uma prática docente a serviço da comunidade que fosse estimulada por políticas educacionais populares, ou seja, uma política que implicasse uma participação ativa da comunidade (professores, pais, alunos e moradores do bairro), feito por ela e para ela de forma autônoma, sem nenhum vínculo com qualquer que seja o partido político. Pensando sempre na melhoria da comunidade sem muita burocracia, de forma prática, objetiva e dentro do contexto real. Onde o currículo escolar, ou a matriz sugerida pela Secretaria de Educação do Estado, seja repensada, recontextualizada e sofra alterações de acordo com a necessidade de um processo em que torne a comunidade ativa. Sendo o sujeito de sua história. Essa política popular permite que a cultura do seu povo se dê de forma democrática. Outro ponto importante foi que a gestão administrativa, pedagógica e os professores fossem moradores da comunidade. No meu caso eu não era, tive a necessidade de estar um pouco mais com os alunos para me apropriar e sentir que estratégia pensar para que fosse desenvolvido um trabalho condizente com o que a comunidade queria. Onde os alunos tivessem recursos necessários para o bom desenvolvimento desse trabalho

O passo seguinte do trabalho foi pedir para que os alunos ficassem bem atentos ao seu cotidiano e trouxessem situações em que eles se sentiam oprimidos de algum modo. Poderia ser qualquer situação de opressão que eles tivessem vivido durante a semana ou algo que já passaram e que ficou guardado na memória e quisessem compartilhar com o grupo para pensarmos juntos o que poderíamos fazer diante da situação, se fôssemos nós no lugar daquele ser humano que sofreu a opressão. Essa ideia rendeu bastante surgiram muitos temas como preconceito religioso, racial, de classe social, de opção sexual, violência doméstica entre



outros. Essa forma de trabalho acompanhou o nosso processo até o final do meu período na escola com esses alunos porque fui removida para outra regional próximo ao meu endereço residencial.

Não havia obrigatoriedade para o compartilhamento de cenas e o calendário ia se compondo de acordo com as demandas. Recordo que um dia, quando cheguei na sala, uma aluna falou: “Professora, quero contar uma opressão.” Eu imaginei que ela apresentaria uma cena como havíamos combinado. Na hora da apresentação ela pediu que formássemos um círculo e disse: “Eu preciso apenas falar. Bem... essa é a terceira escola em que me matriculo. Fui perseguida nas duas anteriores. Saí, porque sou de umbanda e todos me chamavam de macumbeira e não queriam ser meus amigos. Aqui fui bem recebida e posso falar o que sou, quem sou e tenho amigos. Além de mim, também tem outras pessoas que também vão para o terreiro. Sou feliz aqui.” Perguntei se alguém sabia alguma coisa sobre a umbanda e a maioria assim como eu, não sabia muito. Ela então deu uma aula linda, os colegas que também conheciam um pouco do assunto foram ajudando.

Cada dia percebia que aprendia muito com os alunos, que a minha prática estava sendo pensada para eles, com eles, a favor deles e que estávamos desenvolvendo a atividade política. Freire (2003, p. 25):

Quanto mais tomamos essa clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. Entendemos então, facilmente, não ser possível pensar sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder. Não foi a educação burguesa a que criou ou enformou a burguesia, mas a burguesia que, chegando ao poder, teve o poder de sistematizar a educação ...isso não significa de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante. As relações entre educação enquanto subsistema e o sistema maior são relações dinâmicas, contraditórias e não mecânicas. A educação reproduz a ideologia dominante isso é certo, mas não faz apenas isso. As contradições que caracterizam a sociedade como está sendo penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o papel ou o esforço reprodutor da ideologia dominante.

A prática educativa desenvolvida no C.E.A.B mesmo que conduzida de forma intuitiva e espontânea, estava alicerçada em uma opção política. Um desejo de mudança, desvelamento da realidade e reflexão sobre ela com ações concretas, percebendo a necessidade de historicizar o processo educativo.



A partir do momento em que a aluna trouxe os seus conhecimentos sobre a umbanda e falou sobre ele e o preconceito existente com relação a sua escolha religiosa e espiritual, surge a necessidade de nos questionarmos. Por que não estudamos isso na escola? Por que todo esse preconceito? De onde vem a umbanda? Conseqüentemente isso nos leva a estudar um pouco mais a nossa História. Terminei meu período de trabalho com aqueles alunos desenvolvendo um trabalho sobre a cultura afrodescendente. Estudamos um pouco da História tendo como base o livro de Heloísa Menandro (2008) adotado pela rede pública do Rio de Janeiro. Uma aluna dançou jongo, dois alunos trouxeram o jogo de capoeira para sala, fizemos um lanche com pratos típicos da cultura afro ou oriundos dela trazido pelos alunos, um desfile com roupas e instrumentos utilizados pelos afrodescendentes na quadra da escola para todas as turmas assistirem e na sala a apresentação de um esquete pelo grupo. Esse trabalho teve mais tempo de ser elaborado porque o horário de aula da professora de educação física com esses alunos era exatamente antes do meu e então juntávamos as duas turmas na quadra e trabalhávamos em parceria. Ela colaborou nesse período com o trabalho de expressão corporal através da dança e confeccionamos uma revista afrodescendente.

A possibilidade dessa realização foi fruto de um trabalho coletivo e a parceria de alguns colegas professores na tentativa de fazer o melhor para os alunos e com a certeza da dificuldade de dominar outras linguagens, outras áreas, de reunir forças e aproveitar o conhecimento dos professores para utilizar suas aulas discutindo um pouco mais sobre as nossas questões e a consciência da dificuldade de ser um trabalho completo onde toda escola se mobilizasse. Buscamos o caminho de projetos integrados entre as disciplinas na medida do possível. Portanto, o caminho trilhado, a forma de trabalhar e todo o envolvimento da equipe facilitaram e contribuíram para que existisse uma educação para a libertação através da busca de novos conhecimentos através de um conhecimento já existente.



**Quadro 1: Percurso do Trabalho**

<b>1º momento</b>	<b>2º momento</b>	<b>3º momento</b>
Sala de aula tradicional: Técnicas de jogos e exercícios selecionados que fossem possíveis para a realização do trabalho no espaço convencional e sem muito diálogo. O aluno realizando o que o professor pedia serviu para descontrair e proporcionar uma maior integração.	Aproveitamento de horários extraclasse: ponto de ônibus, saída da escola, praça da escola, corredores, refeitório, lanche e almoço com os alunos. Obs: conversas despreziosas em momentos fora do horário da aula, que você conhece o grupo que está trabalhando. Necessidade dos alunos de contarem as suas histórias, desabafos.	Cenas improvisadas contando a sua história, reciclando a identidade da comunidade, descoberta de temas para o trabalho. Em outros espaços fora da sala de aula. Como por ex.: pátio, refeitório, quadra. Surgimento de propostas de trabalhos interdisciplinares.
<b>4º momento</b>	<b>5º momento</b>	<b>6º momento</b>
Apresentação de trabalhos interdisciplinares e a plateia não era composta apenas por alunos e funcionários da escola, mas aberta para a comunidade.	Os alunos sentiram necessidade de ensaiar fora da escola e usavam as ruas do bairro.	Surgiram apresentações fora da escola.

Fonte: Própria autora.

### 3 RESULTADO E ANÁLISE

Observando o conteúdo do Quadro 1, que tenta delinear a trajetória do trabalho da professora de Artes cênicas nessa escola, o caminho inicia-se dentro do espaço micro, se podemos dizer assim, que é a sala de aula, onde o professor realiza os encontros com os alunos, com uma configuração de escola tradicional por conta da disposição das cadeiras escolares, da lousa, e o tempo aula sem nenhum link com outras disciplinas, me seguida surge a necessidade de entrosamento entre educador e educando, e conseqüentemente o desdobrando no desejo de estar em outros espaços da escola e em circunstâncias diferentes do horário de aula. Professor e aluno se conhecendo em outros momentos que não são apenas no horário específico da aula dele, onde subteve-se o professor como dono do saber, mas a quebra desse padrão. Professor no pátio com os alunos na hora do lanche, no refeitório na hora do almoço. Esse simples gesto foi entendido com uma forma de desconfigurar o professor dono do saber, o comandante, o sabe tudo, o intocável e imortal. Mas, um humano que está, ali, para aprender também, para socializar com o aluno, para trocar.

No terceiro momento, há o reaproveitamento do espaço próximo a lousa e a mesa do professor na parte frontal da sala, sendo utilizado para apresentação das cenas. Aí, surge uma



dificuldade do professor em assessorar os alunos fora de sala (que estavam preparando a cena improvisada) orientando com as cenas e ao mesmo tempo preparando a plateia (alunos espectadores), levantando discussões e a importância do ouvir para entender e refletir sobre a história que nos pertencia. Muitas vezes a falta de compreensão do coordenador em ver um grupo de alunos fora de sala e solicitar que entrassem para realizar o trabalho, pois entendia a necessidade do silêncio, senão atrapalharia as salas vizinhas que estavam em aula refletia na qualidade da atenção necessária aos alunos e no aprofundamento das questões. Contudo, nota-se o desenho de grupos se formando, o sentido de unidade, de comunidade com um propósito, revelar suas opressões.

No momento seguinte revela a formação de subgrupos articulados e interligados para que a totalidade se mantivesse. A ocupação de espaços que não se limitam a estrutura física da sala de aula e torna a escola toda (alunos e professores) plateia desse processo. E para isso acontecer “quebrar regras “ou reformular de alguma maneira os horários e planejamentos pré estabelecidos de aula normal. Isso também vai dando uma visibilidade ao trabalho que clama a parceria de outros professores e assim o projeto se concretiza de maneira intensa e coletiva, englobando todos que tem contato com os alunos e buscam uma educação estimulante a novas formas de práticas que contribuam para o conhecimento. Com o desejo de ir além e pelo prazer ao trabalho os alunos começam a ensaiar e criar novos trabalhos nas ruas do bairro e isso proporciona convites para apresentações em festas e eventos no bairro.





Foto 1 - Violência



Fonte: Própria autora



Foto 2 - Preconceito racial



Fonte: Própria autora

40

Foto 3 - Gravidez na adolescência.



Fonte: Própria autora



Foto 4 - Bullyng



Fonte: Própria autora

Foto 5 - Prostituição na adolescência



Fonte: Própria autora



Foto 6 – Drogas nas baladas



Fonte: Própria autora

## REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **A Estética do oprimido**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 45 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Editora: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

MENANDRO, Heloísa Fesch. **Estado do Rio de Janeiro: sua gente e sua história**, 4º ano: História. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

MORIM, Edgar. Ética e imaginário. **Edgar Morim: ética, cultura e educação**. 2. ed. In: PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel. São Paulo: Cortez, 2003. p. 31-37.



SILVA, Vera Lucia Bertoni. Atividade simbólica na infância e abordagem do teatro no meio escolar: convergências e incompatibilidades. **O percevejo on line**, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/605/604>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

VIOLA, Spolin. **Jogos teatrais**: o fichario de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2003.



## **INCURSÕES SOBRE A OBRA LUTA POR RECONHECIMENTO, DE AXEL HONNETH, E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS E A INIMPUTABILIDADE DOS DOENTES MENTAIS.**

ASSIS, Aramis Sebastião de

*Estudante do Programa de Pós-Graduação em Memória Social pela UNIRIO*  
aramisdeassis@gmail.com

44

### **RESUMO**

O presente artigo pretende percorrer o pensamento de Axel Honneth em sua importante obra Luta por Reconhecimento, especificamente o capítulo cinco: Padrões de Reconhecimento Intersubjetivo, e conceitualizar os conceitos de periculosidade social e sujeito inimputável, a fim de elucidar a destituição dos padrões de reconhecimento individual e social em doentes mentais internados em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

**Palavras-chave:** Reconhecimento, Amor, Direitos, Periculosidade, Inimputável, Hospital de Custódia.

### **ABSTRACT**

This article intends to follow the thought of Axel Honneth in his important work “The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts”, specifically chapter five: “Patterns of Intersubjective Recognition”, and define concepts of social dangerousness and untouchable subject to elucidate the destitution of patterns of individual and social recognition in mentally ill patients of Custody and Psychiatric Treatment Hospitals.

**Key-words:** Recognition, Love, Rights, Dangerousness, Untouchable, Custody Hospitals.





## I. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar os estudos de reconhecimento intersubjetivo e social, de Axel Honneth, no capítulo 5 do livro *Luta pelo Reconhecimento - a gramática moral dos conflitos sociais* (2003). O autor apresenta três diferentes dimensões do reconhecimento: amor, direito e solidariedade.

A reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários finais. (HONNETH, 2003, p. 155)

Em uma sucinta biografia Honneth, filósofo e sociólogo alemão, possui grande relevância nas Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Seguindo a tradição crítica da sociedade capitalista ele inverte o princípio materialista e relaciona os problemas econômicos como questões das lutas sociais. Desde 2001, o autor é diretor do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, e professor de Filosofia Social.

Honneth é o nome mais destacado na retomada da tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt, por meio da análise do reconhecimento recíproco no livro *Luta por Reconhecimento - A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, de 2003. Contemporâneo ele centraliza em seus estudos o conceito de reconhecimento intersubjetivo e social, primordial para a compreensão da procedência dos conflitos nas relações e ações sociais.

Concomitante com os estudos de Honneth, o presente artigo propõe a análise da Revista Científica italiana *L'altro Diritto – Centro di documentazione su cárcere, devianza e marginalità* (A Outra Razão – Centro de documentação da prisão, desvio e marginalidade), para apresentar a noção da periculosidade social, que determina a inimputabilidade de um sujeito, ainda como estigma no diagnóstico dos doentes mentais que praticaram delitos. Essa medida de defesa social reduz essas pessoas ao binômio loucura e crime, destituindo suas subjetividades, construções sócio históricas, e, por conseguinte os elementos que constituem seus direitos humanos.

O autor do presente texto realizou em 2010 o projeto experimental “Olho no Breu”, pela Universidade Federal de Viçosa, MG, em que o mesmo produziu um livro-reportagem que retratou sua vivência no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz, em Barbacena, atualmente em processo de desinstitucionalização. O autor reproduziu, na íntegra,





relatos de vida dos internos e a transcrição dos seus processos criminais e laudos médicos, sem se ater a delimitar a narração entre real, ficcional ou institucional.

Percebe-se assim que os doentes mentais inimputáveis internados no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz – Barbacena/MG possuem um histórico de destituição, inicialmente nas relações de reconhecimento recíproco, descritas por Honneth (2003), devido suas condições mentais e históricas sócio familiares; e após a determinação da periculosidade e reclusão na instituição pela violação de seus direitos humanos.

Como continuidade da pesquisa realizada em Barbacena, o autor está produzindo o projeto “Caminhos da Memória no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz”, pelo programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o intento de construir um discurso interdisciplinar que analise de que forma e como se constrói a memória social da “loucura” da instituição em questão, considerando a ótica institucional e os inter cruzamentos das construções subjetivas e arquivadas das memórias pessoais dos sujeitos institucionalizados.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO E PERICULOSIDADE SOCIAL: CONCEITOS E ANÁLISES**

No capítulo cinco da obra *Luta por Reconhecimento*, Honneth (2003) desenvolve a teoria dos Padrões de Reconhecimento Intersubjetivo por meio de três esferas: Amor, Direito e Solidariedade, respectivamente: da autoconfiança por meio dos afetos; do autorrespeito por meio das leis e direitos, e por fim da autoestima por meio da valorização social.

Honneth (2003) retoma as teorias de Mead, Hegel e Winnicott, autores que pensaram essas questões. Hegel destaca em sua filosofia política a família, a sociedade civil e o Estado; enquanto Mead evidencia “das relações primárias do outro concreto as relações jurídicas e a esfera do trabalho enquanto duas formas distintas de realização do outro generalizado”. (HONNETH, 2003, p. 159).

Com a inclusão da psicologia social de Mead, a ideia que o jovem Hegel traçou em seus escritos de Jena com rudimentos geniais pode se tornar o fio condutor de uma teoria social de teor normativo; seu propósito é esclarecer os



processos de mudança social reportando-se às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco. (HONNETH, 2003, p. 155)

A autoconfiança e o amor de si próprio, primeira dimensão do reconhecimento de um indivíduo, é conquistada na relação primária da criança com a mãe, no amor entre mãe e filho. É durante a infância que se construirá todo reconhecimento prévio que procederá a vida de uma criança: a base primordial que se refletirá em todo movimento intersubjetivo no futuro do indivíduo.

Essa observação pode ser entendida como uma exigência sistemática de encontrar na relação bem-sucedida entre mãe e filho o padrão interativo cuja recorrência madura na etapa da vida adulta seria um indicador do êxito das ligações afetivas com outros seres humanos. Desse modo, colocamo-nos em condição metodológica de tirar das análises de Winnicott acerca do processo de amadurecimento na primeira infância ilações a respeito da estrutura comunicativa que faz do amor uma relação particular de reconhecimento recíproco. (HONNETH, 2003, p. 174)

Honneth dialoga com Hegel ao avaliar o amor recíproco entre mãe e filho como essencial para a autonomia da vida em sociedade. Consequentemente o sujeito dotado de autoconfiança se torna mais apto para exigir e conservar seus direitos; ou seja, do reconhecimento emotivo na relação com a mãe para o reconhecimento jurídico na relação com a vida pública.

Sobre a esfera do direito, como dimensão do reconhecimento, o indivíduo só se torna capaz de escolher racionalmente entre leis por meio do autorrespeito. O autor apresenta uma espécie de disposição moral necessária para dispor as normas e leis a partir das referências de Hegel e Mead.

Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões. (HONNETH, 2003, p. 179)

Entretanto Mead e Hegel diferem em seus conceitos da pessoa de direito, visto que Mead, com seu conceito difundido de “outro generalizado”, se refere ao sujeito como membro de uma sociedade organizada pela divisão do trabalho, o que permite uma proteção social para



o indivíduo, porém totalmente imbuída com o papel social que o mesmo deve exercer num contexto desigual de direitos e papéis sociais. Já Hegel afirma que a pessoa de direito “só assume a forma de reconhecimento do direito quando ela se torna dependente historicamente das premissas dos princípios universalistas.” (HONNETH, 2003, p. 181).

Ao considerar o arcabouço do reconhecimento jurídico, na universalidade das relações jurídicas modernas, nos deparamos com uma especificidade no que tange a validade dos direitos, somente aplicados àqueles sujeitos considerados imputáveis. Assim, toda comunidade jurídica moderna, se constitui na promoção da imputabilidade moral de seus indivíduos. Mas com que atribuições se determina a capacidade racional de um sujeito?

48

A questão sobre o que pode significar que um sujeito esteja capacitado para agir autonomamente com discernimento racional só pode ser respondida recorrendo-se a uma determinação daquilo a que se refere um procedimento de acordo racional: dependendo de como aquele procedimento básico legitimador é representado, alteram-se também as propriedades que precisam ser atribuídas a uma pessoa, se ela deve poder participar nele em pé de igualdade. (HONNETH, 2003, p. 188)

As relações jurídicas modernas se constituem, então, como um espaço onde os sujeitos instituídos como inimputáveis não possuem espaço, no caso do projeto de pesquisa de pós-graduação do autor do presente artigo os doentes mentais internados no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz. Essa ausência implica a necessidade de uma luta pelo reconhecimento.

Hegel apontou o criminoso como sujeito responsável pela pressão para que a burguesia jurídica ampliasse as normas jurídicas, o que conseqüentemente ampliaria as chances de igualdade material. “A ampliação cumulativa de pretensões jurídicas individuais [...] pode ser entendida como um processo em que a extensão das propriedades universais de uma pessoa moralmente imputável foi aumentando passo a passo.” (HONNETH, 2003, p. 189).

Afinal, o que é considerado juridicamente um sujeito imputável e inimputável? O inimputável penal é aquele considerado incapaz de responder por sua conduta, já que o sujeito não possui o discernimento de entender o caráter ilícito do seu ato. Podemos dizer, assim, que ao indivíduo definido como imputável é possível atribuir a responsabilidade pelo ato delituoso.

Na Revista Científica italiana *L'altro diritto: Centro di documentazione su cárcere, devianza e marginalità* (A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e



marginalidade) encontra-se a análise histórica desses conceitos no segundo capítulo: A necessidade de um manicômio judiciário.

Inicialmente o texto desmembra os conceitos de periculosidade social e loucos criminosos, em que a periculosidade social está fundamentada na base da defesa social e da função preventiva da lei. Esse conceito era de grande importância na avaliação intervencionista da psiquiatria, e continuou sendo relevante com o surgimento da Medicina mental e consequentemente da classificação do louco criminoso. Sucintamente a periculosidade tornou-se a base do direito de punir, o que Foucault (2012) ressalta quando afirma que o entendimento da criminologia e da penalidade, no fim do século XIX, esteve estritamente interligado com o entendimento da periculosidade.

Julga-se não mais o ato praticado, mas a personalidade da pessoa (QUINET, 2001), inserindo-a em uma das categorias criadas pelo positivismo penal para prever sua conduta futura. O objetivo da aplicação do direito penal para esses sujeitos é a prevenção de crimes futuros (MANTOVANI, 2005) e não mais a punição de um crime cometido. (A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade)

A periculosidade está no Código Penal de 1890, artigo 29, definida como uma medida preventiva. Esse conceito de defesa social, influenciado pela antropologia criminal e pela Escola Penal Positiva, fundadas por Cesare Lombroso, estabelecia a ideia de que os loucos criminosos deveriam ser considerados pelo seu grau de periculosidade na determinação de sua imputabilidade penal. Logo, esses agentes eram considerados inimputáveis penais considerando sua periculosidade.

Porém, a periculosidade como definição máxima e única possível de um sujeito, acaba por conduzir ao reducionismo a compreensão do ser humano, em toda sua complexidade, e destitui do mesmo a integralidade no cuidado de sua saúde mental, na conquista de seus direitos e na relação com a sociedade; além de possuir sua origem no tratamento da pessoa com doença mental como objeto. (A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade).

As ações preventivas do Estado se basearam então pelo conceito de periculosidade social, associada aos doentes mentais inimputáveis, propiciando uma nova estrutura penal intercalada entre a punição e o tratamento.



O encontro singular entre os aparatos da administração pública e da justiça, e os aparatos da ciência e da medicina, fez com que o conceito de periculosidade social se tornasse o principal atributo da loucura, seja por parte do Estado (construção de manicômios, legislações), da psiquiatria (justificativa da internação, pesquisas científicas sobre causas e métodos), ou ainda, por parte da justiça (escola do direito positivo, imputabilidade e inimputabilidade, necessidade de defesa social, desenvolvimento das medidas de segurança). (BARROS, 1994b, p. 38. In: A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade)

Em 1940 o Código Penal definiu a periculosidade como fundamento da medida de segurança, porém reconhecida apenas em certos grupos, dentro os quais os doentes mentais. Apesar de a medicina realizar o diagnóstico, nota-se que o cerne conceitual do estado perigoso é mais pertencente aos aparatos jurídicos do que aos médicos.

De acordo com Cohen (2006) a ligação entre a doença mental e a periculosidade surgiu no período de segregação das pessoas consideradas perigosas pela sociedade, como doentes mentais, criminosos, homossexuais e prostitutas. Garantindo a custódia dessas pessoas se efetuava a proteção da sociedade. (A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade).

O controle social da periculosidade dos sujeitos é exercido para evitar a ocorrência de novos crimes contra a sociedade, ou seja, o indivíduo inimputável, segundo o mote jurídico, é socialmente perigoso na medida em que futuramente possa vir a cometer semelhantes ou diferentes atos penalmente criminosos, o que desconsidera a relação sócio histórica do sujeito. (Manacorda, 1982. In: A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade).

Atualmente o tema tem sido mais discutido por meio dos movimentos de Direitos Humanos, da Reforma Psiquiátrica e lutas antimanicomiais. A periculosidade ainda é parâmetro principal de medida de segurança. Pitch e De Leonardis (1988) trazem novos desdobramentos acerca da periculosidade quando afirmam que a mesma destitui-se de suas origens médicas positivas, para adquirir um novo uso de fácil e amplo acesso. “tudo aquilo que não é reabilitável é por isso mesmo perigoso.” (Pitch e De Leonardis, 1988, p.35. In: A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade).

Nos últimos vinte anos, constatou-se que o “estado mental de uma pessoa com transtorno mental não está diretamente relacionado ao comportamento violento ou antissocial em si.” (COSTA, 2003). É claro que as discussões sobre a periculosidade estão divididas entre dois grupos: um que considera desnecessário a permanência prolongada de internos nos INCURSÕES SOBRE A OBRA LUTA POR RECONHECIMENTO, DE AXEL HONNETH, E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS E A INIMPUTABILIDADE DOS DOENTES MENTAIS - ASSIS, Aramis Sebastião de



Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, constituído por profissionais da saúde mental, da reforma psiquiátrica, movimentos sociais e de Direitos Humanos; e o segundo grupo que considera justificável a segregação dos loucos criminosos como defesa da ordem social, grupo constituído pelo Poder Judiciário e psiquiatras. (Costa, 2003, p.170. In: A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade).

A periculosidade ainda permanece como centro da legislação penal brasileira, no que diz respeito às pessoas com transtornos mentais que cometem delitos, fundamentando a manutenção de um lugar específico para tais pessoas. Ademais, diante das dificuldades por parte da gestão pública em cumprir a Lei de Execução Penal e, principalmente, da inexistência de uma política intersetorial estruturada, especialmente voltada para essas pessoas, estas são tratadas à margem do Sistema de Saúde, e, especificamente, do novo modelo de atenção em saúde mental que vem sendo implementado no país. (A Outra Razão: Centro de Documentação da prisão, desvio e marginalidade)

51

A institucionalização dos direitos civis de liberdade, no século XVIII, inaugurou duas espécies de direitos subjetivos, devido à pressão de grupos minoritários, que para agir como um indivíduo moralmente imputável, o sujeito não precisa somente de proteção jurídica, mas também de participação pública no processo de formação de vontade. Deste modo o status jurídico do cidadão individual sofreu acréscimos com os séculos, e hoje reconhecer-se como pessoa de direito, retomando a obra de Honneth (2003), “se encontra no reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso.” (HONNETH, 2003, p. 193).

O reconhecimento jurídico se encontra com a conquista do autorrespeito, uma espécie de autorrelação positiva, assim como a autoconfiança na relação com a mãe era necessária para o reconhecimento amoroso. “Viver sem direitos individuais significa para o membro individual da sociedade não possuir chance alguma de constituir um auto respeito”. (HONNETH, 2003, p. 196).

Então se poderá tirar a conclusão de que um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade. (HONNETH, 2003, p. 197)

Ainda no âmbito do direito, o autor exemplifica um grupo e suas experiências de desrespeito, como as discussões do movimento negro nos EUA, nos anos 1950 e 1960, que





representa o significado psíquico que o reconhecimento jurídico tem para o autorrespeito. A tolerância ao subprivilégio jurídico conduziu a uma vergonha social e uma paralisia sentimental, no qual só a resistência e os protestos ativos poderiam libertar. (HONNETH, 2003, p. 198).

Os próprios grupos atingidos debatem publicamente a privação de direitos fundamentais sob o ponto de vista de que, com o reconhecimento denegado, se perderam também as possibilidades do auto respeito individual. (HONNETH, 2003, p. 198)

Afora os campos do amor e do direito, temos por fim o reconhecimento pela estima social, o mesmo que valorização social, que determina a competência do indivíduo de ser notório por propriedades diferenciais. Preliminarmente Honneth (2003) compara o reconhecimento jurídico e a estima social como propriedades valorativas diferenciadas, em que no primeiro o sujeito é reconhecido pelo sua característica universal de ser humano, e no segundo por propriedades particulares que o diferencia dos demais. (HONNETH, 2003, p. 187).

O autor deixa claro que além da questão amorosa e jurídica, para o reconhecimento do sujeito é necessário que haja a valorização social, esta, por sua vez, construída dentro das peculiaridades dos grupos sociais. Esse conceito apreende a identidade como construção sócio histórica por meio da estima social: é a identidade que irá estimar o outro que é aceitável ou não naquele determinado padrão de sociedade adequada. “Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade.” (HONNETH, 2003, p. 210 e 211).

Daí a estima social não estar mais associada a quaisquer privilégios jurídicos nem incluir doravante, de forma construtiva, a caracterização de qualidades morais da personalidade. Pelo contrário, o “prestígio” ou a “reputação” referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de auto realização, porque de algum modo contribui com ela à implementação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos. (HONNETH, 2003, p. 206)

Diante das reflexões de Honneth (2003), nota-se a dificuldade dos doentes mentais inimputáveis resistirem e lutarem pelo reconhecimento dos seus direitos, já que não possuem poder de auto-organização, nem reconhecimento jurídico igualitário, e muitos se tornaram





adultos destituídos da autoconfiança adquirida na relação de amor maternal e devido às péssimas condições sociais e materiais, não possuem também estima social.

Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas. [...] Além disso, uma vez que as relações de estima social, como já havia visto Georg Simmel, estão acopladas de forma indireta com os padrões de distribuição de renda, os confrontos econômicos pertencem constitutivamente a essa forma de luta por reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 207 e 208)

53

Conclui-se, então, que Honneth (2003) trabalha os conceitos de conflito e reconhecimento, a fim de descobrir como se desenvolve a sociedade de normas. O autor parte do princípio de que grupos e sujeitos adquirem reconhecimento e identidade por meio do reconhecimento intersubjetivo nas relações sociais.

## CONCLUSÃO

Após a análise do capítulo cinco do texto Luta por Reconhecimento de Axel Honneth (2003), percebe-se a necessidade da ligação do indivíduo com outro, para uma mútua compreensão entre os seres, porém, claro, não excluído a importância de se exercer as individualidades. O estudioso tenta, em sua obra, entender a lógica dos conflitos sociais e discutir o reconhecimento dos direitos das minorias na modernidade.

A partir dos relatos de vida, pela Oralidade, e dos arquivos jurídicos e laudos médicos dos internos do Hospital de Custódia e Tratamento Jorge Vaz <sup>1</sup>, identifica-se em sua grande maioria a falta dos três padrões de reconhecimento intersubjetivo descritos por Honneth (2003): Amor, Direito e Solidariedade.

A ideia de retratar e analisar sujeitos institucionais, assistidos pela periculosidade social e dotados de singularidades subjetivas, no Hospital de Custódia em questão, se deve pela busca de oferecer uma abordagem teórica e experimental que não relacione, unicamente, ato criminoso e doente mental (perspectiva da aplicação objetiva da periculosidade pelos meios jurídicos), mas que possibilite a construção de outras perspectivas e apreensões sobre o assunto.

<sup>1</sup> Trecho do Dossiê na página 13. O Dossiê foi produzido pelo autor no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz no primeiro semestre de 2010.



O que interessa é a construção e a visibilidade de um determinado espaço de memória invisível para a memória coletiva de uma sociedade, para que essa ação possa, quem sabe, vir a ser utilizada como força plástica pelo sujeito, para que ele possa se afirmar enquanto identidade transformadora da sociedade e de si mesmo, no intuito de que seja despertado o desejo de readaptação à sociedade e do reconhecimento dos seus direitos humanos.

A hipótese era a de que o nosso olhar fosse sendo cegado, confundido por uma espécie de catarata, causada por camadas de rotinas, decepções e aniquilamentos, que nos impedisse de ver. Vemos o que todos veem e vemos o que nos programaram para ver. Era, com toda a pretensão que a vida merece, uma proposta de insurgência. Porque nada é mais transformador do que nos percebemos extraordinários – e não ordinários como toda miopia do mundo nos leva a crer. (BRUM, 2012, p. 188)

54

A obra *Luta por Reconhecimento* (2003) se direciona ao questionamento central de como os grupos se organizam em movimentos sociais, que se caracterizam pela luta de grupos de minorias, e se conjecturam no reconhecimento dos indivíduos desse grupo enquanto seres de direitos iguais na sociedade. No caso dos doentes mentais inimputáveis, a luta pelos direitos humanos se torna mais complexa, já que esse grupo não pode ser caracterizado como minorias de exclusão, e sim minoria de invisibilidade, devido ao seu isolamento prisional, à sua condição mental, e sua aniquilação enquanto indivíduo social, alimentado pela mortificação da farmacologia e em muitos casos, pela procedência de dezenas de anos internados dentro das instituições.

Percebe-se assim a destituição do amor, direito e solidariedade para com esse grupo de indivíduos, e as circunstâncias evidentes que fizeram com que grupos de direitos humanos, da reforma psiquiátrica e das lutas antimanicomiais lutassem pela causa dessas minorias e pela garantia de seus direitos individuais. Essa minoria invisível, abaixo da minoria excluída na estima social, ainda requer maiores grupos de luta e defesa, e transformações jurídicas para seu direito de reintegração ao convívio social e de igualdade.

A autorrelação prática a que uma experiência de reconhecimento desse gênero faz os indivíduos chegar, é, por isso, um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva; o indivíduo se sabe aí como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros. (HONNETH, 2003, p. 209)



O grande problema de como garantir a reinserção social do doente mental inimputável, se em sua maioria não há relações de reconhecimento recíproco com a sociedade, ainda segue como mote central das questões no atual processo de desinstitucionalização em que vivem várias instituições, incluindo o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz.

## ANEXO

### DOSSIÊ

#### **Jorge Vaz, 26 de janeiro de 2010:**

No acompanhamento psiquiátrico de rotina realizado no Hospital de Custódia Jorge Vaz, em 2010, o autor acompanhou a sessão da psicóloga com um paciente, cujo codinome escolhido será Antônio, em respeito a sua privacidade. O paciente foi induzido a desenvolver verbalmente todos os acontecimentos e fatos que lhe viessem à cabeça, sem se preocupar com a cronologia ou veracidade dos fatos. Seguem transcritos, de forma sucinta, esses relatos das memórias pessoais de Antônio:

*“Quando eu era pequeno fugia de casa, meu pai criava abelhas e batia em mim e na minha mãe, meu irmão ficava só olhando. Eu não respondia meu pai quando ele me batia e uma vez meu irmão bateu nele. Eu ia pra APAE e tomava remédio em gotas, lá era calmo, mas tinha muita tortura e eu não aprendia nada. Quando nasci teve ausência de oxigênio no parto que me causou problemas de cabeça. Tenho oito anos de internação e nunca recebi visitas, só uma ligação de uma prima.*

*Quando meus pais morreram eu estava na cadeia de Guaxupé, chorei o dia inteiro. Fui parar na FEBEM porque roubava. Quando eu era menor de idade cheirava cola, fumava maconha, bebia muito, e ficava viajando com chá de cogumelo. Meus parentes quase me estupraram ou me estupraram, não me lembro direito. Fui na delegacia e nada adiantou.*

*Ficou na minha cabeça uma vontade de vingar, e aconteceu o crime com a Letícia: eu não conseguia arrumar serviço, tomei dois comprimidos e dois copos de pinga, ai deu branco e não tive mais percepção. Eu escutava vozes, via assombração em forma de homem, mulher e bicho. Eu converso com Deus, tenho fé nele. Minha cabeça dá sempre umas ferroadas, tenho*



*“muitos pesadelos e sonhei com Nossa Senhora da Aparecida, ela tava enorme e chorando do meu lado. Não queria contar isso não, era segredo, ela chorou por mim.”*

Ao ser questionado sobre um grande sinal na testa, Antônio não quis responder, assim como nada disse sobre o que achava do sonho sobre a santa. Sua fala era carregada com um tom de crítica e ironia, assim como sua feição demonstrava arrependimento. Os processos penais e laudos médicos de Antônio constavam de inúmeras páginas, que também seguem transcritas de forma resumida:

“Antônio Soares dos Santos nasceu em Guaxupé, 1977, Minas Gerais. Em 1996, na zona rural, perguntou a uma mulher desconhecida o caminho que iria percorrer até sua casa, e ela de forma inocente o respondeu. Antônio seguiu a mulher e a emboscou, passou um cinto pelo seu pescoço, despiu-a e praticou sexo por diversas vezes com a vítima imobilizada. Após as relações sexuais a afogou no córrego e abandonou seu corpo no córrego. Quando adolescente foi internado na APAE para tratamento mental, por causar a morte de uma criança de oito anos, também após o ato sexual. Ele dizia que escutava vozes constantes falando em matar e brincar de carrinho. *“Eu matei ela com uma correia, quando passei a correia nela, rebentou a correia, ai eu puxei ela dentro da água. Ai eu comecei a dar risada, só isso”, “Deu um negócio branco em mim, e eu tava usando comprimido e tinha tomado um gole de pinga”*. Essas foram algumas justificativas após o crime de 1996, em que Antônio procurou o detetive, confessou espontaneamente, acompanhou os policiais até o local dos fatos e explicou tudo minuciosamente, alegando que os fatos estavam perturbando sua cabeça e que não queria matar a vítima, mas havia tomado remédios e brigado com o pai. Ele ainda disse: *“Eu perdi pai e mãe e queria que o juiz me desse uma chance. Eu arrependi muito”*.

Após a confissão Antônio alegou que sempre que deseja praticar sexo fica a procura de moças para praticar o ato à força, que lembra ter feito com uma garotinha, que toma remédios diariamente e vive em desentendimento com a família, pois não consegue emprego. Acrescentou que enquanto pratica sexo com uma mulher tem vontade de matá-la, e sabe que não é correta esta atitude, mas acredita que o Gardenal e os outros remédios o encorajam.

De 1989 a 1995 Antônio esteve internado na FEBEM de Minas Gerais. Segundo o laudo da instituição o interno possuía comportamento explosivo, impulsivo, malicioso, manipulador, com deficiência emocional, dificuldade de atenção, sem cooperação e criatividade bloqueada. Ainda consta seu caráter bissexual. O laudo aponta seu meio sócio familiar inadequado e baixo nível socioeconômico, a figura da mãe como protetora e do pai distante e violenta, por isso a



necessidade de atendimento psicopedagógico, psiquiátrico e neurológico. No período em que esteve na FEBEM, consta que antes de sua internação a mãe se encontrava como mendiga pela cidade, alienada à realidade, e o pai alcoólatra tornando o ambiente familiar hostil.

Em novembro de 1996 um carcereiro fez uma comunicação ao diretor da cadeia pública de Guaxupé, constando que o detento Antônio é portador de problemas de ordem psicológica por apresentar comportamentos anormais, como ingerir as próprias fezes após fazer suas necessidades fisiológicas e bater a cabeça nas paredes do xadrez. Outro boletim informou que Antônio queima os próprios braços com cigarros e se morde até causar lesões.

Antônio foi internado no Hospital Jorge Vaz em maio de 1999, e possui um irmão já internado no mesmo hospital. No exame de sanidade mental encontrava-se calmo, com lucidez de consciência, déficit intelectual e abstrativo, e conteúdo pobre de pensamento. Disse que ouvia vozes, mas estas cessaram; que tem um filho, mas não sabe a idade dele; “*tenho a cabeça fraca*”. Foi classificado como retardado mental e atualmente apresenta bom comportamento, permitindo-o trabalhar na lavanderia da instituição. O laudo de Antônio demonstra condições de retorno ao convívio sócio familiar, mas ele prefere permanecer no manicômio.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, Eliane. *A vida que ninguém vê*. 1ª ed: Porto Alegre, RS: Arquipélago Editorial Ltda, 2006.

CESANO, J. MARTINO, A. FERRAJOLI, L. MARGARA, A. RE, L. RIGO, E. SARZOTTI, C. TAPPARELLI, G. URSO, E. VASSALLO, F. ZOLO, D. *L'altro Diritto – Centro di documentazione su carcere, devianza e marginalità*. Cap. 1: Criação do Manicômio Judiciário no Brasil. <http://www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/latina/cerqueir/cap1.htm>

HONNET, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. cap. 5: *Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade*. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 155-211.



## **MEMÓRIAS MÚLTIPLAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM REDE: O REGISTRO (AUTO) BIOGRÁFICO DIANTE DA AMEAÇA DA PERDA**

VENERA, Raquel Als

*Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, MPCS.*

*raquel.venera@univille.br; raquelsenavenera@gmail.com*

58

### **Resumo:**

Esse artigo é um recorte de pesquisa que busca registrar e organizar em rede as Histórias de vida de pacientes acometidos pela Esclerose Múltipla, em Joinville e região, em uma aposta de que o registro (auto) biográfico pode se configurar uma produção heurística diante da ameaça da perda da memória. O destaque desse artigo é a aproximação com as áreas da Saúde, da Memória e do campo do Patrimônio Cultural que permite trazer à tona desafios que tencionam entre a objetividade científica e a subjetividade dos sujeitos envolvidos nos processos de identificação/significação do sujeito doente, dos significados atribuídos à experiência temporal de vida e de memória mobilizados em diferentes contextos de formação ao longo da própria vida.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Interdisciplinaridade; Memória.

### **Abstract:**

This article is a clipping of research that seeks to register and organize the networked life stories of patients affected by multiple sclerosis, in Joinville and region, in a bet that the record (auto) Biographical can configure heuristic production before the threat of memory loss. The highlight of this article is closer to the areas of health, memory and Cultural heritage field which allows you to bring up challenges that are between the scientific objectivity and subjectivity of the subject involved in the processes of identification/meaning of the sick, of the meanings attributed to the temporal experience of life and memory used in different contexts of lifelong learning of life itself.

**Keywords:** Cultural Heritage; Interdisciplinarity; Memory.



Às vezes ouço falar que a busca das histórias de vida dos outros  
é uma forma de nos conhecermos.  
Eu, retrospectivamente como sempre,  
sinto que o que me ajuda a falar com as pessoas  
é que eu não tenho certeza de quem eu sou. [...]  
Justamente, acho que eu vou buscar um pouco da minha identidade no outro.  
O outro é constitutivo do 'eu'.  
Enfim, sem o outro eu não existo e vice-versa.  
(Eduardo Coutinho, 2006)

Esse artigo é a primeira socialização de um projeto de pesquisa que nasceu assumindo ser um esforço de buscar nas histórias vida o jogo da alteridade e identidade na relação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, como já dizia Boa Ventura de Souza Santos, ainda na década de 1980 do século XX, quando argumentava a favor de uma ciência posta em diálogo entre as ciências naturais e as ciências sociais. Uma ciência onde o autor, pesquisador e sujeitos do mundo estariam no centro do conhecimento, sem nenhuma essência de natureza, mas capaz de criar inteligibilidades, conceitos que derretam as fronteiras que a ciência moderna instituiu. Uma produção do conhecimento que se assume subjetiva sem perder de vista a objetividade científica do método. “Memórias Múltiplas” é um projeto que busca registrar e organizar em rede as Histórias de Vida de pacientes acometidos pela Esclerose Múltipla, em Joinville e região, no norte do estado de Santa Catarina, em uma aposta de que o registro (auto) biográfico se configure uma produção heurística diante da ameaça da perda da memória. A pesquisa estará alçando no tabuleiro do jogo da memória e identidade, do esquecimento e alteridade junto a sujeitos marcados por experiências muito particulares em um mesmo tempo e contexto contemporâneo. Santos (1985) já havia registrado que nesse tipo de pesquisa

A nudez total, que será sempre a de quem se vê no que vê, resultará das configurações de analogias que soubermos imaginar: afinal, o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu do seu autor. Jogo, palco, texto ou biografia, o mundo é comunicação e por isso a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a ‘situação comunicativa’ tal como Habermas a concebe (SANTOS, 1985, p. 45)

Assumindo o território borrado entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados esse artigo privilegia o lugar interdisciplinar do campo do Patrimônio Cultural e se propõe aberto a diálogos entre campos de conhecimentos em uma aposta de que a produção desse diálogo potencialize o trabalho da pesquisa em andamento que vem investindo na escuta de vozes múltiplas que comunicam Histórias de Vida marcadas pela Esclerose Múltipla. Essa aposta interdisciplinar responde as complexas demandas de uma doença crônica, ainda em fase de





investigação das suas manifestações e possibilidades prognósticas, e especialmente ao conhecimento das experiências reais de sujeitos que convivem com essa doença. Ou seja, a potente construção do conhecimento no diálogo com o domínio disciplinar diante de problemas complexos. E, a vida atravessada pela Esclerose Múltipla é a questão complexa posta nesse artigo.

A Esclerose Múltipla, EM, é uma doença neurológica crônica cujas características são imprevisíveis. É comum que os pacientes relatem diferentes sintomas e essa variação é causadora de uma incerteza bastante grande, ou seja, nunca se sabe o próximo evento. A prevalência do aparecimento da doença é em um momento da vida de muita atividade, entre 16 a 60 anos, no entanto, existem exceções da EM na primeira infância e após os 60 anos. As pesquisas de caracterização da EM relatam que seu aparecimento é mais comum entre mulheres e indivíduos da cor branca ou ainda em áreas de clima temperado, além de depender de uma pré-disposição genética. A EM é entendida como uma doença autoimune na qual o próprio sistema imunológico dirige-se contra vários elementos celulares do sistema nervoso central. As pesquisas no campo da neurologia apontam que os sintomas da EM podem incluir perda de visão, visão dupla, rigidez espástica, fraqueza, falta de equilíbrio, dormência, dor, problemas no controle vesical e intestinal, fadiga, mudanças emocionais e comprometimento cognitivo em diferentes. Esses sintomas somados a um momento de vida – 16 a 60 anos, em que a família e a carreira estão em desenvolvimento – em que as escolhas são imperativas e especialmente em um contexto contemporâneo de exigências rápidas de expertise no mundo do trabalho, podem trazer aos pacientes, significações tão negativas quanto à própria doença.

Dessa forma, ouvir as histórias de vida dos pacientes podem dizer muito sobre a forma como pessoas comuns, homens e mulheres ordinárias significam a própria vida com uma limitação interna. Pesquisas no campo da saúde têm produzido bastante dados inéditos e objetivos sobre a EM e pesquisas como essa, nas ciências sociais, intentam visibilizar as subjetividades produzidas na relação com a doença. Dessa forma essa interdisciplinaridade possui como desafio não apenas a doença em si, mas a forma como, no mundo contemporâneo, esses sujeitos significam a EM. Como representam a si mesmos diz respeito a dois registros de conhecimentos articulados: (i) o funcionamento de uma singularização, uma trajetória única de quem vive a experiência da Esclerose Múltipla e (ii) em um processo de subjetivação contemporânea muito mais relacionada com os sentidos sociais disponíveis sobre a Esclerose Múltipla.



A interdisciplinaridade é a potencialidade desse estudo e a aproximação com a área da Saúde, a Memória e o campo do Patrimônio Cultural permite trazer à tona desafios que tencionam entre a objetividade científica e a subjetividade dos sujeitos envolvidos nos processos de identificação/significação do sujeito doente, dos significados atribuídos à experiência temporal vida e de Memória mobilizados em diferentes contextos de formação. Vale explicar nesse texto que tem-se procurado entender e definir interdisciplinaridade como diálogos a partir de lugares disciplinares, mas que produza ferramentas de pesquisa que não se localizam em territórios disciplinares. É importante dizer que, embora seja observável uma instabilidade muito grande no sentido que tem ganhado a palavra “interdisciplinar”, tem-se se defende as discussões acerca das possibilidades de diálogos e “convívios disciplinares” sem uma promessa epistemológica messiânica e redentora, como apontado por Veiga Neto (1996).

Ao reconhecer a importância dos mecanismos que acionam sentidos (auto) biográficos, a narração oferece acesso à maneira como os doentes de Esclerose Múltipla se significam de forma singular, mas igualmente, sobre os sentidos disponíveis sobre a doença no imaginário social. Ao mesmo tempo, ainda que no presente a indústria farmacêutica e as pesquisas médicas oferecem perspectivas de tratamentos, cada vez menos agressivos e mais otimistas, o imaginário da perda de memória ainda é grande e afeta, em grande medida as perspectivas de futuro dos doentes.

Em um cenário contemporâneo de exigência produtiva, rapidez e competitividade, o intenso fluxo de informações nos oferece a sensação de domínio da História e das riquezas culturais da humanidade, além do impacto subjetivo de exigência de excelência e da “realização de si”. No entanto, como conquistar democraticamente um mundo onde as histórias de pessoas comuns se tornem reconhecidas como patrimônios culturais? Como considerar as formas como as subjetividades se fazem nesse contexto contemporâneo? E como subjetivam os corpos acometidos por doenças crônicas que os põe em desvantagens físicas e psíquicas nesse contexto? Como essas Histórias podem ser parte daquela “História” oficial, reconhecida como verdade e legitimada? Com essas interrogações esse artigo apresenta um breve “constructo disciplinar” que sintetiza os lugares de articulação disciplinares a que se propõe o desenvolvimento inicial da pesquisa citada: na primeira parte trata-se da apresentação do posicionamento teórico da afirmação “Histórias de Vida como Patrimônio Cultural”; na segunda parte privilegiam-se as leituras acerca da concepção de memória e de identidade e; na



terceira parte, explicita-se o diálogo estabelecido com uma análise advinda de pesquisas (auto) biográficas no campo da Saúde.

## **HISTÓRIAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL**

As reflexões a seguir possuem uma relação de herança com as produções advindas da História Social e História Cultural e do compromisso em ouvir e incluir as experiências cotidianas das pessoas na História. Trata-se de uma filiação a epistemologias históricas propostas especialmente no período pós-guerra e que colocam em rasura a História oficial, contada para salvaguardar os feitos de sucesso dos grandes personagens, da economia e da política dos Estados Nação. Foram formas no campo da História, experimentadas no século XX, de responder a uma espécie de colapso da ideia de verdade absoluta nas ciências humanas e sociais e expressas como uma tendência que se materializou no que ficou conhecido como Escola dos Anais, depois chamada Nova História, na França e a Nova Historiografia marxista, na Inglaterra. Autores como Marc Bloch e Lucien Febvre inauguraram as críticas propositivas na França e, de forma interdisciplinar, possibilitaram que outras gerações como Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Philippe Ariés, Pierre Nora e tantos outros consolidasse um jeito de fazer História muito mais incluída. Da mesma forma, mas por outros caminhos, a História Social, ou nova historiografia marxista, na Inglaterra, marcada pela atuação militante de esquerda dos anos de 1950, que romperam tanto com uma historiografia positivista, conservadora e simplificada quanto com o que Eric J. Hobsbawm (1982, p. 248) chamou de “marxismo vulgar”, ou uma historiografia simplificada que narrava História binária entre a classe dominante e a classe dominada, ou ainda uma interpretação econômica da história. Autores ainda, como Raymond Williams, E. P. Thompson, Christopher Hill seguiram nessa mesma linha marcando a forte tradição diferencial dos estudos empíricos com análise social extra muros das universidades e independentes da esquerda comunista inglesa.

Essas duas tradições, embora bastante diferenciadas, tanto na sua gênese quanto em seus desdobramentos de ações ao longo da historiografia do ocidente no século XX, comungam de um bem cuja herança foi, além da crítica ao positivismo, dar a História uma mudança paradigmática e de procedimentos de investigação, ou seja, enxergar o cotidiano onde a vida acontece, um lugar diferente, de um ângulo em que a sua materialidade e suas finalidades, de fato, se destaquem na História: a História da vida das pessoas comuns em relação à História.



Essa é a herança de que esse trabalho se filia situando-o em sua história nesse mesmo movimento de rupturas epistemológicas do século XX. As transformações sociais e políticas do século XX emprestaram ao campo do Patrimônio um contexto de mudanças de perspectivas e o reconhecimento de “novos e cada vez mais novos patrimônios” que estendem desde os já conhecidos objetos e arquiteturas salvaguardados por legislações e técnicas de preservação, até os mais diversos saberes e modos de vida de múltiplas comunidades, tribos ou grupos sociais. Embora o campo tenha se debruçado exaustivamente sobre a definição binária de patrimônio material e imaterial, essa pesquisa assume o termo Patrimônio Cultural entendendo que ambos os sentidos são contemplados e, ainda que existam diferenças reais de visibilidade, eles não são antagônicos e nem se opõem.

A incessante evocação de patrimônios a partir do pós-guerra traz ao campo um universo absolutamente heterogêneo ao mesmo tempo em que desnuda uma luta por preservações de memórias, sentidos hegemônicos de identidades e legitimidade de possíveis passados que supostamente valem mais a pena ser lembrados em detrimento de tantos outros esquecidos. Nesse aspecto, o campo do patrimônio se revela uma batalha discursiva na contingência do presente, porém, um campo de luta por passados que devem ser mantidos, ensinados ou esquecidos em função de horizontes de expectativas que se projeta ao futuro.

As pesquisas no campo do patrimônio podem ser sintetizadas a partir de dois movimentos bem marcados, ambos interdisciplinares: aqueles que recortam os seus interesses de forma restrita as orientações técnicas sobre a materialidade em questão e assim as legislações que asseguram sua preservação e aqueles que investigam, sobretudo, o modo de vida no patrimônio, as apropriações patrimoniais, seus fluxos e técnicas de poder e significações coletivas, bem como os desejos de patrimonialização de marcas dos diferentes grupos sociais.

O historiador Dominique Poulot ao historiar o campo do Patrimônio no ocidente sugere haver três imaginários sobre o patrimônio, como o “lugar da pessoa pública, em particular a figura do rei, lugar da história edificada, lugar da identidade cultural” (POULOT, 2009, p. 14). Além desses imaginários são também possíveis de ser mapeada uma operação que toca a legitimação, que por sua vez, convoca o aspecto técnico antropológico, histórico e jurídico e por conta disso justifica-se, sua necessidade pedagógica da transmissão. Ao mesmo tempo, outra operação relaciona-se à identidade e cultura. No Brasil, esses imaginários são visivelmente marcados nas políticas patrimoniais assumidas pelo Instituto do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, e anteriormente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN.

Os objetivos de criação desse órgão na política de gestão do ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, já nos oferecem pistas da aproximação defendida nesse artigo. Foi na gestão dele, nos anos de 1934 a 1945, que foi oferecida a Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mario de Andrade a tarefa de criar um projeto de preservação do que seria a Cultura Brasileira. Os objetivos carregados de sentidos de definição do que seria essa “cultura brasileira”, e criação de políticas de assimilação pedagógica do nosso passado e da construção de uma suposta identidade. Os três imaginários sugeridos por Poulot (2009) e os movimentos que usei para organizar as pesquisas no campo do patrimônio são claros na gênese de criação do IPHAN no Brasil e carregavam a crença da formação do cidadão pela instrução sobre o Estado-Nação, “o senso do patrimônio é dominado, assim, pela pedagogia de sua divulgação” (POULOT, 2009, p. 14)

Em pleno Estado autoritário vivemos duas frentes conceituais de patrimônio, opostas – o movimento cultural renovador, proposto por Mario de Andrade e um projeto condizente ao Estado Novo, a frente de Rodrigo de Melo e Franco. Ambos os projetos possuem vida longa e tencionam no campo da política ainda hoje. O Decreto n. 22.928/1933 criou o Monumento Nacional na cidade de Ouro Preto e em seguida o de n. 25/1937 cria o SPHAN que regula o tombamento como forma de proteção. Esses dois acontecimentos registram que as idéias de Rodrigo de Melo e Franco estavam sendo levadas a cabo e os sentidos discursivos do Patrimônio se fixaram em salvaguarda e preservação de bens móveis e imóveis de interesse público, vinculados aos fatos memoráveis da história brasileira (portuguesa no caso da colônia). Esse interesse é legitimado pelo valor técnico arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Esse agenciamento que se fez hegemônico ao longo da história, sempre esteve em tensões com outros agenciamentos considerados menos nobres. Mario de Andrade elaborou um anteprojeto de lei para a criação do SPHAN, respondendo a demanda de que “defender o patrimônio histórico é forma de alfabetização”. Agência que não se fez hegemônica naquele momento, porém foi uma das inspirações da Carta de Veneza de 1964, cujo teor ampliava o conceito de patrimônio cultural também nas artes populares e não apenas de valorização nacional, mas também particulares. Esse conceito operou de forma periférica por longos anos, em embora as ideias de Rodrigo Melo e Franco que se transformaram em Leis que



determinaram a hegemonização de sentido de materialidade para o campo, as ideias de Mário de Andrade estiveram em disputa pela hegemonia.

Desta feita foi garantida a preservação de patrimônios materiais e o ensino pedagógico pautados em agenciamentos coletivos de enunciação muito específicos. Por exemplo, uma breve observação nas leis de tombamento dos patrimônios de 1938 a 1981 se verifica a visibilidade das experiências vitoriosas da etnia branca, da religião católica, do Estado e da economia nacional representada nas fazendas de café, sobrados urbanos e casas da elite política econômica. Considero esses tombamentos como agenciamentos coletivos de enunciação que marcam os processos de subjetivação relacionados ao patrimônio cultural durante longos anos. Esses patrimônios regulam sentidos subjetivos de valores sobre o mundo, sobre o que é importante lembrar e o que não possui importância para preservação.

Após a segunda abertura política brasileira, e por consequência a Constituição Federal de 1988, esse quadro sofreu algumas transformações. O Artigo 216 dessa carta constitucional se refere ao patrimônio como bens corpóreos ou incorpóreos, vistos de forma individual ou coletiva, de natureza material ou imaterial. O patrimônio não perde sua natureza educativa, porém, ganha sentidos mais amplos relacionados ao exercício da cidadania e a expressão da democracia. Poulot anuncia que:

Na virada do século XX para o XXI, o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como se tornado selvagem; o outro, se for o caso, do alhures etnográfico. (POULOT, 2009, p. 14)

Nesse aspecto esse contexto não marcou apenas uma virada de século, mas uma “virada” nos sentidos que estavam em disputas no campo. E é dessa “virada” nos agenciamentos coletivos de enunciação relacionados ao Patrimônio que importa pensar nesse artigo. No entanto, tem-se claro que ao se falar de “virada” não significa dizer que agenciamentos anteriores foram cancelados, ao contrário eles aparecem repetidos muitas vezes em formatos diferenciados. Assistimos nesse contexto a uma virada também nos sentidos clássicos de cultura nas políticas, a emergência de sentidos múltiplos, potentes para alimentar e consolidar as pluralidades identitárias as múltiplas representações sobre os grupos.

As pesquisas nesse campo vêm sendo cada vez mais acionadas tanto pelas políticas de cultura que tem na UNESCO sua principal defensora de “ações em favor do patrimônio”,





tornando-o “frequentemente, a vanguarda de uma democratização cultural” (POULOT, 2009, p. 201), quantos pelos Estudos Culturais que oferecem respaldos epistemológicos tanto em defesa de uma vocalização testemunhal das minorias e dos mais diversos grupos, quanto também, e principalmente, de problematizações sobre a frenética, e por vezes essencializadora, patrimonialização em um mercado de passados.

Nesse campo, os estudos especialmente de Paul Thompson (2006) tem defendido a História de Vida como patrimônio da humanidade, ou seja, ao encontro das tendências das pesquisas no campo da História, a chamada História Oral (termo que será explicado mais a frente nesse projeto), segundo ele:

é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre as pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos (THOMPSON, 2006, p. 19)

Desta forma, os trabalhos com as Histórias de vida se consagram nas contingências internacionais no campo do Patrimônio, propostas pela UNESCO, quais sejam, a democratização cultural em defesa da garantia das vozes dos grupos e de seus diferenciais que até o século passado não eram incluídas no que chamamos bens culturais patrimoniáveis.

## **A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE**

Nesse artigo, escolheu-se o recorte de algumas bibliografias básicas estudadas na disciplina “Memória e Identidade”, do MPCPS, por entender que seja esse um locus privilegiado para o estudo do objeto de pesquisa em tela. Elaborar um breve mapa de leitura não é um trabalho fácil, considerando os campos de conhecimento estudados na História e os numerosos autores lidos. O destaque deste direcionamento epistemológico é importante e oportuno, porque ele já explica a filiação de sentidos que vem, em grande medida, marcando o recorte de leitura dos historiadores. No campo da História se estuda o conceito, principalmente, a partir das ciências sociais, da psicologia social e da filosofia, ou seja, ainda que se fale sobre no campo privilegiado da História nos estudos conceituais da Memória e Identidade, reconhece-se que este já é marcado por uma apropriação interdisciplinar. Entre tantos autores, certamente muitos





não serão citados nesse mapa de leitura, o que não significa que são menos importantes, mas apenas indica os limites de um texto e de um mapa que se propõe breve e incompleto.

As ciências sociais têm em Maurice Halbwachs uma referência para pensar a memória. Nos currículos de formação do historiador é improvável que esse autor não seja estudado, direta ou indiretamente nos textos de autores que foram influenciados pelas suas obras, ou para contestá-lo ou para nele se ancorar. Halbwachs possui uma longa e rica trajetória acadêmica que o possibilitou organizar seu pensamento acerca da memória a partir de diversos campos do conhecimento. Antes de ler sua obra é importante localizar o local de onde ele fala.

Na França, final do século XIX, foi aluno de Henri Bergson por sete anos e em suas obras a influência desse mestre filósofo é perceptível no que diz respeito aos conceitos de “duração” e “memória hábito”, no entanto, apresentou discordâncias em relação à “memória pura”. Ainda na filosofia, porém na Alemanha, sofreu influência do pensamento de Gottfried Wilhem Leibniz. Mas, foi com o auxílio da sociologia durkheimiana – os estudos sistemáticos/comparativos de padrões de comportamento – que reorganizou os conceitos elaborados por Bergson. Estudou assuntos relacionados ao direito, economia, ciências políticas e marxismo e de volta a França foi colega de Lucien Febvre e Marc Bloch, da primeira geração da Escola dos *Annales*. Esse último está entre aqueles que criticaram seu método pautado no positivismo da sociologia durkheimiana, argumentando que os fatos históricos são produzidos na ação do historiador, e dessa forma, as memórias coletivas não poderiam ser estudadas como efeitos das ações sociais, nem percebidas a partir de padrões de comportamentos.

Os estudos de Halbwachs também tangenciaram alguns pensamentos freudianos, o que influenciou, anos mais tarde, a leitura dos seus pensamentos no campo da psicologia social. Na obra “Memórias Coletivas”, afirma que as memórias individuais e as memórias coletivas interpenetram. Se a primeira utiliza-se da segunda para preencher possíveis lacunas ou confirmar dados lembrados, a segunda “envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 1990, p. 55). A memória individual é acessada a partir de dados fixados no social, ou seja, palavras, ideias, sentidos que o indivíduo não inventa, mas empresta do mundo em que vive. Desta forma, a memória dos indivíduos será sempre conectada à memória coletiva e estará limitada ao espaço e ao tempo. Essa ideia rompe com o que se pensava até então sobre a memória, pontuando-a em uma explicação apenas orgânica e individual.



Quanto à memória coletiva – também limitada ao tempo e ao espaço –, a leitura da obra nos leva a interpretá-la no plural e, portanto, “memórias coletivas”. Halbwachs sugere memórias construídas na família, na igreja, na classe social e aquelas difundidas através de marcos da História Nacional. Explica que essas memórias coletivas sobrevivem em constante transformação no espaço e no tempo, assim como as relações dos indivíduos nos grupos sociais que também produzem mudanças no decorrer das diferentes gerações destes grupos. Desta forma, cada indivíduo pode construir uma memória particular sobre as experiências que viveu no grupo, mas a memória social sempre será exterior à memória do indivíduo. Ela poderá criar pontos de intersecção entre a memória de todos os indivíduos do grupo e ao mesmo tempo ser definida fora do indivíduo.

O autor separa História de Memória e abomina o termo “Memória Histórica”, argumentando que são duas coisas de naturezas diferentes. Enquanto para Maurice Halbwachs a memória está no movimento da vida, a História – referindo-se ao Historicismo do século XIX – a congela em túmulos, classificando o passado em épocas.

Michel Pollak, pesquisador contemporâneo que tem marcado os estudos sobre memória, principalmente no campo da História Oral, no Brasil, é um grande leitor de Maurice Halbwachs. Michel Pollak contrapõe-se às ideias de Halbwachs a partir dos estudos sobre memória, na História Oral. Para ele, não se trata de “coisificar” os fatos históricos – como a sociologia durkheimiana veio trabalhando –, mas considerar o processo de solidificação desses fatos, quem dá a eles esse sentido de verdade e a quem interessa esse sentido. Algo semelhante à crítica anteriormente apresentada por Marc Bloch, quando esse falava da ação do Historiador. Pollak destaca a existência de uma disputa de memórias e a predileção dos historiadores atuarem no local dessas tensões.

Essa tensão, marcada pelas decisões sobre o que tornar memória disponível e o que transformar em esquecimento, coloca o problema das “memórias subterrâneas”. Essas memórias se opõem à memória nacional – memória coletiva legitimada pelo Estado e que para Halbwachs seria a forma mais completa de uma memória coletiva - e são trabalhadas na intimidade dos grupos menores como as famílias. São memórias que significam alguma vergonha, algum escárnio, alguma humilhação e por isso são silenciadas ou sussurradas no interior dos grupos. Essas são excluídas da memória coletiva nacional.

Pollak descreve, a partir de Henry Rousso, outro tipo de memória que trabalha a favor da memória nacional – a memória enquadrada. Esse enquadramento, ele diz, não pode ser



arbitrário, mas os sentidos da memória precisam ser cuidadosamente mantidos dessa ou daquela maneira, revistos quando necessário, para que o processo de justificação da História do grupo seja garantido em equilíbrio. O autor cita a produção fílmica, por exemplo, como instrumento de enquadramento de uma memória coletiva, que pode re-significar memórias e promover esquecimentos.

Embora não tenham utilizado os mesmos referenciais epistemológicos de Michel Pollak, Pierre Ansart e Sandra Pesavento chegaram a um lugar muito semelhante ao considerarem os afetos que as memórias ressentimentos podem provocar. Pollak considerou essa possibilidade ao tratar o enquadramento da memória como um movimento de negociações de sentidos que permite a revisão da memória coletiva nacional e ao mesmo tempo atua no eufemismo de possíveis memórias subterrâneas. Para Ansart e Pesavento, a memória ressentimento é aquela dor sentida várias vezes e, cada vez que é repetida, marca uma diferença que reforça ódios, ciúmes e invejas.

Ao atuar na História Cultural, Pierre Ansart (2001) utiliza autores como Max Scheler, Robert Merton, Nietzsche e Freud para conceituar a memória ressentimento e aponta uma questão fundamental, qual seja, a dificuldade de aceitar que um sentimento que “sublimamos a intensidade e a força, não tenha consequências nem manifestações nas condutas dos indivíduos”. (ANSART, 2001, p. 19) Deixa claro ainda que, as memórias ressentimentos são diferentes de esquecimentos. As coisas vividas e não destacadas na memória nacional podem ser esquecimentos e, se assim forem, até que alguém as lembre, estão esquecidas. As memórias ressentimentos também não são lembradas na memória nacional, mas continuam existindo no interior dos grupos sociais, e a cada vez que é rememorada, evoca uma pulsão inconsciente.

No mesmo campo de pesquisa, Sandra Pesavento estuda a memória ressentimento observada a partir da literatura. Ela tem a literatura do Rio Grande do Sul, da metade do século XIX e início do século XX, o local onde aquela cultura encontrou para expressar certa coesão social, uma comunidade simbólica, traços, indícios de ufanismo e ressentimentos em relação à memória nacional do período. Ao trabalhar com a memória, os historiadores da cultura a colocam na ordem das sensibilidades. Quando Pollak levanta o problema das tensões entre memórias, e Pesavento e Ansart as tratam no âmbito das sensibilidades e colocam em evidência, em verdade, a questão da memória individual.

A crítica que Halbwachs fez ao conceito de “memória pura” elaborado por Henri Bergson, tem associado este último diretamente ao conceito de memória individual. Paralelo a



esse sentido, historiadores vêm estudando e visibilizando as políticas disciplinares que, desde o século XVII, vêm produzindo um tipo de individualidade, além das críticas frequentes às políticas econômicas capitalistas que privilegiam o indivíduo. Talvez esteja aqui localizada certa resistência a releituras de Henri Bergson, no campo das ciências humanas, como a tudo que possa se concentrar no indivíduo. Por outro lado, esses profissionais utilizam nas pesquisas históricas os estudos produzidos na psicologia social que consideram tanto as leituras de Halbwachs, quanto às de Bergson. As obras de Ecléa Bosi e Jacques Le Goff são exemplos disso. Apesar de Halbwachs, ao construir o conceito de memória social, ter criticado o conceito de “memória pura” elaborado por Henri Bergson, associando-o diretamente ao conceito de memória individual, estudiosos como Écléa Bosi e Le Goff consideram em suas obras as leituras destes dois pensadores.

Como filósofo, Henri Bergson inovou, no século XIX, os conhecimentos acerca da psicologia – ciência recém-formada em sua época –, tendo como objeto o tempo vivido. Apresentou a importância das imagens que construímos daquilo que percebemos através dos nossos sentidos e que podem ser transformadas em ação no próprio corpo. Ele diz: “Chamo de matéria o conjunto de imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de certa imagem determinada, meu corpo”. (BERGSON, 1999, p. 17). Dessa forma, rompeu com as ideias anteriores que localizavam a memória em algum lugar no cérebro, mas amplia e dá complexidade a ela, corporificando-a.

A emergência dos conceitos de memória-hábito e lembrança foi outra grande contribuição de sua obra. Por um lado temos a memória-hábito que está relacionada àquelas ações motoras que vamos apropriando, e a lembrança são aquelas imagens que nos ocorrem, indiferentes da memória-hábito, e que parecem reconstituir um passado vivido. A memória-hábito é apreendida por repetição, e diz respeito à educação/adestramento que recebemos na família, na igreja, na escola. São responsáveis pela capacidade de falar, de dirigir, de nos portar publicamente, etc. A lembrança é visitada pela memória-imagem que guardamos do passado, invade nosso consciente e somos capazes de desenhar os acontecimentos do passado, “seus contornos, sua cor e seu lugar no tempo”. (BERGSON, 1999, p. 97). Portanto, é preciso destacar que para Bergson, o passado é sempre virtual e as imagens que se lembra dele são apenas atualizações. Entre uma memória que imagina e outra que repete está o próprio corpo que confere ao presente o espaço de interesse e impulso de ações, e ao passado a impotência e o espaço passivo da percepção e de corte de imagens.



Ecléa Bosi apropria-se desses dois conceitos de memória elaborados por Bergson e, na contramão daqueles que debruçam suas críticas à “memória pura” em contraposição à “memória social”, ela deixa possibilidades para o leitor interpretar que ao falar de imagens, não se deve esquecer que as relações sociais e coletivas são imagens construídas sobre esses coletivos. Dessa forma, os estudos que se apropriam do conceito de memória vindo de Bergson, e aqueles que preferem o conceito de memória vindo de Halbwachs, possuem diferenças pela natureza da posição epistemológica dos autores, mas não se excluem.

Desde o lançamento da obra “Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos”, historiadores têm se ancorado nas obras de Ecléa Bosi, em especial, os historiadores que trabalham no campo da História Oral. A autora marca seu brilhantismo exatamente no exercício de entender a memória no limiar entre a memória social, coletiva, e a memória individual, reelaborada pelo indivíduo. Considera as marcas sociais na memória: a temporalidade, a ideologia ou as matrizes interpretativas dos fatos históricos, mas ao perceber a forma como as memórias são trabalhadas por cada um dos indivíduos, o que cada um lembra e, a forma como cada um lembra, marca seu texto com a potência de comover o leitor. Ecléa não inventa um novo conceito de memória que resolva a tensão entre o coletivo e o individual, apenas trabalha com maestria no intervalo da incerteza. Ali onde a percepção dos sentimentos produz a vida.

Outro pensador que trabalhou entre os conceitos de memória de Halbwachs e Bérqson, foi o historiador Jacques Le Goff. Mesmo esclarecendo que o conceito de memória coletiva lhe era mais interessante, ele não deixou de afirmar que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). E, ainda reconhece como importante os estudos sobre a construção individual da memória enquanto cognição, elaborados por Piaget e Inhelder (LE GOFF, 2003, p. 420-421).

Outro ponto de tensão que envolveu seus estudos foi aquele entre Halbwachs e Marc Bloch., quando o último criticou a metodologia sociológica utilizada por Halbwachs, destacando a ação dos historiadores na construção de memórias. Nesse sentido, Le Goff orienta-se pelos estudos do segundo e considera a confecção de uma memória pelos historiadores e instituições. A partir dessa consideração apresenta as memórias construídas em grupos que dominam a escrita, como por exemplo, as instituições-memórias construídas pelos reis: arquivos, bibliotecas e museus. Seguindo uma História linear, vai apresentando as



múltiplas formas de preservação das memórias coletivas de grupos: as festas medievais; o culto aos mortos na Revolução Francesa; as fotografias e postais do início do século XX e faz uma revisão historiográfica concluindo que a história cresce da memória e a alimenta com a intenção de salvar o passado, servir ao presente e ao futuro. Ele termina dizendo: “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Numerosos autores para memorar um pouco do que vem sendo estudado sobre a memória no campo da História e do Patrimônio Cultural. Não é necessário lembrar-se de todos para perceber que o que importa é como esses conceitos mobilizam o trabalho com a memória e o Patrimônio Cultural. Ao pensar a memória como algo múltiplo, dinâmico, construído na tensão entre o individual e o social, entre lembrar e esquecer se concorda com Andreas Huyssen, quando ele sugere trabalhar as diversas memórias produzidas sobre um mesmo acontecimento, lidar com a variedade de fontes, sem fragmentá-las, mas contrapondo-as para gerar reflexão efetiva, posicionamento do “eu” no mundo, do “eu” frente aos outros e suas diferentes práticas sociais.

[...] sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento das diferenças, (...) nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais [...] (HUYSSSEN, 2000, p. 72)

Para encaminhar o trabalho a favor das Histórias de Vida como patrimônios culturais, faz-se necessário conhecer a sensibilidade temporal dos sujeitos da pesquisa no intuito de mobilizá-la em favor do resgate das memórias da sua própria História. Joel Candau (2011) defendeu argumentos de que a aprendizagem sobre o mundo, sobre a cultura de um grupo se faz a partir de certa transmissão de memórias, que poderiam ser também entendidas como experiências do grupo. A aprendizagem de que a “adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma reiteração do passado” levaria a construção de uma identidade. O autor problematiza os argumentos essencialistas da memória e da identidade e radicaliza a favor de arranjos sociais da memória e da identidade. O que lembrar? o que esquecer? o que privilegiar? e descartar em um grupo social? Perguntas que fazem parte do jogo político da memória.

Em especial para esse trabalho se mostra potente os estudos acerca das memórias familiares e reapropriações dessas memórias pelas gerações que, segundo o autor, vão desencadeando o que ele chama de “totalização provisória de seu passado” que é o jogo da





construção da identidade e alteridade do sujeito que memora. É nesse jogo que os sujeitos fundam uma narrativa de existência e se sentem pertencer uma cadeia de gerações sucessivas da qual o grupo ou o indivíduo se sente herdeiro. Uma sensação de certeza de um vínculo com um passado e uma perspectiva de futuro que o impulsiona no presente a jogar no jogo da memória e da identidade. A História de vida pode ser entendida como um ousado alcance nesse tabuleiro da memória. Nessa perspectiva individual a memória individual e a identidade podem ser entendidas nos espaços reduzidos das articulações familiares, no desejo de participar desse constructo familiar de memórias. No entanto, os estudos acerca da memória também coletiva, em arranjos muito mais complexos novas perspectivas são considerados nesse jogo identitário. Existe um grupo social maior que a família que comunga de experiências semelhantes àquelas narradas em Histórias de Vidas. Joel Candau ao expor resultados de pesquisas com memórias de pessoas que experimentaram tragédias vincula a capacidade dessas memórias de agregar os semelhantes ou repelir os opostos, como o caso dos filhos de deportados e herdeiros de memórias do horror e filhos de carrascos herdeiros de memórias envenenadas. Esses dados deixam pistas a essa pesquisa de que as experiências dos doentes de Esclerose Múltipla, partilhadas em grupo, implicam em um dever de memória e na potencialidade de construção de construção de laços de pertencimento e identidade.

## **A (AUTO) BIOGRAFIA NO CAMPO DA SAÚDE**

A natureza da empiria da pesquisa a que se trata esse artigo exige um diálogo com o campo da saúde, como já mencionado anteriormente. Embora não seja tradição a ciência médica se ocupar de questões mais subjetivas das pessoas doentes o médico e Dr. Christophe Niewiadomski tem ousado apresentar seus argumentos a favor das pesquisas com Histórias de Vida. Sua postura evidencia os limites do trabalho do profissional da saúde diante de questões macrossociais que não podem ser ignorados e defende que “a doença não pode reduzir-se a uma perspectiva objetivadora” (NIEWIADOMSKI, 2012, p. 137) apenas e propõe como complemento das práticas clínicas biomédicas o que ele apresenta como um “campo de práticas reagrupadas sob o termo de ‘narrativa medicinal’ deixando muito oportunamente um lugar à dimensão biográfica” (NIEWIADOMSKI, 2012, p. 138).

Com um argumento na psicanálise Niewiadomski continua seu argumento na potencialidade da linguagem em situar o sujeito num registro simbólico a partir da “falta de





ser”, da demanda, do desejo nunca saciado, mas ávido por fazer-se ser. Nomina de narrativa de formação essa biografia que dá acesso a maneira como os indivíduos registram suas experiências de formação, como se faz em uma constante. Essa medicina narrativa a História de vida do paciente

permite-lhe apreender melhor os desafios biográficos dos problemas postos pela doença e atrai a atenção não mais unicamente sobre a norma biológica em matéria de saúde, mas sobre a normatividade, isto é, [...] sobre a relação afetiva que o paciente mantém com seu problema” (NIEWIADOMSKI, 2012, p. 140).

74

Dessa forma interessa a essas pesquisas médicas a forma como, no mundo contemporâneo, esses sujeitos significam a doença. Como se representa a si mesmo diz respeito a dois registros de conhecimentos articulados e onde a pesquisa Memórias Múltiplas aposta na interdisciplinaridade possível: (i) o funcionamento de uma singularização, uma trajetória única de quem vive a experiência da Esclerose Múltipla e (ii) em um processo de subjetivação contemporânea muito mais relacionada com os sentidos sociais disponíveis sobre a Esclerose Múltipla.

## **REFLEXÕES SEMPRE MUITO PROVISÓRIAS**

A perspectiva de assumir que a História possui múltiplas vozes, e sem hierarquia, ou seja, cada voz igualmente partícipe de uma teia social de onde subjetividades são construídas em forma rizomáticas é assumida nesse trabalho ao mesmo tempo em que se depara com os desafios interdisciplinares. Os campos disciplinares apresentados assumem juntos três frentes: (i) a escolha epistemológica da História de Vida como opção política entendendo que toda História é uma articulação narrativa de passagens da vida que ficaram marcadas e (ii) o compromisso com a proposta da memória em rede para que as Histórias de Vida possam ocupar uma dimensão múltipla, ou seja, entender a sociedade como uma grande teia onde cada um pode registrar sua visão e registrar um simbólico para suas experiências e (iii) a escolha do recorte empírico como opção subjetiva em uma aposta de que contar e ouvir as histórias e vida como partilha de uma experiência e possibilidade de ressignificar um presente com qualidade de vida. Essas frentes desvelam a potencialidade epistemológica dos mecanismos (auto) biográficos e a defesa das Histórias de Vida como Patrimônios Culturais e no sonho político a



que nos fala Paul Thompson “Nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana” (THOMPSON, 2006. p. 41).

### Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (res)rentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

BERGSON, Henri. 1999. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Éclea. **Lembrança de Velhos**. 12. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da Memória**. Ensaio de psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

NIEWIADOMSKI, Christophe. Alguns desafios de uma clínica narrativa em medicina e nas ciências humanas e sociais. In: CUNHA, Jorge Luiz da; VICENTINI, Paula Perin. (Orgs.). **Corpos, saúde, cuidados de si e aprendizagens ao longo da vida**: desafios (auto) biográficos. Porto Alegre; Natal; Salvador: PUCRS; UFRN; UNEB, 2012.

PESAVENTO, J. Sandra. Ressentimento e ufanismo: sensibilidade do sul profundo. In: POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Discurso das Ciências**. Porto: Afrontamentos, 1985.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasques. (Coord.). **História Falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial de SP, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo . Currículo, disciplina e interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 17, n.2, p. 128-137, 1996.



## **A FAMÍLIA ACOLHEDORA E A POLÍTICA PÚBLICA: UM MODELO EM AVALIAÇÃO<sup>1</sup>**

### **FOSTER FAMILIES AND PUBLIC SERVICE: A MODEL FOR ASSESSMENT**

AVELINO, Denise Andreia de Oliveira

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG, Brasil.*

*E-mail: <deniseandrea64@gmail.com>.*

76

BARRETO, Maria de Lourdes Mattos

*Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Docente do Departamento de Economia Doméstica e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG, Brasil.*

*E-mail: <mmattos@ufv.br>.*

#### **RESUMO**

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a percepção e sujeitos agentes do Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora para crianças e adolescentes em medida protetiva. Os dados analisados referem-se às concepções dessas famílias, relativas à execução de uma política pública. O método da pesquisa foi o Estudo de Caso. Os dados foram coletados por meio de entrevista clínica, utilizando-se, assim, o método clínico piagetiano. Para análise dos dados, empreendeu-se a análise de conteúdo. Os resultados indicaram pouco envolvimento das famílias acolhedoras com o ambiente político do qual faziam parte, pois não se reconheciam como copartícipes da política de atendimento à criança e ao adolescente, resultando, por fim, não o sentido de parceria e cooperação entre as famílias acolhedoras e o poder público, mas, sim, o sentido de mero favor direcionado à criança e ao adolescente. Descaracterizando, assim, o sentido de Serviço público para mais uma ação fragmentada e carregada dos estereótipos que envolvem as ações assistencialistas.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar; Infância; Política Pública; Participação Popular.

#### **ABSTRACT**

This article is the result of research on the perception and subject Service agents Family Home in foster care for children and adolescents in protective measure about the same. The data analyzed refer to conceptions of these families, concerning the implementation of public policy. The research method was the case study. Data were collected through clinical interviews, thereby using the Piagetian clinical method. For the analysis of the data was undertaken to content analysis. The results indicated little involvement of host families with the political environment of which they formed part, because it is not recognized participate of attending child and adolescent policy, resulting, ultimately, not the sense of partnership and cooperation between the host families and the government, but rather the sense of mere support directed at children and adolescents. Thus debased sense of public service for over a fragmented action and loads of stereotypes that surround welfare actions.

Keywords: Foster Care; Childhood; Public Policy; Public Participation.

<sup>1</sup> Parte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG, Brasil.



## 1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina, hierarquicamente, que todas as crianças e adolescentes brasileiros devem ser protegidos, primeiro pela família, mas não determina qual: se a de origem (genitores), extensa (avós, tios, primos etc.) ou substituta (adoção ou guarda), abrindo o leque de possibilidades de acolhimento das crianças e adolescentes em riscos pessoal e social. Em segundo lugar, trata da obrigatoriedade da sociedade em reconhecê-los como responsabilidade de todos e, por fim, determina a intervenção do Estado; quando nem a família nem a sociedade possibilitaram a proteção ou a garantia da cessação dos direitos violados.

Dois décadas se passaram desde a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social e do Estatuto da Criança e do Adolescente, e muitas mudanças ocorreram no Estado brasileiro. A gestão social desburocratizou, descentralizou e tornou-se participativa; no entanto, ainda não auferiu êxito no propósito de diminuir o excessivo contingente de meninos e meninas acolhidas institucionalmente, como demonstra os dados do Levantamento Nacional de Abrigos da Rede de Serviços de Ação Continuada, realizado em parceria com a Fiocruz (2010), que apontou aproximadamente 54.000 crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil.

Atualmente, a política de atendimento à criança e ao adolescente retirados do convívio familiar define duas modalidades de acolhimento: o institucional, que acontece no âmbito de uma instituição de acolhida, também conhecido como **abrigo institucional**, além do familiar, que acontece numa família distinta do acolhido, chamada de **Família acolhedora**, ressaltando que esta representa para o Estado provedor dessa política, em detrimento do acolhimento institucional e da melhor modalidade de acolhimento.

Nesta pesquisa, empreendeu-se inferir as percepções das famílias acolhedoras enquanto executoras de Serviço público. Pensar a família como empreendedora de Serviço público – em particular de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social – é refletir sobre o papel da família no contexto da política e, também, relacionar a percepção de uma política já consolidada.

Cumprir dizer, então, que a relevância da pesquisa está posta na compreensão de um novo fenômeno social, explicitado na relação estreita e direta que se faz entre família e Estado na execução de política pública. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi analisar as



representações sobre o Serviço de Acolhimento Familiar na perspectiva da família acolhedora, a fim de inferir as significações do serviço de acolhimento familiar como política de proteção social às crianças e aos adolescentes. Para tal, estabeleceram-se como objetivos específicos:

- ✓ Caracterizar o Serviço de Acolhimento Familiar, a partir da análise documental, destacando-se os objetivos e princípios que o regem.
- ✓ Identificar o papel das famílias acolhedoras no contexto do Serviço Família Acolhedora.
- ✓ Analisar as representações dos operadores sociais envolvidos na execução do Serviço de Acolhimento Familiar (famílias acolhedoras), a fim de examinar a dinâmica do Serviço e da prática que empreendem no cotidiano do acolhimento.
- ✓ Confrontar as percepções da família acolhedora com as diretrizes estabelecidas no Serviço de Acolhimento Familiar.

78

Neste artigo, buscou-se apresentar os resultados da pesquisa que se referem às representações das famílias acolhedoras na execução do Serviço de Acolhimento Familiar para crianças em medida protetiva judicial.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. Acolhimento Familiar – caracterização e configuração de um Serviço Público.**

O acolhimento familiar configura-se como uma das modalidades interventivas do Estado na proteção e defesa dos filhos negligenciados ou com direitos violados pela família natural. Cabral (2004) esclareceu que o acolhimento familiar formal é prática mediada por profissionais, com plano de intervenção definido e administrado por um Serviço, conforme política pública estabelecida. Não é atitude voluntária dos pais e, sim, determinação judicial com vista à proteção da criança.

Ressaltou Valente (2006) que família acolhedora é aquela que voluntariamente tem a função de acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança e, ou, o adolescente que, para serem protegidos, foram retirados de sua família, respeitando-se sua identidade e sua história, oferecendo-lhes todos os cuidados básicos, mais afeto, amor e



orientação, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua inserção familiar e assegurando-lhes a convivência familiar e comunitária.

O modelo utilizado no Brasil foi, *a priori*, influenciado pelas experiências vivenciadas nos países de língua inglesa – na Inglaterra o *Foster Care* (acolhimento institucional). De acordo com Cabral (2004), caracteriza-se pela transferência temporária ou permanente dos deveres e direitos parentais dos pais biológicos para outro adulto (com quem frequentemente a criança/adolescente não tem relações consanguíneas). Recentemente, o acolhimento familiar passou para o *status* de política pública, possibilitando o atendimento aos acolhidos e às suas famílias.

O diferencial do Serviço com as práticas de acolhimento familiar, antes usual no Brasil, a exemplo dos chamados “filhos de criação”, está na acolhida das crianças e adolescentes por um serviço público denominado Serviço de Acolhimento Familiar em Famílias Acolhedoras, nas intervenções que visam garantir os cuidados básicos fundamentais para o desenvolvimento do acolhido, sem que altere a identidade dele e de sua família e, também, não a substitua em direitos e obrigações. Cabral (2004) ainda salientou que esse é um processo de criação e não uma redefinição jurídica de *status* familiar da criança.

O acolhimento familiar está caracterizado como Serviço Socioassistencial, ou seja, organiza-se por atividades continuadas e permanentes, capazes de responsabilizar-se pelas necessidades básicas dos usuários e, assim, direcioná-las ao empoderamento social da população. Muniz (2005) ratificou essa assertiva quando asseverou:

Na verdade, o Serviço deve agir sobre as condições de vida do sujeito, de maneira que responda às suas necessidades e expectativas. Assim, produzir um Serviço é buscar uma mudança duradoura na situação de vida do cidadão. Isso quer dizer que existe um trabalho real e uma verdadeira qualificação profissional envolvidos na sua produção (MUNIZ, 2005, p. 102).

O Serviço de acolhimento em famílias acolhedoras é considerado de proteção especial de alta complexidade, assim estabelecida pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Tais serviços são aqueles destinados às famílias e aos indivíduos que se encontram com os vínculos familiares rompidos por qualquer tipo de ameaça ou violação de direitos; por essa razão, não podem prescindir da proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. Dessa forma, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) definiu o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora como o





que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. O Serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e, ou, do adolescente acolhido e de sua família de origem.

Outro documento esclarecedor sobre a atuação desse Serviço está na Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2010, de 9 de junho de 2010, pois trata das orientações técnicas dos Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescentes (2008)<sup>2</sup>. Nele está disposto o ponto fulcral do Serviço: acolher e paralelamente intervir na família de origem, a fim de promover a reintegração familiar. Para as orientações técnicas, esse Serviço:

Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar ou, na sua total impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente (BRASIL, 2008).

A organização do Serviço acompanha os princípios e diretrizes dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente para o Serviço de acolhimento institucional e também nas orientações técnicas do Conanda. Citam-se a excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento; o trabalho voltado às famílias de origem ou extensa, com vista à reintegração familiar; a permanência dos grupos de irmãos em um único espaço de acolhida; etc. No entanto, traz proposta de acolhimento diferenciada, pois difere da institucionalização e da colocação em família substituta, podendo ser entendida como modalidade de colocação familiar.

Destaca-se como especificidade desse Serviço o acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes, cujas famílias de origem ou extensa indiquem possibilidade real de reintegração dos filhos, ressaltando os casos em que inexistente no município outra forma de proteção à violação de direito sofrida. Assim, fica claro um dos critérios para aplicação da medida protetiva em família acolhedora, a factível possibilidade de reintegração familiar da criança e, ou, do adolescente em sua família.

Ainda de acordo com as orientações técnicas do Conanda (2009), cada família acolhedora acolhe apenas uma criança/adolescente por vez, destacando-se a necessidade de se acolherem grupos de irmãos. Em suas recomendações, salientou o documento que, no caso de





haver grupo ampliado de irmãos, é preciso análise técnica para direcioná-lo à melhor modalidade de acolhimento, pois a separação do grupo de irmãos se torna inadequada – só aceita na total impossibilidade de acolhimento conjunto.

O Serviço de acolhimento familiar é o responsável pela seleção, capacitação e acompanhamento das famílias acolhedoras, e cada Serviço se organizará para realizar essas tarefas. Ratifica-se a obrigatoriedade da aplicação da medida judicial para que a criança/adolescente seja acolhida pelas famílias acolhedoras, cabendo à mesma autoridade a indicação da família para o acolhimento. Essa família recebe o acolhido por meio do Termo de Guarda Provisório<sup>3</sup>, solicitado pelo Serviço de acolhimento e expedido pela autoridade judiciária (Juiz da Vara da Infância e Juventude).

A arquitetura do Serviço de acolhimento familiar mostrou ser alvo das orientações técnicas do CONANDA, quando estas traçaram o percurso metodológico para implementação do Serviço, desde a captação das famílias até o desligamento da criança/adolescente do Serviço. Para tanto, dispôs três eixos de atuação: o primeiro trata da divulgação do Serviço na comunidade e da seleção, preparação e acompanhamento das famílias acolhedoras. O segundo trata do acolhimento e acompanhamento das crianças/adolescentes acolhidos, das famílias de origem e, ou, extensa e das famílias acolhedoras. Por fim, trata do desligamento do acolhido do Serviço de acolhimento familiar.

## 2.2. Famílias acolhedoras pelo Brasil – O contexto de uma política

Sendo o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora uma ação pública, faz-se contingente a conceituação de política pública, e a delimitação da participação das famílias acolhedoras na execução dessa política. Assim, Bucci (2006) conceitua as políticas públicas como “instrumentos de ação dos governos – *government by policies* – que desenvolvem e aprimoram o *government by law*. Assim, elas se destinam a atender aos interesses dos governados e, também, ao enfrentamento de questões sociais.

<sup>2</sup> Este documento tem como finalidade regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social. E passou a ser comumente intitulado: “Orientações Técnicas do Conanda”.

<sup>3</sup> Termo de Guarda Provisório – documento jurisdicional competente para conferir a um terceiro a guarda temporária de uma criança e, ou, adolescente. Essa guarda está regulada nos Artigos 33 e 34 do Estatuto da Criança e do Adolescente.



A efetivação dessas políticas pressupõe o conjunto de agências governamentais e não governamentais e, portanto, delimita a participação popular na concretização dos interesses sociais. Essa efetivação se consolida em consonância com o regime de governo brasileiro que se instituiu como um Estado democrático de direito e se caracteriza pelo sistema democrático participativo cunhado na Constituição Federal de 1988.

O alemão Jürgen Habermas destacou-se no âmbito sociológico, quando teorizou sobre a participação democrática, jogando luz ao conceito de democracia deliberativa. Habermas (1987) entendeu que a organização da sociedade tem como eixo fundamental a organização das estruturas políticas não apenas o Estado ou o mercado, mas a sociedade civil. Assim, o projeto político de Habermas se caracterizou por possibilitar à sociedade civil mecanismo de discussão sobre os rumos da organização social e política, uma vez que os cidadãos são membros da comunidade política.

Partindo dos pressupostos de Habermas, Joshua Cohen (2000) propôs a chamada “Poliarquia Diretamente Deliberativa”. Além da mera participação dialógica entre cidadão e Estado, está a participação direta da sociedade nas decisões civis.

Ao analisar a gestão social, percebe-se o papel preponderante que tem a sociedade diante da sua atuação, sendo o Brasil um país democrático, em que não só a representatividade deve ser notada, mas também a participação. Dessa forma, a responsabilidade da gestão social não se adstringe aos gestores, mas, muito além disso, está introjetada em cada ser social.

A gestão social, ao convocar a sociedade a participar do trabalho em conjunto com a administração pública, passando a ela as atribuições de fiscalizar e contribuir na execução direta das ações, está imprimindo um novo viés de gestão, o da responsabilidade social. Para tanto, criaram-se na Constituição de 1988 mecanismos de fiscalização e participação popular, citando os Conselhos de direitos formados em todos os entes federados e âmbitos da administração pública do Brasil.

Para Tenório (2000), em uma sociedade marcada pela evolução científico-tecnológica e pela globalização da economia, valorizar a cidadania é uma forma de promover um novo paradigma organizacional, baseado numa gestão dialógica e participativa. Esse autor reforçou seu pensamento quando disse que a base epistemológica da gestão social deve ser a intersubjetividade, baseada na dialogicidade, pois só assim a cidadania se solidificará nas esferas privada e pública, mediante uma gestão de recursos humanos mais participativos.



Ora, se o lócus privilegiado aqui discutido é a participação da família no âmbito da administração pública, é fulcral jogar luz às análises já consolidadas sobre o tema em tela. Para tanto, Modesto (2002) considerou a participação popular na administração pública de forma restrita, como interferência de terceiros no processo da função administrativa do Estado.

Complementada a concepção do conceito de participação popular na administração pública, Ayres Brito (1992) distinguiu a participação popular, focada na garantia de interesses individuais na efetividade da ação administrativa em si, da participação cidadã, pois esta retrata maior desenvolvimento político ao se referir às formas de participação do povo na gestão da coisa pública.

O Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora faz parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), fundamentada na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.472/1993, na qual está preconizado o modelo descentralizado e também participativo, o que implica participação popular na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidade no cofinanciamento entre as esferas de governo e a sociedade civil e na implementação da rede de serviços, objetivando impor maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial, asseverou Menicutti sobre o tema em tela:

“A proposta de planejamento e intervenções intersetorial envolve mudanças nas instituições sociais e suas práticas”. Isso implica mudanças na cultura e nos valores da rede socioassistencial, das organizações gestoras das políticas sociais e das instâncias de participação. Torna-se necessário constituir uma forma organizacional mais dinâmica, articulando as diversas instituições envolvidas (PNAS, 2004).

Ao vislumbrar a gestão da Política de Assistência Social, é preciso entender o papel do gestor, que, ao assumir a responsabilidade de organizar a Proteção Social Básica e Especial no município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos ocorridas no município. Portanto, é o responsável pela oferta de programas, projetos e serviços que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a transferência de renda que vigiem os direitos violados no território e potencializem a função protetiva das famílias e a auto-organização e conquista de autonomia de seus usuários.



É importante ressaltar que a definição dos níveis de complexidade do atendimento, dividida em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especializada (PSE), criou bases concretas, em termos de estruturas de prestação de Serviços públicos, a fim de preencher um grande vazio de cobertura na implementação dos regimes de atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso, principalmente, no que diz respeito às medidas especiais de proteção (proteção especial) às crianças ou aos adolescentes ameaçados ou vítimas de violação em sua integridade física, psicológica e moral. Entretanto, é preciso observar as entidades filantrópicas, no novo contexto exposto pela PNAS, a fim de perceber se as famílias acolhedoras como prestadoras do Serviço de acolhimento familiar ainda estão ligadas a antigos paradigmas, como o assistencialismo. O que denotaria pouca influência da gestão social e, conseqüentemente, a ineficácia da gestão por não garantir a esse Serviço, o caráter público.

Ao retomar as possibilidades de inserção da sociedade civil, organizada no debate referente à assistência social, percebe-se a participação popular de forma mais clara após a aprovação da LOAS, pois ela estabelece como condição para repasse de recursos da assistência social aos estados e municípios, a instalação e o funcionamento dos conselhos paritários e deliberativos, além de fundos e planos de assistência social (Artigo 30, da Lei nº 8.742/1993).

Conforme Dagnino (2000), esse novo caráter representa uma concepção ampliada do espaço da política, que extrapola os limites da política institucional, configurada pela ação do Estado e dos partidos, e enfatiza o terreno da sociedade civil organizada. O Artigo 18, da LOAS, trata da responsabilidade do CNAS, no sentido de normatizar o registro e a concessão do certificado de filantropia para as entidades sociais, trazendo mais densidade a toda a complexidade do assunto, ao definir o que é uma entidade de assistência social e os critérios básicos para sua inscrição.

Não se pode perder de vista que, enquanto a filantropia caminha dentro das motivações particulares, muitas vezes religiosas, a assistência social está na categoria do que é público, tendo como princípio garantir direito e não favores. Consolida-se, assim, o conceito de amparo social como concepção de assistência social e não mais identificado como benemerência, sobre este tema, veja o que trouxe Sposati (1998):

Não se trata de enquadrar a liberdade de organização e colaboração da sociedade civil, ou de o Estado institucionalizar a solidariedade, mas, sim, de subsidiá-la, desde que imbuída do caráter público da política de Assistência Social (SPOSATI, 1998, p. 24).



Assim, a participação da sociedade civil na execução dos Serviços, programas e projetos não deve ser mais tida de maneira pontual e filantrópica, mas como parceria, pois o trabalho em rede possibilita o acesso a todos os outros Serviços que compõem a seguridade social.

A argumentação teórica apresentada demonstra fértil campo para investigação. O Serviço de Acolhimento Familiar tem proliferado pelos municípios brasileiros, sob a égide do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, monitorado e avaliado pelas Secretarias Estaduais de Assistência Social e executado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social. Não obsta dizer, então, que, apesar de vivenciar a democracia plena por pouco mais de duas décadas, o Estado brasileiro avança em seus princípios quando consolida a participação popular nas decisões governamentais e na concretização das políticas públicas.

### 3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho conduziu-se por meio do estudo de caso, pois envolveu estratégia capaz de permitir o conhecimento do contexto em que é vivenciado. Empreenderam-se nesse ínterim visitas institucionais na sede do Serviço de acolhimento familiar, visitas domiciliares nas residências das famílias acolhedoras, aplicação de questionário socioeconômico e encontros de estudo sobre o Serviço com a rede de atendimento à criança e ao adolescente em medida protetiva.

Para Yin (2005), o estudo de caso pode contribuir para o conhecimento dos fenômenos tanto individuais quanto coletivos, além de outros fenômenos relacionados aos estudados. Pois, por meio dele, investiga-se um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Dessa forma, buscou-se desvendar a decisão tomada pelas famílias, ou o conjunto delas, almejando responder quais os motivos pelos quais foram tomados, como foram tomados e quais os resultados oriundos da tomada de decisão. Diante disso, considerou-se o referido método o mais adequado para a investigação sobre o Serviço de acolhimento familiar.

O método de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o Método Clínico Piagetiano. Este método clínico foi criado por Jean Piaget e tem o objetivo de descobrir como o ser humano passa de um conhecimento elementar para um conhecimento mais complexo, ou seja, como ressignifica o novo e como vai sendo construído o conhecimento ao longo de sua vivência.



A pesquisa foi realizada com as seis famílias acolhedoras que efetivamente estavam acolhendo crianças em seus lares, especificamente por todos os integrantes dessas famílias maiores de 18 anos. A decisão pela abrangência dos entes familiares justificou-se pela necessidade de observar a convergência ou não do discurso familiar sobre o Serviço e prática diária do acolhimento familiar.

O roteiro de entrevista apresentou as perguntas ordenadas em itens propostos por Deval (2002). São eles: Descrição inicial, momento de conceituar a temática; Autocaracterização, perceber como os sujeitos falam de assuntos referentes a eles diretamente; Aspectos, aprofundamento da temática; Extensão, expansão da temática com situações amplas que abrangem aspectos para além das vivências dos entrevistados; Mudança, perceber as explicações dos sujeitos sobre fenômenos que envolvem mudanças; Justificativas, perceber as explicações dos sujeitos sobre a causa de fenômenos; e Soluções, perceber as soluções propostas pelos sujeitos diante dos problemas apresentados.

A análise dos dados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (2011), e definiu-se como categoria de pesquisa a representação da família acolhedora sobre o “ser” executor de um Serviço Público, considerando também as unidades de registro e de contexto. *A priori*, realizou-se a leitura dos dados individualmente, no entanto, nessa fase, perceberam-se a convergência no discurso de cada núcleo familiar, as opiniões e as impressões das mensagens não se diferiam, mostrando nítida lealdade familiar com relação ao tema proposto neste estudo. Em razão disso, a leitura dos dados passou a ser empreendida inicialmente por unidade familiar e, por fim, pelo conjunto das famílias. Após, passaram-se a análise e discussão desses dados, ancorados no referencial teórico edificado nesta pesquisa.

#### 4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa são, portanto, apresentados e discutidos por meio dos itens organizadores da entrevista proposta por Deval (2002), a saber: Descrição Inicial, Autocaracterização, Aspectos, Extensão, Mudança, Justificativas e Soluções.

A análise desta categoria objetivou inferir sobre a representação da família acolhedora do *ser* executora de política pública. Para tanto, procurou-se conhecer a intimidade das famílias com o tema política.





O Serviço de acolhimento familiar está inserido na Política de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, imbricada na Política Nacional de Assistência Social, que representa historicamente a primeira categoria a necessitar da tutela estatal e a primeira a ter política estruturada de proteção em todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

No Brasil, a preocupação com a criança e adolescente propiciou o construto da Política de Proteção Integral voltada para esse público e, mesmo como comprova a história, perpassada de equívocos e acertos, alcançou-se na atualidade, a partir da Constituição Federal de 1988, o aprimoramento do arcabouço jurídico e político para consolidação tão desejada dessa política.

Atualmente, o país encontra-se às voltas com os muitos enredos que cercam a implantação e implementação da referida política, representando o Serviço de acolhimento familiar em família acolhedora uma ação dela. Entretanto, essa ação/Serviço traz em sua fundação a especificidade da participação direta do cidadão em sua execução, representado, sobremaneira, algo novo na seara da política. Assim, a análise dessa categoria almejou retratar a apropriação dos princípios, das diretrizes e das normas em que se ancoram a essência da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente e daqueles que estão diuturnamente exercendo ações de garantia dos direitos da criança afastada do convívio parental.

No item **Descrição inicial**, a proposta apresentada instigou os sujeitos de pesquisa a descrever a sua atuação no Serviço, com o objetivo de identificar o reconhecimento das famílias como participantes de Política Pública. Entretanto, apenas duas famílias perceberam na atuação do Serviço a interface com a práxis pública, como expõe o extrato a seguir:

Eu percebo a família acolhedora primeiro um exercício de cidadania (...) eu vejo uma questão de compromisso social apenas isso uma escolha pessoal e social neste ponto (Família 06).

Entretanto, por meio da análise do conteúdo abstraído nas entrevistas, constatou-se o não reconhecimento das famílias como participante de um Serviço público. Das seis famílias acolhedoras entrevistadas, cinco reconheceram a existência da instituição executora do Serviço, mas não identificaram a vinculação dessa instituição com a gestão pública municipal.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora possui extenso arcabouço legal e técnico, pois está inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alterado pela Lei nº 12.010/2009, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006).





Compõe como modalidade de atendimento a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e sua operacionalização está disposta nos documentos: Orientações Técnicas; Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009); e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009).

Neste item, também se pretendeu observar a especificidade do Serviço, no que tange às exigências para se tornar uma família acolhedora. Esses requisitos são preestabelecidos pela gestão municipal, tendo, assim, o município a discricionariedade de defini-los. Em Belo Horizonte, o Serviço passou a ser regulamentado em 2013 pela Resolução Conjunta nº 1, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Essa Resolução confere poderes e responsabilidades ao município para a gestão do Serviço, entretanto não traçou os critérios exigidos para habilitação das famílias pretendentes ao Serviço. Assim, a gestão municipal os definiu exigindo do ente familiar responsável pela guarda da criança acolhida: idade maior de 21 anos; moradia em Belo Horizonte há mais de dois anos; não ter antecedentes criminais; estar disposto ao acolhimento temporário; não possuir na família nenhum dependente químico; a concordância de todos os membros da família; a aceitação e o comprometimento com as diretrizes do Serviço; e, por fim, a obrigatoriedade de proporcionar à criança um ambiente familiar favorável ao seu pleno desenvolvimento, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A fala das seis famílias apresentou-se carregada de sentimentos de proteção, mas, também, de conceitos preconcebidos sobre a situação da criança e de sua família, denotando com rigor o assistencialismo contrapondo o Direito. Essa assertiva se justifica quando não se percebe por parte dos guardiões das crianças acolhidas a concepção de que elas estão acolhidas para garantia de direito, pois são sujeitos de direitos. Assim, ao acolher uma criança em medida protetiva, não se está fazendo um *favor*, mas garantindo um direito e cumprindo um dever, a todos impostos, seja pela Constituição Federal, seja pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, seja pelos protocolos internacionais corroborados pelo Brasil nas últimas décadas.

O item **Autocaracterização** buscou identificar a percepção da família acolhedora na execução do Serviço e empreendeu discutir o seu desejo em ser copartícipe desse Serviço. Enfatizou-se demonstrar o grau de importância direcionada à causa da criança e do adolescente. Na análise apurada das respostas, três famílias foram enfáticas em demonstrar a preocupação com a situação do acolhido, no entanto as seis famílias demonstraram querer algo mais ao se



referir às crianças. Entretanto, esse desejo não representava algo efêmero, pois nascia da essência daquelas famílias e do desejo de acolhimento.

A mensagem deixada pelas seis famílias com relação a esse desejo satisfaz, inicialmente, a proposta do Serviço, no entanto se constatou rígido direcionamento do olhar para a necessidade das crianças em detrimento dos direitos, a exemplo do direito à convivência familiar. Essa constatação foi comprovada quando não se percebeu em nenhuma das famílias o desejo direcionado ao apoio à família de origem. Essa preocupação se fundamenta na diretriz norteadora desse Serviço, pois possui a função de garantir a proteção integral da criança e do adolescente, estando imbricada a essa proteção o direito à convivência familiar. Dessa forma, para além do acolhimento em si, a família acolhedora precisa trabalhar na questão da garantia de direitos, inclusive do direito do acolhido a conviver com sua família de origem ou extensa. Cabral (2004) esclareceu sobre esse tema:

Durante o período em que a criança permanece sob a guarda das famílias acolhedoras, um trabalho deve ser desenvolvido na família de origem, visando a “uma mudança em sua dinâmica com o propósito de possibilitar o retorno dessas crianças, desde que somados os riscos de novas violências” (CABRAL, 2004, p. 32).

Garantir a convivência familiar de crianças acolhidas, seja em acolhimento institucional e, ou, familiar, tem-se demonstrado o maior desafio dos operadores sociais engajados na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A execução de ações voltadas para essa garantia é absurdamente complexa, por estar imbricada em valores socioculturais das famílias de origem, das famílias acolhedoras e também dos profissionais envolvidos nesse Serviço. Para além desses valores, é preciso levar em conta as condições de fragilidade das famílias de origem e o grau da violação infringida à criança acolhida.

Para enfrentar esse desafio, ancora-se em Carvalho (2008) quando ela, ao tratar da metodologia de trabalho social, assevera ser imprescindível pensar o trabalho social que se deseja, e os objetivos a serem alcançados, levando-se em conta, sobremaneira, o seu lugar ético, de realimentação do sentido que envolve o trabalho, mesmo que essa ação seja pública.

Enfim, para o alcance desse desafio é fundamental na execução do Serviço família acolhedora, de acordo com França (2006), o reconhecimento dos profissionais responsáveis, da necessidade de trabalhar as questões referentes aos preconceitos pessoais e coletivos, romper com a alienação da vida cotidiana por meio de estudo e investigação, pesquisar como as



questões sociais são tratadas e dar intencionalidade à sua ação profissional como garantia de um trabalho comprometido com a efetivação e garantia da cidadania.

A análise do item **Aspectos** propõe avaliar o nível de participação política das famílias entrevistadas. Essa avaliação levará a inferências importantes para a corroboração ou não das hipóteses lançadas neste trabalho. Ao serem investigadas sobre a participação em algum movimento social e político das seis famílias entrevistadas, quatro alegaram não participar de nenhum movimento social, ressaltando a participação de duas famílias em movimentos religiosos, de cunho caritativo.

Ao avaliar o nível de participação política do sujeito de pesquisa, emergiram questões importantes a serem analisadas; enfatiza-se, neste trabalho, a participação popular no âmbito da administração pública, considerando não o sentido amplo dessa participação, como ratificou Modesto (2002), mas no sentido restrito, pois este trata da interferência no processo de realização da função administrativa estatal, aqui realizada por uma família que compõe a sociedade civil. Dessa forma, sem vinculação administrativa com o poder público, mas legitimada a agir em nome da sociedade como um todo.

É importante salientar que o Serviço de acolhimento familiar em família acolhedora possui a especificidade da gratuidade, ou seja, as famílias participantes não são remuneradas para a função que exercem, não configurando relação empregatícia com o município. Assim, asseverou Valente (2004):

Família acolhedora é aquela que, voluntariamente, tem a função de acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança e o adolescente vítimas de violência doméstica que, para ser protegido, foi retirado do seu ambiente natural, respeitada sua identidade e sua história (VALENTE, 2004, p. 17).

Entretanto, nada obsta que o município responsável por todos os Serviços voltados à proteção da criança e do adolescente contribua com a disponibilização do auxílio financeiro à família acolhedora, para que ela mantenha o mesmo padrão econômico que possuía antes do ingresso de mais um integrante na família.

Sobre esse tema, a análise das respostas dos entrevistados ratifica a total anuência dos entrevistados em relação ao auxílio financeiro destinado às famílias acolhedoras. Tudo isso, sobretudo, em razão das condições físicas e psicológicas em que se encontravam as crianças no momento da acolhida.



Salienta-se que o município, por meio da Secretaria Adjunta de Assistência Social, iniciou o repasse desse auxílio em 2012, quando o Serviço passou a ser oferecido pela atual executora, a Arquidiocese de Belo Horizonte, com vicariato para Ação Social da Pastoral da Criança e do Adolescente, o valor corresponde ao salário mínimo vigente.

A proposta do item **Extensão** foi avaliar o conhecimento do grupo familiar diante do motivo do acolhimento, destacando a escuta sobre a violação de direitos sofrida pela criança, na voz da família acolhedora. Ao serem questionadas sobre a necessidade do acolhimento, as famílias acolhedoras discorreram sobre as vantagens desse acolhimento para a criança, o que pode ser exemplificado pelos extratos a seguir:

Para ela não perder esse convívio familiar, esse vínculo de família mesmo né, porque no abrigo ela porque no abrigo, entra um sai outro e fica ali aquele monte de criança; elas são tratadas dentro do abrigo, mas não tem esse carinho específico para ela que tem na casa da família acolhedora (Família 01).

Existem, no entanto, orientações legais para o encaminhamento de crianças e adolescentes a uma família acolhedora; as orientações técnicas do CONANDA determinam como público-alvo as crianças e os adolescentes de 0 a 18 anos, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

A análise dessa categoria propiciou a percepção do olhar da família para as razões que levaram a criança a ser retirada de sua família. Sobre esse tema, perceberam-se dois discursos antagônicos; no primeiro, parte das famílias alegou a necessidade de acolhimento, em razão da situação de risco à qual as crianças estavam expostas; e no segundo, algumas famílias justificam o acolhimento em razão da falta de estrutura familiar, o que remete à culpabilização dessas famílias.

Não obsta ressaltar a necessidade de se superarem estereótipos e estigmas que ainda hoje orientam o olhar dos profissionais e dos envolvidos em todas as áreas de atuação da política de atendimento à criança e ao adolescente sobre as crianças em medida protetiva e, sobretudo, suas famílias. Urgente também é o abandono de juízos referenciados em uma família idealizada e adotar, sem receios, o juízo que reconheça outras formas de arranjo familiar.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais complementa as orientações técnicas do CONANDA, quando assevera ser o “Serviço particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes, cuja avaliação da equipe técnica indique possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa” (RESOLUÇÃO CNA nº 109/2009).



Uma das entrevistadas se mostrou, no entanto, assertiva com relação à necessidade do acolhimento familiar de crianças e adolescentes por famílias acolhedoras ao relacionar a necessidade do acolhimento à violação de direitos de crianças e adolescentes garantidos no ECA, associando a esses a condição de sujeito de direitos. É o que dispõe o extrato a seguir:

O não cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, previstos no ECA pela família de origem (Família 02).

Ao usar os termos *direito* e *ECA*, o sujeito de pesquisa demonstrou estar ciente da real condição da criança que acolhe; ela não o vê como um *coitadinho* que necessita de amparo e consolo; ela o vê como uma criança com direitos violados a serem resgatados. Essa distinção transforma o contexto desse Serviço ao imprimir, no tempo/espço do acolhimento, a prerrogativa da garantia do direito. Nessa prerrogativa está imbricada a real concepção da medida protetiva em acolhimento familiar de que a criança e o adolescente têm o direito de serem protegidos, cabendo aos adultos o dever de protegê-los, sendo de forma organizada, como em um Serviço, ou espontaneamente como na guarda provisória e na adoção.

O item **Mudança** trouxe como escopo identificar a percepção da família acolhedora referente ao impacto de sua atuação na vida da criança acolhida e, dessa forma, se propôs ouvir dessas famílias se elas contribuiriam para possibilitar a reintegração familiar do acolhido.

Apresenta-se aqui a complementação do que foi dito no item anterior. As famílias discorreram sobre o desejo ou não de contatar e, assim, orientar e até mesmo auxiliar a família de origem, a fim de contribuir para a reintegração familiar. Esclarece-se não ser essa atitude uma obrigatoriedade, mas, sim, uma faculdade salutar à família de origem, pois ela teria a oportunidade de vivenciar outros padrões de comportamento referente ao cuidado do filho.

Sobre essa possibilidade, ratifica-se que as seis famílias entrevistadas demonstraram não ter interesse em estabelecer relação com a família de origem, pois entendem ser o trabalho de reintegração familiar responsabilidade da equipe técnica do Serviço. É imprescindível destacar que apenas duas famílias estavam sendo acompanhadas com o objetivo de reintegração familiar.

Na análise das mensagens expostas no roteiro de entrevistas, percebeu-se fragilidade dos executores do Serviço diante do acompanhamento à família de origem, com vista à reintegração familiar. Ressalta-se a possibilidade de reintegração na família de origem como um dos agentes propiciadores da escolha dessa medida protetiva. E, assim, ao deixar de contar



com a família acolhedora como estratégia de potencialização da família acompanhada, não oportuniza à família acolhedora ser assertiva no acolhimento da criança e provoca a sensação de disputa entre as duas famílias.

Para Sarti (1996), o não acompanhamento das famílias de origem sugere o desconhecimento dos limites, das possibilidades e das necessidades dessas famílias, e esse desconhecimento inviabiliza o desenvolvimento de um trabalho que mitiga os problemas vivenciados por elas. Assim, é imprescindível conhecer essas famílias na sua integralidade, levando em conta não só um aspecto, mas, também, em seu simbolismo e nas questões materiais que vivenciam. Esse autor ainda afirmou ser esse desconhecimento uma realidade vivenciada no âmbito da gestão das ações de governo e dos programas sociais, levando-os a negligenciar as famílias de origem ao ofertarem trabalho integrado e dirigido às questões situacionais<sup>4</sup>, ou geracionais<sup>5</sup>, dessas famílias, com o objetivo de sua autonomia e seu protagonismo.

O escopo do item **Justificativa** objetivou buscar nas entrevistas a contribuição social do Serviço de acolhimento familiar em família acolhedora para além da função precípua do acolhimento de crianças e adolescentes em medida protetiva. Na oportunidade, os entrevistados enfatizaram como contribuição o auxílio à criança acolhida, mas com relação aos outros envolvidos – como a família de origem da criança – ou à sociedade e ao poder público; apenas duas famílias reconheceram o impacto social de suas ações.

O sentido carregado nas falas dos entrevistados denotou fragilidade ao expressar o sentido de parceria entre sociedade civil organizada e poder público; o sentido de responsabilidade para com a criança como sujeito de direito, contrapondo-se ao assistencialismo; o olhar livre de estereótipo dirigido à família da criança acolhida; e, por fim, a fragilidade em se perceber copartícipe da política nacional de atendimento à criança e ao adolescente em medida protetiva, não reconhecendo em sua ação um exemplo de ação social.

Na análise dessa categoria, é possível inferir o distanciamento das famílias exercentes da função acolhedora da realidade política e pública que as cercam. Claro está o não

<sup>4</sup> SITUACIONAIS: são famílias que possuem histórias muitas vezes positivas de relacionamento passado, mas que se encontra em situações de afrouxamento na rede pessoal e de serviços. Apresentam dificuldade de adaptação e cuidado com a prole, imaturidade dos pais, drogadição, alcoolismo, desemprego e outros.

<sup>5</sup> TRANSGERACIONAIS: essas famílias são caracterizadas por diversas modalidades de violência e apresentam características específicas em cada uma delas. A fragilidade nas relações interpessoais, a inexistência de uma rede de apoio e relações, problemas de ordem psíquica, relações violentas reproduzidas e pactos, entre outros,





reconhecimento do *ser* executor de política pública, como está representada a apatia política que cerca todos os entrevistados, com relação à eficiência das funções que exercem.

Nesse ínterim, é importante salientar como contributo social não só o acolhimento em si, mas, também, a conscientização política cidadã exposta na Constituição Federal como essência do Estado Democrático de Direito, incorporada no exercício da democracia direta e na participação popular.

Ressalta-se neste trabalho como participação popular a oportunidade de o cidadão intervir em favor dos interesses sociais na tomada de decisão e na gestão da política pública. Mas, para tanto, é preciso percorrer o trajeto educativo de formação permanente e do reconhecimento do indivíduo como sujeito ativo de direitos e deveres, com vista à efetivação do exercício de cidadania a ser difundido entre os que participam verdadeiramente da política de proteção integral à criança e ao adolescente.

A única ressalva às inferências das cinco famílias encontrou-se no entendimento de apenas uma delas, a qual reconheceu o sentido de dever para com a criança. Com relação à sua contribuição ao exercer o papel de família acolhedora, expõe-se o extrato a seguir:

Primeiro, para a sociedade é a responsabilidade que nós temos com as nossas crianças, tá; em Belo Horizonte são em torno de, a última informação que tive era de umas 850 crianças abrigadas, (...) em quatro anos eu abriguei 8 crianças né, se uma família abrigar uma criança, se 800 famílias, 400 famílias abrigarem uma criança, vai ter esse apoio essa criança e principalmente a família de origem vai perceber que ela também tá sendo apoiada (...). Então, qualquer família está sujeita a uma intervenção nesse sentido, e isso faz agente ver, percebe a fragilidade nossa; então agente tem mais é que se apoiar mesmo e o Estado como parte desse tripé: religião, estado e comunidade (Família 06).

A mensagem retirada do extrato de entrevista anteriormente mencionado remete aos fundamentos teóricos apresentados neste trabalho, ao associar o vocábulo *apoiar* aos vocábulos *Estado* e *comunidade*. Aqui, a entrevistada reconheceu o sentido de solidariedade cidadã e deixou claro o entendimento conceitual do que venha a ser a vida em uma sociedade democrática de direito, em que todos possuem os mesmos direitos e também deveres, destacando-se o dever de proteção à criança e ao adolescente.

À luz de Habermas (2002), finaliza-se a análise desse item quando o autor asseverou:

---

repercutem situações-problema de âmbito maior e exigem também atenção ampliada envolvendo a rede de atenção.





Os cidadãos precisam poder experienciar o valor do uso de seus direitos também sob a forma de segurança social e do reconhecimento recíproco de formas de vida culturais diversas. A cidadania democrática e ligada ao Estado só exercerá força integrativa – ou seja, só promoverá a solidariedade entre estranhos – quando der mostra de sua eficácia enquanto mecanismo, pelo qual pressupostos constitutivos das formas de vida desejadas possam de fato tornar-se realidade (HABERMAS, 2002, p. 130).

Habermas (2002) enfatizou a necessidade de o cidadão conhecer e vivenciar os direitos conferidos a ele na sua integralidade, para que haja reciprocidade mesmo diante das diversidades. Ele alegou ainda a necessidade de eficácia nos mecanismos de implementação desses direitos, sob pena de não se constituir a solidariedade em uma nação dita democrática. Ao trazer para este trabalho essa mensagem, o referido autor contemplou-o com a imperiosa fórmula de sucesso para o Serviço de acolhimento familiar em família acolhedora – o conhecimento dos direitos aliado à eficácia da práxis pública.

No item **Solução**, os entrevistados foram instigados a pensar soluções para melhoria do Serviço; dessa forma, propôs-se que eles apresentassem sugestões de melhorias para o Serviço e, assim, da efetividade. Nesse ínterim, as famílias apontaram propostas para melhoria do Serviço.

As propostas envolveram mudanças estruturais no Serviço, como o aperfeiçoamento do modelo utilizado para formação prévia e continuada das famílias cadastradas no Serviço; o aumento do número de profissionais no Serviço; a maior autonomia das técnicas responsáveis pelo acompanhamento da criança acolhida, da família acolhedora e da família de origem; maior divulgação para o engajamento de mais famílias no Serviço; e, por fim, surge de uma família a sugestão, no entendimento dessa pesquisadora, fulcral para a efetividade do Serviço de Acolhimento Familiar em família acolhedora. Essa última sugestão propõe prévia e substancial análise da real situação da criança e de sua família, para a escolha assertiva da medida de proteção, a fim de não revitimizar ou violar os seus direitos, no afã de proteger.

A mensagem das entrevistas trouxe à tona a discussão do tema *convivência familiar e comunitária*. Por todo o Brasil, questionam-se os indicadores elevados de institucionalização de crianças e adolescentes, mesmo depois da consolidação de marco normativo: ancorar a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em medida protetiva.

Questiona-se o alcance dessa política quando se dirige olhar para as famílias em vulnerabilidades pessoal e social. Elas representam não só o indicador de fracasso dessa política, mas também a sua ineficácia, quando não se apresentam respostas às seguintes



perguntas: qual o investimento que se empreende para mitigar tais vulnerabilidades? Quais os métodos interventivos utilizados para potencializar essas famílias? Por que subsidiar financeiramente outra família para o cuidado da criança e não subsidiar a família de origem, dando a ela condição de manter a prole? Diante de tais indagações, o que se tem é a retirada abrupta do filho de uma mãe abandonada que mal consegue cuidar de si mesma, quanto mais da prole. É preciso ressaltar que, no período da coleta de dados, apenas duas famílias de origem estavam sendo acompanhadas, porém nenhuma até a finalização desta pesquisa havia conseguido a reintegração.

Em contrapartida, o fomento à cultura de valorização do respeito e promoção da convivência familiar e comunitária passou a constituir o cerne desses referenciais normativos, os quais reconhecem a família como o ambiente de excelência para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Esses referenciais representam um marco na defesa do direito à convivência familiar e comunitária, constituindo-se como parâmetros para a reflexão e reorientação de práticas cristalizadas de atendimento à família, à criança e ao adolescente, como esclareceu Petrini (2003):

A família, por ser o lugar da primeira socialização e por desempenhar funções socialmente importantes junto aos seus membros, constitui um ponto nevrálgico com relação a um amplo conjunto de necessidades. Com efeito, quando a família se encontra em situação de fragilidade e ausente da existência das pessoas, os problemas enfrentados tendem a agravar-se. Pelo contrário, à proporção que a família consiga interagir nas novas circunstâncias socioculturais, pode contribuir para amenizá-las. Família é, portanto, um sujeito social, alvo estratégico de políticas públicas que venham a atuar no sentido de promovê-la, enquanto rede social eficaz, conduzindo, através do seu fortalecimento, ao desenvolvimento de toda a sociedade (PETRINI, 2003, p. 23).

Com relação à família acolhedora, escopo deste trabalho, da análise da categoria – Percepção da família do *ser* executora de Serviço Público –, pôde-se inferir que as famílias entrevistadas não se reconheceram participantes de política pública e sequer distinguiram o seu papel no âmbito do Serviço. Sobretudo, desconhecaram suas atribuições como guardiãs dessas crianças e, por isso, não se implicaram com os gestores do Serviço em prol de propiciar uma possível reintegração familiar ou reinserção em família extensa.

Das seis famílias entrevistadas, quatro se apresentaram desmotivadas e abandonadas pelos operadores do Serviço. Uma delas já havia solicitado a adoção da criança acolhida, e



outra família não suportou o ônus do acolhimento, devolvendo, consecutivamente, as duas crianças por ela acolhidas ao Serviço de Acolhimento Institucional.

Dessa forma, não há como olvidar a proposta deste trabalho, ao trazer em seu bojo a análise da percepção das famílias acolhedoras sobre o Serviço e sobre a peculiaridade de executarem uma política pública extraordinariamente complexa e impactante na vida de todos os envolvidos: criança, família de origem, família acolhedora, operadores e gestores sociais. Além de ratificar a hipótese de que a família acolhedora de Belo Horizonte não se reconhece coparticipe da política pública, em sua percepção o acolhimento familiar representa apenas a possibilidade de acolher para proteger a criança.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivou-se a análise da representação da família acolhedora na execução do Serviço de Acolhimento, a fim de inferir as significações sobre esse Serviço no âmbito da política de proteção social às crianças e aos adolescentes.

Preliminarmente, considerou a análise do motivo impulsionador para participação no Serviço. Nesse íterim, observou-se como discurso comum o impulso solidário voltado para a criança acolhida, sendo essa a motivação também colocada pela quase totalidade das famílias entrevistadas para a permanência no Serviço. Percebeu-se, então, pouco reconhecimento do compromisso social dessas famílias na execução do acolhimento familiar, quando se observou o viés político em que está inserido.

Essa percepção se contrapõe ao sentido intrínseco estabelecido na ação solidária, como foi explicitado neste trabalho a partir do referencial teórico sobre participação popular. Assim, a solidariedade não só se representa como um valor humano, uma conduta social aprendida e garantida por todos, mas também uma necessidade de sujeitos engajados, politizados e comprometidos com a causa social, para a concretização da prática solidária crítica.

As famílias acolhedoras demonstraram pouco conhecimento sobre as premissas elementares que formam o arcabouço da política e do Serviço onde estão inseridas. No entanto, elas indicaram a necessidade de conhecer os meandros dessa política, a fim de compreender o Serviço que ora executam e se sentirem participantes efetivos na garantia dos direitos das crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais. É preciso salientar a pouca preparação dessas famílias por parte da executora do Serviço; em todas as entrevistas, pôde-se



constatar a insuficiência de encontros das famílias com as técnicas de referência, de encontros de convivência entre as famílias acolhedoras e de formação contínua e direcionada a elas. Não se constatou nem mesmo um cronograma definido para tais atividades, sendo a inexistência desses espaços um implicador de ineficácia do Serviço, pois fragiliza as relações entre os executores do Serviço e as famílias acolhedoras e voluntárias do Serviço, além de não possibilitar às famílias o conhecimento imprescindível para o entendimento do espaço que passam a transitar, de uma política pública, complexa e de enorme impacto social.

A revisão bibliográfica trouxe importantes inferências sobre a participação popular na administração pública; destaca-se a profícua literatura, nacional e internacional, a enaltecer o valor da participação popular como virtudes do regime democrático e a fragilidade da democracia meramente representativa.

A análise do tema está implicada não só nas questões jurídicas ou normativas, mas muito além, ratificando o já exposto neste trabalho, ou seja, a participação popular é uma questão política e está intimamente ligada à efetivação da democracia e, portanto, ao grau de desenvolvimento político e social da nação.

Outro ponto a considerar está na capacidade ou não de as famílias acolhedoras descreverem a operacionalização do Serviço. As famílias entrevistadas não foram assertivas nessa descrição, pois o fizeram de forma fragmentada, deixando transparecer o desconhecimento operacional do Serviço. Para quase a totalidade das famílias estavam implícitos o foco no acolhimento da criança e o desinteresse pela situação da criança na família de origem, no que tange à possibilidade ou não de reintegração.

Ainda no discurso contido nas entrevistas, destaca-se a pouca relação de parceria entre os envolvidos no Serviço de acolhimento em famílias acolhedoras, como gestores, executores, famílias acolhedoras, crianças e famílias de origem. Destaca-se também que, na modalidade de acolhimento familiar, as atividades estão imbricadas na lógica da intersetorialidade. Isso porque integram as redes das tantas políticas setoriais de proteção básica, como saúde, educação, emprego e renda, segurança pública etc., além de possuírem importante interface com o Sistema de Justiça, por meio da Vara da Infância e Juventude, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Não obsta ratificar o objetivo precípua dos Serviços de acolhimento de crianças e adolescentes nas modalidades institucional e familiar e o reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares, com vista à reintegração do filho à família e à sua comunidade de origem.



Essa compreensão leva à elaboração de políticas voltadas para a garantia da convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes, independentemente de onde estejam no âmbito de suas famílias ou no âmbito do Serviço de proteção.

A julgar pelos investimentos político, financeiro e social envolvidos no empreendimento de um Serviço socioassistencial, é urgente avaliá-lo de acordo com os critérios já consolidados na administração pública. Para avaliar as ações da administração pública, é preciso o estabelecimento de indicadores capazes de dimensionar o grau de cumprimento dos seus objetivos (eficácia), o nível de utilização de recursos diante dos custos em disponibilizá-los (eficiência) e a efetividade social.

Ao perpassar pelas considerações sobre solidariedade, participação popular, política pública voltada para a garantia da convivência familiar e comunitária e avaliação, este estudo possibilitou perceber o nível de complexidade envolvido na implementação de política pública em parceria com a sociedade civil, especificadamente para este trabalho. Aqui está se falando não de um indivíduo, ou de um cidadão, mas de um grupo socialmente construído, arraigado de princípios, valores e tradições próprios somente a ele; está se falando da família.

Esta pesquisa propiciou a conclusão de que a incipiência do processo de formação prévio e a não capacitação continuada a ser dirigida às famílias acolhedoras durante todo o percurso do acolhimento não permitiram a percepção das famílias enquanto copartícipes da política de proteção social à criança.

As famílias acolhedoras até reconhecem algum nível de impacto positivo na vida da criança, mas não percebem a importância de sua participação na engenharia política. O reconhecimento de participação na política pode propiciar o sentimento de pertença, integrando a família acolhedora ao Serviço de acolhimento familiar e aos gestores da política.

Os dados evidenciaram a pouca participação das famílias em movimentos associativos e sociais, o conhecimento incipiente sobre o marco regulatório e conceitual e o não reconhecimento do seu fazer como resultado efetivo não só para a criança acolhida, mas, também, para a sociedade e para o poder público. Esse desconhecimento e esse não reconhecimento podem acarretar entraves para a almejada resolubilidade do Serviço de acolhimento familiar quando não se têm recursos humanos suficientes e capacitados para realizar a operacionalização e gestão do Serviço.



## REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Marisa Silveira. **Violência da infância e violência doméstica crimes abomináveis**: humilham, machucam, torturam e matam. Porto Alegre: AGE, 2005.
- ANTICO, C.; JANNUZZI, P. M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. 2006. Disponível em: <[www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf)>. Acesso em: 12 Jan. 2014.
- AYRES BRITTO, Carlos. Distinção entre controle social do poder e participação popular. **Revista de Direito Administrativo (RDA)**, Rio de Janeiro, n. 189, p. 114-122, Jul./Set. 1992.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. As políticas públicas e o direito administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, n. 13, p. 135, 1996.
- CABRAL, Cláudia (Org.). **Acolhimento familiar**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- COHEN, Joshua. Procedimiento y sustancia en la democracia deliberativa. **Metapolítica**, v. 4, p. 24-47, 2000.
- DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico descobrindo o pensamento das crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA - 1990). **Recuperado em 15 de fevereiro 2010**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>.
- FONSECA, C. Fabricando famílias: políticas públicas para o acolhimento de jovens em situação de risco. In: JACQUET, Christine; COSTA, Lívia Fialho (Org.). **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Trad. por George Spiber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARINI, C. **Um decálogo da boa gestão pública**: os desafios de um Estado para resultados. 2008. Disponível em: <<http://www.portalct.com.br/blogs/gestaopublica/administracao/files/files/Artigo%20Caio%20Marini%20Gest%C3%A3o%20por%20Resultados.pdf>>. Acesso em: 13 Jan. 2014.
- MODESTO, Paulo. Participação popular na administração pública. Mecanismos de operacionalização. **SADireito**, 4 fev. 2002. Disponível em: <[www.sadireito.com.br/index.asp?Ir=area.asp&area=5&texto=416](http://www.sadireito.com.br/index.asp?Ir=area.asp&area=5&texto=416)>. Acesso em: 28 Ago. 2013.
- MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Direito da participação política**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.





NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 15 n. 3, p. 36-48, 2005a.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS - NOB-RH. Brasília, 2006. Acesso em: 1º mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>.

ORSELLI, Helena de Azeredo. **Adoção**: a possibilidade de escolha das características do adotando no processo de adoção – Análise a partir dos fundamentos constitucionais. Disponível em: <<http://www.pasquali.adv.br/public/uploads/downloads/adocao.pdf>>. Acesso em: 1º Set. 2013.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

RORTY, R. **Contingência, ironia e solidariedade**. Trad. por Fonseca N. F. Lisboa: Presença, 1994. p. 18.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Trad. por Ferreira V. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 124 (Coleção Os Pensadores).

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Flexibilização organizacional**: mito ou realidade? Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. **Tem razão a administração?** Ijuí, RS: Unijuí, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso** – Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VALENTE, J. A. G. Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Acolhendo crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez; Distrito Federal: UNICEF; RJ: PUCRJ, 2006.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade: Família**, São Paulo, v. 23, n. 71, 2002.





## **O PENSAMENTO INTERDISCIPLINAR NO DIREITO: UMA NOVA CONTRIBUIÇÃO PARA A NARRATIVA DO DISCURSO JURÍDICO PÓS-MODERNO**

SILVA, Carlos Antonio Pereira da.

*Estudante de Mestrado em Letras e Ciências Humanas*

*E-mail: profcp@ig.com.br*

102

### **Resumo**

O pensamento interdisciplinar é pautado pela presença combinada de vários saberes em prol de um novo saber complexo que atenda ao pensamento crítico, questionador do sujeito - autor de uma ciência pós-moderna. Este trabalho apresenta argumentos conceituais que possam desmitificar o paradigma positivista na formação da ciência jurídica. Primeiramente é apresentado um pouco da evolução do Direito no tempo histórico. Em seguida, é mostrado o Direito como ciência e como pensamento renovador, na visão de vários autores: Boaventura de Souza Santos, Alda Judith Alves -Mazzotti e Fernando Gewandszadger, Edigar Morin, Thomas Khun e outros. Por final, descrevemos a interdisciplinaridade na formação do currículo em Direito.

**Palavras Chaves:** Direito – Ciência – Interdisciplinaridade

### **Abstract**

Interdisciplinary thinking is guided by the combined presence of several knowledge towards a new knowledge complex that meets the critical, questioning thought of the subject - the author of a post-modern science. This paper presents conceptual arguments that can demystify the positivist paradigm in the formation of legal science. First a bit of the evolution of law in historiography time is presented. Then it shows the law as science and refreshing thought, in the view of several authors: Boaventura de Souza Santos, Alda Judith and Fernando Alves-Mazzotti Gewandszadger, Edigar Morin, Thomas Kuhn and others. By the end, we describe the interdisciplinary training in the curriculum in law.

**Key Words:** Law - Science – Interdisciplinary



## INTRODUÇÃO

Há um consenso de que para se considerar ciência é preciso mensurar o seu objeto de estudo a fim de que, de forma dedutiva ou indutiva, busque resultados que atendem às necessidades da sociedade. Esse pensamento cartesiano, concretizado na idade moderna, sempre se colocou como viés hegemônico diante de outras ciências, principalmente as sociais. E o Direito visualizado como ciência existente por um discurso positivista concretizado por normas e doutrinas, fez-se presente ao longo dos séculos pelas decisões que olvidadas da realidade da sociedade, do mundo transformado pela composição de seres humanos de identidades diferenciadas, de culturas e pensamentos diversos. Assim, é preciso que haja, sob uma postura pós-moderna um discurso jurídico formado por um pensamento complexo (MORIN, 2003) e por um autoconhecimento em que se complementem outras ciências ao Direito, que haja interdisciplinaridade nas teorias e ações.

Este trabalho mostra um pouco do caminho percorrido desde as civilizações antigas até a pós-modernidade de como o Direito se fez presente nas sociedades e principalmente na sociedade brasileira. Diante da complexidade do tempo presente e da liquidez identitária que se encontra o homem, é preciso que a ciência jurídica atenda aos anseios desse mundo globalizado e complexo, que seja reinventada por processos metodológicos qualitativos e quantitativos, que possa caminhar em outros campos científicos, dos sociais aos naturais.

O Direito como ciência pós-moderna deve se formar por um pensamento interdisciplinar em que o instrumento de convivência entre os entes seja o diálogo, a comunicação nos diversos campos dos saberes, com o objetivo de que o Direito não seja composto por especialidades (Direito Civil, Direito Penal, Direito Internacional etc), mas por um pensamento global em que a importância do todo tenha relevância para cada uma dessas especialidades e assim possam se complementar e se combinarem com o intuito de atender às problematizações de todos os cidadãos.

Ainda não podemos nos olvidar de que o Direito, como qualquer ciência, é formado por sujeitos de vozes diferentes, que por linguagens ideológicas diferentes possui um signo linguístico capaz de mostrar diferentes significados, conforme o interesse e a necessidade desses sujeitos polifônicos.



## 1 A CIÊNCIA DO DIREITO

A origem da palavra Direito significa o que é justo, o que é reto, do Latim popular ou baixo latim como era chamado. Temos *dis* igual a muito intenso e *rectum*, reto, formando assim *Directum*. Essa definição é pertinente ao conceito que fazemos dia a dia do Direito na vida das pessoas, tanto como regra, norma ou como comportamento.

Mas o Direito, quanto ao uso da norma, tem a sua eficácia conforme o momento histórico e a cultura de um povo. O Direito, inicialmente nas civilizações antigas, era unificado à Religião. Os sacerdotes detinham o Direito como instrumento recebido das mãos divinas.

Quanto à concretização das normas, o Código mais famoso da antiguidade é o Código de Hammurabi, de 1965 a.C. Os babilônios acreditavam que o sacerdote Hammurabi havia recebido esse código do rei Sol. Uma das instituições, regras, mais conhecidas contidas nessa norma é a chamada Lei de Talião: “Dente por dente, olho por olho”. Ou seja, a pena era imposta pela mesma equivalência do dano causado, mesmo que o culpado fosse outro. Esse pensamento jurídico não está bem distante do que estamos vendo neste século. No Brasil, principalmente, são notórias notícias em que, por falta de confiança da população nos órgãos judiciais e no Estado, a população tem agredido e até mesmo cometendo homicídios com quem pratica crimes.

Mas o Direito tem seus idealistas gregos: Sócrates, Platão e Aristóteles, a representação de uma justiça existente pela equidade. Todavia, tinha a preocupação da formação do homem para vida pública. Dessa forma, o homem existia para a Pólis(cidade) e para o Estado. A unicidade do poder público mostrava que a lei devia ser respeitada, e a pena era a certeza real em caso de contrariedade às normas. Embora a equidade, a proporcionalidade em torno das decisões fosse o caminho a percorrer, Sócrates era a favor da escravidão, da servidão do mais fraco ao mais forte dentro da Pólis. O que era justo, nesse tempo, era a presença da justiça, dentro do que o Estado achava que era justo.

O Direito, como ciência, tem a sua evolução pautada pela necessidade social em que vive o homem. No século XIX, o jurista e filósofo do Direito, Rudolf Von Ihering traz a ideia de lutar pelo Direito como prerrogativa básica para a conquista da paz. E essa luta também é a luta pela propriedade, pela liberdade. No pensamento desse jurista, o direito à propriedade se confunde com o direito individual de cada homem.



Ao defender o que é seu, o agredido acaba por defender a si mesmo, a sua personalidade. Apenas o choque entre o dever de defender a propriedade e o dever mais elevado de defender a vida (choque que ocorre, quando o bandido coloca o assaltado diante do dilema de escolher entre a bolsa ou a vida) poderia justificar a renúncia à propriedade (IHERING, 2009, p.56).

A propriedade (casa, apartamento, sítio etc.) no Direito pós-moderno, já não tem essa característica individualista, ou seja, ela é um bem social, e que pertence a todos. Dessa forma, não pode uma propriedade estar ociosa, sem uso. A Constituição Brasileira é bem clara no seu Art.5º, inciso XXIII: a propriedade atenderá a sua função social. Essa evolução do Direito, de um discurso individualista para um discurso mais coletivo, é em decorrência da necessidade dos povos em atender as suas faltas de convívio justo entre eles. Essa necessidade parte, como diz Ihering (2010), de dentro para fora:

É preciso admitir que o direito, como linguagem, tem uma evolução involuntária e inconsciente ou, para usar a expressão tradicional, uma evolução orgânica que se processa de dentro para fora (IHERING, 2009, p.39)

Em prol da liberdade também pensava Kant, século XVIII, quanto ao real valor do Direito para a vida humana. Não importava os motivos, importava era a realização do Direito. A liberdade estava acima do mundo fenomênico, e o ser humano estava além do mundo das coisas. Mas essa liberdade somente existia mediante o respeito à lei moral, ao dever. Aqui a propriedade, presente em Ihering, não interessa tanto quanto a liberdade.

Esse conceito liberdade sempre foi posto como viés maior na relação humana. Todavia, é visto que a razão para a sua existência é posta sob diferentes prismas, como já apresentado neste trabalho. Um outro valor atrelado à liberdade é o apresentado por Thomas Hobbes. Para ele, a liberdade está vinculada a presença de um Estado absoluto, controlador das ações dos seus homens. Se assim não fosse, segundo o filósofo, o egoísmo tomaria conta da vida humana, e dessa forma teríamos uma sociedade injusta, com comportamentos ilegais e ilícitos.

E sendo modificável através dos tempos, o Direito se faz presente, assim, como ciência. Tem seu campo de estudo, as ciências sociais. Há um objeto a ser pesquisado, que são “as normas de conduta em interferência intersubjetiva” (FALCÃO, 2014). E pelo método, dedutivo ou indutivo, conforme o caso, o fato a ser estudo dentro do Direito. Mas essa ciência requer mais do que um processo de conhecimento científico para se estudar e estar no mundo. Requer também valores existentes em torno da ciência do Direito presente na sociedade, a fim de que



todos possam conviver em prol de resultados equilibrados, de decisões que busquem o bem comum social dentro de um litígio. Esses valores são éticos e jurídicos. Os primeiros pautados por comportamentos sociais individuais ou coletivos construídos ao longo do tempo, sem imputar penalizações formais, mas sim consequências próprias, intrinsecamente no pensamento de cada indivíduo no meio em que vive. Por outro lado, o valor jurídico é construído por normas e regras formadas para o bem comum social, para a coletividade, e que o desrespeito acarreta uma consequência, uma pena.

E que modelo seguir para essa Ciência? Diz Thomas S. Kuhn:

Os cientistas trabalham a partir de modelos adquiridos por meio da educação ou da literatura a que são expostos subsequentemente, muitas vezes sem conhecer precisar conhecer quais as características que proporcionaram o status de paradigma comunitário a esses modelos. (KUHN, 2013, p.119)

O Direito como ciência tem-se apresentado ao longo dos tempos como aquele velho paradigma instituído na existência de ciências modernas em que a forma de funcionamento do objeto estudado ou conhecido era mais importante que o fim a que se destinava. Essa crítica aos objetivos da ciência moderna está presente em Boaventura de Souza Santos. Para ele, o conhecimento é autoconhecimento a partir de que tenhamos consciência de uma ciência pós-moderna em convívio com a presença do senso comum reabilitado, inserido em um contexto de conhecimento local e global. Dessa forma, as ciências sociais, incluído o Direito, é parte de uma nova forma de ciência, de uma ciência humanitária.

A ciência do Direito tem se formado ao longo da história por estruturas normalizadoras, positivistas em que o respeito às regras acadêmicas é o caminho certo para a busca de resultados, de análises, de formação de estereótipos já consagrados pelos juristas, mesmo que haja lutas pelos direitos fundamentais, como a liberdade, em todos os tempos. Há nisso um paradigma dominador em que a linguagem do poder é decorrente de uma ideologia mostrada nos textos jurídicos e nos discursos acadêmicos. Essa ideologia é concretizada por um signo de poder, pela linguagem dominante nos tribunais.

Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHTIN, 2002, p.31)

Segundo Boaventura de Souza Santos, a combinação de Direito e Ciência é decorrente de um “paradigma da modernidade nacional e do capitalismo” (2009). Junto com a modernidade



surgida entre os séculos XVI e XVIII, o capitalismo soube aproveitar esse período como condição para mitificar a imagem pré-concebida de Direito como ciência positivista.

Refazer o modelo de ciência no campo do Direito requer aceitar novos paradigmas apresentados, porém sem jamais se olvidar dos já existentes. Como afirma Thomas S. Kuhn, os paradigmas se complementam. O velho e o novo são responsáveis por novos pensamentos no processo de fazer ciência. E a visualização de novos significados no signo representativo da linguagem jurídica é coerente para se formar novos discursos eficazes; discursos esses aceitáveis de novas mudanças quando assim for preciso, dentro de um novo paradigma proposto.

Mas esses significados do novo signo jurídico requer estudar novas anomalias (KUHN, 2013) no campo do Direito, no meio social. Requer, ainda, compartilhar, interagir, cointegrar-se com novos saberes, apresentando em um novo saber um axioma comum; um “campo unitário do conhecimento” (JAPIASSU, 1975). Ser interdisciplinar.

## 2 PENSAMENTO INTERDISCIPLINAR NO DIREITO

O discurso do Direito como Ciência Social é modificado sempre que há uma anomalia (KUHN, 2013), na sociedade em que é preciso apresentar novas normas que atendam aos fatos apresentados diante dos valores que cada um desses fatos engloba. Temos aqui a teoria do jurista Miguel Reale ao apresentar o tridimensionalismo jurídico: fato, valor e norma. Porém, por vezes essas novas anomalias, novos fatos, novas realidades apresentadas no discurso jurídico, ideologicamente pronto, não estão coerentes com a norma vigente, com o modelo de decisão jurídica estabelecido pelos tribunais e pela academia. E o discurso é sempre o mesmo: deve-se seguir a lei.

Mas o mundo pós-moderno, globalizado, é formado por sujeitos transformadores e com identidades relacionadas ao seu tempo histórico. Identidades essas que são refeitas e transformadas. As identidades são líquidas (BAUMAN, 2005), em que somos sujeitos de um mundo onde o Estado não tem mais pertencimento sobre nós. Somos do mundo, desse mundo globalizado. E como sujeitos, somos coatores das mudanças no discurso jurídico de nosso tempo.



Decorrente das novas mudanças no mundo social, o Direito necessita acompanhar essas transformações, e dessa forma é necessário estar correlacionado a outros saberes. É necessário ter em seu discurso um texto interdisciplinar a fim de que o agente do Direito, o profissional da ciência jurídica, possa refazer suas teorias e pensamentos a respeito de decisões e doutrinas jurídicas que atendem ao anseio da sociedade em que vive. Como afirma Olga Pombo (1994) é preciso ir além da dimensão do paralelismo, buscando combinação, convergência, complementaridade.

Essas novas mudanças no pensamento jurídico são relevantes, pois:

As leis têm assim um caráter probabilístico, aproximativo e provisório, bem expresso no princípio da falsificabilidade de Popper. Mas, acima de tudo, a simplicidade das leis constitui uma simplificação arbitrária da realidade que nos confia a um horizonte mínimo para além do qual outros conhecimentos da natureza, provavelmente mais ricos e com mais interesse humano, ficam por conhecer. (SANTOS, 2009, p.72)

O pensamento interdisciplinar no Direito deve começar na formação dos profissionais dessa área. O Ministério da Educação, pela Portaria MEC nº 1.886/94 iniciou esse processo de interdisciplinaridade formal. Além das disciplinas obrigatórias, o currículo do Curso de Direito foi obrigado a inserir disciplinas com temas interdisciplinares. Sociologia, Filosofia, Antropologia e outras foram postas como disciplinas eletivas a fim de que o aluno tivesse um conhecimento em conjunto da ciência jurídica. Em 2007, nova mudança no currículo do curso inseriu a Psicologia Jurídica como matéria do currículo básico.

Esse conhecimento do *todo* está presente na escrita de Edgar Morin. No livro Cabeça Bem – Feita (2003), ele expõe que é necessário reformar o pensamento no processo de construção de conhecimento. Não é possível, no século XXI, convivermos com o conhecimento fragmentado. É preciso ter uma visão do todo para conhecer também as partes, e cada parte é um conhecimento do todo que instiga novos conhecimentos. O conhecimento não nasce aleatoriamente. Assim, é impossível estudar e viver o Direito sem ter uma visão global da sociedade, da sua formação como conjunto de pessoas que tem inúmeras culturas, formada por diversidades de comportamentos e vidas.

O pensamento interdisciplinar no Direito não está somente na formalidade construída nos currículos acadêmicos, mas já se observa a mudança de comportamento no processo de ensino nesse curso a partir de metodologia que traz o aluno à realidade do mundo de litígios. Exercícios em que fatos concretos são postos à prova para que os alunos utilizem a legislação





aprendida como também os conhecimentos humanos pensados e argumentados lidos e conhecidos em sala de aula e extra classe. Além disso, os estágios em fóruns, faculdades e em Organizações Não Governamentais são de suma importância para o contato com o saber prático.

Mas todo esse processo de ensino-aprendizagem não é suficiente se o aluno ou profissional do curso de Direito não viver em seu pensamento a certeza de que ele, como cidadão, também é autor dessas mudanças em que a sociedade vive. É preciso organizar o saber para saber utilizá-lo. E essa organização inicia-se a partir da escolha de informações do mundo cultural, sociológico e social que possam contribuir para repensar o pensamento, tornando-o complexo, mas eficaz, questionador e crítico.

O pensamento interdisciplinar no Direito no mundo pós-moderno é coerente com as novas decisões judiciais que vêm acompanhar o processo de *como viver* nesse mundo. Isso é visto nas sentenças apresentadas pelos diversos tribunais do nosso país.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é bem clara no seu Art. 5:

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

A partir da redação do artigo da nossa Carta Magna, transcrito acima, o que dizer agora com a união estável de pessoas do mesmo sexo, já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal? A resposta está na necessidade em que a sociedade impõe ao Estado, e logicamente deve o Direito acompanhar isso. Assim, o pensamento jurídico, construído no campo da ciência social, não é objetivamente estruturado por estatísticas, mensurado pelo que é apresentado na sociedade, mas pela subjetividade coletiva, mas não pautada por *achismos*, mas sim pautada por realidades diferentes, culturas diferentes e pensamentos complexos diferentes. E mais uma vez podemos questionar: é possível considerar o Direito como ciência a partir desses exemplos? Digamos que sim:

Assim, a credibilidade dos conhecimentos das ciências sociais depende, como em qualquer ciência, do desenvolvimento de suas teorias, incluindo a seleção adequada e a comunicação precisa dos dados observacionais, sua organização em padrões significativos e a validação de suas hipóteses pela atividade coletiva da comunidade científica. (MAZZOTTI; GEWANDESZNER, 1998, p.121)



Outro exemplo a ser apresentado como novo viés do campo social no Direito é o direito ao afeto negado por pais que abandonam seus filhos na infância. Muitos filhos, hoje já adultos, estão requerendo esse direito na Justiça, pedindo indenizações, como pena ao abandono deixado por seus genitores. Essa é uma realidade em que a Psicologia muito auxiliará nas decisões judiciais, e o pensamento humanista do jurista, do profissional será essencial não para mensurar o valor a ser cogitado como indenização, mas para trazer à tona o questionamento do valor humano. Dessa forma, um pensamento interdisciplinar nos momentos da prática jurídica é mais do que suporte de conhecimentos. É um comportamento em que leva em consideração a formação de identidade de cada sujeito e da coletividade, da sociedade em que essa composição de entes que *lutam* pelos seus direitos.

Essa certeza de que temos que compartilhar com a realidade do mundo que se encontra diurtunamente em transformação, é a certeza também de que não somos somente naturais mas sim metanaturais, como diz Edgar Morin. O que somos não é disjunto ao pensamento de para onde vamos; a nossa condição como seres humanos é decorrente das nossas formações e dos nossos desfazimentos. Estamos sempre a caminho de um mundo novo. Somos cósmicos (MORIN, 2003). E o pensamento interdisciplinar no Direito somente é possível não somente na formulação de novos conteúdos no ensino da ciência jurídica, mas nas novas atitudes humanas realizadas por todos os representantes da Justiça, pois é neles que a sociedade espera que contribua para uma nova imagem dela diante de si; que o espelho (SANTOS, 2013) da justiça reflita a imagem de cada cidadão nos discursos jurídicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito, e aqui engloba Justiça (tribunais), ensino de Direito, representação do que seja justo, é todo um pensamento complexo voltado para a sociedade. Ela espera que possamos ser sujeitos sentenciadores que possam ter a capacidade de discernir sobre o que seja justo ou não justo. Tem assim o Direito de se utilizar das normas e leis como parâmetros justos no discurso eficaz jurídico. Todavia, basta a norma como elemento no processo de decisões na justiça? No pós-modernismo, enfatiza-se o uso da ciência jurídica como salvadora das injustiças ocorridas. Mas não lembramos que na vida líquida (BAUMAN, 2007) em que se encontra o mundo



globalizado é preciso reconhecer que qualquer ciência hoje deve ser apresentada não de forma compartimentada, mas entrelaçada por outros conhecimentos humanos que possam lhes dar fundamentação para a razão da sua existência.

Este trabalho teve o intuito de mostrar a interdisciplinaridade na formação do profissional do Direito e no seu próprio pensamento de agente como transformador social, tendo como base uma visão histórica e contextual da presença da ciência durante os tempos, como base ainda a atuação do Direito no campo da ciência social vinculada a novos paradigmas de estudo e de conhecimento.

Assim, o pensamento interdisciplinar no Direito é um pensamento renovador (MORIN, 2003), que não tem somente a lei como pressuposto, pois:

Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto metateórico a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. (SANTOS, 1994, 51)

Esse pensamento interdisciplinar também recai na ideia de um pensamento de um paradigma emergente do conhecimento, em que o dualismo não faz parte. As leis, as normas podem conviver pacificamente com ações vinculadas ao pensamento humano coletivo, às necessidades de segurança, de saúde, de cultura, de meio ambiente e de liberdade que toda a sociedade espera do Estado Democrático de Direito.

Além disso, espera-se que o ensino das Ciências Jurídicas não seja formado pela junção de ideias desconexas pautadas por disciplinas teóricas sem vinculação com as normas constitucionais. A interdisciplinaridade concretiza-se na junção de conhecimentos heterogêneos com a legalidade de normas. Não há como apreender novos saberes e conhecimentos sem o respeito a um sistema de vida que tem a ética nas relações humanas, o convívio social e a multiculturalidade dos povos. Os paradigmas que surgem a partir de novos objetivos e planejamentos para uma ciência nova, tem que afirmar sua potencialidade nos desafios de formar pensamentos transformadores. É isso que se espera de todos que convivem com o saber científico a partir de novas formas de convívio no mundo globalizado.

Não podemos ter no processo de interdisciplinaridade o comodismo em aceitar conteúdos que apenas tragam informações, mas que integrem, sugestionem, tragam conflitos de saber, indagações, questionamentos e reflexões em relação ao novo, a novas vidas de compartilhamentos.



Consideramos finalmente que a narrativa do discurso jurídico não seja mais a mesma a partir do reconhecimento de um pensamento jurídico voltado para a interdisciplinaridade, em que os vários campos do saber estejam combinados em prol de uma ciência do Direito formada por um novo paradigma, e que seja corresponsável pelas transformações sociais, e não mais apenas a representação de uma ideologia de um poder dominante de um discurso jurídico falacioso representante do Estado.

## Referências

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Zaaahhhar, 2007.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. *Curso de Filosofia do Direito*. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

IHERING, Rudolf Von. *A Luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

MAZZOTTI, Alda Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Naturais e Sociais*. São Paulo: Pioneira, 1998.

MACHADO, Costa. *Constituição Federal Interpretada. 3ª ed.* Barueri, SP: Manole, 2012.

MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem – Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RACHID, Alysson. *Filosofia do Direito. Coleção Elementos do Direito*. V.21. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. Coimbra: Editora Graal, 1994.



ZIMIANI, Doroteu Trentini. HOEPPNER, Márcio Grama. *Interdisciplinaridade no Ensino do Direito*. Akropolis Umuarama, v. 16, n.2, - 103-107, abr./jun. 2008.  
<http://revistas.unipar.br/educare>. Acesso em 16 de junho de 2014.



## AS CIÊNCIAS HUMANAS, O HOMEM E A VIDA HUMANA COMO OBJETO

BAZZANELLA, Sandro Luiz

*Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado*  
*sandroluizbazzanella@gmail.com*

BORGUEZAN, Danielly

*Estudante do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado*  
*borguezan@hotmail.com*

114

**Resumo:** As ciências humanas iniciam sua constituição a partir do século XIX, desdobrando-se ao longo das primeiras décadas do século XX. Herdeiras das bases metodológicas das ciências exatas, sua afirmação esta intimamente vinculada as ciências naturais, que transcenderam as bases dedutivas características das ciências exatas, perscrutando continuidades e discontinuidades na conformação de teorias sobre a origem, o desenvolvimento e a evolução da vida em sua totalidade de manifestações. Nesta perspectiva, as ciências humanas constituem o homem, senão a vida humana, em sua dúplici articulação entre natureza e cultura como seu objeto. Se por um lado, se pode afirmar que as ciências humanas surgem como decorrência das pretensões antropocêntricas e iluministas, características da modernidade, por outro lado é preciso tomar em consideração o fenômeno da estatização do biológico, característico da afirmação do Estado moderno. Ou seja, as necessidades de quantificação, de vigilância de controle, de potencialização do território nacional, bem como da população e, dos indivíduos que a compõe exige articulação entre saberes e poderes específicos, produzidos pelas diversas ciências humanas em seu esforço de compreensão do homem e da vida humana, seja em âmbito societário, seja na condição de indivíduo inserido em determinado contexto social.

**Palavras-chave:** Ciências Humanas; Modernidade; Homem; Vida Humana; Objeto.

**Abstract:** The human sciences begin their constitution from the nineteenth century, unfolding over the first decades of the twentieth century. Heirs of the methodological foundations of the exact sciences, his assertion is closely linked natural science that transcended deductive databases features of the exact sciences, peering continuities and discontinuities in the formation of theories about the origin, development and evolution of life in its entirety from manifestations. In this perspective, the humanities constitute man, but human life in its dual articulation between nature and culture as its object. On one hand, we can say that the humanities arise as a result of the Enlightenment and anthropocentric pretensions, characteristics of modernity, on the other hand we must take into consideration the phenomenon of Nationalization of the biological characteristic of the claim of the modern state. That is, the needs of quantification, monitoring control, augmentation of the national territory and population, and the individuals that comprise it requires coordination between knowledge and specific powers, produced by various human sciences in their efforts to understand the man and human life, whether at corporate level, provided that individual is inserted in a given social context.

**Keywords:** Humanities; Modernity; Man; Life; Object.



## 1. INTRODUÇÃO

A perspectiva antropocêntrica que se estabelece na gênese do projeto moderno, sofre três duros golpes, antecipando em parte o anúncio da morte de Deus, feito em meados do século XIX, por Nietzsche e, que por decorrência lógica também decretou a morte do homem, como algo essencial, substancial, ápice do projeto da criação em sua centralidade existencial no mundo. Doravante, intensificaram-se por meio das mais diversas ciências naturais e humanas as investigações sobre as origens dos seres humanos, o momento de sua passagem da condição de simples animal à um animal falante e político. Neste contexto, também o homem foi objetivado, tornando-se objeto de estudo e análise das ciências.

Porém, se Nietzsche anuncia peremptoriamente a morte de Deus, bem como o aprofundamento do mais incômodo dos hóspedes da Civilização Ocidental, o niilismo, o vazio, de sentido, a perda de uma possível finalidade da existência, circunscrita no âmbito de pressupostos transcendentais, é preciso reconhecer que seu anúncio do óbito do absoluto divino, bem como seu prognóstico da instauração do mal-estar civilizatório de fundo niilista é preparado no âmbito das diversas ciências exatas e naturais, desenvolvidas entre os séculos XVI a XIX. Compreender a manifestação do fenômeno do niilismo significa compreender: “Que significa niilismo? – Que *os valores supremos desvalorizaram-se*. Falta o fim; falta a resposta ao “Por que?”<sup>1</sup>.

Nesta perspectiva, Galileu Galilei foi o primeiro a acionar as abissais forças tectônicas, ao reafirmar o que Giordano Bruno (1548 - 1600) já havia dito e, que o levou à fogueira da inquisição, de que a terra não era o centro do mundo, mas apenas um planeta entre milhares no universo a vagar solitário, na imensidão do cosmos, sem nenhuma ancora, a sustentar sua trajetória, a dar sentido à sua existência, sem um porto, ou, um lugar seguro que garantisse a salvação, a felicidade, a segurança de uma vida, condição necessária aos seres humanos. Foi um duro golpe no reino da necessidade, ao apresentar a contingência presente na dinâmica cosmológica e conseqüentemente antropológica.

O segundo abalo sísmico veio no século XIX com Charles Darwin (1809-1882), ao apresentar seus estudos em sua obra publicada em 1859; “*A Origem das espécies*”. Não bastava não sermos o centro do universo, agora nos damos conta de que temos uma incomoda

<sup>1</sup> NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Vontade de Poder**. Tradução do original alemão e notas Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 29 (Primeiro livro: O niilismo europeu – Aforismo 2).





proximidade com a natureza. Com Darwin, apresenta-se o constrangimento de termos que nos colocar como resultado de um conjunto de probabilidades históricas e físico-químicas, que se estabeleceram no caudal da evolução. Nada nos torna especiais, a não ser a contingência dos processos naturais, aos quais estivemos e estamos submetidos ao longo de milhões de anos, que nos trouxeram até o presente momento.

A natureza se me permitem personificar com este termo a conservação natural ou a perseverança do mais capaz, não se ocupa jamais das aparências, a não ser que a aparência tenha qualquer utilidade para os seres vivos. A natureza pode atuar sobre todos os órgãos interiores, sobre a menor variedade de organização, sobre todo o mecanismo vital. O homem tem apenas um objetivo: escolher para sua própria vantagem; a natureza pelo contrário, escolhe para vantagem do próprio ser. Dá pleno desempenho aos caracteres que escolhe, o que implica o fato único da seleção. (...). No estado de natureza, pelo contrário, a menor diferença de conformação ou de constituição basta para fazer pender a balança na luta pela vida e assim perpetuar-se. Os desejos e os esforços do homem são variáveis! A sua vida é tão curta! Como devem imperfeitos os resultados que ele obtém quando os compara àqueles que a natureza pode acumular durante prolongados períodos geológicos! Podemos admirar-nos, então, que os caracteres das produções da natureza sejam mais visíveis do que os das raças domésticas do homem?<sup>2</sup>

116

O terceiro golpe desferido contra as pretensões antropocêntricas modernas foi desencadeado por Sigmund Freud<sup>3</sup> (1856-1939), nos momentos finais das pretensões antropocêntricas, ao estabelecer uma estrutura à *psique* humana, remetendo ao inconsciente o *locus* das forças primevas, instintivas, presentes no homem. Freud questiona duramente as pretensões humanas, colocando-nos diante do paradoxo de não saber quem somos. A pergunta kantiana assume a centralidade do debate contemporâneo: O que é o homem. Mas, também de reconhecer que o processo civilizatório, apresenta-se acima de tudo como uma camisa de força, como repressão a conformar os seres humanos a determinadas perspectivas vitais.

<sup>2</sup> DARWIN, Charles. **A ORIGEM DAS ESPÉCIES**. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda, 1981, pp. 86/87.

<sup>3</sup> Antecede o golpe desferido por Freud as críticas de Nietzsche à civilização ocidental em suas perspectivas moralizantes e repressoras da vida em suas mais variadas formas e manifestações. Na necessidade civilizatória de determinação do que é homem como ser limitado, ressentido, animal de rebanho destituído de vontade de potência, de coragem necessária à assumir a vida por própria conta e risco, necessitando de crenças em forças transcendentes que indiquem o caminho, e/ou que lhe confirmem certezas e finalidades. “(...) Sofrimentos e incapacidade; eis o que criou os além-mundos, e esse breve desatino da felicidade que só conhece quem mais sofre. (...) Enfermos e decrepitos foram os que desprezaram o corpo e a terra, os que descobriram as coisas celestes e as gotas de sangue do redentor; porém até esses suaves e sinistros venenos foram buscar no corpo e na terra! Queriam fugir da sua miséria, e as estrelas se encontravam demasiado longe deles. Então suspiravam: “Oh! Se houvesse caminhos celestes para atingir outra vida e outra felicidade! E descobriram os seus artificios e as suas beberagens



## 2. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO EPISTEMOLÓGICO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

O impacto epistemológico destes acontecimentos, como decorrência dos avanços dos pressupostos científicos que se estabeleceram ao longo da modernidade, situam significativas mudanças ontológicas, no que se refere a percepção de si, que os homens constituíram ao longo do século XIX e XX. Os avanços da física, da química, impulsionaram a abertura de novos campos científicos, dando origem a um conjunto de novas ciências e conseqüentemente de seus respectivos objetos. Exemplo notório e de profundos impactos ao longo do século XX, e dos dias vindouros, o nascimento da biologia como campo científico que envolve o estudo da vida em suas várias formas de manifestação. Na perspectiva de Foucault, anunciada em sua obra: “As palavras e as coisas” (2007) é “a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes.”<sup>4</sup> E argumenta o filósofo francês, que mesmo que se considere as ciências exatas, mais especificamente a matemática, a base das ciências naturais e humanas, estas por sua vez se caracterizam pela investigação de elementos descontínuos, procurando estabelecer “entre eles relações causais e constantes de estrutura”.<sup>5</sup>

117

Interrogando a esse nível epistemológico, o campo da *epistemê* moderna não se ordena conforme o ideal de uma matematização perfeita e não desenrola, a partir da pureza forma, uma longa sequência de conhecimentos descendentes, cada vez mais carregados de empiricidade. Antes, deve-se representar o domínio da *epistemê* moderna como um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões. Numa delas, situar-se-iam as ciências matemáticas e físicas, para as quais a ordem é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas; haveria, em outra dimensão, as ciências (como as da linguagem, da vida, da produção e da distribuição das riquezas) que procedem ao estabelecimento de relações entre elementos descontínuos mas análogos, de sorte que elas pudessem estabelecer entre eles relações causais e constantes de estrutura. (...). Quanto a terceira dimensão, seria a da reflexão filosófica, que se desenvolve como pensamento do Mesmo; com a dimensão da lingüística, da biologia e economia, ela delinea um plano comum: lá podem aparecer, e efetivamente apareceram, as diversas filosofia da vida, do homem alienado, das formas simbólicas (...).<sup>6</sup>

Ainda nesta perspectiva, Foucault nos chama atenção para o fato determinante, de que a constituição das ciências humanas, com seus variados objetos, cuja natureza última é o homem,

sangrentas.” NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. Curitiba: Hemus, 2002. P. 24 e 25. Aforismo: Dos crentes em além mundos.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 478.

<sup>5</sup> FOUCAULT, 2007. Op. Cit., p. 479.

<sup>6</sup> Idem, Op. Cit., p. 479.



não poderia ter surgido nos séculos que antecederam o século XVII e XVIII. O filósofo argumenta, que nos períodos anteriores aos séculos de emergência das ciências humanas, o homem compreendido a partir de sua corporeidade, de suas paixões, desejos não existia. Talvez se possa conjecturar, que no bojo da matriz judaico-cristã, o homem se apresente como imagem e semelhança do criador. Mas, para além deste argumento, que pode se apresentar como variável analítica advinda do senso comum, o homem apreendido na condição de indivíduo, ainda não se apresenta em sua plena potencialidade. É somente com a emergência dos pressupostos iluministas que constituem a modernidade que o “homem” em sua individualidade começa a chamar atenção. O homem já não se encontra diluído no rebanho cristão, mas ele é um indivíduo que trabalha diuturnamente para sua autorrealização.

O campo epistemológico que percorrem as ciências humanas não foi prescrito de antemão: nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que fosse nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões, jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem; pois o homem não existia (assim como a vida, a linguagem e o trabalho); e as ciências humanas (...) aparecerem no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber.<sup>7</sup>

Assim, constitui-se no século XIX, a imagem referencial de homem que se tornou o objeto das ciências humanas. Objeto de saber caracterizado pelo seu policientificismo, na medida em que se constituiu a partir das contribuições de outros campos científicos, e transita entre as várias ciências humanas. Objeto que se caracteriza pela participação numa dupla dimensão. Por um lado, um objeto empírico, enquanto o ser humano é portador de um corpo, e de manifestações características latentes deste mesmo corpo, que podem ser observadas, analisadas, quantificadas e projetadas em esquemas interpretativos, submetidas a variáveis estatísticas.

E por outro lado, um objeto transcendental. Um objeto portador de espírito, um ser que pensa, que projeta mentalmente o mundo, que estabelece uma multiplicidade de relações, consigo mesmo, com os outros, com o mundo, com o transcendente. Enfim, um objeto imerso na cultura que ele mesmo constitui. “e é o aparecimento desse ser empírico-transcendental, desse ser cujo pensamento é infinitamente tramado com o impensado, desse ser sempre

<sup>7</sup> Idem, p. 476.



separado de uma origem que lhe é prometida na imediatidade do retorno – é esse aparecimento que dá às ciências humanas sua feição singular.”<sup>8</sup>

### 3. A VIDA HUMANA EM SUA DIMENSÃO BIOLÓGICA E AS CIÊNCIAS HUMANAS

119

Sob tais prerrogativas, talvez, seja possível dizer que a constituição do objeto das ciências humanas é o ápice do projeto moderno, que desde seus primórdios eleva a vida em suas múltiplas dimensões, mas, sobretudo a dimensão biológica a primeiro plano. Somente na medida em que a vida biológica foi aprisionada pela política, a medida que passa a centralidade dos cálculos de custo e benefício na dinâmica econômica, é que a vida dos seres humanos, o homem em suas variadas dimensões, torna-se objeto da ciência, seja da sociologia, da antropologia, da psicologia, entre outras.

Porém, há que ser ter presente de que a vida é um daqueles termos que expressa em si mesma sua própria indefinibilidade. Os esforços na definibilidade da vida, necessariamente a associam a aspectos característicos, e de certa forma, determinantes na maneira como os mais variados seres vivos se apresentam. Assim, desde Aristóteles sabemos que animais, vegetais e seres humanos, apresentam no decurso de suas vidas, modos de viver bastante específicos, no que se refere à percepção, a nutrição, a locomoção e, ao pensamento.

Nesta perspectiva, os olhares científicos, sobretudo, das ciências naturais, lançados na modernidade desdobram-se em esforços específicos, em olhares particularizados à determinadas características do mundo natural, constituindo os mais variados objetos científicos, associados aos diversos campos de investigação. Por seu turno, e a partir de uma variável diferencial, no que se refere a vida humana, segundo Foucault, as ciências humanas constituem seu objeto, “o homem”, a partir de três dimensões que lhe são inerentes: o trabalho, a vida e a linguagem. “As ciências humanas, com efeito, endereçam-se ao homem na medida em que, ele vive, que fala, que produz. É como ser vivo que ele cresce, que tem funções e necessidades, que vê abrir-se um espaço cujas coordenadas móveis, ele articula em sim mesmo.”<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Idem, p. 484

<sup>9</sup> Idem, p. 485.



Assim, a vida para as ciências humanas é vida qualificada. Não é objeto específico e primordial de seu interesse, observações e análises de caráter fisiológico, anatômico. Mas sim, a vida que se constitui como decorrência de um ser que vive temporalmente e espacialmente, que significa e simboliza o mundo em seu torno, representando-o, articulando-o com outros seres humanos, através da linguagem, da fala sobre o mundo e, sobre a natureza. É vida que se qualifica, na medida em que produz o mundo em seu entorno, na medida em que produz objetos, interpretando e modificando a natureza e o próprio pensamento, que constituem as condições básicas para a busca da felicidade, para o alcance do bem viver.

Porém, isto não significa afirmar uma visão unilateral, que durante significativo tempo, fez parte da cosmovisão das ciências humanas, de que o contexto cultural era a única “natureza humana”, desconhecendo, ou, não tomando em conta os avanços da física e da biologia, no estudo e contextualização das condições de possibilidade de estabelecimento dos pressupostos a partir dos quais nos permita falar de uma natureza humana, em sua condição biológica e histórica. “Para além da diversidade entre sociedades, culturas, épocas e indivíduos, os seres humanos compartilham uma natureza humana que é fonte comum de comportamentos, atitudes e motivações.”<sup>10</sup>

A incapacidade de grande parte das ciências humanas e sociais para se aproveitarem dos descobrimentos derivados das ciências biológicas contemporâneas está associada à crença de que a cultura é a única “natureza humana” existente ou de que a cultura determina e explica tudo (crença plenamente reforçada no senso comum emergente na segunda metade do século XX, que definiu como politicamente correto evitar qualquer contaminação com preconceitos biologicistas).<sup>11</sup>

Porém, o homem em sua diversidade de modos de viver, como objeto das ciências humanas, se constitui primordialmente como um ser que cria no decurso dos tempos históricos, suas imagens referenciais, seus modos de ser e estar no mundo. Desta forma, a concepção de vida, a partir da qual articula as mais diversas cosmovisões, e a partir delas opera existencialmente, é resultante de sua capacidade criativa, de seu poder de representar a vida, de conferir-lhe sentido, finalidade na hierarquia dos valores humanos, sociais e naturais estabelecidos em determinado contexto histórico.

<sup>10</sup> LEIS, Hector Ricardo; ASSMANN, Selvino José. **Crônicas da polis: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal amizade, da religião à técnica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. P. 31.

<sup>11</sup> Idem, P. 32.



De um modo mais geral, o homem, para as ciências humanas, não é esse ser vivo que tem uma forma bem particular (uma fisiologia bastante especial e uma autonomia quase única); é esse ser vivo, que do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo seu ser, constitui representações graças às quais ele vive e a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder se representar justamente a vida.<sup>12</sup>

Assim, não é o homem espécie, ou a vida biológica do homem o objeto das ciências humanas, mas constitui-se enquanto tal, a medida que observa-se a dinâmica vital, a partir da qual responde as necessidades de sua dimensão biológica, e na qual estão inseridos os indivíduos, nas diversas formas de interação, que se estabelece em torno da produção, da troca, do consumo, na forma como representam o mundo simbolicamente, estabelecendo a partir destes símbolos um conjunto de articulações linguísticas, que lhes permitem articular discursos, comunicar-se e, assim projetar ações, qualificando ontologicamente e politicamente o fenômeno humano que se desenrola entre o nascimento e a morte dos indivíduos e, a qual se denomina de vida humana. Uma vida, que participa do reino da necessidade biológica, em que outros seres vivos também participam salvaguardadas as especificidades entre o reino animal e o reino vegetal. Uma vida, que em diferentemente do conjunto da vida em seu entorno, manifesta-se consciente, que se percebe em relação como outros seres e, sobre ele age, conformando percepções de tempo, de espaço que consolidam um mundo pleno de sentido e, de finalidade.

(...), só haverá ciência do homem se nos dirigirmos à maneira como os indivíduos ou os grupos se representam seus parceiros na produção e na troca, o modo como se esclarecem, ou ignoram, ou mascaram esse funcionamento e a posição que aí ocupam, maneira como se representam a sociedade em que isso ocorre, o modo como se sentem integrados a ela ou isolados, dependentes, submetidos ou livres;<sup>13</sup>

Desta forma, o objeto das ciências humanas não é o trabalho, atividade que acompanha o homem desde seus primórdios, como decorrência de suas necessidades fisiológicas e materiais de sobrevivência, mas sim, o homem que se constitui e se representa no conjunto das relações de produção, nas relações econômicas que em cada contexto vital se estabelece. A linguagem também não se configura como o objeto das ciências humanas, mas sim, o ser humano em sua politicidade que surge que se revela no contexto das representações, capaz do

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. 2007. Op.Cit., p. 487.

<sup>13</sup> Idem, p. 488.





comércio da palavra como outros seres humanos na conformação do mundo, dos signos e significados atribuídos na vida em coletividade, aos objetos em seu entorno.

O objeto das Ciências Humanas é o ser humano em sua capacidade de comunicação, interação, estabelecendo relações consigo mesmo, com outros seres humanos, com a natureza. Ainda no bojo destas reflexões, talvez se possa dizer que a vida em sua dimensão meramente biológica, não se apresenta como objeto das ciências humanas, na medida em que a vida humana somente pode ser definida em suas múltiplas formas, ou modos de viver. Ou seja, a forma que os seres humanos estabelecem como ideal de vida em determinados contextos.

122

“as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e sua leis, e de que modo ele pode falar.”<sup>14</sup>

Portanto, é no auge do projeto moderno que se apresentam as condições de possibilidade para a efetivação das ciências humanas. Um conjunto de pressupostos epistemológicos, associados às variáveis políticas, econômicas e científicas, corroborou para o surgimento e efetivação das diversas ciências, que tem no homem seu objeto de análise. Num primeiro momento, a vida em sua dimensão biológica ganha status privilegiado, passa a ser objeto de técnicas de saber e de poder da dinâmica política e econômica ocidental, para num segundo momento, desdobrar-se num conjunto de objetos distribuídos nas mais variadas ciências que se constituem na contemporaneidade.

Porém, há que se considerar uma vez mais que na perspectiva analítica Foucaultina é na modernidade que a vida biológica é aprisionada, torna-se objeto da política, assim como, a política fica reduzida às demandas básicas de manutenção da vida. Como decorrência deste contexto, a vida biológica passa a ser legislada, normatizada e, controlada em suas mais variadas formas de manifestação. Articulando-se neste contexto político e normatizador da vida, apresenta-se a ciência e os avanços científicos dos séculos XVII e XVIII, promovendo uma viragem epistemológica na forma de interpretar a natureza e os seres que a compõem. Já não se trata mais de remontar uma história natural do mundo, compondo um mosaico onde cada ente, cada objeto, ocupasse um lugar determinado na rigidez da ordem, mas de articular uma história da natureza, onde cada ser, cada ente revelasse suas particularidades, suas discontinuidades no decorrer do tempo histórico.





Portanto, é no auge da aposta positivista, de aposta nas possibilidades da ciência em ampliar e aprofundar os conhecimentos humanos, como condição de uma reforma do mundo, que a vida humana em suas particularidades passa ser objeto de várias ciências, que passam a se constituir, e entre elas, as ciências humanas. Desta forma, talvez seja possível dizer que as ciências humanas têm na vida humana o foco central de seus olhares, de suas atenções, e o faz através de seu objeto imediato, o homem em suas múltiplas formas de existência, de vida.

As ciências humanas nascem deste ímpeto cientificista que transpira no século XIX, e transferem das ciências exatas e naturais, métodos e modelos interpretativos, adaptando-os aos interesses e necessidades, no domínio e conhecimento de seu objeto. É desta forma, que as ciências humanas se articulam, passam a fazer parte da *episteme* moderna, e é sob estas perspectivas que se pode dizer que as ciências humanas transversalizam, transitam, dialogam através de seu objeto, com as várias áreas científicas constituídas e canonizadas no ocidente. Porém, se esta característica lhe confere determinadas prerrogativas no arcabouço epistemológico ocidental, por outro não faltam acusações, que as ciências humanas não reúnem as condições de possibilidade para se estabelecerem como ciência. Neste sentido, figurariam como “falsas ciências”.

Inútil, pois, dizer que as “ciências humanas” são falsas ciências; simplesmente não são ciências; a configuração que define sua positividade e as enraíza na *epistemê* moderna coloca-as, ao mesmo tempo, fora da situação de serem ciências; e se se perguntar então por que assumiram esse título, bastará lembrar que pertence à definição arqueológica de seu enraizamento o fato de que elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo a ciências.<sup>15</sup>

Nascidas no bojo do projeto positivista, as ciências humanas articulam-se em seu olhar pretensamente objetivo, investigativo em relação ao homem, em três modelos interpretativos distintos. No modelo biológico, “o homem aparece como um ser que tem *funções* – que recebe estímulos (fisiológicos, mas também sociais, inter-humanos, culturais), que responde a eles, que se adapta, evolui, submete-se as exigências do meio, harmoniza-se com as modificações que ele impõe (...)”.<sup>16</sup> Enfim, busca estabelecer normas, padrões de comportamento que permitam participar ativamente do mundo em seu entorno.

<sup>14</sup> Idem, p. 488.

<sup>15</sup> Idem, p. 507.

<sup>16</sup> Idem, p. 494



Outro modelo interpretativo se estabelece a partir da economia. Neste modelo “o homem aparece enquanto tem necessidades e desejos, enquanto busca satisfazê-los, enquanto, pois, tem interesses, visa a lucros, opõe-se a outros homens (...), ele aparece numa irreduzível situação de *conflito*;<sup>17</sup> Neste modelo, o esforço constante do homem é pela busca de equilíbrio, de normas que permitam estabelecer formas de vida pautadas no reconhecimento dos limites e dos conflitos nos quais a vida se insere.

Um terceiro modelo interpretativo do homem encontra-se na linguagem, na medida em que sua constituição objetiva se estabelece no ato da constante comunicação de si para si, de si para com o outro e de si com o mundo. “As condutas dos homens aparecem como querendo dizer alguma coisa; seus menores gestos, até em seus mecanismos involuntários e até em seus malogros, têm um *sentido*.”<sup>18</sup>

Estas três perspectivas interpretativas em relação ao homem constituem os pressupostos centrais, a partir das quais as ciências humanas constituem especificamente seu objeto, e por meio dele se posicionam diante das diversas formas que a vida assume do ponto de vista psicológico, antropológico, sociológico, etnológico, histórico e, demais ramificações das ciências humanas.

É sob estes pressupostos, que as ciências humanas justificam suas intervenções na vida de grupos, comunidades e até de sociedades em sua totalidade. Desta forma, as ciências humanas justificam-se na medida em que o homem passa a existir permitindo sua objetivação e, portanto sua entrada no campo da epistemologia. “A cultura ocidental constituiu, sob o nome de homem, um ser que, por um único e mesmo jogo de razões, deve ser domínio positivo do saber e não pode ser objeto da *ciência*.”<sup>19</sup>

#### **4. O HOMEM OBJETO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E A ESTATIZAÇÃO DA VIDA HUMANA EM SUA DIMENSÃO BIOLÓGICA**

O projeto antropocêntrico que se efetiva na modernidade tem seu epicentro na captura da vida em sua dimensão biológica pela política. Assim, a vida biológica do homem como objeto da política, se manifesta como a condição de conferir ordem e certeza à vida humana,

<sup>17</sup> Idem, p. 494.

<sup>18</sup> Idem, P. 494.

<sup>19</sup> Idem, P. 507.



através de sua conceituação, classificação e administrabilidade. Definida sob estes parâmetros a vida passa a fazer parte dos cálculos do poder. A política transforma-se em um poder sobre a vida e a morte do homem, na capacidade do nascente Estado moderno desenvolver uma racionalidade gerencial em relação à vida e a morte de sua população e, de seus indivíduos, a qual passa a ser patrimônio biológico da nação. Neste contexto, proliferam os discursos científicos, as técnicas de saber e de poder sobre a vida.

A partir destas perspectivas políticas, administrativas, decorrentes do desenvolvimento científico e técnico, desenvolvidas na modernidade através das técnicas de saber e, conseqüentemente, de poder, que passam a definir e a conceituar a vida, opera-se uma dupla cisão. Num primeiro momento a vida é inserida num plano de historicidade. Historicidade amparada numa concepção temporal evolutiva. Há uma história do desenvolvimento da vida em sua totalidade no planeta terra. História situada num longo e paciente processo evolutivo, submetido às leis da probabilidade estatística que, contingencialmente, configura os organismos e as formas vivas que se apresentam em sua diversidade sobre a terra.

Porém, a modernidade opera uma cisão no plano da história da vida. A vida humana passa a usufruir de uma historicidade particular e específica que lhe atribui papel ativo e determinante nas relações que estabelece com os demais seres vivos. “No novo modo de relação entre a história e a vida: nesta posição dupla da vida, que a situa fora da história como suas imediações biológicas e, ao mesmo tempo, dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e de poder.”<sup>20</sup>

A segunda cisão se estabelece entre a vida e as relações de poder “sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência.”<sup>21</sup> A vida biológica dos seres humanos passa a ser alvo de normalização e normatização. Se a dinâmica dos corpos celestes pode ser interpretada a partir de leis naturais universalmente válidas, também os corpos biológicos passam a ser alvo de leis, que se transmutam em normas, cujo objetivo por excelência é a promoção e a manutenção da vida através de uma série de mecanismos de vigilância, de correção e regulação de hábitos, de condutas que ordenam as condições de vida da população. “A instituição judiciária se integra cada vez mais num

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 135.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 135.



contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são mormente reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.”<sup>22</sup>

Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições da norma.<sup>23</sup>

Paradoxalmente, a este esforço moderno de normalização, normatização, classificação, controle e administrabilidade, o conceito de vida apresenta-se polissêmico, assumindo múltiplas definições. Assim, apresentam-se diversos discursos sobre a vida humana, sobre a vida animal, sobre a vida vegetal e planetária. A vida em sua polissemia conceitual torna-se objeto por excelência dos mais diversos interesses e de suas respectivas relações de poder. Em nome da vida, potencializam-se sistemas de controle e de vigilância dos corpos, promovem-se guerras, declaram-se direitos, instauram-se campanhas em defesa da vida de refugiados, de sobreviventes de guerras civis. Em nome da vida promovem-se ações terroristas. Ou seja, em nome da vida justificam-se os mais variados interesses políticos e econômicos nos interstícios dos jogos de poder.

A modernidade privatiza a vida humana e, como consequência, apresenta como horizonte ontológico e político de sentido e finalidade à existência o cuidado da vida em sua dimensão biológica. Afasta-se da centralidade da existência o esforço, o empenho público na busca da imortalidade por conta da memória cultivada na *Polis*, dos feitos memoráveis e louváveis assumidos e levados adiante pelo cidadão nos campos das batalhas, ou, nos argumentos sistematicamente articulados em discursos e debates, entabulados nas *ágoras* públicas em defesa dos interesses comuns, de uma ética que resulte no bem estar, no bem viver, numa realidade que reflita a estética da felicidade comum à todos os cidadãos.

No contexto moderno de otimização dos indivíduos em torno da massificação da bioticidade como decorrência da centralidade da vida, esvazia-se, em seu sentido comunitário, a proposta/promessa judaico-cristã do alcance da eternidade, de uma vida além-túmulo, escatologicamente concretizável numa perspectiva temporal futura, uma vez que a bioticidade

<sup>22</sup> Ibid, p. 135.

<sup>23</sup> Ibid, p. 135.



da vida refere-se a uma estrutura biológica determinada no tempo e no espaço, conformando uma lógica existencial geneticamente programada em suas condições de uso e de finitude.

A modernidade caracteriza-se por este esvaziamento da vida outrora pautada em dimensões ontológicas e políticas alicerçadas no espaço público, na dinâmica comunitária, remetendo à formas-de-vida crescentemente privatizadas, fechadas em si mesmas, individualizadas, cujo sentido ontológico e político realiza-se numa perspectiva temporal, marcada pela presentidade dos estímulos, das reações, da produção de subjetividades corpóreas, de mercadorias e de consumo imediato de sensações. Na perspectiva foucaultina, a biopolítica como traço marcante da política na modernidade, entre outras perspectivas, caracteriza-se pelo fim da articulação entre público e privado.

A vida, vinculada hegemonicamente a sua dimensão biológica, presta-se a uma perspectiva societária cujo paradigma é a busca da segurança, que tem nos mecanismos de controle, de vigilância do que resta dos espaços públicos, uma de suas formas de manifestação mais contundente. Porém, a busca pela segurança faz avançar seus mecanismos de controle e vigilância sobre os espaços privados de circulação dos indivíduos e normatiza e disciplina hábitos de vida, de consumo, de cuidados com o corpo. “O espaço público foi reduzido à publicidade, e a vida pública, ao jogo de interesses privados que se digladiam ou se alternam. Não há sinais de que essa situação possa ser revertida. Daí, a banalização tanto da ética, quanto da política, devido à extinção dos vínculos internos que as ligavam”<sup>24</sup>

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado as ciências humanas surgem e se afirmam a partir de uma viragem epistemológica promovida pelas ciências naturais em relação as ciências exatas e, também preciso ter presente que seu avanços passam a contribuir com a necessidade estatal moderna de instituição de práticas de controle, vigilância e administração dos seres humanos em âmbito societário no qual se circunscreve a população, compreendida pela nascente razão do Estado moderno como recursos humanos, à serem potencializados em sua condição biológica desde

<sup>24</sup> SILVA, Franklin Leopoldo. A banalidade da ética e da política. (In) **A política em tempos de niilismo ético**. Instituto Humanitas Unissinos, nº 197, de 25/09/2006, disponível na Internet: <http://www.unissinos.br/ihuonline>. páginas 12-16, p. 12.



seu nascimento até sua morte, mas também no seio da população compreender as formas de vida dos indivíduos, suas singularidades, seus interesses, sua forma de agir no mundo.

O projeto antropocêntrico moderno, ao deslocar a pretensão teocêntrica e seus correlatos geocêntricos e, criacionistas medievais remetem a responsabilidade aos seres humanos na construção de um mundo, onde a defesa dos direitos do homem e, da vida humana, de reconhecimento de seu *status* privilegiado em relação ao conjunto da vida, em sua multiplicidade de manifestações e de seus direitos, passa a ocupar a centralidade das preocupações econômicas, políticas, científicas e técnicas.

Em nome da veracidade de tais projetos experimentais, sejam eles capitalistas, socialistas, nazistas ou fascistas, a vida dos seres humanos é contabilizada, avaliada, potencializada. Ou por outra perspectiva, milhares de vidas foram torturadas, exiladas, ceifadas nos campos de batalha. Em tais projetos o homem e, por extensão a vida humana foi e é massificada, aprisionada em sua bioticidade e passou a fazer parte da contabilidade de ganhos e de perdas previsíveis e estatisticamente projetados. E em grande medida é neste contexto de racionalização da vida humana nos cálculos do poder que as ciências humanas se inserem e se afirmam.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; pós-fácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

DARWIN, Charles. **A ORIGEM DAS ESPÉCIES**. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda, 1981

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A.Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEIS, Hector Ricardo; ASSMANN, Selvino José. **Crônicas da polis: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal amizade, da religião à técnica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. Curitiba: Hemus, 2002.

\_\_\_\_\_. Friedrich Wilhelm. **A Vontade de Poder**. Tradução do original alemão e notas Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008

SILVA, Franklin Leopoldo. A banalidade da ética e da política. (In) **A política em tempos de niilismo ético**. Instituto Humanitas Unissinos, nº 197, de 25/09/2006, disponível na Internet: <http://www.unisinos.br/ihuonline>. páginas 12-16,





## O USO DO TERMO LEPRA NO JORNAL DO BRASIL A PARTIR DA LEI 9.010 (1995-2005)

LEANDRO, José Augusto

*Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de  
Ponta Grossa -PR  
joseaugustoleandro@gmail.com*

130

SANTOS, Aparecida Garcia dos

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade  
Estadual de Ponta Grossa  
cidagarciauepg@gmail.com*

### RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar os sentidos atribuídos ao termo 'lepra' no *Jornal do Brasil*, entre 1995 e 2005. Os resultados apontaram para duas grandes categorias: 'lepra como doença', que subdivide-se em lepra como doença sem associação à hanseníase e lepra como hanseníase; e 'lepra como metáfora', com destaque para o uso da palavra no campo político.

**Palavras-chave:** Lepra. Hanseníase. Jornal do Brasil.

### ABSTRACT

This research aimed to investigate the meanings attributed to the term 'leprosy' in the *Jornal do Brasil*, between 1995 and 2005. The results pointed to two broad categories: 'leprosy as a disease', which is subdivided into leprosy as disease not associated with Hansen disease and leprosy as Hansen disease; and 'leprosy as a metaphor', highlighting the use of the word in the political field.

**Key-words:** Leprosy. Hansen disease. Jornal do Brasil.



## INTRODUÇÃO

A hanseníase, uma vez relacionada à milenar lepra, traz consigo uma carga simbólica de estigma, preconceito e discriminação. A maneira como as pessoas pensam, sentem e agem em relação ao doente de hanseníase relaciona-se ao passado histórico da doença. Na Bíblia, a fronteira puro/impuro aparece em passagens ao se destacar que o ‘leproso’ era alguém que trazia uma ‘praga’, que deveria ser ‘purificado’ ou que deveria viver apartado do arraial (Bíblia, 1983, ver: *Levítico*, capítulo 14).

No período da Idade Média a enfermidade foi identificada, segundo George Rosen, como “a grande praga”, e “o medo de todas as outras doenças, juntas, dificilmente se pode comparar ao terror da lepra. Nem mesmo a Peste Negra, no século XIV, ou o aparecimento da sífilis, ao final do século XV, produziram tamanho pavor” (ROSEN, 1994, p. 59).

De fato, tal período histórico produziu medos coletivos que davam vida à associação doença-impureza. Segundo Yara Monteiro,

Era comum, na Idade Média, que a exclusão do doente se realizasse através de um cerimonial sacralizado, sendo que a partir desse é que o indivíduo tornava-se oficialmente reconhecido como tal. Para isso havia uma missa especial: a missa dos mortos denominada *Separatio Leprosarum*. Esta funcionava como uma espécie de rito de passagem significando a morte social da pessoa e a conseqüente perda da identidade anterior, que seria substituída pela sua nova condição: a de "leproso". Uma vez encerrada a cerimônia o doente seria acompanhado até os limites das cidades, de onde não mais poderia retornar, ou internado num "leprosário".

Aos poucos foi se estruturando um controle institucional sobre a vida quotidiana dos doentes, em especial, através de seu isolamento em estabelecimentos asilares. Paulatinamente as medidas ditas preventivas foram abrangendo, também, a sociedade como um todo através da *caça* aos suspeitos e aos comunicantes.

No Brasil do século XX muitos hansenianos, excluídos por serem vítimas de preconceito, optaram pelo nomadismo, pela ‘vida errante’, em decorrência das sequelas físicas da doença viviam escondidos. Entre 1924 a 1962 vigorou no país a lei de internamento compulsório e a doença passou a ser equacionada num modelo que os autores denominam ‘tripé da lepra’. Para o Brasil, Laurinda Maciel resumiu com propriedade esse modelo: “era amparado



no funcionamento conjunto de três instituições que procuravam cercar a doença, o doente e os que com ele se relacionavam: o leprosário que visava isolar e tratar o doente; o dispensário que tratava dos comunicantes, normalmente familiares e os que com o doente haviam mantido contato; e, por fim o preventório, que separava desde o nascimento se possível, os filhos dos pacientes isolados” (MACIEL, 2007, p. 2).

As políticas de saúde, mesmo depois da emergência de tratamento medicamentoso com base nas sulfonas, ao longo da década de 1950 - tratamento medicamentoso que equacionou a doença no campo da cura, - não foram capazes de diminuir o peso estigmatizante da palavra lepra.

Diante disso, no Brasil passou a vigorar, a partir de 29 de Março de 1995, a Lei nº 9.010<sup>1</sup>. Esta lei dispõe, em seus cinco artigos:

Art. 1º O termo "Lepra" e seus derivados não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros.

Art. 2º Na designação da doença e de seus derivados, far-se-á uso da terminologia oficial constante da relação abaixo:

Terminologia	Oficial	Terminologia	Substituída
Hanseníase		Lepra	
Doente de Hanseníase		Leproso, Doente de Lepra	
Hansenologia		Leprologia	
Hansenologista		Leprologista	
Hansênico		Leprótico	
Hansenóide		Lepróide	
Hansênide		Lépride	
Hansenoma		Leproma	
Hanseníase Virchoviana		Lepra Lepromotosa	
Hanseníase Tuberculóide		Lepra Tuberculóide	
Hanseníase Dimorfa		Lepra Dimorfa	

<sup>1</sup> Lei 9010/95. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1286722/lei-n-9010-de-29-de-marco-de-1995>. Acesso em 02/07/2014.



Hanseníase Indeterminada

Lepra Indeterminada

Antígeno de Mitsuda

Lepromina

Hospital de Dermatologia Sanitária,  
de Patologia Tropical ou Similares

Leprosário,

Leprocômio

Art. 3º. Não terão curso nas repartições dos Governos, da União e dos Estados, quaisquer papéis que não observem a terminologia oficial ora estabelecida, os quais serão imediatamente arquivados, notificando-se a parte.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Neste artigo objetivamos verificar como o termo lepra se faz presente na mídia impressa brasileira posterior a lei 9.010 de 1995. Em outras palavras: com quais sentidos o termo lepra é empregado?

## METODOLOGIA

Consideramos o recorte temporal do período 1995 a 2005 e tomamos como base de pesquisa o periódico *Jornal do Brasil* (JB). A investigação foi realizada a partir da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>2</sup>. Adotamos, portanto, a pesquisa documental, que, segundo Reis (2008, p. 53) utiliza-se de fontes valiosas de dados informativos antigos, em que são encontrados em documentos pessoais, como cartas, diários, fotos, vídeos, ofícios, informativos, atas, e documentos institucionais que são: relatórios de pesquisa, que incluem dados estatísticos, gráficos e tabelas, boletins, periódicos e jornais.

Segundo Oliva (2011, p.1):

A imprensa figura como uma das mais instigantes e reveladoras fontes para o trabalho do historiador, seja para incursões em tempos afastados de nossa experiência atual, seja para o estudo das representações, ideias e eventos que nos são contemporâneos. Os fragmentos noticiados, a intensidade das abordagens, as linhas editoriais, o cotidiano, a política, os cenários nacionais e internacionais veiculados pelos múltiplos meios de comunicação revelam

<sup>2</sup> Pesquisa realizada na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>



formas de “olhar” distintas ao do historiador, mas fecundas para compreensão das sociedades e de suas relações.

Não estivemos preocupados em discutir a imprensa em si; ela foi utilizada como fonte para se perceber a relação doença-história-linguagem num dado período de tempo, sobretudo com vistas à verificação do estigma por detrás da linguagem<sup>3</sup>.

## RESULTADOS

Após a entrada em vigor da Lei 9.010, o termo ‘lepra’ continuou sendo utilizado na mídia impressa brasileira. Se a lei não obriga a imprensa a banir o termo em suas publicações, vale lembrar que o jornalismo, reitera, no senso comum, um certo entendimento de lepra, fato que pode trazer à tona o peso do estigma ao doente de hanseníase.

Ao longo do período 1995-2005 o termo lepra apareceu pouco mais de cem vezes no *Jornal do Brasil*. Na pesquisa foram excluídas as citações do termo lepra em palavras-cruzadas. Para uma melhor descrição, os resultados apresentam-se agrupados em duas categorias; a primeira intitulada ‘lepra como doença’; a segunda intitulada ‘lepra como metáfora’. A categoria ‘lepra como doença’ subdivide-se em ‘lepra como doença sem associação à hanseníase’ e ‘lepra como hanseníase’; já a categoria ‘lepra como metáfora’ destacou o uso da palavra associada à política.

## LEPRA COMO DOENÇA

Na categoria ‘*lepra como doença sem associação à hanseníase*’ identificamos menos de dez ocorrências. Essas ocorrências, em sua maior parte faziam associação a uma história mais distante, por vezes citando como referência a Idade Média ou o período colonial no Brasil. Na edição 00194, datada de 19 de outubro de 1997, por exemplo, foi publicado:



[...] As razões para a alta incidência da doença no país estão historicamente relacionadas [...] desde o tempo do império. Ao desembarcarem na América, no século XV os portugueses transportaram doenças endêmicas que assolavam a Europa na época. Entre elas a lepra (JB, 19 out. 1997, ed. 00194, p. 24).

Em entrevista com a então chefe de psiquiatria do INCA, Dra. Zenaide Medeiros, esta discorreu sobre o dilema de contar ao paciente e aos familiares sobre o diagnóstico de uma doença incurável. Conforme apontou a médica, para cada época, cria-se um estigma relacionado à doença e isso ocorreu com a ‘lepra’.

135

O temor em saber a verdade não se resume apenas ao medo da morte, já que a princípio todas as doenças podem levar a óbito. “Existem as *doenças sagradas* de cada época. Antes era a lepra, depois veio a tuberculose, o câncer e agora a Aids. As pessoas têm medo até de falar o nome da doença, apesar de saber que estão doentes”, conta a psiquiatra Zenaide. Muitas vezes a maneira de se dar uma notícia está diretamente relacionada ao modo como o paciente vai levar o tratamento. Por mais preparada que a pessoa possa estar para um diagnóstico ruim, ninguém espera a confirmação de ter uma doença incurável. (JB, 26 jan. 1997, ed. 00293, p. 18).

Não se pode analisar o fenômeno social das doenças, sejam elas endêmicas ou epidêmicas, sem antes procurar sentidos através do contexto histórico. Le Goff (1997, p. 7-8) de maneira apropriada destaca que “a doença pertence à história em primeiro lugar, porque não é mais que uma ideia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica”.

Levando em consideração a observação de Le Goff sobre uma doença ser uma ‘ideia’, vale destacar que embora a ‘lepra’ hoje tenha modificado seu status ontológico (tem tratamento eficaz e cura), permanências de significados construídos historicamente demonstram claramente a dificuldade em se dissociar a ideia de ‘lepra’ da ideia de pecado, corrupção da carne e incurabilidade.

Ainda vale destacar que o termo ‘lepra’ como doença também foi publicado na imprensa sem necessariamente menção a uma história pregressa, mas como um problema de saúde pública no país. Problema que também se articula com questões sociais mais amplas. Cristovam Buarque, por exemplo, escreveu em 1999 um texto na coluna ‘Opinião’ sob o título

<sup>3</sup> O conceito de estigma que norteou nosso olhar sobre a pesquisa do termo ‘lepra’ foi o de E. Goffman que afirma que estigma é “um atributo profundamente depreciativo” que produz uma “identidade deteriorada” tornando o indivíduo “desacreditado” (Goffman, 1988, p.13).



“Hierarquia de dívidas”, no qual fez críticas às mazelas sociais não resolvidas pelo Estado brasileiro e pelas quais, segundo ele, muitos ainda aguardavam uma possível solução. Citou como exemplo a dívida com os indígenas, negros, crianças e mulheres, e também como herdeiros de uma dívida “não paga” aparecem os doentes de ‘lepra’.

A sociedade que não paga suas dívidas é necessariamente caótica. Todas elas devem ser pagas, e não apenas algumas. Há 500 anos o Brasil vem contraindo dívidas e adiando o compromisso de saldá-las. Temos uma dívida com os doentes mentais depositados em manicômios desumanos, doentes crônicos renais sem direito à hemodiálise competente, portadores de deficiência sem acompanhamento especial, milhões de mulheres sem atendimento pré-natal, e prematuros sem lugar em incubadoras. Temos, ainda, uma dívida com os que sofrem de dengue, de lepra, de esquistossomose, de tuberculose e outras doenças endêmicas, contraídas por um desprezo secular às necessidades sanitárias da população. (JB, 09 ago. 1999, ed. 00123, p. 9).

136

Por sua vez, a categoria ‘lepra como hanseníase’ apresentou mais de 40 ocorrências. Foi nesse sentido que o termo ‘lepra’ mais foi noticiado no JB.

No dia 17 do mês de agosto de 1996, por exemplo, em uma nota intitulada “Hanseníase”, divulgou-se que:

Os postos de vacinações também estarão diagnosticando casos de hanseníase (lepra), como parte da campanha para eliminar a doença no município do Rio de Janeiro. As pessoas que comparecerem aos postos, receberão folhetos explicativos e a relação dos locais onde podem receber tratamento. (JB, 17 ago. 1996, ed. 00131, p. 23).

No final dos anos 1990 algumas pessoas famosas se prontificaram para contribuir com sua imagem para divulgação no sentido de conscientização da população em relação ao seu próprio corpo. No dia 19 de julho de 1997:

o Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (o Pelé), foi nomeado como embaixador da Boa Vontade, na luta contra a Hanseníase (lepra), pela OMS, sendo que Pelé está envolvido com a erradicação da doença no Brasil (JB, 1997, p. 21, edição n. 00102).

Outros artistas famosos como Ney Matogrosso, Ney Latorraca e Elke Maravilha, também contribuíram com campanhas, explanando sobre a doença e repassando informações





básicas e necessárias para a identificação de novos casos da hanseníase. Durante algum tempo essas campanhas continuaram sendo divulgadas na imprensa.

A mídia impressa não apenas mencionou campanhas sobre a moléstia feitas por organismos governamentais brasileiros, como também mencionou ações de organismos internacionais. Em 17 de fevereiro de 2002, uma notícia sobre uma campanha de erradicação da hanseníase desenvolvida por uma Organização não governamental espanhola com o nome de Ação Sanitária e Desenvolvimento Social (Anesvad) foi criticada pelo diretor do Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas por Hanseníase), Arthur Custódio, uma vez que a ONG espanhola desenvolvera uma campanha agressiva, na qual atacava o governo brasileiro e veiculava imagens apelativas sobre a doença e sobre os doentes. Segundo o JB, a entidade veiculou propaganda na televisão na qual “mostrou trabalhadores descendo de caminhões e derrubando árvores com motosserras. Diante da área desmatada soava a mensagem: ‘O Brasil precisa tomar sérias medidas contra o desmatamento ou seus enfermos de lepra não terão lugar para se ocultar’. E seguia: ‘O mundo tem 7 milhões de doentes discriminados e o Brasil é o segundo país com mais casos. Faça-se sócio da Anesvad’.” Ouvido pelo jornal na ocasião, Arthur Custódio disse que o Brasil não faria tal propaganda. “Estigmatizaria a imagem do paciente. Mas na Espanha não há hanseniano” (JB, 17 fev. 2002, ed. 00314, p. 2).

A notícia a seguir também é demonstrativa do uso do termo ‘lepra’ como sinônimo de hanseníase. Porém, é possível arriscar que o editor escolheu o termo ‘lepra’ no título da matéria (e não hanseníase) porque a palavra segue com impacto deveras forte para chamar atenção do leitor.

#### Rio Grande do Sul erradica a lepra

O Rio Grande é o primeiro estado a alcançar a meta de eliminação da hanseníase (lepra) segundo informou o secretário de Saúde, Germano Bonow. O estado tinha 3,96 casos para cada 10 mil habitantes em 1991 e chegou a 0,9 casos, atingindo a meta da Organização Mundial da Saúde que previa a erradicação da doença até o ano 2000, com índices inferiores a um caso por 10 mil habitantes (JB, 19 mar. 1996, ed. 00346, p. 5).

Posteriormente, o jornal continuou explorando o contexto em que a Organização Mundial da Saúde lançou a meta para diminuir a incidência de casos no Brasil.



## Hanseníase tem nova campanha nacional

Ministério da Saúde quer atingir meta da OMS de reduzir os casos para menos de 1 por 10 mil

Desde domingo, o Ministério da Saúde colocou no ar uma campanha de combate à hanseníase – o uso do termo lepra foi proibido por lei em 1976 – que deverá ser veiculada na televisão por 15 dias. A campanha pretende conscientizar a população a procurar os postos de saúde assim que aparecerem os primeiros sinais da doença. O objetivo é atingir a meta proposta pela Organização Mundial da Saúde, de reduzir, até o ano 2000, a incidência da doença para menos de um caso por 10 mil habitantes em todos os países.

O Brasil ocupa o segundo lugar nas estatísticas mundiais para a hanseníase, com 138 mil casos. A Índia é a campeã com mais de 1 milhão de doentes.

“Não há vacina para a hanseníase, mas é uma doença que tem cura”, afirma a médica Maria Leide, responsável pela Coordenadoria Nacional de Dermatologia Sanitária, vinculada ao ministério. “Apesar disso, 41% das pessoas abandonam o tratamento antes de concluí-lo”, lamenta.

[...]

“A campanha que está no ar foi veiculada anteriormente em 1987, quando teve muito boa aceitação”, conta Maria Leide. “O número de casos notificados aumentou em 35% de um ano para outro, o que mostra que a campanha teve impacto”, aponta a médica. “Esperamos que essa repercussão se repita, apesar de não contar com a ajuda de algumas redes, como a Globo, que nunca veicula o filme em horários nobres.”

[...]

Maria Leide lembra que a campanha da hanseníase é uma prioridade nacional. Só em 1995, o ministério da saúde investiu R\$ 710 mil para treinar 10 mil profissionais de saúde (JB, 23 de mai. 1996, ed. 00045, p. 14).

Independentemente de o termo lepra surgir com ou sem associação à hanseníase, uma questão vale destacar: muitas das matérias publicadas no período associaram a doença lepra/hanseníase à pobreza. As matérias publicadas no JB nos anos de 1995 ilustram a associação da doença com a condição social desfavorecida.

Mas o Rio não é o único grande centro a sofrer o recrudescimento da tuberculose e das outras doenças da pobreza. Se as endemias tradicionais, como a malária, continuam aumentando na região amazônica, doenças como a ‘lepra’ (hanseníase) e a dengue já estão presentes em particularmente todos os estados e nas grandes cidades. Deterioração da qualidade de vida, pobreza crescente da população, falta de saneamento e o caos nos serviços de saúde são as principais causas desta situação (JB, 25 jun. de 1995, ed. 00078, p. 5.).

o número de casos de ‘lepra’ na cidade do Rio de Janeiro, tem aumentado, e esse estudo que foi realizado pela secretaria Municipal de Saúde, para explicar o número de incidência da doença a sanitarista responsável pelo controle Nélia Maria Figueiredo relata que os bairros mais pobres foram os mais acometidos (JB, 25 out. 1995, ed. 00200, p. 21).



Ainda vale ilustrar a associação lepra/hanseníase/pobreza em uma notícia publicada no JB, no ano de 2001, por ocasião da realização do Congresso Mundial de Hanseníase. Tal notícia associou, de maneira irônica, doença e origem/classe social do doente:

O paradisíaco complexo turístico Costa de Sauípe, na Bahia, será sede, ano que vem, do Congresso Mundial de Hanseníase. As diárias, ali, custam mais de R\$ 400. O Ministério da Saúde pagará parte da fatura. Lepra e riqueza nunca foram tão próximas (Jornal do Brasil, 2001, p. 6, edição n. 00193).

## LEPRA COMO METÁFORA

Na categoria ‘lepra como metáfora’ identificamos pouco menos de 30 ocorrências e destacou-se a utilização do termo associado ao mundo da política.

Susan Sontag em seu livro *A doença como metáfora* (1984) demonstra a utilização da retórica da doença também no mundo político, com diferentes possibilidades. No caso da nossa pesquisa no JB observamos o uso estratégico discursivo do termo ‘lepra’ para denotar corrupção de valores e para atacar ou enfraquecer o inimigo do campo político oposto, identificado como moralmente desqualificado.

Um bom exemplo de alguém que sentiu-se atacado e enfraquecido ‘moralmente’ a partir do olhar reprovador dos outros pode ser percebido na matéria publicada sobre a morte do criminalista Antonio Evaristo de Moraes Filho, ocorrida em março de 1997. O JB recuperou uma fala do advogado em que ele expressou seu sentimento durante o período em que defendeu o ex-presidente Collor de Melo. Especificamente em 1994, quando obteve a vitória do seu cliente pela decisão do Supremo Tribunal Federal, o eminente criminalista disse que a despeito da vitória, a pressão da opinião pública, naquele caso específico, havia deixado “mágoas”: “Parecia que eu tinha lepra” (edição 00355, 29 de Março de 1997, p. 20).

Um ano antes do falecimento de Moraes Filho, o termo ‘lepra’ foi pronunciado em evento público para desqualificar grupo político com o qual não se alinhava. No ciclo “Debates Civis”, promovido pelo JB e pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, no Teatro Leblon, em abril de 1996, uma pessoa da plateia, de nome Yolanda, interveio após a fala do sociólogo Betinho, que discorreu sobre solidariedade e fraternidade. Ela relatou aos presentes no evento



que atuava em uma comunidade de hansenianos no Maranhão, em São Luís, e que não recebia apoio político algum na região. Disse Yolanda: “Esta doença é pior do que a Aids, pois nasce na pobreza”, ao que Betinho emendou, com ironia: “Há vários tipos de lepra...” (JB, 10 abr. 1996, ed. 00002, p. 5).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, pela pesquisa no *Jornal do Brasil*, que o termo lepra no período entre 1995 e 2005 se faz presente sobretudo associado à palavra hanseníase; dessa feita, é possível inferir que a mídia impressa de certa forma está absorvendo a nova nomenclatura recomendada pela lei 9.010/95. Do ponto de vista da saúde pública tal fato é positivo e auxilia o doente a olhar para o fenômeno da doença como tratável, como algo que tem cura.

Porém, notamos um uso reiterado do termo lepra como metáfora, sobretudo no campo da política. Dessa feita, o estigma – no sentido atribuído por Goffman de “identidade deteriorada” – migra do doente para o não doente. Mas a palavra continua bruta, sendo atribuída a alguém desacreditado ou a alguma coisa que significa corrupção. Nesse sentido, o termo lepra continua a assombrar, de alguma forma, o doente de hanseníase, pois continua a ser utilizado para indicar identidade deteriorada.

A força da palavra ‘lepra’, sua popularização e emprego em sentidos variados, muito provavelmente deita raízes no período medieval. Segundo Jeffrey Richards (1993, p.153), na Idade Média “o próprio termo leproso, tornou-se sinônimo de rejeitado”. Susan Sontag já havia destacado em sua obra *A doença como metáfora* o quanto tal período histórico contribuiu para sedimentar o uso da palavra no sentido metafórico.

A lepra, em seu apogeu, suscitou um horror igualmente desproporcional. Na Idade Média, o leproso era um assunto social em que a corrupção vinha a tona; um caso exemplar; um símbolo da decadência. Nada é mais punitivo do que atribuir um significado a uma doença quando esse significado é invariavelmente moralista. Qualquer moléstia importante cuja causa é obscura e cujo tratamento é ineficaz tende a ser sobrecarregada de significação. Primeiro, os objetos do medo mais profundo (corrupção, decadência, poluição, anomia, fraqueza) são identificados com a doença. A própria doença torna-se uma metáfora. Então, em nome da doença (isto é, usando-a como



metáfora), aquele horror é imposto a outras coisas. A doença passa a adjetivar. Diz-se que isto ou aquilo se parece com a doença, com o significado de que é nojento ou feio.

## REFERÊNCIAS

- BIBLIA. Tradução de João Ferreira de Almeida. **Livro de Levítico**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1983.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Secretaria de Políticas de Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Guia para o controle da hanseníase. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002.
- CLARO, L. B. L. **Hanseníase: representações sobre a doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 31-35.
- DAMASCO, M.S. **História e memória da hanseníase no Brasil do século XX: o olhar e a voz do paciente**. Monografia do curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 4ª ed., 1988.
- LE GOFF, J. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1997.
- MACIEL, L. R. **“Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Niterói, 2007.
- MONTEIRO, Yara N. Doença e estigma. In: *História*, São Paulo, n.127-128, p.131-139, ago-dez/92 a jan-jul/93.
- OLIVA, A. R. A imprensa como fonte. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-imprensa-como-fonte>. Acesso em 28/07/2014.
- REIS, L. G. **Produção de monografia: da teoria à prática**. 2 ed. Brasília: Senac-DF, 2008.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e Danação: as minorias na Idade Média**. Tradução Marcos Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor. 1993.
- ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Unesp. 1994.



SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.



## SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA AMPLIADA: REFÊNS X NOVAS POSSIBILIDADEDES

KEITEL, Liane.

*Psicóloga e Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH  
lianekeitel@gmail.com*

VERDI, Marta.

*Enfermeira e Professora do Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar em  
Ciências Humanas - PPGICH  
marverdi@hotmail.com*

143

### RESUMO:

Michael Foucault discute o saber psiquiátrico em sua dimensão biopolítica, se transformando em discurso de verdade, e com isso, estratégia de regulação da vida através da medicalização. Relaciona comportamentos com desequilíbrios funcionais, e com isso o objeto base da psiquiatria se torna a anormalidade, o desvio, e não mais a doença. Hernaez (2012) mostra como análises de sintomas psicóticos delirantes, sustentadas em categorias do pensar do senso comum reafirmam a exclusão “da loucura”, afirmando um não lugar, e respaldam a produção de sujeitos fora de cena. O texto busca na psicanálise de Wilfred Bion elementos que se contraponham à psiquiatria ampliada e permitam a construção de outros modos de subjetivação, ao explorar a simbolização de diferentes ordens para pensar a produção do pensar da crise psicótica, e com isso romper a patologização e apostar na potencia de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica, Saúde Mental, Psicanálise.

### ABSTRACT

Michael Foucault discusses the psychiatric knowledge in its biopolitical dimension, turning into discourse of truth, and with that, strategy of regulation of life through medicalization. Related behaviors with functional imbalances, and with that the base object of psychiatry becomes the abnormality, deviation, and not the disease. Hernaez (2012) analysis shows how delusional psychotic symptoms sustained in the categories of common sense think reaffirm exclusion "madness", saying a non-place, and advocated a production of subjects out offstage. The text search in psychoanalysis Wilfred Bion elements that oppose the expanded psychiatry and allow the construction of other modes of subjectivity, to explore the symbolism of different orders for the production of thought think of psychotic crisis, and thus break the pathologizing and bed on the power of life.

**KEYWORDS:** Biopolitics, Mental Health, Psychoanalysis





## A PSIQUIATRIA AMPLIADA E A SAÚDE MENTAL

Na aula de 19 de março de 1975, no Collège de France (1974-1975) Michel Foucault, aborda o aparecimento do personagem do anormal. Este momento histórico é importante, pois marca o momento em que as anomalias passam a ser objetos privilegiados da psiquiatria, e não mais a doença, isso define “o anormal” a condição de indivíduo psiquiatrizável. Esta análise parte de um caso estudado por Foucault que envolve uma situação sexual, o que inicia um processo de psiquiatrização da sexualidade. As famílias incorporam medidas higiênicas e morais dos fins do século XVIII, em relação a sexualidade que era solta e laxa. A psiquiatrização das condutas e da sexualidade inicia com indicação médica de que existem sujeitos que não tem condições morais para resistir aos próprios instintos, e portanto, devem ser controlados ou corrigidos em casas de correção no caso de infantes, ou asilos psiquiátricos no caso de adultos.

Esta normatização inicia a criação de estigmas permanentes, que relacionam certos atos com anormalidade, e, portanto objeto da psiquiatria. Condutas “erradas” e/ou “criminosas” passam a ser entendidas dentro de um processo patológico, que é marcado por um lado por excessos e por outro pela presença de instintos ingovernáveis. Estes seriam decorrentes de desequilíbrios funcionais dos sujeitos por insuficiência e/ou defeitos ou por interrupções do desenvolvimento geradas por falta ou inadequada educação.

Estas assertivas constroem importantes pilares da psiquiatria:

- presença de comportamentos excessivos, marcados pela falta de controle.
- relação destes comportamentos com desequilíbrios funcionais dos sujeitos, podendo relacionar os sintomas com anormalidade.
- Sujeitos não beneficiados por processos educativos.
- A impossibilidade de a infância ser acessada por processos educativos, coloca a infância como chave da psiquiatrização, pois nela serão encontradas as matrizes dos problemas dos adultos.
- A origem na infância, define uma condição interna dos sujeitos, portanto orgânica para a construção de sintomas. No caso desvio, são crianças não suscetíveis a processos educativos.
- Esta condição orgânica articulando a psiquiatria com a neurologia do desenvolvimento e a biologia evolucionista, constroem a cientificidade da psiquiatria como saber médico, pautando na hereditariedade a anormalidade, como uma metasomatização.



- A psiquiatria passa a ser ciência da infantilidade das condutas e estruturas, das condutas normais e anormais. Cria-se o cenário em que a psiquiatria é instância geral para análise das condutas, considerando seus desvios e anomalias. O desenvolvimento normativo é sua referência.

- O anormal é portador de perigos, uma degeneração incurável e, portanto sujeito da medicação. E a psiquiatria é observa e qualifica os desvios, colocando-se como “ciência da proteção científica da sociedade, ciência da proteção biológica da espécie”.

- A partir da metade do século XIX, a psiquiatria transforma seu objeto de estudo, vai da **doença** para **anomalia**. Acontece por um lado uma despatologização do objeto, que não cuida mais somente doença mental, mas por outro lado acontece uma generalização da psiquiatria como poder médico, a partir do conceito de transtorno mental, numa patologização de fenômenos do viver e do cotidiano.

Exatamente neste ponto onde o discurso médico deixa de se interrogar por sintomas de lesões orgânicas e começa a ser preocupar com o sofrimento que não pode ser localizado em determinado órgão ou tecido, um sofrimento que toma o homem em seu conjunto, um sofrimento em que damos o nome confuso de ‘doença mental’ ou de transtorno mental. (CAPONI, 2012, p. 34)

Caponi (2012), a partir dos estudos de Foucault, trás que diferente da neurologia que se preocupa com a localização anatomopatológica, a psiquiatria é marcada pela ausência de corpo, enquanto tecidos e órgãos, mas começa “falar de um corpo com potencialidades, com funções precisas, com comportamentos desejáveis” (p. 35). Estas questões passam a ser parâmetros para construção de categorias de anormalidade, que tem na narrativa do paciente sobre si, como confissão, as bases para a realização de diagnósticos.

## **A PSIQUIATRIA COMO O SABER PODER SOBRE A VIDA**

O olhar diagnóstico sobre a degeneração/anormalidade/desvio vai montando um cenário para construção de biossociabilidades (conceito abordado no decorrer do texto). Isso cria condições para um deslocamento do racismo étnico para um racismo contra os desvios, da anormalidade, e a psiquiatria torna-se um dos grandes mecanismos de poder de regulação da



vida, tendo na medicalização do anormal as forças de controle e regulação dos corpos. Sob este paradigma constitui-se como grande estratégia biopolítica e biopoder, quando o poder sobre a vida gerencia a política.

Segundo Rabinov e Rose (2006) Foucault pensou o biopoder num diagrama bipolar, um deles se foca na anatomopolítica do corpo humano, buscando maximizar suas forças e integrá-lo em sistemas eficientes, e o outro consiste em controles reguladores do corpo, pelas biopolíticas das populações, reguladoras do nascer, adoecer, morrer e viver (nascimento, morbidade, mortalidade e longevidade). “O biopoder serve para trazer à tona um campo composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana” (p. 24), que incluem minimamente os seguintes elementos:

[...] **discursos de verdade** sobre o caráter vital dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade. [...] que podem hibridizar os estilos biológico e demográfico ou mesmo sociológico de pensamento. [...] **Estratégias de intervenção** sobre o coletivo em nome da vida e da morte, [...]. **Modos de subjetivação**, através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas de self, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família, ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo – Rabinov tem examinado a formação de novas coletividades em termos de ‘biosocialidades’, e Rose tem examinado a formação de tipos de sujeitos em termos de ‘individualidade somática’. (RABINOV e ROSE, 2006, p. 29)

Segundo Assmann, Pich, Gomes e Vaz (2007) a biopolítica como um poder sobre a vida tem se instalado por diversas formas, e “dispositivos de caráter sexual, pedagógico, clínico, penal, permitindo possibilidades de intervenção do Estado sobre e vida da população” (p. 20), e tem na atualidade sido gerenciada pela esfera privada ou social, criando “biosociabilidades que promovam o agrupamento de indivíduos conforme critérios, por exemplo de saúde” (p. 20), Neste sentido, na atualidade a categorização de fenômenos da vida mental, como crises vitais, dores, dilemas existências, formas de ser, e pensar, que tem sido classificados como transtornos mentais e medicalizados, tornando-se alvos potenciais de regulação da vida. Esta regulação, não está mais centrada no estado, mas a mercê de um complexo sistema de captura organizado a partir de ganhos de capital da indústria farmacêutica, que se edifica a partir de em determinado discurso de verdade, e tem no saber poder da psiquiatria ampliada potentes bases.



Segundo Hernaez (2012), apesar dos esforços na construção de serviços substitutivos aos manicômios e fazer a reforma psiquiátrica em diferentes países, estes ainda não conseguiram ser eficientes no sentido de por em debate as bases teórico práticas sobre as quais a assistência psiquiátrica tem sido construída, e sobre o qual tem se tratada a loucura. Mostra a partir da análise de delírios de um usuário de um serviço assistencial substitutivo na Espanha, como acontece a estigmatização e exclusão dos usuários quando os sintomas são tratados a partir de atributos do pensar do senso comum, e ao utilizar estas formas de análise/compreensão dos pensamentos delirantes, o que temos é um reforço a ideia do desvio da normalidade, pois encontramos pessoas com uma produção de ideias que se afastam destes atributos, considerando o senso comum como normal. Refere que:

147

É um lugar comum localizar a loucura em oposição à razão ou inclusive à racionalidade, entendendo a primeira como qualidade e a segunda como sistematização dessa qualidade. Frente a uma ideia de “razão” ahistórica que permite uma valoração correta das coisas, se oporia o defeito do juízo, a confusão da realidade interna com a externa, a falta de discernimento dos desejos subjetivos, enfim: a loucura como sem-razão indomável. Agora bem, o problema é que dificilmente podemos entender que algum contexto terapêutico possa ser a materialização da racionalidade. A análise das práticas de contenção, reabilitação e tratamento na maioria dos contextos nos mostra que a loucura parece opor-se mais do que a essa entidade abstrata chamada razão ao plano mais cotidiano do senso comum, entendendo este nos termos que Clifford Geertz utiliza em “*Common sense as a cultural system*” (1983).

Utilizando da categorização do Clifford Geertz (1983), que caracteriza o sendo comum com as seguintes características: naturalidade, praticidade, transparência, assistemática e acessibilidade. Analisando um caso com delírios a partir destes atributos mostra artificialidade narrativa do delírio se opõe à **naturalidade**, uma fantasia que contrapõe à **praticidade**, uma codificação que se contradiz com a ideia de **literalidade dos fenômenos**, (transparência), uma rigidez que replica à **flexibilidade** e **assistemática** necessárias para manejar-se cotidianamente e uma idiosincrasia que tem uma tendência ao **inacessível**. Portanto, a partir disto, mostra que os delírios do caso estudado quebram as bases do senso comum para opor uma espécie de “sem-senso” comum ou sentido obscuro. (p. 13). Ao analisar as terapêuticas, percebe-se o quanto estas usam como referência os atributos do pensar do senso comum para amputar/buscar o senso da adaptação do pensar do usuário. Mostra que:



A loucura é uma voz fora de cena em nossos contextos sociais e terapêuticos. Como um relato que deve domesticar-se, o delírio deve ocultar-se mediante procedimentos psicofarmacológicos e psicoterapêuticos para que ressurja depurado e adaptado ao senso comum. Esta tarefa é, no entanto, um impossível em si mesmo que orienta a uma corrente de fracassos reiterados, já que a loucura é refratária aos processos de hegemonia e de persuasão. [...] O problema não está no lado do sofrimento de quem delira, senão em nossa incapacidade para oferecer um lugar social a um tipo de experiência humana que está aí e, lamentavelmente, veio para ficar. Toda doença, transtorno ou sofrimento não é só o que é em si, senão o que se faz com isso, além de que o ser em si mesmo não possa despojar-se de ser num contexto. Paradoxalmente, a loucura é numa sociedade que quer ocultá-la enquanto a constrói como anomalia; isto é: enquanto a socializa como não lugar social criando homens e mulheres sem história (p. 17)

Estas análises mostram a importância de buscar alternativas teóricas metodológicas para construção dos modelos de atenção em saúde mental, que possam criar poderes da vida, e não sobre a vida. Assman, Pich, Gomes e Vaz (2007), ressaltam “a aposta na capacidade criativa do ser humano” (p. 21).

## **BUSCANDO ALTERNATIVAS**

Na busca de paradigmas que possibilitem novas leituras sobre os fenômenos da mente, de saúde e doença mental, buscamos elementos na psicanálise de Wilfred Bion. No livro “Bion e o futuro da Psicanálise” Rezende (1993), faz um estudo sobre as proposições de Wilfred Bion sobre o pensar, o pensamento e seus transtornos. Inicia discutindo a importância de entender os modelos sobre os quais se formulam proposições. E neste sentido discute as questões de saúde mental, entendendo que o modelo sobre o qual se definem conceitos sobre os fenômenos mentais tem total importância. Propõem que um modelo é sempre uma analogia, e não uma concretização. Para entender a concretização explica que Donah Zohar buscou contribuições na mecânica quântica para propor modelos de pensar a mente, colocando que as partículas subatômicas tanto podem ser ondas como partículas, portanto, “são e não são ao mesmo tempo a mesma coisa” (p. 23), questionando a partir disto o princípio de identidade. Rezende coloca que Donah Zohar, fala que a mente funciona como as partículas. Portanto este é um exemplo de concretização, enquanto Bion usa “como se” (p. 25).



o paradoxo é esse: ao dizer entendi, eu coloco o fenômeno mental dentro dos seus limites. Kant chama atenção sobre teoria do conhecimento caracterizada pela condição de possibilidade, isto é, pelos limites. Conhecer é limitar. Bion, ao contrário, chama atenção para pensar uma teoria do pensamento caracterizada pela abertura. Pensar é abrir. Pensar perturba (REZENDE, p. 25)

Neste sentido, qualquer concretização, é também uma redução de algum fenômeno. A análise de delírios a partir de atributos do senso comum observado por Hernaez (2013) é uma concretização deste fenômeno mental, reduzindo o sujeito a exclusão pela inclusão deste num padrão de anormalidade no seu funcionamento psíquico. Da mesma forma que na biologização dos fenômenos psíquicos há uma concretização e redução dos mesmos a questões orgânicas, neuroquímicas e ou neurofuncionais.

Bion busca paradigmas para compreensão do funcionamento mental, mas entende que sempre ao fazer isto, qualquer fenômeno mental será colocado dentro dos limites desta compreensão. Portanto é fundamental, observar o vértice a partir do qual se faz qualquer interpretação. Uma afirmação sempre terá relação com o vértice/modelo de compreensão a partir do qual será analisado.

O modelo é um instrumento a ser usado até que cheguemos a intuição correspondente por meio do processo abstrativo. A partir daí, nos diz Bion, o modelo é dispensável” ( REZENDE, p. 31)

A partir destas discussões entendemos que na psicanálise encontramos pelo menos três modelos epistemológicos para pensar os processos coletivos:

Modelo do sistema generativo	Modelo Digestivo (contribuições de M. Klein)	Modelo da visão e formação de imagens e suas transformações
“A mente é como um útero fecundado em sua relação perceptiva com as coisas externas. Por intermédio da representação, elas fecundam a mente que produz um conceito”	A mente é como um aparelho digestivo, no qual as coisas entram e saem. “ Em função da qual são elaborados elementos tais como: continente - conteúdo, projeção – introjeção”	Os gregos eram particularmente sensíveis ao modelo visual, no fundo as “idéias” são coisas “vistas” pela mente e por ela associados por prazer de ver.



Diante do estudo dos transtornos mentais, segundo Bion, uma questão fundamental é olhar sobre que vértice estão sendo observados/percebidos os fenômenos mentais em questão. Sugere que vejamos os fenômenos a partir de uma mudança de vértice. Para tal, cita um exemplo diagnosticado por Freud como fobia à meias. Sugere que na mudança de vértice:

[...] tanto posso aumenta a luz para tentar ver, como posso diminuí-la e lançar um feixe de escuridão para então perceber as coisas que são só visíveis no escuro, como as estrelas só são visíveis no escuro O vértice psicanalítico, deste ponto de vista não é cartesiano. Não é a luminosidade das ideias claras e distintas. E aqui está a meu ver, uma amostra da revolução psicanalítica em relação a própria concepção de ciência. A psicanálise propõe a filosofia uma revolução permanente ao sugerir que se “apagem as luzes”. Lá onde a filosofia das luzes, o iluminismo manda acendê-las Bion sugere, depois de Freud, que lancemos sobre os objetos fochos de escuridão. (p. 31).

150

Com isto, discute que a percepção do paciente com fobias de meias de Freud, “tinha uma percepção tão aguçada, que na meia, via buracos juntados por um fio, como que podia calçar buracos” (p. 28) Sugerindo uma intensificação estética nestes pacientes. Estética não relacionada a significação artística, mas relacionada a estética-artística de Willian Blake que:

[...] para ambos, diz respeito à sensibilidade e à percepção sensível [...] correspondente France de uma estética transcendental kantiana é a obra de Merleau-Ponty intitulada Fenomenologia da Percepção. O que está em primeiro lugar é a sensibilidade”. (p. 28)

Em Freud, seguindo o modelo médico, temos uma fobia. Pelo vértice da percepção temos que “o psicótico tem uma percepção aumentada [...] o texto nos ajuda-nos a compreender como a coisa percebida depende do vértice da percepção” (p. 31).

Bion propõe que utilizemos outros vértices para observar os transtornos psicóticos, e do pensar, entendendo que o “modelo estético – artístico está em função de um vértice que aumenta a capacidade de percepção e de sensibilidade”. Considerando sempre que um vértice é uma analogia, e, portanto um modelo de pensar e assim é “um como se, mas não é”. Conserva a afirmação e a negação. Um vértice de análise engloba diferentes sentidos.

A partir da filosofia da percepção, modelo e vértice se complementa em campo e domínio, Campo de observação e domínio é aquilo que se nos oferece a percepção a partir do vértice correspondente. Para ir além, é necessário chegar a uma relação entre abstração e sua relação com a simbolização. A forma da abstração permite e produção de símbolos. Tendo





distintas maneiras para chegar a simbolização. Isto se torna fundamental, para entender as produções que não se mostram coerentes com os atributos do senso comum, como do artista, do visionário, do momento psicótico, ou de um insight.

Para tanto é preciso distinguir extração e transação. Há diferentes graus de abstração, que vão do sensório-sensível ao estético-artístico. Pela abstração, é possível extrair os elementos da conjunção em que estão ligados. Temos a abstração total, que permite classificar os indivíduos pertencentes a uma mesma classe, extrai o todo de suas partes. E existe a abstração formal – são os graus de abstração de 1º, 2º, 3º e 4º e 5º graus.

- **1º grau de abstração** – Física e matéria são definidos, e a abstração/formação conceitual é com referencia a elas. Fenômenos que mostram a estrutura da matéria.

- **2º grau de abstração** – Palavra poética. Entidades matemáticas. Numa perspectiva euclidiana, só existem na matéria, mas podem ser definidos sem referência a eles. O discurso matemático pós-euclidiano, atingiu um grau de abstração que nos permite falar de uma lógica simbólica na qual não é preciso concretiza diferentes pensamentos em senso comum.

- **3º grau de abstração** – Filosofia Aristotélica, Platão e Tomás de Aquino. “O primeiro motor de Aristóteles, Deus na língua de Tomás de Aquino, a alma, etc, são entidades imateriais, tanto no seu modo de existir como em sua essência. Como entidades, elas têm por assim dizer, uma maior concentração de ser. O aspecto qualitativo marcado pela transição é este, de uma maior concentração do próprio ser”.

- **4º grau de abstração** – Psicanálise, observadora do campo psíquico, das entidades psíquicas. No vértice Psicanalítico com a correspondente Ruptura, o ponto de chegada em nível bem mais elevado (p. 35)

- **5º grau de abstração** – “Corresponde ao vértice e ao campo da fé. Como é que isso se dá? Um pensar que não é mais simplesmente atividade intelectual, mas onde o próprio ser é este seu pensar, [...] pensar é igual a ser”. (Bion in REZENDEp. 40)

No campo da saúde mental, entendemos que é necessário levar em consideração o processo de simbolização a partir de diferentes vértices, ampliando as possibilidades de observar a produções “delirantes” é fundamental. Trazemos um caso atendido em uma prática de estágio em Psicologia Clínica e supervisionada por Liane Keitel, em que foi recebida na Atenção Básica, uma senhora, que já havia passado pela psiquiatria do CAPS, e fazia uso de medicamentos antipsicóticos, em função de alucinações auditivas que aconteciam a noite. Em decorrência dormia pouco, e estava muito debilitada, e com grande desânimo. Estes senhora a



um ano tinha “via pessoas” que a chamavam a noite na rua, situação em que levantava e corria a rua atrás “destas”. A partir dos encontros iniciais, por atendimento domiciliar, verificou-se que esta mulher havia perdido a pouco mais de um ano, dois filhos adolescentes por homicídio, as pessoas que a mesma escutava a noite chamando a si, e que corria atrás, eram seus filhos, que haviam morrido em situação chocante. O caso nos questionou, imensamente, pois a primeira questão que nos veio diante do caso, foi de como ela tinha prescrição de medicamento antipsicótico. Era um sintoma sem “si mesmo”, “sem corpo”, “sem história nem contexto”, diagnosticado, e deve ser realizada exérese, visto que é um corpo estranho, nocivo e inútil.

Como foram observados os “sintomas” acima se foi prescrito um antipsicótico? Seriam sintomas, se estamos falando de uma mãe que perde os filhos de uma brutal, e são justamente estes que a chamam a noite, e ela corre atrás? Se simplesmente entendemos como um sintoma que por si só define um quadro que deve ser medicado, reduzimos a mente do momento psicótico a um quadro, a uma concretização/redução, que define o fora de cena, como nos diz Hernaes (2012), e criamos para este sujeito um diagnóstico que o exclui de legitimidade, pela definição alienante dada.

A compreensão delirante e alucinatória simplesmente como anomalia, reforça estratégias medicalizadoras como exclusivas, reduzindo a função mental à neuroquímica, que implica na concretização do sujeito abstrato a mero existir físico.

O que Bion propõe é que a produção delirante e alucinatória seja entendida dentro do campo de produção do pensar e do pensamento, numa dimensão simbólica, com características distintas e singulares. O momento psicótico é um momento de produção simbólica, que se afasta da racionalidade do senso comum, bem como da racionalidade cartesiana, linear que segue um passo a passo.

A questão que se coloca a partir do caso brevemente citado é se os “sintomas psicóticos” seriam simplesmente sintomas de algum transtorno, ou uma produção simbólica que traz a tona distintas dimensões do existir, mas, no entanto tem outros caminhos de formação, assim como criação artística e/ou literária. A resposta a esta questão está em dimensão teórica respalda/enquadra o nosso olhar. Este olhar sobre quem sofre é fundamental, pois respalda os diagnósticos e as terapêuticas propostas, e também respaldam os prognósticos dados as pessoas. Estes podem ser práticas libertadoras e produtoras de liberdade, ou estigmatizantes e restritivas.

O trabalho em saúde mental, pode perpetuar a produção de sujeitos fora de cena, ou finalmente pode avançar no sentido de criar perspectivas de criação de sentidos para além das



lógicas formais presas a realidade objetiva, mas restituir ao humano outras formas de simbolização, que permitam distintas formas de criação de sentidos, como a arte a estética, o porvir, o devir. E que estas dimensões não sejam transformadas em desvios, em anormalidade, e, portanto, simplesmente alvos para medicalização.

A política nacional de saúde mental, em suas diferentes diretrizes desafia pensar o atendimento numa abordagem inter e transdisciplinar, com a montagem de equipes multiprofissionais nos Centros de Atenção Psicossociais - CAPS, e com a definição de que a atenção em saúde mental deve acontecer numa perspectiva de rede, envolvendo diferentes serviços do setor saúde e também intersetoriais. Colocando esta questão e levando em consideração as discussões anteriores sobre a psiquiatria ampliada e a busca de alternativas de compreensão sobre os sentidos dos sintomas de saúde mental, verificamos que há desafios muito maiores ao pensar a reforma psiquiátrica, e a revisão do modelo assistencial manicomial.

Para avançar no atendimento a saúde mental numa dimensão de rede, que prevê trabalho de equipes inter e/ou transdisciplinar, e intersetoriais, coordenados pelos Centros de Atenção Psicossocial juntamente com a Atenção Básica, é necessário que sejam problematizadas as bases teóricas e metodológicas sobre as quais se pensam os planos assistenciais aos usuários, que ainda são na maioria das vezes reféns do saber pautado na psiquiatria ampliada. Não basta ampliar a rede de atendimento em saúde mental, ou definir que a saúde mental é transversal a qualquer serviço ou assistência em saúde. Mas é preciso avançar na discussão sobre as bases conceituais epistemológicas sobre as quais estas equipes/rede compreendem os sintomas de saúde mental, ou a saúde mental em si. E preciso questionar o trabalho inter e/ou transdisciplinar das equipes numa dimensão teórica, para transcender o modelo da perspectiva da psiquiatria ampliada, transcendendo o que Vasconcelos (2002), define como imperialismos epistemológicos, ou seja, quando os saberes de um campo disciplinar, ou um modelo explicativo de realidade, se sobrepõem a outras abordagens e transforma as diferentes profissões em pluri-auxiliares.



## Referencias

ASSMANN, S., PICH, S., GOMES E VAZ, A. Do poder sobre a vida e do poder da vida: lugares do corpo, biopolítica. In: Temas e Matizes: Dossiê Biopolítica. n.º11. Cascavel: Versão eletrônica disponível na internet: [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber). Primeiro semestre 2007. p. 19-23.

CAPONI, Sandra. Loucos e degenerados; Uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

FOUCAULT, Michel, Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção de tópicos).

GRINGER, Leon; SOR, Dario; BIANCHEDI, Elizadeth Tabak de. Introdução as Idéias de Bion. Ed. Imago, Rio de Janeiro, 1973.

MARTINEZ-HERNÁES, Angel. Fora de cena: a loucura, o obsceno, e o senso comum. In: INTERthesis. Vol. 09 – N° 02. Florianópolis, UFSC. JUL/DEZ 2012. 1-19.

RABINOV. P., ROSE, N. O Conceito de biopoder hoje. In: Revista de Ciências Sociais – POLÍTICA e TRABALHO. n° 24. Recife: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPB. 2006. p. 27-57.

REZENDE, Antonio Muniz de. Bion e o Futuro da Psicanálise. Campinas/SP: Papyrus, 1993.  
VASCONCELOS. Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.



## **JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA PLATAFORMA SCIELO (2002 A 2013)**

MACIEL, Álvaro dos Santos

*Estudante de doutorado do Programa de Para Pós Graduação de Sociologia e Direito  
macielalvaro@gmail.com*

155

### **RESUMO**

A juventude é um tema cada vez mais presente nos debates da sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos de discussão e investigações teóricas e empíricas como nas agendas governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas. Para tanto, este artigo levanta a produção acadêmica entre 2002 e 2013 sobre jovem, juventude e políticas públicas nacionais, divulgada em periódicos científicos brasileiros que integram a base de dados da *Scientific Electronic Library Onine (SciELO)*. Constata-se uma concentração de estudos nas áreas de educação, saúde e mercado de trabalho, e que as políticas públicas carecem de um marco referencial mais coeso acerca do conceito de juventude. Conclui-se que projetos e ações que situam os jovens como sujeitos de direitos, permitirão a concretização de mecanismos que irão corroborar com os ditames de uma esfera pública democrática e pluralista.

**Palavras-chave:** juventude; políticas públicas brasileiras; produção científica.

### **ABSTRACT**

Youth is a theme increasingly present in the debates of contemporary society, in academic spaces, the theoretical and empirical investigations and governmental agendas for the development of public policy. Therefore, this review presents the research conducted between 2002 and 2013 over young, youth and national public policies, published in Brazilian scientific journals that comprise the database of the Scientific Electronic Library online (SciELO). There has been a concentration of studies in the areas of education, health and labor market, and that public policies lack a reference point more cohesive about the concept of youth. It is concluded that projects and actions that place young people as subjects of rights, allow the implementation of mechanisms that will corroborate the dictates of a democratic and pluralistic public sphere.

**Key-words:** youth, brasilian public policies, scientific production.



## UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA VINCULADA AO TEMA

Spósito (2009) ao apresentar o estado da arte sobre juventude, analisa as pesquisas de pós-graduação brasileira sobre juventude e política entre os anos de 1999 e 2006. Zanella *et. al.* (2013) ao observarem estes estudos aduzem o conteúdo dos estudos:

A partir do levantamento de teses e dissertações no período, a autora (Spósito, 2009) introduz um conjunto de reflexões sobre as características da produção em pós-graduação sobre juventude e política nas áreas de Educação, Ciências Sociais (Sociologia, Ciências políticas e Antropologia) e Serviço Social. (...) as pesquisas analisadas apresentam uma concepção de política relacionada às disputas de poder, com maior produção voltada ao contexto escolar. Não ressalta o debate sobre o desaparecimento da juventude na cena política, como afirmava Abramo em 1997, mas conclui que novas formas de ativismo político e de práticas coletivas têm aglutinado os jovens e podem vir a se constituir objeto de estudo relevante neste campo temático.

156

Zanella *et. al.* (2013) identificam em Boghossian & Minayo (2009) no artigo intitulado "Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos dez anos" inúmeras análises sistemáticas de produção científica dentre outros documentos sobre o tema participação juvenil, em língua inglesa e portuguesa, no período de 1997 a 2007.

Insta observar importante trabalho realizado por Zanella *et. al.* (2013) intitulado Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011) em que utiliza como fonte de pesquisa a plataforma SciELO no mês de agosto de 2012. Relatam que, ao excluir artigos repetidos, selecionaram 173 para serem analisados por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Resultou o total de 58 artigos que problematizavam a questão das políticas públicas voltadas aos jovens, sendo 28 produções teóricas, 02 relatos de experiência e 28 resultados de pesquisas empíricas.

Zanella *et. al.* (2013) identificaram que nestes trabalhos analisados (2002 a 2011) há um predomínio de 43 autores da área da psicologia (correspondente a 20% do total), seguidos por 35 autores (23%) das ciências da saúde e 30 da educação (20%). Encontraram também 20 trabalhos (13%) de autores das ciências sociais e 20 de outras áreas como economia, administração e educação física, por exemplo. Foram também encontrados três autores em que não conseguiram identificar a área de titulação. Aqui cabe uma observação haja vista a pesquisa não abordar claramente se houve o seguinte ponto: um autor, com formação em serviço social pode desenvolver uma pesquisa e publicar na área de saúde. Assim o autor seria da área de ciências sociais, todavia com publicação em área da saúde.



Entre 2002 e 2011, Zanella *et. al.* (2013) observam que o ano de 2008 concentra a maior parte dos artigos analisados, com 14 publicações, sendo os demais anos distribuídos da seguinte forma: 2002 e 2003 (apenas uma publicação); 2004 e 2005 (duas publicações por ano); em 2006 (sete publicações); 2007 (nove publicações); 2009 e 2010 (sete publicações por ano); e finalmente 2011 (oito trabalhos).

Após se debruçarem na leitura integral dos 58 textos, Zanella *et. al.* (2013) identificaram, em relação ao tipo de produção que: 28 são pesquisas teóricas; 02 artigos são relatos de experiência e 28 são relatos de pesquisas empíricas.

Dentre outras análises, destaca-se a vinculação institucional dos autores analisados nos referidos textos por Zanella *et. al.* (2013): A Universidade de São Paulo (USP) se destaca com 22 autores dos artigos analisados (26%), seguida por Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com nove trabalhos cada (11%) – aqui a pesquisa de Zanella menciona o termo “com nove trabalhos cada”, porém não descreve se cada trabalho tem mais de um autor o que dificulta chegar no cálculo exato. Talvez, a expressão correta que os autores queriam ter mencionado seja “com nove autores cada”.

Os mesmos destacam também a Universidade Federal de São Carlos (UFSC) com oito autores (10%), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com oito autores cada (8%). Descrevem que as instituições com 6% ou menos compreendem 21 artigos analisados, tais como a Universidade Católica de Brasília (cinco autores), Secretarias Municipais (quatro autores) e, com três autores, a Universidade Estadual de Londrina, Universidade Católica de Pelotas e as Universidades Federais de Goiás e Brasília.

Com o fulcro de complementar a presente resenha, houve o levantamento dos dados referentes ao ano de 2012 e de janeiro/setembro de 2013, utilizando critérios de busca no SciELO similares aos desenvolvidos por Zanella *et. al.* (2013), ou seja, a busca dos seguintes descritores: “jovem e política; jovens e política; jovem e políticas; jovens e políticas; juventude e política; juventudes e política; juventude e políticas; juventudes e políticas” excluindo eventual pesquisa que se repita.

Insta destacar que o trabalho de Zanella *et. al.* (2013) não descreve qual a seleção que foi posta no termo de busca “onde” na plataforma SciELO, em que se pode selecionar vários parâmetros, seja em âmbito regional, em âmbito de Brasil, etc. Para a presente resenha, filtrou-se pelo termo “Brasil”.





Pois bem, refinando a busca no SciELO entre 2012 e 2013 com fulcro nos descritores acima, tem-se o seguinte resultado: 110 artigos encontrados, sendo 36 repetidos, resultando, portanto, um total efetivo de 74 artigos. Deste montante, após a leitura dos resumos, títulos e palavras-chave, o total de 15 artigos abordam sob alguma vertente a questão das políticas públicas para os jovens.

Dos 15 trabalhos publicados, 8 trabalhos foram no ano de 2012 (igual a 2011, menor que 2007 e 2008, porém, maior que 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 de acordo com os dados supracitados) e 7 trabalhos publicados entre janeiro e setembro de 2013.

Ademais, esclarece-se que na produção destes 15 trabalhos analisados (2012/2013) há o envolvimento de 33 autores em análise absoluta (tal informação não se revela suficientemente clara na pesquisa de Zanella *et. al.* (2013) quanto ao estudo de 2002/2011), que quer dizer que a contagem do nome do autor é feita o tanto de vezes que seu nome aparece em trabalhos diferentes, ou seja, se o mesmo autor fez 3 trabalhos diferentes, o seu nome é contado por 3 vezes dando 3 créditos à instituição a qual o mesmo estiver vinculado. Estes autores estão vinculados institucionalmente do seguinte modo: Fundação Oswaldo Cruz com 6 autorias (equivalente a 18,2% do total de autores), seguida pela Universidade Federal de Pernambuco com 3 autorias (9,1%), depois pelas Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Santa Catarina todas com 2 autorias cada (6,1% cada uma delas). O restante dos 18 autores (correspondente a 45,5%) estão vinculados a Universidades e/ou outras instituições que aparecem apenas uma vez na pesquisa, tais quais, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal Fluminense, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, etc.

Esta resenha não adentrou no mérito da formação do autor e se as pesquisas foram publicadas em área de sua formação ou não. A análise foi feita tão somente na área em que o periódico/revista de estão vinculados. Destarte, tem-se que dos 15 artigos, 7 deles, o que corresponde a 46,7% estão publicados na área de saúde, 5 deles (33,3%) na área educacional e 3 (20%) na área de ciências humanas e sociais.



## UMA TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO DO SIGNIFICADO DE JOVEM E JUVENTUDE

Existe um debate acerca das imprecisões que definem o conceito de juventude. Ao buscar estabelecer um recorte que incida sobre a temática dos jovens e juventude (Sposito, 2003) explica sobre a importância de se tomar a idéia de juventude em seu sentido plural – juventudes – haja vista a diversidade de situações existenciais que afetam os indivíduos nessa etapa da vida.

Attias-Donfut (1996) citado por Sposito (2003) esclarece que parte da imprecisão talvez decorra da “sobreposição indevida entre a fase de vida e os sujeitos concretos, aspectos que, para os estudiosos da infância, por exemplo, não se superpõem”.

Neste sentido, Sposito (2003) explica que é preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” vincula-se a uma tensão que não se soluciona, pois ao mesmo tempo em que se revela como um momento no ciclo de vida concebido a partir de seus recortes socioculturais, é também o reflexo dos modos de inserção na estrutura social. E assim, conclui que não se trata de optar por um das modalidades – e assim esclarece que criaria uma falsa oposição entre as teses de Morin (1986) e Bourdieu (1980), quando este, de forma provocativa, propõe a idéia de que a juventude é apenas uma palavra –, mas de recuperá-los, assumindo o caráter inelutável dessa tensão.

Para Abramo (1994), Viana (1997) e Waiselfisz (1998), hoje se fazem presentes a tematização sobre o jovem e juventude como etapa problemática ou como fase preparatória da vida.

Zanella *et. al.* (2013) ao analisarem os 58 artigos datados entre 2002 e 2011 relata ter constatado que parte significativa destes textos não apresentou claramente a concepção de juventude ou não a relacionou diretamente às temáticas política e políticas públicas, mesmo que os descritores escolhidos para a busca tenham perscrutado essa relação.

Em ato contínuo, a pesquisa complementar com os 15 textos publicados entre 2012 e 2013 também revela que os textos em sua maioria, não apresentam com clareza os significados.

Silva & Silva (2011) é citada por Zanella *et. al.* (2013) por lembrar que alguns autores concebem a juventude como sinônimo de adolescência restringindo-se a demarcá-la como uma fase da vida. Outros, dentro de variada faixa etária como o período compreendido entre os 15 e 24 anos de idade. Neste diapasão, para complemento desta resenha pode-se citar autores como



Castro & Abramovay (2002); Barber-Madden & Saber (2010); Organização Mundial da Saúde/OMS; e outros como a faixa entre os 15 e os 29 anos (Política Nacional de Juventude/PNJ bem como o Estatuto da Juventude<sup>1</sup>). Para Silva & Silva (2011) "o uso da expressão "juventudes" representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um".

Ogido & Schor (2012) explicam com base em Heilborn (2006) que a linhagem de trabalhos sociológicos contemporâneos sobre juventude enfatiza o entendimento desse termo como um processo social de passagem ou entrada na vida adulta.

Nesta linha de raciocínio é o conceito adotado por Bulgacov *et al.* (2011) tendo a juventude como "um período de preparação para o ingresso na vida adulta".

Frezza, Maraschin e Santos (2009) abordados nas pesquisas de Zanella *et. al.* (2013) apresentam as concepções de juventude dentro da vertente de política pública como juventude voluntária, juventude digitalizada, juventude trabalhadora e juventude vulnerabilizada.

O jovem pode ser classificado como alguém que vivencia o impacto das políticas públicas (Silvério, 2002; Maggie, 2006), como protagonista do período caracterizado por intensas mudanças emocionais (Cavalcante, Alves, & Barroso, 2008; Souza et al., 2008), como vivente da fronteira etária que marca em que o trabalho torna-se atividade principal (Rocha, 2008) e dentre diversos outros entendimentos se apresenta também o conceito em que as expressões adolescente e juventude são ora pareadas em separado, ora como sinônimos e não existindo um conceito universal (Orlandi & Toneli, 2008).

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEGMENTO JOVEM

Para Santos (1987), a política pública social no contexto brasileiro define-se como o conjunto de atividades ou programas governamentais destinados a remediar as falhas do *laissez-faire*.

Zanella *et. al.* (2013) apontam que os 58 artigos selecionados entre 2002 e 2011 a partir dos descritores anteriormente citados, podem ser classificados do seguinte modo:

<sup>1</sup> A lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. No



- 12 se referem a políticas de educação, tais com prioridade para a educação profissional, educação de jovens e adultos e educação no campo;
- 14 têm relação com políticas de saúde com enfoque para situações de risco, uso de drogas, gravidez precoce e concepções de juventude nos programas de saúde;
- 11 tratam de políticas de assistência social voltadas para jovens em situação de medida de internação, em situação de abrigos e em situação de rua;
- 06 focam políticas de trabalho;
- 03 discutem as políticas públicas para juventude de modo abrangente.
- 03 abordam políticas de esporte e lazer;
- 03 são destinados à abordagem acerca das políticas de gênero;
- 03 direcionados às questões de raça e etnia;
- 01 sobre violência urbana;
- 01 com enfoque na inclusão digital.

Pela soma, cabe observar que os autores responsáveis pelo estudo distribuíram 57 artigos dentro das temáticas, faltando um a ser analisado.

Quanto aos estudos realizados entre 2012 e 2013, cujo objetivo é complementar a presente resenha, tem-se que, dos 15 trabalhos publicados, a distribuição temática apresenta-se do modo a seguir:

- 05 com enfoque nas políticas de trabalho e geração de renda;
- 04 têm relação com políticas de saúde com enfoque ao acesso da juventude nos programas de saúde, na conscientização de povos indígenas;
- 03 se referem a políticas de educação nas escolas e em presídios;
- 01 direcionado às questões de religião e espaço público;
- 01 destinado ao estudo de levantamento da produção acadêmica acerca do tema;
- 01 sobre violência urbana.

Quanto às concepções de políticas públicas Zanella et. al. (2013) ressaltam que a maioria dos textos analisados não apresenta uma concepção clara, tampouco um posicionamento frente aos termos.

Da mesma forma, os artigos publicados entre 2012 e 2013 seguem uma carência na abordagem de concepções do tema, e assim como os artigos publicados entre 2002 e 2011, limitam-se a apresentar a importância da formulação, implementação e implantação de políticas públicas, que possam dar suporte a essas ações nas diferentes áreas temáticas Silvério (2002); Maggie (2006); Frezza, Maraschin e Santos (2009); Silva & Silva (2011); Ogido & Schor (2012); dentre outros.

Friedrich et al. (2012), por exemplo, limitam-se a conceituar historicamente o termo “política” e apresentar o desafio dos programas em criar as condições para que os

---

parágrafo 1º do art. 1º consta: Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.



indivíduos passem da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral.

## **O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS JOVENS**

162

No início do século XXI, o Brasil superou a quantidade de 170 milhões de habitantes. Consoante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), metade da população é constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos. A maioria vive em zonas urbanas (81,25%).

Barber-Madden & Saber (2010) realizam estudos que esclarecem que o ano de 2008, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial passou a residir em áreas urbanas, resultado do processo de migração do campo para a cidade e do crescimento vegetativo mais elevado nas áreas urbanas em comparação ao meio rural. E assim esclarecem o vínculo para com as políticas públicas:

Nesse âmbito, a ascendente participação da faixa etária jovem nesse processo, especialmente nos grandes centros urbanos dos países de baixa e média renda, coloca aos formuladores de políticas públicas novos desafios ao planejamento urbano.

No que tange ao impacto para com o setor de saúde Barber-Madden & Saber (2010) enfatizam o ciclo de pobreza que pode ser desencadeado haja vista que precarização de políticas destinadas ao tema.

Uma vez que a população urbana tem aumentado de forma mais rápida do que a capacidade governamental em prover a moradia e os serviços sociais necessários, o número de pessoas sem acesso à rede de saneamento básico e a fontes de água potável também tem apresentado crescimento, o que favorece a transmissão de doenças e a propagação de epidemias pelos estratos mais pobres da população. Essa situação, aliada a uma frágil rede de serviços de saúde, faz um maior percentual da renda da população ser destinado ao tratamento de doenças, que muitas vezes obrigam as pessoas a permanecerem em casa para auxiliarem os membros da família convalescidos e colocam em risco seus empregos, potencializando um ciclo de pobreza de difícil superação.



No que tange ao trabalho e emprego o mesmo estudo demonstra o risco dos jovens estarem à mercê de exploração e subemprego que está ligada direta ou indiretamente ao crescimento da criminalidade.

Nesse quadro, os jovens encontram-se particularmente vulneráveis à exploração e ao subemprego, geralmente incapazes de fornecer uma remuneração adequada ao atendimento de suas necessidades básicas. Muitos jovens são forçados a migrar para as metrópoles em busca de um emprego que os permitam apoiar financeiramente suas famílias. A empreitada nem sempre bem sucedida e em muito contribui para o aumento do contingente de moradores de rua das grandes cidades e o ingresso dos mesmos no mundo da criminalidade (Barber-Madden & Saber, 2010).

163

O processo de urbanização desenfreado e não planejado combinado a uma alta proporção de jovens em relação à população total e à incapacidade do Estado de reduzir os níveis de exclusão e desigualdade social por meio de políticas públicas é um fator associado à escalada de violência observada nas metrópoles dos países em desenvolvimento. Uma melhoria nas condições da juventude requer um envolvimento por parte dos governos que permita ampliar os aspectos positivos da urbanização, articulando o crescimento e a sustentabilidade urbana à superação dos problemas que afetam, de forma mais acentuada, a população jovem. (Barber-Madden & Saber, 2010).

Também pode-se citar Varela & Matsumoto (2012) por apresentarem inúmeros referenciais teóricos acerca de políticas públicas e desenvolvimento local atrelado à urbanização, tais quais Martinelli e Joyal (2004), Speranza (2006), Sausen, Patias e Allebrandt (2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que são poucos os artigos que tratam com rigor científico sobre a eficiência das políticas públicas destinadas ao público jovem, sendo que, estudos aprofundados são necessários para identificar se o que está no papel é de fato o que a sociedade precisa e uma vez sendo, se há na prática a aplicação da legislação vigente, ou seja, as políticas sociais universais precisam ser aprofundadas ao lado de um grande conjunto de direitos emergentes relativos à própria condição juvenil.



É possível afirmar que as políticas públicas federais carecem de um marco referencial mais uniforme acerca do conceito de juventude, ora há conceitos e programas direcionados ao público juvenil que operam com faixas etárias diferentes.

A produção científica revela alguns caminhos que concretizam as políticas públicas que se voltam para os jovens, tanto empreendidas pelo poder público como em parceria com organizações da sociedade civil, sendo as temáticas de educação, saúde e trabalho as principais abordagens dos autores.

A lógica da atuação é setorializada, sendo que cada órgão busca tratar, de acordo com seus marcos teóricos e com seu instrumental de ação, das questões que consegue identificar.

Torna-se importante tratar dos processos de exclusão dos jovens e das eventuais ações de inclusão com cautela. Consta-se que projetos e ações que situam os jovens como sujeitos de direitos, permitirão a concretização de mecanismos que irão corroborar com os ditames de uma esfera pública democrática e pluralista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H W. *Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Número especial - Juventude e contemporaneidade, 1997.

ATTIAS-DONFUT, C. *Jeunesse et conjugaison des temps*. *Sociologie et sociétés*, v.28, n. 1, 1996.

BARBER-MADDER, R; SABER, B. A. *A situação dos jovens no mundo*. In: BARBER-MADDEN, R.; SANTOS, T. F. (Orgs.). *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro*. Brasília: UNFPA, 2010.

BOGHOSSIAN, C. O, & MINAYO, M. C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*: São Paulo, 2009.

BOURDIEU, P. La jeunesse n'est qu'un mot. In: *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.

BULGACOV, Y. L. M., CUNHA, S. K., CAMARGO, D., Meza, M. L., & Bulgacov, S. Jovem empreendedor no Brasil: A busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? *Revista de Administração Pública*, 2011.

CAMARANO, A. A. *et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro*. Última década: Santiago, v. 12, n. 21, dic. 2004 . Disponível em





<[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Set. 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 116, July 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Set. 2013.

CAVALCANTE, M. B. P. T., ALVES, M. D. S., & BARROSO, M. G. T. Adolescência, álcool e drogas: Uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 2008.

FREZZA, M., MARASCHIN, C., & SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia e Sociedad*: 2009.

FRIEDRICH, M.; BENITE, C. R. M.; BENITE, A. M. C. O. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, Mar. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362012000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Sept. 2013.

HEILBORN, M. L. *Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis*. In: HEILBORN, M. L. et al. *O aprendizado da sexualidade - reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

Maggie, Y. Racismo e anti-racismo: Preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. *Educação & Sociedade*, 2006.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri: Manole, 2004.

MORIN, E. *Culturas de massas no século XX: o espírito do tempo, necrose*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

OGIDO, R.; SCHOR, N. A jovem mãe e o mercado de trabalho. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 21, n. 4, Dec. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000400021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000400021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Sept. 2013.

ORLANDI, R., & TONELI, M. J. F. Adolescência e paternidade: Sobre os direitos de criar projetos e procriar. *Psicologia em Estudo*: 2008.

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Caderno CRH*: 2008.

SANTOS, W. G. *A trágica condição da política social*. In: SANTOS, W. G.; ABRANCHES, S. H.; COIMBRA, M. A.; *Política Social e Combate a Pobreza*, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.



SAUSEN, J. O.; PATIAS, I. A., ALLEBRANDT, S. L. Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais — a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova. *Cadernos Ebape*, v. 9, n. 3, 2011.

SILVA, R. S., SILVA, V.R. Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 2011.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, 2002.

SPERANZA, J. S. Limites e possibilidades do desenvolvimento Local. *Sinais Sociais*, v. 1, n. 2, 2006.

SPÓSITO, M. P. (org.). Juventude e Escolarização – Estado do Conhecimento (1984-1998). Brasília, DF: INEP, 2002.

SPÓSITO, M. P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

\_\_\_\_\_. *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

VIANNA, H. (Org.). *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

WASELFISZ, J. J. (Coord.). *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez Editora/Unesco, 1998.

ZANELLA, A. V. *et al.* Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). *Estud. psicol. (Natal)* [online]. vol.18, n.2, 2013.



## FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E RECEITA LÍQUIDA PER CAPITA: ANÁLISE EM MUNICÍPIOS MINEIROS

CUNHA, Wellington Alvim da  
*Mestrando do Programa de Pós Graduação em Administração - UFV*  
Wellington.alvim@ufv.br

FERREIRA, Diogo da Cruz  
*Mestrando do Programa Pós Graduação em Políticas Sociais - UENF*  
cruzdiogo@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Maria Carolina Gonçalves  
*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades*  
*Universidade Cândido Mendes*  
Mariacgo@yahoo.com.br

167

### RESUMO

Após 25 anos de Constituição, a política de assistência social vem sistematicamente se firmando como dever do Estado e direito a quem dele necessitar. Por sua vez, a descentralização político-administrativa aumentou a importância e participação dos municípios no financiamento desse setor. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a associação entre o financiamento da política de assistência social no ano de 2010 e a receita líquida *per capita* dos 40 municípios de abrangência da Diretoria Regional de Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) de Muriaé, Minas Gerais. Essa pesquisa classifica-se com abordagem quantitativa dos dados. Para tanto, foi criado o Índice de Financiamento da Assistência Social (IFAS) a partir de 4 variáveis, onde análise fatorial foi utilizada para a construção do índice através de 2 fatores estratégicos. Os valores do IFAS e a receita líquida *per capita* foram categorizados qualitativamente em baixo, médio, alto. Empregou-se o teste Qui-quadrado para conhecer a associação entre a receita líquida *per capita* e o IFAS. Verificou-se a presença de associação estatisticamente significativas em relação entre essas duas variáveis nos municípios estudados, onde os municípios com maior receita *per capita* apresentaram maiores Índices de Financiamento da Assistência Social.

**Palavras chaves:** Assistência Social, Receita, Financiamento.

### ABSTRACT

After 25 years of the Constitution, the social welfare policy has consistently established itself as the State's duty and right to those who need it. In turn, the political and administrative decentralization has increased the importance and involvement of municipalities in financing this sector. In this sense, the objective of this study is to analyze the association between funding of social care policy in 2010 and the per capita net income of 40 counties included the Regional Directorate of the State Secretariat of Social Development (SEDESE) of Muriaé Minas Gerais. This research is classified with quantitative data approach. Thus, the Index Fund Social Assistance (IFAS) was created from four variables, where factor analysis was used to build the index through two strategic factors. The values of IFAS and the per capita net income were qualitatively categorized into low, medium, high. We used the chi-square test to know the association between per capita net income and the IFAS. There was the presence of statistically significant association relationship between these two variables in the cities studied, where the municipalities with the highest per capita income had higher indices Financing of Social Assistance.

**Key words:** Social Welfare, Revenue, Finance



## 1 INTRODUÇÃO

Após 25 anos de Constituição, a política de assistência social vem sistematicamente se firmando como um direito a quem dele necessitar. Para isso, a Carta Magna de 1988 foi um divisor de águas para essa política, garantindo ampliação dos direitos sociais e da proteção social pública no país.

A assistência social no Brasil tem sua trajetória marcada por grandes transformações e reformas, deixando um passado marcado por ações privadas de base assistencialista e de caridade. Foi inserida como política pública no tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência social, estabelecendo o direito de acesso a quem dela necessitar.

A promulgação da Constituição de 1988 determinou que a Seguridade Social seja financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dispôs também os critérios de transferência da União para os Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dos Estados para os Municípios (Art. 195 e §10). Porém, por não ter uma vinculação mínima obrigatória, como na educação e a saúde e não ser de natureza contributiva como a Previdência, a referida política sofre ônus do ponto de planejamento financeiro em relação às outras responsabilidades estatais e manifestando-se com diferentes realidades de estruturação e organização entre os municípios. Essa situação é discutida em Salvador (2012), que destaca dificuldades da Seguridade Social brasileira em constituir-se como um sistema amplo de proteção social.

A partir de 1988 também os municípios foram elevados a entes federados, passando a ter autonomia para se auto organizarem, elegerem seus representantes, elaborarem suas leis e arrecadarem tributos próprios (IPEA, 2012). Os municípios passaram, então, a assumir uma série de competências com relação a diversas políticas públicas. Mesmo que de forma compartilhada com outros entes da federação, os municípios passaram a ser protagonistas para diversas políticas.



Nesse período, a política de assistência social passou a ser fundamental na descentralização federativa, ações intersetoriais e sistema de financiamento compartilhado. A partir dessa nova estratégia, os municípios passam a ter um novo papel no pacto federativo na assistência social e se posicionam como ente protagonista na gestão desta política pública. (CAVALCANTE, P., RIBEIRO, B. B., 2012).

A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei Federal 8.742/93) garantiu a gestão descentralizada, com a coordenação nacional sob responsabilidade da esfera federal, e a execução, das esferas estadual e municipal, estabelecendo que o financiamento à Assistência Social, de responsabilidade da União, seja feito com os recursos aportados no Fundo Nacionais de Assistência Social - FNAS (Art. 28). Efetivamente, a LOAS aos dispor sobre a organização da assistência social estabeleceu as bases para a constituição da gestão da política na forma de “sistema” no artigo 5º. Assim, o financiamento passa a ser uma responsabilidade conjunta dos entes federados.

Segundo Afonso, Araújo (2000, p. 04)

É crescente a importância dos municípios no financiamento e nos gastos do setor público brasileiro. Contudo, pouco se conhece do papel desta esfera de governo no debate fiscal do país e há muito preconceito sobre a eficiência e eficácia das administrações locais. Primeiro, há um certo erro em acreditar que todo governo deveria se auto sustentar, mesmo de menor escala e em regiões mais pobres, o que não ocorre nem mesmo em países mais desenvolvidos. Segundo, os tributos típicos de governos locais – especialmente incidentes sobre o patrimônio e taxas – são os que apresentam maior dificuldade para se administrar e explorar seu potencial. Terceiro, num país de dimensões continentais e profundas disparidades territoriais, funcionais, econômicas e sociais tendem a faltar informações atualizadas e precisas.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a associação entre o financiamento da política municipal de assistência social com a receita líquida *per capita*. A pesquisa se preocupou em analisar dois aspectos centrais acerca das consequências da criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (financiamento e eficiência da gestão). Buscou-se organizar um quadro teórico para alcançar os objetivos propostos na pesquisa apresentada, a partir de revisão literária dos conceitos estruturantes da gestão do SUAS: primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; financiamento compartilhado entre a União, Estados, e municípios; matricialidade sociofamiliar; territorialização.



Diante deste contexto, partimos para a seguinte indagação: Os municípios da regional de Muriaé da SEDESE que tem as maiores receitas líquida *per capita*, tem maiores índices de financiamento da assistência social?

Para tanto, foram adotadas estratégias de avaliação inter-relacionadas fundamentadas numa abrangente base de dados empíricos. O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, é apresentada a introdução, seguida da revisão bibliográfica, no qual, são abordados os temas assistência social no Brasil, investimentos na política de assistência social e receita orçamentária municipal; na sequência, apresenta-se a metodologia e a análise dos resultados, e encerra-se com as conclusões.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Assistência social no Brasil

O entendimento da assistência social como um direito foi estabelecido pela Constituição Federal como um dos eixos de proteção social do conjunto de ações que compõe o tripé da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) a ser garantido pelo Estado e também pela sociedade. Tornando-se um poderoso instrumento atual de combate à pobreza no país, a assistência social, política pública não contributiva, visa, sobretudo, garantir aos que dela necessitar o mínimo essencial para superar as condições de vulnerabilidade<sup>i</sup> e risco social<sup>ii</sup>.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) aprovada em 1993 estabelece objetivos, princípios e diretrizes da política de assistência. A partir da criação desta lei, iniciou-se um novo processo de construção de gestão pública e participativa da assistência social, estabelecendo um redesenho institucional seguindo as diretrizes de descentralização político-administrativa, participação popular e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Com o intuito de regular e organizar o sistema descentralizado e participativo foi instituída em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelecendo como funções básicas da assistência social a proteção social que se especifica em básica e especial. Nesse contexto, foi criado o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), ofertado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)<sup>iii</sup> que é a porta de entrada para o





atendimento social e o objetivo no referencial familiar é a prevenção do risco social e pessoal visando o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e societários (BRASIL, 2005, p.16).

Boschetti (2005) aponta que por conta da heterogeneidade e desigualdade sócio territorial entre os municípios brasileiros criou-se um sistema para operacionalizar as ações de proteção social sendo este o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulando a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios e ações da assistência social.

O SUAS é um sistema público, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Na execução da política de assistência social, o SUAS define e organiza elementos essenciais e isso possibilita a normatização de padrões nos serviços, qualidade de atendimento, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial, indicadores de avaliação resultado, e tem como eixos estruturantes: matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa, financiamento partilhado entre os entes federados, fortalecimento da relação Estado-Sociedade Civil, valorização do controle social e da participação popular/cidadão usuário, qualificação de recursos humanos, informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (MDS, 2013).

Levando-se em conta a heterogeneidade e desigualdade sócio territorial entre os municípios brasileiros a criação do SUAS, possibilitou a regulação hierárquica, e os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios e ações da assistência social, garantindo assim uma organização descentralizada da política.

## **2.2 Descentralização das políticas públicas e o SUAS**

A descentralização político-administrativa no SUAS se expressa na corresponsabilidade para cada esfera de governo na realização da política, onde as ações devem ser articuladas e operacionalizadas em rede com base em um território, organizadas em cada nível de governo na condição de comando único, com fundo, conselho, plano específico e redes como elementos fundamentais para a gestão.

De fato, o processo de descentralização das políticas sociais no Brasil vem sendo desenvolvido nas últimas duas décadas, enfrentando expressivos desafios como os que dizem





respeito às diferenças de capacidade financeira, técnica e operacional entre os diferentes municípios e regiões brasileiras. Descentralizar significa dotar de competências e recursos organismos intermediários para que possam desenvolver suas administrações com mais eficiência de uma maneira mais próxima dos cidadãos e dos grupos sociais (JACOBI, 2001).

O processo de descentralização político administrativo do Estado junto com outras ações gerenciais tem contribuído para melhorar a eficiência do setor público, aproximando a gestão pública dos cidadãos, colaborando para o incremento da democracia, da cidadania, da responsabilidade social, do atendimento às necessidades locais, do enfrentamento das disparidades regionais, bem como contribui para introduzir concorrência na provisão de serviços públicos locais, com significativo impacto sobre a gestão pública (SOUZA, 2007).

Neste contexto, os fundamentos do SUAS está no reconhecimento da autonomia dos entes federados, com relevância fundamental ao processo de descentralização, articulando os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social. Os fundamentos desse sistema estão no reconhecimento da autonomia dos entes federados, com relevância fundamental ao processo de descentralização, articulando os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

### 2.3 Receitas municipais

Um aspecto que merece ser destacado na descentralização político administrativo no Brasil são as receitas municipais. Na visão de Matias-Pereira (2009), as finanças públicas são as atividades financeiras do Estado direcionadas para a obtenção e o emprego dos meios materiais e de serviços para a realização das necessidades da população, de interesse coletivo, satisfeitas por meio do processo de programas, projetos e serviços públicos. Com isso, as finanças públicas se apresentam como ferramenta indispensável para o funcionamento do Estado, além de assegurar a manutenção da administração e dos serviços públicos, bem como para influenciar no desenvolvimento do país e contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

Santos (2006), destaca que em uma organização pública, a administração financeira se concentra na captação, na aplicação e na distribuição eficiente dos recursos necessários para satisfazer aos anseios da população e os objetivos e metas aos quais se propõe o governo. Para



Harada (2002), as atividades financeiras do Estatal “é a atuação voltada para obter, gerir e aplicar os recursos financeiros necessários à consecução das finalidades do Estado que, em última análise, se resumem na realização do bem comum.”

Oliveira (2009), observa que os gastos governamentais são classificados da seguinte forma: classificação institucional ou departamental; funcional pragmática; e a classificação por categorias econômicas. Já na perspectiva de Musgrave (1994), as funções econômicas do Estado classificam em: função distributiva, função estabilizadora e função alocativa.

A partir da classificação funcional pragmática de Oliveira (2009) e da classificação despesas por funções distributiva e função alocativa de Musgrave (1994), entram os gastos com assistência social, que se dão através de transferências federais e estaduais, bem como a alocação do próprio município. De acordo com Tavares (2009, p; 245) “o financiamento e o orçamento, por seu caráter técnico-político, se constituem em indicadores estratégicos para a análise das políticas sociais”.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2013), por receita líquida *per capita*, entende-se o valor da receita orçamentária, deduzidas operações de crédito, da administração municipal, dividido pela população total. Esse indicador revela a disponibilidade total de receitas com que conta a administração municipal, por habitante, para atender as suas necessidades por bens e serviços, entre eles a assistência social. Assim quanto maior o valor *per capita*, maior a capacidade potencial do município em ofertar bens e serviços por habitantes; quanto menor, menor essa capacidade, desvelando as desigualdades existentes dentro da diversidade do universo dos municípios (FJP, 2013).

## 2.4 Financiamento no âmbito do SUAS

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social o financiamento assume grande importância para consolidação do sistema. A alocação de recursos para a política de assistência social está prevista na CF/88 por meio da Seguridade Social, é operacionalizado pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo. No âmbito federal o financiamento se dá de forma direta aos destinatários e o co-financiamento da rede socioassistencial ocorre por meio de recursos próprios via unidade orçamentária e através de repasses fundo a fundo dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) que são transferidos regular e automaticamente aos fundos regionais e locais. Os recursos federais destinados às ações e aos serviços de



assistência social são organizados e transferidos para estados e municípios na forma de cofinanciamentos, que são constituídos por pisos, conforme as especificidades de ações e dos serviços de assistência social pactuados (BRASIL, 2013).

A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece fontes definidas e diversificadas de financiamento, criando os fundos específicos nas esferas governamentais e com recursos para serem aplicados exclusivamente nesta política (SALVADOR, 2012).

Nessa perspectiva, o município assume papel central na oferta de bens e serviços de assistência social, assim conhecer as características que difere as cidades torna-se fundamental, de modo a possibilitar a emergência de ações que visem a ampliar os níveis de eficiência no planejamento de programas, projetos e serviço, promovendo o desenvolvimento descentralizado e conseqüentemente a diminuição das disparidades intermunicipais.

E, esse processo, têm se defrontado com inúmeras dificuldades dos municípios no financiamento da política de assistência social, historicamente relacionados ao seu caráter financeiro tradicionalmente insuficiente. Conforme destaca Boschetti *et al* (2000),

Insuficiente porque os recursos assegurados sempre estiveram aquém do necessário para a garantia de uma política assistencial sistemática, contínua e que respondesse as demandas sociais, além de não contar com fontes seguras e definidas. E perverso, porque o recurso destinado à assistência social sempre teve uma natureza regressiva, ou seja, não assumiu uma função de redistribuição de renda. (BOSCHETTI *et al*, 2000, p. 415).

Esforços para o progressivo aumento do financiamento têm sido empreendidos, por parte do governo federal e os estados. No entanto, Lanzetti e Martins (2007), apontam que o SUAS está em construção, às experiências locais que serviram de base para sua criação continuam avançando, enquanto grande parte dos municípios, principalmente os pequenos, estão nos primeiros passos; outros apresentam grande dificuldade, em algumas situações, ainda no período pré-Constituição de 88, praticando o assistencialismo, serviços descontinuados e sem controle social.

Considerando que a nova organização da assistência social, enquanto sistema, ser uma política pública recente, a institucionalização no percurso para se afirmar enquanto política alicerçada de direitos, ainda é um processo incompleto que guarda inúmeras dificuldades, tanto de ordem técnica, quanto política e econômica, conforme assegura Souza (2011).



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Área de estudos e fonte de dados

Com vistas a conhecer o nível de “financiamento da assistência social” e se existe associação entre a receita *per capita* dos municípios, a presente pesquisa utilizou a análise exploratória de dados, análise fatorial e teste Qui-quadrado, procedimentos estatísticos essenciais para saber a associação proposta. A análise fatorial foi utilizada para construir o Índice de Financiamento da Assistência Social (IFAS), e o teste Qui-quadrado para responder se existe associação entre o IFAS e os diferentes indicadores da receita líquida municipal *per capita* dos municípios analisados.

Para este estudo elegeu-se os 40 municípios que compõem a Diretoria Regional da SEDESE<sup>iv</sup> de Muriaé, situada na mesorregião Zona da Mata mineira (SEDESE, 2013). Para o levantamento das informações sobre assistência social dos municípios selecionados, foi considerado alguns indicadores IMRS/FJP<sup>v</sup> que permitiu visualizar uma série de indicadores sociais em nível municipal durante o ano de período de 2010. Os dados do ano de 2011 e 2012 não foram coletados por ainda não estarem disponíveis nos sistemas pesquisados.

#### 3.2 Análise Exploratória dos Dados (AED)

A partir dos dados da pesquisa, foi realizado inicialmente uma Análise Exploratória dos Dados (AED), com o objetivo de conhecer e avaliar os dados para as melhores decisões sobre os testes estatísticos. Para Triola (2005, p. 96) a AED é conceituada por como “o processo de uso das ferramentas estatísticas (tais como gráficos, medidas de centro e medidas de variação) para investigação de conjunto de dados com o objetivo de se compreenderem suas características importantes”. A partir dessa interpretação é possível identificar se os dados seguem algum modelo conhecido, eliminação de *outliers*, análise de média, mediana, moda entre outras informações relevantes que permitem melhor estudar o fenômeno sob análise, ou se é necessário sugerir um novo modelo.



### 3.3 Análise Fatorial

Com objetivo de construir o Índice de Financiamento da Assistência Social (IFAS) foi utilizado a análise fatorial para criar fatores fundamentais para o índice.

Para Segundo Malhotra (2001), a análise fatorial é uma técnica de interdependência, cujo o propósito principal é definir a estrutura inerente entre as variáveis na análise. Manly (1986) aponta que a análise fatorial encontra um modo de condensar (resumir) a informação contida em diversas variáveis originais em um conjunto menor de novas dimensões compostas ou variáveis estatísticas (fatores), com uma perda mínima de informações – ou seja, buscar e definir os constructos fundamentais ou dimensões assumidas como inerentes às variáveis originais.

Para a aplicação da análise fatorial é necessário que se atenda a algumas condicionalidades. A primeira delas, de acordo com Hair *et al.* (2009), é que o tamanho da amostra deve ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis a serem analisadas. O segundo, de acordo com Triola (2005), é determinar a adequação da análise fatorial. A adequação pode ser analisada pela medida da adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e pelo teste de esfericidade de Bartlett. O KMO é uma medida da homogeneidade das variáveis, que compara as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis e o teste de esfericidade de Bartlett é um teste estatístico que fornece a significância estatística de que a matriz de correlação tem correlações significantes entre pelo menos algumas das variáveis.

O terceiro, de acordo com Hair *et al.* (2009) e Triola (2005), pelo método de análise de componentes principais, método estatístico multivariado que permite transformar um conjunto de variáveis iniciais correlacionadas entre si, num outro conjunto de variáveis não correlacionadas (independentes/ortogonais), as chamadas componentes principais, que resultam de combinações lineares do conjunto inicial. A condicionalidade que deve ser atendida nesse caso é que o número de fatores que deverão ser retidos devem explicar pelo menos 50% da variância total das variáveis totais. Muitos artigos têm utilizado análise fatorial tem sido utilizado nas pesquisas em políticas sociais, cita-se: Seoane *et al* (2009), Gallardo; Sanchez, Leiva (2011).



### 3.4 Teste Qui-Quadrado

Com objetivo de verificar se existe associação entre o IFAS e a receita *per capita* dos municípios, utilizou-se foi utilizado o método Qui-quadrado para verificar essa hipótese. De acordo com Hair *et al.* (2009), o teste Qui-quadrado é utilizado para testar a significância estatística entre distribuições de frequência de dois ou mais grupos, para variáveis categóricas. Um dos métodos mais simples para descrever conjuntos de relações é a tabulação cruzada. Na tabulação cruzada com o uso do Qui-quadrado tabula-se as respostas para cada grupo e as compara, permitindo assim testar se há diferenças entre os grupos.

177

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Análise exploratória dos dados (AED)

Buscando conhecer a diferença das realidades do financiamento da assistência social dos 40 municípios da Diretoria Regional da SEDESE de Muriaé, realizou-se, inicialmente, uma análise descritiva dos dados (AED) de todas as variáveis analisadas no intuito de conhecer os dados e demonstrar a variabilidade dos indicadores. Nesse sentido, o modelo final ajustado considerou 4 variáveis relevantes, as quais representam aspectos que influenciam no financiamento da política de assistência social dos municípios. Assim, Na Tabela 1 consta o resultado da análise descritiva das variáveis utilizadas para a construção dos fatores estratégicos.

Tabela 1 – Análise Descritiva dos Dados

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Kurtosis
Gasto <i>per capita</i> em assistência social (R\$)	11,97	71,9	38,97	19,68	387,2	0,287	-1,239
Esforço orçamentário em assistência social (%)	0,59	4,71	2,53	1,09	1,18	0,03	-0,814
IGDM Bolsa Família	0,68	0,93	0,82	0,06	0,004	-0,566	-0,344
IGDM SUAS	0,17	0,98	0,63	0,23	0,054	-0,272	-1,06

Fonte: Resultados da Pesquisa.



A primeira análise realizada foi referente aos gastos *per capita* dos municípios. A partir dos dados verificou-se que os sete municípios com a maior gasto em assistência social tem a semelhança de serem municípios com população de até 5.000 mil habitantes.

Destaca-se a média *per capita* dentro dos municípios da área de abrangência da Diretoria Regional da SEDESE, é de R\$ 38,97 ano. O município que apresentou o maior gasto no ano de 2010 foi São Sebastião da Vargem Alegre, com um gasto de R\$ 71,90/ano, ao passo que o menor gasto foi evidenciado no município de Alto Caparaó, num total de R\$ 11,97 por pessoa/ano. Quanto ao esforço orçamentário em assistência social, os dados mostram grandes disparidades entre os municípios estudados.

Dentro desse contexto, através da Análise Exploratória de Dados (AED) foi possível diagnosticar as diferentes realidades da gestão municipal de assistência social, que pode ser percebida pela discrepância dos valores das variáveis.

## 4.2 Análise Fatorial

Na proposta inicial, foram selecionadas 8 variáveis que iriam compor os fatores do Índice de Financiamento da Assistência Social (IFAS), porém foi retirada aquelas que menos contribuíam para a que o KMO e a significância da análise fatorial fosse relevante. Ao realizar o teste de KMO e Bartlett, os fatores obteve KMO de 0,516 e Sig, 0,000 assim rejeita-se a hipótese nula, e conclui-se da mesma forma as variáveis existem associação. A literatura considera essa correlação fraca, no entanto, porém as variáveis são relevantes e interdependentes. Segundo Pereira (2003), o teste de KMO deve ser interpretado valores altos (entre 0,5 e 1,0) indicam que a análise fatorial é apropriada, abaixo e de 0,5 é inapropriada. Valores abaixo de 0,5 indicam que a análise fatorial pode ser inadequada. Portanto o KMO encontrado é baixo porém é validado pela literatura.

Tabela 2: Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	0,516
Qui-quadrado aprox.	40,834
Teste de esfericidade de Bartlett	df
	6
	Sig.
	0,000

Fonte: Resultados da Pesquisa.





Uma vez validado o constructo, estes foram transformados em estratos. Os municípios entrevistados que se enquadraram no grupo “alto, médio e baixo financiamento em assistência social e também receita líquida *per capita*. Os municípios entrevistados que se enquadraram no grupo “Alto Financiamento”, tiveram seu Estrato abaixo de acima de (média + desvio padrão). As agrupadas em “Baixo Financiamento” tiveram seu Estrato abaixo de (média - desvio padrão). E, por fim, as classificadas no nível “Médio Financiamento” tiveram seu Estrato entre -1,12 a 1,12. O mesmo procedimento foi realizado para estratificar qualitativamente a variável receita líquida *per capita*.

Através da análise da caracterização dos principais fatores extraídos, constata-se que o primeiro e segundo fator subjacente ao conjunto de atributos associados ao financiamento da assistência social significativamente representado por quatro variáveis originais: Esforço orçamentário, gasto *per capita*, IGDM Bolsa Família e IGDM SUAS.

Tabela 3: Caracterização dos Principais Fatores Extraídos pelo Método dos Componentes Principais

Componente	Valores próprios iniciais			
	Total	% de variância	% cumulativa	Total
1	1,913	47,83	47,83	1,913
2	1,197	29,91	77,74	1,197
3	0,687	17,16	94,91	
4	0,204	5,08	100	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A partir da análise fatorial, optou-se pela extração de dois fatores com raiz característica maior do que um e que respondem, em conjunto, por 77,74% da variância total dos dados denominado de financiamento e; eficiência e qualidade. Conforme tabela 4.



Tabela 4: Matriz de componente rotativa

Índice	Fatores	Variáveis	Componente	
			1	2
Índice de Financiamento da Assistência Social (IFAS)	Financiamento (Fator 1)	Esforço Orçamentário em assistência social	0,919	
		Gasto <i>per capita</i> em assistência social	0,932	
	Eficiência e qualidade (Fator 2)	IGDM Bolsa Família		0,808
		IGDMSUAS		0,734

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013)

Diante desse contexto, foram extraídos dois fatores fundamentais para criação do índice:

- O primeiro fator refere-se ao financiamento, que reúne variáveis ligadas ao esforço orçamentário e também o gasto *per capita* que o município na aloca para a política de assistência social.
- O segundo fator selecionado agrupa variáveis que medem a eficiência e qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios. O IGDM Bolsa Família e o IGDM- SUAS é aplicado aos municípios no âmbito do Bolsa Família contemplando as dimensões de taxa de cobertura de cadastros, informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde e educação e no âmbito do IGDM SUAS atividades realizadas; horário de funcionamento; recursos humanos e estrutura física, e também da execução financeira ajustada do Fundo de Assistência Social do município.

Nesse sentido, esses fatores correspondem a elementos essenciais para mensurar os conceitos estruturantes da gestão do SUAS: primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; financiamento partilhado entre a União, Estados, e municípios; matricialidade sociofamiliar e territorialização.

Visando correlacionar as variáveis Índice de Financiamento da Assistência Social com receita líquida *per capita*, foi realizado teste Qui-quadrado nas variáveis Índice de Financiamento da Assistência Social e Índice de Receita Líquida *per capita*. Assim, por meio



dessa técnica, foram diagnosticadas associação no quadro de tabulação cruzada, conforme descrito abaixo.

Tabela 5: Tabulação cruzada

Tabulação cruzada		Índice de Financiamento da Assistência Social (IFAS)			Total	
		Baixo IFAS	Médio IFAS	Alto IFAS		
Receita Líquida <i>Per Capita</i> (RLPC)	Baixa RLPC	Contagem	3	1	0	4
		Contagem esperada	0,7	2,7	0,6	4
		% dentro de RLPCQ	75,00%	25,00%	0,00%	100,00%
	Média RLPC	Contagem	4	24	2	30
		Contagem esperada	5,3	20,3	4,5	30
		% dentro de RLPCQ	13,30%	80,00%	6,70%	100,00%
	Alta RLPC	Contagem	0	2	4	6
		Contagem esperada	1,1	4,1	0,9	6
		% dentro de RLPC	0,00%	33,30%	66,70%	100,00%
<b>Total</b>	Contagem	7	27	6	40	
	Contagem esperada	7	27	6	40	
	% dentro de RLPC	17,50%	67,50%	15,00%	100,00%	

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013)

Observa-se nos municípios com maior renda líquida *per capita* uma tendência crescente ao Índice de Financiamento da Assistência Social, sugerindo assim uma associação entre as variáveis. O teste de Qui-quadrado foi aplicado à análise e o valor obtido correspondeu a 24,374. O valor de significância encontrado foi de  $p = 0,000$ , assim o resultado encontrado correspondeu a um valor dentro do nível de significância e aponta que existe uma diferença estatisticamente significativa entre as variáveis.

Observa-se, na tabela 6 que, de acordo com o teste Qui-quadrado, houve associação significativa entre a receita líquida *per capita* e o Índice de Financiamento da Assistência Social. Essa associação pode ser verificada na significância  $\leq 0,05$  na tabela 5 abaixo:



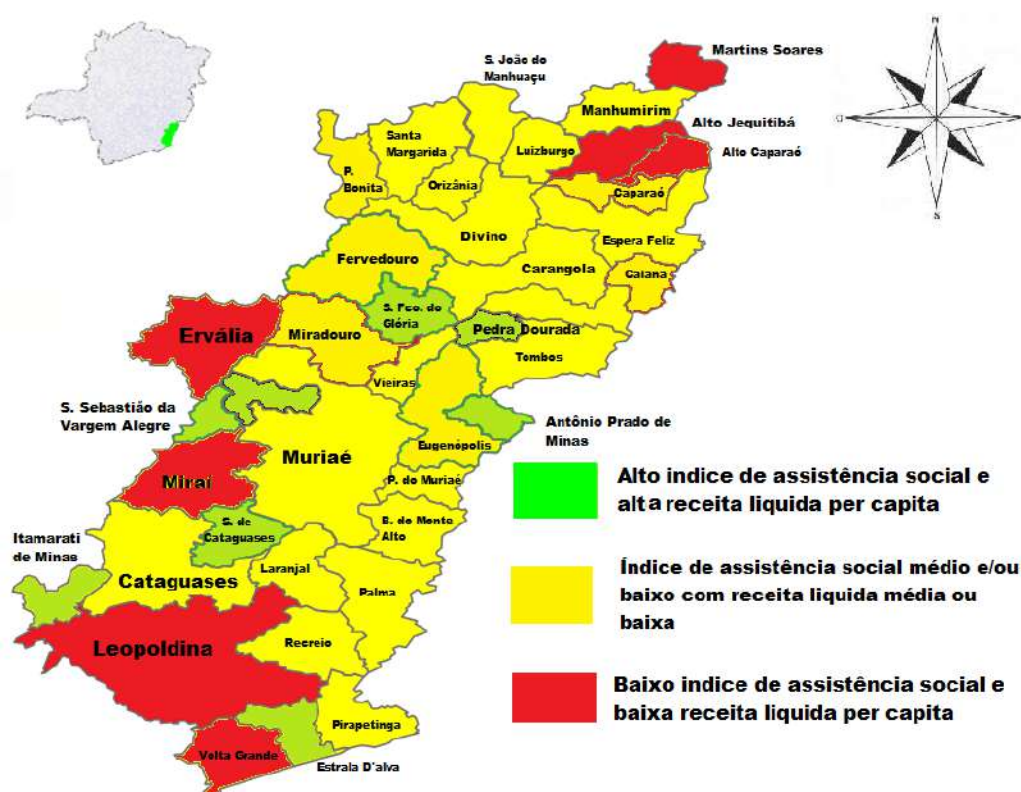
Tabela 6: Testes de Qui-quadrado

Teste de Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de <i>Pearson</i>	24,374 <sup>a</sup>	4	0,000
Razão de verossimilhança	18,592	4	0,001
Associação Linear por Linear	15,090	1	0,000
N de Casos Válidos	40		

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Conforme Figura 2, destaca-se a localização geográfica de cada um dos municípios na regional Muriaé com os seus respectivos Índices de Financiamento e receita líquida *per capita*.

182



**Figura 2** – Classificação dos municípios da regional Muriaé segundo o IFAS e receita líquida *per capita*

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

A partir da figura 2, percebe-se que os municípios de Antônio Prado de Minas, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Sebastião da Vargem alegre, São Francisco do Glória, Itamarati de Minas, Estrela D'alva tem associação entre receita líquida *per capita* e Índice de Financiamento da Assistência Social, onde estes municípios apresentaram alto receita líquida *per capita* e alto financiamento da assistência social. Já os municípios de Leopoldina, Volta



Grande, Ervália, Alto Caparaó, Miraí, Martins Soares e Alto Jequitibá que apresentam baixa receita líquida *per capita* tiveram baixo financiamento da assistência social no período.

Os oito municípios que apresentam alta receita líquida *per capita*, apresentaram alto financiamento da assistência social, o que sugere que a população desses municípios tem acesso aos serviços de assistência social mais adequados e também melhores condições de forneçam serviços aos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social.

As áreas com menores receita líquida *per capita* apresentam desafios para a assistência social, quando o município tem baixa arrecadação interfere diretamente no financiamento da política de assistência social dos municípios, ou seja os municípios que tem uma receita *per capita* menor tem maiores chances de não prover serviço de assistência social com estrutura e qualidade necessários. A região de Muriaé, apresenta um quadro bem claro quanto às disparidades entre a receita líquida *per capita* e financiamento da assistência social entre os municípios.

Pelos resultados acima apresentados mostra-se a importância das receitas municipais para as políticas sociais. É válido destacar que a assistência social por não ter uma vinculação municipal mínima, sofre ônus do ponto de planejamento financeiro, em relação às outras responsabilidades estatais, visto que depende de receitas extras para alocar os recursos para o setor, que muitas vezes são insuficientes ou são usados incorretamente. Assim, a estabilidade e a regularidade podem ser necessárias para garantir a continuidade dos serviços, podendo também permitir o planejamento em longo prazo e maior eficácia nas ações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo criar e analisar a relação entre o Índice de Financiamento da Assistência Social com a renda líquida *per capita* dos municípios da área de abrangência da Diretoria Regional da SEDESE de Muriaé.

Essa pesquisa sugere que existe uma relação estatisticamente significativa entre a receita líquida *per capita* e o índice de financiamento da assistência social dos municípios da regional da SEDESE de Muriaé. Sendo que os municípios com maior receita *per capita* apresentaram maiores índices de financiamento da assistência social. Tal situação pode estar associada a prioridade dos municípios em outras políticas públicas, principalmente as políticas que tem vinculação de receitas como educação e saúde. Assim quando arrecada-se mais e



consequentemente dispõem de mais recursos, os municípios podem investir mais na política de assistência social.

A relação das duas variáveis analisadas afirma o importante papel das receitas municipais para o sistema de proteção social nos municípios. As condições orçamentárias dos municípios contribuem diretamente para o baixo ou alto nível de financiamento dessa política. Nesse sentido, a ação da gestão pública municipal através de mecanismos para a modernização da gerência fiscal e também a elevação da receita própria desta esfera de governo, contribuem para o aumento de investimentos para as áreas sem vinculação constitucional financeira como a assistência social. As ações conjuntas de eficiência e qualidade dos serviços de assistência social junto com maiores mecanismos aumento de receita orçamentárias adquirem importância estratégica na promoção do bem estar da população, principalmente os segmentos que mais precisam da intervenção do estado.

O resultado dessa pesquisa é oportuno não apenas em função da crescente relevância que esse objeto de estudo possui dentro do sistema de proteção social brasileiro, mas também a importância de estudos de cunho quantitativo nas políticas públicas.

Para outros trabalhos, evidencia-se a necessidade de realização de novos estudos a fim de identificar quais fatores, relacionados ao Índice de Financiamento da Assistência Social da população, implicam no financiamento, bem como a atualização deste estudo com os dados referentes ao ano de 2012 e 2013, até então não disponibilizados.

Assim, a pesquisa sobre a associação no nível de financiamento assistencial com receitas é importante para o planejamento e avaliação dessa política, e serve de subsídio para o estado e Governo Federal mensurarem a necessidade de maiores investimentos visando à promoção do financiamento descentralizado dessa política e consequentemente a diminuição das disparidades sociais.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, J.R.R.; ARAÚJO, E.A. **A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: Arrecadação Própria e receita disponível**. 2000. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP1/CFP\\_n1\\_art2.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP1/CFP_n1_art2.pdf)> Acesso em: 18 dez. 2013.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007. 132 p.





BOSCHETTI, Ivanete. **O SUAS e a Seguridade Social**. Cadernos de Estudos e Desenvolvimento Social Em Debate, Brasília, v. 2, p. 10-16, 2005.

BOSCHETTI, I. *et al.* **Natureza e abrangência do financiamento da Assistência Social**. II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social, Porto Alegre, 2000, Anais... Porto Alegre – RS: CFESS, 2000, p. 415 - 421.

BRASIL (1993). Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 7.742, de 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. (2004). Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** – Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

CALDERON A, M.; MORENO P, C.; ROJAS D, Carlos y BARBOZA DEL C, Juan. Consumo de alimentos según condición de pobreza en mujeres en edad fértil y niños de 12 a 35 meses de edad. *Rev. Perú. med. exp. salud pública [online]*. 2005, vol.22, n.1, pp. 19-25.

CAVALCANTE, Pedro, RIBEIRO, Beatriz Bernardes. **O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros**. Rev. Adm. Pública [online]. 2012. Disponível em: <  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000600003>> Acesso em 11 dez. 2013.

FJP, Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. 2013. Disponível em:  
<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/indicadores-sociais/-imrs-idade-mineiro-de-responsabilidade-social>. Acesso em: 03 de dezembro de 2013.

FRITZ, K.B.B; Fritz Filho, L. F. **A insegurança alimentar no rio grande do sul: uma análise comparativa entre o rural e o urbano**. In: Elenise F. Schonardie. (Org.). Ambiente e Justiça Ambiental. Ambiente e Justiça Ambiental. 1ed.UNIJUI: Editora Unijuí, 2011, v., p. 36-78.

GALLARDO, Ismael; SANCHEZ, Juan y LEIVA, Marcelo. Midiendo calidad en educación superior: análisis de confiabilidad y validez de una encuesta de certificación de calidad del pregrado, versión estudiantes. *Estud. pedagóg. [online]*. 2011.

HAIR, Joseph F. **Análise Multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna. – 6. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 9ª Ed. São Paulo. Atlas,2002, p. 24.

INOJOSA, R. M.; JUNQUEIRA, L. P. **Experiências Municipais: Desenvolvimento social e intersectorialidade na gestão pública municipal**. Conferência Nacional de Saúde On-Line.1997. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/cns.htm>. Acesso em: 18 de Nov 2013.





IPEA. Seguridade Social. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Edição Especial, n. 18**, 2010. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_18\\_cap03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_cap03.pdf) >.  
Acesso em 02 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Seguridade Social. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Edição Especial, n. 20**, 2012. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_20\\_cap02.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap02.pdf)>.  
Acesso em 03 de dezembro de 2013.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LANA, F. C. F.; LOPES, R. F.; LANZA, F. M.; AMARAL, E. P. **Deteção da hanseníase e Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de Minas Gerais, Brasil**. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 11, p. 539-544, 2009.

LONGO, Giana Zarbato; NEVES, Janaina das; LUCIANO, Valmir Martins and PERES, Marco Aurélio. Prevalência de níveis pressóricos elevados e fatores associados em adultos de Lages/SC. **Arq. Bras. Cardiol. [online]. 2009**

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001. 720 p.

MANLY, B.F.J. **Multivariate statistical methods - a primer**. New York: Chapman and Hall, 1986. 159 p.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2ª Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **IGD SUAS**. 2013. Disponível em: <  
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/orientacoes-igdsuas-para-site/201crepasse-de-recursos-do-igd-suas201d>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2013.

MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. **Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: Campus.1994

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil: uma guia de leitura** / Fabrício Augusto de Oliveira. – São Paulo: Hucitec, 2009.

PEREIRA, Alexandre. **Guia Prático de Utilização do SPSS**. Análise de da dos para Ciências Sociais e Psicologia. 4ª ed. Edições Silabo. Lisboa. Mar 2003.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil**. Serviço Social em Revista (Online), v. 14, p. 4-22, 2012. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>. Acesso em 10 dez. 2013.



SANTOS, A. A.; Maria Filomena Ceolim; NERI, A.L. **Queixas de sono entre idosos brasileiros de municípios com diferentes índices de desenvolvimento humano.** Revista Latino-Americana de Enfermagem (USP. Ribeirão Preto. Impresso), v. 20, p. 917-926, 2012.

SANTOS, Clezio Saldanha. **Introdução à gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SEDESE, Secretaria de estado de desenvolvimento social. **A Secretaria.** 2013. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/sobre/diretorias-regionais>. Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

SEOANE, Beatriz et al. Análisis factorial de la calidad de vida relacionada con la salud de pacientes que ingresan en una unidad de corta estancia médica. *Rev. méd. Chile [online]. 2009, vol.137, n.9, pp. 1163-1172.*

SOUZA, C. O. **Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** São Paulo, Ed. Cortez, 2005.

TAVARES, G. de C. **O financiamento da Política de Assistência Social na era SUAS. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** 2009.

TORRES H, Marisa; QUEZADA V, Margarita; RIOSECO H, Reinaldo y DUCCI V, María Elena. Calidad de vida de adultos mayores pobres de viviendas básicas: Estudio comparativo mediante uso de WHOQoL-BREF. *Rev. méd. Chile [online]. 2008, vol.136, n.3, pp. 325-333.*

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística.** 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

<sup>i</sup> Vulnerabilidade Social apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (BELO HORIZONTE, 2007).

<sup>ii</sup> Risco Social deve ser entendido como evento externo, de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que afeta a qualidade de vida das pessoas e ameaça sua subsistência. Os riscos estão relacionados tanto com situações próprias do ciclo de vida das pessoas quanto com condições específicas das famílias, comunidades ou entorno (CARNEIRO apud BELO HORIZONTE, 2007).

<sup>iii</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertando serviços e ações de proteção básica. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cujo trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (MDS, 2013).

<sup>iv</sup> A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) é composta de 20 Diretorias na organização descentralizada do órgão (SEDESE, 2013).

<sup>v</sup> O IMRS é um software elaborado pela FJP que disponibiliza uma base de dados com informações sociais relevantes de todos os municípios mineiros, contemplando as áreas de educação, saúde, renda, meio ambiente, segurança pública, cultura, saneamento, assistência social, esporte e lazer e finanças municipais (FJP, 2013).



## INTERDISCIPLINARIDADE E FRONTEIRAS: DA REPRESENTAÇÃO ÀS METÁFORAS

DITTRICH, Ivo José

*Professor do PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras*  
*dtrch@unioeste.br*

### RESUMO

O estudo tem como objetivo principal compreender diferentes aspectos que contribuem para a complexidade das fronteiras, tomando por base as metáforas em que são representadas por diferentes atores sociais. O ponto de partida é o de que, por isso, as fronteiras constituem-se em objeto que exige abordagem interdisciplinar, considerando que o estudo das metáforas inscreve-se nas ciências da linguagem, mas sua compreensão implica uma necessária interface com as ciências humanas e sociais, especialmente através do conceito de representação.

**Palavras-chave:** Metaforização. Representação. Fronteiras.

### ABSTRACT

This paper aims to understand different aspects that contribute for the complexity of the frontiers, looking at the metaphors by which different social actors represent them. The starting point is that from this understanding, the frontiers constitute a subject that requires an interdisciplinary approach, considering that the study of metaphors is inserted in the sciences of the language, but their comprehension implies a necessary interface with the human and social sciences, especially through the concept of representation.

**Key-words:** Metaphorization. Representation. Frontiers.

### INTRODUÇÃO

Considerando os diversos aspectos que manifestam em sua configuração, não parece difícil compreender que as fronteiras se apresentam como realidades bastante complexas: ao lado de coordenadas de espaço e tempo apresentam, entre inúmeras outras dimensões, facetas antropológicas, históricas, econômicas, políticas e jurídicas. Passa a ser importante, portanto, refletir a respeito das origens e possíveis causas desta multiplicidade de aspectos, até mesmo para aproximar-se da conclusão de que uma possível “fronteiridade” como essência desta realidade, além de filosoficamente controversa, inscreve-se no olhar de quem a descreve ou vivencia: Saussure [1916], em seu *Curso de Linguística Geral* já anunciava que o ponto de vista é quem cria o objeto. Assim, para inverter um pouco esta relação, é interessante deixar o objeto



(fronteiras) “falar” e, para isso, objetivamos tecer algumas considerações sobre as razões que a transformam nesse cenário complexo, seja pela sua configuração multifacetada, seja pelos modos como é representada, seja por sua expressão, geralmente metaforizada. Essa discussão dos múltiplos aspectos que a caracterizam procura questionar a possibilidade de encontrar um aspecto que se configure essencial na sua configuração, ao mesmo tempo em que busca entender quais seriam possíveis determinantes dessa complexidade. Ao levantar esses diferentes aspectos, possibilita-se o apontamento de diversas frentes de investigação que, no seu conjunto, podem contribuir para um entendimento mais consistente. Partimos do pressuposto de que as metáforas, por se constituírem expressão das representações incorporadas a partir de apresentações mediatas e mediadas, mostram-se metodologicamente relevantes como pontos de partida para compreender a complexidade das fronteiras.

Metodologicamente, fizemos em primeiro lugar o levantamento de possíveis determinantes ontológicas, ou seja, de características comuns que se situam na materialidade das diferentes fronteiras e de como são apresentadas discursivamente. No segundo momento, examinamos diferentes concepções ou representações que os sujeitos sociais constroem sobre elas com base nas suas expectativas, experiências ou interações sociais. Observe-se que esta segunda tarefa – representação – é construída, ou constituída sobre as bases da primeira – apresentação -, ou seja, sobre o conjunto dos aspectos que a fronteira apresentaria em sua existência própria ou em como é editada pelos interlocutores na interação social. Somadas, essas duas instâncias ou dimensões do processo de construção do conhecimento fornecem as bases para a comunicação social e sua expressão se manifesta, muitas vezes, através de metáforas. É preciso compreender, no entanto, que essas três dimensões apenas se separam por razões de ordem didática, visto que se sobrepõem, integram e, mesmo, retroalimentam: as próprias metáforas alimentam as apresentações e fomentam novas representações.

Convém observar que um estudo dessa natureza parece exigir uma abordagem, se não interdisciplinar <sup>1</sup>, pelo menos multidisciplinar, de modo a não esfacelar teórica e metodologicamente um objeto que, por sua natureza, apresenta-se dinâmico e complexo. Martins (2009, p.11), por exemplo, aponta que o sentido da fronteira não se resume ao aspecto geográfico porque representa muitas e diferentes coisas: “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo,

<sup>1</sup> Não entraremos, aqui, na especificidade do conceito, por sinal, bastante controverso. Entendemo-la como produção ou resignificação de conceitos e metodologias na interface entre diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento. A obra de Philippi Jr e Silva Neto (2011) é bastante completa nesse sentido.



fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano.*” Assim, a forma mais pertinente para captar esta complexidade parece residir na sua própria configuração multifacetada, ou seja, é próprio da fronteira desafiar o investigador por seus diversos aspectos que ora se relevam, revelam ou escondem e, por isso, sua abordagem teórica parece exigir que seja realizada com base em diferentes áreas do conhecimento, pelo menos daquelas que se dedicam a questões que envolvem o homem, a sociedade e a linguagem, as quais poderiam ser, pelo menos epistemologicamente, inscritos no grande campo das Humanidades.

Assim, as reflexões aqui apresentadas sobre as fronteiras <sup>2</sup> se pretendem interdisciplinares no limite em que uma formação na área das ciências da linguagem e a experiência como coordenador de um Curso de Mestrado Interdisciplinar na área de sociais e humanidades permitem. Significa que devem ser interpretadas dentro desse contexto de produção. Além disso, ou por isso mesmo, nosso estudo não permite inscrever-se com facilidade nas configurações convencionais das publicações: inscreve-se nas fronteiras e interfaces entre artigo científico, ensaio, relato de experiência e similares. Se, por um lado, isso pode incomodar um padrão mais convencional de publicações, por outro, pode revelar que essa “quebra” de padrões, se nada acrescenta à divulgação do conhecimento, pelo menos faz pensar que há diferentes modos de produzi-lo. Ainda que isso possa significar perda de credibilidade e que o único (de)mérito do texto seja uma abordagem pretensiosamente interdisciplinar, pelo menos indicamos alguns pontos de partida, quem sabe de chegada, para aqueles que pretendem “aventurar-se” em desafiar as fronteiras das disciplinas para disciplinar as fronteiras.

## **NAS FRONTEIRAS DO SENTIDO, O SENTIDO DAS FRONTEIRAS**

Pelo que dissemos até aqui, torna-se relevante pensar, ainda que preliminar e ousadamente, sobre as origens e as possíveis determinantes da complexidade das fronteiras, observando como a linguagem, nas suas limitações e potencialidades, procura expressa-la, muitas vezes recorrendo a expressões metafóricas. E isso interfere imediatamente nas diferentes facetas que aparecem relevadas (ou sufocadas) em diferentes discursos e por

<sup>2</sup> Por razões de delimitação e, principalmente, do lugar de onde partimos, a maioria das reflexões restringe-se à região conhecida como Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), talvez a mais conhecida ou reportada entre outras doze configurações fronteiriças semelhantes, como, por exemplo, a que existe no extremo norte do país entre Brasil (Roraima), Venezuela e Guiana.



diferentes enunciadores. É importante compreender que o sujeito do discurso – aquele que se pronuncia, oralmente ou por escrito -, ainda que se queira mostrar objetivo e imparcial, acaba inscrevendo nas palavras o lugar social de onde fala, a sua história de vida, a sua visão de mundo, o seu modo de compreender a realidade em que se insere. Ou seja, inscreve seu discurso nas representações sociais:

formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. (SPINK, 1993, p. 300).

191

Importante observar que a autora situa o conceito na Psicologia Social, mas compreende sua natureza transdisciplinar originada da Psicologia Cognitiva, da Antropologia, da Sociologia e de áreas afins. Não vamos entrar aqui no mérito de um conceito específico; basta compreendê-lo multi, trans ou interdisciplinarmente como conhecimento prático, particular ou individualizado, que se origina ou é construído com base nas interações sociais (o ser humano vive em sociedade), objetivando proporcionar meios para sustentar comportamentos e a comunicação entre sujeitos socialmente situados<sup>3</sup>.

Nesse universo da relação entre o sujeito social, a linguagem e o mundo, a apresentação e a representação das fronteiras (assim como de qualquer outra realidade) sempre passam pelo crivo de quem se pronuncia a respeito, do lugar social de onde fala, dos interesses que pretende proteger ou divulgar: ainda que se trate da mesma forma linguística (fronteiras), da mesma palavra, do mesmo conjunto e sequência de letras ou fonemas, cada uso torna-se particular e particularizado em função do que até então se disse, das circunstâncias em que a palavra foi proferida, além das intenções (mais ou menos conscientes) de quem as enunciou. Como consequência imediata desse conjunto de variáveis é construída a representação – individual e coletiva – da fronteira consoante os olhares, intenções e experiências do homem e da sociedade que nela convivem ou dela se apropriam. Isso leva a compreender que a apreensão subjetiva de uma realidade (supostamente) objetiva – porque socialmente compartilhada e assumida – passa a ser efeito das práticas socioculturais dos indivíduos que a procuram apresentar e representar. Dessa forma, a fronteira revela sua complexidade justamente ao manifestar, esconder, ou

<sup>3</sup> Para uma abordagem da genealogia e dos fundamentos do conceito de representação social, pode-se consultar, por exemplo, os Artigos de ALEXANDRE, Marcos (2004) e RÊSES, Erlando da Silva (2003).





sobrepôr estes diversos aspectos e dimensões que, pelo menos intuitivamente, ali se fazem presentes e, de alguma forma, refletem-se na linguagem ou nos conceitos que a pretendem expressar discursivamente.

Sabemos que a linguagem é, por princípio, polissêmica, indeterminada, objetiva e subjetiva ao mesmo tempo e, desse modo, dificilmente consegue representar integral e satisfatoriamente o que o enunciador quis dizer: significa que as palavras não denotam, como na lógica, definida e precisamente, uma entidade sem qualquer risco de ambiguidade ou retaliação. Nem por isso a comunicação se torna impossível e nem por isso qualquer discurso se mostra sempre vago ou impreciso. O que pretendemos realçar é que as palavras no discurso, ao pontuarem determinado aspecto de certa realidade, fatalmente deixam outros na penumbra. Considerando a representação em sua natureza mental e psicológica como conceito ainda prévio, embasado no senso comum, a linguagem que pretende expressá-la conseguirá refleti-la de modo um tanto quanto impreciso e, por isso, o sujeito recorre muitas vezes à metaforização, concebida como processo de pensamento e ação, cujo princípio reside em relacionar estruturas diversas de modo a expressar um objeto desconhecido em função de uma realidade já conhecida.

Nessa ordem de raciocínio, a metáfora relativa às fronteiras também reflete um modo de concebê-la e a sua manifestação no discurso pode revelar em que bases foi estruturada pelo enunciador, compreendido como sujeito do discurso que fala a partir de um lugar social construído na interação entre sua história e as experiências discursivas em que interage. Assim, a metaforização da fronteira deve ser compreendida em sua natureza conceptual, observando que o seu aspecto figurativo ou artístico não seja seu componente essencial, ainda que reflexo de um modo de pensar.

Pode-se dizer que Aristóteles já apontara para a teoria que, atualmente, vincula a metáfora ao processo cognitivo, compreendendo-a como modo de pensar uma realidade e, mesmo, de agir sobre ela. Lakoff e Johnson (2006, p.71) dizem que “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos é, fundamentalmente, de natureza metafórica”<sup>4</sup>. Antes, portanto, de se tratar de um procedimento de criação linguística ou de embelezamento do discurso, a metaforização está vinculada à relação entre realidades, físicas ou ficcionais, que, de alguma forma, apresentem, ou poderiam apresentar, algumas características similares aos olhos do observador. Implica, portanto, pensar alguma coisa em





termos de outra, geralmente associando a mais nova ou recente com aquela já dominada semântica e discursivamente. E como este modo de pensar somente se dá via linguagem, parece natural que a metáfora, agora na sua condição de expressão, seja efeito desse processo.

A reflexão de Ricoeur (2005, p.149) encaminha-se na mesma ordem de raciocínio: “a metáfora não é senão uma das táticas que resultam de uma estratégia geral: sugerir alguma outra coisa do que aquilo que é afirmado”, o que reforça a ideia de que a metáfora não é substituição, nem mera transferência de sentido: a metáfora, ao relacionar duas entidades, sempre destaca um ou outro aspecto, implicando que, necessariamente, outro ou outros permaneçam mais ou menos ocultos. Uma alternativa interessante é, então, perscrutar as diferentes dimensões envolvidas em fronteira com base nas metáforas, considerando que nem sempre conseguem representá-la adequada ou fielmente. Assim, as metáforas se apresentam como base analítica bastante reveladora<sup>5</sup> para compreender as complexidades da fronteira. Até mesmo a Academia recorre a elas: “Aparentemente ingênua e natural, a fronteira é resultante de uma relação de força. E, nesse sentido, ela é uma *cicatriz* deixada na história mundial e na memória dos povos por ela divididos.” (Carvalho, 2006, p.60).

### **CONTEXTOS E ORIGENS DAS METÁFORAS SOBRE A FRONTEIRA**

Uma primeira base de compreensão da fronteira reside na sua dimensão espacial que se define como “espaço entre”, em função de um lado de cá e outro de lá. Dada a essa configuração de “entre”, permite metaforizar-se na interface de outras dimensões: o agora e o depois, o presente e o futuro, a civilização e a barbárie, por exemplo. A fronteira implica uma *zona indefinida* que decresce ou se amplia de acordo com a dimensão que o “entre” pretende ou poderia encobrir. Ao mesmo tempo, ou por isso, a fronteira também compreende uma característica de oposição, consoante o ponto de vista de quem se manifesta: oposição entre o bem e o mal, o lícito e o contrabando, o pioneiro e a vítima. Diferentemente do “entre” que assume uma caracterização de *continuum*, de espaço de transição, quando se trata de oposição acentua-se o caráter de linha divisória definida e definitiva: exatamente no ponto em que

<sup>5</sup> As metáforas aqui apresentadas não provêm de uma pesquisa específica, estruturada, formalizada; resultam de nossa experiência como professor e morador de Foz do Iguaçu, na região da Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai. Foram captadas ao longo do tempo através de conversas, leituras e outras formas de interação. Nos dias em que estivemos escrevendo este texto, por exemplo, ouvimos um deputado federal entrevistado na rádio local dizer que a cidade é *quase uma ilha federal*, por considerar que do lado oeste delimita-se com as estruturas federais na divisa com o Paraguai, do lado norte com a BR277, rodovia federal, ao sul com a estrutura aduaneira (federal) na divisa com a Argentina e a leste com o Parque Nacional (federal), sem contar a delimitação com a Itaipu, entidade federal binacional.



termina X é onde Y começa. Neste caso, a fronteira manifesta o seu traço de *linha divisória*, ainda que imaginária e artificial. Predomina um traço de estaticidade, de congelamento, de começo e fim. É o que se mostra, por exemplo, na pintura das pontes entre Brasil e Paraguai e Brasil-Argentina: até na metade as pontes apresentam as cores da bandeira brasileira e a partir de uma linha de corte, as cores das respectivas bandeiras daqueles países. Trata-se de uma convenção jurídica que define a linha que delimita a soberania de cada um dos países. Neste caso, literalmente, é possível ter *a fronteira sob os pés*.

Ao mesmo tempo, entretanto, a fronteira também compreende uma dimensão de “através” e, portanto, do *atravessar*: transparece a ordem do movimento, do dinâmico, do deslocamento. Agora é a passagem que passa a ser representada e a metáforização vai manifestar-se em expressões que enfatizam diferentes facetas da realidade e da realização humana: o *sair de* para *entrar em* manifesta-se em diversos campos para além dos geográficos. Por exemplo: *atravessar a fronteira* que separa as camadas sociais ou as classes econômicas, ainda que se procure defini-las com base em indicadores os mais precisos possíveis, não acontece de maneira instantânea e sequer abrupta: demanda, entre outras etapas, passagem por níveis de escolaridade, poder aquisitivo, representatividade comunitária ou poder político.

Em perspectiva um pouco diferente, mas ainda relacionada ao através, metáforiza-se a fronteira como *travessia para o Paraguai*, bastante comum na descrição dos latrocínios e especialmente no roubo de carros brasileiros que são levados, ou pela ponte da Amizade, ou pelo Lago de Itaipu para serem vendidos em solo paraguaio, muitas vezes pela metade do preço do seu valor de mercado. É, mais uma vez, a oportunidade e a viabilidade do “através de” que desencadeia esse tipo de atividade. É quando também aparece metáforizada como *corredor do crime* por onde entram e saem os mais diferentes produtos ilícitos.

Ampliando as reflexões sobre a fronteira, observamos que ela também implica paradoxos. Ao mesmo tempo em que saúda o estrangeiro ou o visitante, informa sobre a existência da Aduana e o consequente controle do tráfego, das pessoas e das mercadorias. Interessante observar que os movimentos de greve dos funcionários de órgãos públicos nessas instituições fronteiriças acontecem por meio da estratégia de “trabalhar dentro da lei”, fiscalizando com rigor todos os carros que atravessam, todas as mercadorias que são levadas ou trazidas, toda a documentação das pessoas que se movimentam em ambos os sentidos. Significa, paradoxalmente, que se trata de um cenário em que o cumprimento da lei se torna logisticamente impossível. Na ordem inversa, outro paradoxo: é provavelmente uma das



poucas situações em que, pelo menos para mototaxistas, sacoleiros e compristas o melhor funcionário público é aquele que menos desempenha suas funções; em outras palavras, o melhor funcionário é aquele que não trabalha, pois assim não atrapalha. O cumprimento da lei dificulta seu modo de vida e a fronteira assume assim o seu aspecto de *terra sem lei*.

Não se pode deixar de considerar que a própria palavra fronteira já encerra uma metáfora: originada do latim *front* - para designar *fronte* e, por contiguidade, *frente*, a palavra, dados os diversos traços de sentido de que se compõem, também assume conotações de confronto, enfrentamento. Compreende, além disso, sentidos vinculados a limiar – limite extremo – o que favorece o estabelecimento de pontos extremos, de começo e fim, de fatalidade, inclusive: até aqui e nem um passo além. O mundo é dinamizado inclusive com base nestas fronteiras: as inscrições encerram-se à meia-noite; última data para submissão de artigos, prazo fatal para transferência de títulos, etc. Apesar da dimensão temporal agora em apreço, não se pode negar que se trata de uma fronteira no sentido de limite imposto: pode-se dizer que agora a fronteira assume uma conotação de *última barreira*, que deixa atravessar apenas a quem respeitou as condições impostas e barra aquele que, de alguma forma, deixou de cumpri-las.

Os usuários da linguagem, muitas vezes por necessidades ou restrições que a comunicação lhes impõe, também recorrem às metáforas como construções linguísticas mais amplas, combinando a palavra fronteira com verbos e adjetivos metaforizados, explorando a riqueza dos seus traços de sentido. O conceito, por isso, mostra-se com extrema versatilidade semântica, articulando-se com verbos dos mais diferentes sentidos: *violar fronteiras*, *estrangular fronteiras*, *sensibilizar fronteiras*. Ao mesmo tempo, permite fazer-se acompanhar pelos mais diversos adjetivos de modo a assumir seu sentido de acordo com o que estes sugerem: *fronteiras secas*, *imaginárias*, *acadêmicas*, *religiosas*, *antropológicas*, entre outras. Finalmente, pode combinar-se com as duas categorias gramaticais, simultaneamente: *apagar as fronteiras ideológicas*, por exemplo. Trata-se de expressões que, de alguma forma, vinculam-se a relações de poder que se manifestam em cenários onde se confrontam entidades institucionalizadas ou em fase de instalação ou institucionalização.

De acordo com o presidente Lula (em pronunciamento durante a inauguração da UNILA<sup>6</sup>), a fronteira é *um grande salão de visitas*. Ainda que pudesse ser interpretada como reveladora de certa ingenuidade, trata-se de uma metáfora politicamente correta para a ocasião

<sup>6</sup> Universidade Federal da Integração Latino Americana, situada em Foz do Iguaçu. A metade dos seus acadêmicos é brasileira e a outra, de outros países latino americanos.



em que foi proferida: não se faz a diferença entre o que a fronteira é e o que ela deveria ser, ou o que o então Presidente gostaria que ela fosse. *Salão de visitas* aponta para conversa leve, descontraída, num ambiente de recepção de amigos sempre bem-vindos. Com raras exceções, não parece que as fronteiras (pelo menos as internacionais) e menos ainda a fronteira entre Brasil e Paraguai seja similar a este desejo. Apenas em ocasiões previamente construídas, constitui-se como palco para representações diplomáticas em que é projetado, principalmente para a imprensa, um cenário descontraído em que os chefes de estado se reúnem para debater (ou conversar) sobre integração nas fronteiras ou consolidação do Mercosul. Não significa que o *salão de visitas* seja sempre ficção; significa, apenas, que ao olhar atento do observador não passam despercebidas as semelhanças e diferenças, ainda que teóricas, entre o que se apresenta, representa e metaforiza.

Os economistas, por sua vez, consideram a fronteira como *ambiente sensível aos humores da globalização* (ou das políticas econômicas), porque a compreendem como lugar em que se apresentam e exteriorizam as diversas faces do ser humano, principalmente daqueles que estão vinculados ao universo da comercialização. É o que se pôde observar em Foz do Iguaçu por ocasião da implantação do plano real: a supervalorização da moeda brasileira perante o dólar fez encarecer demasiadamente os produtos nacionais de modo a que argentinos e paraguaios imediatamente deixassem de abastecer seus mercados com produtos que sempre adquiriam na *região da Ponte*, ou *zona de Exportação*. Pode-se dizer, assim, que o comércio das fronteiras submete-se as políticas e decretos econômicos adotados pelos países limítrofes e, portanto, é sensível aos humores e rumores das políticas econômicas adotadas.

Para o pequeno agricultor, expulso pelo grande capital agrícola de sua pequena propriedade, a fronteira apresenta-se (ou muitas vezes lhe é apresentada) como *último recurso* para a sobrevivência: é a oportunidade para realizar pequenos serviços, principalmente transporte de mercadorias contrabandeadas. Inexperiente, entretanto, descobre que se trata de um ambiente perigoso e competitivo, onde não há muito lugar para a sinceridade e a honestidade: só os mais *experts* sobrevivem. Desde muito cedo, e isso inclusive as crianças descobrem <sup>7</sup>, exige-se versatilidade (e certa malandragem) no inter(câmbio) que necessariamente acontece na região. No caso da tríplice fronteira, Brasil-Paraguai-Argentina, a

<sup>7</sup> Crianças que comercializam pequenos produtos na região da Ponte da Amizade efetuam transações nas quatro moedas com grande desenvoltura e, com isso, muitas vezes, descobrem as possibilidades de ganho através do câmbio: como a escola nem sempre oferece essa matemática financeira e, ao mesmo tempo lhes dificulta o exercício dessa atividade, muitas crianças preferem ficar longe dos bancos escolares.



circulação de moedas como o guarani, o peso e o real, todas elas atreladas de alguma forma ao dólar – que também circula em espécie, e em grande quantidade – a mais insignificante transação comercial exige domínio da conversão cambial e, ao mesmo tempo, permite explorar, com grandes possibilidades de ganho, a ingenuidade ou o desconhecimento do comprador menos informado. Constrói-se, assim, a metáfora da fronteira como *cenário do dinheiro fácil* para alguns, e diante de uma experiência nada animadora, *o pior lugar do mundo* para outros.

Principalmente para grandes comerciantes, geralmente chineses, libaneses, turcos ou brasileiros, a taxa fixa de importação paraguaia, aliada à expansão mundial de produtos asiáticos (principalmente informática e eletrônicos), a fronteira Brasil-Paraguai representa oportunidade para a realização de ótimos negócios, ainda mais para os que sabem “driblar” o fisco e a fiscalização. Para o vendedor ambulante, por sua vez, tanto do lado brasileiro, mas principalmente do lado paraguaio, o grande fluxo de pessoas permite sobreviver do comércio nas ruas e calçadas de Ciudad del Este. O abastecimento dos camelódromos nas diversas cidades brasileiras também é fomentado por pequenos compristas que sobrevivem com base na diferença entre o preço do que compram no lado paraguaio e do que revendem no lado brasileiro. Nota-se, em todas estas representações, a visão de fronteira como *paraíso comercial* que favorece (e permite) a sobrevivência informal – sem registro nos órgãos comerciais e sem apoio na legislação. A consequência, especialmente para o Brasil, é um enorme contingente de trabalhadores informais que não encontram apoio legal na assistência trabalhista e previdenciária<sup>8</sup>.

Essa fronteira como área de comércio também aparece metaforizada nos outdoors ao lado das rodovias, nos saguões de hotéis, nas rodoviárias e aeroportos, como *paraíso das compras*, especialmente de produtos de informática, eletrônicos, bebidas, perfumes e de diversos produtos importados que, na mesma ou em maior proporção, apenas seriam encontrados em Miami. A fronteira assume, assim, o seu lado publicitário, ou melhor, a representação que a publicidade lhe constrói ou atribui. Nesta mesma ordem da lógica comercial, atua o setor turístico que inclui em seus pacotes o turismo de compras: com isso, muitas vezes, a ida ao Paraguai e à Argentina (esta em menor proporção) sobrepõe-se à visita às Cataratas do Iguazu - marco natural e à Usina de Itaipu – marco da engenharia. São as representações de quem vê a fronteira de dentro – de quem nela reside e vive – vendendo uma

<sup>8</sup> Esse cenário vem mudando um pouco ultimamente, principalmente com a aprovação da chamada “lei dos sacoleiros” que pretende regularizar a micro importação.



representação de oportunidade de lazer, negócios e, por que não, de satisfação pessoal com a aquisição daquele produto com que tanto sonhou. A fronteira como ambiente natural, bonito, encantador, em que os rios Iguaçu e Paraná se encontram, cada país tendo como referencia o seu “marco das três fronteiras” também acaba marginalizada. A realidade brasileira, pelo menos, revela que o ambiente da foz do rio Iguaçu tornou-se *patrimônio de ninguém*, ou melhor, de ambiente perigoso porque abandonado pelo poder público, que já não se aconselha ninguém a visitar. É o paradoxo da fronteira esquecida: configura-se como *área proibida*.

Saindo da mídia publicitária para a jornalística, novas e diferentes representações são construídas de acordo com o enfoque privilegiado nas matérias ou das questões que se elegem dignas de reportagem ou de notícia: local e regionalmente, a ênfase recai nas informações sobre apreensão de cigarros, drogas e armas, o que assume veiculação nacional quando se trata de números exorbitantes ou de situações mais ou menos inusitadas. Cria-se, agora, uma representação da fronteira como *região de contrabando*. Vinculado a esse universo de entrada de produtos ilegais, fomentando, ou sendo fomentadas pela criminalidade no país, tanto a mídia impressa quanto a audiovisual, diariamente, retratam *queimas de arquivos*, enfrentamentos entre usuários, traficantes e destes com as forças policiais, noticiando e retratando um *universo de medo e de violência*<sup>9</sup>. Assim, por que a fronteira se apresenta como facilitação para a prática do crime, é metaforizada como *rota, esconderijo ou mundo do crime*. A maior ou menor repercussão dessa ordem de produção midiática vai gerar essa representação entre aqueles que cultivam valores vinculados à honestidade e à legalidade, mas pode funcionar, paradoxalmente, como fonte de propaganda para quem sobrevive às margens da lei. Uma visita às prisões federal e estadual em Foz do Iguaçu pode dar a dimensão geográfica da origem dos presos que ali se encontram.

Articulado com esse ambiente comercial, a prostituição, inclusive a infantil, acaba se desenvolvendo porque as condições se apresentam favoráveis e, muitas vezes, pode ter origem onde o observador menos atento jamais esperaria. Admite-se que as regiões aduaneiras constituem-se em ambientes propícios para essa prática. Mas não se compreende, muitas vezes, que a falta de infraestrutura e de logística atrasam o comércio internacional e assim propiciam – ou obrigam - uma estadia mais prolongada de caminhoneiros aguardando a liberação de produtos e, dessa forma, cria-se um cenário favorável para essa prática, metaforizando-se a

<sup>9</sup> Por vezes, a região da tríplice fronteira também é metaforizada como *fronteira do terror* porque ali habitam muçulmanos que subsidiariam grupos terroristas no Oriente Médio.





fronteira como *antro de prostituição*. Acrescentem-se as greves, operações-padrão, protestos e se construirá um ambiente ainda mais comprometedor. Estreitamente vinculado a esse quadro, a exploração do trabalho infantil se dá, em linhas gerais, por conta do acesso e do sucesso das crianças em desenvolver *pequenas tarefas* nos entornos da Ponte da Amizade, o que, ao mesmo tempo, já as encaminha como frequentadoras da fronteira como *escola para o crime*.

Muitas metáforas ainda poderiam ser enumeradas, expressando o ponto de vista, a expectativa, ou a experiência de quem vive ou vem para (ou da) fronteira: a fronteira é *uma bagunça*, *é uma festa*, *é um sufoco*, *é um perigo*. Cada uma enseja interpretações que revelam determinados aspectos e ocultam outros, o que é próprio da metáfora. Quem diz que se trata de uma *bagunça* enaltece os traços de confusão, descontrole, desordem, e os que a representam como *festa* sobrelevam aspectos de muita gente reunida, conversando, comprando e vendendo, bebendo, num caleidoscópio de vozes, cores e formas. Quem diz que se trata de um *sufoco* revela provável experiência de dificuldade, de esforço desgastante que implica movimentar-se entre carros, pessoas, polícia, vendedores ambulantes, conservando seu possível senso de humor e racionalidade. Do contrário, se a fronteira é um *perigo*, valorizam-se aspectos de roubos, assaltos, trapagens que são constantes e parece fazerem parte necessária do dia-a-dia nesse ambiente.

Considerando toda essa versatilidade e pluralidade de sentidos, parece que a própria palavra fronteira esvazia-se de um sentido próprio, passando a depender do co-texto e do contexto para assumir suas significações, ou seja, por si mesma, ou em si mesma, a palavra já não representaria nada: a riqueza dos seus traços de sentido contribuiria, paradoxalmente, para sua saturação e conseqüente esvaziamento de sentido de modo que, ao significar muito (ou quase tudo) resultaria em significar quase nada. Fatalmente, a palavra parece estar condenada a representar o tudo e o nada ao mesmo tempo. No entanto, sua rentabilidade produtiva – nomes de cursos, programas, livros, revistas – aponta para o seu amplo universo de sentidos, o que passa a exigir a necessidade (paradoxal) de investigar sua abrangência ou, mesmo, seus limites.

Sem entrar no mérito filosófico a respeito de existência de uma realidade independente ou previamente à linguagem, é preciso ressaltar que as diversas faces (reais) que a tríplice fronteira apresenta nem sempre coincidem com aquelas em que são metaforizadas, pois a relação entre apresentação e representação passa necessariamente pela experiência de quem, de como e de quando interagiu neste cenário. O pesquisador deve estar atento, portanto: a metaforização passa por uma relação dialética entre subjetividade e objetividade, uma vez que





perpassa pelo sujeito social envolvido na sua interpretação da realidade e conseqüente apropriação conceitual, ainda mais por que embasada em representações do senso comum. Pode resultar, assim, em expressões mais ou menos elaboradas conforme experiências, crenças e valores sociais, sendo expressas numa linguagem que pode revelar construções próprias, intencionais e interesseiras, deste mesmo sujeito em suas interações sociais e verbais. É nesse sentido que o discurso se configura também como prática social constituída na relação entre a linguagem, a história e as subjetividades. Voese, (2003, p.166), institui a ideia de que

200

a interação verbal representará a dupla possibilidade em que a reprodução do que pertence ao gênero humano viabiliza-se no exato momento em que ocorre também sua singularização, quando, na apropriação, o indivíduo interioriza sentidos genéricos e os processa singularmente, e, na objetivação, quando ele se vale de diferentes recursos expressivos para – mesmo sem poder evitar a generalização – conduzir o receptor a perceber não só o que é do nível do genérico, mas também as suas (do enunciante) singularizações.

O autor auxilia a qualificar a linha de raciocínio aqui desenvolvida: podemos dizer que a representação se constitui como caixa de ressonância intermédia entre a apresentação e a metaforização: de um lado, como *input*, o sujeito social, num processo de interiorização, capta as impressões do ambiente (apresentação) através de diferentes sentidos – vendo, ouvindo, tocando – e de outro lado, como *output*, exterioriza, através de expressões da linguagem, geralmente metafóricas, estas suas representações. Desnecessário lembrar que todo esse processo (ou processamento) passa pela “filtragem” dos valores, crenças, opiniões e interesses caros ao sujeito do discurso. Metodologicamente, portanto, as metáforas constituem-se na face externa, “visível” das representações e, assim, com base nelas é possível escrutinar as complexas representações subjetivas e objetivadas que circulam na e sobre a fronteira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a complexidade da fronteira compreende, ou se constitui nessa interatividade entre sujeitos e entre sujeitos e ambiente, como objeto de estudo não parece que possa ser reduzida a um aspecto ou outro, numa tentativa cartesiana de subdividir o todo em tantas partes quanto necessário a fim de, compreendendo e descrevendo cada uma delas, tenhamos a sua configuração. A ciência atual vem questionando esse modo de assumir a constituição do todo, pois entende que ele é mais do que a soma das partes: significa que as relações entre estas e,



inclusive, os espaços vazios que se constroem entre umas e outras também interferem na constituição da totalidade, por isso teoricamente sempre aberta, embora metodológica e artificialmente delimitada. As diferentes metaforizações aqui apresentadas poderiam, portanto, constituir-se como diferentes pontos de partida para a condução de pesquisas que, no seu conjunto permitiriam um olhar teórico mais aprofundado e abrangente dessa realidade. Mas justamente a noção de conjunto implica que se trata da expectativa de atuação em grupo, de assumir uma atitude interdisciplinar, – cada um dirigindo seu olhar para um mesmo aspecto -, e, ao mesmo tempo, com a destreza de olhar para o lado, observando em que medida o que um e outro investigam se relaciona com o que estão abordando.

Metodologicamente, portanto, um estudo dessa natureza envolveria um olhar para cima (ou para baixo) e outro para o lado. No sentido vertical, cada pesquisador conduziria (é o que já está fazendo) seu estudo num sentido de aprofundamento e de especialização no recorte escolhido até encontrar o limite em que a descrição de seu objeto assim construído exigiria o socorro de outras áreas do conhecimento. Isso significa que a própria complexidade do objeto impõe uma prática de horizontalidade, agora na busca de complementar as lacunas mediante a articulação com outras bases teórico-metodológicas. Essa horizontalização, no entanto, apresenta como desafio para o pesquisador a assunção de uma atitude menos dogmática em sua área de investigação (já estável) para submeter-se a uma experiência científica construída sobre bases interdisciplinares ainda não definitivas e, provavelmente, precisando ser constituídas. Significa assumir que uma abordagem interdisciplinar pressupõe especialistas com conhecimento sólido e aprofundado em sua área de conhecimento – verticalidade – porque, somente assim, saberão encontrar (mesmo que intuitivamente) os seus limites teóricos e metodológicos, encaminhando-se, então, para o estabelecimento de conexões laterais – horizontalidade – com outras (mas não quaisquer) áreas do conhecimento que consigam auxiliar na compreensão e descrição de seu objeto.

Nosso estudo deveria ter, se não revelado, pelo menos indicado, que a fronteira, considerando suas bases ontológicas, representacionais e mesmo metafóricas assume características humanas, sociais e linguísticas. E essa parece ser a sua essência. Desta forma, sua abordagem inscreve-se, até por princípio, nas diferentes disciplinas inscritas nas ciências humanas, sociais e da linguagem, pelo menos. Tarefa nada fácil, talvez impossível para um pesquisador individual. Ainda que seja teoricamente possível sonhar com uma perspectiva transdisciplinar do conceito de fronteira, não parece necessário ir tão longe a ponto de constituir



uma interdisciplina – uma “fronteiriologia”; já seria um grande passo pensar e atuar em conjunto com outros pesquisadores, confrontar ideias, assumir limitações e, de preferência, construir conceitos, teorias e metodologias num processo interativo, academicamente articulado, até mesmo para orientar políticas públicas que, muitas vezes tornam-se sem efeito por serem projetadas setorial e desarticuladamente.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*. Rio de Janeiro. 10 (23). Jul/Dez 2004. p. 122-138.
- CARVALHO, E. M. A fronteira no direito e os direitos sem fronteiras. In: SCHÜLER, F.L e BARCELLOS, M. (Orgs.). *Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo*. Porto Alegre. Sulina. 2006. p.57-71
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Metáforas de la vida cotidiana*. Trad. Carmen G. Marin. 6ª ed. Madri. Cátedra. 2004.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo. Contexto. 2009.
- PHILIPPI JR, A. e SILVA NETO, A.J. (Eds.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri/SP. Manole. 2011.
- PRESIDENTE LULA. *Discurso durante aula inaugural da UNILA e cerimônia de assinatura do decreto de criação da Comissão de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*. Foz do Iguaçu. 02 de setembro de 2010. In: <http://www.imprensa.planalto.gov.br>. Acesso em 05/03/2011.
- RÊSES, E. S. Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, 6 (2). 2003. p.189-199.
- RICOEUR, P. *A metáfora viva*. Trad. Dion Macedo. 2a ed. São Paulo. Ed. Loyola. 2005. (original: 1975)
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo. Cultrix. 1994. [1916].
- SPINK, M. J. P. The Concept of Social Representations in Social Psychology. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 9 (3). Jul/Set 1993. p.300-308.
- VOESE, I. (Org.). *Linguagem em discurso: subjetividade*. Tubarão. Editora da Unisul. 2003. V.3. Número. Especial.



## **APORTES DA EDUCAÇÃO FORMAL: AS REPRESENTAÇÕES FAMILIARES NO LIVRO DIDÁTICO**

CERQUEIRA, Lorena Maia Ribeiro

*Mestranda do Programa Família na Sociedade Contemporânea*  
*prof.lribeiro@gmail.com*

FIGUEREDO, Marília Mesquita Amorim

*Mestranda do Programa Família na Sociedade Contemporânea*  
*marilia.amorim@uol.com.br*

203

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon

*Professora do Programa Família na Sociedade Contemporânea*  
*vanessa.cavalcanti@uol.com.br*

*"A família de hoje não é mais nem menos perfeita do que aquela de ontem:  
ela é outra, porque as circunstâncias são outras"*  
Émile Durkheim

### **RESUMO:**

O presente artigo versa sobre as representações familiares na Escola e nos materiais didáticos, objetivando refletir sobre a necessidade de se repensar como esta imagem tem sido discutida na escola e transmitida pelo livro didático na sociedade contemporânea. Para tanto, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica em livros e artigos publicados, bem como análise documental nos livros didáticos da Coleção Buriti do Ensino Fundamental, da Editora Moderna. Após análises destaca-se que diante das discussões e pesquisas realizadas, os avanços na apresentação de outras representações de família na escola e no livro didático ainda são pequenos, fazendo-se necessários projetos formativos na escola para professores, coordenadores e gestores sobre a questão dos gêneros, da igualdade, da diversidade e de temas que impactam na vida dos estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família. Escola. Livro Didático.

### **ABSTRACT:**

This article focuses on the representation of the family in school and learning materials in order to reflect on the need to rethink how this has been discussed at school and transmitted by textbook in contemporary society. For this, we used as methodology to the literature review published books and articles, as well as document analysis in textbooks of Buriti Collection of Elementary Education, Modern Publishing House. After analysis is emphasized that before discussions and research currently conducted, advances in the presentation of other representations of family in the school and in the textbook are still small, it is necessary formative projects at school for teachers, coordinators and managers on the issue of genres, equality, diversity and issues that impact the lives of students.

**KEYWORDS:** Family. School. Textbook.



## I. INTRODUÇÃO

Diante do contexto vivenciado atualmente é preciso repensar a relação vivenciada pela Escola e o Livro Didático e a imagem de Família. Os momentos históricos correspondem a estruturas familiares diferentes, não podendo mencionar o singular simplesmente, mas de famílias, para que possamos tentar contemplar a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade, formando assim cidadãos críticos e reflexivos, que respeitem a diversidade.

Muitos estudos e pesquisas têm como foco principal a relação família-escola, apontam como resultado que quanto maior o vínculo que a família estabelece com a escola dos filhos, maiores são as chances de esses sujeitos obterem um bom desempenho escolar. As famílias precisam ser aceitas dentro da escola e inseridas no material didático para que esse vínculo seja cada vez mais fortalecido.

Acredita-se que é preciso também uma reestruturação nas relações sociais no contexto escolar. Pois, as relações de poder existem entre estado-escola, gestores-professores- alunos, professores-alunos, alunos-alunos, pais-escola, pais-alunos, sociedade-escola. Neste contexto convivem muitos círculos de poder que se cruzam e se sobrepõem na medida em que lhes favorecem, o discurso do poder sempre será o vencedor.

[...] Verifica-se a constância da prática de desrespeito aos direitos humanos nas escolas públicas brasileiras em todos os níveis de ensino a partir das representações sociais que não os refletem e, que, por isso mesmo não se revelam nas relações cotidianas entre gestores- professores-alunos (GOMES, 2013,P.34)

Observa-se que o enfoque e os resultados desses estudos vêm se expandindo no discurso educacional e penetrando no interior das instituições escolares. Todavia, precisa de um melhor direcionamento. Segundo Paixão (2006), “no governo Fernando Henrique, o MEC instituiu o Dia Nacional da Família na Escola (24 de abril)” (p. 63). Entretanto, o que se observa na prática é que as escolas praticam as datas comerciais como “Dia dos Pais”, “Dia das Mães”, “Dia dos avós”, entre outras e em que o real objetivo não é o fortalecimento destes vínculos, mas fortalecer o capitalismo.

Analisando os livros didáticos atuais constata-se uma mudança no conceito de família, estes antes apresentavam a família apenas no seu modelo tradicional, Hoje, já traz no discurso



outras representações de família, no entanto as imagens não dialogam com os textos e mostram uma visão paradoxal.

### **Objetivos:**

- ✓ Analisar os textos que envolvem as representações de família nos livros didáticos da Coleção Buriti, no ensino Fundamental I, no intuito de verificar quais são as mudanças na construção e depreensão de sentidos ao longo das transformações históricas e sociais;
- ✓ Elencar representações familiares adotadas pela escola e pelas imagens - textos utilizados nos livros didáticos analisados;
- ✓ Desenvolver, no âmbito da Análise do Discurso, perspectivas voltadas ao estudo da imagem de família em sua materialidade, no caso, o não verbal.

## **II. METODOLOGIA**

O trabalho será desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica em livros e pesquisas publicadas refletindo a relação Família- Escola- Livro Didáticas. Para construção do corpus do trabalho será realizada uma pesquisa documental, que está bem no início ainda, elaborado pela análise dos textos não verbal e imagens das representações de família nos livros didáticos do Ensino Fundamental I da Coleção Buriti, Editora Moderna, de acordo com a perspectiva da Análise do discurso. A pesquisa buscará responder as questões norteadoras: Os livros didáticos estão disseminando que imagem da família para os estudantes? Quais os conceitos de família estes livros adotam? Quais as intenções de produção dos autores de acordo com a Análise do Discurso? Como a escola tem trabalhado o conceito de família?

Para seleção dos documentos é importante considerar que:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (SÁ-SILVA, 2010).



Após coleta dos dados nos livros selecionados serão analisados os textos não verbais e imagens de representações das famílias na perspectiva da Análise do discurso, levando em consideração os aspectos elencados acima e os teóricos estudados.

### III. A FAMÍLIA E A ESCOLA

206

Se a primeira forma de socialização é a família, cabe à escola – especialmente nas primeiras etapas – também reforçar essa integração e aprendizagem sobre o cotidiano. Vale destacar que a escola deve “facilitar a inserção do indivíduo no mundo social” (DELVAL, 2001, p. 83). Observa-se que apesar das discussões e pesquisas em torno da escola, família e suas representações, existe ainda uma lacuna muito grande no que concerne a compreensão em relação às transformações que esta instituição vem atravessando e sua relação com os materiais didáticos. Segundo Montandon e Perrenoud (1987, p.7), "de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família".

Além disso, é importante destacar que em meio a tantas mudanças sociais, e com o advento da tecnologia é possível perceber grandes mudanças no formato familiar que se tinha como padrão. Logo, constata-se a necessidade de se discutir o lugar das instituições família e escola na formação das novas gerações, observando a necessidade cada vez maior de um efetivo diálogo entre a escola e a família.

Faz-se mister observar se famílias matrifocais, grupos domésticos, arranjos diversos, ou seja, se os processos de mudança sofridos pela família, estão sendo levados em consideração pela escola, ou se esta apenas reproduz o modelo cultural e sua representação vigente na sociedade patriarcal. Pois, segundo DURHAM (1982, p. 34), “é necessário em primeiro lugar, analisar em que medida as variações correspondem a adaptações ou extensões do modelo e até que ponto implicam em sua contestação”.

É importante destacar nesta discussão o livro Sociologia da Família Contemporânea de Singly, o qual trata da "dependência da família moderna em relação à escola e ao Estado". Segundo ARAÚJO (2011), na análise que faz do papel da escola, ele retoma, além de Durkheim, autores como Philippe Ariès (1981) e Pierre Bourdieu (1989), para entender como o





"capital escolar" tornou-se um valor fundamental para as famílias contemporâneas, uma verdadeira estratégia de reprodução social e familiar, fundamental na aquisição e preservação do capital econômico e cultural.

E quando no discurso da mídia, dos gestores, dos professores e do material didático é apresentado apenas o formato da família nuclear? Quando o livro didático só apresenta como família: um pai, uma mãe e dois filhos? Geralmente na cor branca e de classe média alta desempenhando sempre os papéis que lhe são socialmente destinados? Como proceder? Tendo em vista que a realidade vivenciada pela maioria dos alunos da escola pública foge a esse padrão. É preciso um olhar mais sensível e responsável para estas questões.

O desejo de trabalhar com este tema surge da realidade vivenciada, enquanto professora e Articuladora de área de Linguagens na Escola Pública, escuto crianças e famílias todos os dias que vivem processos de mudanças, ou seja, Família em mudança (ver Donati,2008; Petrini, 2003b, 2008, 2013; Petrini, J.C. e Cavalcanti V..2013). Crianças que vivem apenas com avós, só com pais, com tios e na maioria das vezes constitui uma família matrifocal, isto é, vivem com só suas mães, ou com mães que reconstituem uma nova família a partir de um novo casamento. Muitas crianças que vivem uma realidade de família muito diferente dos textos e imagens que se apresenta na maioria dos livros didáticos e na própria prática do professor em sala de aula. Nota-se o aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, fator que indica uma crescente matrifocalidade. A mulher fica, nesses casos, com as maiores responsabilidades para sustentar e educar os filhos, devendo administrar a casa e ter, de fato, dupla jornada de trabalho. A esse respeito, Jablonski (1999, p. 64) afirma: “Essa disparidade é vivenciada pelas mulheres de forma bastante dolorosa, uma vez que há uma promessa no ar de igualdade de funções [...]”.

#### **IV. FAMÍLIA: REPRESENTAÇÕES NAS PÁGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS**

O livro didático ocupa um papel de destaque na sala de aula e no processo ensino/aprendizagem como um todo. É importante destacar que este material vem sofrendo alterações, mesmo que sutis ainda, em sua forma e conteúdo e no discurso dos professores no que se refere à visão sobre família na sociedade Contemporânea. Desta forma, reflete-se sobre a análise da prática do professor em sala de aula com o livro didático. De que forma o professor



vem usando esse material nesse contexto de inovações? Houve alterações em sua prática cotidiana? Que papel é atribuído ao livro didático pelo professor em suas aulas? Quais dificuldades ele encontra para trabalhar com esse material? Quais os fatores que influenciam o uso do livro didático pelo professor em sala?

Alain Choppin (2000) assinalou que os livros didáticos não são somente ferramentas pedagógicas, mas também suportes de seleções culturais variáveis, verdades a serem transmitidas às gerações mais jovens, além de meios de comunicação cuja eficácia repousa na importância de suas formas de difusão.

Nessa perspectiva, os livros, para além de se constituírem em vetores ideológicos, são fontes abundantes, diversificadas e, ao mesmo tempo, completas, visto que cada obra constitui uma unidade própria e coerente, com princípio, meio e fim. Desta forma, busca-se analisar de que forma a família tem sido representada para as gerações. Como estes professores trabalham com estas representações nas salas de aula, outra questão muito importante para ser refletida é se os professores estão preparados para trabalhar com as diversas relações encontradas na atualidade. Assim, ressalta-se que se faz necessário à criação de projetos formativos na escola para professores, coordenadores e gestores sobre a questão dos gêneros, da igualdade, da diversidade e de temas que impactam na vida dos alunos.

Políticas Públicas têm auxiliado na distribuição dos Livros Didáticos nas escolas como o PNLD, O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surge pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, em substituição ao PLIDEF, tendo como função avaliar, indicar, comprar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

A relação entre o Estado e a distribuição de livros didáticos é mediada pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), conforme citado acima, pelo qual o governo compra os livros solicitados pelos professores para serem distribuídos a todos os alunos das escolas públicas. Esse Programa é responsável pelos valores econômicos em relação ao livro didático. A partir de 1996, instituiu-se a avaliação prévia, pela qual os livros didáticos inscritos no Programa passaram a ser examinados por especialistas. Somente os livros que obtivessem o parecer favorável poderiam ser escolhidos pelos professores. Sendo assim, incentiva-se a produção de livros direcionada não diretamente aos professores e aos alunos, mas aos avaliadores, geralmente recrutados da universidade e, segundo a crítica corrente, nem sempre habituados às práticas de sala de aula.



Nesse contexto, as editoras, ao menos no Brasil, buscam cada vez mais se adequar às exigências do governo, que se traduzem em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas determinações específicas de cada edital do PNLD, além das idiossincrasias dos avaliadores. Entretanto, além do livro ser aprovado pelos avaliadores; é preciso que seja efetivamente escolhido pelos professores. Esta prática leva ao acontecimento de muitas irregularidades nas escolas durante este processo.

Na avaliação realizada e seleção dos livros na escola, em nenhuma disciplina, menciona-se a questão do formato de famílias, refere-se apenas a mulher, afrodescendentes, etc. Por exemplo, no edital de 2010 incorpora-se aos valores ao que é ser cidadão brasileiro, pontua novos valores que devem estar no livro didático brasileiro, o qual deve ter como parte integrante a formulação da cidadania como um dever, são os pontos abaixo citados:

Quanto à construção de uma sociedade cidadã, os livros deverão:

1. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
2. Abordar a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
3. Promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades dos livros didáticos, reforçando sua visibilidade;
4. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
5. Promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio científicos;
6. Abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária. (Edital 2010, p.29).

A LDB n. 9394/96, em seu artigo 4º, inciso VII faz menção aos programas de apoio ao material pedagógico: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]” (BRASIL, 1996, p. 3). Todavia, acredito que o papel não deva se resumir ao fornecimento deste material didático, uma vez que este precisa ser também avaliado.

Outro fato constatado é que ao avaliar o material didático que o professor trabalha na sala de aula, observa-se uma realidade oposta à vivida pela maioria dos alunos da escola



pública, as imagens de família em que aparecem são na maioria das vezes pai, mãe e dois filhos, ou seja, a família patriarcal, geralmente na cor branca e de classe média alta.

As imagens divulgadas pelo livro didático, alinhadas às relações de conhecimento e poder, podem construir identidades, reforçar mitos e estereótipos presentes no inconsciente da sociedade. Bem como é importante destacar que a representação de família, tanto a trazida pelos docentes quanto a transmitida pelos materiais didáticos que eles utilizam, ocupa um lugar fundamental no processo de constituição das crianças enquanto sujeitos e cidadãos. O que lhes é endereçado, através desses materiais e discursos, é, em parte, constituinte dos cidadãos que eles vão ser, quando crescerem e das posições que assumirão em relação à diversidade. E este fato, pode ocasionar um desinteresse dos alunos pela escola já que aquele universo lhe parece distante do qual está inserido.

Prega-se o tempo todo que é preciso ter uma linguagem mais próxima do aluno, que é preciso trabalhar com os gêneros textuais que eles encontram no cotidiano e, no entanto a imagem de família retratada na sala de aula é ainda a representada no século passado, como por exemplo, no livro Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire (1951-1973).

Não se pode esquecer que nas relações de produção e recepção do texto não verbal em relação às representações da instituição família, veiculado pelos livros didáticos, de acordo com a teoria da análise do discurso, é observado que o texto não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Pois, a linguagem na perspectiva do discurso “é interação, um modo de produção social; não é neutra, inocente (na medida em que ela está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.” (BRANDÃO, 2002).

A linguagem enquanto discurso constitui um universo de signos só servem como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, pois os processos de sua constituição são histórico-sociais. Desta forma, a linguagem será elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade. Logo, os Livros didáticos utilizados na sala de aula, deveriam refletir a realidade do aluno, ou seja, fazê-lo refletir sobre a mesma, tornando-o um cidadão participativo da sua sociedade, ou não?



## V. PARA ALÉM DAS PÁGINAS, REPRESENTAÇÕES E ESTEREOTIPOS

Na análise documental, observou-se na Coleção Buriti, Editora Moderna, no livro de Geografia, 2º ano, Ensino Fundamental, um capítulo denominado Família (p.12 -13) em que define família da seguinte maneira: A família é o primeiro grupo do qual as pessoas fazem parte. As pessoas de uma família têm relação de parentesco. E apresenta uma nota com o conceito de parentesco: relação entre pessoas por vínculo de sangue, adoção ou casamento. Entretanto, não contempla a diversidade, a pluralidade e a auto-determinação no indivíduo.

O capítulo traz imagens de famílias formadas apenas por pai-filha, mãe-filhas-netas, pai-filhos-netos. Tentando veicular novos modelos de família, que não seja só a família patriarcal formada por pai-mãe-filhos, como os livros sempre apresentavam, entretanto observa-se que nos textos imagéticos a família é tida só nas relações consanguíneas, as relações de afeto não são levadas em consideração, contradizendo o texto verbal que traz o conceito de família a partir das relações de afeto a partir da adoção ou de um casamento, por exemplo.

Na página 13, na questão 2, volta-se muito ao modelo tradicional, a partir do texto abaixo:

Dário e Carla têm dois filhos: Fábio e Cecília.  
Fábio se casou com Júlia. Eles têm dois filhos: Marcos e André.  
Cecília, a irmã de Fábio, casou-se com Otávio. E eles têm uma filha que se chama Carolina. Ela é prima de Marcos e André.

Na mesma questão apresenta-se uma árvore genealógica, questionando aos alunos sobre quem são os tios e avós de Marcos, André e Carolina, isto é, trabalhando apenas com o modelo tradicional da família e que se relacionam apenas por consanguinidade.

Na página 14, para finalizar o capítulo Família, resume-se com a seguinte frase: “As famílias são diferentes umas das outras”.

Acredita-se que o Livro didático seja uma ferramenta para o trabalho pedagógico, desta forma o professor deve utilizar este material par trabalhar com as crianças explorando a realidade enfrentada por eles, bem como formando cidadãos que compreendam a diversidade existente no meio em que vivem.

No livro de História, 2º ano Ensino Fundamental I, páginas 46-47, da mesma coleção, apresenta um capítulo intitulado “cada família tem seu jeito” e apresenta como conceito de família: “a família é composta por pessoas que se cuidam, se protegem e trocam afeto”. Ou



seja, começa a trazer a concepção da família por meio das relações de afeto e não só por relações consanguíneas, todavia as imagens apresentadas são de famílias formadas por mãe-pai-filho, mãe-avó-neta, mãe-pai-filho e uma irmã que mora em outra cidade. Logo, constata-se que os textos imagéticos não têm dialogado com os conceitos adotados nos livros didáticos mais atuais, nas imagens prevalecem o modelo da família tradicional.

Na página 47, é trabalhada com os alunos uma tela: *Retrato de Família*, Laura James, 1998, formada por pai-mãe-filhos, no entanto a mulher tem um lugar de destaque na tela, ela está representada em tamanho maior.

Vale ressaltar que em todos dois capítulos a árvore genealógica foi trabalhada, sempre explorando o modelo patriarcal da família, um casal com dois filhos e que cada filho tem um ou dois filhos, como a maioria das imagens difundidas nos livros didáticos.

Outra questão que merece ser destacada é que em nenhum momento foi discutido a família sem filhos nos livros didáticos analisados, visto que esta é uma tendência muito grande na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que a análise de dados do presente trabalho ainda encontra-se no início, pois se pretende traçar um quadro comparativo dos textos verbais e não verbais trabalhados nos últimos anos.

## VI. POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ E GLOBAL

Diante do contexto atual e do advento da globalização, a Escola enfrenta muitos problemas, e parece muitas vezes fugir do seu objetivo real para atender às questões mercantilistas. Diante desta problemática, muitas vezes é exigido dela atitudes mais democráticas e que valorizem a diversidade e, assim segundo (TORRES, 2008 apud ESTEVÃO, 2012):

Então, a proposta mais congruente para compreender a escola dentro desta contextualização teórica é concebê-la como organização democrática, produtora de normas democráticas, e como uma arena política onde se pratica a democracia deliberativa; comunicativa, aberta a contestação, ao debate, mas tendo sempre presente, como finalidade da educação, o “ensinar a condição humana”, questionando, conseqüentemente, os modelos políticos, econômicos e sociais de acordo com a justiça que promovem; denunciando as perversões e injustiças geradas pelos modelos de produção capitalista





hegemônico; desocultando os processos de legitimação das opções culturais dominantes e os tipos de relação entre poder e conhecimento [...]

Concorda-se com Estevão que urge a necessidade da construção de uma escola mais democrática em que a diversidade e a mudança sejam respeitadas, desde sala de aula até o contexto maior da gestão escolar. Em que os contextos familiares reais enfrentados pelas crianças sejam identificados e debatidos, ou seja, que enfim estas realidades entrem nas cenas dos debates e que possam ser identificados como possíveis causas de enfrentamentos nas dificuldades do processo de Ensino-aprendizagem, uma vez que a educação, a priori é uma das ferramentas para auxiliar na prevenção de situações futuras, tendo em vista os direitos humanos precisam ser vivenciados no dia a dia: em casa, na escola e na sociedade.

Que o discurso e a imagem sejam alinhados, discutidos e melhor aprofundados, pois como vimos os materiais didáticos analisados até começaram a mudar os conceitos, mas os textos imagéticos só apresentam a família tradicional. Além disso, é preciso capacitar o professor pra um melhor trabalho a partir das mudanças. Ainda conforme Estevão, 2006, p. 83:

(...) A verdadeira mudança radica na alteração das formas de trabalho e na melhoria das práticas curriculares nas escolas, em particular no interior das salas de aula, o que só é viável se existir um forte empenhamento de todos os actores educativos e um conjunto de decisões políticas que viabilizem uma verdadeira transformação da educação.

É preciso um diálogo efetivo entre todos os atores envolvidos neste processo: professores, gestores, e estado. Consoante (Giroux,1993, p.36 apud Estevão, 2012):

A educação cidadã deve ser entendida como uma forma de produção cultural. Ou seja, a formação dos cidadãos deve ser vista como um processo ideológico através do qual experimentamo-nos a nós próprios, ao mesmo tempo em que experimentamos as nossas relações com os outros e com o mundo, dentro de um sistema complexo e frequentemente contraditório de representações e imagens.

## Referências

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 6 ed. Campinas: EDUNICAMP,1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB*. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996.





- CHOPPIN, A. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, J. R. *La cultura escolar de Europa: tendencias historicas emergentes*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- DELVAL, Juan. *Aprender na Vida e Aprender na Escola*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DURHAM, Eunice R. *Família e casamento*. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vitória: ABEP, v. 1, pp.31-50, 1982.(B)
- ESPÍNDOLA, Danielle Parker Andrade. “*O uso do livro didático, em sala de aula, por professores de história*”. Disponível por:  
[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/IOMS-5WSP68/disserta\\_o\\_danielle\\_parker\\_espindola.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/IOMS-5WSP68/disserta_o_danielle_parker_espindola.pdf?sequence=1). Acesso em : 11/07/2014.
- ESTEVÃO, Carlos V. *Políticas & valores em educação*. Húmus: Portugal, 2012.
- GOMES, Celma Borges. *Violência nas escolas*. Juruá Editora: Curitiba, 2013.
- JABLONSKI, B. (1999). Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família : entre a tradição e transformação*. (pp. 55-69) . Rio de Janeiro: NAU.
- KAZUMI, Munakata. “*O livro didático como mercadoria*”. Disponível em :  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072012000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000300004) Acesso em 11/07/2014.
- MONTANDON, C. e PERRENOUD, P. “*Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?*” Paris, Peter Lang, 1987.
- MOREIRA, António Flavio; PACHECO, José Augusto.(org). *Globalização e Educação*. In: ESTEVÃO, Carlos V. *Justiça, direitos humanos e educação na era da globalização*. Porto Editora: Portugal, 2006.
- PAIXÃO, L. P. *Compreendendo a escola na perspectiva das famílias*. In: MÜLLER, M. L. R.; PAIXÃO, L. P. *Educação, diferenças e desigualdades*. Cuiabá: Ed. da FMT, 2006. p. 57-81.
- PROJETO BURITI. Geografia-2 ano- PNLD 2013. Disponível em:  
[http://issuu.com/ed\\_moderna/docs/projetoburiti-geografia-2ano/14](http://issuu.com/ed_moderna/docs/projetoburiti-geografia-2ano/14) Acesso em: 10/07/2014.
- PROJETO BURITI. História- 2 ano- PNLD 2013. Disponível em:  
<http://www.modernadigital.com.br/main.jsp?lumPageId=4028818B35FEF8F00136086F0A5D414A&itemId=8A8A8A83363108E70136359771AC6364>. Acesso em: 10/07/2014.
- SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. São Leopoldo, v.1, n.1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa %20documental. pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2010



## LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO: ENTRE A PERPETUAÇÃO DO PASSADO E UMA POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO

SIRELLI, Nilda Martins

*Psicanalista, Doutoranda em Memória Social- UNIRIO*

*nildasirelli@yahoo.copm.br*

MAURANO, Denise

*Psicanalista, Professora do Programa de Pós-graduação em memória Social - UNIRIO*

*dmaurano@corpofreudiano.com.br*

215

### RESUMO

A memória para Freud é inconsciente, nela vigora a lógica do paradoxo, não há negação, apenas afirmação. Amor e ódio, familiar e estranho, social e particular, memória e esquecimento convivem lado a lado. Constituímo-nos não pela segregação de uma das partes em detrimento de outra. Ao tentar constituir uma memória e identidade social fixas, nos valem da lógica da consciência, negando o diferente, o paradoxo, lançando para fora toda alteridade. Toda identidade traz em si um campo de possibilidades que foi necessariamente excluído para que aquela definição pudesse aparecer como unitária e estável. A alteridade é entretanto também constitutiva, faz-se íntima, e uma vez negada faz sua entrada em sucessivos retornos, no campo da cultura e dos movimentos sociais. Pensamos o trabalho de luto como via de elaboração, e possibilidade de invenção e criação do novo ainda que isso inclua uma certa dose de conflito e desorganização.

**Palavras-chave:** Memória. Retorno. Criação.

### ABSTRACT

The memory for Freud's unconscious, it force the logic of paradox, there is no negation, only affirmation. Love and hate, familiar and strange, and particular social, memory and forgetfulness live side by side. Constituímo us not by segregation of one party over another. When trying to be a fixed memory and social identity, we followed the logic of consciousness, denying differently, the paradox, throwing out all otherness. All identity brings with it a field of possibilities that was necessarily excluded from that definition that could appear as unitary and stable. Alterity is however also constitutive, it is intimate, and is once again denied entry into successive returns, in the field of culture and social movements. We think the work of mourning as a way of elaboration, and possibility of invention and creation of the new even if it includes a certain amount of conflict and disorganization.

**Key-words:** Memory. Return. Creation.



O que significa lembrar e esquecer? Pensar nessas duas categorias, se assim podemos chamá-las, remete-nos a lógica do paradoxo, lógica própria ao funcionamento inconsciente. Freud (1915a/1989) nos fala que no inconsciente não há negação, apenas afirmativa. Ou seja, não existem contrários e nem anulações, estas são categorias e modos de organização conscientes. No inconsciente vigora a lógica do paradoxo, amor e ódio, alegria e tristeza, familiar e estranho, social e particular, e porque não dizer, memória e esquecimento, convivem lado a lado, são parte constituinte do sujeito.

O sujeito se faz não por uma linearidade, não pela segregação de uma das partes em detrimento de outra, ele se constitui no imbricamento, nas interfaces, nas dobras de tudo isso que se afirma ao mesmo tempo, e sem negar seu par antitético.

Nesse sentido, vale retomar a constituição do psiquismo a partir da perspectiva freudiana, a partir da qual poderemos pensar um pouco dessa relação dialética entre lembrança e esquecimento.

Freud, no texto “Projeto para uma psicologia científica” (1950[1895]/1989), aponta uma primeira experiência de satisfação como fundadora do aparelho psíquico. Experiência essa que o bebê humano, lançado no desamparo pela sua prematuridade motora e simbólica, faz no encontro com o outro, do qual depende não somente a satisfação de suas necessidades, mas também a sua entrada no discurso, o que Freud indica ao dizer que, além da necessidade, há “a importantíssima função secundária da comunicação” (p. 370).

É essencial a figura do outro auxiliador, já que, diante de um estímulo interno, é impossível ao bebê alguma ação que o aplaque. De acordo com Freud, “o organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa *ação específica*. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente se volta para um estado infantil” (p. 370: grifos do autor). É do encontro com o outro que advirão as primeiras experiências de satisfação do bebê, que inauguram as inscrições psíquicas e a memória inconsciente.

Freud situa no semelhante a primeira apreensão da realidade pelo sujeito, o primeiro objeto de satisfação, o primeiro objeto hostil, assim como o único poder auxiliar. Esse é o “complexo do próximo”, sendo por meio de seus semelhantes que o humano pode reconhecer-se, de modo que, o outro advém como única possibilidade de sobrevivência do recém-nascido e como aquele que promove a inscrição desse último na cultura.



Essa primeira experiência, mítica e não cronológica, se divide em dois componentes, um que se inscreve como traço de memória, ou traço mnêmico, e outro que permanece inassimilável, como “Coisa” (p. 384). É interessante ressaltar que o psiquismo é fundado por um traço mnêmico, sendo a memória não um efeito do psiquismo, mas ponto de origem do mesmo.

A memória instaura uma outra forma de saber, que não se vincula ao saber instintual, promovendo, portanto, um esquecimento desse saber que se vincula ao organismo vivo, saber que vigora no mundo animal, mas que está perdido para o humano.

Assim, a fundação do psiquismo articula-se, de um lado, a inauguração de uma cadeia associativa, cadeia de registros mnêmicos, e, de outro, a uma forma de esquecimento, esquecimento do saber instintual. A partir da perspectiva freudiana, poderíamos dizer que a memória vem em suplência a perda do saber instintual, configurando-se como um modo de saber. Saber não vinculado a consciência, ao conhecimento, e sim, ao inconsciente e a sua lógica.

Esse primeiro registro mnêmico não porta nenhuma significação, assim como todos os demais traços que se inscrevem em cadeia associativa com ele, formando uma trama de associações inconscientes. No inconsciente, como já mencionado, só há afirmações, uma representação não anula a outra, convivem, não como contrários, mas como paradoxo, de modo que a memória inconsciente nada tem haver com identidade, unidade, e construção de sentido. A consciência, ao advir em contato com o mundo externo, tentando fazer uma conciliação com a realidade que garanta alguma satisfação ao sujeito, essa sim, trabalha com a lógica dos contrários, tentando construir uma unidade e consistência para o eu.

O eu, na tentativa de construção de uma identidade que defina e circunscreva o sujeito, trabalha com a lógica da contradição, da segregação de alguns elementos em detrimento de outro, do familiar como aquilo que faz parte de mim e daquilo que me identifico e do estranho como aquilo que não sou eu, e deve ser colocado para fora, mantido a distância, rechaçado. Pela lógica da consciência, memória e esquecimento são pares antitéticos, são oposições, e onde um aparece o outro se ausenta.

Podemos nos perguntar: de que esquecimento se trata aqui? Memória e esquecimento quando vinculadas a consciência refere-se a conhecimento, aquilo que posso conhecer e ter acesso, e aquilo que não consigo ter acesso, um conhecimento do qual se foi privado, perdido.



Freud (1915b/1989) nomeia esse esquecimento que se refere à lógica da consciência, formadora de sentido e significações, de recalque. O recalque consiste em manter fora da consciência determinadas representações que sejam traumáticas para o sujeito, representações que não cabem na imagem forjada pelo eu, que vem abalar sua consistência, representações que revelam a alteridade, o impossível de assimilação. Esse esquecimento não tem nada de efetivamente esquecido, pois, embora, essas memórias não possam ser lembradas, encontram-se vivas e atuantes no inconsciente. De modo que, não ter acesso a determinada lembrança, não equivale a esquecê-la, e que, logo, memória não se equivale ao que podemos ter acesso e conhecer. A memória inconsciente funciona a revelia do eu, estando às memórias e representações sobre as quais construímos nossa identidade muito aquém da memória que nos sobre determina.

Assim, o sujeito desconhece o que encadeia suas representações inconscientes, de modo que o elo que perpassa toda e qualquer memória e toda e qualquer experiência lhe é desconhecido, o que não lhe exime de responsabilidade. Freud (1915b/1989) ressalva que o recalco “prolifera no escuro”, assumindo diversas formas de expressão, que aparecem como estranhas ao sujeito, chegando mesmo a assustá-lo. A memória traz em si o estranhamento próprio de tudo que nos é mais familiar, pois desconhecido.

Freud (1914/1989) destaca que muitas lembranças podem trazer um caráter de novidade por nunca terem sido esquecidas, já que nunca foram conscientes. Memória não se relaciona a consciência, de forma que esquecer não se articula necessariamente a conhecer.

A partir de sua escuta clínica Freud (1914/1989) nos diz que “esquecer impressões, cenas ou experiências quase sempre se reduz a interceptá-las. Quando o paciente fala sobre essas coisas ‘esquecidas’, raramente deixa de acrescentar: ‘Em verdade, sempre o soube; apenas nunca pensei nisso’” (p. 194). Esse esquecimento refere-se ao já mencionado recalque, a paixão pela ignorância, o não querer saber nada da alteridade radical íntima a cada um de nós.

Ficamos com a questão: já que esquecer não é igual a não saber, de que se trata então?

Esquecer articula-se a elaboração. Há uma resistência ao saber, o material “esquecido” são pontos que insistem em não se inscrever na cadeia de discurso consciente, mas são pontos traumáticos de fixação da libido, que, mesmo sem saber, servem de ancoramento para a constituição de um sujeito, de um povo, de uma cultura. Ao se dar conta deles pode-se associar



uma série de coisas que pareciam periféricas, mas não sem que isso gere profundas mudanças, e uma certa desencorajem do modo até então conhecido de conceber-se.

Freud nos fala que o objetivo do tratamento é “preencher as lacunas da memória”, “superar as resistências vindas do recalque”, mas, vale ressaltar, que não se trata de uma conscientização, mas de tecer algo próprio, apropriar-se, fazer algo com isso que é traumático, o que é uma diferença em relação ao não querer saber. Trata-se de responsabilizar-se por sua história e pelo modo como a toma, saindo da posição de vítima da mesma, e se assumindo como quem pode criar a partir de uma série de marcas impossíveis de serem apagadas.

Como salienta Gagnebin (2006), trata-se uma travessia. Travessia essa, que comporta o acolhimento, e não o horror, da diferença, e uma certa dessubjetivação, um afrouxamento das identidades, dessa memória fortemente marcada pela linearidade, o igual. Via de desancoramento, mas também de possibilidades.

Esquecer implica um trabalho de luto, de deixar morrer o que passou, para que algo novo possa ser acolhido. Essa perspectiva nos aproxima de Nietzsche, na medida em que nos tira de um saudosismo ou um endeusamento do passado como sagrado, como algo que não pode ser perdido, mas que precisa ser mantido vivo na memória.

Nietzsche (2003) nos adverte: “precisamos da história, mas não como o passeante no jardim do saber, (...) precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida” (p.5). O autor diferencia a história tradicional da história crítica, para ele a memória tradicional tem a tarefa de conservar a memória do passado, tornando-a um objeto de conhecimento frio e objetivo. Ela aniquila os efeitos do passado, e, logo, da memória que serve a vida. Em contraposição, a memória crítica vem romper com o passado, sendo o intuito construtivo que leva a destruição, e retorna a vida como experiência, pois “é como experiência que o passado serve a vida” (Cavalcante, 1989, p. 33), e não como um reservatório de saber.

Como ressalta Cavalcanti (1989), em Nietzsche, “conservar não possui o sentido de copiar e colecionar, mas até mesmo de romper e superar” (p. 32). O passado está a serviço do presente, e quando ele deve voltar-se para o futuro, é a tradição que vem em seu auxílio, mas como experiência, e não como um arquivo.

Nesse contexto, o homem que não possui a “força de esquecer”, estaria condenado ao vir-a-ser, pois “a todo agir liga-se um esquecer” (p. 9). Nietzsche compara o homem que quer se





sentir apenas historicamente, como aquele que se abstém de dormir, ou “ao animal que tivesse de viver apenas de ruminção e de ruminção sempre repetida” (2003, p. 9).

Ferraz (1999) nos esclarece que em Nietzsche o esquecimento não é entendido como “*vis inertiae*”, força da inércia, como pura passividade. Não é um movimento secundário e passivo como o lento e imutável desgaste de uma efígie cunhada em uma moeda, por sua manipulação e da mera passagem e usura do tempo. O esquecimento é antes visto como uma atividade primordial, uma faculdade inibidora indispensável à vida, uma força plástica, modeladora.

Nietzsche atribui ao esquecimento sua plena e rigorosa positividade. Ele associa o esquecimento ao processo de digestão, ao que fazemos, com Ferraz (1999) o retorno aos termos originais no alemão para tornar mais clara a proposta nietzschiana. O termo alemão utilizado para designar digestão é “*einverleibung*”, “*ein*” significa movimento para dentro, “*ver*” transformação, “*leib*”, o substantivo corpo, e “*ung*”, sufixo que indica a substantivação de um processo, a palavra designa uma assimilação física, uma transformação no interior do corpo. Porém, Nietzsche cria um neologismo substituindo “*leib*” por “*seele*”, corpo por alma, ficando a palavra digestão designada por “*einverseelung*”, que corresponderia a uma transformação por dentro da alma, ou conforme traduz Ferraz, a uma “assimilação psíquica”.

Esse grau é o limiar, o limite no interior do qual o que foi vivido precisa ser esquecido, para que o homem não se torne “o coveiro do presente” (p. 10). Para tal é necessário, segundo Nietzsche (2003), saber “qual o tamanho da *força plástica* de um homem, de um povo, de uma cultura” (p. 10, grifos do autor). Essa força é capaz de transformar e incorporar o que é estranho e passado, podendo curar feridas e reestabelecer as formas partidas. Nietzsche ainda nos explica que um homem ou um povo poderia por sua força plástica trazer “todo o passado para junto de si, (...), incorporaria a si e como que o transformaria em sangue” (p.10).

Trata-se não de se desfazer do passado, mas de incorporá-lo, assimilá-lo, permitir que ele transforme o interior da alma, deixar que ele te constitua de forma íntima, como o sangue que nos move e circula em nossas veias.

Com isso Nietzsche não nos propõe uma invalidação do passado, em oposição a isso, ele elucida que “o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura” (p. 11), ou ainda que “somente pela capacidade de usar o que passou em prol da vida e de fazer história uma vez mais a partir do que aconteceu, o homem





se torna homem. No entanto, em um excesso de história, o homem deixa novamente de ser homem” (p. 12).

Nietzsche (2003) chama a possível tendência de um homem, ou um povo, de olhar para a vida a partir do campo de visão e de interesses do passado de “sentido” ou “olhar antiquário” (p. 28), aqui o campo de visão fica restrito, pois a medida e a proporção são determinadas por esse olhar, ao que o autor nos adverte que ai há o perigo de “tudo torna-se antigo e passado”, sendo, o já conhecido, acolhido e venerado, ao passo que “o que é novo e o que advém, é recusado e hostilizado” (p. 28). Assim, “em meio a um certo excesso de história, a vida desmorona e se degenera, e, por fim, através desta degeneração, o mesmo se repete com a própria história” (p. 17)

Para Nietzsche a história antiquaria se degenera no instante em que “a fresca vida do presente não a anima e entusiasmo mais”, quando o sentido de um povo se enrijece e a história serve a vida passada e “o sentido histórico não conserva mais a vida, mas a mumifica” (p. 28), de forma que “o homem envolve-se com um cheiro de mofo” (p. 28-29).

Aqui a história “compreende a vida só para conservá-la, não para gerá-la”, subestima o que advém, pois não tem como decifrar, impedindo “a forte decisão pelo novo” (p. 29). Nietzsche ainda nota que só porque algo envelheceu, cria-se a exigência de que agora se torne eterno, que se eternize como antiguidade (seja um hábito, uma religião, um privilégio político). Em uma mistura de veneração e piedade aparece como arrogante substituir uma antiguidade por uma novidade. Porém, só há como se contrapor a acumulação de atos de piedade e veneração, pelo acolhimento do que advém e está presente. Como ele afirma, “tudo que surge merece perecer” (p. 30), e “é necessária muita força para poder viver e para esquecer” (p. 30).

O passado não é um arquivo a ser perpetuado, ele nos ensina que a vida é o que está em movimento, e é isso que pode suscitar efeitos. Efeitos não de retornar ao passado, mas de experiência.

Cavalcanti (1989) nos esclarece o diálogo que Nietzsche estabelece entre presente, passado e futuro da seguinte forma: a vida presente tem sua origem no passado e dele se serve como fortalecimento e experiência. Mas porque esse passado pode se cristalizar no presente, o presente precisa do futuro, e curiosamente vai buscá-lo no passado, pois nele está a possibilidade de experiência (p. 33).



É interessante destacar que, como ressalta Cavalcante (1989), Nietzsche nos fala que no passado está a “possibilidade” da experiência, ou seja, o passado pode ou não se constituir como experiência, ou pode, permanecer no ressentimento e na reatualização que impediria a vida, fazendo dela um eterno retorno ao lugar já conhecido e venerado, um excesso de história que destrói a força plástica da vida, que não sabe mais utilizar o passado como alimento substancial.

Ao nos falar do homem do ressentimento Nietzsche nos fala que sua boa digestão foi entravada, e seu estômago está lento e pesado, nunca se liberando de um excesso de memória paralisante, não metabolizada. Ele nada digere, tudo guarda, sendo incapaz de exteriorizar sua agressividade e abrir-se para o novo. Nas palavras de Ferraz (1999): “não dando cabo de nada, tal homem nunca fica pronto para o novo, para o presente. Torna-se refém de seu passado e de suas marcas” (p. 31).

Se o passado sufoca é preciso criar uma nova natureza, mas condenar as gerações passadas não apaga nossas origens nelas, logo, criar supõe assimilar e liberar o passado, estar fora do tempo se situando em uma atmosfera não-histórica. Sem essa dimensão de criação, na qual a história nos auxilia, corremos o risco de permanecer presos ao passado.

O processo de digestão implica não em desfazer-se do alimento, não se trata de colocá-lo para fora, mas de deixar que ele seja assimilado e comece a fazer parte daquele corpo/alma vivo, em ação, em movimento. O homem de ação é desprovido de consciência e de saber, esquece a maior parte das coisas para fazer uma apenas, aquilo que deve vir a ser agora.

O passado como alimento tem seu grande valor, e gera “o prazer de saber que não se é um ser arbitrário e fortuito, mas que se vem de um passado e se é herdeiro” (Nietzsche, 2003, p. 127). Digerir não é, portanto, negar ou se esquivar de uma história:

somos o resultado de gerações anteriores, também somos o resultado de suas aberrações, paixões e erros, mesmo de seus crimes: não é possível se libertar totalmente desta cadeia. Se condenamos aquelas aberrações e nos sentimos desobrigados em relação a elas, então o fato de provirmos delas não é afastado (Nietzsche, p. 30-31).

Desaprovar ou negar o passado não nos desobriga ou nos faz diferentes dele, nesse sentido, Nietzsche nos ensina que é preciso confrontar o herdado, debilitando nossa primeira natureza, para que possa advir uma segunda natureza. Sobre esse processo ele nos ensina que



“essa é uma tentativa de si dar, como que um passado *a posteriori*, de onde se gostaria de provir, em contraposição ao passado do qual se provém” (p.31).

Cavalcanti (2012) observa que com a criação da memória o homem transcende os limites do presente, desenvolve por suas ações, uma forma de memória que permite aos recém chegados retomar as obras dos antepassados, evitando a dissolução do gênero humano no infinito número de experiências individuais. Ou seja, a memória possibilita a própria invenção da cultura. Contudo, como ressalva Nietzsche, o histórico é essencial para a cultura e a tradição, e o a-histórico é essencial para renová-la.

Ao que Cavalcanti (2012) aponta que passado e presente se aproximam pelo princípio da criação, pois o primeiro a partir de seus feitos é capaz de suscitar um movimento de ação no presente, movimento que geraria novos efeitos. De forma que a relação com a história não deve ser de imitação e perpetuação, mas sim um esforço das gerações em “criar em relação ao modelo algo próprio e original” (Cavalcanti, 1989, p. 33-34), apropriando-se do passado e liberando-se das impressões, abrindo espaço para o novo e tornando possível viver o presente.

Nesse sentido, como vimos em Nietzsche, toda ação necessita do ele chamou de atmosfera a-histórica, carece de uma ruptura com a continuidade da história que condiciona e limita o presente. Como se toda vez que surgisse algo original, um ato criador, “uma linha perpendicular atravessasse a continuidade do tempo, gerando novas possibilidades históricas” (Cavalcanti, 2012, p. 90).

Cavalcanti (2012) nos instrui que a assimilação do passado, comparada a digestão, significa Nietzsche propõe pensar a memória como o que guarda estreita relação com o futuro, “ela [a memória] não é guardiã do que deve ser conservado, mas fonte fecunda de reflexão e transformação” (Cavalcanti, 2012, p. 103). Reconstituir o passado não deve ser uma busca de encontrar uma verdade factual, mas de seu valor para a vida, do que no passado tem força de criação.

Nietzsche propõe uma relação com o passado que “possa romper com a atitude de contemplação ou de resignação de efeitos paralisantes, e que seja capaz de despertar a ação” (Cavalcanti, 2012, p. 102). Trata-se de usar a experiência para ser capaz de ir além dela, tendo a coragem de construir uma história, ao que Cavalcanti ainda sugere que tornar-se herdeiro de uma cultura não significa imitar ou dar continuidade aos seus efeitos, significa antes, compreender profundamente o princípio que orienta a sua atividade: a criação.



Somente pelo acolhimento do horror de uma experiência, e pela possibilidade de uma nova tessitura, o evento psíquico ou histórico pode ser reconhecido como passado, podendo ser esquecido, fazendo parte de uma realidade histórica. Pode assim, ser lembrado e não não mais atualizado, fazendo do presente uma extensão do que não passou. No âmbito social, várias estratégias de interdição e de tabu conferem a uma experiência os efeitos de recalque, ao permanecer como interdito perpetua suas raízes na experiência. Havendo um interdito há a negação de algo que se afirma, e logo a impossibilidade de deixar que a experiência germine o futuro produzindo seus efeitos, efeitos de criação, pelos quais uma cultura e um povo pode não ser mais o mesmo.

Um aparato social pode fazer de um acontecimento, por mais bárbaro que seja, uma fonte fecunda para novos posicionamentos, ou pode simplesmente não querer tocá-los, e erguer sobre ele um tabu que impeça o refazer-se a partir de uma nova inscrição que retroaja sobre a primeira.

Seja em âmbito social ou subjetivo, podemos pensar estratégias defensivas – defesa diante do desamparo, do real descoberto e traumático da violência, de que a unidade e identidade supostamente conquistadas outrora não vigoram mais – ou de acolhimento daquilo que se configura como traumático, o que certamente possibilitará diferentes destinos ao vivido, e donde podemos pensar os efeitos de ruminação ou de invenção.

Percebemos que há um esquecimento que serve a vida, e a possibilidade do surgimento do novo, e um outro esquecimento que consiste em jogar para “debaixo do tapete” aquilo que não se quer ver, que não se quer saber, visando moldar e manter uma identidade, seja uma identidade individual ou social. Como bem ressalva Pollak (1992), há uma ligação entre memória e identidade social, de forma que o que vai se constituir como lembrança, e o que vai ser “esquecido”, é fruto de um jogo de poderes e interesses políticos. Aqui vemos estabelecer-se a lógica da consciência, que trabalha com a segregação e a tentativa de construção de uma identidade, ainda que ilusória e transitória. Essa transitoriedade se deve ao fato de que, como vimos, a memória é sempre passível de resignificação à medida que novas representações se inscrevem, e surgem intempestivamente abalando a unidade forjada para o eu. Utilizamos o termo “eu” não apenas como algo particular, mas como toda tentativa de construção de uma unidade, de um “eu” em detrimento do “outro”. Ou seja, se há um “eu” (seja de um sujeito, uma



Nação, ou um povo) que define o Um, a logicamente o outro, o diferente, o que deve ser segregado, o que não faz parte do “eu”.

O Brasil, assim como muitos países da América Latina, é marcado pela miscigenação racial, por uma alteridade bastante íntima que nos constitui enquanto civilização. Para além da diversidade de raças e povos pelos quais nos constituímos, o que é fator de enriquecimento cultural, somos marcados por profundas desigualdades sociais, onde a miséria e a riqueza convivem lado a lado. Não há como negar a diferença e calar a população sobre as condições de exclusão aos bens materiais (como comida, moradia, dinheiro, transporte, dentre outros) e culturais (como saberes, arte e lazer) que são produzidos nessa sociedade e dos quais não há acesso possível.

Recentemente têm acontecido no Brasil diversos movimentos populares com as mais diversas reivindicações: contra a corrupção e melhoria dos serviços de saúde e educação; e também contra algumas leis que estavam para ser aprovadas no Congresso Nacional beneficiando políticas perversas. Tais propostas de leis buscam, por exemplo, interferindo em um estatuto do código de ética da psicologia, patologizar a homossexualidade, como se fosse, uma doença a ser curada – pleito realizado pela bancada protestante, cada vez mais forte em nosso Estado laico.

As manifestações começam quando bilhões são investidos em construções e obras para copa do mundo, em detrimento da situação de desamparo e pobreza em que ainda encontra-se presente para grande parte da população, e da precariedade dos serviços públicos. A tentativa do “país do futebol” é de escamotear tudo que se colocava como alteridade diante das construções luxuosas e superfaturadas.

Porém, como não poderia deixar de ser, o que é escamoteado, quando surge, aparece com mais força, e se expressa como pode. Muitas dessas manifestações terminam em violência, e fúria direcionada ao patrimônio público, além de bancos e lojas de grife. Dimensão de espanto e estranhamento que desvela a tentativa de manter a ingênua noção de uma identidade civilizatória, que se recusa a ver o outro lado da mesma moeda: para que haja a riqueza, obrigatoriamente se coloca aqueles que estão excluídos dela, o seu reverso, o Outro.

Lidar com a diferença implica em acolher a população de excluídos e não posicioná-los como o que deve ser excluído. Percebemos assim, que muitas tentativas culturais de construção de uma identidade fixa e de manutenção “embaixo do tapete” daquilo que aparece como



alteridade estão fadadas ao fracasso. Como Freud nos ensina, se chamamos os demônios a comparecerem não podemos mandá-los embora sem fazer-lhes ao menos uma pergunta, pois certamente eles têm o que dizer.

Nesse mesmo sentido vale retomar as amplas discussões sobre o regime ditatorial no Brasil, a partir dos 50 anos do golpe de 64. Como afirma Safatle no texto “A eterna transição” publicado na “Carta Capital” em fevereiro de 2014, a maior característica da transição à brasileira é o fato de ela nunca acabar, pois não lidamos de fato com o nosso passado e seus efeitos. Nas palavras do autor:

Vende-se a falsa versão de que o Brasil seria um país de reconciliação fácil, capaz de mobilizar todos os setores da sociedade para uma superação de traumas passados. Na verdade, somos uma nação onde os traumas nunca são superados, pois eles sequer são nomeados. Dessa forma, somos obrigados a conviver com fantasmas que parecem sair do nada, mas são, na verdade, a expressão de visões que nunca morreram de fato.

No Brasil vemos ruas, escolas, patrimônios públicos ganharem nome de importantes ditadores, como se a ditadura fosse uma estória de fabulas, e não uma história com efeitos reais de violência e barbárie. Há um não querer saber fundamental, um tabu sobre as reais torturas e massacres acontecidos nesse período, que geram em contrapartida, uma veneração nesse passado, como nos ensina Nietzsche. Ao que Safatle (2014) nota que os correntistas do Banco Itaú receberam uma agenda na qual o dia 31 de março estava marcado como “aniversário da revolução de 64”, o jornal *O Estado de S. Paulo* decidiu publicar um artigo do general Rômulo Bini Pereira a respeito da grandeza do que esse senhor chama de “Revolução de 64”, o que na Argentina, no Chile, no Uruguai ou Espanha, seria inimaginável. Ressalta ainda que no país nenhum torturador, absolutamente nenhum, foi preso ou simplesmente julgado.

O autor nos mostra que a ditadura brasileira está longe de ser um assunto encerrado, ao contrário, foi apenas maqueado, por uma falsa reconciliação e transição para uma sociedade democrática de direitos, sem que as Forças Armadas mostrem, minimamente, terem entendido o que fizeram e ofereçam publicamente um pedido de perdão à população brasileira por terem destruído nossa democracia; sendo vista por vários setores da sociedade brasileira como um corpo estranho, uma corporação pronta a desordenar, mais uma vez, a nação por meio da força e do arbítrio. O que se espera deste momento de reflexão a respeito dos 50 anos do golpe é, ao menos, o fim dessa prática medonha de nunca colocar claramente como objetos de repúdio





público aqueles que destruíram não apenas 20 anos da história brasileira, mas contribuíram para um presente ainda assombrado pelos piores fantasmas.

Podemos localizar nisso um jogo, em que memória e esquecimento servem à finalidades espúrias e desimplicadas das consequências nefastas que produzem. Homenagear a memória dos ditadores é esquecer os danos que a ditadura trouxe para a sociedade.

A tentativa de edificar uma memória histórica, como um passado distante que em nada nos toca é sempre fracassada. O passado precisa fecundar o tempo presente. Se se nega seus danos ou se o mantém numa suposta indiferença, esses recalcados fazem seu retorno. Ao invés de possibilitarem efeitos de invenção, comparecem como efeitos de repetição em constante ruminação do que não pode ser digerido.

A construção de uma memória e identidade social, numa perspectiva equivocadamente fixa, se faz à custa da negação da alteridade, se vale de uma lógica que nega o diferente, exclui o paradoxo, e lança para fora de si tudo aquilo que é diferença, tratando-a como barbárie e horror. Toda identidade, quanto mais fixada e forte, traz em si um campo de possibilidades no qual o fascismo frutifica. Ao falar de uma identidade estamos acostumados a pensar o que determinada pessoa, ou determinado povo “é”, e não pensamos em tudo que foi excluído para que aquela definição pudesse aparecer como unitária e estável, em toda complexidade e jogo de forças que está sendo comprimida.

Relançando a lógica do inconsciente, discutimos se não seria possível um certo acolhimento do paradoxo, uma convivência de valores heterogêneos sem que um negue o outro. Afirmação de diferença, que possibilite a uma sociedade experimentar um certo nível de dessubjetivação que toca um certo desamparo, desamparo de não ter um sentido que a defina de uma vez por toda e que ao mesmo tempo abra vias para diversas possibilidades de sentido. Não é possível se desfazer de todo da questão da identidade. Pessoas e povos tem nomeações, e histórias referenciais, o que questionamos é a fixidez, que implica negações e indiferenças absolutamente danosas.

Nietzsche (2003), ressalva que há um grau de ruminação, de sentido histórico no qual um homem, uma cultura, um povo se degrada e sucumbe, pois todo agir implica em esquecer, de forma que o homem de ação é sempre desprovido de consciência e de saber. De modo que somente pela capacidade de usar o que passou em prol da vida, o homem se torna homem. Ser homem implica uma invenção. Uma história que não serve para vivificação, mas para





paralisação, para o abandono confortável da vida com todo inesperado que nela se coloca, é uma história que serve à morte, uma história que cala o desejo.

Quando falamos que esquecimento implica em um trabalho de luto, queremos dizer com isso, que esquecer implica também um desejo, um abrir mão do já conhecido, não purificando-se dele, mas mergulhando nele, reintegrando-o em si. Ainda que esse íntimo, apareça como estranho. Assim, abre-se espaço para o comparecimento de uma alteridade íntima, fecundando um espaço para que um novo possa advir. Ao contrário disso, o manter-se fixado em uma memória que serve a uma identidade, traz o que Gagnebin (2006) nos aponta como algo próprio da melancolia: “haveria, então, uma complacência narcísica na melancolia, que fornece ao sujeito a grande ‘vantagem’ de desistir do trabalho de luto, isto é, de novos investimentos libidinosos vitais, para se instalar na tristeza e nas queixas infantis, reino onde o eu pode reinar incontestado” (p. 105).

Podemos dizer que esse reino infantil onde o eu pode reinar soberano, não se relaciona somente a queixa e a tristeza, mas também aos povos em que a alegria e o poder podem reinar soberanos, por se agarrarem a uma história (ainda que por vezes forjada) de vitórias e poder. Ou seja, o eu reina soberano quando nos esquivamos de nos haver com a alteridade, e permanecemos como se tudo estivesse restrito ao nosso eu, continuando na repetição do mesmo.

O trabalho de luto, o poder esquecer, seja o fracasso ou a vitória, abre vias para novas memórias, novas identidades, novas criações, abre vias para a vida. Concluo esse trabalho com uma frase brilhante de Gagnebin (2006) a respeito do trabalho de luto: “um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor aos vivos” (p. 105).

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTI. Anna Hartmann. Nietzsche e a história: In: *O que nos faz pensar*. N. 1, Jun. 1989, p. 29-36.

CAVALCANTI. Anna Hartmann. Nietzsche, a memória e a história: reflexões sobre a segunda consideração extemporânea. In: *Philosophos: Revista de Filosofia*. UFG. V17, n. 2, p. 77-105. Jul/Dez, 2012.



FERRAZ, Maria Cristina Franco. Das três metamorfoses: ensaio de ruminação. In: *O que nos faz pensar*, nº 14, agosto de 2000.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Nietzsche: o esquecimento como atividade. In: *Cadernos de Nietzsche*, 7, p. 27-40, 1999.

FREUD, Sigmund. (1899/1989). Lembranças encobridoras. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 3.

\_\_\_\_\_. (1914/1989). Recordar, repetir e elaborar. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 12.

\_\_\_\_\_. (1915a/1989). O inconsciente. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 14, 1915a/1989.

\_\_\_\_\_. (1915b/1989). Recalque. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 14.

\_\_\_\_\_. (1917[1915]/1989). Luto e melancolia. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 14.

\_\_\_\_\_. (1921/1989). Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 18.

\_\_\_\_\_. (1925[1924]/1989). Uma nota sobre o 'bloco mágico'. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 19.

\_\_\_\_\_. (1950[1895]/1989). Projeto para uma psicologia científica. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. 1.

GAGNEBIN, J. M. (2006). *Lembrar, escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. (2003). *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, .

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992/1.

SAFLATE, W. A eterna transição. In: *Carta capital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-eterna-transicao-7263.html>



## **A INTERDISCIPLINARIDADE NOS PROCESSOS DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO: EXPERIÊNCIAS NO PROJETO MODERNIZAÇÃO**

ALMEIDA, Vanessa Cristina dos Anjos  
*Estudante de Mestrado do Centro Universitário UNA*  
*vanessacanjós@yahoo.com.br*

NASCIMENTO, Alexandra  
*Professora do Programa de Mestrado do Centro Universitário UNA*  
*alexandranascimento@uol.com.br*

230

### **RESUMO**

O presente artigo pretende, tomando como referencia os conceitos de Interculturalidade, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade, compreender como a interdisciplinaridade se apresenta como potencial no processo de remoção e reassentamento de famílias em áreas informais. Para a análise será apresentado um breve histórico da Política Publica Habitacional de Belo Horizonte e o Projeto de remoção e reassentamento denominado Projeto Modernização, cuja proposta de remoção e reassentamento da comunidade envolve uma equipe técnica composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento e que, por isso, permite refletir acerca dos limites e possibilidades da realização de um trabalho interdisciplinar nesse tipo de programa, cuja abrangência envolve distintas realidades locais e, por isso, exige um corpo técnico interdisciplinar na tentativa de compreender a complexidade humana.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Políticas Publicas. Reassentamento

### **ABSTRACT**

This article aims, taking as a reference the definitions of interdisciplinarity, interculturality and intersectoral, to understand how the interdisciplinarity presents itself as a potential in the removal process and families resettlement in informal areas. For this analysis, it will be presented a brief historical report on the Public Housing Policy of Belo Horizonte and on the removal and resettlement project called Modernization Project, in which the propose of removal and resettlement of the community involves a technical team composed of professionals from various fields of knowledge and, because of that, allows us to reflect on the limits and possibilities of conducting interdisciplinarity work in this type of program, whose scope involves different local realities and therefore requires an interdisciplinarity staff in trying to understand human complexity.

**Key-words:** Interdisciplinarity. Public Policy. Resettlement



## INTRODUCAO

O objetivo deste trabalho é compreender o potencial interdisciplinar dos profissionais envolvidos no Projeto Modernização. Tal análise se justifica pela complexidade dos processos de reassentamento e da diversidade de famílias que passam por um impacto estrutural em suas vidas que é a mudança da moradia, identidade e vínculos sociais.

Desta forma, para analisar a interdisciplinaridade no processo de reassentamento, o artigo foi estruturado em quatro seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta os conceitos de interculturalidade, intersetorialidade e interdisciplinaridade, seguido da segunda seção que pretende desenvolver um breve histórico da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte. Na terceira seção, será analisado o processo de remoção denominado Projeto Modernização que consiste na modernização do sistema ferroviário entre o bairro Horto em Belo Horizonte e General Carneiro em Sabará e, por fim, a quarta seção que trata da equipe social, que envolve profissionais de distintas formações acadêmicas bem como suas contribuições para o projeto.

## CONCEITOS

Quando a proposta é apresentar os conceitos de Interculturalidade, Intersectorialidade e Interdisciplinaridade as definições são inesgotáveis, pois, diversos estudiosos discutem sobre tais conceitos, além de se poder contar também com grupos de vários segmentos que contribuem empiricamente com essas reflexões.

O conceito de interculturalidade apresentado por Candau (2008) ressalta que a perspectiva intercultural que defende é a que quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. Nesta perspectiva, a interculturalidade se faz necessária em todas as políticas públicas, bem como a intersectorialidade.



Conforme Junqueira, Inojosa e Komatsu, (1997), as estruturas setoriais se caracterizam por um recorte fragmentado, no qual os serviços não se comunicam: ao contrário atuam de forma isolada. Essa configuração setorial que molda os serviços situados no aparato estatal remonta a ampliação das funções Estado capitalista no século XX. Sua expansão se dá por meio de políticas sociais de corte setorial. Em contrapartida, atualmente, a intersetorialidade é evocada por contrapor-se ao aparato setorial que molda as políticas sociais. Com este direcionamento, a intersetorialidade envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida.

Referencia para esse trabalho, segundo Goldman (1979, p. 3-25), um olhar interdisciplinar sobre a realidade permite que entendamos melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem. Para ele, apenas o modo dialético de pensar, fundado na historicidade, poderia favorecer maior integração entre as ciências. Nesse sentido, o materialismo histórico e dialético resolveu em parte o problema da fragmentação do conhecimento quando colocou a historicidade e as leis do movimento dialético da realidade como fundamentos para todas as ciências.

Desde então, o conceito de interdisciplinaridade vem sendo discutido nos diferentes âmbitos científicos e muito fortemente na educação. Tanto as formulações filosóficas do materialismo histórico e dialético quanto as proposições pedagógicas das teorias críticas trouxeram contribuições importantes para esse novo enfoque epistemológico. De fato, é no campo das ciências humanas e sociais que a interdisciplinaridade aparece com maior força.

## **POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL**

A Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte faz parte das políticas públicas do município e orienta-se pelo Plano Diretor da cidade, no que diz respeito à ocupação ordenada do solo urbano e ao atendimento da população de baixa renda, como meio de promover uma melhoria da qualidade de vida e conquista ao direito a cidadania.

A Política Municipal de Habitação foi aprovada em 1994 pelo Conselho Municipal de Habitação criado no mesmo ano. Para implantar esta política, foi instituído, o Sistema Municipal de Habitação, atualmente composto por um órgão gestor, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte



(URBEL) que se constitui como um órgão proponente e executor, pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH), que tem caráter deliberativo e pelo Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP), que concentra os recursos para implantação da Política Municipal de Habitação (URBEL, 2012).

Foram definidos dois eixos de atuação na Política Municipal de Habitação, uma de Intervenção em Assentamentos Existentes (vilas e favelas), a cargo da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), que busca a redução do déficit qualitativo e outra que trata da Produção de Novos Assentamentos que busca a redução do déficit habitacional no Município.

A Intervenção em Assentamentos Existentes é composto pelo Programa de Intervenção Estrutural (Programa Vila Viva), Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR), Programa de Regularização Fundiária, Programa de Reassentamento em Função de Obras Públicas (PROAS) e o Programa Bolsa Moradia (Reassentamento Provisório). Este artigo objetiva analisar os limites e possibilidades de um trabalho interdisciplinar dentro do Programa de Reassentamento em Função de Obras Públicas que se constitui como um grande desafio para o poder público em termos de política social.

A resolução n IV (a) do Conselho Municipal de Habitação dispõe sobre o Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em decorrência da execução de Obras Públicas – PROAS. A resolução apresenta, entre outros itens, o procedimento metodológico que confere a URBEL a responsabilidade de aplicar o cadastro socioeconômico nas famílias a serem beneficiadas e realizar a avaliação de todas as benfeitorias a serem removidas a partir da solicitação das coordenadorias dos programas correspondentes as obras.

A partir do cadastro e avaliação a URBEL realiza o reassentamento monitorado que consiste na vistoria e avaliação do imóvel a ser adquirido pelas famílias, considerando questões como habitabilidade, contexto urbano e regularidade documental. São beneficiadas pelo reassentamento monitorado famílias que tiveram suas benfeitorias avaliadas até o valor em UFIR definido na resolução, sendo indenizadas em espécie as benfeitorias residenciais com avaliação superior ao valor em UFIR definido, além das benfeitorias de uso não residencial. A abordagem e acompanhamento das famílias beneficiadas é realizado pela URBEL em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), sendo a SUDECAP responsável pelo pagamento de todas as indenizações.



Os impactos dos processos de Reassentamento em Função de Obras Públicas são grandes, gerando forte ansiedade e resistência nas comunidades atingidas por ser a moradia uma referência fundamental para o indivíduo em nossa sociedade, demarcando sua identidade e o seu papel social. Os impactos são ainda maiores quando se trata da remoção de uma comunidade inteira e a sua transferência para um outro local de moradia. Nesse caso, o impacto é significativo não só para as famílias reassentadas, mas também para o entorno do local em que se dará o reassentamento, e para o espaço de onde as famílias serão removidas.

Trata-se de uma intervenção complexa na vida dos moradores de favelas que se estabeleceram enquanto comunidades, famílias que se constituem e se estabelecem nestes locais, criam vínculos sociais e identitários, além de estabelecerem com suas moradias uma relação de abrigo e acolhimento. Nesse sentido, De acordo com Fertrin; Velho (2010):

A casa representa o lugar do indivíduo no mundo, local onde ele passa os períodos mais significativos de sua vida pessoal. É na sua casa que o indivíduo deixa transparecer sua essência, seus valores, sua cultura. Mas, para que uma casa exerça funções que superem a de um simples abrigo, a delimitação do espaço deve ser adequada às expectativas do morador, pois este atribui significados particulares a cada espaço, derivados de seus costumes, hábitos e crenças. Interferir no modo de habitar das pessoas pode significar o condicionamento de seus hábitos. Por isso, a definição do modo de habitar está intrinsecamente ligada às práticas sociais de cada grupo ou família. (FERTRIN; VELHO, 2010, p. 585).

## **PROJETO MODERNIZAÇÃO: O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL**

O projeto modernização consiste em modernizar a rede ferroviária que liga a região leste de Belo Horizonte a General Carneiro em Sabará. De acordo com a URBEL (2011), a premissa do Projeto Modernização é eliminar a interferência entre a ferrovia e o transporte rodoviário, proporcionando mais segurança à população e à operação ferroviária. A iniciativa ainda contempla a urbanização no entorno, com abertura de ruas, melhoria de pavimentação e implantação de áreas verdes e de lazer. Ainda segundo a URBEL (2011) a intervenção é um compromisso da Vale, empresa responsável pela obra e também pelas remoções, em conjunto com o Governo Federal, firmado em acordo com o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de





Transportes (DNIT), a Advocacia Geral da União e a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). A iniciativa conta também com a parceria das prefeituras de Belo Horizonte e de Sabará.

A garantia da segurança das operações ferroviárias e a necessidade de melhoria do Trecho Ferroviário entre o bairro do Horto Florestal em Belo Horizonte e General Carneiro em Sabará, no Estado de Minas Gerais, indicou a necessidade de remoção das famílias residentes nas áreas de intervenção e no entorno do projeto a ser implantado. Para tanto, foi realizado um trabalho de acompanhamento social fundamentado na Diretriz Operacional do Banco Mundial (BM) OD 4.30, de 01 de junho de 1990, que descreve a política e os procedimentos adotados pelo Banco a respeito de reassentamento involuntário. Tomou-se ainda como referência, o Padrão de Desempenho 5, revisão 0.1, do International Finance Corporation (IFC), do Grupo Banco Mundial (BM), que trata do processo de Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário no qual se destacam dois importantes objetivos: a melhoria da qualidade de vida das pessoas deslocadas e a restauração dos meios de sobrevivência. Trata-se de um documento bastante extenso e detalhado, mas a política do BM permite flexibilidade em sua aplicação, deixando claro que alguns dos elementos descritos podem ser apresentados de maneira simplificada e de acordo com cada realidade.

Para desenvolver o trabalho técnico social foram definidos grupos de demanda que receberam o acompanhamento social no processo de indenização assistida estruturados da seguinte maneira: Grupo 1 – Famílias com Renda Per Capita de 0 a 1 salário mínimo; Grupo 2 – Famílias com Renda Per Capita acima de 1 salário mínimo que apresentam situações de vulnerabilidade, tais como: idosos, necessidades especiais, dentre outros que requerem acompanhamento social; Grupo 3 - Famílias com Renda Per Capita acima de 1 salário mínimo que apresentam valor de laudo até o Piso Proas - Programa de Remoção e Reassentamento em Função de Risco e Obras Pública/ Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (Plano de atendimento as famílias, 2011).

A aproximação da equipe social junto às famílias através de visitas domiciliares e atendimentos no Plantão Social tinha como objetivo conhecer as suas expectativas e dúvidas além de ser uma forma de minimizar um maior impacto com relação ao seu processo de transição. Este é um procedimento essencial para que o atendimento seja completo e eficaz de forma a assegurar que a família receba todas as informações e orientações necessárias para fim de viabilização de acordo e efetivação da remoção.



O Plantão Social foi instalado em uma edificação adquirida pela empresa Vale no trecho de remoção com o intuito de proporcionar a comunicação permanente e direta com os moradores e parceiros por meio de atendimento individualizado, facilitando a veiculação de informações e minimizando eventuais situações de tensão causadas ou potencializadas por falhas de informações, que pudesse ocorrer durante o processo. É importante ressaltar que o Plantão Social é um canal de comunicação aberto a todos os públicos, que, de certa forma, tornou-se referência não só para as famílias assistidas, mas também para os parceiros diversos envolvidos no processo de obra e remoção como um todo.

As macro atividades desenvolvidas pela equipe social na condução e acompanhamento das famílias beneficiadas foram: Reuniões e/ou contatos para apresentação/discussão das diretrizes de atendimento às famílias; Apoio às famílias na busca de imóveis para aquisição; Vistoria física no novo imóvel a ser adquirido pela família; Estudo para adequação e/ou melhorias das condições de habitabilidade do imóvel de destino (quando necessário); Apoio no levantamento da situação fundiária dos imóveis/ terrenos que foram adquiridos pelas famílias; Acompanhamento presencial nas reuniões de negociação assegurando os acordos firmados com a família; Apoio às famílias na preparação de documentação para assinatura do contrato (abertura de conta, reconhecimento de firma e/ou procuração); Apoio na coleta de assinaturas das famílias no Instrumento Particular de Cessão de Direitos Possessórios e de Compra e Venda de Benfeitorias e Outras Avenças dos imóveis que foram adquiridos pela empresa Vale; Orientações às famílias no ato da desocupação dos imóveis do assentamento de origem; Acompanhamento da entrega do imóvel desocupado quando da saída das famílias da área conforme acordo firmado nas reuniões de negociação; Visitas domiciliares mensais para monitoramento da nova situação das famílias; Contato com escolas, postos de saúde e demais recursos da área para inclusão das famílias e/ou indivíduos em programas específicos; Aplicação de pesquisa de opinião, levantando questões referentes ao nível de satisfação alcançado com o pagamento relativo à aquisição da benfeitoria/imóvel e com o atendimento prestado. (Plano de atendimento as famílias, 2011).

Uma ação a destacar no desenvolvimento do trabalho de acompanhamento social é o auxílio da equipe na busca por imóveis de destino, tanto imóveis captados e indicados como sugestão pela equipe, quanto no acolhimento da indicação das famílias. Acompanhar as famílias no processo de remoção é fator essencial para o sucesso do trabalho e a equipe social



auxiliou as famílias assistidas desde o planejamento da sua mudança até a chegada à nova moradia.

Segundo o Banco Mundial, a política de reassentamento deve assegurar que a população deslocada por um projeto se beneficie dele. Para tanto faz-se necessário seguir e estabelecer diretrizes e critérios a fim de garantir que as famílias removidas conquistem uma moradia de qualidade, inseridas em uma rede de estrutura urbana (água tratada, esgoto, energia elétrica, coleta de resíduos, transporte público) possibilitando a saída da informalidade e garantindo a propriedade do local de destino.

O trabalho de captação e vistoria de imóveis de destino conta com a participação de vários agentes como a equipe social, proprietários de imóveis, imobiliárias/corretores e, principalmente, as famílias assistidas que indicam imóveis que atendem as suas expectativas e dão subsídio para que a captação de imóveis seja feita de forma direcionada. A vistoria é realizada considerando as características do entorno como proximidade de rede ferroviária, rede de transmissão entre outros, além das melhorias públicas existentes no local garantindo que a família não terá como destino um imóvel em áreas não permitidas pela Legislação e sem infraestrutura básica. Uma análise interna avalia a situação estrutural, geológica, de habitabilidade e a situação fundiária do imóvel que deve ser regular ou passível de regularização.

Alguns dificultadores podem surgir ao longo do desenvolvimento do trabalho como especulação do mercado imobiliário, topografia acidentada e irregularidade fundiária do município ratificando a necessidade do acompanhamento social tendo em vista que os aspectos observados no momento da vistoria requerem análise detalhada e conhecimento específico. Desta forma cumpre-se a premissa básica de garantir à família assistida um imóvel em perfeita condição de habitabilidade e passível de regularização.

Outra ação a se destacar é o desenvolvimento de uma política de acompanhamento social de pós-mudança que é um importante passo na tentativa de dimensionar e estruturar a significativa transformação que ocorre na vida das famílias que são alvos de processo de deslocamento involuntário. A possibilidade de minimizar os vários impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e urbanos através de um acompanhamento técnico social, é uma atribuição que deve ser também entendida e apreendida por toda a rede de equipamentos e serviços públicos. Assim, um mês após a mudança da família para a nova moradia, a equipe



social realizou a primeira visita de pós-ocupação com objetivo de verificar a adaptação da família no novo local de moradia, sendo a mesma acompanhada pela equipe social durante um ano.

Durante a visita foi aplicado um questionário cujo objetivo principal era identificar os impactos da remoção sob a perspectiva dos moradores. O instrumental aborda temas sobre a melhoria da condição e qualidade de vida; motivos da escolha do bairro de destino; acesso aos serviços e equipamentos públicos; infraestrutura do novo local; distância do local de trabalho, além de utilizar método comparativo de serviços da moradia de origem e destino. As visitas domiciliares juntamente com este instrumental de pesquisa permitiram identificar não só as dificuldades, mas também os fatores positivos desta remoção. As atividades realizadas pela equipe social durante o acompanhamento da família após a mudança têm como perspectiva a integração e a inclusão das mesmas nos novos ambientes, considerando as transformações acarretadas pela mudança, não somente no aspecto físico espacial, como também na rede de relações sociais e econômicas.

São atividades do pós- mudança: Visitas domiciliares para monitoramento da nova situação das famílias; Contato com escolas, postos de saúde e demais equipamentos da área para inclusão das famílias e/ou indivíduos em programas específicos; Aplicação da pesquisa de opinião, levantando questões referentes ao nível de satisfação alcançada com o pagamento relativo à aquisição da benfeitoria/imóvel e com o atendimento prestado, dentre outros. Durante o processo de Pós Mudança são identificados de forma mais apurada as principais demandas e dificuldades da família no que diz respeito à utilização e inserção nos equipamentos locais. Desta forma são realizadas articulações com os agentes locais e este acompanhamento será realizado durante um ano.

Após um ano de acompanhamento de pós-ocupação ocorre a conclusão do trabalho social junto a família. A conclusão somente é efetivada quando a família não apresenta nenhuma dificuldade ou problema advindo do processo de remoção involuntária. Durante a última visita a equipe social aplica um novo questionário, cujo objetivo principal é verificar se houve alguma alteração durante o período da chegada à nova moradia, ou seja, durante esse um ano. O instrumental aborda temas de igual teor do primeiro e possibilita comparar as respostas ao longo do período de acompanhamento.



## A EQUIPE SOCIAL

A equipe social do Projeto Modernização contou com um corpo profissional interdisciplinar composto por Assistente Social, Sociólogo, Psicólogo, Arquiteto e Geógrafo. A interdisciplinaridade neste contexto toma como referência o paradigma de um novo olhar capaz de religar as diversas áreas do conhecimento para o trato da questão da Remoção Involuntária.

No intuito de elucidar as interações entre as distintas áreas de conhecimento envolvidos, cabe ressaltar, as competências atribuídas a cada profissional. Ao assistente social cabe “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer usos dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (Lei n 8.662 de 7 de junho de 1993). Ao sociólogo compete, de acordo com o código de ética, entre outras atribuições, interpretar os fatos e as relações sociais, buscando contribuir, a partir desses estudos, sua aplicação e divulgação para melhorar a qualidade de vida socioambiental da humanidade. Já o psicólogo social é aquele que busca compreender o sujeito a partir de uma perspectiva histórica, considerando a permanente integração entre indivíduo e o social.

Ao arquiteto e urbanista cabe, diferentemente da concepção tradicional na qual o urbanista deveria projetar a cidade e seus espaços, participar de uma equipe que deve pensar um conjunto de ações adequadas para obter melhoria da qualidade da vida urbana. Essa visão, que corrobora com a ideia de interdisciplinaridade, se consolidou a partir da ideia de planejamento sistêmico, para a qual a cidade é um todo formado por partes constituídas pelas relações humanas e os espaços. Nesse sentido, para qualquer intervenção nas cidades, além do conhecimento espacial, tão caro aos arquitetos, se torna necessário, reconhecendo o caráter econômico, social e cultural dos espaços urbanos, o diálogo constante com outras áreas de conhecimento como os sociólogos, administradores, psicólogos, economistas, turismólogos, antropólogos, geógrafos entre outros. Somente a interação entre esses profissionais é capaz de dar conta das inúmeras variáveis que devem ser consideradas ao pensar os espaços. O que se verifica a partir das atribuições e competências profissionais apresentadas, e que são atribuições distintas para tratar uma questão comum que é o processo de remoção e reassentamento de famílias e, diante da complexidade da questão, elas se fazem imprescindíveis visando favorecer a efetividade social dos projetos de remoção.

Falar sobre interdisciplinaridade é um desafio, pois não se pode deixar de evidenciar que é uma questão central do trabalho profissional contemporâneo, urgente no campo das



Ciências Humanas, pela necessidade de abrir o conhecimento específico que trata cada área do saber para o diálogo interdisciplinar, numa busca de excelência na condução de questões complexas como a remoção involuntária. As especificidades locais apresentam desafios complexos e demandas particulares ao exercício profissional, representando um campo aberto de possibilidades para a práxis profissional interdisciplinar. Para tanto, o profissional deve estar munido de arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para apresentar alternativas para o enfrentamento no cotidiano do seu trabalho.

Neste sentido, a questão da Remoção Involuntária desafia a equipe de trabalho a apreender a dinâmica da realidade e suas contradições. Desafia também as empresas e o poder público na compreensão da necessidade de um trabalho interdisciplinar no âmbito da formação dos profissionais que compõem as equipes técnicas sociais, contratando os profissionais de acordo com suas formações e não como técnicos sociais restritos as mesmas atribuições, exigindo compromisso ético e leitura crítica do contexto numa perspectiva dialética de articulação da realidade global e local.

Faz-se importante ressaltar que a interdisciplinaridade não anula as especificidades de cada área do conhecimento, bem como não significa a sobreposição de saberes, mas implica em um reconhecimento de saberes, implica em um reconhecimento dos limites e das potencialidades de cada campo do saber, para que possa haver uma disposição na direção de um fazer coletivo.

## CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade não só permite a troca de saberes, mas amplia a parceria e a mediação dos conhecimentos ao possibilitar a prática profissional, a construção de um diálogo entre as ciências humanas e também com outras ciências, ao estabelecer espaços que favoreçam proximidades entre as ciências de forma dialética buscando uma mudança de paradigmas pré estabelecidos culturalmente.

No que se refere a ideia de equipe, Iamamoto (2002) entende que “é necessário desmistificar a ideia de que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais”. A autora considera que “são as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças” (2002, p. 41).





É necessário, que os profissionais desempenhem intervenções de forma interdisciplinar, pois de acordo com Morin (2009), “há inadequação, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre as disciplinas, e, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais” (MORIN, 2009, 13). Os profissionais, por vezes, tendem a fragmentar/ fracionar os problemas, minando as possibilidades de compreensão e de reflexão, ou seja, quanto mais os fenômenos são multidimensionais, mais aumenta a incapacidade de se pensar em alternativas capazes de perceber e intervir no todo.

A experiência de interdisciplinaridade da equipe social no Projeto Modernização se apresentou exitosa, verificada a partir das pesquisas de pós-mudança realizadas que apresentaram altos índices de satisfação com o processo de remoção, aquisição da nova moradia e adaptação ao novo contexto social. Desta forma, e possível afirmar que, caso exista dialogo entre as áreas, uma contribuição qualitativa dos saberes com vistas ao desafio de tratar situações complexas e adversas em sua totalidade, as possibilidades de êxito nos projetos de remoção e reassentamento são maiores, uma vez que, somente a interação entre áreas distintas, mas complementares, podem dar conta da complexidade humana na busca da melhoria da qualidade de vida, manutenção dos vínculos sociais, modos de vida e conquista ao direito do exercício da cidadania. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é fundamental para a efetividade social dos projetos de remoção e reassentamento.

Contudo pode-se dizer que as propostas de práticas interdisciplinares não podem ser concebidas e analisadas sem a devida consideração de estruturas históricas e institucionais extremamente complexas. Elas possuem uma dinâmica própria que tendem a resistir aos processos de mudança técnica, social e política, além de primar algumas vezes por estruturas de trabalho hierarquizadas e padronizadas. A postura interdisciplinar na profissão é uma proposta de mudança de paradigma, uma conquista para visualizar o objeto de trabalho em toda sua complexidade. Desta forma, é necessário que o profissional além de deter um conhecimento de seu campo de saber, esteja comprometido com o Projeto Ético-Político da profissão.

## REFERÊNCIAS

- a) ALMEIDA, Laura, M. Pedrosa. – *Vulnerabilidade social*. Desenvolvimento Humano no Recife, 2000.





- b) Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil. Disponível em:  
[http://www.crprs.org.br/download/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](http://www.crprs.org.br/download/atr_prof_psicologo.pdf) /Acesso em: 26 de junho de 2014 às 17 horas.
- c) CANDAU, Vera Maria. – *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre a igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- d) CÓDIGO DE ÉTICA DO SOCIÓLOGO. Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/codetica\\_brasil/sociolg.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/codetica_brasil/sociolg.html) /Acesso em: 25 de junho de 2014 as 13 horas.
- e) Diretrizes da Política Municipal de Habitação – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Disponível em:  
[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7490&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0&/](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7490&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&/) Acesso em: 08 de junho de 2013 às 21 horas.
- f) GOLDMAN, Lucien. – *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- g) IAMAMOTO, Marilda Villela. *Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2002.
- h) JUNQUEIRA, L. A. P., INOJOSA, R. M. & KOMATSU, S. – *Descentralização e Intersetorialidade na gestão pública municipal do Brasil: A experiência de Fortaleza*, Caracas: XI Concurso de Ensayos del CLAD, 1997.
- i) LEI Nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Disponível em:  
[http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/lei\\_geografo.htm](http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/lei_geografo.htm) /Acesso em: 27 de junho de 2014 às 15 horas.
- j) LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm) / Acesso em: 25 de junho de 2014 as 15 horas.
- k) Modernização da linha férrea BH-Sabará traz segurança e eficiência – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Disponível em:  
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=48420&pIdPlc=&app=salanoticias> / Acesso em: 24 de junho de 2014 as 11 horas.
- l) MORIN, Edgar. – *Cultura e barbárie europeias*. Trad. Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Educação
- m) THIESEN, Juarez da Silva. *A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem*. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008.



- n) Plano de Atendimento as Famílias – Linha Férrea FCA – Belo Horizonte, janeiro de 2011.
- o) RESOLUÇÃO N° 21, DE 5 DE ABRIL DE 2012. Disponível em:  
[http://www.caubr.gov.br/anexos/resolucao/RES-21\\_CAUBR\\_16\\_2012.pdf](http://www.caubr.gov.br/anexos/resolucao/RES-21_CAUBR_16_2012.pdf)/Acesso em:  
26 de junho de 2014 às 16 horas.
- p) Resolução n° IV - PROAS - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL).  
Disponível em:  
[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=26401&lang=pt\\_br&pg=5580&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=26401&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&) /Acesso em:  
22 de junho de 2014 as 20 horas.



## INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA

OLEA, Hilda Regina P. M.

*Estudante de doutorado do Programa Pós Graduação em  
Estudos de cultura contemporânea – ECCO UFMT  
re.olea@yahoo.com.br*

LEITE, José Carlos

*Professor do Programa Pós Graduação em Estudos de cultura  
Contemporânea – ECCO UFMT  
Jcleite343@gmail.com*

244

### RESUMO

Elaborado a partir do campo disciplinar da filosofia, mas não restrito a ele, o presente trabalho visa tomar parte nas discussões epistemológicas acerca do vasto campo interdisciplinar. Para tanto, inicialmente, buscamos delimitar conceitualmente a noção de conhecimento que se tornará operatória no decorrer do texto, a qual segue-se a exposição de uma abordagem teórica que compreende a interdisciplinaridade não somente como procedimento pedagógico, mas, sobretudo, enquanto problema epistemológico, o que, por conseguinte, exige-nos uma tomada de posição no que concerne aos procedimentos interdisciplinares, ou seja, apresentamos um modo de ação que parece-nos uma alternativa aplicável à produção de conhecimento interdisciplinar. Por fim, buscamos demonstrar como nossa concepção inicial de conhecimento constitui-se como fio condutor desta reflexão.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Epistemologia. Método

### ABSTRACT

Drawn from the disciplinary field of philosophy, but not restricted to it, this paper aims to take part in epistemological discussions about the broad interdisciplinary field. For this purpose, initially, seek conceptually define the notion of knowledge which will become operative throughout the text, which follows the exposure of a theoretical approach that includes not only interdisciplinarity as a pedagogical procedure, but primarily as an epistemological problem, which therefore requires us taking a position regarding to interdisciplinary procedures, in other words, we present a course of action which seems to us an interdisciplinary applied to the production of alternative knowledge. Finally, we demonstrate how our initial conception of knowledge is constituted as a reflection of this thread.

Keywords: Interdisciplinarity. Epistemology. Method



Certamente é temerária a iniciativa de tentar circunscrever conceitualmente ou de prescrever procedimentos metodológicos ao complexo e ainda ambíguo campo da interdisciplinaridade, todavia, reconhecemos a necessidade de tomar parte nestas discussões devido a difusão deste modo de produção de conhecimento no cenário da formação superior nacional, bem como sua inserção na LDB<sup>1</sup> como perspectiva pedagógica a ser incluída na estrutura dos projetos político pedagógicos das unidades escolares responsáveis pela etapa da Educação Básica, mas, sobretudo, reconhecemos a necessidade de investigar as práticas interdisciplinares a partir do seu aspecto epistemológico, ainda pouco explorado.

Por compreender que estamos adentrando em um território vasto e em composição procederemos inicialmente algumas delimitações teórico-conceituais. Isso implica frisar que nosso diálogo constitui-se desde o campo disciplinar da filosofia, no qual estamos situados, mas não circunscritos. Indica ainda que apresentaremos uma noção do que pretendemos representar através do termo conhecimento, seguida pela exposição de uma abordagem teórica que compreende a interdisciplinaridade não somente enquanto procedimento pedagógico, mas enquanto problema epistemológico, o que, por conseguinte, exige-nos uma tomada de posição no que concerne às operações interdisciplinares ou, dito de outra forma, exige que nos debruçemos sobre aquilo que cogitamos ser um modo de ação aplicável à produção de conhecimento interdisciplinar. Por fim, buscaremos demonstrar como nossa concepção inicial de conhecimento constitui-se como fio condutor desta reflexão.

Nosso postulado é o de que o conhecimento – seja ele um saber especializado ou saber cotidiano – é um *artefato*, uma criação concebida e produzida pelo engenho humano. Elaboramos esta afirmação à luz da obra *Insignuações*, de Nazareno Eduardo de Almeida (2007), mais precisamente a partir do ensaio que explora *uma visão semiótica da linguagem e do discurso*. Neste texto acham-se conceitualmente articulados *arte*, *técnica* e *artefato*, de modo que a *arte* é apresentada como sendo a realização de uma capacidade *técnica*; a *técnica* é a capacidade de realização de uma *arte*, enquanto o *artefato* é o resultado do exercício da *arte* através da *técnica*.

Deslocamos esta articulação para o contexto deste trabalho – no qual tomamos a *Interdisciplinaridade* enquanto perspectiva epistemológica capaz de engendrar produções de conhecimento – a fim de utilizá-la como referência para nossa própria elaboração conceitual,

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n° 9.394/96, Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA - OLEA, Hilda Regina P. M.; LEITE, José Carlos



uma vez que, assim como o autor, reconhecemos a instrumentalidade da tríade apresentada. É por meio dessa tríplice relação – *Arte, Técnica e Artefato* –, que o homem constitui sentido para o mundo e para sua existência no mundo que habita; mundo este que chamamos cultura (ALMEIDA, 2007. p. 143).

Habitar o mundo através de uma cultura significa nascer e viver dentro de um complexo de instituições materiais e conceituais e ser capaz de operar com essa realidade. De acordo com o autor, esse conjunto orgânico de instituições compreende uma totalidade de *artefatos* com os quais aprendemos a lidar na medida em que nos constituímos como seres humanos e nos relacionamos com os outros. Este postulado evidencia a impossibilidade de se pensar a composição das culturas através de estruturas sólidas, pois cada cultura corresponde mais propriamente a um conjunto de relações fluidas, nas quais elaboramos nossas significações.

Ainda na esteira de Almeida (2007), destacamos que os *artefatos* não devem ser tomados apenas como objetos concretos que passaram por processos de fabricação artesanais ou industriais, “também os conceitos abstratos são artefatos humanos. Mesmo os pensamentos mais secretos, uma vez que são construídos, são artefatos” (ALMEIDA, 2007. p. 144). Isto é, as explicações que atribuímos ao mundo natural e social, já são elas mesmas elaborações nossas; o que nos remete em certa medida à tese nietzscheana de que os fatos resultam de interpretações e estas, por sua vez, dizem mais das vivências daquele que as produz do que do mundo.

A construção de um *artefato* depende de um conjunto de possibilidades que determinam sua realização. O *artefato* encontra-se engendrado por “formas de significação de mundo”, que são, em última instância, “formas de pôr o mundo em obra”; a estes princípios de movimento do mundo, o autor denomina *Arte*. A efetivação da *Arte*, entretanto, é dependente de processos, de operações que a atualize. Este é o papel da *Técnica*. Ou seja, a *técnica* é o procedimento através do qual a *arte* passa do estado que caracteriza a cosmovisão para *artefato* ‘objetivamente’ expresso.

Assim, inferimos que, no ocidente, as primeiras definições de ciência, bem como as explicações por ela oferecidas, foram *artefatos* epistêmicos e epistemológicos criados no âmbito da cultura grega, da qual herdamos uma espécie de hierarquização dos saberes, fundamentada na distinção entre o *saber que* e o *saber como*. O primeiro relaciona-se com os saberes teóricos oriundos da ‘contemplanção’ e capazes de introduzir uma visão do mundo e dos

---

da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20.



seres ao elucidar-lhes as causas; enquanto o segundo refere-se à capacidade de reproduzir ações no mundo empírico e acha-se fundamentado em certezas e práticas cotidianas.

Os fundadores da filosofia denominaram *episteme* –ciência –o conhecimento teórico, que passou a contar com o status de saber mais elevado, uma vez que sua aquisição se dá pela via racional e por isso acha-se mais próximo da verdade. Contrariamente, a *doxa* – opinião –, designação oferecida aos saberes próprios do senso comum, ocupou um segundo plano na organização política e epistêmica da sociedade grega. Essa cisão entre os tipos de conhecimento influenciou grandemente a formação do pensamento ocidental e estende suas raízes até o tempo presente, cujas consequências objetivas observamos especialmente na estruturação das formas de transmissão do conhecimento.

O que buscamos enfatizar é que as vertentes pedagógicas que organizam nossos processos de transmissão e construção do conhecimento, ao optarem por este ou aquele procedimento pedagógico, estão se movendo a partir de perspectivas epistemológicas, que são, conforme supomos, “formas de significação de mundo” e que encontram nas instituições de formação humana seu principal lócus de atualização. Obteremos um claro exemplo da estreita relação, e até mesmo interdependência, entre as cosmovisões e as instituições de produção e difusão do conhecimento se observarmos historicamente – especialmente se pensarmos na história enquanto história do pensamento – a transição do medievo para a modernidade ocidentais.

A visão organicista do mundo, própria do pensamento clássico e medieval, foi substituída pela visão mecanicista. Noutros termos, o mundo, que era concebido como um organismo vivo que tendia a um fim, a partir da *nova ciência* de Galileu, passou a ser pensado como um mecanismo, isto é, como uma máquina, cujas engrenagens funcionam regularmente. Tudo poderia ser reduzido às leis da mecânica. Entendo-se por mecânico aquilo que exclui qualquer poder oculto ou qualquer finalidade interna, em oposição ao sentido de *dinâmico* ou *orgânico* (LALANDE, 1999, p. 655).

Ainda dito de outro modo, se na antiguidade o conhecimento estava associado à verdade de forma qualitativa, com o advento da ciência moderna o modo de associação passou a ser quantitativo. Anteriormente a verdade era um valor, depois passou a ser uma quantidade. Não se pode conhecer o valor das coisas, também as causas e os fins dos fenômenos não interessam mais para a cosmovisão moderna. Não se perguntava mais “o que?”, mas “como”. Não se



buscava mais uma explicação do geral, sistêmica, mas parcelada. Partia-se do pressuposto de que as explicações de pequenas partes chegam a explicar o “porquê” geral. É nesse período que se inaugura a ideia de fragmentação, de divisão para conhecer; o método analítico de investigação instaura-se como paradigma epistemológico.

A ciência moderna caracterizou-se, portanto, pela busca de um único método capaz de resolver tudo e que fosse compatível com a noção de racionalidade vigente, cujo pano de fundo era o modelo analítico, no qual se pressupõe que a análise de cada um dos elementos que compõe um conjunto permitirá a reconstituição do todo.

Diante desse novo paradigma epistemológico a fragmentação tornou-se uma prática necessária para a produção do conhecimento científico e o fenômeno da especialização apareceu não como uma tendência, mas como a própria condição de possibilidade para fazer ciência. Inevitavelmente os processos educacionais tornaram-se um reflexo de tal paradigma. O sujeito racional diante da confiança na capacidade da ciência de resolver problemas e de trazer progresso e evolução, passou a buscar conhecimentos que tivessem utilidade. O culto ao saber celebrado pelas Universidades do passado deu lugar, no final do século XIX e início do XX, à busca por um saber aplicado e utilitário, o que exigiu uma reestruturação das instituições de ensino, pois,

Até aí a missão da Universidade era a da guarda e transmissão do saber, como condição para a ordem e a civilização. Eminentemente seletiva, orgulhava-se de poucos alunos e da alta qualidade de seus intelectuais e eruditos. Era a casa do intelecto, a torre de marfim de uma cultura fora do tempo. (TEIXEIRA, 1964, p. 2.)

As revoluções na área do conhecimento humano e as conseqüentes transformações econômicas, sociais e culturais experimentadas pela civilização ocidental nesse período, ocasionaram o surgimento da Universidade Moderna como uma instituição que

Não existe fora, mas dentro da contextura geral da sociedade de determinada época [...] Não é algo aparte (sic), algo histórico, algo que não se renda senão no mínimo possível às forças e influências mais ou menos novas. Ao contrário, é uma expressão da época, tanto quanto uma influencia a operar em seu presente e em seu futuro. (FLEXNER apud TEXEIRA, 1964, p. 5.)

A nova forma de sistematização dos processos de formação humana e profissional veio a consolidar a organização disciplinar, devido ao entendimento de que esse modelo curricular impulsiona o desenvolvimento de pesquisas que se desdobram em avanços científicos e





tecnológicos. Assim, cada disciplina tem sua própria história, ou seja, podemos verificar seu surgimento, seu processo de institucionalização e de desenvolvimento. De acordo com Edgar Morin (2002), a história das disciplinas encontra-se inscrita na história da Universidade e como tal, inscrita na própria história da sociedade.

Cumprе ressaltar que a sistematização disciplinar demonstra não só a via pedagógica da produção e transmissão do conhecimento, mas também a perspectiva epistemológica e o caráter institucional que a ciência assume no último século, fatores que se configuram como pontos de confluência da racionalidade ocidental. A forma como o pensamento ocidental se organiza e opera remonta aos fundamentos sobre os quais se assenta o surgimento da ciência moderna, que se originou com a fragmentação metodológica proposta por Galileu e posteriormente Descartes, alcançando seu ponto culminante com mecanicismo newtoniano.

Todavia, no apagar das luzes do século XX e início do XXI uma questão se impõe: uma análise realizada pela via disciplinar é suficiente para abarcar a totalidade epistêmica dos objetos investigados? O que se coloca em questão neste caso é a própria matriz do pensamento, ou seja, o modo como concebemos a relação entre os objetos e os sujeitos do conhecimento, bem como a natureza das pesquisas científicas e da própria formação humana. É cogitar que, talvez, uma via de mão única não seja capaz de esgotar as inúmeras possibilidades dos fenômenos, quer sejam eles pertencentes ao mundo natural ou ao mundo histórico.

Uma atitude interdisciplinar requer que tomemos e/ou utilizemos chaves investigativas que se subsidiam de elementos provenientes de diferentes áreas do saber. Esta perspectiva epistemológica vincula-se à percepção da incompletude dos conhecimentos produzidos pelas disciplinas, isto é, na compreensão de que os saberes aproximam-se não pelo que têm, mas pelo que lhes falta. Configura-se pela complementaridade entre as áreas do conhecimento e não apenas por sua justaposição. Pode-se dizer, portanto, que o pensamento interdisciplinar é um pensamento de composição.

Faz-se necessário, porém, atentar que *interdisciplinaridade* é uma palavra que tem uma utilização muito ampla e uma aplicabilidade a contextos diversos, além do que, a banalização do seu uso dificulta a elaboração de uma definição precisa para o termo, o que não almejamos produzir aqui, conforme já afirmamos acima. Nosso intuito é o de situarmos nosso discurso dentro das possíveis acepções da palavra interdisciplinaridade e, a partir desse lócus conceitual, construirmos nossa argumentação. Assim, apesar de não haver nenhuma estabilidade no que se



refere ao seu conceito, a palavra interdisciplinaridade deixa-se pensar através de outras palavras, tais como, integração, interface, aproximação, articulação, passagem, tradução, que, em grande medida, dão condições para determinarmos o que aqui pretendemos significar com este termo.

Em confluência com o pensamento de Olga Pombo (2004), observamos que quatro palavras habitam um mesmo terreno *pluridisciplinaridade*, *multidisciplinaridade*, *interdisciplinaridade* e *transdisciplinaridade* e tem, como é evidente, sua raiz na palavra *disciplina*, o que só acrescenta equivocidade à tentativa de constituição de um sentido, pois, a este próprio radical pode-se atribuir, ao menos, três significados: “Disciplina como *ramo do saber*” (Sociologia, Matemática, Biologia, entre tantos outros); “Disciplina como *componente curricular* (História, Ciências da Natureza, Química Orgânica, etc.)”; “Disciplina como *conjunto de normas* que regulam uma determinada atividade ou o comportamento de um determinado grupo: a disciplina militar, a disciplina escolar, etc” (POMBO, 2005, p. 3-15).

Diante da incomensurável dispersão de sentidos, tanto do radical das palavras quanto de seus prefixos –*pluri*, *multi*, *inter*, *trans* –, a fim de produzir a estabilização do conceito, a filósofa, supera estas dificuldades propondo um *acordo terminológico e conceitual* (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1993, p. 11) assumindo a condição prévia que esta família de palavras tem como elemento comum o fato de designarem “diferentes modos de relação e articulação entre disciplinas”. Nesta ordem de ideias o radical das palavras –*Disciplina* –é pensado como um conceito que comporta uma dupla vertente: 1) Epistemológica, enquanto raiz aplicada às disciplinas científicas (os ramos do saber); 2) Pedagógica, na medida em que se aplica às disciplinas escolares (elementos curriculares).

No que concerne aos prefixos a autora oferece uma *distinção triádica* na qual a *Interdisciplinaridade* encontra-se numa relação intervalar, entre a *Pluri* e a *Transdisciplinaridade*. “[...] é pensada como algo que se deve entender como mais do que a *Multi* ou *Pluridisciplinaridade* (sendo estes tomados como sinônimos) e menos que a *Transdisciplinaridade*” (POMBO et alii, 1993, p. 11). Noutros termos, a *Interdisciplinaridade* vai além da *Pluridisciplinaridade* porque remonta ao fundamento da disciplina, explicitando a complexidade das múltiplas faces que o objeto de estudo, em sua problematicidade, assume diante dos métodos das várias disciplinas.



Já pensada em relação à *Transdisciplinaridade*, a *Interdisciplinaridade* está em uma posição de anterioridade, pois a primeira, além de alcançar os pontos de interseção ou reciprocidade entre as investigações produzidas no interior das disciplinas, situa tais processos dentro de um sistema geral, no qual ocorre a dissolução das fronteiras estáveis entre as disciplinas. A definição triádica proposta pela autora pode ser assim sintetizada:

A proposta terminológica aqui apresentada parte justamente do reconhecimento destes dois elementos consensuais. A tese central aqui defendida é a de que os conceitos de pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade, enquanto conceitos caracterizadores de diversificadas práticas de ensino, devem ser entendidos como momentos de um mesmo contínuo: o processo progressivo de integração disciplinar (ou ensino integrado), isto é, de qualquer forma de ensino que estabeleça uma qualquer articulação entre duas ou mais disciplinas. (POMBO et alii, 1993, p. 11)

251

Dentro do contínuo de integração disciplinar se desenvolvem as ações de composição, de articulação, de operação em conjunto. O que varia nos modos de integração disciplinar é, exatamente, o grau de desenvolvimento e coordenação desses elementos que atravessam o *entre* das disciplinas. Na *pluri* (ou *multi*) *disciplinaridade* a articulação se dá de modo a estabelecer um paralelo entre os pontos de vista. Já na *interdisciplinaridade*, “se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade” que nos coloca num terreno intermediário, de passagem para a *transdisciplinaridade*, que supõe um “ponto de fusão, de unificação” e faz desaparecer a convergência, permitindo-nos passar de uma perspectiva disciplinar para uma perspectiva holística.

O pensamento interdisciplinar é, portanto, um pensamento de arranjos e convenções que não tem por objetivo unificar as disciplinas pela redução das diferenças. Contrariamente, propõe-se a realizar processos de fecundação recíproca através da transversalização de conceitos, problemáticas e métodos, buscando uma leitura mais profunda da realidade. Não é combinação dos diferentes modos de aproximação de um objeto, mas uma busca pelas camadas mais ricas e complexas da realidade, ocultas ao observador fixo e disciplinar (POMBO, 2004, p. 151-162).

A ampla e nem sempre diligente utilização das expressões *Pluri* (ou *Multi*), *Trans* ou *Interdisciplinaridade*, impele-nos a atentar para além da questão nominal e questionar o porquê da recorrência e da persistência na diversidade de aplicação destes termos. Que pensamento vital subjaz a essas expressões que faz com que voltem sempre à tona e que sejam aplicadas aos



mais diversos contextos? Pombo (2005) responde que “[...] é a resistência à especialização. Por isso a interdisciplinaridade é o lugar onde se pensa hoje a condição fragmentada das ciências e onde, simultaneamente, se exprime a nossa nostalgia de um saber unificado”.

A especialização é uma tendência do conhecimento científico que, do ponto de vista epistemológico, atende às exigências da metodologia analítica de investigação e como tal, tornou-se condição de possibilidade do próprio avanço do conhecimento. Distante de ignorar e reconhecer os benefícios trazidos pela especialização, a filósofa sustenta a tese de que, se a especialização pode ser pensada como um procedimento característico da ciência moderna, e a *Interdisciplinaridade* como um modo de fazer próprio da ciência contemporânea, uma vez que, produz um deslocamento, uma bifurcação no modelo analítico.

Não se trata, porém, de afirmar que o programa analítico está em crise, mas que tem se mostrado insuficiente para dar conta das profundas transformações do mundo e da própria ciência na contemporaneidade:

Este programa – temos que reconhecer – deu ao homem muitas e magníficas coisas, praticamente tudo o que temos hoje como ciência, tudo o que enquadra a nossa vida e constitui a base da nossa compreensão do mundo. Só que – temos que estar abertos a reconhecê-lo – há muita coisa que a própria ciência produziu e que já não cabe neste programa (POMBO, 2003, p. 4).

Não obstante, há que se pensar que o grande progresso científico e tecnológico trazido pelos processos de especialização acontece à custa de um grande sacrifício das culturas como um todo e da cultura dos próprios homens da ciência. Se em sua origem a ciência foi uma atividade democrática que nasceu na ágora destinada ao diálogo e a discussão, na atualidade se vê enquadrada nas formas institucionais, onde a institucionalização do trabalho científico tem produzido o que Ortega y Gasset denunciou como “barbárie do especialismo” (GASSET, 1929, p. 173-4, apud POMBO, 2003, p. 5).

A *interdisciplinaridade*, nesta perspectiva, aparece como forma de ampliar o território das coisas cognoscíveis através da prática tradutória entre os domínios do conhecimento. Todavia, como cada disciplina tem suas dinâmicas próprias, a atividade interdisciplinar, em analogia aos processos de tradução, “encontra-se fundada em incompreensões parciais”, isto é, assim como ocorre com as traduções das línguas naturais, a incompreensão dá lugar à invenção. Observa-se, então, que o pensamento interdisciplinar fundamenta uma “heurística do erro” e percebe a “fecundidade do desvio” (POMBO, 2004, p. 156).



Mais do que uma moda pedagógica ou um procedimento didático a *Interdisciplinaridade* indica uma transformação epistemológica em curso que vem acontecendo à nossa revelia. Independe se sabemos ou não o que ela é ou se sabemos ou não fazê-la. Seu aparecimento se dá por uma necessidade epistêmica relacionada à natureza mesma dos problemas a serem respondidos pelas áreas do conhecimento. Ontologicamente a *Interdisciplinaridade* liga-se aos processos investigativos que exigem um olhar transversal, capaz de responder àquilo que o olhar do observador disciplinar não é capaz de enxergar.

Desde a criação da ciência moderna com Galileu a cultura ocidental considera que o progresso do conhecimento se dá através da crescente especialização, mas, graças às descobertas da própria ciência, a contemporaneidade tem percebido que se esperava encontrar a unidade como substrato da realidade, entretanto, o real vem se mostrando infinitamente complexo. Não se trata apenas da soma das partes para recomposição do todo. Há algo de mais profundo nos objetos de estudo que se impõe a nós, mostrando os limites da especialização e exigindo um arranjo entre múltiplas perspectivas do saber.

A transformação epistemológica baseada nos fundamentos indicados por Olga Pombo (2004) acha-se amplamente contemplada pela obra do filósofo e matemático Frances Michel Serres, para quem o conhecimento é, antes de tudo, um processo de criação de relações entre o *eu* e *alteridade*. Pressupõe uma construção de passagens entre as áreas do saber, como por exemplo, a relação bifurcada entre as ciências e as letras.

De acordo com o autor, as áreas do conhecimento são constituídas num plano temporal em que diferem por ordem topológica e não geométrica, ou seja, se numa concepção linear de tempo procede-se de acordo com a geometria métrica calculando distâncias bem definidas e estáveis, em sua na concepção de *tempo amarrotado*, opera-se pela topologia, descobrindo-se aproximações e distanciamentos, que a princípio parecem arbitrários.

Por analogia podemos pensar no tempo como se fosse um lenço. Quando o passamos a ferro torna-se uma superfície lisa na qual podemos, geometricamente, determinar as distâncias e proximidades, ao passo que se o amarrotarmos e o colocarmos no bolso, subitamente, os pontos mais afastados podem ficar muito próximos ou até mesmo sobrepostos, e, no caso de rasgarmos esse lenço, dois pontos próximos podem ficar topologicamente muito afastados.

Em nosso contexto, amarrotar o lenço seria, por assim dizer, a ação *interdisciplinar* de aproximação de disciplinas distintas. Para Serres (1997) a produção de conhecimento baseia-se



na criação de passagens entre as áreas do saber. Para explicar o modo como se dão tais passagens, utiliza da metáfora de Hermes, o deus da mitologia grega responsável por realizar a interlocução entre os deuses e os homens, também conhecido como padroeiro dos viajantes e patrono da comunicação, o deus se desloca por ter asas nos pés.

O operador de aproximações Hermes assume a figura do mediador que passeia no tempo dobrado estabelecendo conexões.

É preciso conceber como é que Hermes voa e se desloca [...] como viajam os anjos [...] descrever os espaços que se situam entre coisas já balizadas [...] *Entre*, uma preposição de importância capital. [...] De resto, acreditamos sempre que o espaço da enciclopédia ou do conhecimento é plano e ordenado: quem nos disse isso? (SERRES, 1997, p. 93-4)

De acordo com esta perspectiva epistemológica, temos em cada um dos polos, disciplinas que investigam o mesmo universo, todavia, mediante linguagens distintas. A ação interdisciplinar propõe-se, neste caso, a realizar a tradução assumindo, não só o risco de realizar o transporte, mas também o risco da falibilidade, pois pode se enganar ao aventurar-se no “entre”, ao explorar as possibilidades da dobra e ao criar conexões. Mas, assim como a luz de Hermes, mais que claridade, a *interdisciplinaridade* traz velocidade.

Eis realmente o método de Hermes: ele exporta e importa, atravessa; inventa e pode enganar-se, por causa da analogia; perigosa e mesmo, mais exatamente, interdita, mas não se conhece outra via de invenção. O efeito de estranheza do mensageiro advém dessa contradição, que o transporte é a melhor e a pior das coisas, a mais clara e a mais negra, a mais louca e mais certa. (SERRES, 1997, p.95)

Buscando ainda outro modo de explicitar a possibilidade de aproximações entre as áreas do conhecimento, pode-se enfatizar que para Serres o “entre” é o volume interdisciplinar que permanece inexplorado. É pura potencialidade, na qual não se opera senão através da criação. Não sabemos como Hermes viaja, não conhecemos os espaços que percorre, é preciso imaginar o deslocamento e o espaço. De modo análogo ocorre nas realizações interdisciplinares. É preciso criar as conexões, as passagens entre as disciplinas.

Não ignoramos que, do ponto de vista epistemológico, esta proposta suscita, no mínimo duas: como é possível a invenção de tais aproximações? Que método é capaz de assegurar credibilidade aos conhecimentos produzidos através de tais passagens? Todavia, antes de ponderar acerca dos ‘métodos interdisciplinares’ se faz necessário ressaltar que nesta via de





entendimento a *Interdisciplinaridade* é uma “forma de significação de mundo” e, como tal, é um “modo de pôr o mundo em obra”, ou seja, é pressuposto epistemológico, princípio de movimento, condição de possibilidade e de realidade. Atualiza-se através de procedimentos que, do ponto de vista da ortodoxia disciplinar, podem ser considerados errantes.

A isso se segue, necessariamente, duas consequências:

O alargamento do conceito de ciência e a necessidade de reorganização das estruturas de aprendizagem das ciências, nomeadamente, a universidade [...] Por outras palavras, o alargamento do conceito de ciência é tão profundo que, muitas vezes, é difícil estabelecer a fronteira entre a ciência e a política, a ciência e a economia, a ciência e a vida das comunidades humanas, a ciência e a arte, e assim por diante.[...] Situação que, portanto, arrasta consigo uma transformação profunda da universidade, essa decisiva instituição humana que não é apenas uma escola, mas também é uma escola. Ora, na medida em que a universidade não é uma escola, na medida em que é um polo de investigação, um lugar de produção de conhecimento novo, ela vai ter que acompanhar as transformações da ciência contemporânea, o mesmo é dizer, vai ter que adotar, e simultaneamente apoiar, as exigências interdisciplinares que atravessam hoje a construção de novos conhecimentos. [...] enquanto escola, ela tem que preparar para a interdisciplinaridade. Ela tem que perceber as transformações epistemológicas em curso e, de alguma maneira, ir ao seu encontro. (POMBO, 2005, p. 12)

255

Acompanhar tais transformações implica, portanto, abandonar, em alguma medida, as concepções metodológicas convencionais. Nesse sentido, Michel Serres (1997) apresenta-nos mais uma metáfora. Hércules como o modelo tradicional de herói, que conhece todas as soluções e os melhores caminhos, em oposição à Ulisses, o andarilho errante da *Odisséia*. No lugar da violência revestida de método, propõe a distribuição e dispersão do saber. Em vez do caminho de equilíbrio em direção à morte, sugere a

[...] criação de estabilidades que não o equilíbrio geral. [...] A errância como procedimento de pesquisa. [...] Êxodo no sentido do caminho que se afasta do caminho, em que a via ganha o exterior da via. [...] Um método funciona, resolve questões, mas se dirige rapidamente para o tédio, para a velhice e para a asneira (SERRES, 2001, p. 269-70).

Em sua própria obra Serres adota o método comparativista, o que segundo ele, produz uma “nova organização do saber” por colocar na mesma vizinhança elementos díspares, como a teoria das turbulências e o poema de Lucrécio ou a termodinâmica e os romances de Zola. Tudo é uma questão de vizinhanças e afastamentos. “Em toda a profunda transformação do saber se





verifica essas alterações da percepção [...] Platão procede de modo diferente?” Interroga o filósofo, acrescentando:

Quando a matemática ou a lógica não podem entrar, então que vá o mito! E daí haver, em Platão, como em tantos outros, desvios, saltos, rupturas, da demonstração à narração, da metafísica às histórias populares. [...] mais por comparativismo do que por encadeamento, mais pelos percursos de Hermes do que por dedução ou construção de sólidos. Hermes transporta as formas de um lugar para outro, passando pelos fluxos de ar. A síntese far-se-á preferencialmente entre os fluidos. (SERRES, 1997, p.103-4)

256

De um modo geral, a atitude interdisciplinar está vinculada a uma ideia de comunicação – no sentido de passagem, transporte, transferência e tradução. Curiosamente, as ciências utilizam a palavra interface com muita frequência, mas incorrem em simplificações a respeito dos espaços atravessados durante as aproximações. Numa concepção epistemológica tradicional, esta seria uma relação estável produzida em espaços homogêneos, geometricamente mensuráveis. Enquanto que, nesta perspectiva, as ligações se dão em meios fluidos e caóticos, que se assemelham com a realidade.

Podemos imaginar o método como uma via reta, que rapidamente e em segurança, conduz o viajante ao seu destino; através de uma sequência de encadeamentos estruturada pela relação de ordem liberta-o dos perigos e das estranhezas do caminho. Eis a via cartesiana em suas exigências elementares: não compreender nada além do que se apresenta de forma clara e distinta à mente; dividir as dificuldades a fim de compreendê-las; obedecer à ordem do mais simples ao mais complexo.

A via reta e mais curta chega “ao melhor resultado pelos menores custos”, máxima que evidencia o triunfo da idade clássica através da estratégia direta tornada razão. Desde então, em todos os tempos e circunstâncias, a razão associada à eficácia torna-se norma, a “moral é transferida para o conhecimento” para as vias do racional, onde a perturbação e a flutuação são reduzidas a zero, pois provocam variações neste caminho que a cultura ocidental nos fez entender como necessário.

Um método traça um percurso, um caminho, uma via. Aonde vamos, de onde partimos e por onde passamos, questões de teoria ou de prática a serem colocadas para conhecer e viver.” (SERRES, 2001, p. 265)

A lei que subjaz aí é a da economia, que engendra na tática o “máximo com o mínimo” toda a eficácia e a violência do Método, rio em que navega a cultura racionalista. Mas quem



pode economizar o tempo? Quem pode prendê-lo? “O método traça bem um percurso, caminho através de um espaço. Sabe de onde parte e aonde vai”, não obstante, há outras vias menos econômicas, onde podemos supor percursos menos preocupados com o equilíbrio, tal como a rota sinuosa que Ulisses percorre na *Odisseia*, caminhos fora dessa ordem, “vias do desperdício” (SERRES, 2001, p. 267).

Em sentido cartesiano, entre o ponto de partida e ponto de chegada há o meio por onde passa a “dicotomia que a filosofia platônica canonizou, onde a articulação procura a economia”. Mas, a despeito da habilidade do marinheiro na *Odisseia*, a navegação escapa da via normal e é assim que o conquistador de Tróia “descobre terras desconhecidas, é assim que inventa quando a astúcia fracassa”. Destarte, alerta Serres, o caminho da *Odisseia* não pode ser considerado um método, mas *êxodo*. “Êxodo no sentido do caminho que se afasta do caminho, em que a via ganha o exterior da via”. Neste tipo de percurso a estabilidade das extremidades não faz parte do caminho, o que conta é o próprio *êxodo*, o “entre” que se afasta do meio, do equilíbrio, do metódico (SERRES, 2001, p. 265-88).

Afastado do caminho ‘normal’, viajando ao sabor das flutuações, vivendo o rigor das intempéries e as benesses da bonança, Ulisses cria estabilidades singulares em meio ao fluxo geral, como se houvesse o estável desviado da ‘via normal’, como se houvesse ordem fora da ordem,

Como se um rio afastado de seu leito habitual encontrasse uma planície onde formaria um lago, onde permaneceria por um certo tempo antes de retomar sua queda previsível. [...] Como se a flutuação ao acaso, tempestades inesperadas ou arrebentações de ondas estocasticamente lançadas no espaço do mar alto, levasse de repente a (à formação de) uma localidade temporariamente estável, uma ilha onde nasce um outro tempo, local, esquecido do antigo, do comum, esquecido do tempo do percurso. Afastadas em relação à via metódica, essas ilhas formam ordem por flutuação, uma outra ordem que bem podemos chamar exódica. Como vocês nunca as encontrarão no percurso do método, elas ficam fora dos equilíbrios globais do epistêmico, exódicas, exóticas, ergódicas. O método minimiza, anula as circunstâncias; o êxodo mergulha na desordem delas (SERRES, 2001, p. 268).

Serres lembra-nos de que, das narrativas homéricas, as crianças gregas – entre elas o menino Platão – aprenderam a história, a geografia, a cultura e suas técnicas. Com os mitos aprendiam não uma ciência arcaica, mas o mais refinado saber, que lamentavelmente a pedagogia transformara em esquema enciclopédico que, assim como o método, corre pela via mais curta. A *Odisseia* “não desenha uma enciclopédia, mas uma escalenopédia”, em alusão o



triângulo escaleno, que descreve um caminho “capenga”, “tortuoso”, “complicado”. As rotas de Ulisses são escalenas, inventadas e por isso escapam da redundância dos modelos preconcebidos. Nesse sentido, Serres faz do discurso do *êxodo* o seu *logos* a cerca da *episteme*:

Já não conto para nosso divertimento, a história de um velhinho, pior, de um velhinho cego. Sustento um discurso científico, um discurso em ruptura de epistemologia, um discurso científico não epistemológico; ele rompe com dois milênios de método. Ou antes, esse velho diz-que-diz está saturado de um saber diferente e prodigioso. Novo. Não um diz-que-diz e não uma história, mas o discurso do êxodo que procuro e, muito exatamente o divertimento, a via da diversão do muito astucioso Ulisses que guardava em seu saco o conjunto das voltas e reviravolta da nova ciência, a teoria do conhecimento cego, ou da evidência não visível, dessas evidências escondidas por vários séculos de método inútil. Inútil em vista ao novo. (SERRES, 2001, p. 268-9).

A condição contemporânea de produção e difusão do conhecimento vista desde uma perspectiva epistemológica interdisciplinar é análoga à viagem de Ulisses. Dá lugar a “novas práticas, novas disciplinas e novos problemas” (POMBO, 2005, p. 11). Os procedimentos interdisciplinares são *técnicas* aplicadas com o intuito de construir, manter e transformar *artefatos* materiais e conceituais que compõe a totalidade do mundo que habitamos. Nesse sentido o conceito de conhecimento encontra-se mais vinculado à noção de criação e menos à de descoberta. Os processos investigativos concentram-se mais nas relações acidentais e menos em segmentações de base ontológica.

Todavia, enveredar por esta ordem de pensamento requer não só condições e mecanismos institucionais objetivos que permitam o desenvolvimento de pesquisas e práticas científicas interdisciplinares, mas, sobretudo, uma “abertura de espírito” por parte dos pesquisadores, uma “sensibilidade à complexidade”. A *Interdisciplinaridade* é, antes de tudo, uma atitude de partilha dos domínios do saber, de abandono do conforto dos velhos e familiares jogos de linguagem em favor da corajosa aventura por territórios comuns a todos. Não se trata como lembra Pombo (2005), de uma “utopia beata”, pois desde Bacon sabemos que *saber é poder*, mas de um desejo de partilhá-lo; “para arriscar fazer interdisciplinaridade é necessário perceber que nossa liberdade só começa quando começa a do outro” (POMBO, 2005, p. 13).

À “abertura de espírito” a que a autora se refere preferimos denominar *cosmovisão*, ou nas palavras de Almeida (2007) “formas de significação de mundo” ou ainda, “formas de pôr o mundo em obra”. Esta é, em nosso entendimento, a grande contribuição que a filósofa portuguesa traz às discussões interdisciplinares. Se tomada como procedimento pedagógico a



*Interdisciplinaridade* torna-se apenas uma operação *técnica*, quando de fato é também uma perspectiva epistemológica, isto é, aquilo que engendra sua realização. Esta é condição de possibilidade, aquela é condição de realidade. Ambas são interdependentes, porém incomensuráveis. Indissociáveis nas ações de produção e difusão de conhecimentos, perspectiva e procedimento atualizam *artefatos* materiais e conceituais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. E. *Insignuações: ensaios sobre a filosofia da arte e da literatura*. Florianópolis: Bernúncia, 2007.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia, Maria Emilia V. Aguiar, José Eduardo Torres, Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LYOTARD, J.F. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

MORIN, E. *A cabeça bem feita. Repensar a reforma repensar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

POMBO, O “A matemática e o trabalho de ‘dar a ver’”, in Henrique Guimarães (org.), *Dez anos de PROMAT. Intervenções*, Lisboa: A.P.M., 1996.

\_\_\_\_\_. Epistemologia e interdisciplinaridade. *Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt>, acessado em 14 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade e integração de saberes. *Liinc em Revista*, v. 1, n. 1, março de 2005, p. 3-15. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>, acessado em 14 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade: ambições e limites*. Lisboa: Relógio D’água, 2004.

\_\_\_\_\_.; GUIMARAES, H.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Ed. Textos, 1993.

SERRES, M. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Trad. Andréa Daher. Org. Roberto Machado e Sophie Poirot-Delpech. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. *As origens da geometria*. Trad. Ana Simões e Maria da Graça Pinhão. Lisboa: Terramar, 1997.



\_\_\_\_\_. *Diálogos sobre a ciência, a cultura e o tempo – conversas com Latour*. Trad. Serafim Ferreira e João Vaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da física no texto de Lucrecio - Correntes e turbulências*. Trad. Péricles Trevisan. São Paulo: Editora UNESP; São Carlos: EdUFSCAR, 2003.

\_\_\_\_\_. *O terceiro instruído*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os cinco sentidos – filosofia dos corpos misturados*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Variações sobre o corpo*. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TEIXEIRA, A. A universidade de ontem e de hoje. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Rio de Janeiro. v. 42, n. 95, jul./set. 1964. p. 27-47.



## O CORPO REPRESENTADO NO CIBERESPAÇO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

NOVIKOFF, Cristina

*Professor do Programa Interdisciplinar em Letras e Ciências Humanas/Unigranrio*  
*c\_novikoff@yahoo.com.br*

TRIANI, Felipe da Silva

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Letras e Ciências Humanas/Unigranrio*  
*felipetriani@gmail.com*

MACHADO, Alvaro Luiz Vitorio

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Letras e Ciências Humanas/Unigranrio*  
*alvaro.vitorio@gmail.com*

261

### RESUMO

O texto perspectiva discutir sobre o corpo na atualidade e sua reinterpretação a partir do ciberespaço. Questionam-se os sentidos de corpo neste *lócus*, suas implicações educacionais e subjetivas. O objetivo deste estudo teórico foi de discutir os possíveis significados e sentidos de corpo dados no ciberespaço, sob a perspectiva da interdisciplinaridade. Foram utilizadas as dimensões da pesquisa científica proposta por Novikoff (2010). Adotou-se a técnica de análise de texto, específica dessas dimensões, para mapear o estado de conhecimento. A análise centra-se na interdisciplinaridade de Pombo (2005). Os resultados apontam para a importância da discussão do tema, considerando o papel da escola de desenvolver valores individuais e coletivos em prol do conhecimento-emancipação (SANTOS, 2000). Em síntese, apostamos na ideia de interdisciplinaridade enquanto práxis que permite cotejar os distintos significados de um objeto de estudo afeto tantas áreas de conhecimento, como é caso do corpo.

**Palavras-chave:** Corpo. Educação. Subjetividade.

### ABSTRACT

The text aims discuss the body today and its reinterpretation from cyberspace. We question the meanings of body in this locus, their educational and subjective implications. The aim of this theoretical study was to discuss the possible meanings and senses of body data in cyberspace, from the perspective of interdisciplinarity. We use the dimensions of scientific research proposed by Novikoff (2010). We have adopted the technique of text analysis, these specific dimensions, to map the state of knowledge. Textual analysis was based on interdisciplinarity of Pombo (2005). The results point to the importance of discussing the issue, considering the role of schools to develop individual and collective values towards knowledge-emancipation (Santos, 2000). In summary we believe in the idea of interdisciplinarity as *praxis* to correlate and compare the different meanings of a common object of study to many areas of knowledge as is the case body.

**Keywords:** Body. Education. Subjectivity.



## INTRODUÇÃO

O homem hodierno se distancia do real material e se aproxima do real virtual. As relações estabelecidas pelos entes se fazem por mundos diversos de modo a materializar o mundo simbólico intersubjetivamente e engendram o real de “corpo e alma”. Cabe a discussão desta dialética para tornar exequível a compreensão de que o mundo, mesmo virtual é sempre resultado da práxis humana. As relações de poder, de submissão, de revolução continuam a marcar espaços, delimitar ações e estabelecer relações de dominação que reificam e fetichizam a prática social. Elas continuam a operar a humanização dos seres humanos. Dai questionarmos o corpo no ciberespaço como expressão destes espaços de relações materializados por formas de conhecimento-regulação ou emancipação (SANTOS, 2000).

A proposta metodológica encerra afiliação em dois processos caros à ciência. O primeiro referente à metodologia de desenvolvimento científico que aqui adotamos as dimensões de pesquisa propostas por Novikoff (2010) como estratégia de ação, tratamento e organização dos dados. A outra na análise de dados que concerne à dinâmica do pensamento interdisciplinar de Pombo (2005) para combinar, convergir e complementar conceitos, proporcionando uma rede de significados favoráveis à análise sobre os temas corpo, educação e subjetividade. Neste sentido, questionam-se teoricamente quais as relações entre o corpo no ciberespaço e a educação? Qual o papel da subjetividade nas formas de interação no ambiente cibernético? Noutras palavras, quais são suas implicações educacionais e subjetivas? Foram essas questões que no sentido lato, direcionaram o caminho percorrido no presente estudo teórico.

Neste sentido, a discussão se desloca a partir da importância do corpo no ciberespaço, seguido de um diálogo sobre seus valores na atualidade e sua implicação para a educação, sem perder conexões importantes como a subjetividade que na sequência dimensiona sentidos e significados do processo de representação. Assim, o presente estudo objetivou compreender o corpo no ciberespaço, os valores e sua relação educacional, bem como a subjetividade como representação, analisando as ideias convergentes nesses temas e provocando uma discussão interdisciplinar que integre e complemente os saberes na busca de caminhos para pensar o papel da escola na superação da mera regulação para validar a emancipação.

## O CORPO NO CIBERESPAÇO





O corpo pode ser delineado em real material ou físico, para dizer do corpo que toco e sinto o cheiro e, em corpo real virtual que se encontra no ciberespaço. Independente de onde se encontra, o corpo é a confirmação da existência humana, sendo a primeira forma de comunicação entre seus pares, sendo assim fundamental para o desenvolvimento do homem que por meio da fala e dos gestos são capazes de interagir (FELINTO; ANDRADE, 2005). Neste sentido, cabe ressaltar a importância do corpo no processo de interação social, seja no ambiente presencial ou no ciberespaço.

Em se tratando do ciberespaço, pode se dizer que este é um ambiente virtual onde o real é representado por meio das tecnologias da informação. Santaella (2004) afirma que o corpo pode se relacionar com as tecnologias de três maneiras, sendo por técnicas de musculação com objetivos estéticos de modelar o corpo, por utilização de próteses para correção de funções orgânicas e por serviços informáticos que possibilitam uma realidade virtual.

O corpo físico, não é o mesmo que o virtual, pois este último pode ser transformado no ambiente cibernético, onde há possibilidade da invenção do corpo por meio das ferramentas existentes no ciberespaço, ou seja, nesse ambiente o indivíduo pode ter o corpo que desejar, pois transforma-se em informação e posteriormente em imagem (REZENDE, 2004). Todavia, Cruz (2001) discute a ideia de que o indivíduo que interage no ciberespaço é libertado de problemas de aparência física e falta de mobilidade física ou econômica que muitas vezes são inadequadas ou impossibilitadas ao ambiente presencial.

No ambiente cibernético, há ausência da entonação da voz e de expressões corporais que implicam na discussão de um ponto fraco na interação no ambiente virtual, algo que na comunicação face a face envolve expressão das emoções por meio da fala e das manifestações corporais. Embora o corpo no ciberespaço seja representado por outra maneira de ser, as necessidades emocionais e afetivas permanecem as mesmas (MARTINS, 2005), pois o corpo virtual e o real são um só indivíduo que representa suas sensações no ciberespaço de modo potente e favorável, emergindo no corpo virtual a representação do eu e suas emoções. Contudo, a comunicação é realizada por meio de mecanismos técnicos, o corpo real é substituído por outros tipos de representação das emoções, uma vez que não há contato físico e interação entre corpos reais. E todas as escolhas para tais representações são criadas e sustentadas por valores.



A partir da evolução constante da tecnologia, se tem a utilização de elementos que permitem uma representação de expressões e emoções corporais, como a utilização de pontuações, letras maiúsculas e *emoctions*, que surgem a partir da necessidade de demonstrar ou expressar algo que o corpo ausente está impossibilitado no ambiente virtual. Estas formas discursivas expressão valores. Logo, é possível perceber que mesmo sabendo que a utilização destes recursos não substitui completamente a utilização da linguagem corporal, há um esforço na busca de alternativas para suprir a necessidade da expressão das emoções, afetações e sentimentos, algo que implica na afirmação da importância do corpo no processo de comunicação, neste caso no ciberespaço (BALDANZA, 2006).

## EDUCAÇÃO E VALORES

A existência da educação pressupõe a existência do valor. Qualquer que seja o tipo de educação, qualquer que seja a sua modalidade haverá, sempre, a questão do valor subjacente a uma escolha, a uma decisão. E como os valores são transmitidos e ou constituídos? Por meio do instrumental basilar da Educação: o conhecimento. Santos (2000) pontua formas de conhecimento. Um diz de um “conhecimento-regulação” com a trajetória traçada entre um estado de ignorância/caos e um estado de saber/ordem. Esta regulação do conhecimento, representação herdada do Brasil Colônia se sustenta no fato de que o governo/poder, ainda decide por meios de seu aparato estrutural e normativo – encarnados nas Universidades Públicas e nas políticas educacionais vigentes (NOVIKOFF, 2006). Outra forma é o “conhecimento-emancipação” que também, se faz presente nas políticas educacionais quando abre suas portas para outros egressos em outros cursos. De outro modo, faz a trajetória entre o estado de ignorância/colonialismo para o estado de saber/solidariedade. Deste modo “o poder cognitivo da ordem alimenta o poder cognitivo da solidariedade e vice-versa” (SANTOS, 2000, p. 78). Mas o que os sustentam? Os valores.

Os valores estão relacionados aos sentimentos e eles incidem sobre determinado julgamento que fazemos (GRINSPUN, 2005). Como nos afirma Lavelle (1951) todo o valor está revestido por um sentimento e é validado por um julgamento específico. O valor não é algo concreto; o sentimento é que o clarifica. O julgamento vai permitir ao homem priorizar as suas ações, realizando-as de maneira que atenda a sua hierarquia de valores; da mesma forma é através de uma apreciação de julgamento que uma família, uma escola, uma instituição, em



geral, efetiva determinada decisão, tomando como referencial os valores que ela elegeu naquele momento histórico. A educação, também, está extremamente comprometida com os valores, e eles são "escolhidos" a partir da própria transformação da cultura onde estão inseridos. Como os valores não são universais, esta "escolha" é realizada pelos caminhos percorridos por essa cultura ao longo de seu processo histórico.

O que se observa é que a educação apresenta, além de mudança de valores entre as culturas existentes, uma transformação dentro da própria cultura. Toda a educação envolve múltiplas atividades. Compreende desde a mudança de comportamentos, novas aprendizagens, novos saberes, hábitos, atitudes, formação intelectual, internalização de normas e valores sociais. Para Lins (2008), o conceito de educação é inevitavelmente teleológico, valorativo e normativo, pressupondo alguma concepção ideal do ser humano. Conseqüentemente, o educador não poderia proceder em bases puramente empíricas e factuais.

Fontanella (1991) diz que a vida humana se constrói apoiada em valores e que eles não são nem absolutos, nem essências, nem são qualidades objetivas dos objetos em si mesmo. "Os valores surgem da atividade social dos homens, trabalhando e ou atuando concretamente. O homem se faz historicamente e, em se fazendo, cria os valores" (FONTANELLA, 1991, p. 14).

A História da Educação brasileira vai desvelando os valores que estão, explícita e implicitamente, comprometidos com o seu ideário, sua ideologia, os valores "criados" a partir da concepção que se tem do mundo, do homem e do que se entende por esta educação, em determinado momento de sua cultura nacional.

A cultura possui uma relação direta com os valores na e da educação. Bosi (1983, p. 142) entende cultura como "uma herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso". O autor diz, que isto nos leva a falar em uma cultura erudita brasileira, centrada no sistema educacional, e uma cultura popular, basicamente iletrada, que corresponderia aos mores materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, enfim do homem que não assimilou as estruturas da cidade moderna.

A Escola, instituição onde o saber sistematizado e culturalmente acumulado é transmitido às novas gerações, tem um compromisso assumido sobre a questão dos valores, sua história, seu significado, sua decisão. Ocorre que a escola brasileira continua a viver um momento de crise no que diz respeito, principalmente em termos do ensino fundamental e médio, com altos índices de evasão, repetência, configurados no fracasso escolar. Acreditamos que repensar sobre esta escola, sobre este momento histórico é repensar, basicamente, o



problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática pedagógica. O que vemos, hoje, na Escola brasileira é uma dificuldade de trabalhar as diferentes tendências educacionais, com a questão dos valores presentes na vida do aluno, enquanto sujeito histórico, real e concreto, proveniente de determinada cultura.

Neste sentido, assinalamos a urgência de todos nós educadores compreendermos os valores que definem as concepções pedagógicas, mas, por outro lado, não podemos esquecer, que a dialética da educação se realiza no ato pedagógico, no qual se confrontam educador e educando, com seus valores e histórias de vida. Como diz Paulo Freire (1981) o homem é um ser de relações, que ao lidar com o outro, doa significado, atribui valor, realiza valorações; portanto, professor e aluno estão interagindo no significado de seus valores, através dos atos e decisões realizadas. Em outras palavras, além da questão do valor em si, há a questão do valor para alguém, para uma pessoa, no caso o valor do aluno como pessoa e para o aluno, enquanto protagonista principal do processo pedagógico.

Entendendo o valor fonte da educação como sendo a pessoa humana, atribuímos o significado e grande importância à educação enquanto formadora dos valores para a vida desta pessoa; e para isso há necessidade de se compreender o que é o "ser", o "valer" para que sejam integrados no projeto educativo. Assim, questionamos como preparar os jovens para discernir o comportamento adequado, não maléfico para sua própria subjetividade e a de seus familiares, amigos, a sociedade em geral? Estamos esquecendo a vida em coletividade onde um ato infere em muitos outros, como já nos ensinou Morin (2001) Qual o compromisso da Escola, na análise e vivência de "novos" valores que estão sendo exigidos para o homem atual? Como cotejar valores de grupos distintos que convivem e buscam o saber sistematizado, na Escola?. Sem termos todas as repostas, podemos elucubrar que os valores estão no ciberespaço e este é o *locus* de aprendizado mais interessante aos jovens do que os vivenciados na escola.

## **SUBJETIVIDADE: AS REPRESENTAÇÕES**

A subjetividade é norteada por representações e estas são carregadas de valores. Com este pressuposto reconstruímos a ideia de subjetividade para justificá-la. Inicia-se pelo diálogo com Morin (1996) que discute a noção do sujeito como sendo uma noção extremamente



controvertida. Questionando onde existe o sujeito, o autor vai buscando conhecer melhor esse sujeito, passando pela noção de indivíduo que posteriormente implicará na noção de indivíduo-sujeito, isto é, a noção que envolve uma dimensão oriunda da biologia molecular e da genética até chegar à característica da afetividade que é um rasgo constitutivo do sujeito. Fala-nos que essa noção de sujeito nos obriga a associar noções antagônicas, como a exclusão e a inclusão, o seu, o ele e o se. Para isso o autor se vale do pensamento complexo, pensamento esse capaz de unir conceitos que se rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados (MORIN, 1996, p.55). O importante em Morin é que ele vai nos falar tanto do pensamento complexo, como da complexidade que caracteriza o momento presente e nos mostra que o século XX assistiu a uma invasão da cientificidade clássica nas ciências humanas e sociais.

Expulsou-se o sujeito da psicologia e o substituímos por estímulos respostas e comportamentos. Expulsou-se o sujeito da história, eliminaram-se as decisões, as personalidades, para só ver determinismos sociais. Expulsou-se o sujeito da antropologia, para ver só estruturas, e ele também foi expulso da sociologia...Não obstante, houve alguns retornos dos sujeitos, retornos às vezes tardios, como em Foucault ou em Barthes, coincidindo com um retorno do Eros e um retorno da literatura. Más são ali que, em filosofia, o sujeito se encontra novamente problematizado (MORIN, 1996, p.46).

De um sujeito individual e humano fomos caminhando para a compreensão do conceito de subjetividade que tem na Psicologia, com destaque na Psicanálise um repertório de significados para sua interpretação. Da psicanálise freudiana à lacaniana vamos procurando tecer o significado da subjetividade, compreendendo também sua natureza histórica, social e cultural que incidem nos processos psíquicos do homem aqui incluindo o consciente individual. Lacan, nas suas obras, vai falar de três conceitos básicos: o imaginário, o simbólico e a ordem real, todos eles organizados na e pela linguagem. Nesses conceitos encontramos uma vasta interpretação para subjetividade. Em Foucault (1987), novo diálogo travamos, na medida em que o autor é um dos pensadores contemporâneos que mais se dedicou à questão política da subjetividade. Ele vai procurar os processos sociais de construção da subjetividade através do conhecimento das categorizações, das instituições, dos mecanismos de inclusão e exclusão que produzem os padrões de sensibilidade, os estilos de vida e a maneira/modo de existir do próprio sujeito.

A grande contribuição da psicanálise, para subjetividade, segundo Habermas (1988), está na oposição que ela faz ao método positivista e até mesmo ao método hermenêutico



tradicional, como uma interpretação dos valores culturais. Habermas (1988) aponta algumas contradições da sociedade contemporânea que vão comprometer a própria subjetividade como os limites da natureza interna-indivíduo e a subjetividade, ou seja, um limite antropológico, na medida em que as crises do sistema socioeconômico e cultural acabaram por gerar uma crise individual e social da identidade sociocultural. Para Habermas (1989) que apresentou uma teoria da subjetividade existem três mundos que convivem na mesma contemporaneidade com limites que não são intransponíveis para o homem, a exemplo do que aponta Agnes Heller (1987): há um mundo interno que é a própria subjetividade à qual o indivíduo tem possibilidade de estar presente; mundo social onde vamos encontrar os valores culturais e morais e o mundo objetivo identificada nos valores culturais e morais. Os três mundos, o instrumental-objetivo, o normativo-social e o expressivo-subjetivo devem ser vistos como a base, a raiz da compreensão das formas de organização e reflexão humanas já que elas traduzem a amplitude das relações entre objetividade e subjetividade.

A subjetividade envolve, então tanto o conhecimento em si, como a emoção, o simbólico e a representação que o indivíduo/coletivo faz da própria realidade, assim como o que está disponibilizado pela sociedade e é apreendido e interpretado pelo indivíduo/coletivo. O Eu desse indivíduo, se relaciona com o mundo, tenta compreendê-lo e compreendendo tenta se compreender, também. Da racionalidade da época moderna, passamos para as incertezas que caracterizam a pós-modernidade e é nesse universo que a subjetividade se interrelaciona nas suas diferentes formas e matizes de identificação. A complexidade de entendermos este ser da subjetividade, hoje, fica mais evidente quando vivemos um período de desconstrução do que havia até então sido trazido como real e verdadeiro; e é nessa desconstrução que vai se formando, a construção da subjetividade.

A desconstrução das instâncias política e social na sociedade que temos provoca transformações significativas para o sujeito. A subjetividade ora é regida pelo autoconhecimento, ora pelas imposições que esta ordem política social traduz. Ao estudarmos a Juventude - como foco de atenção para a construção desta subjetividade - estamos cientes (e procurando responder às questões que nos são colocadas) de três dados significativos que se juntam, se integram de forma nem sempre precisa e ordenada, mas que no nosso entender precisam do olhar e da discussão de educadores sobre esta temática: 1 - este jovem que vive esse momento da desconstrução para construção, também, está vivendo, internamente o momento das perdas, dos lutos para novas conquistas; em síntese, ele soma interna e





externamente perdas que precisam ser ressignificadas quando passam a ser novas decisões; 2 - este jovem tem um olhar para si e para o mundo de acordo com as categorias que ele elegeu de realidade, representação, imaginário, etc.; neste espaço toda a problemática, hoje, da comunicação, da mídia tem um significado muito grande; 3 - este jovem tem na construção da subjetividade um aparato muito forte que é a subjetividade construída ao grupo de pertencimento do qual ele faz parte que as vezes supera, bloqueia, intimida a sua própria subjetividade. Esta é uma subjetividade que precisa ser melhor entendida e não apenas colocando-a em confronto com a objetividade. Como diz Morin (1996) muitas vezes cometemos o erro de reduzir a subjetividade, seja à afetividade e à contingência, seja à consciência.

Fernando Rey, (2003) no seu livro *Sujeito e Subjetividade*, defende um conceito de subjetividade que teórica, epistemológica e metodologicamente nada tem a ver com as correntes filosóficas da modernidade, e sim ela se apresenta com uma complexidade da organização simultânea e contraditória dos espaços sociais e individuais que a configuram. Rey (2003) vai nos mostrar que grandes partes das indagações ligadas à subjetividade tiveram seus alicerces trabalhados a partir dos estudos do cotidiano, das novas psicologias e dos autores que se dedicaram à pós-modernidade.

O que podemos então, entender é a importância do social e do cultural na construção desta subjetividade sendo ela provisória ou não. Temos que nos lembrar - que tanto o jovem como os demais sujeitos - convivem nesta cultura, com outra cultura que lhe está integrada - e que dela faz parte - que é a cultura da imagem que tem uma função específica no espaço social, mas também tem uma função preponderante no espaço subjetivo. A imagem atua no plano da subjetividade ao trabalhar na produção de costumes, valores, gostos, interesses, vontades, desejos e modos de pensar. Para Guattari (1986), essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos

[...] normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistema de valores, sistemas de submissão... não somente uma produção de subjetividade individuada - subjetividade dos indivíduos - mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo (p. 16).

Em síntese, poderíamos dizer que o conceito de subjetividade abarca diferentes aspectos e concepções. Podemos e devemos falar na subjetividade individual, na subjetividade da escola,





enquanto organização social, na subjetividade encontrada nos diferentes espaços institucionalizados (Igreja, Sindicatos, famílias e entre outros), na subjetividade dos grupos da sociedade formando uma rede de subjetividades. O encontro das subjetividades - dos jovens e de suas famílias, ou dos jovens e de seus grupos, ou dos jovens e seus professores - com a variedade de estímulos existentes nesta sociedade que alguns denominam de espetáculo e que outros apontam para a mídia traz-nos uma gama muito grande de interpretação dessas subjetividades. Se somarmos a isso que as subjetividades, na sua construção, têm que compartilhar o ideal esperado pelas organizações e/ou Instituições, pelas exigências comportamentais, pelo equilíbrio desejado para identidade do indivíduo veremos quão árdua e complexa é a tarefa de conceituar, compreender e agir da melhor forma possível para esta construção.

Nossa pesquisa busca dialogar com autores que nos fundamentam o contexto que temos, a subjetividade que percebemos e os resultados que pretendemos. Reforçamos que o estudo caminha para a compreensão da subjetividade pelas questões criadas pelo conhecimento em si, mesmo quando uma experiência não pode ser apreendida pelo conhecimento e é tomada como resultado de uma opinião (ADORNO, 1969). Aqui toda a problemática e emblemática da mídia se faz presente e novamente, buscamos em Adorno o entorno para essas questões quando ele nos fala de uma debilidade do ego que vai existir não por questões meramente psicológicas, mas também sociológicas e objetivas, mostrando-nos a força do sistema social que pode ameaçar, oprimir e até humilhar o indivíduo.

Importa propor reflexões para contribuir para a compreensão das redes de subjetividade que se formam no dia-a-dia, para daí analisar qual o papel da escola nas inferências e construção da subjetividade. Partindo do jovem, enquanto aluno, ator e sujeito do seu próprio processo histórico social e cuja ação não depende dele simplesmente, mas da compreensão e do papel de todas as dimensões da sociedade, na qual ele se insere, inclusive (e muito particularmente da escola), apostamos na discussão interdisciplinar. Noutras palavras, a ideia de interdisciplinaridade que apresentamos é de sê-la uma práxis que permite cotejar os distintos significados de um dado objeto de estudo, em especial afeto tantas áreas de conhecimento, como é, por exemplo, o nosso objeto aqui tratado - o corpo.

## **METODOLOGIA**



Este estudo adotou a abordagem das dimensões da pesquisa científica proposta por Novikoff (2010), na qual se refere a um modelo não linear de se fazer ciência. Nesta perspectiva, a proposta destina-se ao processo de construção da pesquisa científica por meio de cinco dimensões que se cruzam desde a problematização do tema até às conclusões, permitindo assim o encurtamento e a conjunção entre as etapas da pesquisa, são elas, saber: a primeira é a dimensão epistemológica, que discute o objeto do estudo, o problematiza, estabelece os pressupostos e objetivo; a segunda é a dimensão teórica, momento em que o autor (s) apresenta os pressupostos teóricos e/ou teorias que sustentam as argumentações que nortearão a pesquisa; a terceira é a dimensão técnica que descreve a metodologia pretendida no estudo, quanto aos métodos, instrumentos, técnica de coleta e análise de dados; a quarta é a dimensão morfológica, nela se insere os resultados encontrados durante a pesquisa; por fim a quinta é a dimensão analítico-conclusiva que articula os resultados encontrados com as contribuições teóricas apresentadas em uma discussão dialética e por fim a conclusão da pesquisa (NOVIKOFF, 2010).

Adotou-se ainda o conceito de interdisciplinaridade de Olga Pombo (2003) para combinar, convergir e complementar ideias proporcionando uma rede de significados favoráveis à análise sobre o corpo no ciberespaço. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica (NOVIKOFF, 2010) sobre os temas corpo, educação e subjetividade. Em seguida, as ideias encontradas na literatura foram analisadas e discutidas em uma perspectiva interdisciplinar.

## **DO CORPO À SUBJETIVIDADE: IMPLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES**

Na tentativa de construir um diálogo interdisciplinar sobre a subjetividade do corpo no ciberespaço nos leva a dialogar com a filosofia, a psicologia e a educação. Considerando a importância da transição de conceitos, pretende-se articular e estabelecer uma ação recíproca entre esses temas, proporcionando entre eles uma análise interdisciplinar na perspectiva de Pombo (2003), ou seja, se desenvolvem na combinação, convergência e complementaridade entre os pontos de vista.

Começando pela psicologia social tomamos a ideia de representações sociais de Moscovici (2003) enquanto forma de conhecimento constituído socialmente, num determinado



contexto e sob as forças de determinação (mídias, grupos sociais, etc.). Nesta perspectiva o corpo dado no ciberespaço é marcado por representações sociais estabelecidas entre grupos específicos que se ramifica em rede e alimenta outras representações. O processo é rizomático e não se sabe ao certo onde nasce, mas se tem indícios de sua força de sustentação. E neste ponto a filosofia pode nos ajudar com sua axiologia e auxiliar pesquisadores na sinalização de valores que alimentam e matam tais representações. A questão é identificar se há representações sociais sobre o corpo na escola, quais são as ancoragens e como a educação pode intervir.

Os valores compõem o universo da subjetividade no contexto da representação, bem como se espalham pela sociedade, em sua cultura, na comunidade, no bairro, na escola, na sala de aula, nos pequenos agrupamentos de alunos (GRINSPUM, 2005). Essa dinâmica nada linear deve ser pensada e discutida na escola para enfrentar os problemas vigentes em relação ao uso do corpo no ciberespaço. A relação perversa entre ingenuidade, sexualidade aflorada precocemente e pedofilia se engendram e assustam a sociedade. O tema polêmico, mas real, deve ser levado para o chão das salas de aula.

Nesta perspectiva, o movimento interdisciplinar deste texto sobre corpo, educação e subjetividade ocorre no momento em que esses unitermos são discutidos em diferentes perspectivas e de modo convergente. Foi possível perceber que os conceitos se entrelaçam por áreas de conhecimentos distintos tendo em todos eles, a presença dos valores, emoções e sentimentos. O corpo no ciberespaço só tem sentido e pode ser representado porque carrega consigo emoções e sentimentos. Nas cores, formas, textos se delineiam as representações sociais de corpo sustentados por valores que são clarificados por meio do sentimento e a subjetividade que depende da emoção na sua construção.

É possível discutir ainda a construção de uma representação ideal que atenda às exigências sociais, no sentido de que o corpo virtual emergente é construído como desejado para ser representado no ciberespaço, como instrumento de interação que atende às exigências sociais que o corpo físico não atinge (REZENDE, 2004). A esta ideia cabe à escola promover uma educação que condicione o processo de mudança de comportamento no horizonte da concepção ideal do ser humano (NOVIKOFF, 2006). Isto se faz possível na escola enquanto *locus* de construção da subjetividade individual/coletiva é que pensa no ideal, no bem comum, na ética, como se espera e confia a sociedade.

As ideias acerca das relações com o outro e com o mundo, em busca de significação e compreensão, também, são pontos de convergência no contexto dos temas. Na perspectiva de



Cruz (2001), encontramos o cenário do corpo no ciberespaço quando o indivíduo busca a criação do corpo virtual desejado para a relação com o mundo cibernético. Na visão de Paulo Freire (1981), compreendemos que é a educação que busca por meio das relações com o outro, a valoração e a significação. E, com Habermas (1989) apreendemos que é nas relações com o mundo que realiza a tentativa de se compreender.

Diante do exposto, percebe-se que é possível desenvolver um diálogo analítico-conclusivo a partir da articulação das ideias de diferentes áreas de conhecimento já que elas se cruzam em diferentes momentos, combinando em ideias. De acordo com as emoções e os sentimentos presentes, as representações sociais de corpo de diferentes grupos se convergem com o objetivo forjar significações para o próprio corpo.

Estas relações se complementam no momento em que o corpo representado no ciberespaço é produto da subjetividade instituída que se constituiu por meio de mudanças de comportamentos condicionados pela concepção ideal do ser humano.

Cabe aos pesquisadores estabelecerem um diálogo analítico em uma perspectiva interdisciplinar para aprofundar o tema e corroborar com a educação na instituição de valores favoráveis ao corpo, sua privacidade, sua saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu discutir o corpo no ambiente do ciberespaço, a instituição dos valores e sua implicação para a educação. Além da subjetividade no contexto da representação, trouxe as discussões teóricas sobre estes temas e discutindo-os de forma analítica em um contexto interdisciplinar.

Ao analisar os temas eleitos para este estudo na perspectiva interdisciplinar, foi possível proporcionar um diálogo conceitual que integrou os temas corpo no ciberespaço, educação e valores, e ainda a subjetividade em relação à representação para uma discussão teórica. A integração dos temas possibilitou considerar que os conceitos discutidos são convergentes e combinam em ideias, assim como se complementam na discussão de que as formas de representação do corpo no ciberespaço dependem de implicações educacionais. Todavia, cabe



ressaltar que esta pesquisa é de natureza teórica e dessa forma há necessidade do desenvolvimento de outros estudos relacionados às provocações aqui iniciadas.

Neste sentido, em se tratando do corpo no ciberespaço pode-se considerar que este é representado no ambiente cibernético fundamentada na juventude e na alegria. Esta compreensão demonstra a importância na interação social dentro do ciberespaço constituída na necessidade da criação de recursos que substituam, mesmo que de forma parcial, as expressões e emoções que o corpo físico é impossibilitado de transmitir.

Em se tratando da educação e valores sobre o corpo, importa lembrar que os valores são a fonte da educação e, que esta última é uma das instituições sociais com a responsabilidade de promover atividades, discussões e práticas para possibilitar a instituição dos valores sobre o corpo. Afinal, os valores são originários das relações estabelecidas entre a sociedade com suas diferentes instituições e os indivíduos/coletivos. As significações atribuídas ao indivíduo/coletivo dependem da cultura em que se está inserido.

Como apontado no texto, a cultura é percebida nas expressões da subjetividade, nos discursos dados ou materializados. Assim, no contexto do ciberespaço a escola pode adentrar e atentar-se para a importância desse contexto social e cultural na instituição da subjetividade. Este viver compartilhado propicia a compreensão das representações de corpo e a escolha de intervenções educacionais em prol do corpo e mente saudável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. Notas marginais sobre teoria e práxis. In. JENSEN, H. (org.) *Teoria crítica del sujeto*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1986.
- BALDANZA, R. F. A comunicação no ciberespaço: reflexões sobre a relação do corpo na interação e sociabilidade em espaço virtual. *Anais do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, 2006.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade*. 2ª edição. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda, 1983.
- COCK FONTANELLA, F. Fundamento histórico-social dos valores. *Pro-Posições*, 1991, vol. 2, n. 5.
- CRUZ, L. A questão do anonimato no ciberespaço: o alter nem tão anônimo assim. *Revista Logos*, n. 14. julho/dezembro 2001.



FELINTO, E.; ANDRADE, V. A vida dos objetos: um diálogo com o pensamento da materialidade da comunicação. *Revista Contemporânea*. vol. 3, n.1, p 75-94. Janeiro/Junho 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRINSPUN, Mirian Paura Sabora Zippin. *Jovens e Redes: Matizes dos Valores, Formação, Subjetividades e Tecnologias no Contexto Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2005.

275

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HABERMAS, J. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

MARTINS, B. C. Corpos e espaços virtuais: o estatuto da presença no ciberespaço. *Revista Koine*. Janeiro/Junho 2005. Disponível em:  
<<http://www.pos.eco.ufrj.br/revista/modules/wfsection/article.php?articleid=26>>. Acesso em: jun. 2014.

MORIN, E. A noção do sujeito. In: SCHNITMAN, D. F. (org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

NOVIKOFF, C. Dimensões Novikoff: um constructo para o ensino um constructo para o ensino-aprendizado da pesquisa. In ROCHA, J. G.; NOVIKOFF, C. (Orgs). *Desafios da práxis educacional à promoção humana na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação, p. 211-242, 2010.

\_\_\_\_\_. *As Representações sociais acerca de ensino superior para professores de graduação da área da saúde*. [Tese de doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In PIMENTA, C. *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Campo das Letras, 2005.

REY, F. G. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

REZENDE, R. A tecnologia e a invenção do corpo contemporâneo. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2004, Porto Alegre - RS. *Anais eletrônicos*. Porto Alegre: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2004.



SANTAELLA, L. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, B. S. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.





## **BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS**

TERRA, Alessandra Dale Giacomini

*Estudante mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e*

*Professora Substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

*alessandragterra@gmail.com*

SOUZA, Jamille Medeiros

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e Professora*

*Substituta da Universidade Federal Fluminense (UFF)*

*jamillemedeiros@yahoo.com.br*

CAETANO, Isabel

*Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF)*

*isabelcaetano.uff@gmail.com*

277

### **RESUMO**

Esta pesquisa pretende analisar as políticas de mobilidade urbana para pessoas de deficiência implementadas pelo município de Niterói, em especial o plano Municipal de acessibilidade, refletindo sobre a importância de tais políticas públicas não só para efetivação do direito à cidade, mas também dos direitos humanos como um todo. Inicialmente, o tratamento jurídico dado as pessoas com deficiência na legislação pátria e nos tratados Internacionais de Direitos Humanos. Secundariamente, iremos abordar a questão do direito à cidade e a importância da mobilidade urbana. Em seguida, iremos analisar Plano de acessibilidade de Niterói, que estabelece metas para as secretarias municipais com objetivo de tornar Niterói uma cidade mais acessível até 2016, cotejando tal plano com a realidade atual do município.

**Palavras chave:** DEFICIÊNCIA; ACESSIBILIDADE; DIREITO À CIDADE

### **ABSTRAT**

This research aims to analyze urban mobility policies for persons with disabilities in implemented by the city of Niterói, in particular the Municipal Accessibility Plan, reflecting on the importance of such policies not only for realization of the right to the city, but also of human rights as whole. Initially, the legal treatment of people with disabilities in the country legislation and treaties International Human Rights. Secondly, we will address the issue of the right to the city and the importance of urban mobility. Then we will analyze Niterói Accessibility Plan, which sets targets for the municipal departments in order to make a more affordable Niterói city until 2016, comparing such a plan with the current reality of the city

**Keywords:** DISABILITY; ACCESSIBILITY; CITY RIGHT.



## INTRODUÇÃO

O termo “Inclusão Social” está cada vez mais presente em materiais de marketing das programações culturais, projetos e planos de metas das empresas, associações e órgãos públicos. Este artigo tem por objetivo refletir sobre as políticas públicas empreendidas pelo Município de Niterói a fim de promover a inclusão no território municipal de pessoas com deficiência, garantindo a mobilidade de pessoas com dificuldade de locomoção. Além disso, no decorrer deste trabalho iremos pontuar como ainda existem barreiras físicas (e também culturais) em entidades públicas e privadas que dificultam a locomoção e por consequência a efetivação de diversos outros direitos daqueles que tem alguma dificuldade de mobilidade.

O Brasil é signatário de diversas convenções internacionais em que se compromete a respeitar os direitos a pessoas com deficiência e promover políticas públicas que fomentem tais direitos. Além disso, a matéria encontra-se positivada no texto da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que representou não só o retorno dos direitos civis e políticos como também a extensão dos direitos sociais.

Se contrapondo às garantias e direitos previstos nas convenções internacionais, na constituição e na legislação ordinária brasileira, verifica-se que no país a (falta) de mobilidade ainda é uma problemática grave, e que vem tornando-se tema cada vez mais destacado na mídia. Exemplo recente disso foi o caso da empresária Katya Hemelrijk da Silva, de 38 anos, arrastou-se pelos degraus para chegar ao avião porque não havia equipamento disponível. Ela teria recusado a alternativa apresentada pela empresa: ser carregada no colo por funcionários da empresa aérea.

A passageira divulgou a situação de constrangimento em sua página em uma rede social. Após a repercussão do caso, Katya voltou a escrever sobre o assunto, esclarecendo no post que sua intenção não é recorrer à Justiça contra a aérea mas de dar publicidade a tal problema:

Processar a Gol seria apenas mais um processo para uma empresa desse porte. O que eu quero é que as pessoas tenham uma consciência e conhecimento maior sobre como lidar com pessoas com necessidades especiais, seja ela qual for. É bem mais simples do que muitos imaginam



Foto Reprodução O Globo, 02/12/2014. Facebook Katya H. Da Silva.

Assim como o caso apresentado acima, nos deparamos todos os dias com constrangimentos sofridos pelos deficientes físicos no Município de Niterói, razão pela qual analisamos o Plano Municipal de Acessibilidade (PMA) vinculado à Secretaria Municipal de Acessibilidade e Cidadania de Niterói, composto de metas de adaptação dos espaços públicos para o acesso de pessoas com deficiência. Na construção da ementa do projeto consta como objetivo principal da implementação desta política pública tornar Niterói a cidade brasileira mais acessível, incluindo pessoas com mobilidade reduzida e idosos até 2016<sup>2</sup>.

Niterói é um município do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, com população estimada em 487.53 habitantes, dos quais estima-se que cerca de 37.305 são deficientes e 82.150 são idosos.

A partir da exposição deste plano, buscamos estimular a análise crítica-reflexiva em relação as barreiras construídas no âmbito do acesso e locomoção nos espaços urbanos do município, apresentando um breve histórico sobre a segregação espacial das pessoas com

<sup>1</sup> Referência clássica é T. H Marshall. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge Eng.: University Press, 1950

<sup>2</sup> O Rio de Janeiro será sede dos jogos Paralímpicos de 2016 e em vista do aumento do foco internacional da mídia, a cidade de Niterói pretende fazer construções para tal evento, alguns desses serão citados neste trabalho.

<sup>3</sup> Dados do IBGE



deficiência e a formação de associações organizadas pela sociedade civil antes das atuais políticas públicas serem implantadas. Deste modo, pretendemos delinear caminhos argumentativos com o fim de provocar reflexões em torno das criações de políticas públicas a partir das reivindicações sociais organizadas através de movimentos sociais.

O Plano Municipal de acessibilidade em questão se originou através de parcerias das secretarias da própria prefeitura, entre elas, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH); Planejamento, Modernização e Controle; Saúde (SMS); Educação, Ciência e tecnologia (SEMECT); Cultura (SMC); Obras e Estruturas (SMO), Esporte e Lazer (SEL), Participação Social (SEMPAS) e tem por foco norteador, desenvolver ações integradas entre os diversos órgãos envolvidos na promoção de condições de igualdade para que toda a população possa acessar e usufruir dos equipamentos, bens e serviços públicos da cidade.

Para desenvolver esta pesquisa, utilizamos de pesquisa empírica e nos baseamos em informações obtidas junto a Secretária de Acessibilidade e Cidadania da Prefeitura de Niterói, além de pesquisa documental e de entrevistas, em especial com uma das idealizadoras do PMA, Tania Rodrigues e com a atual secretária de acessibilidade e cidadania, Carmem Fogaça.

## **A LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A Constituição da República de 1988 tem como uma de suas diretrizes coibir qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, é dever do Estado prover as medidas necessárias no intuito de evitar atitudes que venham a suprimir direitos dos cidadãos. Dessa forma, encontramos os seguintes preceitos na legislação, artigo 23, inciso II, CRFB/88:

Art. 23, II – é competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Município:

II- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

[...]

Artigo 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;



Nesses artigos fica explícita a obrigação estatal, seja de forma residual ou originária, na socialização do homem. Através de políticas de convívio comum, o Estado tem o dever de tornar viável a vida cotidiana de pessoas com deficiência, de modo a permitir o gozo total de direitos e deveres de forma autônoma, apesar dos limites de sua incapacidade física.

Em observância à Carta Magna, é evidente que as políticas públicas são essenciais na busca da proteção legal ao portador de deficiência física. Desta forma, a Constituição de 1988 resultou em conquistas cidadãs dentro de um cenário democrático de definições de garantias sociais, no entanto, cumpre refletir se tais garantias vêm sendo implementadas no Município de Niterói.

Neste artigo veremos que a execução destas políticas públicas, implicam muitas vezes em tratamentos diferenciados aos deficientes na busca de garantir uma isonomia material, isto é promove-se discriminações não odiosas voltas. Segundo o entendimento do professor Alexandre de Moraes, no que tange a proteção constitucional contra discriminação, a norma deve ser aplicada proporcionalmente ao juízo de valor e a sua destinação:

Para que as diferenciações normativas possam ser consideradas não discriminatórias, torna-se indispensável que exista uma justificativa objetiva e razoável, de acordo com critérios e juízos valorativos genericamente aceitos, cuja exigência deve aplicar-se em relação à finalidade e efeitos da medida considerada, devendo estar presente por isso uma razoável relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade perseguida, sempre em conformidade com os direitos e garantias constitucionalmente protegidos.<sup>4</sup>

Nessa linha, o art. 203, III, da CRFB/88 afirma que a assistência social deverá ser concedida ao portador de deficiência física no que se tratar de habilitação e reabilitação no convívio social, devendo ser disponibilizados recursos básicos no que tange às condições necessárias para a sobrevivência do cidadão.

Em razão disso, pelo artigo 20º da Lei 8.742/93, será pago benefício mensal aos necessitados, correspondendo a um salário mínimo, que provarem a incapacidade de manutenção, cuja renda mensal familiar *per capita* seja inferior a ¼ do salário mínimo.

A Lei 8.213/91 tem por finalidade assegurar benefícios ao contribuinte previdenciário que dela necessite para a sobrevivência econômica, dispondo os artigos 89 a 93 as medidas necessárias para adaptar e (re)adaptar, habilitando e reabilitando, socialmente e



profissionalmente a pessoa portadora de deficiência física. Menciona o artigo 93 que no ambiente de trabalho a empresa que possui a partir de 100 empregados é obrigada a ter em seu quadro de funcionários 2% a 5% de beneficiários reabilitados ou portadores de deficiência que sejam habilitados.

Noutro giro, como instrumento de difusão de inclusão social a Lei 8.989 de 30 dezembro de 1995, sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física. A isenção de ICMS para automóveis destinados ao uso dos portadores de deficiência física é concedida pela Lei Complementar nº 53, de 19 de dezembro de 1986.

Já, o decreto 4.176/2002 regulamenta a Lei de Libras, instituindo sua obrigatoriedade na grade curricular dos cursos de formação de professores de magistério do sistema federal de ensino, já na grade curricular dos demais cursos a Língua Brasileira de Sinais (libra) é facultativo.

Em São Paulo, por força da Lei Municipal 12.490 e Decreto 37.085, ambos de 03/10/1997, o rodízio municipal de automóveis é dispensado para portadores de deficiência física ou de quem a transporte.

Lei 7.070 de 20 de dezembro de 1982, alterada pela Lei nº 12.190 de 13 de janeiro de 2010, autoriza a concessão de indenização em regime de pensão especial pelo poder executivo ao portador de deficiência física conhecida como “Síndrome da Talidomida”. Deficiência essa causada pelo uso da substância talidomida, regulamentada pela portaria da SVS/MS nº 354 de 15/08/1997.

Além da legislação pátria, vale destacar que algumas Convenções e Tratados Internacionais também orientam a defesa ao homem, e algumas dessas diretrizes cuidam dos direitos do portador de deficiência física.

Dentro desse cenário internacional, temos a Resolução ONU 2.542/75 - Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Física, que cria diretrizes para os Países signatários desenvolverem o progresso e os níveis de vida da pessoa portadora de deficiência física. O seu objetivo principal é igualar a todos os direitos civis e políticos de todos os cidadãos.

<sup>4</sup> Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas, 2003, pág. 66;





Em entendimento legal mais recente temos a Declaração de Madri, de 23 de março do ano de 2002. Fruto de um Congresso Europeu sobre Deficiência, que proclamou em 2003 o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. O encontro trouxe a campo o estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos com a discussão central sobre a igualdade entre todos os homens, evidenciando uma visão das atitudes a serem dedicadas ao portador de deficiência física, bem como as medidas legais, conceituais, educacionais e sociais, na luta contra a discriminação e pela inclusão social.

Já a Convenção de Nova Iorque, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, foi ratificada pelo DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 com status de Emenda Constitucional.

Nesta Convenção, o Brasil se comprometeu a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência e a:

- Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na Convenção;
- adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência;
- Levar em conta, em todos os programas e políticas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência;
- Abster-se de participar em qualquer ato ou prática incompatível com a presente Convenção e assegurar que as autoridades públicas e instituições atuem em conformidade com a presente Convenção;
- Tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas;
- e Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência

Esse decreto traz condições gerais de acessibilidade arquitetônicas ou urbanísticas, inclusive com especificações no que se refere as instalações de telefones públicos, mobiliário urbano, ausência de barreiras que inviabilizem o livre acesso, reserva de pelo menos dois por cento da lotação dos estabelecimentos de lazer para pessoa portadora de cadeira de rodas onde





seja de boa visibilidade e devidamente sinalizados, acessibilidade na habitação, acessibilidade aos serviços de transporte coletivo em suas diferentes modalidades, acesso a informação e comunicação adequadas.

## BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E ACESSIBILIDADE

284

Neste trabalho, utilizamos o conceito “barreiras arquitetônicas” para apontar a exclusão de acesso nas edificações que ainda permanecem sem adaptação, mesmo estando no plano das leis, comprometendo assim, o direito à cidade que será analisado neste estudo brevemente.

A deficiência é uma condição de vida, não tem cura, portanto, não é classificada da mesma forma que uma doença, que pode ser curável. Logo, ao ser constatado que um indivíduo tem deficiência, isso é uma condição para a vida inteira. Foram impulsionadas por movimentos sociais com concepções progressistas, ideais de direitos humanos e noções de respeito à diversidade a acessibilidade para todos.

Alguns resultaram em formulações de legislações, constituídas por normas e punições para quem praticasse algum tipo de marginalização, exclusão e segregação em relação aos deficientes. Em algumas legislações brasileiras o termo utilizado é ‘portador de deficiência’, que não é cabível, significativamente adequado neste sujeito, pois a deficiência é uma condição de vida adquirida ou congênita, não uma portabilidade. Lexicamente a palavra “portador”, aprisiona o sujeito ao desconforto de portar, carregar deficiências ou necessidades. No entanto, o termo deficiente não é pejorativo, é uma marca de diferenciação, até porque segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), as “pessoas portadoras de deficiência” correspondem a 10% de toda a população mundial

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>5</sup>, a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de natureza física, intelectual, ou sensorial que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

As novas medidas contadas nas políticas públicas, como esta do PMA , pretende-se promover a adaptabilidade dos espaços para efetivar a acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com comprometimento motor, comum em idosos. E, com

<sup>5</sup> Informações retiradas do site Oficial do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP)



isso, promover melhorias nas condições de acesso a mobilidade urbana com qualidade para todos.

Destacamos o marco histórico da Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), onde estabeleceu no art. 5.º, XV, o direito fundamental à liberdade de locomoção no território nacional em tempo de paz.

Contudo, tal garantia constitucional muitas vezes não se efetiva na prática para milhões de brasileiros<sup>6</sup> que possuem alguma deficiência física, que em razão da inadequação arquitetônica de prédios e da engenharia das calçadas e das vias tem sua mobilidade urbana limitada pela falta de acesso aos espaços de convivência social. Por consequência, trazem dificuldades do dia-a-dia, como por exemplo, degraus sem rampas, falta de elevadores, calçadas, ambos problemas de planejamento urbanístico dificultam o acesso de cadeirantes e com mobilidade reduzida aos locais públicos e privados. Dentre eles a falta de sinais de trânsito com avisos sonoros e sinalização no chão para deficientes visuais, excesso de buracos, calçadas estreitas/ mal planejadas e a precarização dos ônibus adaptados.

Para trazer o conceito de Cidadania, inicialmente, como acesso ao direito fundamental, direitos reconhecidos em compromissos internacionais ou expressos no ordenamento constitucional, indispensáveis sob os dispositivos legais, para uma convivência digna, livre e igual para todos. São assim, fundamentais porque estabelecem o mínimo necessário para a realização do homem na sociedade.

Trazemos sob as perspectivas teóricas da socióloga Elisa Reis<sup>7</sup>, o conceito em tela independentemente da corrente teórica selecionada a cidadania corresponde a quatro dimensões comuns: (a) uma perspectiva histórica; (b) aspectos relacionados a contextos de inclusão/exclusão; (c) contradições inerentes à dualidade de seu acionamento na perspectiva do status pertencimento e/ou identidade; (d) uma relação explícita com a(s) virtude(s) cívica(s) e o direito. Destacamos neste estudo, a dimensão (b), onde a autora apresenta a cidadania como relação à noção de inclusão e exclusão, para o fato de ser cidadão é ser membro de um corpo mais amplo, é pertencer a alguma unidade. De fato, o que estava subjacente a essa ideia de pertencer a um todo maior, historicamente, era o pertencimento ao Estado Nacional, ambiente natural da concepção moderna de cidadania, ser cidadão é ser identificado com uma nação

6

<sup>7</sup> Informações retiradas da transcrição da palestra “Cidadania: História, teoria e Utopia” no seminário internacional Justiça e Cidadania, realizado no Rio de Janeiro nos dias 10 e 11 de setembro de 1997.



particular, ter direitos garantidos pelo Estado do correspondente a esta nação. Mesmo mais recentemente, quando a simbiose Estado-Nação perdeu muito de sua suposta naturalidade, ainda é fundamentalmente, a essa forma de Estado Nacional que são dirigidas as demandas por inclusão, as demandas por cidadania.

Reis(1997) destaca o acesso do direito promulgado pelo Estado- nação como marca de pertencimento. Logo, é imprescindível quando se fala de “ Inclusão Social” se discutir políticas públicas e problematizar o conceito que é tratado muitas das vezes como se fosse algo de fora pra dentro, como se antes categorias de pessoas à margem do acesso de tais políticas fossem excluídas de direitos.

Essa fixação de direitos e deveres funciona a partir da troca dialética – legalidade e legitimidade, neste caso o acesso de direito à cidade das pessoas com deficiência.

De acordo com os autores, Elisa Reis e Simon Schwartzman<sup>8</sup>, o reconhecimento de determinados direitos pode levar a arranjos institucionais distintos em diferentes sociedades.

Em geral, os direitos civis e políticos mais amplos são de natureza constitucional, enquanto que os direitos sociais são objeto de políticas sociais implementadas de maneira mais pragmática, adquirindo, por vezes, força de lei. Diferentemente disto, o Brasil tem uma longa tradição de colocar, nas leis, direitos que acabam não sendo implementados, ou só o são de forma muito limitada, levando a uma oposição entre o “legal” e o “real” que faz parte de longa data do imaginário político e intelectual da nação.

## **MUDANÇAS DE PARADIGMAS – SEGREGAÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO – BUSCA PELA QUEBRA DE BARREIRAS**

O histórico de segregação espacial das pessoas com deficiência, revela o quadro de exclusão de espaços comuns de convivência, destinadas a permanecer em locais especificamente reservados, ou até mesmo isolados restrito ao espaço privado/domiciliar. Esta exclusão de acesso ao direito à cidade se estende aos direitos sociais, surgiram movimentos sociais impulsionados pelas famílias de pessoas com deficiência, unidas na luta por assistência médica e formação educacional para os seus filhos, isto antes de serem instituídas as políticas públicas em consonância com a Declaração de Direitos Humanos para tal acesso.

---

Leciona no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ifcs-UFRJ)

BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS - TERRA, Alessandra Dale Giacomini; SOUZA, Jamille Medeiros; CAETANO, Isabel



Em consequência dessas mobilizações das famílias, originou a atual instituição (APAE)<sup>9</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, criada a partir da pauta de luta contra a falta de políticas e ações do Estado, apontando-o como despercebido com as reais necessidades dos deficientes, no *locus* de direitos fundamentais, essa mobilização começou a prestar serviços de educação, atendimento médico e assistência social. Constituiriam uma rede de promoção de acesso aos direitos das pessoas com deficiência, atualmente são organizadas em mais de duas mil unidades presentes em todo território nacional.

### **Andef e o Plano Municipal de Acessibilidade**

Dentre essas diversas organizações<sup>10</sup> que se tornaram associações, destacamos a Andef— Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos, atuante na secretaria de acessibilidade e cidadania de Niterói, a maioria dos funcionários do prédio são vinculados a associação, instituição esta originada a partir da atuação da coordenadora do Plano Municipal de Acessibilidade e ex-secretária de acessibilidade e cidadania de Niterói, Tania Rodrigues, vereadora e deputada estadual, ambos cargos por dois anos de mandato.

Em 1981<sup>11</sup>, foi convidada para coordenar em Niterói, a Banca de Empregos do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, instituído pela ONU, com o propósito de se discutir a fundo a falta de oportunidades de educação e trabalho para as pessoas com deficiência. Com o ano por terminar, para dar continuidade ao trabalho iniciado, Tania entendeu necessário criar uma ferramenta que pudesse dar respostas aos problemas então vividos por pessoas com deficiência assim como ela. Juntou amigos e, em 31 de agosto, nascia a Andef<sup>12</sup>. Envolvida como patrocinadora do Comitê Paralímpico (CPB<sup>13</sup>), cujo ranking de países o Brasil está entre

<sup>8</sup> REIS, Elisa Pereira, SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos sócio Políticos. Apresentado ao BIRD. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>

<sup>9</sup> Fundada em 1954, no Rio de Janeiro

<sup>10</sup> No Brasil foram criados o Instituto Pestalozzi de Canoas (1926); a Associação Pestalozzi de Belo Horizonte (1932) a primeira APAE no Brasil(1954). Sem contar que as primeiras instituições para atendimento às deficiências sensoriais, datam do Império, pois em 1854 surgiu o atual Instituto Benjamin Constant (IBC- para os Cegos) e 1857 o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES-para os surdos).

<sup>12</sup> Nos últimos 30 anos, a Andef se transformou na maior organização de pessoas com deficiência do Brasil e uma das maiores do mundo. A Andef dá atualmente oportunidade para que, através do emprego, com todas as garantias trabalhistas, mais de 700 pessoas com deficiência mantenham suas famílias. Desde o início da atuação da Andef no mercado de trabalho já foram mais de 3700 os beneficiados com o emprego, em muitos casos pela primeira vez com carteira assinada

<sup>13</sup> O CPB funcionou desde a criação em 1995 até 1997 na sede da própria Andef. De 1997 até 2001



as 10 principais potências do esporte paralímpico mundial, dando oportunidade para que pessoas com deficiência possam sustentar suas famílias pelos patrocínios que recebem.

## **PLANEJAMENTO DO PMA- LEVANTAMENTO DE DADOS DAS SECRETARIAS VINCULADAS A PREFEITURA DE NITERÓI**

288

O Plano Municipal de Acessibilidade inclui metas para cada Secretaria Municipal, com o objetivo de tornar Niterói um município referência no quesito acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Foi previsto para iniciar em meados de 2014, com a formação de um Grupos de Trabalho (GT) junto a representantes das secretarias de Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Assistência Social, Conservação e Serviços Públicos, Executiva, Urbanismo e Mobilidade, para traçar um diagnóstico da situação atual encontrada no município, sendo então montado um projeto detalhado.

Segundo informações da prefeitura, os levantamentos já realizados foram inicialmente pela secretaria de Saúde e de Educação, que serão prioridades nestas adaptações dos espaços arquitetônicos.<sup>14</sup>

De acordo com o levantamento feito pela Secretaria, atualmente o município de Niterói conta com 64 Unidades de Saúde Municipais, entre Unidades de Saúde de Família, Unidades Básicas de Saúde, Policlínicas, Hospitais Municipais, Unidades de Emergência, Maternidade Municipal, Laboratório Central e Centros de Atenção Psicossocial. Nenhuma unidade citada possui todos os requisitos de acessibilidade (rampas de acesso, banheiros adaptados, portas acessíveis, elevadores, balcão de atendimento, piso tátil, sinalização em Braille e Intérprete de Libras).

Dentre as 64 unidades, apenas 12 apresentam o básico daquilo que se preconiza como critério de acessibilidade, que envolve rampa de acesso, banheiro adaptado e porta acessível, na mesma unidade. Por fim, a Secretaria apresenta diversas metas, entre elas: adaptar todas as unidades de saúde, exigir um padrão nas obras futuras que sigam as normas de acessibilidade, e

<sup>14</sup> Conforme informações fornecidas pela Prefeitura de Niterói, mediante arquivo de mídia digital em formato Power Point)



criar ao menos um centro odontológico adaptado e com profissionais especializados em atendimento a pessoas com deficiências de alta complexidade.

Em relação à Educação, são 77 escolas municipais e unidades de educação infantil em toda a cidade, em que 26 mil alunos estão matriculados, dos quais 1.064 possuem necessidades educativas especiais, sendo 661 deficientes e 403 com algum tipo de Transtorno Global de Desenvolvimento.

Dentre as metas definidas para a Educação estão: toda reforma ou construção deve incluir os requisitos de acessibilidade, todas as escolas devem estar acessíveis até 2016, garantir à pessoa com deficiência visual a oportunidade de aprender braille e utilizar recursos tecnológicos, como leitores de tela, ampliar a disponibilização de veículos com recursos de acessibilidade para o transporte de alunos com deficiência, entre outras metas.

### **PREVISTO PARA O VERÃO DE 2015, O PROJETO “PRAIA SEM BARREIRAS”**

O projeto consiste na instalação de uma rampa de madeira e uma esteira na areia da praia, na altura da cabine da Guarda Municipal, que vão auxiliar deficientes ou de mobilidade reduzida no acesso até o mar. Será disponibilizado ainda duas cadeiras anfíbias apropriadas para o banho de mar. Todo o trajeto será acompanhado por profissionais.

Na areia, serão instaladas ainda tendas onde ficarão os orientadores. As pessoas que trabalharão no projeto passarão por capacitação para estarem aptas a auxiliar as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a utilizar o equipamento de forma segura. A esteira será removida diariamente e possui alta durabilidade em ambientes úmidos e à exposição ao sol.

A previsão é que os equipamentos comecem a funcionar em quatro meses. A ação deverá ser expandida para outras praias, como Itacoatiara, Itaipu e Piratininga, na Região Oceânica.

A secretária municipal de Acessibilidade e Cidadania, Carmem Fogaça, afirmou que a iniciativa representa um resgate na cidadania e dignidade das pessoas com deficiência, problematizando que:

Muitos niteroienses não entram na praia e no mar. Adolescentes, idosos e crianças com deficiência ficam no calçadão. Com esse projeto, vamos resgatar a infância, a juventude e dar oportunidade aos idosos e pessoas com deficiência?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo analisamos que apesar da conquista de direitos das pessoas com deficiência, por meio da positivação de direitos no ordenamento internacional e nacional, as condições de mobilidade urbana destas no território ainda é precária. Através dos casos exemplificativos que analisamos vimos a necessidade de medidas de adaptação da infraestrutura tanto da iniciativa privada, quanto pública, a fim de possibilitar a mobilidade autônoma das pessoas com dificuldade de locomoção.

Contudo, apesar de uma recente visibilidade da mídia da problemática e do comprometimento do Estado brasileiro em tratados internacionais, que apenas ratificam compromissos constitucionais, a infraestrutura urbana ainda é precária no que se refere a permitir a livre circulação das pessoas com algum tipo de restrição em sua capacidade de locomoção.

Assim, a realização de políticas públicas necessária a adaptação do espaço a fim de torna-lo universalizante não consiste em uma medida filantrópica, ou um favor a ser realizado pelo poder público em prol do já estigmatizado em excesso deficiente físico. É uma obrigação estatal (prestação positiva), que inclusive em dados casos, pode ser judicialmente requerida, por implicar diretamente na efetivação de outros direitos.

Neste trabalho analisamos o Plano de mobilidade do Município de Niterói, que apesar da promessa de alguns avanços não traz preocupação em adaptar os espaços para deficientes, explicitando a lógica na qual o deficiente que deveria se adaptar a construção e o acesso da mesma. Se contrapondo aos projetos remodelatizantes da prefeitura, verifica-se que o Plano contudo não preocupou-se em com os diversos prédios públicos e privados não acessíveis e que fazem parte da rotina urbana. Assim, planja-se possibilitar que as pessoas com dificuldades de locomoção possam ir a praia, mas não há um projeto de adequação dos imóveis e demais estruturas urbanas que compõe o território municipal, a fim de possibilitar a autonomias destas pessoas no que se refere a realização de atos do cotidiano.





## BIBLIOGRAFIA

Araujo, Luiz Alberto Davi. A proteção Constitucional das Pessoas com Deficiência David. 4º edição. Brasília 2011, pág. 45;

Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas, 2003, pág. 66;

T. H Marshall. Citizenship and social class and other essays. Cambridge Eng.: University Press, 1950;

## SITES UTILIZADOS

<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2> acesso em 24 de outubro de 2014

<http://www.undef.org.br/> acesso em 24 de outubro de 2014

[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm) acesso em 24 de outubro de 2014

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx> acessado em 24 de outubro de 2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/plano-de-acessibilidade-promete-trazer-mobilidade-para-niteroi> acessado em 01 de novembro de 2014

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/prefeitura-de-niteroi-anuncia-projeto-para-receber-pessoas-com-deficiencia-na-praia-de-icarai-> acessado em 26 de novembro de 2014

<http://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/anac-cobra-explicacoes-da-gol-por-embarque-inadequado-de-cadeirante-14722354#ixzz3RBcqRzmx> - acessado em dezembro de 2014



## O LETRAMENTO E O NUMERAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS MEDIADOS PELA INTERDISCIPLINARIDADE

BASSO, Edcleia Aparecida

*Professora do Programa Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR-Campus de Campo Mourão  
edcleia@hotmail.com*

MACOWSKI, Diogo Heron

*Estudante de doutorado do Programa de Engenharia Química da UEM  
diogoheron@gmail.com*

LOPES, Janete Leige

*Professora do Programa Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR-Campus de Campo Mourão  
jllopes@hotmail.com*

292

### RESUMO

Este artigo discute práticas de letramento e numeramento em escolas públicas, por meio de dois projetos financiados pela Fundação Araucária e Universidade Sem Fronteiras – USF, ambos do Paraná, envolvendo alunos de uma escola municipal e outra estadual, com IDEB aquém do esperado, cujos pais são da classe trabalhadora, com mínimo grau de escolaridade. Esses alunos foram expostos à alfabetização digital, jogos cognitivos e de raciocínio, leitura de livros, filmes de animação, desenhos animados especialmente selecionados ou criados por uma equipe interdisciplinar (Matemática, Letras e Pedagogia), fundamentada metodológica e epistemologicamente na Interdisciplinaridade e no Letramento e Numeramento. Foi comprovado ao término do projeto que os participantes estavam mais perceptivos à presença da matemática ao seu redor, e mais conscientes do papel da linguagem para compreender o mundo e suas relações.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Letramento. Numeramento

### ABSTRACT

This paper aims at discussing Literacy and Numeracy as social practices in public schools, supported by *Fundação Araucária* and *Universidade Sem Fronteiras* in Parana State-BR, involving students whose knowledge standards were below expectations. Their parents were from the working class, with minimal schooling. These students were exposed to digital literacy, cognitive and reasoning games, reading books, animated movies, cartoons, specially selected or created by an interdisciplinary team (Mathematics, Language and Pedagogy), under the interdisciplinary umbrella, and Literacy and Numeracy studies. By the end of the projects, it was possible to say that the students enrolled in the activities were more perceptive to the presence of mathematics around them and more aware of the role of language to understand the world and its relations.

**Key-words:** Interdisciplinary. Literacy. Numeracy.



## 1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem surpreendido a muitos dos que trabalham na educação brasileira, pela convivência quase que naturalizada com situações diametralmente opostas. Temos a tecnologia unindo o planeta e os espaços sociais, fazendo e mesmo exigindo a informatização de escolas públicas, ora equipadas com bons laboratórios de informática, acesso à internet, e recursos de alta tecnologia. Entretanto, um simples contato real com essas mesmas escolas revela que nas salas de aula estão crianças, adolescentes e adultos com sérios problemas de compreensão e produção textual, com condições mínimas para ler o mundo dentro e fora da escola por meio de gêneros discursivos simples, como preencher um formulário ou entender um anúncio de emprego. Para completar este quadro, há inúmeros alunos cujo raciocínio matemático não foi desenvolvido a contento, remetendo-os ao chamado “analfabeto funcional” - termo criado pela UNESCO em 1978 para designar pessoas que não conseguem ler e escrever com propriedade, que reconhecem números, mas não conseguem passar das operações básicas.

Segundo dados do último INAF<sup>1</sup> – Indicador de Alfabetismo Funcional, o percentual da população com mais de quinze anos alfabetizada subiu de 61% em 2001 para 73% em 2011. Contudo, os dados revelam também que apenas 25% (um em cada quatro brasileiros) dominam plenamente as habilidades de leitura e da escrita e, em relação à matemática, os números são ainda mais alarmantes: Apenas 23% sabem fazer uso da matemática para a vida. Isso significa dizer que nos últimos dez anos houve uma redução do analfabetismo absoluto e da alfabetização rudimentar, bem como uma elevação nas habilidades antes citadas. Porém, a proporção dos que alcançam o Letramento e o Numeramento, ou seja, as condições plenas de uso de tais habilidades, continua sem grandes alterações: de 75% a 77% das pessoas que passaram por um processo efetivo de escolaridade no período supracitado continuam sem as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional comprometendo, por consequência, o exercício de sua cidadania plena.

Trazendo esta realidade para um dos municípios da mesorregião do Paraná, foi possível constatar que muitas escolas estaduais e municipais, principalmente as situadas em bairros periféricos, estão com problemas semelhantes, com elevado número de alunos que chegam ao sexto ano da educação básica sem saber ler e escrever com uma fluência mínima, e com poucas

<sup>1</sup> INAF- Indicador de alfabetismo funcional, pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa. ([http://www.ipm.org.br/ipmb\\_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por](http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por))



habilidades matemáticas ou gosto pela disciplina. Para agravar ainda mais a situação, desde os primeiros contatos dos alunos com a matemática e a linguagem, essas áreas são entendidas e sentidas como excludentes, sem ponto de apoio comum, como se gostar de uma implicasse em odiar a outra. De tal sorte que, embora reconhecidas por todos como os baluartes da educação escolarizada, são abordadas na formação do educando de forma compartimentalizada e não globalizante. Por sua vez, na área da pesquisa, a academia, em seu formato disciplinar, evita adentrar-se por “mares dantes nunca navegados” preferindo, com raras exceções, o recluso da clausura, a assepsia dos iguais, o não abrir-se para novos paradigmas e, com eles, para a interdisciplinaridade, entre outros.

Para fazer frente a tal problemática concorremos a duas chamadas para pesquisa e extensão no Estado do Paraná, buscando reunir interdisciplinarmente profissionais de áreas diferentes para, juntos, pensarmos e aplicarmos alternativas na área de Letramento e de Educação Matemática e Numeramento, cujos resultados iniciais serão o foco das discussões entabuladas no presente artigo. Além disso, queremos detalhar as perspectivas e os caminhos interdisciplinares utilizados, ilustrados com algumas atividades, para apresentar, finalmente, algumas das primeiras considerações, frutos de uma análise panorâmica e ainda preliminar dos trabalhos realizados.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Escolhemos discutir nesta seção o papel da interdisciplinaridade, na pesquisa e no ensino, bem como noções de Letramento e Numeramento que nortearam epistemológica e metodologicamente os trabalhos realizados com alunos da Educação Básica.

### 2.1 A Interdisciplinaridade

“A ciência perde seu atrativo mais vivo, sua principal utilidade, quando considera os diversos ramos como estranhos entre si, quando ignora que cada estudo esclarece e fecunda os demais. As Musas são irmãs, nos diz a geniosa Antiguidade.” (MICHELET, 1825 apud GUSDORF, 1983,37, tradução nossa)

Entendemos Interdisciplinaridade como sendo a intenção propositada na produção do conhecimento, buscando associações e diálogos entre os saberes, na busca de compreender os



conflitos e tensões naturalmente existentes no convívio humano (FLORIANI, 2000). Tal intenção não quer, entretanto, reduzir todas as diferenças e as semelhanças a um denominador comum. Ao contrário, busca na diversidade e na soma dos saberes a amálgama que une e abre espaço para um novo conhecimento, sem amarras, seja na pesquisa, no ensino ou na extensão.

Segundo Japiassú (1976), a interdisciplinaridade é caracterizada pela presença de uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade. Segundo o autor, o que a distingue de outras formas ou modalidades é que a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um projeto específico de pesquisa. No nosso caso, se articula com um projeto de extensão, com foco específico de ensino, buscando unir a área da linguagem – Letramento – com a área de estudos matemáticos – Numeramento.

Assim, no presente estudo, a interdisciplinaridade é entendida como um paradigma que, envolvendo as chamadas disciplinas curriculares, busca diminuir a força nos conteúdos fragmentados procurando expor as relações entre os saberes, e demonstrar que o conhecimento só é possível e, principalmente útil, por essas relações que são estabelecidas naturalmente no cotidiano, mas de forma fragmentada na escola. A interdisciplinaridade assim vista tem o intuito de promover uma integração entre disciplinas e conteúdos, colocando alunos e professor aprendendo dialogicamente, em interação. O homem passa a ser o centro, criador de relações entre as áreas de conhecimento, estabelecendo uma rede de saberes, ou com Japiassú (1976,81): “Trata-se de um tipo de interdisciplinaridade que não se efetua por simples adição, nem tão pouco por mistura. O que há é uma combinação das disciplinas correspondendo ao estudo de novos campos de problemas reais”.

Buscando na história, vemos que a tentativa de se trabalhar com a totalidade, evitando olhar a realidade pelas janelas de cada disciplina, vem desde a antiguidade. Assim, a ideia da interdisciplinaridade não é nova, nem os conflitos e as tensões gerados quanto à sua aceitação são atuais, pois perpassam a história desde a Antiguidade Clássica. De acordo com Gusdorf (1983), Minayo (1994), Santomé (1998) e Carlos (2007), os filósofos da antiguidade almejavam o domínio do saber em sua totalidade. Podemos exemplificar com Platão, que queria uma ciência unificada, propondo que esta tarefa fosse desempenhada pela filosofia. Na época medieval, o conhecimento foi dividido em trivium (gramática, retórica e dialética) e o quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música). Segundo os autores supracitados, a



Escola de Alexandria, de fundamentação neoplatônica, foi a mais antiga instituição a assumir um compromisso com a integração do conhecimento (aritmética, mecânica, gramática, medicina, geografia, música, astronomia etc.) numa ótica filosófico-religiosa. Este currículo unificado permaneceu em vigor até por volta de 1760, quando então, segundo Gusdorf (1983), a pedagogia da totalidade (*enkuklios paidéia*) foi destruída, em seu lugar estabeleceu-se a proliferação “canceriforme do saber” trazendo a desorientação do pensamento moderno em matéria de formação intelectual. Ideia retomada por Japiassú (1976), que vê a fragmentação do saber como uma doença, recebendo por isso severas críticas da academia (JANTSCH; BIANCHETTI, 2011).

Ao longo dos séculos, houve sempre estudiosos, filósofos e pesquisadores propondo a necessidade de se unificar o saber. Entre eles destaca-se, entre outros, Francis Bacon, propondo em sua obra ‘*Novum Organum*’ uma nova utopia científica. Em 1808, Napoleão funda a Universidade Imperial que distinguia, pela primeira vez na história, as faculdades de Letras e de Ciências, abaixo de protestos gerais tanto na Alemanha quanto na França, principalmente por conta da fragmentação, com a qual o saber deixa de ser fruto de uma relação com o mundo real e se torna resultado do desenvolvimento de sistemas de abstrações cada vez mais restritos e sem comunicação entre si. Em 1825, Michelet, grande historiador francês, já dizia em *Discurso sobre a unidade da ciência* que: “A ciência é uma; as Línguas, a Literatura, a História, a Física, as Matemáticas e a Filosofia, os conhecimentos aparentemente mais distantes se tocam realmente; ou melhor, formam um sistema que, em suas diversas partes, considera sucessivamente nossa debilidade.” (MICHELET, apud Gusdorf, 1983-37, tradução nossa). Já Reymond (Apud GUSDORF, 1983, 39, tradução nossa) deixou registrado seu protesto contra uma mutilação generalizadora entre os especialistas que causavam, no seu entender, graves deformações profissionais. Segundo o autor o estudo exclusivo das ciências da natureza, como qualquer outra ocupação exclusiva estreita o círculo das ideias, limitam a visão ao que temos frente aos nossos olhos e ao alcance das nossas mãos, dando-nos a uma certeza que parece quase absoluta que, pode ser uma grande vantagem, mas sua exclusividade torna o espírito pobre de ideias.

Na contemporaneidade, de acordo com Fazenda (1994), a interdisciplinaridade renasce na Europa, por volta de 1960, muito mais como resposta a movimentos estudantis que reivindicavam um novo estatuto de universidade e de escola do que como uma proposta inovadora. Ainda assim, ganhou adesão de vários pesquisadores. Na América Latina ela chega



num contexto semelhante, ligada a movimentos estudantis anticapitalistas, sendo no México e Brasil em 1968 e em 1969 na Argentina, vinculando-se às políticas modernizadoras em saúde, educação e meio-ambiente, servindo também aos interesses dominantes da época. Nas palavras da autora: [...] “o eco das discussões sobre interdisciplinaridade chega ao Brasil ao final da década de 1960 com sérias distorções, próprias daqueles que se aventuram ao novo sem reflexão, ao modismo sem medir as consequências do mesmo.” (FAZENDA, 1994, p. 23).

No Brasil foi rapidamente incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 5.692/71, e acabou por influenciar a legislação educacional brasileira, fazendo-se presente nos documentos norteadores da educação básica no país - Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM), Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEI) – sendo o princípio pedagógico norteador das práticas de ensino nas diversas áreas do conhecimento. Apesar disso, a interdisciplinaridade tem sido muito mais falada do que praticada, seja no âmbito da pesquisa, seja no do ensino.

Com foco voltado para a educação básica e na formação de professores, os estudos de Fazenda passam a orientar propostas interdisciplinares, principalmente no ensino, sob a noção de parceria que “surge quase como condição de sobrevivência do conhecimento educacional [...] que consiste numa tentativa de incitar o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados, e nessa tentativa a possibilidade de interpenetração delas” (FAZENDA, 1994, 84-85).

Fazenda e Japiassú são considerados os maiores representantes da primeira fase da interdisciplinaridade no Brasil. Contudo seus estudos têm recebido críticas, principalmente pela nova corrente liderada por Jantsch e Bianchetti (2011). Segundo estes autores a noção de interdisciplinaridade, apoiada em Fazenda e Japiassú, limita-se a uma visão idealista, concebida como uma negação/oposição à compartimentalização do conhecimento em disciplinas ou, ainda, como uma ação conjunta de professores numa parceria que permita o intercâmbio de conhecimentos e de informações, na tentativa de redenção da escola. Segundo os autores, a premissa da interdisciplinaridade da parceria peca pela inobservância da construção histórica do conhecimento, ao ignorar que o conhecimento humano é elaborado de diversas formas e em diferentes contextos.

A obra *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*, é uma coletânea de artigos organizada por Ary Jantsch e Lucídio Bianchetti, publicada pela primeira vez em 1995,





que marca o início da chamada de segunda fase da Interdisciplinaridade no Brasil. Esta fase se caracteriza por entender a Interdisciplinaridade por uma perspectiva mais histórica, por admitir que ela não se opõe, mas ocorre com e através das disciplinas. É uma visão mais comprometida com o rigor científico e se volta a aspectos que transcendem a filosofia do sujeito, analisando o tema à luz do materialismo dialético, levando a discussão da interdisciplinaridade para o campo ideológico e epistemológico, para um novo campo teórico além do metodológico e pedagógico.

Entre outras ideias defendidas por Jantsch e Bianchetti (1995), destacamos a de que a interdisciplinaridade também pode ser exercida individualmente, ou seja, independe de parceria, de trabalho conjunto. De maneira que apenas um professor, por exemplo, possa ministrar sua disciplina de forma interdisciplinar, e que a aceitação e o exercício da interdisciplinaridade não implica na negação e/ou anulação da disciplinaridade, mas é construída a partir do conhecimento disciplinar.

Entretanto, os resultados encontrados nesta pesquisa demonstram que se tivermos no horizonte o contexto de sala de aula, na qual os conhecimentos serão assimilados, há a necessidade de se trabalhar concomitantemente com as duas perspectivas ora delineadas – disciplinar e interdisciplinar – ressaltando sempre as razões pelas quais tal conhecimento está sendo estudado, ou seja, contextualizando-o, trazendo-o para a vida dos alunos, amarrando-o com o momento em que estão vivendo. Além disso, as escolas e os professores precisam, clamam por um trabalho em parceria, não mais aquele interno, entre os professores de “boa vontade”, mas de mãos dadas com as universidades, nas quais o conhecimento teórico é reconstruído ou produzido. Ou em consonância com Gusdorf (1967), os especialistas das diversas disciplinas devem estar animados de uma vontade comum e de uma boa vontade. Cada qual aceita esforçar-se fora do seu domínio e da sua própria linguagem técnica para se aventurar num domínio de que não é proprietário exclusivo. Este mesmo autor *propõe, como saída, um saber geral e superior, uma “ciência humana” reagrupadora e rearticuladora de “humanismo convergente”* (GUSDORF, 1978, 637 apud MINAYO, 1994, pag 43.

A seguir, passamos a discutir noções de Letramento e de Numeramento, que darão sustentação ao trabalho desenvolvido.



## 2.2 Letramento e Numeramento e a Interdisciplinaridade

Esta seção abre-se às novas perspectivas para a compreensão dos sentidos que a palavra Letramento tem adquirido nas últimas décadas em diferentes áreas do conhecimento, assim como para as práticas pedagógicas resultantes. O termo Letramento tem sua origem na palavra inglesa *Literacy*, cuja tradução, equivocada, tem sido fortemente ancorada na concepção de alfabetização. Tfouni (2010) ilustra os caminhos e descaminhos que os estudos na área têm traçado, apontando para três importantes dimensões: a individualista-restritiva, na qual a ênfase é dada à aquisição e utilização das habilidades específicas para ler e escrever, aprendidas na escola, relacionando-se diretamente com a alfabetização. Já a segunda dimensão – tecnológica - exige uma maior sofisticação dos usos das habilidades de ler e escrever, relacionando-se ao progresso da civilização e o desenvolvimento tecnológico. A cognitivista é a terceira dimensão, e coloca ênfase nos processos internos ocorridos no indivíduo, que se torna responsável pela aquisição do código e, conseqüentemente, pelo sucesso ou fracasso que possa ter nesse sentido. Esta dimensão não considera aspectos culturais e sociais do letramento.

Neste artigo o termo ‘letrado’ não é entendido com um sentido único, nem descreve um fenômeno simples e uniforme, mas intimamente ligado à questão das mentalidades, da cultura e da estrutura social como um todo. Assim, com autores como Street (2003) e Kleiman (2008), estamos ampliando o conceito, antes restrito às práticas de escrita e leitura, ligadas, portanto, à aprendizagem escolar formal, para entender Letramento como prática social que usa a escrita, a matemática, a tecnologia e outras linguagens, integradamente, em contextos específicos para fins específicos, considerando-se as condições socioculturais de produção, e as relações de poder existentes na sociedade onde estas práticas emergem. Com Mendes; Grando (2007), entendemos que a pluralidade e diversidade das práticas sociais e as variadas formas de representações não se limitam às práticas escolarizadas, extrapolando, portanto, as fronteiras da sala de aula. As leituras, as interpretações e os sentidos produzidos pelo “leitor” acontecem apoiados no seu conhecimento de mundo, e do maior número de relações que consegue estabelecer entre o conhecimento novo e antigo e as diferentes áreas do conhecimento, ainda que não as conheça formalmente.

Assim buscamos, ao longo dos dois projetos, criar espaço para a discussão de como a escola pode trabalhar com as novas possibilidades de Letramento, propondo práticas pedagógicas que buscam formar efetivamente o aluno cidadão, leitor do mundo, agente de sua



transformação. Assim, podemos dizer resumidamente que a noção de letramento adotada neste artigo tomou novos sentidos, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1: Letramento(s) – novos sentidos**

<b>Concepção tradicional</b>	<b>Concepção adotada na pesquisa</b>
<p>Sentido único Sinônimo de alfabetização Descrição do fenômeno como uniforme, simples, ligado sobretudo à alfabetização (escrita e leitura) adquirida na escola, predominantemente por pedagogos, que podem ou não gostar da área da linguagem.</p>	<p>Termo polissêmico Liga-se ao mundo e à sua compreensão Aceitação de que é possível ser letrado sem ser alfabetizado Descrição do fenômeno como multiforme, complexo, ligado à questão das mentalidades, da cultura e da estrutura social Requer uma visão interdisciplinar advinda de diferentes áreas do conhecimento</p>

Quanto à área da matemática, voltamos à tríade que compunha a função básica da escola que era a de ensinar a ler, escrever e contar, para assumir que, se a noção de letramento ora adotada ultrapassa a decodificação e exige várias capacidades e conhecimentos para o processo de interpretação e produção de linguagem. Contar não pode mais ser entendido como o simples ato de quantificar ou enumerar, uma vez que a compreensão de situações numéricas também requer vários conhecimentos, capacidades e competências. Segundo Mendes; Grando (2007), não abrangem apenas a mera decodificação dos números, mas abarcam também a compreensão de diversos tipos de relações ligadas ao contexto social de uso, tais como a medição, ordenação, classificação, tomadas de decisão, entre outras, que podem se apresentar sob diversos tipos de representações: escrita numérica e alfabética, representações visuais (geométrica e leitura de gráficos, por exemplo), representação simbólica, entre outras. Essa grande variedade de possibilidades de leituras matemáticas do mundo levou D' Ambrósio, já em 1992, a propor a substituição do termo 'contar' para 'matematicar'.

Toledo (2003 apud FONSECA, 2007-6) diz que o Numeramento inclui um conjunto diversificado de estratégias, crenças, habilidades e disposições de que a pessoa necessita para efetivamente engajar-se em situações que envolvem números e dados quantitativos ou quantificáveis, e se estabelece, dessa forma, uma relação de paralelismo ou de analogia entre Letramento e Numeramento.

Assim, optamos pelo uso do termo Numeramento, após várias leituras, sobretudo as de Mendes (2001, 2005) e Fonseca (2007, 2004) e Fonseca; Cardoso (2005) que discutem a origem e as razões da existência de vários termos usados no Brasil com acepções semelhantes, tais como Materacia, Numeracia, Literacia Estatística, Letramento Matemático e Numeramento, optando, ambas, pelo termo Numeramento. Entendemos que tanto o termo



Letramento quanto o Numeramento querem significar a compreensão e o esforço em se implementar os modos culturais de se ler e “matematicar em diversos campos da vida social (até mesmo na escola) e considerá-los em suas intenções, condições e repercussões.” (FONSECA, 2007,6).

Para os propósitos e execução dos projetos discutidos neste artigo, entendemos que Letramento e Numeramento estão intimamente ligados às práticas sociais plurais de que fizemos uso nas atividades, envolvendo a leitura, a escrita e a matemática, exigindo conhecimentos disciplinares das áreas, porém ampliados na forma interdisciplinar para alcançar o cotidiano, tais como panfletos de supermercados, maquetes, entre outros.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme já proposto, todas as atividades de pesquisa e de ensino desenvolvidas durante a vigência do projeto foram norteadas pela interdisciplinaridade, buscando superar a fragmentação do conhecimento e o distanciamento entre as áreas da linguagem e da matemática. Buscamos por uma análise da totalidade dos fatores envolvidos no processo, certos de que a abordagem interdisciplinar pode abrir novos caminhos para o conhecimento, por meio da aproximação das disciplinas, compartilhamento de informações, integração de conceitos, terminologias, métodos e análises. Quanto à abordagem dos dados, a pesquisa prevê um tratamento misto (VASCONCELOS, 2007). Diante da limitação do espaço, faremos neste artigo uma aproximação exploratória (GIL, 2005) dos dados coletados, que nos permita ter uma visão panorâmica da implementação das condições de Letramento e de Numeramento nas escolas públicas envolvidas.

#### 3.1 Os projetos - objetos da pesquisa e da extensão

**L3M4**

##### 3.1.1 *Letramento e Alfabetização Matemática: acesso à cidadania plena*

(doravante LEMA) foi um projeto de extensão universitária aprovado no programa denominado Universidade Sem Fronteiras (USF), dentro do subprograma Apoio às Licenciaturas, como parte das ações da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, recebendo recursos financeiros do Fundo Paraná.

**L3M3**

##### 3.1.2 A pesquisa interdisciplinar *Condições para o Letramento e o*



*Numeramento na Educação Básica* (doravante LEME), envolvendo pesquisadores da área de Letras, Matemática e Economia, foi um projeto interdisciplinar aprovado pelo órgão de fomento à pesquisa no Paraná, Fundação Araucária.

Teórica e metodologicamente, os projetos se pautaram na área da matemática por Fonseca (2007, 2004), Fonseca; Cardoso (2005) Mendes (2005), Mendes; Grando (2007), especificamente para o trabalho com projetos com foco no Letramento e Numeramento, baseamo-nos, principalmente em Cardoso (2002), (Martins (2012), Kleiman; Moraes (1999) e Bolognini (2009), entre outros, tentando substituir a crença de que “matemática é difícil e, por isso, não se aprende” e que não é possível gostar de Português e de Matemática. Sabemos que parte de tal problema reside na formação inadequada dos professores das séries iniciais, que não têm formação específica na disciplina. A formação recebida, em geral, não lhes possibilita uma abordagem segura dos conteúdos, de modo que se perdem em modelos tradicionais pautados por procedimentos imitativo-repetitivos, que não dão conta de instigar nos alunos a vontade de aprender. Já na área de língua portuguesa, adentramo-nos nos estudos sobre o letramento (ROJO, 2009, 2012; KLEIMAN, 2008), na tentativa de fazer com que os alunos entendam as representações simbólicas próprias das duas áreas de estudo. Procuramos demonstrar a necessidade de se apossarem da cultura científica porque sem ela, muitas vezes, o aluno é incapaz de perceber nos fenômenos aquilo que o professor deseja que ele perceba. Para alcançar tal intenção, tivemos como objetivos gerais do LEMA trabalhar com letramento, focando na leitura e produção textual e proporcionando uma alfabetização matemática, resgatando o gosto pela disciplina, enquanto desenvolvemos o raciocínio matemático.

Como objetivos específicos tivemos: a) 1. Desenvolver o gosto pela leitura por meio de diferentes mídias, de livros paradidáticos e de outras linguagens; b) Desenvolver a relação entre raciocínio matemático e leitura, utilizando jogos cognitivos e modelagem matemática; c) Rever os conteúdos básicos de língua portuguesa e de matemática das séries iniciais; d) Trabalhar no nível de desenvolvimento potencial dos alunos, usando a linguagem como ferramenta de aprendizagem da matemática e de língua portuguesa; e) Levar os alunos a uma maior autonomia e independência na leitura e na produção de sentidos; f) Dar condições e acesso à inclusão digital dos alunos envolvidos; g) Oferecer formação continuada aos professores de 4º e 5º anos das escolas envolvidas das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática; h) Ajudar na formação dos alunos graduandos das licenciaturas envolvidas, dando-lhes oportunidade para refletirem sobre a relação teoria e prática; i) Fortalecer e garantir a formação dos egressos dos



cursos das licenciaturas envolvidas de modo a garantir um ensino de maior qualidade; j) Estimular a tríade: pesquisa - ensino e extensão, por meio de artigos e apresentações de cunho científico; k) Integrar as duas universidades públicas para o alcance de melhor qualidade de ensino; l) Propiciar o desenvolvimento da cidadania plena por meio da leitura e alfabetização matemática.

### 3.2 Os participantes dos projetos

Os participantes primários da pesquisa foram 21 alunos dos 4º e 5º anos de uma escola municipal (doravante EM), e 37 alunos de 6º ano de um colégio estadual (doravante EE); filhos de pais ou responsáveis pertencentes à classe trabalhadora, com escolaridade mínima.

A equipe interdisciplinar foi composta por um professor recém-formado em Letras e outro de Matemática com carga horária semanal de 40h, um graduando em Matemática e um de Pedagogia, com 20h semanais, todos pagos como bolsistas.

Os pesquisadores autores deste artigo são um professor de matemática especialista em Educação Matemática, mestre em Métodos Numéricos nas Engenharias, doutorando na área de Química, docente de Estatística e de Cálculo Numérico na UTFPR, atuando no projeto como orientador dos trabalhos e da pesquisa na área de Numeramento. Para a área de Letramento e Letramento Digital, uma professora formada em Letras, especialista em Língua Inglesa, mestre e doutora em Linguística Aplicada, professora e orientadora no programa de mestrado interdisciplinar, sociedade e desenvolvimento da UNESPAR – Campus de Campo Mourão, coordenadora, docente e orientadora do programa de formação continuada de professores da Educação Básica do Estado do Paraná denominado PDE que atuou como coordenadora, e orientadora.

### 3.3 Período de vigência dos projetos e coleta de dados

O projeto de extensão LEMA foi iniciado em agosto de 2012, terminando em agosto de 2013. O projeto de pesquisa LEME, ainda em vigor, teve início em dezembro de 2012.





### 3.4 Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de diários de classe, fotos, entrevistas e questionários, e as atividades dos alunos criadas para o projeto.

## 4 O LETRAMENTO E O NUMERAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESENVOLVIMENTO

304

A escolha das duas escolas (EM e EE) deveu-se ao fato de que ambas apresentaram baixo desempenho na avaliação federal, enquadradas no Plano de Desenvolvimento Educacional-PDE. Além disso, havia uma grande dificuldade sentida pelos professores dos 6º anos em trabalhar com alunos advindos de EM, que se enquadravam no conceito de analfabeto funcional, discutido na introdução deste artigo.

Desde o início da execução do projeto a equipe interdisciplinar, conforme descrita na Metodologia da pesquisa, soube que teria que planejar em conjunto todos os materiais e atividades a serem desenvolvidas, participando, discutindo, analisando as propostas. Com isso, pudemos ratificar como as áreas da linguagem e da matemática eram e são sentidas como opostas, sem qualquer percepção de como podem colaborar entre si. Para amenizar tal lacuna, entramos com o projeto LEME, por meio do qual lemos e debatemos inúmeros artigos que tratam de Letramento e Numeramento na Educação Básica, discutindo o paralelismo nos conceitos, os pontos de convergência para a formação integral do educando. Foi preciso, portanto, instaurar a ideia de parceria (FAZENDA, 1994) e o conceito de interdisciplinaridade, trazido por diferentes autores, alguns já resenhados neste artigo. Esta parte foi concretizada por meio de Seminários Interdisciplinares, buscando sustentação teórica para as atividades práticas necessárias ao desenvolvimento do projeto. Paralelamente aos estudos de natureza teórico-prática, a equipe disciplinar trabalhou intensamente para que os objetivos pudessem ser alcançados, sabedora do grande desafio que tinha à frente, diante das dificuldades que já eram vislumbradas.

No intuito de conhecer melhor os professores dos quais advinham os alunos para o projeto e posteriormente para acompanhar o desenvolvimento desses alunos por eles observados nas aulas regulares, e para colocar os pedagogos e diretores cientes de toda a programação, a equipe fez inúmeras visitas às escolas parceiras. Apresentamos o projeto





também aos pais ou responsáveis dos alunos envolvidos, em palavras simples, e mostrando-lhes a importância de incentivarem os filhos a participarem ativamente das atividades.

Ao longo do projeto realizamos encontros bimestrais com os professores das escolas envolvidas para discussão e avaliação do LEMA, durante os quais foram realizadas entrevistas com seis (6) professoras dos alunos participantes do projeto, que foram posteriormente transcritas e que serão alvo de novas publicações.

Internamente, a equipe efetuou um levantamento completo dos conteúdos programáticos previstos para o 4º, 5º e 6º anos, nas áreas de Matemática e de Língua Portuguesa. Diante do encontrado, a equipe optou por utilizar jogos em todas as aulas, dos mais simples aos mais sofisticados, tais como Banco Imobiliário, Master, Veja. Assim colocamos em prática o Letramento e o Numeramento, uma vez que exigiam tanto a leitura com compreensão quanto resolução de problemas matemáticos. Foram criados, reproduzidos e comprados vários tipos de jogos que foram bastante utilizados durante as aulas. Os orientadores se reuniam com a equipe no mínimo duas vezes por semana, ou sempre que houvesse alguma dificuldade maior. Na primeira fase, tais encontros foram quase diários.

De setembro a dezembro de 2013 o projeto foi executado apenas na EM com duas turmas, uma com alunos dos quartos anos e outra com alunos dos quintos anos, cada uma com oito aulas semanais. A partir de fevereiro de 2013, as atividades passaram também a serem desenvolvidas na EE, com duas turmas compostas de alunos dos sextos anos, muitos dos quais já tinham participado do projeto no ano anterior na EM. Foi ainda estabelecida uma parceria com a UFRGS para a oferta de Letramento Digital aos alunos e professores, com a utilização da ferramenta SOBEK, para a produção de narrativas.

Durante a vigência do projeto houve algumas desistências, motivadas por simultaneidade de horários entre o projeto e outras atividades desenvolvidas pelos alunos.

#### **4.1 Práticas pedagógicas interdisciplinares de Letramento e Numeramento**

A seguir apresentamos algumas das atividades desenvolvidas ao longo dos projetos, que consideramos as que mais contribuíram para o alcance dos objetivos do LEMA e do LEME. Atividades desenvolvidas nas salas de aula: Intensa utilização de jogos para raciocínio lógico, jogos para o desenvolvimento das capacidades e habilidades de leitura e resolução de problemas; Contação de histórias, Assistência a filmes de animação (*A menina que odiava livros*



e *Vida Maria*); Leitura e produção de diferentes tipos de gêneros discursivos: poemas e letras de músicas, com foco na linguagem metafórica, texto instrucional para confecção de origamis, Leitura de gibis e literatura, gêneros da esfera comunicativa e jornalística para a produção de um “telejornal”, trabalho com panfletos de supermercados para análise e comparação de preços e, posteriormente, a criação de outros similares; Dramatização de peças teatrais; Leitura dramatizada; Aulas de culinária com noções de medidas e pesos; Construção de maquetes.

Como atividades externas tivemos aulas no laboratório de informática da universidade para pesquisas, aulas para a produção de narrativas com o software livre Sobek; Criação de um jornal online e de um blog, disponível em <http://lemaunespar.blogspot.com.br>. De extrema valia e importância foram as atividades de cunho cultural-artístico como idas ao cinema e ao Teatro Municipal durante o Festival de Teatro; Aula de Campo: visita ao Parque do Lago com os alunos da EMI para observar o trabalho de limpeza e drenagem do lago, analisar as consequências, e produzir uma matéria de cunho jornalístico. Aos professores das escolas envolvidas foi oferecido um curso de formação continuada na área de Letramento digital, com a ferramenta digital Sobek, desenvolvida na UFRGS.

#### **4.2 Letramento, Numeramento e Interdisciplinaridade: Primeiras conclusões**

Ao realizarmos a pesquisa do LEME, impulsionada pelo trabalho em sala de aula com o LEMA, concluímos que o aprendizado nos seis primeiros anos do Ensino Fundamental demonstra muitos e sérios problemas, com alunos apresentando toda a sorte de dificuldades, principalmente na matemática, disciplina pela qual a grande maioria sente aversão. Na área da leitura os alunos ainda estão no nível da decodificação, sem autonomia, precisando de ajuda e incentivo constante do professor para acreditar serem capazes de entender e produzir novos textos, orais ou escritos.

Os professores procuram trabalhar os conteúdos previstos, contudo não conseguem vencer a quantidade deles apresentada no livro didático, nem alcançar a qualidade mínima esperada. Ficou comprovada a necessidade de mostrar de forma concreta as razões pelas quais os alunos precisam dos conteúdos estudados, contextualizando-os, trazendo-os para a vida dos alunos, amarrando-os com o momento em que estão vivendo, sendo este um dos objetivos do LEMA.



Quanto ao projeto, os professores disseram ter notado diferença sensível nos alunos desde as primeiras atividades do LEMA, na participação deles nas aulas, que passaram a se arriscar mais, sobretudo nas aulas de matemática. Esta percepção foi também registrada pela equipe interdisciplinar nos alunos do 6º ano da EE, que haviam participado do projeto em 2012 na EM. Eles mostravam-se mais soltos, desinibidos, com vontade de aprender, sem medo dos conteúdos matemáticos, familiarizados com atividades que envolviam resoluções de problemas e leitura e compreensão de textos, mostrando-se à frente dos demais. No entanto, foi também comprovado que alunos do 6º anos advindos de outra EM, com resultados positivos nas avaliações federais e ingressados no LEMA em 2013 tinham desempenho semelhante e, em certos casos, ainda melhor do que os que haviam participado da primeira fase do projeto.

Nossas primeiras considerações sobre o trabalho desenvolvido levam-nos a dizer que o conhecimento sistematizado com os alunos do Ensino Fundamental I e II, sobretudo no I, deveria ser abordado sob as duas perspectivas, a interdisciplinar e a disciplinar, para que o aluno visse inicialmente que a realidade que o cerca não é fragmentada, mas que o estudo posterior de partes desta realidade será necessário para um maior aprofundamento nos conhecimentos que lhe servirão de apoio para outros que advirão. Além disso, as escolas e os professores clamam por um trabalho em parceria, não mais aquele interno entre os professores de “boa vontade”, mas de mãos dadas com as universidades, nas quais o conhecimento teórico é reconstruído ou produzido.

Os projetos parecem ter trazido diferentes contribuições científicas, desde o aprimoramento das teorias confrontadas com a realidade vivenciada na prática docente, até a produção e divulgação do conhecimento nas áreas de Letramento e do Numeramento, por meio de várias apresentações em congressos e eventos científicos. Contudo, a grande contribuição foi a produção de técnicas e materiais específicos para o enfrentamento dos problemas nas duas áreas principais de atuação de forma interdisciplinar.

Enfim, podemos dizer que a experiência foi válida, porém muitos dos objetivos propostos foram apenas vislumbrados. Algumas mudanças foram sentidas, porém para serem duradouras e efetivas para o alcance da cidadania plena é preciso tempo e busca incessante de todos os segmentos: família, alunos, professores e corpo administrativo da escola, e, sobretudo, vontade política. É preciso uma mudança nas políticas públicas para a educação, pois não basta termos escolas de tempo integral se não tivermos professores com formação adequada, conscientes e compromissados de fato com a melhoria da qualidade do ensino público no país.



## REFERÊNCIAS

BOLOGNINI, C. Z et alii. *Discurso e ensino: Práticas de linguagem na escola*. Campinas: SP. Mercado das Letras. 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a educação infantil. Brasília. Ministério da Educação. 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>, acesso em 15/07/2014.

CARDOSO, Cleusa de A. Atividade matemática e práticas de leitura em sala de aula: possibilidades na Educação de Jovens e Adultos. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002.

CARLOS, J. G. *Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Ensino de Ciências. Universidade Nacional de Brasília. 2007

D'AMBROSIO, U. Reflexões sobre História, Filosofia e Matemática. In *BOLEMA - Boletim de Educação Matemática*, especial n-2, pp. 46-60, Rio Claro: UNESP, 1992.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.

FLORIANI, D. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, Raul (orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

FONSECA, M. C F. R.. Sobre a adoção do conceito de numeramento no desenvolvimento de pesquisas e práticas pedagógicas na Educação Matemática de jovens e adultos. In: *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – ENEM*, 9, 2007, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 2007.

\_\_\_\_\_. (org) *Letramento no Brasil: habilidades matemáticas*. São Paulo: Global: Ação Educativa: Instituto Paulo Montenegro, 2004.

\_\_\_\_\_ & CARDOSO, C. A. Educação matemática e letramento: textos para ensinar Matemática, Matemática para ler o texto In: *Escritas e Leituras na Educação Matemática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 63-76.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.



GUSDORF, G.. Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria. In: APOSTEL, Leo et al. *Interdisciplinariedad y ciencias humanas*. Madrid: Tecnos, 1983.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JANTSCH, A; BIANCHETTI, L.(orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2011.

JAPIASSU, H.. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLEIMAN, A.B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Kleiman, A. B. & Moraes S. E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras. 1999

MARTINS, M. S. C. *Letramento, Interdisciplinaridade e Multiculturalismo no Ensino Fundamental de nove anos*. Campinas, SP, Mercado das Letras, 2012.

MENDES, Jackeline Rodrigues. Reflexões sobre numeramento: práticas sociais de leitura e escrita em torno do conhecimento matemático, In: *CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 15, SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2*, 2005, Campinas. *Resumos...* Campinas: ALB, 2005.

\_\_\_\_\_; GRANDO, R. C (orgs). *Múltiplos Olhares: matemática e produção de conhecimento*. São Paulo: Musa Editora, 2007.

MINAYO, M. C. S. de. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? In *Saúde e Sociedade* 3(2) 42-64, 1994

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Tradução de Cláudia Schilling. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998. 275 p.

STREET. B. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, Teachers College, Columbia University, Vol. 5(2)

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e Alfabetização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2007, 157-169



**Sites consultados:**

[https://campusvirtual.univalle.edu.co/moodle/pluginfile.php/109449/mod\\_resource/content/0/Interdisciplinaria/GUSDORF%20Georges%20PASADO\\_\\_presente\\_y\\_futuro\\_de\\_la\\_interdisciplinaria.pdf](https://campusvirtual.univalle.edu.co/moodle/pluginfile.php/109449/mod_resource/content/0/Interdisciplinaria/GUSDORF%20Georges%20PASADO__presente_y_futuro_de_la_interdisciplinaria.pdf), acesso em 17/07/2014.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Disponível em: [http://www.ipm.org.br/ipmb\\_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por](http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por) Acesso em 15/07/2014

[http://people.ufpr.br/~clarissa/pdfs/NewInLiteracy\\_Street.pdf](http://people.ufpr.br/~clarissa/pdfs/NewInLiteracy_Street.pdf). Acesso em 14/04/2014.



## O PANOPTISMO COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE SOCIAL: UM BREVE ESTUDO À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

MARINHO, Maykon dos Santos  
*Graduado em Enfermagem pela UFBA*  
*Mestrando do PPGMLS/UESB. Bolsista pela CAPES.*  
*E-mail: mayckon\_ufba@hotmail.com*

REIS, Luciana Araújo dos  
*Pós-Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de saúde Coletiva da UFBA.*  
*Doutora em Ciências da Saúde (UFRN).*  
*Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).*  
*Professora Titular e Gerente de Cursos FAINOR.*  
*E-mail: lucianareisfainor@hotmail.com.*

311

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre o panoptismo enquanto princípio utilizado como um dispositivo de visibilidade e controle social na constituição de uma sociedade disciplinar. Para tanto esse estudo apresenta as análises de Michel Foucault, presente na obra *Vigiar e Punir*, abordando conceitos como poder disciplinar, disciplina, e panóptico. O panoptismo é um dos traços característicos da atual sociedade capitalista, através da qual os indivíduos são vigiados, punidos, e normatizados. A sociedade contemporânea é baseada em uma vigilância semelhante ao que acontecia com o sistema panóptico, definido por Foucault. Assim, o princípio do panóptico continua plenamente ativo, mas agora se exerce nas novas formas de controle implementadas pelas novas tecnologias, trazendo consigo novas práticas e relações de poder.

**Palavras-Chaves:** Panóptico; Foucault; Poder Disciplinar; Disciplina; Controle

### ABSTRACT

This study aims to reflect on while panoptism principle used as a device for social control and visibility in the formation of a disciplinary society. To do this study presents the analysis of Michel Foucault, in this work *Discipline and Punish*, addressing concepts such as disciplinary power, discipline, and panopticon. The panoptism is one of the characteristic features of modern capitalist society, through which individuals are monitored, punished, and standardized. Contemporary society is based on a similar to what happened with the panoptic system, defined by Foucault surveillance. Thus, the principle of the panopticon remains fully active, but now plays in the new forms of control implemented by new technologies, bringing new practices and power relations.

**Key-Words:** Panopticon; Foucault; Disciplinary power; discipline; control





## INTRODUÇÃO

O panoptismo é uma das características fundamentais de nossa sociedade. É um tipo de poder que se exerce sobre os indivíduos sob a forma de vigilância individual e contínua, sob a forma do controle, do castigo e da recompensa, e sob a forma de correções, ou seja, da formação e da transformação dos indivíduos em função de certas normas.

Atualmente, vivemos em uma sociedade de vigilância, em que a cada momento podemos observar ou notar que estamos sendo controlados ou vigiados. E muitas vezes essa vigilância é tão mascarada ou tão natural que as vezes nem notamos a sua presença. Dessa forma, a disciplina é um mecanismo utilizado para garantir o controle dos indivíduos que fazem parte de uma determinada sociedade e com isso, as instituições, em geral, passam a adotar mecanismos disciplinares para garantir a vigilância e o controle de seus integrantes.

Foucault (2012) trata com muita propriedade desse fenômeno social, denominando-o de sociedades disciplinares, consistindo num sistema de controle social através da conjugação de várias técnicas de controle, punição e vigilância, ao qual situou-se entre os séculos XVIII e XIX, atingindo seu ápice no começo do século XX, época em que os sujeitos (soldados, alunos, trabalhadores) eram disciplinarizados com o intuito de que se tornassem dóceis e produtivos.

Nesse sentido, em *Vigiar e Punir*, Foucault trata do tema da “Sociedade Disciplinar”, consistindo em um sistema de controle social através de várias técnicas. Com isso a questão do poder disciplinar e de seus dispositivos é problematizada, constituindo, assim, o assunto principal deste trabalho, que versará sobre o panoptismo como um dispositivo de visibilidade e controle social na constituição de uma sociedade disciplinar.

Diante do exposto o objetivo deste estudo é refletir sobre o panoptismo enquanto princípio utilizado como um dispositivo de visibilidade e controle social na constituição de uma sociedade disciplinar. Para tanto esse estudo apresenta as análises de Michel Foucault, presente na obra *Vigiar e Punir*, abordando conceitos como poder disciplinar, disciplina, e panóptico.



## A NOÇÃO DE PODER DISCIPLINAR EM MICHEL FOUCAULT

O poder disciplinar é um mecanismo utilizado para garantir o controle de todos os indivíduos que fazem parte de uma determinada sociedade. E as instituições criam técnicas e mecanismos disciplinares para garantir a vigilância, o controle de seus integrantes. O uso dessas técnicas disciplinares tem por objetivo sempre disciplinar as condutas, determinar comportamentos e manipular os corpos para que se transformem, constantemente, em corpos dóceis e úteis,

313

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 2012, p. 133).

Para Foucault (2012), a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas para que essas se adéquem às normas estabelecidas nas instituições. A vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.

O poder disciplinar é fruto de transformações da sociedade burguesa, do deslocamento do poder soberano para o corpo social. A partir de então, o poder se exerceria, na forma de micropoderes ou de uma micropolítica. Tal poder se exerce sobre os corpos individuais por meio de exercícios especialmente direcionados para a ampliação de suas forças. Estes exercícios tinham como objetivo, o adestramento e a docilização dos corpos. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2012, p.132), assim

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor (FOUCAULT, 2012, p. 164).

Este poder foi instalado no asilo psiquiátrico, na penitenciária, na casa de correção, no estabelecimento de educação vigiada, nos hospitais, nas fábricas, exercendo de maneira



individual uma vigilância constante, surgindo assim, o poder disciplinar ao qual passou a controlar a sociedade.

## **SOBRE A DISCIPLINA**

314

De acordo com Foucault (2012), a disciplina é uma modalidade do poder, e se caracteriza por métodos que permitem o controle das operações do corpo e a sujeições de suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, aumentando suas forças em termos econômicos de utilidade e as diminuindo, em termos políticos de obediência. Assim, é dócil um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado em função do poder, dessa maneira para Foucault

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada (FOUCAULT, 2012, p. 133)

Segundo Foucault (2012) a correta disciplina exige um bom adestramento dos corpos, haja vista que o poder disciplinar no lugar de se apropriar e retirar as forças do corpo tem como função maior adestra-lo, isto é, treina-lo e submete-lo para poder se servir mais e melhor de suas forças, assim o sucesso do poder disciplinar está na arte do bom adestramento.

Dessa forma a disciplina enquanto poder invisível assume uma espécie de autorregulação onde os indivíduos são submetidos a uma moral disciplinar que lhes impõe padrões de comportamento e postura, mas para que haja um bom adestramento e o sucesso desse poder disciplinar se faz necessário o uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normatizadora e sua combinação num instrumento específico: o exame.

De acordo com Foucault (2012), o exercício das disciplinas consiste em um dispositivo estruturado em torno do jogo de olhar, Dispositivo este que as técnicas do ver e ser visto induzem, naturalmente, efeitos de poder. Os efeitos coercitivos tornam-se visíveis para aqueles



que lhe são submetidos. Há, portanto, “um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral”. (FOUCAULT, 2012, p. 165).

Durante um longo período de tempo, foi possível encontrar na construção de cidades operárias, hospitais, asilos, prisões, casas de educação, entre outras instituições disciplinares, um modelo pautado na visibilidade geral do poder, que tem como principal característica “o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas”. (FOUCAULT, 2012, p. 165).

Dessa forma, “o velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar e sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências” (FOUCAULT, 2012, p. 166). Assim, a vigilância hierarquizada faz com que o poder seja organizado de forma múltipla, automática e anônima. É graças às técnicas de vigilância que o domínio sobre os corpos efetua-se a partir de uma lógica ótica, uma lógica dos olhares. Ou melhor, a vigilância hierárquica

permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. (FOUCAULT, 2012, p. 170).

Nesse jogo de olhares a vigilância busca produzir efeitos homogêneos de poder, generaliza a disciplina, ou seja, essa disposição de poderes determina a ordem das vigilâncias, em que aqueles que observam também são observados por outros, ou seja, a vigilância hierárquica permite também controlar os que estão encarregados de controlar. Assim Foucault explica:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. (FOUCAULT, 2012, p.167)

Logo a vigilância hierárquica consiste em um dispositivo de poder onde a visibilidade a que o sujeito é exposto gere nele uma obrigação com as regras. Um instrumento que ao mesmo



tempo em que permite ver leve a efeitos de poder, ficando claros aqueles que devem sujeitar-se a ele.

Segundo Foucault (2012), a disciplina utiliza além da vigilância hierárquica, a técnica de sanções normalizadoras que tinha a função de garantir o cumprimento homogêneo das regras estabelecidas para o “bom funcionamento” e controle nas várias instituições.

Assim, Foucault (2012) destaca a “sanção normalizadora” – a qual funciona através de sanções medidas e de punições que se colocam como medidas de correção para os comportamentos desviantes, e que surge do exercício da disciplina a qual “traz consigo uma forma específica de punir e que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (FOUCAULT, 2012, p.172). O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, e, portanto, deve ser essencialmente corretivo. A punição funciona como uma gratificação-sanção, e é esse sistema que vai incidir no processo de treinamento e de correção.

Já o exame, por sua vez, conjugou as técnicas dos dois mecanismos anteriores: vigilância hierárquica e sanção normalizadora. O exame é visto como um dispositivo que, ao mesmo tempo, vigia e normaliza, isto é, um dispositivo capaz de realizar uma vigilância que tem como função qualificar, classificar e, em última instância, punir.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normatiza. É um controle normatizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (...) Nessa técnica delicada estão comprometidos todo um campo de saber, todo um tipo de poder (FOUCAULT, 2012, p.177).

É justamente por isso que, no interior das relações disciplinares, o exame é tão largamente utilizado, quase que como um ritual a ser seguido invariavelmente pelos indivíduos. Nesse sentido, é possível perceber a presença do exame em vários aparelhos disciplinares, como por exemplo: nos quartéis militares, nos hospitais, nas escolas primárias, nas universidades, nas prisões, entre outros.

A disciplina impõe um modelo, uma norma previamente estabelecida, padronizando os indivíduos e seus comportamentos. Ela diz respeito ao adestramento dos indivíduos, tornando-os dóceis e submissos e para se concretizar, a vigilância deve ser exaustiva, ilimitada



e permanente, assim Foucault (2012) apresenta a ideia do panóptico, onde a relação de poder é de uma sujeição constante do indivíduo, sendo um dispositivo fundamental para a formação e o funcionamento das sociedades disciplinares.

## O CONTROLE

317

De acordo com Foucault (2012), o controle da atividade implica em saber utilizar corretamente o tempo, estabelecendo horários rígidos de trabalho, sempre repetitivos e constantes. Trata-se de construir um tempo integralmente útil, sem desperdícios. Portanto, o horário constitui-se um importante mecanismo do poder disciplinar.

Para Foucault (2012) o horário teve início em comunidades monásticas, e que se disseminou rapidamente. Os processos de regularização temporal, herdados das práticas religiosas, passaram a especificar e dividir o tempo, contando os quartos de hora, os minutos e segundos. Assim, associados à organização do espaço, é possível observar o controle do tempo que além de determinar atividades, regulamenta a rotina. Tudo isso ocorreu em função da necessidade da otimização do tempo nas fábricas, para que seja mais produtivo, e nas escolas pela necessidade de bom comportamento dos alunos para uma melhor aprendizagem. Foucault (2012, p.179) observa que: “No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido”.

Dessa maneira, fica evidente que é nesse controle do tempo e do espaço, que funciona o poder disciplinar. E assim, o corpo é submetido às técnicas de vigilância e controle, tornando-se gradativamente um corpo dócil e útil.

## O PANOPTISMO

O panóptico descrito por Foucault (2012) constitui uma ‘máquina’, idealizada por Bentham no século XVIII, sendo uma composição arquitetônica de cunho coercitivo e



disciplinatório, possuindo o formato de um anel onde fica a construção à periferia, dividida em celas tendo ao centro uma torre com duas vastas janelas que se abrem ao seu interior e outra única para o exterior permitindo que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Na torre central deve-se colocar então um vigia e em cada cela trancafiar um condenado, louco, operário ou estudante: através do jogo de luzes, torna-se impossível ao detento, escolar ou psicótico saber se naquele ponto central está ou não alguém à espreita. Isolados, os condenados ou doentes ou os alunos são hora após hora, dia após dia expostos à observação dos vigilantes do panóptico, mas sem saber se a vigilância é ininterrupta ou não, quem os vê ou o que vêem. A incerteza da vigilância intermitente adentra (FOUCAULT, 2012).

O panóptico é uma máquina de dissociar o entendimento do que seja “ver-ser visto”, uma vez que no anel periférico o indivíduo sempre é visto, sem nunca poder ver e já na torre central vê-se tudo, sem nunca ser visto (FAUCAULT, 2012). Este dispositivo de controle social foi instalado no asilo psiquiátrico, na penitenciária, na casa de correção, no estabelecimento de educação vigiada, nos hospitais, nas fábricas, exercendo de maneira individual uma vigilância constante.

É necessário salientar que este indivíduo que não é capaz de ver, mesmo que não esteja sendo observado em um determinado momento, sempre tem a certeza de que ao menos pode estar sendo visto, com isso, a vigilância será permanente em seus efeitos, apesar de poder ser descontínua em sua ação e essa, segundo FOUCAULT (2012, p.190), é a garantia da ordem.

Com isso, no panoptismo os condenados não se rebelam, não há perigo de complô nem de tentativa de evasão coletiva; não há risco de contágio entre os doentes; não há violências recíprocas entre os loucos, nem cola, barulho ou conversa entre as crianças na escola; entre os operários não há roubos, nem conluios e tudo isso graças aos mecanismos de observação e vigilância implantados como uma espécie de laboratório do poder, intensificando qualquer aparelho de poder.

Segundo Foucault, é essa transformação na forma como o olhar é exercido que é uma das principais marcas da transição da Antiguidade para a Modernidade. Para Foucault Antiguidade foi uma civilização do espetáculo em que predominava a vida pública e onde o problema a ser respondido pelo olhar, era “tornar acessível a uma multidão de homens a





inspeção de um pequeno número de objetos” (FOUCAULT, 2012 p.204), ao que dava conta a arquitetura dos teatros, templos e circos.

Já a Modernidade se constitui como uma civilização onde os elementos principais são os indivíduos em sua vida privada e o Estado enquanto instituição, dessa forma o problema posto ao olhar é exatamente o contrário: o de “proporcionar a um pequeno número, ou mesmo a um só, a visão instantânea de uma grande multidão” (FOUCAULT, 2012 p.204) tornando-se assim a civilização moderna não mais uma sociedade do espetáculo, mas sim da vigilância.

É essa vigilância, que por meio do dispositivo disciplinar do panóptico, permite que o poder do olhar seja exercido diretamente sobre cada indivíduo observado, permitindo ao vigia mais do que a intervenção a cada momento, mas uma pressão constante agindo antes mesmo que qualquer desvio seja cometido, exercendo-se espontaneamente o poder, sem ruído e sem demonstrações espetaculares de força.

Portanto de acordo com Foucault (2012, p. 197) “O panoptismo é o princípio geral de uma nova ‘anatomia política’ cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina” Desta forma, na sociedade disciplinar os indivíduos sentem-se controlados pela força do olhar, uma vez que no poder panóptico, o observador está permanentemente presente a observar e a vigiar os indivíduos. Sendo assim,

O panótipo funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as superfícies onde este se exerça (FOUCAULT, 2012, p. 194).

O panóptico permitiu aperfeiçoar o exercício do poder no final do séc. XVIII. O poder disciplinar panóptico, por meio da visibilidade, da regulamentação minuciosa do tempo e na localização dos corpos no espaço, possibilitou o controle sobre os indivíduos vigiados, de forma a torná-los dóceis e úteis à sociedade, instaurando, dessa forma, uma nova tecnologia do poder.

À vista disso, o dispositivo panóptico executa uma dominação silenciosa e opressora. Os indivíduos são inconscientemente levados a obedecer, haja vista que a dominação não se dá de maneira explícita. Os indivíduos obedecem sempre porque temem estar sendo observado todo o tempo. O princípio do poder apresentado pelo panóptico é invisível, exercido pelo



próprio dominado, baseado na suposição de que pode estar sendo vigiado. O mecanismo de poder é internalizado no indivíduo, que passa a controlar a si mesmo. O poder disciplinar internaliza a dominação a ponto de dispensar a figura do controlador, ou seja, a ameaça dispensa a punição.

Com isso, o panóptico transfere a responsabilidade de vigilância para o próprio vigiado. A disciplina nele infundida através do constante temor da punição e, principalmente, a certeza de que seus desvios de conduta seriam sempre captados pelo olhar de um vigia invisível, chega a um ponto extremo de autocontrole condicionado não pela própria subjetividade individual, mas pelo sistema de dominação que é internalizado.

Assim, segundo Foucault (2012), o efeito mais importante do panóptico é provocar nos indivíduos um estado consciente e constante de visibilidade, garantido assim, a manutenção automática do sistema de poder. Por não poder ser visto, o poder externo se faz onipresente, os indivíduos fazem as regras funcionarem sobre si mesmos. A presença do vigia torna-se desnecessária, e é o próprio indivíduo que vai estar se vigiando.

[...] Bentham colocou o princípio de que o poder deveria ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde se é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode vê-lo. [...] O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (FOUCAULT, 2012, p. 191).

Portanto, para Foucault “o panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (2012, p. 192). Nesta perspectiva, o panóptico deve ser compreendido como modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos indivíduos.

A sociedade contemporânea é baseada em uma vigilância semelhante ao que acontecia com o sistema panóptico, definido por Foucault (2012). O indivíduo na contemporaneidade pode ser panopticamente controlado, seja pelas tecnologias da comunicação e da informação, seja pela interiorização de normas e valores contidos nos discursos do poder. Dessa forma, o princípio do panóptico continua plenamente ativo, mas agora se exerce nas novas formas de controle implementadas pelas novas tecnologias, trazendo consigo novas práticas e relações de poder.



Atualmente é possível observar um arsenal tecnológico de controle que inclui câmeras de vigilância para vigiar ruas, escolas, aeroportos, ônibus, igreja, lojas, agências bancárias, locais de trabalho, supermercados, além disso, sensores são capazes de apontar furtos de mercadorias em lojas, radares são utilizados para flagrar motoristas desrespeitando as regras de trânsito, punindo motoristas que se excedem na velocidade ou que desrespeitam as faixas de pedestres ou sinas de trânsitos, ou seja, tudo é filmado, gravado, registrado e utilizado como prova.

Assim, o sistema de vigilância permanente leva ao controle comportamental dos cidadãos, ao controle de todos os seus passos nos espaços vigiados, conferindo aos detentores destas imagens uma vasta rede de informações e um grande poder sobre o cotidiano dos cidadãos e, por conseguinte, coloca em jogo uma articulação contemporânea entre vigilância, visibilidade, processos de subjetivação, segurança, liberdade, privacidade, entre outros elementos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilidade de tecnologia e dinheiro para investimento, combinada com a insegurança e o medo da violência que atingem a população, levam a uma aceitação do sistema de videovigilância como uma solução para a diminuição da violência, e o Estado e os indivíduos preocupados com os benefícios imediatos de segurança gerada, sequer percebem que começam a viver em uma sociedade de controle, em uma sociedade vigiada, que pode por em risco outros valores também importantes como, a privacidade, a espontaneidade e a troca de experiências com o uso democrático dos espaços públicos.

No entanto, a sociedade que viu nascer o panóptico e na qual Foucault produziu a sua análise não é mais a mesma. A vigilância não é mais exercida como naquela época. No panóptico, o observador está presente e em tempo real a observar e a vigiar os indivíduos, e ainda mesmo que os presos não estivessem sendo vigiados, eles se sentiam sob monitoramento. Na atualidade o panóptico é eletrônico, a vigilância tornou-se virtual, mas apesar desta



diferença o efeito causado nos indivíduos parece ser o mesmo: são ao mesmo tempo visíveis e incapazes de ver.

Na atualidade os indivíduos sentem-se controlados pela força penetrante de um olhar soberano, “o olho do poder” a que se refere Foucault, tornando-se assim “dóceis” e “úteis”, sendo controlados por “verdades” que visam manter a ordem vigente. Dessa forma, podemos afirmar então, que os sistemas de observação modernos é uma espécie de atualização do sistema de vigilância criado por Jeremy Bentham, o panóptico.

Portanto, os princípios de modelo disciplinar ainda continuam em vigor na contemporaneidade, pois as tecnologias de informação colaboram expressivamente para a construção dessa sociedade do controle, haja vista que em todo lugar o indivíduo pode ser observado, seguido e controlado.

## REFERÊNCIA

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



## A CRÍTICA NIETZSCHIANA SOBRE A METAFÍSICA NOS SEUS TRES ASPECTOS: RELIGIOSA, MORAL E FILOSÓFICA

FARIA, Gabriel Pereira

*Estudante de mestrado no programa de Estudos de Cultura Contemporânea - UFMT*  
gabrieldelelook@yahoo.com.br

323

### RESUMO:

Pretende-se neste artigo analisar a concepção Nietzscheana de metafísica; entender como que os conceitos se articulam neste campo. A metafísica é criticada e classificada pelo autor como dogmática e enquanto tal seria o maior de todos os erros porque junto com o dogmatismo trás consigo os conceitos de “bem em si”, “coisa em si”, “alma”, “eu”, “substancia” presente nos três aspectos metafísicos classificados por Nietzsche, aos quais ele lança severas criticas. Esses três aspectos são muito peculiares, cada um à sua maneira trás as formas de representações proveniente do outro mundo. A metafísica filosófica se dá pela invenção do “mundo-razão”; a religiosa se pauta pela invenção do “mundo divino”; a moral busca na ação do homem um mundo livre e perfeito. Este mundo é encarado no caso do filósofo de não-ser, no caso do religioso de não-viver, e no caso da moral o de não-querer-viver, no entender do autor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metafísica – Valores – Vida.

### ABSTRACT:

This article aims to analyse the Nietzschean conception of metaphysics understand how the concepts are articulated in this field. Metaphysics is criticized and classified by the author as dogmatic and as such would be the greatest of all mistakes because along with the dogmatism com remain behind the concepts of “good itself”, “thing in itself”, “soul”, “substance” present in the three metaphysical aspects ranked by Nietzsche, which he throws as many criticism. These three aspects are very peculiar, each shows forms of presentation from the world. Philosophical metaphysics happens for inventing the “world reason”, the religious case for the invention of “divine World”, and the moral seeks in the action of man a world free and perfect. This world is demonstrated in the case religions of no life, and in the case of the moral, not wanting to live, in his view.

**KEYWORDS:** Metaphysics – Valors – life.



## **A CRÍTICA NIETZSCHIANA SOBRE A METAFÍSICA NOS SEUS TRES ASPECTOS: RELIGIOSA, MORAL E FILOSÓFICA**

A concepção nietzschiana em seu todo apresenta uma crítica radical à metafísica e ao dogmatismo tendo como mote principal o idealismo filosófico do ser que tem sua origem em Platão e se consolida em Descartes. A tradição metafísica ocidental tem como característica pressupor a realidade de uma natureza dogmática. Nietzsche entende o dogmatismo como a postulação de algo que transcende à experiência e que, como consequência, é aceito incondicionalmente. Ele toma como exemplo a invenção de expressões como “espírito puro”, da “coisa em si” e do “bem em si” por Platão. Tais expressões foram aceitas pela chamada tradição ocidental de pensar como verdades inquestionáveis na definição do homem e das suas ações. Elas teriam sua origem, sua sede, em outro plano, e caberia à alma a tarefa de fazer a ponte entre o mundo físico e o metafísico através dos artigos de fé nela depositado e posteriormente, essa tarefa é dividida com a razão.

Nietzsche combate a metafísica porque ela faz uma duplicação de mundo e inverte as prioridades a serem avaliados e as formas de avaliar. Os valores que instalam a partir de pressupostos metafísicos dogmáticos caminham sempre para um fim último, para um ser ou um princípio que valida e legitima todas as ocorrências mundanas. O dogmatismo se apresenta como uma aceitação das forças ou dos princípios que se escondem por detrás dos edifícios filosóficos e morais, pelo menos, desde o movimento platônico com seus dualismos.

O mundo suprassensível, no entender de Nietzsche, é pura ilusão, mas que, no entanto, é buscada pela tradição metafísica justamente porque esses filósofos têm necessidade de verdade. A ilusão, a falsificação do mundo está no cerne da metafísica, seria como um caráter profilático para suportar a existência, para isso inventou princípios inquestionáveis, verdades últimas para organizar e familiarizar o mundo sensível.

Toda metafísica se ocupou da substância como algo incondicionado que está presente em tudo. O sujeito cognoscente conhece os objetos pela sua essência, ou seja, o objeto em si. Os homens aceitam as explicações metafísicas porque alivia os desapontamentos, os sentimentos desagradáveis, desprezíveis ou a miséria do mundo que tanto despreza em si. Ele se coloca



menos responsável, pois, há um “ser”, uma essência, uma substancia ou até mesmo um princípio que transcende dessa forma as coisas e as tornam mais interessantes<sup>1</sup>, mais aceitáveis.

A representação do outro mundo sempre colocou em desvantagem este mundo sendo alvo de inúmeras críticas. Nietzsche toma como exemplo para explicar esse procedimento à noção de comunidade, o povo. Um determinado povo ao se definir, ao se dar uma identidade, sempre pensa o outro como um ser inferior, como sem valor; considera o estranho e desconhecido como inimigo, sempre rejeita o estrangeiro. Um povo nunca admite que o outro povo seja o povo verdadeiro. É uma consequência sintomática que se faz tomar este mundo como aparente e o outro como verdadeiro.

O autor apresenta três focos para o surgimento da representação proveniente do outro mundo. Primeiro é a representação do filósofo; este outro mundo se dá pela invenção de um mundo-razão em que as funções lógicas são adequadas, nesta situação se encontra o “mundo verdadeiro” dos filósofos, a partir desta válida, nomeia, classifica, conceitualiza este mundo aparente, passageiro. A segunda representação é a do homem religioso e esta se dá pela invenção de outro mundo, o “mundo divino” e deste provém o mundo desnaturado e antinatural, no caso, este mundo aparente, a realidade efetiva que, a partir do mundo religioso, precisa ser salvo, regenerado. A terceira representação é a do homem moral, e esta se dá pela invenção de um “mundo livre” de onde proviria um mundo “bom, perfeito, justo e santo”; este mundo seria como um imperativo categórico existente para que todos seguissem, sem exceção, em suas ações neste mundo aparente. Os três focos de representação proveniente do outro mundo têm em comum o erro e as confusões psicológicas. O “outro mundo” aparece na história cheia de predicados e estigmas provenientes dos preconceitos filosóficos, religiosos e morais. Diagnosticado esses fatos de cada área específica, Nietzsche o identificará como sinônimos de não-ser, no caso filosófico; do não-viver, no caso religioso; e, por fim, do não-querer-viver, no caso da moral. Esse conjunto de fatores denuncia o instinto de descaso da vida e não o instinto da vida; esse instinto criou o outro mundo e não afirmam este mundo em nada, renega-os. Logo, filosofia<sup>2</sup>, religião e moral são sintomas de decadência<sup>3</sup>.

Para Nietzsche a filosofia de Platão é uma metafísica dogmática dos valores morais. A representação deste mundo proveniente de outro mundo pelo viés da moral será atribuída por

<sup>1</sup> Na elaboração deste parágrafo usamos os parágrafos 16, 17, 18 de *Humano Demasiado, Humano*.

<sup>2</sup> Nietzsche refere-se aqui aos filósofos idealistas da tradição metafísica.

<sup>3</sup> Na elaboração deste parágrafo fizemos uso do aforismo 586 da *Vontade de Potencia*.





Nietzsche a Platão e seu dualismo metafísico, sendo este herdeiro de Sócrates. O surgimento dos filósofos gregos a partir de Sócrates seria um sintoma de decadência da vida, um atentado contra os instintos helênicos. Troca-se a cultura grega, os deuses, por virtudes a serem seguidas. O mundo grego sucumbe junto com a autenticidade helênica e se instaura um desenvolvimento anti-helênico e os juízos de valores dos filósofos. Alguns valores se instalaram e no caso dos valores egípcios que colocam a questão da vida a pós a morte como um tribunal, no caso do semita coloca a dignidade do sábio; o sacerdotal e o ascético são transcendentes. Contudo, a dialética trata-se de uma abominável e pedante cata de conceitos sobre o mundo e as coisas. Ambos os extremos são movimentos de decadências, assim como o obscurantismo pathos religioso e moral. Enfim, Sócrates e Platão prepararam o solo para o surgimento do cristianismo. Sócrates foi o responsável por dar início a decadência que se alastrou e abateu a civilização ocidental.

Os diálogos de Sócrates tinham como finalidade examinar a própria alma e fazer uma prestação de contas da própria vida, ou seja, fazer um exame moral da validade dos conceitos. Atribuir à verdadeira razão as coisas através do diálogo consciente e racional é o ponto crucial da dialética socrática. O ponto de partida da filosofia platônica é aceitar que ela é herdeira da filosofia socrática e, também, o fundamento da moral cristã. Para Nietzsche, os princípios do cristianismo são os mesmos do platonismo, logo, toda crítica feita ao cristianismo se estende também ao platonismo. O fato é que no legado metafísico socrático-platônico a filosofia assume a busca pela verdade no suprassensível desprezando o corpo. No platonismo a moral submete o homem à verdade indubitável, a um valor absoluto que se encontra em outro mundo, o mundo das ideias.

Platão estabelece a metafísica clássica pela oposição de valores, pela compreensão dualista da estrutura ontológica do mundo: por um lado existe o mundo aparente, uma ordem mundana, ou seja, a realidade empírico-sensitiva que é o campo do erro, da aparência e da dimensão corpórea; por outro lado existe uma estrutura inteligível transcendente a toda realidade sensível e só disponível ao aparelho intelectual-especulativo, o mundo das ideias, ou “ideias puras”. Estas são essências do mundo que a filosofia deve explicar pela investigação dialética.

Segundo Nietzsche Platão nega a vida através de um dualismo radical quando legitima uma oposição entre essência e aparência, verdade e falsidade, permanente e transitório, espírito



e corpo; e privilegiando a razão o abstrato intelectual como referencial inabalável da verdade e o corpo sensitivo como algo inferior e responsável pelo erro.

No mundo das ideias estão as ideias verdadeiras das coisas, de tudo o que existe ou que foi criado, ou ainda o que pode ser pensado pelo homem. No cume deste outro mundo, alojado no mais alto degrau encontram-se as três ideias que governam o mundo das ideias, são elas: as ideias de bem, belo e verdadeiro. Logo, bem, belo e verdadeiro são essenciais, eterno e imutável, são “em si”, não tem como questioná-las; e mais, sendo possível acessá-las apenas pela razão, pela alma racional fazendo uma investigação dialética para chegar à coisa “em si”, contudo, se livrando das amarras do corpo e das seduções do mundo sensível.

Na sua metafísica dos valores Platão toma a dialética como uma ciência por que possibilita a compreensão da verdade para que o homem entenda a essência das coisas; para que ele chegue à ideia verdadeira que pertence ao mundo aparente. A dialética é a ciência das ciências porque ela determina todas as outras coisas, e apenas por este saber é que se chega a ideia de bem. O dialético aprende as coisas na sua essência, ele alcança as formas verdadeiras, as ideias puras, o “em si”.

Conforme Nietzsche (Vontade de Potência. Aforismo. 436):

Em que medida a dialética e a crença na razão repousam ainda sobre preconceitos morais. Em Platão, como habitantes de outrora de outro mundo inteligível do bem, ainda estamos de posse de um legado daquele tempo: divina dialética, como se originando do bem conduz a todo bem [...] de uma bem aventura nascida da confiança moralista em um princípio essencial de verdade no fundo das coisas, em si uma afirmação desvairada, que nossa experiência contradiz a todo o momento. Não podemos justamente pensar absolutamente na medida em que exista [ist, seja] ... (Nietzsche, 2011, p.236)<sup>4</sup>.

Nietzsche chamará Platão de teólogo por inventar o outro mundo e tê-lo como uma verdade absoluta ao qual esse mundo seria uma mera representação, além de valer-se da razão e de subterfúgios que auxiliem na ascensão a outro plano. Nega-se a esta vida, e os instintos do corpo e inventa a alma que no caso pra Nietzsche é simplesmente uma forma de denominar alguma coisa no corpo. A valoração das coisas não cabe à razão, à consciência, à conduta ou a qualquer coisa fixa; esta avaliação cabe ao instinto enquanto processo.

Os filósofos investigaram a verdade e não problematizaram a vontade de verdade, ou seja, não colocaram a verdade sob a suspeita dos impulsos que intencionam o homem nessa

<sup>4</sup> Nietzsche escreve sobre máximas e aforismos, há uma convenção em citá-lo assim e não em páginas.



busca. A verdade assim como o bem e o belo, são antes de tudo um valor e não uma essência. A problemática dos valores é mais profunda e anterior do que a da verdade. A verdade para Nietzsche provém do erro, é uma posição relativa de certos erros e este é consequência das interpretações. O verdadeiro é de certo modo o falso que se tornou condição da vida, pois, não passa de uma ilusão interpretativa e que foi esquecida. São os erros dos homens que se tornaram irrefutáveis, um dado eterno e incondicionado. São os valores que foram inventados, construídos e sedimentaram por meio de convenções e aceitação. A verdade é um valor e, sendo um valor, tem ela de afirmar a vida enquanto tal. O conhecimento deve vir ao encontro da afirmação e não da negação da existência e de tudo o que aquela suporta, sejam os instintos, os sentidos, o corpo. A vida foi negada quando os metafísicos dogmáticos ao instituírem a verdade desvincularam-na das questões vitais.

Segundo Nietzsche a criação de uma verdade essencial que seria a finalidade de tudo enquanto tal no mundo sensível, bem como a invenção da razão e a consciência como atributo da alma não passa de um jogo de cena. A moral imputa causas e finalidades nas ações dos homens e entende como causa os momentos conscientes do homem, ou seja, quando ele faz uso da sua razão. Os moralistas procuram uma vontade, uma intenção por trás de todo fazer, de todo agir. Eles se apressam em responder ou justificar as suas ações perante os outros, por que todos têm a obrigação de dar uma explicação das suas ações. A pergunta a ser respondida de imediato é a mesma para todos, o que quer o homem? A resposta será o fim último para todos os moralistas, no caso a felicidade plena. Buscar a felicidade por ações exemplares seria a mais bela conduta da sua existência no mundo aparente.

O homem moral quer a felicidade porque esta vem do uso da razão enquanto virtude pelo exercício da dialética visando arrebanhar almas para o caminho correto da felicidade e com isso renega o prazer que vem dos sentidos corpóreos, do gozo e da fruição, pois, estes induzem ao erro e tira do caminho certo, a dialética. O prazer é um sentimento de poder. Por isso os moralistas eliminam os afetos do corpo para não sentir prazer, enfim, para não sentir a embriaguez da vida. A racionalidade “em si” é um estado frio, bem claro nos seus propósitos, é uma alma racional elevada<sup>5</sup>.

Para Nietzsche a religião cristã vale-se de uma metafísica dogmática, e não poderia ser diferente, quanto aos seus valores. Ocorre à representação deste mundo proveniente de outro mundo pelo viés da religião. O homem religioso com suas representações deste mundo se dá

<sup>5</sup> Sirvo-me aqui do aforismo 434 da obra: *Vontade de Potência*.



pela invenção de outro mundo, o “mundo divino” e, deste provém o mundo desnaturado e antinatural; no caso, este mundo aparente, a realidade efetiva. A metafísica religiosa ou a posição do homem religioso terá o seu ato, a sua base no ressentimento, e toda a sua visão de mundo será uma moral ressentida. Os valores da nossa cultura têm a sua raiz no povo judeu, ou seja, o povo sacerdotal do ressentimento por excelência. A nossa sociedade segundo Nietzsche é niilista pela base, pois tem como tripé o platonismo, o judaísmo e o cristianismo na construção e convenção de valores em grande parte do ocidente.

O cristianismo é uma consequência do platonismo e um neo judaísmo; e por sua vez, o judaísmo seria uma facção escrava nos tempos homérico aos quais dará início aos valores sobre os quais a nossa sociedade se encontra mergulhada até então. Retomando Platão quanto a sua ideia de bem como algo essencial, eterno e imutável; ou seja, como algo inquestionável e, que é de forma proporcional ao “Deus” cristão, entendendo que os valores sempre existiram a partir dessas duas instancias. Contrário a isso, entende-se que os valores podem e devem ser questionados, pois, eles surgiram em algum momento, em algum lugar sobre uma determinada perspectiva avaliadora.

Ao fazer as diferenciações morais de valor o autor usará como sinônimas as palavras dominantes, nobre, senhor, forte e, como oposição, dominados, plebeu, ressentido, escravos, fraco. Então, há a moral dos senhores e há a moral de escravos. A investigação moral é entendida como uma perspectiva avaliadora, uma perspectiva que gerou, criou valor. O nobre cria a sua perspectiva, a sua forma de avaliar a partir de si quando determinam o conceito de “bom” como sinônimo de nobre e feliz. Só depois como uma pálida imagem e contraste, contrário ao que eles atribuem a si, eles inventam o valor “ruim” que por sua vez será a descrição dos fracos que são desprezíveis justamente pela sua incapacidade de lutar, por isso são os ressentidos. O forte não se exime da luta, não se furta do combate, por isso despreza o covarde, o medroso, o mesquinho que se deixa maltratar, pois é um adulator. “Bom” refere-se à nobre e “ruim” a desprezível.

O fraco, inverte o valor “mau” com que eles designam justamente os fortes, pois, estes são os opostos a eles; logo se os fortes são “maus”, então, nós os fracos somos “bons”. Os valores da moral escrava ou dos ressentidos surgiram de uma negação, oposição e inversão de valores em relação aos valores nobres, o seu ato inaugural é uma reação. O que passa a merecer



todas as honras agora é a amabilidade, a humildade, a diligência, a paciência, a compaixão, a mão solícita e afável, enfim, o coração cálido.

Conforme Nietzsche (Além de Bem e Mal. aforismo. 260):

Numa perambulação pelas muitas morais, as mais finas e as mais grosseiras, que até agora dominaram e continua dominando na terra, encontrei certos traços (...) [que] se revelaram dois tipos básicos, e uma diferença fundamental sobressai. Há uma moral de senhor e uma moral de escravos; [...] As diferenciações morais de valor se originam ou dentro de uma espécie dominante, que se tornou agradavelmente cônica da sua diferença em relação à dominada – ou entre os dominados, os escravos e dependentes de qualquer grau. [...]. (Nietzsche, 2005, p. 155)

Essas são as duas maneiras distintas de avaliar, a maneira nobre e a maneira escrava, ressentida de avaliar; contudo, tem entre elas uma relação lógica e cronológica de avaliar. Logicamente a maneira ressentida de avaliar é posterior à maneira nobre de avaliar porque ela se limita em inverter os valores postos pelos nobres. Cronologicamente há também essa relação porque a moral do ressentimento ou a perspectiva avaliadora dos ressentidos se sobressai quando a casta sacerdotal sobrepujou a aristocracia guerreira na antiga Grécia, ela converteu em preeminência espiritual o que era preeminência política. Enquanto valor aristocrático “bom” identificava-se belo e feliz; tornando-se valor religioso “bom” passa a ser pobre, miserável, impotente, sofredor, piedoso e enfermo<sup>6</sup>. A partir desse ponto é que Nietzsche lança toda a sua crítica a moral e a religião cristã.

Os valores religiosos têm a sua origem no ressentimento profundo dos escravos para com os nobres, e entre os escravos havia uma facção ardilosa, os judeus com sua casta sacerdotal. O modo de valoração sacerdotal deriva do cavalheiresco-aristocrata e depois se desenvolve no seu oposto, isso ocorre quando entram em divergências de pensamentos e de estimativas de valor. Em detrimento dos valores do forte que parte da constituição física e terrena; para a casta sacerdotal o confronto físico não é um bom negócio por causa da sua fraqueza física, logo, a sua guerra não é terrena. Contudo, eles se tornam os mais terríveis inimigos por causa da sua impotência física mundana; na impotência o ódio se torna ardiloso, planejado, estudado, tomando proporções monstruosas e sinistras; torna-se espiritual e venenosa. A transvaloração dos sacerdotes judeus se deu pela vingança espiritual, pelo ódio profundo, o ódio impotente. O mundo aparente, efetivo, terreno, mundano é desnaturado e

<sup>6</sup> Sirvo-me aqui das ponderações da professora Scarillet Marton na obra: *Nietzsche, filósofo da suspeita*.



antinatural, pois, este está tomado por seres e coisas más, cruéis, lascivas, que querem oprimir e dominar o bem, os seres e coisas boas; e por isso serão os desventurados, os malditos e danados, logo, os fortes. Neste mundo requer ações e posturas virtuosas que sejam recompensadas e sejam abençoados e que alcança a bem aventurança, ou seja, os pobres, impotentes, sofredores, necessitados e doentes. Os judeus deram uma nova visão ao mundo, atribuíram um sentido ao mundo, enfim, deram uma visão vergonhosa de mundo ao qual se faz necessário se desvencilhar, pois o mundo verdadeiro, glorioso e que merece ser vivido se encontra em outra instância, no além mundo, no “reino de Deus”.

Conforme Nietzsche (Além de Bem e Mal, aforismo. 195):

Os judeus – um povo “nascido para a escravidão” [...] “o povo eleito entre as nações” [...] os judeus realizaram esse milagre da inversão de valores, graças ao qual a vida na terra adquiriu um novo e perigoso atrativo por alguns milênios – os seus profetas fundiram “rico”, “ateu”, “mau”, “violento” e “sensual” numa só definição, e pela primeira vez deram cunho vergonhoso à palavra “mundo”. Nessa inversão de valores [...] (...a palavra “pobre” como sinônimo de “santo” e “amigo”) reside a importância do povo judeu: como ele começa a rebelião escrava na moral. (Nietzsche, 2005, p. 83).

Com os judeus deu-se o início da revolta dos escravos na moral e que só se tornou vitoriosa, vigente na sociedade depois de dois mil anos. Foi algo arquitetado em longo prazo; tudo que precisa de um longo tempo para acontecer acaba sendo esquecido, não é percebido o seu desenvolvimento, e é difícil vê-lo por completo. Os valores judeus é uma árvore da vingança e do ódio, um ódio criador de ideais e recriador de valores como jamais existiu no mundo.

Através do símbolo da “cruz sagrada” do “Deus na cruz”, bem como a extrema crueldade e autocrucificação de Deus para a salvação do homem, o povo escravo venceu graças à iniciativa dos judeus. Este mundo passa a ser justificado e legitimado a partir desses pressupostos. A fraqueza passa a ser um mérito; a impotência, que não acerta contas, passa a ser bondade; a baixeza, medrosa, se transforma em humildade; a submissão, àquele que se odeia, passa a ser obediência pelo amor a Deus. O fato de ter que esperar proveniente da sua fraqueza ganha-se o nome de paciência, o não-poder vingar-se passou a chamar-se não-querer vingar-se, ou perdão em amor a Deus e, por isso, ama-se os inimigos. O plebeu é miserável, mas a sua miséria é uma eleição e distinção por parte de Deus, é uma preparação, uma prova, um treino, para que um dia seja recompensado e pago com a felicidade plena no “reino de Deus”, no outro





mundo, o “mundo divino”. O mundo aparente é representação do “mundo divino” onde está Deus e os valores cristãos; para ascender este outro mundo cabe viver neste com fé, amor e esperança, com bem aventurança e beatitude. O ideal cristão é a doutrina da bem aventurança postulando a salvação como meta última da vida e para tal precisa ser simples, de coração puro, sofredores e fracassados. Nietzsche faz guerra contra esse ideal cristão.

Os ideais ascéticos estão presentes nos artistas, nos filósofos, mas também está presente ou principalmente nos “santos” e nos sacerdotes. As três características principais do ascetismo são a humildade, pobreza e castidade. A humildade segundo Nietzsche é um valor essencialmente plebeu, escrava, cristã; é uma baixeza medrosa, algo submisso. O orgulho é transformado em algo negativo. A pobreza passa a ser algo desejável, tida como um ideal de vida e a riqueza, a opulência passa ser renegada e até vergonhosa. Para Nietzsche, convencidas, as pessoas aceitam o asceticismo como ideal de vida por causa do sentimento de culpa e a ideia de sofrimento imputado na sua razão, na alma. O homem comum sabe que sofre por isso ele procura razões ou culpados pelo seu sofrimento, ainda que seja ele mesmo por ser um pecador. O sacerdote ascético imputa ao sofredor a culpa pelo seu próprio sofrimento; e este vem pelo pecado que já nascemos com ele e do qual devemos nos livrar. O sofrimento é efeito e redenção dessa culpa. Para livrar da culpa devemos sofrer, pois ela só é paga pelo sofrimento no mundo aparente. Deus que habita o “mundo divino” é o credor e o pecado é nossa dívida para com ele. Segundo Nietzsche, o sofrimento é uma punição, Cristo representa esse sofrimento como punição, pois, ele morreu para nos livrar da nossa culpa originária. Contudo, ganhamos uma nova dívida, agora, com Cristo. Somos culpados pela sua morte, a morte de um inocente, devemos pagar com nosso próprio sofrimento, que existe justamente com a finalidade de nos livrar de nossa culpa.

Nietzsche declara que “o advento do Deus cristão, o Deus máximo que se inventou até agora alcançado, trouxe também ao mundo o máximo de sentimento de culpa”. O sofrimento no cristianismo é transformado em “mecanismo secreto de salvação”, através da qual a culpa deve ser expiada. O sofrimento é mais bem representado pelo ideal ascético porque este se volta para o outro mundo, o mundo divino. E com isso nega o mundo aparente e efetivo, bem como, os prazeres materiais e sensoriais e, também, uma certa aversão à razão, pelo menos a qual questiona os seus valores e volta-se para o conhecimento mundano. A sua aversão mundana é uma aversão à vida nobre. O ideal ascético preserva a vida na sua fraqueza e busca dar um





sentido a vida a todo custo, ainda que seja em outro mundo. O que revolta segundo Nietzsche “não é o sofrimento em si, mas a sua falta de sentido”. “qualquer sentido é melhor do que nenhum”. O ideal ascético é uma negação desta vida em prol de uma vida futura, eterna e feliz. De acordo com os ateístas seria uma proposta ilusória um nada. Nietzsche comenta: “o homem preferirá ainda querer o nada a nada querer...”<sup>7</sup>.

A representação filosófica deste mundo proveniente de outro mundo se dá pela invenção de um “mundo-razão”. Neste mundo da racionalidade as funções lógicas são adequadas, coerentes, ganham unidade e forma; assim chega-se na situação de encontrar o “mundo verdadeiro” dos filósofos. A partir da razão, da sua subjetividade intelectual se valida, nomeia, classifica e conceitualiza este mundo tido como aparente, passageiro. Para Nietzsche toda metafísica é dogmática até mesmo a filosófica que tem como pilar de todo conhecimento a razão e as suas investigações subjetivas em detrimento do corpo e dos sentidos corporais. A metafísica desde Platão, mas também já presente em Parmênides, ao abordar o ser como causa do mundo aparente inaugura o desprezo a este mundo.

A condição corporal sensitiva do homem não seria confiável para adquirir conhecimento, para investigar o ser, para fazer filosofia. No corpo não haveria nada que pudesse interessar à tarefa reflexiva; todos os sentidos estariam banidos da tarefa de pensar. A filosofia tem como tarefa e destino refletir sobre as coisas universais, logo, desvendar o reino perfeito do inteligível; a estes só teríamos acesso devido a nossa condição racional. Esta visão dicotômica de mundo é inaugurada pela perspectiva idealista ao afirmar a existência de um mundo inteligível ao qual só teremos acesso através da alma racional, do exercício intelectual das faculdades da razão. A ciência é própria da alma e os sentidos apresentam apenas meras opiniões, fantasmas<sup>8</sup>. O mundo sensível só nos dá opinião sobre as coisas e nos afasta da subjetividade metafísica e nos deixa longe do mundo perfeito das ideias, do verdadeiro e do ser. A alma visa se libertar dos sentidos que é o terreno efêmero e enganoso do corpo para chegar-se ao reino universal das ideias.

A razão ao ser valorizada em detrimento do corpo no processo do conhecimento, como se o conhecimento verdadeiro habitasse um mundo específico, o mundo-razão; pensando de tal forma a investigação filosófica se converte numa metafísica. Ela transcende o mundo empírico do corpo e dos sentidos e adentra no mundo da razão, onde esta nomeia, conceitualiza e valida

<sup>7</sup> Sirvo-me aqui do 1º parágrafo da Terceira Dissertação da obra *Genealogia da Moral*.



este mundo fenomênico. No entender de Nietzsche toda metafísica é dogmática por admitir alguns pressupostos básicos e a filosófica não é diferente, pois, só muda foco, no caso a razão intelectual. A metafísica em todas as suas áreas de atuação tem em comum o julgamento corporal como algo suspeito, imperfeito e até pecaminoso. O dualismo metafísico cinde corpo-alma e coloca em questão as noções da modernidade que sustentam que o homem estaria constituído por uma substância subjetiva.

A filosofia apresenta três pressupostos básicos do dogmatismo na tradição metafísica segundo Nietzsche. A primeira seria uma aceitação ou admissão de um fundamento incondicional e inquestionável. Um fundamento arquitetônico da metafísica seria um princípio teológico ou racional, ambos partem da aceitação previa de um princípio estabelecido. A segunda seria uma substancialização ou um conteúdo básico de conceitos e substâncias derivados de funções gramaticais. A terceira seria o recurso à linguagem, onde se passa a fazer uso recorrente ou utilização de uma falácia da generalização apressada na elaboração de teorias.

Na antiguidade o dogmatismo nascia da transposição da realidade para um mundo transcendente e inteligível; o ser, a *physis*, a ideia essencial seriam a origem e o fundamento de toda a realidade. Na modernidade também ocorre à transposição da realidade para um mundo transcendente e inteligível, só que a diferença é que não se visa um ser que habita outro plano externo ao homem. O mundo transcendente e inteligível estaria presente no próprio homem, no interior da sua própria razão, ou seja, seria a sua subjetividade. A razão seria uma sentinela ambulante repositória de todo o conhecimento subjetivo acima do corpo controlando-o; ela faria o elo entre o mundo empírico corpóreo e o mundo intelectual, ou seja, “o mundo-razão” onde encontramos os conceitos, definições, substância, seres. A subjetividade racional recebe o estatuto de um princípio para todo o conhecimento a partir de Descartes na modernidade; o homem estaria constituído por uma substância subjetiva, ou seja, um *cogito*, uma coisa pensante.

Nietzsche identifica na filosofia moderna uma espécie de plágio ao fazer à redução do conceito de alma dos antigos no âmbito da teoria do conhecimento em alusão a concepção de subjetividade intrínseca do sujeito racional, sobretudo, presente em Descartes e Kant. Quanto aos dois autores citados, Nietzsche acredita que ao fazer a redução da alma ao sujeito do conhecimento, bem como as suas funções lógicas, e na tentativa de serem autênticos e buscando

<sup>8</sup> Sirvo-me aqui do livro VII de *A República* de Platão, 1996.



se afastarem das prerrogativas e conotações da filosofia antiga e cristã, eles não conseguem, pois, suas concepções e pressupostos continuam sendo teológicos por serem dogmáticos, por se valerem de princípios inquestionáveis e, ao fim e acabo se tornam artigos de fé. Descartes sustentou que o espírito, o interior, a razão, a coisa pensante, a substância pensante, a *res cogitans* é a realidade inicial e a genuína natureza humana. O homem é sujeito, é uma substância que nada tem a ver com o corpo, entendido como parte da *res extensa*, a extensão. O homem, enquanto ser pensante é totalmente alheio aos aspectos corporais. A substância pensante está inserida no corpo, este entendido como uma máquina.

Kant por sua vez coloca a razão pura como princípio, como ponto de partida de toda a sua teoria, ao fazer uma crítica da razão antes e sem os dados oferecidos pela experiência, ou seja, ele faz uma crítica das faculdades da razão. O conhecimento começa da experiência, mas nem todos provem dela. O estudo da razão se dá sobre as condições necessárias e universais de todo conhecimento possível, ou seja, *a priori*, antes da experiência. A razão é uma estrutura vazia e universal para todos os seres humanos; ela é transcendental por que se preocupa com o modo de conhecer e não com o objeto conhecido. A experiência fornece a matéria, os conteúdos do conhecimento para a razão e esta, por sua vez, fornece a forma universal e necessária para todo o conhecimento. O conhecimento proveniente da experiência é *a posteriori*, ela não é causa das ideias, mas é a ocasião para que a razão, recebendo a matéria ou o conteúdo, formule as ideias. A razão tem elementos que organizam os conteúdos empíricos que Kant chama de categorias e sem estas não pode haver conhecimento intelectual; as categorias são condições para tal conhecimento<sup>9</sup>. Através das categorias *a priori* da razão é que o sujeito do conhecimento formula os conceitos sobre as coisas, o mundo, os fenômenos, a vida, a ética. O pensar em Kant seria a consciência das representações, instituições ou conceitos sobre os objetos presente na razão que tudo nomeia. O sujeito transcendental ou o sujeito da razão transcendental não pode ser conhecido, pois é uma estrutura *a priori* e universal, logo, é condição de todo conhecimento, mas não pode ser conhecido. A razão é uma instância que conhece, mas não se pode conhecê-la; ela tem um campo de atuação, mas não faz parte efetivo da atuação.

Tanto em Descartes quanto em Kant a realidade efetiva é relegada a segundo plano, sendo consequência de uma subjetividade metafísica cognoscível dogmática, de uma razão que

<sup>9</sup> Sirvo-me aqui das ponderações da professora Marilena Chauí na obra: *Convite à Filosofia*.



transcende este mundo empírico. Ambos à sua maneira retomariam a cisão entre dois âmbitos distintos, o mundo ilusório e o mundo verdadeiro. Este, como vimos, fora trazido à baila pelas oposições entre corpo e alma e, como se dá o conhecimento verdadeiro para os antigos. Na modernidade se colocou ou procurou substituir a alma pela subjetividade cognoscível, por uma substância pensante, por uma razão autônoma, por uma teoria do conhecimento subjetiva ou do ato racional metafísico do sujeito que interpreta o mundo verdadeiro sem o auxílio dos instintos e dos afetos do corpo. Segundo Nietzsche, essa nova concepção moderna do homem presente principalmente em Descartes e em Kant que reedita com uma nova roupagem conceitual, mas mantém as noções básicas do dualismo oriundo da antiguidade; entendendo-o como um sujeito puro, como uma razão desencarnada, como um estrangeiro do corpo, como uma substância pensante totalmente alheia aos sentimentos, aos afetos, aos instintos. Descartes fala da substância pensante que é superior, diferente e não pertence ao corpo, pois este é um estorvo; Kant fala da coisa em si, da razão *a priori* que é anterior as experiências do corpo, portanto, primordial no homem.

Conforme Nietzsche (Além de Bem e Mal, Aforismo 54):

Que faz, no fundo, toda a filosofia moderna? Desde Descartes [...] todos os filósofos têm feito um atentado contra o velho conceito de alma, sob a aparência de uma crítica ao conceito de sujeito e predicado – ou seja: um atentado contra o pressuposto fundamental da doutrina cristã. A filosofia moderna, sendo um ceticismo epistemológico, é, abertamente ou não, anticristã: embora, diga-se para ouvidos mais sutis, de maneira nenhuma antirreligiosa. Pois antigamente se acreditava na “alma”, assim como se acreditava na gramática e no sujeito gramatical: dizia-se que “eu” é condição, “penso” é predicado e condicionado – pensar é uma atividade, para a qual um sujeito tem que ser pensado como causa. Tentou-se [...] enxergar uma saída nessa teia – se não seria verdadeiro talvez o contrário: “penso” condição; “eu”, condicionado; “eu sendo uma síntese, feita pelo próprio pensar. Kant queria demonstrar, no fundo, que a partir do sujeito o sujeito não pode ser pensado – e tampouco o objeto: a possibilidade de uma existência aparente do sujeito, da “alma”, pode não lhe ter sido estranha, pensamento este que, como filosofia vedanta, já houve uma vez na terra, com imenso poder. (Nietzsche, 2005, p. 53).

Descartes toma o *cogito* como uma certeza imediata; o pensar é o aspecto reflexivo da consciência, da razão. Nietzsche faz uma crítica pontual neste aspecto, pois, a gramática e a lógica não passam de crenças, de hábitos do pensamento. “Alma”, “eu”, “pensamento” são hábitos gramaticais da atividade racional; entender o “pensar” como condição, predicado ou efeito de um “eu”, de uma “alma”, de um “sujeito” não passam de crenças lógicas. Como



consequência pensa-se numa substância pensante metafísica como constitutiva de uma essência “eu”, “razão” como causa do pensar. Para Nietzsche o “eu” seria uma síntese do pensar; ou seja, seria uma falsificação do sujeito pensá-lo como uma unidade e excluir as suas multiplicidades.

Em Kant o “sujeito”, a “razão” ganha um estatuto lógico transcendental; a unidade do “eu” é fornecida pela consciência de uma síntese unificadora que se realiza no entendimento, e que me permite aplicar as categorias da razão a priori aos objetos. O eu, a razão transcendental que se expressa na apercepção transcendental é a consciência do ato unificado que permite toda e qualquer representação. Os múltiplos componentes da realidade são unificados na representação, ganha uma unidade sintética, como pertencentes a um sujeito. A experiência é possível enquanto consciência dessa síntese.

É a partir da modernidade que a razão passa a ser entendida como uma essência, uma substância pensante, depois como uma estrutura universal ganhando noções psicológicas na construção de um sujeito enquanto agente da ação; vê-se, agora, por toda parte, agente e ato. Acredita na vontade como causa em geral; na vontade de um “sujeito”, “eu”, no eu como “ser”, como substância que dá o comando da ação. Logo projeta a crença na substância-eu sobre todas as coisas e, como consequência, cria o conceito “coisa”. O erro é pensar que a vontade é algo que faz efeito e que a vontade é uma faculdade, pois nesse sentido é meramente uma palavra, e enquanto tal entendida no significado sujeito-gramatical o “eu” segue como derivado do conceito “ser”. A “razão na linguagem” é uma engendradora de crenças e talvez nunca vamos deixar de crer nos ídolos, nas crenças, nos dogmas consolidados porque ainda acreditamos na gramática<sup>10</sup>. O sujeito como causa de todo fazer, como agente, passa de um sujeito-gramatical para um postulado lógico-metafísico de que o fazer é consequência da vontade. O “eu” é uma substância prévia e que não entra em movimento na multiplicidade da mudança.

Nietzsche ao pensar a “razão”, o “sujeito”, parte do corpo e da fisiologia, pois ele entende o corpo como uma “grande razão”, uma comunidade de afetos; já a razão cognoscível é para ele uma pequena razão que pertence ao corpo. O corpo é uma multiplicidade de impulsos, coação, ímpeto, pressão, resistência e motricidade. Suas configurações são temporárias. A subjetividade tem uma unidade ilusória, é um “eu” ilusório e momentâneo, ou seja, simplificação de algo complicado; ela é apenas uma identificação imediata, provisória, é uma autoconsciência intelectual que se estabelece provisoriamente. Nietzsche trás a ideia de

<sup>10</sup> Sirvo-me aqui do aforismo 05 a “razão na filosofia”, da obra *Crepúsculo dos Ídolos*.



“fenomenalismo do mundo interior” para ressaltar que, assim como ocorre no mundo externo, no mundo interno consciente racional, também resulta de uma abreviação dos afetos, uma falsificação da multiplicidade numa unidade, enfim, é resultado de uma perspectiva particular. “Eu” é uma construção do pensamento. Assim como o é “matéria”, “substância”, “sujeito”, “eu”. Portanto, “razão” e “subjetividade”, são apenas ficções. Mas que serve para regular, para dar uma espécie de estabilidade no mundo do vir-a-ser. Logo, o sujeito cognoscível é apenas uma ficção reguladora, ou seja, uma ideia que aceitamos por razões necessárias para fornecer estabilidade ao mundo e a minha experiência de mundo. A nossa “consciência” reflexiva, a “razão” é que nos permite reconhecermos a nós como sujeito estável. Sem sujeito a nossa existência estaria dissolvida no fluxo de impulsos e afetos tais como os animais<sup>11</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

BARRENECHEA, Miguel A; FEITOSA, Charles; PINHEIRO, Paulo; SUAREZ, Rosana (org). *Nietzsche e as ciências*. 1ª Edição, - Rio de Janeiro, Editora: Viveiro de castro editora LTDA, 2011.

ITAPARICA, André Luís Mota. *Crítica à modernidade e conceito de subjetividade em Nietzsche*. “Disponível em”: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/ESTUDOSNIETZSCHE?dd1=6056&dd99=pdf>, 23 de Março de 2014.

MARTON, Scarlett Z. *Nietzsche: Das Forças Cósmicas Aos Valores Humanos*. 1º Edição - São Paulo, Editora: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_ - *Extravagâncias, ensaios sobre a filosofia de Nietzsche*. 3ª Edição - São Paulo, Editora: Barcelona LTDA, 2009.

MELO, Danilo Augusto Santos. *Subjetividade e perspectivismo: a dissolução do sujeito metafísico a partir de uma lógica das relações em Nietzsche*. “Disponível em”: <http://tragica.org/artigos/v4n1/02-danilo.pdf>, 25 de Março de 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Genealogia da Moral*. 9º reimpressão. Tradução, notas e posfácio: Paulo Cesar de Souza. – São Paulo: companhia das Letras, 1998.

<sup>11</sup> Sirvo-me aqui das ponderações de André Luiz Mota Itaparica, presente no artigo - *Crítica à modernidade e conceito de subjetividade em Nietzsche*.





\_\_\_\_\_. *Para Além do Bem e do Mal*. 5º reimpressão. Tradução, notas e posfácio: Paulo Cesar de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2005.

\_\_\_\_\_. - *Ecce Homo*. 1ª edição. Tradução: Heloisa da Graça Burati. – São Paulo, Editora: Rideel, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Anti – Cristo*. Tradução: Carlos grifo. – Lisboa / São Paulo: Editora: Presença Ltda. / Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. *Humano, Demasiado Humano*. 6º reimpressão. Tradução, notas e posfácio: Paulo Cesar de Souza. – São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. - *A Gaia Ciência*. 1ª Edição. Tradução: Heloisa da Graça Burati. – São Paulo, Editora: Rideel, 2005.

\_\_\_\_\_. - *O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo*. 2ª Edição. Tradução, notas e posfácio: J. Guinsburg. – São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Coleção os Pensadores obras incompletas*. 3º Edição, Tradução e notas: Rubens Rodrigues Torres Filho, posfácio: Antônio Cândido, - São Paulo, Editora: Victor Civita, 1983.

\_\_\_\_\_. - *Vontade de Poder*. 1ª reimpressão. Tradução: Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes - Rio de Janeiro, Editora: Contraponto editora LTDA, 2011.

OLIVEIRA, Jelson R. *Nietzsche e o elogio das ilusões: estratégia de combate à metafísica*. “Disponível em”: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/ESTUDOSNIETZSCHE?dd1=7569&dd99=pdf>, 20 de Março de 2014.

WOTLING, Patrick. *Vocabulário de Friedrich Nietzsche*. 1ª Edição, - São Paulo, Editora: Martins fontes, 2011.





## HABITAÇÃO POPULAR NO CENTRO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DAS TENSÕES ENTRE ATORES SOCIAIS

BRACONI, Júlio César

*Mestrando do Programa Mudança Social e Participação Política - EACH - USP*  
*juliobraconi@usp.br*

340

ZANIRATO, Silvia Helena

*Professora do Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política - EACH - USP*  
*shzanirato@usp.br*

### RESUMO

Este artigo trata a questão da moradia no centro da cidade de São Paulo e as tensões vividas pelos atores sociais que lutam pela ocupação de imóveis vazios nesse espaço. Com esse objetivo são feitas análises históricas sobre o processo de esvaziamento do centro, sobre a atuação dos movimentos sociais por moradia e sobre as disputas por acesso aos imóveis desocupados e considerados de interesse social.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Moradia, Centro de São Paulo.

### ABSTRACT

This article deals with the issue of housing in the centre of São Paulo and tension experienced by the social players whom fight for the occupation of immovable properties in this area. Toward this end, historical analysis were made about emptying process of the centre, about the strong efforts of the social movements for housing and about the dispute for access to unoccupied properties considered to be of mutual interest of the society.

**Key-words:** Public Policy, House, Downtown São Paulo.



## APRESENTAÇÃO

Este artigo traz análises sobre as tensões vividas por movimentos sociais envolvidos na disputa pela moradia no centro da cidade de São Paulo. Com esse propósito o texto é composto por quatro partes. No primeiro momento abordamos o contexto histórico em que se dá a degradação e o esvaziamento para fins de moradia do centro da cidade de São Paulo; em seguida analisamos o estado atual de ocupação do centro e a atuação dos movimentos sociais que lutam por moradia; na terceira parte buscamos estabelecer relações entre o aumento populacional que ocorre naquele espaço a partir dos anos 2000 e a atuação mais ativa dos movimentos sociais em relação à ocupação de imóveis vazios-abandonados.

Para o desenvolvimento do texto consideramos necessário apresentar os conceitos chave dessa pesquisa, a saber: movimentos sociais, movimentos por moradia e imóveis vazios.

O conceito de movimento social que utilizaremos é extraído do texto de Alain Tourraine e Alberto Melucci: A Teoria da Ação Social. Maria da Glória Gohn define este conceito:

Os movimentos sociais são o coração da sociedade, são agentes de sua própria história. Eles procuram resgatar uma historicidade dilacerada pelo capitalismo. Entretanto, eles não são contratadores da ordem vigente, mas ao contrario, repositores desta ordem. São praticas democráticas de pressão, ações que expressam uma nova sociedade política, reveladores de formas de associativismo renovadas. Eles não são agentes de transformação para um outro modo de produção, mas para uma outra ordem social, dentro do próprio capitalismo, menos selvagem, mais igualitário. (Gohn, 1991, p.27)

Segundo essa autora, citando Tourraine "os movimentos sociais geram mudanças no sistema de dominação. Enquanto interlocutores políticos, buscam a interferência do Estado em hábitos e em valores da sociedade". (Idem)

Neste caminho pensamos o movimento social de maneira ampla e heterogênea, um organismo com uma participação política intensa e com larga escala de consciência política entre seus militantes, o que os torna legítimos representantes da sociedade, pois nele está contido segmentos da própria sociedade.



As primeiras lutas por moradia surgem entre as décadas de 1950 e 1960, na região sul de São Paulo, mas é no final dos anos 1970 que surgem as primeiras organizações de luta, no bairro do Campo Limpo, na zona sudeste de São Paulo, com uma organização de moradores de favelas. Começam então as primeiras assembleias populares, em resistência a um decreto do então prefeito da cidade, Olavo Setúbal, que expulsaria várias famílias de áreas de mananciais, o que já eram favelas.

O movimento de protesto contra o decreto reuniu forças e contou com atores importantes naquele momento, integrantes de grupos como os Direitos Humanos, Associação Profissional das Assistentes Sociais, Arquitetos e outros profissionais. Ainda que não tenham conseguido revogar o decreto, houve um saldo vitorioso, que gerou impactos, como o surgimento de associações de moradores de favela em outros locais.

Especificamente o movimento busca, através de pressão social, reivindicação política e proposição de políticas públicas de moradia, de promoção de habitação na cidade de São Paulo e o atendimento de suas demandas. Podemos aqui aplicar o conceito utilizado por Gohn, extraído de Tourraine e Melucci, destacando que esses movimentos citados buscam interferir no Estado e na Sociedade para uma mudança da condição atual da moradia na cidade, buscando a ocupação de imóveis vazios.

Segundo Nadalim e Balbim, é considerado imóvel vago, o imóvel particular quando permanentemente não ocupado e no mercado imobiliário, não necessariamente à espera de ser comprado ou vendido.

Pois estes necessariamente também serão alienados em algum momento futuro. Nesses se encontram os imóveis abandonados, em litígio ou imóveis com quaisquer outras pendências que não permitam sua inserção no mercado ou o efetivo cumprimento de sua função social. (Nadalim e Balbim, 2011, p. 89).

Quando o imóvel está vago nestas condições ele não cumpre sua função social, conforme definido Constituição Brasileira em vigor, no Artigo 5, inc. XXIII.

A propriedade atenderá a sua função social; O conceito de Função Social do imóvel aplica-se, ao direito coletivo sobre o individual, devendo assim o imóvel cumprir sua função social estabelecida pelo Plano Diretor Municipal, na ordenação da cidade.



## 1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR MORADIA

Os movimentos sociais têm papel fundamental no processo de redemocratização do país e na luta pela inclusão aos direitos do cidadão.

Estes movimentos surgem ou ressurgem no final dos anos 70, junto com vários outros movimentos, num cenário político/econômico de nosso país que caminhava para o fim da ditadura militar e com uma situação econômica que era concentradora de renda, excludente e voltada para o mercado externo, portanto favorecendo o engajamento dos movimentos sociais, entre eles o de moradia. (GOHN, 1991, p.10)

Na cidade de São Paulo, temos duas grandes articuladoras do Movimento por Moradia (MOM), a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM). Estes movimentos possuem grande poder de convocação e mobilização, atuam e se articulam de maneira variada, conforme agenda política de cada movimento, o que os torna multifacetados, com identidades e demandas específicas (Tatagiba, 2010).

Suas pautas são específicas e conforme a esfera de sua atuação e em acordo com a política habitacional, que estabelece vários caminhos na esfera municipal, estadual ou federal, o que obriga esses movimentos a se adequarem à realidade política habitacional do país. Para conseguirem resultados, atuam com repertório diversificado, que vão desde pressão popular através da mobilização de suas bases a ocupações. Isto mostra a força, capacidade de participação política e mobilização para colocarem suas demandas na agenda das políticas públicas habitacionais.

Pode-se dizer que os movimentos de moradia possuem grande capacidade de conscientização de suas bases e atuam de várias maneiras, que vão desde uma postura mais radical com ocupações, até uma postura mais propositiva na esfera política, com a participação e atuação no Conselho Municipal de Habitação (CMH) da cidade. Esses movimentos também possuem articulações partidárias, tendo mais acessibilidade ao Governo quando está ligado diretamente, de maneira ideológica e política/partidária.

Segundo Lúcio Kowarick



Nesse sentido, a maneira de ocupar espaços da Cidade é essencialmente política em dois sentidos: na acepção de que deve ser objeto primordial das políticas públicas (policies) e, sobretudo e de que nela se estruturam em interesses diversos e, por vezes, antagônicos que procuram mobilizar forças para levar adiante suas reivindicações (policies). (Kowarick, 2007, p.203)

Como esses movimentos atuam na cidade de São Paulo, particularmente no centro da cidade? Para entender esse aspecto há que se entender o processo histórico social vivido no centro.

344

## 2 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO

O centro de São Paulo, na primeira metade do século XX, era uma região extremamente residencial. Por volta da década de 1960, houve um grande crescimento urbano e por conta disto as classes dominantes, que até então moravam no centro, mudaram-se para outras regiões como Higienópolis, Avenida Paulista e outros bairros da região sudoeste. Esse deslocamento se deu pelo avanço da industrialização e oportunidades de moradia em locais que ofereciam um novo planejamento urbano, com novos padrões arquitetônicos e modernas formas de organização para residências de alto padrão.

Com a evasão dos antigos moradores, os prédios residências, comerciais e até mesmo industriais ficaram vagos<sup>1</sup>. Após este processo de esvaziamento, o centro passou a ser um tecido urbano degradado e com abandono do poder público e privado, um espaço de deterioração e desvalorização. Não podemos ignorar que espaços vazios desarticulam o tecido urbano e criam a sensação de abandono e insegurança, além de perpetuar o processo de desvalorização e decadência do centro. (Zanirato, 2005)

No último censo em 2010, foram identificados cerca de 290 mil imóveis não habitados no centro, e um déficit habitacional de 720 mil famílias na cidade de São Paulo. Desde 2000, a cidade possuía mais imóveis vazios do que gente para morar, eram 420 mil domicílios não



habitados para um déficit de pouco mais de 203 mil moradias (IBGE, 2000), estes números trouxeram à tona a necessidade de políticas públicas habitacionais eficientes para cidade.

A grande quantidade de imóveis vazios-abandonados, que poderiam ser utilizados para a diminuição do déficit habitacional, deparava-se, porém, com outras dificuldades de serem ocupados, por questões classistas e de empenho político.

O aproveitamento destes imóveis para moradia é considerado inadequado pelas famílias de maior renda, seja pela tipologia da construção e/ou pela ausência de vagas de garagem, seja pela resistência em conviver com segmentos sociais mais empobrecidos. (Zanirato, 2012, p.3)

Nesse desafio de tornar esses imóveis moradias para as classes menos favorecidas, é que se encontram as atuações dos movimentos sociais por moradia aqui analisados.

### **3 O MOVIMENTO POR MORADIA NO CENTRO DE SÃO PAULO**

A moradia tanto na região central como em outras regiões da cidade, é um direito constituído, segundo a Emenda Constitucional nº 26/2000. Ela é um direito social, expresso no Artigo 6º, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição brasileira em vigor.

O centro, como espaço de moradia, é um espaço de muitas tensões entre atores sociais, pois, além da disponibilidade de imóveis vazios é também um lugar de grande infraestrutura urbana. Mas, grande parte dos imóveis do centro possuem proprietários que aguardam a valorização de seus imóveis, seja através da especulação ou através de algum projeto público de revitalização do centro. Por outro lado, justamente pelo abandono, é um lugar ocupado por pessoas de baixa renda, que passam a morar de maneira inadequada em imóveis transformados em cortiços.

A aglomeração é uma estratégia de sobrevivência que a população de baixa renda se vale para poder habitar lugares que são inacessíveis a ela para a

---

<sup>1</sup>É considerado um imóvel vago, o imóvel particular quando permanentemente não ocupado e fica a disposição do mercado imobiliário a espera de ser comprado ou vendido.



habitação individual. Ainda que os cômodos sejam precários, que o custo do aluguel seja alto e as condições de espaço, higiene e privacidade sejam bastante deficientes, a moradia coletiva de aluguel representa uma alternativa habitacional concreta para a população de menor renda. (Zanirato, 2012, p.3)

As pessoas pobres optam pelo centro, pois trabalham nessa região e procuram fugir das periferias tanto pela falta de equipamentos públicos quanto pelos deslocamentos cotidianos que teriam que fazer.

Isso faz dos movimentos sociais por moradia, atores importantes, que lutam pelo direito à habitação para os mais pobres no centro da cidade.

O Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) é um dos movimentos, ligado à Frente de Luta pela Moradia (FLM), uma articuladora de vários movimentos sociais de moradia na cidade de São Paulo. Organizados procuram ocupar imóveis vazios e lutam para que sejam aplicadas as políticas habitacionais existentes, como desapropriação do imóvel que não cumpre a função social na cidade.

Do outro lado, o setor imobiliário, que representa o interesse dos investidores e do capital, muitos deles proprietários e herdeiros dos imóveis vazios do centro da cidade, e que aguardam intervenções públicas no centro, que valorizem a região e, conseqüentemente seus imóveis.

Outro ponto de tensão enfrentado pelos movimentos de moradia do centro é a ausência de políticas públicas efetivas para a habitação popular e a morosidade em executar políticas públicas já existentes, como a desapropriação de imóveis vazios-abandonados que não cumprem a função social<sup>2</sup>, para que possam ser transformados em Habitação de Interesse Social - (HIS<sup>3</sup>)

A Secretaria Municipal da Habitação, responsável pela execução das políticas habitacionais, encontra grande dificuldade em atuar para os mais pobres. As linhas de créditos e financiamentos dificultam o acesso para pessoas com renda abaixo de seis salários mínimos. Esta dificuldade é reforçada pelo setor imobiliário, que acredita não ser vantajoso construir/reformar imóveis para pessoas com baixo poder econômico, então opta por esperar

<sup>2</sup> De acordo com o artigo 182, §2º da Constituição “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor” (Brasil, 1988).

<sup>3</sup> Decreto Municipal Nº 44.667, De 26 de Abril de 2004.





uma oportunidade de ganhar mais com seus imóveis vazios, do que direcioná-los à moradia para habitação popular.

Por estarem em grande parte degradados, há a necessidades de reformas e adaptações em prédios mais antigos, para torná-los viáveis a moradia. Este ponto também gera grande tensão entre Poder Público, o Movimento Social e o Setor Imobiliário.

#### **4 AS RELAÇÕES ENTRE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AUMENTO POPULACIONAL DO CENTRO ENTRE 2000 E 2010**

Entre 1980 e os anos 2000, o centro da cidade de São Paulo apresentava uma tendência de evasão demográfica, porém no último levantamento do IBGE em 2010, houve uma alteração significativa nesse processo. Os distritos da região central passaram a apresentar um aumento demográfico em relação aos levantamentos anteriores, ou seja, o centro voltou a crescer.

Os primeiros dados do censo 2010 apontaram não só a mudança demográfica, mas também a situação de domicílios vagos no país, que é maior do que o déficit habitacional brasileiro (IBGE, 2010). Essa situação já havia sido apontada em 2000, onde se registrou a existência de seis milhões de imóveis vagos, a maioria em áreas consolidadas e centrais de grandes cidades (IBGE, 2000).

Este levantamento nos traz um olhar sobre o centro da cidade na perspectiva da moradia para os mais pobres e a questão da habitação popular em regiões de poder econômico elevado.

Villaça (2011) aponta que o espaço urbano não se dá de maneira natural, ele é produzido pelo trabalho humano. Esta conclusão deixa claro que a produção do espaço é uma questão econômica/social e que o acesso ao imóvel varia conforme o poder aquisitivo de cada um. O espaço urbano não é compartilhado de forma igual, mas sim fragmentado conforme as condições econômicas permitem o acesso a um espaço mais ou menos equipado e valorizado. Isso faz com que haja regiões excludentes dentro de uma mesma cidade.

Dentro deste contexto de uma cidade excludente queremos entender quais as relações das atuações de movimentos sociais de moradia do centro com o aumento populacional do centro.



Na gestão da Prefeita Luiza Erundina (PT) em 1989, os movimentos de moradia da cidade tiveram grande espaço no governo, as lideranças chegaram a participar diretamente das secretarias da Prefeitura e a ter um diálogo mais aberto com o poder municipal. Após esse governo, os prefeitos da cidade, Paulo Maluf (PDS) e Celso Pitta (PPB), diminuíram drasticamente a participação dos movimentos sociais. Para termos uma ideia, no governo Erundina haviam cerca de 8 espaços públicos de diálogo, de um total de 35, já nos governos seguintes, Maluf e Pitta, estes espaços caíram para 3 (Tatagiba, 2008).

Na gestão Maluf e Pitta, os movimentos começam a atuar de maneira mais radical, começando um processo de ocupação aos imóveis vazios-abandonados, principalmente do centro, local permeado por grande quantidade de imóveis públicos/privados abandonados.

No governo de Marta Suplicy (PT) em 2001, os espaços de diálogo voltaram a ser ocupados. De 3 passaram para 11. É nesse período que as lideranças dos movimentos sociais passaram a participar diretamente no processo político, grande parte deles ocupantes de cadeiras tanto nas secretarias, como no Conselho Municipal de Habitação (CMH). Houve um recuo no processo de ocupação aos imóveis abandonados, mas também, por parte do poder público municipal, um comportamento mais passivo com os imóveis já ocupados por movimentos sociais, diminuindo os processos de reintegração de posse neste período.

Com a chegada de José Serra (PSDB) à Prefeitura, o diálogo com os movimentos sociais novamente foi interrompido e participação social caiu de forma considerável, nenhum dos ocupantes das cadeiras do CMH no governo Marta Suplicy conseguiu a reeleição. (Tatagiba, 2010)

O governo de Gilberto Kassab (PFL) seguiu a mesma linha política de seu antecessor, limitando o diálogo. Os movimentos sociais começaram novamente a promover ocupações e pressão popular para aplicação de políticas públicas habitacionais que os atendam.

Neste contexto, podemos perceber que os movimentos sociais avançam e/ou recuam conforme as relações que estabelecem com as gestões municipais, que lhes dá maior ou menor poder de participação e de reivindicação por seu direito à cidade.



## CONCLUSÃO

Só podemos conceber a inclusão pela via da participação política, o Estado que não permite a participação ou que de alguma forma a enfraquece, torna ilusório o processo de inclusão social. Os movimentos de moradia do centro atuam de maneira mais radical com ocupações a imóveis vazios-abandonados quando estes não encontram seu espaço no diálogo com o poder público. Há grandes tensionadores na luta pela moradia numa região tão bem servida de equipamentos públicos e grande estrutura de mobilidade urbana.

Os processos vividos no centro nas últimas décadas mostram que quando não há abertura para a participação social, aumentam as tensões por moradia. Os mais pobres acabam sofrendo com este processo, pois passam a viver em sub-moradias e em lugares onde o poder econômico prevalece sobre o direito constituído.

O Estado deve se fortalecer para enfrentar o fator econômico. O Estado forte só pode ser construído com participação social, um caminho inegável de democratização dos direitos e consequentemente de democratização da cidade para todos.

Isso confirma a importância dos movimentos sociais por moradia ainda que isso gere tensões. Portanto, compreender como se dá a ação desses movimentos pelo acesso à moradia que não cumpre sua função social é um desafio a ser enfrentado.

As demandas levantadas pelos movimentos sociais de moradia, mais especificamente do centro, tornaram suas demandas mais completas do ponto de vista social, querendo não apenas o direito a uma habitação, mas sim o direito a cidade como um todo. Não podemos conceber que o direito a moradia tão importante para a vida, seja construído sem o direito a cidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Reabilitação dos Centros Urbanos. Coord. Geral Raquel Rolnik e Renato Balbim, Ministério das Cidades, 2005. Disponível em [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparc\\_34.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparc_34.pdf). Acesso em 26/09/2013.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 2001. Comissão de estudos sobre habitação na área central. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, setembro.

BRASIL. Constituição da República do Brasil: de 8 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em 26/09/2013.

GOHN, Maria. Movimentos sociais e luta pela moradia. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra\\_areas\\_ponderacao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm) Acesso em 10.09.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab\\_brasil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_brasil.shtm) Acesso em 10.09.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 1991. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm> Acesso em 10.09.2013.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em 03 de janeiro de 2012.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: Dinamismo econômico, pobreza e políticas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a08n70.pdf>

NADALIN, Vanessa Gapiotti e BALBIM, Renato. Padrões espaciais da vacância residencial brasileira. IPEA 2011 a.  
TATAGIBA, Luciana. O desafio de ser movimento social: o caso da atuação do movimento de moradia por dentro de espaços da política convencional. Disponível em [http://www.forumcienciapolitica.com.br/edicoesanteriores/2011/especific\\_files/papers/GT7561.pdf](http://www.forumcienciapolitica.com.br/edicoesanteriores/2011/especific_files/papers/GT7561.pdf) Acesso em 10/07/2014.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100004&script=sci_arttext) Acesso em 10.09.2013

ZANIRATO, Sílvia Helena. O centro de São Paulo: que futuro para a habitação? Disponível em:



[http://www.lincolninst.edu/pubs/683\\_O-centro-de-S%C3%A3o-Paulo-Que-futuro-para-a-habitac%C3%A7%C3%A3o](http://www.lincolninst.edu/pubs/683_O-centro-de-S%C3%A3o-Paulo-Que-futuro-para-a-habitac%C3%A7%C3%A3o) Acesso em 19.09.2013

\_\_\_\_\_ e AZCONA, Emílio José Luque. La Gestión del patrimonio cultural: políticas de intervención en el Nordeste de Brasil y Andalucía. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXXI, n. 2, p. 155-176, 2005.

\_\_\_\_\_ Usos do Patrimônio Cultural edificado e os Programas de erradicação da pobreza, São Paulo, EACH, p. 3-4, 2012.



## SAÚDE E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

SIQUEIRA, Débora Corrêa de

*Estudante de doutorado do Programa de Ciências Humanas e Sociais*  
*debora.siqueira@ufabc.edu.br*

### RESUMO

Este artigo analisa a influência da pobreza e dos direitos humanos no contexto da política de saúde pública brasileira e de seu principal mecanismo, o SUS (Sistema Único de Saúde). Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com revisões de literatura em títulos nas áreas de saúde pública e direitos humanos, além de consultas a legislação brasileira e a publicações internacionais. Os resultados evidenciam que, embora o SUS tenha se constituído em um avanço na democratização do acesso à saúde, ainda persistem muitas dificuldades. Os inúmeros relatos de precarização no atendimento aos usuários, assim como o fenômeno da “judicialização da saúde” trazem discussões sobre a ineficácia do sistema, enquanto outros debates pensam a saúde de forma mais ampla, inserindo-a nas temáticas do desenvolvimento e dos direitos humanos, fazendo perdurar a distância entre os direitos garantidos pela legislação e sua plena efetividade.

**Palavras-chave:** Saúde. Direitos Humanos. Pobreza

### ABSTRACT

This article analyzes the influence of poverty and human rights in the context of the Brazilian public health and its main mechanism, the SUS (Unified Health System). As methodology, literature research, with literature reviews on titles in the areas of public health and human rights was used in addition to consultations to Brazilian law and international publications. The results show that although the SUS has been constituted as a breakthrough in the democratization of access to health care, there are still many difficulties. The numerous reports of depreciation of service to customers, as well as the phenomenon of "legalization of health" bring discussions about the ineffectiveness of the system, while others think the debates health more broadly, inserting it in issues of development and human rights making that the distance between those guaranteed by law and the fulfillment of their rights is maintained.

**Key-words:** Health; Human Rights; Civil Society.



## I. SAÚDE NO BRASIL

Um idoso de 91 anos que estava internado na emergência de um hospital da zona leste de São Paulo recebeu uma garrafa pet de enfermeiros do SUS (Sistema Único de Saúde) para urinar. O homem estava com a perna quebrada e não havia assistentes e equipamentos para auxiliá-lo na ida ao banheiro. A garrafa d'água vazia, com um buraco recortado e coberto por um esparadrapo foi oferecida ao paciente que estava em uma maca na emergência dentro do Hospital Municipal do Tatuapé. Diante do constrangimento, o idoso não conseguiu segurar e fez na roupa. Vídeo feito pela família mostra maca do paciente no corredor do hospital sem vaga em quarto (Brasil Urgente, 27/05/2014, Notícias.band.uol).

353

A nota transcrita acima trata da questão da saúde pública no país, revelando uma complexa realidade, especialmente quando se trata do atendimento aos seus usuários.

O formato de sistema único (SUS), como instrumento de política pública de saúde no Brasil, é de história recente. Suas origens situam-se na década de 80, a partir da reivindicação da sociedade civil por melhorias na saúde, em especial aquelas empreendidas pelos movimentos sociais que defendiam a reforma sanitária.

Essas reivindicações e outros debates em torno do tema, resultaram no sistema institucionalizado pela Constituição Federal de 1988 e que se materializou em um conjunto articulado de ações e serviços de saúde que tem sua oferta disponibilizada aos usuários do sistema nos âmbitos federal, estadual e municipal e contando em caráter complementar com os serviços da rede privada de saúde.

Regulamentado pela Lei 8080, o “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 1990, art. 4º).

Dentre os princípios mais relevantes do SUS, destacam-se a universalidade, a hierarquização e a equidade (MS, SUS, Princípios e conquistas, 2000).

A universalidade atende ao fundamento constitucional previsto no artigo 196 da Carta Magna Brasileira que estipula: “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Portanto, todos os brasileiros, sem discriminação de qualquer espécie, têm a garantia legal de acesso aos serviços do SUS (BRASIL, 1988, art. 196º).

Para atender ao princípio da hierarquização, os serviços de saúde devem ser dispostos em ordem crescente de complexidade dentro do sistema, de tal maneira que sejam ofertados desde a atenção primária, imunizações e cuidados básicos, até a reabilitação física e mental.





Adicionalmente, o sistema deve promover ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, em caráter nacional e intersetorial. De acordo com a hierarquização, pessoas ou grupos que apresentem necessidades específicas em questões de saúde, como por exemplo, idosos ou consumidores de drogas, precisam receber atenção diferenciada dos órgãos públicos de saúde.

Já a equidade consiste no tratamento das diferenças em busca da igualdade. Nesse sentido, pensou-se no acesso às ações e serviços de saúde de acordo com as especificidades de cada população. Para os grupos sociais considerados vulneráveis, como é o caso dos povos indígenas, foram organizados, no âmbito do SUS, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (MS, Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, 2002).

Nas regiões mais ricas do país, a atenção de saúde volta-se especialmente às vítimas de acidentes de trânsito e ao tratamento de pessoas acometidas por doenças como o diabetes, o colesterol, o AVC (acidente vascular cerebral) e o câncer.

Com respeito ao formato administrativo e considerando sua vocação pública, diretrizes organizativas estruturam o SUS a partir da descentralização, do atendimento integral e da participação comunitária, como pode ser observado no artigo 198 da Constituição Federal:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III- participação da comunidade (BRASIL, 1988).

A participação social, preconizada neste artigo, é exercida pelos Conselhos e Conferências de saúde, que obedecem a uma estrutura consultiva, regulamentada pela Lei 8.142/1990, que estabeleceu o Conselho Nacional de Saúde como órgão deliberativo máximo para elaboração e controle da Política Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, que controlam e executam a política de saúde no seu âmbito. Além dos Conselhos, as Conferências de Saúde são instâncias participativas e representativas, cuja missão é avaliar e propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde nas três esferas de poder. O CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) congrega os secretários de saúde dos Estados e do Distrito Federal e se constitui em um espaço para debate de políticas públicas na área. O CONASEMS (Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde) reúne as Secretarias Municipais de Saúde com a finalidade de promover estudos, pesquisas e



capacitação de pessoal, entre outras atividades. Diferentemente do CONASEMS, a atuação do COSEMS (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde), organismo que também reúne as Secretarias Municipais de Saúde, se pauta na defesa dos interesses dos municípios de cada Estado nas pactuações interfederativas (BRASIL, 1990).

As responsabilidades da União e dos governos subnacionais são, na maioria das vezes, complementares com respeito às atribuições dos diversos serviços de saúde. A União, por meio da direção nacional do SUS, tem a responsabilidade de formular e avaliar as políticas de saúde, além de definir e coordenar os sistemas de redes integradas de alta complexidade, os laboratórios de saúde pública e as Vigilâncias Epidemiológica e Sanitária, entre outras. Os Estados federados devem promover a descentralização dos serviços e ações de saúde para os municípios distribuindo recursos para as diversas regiões, além de atuarem nas questões e na execução das políticas de saúde que lhe competem. Quanto aos municípios, estes devem planejar, executar, controlar e avaliar ações e serviços de saúde além de participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada em articulação com os Estados. A instância que articula as ações e serviços de saúde entre a União, os Estados e Municípios é a CIT (Comissão Intergestores Tripartite), cabendo às CIB's (Comissões Intergestores Bipartites) atuarem na articulação dos Estados com os municípios (MS, SUS, Princípios e Conquistas, 2000).

O financiamento público do SUS é fundamental para seu funcionamento. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que seus recursos fossem garantidos por meio das receitas do Orçamento da Seguridade Social, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes. Ficou estabelecido, conforme a Lei Complementar 141/2012, que os recursos mínimos a serem aplicados em saúde devem ser 12% da soma de receitas de impostos para os estados e o Distrito Federal e de 15% para os municípios. A União participa com o montante aplicado em saúde no exercício anterior acrescido da variação do PIB (Produto Interno Bruto), sendo que, se este indicador for negativo, o valor utilizado no ano anterior não sofrerá alteração (BRASIL, 2012).

Este volume de recursos que sustenta o sistema deve ser movimentado mediante repasses do Fundo Nacional de Saúde para os fundos dos estados e dos municípios, observadas certas condições e critérios como: a criação do fundo e do plano de saúde, a constituição do conselho de saúde, os relatórios de gestão, a contrapartida de recursos e a elaboração do plano de carreira, cargos e salários para os servidores da saúde.



Com todo esse aparato legal e administrativo, haveríamos de considerar que o SUS funciona quase perfeitamente, e que, eventualmente se ocorressem problemas, seria algo comum e normal em qualquer sistema, seja de saúde, seja de outro tipo ou finalidade.

No entanto, não é isto o que acontece. Embora não estejam disponíveis estatísticas oficiais sobre o número de usuários que procuraram o SUS e não foram atendidos, denúncias e notícias relatando problemas, dificuldades, constrangimentos e fatos gravíssimos ocorridos dentro de dependências conveniadas pelo SUS são extremamente comuns. Em decorrência destes problemas, seus usuários, dentre eles os mais pobres, são os quem mais sofrem as consequências, uma vez que não podem pagar o preço dos planos de saúde privados.

## II. POBREZA, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando foi adotada e proclamada, em 1948, por meio da Resolução 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, assim consignou a saúde em seu artigo XXV:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas, 1948).

Este documento, considerado um marco na luta pelos direitos humanos, iniciou adicionalmente um movimento internacional pelo efetivo reconhecimento da saúde como um direito humano nos países signatários deste documento emanado em 1948, cujo compromisso implica na destinação de recursos financeiros e administrativos, por meio de políticas públicas, que possam garantir, na prática, o direito à saúde das populações, em especial, dos grupos menos favorecidos economicamente.

A dimensão saúde-direitos humanos é relativamente recente e começa a ser explorada visando potencializar os efeitos das políticas públicas de saúde. No entanto, estas relações evidenciam uma complexidade que nem sempre é observada pelos estudiosos e atuantes tanto na área de saúde pública quanto na área de direitos humanos.



De acordo com Mann (1996), existem ao menos três relações básicas entre saúde e direitos humanos. A primeira delas diz respeito à violação desses direitos que, eventualmente, políticas e programas de saúde públicos possam causar. Um exemplo deste tipo de violação eram os testes obrigatórios para sorologia contra HIV adotados por políticas públicas de saúde, que feriam os direitos humanos, expondo a privacidade das pessoas contaminadas, prática esta que foi substituída por testes voluntários e sigilosos.

Outra prática inscrita nesta primeira relação entre saúde e direitos humanos e que foi identificada por Mann é a discriminação de certos grupos por parte de programas de saúde pública, em tese justificáveis do ponto de vista econômico, quando são aplicadas determinadas ações visando enfatizar a atenção sanitária a alguns grupos sociais excluindo outros. As campanhas de vacinações públicas da gripe podem ser consideradas inscritas nesta prática, pois, por serem destinadas apenas aos grupos de risco como gestantes, profissionais de saúde, crianças de até cinco anos e pessoas com mais de 60 anos de idade, excluem as demais pessoas do benefício gerado pela vacina.

O autor considera que a discriminação inscrita nesta segunda relação é muito frequente:

[...] inadvertidamente ou raramente intencional, a discriminação é tão generalizada que, como regra prática, é razoável que se considere toda política e todo programa de saúde discriminatórios até prova em contrário. Uma análise minuciosa da discriminação direta ou indireta (geralmente através da exclusão ou atenção excessiva sobre certas populações) se faz necessária, tanto para aumentar a eficácia dos esforços de saúde pública, quanto para respeitar os direitos humanos (Mann, 1996, p.140).

A segunda relação decorre da necessidade de avaliar os impactos da violação da dignidade e dos direitos humanos, dimensão em que a saúde pública tem maiores dificuldades de atuação, pois em muitos casos, além das violações mais evidentes, como torturas e prisões em condições desumanas, existem os malefícios causados pelo uso de produtos permitidos socialmente como o cigarro e o álcool.

A terceira relação encontrada por Mann é ainda mais inquietante, uma vez que esta dimensão é pensada a partir da definição de saúde pela OMS (Organização Mundial de Saúde): “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social” (*United Nations*, 1946). Reconhecer esta multiplicidade de fatores que compõem a saúde de uma pessoa significa dizer que sua falta tem origens muitas vezes em outros elementos que demandam uma atuação em direitos humanos para diminuir a vulnerabilidade social que tem reflexos na saúde. Isto não significa retirar ou reduzir, “o valor das abordagens de saúde públicas tradicionais e derivadas



da biomedicina; diz respeito à distinção entre as causas com raízes sociais e suas expressões superficiais como a má-saúde, a invalidez e a morte prematura” (Mann, 1996, p.142).

Esta definição de saúde que considera aspectos sociais relaciona-se diretamente ao tema da pobreza, explorada por Salmón (2007). De acordo com esta autora, o conceito de pobreza é controverso e complexo, uma vez que encerra várias dimensões e problemas. Além disso, esse conceito foi se alterando ao longo do tempo e a relação da pobreza com o tema dos direitos humanos também foi se modificando.

Salmón relata que, nos anos 70, a pobreza era entendida como falta significativa de recursos e o mercado e suas leis trariam naturalmente o desenvolvimento econômico capaz de superar esse problema. Naquele contexto, a adoção, pelos países mais pobres, de políticas econômicas ditadas pelos países do Norte acabou resultando em um aumento da pobreza. Aliado a esse quadro, os países mais ricos apoiaram os governos ditatoriais nos países em desenvolvimento, cujas práticas atentavam contra os direitos humanos, além de empobrecer a população por meio de políticas econômicas liberais sem o suporte de políticas sociais (Salmón, 2007, p.153).

A partir destas desigualdades, a temática do direito ao desenvolvimento como direito de todos começa a aparecer nos documentos internacionais, como foi o caso da **Carta da Organização para a Unidade Africana de 1981**, com a inclusão no **artigo 22**, da ideia de uma ordem econômica internacional mais justa e humana.

1. Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do patrimônio comum da humanidade.
2. Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento. (Carta Africana dos direitos humanos e dos povos. Carta de Banjul/ NET Direitos Humanos).

Dessa maneira, o usufruto da riqueza coletiva (desenvolvimento amplo), além de se constituir como direito, figura como responsabilidade do Estado e da comunidade internacional.

Posteriormente, na década de 90, a luta contra a pobreza foi circunscrita pelas Nações Unidas em contornos de condicionalidades: positivas, com o compromisso de colaborar com programas e Estados democráticos que promovessem os direitos humanos e, negativas “[...] não cooperar com governos que violassem os direitos humanos de forma grave e sistemática” (Salmón, 2007, p.154).



A partir de então, a preocupação com os direitos humanos e com a pobreza começa a fazer parte do planejamento de instituições internacionais, como o Banco Mundial, que registrou, em 2000:

[...] dos 6 bilhões de pessoas, 2.8 vivem com menos de 2 dólares por dia e 1.2 bilhões com menos de 1 dólar por dia. De cada 100 crianças, 6 não chegam ao primeiro ano de vida e 8 não sobrevivem aos 5 anos. De cada 100 crianças que atingem a idade escolar, 9 meninos e 14 meninas não vão à escola (Salmón, 2007, p. 154).

Esses dados permitem avaliar que o conceito de pobreza ultrapassa a concepção tradicional relacionada à baixa renda e ao consumo: engloba também outros padrões como saúde e educação.

No Brasil, dados do Banco Mundial informaram que em 2009, do total de 194 milhões de brasileiros, 6,1% da população (mais de 20 milhões de pessoas) viviam com US\$ 1,25 por dia (R\$ 85/mês). Desses totais, não se pode precisar a situação das crianças em pobreza ou extrema-pobreza, porque estas não aparecem nas estatísticas, gerando uma situação de invisibilidade diante das políticas públicas (The World Bank, 2009).

Segundo Salmón (2007), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) define pobreza como “uma situação que impede o indivíduo ou sua família de satisfazer uma ou mais necessidades básicas e participar plenamente da vida social” – se caracterizando como um fenômeno econômico basicamente, porém com outras dimensões.

Fenômeno correlato à pobreza, a **extrema-pobreza**, segundo Sengupta (especialista das Nações Unidas), é essencialmente uma questão de grau e se caracteriza como **“uma combinação de vários fatores – escassez de renda, falta de desenvolvimento humano e exclusão social – que incluem as noções de precariedade e privação de capacidades”** (Salmón, 2007, p.154, grifo nosso).

A consequência da extrema-pobreza é a exclusão social da pessoa, sua restrição na condição de cidadão e, portanto, de sua condição de sujeito de direito, o que resulta na negação dos seus direitos e liberdades fundamentais.

Para solucionar o problema da pobreza há que se concentrar no restabelecimento dos direitos das pessoas e das populações em situação de extrema-pobreza, uma vez que a generalização desta condição nega os direitos fundamentais da pessoa humana e impede a realização de seus direitos humanos, transformando-se em problema político.

A partir do entrelaçamento do conceito de pobreza com o conceito de direitos humanos, o relatório do PNUD 2000 introduz o conceito de **desenvolvimento humano**, como resultado





do processo que incorpora fatores econômicos, sociais, demográficos, políticos, ambientais e culturais, do qual participam diferentes atores sociais. A pobreza então é entendida como a negação do desenvolvimento humano.

A questão da pobreza, pensada do ponto de vista do desenvolvimento humano, é apresentada em duas perspectivas: **pobreza de renda** (ausência de renda que satisfaça as necessidades mínimas) e **pobreza humana** (falta de capacidades básicas - doenças, desnutrição, etc.).

Amartya Sen considera que a pobreza é a privação das capacidades básicas, mas reconhece que a ausência de renda é uma das principais causas da pobreza:

Não se pode estabelecer uma linha de pobreza e aplicá-la rigidamente a todos da mesma forma, sem levar em conta as características e circunstâncias pessoais. Certos fatores geográficos, biológicos e sociais multiplicam ou reduzem o impacto exercido pelos rendimentos sobre cada indivíduo. Entre os mais desfavorecidos faltam em geral determinados elementos, como instrução, acesso a terra, saúde e longevidade, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e outros recursos produtivos, voz ativa nas instituições e acesso a oportunidades (Sen, 2001).

Ser pobre, segundo Sen, não significa apenas viver abaixo de uma linha imaginária de pobreza, como por exemplo, auferir um rendimento igual ou inferior a US\$ 2 por dia. Ser pobre é ter um nível de rendimento insuficiente para desenvolver determinadas funções básicas, levando em conta as circunstâncias e requisitos sociais circundantes, sem esquecer a interconexão de muitos fatores: “A forma como um indivíduo deve apresentar-se para ser aceito em sociedade - a roupa que veste, a aparência que tem - limita e condiciona suas opções econômicas”. Estas limitações são denominadas por ele como “vergonha social” (Sen, 2001).

Os estudos de Amartya Sen apontam ainda que, ao invés de medir a pobreza pelo nível de renda, deve-se calcular o que o indivíduo pode realizar com essa renda a fim de se desenvolver, levando em conta que essas realizações variam de um indivíduo para outro e de um lugar para outro.

De acordo com esta visão, a falta de recursos, bem como as disposições individuais e os fatores sociais exercem um papel importante no nível de pobreza das pessoas. Para combatê-la na perspectiva dos direitos humanos é necessário que, adicionalmente, se atue também contra a discriminação social que sofrem as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. A discriminação atenta contra os direitos humanos, sendo fonte direta de violação à dignidade da





pessoa, por materializar a negação de direitos aos indivíduos, grupos e populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A discriminação pode ser vista ao mesmo tempo como causa e consequência da pobreza, pois o indivíduo que tem seus direitos negados é discriminado e ao sê-lo, não consegue acessar bens e capacidades que lhe permitam sair da condição de pobreza, formando assim um círculo vicioso que dificilmente é rompido.

De acordo com Salmón (2007) a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague acrescentou aos elementos que caracterizam e afligem a pessoa em condição de pobreza, as questões da discriminação e da exclusão social, além dos demais fatores já determinados e conhecidos como fome, doenças, desnutrição, falta de moradia ou moradia inadequada, acesso limitado à educação e vida em condição de insegurança. No documento emanado daquele encontro, realizado em 1995, o combate à discriminação é mencionado em mais de trinta laudas (Naciones Unidas, *Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social*, 1995).

Quando se fala em pobreza e da exclusão de direitos a ela relacionados, está se falando ainda em violação do direito à vida.

Muitas pessoas morrem por causa da pobreza, da discriminação, da violência ou de todos esses fatores conjugados. Um exemplo trágico e emblemático ocorreu em 1999, quando o paciente do SUS, Sr. Damião Ximenes faleceu nas dependências de uma casa de repouso em Sobral (CE), após sofrer grande violência cometida por agentes de saúde.

O Estado Brasileiro foi condenado a reparar os danos morais e materiais à família pela violência e tratamentos degradantes sofridos por Damião, em decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que se pronunciou sobre a violação dos direitos à sua vida e integridade:

[A]s condições de hospitalização na Casa de Repouso Guararapes eram *per se* incompatíveis com o direito ao respeito à dignidade da pessoa humana: **pelo mero fato de ter sido internado nesta instituição como paciente do SUS, o senhor Damião Ximenes Lopes foi submetido a tratamento desumano ou degradante** e o Estado brasileiro violou, em seu detrimento o artigo 5 da Convenção Americana. Adicionalmente, o senhor Damião Ximenes Lopes foi golpeado por enfermeiros da Casa de Repouso, que lhe causaram diversas lesões [...] Tais fatos constituem e evidenciam que o Estado desrespeitou a integridade do senhor Damião Ximenes Lopes. No presente caso ficou estabelecido que Damião Ximenes Lopes morreu em consequência de golpes com punhos ou com objetos contundentes que lhe foram desferidos de maneira intencional por enfermeiros da Casa de Repouso Guararapes. Consequentemente, a Comissão entende que o Estado brasileiro violou o seu direito à vida. A Comissão deseja destacar as condições em que ocorreu a morte de Damião Ximenes Lopes que morreu no chão, com as mãos atadas para trás (CIDH Inter American Commission of Human Rights, 23/12/2005, p.12, grifo nosso).



Dessa maneira, tanto a Corte Interamericana quanto o Grupo de Especialistas das Nações Unidas convergem quando consideram que a extrema pobreza implica em uma ameaça ao direito à vida. A jurisprudência internacional evolui para considerar que, para além da sobrevivência biológica, este direito se vincula a uma vida digna, o que foi incorporado nas sucessivas resoluções da Comissão de Direitos Humanos. Está se falando em vida e em qualidade de vida.

A prática de estabelecer normas programáticas para a promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais é vista como equivocada no Comitê da ONU que trata deste tema (Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – CDESC), uma vez que está em vigência o PIDESC (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), desde 1966 e ratificado pelo Brasil em 1992 (Salmón, 2007, p.157).

No PIDESC, os Estados signatários reconhecem os direitos sociais, em especial nos artigos 7º (Trabalho), 10º (Família), 11º (Qualidade de Vida), 12º (Saúde), e 13º (Educação), e indicam uma intenção de adotar medidas para que os mesmos sejam aplicados (CDESC, PIDESC, 1966). No entanto, muitas vezes é preciso que os cidadãos acionem as esferas judiciais para efetivar seus direitos. Foi o que ocorreu no Peru, quando uma sentença judicial beneficiou uma pessoa portadora do vírus HIV para que pudesse receber medicação contínua em seu tratamento. O Estado se esquivou do fornecimento da medicação, utilizando o argumento de que o direito à saúde era norma programática, por isto não deveria fornecer remédios e tampouco atenção sanitária à pessoa doente. O Tribunal Constitucional daquele país condenou o Estado peruano na sentença e: “destacou que, ao se tratar de direitos sociais, devem-se reconhecer também princípios como a solidariedade e o respeito à dignidade humana, que constituem pilares fundamentais do Estado de Direito” (Salmón, 2007, p. 158).

Na área da saúde pública é cada vez mais comum, especialmente no Brasil, que o Poder Judiciário emita sentenças favoráveis a beneficiários da saúde pública, em casos de omissão ou de negação do Estado na provisão dos direitos dos cidadãos.

Conclui-se que a distância entre os direitos e sua efetivação ainda parece distante. Os pactos e declarações internacionais bem como as legislações dos países que concentram as populações mais pobres avançaram muito no sentido de incluírem garantias e salva-guardas em seus documentos. Na realidade prática, verifica-se a necessidade de muitas ações da sociedade organizada para que estas garantias e direitos sejam implementados.



### III. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 03 Jun. 2014.
- BRASIL. Lei 8080. 19 de setembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) Acesso em: 03 Jun. 2014.
- BRASIL. Lei 8.142. 28 de dezembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm) Acesso em: 03 Jun. 2014.
- BRASIL. Lei Complementar 141. 13 de janeiro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm) Acesso em: 03 Jun. 2014.
- CDESC (Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). *PIDESC*. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-psocial.html> Acesso em: 01 Ago. 2014.
- CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). *Caso Damião Ximenes*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/ximenes/agescidh.pdf> Acesso em: 02 Jun. 2014.
- MANN, Jonathan. Saúde Pública e Direitos Humanos. *PHISYS: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 135-145: 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73311996000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73311996000100007&script=sci_arttext). Acesso em: 04 Mai. 2014.
- MS (Ministério da Saúde). *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf) Acesso em: 03 Jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. Sistema Único de Saúde. *Princípios e Conquistas*. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_principios.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf) Acesso em: 03 Dez. 2013.
- NACIONES UNIDAS. *Cumbre Mundial Sobre Desarrollo Social*. Copenhague: Dinamarca, 06 a 12 de marzo de 1995. Disponível em: <http://www.cinu.org.mx/temas/desarrollo/dessocial/cumbre/cumbredessocial1995.pdf> Acesso em: 01 Ago. 2014.
- NET, Direitos Humanos. *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm> Acesso em: 01 Ago. 2014.
- NOTÍCIAS BAND/UOL. *Hospital oferece garrafa pet para idoso urinar*. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000685765/hospital-oferece-garrafa-pet-pa-ra-idoso-urinar-em-sp.html> Acesso em: 27 Mai. 2014.



ONU (Organização das Nações Unidas). *PIDESC: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Disponível em:

<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf> Acesso em: 03 Jun. 2014.

SALMÓN, Elizabeth G. *O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos*. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452007000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 10 Abr. 2014.

SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SEN, Amartya. *Amartya Sen e as mil facetas da pobreza*. In BID AMÉRICA (Banco Interamericano de Desenvolvimento). *Amartya Sen e as mil facetas da pobreza*. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2001-07-01/amartya-sen-e-as-mil-facetadas-pobreza,9286.html> Acesso em: 21 Abr. 2014.

THE WORLD BANK. *Poverty & Equity. Brazil*. Country Indicators. Disponível em: <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/BRA> Acesso em: 19 Abr. 2014.

UNITED NATIONS. Constitution of the World Health Organization. Disponível em: <http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf> Acesso em: 01 Ago. 2014.



## ALIMENTAÇÃO COMO CIÊNCIA

STEFANUTTI, Paola

*Estudante de mestrado do Programa de Sociedade, Cultura e Fronteiras - UNIOESTE*

*E-mail p\_stefanutti@ifpr.edu.br*

GREGORY, Valdir

*Professor do Programa de Sociedade, Cultura e Fronteiras - UNIOESTE*

*E-mail valdirmacgregory@gmail.com*

365

CASTRO NETO, Nelson

*Mestre*

*E-mail nelson.neto@ifpr.edu.br*

### RESUMO

O presente artigo discute conceitos da alimentação como ciência, visando colaborar para uma visão mais abrangente do saber historicamente construído, apresentando a temática da ciência, crise da ciência e alimentação como ciência, estabelecendo um diálogo com autores consagrados no cenário nacional e internacional. O objetivo é analisar uma micro-história, utilizando a metodologia da história oral temática, realizando um levantamento dos hábitos alimentares de um grupo social específico, os pescadores de Foz do Iguaçu, no período de 1940 - 1970, história antes da instalação da Hidrelétrica Itaipu (co) relacionando-os com aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos e políticos. Assim trazendo uma reflexão sobre a geração do conhecimento, fundamentando a trajetória para o encaminhamento de uma pesquisa consciente, aberta aos desafios teóricos e metodológicos inerentes a caminhada da escrita acadêmica.

**Palavras-chave:** geração do conhecimento, reflexão, alimentação

### ABSTRACT

This article discusses concepts of feeding as a science, aiming to contribute to a more comprehensive view of a historically constructed knowledge, featuring science themes, crisis of science, and feeding as a science, establishing a dialogue with notable authors of national and international stage. The goal is to analyze a microhistory, using the oral history methodology, a survey conducting of the eating habits of a particular social group, Foz do Iguaçu's fishermen, in the period of 1940 to 1970, history before construction the Itaipu Dam, getting them correlated to social, cultural, economic, historical and political aspects. Then bringing a reflection on the knowledge generation, basing the trajectory for the referral of a conscious research, open to theoretical and methodological challenges, inherent through the walking path of the academic writing.

**Key-words:** knowledge generation, reflection, feeding



## 1 INTRODUÇÃO

Pensar sobre ciência, sobre o que se produz ou reproduz, e para qual finalidade, é o início de um desenvolvimento científico coerente, consciente, reflexivo, que durante o processo de produção e análise, continua a gerar esse autoconhecimento. Logo, ampliam-se as técnicas, assim como sua reflexão.

A civilização global, conforme Sagan (2006, p. 43), autor norte americano defensor do ceticismo e do uso do método científico, se tornou dependente da ciência e da tecnologia, porém não as compreende, criando assim dependentes, porém não entendedores, seriam os alienados da ciência, independente da área de atuação. Produz-se ciência, mas sem lucidez do por que se produz, o que na realidade deveria ocorrer o inverso, conforme Alvarenga (2011, p. 4):

[...] a geração do conhecimento e de tecnologia deveria pautar-se no mundo contemporâneo: serem produzidos em benefício do homem e da natureza.

Faz-se ciência, se produz tecnologia, porém não há uma reflexão sobre ela e porque se realiza. A falta dessa reflexão, talvez seja a grande crise da ciência dos últimos tempos, segundo Alvarenga (2011, p. 3), socióloga brasileira, sendo esta “uma ciência sem consciência”. Com base neste cenário, vem o presente texto discutir a alimentação como ciência, e entendê-la como uma rede complexa de simbologia e significações.

Cientistas de todas as partes negam religiões, pregando como “o ópio do povo”, frase até banalizada de Karl Marx, porém se analisarmos como a ciência é imposta e não questionada, será que ela realmente não é a religião dos tempos modernos, conforme afirma Chalmers(1993)? Não se pode questionar a ciência, e nem pôr a prova, não se pode se quer duvidar de sua veracidade, o que é isso, se não uma verdade absoluta?

Vive-se e vivencia-se um discurso científico no qual o senso comum, o normal, o não-intelectual, o cotidiano, não é valorizado, e não é aceito como verdade. A ciência tende a questionar tudo o que é chamado senso comum, conforme Bachelard(1972, citado por SANTOS, 1989) “a ciência se opõe absolutamente à opinião”. Segundo Alvarenga (2011, p. 5):

Na sua constituição, a ciência busca distanciar-se e emancipar-se de outras formas de conhecimento consideradas válidas até então para a busca de entendimento acerca do homem e a da natureza: a mítica, a religiosa, a do senso comum e a filosófica.



Mas será que a ciência está tão certa e detentora da verdade absoluta que não deva ser questionada? Sagan (2006, p. 51) fala sobre esse questionar ao cientista, “a crítica válida presta um favor ao cientista”, e que a cegueira com que o senso comum segue a ciência, e os seus representantes, deve ser questionada e colocada em prova.

Porém como um leigo, pode questionar a ciência, ou seu representante? Com que justificativas poderia ganhar de um discurso argumentativo baseado na ciência? O que há de tão especial nesta palavra que carrega a esperança da civilização? Como uma palavra de apenas sete letras pode carregar tanta confiabilidade, poder e autoridade, dada exatamente por quem, para quem e para que? Segundo Chalmers(1993, p. 12-14):

Aparentemente há uma crença amplamente aceita de que há algo de especial a respeito da ciência e seus métodos. [...] A ciência deve parte de sua alta estima ao fato de ser vista como a religião moderna [...].

Definições para ciência existem inúmeras, porém alguns aspectos relevantes dos autores base dessa pesquisa seguem abaixo

Sagan (2006, p. 44) define ciência como:

A ciência é uma tentativa, em grande parte bem-sucedida, de compreender o mundo, de controlar as coisas, de ter domínio sobre nós mesmos, de seguir um rumo seguro.

Logo depois o autor continua o pensamento finalizando “todo momento que fazemos autocrítica e testamos nossas ideias no espaço exterior, estamos fazendo ciência.” (SAGAN, 2006, p. 45). Já para o filósofo da ciência Chalmers(1993, p. 18):

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

E ainda finaliza:

[...] é essencial compreender a ciência como um corpo de conhecimento historicamente em expansão e que uma teoria só pode ser adequadamente avaliada se for prestada a devida atenção ao seu contexto histórico. (CHALMERS, 1993, p. 18)





Sagan (2006, p. 46) afirma que nenhum conhecimento é completo ou perfeito, pois está em constante construção. Completando esse pensamento Chalmers (1993, p. 44-45), crítico do método indutivo, cita que:

Entretanto, embora as imagens sobre nossas retinas façam parte da causa do que vemos, uma outra parte muito importante da causa é constituída pelo estado interior de nossas mentes ou cérebros, que vai claramente depender de nossa formação cultural, conhecimento, expectativas etc. e não será determinado apenas pelas propriedades físicas de nossos olhos e da cena observada.

Portanto a percepção de cada indivíduo está intimamente ligada com suas experiências, expectativas, ideias, história, criação, educação, seus relacionamentos, isso irá formá-lo como um ser único, que possui uma visão singular sobre um elemento, situação, objeto ou sujeito. A questão do pesquisador ou cientista, como alguém com um olhar imparcial e neutro, é utópica e inconsciente. Nada é neutro, nenhum pensamento, ação, sentimento, ideia ou percepção, é livre dos pré-conceitos, tudo é uma somatória carregada de simbologia e que define cada indivíduo como único. Chalmers (1993, p. 50), reforça que nenhuma pesquisa de observação é imparcial e livre de teorias, “A ciência não começa com proposições de observação porque algum tipo de teoria as precede.”, o pesquisador pode se esforçar para exercer a imparcialidade, mas a motivação pela observação, pela pesquisa escolhida já indica alguma inclinação para determinadas teorias.

Refletindo ainda sobre pesquisa e ciência, o antropólogo Claude Raynaut e a socióloga Magda Zanoni, completam que:

Os que se engajam nesse processo [da pesquisa] são pessoas que querem participar da aventura que representa o fato de dar sua contribuição, por modesta que seja, aos processos da reflexão e da ciência. (RAYNAUT, 2011, p. 187)

E como novo caminho entre os desafios da modernidade, aparece um novo conceito, dentro da academia, a interdisciplinaridade, palavra às vezes desgastada, pelo seu mau uso, que é citada por alguns autores como:

[...]a interdisciplinaridade [é apresentada] como campo de conhecimento em construção, destacando a importância da pesquisa científica, ao lado daqueles de natureza metateórica e discutindo as diferentes ordens de desafios teóricos, metodológicos e técnicos que se impõem aos pesquisadores na atualidade. (ALVARENGA, 2011, p. 4-5)



Confundida usualmente como simples agregação de disciplinas, Alvarenga (2011, p. 13) defende que:

Não se trata, pois, de superação do conhecimento disciplinar sob o qual se funda tal modelo, mas de reconhecer a pertinência e a relevância de outro modo de fazer ciência, de gerar conhecimento, sobretudo porque a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro do universo de domínio disciplinar.

Porém não há uma definição de interdisciplinaridade que seja consensual pelos que a utilizam como metodologia, não é uma doutrina, nem ideologia, mas está em constante construção, assumindo novas formas. Assim:

A interdisciplinaridade se apresenta como uma questão central do trabalho científico contemporâneo. No entanto, não existe ainda uma reflexão suficientemente aprofundada e consensual capaz de elucidar o amplo espectro de problemas epistemológicos e metodológicos que enfrenta, cotidianamente, o pesquisador e o docente que se enveredam nessa área. (LEIS, 2011, p. 106-107)

Portanto se propõe integrar os modos de pensar de várias disciplinas, ocasionando uma ruptura de modos de pensar estratificados, vinculando a singularidade dos avanços cognitivos resultante.

Assim, após esta primeira reflexão sobre a produção de conhecimento, a autora possui uma postura consciente, permitindo-se a liberdade de questionar e refletir sobre o projeto de pesquisa proposto, sua metodologia, em uma abordagem científica, porém humanística. Inicia sua jornada científica, a base de teorias e hipóteses, mas se esforça para chegar até as entrevistas com os sujeitos, livre de preconceitos e aberta a informações, histórias, relatos, sensações, olhares, suspiros, emoções que os sujeitos dirão a mesma, sob a forma oral, gestual ou corporal, reforçando a ação interpretativa da pesquisadora. Ainda tem consciência de que sua percepção frente às teorias e frente aos entrevistados possui relação direta com sua perspectiva de mundo, e sua visão da alimentação como ciência.

Entre as ciências que lutam para serem reconhecidas, entre as ciências clássicas está a alimentação ou a gastronomia. Costumeiramente questões que envolvem o cotidiano, acabam sendo naturalizadas, e vistas com descrédito pela academia. Um historiador brasileiro cuja bandeira foi o estudo da alimentação, Carlos Antunes dos Santos, sente que a questão da História da Alimentação, foi desmerecida durante muito tempo pela historiografia brasileira, porém nos últimos tempos a questão da alimentação, começou a ter um espaço maior na



academia e nas editoras, fomentado um maior diálogo multi, inter e transdisciplinar. (SANTOS, 2005, p. 12 - 13).

Outro autor que defende o estudo do cotidiano, e também os aspectos alimentares a ele relacionado, é o célebre historiador francês Michel de Certeau, que em uma de suas principais obras: *A Invenção do Cotidiano*, divididos em dois volumes, dedica juntamente com mais dois autores, uma parte à alimentação, com o título do capítulo “Cozinhar”. Um dos autores juntamente com Certeau é a historiadora francesa Luce Giard, que nos presenteia com a sua fala:

[...] é **por causa de seu papel central** [alimentação] **na vida cotidiana da maioria das pessoas**, independente de sua situação social e de sua relação com a “cultura erudita” ou com a indústria cultural de massa. Além disso os hábitos alimentares constituem um domínio em que a tradição e a inovação têm a mesma importância, em que o presente e o passado se entrelaçam para satisfazer a necessidade do momento, trazer a alegria de um instante e convir às circunstâncias. (GIARD, 1996, p. 212, grifo nosso)

Mais adianta Giard(1996, p. 217) completa:

Aceitar como dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas insignificantes. Aprender a olhar esses modos de fazer, fugidios e modestos, que muitas vezes são o único lugar de inventividade possível do sujeito: invenções precárias sem nada capaz de consolidá-las, sem língua que possa articulá-las, sem reconhecimento para enaltecê-las; biscates sujeitos ao peso dos constrangimentos econômicos, inscritos na rede das determinações concretas.

A comida e a alimentação na área de ciências humanas, parte do princípio de que a composição do gosto/escolha alimentar não depende unicamente do fator nutricional e biológico. Sendo assim, Santos diz que:

Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. (SANTOS, 2005, p. 12 - 13)

Assim, o alimento escolhido possui tanta importância como quando se come, onde, como e com quem se come, aspectos que serão abordados nas entrevistas com os sujeitos, que vivenciaram o período histórico contextual do estudo, legitimando metodologicamente e



(co)relacionando-os com aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos e políticos desse grupo.

As ciências humanas possibilitam compreender a realidade complexa em que se vive, pois pode-se abordá-la a partir de diferentes aportes teóricos. Assim como o antropólogo brasileiro Roberto DaMatta trata a questão da identidade, de saber quem somos, como somos, e por que somos. O autor em seu livro “O que faz o Brasil, Brasil?” traz a concepção de que a construção da identidade de um indivíduo se dá juntamente com a construção de sua sociedade, através da prática de seus costumes, hábitos e regularidades, tornando os indivíduos singulares com sua sociedade. O autor faz uma explanação de temas que caracterizam a sociedade brasileira, como a religião, carnaval, festas, espaço casa x rua, comida e mulheres. Explorando a parte da alimentação, o autor faz uma relação entre o cru e o cozido, lembrando o antropólogo francês Lévi-Strauss que foi o primeiro a escrever sobre os dois processos naturais – o cru e o cozido, e a culturalização do alimento.

DaMatta(1986) ainda cita que, para os brasileiros, nem tudo que alimenta é sempre bom ou socialmente aceitável, do mesmo modo, nem tudo que é alimento é comida. Em outras palavras, o alimento é como uma grande moldura, mas a comida é o quadro, aquilo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; aquilo que deve ser visto e saboreado com os olhos e depois com a boca, o nariz, a boa companhia e, finalmente, com a barriga.

Outro diálogo que se pode estabelecer é com o célebre sociólogo francês Pierre Bourdieu, dedicado ao estudo da linguística, em seu livro “A Economia das Trocas Linguísticas”. O autor realça a questão do poder simbólico que seria uma força invisível, porém perceptível, que sustenta a distinção de determinados aspectos das relações sociais, que podem ser verificados através da linguagem, e de outros elementos, como o vestuário, maneira de falar, arte, música e a própria comida. Essa distinção é sucessivamente reforçada através de signos de riqueza e superioridade, buscando essa diferenciação entre a vulgaridade popular x distinção burguesa, popular x erudito, comum x raro. Bourdieu(1996) afirma que o valor dos elementos nasce sempre do desvio do “lugar-comum” do vulgar, do trivial, do acessível a todos. Assim existem alimentos e ingredientes que se tornaram símbolos dessa distinção, aqui poderia listar uma série de iguarias como escargot, champagne, trufas, mas gostaria de destacar uma em especial que se tornou símbolo de riqueza, opulência e elite, através de uma música popular do cantor brasileiro Zeca Pagodinho, com o homônimo do título da música, Caviar. No refrão da letra diz que: “Você sabe o que é caviar? Nunca vi, nem comi, Eu só ouço falar.” Através dessa



canção, de anos atrás, este ingrediente se tornou símbolo de distinção e fetiche da ascensão social. Assim, a comida também se torna uma relação de poder simbólico e status social.

Portanto, a comida é o produto resultante dos hábitos culturais de pessoas, determinado não apenas pela região, mas pelos traços étnicos de influência e de formação, representando sua história, seus costumes, crenças e relações que se instauraram. Pode-se determinar a partir da comida ou de um prato, que ali se produz e consome, o local de sua origem e o seu povo. Para DaMatta assim como para outros teóricos e estudiosos sobre alimentação, a comida define as pessoas: "dize-me o que comes e dir-te-ei quem és" frase de Jean Anthelme Brillat-Savarin (DAMATTA, 1986 p. 58). Assim pode-se inserir um trecho de Giard(1996, p. 232 – 233, grifo da autora)

372

Existe uma complexa geografia e uma sutil economia das opções e dos hábitos, das atrações e das repulsas. A nutrição diz respeito a uma necessidade e um prazer primordiais: constitui uma "realidade imediata", mas "substâncias, técnicas, costumes, tanto umas como os outros entram num sistema de diferenças significativas", coerente através de seus ilogismos. Pelo fato de os homens não se alimentarem de nutrientes naturais, de princípios dietéticos puros de alimentos *culturalizados*, escolhidos e preparados de acordo com leis de compatibilidade e regras de conveniência próprias a cada área cultural[...], os alimentos e os manjares se ordenam em cada região segundo um código detalhado de valores, de regras e de símbolos, em torno do qual se organiza o modelo alimentar de uma área cultural num determinado período.

Às vezes a questão de alimentos culturalizados, conforme denomina Giard, são questionados, minimizando e reduzindo as escolhas alimentares pela disponibilidade de alimentos. Ora, se isso fosse verdade, iria-se comer cachorro no Brasil, assim como se consome em regiões da Coreia e China; ou comer carne bovina na Índia, aonde há disponibilidade do animal, porém culturalmente ele não é comestível. Questões de ordem proibitivas, religiosas, costumes de famílias, ou de regiões, regem os hábitos alimentares dos grupos sociais, independente da disponibilidade de alimentos. Assim Certeau(1996, p. 339) afirma que:

A cultura se julga pelas operações e não pela posse dos produtos. Na arte, entender um quadro é reconhecer os gestos que lhe deram origem, a "pincelada", o "pincel", a "paleta" do pintor. A arte da cozinheira é totalmente produção, a partir de uma escolha limitada de ingredientes disponíveis, numa combinação de gestos, de proporções, de utensílios e de meios de transformação ou de cocção.



Outro autor que complementa essa discussão é o historiador brasileiro Henrique Carneiro, enfatizando um olhar sensível e transdisciplinar para a questão do hábito alimentar:

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares. (CARNEIRO, 2005, p.72)

Outro aspecto da alimentação é a comensalidade, as pessoas normalmente não comem sozinhas, o dividir e o compartilhar o momento da refeição se tornou um ritual carregado de simbologia, desde o estabelecimento das refeições, e dos seus horários, e do que se comer em cada uma delas, qual o tempo de duração, definição da ordem dos alimentos(entrada, prato intermediário, prato principal, sobremesa), a etiqueta e modos à mesa, apresentação estética do prato, com quem irá ser dividido este momento e aonde será. Carneiro ainda retrata que:

Comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização, pois nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem. (CARNEIRO, 2005, p. 71)

Além disso, o quando comer também é representativo, afinal, arroz, feijão e bife, se tornou símbolo da comida rotineira, lanches e pizzas comida de sábado, ou o que dizer da macarronada da “mama”, do almoço de domingo? Estes símbolos podem até não existir no cotidiano, mas estão interiorizados na memória coletiva da grande maioria. Rituais de passagem, ou comemorações também sempre vêm acompanhados de alimentos que o representam, como por exemplo, o bem-casado e o tradicional bolo de casamento, em cerimônias matrimoniais; ou os brigadeiros e o bolo em festas de aniversário. Sem citar festas religiosas como a Festa Junina, que possui um cardápio variado caipira que vai de pamonha, curau, canjica, até pé-de-moleque e paçoca; ou o Natal com arroz, maionese, e farofa acompanhando o peru, aliás símbolo do Dia de Ação de Graças, culturalmente realizado nos Estados Unidos, e incorporado na cultura de diversos outros países como o Brasil. Assim quando se é convidado a participar destes momentos de comemoração e celebração já está incorporado as expectativas alimentares que os envolvem.



A questão econômica é também um dos aspectos que influencia diretamente na escolha por produtos, ingredientes, marcas, e por fim, nos hábitos alimentares de um determinado grupo. Giard(1996, 213) escreve sua percepção em seu relato pessoal quando foi morar sozinha, fora da casa da família, “Foi assim que descobri[...] que a prosperidade de uma família se traduzia antes de tudo por seu regime alimentar.” Uma frase simples, mas complexa, a prosperidade de uma família, é expressa de uma maneira singular na mesa de cada residência, alimentos diferenciados, especiais, importados, reservas, orgânicos, possuem espaço à mesa proporcionalmente à disponibilidade financeira para adquiri-los em gôndolas de supermercado ou loja especializadas, e a valorização que esse grupo social dedica à alimentação.

Assim finalizo este, com reflexões sobre a alimentação como objeto de relevância para as ciências sociais, enaltecendo aspectos alimentares e trazendo fragmentos destes visando uma compreensão real da ciência da alimentação, com suas perspectivas sociais, econômicas, culturais e psicológicas. Portanto vislumbra-se a comida como um indício pertinente de análise das relações sociais, e como forma distinta e complementar de compreender o mundo ao nosso redor. Relembrando que nenhum conhecimento é inacabado, sendo constantemente enriquecido em cada momento de reflexão proposto, estabelecendo diálogo entre os diferentes saberes.

Fugindo a regra, finaliza-se o texto com uma citação de Certeau(1996, p. 341-342):

Nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos “obscuros heróis” do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isso é admirável.

## 2 JUSTIFICATIVA

Para a compreensão de uma realidade particular qualquer, se faz necessário à reconstituição histórica da localidade, analisando e reconhecendo no passado, as modificações e adaptações que ocorreram até se estabelecer o presente vivenciado.

Tendo como micro-cenário, a cidade de Foz do Iguaçu, no oeste do estado do Paraná, tem-se o mito de que o município surgiu na época de 1970, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, descartando todo o cenário ambiental, econômico, social, cultural e profissional que





havia na localidade. Neste contexto, o resgate dos costumes, hábitos, vestuários, alimentação e a formação de uma região se tornam um importante mecanismo para o processo de preservação da memória e da cultura local.

Um dos grupos sociais pré-existent à Hidrelétrica, são os pescadores da região, sujeitos principais desta pesquisa, onde se questiona como se estabeleciam as relações sociais dos pescadores em uma tríplice fronteira, com os demais grupos como mascates, militares, tribos indígenas, paraguaios, argentinos e outros transeuntes? Como se organizavam social e politicamente? Qual tipo de peixe era encontrado na região? Como era o armazenamento, haja vista que possivelmente não havia métodos de refrigeração? Os peixes eram utilizados como moeda de troca, ou eram vendidos? Quais outros alimentos eram consumidos, cultivados ou trocados/comprados?

Há de se considerar que este grupo social, faz parte de um grupo de minorias, sendo considerado por si mesmo "esquecidos e marginalizados pela sociedade", não existindo um registro histórico sobre a memória destes, que além de constituírem um grupo social, são seres humanos.

Esta pesquisa parte do princípio de que os hábitos alimentares de um determinado grupo não dependem unicamente do fator nutricional e biológico, e que não são determinados apenas pela região, mas pelos traços étnicos de influência e de formação, representando sua história, seus costumes, crenças e relações que se instauraram, enfatizando um olhar sensível e transdisciplinar para a questão da alimentação. Relacionando assim, aspectos que influenciavam nos hábitos alimentares dos pescadores, baseando-se em uma visão holística.

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 Objetivo Geral

Realizar um levantamento dos hábitos alimentares dos pescadores de Foz do Iguaçu, no período de 1940 - 1970, (co) relacionando-os com aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos e políticos desse grupo.



### 3.2 Objetivos Específicos

1. Fazer um resgate histórico desse grupo social antes da vinda das obras de Itaipu;
2. Analisar as relações sociais existentes neste período histórico na região;
3. Levantar os hábitos alimentares desse grupo social;
4. Identificar possíveis aspectos que influenciavam na alimentação local;

## 4 METODOLOGIA

A metodologia a ser aplicada neste trabalho será história oral temática, sendo este um método de pesquisa que busca a ampliação de conhecimento sobre o passado, não sendo “um fim em si mesmo, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2005 p. 29), tendo uma abordagem efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar.

Os entrevistados serão aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou possuíram contato de alguma forma com ocorrências ou circunstâncias ligadas ao tema proposto, em um levantamento prévio, foi verificado que existe cerca de dez pescadores que se enquadram neste perfil, sendo estes pescadores da região com faixa etária entre 80 a 85 anos, e que tem disponibilidade para participarem desse resgate histórico. Serão entrevistas temáticas, que segundo Alberti(2005, p. 30), são aquelas que consistem essencialmente sobre a participação do entrevistado no tema abordado, buscando cortes temáticos sobre a sua trajetória, focando na biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência.

Além das entrevistas a pesquisa contará com um levantamento bibliográfico sobre o tema proposto, e no conjunto do levantamento realizado, espera-se também poder constituir bases que possam contribuir com questões interdisciplinares abarcadas no universo do tema proposto.

## 5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se através desta pesquisa, contribuir para uma compreensão transdisciplinar sobre o aspecto alimentar deste grupo social em questão, ressaltando a alimentação como uma



das ferramentas das ciências sociais, relacionando itens que influenciavam nos hábitos alimentares dos pecadores, baseando-se em uma visão holística para uma real compreensão do contexto histórico proposto. Assim, a expectativa é resgatar a memória dos pescadores de Foz do Iguaçu, antes da construção da Hidrelétrica, contribuindo com o registro histórico destes, que antes de constituírem um grupo social, são seres humanos.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Augusta Thereza de, et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo & SILVA NETO, Antônio José. (Editores) *Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia & Inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARNEIRO, Henrique Soares *Comida e sociedade: significados sociais na História da Alimentação*. In: História: questões e debates, Curitiba, n.42, p.71-80, 2005. Editora UFPR.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHALMERS, Alan Francis. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1986.
- GIARD, Luce. Artes de Nutrir. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 211-332.
- LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo & SILVA NETO, Antônio José. (Editores) *Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia & Inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 106-122.
- RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar a pesquisa e no ensino superior. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo & SILVA NETO, Antônio José. (Editores) *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 143-208.
- SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



SANTOS, Boaventura de Sousa dos. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. *A alimentação e seu lugar na história: Os tempos da memória gustativa*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005. Editora UFPR.



## COMO O DISCURSO DA CIÊNCIA MOVIMENTA A SOCIEDADE: MEMÓRIA DA PERCEPÇÃO DA TECNOLOGIA NUCLEAR PELOS GRUPOS SOCIAIS

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
orrico.evelyn@gmail.com

FERREIRA, Maria da Conceição da Rocha

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
conceicapos@yahoo.com.br

379

### RESUMO

Os movimentos sociais indicam um grau de maturidade e desenvolvimento político da sociedade em que surgem, já que tanto derivam quanto promovem transformações. Partindo do pressuposto de que tal maturidade advém das construções que a ciência produz, uma questão se apresenta: como se conscientiza a sociedade sobre os riscos científicos que se debatem atualmente no mundo? A análise do discurso de divulgação científica pode traçar um perfil de como essa comunicação vem se processando nos últimos anos e levantar os pontos de discussão sobre o tema. Se, como nos diz Pêcheux (1997), todo discurso (entre eles, o científico) está ligado a alguma ideologia, então é preciso ter isso em mente ao observar qualquer movimentação social de ordem tecnológica. Buscando desenvolver uma reflexão mais ampla sobre o papel da divulgação da ciência na formação de um pensamento crítico da sociedade, este trabalho aborda o tratamento dado à tecnologia nuclear pela mídia e pelas organizações do setor. Pela análise de diversas matérias veiculadas, em diferentes épocas e procedências, pode-se depreender que existe uma memória de cultura do risco permeando a percepção que a sociedade tem do uso da tecnologia nuclear.

**Palavras-chave:** sociedade; ciência; discurso

### ABSTRACT

Social protest movements can be an indicator on how mature is the society where they take place as they not only originate but also promote political transformation. Assuming that maturity comes from the constructions produced by Science, one question arouses: how can people be aware of scientific risks that are debated nowadays worldwide? The analysis of scientific speech can be used in order to trace a profile on how the communication in science is being processed during the last years, pointing out the main issues on this theme. If it is true that all speeches (scientific among them) are compromised to an ideology, as stated by Pêcheux (1997), then we must have it in mind when dealing with any movement based on technology. In search for a wide reflection about the role of the scientific speech and the science communication on the formation of social criticism, this article shows how media and organizations deal with nuclear power technology. By the analysis of different articles in different times and approaches, we can observe that there is a memory of risk culture undergoing through the nuclear theme whatever the situation in which society perceives it.

**Key-words:** society, science, speech



## 1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais indicam grau de maturidade e desenvolvimento político da sociedade em que surgem e, representando forças sociais organizadas, reúnem as pessoas em ações de resistência, promovendo transformações. Em geral, esses movimentos requerem a cobertura da grande imprensa, pois ela amplifica muito o alcance de suas ações, o que reforça o poder que a mídia exerce na disseminação da informação, assim como na formação da opinião pública. Numa sociedade democrática, a postura crítica é o que se espera dos cidadãos e instituições sociais, especialmente da mídia, responsável por importante meio de circulação de informação.

Na esfera comunicacional insere-se também a atividade científica, na medida em que não diz respeito exclusivamente aos cientistas, já que possui fortes implicações para a sociedade. A Ciência e a Tecnologia avançam a cada dia e, para cada nova pesquisa científica ou inovação tecnológica, muitas questões são apresentadas, o que requer reflexão de como a sociedade será por elas impactada, considerando diversas dimensões, tais como as sociais, religiosas, políticas, econômicas e ambientais. Partindo do pressuposto, construído ao longo do tempo, de que o desenvolvimento tecnológico conduz ao desenvolvimento social, parece haver uma tendência a divulgar apenas o que de positivo prometem trazer os avanços científico-tecnológicos.

No entanto, como aponta Gadelha (2006, p.34), as divulgações da mídia, que não necessitam seguir qualquer norma de disseminação científica<sup>1</sup> para apresentar uma matéria sobre ciência, tendem a associar seus conteúdos ao que é espetacular, ou ostentoso.

De fato, não existe neutralidade nas descobertas científicas, principalmente na forma como são divulgadas. Outro aspecto que hoje se verifica igualmente é o paradoxo da adaptação das necessidades humanas às produções da ciência e tecnologia, algo que foi sendo construído pela força do discurso ideológico da indústria, numa inversão à ordem natural de precedência. Criam-se as facilidades tecnológicas e depois se faz com que sejam imprescindíveis ao convívio diário.

<sup>1</sup> Os discursos de disseminação científica são os usados pela mídia especializada e seguem regras de publicação, para um público selecionado e restrito, formado por especialistas, sejam eles intrapares (da mesma área) ou extrapares (de áreas diferentes). Já os discursos de divulgação, aqui referidos, usam uma transcodificação de



Nesse mundo automatizado, realidade do homem moderno, conviver com os mecanismos que sustentam esse desenvolvimento facilitador do dia a dia social não parece difícil. Mas quando se trata de entender como se processam os recursos que temos ao nosso redor para facilitar nossa vida, além de não ser normalmente do nosso interesse, também só parece possível aos especialistas de cada área pela qual as tecnologias se desenvolveram. Como o progresso científico-tecnológico atingiu tal grau de diversidade e especificidade, só é possível a cada um o saber mediano, útil ao seu desempenho diário no grupo social em que se insere. É nesse saber mediano sobre os avanços da ciência que a mídia exerce papel importante.

Mesmo reconhecendo sua importância, algumas questões se impõem: a) como a mídia obtém seu material científico para divulgação e informação da sociedade?; b) como os temas se materializam nessa mídia e que aspectos são explorados?; c) se a preferência dessa mídia é pelo espetacular, como nos apontou Gadelha, como fica a percepção da sociedade sobre a exploração científica e tecnológica?

Tendo em vista minha experiência como integrante do quadro de funcionários da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), instituição que regulamenta e fiscaliza o uso da tecnologia nuclear no Brasil, assim como incentiva a pesquisa e o desenvolvimento do setor, pude perceber algumas formas de divulgar a energia nuclear que, em um primeiro momento, me pareceu chamar atenção para um aspecto e não para diversos outros relacionados ao tema. Assim, o presente trabalho é fruto de um projeto de doutoramento, em fase inicial, que pretende investigar o pressuposto de que as matérias de divulgação científica ligadas ao tema da tecnologia nuclear são construídas por uma memória da cultura do risco, ou do medo do perigo que representam. Para tanto, vamos empregar a metodologia da Análise do Discurso (AD) da vertente francesa e o conceito de interdiscurso como embasamento para comparar três diferentes publicações: a reportagem de capa da revista *Época* de março/2011, intitulada “De Hiroshima a Fukushima<sup>2</sup> – o pior desastre radiativo desde Chernobyl reativa o horror da bomba atômica no Japão – e expõe os perigos da energia nuclear”; o livro lançado em 2006, em comemoração aos 50 anos de fundação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN),

---

línguas, para adequação a uma totalidade do universo receptor (PASQUALI, Antonio. *Comprender la comunicación*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1978, apud GADELHA, 2006).

<sup>2</sup> Referência ao tsunami ocorrido no Japão em março/2011 e que provocou um grave acidente nuclear com três reatores da Central Nuclear local, avaliado em nível 7 (nível mais grave na escala de avaliação) pelas autoridades japonesas. O acidente ficou conhecido pelo nome da cidade.





intitulado “A Opção Nuclear, 50 Anos rumo à Autonomia”; e a obra “Sociedade do Risco”, do sociólogo Ulrich Beck (1998).

Como aponta Pêcheux (1995), todo discurso, entre eles o científico, está ligado a alguma ideologia. A prática científica não está segmentada da prática política e vice-versa. Ambas são determinadas pelas condições sócio-históricas e ideológicas de uma dada formação social. Pêcheux (1995, p. 152) nos mostra que a descontinuidade ciência/ideologia, a qual propõe uma língua logicamente perfeita e um sujeito independente, é um mito. Porque “todo discurso é discurso de um sujeito” e a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se dá pela identificação desse sujeito com a Formação Discursiva que o domina, daí que não pode haver discurso científico puro, que não seja ideologicamente determinado.

Se é assim, como pode o cidadão comum, de escolarização média, ter distanciamento crítico adequado para compreender a ciência que lhe é divulgada? A resposta parece ser a de que ele não pode. É esta concepção que temos em mente ao defender que as movimentações sociais em torno dos riscos tecnológicos enfrentados são articuladas pela corrente ideológica veiculada nas mídias de grande circulação. É novamente Gadelha quem nos dá um panorama do que a divulgação da mídia pode representar para a sociedade:

A mídia possibilita o debate, a discussão, ao mesmo tempo que influencia o comportamento, o consumo, a política, a vida social, a saúde, enfim, as escolhas dos indivíduos. E, apesar desta característica poder causar efeitos antagônicos, sua força é determinante na produção de significados e valores hegemônicos. Mas muitas vezes isto é ignorado porque faz parte do processo a falta de percepção desta influência (GADELHA, 2006, p. 38).

Ainda sob as conceituações de Pêcheux (1995, p. 184-186), tem-se que a produção de conhecimentos em uma determinada área está intrinsecamente ligada a uma *luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que elas designam [...]* e que a suposta *neutralidade científica* mascara o fato de que a objetividade científica é indissociável de uma *tomada de posição*. No discurso científico, como posto por Pêcheux, as designações, as expressões empregadas pelos autores, significam posicionamentos e contribuem para a formulação de políticas e ações com esses comprometidos.

Procurando entender as implicações da ciência com a sociedade a que está diretamente ligada, há um movimento que procura integrar os estudos de uma com a outra. São os estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), que procuram tratar de como os valores sociais,



políticos e culturais afetam a pesquisa científica e a inovação tecnológica, e como estas, ao mesmo tempo, afetam a sociedade, a política e a cultura. Ao admitir que ciência e tecnologia não são instrumentos neutros e que podem atender a interesses determinados, o movimento CTS pode ser de grande valor educacional porque estimula, de alguma forma, o senso crítico. Neste trabalho abordaremos as posições em que se encontram sociedade, mídia e ciência e tecnologia e como se processa a comunicação entre elas. Interessam aqui as percepções de risco que se tem do progresso científico/tecnológico e, em particular, uma tecnologia que é normalmente veiculada na mídia como um perigo: a energia nuclear.

Acreditando que a determinação de níveis de riscos relevantes, no uso desta ou daquela tecnologia, responde a fatores sociais e culturais, muito mais do que naturais, as veiculações da mídia representam uma forte influência na percepção que as sociedades têm desses riscos. A AD de linha francesa, que usaremos aqui, deverá possibilitar depreender quais condições permitiram o aparecimento do discurso anti-nuclear, além de conduzir sua evolução nas últimas décadas. A AD francesa considera o objeto em análise como não delimitado por uma única perspectiva, mas numa intersecção da linguística, da história e da ideologia, o que permitirá traçar a construção de sentidos que se operou na memória social no que tange à polêmica da tecnologia nuclear.

## **A MOVIMENTAÇÃO DO PRO/CONTRA NUCLEAR**

Dentro da extensa argumentação que se tem ao analisar o discurso da ciência, o tema da tecnologia nuclear oferece basicamente uma controvérsia bem demarcada em torno da exploração energética, da garantia de uso pacífico e de sua viabilidade ecológica. As posições que se observam quanto à própria ideia da tecnologia são radicalmente polarizadas e essa dicotomia temática já vem de muito tempo, refletindo uma simplificação de argumentos para ambos os lados. Os eixos da discussão se concentram na exploração energética porque *não há dúvidas* de que as aplicações na medicina sejam benéficas para a sociedade. Mesmo no Brasil, onde o único acidente verificado, o de Goiás, em 1987, com repercussão mundial, tenha sido originado, ainda que indiretamente, da aplicação nuclear na medicina. Não há o que discutir quanto aos benefícios dessa tecnologia nos tratamentos do câncer e *nessa vertente discursiva* a aceitação da tecnologia parece estar bem alinhada aos interesses sociais.



A notícia em sua maior simplicidade era esta: dois catadores de papel recolheram uma bomba de Césio-137, abandonada num terreno baldio. Romperam seu invólucro de chumbo com golpes de marreta e descobriram uma cápsula fluorescente, altamente radioativa, que passou a circular na cidade como se fosse uma pedra preciosa, como se fosse um pedaço azul do céu, caído, subitamente, no Bairro Popular para fazer a felicidade dos pobres do planeta (GABEIRA, F. 1987 p.2).

A título de ilustração, sobre o acidente de Goiânia, ainda é bom lembrar, apesar de o governo insistir para que fosse considerado radiológico e não “nuclear”, a imprensa quase nunca observou essa distinção. Claramente, o segundo termo constitui maior destaque, evocando mais “emoção”, o que nos remete à tendência da mídia, já argumentada anteriormente, de espetacularizar os acontecimentos. Quanto a isso ainda podemos observar, como nos diz Foucault (1995), que um enunciado está ligado a situações que o provocam e a consequências por ele desencadeadas. Analisando a preferência do uso do “nuclear” ao *radiológico* no discurso do acidente de Goiânia pode-se perceber a dispersão de sentidos, em uma retórica de persuasão para um tema de maior impacto social.

Há 27 anos, Abadia de Goiás passou a abrigar o lixo radioativo resultante do desastre com o césio-137. Seis mil toneladas de lixo radioativo foram recolhidas das áreas contaminadas. Apesar do preconceito que envolveu a cidade e seus moradores por conta dessa história, a maior parte da população foi favorável, segundo se tem notícia, ao trabalho feito pelos técnicos da CNEN. Tanto que hoje convivem com o símbolo da radioatividade na bandeira do município.

Há tempos, em Goiás, a cidade de Caldas Novas invocava um forte apelo turístico por suas águas termais que tinham a radioatividade como origem e, portanto, associada à saúde. Antes do acidente, portanto, não estava difundida no local uma percepção social do risco em relação ao termo radioatividade como o que resultava do Césio-137. Pode ter sido essa a razão pela qual os médicos do Instituto Goiano de Radioterapia, negligentemente, deixaram a bomba de césio abandonada, ao mudarem de endereço. Assim, antes de 1987, os poucos que sabiam dos riscos da radioatividade somente os viam nas usinas nucleares ou nas armas atômicas. Não imaginavam que esses riscos poderiam estar tão perto.

O exemplo do acidente de Goiânia ilustra o centro das movimentações pro/contra energia nuclear que entremeiam as mais variadas mídias e discursos de amplitude mundial. Pensar em nuclear imediatamente remete a acidentes de grande repercussão, em especial o mais



recente, de Fukushima, que ainda rende manchetes no noticiário como questão não resolvida. Permeando as discussões em torno deste e outros bem marcados na memória social (Chernobyl e Three Mile Island), a mídia apresenta discursos da emissão de gases do efeito estufa, sem unanimidade entre os cientistas, somando-se ainda a crise de fornecimento de energia mundial. São pontos polêmicos. Encontrar um consenso entre temas que envolvem conhecimentos científicos tão diversos e tão amplos é uma tarefa impossível. Os entremeios e os desdobramentos que cada esfera de discussão pode oferecer são praticamente infinitos, permitindo a tendência para um lado ou outro, conforme a abordagem que se faça. Aliás, já dissemos aqui que os discursos são formulados por sujeitos interpelados pela ideologia. Assim, o conceito de interdiscurso – diálogo que se propõe entre várias formações discursivas segundo a ideologia que cada uma carrega, é importante para a análise aqui empreendida.

Os discursos, quando proferidos, inserem-se em formações discursivas (FD), as quais determinam o dizer, isto é, o que pode e deve ser dito, estando subordinadas ao lugar e ao contexto histórico de onde se fala e que podem, na sua formação, compor elementos de outras formações discursivas. De acordo com Foucault (1996), todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, e que provém de outros discursos. Assim sendo, uma Formação Discursiva se constitui por vários discursos que se combinam em certas condições sociais de construção de outros discursos.

Entende-se o interdiscurso como o conjunto de formulações anteriores, que, embora aparentemente esquecidas, determinam o que dizemos. Está, assim, ligado à memória do que foi dito antes em algum momento. Quer dizer que todo discurso, no curso de sua produção, é constituído por outro(s) que, mesmo de forma não explícita, já é conhecido por aquele que enuncia. Temos a impressão de que somos originais no que dizemos, mas o nosso discurso se relaciona com essa memória de discursos anteriores (PÊCHEUX, 1995).

A título de ilustração, podemos perceber que os horrores das explosões das bombas de Hiroshima e Nagasaki parecem povoar os discursos de acidentes nucleares, como, por exemplo, se observou em reportagem de capa da revista *Época* de março de 2011, a primeira de nossas publicações de análise. Já na imagem do símbolo da radioatividade em vermelho, temos uma alusão à bandeira do Japão, visto que o símbolo é normalmente preto em fundo amarelo. A opção pelo vermelho, com a forma circular, remete ao círculo vermelho central, com fundo branco, da bandeira do Japão, país do acidente a que a reportagem se refere. Depois, ao



observarmos o título “De Hiroshima a Fukushima – o pior desastre radiativo desde Chernobyl reativa o horror da bomba atômica no Japão – e expõe os perigos da energia nuclear”, encontramos uma aproximação de dois acidentes catastróficos, Chernobyl em 1986 e o que aconteceu no momento da reportagem, já convencionado também pelo nome da cidade: Fukushima. Quanto ao nome da cidade, há uma referência também a outra cidade que marcou o contexto histórico nuclear em situação de catástrofe igualmente marcante, mas de causa diversa. A reportagem também parece aproveitar a semelhança sonora entre os dois nomes para um enunciado de maior impacto quanto à comparação temporal que ela pretende destacar: “De Hiroshima a Fukushima”. Os dois acontecimentos em si nada possuem de semelhantes, a não ser por serem ambas as cidades japonesas. Mas a justaposição dos nomes nos remete a uma outra formulação enunciativa “De Hiroshima a Nagasaki”, cuja memória da tecnologia costuma *assombrar* o mundo quando a ela se refere: a bomba. As duas cidades ainda são o marco da explosão da bomba nuclear e essa memória discursiva parece estar perpassando grande parte, se não a totalidade, dos enunciados sobre energia nuclear.

Contraopondo-se à mídia massiva que potencializa o perigo do uso da energia nuclear, encontram-se as instituições que se empenham na sua desmistificação e adequação dos discursos científico e educacional. No item a seguir, procuramos expor um breve cenário do que representa o nuclear no Brasil e no mundo, em termos organizacionais. O antagonismo, vai se observar, está sempre presente nas questões que envolvem o uso, as necessidades ambientais, a pesquisa e desenvolvimento, e a saúde humana.

## 2. OS DISCURSOS DAS INSTITUIÇÕES AFINS

No Brasil, o setor nuclear envolve a presidência da República e três ministérios: Defesa; Minas e Energia; e Ciência e Tecnologia. A CNEN, atualmente ligada à Ciência e Tecnologia, foi criada em 1956 e atravessou o período da ditadura militar, época em que havia a cultura do sigilo em torno das estratégias políticas do Governo. Houve mesmo, entre as décadas de 1970 e 1980, o programa paralelo nuclear, com o objetivo de desenvolver armas nucleares. O presidente da instituição à época e hoje membro de sua Comissão Deliberativa, Rex Nazaré, que recebeu a alcunha de “pai da bomba atômica brasileira”, no entanto, nega haver essa intenção do governo à época (MOTTA, 2013). De qualquer forma, o programa foi



desmantelado em 1990, no Governo Collor, com dois acontecimentos simbolizados nessa mudança: a demissão de Rex Nazaré da presidência da CNEN e o fechamento de um poço aberto na serra do Cachimbo, oeste do Pará, onde seriam realizados testes de explosão nuclear, fatos igualmente negados por Rex Nazaré (MOTTA, 2013).

É dessa época (1990-91) também a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC), já que o país vizinho viveu igualmente uma ditadura militar e uma conseqüente disputa tecnológica nuclear. A ABACC iniciou-se como um tratado de cooperação entre Brasil e Argentina, em resultado da permuta para governos democráticos que ambos conquistaram. Tendo em vista a natureza dos conflitos outrora existentes, a cooperação nuclear entre eles visou ao fortalecimento do status político e ao desenvolvimento tecnológico e econômico, não havendo qualquer intenção de desenvolvimento bélico de nenhuma das partes.

Remanescente da época da ditadura militar, permanece hoje o projeto de construção, pela Marinha, de um submarino de propulsão nuclear. O objetivo declarado é, contudo, apenas assegurar a segurança da costa brasileira. Desde 1970, a Marinha dominou o ciclo do combustível nuclear e pôde dar início à construção do reator nuclear que está sendo desenvolvido no Centro Experimental Aramar, em Iperó – SP. Serão mais três anos para alcançar o projeto básico do submarino de propulsão nuclear, para então ter início a fase do projeto detalhado, mais a construção do submarino, com a conclusão prevista em 2020.

Outras instituições integram o setor nuclear no Brasil, envolvendo os três ministérios já citados. A entidade que concentra maior número de funções é mesmo a CNEN, responsável por planejar, orientar, supervisionar e fiscalizar a atividade nuclear no Brasil, estabelecendo normas e regulamentos em radioproteção, além de desenvolver pesquisas para o setor, através dos institutos que a integram (**Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN; Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste - CRCN-CO; Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste - CRCN-NE; Instituto de Engenharia Nuclear – IEN; Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN; Instituto de Radioproteção e Dosimetria – IRD e Laboratório de Poços de Caldas – LAPOC**).

Atualmente, o principal enfoque da instituição está nas aplicações da tecnologia nuclear na medicina e na agricultura, já que os investimentos em produção de energia elétrica tiveram uma queda em função de Fukushima. A Comunicação com o público, aliás, não se concentra





por meio de um boletim institucional regular, limitando-se a pronunciamentos à imprensa, quando necessário. Uma edição histórica, entretanto, feita em 2006, em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, pode trazer dados interessantes quanto ao discurso da instituição e integra nosso corpo de análise, como já mencionado. Intitulado “A Opção Nuclear, 50 Anos rumo à Autonomia”, a publicação marca o cinquentenário da criação da CNEN, e abrange a história da própria tecnologia no Brasil e no mundo. Talvez por ser indissociável da história do seu surgimento, o primeiro capítulo do livro, que é uma *celebração de aniversário*, traz como imagem o *cogumelo da explosão da bomba*. Depois, ao narrar a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), enfatiza seu objetivo principal de *promover o uso pacífico* da energia nuclear e *desencorajar* o seu uso para *fins militares*. São imagens que estão presentes em uma memória, aparentemente, de alcance mundial, atravessando os discursos de mídia jornalística, mas que provêm igualmente de instituições que regulam ou fiscalizam o uso da tecnologia. Não seria esse o reforço involuntário de que a tecnologia representa realmente um alto risco? Ao final da publicação, um apanhado histórico que mistura a história da instituição com a da própria descoberta da fissão do átomo, ainda há a referência a esta como “o maior desafio tecnocientífico legado pela Segunda Guerra Mundial” e sua história sempre ligada aos períodos de crise política e falta de diálogo do governo com a sociedade (ANDRADE, 2006, p.179).

Os mesmos indícios das marcas discursivas observadas no nosso primeiro exemplo de análise, o da revista *Época*, relatado no capítulo anterior, que aproxima Hiroshima e Fukushima, parecem povoar tanto as publicações de instituições que promovem o uso da tecnologia, como visto acima, como também obras de cunho científico. É o que veremos no nosso próximo objeto de análise, A teoria da *Sociedade de Risco*, defendida pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, que concebe uma ruptura dentro da modernidade que a afastou da sociedade industrial clássica e fez surgir a sociedade industrial do risco.

### **3. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO MEDO NUCLEAR NA SOCIEDADE DO RISCO**

A forte ligação semântica do perigo ao tema da energia nuclear pode ser observada ao longo da obra de Ulrich Beck, *Sociedade de Risco (1986)*, que obteve grande





repercussão no campo da sociologia. Nela encontramos inúmeras referências ao *risco nuclear*, mais especificamente à tragédia de Chernobyl, recém-ocorrida no momento da autoria da obra. A contaminação atômica é a “constatação do poder do perigo que suprime todas as zonas protegidas e todas as diferenças da modernidade”.

La confesión de una contaminación atómica peligrosa equivale a la confesión de la falta de esperanzas para regiones, países y continentes enteros (Beck, 1998, p.11).

Por esta afirmação, o autor usa o exemplo da radiação atômica como o perigo máximo. Usa-a também como argumento para o seu tema maior que se refere a uma mudança de paradigma social. No capitalismo, a acumulação de riquezas produz abismos de diferenças sociais. Mas a sociedade atual, para ele, está não mais preocupada com a miséria material mas com os riscos que corre ao viver o progresso tecnológico.

Na obra, o sociólogo refere-se a um mundo “fora do controle”, cheio de incertezas, onde predominam as leis da probabilidade, e riscos que não podem ser mensurados, reforçados por rápidas inovações tecnológicas. O que era antes uma sociedade movida pela fome, na cultura capitalista, passa a ser uma sociedade movida pelo medo, já que, para o autor, estamos vivendo em outro paradigma – o do risco. A cultura do medo, de acordo com Beck (1998), viria do paradoxo de que as instituições feitas para controlá-lo, produzem exatamente o seu descontrole. Evidentemente que nessa teoria de Beck estão incluídas não apenas a área nuclear mas as tecnologias mais diversas, decorrentes do progresso científico-tecnológico, que transformam a natureza. A esse respeito, Giddens (1990), outro sociólogo que se alinha a estes princípios teóricos, nos apresenta uma "natureza socializada", alterada pelos sistemas de conhecimento humanos e que oferece uma imensa quantidade de riscos à sobrevivência na Terra: a poluição química nos mares que destrói o plâncton, grande renovador do oxigênio; os poluentes atmosféricos que atacam a camada de ozônio, derretendo parte das calotas polares e inundando vastas áreas; a destruição de florestas tropicais que são fonte de oxigênio renovável; a exaustão de terra fértil pelo uso de fertilizantes artificiais; e, claro, a radiação provocada por acidentes graves em usinas nucleares ou pelo lixo atômico.

Ambos os sociólogos (Beck e Giddens) apontam para o fenômeno vivido pela atualidade em que os perigos maiores não são mais as ameaças naturais (tempestades, terremotos, epidemias...), mas os resultantes de artefatos humanos. Ao citar inúmeras vezes a



*catástrofe nuclear*, fica destacado o quanto há maior associação de termos como risco e perigo à memória da tecnologia nuclear. Ainda mais quando é também tratada em relação ao armamento bélico militar, em que figura como o ponto máximo do poder destruidor e coloca toda a humanidade em perigo.

A guerra nuclear é potencialmente o mais imediato e catastrófico de todos os perigos globais correntes. Desde o início da década de 1980, reconhece-se que os efeitos climáticos e ambientais de um confronto nuclear bastante limitado poderiam ter um grande alcance. A detonação de um pequeno número de ogivas poderia produzir danos ambientais irreversíveis que poriam em perigo a vida de todas as espécies animais complexas. O limiar para a ocorrência de um "inverno nuclear" foi calculado entre 500 e 2.000 ogivas — menos de dez por cento do total possuído pelas nações nucleares. Ele está abaixo do número possuído durante a década de 1950. Esta circunstância justifica inteiramente a afirmação de que, em tal contexto, não existem mais "outros": tanto os combatentes quanto os que não estão envolvidos sofrerão. (Giddens, 1990, p.125. Tradução livre).

390

Com todas essas implicações carregadas de perigo e até mesmo terror, a mensagem que se obtém ao ler ou ouvir sobre o assunto *Nuclear* é que se trata de um risco real. As publicações que exemplificamos aqui, apesar de tão diferentes procedências, invocam memórias que se assemelham: a bomba, a guerra, a explosão, a contaminação e a morte. As marcas dos discursos que observamos nas instituições que promovem o uso da tecnologia, conforme analisado anteriormente, demonstram uma preocupação em “defender o uso” e reforçar os “fins pacíficos”, mas a aproximação desses termos àqueles que remetem à destruição e morte, reforçam o discurso do perigo iminente feito pela mídia em geral.

A determinação de níveis de riscos relevantes pode ser uma estratégia discursiva para viabilizar o uso desta ou daquela tecnologia. A previsibilidade do risco, em qualquer campo de saber científico ou tecnológico, é possível pelo conhecimento da distribuição de probabilidades de acontecimentos futuros, mas essas análises não constituem o cerne das preocupações das sociedades em geral, já que respondem muito mais a apelos de veiculações de mídia, que lhes são mais próximas. Então, nossa questão sobre como se conscientiza a sociedade sobre os riscos científicos que se debatem atualmente no mundo permanece indeterminada. Pela análise das publicações aqui expostas, contudo, parece haver um alinhamento conclusivo de que existe uma memória de cultura do risco permeando a percepção que a sociedade tem do tema nuclear.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória social constitui-se de uma disputa de significados que interferem na formação dos indivíduos. São influências de que não nos apercebemos e simulam a originalidade, algo não pensado ou não dito antes. Ao exprimir ideias ou opiniões que consideramos ser nossas, sem percebermos, estamos reproduzindo ideias influenciadas por repercussões da mídia. Essa influência da mídia, incidindo diretamente no pensamento crítico da sociedade, constitui uma preocupação quanto à conscientização desta sobre os riscos científicos que se debatem atualmente.

São construções desse tipo que trafegam pelo imaginário social quando as matérias jornalísticas abordam a tecnologia nuclear. Por mais que as instituições que promovem o seu uso se esforcem em trazer a público os benefícios da tecnologia, é o interdiscurso da bomba e da ameaça de holocausto nuclear que são melhor percebidos pela sociedade.

Ao observar as movimentações sociais envolvendo o desenvolvimento científico-tecnológico, é importante lembrar das ideologias que elas carregam, em função dos interdiscursos que as originam. Em se tratando da tecnologia nuclear, a análise preliminar do tratamento que a mídia em geral dá ao tema, em diferentes épocas e procedências, demonstra que existe uma memória de cultura do risco na percepção que a sociedade tem desta tecnologia.

#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *A Opção Nuclear, 50 Anos Rumo à Autonomia*. Rio de Janeiro: MAST, 2006.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BECK, Ulrich. *La Sociedad Del Riesgo*. Espanha: Ediciones Paidós Iberica S/A, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GABEIRA, Fernando. *Goiânia, Rua 57: O Nuclear da Terra do Sol*. E-book retirado do site [www.gabeira.com](http://www.gabeira.com): 1987. Acesso em 5/11/2014.



GADELHA, Margarete Monteiro. *A identidade da Química no Brasil no contexto dos discursos de divulgação: um estudo de caso em quatro periódicos*. Dissertação de Mestrado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006.

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Stanford, CA, USA: Stanford University Press, 1990.

MOTTA, Débora. Uma vida dedicada à energia nuclear. In: *Rio Pesquisa*, Ano VI, número 24. Rio de Janeiro: FAPERJ, Setembro 2013, p. 21 a 27.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.



## CONCEPÇÃO CIENTÍFICA DA CONSCIÊNCIA: DO INDIVIDUAL AO TRANSPESSOAL

NOVA, Flávia Magaly Oliva Nunes

*Estudante de mestrado do Programa de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social da  
Fundação Visconde de Cairu  
humanize@gmail.com*

393

### RESUMO

Na concepção holística, a consciência e a matéria são vistas como faces de uma mesma totalidade. O artigo tem como objetivo geral elaborar breve histórico da concepção científica de Consciência, em especial, da perspectiva da psicologia, tendo em vista as transformações paradigmáticas, ocorridas desde o Renascimento. Pretende ainda discutir as concepções de ciência e as repercussões da teoria quântica na compreensão da consciência. A opção metodológica foi a pesquisa bibliográfica. Constatou-se que a Psicologia Transpessoal está fundamentada em descobertas da física quântica; que a separação entre onda e partícula, corpo e mente, observado e observador é artificial e falaciosa; Concluiu-se que a concepção de um universo uno, autoconsciente e indissociável é fundamental para gerar a revolução de mentalidade necessária ao desenvolvimento, atitudes mais sustentáveis do ponto de vista da ecologia profunda.

**Palavras-chave:** Ciência. Consciência. Psicologia Transpessoal

### ABSTRACT

In holistic approach, awareness and matter are seen as sides of the same whole. This article aims to elaborate a brief history of the scientific conception of consciousness, in particular from the psychology perspective, taking into account the paradigmatic transformations that occurred since the Renaissance. It also intends to discuss the conceptions of science and the implications of the quantum theory to the comprehension of awareness. The method used was bibliographic research. It was found that the Transpersonal Psychology is grounded on discoveries of quantum physics; that the separation between wave and particle, body and mind, observed and observer is artificial and fallacious; the conclusion was that the conception of a unique, self-conscious and inseparable universe is basal to generate the revolution of mentality that is needed to development, more sustainable attitudes from the viewpoint of deep ecology.

**Key-words:** Science. Consciousness. Transpersonal Psychology

### INTRODUÇÃO

A atuação como psicóloga levou-me a perceber os frequentes questionamentos a respeito dos sintomas psico-emocionais de seres humanos. Uma dúvida comum gira em torno da dicotomia entre soma e psique. A pergunta geralmente feita é se determinada patologia é orgânica ou psicológica. Isso evidencia a visão determinista de uma concepção em que mente e corpo são como duas instâncias distintas e opostas. Essa forma fragmentada de pensar foi



alavancada entre os séculos XVI e XVII e permaneceu predominante até o início do século XX, quando começou a ruir, diante das revelações do mundo subatômico e do emergente paradigma holístico. Nesse período, atinge ideologicamente as mais diversas ciências e alcança também o senso comum, evidenciando-se como um poderoso paradigma (CAPRA 1982, 1996; GOSWAMI, 2008; DI BIASE e ROCHA, 2005)

Com essa preocupação, o artigo tem como objetivo geral elaborar breve histórico da concepção científica da Consciência, em especial da perspectiva da psicologia, tendo em vista as transformações paradigmáticas científico-culturais ocorridas entre a emergência do movimento Renascentista e o momento atual. Pretende ainda discutir a concepção de ciência tradicional e contemporânea; compreender a evolução da concepção de consciência pela psicologia científica, desde o modelo materialista-mecanicista até o transpessoal; discutir as repercussões da teoria quântica na concepção científica de consciência.

A opção metodológica foi a pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, embasada principalmente em Gil (2006).

A estrutura do artigo está apresentada em seções que abordam: o paradigma cartesiano-mecanicista e a ciência, a concepção de consciência ao longo da história da psicologia científica, a psicologia transpessoal e a emergente concepção de consciência.

## **PARADIGMA CARTESIANO-MECANICISTA E A CIÊNCIA**

O que torna real o ser humano, ou seja, existente? aquele que existe (eu prefiro deixar existente porque coloquei esta palavra como sinônimo se “real” inspirada por Descartes (penso, logo existo, ou seja, sou real)? O que, de fato, prova que é uma verdade a sua presença? A resposta seria a sua concretude? Isto é, a matéria do qual é feito (o fato de possuir massa), ou o fato de pensar sobre a sua concretude? O que torna a matéria real, senão o fato de nós a percebermos como concreta? Krishnamurti (1976, p. 42) afirma que

O pensador é o pensamento, mas o pensamento se põe a divagar; então, o pensador, considerando-se separado, diz: “Tenho de controlá-lo”. O pensador é diferente da coisa chamada ‘pensamento’? Se não há pensamento, há pensador?

Apresentado desta forma, pode parecer óbvio que não seja possível separar observado de observador. No entanto, a partir do século XVI, com a concepção de separação entre mente e



matéria defendida por Descartes, o pensamento científico configurou-se por meio da premissa de que sujeito e objeto são entidades distintas (CAPRA, 1996; GOSWAMI, 2012)

De acordo com Capra (1996) as novas descobertas da física, astronomia e matemática, conhecidas como Revolução Científica provocaram uma mudança radical. Esclarece o autor que:

Nos séculos XVI e XVII, a visão de mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna. (CAPRA, 1996, p. 34).

395

Essa revolução direcionou o entendimento no sentido de que a razão deveria assumir o lugar de juiz no processo de discernimento entre verdades e ilusões, em detrimento da fé ingênua que dominava o conhecimento na Idade Média. Segundo Figueiredo (2003, p. 15), o pensamento de Francis Bacon foi decisivo nesta mudança, porque:

“[...] o rasgo mais moderno de sua filosofia da ciência é, na verdade, o rigoroso julgamento a que são submetidas as tendências anticientíficas do espírito. Não se trata apenas de ampliar o tema renascentista do rompimento com a tradição e com os preconceitos que, na própria Renascença, resultava na curiosidade e na imaginação sem freios, na credulidade e na ingenuidade.”

Desta forma, a busca pela superação da ilusão medieval, aliada à ideia de que a realidade seria uma instância separada do observador, proporcionou à matéria o *status* de verdade a ser alcançada, fazendo dos seres conscientes, meros expectadores dessa verdade e da ciência, o método de excluir o máximo possível a subjetividade do fato. Desde então, houve um contínuo esforço em direção à objetividade absoluta da observação científica, isto é, na tentativa de fazer com que o ser pensante apreendesse, cada vez mais em sua essência, a realidade que seria externa e independente dele. Neste sentido, Heidbreder (1981) afirma que “o método científico é um dispositivo para proteger aquele que investiga da influência do seu interesse na própria pesquisa (HEIDBREDER, 1981. pg.71).”

Desde Francis Bacon, percebe-se, portanto, a contundente intenção da ciência em tornar o conhecimento válido através da extrema objetividade. Para Di Biase e Rocha (2005, p. 32) o movimento renascentista foi “[...] uma revolução cultural e social, voltada para a busca de certezas que não fossem dependentes da autoridade do Estado e da visão eclesiástica”. Desta maneira, com o intuito de livrar-se da concepção de mundo medieval, em que o observador





confundia-se com o observado, tornando tendenciosa a observação, o pensamento científico moderno fechou-se na posição extrema oposta, a da fragmentação absoluta, em que a realidade é totalmente externa ao observador. Essa visão fragmentada retomou a concepção atomista e determinista de Demócrito, em que “[ O homem, assim como o resto do mundo, é composto de átomos da alma e átomos do corpo, ambos materiais, mas que diferem uns dos outros por serem os primeiros mais sutis e mais ativos.” (HEIDBREder, 1981, p. 29).

Ao denunciar os abusos supersticiosos e preconceituosos do pensamento antigo e assumir um mundo material e externo como o real a ser alcançado, o pensamento científico moderno, de certa forma, cometeu o mesmo erro que seus antecessores medievais, caindo no lado inverso da mesma ilusão. Dentro desta acepção, Bohm (2008, p. 22) esclarece que tanto a forma de pensar antiga quanto a moderna “[...] são ‘ofuscadas’ pela noção de que as teorias oferecem o verdadeiro conhecimento sobre a realidade como ela é”. Este entendimento levou os sujeitos de ambas as épocas a confundirem as interpretações feitas com base nas teorias com uma realidade que independe de suas crenças.

Neste sentido, a hipótese de que haveria uma realidade separada e independente do observador passou a ser amplamente considerada *a priori*, tornando-se um paradigma. Para Bohm (2008, p. 18), embora a maneira fragmentada de pensar seja conveniente e útil, a sua generalização em forma de cosmovisão faz com que o ser humano passe “[...] a ver e experimentar a si mesmo e o seu mundo com se, na realidade, fosse constituído de fragmentos existentes separadamente”.

Esta reflexão denuncia a visão de mundo materialista, dualista, reducionista, determinista e mecanicista, assumida veementemente pela ciência tradicional, com base nas idéias renascentistas, como tão dogmática quanto a visão escolástica medieval, embora tenha sido fundamental para possibilitar a revolução científica ocorrida entre os séculos XVI e XVIII (DI BIASE; ROCHA, 2005). Amoroso (2005) ratifica esta ideia ao comparar a ciência a uma teologia em função da rigidez com que adere a seus princípios. Para esse autor, “ A crítica ao pensamento atual refere-se aos limites da investigação que é restrita por sua base metafísica míope” (AMOROSO, 2005, p. 34).



## **A CONCEPÇÃO DE CONSCIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA.**

Por se tratar de um tema transdisciplinar, a questão da consciência exige um intenso e complicado diálogo entre diversos ramos do saber. Embora seja um tema de tamanha complexidade, mesmo para os tempos atuais, a consciência foi o primeiro objeto de estudo da Psicologia (HEIDBREder,1981; SHULTZ; SHULTZ, 1981). A psicologia científica nasceu num momento histórico em que as ideias positivistas de Auguste Comte se uniam ao arcabouço paradigmático herdado do Renascimento para promover o desenvolvimento de diversas ciências. Entretanto, diante da estabelecida visão materialista, a possibilidade de torná-la uma ciência era realmente desafiadora. Visto que a mente humana carecia de concretude, não podia, ser diretamente observada nem medida. Sendo assim, como poderia ser considerada objeto de estudo científico? O surgimento da psicologia estava condicionado, portanto, à adequação de seu objeto de estudo ao paradigma materialista/mecanicista e de seu método de investigação às práticas positivistas vigentes na segunda metade do século XIX. (HEIDBREder,1981; SHULTZ; SHULTZ, 1981)

A despeito da falta de concretude da mente humana, a filosofia havia se acercado (foi antes da psicologia e influenciou seu nascimento) do tema da consciência, por meio do pensamento dos empiristas e associacionistas britânicos. Segundo Shultz e Shultz (1981, p. 44), na “[...] concepção empirista, a mente se desenvolve por meio do acúmulo progressivo de experiências sensoriais”. Estas são obtidas na relação que se estabelece entre o sujeito e o mundo concreto, atendendo, assim, às demandas de uma época materialista, em que todos os fatos deveriam ser descritos em termos físicos.

Durante o século XIX, a fisiologia também contribuiu nesse campo de estudos ao avançar no intuito de descrever anatomicamente o sistema nervoso. A descoberta de que estruturas separadas, denominadas neurônios, que se associavam por meio de sinapses, compunham as fibras nervosas, estava de acordo com a visão materialista e mecanicista da época (SHULTZ; SHULTZ, 1981). Os experimentos psicofisiológicos abriram a porta para que a Psicologia pudesse tornar-se ciência formal, a despeito da descrença em torno desta possibilidade, “[...] porque era impossível fazer experimentos com fenômenos e processos psicológicos, ou medi-los” (SHULTZ; SHULTZ,1981, p. 71).



Ainda que a Psicologia não tivesse um objeto de estudo concreto e diretamente observável, buscava estudar a consciência atribuindo-lhe as mesmas características atribuídas à matéria. Portanto, de acordo com a visão atomista da época, a mente também deveria ser estudada pela análise de seus componentes básicos. Para Heidbreder (1981, p. 113), “A tônica do empreendimento todo [a nova Psicologia Científica] era a tentativa de considerar o material psicológico da maneira como a ciência trata normalmente os seus elementos”.

A redução dos fenômenos mentais a processos associativos entre suas partes mais elementares, segundo Shultz e Shultz (1981, p. 46), “[...] formaram o núcleo da nova psicologia científica”. A esse respeito, Diamond, (<sup>1</sup> 1980 apud SHULTZ; SHULTZ, 1981, p.81), apoiando-se em Wundt, escreveu: “O primeiro passo na investigação de um fato tem de ser, por conseguinte, uma descrição dos elementos individuais, em que ele consiste”. Deste modo, seguindo a tradição dos empiristas britânicos, os primeiros psicólogos consideravam a sensação como a “partícula” elementar, ou seja, o “átomo” da consciência.

Houve, entretanto, diversas reações a essa concepção da experiência consciente ao longo da história da Psicologia, inicialmente, com o movimento funcionalista, ocorrido ainda no século XIX, que se opunha à restrição do estudo da consciência do ponto de vista puramente estrutural, em detrimento “[...] das funções utilitárias e práticas da mente, atividades ou operações conscientes em andamento” (SHULTZ; SHULTZ, 1981, p. 124). Enquanto aos estruturalistas, herdeiros de Wundt, interessavam os elementos mentais e as associações entre eles, aos funcionalistas interessava o que a mente faz e como ela faz (SHULTZ; SHULTZ, 1981).

Shultz e Shultz (1981) esclarecem que os adeptos do funcionalismo por terem a intenção de protestar contra a restrição e a falta de utilidade da visão estruturalista, mais do que de fundar uma escola de pensamento, não organizaram um corpo teórico único e consistente. Entretanto, é possível compreender, de forma geral, a concepção de consciência para o funcionalismo, por meio do pensamento do seu maior precursor, Willian James. A respeito da concepção de Willian James sobre a consciência, Marx e Hillix (1973, p. 194) salientam que a consciência “[...] é essencialmente um processo e deve ser estudada primordialmente como tal”. Esta afirmação evidencia a forte oposição à concepção estruturalista da consciência, que focava em seus elementos.

<sup>1</sup> Diamond, S. (1980). A plea for historical accuracy [Carta ao editor]. *Contemporary Psychology*, 25, 84-85 (copiei como estava no livro)



Ao optar pela ciência aplicada, o movimento funcionalista angariou objetividade para a Psicologia. Aliado a este fato, a influência de Darwin sobre o funcionalismo levou à dedução de uma “[...] possibilidade de continuidade no funcionamento mental entre os homens e os animais inferiores” (SHULTZ; SHULTZ, 1981, p. 130). Esta influência conduziu os psicólogos diretamente à psicologia animal comparativa que, por sua vez, influenciou no nascimento da abordagem comportamentalista da Psicologia. Segundo Shultz e Shultz (1981), Watson, fundador do comportamentalismo, acreditava que, para ser uma ciência objetiva, a psicologia deveria descartar todos os conceitos e termos mentalistas, negando veementemente a possibilidade de se estudar a consciência experimentalmente. Watson e McDougall (1929<sup>2</sup> apud SHULTZ; SHULTZ, 1981, p. 211 ) afirmavam que “[...] a consciência nunca foi sentida, tocada, cheirada, provada ou movida. É uma simples suposição tão improvável quanto o velho conceito de mente”). Para Watson, portanto, apenas o comportamento observável, passível de descrição objetiva quanto a estímulo e resposta, poderia ser objeto de estudo de uma Psicologia realmente científica. Desta forma, ele aplicava aos seres humanos os procedimentos e princípios experimentais da Psicologia animal.

Enquanto o movimento comportamentalista expulsava a consciência da Psicologia nos Estados Unidos, as ideias gestaltistas sobre a consciência como uma totalidade integrada eram desenvolvidas na Alemanha. Assim, por volta de 1920 foi a vez da Psicologia da Gestalt opor-se radicalmente à concepção estruturalista da mente, proposta por Wundt e seus discípulos, marcando a história com uma consistente e experimental concepção holística da consciência. Sob a influência de psicólogos como Franz Brentano e Willian James, entre outros, e por meio de estudos experimentais da percepção, os teóricos gestaltistas focaram na concepção da consciência como uma unidade, trazendo a importância da configuração para a significação das partes que não tinham, por sua vez, existência independente da forma (HEIDBREder, 1981; SHULTZ; SHULTZ, 1981). A Psicologia da Gestalt afirma que o todo é diferente da soma de suas partes, reconhecendo que “[...] totalidades significativamente organizadas exibem qualidades que estão ausentes em suas partes” (CAPRA, 1996, p.42).

Também no início do século XX, fora dos círculos da Psicologia acadêmica, inclusive dos laboratórios, desenvolveu-se uma outra abordagem – a psicanálise – muito significativa para a Psicologia, cujo fundador, Sigmund Freud, é conhecido mundialmente até mesmo entre o público leigo. Embora focasse na importância da integração de conteúdos inconscientes à

<sup>2</sup> Watson, J. B., & McDougall, W. (1929). *The battle of behaviorism*



consciência, para Freud “ A parte consciente, qual a porção visível de um *iceberg*, é pequena e insignificante, representando somente um aspecto superficial da personalidade total” (SHULTZ; SHULTZ, 1981, p. 344 . É no “vasto e poderoso inconsciente” que estariam contidos os instintos, verdadeira força propulsora de todo o comportamento humano. Posteriormente, Freud descreve a psique por meio dos constructos teóricos id, ego e superego, sem, contudo, desfazer a ideia da maior relevância do inconsciente sobre a consciência. Neste sentido, nota-se que Freud foi um pioneiro na percepção da natureza pluridimensional da mente humana. Segundo Di Biase e Rocha (2005, p. 69), graças ao gênio de Freud foi possível “[...] perceber que a nossa consciência possuía pelo menos mais um nível de vida psíquica: o inconsciente”.

Apenas no início dos anos 1960, o modelo holístico de consciência é retomado pelo movimento humanista da Psicologia. Segundo Shultz e Shultz (1981, p. 407), os pontos essenciais desta abordagem eram:

(1) uma ênfase na experiência consciente, (2) uma crença na integralidade da natureza e da conduta do ser humano, (3) a concentração no livre-arbítrio, na espontaneidade e no poder de criação do indivíduo, e (4) o estudo de tudo o que tenha relevância para a condição humana.

A Psicologia Humanista, chamada de terceira força (sendo as duas primeiras a Psicanálise e o Behaviorismo), propôs uma visão de ser humano menos determinista e limitada e “[...] parecia refletir a insatisfação e o desgosto veiculado pelos jovens dos anos 60 contra os aspectos mecanicistas e materialistas da cultura ocidental contemporânea” (SHULTZ; SHULTZ, 1981, p. 394 ). A psicologia tradicional, dual e mecanicista, representada pelo comportamentalismo e pela psicanálise, investiga os determinantes sociais, inconscientes e/ou genéticos do humano. Desta forma, enquanto as abordagens deterministas questionavam as causas do comportamento desajustado ou da personalidade patológica, a abordagem Humanista questionava o que tornava o sujeito autorrealizado, reconhecendo no humano maior liberdade e na doença uma oportunidade de crescimento e aprendizado (SHULTZ; SHULTZ, 1981).

A “proibição” da investigação da consciência pelo comportamentalismo foi aos poucos sendo superada. O tema, segundo Shultz e Shultz (1981), foi aparecendo em reuniões, conferências e publicações profissionais. A retomada da ênfase na consciência, fomentada pelo



humanismo, contribuiu para a ascensão de uma outra abordagem psicológica focada na experiência consciente: a Psicologia Cognitiva.

Enquanto o comportamentalismo supõe que o humano é uma resposta direta determinada por condições orgânicas e ambientais, a Psicologia Cognitiva insere uma mente que processa as informações do ambiente e as converte em comportamento (HEIDBREder, 1981). Shultz e Shultz (1981, p. 410) esclarecem que “[...] as respostas são usadas como fontes para a inferência dos processos mentais que as acompanham visto que o interesse dos psicólogos cognitivos está direcionado para a forma como a mente estrutura ou organiza a experiência. Analogamente ao século XVII, quando os relógios e autômatos serviam de metáfora à concepção mecânica do universo e da mente humana, o computador passa a servir de modelo para explicar os processos cognitivos no século XX. A esse respeito Shultz e Shultz (1981, p. 409) ressaltam que o funcionamento destas novas máquinas é “[...] corriqueiramente descrito em termos humanos”, como, por exemplo, quando se afirma que os computadores possuem inteligência artificial, quando sua capacidade de armazenamento é chamada de memória, quando seus códigos de programação são denominados de linguagens e quando se aponta para o desenvolvimento de novas gerações de computadores. Deste modo, embora os relógios tenham sido substituídos pelos computadores, ambos são máquinas, o que demonstra que a psicologia cognitiva não conseguiu superar a concepção mecanicista de universo.

Estas reflexões permitiram-nos constatar que a Psicologia Humanista e a Psicologia Cognitiva abordam a consciência de maneiras distintas; aquela de um ponto de vista mais holístico, espontâneo e vocacionada à autorrealização, enquanto a Psicologia Cognitiva atualiza a concepção determinista e mecanicista da consciência. Contudo, é fato que essas duas abordagens psicológicas retomaram de forma consistente a consciência como objeto de estudo da Psicologia, preparando o “terreno” para a transformação e o aprofundamento que estavam por vir com a concepção transpessoal da consciência.

## **PSICOLOGIA TRANSPessoAL: A EMERGENTE CONCEPÇÃO DE CONSCIÊNCIA**

Ao se discutir a questão da consciência, levando-se em consideração a concepção dualista cartesiana, fica evidenciada a grande e inevitável dúvida metafísica: Qual é a





substância original da realidade, a material ou a abstrata? Isto é: A consciência teria dado origem à matéria ou a matéria teria dado origem à consciência? A essa questão, a ciência e a psicologia tradicionais, baseadas no pressuposto do realismo materialista respondem, sem hesitação, afirmando que a substância não apenas original, como unicamente real, é a material (GOSWAMI, A.; REED; GOSWAMI, M., 2012; GROF, 2007).

Entretanto, consoante Crema (1989), a concepção mecanicista de mundo, iniciada por Galileu Galilei e configurada por Isaac Newton, não era, originalmente, independente de uma cosmovisão mística. Além de pesquisador natural, o pai da mecânica clássica dedicou-se à teologia, à alquimia e ao exoterismo. O mundo-relógio concebido por Newton tinha um relojoeiro divino. Neste sentido, Crema (1989) ressalta que Descartes e Newton consideravam uma metafísica voltada para a “monarquia divina”, subjacente a seus modelos científicos e afirma que foram os discípulos desses precursores da ciência moderna “[...] que estreitaram suas visões originais, desidratando os seus modelos da dimensão transcendente e da reflexão sobre o essencial” (CREMA, 1989, p. 37)

É possível então inferir que a intenção dos fundadores do paradigma dualista-mecanicista não era criar uma ciência materialista. A. Goswami, Reed e M. Goswami (2012, p. 35) ratificam esta ideia afirmando que “Ao dividir o mundo em matéria e mente, a intenção de Descartes era estabelecer um acordo tácito: não atacaria a religião, que reinaria suprema em questões relativas à mente, em troca da supremacia da ciência sobre a matéria”. Segundo os autores citados, esse acordo funcionou por mais de 200 anos até que “[...] o sucesso da ciência em prognosticar e controlar o meio ambiente levou cientistas a questionar a validade de todo e qualquer ensinamento religioso.” (GOSWAMI, A.; REED; GOSWAMI, M., 2008, p. 35). Os cientistas passaram, portanto, a contestar o lado subjetivo, isto é, da mente ou espírito, do dualismo cartesiano.

Esta transição para uma desvalorização completa de tudo o que é abstrato também é apontada por Di Biase e Rocha (2005, p.35) quando relatam que, ao iniciar a matematização da ciência, no século XVI, Galileu haveria afirmado: “Aquilo que não pode ser medido e quantificado não é científico”. Entretanto, segundo esses autores, esta crença foi progressivamente transformada para o entendimento de que: “[...] o que não pode ser medido e quantificado não é real” (DI BIASE; ROCHA, 2005, p. 36). Desta forma, ao invés de reconhecer a incapacidade de seus métodos em alcançar o conhecimento sobre o imaterial, a ciência optou por supor sua inexistência. Assim, de acordo com esta acepção científica





tradicional de realidade, o ser humano não passaria de uma espécie de máquina orgânica que se organizou em formas de vida cada vez mais complexas, por obra total do acaso, gerando, acidental e ironicamente, a capacidade de refletir sobre essa condição extremamente limitada. Sendo máquinas orgânicas, teríamos sido desenvolvidos por meio da associação de elementos mais simples, como os átomos, que, à semelhança das engrenagens de uma máquina, formam uma totalidade funcional. Segundo Grof (1994, p. 16), nessa concepção de universo, a vida e a consciência humana nada mais seriam do que subprodutos acidentais da matéria, objetos essencialmente materiais “[...] quase iguais a animais altamente desenvolvidos ou máquinas biológicas pensantes.” E nossa “[...] consciência era encarada como nada mais que o produto daquele órgão pensante conhecido como cérebro” (GROF, 1994, p. 16).

Grof (1994, p. 17) esclarece que a crença de que a consciência seja um subproduto do cérebro não é inteiramente arbitrária, uma vez que, “Inúmeras observações clínicas e experimentais indicam estreita conexão entre consciência e certas condições neurofisiológicas e patológicas”. O autor constata que essas observações provam que há uma relação entre as funções mentais e os processos biológicos ocorridos no cérebro, e não “[...] que a consciência origine-se desses processos ou seja produzida pelo cérebro” (GROF, 1994, p. 17).

Entretanto, ressaltar a restrição e o dogmatismo da ciência em função da sua posição em relação aos fatos imateriais, por certo, não é o suficiente para compreender a transformação na cosmovisão, capaz de lançar nova luz às velhas questões. A compreensão do paradigma emergente exige uma análise mais cautelosa, como a que foi realizada por Khun (1998), ao destacar que o desenvolvimento da ciência, ao contrário do que geralmente se pensava, não ocorre pelo acúmulo de conhecimentos, visto que muitas descobertas tidas anteriormente como científicas passam a ser descartadas como mitos e superstições. Neste sentido, o desenvolvimento científico dar-se-ia mais por rupturas que proporcionariam a revelação de um novo mundo do que por acréscimo contínuo ao arcabouço de conhecimento já acumulado. Desta forma, em detrimento da imparcialidade almejada, os resultados alcançados pela ciência estariam totalmente atrelados à concepção de mundo dos cientistas e de sua maneira de praticar ciência em cada época.

Para Kuhn (1998), a pesquisa ajuda a avançar no sentido de “comprovar” a visão de mundo estabelecida até que, acidentalmente, termina identificando alterações que levam a mudanças nos próprios paradigmas que a orientam. A esse respeito, o autor esclarece que “A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de



alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal” (KUHN, 1998, p. 78). Entretanto, não é fácil admitir a falência da usual forma de resolução de problemas. Por isso, diante das anomalias, a resistência tende a se intensificar, e “até que o cientista tenha aprendido a ver a natureza de um modo diferente, o novo fato não será considerado completamente científico” (KHUN, 1998, p.78).

Assim, embora fenomenologias de caráter espiritual e parapsicológico tenham sido comumente relatadas ao longo da história da humanidade, é natural que seja difícil transpor a barreira de um paradigma tão bem-sucedido. Contudo, é também inegável que a poderosa cosmovisão dualista, mecanicista e materialista está em crise (CAPRA, 1982,1997; CREMA, 1989; GROF, 2007). Esta crise está totalmente ligada à sensação de separação proporcionada pela generalização da ideia de fragmentação embutida no paradigma mecanicista-cartesiano. Autores como Crema (1989) e Morin (2012) apontam para o risco da cegueira proporcionada pela superespecialização profissional baseada nessa visão fragmentada de mundo. A impossibilidade de compreender e solucionar os principais problemas atuais globais de forma isolada, aponta para a necessidade de transdisciplinaridade. Diversos autores indicam que uma nova consciência planetária, pautada no emergente paradigma holístico/ecológico é a oportunidade da humanidade de reversão do iminente apocalipse suicida (CAPRA, 1982/1996; GROF, 1994, CREMA, 1989; entre outros).

Di Biase e Rocha (2005) esclarecem que, nas primeiras décadas do século XX, as descobertas relacionadas a física relativística e a física quântica levaram, na segunda metade do século, a uma mudança paradigmática que seria responsável por grandes modificações na compreensão científica do universo.

Na concepção materialista está embutida a firme ideia de que o mundo real está lá fora independente do observador (GOSWAMI. A.; REED; GOSWAMI, M., 2012). Por outro lado, a teoria geral da relatividade de Einstein demonstrou a inseparabilidade entre espaço e tempo e a intercambialidade entre energia e matéria (DI BIASE; ROCHA, 2005). Os experimentos quânticos revelaram, especialmente a partir das experiências de De Broglie e Schrödinger, que, no mundo subatômico, os elementos são ao mesmo tempo materiais e imateriais, podendo apresentar-se tanto como onda (imaterial) quanto como partícula (material), a depender da interferência do observador (GOSWAMI, A.; REED; GOSWAMI, M., 2012). Esses experimentos desbancaram, ao mesmo tempo, a imparcialidade científica, a separação entre concreto e abstrato e o determinismo materialista. Capra (1982, p. 71) ratifica este ponto de



vista, ao afirmar, que “Na física atômica, não pode mais ser mantida a nítida divisão cartesiana entre matéria e mente, entre o observado e o observador”.

Obviamente, as consequências desse tipo de descoberta foram avassaladoras, pois transformaram profundamente toda a concepção de mundo que se sustentava desde o Renascimento. O outrora fragmentado mundo apresenta-se agora, de forma consistente, como uma inseparável unidade. Tal reformulação do pensamento científico extrapola a física e permeia diversos campos do conhecimento, em especial a Psicologia.

Com base em diversos experimentos científicos, observações clínicas e trabalhos pioneiros dentro do paradigma emergente, torna-se possível conceber uma mente que não está confinada no cérebro, ou seja, trata-se agora do entendimento de uma mente transpessoal (DI BIASE; ROCHA, 2005; GROF, 2007).

Bohm (2008) considera a consciência e a matéria como interdependentes, mas não ligadas causalmente. Para ele, ambas seriam manifestações de uma realidade implícita oculta, diferente tanto da matéria quanto da consciência. Essa realidade implícita seria proveniente de um holograma universal que, de acordo com Di Biase (1995, p. 44), “[...] é um tipo de sistema de registro óptico, em que todas as partes da imagem contêm a imagem completa sob forma condensada”. Segundo Bohm (2008), as frequências de onda provenientes de todo o cosmo geram um grande holograma universal que pode ser considerado como uma mente universal .

Para Grof (1994, p.23 e 24), sendo um holograma uma maneira de estocar informação onde o todo está disponível em cada parte e sendo verdadeiro que o universo é um gigantesco holograma, não é mais possível conceber os seres humanos como entidades newtonianas isoladas, visto que “[...] cada um de nós é também um microcosmo que reflete e contém o macrocosmo” o que possibilita ainda o “[...] acesso experimental, direto e imediato, para, virtualmente, cada aspecto do universo”.

Di Biase (1995) esclarece que este acesso de cada consciência a mente universal só ocorre em estados intensificados de percepção, nos quais se aquieta o funcionamento cerebral como ocorre, por exemplo, na meditação. Grof (2007) indica o potencial eurístico e curativo das experiências transpessoais possibilitadas por essa conexão promovida, entre outros, por diversas técnicas no âmbito da psicoterapia transpessoal. Neste sentido a cura disponível no universo também está em cada indivíduo, e o terapeuta torna-se um facilitador deste encontro com a inteireza.



Enfim, segundo Grof (1994), a consciência, do ponto de vista do paradigma holístico/ecológico/transpessoal, vai muito além da nossa caixa craniana. Para esse autor, a consciência transpessoal é infinita e estende-se além dos limites de tempo e espaço, desafiando a mente humana. Isso porque “[...] os limites que percebemos estão em nossa mente, não lá, no imenso e ilimitado universo. E, o que é verdadeiro sobre o espaço exterior para os astrônomos, é igualmente aplicável ao espaço interior da psique humana” (GROF, 1994, p.110).

Enfim, a vanguarda do pensamento psicológico avança no sentido de transcender o pessoal, por meio da concepção não-local da mente e da transcendência espiritual como parte do todo humano, reconhecendo uma unidade cósmica autoconsciente, que pode ser acessada pelos estados ampliados de consciência, retomando, em grande estilo, o primeiro objeto de estudo desta arrojada ciência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu-nos perceber uma estreita relação entre as transformações paradigmáticas e a evolução do conceito de consciência. Esta relação evidenciou que a ruptura com o pensamento escolástico medieval, dominado ideologicamente pela igreja, ocorreu por meio de uma reação de extrema racionalidade. Essa reação levou o pensamento científico a separar o mundo abstrato do concreto e a reivindicar seu pleno direito de pensar livremente, de maneira cada vez mais objetiva, sobre este mundo material.

Os avanços científicos, em especial o desenvolvimento das explicações mecânicas do universo e a construção das próprias máquinas, deram aos cientistas a metáfora perfeita. Assim, durante o Renascimento, o mundo-máquina assumiu o protagonismo da visão de mundo científica.

A Psicologia teve como primeiro objeto de estudo a consciência e, influenciada pelo paradigma dualista, mecanicista e materialista, precisou adequar suas teorias e métodos à cosmovisão do século XIX, a fim de se tornar uma ciência formal e independente. Desta forma, concebeu uma consciência mecânica, cujas engrenagens eram as sensações que se associavam em ideias progressivamente mais complexas. Estudiosos chegaram a supor que não seria possível estudar cientificamente a mente, expulsaram a consciência e qualquer alusão a conceitos mentalistas da Psicologia, tomando como único objeto de estudo o comportamento



observável. Entretanto, o estudo da consciência nunca foi totalmente retirado da psicologia, sendo realizado pela psicanálise e pela psicologia da gestalt na primeira metade do século XX, e pelas psicologias humanista e cognitiva após a década de 1960.

Nas primeiras décadas do século XX, as novas descobertas da física já haviam abalado os alicerces do paradigma cartesiano-mecanicista e materialista, apesar de seu domínio, durante aproximadamente 400 anos, ter deixado profundas marcas na história. Por um lado, o velho paradigma foi responsável por grandes avanços científicos, mas, por outro, a ênfase nas partes levou à desconexão de holos e conduziu à ilusão da separação que levou a humanidade à beira de um apocalipse suicida. Concluímos que a concepção de um universo uno, autoconsciente e indissociável seja fundamental para gerar a revolução de mentalidade necessária ao desenvolvimento de atitudes mais sustentáveis do ponto de vista da ecologia profunda.

Na concepção holística, a ideia de separação seria semelhante à tentativa de dividir um bailarino de sua dança. Nesta perspectiva, em que tudo é momento e processo, soma e significado, a consciência e a matéria são vistas como faces de uma mesma totalidade, como cara e coroa de uma mesma moeda.

Enfim, foi possível chegar-se à conclusão de que a separação entre onda e partícula, corpo e mente, indivíduo e sociedade, observado e observador, é artificial e falaciosa. A soma de elementos básicos não se organiza em algo significativo sem a informação contida em sua configuração que, por sua vez, também não tem existência independente das partes que a compõem.

Constatamos que é possível que a consciência universal, à qual todos nós estamos ligados, seja fruto da informação armazenada em forma de ondas, em todo o cosmo, formando um gigantesco holograma do qual se projeta a realidade tal qual a observamos em estado ordinário de consciência, num movimento cíclico de auto-organização e evolução. Concluímos que, por meio dos estados ampliados de consciência, podemos ter acesso direto a toda e qualquer informação universal, demonstrando a não-localidade da mente envolvida no conceito de transpessoalidade. Do mundo subatômico e dos estados ampliados da consciência emerge, portanto, uma realidade muito diferente do mundo previsível dos cientistas mecanicistas-cartesianos, feito apenas de matéria. No modelo transpessoal, cujas bases teóricas estão fundamentadas em importantes descobertas da física quântica a consciência apresenta-se similar ao universo. Desta forma, ao fazermos parte de uma grande consciência cósmica



holográfica e auto-organizadora, podemos realmente ser feitos à *imagem e semelhança* de Deus.

## REFERÊNCIAS

AMOROSO, Richard. Consciência, uma definição radical: o dualismo da substância soluciona o Hard Problem. In: DI BIASE, Francisco; AMOROSO, Richard. (Org.) *A Revolução da Consciência: Novas descobertas sobre a mente no século XXI*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 71-89

BOHM, David. *Totalidade e a ordem implicada*. Tradução de Teodoro Lorent. São Paulo: Madras, 2008.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma*. São Paulo: Summus, 1989.

DI BIASE, Francisco. *O homem holístico: a unidade mente-natureza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DI BIASE, Francisco; ROCHA, Mário Sérgio. *Ciência, espiritualidade e cura: psicologia transpessoal e ciências holísticas*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. *Matrizes do pensamento psicológico*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

GROF, Stanislav. *A mente holotrópica: novos conhecimentos sobre psicologia e pesquisa da consciência*. Tradução de Wanda de Oliveira Roselli. Niterói, RJ: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. *Psicologia do futuro: lições das pesquisas modernas de consciência*. Tradução de Jussara de Avellar Serpa. Rio de Janeiro: Heresis, 2007.

GOSWAMI, Amit; REED, Richard E.; GOSWAMI, Maggie. *O universo autoconsciente: como a consciência cria o mundo material*. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2012.

HEIDBREDEDER, Edna. *PSICOLOGIAS DO SÉCULO XX*. Tradução de Lauro S. Blandy. 5.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.



KRISHNAMURTI, Jiddu. *O voo da águia*. Tradução de Hugo Veloso. Rio de Janeiro: Instituição Cultural Krishnamurti, 1976.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MARX, Melvin H.; HILLIX, William A. *Sistemas e teorias em psicologia*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. Ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCHULTZ, Duane P; SCHULTZ, Ellen. S. *História da Psicologia moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Cultrix, 1981





## **REMINISCÊNCIAS DAS FILOSOFIAS ANTIGA E MEDIEVAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATUAL EM QUATRO PEQUENOS ESTUDOS DE CASO INTERLIGADOS**

DANTAS, José Eduardo Ramalho  
*Doutorando do HCTE/UFRJ*  
*eduardo@hcte.ufrj.br*

410

### **RESUMO**

A discussão acerca das relações entre a razão e o conhecimento ocidentais, sobretudo no campo filosófico e científico anteriores ao século XVI, às vésperas da chamada Revolução Científica é um ainda um campo um tanto inexplorado no contexto interdisciplinar. Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma reflexão sobre como os conhecimentos filosóficos anteriores ao período da Revolução Científica, considerados por muitos superados, ainda ecoam na educação básica brasileira de hoje. Foram considerados quatro estudos de caso, a saber: as origens históricas e filosóficas da educação no Brasil, a História e Filosofia da Ciência no ensino de Física enquanto campo de pesquisa, a Matemática na formação de ontem e hoje e a atualíssima questão ambiental. Verificou-se que em todos esses tópicos os ecos da Filosofia Antiga e Medieval estão presentes em maior ou menor nível, além de terem profundas conexões entre si, merecendo ser aprofundados em estudos futuros.

**Palavras-chave:** Razão, Conhecimento, Filosofia Natural, Educação Brasileira, Meio-Ambiente

### **ABSTRACT**

The discussion about the relationship between west reason and knowledge, especially in the philosophical and scientific fields before 16<sup>th</sup> century is still a sort of unexplored field in the interdisciplinary context. This work intends majorly to make reflexions on how philosophical and scientific knowledges before the Scientific Revolution times, which many people consider them overcome, still appears in the brazillian basic education nowadays. Four case studies were considered here: the philosophical origins of brazillian education, the history and philosophy of science in Physics teaching as a research field, the Mathmathics formation then and now and the very recent environmental issues.

**Key-words:** Abstract. Article. Text



## INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, uma verdadeira “corrida do ouro” foi desencadeada num dos momentos mais cruciais da Guerra Fria, quando os soviéticos venceram os americanos na disputa pela primazia na conquista do espaço sideral. Uma das consequências dessa “derrota” foi a mais completa reformulação no ensino de ciências dos Estados Unidos até então, que geraria inúmeros programas educacionais que seriam implantados em diversos países, incluindo o Brasil.

Os programas americanos, como o PSSC e o Projeto Harvard, possuíam diversas frentes de trabalho, destacando-se a criação de kits experimentais, de material instrucional em forma de vídeo e forte contextualização com a história e filosofia da Ciência nos cursos científicos das universidades de formação de professores, sobretudo na Física.

A implementação de programas de educação em Ciências no Brasil trouxe muitas questões que repercutem ainda hoje em nossas escolas, como a resistência de muitos estudantes ao conhecimento científico e, principalmente, o desinteresse que muitos jovens que concluíram o Ensino Médio possuem na carreira docente e, mais especificamente, no ensino de Ciências. Não se pode deixar de mencionar, ainda, o próprio desdém dos professores em seus campos de atuação, resistindo a toda e qualquer mudança sugerida ou imposta por “esferas superiores”.

Refletindo sobre os anos que lecionei na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio e contextualizando o máximo possível os conhecimentos da Física com História e Filosofia, lembrei um dos meus primeiros contatos com o trabalho do professor da USP **João Zanetic**, cuja tese de doutorado “*Física também é cultura*”, traz uma crítica bastante contundente ao ensino de Física no Brasil e traz uma proposta de formação de professores calcada fortemente nos contextos da história e da filosofia da ciência – bastante calcada nos trabalhos americanos, sendo esta metodologia de trabalho bastante utilizada nos cursos de Licenciatura em Física até bem pouco tempo.

Durante o curso “*Razão e Conhecimento*” do professor **Luiz Carlos Soares**, tive a oportunidade de conhecer um rico panorama da Filosofia Ocidental, das suas origens até o limiar do período que conhecemos como *Revolução Científica*. Puxando um pouco mais da memória, recordei das aulas do curso de licenciatura sobre o surgimento da educação no Brasil



e as influências que persistem nela nos dias de hoje, oriundas dos jesuítas e seus métodos mais tradicionais de instrução, muito bem calcados na Escolástica.

Foi justamente a persistência deste tipo de instrução no nosso ensino básico – e muitas vezes superior – que surgiu a ideia de realizar uma reflexão sobre alguns aspectos filosóficos anteriores aos séculos XVI-XVII que estão presentes em vários conteúdos estudados em Ciências no Ensino Médio. Para este pequeno trabalho de fim de disciplina, além de resgatar o início do processo educacional brasileiro, escolhi três assuntos que fortemente correlacionados à minha área de formação: o Ensino de Física, a Matemática e o Meio Ambiente, cuja preocupação já remonta ao período anterior do surgimento da Filosofia, conforme se verá a seguir.

Este trabalho se baseia em reflexões baseadas em um levantamento bibliográfico sobre a História da Filosofia, a Educação Brasileira, além de aspectos ligados às ciências factuais (Física e Meio-Ambiente) e não factuais (Matemática). Está dividido em quatro pequenos estudos de caso, que pretendem mostrar, ainda o quanto estes assuntos estão interligados.

A minha intenção aqui não é esgotar os temas em questão, mas abrir caminho para uma reflexão mais aprofundada a partir desses levantamentos iniciais e mostrar o quão é relevante compreender os contextos da Antiguidade e da Idade Média para a melhor compreensão da dita Revolução Científica e de outros assuntos mais atuais.

## 1. AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB UM OLHAR FILOSÓFICO

A chegada dos portugueses ao continente americano em 1500 – fruto do seu pioneirismo técnico nas *Grandes Navegações* – colocou a Europa em contato com uma realidade totalmente diversa da sua. Ocupar o território e submeter seus habitantes às vontades da Coroa – incluindo sua fé – tornaram-se prioridades, com o advento da Contrarreforma e das invasões que outras nações europeias realizariam anos durante boa parte do século XVI.

As primeiras escolas brasileiras foram trazidas e dirigidas pelos padres jesuítas, lançando mão da *Escolástica*, tradição filosófica medieval dominante na Europa nos séculos XIII e XIV, calcada sobretudo nos trabalhos de São Tomás de Aquino. Sua rigidez ainda ecoa nos sistemas escolares da atualidade.



A enorme resistência a mudanças do nosso sistema educacional pode ser vista na historiografia da educação brasileira, com diversas obras sobre o tema, mas são poucas as que trazem um estudo mais voltado às ideias pedagógicas, ao pensamento pedagógico. Neste trabalho, usei como principais referências nessa área o clássico *História das Ideias Pedagógicas* de **Moacir Gadotti** e o recente e bastante completo “*História das Ideias Pedagógicas no Brasil*”, de **Demerval Saviani**.

Gadotti faz toda uma contextualização histórica do pensamento oriental, do pensamento grego – através da tradicional trinca **Sócrates, Platão e Aristóteles** – passando ainda pelo pensamento pedagógico romano até chegar às ideias pedagógicas da Idade Média, cujas figuras máximas **Santo Agostinho e São Tomás de Aquino** exerceram grande influência nos rumos da Igreja Católica e nos países que professavam sua fé.

O pensamento pedagógico jesuíta é descrito por Gadotti como detentor de uma rígida disciplina, além de um culto à obediência aos componentes de sua ordem, tendo como plano de estudos a *Ratio Studiorum* (cujo nome completo apontado por Saviani é *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*), promulgada em 1599, que serviu de base para as educação jesuítica em construção. Nela existem regras (467 no total) de conduta mescladas às restrições impostas pela Igreja. Gadotti menciona no seu livro as seguintes regras, a partir de um trabalho clássico do Padre Leonel Franca (O método pedagógico dos Jesuítas, de 1952):

- Como seguir Aristóteles → *“Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé. Semelhantes argumentos de Aristóteles ou de outro filósofo, contra a fé, procure, de acordo com as prescrições do Concílio de Latrão, refutar com todo vigor”*.
- Autores infensos (em oposição a, contrário) ao Cristianismo → *“Sem muito critério, não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhe cobrem afeição”*.
- Averróis (Filósofo da Andaluzia considerado o maior estudioso e comentarista de Aristóteles) → *“Por essa mesma razão não reúna em tratado separado as digressões de Averróis (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) cite-a sem encômios e, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte.*



- Não se filiar em seita filosófica → *“Não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como a dos averroístas, dos alexandristas e semelhantes; nem dissimule os erros de Averróis, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir-lhes a autoridade”.*
- Santo Tomás → *“De Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, deve divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião.”*

Gadotti cita também alguns dos procedimentos metodológicos, como a estima do texto de Aristóteles, quais textos se devem explicar e como, escolha na ordem das questões, quais questões devem ser introduzidas entre os textos.

Até a controversa avaliação é regulada pelas recomendações jesuíticas, através as chamadas disputas, sendo elas mensais, realizadas durante o estudo da lógica e solene de tempos em tempos. Há ainda recomendações bastante veemente quanto ao rigor de tais disputas.

Saviani, em sua extensiva pesquisa, mostra que antes do Ratio Studiorum, as escolas religiosas então existentes oscilavam entre o a metodologia de ensino *modus italicus* e *modus parisiensis*. Ocorreria a transição da escola que só formava catequistas para a escola que formaria os filhos dos colonos, durante cerca de sete anos e bastante semelhante ao trivium da Idade Média: o curso de humanidades, que vigoraria no Brasil ainda por muito tempo.

Saviani ainda reforça a grande influência do pensamento de São Tomás de Aquino na base do Ratio Studiorum, que denotam o afastamento dos jesuítas da modernidade por conta da Contrarreforma e, por extensão, a resistência a mudanças no nosso sistema educacional através dos tempos.

## **2. DA FILOSOFIA NATURAL À FÍSICA E ALGUMAS PALAVRAS SOBRE ENSINO DE CIÊNCIAS**

O mundo moderno vive às voltas com o constante avanço científico. Pesquisas de ponta nas áreas de Física, Química, Biologia e as ramificações dessas três ciências básicas estão



sempre sendo discutidas no nosso querido programa de pós graduação de *História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia*, mais conhecido como HCTE.

Entretanto, durante muito tempo, tudo o que hoje chamamos de conhecimento científico esteve reunido num campo específico da filosofia chamado *Filosofia Natural*, que consta até mesmo no nome da clássica obra de **Isaac Newton** (*Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*) sobre o que conhecemos hoje como *Mecânica Clássica*.

Este pequeno ensaio tem como objetivo primordial apresentar uma síntese dos conhecimentos físicos que aprendemos nos bancos escolares que já eram conhecidos antes da revolução científica, além de fazermos uma análise das ideias de filosofia da ciência em um livro-texto clássico de Filosofia do Ensino Médio e uma breve revisão sobre a influência da história e da filosofia da ciência no ensino de Física no Brasil.

## 2.1 Caracterização das origens filosofia natural

A Filosofia Natural pode ser definida como o ramo filosófico que trata do conhecimento das primeiras causas e dos princípios do mundo material. Seria chamada de “*Física*” por Aristóteles, tornando-se um ramo específico do saber após a publicação do *Principia* de Newton.

O que é chamado de Física atualmente já era estudado desde os pré-socráticos **Leucipo** e **Demócrito**, os primeiros a elaborarem uma teoria atômica (que seria retomada a partir do século XVIII por **John Dalton** e teria seu estabelecimento definitivo no início do século XX através dos experimentos de **Ernest Rutherford** e as teorias de **Niels Bohr**), além dos estudos de **Aristóteles**, sobre o movimento com base no senso comum, que culminariam num conceito intuitivo de *velocidade* e nas primeiras interpretações do fenômeno hoje conhecido com *gravidade*.

Durante a Idade Média, **Roger Bacon** romperia com a Filosofia da época, calcada na Teologia, abrindo terreno para a importância do que chamamos hoje de método experimental através do *empirismo* e do uso da *matemática* no estudo da natureza, dois dos pilares da Ciência Moderna. Nesse período, começariam as traduções dos textos filosóficos gregos para o Latim, além do surgimento das primeiras universidades.



## 2.2 Analisando livros-texto de filosofia do ensino médio

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, os objetivos do curso de filosofia no Ensino médio são:

- *Ler textos filosóficos de modo significativo;*
- *Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros;*
- *Elaborar, por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo;*
- *Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição fase a argumentos mais consistentes;*
- *Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais;*
- *Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto tem outros planos: o pessoal-biográfico, o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.*

Infelizmente, nem todas as instituições de ensino nacionais possuem professores de Filosofia, adaptando professores de outras disciplinas para tal empreitada ou até mesmo omitindo-a de seus cursos. O que é uma pena, sobretudo no seu caráter extremamente interdisciplinar, como se constata nos livros-texto de Filosofia. Os livros-texto de Filosofia abordam desde as origens até aspectos contemporâneos da Filosofia, sendo dois campos de interesse deste trabalho de fim de curso: o razão/conhecimento e as ciências.

Nossa análise está baseada nos dois livros-texto de Filosofia mais utilizados no Ensino Médio: *Filosofando*, de Maria Lúcia Arruda e Maria Helena Martins e *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí.

Arruda e Martins trazem uma abordagem bastante completa sobre o Conhecimento, com um capítulo específico sobre a Crise da Razão, na Unidade 3 de seu livro, sem abrir mão de uma linguagem acessível ao seu público alvo inicial – adolescentes de 15 a 18 anos – mas que podem ser utilizados em cursos de ensino superior para uma rápida introdução a Filosofia. Além do forte contexto histórico, há espaço para a apresentação da lógica nesta unidade. A Unidade 6 trata sobre a Filosofia das Ciências, indo da Antiguidade até as discussões metodológicas das ciências humanas, com destaque aos trabalhos de Euclides, Platão,





Aristóteles e os estudiosos da Idade Média, numa unidade específica sobre Ciência Antiga e Medieval.

Chauí divide *Razão e Conhecimento* dois capítulos distintos, entremeados com um capítulo sobre Verdade, com diversas reflexões bastante apropriadas para os que pesquisam em História das Ciências. Apesar de bastante abrangente e completo para um nível introdutório, *Convite à Filosofia* não é de tão simples leitura quanto o *Filosofando*, exigindo um maior tempo de estudo. O que, evidentemente, não lhe tira seus méritos. A parte relativa à Filosofia da Ciência de Chauí não é tão detalhada cronologicamente como a de Arruda e Martins, preocupando-se em dividir as Ciências entre as Naturais e da Natureza, além de uma unidade introdutória sobre a atitude científica e a um capítulo com as correlações entre a ciência e a razão.

É muito importante ressaltar que ambos os livros utilizam o termo ciência para designar os conhecimentos já construídos e divulgados antes do surgimento do termo “cientista” em meados do século XIX, o que pode contribuir para as várias interpretações equivocadas do conhecimento científico que aparecem nas aulas de ciências da Educação Básica. Mas isso não tira o mérito das duas obras que, se usadas em conjunto, são bastante úteis para quem quiser uma introdução ao conhecimento científico à luz da razão.

### **2.3 História e Filosofia da Ciência e ensino de Física: um campo de pesquisa**

Algo que sempre me chamou a atenção nos meus quase 20 anos de vida acadêmica é o quase absoluto desdém dos aspectos históricos e filosóficos das ciências por parte dos seus pesquisadores ditos “cientistas duros”, relegando tal estudo aos alunos dos cursos de licenciatura ou a um eventual hobby.

Dentro do Ensino de Física, os estudos de história e filosofia da ciência se tornaram um dos grandes pontos de fortalecimento de sua pesquisa, trazendo diversas contribuições que extrapolam a esfera educacional. Em duas obras recentes, organizadas por Cibelle Silva (2006) e Luiz Peduzzi e colaboradores (2012) estabeleceram o estado da arte desse campo de pesquisa no Brasil, onde se destacam o grande número de artigos sobre História da Física e poucos



voltados para as outras ciências, além de escassos artigos priorizando a Filosofia, com quase nenhum artigo específico sobre o período anterior à Ciência Moderna.

Estas características, contudo, não são frutos do acaso. Um dos mais abrangentes trabalhos sobre o estado da arte da história e filosofia da ciência no ensino de Física é o artigo História, Filosofia e Ensino de Ciências: a tendência atual de reaproximação, de Michael Matthews, que foi traduzido para o português e publicado no Caderno Brasileiro de Ensino de Física em 1995, especializado em pesquisa em ensino de Física. Anos mais tarde, este artigo seria mais bem desenvolvido e se tornaria um abrangente livro sobre o assunto.

Matthews faz um completo histórico de como se deu a inclusão de temas de História e Filosofia do e no ensino de Ciências nos EUA e no Reino Unido, destacando as reformas curriculares após a Segunda Guerra Mundial, revelando, ainda, as ferozes críticas a esse modelo, feitas por cientistas e historiadores.

### 3. ARITMÉTICA OU GEOMETRIA? TRIVIUM E QUADRIVIUM NOS DIAS DE HOJE

Uma rapidíssima recordação dos meus tempos de colégio traz à memória um ensino de matemática extremamente formal e – muitas vezes – fora da minha realidade na época. Muitos anos mais tarde, conversando com amigos que possuem filhos em idade escolar, vejo essa forma de ensinar-se matemática ainda é bastante presente nas suas formações.

No bem conhecido seriado mexicano *Chaves*, há uma clássica passagem onde os meninos estão na escola e o *professor Jirafales* tenta, sem sucesso, começar uma aula de matemática, sempre interrompido quando soltava a frase “*dizia eu que a aritmética...*” e um de seus alunos, o *Godinez*, não conseguia contextualizar os problemas propostos – mesmo se forem de outras áreas – com a clássica indagação “*aritmética ou geometria?*”, enquanto o pobre professor voltava para sua mesa, cabisbaixo.

Durante o curso *Razão e Conhecimento I*, numa aula dedicada à Idade Média e o surgimento das universidades europeias por volta do século XII, onde o conhecimento até então coletado era difundido para alguns, cujos conteúdos (o termo “currículo” tem um contexto muito mais complexo na área da educação, por isso prefiro nesse caso usar o termo “conteúdo”)



iniciais estavam calcados nas *sete artes liberais*, que agrupavam a *gramática*, a *retórica* e a *lógica* no *Trivium* e a *aritmética*, a *geometria*, a *astronomia* e a *música* no *Quadrivium*. É interessante notar que os estudantes do Quadrivium frequentemente caçoavam daqueles que estavam no Trivium, o que deu origem ao termo moderno *trivial* para designar algo básico, corriqueiro e banal. Tais conteúdos curriculares apresentam semelhança com os conhecidos do início do ensino básico, sendo os com mais forte presença a aritmética e a geometria.

Antes de ir ao foco deste pequeno estudo de caso, gostaria de falar rapidamente de dois componentes do trivium que ainda aparecem nos cursos da nossa educação básica: A *gramática* merece destaque, mesmo não sendo o nosso objeto principal de estudo de caso, pois durante muito tempo no Brasil este campo foi prioritário nas línguas portuguesa e estrangeiras, deixando de lado a literatura e outras vertentes na área, enquanto que a *lógica*, essencial na primeira formação antigamente e abandonada tempos depois, teve um resgate por conta do advento das ciências da computação.

O dicionário eletrônico Houaiss define aritmética como a *parte da matemática que estuda as operações numéricas: soma, subtração, multiplicação, divisão etc.* O mesmo compêndio digital diz que geometria é a *parte da matemática cujo objeto é o estudo do espaço e das figuras que podem ocupá-lo.*

A aritmética já era bem conhecida pelas civilizações antigas, que desenvolveram diversos sistemas de contagem, que culminaram nos algarismos indo-arábicos, nos conjuntos de números naturais, inteiros e racionais e se destacam-se como precursores no estudo da aritmética no Ocidente **Pitágoras** e **Fibonacci**. Com a geometria, a história foi um pouco diferente, tendo como precursores os egípcios e os gregos, através dos trabalhos de Euclides e Tales.

Atualmente, a matemática básica no início das atividades discentes está limitada (e bem limitada mesmo) à aritmética, priorizando a “decoreba” de tabuadas e uma ou outra forma de se calcular, deixando de lado as características mais interessantes que já eram conhecidas desde suas origens. A geometria passa por uma situação ainda mais complicada, pois vem sendo cada vez mais suprimida dos cursos, sendo trabalhada com alguma superficialidade no ensino médio. Esses dois ramos da matemática vêm perdendo espaço para a álgebra, que está fora do escopo deste trabalho.



#### 4. MEIO-AMBIENTE E OS MITOS DO ORFEU E PROMETEU

Nunca a questão ambiental teve tanto destaque na mídia e na sociedade em geral como nesse início de século XXI. Entretanto, foi um dos assuntos mais discutidos na *Grécia Antiga*, calcado na controvérsia entre os referenciais fornecidos pelos mitos de **Prometeu** e **Orfeu**.

##### 4.1 Aspectos gerais do livro *O véu de Ísis*

O livro do *O véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia da natureza* foi escrito pelo filósofo francês **Pierre Hadot**, sendo publicado no Brasil em 2006, traz uma extensa digressão sobre as concepções da Natureza desde os mitos da “pré-filosofia” até o século XX.

Hadot pontua como uma espécie de marco inicial das preocupações com a origem e a caracterização da natureza com o aforismo de **Heráclito** “*a Natureza ama ocultar-se*”. A partir daí, ele vai traçando uma descrição bastante rica das concepções de natureza com o passar do tempo, dando destaque às concepções descritas nos mitos de Prometeu e Orfeu.

Prometeu é um titã, filho de Jápeto (filho de Urano e Gaia) e irmão de Atlas, Epimeteu e Menoécio. Foi um defensor da humanidade, conhecido por sua astuta inteligência, responsável por roubar o fogo de Zeus e dá-lo aos mortais. Zeus tê-lo-á punido pelo crime, deixando-o amarrado a uma rocha durante toda a eternidade enquanto uma grande águia comia, durante todo o dia, o seu fígado - que crescia novamente no dia seguinte.

Hadot afirma que a atitude prometeica consiste em “*utilizar procedimentos técnicos a fim de arrancar à natureza seus segredos para dominar e explorar*”, sendo apresentada sob a forma da mecânica, da magia e alguns esboços do método experimental, que denotavam o total controle do homem sobre a natureza, o que será retomado após o fim da Idade Média e culminará o que conhecemos por *Ciência Moderna*.

Orfeu era poeta e médico, filho da musa Calíope e de Apolo ou Eagro, rei da Trácia. Era o poeta mais talentoso que já viveu. Quando tocava sua lira, os pássaros paravam de voar para escutar e os animais selvagens perdiam o medo. As árvores se curvavam para pegar os sons no vento. Ganhou a lira de Apolo, sendo um dos cinquenta homens - os argonautas - que atenderam ao chamado de Jasão para buscar o Tosão de ouro. Acalmava as brigas que



aconteciam no navio com sua lira. Durante a viagem de volta, Orfeu salvou os outros tripulantes quando seu canto silenciou as sereias, responsáveis pelos naufrágios de inúmeras embarcações.

Hadot destaca que a atitude órfica de abordagem da natureza é completamente diferente da visão prometeica, já que busca “*descobrir os segredos da natureza atendo-se à percepção sem ajuda de instrumentos e utilizando os recursos do discurso filosófico e poético ou da arte pictórica*”. Esta visão teria influenciado o mundo das ideias de Platão, com ecos profundos na sua obra clássica *Timeu*, além dos estoicos como Sêneca e engenheiros renascentistas como Leonardo da Vinci e Albrecht Dürer e, principalmente, a visão matemática da natureza ou das leis fundamentais do seu comportamento e do movimento.

#### 4.2 Um exemplo prático: a energia nuclear

Um dos pontos altos do domínio do homem sobre a natureza atômica e nuclear é o seu uso como fonte de energia, a partir da descoberta da *reação em cadeia dos nêutrons* no início do século XX.

Aqui reside um grande confronto entre as concepções órficas e prometeicas, que tenta mostrar como a natureza é afetada pelo homem. Outro ponto que merece destaque é a descoberta dos *raios X* e da *radioatividade*, em fins do século XIX, com imediata aplicação em diversas áreas e vários incidentes relacionados. A proteção radiológica surgiria quase que simultaneamente, visando minimizar os danos da radiação ao ambiente (incluindo o corpo humano) e controlando esse elemento útil, mas ao mesmo tempo misterioso, que é a radiação.

A visão de controle da natureza característica do homem moderno passou por várias provas no que tange à energia atômica e nuclear. Os acidentes em usinas nucleares, mesmo com todo um aparato de segurança por trás, trazem à tona os limites da ciência e tornam ainda mais intensos os debates entre os cientistas (predominantemente prometeicos) e os ambientalistas (quase que totalmente órficos).

Há os casos de *Chernobyl* e *Fukushima*. O primeiro ocorreu devido à arrogância do homem que tem fé absoluta no domínio da natureza e no conhecimento estabelecido, que resultou num descontrole que ceifou vidas e fez com que se repensasse a função das usinas nucleares, ao passo que no caso japonês aparenta ser uma vingança da natureza contra os



abusos do homem moderno, contrariando a visão que muitos ambientalistas possuem de uma natureza frágil e que necessita de ajuda para manter-se.

Aqui no Brasil temos duas histórias bastante pertinentes quanto ao tema. A primeira, de triste lembrança, é o acidente com césio em Goiânia, em que pessoas leigas manusearam uma fonte radioativa encontrada num ferro velho e que causou um dos maiores acidentes radioativos da história.

Interessante notar que em ambos extremos, o homem, conhecendo ou não conhecendo, acha-se capaz de moldar a natureza tal qual seus desejos e quase nunca está pronto para as consequências disso.

Também é digno de nota o conto “*A Nova Califórnia*”, de **Lima Barreto** onde um alquimista causa alvoroço ao afirmar ser possível transformar “*ossos de defunto*” em ouro. Esse conto foi escrito na época em que se tornou pública a possibilidade de transmutação de elementos químicos através do uso de radiação. O homem moderno tem muito destaque nos contos do saudoso escritor carioca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de fim de disciplina analisamos as influências da Filosofia da Antiguidade e da Idade Média na educação básica brasileira da atualidade.

Nessa pesquisa verificamos, a partir dos quatro estudos de caso, que muito do conhecimento antigo e medieval ressoa em vários campos do saber de hoje, principalmente na esfera escolar. Acreditamos que esse é um dos maiores motivos para os entraves no desenvolvimento da educação brasileira, sobretudo na educação básica e que, se suas características negativas não forem superadas, teremos uma crise jamais vista na formação inicial de nossas crianças e jovens.

Para trabalhos futuros pretendemos aprofundar a análise de cada caso apresentado, além de estabelecer maiores conexões com os conhecimentos técnicos das Idades Antiga e Média.

Encerramos com uma resenha do livro de **Edward Grant**, *História da Filosofia Natural - Do Mundo Antigo ao Século XIX*, bastante apropriada para o nosso trabalho:



A filosofia natural incluiu todos os fenômenos naturais do mundo físico. Ela buscou descobrir as causas físicas dos efeitos naturais e preocupou-se pouco com a matemática. Em contraste, as ciências matemáticas exatas - como astronomia, óptica e mecânica - foram confinadas meramente a cálculos que não envolviam causas físicas. A filosofia natural e as ciências exatas funcionavam de modo independente entre si. Embora isso tenha começado a mudar lentamente no fim da Idade Média, uma fusão muito mais completa da filosofia natural com a matemática ocorreu no século XVII e, portanto, tornou a Revolução Científica possível.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 4ª edição. São Paulo. Moderna, 2009.
- ASSMAN, S. J. *Filosofia e Ética*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, CAPES/UAB, 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Brasília, 1999.
- BRUGGER, W. *Diccionario de Filosofia*. Barcelona. Editorial Herder, 1962.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo. Ática, 2000.
- CREASE, R. P. *As grandes equações: a história das fórmulas matemáticas mais importantes e os cientistas que as criaram*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.
- GADOTTI, M. *História das Ideias Pedagógicas*. 8ª edição. São Paulo, Ática, 2003.
- HADDOT, P. *O véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia da natureza*. São Paulo. Edições Loyola, 2006.
- HONDERICH, T. (ed.) *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford. Oxford University Press, 1995.
- MATTHEWS, M. R. *História, Filosofia e Ensino de Ciências: a tendência atual de reaproximação*. Caderno Catarinense de Ensino de Física, v. 12, n. 3, pp: 164-214, 1995.
- MATTHEWS, M. R. *Science teaching: the role of History and Philosophy of Science*. New York. Routledge, 1994.
- PEDUZZI, L. O. Q. et al. *Temas de História e Filosofia da Ciência no Ensino*. Natal, UFRN, 2012.





RAMALHO, J. E. D. *Reflexões sobre as relações entre a Filosofia da Técnica e da Natureza com a validade da ideia das tecnologias verdes: o caso da energia nuclear*. Trabalho apresentado no II CONINTER. Belo Horizonte, 2013.

SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª edição. Campinas. Autores Associados, 2010.

SILVA, C. C. *Estudos da História e Filosofia das Ciências: subsídios para a aplicação no Ensino*. São Paulo. Livraria da Física, 2006.



## **O CRACK E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E A REALIDADE NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA**

BARCELLOS, Warllon de Souza  
*Mestrando no PPGPS/UENF*  
warllon\_barcellos@hotmail.com

SILVA, Vera Lucia Marques da  
*Profa. PPGPS/UENF*  
veramarques@fmc.br

425

### **RESUMO:**

Este artigo traz algumas reflexões e análises sobre a Política de Drogas no Brasil, desde os momentos iniciais até o surgimento do Plano de Enfrentamento ao CRACK. Apresenta relatos sobre a realidade vivenciada no Município de Miracema, no Estado do Rio de Janeiro, especificamente no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e sobre a intervenção do Serviço Social, que através de ações preventivas, tem recebido uma grande demanda de usuários de CRACK em busca de atendimento de qualidade e humanizado, e objetivando sua recuperação. Traz, também, uma análise do Plano de Enfrentamento ao CRACK enquanto uma saída emergencial.

**Palavras-Chaves:** Crack, Políticas Públicas, Saúde Pública, Desigualdade e Pobreza.

### **ABSTRACT**

This article provides some reflections and analysis on Drug Policy in Brazil since the early moments until the emergence of Plan to Combat CRACK. Includes reports on the reality experienced in Miracema County, State of Rio de Janeiro, specifically in Psychosocial Care Center - CAPS and the Social Services intervention, which through preventive actions, has received a great demand of users on CRACK search for quality care and humane, and aiming his recovery. It also offers an analysis of the Plan to Combat CRACK as an emergency exit.

**Key Words:** Crack, Public Policy, Public Health, Inequality and Poverty.

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objetivo analisar e avaliar o impacto das políticas públicas de atendimento a usuários de CRACK do Município de Miracema no Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, pretende-se discutir as falhas e ausências das políticas públicas de atenção ao uso abusivo de crack, bem como as questões que se referem ao uso da droga e de seus usuários, não somente visando o viés da segurança pública, mas especialmente como um problema social e de saúde pública.



O Plano de Enfrentamento ao Crack foi criando com a proposta de estar unificando ações, embora valha ressaltar que tais ações já vinham sendo realizadas com a finalidade de proporcionar aos usuários um tratamento adequado e uma política pública que seja capaz de atendê-los de forma integral e humanizada.

Uma questão a ser avaliada é se esta política tem apresentado a oportunidade de proporcionar a redução, o controle e até mesmo a recuperação do uso de tal droga, considerando que é necessário que se promovam ações adequadas à realidade e ao contexto no qual o usuário de crack está inserido para que este possa ser visto como um indivíduo que necessita de auxílio e tratamento adequado por meio do acesso aos programas de atenção básica, assim como na construção de uma política de saúde voltada para este público.

Portanto, torna-se relevante refletir a respeito das estratégias e políticas públicas de atenção aos usuários de crack, pois ao identificar poucos estudos a cerca do tema, entende-se que aumentam as dificuldades no desenvolvimento de estratégias eficientes de enfrentamento à droga e tratamento dos indivíduos que desenvolvem dependência da mesma.

## **O SURGIMENTO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS NO BRASIL**

A partir do ano de 1988, o Brasil dá início à construção de uma política nacional específica sobre o tema da redução da demanda e da oferta de drogas. Foi depois da realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, na qual foram discutidos os princípios diretivos para a redução da demanda de drogas aderidos pelo Brasil, que as primeiras medidas foram tomadas. O então Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), diretamente vinculada à, então, Casa Militar da Presidência da República. A SENAD foi criada pela Medida Provisória n°. 1.669 e Decreto n°. 2.632 de 19 de junho de 1998. (BRASIL, 2013)

Com a missão de “coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre Governo e sociedade” e como Secretaria Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, coube à SENAD mobilizar os diversos atores envolvidos com o tema para a criação da Política Brasileira. Assim, em 2002, por meio do Decreto Presidencial n°. 4.345 de 26 de agosto de 2002, foi instituída a Política Nacional Antidrogas – PNAD.



Em 2003, o Governo Federal apontou a necessidade de construção de uma nova Agenda Nacional para a redução da demanda e da oferta de drogas no país que viesse contemplar três pontos principais: a integração das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas visando ampliar o alcance das ações, a descentralização das mesmas em nível municipal, permitindo a condução local das atividades de redução da demanda, devidamente adaptadas à realidade que cada município apresenta e o estreitamento das relações com a sociedade e com a comunidade científica (BRASIL, 2013).

Ao longo dos primeiros anos de existência da Política Nacional Antidrogas, o tema drogas manteve-se em pauta e a necessidade de aprofundamento no assunto também. Assim, foi necessário reavaliar e atualizar os fundamentos da PNAD, levando em conta as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais o país e o mundo vinham passando.

Em 2004, foi efetuado o processo de realinhamento e atualização da política, por meio da realização de um Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, seis Fóruns Regionais e um Fórum Nacional sobre Drogas.

Com ampla participação popular, embasada em dados epidemiológicos atualizados e cientificamente fundamentados, a política realinhada passou a chamar-se Política Nacional sobre Drogas (PNAD). A PNAD foi aprovada em 23 de maio de 2005, entrando em vigor em 27 de outubro desse mesmo ano, por meio da resolução nº 3/GSIPR/CONAD. Como resultado o prefixo “anti” da Política Nacional Antidrogas foi substituído pelo termo “sobre”, já de acordo com as tendências internacional, com o posicionamento do governo e com a nova demanda popular manifestada ao longo do processo de realinhamento da política (BRASIL, 2010).

A Política Nacional sobre Drogas estabelece os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e as estratégias indispensáveis para que os esforços voltados para a redução da demanda e da oferta de drogas possam ser conduzidos de forma planejada e articulada. Todo esse empenho resultou em amplas e importantes conquistas, refletindo transformações históricas na abordagem da questão das drogas.

Em 2006 a SENAD coordenou um grupo de trabalho do Governo que assessorou os parlamentares no processo que culminou na aprovação da Lei nº. 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), suplantando uma legislação de trinta anos, a qual se mostrava obsoleta e em desacordo com os avanços científicos na área e com as transformações sociais.



A Lei n.º. 11.343/2006 colocou o Brasil em destaque no cenário internacional ao instituir o SISNAD e prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas em consonância com a atual política sobre drogas.

Essa Lei nasceu da necessidade de compatibilizar os dois instrumentos normativos que existiam anteriormente: as Leis n.º. 6.368/1976 e 10.409/2002. A partir de sua edição foram revogados esses dois dispositivos legais com o reconhecimento das diferenças entre a figura do traficante e a do usuário/dependente, os quais passaram a ser tratados de modo diferenciado e a ocupar capítulos diferentes da lei.

O Brasil seguindo a tendência mundial entendeu que usuários e dependentes não devem ser penalizados pela justiça com a privação de liberdade. Essa abordagem em relação ao porte de drogas para uso pessoal tem sido apoiada por especialistas que apontam resultados consistentes de estudos nos quais a atenção ao usuário/dependente deve ser voltada ao oferecimento de oportunidade de reflexão sobre o próprio consumo, ao invés do encarceramento.

## **A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK NO BRASIL**

No Brasil a Política Nacional sobre Drogas se orienta pelo princípio da responsabilidade compartilhada, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos, no sentido de ampliar a consciência para a importância da integração social e da descentralização das ações sobre drogas no país.

De acordo com Lima (2008), o avanço da criminalidade associada ao tráfico de drogas e as complexas relações existentes entre situações de risco e consumo de drogas, principalmente o crack, tem imposto desafios cada vez maiores que exigem respostas eficazes do Governo e da sociedade. Para esse enfrentamento, é preciso convergir esforços de diferentes segmentos na construção de alternativas que extrapolem as ações repressivas e considerem os diversos componentes associados aos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas.

Observa-se na sociedade, que diante do contexto acentuado de vulnerabilidade social e das carências existentes no campo da educação, segurança pública e saúde da população menos favorecidas, e especialmente daquelas que vivem nas periferias das grandes cidades, em



particular dos usuários de drogas ilícitas, faz-se necessário uma política de Estado que seja capaz de agregar a atenção a todas estas deficiências existentes, que certamente seria um importante elemento para a resolução da problemática.

Baseado neste propósito foi criado o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Assim, este Plano foi criado em um contexto de nossa sociedade de completo pânico social relacionado ao uso crescente de crack e da grande fragilidade estrutural existente, haja vista a existência da carência de ações comunitárias em conjunto com os usuários de drogas.

De acordo com Andrade (2011), os Programas de Atenção Básica em Saúde, que se estabelece como sendo o principal motor da Estratégia de Saúde da Família (ESF), apesar de toda a sua expansão ainda vem apresentando uma cobertura inferior a 20% em algumas grandes cidades de nosso país, e um fato importante seria que quase a sua totalidade não inclui a atenção ao usuário de drogas em suas ações. Esta baixa cobertura tem se tornado um grave problema para o desenvolvimento das ações dos CAPSad, pois compromete a essência de sua função, evidenciando assim a lacuna existente na ainda frágil ESF, e também o preço elevado pago pelo Brasil por não ter assegurado a sustentação e a expansão das ações de Redução de Danos entre usuários de drogas nos últimos anos.

É pautado neste contexto que no ano de 2010, através do Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 o Governo Federal criou o Plano Integrado de Enfrentamento ao CRACK e outras drogas, objetivando a prevenção, ao tratamento e a reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas. (BRASIL, 2013)

Esse Plano teve como alvo desenvolver um conjunto integrado de ações de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, em como enfrentar o tráfico em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e Sociedade Civil, visando à redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população.

No ano de 2011 o Governo Federal lançou o Programa intitulado “CRACK é possível vencer”, que buscou prevenir o uso e promover atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas. Objetivou aumentar a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares, reduzir a oferta de drogas ilícitas por meio do enfrentamento ao tráfico e as organizações criminosas e promover ações de Educação, informação e capacitação. (BRASIL, 2013)



O programa reúne diversas ações que envolvem diretamente as políticas de saúde, assistência social e segurança pública e de forma complementar, ações de educação e de garantia de direitos. E com isso conta com a rede de cuidados composta por diversos serviços e equipamentos que oferecem ações distintas para necessidades diferentes. Na saúde, compreende desde serviços da atenção básica que podem articular ações específicas para o público usuário de drogas, como os consultórios na rua; e equipamentos especializados para o atendimento desse público como os CAPS Álcool e Drogas 24 horas, leitos hospitalares e unidades de acolhimento. Na assistência também existem equipamentos que podem atuar desde a prevenção, como o Centro de Referência da Assistência Social, até o atendimento especializado nos casos em que há violação de direitos associada ao uso de drogas como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além da disponibilização de vagas para acolhimento de usuário em comunidades terapêuticas, devidamente cadastradas junto à Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas.

Desse modo, existe a possibilidade de fazer diferentes combinações dos serviços e equipamentos disponíveis, vislumbrando construir uma rede que atenda às dimensões e necessidades dos usuários de crack.

Assim sendo, algumas questões têm se colocado, sobretudo no que diz respeito à tensão existente em relação ao papel do Estado. Com a ascensão e afirmação das políticas de ajuste neoliberal nos 80 e 90, a proposta do grande capital tem como vetores privilegiados a tendência à privatização e a formação do cidadão consumidor. As consequências deste posicionamento se relacionam com a redução da atuação do Estado e a ampliação do mercado (MOTA, 2008). O contexto apresentado se complementa no dizer de Soares (2009), com o fato das políticas de ajuste neoliberal no Brasil, terem evidenciado os efeitos da pobreza no país. Assim, a política social passa a ter um caráter residual ou assistencial, com o incentivo governamental às iniciativas do chamado terceiro setor que obteve grande crescimento da década de 1990 em diante.

Contudo, diante do crescente aumento do uso de substâncias psicoativas e dos grandes custos sociais decorrentes desse aumento, o Estado tem sido chamado a responder a essa expressão da questão social com políticas públicas direcionadas ao público alvo. Assim, com o considerável aumento do consumo de drogas (entre as quais o crack), o Estado tem adotado medidas mais eficazes ao encarar esse aumento como um problema social. Segundo dados da





Organização Mundial de Saúde, 10% da população dos centros urbanos de todo o mundo consomem de forma abusiva substâncias psicoativas, independente do grau de escolaridade, sexo, idade e classe social (Brasil, 2004a). Como afirma Andrade (2011), esse é um problema de saúde pública e social da contemporaneidade.

Pautado neste contexto atualmente a Política Nacional vem assumindo uma postura em favor da redução de danos por entender que a abstinência não pode ser o único objetivo a ser alcançado. Além disso, quando se trata de seres humanos, temos que necessariamente lidar com as singularidades, com as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas. As práticas de saúde em qualquer nível de ocorrência devem levar em conta esta diversidade. Precisam acolher sem julgamentos cada situação, cada usuário, o que é possível e o que é necessário, o que está sendo demandado, e o que pode ser ofertado, sempre estimulando a sua participação e o seu engajamento.

Pautado neste contexto Vinadé (2009), nos diz que:

Pensar a Redução de Danos é pensar práticas em saúde que considerem a singularidade dos sujeitos, que valorizem sua autonomia e que tracem planos de ação que priorizem sua qualidade de vida (VINADÉ, 2009, p.64).

A abordagem da redução de danos oferece um caminho promissor. Porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetiva a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. A redução de danos surge como uma alternativa e, portanto, não excludente de outros.

O consumo de crack na cidade do Rio de Janeiro tem feito parte da realidade dos usuários de drogas cariocas nos últimos anos. Através de um levantamento realizado pelo Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro - CEAD, o número de usuários dependentes que procuraram auxílio nos programas de recuperação que a estrutura do próprio conselho ofereceu em 2001 foi de 01 (um) usuário, passando para o número de 183 em 2004, e 262 em 2005, havendo um aumento de 43,1% no universo de apenas um ano. (ASFORA, 2006)

De acordo com Asfora (2006), os dados do Núcleo de Prevenção as Drogas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - PMRJ (2011), de 2005 a 2008 ocorreu um aumento de 400% nos atendimentos voltados a usuários de crack neste período.

O mercado de drogas não é uma invenção passageira. Os seres humanos sempre buscaram por substâncias que alterem seu estado de consciência e percepção. Além disso, no



contexto histórico brasileiro tal fator engloba um fenômeno ligado às condições socioeconômicas tornando o mercado das drogas uma opção para aqueles que procuram condições de sustentar-se, assim se legitimando o tráfico de drogas em nossa sociedade:

O mercado de drogas e de violência no Rio de Janeiro não são problemas externos ao conjunto das relações sociais e econômicas que aqui se processam, fazem parte delas. É nesse ambiente proscrito que se amplia e se torna relevante a participação dos jovens em conflito com a lei e sob medida socioeducativa. Esse mercado é para eles uma possibilidade imediata e imediatista de consumo, de status, de relacionamentos múltiplos, de poder e de repressão de sua rebeldia e de sua ainda indecisa confusa e frágil identidade social (CRUZ NETTO, 2001. p. 17).

432

De acordo com Marcelo Cruz, coordenador do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (PROJAD) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, o consumo de CRACK tem aumentado em diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, o que tem levado a esforços no sentido de aperfeiçoar os serviços de assistência e prevenção, assim como a capacitação dos profissionais para saber lidar com esta demanda que tem crescido absurdamente. (FIGLIE, 2010)

São muitos os problemas relacionados ao consumo do crack, principalmente sobre a saúde, o sistema social e psicológico de seus usuários. Por isso, faz-se necessário a construção de políticas públicas adequadas e pautadas na ótica da construção de serviços de saúde especializados no tema, assim como a garantia de um processo de reintegração social destes usuários.

A Política Pública centrada exclusivamente na internação não se relaciona com o universo dos usuários de crack e por isso os processos terapêuticos ficam incompletos. São necessárias que sejam desenvolvidas ações de atenção integral com assistência médica, psicológica e social, que possibilitem a reintegração social deste usuário.

Além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações voltadas para um processo de humanização do usuário de crack, como forma de sensibilizar os gestores públicos e a população que ainda se mantém assustada com o crescimento do consumo desta droga. Através de um processo direcionado para a criação de políticas de humanização do usuário de crack, assim, se tornara possível à construção de ações pertinentes às necessidades do usuário e de enfrentamento ao crack.



As condições de vida das pessoas socialmente excluídas, entre elas as que usam crack, são pouco conhecidas pelos profissionais de saúde. Por outro lado, a qualidade da assistência à saúde para pessoas que usam drogas depende muito da classe social a que pertencem.

## **PENSANDO DE FORMA CRÍTICA A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CRACK**

433

A Política de Enfrentamento ao CRACK em nosso país prioriza a criação de leitos em hospitais gerais e psiquiátricos para pacientes que usam drogas de forma abusiva ou são dependentes de álcool, crack ou outras drogas. Para tal finalidade foram alocados R\$ 208.632.000,00, valor este que representa 52,65% do total dos recursos destinado ao Plano. Assim constitui uma estratégia importante para lidar com situações mais complexas, que sejam além da capacidade de resolução dos CAPSad.

Assim baseado neste contexto Andrade (2011) nos diz que:

Na contramão deste dispositivo, a proposição de hospitais e centros médicos especializados e de Comunidades Terapêuticas para usuários de drogas, preconizados pelos que se opõem à Reforma Psiquiátrica, e em particular ao dispositivo CAPS, encontra eco no imaginário popular, o qual sonha com soluções rápidas, e não incomum com o afastamento do convívio social destes usuários algumas vezes portadores de comorbidades e envolvidos em situações constrangedoras, socialmente marginalizadas e, mesmo, ilegais.

A internação nestes serviços vai, portanto, na direção contrária à da subjetivação das práticas desses usuários de drogas, dificultando a possibilidade de um novo percurso por um viés socialmente mais aceitável e produtivo. Sendo assim, os leitos em hospitais especializados somente se justificam em casos de situações que fogem ao controle dos CAPSad e dos outros serviços disponíveis na rede de cuidados.

Em um hospital geral com leitos para usuários de crack - diferente dos hospitais especializados e das comunidades terapêuticas - se preserva mais a identidade do cliente, uma vez que a atenção ao uso de drogas se constitui apenas em um dos vários serviços oferecidos. Uma vantagem adicional é colocar a atenção ao abuso e à dependência de drogas no mesmo nível de outras práticas de saúde, o que contribui para a redução do estigma que recai sobre os usuários de drogas ilícitas, fortalecendo esta condição como objeto das práticas de saúde à semelhança das demais condições. (ANDRADE, 2011)



Entretanto, tem se verificado resistência dos dirigentes dos hospitais gerais à destinação de leitos para o atendimento de pessoas que fazem uso abusivo ou são dependentes de substâncias psicoativas, uma vez que aqueles reproduzem o senso comum, em geral também compartilhado pelo corpo técnico destes serviços, que não incomum se declara incapaz de atender estes pacientes.

Mas é possível, à luz da apreensão dos temores que justificam tal recusa e através de um diálogo franco e cientificamente fundamentado contando com a interlocução de técnicos que detêm experiência com pessoas que fazem uso abusivo e/ou são dependentes de drogas, que em contraposição às fantasias, à desinformação e a toda ideologia repressiva que permeia este campo, se possam construir práticas mais humanizadas e igualitárias para esta população. (ANDRADE, 2011)

Um dos aspectos que traduz o quanto de ideologia permeia a assistência à saúde às pessoas que usam drogas, é ouvir alguns médicos psiquiatras se descreverem “despreparados” para tal tarefa. Sabem os que tomam aos seus encargos o tratamento desta população que uma das principais dificuldades diz respeito à elevada prevalência de comorbidades com transtornos mentais, terreno por excelência da atuação do psiquiatra.

O Plano também prevê a implantação de pontos de acolhimento (Casas de funcionamento diurno para acolhimento de crianças e adolescentes e jovens usuários de drogas, especialmente crack, em condições de extrema vulnerabilidade das cidades com mais de 500 mil habitantes). O valor de R\$1.372.000,00 destinados a 70 serviços desta natureza, conforme previsto no "Plano Crack" implica em R\$19, 600,00 para a implantação e o custeio de cada uma dessas unidades. Habitualmente os municípios não dispõem de imóveis públicos adequados ao funcionamento de projetos como estes, bem como de técnicos habilitados ao acolhimento desta população. (BRASIL, 2013)

Por outro lado, além da provisão de cuidados previstos neste dispositivo como lanche, banho, lavagem de roupa e outros cuidados pessoais, não incomuns se fazem necessário o encaminhamento dos acolhidos a outros serviços da rede de cuidados. Acontece que eles habitualmente não têm dinheiro nem cultura para priorizar esta necessidade e por isto se faz necessário à inclusão de um veículo com combustível e motorista no serviço. Estas necessidades colocam o orçamento anual de cada ponto de atendimento num patamar acima de R\$100.000,00.



E de suma importância também à implantação de 195 novos pontos de arte, cultura e renda na rede de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, pois o recurso financeiro definido no Plano Crack é de R\$1.510.000,00, e a média de investimento por ponto é no valor de R\$7.743,00, o que deixa evidente a pobreza de horizontes. Todavia, é necessário que se mude a mentalidade de destinar aos pobres, coisas pobres. (BRASIL, 2013)

É também reduzida a possibilidade de se inserir no mercado através da produção de algo com muito pouco valor agregado. O que se vê nos serviços de atenção ao uso de drogas são produções simplórias se utilizando de palitos de fósforos, reciclagem de papel e obras de artes pobres do ponto de vista técnico e/ou estético.

Dispositivos como estes implicam no envolvimento de técnicos especializados, na transmissão de saberes que subsidiem a produção, no controle de qualidade do que se produz, na articulação com o mercado, na criação de cooperativas ou de outros meios de sustentabilidade, de forma a facultar aos usuários a construção de um novo percurso e o reconhecimento social.

A criação de CAPSad III - 24 horas - como afirmado anteriormente, o maior percalço dos CAPSad, à semelhança dos CAPS em geral, é a ausência de territorialidade, levando-os a serem confundidos ou mesmo a efetivamente funcionarem, como pequenas unidades psiquiátricas. Estas condições os tornam alvos das críticas ferrenhas advindas dos que se opõem à Reforma Psiquiátrica, os quais desprezando o fato do CAPS ser um modelo em construção e dependente do bom funcionamento de outros dispositivos da rede básica, a exemplo da ESF, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e de toda a rede de cuidados (CRAS, CREAS) o comparam às unidades psiquiátricas tradicionais. Soma-se a isto a vulnerabilidade das políticas públicas a nível municipal e suas repercussões diretas sobre o funcionamento dos CAPSad, as quais incluem dificuldades na aplicação dos recursos de incentivo e custeio para estes serviços, a existência de vínculos profissionais precários e os baixos salários pagos aos seus técnicos, estes últimos com implicações direta no cumprimento da carga horária prevista nos contratos de trabalho. (ANDRADE, 2011)

Estas circunstâncias dificultam a integração das equipes, sobretudo em relação aos profissionais mais escassos no mercado, a exemplo dos psiquiatras, levando a que um mesmo profissional trabalhe em vários municípios. Somam-se a isto, outras limitações de natureza ideológica como a nomeação para a chefia destes serviços de pessoas sem perfil técnico



adequado e as dificuldades de natureza administrativo-operacionais, a exemplo da restrição dos horários do uso do veículo, de combustível, dos materiais necessários à realização das oficinas terapêuticas e mesmo de alimentação.

Outra dificuldade é a integração dos clientes dos CAPSad capacitados em oficinas como culinária e jardinagem - apenas para citar dois exemplos - na prestação de serviços contratados pelos municípios, até mesmo aqueles destinados à própria rede de CAPS, habitualmente executados por empresas terceirizadas. Percebe-se aí, mais uma vez o canal existente entre o que é concebido a nível federal e o que efetivamente acontece na ponta, ao nível dos estados, mas, sobretudo dos municípios. Este parece ser um dos pontos crítico na execução de políticas públicas para atenção aos usuários de drogas em nosso país.

As Escolas de Redutores de Danos do SUS se constituem numa estratégia de resgate do trabalho de campo realizado pelos redutores de danos, face a face com as pessoas que usam drogas. Os técnicos capacitados por esta estratégia podem exercer suas atividades diretamente junto à população alvo através dos Projetos de Redução de Danos, nos Consultórios de Rua do SUS, nas ações territoriais dos CAPSad, nas salas de espera destes Centros e de outros Serviços de Saúde e, ainda, participando do matriciamento da ESF. As Escolas de Redutores de Danos, bem como o financiamento de Projetos de Redução de Danos, representam uma contribuição efetiva na atenção ao uso de drogas, iniciando a recuperação do tempo perdido com a descontinuidade da maioria dos PRD do Brasil, a partir do ano de 2003.

O êxito desta estratégia, mesmo no melhor dos cenários, ou seja, com o seu funcionamento pleno e efetivo, depende da contratação dos redutores de danos, o que passa pelo reconhecimento desta categoria profissional. Embora previsto a nível federal, por razões, administrativa e/ou ideológicas, os redutores de danos têm encontrado dificuldades para uma vinculação formal nos CAPSad, nos Consultórios de Rua e nos próprios PRD.

## **A REALIDADE DE MIRACEMA**

Como parte do Plano de Enfrentamento ao CRACK e outras Drogas, através da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), foi realizado um estudo através da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ em 2011, que pudesse delinear o perfil da população





usuária de crack no país. Baseado neste estudo pode-se constatar que no Brasil a faixa etária dos usuários de crack é majoritariamente de adultos jovens – com idade média de 30 anos. Outro dado importante encontrado foi a predominância do sexo masculino, sendo cerca de 78,7% dos entrevistados. Em relação à raça/cor dos usuários, houve um predomínio de usuários “não brancos” nas cenas de uso, sendo apenas 20% dos usuários de cor branca. Sobre o grau de escolaridade destes usuários, observou-se a baixa frequência de usuários que cursaram/concluíram o ensino médio e a baixíssima proporção de usuários com Ensino Superior, evidenciando que a população pesquisada difere inteiramente daquela que é objeto dos inquéritos escolares (que apontam para a relevância de outros problemas, como o abuso de álcool, maconha, remédios, mas não de crack entre alunos do ensino médio e superior). Referente à moradia dos usuários não se pode afirmar de forma simplista que os usuários de crack são uma população de rua, mas observam-se de forma expressiva usuários nesta situação, sendo aproximadamente 40% dos usuários em nosso país se encontravam nesta situação. Quando lhe perguntado sobre as formas de obtenção de dinheiro relataram ser a forma mais comum as referentes aos trabalhos esporádicos ou autônomos, correspondendo a cerca de 65%.

Quando buscamos analisar esta problemática em microrregiões percebemos que esta realidade não tem sido diferente do todo. No Noroeste Fluminense especificamente, como demonstra o Índice do Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros – 2003 do IBGE, o município de Miracema ocupa o terceiro lugar na região no que se refere aos indicadores de pobreza e desigualdade. Em paralelo a esta constatação, foi realizado uma pesquisa responsável por um levantamento de dados no Centro de Atenção Psicossocial de Miracema – RJ (CAPS) que confirmou um grande aumento no índice de usuários de CRACK. Constatou-se também que tais usuários não têm obtido a oportunidade de serem contemplados pela Política Nacional sobre Drogas, bem como, não estão alcançando possibilidade de recuperação.

No ano de 2013 no período de Janeiro à Outubro foram atendidos 368 usuários de crack, aos quais buscavam os serviços do programa para atendimentos no que se refere a consultas médicas, acolhimento, internações em clínicas especializadas, etc. Este montante de pessoas em caráter quantitativo corresponde a praticamente 1% da população do Município. Destes usuários, 108 foram acolhidos nos Centros de Acolhimentos Regionais de Álcool e Outras Drogas do Estado do Rio de Janeiro. Dos usuários que foram acolhidos nas Instituições de





internação que são oferecidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, 70% voltaram a fazer uso da droga no primeiro mês após sua conclusão de tratamento, sendo que 68% não concluíram o tratamento e logo retornaram ao uso da droga, e das 58 internações apenas 01 se mantém em sobriedade e 02 foram mortos pelo envolvimento com o crime através do tráfico.

Pautado nestes dados do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial de Miracema, percebe-se o grande número de pessoas que buscam o atendimento para sua recuperação no que tange ao desenvolvimento da dependência química ocasionada pelo uso abusivo do crack, porém também se pode analisar que os resultados de recuperação efetiva são mínimos. Portanto, se faz necessário que sejam pensadas ações mais coesas e que vão de encontro à realidade do usuário, de uma forma mais completa, capaz assim de proporcionar a redução de danos sociais aos usuários. É necessário que o enfoque não seja apenas na droga, mas sim no indivíduo e o resgate de suas condições de saúde e sociais.

Estes dados do nosso estudo de caso, mostra-nos que o processo de formulação e implementação das políticas sociais para atendimento a estes usuários não podem mais oscilar entre aquilo que deveria ser – o mais transparente possível, e corresponder, da melhor forma, às necessidades dos cidadãos que são os receptores finais da política – e aquilo que efetivamente tem sido. As mudanças ocorridas na política de enfrentamento ao uso indevido de drogas e as contradições presente no interior dessa política têm movido a todas as esferas da sociedade na reflexão, revisão e proposição de mudanças com a ampliação dos espaços de luta e confrontação dos múltiplos interesses inscritos no interior da temática “drogas”. O processo político dentro da Política Nacional de Políticas Públicas sobre drogas deve formar um ciclo, começando com uma avaliação sistemática dos problemas relacionados ao uso indevido de drogas, seguida pela prática de políticas de intervenções/preventivas /repressivas, e terminando com uma avaliação objetiva dos resultados alcançados.

Por possuir múltiplos aspectos, o problema das drogas coloca para o governo a necessidade de uma ação multidisciplinar que alcance simultaneamente as várias dimensões relativas a essas questões.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno desta temática precisa ser revista, pois carece de muitos investimentos teóricos, pois há uma lacuna muito grande nesse campo. Diante deste contexto entende-se que existem poucas informações sobre a chegada do crack no Brasil.

Mais ainda, muito pouco tem sido feito para atender a esta demanda. No Noroeste Fluminense, sendo que o que se faz é o atendimento ambulatorial através dos CAPS'ad (Centro de Atenção Psicossocial a usuário de álcool e outras drogas). Em municípios que não há este centro, como o município por nós estudado, Miracema, os utilizados são os CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial), que atende as pessoas decorrentes de transtornos mentais, que não é específico para dependentes químicos. Isso demonstra a fragilidade das políticas oferecidas nesta região para tal demanda.

Assim sendo, este estudo preliminar se faz de suma importância, pois, mediante essa discussão em pauta, o que se percebe é ainda uma carência muito grande de trabalhos acadêmicos que versam sobre o tema proposto, principalmente considerando estudos de casos que envolvam as, também, particularidades dos municípios. Uma vez que neste contexto precisam ser pensadas políticas públicas de atendimento a estes usuários, pois o que se tem observado é uma fragilidade muito grande no atendimento a tais demandas e ausência de trabalhos que como este trás a tona o tema e relata sua importância.

## BIBLIOGRAFIA

ACSERALD, G. **Políticas de Drogas e Cultura de Resistência**. Fórum Social Mundial. I Seminário Preparatório. 2003.

ANDREDE, Tarcísio Matos de. **Reflexões sobre políticas sobre drogas no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva. Vol. 16 nº 12. Rio de Janeiro 2011.

ASFORA, Murilo. **Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006. Conselho Estadual Anti Drogas do Rio de Janeiro, 2006.

BARATTA, A. Prefácio. In: Batista VM, organizador. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan; 2003. p. 15-33.



BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). **Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua/organizadores**: Antonio Nery Filho, Andréa Leite Ribeiro Valério. Salvador: CETAD, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Cartilha Crack, é possível vencer. Enfrentar o crack. Compromisso de todos**. Brasília: MJ, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004.

COSTA, S.F. **As Políticas Públicas e as comunidades terapêuticas nos atendimentos à dependência química**. Serviço Social em Revista, v. 11, n.º. 2, pp. 1-14. 2009.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Nem soldados nem inocentes: juventude e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

GUIMARÃES, Marília Z. P. **O Crack e Abuso de Drogas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto de Ciências Biomédicas; Programa de Farmacologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **Políticas sociais públicas: implicações para a assistência na área de álcool e outras drogas**. Rio de Janeiro: 2º Encontro de Assistente Social das Forças Armadas/UFRJ, 2008. (Mimeo).

MARLATT, G. Alan. **Redução de Danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: ed. Cortez, 2008.

SOARES, Laura Tavares. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78).

SILVA, A. [et al] **Relatório sobre trabalho investigativo: o crack e o SUS**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade Serviço Social. Porto Alegre, 2008.

UCHOA, Marco. A. **Crack: o caminho das pedras**. Ática: São Paulo, 1996.

VINADÉ, T. F. **Redução de danos na atenção primária à saúde: construindo a potência do encontro**. IN: MINOZZO, F.; FRANÇA, S.P. (Org.). A detecção e o atendimento a pessoas usuárias de drogas na rede da Atenção Primária à Saúde: módulo 7. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, p. 63-73, 2009.



## REFLEXÕES SOBRE O ATO DE DISPOR DA PRÓPRIA VIDA: O “CASO RAMÓN SAMPEDRO” À LUZ DA MORAL KANTIANA

PIRES, Carlos Eduardo Moreno

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Licenciado em Filosofia pela UNIFLU-FAFIC Campus II. Professor de Filosofia no Ensino Médio. edu.filosofia@hotmail.com*

CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Graduada em Direito pela Universidade Iguazu – Campus Itaperuna. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna. Professora de Direito Civil da Rede Doctum dos Cursos de Direito e de Medicina da Universidade Iguazu/Itaperuna. hileboechat@gmail.com*

SOUSA, Luciano Dias de.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Especialista em Português e Literatura pela FIJ. Graduado em Letras pela UEMG. poesiaeci@gmail.com*

441

### RESUMO

Diversas situações do cotidiano levam algumas pessoas, em certo momento de suas vidas, a desejarem pôr fim à própria existência (à própria vida). Isso (isto) ocorre geralmente porque descobrem estar acometidas por uma enfermidade incurável ou em razão de outro fato que as fazem considerar a vida como não mais digna de ser preservada. O presente artigo visou questionar a moralidade do ato de dispor da própria vida, análise que se inicia a partir do “caso Ramon Sampedro”, passando por reflexões realizadas por filósofos que asseguram não haver motivo capaz de justificar o suicídio como conduta ética da pessoa humana, segundo Kant.

**Palavras-chave:** autonomia; enfermidade incurável; suicídio.

### ABSTRACT

Several situations of daily life make some people, in certain moments in their lives, desire to end their own life. This usually occurs because they find themselves having an incurable illness or because of another fact that makes them consider life as something not worthy of preserving. This present article has tried to question the morality of the act of disposing one's own life – an analysis that begins from the “case Ramon Sampedro”, going through the reflections about the reasons why one's search for suicide as a solution to one's problem is viable, performed by philosophers that ponder the limits of freedom of arrangement of their rights of personality – and assure that there is no reason that is able to justify the suicide as an ethical behavior of the human being, according to Kant.

**Key-words:** autonomy; incurable disease; suicide.



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em muitos momentos da vida humana, presenciam-se situações nas quais pessoas se encontram em condições adversas, tidas como incompatíveis com a concepção de vida boa e digna. Se, felizmente, não se presencia esses fatos com familiares, de alguma maneira, acaba-se presenciando tais situações com terceiros, seja com uma pessoa do próprio convívio ou mesmo alguém conhecido do público. Um caso que repercutiu mundialmente se deu com o ator americano Christopher Reeve. Famoso pelo papel de Super-homem nos cinemas, Reeve ficou tetraplégico ao fraturar duas vértebras da coluna cervical ao cair de um cavalo em uma competição equestre em maio de 1995. Graças ao atendimento imediato e às tecnologias que a medicina na época, Reeve permaneceu nessas condições até o ano de 2004, quando faleceu ao sofrer um ataque cardíaco em decorrência de seu estado de saúde. Naquela época, a opinião pública ficara dividida entre os que sustentavam, por um lado, que a condição de tetraplégico, para uma pessoa que gozava uma vida de sucesso, com *status* de “super-herói”, não era digna de ser vivida, e, portanto, não havia razão alguma para que ele continuasse naquelas condições; e, por outro, aqueles que acreditavam que a tetraplegia não era motivo para a perda da dignidade humana e que, além disso, Reeve tinha, no pior dos casos, acesso aos melhores tratamentos médicos de sua época. Ora, diante de situações como esta, depara-se com algumas questões fundamentais acerca da vida que normalmente não são questionadas no cotidiano. De fato, questões como a dignidade da vida humana, o ato de tirar a própria vida, entre outras, só se tornam motivo de reflexões quando, de alguma maneira, toma-se conhecimento de casos que excedem o limite de uma vida comumente aceita como digna. O presente artigo apresentará o caso “Ramón Sampedro”, com o objetivo de iniciar uma reflexão com base na seguinte questão da ética kantiana: o ato de dispor da própria vida poderia ser moralmente aceito?

## 2 O “CASO RAMÓN SAMPEDRO”

A história de Ramón Sampedro tornou-se pública através do filme “Mar Adentro” protagonizado pelo ator espanhol Javier Bardem, dirigido por Alejandro Amenábar, em 2004. O filme, baseado em fatos reais, retrata a história do marinheiro espanhol Ramón Sampedro que



ao saltar de uma pedra para um mergulho no mar, sofrera uma lesão na coluna cervical que o deixara tetraplégico. Com o corpo praticamente paralisado, suas ações reduziram-se a alguns movimentos com a boca, limitando-o à cama e à assistência de seus familiares. Não obstante suas limitações físicas, Ramón não sofrera danos mentais, permanecendo, portanto, consciente de sua condição física. Ramón não se conformara com sua situação, afirmando que sua vida não era digna de ser vivida e que morrer seria a coisa mais sensata a ser feita. Impossibilitado, no entanto, de pôr fim à sua própria vida devido às condições de imobilidade em que se encontrava, iniciou uma batalha judicial nos tribunais espanhóis requerendo o direito de tirar a própria vida através da prática da eutanásia<sup>1</sup>.

De modo geral, a prática da eutanásia tem como objetivo levar uma pessoa em fase terminal, ou em condições de saúde consideradas severas (sem perspectivas de reversão do quadro), a uma morte rápida e indolor. Segundo Agrest (2007, p.33), o ato de não impedir a morte de um paciente nestas condições poderia ser considerado, analogamente, como uma prática da eutanásia. Em ambos os casos, acredita-se que a intenção do agente seria o bem-estar da pessoa (paciente).

O caso de Ramón se enquadra em uma categoria específica da eutanásia, a saber, a eutanásia voluntária<sup>2</sup>. Pois esta seria feita, como bem observou Esteves (2013, p.04), “com o consentimento ou mesmo solicitação expressos em algum momento oportuno pelo próprio paciente”. De fato, em um diálogo com a advogada que analisara sua solicitação, Ramón se posiciona da seguinte maneira:

eu quero morrer porque a vida para mim neste estado, a vida assim não é digna, então eu, bom eu entendo que alguns tetraplégicos possam se sentir ofendidos quando eu digo que viver assim não é digno, mas eu não estou julgando ninguém, quem sou eu para julgar quem quer viver, e por isso eu quero que ninguém me julgue e nem a pessoa que me presta a ajuda necessária para morrer [...]. (AMENÁBAR, Alejandro, filme *Mar Adentro*, 2004).

<sup>1</sup> Segundo Esteves (2013, p.4) e Agrest (2007, p. 252), a etimologia da palavra eutanásia deriva de dois termos gregos: *eu* (bom) e *thanatos* (morte). Assim, em sua gênese etimológica, eutanásia quer dizer “boa morte”.

<sup>2</sup> Em um sentido mais técnico, a prática da eutanásia pode ser interpretada por dois pontos de vista distintos. O primeiro diz respeito ao paciente e, o segundo, ao médico. Aquele se divide em três categorias: eutanásia voluntária, não-voluntária e involuntária. A primeira categoria se caracteriza pela consciência ou voluntariedade do paciente no ato; a segunda é realizada geralmente por terceiros, ou seja, familiares ou médicos, pois neste caso, o paciente não está em plena posse de sua consciência; e, a última, é praticada contra a vontade do paciente. Esta última categoria é interpretada como uma forma de homicídio, sendo condenada jurídica e moralmente. Já o segundo ponto de vista, se divide em: eutanásia ativa e passiva. Denomina-se ativa, pois é realizada através da intervenção de medicamentos; e, passiva, quando não há a intervenção de medicamentos, ou seja, pela abstenção do tratamento. Para mais informações ver: AGREST, Diana Cohen. **Por mano propia: estudo sobre lãs prácticas suicidas**. 1ª ed. Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.





Conforme se constata na fala acima, o pedido de Ramón atende aos requisitos básicos para o que se denominou “eutanásia voluntária”. Com efeito, ele mostrou estar em plena posse de suas faculdades mentais, pois, além de emitir juízos de valor sobre sua vida, estava consciente de que tais juízos não constituíam validade universal, podendo ser facilmente refutado por outros tetraplégicos. Além disso, a consciência de Ramón diante da solicitação do direito de morrer revelaria ainda um potencial caso de suicídio.

Com efeito, em um sentido amplo, o suicídio é caracterizado pelo caráter voluntário ou consciente de uma pessoa no ato de dispor da própria vida. Devido, portanto, às características de voluntariedade e de consciência da pessoa em ambas as práticas, a eutanásia voluntária não passaria “de uma forma de suicídio e, por conseguinte, deveria ser tratada como um caso particular de suicídio (ESTEVEZ, 2013, p.5)”.

Ora, se a solicitação de Ramón quanto à prática da eutanásia voluntária equivale a um caso de suicídio particular, devido à imperativa necessidade da ajuda de terceiros para a consumação do ato, ela poderia ser caracterizada ainda como um caso particular de suicídio assistido.

Com efeito, essa forma de pôr fim à própria vida se classifica como “assistida”, porque aquele que deseja morrer (nesse caso, Ramón Sampredo) está literalmente impossibilitado de consumá-la por si próprio, com suas próprias mãos, necessitando assim, da intervenção de terceiros para obter o objetivo pretendido – a morte. De fato, segundo Agrest (2007), o propósito do suicídio assistido seria ajudar àquele que não pode dispor por si mesmo de uma vida que se revela para si pior do que a própria morte, a cometer o suicídio de forma intencional e sem dor.

### 3 ASPECTOS JURÍDICOS

#### 3.1 O suicídio na perspectiva de Ramón Sampredo

Ramón não encontrou ajuda imediata para cometer suicídio. A primeira resposta negativa foi a de sua própria família, que se posicionou categoricamente contrária ao seu desejo de morrer. Neste sentido, restou a Ramón, conforme se anunciou acima, iniciar uma batalha judicial nos tribunais espanhóis. A justificativa da justiça espanhola para negar pedidos a





peças que, como Ramón, necessitam da ajuda de terceiros para cometer o suicídio é análoga na maioria dos países.

Ora, a prática do suicídio não é um direito reconhecido juridicamente, mesmo que a pessoa não possa ser penalizada por esse ato, porém, à pessoa que ajuda ou incentiva o suicídio, são imputadas penas judiciais por se tratar de uma hipótese de homicídio (AGREST, 2007).

Isto se comprova no caso de Ramón Sampedro. Com efeito, para isentar seus “colaborados” de possíveis acusações jurídicas, Ramón deixou um vídeo dos últimos momentos de sua vida com o intuito de mostrar que aquele ato era consentido, desejado e planejado por ele. De fato, antes de virar o pescoço para ingerir uma dose letal de cianeto de potássio, ele declara que aqueles que o ajudaram a realizar o suicídio são seus amigos e que não poderiam ser responsabilizados, nem punidos por esse fato, pois, apenas emprestaram suas mãos por amor, praticando apenas atos isolados que não configurariam crime, e, que, somados, fizeram com que ele obtivesse êxito no ato de levar a cabo seu intento de antecipar a morte. Salientou ainda, que o plano foi exclusivamente seu, sendo ele próprio responsável. No vídeo ele se dirigiu às autoridades judiciárias lamentando que teve que morrer clandestinamente, embora tivesse buscado diante do Judiciário o direito de morrer de forma digna e, ao mesmo tempo, legítima perante seu Estado Democrático de Direito. Ele deixou as imagens e as declarações como prova a ser usada por eles, caso fossem acusados de auxílio ao suicídio perante a justiça.

### **3.2 O suicídio e o crime de auxílio ao suicídio no Código Penal Brasileiro**

Enquanto o suicídio é o ato pelo qual uma pessoa tira a própria vida, o auxílio ao suicídio é o ato do terceiro que ajuda o suicida a desenvolver seu projeto de morrer.

No Brasil, apesar de o homicídio ser punido com rigor pelo Direito Criminal Brasileiro, o suicídio não o é, não constituindo para o titular da vida, portanto, crime o fato de tentar ou conseguir efetivamente tirá-la – tanto é assim que aquele que pratica a tentativa de suicídio, ao se recuperar, não recebe nenhuma sanção do ordenamento jurídico, pois não cometeu crime que possa ter enquadramento em nenhum dos artigos do Código Penal que disciplinam os crimes contra a vida. Entretanto, o mesmo Código, que não entende o suicídio como crime, classifica o induzimento, instigação e auxílio ao suicídio como crime.



Ao enumerar os crimes contra a vida o Código Penal não inclui o suicídio nem a tentativa. Evidentemente não se pode falar em sanção a ser aplicada à pessoa que tirou a própria vida. Entretanto, a pessoa que sem êxito tentou se suicidar também não tem contra si uma penalidade prevista no Código Penal.

O art. 122 do vigente Código Penal Brasileiro determina que induzir, instigar ou auxiliar outrem ao suicídio é crime e estabelece pena de 2 a 6 anos àquele que comete essa conduta, se o suicídio se consuma; e de 1 a 3 anos, se da tentativa frustrada de causar a morte de outra pessoa resulta lesão corporal de natureza grave. Lesão corporal grave é aquela que resulta em qualquer dos incisos do §1º do artigo 129 do Código Penal. Pode ser incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função ou aceleração de parto. Explica Rogério Greco (2012, p. 260) que a incapacidade abrange tanto atividades laborativas como de lazer, bastando que elas atividades não sejam juridicamente ilícitas.

Os incisos I e II do parágrafo único trazem duas causas de aumento de pena: quando o crime é praticado por motivo egoístico e quando a vítima é menor ou tem, por qualquer motivo, reduzida a sua capacidade de discernimento. Fácil perceber que o auxílio no contexto da eutanásia não configura motivo egoístico, ao contrário, o motivo que move o agente é, supostamente, a compaixão pelo sofrimento de outro ser humano. Em relação à menoridade ou a reduzida capacidade de discernimento, dispensam-se maiores comentários, a não ser que para o menor de 14 anos e para aquele que não tem nenhuma capacidade de discernimento por doença, embriaguez ou outro motivo, o referido crime seria o de homicídio, conforme ensina Fernando Capez (2011, p. 130-131).

Dentre os verbos enumerados no artigo (induzir, instigar ou auxiliar alguém ao suicídio), o que se aplica à questão da eutanásia é o “auxílio”, que é a participação material no delito, emprestando meios para a prática considerada nefasta. A conduta de auxiliar pode ser comissiva (que remete ao verbo cometer, agir), quando, por exemplo, entrega-se o veneno à vítima ou ensina-se a usá-lo, ou omissiva (que remete ao verbo omitir, um “não agir”), que ocorre quando solicitado pela vítima, o autor deixa de tomar as medidas necessárias evitar o evento fatal – a morte.

Ressalta-se, a participação do agente deve ser secundária, pois, segundo Nelson Hungria (apud CAPEZ, 2011, p. 124), “se há participação direta no ato executivo do suicídio, o crime



passa a ser o de homicídio”. Na hipótese de participação, por exemplo, quando alguém aciona um processo mecânico que desencadeará a morte da vítima, estará cometendo o crime previsto no artigo 121 do Código Penal.

No crime de auxílio ao suicídio existe dolo (intenção de provocar a morte), que pode ser direto ou eventual, sendo necessário, portanto, que, ao menos, o sujeito que pratica o auxílio tenha condições de antever o resultado letal da conduta que põe em prática. Na eutanásia está evidente que o que presta auxílio almeja a morte do paciente.

Rogério Greco (2012, p. 189) menciona lição de Emiliano Borja Jiménez ao abordar o crime em destaque – “o suicídio, que pode ser definido como a morte voluntária, querida e desejada, de uma pessoa com capacidade de agir, é uma conduta propriamente humana”. O autor aponta a relevância de a pessoa querer e, mais, ter a possibilidade de interferir na própria trajetória, a qual não parece ser a hipótese vivenciada por Ramón Sampedro. Este, em razão de grave acidente, restou impossibilitado de esboçar qualquer movimento relevante, inclusive para tirar a própria vida.

#### **4 TOMADA DE DECISÃO**

Tradicionalmente, ao receber o diploma universitário o médico recém-formado faz um juramento conhecido como “Juramento Hipocrático” (baseado em Hipócrates, considerado pai da Medicina), quando se compromete moralmente a preservar a vida e promover a saúde do paciente, por razões médicas. Neste mesmo juramento, o médico se compromete a nunca causar mal ao paciente, não administrar medicamentos que o levem à morte, e nem incentivá-lo a morrer. Mesmo em hipóteses nas quais o paciente se encontra em condições consideradas degradantes, como é o caso de um paciente acometido por uma doença degenerativa já em estágio avançado, em tese, o médico teria a obrigação e o dever moral de lutar por sua vida até o último instante. Entretanto, se esse mesmo paciente, consciente de sua condição, como Ramón, decidir pôr fim à sua própria vida por acreditar que ela não seria mais digna, o médico deveria ainda seguir os princípios morais de seu juramento e mantê-lo vivo mesmo contra sua vontade? Caso a resposta seja sim, pode-se caracterizar essa conduta do médico como uma espécie de paternalismo?



Age de forma paternalista, segundo Agrest (2007, p. 226), aquele que, segundo seus critérios pessoais de benefícios, considera a obrigação moral de ajudar pessoas, superior à obrigação de respeitar a autonomia do ajudado. No que se refere à relação entre médico e paciente, uma atitude paternalista seria ilustrada, por exemplo, pela intervenção do médico na liberdade do paciente de se autodeterminar, fundamentada na concepção de que a obrigação moral do médico de preservar a vida do paciente seria maior do que a obrigação moral de respeitar suas decisões.

Uma das justificativas para esta forma de paternalismo, estaria relacionada ao fato de os danos causados por uma possível interrupção do tratamento serem irreparáveis, ou até mesmo levarem o paciente a óbito. Desse modo, concepções de bem estar, preservação e promoção da vida seriam interpretadas de forma objetiva através de critérios inerentes à medicina, ao passo que as opiniões do paciente, mesmo quando sua própria vida se encontra em risco, seriam consideradas como irrelevantes para o seu tratamento.

No entanto, nas últimas décadas, como bem observou Brock (2009), tem ocorrido uma mudança fundamental no quadro ético da medicina no que diz respeito às práticas paternalistas. Em um nível mais avançado nos Estados Unidos e, em algum grau em outros países, esse novo quadro ético da medicina tem sido marcado por uma rejeição ao modelo paternalista, em favor de uma tomada de decisão compartilhada entre médico e paciente.

De acordo com Brock (2009), tomada de decisão seria aquela realizada no fim ou próximo do fim de uma vida em condições consideradas severas, onde o que estariam em jogo são: o bem estar, a forma de tratamento e a vida do próprio paciente. São várias as razões, segundo Brock (2009, p. 231), para esta mudança histórica, sendo algumas internas à própria medicina e outras determinadas por mudanças externas à medicina, ou seja, localizadas na sociedade e na cultura em geral.

Os fatores externos à medicina poderiam ser representados pelos vários movimentos dos direitos do consumidor, originários de nosso tempo, e pelo o que Brock designou de “*general challenges to established authority*”. Acredita-se que esses fatores externos citados por Brock, poderiam ser analisados à luz de um modelo de sociedade, neste caso a norteamericana, fortemente influenciado por princípios libertários, uma vez que eles tendem a fomentar a liberdade de escolha e, por conseguinte, o direito originário do indivíduo de tomar suas decisões sem intervenções, caso eles não causem danos a terceiros. Por outro lado, os



fatores internos manifestariam mudanças fundamentais na concepção dos objetivos da própria medicina como, por exemplo, considerar como importante a participação do paciente na tomada de decisão para o seu próprio tratamento.

Desse modo, questões sobre o bem estar do paciente, preservação e promoção de sua vida, passariam a ser concebidas também por princípios subjetivos. Nesta perspectiva, o paciente passaria a ter a possibilidade de participar ativamente das decisões sobre o seu tratamento, escolhendo se privar de qualquer espécie de tratamento, por exemplo, caso esta decisão satisfaça sua concepção de vida digna.

No entanto, é importante reconhecer, como bem observa Brock (2006, p. 232), que mesmo no exercício de sua autodeterminação, ou melhor, de sua autonomia, alguns pacientes poderiam tomar decisões que não promoveriam seu bem estar, como escolher um tratamento errado, por exemplo.

## 5 AUTONOMIA

### 5.1 Autonomia como princípio de autodeterminação

Ao se autodeterminar, o paciente se depara com a possibilidade de escolher um tratamento inadequado ao seu caso, ou de decidir pôr fim a sua própria vida, ainda que estas decisões estejam orientadas pelos seus próprios valores. Sendo assim, quais seriam as justificativas dadas pelo paciente ao seu médico para que este interrompa seu tratamento, mesmo sabendo que essa decisão resultaria em sua morte? E, em que princípios esta eventual justificativa estaria fundamentada? Para que as reflexões sobre o ato de dispor da própria vida, objeto do presente artigo, possam pretender possuir certa plausibilidade, faz-se necessário considerar alguns pontos fundamentais que deverão norteá-las.

Para tanto, deve-se criar um caso hipotético de um paciente acometido por uma doença degenerativa que lhe impossibilitaria viver sem o sustento de aparelhos médicos, e, consciente de sua condição, desejasse abreviar sua vida com base em argumentos única e exclusivamente racionais. A exigência imposta aqui para que seus argumentos sejam racionais, justifica-se na medida em que se acredita que a razão humana seria o único ponto comum entre nós, seres humanos, ao qual poderíamos recorrer caso pretendêssemos que nossos juízos possam ser



universalmente aceitos. Não que outras instâncias, como, por exemplo, metafísicas ou religiosas, não possuam argumentos que poderiam ser utilizados com o mesmo propósito, porém, podem não ser reconhecidos por aqueles que não participam destes pontos de vistas. Desse modo, esses argumentos deverão ser emitidos à luz de princípios de uma moral laica e, por conseguinte, racional. Ademais, o paciente deverá ainda estar quite de suas obrigações e deveres para com terceiros, estando, portanto, em jogo apenas deveres e obrigações morais para consigo mesmo, pois, de acordo com Esteves,

não somente entre filósofos que se debruçaram sobre o tema, mas mesmo no seio do assim chamado senso comum, há um relativo consenso de que são moralmente reprováveis suicídios que implicam em prejuízos para terceiros, como, por exemplo, quando um pai de família tira a própria vida porque perdeu uma grande soma na bolsa de valores, deixando seus dependentes como herdeiros de pesadas dívidas (ESTEVES, 2013, p. 6).

Portanto, circunscritos os pontos que conduzirão tais reflexões, pode-se apontar a questão da dignidade humana como o pano de fundo das justificativas utilizadas pelo paciente para exigir o desligamento dos aparelhos. Ora, parece não haver dúvida que aquele que deseja pôr fim à sua própria vida questione, ao menos por um instante, se sua condição de vida é digna ou não de ser mantida. No caso do paciente em questão, a resposta seria negativa.

Em sua concepção, uma vida não seria digna quando se depende em tempo integral de aparelhos médicos para manter-se vivo e, além disso, de doses diárias de medicamentos com o intuito de aliviar suas dores, ao mesmo tempo em que prolongariam sua vida nestas condições. Para ele, estas circunstâncias tornariam cada vez mais sua vida insustentável, pois, além de torná-la degradante, as intervenções médicas não resolveriam o problema de sua morte eminente.

Baseado em sua própria concepção de “vida digna”, decide não viver mais nessas condições, solicitando assim, o desligamento dos aparelhos que o mantêm vivo. Para tanto, ele alegaria que esta decisão foi tomada autonomamente, pois, ser autônomo para ele, assim como para Agrest (2007, p. 234), é poder viver de acordo com valores que ele mesmo elegeu e com os quais se identifica.

No entanto, uma possível objeção poderia ser feita ao paciente em questão, com o objetivo de questionar sua capacidade de decidir autonomamente. Em casos como este, os médicos alegariam que decidir pela rejeição do tratamento seria sempre um ato de irracionalidade, pois, decidir pela morte não poderia ser uma atitude autônoma e, por



consequente, racional. Além disso, poderiam alegar que devido às circunstâncias de seu quadro clínico, o paciente tomaria sua decisão de maneira precipitada, influenciado, por exemplo, por sintomas de um possível quadro depressivo. Desta forma, parece que o critério para avaliar a autonomia do paciente tende a ser sua decisão pela morte. Mas, se o que se entende por autonomia for mesmo agir em conformidade com os valores com os quais se identifica, então, a morte poderia ser um deles, e, sendo assim, não haveria problema moral algum no fato de decidir pôr fim à sua própria vida.

Tendo em vista esta noção de autonomia, parece que a justificativa do paciente não poderia ser refutada pelo médico, ou será que quando o que se está em jogo é sua vida, ele deve se orientar por valores de terceiros? No que se refere à discussão sobre a autonomia do paciente se autodeterminar baseando-se em seus próprios valores, Agrest, afirma:

es inevitable que, a menudo, surjan desacuerdos nada triviales en la interpretación correcta de la noción de autonomía personal, tanto la relativa al paciente como a la del profesional, en especial cuando se deben interpretar las nociones de competencia y de información adecuada. Si los valores o las decisiones del paciente no coinciden con las del profesional o con la de los valores defendidos tradicionalmente por la medicina, con frecuencia el profesional llega a poner en tela de juicio la racionalidad de quien debe tomar una decisión. Elegir en desacuerdo con lo que el criterio médico elegiría, se suele pensar, no sólo es elegir mal, sino también elegir irracionalmente (AGREST, 2007, p. 249)

Como pôde ser visto, a discussão em torno da noção de autonomia é motivada por interpretações distintas do mesmo conceito. Pode-se incluir também nessa discussão, a racionalidade do paciente diante de sua situação. Ora, durante muito tempo o paciente não tinha acesso às informações sobre sua doença, porém, atualmente, é relativamente fácil de se obter acesso a diagnósticos. Desse modo, uma das justificativas que o paciente poderia usar seria justamente seu conhecimento sobre seu quadro clínico e seu possível prognóstico. Com base nesses conhecimentos, ele poderia ter alguma noção das possíveis consequências da rejeição de seu próprio tratamento, e, até mesmo que esta rejeição poderia resultar em sua morte. Além do mais, ele estaria consciente da existência de outras formas de tratamento, e, que os avanços da medicina, sobretudo no que concerne à sua doença, não surgiriam de uma hora para outra, mas seriam frutos de anos de pesquisas, podendo assim, não ser beneficiado por esses avanços ainda em vida. Ainda assim, o médico poderia alegar que sua decisão não é autônoma e, por consequente, racional?





A fim de questionar a autonomia do paciente em questão, faz-se necessário retomar o caso de Ramón Sampetro, que permaneceu tetraplégico durante 28 anos devido a uma lesão sofrida na coluna cervical. Durante esse período, tentou inúmeras vezes fazer com que sua decisão de cometer o suicídio fosse reconhecida juridicamente. Em um de seus argumentos a favor de sua morte, Ramón afirmava que “viver é um direito e não uma obrigação”, referindo-se ao seu estado de saúde que o impossibilitava de agir livremente e, assim, de viver o que para ele seria uma vida digna. Ora, será que os 28 anos de sua luta para adquirir o direito jurídico e moral de morrer, não foram suficientes para que ele pudesse deliberar sobre as consequências de sua decisão?

Neste período, Ramón escreveu um livro intitulado “*Cartas desde el inferno*” com poemas e pensamentos que tinham como inspiração a questão da morte, fato que poderia confirmar sua consciência em relação a sua decisão. Organizou, ainda, uma estratégia para cometer o suicídio assistido por amigos e simpatizantes à sua causa, tendo gravado um pequeno discurso com o intuito de justificar seu direito à morte, e, ao mesmo tempo, assumir a autoria do ato para liberar as pessoas que o ajudaram de possíveis acusações (AMENÁBAR, 2004). Ora, será que as atitudes de Ramón neste período não poderiam ser ainda interpretadas como autônomas e racionais?

## 5.2 Autonomia na visão de Kant

Para o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), tanto Ramón quanto o mencionado paciente hipotético, não estariam agindo autonomamente. Antes, porém, de explicar porque Kant negaria o ato de dispor da própria vida como um ato de autonomia, será necessário compreender o que Kant entende por ações moralmente boas.

Em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant (1797) afirma que uma ação seria moralmente boa não pelas consequências ou fins que ela poderia atingir, pois, consequências reconhecidas comumente como boas poderiam, segundo o filósofo, serem alcançadas por ações moralmente reprováveis.

Com efeito, se o valor moral das ações fosse condicionado aos seus resultados, então, o roubo poderia ser moralmente correto caso o ladrão praticasse boas ações com o seu produto, como, por exemplo, ações beneficentes.



Além disso, se as ações fossem boas de acordo com suas consequências ou fins alcançados, elas não poderiam ser boas em sentido absoluto, mas, apenas para aqueles que concordarem que o fim alcançado seja algo bom. Isto seria, segundo Kant (1974), contrário à moralidade, pois, ações morais devem ser incondicionalmente boas, e não apenas relativamente boas.

Ademais, a ação em si mesma, ou seja, a ação empiricamente constatada, não poderia ser, segundo Kant, um critério seguro para que uma ação fosse reconhecida como moralmente boa.

Com efeito, pode-se realizar uma ação moralmente boa como, por exemplo, ajudar pessoas necessitadas, sem que com isso tal ação possa ser digna de autêntico valor moral. A beneficência, por exemplo, pode ser uma ação moralmente boa, visto estar externamente em conformidade com os preceitos da lei moral. No entanto, quando se sabe da intenção do agente, essa ação pode vir a ser moralmente reprovável, como seria o caso, por exemplo, de uma pessoa que ajuda necessitados visando ganhar algo em troca, ou ser reconhecido pelo público como uma pessoa caridosa, entre outros adjetivos. Portanto, uma ação empiricamente constatada não poderia ser, segundo Kant, digna de autêntico valor moral até que se saiba da real intenção do agente, pois, “quando se fala de valor moral”, afirma o filósofo, “não é das ações visíveis que se trata, mas dos seus princípios íntimos que se não vêem (1974, p.213)”.

“Princípios íntimos” seriam equivalentes a motivos ou intenções do agente em realizar determinada ação. Para Kant, somente tais “princípios íntimos” poderiam ser dignos de autêntico valor moral. Porém, não seriam quaisquer “princípios” ou, melhor dizendo, não seriam quaisquer motivos que atribuiriam autêntico valor moral às ações.

Com efeito, segundo o filósofo, quando se cumpre uma ação moralmente obrigatória tendo como motivo uma inclinação, isto é, desejos, paixões, interesses, em suma, todos os impulsos oriundos da natureza sensível do homem, essa ação careceria de valor moral. Pois, a máxima da ação, isto é, o princípio que determina a vontade do agente, não expressaria, de acordo com Kant (1974), nenhum conteúdo moral.

Por exemplo: conservar a própria vida, afirma Kant (1974, p. 206), seria uma obrigação moral, além de ser uma inclinação natural que todo ser vivo possui. No entanto, aquele que preserva a vida de acordo com a máxima de que deve-se preservá-la apenas quando se mostra digna não teria valor moral algum. Já, aquele que possui a máxima de que a vida deve ser



preservada independente das circunstâncias, teria autêntico valor moral, pois, essa máxima passaria no teste de universalização, uma vez que estaria fundamentada tão somente no respeito à lei moral que obriga todos os seres humanos a conservarem suas vidas.

Ora, Kant convida o agente que pretende realizar determinada ação, a submeter a máxima que a fundamenta a um teste de universalização, ou seja, a uma possível assembleia universal de seres racionais. Se, tal máxima passa pelo teste de universalização ela seria considerada, segundo Kant, como uma lei universal, ou seja, como uma lei válida para todos os seres racionais.

A fim de compreender essa questão, utiliza-se a máxima de Ramón, a saber, “posso cometer o suicídio caso minha vida não se manifeste mais como sendo digna de ser vivida”. Imagine-se que Ramón tenha sustentado: posso querer que minha máxima seja aceita como uma lei universal e, por conseguinte, válida para todo ser racional? Segundo Kant, a máxima de Ramón não poderia ser aceita como uma lei universal válida para todos os seres racionais, pois, nela estaria contida uma contradição, e, assim, ela se autodestruiria.

Com efeito, se conservar a vida é uma lei universal da natureza, tendo o homem o dever moral de conservá-la, então, uma máxima que contrarie essa lei por si só seria uma contradição e, por conseguinte, se autodestruiria. A fórmula do teste de universalização para que as máximas possam se tornar leis universais, Kant a caracteriza de Imperativo categórico, ou imperativo da moralidade, que seria expresso da seguinte maneira: “age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em **lei universal da natureza**” (Kant, 1974, p. 215, grifo do autor).

Ora, o que fundamenta o Imperativo categórico seria a possibilidade da máxima de um ser racional ser estabelecida necessariamente como uma lei para todos os seres racionais. Agindo desta forma, a pessoa se concebe não como meio para um determinado fim, mas, tanto ele quanto todos os seres racionais como fins em si mesmos. Ao desejar que todos os homens sejam fins em si mesmos, e não apenas meios, eles estariam reconhecendo a existência de um valor absoluto que lhes seria intrínseco.

Segundo Kant, coisas são destituídas de valor, são relativas à nossa razão, e, por conseguinte, são contingentes; ao contrário, “os seres racionais se chamam **pessoas**, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer, como algo que não pode ser empregado como simples meio [...]”. (Kant, 1974, p. 229, grifo do autor). Sendo assim, o



princípio desta lei consistiria no reconhecimento necessário do valor absoluto que todo ser racional possui. A fórmula deste princípio seria uma reformulação daquela do Imperativo categórico, e se expressa da seguinte maneira: “age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio (Kant, 2009, p. 243-5)”.

Tendo como base a proposta de Kant sobre o valor intrínseco e necessário das pessoas, pode-se dizer que aquele paciente hipotético, ao solicitar o desligamento dos aparelhos que o mantinham vivo, destituiu a si mesmo e a humanidade destes valores incondicionais. Pode-se dizer também, que, ao agir assim, o paciente em questão se considerou como uma coisa destituída de valor, ou um objeto que descartado ao bel-prazer. Se a máxima “dispor da própria vida quando esta não se mostrar mais digna” fosse permitida ao paciente, como também à humanidade, então, não existiria nada na natureza que contivesse um valor em si mesmo, podendo ser tudo rebaixado ao nível de “coisas”. Portanto, essa máxima seria moralmente reprovável, pois, além de se encontrar em contradição com a lei moral de conservar a própria vida, não seria compatível com aquele princípio de que as pessoas possuem um valor absoluto.

E, assim, pode-se responder àquela questão sobre a negação de Kant à autonomia da qual tanto Ramón quanto o paciente hipotético reivindicaram como fundamento do ato de dispor da própria vida, pois, para Kant (1974), ser autônomo é ser uma espécie de legislador da humanidade, ou seja, é ser um representante da humanidade que existe necessariamente em todos os seres racionais. Essa autonomia se manifestaria justamente na determinação de máximas que possam ter validade não somente para o indivíduo que a escolhe, mas também, e, ao mesmo tempo, válida para todo ser racional. E, como pôde ser visto tanto no caso de Ramón, quanto no do paciente hipotético, a máxima que fundamentaria suas ações não poderia ser validada por todos os seres racionais e, portanto, não poderiam ser digna de seres concebidos como autônomos. Eis, segundo Kant (1974, p. 238), o princípio da autonomia: “não escolher se não de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal”.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa reflexão sobre o ato de dispor da própria vida, faz-se necessário ressaltar a complexidade do tema, por suas implicações e consequências legais e morais.

Sob a ótica do Direito Penal, não há uma sanção disciplinada para aquele que comete suicídio, tanto é que quando a pessoa não consegue consumá-lo e se recupera, não sofre nenhuma pena em razão da tentativa. Entretanto, aquele que auxilia o suicídio, pratica crime segundo o mesmo Código – crime contra a vida, homicídio – com penas previstas para as diferentes situações de atuação.

Sob a ótica da moral, os casos aqui discutidos são tomados como se a vida de cada ser humano estivesse em jogo. No caso de Ramón poder-se-ia dizer que tenha lhe faltado dar uma chance à vida se mostrar de outra maneira, pois, desde quando tomou ciência da tetraplegia já colocara obstáculos que o impediam de viver naquelas condições. Talvez se Ramón tivesse a oportunidade de conhecer outros casos teoricamente mais degradantes do que o seu certamente teria repensado sua noção de vida digna.

Quanto ao suicídio, acredita-se que a intenção de cometê-lo não se esgotava no próprio ato, mas, visava fins ulteriores àquele de pôr fim a uma vida indigna. No caso do paciente hipotético, algumas considerações precisam ser feitas. Por se tratar de uma doença degenerativa já em estágio avançado, e sem perspectivas de reversão do quadro, acredita-se que seria complexo estabelecer critérios para avaliar o que se pode suportar quando a vida é mantida somente através de suporte vital e se sofre dores constantes.

Apesar desta dificuldade, defendem-se intervenções médicas com o intuito de salvar a vida do paciente. Se os critérios para estabelecer os limites das intervenções médicas fossem subjetivos, os pacientes poderiam a qualquer instante recusar um tratamento sem obter maiores informações sobre seu diagnóstico, e, até mesmo, sobre seu prognóstico.

Quanto à questão da autonomia como princípio da autodeterminação, acredita-se que, quando não se estabelece uma noção unívoca, tanto para o médico quanto para o paciente, não se pode afirmar que a decisão do paciente foi autônoma. Para ele, ser autônomo é se guiar por seus próprios valores, já para o médico, decidir pela morte não poderia ser uma decisão autônoma, sendo assim, quem estaria com a razão, o médico ou o paciente? No entanto, quando se trata de questões sobre a vida humana, concorda-se com Kant quando diz que o ser humano



não é coisa destituída de valor, ou que se possui valor condicional. Ao contrário, pessoas possuem um valor incondicional, absoluto, independente de situações contingenciais.

Neste sentido, o ato de dispor da própria vida não poderia ser justificado moralmente, visto que se encontra em contradição com a nossa própria natureza, na medida em que, seres humanos dotados de valor absoluto, ao solicitarem a morte se colocam no nível de coisas. Além do mais, devem-se levar em conta os possíveis problemas que poderiam existir para humanidade se fosse permitido a bel-prazer, pessoas disporem de suas vidas como se elas fossem objetos destituídos de um valor intrínseco. Desta forma justifica-se, por exemplo, suicídios em massa, ou até mesmo, ataques terroristas, pois, nestes casos aquele que o comete o ato, coloca sua vida e ao mesmo tempo a humanidade como meio e não como um fim em si mesmo.

## REFERÊNCIAS

AGREST, Diana Cohen. *Por mano propia: estudio sobre lãs prácticas suicidas*. 1ª ed. Bueno Aires: Fondo de Cultura Econòmica, 2007.

AMENÁBAR, Alejandro (direção). *Mar Adentro*. BARDEM, Javier (protagonista). Filme espanhol em DVD, 2004. Ficha técnica: *Mar adentro* é um filme espanhol (com co-produção francesa e italiana) de 2004, do gênero Drama, dirigido pelo chileno radicado na Espanha Alejandro Amenábar.

BROCK, W. Dan. Medical Decisions at the end of life. In: *The Cambridge Companion to Bioethics*. Peter Singer; Helga Kuhse (Eds.), 2009.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal*, volume 2, parte especial. São Paulo: Saraiva, 11ed, 2011.

ESTEVES, Julio. *Eutanásia e suicídio: reflexões introdutórias*. No prelo.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: parte especial*, volume II. Niterói: Impetus, 9ed, 2012.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção os Pensadores).

POJMAN, Louis; VAUGHAN Lewis. *The Moral Life: an introductory reader in ethics and literature*. 3ª ed. New York: Oxford, 2007.



STOFFELL, Brian. Medical Decisions at the end of life. In: *The Cambridge Companion to Bioethics*. Peter Singer; Helga Kuhse (Eds.), 2009.





## SAÚDE(S): A INTEGRAÇÃO DE CULTURAS NA CONSTRUÇÃO DA PLURALIDADE DO CONCEITO<sup>1</sup>

PASSOS, Renato Augusto

*Estudante de mestrado do Programa de Desenvolvimento, tecnologias e sociedade  
renatoapassos@hotmail.com*

NUNES, Sylvia da Silveira

*Docente do Programa de Desenvolvimento, tecnologias e sociedade  
sylviasnunes@yahoo.com.br*

SILVA, Luiz Felipe

*Docente do Programa de Desenvolvimento, tecnologias e sociedade  
lfelipe.unifei@gmail.com*

459

### RESUMO

O direito à saúde é garantido em Constituição Federal desde o ano de 1988. Desta forma, regulamentado em leis, o Sistema Único de Saúde (SUS) presta os mais diferentes tipos de serviços a toda a população brasileira. Por isso, o presente trabalho pretende retratar o cotidiano dos usuários do SUS em um município de pequeno porte no Sul de Minas, analisando suas concepções de saúde. A metodologia etnográfica foi utilizada, com observação participante nas unidades de saúde e análise documental. Os resultados preliminares demonstram a necessidade de ampliação dos modos de “promover” saúde(s) sob novas óticas que levam além do modelo biomédico tradicional. Ao observar casos individuais de usuários do sistema público de saúde municipal, nota-se a diversidade de maneiras de lidar com a pluralidade do conceito de saúde.

**Palavras-chave:** Saúde coletiva. Pesquisa qualitativa. Humanização.

### ABSTRACT

The right to health is guaranteed in the Constitution since 1988. Accordingly, regulated by laws, the Brazilian Public Health System (SUS) provides numerous types of services for the entire Brazilian population. Therefore, this study aims to portray the daily life of SUS in a small municipality in Southern Minas Gerais state, analyzing their conceptions of health. The ethnographic methodology was used, with participant observation in health facilities and document analysis. Preliminary results demonstrate the need to expand the ways to "promote" health(s) under new optics that lead beyond the traditional biomedical model. By observing individual cases of public municipal health system users, there is a diversity of ways to deal with the plurality of the concept of health.

**Keywords:** Public health. Qualitative research. Humanization.

<sup>1</sup> Nota: Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.



## INTRODUÇÃO

O direito a saúde garantido a todos os brasileiros desde a Constituição Federal de 1988 trouxe através do Sistema Único de Saúde (SUS), a oferta de diversos tipos de serviços nas mais diversas áreas. Desta forma, ainda que a ideia de um sistema voltado às classes econômicas menos favorecidas seja predominante, todos usam este sistema de alguma forma. Campanhas de vacinação, consultas médicas, vigilância epidemiológica, fiscalização sanitária em estabelecimentos alimentícios, entre outros, são algumas das ações desenvolvidas por este sistema.

De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o SUS pode ser definido da seguinte forma:

Sistema público de saúde, nacional e de caráter universal, com base na concepção de saúde como direito de cidadania e que tem as diretrizes organizativas de: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; integralidade do atendimento; e participação da comunidade (BRASIL, 2009, p. 32).

Neste contexto, através de normas e metas, o sistema busca ofertar ações que visem garantir a saúde de todos os brasileiros com os princípios de equidade, integralidade e universalidade. A dificuldade encontrada neste cenário de múltiplos contrastes regionais e locais exige por isso, uma avaliação contínua da situação da saúde populacional.

O conceito de saúde, desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1946 usa a definição de “um completo bem-estar físico, mental e social” vem recebendo críticas de diversos autores da área. Dejours et al. (1993) apontam que este “completo bem-estar” é apenas uma ilusão, e este “estado” nada mais que um objetivo a ser alcançado. Para estes autores, a própria fisiologia humana é mantida por equilíbrios e desequilíbrios constantes ao longo da vida, o que caracteriza mais o movimento do que a estabilidade proposta pela OMS.

Para além disso, o conceito de saúde não pode ser visto de forma única, uma vez que existe uma diversidade conceitual e metodológica sobre o mesmo (ALMEIDA FILHO, 2011).

Balestrin e Barros (2009) afirmam que as necessidades em saúde podem ter origens diversas que incluem o social, o cultural, o psicológico e o biológico. Por isso, definir as necessidades em saúde não é uma tarefa fácil visto que os indivíduos podem considerar numa



visão hospitalocêntrica, a falta de hospitais e tecnologias mais importantes do que relação de maior proximidade entre paciente e médico.

Um importante trabalho desenvolvido por Ayres (2004) demonstra que a colisão de culturas tão distintas pode permitir o real encontro entre médico e paciente. O objetivo de compreender o significado de “saúde” ganha nova visão quando este autor e profissional relata sua mudança de postura diante de uma senhora, nomeada por ele de Violeta. Esta paciente rotineiramente procurava o serviço de saúde com diversas queixas e era sempre atendida no modelo “padrão” de consultas médicas, demonstrando ineficácia no tratamento proposto. Quando o profissional resolve ampliar sua clínica com alicerces em aspectos humanos, criando confiança e proximidade na relação, uma nova forma de compreender a prática de saúde é demonstrada. O encontro “humano” presente no ouvir, no cuidar, no falar, no silenciar, demonstram o renascimento do profissional e permite novos verdadeiros (re)encontros com a usuária do sistema.

O profissional atuante na rede pública de saúde fica muitas vezes preso a padrões e metas e não estabelece uma relação “humanizada” com os usuários do sistema, deixando de considerar suas reais necessidades e impedindo uma integração de culturas e saberes distintos em saúde. Por isso, o cotidiano dos usuários do SUS demonstrado através de suas falas e atitudes pode permitir uma melhor adequação de métodos e facilitar ações que realmente levem em consideração suas necessidades, permitindo uma visão ampla das diversas saúdes existentes.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho é analisar as concepções de saúde dos usuários do serviço público de saúde de um município de pequeno porte no sul de Minas Gerais.

## MÉTODO

O município de estudo situa-se no sul de Minas Gerais, possui uma população inferior a cinco mil habitantes, dos quais 62,6% residem na zona urbana. Possui atualmente duas unidades básicas de saúde localizadas no centro da cidade, e não possui hospital.

Trata-se de um estudo transversal de pesquisa qualitativa etnográfica. O levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisa etnográfica, com observação participante nas unidades básicas de saúde em dias e horários alternados, em eventos realizados pela equipe de



saúde municipal, em visitas domiciliares realizadas pelos profissionais de saúde da família e com o auxílio de análise documental fornecida pela secretaria municipal de saúde do local em estudo.

O total de amostras, tratando-se de resultados preliminares, será determinado por saturação, com estimativa de cinquenta usuários do sistema público de saúde, uma vez que os horários de atendimentos são limitados aos dias úteis da semana e somente até às 17h00min.

Os cuidados éticos incluíram a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os usuários entrevistados que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa. Além disso, todos os nomes de profissionais, usuários e cidades citados no decorrer do trabalho serão fictícios.

A análise e interpretação dos dados colhidos e anotados no diário de campo durante a pesquisa aconteceram durante toda a realização do trabalho de forma descritiva interpretativa.

O presente projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisas da Faculdade de Medicina de Itajubá (FMIT), por meio da Plataforma Brasil, sob parecer 618.702.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversas são as maneiras de lidar com o conceito de saúde no cotidiano dos usuários do sistema público de saúde municipal. Neste trabalho serão apresentados alguns relatos do diário de campo utilizado na pesquisa, demonstrando as diferentes visões propostas à compreensão de saúde individual e familiar.

Assim como demonstrado em trabalho de Bosi e Affonso (1998) o conceito de saúde apresentou-se de forma pluridimensional, com a abrangência de questões que perpassam o modelo biológico tradicional de saúde-doença.

### **Cuidado e humanização: a saúde do outro depende de mim**

*(...) Graças a Deus o Rafael é uma criança normal. A saúde dele é ótima! Tem esse chiado no peito, mas é pela dificuldade da deglutição. Mas nisso a fisio ajuda muito! Aliás, todos os profissionais que cuidam dele são ótimos! Os motoristas também. Pagar tudo isso só se eu fosse muito rica! (risos) – Mãe de paciente de quatro anos com paralisia cerebral.*

*(...) Hoje ele tem ótima saúde! É bem saudável. Isso é o mais importante pra nós. A família inteira fica preocupada quando o Marcos adoecer (risos). (...)*



*Em casa ele é feliz! (os olhos da avó brilham). Ele tem a expressão feliz! Quando ele está com dor ele geme, ou muda a expressão. Quando eu saio com ele e vejo outras crianças com tantas dificuldades, eu vejo que ele está tão bem. No mundinho dele, ele é feliz! – Avó de paciente de sete anos com microcefalia e hidrocefalia.*

Os relatos acima demonstram uma visão de saúde diferente da baseada em padrões biomédicos, onde a ampla visão do cuidar e a relação família-paciente-profissional é responsável por manter a saúde e qualidade de vida do outro. A integração de culturas distintas e a relação humanizada de todas as pessoas envolvidas no processo de cuidado demonstram a união de forças com o mesmo objetivo: garantir saúde.

Para Erdmann et al.(2004), o processo de cuidado garante a sobrevivência das espécies, sendo necessário e construído de forma racional pelos humanos, os quais buscam formas de sempre “fazer o melhor”. Este processo é derivado das relações cotidianas e através de seu dinamismo busca a promoção da vida, constituindo o campo de saúde humana. Para este autor:

O cuidado está associado ao processo de viver e se materializa em relações complexas entre os seres e entre estes e os ambientes organizacional, institucional e natural. A meta viver mais, saudável e feliz, inerente à condição humana, parece ser uma função das práticas de cuidado que se estabelecem em vários campos, especialmente no campo da saúde, incluindo suas organizações. Ao almejar continuados ganhos em relação ao processo de viver mais e feliz, a sociedade parece debruçar-se sobre a melhoria contínua do cuidado como estratégia para a promoção da saúde, buscando construir organizações capazes de operar a complexidade dos sistemas de cuidado (ERDMANN et al., 2004, p. 467).

Os processos que englobam questões referentes ao processo saúde-doença e cuidado envolvem experiências individuais e intersubjetivas, ou seja, torna-se necessário “dar voz” às famílias, ouvir suas narrativas, permitir o real encontro entre os sujeitos envolvidos, para que as reais necessidades de assistência contribuam na reconstrução de práticas efetivas de saúde. A rotina de encontros que envolvem o profissional, o paciente e a família deve ter flexibilidade e estar adequada à saúde de cada criança, exigindo atenção das particularidades em saúde frente ao seu contexto sociocultural (MELLO et al., 2012).

Em ambos os relatos apresentados, o cotidiano impõe diversas limitações aos pacientes, as quais são minimizadas pelo cuidado prestado pelos responsáveis familiares e profissionais de saúde. O que poderia ser determinado no padrão biomédico tradicional como “doença” com imposições baseadas em aspectos de ordem biológica, ganha novas interpretações diante de



uma nova percepção de saúde construída fundamentalmente no cuidado e humanização interpessoais.

Assim, como afirmam Sousa e Erdmann (2012), a integralidade na oferta de cuidado vai além da realização de algum procedimento, ação ou conduta realizada pelo profissional de saúde. Este cuidado exige práticas que envolva atitudes humanas que demonstrem confiança, sensibilidade, tratamento digno e contínuo ao paciente.

Diante da vida, a posição de um indivíduo não pode estar baseada somente na qualificação de estar saudável ou doente. A presença de uma doença crônica não impede que uma pessoa viva em grande potência. A adoção de um conjunto de atitudes pode favorecer a redução dos efeitos da doença, conservando no indivíduo a manutenção de capacidades criativa e normativa, não sendo o adoecimento um fator limitante de vida. Por isso, principalmente as pessoas que lidam diretamente com o ato de cuidar devem conservar tal consciência (CZERESNIA et al., 2013).

Desta forma, assim como demonstrado no cotidiano vivido junto aos usuários do SUS no local de estudo, o estabelecimento de propostas que favoreçam a felicidade e a qualidade de vida em perpassam questões que envolvem “doença”, demonstrando que a humanização profissional e o cuidado são muitas vezes mais importantes que as tantas tecnologias duras hoje disponíveis no “mercado promotor” de saúde.

### **Consciência sanitária: saúde também é isso?**

#### **Relato 11 – Diário de campo:**

*O Sr. Prefeito Municipal solicita ao técnico em química Thiago, uma visita a um aglomerado familiar no bairro Andorinhas, onde famílias enfrentam problemas de falta de água.*

*Como o profissional não conhece o caminho para chegar até as residências, a técnica de enfermagem do PSF é solicitada a seguir junto. As estradas rurais apresentam bom estado e a viagem de carro dura cerca de cinquenta minutos.*

*A chegada ao local demonstra uma situação bastante diferente daquelas encontradas no cotidiano. A precariedade de saneamento básico é notável.*

*A técnica de enfermagem segue na frente e faz contato com a primeira, das quatro famílias que ali vivem.*



*A moradora local, Sr.<sup>a</sup> Juliana, relata que todas as quatro residências recebem água, porém, muito suja. Sua residência é a única que recebe água “mais limpa” e por isso, esta água é fornecida aos vizinhos para preparo de alimentos.*

*- A minha água é diferente da deles. O cano é outro. Quando eles precisam pra cozinhar eles pegam aqui, quando querem.*

*Durante a conversa a moradora conta que somente em sua casa vivem dez pessoas, e que duas de suas filhas adolescentes deixaram a escola devido ao fato de estarem grávidas.*

*A Sr.<sup>a</sup> Sofia, outra moradora local, ouve a conversa e nos convida a entrar em sua casa. Ficamos na sala e ouvimos os relatos da necessidade de uma caixa d'água que atenda às necessidades de todos que ali moram.*

*- Nossa, precisamos de uma água boa! Uma caixa d'água aqui pra gente seria ótimo. É muito difícil para gente ficar buscando toda hora pra poder cozinhar!*

*Durante as visitas o técnico Thiago deixa clara a necessidade de adequação também da coleta de lixo e do esgoto doméstico, o qual encontra-se a céu aberto. Segundo as crianças do local o riozinho (esgoto com águas claras) serve de diversão nos dias muito quentes.*

*- Tio, ele entra na água ali pra brincar ó (mostra o riozinho) – Diz uma das crianças.*

*As mães são orientadas pela equipe de saúde sobre as prevenções contra verminoses. O técnico informa que levará a situação ao conhecimento do Prefeito para que as medidas sejam tomadas.*

O relato acima demonstra a realidade vivida por inúmeras famílias em nosso país, mesmo diante de tantas tecnologias médicas e investimentos em pesquisas farmacêuticas na atualidade. Localizado a quase uma hora do centro da cidade, o bairro citado reúne famílias de baixa renda, que dependem exclusivamente do serviço público de saúde e que recebem atendimento médico da equipe de saúde da família a cada vinte e um dias.

Como afirmam Lisboa et al. (2013, p. 342):

Os serviços de saneamento básico são essenciais para a promoção da saúde pública. A disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas constitui fator de prevenção de doenças; a água em quantidade insuficiente ou qualidade imprópria para consumo humano poderá ser causadora de doenças. O mesmo pode ser verificado quanto à inexistência e pouca efetividade dos serviços de esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana.





Pesquisa realizada por Teixeira et al. (2014) acerca do impacto das deficiências de saneamento básico sobre a saúde pública em nosso país no período de 2001 a 2009, demonstrou que o total de mortes relacionadas ao saneamento básico inadequado totalizou uma média de 12.068 por ano. Além disso, a média de internações hospitalares no sistema público de saúde neste mesmo período foi de 758.750 por ano, gerando uma despesa total de 2,141 bilhões de reais em consultas médicas e internações.

A realidade encontrada no local de estudo demonstra a precariedade na atenção à saúde dos moradores do bairro rural visitado, onde inexistente tratamento de água, esgotamento sanitário encanado e nem mesmo recolhimento de lixo doméstico. Tal situação expõe diversas famílias ali residentes a inúmeros riscos. Por isso, a necessidade de uma “consciência sanitária” por parte dos gestores públicos e pela equipe de saúde municipal torna-se fundamental ao repensar o modelo de saúde proposto.

O modelo curativo empregado ao ofertar atendimento médico e medicamentos à comunidade não garante condições mínimas à manutenção da saúde aos moradores locais. Em afirmação, o próprio Ministério da Saúde deixa claro que muitas desigualdades na distribuição de riquezas ainda são evidentes em muitos setores populacionais, onde muitos ainda vivem em condições de pobreza e com condições mínimas ao acesso de serviços de saúde. A ausência de bens materiais não caracteriza a pobreza, mas sim a vulnerabilidade a que estes indivíduos ficam expostos devido à ausência de oportunidades e opções, a falta de saneamento básico, moradia digna, entre outros (BRASIL, 2013).

Outro relato demonstra a difícil realidade vivenciada pelos moradores locais...

**Relato 12:** *(Visitas domiciliares – 02-01-2014 – 08:30 h)*

*Após as festas de ano novo, muitos profissionais de saúde estão de folga. No PSF local encontram-se apenas uma técnica de enfermagem e um agente comunitário de saúde.*

*Os pacientes que chegam ao local são orientados a procurar o centro de saúde, onde há atendimento médico até às 12:00 h.*

*Alguns pacientes da zona rural aguardam visita domiciliar agendada pela técnica de enfermagem e, na ausência de motorista responsável, ofereço ajuda.*

*Partimos às 10:30 h rumo ao bairro Andorinha, o mais distante da cidade. Durante o percurso a profissional relata que a médica atende a cada vinte e um dias nesta comunidade,*



devido ao revezamento com os outros bairros rurais. Após pouco mais de uma hora chegamos à primeira residência.

*1ª visita – Assim que o carro é estacionado, algumas crianças descalças e com tosse persistente observam desconfiadas. Nos braços, algumas trazem seus gatos de estimação.*

Ao aproximarmos das residências, Sofia e Juliana nos recebem. A técnica de enfermagem explica que passa para saber das necessidades das famílias.

*Cabisbaixa, Juliana conta que há quatro dias, dois de seus filhos estão doentes. A mais nova, Alexandra, apresenta muita tosse e o filho mais velho, Pedro, febre alta. A falta de créditos no celular impediu a solicitação de ajuda ao veículo de plantão que fica na cidade. Como não possuía medicamentos em casa, optou pelo uso de ervas caseiras.*

*- Ah, a crianças tão tudo doente, com febre, tossindo. Precisa tudo ir no médico. Não tinha como ligar lá, tava sem crédito!*

Devido ao horário, a técnica explica que não seria mais possível conseguir atendimento médico naquele dia. Oferece a opção de levá-los ao hospital de uma cidade mais próxima, mas Juliana recusa. Prefere esperar mais um dia e ir ao centro de saúde municipal.

Sofia também explica que precisa ir até a farmácia do postinho buscar os remédios de uso controlado da mãe. Há alguns dias sem estes medicamentos, relata que a senhora, já de idade, fica muito ansiosa.

*- Nossa Clélia (técnica do PSF), você tem que ver como a mãe tá! Sem remédio ela fica desesperada. Acabou, mais não tinha como nós ih buscá!*

Clélia lembra Sofia da necessidade de levar o cartão de controle de medicação para que seja possível recebê-los. Através de contato telefônico com a Secretaria Municipal de Saúde agenda um carro para buscar todos os pacientes para consulta no dia posterior.

A distância geográfica aliada às difíceis condições de saneamento básico faz com que os problemas de saúde sejam recorrentes na população local. O serviço de saúde da família não consegue resolver de forma efetiva os problemas enfrentados por estes moradores que ficam isolados e sempre expostos a tantos riscos.

Em conferência municipal de saúde realizada neste ano o direito a “voz” foi dado aos usuários do SUS, com o objetivo de auxiliar os rumos dos serviços de saúde e permitindo a



democracia. Durante este evento algumas das propostas aprovadas demonstram a preocupação da comunidade com questões ligadas ao ambiente e a saúde humana. Entre elas destacaram-se:

- 1 - Nova forma de captação de água, devido aos recursos hídricos insuficientes;
- 2 - Trabalho de conscientização com a população a respeito do lixo;
- 3 - Coleta de lixo nos bairros rurais;
- 4 - Palestras preventivas em saúde;

Nos bairros rurais não existe nenhuma forma de tratamento de água, sendo a captação desta proveniente de minas. A captação de novos recursos hídricos refere-se à zona urbana, onde a água distribuída não tem sido suficiente para abastecimento da população. Nesta área o controle de qualidade da água é realizado mensalmente pela equipe de vigilância em saúde, o que não acontece com a água de abastecimento rural, deixando esta população vulnerável a diversos tipos de doenças de veiculação hídrica.

O lixo acumulado nos bairros rurais também é outro fator importante destacado pela comunidade. Com o acúmulo de resíduos próximos às residências ou em depósitos irregulares, aumentam as chances de doenças transmitidas por vetores, por exemplo. Medidas de conscientização pela equipe de saúde não serão suficientes no combate a este tipo de problema. Assim demonstrado no bairro Andorinha, outros moradores e animais de estimação lidam em seu cotidiano com o problema.

Ainda que os profissionais de saúde do município consigam demonstrar a estes moradores as medidas preventivas necessárias a serem adotadas (como aquisição de caixa d'água, construção de fossa séptica, etc.), estes ficam muitas vezes impedidos de realizar as medidas necessárias devido a fatores financeiros. Com ocupações que garantem basicamente a subsistência familiar e com poucos recursos disponíveis, as adequações físicas não são prioridade.

A equipe de serviço social oferta aos moradores do município todos os medicamentos prescritos que não são encontrados na farmácia básica, o que faz com que o serviço de “saúde” seja avaliado como exemplar. A presença do médico ao prescrever sua assistência aos pacientes e a capacidade da secretaria de saúde em atender a seus pedidos, cria a falsa sensação de segurança, de manutenção de uma “ordem biológica saudável”...



A pessoa vê a saúde nisso né? Se tiver... médico, tem tudo que o médico pode passar: tem remédio, tem exames. Então eu acho que por isso todo mundo diz que ta boa. Você ouve muita gente falando que se falta remédio na farmácia a saúde está uma porcaria! Tem gente que vê se tem saúde pela assistência no geral: se ela tem o remédio, se ela faz exames... não sei - Farmacêutica municipal.

Ao manter o padrão “curativo” com a oferta de medicamentos à população, outros problemas são “invisíveis” ao serviço social e de saúde municipal. Com condições de moradia e saneamento inadequados, torna-se comum a necessidade constante dos moradores, em especial daqueles residentes em bairros rurais, a procura pelo profissional médico:

469

Aqui os problemas são sempre os mesmos. As pacientes são as mesmas. Todo mês aqui ou nas consultas na unidade do PSF. Eu não sei o que acontece! As pessoas sempre querem exames ou remédio, e nem sempre é necessário. – Médica do PSF ao referir-se a uma determinada área rural.

Vale ressaltar que dificilmente a procura por este tipo de serviços nas unidades de saúde municipais tende a diminuir enquanto não forem adotadas medidas pelo poder público, as quais são fundamentais às perspectivas de mudança da precarização do cenário atual no local de estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos acima demonstram realidades que necessitam ser repensadas ao buscar compreensão do conceito de “saúde”. “Dar voz” aos sujeitos e perceber suas limitações no cotidiano assistencial em saúde tornam-se fundamentais ao propor estratégias que garantam ações efetivas de promoção à saúde individual e familiar.

A atenção em saúde deve abarcar questões que lidem além do aspecto biomédico tradicional com oferta de exames, medicamentos e consultas. Exemplos de atenção e cuidado ao outro se demonstram essenciais em ambas às situações apresentadas, seja pelo próprio profissional de saúde ao trabalhar de forma humanizada, seja por parte daqueles representantes do poder público.

A integração de diversas culturas como a dos profissionais de saúde, meio ambiente, serviço social, infraestrutura, entre outros e usuários do sistema público de saúde, são necessários para que a(s) saúde(s) sejam pensadas em suas diversas dimensões, levando em



consideração as características comuns de cada indivíduo, em cada comunidade. “O que se espera é que a aproximação dos diferentes saberes contribua para uma melhor leitura das necessidades que as pessoas apresentam e que as mobilizam a procurarem um serviço de saúde” (RIQUINHO; GERHARDT, 2010, p. 322).

## REFERÊNCIAS

470

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *O que é saúde?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saude soc*, v. 13, n. 3. Setembro/Dezembro 2004, p. 16-29

BALESTRIN, Maria Fátima; BARROS, Solange Aparecida Barbosa de Moraes. A relação entre a concepção do processo saúde e doença e identificação/hierarquização das necessidades em saúde. Em: *VOOS - Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade de Guairacá*. v. 1, Julho 2009, p. 18-41

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; AFFONSO, Kátia de Carvalho. Cidadania, participação popular e saúde: com a palavra, os usuários da Rede Pública de Serviços. Em: *Cad. Saúde Pública*, v. 14, n. 2. Rio de Janeiro: Abril/Junho 1998, p. 355-365

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *SUS 20 anos./Conselho Nacional de Secretários de Saúde*. Brasília: CONASS, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CZERESNIA, Dina; MACIEL, Elvira Maria Godinho de Seixas; OVIEDO, Rafael Antônio Malagón. *Os sentidos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

DEJOURS, Christophe; DESSORS, Dominique; DESRIAUX, François. *Por um trabalho, fator de equilíbrio*. Em: *Rev. adm. empres.*, vol.33, n.3. São Paulo: Maio/Junho 1993, p. 98-104.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini et al. As organizações de saúde na perspectiva da complexidade dos sistemas de cuidado. *Rev. bras. enferm.*, v. 57, n. 4. Brasília: Julho/Agosto 2004, p. 467-471

LISBOA, Severina Sarah; HELLER, Leo; SILVEIRA, Rogério Braga. Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores. *Eng. Sanit. Ambient.* v. 18, n. 4. Rio de Janeiro: Outubro/Dezembro 2013, p.341-348



MELLO, Débora Falleiros de et al. Seguimento da saúde da criança e a longitudinalidade do cuidado. *Rev. bras. enferm.*, v. 65, n. 4. Brasília: Julho/Agosto 2012, p. 675-679

RIQUINHO, Deise Lisboa; GERHARDT, Tatiana Engel. Doença e incapacidade: dimensões subjetivas e identidade social do trabalhador rural. *Saude soc.*, v. 19, n. 2. São Paulo: June 2010, p. 320-332

SOUSA, Francisca Georgina Macedo de; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Qualificando o cuidado à criança na Atenção Primária de Saúde. *Rev. bras. enferm.*, v. 65, n. 5. Brasília: Setembro/Outubro 2012, p. 795-802

TEIXEIRA, Julio Cesar et al. Estudo do impacto das deficiências de saneamento básico sobre a saúde pública no Brasil no período de 2001 a 2009. *Eng. Sanit. Ambient.*, v. 19, n.1. Rio de Janeiro: Janeiro/Mar 2014, p. 87-96



## **ENSAIO DA ORQUESTRA TRANSDISCIPLINAR: RESSONÂNCIAS ENTRE A PSICANÁLISE E A MEMÓRIA SOCIAL**

MAURANO, Denise

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro  
dmaurano@corpofreudiano.com.br*

NUNES, Rejane de Moura

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO  
rejane.lirios@gmail.com*

472

### **RESUMO**

A discussão acerca das ordens disciplinares presentes na sociedade diz respeito tanto às questões ideológicas e políticas, quanto aos arranjos subjetivos a elas ancorados; portanto, propomos discutir as construções históricas de nossa sociedade e a estruturação psíquica dos sujeitos que a compõem enquanto dimensões inerentes umas às outras, utilizando-nos das considerações advindas do campo da Memória Social como fecundas para essa interface. Para tal, trazemos a discussão disciplinar ao cerne da prática em Saúde Mental, instituição que abriga o paradoxo de reproduzir os discursos valorados socialmente, mas que tem como ofício o manejo das singularidades, muitas vezes apartadas do pacto social, mas passíveis de acolhimento pela clínica psicanalítica, de onde constatamos os efeitos das produções inconscientes nos discursos.

**Palavras-chave:** Memória Social; subjetividade; Psicanálise.

### **ABSTRACT**

The discussion on the disciplinary orders existing in society has to do with both ideological and political issues as well as the subjective arrangements to them anchored; thereby, I propose to discuss historical constructions and psychic structuring as dimensions inherent to one another, making use of considerations of social memory as a bearer of this interface. In order to achieve that, the disciplinary discussion is brought to the core of mental health care practice, which paradoxically reproduces socially valued discourses, in spite of having as occupation the handling of singularities, very often estranged from the social pact, but liable to being admitted into the psychoanalytic clinic, where there can be witnessed the effects of unconscious productions in the discourses of patients.

**Keywords:** Social Memory; subjectivity; Psychoanalysis





Iniciemos pelo “ensaio”, termo que nos remete à experimentação, possibilitando o imprevisto e portanto a criatividade. Ensaio também seria um texto breve, onde trazemos reflexões um tanto provisórias, neste caso, decorrentes dos encontros sempre refeitos com vários autores e vertentes teóricas, percorridos com alguma expectativa acerca de aonde poderão levar.

A discussão que envolve a multi, inter ou transdisciplinaridade<sup>1</sup> vem sendo questão em minha prática clínica<sup>2</sup>, uma vez que a subjetividade enquanto objeto de pesquisa apresenta uma complexidade inesgotável, frente ao qual não teríamos a pretensão de abarcar nem um, e nem vários saberes que fossem definitivos em sua abordagem.

No que diz respeito às diversas vertentes de saber que circulam no meu campo de trabalho, ou seja, a instituição de Saúde Mental, Jurandir Freire Costa subdivide as “éticas da psiquiatria” em ética da tutela, da interlocução e da ação social. Na primeira, fisicalista, o indivíduo deve ser cuidado, pois é privado de razão e de vontade, assim como é definido juridicamente como “doente mental”. No que denomina ética da interlocução, o sujeito é considerado possuidor de um discurso competente, porém esta vertente demonstraria pouco interesse pela ordem social. Já a ética do cidadão, “...quase que faz equivaler virtudes políticas e terapêuticas, francamente assimiladas ao que seria uma ação política real” (COSTA, 1996:31). Para o autor, nenhuma delas é, em si, ruim; apenas seriam adequadas em momentos diversos.

Em outras palavras, trata-se de evidenciar que a decisão de optarmos por um ou outro tipo de intervenção, nos torna responsáveis por seus efeitos, no sentido de que toda escolha inclui uma perda, no ato mesmo da escolha e não é possível evitá-la.

Jô Gondar (2005), a respeito da discussão da transdisciplinaridade pertinente ao campo e ao conceito de Memória Social, coloca que quaisquer perspectivas que adotemos será parcial e trará suas implicações éticas e políticas. Para apontar a importância dos pontos de discordância, exemplifica as perspectivas conferidas à memória em Maurice Halbwachs, que a associa à manutenção de valores de um grupo e Michael Foucault, que faz da memória instrumento privilegiado de transformação social. Em ambos os casos, a memória seria entendida como “construção”, mas na primeira perspectiva, haveria uma ênfase no construído

<sup>1</sup> Na multidisciplinaridade, as disciplinas distintas visam um mesmo objeto; na interdisciplinaridade as disciplinas permanecem diferenciadas a partir de uma ordem disciplinar mas se colocam em diálogo, visando o consenso; na transdisciplinaridade coloca-se a própria ordem disciplinar em questão, criando um novo objeto.



(instituído), onde importaria menos a instabilidade, a diferença, o confronto. No entanto, a autora propõe justamente a dimensão processual dessa construção enquanto “devir”, mais do que aquilo que dela resulta. Desta maneira, os jogos de forças compareceriam em tensões permanentes, por exemplo, o paradoxo sustentado entre identidade e alteridade em Freud, que Gondar destaca dentre os autores que enfatizam a dimensão processual da memória.

Ao falarmos das várias éticas e discursos, visamos localizar a relação da Psicanálise com outros campos do saber.

No que diz respeito ao que determina a adesão a diferentes paradigmas, na Conferência “Psicanálise e psiquiatria” (FREUD, 1915-1917), Freud atenta para os “motivos altamente pessoais que motivam as controvérsias científicas”, remetendo-nos curiosamente à dimensão da produção de um saber, que seria sempre particular.

Na teoria lacaniana, encontramos a proposição sistematizada de uma ética própria à especificidade da psicanálise e que se opõe às especialidades na clínica da Saúde Mental:

Em sua ética a Psicanálise interdita a especialidade, pois está referida a um saber sobre o qual não se tem conhecimento e toma o sujeito, dividido (...) como baliza de seu trabalho. Assim, não somente assume sua condição de ‘saber não saber’ mas, no nível institucional, retira das outras áreas o caráter de especialidade: se é o sujeito que aponta a direção do trabalho, não há um saber prévio e empírico sobre ele” (Elia, L., Costa, R., Pinto, R., 2005: 129-30).

Podemos trazer a consideração acerca do sujeito como aquele que diz de um “saber não sabido” ou seja, inconsciente, para a nossa discussão sobre os diferentes saberes em jogo nas instituições de Saúde Mental, o que, por si só, já interroga a ordem disciplinar. É preciso lembrar que os saberes são construções contextualizadas e não verdades absolutas aguardando constatação. Calcam-se em uma noção de realidade a ser compartilhada.

No texto “A perda da realidade na neurose e na psicose” (FREUD, 1924:207), como o próprio título diz, Freud declara que sempre há uma substituição da realidade. Quando esta se apresenta insuportável, são forjadas outras realidades consoantes com as posições subjetivas dos sujeitos: seja na fantasia para a neurose, seja no delírio psicótico.

Lacan, ao longo de sua obra também aproxima neurose e psicose. Em sua primeira clínica (estruturalista), segundo Alvarenga (ALVARENGA in ZENONI, 2000:10), a neurose e

<sup>2</sup> Trabalho orientada pela Clínica Psicanalítica atuando na Saúde Mental - instituições públicas destinadas à abordagem de transtornos mentais, atualmente cuidando de pacientes em crise, nas Enfermarias do Instituto Philippe Pinel, na cidade do Rio de Janeiro.



a psicose são tratadas como estruturas e funcionamentos distintos; na neurose haveria uma operação subjetiva que faltava na psicose.<sup>3</sup> Na segunda clínica, continuísta, as estruturas passam a ser consideradas como formas diferentes do sujeito lidar com uma falta fundamental que existe para todo ser falante.

A versão continuísta não invalida o diagnóstico estrutural, mas acentua o que há em comum e de próximo entre as estruturas, possibilitando uma discussão ética fundamental acerca daquilo que não poderíamos considerar “*déficit*” (ou seja, devedor de um “bom funcionamento” qualquer, tomado como referência), mas “diferença”.

A Psicanálise portanto, nos diz de uma diferença absoluta, do vazio constitutivo de cada um de nós, no entanto relacionada intrinsecamente à alteridade, que se encontra tanto “fora” (algo estranho porque diferente de si mesmo) quanto “dentro”, pois haverá sempre algo de irrepresentável e que se desconhece a nosso próprio respeito.

A rigor, para a Psicanálise não haveria uma distinção exata de dentro e fora e nem seria pertinente utilizar o termo “indivíduo”, justamente por conceber o chamado sujeito como algo que ocorre em decorrência do encontro sempre parcial do humano com a linguagem. O humano é “sujeito” a esse “de fora” que é a linguagem e esta, no entanto, o constitui.

O vazio constitutivo de cada um de nós, segundo a Psicanálise permanece enquanto ponto enigmático e desempenha um papel estruturalmente fundante do psiquismo, ou seja, ponto em torno do qual se organizará. O encontramos em Freud relacionado ao trauma originário, ou seja, o trauma decorrente da perda do primeiro objeto de amor (primeira separação).

Lacan vai transpor esta operação para a falha estrutural da lógica significante, ao supor que não há uma associação fixa entre significante (o som da palavra) e significado (seu conceito) e que esta associação será feita a partir do encontro de cada um com a linguagem. Assim supomos que também o universo da linguagem, com todos os seus possíveis desdobramentos na cultura, originalmente possui um ponto enigmático, um “sem sentido”, que servirá de “causa”, que sempre deixará “algo a desejar”.

<sup>3</sup> Esta operação subjetiva diz respeito ao “Nome-do-Pai” que seria o registro da figura paterna enquanto autoridade e alteridade, um significante primordial em torno do qual o psiquismo se organizará. Em O Seminário III, destinado às psicoses, e no XXIII, sobre o “*synthome*”, ficam postuladas as diferentes posições mencionadas (neurose e psicose), que faz uso ou prescinde deste significante do “Nome-do-Pai” enquanto eixo organizador.



Ao teorizar a respeito do “objeto a” psicanalítico, visamos percorrer justamente a relação da subjetividade de um sujeito com sua cultura. Retomando:

O “objeto a” é um conceito lacaniano que diz respeito a um processamento do objeto fundamentalmente perdido (*Das Ding*, a “Coisa” freudiana), na inauguração da relação do sujeito com a linguagem, a partir do trauma originário, acontecimento impossível de simbolizar.

Na obra freudiana, encontramos esta perda primária associada à primeira separação da mãe, enquanto primeiro objeto de amor, fadado à ausência, destinada a se repetir em cada ocasião em que a falta do objeto terá, para cada sujeito, que se resolver psiquicamente.

Todavia, também encontramos no texto freudiano que trata da angústia (FREUD, 1895), a alusão ao que não é simbolizado endereçando-nos a uma origem muito arcaica, que Freud remete à hereditariedade, ou seja, ligado mais à história da espécie do que à do indivíduo, chegando a postular que a ontogênese remonta à filogênese. Neste contexto, a angústia seria o “resíduo” que atesta a revivência destes acontecimentos não simbolizados.

Em consonância com este miolo sem nome que, no entanto, se transmite através das gerações, em “Moisés e o Monoteísmo” (FREUD, 1939), considerado um dos textos “antropológicos” de Freud, o autor fala em “verdade histórica e a verdade filogenética”, localizando como tarefa analítica trazer à luz “o núcleo da verdade histórica das formações do inconsciente”. A análise propõe a tarefa incessante e fragmentária de fazer falar um passado imemorial que não deixa de se fazer ouvir. Freud chamou de “fósseis de referência” os traços sobre os quais os sujeitos constroem suas narrativas. Desta maneira, entendemos que Lacan se apropriou de Freud e considerou como “herança” aquilo que o Outro deixa para cada sujeito, ou seja, aquilo que a linguagem consegue construir em torno desta falta estrutural, originária. Assim, a herança seria a falha estrutural que permite o advento do sujeito, ou seria o “tesouro dos significantes” que, embora faltoso, antecedeu qualquer possibilidade de sujeito? Interessante notar que as duas dimensões andam amalgamadas.

Com Lacan sabemos que só é possível ao sujeito articular-se nos intervalos dos significantes, em cujos vãos podemos perseguir alguma verdade: “...sem o significante no



começo é impossível articular a pulsão como histórica” (LACAN, 1959-60: 261). Este dito nos remete à clínica da linguagem como norte, e portanto, também ao Real<sup>4</sup> que lhe é constitutivo.

A partir dos desafios da clínica podemos localizar como cada um toma para si os postulados gerais ideologicamente veiculados. A afirmativa de Lacan que articula a pulsão à via significante, nos aproxima da discussão histórica, e porque não dizer política, que envolve esta veiculação ideológica e a discussão acerca das instituições sociais (inclusive a psiquiátrica). Sob esta perspectiva, estaríamos colocando em confluência a ética da interlocução com a ética da ação social (mencionadas anteriormente), pois não só o discurso enquanto singularidade seria positivado, como isso implicaria em desestratificar o que se apresenta como arranjo social definitivo, ou seja, uma ação política real.

A discussão ideológica que perpassa a clínica, historicamente acompanhou o tratamento dos transtornos psiquiátricos, inclusive sua invenção, pois até determinado momento, a loucura não era objeto de tratamento, mas apenas de exclusão, assim como doenças contagiosas ou comportamentos condenados socialmente.<sup>5</sup> Na clínica psicanalítica a ênfase recai sobretudo na questão da particularidade das escolhas (ainda que inconscientes), ou seja, na responsabilização radical do sujeito enquanto tal, que só existe *extimamente* (neologismo lacaniano para dizer de uma exterioridade íntima) ligado constitutivamente ao seu Outro.

Poderíamos tentar traçar uma analogia entre o movimento simbólico da cultura (*Kultur*) termo freudiano pra designar civilização ou cultura, cuja dialética nos “compromete com” e o que Lacan formalizou conceitualmente como “Outro”: dimensão remetida à linguagem que nos antecede e inaugura o Sujeito (enquanto conceito), justamente porque não se totaliza, dimensão atravessada pelo corte do Real no sentido lacaniano, ou seja, aquilo que resta sempre inapreensível, frente ao que o Sujeito se estrutura como resposta. O Sujeito seria a ordem inédita cavada no Outro da linguagem a partir deste corte, do vazio.

De acordo com Elia, caberia, entretanto, a diferenciação “...entre a categoria de Outro e a ordem social e cultural. Essa ordem é eivada de valores, ideologias, princípios, significações, enfim, elementos que a constituem como tal, no plano antropológico” (ELIA, 2004: 40). Já o

<sup>4</sup> O Simbólico, o Imaginário e o Real seriam os três registros essenciais da realidade humana “O Simbólico remete simultaneamente à linguagem e à função compreendida por Lévi-Strauss como aquela que organiza a troca no interior dos grupos sociais; o Imaginário designa a relação com a imagem do semelhante e com o corpo próprio; o Real, que deve ser distinguido da realidade, é um efeito do Simbólico: o que o Simbólico expulsa, instaurando-se” (LACAN apud CHAVES, 2009).

<sup>5</sup> Acerca da história da loucura, ver o clássico de Foucault e os autores da Reforma Psiquiátrica, tal qual Paulo Amarante (AMARANTE, 1995).



Outro, é uma ordem significativa e inconsciente, transmitida nas relações sempre “para além” do que se pretende deliberadamente, “... e não poderia ser simplesmente o conjunto de valores culturais (entendendo-se sob este termo toda a complexidade de elementos significativos ordenados na família e na sociedade)” (idem). Uma forma interessante de visualizar esta distinção seria pensar que o Outro é o social menos um (Outro = Social - 1).

Na sequência deste raciocínio, se considerarmos também a cultura como uma construção, como um certo saber instituído, no entanto relacionado à dimensão do inconsciente (considerando que dos desencontros produzidos pela linguagem não se escapa), este “plano antropológico” nos interessa.

Em outras palavras, se a partir da invenção do inconsciente como algo que nos impõe “não sermos mais senhores em nossa própria casa”, fica a questão de que então se trataria de qualquer senhor, para qualquer casa? Ou haveria uma lógica de outra ordem que se faz presente (direta ou indiretamente) nas escolhas “cotidianas” da vida, lembrando da existência corriqueira do inconsciente relatado por Freud no título da obra “Psicopatologia da Vida Cotidiana”?

Acreditamos ser viável a aproximação entre os planos antropológico (valores, ideologias, significações...) e da Memória Social, pela via da abordagem da memória como construção (no sentido anteriormente apontado por GONDAR), a partir de valores e não como uma verdade acerca do fato que se passou.

Assim, poderíamos dizer que a Psicanálise ficaria mais do lado da concepção processual de “construção”, sem no entanto desconsiderar o “construído” até então. Isto que fora construído, se constituiria como o solo simbólico, terreno do Outro que antecede o Sujeito e do qual se parte.

Considerando as colaborações de Halbwachs, observamos que o autor privilegiou a memória como um mecanismo racional, onde a “memória coletiva” seria obtida através do “consenso mínimo para o funcionamento da vida social (...) com base em acordos tácitos e contratuais entre indivíduos singulares” (ABREU In GONDAR e DODEBEI 2005:35). Poderíamos afirmar que a Psicanálise nega isso? Viemos ao longo deste texto tentando articular quão necessário para a natureza linguística do homem sua inserção simbólica numa ordem maior que o anteceda, assim como as implicações disso para a sua própria estruturação psíquica.





Podemos considerar que é papel do analista decifrar o movimento simbólico da civilização enquanto efeito da língua. Descrito desta maneira, a ênfase recai sobre o caráter dinâmico das construções simbólicas da civilização, cujo movimento afetaria todos de alguma maneira, inclusive o analista. Por outro lado, a Psicanálise postula que as produções inconscientes subjazem ao movimento simbólico, com efeitos diretamente relacionados às formas que a civilização conta para lidar com elas.

Sob esta perspectiva, a cultura não seria algo para sempre dado, mas algo permanentemente produzido, não sendo possível uma mera descrição do mundo tal qual se apresenta, mas um atravessamento inerente as nossas posições subjetivas.

Polarizando aquilo que acreditamos estar imbricados: haveria tanto algo já estabelecido (porém não-todo), quanto algo em permanente movimento, justamente por não conseguir completa nomeação ou lugar, por não ter sentido e ‘nem nunca terá’ e por isso prossegue em repetidas buscas, fazendo da ausência, causa. De que maneira aquilo que é estável, favorecido por Halbwachs e o que é instável, apontado pela Psicanálise poderiam ser postos em diálogo?

Gostaríamos de retomar a questão da ausência enquanto causa em outro contexto que não estritamente psicanalítico: encontramos esta concepção numa aula proferida por Foucault, onde questiona as instituições sociais e os discursos por ela veiculados, no entanto articulando a estas a questão do desejo (o que associaremos aqui à posição subjetiva inconsciente). Posteriormente soube que a fala de Foucault fora produzida durante um período de interlocução com Lacan, o que corrobora minha impressão de estarem de fato abordando assuntos que se relacionam intimamente: a constituição inerente da produção dos discursos e uma falta da qual se originaria - “a ausência é o primeiro lugar do discurso” (FOUCAULT apud ALBERTI In RINALDI e JORGE, 2002, p.44), assim como a estreita relação da questão discursiva e o estatuto do sujeito, que seria “função variável e complexa do discurso” (idem, p.46).

Nesta mesma época em que Foucault interroga o que é um autor, Lacan convoca a todos, desde 1968, a construir a *Scilicet*, revista em que se escrevia sem assinar, em prol do rigor das ideias e não do discurso já socialmente estabelecido (na ocasião, referia-se ao que chamava “discurso universitário”, o qual criticava).

Nestas passagens observamos um “diálogo” que nos remete à articulação que viemos tentando traçar, entre aquilo que escapa ao instituído socialmente (e portanto relacionado aos





conceitos de simbólico e histórico), e o que do instituído não se pode prescindir. Os personagens seriam o desejo e a instituição:

O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo (...). E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos ai para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempos se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (FOUCAULT, 1996, p. 7).

480

E assim, referido aos “nós” do laço social, Foucault denomina como da ordem do desejo algo que associamos ao Sujeito e sua origem inominável e pulsional. Na obra anteriormente relatada o autor menciona que:

“Talvez seja tempo de estudar os discursos [...] nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, da valorização, de atribuição, de apropriação [...], a maneira pela qual eles se articulam nas relações sociais.[...] para apreender os pontos de inserção, os modos de funcionamento e as dependências do sujeito. [...]como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode ele ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer e obedecendo a quais regras? Em suma, trata-se de retirar do sujeito seu papel de fundamento originário e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. [...] Quais as localizações aí preparadas para sujeitos possíveis? Quem pode preencher essas diversas funções de sujeito?” (FOUCAULT apud ALBERTI In RINALDI e JORGE, 2002, p.45-46).

Neste fragmento de texto, encontramos uma ampla interrogação acerca do “discurso”, que Foucault trata como acontecimento histórico e não linguístico, embora propormos aqui justamente a analogia entre o papel da ausência na constituição do discurso e o estatuto discursivo do sujeito lacaniano.

Gostaríamos de ressaltar também a interrogação feita por Foucault acerca das “localizações preparadas para sujeitos possíveis”, que nos remete à sua posição sobre a relação da identidade com a subjetividade.

Numa entrevista que fala sobre a política da identidade (FOUCAULT, 2004), o autor questiona a própria constituição da identidade como algo que não suplanta a subjetividade, o que nos leva a associar sua posição quanto à memória, ao estatuto que a Psicanálise também lhe confere, ou seja, algo que se aproxima do conceito de “diferença”, porém não sem relação com o universo das representações e dos saberes positivos constituídos historicamente. Tratar a questão da identidade como categoria a ser rompida, talvez diga a favor do inominável



lacaniano e das maneiras como esta diferença absoluta se presentifica no mundo. O termo identidade faz referência ao ser igual a si mesmo. Mas, na medida em que a concepção de sujeito tal como abordada pela Psicanálise, esse “si mesmo” traz em si a diferença do Outro, por sua adesão à linguagem.

Por nossa vez, permanecemos considerando o Sujeito como “fundamento originário”, no entanto intimamente (*extimamente*) relacionado à “função variável e complexa do discurso”. Seguindo estas articulações, Foucault também expôs de forma crítica a relação estabelecida historicamente entre o considerado “normal” e o que fora construído como loucura.

A nosso ver, por causa da íntima relação Sujeito-Outro, as formas através das quais as sintomatologias se apresentam, seja na vida cotidiana, seja no modelo de tratamento que tudo medicaliza, se relacionam diretamente ao aparato cultural. O saber científico-medicamentoso tem servido a calar a dimensão existencial do sofrimento, numa versão às avessas da famosa fábula<sup>6</sup> de Monteiro Lobato (LOBATO, 2011:31), na qual a “pílula falante” do Dr. Caramujo dá vigor à boneca, que então se humaniza.

O sintoma é aquilo que não se adapta perfeitamente ao social, apesar de em cada época termos quadros cujas roupagens se apresentam como “da moda”: “stress”, “pânico”, “depressão”, “problemas de memória”.

Há tendências onde determinados atributos da subjetividade de uma época predominam coletivamente. Denise Maurano identifica a ocorrência de uma “ambivalência com o trato da memória”, na medida em que haveria uma tendência atual de medicalizar extirpando mal estar, num claro apelo ao esquecimento, mas tb o empenho em desenvolver HDs sempre mais potentes, naturais e de prótese como se nada esquecer nos garantisse a permanência da nossa existência:

“...nos tempos atuais, temos a apologia aos psicofármacos indo por um lado na direção do apelo ao esquecimento, esquecer das tristezas, das tensões, dos medos, e por outro lado, o pavor do Mal de Alzheimer e a busca de ginkgo bilobas, nas mais diferentes versões, inclusive as virtuais, digitais, eletrônicas, buscando o aumento da capacidade de nossos HDs “orgânicos-funcionais” e de prótese” (MAURANO, 2013:12).

<sup>6</sup> “A Pílula Falante”, no livro “Reinações de Narizinho”, editado pela primeira vez em 1931.



Segundo Andreas Huyssen há o aumento explosivo da memória (o que o autor denuncia como auto-musealização<sup>7</sup>) que “empilhada nos arquivos e comercializadas em massa” são mais facilmente esquecidas do que as “memórias vividas”. Assim o autor questiona se o medo de esquecer gera o desejo de lembrar ou o excesso de memória gera risco de implosão e portanto o medo de esquecimento.

Walter Benjamin também nos traz uma importante colaboração a respeito de uma certa tradição, que poderíamos associar à “memória vivida”, mas que se rompe enquanto transmissão com consequências para o social. O autor descreve como os combatentes da guerra de 1914-18 tinham voltado silenciosos dos campos de batalha, “mais pobres em experiências comunicáveis” (BENJAMIN, 1936), o que ele não relaciona aos horrores da guerra, mas ao repentino progresso e desenvolvimento da técnica que assim depuseram as referências simbólicas que até então organizavam o mundo e produziram uma nova forma de miséria. Esta “nova barbárie”, ao mesmo tempo que nos obriga a um novo começo, nos desampara no que diz respeito à ordenação do laço social. Para Benjamin, a ciência não instrumentaliza a cultura, mas a sobrepuja.

Tal qual as implicações do discurso moderno e da ciência sinalizadas por Benjamin, como os saberes por nós construídos incidem sobre nossa cultura e sobre a subjetividade? Para além das consequências das diferenças conceituais, como podemos efetivar o aspecto dinâmico da construção enquanto criação e nos instrumentalizarmos para a intervenção política em nossas instituições e funcionamento sociais?

Miriam Debieux Rosa em “Uma escuta psicanalítica das vidas secas”, nos faz atentar para as diferentes condições de vida e suas possíveis implicações para os sujeitos, ao mencionar a grande parcela da população em “desamparo social”. Estes sujeitos muitas vezes são excluídos dos recursos institucionais organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade, o que pode propiciar o que chama de “desamparo discursivo”, pois “...as estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação de valores, ideais, tradições de uma cultura resguardam o sujeito do real” (ROSA. M. D. 2006: 42). Frente ao desamparo do ser falante, desta maneira agravado, o risco do

<sup>7</sup> A “auto-musealização” ocorreria através da memória narrativa atual - câmeras de vídeo, fotografias, restauração das cidades, comercialização da nostalgia, moda *retro*, documentários, comemorações e memoriais, romances autobiográficos e históricos, assim como inclui a literatura psicanalítica sobre o trauma.



traumático, do impossível de simbolizar seria duplo: tanto sua exposição à ocorrência é aumentada, quanto os recursos para sua elaboração encontram-se diminuídos.

No entanto, certamente não se trata de mais uma vez excluir o Sujeito, privá-lo de sua escuta, de uma certa “oportunidade de Sujeito”, por assim dizer. É sobre esta dimensão que nos interessa interrogar, causar uma curiosidade, uma vontade de saber sobre a posição subjetiva que se ocupa; é na perspectiva deste mais além que a palavra é convidada a comparecer, dizendo de outra maneira o que assola o sujeito, habitando o mundo da linguagem, como a personagem do Sítio do Picapau Amarelo de Monteiro Lobato, a boneca Emília, para enchê-lo de graça.

Há uma dimensão ética e política na escuta que visa propiciar que o Sujeito dê andamento às articulações significantes, reproduzindo-as ou modificando-as, e possibilitando a ruptura de identificações imaginárias congeladas, que muitas vezes atribuem lugares excludentes e marginais a determinadas classes de sujeitos, lugar de resto social que comumente lhes são atribuídos.

Ou seja, os discursos têm a função de refrear o gozo<sup>8</sup> e o funcionamento social lhe confere lugares (por exemplo, o uso de substâncias psicoativas, o consumo desenfreado de objetos no capitalismo, a violência praticamente institucionalizada à população pobre, etc.). Talvez uma das maiores contribuições da Psicanálise seja, ao supor a pulsão de morte e o que Lacan conceitualizou como gozo (seu equivalente linguístico), poder constatar os seus efeitos na vida e na sociedade, assim como buscar formas menos danosas de lhes dar vazão, inevitável destino.

Algo tão complexo, que resta impossível de ser descrito, necessita tantos discursos quanto forem possíveis para abordá-lo. Vera Dodebei e Jô Gondar fazem a seguinte argumentação com relação a Memória Social como objeto de estudo:

O campo [...] é inter ou transdisciplinar (conforme a interpretação dada a cada um destes termos) e seus conceitos se produzem no entrecruzamento ou nos atravessamentos que ocorrem entre as disciplinas. Para isso, não basta que as especialidades sejam postas em diálogo. Na verdade trata-se mais de uma fecundação que de uma conversa democrática - e uma fecundação (grifo nosso),

<sup>8</sup> Podemos relacionar o conceito de gozo àquilo que dá pulsão resiste ao encontro com a linguagem, impelindo à eterna repetição, insistindo em não se inscrever; pulsão silenciosa (pulsão de morte), pois relativa ao objeto perdido (*Das Ding*) e seu correlato metonímico, o “objeto a”. A satisfação plena só seria possível com a morte; o gozo é o índice do impossível, que no entanto impele à criação.



como sabemos, jamais é democrática, e sim problemática. Há fecundação entre disciplinas quando as perguntas produzidas no interior de cada uma delas atravessam suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas ( GONDAR e DODEBEI, 2005:7/8).

Concluindo, a meu ver, esta proposta de atravessamento de fronteiras em prol da abordagem de novos objetos seria pertinente também ao campo da Memória Social ao considerar o objeto faltoso que nos constitui, refletindo sobre seus efeitos nas coletividades e na civilização. Afinal, frente à vertente silenciosa, violenta e mortífera, a “fecundação”, por mais “problemática” que possa ser, constituiria belo recurso.

Há uma outra faceta da consideração das especialidades que nos parece fundamental: a diversidade das vertentes (profissionais na instituição psiquiátrica e teóricas na Universidade), podem servir de mote à permanência do debate, sem o qual ficaríamos mais vulneráveis aos discursos dominantes (por exemplo, o paradigma médico-científico). Poderíamos refletir se, quanto mais coesa se apresentar uma instituição, quanto mais instituída, no sentido de estar pronta e sem dissenso em seu funcionamento, mais se aproximaria do totalitarismo.

Desta maneira, poderíamos questionar não só qual a relevância da contribuição (ou conturbação) da Psicanálise para os campos socioculturais e políticos, mas o que estes campos têm a dizer a respeito da e para a Psicanálise. Trata-se, portanto, de uma interlocução que nos permitiria romper um certo monólogo ou autismo epistemológico, que pode se instaurar toda vez que uma construção teórica se fecha sobre si mesma. Ao invés disso, que possamos fazer da prática da circulação dos significantes um fenômeno de grupo, à maneira lacaniana de existirem referidos uns aos outros, ou como a sucessão de sons musicais, “(...) que não tem significação definida, mas que está prestes a receber aquela que nosso espírito estivesse disposto a dar-lhe” (HALBWACHS, 1990:182). Temos muito a ensaiar e, sobretudo, a praticar.

### Referências bibliográficas

ALBERTI, Sônia. Psicanálise e Universidade e a instauração de discursividades. In: RINALDI, Dóris, COUTINHO JORGE, M.A.(orgs.). **Saber, verdade e Gozo: leituras de O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan**, Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

AMARANTE, Paulo (org). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: SDE / ENSP, 1995.



BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BROUSSE, Marie-Hélène. **O inconsciente é a política**. Seminário Internacional. Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. As éticas da Psiquiatria. In: **Ética e Saúde Mental**. FIGUEIREDO. Ana Cristina, Silva Filho, João Ferreira (org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Psicanálise passo- a- passo n° 50.

FOUCAULT, M.. **História da Sexualidade I - A vontade de saber**, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso** (1971). Edições Loyola, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Michael Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política da identidade in **Verve**, n.4, 2004, p.260-277 [pdf]

FREUD, Sigmund. 1987 - **Obras psicológicas completas**, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Ed. Imago.

\_\_\_\_\_. (1895) Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos.

\_\_\_\_\_. (1915-1917) Conferências Introdutórias sobre Psicanálise.

\_\_\_\_\_. (1924) A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose.

\_\_\_\_\_. (1939) Moisés e o Monoteísmo.

GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HABWACHS, Maurice. **A memória coletiva** (1950). São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Globo, 2011.

MAURANO, Denise. **O mal-estar na memória**, inédito.



ROSA, Miriam D. Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. In: TEXTURA REVISTA DE PSICANÁLISE. São Paulo: Publicações das Reuniões Psicanalíticas; Ano 2 / n. 2 / 2002, p. 42-47.

ZENONI, Alfredo. ABRECAMPOS - REVISTA DE SAÚDE MENTAL DO INSTITUTO RAUL SOARES, Belo Horizonte, 2000, v.1, irregular.





## O CAÇADOR DE MARAJÁS: IMAGEM E RACIONALIDADE NO DISCURSO DE COLLOR EM 1989

BURMANN, Grazielle Madalena Pereira

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras*

*burmannng@hotmail.com*

### RESUMO

1989 foi o ano da primeira eleição direta no Brasil, que ainda se via assombrado pelos fantasmas de uma ditadura. Além disso, o cenário político era de indignação por parte da população e corrupção por parte de governantes. Concorrendo contra Lula, Fernando Collor de Melo se denomina o *caçador de marajás*, o salvador de que o país precisava. Assim sendo, baseando-nos na Retórica Clássica de Aristóteles, bem como nos estudos recentes de Perelman-Tyteca (1996), Eggs (2008) e Maingueneau (2008) a respeito da Retórica, pretendemos investigar o papel do *logos* – argumentos lógicos, racionais – e do *ethos* – imagem do orador construída pelo discurso – em um discurso de Collor proferido no segundo turno das eleições presidenciais. Percebemos que essas duas estratégias interagem em prol da persuasão, apoiando, uma a outra, na dinâmica do discurso político.

**Palavras-chave:** Logos. Ethos. Discurso Político.

### ABSTRACT

In 1989, Brazil was facing its first direct elections. Only four years after a dictatorship and having a government still impregnated with corruption, the Brazilian people was asking for changes. Fernando Collor de Melo pronounced himself as the savior, the *caçador de marajás*. Running against Lula for president, his speeches are locus of fruitful rhetorical analysis. Hence, based on the Classical Rhetoric Theory, proposed by Aristotle, and considering the recent studies of Perelman-Tyteca (1996), Maingueneau (2008) and Eggs (2008) on the subject, we intend to investigate the role of *logos* – logical arguments – and *ethos* – the image of the orator built by the discourse itself – in Collor's second round speech for the presidential elections campaign. These two evidences would work together on behalf of persuasion, interacting and supporting each other in the politic discourse disposition.

**Key-words:** Logos. Ethos. Politic Discourse.



## INTRODUÇÃO

Compreendida por Aristóteles como a busca pelos meios que promovem a persuasão em determinados discursos, a Retórica passou de técnica à ciência do discurso persuasivo e seu desenvolvimento histórico só tem a agregar diferentes percepções para análises de discursos diversos. Estes estudos nos permitem realizar análises e compreender a prática discursiva aqui escolhida como um dos pronunciamentos de Collor no segundo turno das eleições presidenciais de 1989.

A sociedade brasileira de 1989 pedia por mudanças e, nesse cenário, em debates e em propagandas eleitorais gratuitas, o ex-governador de Alagoas se dizia o *caçador de marajás*, o salvador da sociedade brasileira. Compreender os usos de argumentos em prol da persuasão implica contrastar discurso e sociedade: o orador, no caso da cena política em questão, busca sua legitimação – que se materializa no voto dos eleitores – perante um auditório que detém o poder de escolha. Assim, as melhores propostas e, igualmente, melhores imagens, contribuiriam para a adesão deste àquele. Aderir a uma tese, aproximar-se do seu defensor vai além do apenas *votar*. A busca pelo se fazer sentir e acreditar move a dinâmica discursiva, pois move, também, o sujeito homem.

A construção da imagem do orador (*ethos*) e de seus argumentos lógicos – racionais (*logos*) – acontece, aqui, de maneira interativa: a composição de um favorece ao outro, não podendo haver, portanto, exclusividade do uso das provas. Em decorrência disso, nossa análise se debruça na busca dos argumentos lógicos e da construção da imagem do orador, atentando para a relação tida entre ambas. Para tanto, os estudos de Aristóteles, a nova configuração dada aos argumentos, por Perelman-Tyteca (1996) e os estudos recentes acerca do *ethos*, com Eggs (2008) e Maingueneau (2008) fundamentam nossas análises.

## RETÓRICA E LOGOS

Na história da humanidade, a língua se fez (faz) ligada, intrinsecamente, às relações sociais. A tecnologia cresce, essas relações se modificam, mas a legitimação, o poder social simbólico ainda é construído pelo discurso – não apenas por ele, elucide-se. De maneira um tanto quanto diferente e similar ao mesmo tempo, na Grécia Antiga, em tempos de poder jurídico inexistente tal qual o conhecemos hoje, nascem os primeiros vestígios da Retórica.



Tida como uma técnica para atingir a persuasão pelo discurso, Córax e Tísias criaram um *manual de oratória*, útil aos que necessitassem do seu próprio discurso para se defenderem perante o Estado.

O tempo tratou de trazer a essa técnica novos aspectos, até que Aristóteles sistematizasse o que seria, hoje, a Retórica Clássica. Em seus escritos, o estagirita tratou de aspectos do discurso, sua disposição, e o que a ele cabia de persuasivo. Dessa forma, a Retórica seria a arte utilizada para encontrar o que fosse persuasivo em qualquer discurso. Como argumentos (modos de persuadir), Aristóteles enumerou três categorias: *logos*, *ethos* e *pathos*. Este se relaciona com os sentimentos, a disposição do auditório. O segundo seria a imagem do orador construída no/pelo discurso. Já aquele corresponde aos argumentos lógicos, exemplo e entimema, este apresentado pelo velho exemplo: todo homem é mortal, Sócrates é homem, logo Sócrates é mortal.

Dando um salto histórico, é após o Renascimento que se percebe a perda do valor retórico enquanto técnica. Pautada no verossímil, em uma época que tem a busca pela verdade absoluta e a racionalidade científica como ponto forte das ciências, a Retórica é discriminada, entendida como *enganação pelo discurso* e por isso, relegada apenas aos estudos de figuras de linguagem, não relacionada à persuasão. Ainda, a visão maniqueísta que determinava o racional como relevante e o emocional como falacioso, contribui para esse *apagamento* retórico, uma vez que os aspectos afetivos também são considerados elementos de persuasão para a Retórica. Além disso, outras disciplinas passam a ocupar o campo que pertencia a essa técnica aristotélica. Contudo, de acordo com Adverse (2009), a arte oratória e a elocução ainda eram muito bem vistas pelos filósofos da época, que buscavam respostas e inspiração nos estudos gregos e latinos, encontrando, portanto, os estudos ciceronianos e exaltando-os como arte; o autor também descreve a importância vista na relação entre essa arte e a política em si.

É em 1958, com o *Tratado da Argumentação* – Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca – que a Retórica é reconsiderada nos estudos argumentativos do discurso, agora partindo de uma corrente filosófica da linguagem, dando início a Nova Retórica. Importante colocar que, embora esquecida, essa ciência sempre se fez presente nos estudos da linguagem, tanto é que, como aponta Mosca (2004), na contemporaneidade ela tem seu encontro com outras disciplinas, como a Semiótica, a Pragmática etc., que lhe possibilitam novas leituras e novos desdobramentos. Justamente por essa razão, Reboul (1998) indaga o real ponto de existência de uma “Nova Retórica”. Afinal, ela traz concepções e desdobramentos



herdados desde sua origem, como a concepção da linguagem, a relação argumentação/persuasão, a presença do irracional – emoções, o papel do auditório na construção do discurso, o enquadramento social do discurso e outros.

Dentre todas as contribuições dos estudos recentes e do Tratado da Argumentação, damos ênfase ao estudo sobre os argumentos lógicos, o *logos* aristotélico, que ganha quatro grandes classes: argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real, argumentos que fundamentam o real e argumentos por dissociação. Como justificativa para essa nova organização, os autores afirmam que as definições de Aristóteles se mostram insuficientes para uma análise, pois desconsideram as premissas dos argumentos.

Em decorrência do discurso a ser analisado, serão expostos somente as categorias de argumentos presentes na retórica de Fernando Collor de Melo. Antes disso, porém, abordaremos teoricamente cada categoria relevante para as análises:

**Argumento de definição:** é categorizado como argumento quase lógico – que se aproxima de uma demonstração formal, exata, que compara termos ou conceitos igualmente. Esse caráter demonstrativo torna-se um tanto quanto insólito quando analisado o próprio argumento, posto que se percebe a desigualdade entre os termos antes comparados. Aqui, há de se pensar na incompatibilidade/compatibilidade do argumento com o real, cabendo, assim, a refutação do que é exposto. Ainda, partindo do pressuposto de que definir é identificar, delimitar a uma mesma categoria, busca-se identificar o que é definido com o que se define. Esses argumentos são subcategorizados em três, mas damos destaque à definição descritiva: indica qual o sentido conferido a uma palavra em certo meio, num certo momento.

**Argumentos de pessoa:** pertencem aos tipos de argumentos fundados na estrutura do real – esses não se apoiam na lógica e em descrições objetivas de fatos, mas sim em opiniões, experiências e, conforme Reboul (1998), de elos que se estabelecem entre as coisas; valem-se, portanto, da realidade para criar julgamentos. Atentamos para as relações *pessoa-ato / pessoa-grupo*: a influência dos atos sobre a concepção da pessoa, ou o contrário, os valores de um para o outro, conforme Perelman-Tyteca: “a reação do ato sobre o agente é capaz de modificar constantemente a nossa concepção de pessoa, em se tratando de atos novos que lhe atribuímos, ou de atos antigos aos quais nos referimos.” (1996, p. 337). Assim sendo, (re)construímos imagens de pessoas em detrimento de seus atos, ou seja, quaisquer ações,



modos de expressão, reações emotivas. Daqui nasce o prestígio, que designaria, em uma cena política, quem seria apto a se tornar dirigente. O argumento de autoridade justificaria uma afirmação pelo valor de seu autor. Por outro lado, o argumento *ad hominen* seria a inversão do anterior, refutando uma ideia recorrendo às fraquezas do adversário ou a personalidades outras que não sejam bem vistas na sociedade.

**Argumento Pragmático:** também fundado na estrutura do real, é considerado a mais verdadeira maneira de provar factualmente uma tese, pois vem da experiência do orador. Consiste no relato de sucessivos fatos e a sua relação com as consequências, sendo quase um silogismo que busca estabelecer uma verdade. O valor de um fato/ato é transferido às suas consequências, favoráveis ou não, que são suas provas de verdade. Reporta-se, portanto, aos efeitos, não requerendo justificativas para ser aceito. Essas consequências podem ser futuras e/ou presentes.

491

## RETÓRICA E *ETHOS*

Compreender o *ethos* torna-se importante para perceber as nuances argumentativas desse discurso, uma vez que percebemos interação entre ambas as provas. Essa prova, o *ethos*, considerada por Aristóteles como a mais importante, comporta o que é relativo ao caráter do orador e a sua imagem. Segundo o estagirita:

persuade-se pelo caráter quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador. (p. 96)

O orador inspiraria confiança, ainda, se demonstrasse ser sábio, virtuoso e benevolente. Estas três características, nos mostra Eggs (2005), dizem respeito às três qualidades do orador – *ethos*, em seus nomes gregos: *phrónesis*, *areté* e *eúnoia*, respectivamente. Ser sábio, portanto, indica saber escolher seus argumentos lógicos ao estilo do *ethos* do orador e ao estilo do auditório, sua necessidade e seu apreço; ser virtuoso indica ser honesto, sincero e de bom caráter, pois pessoas honestas são mais confiáveis; e ser benevolente implica ser solidário aos sentimentos e ao mundo do auditório.



Eggs (2005) ainda demonstra a existência de dois tipos de *ethos*: (a) objetivo, demonstração de seu caráter pelo discurso; e (b) moral, ser sábio, honesto e solidário, demonstração das suas virtudes pelo discurso. Encontramos aqui a razão por ser esta a mais importante das provas retóricas para Aristóteles, pois, pelo fato de ser a disposição do discurso uma escolha do orador que seja condizente com o seu *ethos*, essa prova retórica comportará, em primeira instância, toda a argumentação, todo o discurso, posto que dela venham os argumentos e é a partir dela que se constrói a imagem discursiva, bem como a partir dela as emoções são desencadeadas.

Estudos posteriores, como os de Cícero e de Quintiliano, defendiam e acreditavam no maior êxito discursivo quando o orador apresentava as características que defenderia enquanto sujeito retórico – o sujeito do discurso. Essa discussão perdura nos atuais estudos retóricos, em que de um lado acredita-se no *ethos prévio* e de outro sua noção é posta em dúvida. Charaudeau (2008) e Maingueneau (2008) defendem a sua existência e o colocam em um plano em que o que é construído no discurso e o que é de conhecimento prévio do auditório colabora para a concretização de uma determinada imagem. Portanto,

em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Em segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. (CHARAUDEAU, 2008, p. 115)

Essa dupla identidade se funde em apenas uma, resultante de traços psicológicos e linguísticos do orador. Maingueneau (2008) defende também a existência do *ethos dito*; neste é permitido – moralmente – ao orador que se refira a si. O *dito* e o *mostrado*, portanto, no discurso interagem e firmam o *ethos discursivo*, que por sua vez interage com o *ethos prévio*, efetivando a imagem do orador, esta, embasada nos valores, nas crenças e nos estereótipos presentes na vida do auditório e consagrando, portanto, o *ethos efetivo*, como tudo o que corresponda à imagem do orador e ao *ethos objetivo* já mencionado por Eggs (2005).

São, portanto, gestos, maneiras de dizer e de se colocar diante de uma situação, que fazem com que o auditório visualize, pense no orador como um homem confiável ou não, sincero ou não e crie seu *ethos efetivo*. Persuade-se, dentre outras características, pelo mostrar-se e, às vezes, pelo dizer. Afinal, um orador que fale de si ostensivamente, que se



defina como honesto e sincero, tornaria o discurso mais duvidoso. Esse mostrar-se pode, contudo, ser um *fingir ser* para conseguir a confiança do auditório. Aristóteles inclusive admite que o orador pode mentir, mas se o fizer deve prezar pelas três características do orador, citadas anteriormente. Charaudeau (2008) também comenta o *fingir* do orador, principalmente em discursos deliberativos, pois, para chegar aos fins desejados, é necessário usar máscaras que o tornem o desejado pelo auditório.

## DISCURSO POLÍTICO

Retórica e Política são consideradas, por Aristóteles, de extrema importância para o homem, a quem seria vergonhoso não ser capaz de se defender verbalmente. De igual forma, a natureza humana implica participação em sociedade. Esse homem social, cívico, busca o bem comum na vivência com seus pares. Arendt (2002 e 2005) aponta para o sentido de política enquanto relação humana e acrescenta que somos seres singulares, vivendo em uma sociedade que é plural e, portanto, enquanto se busca pelo bem viver, essa pluralidade deverá ser lembrada. Já Charaudeau compreende-a como inscrita “em uma prática social, [que] circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram” (2008, p. 16).

Esse ser social produz discursos que vão muito além de signos linguísticos justapostos; tratam de prática social: uma atividade comunicativa que garante a interação entre os homens. Tal interação nasce em determinado tempo e espaço, de determinadas intenções e apreciações, que influenciam na composição do discurso e de em seu valor simbólico. Assim sendo, o lugar de produção do discurso e o lugar do sujeito social determinam os valores do pronunciado. Na cena política – aqui em termos de eleição – temos o sujeito eleitor e o sujeito candidato, legitimado a falar: uma *instância política* e uma *instância cidadã*, respectivamente (CHARAUDEAU, 2005).

A instância política, responsável por reger a sociedade, é, na sociedade atual, delegada pela cidadã. Propondo uma ação política – projetos que busquem a organização da sociedade em busca do bem viver comum – ela busca se legitimar no poder. Para tanto, pronunciamentos, propagandas, comícios, divulgações e outros recursos que possam contribuir são utilizados. Do ponto de vista discursivo, argumentos são lançados de forma a criar uma imagem do orador que





o legítimo e a expor suas propostas de maneira coerente com os valores da instância cidadã, que correspondem às crenças da sociedade e amparam a ação política e as ideias defendidas.

Destarte, temos o poder comunicativo legitimando a ação política. Esse poder não age de forma coercitiva e muito menos trata de um *fazer-fazer*; vai além. O orador busca trazer seu auditório para si, fazê-lo acreditar em sua tese, aderir à sua proposta de ação. Nesse ambiente onde se fundem ação, linguagem e política se encontra o discurso político que, na tradição Retórica enquadrar-se-ia no gênero deliberativo (aquele que aconselha – utilizando-se, muitas das vezes, do tempo verbal futuro). Analisar, portanto, o discurso político, seria, de certo modo, buscar compreender a política, mas pelo viés da linguagem, que, como já exposto acima, nessa situação se mostra extremamente persuasiva, pois visa à legitimação do homem pelo homem.

Não reduzido apenas à situação de eleição, o discurso político se vê

intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para melhor e para pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação, o que tornaria mais justo falar dos discursos do conceito político do que do discurso político. (CHARAUDEAU, 2008, p. 43)

Uma vez que legitima o poder do homem sobre o homem, a veracidade do discurso pode ser questionada. A imagem construída, os argumentos e projetos lançados podem não corresponder às verdadeiras intenções de quem o pronuncia. De máscaras postas, o teatro das representações para a promoção de um homem singular abre suas cortinas e convida seu auditório a participar. O ator político (orador) passa a ser constituído de dois sujeitos: o sujeito social e o sujeito discursivo. O primeiro é o homem enquanto ser social, que tem família, mora em determinada região, tem gostos próprios etc. Já o segundo, é o homem construído no/pelo discurso, ou seja, aquilo que o homem social demonstra ser mediante seu discurso e seus atos. Da mesma maneira em que esse ator projeta uma imagem de si no discurso, ele projeta uma imagem do seu destinatário (auditório), quem ele quer e imagina que seja, imagem esta que é/pode ser diferente da verdadeira identidade do ser social.

Discurso de representações, imagens (*ethos*), argumentos (*logos*) e valores (*pathos*) são balizados coerentemente com a cena discursiva e seu auditório. Aqui, as provas retóricas atuam de maneira conjunta em prol da persuasão. Não haveria primazia de apenas uma no discurso, mas sim uma medida certa, uma sobreposição contínua, que evidenciasse os melhores meios de persuasão para determinados discursos.



### O discurso de Collor<sup>1</sup>: argumentos

Nas eleições de 1989, vinte e dois candidatos concorriam à presidência e, no segundo turno, Collor e Lula se enfrentavam. A despeito dos candidatos, ambos vinham de caminhos diferentes, o primeiro era filho de pai e avô políticos, havia sido senador e deputado posteriormente, era um dos mais jovens na carreira política da época. O segundo, por outro lado, Lula era metalúrgico e sindicalista, esteve presente nas grandes greves de 78 e 79 e defendia ideias de um governo mais socialista.

A instância política aqui estudada – Collor – buscava sua legitimação por meio de exposição de suas ações/propostas e imagem. Isso construído em detrimento da instância pública: o auditório, Brasil de 1989, que vinha de uma ditadura militar de censura e repressão, finda há apenas quatro anos e seguida por um governo corrupto, enfrentava problemas de ordem social e econômica. Esse discurso deliberativo aconselhava sobre os próximos quatro anos, enfatizando o papel da escolha a ser feita na época: o bem estar futuro dependia da escolha realizada pelo cidadão brasileiro, do voto.

Na busca por sua legitimação, Collor defende uma única tese em sua campanha: *eu sou o melhor candidato à presidência*. Para prová-la, neste discurso, observamos a construção de sua imagem em contraste com a imagem do candidato opositor:

1	Nós juntos de um lado, você e eu, e os nossos adversários do outro lado, fazendo qualquer coisa, qualquer aliança, qualquer conchavo em troca de votos.
2	Vejam vocês, agora ele quer negociar com os políticos mais antigos deste país, com os políticos que o povo, que você, que nós todos derrotamos nas urnas.

Em (2), mediante o argumento de ato/pessoa, Collor alega a relação de Lula com políticos mais antigos do país, relacionando-o aos corruptos do passado, aos governantes que colaboraram para a situação política, social e econômica vivida pela população. A corrupção, portanto, estaria presente em Lula. Ao apontar o *nós derrotamos*, o orador se afasta desse grupo e, por conseguinte, de toda a sua maleficência, colocando-se ao lado do povo, pertencente ao seu grupo, como exposto em (1). Assim, haveria dois grupos concorrendo às eleições: Lula e os corruptos contra Collor e o povo.



3	<p>O candidato do PT incentivou com seu sindicalismo selvagem uma porção de greves políticas, que não eram greves por causa de salário, eram greves só para que ele promovesse a si e ao seu partido político. Agora, só porque é candidato a presidente, não ajudou ninguém mais a fazer greve nem por melhores salários, porque ficou querendo bancar o bonzinho perante os poderosos.</p> <p>Agora, usando de cambalacho, ele quer dizer que não acredita mais no que falava. Quer dizer, minha gente, não tem palavra.</p>
4	<p>Eles até podem dizer que vão votar n'agente, o voto final é livre, mas o meu compromisso é público e o compromisso que eu assumo publicamente é governar para os mais pobres, cuidar dos que nunca tiveram nada.</p> <p>Vocês sabem que eu tenho palavra, que eu tenho honra, tenho coragem e todos, todos indistintamente, sabem disso.</p>

No fragmento (3), Collor questiona a integridade de Lula, novamente em relação a sua ação política e fidelidade ao povo. Até mesmo a militância do oponente é posta em cheque: ele só o teria feito por promoção – argumento *ad hominen*. O *bancar o bonzinho* se assemelha ao dito do lobo em pele de cordeiro, não haveria bondade em Lula, mas sim um candidato trapaceiro, falso e, ainda, sem palavra. Esse *ter palavra* é em relação ao discurso do metalúrgico, que teria mudado de acordo com suas pretensões e “obstáculos”. Em contraste (4), Collor se coloca como o íntegro, aquele que tem palavra e cujo plano de governo é governar para o povo. Prova disso seriam suas ações, a aliança com o povo, e seu discurso, aparentemente, coerente e fiel a suas propostas.

Recorrendo novamente à suposta relação de Lula com outros políticos desprestigiados pelo auditório, Collor aponta agora para o que seria, a seu ver, uma superficialidade do ato de discutir política (5). O fato de discutir a política, do *falar palavras difíceis* se torna, para o candidato, inútil para resolver os problemas da população, algo que, a começar pela língua, não a atingiria, corroborando com a ideia de exclusão do povo brasileiro em detrimento, também, pela linguagem utilizada pelo adversário e seu suposto grupo. No mesmo fragmento, Collor argumenta sobre trabalho e se utiliza da expressão *pegar no pesado*. Para o português brasileiro, *pegar no pesado* (e variações: *pegar no batente*) são sinônimos de trabalho duro, caracterizando o agente da ação como cidadão trabalhador. Além de se aproximar do povo com essa expressão

<sup>1</sup> O discurso analisado foi transcrito do vídeo encontrado no canal do jornalista Ricardo Noblat. Trata-se do terceiro discurso da campanha do candidato e tem duração de quatro minutos e cinquenta segundos. Os argumentos foram enumerados e seguidos de discussão a seu respeito



– fazendo oposição à linguagem utilizada por Lula – o orador atinge, novamente, a imagem do outro candidato e, em contrapartida, em momento posterior, ele menciona ser o oposto (6): um homem trabalhador e experiente, que tem como prova disso o fato de 85% dos eleitores alagoanos terem votado nele.

5	Quem vive cercado de pessoas que só falam de teoria política, com palavras difíceis, discussões de quem é de esquerda, quem é direita, é o candidato do PT, que vive cercado de gente que, como nós sabemos, nunca pegou no pesado.
6	Eu sempre trabalhei e trabalhei duro, trabalhei como jornalista, depois ajudando minha família e trabalhei como prefeito, como deputado, sobretudo, como governador de Alagoas; acumulei muitas experiências e graças a Deus as últimas pesquisas mostram que 85% dos eleitores do meu estado manifestaram a intenção de votar comigo no segundo turno.

497

Já em (7), Collor aconselha seu auditório: *preste muita atenção no seu voto*, buscando alarmar a população quanto às consequências do governo Lula – argumento pragmático. Sua imagem de sábio e protetor trabalha junto com o argumento pragmático, uma vez que o valor da assertiva ressalta os seus resultados. O melhor candidato não é o candidato do PT, pois, se ele ganhar, governaria para os políticos. Novamente, Collor se apresenta como o oposto: não tem acordos com “poderosos”; se eleito, governará para o povo e não considera importante o apoio de “outras gentes” que agora o apoiam. Mostrando, novamente, como um sujeito íntegro e fiel a seu povo e suas propostas, ele seria a melhor opção para presidente da república.

7	Preste muita atenção no seu voto, o candidato do PT está fazendo tantos conchavos, tantos acordos políticos que, se fosse eleito, ia ter que governar para esses políticos. É tanto compromisso com políticos, minha gente, que não sobra espaço para ele ter compromissos com o povo.
8	Agora mesmo, só porque com a ajuda de vocês estamos na frente, só porque vencemos e vamos vencer de novo, muita gente quer se bandiar para o nosso lado, mas eu cheguei até aqui sozinho, com vocês, sem o apoio de políticos nem de empresários.

Diante dessas características de Lula, Collor define a honra e a coragem (9) como não condizentes com as ações do concorrente. Um homem honrado, de palavra e corajoso é a definição do orador, que não apenas se autodenomina assim, mas aponta como verdade aceita pelo povo, uma vez que ele tenha chegado ao segundo turno (10). É o argumento da definição habilmente utilizado por Collor.



9	Isto, minha gente, não é ter honra, isto, minha gente, não é ter coragem.
10	Vocês sabem que eu tenho palavra, que eu tenho honra, tenho coragem e todos, todos indistintamente, sabem disso. Exatamente porque entende isso é que o povo votou em mim

Já na parte final do discurso, Collor mais uma vez repete não ter acordos com ninguém, políticos ou empresários, que não o povo e faz isso *olhando nos olhos de cada um*, mostrando-se um político honesto, pois os olhos seriam o espelho da alma e deixá-los à vista é sinal de honestidade, honra e coragem – características que o orador julga necessárias para o presidente da república. Ainda damos espaço ao *minha gente*, muito recorrente no discurso de Collor e que busca aproximação entre ele e seu auditório de maneira que se coloque como parte dele e, ao mesmo tempo, seu protetor.

498

12	É sim ter palavra, ter honra, ter coragem, ter experiência e capacidade para governar, ter uma história e dizer, como eu digo aqui, olhando nos olhos de cada um de vocês: eu não tenho compromisso com nenhum grupo, com nenhum político, com nenhum empresário, meu compromisso será sempre com quem esteve do meu lado, meu compromisso é com você. Ninguém, minha gente, mas ninguém mesmo, nos impedirá de chegar lá.
----	--

Assim, percebemos a seguinte exposição:

Lula: candidato dos conchavos com políticos, sem palavra, desonesto, sem coragem.

Collor: candidato que está ao lado do povo, de confiança, de palavra, corajoso, honesto.

Esse contraste existente no discurso serve justamente para que o auditório compare os candidatos. De maneira muito persistente, Collor aponta determinada característica de Lula e, quase em seguida, diz ser o contrário daquilo. A construção da imagem de seu oponente auxilia na construção da sua própria imagem. Os argumentos interagem entre si, se suportam e agem em conjunto para a construção da retórica discursiva, em que se tem a relação da pessoa com seus grupos e seus atos para constituir imagens. Poderíamos até dizer que, sob um panorama maior, toda essa argumentação lógica e imagética direciona para a conclusão de que o orador é o melhor candidato, pois tem as características necessárias para tal: logo, seu governo será para o povo.

Em termos de *ethos*, o orador se apresenta, portanto, como sábio – é experiente, aconselha o povo, percebeu as artimanhas de Lula; virtuoso – corajoso para enfrentar os outros políticos, honra suas propostas e é trabalhador; e benevolente – é solidário para com as causas do povo. A busca pela persuasão, pelo fazer-sentir no auditório se dá pelos caminhos dessa



imagem do orador, que mostra um político diferente dos que o Brasil vinha tendo, portanto, alguém que realmente estaria ali para o povo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Collor foi eleito presidente em 1989 e, se o mérito foi do seu discurso, não pretendíamos mostrar; esse não é o objetivo da análise retórica do discurso. A intenção era de observar os componentes discursivos do orador e, assim, delinear sua retórica discursiva – como o orador busca construir seu discurso persuasivo, almejando conquistar determinado auditório.

Observamos o predomínio do uso do argumento de pessoa como estratégia. Ao colocar Lula como pertencente a um grupo de pessoas não bem vistas pelo auditório e ao excluir-se deste grupo, o orador construiu duas imagens, a sua e de seu oponente. O não honesto não mereceria o voto do auditório. Assim, a interação entre as estratégias *logos* e *ethos* aconteceu de maneira a estruturar ambas as imagens e, num plano maior, alertar para as consequências da eleição do candidato opositor a Collor, defendendo a tese maior mediante o argumento pragmático. Temos, portanto, o *logos* legitimando o *ethos*.

A compreensão dos aspectos históricos que circunscrevem o discurso – aspectos de ordem política, social, econômica, cultural, linguística – deve ser considerada pelo analista em sua análise retórica, uma vez que a prática discursiva se vê inserida em determinada cena e seus sujeitos desenvolvem-se de forma uni e pluri simultaneamente, refletindo essa singularidade no seu dia a dia, nas suas relações sociais. Dessa forma, os valores que atribuímos à língua e aos acontecimentos que nos cercam advêm dessa forma de compreender nossa realidade e, ao analista, são de grande valia para circunscrever as práticas discursivas em sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Universidade de Lisboa: Biblioteca de Autores Clássicos, 2005. (Obra digitalizada, disponível em: <pt.scribd.com>. Acesso em: ago. 2011).

\_\_\_\_\_. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo, SP: Contexto, 2008





DISCURSO de Collor contra o PT - 1989, 2º Turno. Disponível em: <[www.youtube.com/user/RicardoNoblat](http://www.youtube.com/user/RicardoNoblat)>. Acesso em: mar. 2011.

DITTRICH, Ivo José. Por uma teoria retórica do discurso: princípios teórico-metodológicos. In. **Ideação**. v. 10. nº 2, 2008, p. 91-116.

EGGS, Ekkehard. *Ethos* Aristotélico, convicção e pragmática moderna. In. AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**. A construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-56.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In. AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Retóricas de ontem à hoje**. 3ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## ANEXO

### Discurso de Fernando Collor de Melo

Minha gente, vocês estão vendo tudo que está acontecendo desde o primeiro dia desta nossa segunda fase da campanha eleitoral e está acontecendo exatamente o que eu disse a vocês que ia acontecer. Nós juntos de um lado, você e eu, e os nossos adversários do outro lado, fazendo qualquer coisa, qualquer aliança, qualquer conchavo em troca de votos. Até mesmo, minha gente, abandonando suas propostas e seus planos em troca de votos. O candidato do PT prega a luta armada, a invasão violenta de terras, o conflito. O deputado petista acredita que não precisamos de eleições diretas para termos uma democracia. Vejam vocês, agora ele quer negociar com os políticos mais antigos deste país, com os políticos que o povo, que você, que nós todos derrotamos nas urnas; agora, usando de cambalacho, ele quer dizer que não acredita mais no que antes disse que acreditava. Quer dizer, minha gente, não tem palavra. O candidato do PT incentivou com seu sindicalismo selvagem uma porção de greves políticas, que não eram nem greves por causa de salário, eram greves só para que ele se promovesse a si e ao seu partido político. Agora, só porque é candidato a presidente, não ajudou ninguém mais a fazer greve nem por melhores salários, porque ficou querendo bancar o bonzinho perante os poderosos, isto, minha gente, não é ter honra, isto, minha gente, não é ter coragem; enquanto isto nós enfrentamos a mais cruel perseguição que um presidente da república já fez a um governador, e aguentamos firmes, sem mudar, sem mudar em nenhum momento as nossas convicções. Agora mesmo, só porque com a ajuda de vocês estamos na frente, só porque vencemos e vamos vencer de novo, muita gente quer se bandiar para o nosso lado, mas eu cheguei até aqui sozinho, com vocês, sem apoio de grupo, sem apoio de políticos nem de empresários. Eles até podem dizer que vão votar n'agente, o voto final é livre, mas o meu compromisso é público e o compromisso que eu assumo publicamente é governar para os mais pobres, cuidar dos que nunca tiveram nada. Vocês sabem que eu tenho palavra, que eu tenho honra, tenho coragem e todos, todos





indistintamente, sabem disso. Exatamente porque entende isso é que o povo votou em mim. Tive mais de 20 milhões de votos, 16 milhões desses votos, minha gente, vieram dos mais pobres, da gente mais simples, de todos os cantos deste nosso país. O candidato do PT não pode enganar o povo, pois mais da metade de seus votos foram de privilegiados, de ricos, é só ver a pesquisa e o resultado das urnas. Não é tão fácil, minha gente, enganar a todos nós. Quem vive cercado de pessoas que só falam de teoria política, com palavras difíceis, discussões de quem é esquerda, quem é direita é o candidato do PT, que vive cercado de gente que, como nós sabemos, nunca pegou no pesado. Eu sempre trabalhei e trabalhei duro, trabalhei como jornalista, depois ajudando minha família e trabalhei 80 como prefeito, como deputado, sobretudo, como governador de Alagoas; acumulei muitas experiências e graças a Deus as últimas pesquisas mostram que 85% dos eleitores do meu estado manifestaram a intenção de votar comigo no segundo turno. Quem conhece o meu trabalho, quer votar em mim. (...) Preste muita atenção no seu voto, o candidato do PT está fazendo tantos conchavos, tantos acordos que, se fosse eleito, ia ter que governar para esses políticos todos. É tanto compromisso com políticos, minha gente, que não sobra espaço para ele ter compromissos com o povo. Não, não é tão fácil assim, como ele imagina, enganar a gente. Uma coisa é dizer: “eu sou pobre”, coisa que ele, hoje, já não é mais, outra coisa é ser pelo pobre, coisa que ele não tem demonstrado, na prática, ser. É sim ter palavra, ter honra, ter coragem, ter experiência e capacidade para governar, ter uma história e dizer, como eu digo aqui, olhando nos olhos de cada um de vocês: eu não tenho compromisso com nenhum grupo, com nenhum político, com nenhum empresário, meu compromisso será sempre com quem esteve do meu lado, meu compromisso é com você. Ninguém, minha gente, mas ninguém mesmo, nos impedirá de chegar lá. Afinal, chegou a nossa vez.



## CONFIGURAÇÃO URBANA: IMPLANTAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO TOCANTINS

PEREIRA, Olívia de Campos Maia

*Doutora, Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFT*  
*oliviamaia@gmail.com*

SANTOS, André Luiz

*Pesquisador no Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFT*  
*andre.lus@hotmail.com*

MONTANDON, Marcela Gomes

*Estudante de graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFT*  
*mgmontandon@hotmail.com*

502

### RESUMO

Neste artigo serão tratadas as mudanças na configuração urbana em âmbito ambiental em dois pequenos municípios no interior do estado do Tocantins após a instalação de uma empresa multinacional de biocombustível em 2010, o que ocasionou grande êxodo rural e atração de pessoas de outras regiões em busca de trabalho e melhores condições de vida. Tais transformações fizeram inchar as áreas urbanas em ambos os municípios e geraram diversos impactos. Na ausência de legislação pertinente com a chegada de uma grande indústria, faz-se um traçado a partir da elaboração do Plano Diretor destas cidades para se chegar às causas e efeitos de ocupações em áreas de proteção ambiental. As análises contribuem para o entendimento do impacto causado por empreendimentos de grande porte em pequenos municípios e o consentimento do poder público para atitudes que demonstram transformações locais a serviço da economia capitalista globalizada.

**Palavras-chave:** Pequenos municípios. Ocupações irregulares Incremento populacional.

### ABSTRACT

In this article will be addressed the urban setting changes in environmental context in two small municipalities in the state of Tocantins after installing a multinational biofuel in 2010, which caused great rural exodus and attraction of people from other regions seeking a job opening and better life conditions. Such transformations have made urban areas to swell in both municipalities and generated many impacts. In the absence of pertinent legislation with the arrival of a big industry, it is made a path from the development of Master Plans of these cities to reach causes and effects of occupations in environmental protected areas. The analyzes contribute to the understanding of the impact caused by large scale enterprises in small municipalities, and the consent of the government to attitudes which demonstrate local transformations in the service of globalized capitalist economy.

**Key-words:** Small towns. Irregular land occupations. Population growth.



## 1 AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

As questões urbanas em cidades pequenas geralmente são pouco estudadas devido a suas fortes características rurais implicarem em uma dinâmica urbana fraca ou estagnada. Porém, quando há um acontecimento de grande vulto capaz de modificar o conteúdo daquela sociedade e, pari passu, de seu espaço urbano, cabe uma análise cuidadosa dos níveis de influência de tal acontecimento.

Vale lembrar que essa realidade, de implantação de grandes empreendimentos em regiões mais isoladas do país em função da facilidade de acesso, créditos e incentivos fiscais, além de boas condições climáticas e de escoamento da produção, tem se tornado uma tendência e existem várias cidades ao norte do país sofrendo dos mesmos impactos, o que revela a urgência de mais estudos como o que se apresenta.

Este é o caso da implantação de uma empresa multinacional de produção de biodiesel no interior do estado do Tocantins, no município de Pedro Afonso. Milton Santos (1994) alerta sobre a expansão geográfica do meio técnico-científico através do denso aporte de capital em áreas agrícolas em países subdesenvolvidos, pois o comando, lógica e produção atendem a um mercado externo e suas determinações escapam à sociedade local. Seu poder de contágio se alastra pelas áreas vizinhas e alcança outras atividades complementares, dentre elas as que se situam na área urbana.

A capacidade desse tipo de empreendimento em gerar desarticulações profundas na instância local provoca grandes mudanças na sociedade em questão. Uma das consequências é a própria “desculturização” da região,

[...] na medida em que a substituição de pessoas, alteração dos equilíbrios sociais de poder, introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se vêem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (SANTOS, 2012, p. 63).

O quadro dos deslocamentos geográficos e do mercado de trabalho se altera e altera relações sociais, espaciais e ambientais, com destaque para:



- chegada de mão-de-obra capacitada vinda de outras regiões e de centros urbanos maiores ou mais tecnificados, sendo este um contingente muito diminuto em relação à magnitude dos impactos do empreendimento;
- chegada de mão-de-obra não capacitada vinda de outras regiões com menor absorção pelo mercado de trabalho, gerando uma população pautada pela precarização das relações de trabalho, desemprego e informalidade;
- abandono de atividades rurais tradicionais por parte dos proprietários pela incapacidade de endividamento para fazer investimentos voltados à nova dinâmica de produção agrícola, acarretando a venda ou arrendamento da terra e migração de local de moradia e atividade dos proprietários e de seus empregados, comprometendo a dinâmica regional social e econômica tradicionais;
- migração de atividade agrícola por parte dos empregados rurais que conseguiram qualificação para o novo modo de produção, porém trocam sua residência do campo para a cidade continuando a trabalhar no campo;
- terceirização dos serviços que formalizam as relações de consumo, fazendo com que as relações de amizade, parentesco ou vizinhança que transpunham as barreiras das relações comerciais, deixem de existir tanto pelas formalidades exigidas para a contratação de serviços terceirizados pela usina, quanto pela chegada de novos moradores estranhos aos nativos. Desse modo, a formalização é um fator fundamental para a sobrevivência ou crescimento do comércio e serviço na cidade, gerando adaptações e substituições do quadro anterior;
- geração de impactos ambientais em diversas escalas, da forma de manejo do solo, em relação aos problemas com a monocultura, aos ainda pouco estudados (neste caso) impactos dos pesticidas utilizados em larga escala próximos a corpos d'água, nascente e lençóis freáticos; com destaque também para a dificuldade de manutenção de atividades agrícolas de subsistência ou de pequenos agricultores em função da mesma forma de poluição citada, mais a pulverização aérea de pesticidas, já proibida em diversos países;
- impactos urbanos em diversas frentes, da sobrecarga de infraestrutura, comércio e serviços, além da geração de alta demanda habitacional (qualitativa e quantitativa), impulsionamento a ocupações irregulares (para diversas classes sociais) e desordenadas de todo o tecido urbano, incluindo a pressão de ocupação em áreas rurais e de preservação.



Em cidades de pequeno porte, o poder público municipal encontra grandes dificuldades de gestão, por serem altamente dependentes do nível governamental federal e estadual. Porém, por vezes as instâncias governamentais superiores possuem interesses distintos, apresentando soluções impossíveis, parciais ou extemporâneas às novas problemáticas municipais.

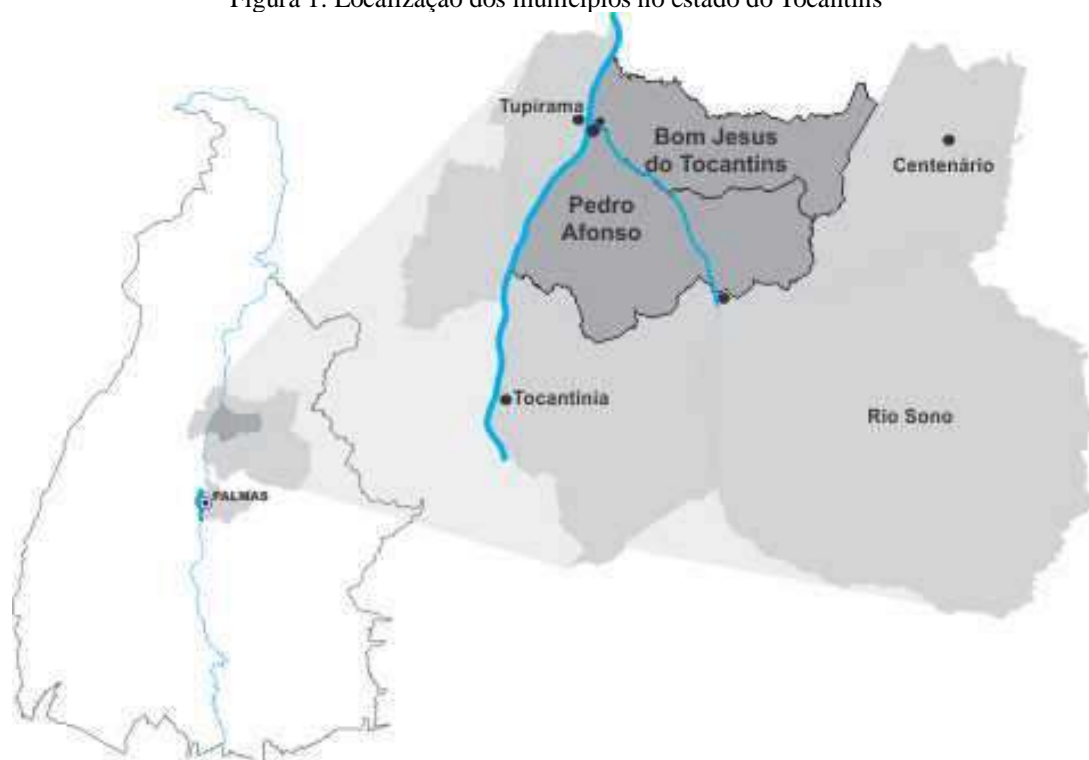
O grande empreendimento traz consigo as relações de consumo que ditam regras sociais. A cidade tende, então, a adentrar na lógica capitalista de produção, tanto quanto as cidades de médio e grande porte, onde a terra passa a ter mais valor de troca (espaço privado para realização do lucro) do que anteriormente, sobrepujando seu valor de uso (fruição, beleza) (Lefebvre, 2001) e ampliando seu status como mercadoria. Isso dá campo para a prática de altos preços dos terrenos na região consolidada, estende a ocupação territorial de maneira descontrolada e fragmentada, afasta os mais pobres para periferias em condições precárias e permite a especulação imobiliária nos vazios urbanos, além de incentivar a ocupação de áreas de preservação ambiental ou ambientalmente sensíveis.

## 2 CONTEXTO DOS MUNICÍPIOS

Os municípios de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins contam atualmente com 11.539 e 3.768 habitantes (IBGE, 2010), respectivamente, sendo considerados de pequeno porte. Estão localizados aproximadamente a 167 quilômetros da capital Palmas, na região nordeste do estado do Tocantins (figura 1). Às margens do Rio Tocantins e Rio do Sono, tiveram suas proximidades geográficas acentuadas pela construção de uma passarela sobre esse último, o que diminuiu o tempo de percurso entre seus centros urbanos, aumentando assim suas relações de interdependência (figura 2).



Figura 1: Localização dos municípios no estado do Tocantins



Fonte: Equipe UFT, 2014 sobre Atlas do Tocantins, 2012.

Figura 2: Sedes urbanas dos municípios de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins



Fonte: Equipe UFT, 2014 sobre *Google Earth*, 2013

Ambos municípios possuem economia baseada nas atividades do setor primário: agricultura e pecuária, que tem alavancado o setor de comércio e serviços. Na agricultura, destaca-se o cultivo da soja e, mais recentemente, cana de açúcar, devido à implantação da Usina de Açúcar e Bioenergia. A implantação da cultura de cana de açúcar em larga escala se





deu tanto em áreas anteriormente improdutivas, quanto pela troca de matriz em pequenas e médias propriedades (anteriormente fazendas de soja ou gado); isto se deu através da aquisição de terras pela Usina, arrendamento ou produção em parceria com os proprietários (tabela 1).

Tabela 1 – Área plantada para produção agrícola no município de Pedro Afonso – TO

ANO	2009	2011
Soja	28.500 ha	14.000 ha
Cana de Açúcar	--	18.000 ha

Fonte: IBGE, 2013. Elaboração: Equipe UFT.

507

A Usina começou a ser construída no município de Pedro Afonso em 2007, o que atraiu um grande número de pessoas para a região em busca de oportunidade de emprego. Com o fim das obras civis, muitos trabalhadores permaneceram na região, desempregados. Com e a abertura das operações da empresa em 2010, essa migração se deu de forma ainda mais acentuada, trata-se de um dos períodos de maior incremento populacional na cidade, gerada pela expectativa do emprego e da melhoria na qualidade de vida. Houve aumento de demanda na estrutura da saúde, educação e moradia. Deve-se destacar não só a atração das pessoas de outras regiões, mas também o êxodo rural provocado pela alteração do tipo de cultura agrícola, pois o plantio adotado pela Usina emprega alta mecanização no cultivo, que necessita de menos mão de obra, que por sua vez tem de ser especializada para operar o maquinário.

Os efeitos também foram sentidos por Bom Jesus do Tocantins, devido à proximidade geográfica entre suas sedes urbanas e inter-relação histórica com Pedro Afonso<sup>1</sup>. O encarecimento do setor imobiliário em Pedro Afonso fez com que pessoas procurassem Bom Jesus do Tocantins para fixar moradia, mesmo os que trabalhavam em Pedro Afonso, transformando aquele em município dormitório.

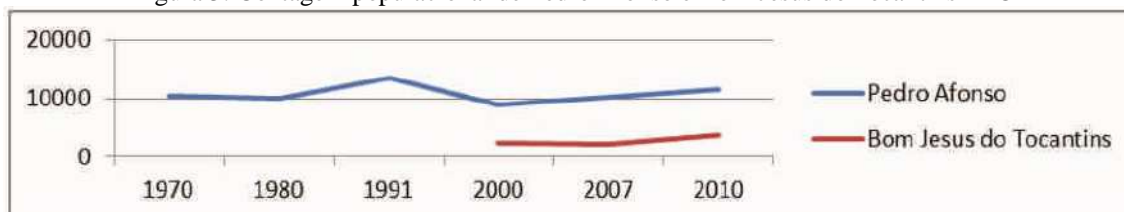
O gráfico da contagem populacional abaixo aponta para o incremento de pessoas principalmente após 2007, ano do início da construção da Usina.

<sup>1</sup> Bom Jesus do Tocantins era distrito de Pedro Afonso, tendo se emancipado em 1991.





Figura 3: Contagem populacional de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins - TO



Fonte: IBGE – Elaborada pela equipe UFT sobre os dados do Censo Demográfico de 2000, Contagem Populacional de 2007 e Censo Demográfico de 2010.

Já sobre a projeção demográfica para o município de Pedro Afonso é interessante notar a diferença dos números apresentados pelo IBGE e por uma pesquisa contratada pela própria Usina. Nesta última (DIAGONAL, 2011), tanto para o Estado quanto para os dois municípios em questão para os anos 2010-2015, foi apresentado um crescimento populacional maior que a média de crescimento dos períodos anteriores, considerando a instalação da Usina como indutora desse crescimento (tabela 2). A projeção feita pelo IBGE apresenta números menores, pois foi realizada antes do início da operação da mesma (tabela 3).

Tabela 2: Projeção demográfica 2010 a 2015.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Tocantins	1.405.685	1.425.642	1.445.289	1.464.632	1.483.797	1.502.841
Pedro Afonso	14.107	14.432	14.752	15.068	15.068	15.380
Bom Jesus do Tocantins	3.985	3.996	4.096	4.194	4.291	4.388

Fonte: Diagonal, 2011.

Tabela 3: Projeção demográfica 2011 a 2013.

	2011	2012	2013
Tocantins	1.439.275	1.458.965	1.478.164
Pedro Afonso	11.732	11.919	12.490
Bom Jesus do Tocantins	3.879	3.987	4.241

Fonte: IBGE, 2010.

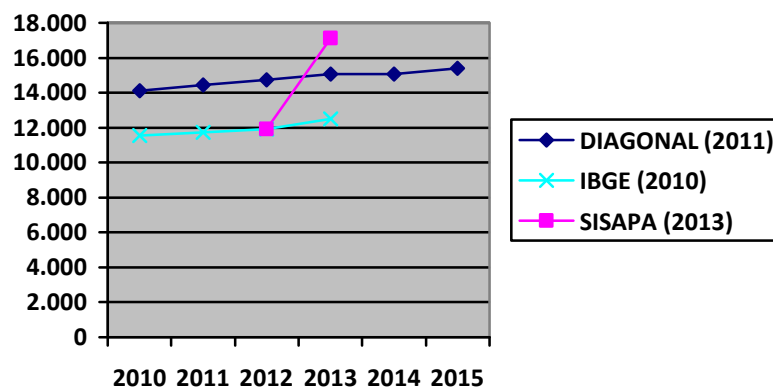
Sendo considerado um dado de extrema relevância no que tange a um processo de reordenamento territorial, buscou-se uma terceira fonte para tentar chegar mais próximo da realidade, qual seja, um incremento populacional ainda sem caracterização a partir do ano de 2010. Assim, foi elaborada, com base no número de ligações de água no município de Pedro Afonso<sup>2</sup> no ano de 2013, uma nova linha de projeção populacional, como será demonstrado a

<sup>2</sup> Não foi possível fazer esse cálculo para Bom Jesus do Tocantins porque o município não possui água encanada.



seguir. Segundo a SISAPA<sup>3</sup>, atualmente (maio de 2013) existem 4.284 ligações que, considerando uma média de quatro habitantes em cada residência, resulta em 17.136 pessoas que possuem água encanada em Pedro Afonso, isto é, apenas residentes na área urbana. Esse valor está bem acima dos estimados apresentados, tanto pela projeção da Diagonal (2011), como pela do e IBGE (2010). Isso indica que a população do município aumentou significativamente a partir da instalação da Usina, (figura 4). Cabe destacar que esse cálculo não levou em conta as diversas áreas ocupadas irregularmente, sem ligações formais de água, e as consideradas áreas rurais.

Figura 4: Comparativo das projeções demográficas do IBGE, do Diagnóstico Integrado da Socioeconomia dos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins e Tupirama – TO e projeção atual (estimada pelo número de ligações de água).



Fonte: Equipe UFT sobre dados do IBGE (2010), dados municipais, DIAGONAL (2011) e SISAPA (2013).

A expansão do município de Pedro Afonso ocorreu em sentido sul em duas regiões afastadas da área consolidada, enquanto Bom Jesus do Tocantins cresceu principalmente em seu extremo norte (figuras 5 e 6), além do evidente adensamento em ambos os municípios de suas áreas consolidadas.

<sup>3</sup> Companhia de Água da Prefeitura Municipal de Pedro Afonso.



Figura 5: Imagem aérea da área urbana de Pedro Afonso em 2004 e 2013, com destaque da expansão sul.



Fonte: Equipe UFT, sobre Google Earth, 2013.

Figura 6: Imagem aérea de Bom Jesus do Tocantins - TO do ano de 2004 e 2013, com destaque da expansão norte.



Fonte: Equipe UFT, sobre Google Earth, 2013.

Percebe-se que enquanto em Bom Jesus do Tocantins a expansão foi contígua à ocupação preexistente, a dinâmica de Pedro Afonso foi afetada de maneira mais intensa pela expansão desordenada e fragmentação territorial, ocorrendo alargamento significativo do perímetro urbano e presença de vazios entre a cidade consolidada e os novos loteamentos. Portanto, as análises seguintes serão focadas na área urbana desse município.

### 3 PEDRO AFONSO E AS “INVASÕES” EM ÁREAS DE PROTEÇÃO

A cidade de Pedro Afonso surgiu em decorrência de um assentamento de uma aldeia indígena em 1847, consolidando-se como cidade em 1.937 (IBGE, 2010). Alguns marcos importantes induziram a dinâmica de seu desenvolvimento:



- A inauguração da Belém-Brasília em 1973 atraiu parte dos habitantes do município para áreas mais próximas das margens da rodovia, ocorrendo assim um processo de decréscimo populacional;
- A implantação da soja na região em 1996 por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III) impulsionou a economia e o desenvolvimento do município;
- A construção da Passarela Modesto e Rosália sobre o Rio do Sono no ano de 2003, ligando os municípios de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins. Essa ponte, com extensão de 433,7 metros (GOEBEL, 2003), é utilizada por pedestres e ciclistas e possibilitou fácil acesso entre as duas cidades, intensificando a dinâmica entre elas;
- A construção da ponte sobre o Rio Tocantins em 2007 se deu em consequência do crescimento e desenvolvimento econômico da cidade e, principalmente, pela previsão de instalação da Usina de biocombustível. Anteriormente, o acesso pela BR-235 era realizado apenas por meio de um modal hidroviário (balsa pertencente a uma empresa privada);
- A instalação da Usina de Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia S.A. no ano de 2007, com início de operação em 2010 (DIAGONAL, 2011).

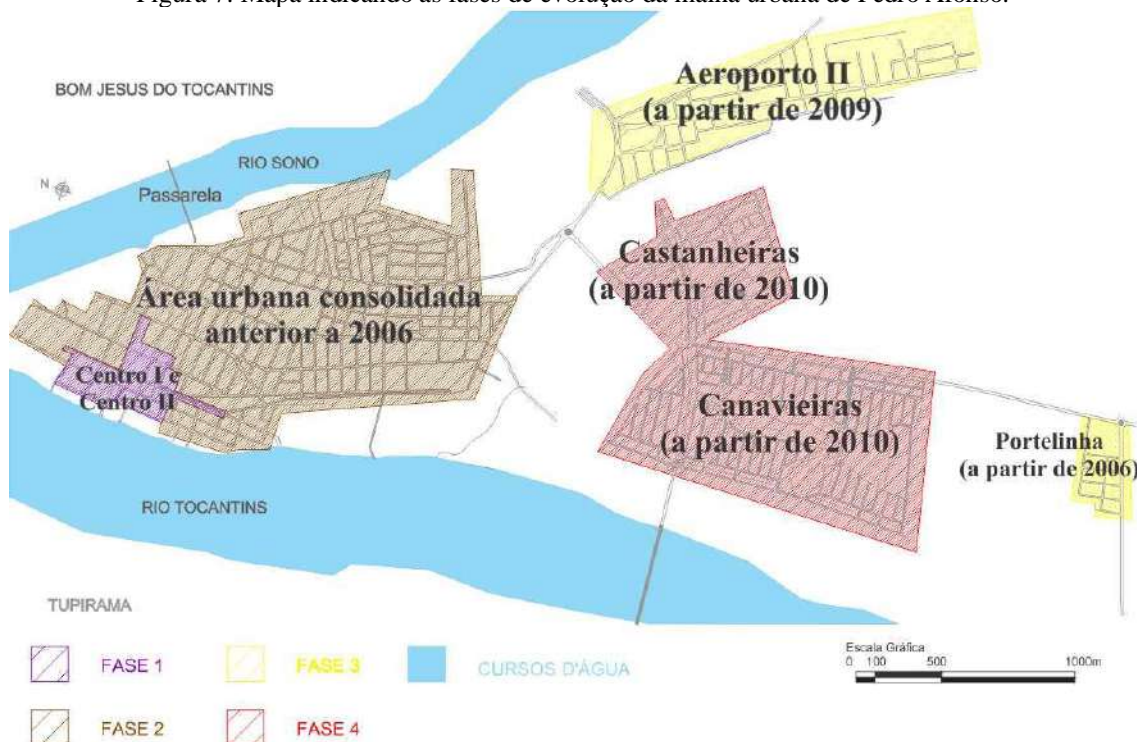
Pedro Afonso apresentava forte ligação com o Rio Tocantins desde sua implantação, com o uso hidroviário e a pesca como sustento familiar. Porém, esta relação ficou mais frágil com a implantação da infraestrutura rodoviária. A balsa que ligava o município vizinho (Tupirama) a sua sede urbana deixou de ser usada e como consequência, “a cidade deu as costas para o rio”, ou seja, as casas começaram a ser construídas voltadas para a área urbana com poucas aberturas para o leito.

Com esta mudança na relação cidade-rio, houve a construção de casas, praças e até mesmo do cemitério municipal às margens do Rio Tocantins. Esta mudança também aconteceu do outro lado da cidade, às margens do Rio do Sono, onde toda a dinâmica de ocupação urbana passou a ignorar a existência do rio.

Como apresentado na Figura 7, a implantação da cidade se deu a partir da área mais próxima ao Rio Tocantins. Não por coincidência, é nesta área que está localizado o antigo ponto da balsa que ligava os municípios.



Figura 7: Mapa indicando as fases de evolução da malha urbana de Pedro Afonso.



Fonte: Equipe UFT, 2013.

Todavia, é importante e extremamente útil ressaltar aqui a época que parte destas ocupações aconteceu, antecedendo o código florestal de 1965, sendo assim, não havia legislação que “impedisse” o surgimento de edificações nestas áreas que posteriormente foram consideradas ilegais para a construção civil. Todavia, um dos maiores problemas sempre foi, a falta de conscientização da população na proteção ambiental. Evidencia-se a inexistência de uma cultura ambiental preservacionista, que se refletiu na forma de ocupação da cidade. Ainda hoje, como será apresentado adiante, mesmo com os avanços legais e de divulgação sobre a importância de preservação do meio ambiente, a municipalidade pouco tem feito para frear ou reverter a situação.

Para se entender melhor a dinâmica de ocupação de Pedro Afonso, vale apresentar alguns fatos importantes em relação à legislação ambiental no Brasil levando-se em consideração que a ocupação da cidade se deu inicialmente em 1847.

- O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, revogado posteriormente pela Lei 4.771/65, que estabeleceu o Código Florestal vigente.





- O país apresenta uma maior preocupação nacional em resguardar o patrimônio ambiental o que culminou na aprovação do Código Florestal Brasileiro em 1965, marcando uma posição conservacionista no país. O Código estabelece, entre outras coisas, uma faixa de preservação na área lindeira aos cursos d'água proporcional à sua largura, proteção às nascentes e restrições a usos e ocupações de morros, encostas, restingas e outras áreas de fragilidade ambiental.
- Em 1979 é aprovada a Lei no. 6766 em 19 de dezembro, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, restringindo a ocupação urbana em locais com condições ambientais desfavoráveis ou frágeis, além de criminalizar promotores de loteamentos ilegais e clandestinos. Isto aconteceu em resposta à deficiência do planejamento que não conseguia conter os loteadores mal intencionados que parcelavam e comercializavam as terras sem o conhecimento das autoridades responsáveis, ocupando porções urbanas com infraestrutura precária e distantes da cidade já estabelecida. Além disso, as ocupações urbanas estavam se instalando em fundos de vales e áreas de morro, degradando de maneira progressiva o meio ambiente.
- As preocupações ambientais crescem e, em 27 de abril de 1981, aprova-se a Lei no. 6.502 que dispõe sobre a criação das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, demonstrando seu caráter conservacionista, porém ainda sem as devidas considerações sobre as tipologias, funções, possibilidades de usos e relações socioeconômicas com a sociedade.
- A Constituição de 1988 foi um importante marco brasileiro em diversas questões, interessando aqui as urbanas. Nela constam dois artigos a respeito da Política Urbana, trazendo inovações na maneira de se pensar e se intervir no planejamento das cidades, repassando várias responsabilidades para a esfera municipal, enfatizando a função social da propriedade e a participação popular no processo de planejamento.
- Com os avanços das discussões da sustentabilidade ambiental, aprova-se no Brasil a Lei no. 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), trazendo uma categorização dos espaços de interesse ambiental com possibilidades de níveis de utilização conforme suas localizações, recortes escalares, caráter e vocação ambiental. Introduz-se a possibilidade de dinamizar a utilização, o planejamento e a apropriação dessas áreas no contexto urbano.
- Em 2012 foi aprovado o Novo Código Florestal que embora reduzisse os requisitos de restauração, introduziu novos mecanismos para lidar com o manejo do fogo, do carbono florestal e de pagamentos por serviços ambientais, com o objetivo de reduzir o desmatamento.



Uma das maiores novidades deste novo código é a criação da Quota Reserva Ambiental (CRA), uma espécie de título legal negociável para áreas com vegetação nativa intacta ou em regeneração.

Grande parte do incremento populacional repentino ocasionado pela implantação da Usina está sendo absorvido em áreas com infraestrutura precária, muitas vezes de forma irregular, distantes da região consolidada, correspondendo à fase 3 (Figura 7): Setores Portelinha e Aeroporto II. Os investidores imobiliários têm se aproveitado do cenário para implantar novos loteamentos regularizados com altos preços (fase 4) – Castanheiras e Canavieiras – que, por sua conformação e custo, não atenderão a real necessidade que se apresenta. Nessas condições, poucos tem condições de pagar por esses lotes, o que acarreta a continuação da ocupação dos bairros da fase 3, expandindo e densificando as franjas da cidade com assentamentos precários.

O chamado Setor Aeroporto II teve início com a implantação de moradias de interesse social no ano de 2008 e se expandiu rapidamente por meio de invasões. Atualmente, se caracteriza por possuir precariedade urbanística e social e altas taxas de irregularidade fundiária. É a área da cidade onde mais ocorrem invasões irregulares, pois além de ser mais próxima da região central que o Setor Portelinha, o poder público convenientemente tem omitido suas ações de fiscalização, fazendo com que o processo de ocupação seja intenso. Todavia, apresenta riscos aos moradores, uma vez que grande parte do setor foi construído sobre o antigo lixão da cidade e sem nenhum tipo de preparação prévia para ocupação. Além disso, o Setor Aeroporto II se encontra próximo a um curso d'água, com riscos de haver expansão da ocupação em direção a este.

O crescimento de setores como o Aeroporto II tem gerado o seguinte dinamismo: implantação de comércio informais ao longo de sua principal via, existência de residências de médio-alto padrão em lotes invadidos e comercialização de edificações em construção nos lotes invadidos por pequenos especuladores individuais, além de clara precariedade habitacional e urbanística. Nota-se, entretanto, que o crescimento desordenado não acontece somente fora da área urbana consolidada.





Figura 8: Mapa destacando as áreas com construções em áreas de proteção de Pedro Afonso em vermelho e a Lagoa da Cruz em verde.



Na Figura 8 é possível perceber uma área localizada ao centro da malha urbana consolidada com ocupações em áreas de proteção. Neste local, existe uma nascente que configura uma pequena lagoa chamada de Lagoa da Cruz.

Ao redor da Lagoa, várias casas foram construídas em terras consideradas impróprias para a construção civil pelos riscos de alagamentos. Nos meses chuvosos do estado do Tocantins (de Outubro a Maio), a região da lagoa passa por alagamentos constantes influenciados também pela sua topografia mais baixa em relação ao entorno e solo argiloso.

A ineficácia ou mesmo a inexistência de acompanhamento técnico e monitoramento por parte dos governantes é um sério agravante. Por se tratar de um município pequeno, onde as relações de parentesco e amizade tem grande peso nas decisões políticas, é difícil manter eficiente a fiscalização do cumprimento das leis de ocupação urbana existentes (não há agente fiscal de posturas, por exemplo). Em poucos anos, várias chácaras, residências e até hotéis foram construídos às margens do Rio do Sono, privatizando as margens e a paisagem, além de e bloquear o acesso da população também a este curso d'água. Neste caso, as casas construídas



apresentam padrão de médio a alto, contrastando com os moradores vizinhos (em frente) com casas de baixo padrão (Figuras 9 e 10).

Figuras 9 e 10: Contraste entre residências de alto padrão às margens do Rio do Sono e em frente, residência de baixo padrão.



Fonte: Equipe UFT, 2013.

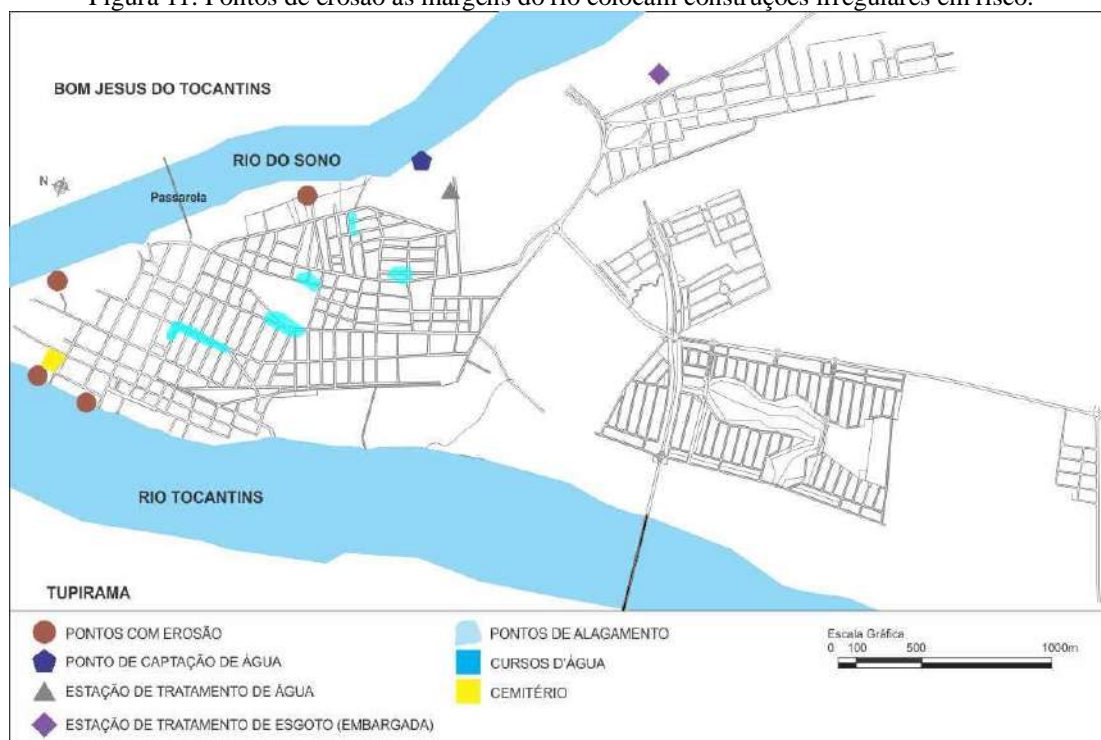
A existência destas construções às margens dos rios implica em várias questões: privatização da orla, depósito de lixo nos leitos dos rios, lançamento de esgoto sanitário clandestino, assoreamento e erosões (figura 11), apresentando riscos à população. Segundo Mota (2003, p. 53):

A ocupação de um ambiente natural, no processo de urbanização, geralmente ocorre com a remoção da cobertura vegetal. O desmatamento, quando feito de forma inadequada, resulta em vários impactos ambientais, tais como: modificações climáticas; danos à flora e à fauna; descobrimento do solo causando o incremento da erosão; remoção a camada fértil do solo, empobrecendo-o; assoreamento dos recursos hídricos; aumento do escoamento superficial da água e redução da infiltração; inundações.

Segundo informações de moradores e funcionários da prefeitura de Pedro Afonso, é crescente o número de famílias vivendo próximas ou dentro de áreas erodidas devido ao escoamento da água das chuvas e desmatamento às margens dos rios.



Figura 11: Pontos de erosão às margens do rio colocam construções irregulares em risco.



Fonte: Equipe UFT, 2013.

A chegada da Usina trouxe diversas mudanças para Pedro Afonso. A expansão da malha urbana e crescimento populacional, a falta de locais adequados para moradia com custos acessíveis à população de baixa renda e as falhas de controle e fiscalização pelo governo municipal, ampliaram problemas ambientais.

Um fator de agravamento é que nesses municípios normalmente não há uma preocupação formal em relação ao planejamento, em suas diversas áreas, com destaque para o planejamento urbano. Dentre os problemas de ordenamento territorial mais latentes, destacam-se os relativos à falta de zoneamento de uso do solo, legislação ambiental, fiscalização e regularização fundiária.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas de implantação e crescimento de cidades no interior do Tocantins, somados aos impactos que a chegada de uma empresa multinacional de agronegócio tem causado em municípios pequenos na região norte do país, considerada atrasada em relação ao desenvolvimento econômico dos municípios da região sul e sudeste do Brasil. A fragilidade que



o poder público tem apresentado em lidar com o problema, somada à tendência dos próprios gestores da cidade tomarem decisões dirigidas pela forma capitalista da produção do espaço urbano faz com que as problemáticas se aprofundem e se perpetuem.

Observa-se que vários impactos ambientais poderiam ter sido evitados se o poder público conseguisse agir em conformidade com suas atribuições legais, acompanhando e autuando infrações às legislações pertinentes. Embora parte das ocupações em áreas hoje protegidas pela legislação ambiental, tenha se dado ainda nos primórdios de Pedro Afonso, a chegada da Usina intensificou o processo. Este problema é agravado tanto pela falta de conscientização da população, quanto pela atuação deficiente do poder público.

Portanto, é preciso repensar a maneira com que os grandes empreendimentos se instalam em região de fragilidade econômica e ambiental, como a considerada nova fronteira agrícola do país, cogitando um nível de impacto mais abrangente e mais próximo às complexidades que se instauram em suas áreas urbanas. Os estudos realizados nesse contexto e que colocam em foco as questões ambientais, evidenciando o crescimento populacional e o impacto causado pelas novas construções, deveriam ser aplicados também de forma a impedir as mazelas urbanas resultantes desse processo.

## REFERÊNCIAS

DIAGONAL. *Diagnóstico Integrado da Socioeconomia dos Municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins e Tupirama*. 2011.

GOEBEL, L. *Agência Tocantinense de Notícias*. Governador. Governador inaugura passarela e participa de festividades em Pedro Afonso. Disponível em: <  
<http://atn.to.gov.br/noticia/2003/7/14/governador-inaugura-passarela-e-participa-de-festividad-es-em-pedro-afonso/>> Acesso em: 23 set 2013.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. 2010.

LEFÈBVRE, H. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

GUIMARÃES, P. P. *Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização*. São Paulo: ProLivros, 2004, 260p.

MARICATO, E. *O futuro da metrópole periférica global*. II Lehmann Dialogues – Harvard, 2012.



MOTA, S. *Planejamento urbano e preservação ambiental*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AFONSO. *Lei Municipal nº 105/2010* de 26 de Abril de 2010.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. 5ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.



## A TRANSDISCIPLINARIDADE DA FAVELA CARIOCA E A LIBERTAÇÃO DA MEMÓRIA DO MORRO DO PASMADO

BIZARRIA, Júlio César de Lima

*Mestre em Memória Social, Programa de Pós Graduação em Memória Social,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*

*ibizarria@hotmail.com*

520

### RESUMO

As favelas da cidade do Rio de Janeiro foram estabelecidas, como categoria analítica, como regiões materiais e simbólicas da cidade, a partir de um número de campos que, em precedência ao discurso acadêmico, associaram-nas ao crime, ao vício, à deficiência da raça e ao complexo de significados que encarnava, com os matizes de diferentes temporalidades, o pânico em torno das “classes perigosas”. Com a tardia contribuição das disciplinas acadêmicas, reconheceu-se às favelas uma complexidade que é atestada pela contínua presença do tema na esfera pública. Após o estudo da remoção e reassentamento dos habitantes da Favela do Pasmado, em 1964, foi possível entrever um sentido de instrumentalidade política e pedagógica na militância contemporânea das favelas. Sua ação prepara a defesa dos direitos das favelas no presente século com uma singular elaboração de elementos de experiência traumática, que o estudo buscou identificar como memória diáfana.

**Palavras-chave:** Favela. Remoção. Memória social.

### ABSTRACT

In the city of Rio de Janeiro, favelas were established, as analytic categories, as material and symbolic regions of the city, from a number of fields which, preceding academic discourse, associated them to crime, vice, racial deficiency and to the complex of meanings which incarnated, with the shades of different temporalities, the panic concerning the “dangerous classes”. With a belated contribution from academic disciplines, favelas have been recognised for a complexity that is testified by their continued presence in the public sphere. After the study of the forced eviction and resettlement of the inhabitants of the Favela of Pasmado, in 1964, it was possible to envision a sense of pedagogical and political instrumentality in the contemporary favela militancy. Its action prepares the defence of favela rights in the new century with a singular elaboration of elements of traumatic experience, which the study sought to identify as diaphanous memory.

**Keywords:** Favela. Forced evictions. Social memory.





## 1. UM OBJETO TRANSDISCIPLINAR

As formas de habitação da população urbana pobre estiveram associadas, na cidade do Rio de Janeiro, desde o século XIX, a conjuntos de assentamentos denominados, primeiramente, cortiços. Sua delimitação conceitual e axiológica foi produzida no seio da elite imperial, auxiliada pelos discursos policial, eugenista e médico sanitário, e serviu para atribuir a seus habitantes o vício, o crime, a deficiência da raça e outras variações do discurso do pânico em torno das chamadas “classes perigosas” (CHALHOUB, 2001). Os cortiços estão intimamente relacionados à conformação específica da escravidão em fins do Segundo Reinado, quando senhores passavam a preferir preservar seus espaços residenciais e seus incipientes sentimentos de vida privada à presença diuturna de escravos, mandados viver pelos próprios meios onde conseguissem e obrigados, nos termos do odioso instituto, a remunerar diária ou semanalmente a senhores relativamente indiferentes à origem da remuneração.

As favelas cariocas, sucedâneas dos cortiços na posição de *alteridade urbana*, tomam seu nome a uma Favela em particular, surgida na região central da cidade do Rio de Janeiro a partir de um assentamento de soldados egressos da última campanha contra o arraial de Canudos, Bahia, em conhecida narrativa, dos albores do século XX, tomada como um “mito de origem” por Licia Valladares (2005, p. 29), em uma das mais exaustivas sínteses do conhecimento acadêmico a propósito das favelas cariocas<sup>1</sup>. A transformação da Favela em um substantivo comum, que permitiria referir-se outros núcleos habitacionais na antiga sede do Distrito Federal, porém, teria de esperar, ainda, cerca de vinte anos, quando a imprensa escrita da capital, particularmente por meio da atividade do *Correio da Manhã*, permitiria falar de *favelas* na cidade do Rio de Janeiro (ABREU, *apud* VALLADARES, 2000, p. 7).

<sup>1</sup> Um objeto tão frequente e já tradicional das ciências sociais não pode ser revisto à exaustão na ocasião modesta de uma comunicação a este III Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. É necessário, inobstante, indicar algumas referências que possam situar leitores, sobretudo aqueles oriundos de outros campos disciplinares, na discussão. Alguns dos trabalhos clássicos produzidos sobre as favelas cariocas incluem os textos da professora Licia do Prado Valladares, como sua tese de doutorado *Passa-se uma casa* (1978) e as sínteses e levantamentos bibliográficos que a autora passou a produzir após o ano 2000. Outros trabalhos da mesma estatura foram produzidos por pesquisadores estrangeiros como Janice Perlman (1977, 2010) e o casal de sociólogos Anthony e Elizabeth Leeds (1978). Um estudo clássico da autoria de José Artur Rios, Carlos Alberto de Medina e Hélio Modesto, redigido para a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Contextos Sociais (SAGMACS, 1960) e publicado pelo *Estado de São Paulo* foi recentemente homenageado com uma coletânea de síntese (MELLO *et al.*, 2012). Outros importantes textos de síntese e divulgação, que se deslocam mais facilmente entre referências interdisciplinares, incluem trabalhos como a coletânea organizada por Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006), ou o estudo monográfico de Maria Lais Pereira da Silva (2005).





Em fins dos anos 1920, como resultado de sua frequência na imprensa carioca, as favelas passam a receber a atenção da administração pública, que mobiliza conhecimentos acadêmicos de modo acessório e incipiente, sem que houvesse, ainda, contraponto ao conjunto de representações denigratórias e heteronômicas estabelecido desde o século anterior. Esse contradiscurso, ensaiado pelo assistencialismo cristão nos anos seguintes, mobilizou conhecimentos acadêmicos de modo igualmente ancilar. Com poucas exceções, foi apenas a partir dos anos 1970 que as favelas cariocas se tornaram um objeto frequente e próprio da pesquisa universitária em seus vários campos disciplinares. Licia Valladares identifica, com dados de 2004, treze grandes campos disciplinares em um universo de 385 publicações (VALLADARES, 2005, p. 144-145), das quais mais da metade provinham de especialistas em sociologia, antropologia ou arquitetura e urbanismo.

A maior concentração da produção nessas áreas, porém, pouco indica a respeito do que o estudo das favelas impõe ao percurso intelectual de seus pesquisadores ou sobre a natureza do objeto. Deveras, afirmar que as favelas cariocas consistem em um objeto transdisciplinar não equivale a propor que sejam o resultado do concurso de várias disciplinas, que seriam multi ou interdisciplinares a depender do grau de sinergia entre elas. A transdisciplinaridade das favelas cariocas significa, antes, que o objeto foi produzido como algo *estranho* a cada campo disciplinar, como decorrência imediata de seu contato, deslocando seus pesquisadores de suas práticas de pesquisa, como de suas próprias histórias de formação e hábitos profissionais. No magistério da professora Josaida Gondar, pode-se divisar o objeto transdisciplinar como aquele que [...]

[...] é criado como um novo objeto, de maneira transversal, quando problemas que até então eram próprios de um campo do saber atravessam seus limites e fecundam outros. [...] Nesse caso, a própria ordem disciplinar é posta em questão, surgindo um para além — indicado pelo prefixo *trans* — da divisão do saber entre disciplinas. Os novos objetos produzem deslocamentos nos jogos de saber e poder, desestabilizando as regras sobre as quais havia consenso e propondo novos discursos e práticas de pesquisa. (GONDAR, 2005, p. 14-15).

A proposta transdisciplinar, a despeito da simpatia deste Congresso, é objeto de reservas nos campos disciplinares tomados individualmente — Pierre Bourdieu escrevera páginas esclarecedoras dessa espécie de resistência (BOURDIEU, 1989, 2003). É notável, por exemplo, a escassez de publicações a propósito das favelas cariocas no âmbito da história social,



confessam-no os professores Paulo Knauss e Mário Sérgio Brum (2012). Com efeito, no silêncio dos historiadores, contrariamente às advertências de um Paul Veyne acerca do tal “improvisar-se historiador” (VEYNE, 1998, p. 180), pesquisadores de outros campos disciplinares suprimiram-lhes a falta, infletindo sobre as favelas enquanto objeto transversal e lançando-se em território que não pertenceria, *de fato*, a ninguém, mesmo que pertencesse *por direito* (GONDAR, 2005, p. 15)<sup>2</sup>.

## 2. UM CASO PARADIGMÁTICO

O conjunto da bibliografia clássica sobre as favelas cariocas foi redigido como revérbero acadêmico de uma política sistemática de remoções de favelas da Zona Sul da cidade, concebida com o objetivo de confirmar a vocação turística daquela região e preparar o Rio de Janeiro para a celebração de seu quarto centenário. Parte de um processo mais amplo de migração das elites locais, a política de remoções tornou-se sistemática a partir do governo de Carlos Lacerda na cidade-Estado da Guanabara, entre 1960 e 1965. A partir da radicalização do movimento militar de 1964, a iniciativa foi reforçada por ímpeto federal, a ponto de o período entre 1967 e 1974 corresponder, nas palavras de Brum (2012), a uma “Era das Remoções”, o maior deslocamento populacional compulsório registrado na história da cidade.

O gesto inaugural da política de remoções do Governo de Carlos Lacerda precedeu, contudo, a insurreição militar. Em fins de janeiro de 1964, os escombros da pequena, mas vultosa favela do Morro do Pasmado, na porção meridional da Enseada de Botafogo, foram consignados a um incêndio controlado, operado pelo próprio Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara e alardeado pela Secretaria de Serviços Sociais como uma “operação de saneamento”. O incêndio foi mencionado pelos por Valladares — que chegou a afirmar como o episódio motivou-a no estudo das favelas cariocas (FREIRE; OLIVEIRA, 2008), por Janice Perlman (1977), por Marcelo Baumann Burgos, na coletânea *Um século de favela* (BURGOS, in ZALUAR; ALVITO, 2006), por Maria Lais Pereira da Silva (2005) e por Anthony e Elizabeth Leeds (1978) como um caso paradigmático por, ao menos, dois motivos: (1) a violência com que se processou e (2) o capital moral que o fato forneceu à militância favelada,

<sup>2</sup> Knauss e Brum, em sua crítica-confissão, apresentam alguns trabalhos do presente século que vêm corrigir a desproporção constatada por Licia Valladares e Lidia Medeiros (2003). Parece bastante provável que, fosse



que fundaria a Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) no mesmo ano, e soergueria no recém instalado regime militar para realizar, ao longo de todo o mês de outubro, o I Congresso dos Favelados da Guanabara. Seria razoável acrescentar um terceiro motivo, (3) a grotesca atualização da distopia de Ray Bradbury e seus bombeiros incendiários<sup>3</sup>. Ademais esses autores, que apenas tangenciam sobre o incêndio da Favela do Pasmado, o professor Carlos Nelson Ferreira dos Santos, militante e pesquisador, descreveu-o, com ampla licença poética, nos seguintes termos:

524

Pouco antes da tentativa de remover Brás de Pina, os cariocas haviam assistido ao espetáculo de uma favela em chamas durante uma noite inteira. Era a do Pasmado, a primeira a ser removida e cujos barracos foram em seguida incendiados como símbolo de uma nova era que se pretendia inaugurar. Era prometida a extinção de todas as favelas do Rio, oferecendo-se aos seus moradores casas seguras, ‘modernas’ e... muito distantes dos lugares onde moravam antes, que, presumivelmente, seriam, quando desocupados, purificados pelo fogo. (SANTOS, 1981, p. 32).

A despeito dessas menções tão frequentes, persistia a dificuldade de se encontrar um trabalho que considerasse o episódio com maior detença, e a exploração preliminar tomou a forma de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (BIZARRIA, 2014). Na seleção das fontes mais adequadas para o estudo foi possível encontrar uma outra passagem, de redação tão curiosa quanto o trecho de Ferreira dos Santos. Tratava-se de uma matéria do extinto *Correio da Manhã*, que aos vinte e nove dias de janeiro de 1964, na capa do segundo caderno de uma edição de quarta-feira, noticiava o incêndio do Pasmado:

Do morro só restam cinzas e a escada íngreme, desconjuntada, apontando para o alto. Não podia ser diferente... não podia ser diferente. Que em Bangu e redondezas surjam aglomerações decentes. Que venham abaixo, em cinzas, todas as favelas. Nem por isso a saudade é menor. Nem por isso as lágrimas deixarão de correr, numa tentativa infrutífera de apagar a fogueira. Uma fogueira que iluminou a noite de Botafogo no Morro do Pasmado. (CORREIO DA MANHÃ, 29/01/1964).

---

realizado um levantamento temático bibliográfico posterior ao ano 2000, a história social e os programas de estudos interdisciplinares figurariam em maior proporção.

<sup>3</sup> Publicado originalmente em 1953, o romance Fahrenheit 451 narra os dilemas íntimos e a posterior deserção do bombeiro Guy Montag, num futuro distópico no qual, por iniciativa de um governo totalitário, a escrita fora suprimida e os livros proibidos, cabendo à corporação encontrar e incinerar os tomos teimosamente preservados por uma resistência civil, assim como justicar os culpados por sua conduta supostamente subversiva e antissocial. Oskar Werner viveu o agente Montag na adaptação fílmica de François Truffaut, em 1966.



As singularidades redacionais, estilísticas e políticas avolumavam-se à medida em que eram consultadas diversas edições do *Correio da Manhã* desde fins dos anos 1920, e sua exegese passou a requerer o cotejo de outros diários da Guanabara que se referissem ao Morro do Pasmado — mormente o também singular *Diário Carioca* e *O Dia*, o único que não foi extinto durante o último regime militar — e à sua favela, tornando-se tão importante quanto a proposta original, de se observar as transformações na cultura política da militância favelada a partir do episódio. Verificou-se que o *Correio da Manhã*, com relação a outros diários da imprensa carioca, possuía uma relação privilegiada com o mercado imobiliário, a que pertencia a maior parte de seus anunciantes, ao menos a partir dos anos 1940. Seus leitores, afeitos aos bens superiores — materiais e simbólicos — que frequentavam o diário, esperavam encontrar em suas páginas certos valores da chamada alta cultura: as colunas de Carlos Drummond de Andrade (assinado C.D.A., apenas para os íntimos de sua obra), os extensos suplementos literários, a arquitetura de vanguarda e a confirmação da cidade como cartão postal.

Os outros dois diários considerados opunham-se, na abordagem do Morro do Pasmado, em particular, e das remoções de favelas em sentido mais amplo, de modo quase típico. *O Dia* apresentava a remoção como o gesto enérgico, mas, no fundo, benevolente, de uma administração que buscava redimir a população das favelas de sua marginalidade. No *Diário Carioca*, que nos dois últimos anos de sua existência virava vertiginosamente à esquerda, o destino da população do Pasmado e o programa de remoções foi objeto de extensas diatribes, particularmente congruentes com o que a literatura acadêmica constatava: as famílias, longe de receberem gratuitamente uma “casa própria”, eram inscritas como mutuários do sistema financeiro de habitação, e raramente conseguiam honrar os pagamentos; as unidades eram entregues sem acabamento, e as ruas, sem luz elétrica. Em tempos nos quais o custo do transporte cabia integralmente aos empregados, a maior parte das famílias perdeu qualquer modo de emprego formal ou informal. Ainda, a dissolução das famílias, o abandono das unidades e sua substituição por famílias invasoras tornou-se frequente.

Essa dispersão das famílias reassentadas tornou inviável, no tempo previsto para a realização da pesquisa, a busca por depoentes vivos, que houvessem experimentado a remoção, ou por seus descendentes. Foi possível, contudo, acompanhar as transformações da militância favelada desde o momento em que, com a radicalização do movimento militar, a resistência frontal e organizada à política de remoções tornou-se impraticável. Em fins de 1967 a diretoria



fundadora da FAFEG foi presa e a organização proscrita até 1973, quando uma diretoria menos combativa passaria a aceitar as remoções como um fato consumado.

O percurso da militância das favelas após a reorganização de sua Federação sugeriu sua cooptação por políticos profissionais ligados ao Movimento Democrático Brasileiro na Guanabara (TRINDADE, 2000). A tese da cooptação parecia interessante, mas o processo que a produziu, a partir de uma militância tão combativa em torno do desejo de permanecer, permitiu a formulação de uma outra hipótese.

Alfred Donat Agache, o sociólogo e urbanista francês que elaborou o primeiro plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro, entregue nos últimos meses da presidência de Washington Luís, observara que o favelado era “uma figura meio nômade”, mas que deveria ser considerada funcionalmente para a expansão da cidade (AGACHE, 1930, p. 20). O termo, de enunciação quase ingênua, reverbera na obra coletiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari e em sua apropriação do pensamento de Arnold Toynbee — para quem o nômade apresentava-se como a “alteridade fundamental da história humana” (KERSLAKE, 2008, p. 21). Deleuze e Guattari, em certo ponto de seu conhecido “tratado de nomadologia”, propuseram um conceito singular de nomadismo, que o separava radicalmente das outras formas de migração e transumância, definindo-se a partir da *resistência ao movimento*:

Enquanto o migrante abandona um meio tornado amorfo ou ingrato, o nômade é aquele que não parte, não quer partir, que se agarra a esse espaço liso onde a floresta recua, onde a estepe e o deserto crescem, e inventa o nomadismo como resposta a esse desafio. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, v. 5, p. 52).

A formulação original sobre os nômades é ainda mais esclarecedora, sobretudo se for lícito acrescentar ao Ártico e aos biomas relacionados as encostas dos morros cariocas:

Os nômades enfrentaram o desafio da estepe, um elemento da natureza física não menos exigente que as neves do Ártico ou as florestas tropicais. Com efeito, a estepe é muito mais semelhante a outro elemento extremamente inóspito, o mar, do que a qualquer outro domínio terrestre. A superfície da estepe e a superfície oceânica têm isso em comum, apenas são acessíveis ao homem como peregrino ou passageiro. Nenhuma das duas oferece, à exceção das ilhas e dos oásis, um local onde se possa descansar, permanecer e adotar uma existência sedentária. (TOYNBEE, 1972, p. 133. Tradução nossa.).

Isso foi suficiente para estabelecer que algo diferente se passava com a cultura política da militância das favelas nos anos 1970, e que a observação longínqua de Agache fora mais que



um acidente estilístico. O que esse nomadismo possuía de singular era o fato de que o nômade carioca o inventou como resposta, também, a um conjunto de significados sedimentados, de modo heteronômico e denigratório, “de fora e de cima”, nas palavras de Loïc Wacquant (2008, p. 48), e consolidado desde os cortiços da corte imperial, segundo Chalhoub (2001) e Valladares (2005), desde os quilombos da época colonial, segundo Andreino Campos (2010). A virulência e a exterioridade dessas representações permitiram qualificar a principal transformação da cultura política das favelas como um *nomadismo de maldição*, enquanto, em paráfrase a Christian Kerslake (2008), foi possível considerar retrospectivamente a *alteridade fundamental da urbe carioca* (BIZARRIA, 2014, p. 78).

Enquanto traço de cultura política, o nomadismo de maldição teria, primeiramente, exigido aos habitantes da favela o desenvolvimento de um alheamento deliberado da política em nível nacional, concomitante a uma sensibilidade extraordinária à política em nível local. Distanciar-se do debate nacional e do enfrentamento à política de remoções federalizada garantiria aos moradores das favelas não serem caracterizados como “comunistas” ou “subversivos”. A percepção mais apurada da política local, por outro lado, permitiria estimar com maior sucesso as possibilidades de o terreno ocupado ser ou não atingido pelas operações de remoção. Há um traço de cinismo profundo no exercício dessa sensibilidade, que seria percebido já por Carlos Medina durante a redação do estudo da SAGMACS, em palavras que repetiria como suas pouco depois:

Muitas vezes, todos os interessados, o político, o cabo eleitoral e o eleitor se tornam cúmplices de uma mesma simulação. O eleitor diz que vai votar, mas não vota. O cabo eleitoral finge que acredita, mas não acredita. O candidato, pelo menos antes da eleição, embora já informado pelo cabo eleitoral, continua afirmando que conta com o apoio de todos. A simulação é mais intensa entre o eleitor e o cabo eleitoral, dadas as relações pessoais e vicinais que, muitas vezes, mantêm. (SAGMACS, 1960b, p. 27-28; MEDINA, 1964, p. 68).

Após a sucessão do último presidente militar e a conseqüente reorganização das instituições políticas do país, a sensibilidade à política local e a reticência diante do Estado parecem a característica mais duradoura do nomadismo de maldição, segundo recomendam a maior pluralidade partidária da Sexta República e o fenômeno da ocupação de favelas por paramilitares, narcotraficantes e/ou policiais militares. A hipótese, que parece bem mais interessante que redução da militância das favelas a massa de manobra do MDB carioca,





ofereceu certo alento em uma etapa da pesquisa na qual o fio que conduzia o episódio do Morro do Pasmado à militância contemporânea parecia perdido. A imprensa carioca, vergada a um processo de concentração típico de experiências antidemocráticas (BARBOSA, 2007), tornava-se cada vez menos viável como fonte de pesquisa.

### 3. UMA MEMÓRIA DIÁFANA

A militância contemporânea das favelas cariocas, aproveitando a um contexto institucional e jurídico minimamente favorável à sua capacidade propositiva, organiza-se de modo bem diverso ao de outrora. A atual militância, longe de ser um “movimento favelado esfacelado” (SOUSA, 2003, p. 65), uma hipótese condescendente, articula-se segundo as características da cultura associativa de seu tempo: as grandes federações de igualmente grande abrangência são eclipsadas por uma constelação de atores políticos mais discretos e associações de âmbito local. Paralelamente à FAFERJ, organizações como a Rede de Memória da Maré, a Central Única das Favelas (CUFA), a escola de teatro e cinema Nós do Morro, o coletivo Favelarte e o Grupo Cultural AfroReggae, para mencionar apenas algumas, vão na direção contrária dos processos de cerceamento e cooptação que o crime organizado desenvolve nas organizações de moradores que consegue capturar. Essas organizações, no novo século, realizam intensos e variados investimentos sobre a memória, de modo que

[...] se é possível falar de um processo de apropriação, pelas favelas, do seu direito à memória, bem como à produção de sua própria representação, de suas identidades, por outro lado, os recursos necessários para tanto não são nelas equanimemente distribuídos. Nem todos nas favelas dispõem dos recursos e das competências necessários à produção de uma palavra pública sobre as favelas. Além disso, nem todas as falas sobre as favelas provenientes das próprias favelas são reconhecidas como legítimas. O monopólio da palavra autorizada sobre e pelas favelas é objeto de disputa nas favelas e fora delas. (GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2007. p. 86).

A pluralidade e as assimetrias entre os postulantes à “palavra autorizada” sobre as favelas possuem em si mesmas uma riqueza passível de dezenas de novos estudos e empenhos exegéticos. No que diz respeito à produção memorialística recente, porém, é necessário visitar a ideia de que a memória pode possuir, a contrário do lamento de Pierre Nora (1993), um papel





produtivo<sup>4</sup>. Dedicando-se à produção de memórias do labor, da solidariedade dos mutirões ou da luta contra as remoções, os militantes podem ser percebidos como autênticos empreendedores morais (BECKER, *apud* JELIN, 2002, p. 48), capazes de postular politicamente por si próprios e poupados à condescendência do silêncio subalterno (SPIVAK, 2010). Esse imperativo é tanto mais ingente quanto o paradigma do “urbanismo empreendedor”, em um contexto no qual a cidade do Rio de Janeiro volta a ser tentada pela realização de eventos internacionais de grande porte, promove uma renovação do discurso a favor das remoções de favelas. Após a primeira década deste século, e mais que em qualquer período após o fim das presidências militares, é lícito afirmar que

[...]as remoções não desaparecem completamente: é como se a alternativa hibernasse, reduzida a iniciativas tópicas dentro de programas mais amplos, que a apresentam de forma “democratizada”, com sua defesa cada vez mais envolvida em justificativas técnicas e medidas para reduzir seu impacto negativo sobre os moradores envolvidos. (SILVA, 2002, p. 231)<sup>5</sup>.

Encontrar o episódio do Morro do Pasmado em meio à produção memorialística da militância contemporânea das favelas requereu um intenso contato os militantes e suas obras. Em um conjunto de duas dúzias de elementos audiovisuais pôde-se recolher apenas uma menção explícita à favela do Morro do Pasmado, aparecida no documentário *Remoção* (PILAR, QUACK, 2013), realizado pelos membros dirigentes da CUFA. Em toda a literatura e em todos os elementos de cultura memorial que a pesquisa pôde cotejar; em todas as conversas exploratórias entretidas com militantes, moradores, professores e pesquisadores, o caso da remoção da favela do Morro do Pasmado pareceu ofuscado pela lembrança do incêndio da favela da Praia do Pinto, no bairro do Leblon, um incêndio criminoso, cujos responsáveis permanecem incógnitos, e que consumiu rapidamente a antiga favela dos pracinhas, sucedida, no tecido urbano, pelo condomínio apelidado “Selva de Pedra”, na gíria local. O ofuscamento

<sup>4</sup> O texto Antônio Carlos Pinto Vieira (2007), acerca da incorporação dessa produção memorialística ao campo museológico, embora responda diretamente à formulação original dos “lugares de memória”, permite-se a uma leitura do papel produtivo da memória para além desse debate. Seria possível dizer da memória o que diria Deleuze sobre o inconsciente: mais uma usina do que um teatro (DELEUZE, 2003, p. 17). Ainda sobre o tema da ressurgência da memória, é pertinente observar as considerações de Michel Pollak sobre as “memórias subterrâneas” e sua enunciação em “momentos de redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 5).

<sup>5</sup> A forma “democratizada” das remoções é tanto mais insidiosa quanto se pretenda estar a serviço da própria população das favelas, como no caso do discurso em torno da preservação do meio-ambiente, ou da preservação dos moradores às áreas de risco geoclimatológico. Sobre o último argumento, reporte-se o leitor ao texto de Rose Compans (2007).



— frustrante à primeira mirada — mostrou não ser o mesmo que um esquecimento: havia, no discurso dos militantes, uma convicção vaga e difusa da experiência passada e/ou da possibilidade futura de grandes incêndios. A chave necessária para a resolução desse paradoxo, ironicamente, apareceu na ficção de Bernardo Verbitsky, que, nos anos 1950, iniciava seu romance-denúncia sobre as *villas miseria* da região metropolitana de Buenos Aires com um parágrafo esclarecedor:

A recordação terrível da Vila Lixeira, deliberadamente incendiada para expulsar com o fogo sua indefesa vizinhança, era um temor sempre arraigado no coração dos habitantes da Vila Miséria. A notícia daquela grande operação, marcada pela crueldade, não publicada por nenhum jornal, correu, inobstante, como um busca-pé maligno. E em todos os bairros de lata, que formam crostas na pele da Grande Buenos Aires, souberam, desde então, que, a qualquer momento, poderiam ser postos a correr de seus barracos como ratos. (VERBITSKY, 1966, p. 9. Tradução nossa).

As palavras de Verbitsky permitiram uma hipótese singular: para os militantes das favelas bastaria a convicção de que poderiam, a qualquer momento, serem postos a correr de suas casas, consignados à chama colérica da exclusão e do desabrigo. A memória anexata, talvez jamais transmitida diretamente, possuía afinal uma instrumentalidade política e pedagógica, uma exemplaridade (TODOROV, 2004) que poderia ser evocada a despeito de sua não enunciação, ou de sua enunciação criativa ou transversa, como no dizer: “houve, *in illo tempore*, grandes incêndios; poderá haver outros, vigiai!” A essa memória vaga, translúcida, ousou-se chamar *memória diáfana*, uma jovem e rude categoria — deveria dizer-se “tentativa”, uma confluência da reminiscência “tal como relampeja num momento de perigo”, escrevia Walter Benjamin (1994, p. 224) e que equivale à libertação da memória do incêndio da Favela do Morro do Pasmado da suposição ingênua, longínqua, de que ele seria esquecido se nunca fosse enunciado.

## REFERÊNCIAS

A FOGUEIRA de Botafogo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1964. Segundo Caderno, p. 1.

AGACHE, Donat Alfred (Org.). *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

AUGÉ, Marc. *Les formes de l'oubli*. Paris: Payot & Rivages, 2001.



BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BIZARRIA, Júlio César de Lima. *O Morro do Pasmado e o nomadismo de maldição: da distopia atualizada à memória diáfana*. Rio de Janeiro, 2014, 158p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. New York: Simon & Schuster, 2011.

BRUM, Mário Sérgio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cadernos metrópole*. v. 11, n. 22. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2012. p. 357-380.

\_\_\_\_\_. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. *O social em questão*. v. 16, n. 29. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013. p. 179-208.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social; VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Maré: casa e museu, lugar de memória. *Musas* — revista brasileira de museus e museologia. n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. p. 130-160.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 9, n. 1. Maio de 2007. Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2007. p. 83-99. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172/156>>. Acesso e descarga em: 28 fev. 2014.

DELEUZE, Gilles. Schizophrénie et société. In: *Deux régimes de fous: textes et entretiens: 1975-1995*. Paris: Minuit, 2003. p. 17-28.



\_\_\_\_\_; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e esquizofrenia: mil platôs*. Tradução de Peter Pál Pelbart, Suely Rolnik, Janice Caiafa *et al.* São Paulo: Editora 34, 1995-1997. 5 v.

FAHRENHEIT 451. Direção: François Truffaut. Produção: Lewis M. Allen. Intérpretes: Oskar Werner, Julie Christie, Cyril Cusack e outros. Roteiro: François Truffaut e Helen Scott. França; Reino Unido: Anglo-Enterprise Vineyard Film; Universal, 1966. 1 Disco óptico compacto de vídeo digital, DVD (112min). Letterbox 4:3, colorido. Distribuído por: Image Entertainment, 1998. Baseado no romance *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Novas memórias do urbanismo carioca: depoimentos ao centro de pesquisa e documentação em história contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Direito e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 65-92.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

KERSLAKE, Christian. Becoming against history: Deleuze, Toynbee and vitalist historiography. *Parrhesia: a journal of critical philosophy*. n. 4. London: Open Humanities Project, 2008. Disponível em: <[http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia04/parrhesia04\\_kerslake.pdf](http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia04/parrhesia04_kerslake.pdf)>. Acesso e descarga em: dez. de 2013.

KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sérgio. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica. In: MELLO, Marco Antônio da Silva *et al.* (Org.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.121-140.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins, 1964.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Revista do programa de estudos pós-graduados em história*. dez. 1993. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 17-62.

PERLMAN, Janice Elaine. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010



POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REMOÇÃO. Direção. E produção: Luiz Antônio Pilar e Anderson Quack. Brasil: Central Única das Favelas, 2013. Sem lançamento. (85min).

RIOS, José Artur. Aspectos humanos da favela carioca —50 anos: uma avaliação;  
VALLADARES, Licia do Prado. A descoberta do trabalho de campo em ‘Aspectos humanos da favela carioca’; KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sérgio. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica; AMOROSO, Mauro. Duas faces da mesma fotografia: atraso versus progresso na cobertura fotojornalística de favelas do *Correio da manhã*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva *et al.* (Org.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 35-50; 65-100; 121-140; 191-212.

SILVA, Maria Lais. P. da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A continuidade do “problema da favela”; PANDOLFI, Dulce e GRYNSPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 220-237; 238-255.

SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS CONTEXTOS SOCIAIS — SAGMACS (1960). Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*: parte geral. Suplemento especial. 13 de abril (40 p.).

\_\_\_\_\_. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*: parte específica. Suplemento especial. 15 de abr. 1960. (48 p.).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SOUSA, José Nilton de. A exclusão pela urbanização da favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro. *GEOgraphia*. Ano V, n. 10. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. p. 45-77.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

TOYNBEE, Arnold J. *A study of history*. London: Oxford University Press, 1972. (edição ilustrada em volume único).

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. *O estilo político da bica d’água: o chaguismo na Guanabara, 1969-1974*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.



\_\_\_\_\_. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 15 n. 44. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000. p. 5-34.

\_\_\_\_\_. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

\_\_\_\_\_; MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro: uma bibliografia analítica (1906-2000)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, URBANDATA, UCAM, FAPERJ, 2003.

VERBITSKY, Bernardo. *Villa miseria también es America*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1966.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WACQUANT, Loïc. *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge (Reino Unido): Polity, 2008.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 7-24; 25-60; 61-114; 181-208; 209-232; 233-276.





## **DE SERTÃO À ENCRUZILHADA DO BRASIL CENTRAL: CARTOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XVIII**

GAMA, Alexandre de Oliveira

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de  
Brasília/Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu.  
alexandregama@iftm.edu.br*

535

### **RESUMO**

No século XVIII, Paracatu compreendia todo o noroeste de Minas Gerais. Distante dos grandes centros de exploração aurífera da capitania mineira, tais como Sabará, Ouro Preto e Mariana, a região foi no princípio associada na cartografia à ideia de sertão: lugar deserto, dominado pela natureza selvagem. Entretanto, com o passar do tempo, ocorreu uma profunda mudança na maneira como a região passou a ser representada nos documentos escritos e cartográficos. Esta pesquisa lança luz sobre essa mudança demonstrando que, por trás dessa nova imagem, havia o esforço de se justificar as características equilibradas e de destaque do homem paracatuense: um ser humilde e simples e, ao mesmo tempo, fino e requintado.

**Palavras-chave:** Paracatu. Sertão. Cartografia.

### **ABSTRACT**

During the 18th century, Paracatu comprised the whole Northwest of Minas Gerais. Far from the gold mining main areas of the “capitania mineira”, as Sabará, Ouro Preto and Mariana, the region was at the outset associated with the idea of hinterland in cartography: a wilderness, dominated by wild nature. As time went by, however, a deep change occurred in the way the region would be represented in written and cartographic documents. This research casts light on this change demonstrating that, behind this new depiction of the area, there was an effort to justify the balanced character and the main features of Paracatu’s man: a humble, simple being, but at the same time refined and distinct.

**Key-words:** Paracatu. Hinterland. Cartography.

## **I. Introdução**

Paracatu, cidade a 240 km de Brasília, no noroeste de Minas Gerais foi descrita inicialmente como um lugar de passagem de expedições terrestres que procuravam indígenas na região sob o ciclo do bandeirantismo na virada do século XVI para o XVII (MELLO, 1983, p. 19-20). Sob o ciclo do ouro no século XVIII, desenvolveu-se a ponto de representar uma das grandes economias da coroa na colônia (CARVALHO, 1992, p. 66). Várias estradas e picadas que ligavam diversas regiões do país a Goiás (Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro além da mineira) fizeram do pequeno arraial um importante ponto de confluência





desses diversos caminhos com passagem pelo Brasil central (COSTA, 2005, p. 101). Apesar de se encontrar no interior do sertão das Minas Gerais, distante dos demais núcleos mineiros (Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei) e pelo fato de a descoberta de suas minas ter se dado quase meio século depois da descoberta do ouro nas outras cidades de Minas, nas fontes consultadas Paracatu está integrada a essas regiões, é dinâmica, não se encontra distante e, muito menos, isolada.

Esta é a representação da cidade - inicialmente denominada Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu (por volta de 1730) e, mais tarde, em 1798, Villa de Paracatu do Príncipe - consolidada na historiografia da região no que diz respeito ao recorte temporal relativo ao seu período aurífero, a partir do segundo quartel do século XVIII. Nos documentos que tratam deste período, o Arraial de Paracatu teria se tornado a grande *encruzilhada* do Brasil central. Como os documentos cartográficos ajudaram a criar essa imagem? Como lidaram com as especificidades já apontadas para a região de Paracatu que compreendia à época todo o noroeste da Capitania de Minas Gerais? Como a região deixou de ser associada ao sertão, como um espaço “vazio” e, ao mesmo tempo, povoado por “selvagens”, para se tornar uma região dinâmica e “civilizada”? Na pesquisa que se segue procuramos lançar luz sobre essas questões.

## II. Reflexão teórica

Para amparar esta pesquisa, lanço mão de alguns fios teóricos que vêm sendo tecidos no campo da história para esse tipo de reflexão que proponho fazer sobre as representações e imaginários criados em torno da cidade de Paracatu no século XVIII através de documentos cartográficos do período. Descrevo aqui a cidade de Paracatu, pois seu espaço territorial compreendia neste período toda a região do noroeste de Minas Gerais.

Compreendo a cidade não como uma paisagem urbana estática, fechada e limitada aos seus aspectos físicos e materiais, mas algo muito além disso, tal como apontado por Célia Ferraz de Souza, para quem a cidade “*é, por excelência, o lugar que melhores condições tem de produzir um ambiente fértil para o desenvolvimento das ideias, das imagens e das representações*” (SOUZA, 1997, p. 109). Para a autora, um local privilegiado para análise das discussões e construções imaginárias, pois abriga em um mesmo espaço, uma multiplicidade de formas de se ver, viver e conceber seu espaço. Percebo a cidade de fato, como esse lugar, mas



não em oposição ao sertão, como fizeram os viajantes que conceberam este lugar numa perspectiva maniqueísta, associando-o ao espaço da natureza, da selvageria, do atraso e da falta de cultura, e a cidade, ao moderno e civilizado. O que me interessa neste caso é o olhar com que se concebe o espaço urbano em Paracatu.

Através dos diversos olhares com que a sociedade a vê, das múltiplas opiniões que ocorrem no seu meio, dos vários conceitos e preconceitos que se estabelecem, dos símbolos que se criam, e também por ser o “locus” do poder, é que a cidade é a projeção no espaço físico, do *imaginário social* (SOUZA, 1997, p. 109).

537

O que vamos fazer é refletir sobre as formas com que a cidade de Paracatu e, por conseguinte, o noroeste de Minas, se faz representar pelos seus agentes sociais nos documentos cartográficos no século XVIII uma vez que “*a cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento*” (FERRARA, 1997, p. 193).

Ressalto também a importância da noção de representação para a constituição desta pesquisa. Dentro dessa nova perspectiva dos estudos históricos, as imagens construídas pelos homens, sejam em documentos escritos ou cartográficos devem ser consideradas como formas de representação pelo qual os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo em que vivem. Conforme Sandra Pesavento, as representações são “*matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real*” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Outra concepção sobre o papel das representações sociais que contribuiu significativamente para as reflexões teóricas aqui apresentadas foi proporcionada pelos estudos de Denise Jodelet. Para ela, as representações sociais são uma “*forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social*” (JODELET, 2001, p. 22), isto é, estão tanto relacionadas a construção de sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros quanto a fenômenos cognitivos. Essas representações estão presentes em múltiplas ocasiões, pois elas “*circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais*” (JODELET, 2001, p. 17-18).



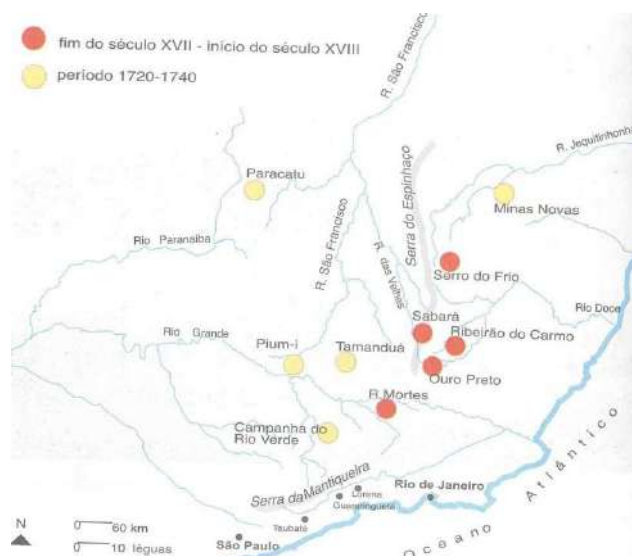
As fontes que utilizo neste trabalho sobre as representações cartográficas do noroeste de Minas no século XVIII podem ser introduzidos nesta reflexão, a partir do momento em que essas formas de narrativa passam a ser concebidas como um produto cultural que produz as suas representações acerca daquilo que retrata. O que temos nessas fontes não são a reprodução fidedigna do passado, mas de uma forma de representação produzida sobre o mesmo, como já foi afirmado.

O que procuraremos perceber a partir de agora será tanto a direção do olhar de vários agentes sociais sobre Paracatu, quanto as construções que fizeram a partir desse olhar de forma a configurar a paisagem cultural da cidade. Quais foram os objetos, os atores e as cenas selecionadas e construídas por eles para compor esse cenário histórico do noroeste de Minas no século XVIII? Segundo Regina Fernandes Saraiva:

A rigor, todo olhar humano, desde as interferências físicas ou simbólicas, em relação ao mundo natural, configuram sua atuação na construção de uma paisagem cultural, ou como diria Brandão, dão um sentido ao cenário, formam “cenários culturais” que são permeados por memórias, por representações e constroem identidades (SARAIVA, 2004, p. 81).

### **III. As representações sociais e cartográficas do Noroeste de Minas Gerais no século XVIII**

Paracatu compreendia, como vimos, todo o noroeste de Minas Gerais durante o século XVIII. Essa região tinha dois significativos ‘inconvenientes’ quando comparada aos outros núcleos de mineração da capitania mineira. O primeiro: enquanto os arraiais e vilas vinculadas à exploração aurífera se desenvolviam, como consequência da descoberta do ouro já no princípio do século XVIII, o ouro em Paracatu somente foi descoberto mais tarde, oficialmente, em 1744. O segundo: a distância. Paracatu está localizada em área da capitania muito distante dos demais núcleos, tais como Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, Pitangui (FIGURA 1) e, inclusive, a oitocentos quilômetros da sede de sua comarca, a Vila de Sabará. Isso vai marcar a história da cidade: a imagem da vila isolada, mas não agora no século XVIII.



(FIGURA 1: As primeiras zonas auríferas exploradas pelos colonos situavam-se ao longo da serra do Espinhaço. Fonte: FONSECA, 2011, p. 238).

Acredito que esses sejam os motivos da preocupação de alguns escritores e historiadores regionais (alguns deles paracatuenses) que, no século XX, escreveram sobre a história da *origem* do arraial, ao enfatizarem algumas informações que ganharão destaque em seus escritos.

Primeiro, existe uma preocupação por parte deles de “descobrir” em que momento a região do Paracatu começou a ser povoada. Em segundo, o arraial constantemente aparece, antes de 1744 (data da oficialização da descoberta do ouro), vinculado a caminhos variados que o colocava em contato com vários núcleos de exploração aurífera da capitania das Minas, bem como a outras regiões e capitanias da colônia.

Entre esses autores que escrevem sobre a cidade, Oliveira Melo, professor de História, Letras e Filosofia, historiador, jornalista, redator, cronista, palestrante e grande divulgador da história e cultura do noroeste de Minas foi um dos responsáveis por essa imagem do arraial no século XVIII. Foi, e é, um profissional atuante que marcou profundamente a vida cultural não somente do Município de Paracatu, bem como de todo noroeste mineiro. Seja através de suas atividades enquanto jornalista, redator e cronista, ou enquanto professor, escritor e palestrante na região. Não há como falar em historiografia da cidade sem que se mencione o nome ou se consulte um dos seus mais de vinte livros (sem contar os artigos em jornais) publicados por ele ao longo da segunda metade do século XX sobre a cidade.

Seja qual for a imagem de Paracatu no século XVIII, em grande medida ela foi dada pelo olhar que Oliveira Melo lançou sobre a cidade em todos os seus escritos que fazem



referência àquele período de sua história. Em seu livro *Paracatu do Príncipe: Minha Terra* ele tem a preocupação de informar ao leitor que apesar da primeira menção oficial feita sobre a cidade datar de 1603, com a passagem da bandeira de Nicolau Barreto, a presença de outras expedições na região foi muito anterior a essa data. Ele afirma:

Os historiadores costumam registrar a bandeira de Nicolau Barreto como a primeira a atingir os sertões de Paracatu. Mas pelas tribos dos índios aí moradores, pode-se facilmente identificar as bandeiras que precederam à de Nicolau Barreto nos sertões paracatuenses, apesar de não registrarem o topônimo em seus roteiros (MELLO, 1979, p. 24).

540

Ao ler seus escritos que tratam do noroeste de Minas Gerais neste período, percebemos uma preocupação em datar a ocupação das áreas despovoadas e o domínio do homem “gentio”, o indígena “selvagem”, como anterior ao século XVIII. Constatamos, a partir disso, aquilo que Laura de Mello Souza escreve: “*Há corporeidade nesse sertão, em tudo diferente da ideia de um vazio, muito comum nas imagens construídas ao longo dos séculos sobre entradas pelo território mais interior...*(grifo meu)” (FONSECA, 2011, p. 17). O que temos com os escritos e imagens construídas por Oliveira Mello é justamente uma tentativa de se preencher esse *vazio* do sertão no noroeste de Minas, uma vez que sua imagem era fortemente associada a adjetivos pejorativos, tais como os apontados por Zemella: “*a localização da zona aurífera em regiões despovoadas e incultas, longe dos centros produtores de artigos alimentícios fez com que o problema da fome fosse particularmente grave nos primeiros anos da história das minas* (grifo meu)” (ZEMELLA, 1970, p. 174).

O sertão, onde se encontrava o noroeste mineiro, nesse sentido, não é simplesmente um espaço geográfico, definível com fronteiras físicas. Era o lugar do vazio, do selvagem, do indecifrável e também do fantástico. Era o oposto daquilo que se configurava no litoral.

Espaço mais simbólico do que geográfico, o sertão situava-se nas margens do mundo conhecido, ao qual ele se opunha, rejeitando os valores da vida civilizada... Na América Portuguesa, as referências ao sertão principiam no século XVI, quando o interior do continente definiu-se em oposição à faixa litorânea, espaço privilegiado então da colonização portuguesa. A etimologia da palavra permanece desconhecida. Para alguns autores, o sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. Nos primeiros relatos sobre a região aurífera, em fins do século XVII, o sertão aparece como lugar inóspito, de difícil acesso, cortado por rios caudalosos e intransponíveis, envolto em matas fechadas e escuras (ROMEIRO, 2004, p. 271).



O mesmo podemos constatar através da representação da região nos documentos cartográficos da época. E não somente nos documentos, mas também naquilo que foi registrado a partir de reflexões sobre eles. É o que se pode constatar através do *Mapa do Certão entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco* de 1770 (Figura 2). Percebe-se como a região, mesmo quando se leva em conta todo o movimento populacional já produzido pela descoberta do ouro tanto de Goiás quanto do noroeste de Minas, em Paracatu, é claramente representada como uma região vazia, desabitada.



(FIGURA 2: MAPA DO CERTÃO entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco. [s.d.] (Ca. 1770). 35 x 44 cm; IEB-USP (COL. JFAP, 23 – Folha 23). FONTE: COSTA, 2005, p. 182.

Não somente a região foi retratada na cartografia como uma região “ocupada” pelo vazio quanto também as reflexões feitas a partir desses documentos acabaram levando autores a afirmarem isso. É o que observamos nas descrições feitas a partir desses mapas sobre os sertões mais ao leste: “Estradas entre a região das minas e o Espírito Santo, passando pelo leste de Minas Gerais, só foram possíveis a partir da conquista dos *sertões despovoados* e de seus índios botocudos antropófagos (COSTA, 2005, p. 65 - grifo meu). Antônio Gilberto Costa fala de sertão despovoado ao mesmo tempo em que indica seus habitantes: índios botocudos. Uma clara contradição, reveladora de que os indígenas não eram considerados seres humanos, gente com cultura e organização social.

Nesse mapa, percebe-se que o sertão ocupa a maior parte do centro da imagem, e é flagrantemente a região mais vazia do documento. Não há nem mesmo montanhas ou rios, há somente um espaço vazio. Enfatizo que o mapa foi feito em 1770, época em que a região já

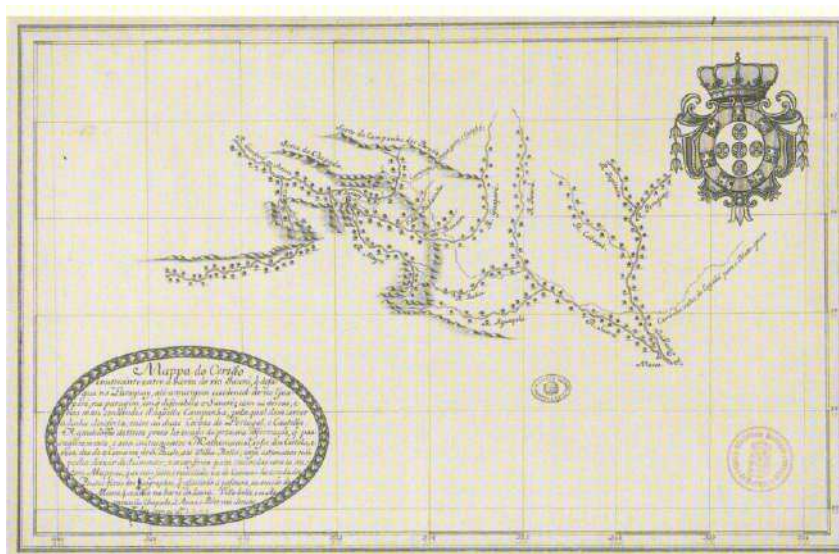




havia passado por longo estado de exploração e muitos de seus núcleos auríferos já se encontravam em franco estado de decadência.

Em outro mapa (FIGURA 3), também intitulado *Mapa do Certão*, de 1750, seu autor representa a região isolada pelo vazio, como se não estivesse integrada a outras regiões. Neste caso, o espaço vazio não preenche o centro da representação (como na FIGURA 2), mas a isola e a “comprime”, de forma que na representação cartográfica, a região parece estar ocupando o centro de uma região desértica. Neste caso, somos levados a confundir o sertão com o deserto.

542



(FIGURA 3: MAPPA DO CERTÃO continente entre a barra do rio Jaurú, q' deságua no Paraguay até a margem occidental do rio Guaporé, na paragem, em q' desemboca o Sararé; com as serras, e rios mais conhecidos d'aquella Campanha, pela qual deve correr a linha divisória, entre as duas Coroas de Portugal e Castella. Post. 1750. 30 x 22,5 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 93/1253). FONTE: COSTA, 2005, p. 33).

Essa é com recorrência a imagem construída e reproduzida dos sertões. Márcia Regina Naxara ressalta a importância dessas representações cartográficas do espaço como elementos de constituição da paisagem cultural do país, uma vez que “*promovem atos de reconhecimento do país por suas paisagens e pela conformação imaginária e cartográfica que lhe é própria*” (NAXARA, 2013, p. 102). O que temos nesses exemplos da cartografia setecentista sobre o sertão é a construção imaginária dessa paisagem cultural que marcará profundamente sua definição associada ao deserto. Uma construção social tão forte e tão arraigada no imaginário social que...

Seja qual for a definição, caracterização ou definição geográfica que se queira dar ao sertão, uma ideia que permeia o imaginário nacional, até os dias atuais, é a de que os sertões se identificam pela carência de civilização, está distante,





é interior e, normalmente, pobre, e pertence ao espaço do rural. Daí, portanto, a rápida associação que fazemos do sertão somente com o semi-árido nordestino (SARAIVA, 2004, p. 80).

Mafalda Zemella cita a descrição de um cronista anônimo sobre um caminho aberto pelos paulistas que ligava suas vilas ao nordeste, passando pelos sertões (em seu texto, associado à deserto). É interessante que ao mesmo tempo em que ele menciona deserto ele fala de aprisionamento de indígenas Tapuyas.

543

Das vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco descobrirão antigamente os paulistas hum caminho a que chamavão Caminho Geral do Certão pelo qual entravão cortando os **vastos desertos** que medeão entre as ditas Vilas e o dito Rio nelle fizerão varias conquistas de Tapuyas e passarão a outras para os certões de diversas Juridições, como foram Marahãm, Pernambuco e Bahia... (ZEMELLA, 1990, p. 125).

Seja através da escrita ou das representações cartográficas, Paracatu, creio estar claro, encontra-se numa região assim, associada a ideia de deserto e isolamento. O que estou afirmando é que, entre os autores até aqui discutidos, esse isolamento poderia diminuir a importância do seu arraial e de sua história por decorrência dessa distância da região, de seu estado representado ora como uma região coberta de gentios selvagens ora como espaço vazio, ainda a ser preenchido, dominado. Tratava-se então de relacionar Paracatu, e posteriormente seus habitantes, com os elementos vindos do litoral.

No livro *Memória Cultural*, Oliveira Mello emite seu posicionamento sobre a miscigenação que ocorre no arraial, já em tempos anteriores a descoberta do ouro, mas que teria se intensificado após o seu anúncio em 1744. Ele afirma que “*em virtude de todo caldeamento, podemos assegurar que o paracatuense é dotado da resistência e da energia do caboclo, da bondade resignada do preto, da intrepidez dos antepassados colonizadores e da pertinácia dos reinóis*” (MELLO, 1990, 20). A característica com que descreve os colonizadores, a *intrepidez*, teria tornado possível a ocupação efetiva desse “deserto selvagem” chamado sertão, através da chegada dos criadores de gado. Nos dizeres de Afonso Arinos:

Destruído o gentio hostil, fundados os núcleos de suprimento e comunicações como Morrinhos e S. Romão, prosseguiu a expansão vagarosa da civilização do couro. Os sertões foram sendo conquistados e as manadas se estendendo aos poucos, pontilhando-se as terras de fazendas de criar em grande parte do curso mineiro do S. Francisco e dos seus afluentes de ambas as margens: o rio das Velhas, o Urucuia, o Paracatu (FRANCO, 1955, p. 11).



O autor citado acima, Afonso Arinos, era sobrinho do Afonso Arinos de Melo Franco (irmão de Afrânio de Melo Franco, importante diplomata brasileiro) que se tornou uma referência para os paracatuenses, como jurista, jornalista e escritor. Até hoje é exaltado e reconhecido no meio cultural da cidade como o introdutor do regionalismo na literatura brasileira, motivo pelo qual se tornou o ocupante de número 40 da Academia Brasileira de Letras.

Em um de seus contos mais conhecidos, *Pelo Sertão*, de 1898, Afonso Arinos endossa a imagem construída do sertão como um lugar distante, deserto e, ao mesmo tempo, ocupado por “tribos nômades”. Ao se referir a um velho buriti da região, ele escreve:

Talvez passaram junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras, o guerreiro tupi, os escravos dos de Piratininga, parou então estático diante da velha palmeira e lembrou os tempos de sua independência, quando as **tribos nômades vagavam livres** por essa terra. **Poeta dos desertos**, cantor mudo da natureza virgem **dos sertões**, evohé! Gerações e gerações passarão ainda, antes que seque este tronco pardo e escamoso. A terra que te circunda e os campos adjacentes tomaram teu nome, ó epônimo e o conservarão. Se algum dia a civilização ganhar essa **paragem longínqua**, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido (FRANCO, 1955, p. 51-52 grifos meus).

Estão aí todas aquelas referências que foram utilizadas para representar os sertões: as *tribos nômades livres* (entenda selvagem) que não tinham controle da natureza, sem domínio da agricultura, que vagavam pela região; o *deserto* que ora substitui ora se mescla com a ideia de sertão; e a distância, a *paragem longínqua* que se mantinha afastada da civilização que compunha o litoral. Essas referências estarão presentes também na obra de seu sobrinho.

Nos escritos de Afonso Arinos (sobrinho) é flagrante como o indígena da região se torna um problema para o estabelecimento da civilização que ele denomina “do couro”. Bem antes da descoberta do ouro, pouco a pouco a região, entenda sertão, foi sendo conquistada, domada, “como é necessário fazer” com tudo aquilo que não se submete a ordem e ao padrão das gentes civilizadas e ordeiras do litoral.

Interessa aqui a representação de uma Paracatu dinâmica e ativa, com presença de grupos de culturas diferentes, pois esta imagem da cidade serviria para explicar e justificar as características “brilhantes” de pessoas como Afonso Arinos. A representação de uma cidade tomada pelo selvagem em pleno deserto não contribuiria para ajudar a compreender a origem de



“tipos humanos” como aqueles que descenderam da família Melo Franco. Assim, na introdução de sua obra, Afonso Arinos (sobrinho) explica:

Na fase provincial, estudarei a formação do núcleo social em que se afundam as raízes coloniais da sua gente, núcleo que se singulariza pela participação simultânea na democrática “civilização do couro”, e na patriarcal e semi-aristocrática “civilização do ouro”. O que deu em resultado a criação destes tipos de homens ao mesmo tempo simples e requintados, próximos do povo como os que mais o forem, mas sentindo-se à vontade nos grandes ambientes de cultura. Tipos humanos, mineiros e brasileiros, de que Afrânio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos foram os mais característicos representantes (FRANCO, 1955, p. XV).

545

A representação de um arraial que desde cedo estava ocupado pelos sertanejos criadores de gado não é simplesmente um dado objetivo, tal qual nos apresenta Waldemar Barbosa elencando os vários documentos que revelam as concessões de sesmarias na região do rio Paracatu (BARBOSA, 1995, p. 237). Nesse caso, cumpria a função de equilibrar a história de fausto que o arraial vai vivenciar durante o período da exploração aurífera e, conseqüentemente, de formar o caráter do homem paracatuense que ao mesmo tempo simples, pode ser também muito requintado.

A *civilização do couro* em Paracatu, segundo a representação construída por Afonso Arinos, contribuiu para a formação de um povo mais simples, acostumado ao tempo mais tradicional, enquanto a *civilização do ouro* fê-lo ser alguém capaz de extrapolar a vida rudimentar que caracterizava a cultura sertaneja, capacitando-o a conviver adequadamente *nos grandes ambientes de cultura*.

Colocado no encontro das duas grandes eras históricas sertanejas, a do couro e a do ouro, cada uma com as suas características culturais definidas, Paracatu participou dos dois ambientes. Foi, desde o século XVIII, centro das duas atividades econômicas, a criadora e a mineradora, conforme demonstram velhos documentos municipais. Conheceu ao mesmo tempo a vida requintada e luxuosa da mineração e a formação social igualitária da criação. E **estas influências formadoras, até certo ponto contrastantes, explicam, em grande parte, traços psicológicos** de alguns dos filhos mais destacados do velho centro mineiro, como os irmãos Afonso Arinos e Afrânio de Melo Franco (FRANCO, 1955, p. 14 - grifo meu).

No *Mapa da Freguesia da Manga* de 1764 (FIGURA 4), temos um bom exemplo sobre isso que estamos falando. Os mapas produzidos sobre as regiões das minas decorriam da necessidade da Coroa portuguesa aumentar o conhecimento sobre o sertão (COSTA, 2005, p. 18). Os mapas produzidos nessa época, portanto, passam a descrever com mais riqueza de



detalhes toda intervenção humana no espaço. Neste caso, a presença dos caminhos, das igrejas e do gado representa um território conquistado. Sobre isso, afirma Antônio Gilberto Costa:

Os acidentes naturais estão bem demarcados: serras, rios montanhas, matas, capoeiras aparecem retratados cada vez com mais exatidão. Os rios e caminhos dominam a paisagem, afinal eram fatores fundamentais para a penetração na área conforme salientam os relatos dos sertanistas. Mas não só os rios e os caminhos abertos, toda a presença humana está bem presente na construção das capelas e estabelecimento das fazendas, freguesias, arraiais, vilas e cidades, etc. A ocupação portuguesa está em quase todas as partes, retratando um espaço de exploração econômica, nas referências, por exemplo, às “terras diamantinas”, ou “por aqui se esperam grandes haveres de ouro”, ou ainda “povoação nova a título de descoberto de ouro”, que aparece no *Mapa da freguesia da Manga* (COSTA, 2005, p. 19 e 21).

546



(FIGURA 4: **MAPA DA FREGUESIA DA MANGA**. ca. 1764. 84 x 61 cm; Manuscrito desenho e aquarela colorida; AHU (n. 252/1158). FONTE: COSTA, 2005, p. 228).

Sobre este mesmo mapa, Cláudia Furtado o descreve da seguinte maneira: “*Mapa representando a ‘divisão da capitania de Goiás com as Minas Gerais’*. Na margem esquerda do rio São Francisco, o arraial de Paracatu aparece em meio a fazendas e sertões” (FONSECA, 2005, p. 263). Ressalta-se, portanto, a presença, nos sertões, do povoamento e domínio português. No caso do noroeste de Minas, uma área tão distante dos demais núcleos de



povoamento e de exploração aurífera da capitania, as fazendas e igrejas serão as referências para o domínio dessas áreas e a presença do povoamento, conforme representado no mapa anterior. Neste sentido, Afonso Arinos (sobrinho) constrói a imagem do gado curraleiro como o *povoador plebeu dos sertões*.

Êstes vastos campos do maciço mineiro, a oeste do São Francisco, foram desde cedo considerados excelentes para a criação. Urbino Viana refere-se à multiplicação das fazendas, ou “currais de gado”, em toda aquela zona, a partir da segunda metade do século XVII, movimento que deu origem ao famoso gado curraleiro, povoador plebeu dos nossos sertões, cujo destino se veria ofuscado depois pelo culto quase religioso (como na Índia) do aristocrático zebu (FRANCO, 1955, p. 11).

A outra referência usada no mapa é a das igrejas. Os três principais templos de Paracatu são representados nele. A igreja de Sant’ Anna construída em 1736, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres (1744) e a igreja da Matriz (1746). As igrejas representam o controle e a ordem, a essência de uma cultura religiosa do dominador europeu. Um claro sinal de sua presença e seu domínio com tudo aquilo que ela representava, pois a religião trazia consigo “o apoio moral sem o qual não se podia organizar a sociedade em bases duradouras” (COSTA, 2007, p. 188). Além disso, representavam a superação do mundo do sertão: “em meio à construção de templos e edifícios – concentrados especialmente na segunda metade do século XVIII -, *perpassava o desejo de superar a aparência rústica de um mundo erigido no sertão*” (SILVEIRA, 1997, p. 59).

Nessa representação cartográfica, portanto, temos dois elementos que foram fundamentais, dentro das construções historiográficas (e cartográficas), para representar o domínio do colonizador nos sertões do noroeste: o gado (a presença das fazendas) e a igreja. Enquanto os demais arraiais e vilas mineiras estão sendo descritas pelas suas características urbanas, e pelas intensas correntes migratórias atraídas em seus núcleos pela descoberta do ouro, Paracatu é descrita como a área largamente ocupada por fazendas e com a forte presença da igreja.

O sertão paracatuense, por mais distante que estivesse dos demais núcleos de mineração, estava assim, livre de permanecer no vazio e debaixo da presença dos elementos que lhe representava: o *gentio hostil e selvagem*. O sertão de Paracatu foi *domesticado* pela historiografia. Mas, não somente pelos argumentos aqui expostos. De que adianta estar povoada, mas permanecer isolada (outra característica intrínseca do sertão)? Por isso, Paracatu





como mencionado anteriormente, no século XVIII foi representada como um ponto de convergência de vários caminhos que a vinculava e a colocava em contato intenso com várias regiões da capitania e da colônia.

A historiografia constrói a imagem de um arraial no século XVIII que mesmo antes da descoberta do ouro interagiu com diversas regiões de minas e outras capitanias da colônia através de alguns caminhos que passavam pela cidade. A paisagem cultural de Paracatu foi construída de forma a enfatizar sua posição geográfica e estratégica como uma grande encruzilhada do Brasil central. É importante atentar para essa construção, pois nem sempre a paisagem da cidade será representada dessa maneira.

Para Diogo de Vasconcelos, a história da abertura desses vários caminhos que passavam por Paracatu estava associada, em primeiro lugar, à Goiás, e em segundo, ao contrabando do ouro. Segundo ele “*a multidão, indo e vindo para Goiás, abriu por várias direções trilhos e veredas que serviam aos extraviadores de ouro*” (VASCONCELOS, 1999, p. 139). Para ter maior controle sobre o transporte do metal, Gomes Freire decidiu “*abrir uma estrada normal para o novo distrito com todas as comodidades possíveis e segurança, além de que fosse mais breve, pela qual os viajantes honestos, preferissem transitar*” (VASCONCELOS, 1999, p. 139). O caminho ligaria Pitangui, considerada uma importante encruzilhada de várias estradas que a ligavam ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Vila Rica, até as minas de Vila Boa em Goiás.

Esse caminho será muito importante na construção da imagem de Paracatu, pois seu surgimento antecede a descoberta do ouro e já anuncia o povoamento da região. Oliveira Mello faz menção da *Picada de Goiás* em vários de seus livros. Como vimos, quando autorizada por Gomes Freire, seu objetivo não era vincular Paracatu a algum centro minerador, mas sim os demais núcleos mineradores de Minas (a partir de Pitangui) a Goiás. Mas, o fato de a estrada passar pela cidade será enfatizado como algo que proporcionará a ela trânsito com vários outros centros mineradores da colônia. A estrada parece nos escritos ter sido construída para atender os interesses da cidade, e não esta ter sido beneficiada indiretamente por ela.

Percebe-se assim, que em momento algum, a distância é colocada como um problema para o desenvolvimento do arraial que agora já aparece identificado como uma encruzilhada *de todos os caminhos que levam à Goiás*. Paracatu está vinculada, segundo as informações que são fornecidas nesses textos e segundo já mencionamos anteriormente, aos rincões da colônia. Oliveira Mello fala de um *intercâmbio comercial entre Paracatu e as principais regiões já*



*povoadas das Minas Gerais e de Goiás, e mesmo com as do Nordeste do País!* (MELLO, 2002, p. 429). Nem mesmo Pernambuco estava distante o suficiente para comprometer a relação de Paracatu com essa região tão afastada no nordeste.

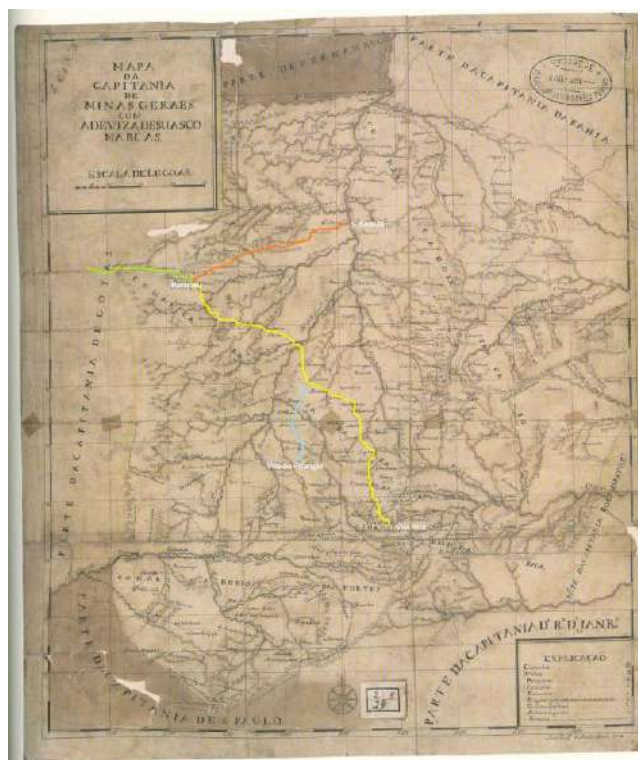
Para ele, Paracatu havia se tornado um grande empório comercial em pleno sertão, sem grandes concorrentes por perto, pois a região de Goiás, como veremos, *apesar de fértil, não possuía meios para exportar seus produtos.*

Os tropeiros se transformaram nos continuadores das conquistas dos bandeirantes. O incremento comercial da Vila teve como fator importante o Rio Paracatu. Era a estrada líquida do sertão integrando aquele mundo ao comércio nordestino, principalmente com a Bahia e Pernambuco, através da navegação que se implantou. As tropas eram as únicas ativadoras do comércio sertanejo. Transportavam cargas do extremo norte do município (Vale do Carinhanha), até ao oeste e Triângulo Mineiro. Dentre as principais exportações de indústrias manufatureiras estavam as velas de sebo e o sabão. Havia também a exportação de couro, de algodão, de cereais. Na mesma época existia o precário e incipiente transporte fluvial, praticado pelos barranqueiros do São Francisco, principalmente de São Romão, de Januária e até de Juazeiro (na Bahia). As barcaças vinham carregadas sobretudo de sal. Voltavam levando cereais, couros, solas, sabão, açúcar, cachaça. A região goiana que faz divisa com Paracatu, apesar de fértil, não possuía meios para exportar seus produtos (MELLO, 2002, p. 431).

Na cartografia, Paracatu apareceu representada da mesma forma, como uma encruzilhada de diversos caminhos que seguiam para Goiás. Nos séculos anteriores à descoberta do ouro, praticamente não encontramos representações cartográficas da região mineira. É o “*grande fluxo populacional e a falta de estrutura administrativa nas minas [que] reforçaram a demanda por mapas*” (RENGER, 2007, p. 114), segundo Friedrich Renger. A necessidade de garantir a arrecadação dos tributos para a Fazenda Real fez com que diversas normas fossem expedidas de Portugal no sentido de se produzirem mapas mais exatos, com o apontamento de caminhos e de registros presentes em cada um deles.

O *Mapa da Capitania de Minas Geraes com a divisa de suas Comarcas*, se tornou uma referência para vários documentos cartográficos produzidos não somente no fim do século XVIII como também no XIX. Segundo Antônio Gilberto Costa, o documento produzido por José Joaquim da Rocha, em 1778, “*pode ser considerado o primeiro documento que traz a representação de todo o conjunto da capitania.*” (RENGER, 2007, p. 118). Neste documento, Paracatu aparece como o arraial onde chegavam dois caminhos. A partir daí, há a indicação de um caminho em direção a Goiás (FIGURA 05).





(FIGURA 05: MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVISA DE SUAS COMARCAS. Jozé Joaquim da Rocha, 1778. 41,9 x 35,1 cm; Aquarela. AHEx). FONTE: COSTA, 2004, p. 147.

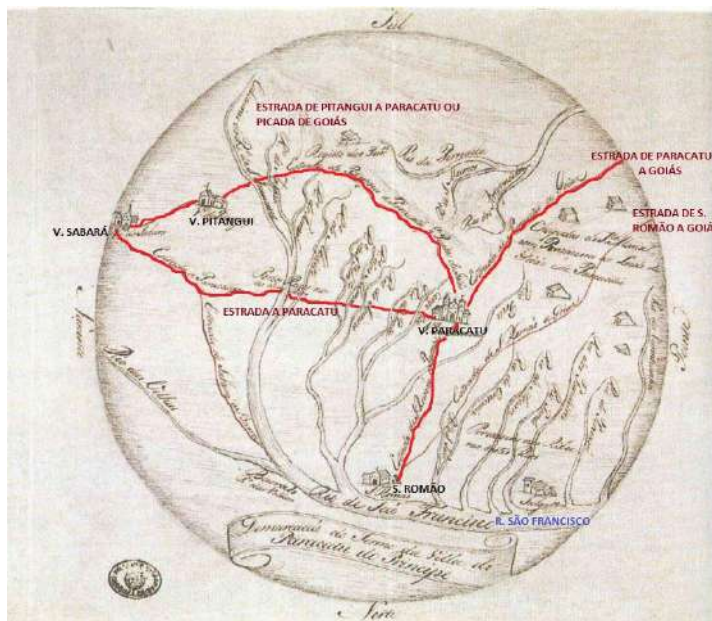
É interessante notar que neste mapa não temos registro de “diversos caminhos” que fazem de Paracatu um grande entroncamento no Brasil central. São dois importantes caminhos, é verdade, mas que ainda não dão a entender que em Paracatu chegavam vários desses. No mapa de Jozé Joaquim da Rocha, temos ao sul o caminho que a vincula a vila de Pitangui (e Sabará) e também a vila Rica; ao norte, o caminho que vincula São Romão à Paracatu. De fato, percebe-se São Romão como um grande entroncamento de diversos caminhos. Ali chegam caminhos pelo leste, da região de Minas e da Capitania do Espírito Santo; do norte, ladeando as duas margens do São Francisco; do sul, com diversas bifurcações que vinculam aos vários núcleos de mineração de Minas.

Temos um documento de 1800 (FIGURA 06) em que o termo da Vila de Paracatu aparece descrito no mapa, assim também como parte do termo de outras vilas da comarca de Rio das Velhas (Pitangui e Sabará). Neste mapa, Paracatu já aparece como uma encruzilhada de importantes estradas. Sobre o mapa, Cláudia Fonseca faz as seguintes observações:

Aparentemente, esta forma circular serve apenas para orientar e enquadrar o desenho, os quatro pontos cardeais estando indicados no exterior do perímetro. Contudo, é preciso notar que a sede (Vila de Paracatu) não ocupa o



centro exato do círculo, mas situa-se bem no meio do termo de Paracatu, cujos limites não são explicitamente indicados, mas apenas sugeridos: o rio São Francisco até a sua nascente, seu afluente Carinhanha, os ribeirões Paranaíba e São Marcos. Observa-se também que a centralidade da sede é ‘geométrica’ e ‘topográfica’, mas também ‘funcional’, no sentido anteriormente discutido: a Vila de Paracatu é representada como uma encruzilhada de importantes estradas que a ligam a Pitangui, a Goiás, à Vila de Sabará e à sede do julgado de São Romão (FONSECA, 2011, p. 326).



(FIGURA 06: **DEMARCAÇÃO DO TERMO DA VILLA DO PARACATU DO PRÍNCIPE**. Ca. 1800. 20 x 22 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 267/1177) FONTE: COSTA, 2004, p. 221.

Neste caso estudado temos a representação da Vila de Paracatu claramente descrita como uma encruzilhada de importantes caminhos de Minas Gerais. A partir de imagens como esta última, e de um discurso historiográfico como aqueles que acabamos de citar anteriormente, são construídas as representações de Paracatu como uma encruzilhada do sertão, em pleno Brasil central.

#### IV. Considerações finais

Em primeiro lugar, como vimos, há um esforço historiográfico em vincular o povoamento do arraial ao mesmo período de descoberta dos primeiros núcleos auríferos mineiros no final do século XVII, apesar dos documentos não serem claros sobre isso.



Entretanto, esse povoamento não teria ocorrido pelos elementos vindos do litoral, mas pelo gado, que Afonso Arinos (sobrinho) transforma em um personagem do sertão.

Em segundo, constrói-se a representação do paracatuense vinculando-a ao sertanejo (apesar deste ser associado à figura do homem rude e simples do sertão). A cultura sertaneja teria sido a responsável por moldar e por equilibrar a personalidade do homem paracatuense, que além de saber conviver com a cultura mais  *fina e requintada* (característica que teria adquirido com a *civilização do ouro*) também conservaria dentro de sua alma a simplicidade, o desprendimento e os valores tradicionais do homem sertanejo (valores que teria absorvido da *civilização do couro*).

Em terceiro, como percebemos, apesar de se encontrar no sertão, lugar confundido com deserto, carência, isolamento, selvageria, a paisagem cultural de Paracatu foi representada tanto nos documentos escritos quanto nos cartográficos como precocemente povoado (com presença de currais e igrejas, elementos utilizados na cartografia para indicar a superação da aparência rústica, despovoada e incivilizada do sertão) e como uma encruzilhada de vários caminhos que chegavam de várias regiões da colônia com destino a Goiás.

## V. Referências

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. *Paracatu: Morro do Ouro*. São Paulo, Ed. Abril S. A., 1992.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatayh (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

FONSECA, Cláudio Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.



FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELLO, Oliveira. *Afonso Arinos e o Sertão*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1961.

\_\_\_\_\_. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

\_\_\_\_\_. *Memória Cultural (A cultura em Paracatu)*. Belo Horizonte, Ed. Da Comissão Mineira de Folclore, 1990.

\_\_\_\_\_. *Preservação da memória*. Brasília, Edição do Autor, 1993.

\_\_\_\_\_. *As Minas Reveladas (Paracatu no Tempo)*. Paracatu, Ed. da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Brasil: país em paisagens. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (Orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.  
RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735). In:  
RESENDE, Maria Efigência Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto – Estado e sociedade nas Minas Gerais setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.



## A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA E DAS ARTES PARA UMA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA MAIS HUMANA E INTERDISCIPLINAR

MONTEIRO, Érica Aragão

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio – PPGLCH/UNIGRANRIO*  
*erica.aragao.ufrrj@gmail.com*

ROCHA, Marcos Porto Freitas da

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio – PPGLCH/UNIGRANRIO*  
*porto.marcos@gmail.com*

554

### RESUMO

O artigo propõe reflexão sobre a relação entre as áreas de conhecimentos Literatura, Artes e Ciência, com o objetivo de revelar a contribuição destes campos de conhecimentos para tornar a educação mais humana e interdisciplinar. Aborda, inicialmente, as linhas de convergência entre o discurso literário e científico. Aponta as principais áreas de diálogo com a literatura, revelando que a educação formal privilegia a gramática, sem explorar a complexidade no discurso literário, mantendo a disciplinaridade e limitando o processo de humanização complexa do ser. Discorre sobre algumas contribuições de movimentos ou tendências artísticas para a desconstrução de paradigmas dominantes, além de mostrar como propuseram algumas reformas do pensamento. Demonstra ainda a existência de fatores que contribuem para a desumanização da Escola. Em sua parte final explicita a incoerência e o distanciamento na relação entre artes, ciências e educação, apontando a arte como elemento humanizador.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade, Literatura e Artes, Humanização das Ciências

### ABSTRACT

The article proposes reflection on the relationship between areas of knowledge Literature, Arts and Science, with the purpose of revealing their contribution to make a more human education. Discusses initially the lines of convergence between the literary and scientific discourse. Points the main areas of dialogue with the literature, showing that the school focuses on the grammar, without exploring the complexity in literary discourse, maintaining disciplinarity and limiting the complex process of humanization of being. Discusses some contributions of artistic movements or trends for the deconstruction of dominant paradigms and proposed reform of thought. Demonstrate the existence of factors that contribute to the dehumanization of the School. In its final part explains the inconsistency and the distance in the relationship between arts, sciences and education, pointing art as humanizing element.

**Keywords:** Interdisciplinary, Literature and Arts, Sciences Humanization





## INTRODUÇÃO

A literatura e as artes, no geral, são áreas do conhecimento que parecem ter como marca o distanciamento com as ciências, ou mesmo um lugar distante da realidade, da vida e daquilo que é útil ou importante para o ser. Muitos indivíduos a enxergam assim, até mesmo no meio acadêmico. Aqueles que são das áreas de ciências exatas ou naturais revelam, em grande parte, uma visão da literatura como algo supérfluo.

Esta visão estereotipada (posta pelo modelo positivista, cartesiano, racionalista e propagada pelas mídias) faz com que esta área de conhecimento se torne mais distante dos alunos e camufla o que a literatura e as artes podem nos trazer como elo para romper a disciplinariedade clássica e o cartesianismo científico; Distanciam-se as ciências humanas/sociais das exatas e naturais assim como as exatas/naturais distanciam-se das humanas/sociais. Este distanciamento em nada contribui para a interdisciplinaridade e a humanização dos saberes.

Todos os saberes têm seu valor, e são construídos pelo discurso, sejam eles elaborados na academia ou fora dela. O saber científico não é puramente científico e empírico, pois sofre influência dos valores, ideologias e crenças do próprio homem que “cria” o saber, ou seja, o cientista humaniza este saber quando escolhe o que e como pesquisar sobre algo, posteriormente elaborando a disseminação deste saber através do seu discurso. Além disso, não há discurso que seja pura representação empírica, pois todos eles estão impregnados de ideologias, logo, tanto a ciência como as artes carregam ideologias hora explícitas, hora implícitas em seu discurso e linguagem.

O distanciamento entre ciência e arte/ciências humanas é muito mais pedagógico e ideológico do que propriamente uma realidade que naturalmente existe nestas áreas. Para Santos, em *Um discurso sobre as ciências* esta separação entre ciências sociais/artes e humanas versus ciências naturais e exatas nem deveria ser assim denominada, afirma ele:

Primeiro começa a deixar de fazer sentido a distinção entre ciências naturais e ciências sociais; segundo, a síntese que há que operar entre elas tem como polo catalisador as ciências sociais; terceiro, para isso, as ciências sociais terão de recusar todas as formas de positivismo lógico ou empírico ou mecanicismo materialista ou idealista com a consequente revalorização do que se convencionou chamar de humanidades ou estudos humanísticos. (SANTOS, 2008, p. 48).



Abordando as áreas artísticas, dentre tantas de caráter interdisciplinar, pensamos que a literatura é em seu cerne a mais claramente interdisciplinar. Podemos vê-la como ciência e como arte, como uma disciplina e como uma in-disciplina, como reflexo da realidade e como imaginação e invenção dela. E é exatamente por estes fatores, e principalmente por ser o material da literatura a própria língua ou o discurso, que ela rompe os dualismos tradicionais, transpondo as barreiras das disciplinas. A literatura transita entre áreas como sociologia, filosofia, gramática, lógica, psicologia, antropologia, biologia, matemática etc.

Vejam os movimentos literários que hora privilegiaram uma linguagem mais científica/biológica como o Realismo/Naturalismo, e hora uma linguagem mais idealista como o Romantismo, se aproximando da linguagem da filosofia. Também há os movimentos que privilegiaram a forma, calculando minuciosamente a construção dos seus poemas, assim como faz a matemática, a arquitetura, aproximando-se então de um discurso mais racional, estruturado matematicamente. Isto revela que a literatura pode contribuir de forma impar para a humanização das ciências e da educação e para transpor as barreiras da disciplinariedade.

O estudo da linguagem, principalmente na forma literária, conforme já assinalado por Morin, ajuda o homem a pensar a condição humana. Santos enfatiza ainda que a vida não se explica só pelo olhar das ciências, afirmando que: “A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia”, (SANTOS, 2008, p. 68).

Em relação à educação, o problema na área de ciências humanas e artes é que se usa predominantemente os textos literários com o foco no estudo de regras gramaticais ou para enquadrá-los em características de movimentos literários, perdendo o que há de mais importante nestes textos: a plurissignificação, a provocação ao pensar ou, como usa Morin, a reflexão sobre a complexidade, pois conforme afirma o filósofo:

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos. A organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras; comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). (MORIN, 2003, p. 24).

O texto literário é um pequeno mundo-complexo, é um meteoro do cosmos e nele podemos ver parte deste todo, mas ele é também um todo porque tem suas características e





especificidades em seu corpo. Assim, os alunos precisam ser estimulados a olhar este corpo cautelosamente, lendo-o, compreendendo-o, atribuindo sentido a ele, e relacionando estes sentidos a outras áreas do conhecimento.

O corpo do texto literário é um rico material de estudo para provocar no homem o pensar sobre a humanidade, sobre sua complexidade e sobre os conhecimentos nela existentes. Elaborar, reelaborar e ler um texto literário requer habilidades e competências que se constroem e reconstroem durante toda a vida; Habilidades e competências como organizar, sintetizar, desenvolver e deduzir ideias, além do estímulo à criatividade. Estas habilidades são comuns e necessárias tanto nas áreas artísticas como nas ciências naturais e exatas.

A Escola deveria estimular constantemente não somente a análise, mas a criação de linguagens, ajudando seus alunos a desenvolverem a capacidade de usar o pensamento em prol da criação, desenvolvendo o poder de lidar com partes e todo, utilizando as operações de ligação e separação (MORIN, 2003, p. 25), organizando os conhecimentos de forma mais sensível.

Quando o indivíduo passa de leitor a criador do material artístico, seja ele literário ou em outra linguagem, outras habilidades são provocadas, como a imaginação, a observação e o raciocínio, mobilizando a própria emoção, pensamentos e sentimentos de maneira reorganizada.

Outro fator que contribui para a humanização dos indivíduos é a capacidade de reconhecer a si mesmo dentro de um contexto, ou de reconhecer o contexto do outro. O discurso literário ou a linguagem artística podem contribuir neste processo de reconhecimento, por isso, não pode e não deve ser descontextualizado da realidade dos indivíduos. Todo texto/linguagem é criado em um contexto e este deve ser reconhecido para que a obra tenha um sentido mais significativo socialmente, para que ela não tenha apenas um sentido individual ou que perpassa pela emoção do ser, mas um valor social/coletivo que possa fortalecer a alteridade.

Precisa-se ensinar ou/e provocar a compreensão destes textos e das linguagens artísticas contextualizando-os, para que os cidadãos se reconheçam como parte deste processo, como alguém que contribuiu para a elaboração daquele texto (ou linguagem), direta ou indiretamente. E se não contribuiu naquele momento de criação da obra, que se reconheça a contribuição de seus descendentes, pois a obra está inserida em um momento histórico, um local, uma



ideologia, ou seja, um contexto que só existe porque existe a sociedade (BARTHES, 2004, p. 25).

Todo este processo, tanto o de recepção como o de criação da obra, tornam o discurso literário e as linguagens artísticas próximos da vida e de diversas áreas do conhecimento científico, porque é na compreensão destes textos que residem os conhecimentos biológicos, psicológicos, arquitetônicos, médicos, político, sociológico, o conhecimento vulgar, etc., fazendo-os interagirem de forma inseparável, assim como ocorre na complexidade do pensamento humano.

## POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANA

Sendo a Escola o espaço formal responsável por formar os cidadãos, deveria também assumir cada vez mais o papel de Re-ligadora dos saberes, de provocadora do pensar e do criar, mas ainda temos muitos modelos escolares que privilegiam disciplinas isoladas e currículo baseado em “importância” de cada disciplina, com o foco no quantitativo, ou seja, quantidade de conteúdo e alcance de média para aprovação nas séries e em concursos (MORIN, 2002, p. 30).

Outra questão relevante é o *status quo* que tem as disciplinas. Isto tem a ver com o que a academia valoriza ou não, com o que é posto para a sociedade através da mídia, das artes da literatura e levado aos bancos escolares/universitários. Justifica-se ainda este *status quo* pela história do desenvolvimento das ciências e da produção do conhecimento que privilegiaram durante séculos as ciências naturais e exatas.

Contemporaneamente, as disciplinas com frequência são classificadas e pelo valor que o próprio sistema educacional atribui, tendo em vista a sua política e a manutenção deste *status quo*. Como exemplo temos a pouca valorização dos conteúdos de literatura brasileira, a fragmentação no estudo de língua portuguesa, separando literatura, produção textual e gramática (como se fosse possível separá-las), além da diminuição da carga horária da disciplina artes na rede municipal do Rio de Janeiro em 2013.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino da Arte deve ser oferecido para os "diversos níveis da educação básica". Esta conquista tem sido interpretada erroneamente no sentido de diminuir a oferta da disciplina Arte em uma única série do ensino



fundamental e médio. Recentemente, em 2013, a diminuição da carga horária de um para dois tempos revela tal desvalorização. Professores realizaram uma petição com vistas a ação contra a polivalência da disciplina Arte no Brasil (SILVA, 2013).

Ainda em 2013 ocorreu também a tentativa de retirada da disciplina língua espanhola na rede de ensino municipal do Rio de Janeiro. Houve um abaixo assinado reivindicando a manutenção da disciplina língua espanhola que é prevista pela lei n. 2.939/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola em toda a Educação Básica na rede municipal de ensino (APEERJ, 2013). Além da legislação de caráter estadual e municipal, desde 2005 vigora a Lei Federal nº. 11.161/2005, que dispõe sobre a oferta obrigatória do espanhol no Ensino Médio.

Ainda assim, o sistema educacional sem consultar a comunidade escolar resolveu mudar o currículo escolar para atender a demandas desconhecidas pela população, privilegiando a manutenção do *status quo*. Prova disso, é a parceria estabelecida entre o curso cultura inglesa e a rede municipal do Rio de Janeiro para ofertar a língua inglesa como a principal no ensino de línguas estrangeiras, denominado Programa Rio Criança Global criado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2009.

Porém, pensar as línguas e o mundo global requer um conhecimento além da língua inglesa, pois é imprescindível a contribuição no letramento do alunado conforme se expõem nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira Moderna (BRASIL, 1998), e também privilegiar o plurilinguismo.

Estas atitudes revelam bastante como a educação no Brasil ainda tem ações desumanas que se despontam desde a elaboração dos currículos, escolhas de diretorias, projetos políticos-pedagógicos e na relação professor-aluno. O currículo fragmentado, os projetos políticos pedagógicos prontos (não pensados e elaborados colaborativamente pela comunidade escolar) e o foco na quantidade desumanizam os processos educativos. E ações políticas de secretarias de educação semelhantes às citadas desarticulam os grupos que pretendem agir de forma integrada, interativa, interdisciplinar, pois fortalecem a fragmentação do ensino e a disputa entre as áreas do conhecimento.



## **O DIÁLOGO DAS ARTES COM OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO – UM BREVE HISTÓRICO**

No início das civilizações a arte, a ciência e a religião não eram compreendidas de forma separadas. Tudo era místico, mágico e integrado e o homem ainda estava em processo de elaboração do raciocínio e do conhecimento. Conforme afirma Perassi: “Primeiramente, há manifestações expressas nos objetos míticos e nas práticas ritualísticas que, atualmente, seriam percebidas como arte, assim como ações da medicina e outras que, atualmente, seriam reconhecidas como científicas. A relação mágica com o mundo abrigava a religião, a arte e a ciência” (SOUSA, 2005, p. 43)

A arte revela-se como um campo do conhecimento que produz linguagens, saberes e tecnologias humanas. Ela contemporaneamente distingue-se da ciência, da religião, da natureza, mas ao mesmo tempo relaciona-se no contexto sociocultural com todos estes campos do saber. Além disso, a arte é um testemunho do seu tempo, e reprodutora de saberes, pois são produções humanas que nos deixam registros materiais, técnicas, imagens, cenas, sons e estilos da época de sua criação. Ou seja, a arte deixa um legado do conhecimento de uma dada época e contexto.

Dentre tantos tipos de conhecimento, como o filosófico, o vulgar (ou senso-comum), o científico e o religioso, há o conhecimento artístico/sensorial. Este conhecimento associa as percepções cotidianas aos sentimentos ou intuições propostos às subjetividades, ou melhor, as manifestações artísticas ou estéticas são capazes de provocar nos espectadores percepções e sentimentos que sugerem também ideias ou conceitos e comportamentos.

Neste sentido, as artes privilegiam a função estética, ou seja, o saber através dos sentidos. Todas as áreas do conhecimento precisam, antes de conceituar ou definir algo, percebê-lo, senti-lo, então todos os conhecimentos são também estéticos porque pressupõe uma percepção do mundo. A ciência é estética porque antes mesmo de conceituar algo ou de provar, ela percebeu aquele objeto de alguma maneira. Há uma necessidade, na atualidade, de estímulo ao conhecimento sensível que tem sido resgatada, pois durante séculos a sociedade teve como referencial o conhecimento científico e intelectual devido a forte influência do positivismo e do racionalismo (SOUSA, 2005, p. 65).



Desde a pré-história a arte vem revelando que a função estética contribui para outras áreas do conhecimento e que o conhecimento sensível tem grande valor. O homem pré-histórico grafava em paredes, pedras ou superfícies rígidas alguns símbolos que demonstravam a sua relação com o mundo, posteriormente, estes registros foram sendo elaborados até chegarmos a de um código significativo socialmente denominado alfabeto.

Neste caso, a arte contribuiu para a história, para a língua e para todas as outras áreas do conhecimento que necessitam da língua para definir, conceituar etc. A princípio, a arte era algo mágico, mítico e ficava de posse de grupos sociais privilegiados como a igreja, os monarcas, ou seja, as lideranças da sociedade. Posteriormente a arte foi perdendo seu caráter mais instintivo, mítico, mágico e foi ganhando um sentido mais expressivo dos desejos ou sentimentos humanos.

Destaca-se o Egito dentre as civilizações primitivas com quase três mil anos de tradição teocrática, como uma sociedade que foi se organizando com o advento da escrita, com a organização das relações econômicas, político-religiosas e artístico-culturais. Havia nesta civilização uma nítida distinção entre arte, ciência e religião, no entanto, a estrutura política fora determinada pela religiosidade, o que fazia com que a arte estivesse à serviço das práticas religiosas-políticas.

Na Idade Média, tivemos a temática religiosa como preponderante, pois este período sofreu forte influência do ideário religioso. Os modos de representar da Idade Média, não somente pela temática, mais também pela organização estética, cores chapadas, formas com predomínio de uso de linhas nas imagens e a postura hierática e rígida revelam, nas artes visuais, a ascendência do saber religioso do cristianismo e o poder do estado. Percebe-se esta influência também na arquitetura, na escultura, na literatura.

O conhecimento era mais unificado, no Renascimento, por exemplo, muitos artistas atuavam em diversas áreas, eram pintores, escritores, inventores, biólogos, arquitetos, químicos etc. Leonardo da Vinci, por exemplo, atuou em todos estes campos. De acordo com Nicola Abbagnano:

Arte e ciência assentam ambas em dois pilares de todo o conhecimento verdadeiro da natureza: a experiência sensível e o cálculo matemático. De fato, as artes e em primeiro lugar a pintura, que Leonardo colocava como acima de todas as artes, procuravam nas coisas a proporção que as faz belas e pressupõe um estudo direto que procura descobrir nas coisas aquela mesma



harmonia que a ciência exprime em suas leis matemáticas. (ABBAGNANO *Apud*, SOUSA, 2005, p. 70)

Na transição para a modernidade, a aristocracia feudal foi questionada pelos burgueses que começaram a impor valores com vistas ao desenvolvimento de técnicas de produção e atividades comerciais, assim esta mudança influenciou o modo de ver e relacionar-se com o mundo e também o modo de produzir conhecimento, consolidando as bases para as ciências positivistas o que certamente refletiu nas produções artísticas.

O percurso moderno vivenciou diversas contradições, percalços e foi estabelecendo valores baseados no humanismo, na crença na razão, nas ciências e na tecnologia. O Barroco expressa inicialmente este período de transição e paradoxos, revelando uma linguagem antitética, densa e exagerada, (FILHO, 2002, p. 25).

Na literatura brasileira destaca-se Gregório de Mattos, conhecido poeta que viveu em Recife e revelava a sociedade Brasileira e a construção da sua identidade de forma crítica, satírica. Pode-se pensar na contribuição que este poeta deixou para as ciências sociais, antropológicas e psicológicas, pois a apesar dos “exageros”, Mattos mostrou as características da sociedade do século XVII e provocou o pensamento sobre costumes, hábitos e comportamentos da sociedade Brasileira, principalmente, ligados à religiosidade, (FILHO, 2002, p. 27).

Outros dois movimentos artísticos importantes que demonstraram influencias de outras áreas do conhecimento e que influenciaram também a sociedade foram o Romantismo e o Realismo. O primeiro estendeu-se do século XVIII ao XIX, foi tomando corpo pós Revolução Francesa inspirada pelo desejo de liberdade e igualdade e pós Revolução Industrial. Este estilo de época fora marcado por três pilares: O individualismo, o subjetivismo e a intensidade, manifestados pelas temáticas social, do amor, da natureza e da supervalorização a mulher (FILHO, 2002, p. 29).

Houve um grande desejo de romper com os modelos clássicos e elitistas anteriores, por isso intensifica-se o sentimento de nacionalidade, gosto pelas tradições locais e poesia popular e pela história e literatura da idade média.

A escultura romântica, desenvolvida em paralelo com a escultura neoclássica, não contemplou qualidade estética nem importância iguais à da pintura da mesma época. Protagonizada pelo francês Antoine Louis Barye (1796-1875), que conduziu para a escultura o espírito romântico do pintor Delacroix, de quem era amigo, concretizou peças baseadas no



estudo naturalístico e fortemente expressivo de animais selvagens, como por exemplo, a escultura *O Jaguar devorando uma lebre*, (FILHO, 2002, p. 30). Isto contribuiu fortemente para revelar traços da paisagem e como ela fora representada.

Podemos afirmar que no Brasil este movimento artístico contribuiu para uma nova visão de mundo, mais humana, subjetiva e valorizadora da cultura que estava sendo formada com base na paisagem nacional.

Já o Realismo, no Brasil, despontou em consequência da crise criada com a decadência econômica açucareira, o crescimento do prestígio dos estados do sul e o descontentamento da classe burguesa em ascensão na época, o que facilitou o acolhimento dos ideais abolicionistas e republicanos. O movimento Republicano em 1870 fundou o Partido Republicano, que lutou para trocar o trabalho escravo pela mão-de-obra imigrante. Nesta conjuntura, as ideias de Comte, Spencer, Darwin e Haeckel conquistaram os intelectuais brasileiros que se identificaram e entregaram ao espírito científico, contendo a concepção espiritualista do movimento Romântico (FILHO, 2002, p. 31).

A explicação do universo através da Ciência, tendo como guias o positivismo, o darwinismo, o naturalismo e o cientificismo guiavam os ideais dos intelectuais. O grande divulgador do movimento foi Tobias Barreto, ideólogo da Escola de Recife, admirador das ideias de Augusto Comte e Hipólito Taine. Destacou-se neste movimento, na literatura, Machado de Assis e Aloisio de Azevedo que com seus Romances Realistas deixaram um retrato das mazelas da sociedade da época (FILHO, 2002, p. 32).

Muitos outros movimentos influenciaram e sofreram influências das ciências exatas e naturais e de diversas correntes ideológicas, revelando uma interseção entre vida e arte/literatura.

Já na sociedade contemporânea percebe-se uma tendência de aproximação da arte com diversas áreas do conhecimento e principalmente uma proximidade com as marginalidades. O material artístico deixa de ser algo distante e extremamente valorizado para fazer parte do que é comum, cotidiano, sujo, descartável, acessível. A tendência é mesclar várias artes em uma mesma obra e usar materiais inusitados ou que serviriam como lixo, gerando uma aproximação entre o acadêmico e o popular, o artesanal e o industrial e entre as diversas realidades sociais e culturais.





O desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação também tem influenciado nesta mistura de linguagens tornando mais acessíveis e próximas as diversas áreas do conhecimento. A tendência de se combinar várias linguagens se percebe no livro tradicional, que é literatura impressa mais pode ser também digital e/ou audiovisual. Na música vemos os vários ritmos, instrumentos tradicionais ou tecnológicos e variados estilos e temáticas que também mostram a tendência multicultural. Há ainda as artes visuais que usam variadas técnicas e materiais inusitados como resíduos, o se vê, por exemplo, na obra do artista Vik Muniz.

Há atualmente uma nova visão do que é arte, aproximando-a mais de outras áreas do conhecimento, contribuindo para a diversidade de linhas de pensamento científico ou estético, o que contribui para um mundo mais humano e sensível e uma visão de conhecimento formada por redes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões, provocações e histórico apresentado no artigo, percebe-se que as artes podem contribuir e vem contribuindo para uma quebra de paradigmas, pois além de ajudar a humanização dos cidadãos, ele traz em si um conjunto de conhecimentos sobre um dado contexto histórico-social. As ciências humanas e as artes têm um papel fundamental de pensar a relação homem e conhecimento sem separar o objeto do conhecimento do que é humano, pois não há como fazer tal separação já que estas áreas estudam e revelam o próprio homem, à mediada que elas se aproximam das ciências exatas e da natureza contribuem para a humanização destas.

Porém no Brasil, no geral, ainda se nota um estigma negativo em relação às artes, a filosofia, a sociologia e outras ciências humanas. A educação Brasileira não tem demonstrado valorização à arte como um elemento essencial que contribui para a humanização, e que interage com a vida e com os conhecimentos científicos. Isto é observado não somente na pouca carga horária destinada às disciplinas artísticas mais também nos projetos políticos pedagógicos e legislação. Observa-se também um distanciamento entre as disciplinas de áreas exatas em relação às humanas e destas em relação à primeira. A interdisciplinariedade ainda é



um projeto teórico escrito em alguns projetos políticos pedagógicos ou em documentos que descrevem projetos e políticas públicas.

A arte trabalha com o sensível, mas usa também as operações lógicas e matemáticas, ela mescla imaginação e realidade, revelando mundos individuais e coletivos e transpondo as barreiras das disciplinas. Ela inter-relaciona saberes para revelar e reinventar a realidade. Se estas características fossem olhadas com mais cautela e sensibilidade poder-se-ia “usar” a literatura e as artes como uma linha para costurar a colcha de retalhos do conhecimento.

É necessário olhar as artes, e a literatura principalmente, não apenas como elemento de lazer, beleza, catarse ou fruição, mas como um ícone do conhecimento humano que pode romper barreiras sociais, culturais e históricas e auxiliar na compreensão do homem e do Universo. E desta forma, por ser essencialmente um elemento corruptor de fronteiras que ela provoca o homem a repensar a si mesmo e a sua história, podendo gerar um movimento de repensar o pensamento, criando redes de sentidos para o saber.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradutor: Editora Pensamento-Cultrix. 11 ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais, terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Língua estrangeira moderna*. Brasília: MEC, 1998.

FILHO, Domício Proença. *Estilos de época na literatura*. 15 ed. São Paulo: Ática editora, 2002.

MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Richard Perassi Luiz de. *Roteiro didático da arte na produção do conhecimento*, Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

BRASIL. *Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005*. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. In: *D.O.U. DE 08/08/2005*, p. 1.



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 2939 de 24 de novembro de 1999*. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino do idioma espanhol na rede municipal de ensino e dá outras providências. *In: Leis Municipais*. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1999/293/2939/lei-ordinaria-n-2939-1999-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-ensino-do-idioma-espanhol-na-rede-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias-1999-11-24.html>. Acesso em 10/05/2014.

### ARTIGOS NA INTERNET

SILVA, Alexandre Palma da. Petição pela valorização da disciplina Arte ao MPRJ. *In: avaaz.org*. Disponível em [https://secure.avaaz.org/po/petition/ACAO\\_CONTRARIA\\_A\\_POLIVALENCIA\\_E\\_A\\_CARGA\\_HORARIA\\_REDUZIDA\\_DA\\_DISCIPLINA\\_ARTE/?pv=48](https://secure.avaaz.org/po/petition/ACAO_CONTRARIA_A_POLIVALENCIA_E_A_CARGA_HORARIA_REDUZIDA_DA_DISCIPLINA_ARTE/?pv=48). Acesso em 10/05/2014.

APEERJ. Abaixo-assinado sobre a exclusão do espanhol da grade curricular da Rede Municipal do Rio de Janeiro. *In: www.peticaopublica.com.br*. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2013N38954>. Acesso em 10/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Programa Rio Criança Global. *In: Prefeitura do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=2320722>. Acesso em 10/05/2014.



## **CRIAÇÃO E PROCESSOS CRIATIVOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O SUJEITO CRIATIVO E A FORMAÇÃO**

NASCIMENTO, Miriam Araújo

*Estudante do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) - Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu /UNEB-Universidade do Estado da Bahia.*

*Bolsista FAPESB - Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia*

*miriamufba@yahoo.com.br*

567

### **RESUMO**

O estudo aqui apresentado tem como proposta fomentar reflexões a respeito da criação e dos processos criativos na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Como parte da pesquisa de cunho qualitativo com contextualização conceitual, base epistemológica que estamos desenvolvendo junto a escolas da rede pública de ensino em Salvador, discutimos neste artigo a formação dos jovens e adultos no contexto contemporâneo norteando a atividade educativa desenvolvida na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Como resultado apresentamos que a atividade educativa desenvolvida neste âmbito é essencial para enfatizar a questão de que a produção de sentidos-conhecimentos é recorrente dos processos de vida. Assim, destacamos de forma crítica que cada estudante da EJA pode ser considerado um sujeito criativo. Este cria conhecimentos a fim de gerar sentidos e significados para o seu viver. Sendo que essas criações e processos criativos na EJA constituem-se continuamente a partir das e com as relações histórico-sócio-cultural.

**Palavras-chave:** Criação. Processos Criativos. Educação de Jovens e Adultos.

### **ABSTRACT**

The study presented here has the purpose to foster reflections on creation and creative in youth and adults processes - EJA. As part of the qualitative research context with conceptual, epistemological basis we are developing with schools of public schools in Salvador, this article discussed the formation of young people and adults in the contemporary context guiding the educational activity developed in the inseparability of teaching and research -extension. As a result we present the educational activity developed in this area is essential to emphasize the point that the production of meanings and knowledge is recurrent processes of life. Thus, we highlight the critical point that each student EJA can be considered a creative subject. This creates knowledge to generate sense and meaning to your life. Since these creations and creative processes in EJA constitute continuously from and with the socio-cultural-historical relations.

**Key-words:** Creation. Creative processes. Youth and Adults.



## INTRODUÇÃO

Neste artigo discutimos sobre criação e processos criativos na Educação de Jovens e Adultos - EJA - destacando que cada jovem e adulto cria conhecimentos a fim de gerar sentidos e significados para o seu viver. E, de forma crítica apontamos que cada estudante da EJA pode ser considerado um sujeito criativo.

Intencionamos com este estudo fomentar reflexões sobre a formação dos sujeitos da EJA e sobre o potencial de criatividade destes sujeitos, tendo em vista que é no percurso que acontece a criação de conhecimentos e obras de arte. Priorizamos a questão de que a produção de sentidos (conhecimentos) é recorrente dos processos de vida. Para tanto, apresentamos em discussão os seguintes tópicos: (1) criação e processos criativos na educação de jovens e adultos, neste discutimos a formação de Jovens e Adultos no contexto contemporâneo; (2) criação de conhecimentos e EJA, neste o enfoque esta para o processo de geração de conhecimentos na EJA; e por fim problematizamos (3) o sujeito criativo da EJA e a formação, apresentando conceitos para processos criativos e significados para criação.

A metodologia adotada neste trabalho refere-se a uma pesquisa de contextualização conceitual (base) epistemológica, como parte da pesquisa de cunho qualitativo que estamos desenvolvendo junto a escolas da rede pública de ensino em Salvador. Entre os autores que corroboram conosco neste caminhar estão Paulo Freire, que conceitua a Educação entrelaçada às vivências de cada sujeito; Tânia Regina Dantas apresenta reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos; Silvio Zambone, que caracteriza a Arte elencando suas inter-relações com outros conhecimentos; Roberto Sidnei Macedo apresenta conceitos de formação e de atos de currículo e Valdo Barcelos reflete sobre a criação de conhecimentos e o currículo na Educação de Jovens e Adultos.

A Arte aqui é entendida como “uma forma de conhecimento que nos capacita a um entendimento mais complexo, e de certa forma, mais profundo das coisas” (ZAMBONE, 2006, p. 23). E, pensando com Freire (1990) temos que a Educação é uma relação dialética dos seres humanos com o mundo e com a linguagem e ação transformadora, a parte de um processo pelo qual alguém se torna autocrítico a respeito da natureza, historicamente, construída a partir de sua própria experiência.



Ressaltamos que a relevância dada aos processos de formação de cada estudante da EJA possibilita a valorização de suas singularidades, especificidades e do conhecimento de vida de cada um. Assim, tendo em conta que o processo de construção do conhecimento se constitui aliando conhecimentos prévios, contato com a realidade circundante, bem como novos conhecimentos, este pressuposto torna-se indispensável na promoção do conhecimento na EJA. Como bem ressalta Barcelos (2010, p.50) “não existe separação entre aquilo que as epistemologias tradicionais chamam de dimensão biológica e dimensão cultural da pessoa, e, conseqüentemente, nos seus processos de viver”. Ainda para este pesquisador, “dentre esses processos se situam a produção de conhecimentos e, como não poderia deixar de ser, a aprendizagem de homens e mulheres no e com o mundo”. O importante, ainda pensando com Barcelos, é estarmos sempre atentos e vigilantes no sentido de nunca fechar os espaços para a imaginação e para a criação.

Entendemos, pois, que os espaços das experiências apresentam conteúdos valiosos para a formação do sujeito, especialmente dos jovens e adultos, homens e mulheres, que não seguiram uma regularidade escolar. Estes, por motivos diversos, têm que dar continuidade a sua formação buscando novas perspectivas de aprendizado. Portanto, considerar as vivências e deixar que os jovens e adultos manifestem seu potencial criativo, rico de suas experiências é uma necessidade na Educação de Jovens e Adultos. Como enfoca Pimenta (2002, p. 95):

As necessidades dos jovens são mais amplas do que a frequência à escola. Os jovens buscam na escola um espaço de sociabilidade, de troca de experiências que ultrapassam as dimensões da simples, porém importante, busca da instrução. Daí a sua capacidade de intervir, até pela própria incapacidade da escola as funções para as quais foi criada. Os jovens conseguem transformar espaços estruturados por horários e atividades rígidas em espaços de descontração, criando redes de relações sociais que ampliam a sua sensibilidade.

Pensar, pois, numa EJA comprometida realmente com a aprendizagem efetiva dos jovens e adultos, repercute repensar nas questões do currículo, da metodologia, e da formação. Vale lembrar as palavras de Moacir Gadotti (2008, p.27) os jovens e adultos alfabetizados já foram desrespeitados uma vez quando teve seu direito a educação negada. Não podem agora, ao retornar sua instrução, serem humilhados mais uma vez por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura. Tânia Dantas (2012, p. 159) em seus estudos também constatou que,



Como campo epistemológico, a Educação de jovens e Adultos é marginalizada ou colocada em segundo plano no currículo dos cursos de pedagogia e nas licenciaturas de formação de professores para as diversas áreas do conhecimento, provocando uma importante lacuna na formação inicial dos professores que poderão atuar (às vezes já atuam) na modalidade da EJA (DANTAS, 2012, p. 159).

Sendo assim, há, portanto, uma necessidade de que a formação de profissionais para atuar na modalidade de ensino de Jovens e Adultos, como ressalta Dantas (2012, p. 153) atente para “a diversidade desta clientela formada por jovens e adultos com diversos interesses, observando suas demandas peculiaridades, diferenças culturais, experiências de vida, percursos históricos, saberes, características específicas considerando-os como sujeitos históricos e atores sociais”.

Estes enfoques suscitam uma visão aprofundada quanto à importância da criação de conhecimentos ou mesmo da criação artística e dos processos criativos na formação de jovens e adultos. Visão esta da necessidade de uma Educação comprometida com a intenção de elevar o sujeito através de práticas criativas desenvolvidas em seu percurso formativo. Tendo em vista que uma Educação focada neste compromisso possibilita a valorização de tudo que o adulto e o jovem já vivenciaram, resgata a importância da história de vida destes e, ainda contribui para a promoção de uma qualidade social e política. Para Froes Burnham (1998),

O currículo escolar tem a função de formar cidadãos críticos, produtivos, que participem responsabilmente da transformação de sua sociedade. Para tanto, é necessário que o currículo tome como ponto de partida a vida concreta dos sujeitos que aprendem suas experiências, seu saber no nível do senso comum.

As discussões acima suscitadas apontam o aluno da EJA como um sujeito criativo, que possui aspirações ideológicas diferentes dos alunos do ensino regular. Para o aluno, sobretudo da EJA, o espaço da escola deve ser de crescimento pessoal, de valorização de suas experiências e de suas vivências. Para Barcelos (2010, p. 94) a escola é um dos territórios de experiências humana sensível. Um lugar de palavras, de gestos, de silêncios e de atitudes. Um território de experiências vivas e vividas. Lugar onde conhecimentos e saberes se encontram, se confrontam, se antropofagiam ou se anulam.

Ao entender, portanto, a escola como um espaço onde se desenvolvem processos criativos, parte da formação dos sujeitos da EJA, torna-se fundamental conceber este lugar como um espaço de desenvolvimento social, cultural, político e pedagógico e, cada sujeito como um ser social, criativo, crítico e emocional. A escola neste sentido, como bem afirma





Gadotti (2003, p. 171) é “um espaço político, limitado, mas de importância relativa na superação das contradições da sociedade”. Subtendemos desse modo, que a escola é um espaço de criação – de si, de conhecimentos e de obras de arte – tomando, pois, estas criações como obras da vida.

## 1 CRIAÇÃO E PROCESSOS CRIATIVOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

571

Quando o docente possibilita uma atividade educativa desenvolvida na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão (CUNHA,1998, p. 10) permite que cada sujeito reflita sobre seu próprio percurso e busque novas compreensões e interpretações, a criação de novos conhecimentos. Nóvoa relata que,

“O processo de reflexão caracteriza-se pelo uso da capacidade de abstração face à descrição casuística, a fim de compreender o que foi estruturante e mobilizador para o sujeito. A singularidade de cada percurso serve para ilustrar, por intermédio de uma configuração particular, uma ideia geral que deve dar a cada participante uma compreensão suplementar e enriquecer as significações anteriormente atribuídas, assumindo-se simultaneamente como um momento do próprio processo” (NÓVOA, 2010, p. 73).

Nesta reflexão sobre a criação e sobre os processos criativos, destacamos a necessidade de entender o que são de fato os processos criativos e, refletir sobre o significado de criatividade e de criação. Esse entendimento certamente possibilitará uma compreensão maior quanto ao processo de aprendizagem e de formação dos jovens e adultos.

A pesquisadora Dantas (2012, p. 152) ressalta que os jovens e adultos são sujeitos da aprendizagem. Sendo que o trabalho educativo desenvolvido com estes deve estimular o exercício da criticidade, a promoção da curiosidade, a valorização dos aspectos emocionais, a afetividade, os sentimentos, a sensibilidade e de suas histórias de vida. Pois, tudo isto está implicado na formação, ou seja, no ato de formar e formar-se.

Assim, a docência desenvolvida tendo como fundamento ensino-pesquisa-extensão como acontecimentos indissociáveis, permite ainda avançar os conhecimentos inerentes a cada sujeito atrelando-os com os novos conhecimentos desenvolvidos. Brunner (2001, p. 72) acrescenta que “os alunos devem, no final das contas, utilizar sua própria inteligência e sua própria motivação para extrair algum benefício do que a escola tem a oferecer. A educação é um meio para fortalecer e capacitar nossos poderes mentais inatos”. Cunha (1998, p. 67)



intensifica que “entende-se conhecimento aqui para além das informações, como modos de pensar, de ver, de sentir e de atuar no mundo”.

### 1.1 FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Na contemporaneidade vivenciamos um cenário de transição de paradigmas. Assim, Cunha apresenta que:

As experiências de vida e o ambiente sócio cultural são componentes-chave na explicação do desempenho atual do professor, quer na categoria da reprodução quer na da contradição. O conjunto de valores e crenças que dão escopo à performance dos docentes são frutos de sua história e suas experiências de vida dão contornos ao seu desempenho (CUNHA, 1998, p. 53).

O contexto contemporâneo da educação evidencia que o docente precisa cada vez mais, na relação com seu aluno, ao mesmo tempo em que se implicar, indicando e construindo juntos caminhos, liberar-se do autoritarismo, deixando o seu aluno livre para desenvolver sua autonomia, aprofundar em conteúdos e criar conhecimentos conforme suas próprias possibilidades (CUNHA, 1998, p. 79). Desse modo, então, o docente trabalha com e permite o acontecer, pois, em sua práxis combinam duas premissas responsabilidade e liberdade, indispensáveis no processo criativo do qual tanto o aluno como o professor participa. Lima Jr. (2005, p. 203) apresenta que o currículo gerado nesses termos configura “a possibilidade constante de se criar os próprios caminhos, configurando-os no próprio caminhar, como base na multiplicidade de interesses, demandas e necessidades, criando-se ao mesmo tempo possibilidades de convivência de diferentes caminhos e tipos de relações entre eles”.

Essa dinâmica, portanto, da criação de conhecimentos insere, desde já, o aluno na condição de pesquisador, em estado constante de formação, sendo que seus percursos individuais e a interação sócio-histórica-cultural estão totalmente implicados. Nóvoa (2010, p. 172, grifos nosso) atesta que “a formação contínua deve ser entendida como uma contribuição exterior que pode modificar certas trajetórias de vida pelas quais *as pessoas* se constroem pouco a pouco”. E mais ainda, “a formação pertence exclusivamente à pessoa que se forma” (ibidem, p. 172), todavia,



É evidente que todo mundo depende dos apoios exteriores que ajudam, estimulam e inspiram os percursos individuais: a formação é um espaço de socialização e está marcada pelos contextos institucionais, profissionais, socioculturais e econômicos, em cada indivíduo vive. Por outro lado, a história individual está em interação constante com os acontecimentos históricos que modelam o futuro de uma dada sociedade. Mas não deve desvalorizar o fato de que pertence exclusivamente ao adulto fazer a síntese do conjunto das influências exteriores e apropriar-se do seu próprio processo de formação (NÓVOA, 2010, p. 172-173).

Ainda, corroborando as palavras de Nóvoa, Cunha (1998, p. 35) relata que “o valor que os professores dão à prática docente enquanto a sua grande inspiração para a mudança e ao saber que constroem a partir daí”, sendo que “nela localizam a possibilidade de aprenderem com colegas de trabalho, com alunos e de, refletindo sobre a própria docência, reformularem sua forma de pensar e agir” (ibidem, p. 35). Neste caso, ainda de acordo com Cunha (1998, p. 35), “há a confirmação de que o indivíduo vive é insubstituível no seu significado educativo. O fazer e o refletir sobre este fazer tem sido, no dizer dos bons professores, um mecanismo fundamental para delinearem seu desempenho docente”. Vale lembrar também as palavras de Lima Jr.,

É preciso entender e explicitar a configuração ou a composição curricular, não mais sua estruturação. Isso não através de uma megaconfiguração multirreferencial, mas da convivência e coexistência de configurações curriculares diferentes, cada qual sendo uma singularidade com sentido, emergente e negociada no contexto mais amplo da interminável busca do Homem pela compreensão do mundo, interior e exterior a si, num processo plural de produção de conhecimento e de constituição de si e do mundo, isto é, da realidade, da qual é parte integrante e íntegra, portanto, tratando-se de singularidades criadas, transitórias, abertas e inacabadas (LIMA JR., 2005, p. 203).

É necessário, portanto, perceber que o conhecimento, as produções, as criações, e a própria constituição dos sujeitos faz-se na relação, e só fazem sentido se não forem analisadas separadamente, mas na relação, como enfatiza Cunha (1998, p. 78). Então, o docente ao possibilitar o diálogo, a transformação e a criação, permite que os sujeitos envolvidos (professores e alunos) transformem dificuldades em oportunidades, alternativas e criações. Cunha ressalta que “o conhecimento é processo, portanto não é absoluto nem acabado. É elemento para ser superado” (CUNHA, 1998, p. 88). E, “aprender é aprender a criar e o que faz da aprendizagem algo criativo é a pesquisa. A verdadeira aprendizagem é aquela construída com esforço próprio através de elaboração pessoal” (ibidem).



Neste sentido, podemos dizer que a criação de conhecimento e a própria composição do currículo dos sujeitos é um processo criativo, que se constitui continuamente na própria dinâmica do viver. Por isso, como destaca Cunha (1998, p. 85-89) a essencialidade de o professor perceber que a concepção do conhecimento envolve flexibilidade e movimento e, além disso, constatar que existem diferentes fontes e formas de elaboração e a essência do conhecimento é a produção/criação com reflexão e ação.

## **2 CRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS, ATO ARTÍSTICO E EJA**

Neste estudo entendemos o conhecimento segundo a abordagem de Cunha (1998, p. 24), como “espaço conceitual, no qual os alunos e professores constroem um saber novo, produto sempre contraditório de processos sociais, históricos, culturais e psicológicos”. Conceber o conhecimento dessa maneira é compreender que dúvida, incerteza, ansiedade, reflexão predominam no processo de criação. Desse modo é importante enfocarmos que o conhecimento é constituído imbuído de histórico, bem como é provisório e relacional. Sendo que a subjetividade, a cultura e a identidade do sujeito estão totalmente implicadas. Para Cunha (1998, p.13) a criação de conhecimentos envolve,

Uma visão de mundo, uma perspectiva de transitoriedade, uma concepção de movimento, de vida. Esta presidida pela perspectiva de que o homem é um sujeito histórico e que toda a sua produção é construída tendo esta condição como referência. Assim, o conhecimento não se produz ao acaso e sim a partir de necessidades e contradições humanas e sociais.

Tomando, pois, a criação de conhecimento como um ato artístico, vale pensarmos com Vygotsky (2001, p.325), para este “o ato artístico é um processo que amplia a personalidade, e enriquece-a com novas possibilidades”. E, além disso, “a arte exige resposta, motiva certos atos e atitudes” (ibidem, p.318), assim como a leitura. Nesse sentido, atribui à arte, um papel “imanentemente social; o meio social extra-artístico, afetando de fora da arte, encontra resposta direta e intrínseca dentro dela” (Bakhtin, 1996).

A criação de conhecimento como um ato artístico compõe-se a partir da capacidade criativa do sujeito, como também de um fazer, de uma construção, de uma produção, de um processo. Refletindo com Bosi (2000, p. 13, grifos nosso) temos que “a arte é um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela natureza e pela cultura.



Nesse sentido, qualquer atividade humana, desde que conduzida regularmente a um fim *em* “*metamorfose*”, pode chamar-se de artística”. E mais ainda, “a arte é uma produção; logo supõe trabalho. Movimento que arranca o ser do não ser, a forma do amorfo, o ato da potência, o cosmos do caos” (BOSI, 2000, p. 13). Subtendemos desse modo, que a arte, enquanto processo criativo possibilita que aos sujeitos criar conhecimentos e obras de arte (obras de vida).

Para a filósofa Chauí (2002, p.112) conhecer é “passar da aparência a essência, da opinião ao conceito, do ponto de vista individual a ideia universal de cada um dos seres e de cada um dos valores da vida moral e política”. Para esta filósofa as fontes e formas do conhecimento são: sensorial, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição intelectual. Sendo que por meio dessas fontes e formas do conhecimento, cada sujeito pode manifestar-se como “sujeito do conhecimento” ou “consciência reflexiva” (Chauí, 2002, p. 118), e mais, este “formando-se como atividade de análise e síntese, de representação e significação voltadas para a explicação, descrição e interpretação da realidade e das outras três esferas da vida consciente – a vida psíquica, moral e política –”.

Para Macedo (2013, p. 36) “o conhecimento é uma construção humana, estão valores, sensibilidades e motivações são componentes necessários de sua constituição, e a distinção entre valores fatos colapsa”. Este pesquisador, fundamentado no construtivismo social, alerta que “ao invés de descobrir uma realidade objetiva e independente, o ser humano constrói o conhecimento por meio de suas interações”. Para o construtivismo social, ainda pensando com Macedo (2013, p. 35) nós construímos teorias a respeito do funcionamento do mundo ativamente, mas sempre ao longo da interação social. Nisto funda-se “a crença de que o sujeito do conhecimento constrói esse conhecimento por meio da linguagem”. Corroborando com Macedo, Cunha (1998, p. 12) intensifica que conceber “o conhecimento numa perspectiva de que o homem é um sujeito histórico, e levar em consideração que o homem é por natureza capaz de investigar, simplesmente por que pensa, tem dúvidas e vive”. Nesta perspectiva há uma valorização do pensamento divergente por ser este condição para a criatividade.



### 3 O SUJEITO CRIATIVO DA EJA E A FORMAÇÃO

Para Dominicé (2010, p. 95) os conhecimentos adquiridos pelos adultos resultam de uma rede de fontes de informação. Sendo que “o saber de referência está, sobretudo relacionado com a maneira como os adultos voltam a trabalhar ou modificam o que os agentes da sua educação quiserem ensinar-lhes”. A formação, neste sentido, depende da transformação que cada um faz ou dá a respeito daquilo que lhe foi ensinado. Ainda pensando com Dominicé (2010, p. 95) “a formação corresponde a um processo global de autonomização, no decurso do qual a forma que damos à nossa vida se assemelha ao que alguns chamam de identidade”.

Também quanto à formação, em seu estudo sobre atos de currículo, Macedo (2013, p.53) afirma que: “ao avaliar a formação como um ato de currículo é fundamental a contextualização das circunstâncias com as quais a aprendizagem acontece”, ainda, “a formação se realiza num laboratório a céu aberto. Nesses termos, as circunstâncias fazem parte do próprio ato de avaliar, porque a aprendizagem reflete essa realidade”.

Para este pesquisador (MACEDO, 2013, p. 53) “quem aprende e compreende é o sujeito, sempre em relação, mas é o único que ao final pode demonstrar a sua condição de estar em formação ou formando-se, com todas as ambivalências que podemos viver nessas experiências. Até porque a formação na sua base semântica mais elaborada quer dizer modo de ser”. Em correlação com este pensamento Fulanetto (2010, p.170) ressalta que “a formação não é algo que acontece em paralelo a vida, mais que se articula a ela”. Sendo que “ao retornar sua história de vida nos espaços de formação, e ao pensar sobre ela, os sujeitos se reencontram com experiências simbólicas que se apresentam como ideias, emoções, acontecimentos que se destacam do pano de fundo da existência e pedem para serem compreendidos”. Ainda para esta pesquisadora (2010, p. 170), “o adulto, ao entrar em contato com seu percurso, pode buscar, de certa forma, em sua vida, em suas experiências tomar consciência de um plano que vem permeando suas ações. Ao retornar sua história de vida, percebe que elas se articulam, desenhando um plano nem sempre conhecido”.

A formação, ainda pensando com Fulanetto (2010, p. 170), expande seus limites. Pois, “ao acolher os conteúdos ‘não sabidos’ possibilita que a consciência, também, se expanda na vivência desse processo. Dessa forma estará o adulto mais equipado”. Neste sentido, ao valorizar os espaços de formação, enquanto espaços também de criação de conhecimentos e, de



obras de arte, cria-se a possibilidade de que cada jovem e adulto – sujeito criativo – promova intervenções no mundo, desenvolva experiências respeitadas de liberdade, e como diria Freire (1996, p. 107) desenvolva “a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”.

### 3. 1 PROCESSOS CRIATIVOS

Compreendemos, na criação, que a ulterior finalidade de nosso fazer seja poder ampliar em nós a experiência de vitalidade. Criar não representa um relaxamento ou um esvaziamento pessoal, nem uma substituição imaginativa da realidade; criar representa uma intensificação do viver, um vivenciar no fazer; e, em vez de substituir a realidade, é a realidade; é uma realidade nova que adquire dimensões novas pelo fato de nos articularmos, em nós e perante nós mesmos, em níveis de consciência mais elevados e mais complexos (OSTROWER, 1987, p. 28).

As reflexões sobre a educação de jovens e adultos na contemporaneidade sugerem, essencialmente, que os professores possibilitem que seus alunos estejam cientes de seus próprios processos criativos e de como eles são constituídos, percebendo que estes processos são configurados na/com a própria formação, ou são em si o estado de formação dos sujeitos, portanto são complexos e dinâmicos. Os processos criativos são os modos de instituir, constituir, produzir e criar dos sujeitos.

Estes processos, como ressalva Lima Jr. (2005, p. 102), são constituídos/constituem e acontecem no/com o dinamismo da vida e da realidade, no qual “o ser humano participa do dinamismo criativo da vida e da realidade e, de dentro dela, reflete sobre tal processo, percebendo-o e percebendo a si mesmo nele, representando-o comunicando entre si ao nível mental e da linguagem”. Nesses processos, pensando com Lima Jr. (2005, p. 103) há “emergências, composições, configurações, singularizações e criações” são “eventos concretos, vivíveis” e ao mesmo tempo “flexíveis, dinâmicos, abertos, em fluxo e em devir” (ibidem, p. 103). Os processos criativos desse modo podem ser entendidos como “espaços acontecimentais” (LIMA JR., 2005, p. 99). Estes acontecem nas/com diversificadas possibilidades de criação.





### 3.2 O QUE SIGNIFICA CRIAÇÃO?

Ostrower nos diz que criar é basicamente dar forma (OSTROWER, 1978, p. 9). Ao criar o homem participa conscientemente da vida e busca o novo. Sendo que os valores culturais, sociais e políticos influenciam as configurações do sujeito. Esses mesmos valores culturais, políticos e sociais já determinam antes alguns significados.

Para Ostrower (1978, p. 9) tanto o fazer quanto o configurar do homem são atuações de caráter simbólico, pois este busca dá significados a acontecimentos que ocorrem dentro de si e ao que está à sua volta. A autora (ibidem) aponta ainda que a criação é decorrente da necessidade que o homem tem de comunicar-se com outros seres humanos. Ainda com esta pesquisadora (ibidem) essa comunicação se dá através de formas. O homem sempre relaciona e dá forma, seja ao agir, sonhar, imaginar.

578

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As criações, pois, constituem-se continuamente a partir das relações histórico-social e possuem caráter contextual. E, por isso mesmo, essas criações também provêm da relação do sujeito com suas experiências, com sua dinâmica interna e com a própria dinâmica do viver. Cada ser humano forma-se num contexto de diálogo, transformação e criação. Desse modo, nesta pesquisa problematizamos e suscitamos novas provocações ao considerarmos cada estudante da Educação de Jovens e Adultos como um sujeito que cria revelando sua inteligibilidade.

Evidencia-se neste estudo, portanto, que as criações acontecem tendo nas relações um manancial, na qual cada sujeito tem a possibilidade de experienciar, criar, criar-se e ao mesmo tempo ampliar potencialidades. Destacamos, pois, que priorizar a valorização de tudo que o adulto e o jovem já vivenciou repercute na possibilidade da construção de uma qualidade social e política. Nesta, pois, incide uma Educação de Jovens e Adultos comprometida com a intenção de não apenas educar, mas sobretudo elevar o sujeito através de suas criações e da recriação de si.



## REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Valdo. *Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BAKHTIN, M. M. & VOLOSHINOV, V. N. *Discurso na vida e discurso na arte*. In: Revista Zvezda, n.6. [Trad. FARACO, C. A. & TEZZA, C], 1996.
- BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática, 2000.
- BRUNER, Jerome. *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.
- CUNHA, Maria Isabel. *O professor universitário na transição de paradigmas*. Araraquara: JM Editora, 1998.
- DANTAS, Tania Regina. Formação de professores em EJA: uma experiência pioneira na Bahia. In: DANTAS, Tania Regina. *Revista da FAEEDA*. Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 21, n. 37, jan./jun., p. 147-162. 2012.
- DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, A. & FINGER, M. (orgs.). *O método (auto) biográfico e a formação*. Natal: RN EDUFRN. São Paulo: Paulus. p. 80-95, 2010.
- FREIRE, P. & MACEDO, D. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e terra [Trad. de L. L. De Oliveira], 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRÓES BURNHAM, T. *Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar*. In: BARBOSA, J. Reflexões em torno da abordagem multirreferencial. São Carlos: UFSCar, 1998.
- FURLANETTO, E. C. "Individualização história de vida e formação". In: BARBOSA, R. L. L. & PINAZZA, M. A. (orgs.). *Modos de narrar a vida: cinema, fotografia, literatura e educação*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.
- GADOTTI, Moacir. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 2003.



LIMA JUNIOR, Arnaud Soares de. Tecnologias intelectuais e educação: explicitando o princípio proposicional/hipertextual como metáfora para educação e o currículo. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 13, n. 22, p. 401-416, jul./dez., 2004.

\_\_\_\_\_. *Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual*. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro, Bahia: FUNDEF, 2005.

LIMA JUNIOR, Arnaud Soares de. Tecnologias intelectuais e educação: explicitando o princípio proposicional/hipertextual como metáfora para educação e o currículo. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 13, n. 22, p. 401-416, jul./dez., 2004.

\_\_\_\_\_. *Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual*. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro, Bahia: FUNDEF, 2005.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Atos de currículo e autonomia pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NÓVOA, Antonio; FINGER, Mattias. *O método (auto) biográfico e a formação*. Rio Grande do Norte: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Acasos e criação artística*. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2002.  
VYGOTSKY, L. S. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes. [Trad. BEZERRA, P.], 1999.

ZAMBONI, Silvio. *A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência*. São Paulo: Autores associados, 2006.



## A AGROECOLOGIA COMO CAMINHO ÉTICO PARA SE OBTER SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

CAMPOS, Maria Aparecida  
*Professora de Tecnologia de Alimentos da Escola de Nutrição, Unirio*  
*maria.aparecida.camp@terra.com.br*  
*cidacampos53@gmail.com*

OLIVEIRA, José Carlos de  
*Professor do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia e do*  
*Departamento de Engenharia Elétrica (Poli/UFRJ)*  
*jcarlos@dee.ufrj.br*

581

**RESUMO:** Este artigo procura mostrar que os princípios atuais - conhecimentos, técnicas e práticas - da Agroecologia se apresentam como caminho alternativo, viável e Ético, para garantir Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A abordagem adotada é imersa em interdisciplinaridade e se aproxima de referenciais metodológicos que se matizam com o paradigma do materialismo histórico dialético. Abarca uma ligeira revisão bibliográfica que oferece alguns dos principais autores que tratam de Agroecologia e discorre que a práxis Ética também se refere ao futuro, respeitando os limites da Natureza, procurando não se atentar para o crescimento em si, que causa degradação ao nosso *habitat*, mas tendo como referência o desenvolvimento e bem estar humano.

**Palavras- Chave:** agroecologia, ética, segurança e soberania alimentar.

**ABSTRACT:** This paper seeks to show that the current principles - knowledge, techniques and practices - of Agroecology and discusses the Ethics praxis also refers to the future, within the limits of Nature, trying not to put focus on the growth itself, which causes degradation of our habitat, but with reference to the *Agroecology* present themselves as alternative, viable and ethic way to ensure Sovereignty and Food Security and Nutritional. The approach adopted is immersed in an interdisciplinary approaches and methodological frameworks that nuance with the paradigm of dialectical historical materialism. This paper brings a literature review that provides some of the main writers on human development and well being.

**Key words:** Agroecology, Food sovereignty and security, safe food.

### INTRODUÇÃO

Procura-se explorar neste artigo o caráter interdisciplinar da Agroecologia e, ademais, intenciona mostrar que as questões envoltas pela agroecologia têm uma abrangência ampla, cuja teoria e prática podem levar a soluções para os graves problemas que a modernidade enfrenta como a degradação ambiental, a alimentação não sadia, combate os aspectos mais sobressalentes da insegurança alimentar e pugna por um novo sistema econômico que visa muito mais ao bem estar humano do que a realização do capital. Enfim, esse artigo discute a agricultura com base



agroecológica como um caminho ético para se obter a Soberania e a Segurança Alimentar, promovendo o desenvolvimento sustentável que faz bem ao ser humano, aos seres vivos e ao meio ambiente e incorpora também a responsabilidade do ser humano com as gerações futuras, com todos os demais seres vivos inclusive a espécie humana e, portanto, com o meio ambiente presente que afeta o futuro.

São diversos autores que tratam desse assunto de forma cuidadosa e precisa. De início então vamos nos deter em alguns representantes significativos que buscam fundar e dar uma consistência a Agroecologia como um campo robusto para atender os objetivos anunciados. Iniciamos com algumas expressões brasileiras.

Caporal e Costabeber (2002) trazem a ideia de que se tem vinculado a Agroecologia, como prática que oferta produtos agrícolas “limpos”, ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles apregoados pela chamada Revolução Verde. A Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem ao ser humano e ao meio ambiente, afastando-nos de uma agricultura intensiva de capital e energia e de recursos naturais não-renováveis, sendo agressivas ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica a outras nações. Ainda segundo eles, ela deve ser entendida com um enfoque científico, uma ciência com o concurso de muitos saberes, ou de forma mais completa, como um conjunto de conhecimentos que nos ajuda tanto para a análise crítica da agricultura convencional, como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. Assim o enfoque agroecológico traz consigo as ferramentas teóricas e metodológicas que auxiliam a considerar de forma holística e sistêmica, as seis dimensões da sustentabilidade: a Ecológica, a Econômica, a Social, a Cultural, a Política e a Ética.

Para Caporal e Costabeber (2002), uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais, por insumos alternativos, “ecológicos” ou “orgânicos”, não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. É preciso ter em mente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados, pode não ser a solução. A produção agroecológica desencadeia uma série de conhecimentos e saberes, do homem em correspondência a harmonia da natureza.

Para Gliessman (2001), destaca que esse termo “sustentabilidade”, tão caro a agroecologia, tem significados diferentes na bibliografia, mas acentua que todos estão de acordo, que esse termo funda-se em base ecológica. No geral a produção sustentável deveria dar a condição de produção hoje, tendo capacidade de se renovar no amanhã, logo com comprometimento a continuidade de produção.



Porém não se pode provar a “sustentabilidade”, pois sua prova está no futuro, fora do nosso alcance; entretanto é possível observar quando uma prática está se afastando da “sustentabilidade”. Isso pode ser notado, por exemplo, pela contaminação da água e do solo, estagnação da produção, pobreza do solo, entre outras causas na prática da agricultura convencional.

Os já citados Costabeber e Caporal também emprestam ao conceito de sustentabilidade algo novo, ao promover ações que ao visar satisfação das necessidades da geração presente atenta-se igualmente em não comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer então as suas próprias necessidades. Apegam-se as ideias de Doering (apud COSTABEBER e CAPORAL, 2004, p.38), que afirmava que uma agricultura sustentável implicaria numa menor utilização de *inputs* externos e a introdução de novos métodos de gestão e sistemas de cultivo, em que se privilegia o melhor aproveitamento e recursos localmente disponíveis. Esses métodos, privilegiando o local, exercem uma mínima pressão sobre o meio ambiente, por permitir maior visibilidade das variáveis envolvidas e permitirem maior precisão na manutenção da produtividade em longo prazo.

Altieri, um acreditado precursor do assunto e renomado pensador da Agroecologia, muito visitado pelos autores brasileiros (apud COSTABEBER e CAPORAL, 2004, p.36). Ele considera que os elementos decisivos de um agroecossistema sustentável relacionado a conservação de recursos renováveis, a adaptação das espécies cultivadas às condições ambientais e a conservação de níveis moderados de produtividade, rendimento e fertilidade do solo sustentáveis, controle natural de pragas, mediante o desenho de agroecossistemas diversificados e o emprego de tecnologias auto-sustentáveis. Portanto Gliessman, Costabeber e Caporal e Altieri põem em evidência que a agricultura do futuro deverá ser sustentável, altamente produtiva com o fim de proporcionar os alimentos requeridos por uma população que segue aumentando. Assim podemos nas palavras de ALTIERI, (2002, p.26) anotar:

A Agroecologia geralmente representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. A Agroecologia oferece, portanto, uma abordagem alternativa, que vai além do uso de insumos alternativos, buscando o desenvolvimento de agroecossistemas integrados e com baixa dependência de insumos externos. A ênfase está no planejamento de sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e os sinergismos entre os componentes biológicos substituem os insumos promovendo os mecanismos de sustentação da fertilidade do solo, da produtividade e da proteção das culturas.

Jacimar de Souza chama a atenção sobre a diversificação da produção como sendo um componente fundamental da agroecologia. De acordo com SOUZA (2005, p.21): “Sistemas de





produção diversificados são mais estáveis porque dificultam a multiplicação excessiva de determinada praga e doença e permitem que haja um melhor equilíbrio ecológico no sistema de produção, por meio da multiplicação de inimigos naturais e de outros organismos benéficos.”

Outros autores entram na composição do campo de conhecimento agroecológico. Desta forma Doran e Parkin, 1994 (apud VEZZANI, 2001, p.7), revelam que um conjunto básico de indicadores de ordem física, química e biológica importantes para a qualidade do solo, que vem dar consistência aos necessários conhecimentos agroecológicos: textura, profundidade do solo e raízes, densidade do solo, infiltração, capacidade de armazenamento e retenção de água, conteúdo de água, temperatura do solo, carbono e nitrogênio orgânico total, pH, condutividade elétrica, nitrogênio mineral, fósforo, potássio, carbono e nitrogênio da biomassa, nitrogênio potencialmente minerável, respiração do solo, carbono na biomassa em relação ao carbono total e respiração microbiana em relação à biomassa. Esses indicadores estão relacionados às seguintes funções do solo: habilidade de regular e compartimentalizar o fluxo de nutrientes e químicos, promover e sustentar o crescimento de plantas, manter um habitat biológico adequado, responder ao manejo resistindo a degradação.

Segundo Vezzani (2001), que se baseia em observações de Duran e Parkein, o sistema solo é o resultado de complexas interações dos sistemas minerais, plantas e micro-organismos. O seu funcionamento ocorre pela passagem do fluxo de energia e matéria, o qual se caracteriza pela entrada de compostos orgânicos adicionados pelas plantas e transformados pelos micro-organismos. Conforme este fluxo, o sistema se auto-organiza em estados de ordem, os quais são representados de certa forma, pela hierarquia de agregação do solo. O processo de agregação consiste na formação em sequência de estruturas cada vez mais complexas, conduzida pela entrada de compostos orgânicos. Estas estruturas possuem níveis de ordem, que aumentam conforme aumentam a interação entre os minerais, as plantas e os micro-organismos.

Muitas pessoas, principalmente os agricultores, possuem incertezas, quanto ao uso da prática agroecológica dar certo, bons resultados e bons rendimentos. Muller et al (2000), fornece importantes questões práticas. A agricultura agroecológica será uma agricultura do futuro, que poderá sustentar-se ao longo dos anos. A base está na educação e no conhecimento e o desafio está em entender e analisar o âmbito tão sistêmico do agroecossistema que sua prática nos fornecerá.

Esses aportes são suficientes para diferenciar a agroecologia da Agricultura convencional. Esta trilhou um caminho de reducionismo, de eficiência de volume, de realização do produto no mercado, buscando maior venda, maior lucro, mesmo barateando o preço dos produtos. A essência de um sistema alimentar, nos moldes convencionais, é que o alimento é considerado uma mercadoria,





como qualquer outra, o que gera muitos conflitos se pensarmos no bem estar humano como principio fundante para uma sociedade mais estável e sustentável.

A transição da agricultura convencional para a agroecológica não deverá, e tampouco poderá, ocorrer de imediato, apesar de notória a sua “performance”. Ela deve ser moldada no tempo, enfrentando, muitas vezes a resistências e antagonismos, dos agronegócios e das visões arraigadas, ainda em maioria, dos agricultores existentes. Assim é que das várias tentativas de mudança, de bons sucessos iniciais, acabam em variadas vezes retornando aos meios, formas e práticas de produzir antigos, tal é a força e estruturação do sistema capitalista. Nesse sentido, é necessário mostrar que a agricultura convencional praticada é insustentável ao longo do tempo apesar dela poder alavancar temporariamente altos índices de “produtividade”, se não atentarmos para outras variáveis do meio ambiente.

Caporal (2002) observa que a transição da agricultura convencional para agriculturas sustentáveis ocorre mediante um processo gradual de mudanças, nas formas de manejo dos agroecossistemas, num processo que será contínuo e multilinear, no qual vão sendo paulatinamente, apropriados e incorporados novos princípios, métodos, práticas e tecnologias e ao redesenho dos agroecossistemas para assegurar patamares mais adequados de sustentabilidade em todas as suas dimensões salienta que algumas premissas devem ser observadas quando se trabalha a partir do enfoque agroecológico. É necessário atender a requisitos sociais, considerar aspectos culturais, cuidar do meio ambiente, apoiar o fortalecimento de formas associativistas e de ação coletiva, contribuir para a obtenção de resultados econômicos e atender a requisitos éticos. Assim, a agricultura agroecológica passa a ser vista de uma maneira sistêmica e sustentável.

Quanto às práticas da agricultura agroecológica, Costabeber (2002), levanta alguns pontos relacionados ao resgate de espécies nativas que conservem a biodiversidade, responsável pela harmonia nos agroecossistemas pois, como já registrado, propiciando redução no aparecimento de pragas e doenças. Nessa prática de adaptação de espécies às condições locais, obtem-se ciclagem de nutrientes, diversificação do ambiente de cultivo, logo nutrição equilibrada das plantas, pela otimização do uso dos recursos locais. A Agroecologia implica desta forma uma visão holística, intervindo de maneira sistêmica no agroecossistema, abordando além do lado econômico, a dimensão ambiental, cultural, política e ética.

A implantação do modelo agroecológico, que potencializa a multifuncionalidade da propriedade pode ser favorecido pela estrutura da agricultura familiar, pois esta tem reconhecida eficiência produtiva, e relevante contribuição para a conservação dos recursos naturais e proteção da



biodiversidade, por ter o agricultor possui uma visão de toda a sua propriedade. Segundo Costabeber e Melgarejo (2002), o objetivo da pesquisa agroecológica é a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que exige maior ênfase em conhecimento, análise e interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. A agricultura agroecológica é um modelo sustentável de agricultura, que beneficia o ser humano, os seres vivos, e o meio ambiente como um todo. Ou seja, cria uma ética ambiental que beneficia a todos, presente e futuras gerações.

A sustentabilidade necessita deixar de ser categoria acadêmica e contra-hegemônica na sociedade, passando a integrar os valores legítimos da prática da cidadania cosmopolita global. O fundamento das ações mais simples como o abrir e fechar de uma torneira devem estar impregnados não apenas de conhecimentos, mas principalmente, de compromissos éticos com os semelhantes, habitantes de um mesmo planeta. Este compromisso não se restringe ao presente, mas deve lançar luzes para o futuro, garantindo às futuras gerações o conhecimento do mundo tal qual hoje ele é conhecido. Sob essa ótica, a Agroecologia na prática deve traduzir esse comprometimento em ações estratégicas, presididas por prioridades de cunho ético-político, a saber: deve favorecer o processo de conscientização informada dos agentes sociais envolvidos; deve favorecer a prática da orientação estratégica eticamente fundamentada na formulação, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de suas práticas.

A internalização da ética socioambiental dar-se-á através de sua própria *práxis*, pela indução de ações, definidas em função de finalidades correspondentes e valores eticamente fundados na democracia participativa, em favor da construção da modernidade ética sustentável que permitirá a perenização da construção de processos de desenvolvimento rural sustentável. Aqui podemos também resgatar Hans Jonas (2006), para subsidiar nossas considerações. Hans Jonas estabeleceu uma ética de responsabilidade tendo em vista à sobrevivência da espécie no planeta que nortearia a ação do homem na moderna civilização tecnológica. Os atos humanos amparados nos dias atuais em tecnologias que dão ao homem poder de alterar drasticamente o meio ambiente, mas com poder também de danificar irremediavelmente tanto a natureza como o próprio homem, enseja que se atente fortemente para a responsabilidade, que não era constante de éticas até então propostas. Esta passa agora a fornecer normas que buscam garantir a sobrevivência da espécie humana no futuro considerando que as gerações futuras não podem ser ignoradas. Seu imperativo ético estabelece que: “aja de tal modo que os efeitos da sua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”. (Jonas, 2006 p.18). Com isso passa a considerar a tecnologia como



problema filosófico. Portanto é uma ética que não tem a ver exclusivamente com atitudes a serem observadas na vida social com o outro imediatamente. Embora deva ser praticada no presente, ela tem a ver com o futuro. Ele reconhece o valor da natureza (flora, fauna, biodiversidade, água e ar puros) para preservação da espécie humana sendo, portanto, justo reconhecer o valor do meio ambiente natural. Por causa do grande avanço científico e tecnológico, a ética tem adquirido em nossa época novas dimensões de responsabilidades. Mas certamente por essa razão Hans Jonas diz que os desenvolvimentos do poder técnico baseado no progresso modificam as condições da existência humana, de uma maneira tão radical, que é necessário considerar seriamente o problema ético da responsabilidade tecno-científica. Esta problemática foi analisada por Hans Jonas que diz que as éticas até agora estiveram aplicadas à evolução da ação com um alcance imediato. Tinha que ver com o aqui e agora, eram situações concretas dos homens, tanto quanto na esfera pública quanto na particular. Mas não havia nenhuma responsabilidade por efeitos futuros. A proposta consiste, assim, em pensar num modelo ético que deixe impacto da tecnologia na natureza, da maneira que o custo futuro das ações possa ser regulado. O que procura Jonas em síntese é demonstrar que a espécie humana não sobreviverá caso não se abandone a lógica de produção que devasta os recursos naturais e que, portanto, deve o homem centrar seu agir (ético) não apenas calcado no reconhecimento mútuo de direitos e deveres mas, que considere os seres humanos que ainda virão. Pode-se atribuir, por estas considerações de Hans Jonas, ser ele um dos construtores significativos da ética ambiental, que implica no futuro. (JONAS, 2006)

### **AGROECOLOGIA: CONCEITOS E PROPOSIÇÕES.**

A popularização do termo agroecologia se deu principalmente a partir da década de 1980, com os trabalhos de Miguel Altieri. Estudando os sistemas de cultivos tradicionais indígenas e camponeses, apreendeu a noção de conciliação das práticas agrícolas com as características naturais de cada ambiente. A partir do aprendizado com essas experiências Altieri difundiu o termo Agroecologia como um marco conceitual, que posteriormente foi apropriado por diversas instituições e organizações no campo, que já trabalhavam com Agricultura Alternativa (LUZZI, 2007).

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna (...). Isso leva a um processo de reconstrução das práticas e dos valores autóctones das etnias, conservando suas identidades culturais (...) (LEFF, 2002. p. 41).

Os trabalhos sobre Agroecologia contêm diversos vieses. Alguns artigos e trabalhos publicados apresentam a proposta agroecológica como mera substituição dos insumos químicos por



processos naturais. Caem, portanto, numa perspectiva ecotecnocrática, numa tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, podendo inclusive sustentar monoculturas orgânicas de larga escala, baseada em mão-de-obra explorada (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Nosso entendimento é que a agroecologia tem raízes mais profundas, não se limita apenas aos processos técnicos, mas também com o chamado empoderamento do agricultor. “O seu sentido é de orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social.” (RIBEIRO, 2007.p. 258). O projeto de desenvolvimento adotado no campo brasileiro durante a segunda metade do século passado assumiu uma postura de violência, de acordo com SEVILLA-GUSMAN (2005) a Revolução Verde pode ser vista como fase do processo maciço de descampesinação, que trouxe duas consequências fundamentais:

- Em primeiro a degradação sociocultural do campesinato (processos de grilagem) e,
- Em segundo lugar a separação Homem-Natureza: “Isso gerou um manejo dos recursos naturais em que a fertilidade natural do solo - e sua constatação como algo vivo – foi substituída por sua utilização como algo inerte alimentado pela química sintética” (SEVILLA-GUSMAN, 2005. p.118).

Nesse sentido é possível afirmar que o modelo de sociedade, imposto pelos padrões ocidentais de produção e consumo, é insustentável, uma vez que gera situações degradantes em todo o Planeta. A partir da sua racionalidade instrumental, estimula visões unilaterais, fragmentadas e simplistas da realidade. As crenças, implantadas pela cultura midiática, tais como, a vocação de domínio, a ausência de limites, o temor da escassez, o individualismo, o etnocentrismo e a eficiência mecanicista (ELIZALDE, 2003) promovem desequilíbrios estruturais.

As consequências da adoção das crenças do sistema capitalista, na era da mundialização, favorecem e fomentam valores como o crescimento desenfreado, o aumento da demanda de energia, o armamentismo, o acúmulo de capital, a dominação cultural e a pobreza. Estes valores desencadeiam uma série de situações, como a alienação, a injustiça social, a insustentabilidade, a diminuição da produção de alimentos, a ineficiência econômica e a destruição da Terra e comprometem a qualidade da vida e o futuro das sociedades (CAPRA, 1994).

É evidente que a agricultura resultante deste modelo de sociedade tem várias características que demonstram suas ações degradantes e excludentes. Exemplificam-se nas monoculturas, na intensificação do capital, nas tecnologias industriais, nas práticas agropecuárias orientadas ao mercado (CAPORAL; COSTABEBER, 2007), na concentração da terra, da renda rural e dos recursos naturais, na utilização intensa de agrotóxicos, na exportação de *commodities*, na contaminação



ambiental e degradação de solos, na dependência de insumos importados, na agroindustrialização controlada pelo capital estrangeiro e na dependência de incentivos governamentais diretos e indiretos (CARVALHO, 2005).

### **CAMINHOS CONVERGENTES**

A Agroecologia, segundo Stephen R. Gliessman (2001), “é a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” Consideram-se agroecossistemas as unidades de produção do sistema agropecuário. Neste sentido, há uma concordância geral de que a sustentabilidade, na agricultura, tem uma base ecológica (GLIESSMAN, 2001) e prioriza a recomposição da fertilidade do sistema, o uso racional da água, a valorização da biodiversidade, a dependência de insumos internos e a não contaminação dos recursos naturais. Portanto, a Agroecologia, ao considerar as relações socioambientais, gesta o ambiente com maior habilidade pragmática e científica. Seu compromisso com os movimentos populares leva a constantes enfrentamentos políticos com os interesses econômicos que dominam a agricultura industrial (MOREIRA; CARMO, 2004).

Os princípios agroecológicos reforçam e embasam o manejo ambiental orientado para resolver a dialética estabelecida pela sociedade industrial, que permanentemente pratica a destruição e a construção do espaço rural. Esses princípios consideram que a vida regula o equilíbrio dinâmico do planeta. As práticas desenvolvidas nas comunidades de agricultores promovem a diversificação vegetal e animal no tempo e no espaço, a reciclagem de nutrientes e de matéria orgânica, o manejo ecológico dos solos, o manejo do microclima, o estímulo da fauna benéfica e a exploração de sinergias das interações planta-planta, plantas-animais e animais-animais (ALTIERI, 2009).

Também a fertilidade do sistema é tratada como um todo e exige um redesenho das propriedades rurais para que a produtividade, a estabilidade e a resiliência apareçam como propriedades emergentes do manejo agroecológico. Os processos ecológicos devem sustentar todas as práticas e podem ser descritos como o fortalecimento da imunidade do sistema, a diminuição da toxicidade através da eliminação do uso de agrotóxicos, a ativação da função metabólica, o balanço dos sistemas regulatórios, o aumento da conservação e regeneração dos recursos naturais e a sustentação da produtividade ao longo do tempo (ALTIERI, 2009).

A Agroecologia como atividade humana respeita a capacidade de suporte do ambiente e propicia uma educação socioambiental eticamente comprometida. O modelo de gestão da agricultura e dos recursos naturais, na abordagem agroecológica, alcança, através desta intervenção, impactos



principais no crescimento da renda e na sustentabilidade da produção, impacto secundário na função ecossistêmica e nenhum impacto sobre a biodiversidade selvagem (MCNEELY; SCHERR, 2009).

Essas modificações da gestão dos recursos do solo, da água e da vegetação aumentam o capital natural dos agricultores e demonstram sua adequação às dimensões e às formas de gestão do trabalho da agricultura camponesa. Ao trabalhar com vários cultivos numa mesma área, a Agroecologia procura mimetizar a diversidade e a complexidade naturais dos ambientes (CARVALHO, 2005).

Existem elementos comuns, que aparecem como novas ideias e práticas, quando se pretende um acesso justo e um controle social dos recursos naturais. Desse modo, há uma revalorização crítico-construtiva dos conhecimentos dos agricultores, porque estimula a abertura aos intercâmbios de experiências, a formação de novas formas de cooperação, bem como o manejo conjunto dos recursos naturais e o fortalecimento da organização local. Assim, por meio da reconstrução social da paisagem e do planejamento participativo do território, essas ações múltiplas são capazes de estabelecer laços comunitários como exemplos importantes da Agroecologia na gestão ambiental (VERNOOY, 2003).

Outro elemento comum que merece ser anunciado é o manejo ecológico do solo, porque aumenta a biodiversidade do agroecossistema, viabilizado pela rotação de culturas (no mínimo, cinco espécies vegetais), pelo plantio de coquetéis de adubos verdes, pela rotação lavoura-pecuária, pelo uso dos policultivos e das plantas espontâneas (PRIMAVESI, 2008). Tais práticas e tecnologias adaptadas ratificam a conservação do solo a fim de reter a umidade, melhorar a infiltração da água e fortalecer o agroecossistema contra os efeitos negativos da estiagem (MESQUITA, 2003). Ações que estabelecem a recomposição florestal e mantêm os recursos hídricos para favorecer um microclima adequado aos cultivos.

Nota-se, pois, que é fundamental o trabalho multidisciplinar na Agroecologia, já que o mesmo contribui na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural ao facilitar uma compreensão ampliada dos agroecossistemas e mostra, historicamente, a interdependência da cultura humana e do meio ambiente (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Ao tentar solucionar problemas, como a degradação ambiental e o descaso político, a Agroecologia avança com significativa força na busca da ressignificação política e histórica, razão pela qual a Agroecologia e a gestão ambiental estão intimamente ligadas, devido às semelhantes preocupações e soluções compartilhadas. Ambas promovem melhorias no ambiente e na sociedade, integram-se numa educação ambiental relevante e promotora de valores de sustentabilidade como a cooperação, a convivência, os bens comuns, a reciprocidade, a redistribuição, a solidariedade, a gratuidade, a fraternidade e a dignidade humana (ELIZALDE, 2003).





O pensamento agroecológico é fruto de práticas que conservam os recursos naturais e garantem a qualidade dos alimentos, de estudos científicos que tentam conhecer a integralidade dos ecossistemas e dos movimentos sociais que lutam por ética para reivindicar processos de equidade e solidariedade (SICARD, 2009).

## **ESTRATÉGIAS DA AGROECOLOGIA NA PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

591

A agroecologia se baseia em um conjunto de práticas agrícolas resultantes dos saberes agrônômicos, ecológicos e dos conhecimentos acumulado pelos agricultores e comunidades tradicionais ao longo dos tempos, tendo sempre como preocupação a produção de alimentos ecológicos mediante o manejo sustentável do agroecossistema local. Resgatar e estimular os valores da cooperação e solidariedade junto às comunidades rurais e urbanas é um desafio que se busca alcançar através de diversas atividades de manejo da agrobiodiversidade em sistemas ecológicos, processamento e comercialização de produtos, construindo assim novos sistemas econômicos e relações humanas, resgatando e conservando valores, conhecimentos, a cultura e a soberania alimentar dos povos.

Neste sentido, podemos dizer que a *Agroecologia* não é apenas produzir sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e organismos geneticamente modificados. Mas é uma nova forma de se relacionar com a natureza e com o outro. É o resgate do agricultor e da agricultora como protagonistas do processo produtivo, e dos consumidores e consumidoras como parceiros nesta caminhada. É o reforço a uma ética de respeito à vida em todas as suas expressões e ao ser humano, construindo uma sociedade ecológica, justa e solidária.

A agrobiodiversidade é peça-chave na construção de sistemas de produção sustentáveis. Esta compreensão vem da percepção e do reconhecimento da importância que tem a agrobiodiversidade seja ela cultivada (vegetais) ou criada (animais) na trajetória histórica dos povos, suprindo as necessidades presente no cotidiano das comunidades seja na alimentação, vestimenta, medicamentos, no lazer, nas cerimônias religiosas. Na concepção agroecológica, em que a terra é local de trabalho e de vida, encontramos, no centro das suas bases metodológicas, três pressupostos que orientam as ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. São eles: a abordagem coevolucionista nos agroecossistemas; o potencial local na geração de CT&I endógenas; e a ação social coletiva.

A abordagem co-evolutiva das sociedades humanas com a natureza é um conceito chave da agroecologia, uma vez que considera agroecossistemas como produto social dessa comunhão. Os





sistemas agrários afloram da evolução mútua e inter-relacionada entre os seres humanos e os elementos naturais, de tal sorte que a produção na agricultura é o resultado de pressões econômicas que a sociedade aplica sobre os ecossistemas naturais ao longo da sua história evolutiva em constante integração da cultura com o ambiente natural.

Dentro dessa visão, os agroecologistas não aceitam verdades universais para aplicar o saber das ciências agrícolas e humanas, uma vez que cada agroecossistema se desenvolve com uma história co-evolutiva diferente. A natureza das partes só é esclarecida no contexto da evolução conjunta na sua totalidade, o que não quer dizer que se rejeite a ciência convencional, visto que é da sua fusão com o conhecimento tradicional que a agroecologia busca estabelecer suas bases. É por isso que os estudos devem ser realizados *com* os agricultores e não *para* todo e qualquer agricultor do planeta, como ocorre na homogeneização do pacote tecnológico da revolução verde.

Logo, é no sentimento de localidade que aflora mais um conceito-chave da agroecologia, o potencial local ou endógeno. Cada comunidade se faz representar pelo seu espaço singular e diferenciado, seja do ponto de vista dos recursos naturais, seja quanto às ações sociais e culturais das populações. Esse potencial é dado pelas forças naturais e sociais do lugar que, se devidamente acionadas, podem alavancar iniciativas mais condizentes com um desenvolvimento sustentável. É, portanto, caracterizado pelo conjunto de recursos que vão gerar estratégias na promoção do desenvolvimento local em bases permanentes.

Tanto as especificidades sociais quanto as formas de apropriação dos recursos ambientais têm a finalidade de orientar as pesquisas por tecnologias mais condizentes com as possibilidades dos agroecossistemas singulares, únicos, particularizados. É, portanto, um desenvolvimento de técnicas para as condições de produção localizadas, num processo endógeno de mudanças a partir do local. As estratégias fluem por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, o que autoriza com muito mais propriedade, o surgimento de sistemas agropecuários de bases ecológicas, potencializadores da biodiversidade e da diversidade sociocultural. Os agroecologistas levam em consideração, nas suas atuações junto às comunidades, o forte sentimento de localidade dos agricultores, de pertencer a um sítio, paragem ou região. Nesse sentido, é forte o chamamento de alguns movimentos sociais quando adotam como *slogan* de suas campanhas “terra para trabalhar e morar”, “local de trabalho e vida”, ou ainda “solo para produzir, terra para viver e deixar para os filhos”.

O outro pilar em que se apoia a agroecologia, também vem na direção de alterar o enfoque unidimensional do desenvolvimento como crescimento voltado exclusivamente ao mercado, e



procurar uma transição que desenvolva laços de solidariedade entre os povos. Nesse escopo, esforça-se para ir além do econômico, e compor um marco teórico mais apropriado às transformações da realidade social para uma visão mais ampla da agricultura enquanto cenário de atividades socioculturais e intercâmbios ambientais.

A participação das comunidades para se firmarem como força geradora das transformações sociais e desenvolvimentistas não prescinde da presença de outros atores desse processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, como o Estado e a sociedade civil, em diálogo constante, na forma de pesquisa coletiva, extensão agroecológica e políticas públicas, em vários níveis de atuação. Os atores envolvidos na dinâmica de caráter participativo têm maiores chances na geração e construção social de conhecimentos e tecnologias. A ação coletiva é, pois, a proposta que potencializa a atuação dos protagonistas locais no desenho de novas bases para a exploração dos agroecossistemas, em conjunto com os agentes mediadores do processo. É por isso que alguns autores se referem à ação coletiva como o “motor” da transição para a agroecologia (COSTABEBER.; MOYANO, mimeo s.d.).

Na construção da Agroecologia, e dentro da concepção da abordagem participativa, cabe especial referência aos métodos de investigação ação participativa como aproximação à realidade estudada. Não se trata apenas da ida do pesquisador ao campo para conhecer a realidade local, mas sim de introjetar nas suas trajetórias investigativas um alto grau de implicação e compromisso com os atores e com a realidade investigada (CASADO; MOLINA; GUZMÁN, 2000).

A proposta da investigação-ação-participativa retira o habitante da zona rural da posição de mero expectador para levá-lo à protagonista do processo. Os agricultores, em especial os de base familiar, e os trabalhadores rurais, que ainda compõem a grande maioria da população rural brasileira, devem ser as referências básicas para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas aos agroecossistemas diferenciados.

## **SOBERANIA ALIMENTAR E COOPERAÇÃO**

A agricultura surge e tem sua evolução por aproximadamente 12 mil anos colada às necessidades alimentares da humanidade. Ocorreu, portanto neste período uma co-evolução dos sistemas agrícolas e da cultura humana. No entanto o “salto” tecnológico dos recentes cem últimos anos e sua pressão sobre a natureza não se reverteram em segurança alimentar para toda a população terrestre. A agricultura tornou-se mero “negócio” (agronegócios) e como tal já não tem como prioridade alimentar e suprir as necessidades da população, mas sim gerar lucros.



A Agroecologia promove a Soberania Alimentar, resgatando a missão original da agricultura que é a produção de alimentos saudáveis para a população sem comprometer a dinâmica dos ciclos da própria natureza. Neste sentido, as práticas sociais e comunitárias de agricultura ecológica promovem o abastecimento imediato das famílias agricultoras e em extensão buscam abastecer as comunidades e cidades próximas (local e regional) com produtos alimentares igualmente produzidos sem aditivos químicos, resultantes da interação homem-natureza. A distribuição dos alimentos, geralmente na forma de comercialização direta, tem gerado experiências que resgatam a histórica relação entre comunidades rurais e agrupamentos urbanos próximos, recuperando assim a cooperação entre diferentes grupos e atividades humanas. Promover uma agricultura que tenha como principal objetivo a reprodução da vida e não somente a geração de capital é um dos grandes desafios que almejamos superar com a Agroecologia, e neste sentido buscamos promover uma produção agrícola e pecuária que se preocupa em suprir em primeira estância as necessidades da família. Percebe-se atualmente o quanto as famílias agricultoras e mesmo as famílias urbanas vem reduzindo gradativamente a sua dieta alimentar.

Esta erosão de sabores se dá por diversos fatores, mas junto às comunidades rurais um dos principais motivos é que a agricultura está deixando de ser uma atividade de cultivar a terra e manejar os recursos naturais com o objetivo de gerar alimento para a família e vender o excedente, e está se tornando um espaço de produção e geração de capital. Com esta mudança há uma inversão no papel da agricultura, os cultivos antes destinados ao auto-sustento das famílias e comunidades estão dando lugar a uma determinada monocultura ou criação animal, os quais se tornarão matéria prima para os complexos agroalimentares e que estes transformam em uma diversa gama de produtos que posteriormente, através de grandes redes de supermercados, são distribuídos para os centros urbanos mas também em muitos casos para as próprias comunidades rurais. A partir desta realidade é que buscamos desenvolver um sistema de produção, beneficiamento e de circulação de produtos (compra e venda) que tenha como principal objetivo fazer com que as comunidades rurais voltem a ter um estilo de agricultura e de organização que garanta a sua soberania alimentar.

Para que haja esta mudança, várias ações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, como comentado anteriormente, deve haver uma mudança no sistema de produção e este planejado a partir das necessidades e condições das famílias rurais bem como das características do ecossistema local, desenvolvendo assim um sistema de produção que se preocupa com a vida em todas as suas diferentes formas de expressão. Para tanto, novamente queremos ressaltar que um modo de produção baseado na agrobiodiversidade se faz necessário: resgatar e conservar as sementes crioulas, os sistemas



tradicionais de produção (policultivos, agrofloresta, quintais agrofloretais) são elementos fundamentais para a soberania alimentar das comunidades rurais.

Porem, só a produção primária de alimentos muitas vezes não garante que os excedentes produzidos pelas famílias e comunidades rurais cheguem até os mercados locais onde os a população urbana possa ter acesso a estes produtos. Portanto, atividades de agroindustrialização e beneficiamento artesanal dos produtos que proporcionam às famílias aproveitarem de forma mais eficiente o excedente da agrobiodiversidade manejada (confecção de artesanato, aproveitamento de frutas nativas), também gera alternativas de trabalho para muitas pessoas principalmente mulheres e jovens, contribuindo significativamente para o aumento da participação e cooperação entre os membros de uma família ou comunidade.

A criação de espaços alternativos de comercialização onde agricultores e trabalhadores urbanos se encontrem e comunguem do mesmo sentimento, contribui de maneira significativa em uma relação de respeito mútuo e geração de credibilidade, proporcionando assim que as famílias urbanas também tenham acesso a alimentos saudáveis, contribuindo desta forma para uma melhor alimentação também no meio urbano. A produção ecológica de alimentos, o processamento e a comercialização direta destes produtos através das feiras ecológicas, além de garantir uma melhoria considerável na dieta alimentar das pessoas, também contribui de maneira significativa para que um outro modelo de economia seja estabelecido. Modelo este que esta baseado nas dinâmicas e potenciais de cada local e tem como objetivo primeiro trazer melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Diante do momento de crise civilizacional que vivemos, onde a humanidade se depara com a ameaça concreta à perpetuação da espécie, tanto em decorrência da crise ambiental de proporções jamais presenciada, como da crise estrutural do sistema econômico, gerador de níveis de desigualdade socioeconômica insuportáveis à humanidade e que colocam em risco a coesão social, momento histórico que se delinea, em toda a sua magnitude, como de crise paradigmática, ou de transição paradigmática, urge que a humanidade repense os seus propósitos, redirecione os seus fins e retome o seu destino em suas mãos.

A transição paradigmática traz consigo grandes desafios e incumbências históricas à humanidade. Clama pela mudança de consciências, e esta não se dá sem uma transformação da ciência, da economia, do direito, da cultura, da educação, da agricultura e demais formas de produção, dos valores e princípios, do imaginário e das representações, ou seja, exige a transformação integral das relações dos seres humanos entre si, destes com o meio ambiente e consigo mesmos (a compreensão



do seu devir); nenhum aspecto pode ser negligenciado. Trata-se, desta forma, de um processo de resingularização das finalidades da atividade humana e dos seus espaços construídos.

Não acreditamos ser possível à garantia a todos do direito humano fundamental à alimentação adequada por intermédio do modelo hegemônico de agricultura, que passou a predominar no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, entremeios ao denominado “milagre econômico”, quando se processou a chamada Revolução Verde, que promoveu a mecanização do campo e a inserção de produtos químicos (adubos químicos e agrotóxicos) e das sementes híbridas (transgênicos) como recursos necessários à produção de alimentos. O novo modelo forjado neste processo há tempos deu provas do seu fracasso no combate à fome, apesar do fato de tais mudanças terem se dado sob o pretexto de aumentar a produtividade e a eficiência da produção agrícola.

De fato, houve um aumento da produtividade, o que não repercutiu em absoluto na diminuição da fome no mundo, senão pelo contrário, o modelo atual de agricultura se tornou um agente causador desta, ao promover a expulsão do trabalhador e dos pequenos proprietários rurais do campo. Por outro lado, pesquisas científicas demonstraram à exaustão os imensos males à saúde humana, de consumidores e trabalhadores rurais, a contaminação das águas e do ar, a depredação do solo e a perda de sua fertilidade, os danos à fauna e à flora, a perda sensível de biodiversidade, todos provocados por este sistema de produção, também denominado modelo mecânico-químico.

Em contraposição a este, hoje hegemônico, a partir da década de 1980, surgiram movimentos de contestação que deram origem a modelos de agricultura comprometidos com a saúde humana e a do meio ambiente, tais como o orgânico, o biológico, o biodinâmico e o natural, incentivadores do uso de matéria orgânica e outras técnicas favoráveis aos processos biológicos da produção alimentícia.

Assim, a agroecologia, ao propor uma nova maneira de relacionamento do homem com o meio (humano e ambiente), parece oferecer contribuição profícua para a garantia da Segurança Alimentar autêntica (porque não é dominada pelos interesses do grande capital) aos povos, bem como na construção de um novo paradigma para a agricultura e alimentação e social, fundado no desenvolvimento sustentável e na emancipação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Agroecologia se apresenta desta forma como um campo de saber que integra vários conhecimentos disciplinares em busca de axiomáticas comuns, entrelaçando e amalgamando conhecimentos de uma forma complexa. Embora também opere distinguindo os dados, separando os



conhecimentos próprios dos impróprios ao objetivo de alimentar o homem em sua plenitude - corpo e mente, tratando de associar e hierarquizar os conhecimentos, mas não procedendo a disjunção e sim união. Ela é orientada, tem como horizonte, a produção alimentar que redunde em alimentação sadia, cultural e biológica, proteja-a, para que ela continue alimentando, igualmente, as proles futuras; não provoque danos irreparáveis na natureza, e que nesse exercício de produção de alimentos considere não explorar o trabalho humano em benefício de grupos, nações privilegiadas. Ele procura uma ordem calcada em um desenho diferente da agricultura tradicional, que tem como fundamento a lucro, a concentração de rendas e corporações que descarnam a vida. Portanto ela se sobressai como uma prática, baseada em conhecimentos científicos e não científicos, abrigo a ética como sua essencialidade.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. *El estado del arte de la agroecología: Revisando avances y desafíos*. In: ALTIERI, Miguel A. (Editor/Compilador). *Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones*. Medellín, Colombia. SOCLA, 2009.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.592p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.3, jul./set. 2002.

CAMPOS, Ana P. T. Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG. 102p. Dissertação [ Mestrado em Extensão Rural] Departamento de Economia Rural. UFV, Viçosa. 2006.



CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-2007.

CAPRA, Fritjof. *La red de los problemas que hay en el Mundo*. Nueva Conciencia. Editorial Integral. Barcelona, España. 1994.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesino no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo Humano y Ética para la Sustentabilidad*. PNUMA y UNIVERSIDAD BOLIVARIANA. México y Chile. 2003.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Tradução: Marisa Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. Ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Des-Territorialização e Identidade: A Rede Gaucha No Nordeste*. NITERÓI: EdUFF, 1997.

LEFF, Henrique. *Agroecologia e saber ambiental*. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. (p. 36 – 51)

LUZZI, Nilza. *O debate agroecológico no Brasil: Um debate a partir dos diferentes atores sociais*. 182p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2007.





MAFRA, Flávia Luciana Naves. Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais. 2006. 161p. Tese [Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade] - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro.

MCNEELY, Jeffrey A.; SCHERR, Sara J. *Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

MESQUITA, Mourik Bueno. *No se puede desperdiciar ni una gota de agua*. In: *LEISA Revista de Agroecología*. Volumen 19, número 2, Setiembre 2003. Asociación ETC Andes. Lima, Perú.

MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina. *Gestão Social do Território: Experiências nos Estado do Maranhão*. Brasília, IICA.2005

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. *Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável*. In: *Agricultura em São Paulo*, v. 51, número 02, p. 37-56, jul/dez. 2004.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Agroecologia e manejo do solo*. In: *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. V. 5, número 3, setembro de 2008. AS-PTA. Rio de Janeiro.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, Simone; FERREIRA, Ana Paula; NORONHA, Suely. *Educação do Campo e Agroecologia*. IN: A.N.A. *Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos papéis, novas identidades*. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p. 257 – 267.

SEVILLA-GUSMAN, E. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. IN: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R.L. *Agroecologia; Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa, 2005. (p.101-132).



SICARD, Tomás León. *Agroecología: desafíos de una ciencia ambiental en construcción*. In: ALTIERI, Miguel A. (Editor/Compilador). *Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones*. Medellín, Colombia. SOCLA, 2009.

SOUZA, Jacimar Luis de. *Agricultura Orgânica: tecnologias para a produção de alimentos saudáveis*. Vitória, ES: Incaper, 2005.2V.257p.

SOUZA, Marcelo J. L de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: GOMES, Paulo C.C. et al. *Geografia: conceitos e temas*. RJ, Bertrand Brasil, 1995. ( p. 77-116).

VERNOOY, Ronnie. *Un acceso justo a los recursos naturales: más imperativo que nunca*. In: *LEISA Revista de Agroecología*

VEZZANI, Fabiane Machado. *Qualidade do sistema solo na produção agrícola*, 2001. 183 f. (Tese de Doutorado em Ciência do solo) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.



# **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 5**

**EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)



**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFF)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

O NOVO SETOR DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: ENTRE O LIBERALISMO ANÁRQUICO E O AUTORITARISMO DESREGRADO - MELLO, Marcelo Pereira de; LIMA, Luiz Paulo Moreira .....	1-19
BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA: PROJETO DE DOMINAÇÃO ATRAVÉS DO SABER - CABRAL, Rosimere Mendes .....	20-37
A ESCOLA NA PRISÃO: APARATO DE CONTROLE OU FORMADOR CRÍTICO - BRAZ, José Mauro de Oliveira .....	38-51
PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA CAPIXABA: RETORNO À ESCOLA, PERMANÊNCIA E DESEJO DE CONTINUIDADE FRUSTRADO SOB A PERSPECTIVA DA SUBCIDADANIA E DA TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL - ALMEIDA, Leonardo Faé .....	52-71
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS SALAS DE AULA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO EM PETROLINA – EXPERIÊNCIA DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - PONTES, Bárbara .....	72-84
HISTÓRIA E MEMÓRIA: INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO, 1970-2013 - LOPES, Ivone Goulart Lopes .....	85-95
MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS (XIX-2007) - LINO, Millany Machado; SOUZA, Suelen Ribeiro de; SILVA, Renata Maldonado da .....	96-112
TEATRO COLABORATIVO NA ESCOLA PÚBLICA - WERNECK, Silvia .....	113-129
A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DOS MONUMENTOS: UM DIÁLOGO PROMISSOR - KORNALEWSKI, Alex Medeiros .....	130-143
MEMÓRIA, DANÇA E CRIAÇÃO: O RETORNO DO PHATOS TRÁGICO - MENDONÇA, Daniele Bentin .....	144-160
CONSELHOS ESCOLARES: CONTRADIÇÕES ENTRE O DISCURSO OFICIAL E A LEGISLAÇÃO REFERENTE - NASCIMENTO, Giovane do; DELGADO, Gabriela de Oliveira .....	161-175



ESCOLARIDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS USUÁRIOS DO CRAS LESTE NO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG - BARBOSA, Josirene de Carvalho; NUNES, Sylvia da Silveira .....	176-193
MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER - ACHILLES, Daniele .....	194-206
A GÊNESE DA CULTURA DOS QUADRINHOS NO BRASIL - NASCIMENTO JR, Francisco de Assis; PIASSI, Luis Paulo .....	207-221
MEMÓRIA DE RELACIONAMENTOS AMOROSOS: ENTRE O PROGRESSISMO E O CONSERVADORISMO - JOSÉ, Maria Carolina de Andrade .....	222-234
A EMANCIPAÇÃO PEDAGÓGICA DE JACQUES RANCIÈRE E O TEATRO DO OPRIMIDO COMO RE-PARTILHA DO SENSÍVEL - GOMES, Pedro Augusto Boal Costa .....	235-249
APONTAMENTOS SOBRE JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA: AÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA - SANTOS, Thais Serafim; BONINI, Lara de Fátima Grigoletto; MEZZOMO, Frank Antonio .....	250-263
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA DEFINIÇÃO DO PROJETO DE VIDA PELOS JOVENS - REIS, LÍlian Perdigão Caixeta; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos; MARTINS, Cláudia Miranda .....	264-278
LEI DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO - MARTINS SILVEIRA, Dayana; MARTINS LOPES, André Filipe; MARTINS SILVEIRA, Ludiana .....	279-292
MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: peculiaridades e representações de uma política educacional de longa história - MARTÍNEZ, Silvia Alicia; PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia .....	293-308
O ENSINO NORMAL EM PARNAÍBA: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (1927-1982) - RODRIGUES, Maria do Socorro; MEIRELES, Isis .....	309-325
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PROEJA NO IFBA, CAMPUS DE SALVADOR - OLIVEIRA, Maria da Conceição da Veiga Pessoa de Oliveira .....	326-340
OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL - LUNA, Sarah .....	341-358
A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR LITERATURA DE FORMA LÚDICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ARRUDA, Angelo Moreira; BENTO, Gracielle Moreira Arruda Ramos; RAMOS, Jéssica Moreira Arruda .....	359-371





EVASÃO VERSUS PERMANÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS PARA O PROEJA - CARMO, Gerson Tavares do; PESSANHA, Josemara Henrique da Silva .....	372-388
POR UMA DANÇA NA MEMÓRIA - SÁ, Denise Maria Quelha de .....	389-406
CONJUNTURA HISTÓRICA DO PROCESSO DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL - IDE, Maria Helena de Souza; LENOIR, Luciana Santos .....	404-424
AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SEU IMPACTO SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – SILVA FILHO, Penildon .....	425-438
MEMÓRIA E TRADIÇÃO NA DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA DO MARANHÃO - MANZKE, José Fernando; MARTINS, Dayse Marinho .....	439-452
O PROEJA NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE SEUS PROFESSORES - CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos da .....	453-469
MEMÓRIAS E HÁBITOS DA PRISÃO: IMPASSES À AMBIENTAÇÃO À VIDA EM LIBERDADE DO EX-PRISIDIÁRIO - FARIAS, Francisco Ramos de .....	470-489
A EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL - ZIA, Ingrid Caroline de Almeida; FREITAS, Simone Rodrigues de; KLINK, Jeroen Joahnes .....	490-508
ESCOLA DA PRISÃO: TEIA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS VIOLENTAS - SCAFFO, Maria de Fátima .....	509-525
REGIONALISMO PARANAENSE: IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR - ALMEIDA, Letícia L.; CORDOVA, Maria Julieta W ...	526-543
A HISTÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO SOB A LUZ DA POLÍTICA EDUCACIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO - ARAÚJO, Fabrícia Vieira de; CORDEIRO, Karolyna Maciel dos Santos .....	544-558
HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO: PERSPECTIVAS DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PÓS LDB 9.394/96) - VARGAS, Evandro Francisco Marques; PINHO, Leandro Garcia .....	559-577
TECENDO OS FIOS DAS MEMÓRIAS DO SER MULHER - CURCIO, Fernanda Santos; FACEIRA, Lobelia da Silva .....	578-594
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO DE IDOSOS - GONÇALVES, Edyane Maria de Souza; LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus .....	595-612



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5

- A UTILIZAÇÃO DA NARRATIVA E HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE  
FORMAÇÃO IDENTITÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PRETO FORRO  
EM CABO FRIO - MANHÃES, Manuela Chagas; VIEIRA, Taís Elaine do Nascimento  
.....613-624
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EJA COMO ENSAIOS PARA AUTONOMIA -  
NASCIMENTO, Miriam Araújo; BORGES, Ricardo Henrique de Jesus .....625-644
- A EVASÃO ESCOLAR NO BENIN: EXCLUSÃO E INJUSTIÇA SOCIAL PARA AS  
MENINAS - KPOHOLO, Sènakpon Fabrice Fidèle .....645-658
- HISTÓRIA E MEMÓRIA: A LUTA PELA CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS  
PROFESSORES PARANAENSES - ALMEIDA, Janaina Aparecida de Mattos;  
SADER, Emir .....659-672
- A ESPECIALIZAÇÃO PRECOCE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O  
DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO INFANTIL - SILVA, Thiago Azevedo da;  
AZEVEDO, Inessa Trocilo Rodrigues .....673-686



## **O NOVO SETOR DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: ENTRE O LIBERALISMO ANÁRQUICO E O AUTORITARISMO DESREGRADO**

MELLO, Marcelo Pereira de  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade federal  
Fluminense (PPGSD-UFF)*  
*mpmello@unisys.com.br*

1

LIMA, Luiz Paulo Moreira  
*Doutor pelo PPGSD-UFF*  
*lpmlima@gmail.com; lpmlima@globo.com*

### **Resumo**

Este artigo pretende discutir as transformações recentes no mercado do ensino superior privado no Brasil, bem como as políticas públicas voltadas para o controle da qualidade desse ensino. Para sua realização utilizamos dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros bem como entrevistas semiestruturadas e questionários com professores, alunos e administradores dessas instituições. Como iremos demonstrar as mudanças radicais experimentadas pela educação privada de nível superior no Brasil na última década alteraram profundamente os padrões organizacionais das instituições, o seu mercado de atuação, seus objetivos e metas, bem como o perfil dos profissionais nele atuantes (administradores, professores e administradores), e da clientela atendida por seus serviços (estudantes). Sem uma política coerente, consistente e persistente no tempo esse mercado tem deixado à deriva a qualidade do ensino com reflexos negativos para a formação de profissionais que deveriam atender às demandas de crescimento e desenvolvimento econômico do país.

**Palavras-chave:** Educação superior privada – mercado – profissionais – alunos

### **Abstract**

This article deals with the recent changes in the private higher education in Brazil market as well as public policies designed to control the quality of this education. For its accomplishment we use statistical data provided by the Ministério da Educação (MEC), and Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and others, as well as semi-structured interviews and questionnaires with teachers, students and administrators of these institutions. As we will demonstrate the radical changes experienced by private postsecondary education in Brazil in the last decade have fundamentally altered the organizational patterns of institutions, its market, goals and objectives as well as the kind of professionals active in it (teachers and administrators), and the clientele for their services ( students ). Without a coherent, consistent and persistent policy in time this market has left adrift quality education with a negative background in training professionals to attend the demands of economic growth and development of the country.

**Keywords:** Higher private education – market – professional – students



## Introdução

A educação privada de nível superior no Brasil tem experimentado mudanças radicais na última década que alteraram profundamente seu perfil no que diz respeito ao modelo organizacional das instituições, ao seu mercado de atuação, seus objetivos e metas bem como em relação ao tipo de profissionais nele atuantes e à clientela atendida por seus serviços.

No ano de 2013 foram registradas aproximadamente seis milhões e setecentas mil matrículas no ensino superior brasileiro, sendo que desse total aproximadamente cinco milhões e quatrocentas mil foram distribuídas em cerca de duas mil e trezentas instituições de ensino privado. O gigantismo desses números da educação superior privada é por si só eloquente da magnitude assumida pelo setor privado na educação superior brasileira especialmente quando consideramos que em 1970 havia um total de apenas trezentos mil estudantes matriculados no ensino superior brasileiro público e privado, juntos.

Contudo, esses números por si só não capazes de mostrar os rumos dessa educação superior privada, a sua qualidade nem o tipo de educação oferecida. Também, não informam, por mais alvissareiro que possa ser essa constatação do aumento expressivo da população universitária em nosso país - na verdade, uma proporção ainda baixa em relação à população adulta em comparação com os padrões de países situados no mesmo patamar de desenvolvimento econômico - se esses resultados são o produto de um crescimento consistente e compatível entre oferta e demanda no que diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos, da infraestrutura disponibilizada e da qualidade dos professores dessas instituições de ensino superior. O gigantismo desses números não nos diz, enfim, se esse crescimento resulta de políticas públicas consistentes de governos afinados com propósitos mais amplos e largos de uma política de Estado para a educação superior ou se derivam de um processo espontâneo e relativamente caótico de crescimento de um setor da economia que criou um mercado próprio e relativamente desregulado.

Na verdade, o que esses dados agregados nos permitem afirmar de imediato é a existência de um mercado educacional superior, com um grande e consistente volume de participantes entre ofertantes, demandantes e empregados, e ainda constatar que este



setor, mais que uma atividade educacional, tem se constituído num forte e pujante mercado de negócios. Essa tese é esposada pelo CADE, órgão de regulação da competição econômica do Ministério da Justiça, responsável pelas regras de competição dos negócios empresariais que já se propõe a interferir nesse novo setor da economia<sup>1</sup>.

Neste artigo pretendemos entender o que tem se passado nesse setor econômico representado pelos serviços de educação superior e para tanto cruzaremos esses e outros dados agregados do ensino superior privado no Brasil com informações colhidas em entrevistas semiestruturadas e em questionários aplicados em professores, administradores e alunos dessas instituições. As informações aqui reunidas demonstram que um novo modelo de gerenciamento de educação se avizinha, e que para atuar com consequência na regulação desse setor será preciso reconhecer a nova forma de atuação dos diversos operadores envolvidos no mercado especialmente ofertantes e clientela.

Uma primeira constatação que nos guiará em nossas investigações é que por meios diferentes e em boa parcela não intencionados por políticas públicas setoriais estamos chegando a um perfil de ensino próximo ao da Coréia do Sul país que tem sido decantado em versos e prosa por analistas educacionais brasileiros como um modelo a ser seguido pelo Brasil. Como na Coréia do Sul, temos hoje um sistema de educação pública que se tornou universal na sua base, no ensino primário, que tem aumentado a oferta de ensino médio e profissionalizante e que tem visto crescer a oferta de vagas no ensino superior por instituições privadas. A má notícia é que temos chegado a esse perfil por vias transversas: o ensino básico se universalizou, mas é de má qualidade, o ensino médio alcançou cerca de 70% da população em idade escolar, mas está ainda muito distante dos 97% da Coréia do Sul e o ensino superior privado segue longe de um planejamento estrutural e do controle efetivo dos órgãos públicos, notadamente do Ministério da Educação, que deveriam zelar por um mínimo de qualidade<sup>2</sup>. Ainda, o ensino superior privado continua distante da cooperação das grandes empresas e dos

---

<sup>1</sup>O CADE é o órgão estatal que tem por função intervir no mercado para verificar se haverá concentração de setores e segmentos da economia em poucos grupos empresariais, seja em todo ou em parte do território e que possam controlar a oferta e o preço dos produtos. De maneira geral o órgão entra em ação quando a operação supera os 400 milhões de faturamento anual. A fusão entre os grupos empresariais de educação Anhanguera Educacional e Kroton é o primeiro caso sobre serviço de educação analisado pelo CADE.



diversos setores da economia envolvidos no desenvolvimento de tecnologia e inovações. Nesse quesito, no Brasil, a regra é que há exceções.

Destarte, esse trabalho pretende contribuir com informações que nos ajudem no entendimento das novas relações da educação superior e do mercado e, portanto, das novas atuações e estratégias dos participantes nesse novo e atraente setor social e mercadológico com extensas e profundas repercussões para o desenvolvimento imediato do país.

4

### **Raízes do problema**

O transcurso da educação superior brasileira nas últimas décadas se deu de maneira errática, oscilante entre proporcionar um ensino público de qualidade, mas distante do acesso de todos e um ensino superior universal, mas longe do controle público e dos critérios de qualidade. Quanto a educação superior o que parece persistir entre os diversos governos iniciados com o ciclo militar e após com a democratização foi uma cambaleante e tortuosa política de que assegurou um ensino público e de qualidade para as classes médias urbanas dos extratos superiores ao mesmo tempo em que permitiu o crescimento acentuado de um ensino superior privado de baixa qualidade para o restante da população que ascendeu socialmente às margens do crescimento econômico experimentado pelo país no mesmo período. Assim, a mitigação ou a troca danosa que a sociedade sofreu em seu processo de educação superior de boa qualidade, mas profundamente elitista e excludente das décadas de 1950 e 1960, pelo ensino superior massificado nas décadas de 1990-2000-2010, mas de qualidade ruim, excetuando-se a rede de universidades federais, foi tão transformante e profunda quanto as alterações tecnológicas ocorridas nesse mesmo período. Em comum, os diversos governos desses períodos não se empenharam e se envolveram menos ainda para entender o que a sociedade desejava da educação, se desejava um modelo que produzisse técnicos profissionais ou se voltado para a formação de pensadores e transformadores das ocupações do terceiro milênio, assim também como pouco se ocuparam em definir um estilo e faixas de atuação para a universidade pública, privada, comunitária, mista e critérios consistentes de análise de qualidade.

Na verdade a educação brasileira em todos os níveis e para todas as conferências de graus foi sendo deixada ao acaso ao longo de todo o período republicano mais



recente, durante a ditadura militar pelos governos autoritários e depois pelos governos democráticos que lhes seguiram. Em todo esse período, o Estado jamais apresentou uma proposta de transformação social pela via da educação, os diversos governos não fixaram políticas de longo prazo, apenas reagiram às circunstâncias episódicas. O curioso é quando contrastamos essa situação da educação com os projetos de desenvolvimento econômico dos governos nesse mesmo período. A partir da década de 1960 e mesmo antes conforme analistas o país conseguiu implantar um projeto coerente e longo de desenvolvimento econômico baseado no modelo de substituição de importações, aproveitando-se do enorme mercado consumidor interno, mas foi incapaz de conectar esse projeto desenvolvimentista a um plano de educação estrategicamente vinculado a ele, fosse com o intuito de lhe preparar a mão de obra especializada ou desenvolver tecnologias e inovações próprias. Em que pese o fato de que em ambos os campos, o da industrialização e o da educação, as instituições privadas sempre estivessem envolvidas, em maior ou menor grau de ingerência, a educação nunca foi chamada a participar e ajustar seus objetivos e metas com os setores produtivos da economia. No que respeita à industrialização, recentemente, na década de 1990, assistimos a um intenso e politicamente difícil processo onde a iniciativa privada foi assumindo progressivamente o controle e o protagonismo das atividades econômicas abandonadas ou mal gerenciadas pelo Estado. Com o ensino superior essa substituição foi sendo realizada em paralelo, mas sem alarde, sem discussões galvanizadoras dos formadores de opinião, sem planejamento estratégico, e por isso mesmo com consequências nefastas para o país e que ainda urgem serem enfrentadas.

Podemos admitir que o ensino superior privado no Brasil com alguma extensão e impacto social tem pouco mais de 100 anos. Se tomarmos um marco legal, a Lei Rivadávia Corrêa, ou Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental foi implementada em 5 de abril de 1911 pelo decreto nº 8.659 figuras como elemento central dessa história. Entre outras medidas Lei Rivadávia Corrêa adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior – que fora reforçado pelo Decreto nº 3.890 do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário (Governo Epitácio Pessoa), em 1º de janeiro de 1901. Pela Lei Orgânica, ou Rivadávia, o governo central dispensava também a





exigência de equiparação a uma instituição modelo de nível federal, o que tornava possível a criação de universidades pela iniciativa particular<sup>3</sup>.

Quando estendemos o período analisado é inútil procurar, também, um critério duradouro nos objetivos e nas características das instituições que ministram o ensino superior no país, pois ele é encontrado em conventos, hospitais, quartéis, museus, fundações de saúde pública e em instituições especializadas com escolas, colégios, faculdades, academias, universidades. Na verdade, a própria definição do que seja ensino superior é incerta, mas acreditamos que a educação superior é aquela que oferta um saber superior no sentido de conhecimentos mais aprofundados e de elaboração intelectual sofisticada, sendo de acesso restrito a uma elite intelectual.

Tomando como referência o estilo de universidade que hoje conhecemos, uns dos marcos de sua criação é a fundação no dia 07 de setembro de 1920, da Universidade do Rio de Janeiro logo transformada, em 1937, em Universidade do Brasil. A partir de 1965 passou a chamar-se de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em São Paulo, em 17 de fevereiro de 1934 é realizada a primeira reunião do Conselho Universitário da USP, Universidade de São Paulo. A Universidade Federal do Amazonas reivindica o título de mais antiga do país, tendo sido fundada em 1909, mas sem a perspectiva de difusão de uma cultura universalista e com menor relevância histórica que a Universidade do Brasil, atual UFRJ, e a USP que de fato consideradas as pioneiras.

A primeira faculdade particular do país foi a Candido Mendes, inaugurada em 1902, com o nome de Escola Técnica de Comércio Candido Mendes, fundada pelo primeiro conde, advogado e político Candido Mendes de Almeida, talvez a segunda mais antiga seja a Universidade Gama Filho, fundada em 1939, sob o governo de Vargas<sup>4</sup>.

Da fundação das primeiras universidades e de algumas instituições privadas até o final dos anos de 1960, poucas ações oficiais de relevo precisam ser mencionadas. Os destaques ficam com o governo democrático de Vargas (1951-1954) com separação de um único ministério em dois, separando a saúde da educação. O que demonstrava a

<sup>3</sup> <http://www.ufpr.br/portalfpr/a-mais-antiga-do-brasil/>

<sup>4</sup> [http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=HISTORIA](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA));  
[http://www5.usp.br/institucional/a-  
usp/historia/linha-do-tempo/](http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/)

[http://www5.usp.br/institucional/a-  
usp/historia/linha-do-tempo/](http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/)



crecente preocupação com um projeto de educação para o país, ao mesmo tempo em que ilustra a incompreensão até esta data acerca das especificidades, das necessidades do apoio oficial à educação. Também, durante o governo democrático de Vargas devemos destacar a criação da CAPES cuja sigla à época significava Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 11 de julho de 1951, por intermédio do Decreto nº 29.741. Seu objetivo era "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país"<sup>5</sup>.

Tais medidas tomadas no segundo governo Vargas, vinham no bojo da retomada do projeto nacionalista de construção de uma nação desenvolvida e independente as palavras de ordem onde se destacavam a criação da empresa que se transformaria Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O site da CAPES destaca que sua criação ocorre num contexto onde “a industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais”<sup>6</sup>. Visto em retrospectiva esse diagnóstico conquanto correto não estimulou a produção de políticas impactantes na administração pública da educação superior nos governos que se seguiram até o ciclo dos governos militares.

Não há registro significativo de desenvolvimento do sistema educacional nos governos Dutra (1946-1951), sucedâneo do Estado Novo getulista, a não ser que ele deu continuidade sem inovações ao projeto de seu mentor político de dotar o país de um sistema de educação afinado com as necessidades de desenvolvimento e crescimento industrial.

O governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) passou para a história pelo amplo aspecto democrático e pela criação de Brasília (DF), no entanto, nenhuma atenção especial foi dada à área de educação, menos ainda à educação superior. A idealização da Universidade de Brasília esteve nos planos de construção da capital, mas a realização concreta dos projetos físico a cargo de Niemayer e pedagógico de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro só se materializariam finalmente, em 15 de dezembro de 1961,

<sup>5</sup> <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>.

<sup>6</sup> <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>.



com o então presidente da República João Goulart que sancionou a Lei 3.998, que autorizou a criação da universidade. Antes disso, a transferência de governo para Jânio Quadros em 1961 havia se dado debaixo de enorme expectativa de crescimento nacional, e a nova capital ensejava novos investimentos em educação. Jânio renunciou sete meses após sua posse e foi empossado para concluir o mandato o presidente João Goulart. Jango governou entre 1961 e 1964, um dos períodos mais conturbados do período republicano pós 1930. Foi deposto pelo golpe militar de 31 de março de 1964, e em sua biografia administrativa o único destaque para os negócios da educação foi de fato a criação da UNB<sup>7</sup>.

Inaugurando o ciclo dos governos militares, Castelo Branco (1964 – 1967) atuou discretamente na educação de nível superior, com destaque para a consolidação da CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ao longo da segunda metade da década de 1960, começaram as conturbações sociais em função de fatores políticos, econômicos e sociais. Castelo esteve mais preocupado com ordem pública e a economia, embora tenha sido muito incomodado pelos estudantes. Seu sucessor, Costa e Silva foi mais duro nas questões de segurança nacional e na área de educação promulgou a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que ficou conhecida como a Reforma Universitária de 68<sup>8</sup>. Neste período, o recrudescimento das relações entre o governo e os estudantes especialmente devido à falta de vagas nas universidades públicas acelerou o processo de privatização da educação superior.

O governo Garrastazu Médici (1969 – 1974) começou um novo tempo na gestão da educação marcado pelo aumento do número de vagas no ensino superior e a ampliação de novos cursos e novas escolas. Esse período diferiu pouco do anterior, em termos de uma filosofia educacional, a sua ação foi mais no sentido prático de reduzir a tensão social ocasionada pela falta de vagas nas universidades públicas. À época, a imprensa cunhou a expressão “excedente” para classificar os alunos aprovados e não selecionados, isto é, sem vaga garantida. Outra alteração que apresentou desdobramentos importantes na gestão do ensino universitário foi a implantação do sistema de crédito em disciplinas com impacto no “espírito de turma”. Muitos analistas viram nesta medida a intenção de reduzir a capacidade do alunado de reivindicar e

<sup>7</sup> <http://www.unb.br/>

<sup>8</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm).



contestar o sistema político então vigente, bem como um expediente para aumentar a produtividade das universidades colocando mais alunos nas salas de aula. Isso também provocou um deslocamento da formação intelectual da elite, dos cursos superiores de graduação para os programas de pós-graduação. Esta “integração para frente” tem outros motivos e é absolutamente comum no crescimento organizacional: a pressão de novos graduados faria o crescimento do mercado de pós-graduados. Dentre outros instrumentos legais, a Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação além de estabelecer e reconhecer um modelo de pós-graduação *lato sensu* abriu a possibilidade do exercício da docência superior, o que em muito alavancou o ingresso de graduados em programas de pós-graduação, hoje, muitos deles denominados MBA.

Foi demorada a percepção social que havia necessidade e demanda reprimida por educação no país. O caldo de cultura para implementação das instituições privadas estava bem nutrido e pronto para o desenvolvimento. Em 1970, havia no país cerca de 300 mil estudantes universitários distribuídos em pouco mais de 30 universidades federais. É estranho pensar que na segunda metade do século XX apenas 0,33 % da população de um país ocidental frequentasse um curso superior.

**Tabela 01 – Proporção do número de matrículas no ensino superior por oferta de instituições privadas**

Período / época	Escolas	Total Matrículas	Escolas privadas	Matrículas privadas	Percentual
1920 / 1940	Universidade do Brasil e USP	Sem informação			
1950 / 1970	Sem informação.	300.000			
1980	Sem informação	1.500.000			
2010	2.300	6.300.000	2.000	4.700.000	74,6%
2013	2.300	6.700.000	1.800	5.400.000	80,6%

Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2008/projecao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf)



Conforme os precários registros, entre os anos 1920 e 1970 tivemos, portanto, uma educação superior quase que exclusivamente executada por instituições públicas, com umas poucas escolas particulares que sobreviviam bastante bem de alunos com pouco tempo de dedicação e em cursos concentrados nas áreas sociais aplicadas. Entre os anos de 1970 e 2000 foram 30 anos de crescimento de organizações de ensino familiares, num relacionamento tranquilo com os diversos governos e com a sociedade, embaçados em raras oportunidades como no governo Sarney, em função de alto índice de inflação. Mantenedores e docentes haviam sido colegas de sala de professores, conheciam os problemas, conviveram com os mesmos desejos dos alunos, partilhavam dos mesmos propósitos educacionais.

### **1980: A década da virada**

A alteração desse cenário no que toca a quantidade e a qualidade da oferta de ensino superior tem uma inflexão importante a partir dos anos da década de 1980. Em 1980 eram mais de um milhão e quinhentos mil estudantes matriculados para uma população de 119 milhões de habitantes. Isso representava 1,3% dos brasileiros na universidade, o que embora não fosse um indicador compatível com as necessidades do país e estivesse muito aquém da média dos países desenvolvidos representava um impacto de crescimento em torno de 500% de novos alunos em relação a 1970.

Até a década dos anos de 1980, o velho empresário, o professorado amigo e familiar e o antigo aluno conviviam pacificamente cada um ocupando o seu espaço numa sociedade da educação, em que os objetivos eram bastante claros, reconhecidos e parcialmente comuns. O velho mantenedor era, de fato, um velho professor que se deslocou parcialmente para a gerência de alguns cursos e muitos deles, mantiveram o hábito de lecionar até o fim de sua capacidade laborativa. O velho professor se orgulhava do que fazia, merecia o respeito do patrão e do aluno, tinha intimidade com o patrão colega e a admiração do aluno estudante. O velho aluno vinha de origem humilde e disciplinada, percebia o professor como um mestre de vida e um caminho de iluminação para suas conquistas culturais e, por via de consequência para suas conquistas sociais.

O esgotamento do ciclo dos governos militares, o início do processo de democratização, a consolidação da ascensão das classes médias urbanas e a posterior



estabilidade econômica obtida com os primeiros governos eleitos semearam o campo propício para o surgimento dos novos empreendedores do ensino superior privado. Tal é o contexto das mais profundas mudanças no cenário do ensino superior privado brasileiro: os professores travestidos de administradores e empreendedores são substituídos por empreendedores travestidos de professores, e estes em sequência se desnudam da capa de professor e para colocar o terno do executivo de grande empresa. Sai de cena a gestão das faculdades e cursos superiores pelo professor prestigiado e herdeiro de negócios familiares e assume o prosaetrio a gestão financeira profissional, a gerência de recursos humanos e as ações negociadas em bolsa de valores. Neste novo cenário as universidades Estácio de Sá e Anhanguera foram duas das pioneiras na abertura do capital em 2007.

Até o início desse milênio a relação dos agentes educacionais era, portanto, simples e singela, pois o governo, através do MEC, ouvindo ou não o Conselho Federal de Educação e mais tarde o Conselho Nacional de Educação, estabelecia o modelo e as regras de funcionamento das escolas superiores, particularmente para as escolas privadas. Havia, já, como de fato ainda existem órgãos e meios de aferição e controle de desempenho, o INEP e a execução do Exame Nacional de Cursos, que ficou conhecido como Provão no governo FHC e atualmente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENAD. Às escolas cabia tão somente cumprir determinações e informar dados e resultados que deveriam ser conferidos por pelo conjunto de bens disponíveis, pela carga horária de trabalho e pela titulação dos professores.

Parece-nos, assim como pensam muitos professores e alunos, que esse modelo jamais funcionou ou mereceu algum tipo de confiabilidade em seus resultados qualitativos. No que tange ao ensino superior privado esse sistema de controle não tem conseguido: a) entender a raiz do problema; b) entender quem são e como pensam os atores desse setor; c) entender o novo ambiente do teatro de operações; d) contrastar os objetivos declarados e trazer à luz os objetivos muitas vezes inconfessáveis de cada ator dessa intrincada peça. Com a nova escala de matrículas o setor educacional do ensino superior privado ganha novos protagonistas e alcança novo patamar e isso não tem sido percebido pelo sistema atual de aferição e controle do governo federal.



Os novos tempos nos trazem novos números e novos desafios, segundo o IBGE a população brasileira em julho de 2013 era de 201 milhões<sup>9</sup> e os estudantes de nível superior pouco mais de 6,7 milhões, o que representa 3,33% da população. No final do mês de julho de 2013 o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, registrou 7,0 milhões de inscritos o que demonstra que outros 3,5% da população brasileira pretende, em curto prazo, ingressar no sistema universitário.

**Tabela 1 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001 -2010**

Ano	Total	Total Pública	Privada	% Privada
2001	1.391	183	1.208	86,8
2002	1.637	195	1.442	88,1
2003	1.859	207	1.652	88,9
2004	2.013	224	1.789	88,9
2005	2.165	231	1.934	89,3
2006	2.270	248	2.202	89,1
2007	2.281	249	2.032	89,1
2008	2.252	236	2.016	89,5
2009	2.134	245	2.069	89,4
2010	2.378	278	2.100	88,3

Fonte: MEC/INEP. Resumo técnico Censo Educação Superior 2010.

Conforme se verifica dos dados da tabela cima, em 2010 o incremento de novas escolas privadas foi de 173,8 %, enquanto o número de estudante saltou de 1.500.000 em 1980 para quase 7.000.000 em 2010, um crescimento de 466,6 % em 30 anos.

Pode-se perceber que no modelo exercido nas últimas décadas o governo, sempre o governo de momento, estabelece a forma de atuação das organizações autorizadas a funcionar sem, no entanto, fornecer um método ou um modelo de atuação, desconsiderando, desse modo, as necessidades sociais ou uma política estatal de educação superior Estado.

<sup>9</sup> Diário oficial da união de 01 de julho de 2013.





Por omissão dos poderes constituídos as organizações educacionais foram elastecendo suas operações, atendendo apenas as frágeis regras, portarias e legislações pouco discutidas pela sociedade, pouco entendidas por agentes de controle e muito interpretadas pelos agentes econômicos.

Em síntese, o setor começa a dar sinais de estar entrando numa escala global, com gerenciamento profissional e com segmentos de mercado claramente identificáveis, assim, já há sinais evidentes de concentração de forças empresariais e uma tendência de oligopolização de mercado. Como vimos, a ingerência do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão que regula a competição e a concorrência no mercado, do Ministério da Justiça, é um claro sinal da proporção assumida por essas novas fusões estratégicas<sup>10</sup>.

Já é perceptível o processo de fusão e incorporação no setor, com a formação de grandes grupos empresariais educacionais como Anhanguera, Kroton, Devry e Estácio que compraram instituições de menor porte ao longo dos últimos três anos e adicionaram novos cursos e novas marcas em seus portfólios de oferta. O setor hoje já aponta pra uma tendência clara de oligopólio, como exemplo a Anhanguera comprou mais de 100 outras instituições de ensino entre 2011 e 2012. O ingresso de grandes grupos de investimentos internacionais já é uma realidade no país, como a Unileya de Portugal, a Laurentis da Espanha, a Devry e a Apollo dos Estados Unidos.

Com a fusão da Kroton e Anhanguera, (veja figura abaixo) hoje o Brasil tem a maior empresa do mundo na área de educação, seguida de um grupo chinês. São ainda brasileiras as empresas colocadas terceiro e sexto lugares nesse ranking e entre as dez maiores empresa do setor seis já têm operações expressivas no país.

<sup>10</sup> No caso da fusão entre a Anhanguera Educacional e a Kroton mencionada anteriormente foi recomendado a impugnação da fusão e prorrogado o prazo de decisão por 90 dias, pois a fusão é tão complexa que criará a maior empresa de educação do mundo, um negócio superior a 13 bilhões de reais e é preciso verificar se criará concentração indesejada. Enquanto esse artigo era finalizado, o CADE aprovou, sem restrições, a compra da FMU pela Laurearte Brasil, um negócio de 1 bilhão de reais.



## **Mudanças comportamentais: os principais atores do sistema de ensino superior privado e suas estratégias.**

Como pensam hoje empresários, professores e alunos? A fim de auferir o comportamento e levantar as opiniões desses segmentos realizamos uma pesquisa no Rio de Janeiro, entre julho de 2011 e março de 2012, com professores e alunos da rede de ensino superior privado. Alguns desses professores também experimentaram por longo tempo em suas carreiras os desafios da administração escolar. A pesquisa utilizou técnicas de entrevistas semiestruturadas e questionários. Os dados obtidos não estão baseados em uma amostra com representação estatística do universo pesquisado, mas cobriram um vasto número de professores e administradores, (42) quarenta e dois, e alunos, (1.225) um mil duzentos e vinte cinco, que representam um conjunto de opiniões coerentes e consistentes entre si de tal sorte que nos permitem a segurança de algumas inferências para o universo pesquisado. Para esse artigo selecionamos alguns dados que seguem abaixo.

Dos 42 professores entrevistados 10 (23,8%) eram do sexo feminino enquanto 32 (76,2%) do sexo masculino.

Embora seja uma amostra sem preocupação com a representação estatística do universo de profissionais do setor reunimos um conjunto expressivo de profissionais do ponto de vista da diversidade de filiações institucionais estando nela representadas as unidades mais importantes do ensino superior privado do Rio de Janeiro. Ao todo foram

Com relação à constituição familiar quatro desses profissionais (10%) são solteiros, seis (14%) são divorciados, e vinte e quatro (76%) são casados. Desses, treze (40%) não têm filho, dez têm um único filho, treze têm dois filhos, três têm três filhos, um deles tem quatro filhos e dois têm cinco filhos ou mais.

Em relação à idade buscamos pesquisar uma faixa longa de perfis, com idade média de 48 anos e meio, temos professores bem jovens até aqueles já na terceira idade, acima de 65 anos, com isso obtivemos um histograma em que a metade dos pesquisados tinha cinquenta anos, ou seja, pessoas maduras para lecionar, dado aos conhecimentos acumulados e jovens o suficiente para estarem motivados e necessitando do trabalho.

A experiência de trabalho desses professores em empresas comerciais, governo e como empresários, associado ao tempo dedicado ao magistério resultou num grupo



heterogêneo que é capaz de enriquecer a formação do estudante. 66,7% representa a mediana de tempo de trabalho do conjunto desses profissionais com vinte anos na função docente. Doze professores tinham menos de cinco anos de atividade docente e oito tinham mais de vinte e cinco anos na função o que nos deu uma amostra com uma média de quinze anos e seis meses de atividade docente.

Quanto à formação acadêmica, 69% têm pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) e 31% concluíram a pós-graduação *lato sensu*. Quanto à formação básica dos entrevistados, formou-se um mosaico interessante de conhecimentos, com nove graduações distintas, com predominância de administradores e bacharéis em direito, que também representam a maioria do perfil de alunos entrevistados.

Foram realizadas mais de 80 horas de entrevistas gravadas com os professores abordando temas sobre formação educacional e experiência profissional aplicada e experiência didática. Discutimos a relação profissional e pessoal como mantenedores, coordenadores e colegas de trabalho, sobre salários, saúde e bem estar no exercício de suas tarefas. Buscou-se entender também, o esforço necessário e abdicação de valores e prazeres pessoais em função do melhor desempenho profissional. As entrevistas conduziram o trabalho por dois caminhos, as mudanças de relações entre professores e mantenedores do passado, comparativamente aos mantenedores do presente e a mudança de atitude dos alunos com relação ao processo ensino- aprendizagem, as motivações para alcance de alguns objetivos e as relações pessoais com os professores.

Dos quarenta e dois professores apenas três (7%) trabalhavam em regime de horário integral, cinco (12%) desses trabalhavam em empresas comerciais e faziam expediente duplo em escolas privadas, trinta e nove (93%) correm entre escolas o que reduz a possibilidade de criar vínculos mais estreitos com os alunos e pouquíssimo vínculo social com os colegas de profissão.

Considerando o porte das atuais escolas particulares, nenhum professor entrevistado mantém relacionamento de qualquer natureza com os mantenedores, sendo que a expressiva maioria sequer sabe quem de fato é o seu patrão.

O prazer de ser professor e o orgulho de ser reconhecido pela sociedade como “o mestre, o formador de opinião” fez com que quarenta professores de nossa amostra (95%) dissessem do seu prazer em fazer parte desse universo e apenas dois professores



disseram que isso já não era tão importante, já não os deixava mais orgulhosos, embora no passado isso tivesse sido verdade.

As queixas mais recorrentes foram quanto a insegurança e a instabilidade no emprego – em função da nova relação com os mantenedores e pela percepção que já não são tão importantes para o negócio em fase da nova postura empresarial – e a certeza de que já não são mais admirados e respeitados pelos alunos. Na verdade, se sentem um obstáculo em relação aos objetivos dos alunos e se mostram assustados em relação aos crescentes e tensos conflitos com estes.

Do total de um mil duzentos e vinte e cinco (1.225) alunos pesquisados - em cursos de ciências sociais aplicadas - 67% tinham menos de 25 anos, a chamada Geração Y<sup>11</sup>, que nascidos em grandes centros urbanos e inseridos numa cultura digitalizada têm uma relação com a informação uma relação diferente de boa parte dos professores entrevistados, analógicos. Suas principais fontes de informação são as notícias sintéticas de *smart phones* e mídias sociais. 66,4% moram com os pais, 34,7% são apenas estudantes, 16% fazem algum tipo de estágio e 49,3% trabalham.

A renda familiar do estudante do ensino superior privado demonstra que 21,2 % é de pouco mais de dois salários mínimos (R\$1. 356,00, à época) e os alunos matriculados em apenas 3 escolas concentram as maiores rendas familiares. Notamos ainda que 62,9% estudam em escolas de mensalidades de até R\$700,00. Esses valores refletem também o objetivo de preços das faculdades particulares com público alvo da classe econômica C.

Para 75,8% dos entrevistados os cursos que frequentam são excelentes e bons e apenas 4% os descrevem como cursos de baixa qualidade. No entanto, esses mesmos alunos não frequentam a biblioteca (%), não compram livros (% média) e não estudam fora do horário de aula (% média). A análise ou julgamento do seja qualidade talvez esteja fixada na ideia de não desqualificar o próprio curso que frequenta e assim enfraquecer o seu currículo.

O conflito entre alunos e professores se tronou atividade corriqueira na faculdade privada, 50% dos alunos já presenciaram agressões verbais e às vezes até de ameaças

<sup>11</sup> Geração Y é um conceito utilizado por Bauman (2011) e apropriado na Administração para explicar o comportamento do consumidor jovem. Nascidos nos anos de 1980, buscam as informações via internet, estão menos preocupados com a estabilidade e mais dispostos a gozar a vida.



físicas de alunos para os professores e isso ocorre principalmente por discordância na atribuição de notas e, portanto, na aprovação na disciplina.

Entendemos que o novo modelo de gestão educacional deverá passar a funcionar levando em consideração os diversos órgãos e agentes envolvidos: governo, empresas, professores e alunos. A tabela abaixo oferece uma visão sintética das respostas mais comuns a este tipo de questão por parte dos alunos: o que quero do meu curso superior? O objetivo dos alunos em cursar a faculdade já não é mais o mesmo daqueles do século passado, agora sua concentração de esforços é pela conquista de um emprego, logo montar o currículo e declarar que é universitário é o grande objetivo de 50% dos alunos.

### **Conclusão**

A nossa percepção é de que há uma dicotomia de interesses nas relações do mercado de ensino superior no Brasil, entre as empresas de ensino, os governos e a sociedade, senão vejamos:

Os governos ao longo de muitas eleições e reeleições tem assegurado que deve existir no setor de educação uma correlação tripartite de ensino, pesquisa e extensão, muitos dos projetos pedagógicos das faculdades e universidades tratam do fortalecimento equilibrado do tripé ensino, pesquisa e extensão, no entanto, muitas delas não dizem o que isso representa nem como atingir e quais os custos e as consequências benéficas para a sociedade. Por óbvio existem correntes por essa tal indissociabilidade, tanto quanto pela permanente associação, confessando governo e associações de docentes com absoluta certeza que esse é o caminho da universidade brasileira. Na prática, esse consenso é relativo e só se sustenta na universidade pública, com o dinheiro público e com resultados incertos, tanto sobre a pesquisa quanto sobre a extensão. A Universidade privada quanto a isso se dispõe a trabalhar em clausuras do conhecimento em porções minúsculas das atividades de baixo investimento e com experimentos parciais e minguados, o empresário do ensino é avesso ao risco e às incertezas. O investimento na qualificação de seu corpo docente é fenômeno recente e movido por ameaças de punição de órgãos reguladores do governo federal. As empresas e os grupos empresariais de outros ramos de negócios brasileiros investem pouco em



pesquisa e se dispõem ainda menos em injetar recursos em universidades de maneira geral, públicas ou privadas. As exceções são poucas.

Se a sociedade tem necessidade da pesquisa, e sabemos que é verdade, quem deve ser responsável por essa pesquisa? Quem será o investidor? Se for um agente privado, esse só pesquisará sobre aquilo que puder reverter em produtos lucrativos, portanto, não teremos nenhuma pesquisa em ciências sociais, e talvez tenhamos toda concentração dos recursos da pesquisa na engenharia de produtos. Mas com universidades privadas com poucos investimentos em infraestrutura e equipamentos os resultados parecem muito incertos para os empresários de maneira geral.

Quanto à extensão, se é verdade que a sociedade precisa dos serviços gerados pelas práticas e pelo conhecimento a ela associados, a quem caberá os custos das descobertas e das implantações? Qual será o benefício da escola particular ao obter sucesso em um processo de extensão? O ingresso de novos alunos? Em qual segmento de mercado de serviços de ensino superior ela estaria associada, ao que quer aprender ou ao que quer montar o currículo e ascender socialmente?

Qual família brasileira de classe média não pressiona o filho para arranjar um estágio ou um emprego e reduzir as despesas familiares? Os cursos das escolas privadas funcionam em sua esmagadora maioria em horário noturno, são cursos de ciências sociais e ciências sociais aplicadas, de baixo custo, de pequeno investimento, vários deles com mensalidades abaixo de meio salário mínimo, frequentados por alunos com financiamento público (FIES) e matriculada via Pro Uni.

Segundo os dados do IBGE (censo 2009) em pesquisa por amostragem, a composição dos gastos das famílias brasileiras por classe de renda, nos oferecem algumas amargas surpresas. Voltando à nossa comparação inicial com a Coréia do Sul onde o investimento em educação se tornou uma verdadeira obsessão das famílias, que dispendem anualmente algo em torno de vinte e seis bilhões de dólares com aulas particulares de reforço para os filhos, a preocupação das famílias brasileiras e o que elas estão dispostas a investir (em distribuição nacional) com educação de seus filhos é residual no montante de suas rendas com um pequeno investimento de 3,0% da renda familiar; e mais, ainda, esse percentual vem caindo ano a ano. Se gasta mais em transporte e vestuário do que em conhecimento, portanto, a pressão popular por educação ainda deve demorar bastante a acontecer no Brasil.



Só um programa de Estado poderia iniciar um processo de desenvolvimento educacional de melhoria das condições gerais para educação e criar um modelo empresarial com responsabilidade social, isso não elimina a necessidade de lucro, mas estimula a obrigação de investimento.

### **Bibliografia**

- BAUMAN, Zigmund. *44 cartas do mundo liquido moderno*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2011.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (organizador). *A Época Colonial* – Editora Difusão Europeia, 1968,
- GASPARI, Hélio. *A Ditadura Encurralada*, Companhia das Letras SP. 2004
- GASPARI, Hélio. *A Ditadura Escancarada*, Companhia das Letras, SP. 2002
- KOTLER, Philip e KELLER, Kevin L. *Administração de Marketing*. Person, São Paulo, 2010.
- LIMA, Luiz Paulo Moreira Lima. *Educação Superior em Instituições Privadas: Um Negócio Comercial e Um Relação Permissiva*. Tese de Doutorado apresentada em 2013, UFF.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter, Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Record. São Paulo, 2009.





## **BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA: PROJETO DE DOMINAÇÃO ATRAVÉS DO SABER**

CABRAL, Rosimere Mendes  
*Estudante de doutorado do Programa  
de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO  
E-mail: rosimerecabral@gmail.com*

20

### **RESUMO**

Discute o projeto político da Biblioteca de Alexandria no Egito antigo, a partir da produção dos conhecimentos segundo a lógica tardeana. Apresenta um levantamento histórico do surgimento da cidade, assim como da famosa Biblioteca de Alexandria, sua manutenção e destruição. Discorre sobre o projeto de dominação através do saber e da aculturação lingüística e cultural, engendrado por Alexandre Magno e seus sucessores. Aborda a importância dos usos da leitura e da escrita, durante o reinado ptolemaico, como fatores que interferiram no posicionamento intermediário obtido pela sociedade egípcia, visto que esta foi ajudada pela capacidade de ler e escrever, porém não foi transformada por ela. Analisa o depósito de documentos no centro de saber como fruto de uma sociedade envolta em relações de força e poder, cujo processo de acumulação indica um jogo que envolve práticas de memória e apagamento.

**Palavras-chave:** Biblioteca de Alexandria. Produção de conhecimentos. Memória.

### **ABSTRACT**

Discusses the political project of the Library of Alexandria in ancient Egypt, from the production of knowledge according to Tardean logic. Presents a historical survey of the emergence of the city, as well as the famous Library of Alexandria, its maintenance and destruction. Discusses the project of domination through knowledge and linguistic and cultural acculturation, engendered by Alexander the Great and his successors. Addresses the importance of the uses of reading and writing during the Ptolemaic reign as factors that interfere in the intermediate position obtained by the Egyptian society, since this was aided by the ability to read and write but was not transformed by it. Analyzes the deposit of documents at a center of knowledge as the result of a society shrouded in relations of force and power, whose process of accumulation indicates a game that involves practices of memory and erasure.

**Key-words:** Library of Alexandria. Production of knowledge. Memory

### **Biblioteca de Alexandria: projeto de dominação através do saber**

#### **1 introdução**

O presente trabalho pretende esboçar uma reflexão acerca da criação, manutenção e destruição da Biblioteca de Alexandria através das concepções de produção e circulação de conhecimentos que alimentaram a construção desta biblioteca, no Egito, a partir da obra de Gabriel Tarde “La psychologie économique” sobre a produção dos conhecimentos. Primeiramente, será feita uma apresentação do cenário egípcio na antiguidade e as



implicações políticas que envolveram o projeto de dominação engendrado por Alexandre Magno, assim como os usos políticos da memória e do esquecimento; em seguida, será feita uma análise deste projeto, a partir das idéias de Tarde.

Em busca de uma compreensão do projeto político de construção da Biblioteca de Alexandria é preciso reconstruir historicamente a sua criação. Inicialmente, será apresentado o surgimento da cidade e a criação da Biblioteca de Alexandria a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que a envolve. Depois será abordado o processo de destruição do centro de saber, e em seguida, uma análise da produção de conhecimentos que permeia seu projeto, sob a ótica tardeana.

## 1.2 Fundação e origem

Alexandria foi fundada por Alexandre Magno em aproximadamente 332 a.C., como parte de seu projeto de formação de um império universal. Idealizou uma grande cidade que se tornou a mais importante do império helenístico<sup>1</sup> e seus sucessores continuaram seu projeto ao construírem um grande centro de saber.

Alexandre Magno (336-323) nasceu da união de Filipe, o realista, e de Olímpias, a mística, tendo como antepassados míticos, por parte de pai, Zeus e Heracles, Aquiles e Príamo por parte de mãe. Seguiu os ensinamentos de Aristóteles, adquirindo a cultura helênica através da leitura de Píndaro, Heródoto e Eurípidas. Segundo seu mestre, Aristóteles, Alexandre acreditava que a moderação está na base das monarquias e herda dos seus pais a prudência, a inspiração, a reflexão e a intuição, assim como os acessos de cólera (LÉVÊQUE, 1987, p. 9-11).

Neste período, a mudança de uma tradição oral para a escrita, o que não significa a mudança de uma sociedade oral para uma letrada – esse é um fenômeno muito recente – ocorreu na virada do século V para o IV a.C., coincidindo com a prática comum da leitura privada de rolos de papiro, justamente na época em que viveu Aristóteles, discípulo de Platão, que se tornou “um leitor contumaz” e até formou uma biblioteca particular, segundo relatos de Fischer (2006, p. 49-50). O uso da escrita por Platão visava a preservação dos “ensinamentos orais de seu mestre”. Outros filósofos usaram a escrita para difundir conhecimentos

<sup>1</sup> O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como iniciando-se em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.



adquiridos, tornando assim o sentido da leitura como: “compreender, obter conhecimento e, depois, criar algo com base no texto escrito”, uma expansão transformadora da prática de leitura que é reconhecida até os dias atuais.

Alexandre assumiu o reinado após a morte de seu pai Filipe que morreu em 336, apunhalado por Pausânias, época em que Alexandre tinha apenas 20 anos e por ser o primogênito, é proclamado rei pelo exército. Seus ideais de conquistar e civilizar o mundo são então colocados em prática por meio de grandes batalhas, chegando a conquistar terras muito longínquas como o Oriente e a Ásia, chegando até a Índia.

O controle das cidades conquistadas é conseguido com a manutenção da administração às quais estavam habituadas:

[...] assim, tem a sabedoria de não querer unificar um Império polimorfo e de manter em cada região a administração a que ela está habituada. Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não comunga do ideal pan-helênico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

Com essas atitudes Alexandre mantém o poder e o controle das cidades conquistadas e expande a cultura grega por vastas regiões, mas somente Alexandria atinge a glória como uma das mais belas cidades do mundo. As estratégias usadas pelo conquistador para expansão da cultura grega demonstram sua habilidade política para com os povos dominados e as imensas regiões conquistadas. Ao promover os casamentos entre povos distintos, permitia uma fusão cultural e lingüística entre os mesmos, atingindo assim seus planos de dominação através da clivagem étnica e cultural.

Para Lévêque (1979, p. 39), a cidade era uma grande metrópole cosmopolita e a mais importante do mundo helênico. Um lugar onde conviviam povos distintos como gregos, egípcios, sírios e judeus, uma verdadeira miscelânea de povos, culturas e costumes. Tal variedade permitia uma valiosa efervescência que seria habilmente utilizada como uma estratégia de aculturação lingüística e cultural, como veremos adiante.

Após a morte de Alexandre Magno em 323 a.C., o vasto império foi dividido entre seus generais e o Egito coube a Ptolomeu I que só se proclamou rei dezesseis anos depois, fundando a dinastia que governou o Egito até este se tornar um estado satélite romano, aproximadamente três séculos depois (FLOWER, 2002, p. 17;19). Ptolomeu I era um homem de letras e, ligado a tudo referente ao intelecto, procurou se rodear de conselheiros



inteligentes. Um desses sugeriu pela primeira vez a criação de uma biblioteca real, sendo a sugestão aprovada pelo rei com todos os recursos possíveis.

O sucessor de Ptolomeu I Sóter foi Ptolomeu II Filadelfo, que se casou com sua irmã Arsinoé II. A seu respeito, Flower (2002, p. 21) narra o seguinte:

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II Filadelfo adquiriu todos os papiros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras, como a de Aristóteles, embora os historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado de quase quarenta anos, os livros transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta (filho de Ptolomeu II Filadelfo e de sua primeira esposa, Arsinoé I), e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto Serapeum.

Percebe-se aqui um uso político do conhecimento através da pilhagem de rolos, visando a uma acumulação e apropriação de saberes, como será visto adiante. Sobre a biblioteca filha, sabe-se que foi construída visto que os rolos de papiro transbordavam da Biblioteca de Alexandria para os escritórios e armazéns reais e seu acervo era constituído pelas melhores cópias elaboradas a partir das boas edições feitas no museu (que assim como a biblioteca filha, fazia parte do vasto Serapeum), localizados no bairro de Racótis, que abrigava os centros de saber. Ela era freqüentada por pessoas estranhas ao museu, ou melhor, por pessoas da própria cidade, diferentemente do movimento de eruditos e sábios que freqüentavam a biblioteca principal.

Ptolomeu II Filadelfo, assim como seu pai e avô, também era um grande admirador das artes e bibliófilo apaixonado, gastou grandes fortunas ao adquirir carregamentos inteiros de livros, códices e papiros raros. Ao final seu reinado, a tranqüilidade vivida dentro do Museu e da Biblioteca chegou ao fim com os sucessores de Ptolomeu que, devido aos casamentos entre primos e irmãos, foram vitimados pela degenerescência e ataques de loucura. Esses sucessores demonstraram hostilidade com o grande centro de saber e cultura (FLOWER, 2002, p. 22).

Para uma melhor compreensão do significado da reunião desses milhares de rolos de papiros buscou-se o conceito de documento discutido por Dodebei por meio de atributos a ele relacionados, como formação e suporte físico. Tais atributos, no entanto, não são suficientes para distinguir documento de objeto. A autora, então busca outros atributos, como prova ou testemunho de uma ação cultural, culminando assim no complexo conceito de memória social. Para Dodebei (2001, p. 60) a memória pode ser vista como a “manutenção de qualquer



recorte de ações vividas por uma sociedade”, levando assim ao congelamento das ações escolhidas com o intuito de promover a preservação daquele momento social. A escolha dessas ações representa a sua duplicação em móvel e imóvel, implicando então na noção de representação e, conseqüentemente, de memória.

A memória social para Dodebei (2001, p. 60) “é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera pública – memória coletiva”. Há, portanto, duas formas de representação: através da reprodução, como “duplicação de textos, sons e imagens”, e por “isolamento de um objeto”, no caso de um único exemplar. O conceito de documento pode ser compreendido como um “constructo”, reunindo três proposições: unicidade, virtualidade e significação. No primeiro, unicidade, entendemos que os documentos como “objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência”, visto que não se reúnem em categorias específicas.

A segunda, virtualidade, leva a uma classificação do objeto, pois a “atribuição de predicados ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva” (DODEBEI, 2001, p. 64). Significação, a terceira das proposições, indica que a transformação dos objetos usados no cotidiano em documentos é intencional, o que os constitui em categoria de tempo e circunstância.

A partir dessas proposições, é possível afirmar que “não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos” (DODEBEI, 2001, p. 64).

Em Alexandria tal memória foi construída através dos documentos reunidos na biblioteca, visto que estes representavam as escolhas dos soberanos e dos bibliotecários que indicavam quais obras seriam armazenadas na biblioteca real e quais iriam para a biblioteca filha, num processo incessante de depositar todas as obras disponíveis e em todas as línguas, afirmando assim a primazia sobre outros povos e o domínio cultural advindo deste processo de montagem do acervo.

Nas palavras de Le Goff (1990, p. 545, 547-548) significa que o processo de acumulação dos escritos não é neutro.

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [sic], mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades



históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

O acervo foi formado com o apoio das gerações dos Ptolomeu que, ao incentivarem o acúmulo de rolos nas estantes das bibliotecas, possibilitaram seu crescimento, fortaleceram o domínio cultural e lingüístico, além da imagem de si próprios que construíram através do esforço consciente ao reunirem os documentos-monumentos durante séculos de existência das bibliotecas. Em outras palavras, o documento é fruto de uma sociedade que o criou envolta em relações de força e poder que estão na base da produção dos escritos, assim como de sua preservação ou apagamento, conforme visto no Egito, num jogo que envolve práticas de memória e esquecimento.

Retomando o histórico do centro de saber, encontra-se Demétrio Falereu que foi o grande influenciador de Ptolomeu I Sóter na formação e construção da primeira grande biblioteca, tendo chegado em Alexandria na primavera de 304 a.C., com pouco mais de quarenta anos. Demétrio nasceu numa família rica e influente, recebeu a melhor educação e estudou no Liceu de Aristóteles, convivendo com grandes filósofos, poetas e oradores de seu tempo. Sua formação teria influenciado a sugestão que dera ao rei

[...] um centro de cultura e pesquisa em Alexandria que rivalizaria com os de Atenas, Pérgamo e Cirene, e transformaria a cidade no epicentro da erudição. O resultado foi a formação do que se tornaria a primeira grande biblioteca e centro de pesquisa internacional. Abrigado ao recinto real, o acesso ao Museu e à Biblioteca era limitado de início aos convidados do rei. Mas rapidamente, à medida que o número de rolos e códices cresceu e que sábios locais e estrangeiros eram convidados a estudar ali, o local se transformou em um lugar de estudo público para eruditos reputados [...] (FLOWER, 2002, p. 25).

Em busca da realização deste projeto, Ptolomeu I enviou emissários aos centros acadêmicos do Mediterrâneo e Oriente Médio com a missão de comprar ou mesmo surrupiar trabalhos dos principais filósofos, poetas, matemáticos e dramaturgos. Outro método utilizado foi a revista de todos os barcos que atracavam no porto de Alexandria, procurando manuscritos que, ao serem encontrados, eram confiscados e mantidos em armazéns para posterior cópia, e muitas vezes sequer eram devolvidos.

Segundo Jacob (2000, p. 45), a biblioteca então formada era um depósito de livros, no sentido grego do termo, onde rolos de papiros eram arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes. Seus leitores eram sábios e homens de letras que liam, conversavam, e talvez ensinassem a uns poucos alunos em galerias cobertas.





A miscelânea de povos na cidade de Alexandria ao reunir num mesmo lugar gregos, judeus, núbios, egípcios, colonos, militares e aventureiros, assim como a pretensão de abrigar uma biblioteca universal que abarcasse toda a memória do mundo numa cidade nova, mostra que os soberanos pretendiam afirmar a “primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais” (JACOB, 2000, p. 47). Neste sentido, a idéia da biblioteca como podendo constituir um “quadro social da memória”, segundo o que propõe Namer, poderia ser questionada, já que esse quadro social, no sentido rigoroso do termo, tem como estofa as tradições familiares, religiosas e de classe de um determinado grupo ou região. Ora, a memória que se visava constituir através da Biblioteca de Alexandria, contudo, é uma memória que não se enraíza em nenhuma tradição local: trata-se de uma memória construída artificialmente, a partir de raízes inventadas ou impostas. Essa memória artificial foi construída a partir da fundação da cidade, da criação da biblioteca e do museu, como forma de compensar a marginalidade geográfica através da simbologia obtida com a grandiosidade e importância do centro de saber. Não satisfeitos com suas tradições ou sua origem, os governantes inventavam uma, como forma de legitimar e engrandecer o seu poderio: eis aqui um propósito político importante na fundação da Biblioteca de Alexandria, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder.

Ao reunir num só local todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo de apropriação lingüística e cultural, por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, construiu-se numa cidade nova uma memória artificial, permitindo que através dessa memória escrita o Egito obtivesse vantagem na rivalidade política com outras potências mediterrâneas.

Uma nova relação com o tempo e o espaço é fundada com a criação da biblioteca de Alexandria, pois segundo Jacob (2000, p. 51):

Há o tempo da busca dos livros, de sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, universal, abolindo a distância com o passado para propor num mesmo lugar de conservação todos os escritos humanos, os vestígios do pensamento, da sabedoria e da imaginação. A coleção afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros e de textos provenientes de regiões e de épocas muito variadas.

O acúmulo de milhares de rolos nas estantes da grande biblioteca indica uma vontade de domínio através do saber, ao reunirem todo o conhecimento produzido no mundo, num só lugar, em Alexandria.





### 1.3 Declínio e destruição

O declínio da cidade de Alexandria teve início com Ptolomeu V Epifânio (que significa manifestação de Deus), filho de Ptolomeu Evergeta com sua irmã Arsinoé III. Este soberano subiu ao trono em 205 a.C. e seu reinado durou vinte e quatro anos. Ele perdeu todas as áreas externas ao seu país que haviam sido conquistadas com tanta glória por seus antecessores. Devido a essas perdas, foi necessário pedir socorro a Roma, o que significou o declínio político do Egito e sua decadência como potência dominante, sendo relegada a uma posição inferior. O período da primeira metade do século II a.C. foi um dos piores da história para o reino ptolemaico, pois os irmãos Ptolomeu VI e VII lutaram pelo poder por quase sessenta anos e impulsionaram a total dependência do Egito a Roma (FLOWER, 2002, p. 89-90).

A fuga de cérebros do mais célebre centro de erudição e a perda de patrocínio real enfraqueceram o pensamento e a cultura alexandrinos, no entanto, alguns homens permaneceram e fomentaram campos do conhecimento como Geometria, Gramática, Astronomia e Física pelos quais as escolas de Alexandria ficaram famosas (FLOWER, 2002, p. 91).

A dependência do Egito à Roma permaneceu, e por volta de 48 a.C. ocorreu um grande incêndio em Alexandria. Julio César em perseguição a Pompeu, sem saber que este estava morto, seguiu para Alexandria e ao desembarcar apresentou-se como um grande *imperator* romano deixando a população revoltada (visto que sua independência estava abalada). César conseguiu em pouco tempo conciliar os irmãos Ptolomeu XIII e Cleópatra VII que lutavam pelo trono. No entanto, a paz não durou muito e a cidade foi atacada pelo exército egípcio enviado pelo Rei que fora persuadido por Pôncio, que detestava Roma. A desvantagem de César era grande e enquanto suas tropas defendiam o palácio, ordenou que incendiassem a cidade e assim venceu a guerra. Contudo, não só os navios queimaram em chamas, mas também os armazéns onde muitos códices e papiros estavam armazenados. O fogo se alastrou para a região do Bruquión onde se localizavam a Biblioteca e o Museu, e grande parte desse centro cultural foi perdido. De fato o incêndio destruiu grande parte do acervo, marcando a primeira das várias catástrofes sofridas pela biblioteca alexandrina original. (FLOWER, 2002, p. 106-108).



Assim, as principais áreas de estudo e pesquisa alexandrinas foram bastante afetadas, visto que as obras de gramática e matemática foram perdidas, o que possibilitou maior espaço para a filosofia com seus estudos sobre a mente e a alma.

O reinado de César e Cleópatra VII fez reviver, apesar do grande incêndio, o antigo prestígio do centro de saber, pois a Biblioteca Filha no Serapeum não foi atingida e assim tornou-se o epicentro da ciência alexandrina. Algumas escolas como as de Matemática, Medicina e Ciências foram revigoradas pelo patrocínio real, como haviam feito os sucessores de Alexandre Magno. Uma grande obra com cerca de três mil e quinhentas críticas e apreciações de poetas gregos, baseadas em antigos escritos de estudiosos alexandrinos, foi feita pelo gramático Dídimo que usou as obras de referência restantes do grande incêndio (FLOWER, 2002, p. 108-109).

Cleópatra VII, mulher inteligente e pragmática, foi uma grande patrocinadora das artes e cultura alexandrinas e tentou resgatar a importância que a cidade tivera outrora nos reinados dos três Ptolomeu. Após a morte de César, direcionou seus encantos a Marco Antônio que lhe deu de presente boa parte das obras da famosa biblioteca de Pérgamo (capital da província romana da Ásia), ajudando assim a contrabalançar, de certa forma, as perdas causadas pelo grande incêndio. O total das obras é duvidoso: alguns relatos diziam chegar a duzentos mil rolos, mas não há prova concreta da quantidade de volumes presenteados. Cleópatra VII suicidou-se em 30 a.C. após a derrota de Marco Antônio na Batalha de Áccio, pondo fim ao reinado ptolemaico de três séculos, pois seu filho e co-governante Ptolomeu XV (Cesário) e seu meio-irmão Antilo, filho de Antonio, foram assassinados por ordens de Otávio, deixando assim o Egito como província romana. Sob o domínio romano, o centro de saber alexandrino perdurou por mais de dois séculos, apesar da perda de rolos no incêndio e do patrocínio real de outrora (FLOWER, 2002, p. 111-113).

A Biblioteca Filha no Serapeum sofreu em 391 d.C. um grande ataque que a destruiu, interrompendo a movimentação do centro de saber alexandrino que durou quase quatro séculos. A destruição ocorreu durante o reinado de Teodósio que lutava contra o paganismo e sancionou a destruição de todos os locais de culto não-cristão. Acredita-se que muitos manuscritos preciosos foram levados para locais seguros no Egito ou mesmo colocados em esconderijos em Alexandria (FLOWER, 2002, p. 180-181).

O ano de 642 d.C. marcou o fim de uma era para a cidade de Alexandria, quando o Egito foi conquistado pelo general árabe Amr Ibn Al As, em nome do califa Omar (Omar Ibn Al-Khattab 581 – 644 d.C., segundo califa maometano), pondo fim aos quase nove séculos de



domínio greco-romano. O fim para Alexandria veio após a abertura da rota para o Oriente através do Cabo da Boa Esperança, que encerrou o comércio da cidade, até que em fins do século XVIII ficou reduzido a Racótis, antigo vilarejo de pescadores da época de Alexandre Magno (FLOWER, 2002, p. 192-193).

#### 1.4 O projeto político da Biblioteca de Alexandria

Quando Alexandre Magno projetou a cidade de Alexandria, incluindo a biblioteca, pretendia construir uma grandiosa cidade onde pudesse, juntamente com as inúmeras conquistas que chegaram até a Ásia e Oriente, expandir a cultura grega e ainda atingir seus ideais de conquistar o mundo (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

O projeto da biblioteca visava reunir todas as obras e cópias produzidas no mundo, no sonho de criação da Biblioteca Universal, adquirindo-as através de compras de carregamentos de livros, de bibliotecas inteiras e até mesmo de roubos, projeto que seguia a idéia de dominação grega de Alexandre. As obras escritas em idiomas estrangeiros eram traduzidas para o grego, sendo muitas vezes reelaborações e compêndios que funcionavam como obras sagradas para os povos dominados. Assim, respeitando-se a religião local através da tradução de obras sagradas, seria mais fácil dominar os povos das cidades conquistadas, abrindo as portas não só das suas cidades como também de suas almas. É deste modo que Canfora (1988, p. 28) apresenta o projeto da biblioteca como instrumento de dominação:

Com as armas dos macedônios, em poucos anos os gregos tornaram-se a casta dominante em todo o mundo conhecido: da Sicília à África do Norte, da península balcânica à Ásia Menor, do Irã à Índia e ao Afeganistão, onde se detivera Alexandre. Os gregos não aprenderam a língua de seus novos súditos, mas compreenderam que, para dominá-los, era preciso entendê-los, e que para entendê-los era necessário traduzir e reunir seus livros. Assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação. Nessa obra sistemática de tradução e aquisição, coube um lugar de destaque aos livros sagrados dos povos dominados, por ser a religião, para quem pretendia governá-los, como que a porta de suas almas.

Como explica Jacob (2000, p. 45), Alexandria não era um modelo de catedrais do saber como as bibliotecas de hoje. Era, sim, uma biblioteca de Estado, mas sem público, pois sua finalidade era acumular todos os escritos da terra no palácio real, e não difundir o saber de forma a educar a sociedade.



A reunião de todo esse acervo num só lugar mostra o exercício do poder dos soberanos ao longo dos séculos de existência da biblioteca, como uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder”: afinal o saber ali armazenado era restrito ao rei, seus descendentes, sábios e eruditos. As inúmeras conquistas engendradas por Alexandre e seus sucessores, compreendidas no período helenístico direcionam suas explicações sobre como era possível manter o domínio sobre território tão vasto e povos tão diversos. A princípio, para tentar compreender algumas dessas explicações, será necessário analisar o império romano e as conseqüências da sua dominação e alguns povos.

O período helenístico começou em fins do segundo milênio a.C. e se estendeu até o século VII da Era Cristã, preservando sua identidade desde o início, como assinala Toynbee (1975, p. 15, 19):

Sua essência não foi geográfica ou lingüística, mas social e cultural. O helenismo foi uma forma de vida característica, corporificada numa instituição básica, a cidade-Estado helênica, seria aceito como heleno<sup>2</sup>, não importando qual a sua origem e formação.

Essa cultura helênica foi preservada mesmo durante o período de domínio romano, como mostra Momigliano (c1991, p. 9): foi imprescindível, para que o imperialismo romano pudesse se estabelecer, “a cooperação de intelectuais gregos com políticos e escritores italianos na criação de uma nova cultura bilíngüe que deu sentido à vida sob o domínio romano”.

Os povos conquistados foram influenciados pela cultura, religião e literatura gregas, assim como os gregos assimilaram as tradições dos povos dominados. Pode-se destacar maior interação entre romanos e gregos após a dominação romana, mas também entre gregos e judeus ou celtas e iranianos, transparecendo forte impacto nas relações intelectuais (MOMIGLIANO, c1991, p. 13). A manutenção dos territórios conquistados baseava-se assim na assimilação e respeito às culturas locais, organização administrativa e política, esta com

<sup>2</sup> Helenos significa habitantes da Hélade, e presumivelmente adquiriu o sentido mais amplo de membros da sociedade helênica pela sua utilização como denominação conjunta dos diversos povos, os anfitriões (vizinhos) que administravam os templos em Delphos e nas Termópilas e organizavam os jogos Pítios, ligados a tais santuários. Assim, a instituição da cidade-Estado não é, em si, característica peculiar do sistema de vida helênico. O que caracteriza o helenismo é a utilização dessa instituição como meio de dar expressão prática a uma determinada concepção do universo. No século V a.C., o filósofo helênico Protágoras de Abdera deu forma a tal pensamento, na celebrada frase ‘o homem é a medida de todas as coisas’. Na linguagem tradicional judaico-cristã-muçulmana poderíamos dizer que os helenos viam no homem o ‘Senhor da Criação’ e o adoravam como um ídolo, ao invés de Deus. (TOYNBEE, 1975, p. 18).



um forte poder central, de forma a conseguir alianças políticas com os diversos povos e facilitar a governabilidade.

Este modo de dominação pelo saber e assimilação cultural, mais do que pela violência, foi utilizado por Alexandre em sua própria vida pessoal: ele próprio realizou um casamento “misto”, fornecendo o exemplo tanto para seus correligionários quanto para os povos dominados, neste caso específico para os persas. Plutarco narra algumas das estratégias utilizadas por Alexandre para estender o seu poder sobre os persas, e pode-se ver como elas foram baseadas em grande parte no saber, na cultura e na assimilação do conhecimento:

[...] determinou que ensinassem a língua grega a trinta mil crianças escolhidas e as exercitassem no uso de armas macedônias, e nomeou grande número de instrutores. (PLUTARCO, [198-?], p. 176-177).

Para Finley (1988, p. 150) a religião politeísta facilitava a introdução de deuses e novos atributos culturais. O politeísmo teve seu apogeu durante o período helenístico, pois com a grande fusão religiosa advinda da nova sociedade formada a partir das conquistas e expansões territoriais, obtinha-se a mistura de povos distintos. A expansão da língua grega facilitou o domínio dos povos conquistados, além da assimilação de novas culturas, costumes, religiões, etc.

A assimilação da língua, costumes, etc., é usada ainda hoje por muitos países e sociedades para que possam expandir seus mercados consumidores. Outra forma que data de tempos remotos é o uso de guerras para ampliação de áreas dominadas, com objetivos variados como construção de império universal, no caso de Alexandre Magno, novos mercados consumidores, riquezas minerais e vegetais.

Num livro importante do campo da ciência política, *Império* (2001), Antonio Negri e Michael Hardt mostram que as estratégias políticas utilizadas hoje, num período de globalização, são próximas daquelas utilizadas nos períodos de expansão imperial, como na Macedônia ou em Roma. Esses autores apontam que diferentemente do período moderno, no qual se procurava preservar as fronteiras que delimitavam a identidade territorial ou cultural de um país, na pós-modernidade a assimilação cultural se tornou uma estratégia do poderio econômico e político, já que permite expandir o mercado mundial e a possibilidade de consumo (NEGRI; HARDT, 2001). Desse modo, o recurso à cultura e ao saber se tornaram estratégias políticas fundamentais no mundo contemporâneo.

O uso da cultura como um recurso é assinalado por George Yúdice (2004, p. 11):



A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual.

Sabe-se, contudo, que não é de forma neutra que os horizontes humanos são ampliados pela informação e pelo saber. Os conhecimentos jamais são neutros; eles são instrumentos de poder e podem ser utilizados com propósitos políticos, como o foram na Antiguidade. Em outras palavras, o documento é fruto de uma sociedade que o criou envolta em relações de força e poder que estão na base da produção dos escritos, assim como de sua preservação ou apagamento, conforme visto no Egito, num jogo que envolve práticas de memória e esquecimento.

A escrita egípcia teve forte influência no processo memorativo desta civilização, propósitos políticos – ligados também ao acúmulo de escritos em bibliotecas e arquivos; assim como influenciou as práticas de esquecimento, apagamento das memórias e vestígios de outros povos e reinos, com o intuito de facilitar o processo de dominação de vastas regiões. Apesar da importância da escrita, os egípcios não alcançaram prestígio por meio de “uma história discursiva ou analítica”, nem houve a “criação de uma epopéia oral própria”, muito menos de “escrituras sagradas”. Tal falta manteve os egípcios “em uma posição intermediária comum”, de forma que “sua sociedade” foi “auxiliada pela capacidade de ler e escrever, mas não transformada por ela”, conforme interpretação de Fischer (2006, p. 35).

É a partir deste questionamento que a Biblioteca de Alexandria será analisada: uma lógica da apropriação exclusiva de conhecimentos – inclusive pilhagem.

Tarde (1902) a partir da oposição entre riquezas e conhecimentos, propõe que, diferentemente da lógica marxista, os conhecimentos sejam analisados cada vez menos como mercadorias. Ao comparar as mercadorias aos conhecimentos, estes seriam bens “inteligíveis, inapropriáveis, não-cambiáveis e inconsumíveis”, e aquelas como bens “tangíveis, apropriáveis, cambiáveis e consumíveis”. Cada uma das categorias será agora analisada em busca de uma compreensão do modelo tardeano.

Na área da economia política, as categorias como: troca, valor, propriedade, produção, trabalho, etc., estão passando por uma crise em virtude da emergência do momento no qual os conhecimentos são integrados ao fenômeno econômico, isso se deve ao fato de não serem bens “raros”. O sentido de raridade compreende a necessidade daquele que participa tanto do trabalho quanto da troca de mercadorias, ou seja, enquanto alienação e despojamento. Para





Tarde (1902) surge “uma fronteira” na ligação entre riqueza e conhecimento a partir do momento no qual o conhecimento passa a ser reconhecido como um modo de produção específico, e sua subjetividade não é expressa segundo os princípios da raridade e da necessidade. Dito de outro modo, devido ao fato da natureza da atividade subjetiva e do objeto implicarem a necessidade da livre produção e da livre socialização dos conhecimentos, a lógica capitalista não é mais suficiente para responder a essas questões. Ergue-se então a tal fronteira ou crise devido à impossibilidade de se manter o comando e de ditar as modalidades de produção (divisão do trabalho), assim como a socialização (ou mercado) dos conhecimentos.

A riqueza enquanto categoria pensada sob este aspecto indica uma outra concepção, diferente daquela vista pelos economistas clássicos, a saber: os bens não são mais cambiáveis, apropriáveis e consumíveis, são na verdade o oposto. O conhecimento deixa de ser um produto, um bem material como o são as mercadorias. Ele não é cambiável, pois não se pode explicá-lo por meio da transmissão de mercadorias, visto que a comunicação dos conhecimentos não requer a alienação e o despojamento, ou seja, quem transmite conhecimentos não os perde, não há despojamento no processo de socialização dos conhecimentos.

O conhecimento como um bem inapropriável não exige a exclusividade da sua propriedade no processo de troca, conforme o caso das mercadorias. Por este prisma, o conhecimento não precisa que alguém possua a sua propriedade exclusiva para que ele satisfaça a uma necessidade nem que seja trocado, pois o conhecimento representa um bem cuja propriedade é coletiva. Já as mercadorias de acordo com a lógica marxista, necessitam de propriedades exclusivas e individuais.

Partindo dos critérios usados pela economia política, a categoria inconsumível dos conhecimentos significa que somente a troca de bens materiais indicaria a satisfação dos desejos, visto que os produtos são trocados e seu consumo é destrutivo. Sob este prisma, o conhecimento ao ser consumido não mais se extingiria, como ocorre com as mercadorias segundo a lógica marxista; pelo contrário, aquele que socializa o conhecimento, numa cooperação entre cérebros, participa do ato de dar e reter ao mesmo tempo, ou seja, uma qualidade específica da memória. Neste caso, aquele que dá não está perdendo conhecimento, mas sim trocando, socializando. Dito de outra forma, o conhecimento passa a ser dado e retido ao mesmo tempo, sem perdas, sem empobrecimento, mas sim como difusão e contribuição.





Tarde mostra que o conhecimento, por ser inapropriável, não necessita ser propriedade exclusiva de uma pessoa para que seja trocado e satisfaça a uma necessidade. O conhecimento é bem não-cambiável, posto que para Tarde (1902) quem transmite conhecimentos, não os perde, nem se despoja deles ao socializá-los. Logo, poderíamos pensar que os conhecimentos – transmitidos pelos eruditos que freqüentavam o centro de saber de Alexandria – não representam uma perda e sim uma socialização, visto que não há empobrecimento daquele que possui conhecimentos; pelo contrário, a difusão destes contribui para o aumento do valor próprio do conhecimento, de tal maneira que as idéias são possuídas de uma forma diferente das riquezas que são fabricadas. Ainda sobre o conhecimento, Tarde nos diz que é inconsumível, visto que seu consumo não pode ser considerado destrutivo, mas sim viabiliza aquele que cria conhecimentos e dessa forma, tanto o consumo como a produção coincidem na produção de conhecimentos.

Para melhor compreensão, Tarde (1902) propõe analisarmos sob a ótica marxista a produção do livro, como produto material e imaterial ao mesmo tempo, tendo um duplo valor: um valor venal (venda) por ser “tangível, apropriável, cambiável e consumível”, visto assim como mercadoria; e um valor-verdade (imaterial) por ser “intangível, inapropriável, não-cambiável, e inconsumível”. Estas duas lógicas diferentes estão ligadas à natureza dupla do livro, conforme visto no decorrer do progresso das civilizações, tendendo assim a se oporem como se fossem duas realidades contraditórias, e exigindo diferentes formas de regulação e direitos de propriedade; logo poderíamos pensar a famosa Biblioteca de Alexandria na antiguidade como representante dessas realidades contraditórias. A antiga Biblioteca de Alexandria poderia expressar a primeira das realidades ao tornar-se um mito de biblioteca universal, pretendendo reunir num só lugar todo o conhecimento produzido no mundo. Trata-se de um propósito de acumulação, apropriação e troca que só faria sentido numa lógica da mercadoria. Nas palavras de Namer (1987), a biblioteca de Alexandria revelava uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder”, já que o saber ali armazenado era restrito ao rei, seus descendentes, sábios e eruditos.

Ao se analisar a Biblioteca de Alexandria segundo esta concepção de Tarde (1902) ver-se-á uma “possibilidade da apropriação exclusiva da produção dos conhecimentos” [...] por um “pequeno grupo de eleitos”. A Biblioteca de Alexandria era uma biblioteca de Estado, mas sem público, como explica Jacob (2000). Ela era restrita a uma minoria de eruditos que tinha acesso à memória do saber registrada e depositada nas estantes, sendo sua finalidade a acumulação e não a difusão do saber para educar a sociedade. Havia neste caso um uso da



biblioteca como instrumento de dominação, conforme Canfora (1988, p. 28) explicita: “assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação” cultural e lingüística, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder. Este processo de apropriação exclusiva dos conhecimentos como mostrado por Tarde (1902) estaria ligado à “materialização do conhecimento em uma mercadoria”; no caso de Alexandria, seriam os milhares de rolos de papiro dispostos nas estantes e com acesso restrito a uma minoria erudita. O conhecimento era acumulado e compartilhado pelo seletivo grupo que o apreendia e o transformava em novos conhecimentos a partir dos estudos na biblioteca. Ora, o que está em questão na apreensão e na transformação dos conhecimentos é a memória, pois sem ela nenhum desses processos seria possível. Isso talvez justifique a hipótese de Tarde (1902) quando diz que a apropriação exclusiva do conhecimento não seria realizável, ao menos no todo, porque implicaria na inexistência de uma “função essencial de nosso espírito, a memória”. Tal justificativa levaria ao fato do conhecimento ser inapropriável, não-cambiável e inconsumível, e explicado pela relação cooperativa entre cérebros e pela memória. Afinal, a memória é justamente a função que é “capaz de dar e reter ao mesmo tempo”, sem que com isso ocorra uma perda, mas sim um compartilhamento, uma “adição recíproca” que indicaria assim a faculdade daquele que participa da produção e da troca de dar e reter ao mesmo tempo. Por adição recíproca e emanação entende-se que não há sacrifício, perda, há sim uma reciprocidade, uma troca de conhecimentos, onde quem dá não está se despojando, mas contribuindo para a produção de novos conhecimentos.

### **Considerações finais**

A relação de cooperação entre os sábios que freqüentavam a Biblioteca de Alexandria nos direciona à Tarde (1902, p. 89) quando diz que “o fato de os conhecimentos serem inapropriáveis, não-cambiáveis e inconsumíveis” somente seria explicado através dessa relação de cooperação “entre cérebros e pela memória”, pois apenas “ela é capaz de dar e reter ao mesmo tempo”. Assim, a cooperação de conhecimentos realizada no antigo centro de saber, seja através da reelaboração, de traduções e cópias, seja por meio de uns poucos alunos que eram ensinados, poderia indicar que a memória conteria em si o instrumento, a matéria-prima e a energia necessários à produção e reprodução dos conhecimentos. Instrumento este necessário para que as sociedades se desenvolvam, no entanto sabe-se que apesar da



importância da escrita, os egípcios não alcançaram prestígio por meio de “uma história discursiva ou analítica”, nem houve a “criação de uma epopéia oral própria”, muito menos de “escrituras sagradas”. Tal falta manteve os egípcios numa posição intermediária comum, de forma que sua sociedade foi ajudada pela capacidade de ler e escrever, porém não foi transformada por ela (FISCHER, 2006, p. 35). Em outras palavras, os usos da leitura e da escrita, assim como o controle de informações utilizado pelos egípcios poderiam indicar uma possibilidade de compreensão desta civilização e das formas de exercício de poder ali praticadas, visto que o controle da informação e da comunicação são fundamentais formas de exercício de poder.

#### Referências:

- BAINES, John. Literacy and ancient Egyptian Society.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 351 p.
- CANFORA, Luciano. A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.
- DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.
- FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988. 179 p.
- FISCHER, Steven Roger. História da leitura. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 337 p.
- FLOWER, Derek. Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.
- JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 553 p.
- LÉVÊQUE, Pierre. *Impérios e barbáries: do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.



MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Tradução Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1991. 158 p.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In: \_\_\_\_\_. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NEGRI, Toni; HARDT, Michael. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PLUTARCO. Alexandre. In: \_\_\_\_\_. *Vidas*. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, [198-?]. p. 138-199.

TARDE, Gabriel. *La psychologie économique*. Paris: Félix Alcan, 1902.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte, MG: EdUFMG, 2004. 615 p.



## A ESCOLA NA PRISÃO: APARATO DE CONTROLE OU FORMADOR CRÍTICO

BRAZ, José Mauro de Oliveira

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em Memória Social*

[jmobraz@yahoo.com.br](mailto:jmobraz@yahoo.com.br)

38

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo construir uma reflexão acerca da função desempenhada pela escola que se encontra dentro de instituições prisionais. Muitos estados dão conta de cumprir o direito que o preso tem à educação com métodos diversos. Porém sabe-se que a prisão tem como princípio a anulação do eu no sujeito criminoso por intermédio de diversos mecanismos institucionais. Nesse sentido, em termos de memória, questiona-se como a escola tem se posicionado em relação à seu funcionamento. Ela tem servido de instrumento para a construção da subjetividade do preso, possibilitando a este mecanismos que ele possa lembrar e esquecer, ou vem servindo de aparato de controle, reforçando a lógica da opressão aplicada pelas prisões à seus encarcerados? Claramente existe uma contradição inquestionável acerca da presença da escola dentro da prisão, cabe observar à que a instituição escolar está servindo.

**Palavras-chave:** Escola Prisional, Subjetividade; Aparato de controle.

### ABSTRACT

This work aims to construct a reflection on the role played by the school that lies within prisons. Many states realize that fulfill the right to education has stuck with several methods. But it is known that the prison has the principle of the self in the criminal annulment subject through various institutional mechanisms. In this sense, in terms of memory, one wonders how the school has positioned itself in relation to its operation. She has been instrumental in the construction of subjectivity in imprisoned, allowing this mechanism he can remember and forget, or is serving as a control apparatus, reinforcing the logic of oppression applied by prisons to their prisoners? Clearly there is an unquestionable about the presence of the school within the prison contradiction, it should be noted that the school institution is serving.

**Keywords:** Prisional School, Subjectivity; Apparatus of control.

### Introdução

Ao longo da história da humanidade, e observando-se as dinâmicas sociais existentes, percebe-se que os sujeitos que incomodam e/ou atrapalham as dinâmicas sociais são, histórica e inevitavelmente, afastados do meio social. Nesse sentido, pode-se afirmar que espaços de reclusão sempre existiram e tinham como objetivo afastar os sujeitos tidos como inconvenientes pelo poder local. Os segregados poderiam adquirir esse status sob as mais diversas pretensões, e os espaços de segregação poderiam diferenciar-se entre si ou não, no intuito de categorizar aqueles que nele eram mantidos. Ao lançarmos um olhar sob a história



dos segregados, detecta-se na Idade Média, uma grande preocupação com a questão da exclusão e segregação, basicamente em função do surgimento e da rápida disseminação da lepra. Espaços de reclusão foram rapidamente criados e tiveram como principal argumento a contenção da propagação deste mal vil, tais espaços denominaram-se leprosários, e foram construídos com o objetivo de separar o leproso do restante da população.

Ao final da Idade Média a lepra desaparece do mundo ocidental (FOUCAULT, 1996). Tal fato incorre no surgimento de uma série de estabelecimentos desprovidos de uso. Ao lançar olhar sob tais estabelecimentos percebe-se que sua arquitetura prima para a segregação, logo, o mais lógico seria dar continuidade a utilidade deste espaço pelo viés que a própria estrutura disponibiliza. Se estes antes tinham o propósito de segregar, poderiam ser mantidos para a mesma finalidade, mudando apenas a categoria do segregado. Diante de tal cena, tem-se que, os hospitais gerais, antigos leprosários, passaram a ser locais de exclusão destinados aos mais diversos sujeitos considerados inconvenientes ou desagradáveis como: portadores de doenças venéreas; os miseráveis (pobres); os vagabundos; as prostitutas; os alcoólatras; os loucos; dentre outros. Esses sujeitos que expressam ‘um modo de ser’ ou um ‘comportamento’ diferente, acabam por serem, geralmente, deixados a esmo por suas famílias, e assim acabam por ser desaprovados moralmente em função de suas particularidades.

O tratamento, ou seja, a cultura vigente dos estabelecimentos que isolavam socialmente o sujeito sempre esteve norteadada pelo enquadramento moral, primando pela correção de maus hábitos e de paixões excessivas. (FOUCAULT, 1996). A exemplo disto tomemos o Hospital Geral como objeto de análise, este, na condição de espaço de reclusão, abrigava diferentes categorias de indesejáveis à sociedade. Porém cabe destacar aqui que o tratamento dado ao sujeito tido como criminoso era diferenciado, quando se tratava deste sujeito, não havia mistura, daí a criação de espaços específicos para aqueles que, na antiguidade cometiam ações que iam contra a vontade do rei, e que hoje cometem crimes contra a ordem social. A exemplo disto cabe citar o calabouço, local que objetivava trancar, isolar e esconder, deixando-os sem acesso ao mundo extramuro, na intenção de marcar o criminoso como perigoso (FOUCAULT, 2010). Fossem calabouços, prisões, hospitais gerais, enfim, independente da nomenclatura, esses espaços eram usados pela classe dominante para manter os indesejáveis afastados, porém vamos nos deter especificamente aos espaços prisionais, espaços específicos para conter aqueles transgressores de determinadas normas sociais, sob motivos específicos que acabam justificando a exclusão.



Acerca do crime e da prisão, ou da prática punitiva, recorremos a uma passagem da Bíblia, livro que norteou e impulsionou a colonização e a construção da norma social do ocidente, e que apresenta o relato mítico do primeiro homicídio: ato fratricida realizado por Caim em Abel. Diante desse crime, o Deus da Bíblia, toma uma decisão: como punição a Caim, marcou-lhe o corpo, na intenção de que este viesse a conviver com a certeza da condição de assassino. Esta marca deveria servir também para barrar o ímpeto de outros homens de praticar o mesmo ato de Caim. Cabe ressaltar que este signo de memória, tinha por finalidade relembrar Caim do ato praticado, pelo sentimento de remorso acerca da morte do irmão, e impedir a vingança, pela repetição do ato de matar, de outros homens que o identificassem criminoso.

A marca deixada no corpo de Caim é um estigma, quer dizer um sinal corporal, que tem por objetivo atenuar algo extraordinário ou mau sobre o status moral de alguém (GOFFMAN, 1891). A narrativa bíblica, mesmo aludindo a um ato de exclusão, não sugere a ideia objetiva de prisão, e sim de um “aprisionamento da alma”. Certamente a prisão foi a alternativa encontrada pelo homem para os impasses em relação aos quais se constatava sua impotência ou a falência de políticas para solucionar determinadas circunstâncias expressas pelo homem, na sua condição de ser desejante e pensante, que resultam em destrutividade ou transgressão a uma convenção social. Nesse sentido, os criminosos eram reclusos para resolver um problema social, que, na realidade é visto apenas por um dos lados: o da consequência.

Ao longo da história do criminoso, houve também diferentes construções acerca do crime. Este crime, antigamente era caracterizado como algo que iria de encontro a vontade do rei e aquele que cometia tal ato era isolado e colocado à espera do suplício, ou seja, o castigo que serviria de exemplo para os demais, caso houvesse morte; caso contrário serviria não só de exemplo mas também para transformar o caráter do criminoso, pela punição. Hoje, o criminoso é percebido como aquele que transgride uma norma social específica e que assim contribui para a desordem social. Seu aprisionamento tem também por objetivo castigar e transformar, porém sob outra perspectiva no que tange às ações. As instituições prisionais criadas pelo homem variaram conforme o seu contexto sócio-histórico em aspectos diversos, como grandeza espacial, luminosidade, localização do espaço na cidade, e ações do encarcerador para com o encarcerado, porém o ponto fíco de tais instituições sempre foi a presença do fenômeno da privação de liberdade.

A passos lentos a humanidade passou a ir na direção do tratamento do criminoso pelo viés dos direitos humanos. Assim diminuiram os castigos de caráter físico, e aumentaram as punições de caráter moral. No contexto da história das prisões observa-se que até recentemente





os criminosos eram presos à espera de um castigo, porém com o advento da Modernidade, as prisões mudam a sua finalidade, para se converterem em espaços de punição visando a correção, com intuito de reinserir na sociedade aquele que transgredir uma de suas normas (AGUIRRE, 2009). Fundamentada em preceitos considerados científicos, as prisões modernas, deixam de ter como princípio a privação de liberdade somada ao castigo físico e passar a dar ênfase ao primeiro.

A punição, um outro ponto nevrálgico do funcionamento das instituições prisionais, pode ser aplicada a sujeito criminoso das mais diferentes formas. A atividade laboral forçada é uma dessas formas e ainda hoje é utilizada por parte do globo. O trabalho foi escolhido para ser uma prática punitiva, pois segundo Faucher (1838) "o trabalho é a providência dos povos modernos; serve-lhes como moral que preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo o bem" (apud, FOUCAULT, 2010, p.216). O trecho citado traz à tona a influência do pensamento iluminista que foi responsável pela constituição de grande parte das ações políticas da modernidade relacionadas aos encarcerados. A motivação pela aplicação do tratamento e da imposição da atividade laborativa é produto direto da concepção acerca do ócio que, enquanto na Antiguidade era visto como dádiva e oportunidade de crescimento pessoal, após a Revolução Industrial, passa a ser considerado algo extremamente depreciativo, pois se o trabalhador está ocioso; não está produzindo, e para a lógica do capital, sem produção não há mais valia.

O não reconhecimento, ou a negação, do ócio como atividade de prestígio permeia a sociedade como um todo, logo, para as prisões, o mesmo ócio que antes proporcionava ao criminoso a possibilidade de refletir acerca de suas atitudes, esperando-se que ele conclua por si só estas não deveriam se repetir, passa a ser abominado, podendo inclusive dar ao criminoso tempo para que este possa planejar e vir a ser produtor de novas ações e/ou pensamentos destrutivos. (FOUCAULT, 2010).

### **Educação e ideologia**

Sabe-se que a educação sempre existiu, pois educar também é viver o dia-a-dia do meio, por intermédio de troca de experiência e convivência mútua com os semelhantes. Trata-se da educação informal e está é justamente vivida ao longo do tempo por toda sociedade, naturalmente, sem a obrigatoriedade de uma instituição física específica para tanto



(BRANDÃO, 1985), daí vem a lógica do “aprender fazendo” amplamente vivida nas formações sociais antigas, desde o homem primitivo.

A partir do século XVII é que se pode perceber a escola surgindo como instituição. O aparecimento desta instituição está visceralmente ligado ao desenvolvimento do capitalismo, pois com a Revolução Industrial, a partir de 1750, em virtude da modernização das indústrias e fábricas, passou a haver a necessidade de empregar uma mão de obra minimamente preparada para operar as máquinas que estavam sendo introduzidas aos espaços industriais. Antes da Revolução o acesso à educação era caro e para poucos, apenas após a revolução industrial a educação passa por um processo de disseminação onde uma parcela da sociedade, normalmente os religiosos, especializou-se na transmissão do saber (HARPER, 1980 p.25-26). Contudo, classe dominante percebeu junto à ampliação da escolarização, a necessidade de “educar” a massa existente nos grandes centros urbanos, para formá-los como “bons” cidadãos e trabalhadores disciplinados. Desta dinâmica depreende-se que a escola surgiu, enquanto instituição formal, com claras funções, a saber: a) inculcar os valores; e, b) hábitos e normas da classe que dominante.

Sendo assim, a escola, junto de outros elementos sociais como a família e os meios de comunicação, constituem-se segundo Althusser (1918) como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), onde estes têm por função principal reproduzir as relações de produção vigentes na sociedade. A escola tem destaque nesta função pois consegue “se encarregar das crianças de todas as classes sociais” (ALTHUSSER, 1918, p.79). A manutenção de tal reprodução se dá, ainda segundo o autor mencionado, pelo viés da sujeição, onde “o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um sujeito absoluto” (p.8). No caso das dinâmicas sociais, a classe dominante age como sujeito absoluto sob os demais, por intermédio dos AIE’s. Assim as questões sociais passam a ser vistas como naturais, e cria-se a figura do consenso, a ‘materialização’ da sujeição, porém no campo das ideias, e pelo qual o dominante permanece como dominante (GRAMSCI, 1982). A dinâmica descrita caracteriza a escola como um aparato de controle, pois está conserva em suas ações institucionais objetivos diversos que atravessam a vida daqueles que integram a instituição bem como o meio em volta desta. Ressaltamos que tais objetivos sempre, ou na maioria das vezes, vão ao encontro dos objetivos e ‘desejos’ da classe dominante. Diante disto há uma preocupação em fazer com que a escola ofereça e apresenta uma posição de neutralidade ideológica pois dessa forma haverá um efetivo atravessamento. À exemplo disto tem-se que, desde a revolução industrial, a escolarização básica, tronou-se exigência para os trabalhadores, sob a justificativa de que estes necessitavam escolarizar-se



para terem condições de operar o maquinário. EM parte, está justificativa é verdadeira, pois é necessário que o trabalhador seja alfabetizado, apresente certo grau de instrução, para ler determinadas instruções ou até representar a categoria frente a pronunciamentos e reuniões, mas de certo modo, a dificuldade do letramento ou do discurso poderia ser superada por intermédio de um esforço coletivo dos trabalhadores e não necessariamente por intermédio da instituição escolar. Houve um esforço da burguesia para impor a escolarização, pois desta forma, estaria legitimando a escola como instituição de conquista, ou seja, a escola estaria auxiliando os trabalhadores a conquistar status, empregos, oportunidades, salários, e, sobrevivência. Entretanto a perspectiva mencionada acaba por construir um caráter pessimista acerca da escola. Não deixamos de reconhecer que a escolarização é de fato importante e que auxilia de certa forma na obtenção das conquistas mencionadas, mas deve-se reconhecer que nela estão atravessados valores e intenções que interessam à classe dominante, ou hegemônica, reproduzir na classe dominada, ou não hegemônica.

Mesmo contendo uma série de aspectos e intenções da classe hegemônica em suas ações, a escola também é detentora da capacidade de construir subjetividade. Ignorando-se a questão ideológica, encontramos a questão eminentemente social da instituição, individual ou não, que integra pessoas, visões de mundo e percepções diferentes em um mesmo espaço, possibilitando assim a troca de vivências e experiências. Essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. Nesse sentido, tal construção contribui para a formação crítica do sujeito, ou seja, uma formação que permite perceber, entender e avaliar o meio a sua volta, exercendo, até certo ponto, a escolha pela reprodução ou não daquilo que lhe é apresentado, seja em forma de ideias, seja em forma de ações.

Como toda instituição, a escola tem uma lógica que à norteia. Está lógica, no caso da escola, tem como referência o modelo pedagógico que é aceito e amplamente difundido pelo estado. Mais uma vez percebe-se como a escola pode facilmente ser utilizada como AIE. Porém, percebendo isto, parte da sociedade e em particular de alguns pensadores se esforçaram para atravessar esta escola com dinâmicas que pudessem, mesmo que parcialmente revelar a ideologia hegemônica imposta à escola. Tais dinâmicas se apresentam por intermédio dos modelos pedagógicos que foram, com o passar do tempo sendo descobertos, modelos estes que variavam em seu foco, e iam desde a melhor forma de posicionar o aluno em sala de aula, até a



maneira pela qual o conteúdo e a vivência do aluno na escola vai auxiliar em sua leitura sobre a realidade. É o segundo ponto que aqui, nos interessa.

Dentre diversos caminhos pedagógicos, destacamos a pedagogia crítica, que procura levar aos sujeitos em formação a noção de pertencimento a uma estrutura outra, diferente da que é primeiramente percebida. A educação tida como tradicional, prima pela transmissão do conhecimento de forma linear e objetiva, baseada na repetição, sem permitir ao educando a possibilidade de construir questionamentos e dinâmicas próprias para a aquisição deste conhecimento e para a leitura da realidade na qual se encontra.

Apesar de por parte da classe hegemônica, haver um esforço para que a escola seja vista como neutra dentro do meio social, a pedagogia crítica recusa a tese de que o conhecimento e a escola são neutros, pois “a escola é um processo político, não apenas porque contém uma mensagem política ou trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída”. (GIROUX, 1997, p.88). É importante que leia-se política, como um termo que se refere a instância do homem que ordena suas relações com o mundo, ou seja, a escola vai auxiliar na construção de mecanismos que vão mediar a interação social entre sujeito e sociedade, dentre eles a subjetividade. Ainda acerca da escola e da sua prática na apresentação ou introdução dos conhecimentos ao sujeito, Paulo Freire (1970, p:12) afirma que:

Conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante e implica em inventar e reinventar.

A concepção pedagógica que Paulo Freire evidencia a busca pela não linearidade da pedagogia crítica, ao contrário da pedagogia tradicional. Pelo processo de ensino-aprendizagem só é possível aprender, quando o sujeito se apropria do que lhe é ensinado. Dessa forma ele transforma o aprendizado em modos diferentes de conceber seu conceito, ou seja, reinventando e aplicando o que fora aprendido em situações concretas.

A pedagogia tradicional se fixa sob o princípio da dominação, no qual os sujeitos deverão sempre permanecer ocupando o lugar que lhes é designado, impedindo que tornem-se conscientes das suas relações no sistema em que vivem, ao contrário, acaba diversificando e intensificando os meios eficazes de escravizar e manipular a subjetividade, com objetivo de usar o homem e sua força de trabalho para sustentar o sistema vigente.



Nesse sentido o homem jamais virá a atuar na história como o sujeito que tem consciência de sua ação e que é esta ação que o torna historicamente um verdadeiro. Ao se levar em consideração as ideias apresentadas por Paulo Freire e pela pedagogia crítica, pode-se depreender o porquê de ele ter sido tão amplamente citado na contemporaneidade, além de ter sido fonte de inspiração para as mais diversas ações pedagógicas nos mais diversos níveis de ensino, contribuindo para que surjam na sociedade homens mais responsáveis e conhecedores da realidade a qual estamos inseridos.

Depreende-se do exposto que: toda escola, por ser uma instituição, norteia seu funcionamento por uma lógica. Essa lógica é constituída pelos partícipes desta instituição, e pode consolidar-se como sendo um reproduzidor de ideias e ideais hegemônicos, por intermédio de uma linearização subjetiva de seus atores, ou como um provocador crítico, por intermédio dos mais diversos mecanismos que venham a trazer inquietação e questionamento para os seus integrantes. Posto isto, passemos a analisar a escola inserida dentro do espaço prisional.

### **A escola na prisão**

A prisão criada no estado moderno, assim como tantas outras instituições, é sensível as transformações sociais. O final do século XVIII foi marcado por movimentos em prol de melhores condições de vida e respeito ao ser humano, somando-se isso às ideias iluministas e a propagação intensa dos ideais liberais, exultados pela Revolução Francesa, iniciou-se um forte movimento pregando a reforma das leis de administração da Justiça Penal, primando pelo reconhecimento dos encarcerados em instituições prisionais como sendo também seres humanos (JULIÃO, 2012). Nesse sentido, tais princípios contribuíram para que o Estado olhasse para o criminoso não só como ser humano, mas também como ser de direitos. Nesse sentido, traremos à tona, o direito que diz respeito à educação.

Nacionalmente, a Lei nº 7.210 de 1984, a Lei de Execução Penal (LEP), em seu Artigo 11, prevê que as formas de assistência aos detentos são: “material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”. Em seu artigo 17, a LEP “assegura que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. A lei, originária de 1984, já apresentava avanços quando comparada ao momento histórico da nação e tal fato se evidencia em função do conteúdo do artigo 41, inciso VII, que versa sobre a assistência educacional, colocando a educação expressamente prevista como um direito para o encarcerado (JULIÃO, 2012), ou seja, mesmo esta lei tendo sido pensada pela



classe hegemônica, para servir de instrumento sobre a classe não hegemônica, o que é um pressuposto para garantir a hegemonia daqueles que estão no poder (WACQUANT, 2003), a importância das atividades relacionadas à escolarização nas prisões estava sendo reconhecida. Isso ocorre pois o poder que estas instituições exercem sobre aqueles que são seu ‘público alvo’, no caso sob os criminosos, não age simplesmente dominando, encarcerando e oprimindo fisicamente, mas também subjetivamente, operando assim a sua constituição enquanto sujeito (BUTLER, 2011). Desta forma, pode-se levar em consideração que mecanismos como o aprisionamento e a opressão física e moral, esta última sendo feita por intermédio do discurso, são peça fundamental no processo de sujeição para com a instituição prisional, ou para com a instituição escolar, dependendo da vertente ideológica desta. A promulgação da LEP, mesmo não garantindo a criação das escolas nas prisões, tornou obrigatória, por parte do Estado, a construção de uma política pública que tivesse por objetivo a implementação e, ou a implantação dos dispositivos de educação nas prisões.

No Estado brasileiro, encontram-se em prisões somente homens adultos, ou seja, maiores de 18 anos. A estes homens, estejam eles fora ou dentro do cárcere, é oferecida uma educação diferenciada, tratada por Educação de Jovens e Adultos. Tal metodologia específica e diferenciada se faz necessária na medida em que estes sujeitos já passaram por experiências de vida que possibilitaram construção de valores e desenvolvimento de habilidades. Alguns destes passaram pela instituição escolar; outros não. Mas a questão é que, muito provavelmente, ao entrarem em sala de aula e serem solicitados a escrever uma redação, estes pegaram seus lápis e canetas, abaixaram suas cabeças e pôr-se-ão à escrever. Isso porquê segundo Freud (1995, p. 288), de certa forma, transferimos à imagem do professor aquilo que tínhamos com relação aos nossos pais, ou ao nosso pai “Transferimos para eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente de nossa infância”. Em parte, principalmente nas escolas prisionais, espera-se que esse respeito se reflita sob a disciplina nestas instituições, seja para a apresentação dos conteúdos, seja para a educação moral dos sujeitos – sendo este importante aos olhos da instituição prisional pois está prevê que o sujeito seja subjugado e tenha seu status moral “reformado” ou “reconstruído”.

A oferta de educação possibilita aos alunos criminosos desenvolver sua autonomia mediante a ampliação de seus conhecimentos pela transmissão do saber. Em certo sentido seguimos a premissa de Adorno (1995), de que o homem privado de liberdade, não pode deixar de ser considerado um ser de direito e como tal deve ser considerado pelas políticas públicas de





educação, a estrutura apresentada pela prisão ao sujeito encarcerado teoricamente vai servir-lhe de instrumento para a continuidade do processo de humanização, pois:

A essência originária do indivíduo humano não está dentro dele mesmo, mas, sim, fora, em uma posição excêntrica, no mundo das relações sociais. A humanidade (no sentido de ‘ser homem’), em oposição à animalidade (o ‘ser animal’) não é um dado presente por natureza em cada indivíduo isolado, é o mundo social humano; e cada indivíduo natural torna-se humano ao ‘hominizar-se’ através de seu processo de vida real no âmbito das relações sociais. (CHARLOT, 2000, p 52)

A escola na prisão tem como ponto de destaque em relação as outras instituições escolares basicamente dois pontos: a) o aluno que frequenta tal escola – está envolto pela construção social da imagem de criminoso; e b) o local onde a escola se encontra, o espaço escolar está efetivamente no terreno da prisão. Muitos estados dão conta de cumprir o direito que o preso tem à educação com métodos diversos; há alguns que instituem o método de aula entre grades, onde professores encontram-se de um lado e alunos do outro; há também um esquema de monitores, onde ao invés de um professor ministrar aulas, um preso tido como, popularmente falando, mais douto instrui os outros; e há também um método que é o existente no Rio de Janeiro, um dos poucos estados da nação que contam com uma estrutura escolar dentro da prisão, estrutura que é tal qual a de uma escola fora da prisão. Dentro desse esquema, podem haver escolas que se encontram anexadas as carceragens, outras que se encontram em ambientes distantes da ala carcerária e algumas que são no interior da ala. Existem ainda salas anexas, para cadeias públicas que não possuam estrutura para receber o espaço da escola, nesse caso são feitas acomodações mínimas para permitir o funcionamento de uma ou duas turmas. Levando em consideração que a reflexão está sendo pautada no esquema de estrutura escolar formal contida no espaço prisional, pode-se dizer que a escola inserida na prisão, vista pelo prisma de seus alunos, é uma realidade, como também o é para professores e gestores, que são conhecedores das condições atípicas onde exercem seu ofício. No entanto, aqueles que escolhem realizar suas atividades profissionais na escola na prisão, são devidamente afetados pelo seu cotidiano, como também interferem ativamente nos espaços institucionais da prisão, seja alterando o ritmo das instituições prisionais, seja possibilitando transformações subjetivas no aluno-criminoso, pela transmissão do saber, para que futuramente o egresso do sistema





penal disponha de alternativas além da realização do crime. Esse pressuposto, da educação como alternativa para o homem ‘humanizar-se’, para que ele tenha alternativas, sustenta-se nas noções de subjetividade autônoma apresentadas por Adorno (1995). Ele nos alerta acerca da importância do ato de educar e afirma que:

(...) será difícil evitar o reaparecimento de assassinos de gabinete, por mais abrangentes que sejam as medidas educacionais. Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, enquanto serviçais, façam coisas que perpetuam sua própria servidão, tornando-se indignas; que continue a haver Bogers e Kaduks, contra isto é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento (p. 137).

48

Assim, Adorno (2006) alerta que a falta de subjetividade autônoma tornou Auschwitz real e possibilita a sua repetição a qualquer momento, por isso “(...) o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita” (ADORNO, 2006, p. 137).

## Conclusão

Apesar da prisão não se enquadrar nos moldes da definição de instituição total apresentada por Goffman (1974), pois ela permite ao encarcerado possibilidades de se relacionar com o mundo exterior ao da instituição, ela apresenta vários aspectos semelhantes aos das instituições totais. Chamamos atenção aqui para a mortificação do eu, nome dado a uma série de ações tomadas por parte da instituição, e que pretende com tais atitudes um tipo de ‘construção’ de um novo indivíduo, diferente daquele que adentrou à instituição (GOFFMAN, 1974). Este processo vai obviamente interferir de forma incisiva na subjetividade dos encarcerados, e neste ponto é que a articulação com a escola na prisão se faz importante.

A escola é segundo Althusser (1918) um Aparelho Ideológico do Estado, porém o profissional que nela atua, seja do magistério ou de outra função, em suma, o profissional da educação, recebe uma formação de cunho freiriano, ao menos no que tange a concepção da escola, ou seja, a escola deve ser um caminho pelo qual o acesso ao conhecimento vai alcançar o aluno e este poderá abordar tal conhecimento de forma crítica procurando não ser um reproduzidor de informação. A questão que se coloca é: a escola é mais um aparato de controle instituído pelo sistema dominante para os encarcerados ou ela é de fato uma instituição criadora que vai procurar explorar as potencialidades dos alunos afim de auxiliar os mesmo do seu processo de retorno à sociedade. Tal questionamento se faz pertinente pois como exposto, ambas as constituições institucionais são passíveis de se constituir.



A prisão a todo custo força um esquecimento ao aluno, este deve esquecer quem é e de onde veio para que coopere com a ordem da instituição, para que sua relação de produção se mantenha a mesma. O esquecimento de ‘quem é’ e de ‘onde veio’ deriva do que Goffman (1974) define como processo de anulação do eu, no qual o sujeito, por meios de rituais, conhecidos, como de "boas vindas", é submetido a uma série de experiências físicas, que podem incluir contato físico direto ou não, nas quais a equipe de supervisão, e o grupo de internados, procuraram deixar de forma bem clara a situação de fragilidade e dependência na qual o ‘novato se encontra’, e para que este entenda que nem ‘de onde veio’ e nem ‘quem é’ importam naquele local.

No entanto, dentro da prisão, ele tem acesso a uma instituição que tem como um de seus objetivos exatamente o contrário do objetivo da prisão: libertar – dentro da perspectiva democrática da escola na modernidade, ou seja, na perspectiva freiriana. Claramente existe uma contradição inquestionável acerca da presença da escola dentro da prisão, cabe observar à que a instituição escolar está servindo.

Sabe-se com Gondar (2000, p. 39) que “para esquecer são necessárias forças muito intensas”, e entende-se que qualquer instituição para se manter e se reproduzir precisa de uma memória convergente a ela e é justamente o que a prisão tende a realizar com seus encarcerados, onde, por sujeição vai aplinar as diferenças de uns com os outros e coloca-los na condição de iguais perante a realidade. Uma horizontalização da existência, é isso que a prisão se propõe a realizar. Como conceber que instituições com propósitos diferentes coexistam no mesmo espaço e lidando com os mesmos sujeitos.

Cabe-nos concluir que, a escola na prisão existe por uma questão de cunho político. Existem leis e leis devem ser cumpridas, porém o modelo crítico de escola não é o ideal a ser implementado dentro das prisões. Depreende-se disto que a escola na prisão acaba por tornar-se mais um mecanismo de contenção e de controle do que de libertação, pois se a instituição prisão exista para tolir e segregar, porque inserir ali um mecanismo que permite ao encarcerado exercitar sua capacidade de questionamento e dúvida acerca do que lhe é apresentado. À prisão, interessa o ser dócil e obediente, não questionador e curioso. Obviamente não se pode pensar em escola sem se pensar em debates e processos criativos, principalmente em um espaço com tantos adultos como as prisões. Porém tais atividades, de certo que não poderão apresentar teor de questionamento da ordem inerente à prisão, e justamente nesse sentido, por mais que a escola na prisão tente se colocar oposta à lógica da mortificação do eu, ela jamais perdera o status de aparato de controle prisional.



Ainda sim, levando-se em consideração a ação intensa da pedagogia crítica dentro do cenário modernos das instituições escolares, é possível que a escola na prisão, atue na subjetividade de encarcerados de forma a auxiliar que ele venha a constituir instrumentos que auxiliem na manutenção de seu dia-a-dia e de sua vida ao sair do ambiente prisional. Não deve-se limitar o fato de a escola estar contida dentro de um ambiente que ‘prende e sufoca’ que ela deve, como instituição, ter seu âmago institucional plenamente direcionado. Antes de tudo é necessário lembrar que os sujeitos são também instituições, e estes ao constituírem-se em grupos formam as instituições que conhecemos. Caberá então, aos atores das instituições escolares prisionais trabalhar em conjunto para responder à questão: ‘escola na prisão: aparato de controle ou formador crítico’?

### Referências

- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. Em: MAIA, C. N. e outros (org.). *História das prisões no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1918.
- BRANDÃO, CARLOS, R. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL. *Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a lei de execução penal.
- BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder*. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011.
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura: Na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História das violências nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete, 13 ed. RJ, Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREUD, Sigmund. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Volume 13. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- GIROUX, Henry. *Pedagogia Radical*. São Paulo: Cortez, 1983.
- GONDAR, Jô. *Lembrar e esquecer: desejo de memória*. In: COSTA, I; GONDAR, J. (Org.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.



- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas da manipulação da identidade*. Rio de Janeiro: LTC, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HARPER, Babette. *et alii. Cuidado, Escola!* São Paulo, Brasiliense, 1980.
- JULIÃO, Elionaldo. F. *Sistema penitenciário brasileiro: a educação e o trabalho na política de execução penal*. Petrópolis: De Petrus et Alii, 2012.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão de miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



## **PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA CAPIXABA: RETORNO À ESCOLA, PERMANÊNCIA E DESEJO DE CONTINUIDADE FRUSTRADO SOB A PERSPECTIVA DA SUBCIDADANIA E DA TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL**

ALMEIDA, Leonardo Faé

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas  
Sociais/Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)  
leofaal@yahoo.com.br*

52

### **RESUMO**

Este texto insere-se em um contexto de discussão sobre a efetivação da cidadania dos povos do campo no Brasil a partir de uma política pública focal e reparadora de Educação de Jovens e Adultos. Os resultados da pesquisa foram analisados sob a ótica da Teoria do Reconhecimento Social e demonstraram que ao se sentirem reconhecidos em seu modo de vida e cultura os educandos passam a estudar com mais confiança e prazer e, por isso o aprendizado é transformador e duradouro. Entretanto nossos dados revelam que a falta de oferta de continuidade de estudos comprometeu mais uma vez o direito à educação dos jovens das comunidades estudadas.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos no Campo; Cidadania; Reconhecimento.

### **ABSTRACT**

This text is inserted in the context of a discussion of effective citizenship of people from the field in Brazil from a public policy focus and repairing of Adult Education. The survey results were analyzed from the perspective of the Theory of Social Recognition and demonstrated that to feel recognized for their way of life and culture the students are studying with more confidence and enjoyment and therefore learning is transformative and enduring. However our data show that the lack of provision of continuing studies undertaken once again the right to education of the youth of the communities studied.

**Key words:** Youth and Adults in the Field; Citizenship; Recognition.

### **1) Introdução**

A partir de recorte em uma pesquisa de mestrado sobre o Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba, o presente trabalho objetiva discutir o projeto de retorno à escola proporcionado por uma política pública de Educação de Jovens e Adultos, os fatores ligados ao Reconhecimento social que favorecem a permanência dos educandos e a resposta do Estado ao desejo de continuidade de estudos por esse grupo de jovens.



O Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba se constitui no Programa Nacional de Educação de Jovens integrado com a Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares e foi implementado pelo Ministério da Educação em parceria com mais quatro ministérios (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome) e uma secretaria ligada à Presidência da República (Secretaria Nacional de Juventude – SNJ).

Os resultados dessa proposta inovadora de educação foram analisados em linhas gerais no que se refere: à importância de se partir dos domínios dos saberes específicos dos educandos, reconhecendo seu modo de vida como válido e importante, como forma de atenuar os possíveis desníveis dos conteúdos educacionais (típicos na educação de jovens e adultos); à importância de políticas focais como forma de corrigir defasagens de direitos, capaz de minimizar as dívidas sociais com as camadas da sociedade historicamente desassistida em termos educacionais; à descontinuidade do programa frente à expectativa de educandos e comunidades.

## **2) A subcidadania no Brasil e a teoria do reconhecimento social**

A cidadania pressupõe uma participação ativa na comunidade política, por meio de lutas por melhores condições de vida e por políticas públicas que atendam a todas as pessoas, permitindo uma convivência harmoniosa de uma sociedade de classes fundamentadas nos princípios da igualdade e inclusão. Entretanto, Sônia Maria Fleury Teixeira (1999) ressalta que é necessário que o arranjo das políticas sociais combine na implantação dos projetos políticas universais e políticas diferenciadas, para assim satisfazer as necessidades particulares dos grupos socialmente excluídos, pois a noção de igualdade básica não contempla as diferenças entre os indivíduos.

No Brasil, contingentes gigantescos da população não conseguem exercer sua cidadania por completo; ainda que legalmente existam instrumentos que a garantam, na realidade, a ocorrência da subcidadania torna-se um fenômeno de larga escala. Para explicar essa realidade, a de pessoas que vivem à margem, com um mínimo necessário para o reconhecimento em uma sociedade regida pela meritocracia ou a ideologia do



desempenho<sup>1</sup>, Jessé Souza (2003) cunha o termo “habitus precário” para definir aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que - seja um indivíduo, seja um grupo social -, possa a ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo; para que possa gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas:

Em sociedades avançadas, essa dimensão é efetiva, e os casos de “habitus precário” são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas como a brasileira, o “habitus precário”, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados com subprodutores e subcidadãos, isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente estes dois tipos de sociedades é a produção social de uma “ralé estrutural” nas sociedades periféricas. (SOUZA, 2003, p. 176-177).

A Tríade da ideologia do desempenho, segundo Kreckel (apud Souza, 2003), ou meritocrática seria a qualificação, a posição e o salário. E apenas a combinação das três características da tríade da ideologia do desempenho faz do indivíduo uma “imagem” plena e efetiva do cidadão completo, poderá fazer do indivíduo uma “imagem” completa e efetiva do cidadão. Assim, se torna possível também compreender porque apenas através do trabalho é possível se assegurar de identidade, autoestima e reconhecimento social.

Taylor (apud Souza, 2003) havia definido que, com a consequência da ausência do reconhecimento social, “a ausência de reconhecimento não significa apenas falta do devido respeito a alguém. Ela inflige feridas profundos atingindo suas vítimas com um autodesprezo mutilador” (2003, p.179) Uma dessas formas de feridas profundas parece-nos a aceitação da situação de precariedade como legítima, merecida e até justa, fechando

<sup>1</sup> Termo elaborado pelo sociólogo alemão Reinhard Kreckel em seu livro *Politische Soziologie der sozialen Ungleichheit*, que seria uma tentativa de elaborar um princípio único, para além da mera propriedade econômica, a partir da qual se constitui a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo.





o círculo do que gostaria de chamar “naturalização da desigualdade”, mesmo de uma desigualdade descomunal como a da sociedade brasileira.

A teoria do reconhecimento social proposta pelo pensador alemão Axel Honneth (2003) faz parte do conjunto de teorias que procuram compreender as relações sociais e de poder, além de diagnosticar as injustiças e problemas sociais existentes. Injustiças essas que deveriam ser analisadas dentro das interações sociais e que estariam atravessadas por relações de poder. Tais se consubstanciam, para além de questões puramente econômicas, em um fruto de padrões hierárquicos de valoração cultural, cuja alteração exigiria que todos fossem igualmente reconhecidos, mesmo em suas diferenças, conforme nos apresenta Bressiani (2010).

Isso significaria, de acordo com Souza (2000), que o reconhecimento pode ser percebido como o componente central no processo de formação ética do espírito humano, na exata medida em que o contexto de luta social mostra seu significado específico, de perturbação de relações sociais baseadas no reconhecimento mútuo como um fator anterior, e prévio a qualquer outro (SOUZA, 2000).

Nesse sentido, o sujeito deve ser visto como alguém que, precisamente através da aceitação por parte de outros sujeitos de suas capacidades e qualidades, sente-se reconhecido e conseqüentemente em comunhão com estes, possibilitando sua disposição de também reconhecer o outro em sua originalidade e singularidade. Ademais, até mesmo a autoestima e as atitudes em relação a si mesmo estariam relacionadas ao reconhecimento alheio, como pontua Honneth (2003):

A experiência de ser reconhecido pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa para o sujeito individual poder adotar em relação a si mesmo uma atitude mais positiva (Honneth, 2003, p 139).

A teoria do reconhecimento social é resultado, portanto, de uma reestruturação de conceito anterior proposta por Hegel<sup>2</sup> em seu texto “Sistema de Eticidade”, formulado quando o jovem filósofo pertencia aos quadros da Universidade de Jena, no período entre

---

<sup>2</sup> Georg Wilhelm Friedrich Hegel é considerado o mais notável filósofo da segunda fase do idealismo na Alemanha. Célebre, sobretudo, pelo método dialético que concebeu sob forma idealista, mas justa no fundo. Hegel é um idealista *objetivo*: a seu ver, a razão absoluta representada, na história, a ideia absoluta, é o princípio primário e a única realidade que “se exterioriza” de maneira imediata na natureza, para voltar a si mesma dessa transformação (*Anderssein in sich*) sob a forma de espírito.



1801 a 1806. De acordo com Gérson Tavares do Carmo (2010) deve-se a Hegel o primeiro aprofundamento teórico na compreensão do homem baseada no desejo de reconhecimento, no qual esse deseja não só objetos materiais, mas fundamentalmente, objetos não materiais. Isto é, não deseja a materialidade apenas por seu valor intrínseco, mas fundamentalmente por serem estes desejados por outros homens (CARMO, 2010).

Existiria, pois, uma sequência de formas de reconhecimento que abarcariam o amor, o direito e a solidariedade para Honneth (2003), mais uma vez baseado em Hegel. Júlia Leite Valente e Luiz Phelipe De Caux (2010), todavia, ressaltam que a esses três padrões de reconhecimento intersubjetivo correspondem três maneiras de desrespeito: a violação, a privação de direitos e a degradação, respectivamente. É em resistência a essas formas de não-reconhecimento que se desencadeiam os conflitos sociais, tendo por resultado sua paulatina superação. E é por conta desse desrespeito ao reconhecimento subjetivo, sobretudo na Educação do Campo, que a sociedade civil organizada se dispõe a lutar pela efetivação de políticas públicas que atendam a esse contingente da população.

### 3) O Projovem campo saberes da terra

O Governo Federal criou no ano de 2007, em uma ação integrada de cinco ministérios e uma secretaria ligada à presidência da república, em parceria com alguns estados, o Projovem Campo Saberes da Terra. Embora anterior ao decreto 7352, de 04 de novembro de 2010, que trata da educação no campo, mas em conformidade com o que estabelecem as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo – resolução CNE/CEB nº 1 de 3/04/2002, o programa caracterizou-se por abordar princípios idênticos aos do decreto no que se refere aos princípios da educação no campo, que na verdade se fizeram pauta de discussão há algum tempo. A “Articulação Nacional Por uma Educação do Campo”, por exemplo, já articulava debates nesse contexto e, enquanto entidade supraorganizacional, passou a promover e gerir as ações conjuntas pela educação dos povos do campo como um direito público inalienável.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a intenção de respeitar o direito dos povos do campo à educação, bem como suas características, necessidades e pluralidades (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial, entre outras), implementou o Programa Saberes da Terra



– Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrado à Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares.

A primeira etapa de execução dos Saberes da Terra iniciou-se em dezembro de 2005, em doze unidades da federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR, SC), junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estudantis da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação – UNDIME, Associações de municípios Cantuquiriguaçu, entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo.

No ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio da SECAD, participou do processo de construção do Programa Integrado de Juventude conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude/ Presidente da República, no qual foram integrados seis programas já existentes: a) Agente Jovem do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome; b) Projovem da Casa Civil; c) Saberes da Terra e Escola de Fábrica do Ministério da Educação; d) Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã do Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir de então, o Saberes da Terra passou a denominar-se de PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, e foi destinado à escolarização de jovens e agricultores/as em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação social e profissional:

O Projovem Campo- Saberes da Terra tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividade curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo – resolução CNE/CEB nº 1 de 3/04/2002 (Caderno Pedagógico do Projovem, 2008, p. 16).

Desde então, assumiu possibilitar a jovens agricultores(as) familiares excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade de EJA, integrando elevação de escolaridade e qualificação social e profissional.



Os beneficiados pelo programa seriam jovens de 18 a 29, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental, que cumpram aos requisitos do art. 3º da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A estrutura curricular do programa foi elaborada de forma a que os conteúdos trabalhados estejam ligados ao eixo temático principal “Agricultura Familiar e Sustentabilidade. A ideia era que orbitassem ao redor desse tema central outros temas importantes para a qualificação social e profissional dos educandos. Os conteúdos “regulares” de cada componente curricular deveriam então emergir sempre ligados aos temas geradores, tendo seu sentido prático explorado, dando significado ao aprendizado.

A estrutura do currículo propriamente dita era traçada em planos de pesquisa elaborados pelos educadores em conjunto com seus educandos a partir dos eixos central e orbitais. Após prévio estudo dos temas os educadores faziam uma problematização de determinado assunto e levantavam os conhecimentos que os educandos tinham sobre o tema. Construía-se então um plano de pesquisa que era composto por uma série de questões que o grupo deveria buscar responder explorando os saberes locais “da terra” conjugado aos saberes científicos trazidos pelos educadores. Após esse momento as respostas eram socializadas e novos saberes então emergiam do entrelaçamento entre saberes tradicionais e acadêmicos. O momento seguinte era propor colocar em prática os novos conhecimentos construídos pelo grupo. Esse trabalho era realizado alternando períodos de sistematização teórica e implantação prática (tempo escola e tempo comunidade).

### **3.1 O Programa Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba**

No Espírito Santo, foram criadas 30 turmas em 19 municípios, situadas em comunidades quilombolas, assentamentos rurais, comunidades indígenas e regiões de predominância de agricultura familiar.

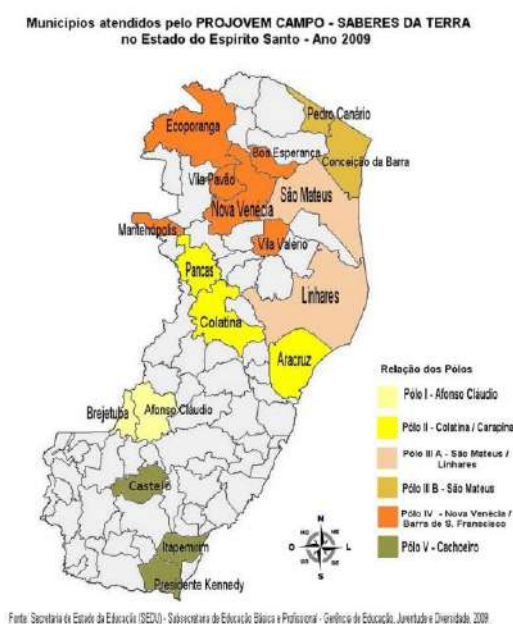
A modalidade de ensino fundamental com proposta de formação social e profissional e de caráter interdisciplinar tinha como pré-requisitos a alfabetização dos educandos e um recorte etário entre 18 e 29 anos, que posteriormente foi revisto.

O Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba tinha como meta atender 800 jovens trabalhadores do campo entre 18 e 29 anos que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental. Foram então constituídas 30 turmas de educandos em comunidades rurais e rurais-urbanas, situadas em 19 municípios capixabas, organizados



em 7 polos. Do total de estudantes matriculados, 493 se qualificaram social e profissionalmente, concluindo o Ensino Fundamental ou parte dele.

**Figura 1:** Municípios atendidos pelo Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba.



Adaptado por: Almeida (2014)

Cada uma das turmas de educandos contou com uma equipe de educadores compostas por quatro profissionais das seguintes áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências da natureza e matemática, linguagens e códigos e ciências agrárias.

Simultaneamente ao processo de formação dos jovens do campo, esses educadores participaram de formação continuada prevista no programa, que visava prepará-los para a compreensão e implementação da sua proposta pedagógica nos diferentes contextos socioambientais vividos por aquelas turmas, em suas respectivas comunidades. A equipe de formadores da UFES – composta por profissionais estagiários com diferentes habilidades – foram os responsáveis por essa formação continuada.



## 3.2 As Comunidades Estudadas

### 3.2.1 Cacimbinha

A comunidade quilombola de Cacimbinha situa-se no município de Presidente Kennedy/ES. Está localizada em uma planície costeira com poucas e suaves elevações. Sua origem remonta ao fato de um escravo ter sido compensado com terras devido ao seu bom comportamento, em uma fazenda nas proximidades com a divisa do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, constituiu família, dando origem a vários descendentes. Contudo os educandos da turma citada também pertenciam a outras comunidades da região com características muito semelhantes como as comunidades de Jacarandá, Bela Vista e Criadouro.

Em Cacimbinha não existe um grande agrupamento de residências, as casas estão dispersas nas propriedades rurais nas quais os educandos moram e/ou trabalham.

Em relato constante no volume *Experiências que Brotam da Terra: Reflexões e Vivências dos Educadores e Educadoras* (2012) da coleção *Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba* os educadores de Cacimbinha descrevem uma prática perturbadora na comunidade:

As mulheres da comunidade optam pela ligadura de trompas ainda jovens, aproximadamente entre dezoito e trinta anos, por não possuírem um relacionamento estável, com isso, preocupavam-se em gerar outros filhos de futuros relacionamentos. Tais cirurgias são realizadas por interesses políticos, com facilidade no local e geralmente próximo às eleições (*Experiências que Brotam da Terra: Reflexões e Vivências dos Educadores e Educadoras*, 2012, p. 617).

A mão de obra na comunidade é basicamente de meeiros que trabalham nos cultivos de cana de açúcar, mandioca, maracujá e abacaxi. Deve-se a isto o fato de a maioria dos moradores não possui suas próprias terras.

A cultura local, como o jongo, a folia de reis e o boi pintadinho é muito valorizada pelos moradores mais antigos, no entanto, manter a tradição é o principal desafio para eles, sobretudo no que se refere em custear a manutenção dos ornamentos que precisam ser reparados ou renovados após cada apresentação.



As aulas aconteceram no turno noturno na Escola Municipal de Ensino Fundamental Orci Batalha.

### 3.2.2 Patrimônio do Ouro

As comunidades em que residiam os educandos da turma de Patrimônio do Ouro (Córrego da Prata, Balança, Pedregulho, Bateia, Córrego da Onça e Patrimônio do Ouro) pertencem ao município de Castelo/ES e estão localizadas a uma altitude variando entre 850 e 1100 metros, apresentam características bem peculiares do meio rural, com cachoeiras, muitas elevações e predomínio da mata atlântica. O modo de produção predominante é a agricultura familiar, herança da colonização por imigrantes italianos na região, sendo que algumas famílias detêm pequenas propriedades de terra, e outras trabalham no regime de parceria. A cafeicultura é principal atividade econômica da comunidade, embora o cultivo da bananeira, verduras e a hortaliças estejam se mostrando cada vez mais promissoras.

Pela natureza dessas atividades é bastante comum a utilização de agrotóxico, muitas vezes em quantidade excessiva como relatado pelos educadores da turma:

O que nos causou espanto foi a quantidade de agrotóxicos usados nas lavouras e hortas. Diante disso fizemos um trabalho de conscientização se utilizando de palestras, debates, exibição de revistas e livros que ensinam como produzir bem e melhor sem o uso de agrotóxico (Experiências que Brotam da Terra: Reflexões e Vivências dos Educadores e Educadoras, 2012, p. 638).

Em contraste com a outra comunidade estudada, Cacimbinha, os moradores de Patrimônio do Ouro e adjacências apresentam uma condição socioeconômica mais confortável. Esse fato deriva da oportunidade de acesso à terra que muitas famílias tiveram.





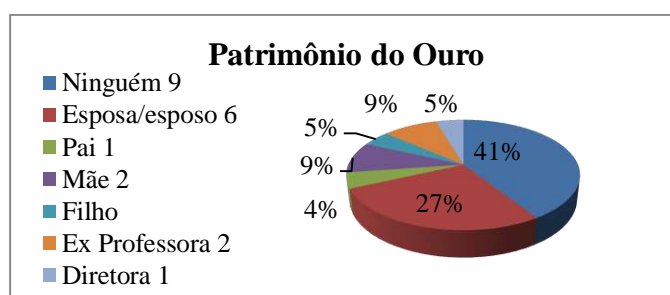
#### 4) Revisitando o Projovem Campo Saberes Da Terra pela perspectiva do reconhecimento social

##### 4.1 À volta aos estudos e a permanência

O retorno à escola se deu em média com 26,7 anos em Cacimbinha e 26,3 anos em Patrimônio do Ouro. Os motivos apontados para o retorno aos estudos são variados, mas a recuperação do tempo perdido (citada por 11 egressos) e a qualificação para buscar um novo emprego (também 11 citações) se destacam entre os motivos apontados. Outros motivos como interesse em aprender coisas novas (6 citações), conseguir diploma para fazer concurso (5 citações) e estudar perto de casa (3 ocorrências) completam os motivos mais comuns.

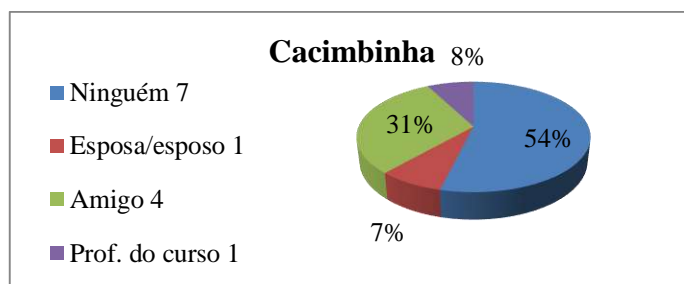
A maior parte das pessoas tanto em Cacimbinha quanto em Patrimônio do Ouro afirmaram que não foram influenciados por ninguém a retornarem aos estudos, mas dentre os que afirmaram sofrer influência externa ressalta-nos haver diferenças entre as comunidades: em Patrimônio do Ouro as famílias são apontadas como as que mais influenciaram, sobretudo esposas ou maridos, já em Cacimbinha o incentivo veio dos amigos.

**Gráfico 1** – Influência para retorno aos estudos em Patrimônio do Ouro.



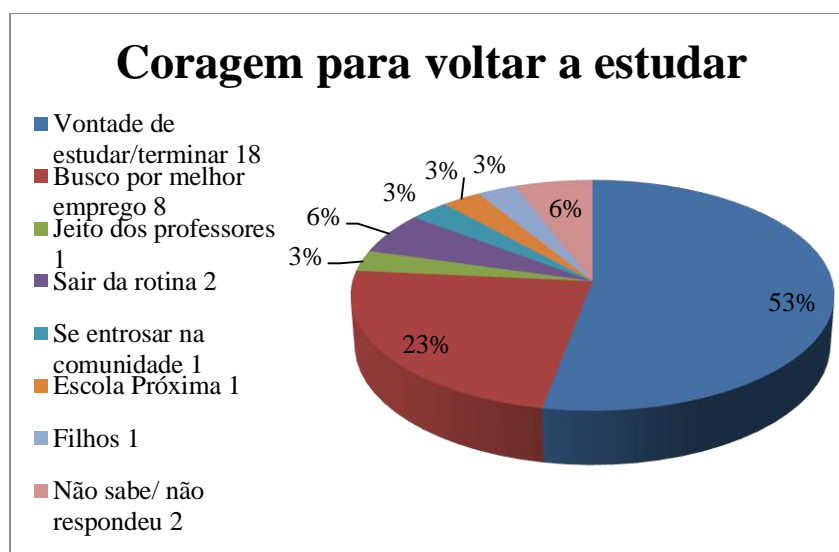


**Gráfico 2** – Influência para retorno aos estudos em Cacimbinha.



A vontade de estudar e/ou terminar os estudos foi apontada como motivo para a coragem de voltar à sala de aula nas duas turmas; a busca por melhores empregos também foi lembrada por uma parte importante do grupo estudado.

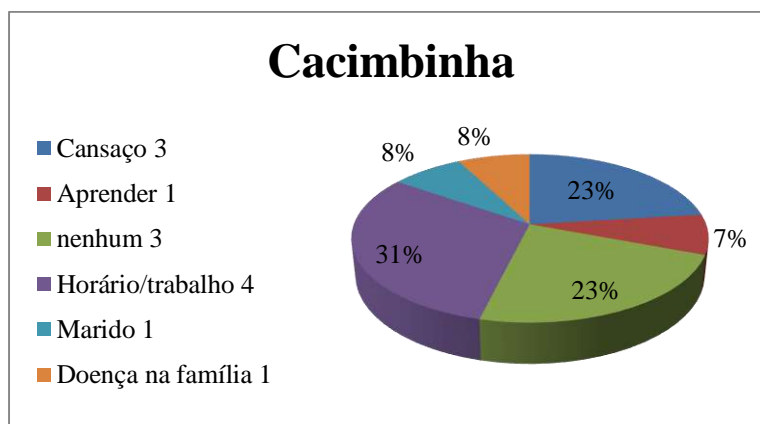
**Gráfico 3** – Encorajamento para voltar a estudar.



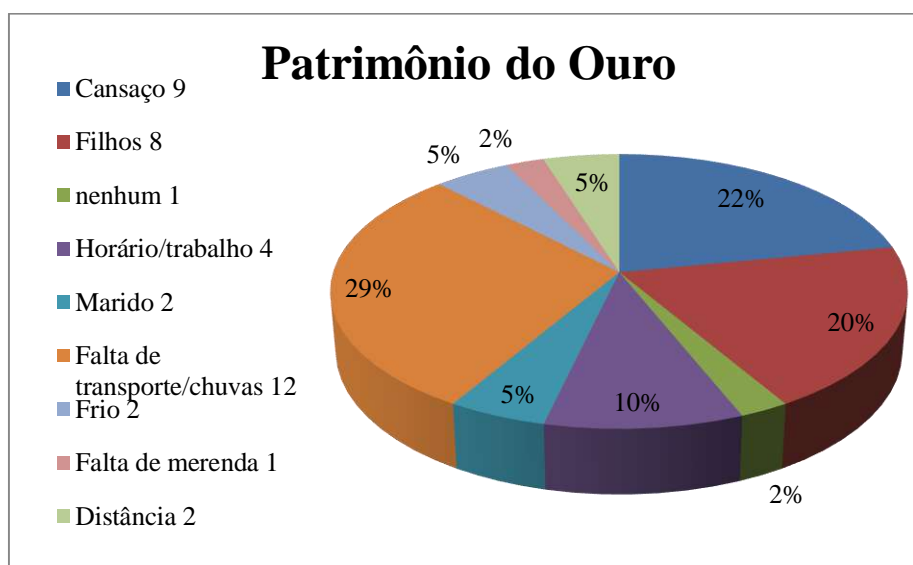
Os obstáculos para chegar ao final do curso foram comuns, apenas 4 egressos afirmaram não ter tido que superar nenhuma barreira para chegar ao final do curso.



**Gráfico 4** - Obstáculos que enfrentaram para chegar ao término do curso em Cacimbinha



**Gráfico 5** - Obstáculos que enfrentaram para chegar ao término do curso em Patrimônio do Ouro.



Dentre os que terminaram o curso nas duas comunidades, 23 afirmaram não ter pensado em abandonar o Projovem, enquanto que 11 disseram que chegaram a pensar em sair, sobretudo por conta do trabalho e cansaço.

Quando perguntados sobre o motivo de terem conseguido chegar ao final do curso, a maioria aponta a força de vontade como fator mais importante para permanência, também destacam o incentivo dado pelos professores, à relação com professores e colegas de sala, a satisfação com o curso entre outras. Mais uma vez pode se notar a importância da motivação pessoal e como as características do programa influenciaram a permanência.



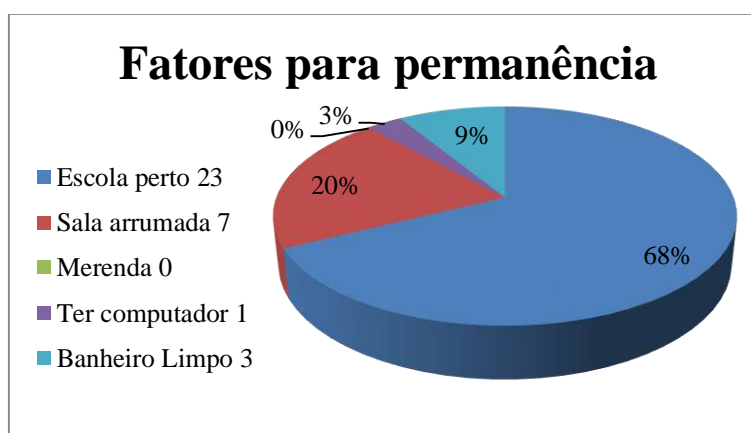
**Tabela 1:** Motivos para chegar ao fim do curso.

Vontade/força de vontade	23
Incentivo dos professores	04
Relação com professores e colegas	03
Porque gostava	02
Queria o diploma	02
Força dos amigos	01
Eram bem tratados	01
Aprendiam o que queriam	01
Destino	01
Não teve obstáculos	01
Professores eram bons	01
Não sabe/não respondeu	01

**Fonte:** Resultados da pesquisa.

Entre os fatores apontados pelos entrevistados como importantes para a permanência, a proximidade entre a moradia e a escola surge como fator de maior relevância, fato que remonta a importância da manutenção da escola no campo e da oferta de todas as modalidades de ensino nas zonas rurais.

**Gráfico 6** – Fatores que influenciaram a permanência na escola.

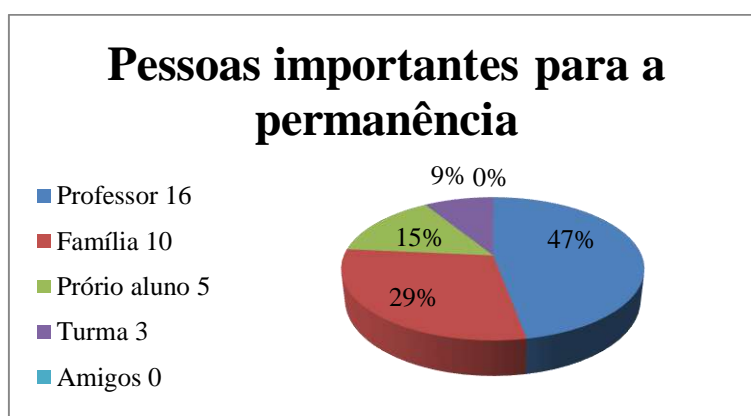




Já quando perguntamos sobre quem é mais importante para a permanência dos educandos na escola, o professor aparece como figura principal, seguido pela família, o próprio aluno e a turma.

Isso mostra como os educadores devem se preparar para as aulas e o contato como as turmas, pois sobre eles se instala grande expectativa por parte dos educandos.

**Gráfico 7**– Pessoas importantes que ajudaram a permanecer no Programa.



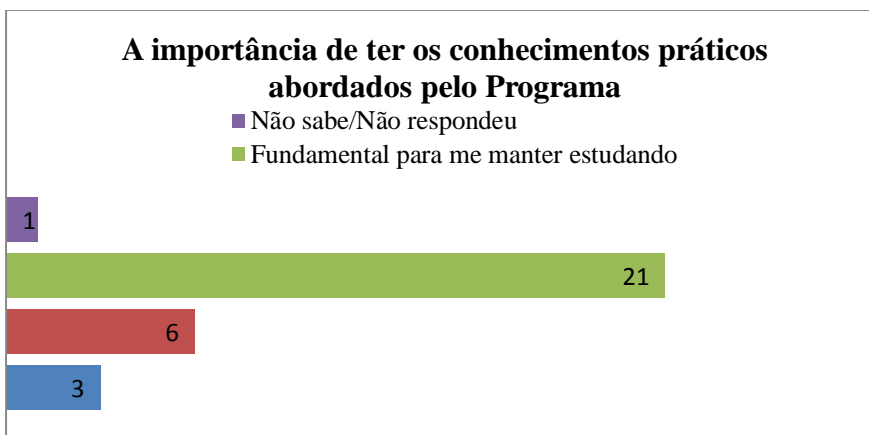
A escola também pode ajudar na permanência dos educandos segundo os egressos pesquisados; ela deve principalmente incentivá-los, mas também tratar bem os alunos, ter bons professores e oferecer boa estrutura física.

Quando perguntados sobre a importância de terem seus conhecimentos práticos abordados pelo programa a maioria afirmou que foi fundamental para manterem-se estudando.

Fato que reforça a ideia de que o educando, ao estudar conteúdos ligados a temas que tenha certo domínio, por se tratar de atividades de seu dia a dia, e perceber-se valorizado e reconhecido acaba por interessar-se mais e persistir nos estudos.



**Gráfico 8:** Importância de ter os conhecimentos práticos abordados no Programa.



Ao serem indagados sobre o que acharam importante na experiência do Projovem, os educandos optaram principalmente pela alternativa “tratar temas do dia-a-dia”, mas o fato de serem visitados regularmente pelos professores e utilizarem a pedagogia da alternância foram opções muito lembradas.

Mais uma vez fica explicitado que quando o educador reconhece a realidade dos educandos como válida e interessante, além de buscar estreitar os laços com eles o resultado do trabalho tende a ser promissor.

#### 4.2 Pretensões futuras em relação aos estudos

Verificamos que após a conclusão do Projovem, muitos educandos gostariam de ter seguido seus estudos, sobretudo se lhes fossem oferecido modalidade semelhante no Ensino Médio, visto que todos afirmaram que o programa atendeu suas expectativas. Contudo apenas uma pessoa conseguiu terminar o Ensino Médio após o programa, pois a continuidade de estudos na região não é oferecida em qualquer modalidade, mesmo quando 33 dos 34 egressos pesquisados afirmaram terem comunicado aos professores, coordenadores, integrantes da equipe de formação da UFES, amigos e parentes sua vontade de seguir estudando.

“Teve uma eleição na sala de aula para ver qual aluno que ia. Como fui eu, eles pediram para mim pedir a eles lá, o pessoal da UFES, se tinha como quando a gente terminar, fazer continuar o Projovem. Só que não adiantou nada.” Entrevistada 4, turma Patrimônio do Ouro.

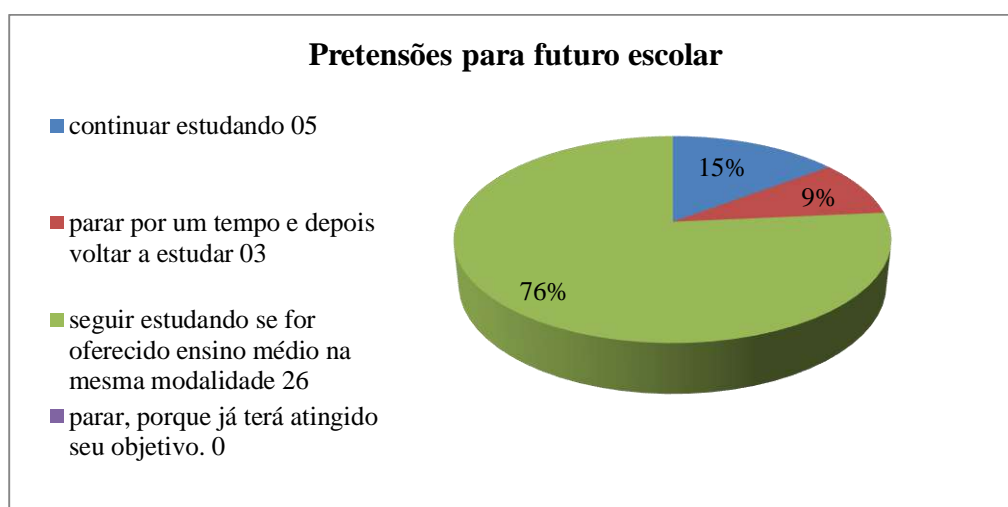


“O certo seria continuar o estudo para poder tá fazendo a coisa mais completa.”

Entrevistado 2, turma Patrimônio do Ouro.

Os quatro educadores das duas turmas que foram entrevistados assinalaram que era intenção dos alunos continuar estudando, se fosse oferecido o curso na mesma modalidade.

**Gráfico 9** – Pretensões para o futuro escolar.



Quando perguntados se alguém lhes haviam feito propostas de continuidade dos estudos, 8 disseram que sim e que a proposta era de estudar na sede dos municípios, contudo 26 pessoas afirmaram não ter recebido nenhuma opção. Em Patrimônio do Ouro algumas pessoas mudaram-se para a zona urbana, começaram a estudar, mas só uma conseguiu seguir até o final do Ensino Médio. Outra entrevistada, algum tempo depois, começou a estudar mesmo tendo que se deslocar 24 quilômetros até a sede, mas logo desistiu.

“Eu cheguei a voltar a estudar. Estudei acho que nem duas semanas e depois eu desanimei. Porque era muito tarde, chegava em casa fora de hora, no outro dia tinha que acordar cedo para mandar menino para escola e tinha que trabalhar de novo, começou a ficar muito cansativo.” Entrevistada 4, turma Patrimônio do Ouro.

Em Cacimbinha não houve relato de nenhuma tentativa, sobretudo pelo horário de saída do trabalho que não permite embarcar no transporte estudantil. Os educadores esclareceram que nenhuma oferta formal fora feita à turma, embora relatem que os





educandos manifestaram vontade de continuar os estudos - dirigidas não só a eles mesmos como também, para técnicos da SEDU e integrantes da equipe de formadores da UFES.

O que se pode deduzir desses fatos é que o poder público não deu a resposta desejada aos grupos que ansiavam por continuidade de estudos, após o direito posto veio o direito negado mais uma vez.

## 5) Considerações finais

Nosso objetivo com essa pesquisa foi analisar, em duas comunidades contempladas com turmas do Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba, como o referido programa de educação impactou na vida dos educandos, apontar como os educandos avaliaram a política e identificar a resposta do poder público frente à demanda por continuidade dos estudos dos egressos do Programa. Buscamos identificar suas percepções, sentimentos e expectativas relacionados ao Programa.

O Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba foi uma versão do programa nacional observando as especificidades do interior do Espírito Santo, onde foram criadas 30 turmas distribuídas em comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos de trabalhadores rurais e em comunidades de agricultura familiar tradicional.

Nossa pesquisa mostrou que o programa foi recebido pelos alunos das duas comunidades estudadas (Cacimbinha e Patrimônio do Ouro) com bastante expectativa. Por isso encararam com destemor o novo desafio. Surpreenderam-se positivamente com a contextualização dos conteúdos estudados. Ao sentirem que seus conhecimentos eram valorizados estudaram com mais confiança e o aprendizado se mostrou mais interessante e efetivo.

Os cidadãos do campo a que se refere essa pesquisa, em sua maioria, pretendiam dar seguimento a suas trajetórias escolares, mas a falta de oferta para continuidade de estudos nas comunidades onde funcionaram as turmas de Cacimbinha e Patrimônio do Ouro, mesmo depois de demonstrado o interesse dos educandos, mostrou-se como uma grave falha do poder público que assim, nega aos jovens a possibilidade de continuarem se qualificando.

A falta de oferta do ensino médio na mesma modalidade do Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba, fez com que alguns desses jovens migrassem para as cidades



próximas para buscar trabalho e estudos. Contudo apenas uma egressa entre 34 chegou à conclusão do ensino médio.

## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer nº 11/2000**: Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação, maio de 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996**: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Ministério da Educação. Cadernos SECAD 2 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Ricardo Henriques et al. (organizadores). Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. PRONERA. Presidência da República - **Decreto nº 7352**, de 04 de novembro de 2010. Brasília: Imprensa Oficial da União, 2010.

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, Cultura e Normatividade**: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento – Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

CARMO, Gerson Tavares do. **O enigma da Educação de Jovens e Adultos**: um estudo das evasões e retornos à escola sob a perspectiva da teoria do reconhecimento social. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: ed. 34, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>  
Acessado em: 06 de outubro de 2013.

MEC/SECAD. **Projeto Político-Pedagógico Projovem Campo Saberes da Terra**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, 2008.



PORTAL do Governo do Espírito Santo. **Mapas**. Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/Paginas/mapas.aspx>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

SCARIM, Paulo César. OLIVEIRA, Edna Castro de. **Experiências que brotam da terra**: as reflexões e vivências dos educadores e educadoras. Coleção Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba. Paulo César Scarim e Edna Castro de Oliveira (organizadores), vol. 1, Vitória, GM editora, 2012.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, (Coleção Origem), 2003.

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n° 50, São Paulo, 2000.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Políticas Sociales y Ciudadanía**. Junho, 1999.

VALENTE, Júlia Leite; CAUX, Luiz Philipe de. **O que é a Teoria do Reconhecimento?** Programa Pólos de Cidadania - Faculdade de Direito | UFMG, 2010.

Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/O-que-e-a-Teoria-do-Reconhecimento\[Luiz-Philipe-de-Caux\\_e\\_Julia-Valente\]20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/O-que-e-a-Teoria-do-Reconhecimento[Luiz-Philipe-de-Caux_e_Julia-Valente]20(1).pdf). Acesso em 05 jan 2014.



## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS SALAS DE AULA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO EM PETROLINA – EXPERIÊNCIA DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

PONTES, Bárbara.  
Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL  
*babypones@gmail.com*

72

### **RESUMO**

As relações de gênero perpassam todas as formas de socialização, não sendo pertinente aos educadores excluir-se dessa abordagem, uma vez que a construção do conhecimento também se pauta nessa relação entre os sexos/gêneros. O objetivo dessa pesquisa e intervenção é tornar clara, através da realização de debates e dinâmicas, as diferenças relativas à construção dos gêneros, e como o sexo social interfere nas outras realizações humanas, bem como apresentar dados que favoreçam a compreensão dos docentes e discentes, para uma mudança nas suas práticas dentro e fora da sala de aula, associando a temática de gênero à prática pedagógica construtivista. O curto período de realização pode não ter possibilitado uma transformação nas representações cognitivas dos professores e alunos com relação ao tema, ou é possível até que essas alterações tenham ocorrido em alguns integrantes do grupo e não tivemos como mensurar.

**Palavras-chave:** Gênero, pedagogia construtivista, pesquisa e intervenção.

### **ABSTRACT:**

Gender relations permeate all forms of socialization, not being relevant to educators order to exclude this approach, since the construction of knowledge also is guided in this respect between the sexes / genders. The purpose of this research and intervention is becoming clear through debates and dynamics, the differences in the construction of gender, and how the social sex interferes with other human achievements, and present data that support the understanding of teachers and students, for a change in their practices inside and outside the classroom, combining the theme of gender to the constructivist pedagogical practice. The short period of realization may not have enabled a transformation in cognitive representations of teachers and students on the issue, or is it even possible that these changes have occurred in some members of the group and we could not measure.

**Key-words:** Gender, constructivist pedagogy, research and intervention.

As relações de Gênero perpassam todas as demais formas de socialização, seja econômica, política cultural, e se tem mostrado particularmente vital a sua pesquisa acadêmica nos diversos meios como forma de equacionar os problemas de desigualdade e exclusão consequentes de sua aparição.



Com o avanço das teorias feministas, a partir dos anos de 1970, fundamentadas no desenvolvimento das teorias pós-modernas que redefiniram o valor do sujeito universal, bem como o papel da linguagem na construção desse sujeito, redefinindo os conceitos de igualdade e diferença, foi possível reavaliar o lugar da ciência e do conhecimento na produção e reprodução das relações de poder no desenvolvimento dos grupos, sem mais desprezar a complexidade do ser e sua constituição diversa e integrada.

Assim, as questões relativas ao sexo e às diferenças produzidas e reproduzidas a partir desta percepção, bem como relações de poder estabelecidas a partir da definição de gênero, uma construção social do sexo, passam a fazer parte do interesse dos estudiosos das relações humanas, não sendo pertinente ao educador excluir-se desse tema, uma vez que a formação do conhecimento também se pauta nessa relação entre os sexos/gêneros.

Esse é um trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História. A importância dessa pesquisa e intervenção é tornar clara as diferenças relativas à construção dos gêneros, e como o sexo social interfere nas outras realizações humanas, bem como apresentar dados que favoreçam a compreensão dos docentes e discentes para uma mudança nas suas práticas, dentro e fora da sala de aula. Ao observar e analisar as relações de gênero que se firmam entre docentes e discentes, entre docentes e entre discentes, bem como os recursos e materiais utilizados (livros e imagens) que colaboram com a manutenção das relações de gênero, que também são relações de poder. Aos docentes que participaram desse projeto as informações e análises ajudarão a rever suas práticas pedagógicas e auxiliará na execução do plano de aula e na escolha do material didático, dando ênfase às questões de gênero. Em relação aos discentes essas informações poderão ser úteis na adoção de uma nova postura na sala de aula, possibilitando a emergência de uma outra relação entre os gêneros que se estenderá para além do âmbito escolar.

Essa pesquisa buscou levantar uma discussão sobre a questão de gênero e possibilitar aos docentes e discentes a percepção sobre as relações de Gênero e sua influência na dinâmica de ensino-aprendizagem. Assim, essa pesquisa é o resultado preliminar de observações feitas pelo grupo de extensão, bem como um relatório das atividades desenvolvidas pelo grupo em uma escola do Ensino Médio na cidade de Petrolina/PE, com docentes e discentes do 1º ano, tendo em vista que esses alunos e alunas já estão maduros para uma participação mais efetiva e independente na pesquisa, a partir



do Projeto de Pesquisa e Extensão Gênero na Sala de Aula, que foi elaborado e coordenado pela professora Dra. Andréa Bandeira, auxiliada pela coordenação da professora especialista Zélia Almeida de Oliveira, da Universidade Estadual de Pernambuco – UPE Campus III.

A análise de gênero adotada a partir do conceito de Joan Scott foi adotada para observar a prática pedagógica, bem como o discurso expresso no material didático, refletida nas ações/reações adotadas pelos docentes e pelos discentes nas salas de aula. Tal conceito obriga a refleti sobre as origens das predisposições para as relações de desigualdade que se formam e se fixam entre os sexos, e considerando relações de saber e poder, estas também são alimentadas nos espaços escolares, possibilitando o entendimento dos conflitos entre os sexos.

Ao longo dos séculos, particularmente no ocidente, as sociedades consideram as diferenças sexuais como fator determinante na construção da identidade do masculino e do feminino. Relegando ao feminino um espaço restrito na sociedade, ao espaço privado e doméstico, caracterizando sua função de esposa e mãe como naturalmente constituídas. Segundo Carole Pateman (1993) houve um contrato sexual prévio ao contrato social Este contrato definiu o confinamento das mulheres ao mundo privado, visto como politicamente irrelevante, e os homens atuariam no público, lugar da liberdade civil, da política e do poder por excelência. A diferença sexual se converte então em diferença política.

No texto Gênero e História. Um diálogo possível? Ana Maria Colling coloca:

Equiparadas às crianças, mulheres são marcadas por uma sensibilidade e uma sexualidade excessivas, pela natureza de sua constituição. Tornam-se temidas pelo seu fascínio e sua irracionalidade, que a qualquer momento podem surgir, irromper. Como antídoto a este possível mal, resta o encarceramento no espaço doméstico sob a proteção masculina. As que resistem a esses preceitos ditados pela “natureza” – esposa e mãe – são acusadas de contribuir para o desmantelamento dos lares e da família. Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública. (COLLING, 1986, p.31).

Através dos séculos vários discursos corroboram com essa visão do feminino. Os discursos dos filósofos gregos legitimaram a sujeição da mulher por conta da sua “debilidade” natural e congênita. Para Aristóteles “a mulher é um homem imperfeito”. Segundo ele, dentre várias outra diferenças entre o homem e a mulher, esta possui um



cérebro menor e como todo ser inferior menor longevidade. Já Platão inaugura a “natureza feminina”, apresentando como primeiro desvio o nascimento de uma fêmea. Para Hipócrates, o útero é o centro das enfermidades femininas, sendo a mulher uma eterna doente.

A tradição Judaico-Cristã também colaborou de maneira decisiva na determinação da inferioridade feminina. Os relatos bíblicos sobre a criação da mulher e sua responsabilidade para a exclusão do homem do paraíso, sendo por isso castigada a parir seus filhos com dor e ser dominada pelo marido. O que a colocará sob constante vigilância e rigoroso confinamento doméstico. O catolicismo atribui à mulher a ideia do pecado e da impureza. Impondo aos padres a recusa da carne, da sexualidade e das mulheres.

No século XVIII o corpo da mulher se torna objeto de estudo da medicina que vem a confirmar, através de uma legitimidade científica os discursos preconizados desde Aristóteles. Atribuindo identidade à mulher a partir do seu útero, sendo esse a sede dos males femininos se sobrepujando ao intelecto. Cria-se a histerização do corpo feminino e a maternidade advém novamente como única saída. No discurso freudiano o feminino é definido pela negatividade em relação ao masculino. A mulher é o homem castrado. Inferiorizada pelo sentimento de inveja do pênis.

As leis ocidentais, por sua vez vieram a ratificar o lugar da mulher no universo do privado, sendo seu papel ideal o de esposa fiel, submissa e serviçal. Essa inferioridade legal é argumentada por uma inferioridade que perpassa desde a força física, até questões relacionadas com honra, moral e até uma suposta incapacidade intelectual. Transformando o casamento em anseio das mulheres.

O século XIX e as novas formas de produção assistiram ao advento da mulher em vários ramos da atividade produtiva e a um fervoroso debate sobre a compatibilidade do feminino com o trabalho assalariado. Tendo em vista que a atividade doméstica desenvolvida pelas mulheres, considerada como improdutiva ao invés de produtiva e não remunerada, que foi essencial para o processo de acumulação capitalista, nunca foi devidamente valorizada no campo econômico.

Destacar que o desenvolvimento das tarefas domésticas está longe de se constituir um trabalho improdutivo. Diversamente do que se pensa, trata-se de uma atividade produtiva e não remunerada a garantia de sua realização, juntamente com o trabalho feminino e infantil nas fábricas com sua baixíssima remuneração, por serem considerados como





complementares aos salários recebidos pelos homens adultos, proporcionou a acumulação e a reprodução ampliada do capital, num momento em que a industrialização ainda não apresentava os avanços técnicos que se verificarão mais tarde. (GONÇALVES, 2006, p. 43-44).

Porém a saída da mulher do santuário do lar não se deu de maneira simples. Os discursos para sua perpetuação dentro do lar eram respaldados pela medicina, pelos jornais, literatura, discursos políticos, dentre outros. Visto que “todas as profissões deveriam ser exercidas com a autorização dos maridos, como previsto no Código Civil, criando uma curiosa distinção entre as mulheres celibatárias, um pouco mais autônomas e aquelas que haviam contraído casamento”. (GONÇALVES, 2006, p. 35).

Historicamente o feminino também é entendido como subalterno, marginalizado. Tendo em vista que sua presença não é registrada. A história é escrita por homens, os construtores do saber. Porém, a historiografia tradicional tem sido revista desde o século XIX, com nos trabalhos do francês Michelet (1798-1874) ao reconhecer, em sua obra, A Revolução Francesa, as massas como único agente de transformação histórica marcada por feitos notáveis, heróis e grande personalidades como destacou Andréa L. Gonçalves.

A autora continua afirmando que Michelet destaca também o papel das relações entre homens e mulheres desempenharam na história, ressaltando o papel da relação dos sexos como motor da história. Mesmo situando a mulher numa categoria inferior à do homem, reafirmando a bipolaridade constituída desde a antiguidade entre homem/civilização e mulher/natureza e ratificando o lugar da mulher no universo do privado, não se ode negar que ele tenha voltado os olhos para uma história das mulheres.

Muito tempo se passou para que Simone de Beauvoir colocasse as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres não com a ênfase em fatores biológicos, supostamente naturais e sim como relações sociais hierarquizadas, construídas historicamente, em sua publicação O Segundo Sexo (1949).

A partir dessa discussão sobre como fazer uma história séria sobre a participação da mulher na história da humanidade, entra em questão a construção do conceito de gênero. “O conceito de gênero resulta de uma longa germinação e ideias extraídas das relações entre homens e mulheres e suas muitas vidas em comum.” (COSTA, 2003, p. 187).

Esse conceito vai passar por uma série de reformulações que vai desde substituto do termo “mulheres”, como para designar as relações sociais entre os sexos superando o



determinismo biológico, indicando as construções sociais, “criação inteiramente social das ideias sobre papéis próprios aos homens e às mulheres.” (SCOTT, 1991, p. 4). Sendo assim, gênero nessa definição se contrapõe ao biológico, referindo-se a categoria social que se impõe sobre um corpo sexuado, gerando dessa forma uma dicotomia entre gênero, socialmente constituído e sexo, biologicamente imposto. Numa reformulação pós-moderna o gênero aparece como uma categoria de análise, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (BANDEIRA, 2003, p.33). Que não mais se contrapõe a noção de sexo numa perspectiva natureza/sociedade.

Porém o conceito de gênero passa a ser visto como um significante das relações de poder entre os sexos. Essa construção de gênero operaria na sociedade nos mais diversos mecanismos pelos quais interagem as diversas reações de poder existentes na sociedade, tais como as representações sociais, as doutrinas, sejam elas religiosas, científicas, educativas, dentre outras. Dessa forma é perceptível que o conceito de gênero perpassa e também é perpassado por outros fatores sociais tais como a política e a economia.

A partir da compreensão do conceito de Gênero, conclui-se que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais, sempre costurados em arranjos econômicos e políticos. Conseqüentemente, a partir da análise de Gênero, observa-se a interdependência mútua da sexualidade, da economia e da política sem subestimar a total significação de cada uma na sociedade. (BANDEIRA, 2003, p.34).

Essa abordagem tem a preocupação em criar alguns conceitos que expliquem sem cristalizar não apenas as diferenças culturalmente criadas e de certa forma mantida entre os sexos, como também as conseqüências geradas por essas diferenças estabelecidas no campo material e social dos sexos.

### **1. A Pedagogia Construtivista e o Conceito de Gênero**

A Pedagogia Construtivista sintetiza as teorias progressistas que busquem vislumbrar os processos de construção do conhecimento, assim como, discutir a complexidade do processo de aprendizagem. Vários autores dedicaram-se a estudos nesta linha, tais como Piaget, Vygotsky, Henri Wallon, dentre outros.



Nessa concepção o conhecimento é construído a partir das experiências e pelas características próprias de cada sujeito, que passa por várias etapas nas quais organiza de maneiras diversas o pensamento e a afetividade. Segundo Aranha,

A criança não é passiva nem o professor é um simples transmissor de conhecimento. Nem por isso o aluno dispensa a atuação do mestre e dos companheiros com os quais interage. Mais propriamente o conhecimento resulta de uma construção contínua, entremeada pela inversão e pela descoberta. (ARANHA, 2003, p. 27).

A concepção construtivista da pedagogia articula princípios que possibilitam algumas atitudes referentes ao ensino, tais como o diagnóstico, o julgamento e a tomada de decisões necessárias em situações educativas para que se alcance a meta pré-estabelecida. Fornecendo instrumentos de análise e reflexão sobre a prática pedagógica, sobre as maneiras mais eficazes de aprender e ensinar. Não ignorando as vinculações entre aprendizagem cultura e desenvolvimento. Atentando para o caráter institucional da escola, que como organização estruturada está a serviço de determinados fins.

Tendo em vista que o objetivo primordial da educação é efetivar a aprendizagem dos conteúdos propostos, é preciso pensar numa escola preparada para trabalhar com a diversidade do seu público. “Planejar, proporcionar e avaliar o currículo ótimo para cada aluno, no contexto de uma diversidade de indivíduos que aprendem é extremamente necessário” (WILSON, 2006, p.15). Para tanto é imprescindível que o professor reflita sobre sua prática cotidiana, compreendendo as exigências de sua função, tais como “poder atuar e poder refletir sobre a atuação, o que, por sua vez, torna necessários alguns referenciais que permitam a análise e a melhoria”. (SOLÉ & COLL, 2006, p. 17).

Os conhecimentos oferecidos aos alunos não são incorporados de maneira pacífica e sim de maneira ativa, sendo assim, para que haja um aprendizado significativo dos temas propostos é preciso que se parta do pressuposto que o aluno não é uma tabula rasa pronto para absorver através da repetição e da observação dos conhecimentos prévios, adquiridos na vida pré e para escolar, tornando necessário atribuir novos significados a esses conhecimentos e até mesmo modificá-los “construindo um significado próprio e pessoal para um objeto de conhecimento que existe obviamente.” (SOLÉ & COLL, 2006, p. 20).

Assim, o construtivismo assume que na instituição escolar os alunos aprendem e se desenvolvem na medida em que podem construir significados adequados em torno dos



conteúdos que constroem o currículo escolar. Essa construção inclui a contribuição ativa do aluno com seus conhecimentos prévios interagindo com o professor que atua como um mediador.

É preciso atentar também para o fato que existe uma relação direta entre aspectos cognitivos e aspectos afetivo-relacionais no processo de construção de conhecimento. Para que o aprendizado aconteça é necessário construir significados sobre os conteúdos do ensino. Portanto,

Intervêm na aprendizagem numerosos aspectos de tipo afetivo-relacional, [...] a aprendizagem e o sucesso com que venhamos a resolvê-los desempenha um papel definitivo na construção do conceito que temos de nós mesmos (auto-conceito) e, em geral em todas as capacidades relacionadas com o equilíbrio pessoal. SOLÉ, 2006, p. 32).

Dessa forma, ao aprendermos, forjamos nossa forma de ver o mundo, de ver-nos e de nos relacionarmos. O processo educacional está ligado à motivação, tanto intrínseca quanto extrínseca, ao autoconceito que inclui um vasto conjunto de representações tais como imagem, juízos e conceitos que temos sobre nós mesmos, englobando aspectos corporais, psicológicos, sociais e outros. Assim o autoconceito inclui a auto-estima, havendo influência mútua entre os resultados escolares e esta, propiciando um meio cada vez mais ou cada vez menos favorável à educação.

O autoconceito é aprendido no decorrer das experiências sociais, nas relações interpessoais, tendo em vista que é através dos outros que a pessoa vai formando uma visão de si mesma. Solé, citando Coll e Miras, assinala sobre as representações que os professores têm dos seus alunos, o que pensam ou esperam deles, funcionam como um filtro para interpretar e julgar um comportamento, gerando algumas expectativas que podem chegar a modificar a atuação dos alunos no sentido por elas indicados. (SOLÉ, 2006, p. 42).

No caso do professor o que os leva a formar esta ou aquela representação do aluno é a proximidade que o mesmo tem da sua imagem de um aluno ideal, variável para cada professor, porém com algumas características que são socialmente compartilhadas tais como respeito, interesse, esforço, participação, frequência.

É preciso acrescentar a isso variáveis relacionadas ao aspecto físico dos alunos [...] e aos estereótipos ligados ao sexo, que levam a prevê uma maior competência dos alunos em função do sexo em determinadas áreas curriculares, bem como diferenças no respeito a normas escolares. (SOLÉ, 2006, p. 42).



No que se refere a este tema percebemos que há uma tendência maior a se esperar das meninas um maior respeito às normas e uma participação menos crítica com relação aos conteúdos.

Em função dessas expectativas preconcebidas, muitas vezes o professor proporciona aos alunos, mesmo que de maneira inconsciente, tratamentos educativos diferenciados, que se traduzem em diversas atitudes de estímulo ou não, variando inclusive as causas que o mesmo atribui aos seus êxitos e seus fracassos. No que se refere aos bons alunos os êxitos são atribuídos a causas internas, tais como a capacidade e os fracassos são atribuídos a causas externas tais como a complexidade das tarefas propostas. O contrário ocorre com relação aos alunos que não são considerados tão bons, atribui-se os fracassos a causas internas, tais como desinteresse ou incapacidade, e os êxitos a causas externas como simplicidade da tarefa ou até mesmo causas internas instáveis como esforço momentâneo.

Sabemos, no entanto, que os conceitos de bons e maus alunos são perpassados pelas questões de gênero, assim como por questões econômicas e raciais, portanto no presente trabalho, nos limitaremos às questões de gênero e como isso pode vir a interferir no desempenho de alunos e alunas.

## **2. Metodologia - registro da experiência do trabalho de extensão**

A equipe do Projeto de Pesquisa e Extensão Gênero na Sala de Aula, era composta pela Professora Dr.<sup>a</sup> Andréa Bandeira, que elaborou e coordenou o projeto, auxiliada pela professora Especialista Zélia Almeida de Oliveira, ambas professoras do curso de Licenciatura em História da UPE – Campus três e por alguns alunos deste curso. O objetivo do trabalho era realizar um estudo bibliográfico sobre a temática de Gênero que embasasse algumas dinâmicas, propostas como fonte de diálogo sobre o tema com um grupo de professores e alunos de uma Escola Pública de Petrolina/PE. O trabalho foi realizado com os grupos separadamente, docentes e discentes. E tinha como objetivo que as discussões contribuíssem para elaboração do plano de aula, escolha do material didático e práticas pedagógicas que levassem em conta as questões de Gênero, com o grupo dos docentes e percepção das construções sociais impostas aos sexos por parte dos



discentes. Após este trabalho foram realizados encontros com os integrantes do grupo de pesquisa para analisar os encontros com os grupos pesquisados. A análise levou em consideração o conceito de gênero levantado, combinado à teoria do construtivismo, também supracitada, para observar o resultado das dinâmicas propostas.

Como o grupo de docentes o trabalho foi iniciado com a apresentação da Equipe de pesquisa, do Projeto e da bibliografia. Realizou-se a dinâmica das qualidades<sup>1</sup>, dando início a discussão O que é gênero?, trabalhamos num segundo momento sobre a questão Como se constrói a identidade? Debatendo sobre os recursos didáticos. Posteriormente tratamos sobre Como a Sala de Aula possibilita a Inclusão Social? Para abordar novamente questões referentes ao Plano de Aula e o Livro Didático. E finalmente a aplicação de um questionário para analisar os resultados da intervenção.

Com o grupo dos discentes o trabalho começou com a Dinâmica das Qualidades e leitura do texto Você e o Outro<sup>2</sup>. Em outro encontro foi feita a leitura do livro “Coisa de Menino Coisa de Menina” da professora Rossana Ramos<sup>3</sup> para iniciarmos a discussão sobre gênero. Num terceiro encontro foi realizada a dinâmica “Amor e Vida”<sup>4</sup>. E no último encontro aplicação do questionário para analisar os resultados da intervenção.

<sup>1</sup> A dinâmica corresponde a formação de um círculo entre os participantes da dinâmica, distribuição de uma folha de papel em branco para cada integrante, pedir para que dobrem uns três centímetros do papel e coloquem seu nome e em seguida passar o papel para a pessoa da sua direita, cada pessoa coloca uma qualidade para o nome que está na folha e passa adiante até que a folha volte para a pessoa que colocou o nome. Cada pessoa faz uma leitura silenciosa das qualidades recebidas e circula as qualidades com as quais se identifica, apresentando então para o grande grupo.

<sup>2</sup> “O **outro** é aquele que você encontra no caminho ou que convive com você em sua casa, no trabalho e em qualquer lugar. O **outro** também é aquele que você não cumprimenta e mesmo vendo-o não pensa nele nem se preocupa com ele. Você sabe que é o **outro**? O **outro** é aquele que colabora com você em tudo que você faz, em tudo que você usa e em tudo que você utiliza. O pão que você come, a roupa que você veste, o transporte que você usa, a casa onde você mora, o emprego que tem ou o empregado que você precisa e tantas outras coisas úteis ao seu progresso, só se tornam possíveis porque o **outro** existe. O **outro** é aquele que colabora com você e completa você com a grandeza do universo, na família, na escola, na igreja, na comunidade e no trabalho. O **outro** é aquele que lhe ajuda a crescer mesmo que você não pense nele nem aceite isso. O **outro** é aquele com quem você deve colaborar durante toda a sua vida para construir um mundo feliz para todos. **Você e o outro** se completam na construção do bem comum e não podem se odiar nem viver isolados porque o mundo ficaria mais pobre e triste. **Você e o outro** devem caminhar unidos para desempenhar o trabalho que completa a beleza da criação. Pense no outro e as coisas começam a mudar. Para construir e progredir melhor, você precisa do outro e o outro precisa de você. No ato de julgar, pense no outro e se coloque no lugar dele. Se você fala, pense no outro e permita que ele transmita a opinião que tem. Se você dispõe do necessário para viver, não se esqueça de lutar para que o outro também consiga. Se você gosta de ser respeitado, lembre-se de respeitar o outro. Se você tem poder, veja que a legitimidade do poder só se justifica quando é útil ao outro. Se você gosta de ser tratado com fraternidade, não pode esquecer nunca que o outro é seu irmão.”

<sup>3</sup> RAMOS, Rossana. Coisas de Menino Coisas de Menina. Fortaleza: Imeph, 2006.

<sup>4</sup> Divide-se a turma em pares, uma pessoa será a Vida e a outra o Amor. Lê-se o texto: Amor: Oi! Pergunte para a vida qual é o nome dela.





### 3. Análise do trabalho de extensão – resultados e conclusão

O presente trabalho funcionou como uma atividade piloto, tendo em vista além do seu caráter experimental, se tratar de uma experiência inicial que poderá servir de base para futuras intervenções e novos trabalhos de extensão.

Esse trabalho apresentou alguns aspectos que precisam ser superados e até mesmo suprimidos nas próximas experiências, tais como: o curto período de tempo e intervenção pode não ter possibilitado uma transformação nas representações cognitivas dos professores com relação ao tema, isso resultou na ausência de alterações atitudinais dos mesmos. Ou é possível até que essas alterações tenham ocorrido em alguns integrantes do grupo e não tivemos como mensurar.

O fato é que apesar do tema do presente trabalho está previsto inclusive pelos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's, percebemos que o assunto não é do domínio do professor, muitos deles continuam reafirmando e reestabelecendo os paradigmas da hierarquização entre os gêneros mesmo sem se dar conta de tais atitudes. A bibliografia indicada para os encontros com os docentes, não foi lida pela maioria do grupo. Que manteve inalterado o comportamento cotidiano no que se refere ao assunto discutido.

Com relação aos alunos, os mesmos conseguiram captar em linhas gerais do que se tratava o trabalho, porém não houve uma transformação real nos seus conceitos e conseqüentemente em seus comportamentos prévios à realização da pesquisa. Visto que

---

Vida: Oi! Pergunte para o amor qual é o nome dele.

Amor: Oi! Demonstre para sua vida como você está feliz e dê um abraço nela.

Vida: Oi! Pegue na mão do seu amor.

Amor: Oi! Pergunte para sua vida se ela tem outro amor.

Vida: Oi! Pergunte para seu amor se ele tem outra vida.

Amor: Oi! Pergunte para sua vida qual o significado do amor para ela.

Vida: Oi! Comece a chorar.

Amor: Oi! Não deixe sua vida chorar, conforte-a.

Vida: Oi! Você ficou triste? Alegre-se

Amor: Oi! Não deixe sua vida escapar, segure-a pela mão.

Vida: Oi! Liberte-se dessa dor e vá em busca de outro amor.

Amor: Oi! Pergunte para sua nova vida qual o seu nome.

Vida: Oi! Não seja ingrata, demonstre que está feliz, abrace seu novo amor.

Amor: Oi! Fale para sua nova vida que você está muito feliz em vê-la.

Vida: Oi! Seu verdadeiro amor a chama, volte para o seu primeiro amor.

Amor: Oi! Fale para sua vida que estava com muita saudade.

Vida: Oi! Fale para o seu amor que está muito feliz em vê-lo.

Amor: Oi! Bata palmas para sua vida.

Vida: Oi! Faça o mesmo também, bata palmas para o seu amor.

Amor e Vida: Oi! Batam palmas porque só assim podemos ver estas duas coisas que são muito importantes para o ser humano.





nos discursos muitas vezes respondia o que achavam ser a resposta correta, mas quando indagados sobre suas ações cotidianas respondiam de maneira contrária ao discurso, ou simplesmente assumiam um comportamento machista afirmando ser a maneira certa de proceder. Muitos deles captaram as questões de gênero no que se refere aos comportamentos sexuais, previstos para cada sexo, não conseguindo transcender para o porquê das coisas serem assim, ou até mesmo quando a questão dos “porquês” era raramente abordada, as respostas eram bem tradicionais: religião (Bíblia e seus mandamentos), biologia (força física e gestação).

Normalmente estavam demonstrando um comportamento tradicional. Na dinâmica das Qualidades, por exemplo, podemos perceber que as qualidades ofertadas às meninas eram muito mais atribuídas às questões sexuais que as atribuídas aos meninos. Confirmando o pensamento de Judith Butler (2003) que a mulher se encontra na posição de objeto do desejo enquanto o homem se encontra como sujeito do desejo, não havendo inversão dessas posições. Já na dinâmica “Amor e Vida” podemos perceber que as meninas se sentem muito mais a vontade em demonstrar afeto, inclusive por colegas do mesmo sexo, do que os meninos, mantendo um padrão sócio-cultural antigo, no qual os meninos não devem se permitir arrebatados por certos sentimentos, sendo uma demonstração de fraqueza, de fragilidade, permitida unicamente às meninas.

## Referências

ARANHA, Maria da Graça, 1996, p. 202 apud RODRIGUES, Almir Sandro et AL. *Teorias da Aprendizagem*. Curitiba: IESDE, 2003, p 27.

BANDEIRA, Andréa. *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica. Uma análise histórica usando a Abordagem de Gênero sobre o papel do feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883)*. Dissertação em História. Recife: UFPE, 2003, p 23.

BRASIL, Secretaria de Ação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos: temas transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



COLL, César et AL. *O Construtivismo na Sala de Aula*. São Paulo: Ática, 2006, p 15.

COLLING, Ana Maria. “Gênero e História. Um diálogo possível?” In: *Contexto e Educação: Revista e Educación em América Latina y el Caribe*. Universidade de Ijuí/Aleac. V. 1, n.1 (1986). Ijuí: Unijuí, 1986.

COSTA, Suely Gomes. “Gênero e História”. In: ABREU, M. e SOIHET, R. (orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil para análise Histórica*. Recife: SOS CORPO, 1991.

SOLÉ, Isabel. “Disponibilidade para Aprendizagem e Sentido da Aprendizagem.” In: COLL, César et AL. *O Construtivismo na Sala de Aula*. São Paulo: Ática, 2006 p 32.

WILSON, J. D. 1992 *apud* SOLÉ, Isabel e COLL, César. “Os professores e a Concepção Construtivista.” In: COLL, César et AL. *O Construtivismo na Sala de Aula*. São Paulo: Ática, 2006, p 15.



## **HISTÓRIA E MEMÓRIA: INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO, 1970-2013.**

LOPES, Ivone Goulart Lopes

*Professora da Faculdade de Ouro Preto do Oeste/RO - UNEOURO*

*ivone.goulart@hotmail.com*

85

### **RESUMO**

Este artigo versa sobre uma pesquisa iniciante que tem como objeto a institucionalização da escola primária em Ouro Preto do Oeste/RO, seus sujeitos e procedimentos pedagógicos. Em três períodos: 1º de 1970-1980, início dos projetos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vários contingentes populacionais provenientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil deslocaram-se para a região, contribuindo para sua prosperidade. O segundo período equivale a fundação do município: 16/06/1981 até 1996 com a publicação da LDB 9.394/96 e a terceira etapa de 1997-2013, momentos fortes do processo de institucionalização do ensino municipal. O projeto se propõe também a estudar a construção da identidade profissional dos professores da educação básica, na sua articulação com o processo de institucionalização desse nível de ensino no Brasil com o foco na cultura escolar. Construção de uma Linha Histórica e um Vídeo. O referencial teórico e metodológico é a História e a Memória das Instituições Educativas, a Formação de Professores.

**Palavras-chave:** Escolas; Professores; Ouro Preto do Oeste/RO.

### **ABSTRACT**

This article talk about a beginner research that has as its object the institutionalization of primary school in Ouro Preto do Oeste / RO, their subjects and teaching procedures. Into three periods: 1) 1970-1980, start of projects implemented by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), various population groups from the South, Southeast and Center-West regions of Brazil moved into the region, contributing for their prosperity. The second period represents the foundation of the municipality: 16/06/1981 until 1996 with the publication of LDB 9.394/96 and the third stage from 1997 to 2013, strong moments of the institutionalization of the municipal education process. The project also proposes to study the construction of the professional identity of teachers of basic education, in its articulation with the institutionalization of this level of education in Brazil to focus on school culture. Construction of a Historical and Video Line one. The theoretical and methodological framework is the History and Memory of Educational Institutions, Teacher Education.

**Key-words:** Schools; teachers; Ouro Preto do Oeste / RO.

### **Falando sobre a trajetória da pesquisa**

Estamos iniciando este projeto que pretende voltar o olhar para as escolas como um lugar de memória e de pesquisa, ressaltando a importância da história institucional dos estabelecimentos de ensino do município de Ouro Preto do Oeste/RO e da atuação dos professores, sua formação e profissionalização.



Por meio da elaboração de uma linha de tempo, contendo as datas de fundação, número de alunos atendidos, professores que atuam neste espaço, estamos concluindo o inventário das fontes. Esta linha de tempo servirá como recurso didático e de pesquisa para educandos das escolas da rede pública de ensino do município, para alunos da graduação e pós graduação da Uneouro que desejam fazer suas TCCs com base nas 120 escolas que o município já teve.

A partir de uma investigação documental iniciada em março de 2014, (por mim, e pelos Coordenadores dos Cursos da UNEOURO: Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras, Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Programação de Sistemas, e outros professores e alunos da Graduação e da Pós Graduação), objetiva localizar e mapear os diferentes documentos que apresentam sujeitos, memórias e objetos destas antigas escolas, num movimento que busca dar visibilidade a estas instituições educativas, muitas vezes esquecidas, pois muitas delas já foram fechadas.

A produção de uma linha de tempo, que em seguida se tornará um vídeo, possibilita tanto uma reflexão nos modos de seu fazer pelos educandos e educadores da rede pública de ensino, na medida em que se torna um rico veículo para a ampliação das pesquisas arquivísticas.

Daremos ênfase, sobretudo, aos usos pelas escolas públicas, além da divulgação das pesquisas para um público mais amplo, respeitando o princípio da universalidade do conhecimento e do direito ao acesso aos bens culturais.

Para a realização do vídeo, será de grande valor a diversidade de fontes coletadas, dentre as quais, as coleções de fotografias sobre as escolas em seus múltiplos aspectos: institucionalidade, cotidiano, público atendido, arquitetura, financiamento da educação, festas dentre outros, e os documentos escritos sobre a fundação das escolas, Decretos de criação, disponibilizados nos Arquivos da Secretaria Municipal de Educação do Município e da Secretaria Estadual com sede no Município, Arquivos das escolas ainda em funcionamento e arquivos particulares, as professoras aposentadas e ex-alunos.

Buscaremos, por meio deste trabalho, mostrar a trajetória de elaboração e desenvolvimento do projeto: “Entre memórias e esquecimentos: escolas e professores de Ouro Preto do Oeste/RO”.

A investigação documental iniciada em minhas aulas na graduação com o curso de Pedagogia da Uneouro, 1º semestre, viabilizou a localização e mapeamento dos mais diversos documentos que apresentavam sujeitos, memórias e objetos das antigas escolas criadas no



município de Ouro Preto do Oeste, no período correspondente aos anos de 1970-2013, em um movimento que buscou dar visibilidade a estas instituições educativas, muitas vezes fechadas e esquecidas, conforme mudança das gestões municipais e governamentais.

Enquanto professora de História da Educação no curso de Pedagogia da Uniouro, percebi que a produção de uma linha de tempo e a produção de um vídeo sobre esta linha de tempo possibilitaria uma reflexão nos modos de seu fazer, pelos educandos e educadores da rede pública de ensino e na graduação e pós graduação da instituição, na medida em que se tornaria também um rico veículo para a ampliação das pesquisas futuras.

Buscaremos dar ênfase, sobretudo, aos usos pelas escolas públicas, além da divulgação das pesquisas para um público mais amplo, respeitando o princípio da universalidade do conhecimento e do direito ao acesso aos bens culturais.

Portanto, uma pesquisa sobre a história das escolas municipais e estaduais do município de Ouro Preto do Oeste nos anos 1970-2013 coloca em pauta a gênese da educação nos municípios interioranos, frutos de assentamentos rurais, de agrovilas. Sua trajetória, ao confundir-se com a história do município permite que parcela de sua existência seja compreendida a partir da concepção pedagógica que as próprias instituições estaduais e municipais impunham a essa modalidade de ensino.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa, que está sendo desenvolvida no âmbito da Graduação e Pós-Graduação da Faculdade UNEOURO em Ouro Preto do Oeste/RO, consiste em investigar a história do ensino primário nas escolas rurais e urbanas que durante o período de 1970-2013 – São 120 instituições, mais da metade já encerraram suas atividades.

Tem-se como alvo compreender de que forma esse tipo de ensino era praticado e experimentado por seus agentes escolares - professores e alunos. Busca-se, assim, entender a história do ensino primário e do curso de magistério a partir da percepção que tanto docentes quanto discentes possuíam de si mesmos e de sua prática educacional.

Houve somente uma escola de Magistério na cidade que funcionou por muitos anos. Queremos saber se o maior contingente de professores veio deste curso ou qual era a formação dos professores que atuavam especialmente nas escolas rurais.

Acreditamos ser relevante este empreendimento, na medida em que estaremos criando condições para que essa temática seja abordada por meio das lógicas produzidas pelos seus agentes que, de forma variada, vivenciaram as ações educacionais desenvolvidas pelas escolas em questão. A partir desse ângulo, teremos a oportunidade de realizar um estudo que vai ao



encontro de uma tendência das Ciências Sociais na contemporaneidade, que justamente busca definir as instituições sociais a partir da ótica de seus agentes (DUBET, 1994).

O grupo de pesquisa criado recentemente, parte das premissas aqui explicitadas, justifica-se também, na preocupação de proporcionar a troca e a ampliação dos conhecimentos produzidos em âmbito acadêmico para além dos muros da faculdade, assumindo, com isto, a dimensão social e ética das pesquisas, na medida em que se posiciona e demonstra compromisso em relação ao tempo presente. (FONTANA, 1998)

De um ponto de vista mais amplo, a linha de tempo e a produção do vídeo tem como horizonte sensibilizar as novas gerações de educadores da Uneouro e de outras instituições do município para a importância da preservação da memória escolar.

A relevância deste projeto está em entender a memória não somente como um “reservatório de lembranças”, trazendo um entendimento de experiência do sujeito que (re)significa as coisas, (re)apresenta a realidade para si e para os outros. Concordamos com Ricoeur (2007) que a memória possibilita trazer tanto os dados mnemônicos, ausentes no presente, novamente à tona, quanto o ato de refletir, de se repensar em algo.

Frente a esta nova possibilidade, o projeto se propôs a perceber quais os olhares que as fontes arquivísticas apontavam sobre a história e criação das instituições escolares nas décadas de 1970-2013 em Ouro Preto do Oeste, Rondônia, tendo como objetivos:

1. Dar visibilidade às diferentes memórias em torno das escolas do município;
2. Discutir a preservação da memória histórica educacional do município;
3. Localizar e divulgar locais, materiais e fontes para o ensino/pesquisa;
4. Desenvolver nos participantes do projeto e no público alvo (alunos da Graduação e Pós Graduação e alunos e professores da rede pública de ensino) o sentimento de pertencimento e construção na/da sua história.
5. Produzir Linha de Tempo e Vídeo Documentário sobre as escolas da cidade de Ouro Preto do Oeste/RO.

### **Um pouco sobre o contexto histórico**

Dentre as políticas que se voltaram para a educação das crianças, temos a criação de grupos escolares, no início do século XX. “A civilização escolarizada, [...] viu a infância como



projeto e a escola como agência fundamental de transmissão cultural e reprodução de normas sociais.” (NUNES e CARVALHO, 2005, p. 22). É importante ressaltar que política é entendida aqui não apenas nas manifestações do poder político referido ao Estado e às formas de representação, mas também em dimensão ampliada, incorporando fenômenos externos ao aparelho estatal e às instituições políticas convencionais.

Consideramos que as ações, discursos, projetos, leis e medidas tomadas em prol da infância neste período, seja pelo poder público ou pela sociedade civil, eram dotados de significado para os atores políticos desse contexto e, portanto, se constituíam enquanto política. Acreditamos que este projeto nos apontará os reflexos que as instituições educacionais sofreram e produziram sobre estas políticas, o que permite uma maior inteligibilidade sobre como se configuraram as instituições escolares naquele período

A análise das práticas e representações dessas instituições que pretendiam oferecer educação à infância é de fundamental importância para compreendermos suas origens, finalidades e o público atendido por elas, destacando as instituições públicas, ainda que não descartemos a presença de outros atores nesse cenário, a saber: médicos, juristas, instituições religiosas, trazidas para o município através de católicos, protestantes, que tiveram grande representação nesse cenário político.

Dentre estas instituições, daremos destaque as escolas fundadas em 1970 (1); 1971(5); 1972(8) e 1974 (1) denominadas: Dr. João Café Filho, Constantino Gorayeb, Maria Luiza da Silva, Protásio Ind. da Silva, São Vicente, Tobias Barreto, 9 de Janeiro, 7 de abril, 22 de Abril, 5 de Maio, 24 de Maio, 25 de Agosto, 13 de Setembro, 12 de Outubro e João de Maia Gama por serem as primeiras instituições educativas da localidade que será o futuro município de Ouro Preto do Oeste.

Visto que nos apoiaremos na história das ideias, das práticas e das instituições que configuram este período, a fim de buscar subsídios para a hipótese deste projeto, a análise das fontes será indispensável.

Chartier (1990, p.17), aponta esta necessidade, conforme podemos perceber em sua afirmação: a história tem por principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Ressalvamos que a crítica que se faz aos documentos, ao analisarmos um texto produzido em outro momento histórico, permite-nos interrogar inicialmente sobre suas





condições de produção, circulação e recepção, que informam sua estrutura textual, de modo a sustentar as estratégias interpretativas.

Nas palavras de Gouvêa, (2007, p.22):

Embora nenhum documento possa ser tomado como expressão direta da realidade, os textos arquivísticos, em geral, constituíram-se como documentos que buscavam expressar determinada verdade ou produzi-la. Interpretar tais documentos significa analisar que, para além de sua objetividade, expressa em sua estrutura argumentativa, todo documento, ao mesmo tempo, revela, silencia, sinaliza, torna opacas outras expressões.

90

Este cuidado com a análise das fontes também é apresentado em Santos (2008), apud Oliveira (2011) para quem:

Todo o conjunto de fotografias coletadas circula através de diferentes formas e suportes. Levamos em conta os próprios propósitos da propaganda, na maioria das vezes, institucionalizada, e mais tarde os objetivos de se construir uma memória que ao valorizar alguns personagens (...) acabava excluindo outros sujeitos e constituindo uma identidade única para a cidade. Nossa hipótese era a de que sujeitos que não eram caracterizados neste processo como atuantes, visualizavam uma “outra” cidade a partir das fotos em seu pertencimento e/ou de seu ato interpretativo. (SANTOS, 2008, p.4)

Trata-se, portanto, de se fazer uma história interpretativa, recolhendo fontes arquivísticas que tratem das instituições escolares existentes naquele período e estabelecendo relações entre elas, a fim de se produzir uma inteligibilidade plausível para o período, segundo o recorte apontado, buscando discutir e valorizar a memória e a história destas instituições.

O desafio está em conseguir transpor toda esta dinâmica para a linguagem audiovisual, por meio de um vídeo didático. Entendemos esta produção como uma representação (entre as muitas possíveis) de uma realidade específica.<sup>1</sup>

A característica plural do vídeo abre uma enorme potencialidade a ser explorada nos estudos em educação e história, pois, conforme salienta Penafria (1998):

A noção histórica de documento visual abarca todas as imagens em movimento, incluindo as apresentadas num filme de ficção que, eventualmente, poderá ser tão útil ao historiador, ou a qualquer outro investigador, quanto um documentário. Os filmes de

<sup>1</sup>Outra importante referência nos modos de fazer documentário encontra-se em: BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 318 p.



ficção são, de igual modo, vestígios de: alguém, algo, algum tempo e/ou algum lugar; contêm neles a marca da época em que foram realizados e traduzem algo de historicamente verdadeiro dessa época. (PENAFRIA, 1998, apud OLIVEIRA 2012)

## Metodologia

O projeto quer enfatizar os aspectos da confecção da linha de tempo das escolas dos municípios, dos primeiros professores, e de criação do vídeo, desde a escolha do tema a ser abordado, pesquisa, produção, elaboração do roteiro, edição, criação de personagem e animação.

A primeira etapa do processo, começamos atualmente a realizar, a coleta de fontes nos arquivos da SEMECE, da CRE, e nas escolas de Ouro Preto do Oeste/RO, com a preocupação de compreender os sentidos das ausências e mesmo da guarda de determinados documentos como parte das disputas em torno da manutenção de determinadas memórias, em detrimento de outras, como discutido em Ricoeur (2007).

No auxílio teórico para tais análises sobre a escola, autores como Frago e Escolano (1998), Mogarro (2005), Magalhães (1996, 1999), Nóvoa (1991, 1992, 1995), proporcionam embasamento para a elaboração das perguntas feitas às fontes, sobretudo na preocupação com a memória escolar, com ênfase na história material e social das instituições educativas. Além disso, historiadores da educação tem se defrontado com a urgência de preservar acervos escolares e, nesta tarefa, se veem desafiados a enfrentar questões teóricas e práticas sobre a conservação de documentos, que se traduzem em diálogos com arquivistas e bibliotecários a respeito das técnicas de seleção, classificação e descarte.

Uma importante experiência de vídeo documentário que está inspirando este projeto foi: “Tantas histórias, tantas memórias: inventário sobre as centenárias instituições de ensino do Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Mignot, professora da UERJ, em 2009 e “Entre memórias e esquecimentos: história das instituições escolares de Juiz de Fora” coordenado pela Paloma Rezende de Oliveira e Marcio de Oliveira Guerra, 2012.

O levantamento das instituições, bem como os dados obtidos sobre as escolas, está sendo dado a partir da análise de documentos contidos nos arquivos da cidade. Serão utilizadas também informações de pesquisas já realizadas por estudiosos da área de História da Educação, Instituições Educativas e Formação de Professores.



A elaboração deste projeto seguirá as três fases da operação histórica denominadas por Ricoeur (2007, p.146-147), respectivamente: fase documental, fase explicativa/compreensiva e a fase representativa.

A fase documental, já iniciada, é “aquela que vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e que escolhe como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental”.

A fase explicativa/compreensiva é “aquela concernente aos múltiplos usos do conector “porque” em resposta à pergunta “por quê? Por que as coisas se passaram assim e não de outra maneira?” Esta fase, assim como a documental, não está restrita à elaboração do roteiro, visto que permeará desde a elaboração do roteiro até a edição e produção do vídeo.

A fase representativa, que neste projeto, especificamente, se dará através da apresentação, em forma audiovisual, do discurso levado ao conhecimento dos alunos sobre a história das instituições.

A organização e seleção das fontes pesquisadas teve início em maio de 2014. À medida que se pensou a configuração da Linha de Tempo e do vídeo, surgiu a necessidade de adicionar além de documentos arquivísticos e fotografias, narrativas de antigas/os professoras/es, ex-alunos e ex-funcionários das instituições escolares que se pretende apresentar, além de pesquisadores da área, a fim de trazer contribuições dos relatos e memórias destes personagens, sobre o período.

A produção do vídeo, que se dará após a pesquisa e a constituição de um roteiro, inclui a edição das imagens e textos. Entretanto, a animação e criação de personagens propostas no início do trabalho ainda não se encontram em fase de desenvolvimento.

Ao ser concluído, o vídeo será reproduzido em cópias e distribuído às escolas públicas e bibliotecas do município de Ouro Preto do Oeste/RO, a fim de ter seu conteúdo disseminado entre educandos e educadores da rede pública de ensino.

### **Alguns apontamentos sobre os resultados**

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento junto à Faculdade de Ouro Preto do Oeste, UNEOURO, onde foram realizadas reuniões com os professores coordenadores de cursos. A partir delas o projeto foi pensado em 4 etapas.



Na primeira etapa foi entregue o roteiro e apresentado o projeto e seus objetivos aos professores e alunos da Graduação e da Pós que fazem parte do grupo de pesquisa, e foi feito também o orçamento do trabalho de edição e produção audiovisual e respectivas cópias.

A segunda etapa consiste em distribuir atribuições aos envolvidos, ficando cada um responsável por coletar fontes sobre as das instituições escolares citadas.

Alguns ficaram responsáveis por levantar dados, fotografias e buscar fontes e contatos para complementar as informações do roteiro apresentado sobre as escolas.

Outros ficaram responsáveis por coletar informações complementares sobre as escolas. Fazer entrevistas com ex-alunos, antigos professores, para colher a história da instituição, sua antiga estrutura física e sobre os uniformes.

Um terceiro grupo ficou responsável pelos arquivos da SEMECE e CRE, um quarto grupo pela visita às escolas que ainda funcionam. Outros estão buscando as Leis, os Pareceres, Decretos e Portarias sobre a criação destas escolas.

Na terceira etapa, será a discussão e análise dos documentos levantados.

A quarta etapa, será de conclusão da Linha de Tempo e a produção do Vídeo. Edição, finalização e reprodução do vídeo, cujo término está previsto para 2015. Mas o projeto não termina aqui. É necessário ainda um trabalho nas escolas para onde serão direcionados os vídeos, no que diz respeito à formação do usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias de informação e comunicação, proposto por Bizoni (2008) apud Oliveira (2012), a qual nos alerta que neste cenário, surgem dúvidas sobre a forma como a instituição escolar vai responder a esse desafio, integrando as tecnologias de informação e comunicação ao seu cotidiano.

Pretendemos que esta investigação resulte em uma interpretação acerca das escolas primárias no município de Ouro Preto do Oeste, dos modos pelos quais os agentes escolares: docentes/professores – construíram a sua identidade profissional.

Portanto, os agentes - como indivíduo ou como categoria social - são aqui considerados como um grupo ou grupos representativos que poderiam expressar formas geracionais de ser professor. Nesse sentido, algumas questões permearão o trabalho de análise desses documentos:

. É possível identificar diferentes gerações de professores ao longo dos três períodos – 1970-1980 / 1981-1996 e 1997-2013?

. Especificamente, os docentes eram formados em que, e onde?



- . Quais seriam as especificidades de sua formação profissional?
- . Quais foram os dispositivos legais para a criação das escolas?
- . Quais eram as reivindicações referentes a educação no período estudado?
- . Como era a “cultura escolar” /culturas escolares nos espaços escolares estudados?

Temos um longo trabalho pela frente, mas o que já conseguimos nos impulsiona a continuar nesta trilha que nos mostra um belo panorama.

## Referências

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 318 p.

BIZONI, Alessandra Moura. *A análise da narrativa audiovisual como metodologia de mídia-educação*. Monografia do curso de Especialização em Educação PUC Rio, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: DIFEL, 1990, p.8-118.

DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: Edusc, 1998.

FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Augustin. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GOUVÊA, Maria Cristina. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidade e limites. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto (orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. In: SANFELICE, J. L. SAVIANI, D., e LOMBARDI, J. C. *História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: Autores Associados. p. 67-72, 1999.

\_\_\_\_\_. *Contributo para a História das Instituições Educativas – Entre a Memória e o Arquivo*. (Mimeografado) 1996.

MIGNOT, Ana Chrystina. Tantas histórias, tantas memórias: inventário sobre as centenárias instituições de ensino do Rio de Janeiro. UERJ, 2009.



MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. “A fotografia como documento: uma instigação à leitura”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. V. 6, n.1-2, (jan./dez.1993). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

MOGARRO, Maria João. Arquivos em Educação: a construção da memória educativa. In: *História da Educação*, Campinas, SP, n. 10, p. 76-99, jul/dez.2005.

NÓVOA, António (org.) – *Profissão Professores*. Porto: Porto Editora, 1991.

\_\_\_\_\_. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_. *Profissão Professores*. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 1995.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa da História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Paloma Rezende. *Entre memórias e esquecimentos: história das instituições escolares de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FAPEB/PJF/Produtora Ufif, 2012.

PENAFRIA, Manuela. “Unidade e Diversidade do Filme Documentário”, p. 07. Universidade da Beira Interior, 1998. Disponível em:

<<http://bocc.ubi.pt/pag/penafria-manuela-filme-doc.html>> Acesso em: março, 2014.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.

SANTOS, Reginaldo aparecido dos Santos. Cidade, memória e fotografia: um campo de possibilidades na sala de aula. Monografia. Unioeste, 2008.



## **MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS (XIX- 2007)**

LINO, Millany Machado

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte  
Fluminense (UENF)*  
*millanymachado@yahoo.com.br*

SOUZA, Suelen Ribeiro de

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte  
Fluminense (UENF)*  
*Suelenrs\_16@hotmail.com*

SILVA, Renata Maldonado da

*Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense (UENF)*  
*r.maldonado@globo.com*

96

### **RESUMO**

O presente artigo pretende discutir as principais legislações em prol da pessoa com deficiência na área da educação no Brasil, desde o surgimento das primeiras instituições no período imperial, até a proposta do Executivo Federal no âmbito da educação especial presente no Plano de Desenvolvimento da Educação, implementado em 2007. Trata-se de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. O objetivo dessa investigação será analisar, historicamente, como o Estado brasileiro vem contemplando os indivíduos portadores de alguma deficiência ao longo da sua legislação.

**Palavras chaves:** História da Legislação Brasileira na Educação Especial; Política Educacional; Portadores de necessidades especiais, Educação Inclusiva.

### **ABSTRACT**

This article discusses the main laws in favor of people with disabilities in education in Brazil, since the emergence of the first institutions in the imperial period, until the proposal of the Federal Executive under this special education in the Development Plan for Education, implemented in 2007. This is a survey that has been developed in the Graduate program in Social Policy at the State University of North Fluminense. The purpose of this research is to analyze historically as the Brazilian state comes contemplating individuals with disabilities throughout their legislation.

**Key words:** History of Brazilian Law on Special Education; Educational Policy; People with special needs, Inclusive Education.

### **Introdução**

Este trabalho tem o objetivo de traçar um breve histórico das políticas implementadas pelo estado brasileiro no âmbito da educação inclusiva, desde o surgimento das primeiras instituições voltadas para o atendimento dos indivíduos portadores de necessidades especiais





no país, no século XIX até a proposta do Executivo Federal no âmbito da educação especial presente no Plano de Desenvolvimento da Educação, implementado em 2007.

Busca-se, aqui, através das análises da legislação produzida sobre o tema, ressaltar os avanços e recuos das ações governamentais acerca do ensino para pessoas com necessidades especiais a partir de uma perspectiva histórica. O tema da inclusão é aqui compreendido como “[...] um vasto leque de estratégias, atividades e processos que procuram fazer do direito universal para a qualidade uma realidade importante e apropriada para a educação” (STUBBS, 2002, p.8).

No Brasil, como foi descrito na Resolução CNE/CEB nº 2/2011, no art. 3º, a Educação Especial é compreendida como uma modalidade da educação escolar,

[...] definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, P.1).

O ensino inclusivo parte de uma filosofia, que todos podem aprender e fazer parte do cotidiano escolar, social e comunitário. A trajetória da educação inclusiva na busca pela igualdade de direitos coaduna com as políticas sociais que visam conceder ao indivíduo a prerrogativa de usufruir de sua cidadania. Neste contexto, compreende-se por política social:

Uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. (MACHADO, 2014, p.1).

Afim de ampliar a compreensão do tema inclusão e sua utilização nos processos educativo, é mister conhecer o contexto em que a inclusão se faz presente. Este trabalho tem por objetivo contribuir para colocar em foco as questões relativas à inclusão educacional, destacando seu percurso desde a antiguidade, perpassando a conjuntura histórica e social em que se encontravam, com o intuito de destacar o momento em que esta se choca com a história brasileira.



### **Breve histórico da educação inclusiva no Brasil**

Muito se tem discutido sobre as Políticas Públicas de inclusão no Brasil, visando integrar a pessoa com deficiência no convívio da unidade escolar. É mister esmiuçar a trajetória da Educação especial, para assimilar sua posição de destaque nas políticas educacionais.

As primeiras iniciativas do processo de inclusão no Brasil ocorreram no período Imperial, com as ações de Dom Pedro II, que cria o Instituto para meninos cegos, 1854, influenciado pelo Ministro do Império que estava deslumbrado com a educação que um jovem cego proporcionou a filha do médico da família real. Em 1891, a Escola de Cegos passou a se chamar Instituto Bejamim Constant (IBC). Mas tarde foi criado o Instituto Imperial dos Surdos-mudos, 1857, que receberia o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no ano de 1957.

Dom Pedro II ainda contemplou a educação especial com o início do tratamento de deficientes mentais no Hospital psiquiátrico da Bahia, no ano de 1874. Lilian Litwinczuk (2011) menciona que ‘não se sabe exatamente se este estabelecimento ofertava serviços de assistência médica ou atendimento médico-pedagógico’.

No período que segue a Proclamação da República, 1889, a educação especial caminha paulatinamente para um desenvolvimento. As pessoas com deficiências mentais começam a receber maior atenção nos primeiros anos do novo regime. A história da educação ainda faz alusão a trabalhos publicados neste período sobre a clientela e as ações para aprimorar a assistência as pessoas com deficiências. Mendes (2010) faz menção a estes trabalhos. “Em 1900, durante o “4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia”, no Rio de Janeiro, Carlos Eiras apresentou sua monografia intitulada: “A educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas”.

A educação de pessoas com deficiência será influenciada nas décadas de 20 e 30 pelas reformas educacionais amparadas nas ideias do movimento escolanovista. Em 1926 é criado o Instituto Pestalozzi, entidade particular especializada no atendimento as pessoas com deficiência mental. Essas instituições, no decorrer dos anos, ganhariam outras unidades no



território brasileiro<sup>1</sup>. Neste cenário, Francisco Campos de Minas Gerais se destaca no empreendimento das reformas educacionais, englobando a educação para os portadores de necessidades, traz a Brasil a psicóloga russa Helena Antipoff com o objetivo de melhorar as bases educacionais.

Sobre a visita de Helena Antipoff, Mendes (2010) ressalta

Helena Antipoff (1892-1974), havia estudado psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, e no Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Seu trabalho inicial foi uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Helena Antipoff foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. (MENDES, 2010, p.96).

Helena Antipoff empreendeu ações no sentido de ampliar o leque da Educação especial, teve forte militância no movimento que culminou na criação em 1954 da Associação Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro. A década de 1950 presenciou um notável avanço nas classes e escolas especiais, suas repercussões foram dispares nos Estados brasileiros.

De todo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, é considerada o marco inicial legal da educação para deficientes, através dos artigos 88 e 89 ações sobre a educação de alunos excepcionais<sup>2</sup>, assim dispostos:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961).

É notório o avanço que a Lei de Diretrizes e Bases trouxe para a Educação Espacial no Brasil naquele momento, mas observa-se uma crescente subvenção de bolsas para as escolas particulares promoverem essa modalidade educacional. Nota-se neste período uma crescente ampliação da ação do setor privado, como assevera Miranda (2003) “houve uma expansão de

<sup>1</sup> Mendes (2010) assevera que a primeira Sociedade Pestalozzi, foi criada em Canoas no Rio Grande do Sul. A intervenção de Helena Antipoff, influenciou a criação de outros Institutos a nível Nacional, com o apoio de Francisco Campos, Secretário de Educação de Minas Gerais, que mais tarde se tornaria Ministro da Educação.

<sup>2</sup> Expressão que caracterizar os alunos com deficiência, tem sua primeira aparição com esses fins nesta lei (4.024/61).



instituições privadas de caráter filantrópico sem fins lucrativos, isentando assim o governo da obrigatoriedade de oferecer atendimento aos deficientes na rede pública de ensino”.

Ainda sobre este aspecto, Mendes (2010) menciona as parcerias criadas pelas instituições de cunho filantrópico e o Estado que lhes enviava recursos da Secretaria de Assistência ausentada cada vez mais a Secretaria de Educação de cumprir a responsabilidade na expansão do ensino público para pessoas com deficiência.

Em 1962, foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES), que realizou seu primeiro Congresso em 1963. De acordo com Mendes (2010), a década de setenta é o marco da institucionalização da educação especial no Brasil em razão do número de textos legislativos das associações, dos estabelecimentos e do envolvimento da instância pública nestas questões. Porém, acredita-se na existência de um campo de assistência filantrópica mais antigo, que provavelmente seria apoiado pelo setor público da assistência social, que inaugurou suas ações na década de quarenta com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e Legião Brasileira de Assistência (LBA), que mais tarde serão as responsáveis pelo financiamento das instituições privadas de assistência a deficiência.

Na década de 70, o Governo Federal criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), inaugurando a institucionalização da Educação especial enquanto política pública em termos de planejamento. No decorrer desses anos, a clientela cresceu e surgiu a necessidade de regulamentar as bases legais e técnico administrativa da educação especial. Em agosto de 1971 é promulgada a Lei 5.692/71, durante o período militar, em que reorganizava o ensino de primeiro e segundo graus, que, em seu Artigo 9º, contempla a educação especial definindo, sua clientela, expondo que,

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

A conjuntura brasileira no momento de articulação desta lei não permitia debates sobre as questões centrais da educação e a sociedade não participou no processo de formulação, por isso, não se observa grandes mudanças no que tange a educação especial. A educação especial recebeu a carga dos problemas ligados ao fracasso escolar evidenciados desde a década de 60 com a expansão das escolas públicas.



O I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-74) estabeleceu com uma de suas prioridades a educação especial e, em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), tornando-se o primeiro órgão Federal responsável pela educação especial.

A trajetória histórica referente às ações na área da educação em prol da pessoa com deficiência demonstra a dificuldade na efetivação de ações inclusivas. Um exemplo disso é que mesmo com a criação do CENESP, que administrava a educação especial no Brasil (ainda com ações isoladas do Estado), não havia uma política pública de acesso universal à educação, nem um atendimento que considerasse as particularidades dos alunos com deficiência (BRASIL, 2008).

Ao longo desta década algumas mudanças foram consideráveis para a evolução do ensino para os alunos especiais. No fim do mesmo período surge o primeiro curso de capacitação para os professores na área de educação especial a nível de terceiro grau, e os primeiros programas de pós-graduação.

Como descreve Silva (2014), os anos de 1980 foram de momentos de importantes encontros e congressos com o objetivo de repaginar a estrutura da educação especial. Em 1981, a ONU (Organizações das Nações Unidas) declara-o como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, tendo como lema a “Participação plena e a igualdade”. Contudo, no Brasil, a repercussão dos movimentos mostra outro panorama como assevera Mendes (2010),

Assim, no período da ditadura a instituição da educação especial vai se afirmando possivelmente como decorrência do “milagre econômico”, acompanhando a tendência da privatização, a concentração de renda e a pobreza<sup>3</sup>, e reforçando seu caráter assistencialista-filantrópico. (MENDES, 2010, p. 101).

Com o fim da ditadura militar, o Brasil assistiu uma abertura política e o início de novas mudanças no campo educacional a Cenesp, em 1985, é elevada a Secretaria de Educação Especial e é instituído um comitê para traçar as políticas de ação conjunta para o desenvolvimento da educação especial. Em 1986 é lançado o Plano Nacional de Ação Conjunta e instituído a Coordenadoria para a Integração da pessoa portadora de deficiência, exprimindo as ações administrativas Federais acerca da Educação Especial.

De todo modo, em 24 de outubro de 1989 foi promulgado a lei n° 7.853, que dispõe

<sup>3</sup> Mendes cita GASPARI, 2002.



Sobre às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Ressalta-se nessa lei a inclusão da Educação Especial no sistema educacional, que compreende a educação precoce, pré-escolar, primeiro e segundo graus, supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais.

Outro avanço no âmbito da legislação importante nesse mesmo período foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu artigo 205 estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ainda que o presente trabalho busque destacar as Leis educacionais voltadas para as pessoas com deficiência, e a CF 88 não tenha detalhado especificamente os portadores de necessidades especiais, sua menção é crucial em qualquer trabalho, já que a pessoa deficiente é acima de qualquer questão é um cidadão que possui direitos específicos, mas também comuns.

### **Políticas Públicas Sociais Para A Educação Especial: Breve Análise A Partir Da Declaração De Salamanca.**

Em um resgate bibliográfico na legislação brasileira, na área da educação especificamente, é possível observar que as principais leis voltadas para a pessoa com deficiência ocorreram na década de 1990. Inclusive, foi em 1994, que ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, em Salamanca, na Espanha, que implicou na Declaração de Salamanca que é uma referência internacional na área.

Apesar de pessoas com deficiência já estarem sendo inseridas na educação antes de sua realização, a Declaração de Salamanca buscou assegurar como parte integrante do sistema educacional a instrução de pessoas deficientes. Para Bueno (2008) um feito considerável foi o termo “inclusão escolar”, que foi rapidamente utilizado por outros autores, influenciando, sobretudo, as políticas públicas.





Contudo, o próprio Bueno (2008) critica a forma como a Declaração de Salamanca foi interpretada nos debates educacionais brasileiros, de modo acrítico e descontextualizado.

No desenrolar da década de 1990, período marcado pelas reformas educacionais na América Latina e em especial no Brasil, a Declaração de Salamanca foi um documento que deu subsídios para a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993), tendo o Brasil assumido compromissos com agendas internacionais.

Os documentos resultantes dessas conferências também influenciaram o Plano Decenal de Educação (previsto para vigorar de 1993 a 2003), que de acordo com Silva Júnior “é a expressão brasileira do movimento planetário orquestrado pela Unesco, Bird/Banco Mundial e assumido como orientador das políticas públicas para a educação [...]” (2002, p. 78).

Destaca, ainda, nesse mesmo período a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990. Seu artigo 54, inciso III, institui como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (ECA, 1990). Uma lei tão importante quanto a LDBEN, que reforça o direito a educação da pessoa com deficiência.

Com a Política Nacional de Educação Especial, criada em 1994, não houve um grande avanço no que tange a educação para a pessoa com deficiência, uma vez que condicionava o acesso dessas às classes comuns do ensino regular aos que conseguissem acompanhar as atividades do mesmo modo do demais, sem deficiência. Assim, acabava por manter a educação dos alunos com deficiência na educação especial.

Posteriormente, a educação escolar foi reorganizada em dois níveis, educação básica e educação superior, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN nº 9.394/96). A LDBEN em seu capítulo V trata da Educação Especial. Dentre algumas críticas que a lei recebeu, consta a referência do artigo 58

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida *preferencialmente* (*grifo nosso*) na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996).

Alguns autores consideraram que o “preferencialmente” não garantia o direito de acesso à escola (PLETSCH, 2010, p. 46). Entretanto,





Por outro lado, apesar da LDBEN não ter apresentado dispositivos quanto à estrutura e às políticas que assegurassem a inserção e a permanência desses alunos no ensino regular, os dispositivos da nova Lei relacionados à flexibilização das formas de organização curricular, ao acesso e à avaliação foram mudanças importantes. (PLETSH, 20010, p. 47).

Não se pode negar que a LDBEN contribuiu para a organização da educação no Brasil como um todo, embora o projeto final não tenha atendido às expectativas dos movimentos de educadoras e das forças mais progressistas da sociedade. E para as pessoas com deficiência foi uma importante ferramenta na garantia do acesso a educação como um direito.

A LDBEN (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 59 chama a responsabilidade dos sistemas de ensino para assegurar currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades dos alunos com deficiência. E com professores com a devida especialização para integrar esses alunos às classes comuns.

Esse mesmo artigo da LDBEN ainda assegura aos que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental devido à deficiência, a terminalidade específica, além de aceleração dos estudos aos superdotados. E como um avanço a mesma lei prevê aos jovens e adultos “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (1996, art. 37).

Em 1999 foi criada a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que inclui a educação especial como “modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;” (Art. 24, Inciso II, 1999).

Pletsch (2010) chama a atenção para que

[...] os documentos de 1994 e 1999 ainda estavam informados pelo movimento de integração. Tal movimento se baseava nos princípios de “Normalização” e “Integração” e pretendia possibilitar condições de vida mais normais para os sujeitos com deficiência. Em termos de escolarização, pregava-se a preparação prévia dos alunos com deficiência para sua entrada no ensino comum da rede regular [...] (PLETSCH, 2010, p.47).

Assim, os alunos com deficiência que não acompanhassem o andamento dos demais colegas não seriam inseridos no ensino comum, gerando inevitavelmente uma culpabilização nesse educando, e de certo modo, eximindo a responsabilidade da escola.



Contudo, a instituição das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) trouxe como avanço

d) serviços de apoio pedagógico especializado, realizado na classe comum, mediante atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis, como a língua de sinais e o Braille, e de outros profissionais como psicólogos e fonoaudiólogos, por exemplo; itinerância intra e interinstitucional e outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação; em salas de recursos, nas quais o professor de educação especial realiza a complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. (BRASIL, 2001, p.47-48).

105

Apesar da distância existente entre a criação dessa lei e sua efetivação na realidade escolar, o reconhecimento da importância do apoio pedagógico para os alunos com necessidades educacionais especiais, nas classes regulares de ensino, é um avanço para a pessoa com deficiência e a busca pela aprendizagem de qualidade.

E foi com a instituição dessa diretriz que o termo educação inclusiva foi oficializado, regulamentando a função da educação especial, e sua organização, na educação básica de ensino, bem como nas instituições escolares.

O artigo 2º ainda assegura que

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.69).

O mesmo documento ainda traz a ressalva de que a política inclusiva precisa de recursos financeiros devidamente garantidos. Isso, contudo, é um ponto de tensão no que se refere à efetivação de uma educação inclusiva com qualidade, pois a União deveria especificar os recursos orçamentários para essa modalidade de ensino.

A Implantação dos Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S no Distrito Federal e demais estados brasileiros, em 2005, reforça a garantia do acesso ao ensino na rede pública, com orientação aos familiares e formação aos professores.

Mas há outras legislações importantes como a nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, que inclui a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular obrigatória em curso de formação de professores para o magistério, em nível médio e superior.



Em 9 de janeiro de 2001 foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação, pela lei nº 10.172/01. É necessário destacar que se trata de um plano de Estado, e não de governo, com duração de dez anos, que chama a responsabilidade do Estado e da sociedade para a sua execução.

No mesmo ano, mas no dia 11 de setembro, resolução nº 2, o Conselho Nacional de Educação em seu artigo 12º

Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários. (BRASIL, 2001).

Essa resolução chama a responsabilidade para que os sistemas de ensino assegurem a acessibilidade arquitetônica dos ambientes escolares, um meio de atenuar a dificuldade física ao acesso escolar.

No ano de 2007 o Executivo federal implementou o Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado como uma ferramenta gerencial para o processo de planejamento estratégico no intuito de qualificar o ensino e a aprendizagem. Esse plano incluiu o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas.

A partir desse breve resgate histórico realizado é possível notar que as pessoas com deficiência possuem um aparato legislativo no Brasil de grande importância, mas não sendo algo suficiente quando as leis destoam da realidade. De todo modo, um dos passos iniciais para a realização de uma modificação na realidade é conhecer os direitos que se tem para que seja possível reivindicá-los.

### **Considerações finais**

Acredita-se que o acesso a uma educação de qualidade na rede regular de ensino, com apoio pedagógico, recursos financeiros garantidos e escolas organizadas para as pessoas com deficiência é uma busca de todos que lutam pelo respeito às diferenças. Entretanto, autores como Arruda, Kassar & Santos (2006) chamam a atenção para o fato de que na legislação educacional, sobretudo a partir da década de 1990, no contexto neoliberal, o setor público



vem se responsabilizando pelo atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. De acordo com Pletsch:

Entretanto, as mesmas autoras acima citadas consideram que ao mesmo tempo em que o Estado, no plano legal, avançou no reconhecimento dos portadores de necessidades especiais, vem adotando práticas de “desresponsabilização” no plano das políticas públicas, transferindo para o mercado ou para as instituições do chamado “terceiro setor” a responsabilidade pelo atendimento nessa modalidade de ensino. Apesar de haver um aparato legal para que os Estados assegurem a inclusão das pessoas com deficiência ao ensino regular, tal ação torna-se mais difícil com as constantes reduções dos investimentos públicos na educação básica. (PLETSCH, 2010, p.53).

107

E ainda que

Inúmeros autores, porém, sustentam que há necessidade de mais recursos para a educação de maneira geral, bem como para a inclusão de pessoa com necessidades educacionais especiais. Segundo essa visão, o percentual de 3,5% do PIB não apenas é insuficiente para as necessidades educacionais reais do país, como, frequentemente, sequer é cumprido. (PLETSCH, 2010, p.53).

Pletsch (2010), contudo, ressalta o âmbito econômico, em que a inclusão escolar nas classes regulares seria economicamente mais favorável ao Estado. Susan Peters (2003) realizou uma análise a pedido do Banco Mundial, que demonstra a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares como algo eficaz financeiramente. O Banco Mundial já demonstrava sua preocupação financeira com a deficiência no relatório “Deficiência e desenvolvimento”, elaborado no ano de 2000.

Esse relatório, elaborado por Robert Metts (2000), indica que a não participação das pessoas com deficiência na economia levaria a uma perda de 1,71 trilhões a 2,23 trilhões de dólares anualmente (METTS, 2000).

Arruda, Kassar e Santos (2006) relatam que o relatório de Planejamento da Educação Especial no Brasil de 1973 demonstrava um custo elevado para o atendimento especializado, sendo um problema no financiamento da educação especial, ainda que o retorno desse aluno com deficiência seja grande tanto no setor econômico quanto no social.

Ferreira & Ferreira (2004) salientam que

Pela égide da racionalidade neoliberal como a busca de maior eficiência na educação, menor custo e maior acesso, constitui-se uma realidade em que podemos ver as questões específicas do campo da deficiência serem



secundarizadas, na perspectiva de uma escola para todos, e a educação a que as pessoas com deficiência tem direito ser reduzida ao acesso e permanência garantidos na sala de aula do ensino regular, sendo suficiente. (FERREIRA; FERREIRA, 2004, p.32-33).

É evidente que uma educação reducionista ao acesso não é o bastante para nenhum aluno. Fontes (2007) também alerta quanto uma política de educação inclusiva de redução de gastos. Um ensino que garanta apoio pedagógico, intérprete de libras, ferramentas tecnológicas, e demais recursos para as pessoas com deficiência são imprescindíveis. Porém, de acordo com Garcia (2004) as escolas não recebem financeiramente para tanto, precisando de pessoas da comunidade, por exemplo, que arquem com o custo.

Portanto, parafraseando Kuenzer (2002), as políticas voltadas para os indivíduos portadores de necessidades especiais vêm sendo uma inclusão excludente. Por mais que existam estratégias de inclusão, nas diferentes modalidades de ensino e no âmbito legal, ao priorizar a racionalidade econômica e o Estado brasileiro, em associação com as orientações dos organismos multilaterais de financiamento, não possibilita que os alunos portadores de necessidades especiais sejam efetivamente inseridos na sociedade.

## Referências

BRASIL. *Constituição federal Brasileira*. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1998. In: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.094, 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. 2007. In: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em 20 de maio de 2014.



\_\_\_\_\_. *Decreto n° 7.612, 17 de novembro de 2011*. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. 2011. In: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm). Acesso em 20 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n°4024/61)*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. In: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 15 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 5692/71 de 11 de Agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2ª graus, e dá outras providências. 1971. In: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 15 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 7.853*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. In: Diário Oficial. 1989.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n°9394/96)*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. In: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 8069*. Estatuto da criança e do adolescente. Niterói, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 20 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (Lei n° 10.172/01). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2000. IN: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 20 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. *Portaria n. 1795, de 27 de dezembro de 1994*. Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 1994.





\_\_\_\_\_. *Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001*. Que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação/SEESP, Brasília, 11 de setembro de 2001.

*DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994)*. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. In: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em julho de 2014.

*DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (1993)*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acessado em julho de 2014.

ARRUDA, E. E. de; KASSAR, M. de C. de M; SANTOS, M. M. Educação especial: o custo do atendimento de uma pessoa com necessidades especiais em instituições públicas Estatal e não estatal, em MS, 2004. In: NERES, C. C.; LANCILLOTTI, S. S. P. (org.), *Educação Especial em foco: questões contemporâneas (série Educação em perspectiva)*. Campo Grande/MS: Editora Uniderp, 2006. Páginas: 11-35.

BATALHA, Denise Valduga. Um breve passeio pela Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva brasileira. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO \_ EDUCERE/ III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. 2009, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <file:///C:/Users/S%C3%BAh/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3oinclusiva.pdf>. Acesso em Junho de 2014.

BRASIL. *Plano decenal de Educação para todos, 1993-2003*. Edição escolar. Brasília: MEC/UNESCO, 1993

BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. dos (org.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Brasília: Editora Junqueira/Martin, 2008. Páginas 110-160.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na Educação Básica. In: *Cadernos de Pesquisa (online)*, v. 35, n. 124. Minas Gerais, p. 11-32, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>. Acesso em junho de 2014.

FERREIRA, M. C. C. & FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R. & LAPLANE, A. L. F. de (Org.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2004.

FONTES, R. de S. *O desafio da Educação Inclusiva no município de Niterói: das propostas oficiais às experiências em sala de aula*. 2007. 160 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: [http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/RejaneFontes\\_Tese\\_2007.pdf](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/RejaneFontes_Tese_2007.pdf). Acesso em maio de 2014.





GARCIA, R. M. C. *Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 227 páginas 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87561/202904.pdf?sequence=1>.

Acesso em: Maio de 2014.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, J.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002.

LITWINCZUK, Lilian. *Educação Especial Inclusiva no Brasil: Trajetória Histórica*. Monografia apresentada para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus Regional de Cianorte, 2011. Disponível em: [http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/lilian\\_litwinczuk.pdf](http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/lilian_litwinczuk.pdf). Acesso em julho de 2014.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Obikawa. *Política e Política Social*. 2014. O presente artigo constitui-se em resultado parcial da Pesquisa: Delimitação legal do preço da força de trabalho – Brasil, 1988/1998; financiada pela CPG/Uel. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n1\\_politica.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm). Acesso em Julho de 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. In: *Revista Educación y Pedagogía*, vol. 22, núm. 57. São Paulo: mayo-agosto, 2010. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041>. Acesso em junho de 2014.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: *Revista Brasileira de Educação*, Autores Associados, set./dez.v11, n° 33, Rio de Janeiro, p. 406 – 423, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300003). Acesso em julho de 2014;

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. *História, Deficiência e Educação Especial*. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf). Acesso maio de 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa. R. T. (org). *Política e Trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. *Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual*. 2014. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447\\_408.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf). Acesso em junho de 2014.



SILVA, Larissa Maciel Gonçalves. *Educação Especial e Inclusão escolar sob a Perspectiva Legal*. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/S%C3%BAh/Downloads/BP05.pdf>. Acesso em junho de 2014.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

STUBBS, Sue. *Educação Inclusiva: Onde existem poucos recursos*. Traduzido do inglês por Ana Gigante (giganteana@gmail.com), aluna do Curso de Tradução e Interpretação Multimídia - Universidade do Algarve. Revisão da trad. Manchester: Editora The Atlas Alliance, 2008. Disponível em: [http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_68.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_68.pdf). Acesso em julho de 2014.



## TEATRO COLABORATIVO NA ESCOLA PÚBLICA

WERNECK, Silvia

*Estudante de Mestrado do programa de Pós - Graduação da Unirio.*

*silwerneck@yahoo.com.br*

### RESUMO

O teatro é importante para a educação porque ele trabalha com atitudes instintivas e impulsivas, com a criatividade e o relacionamento com o mundo exterior, e isso é a raiz de toda a atividade educacional. O que vemos atualmente ainda é o teatro na escola condicionado para uma única finalidade, as apresentações. Dessa maneira, esquecemos e atropelamos um dos pontos fundamentais nesse fazer, que é o processo. O produto final não pode ser mais importante do que o que se vivência na sala de aula. É preciso inserir os alunos/atores em um processo de criação. No processo do Teatro Colaborativo, o aluno será esse artista capaz de mostrar o que de fato o atinge, o provoca e o torna parte importante desta sociedade. O trabalho se tornará mais rico, pois será a realidade deles discutida no palco, construindo assim uma colcha de retalhos que irá se tecer em um processo de criação.

**Palavra - Chave:** Teatro Colaborativo. Educação. Experiência. Jogo. Processo.

### ABSTRACT

The theater is important for education because it works with instinctive and impulsive actions, with the creativity and the relationship with the outside world, and this is the root of all educational activity. What we see today is still in the school theater conditioning for a single purpose, presentations. Thus, we forget and we ran down one of the fundamental points that do, that is the process. The final product can't be more important than what you experience in the classroom. You must enter students / actors in a process of creation. In the Collaborative Process Theatre, students will be able to show this artist what actually hits the causes and makes it an important part of this society. The work will become richer because their reality will be discussed on the stage, thus constructing a quilt that will weave in a process of creation.

**Word - Key:** Collaborative Theatre. Education. Experience. Game. Process.

A principal característica do processo do Teatro Colaborativo é a da construção do texto do espetáculo ao longo da montagem. Sendo esse mesmo texto fruto de uma criação coletiva, uma dramaturgia de grupo.

Todos os integrantes: atores, figurinistas, cenógrafos, sonoplastas e diretores, deixam de ter seu “papel” fixo na montagem de um espetáculo e passam a co-autores do texto, na condição de criadores.

Ele vem de encontro com o fazer convencional de teatro ao que nós, professores de teatro do município do Rio de Janeiro, estamos acostumados a trabalhar em sala de aula.



PEDAGOGIA TEATRAL	
TEATRO CONVENCIONAL	TEATRO COLABORATIVO
Preocupação com o produto final	Preocupação com o processo
Elitista e burguesa	Acessível e democrático
Drama/ação/imitação	Processo de Criação
O poder do professor	Trabalho sem hierarquias
Temas distante da realidade dos alunos	Temas ligados a realidade dos alunos
Experiência transmitida	Experiência partilhada
Idéias preconcebidas	Criação

A disciplina de Teatro na escola possui sempre a cobrança por parte dos outros colegas de profissão, direção e até dos alunos, por montagem de espetáculos. No teatro colaborativo esse não será o objetivo principal. O processo é muito mais rico e valorizado porque representará aquele grupo, através de investigações feitas por aquele coletivo. As resoluções não pertencem unicamente ao Professor. Não existe uma hierarquia. A individualidade e a experiência do aluno passam a ser respeitada, criando autonomia necessária para seu crescimento enquanto aluno e cidadão.

Precisamos de um Teatro com qualidade nas escolas públicas. E o que temos? Uma pedagogia estagnada. Nesse novo tempo em que nos encontramos não nos cabe como professores, ensinar nossos alunos a se limitarem a serem simples reprodutores de códigos e convenções teatrais e a construção de montagens de espetáculos, o famoso “teatrinho” que as crianças fazem para mostrar aos pais e colegas em comemorações cívicas. Esse não é o objetivo principal de nossas aulas.

Para fugirmos dessa paralisia, de aulas convencionais e acomodadas a métodos passados que não atendem mais o aluno do nosso tempo, e nos colocarmos de volta ao nosso real lugar na escola, que são aulas de teatro que revelam e transformam alunos e professores, mantendo-nos em alerta e com visão crítica, precisamos revisar o passado, entender o presente, para planejar o futuro.

Como levar o teatro contemporâneo para dentro da sala de aula de uma escola pública, fugindo do modelo de se fazer teatro convencional?



Na Educação Ocidental, nunca tivemos o ensino das Artes como algo de fundamental importância. O que nos faz pensar que educação e Arte são coisas completamente distintas. Antagônicas. E de que não existe nenhuma relação entre as duas. Sempre colocada como uma atividade supérflua, um acessório cultural, a educação nas artes se afastava de um contato popular.

Este aspecto, aliás, está implícito no Decreto de 1816, com o qual D. João VI criou o ensino artístico no Brasil, ao determinar a fundação no Rio de Janeiro de uma Escola de Ciências, Artes e Ofícios para que nela se:

Promova e difunda a instrução e conhecimento indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos de administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, mormente neste continente, cuja extensão não tendo ainda o devido e correspondente número de braços indispensáveis ao aproveitamento do terreno, precisa de grandes *socorros da estética* para aproveitar os produtos cujo valor e preciosidades podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos. (BARBOSA, 2012, p.20).

O Texto acima caracteriza a Arte como um acessório, um instrumento para modernização de outros setores e não como uma atividade com importância em si mesma.

As atividades de teatro parecem ser apenas reconhecidas quando fazem parte das festividades escolares vinculadas à celebração de datas e ao encerramento de período letivo.

A falta de interesse e valorização do Teatro na escola vai de encontro ao uso da pedagogia tradicional, ainda bastante difundida e utilizada aqui no Brasil. Ela atravessou séculos, foi utilizada por jesuítas e é uma construção filosófica forte e coerente.

“A pedagogia tradicional não oferece espaços para a arte (...). Até quando controlado por normas, a arte dirige-se à sensibilidade e, logo, é cúmplice com o corpo, suspeita, perigosa. Quando a escola aceitou, por fim, conceder um espaço para o corpo, não foi em benefício da Arte, mas de uma Educação Física normatizada: ginástica, com tendências militares e higienistas; no máximo, esporte, que é também uma escola de disciplina.” (CHARLOT, 2013, p.26)

Nas aulas de arte das escolas brasileiras, a tendência tradicional está presente desde o século XIX, quando o predomínio era da teoria estética mimética. Ou seja, ligada às cópias e com modelos para os alunos imitarem.



No fim do século XIX e no início do século XX, desenvolveram-se e organizaram-se correntes de Pedagogia “Nova”, “Ativa”, “Moderna”. Todas fundamentadas em uma visão da criança, deixando-a se exprimir, criando espaço para sua voz, espaço e opiniões.

O papel do teatro na educação escolar passou a ser destacado só a partir da difusão das idéias de uma educação "pedocêntrica" inspirada no pensamento filosófico e educacional de Jean-Jacques Rousseau. A pedagogia original de Rousseau enfatizava a atividade da criança no processo educativo e defendia a importância do jogo como fonte de aprendizado. Suas idéias encontraram um terreno fértil no movimento Educação Ativa, liderado originalmente pelo professor norte-americano John Dewey (1859-1952).

A partir do início do século XX, a repercussão do movimento por uma educação ativa foi intensa em muitos países e, no Brasil, ele passou a ser conhecido como Escola Nova. Sabe-se que um dos principais divulgadores e defensores do escolanovismo no país foi o educador baiano Anísio Teixeira – que entrara em contato com as idéias de John Dewey na Universidade de Columbia entre os anos de 1927 e 1929.

Os seguidores do filósofo americano John Dewey procuram aprofundar suas idéias, partindo de assuntos de interesse e pertinentes ao aluno, para assim desenvolver as experiências cognitivas, num “aprender fazendo”.

É aos poucos que a Pedagogia Nova ganha terreno e vem tentando enfraquecer a legitimidade da Pedagogia Tradicional. Essa mudança vem ocorrendo pelo processo de globalização que o mundo vive hoje. A idéia do progresso. Pensar no futuro e no progresso é pensar em nossas crianças. Hoje, em um mundo permeado por inovações técnicas, países como o Brasil saindo da pobreza em uma crescente economia internacional, passa-se a exigir uma formação multilateral, adultos que saibam lidar com sua inteligência emocional, sinalizando a valorização do teatro e das artes na escolarização dos sujeitos

Percebe-se hoje o teatro como um importante meio de expressão e comunicação que articula aspectos plásticos, audiovisuais, musicais e linguísticos. Hoje, o teatro é reconhecido como forma de conhecimento útil na compreensão crítica da realidade humana culturalmente determinada.

Mas, mesmo com avanços e exigências do mundo moderno, a Pedagogia tradicional continua dominante por ser uma pedagogia da ordem, do poder do professor, do adulto, das autoridades instituídas. Pois numa rede pública o que vemos é uma



hierarquia autoritária, a carência de espaços adequados para se trabalhar qualquer modalidade de artes, as classes abarrotadas de alunos, instalações precárias e a má remuneração do professor.

Além de um professor dividido em sua prática pedagógica: De um lado ele possui práticas tradicionais para sobreviver na escola dada às condições, mas com um discurso construtivista.

“Em nosso sistema educacional, a maior ênfase incide sobre a aprendizagem da informação dos fatos. Em grande escala, a aprovação ou reprovação num exame ou curso, a passagem de ano ou mesmo a permanência na escola dependem do domínio ou da memorização de certos fragmentos de informação os quais já são conhecidos do professor. (...) O mais perturbador é que a capacidade para repetir fragmentos de informação pode ter muito pouca relação com o membro cooperante e bem-ajustado à sociedade que pensávamos estar produzindo. (...) Sabemos muito bem que a aprendizagem e a memorização dos fatos, a menos que sejam exercidas por um espírito livre e flexível, não beneficiarão o indivíduo nem a sociedade” (LOWENFELD, 1977, apud FERRAZ; FUSARI, 2010, p.35)

A escola resiste, mas ela precisa e está começando a entender que educação e arte são duas formas de construir o ser humano.

Não se pode abrir as portas da escola para o ensino do Teatro apenas focado na sua história, porque, mesmo tendo a sua importância, não é fazer arte. É preciso trabalhar a ideologia da espontaneidade e criatividade. Com o corpo e a sensibilidade.

Hoje, a atividade teatral reúne uma quantidade expressiva de finalidades, cuja combinação aponta para o desenvolvimento global do indivíduo. Entre outros aspectos, compreende-se a atividade teatral na escola como um exercício de convivência democrática. Faz-se necessário ampliar as perspectivas para além do fazer artístico, criando caminhos para se trabalhar a fruição da imaginação, de idéias, conhecimentos e sentimentos, reflexão sobre a própria história, sobre seu papel no mundo e na sociedade em que está inserido e produção de trabalhos individuais e coletivos.

No decorrer do século XIX, múltiplas correntes pretendem definir o que deve ser o verdadeiro teatro: Romantismo, Naturalismo, Simbolismo etc. Contudo, elas ainda participam da idéia aristotélica de que teatro é, antes de tudo, um texto escrito por um autor.





A ruptura fundamental que muda a própria definição do teatro ocorre quando se considera que o teatro é, antes de tudo, encenação e não texto. A importância do texto no teatro caiu para segundo plano e a tríade “ator, texto e público” se configura de outro modo nos finais do século XIX.

“A luta contra a dominação do texto escrito, isto é, da literatura, no teatro da Europa ocidental, é teorizada no começo do século XX por Edward Gordon Craig, que imagina o teatro do futuro, e por Vsevolod Meyerhold que o realiza, ou melhor, baliza-o. De acordo com eles, o encenador moderno, que, para Craig, será o “artista de teatro” e, para Meyerhold, “o autor do espetáculo”, não é apenas aquele que dirige, organiza, reúne, orquestra os elementos, os objetos e os atores, como o ensaiador de outrora, mas, em primeiro lugar, aquele que passa o escrito pelo fio da espada do olhar e depreende da peça a ser representada uma visão ao mesmo tempo precisa e sugestiva” (PICON-VALLIN, 2013, p.107)

Temos Antoine na França e Stanislavski na Rússia que introduzem objetos reais no cenário, novas técnicas de iluminação e efeitos sonoros. Craig no início do século XX e Artaud nos anos 1930 sonham com um teatro definido pelo gesto e pelo movimento. Segundo Craig o artista do futuro iria compor sua obra de arte com o movimento, o cenário e a voz. Já Meyerhold, em 1914, faz do ator o centro de sua pesquisa:

“Se retirarmos do teatro a palavra, o figurino, a ribalta, as coxias e o edifício teatral, enquanto restarem o ator e seus movimentos cheios de maestria, o teatro continua a ser teatro” (PICON-VALLIN, 2013, p.33)

E esse é um dos aspectos que definem o teatro pós – dramático ou o teatro contemporâneo: a perda do texto. Como colocado por Lehmann, o texto se reduz, no teatro pós – dramático, à condução de um elemento não privilegiado, ou seja, de um elemento que será utilizado no processo criativo, como um material entre outros.

“Lehmann chama de teatro pós- dramático, referindo-se, entre outras coisas, à autonomia radical da linguagem cênica contemporânea, que usa o texto apenas como material de composição.” (FERNANDES, 2010, p.110)

Uma característica do teatro contemporâneo é que os textos não são criados separadamente do restante, e sim, *no palco*. Tudo se desenvolve no palco ao longo dos processos. Ryngaert, em seu livro “Ler o teatro contemporâneo”, aborda o status do texto na representação:



“Trata-se exatamente do *status* do texto no espetáculo. A tradição lhe concedia um lugar exorbitante, o primordial, às vezes em detrimento dos outros meios de expressão cênica. O pensamento moderno (...) refunde o texto em um conjunto significativo no qual o processo sensível da encenação ocupa amplamente o espaço.” (RYNGAERT, 1998, p.63)

O processo colaborativo provém da chamada criação coletiva, que ganhou destaque na década de 70, onde todos os integrantes traziam propostas cênicas, escreviam e improvisavam. Todos pensavam coletivamente a construção do espetáculo.

Mas a informalidade do processo criou problemas. Não havia prazos e o trabalho parecia girar em torno do experimentar por experimentar.

Nos anos 80, a criação coletiva perde suas forças. Quando não conseguiam criar seu próprio texto, apoderavam-se da dramaturgia de autores clássicos ou contemporâneos para seu processo de criação, cortando e adaptando cenas. Surgiram bons resultados, mas o processo de criação coletiva continuava ali, sem uma solução aos problemas que sua inexistência de método apresentava.

O que conhecemos como Teatro Colaborativo tomou forma nos anos 90. Como exemplos temos o teatro da vertigem de São Paulo, tendo à sua frente o diretor Antônio Araújo e a Escola Livre de teatro de Santo André com criadores como Thiche Vianna, Cacá Carvalho, Antonio Araújo, Luis Fernando Ramos, Luís Alberto de Abreu, Francisco Medeiros e outros...

Segundo o Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos, processo colaborativo é:

“Processo contemporâneo de criação teatral, “com raízes na criação coletiva”, teve também clara influência da chamada “década dos encenadores” no Brasil (década de 1980) (...) Todos os criadores envolvidos colocam experiência, conhecimento e talento a serviço da construção do espetáculo, de tal forma que se tornam imprecisos os limites e o alcance da atuação de cada um deles, estando a relação criativa baseada em múltiplas interferências.” ( GUINSBURG; FARIA; LIMA; 2009, p. 279)

O teatro colaborativo tendo suas raízes na árvore do teatro pós – dramático, possui uma pedagogia rica para se trabalhar em sala de aula, pois a marca fundamental dessa proposta é a concepção do teatro como pesquisa coletiva, falando da realidade do nosso



tempo, o que nos aflige no momento, sendo assim, um teatro político. Tendo como, entre outras funções, democratizar a arte.

E qual seria o critério que afere ao teatro a categoria de politizado, apolítico, despolitizado ou engajado?

Segundo Lehmann, a característica de um encenador pós – dramático é a escolha de espaços públicos para a realização dos espetáculos, e o mesmo observamos sobre as encenações do teatro da vertigem onde fizeram de igrejas e antigos presídios, cenários de suas peças, potencializando a sua temática.

“Uma grande parte do teatro do século XX pretende ser instrumento de crítica social (Brecht, The Living Theater, The Bread and Puppet Theater, Boal etc.) Aliás, às vezes ele vai à usina ou sai à rua. Entretanto, esse teatro político adota certas feições da contemporaneidade. Assim, o teatro “épico” de Brecht desiste da ilusão “dramática” e apresenta-se claramente como sendo teatro: o espectador vê a estrutura técnica, os atores que se maquiagem. Para produzir nele um efeito de distanciamento crítico, o teatro épico desiste da narrativa linear, do encadeamento cronológico das cenas, da identificação com as personagens, da catarse aristotélica das emoções, de tudo quanto leva o espectador a ser preso na hipnose dramática. O teatro não é mais o duplo do mundo, é um dispositivo que o desvenda.” (CHARLOT, 2013, p.41)

Enquanto o teatro dramático, ainda muito difundido nas escolas, tem como modelo de criação uma ilusão, representação de um “cosmos fictício” e o desenvolvimento de fábulas, o teatro pós – dramático se insere na dinâmica da transgressão e abre perspectiva para além do drama. Indo de encontro com o momento do nosso aluno: de crescimento, de descobertas do início da adolescência.

Precisamos levar o teatro colaborativo, já reconhecido no teatro profissional, para dentro da escola, levando processos de aprendizagem sintonizados com o caráter pós – dramático.

A realidade do novo teatro começa com o desaparecimento do triângulo drama/ação/imitação. E a montagem do espetáculo, com o texto sendo o elemento mais importante, não é mais o objetivo principal. É preciso inserir os alunos/atores em um processo criação. E o teatro colaborativo nos abre esse caminho:

Tal dinâmica se fôssemos defini-la sucintamente, constitui-se numa metodologia de criação em que todos os integrantes, a partir de suas funções artísticas específicas, têm igual espaço propositivo,



trabalhando sem hierarquias – ou com hierarquias móveis, a depender do momento do processo – e produzindo uma obra cuja autoria é compartilhada por todos (ARAÚJO, 2002, p.127)

O conceito criado por Brecht em 1920 da peça didática é a raiz do teatro colaborativo. Na peça didática quem aprende é quem joga e participa. Brecht torna-se assim um grande estimulador do teatro pós-dramático.

“Nas demonstrações públicas com a peça didática, Brecht não está preocupado com o espetáculo teatral, com a comunicação entre palco e platéia. “A peça didática ensina quando nela atuamos. Em princípio não há necessidade de platéia, embora ela possa ser utilizada.” (Brecht in, KOUDELA, 1991, p.40)

Segundo nos traz Lehmann nas suas definições do pós – dramático é através da vivência da cena que o artista terá autonomia para criar e poderá se desprender dos grilhões que o texto dramático possuiu. Na linguagem cênica contemporânea, o texto passa para uma função secundária, tornando-se apenas material de composição. Vejamos:

No teatro pós-dramático, o que se observa é “mais presença que representação, mais experiência partilhada do que experiência transmitida, mais processo do que resultado, mas manifestação do que significação, mais impulsão de energia do que informação”. (PUPO, 2010, p.224)

A idéia é trabalhar a autonomia e criatividade desse aluno liberando todo o seu potencial. A vida dele fornece um material rico como recurso, que pode e deve ser investigado. É a experiência do aluno que vai levá-lo a um crescimento, modificando assim o meio e o meio o modificando. Tanto recursos internos, emocionais, como recursos externos que surgirá da interação entre os alunos, do espaço e das circunstâncias que irão surgir. Através de texto, imagens, músicas, jogos ele se colocará e se tornará protagonista de sua própria história.

Em seu livro “Teatro do oprimido e outras poéticas políticas” Boal nos diz que o dever do artista não é o de mostrar como são as coisas verdadeiras e sim o de mostrar como verdadeiramente são as coisas.

Nosso aluno será esse artista capaz de mostrar o que de fato o atinge, o provoca e o torna parte importante desta sociedade. Boal ainda faz dois questionamentos: “Como fazê-lo?” “E para quem fazê-lo?” E deixa a cargo de Brecht a explicação:



Nós, filhos de uma época científica, temos que assumir uma posição crítica diante do mundo. Diante de um rio, nossa atitude crítica consiste no seu aproveitamento; diante de uma árvore frutífera, em enxertá-la; diante do movimento, nossa atitude crítica consiste em construir veículos e aviões; diante da sociedade, em fazer a revolução. Nossas representações da vida social devem estar destinadas aos técnicos fluviais, aos cuidadores das arvores, aos construtores de veículos e aos revolucionários. Nós os convidamos para que venham aos nossos teatros e lhes pedimos que não se esqueçam de suas ocupações (alegres ocupações), para que nos seja possível entregar o mundo e nossa visão do mundo às suas mentes e aos seus corações, para que eles modifiquem o mundo ao seu critério. (BOAL, 2012, p.170)

No processo de Teatro Colaborativo, nosso aluno terá de se confrontar a todo o momento, objetivamente ou subjetivamente com essas questões: “Como eu me movimento? Quais são meus códigos? O que é cultura? Nos ombros de quem estamos apoiados?”, para que se construa algo com identidade, algo que faça parte da realidade em que vivem. Pois o aluno precisa e deve se conhecer, saber suas raízes, se valorizar e possuir auto-estima.

Afinal, ele não apenas criará o texto a ser encenado, mas participará de todas as etapas de criação de um espetáculo. Será um teatro de dramaturgia coletiva, de encenação coletiva, de criação de cenário, luz e figurinos realizada conjuntamente por todos os integrantes do grupo. Vejamos:

A história não é preestabelecida pelos atores no início; é, ao contrário, descoberta pelo grupo através dos ensaios. No colaborativo, o foco de criação não está em idéias preconcebidas ou em uma dramaturgia escrita já existente, mas na criação, por parte do grupo de atores, de um espetáculo a partir de suas próprias experiências. O processo colaborativo é relativo a criar um espetáculo através de improvisação, desconsiderando a tradição de supremacia do texto e a de narrativa linear de causa e efeito. (DUNDJEROVICÉ, 2007, p.155)

No processo colaborativo a autoria é compartilhada por todos. Apesar disso, a figura do professor continua a ser fundamental e importante em todo o processo. Ele assumirá várias funções, como a de encenador e dramaturgo. E seu trabalho terá ainda importância maior, porque o material com o qual irá trabalhar é muito mais rico e desafiador do que um texto ou situações que não fazem parte do contexto social dos envolvidos. É ele quem tem condições de perceber falhas e lacunas, e redimi-las. No processo colaborativo, o professor é um dos principais responsáveis pela seleção do



material. Ele deve participar das resoluções artísticas, mas sem sufocar as criações dos participantes.

Num processo de criação partilhada não há muito espaço para “minha cena”, “meu texto”, “minha idéia”. Tudo é jogado numa arena comum e examinado, confrontado e debatido até o estabelecimento de um “acordo” entre os criadores. É claro que esse acordo não significa reduzir a criação ao senso comum, nem transformar o vigor da criação artística num acordo de cavalheiros. É um acordo tenso, precário, sujeito, muitas vezes, a constantes reavaliações durante o percurso. Confrontação (de idéias e material criativo) e acordo são pedras angulares no processo colaborativo. (ABREU, 2004, p. 3)

Fazer teatro colaborativo é um risco. Ainda mais em uma escola pública, onde sabemos de seus limites e precariedades. Mas ao mesmo tempo é nessa atmosfera de riscos, limites e precariedades que vemos brotar algo novo, criativo e que chega a dialogar com o próximo. Bogart em seu livro, “A preparação do Diretor”, aborda a questão da criação no limite e na corda bamba e da necessidade da violência no ato criativo.

Articular-se diante das limitações: é aí que a violência se instala. Esse ato de violência necessária, que de início parece limitar a liberdade e diminuir as opções, por sua vez traz muitas alternativas e exige do ator uma noção de liberdade mais profunda. (BOGART, 2011, P.53)

A ideia de um teatro colaborativo levado para a sala de aula de uma escola pública é essa: aceitar o risco e trabalhar sempre sobre limite, sobre pressão. Pressão de acertar, pressão do tempo que está se esgotando, pressão do seu enquadramento diante do espaço que irá acontecer a apresentação, pressão da falta de um espaço para a apresentação... É trabalhar. É aventurar-se.

Dar autoridade aos alunos, tornando-os maduros é estar interessado naquilo em que eles estão interessados e em quem eles são como pessoas e recusar-se a ser condescendente ou infantilizá-los. Eles deverão desenvolver a disposição de correr riscos, a autoconfiança, a capacidade de lidar com mudanças, a responsabilidade social.

A maneira como será resolvido qualquer conflito, que, sem dúvida virá a existir, vai depender do grau de amadurecimento do grupo e da confiança entre os envolvidos no processo. Já professor pode e deve participar das resoluções artísticas, mas sem sufocar as iniciativas e criações dos participantes.

Nessa perspectiva, é possível pensar no ensino crítico do teatro, que deve estar centrado na cultura popular e desenvolver estratégias curriculares baseadas na formação



da subjetividade do estudante a fim de recuperar a sua história, formando cidadãos críticos e aptos para tomar decisões diante de problemas diários.

A prática pedagógica do ensino do teatro deve oferecer uma visão crítica. Ele deve ter sua própria opinião e a partir de novas informações, formular sua própria idéia. Quem tem a oportunidade de fazer teatro aprimora sua visão do meio e de como lidar com o próximo.

Precisamos pensar no campo das possibilidades, afinal, estamos fazendo teatro na sala de aula, em uma rede de ensino público. Por isso acredito no teatro colaborativo: Trabalharemos com esse arsenal que permeia a vida desse aluno, quebrando com essa falta de identidade, de liberdade de expressão e dependência cultural.

O teatro na escola é acima de tudo um instrumento de aprendizagem. Como se pode perceber dentro deste estudo, esse tipo de técnica difere do teatro dramático, ao qual estamos acostumados, pois não tem, obrigatoriamente, objetivo de promover espetáculo, nem tão pouco formar artistas. O trabalho cênico deve consistir em fazer com que o aluno saiba resolver conflitos relacionados ao ambiente escolar e, por consequência, ao social. Dessa maneira, temos no teatro colaborativo uma pedagogia teatral mais rica:

Enquanto o teatro dramático tem como modelo a criação de uma ilusão, a representação de um “cosmos fictício”, o teatro pós-dramático se insere numa dinâmica de transgressão dos gêneros e abre perspectivas para além do drama. Ao invés de se traduzir em ação, ele se situa, sobretudo na esfera da situação. (GUINSBURG; FERNANDES, 2010,p 223)

A ideia tradicional sobre a inteligência está mudando e rápido. Em nosso sistema educacional, a maior ênfase ainda incide sobre a aprendizagem da informação dos fatos. A aprovação ou reprovação em qualquer exame depende do domínio ou da memorização de fragmentos de matérias. Mas essa capacidade para repetir fragmentos de informação que tanto valorizamos pode ter muito pouca relação com um ser humano bem sucedido dos novos tempos.

E é aí que o teatro se torna uma valiosa ferramenta de trabalho. O teatro em sala de aula reforça o currículo e melhora a capacidade dos jovens para a criatividade. Um aluno que tem o poder de criar amplia seu repertório expressivo, e não só representa. Ele terá a possibilidade de participar em outros “papeis” como autor, diretor, encenador...





O processo colaborativo tem se revelado altamente eficiente na busca de um espetáculo que represente as vozes, idéias e desejos de todos que o constroem. O aluno estará no centro das idéias e terá seu próprio parecer. Sem hierarquias desnecessárias, preservando a individualidade artística dos participantes, aprofundando a experiência de cada um.

Nós, professores precisamos estar atentos às novas mudanças que vem surgindo. Nos novos conceitos que estão do lado de fora dos muros das escolas. Afinal o teatro na escola não pode ficar apenas na mimese, na imitação e na representação de algo que tende a não se tornar orgânico. O que acontece no teatro profissional precisa ser levado em consideração pelo professor de teatro também. É fundamental estar aberto para essas novas mudanças que vem acontecendo e apresentá-las em sala de aula

Aceitar o convite para um alargamento da percepção daquilo que é presenciado no acontecimento teatral torna-se hoje condição indispensável para o profissional que se dedica a coordenar processos de aprendizagem em teatro. (PUPO, 2010, p.226)

Devemos levar para a sala de aula um trabalho que de fato traga investigações produzidas pelo grupo e não apenas resoluções já prontas e concluídas pelo professor. É fundamental que o professor possa atuar como provocador de debates e ideias. Assim, o trabalho se tornará mais rico, pois será a realidade deles discutida no palco, criando uma colcha de retalhos.

Sabemos que o professor de teatro na escola acumula várias funções como a de figurinista, sonoplasta, cenógrafo, maquiador... Tornando-se assim um Diretor. Mas sua função no teatro contemporâneo é transmutada. Nesse novo teatro de vanguarda ele assume a função de encenador.

Mas essa função de encenador não se separa da função de pedagogo. O pedagogo que terá a incumbência de conduzir a função técnica e o encenador que elabora junto com o grupo é uma só pessoa. Não existe separação, a osmose é total entre os processos de treinamento e os processos de criação. A encenação é fundamentada na relação pedagógica.

“(…) Sua operação visa a transformar o papel do encenador como defendido por Stanislavski – não mais um ilustrador, mas um criador que, longe de reproduzir a realidade no palco, busca exprimir sua



própria atitude em relação a essa realidade.” (PICON-VALLIN, 2013, p.25)

Teremos então um professor e toda uma turma de produtores de novas idéias e o mais importante, donos de idéias originais. Sendo o principal e se interessar o único material de trabalho, o aluno. Pois no teatro contemporâneo nada tem mais importância do que o ator. É sobre ele que precisamos nos debruçar e é dele que vem toda a nossa fonte criadora. Para mim, professora de uma rede pública, isso se torna bastante oportuno, dado a situação precária que nos é oferecida em se tratando de material e estrutura para dar aula.

No processo criativo não cabe ao professor/diretor interferir no momento de criação dos alunos e lhes entregar o fruto sem que antes eles saibam como plantá-lo. Nossa função é criar possibilidades e circunstâncias para que os alunos se desenvolvam.

O professor/Diretor, deve evitar a ansiedade e deixar que o aluno lhe traga o material para que ele possa trabalhar. Dar tempo e espaço para a livre criação. Planejar de antemão a aula/ensaio que vai ser dada é importante. Mas não se pode querer prever tudo. Ter a percepção de deixar o imprevisível chegar e tomar conta faz parte de um processo criativo mais rico.

“Se o seu trabalho é controlado demais, ele não tem vida. Se for caótico demais, ninguém consegue percebê-lo nem ouvi-lo.” (BOGART, 2011, p.133)

O teatro tem a função de “divertir instruindo”. Isso é uma verdade que ninguém usaria contestar, pois seria negar-lhe a própria essência. No entanto, esse é um problema que surgirá a todos os professores de teatro.

“O ensino de teatro na sala de aula é heurístico, isto é, tem base na descoberta casual e pessoal. O aluno faz, lentamente, a descoberta de si próprio e do mundo que o rodeia; a função do professor é a de proporcionar meios para que tal processo se desenvolva efetivamente. “(REVERBEL, 1979 p. 23).

O teatro na escola está condicionado para uma única finalidade, as apresentações. Essa não é a sua única função. Em que os alunos apresentam uma peça previamente ensaiada para os pais e professores. Dessa maneira, esquecemos e atropelamos um dos pontos mais importantes nesse fazer, que é o processo. O produto final não pode ser mais importante do que o que se vivencia na sala de aula, durante todo o ano letivo.



## Referências

- ARAÚJO, Antonio. **A gênese da Vertigem: O processo de criação de ‘O Paraíso Perdido’**: O processo colaborativo no teatro da vertigem. São Paulo: USP, 2002.
- BARBA, Eugênio; SAVARESE, Nicola. **A arte secreta do ator, um dicionário de antropologia teatral**. Tradução de Patricia Furtado de Mendonça – São Paulo: Realizações Editora, 2012.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte – Educação no Brasil – 7ªEd.** São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- BOGART, Anne. **A preparação do diretor: sete ensaios sobre arte e teatro**; Tradução de Anna Viana; Revisão de tradução Fernando Santos. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- CHARLOT, Bernard. (org). **Educação e Artes Cênicas, Interfaces Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.
- DESGRANGES, Flávio. **Pedagogia do teatro: Provocação e dialogismo**. São Paulo: Editora Hucitec: Edições Mandacaru, 2006
- DEWEY, John. **Vida e educação – 9ªEd.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975
- DUNDJEROVIC, Sasha A. **The Theatricality of Robert Lepage**: Lepage’s style: transformative mise-en-scène”. Tradução de Felipe Mitsuo Matsuo. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2007.
- FERNANDES, Sílvia. **Teatralidades Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.



- FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Resende. **Arte na Educação Escolar** – 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.
- GUINSBURG, J e Fernandes, Sílvia. (org.). **O Pós – Dramático**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GUINSBURG, J. FARIA João Roberto e LIMA, Mariângela Alves de (Coord.). **Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos**. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva: Edições SESC SP, 2009.
- JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do Teatro**. São Paulo: Papyrus, 2003.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na pós- modernidade**. São Paulo: Editora perspectiva, 2001.
- \_\_\_\_\_ . **Jogos Teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro pós – dramático**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- LÓPEZ, Emílio Mira y. **Psicologia geral** – 6º Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **“Encenação em Jogo: experimento de aprendizagem e criação do teatro”**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- \_\_\_\_\_ . **A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas**. Tradução de Nanci Fernandes. São Paulo: Perspectiva, 2013
- PICON-VALLIN, Béatrice. **A arte do Teatro: entre tradição e vanguarda: Meyerhold e a cena contemporânea**. Organização: Fátima Saadi; Tradução: Cláudia Fares, Denise Vaudois e Fátima Saadi. 2º Ed. Rio de Janeiro: 7 letras : Teatro do Pequeno Gesto, 2013.
- \_\_\_\_\_ . **Teatro Híbrido, estilhaços e múltiplo – Um enfoque pedagógico**. Tradução de Verônica Veloso. Revista Sala Preta, 2009.
- PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. **O pós - dramático e a pedagogia teatral in “Sinais de teatro-escola”**. Humanidades, Edição especial Teatro Pós - dramático. Editora UNB, n.52, p.109-115, Nov, 2006.
- PRADO, Décio de Almeida. **O Teatro Brasileiro Moderno** – 3ºEd. São Paulo: Perspectiva, 2009.



- RYNGAERT, Jean – Pierre. **Ler o teatro contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



## A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DOS MONUMENTOS: UM DIÁLOGO PROMISSOR

KORNALEWSKI, Alex Medeiros

*Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  
Alexmedeiros87@hotmail.com*

130

### RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo refletir sobre os monumentos e como estes podem ter uma função pedagógica. Para tal, discorre-se sobre as bases conceituais dos monumentos e reflete sobre seus usos pedagógicos tomando como exemplo ilustrativo o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (monumento aos pracinhas) localizado no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro e o monumento fúnebre de Ary Barroso localizado no cemitério São João Batista de Botafogo, Rio de Janeiro. Sendo assim, algumas questões de cunho pedagógico são discutidas, como a dinâmica interdisciplinar dos monumentos, as possibilidades e os desafios que – professores, alunos, bibliotecários ou mesmo o público em geral – podem vivenciar ao utilizarem dos monumentos, independente de sua constituição (pessoas, filmes, livros, estátuas, arquiteturas, músicas, línguas) para fins educacionais.

**Palavras-chave:** Memória. Educação. Monumento.

### ABSTRACT

This Communication aims to reflect on the monuments and how they can be a pedagogical function. For this, it talks about the conceptual foundations of the monuments and reflect on their pedagogical uses taking as example the National Monument to the Dead of World War II (the meadow monument) located in Flamengo, Rio de Janeiro and the funeral monument of Ary Barroso located in São João Batista cemetery in Botafogo, Rio de Janeiro. Thus, some issues of educational profile are discussed, as interdisciplinary dynamics of monuments, the possibilities and challenges - teachers, students, librarians or even the general public - can experience the use of monuments, regardless of their constitution (people, movies, books, statues, architecture, music, languages) for educational purposes.

**Key-words:** Memory. Education. Monument.

### 1 Introdução

As relações, por vezes íntimas ou conflitantes, entre a memória e a história movem a sociedade numa constante política entre o que se deve lembrar e o que é alçado ao território obscuro do esquecimento. Neste embate, certas escolhas são elevadas e eleitas como um registro rígido e social do que deve ser aceito como verdade, em outras palavras, tomam o status de história. No meio destes conflitos temos a função do educador que, por intermédio de sua experiência e das ferramentas que lhes são apresentadas, fornece o embasamento cultural que carregamos e modificamos ao longo de nossas próprias vidas.



Pensando nas ferramentas materiais utilizadas pelo educador, temos variados suportes dentre os quais: livros didáticos, fotografias, áudio, filmes, mapas. Entretanto, pretende-se refletir sobre um suporte que estabelece uma relação ímpar com as questões da memória: os suportes qualificados como monumentos. Logo, é necessário pensar sobre a definição de monumento e suas implicações tomando como base conceitual os apontamentos fundamentais de Le Goff (2012), Assmann (2011) e Choay (2006).

Após prepararmos o chão discursivo sobre os monumentos, como eles atingem este valor ou status de monumental e como as escolhas do pesquisador os qualificam como monumento histórico cabe-nos pensar sobre a função pedagógica deste suporte mnêmico. Para tal, o presente trabalho exemplifica apresentando dois monumentos distintos em suas memórias e locais onde foram construídos: o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (monumento aos pracinhas) localizado no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro e o monumento fúnebre de Ary Barroso localizado no cemitério São João Batista de Botafogo, Rio de Janeiro.

Os monumentos foram escolhidos a guisa de ilustração, atuando em conjunto com algumas recomendações teóricas que evocam a importância do diálogo entre o educador e o educado, além de incorporar o papel do bibliotecário que, ao atuar em equipe, fomenta o desenvolvimento pedagógico de todos, inclusive do próprio bibliotecário, graças ao seu olhar técnico quanto aos suportes utilizados em pesquisa. Em aditamento, discorre-se quanto ao aspecto interdisciplinar dos monumentos e dos usos que o mesmo propicia, fechando com algumas considerações sobre o uso pedagógico dos monumentos.

## **2 Memória: fonte primeva para o conhecimento**

Longe de admitirmos uma conceituação majoritária para o campo da memória, propõe-se ao menos pensar sobre a memória em seu sentido de conservação, dentro do que suas limitações permitem, das informações e os usos que a mesma são constantemente administradas na esfera social. A memória em sua gênese remete “a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2012, p. 405). No psiquismo, o homem pode apreender sua visão de mundo e moldá-la da forma como lhe convém.





A constituição da memória se dá pelos processos, por vezes conflitantes, entre lembranças e esquecimentos, resultando em escolhas do que se quer descartar e do que se almeja perpetuar. A memória sempre foi uma preocupação de ordem social, do qual podemos observar não só aquilo que é transmitido para as gerações vindouras, mas aquilo que é esquecido, silenciado, revelando a existência de mecanismos de manipulação da memória (LE GOFF, 2012, p. 408). Pode-se dizer, que estas memórias eleitas, manipuladas e registradas para fins específicos de informação para a sociedade, advém de escolhas, voluntárias ou involuntárias, o que demonstra uma característica política da memória.

Pierre Nora, em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993) articula algumas considerações sobre esta relação que a memória estabelece com a história, relação tênue e de difícil consenso. Para ele, apesar da memória evocar o passado, ela se dá no presente inclusive abrindo diálogos constantes entre a lembrança e o esquecimento. Contudo, ele observa que a história é sempre uma reconstrução problemática e incompleta daquilo que não existe mais (NORA, 1993, p. 9). Ao contrário da história, a memória demonstra qualidades singulares como flexibilidade e dinamicidade, devido aos diversos usos que o homem faz da mesma.

Destes usos que a sociedade faz da memória, podemos citar a função pedagógica. Palavra de origem grega *paidos* (criança) + *gogía* (conduzir, acompanhar), referia-se aos escravos que levavam as crianças às escolas. Atualmente, o termo caracteriza o processo de instruir, ensinar, educar (MICHAELIS, 2014). Logo, a memória pode ser aplicada para evocar o passado, utilizando-o para fins pedagógicos: instruir as civilizações sobre os feitos memoráveis de seus reis; educar perante a normalização de costumes, utilizando suportes de escrita como as tabuletas de argila ou os códigos em vigor, ensinar aos alunos sobre as questões culturais de seu ambiente.

Alves (2012, p. 208) enfatiza: “a relação com o passado é um âmbito fundamental da ação educadora”. O uso pedagógico que o educador faz da memória lhe concede subsídios, ao fortificar seu discurso no ensino por intermédio da dinamicidade e flexibilidade da memória para, com base nas experiências de outrora, rever no presente o que será perpetuado para outras gerações. Avigoro que esta transmissão é dotada de uma intencionalidade, mesmo que involuntária, do sujeito que exerce esta função de educador e transmissor de experiências. Por vezes, esta dinamização da memória entre o que a detém (sujeito, classe, pesquisador, educador) e o que a ingere para finalidades futuras (filhos, alunos, gerações e afins), contribuem



para a construção e consolidação do “sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (POLLAK, 1992, p. 204).

Perante o conceito de identidade, Huyssen (2004, p. 67) reforça que a memória nos permite “construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro”. De acordo com as reflexões anteriores, temos na memória um importante viés com vistas à informação, pois é deste néctar mnemônico que tiramos proveito do que foi evocado no presente para constituir nossa identidade e propiciar ações para o futuro, o que nos faz pensar neste ato mnemônico como um processo atemporal. Diante desta *pedagogia da memória*, vale elencar um importante suporte mnêmico que possibilita o exercício desta função de instrução, educação e ensino: os monumentos, em seu sentido físico como as esculturas públicas alocadas no centro das cidades, cemitérios e demais lugares.

### **3 Monumentos ou monumentos históricos? Reflexões e aplicabilidade**

A palavra latina *monumentum* origina-se do verbo *monere* que significa “fazer recordar”, palavra que abriga em sua origem os valores arquetípos da musa Mnemosyne, divindade mencionada como a personificação da memória. A noção de monumento é ampla, e abriga mais do que suas especializações físicas, como as obras comemorativas e os monumentos fúnebres, qualificações empregadas em arquiteturas, esculturas e túmulos desde a antiguidade romana. O termo monumento se aplica a inúmeros campos: pessoas, textos, músicas, língua, enfim, o caráter de monumento se aplica de acordo com os interesses de perpetuação daqueles que o elaboram, bem como das relações de poder que interagem na formação e constituição do monumento (LE GOFF, 2012).

Ao refletirmos sobre os monumentos do tipo físico, constata-se a existência de dois segmentos monumentais: as obras de cunho comemorativo, por exemplo, os monumentos para datas importantes, homenagens póstumas, evocações nacionalistas e os monumentos de cunho fúnebre, como é o caso dos túmulos, mausoléus e cenotáfios (LE GOFF, 2012). Entretanto, Aleida Assmann em seu livro *Espaços da recordação* (2011), desvela duas dimensões ativas na sociedade por intermédio deste suporte lúgubre de memória: a dimensão do sagrado ou *pietas*, onde impera as religiões e a dimensão mundana ou *fama*, onde impera a memoração de diversos segmentos tais como: o indivíduo, grupo ou classe. Destarte, “esta fama ou “memoração cheia de glórias”, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida” (ASSMANN, 2011, p. 37).



Perante as observações acima, três características mostram-se insofismáveis: primeiro, há uma pluralidade de suportes materiais e imateriais que podem ser eleitos à categoria de monumentos; segundo, a construção de um monumento ou eleição de uma obra à categoria do monumental implica numa escolha política e, por último, os monumentos são oriundos da dimensão do sagrado ou mundano. Igualmente, os monumentos fúnebres ou comemorativos por serem categorizados como uma fonte tridimensional incrustada de símbolos icônicos nos incita a múltiplas discussões, pesquisas e aplicações de suas memórias, que são representadas num dado espaço e tempo para os que vivenciam (e vivenciarão) recordações familiares, históricas, religiosas de acordo com suas experiências, de forma que cada monumento, em consonância com as palavras de Dodebei (2008, p.19) é: “muito mais criativo do que objetivo, [pois] o espaço/tempo imagético é habitado-vivenciado por uma memória social dinâmica e interativa, experimentada em tempo real”.

Focando na terceira característica proposta acima, verifica-se uma particularidade informacional existente nos monumentos fúnebres. Na dimensão religiosa, temos a piedade vista como obrigação dos vivos em perpetuar a memória dos mortos, porém na dimensão mundana, a fama conquistada pelo morto pode compreender desde o período de sua vida até após a morte, evocando uma prática que Assmann (2011, p. 37) se refere como “uma forma secular da autoeternização, que tem muito a ver com autoencenação”. Portanto, ao analisar estas dimensões, verifica-se que os monumentos, e mesmo os de cunho fúnebre possuem uma particularidade: são feitos para os vivos. São monumentos erigidos com o propósito de perpetuar singularidades individuais e sociais para os vivos, e não apenas para salvaguardar uma lembrança das intempéries do esquecimento.

Podemos associar os segmentos no qual os monumentos são construídos com as dimensões que eles pretendem retratar. De um lado, temos os monumentos de cunho comemorativo associado frequentemente à dimensão mundana, haja vista que são suportes que rememoram em sua maioria, as glórias do homem. De outro lado, temos os monumentos de cunho fúnebre, que interagem, em sua maioria, com a ordem do sagrado, num campo em que as religiões se legitimaram com seus preceitos. Este diálogo entre o fúnebre e o sagrado ou comemoração e mundano são comuns, pois basta observarmos os inúmeros monumentos erigidos nas cidades ou acumulados nos cemitérios para constatarmos que os interesses ditos sagrados ou de origem mundana podem se apresentar tanto nos cemitérios quanto nas praças públicas ou no centro das capitais.



Em aditamento, se considerarmos o sentido etimológico da palavra monumento, depreende-se que esta separação proposta por Le Goff é meramente didática. A própria construção ou mesmo o simples interesse de erigir um monumento já envolve um discurso fúnebre, uma vez que o monumento ou os processos de monumentalização se destinam principalmente em manter presente, perpetuar a memória daquilo que padeceu, mesmo que de forma simbólica. Em resumo, os monumentos podem discorrer sobre a morte de forma explícita (monumentos fúnebres) ou implícita (comemorações e afins), como nos casos em que a retórica da perda é empregada para “salvaguardar” a memória e a identidade (GONÇALVES, 2002).

Outro diálogo pertinente é a distinção entre monumentos e monumentos históricos. Para (CHOAY, 2006, p. 26) os monumentos são o reviver de um passado, enquanto que os monumentos históricos são a apropriação que fazemos dele, tornando-os objetos de saber. Destarte, os monumentos históricos podem ser considerados aqueles escolhidos pelo historiador, pesquisador, ou seja, são os monumentos que além de perpetuarem memórias são também utilizados para fins específicos daqueles que os elegeram. Esta qualificação dada aos monumentos demonstra suas primeiras finalidades: seu valor cognitivo sobre o passado, história geral ou a história da arte em particular (CHOAY, 2006, p. 26).

Diante do exposto, é crível afirmar que os monumentos possuem uma amplitude de memórias que podem ser apreendidas por aqueles que delas necessitam, seja um indivíduo, grupo ou sociedade. Da mesma forma, a intenção com que escolhemos determinados monumentos para realçar e construir as memórias e a identidade de um determinado grupo podem imbuir o status de um monumento a dimensão histórica. Sendo assim, as memórias dispersas nos monumentos e os monumentos históricos eleitos assim por determinadas necessidades da sociedade são meios singulares de compreendermos a sociedade no presente e como esta pode fornecer informações para lidarmos com nosso futuro, tal como Huyssen (2004, p. 67) enfatiza.

Alves (2012, p. 209) reforça que: “da mesma forma como prédios, monumentos, documentos sobrevivem e permanecem guardados por longos períodos, também concepções, práticas, valores, preconceitos atravessam os tempos e se manifestam no presente, parecendo por vezes intactos”. Tomando esta citação como início investigativo da função pedagógica dos monumentos, é mister levantarmos algumas questões: como pesquisador, educador ou mesmo alunos podem se portar quanto ao uso dos monumentos no currículo disciplinar? Como aproveitar os monumentos para despertar um olhar crítico e reflexivo sobre as diversas



memórias que nos cercam e a história que delas se apropria? As práticas e valores perpetuados em consonância com os diversos monumentos que impregnam a cidade podem ser fonte de pesquisa.

#### 4 A função pedagógica dos monumentos

Os monumentos em suas variadas formas são suportes de memórias no plural da palavra. As músicas, esculturas, arquiteturas e afins fomentam um turbilhão de memórias sobre quem fez a obra, para quem foi feito, e como a sociedade enxerga determinada construção, o que reforça a riqueza destes instrumentos que podem nos auxiliar a entender um pouco do nosso passado, da nossa história, além de propiciar reflexões por parte dos usuários que deles utilizem: alunos, professores ou pesquisadores em geral. Para ilustrar esta característica pedagógica dos monumentos, podemos exemplificar com o monumento dedicado aos mortos da Segunda Guerra Mundial ou Monumento aos Pracinhas como eram chamados os soldados que lutaram nos campos da Europa (fig. 1).

136

Figura 1 – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.



Fonte: <http://www.museusdoriorio.com.br>  
Acesso em: 19/04/2014



O monumento representa os soldados mortos na Segunda Guerra Mundial, homenageando-os como patriotas que serviram ao país nos campos de guerra. Em aditamento, inúmeros signos são apresentados nos monumentos: tem-se a escultura de um grupo composto por três soldados que representam os três poderes militares; uma escultura metálica que representa a engenharia aérea militar; uma pirâmide triangular com informações sobre inauguração, comissão e equipe responsável pelo projeto; embaixo do pórtico monumental há uma urna representando a memória do soldado desconhecido e para finalizar embaixo da plataforma monumental foi construído um mausoléu com 466 militares mortos na Campanha da Itália (MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 2014).

Mais do que um suporte de memórias, o monumento em questão foi construído com base nas escolhas políticas de um corpo militar, representando um evento que envolve o país, os soldados (seja os mortos ou os sobreviventes), suas famílias (ator indireto do evento, porém carregado de memórias sobre o mesmo), a instituição militar (Marinha, Exército e Aeronáutica), o Estado. Diante desta função mnésica (obrigação primeva) dos monumentos, podemos atribuir sua segunda função: a pedagógica.

Em exemplo, o educador pode utilizar-se dos monumentos nas pesquisas escolares de forma a instruir, ensinar, educar e, por conseguinte, estimular o processo reflexivo dos alunos, motivando pesquisas de cunho histórico, político, sociológico, psicológico em diante. O uso pedagógico dos monumentos em consonância com o processo de “escavar a memória”, para entendermos o presente e adquirirmos uma visão crível do futuro, nos permite uma expertise singular e dinâmica quanto às memórias e o registro histórico representado na iconografia dos monumentos, o que realça a qualidade pedagógica do mesmo além de legitimar seu status de prova histórica constituindo-se como um monumento-documento (LE GOFF, 2012).

Figura 2 – monumento a Ary Barroso.





Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

Outro monumento de visível riqueza mnemônica e informativa é o monumento dedicado ao compositor Ary Barroso (fig. 2). Nasceu em 7 de Novembro de 1903 em Ubá, Minas Gerais e faleceu em 9 de Fevereiro de 1964 no Rio de Janeiro. Compositor, pianista, locutor, apresentador, formado em direito, iniciou suas atividades musicais aos 12 anos de idade, fazendo fundo musical para filmes no Cinema Ideal. Entrou na política em 1946 como o segundo candidato mais votado da União Democrática Nacional (UDN) nas eleições para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Na política, teve grande voz possibilitando a construção do estádio do Maracanã. Compôs e participou de mais de 260 músicas dentre as quais podemos citar a popular “Aquarela do Brasil” (ARYBARROSO.COM.BR, 2014).

Este monumento fúnebre retrata apenas a relação de Ary Barroso com a música, conforme vemos nos símbolos icônicos e textuais do suporte: o pandeiro, nome de algumas composições. Se tomarmos o monumento como base inicial das pesquisas, pode-se depreender que as memórias de Ary Barroso contemplam o samba, sua relação sentimental com a música e com a identidade musical brasileira. Diante dessas “memórias superficiais” ou de fácil rememoração que obtemos ao perscrutar o monumento fúnebre do compositor, temos um campo extenso de estudo no qual o compositor, a música e a cultura brasileira podem nos levar a outros campos de estudo e atuação daquele que em vida teve ampla participação em outros setores dentre os quais o cinema e a política. O uso pedagógico dos monumentos pode nos levar além do que suas composições físicas representam.





Focando nestes dois monumentos, temos as seguintes características: são monumentos que se constituem num suporte tridimensional, em sua composição há símbolos icônicos e são suportes que constroem uma memória isenta de inocuidade, pois estes monumentos resultam de uma montagem daqueles que os produziram, que impuseram determinadas lembranças em detrimento de outras que foram forçadas ao esquecimento além das imposições sociais no qual estes monumentos continuam a existir (GONDAR, 2005, p. 17). Assim, todo monumento construído remete a determinadas intenções políticas do que deve ser evocado com o intuito de ser rememorado ou registrado pela história.

Se os monumentos podem ser vistos como repositórios de memórias e bons instrumentos de pesquisa histórica, biográfica, política e demais usos que advém das necessidades do pesquisador, é importante entendermos o conceito de informação, visto como a apropriação contextualizada que fazemos dos monumentos para fins objetivos. Segundo Varela (2007, p. 44) a informação “existe onde existe cultura e é por meio do esforço humano de entender e interpretar a realidade, de comunicar a imagem que cada indivíduo faz do seu meio, que a informação é gerada”. Ou seja, depende da nossa capacidade de interpretar a realidade, a imagem – neste caso exemplificado pelos monumentos - para que a informação seja gerada, disseminada, o que denota uma construção social (VARELA, 2007).

Assim sendo, para que os monumentos sejam utilizados de forma pedagógica, é crucial que os atores (pesquisador, alunos, professores) estabeleçam constantes diálogos sobre o que se pretende trabalhar, demonstrando clareza didática por parte do uso que pretende ser feito ao colocar os monumentos como meio educativo, somado com uma proposta crítica-reflexiva por parte dos alunos e demais receptores que usufruem dos monumentos para seus respectivos estudos. Esta clareza e envolvimento entre professor e aluno é uma proposta que tem como base a dificuldade de estabelecermos uma metodologia de ensino interdisciplinar tal como (SILVA, 2011) relata em suas experiências.

No que diz respeito aos docentes, uma proposta interdisciplinar, e neste caso utilizando-se de um recurso interdisciplinar como os monumentos, para desenvolver um trabalho com os alunos, pode acarretar numa incompreensão de como proceder com o ensino, dificuldade esta que é uma marca positivista e conservadora da ciência (SILVA, 2001, p. 588). Dito de outra forma, uma metodologia que se apropria dos monumentos (tomando como exemplo os monumentos públicos citados) para fins pedagógicos, implica em dificuldades devido aos múltiplos vieses que se podem abordar estes monumentos: o viés histórico, político,



geográfico, psicológico, sociológico. Enfim, o excesso de memórias (HUYSSSEN, 2004) somada com as possibilidades informacionais (VARELA, 2007) fornecem um espaço muito grande de trabalho, conduzindo mesmo que indiretamente o docente a atuar de forma sólida na sua zona de conforto.

Quanto aos discentes, as possibilidades diferenciadas de didática aplicada pelos professores, mesmo quando injetam motivação nos alunos que enveredam em estudos e criam pesquisas mais dinâmicas, no que diz respeito aos recursos a sua disposição, podem provocar estranhamento e resistência por estes alunos, uma vez que a ausência de clareza na proposta das disciplinas e as dificuldades de utilizar os recursos considerados polissêmicos, interdisciplinares como as esculturas monumentais apresentadas, fotografias e demais suportes, detém uma complexidade singular se comparado com os métodos tradicionais de ensino (SILVA, 2011, p. 596).

Este entrosamento entre docente, discente ou pesquisador e orientador, enfim esta relação de aprendizado deve considerar o diálogo antes de adentrarem juntos nos recursos interdisciplinares e seus recursos, seja monumentos em esculturas, livros, músicas e afins. Muitas das vezes uma terceira visão é benéfica para tornar esta relação de aprendizagem mais eficiente. Aqui podemos sugerir o profissional que trabalha direto com acervos compostos por inúmeros suportes ou pesquisas por vezes bem complexas: o profissional bibliotecário. As memórias impregnadas nos monumentos e os diversos usos que podemos fazer deles reforça o quanto este terreno vasto, interdisciplinar e complexo podem conviver com o educador e o quanto este precisa de um roteiro para seguir com o ensino que tem por base a memória (ALVES, 2012, p. 209-210).

Sendo assim, o bibliotecário que conhece o potencial dos suportes no qual cotidianamente trabalha por intermédio dos processos de catalogação, classificação, indexação, resumos e demais atividades junto dos conhecimentos sobre o campo da memória social, podem ser grandes consultores na elaboração e organização de disciplinas que contemplem o uso de suportes e metodologias de pesquisa interdisciplinares ou que pelo menos abordam a memória como propulsora de várias questões científicas. Em exemplo, uma instituição que honra o diálogo entre o professor, aluno e o bibliotecário no desenvolvimento das atividades pedagógicas, obtém eficiência e rapidez nos processos de ensino e uso das ferramentas de pesquisa.



Este diálogo provoca novos olhares quanto ao mundo que nos cerca. Os monumentos citados podem ser vistos como potenciais informativos quanto as questões políticas e históricas do país e não somente como um monumento que evoca a memória dos mortos da Segunda Guerra Mundial ou que homenageia um compositor como Ary Barroso. Os monumentos podem ser aproveitados de um modo mais crítico, criativo, possibilitando indagações e respostas quanto a questões mais profundas da história como: quem lutou pela recuperação dos corpos na Campanha da Itália para trazê-los ao atual monumento dedicado aos “pracinhas”, investigar os artistas que planejaram o monumento e quais as escolhas que motivaram a construção do monumento tal como ele se apresenta, a participação política de Ary Barroso, os conflitos que o compositor enfrentou na política, com quem e o que motivou suas decisões em vida. Em resumo, os monumentos podem ser utilizados em múltiplas pesquisas e por diversos olhares.

A competência informacional (DUDZIAK, 2003) do bibliotecário agrega no que diz respeito a saber utilizar das ferramentas e mais do que isso, saber ensinar terceiros a usar estas ferramentas de forma independente. O bibliotecário que indaga, pensa, critica e se posiciona quanto ao tratamento técnico e o uso dos suportes: livro, CD's, e-books, fotografias e os itens que alcançam o status de monumental, passa a agir como um facilitador do ensino pois além da formação profissional que o instrui em como trabalhar com estas ferramentas, o mesmo pratica a política de “ensinar a aprender”, participando dos processos de ensino da instituição, criando projetos e passeios escolares junto de professores a monumentos ou monumentos históricos, permitindo-nos treinar nosso olhar sobre o passado e como este atua no presente, por intermédio de aspectos, resistências e tradições que passam a nos fazer sentido (ALVES, 2012, p. 210).

## 5 Considerações

Após o breve caminho apresentado no presente trabalho, podemos apresentar algumas considerações que, antes de concluir o pensamento sobre o uso pedagógico dos monumentos, vem na verdade trazer mais indagações futuras. Algumas dificuldades foram apresentadas como a complexidade de se trabalhar com suportes que lidam de forma muito densa com as questões da memória, tal como as explicações sobre as esculturas que se qualificam como monumentos, devido a sua dinamicidade e os múltiplos olhares que podemos depreender destes suportes.



As áreas do conhecimento (Historia, Memória Social, Política, Psicologia e afins) que podem ser observadas e discutidas utilizando-se dos monumentos como base nos estudos, implicam numa pedagogia interdisciplinar e assim vislumbram-se mais duas dificuldades: em primeiro lugar, o modo como os docentes se utilizam destas ferramentas. Neste caso, a revisão das metodologias aplicadas no ensino são vitais para que outros suportes não convencionais e singulares possam ser utilizados em complemento com os recursos já disponíveis. Em aditamento, a visão de mundo e o olhar técnico do docente quanto a gama de pesquisas no qual os monumentos abrem portas são grandes facilitadores para que novas perspectivas pedagógicas possam ser aplicadas.

Em segundo lugar, os discentes ou mesmo o público em geral pode passar por dificuldades e estranhamento ao tentar se apropriar destes suportes para fins próprios de pesquisa. Neste caso, não só o docente como o profissional bibliotecário podem ser imbuídos de uma função mediadora, ajudando no desenvolvimento de pesquisas ou mesmo no caminhar deste público para o desenvolvimento de sua própria competência informacional, fazendo com que cada uma das pessoas adquira independência ao pesquisar. Logo, os docentes e bibliotecários desenvolvem suas funções de instrutor, orientador, educador e pesquisador.

Destarte, os monumentos estão presentes em diversos formatos e são suportes de memórias que nos foram legados pelas gerações de outrora. Cabe-nos tirar proveito desta fonte rica de experiências e passíveis de se transformarem em informações cruciais no presente. As atividades de pesquisa bem como os processos operacionais, como exemplo, catalogar, classificar e indexar são fundamentais para uma perspectiva que envolve uma revolução no uso destes suportes além de contribuir para a evocação e construção da memória social.

## Referências

ALVES, Claudia. O educador e sua relação com o passado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 205-215, set. 2012.

BARROSO, Ary. AryBarroso [página eletrônica]. Disponível em: <[http://arybarroso.com.br/index.php?language=pt\\_BR](http://arybarroso.com.br/index.php?language=pt_BR)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011.



CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, Josaida de Oliveira; DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. P. 43-54.

DODZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

GONDAR, Josaida de Oliveira. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Josaida de Oliveira; DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. P. 11-26.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

MICHAELIS. **Moderno dicionário de português online**. São Paulo: Melhoramentos, 2014. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pedagogia>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. MNMSGM [página eletrônica]. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <<http://www.mnmsgm.ensino.eb.br/MNMSGM.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

SILVA, Wagner Rodrigues. Construção da interdisciplinaridade no espaço complexo de ensino e pesquisa. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 143, p. 582-605, mai./ago. 2011.

VARELA, Aina. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.



## MEMÓRIA, DANÇA E CRIAÇÃO – O RETORNO DO PHATOS TRÁGICO

MENDONÇA, Daniele Bentin

*Pedagoga, Mestranda em Memória Social, Bolsista CAPES, orientanda do Professor Doutor Miguel Angel de Barrenechea*

*PPGMS – UNIRIO*

*danieleb.mendonca@yahoo.com.br*

144

### RESUMO

Ao observarmos a arte na modernidade percebemos que a mesma se desenvolve a partir da busca incansável pelo excesso de conhecimento, pela reprodução de uma técnica memorizada e pela lógica “causa e efeito”. No presente artigo buscamos analisar, a partir do que o filósofo Friedrich Nietzsche afirma sobre a *arte trágica*, o campo da arte e suas relações com as forças da *memória* e do *esquecimento*. Nesse momento introduzimos o *mito*, ideia relevante para compreensão de como se realizam atos criativos a partir da memória, da cultura e dos saberes de um povo. No campo da arte percebemos a dança como um viés intensificador e criativo da rememoração do conhecimento popular, da dinâmica afirmativa entre memória e esquecimento e um possível caminho para o retorno do *páthos trágico* tão necessário para transformar o campo artístico na modernidade carente de manifestações que afirmem a vida do homem em sua plenitude.

**Palavras-chave:** Memória. Dança. Páthos Trágico.

### ABSTRACT

By looking at the art in modernity realize that it develops from the relentless pursuit by the excess of knowledge, the reproduction of a stored procedure by the logical "cause and effect". In this article we analyze, from the philosopher Friedrich Nietzsche said about the *tragic art*, the field of art and its relationship with the forces of *memory* and *forgetting*. Right now introduce the *myth*, relevant idea for understanding how to perform creative acts from memory, culture and knowledge of a people. In the field of art perceive dance as an enhancer and creative bias recall of popular knowledge, affirmative dynamic between memory and forgetting and a possible way for the return of the *tragic pathos* as necessary to transform the artistic field lacking in modernity demonstrations claiming human life in its fullness.

**Keywords:** Memory. Dance. Tragic pathos.

### Introdução – memória, esquecimento, arte e tragédia para Nietzsche.

Na primeira fase de seu pensamento, Nietzsche compreende a *memória* como uma força vital gregária (Cf. NIETZSCHE, 2003) que, afastada da força do *esquecimento*, cerceia o indivíduo, limitando suas possibilidades criativas. Nesse momento, Nietzsche apresenta suas ideias acerca de uma arte capaz de agregar ambas as forças vitais a favor das ações criativas do homem. A partir da interpretação de Nietzsche sobre a questão da *memória* e do *esquecimento*, analisamos o espaço da arte enquanto um *espaço trágico*, conciliador da memória e do esquecimento, favorecendo a criação e o possível renascimento da *tragédia* na atualidade. A





tragédia é entendida aqui a partir da concepção nietzschiana, proposta desde sua obra inaugural, *O nascimento da tragédia* (2007). No *espaço trágico* (Cf. NIETZSCHE, 2007) caracterizado por Nietzsche como o lugar de celebração dos instintos, de intensificação dos impulsos corpóreos e de exaltação da Natureza, o fenômeno dramático é interpretado a partir dos impulsos conflitantes de Apolo e Dioniso. Desse mesmo modo, na tragédia, as forças vitais contrárias da memória e do esquecimento demonstram estar reunidas proporcionando momentos de **criação**.

A arte grega, entendida como um fenômeno trágico assume o centro das discussões iniciais de Nietzsche. A partir desse momento, pensamos na ideia do mito agregando tudo de mais relevante e basilar existente na cultura e na arte de um povo. Unindo a sabedoria popular às manifestações artísticas, o indivíduo é levado a atos de inéditas criações afirmando ainda mais seus impulsos vitais e necessidades mais fundamentais e relevantes. O mito se encontra no cerne da memória popular, dos saberes adquiridos ao longo do tempo por um grupo. A aquisição desses saberes difere-se do acúmulo de conhecimento pregado pela história moderna, pois o mito é capaz de atribuir significado à existência humana.

Ao elaborar uma concepção de memória, Nietzsche apresenta uma severa crítica à história moderna e exalta o valor do esquecimento criador. Mostra-se importante nesse momento, elucidarmos a interpretação nietzschiana sobre memória, presente também em sua obra da maturidade *Genealogia da moral* (2009), na qual esclarece o próprio surgimento da memória social:

[...] o rigor das leis penais permite apreciar especialmente as dificuldades que ela experimentou antes de se fazer senhora do conhecimento e para manter presentes na memória destes escravos das paixões e dos desejos algumas exigências primitivas da vida social. (NIETZSCHE, 2009 p.61).

As reflexões sobre arte trágica que Nietzsche desenvolve recebem influências de três instâncias importantes para o pensamento do filósofo: os estudos filológicos, a filosofia de Arthur Schopenhauer e as concepções artísticas de Richard Wagner. Ao estudar a civilização grega arcaica na Universidade da Basileia, Nietzsche desenvolve ideias acerca da cultura helênica e encontra no cerne dos rituais trágicos a procissão do coro como embrião dessas manifestações – interpretações da mítica grega. Influenciado diretamente pela filosofia schopenhaueriana e pela música wagneriana, o filósofo sustenta as análises da cultura do povo heleno e seus rituais, como a grande contribuição dessa civilização ao mundo. Ele acredita





ainda que, em sua era moderna, é pela música que o legítimo espírito trágico – renascerá para a salvação da própria cultura alemã (Cf. NIETZSCHE, 2007).

Na arte grega, Nietzsche identifica aspectos que favorecem a origem do fenômeno trágico. Entendido como lugar das intensidades, das emoções, da bela aparência e do sonho, o contínuo desenvolvimento da arte grega está ligado à diferença do *dionisíaco* e do *apolíneo* – da mesma maneira que a procriação depende da diversidade dos sexos – na qual os conflitos são incessantes, mas também no qual ocorrem constantes e ininterruptos acordos<sup>1</sup>. Por meio de seus dois deuses da arte – Apolo e Dioniso – é possível perceber, no mundo helênico, uma contraposição entre a arte do figurador plástico (a apolínea) e a arte não figurada (a dionisíaca), no que se refere às origens e aos objetivos destas artes. Ambos os impulsos caminham lado a lado. Apesar de suscitarem uma oposição, incitam-se mutuamente a novas criações, perpetuando, assim, a luta perene dessa contraposição. Contudo, através de um “miraculoso ato metafísico da ‘vontade’ helênica” (NIETZSCHE, 2007 p.24), a arte deixa de lado as oposições, quando ambos os impulsos concretizam o emparelhamento um com o outro. Nessa síntese, a tendência apolínea conjuga-se com a dionisíaca e propicia o surgimento da *tragédia ática* – tragédia helênica.

Do mesmo modo, encontra nas forças vitais da memória e do esquecimento ações conciliadoras e impulsionadoras que possibilitam os atos de criação do homem. Nietzsche afirma que a arte grega antiga conjuga dois impulsos artísticos originários da natureza: o impulso apolíneo que está vinculado à imaginação figurativa, e o impulso dionisíaco, que está ligado a todas as emoções do ser humano. Igualmente, o filósofo defende que a memória, aliada às lembranças e suas representações, e o esquecimento, aliado ao desprendimento de si, são forças que possibilitam uma existência afirmativa e impulsionadora.

Para a arte trágica grega a questão do mito se torna uma ideia relevante. Como apontado anteriormente, para Nietzsche é no mito que os elementos basilares da cultura e da sabedoria de um povo se encontram. No desenvolvimento da arte grega o povo se percebe capaz de vivenciar em toda sua intensidade as histórias míticas de seus antepassados. Entra em contato com o que é verdadeiramente substancial para o conhecimento de sua história. Esses mitos, presentes desde a infância na memória do homem helênico, proporciona um contato visceral com o cerne de sua cultura. Entre o lembrar e esquecer de seus saberes esse indivíduo torna-se capaz de



intensamente viver sua vida pautada na cultura genuína de seu povo, demonstrando estar apto a atos de criação diversos e a trazer de volta a tragicidade de uma vida celebrável.

Ao analisarmos as ideias sobre a memória, percebemos que, no espaço da dança, o ato de memorizar é uma questão crucial. Afinal, toda técnica aprendida nas aulas e ensaios é de suma importância no momento em que o bailarino interpreta uma obra. A questão principal é compreender de que maneira se configura a dinâmica entre o esquecimento e a memória imprimindo criatividade nos atos de rememoração. É importante destacar que, na concepção de Nietzsche, não é valorizado o dionisíaco puro, pois a ele precisa ser acrescentada uma visão apolínea, uma configuração, uma forma que exprime essa força dionisíaca. O bailarino que, ao criar uma aparência, vincula sua imagem à emoção daquele momento, demonstra conjugar ambos os impulsos artísticos, integrando-se ao espaço da tragédia. Esse artista gera a partir de si e funde-se no que cria: “As imagens nascem e crescem de sua condição metafísica de unidade e de renúncia de si próprio. Por isso pode dizer: eu.”(Cf. NIETZSCHE, 2007). Assim, ao interpretarmos o artista trágico como figura capaz de conciliar os impulsos artísticos e as forças vitais, é possível compreender a dança como um lugar que otimiza todas as aptidões sensíveis do homem, em vez de cerceá-lo.

A partir das argumentações levantadas aqui, desenvolvemos nossas análises sobre o espaço trágico da arte, a memória, o esquecimento, o mito e as possíveis relações entre essas ideias a favor de um caminho que possibilite atos criativos inéditos e espontâneos, bem como o inevitável retorno do *páthos* trágico. Observando as manifestações artísticas atuais, identificamos, no fazer criativo de determinadas artes, os aspectos anteriormente descritos e sustentados por Nietzsche. Defendemos nesse artigo a dança como uma dessas manifestações artísticas, propícias ao retorno do *páthos* trágico e à criação de uma existência afirmativa. Consideramos que esse espaço tem a capacidade de potencializar a vivência do trágico, oportunizando a criação, a inovação e a afirmação de nossa existência, em que a **memorização** e a **repetição** se mostram processos relevantes.

---

<sup>1</sup> Os gregos estabeleceram como dupla fonte de sua arte oposições de estilo que caminham emparelhados em luta constante nas figuras dos deuses Apolo e Dioniso. Somente uma vez, no momento em que a Vontade helênica se



### **Dança e memória – do exagero de história à criação.**

Nas obras do jovem Nietzsche, percebemos que a memória, enquanto processo corporal, não deve se tornar limitadora e normatizadora. O indivíduo não precisa utilizá-la como um dispositivo que o despotencialize, mas desenvolver a capacidade de encará-la como uma força que o auxilie na sua vida cotidiana (Cf. NIETZSCHE, 2013). A memória adquire valor afirmativo ao aliar-se à força do esquecimento intensificando as ações criativas do indivíduo. Percebemos que essa vertente potencializadora da memória se manifesta tanto na vida, como na arte. Para uma compreensão mais concreta, pensemos no espaço da dança: nele os gestos são estudados, executados e repetidos sob a influência de emoções e sensações diversas, oportunizando os atos inéditos. Uma obra dançada, por mais vezes que seja apresentada, não é a mesma em nenhuma das diferentes récitas. A coreografia pode ser aprendida e repetida por uma, duas e até dez bailarinas diferentes, mas nunca é a mesma. Temos sempre uma obra nova, uma coreografia inédita, uma personagem diferente e um público indubitavelmente extasiado.

Sendo assim, podemos compreender que na dança não precisamos atingir um modelo perfeito, conformado aos paradigmas da moda, como é muito comum nesse campo em nossos dias atuais. De forma diversa, é possível transmitir com toda a intensidade dos movimentos, a recriação de uma obra, por meio da singularidade dos gestos e da vida que se manifesta nela. Defendemos a tese de que a dança possibilita ao homem expressar-se harmonizando as forças da memória e do esquecimento: partindo do valor criativo atribuído à memória, poderemos pensar esse espaço da dança como afirmador da existência humana.

Destacamos que, para o filósofo, as questões analisadas sobre a arte e a memória possibilitam ao homem a experiência de uma vida celebrável. Chamamos atenção, aqui, para o conceito de *vida* que Nietzsche sustenta. Para ele, o termo *vida* não possui uma conotação metafísica, mas se articula com a noção de *vontade de potência* (DIAS, 2005 p.19). Segundo Rosa Maria Dias, para Nietzsche, vontade de potência significa a força da vida, que opera como uma contra-doutrina, puramente artística, que se contrapõe à crença numa vida supervalorada num eterno além-mundo. Lembremos que, em importante aforismo presente em *Fragmentos póstumos*: junho-julho de 1885, 38 [12] (apud BARRENECHEA, 2008, p. 73), Nietzsche considera a vontade de potência a própria dinâmica do real, um jogo de forças, um “monstro” ou “mar” de forças, isto é, não seria uma entidade metafísica, alguém ou para além do processo

---

sobrepõe, é que estes dois estilos conflitantes se fundem em meio à arte da tragédia ática.



de forças vitais, mas a sua própria apresentação, a sua própria dinâmica desse processo de forças.

No “Ensaio de autocrítica”, prefácio (ou, como assinala Nietzsche, posfácio) escrito quatorze anos após a publicação da obra *O nascimento da tragédia*, Nietzsche destaca que ousou pensar a arte na perspectiva da vida. Contrapõe-se à “vontade de negação da vida”, presente na moral judaico-cristã, que impõe uma rejeição da existência tal qual ela é, acreditando em “um lado-de-lá inventado para difamar melhor o lado-de-cá, no fundo um anseio pelo nada, pelo fim, pelo repouso, para chegar ao ‘sabá dos sabás’.” (NIETZSCHE, 2007, p. 17).

A análise do conceito de *vontade de potência* permite esclarecer o que o filósofo entende pelo termo *vida*: instinto de crescimento, de duração, de acumulação de forças e de *potência*. Assim, Nietzsche, na qualidade de filósofo e também filólogo de formação, partindo da tematização desse instinto que fomenta a vida, sustenta uma concepção da existência fundamentalmente artística: uma vida *dionisíaca*. Rosa Dias, em seu livro *Nietzsche e a música* (2005) afirma: “a vida como propósito da arte, a arte como necessária proteção da vida, a vida só se justificando como fenômeno estético.” (DIAS, p.19). Nesse sentido, vida e arte demonstram estar raigalmente vinculados. Para Nietzsche, na arte e nos momentos corriqueiros da vida o que memorizamos, aliado ao movimento do que esquecemos, pode proporcionar atos criadores que potencializem a existência humana.

As interpretações nietzschianas de apolíneo e dionisíaco, assim como suas ideias sobre memória e criação, permitem elucidarmos diversas questões sobre o espaço trágico da dança, desde o âmbito mais geral do fenômeno trágico, até o *locus específico* da dança. Nesse contexto, lembremos o que afirma Cavalcanti (2006): “a gênese da arte trágica é atribuída, na tradição antiga, aos cultos e rituais dionisíacos.” (CAVALCANTI, 2006 p 51). Desse modo, o coro, com seus *poetas-cantores-dançarinos*<sup>2</sup> (Cf. NIETZSCHE, 2005) transfigurados em sátiros, embriagados por uma atmosfera de transformação e exaltação, representam os sofrimentos de Dioniso, através de movimentos, canções e gestos. Em *A visão dionisíaca de mundo* (2005), Nietzsche destaca a figura de um artista que durante os rituais trágicos

<sup>2</sup> Esse artista se utiliza da fusão dos dois meios artísticos, bem como da conciliação das forças vitais. No fazer artístico deste ator, o esquecimento se serve da memória e vice-versa. Para se chegar ao ato da criação, este indivíduo faz uso de sua memória de maneira afirmativa, demonstra maior flexibilidade ao lidar com as emoções, cicatrizes e possíveis contradições trazidas por suas lembranças, utiliza a faculdade do esquecimento com a finalidade de filtrar e garimpar suas memórias.



demonstra conciliar os impulsos apolíneo e dionisíaco em uma existência digna de ser celebrada.

Esse estado de metamorfose, presente nos rituais arcaicos helênicos, proporciona não somente a visão extasiada por parte do coro sobre o drama. Esse ritual nos leva a realizarmos outros desdobramentos: permite que o coro constituído por coreutas, metamorfoseados em sátiros, também represente a própria tragédia de Dioniso. Nesse sentido, apresentamos e caracterizamos a figura do sátiro dionisíaco como um artista capaz de agregar à própria existência, a conciliação das forças vitais e dos impulsos artísticos necessários à intensificação da vida. Identificamos no coro da tragédia um componente ainda mais importante: os rituais dionisíacos nada mais são do que a manifestação da cultura popular na Grécia antiga. O coro trágico é composto pela massa da população helênica que vivencia, em seu cotidiano, a atmosfera do culto aos deuses olímpicos. Essas manifestações, portanto, apresentam não somente um cunho artístico, divinatório, religioso e teatral, mas também possuem um cunho social. Durante sua evolução, o povo se une, as memórias e conhecimentos populares são cantados e exaltados, os laços hierárquicos são desfeitos e a massa ritualística se funde em uma única representação das tragédias do deus Dioniso. Sendo assim, os rituais trágicos agregam em si tanto os aspectos artísticos e culturais, quanto os políticos e sociais dos helenos antigos, representando então, um componente vital na composição e aquisição de memória desse povo.

As forças da memória e do esquecimento são presença constante no jogo de impulsos que vivencia o artista trágico. O homem memoriza, enquanto impulso apolíneo ao incentivá-lo a buscar a perfeição, o belo, ao aprimoramento técnico e ao sublime. No momento em que o impulso dionisíaco o encoraja a sentir dor, a sofrer, a repetir, a errar e aniquilar a imagem perfeita criada diante de si, ele esquece e se lança no desconhecido de suas emoções e sensações, na qual ressurgue revigorado e renovado, e como recompensa final: o prazer do aplauso e a superação de si. Esse *poeta-cantor-dançarino* se mostra transmutado em sátiro, metamorfoseado, sem véus ou sonhos, em toda altivez de sua embriaguez e paixão pela experiência vivida, destruindo-se em um constante esquecer, ou recriando-se a partir de suas memórias. Assim ele afirma a existência em toda sua intensidade, de pura vitalidade e força ao mesmo tempo apolínea e dionisíaca: memória e esquecimento.

Compreendemos os atos de memorização e de repetição como ações necessárias não somente ao aprimoramento artístico, mas também para a significação das relações sociais/coletivas e pessoais/individuais. Nesse momento salientamos a importância dos mitos presentes no cerne da arte trágica grega e de toda cultura em um âmbito geral. Sem os mitos



originários, a cultura de um povo se perde em abstrações superficiais e adoece. Entendemos que longe da lembrança dos mitos, dos saberes e das crenças inerentes à cultura e à arte de um povo o indivíduo se priva da oportunidade de reinventar-se e recriar-se. Para aprofundarmos a questão, analisamos a ideia de *mito trágico* desenvolvida por Nietzsche. Segundo o filósofo, o mito se encontra no cerne de cultura e da arte de um grupo social. O mito agrega o que existe de primordial e basilar para a sabedoria e conhecimento de um povo. Nele, o homem encontra os valores que inspiram e dão significado a sua existência. Para Nietzsche, o mito trágico nasce no espírito da música dionisíaca e a partir dos efeitos que ela exerce sobre a faculdade artística apolínea. Através do espírito da música temos a possibilidade de compreender a alegria pelo aniquilamento do indivíduo. A sabedoria dionisíaca da alegria metafísica com o surgimento do trágico se transmuta para a linguagem das imagens. A música se configura como ideia imediata da vontade pela vida perene. O *mito trágico* reside no simbolismo trágico da arte dionisíaca e, através dela, a natureza inquire o homem: “Sede como eu sou! Sob a troca incessante das aparências, a mãe primordial eternamente criativa, eternamente a obrigar à existência, eternamente a satisfazer-se com essa mudança das aparências.” (NIETZSCHE, 2007 p.100) O mito, tal qual uma imagem concentrada de mundo, como uma “abreviatura da aparência, não pode dispensar o milagre.” (NIETZSCHE, 2007 p 132). Sem o mito toda cultura perde sua força natural, sadia e criadora. A força que um determinado mito possui em seu respectivo grupo é capaz de salvar as fantasias e os sonhos esquecidos e banidos. Sem o mito, o que há é apenas abstração: sem mitos nativos representantes da vida de um povo, a fantasia artística se perde.

Coloque-se agora ao lado desse homem abstrato, guiado sem mitos, a educação abstrata, os costumes abstratos, o direito abstrato, o Estado abstrato: represente-se o vaguear desregrado, não refreado por nenhum mito nativo, da fantasia artística; imagine-se uma cultura que não possua nenhuma sede originária, fixa e sagrada, senão que esteja condenada a esgotar todas as possibilidades e a nutrir-se pobremente de todas as culturas – esse é o presente, como resultado daquele socratismo dirigido à aniquilação do mito. E agora o homem sem mito encontra-se eternamente famélico, sob todos os passados e, cavoucando e revolvendo, procura raízes, ainda que precise escavá-las nas mais remotas Antigüidades. (NIETZSCHE, 2007 p 133)

Com Sócrates, a tragédia morre, dando lugar à razão que toma conta da cena. As intensidades são subordinadas a uma relação de causa e efeito, não representando, para ele, relevância nem motivos de serem exercitadas para se alcançar algum objetivo pragmático, já que não podem mais ser caracterizadas como caminhos de afirmação da existência humana. O





pensamento racionalista que se perpetua na era moderna influencia a arte que demonstra manter essa lógica socrática submetendo diferentes formas de expressão à razão, à relação de causalidade e às exigências de um mercado apenas preocupado com a geração de homens úteis. Nesse sentido os mitos originários são renegados à marginalidade dos contos fantasiosos e alegóricos, bem como os impulsos artísticos originários são subestimados e o excesso de memória e conhecimento funcional é exaltado.

*O poeta-cantor-dançarino* que se encontra imerso no universo dos mitos, necessita viver, aniquilar e recriar suas próprias fantasias. Desse modo, se reconcilia consigo e seus semelhantes, permanecendo em contato com a cultura basilar de sua arte. Esse artista, um sátiro transmutado, confere sentido ao mito trágico quando representa a coexistência de ambos os impulsos artísticos da natureza:

[...] ele compartilha com a esfera da arte apolínea o inteiro prazer na aparência e na visão e simultaneamente nega tal prazer e sente um prazer ainda mais alto no aniquilamento do mundo da aparência visível. (NIETZSCHE, 2007 p 138).

O mito trágico pertence de algum modo, à arte intensificando esse impulso metafísico de transfiguração que ela representa, ou seja, transfigura a realidade de um mundo fenomenal no qual se insere. O artista que dança, entre lembrar e esquecer busca as origens de sua cultura e seus mitos perdidos, garimpa suas memórias, exercitando o esquecimento delas. Nos mitos encontrados, o artista busca redirecionar suas forças vitais para que sua arte e sua vida se tornem afirmativas. Com a dança os mitos se recriam. O meio social tem a possibilidade de reviver suas origens, suas raízes e seus saberes basilares, formadores de sua cultura. Dança e memória são duas artes – sim, a memória pode ser caracterizada assim, pois possibilita a criação – complementares e ligadas diretamente às experiências afirmativas da vida humana, pois vida é movimento e memória é transformação.

Na modernidade, Nietzsche percebe uma preocupação excessiva do homem com o acúmulo de conhecimento e questões históricas que outorgam à memória um valor depreciativo e cerceador dos instintos e ações humanas. Com este excesso de história a arte procura se adaptar ao cotidiano imposto. As manifestações que antes promoviam momentos inéditos e criativos, agora apenas possuem a função de entreter o público que não reconhece mais na arte uma via de aquisição de saber e crescimento humano.

Na obra *Segunda consideração intempestiva*, Nietzsche analisa o lugar que ocupa a história na existência do homem, as vantagens e desvantagens que pode trazer para a própria





vida. O filósofo afirma que a história pertence ao ser vivo sob três aspectos: “ela lhe pertence porque o ser vivo é ativo e aspira, porque ele conserva e venera, porque ele sofre e necessita da libertação.” (NIETZSCHE, 2003 p 31). E que a esta trindade de aspectos, três espécies de história são correspondentes: a *monumental*, a *antiquário* e a *crítica*.

Nietzsche afirma que as três formas de historia são necessárias à vida do homem. Ele defende que o conhecimento do passado deve ser desejado se estiver a serviço do próprio passado e do presente, abandonando a pretensão de enfraquecer o presente e aniquilar o futuro. Nesse sentido analisamos a vertente criativa existente na memorização. As lembranças e seu relativo conhecimento necessita estar a serviço do ato criador do homem para que a vida seja afirmada em sua totalidade. Esse ato criador da memória está ligado à manifestação dos impulsos artísticos da natureza, o apolíneo e o dionisíaco, que possibilitam a repetição, a reprodução, a destruição e a renovação. O artista, agora *poeta-cantor-dançarino*, capaz de garimpar suas lembranças e utilizá-las para agregar valor ao seu ato criativo, se apropria do aspecto ativo da faculdade do esquecimento:

[...] é um poder ativo, uma faculdade moderadora, à qual devemos atribuir tudo quanto nos acontece na vida, tudo quanto absorvemos, se apresenta a nossa consciência durante o estado da digestão (que poderia chamar-se absorção química), do mesmo modo que o múltiplo processo da assimilação corporal tampouco fatiga a consciência. ( NIETZSCHE, 2009, p. 57)

O *poeta-cantor-dançarino* possui no esquecimento uma faculdade capaz de digerir tudo o que este indivíduo conhece e aprende, como aponta Nietzsche no trecho acima. Sua memória não impõe nem peso, nem culpa à sua experiência de vida. Pelo contrário, ela se torna potencializadora e intensificadora dos seus impulsos vitais. A partir dela e do esquecimento que “digere” as lembranças, o artista se depara com algo novo. Diante de um momento inédito pode assim criar. Sua memória aliada ao esquecimento fortalece ainda mais o seu viver.

Observamos, na arte, esse aspecto conciliador da memória e do esquecimento. No ato criador do artista, memória e esquecimento se complementam. Durante a ação do impulso apolíneo, com sua bela aparência e seu mundo do sonho, a memória atua na repetição e aprimoramento técnico. No momento em que o impulso dionisíaco prevalece, com sua alegria, e seu mundo da embriaguez, o esquecimento impõe sua força ativa, destruindo o passado para o nascimento de algo inédito. Diante disso, defendemos o espaço da dança enquanto espaço trágico, por demonstrar conjugar ambos os impulsos artísticos originais da arte grega, entendido como um espaço criador, por promover a aliança entre as forças vitais da memória e



do esquecimento em prol da criatividade estética. Sustentamos essa ideia na análise apresentada pelo comentador Carneiro Leão, em seu texto *O esquecimento da memória* (2003), que expõe:

Na origem e para a origem da condição humana é preciso, e indispensável esquecer o já produzido, as possibilidades instaladas, para se produzir o novo, acolhendo as possibilidades por vir. Todas as memórias de fatos supõem, pois, uma outra memória, a memória originária, aquela fonte de criação, que doa, na medida que retira possibilidades. (LEÃO, 2003 p 11)

Segundo o trecho acima, a memória originária, ou seja, os mitos e saberes primordiais de um povo são constantes fontes de conhecimento capazes de proporcionar atos criativos. Como defende Carneiro Leão, é primordial da condição humana esquecer para criar. A memória de um povo, de um indivíduo é fonte inesgotável de conhecimentos que, aliado ao esquecimento, enquanto força ativa se torna capaz de fazer surgir novos saberes.

Os aspectos positivos e afirmativos da memória e do esquecimento também se encontram na arte. Nela, o artista necessita memorizar para criar. Através de experiências pessoais, observamos que a dança demonstra ser uma arte que lida positivamente com ambos os aspectos ao propiciar a experiência significativa e vital dos movimentos, dos gestos e das emoções que ela propõe. Na tragédia grega, durante os rituais dionisíacos, o coro satírico é convidado a reinventar, a reviver seus mitos originários. O sofrimento do deus Dioniso é interpretado segundo a sabedoria popular e as bases culturais dos helenos. Na dança, assim como nos rituais religiosos antigos, o artista bailarino é convidado a reviver seus mitos nas histórias apresentadas. Através de gestos e emoções revive e recria suas histórias. O saber do povo se torna fonte inesgotável de criação.

### **Considerações provisórias: o retorno do *pathos* trágico.**

Nietzsche afirma que, ainda na era grega, a arte trágica caminha para seu inevitável suicídio. Segundo ele, o problema da arte que se apresenta na modernidade se caracteriza pelo chamado “suicídio do trágico”. No momento em que se institucionaliza o espaço trágico, é introduzido na arte o “socratismo estético” e a “estética racionalista”: a lógica, a teoria e o conceito colocados acima do artista, da beleza e das emoções (Cf. NIETZSCHE, 2007). A razão se apropria da cena trágica e o *páthos* trágico é destruído. Nessa “estética racionalista” defendida por Sócrates, a tragédia passa a ser considerada irracional e o poeta, “por não ter consciência do que faz e não apresentar claramente o seu saber” (MACHADO, 2005 p10), é



desvalorizado. A tendência racionalista socrática questiona a arte trágica no seu agir *apenas por instinto* (Cf. NIETZSCHE, 2007 seção 13) revelando sua intenção e com ela:

[...] o socratismo condena tanto a arte quanto a ética vigentes; para onde quer que dirija o seu olhar perscrutador, avista ele a falta de compreensão e o poder da ilusão; dessa falta, infere a íntima insensatez e a detestabilidade do existente.”(NIETZSCHE, 2007 p 82).

Ao permitir à razão se impor diante da beleza e da emoção, o aspecto trágico se perde e se torna “irracional”. Com a morte da tragédia, surge um enorme vazio, sentido por toda parte. Mesmo com sua morte nasce um novo gênero que reconhecia na tragédia sua predecessora e mestra. A grande figura dessa luta da tragédia com a morte foi Eurípedes, poeta grego famoso por suas obras na nova comédia ática que junto com Sócrates foi responsável pelo declínio da tragédia grega e difusão da “estética racionalista” da época no campo da arte e da cultura grega. (Cf. NIETZSCHE, 2007, seção 11). Esse posterior gênero de arte é conhecido como nova comédia e nela uma imagem degenerada da tragédia continua a viver.

Na modernidade, a arte se edifica segundo esses princípios desvirtuados. Existe, nessa época, uma supervalorização do conhecimento, e uma concepção que exagera na valorização da memória. A força do esquecimento é subjugada pelo trabalho de memorização e rememoração excessivo. O saber inconsciente, a sabedoria instintiva e a irracionalidade tornam-se banais e não sustentam esse fazer artístico racional. Desse modo, desvaloriza-se a força afirmativa do esquecimento e a atitude do homem de desprender-se de si em prol de algo inédito. Nietzsche reconhece, nesse movimento da arte moderna, sua doença terminal que demonstra poder ser curada apenas com o renascimento do fenômeno trágico.

A retomada do aspecto trágico da arte através da dança se mostra necessária ao homem moderno, adoecido e fragilizado por uma lógica e uma razão que o reduz ao termo *moeda corrente* – ao homem é outorgado valor de troca como se possuísse valor monetário (Cf. NIETZSCHE, 2003) – e o coloca na necessidade de permanentemente memorizar. A tragédia nietzschiana, onde é dado ao homem o ensejo de perder-se a si mesmo no êxtase e no prazer de gozar a vida na sua real intensidade, oportuniza a criação de uma existência afirmativa a partir de suas vivências e experiências, lembradas e esquecidas.

Nesse sentido, portanto, defendemos a seguinte hipótese: por conjugar a força da memória e do esquecimento e ambos os impulsos artísticos da natureza, a arte da dança tem a possibilidade de apresentar-se como um caminho propício ao renascimento da tragédia. A relevância dessa ideia está em legitimar o espaço da dança como possibilidade para a retomada



da tragédia grega na cultura da atualidade. O renascimento do trágico é defendido por Nietzsche em sua obra *O nascimento da tragédia*, no momento em que identifica na filosofia de Arthur Schopenhauer e na música de Richard Wagner o renascimento do gênio alemão. A partir de sua reflexão sobre a arte grega, interpretamos o que pode ser a obra de arte atual como intensificadora da vida humana.

Que ninguém tente enfraquecer a nossa fé em um iminente renascimento da Antiguidade grega; pois só nela encontramos nossa esperança de uma renovação e purificação do espírito alemão através do fogo mágico da música. [...] Sim, meus amigos, crede comigo na vida dionisíaca e no renascimento da tragédia. O tempo do homem socrático passou: coroi-vos de hera, tomai o tirso na mão e não vos admireis se tigres e panteras se deitarem, acariciantes, a vossos pés. Agora ousai ser homens trágicos: pois sereis redimidos. (NIETZSCHE, 2007 p. 120-121)

156

No trecho acima, Nietzsche defende o renascimento do trágico através do espírito da música e convida o homem moderno a abandonar o socratismo estético e a viver uma vida dionisíaca. Durante o desenvolvimento da presente pesquisa, interpretamos o espaço da dança como um âmbito trágico: através da conjugação de ambos os impulsos artísticos (o apolíneo e o dionisíaco) e ambas as forças vitais (a memória e o esquecimento), o bailarino demonstra gozar uma existência afirmativa. Nesse momento, auxiliados pelas ideias nietzschianas sobre música, ousamos caracterizar a dança também como um fogo mágico que permite ao homem se atrever ser dionisíaco. Nesse espaço trágico, o indivíduo é convidado a abandonar uma existência doente, limitadora e cerceadora de suas necessidades mais viscerais. Através de ilimitadas criações e de movimentos irrepetíveis, o artista tem a possibilidade de desprender-se de si e lançar-se a uma vida capaz de ser celebrada.

Destacamos que, no âmbito das questões tematizadas no campo da Memória Social, esta pesquisa apresenta o espaço trágico da dança como lugar de incentivo ao aspecto criativo da memória. Nesse lugar, o indivíduo é capaz de unir-se ao seu semelhante cultural e socialmente, pois o conhecimento e a memória popular podem ser experimentadas de maneiras diversas. Tal olhar permite repensarmos o espaço da dança, outrora entendido como esquematizado, normatizador e disciplinador, no qual as pulsões de vida supostamente seriam postas de lado pela supervalorização da perfeição técnica, muitas vezes esquematizada, estereotipada e inexpressiva.

Procuramos analisar se a dança, enquanto uma possível arte afirmativa se estabelece como veículo potencializador da vida do homem. Tentamos esclarecer se há uma experiência



vital onde a dança oportuniza ao indivíduo desprender-se de todo drama vivido. Transfigurado em sátiro imerso em um ritual de louvor ao deus Dioniso, cantando e dançando, o poeta-cantor-dançarino se desvencilha das amarras e limites impostos pela tradição racional socrática e pela existência cotidiana, desprovida de beleza e intensidade. Aniquilando-se e recriando-se, ele é capaz de desfrutar suas próprias tragédias, de rir de seu sofrimento e, assim, afirmar-se enquanto sujeito de sua própria existência. Ao demonstrar ser uma arte caracterizada pelo movimento, pelo gesto, pela mutabilidade, pela metamorfose e pela aparência, a dança pode possibilitar que o homem moderno – inclusive o homem atual – adote posturas de força e saúde diante das catástrofes cotidianas e diárias.

Experimentar a dor e a alegria em um mesmo momento: eis uma das grandes possibilidades da arte da dança. O renascimento de uma era trágica na atualidade pode surgir através do espírito da dança desde que esse espaço conjugue toda a complexidade da existência humana. Interpretamos o bailarino como um indivíduo que une as características da arte grega na figura do *poeta-cantor-dançarino*. No espaço cênico, ele tem a possibilidade de transportar o público à atmosfera dos rituais dionisíacos antigos e transmutá-los em um coro satírico. Viver através da arte da dança proporciona ao homem ser forte e saudável e celebrar sua afirmativa existência. Nessa experiência afirmativa, memória e esquecimento tem um papel relevante: o lembrar apolíneo modela formas dançantes e o esquecimento dionisíaco possibilita ultrapassar, e até abandonar, mas tornar para permitir a emergência do novo: um ato criativo, um movimento vital intenso, inédito e inusitado.

## Referências

- **Obras de Friedrich Nietzsche:**

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *A visão dionisíaca de mundo, e outros textos da juventude*. Tradução: Marcus Sinésio Pereira Fernandes, Maria Cristina dos Santos de Souza; Revisão da tradução: Marco Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *A vontade de poder*. Tradução do original alemão e notas: Marcos Sinésio Pereira Fernandes, Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.



\_\_\_\_\_. *Além do bem e do mal*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia da Letras, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Assim falou Zaratustra*. Tradução de Mário da Silva. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos ídolos*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Ecce Homo*, como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre educação*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da tragédia*. Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2007.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos Póstumos, Agosto-setembro (1885 - 1887) Volume VI*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Segunda Consideração Intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. *Wagner em Bayreuth: quarta consideração extemporânea*. Introdução, tradução e notas: Anna Hartmann Cavalcante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

• **Outros autores:**

BARRENECHEA, M. A. [et al.]. *Nietzsche e as ciências*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e o corpo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche: a memória, o esquecimento e a alegria da superfície”, in: BARRENECHEA, Miguel Angel de. et al. (Org.). *Nietzsche e os gregos*. RJ: DP&A, 2006, pp. 27-47.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche e a genealogia da memória social”, in: GONDAR, J. et. al. (Org.) *O que é memória social*. RJ: Contra-Capa, 2005, pp. 55-71.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche: memória trágica e futuro revolucionário”, in: FEITOSA, Charles. (Orgs.). *A fidelidade à terra: arte, natureza e política. Assim falou Nietzsche IV*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. “Espaço trágico: lugar das intensidades e das diferenças”, in: COSTA, Icléia T. M. e GONDAR, Jô (Org.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, pp. 22-34.





- CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. “O Esquecimento da Memória”, in: GONDAR, Jô e BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). *Memória e Espaço: Trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, pp. 11-23.
- BURNETT, Henry. Para ler O nascimento da tragédia de Nietzsche. São Paulo: Loyola, 2012.
- CAVALCANTI, Anna H. “Arte como experiência: a tragédia antiga segundo a interpretação de Nietzsche”, in: in: BARRENECHEA, Miguel Angel de. et al. (Org.). *Nietzsche e os gregos*. RJ: DP&A, 2006, pp. 49-64.
- DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos*. Edição preparada por David Lapoujade. Edição brasileira: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DIAS, R. *Amizade estética: Schopenhauer, Wagner e Nietzsche*. Rio de Janeiro: Imago, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche e a Música*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche, vida como obra de arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERRAZ, M<sup>a</sup> Cristina Franco. *Nietzsche, o bufão dos deuses*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GONDAR, J. (Org.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Memória, tempo e história”, in: BARRENECHEA, Miguel Angel de. et al. (Org.). *As Dobras da Memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, pp. 92-100.
- JULIÃO, José Nicolau. *Para ler o Zaratustra de Nietzsche*. Barueri: Manole, 2012.
- LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1990.
- LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. *Ritos e festas em Corinto Arcaica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MACHADO, R. *O Nascimento do trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- \_\_\_\_\_. *A alegria e o trágico*. In: DIAS, Rosa; VANDERLEI, Sabina; BARROS, Tiago (org.) *Leituras de Zaratustra*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche e a polêmica sobre O nascimento da tragédia*. Introdução e organização de Roberto Machado; tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. 3 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Nietzsche: biografia de uma tragédia*. Tradução de Lya Lett Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- SCHOPENHAUER, Artur. *O mundo como vontade e representação*. Tradução de M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.





SUAREZ, Rosana. *Nietzsche mediante*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VERNANT, Jean-Pierre. *A morte nos olhos: figurações do outro na Grécia antiga*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990, 2ª ed.

\_\_\_\_\_. *O universo, os deuses, os homens*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



## CONSELHOS ESCOLARES: CONTRADIÇÕES ENTRE O DISCURSO OFICIAL E A LEGISLAÇÃO REFERENTE

NASCIMENTO, Giovane do  
*Professor do Programa de Políticas Sociais - UENF*  
*giovanedonascimento@gmail.com*

DELGADO, Gabriela de Oliveira  
*Estudante de mestrado do Programa de Políticas Sociais - UENF*  
*gabiodelgado@gmail.com*

161

### RESUMO

Os conselhos escolares são reconhecidos como ferramenta importante para a efetivação do princípio constitucional que propõe a gestão democrática do ensino público. Entretanto, a regulamentação estabelecida a cerca dos conselhos escolares após a constituição de 1988, parece caminhar no sentido contrário à efetivação do referido princípio. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, iniciado no ano de 2004, revela a importância dada a esses instrumentos e dá a tônica do discurso oficial a cerca dos mesmos. Nesse artigo, pretendemos analisar as incongruências entre o discurso oficial e a legislação pertinente aos conselhos escolares, considerando o contexto histórico em que foram elaboradas, o que inclui o período de abertura política, após a ditadura militar seguida da reforma do Estado sob moldes neoliberais.

**Palavras-chave:** Conselhos escolares, legislação educacional, neoliberalismo.

### ABSTRACT

School councils are recognized as an important tool for ensuring the constitutional principle proposes that the democratic management of public education. However, legislation about school councils after the 1988 constitution, seems to go in contrary direction to the realization of the principle. The *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*, initiated in 2004, reveal the importance given to these instruments and sets the tone of the official discourse about them. In this paper we analyze the inconsistencies between the official discourse and the relevant legislation to the school councils, considering the historical context in which they were developed, which includes the period of political openness after the then military dictatorship of state reform under neoliberal molds.

**Keywords:** School councils, educational legislation, neoliberalism.

### Introdução

A gestão democrática do ensino público é um princípio constitucional, fruto de uma demanda do movimento de educadores organizados no contexto de luta pelo fim do regime militar, que buscavam a democratização da sociedade brasileira através, inclusive, do processo de descentralização política das instituições nacionais.

Para Saviane (2013), os princípios são como valores e indicam uma *realidade desejável*, algo como uma meta a ser alcançada. Assim, através de diversos instrumentos, dever-se-ia tornar realidade efetiva aquilo que é promulgado enquanto princípio.



A gestão democrática do ensino está presente também como princípio na lei de diretrizes e bases da educação nacional e deveria se tornar efetiva a partir do recurso de alguns instrumentos, um deles, indicado para tal função na própria LDBN 1996, é o conselho escolar.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura “*o Conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão.*” (MEC, 2004, p. 36) é ainda entendido como “*estratégias de gestão democrática da escola pública, tem como pressuposto o exercício de poder, pela participação, das comunidades escolar e local*”. (ibdem)

Entretanto, o que podemos notar na prática cotidiana, enquanto profissionais do ensino é que com relação aos conselhos escolares, é algo bastante diferente do apresentado pelo MEC, pelo menos assim é no sistema estadual de ensino do Rio de Janeiro. A pergunta subjacente de tal observação é o porquê de tal disparidade entre expectativa e prática. Para entendermos melhor essa questão devemos nos reportar ao contexto em que surgem os conselhos escolares no Brasil.

As décadas de 1980 e 1990 foram um período de grandes mudanças no mundo como um todo. O momento de crise faz com que doutrinas neoliberais ganhem força no cenário internacional. No Brasil, em particular, é o momento do fim da ditadura militar instaurada no país há mais de vinte anos, o processo de democratização traz consigo a perspectiva de descentralização política.

Entretanto, no mesmo período, se inicia o processo da reforma do Estado, pautada na perspectiva neoliberal, o que implica numa diminuição dos gastos públicos e abertura do país para o capital financeiro internacional.

A partir daí, o que se estabeleceu foi um conflito de interesses entre, por um lado, a sociedade civil organizada na luta pela democratização da sociedade e descentralização política; e, por outro lado, de grupos neoliberais orientados na perspectiva de desobrigação do Estado com relação às políticas sociais.

A perspectiva neoliberal se estabelece, também, por meio da defesa da descentralização política, mas com o sentido de desconcentração, que significava a retirada do Estado de funções de execução das políticas, mas mantendo centralizada a formulação das mesmas.

A partir disso, o uso instrumental do conceito de descentralização passa a ser, majoritariamente, aplicado como desconcentração, também expressando a estratégia de retirada do estado da prestação de serviços públicos essenciais à



sociedade, com profundos reflexos na área de educação, entre outras. (SOUZA E VASCONCELOS, 2012, p. 29)

Segundo DAGNINO (2004), esse é um momento de *confluência perversa*, marcado pela disputa entre, de um lado, o projeto neoliberal; e, por outro lado, um projeto proposto pela sociedade civil organizada no contexto político da democratização nacional, no qual o princípio da participação na sociedade é sua característica distintiva. Neste contexto de disputa “os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais” (*Id.*,p.97).

Durante a proposição dessa nova concepção de Estado, utilizou-se de uma *empreitada discursiva* (SHIROMA *et.all*, 2004, p.52) incorporando bandeiras dos movimentos de educadores, mas retirando-lhes a fecundidade e alterando o sentido original de seu conteúdo. Nesse contexto conceitos como democracia, cidadania e participação eram utilizados pelos diversos grupos, mas com diferentes sentidos.

Essa estratégia, levada a cabo por grupos neoliberais (entre as quais organizações internacionais e, o próprio governo, principalmente a partir da década de 1990), passava a impressão, todavia equivocada, de que havia um consenso a cerca de certas propostas, como descentralização e democratização, por exemplo, já que todos as defendiam.

Entretanto apesar do aparente consenso, as disputas de projeto político e social continuaram e se manifestaram nos documentos oficiais produzidos a partir de então.

Nesse artigo, através da análise da legislação referente aos conselhos escolares, tanto federal como do estado do Rio de Janeiro, bem como de uma publicação oficial produzida por ocasião do programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares, buscamos demonstrar as incongruências entre os discursos oficiais, e a regulamentação do princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, no tocante aos conselhos escolares.

### **Conselhos escolares: o discurso oficial**

A Portaria Ministerial nº. 2.896/2004, assinada pelo então ministro da educação e cultura Tarso Genro, institui o programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares, que tem como objetivos:



Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas.  
Apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares.  
Instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares.  
Promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares.  
Estimular a integração entre os conselhos escolares.  
Apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade.  
Promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação. (MEC, 2004)

O programa propõe enquanto ações para alcançar tais objetivos a elaboração de materiais didáticos específicos, bem como formação continuada, nas modalidades presencial ou à distância, voltada para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e para conselheiros escolares.

Na página do MEC encontramos os materiais didáticos específicos que foram elaborados no formato de cadernos temáticos, ao todo, são 12 cadernos temáticos, uma publicação voltada especificamente para os curso de formação de conselheiros escolares, além de um caderno destinado aos dirigentes e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação denominado *Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública*.

Nesse artigo, pretendemos analisar o discurso apresentado nesta última publicação citada, com relação à gestão democrática do ensino elaborando um paralelo com a legislação pertinente relacionada aos conselhos escolares no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Esta publicação foi escolhida, pois, através dela, podemos ter uma perspectiva geral do discurso do MEC voltado para os gestores e dirigentes das secretarias municipais e estaduais de educação. Os demais cadernos abordam com maior profundidade os temas específicos. Para o presente trabalho, é conveniente uma visão mais panorâmica do discurso.

A publicação *Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública* é voltada para os dirigentes e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação, segundo a página do MEC, tem como objetivo oferecer a estes “*subsídios para a compreensão do significado dos conselhos na gestão da educação*”. Encontra-se dividida em



três partes 1) Conselhos na gestão da educação; 2) Conselhos escolares nos sistema de ensino; 3) Algumas questões para discussão.

A primeira parte *Conselhos na gestão da educação* traça um panorama histórico da forma conselho desde a antiguidade como instrumento de gestão da coisa pública e organização social, já ressaltando que este nem sempre representou um espaço democrático traz, como exemplo, o conselho de anciãos que possuía um caráter tecnocrático de assessoramento do governante.

165

Os conselhos sempre se situaram na interface entre o Estado e a sociedade, ora na defesa dos interesses das elites, tutelando a sociedade, hora, e de maneira mais incisiva nos tempos atuais, buscando a co-gestão das políticas públicas e se constituindo canais de participação popular na realização do interesse público. (MEC, 2004, p. 18)

Ao tratar da concepção de conselho no Brasil, ressalta a perspectiva patrimonialista que concebe o Estado como pertencente à autoridade, ou seja, representa uma apropriação privada da *coisa pública* por parte dos governantes. Assim, no Brasil, até a década de 1980, os conselhos existem predominantemente na forma de conselhos de notáveis, com caráter tecnocrático como dito anteriormente.

Entretanto, a partir da década de 1980, no contexto de luta contra a ditadura militar, os movimentos populares se organizam com o intuito de participação na gestão da coisa pública e os conselhos se inserem nesse contexto como instrumentos de participação cidadã e democratização da gestão do Estado.

A nova categoria de participação cidadã tem como eixo a construção de um projeto de sociedade, que concebe o Estado como um patrimônio comum a serviço dos cidadãos, sujeitos portadores de poder e de direitos relativos à comum qualidade de vida. Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado. (MEC, 2004, p. 19)

Especificamente na área de educação, a publicação situa os conselhos na gestão dos sistemas e apresenta uma retrospectiva histórica dos conselhos de educação no Brasil até os dias atuais e ressalta:

No Brasil os conselhos de educação, desde os seus primórdios até os dias atuais, assumiram a feição de conselhos de notáveis, concebidos como de assessoria especializada ao governo, com ação mais voltada para o credenciamento de instituições educacionais, do que na formulação de políticas públicas de educação e de mobilização social. (MEC, 2004, p.27)



O documento apresenta também as competências normalmente atribuídas aos conselhos como quatro principais: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.

Ao tratar dos conselhos na gestão das instituições educacionais especificamente, o texto pauta tanto os conselhos na educação superior, como na educação básica e esclarece as distinções necessárias.

No que tange aos conselhos nas instituições de educação básica, que são os conselhos escolares propriamente ditos, o texto informa que surgiram como ainda “*incipiente estratégia de gestão democrática*” durante o final da década de 1970, no contexto de abertura democrática, por ocasião da retomada das eleições para governadores. Assim, apresenta a experiência de alguns estados pioneiros (Minas Gerais, São Paulo, Porto Alegre, entre outros) na criação e funcionamento de conselhos escolares.

Essas experiências, e a forte presença das entidades de educadores da educação pública, reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, nos debates da Constituinte, garantiram a inclusão, na Constituição de 1988, do princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei (art. 206, VI). (MEC, 2004, p. 34)

Entretanto, no que tange a tal princípio na LDBN, o texto informa que foi adotada a *estratégia de remeter aos sistemas de ensino a definição das normas de gestão democrática do ensino público na educação básica*, estabelecendo, porém, dois condicionantes: a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola (art. 14, LDBN, 1996).

O processo de elaboração e aprovação da atual LDBN teve particularidades importantes, as quais trataremos mais detalhadamente adiante. A explicação apresentada pelo MEC para a estratégia adotada é que:

Com isso a LDB procurou respeitar a autonomia das unidades federadas, os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei e atribuiu à União a responsabilidade da coordenação da política nacional de educação (art. 8º), ao mesmo tempo em que estabeleceu, nos arts. 14 e 15, um princípio e duas diretrizes para a implementação do princípio constitucional da gestão democrática.





A segunda parte do caderno denominada *Conselhos escolares nos sistemas de ensino* apresenta diversas experiências de implantação de conselhos escolares nos sistemas de ensino estaduais, do Distrito Federal e municipais após a promulgação da atual LDBN, procurando destacar alguns pontos importantes: 1) A regulamentação dos conselhos escolares pelos sistemas de ensino; 2) A concepção dos conselhos escolares e as formas de equivalência; 3) As funções atribuídas; 4) A composição; 5) O funcionamento.

O texto apresenta diversos dados de maneira geral, confeccionando um panorama abrangente do formato adotado e do funcionamento dos conselhos escolares em cento e um sistemas de ensino (entre estaduais, do Distrito Federal e sistemas municipais de ensino).

Quanto à regulamentação, o texto chama a atenção para a normatização excessiva a respeito dos instrumentos de gestão democrática, o que acaba por limitar a autonomia das unidades na instituição de suas próprias normas de funcionamento, visto que estas estão pré-estabelecidas ‘por cima’ por decretos e portarias.

No que se refere à concepção de conselhos ou equivalentes, o texto afirma que a LDBN não institui o conselho escolar, mas o apresenta como alternativa para a participação das comunidades escolar e local na gestão escolar. Podendo se dar esta através dos conselhos escolares ou de *equivalentes*. Segundo a pesquisa levada a cabo pelo MEC, dos 101 sistemas de ensino pesquisados:

Alguns poucos adotam a figura do Conselho Escolar no sentido propriamente dito, como colegiado deliberativo, consultivo, fiscal e mobilizador, inserido na estrutura de gestão da escola e regulamentado em seu Regimento. A maioria preferiu a criação de entidades civis, como associações de pais e mestres, ou outras similares, com institucionalidade independente da escola, personalidade jurídica e estatuto próprios. Essa figura tem como principal objetivo atender à questão jurídica da gestão de recursos, especialmente como unidades executoras do Programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE). (MEC, 2004, p. 43)

Assim, segundo o documento elaborado pelo MEC, a maioria dos sistemas de ensino pesquisados não possuem conselho escolar como órgão de deliberação coletiva imbuídos das funções deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora, instituídos no sentido de democratização da gestão escolar.

A parte final do documento propõe algumas questões para discussão com o intuito de “auxiliar nas discussões para a instituição e implementação dos conselhos escolares pelos sistemas de ensino”. (MEC, 2004, p. 52) As questões selecionadas se referem: ao significado e



amplitude das normas instituidoras; à institucionalidade e autonomia da escola; à mobilização da comunidade para a participação na escola; às distinções necessárias entre conselhos, entidades escolares e unidades executoras; à concepção e cultura do exercício do poder nas instâncias executivas dos sistemas de ensino.

Quanto às normas instituidoras, o texto do MEC, chama a atenção sobre a excessiva regulamentação, que são usualmente estabelecidas para ações, principalmente na área da educação, o que promove um engessamento das práticas e retira das instituições a possibilidade de alguma autonomia.

168

Para garantir o espaço de autonomia da escola é preciso que a lei da gestão democrática afirme diretrizes e princípios, como estratégias do alcance dos objetivos legais. Garantidos os princípios, a norma deve ser sucinta o suficiente para não invadir rotinas e práticas do cotidiano escolar e padronizar o diferente, matando no nascedouro a possibilidade de singulares e ricas experiências. (MEC, 2004, p. 55)

Desse modo, é importante que a regulamentação da gestão escolar não seja tão minuciosa a ponto de não permitir que cada escola estabeleça as normas que guiarão seu conselho da maneira que concebem como mais adequada.

Quanto à institucionalidade e autonomia da escola, o documento ressalta que as unidades federadas ao receberem autonomia para normatizar seus sistemas de ensino, encontram-se num impasse ao tentar conciliar o princípio da gestão democrática do ensino público presente na Constituição e a progressiva autonomia da escola pública presente na LDBN.

A saída do impasse, em alguns casos, parece ter sido encontrada via criação de Conselhos Escolares com personalidade jurídica e institucionalidade próprias. Os conselhos dotados de graus significativos de autonomia, de exercício democrático do poder por meio da deliberação coletiva, e as escolas sem identidade, institucionalidade. (MEC, 2004, p. 55)

Entretanto, essa saída parece incongruente com relação à perspectiva de autonomia escolar, pois o conselho, para ser instrumento de gestão democrática da instituição, deve inserir-se dentro da estrutura da escola, não sendo superior ou paralelo a ela.

Assim, muitas vezes o que os sistemas de ensino estabeleceram para cumprir as demandas legais da constituição e da LDBN, não foram conselhos, mas os



chamados *equivalentes*. A partir disso, o texto estabelece as distinções necessárias entre conselhos escolares e outras entidades.

Segundo o documento fundações, associações ou outras entidades com personalidade jurídica próprias, pautadas na perspectiva de apoio ou assistência à escola são, mas não deveriam ser, entendidos pelos sistemas de ensino, como equivalentes aos conselhos escolares, visto que estes devem ser sempre “*formas de democracia direta ou representativa, mas sempre com o poder deliberativo situado na estrutura da instituição escolar*”. Por tanto formas equivalentes aos conselhos escolares, seriam, por exemplo, as assembleias escolares.

A preocupação ressaltada, a partir do exposto, é de que entidades do chamado terceiro setor assumam funções do Estado que seriam “*por natureza, intransferíveis e indelegáveis*”.

Outro ponto salientado é a questão da mobilização e participação, os conselhos, por sua função mobilizadora, estão inseridos na perspectiva de pertencimento do bem público à cidadania. O que esbarra no antigo, mas ainda presente, paradigma patrimonialista onde os interesses corporativos sobrepujam interesses coletivos.

Mas, para que essa mobilização ocorra, é fundamental que se institua um novo paradigma, uma nova concepção de participação, expurgada dos velhos conceitos de apoio, colaboração, ajuda, adesão e tantos outros que radicam no pressuposto que exclui o exercício de poder. O novo paradigma de participação implica, fundamentalmente, exercício de poder. Se o ator faz parte da ação tem o direito de fazer parte da decisão, uma vez que a ação afeta sua vida. No mais, as pessoas não têm ânimo para se comprometer, se mobilizar por causas que não lhe pertencem, que não dizem respeito às suas vidas. (MEC, 2004, p. 59)

A última questão tratada pelo documento é sobre a democratização da gestão dos sistemas de ensino. Ressaltando novamente a tradição patrimonialista, o texto faz um apelo aos dirigentes dos sistemas de ensino para que busquem a efetivação da gestão democrática do ensino e que procurem disseminar nas escolas a cultura democrática.

Os conselhos escolares são, como visto, um condicionante legal, para o exercício da gestão democrática do ensino público. O texto ressalta o papel que estes podem desempenhar na superação da tradição patrimonialista do estado brasileiro, porém, também esclarece que novas formas muitas vezes são contaminadas por velhos padrões, e que para uma mudança efetiva, é necessária uma mudança de paradigma.

Nos cabe perguntar: será que estamos caminhando para a efetiva superação da tradição patrimonialista do estado brasileiro e de seus entes federados? A análise da regulamentação dos



conselhos escolares nos sistemas de ensino, e a falta de tal regulamentação na LDBN 1996, podem nos dar uma pequena pista no sentido de elucidar essa questão.

### **Conselhos escolares na legislação**

A constituição de 1988 representa um grande avanço no sentido da democratização das instituições e de garantia de direitos sociais por parte da população, tanto que ficou conhecida como a constituição cidadã.

Durante a constituinte de 1987-1988 os defensores da escola pública, reunidos no Fórum de educação na constituinte em defesa do ensino público e gratuito, contabilizaram importantes conquistas, entre elas

Garantiram a gratuidade do ensino público em todos os níveis; o piso salarial profissional com ingresso somente mediante concurso público e regime jurídico único para o magistério da União; a gestão democrática do ensino público; a autonomia universitária; a definição da educação como direito público subjetivo e a manutenção da vinculação orçamentária com a ampliação do percentual da União. (SAVIANE, 2013)

No entanto, segundo Saviane a aprovação da Constituição fecha uma década de grande mobilização e de conquistas no campo educativo, já no início da década de 1990, logo após a abertura política, os movimentos populares perdem força, o que se manifesta, inclusive, nos documentos oficiais posteriores, nos quais a perspectiva neoliberal consegue se impor, esse é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL 1996).

O discurso elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura e apresentado aos dirigentes e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação através da publicação denominada *Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública*, nos parece sugerir que a legislação federal através da LDBN respeitou a autonomia dos entes federados na regulamentação necessária aos princípios constitucionais, entre eles o da gestão democrática do ensino público.

Entretanto, faz-se necessária a abertura de um parente elucidativo sobre o processo de debate, feitura e promulgação da atual LDBN.

Logo após a promulgação da constituição de 1988, foi apresentado na Câmara dos Deputados um projeto de lei encaminhado pelo então deputado Octávio Elísio, o projeto



(1258/88). Após a promulgação da Constituição de 1988, por iniciativa do então deputado Octávio Elísio, foi apresentado na Câmara dos Deputados um Projeto de LDB que buscava o coroamento das inúmeras manifestações populares em favor da educação, debates ocorridos na sociedade brasileira envolvendo a educação e seu processo democrático.

Fiel às discussões que ocorreram em todo Brasil em Congressos, Seminários, Simpósios com as mais variadas entidades representativas do setor educacional, o projeto enfrentou uma dura batalha nos âmbitos representativos da sociedade, tais como, a Câmara dos Deputados e no Senado.

Foram duras as discussões, a Comissão de Educação da Câmara realizou 40 audiências públicas para tratar do projeto. O 1º substitutivo do Deputado Jorge Hage foi resultado de 13 projetos parlamentares fruto de debates em audiências.

Os debates foram intensos e em 1990 surge o 2º Substitutivo Jorge Hage compreendendo 978 emendas e 2.000 sugestões oriundas dos debates em audiências públicas e dos principais setores da sociedade civil.

Foi a partir de 1992 que o Senador Darcy Ribeiro, com o apoio do MEC, inicia o processo de manobra para a desarticulação e obstrução do projeto de LDB, desconsiderando todo o percurso que uniu a sociedade civil organizada e a Câmara dos deputados.

O fato é que após indas e vindas o projeto é aprovado na Câmara no dia 13/05/93 e dá entrada no Senado Federal recebendo o nº 101/93, o seu relator foi o então Senador Cid Sabóia que deu prosseguimento as discussões recebendo emendas e promovendo audiências públicas. Não foi complicada a aprovação do parecer em 1994, na Comissão de Educação do Senado. Contudo, em 17/03/1995 o Substitutivo Cid Sabóia retorna, após um artifício regimental, às Comissões de Educação e de Justiça e Cidadania, e é considerado inconstitucional, através de Parecer do Senador Darcy Ribeiro, o que significou uma surpresa para muitos, tendo em vista que, no percurso das instâncias representativas, a inconstitucionalidade não tinha sido, até então, aventada.

Era a oportunidade da retirada do Substitutivo Cid Sabóia e a apresentação de uma nova proposta de LDB, da autoria do próprio Darcy Ribeiro, um verdadeiro desrespeito ao trabalho de todos os setores representantes dos educadores.



Evidentemente, esse processo foi duramente criticado por educadores do País, afinal, em que pese os ajustes necessários para o Substitutivo Cid Sabóia, ele significava para muitos a carta de intenção expressa por movimentos populares e setores da sociedade civil organizada.

Assim, o texto aprovado como LDBN representa um golpe no movimento de educadores, pois enquanto estes participavam das discussões para a elaboração de um projeto que representasse um consenso entre sociedade organizada e governo no tocante a educação nacional, um outro projeto, de autoria de Darcy Ribeiro, produzido sem nenhum debate aberto à população, foi aprovado pelo governo. (BRZEZINSKI, 2000)

Nesse sentido, no texto aprovado, muitas das questões consideradas como fundamentais para os educadores foram negligenciadas. No tocante a gestão democrática do ensino, as garantias se restringem à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico das instituições educacionais e os conselhos escolares com participação da comunidade escolar e local.

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Para que se institucionalizassem organismos de gestão coletiva inseridos na estrutura da escola, como conselhos ou assembléias escolares, era necessário que ficasse claro na regulamentação do princípio de democratização da gestão do ensino público o que são e qual a função desses instrumentos. Entretanto, o que se observa no texto da LDBN 1996 é uma relativização do espaço do conselho como instrumento de gestão democrática por falta de definição e pelo aceite de equivalentes.

Podemos perceber que a LDBN 1996 trata de maneira reducionista o princípio de gestão democrática do ensino e a normatização necessária para a efetivação do princípio não é garantida, ficando a critério dos sistemas de ensino.

Assim como a normatização excessiva priva as instituições da possibilidade de autonomia através da auto-instituição de suas normas, a falta de determinadas garantias na





regulamentação dos princípios constitucionais possibilitam também o esvaziamento do sentido das mesmas, ainda mais, considerando toda a tradição patrimonialista que nos acompanha.

Embora saibamos do estabelecimento dos princípios constitucionais como metas a serem alcançadas, entendemos que a falta de regulamentação com relação ao princípio de gestão democrática na LDBN se constitui como um impeditivo na busca pela efetivação de tal meta.

Um exemplo disso é a regulamentação estabelecida pelo estado do Rio de Janeiro para seu sistema de ensino. A lei que regulamenta os conselhos escolares no estado do Rio de Janeiro é a Lei nº 2838 de 1997. Que versa:

Art. 1º - As unidades da rede pública estadual de ensino contarão com Conselhos Escolares consultivos, constituídos por representantes eleitos por voto universal de estudantes, professores, pais de estudantes e funcionários.

Parágrafo único - Os estudantes que não tenham 12 anos de idade completos terão direito a participar dos debates, ressalvando-se unicamente o ato específico de votação.

Art. 2º - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, inclusive dos suplentes.

Parágrafo único - Caso o conselheiro eleito deixe a comunidade escolar, o mesmo será substituído em definitivo pelo suplente.

Art. 3º - A função de membro do Conselho Escolar não será remunerada.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Estadual de Educação, na forma do artigo 307, inciso VI, da Constituição Estadual, estabelecer as normas segundo as quais os Conselhos criados por esta Lei acompanharão o nível pedagógico das escolas.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, o que for necessário à execução desta Lei.

Assim, no sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, os conselhos escolares possuem caráter meramente consultivo, ou seja, a regulamentação impõe uma restrição às funções do conselho escolar. Dizendo de maneira mais clara, os conselhos escolares são compreendidos como *“formas de democracia direta ou representativa, mas sempre com o poder deliberativo situado na estrutura da instituição escolar”* como um instrumento de gestão democrática e não um espaço de referendo para decisões tomadas de forma centralizada, numa palavra, o que se estabeleceu no rio de janeiro não deveria ser chamado de conselho escolar.

Para além disso, ao mesmo tempo em que se descaracterizam pela regulamentação, os *conselhos* como instrumentos de gestão democrática, engessam sua estrutura com uma normatização excessiva ao determinar *por cima* seu formato, estabelecendo que se dará por





representantes e suplentes eleitos de dois em dois anos pelo voto de estudantes, professores, pais e funcionários.

As escolas poderiam, com efeito, aderirem às assembleias escolares e não utilizarem o recurso da representação, poderiam também, por exemplo, utilizando a representação, não utilizar o recurso da suplência e na falta de um conselheiro, o segmento representado escolheria um novo conselheiro, poderia ainda, julgar conveniente um prazo distinto para o mandatos de conselheiros, mas tudo isto é vedado pela normatização imposta verticalmente.

As garantias necessárias ao fortalecimento da perspectiva de gestão democrática não são dadas, entretanto a normatização estabelecida é tão rigorosa que não permite a auto-instituição de suas próprias normas nos espaços chamados de conselhos escolares no estado do Rio de Janeiro. A forma é totalmente antagônica, com relação ao conteúdo, não se pode crer que tal regulamentação caminhe no sentido de tornar real o princípio ao qual ela se refere.

## Conclusão

Nossa interpretação para estes fenômenos, não é a de que a legislação federal caminha no sentido da descentralização política e, por isso, permitiu aos entes federados autonomia a regulamentação dos princípios constitucionais, mas infelizmente os sistemas encontram se ainda muito contaminado com a perspectiva patrimonialista de apropriação do público pelo privado.

Parece-nos mais plausível a influência da perspectiva neoliberal na regulamentação dos princípios constitucionais relacionados à educação desde a promulgação da LDBN 1996, nos moldes já descritos. Não pretendemos com isso negar a influência da cultura política que certamente carrega ainda muita influencia da perspectiva de apropriação privada da coisa pública.

Entretanto, a discrepância entre discurso e prática é, como visto anteriormente, uma estratégia importante utilizada pelo neoliberalismo na implementação de seu projeto político. A propagação das bandeiras de democracia, participação e cidadania, no discurso oficial, não vem acompanhada de medias efetivas que garantam a descentralização política nas instituições nacionais, entre elas a escola.



## Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em 08/01/2013.

BRASIL. *Leis Diretrizes e Bases da Educação*. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em 08/01/2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Básica. *Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública*. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, Novembro de 2004.

BRZEZINSKI, Iria. Diversos olhares se entrecruzam interpretando a LDB. In. BRZEZINSKI, *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. – 3. Ed. Revista – São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In. MATO Daniel (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95 – 110.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 2838, de 25 de novembro de 1997*. Rio de Janeiro, ALERJ, 1997.

SAVIANE, Demerval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência.

SHIROMA, Eneida et. al. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 3º edição.

VALLE, B. de B. R., VASCONCELOS, Maria Celi Chaves (Orgs.). *Conselhos Municipais de Educação: organização e atribuições nos sistemas de ensino do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2012.



## **ESCOLARIDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS USUÁRIOS DO CRAS LESTE NO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - MG<sup>1</sup>**

BARBOSA, Josirene de Carvalho

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*

[josirene.barbosa@ifsuldeminas.edu.br](mailto:josirene.barbosa@ifsuldeminas.edu.br)

NUNES, Sylvia da Silveira

*Docente da Universidade Federal de Alfenas e do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*

[sylviasnunes@yahoo.com.br](mailto:sylviasnunes@yahoo.com.br)

176

### **RESUMO**

Por entender que a escola reproduz as práticas da sociedade capitalista, faz-se necessário pensar qual tem sido o seu papel na dinâmica social, sobretudo para as classes menos favorecidas. Neste sentido, a pesquisa pretende analisar qual o papel da escola – incluir ou excluir as classes marginalizadas? As entrevistas serão feitas com jovens que não concluíram o ensino fundamental e hoje se encontram em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa visa também conhecer as causas da evasão e os obstáculos à aprendizagem dos sujeitos pesquisados, além de compreender suas trajetórias de vida e de trabalho e a relação destas variáveis com a baixa escolaridade. A metodologia utilizada será a pesquisa etnográfica. Os sujeitos serão selecionados através do cadastro das famílias atendidas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Zona Leste – da cidade de Poços de Caldas - MG. Após as entrevistas e observações, os dados serão registrados e se procederá à análise das falas dos sujeitos, em constante diálogo com o referencial teórico utilizado. Espera-se, com este trabalho, contribuir com novas reflexões sobre o papel da escola na sociedade contemporânea e sua transformação em um espaço a serviço da emancipação social.

**Palavras-chave:** Educação; Vulnerabilidade Social; Inclusão/Exclusão Social.

### **ABSTRACT**

By understanding that school reproduces the capitalist society's practices, it turns out necessary to think about what has been its role inside the social dynamics, especially for the less favored classes. Therefore, the research intends to analyze what is the role of the school - does it exclude or include the marginalized classes? Interviews will be made with young people did not conclude basic education and today find themselves in a situation of social vulnerability. The research also seeks to know the causes for the evasion and the obstacles to knowledge found by the subjects, as well to comprehend their ways of life and work and the relationship between those variables and the low level of education. The methodology applied will be the ethnographic research. The subjects will be selected by the cadastre of the families assisted in the Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) - Zona Leste - in the city Poços de Caldas - MG. After the interviews and notes, the gathered data will be registered and it will proceed to the analyzing of the subjects' quotes, by constant dialogue adapted by the applied theoretic referential. It is expected to contribute with new reflections about the school role in contemporary society and its transformation into a space for social emancipation.

**Key-words:** Education; Social Vulnerability; Social Inclusion/Exclusion.

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS.



## Introdução

O interesse pelo tema desta pesquisa surge da atuação da primeira autora no âmbito da psicologia escolar, numa tentativa de romper com a perspectiva das dificuldades de aprendizagem centradas exclusivamente no aluno e em suas famílias e de trazer à tona as dificuldades da escola em incluir todos os alunos. Essa nova perspectiva relaciona-se a uma mudança de paradigma na atuação do psicólogo escolar e educacional desde os anos 1970, o qual passa a ser visto como agente a serviço da transformação social e não mais como reprodutor de um sistema social excludente.

Desde sua constituição, a Psicologia teve por base a “(...) crença liberal de que a sociedade de classes seria justa se cada um ocupasse o devido lugar, em função de suas capacidades pessoais” (PATTO, 1995, p. 8). Essa crença, baseada nos ideais modernos, estendeu-se à escola, sendo a Psicologia sua fiel reprodutora. Sua função passou a ser a de identificar e classificar os mais aptos e os menos aptos à escolarização, perpetuando um estado de coisas - repetição, estereotipia, cristalização - nas instituições escolares, com suas práticas não críticas, contribuindo para a manutenção da ordem social injusta que vigorava no país (PATTO, 1995).

A partir da década de 1970, começam a circular no Brasil as teorias crítico-reprodutivistas, trazendo as ideias de autores como Althusser e Bourdieu, que se empenharam em mostrar o papel ideológico e excludente da escola. Foram estes autores os responsáveis por alertar à Psicologia sobre o seu papel de reprodutora de um sistema excludente no âmbito escolar. A partir daí, novos movimentos vão surgindo no cenário da Psicologia Educacional e o trabalho do psicólogo escolar/educacional passa a girar em torno de um compromisso social com a pessoa e com seu processo de escolarização. A instituição e as relações sociais passam a ser o foco da análise, e não mais apenas o aluno (PATTO, 1995).

Patto (1995) nos alerta que só é possível compreender o que se passa nas escolas se voltarmos o olhar para realidade social que as inclui. Ou seja, não há como pensar a escola sem uma análise social mais ampla. E pensar a escola nos remete a pensar em seu papel controverso: a escola é instrumento da inclusão ou da exclusão social? É ferramenta propulsora do desenvolvimento humano e da transformação social ou é agente a serviço da desigualdade e da manutenção de um sistema de classes? Será a escola o lugar por excelência da possibilidade do exercício da aprendizagem e, conseqüentemente, da cidadania, ou não



passa de mera reprodutora das práticas discriminatórias presentes na sociedade capitalista? Ou será que a escola comporta esses dois extremos? O que os usuários do CRAS pensam a respeito? Que escola eles viveram? Será que os usuários do CRAS são justamente os que viveram o lado exclusivo da escola?

Essas questões remetem a outras não menos importantes: como fazer da escola um instrumento de transformação social? Como ela poderá cumprir seu papel de formação humana? Como poderá se transformar num lugar, de fato, inclusivo? Não há respostas simples para esses questionamentos. Faz-se necessária uma análise mais aprofundada de algumas questões que vem deixando marcas no cenário escolar brasileiro, entre elas, a repetência e a evasão, sobretudo das crianças pobres.

Segundo Machado e Proença (2004), em geral, as crianças consideradas como um “problema” na escola e encaminhadas para os psicólogos, são oriundas das escolas públicas e fazem parte das camadas mais pobres da população. A partir da década de 1980, várias pesquisas nas áreas da Psicologia Escolar (PATTO, 1984, 2002), da Psicologia Social (LESER e FREIRE, 1986), da Linguística (CAGLIARI, 1985; SOARES, 1986), da Medicina (MOYSÉS e LIMA, 1982) e da Pedagogia (COLLARES, 1989), passaram a investigar a relação fracasso escolar e pobreza, questionando a concepção que culpabiliza o aluno pelo fracasso escolar, refletindo sobre aspectos até então não valorizados, como a má qualidade do ensino e as práticas escolares discriminatórias e cristalizadoras a respeito da criança pobre (MACHADO; PROENÇA, 2004).

Para Proença (2004), apesar de avanços observados no aumento do número de vagas na escola desde a década de 1980, a qualidade do ensino ofertado à população não é nada motivadora. Altos índices de evasão e repetência denunciam esse fato. O Relatório de Desenvolvimento de 2012 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - mostra que, apesar do Brasil apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, a taxa de abandono escolar do país foi de 24,3%, a terceira maior entre os 100 países com maior IDH (o Brasil ficou na 85ª posição entre os países do globo). Os dados apontam que um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série (PNUD, 2013).

Ainda que haja avanços quanto ao número de vagas ofertadas pela escola, principalmente através das ações afirmativas e de programas voltados para a inclusão das camadas populares no mercado de trabalho, o ensino ministrado ainda apresenta problemas.



De acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Brasil alcançou uma média de 5,0 pontos, em uma escala de 0 a 10 - nos anos iniciais do Ensino Fundamental (primeiro ao quinto) e de 4,1 nos anos finais (sexto ao nono), em 2011. Estes dados significam que a qualidade da educação no país está aquém da média correspondente a um sistema educacional de qualidade (que é de 6,0), comparável a dos países desenvolvidos (INEP, 2011).

Se a escolarização não é para todos, o que resta às classes marginalizadas? Quais as possibilidades que essas pessoas encontram dentro do sistema capitalista? Quais as formas de sobrevivência nesse sistema?

Muitas políticas públicas e programas educacionais brasileiros têm sido desenvolvidos no sentido de incluir as classes marginalizadas na sociedade, como a Educação Especial, a Educação Profissional e Tecnológica, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), entre outros. Porém, é importante uma análise dos sistemas de ensino atuais, visto que parece haver uma ênfase maior na inclusão para o mercado de trabalho em detrimento de uma inclusão de fato, voltada à emancipação social. Seria esta a única inclusão necessária? Seria este o papel da escola?

Para Martins (1997, p. 26), o que existe atualmente em nossa sociedade é uma inclusão precária, um “(...) ajustamento econômico, social e político decorrentes da exclusão”. O autor ressalta que resta a estes sujeitos incluídos marginalmente apenas lugares residuais na sociedade e que o processo que se chama de exclusão cria, atualmente, “(...) uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (MARTINS, 1997, p. 34). Assim, para o autor, não existe exclusão, mas uma inclusão marginal que impossibilita as pessoas de participarem ativamente de outras instâncias sociais.

Nesta perspectiva, podemos pensar que a escola pode estar contribuindo para formar uma massa de mão-de-obra acrítica, com o objetivo de sustentar a elite social. E podemos concluir que essa massa tem pouca ou quase nenhuma chance de ascender socialmente, visto que as oportunidades dentro da lógica capitalista não são iguais para todas as pessoas.

Pensar o papel da escola na sociedade contemporânea torna-se de fundamental importância para entendermos os processos sociais de exclusão e/ou inclusão precária das classes marginalizadas, na busca de alternativas que possibilitem que a escola possa ofertar





ensino de qualidade, que possa ser um espaço do exercício da cidadania, comprometido com a transformação social e com formas dignas de vida e de participação social de todas as pessoas.

Com base nesses pressupostos, o objetivo desta pesquisa é compreender qual tem sido o papel da escola na contemporaneidade: incluir ou excluir as classes marginalizadas? Para responder esta pergunta, optamos por ouvir jovens em situação de vulnerabilidade social, os quais, em algum momento, evadiram-se do espaço escolar e hoje necessitam da assistência social. A pesquisa visa também conhecer as causas da evasão e os obstáculos à aprendizagem dos sujeitos pesquisados, além de compreender suas trajetórias de vida e de trabalho e a relação destas variáveis com a baixa escolaridade. Os sujeitos serão selecionados através do cadastro do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Zona Leste – da cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Acreditamos que ouvir esses jovens que se encontram hoje fora do contexto escolar e em situação de vulnerabilidade social pode contribuir para a reflexão sobre a temática inclusão/exclusão proposta no projeto, contribuindo para uma análise mais ampla das instituições escolares e, conseqüentemente, da sociedade.

### **O papel da escola - incluir ou excluir?**

A questão da marginalidade social dentro da escola foi discutida por Saviani (2008), ao analisar as teorias educacionais em sua relação com este fenômeno. Saviani (2008) classificou essas teorias em dois grupos: teorias que entendem a educação como um instrumento de equalização social - teorias não críticas, e as teorias que entendem a educação como um instrumento de discriminação social, um fator de marginalização - teorias crítico-reprodutivistas.

As teorias não críticas são assim denominadas por Saviani (2008, p. 4) por entenderem a sociedade como “(...) essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros”, sendo a marginalidade um fenômeno acidental, um desvio que deve ser corrigido.

Essas teorias consideram que o papel da escola é incluir as pessoas no todo social, garantindo a integração de todos. Este entendimento esteve presente nos vários tipos de sistemas de ensino que a escola apresentou desde sua criação, nas várias teorias educacionais, como a Escola Tradicional ou Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova ou Escolanovismo e a Pedagogia Tecnicista (SAVIANI, 2008).





Essas teorias educacionais fracassaram no sentido de incluir as classes menos favorecidas da sociedade e de alcançar o ideal burguês de educação como direito de todos e dever do Estado (SAVIANI, 2008).

Analisando os sistemas de ensino atuais - como a Educação Inclusiva, a Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino à Distância - é possível observar uma tentativa de alcançar esse ideal burguês. Faz-se necessário um estudo mais aprofundado destes sistemas para entendermos as contradições presentes nas práticas escolares, as quais, ainda que tenham como objetivo a inclusão de todas as pessoas, não deixam de reproduzir as práticas excludentes da sociedade.

A Educação Inclusiva, sob o lema da “Escola para todos”, tem sido uma tentativa de incluir os “diferentes” nos sistemas de ensino, tendo grande destaque os alunos da Educação Especial - pessoas com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades -, além de alunos negros e aqueles com baixa renda, através de ações afirmativas como os sistemas de cotas para ingresso nas universidades públicas de ensino e nos Institutos Federais de Educação. Apesar dos avanços nítidos na inclusão desse público, questiona-se se a Educação Inclusiva não tem se configurado numa teoria não-crítica da sociedade, uma vez que o ideal da inclusão tem sido incorporado muitas vezes num sentido acrítico, voltado à integração e à socialização principalmente de alunos da Educação Especial, em detrimento de um ensino voltado à formação, ao desenvolvimento de habilidades e à autonomia dos alunos. A Educação Inclusiva, para além da simples integração e da socialização, precisa garantir também a aprendizagem. Neste sentido, Crochík *et al.* (2009) enfatiza: “(...) se a inclusão escolar não significar também o máximo desenvolvimento possível das capacidades intelectuais, ela será apenas a máscara para a marginalização dentro de sala de aula” (CROCHÍK *et al.*, 2009, p. 46).

O simples acesso à escola comum não garante às pessoas com necessidades educacionais especiais uma educação de qualidade. Segundo Mendes (2006), apesar de haver uma ênfase das políticas de Educação Especial no acesso à escola regular, nem o acesso nem a qualidade da educação ofertada a esse público são satisfatórios, uma vez que a grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se hoje fora de qualquer tipo de escola e, aqueles que têm acesso à educação formal não encontram garantias quanto à sua permanência e/ou sucesso em sua trajetória escolar:



As mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam à falta de acesso. Os poucos alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. Além da predominância de serviços que envolvem, desnecessariamente, a segregação escolar, há evidências que indicam um descaso do poder público, uma tendência de privatização (considerando que a maioria das matrículas está concentrada na rede privada, mais especificamente em instituições filantrópicas) e uma lenta evolução no crescimento da oferta de matrículas, em comparação com a demanda existente (MENDES, 2006, p. 397).

Não apenas o acesso destes alunos à escola regular é importante; sua permanência e a conclusão com êxito dos graus escolares é condição fundamental para a emancipação dos mesmos. Reconhece-se o trabalho de muitas escolas e profissionais em busca de um ensino de qualidade para esse público, porém, muitos obstáculos ainda se fazem presentes.

Refletir sobre o que significa de fato incluir, sobre o que é uma escola inclusiva e que inclusão é possível à escola ofertar é extremamente necessário se quisermos avançar no sentido de transformar as práticas sociais que produzem a exclusão. A banalização dos termos “inclusão/exclusão” e a falta de reflexão sobre os mesmos podem impedir mudanças significativas nas práticas escolares. Para muitos, a inclusão parece estar relacionada à capacitação para o mercado de trabalho, ou à simples conclusão de um ciclo escolar, ou à não-repetência; ou ainda a um trabalho diferenciado com pessoas que tenham um laudo médico, o qual comprove determinada limitação física. A confusão de conceitos como “Educação Inclusiva” e “Educação Especial” é algo corriqueiro nas escolas. A Educação Inclusiva muitas vezes é considerada apenas como “inclusão de pessoas com deficiência”, o que limita o termo, o qual é muito mais abrangente. Neste sentido, as práticas educativas têm deixado de lado uma gama de alunos, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e sem um laudo médico que os rotule como incapazes para determinadas funções. Essas são formas de exclusão sutis, as quais necessitam ser questionadas. As políticas públicas têm enfatizado a Educação Especial, mas não há uma reflexão sobre a escola “normal”, sobre os problemas que a escola produz e reproduz em sua dinâmica, entre eles, a exclusão.

Enfim, sob a bandeira da inclusão são encontrados, na atualidade, práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que podem ser extremamente divergentes. Uma tomada de posição consciente dentro desse conjunto de possibilidades deve começar pelo entendimento que se tem acerca do princípio da inclusão



escolar, lembrando que o termo assume atualmente o significado que quem o utiliza deseja (MENDES, 2006, p. 396).

Refletir sobre os termos - “inclusão”, “exclusão”, “Educação Inclusiva” - numa tentativa de superar a definição simplista que muitas vezes lhes é dada, pode ser um passo fundamental para a transformação das práticas educacionais. Martins (1997) nos auxilia a refletir sobre o termo “exclusão” e, conseqüentemente, em seu oposto – “inclusão” -, convidando-nos a romper com rótulos que, muitas vezes, sobrepõem-se ao movimento de transformação da realidade. Pensar o binômio inclusão/exclusão é ir além dos simples conceitos, na tentativa de entender as relações sociais postas que produzem essa dinâmica. Para o autor (1997, p. 27) “o conceito é inconceitual”, impróprio, e distorce o próprio problema que pretende explicar. A simples conceituação sem reflexão empobrece a perspectiva da interpretação da prática que os profissionais desenvolvem em seus campos de atuação.

Para Martins (1997), não existe exclusão. O que existe é um complexo processo social de redefinição de posições e localizações das pessoas no mundo do trabalho, particularmente, e na vida social, em geral. O que existe é uma inclusão marginal, uma integração econômica, porém, há uma desintegração moral e social das pessoas.

Martins (1997, p.35) denuncia a “nova desigualdade” dos dias atuais: as pessoas têm seus direitos reconhecidos, porém trata-se de uma sub-humanidade, uma humanidade incorporada através do trabalho precário.

Assim, é importante pensar se a escola não tem servido a esta inclusão precária e se a Educação Inclusiva não tem se configurado como uma teoria não-crítica do tecido social.

Também a Educação Profissional e Tecnológica, com sua ênfase na racionalidade, na objetividade, na eficiência e na produtividade, rumo à inclusão das pessoas no mercado de trabalho, merece ser questionada quanto ao seu papel na dinâmica social. A ênfase na formação do trabalhador nem sempre caminha junto à formação para a emancipação humana.

Segundo Crochík *et al.* (2011)

A escola, assim como a educação de uma forma geral, tem se voltado, predominantemente, para a formação do trabalhador, para a defesa de práticas competitivas e as de sobrevivência a “qualquer preço”; tudo isso indica seu anacronismo. O trabalho e a economia continuam centrais nos dias atuais, mas como aparência socialmente necessária (grifo dos autores) (CROCHÍK *et al.*, 2011, pp. 567, 568).



Para Adorno (1967/1995), a educação não deve ter o objetivo de modelar pessoas ou simplesmente transferir conhecimentos. Deve estar voltada à emancipação humana, à experiência, à produção de uma “consciência verdadeira” (ADORNO, 1995, p.141). O que caracteriza esta consciência, segundo Adorno é

(...) o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas do pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação (ADORNO, 1995, p.151).

184

A educação para a experiência estaria então relacionada a uma educação para a vida, não apenas para uma adaptação ao mercado do trabalho, mas para dar condições às pessoas de refletirem sobre si mesmas, sobre seu mundo objetivo e agir sobre ele. Questionar a qualidade do ensino na Educação Profissional e Tecnológica é de fundamental importância para que esta modalidade educacional não esteja apenas voltada à inclusão marginal, à adaptação, ao ajustamento ao sistema, aos interesses do capital, mas que possibilite uma formação para a emancipação, comprometida com a transformação e com a justiça social.

Outra modalidade atual de ensino – o Ensino à Distância (EaD) – vem se fortalecendo no Brasil como uma forma “democrática” de educação, disponível a todos os públicos possíveis, em tempos de muita “informação” e pouquíssima “formação.” Patto (2013) vai questionar a qualidade de tal ensino, a natureza das atividades previstas nessas aulas à distância, a existência de um professor e de um aluno (e de uma relação entre eles), fatores que garantam uma formação ético-política em detrimento de uma formação para a alienação.

As teorias não críticas não levam em consideração as relações da escola com a sociedade, o que dificulta a análise do espaço escolar enquanto instituição social. Neste sentido, é mister refletir sobre os modelos atuais de ensino: esses modelos se configuram como instrumentos de inclusão ou de exclusão das classes marginalizadas?

A análise das teorias crítico-reprodutivistas (SAVIANI, 2008) é também importante neste contexto, visto que elas denunciam a escola em sua função de exclusão social. Bourdieu e Passeron (2008) e Althusser (1970) são os autores centrais dessas teorias.



Bourdieu e Passeron (2008) vão afirmar que a função da escola é a de reprodução das relações de classes, estando a serviço dos interesses das classes dominantes. Esse novo conceito sobre a escola, até então vista como instrumento de equalização social pelas teorias não críticas (SAVIANI, 2008), vem possibilitar uma nova visão da instituição escolar como agente da exclusão.

Para esses autores (BOURDIEU; PASSERON, 2008), as ações pedagógicas tenderão sempre a reproduzir a estrutura da sociedade capitalista, reproduzindo também a distribuição do capital cultural entre os grupos ou classes. Essa reprodução vai se dar através dos que os autores chamam de “violência simbólica”:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p.25)

Para os autores (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 26), “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica”, visto que é imposta por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural. Ou seja, as instituições de ensino, assim como todas as instituições sociais, têm como objetivo impor a cultura dominante em uma dada sociedade e esse ato é um ato de violência simbólica, visto que impõem significados, ideologias, crenças, as quais são dadas como legítimas pelas próprias classes dominadas, tamanha a sutileza dessa imposição.

Essa sutileza pode ser observada na prática dos agentes pedagógicos, a qual vai manifestar o desconhecimento desta verdade, a violência simbólica objetiva. Essa violência é então inconsciente, e este fato é condição essencial para sua legitimidade. Por ser desconhecido o poder arbitrário de imposição, encontra-se objetivamente reconhecido como autoridade legítima, ou seja, autoridade pedagógica (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 33, 34).

Uma vez reconhecida como autoridade pedagógica torna-se naturalizada, não questionada, vista como elemento natural presente na cultura, o que dificulta ou mesmo impede sua desconstrução (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

Apesar de Bourdieu e Passeron (2008) terem analisado em suas teorias o sistema de ensino francês, essas relações de força reproduzidas pelas instituições sociais possibilitam reflexões no âmbito da realidade brasileira.



Se as classes populares são as que se evadem das instituições de ensino, serão também, muito provavelmente, as que não encontrarão muitas oportunidades no mercado de trabalho, restando a elas empregos precários, subempregos, ou mesmo o desemprego, a pobreza, a miséria, e as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, certamente, são as mais atingidas. Entende-se este fato como uma demonstração clara da reprodução da desigualdade social nas instituições escolares.

Outro aspecto a ser considerado é a imposição, pelos sistemas escolares, de uma prática pedagógica acrítica, desconectada da realidade. Nossas escolas estão distanciadas dos problemas sociais, as práticas de ensino não estão voltadas, em sua maioria, para a realidade social, como se a escola estivesse num mundo apartado da realidade. Neste exemplo também, podemos considerar essa reprodução da desigualdade, visto que não há formação crítica que possibilite ao aluno pensar os problemas que fazem parte do seu mundo objetivo, o que contribui para a estagnação de um estado de coisas, como por exemplo, a dominação de uma classe sobre outra e a impossibilidade de ascensão social das classes mais empobrecidas.

Outra questão que possibilita a reflexão sobre a reprodução da estrutura das relações de força entre as classes pode ser observada na ocupação de vagas nas universidades públicas e privadas. Por muito tempo, a maioria dos alunos provenientes das escolas públicas tenderam a preencher as vagas nas universidades particulares, visto que não conseguiam concorrer em situação de igualdade com alunos provenientes de escolas privadas, os quais, em sua maioria, demonstravam maior preparo para o vestibular. Já estes últimos ocupavam as vagas nas universidades federais, visto que eram mais concorridas, exigindo melhor preparo. A lógica parecia estar invertida. Atualmente, as políticas de cotas para negros e alunos de escolas públicas para o ingresso em universidades públicas de ensino têm mudado essa realidade, o que tem sido considerado um avanço com relação à inclusão das classes menos favorecidas da sociedade.

Na mesma lógica de Bourdieu e Passeron (2008), Althusser (1970) ressalta também a reprodução das condições da produção pelas instituições sociais, sobretudo as escolares. Esse autor afirma que essa reprodução das condições materiais da produção não acontece nas empresas: “(...) a reprodução da força de trabalho passa-se essencialmente fora da empresa” (ALTHUSSER, 1970, p. 18).

Segundo o autor, a força de trabalho “(...) deve ser (diversamente) qualificada e portanto reproduzida como tal” (ALTHUSSER, 1970, pp. 19, 20), segundo as exigências da





divisão social-técnica do trabalho, em suas formas variadas de postos e empregos. Esse processo se dá fora da produção, através de outras instâncias e instituições, sobretudo a do sistema escolar capitalista.

Althusser (1970) ressalta assim o papel excludente das instituições de ensino e a forma sutil de como esse processo é realizado, afirmando ser a escola o principal Aparelho Ideológico de Estado, não sendo, entretanto, reconhecido enquanto tal:

Contudo, neste concerto, há um Aparelho Ideológico de Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante, embora nem sempre se preste muita atenção à sua música: ela é de tal maneira silenciosa! Trata-se da Escola (ALTHUSSER, 1970, p. 64).

Althusser (1970) afirma que a escola, da mesma forma que ensina técnicas e conhecimentos que irão servir indiscutivelmente ao sistema de produção capitalista, ensina também regras de comportamento,

(...) o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe (ALTHUSSER, 1970, p. 21).

Desta forma, a escola qualifica seus alunos para o mercado de trabalho da mesma forma que exige dos mesmos uma submissão à ordem estabelecida (ALTHUSSER, 1970).

Atualmente, essa realidade pode ser observada de forma clara nas escolas de tecnologia. A formação técnica vem ganhando cada vez mais espaço nos sistemas escolares brasileiros, muitas vezes, porém, sem apresentar conteúdos que possibilitem uma formação global dos estudantes, prevalecendo, nas palavras de Althusser, os “saberes práticos” (1970, p. 22).

É importante ressaltar que esses saberes práticos, bem como a submissão às regras se dão de forma sutil, ideologicamente, mas também pela repressão, mesmo que essa repressão seja atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. É assim que observamos os métodos apropriados pela escola, no decorrer do tempo, como sanções, exclusões, seleção, entre outros (ALTHUSSER, 1970).

Atualmente, estes métodos podem ser observados nas práticas escolares através de sanções como advertências, pontos relacionados a conceito do aluno, suspensões, entre outros, as quais possuem um caráter repressivo que denuncia as relações de poder dentro da escola. O





aluno é aquele que deve obediência às regras impostas, não tendo na maioria das vezes participação na elaboração das mesmas.

Pensar nossos sistemas de ensino é fato inquestionável, sobretudo em relação à forma como vem sendo ministrado esse ensino às classes populares. A essas classes parece estar sendo negado o direito a uma educação de qualidade, que permita ao estudante uma formação global, que o possibilite ampliar sua visão sobre o mundo, sobre as relações presentes no tecido social, bem como sobre si mesmo, uma vez que a escola desponta, como diz Althusser (1970, p. 60), como “(...) o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas”, já que nenhum outro Aparelho Ideológico de Estado dispõe de tanto tempo de audiência obrigatória e ainda por cima gratuita, como a escola.

O espaço escolar, com toda a sua complexidade, parece se traduzir num espaço contraditório: ao mesmo tempo que possibilita o acesso ao conhecimento, uma vez que, não se pode ignorar o papel da educação escolar na sua transmissão de saberes, sobretudo científicos, configura-se também como um espaço de exclusão das classes marginalizadas, ou de uma “inclusão marginal” (MARTINS, 1997, p. 26), a qual vai favorecer a produção-reprodução do sistema capitalista.

A questão da marginalidade dentro do âmbito escolar, precisa ser pensada, analisada, considerando-se o contexto social atual, o qual pressupõe, em essência, a desigualdade de condições, dentro de uma lógica capitalista.

### **A evasão escolar das classes marginalizadas**

Segundo Patto (2010), a reprovação e a evasão nas escolas públicas de primeiro grau assumem proporções inaceitáveis desde a década de trinta até os dias atuais, caracterizando-se numa cronificação de um estado de coisas praticamente imune às tentativas de revertê-lo. Vários estudos em várias áreas do conhecimento, entre eles (PATTO, 1984, 2002), (LESER e FREIRE, 1986), (CAGLIARI, 1985; SOARES, 1986), (MOYSÉS e LIMA, 1982), (COLLARES, 1989), denunciam esse problema na educação brasileira, mostrando que as crianças das escolas públicas vêm sendo excluídas esmagadoramente dos sistemas de ensino do Brasil.

Patto (2010) afirma que as crianças pertencentes aos segmentos mais empobrecidos da população são as que mais encontram dificuldades de aprendizagem escolar e, para



entendermos essa relação, faz-se necessária a reflexão sobre a sociedade industrial capitalista, a qual impõe critérios individuais para explicar a divisão social em classes superiores e inferiores.

A ideia de que os homens não nascem iguais e de que apenas um pequeno número de pessoas pode ascender a níveis sociais e econômicos mais altos da sociedade, sendo que isto vai depender das qualidades individuais dessas pessoas, passa a ser os novos pressupostos da sociedade burguesa, e a escola vai ter o importante papel de “regular o tráfego” ascendente ou descendente da pirâmide social (PATTO, 2010, p. 73).

Este pensamento relativo às qualidades individuais ganhou ainda mais força através do mundo acadêmico e educacional, no início da década de 1970, sobretudo com a “teoria da carência cultural“, a qual, recorrendo a versões ambientalistas do desenvolvimento humano, numa concepção acrítica e biologizada da vida social e numa visão etnocêntrica de cultura, faz do pobre “o depositário de todos os defeitos” (PATTO, 2010, p. 73, 74), reforçando preconceitos e estereótipos os quais indicam ser os pobres mais agressivos, mais relapsos, desinteressados, inconstantes, viciados e imorais do que os ricos. Basicamente, a “teoria da carência cultural” explicava a desigualdades “pelas diferenças de ambiente cultural em que as crianças das classes chamadas “baixa” e “média” se desenvolviam” (PATTO, 2010, p. 125, grifos da autora), afirmando que a pobreza ambiental produzia deficiências no desenvolvimento psicológico infantil, as quais seriam a causa das dificuldades de aprendizagem e de adaptação escolar das crianças das classes baixas.

Patto (2010) vai afirmar que muitos pesquisadores, entre eles, psicólogos, contribuíram para reforçar a ideologia dominante do preconceito e da desigualdade social, sobretudo confirmando aos educadores a legitimidade de sua visão preconceituosa das crianças pobres e de suas famílias, impedindo-os de olhar de forma crítica para a escola e a sociedade da qual fazem parte:

Dizem para o oprimido que a deficiência é dele e lhe prometem uma igualdade de oportunidades impossível através de programas de educação compensatória que já nascem condenados ao fracasso quando partem do pressuposto de que seus destinatários são menos aptos à aprendizagem escolar (PATTO, 2010, p.76).

É desta forma que a crença na incompetência das pessoas pobres vai sendo generalizada em nossa sociedade, legitimando o fracasso escolar como sendo algo individual,



sem nenhuma relação com a escola e a sociedade. São estas visões que pairam no imaginário escolar: o fracasso é sempre culpa do aluno e de suas famílias.

Esse pensamento vem trazendo grandes dificuldades a profissionais críticos da educação, entre eles, o psicólogo escolar, no que concerne à superação de estereótipos e de mudanças no âmbito educacional, as quais possibilitem trabalhar as questões institucionais, ou seja, o fracasso escolar como sendo também responsabilidade da escola e da sociedade de uma forma geral.

Este olhar que culpabiliza o aluno e suas famílias pelo fracasso escolar tem conseqüências graves para os mesmos, não somente em relação ao fracasso escolar, mas em todas as esferas possíveis da vida em sociedade. Segundo Souza (2007, p. 268), “(...) a intensidade deste fenômeno é tanto maior quanto mais novos são, ou seja, quanto mais no início estão na formação de suas identidades”. Este olhar de descrença da capacidade de aprender tende a produzir sujeitos que não aprendem, uma vez que eles introjetam em algum grau a imagem que o educador lhes passa. Para Souza (2007), os educadores dirigem menos atenção a esses alunos, menos falas, menos recursos, menos toque, menos escuta e menos olhares.

Esse olhar do professor é absorvido pelos pais, na maioria das vezes, ainda que não corresponda à realidade observada a partir da experiência cotidiana que têm com os filhos (SOUZA, 2007), o que contribui para aumentar a crença do aluno em sua incapacidade para a aprendizagem.

Observamos que este é um problema escolar, portanto, social, não podendo ser analisado somente em termos individuais. No entanto, na maioria das escolas, as dificuldades nas práticas de ensino ainda são pouco trabalhadas. Para Souza (2007), quando as escolas não conseguem ensinar os seus alunos, o que se observa é o encaminhamento desses alunos atingidos pelas dificuldades do funcionamento escolar a especialistas, como psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, médicos, entre outros. A escola não vem assumindo seus problemas da forma como deveria, atribuindo seu próprio fracasso ao aluno e suas famílias.

Todas essas questões precisam ser refletidas no cotidiano escolar, nas práticas pedagógicas, nas relações escola-família. Torna-se urgente repensar o papel da escola, inclusive na formação da pessoa, na constituição de sua identidade e de sua subjetividade.



## Metodologia

Diante da complexidade do tema abordado e da impossibilidade de se compreender o objeto pesquisado através de uma única abordagem teórica, faz-se necessário um diálogo interdisciplinar entre a Psicologia e outros campos do conhecimento, como a Sociologia, a Educação, a Economia, a Antropologia, numa tentativa de entender as nuances complexas da realidade social contemporânea e do papel da escola neste contexto. A análise ampla das relações sociais também se torna essencial, pois nos ajuda a compreender o objeto investigado em suas múltiplas representações.

Por possibilitar essa análise mais ampla da conjuntura social, foi escolhida a abordagem etnográfica de pesquisa. Esta abordagem permite ao pesquisador compreender “(...) como as pessoas coletivamente constroem e dinamizam os processos sociais, como a subjetividade se expressa, como as pessoas veem e criam situações sociais em espaços que puderam ganhar uma organização formalmente constituída” (PROENÇA; SATO, 2001, p. 30).

Para essas autoras (PROENÇA; SATO, 2001), a etnografia é uma abordagem metodológica que alinha-se a concepções interpretativas, tendo como pressuposto que a realidade seja construída socialmente, expressando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições, demandando a compreensão da realidade estudada pelo pesquisador.

Os sujeitos da pesquisa serão selecionados através do cadastro das famílias atendidas no CRAS Leste, no município de Poços de Caldas – MG. A delimitação da amostra terá como critérios de inclusão a situação de vulnerabilidade social, a não conclusão do ensino fundamental, a idade entre 18 e 25 anos, o mesmo número de homens e mulheres, o alcance de todos os bairros atendidos pelo CRAS Leste, e serem sujeitos de famílias distintas.

As entrevistas e observações serão realizadas nos locais considerados como mais apropriados pelos sujeitos.

Após a coleta, os dados serão registrados e se procederá à análise das falas dos sujeitos, de suas histórias de vida, em constante diálogo com o referencial teórico utilizado.

## Resultados esperados

Pretende-se com essa pesquisa dar voz a essas pessoas que vivem hoje uma condição de vulnerabilidade social e exclusão escolar. Pretende-se também conhecer as causas da



evasão escolar desse público, seu processo de escolarização, além de compreender sua trajetória de vida e de trabalho e a relação destas variáveis com a baixa escolaridade.

Espera-se que este trabalho possa contribuir no sentido de lançarmos um outro olhar para o espaço escolar, para pensarmos a temática da inclusão/exclusão social, bem como a qualidade do ensino atualmente ofertado, possibilitando novas reflexões sobre o papel da escola e sobre sua transformação num espaço verdadeiramente democrático e a serviço da emancipação social.

### Referências

ADORNO, Theodor W. (1995). Educação para quê? In: T. W. Adorno, *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 139-154. (Trabalho original publicado em 1967)

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1970.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CROCHÍK, J. L., FRELLER, C. C., DIAS, M. A. L., FEFFERMANN, M., NASCIMENTO, R. B. & CASCO, R. Atitudes de professores em relação à Educação Inclusiva. In: *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 29, n.1, São Paulo, 2009, p. 40-59.

CROCHÍK, J. L., PEDROSSIAN, D. R. S., ANACHE, A. A., MENESES, B. M. & LIMA, M. F. E. M. Análise de atitudes de professoras do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. In: *Educação e Pesquisa*, v.37, n.3, São Paulo, set./dez. 2011, p. 565-582,

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS NACIONAIS ANYSIO TEIXEIRA - INEP. *IDEB 2011: Brasil continua a avançar*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>> Acesso em: 19 Maio 2014.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. - (Coleção: Temas de Atualidade).

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, São Carlos, set./dez. 2006, p. 387-405.

PATTO, Maria Helena Souza. (1995). Prefácio. In: MACHADO E PROENÇA (orgs.). *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. - (Coleção psicologia e educação), p. 7-12.



\_\_\_\_\_. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1ª reimp. da 3. ed. de 2008, 2010 .

\_\_\_\_\_. O ensino à distância e a falência da educação. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 303-318, abr./jun. 2013. Universidade de São Paulo, SP.

PROENÇA, Marilene. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: MACHADO E PROENÇA (orgs.). *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. - (Coleção psicologia e educação), p. 19-37.

PROENÇA, Marilene; SATO, Leny. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Revista de Psicologia da USP*, 2001, vol. 12, n. 2, 29-47. Instituto de Psicologia – USP - SP.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Informe sobre Desarrollo Humano 2013 - el ascenso del Sur: progreso humano en un mundo diverso*. Del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 1 Un Plaza, Nueva York, NY 10017, Estados Unidos, 2013 Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013\\_es\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_es_complete.pdf)> Acesso em 19Maio 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. - Campinas, SP: Autores associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Beatriz de Paula. Funcionamentos escolares e produção de fracasso escolar e sofrimento. In: SOUZA, Beatriz de Paula (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.



## MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER

ACHILLES, Daniele  
UNIRIO  
*daniele.achilles@unirio.br*

194

### RESUMO

Este trabalho trata da memória como instrumento de poder. Apresenta a concepção de memória social essencialmente caracterizada na obra de quatro autores: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Andreas Huyssen e Michel Foucault, mesmo que esse último não se dedique claramente a memória social. Indica outros pensadores para complementar tais reflexões. Aborda tanto a memória social quanto a memória individual, estabelecida a partir das referências e lembranças próprias do grupo e referida, em Halbwachs, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Enfatiza a dialética entre a memória e a história, ressaltando o conceito de “lugares de memória” em Nora. Destaca tanto as possibilidades criativas quanto a epidemia da memória, tais como apresentadas por Huyssen. Conclui com a concepção de memória como produção de subjetividade que é permeada por relações de poder, segundo Foucault. **Palavras-chave:** Memória Social. Memória – Coesão social. Memória – Lugares de Memória. Memória – Epidemia da memória. Memória – Produção de Subjetividade.

### ABSTRACT

This paper treats the memory as an instrument of power. Introduces the concept of social memory essentially characterized the work of four authors: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Andreas Huyssen, but uses other thinkers to complement such reflections. Addresses both social memory and individual memory, drawn from references and own memories of the group and said, in Halbwachs, the "point of view on collective memory." Emphasizes the dialectic between memory and history, emphasizing the concept of "places of memory" in Nora. Highlights both the creative possibilities as the epidemic of memory, such as presented by Huyssen. Concludes with the concept of memory as production of subjectivity that is permeated by power relations, according to Foucault.

**Key-words:** Social memory. Memory - Social Cohesion. Memory - Memory Place. Memory - Memory Epidemic. Memory - Production of Subjectivity.

### 1 introdução

A memória social é um campo de estudo vasto que atravessa diferentes áreas disciplinares e possui uma difícil delimitação, bem como ampla complexidade conceitual. Atualmente, tem sido abordada por diversas perspectivas teóricas e representada por questões que decorrem da dinâmica contemporânea marcada principalmente pela mídia, temporalidade, memória do tempo vivido e do esquecimento.

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura e focalizar o conceito de memória social caracterizado na obra de alguns autores que fazem parte dos interesses ligados do projeto de pesquisa do doutorado que busca investigar questões





relacionadas à construção de um conceito – o de biblioteca pública, para isso optou-se por analisar essa construção por via da memória. Assim cabe destacar autores, tais como: Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Andreas Huyssen, alinhando-os ainda as reflexões de Michel Foucault. Tais autores identificam aspectos relevantes à memória social no que tange suas análises relativas às estruturas de poder.

O ponto interessante desse trabalho é compor a ideia de memória como produção de subjetividade e possibilidade criativa de modo que as estruturas de poder que influenciam nos modos de vida, de lembrar e de esquecer fiquem mais evidentes.

Primeiramente, será apresentada uma concepção mais tradicional e clássica sobre memória social. Essa concepção tem alicerce na obra durkheimiana enfatizada por Maurice Halbwachs (2004). Para complementar os estudos feitos por Halbwachs, selecionou-se Pierre Nora (1993) que se insere nesse contexto, por apresentar o conceito de lugares de memória. Em seguida, são abordadas as contribuições de Andreas Huyssen (2000) e de Michel Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) a respeito da memória social.

## **2 Memória Social: Concepção sob a perspectiva de Maurice Halbwachs e Pierre Nora**

A partir do século XX, a memória social tornou-se centro de preocupações de vários pensadores e objeto de pesquisa e debate entre diversos teóricos. De fato, ela é um tema privilegiado de discussão no campo das ciências sociais e humanas, desde o seu surgimento como disciplina, com Maurice Halbwachs, discípulo de Emile Durkheim, pensador da escola sociológica francesa que abordou a questão da memória em seu trabalho *Representações Individuais e Representações Coletivas*. Halbwachs direcionou suas análises enfocando-as enquanto reconstrução do passado a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças, mesmo as individuais, são constituídas a partir de um grupo.

Dessa forma, a memória garante, para Halbwachs (2004), a coesão social que se entende como os laços com o grupo que se mantêm mesmo quando os indivíduos se encontram só, e é no grupo que ele se pauta ao recorrerem as suas lembranças. Assim, a memória individual, estabelecida a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se a “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004). Esse ponto de vista pode ser analisado à medida que considera-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios. (HALBWACHS, 2004).



Ao desvincular a memória de fato e apontar o quanto a memória é objeto de construção, o autor ao invés de apresentar a memória como uma mera reprodução da realidade, assinala que as lembranças podem, por meio da vivência em grupo, ser reconstruídas ou até mesmo simuladas. Assim, a memória coletiva pode ser definida contrapondo-se a memória histórica. Enquanto a memória coletiva tende a apoiar-se sobre o ‘passado vivido’, bem como sobre a continuidade temporal, a memória histórica toma outro caminho, se define como desconstruída e apóia-se a um passado que é construído enquanto objeto da ciência. Logo, a memória coletiva não se apoiaria em fórmulas ou leis históricas, mas em determinados quadros que se formam por via da experiência do passado. A esse respeito Halbwachs (2004, p. 71) afirma:

Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes do pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo.

Além dessa perspectiva abordada por Halbwachs (2004), existe outro modo de contrapor a história da memória que foi enfatizada por Pierre Nora, pensador clássico do campo da memória social. Em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, o autor faz uma reflexão sobre as diferenças entre os dois conceitos e analisa essa contraposição com a finalidade de valorizar a dimensão da memória enquanto experiência vivida, lamentando que esta esteja se perdendo na sociedade atual. Nora (1993) destaca a questão da mundialização como um processo de queda de fronteiras e de identidades, solidário a uma alteração do tempo. Segundo o autor, essa alteração permite que os fenômenos se tornem cada vez mais rápidos e desconectados de uma memória verdadeira. Sendo assim, cabe explicar o conceito de aceleração:

O que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente é toda a distancia entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente aos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio, trilha. Distancia que só se aprofundou à medida que os homens foram reconhecidos como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distancia que chega, hoje, num ponto convulsivo. (NORA, 1993, p. 8).



A explicação de Nora (1993) articula a expressão “aceleração da história” e contrapõe uma memória verdadeira, que teríamos perdido. Em relação a história estaríamos condenados justamente por essa perda. A construção teórica desenvolvida por Nora (1993) funciona como ponto de partida para a reflexão sobre uma dimensão para sempre pedida, pura, intocada e mantida em segredo: uma memória espontânea e verdadeira. Assim, a memória ganha um estatuto idealizado, a partir do qual é pensada e contraposta, ou seja, a memória histórica contemporânea que, comparada à memória autêntica, pode ser considerada deficitária. Isso significa que a nossa memória histórica não passaria de um efeito da devastação e desintegração que a rapidez atual promove.

Diante da leitura de Nora (1993) acredita-se que o autor lamenta uma perda que pode ser compensada de algum modo e por isso o conceito “lugares de memória” é lançado. Dessa forma, entende-se por lugares de memória o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de auto-reconhecimento, bem como a busca por uma memória espontânea e verdadeira que teria sido perdida. Lugares de memória são como resquícios. Para melhor compreensão do conceito lugares de memória, Nora (1993, p. 13) sugere um movimento compensatório, no qual ele afirma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreia. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, quando o mar se retira da memória viva.

Para Nora (1993) o homem vive diante de uma tensão entre a intimidade e a tradição vivida e o abandono por parte dos grupos desfeitos. São os momentos de tensão que a história tenta guardar, entretanto dois movimentos realizam a produção desses lugares de memória: “de um lado um movimento historiográfico, o retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro



lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória” (NORA, 1993, p. 12).

Logo, pode-se afirmar que os lugares de memória é a história que ainda não possui restos de memória, a ruptura com o tempo também é reconhecida e por isso os fenômenos são registrados e arquivados.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São rituais de uma sociedade sem ritual: sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza: fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 13)

198

Cabe lembrar que Nora (1993) tem um raciocínio dialético, ou seja, que se baseia na oposição entre memória e história. É por via dessa construção dialética que a tese seria a memória e a história apareceria como antítese e disso resultaria uma síntese formada pelos lugares de memória. Desse modo, Nora (1993) não deixa de enfatizar essa oposição entre os conceitos. Ademais, essa construção dialética se faz explícita quando o autor realiza um paralelo a respeito da lembrança e do esquecimento e define a memória como:

Vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Pode-se inferir que Nora (1993) pensa a memória social sustentada na noção dos lugares de memória, pois o mesmo considera uma possibilidade de compensar o passado que se perde. Pierre Nora (1993) partiu de uma concepção diferenciada, onde pensa a ponte, ou o elo entre a história e memória. E assim como Halbwachs (2004), mantém essa oposição. Entretanto, existem outros pensadores que se afastam dessa visão mais clássica e tradicional atribuída à memória social e enveredam neste campo por outro caminho. A seguir serão apresentadas outras perspectivas sobre o conceito de memória social, mas que parte de uma visão mais contemporânea atribuída por Andreas Huyssen e Michel Foucault.



### 3 Memória social: Concepção sob a perspectiva de Andreas Huyssen e Michel Foucault

Alguns pensadores contemporâneos do campo da memória social, tais como Andreas Huyssen se destaca por atribuir novas análises ao conceito de memória social. Huyssen trabalha com questões relacionadas à memória cultural, globalização, cultura urbana dentre outras. O autor discute a questão do nascimento de uma cultura e de uma possível política de memória em expansão global que teria ocorrido a partir da queda do muro de Berlim, do fim das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul.

Na obra *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* publicada em 2000, Huyssen observa a importância que o imaginário urbano e as memórias traumáticas possuem nas novas configurações do espaço contemporâneo. A partir da leitura desses fenômenos de cultura pode-se explorar a construção dos cenários urbanos e virtuais e, com isso, tentar perceber quais são os sentidos dessa memória histórica para além do sentido deficitário que lhe atribuiu Pierre Nora (1993). Em seus estudos, Huyssen também questiona o lugar que ocupa essa memória nas experiências de espaço e tempo e a influência, ultrapassando o legado da modernidade, que a globalização exerce sobre o espaço público contemporâneo.

Na modernidade os homens se preocupavam em assegurar o futuro, mas atualmente essa preocupação volta-se para o passado, a tal ponto que se pode reconhecer, nas sociedades midiáticas, o que talvez se possa denominar como “epidemia da memória”, conceito marcado pelo teórico.

Huyssen (2000) toma como centro de sua discussão a possibilidade da sociedade necessitar de uma ancoragem temporal, devido a revolução da informação e do espaço-tempo, e a relação entre o passado, presente e futuro começa a se transformar. Dessa forma, ele procura identificar o foco contemporâneo desse privilégio dado ao passado, mas destaca, em relação à memória, que existem outras formas de temporalidade. Com isso, mostra algumas práticas da memória que questionam o futuro global. Portanto, Huyssen (2000, p. 37) declara:

Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para discutir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com este objetivo. Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí, então, talvez, seja a hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória.



Huyssen (2000) critica Nora (1993) posto que considera as ideias próprias de um discurso de perda. Ainda pondera que a criação de lugares de memória reside no discurso de perda dos meios de memória, e que essa memória é compensatória e não, de fato, criativa. Huyssen (2000) alerta para as possibilidades criativas que deseja explorar no campo da memória, e para isso o autor preocupa-se com mais com o futuro do que com o passado, com a perda de tradições, e com a ‘memória autêntica’. Daí nasce sua crítica ao medo do esquecimento e à hipertrofia da memória na contemporaneidade.

O teórico acredita que a cultura de massa e a mídia virtual não precisam ser consideradas negativamente nesse universo, posto que possam servir aos propósitos de construção de uma memória produtiva. Dessa forma, Huyssen (2000) não acredita numa ‘memória autêntica’, pois considera que a hipertrofia da memória pode basear-se justamente neste tipo de crença. Ademais, adverte que o essencial é discriminar os passados que podem ajudar a construir o futuro dos passados dispensáveis, sem que se precise lamentar, nostalgicamente como faz Nora (1993), a perda das tradições.

Acredita-se que o mais importante no texto de Huyssen (2000) é a atribuição das possibilidades criativas conferidas à memória. Portanto, para alinhar-se a Huyssen optou-se por trazer algumas considerações sobre memória social apresentadas por Michel Foucault que não se dedica exclusivamente à temática, mas a tangencia de maneira bem interessante.

Sendo assim, o foco em Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) será sobre as mudanças produzidas pelo poder no campo da memória. Tais mudanças ligam-se diretamente as transformações enfatizadas por Andreas Huyssen (2000). Coube a Foucault pensar a memória sob outra perspectiva – a de instrumento de poder e desse modo que o conceito de memória interessa aqui neste artigo.

Não é nova a idéia de que todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e esquecido. Mas, Foucault (1972) apresenta uma novidade – a de que o poder não apenas seleciona e gerencia as lembranças e documentos já existentes, ele é responsável pela fabricação das lembranças e documentos, por exemplo.

Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) considera o poder produtivo e afirma que ele produz subjetividade. Com isso, o autor define subjetividade como os modos de vida, de lembrar e de esquecer. E ainda concebe que a construção da memória se encontra necessariamente subentendida na expressão “produção de subjetividade”.





Ademais, são considerados pelo filósofo os mecanismos específicos, os quais o poder se exerce, portanto em diferentes momentos existe uma predominância de um ou outro mecanismo e a maneira pela qual cada um deles se exerce configura uma modalidade de memória. Logo, o poder a partir de seus mecanismos produz uma quantidade diversificada de memórias que incidem nos indivíduos e grupos, que em cada momento histórico e político possuem seus modos de vida, de lembrar e de esquecer.

Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) chama os modos de vida, de viver ou de construir a vida de memória. É fato de que através dos mecanismos de poder preponderantes ocorre um jogo, uma disputa permeados por estratégias que podem levar ao que se deve lembrar ou esquecer, pois as lembranças e o esquecimento compõem a memória.

Gondar (2003, p, 32) pondera:

Portanto, ao situar a memória e a subjetividade como sinônimos, Foucault não está enfatizando qualquer dimensão psicologizante da memória, nem qualquer tendência idealista da subjetividade. O que ele irá nos mostrar é que não podemos separar a produção da memória de determinadas tecnologias ou dispositivos de poder presentes em diferentes momentos históricos. De acordo com os dispositivos ou tecnologias que operam nos diversos períodos, os valores, sensibilidades, modos de agir e de registrar as ações se modificam [...].

Deste modo, Foucault enxerga a produção de subjetividade como uma construção da memória e aí ele se aproxima de Huyssen (2000), ou seja, a produção de subjetividade pode ser algo submetido às estruturas do poder que circula ou não, e ainda mais pode ser uma possibilidade criativa, uma deriva. É válido enfatizar que Foucault procura sempre mostrar como o poder se infiltra no tecido social e se efetua nas instituições, produzindo subjetividades, [memórias]. (GONDAR, 2003, p. 33).

#### **4 Memória social e estruturas de poder**

A cultura da memória contemporânea se destaca pela incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica – as mídias e suportes documentais fazem a memória ficar cada vez mais disponíveis para os indivíduos. Observa-se assim um aumento da memória acompanhado também com o aumento do esquecimento. Huyssen (2000, p. 18) indica que essa obsessão contemporânea pela memória cria memórias comercializadas em massa que os indivíduos consomem o tempo todo – a essas memórias, o autor as denomina de





‘memórias imaginárias’ que são facilmente esquecidas diferentemente de como ocorre com as memórias vividas. Segundo Huyssen (2000, p. 21) “não há mais espaço puro fora da cultura da mercadoria, por mais que possamos desejar um tal espaço”.

Percebe-se na leitura de Huyssen (2000) que os interesses comerciais são capazes de explicar essa epidemia, emergência e síndrome da memória, ou seja, o aumento do esquecimento provoca o crescimento da necessidade de lembrar. E a perspectiva foucaultiana coloca a memória na condição de produção de subjetividade pode ser identificada na obra de Huyssen (2000) quando ele menciona o interesse pela comercialização da memória

Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) percebe a dinâmica contemporânea de outro jeito, isso porque ele se preocupa com a temática do poder presente em toda sua obra. A ideia de poder concebida por ele é um pouco diferente, visto que afasta-se do poder como uma realidade única, com um sentido tradicional localizado nas sociedades de soberania. Desde o início da década de 1970 que Foucault se dedica a esta temática e começa a investigar a origem de alguns problemas sociais e chega a uma noção essencial, a de relações de poder, que podem servir para subsidiar o entendimento da memória social como produção de subjetividade.

O filósofo ainda enfatiza que o poder se exerce e se transforma a partir de mecanismos específicos. E em diferentes momentos históricos existe uma predominância de um desses mecanismos, logo a maneira pela qual cada um desses mecanismos se exerce configura uma modalidade da memória. Isso significa que existe uma grande quantidade e diversidade de memórias produzidas pelos distintos mecanismos do poder.

Se os mecanismos de poder incidem na produção da memória e se a memória é produção de subjetividade, pode-se inferir que os mecanismos de poder incidem nos modos de vida, essencialmente nos modos de lembrar e de esquecer.

Ao analisar as estruturas do poder, Foucault (1972; 1979; 1987; 1995), aborda dois mecanismos do poder: o primeiro, a disciplina, que vigorou entre os séculos XVII e XX; e o segundo, o controle<sup>1</sup>, que começou a vigorar a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma, os mecanismos de poder são desenvolvidos a partir de uma configuração social, política, econômica e cultural e delinea dos modos de vida.

O que nos interessa aqui é trabalhar com o mecanismo de poder preponderante – o controle que sucede o mecanismo disciplinar. É a partir da segunda metade do século XX que as

<sup>1</sup> Controle – denominação dada por Gilles Deleuze (1992; 1995) a partir das ideias de Foucault.



transformações ocorridas e que afetam diretamente a configuração social, política, econômica e cultural se clarificam e esse arranjo pode ser marcado ainda mais por uma revolução tecnológica. Logo, as novas tecnologias vão servir a uma nova configuração do espaço territorial e de circulação promovida pelo capitalismo, pela globalização.

A globalização é uma configuração social, política e econômica que, ao funcionar segundo um modelo neoliberal, torna-se submetida ao mercado. É válido supor que as mudanças ocorridas geram novas realidades, Antonio Negri e Michael Hardt (2001) defendem que a articulação entre globalização e o mercado individual surge como a nova realidade sócio-política do mundo, realidade que passa a ser definida por novas formas de organização e produção de subjetividade. Foucault chama essa nova dominação de sociedade de regulamentação, Deleuze (1992; 1995) de sociedade de controle e Negri e Hardt (2001) de império, visto que se constitui de redes assimétricas, e de relações de poder que se dão mais pela via cultural e econômica do que pelo uso coercitivo da força.

As transformações geradas pela globalização pressupõem a eliminação das demarcações bem definidas, isto é, da ‘quebra de fronteiras’ aliada a aceleração das formas de experimentação do tempo. Esse cenário de produção de subjetividade estabelece novas coordenadas nas relações espaço-temporais que afeta diretamente dos modos de vida.

Diante desse novo cenário, as tecnologias e a mídia adquirem uma função essencial – elas irão se incumbir de modelar padrões que se devem adquirir, e ainda mais definirão os modos de viver, como os de lembrar e esquecer, e conseqüentemente produzirão memórias. Segundo Huyssen (2000) produzirão uma quantidade grande de esquecimento e de memória e darão lugar às ‘memórias imaginárias’.

Na esteira de Foucault, Guattari (2005, p. 53) afirma que “as forças sociais administram o capitalismo hoje. Elas entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção”. O autor ainda indica “que existem diversas máquinas de produção de subjetividade”. Guattari (2005) declara que a subjetividade produzida pelo sistema capitalístico gera processos padronizados e não singulares. As subjetividades assim padronizadas são homogêneas e assujeitadas.

Entretanto, o assujeitamento pode não ocorrer. O que acontece é que o poder impõe códigos de assujeitamento ao sujeito, isto é, o poder induz à produção de determinadas subjetividades. Sendo assim, o sujeito poderá modelar-se segundo subjetividades esperadas ou



fazer uma deriva, produzindo novas formas de subjetivação, formas estas criativas, que se pode denominar resistência.

## 5 Considerações finais

A decisão de trabalhar neste artigo com uma breve revisão de literatura de quatro autores que estudam questões relacionadas à memória social: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Andreas Huyssen e Michel Foucault se fez necessário por conta do interesse dos conceitos enfatizados por eles e que dão subsídios teóricos ao projeto de pesquisa do doutorado no programa de pós-graduação em memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, as análises feitas no decorrer do artigo servem para a compreensão de uma concepção mais contemporânea do campo de memória social. De fato, esse recorte ainda se faz limitado para auxiliar uma tese de doutorado, mas já é um bom começo. Além disso, cabe ressaltar que o intuito era lançar releituras iniciais e depois partir para outros autores que se alinham a Huyssen e Foucault, como os de Antonio Negri, Michael Hardt, Felix Guattari e Aleida Assmann.

Partindo da ideia de que o controle é uma intensificação da disciplina e ambos são mecanismos de poder que produzem subjetividades assujeitadas ou não se pode inferir que esse poder que circula entre as instituições, que se capilariza de forma horizontal, como um rizoma.

A questão da centralização, do armazenamento e da organização do conhecimento sempre está atrelada às características políticas, sociais e econômicas das sociedades. Analisar a memória sob o ponto de vista clássico e tradicional nos remete a uma ideia de biblioteca como instituição-memória ainda muito estática, limitada, mas que serve também aos mecanismos de poder caracterizados pela disciplina. Mas, optar por autores que discutem a memória social de maneira mais atrativa – pela via da produção de subjetividade e da criatividade

É a partir da institucionalização da memória pela biblioteca que o controle sobre a memória se processa. E o controle da memória incide diretamente no poder político, assim como nas estruturas de legitimação. Sendo a biblioteca uma instituição que lida com informação, com registro do conhecimento pode ela influenciar no que se consome em termos de memória.



Dessa forma, em suas análises relativas ao poder, Foucault enfatiza que o poder possui uma natureza nem uma essência definida por características. Ele considera o poder como um conjunto de práticas sociais, construídas historicamente, que se encontram associadas a determinados procedimentos e técnicas que configuram modos de relação. Portanto, o poder é relacional. Na sociedade de controle, segundo denomina de Deleuze, há uma diluição das estruturas hierárquicas e uma ênfase na expansão horizontal. Alguns autores acreditam que com isso o mecanismo da disciplina perde espaço para o de controle, como Foucault. Mas, Negri considera que o controle embute a disciplina, tornando os mecanismos de poder cada vez mais sutis, interferindo nos modos de vida cada vez mais.

O que se tentou fazer neste trabalho foi tangenciar algumas concepções sobre memória social segundo perspectivas distintas, mas que se complementam, bem como entender sob que características, regras, dinâmicas a memória social pode ser construída na sociedade de controle. Sendo a memória entendida como modos de viver e de construir a própria vida, é importante que essas concepções estejam claras para serem exploradas no momento de desenvolvimento da pesquisa.

## Referencias

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

\_\_\_\_\_. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. O poder e a norma. In: \_\_\_\_\_. **Psicanálise, poder e desejo**. Rio de Janeiro: Chaim Samuel Katz, 1979, p. 46-52.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: historia da violência nas prisões. 30. Ed. Petrópolis: vozes, 1987.



GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: \_\_\_ **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, p. 32-43.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. A sociedade mundial de controle. In: \_\_\_ **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos de Pós-graduados em História do Departamento de História, v. 10. 1993, p. 7-28. Disponível em:<  
<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.



## A Gênese da Cultura dos Quadrinhos no Brasil

NASCIMENTO JR, Francisco de Assis  
*Estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da FEUSP*  
*francisco.assis@usp.br*

PIASSI, Luis Paulo  
*Professor da Escola de Arte, Comunicação e Humanidade da USP*  
*lppiassi@usp.br*

207

### RESUMO

Apresentamos neste trabalho um estudo sobre a gênese e a evolução da cultura dos quadrinhos no Brasil, a partir de uma análise de sua origem e desenvolvimento, com o objetivo de identificar uma correspondência entre os elementos pertencentes da cultura dos quadrinhos a cultura primeira de Snyders, o que validaria sua exploração em atividades de leitura desenvolvidas por professores de Ciências em sala de aula. Como produto da cultura de massas, as revistas de Histórias em Quadrinhos constituem uma mídia de consumo acessível e de forte aceitação social, veiculando conteúdos e valores ideológicos que não passam despercebidos pelo seu público-leitor, este notadamente constituído por jovens em idade de formação escolar. Estudar o vínculo desenvolvido através da dinâmica entre os Quadrinhos e seu leitor nos permite identificar o processo de criação cultural a partir da formação de vínculos e da participação dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Histórias em Quadrinhos, Cultura, Gibis.

### ABSTRACT

In this paper we present a study about the genesis of the comic books culture and its evolution in Brazil. Starting with an analysis of its origin and development, seeking to identify a correspondence between the Comic Book's Culture and the elements that belong to George Snyder's first culture, which would validate its role as a useful toll in the reading activities developed by science teachers. As a product of mass culture, Comic Books are an affordable media with a strong social acceptance. Within their content, we may find ideological values that do not pass unnoticed by their public, mainly consisting of school-age readers. To study the relationship developed through the dynamic between the Comic Books and their readers allows may allow us to identify how the process of cultural creation occurs.

**Key-words:** Comic Books. Cultural Studies. Physics

### Introdução

Quando pensamos em termos de arte, temos que toda atividade artística é ligada a idéia de prazer, seja para quem a executa ou para quem a aprecia. A relação do público com a arte tem, portanto, a dimensão afetiva como uma de suas bases fundamentais. Assim, é possível explorar a relação do leitor de Revistas em Quadrinhos com seu produto de consumo, analisando-a como fenômeno cultural através de uma discussão sobre os conflitos entre seus membros, sejam de ordem literária ou financeira, e de uma retrospectiva histórica de sua evolução como mídia de consumo no Brasil.



Desse modo, buscamos entender como um produto de consumo da cultura popular (em termos gerais) se desenvolveu a partir de estados de conflito. Isso porque sob o ponto de vista econômico, revistas em quadrinhos são um exemplo perfeito do produto de consumo: cada edição mensal traz consigo alguns instantes de entretenimento ao consumidor, que necessitará adquirir a próxima edição para obter uma sensação do continuísmo. Essa relação com a leitura está ligada de forma direta a satisfação que o acesso à cultura pode proporcionar: esta questão cultural deve ser levada ao centro de nossa atenção, vinculando-a a preocupação com a questão dos conteúdos escolares e o papel desempenhado pela escola no acesso dos estudantes a uma satisfação cultural:

“[...] para dar alegria aos alunos, coloco minha esperança na renovação dos conteúdos culturais. A fonte de alegria dos alunos, não a procuro inicialmente do lado dos jogos, nem dos métodos agradáveis, nem do lado das relações simpáticas entre professores e alunos, nem mesmo na região da autonomia e da escolha: não renuncio a nenhum destes valores, mas conto reencontrá-los como consequência e não como causas primeiras” (SNYDERS, 1988, p. 13)

Nos Estados Unidos, o fortalecimento desta relação incluiu o este processo de nascimento do ambiente das lojas especializadas em revistas em quadrinhos, as chamadas “Comic Book Shops” que permitiu a comercialização de diferentes vertentes editoriais, o comportamento dos leitores de cada estilo em específico e as consequências comerciais das primeiras censuras impostas ao quadrinhos, sob um ponto de vista mercadológico. A formação do que pode ser chamado de “cultura dos quadrinhos” e a construção da identidade do leitor devem ser analisadas a partir das relações de um verdadeiro *caldeirão de diversidade cultural*. Culturalmente falando, bolsões de conhecimento específico se criam a partir de interesses particulares que dão origem a culturas distintas com conhecimentos e práticas baseadas em seus próprios textos, o que nos leva a adotar a definição Matthew J Pustz (2000) ao termo, por se aplicar diretamente ao estudo de surgimento da cultura dos comics, nos EUA, em uma visão similar àquela de Paulo Freire no conceito de síntese cultural, embora o autor não se refira de forma direta a uma cultura de massa:

“A síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funde nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra. O que ela afirma é o indiscutível subsídio que uma dá à outra” (FREIRE, 1987, p.181)

Uma vez que o público que não é adepto da leitura de histórias em quadrinhos apresenta sérias dificuldades em conseguir acessar o conteúdo dessa cultura em específico (mesmo





reconhecendo sua existência), a representatividade emblemática de uma loja especializada assume o papel de *santuário cultural* por representar o local em que um leitor de quadrinhos pode desfrutar de liberdade para expressar seus pensamentos e opiniões a respeito de gostos particulares, sem correr o risco de sofrer qualquer tipo de bullying, que de forma comum é realizado pelo público desconhecedor de uma cultura ou identidade em específico, neste caso, as revistas em quadrinhos.

“[...] nos encontramos diante daquilo que nos fala Snyders, a respeito dos limites da cultura primeira, a efemeridade das satisfações que a cultura primeira proporciona em contraste com as possibilidades e com os anseios de se entender e de entender melhor o mundo, a sociedade, as coisas ao nosso redor. De conseguir, através do exercício da imaginação criativa, perceber novas possibilidades, de conceber o que Freire chama de “inédito-viável” no sentido de transformação do presente.” (PIASSI, 2007, p. 61)

O processo de marginalização cultural dos quadrinhos acompanhou o surgimento de uma comunidade específica, não delineada por um avizinhamento geográfico, mas por pertencer a uma cultura comum e diferenciada.

Sua origem se deu durante a década de 1940, quando aproximadamente 85% das crianças nos EUA lia revistas em quadrinhos, hábito que veio a ser compartilhado pelos soldados norte-americanos durante a II Guerra mundial (Junior, 2004). Nessa época, a leitura das aventuras de super-heróis representou papéis distintos para seus dois principais públicos consumidores: para as crianças, era uma forma de se sentir parte do esforço de Guerra através de um exercício de imaginação estimulada pelas aventuras que liam, enquanto para os soldados no *front* de batalha as revistas representavam o contato com o ambiente doméstico deixado para trás, ajudando a diminuir suas saudades de casa, ao tempo em que contribuía para o fortalecimento de sua moral e auto estima, uma vez que os editores comparavam o papel dos soldados ao dos super-heróis das narrativas.

A relação do leitor com o objeto de leitura depende sobretudo do interesse que este lhe é capaz de despertar e, com o fim da Guerra em 1945, o retorno dos soldados trouxe às editoras um público leitor mais adulto e ávido pela continuação de suas leituras, mas que viria a não mais se identificar com o conteúdo das revistas com o tempo. A expressiva queda nas vendas do gênero de super-heróis deu ênfase a publicação de outras temáticas de histórias em quadrinhos, mais “adultas”, capazes de atender a demanda deste público em processo de maturação.

“Consumidor” porque ao contrário das demais culturas populares, os fãs de revistas em quadrinhos não apenas possuem experiências, linguagens e interesses em comum. São, na



verdade, membros ativos e passivos de uma comunidade: o leitor de revistas em quadrinhos precisa comprar um exemplar da sua revista favorita para ter acesso ao seu universo lúdico, tornando-se indivisível o papel ativo de fã do papel passivo de consumidor: é preciso consumir para poder ser fã, e é preciso ser fã para poder partilhar da cultura das histórias em quadrinhos.

Foi no início dos anos 1950 que ocorreu o surgimento de revistas em quadrinhos “independentes” ou “alternativas”, claramente direcionadas a um público leitor melhor instruído – com o tempo, foi o gênero que alcançou maior êxito entre o público consumidor feminino. O ponto principal aqui é a discussão a respeito de prazer na cultura ou prazer através da cultura. Nesse ponto, Snyders mostra como a cultura de massas, ou a cultura primeira como cultura de massas, está repleta de pequenas alegrias invariavelmente superficiais. Mais que isso, está na essência do caráter de consumo dessa cultura, ser superficial, por trazer consigo a alienação dada pelas falsas promessas e a ocultação dos interesses dos que produzem essa massa de informação e entretenimento, que visa atender a um público ávido por conforto e prazer:

“A publicidade promete ao consumidor não só um dentifrício melhor que torna os dentes mais brilhantes, mas a felicidade total de ser acolhido de braços abertos e a boca exatamente entreaberta por seus amigos e sua amiga desde que tenha utilizado o melhor produto” (SNYDERS, 1988, p.42)

A soma desses fatores levou ao surgimento da figura do *coleccionador de revistinhas*, acarretando em parte uma perda de seu valor artístico em detrimento de sua valorização como objeto de investimento financeiro. Esse ciclo chegou a fortalecer o mercado editorial em um determinado momento, quando os fãs passam a adquirir 4 ou 5 exemplares de uma mesma edição (com capas diferenciadas “especiais”) apenas para conservá-las em estado de “novas” na esperança de lucrar com o aumento de seu valor de revenda.

Por outro lado, a exploração dos exemplares como verdadeiros fundos de *commodities* pelas editoras (que chegaram a comercializar exemplares lacrados para obrigar seu leitor-investidor a comprar pelo menos dois exemplares idênticos de uma mesma edição se quisesse ler a história e preservar seu valor de revenda) resultou no surgimento de uma bolha financeira em muito parecida com a originada pela internet na década de 1990 com o aparecimento das empresas *pontocom*. Essa chamada “bolha”, ao estourar, ocasionou a chamada “crise dos quadrinhos” durante a década de 1990.

Portanto, estudar a cultura das HQ's serve para entender que um processo cultural é criado através da formação de vínculos e participação dos indivíduos, contribuindo para a



criação de uma identidade própria (e ao mesmo tempo comum) aos seus membros, o que extrapola as paredes das lojas especializadas. O próprio surgimento das "Comic Book Shop's" foi uma resposta a necessidade de acesso ao material impresso, da mesma forma que os provedores de internet despontaram pelo Brasil durante a última década do século XX para serem incorporados depois pelos provedores, em uma polarização de consumo representada pelos grandes portais de informação. O fã de Histórias em Quadrinhos tinha dificuldade em encontrar seu material de desejo: uma assinatura pelo correio garantia a entrega, mas não o bom estado da revista ao ser entregue e números antigos para completar sua coleção só podiam ser encontrados em sêbos de livros, com muito esforço. A própria distribuição de revistas, em um problema secundário ao local de compra, sofria tendendo também a ter seu serviço polarizado por grandes distribuidoras a serviço exclusivo de grandes editoras, com cotas mínimas de pedido para que fossem oferecidos preços lucrativos para os lojistas.

A Loja especializada, então, representa o santuário social para o fã de Histórias em Quadrinhos e uma garantia de acesso direto ao consumidor para as editoras, que passaram a depender de um sistema de distribuição eficaz para ofertar seus produtos. No decorrer do tempo, a revitalização de heróis antigos pelas editoras do tempo incrementou essa oferta, estabelecendo um elo de ligação entre leitores novos e veteranos, criando bolsões de cooperação entre os fãs, atualmente representado pelos fóruns de discussão virtual online. Explorados até a exaustão por um determinado mercado específico (gênero das fantasias de super-heróis), os leitores mais exigentes encontram nos universos quadrinhísticos adultos (como já relatado) ou alternativos uma fonte de histórias coesas com conteúdo mais próximo de sua realidade.

### **Histórias em quadrinhos no Brasil**

Em pesquisa quantitativa de opinião divulgada em 2008 pelo Instituto Pró-Livro (IPL) e coordenada pelo Observatório do Livro e da Leitura (OLL), foram realizadas 5012 entrevistas em 311 municípios do país, entre 29/11 e 14/12 de 2007, obtendo como amostra 92% da população brasileira, se revela que, embora os adolescentes sejam aqueles que mais lêem no Brasil, verifica-se que boa parte de sua leitura se dá por exigência escolar, diminuindo de acordo com seu avanço em escolaridade. Faz crer que a escola não cumpre seu papel na formação de leitores para a vida. A leitura como fruição se constitui ainda em verdadeiro desafio para o ambiente escolar brasileiro. Nesta perspectiva, o Programa Nacional Biblioteca



na Escola (PNBE) tem encaminhado as bibliotecas escolares públicas um número significativo de obras, considerando a diversidade textual. Embora rotuladas até época recente como sub-literatura, o volume de Histórias em Quadrinhos selecionadas para encaminhamento às escolas tem aumentado a cada ano: de 14 obras em 2006, foram 16 em 2008 e 23 em 2009.

O objetivo é que os estudantes ampliem seu universo cultural através do conhecimento desta forma de arte e comunicação privilegiada em termos de penetração de sua linguagem, que reúne em si a linguagem visual e verbal, nas narrativas que abordam em seus diferentes gêneros: um sem número de problemas humanos e fenômenos naturais.

A presença da imagem na arte religiosa em publicações no Brasil faz com que seu uso com fins didáticos remeta aos tempos da colonização (Aragão Jr, 2011), enquanto as Histórias em Quadrinhos, em sua forma propriamente dita, só vieram a surgir no território nacional ao final do século XIX.



Fig 1: Angelo Agostini, pioneiro dos quadrinhos brasileiros. Fonte: [Wikimedia Commons](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Angelo_Agostini-Pires.jpg) disponível em [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Angelo\\_Agostini-Pires.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Angelo_Agostini-Pires.jpg) acesso em 20/10/2011

O caricaturista italiano Ângelo Agostini, radicado no Rio de Janeiro, foi o pioneiro desta arte ao publicar no Jornal “Vida Fluminense” a série quadrinizada “As Aventuras de Nhô-Quim”, a partir de 30 de Janeiro de 1869. Sua obra figura como uma das mais antigas do gênero no mundo, anterior mesmo a publicação de Hoogan’s Alley, tida por alguns historiadores da arte dos quadrinhos como a primeira história em quadrinhos da era moderna, pelos jornais norte-americanos. Embora não apresentasse linhas de delimitação de quadros ou balões de fala, uma posterior criação francesa, representando seus personagens sempre de corpo inteiro e com a narrativa ancorada em legendas, Agostini contou sua história utilizando



enquadramentos fixos e sequenciados, em uma característica que viria a se tornar própria da linguagem dos Quadrinhos. (figura 2)



Fig 2: Primeira caricatura publicada no Brasil, em 1836, por Manuel de Araújo Porto-alegre, em 1836, mostra as disputas políticas do período regencial. <sup>1</sup> Fonte: [Wikimedia Commons](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e1/1837_first_caricature_in_Brazil_-_Regency.png) disponível em [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e1/1837\\_first\\_caricature\\_in\\_Brazil\\_-\\_Regency.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e1/1837_first_caricature_in_Brazil_-_Regency.png) acesso em 20/10/2011

Nascida na forma de folhetim publicado em jornais, a grande difusão das histórias em quadrinhos no Brasil veio a ocorrer através da imprensa dirigida ao público infantil, nas páginas da Revista “O Tico-Tico”, lançada no Rio de Janeiro pela empresa editorial “O Malho” em 1905. A revista, que misturava quadrinhos, passatempos e conteúdo educativo de moral e civismo, circulou por 53 anos e se solidificou como fenômeno editorial capaz de influenciar mais de uma geração de leitores.

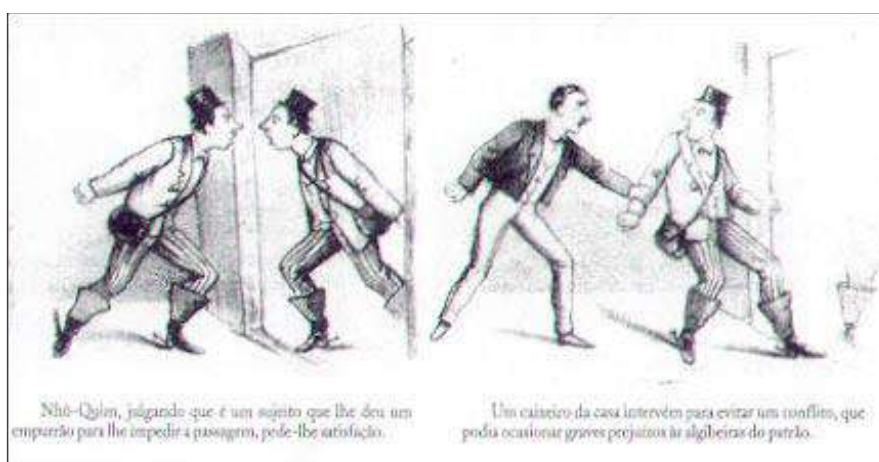


Fig. 3: Sequência de desenhos de Agostini para “Nhô-Quim” publicada na “Revista Illustrada”, (1869).





A princípio a publicação reproduzia e adaptava histórias em quadrinhos de origem estrangeira (principalmente norte-americanas), mas com o tempo passou a contar com a participação de inúmeros artistas brasileiros, incluindo o próprio Angelo Agostini (responsável pela criação do primeiro logotipo da revista).



Fig. 4: Logotipo da revista “O Tico-Tico”: criação de Ângelo Agostini em 1905.

Como dito, embora os quadrinhos já existissem no Brasil desde o final do século XIX e já houvesse em território nacional uma revista que as publicasse desde o início do século XX, foi somente no início da década de 1930 que o mercado editorial brasileiro tomou conhecimento da existência dos comics como gênero, nome originalmente atribuído aos quadrinhos em inglês, dada a essência cômica das primeiras publicações no gênero. O contato do jornalista Adolfo Aizen com as tirinhas de jornal se deu durante uma viagem a trabalho aos EUA e serviu de inspiração para que em seu retorno ao Brasil desse início a sua publicação, primeiro como tirinhas nos jornais diários e, em seguida, sob a forma de Suplementos Especiais encartados nos Jornais em determinados dias da semana: a idéia representava um investimento arriscado, que chegou a ser negado pelo então patrão de Aizen no jornal “O Globo” do Rio de Janeiro, jornalista Roberto Marinho.

O início das publicações (de cunho temático e destinadas a públicos específicos) foi conturbado: embora os suplementos encartados em jornal fossem responsáveis pelo esgotamento das edições nas bancas, seu conteúdo desde cedo esbarrou no preconceito alicerçado pelo formalismo vazio de que as principais instituições nacionais então se equipavam, levando a separação da distribuição “encartada” do jornal “A Nação” para o lançamento do “O Suplemento Juvenil”, em 1934, que se tornou uma publicação independente no formato tablóide, circulando três vezes por semana.



O “Suplemento” seguia a fórmula de misturar histórias importadas dos Estados Unidos e traduzidas aqui, com o trabalho de autores nacionais, no embrião do modelo que se tornaria mais tarde as revistinhas em quadrinhos.



Fig. 5: O Suplemento Juvenil em 1935.

A trajetória das Histórias em Quadrinhos no mercado editorial nacional se aproxima e por muitas vezes, se confunde à trajetória política do país, não tendo ficado alheia ao período volátil e de grandes transformações que foi a passagem da primeira para a segunda metade do século XX no Brasil, durante o governo Getúlio Vargas.

O surgimento da primeira “editora” de quadrinhos denominada “Grande Consórcio de Suplementos Nacionais”, fundado por Adolfo Aizen na década de 1930, só foi possível graças ao dinheiro obtido por seu sócio João Alberto junto ao governo federal da época, através de acesso privilegiado aos camarotes do poder (Junior, 2004). E mesmo o sucesso de vendas alcançado com a publicação das aventuras de super-heróis americanos não era o bastante para manter a empresa operando da forma lucrativa que deveria. Porém, o número de vendas foi suficiente para despertar a atenção de Roberto Marinho, que veio a se tornar o principal concorrente de Aizen, chegando a obter os direitos de publicação de seus personagens através de manobras escusas.





Em verdade, os quatro maiores empresários da imprensa brasileira no século 20 devem o fortalecimento (se não o próprio surgimento) de suas empresas ao segmento de revistas em quadrinhos: Roberto Marinho, Adolfo Aizen, Victor Civita e Assis Chateaubriand, proprietários das organizações Globo, EBAL, Editora Abril e Rede Record, respectivamente. A própria editora Record, de Alfredo Machado, foi fundada em 1942 como a primeira distribuidora especializada em histórias em quadrinhos do Brasil. Esses empresários montaram verdadeiros impérios editoriais tendo como base as vendas de revistas em quadrinhos. A concorrência trouxe frutos: o formato “tablóide” dos suplementos foi abandonado em prol do formato dos *comic books* norte-americanos e o emblemático *formatinho* que perdura até hoje em muitas publicações de quadrinhos e que se tornou responsável pela atribuição de seu rótulo, *revistinhas*.

O principal problema enfrentado pelos editores não foi a concorrência, mas o fato de comercializarem uma mídia nova, que estabelecia um meio-caminho entre a imagem e a escrita. Foi por não terem sua essência compreendida pelo público não-leitor que as historietas em quadrinhos, nome pelo qual as HQ’s foram conhecidas no Brasil até meados da década de 1960, conseguiram reunir tantos críticos contra si. Para Gonçalo Junior (2004), o maior problema enfrentado pelos editores foi a figura dos oportunistas, disfarçados de moralistas: os primeiros críticos das histórias em quadrinhos no Brasil foram padres italianos seguidores da política hipernacionalista de Mussolini, que proibiu a mídia na Itália para impedir a contaminação pela cultura norte-americana.

Embora praticamente toda a produção de histórias em quadrinhos fosse importada, algum material já era produzido e editado no Brasil (como no caso das quadrinizações de romances e histórias de cunho religioso). Além disso, embora as editoras possuíssem desenhistas em seus quadros de funcionários, seu trabalho na maioria das vezes se limitava a retoques na arte original (cobrindo a nudez parcial e indesejada de alguma personagem) ou produzindo histórias de personagens que descontinuados em seus países de origem, continuassem a vender bem no Brasil.

Essa luta por melhores condições de trabalho levou a criação de uma cooperativa nacional de quadrinhos durante a primeira metade da década de 1960, que por pouco não chegou a contar com a participação do futuro criador da Turma da Mônica, Maurício de Sousa e culminou na criação de um decreto-lei regulamentador da indústria dos quadrinhos por João Goulart (seguindo uma idéia que estava para ser posta em prática por Jânio Quadros, quando de



sua renúncia). Esse decreto, que incluía uma reserva de mercado para artistas nacionais, jamais chegou a ser posto em prática.

Em 1961, na tentativa de evitar a aprovação de projeto de lei do então presidente Jânio Quadros prevendo censura – agora oficial – ao conteúdo das revistas em quadrinhos e à obrigatoriedade de publicar cotas de autores brasileiros, os editores decidiram seguir os passos de seus pares norte-americanos, criando um código de auto-regulamentação para as Histórias em Quadrinhos publicadas no Brasil. O código, contendo dezoito determinações, era uma combinação dos Dez mandamentos das histórias em quadrinhos, já praticado pela Editora Brasil-América (EBAL), e o *Comics Code Authority*, e tinha identificação semelhante ao modelo americano: um selo na capa da revista contendo a mensagem “aprovado pelo código de ética”.

Em função de termo de compromisso assinado pelos principais editores de revistas em quadrinhos do país, o selo foi usado durante alguns anos, apesar da renúncia de Jânio Quadros semanas após o anúncio do Código de Ética. Embora uma comissão não tenha sido efetivamente formada a fim de fiscalizar o cumprimento do código, acredita-se que a autocensura continuou vigorando por muito tempo no meio editorial, especialmente após o golpe militar de 1964 e no período do regime militar. Nas décadas de 60 e 70, o Quadrinho de humor se tornaria guardida para o talento gráfico nacional como retratado no “O Pasquim” (figura 4), que funcionou como uma forma divertida e eficaz de resistência à ditadura militar.



Fig. 6: “O Pasquim” n. 42 de 10 a 17 de abril de 1970.



A abertura política no início dos anos 80 permitiu que os artistas do humor gráfico brasileiro assumissem sua tendência a crítica social como formadores de opinião, levando ao surgimento de publicações como “Chiclete com Banana” (figura 7) que deu exposição nacional a nomes como Angeli, Laerte e Glauco.

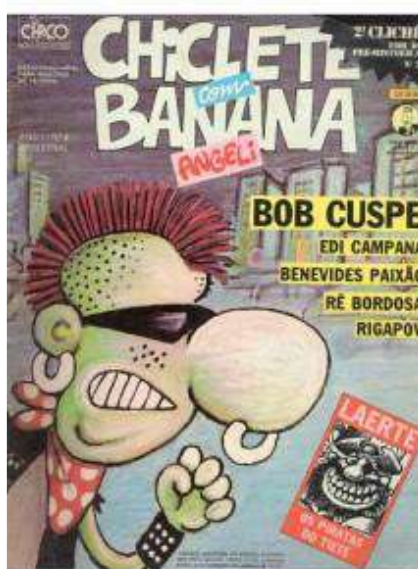


Fig. 7: Capa da revista “Chiclete com Banana” No 2, janeiro e fevereiro de 1987.

Nos anos seguintes, a produção nacional em quadrinhos rivalizou com a importação de histórias de autores norte-americanos e europeus. Sem heróis ou super-heróis de destaque, capazes de concorrer com o material que chegava de fora a preços competitivos dada a força e eficiência de articulação dos distribuidores internacionais, os quadrinhos brasileiros se concentraram em títulos baseados no terror, no erotismo, nos temas nacionais (figura 8) e no tradicional público infanto-juvenil, através do trabalho de Ziraldo e de Maurício de Sousa.



Fig. 8: Desenho de Ziraldo versando sobre tema regional brasileiro (c.1960).

Ao final dos anos 80 e início dos anos 90 os quadrinhos nacionais, que ainda se encontravam restritos ao público infanto-juvenil e ao humor gráfico, viram chegar a internet e os games de última geração e, juntamente com o declínio de suas tiragens, veio a concorrência com as graphic novels norte-americanas (figura 9) e os álbuns encadernados como livros.



Fig. 9: “Sandman”, graphic novel de Neil Gaiman, de 1986, inovou ao dar um tratamento dramático adulto à arte.



O desenvolvimento das novas tecnologias nos anos 2000 levou a uma adaptação das maneiras de se consumir Histórias em Quadrinhos, ocasionando o surgimento dos *webcomics* (quadrinhos publicados para serem lidos na internet), comprovando a vocação do meio para se reciclar e se adaptar a cada nova época.



Fig. 10: Um Sábado Qualquer: exemplo de webcomics.

<http://www.umsabadoqualquer.com/82-darwin-6/> acesso em 21/04/2012

## Conclusões

A análise histórico cultural das Histórias em Quadrinhos como veículo de comunicação em massa capaz de gerar uma cultura própria, desperta a atenção para seu uso em ambientes educacionais. Foi a evolução do mercado editorial norte-americano a partir da década de 1930 quem levou as tiras em quadrinhos a serem publicadas em revistas agrupadas por gênero, em um processo que também se deu de forma massiva no Brasil na mesma década. Percebemos que as características das histórias em quadrinhos não só determinou sua essência enquanto meio de comunicação de massa voltado ao entretenimento, mas também a transformou em ferramenta cultural capaz de veicular valores e conteúdos específicos entre seu público consumidor, com objetivos educativos, lúdicos ou de orientação política.

O fato da indústria dos quadrinhos, como peça importante no cenário da cultura primeira, ser capaz de se adaptar a diferentes tecnologias e períodos histórico-sociais faz dela um instrumento possível de ser adotado em ambientes educacionais, seja para o estímulo à leitura ou para a veiculação direta de conteúdos presentes em suas narrativas, como é o caso da ficção científica em que editores dão ar de destaque à ciência de seus universos ficcionais. Como mídia de consumo, os quadrinhos apresentam forte capacidade de penetração social, dadas as particularidades de sua linguagem própria que une imagem e texto.





## Bibliografia

CYRNE, M. **A explosão criativa dos quadrinhos**. Petrópolis: Vozes, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Coleção O mundo de hoje. 17 Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JUNIOR, Gonçalo. **A Guerra dos Gibis**. 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras. 2004.

NASCIMENTO JR, F.A. e PIASSI, L.P. **Uma análise sobre o potencial pedagógico do uso de histórias em quadrinhos de ficção científica no ensino de Física**. Anais do XIX Simpósio Nacional de Ensino de Física (SNEF). Manaus, AM: 2011

PIASSI, L.P. **Contatos: A ficção científica no ensino de ciências em um contexto sociocultural**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

SNYDERS, Georges. **A alegria na escola**. São Paulo, Manole, 1988.

VERGUEIRO, W. C. S.; SANTOS, R. E. **A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972 a 2005**. UNIREVISTA (UNISINOS. Online), v. 1, p. 1-12, 2006.



## MEMÓRIA DE RELACIONAMENTOS AMOROSOS: ENTRE O PROGRESSISMO E O CONSERVADORISMO

JOSÉ, Maria Carolina de Andrade

*Mestranda do Programa de Estudos Culturais da Universidade de São Paulo*  
*mariandrade.j@hotmail.com*

222

### RESUMO

Entrelaçando levantamento bibliográfico sobre relações amorosas na contemporaneidade e entrevistas realizadas com velhos, histórias de amor do presente e passado são registradas e analisadas. O texto reflete as reconfigurações sociais que convivem com os resquícios da configuração familiar tradicional brasileira.

Essa análise é decorrente do projeto de mestrado “Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero” que está sendo desenvolvido atualmente no Mestrado em Estudos Culturais (EACH/USP) sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Barbosa de Magalhães. O método utilizado é a história oral, especificamente, a modalidade da história de vida com orientação temática. Os entrevistados, com mais de 60 anos, relatam as diferentes pressões sofridas numa sociedade dividida entre o conservadorismo e o progressismo.

**Palavras-chave:** história oral; amor; memória

### ABSTRACT

Interlinking literature about romantic relationships in contemporary and interviews with elders, love stories of the past and present are recorded and analyzed. The text reflects the social reconfigurations that coexist with the remnants of Brazilian traditional family setting.

This analysis is the result of the master's project "Memory of romantic relationships: elders and gender." that is currently being developed at the Masters in Cultural Studies (EACH / USP) under the guidance of Prof. Dr. Valeria Barbosa de Magalhães. The method used is oral history, specifically, the life history theme-oriented. Interviewees with more than 60 years, reports the different pressures on a society torn between conservatism and progressivism.

**Key-words:** oral history; love; memory

### Introdução

“Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero” é um projeto de pesquisa em andamento que tem por objetivo conhecer as memórias das relações amorosas de velhos, verificando possíveis diferenças no entendimento e construção da memória em relação ao amor, segundo variações de gênero, situação econômica e grau de escolaridade. O método escolhido para é a história oral, mais especificamente, a modalidade da história de vida com orientação temática.





O projeto é uma maneira de recuperar e interpretar a história de cada entrevistado relacionando-a com seu contexto histórico e social atual. Partindo do princípio que cada pessoa carrega em si uma trajetória repleta de acontecimentos que merece ser compartilhada e valorizada.

Tratando-se dos idosos, que Bosi (1994) denomina como “velhos”, é interessante apontar que: “a conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte.” (BOSI, 1994, p. 82)

Busca-se então permitir a emergência dessa “obra de arte”, dar vazão às histórias amorosas dos entrevistados, partindo de suas experiências subjetivas. A ideia é valorizar uma parcela da sociedade que por vezes perde sua função no grupo e cujas experiências acabam sendo desvalorizadas também no âmbito de seus relacionamentos amorosos passados ou presentes. (ALMEIDA; LOURENÇO, 2008)

A maneira como se dão os relacionamentos afetivos não é fixa, os comportamentos mudam de geração em geração, de classe para classe, de religião para religião e assim por diante, acompanhando a complexidade de culturas e identidades. Poder analisar o comportamento amoroso em cada fase da vida daqueles que são velhos hoje é uma maneira de buscar entender as mudanças dos comportamentos individuais e coletivos nessa esfera.

As transições do papel feminino na família e na sexualidade ocorridas desde os anos 1950 são tema recorrente tanto na bibliografia analisada como nas entrevistas. Tais mudanças ocorridas não são claras e muito menos homogêneas na sociedade brasileira. Neves (2007) exprime o teor opressor do amor romântico para as mulheres, ainda presente na contemporaneidade:

O amor romântico, concebido durante décadas como o elixir para a consagração dos afectos entre os sexos, fundamentou (e fundamenta ainda) a reprodução de relações de poder estatutariamente desiguais entre os homens e as mulheres, cujas repercussões se fizeram (e se fazem) sentir na organização da vida social. (NEVES, 2007, p. 620)

Portanto, como aponta Bozon (2003):

O lado prático da “revolução sexual” deve ser questionado. As modificações das condições de existência das mulheres nas últimas décadas, em particular o considerável desenvolvimento de uma contracepção eficaz e controlada por elas, a elevação maciça de seu nível de instrução e a progressiva generalização do trabalho assalariado entre as mulheres de 25 a 49 anos,



aumentaram fortemente sua autonomia social em relação aos homens, mas nada garante que o estilo das relações entre os sexos, tal como se exprime, por exemplo, no intercâmbio sexual, tenha sofrido uma revolução. (BOZON, 2003, p. 134)

Para a primeira fase do projeto<sup>1</sup>, foram realizadas dez entrevistas com homens e mulheres com mais de 60 anos, residentes da cidade de São Paulo. Esse artigo pretende apresentar um breve levantamento bibliográfico sobre relacionamentos amorosos no século XX a partir dos relatos dos entrevistados.

Considera-se, no decorrer do texto, que as interpretações do amor dependem do seu período histórico e do seu contexto sociocultural. Segundo Neves (2007),

o amor não pode deixar de ser entendido no quadro das suas significações históricas e culturais, sabendo nós que aquilo que é percebido como uma manifestação de intimidade ou de amor pode variar em função do espaço e do tempo onde tal fenómeno está situado. Nesse sentido, para além de ser um conceito multidimensional, o amor é também um produto social e discursivo. (NEVES, 2007, p. 612)

### **Primeira metade do século XX**

Segundo Del Priore (2006), desde o início do século XX, ocorrem grandes mudanças na sociedade brasileira, uma intensa transformação econômica e social. Os modelos impostos no século anterior começam a se dissolver, as mulheres ganham novos espaços na sociedade e os casamentos ganham novas configurações. Lobato (2012) pontua que nesse momento, na cultura ocidental, acredita-se que a paixão amorosa possa ser domesticada e posta a serviço da ordem social. Ou seja, o sentimento que nasce involuntariamente se adequa ao contexto social que valoriza a relação amorosa estável e profunda.

Segundo Lins (2013), após a Revolução Industrial, ocorrem rápidas mudanças que geram insegurança. A ideia de que é necessário viver com alguém escolhido para amar e que o sentimento deve ser recíproco, atinge todas as classes sociais. “O amor torna-se alicerce do casal. O casamento de conveniência começa a tornar-se coisa do passado.” (LINS, 2013, p. 186)

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso “Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero”, novembro/2013.



O processo multiseular da entrada do afeto nas relações conjugais/familiares fez surgir, por exemplo, o ideal e a prática do casamento por amor, que se tornaram dominantes no século XX: o casamento por amor implica, de um lado, que o casamento não depende mais das negociações entre famílias, mas da escolha pessoal dos cônjuges, e, de outro, que a única razão da escolha é o sentimento amoroso. (BOZON, 2003, p. 133)

Nesse momento, o amor aparece como fator essencial para uma vida feliz. Nunca se pensou, nem se falou tanto em amor. “As pessoas estão convencidas de que, se não conhecerem o amor, sua vida será desperdiçada.” (LINS, 2013, p. 185)

A partir dos anos 1930, ocorre uma revolução científico-tecnológica que influencia fortemente o cotidiano, a maneira de ver o mundo e as relações humanas. A indústria cultural se desenvolve criando novos espaços de convivência. Iniciam-se processos, nos quais o número de filhos por família diminui, consagra-se o casamento civil, a liberdade de culto e o casamento romântico.

O amor ocidental procura, então, “combinar satisfação sexual, amizade com afeto e as funções procriadoras numa única forma de relação” (LINS, 2013, p. 195). Essa idealização do amor romântico como o princípio para a verdadeira satisfação humana perdura por todo o século XX e é o principal tema para diversos meios na indústria cultural, na qual os olhos nos olhos, os beijos longos e as declarações apaixonadas se disseminam.

Naturalmente, há intensas mudanças também na beleza e na moda, no início do século XX. Os exercícios físicos tornam-se populares, inclusive para as mulheres, saúde e beleza começam a se correlacionar, inicia-se a moda da mulher magra. Configura-se, então, uma nova valorização do corpo, “as mulheres abandonavam a couraça vestimentar que as tinha simbolicamente protegido do desejo masculino, no século anterior” (DEL PRIORE, 2006, p. 243). A nova moda, de cabelos curtos, seios pequenos e pernas finas é criticada por muitos como negação da feminilidade e conseqüentemente, da maternidade.

Nesse período, o divórcio ou qualquer ameaça contra a instituição do casamento são criticados. A mulher continuava dependente e submissa ao homem e por isso, o divórcio era visto como a pior chaga da sociedade<sup>2</sup>. Se por acaso, a mulher tentava se libertar dos laços matrimoniais era malvista por toda a sociedade, o mesmo acontecia com o homem. (DEL PRIORE, 2006).

<sup>2</sup> No Brasil, a lei do divórcio foi instituída em junho de 1977. E apenas em junho de 2010 a necessidade da separação judicial antes do divórcio foi extinta.



Em uma das entrevistas, José<sup>3</sup> descreveu a discrepância entre o tratamento de homens e mulheres separados, citando o machismo, que considera típico da sociedade daquela época.

“Naquele tempo lá, uma moça separada era até discriminada. Era discriminada, separou... Então, às vezes eram discriminadas. O rapaz não. Com aquele machismo todo da sociedade, né? O rapaz podia, era livre para fazer o que queria. Naquele tempo lá, não era cobrado nada dele. Então, era errado isso aí. Porque os dois têm que ser iguais, né? Mas naquele tempo não, naquele tempo a vítima era só a mulher. [...] Falavam mal dela, procuravam se afastar dela, achavam que ela não prestava.” (José)

Outra entrevistada do projeto, a Neusa, expôs a discussão que teve com a sua mãe quando pensava em se separar do marido. A vergonha em ter uma filha separada era algo inaceitável para ela.

“Quando eu falei para [minha mãe] que eu não estava feliz [no casamento], ela falou: “Você não vai me matar de vergonha. Eu não quero...” Porque eu era filha única, né? “Eu não quero ter uma filha separada, para mim isso seria a morte.” Porque meus parentes não iam aceitar.”(Neusa)

É interessante notar que a opinião da mãe era tão importante para ela, que Neusa só se sentiu livre para separar-se do seu marido, após o seu falecimento.

Nos anos 1940 e 1950, não havia felicidade possível fora do casamento e da construção da família, o amor conjugal baseava-se na procriação. “As mulheres eram, então, persuadidas de que não casar era um insucesso.” (DEL PRIORE, 2006, p.254) A esse respeito, a entrevistada Cizira<sup>4</sup>, de 90 anos, lembrou a imposição do casamento para as jovens:

“Quantas se casaram não porque gostava, medo porque... Chegou 20 anos, não casou, era titia. Chamavam de titia. Então, era o medo de ser chamada de

<sup>3</sup> Entrevista realizada para o projeto “Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero” (TCC), no dia 11 de setembro de 2013.

<sup>4</sup> Entrevista realizada para o projeto “Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero” (TCC), no dia 12 de agosto de 2013.



titia. Acabavam casando, às vezes, até sem gostar, né?” (Cizira)

A moral tradicional continuava a impor a repressão sexual para as mulheres. “A palavra sexo não era nunca pronunciada e saber alguma coisa ou ter conhecimento sobre a matéria, fazia com que elas se sentissem culpadas.” (DEL PRIORE, 2006, p.256) Cizira ainda aponta a necessidade da castidade e pureza para conseguir um marido, durante sua juventude, no início do século XX.

“A moça que namorava bastante era difícil ela arrumar casamento.” (Cizira)

Após a Primeira Guerra Mundial, o mundo precisou ser reinventado e com ele, o romantismo ganhou força, juntamente à crítica ao casamento no modelo patriarcal. Já que “a família restringia-se e acabava por, de certa forma, fechar-se em torno de si mesma à medida que perdia seu significado econômico e patrimonial no âmbito consumista aberto pelo novo capitalismo.” (RUDIGER, 2012, p. 152)

As “uniões livres”, o divórcio e o amor livre são conceitos que começam a ser defendidos por anarquistas e artistas feministas, a partir dos anos 1930. As novas configurações no mundo do trabalho que necessitavam da força feminina para se desenvolver entraram em conflito com o machismo arraigado.

Com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e à esfera pública, [...] a questão do trabalho feminino era motivo de discussão com outros temas que envolviam as mulheres: virgindade, casamento e prostituição. (DEL PRIORE, 2006, p.267)

Apesar da mão de obra feminina ter ganhado importância no mundo do trabalho no início do século XX, essa ocupação deveria ser temporária, até que a mulher assumisse seu verdadeiro papel na sociedade: a dona do lar. Por esse motivo, era comum que as mulheres parassem de trabalhar para cuidar da casa e dos filhos, seja por exigência do marido, do pai, por vontade própria ou falta de opção, como dito pelos entrevistados do projeto. Segundo Alzira e Neusa, era corriqueiro que as mulheres ficassem encarregadas do lar, enquanto os maridos trabalhavam.

“É a independência da mulher, a mulher antigamente era difícil trabalhar fora, né? Hoje você vê mulheres são formadas, trabalham...” (Alzira)



“Antigamente, as mulheres não saiam para trabalhar porque os maridos não deixavam.” (Neusa)

O marido de Cizira considerou que ela deveria parar de trabalhar logo após o casamento para cuidar dos filhos e da casa.

“Eu trabalhava quando eu era solteira, ele não deixou eu voltar a trabalhar. [...]Então, meu marido falou assim: “Você pode trabalhar até o dia do casamento, contanto que na hora no casamento você esteja lá na igreja. Você pode ir, mas depois não porque a gente não vai ter a nossa família? Nossos filhos? Nossas mães já fizeram a parte delas, agora...”(Cizira)

José relatou que sua esposa não pôde voltar a trabalhar, devido ao cuidado com os filhos e que ele teve que se esforçar para sustentar a família, na época:

“Depois que veio o primeiro [filho], não deu para ela [esposa] trabalhar. Então, eu tive que correr bastante, às vezes trabalhar em dois, três empregos.” (José)

Aparecida contou que teve que “*apelar*”, depois de ficar viúva, ou seja, ir trabalhar. O termo usado pela entrevistada reflete um sentimento geral da época, no qual, uma mulher casada que trabalhasse demonstrava extrema necessidade financeira.

“Mas eu trabalhava, fui manicure 26 anos e eu trabalhava nas residências. Foi assim que depois e meu marido faleceu, que ele faleceu em 75 com 48 anos, eu tive que apelar, trabalhar... E olha lá! A pensão não deu...não dava, né? Eu tinha 3 filhos.” (Aparecida A.)

As próprias empresas não aceitavam mulheres grávidas, ou recém-casadas, como apontado pelas entrevistadas:

“Eu engravidei de novembro para dezembro. Eu trabalhava na Ford, então, aí eu precisei sair, né? Porque eles não aceitavam. A Ford não aceitava mulher grávida.”(Alzira)



Depois de ter a primeira filha, Martha<sup>5</sup> ainda procurava emprego como solteira, pois sabia que as empresas não aceitariam uma mulher recém-casada, com filha pequena.

“E naquela época, a firma que eu trabalhava, a Cia Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados, era uma firma japonesa. Casava, eles mandavam embora, eles nem esperavam, né? [...]Quando eu tinha a Carla, eu trabalhava como solteira porque eles não pegavam...” (Martha)

Entre os anos 1930 e 1950, a urbanização e industrialização intensificaram o processo de mudanças nas relações humanas, iniciou-se a democratização das relações afetivas. A moral sexual tornou-se menos rigorosa, o amor e o prazer passaram a ser associados, apesar das objeções da Igreja Católica:

As mulheres da primeira metade do século XX, menos submissas que as do século anterior, pretendem conquistar não só a igualdade legal, mas também ter o mesmo nível de instrução do homem. Elas não desejam mais ser relegadas ao espaço privado do lar nem ser dependentes do marido. (LINS, 2013, p. 197)

Nesse processo de mudança de valores e de luta por mais igualdade entre gêneros, a mulher viveu um conflito de papéis na sociedade. “Por um lado há o desejo de fazer uso dos seus direitos tão duramente conquistados, desenvolvendo-se tanto quanto o homem, mas por outro lado ela deseja ser protegida pelo homem e dependente dele.” (LINS, 2013, p. 197) Vivendo em uma sociedade patriarcal, na qual o poder é evidentemente masculino e agora se divide entre o papel de esposa e mãe dedicada e mulher moderna.

A produção cultural mudou drasticamente, nos anos 1960, expandindo seu alcance a diferentes camadas da sociedade, de diferentes formas. O carro, o cinema, os clubes e as viagens construíram um espaço de intensa convivência entre jovens, onde o flerte acontecia. Os namoros continuavam cheios de regras: o rapaz deveria buscar e levar a moça em casa; tinham um horário determinado para voltar do encontro; o homem sempre pagava a conta; beijos deviam ser evitados e etc. Ou seja, a moça devia “se dar ao respeito”, seguir a conduta para tornar-se uma “mulher para casar” e não uma “mulher para se divertir”. Cizira, que

<sup>5</sup> Entrevista realizada para o projeto “Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero” (TCC), no dia 03 de setembro de 2013.





passou pela adolescência entre os anos 1930 e 1940, menciona essas regras de conduta típicas da época.

“Sempre tinha aquele moço mais atirado que ele gostava de ter bastante namorada. Mas quando ele ia partia para querer arrumar uma para casar, ele ia pegar uma daquelas que nunca tinha namorado. Ele não casava com a... Era assim. E a mesma coisa então, a moça que namorava bastante era difícil ela arrumar casamento. Porque assim, o rapaz, quando ele queria casar, ele pegava aquelas mais sérinhas.” (Cizira)

É importante enfatizar que tais mudanças sociais ocorreram de diferentes formas e velocidades em cada sociedade. Na Europa e nos Estados Unidos, os movimentos feministas ganharam força mais rapidamente. No Brasil e na América Latina o processo tendia a ser um pouco mais lento, principalmente em locais de tradição fortemente cristã. Nas cidades grandes em intenso processo de industrialização houve uma maior expansão de tais mudanças, já nas regiões rurais, os costumes mudaram lentamente. Desse modo, é importante analisar esses movimentos como extremamente heterogêneos, tendo sido influenciados por diversos fatores internos e externos.

### **Segunda metade do século XX**

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi caracterizado por uma retomada da opressão feminina. Na mídia ocidental, as figuras femininas delimitavam cada vez mais as diferenças entre homens e mulheres. As populares propagandas dos anos 1950 incentivavam as mulheres a ficarem em casa, a serem submissas e seguirem uma “forma feminina de vida”.

A adequação ao ideal da mulher de prendas domésticas, responsável pela harmonia do lar, que exerce um “poder nos bastidores”, reforça a situação de hegemonia masculina na distribuição desigual de poderes entre homens e mulheres na sociedade. Este ideal atribui à mãe de família capacidades de heroína para abnegação, sacrifícios virtuosos em função do marido e dos filhos, além de desfavorecer a participação feminina no mundo do trabalho. (LINS, 2013, p. 242)

Ainda, segundo a mesma autora, a mulher casada que trabalha fora só é aceita quando há necessidade financeira. Porém, neste caso, considera-se que o marido não é homem o



suficiente para sustentar sozinho toda a sua família. O papel de provedor era única e exclusivamente do homem e aqueles que não conseguissem cumprir com tal cargo, não tinham função na sociedade. O que suscita uma luta de poderes dentro de casa, já que o homem sente sua masculinidade abalada.

De acordo com Cevasco (2003), a partir dos anos 1960, ocorre uma grande mudança de paradigmas; as novas relações de gênero e etnias e a modernização como um todo geram uma crise geral na sociedade. Nesse momento, emerge a chamada revolução sexual, com a pílula anticoncepcional permitindo que os jovens pudessem experimentar-se sexualmente. O *rock'and'roll* e os preceitos da vida *hippie* inspiravam uma geração que buscava sexo livre, drogas, paz e amor, ou seja, rebelava-se contra os valores da geração passada. Algumas barreiras começaram, então, a se desfazer. “Nas capitais e nos meios estudantis, os jovens vão escapando das malhas apertadas das redes familiares.” (DEL PRIORE, 2006, p.301) O aumento no número de boates e clubes noturnos incentiva moças e rapazes a um flerte mais solto, os corpos ficam mais soltos com a música. “A moral sexual flexibilizava-se e casais não casados eram cada vez mais aceitos, já podendo circular socialmente.” (DEL PRIORE, 2006, p.301) Oscilando entre as possíveis descobertas sexuais e a educação tradicional que haviam recebido, os entrevistados contam como passaram por essa fase de transição histórica.

“Não era assim que nem é hoje em dia, as meninas ficam e já ficam. Não, naquela época não. Você namorava, muitas casavam virgens. Era bem difícil. Não tinha esse negócio de... Não tinha motel, drive-in. Eu nunca fui num drive-in, né? Que a gente mais ficava junto era aqui na casa dele, que morava aqui, né? Que a mãe dele ia dormir e deixava a gente, não estava nem aí, né?” (Martha)

Em entrevista ao projeto “Memória de relacionamentos amorosos: velhice e gênero” (TCC), Claudino contou que, mesmo nos namoros dentro de casa, com a vigilância do pai da moça, era possível certo contato físico.

“Era gostoso porque assim, o pai ia pegar um copo d’água e passava a mão, punha a mão no meio das pernas. Era uma delícia!” (Claudino)

Os entrevistados do projeto comentaram também sobre a falta de informações sobre



sexo e o contexto sexual anterior à AIDS:

“Naquela época a camisinha não era assim tão divulgada. Era uma coisa assim muito... Era bem pouco divulgada. Não tinha a AIDS ainda, tinha as doenças sexualmente transmissíveis, mas não tinha a AIDS. Então, não tinha aquele cuidado.” (Martha)

Segundo Claudino, mesmo ao frequentar prostíbulos, os rapazes não usavam preservativos. A disseminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis era comum, mas não havia tanta preocupação devido à menor gravidade dessas doenças.

“Não tinha, era assim, era uma coisa que não acontecia, você ia para a zona, mas não tinha coisa de camisinha. Nunca ninguém usou camisinha, mesmo na zona.”(Claudino)

Segundo Del Priore (2006), no período após 1960, configura-se o amor como base do casamento e o sexo como parte integrante do amor. A sexualidade começa a ser discutida, apesar de ser assunto evitado pelas famílias. As mulheres ganham novo espaço nas relações amorosas, nas quais podem buscar prazer e começavam a desobedecer às regras sociais e familiares impostas. Essas mudanças nos padrões de casamento e de família em segmentos de classe média urbana são, em grande medida, produto da transformação da situação das mulheres que, ao desafiarem o seu velho lugar no interior do espaço privado, permitiram novos quadros de flexibilidade e pluralidade. (ABOIM, 2009)

A separação torna-se uma opção para os casais que não se amam mais e se inicia um processo de aceitação pela sociedade. Porém, a antiga estrutura da mulher que pertence ao lar e o homem que pertence à vida pública continua forte. “As revistas femininas continuam a investir na figura da mãe, da dona de casa.” (DEL PRIORE, 2006, p.308)

Em alguns grupos, passa-se a admitir o casamento como um ambiente de diálogos. A mulher se divide entre a vida familiar e o trabalho. A infidelidade masculina é menos tolerada e os filhos são o centro do âmbito familiar. A pílula anticoncepcional e o preservativo, principalmente depois do evento da AIDS nos anos 1980, mantém a família pequena e permitem a liberdade sexual.

Em toda a história do amor, o casamento e a sexualidade estiveram sobre controle;



controle da Igreja, da família da comunidade. Só o sentimento apesar de todos os constrangimentos, continuava livre. Podia-se obrigar indivíduos a viver com alguém, a deitar com alguém, mas não a amar alguém. (DEL PRIORE, 2006, p.312)

Considerando os últimos 20 anos (desde 1990), há uma suposta “sexualidade obrigatória”, na qual todos desejam se experimentar. O sexo é assunto constante nas mídias sociais e nas rodas de conversas. “O casamento fundado sobre o amor, não é mais obrigatório e ele escapa às estratégias religiosas ou familiares; o divórcio não é mais vergonhoso e os cônjuges têm o mesmo tratamento perante a lei.” (DEL PRIORE, 2006, p.312)

O divórcio se torna uma possibilidade<sup>6</sup>, configurando o casamento, e mesmo o amor, como algo transitório e perecível, porém, aponta também o crescimento da valorização do bem-estar individual. Alteram-se, então, as configurações dos relacionamentos amorosos e cada casal busca novas maneiras de construir sua união (ABOIM, 2009).

## Referências

- ABOIM, Sofia. Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. *Revista brasileira de Ciências Sociais* [online].vol.24, n.70,pp.07-122, 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000200007>>. Acesso em 12 mar. 2013
- ALMEIDA, Thiago de; LOURENÇO, Maria Luiza. Amor e sexualidade na velhice: direito nem sempre respeitado. *.RBCEH, Passo Fundo*, v. 5, n. 1, p. 130-140, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.perguntaserespostas.com.br/seer/index.php/rbceh/article/view/104/187>> Acesso em 22 mar, 2012
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu* Vol. 20, p.131-156, 2003.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>6</sup> Idem nota de rodapé nº 2.



DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006

LINS, Regina Navarro. O livro do amor: volume 2 – Do Iluminismo à Atualidade. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013

NEVES, Ana Sofia Antunes das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do amor romântico? Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, setembro-dezembro, 2007

RUDIGER, Francisco. O amor no século XX: romantismo democrático versus intimismo terapêutico. Tempo soc. [online]. 2012, vol.24, n.2, pp. 149-168. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702012000200008>>. Acesso em 12 mar. 2013



## A EMANCIPAÇÃO PEDAGÓGICA DE JACQUES RANCIÈRE E O TEATRO DO OPRIMIDO COMO RE-PARTILHA DO SENSÍVEL

GOMES, Pedro Augusto Boal Costa

*Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO*

*pedroaugustoboal@gmail.com*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar como as teorizações sobre pedagogia, emancipação intelectual, estética e política, de Jacques Rancière (2009), podem servir de base para entender o Teatro do Oprimido como uma forma de “re-partilha” (p. 65) do sensível na sociedade contemporânea. A diferenciação exposta pelas práticas do Teatro do Oprimido com o intento de inovar os recursos capazes de promover um regime estético diferenciado pode ser também entendida como a prática artística e ritual capaz de renovar as formas de apropriação sensíveis e os recortes pertinentes a essa apropriação. A pressuposição da igualdade das inteligências aliada aos muitos mecanismos que conferem ao oprimido os meios de produção da arte será exposta aqui como voz facultada a responder aos desafios contemporâneos da emancipação política.

**Palavras chave: Teatro. Boal. Rancière**

### ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate how the pedagogical theory, intellectual emancipation, esthetics and politics, from Jaques Rancière (2009), can be utilized as a basis to understand the Theater of the Oppressed as a form of re-apportionment of the sensible inside contemporary society. The exposed contrast of the practices of the Theater of the Oppressed with the goal to make innovative resources capable of promoting a different kind of esthetical regime can be also understood as an artistic and ritual practice capable of renewing the forms of sensible appropriation and the snip of this appropriation. The intelligence equality pre understanding, allied to several mechanisms that can give the oppressed people the artistically means of production, will be exposed here as a voice capable of answering the contemporary challenges of political emancipation.

**Key-Words: Theater. Boal. Rancière**

### 1 Introdução: Jacotot e a experiência do “Ensino Universal”

Jacques Rancière (2013), em busca de exemplificar com a devida exatidão suas ideias sobre a emancipação intelectual, evoca a trajetória e a obra de um professor francês chamado Joseph Jacotot, em *O Mestre Ignorante*. Este pedagogo, nascido na França e tendo vivido no início do século XIX, possuiu uma posição intelectual deveras excêntrica. Foi autor de um método pedagógico, intitulado “Ensino Universal” (p.38), que propunha a total perda de hierarquias entre mestre e aluno, subvertendo as concepções tradicionais promotoras de uma pedagogia tida por ele como estagnante.

O “Ensino Universal”, tal como entendido por Rancière, propõe que o mestre pode



ensinar aquilo que ele mesmo não sabe. Ou seja, pode fazer com que o aluno construa por si mesmo as prerrogativas e mecanismos de seu aprendizado. Há, logicamente, a ruptura com o preceito tradicional de que o conhecimento pode ser transmitido tal como é em si mesmo, ou melhor, que o conhecimento é um objeto a ser entregue pelo mestre ao aluno da forma pelo qual foi originalmente concebido. Para esta vertente de pensamento, embrutecedora aos olhos de Rancière, foi designada a alcunha de “O Velho” (p.34). “O Velho” não é nada mais que a personificação das mentalidades retrógradas e embrutecedoras, capazes de estancar o fluxo de pensamento e criatividade necessários ao aprendizado verdadeiro. Como fica evidente pelo que foi mostrado acima, o aprendizado verdadeiro, para Rancière e Jacotot, é inextricavelmente um processo criativo.

“O Velho” enseja uma concepção “explicadora” (p.20) do mundo, que se estenderia da família à escola. Esta concepção pressuporia igualmente uma desigualdade e uma distância. Uma desigualdade das inteligências que legitima a transmissão de algo não construído pelo aluno que, afinal, não teria mesmo muitas capacidades para fazê-lo e uma distância necessária para que o professor, enquanto explicador, não seja afetado pelo processo de aprendizado do aluno, fazendo com que somente o aluno seja modificado neste mesmo processo em função das verdades pré-moldadas. A suposta incapacidade que o aluno teria de apreender determinado conteúdo não mais aparece como um problema a ser resolvido por uma metodologia pedagógica, mas torna-se a “ficção estruturante” (p.23) de um sistema falho de ensino e que é, segundo Rancière, bastante atual.

No que culmina “O Velho”, como concepção pedagógica (e de mundo), Rancière designa como “embrutecimento” (p.24). O “embrutecimento” seria, para o autor, a categoria oposta à emancipação. Ou seja, o intelecto condicionado a receber verdades prontas, refratário às mudanças de concepção e desacostumado ao agir criativo característico e necessário ao sujeito emancipado. Para exemplificar estas categorias é necessário acessar diretamente a experiência de ensino praticada por Jacotot e sorvida como exemplo por Rancière para enaltecer a potencialidade emancipatória da criatividade tida como ponto de partida. Esta experiência foi, mais particularmente, uma experiência de tradução.

Ao lecionar na Bélgica, por um acaso da vida, Jacotot viu-se confrontado com a muralha supostamente intransponível de compreender tanto do holandês quanto seus alunos do francês, ou seja, nada. No entanto, ao ser publicada uma edição bilíngue do “Telêmaco” (p.18), pôde ofertar aos alunos algo que lhes fosse comum. Fazendo com que comparassem as palavras nas





diferentes línguas e que por princípio associativo decifrassem a razão por trás do texto escrito em francês, Jacotot surpreendeu-se com o resultado que iria fazê-lo escrever suas teorias acerca do “Ensino Universal”. Os alunos, que ao utilizarem tão excêntrica metodologia, que os colocava na necessidade de construir por si mesmos a compreensão de uma língua, finalizaram o processo tendo superado expectativas e capazes de escrever com relativo grau de sofisticação em algo há pouco desconhecido. Haviam rompido a “distância imaginária” (p.27) que caracterizava “O Velho” e puderam aprender sem um mestre explicador, mas como nota Rancière, não sem mestre. A este processo e à concepção que o norteia Rancière designa como uma pressuposição da igualdade das inteligências.

## 2 Pressuposição da igualdade das inteligências

O que entende Rancière (2013), portanto, por pressuposição da igualdade das inteligências? Para este autor, é parte fundamental do mito pedagógico constitutivo do “Velho” e também responsável pelo processo de “embrutecimento” intelectual a pressuposição de que as inteligências são distintas e de que para que elas se tornem equivalentes seria necessário instruí-las e proporcioná-las o conhecimento. Este conhecimento, no entanto, não é produzido em uma apropriação criativa. Ele é tão só a reprodução conceitual de algo previamente estabelecido e opera, sobretudo, como a tradução. A mera tradução, para Rancière, não configura grande aprendizado por não fazer com que se compreenda igualmente a razão por trás de uma língua. Ou seja, existe uma partilha desigual das competências ao não colocar o aluno na função de criador, mas somente mero receptáculo de um evento pedagógico.

Invertendo conceitualmente a questão, Rancière afirma que a pressuposição deve ser oposta. Devemos considerar que somos igualmente capazes de apreender criativamente os conteúdos e que para isso basta tomar a igualdade por base, por princípio. Quando se estabelece por princípio uma incompetência, o mundo pedagógico passa a ser dividido entre aqueles que sabem e aqueles não sabem, entre inteligentes e ignorantes. Não haveria, contudo, caminho absolutamente unívoco para a inteligência que fosse capaz de produzir maneiras tão maniqueístas de pensar a educação.

Este maniqueísmo jaz na objetificação absoluta do conhecimento transformado em algo que se aprende e não algo pelo qual se aprende. Perde-se no caminho a percepção de que o ensino possui caráter eminentemente processual, mas não somente, também de que o processo



deve ser posto em questão sem que seja reduzido à melhor forma de transportar algo pré-estabelecido. Seria melhor, portanto, conferir ao aluno poderes que lhe são subtraídos em determinado momento e que, ao terem sido tomados, reduzem as faculdades de apropriação e criação a quase nada, enaltecendo, por oposição, as capacidades de transporte e reprodução. Para tanto, a pressuposição de que as inteligências são equiparáveis opera como orientadora do movimento pelo qual o aluno retoma algo que lhe foi roubado. Se formos considerados diferentes, nota Rancière (2013), devemos buscar maneiras de nos tornarmos iguais. Porém, se pressupusermos que somos iguais, buscaremos o caminho da diferença que, diga-se de passagem, é emblemática no pensamento deste autor, para o qual a política se move de maneira mais saudável a partir do dissenso e não dos mecanismos de promoção da homogeneidade e do controle.

### **3 Devolver ao oprimido os meios de produção teatrais**

A partir deste momento o vínculo com o Teatro do Oprimido se inicia. Difícil responder em tão poucas palavras o que é esta concepção teatral, porém, aqui, é algo absolutamente necessário de ser feito. O Teatro do Oprimido, em sua acepção mais fundamental, possui por finalidade devolver ao oprimido os meios de produção teatrais. Percebe, portanto, que historicamente os meios de produção da arte, suas ferramentas e pontos de vista, sempre foram confeccionados pelas classes dominantes. A aristocracia política que também estendia seus recursos para se utilizar da arte como transportadora da ideologia dominante, ainda vigora dentro dos paradigmas do capitalismo. Aqui pode ser traçado cruzamento imediato com a obra de Rancière. A estética e a política não aparecem como fenômenos absolutamente distintos, cada qual com seu domínio e suas teses. Estas duas fundem-se, deformam-se permanentemente. Como escreveu Boal (2009), “Os que pretendem separar o teatro da política, pretendem conduzir-nos ao erro – e esta é uma atitude política” (Boal, 2009, p.11).

Augusto Boal, sistematizador de um conjunto de métodos teatrais vinculado historicamente aos movimentos políticos latino-americanos, opõe oprimidos e opressores para pensar um mecanismo básico para fazer um teatro político. Este teatro deve estar nas mãos do oprimido, deve facultá-lo a produzir arte segundo seus princípios e suas realidades, deve ser teatro de baixo para cima. Não seria esta, portanto, uma pressuposição da igualdade das inteligências? Oprimidos e opressores podem ser encontrados em formas muito variadas, não



configuram conceitos totalizantes nem universalistas. Raramente são vistos em suas formas puras e articulam-se com seus ambientes e histórias particulares. Porém, são genéricos na medida em que podem ser compartilhados por muitas pessoas e identificados no outro e em nós mesmos. Teríamos, assim, tanto o potencial para oprimir quanto para livrar-nos da opressão que sofremos, bem como perceber a opressão que produzimos.

Tanto para Boal (2009) como para Rancière (2013), as aparentes faltas de habilidades e fragilidades intelectuais fartamente atribuídas a segmentos específicos da população, não seriam nada mais que inabilidades específicas dentro de um esquema de sociedade previamente formulado pelas mesmas classes que, no auge da arrogância, consideram-se donas das verdades. Colocam aprioristicamente as competências a serem alcançadas e não habilitam todos a alcançá-las. Partem da desigualdade por princípio. Considerar que possuímos, enquanto sujeitos, as faculdades criativas necessárias para produzir conhecimento e arte, já seria, por meio de um método, restituir ao oprimido as ferramentas para produzir a realidade a seu favor. Ao menos melhorá-la. A essas inabilidades Rancière (2013) designou como “ficções estruturantes” (p.23) que se encontram aqui apresentadas não somente ao sistema de ensino, mas também a formação artística. A realidade social, múltipla e complexa, não poderia ser aprisionada dentro de um esquema absolutamente maniqueísta para que fosse bem gerida e compreendida.

#### **4 Contra o espectador**

Para defender um teatro livre dos desígnios aristocráticos e feito pelo povo, Boal (2009) opôs-se frontalmente ao que chamou de “sistema trágico-coercitivo de Aristóteles” (p.33). Este sistema seria primariamente um sistema de purgação dos males através da identificação do espectador com o personagem. Esta empatia conduz o espectador a ser ver munido das mesmas opiniões do personagem em cena e conseqüentemente trilhando imaginativamente a mesma trajetória, livrando-se por fim dos problemas morais que o afligiam, antigas causas de seu sofrimento. O herói trágico entra em cena caminhando para a felicidade e o sucesso, tão logo o obtém, descobre que seus vícios morais podem envergonhá-lo o suficiente para que somente um processo de redenção (que muitas vezes envolveria uma preferível morte) é capaz de salvar sua convivência em sociedade.

Este modelo, tido por Boal como controlador, possuiria enorme eficácia e



maleabilidade, tendo perdurado por séculos e se vendo indiferente ao modelo de sociedade no qual se encontrou. Poderia, portanto, ser visto nos filmes comerciais contemporâneos que, ao apresentar as soluções de um conflito, não repensa o conflito em si mesmo, sugando o espectador para o que subliminarmente se considera como certo. A este transporte, Boal identifica a ideologia em sua pior acepção. A que representa o modo de pensar da classe dominante transposto para os dominados, que passam a pensar de uma maneira que convém à aristocracia. Voltando, então, ao teatro, o Teatro do Oprimido opõe-se ferozmente à própria figura do espectador.

O espectador, para Boal, sugere passividade, sendo que o Teatro do oprimido é ferramenta capaz de fazer do sujeito agente ativo. O espaço cênico, no teatro tradicional, se encontra apartado daquele que contempla o espetáculo, faz com que o espectador seja agente passivo e mero receptáculo das informações contidas no que se apresenta. Ora jogado para lá ora para cá, o espectador transforma-se em marionete no teatro das intenções que subjazem ao espetáculo. A partir da ruptura dentro da concepção ator e espectador, na qual o espectador pode transformar-se em ator, o espaço cênico se funde e se superpõe ao espaço reservado aos que contemplam. O resultado disso é fazer com que quem antes somente observava uma cena possa momentaneamente entrar nela, fazendo dela uma parte de sua própria imagem subjetiva e sendo capaz de compor o mosaico de subjetividades ali apresentado, tornando-o mais rico e diverso. Neste sentido a pressuposição da igualdade das inteligências nada possui de produtora de homogeneidades, mas contempla a formação das diferenças que, para Rancière (1996), é a base verdadeira da política.

Um exemplo de trabalho metodológico característico ao Teatro do Oprimido é o teatro fórum. Este método não pode deixar de ser apresentado, com o revés de poder acarretar em uma perda considerável na compreensão do que Boal, afinal, propunha por um teatro emancipador. Este método consiste em atores que apresentam uma situação problema encenando-a no palco, para que depois se abra a possibilidade de que os espectadores subam no palco a fim de substituir os que ali estavam e proporem melhores soluções ao que foi apresentado. Este problema é sempre um vínculo de opressão trabalhado e percebido pelo oprimido. Conforme as sugestões se desenrolam no palco, os que se propõe a reencenar a solução se veem no lugar de seu oposto. O oprimido no lugar do opressor, mas, sobretudo, o opressor no lugar do oprimido. Através da arte, não mais a mística cotidiana, mas o maior grau de realidade possível.

Outro exemplo de grande utilidade é o teatro invisível. Neste o espectador nem sequer



sabe de sua condição, sendo sobreposto a ação dramática instantaneamente e conseqüentemente participando de forma ativa do que espetáculo que se segue. No caso, alguns atores encenam um caso de opressão explícito, por exemplo, o racismo, em algum lugar público, imediatamente instando as pessoas ao redor a intervir. Ou seja, o que se segue é um debate *in loco* entre opressores e oprimidos no qual o oprimido pode defender seu ponto de vista confrontando-o com o ponto de vista do opressor. Novamente acontece uma sobreposição dos espaços diferenciados anteriormente reservados ao público e aos atores separadamente. A finalidade das modalidades do Teatro do Oprimido é de gerar uma transformação subjetiva com encontros antes não previstos, também não possíveis (ou raramente).

## 5 Pensamento e sensibilidade

Para Boal (2009), existe pensamento na sensibilidade. O pensamento, portanto, não seria reduzido a um efeito meramente simbólico, mas uma ramificação das potencialidades sensíveis. Mesmo as palavras, tão simbólicas e abstratas, possuem vida sensível nos olhos que as veem. É notório o interesse profundo pelas qualidades sensíveis presentes no último trabalho de Augusto Boal. Ele está presente nos muitos comentários e articulações teóricas com problemas contemporâneos da neurociência e dos estudos do cérebro, sendo flagrante a presença de investigações específicas dessas disciplinas amalgamadas com o pensamento político da sensibilidade aliada à estética. Deste modo, os sentidos já ensejam uma forma particular de pensamento ligado ao aspecto afetivo, tanto quanto a memória encontra-se entendida como processo criativo e não de rememoração.

O pensamento sensível não é, para Boal, uma preparação para o que seria constituído *a posteriori* como pensamento simbólico. O pensamento sensível, longe de ser algo enterrado nos primórdios generativos dos potenciais da linguagem, possui introjeção permanente nos nossos modos de ser e perceber, sendo conectado constantemente ao nosso cotidiano, senão também, inextrincável de todo e qualquer gesto. Ele se constituiria primariamente pela memória ativa de dar novos significados ao presente através do passado, mas também dar novos significados ao passado através do presente. Através deste jogo de relações, reativamos a memória em um caráter permanentemente criativo, avesso aos embotamentos relativos a uma função memorialística estanque, obliteradora das reinvenções do passado cruciais para o remodelamento (deformação!) da própria subjetividade. A memória ativa, tal qual o espectador



em relação emancipada e se utilizada para fins políticos (estéticos), é objeto *sine qua non* para gerar uma narrativa aberta na contemporaneidade. Como exemplo textual, cito outra passagem importante,

Quero adotar a idéia de que existe uma forma de pensar não-verbal – Pensamento Sensível – articulada e resolutiva, que orienta o contínuo ato de conhecer e comanda a estruturação dinâmica do Conhecimento sensível. Quero afirmar que, para serem compreendidos, mesmo quando são expressos em palavras, os pensamentos dependem da forma como essas palavras são pronunciadas ou da sintaxe em que as frases são escritas – isto é, dependem do Pensamento Sensível. (Boal, 2009, p.27)

242

Coexistem, portanto, pensamento simbólico e sensível em cada indivíduo. Estruturam-se de maneira singular em cada um de nós e também abrem espaço, como veremos, para uma séria e permanente apropriação política.

## 6 Os canais sensíveis da opressão

Palavra, imagem e som. Três canais sensíveis distintos que, para Boal (2009), encontram-se de posse dos opressores. Através desses canais mesmo o bebê, ainda no útero de sua mãe, poderia acessar sensorialmente o mundo social, sendo que este, não seria em absoluto um mundo físico natural. Constatar-se-ia, portanto, que os canais de sensibilidade, ativos mesmo antes do nascimento, possuem um vínculo diretamente social e sem mediações com padrões aliados à natureza. Seríamos tão constitutivamente sociais quanto o somos em organicidade. É a partir daí que a docilidade advinda do controle opressivo sobre os canais sensíveis (estéticos e políticos) são necessários para que uma determinada ordem social seja mantida. Devemos ser, portanto, mercadorias também em nossos aspectos orgânicos.

O som é o primeiro dos canais sensíveis a ser ativado. Dentro do útero é aquele que impera como produtor da sociabilidade entre o bebê e o mundo de ruídos em seu entorno. A voz dos pais, as influências orgânicas ligadas à qualidade da saúde materna, os ambientes nos quais a mãe costuma frequentar, sendo mais ou menos barulhentos e estressantes. Todos estes fatores não somente fazem com que a criança desde o princípio interaja socialmente, na medida em que está pressuposta a interferência das vontades de terceiros aliada a uma possível reação por parte da criança, mas possuem a capacidade de gerar memórias duradouras por muito tempo sentidas, mesmo que não conscientemente. Como a memória nos faz questionar, haveria um



vínculo direto entre os comportamentos futuros de um indivíduo e os acontecimentos sociais quase embrionários.

A imagem seria a segunda a entrar em cena, dada sua dependência visual. Ao nascermos somos desde já bombardeados pelas imagens que nos são apresentadas, fortuitamente ou por intenção. Estas podem ser de satisfação, tranquilidade e ternura. Podem também ser de violência, descaso e desconforto. Certamente, nos familiarizam mais com certas coisas nos excluindo outras vivências. A palavra, elemento mais elaborado e custoso, único dos canais a ser inventado pelo homem, demanda necessariamente mais tempo para ser dominada, sendo, portanto, mais tardiamente encarada pela criança como elemento de dominação.

Os sentidos, necessários às apropriações sensórias e ao Pensamento Sensível, são descritos por Boal como seletivos.

Jamais poderemos ver (enxergar) tudo que olham nossos olhos, escutar tudo que ouvem nossos ouvidos, sentir tudo que toca nossa pele, gustar todos os gostos, olfatar todos os cheiros. Olhos nos permitem ver, mas também escondem; nossos ouvidos ensurdecem quando nos convém. São assim todos os nossos sentidos. (Boal, 2009, p.56)

É através da apropriação daquilo que nossos sentidos e, em último caso, do que nosso próprio pensamento sensível pensa, que a dominação é imposta sobre a palavra, a imagem e o som. Já que nascemos seres estéticos, por que sensíveis, também já nascemos sujeitos às disputas e orientações afetivas e políticas.

## **7 A partilha do sensível**

Ranciére (2009) entende pelo termo “partilha” duas coisas distintas, que em parte se opõe, mas também se completam. O termo pode significar aquilo que se tem de comum, que se compartilha e permanece em uma ordem de pertencimento similar, mas também significa aquilo do qual se é excluído por não pertencer à ordem do comum. Ou seja, a partilha do sensível é a maneira pela qual as funções comunitárias, o que é considerado comum ou não, é dividido entre pessoas em um ambiente social. Alguns comportamentos, ideias, maneiras de ser e pensar são excluídos da “ordem do discurso” que conecta o senso comum, enquanto outros são considerados aceitáveis e pressupostos como partilhados pela ampla maioria da população, considerados erroneamente como naturais ou normais. A partilha do sensível é uma espécie de





regime específico das normalidades entendidas em um âmbito cultural. A cada sociedade sua partilha, a cada partilha suas exclusões.

A esta partilha sobrepõe-se atos estéticos e políticos que, para Rancière, encontram-se profundamente interligados. A política, deste modo, aconteceria não através da chave do consenso, ou seja, daquilo que se possui em comum, mas da ordem do dissenso, sendo aquelas coisas que não são igualmente pressupostas por dois indivíduos distintos. Como nota Marques, em artigo sobre Rancière,

O dissenso (ou desentendimento) é menos um atrito entre diferentes argumentos ou gêneros de discurso e mais um conflito entre uma dada distribuição do sensível e o que permanece fora dela, confrontando o quadro de percepção estabelecido. (Marques, 2011, p.26)

Ou seja, existe uma distribuição do sensível, que para Boal (2009) se utilizaria dos canais sensíveis de opressão, incluindo alguns e excluindo outros dentro do que é considerado normal. As formas de pensar, comunicar-se, portar-se, estetizar-se, digamos, são matizadas por uma partilha específica pertinente a uma dada sociedade. O que se pode dizer também é que, para Boal, a esta partilha também estética do sensível se coloca um vínculo forte de opressão que dualiza as relações e transformam os dominados, aqueles privados de satisfação de suas vontades ou desígnios humanos particulares, em criaturas dóceis. Muitas vezes afeitas a opressão que sofrem. A isto, como conclui Rancière, poderia se colocar uma re-partilha do sensível, quem sabe? O certo é que, nos dois pensadores, estética e política encontram-se tão profundamente interligadas que se tornaria quase impossível purificá-las. A política depende de seu viés estético, bem como a estética, por que matizada por uma “partilha do sensível”, não se diferencia de seu caráter político.

Seguindo mais adiante, encontramos uma forma de “partilha do sensível” em Rancière, que foi identificada no início deste trabalho como a pressuposição da igualdade das inteligências. A ligação que se estabelece com o Teatro do Oprimido é que, ao restituir ao oprimido ferramentas de produção teatrais (que por estéticas que são, tornam-se políticas), há uma reconfiguração dos modos de apropriação e construção da sensibilidade. Os afetos são repensados e uma memória criativa é ativada, capaz de transformar o significado de eventos passados. Este passado envolve desde a história do próprio país e de seus quadros políticos, até as opressões internalizadas em suas diferentes maneiras, ora por sermos dóceis, ora por de fato oprimirmos. Rancière critica negativamente a concepção Benjaminiana, contida no famoso



trabalho “A Obra de Arte na era de sua Reprodutibilidade Técnica”, por reafirmar a necessidade de uma estetização maior da política que, para Benjamin, encontrava-se desencantada e disciplinada por este mesmo viés.

## 8 A re-partilha do sensível e o Teatro do Oprimido

As técnicas do Teatro do Oprimido já apresentadas, teatro fórum e teatro invisível, são exemplos de como a arte política, e neste caso uma forma estética de política, podem repatriar os mecanismos formadores da subjetividade, seja individual ou coletiva. O teatro fórum promove o embate de subjetividades necessário à reorganização dos pontos de vista, que são confrontados. O teatro invisível imerge necessariamente o espectador na cena, rompendo os vínculos de opressão característicos do teatro tradicional que separam atores e espectadores fazendo com que os segundos sejam elementos passivos e simples receptores dos paradigmas apresentados pelos primeiros. Pressupor a igualdade das inteligências seria uma maneira pela qual o Teatro do Oprimido restitui propriedades ao oprimido, ao considera-los igualmente aptos a produzir criativamente, obviamente não aptos se imersos na partilha comum do Pensamento Sensível.

Na linguagem de Rancière, o Teatro do Oprimido opera um encontro entre diferentes formas de sensibilidades partilhadas. Não a mera divergência de opiniões, mas espectros diferentes do sensível lutando para contar da mesma maneira para a sociedade, para ser voz possível e presente. Voz dos oprimidos e dissenso necessário para a existência da política em sua melhor acepção, o Teatro do Oprimido consegue estabelecer um vínculo sensível de emancipação por não somente pressupor uma igualdade de inteligência e entender o caráter sensível das formas de pensamento, mas por levar estas mesmas concepções a um aspecto prático de transformação. Através de um segmento artístico largamente difundido, mesmo que parcamente politizado, que é o teatro, buscam-se formas específicas capazes de tornar o cidadão apto a lidar com as diferentes formas de opressão e ouvir vozes antes negligenciadas pelos ouvidos.

As ideias até agora apresentadas possuem o poder de, certamente, subverter a concepção clássica de estética, transmutá-la em algo bem mais específico, melhor definido por Rancière.

Mas, repito, a *mimesis* não é a lei que submete as artes à semelhança. É, antes, o vinco na distribuição das maneiras de fazer e das ocupações sociais que torna



as artes visíveis. Não é um procedimento artístico, mas um regime de visibilidade das artes. Um regime de visibilidade das artes é, ao mesmo tempo, o que autonomiza as artes, mas também o que articula essa autonomia a uma ordem geral das maneiras de fazer e das ocupações. (Rancière, 2009, p.31)

Curiosamente, Boal (2009) também se refere à *mimesis* em seu sentido aristotélico, retificando o posicionamento teórico convencionalmente atribuído a esta ideia. O conceito de *mimesis* não significaria somente que a arte imita a natureza, mas muito mais profundamente, que a arte imita o princípio criador que opera na produção artística. Neste sentido a arte ainda configura um vínculo direto com a natureza, mas, para Rancière, isto vai além. Não seria somente representar a força criadora inerente à natureza, mas inerente a uma partilha específica de sociedade. Ou seja, a um regime de visibilidade específico das artes. A natureza aristotélica, princípio criador imitado pelas artes, torna-se algo bem mais específico e cambiante, como define Rancière sobre a partilha do sensível.

É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. (Rancière, 2009, p.16)

Seguindo esta concepção, pensar a estética, para Rancière, é antes de tudo pensar o que, dentro de um regime específico de sensibilidade, se pode produzir artisticamente e quais os confrontos possíveis entre regimes estéticos distintos. Não seria, portanto, o significado mais tradicional do termo que remete a uma plena apreciação do Belo, e quais as ferramentas mais interessantes para alcançá-lo na plenitude de sua forma. Seria, sobretudo, o que dentro de uma temporalidade específica pode ser produzido como Belo, e também aquilo que destoa da produção considerada comum. Assim, o Teatro do Oprimido pode proporcionar não uma arte de vanguarda no que toca o experimentalismo estético-formal, mas um choque verdadeiro de regimes de visibilidade distintos que, através do desentendimento (desacordo de percepções), re-partilha o espectro possível das sensibilidades.

## 9 Como na infância

De um modo mais elementar, e simultaneamente fazendo um retorno ao início deste trabalho, vale ressaltar outra maneira de partilhar o sensível definido por Rancière, neste caso não muito intencionalmente, na obra *O Mestre Ignorante*. Em breve momento, Rancière cita a



infância como um momento da vida no qual o conhecimento é apropriado criativamente, no qual a memória necessária para organizar os dados ainda processa as informações de maneira criativa. A criança possuiria um mecanismo, perdido ao longo do contínuo policiamento do aprendizado sofrido na educação convencional, muito mais adaptado ao melhor conhecer. Ela o faz por método associativo, ou seja, por imitação. O autor defende que a criança, ainda cedo, imita o que o adulto faz como forma de também lidar com as coisas do mundo. Assim ela aprende as formas, as ações, os jeitos e gestos pertinentes ou não a cada momento. Da mesma forma, o aprendizado adulto poderia seguir este princípio anteriormente exposto ao longo da tematização sobre a pressuposição da igualdade das inteligências e exemplificado pela experiência de Jacotot de ensinar uma língua que era, para ele, desconhecida. Ao traduzirem um livro associando palavras, os estudantes estariam fazendo como faz uma criança, imitando, tentando, errando, tentando novamente. Para Rancière, não haveria forma melhor de aprendizado, forma infantil que já alcança a possibilidade de uma partilha mais aberta do sensível.

Seguindo o caminho que até agora foi traçado, a questão natural seria se o Teatro do Oprimido é capaz de fazer-nos agir como na infância. Vejamos, existe uma relação direta entre a pressuposição da igualdade das inteligências e uma partilha mais aberta do âmbito sensível. Então, o que podemos dizer com relação à obra de Boal é de que o elemento teatral que mais se aproxima de um modelo infantil de tentativa e erro é o ensaio. Pois bem, o Teatro do oprimido é definido pelo próprio Boal como um “ensaio da revolução” (Boal, 2009, p.215). O ensaio seria a forma capaz de permitir um saber aberto e criativo aliado ao ensejo de uma transformação da subjetividade. Ele é aberto em todas as suas instâncias, não pressupõe a finalização característica da obra de arte tradicional e possibilitaria uma introjeção dentro de um pensamento sobre o regime de visibilidade das artes. Ele se coloca entre o que se expõe como arte e aquilo que é compreendido como arte. Deste modo o Teatro do Oprimido poderia ser entendido, em parte, como um pensamento típico da forma de organização infantil, ou seja, essencialmente criativa. Obviamente não se trata de fazer da infância um fetiche intelectual, mas capturar o que dela nos pode fazer mudar o olhar sobre o modo de produção artística.

## 10 O espect-ator emancipado

Podemos vislumbrar um trecho da obra de Rancière *O Espectador Emancipado*, na qual o



teatro é diretamente tematizado.

Esse diagnóstico abre caminho para duas conclusões diferentes. A primeira é que o teatro é uma coisa absolutamente ruim, uma cena de ilusão e passividade que é preciso eliminar em proveito daquilo que ela impede: o conhecimento e a ação, a ação de conhecer e a ação conduzida pelo saber. É a conclusão formulada por Platão: o teatro é o lugar onde ignorantes são convidados a ver sofrendores. O que a cena teatral lhes oferece é o espetáculo de um *páthos*, a manifestação de uma doença, a doença do desejo e do sofrimento, ou seja, da divisão de si resultante da ignorância. O efeito próprio do teatro é transmitir essa doença por meio de outra: a doença do olhar subjugado por sombras. Ele transmite a doença da ignorância, a máquina óptica que forma os olhares na ilusão e na passividade. A comunidade correta, portanto, é a que não tolera a mediação teatral, aquela na qual a medida que governa a comunidade é diretamente incorporada nas atitudes vivas de seus membros. (Rancièrre, 2012, p.8)

O que seria esta crítica senão uma crítica também frontal ao que Boal chamou de “sistema trágico-coercitivo de Aristóteles”? Não é possível, aqui, traçar uma comparação refinada das compreensões terminológicas destes dois autores, mas é evidente que os embates são os mesmos.

O Teatro do Oprimido, deste modo, transforma, segundo Boal (2009), o espectador em espect-ator. Transforma-o em agente ativo de transformação através do teatro. Com isso rompe com a doença teatral a qual se refere Rancièrre e figura como um tipo contemporâneo, também mencionado por Rancièrre mais adiante, de tentativa de eliminar a relação que o teatro possui com o espectador. Para isso Rancièrre defende a emancipação do espectador tal qual a emancipação do aluno em relação a seu mestre. Resta saber agora, e isso exige maior reflexão, se o que Rancièrre designa como espectador emancipado possui relação com o que Boal designa por espect-ator, e se o teatro de Boal, um teatro que fragiliza a figura do espectador, pôde, historicamente, alcançar o que foi proposto por Brecht ou Artaud.

## Referências

Boal, A. *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

Boal, A. *Stop: c'est magique!*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

Boal, A. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.



MARQUES, Ângela. *Comunicação, estética e política: a Partilha do Sensível Promovida pelo Dissenso, pela Resistência e pela Comunidade*. Revista *Galáxia*, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

Rancière, J. *A Partilha do Sensível, estética e política*. São Paulo; EXO experimental, Editora 34, 2009.

Rancière, J. *O Desentendimento, política e filosofia*. São Paulo, Editora 34, 1996

Rancière, J. *O Espectador Emancipado*. São Paulo, Martins Fontes, 2012

Rancière, J. *O Mestre Ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013



## **APONTAMENTOS SOBRE JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA: AÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA**

SANTOS, Thais Serafim

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – Unespar  
serafim\_thais@hotmail.com*

BONINI, Lara de Fátima Grigoletto

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – Unespar  
larascsc@hotmail.com*

MEZZOMO, Frank Antonio

*Professor Dr. do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento –  
Unespar  
frankmezzomo@gmail.com*

250

### **RESUMO**

A pesquisa enfoca as intersecções das temáticas da juventude, religião e política, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Tem como objetivo identificar e analisar as representações sobre religião e política dos jovens da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), instituição de caráter multicampi e multirregional. Para tanto, será utilizada a metodologia survey, com a aplicação de questionário a universitários ingressantes em 2014. Tendo em vista a multidimensionalidade do fenômeno abordado, optou-se por analisar os dados a serem coletados, por meio da perspectiva do paradigma da complexidade. A pesquisa parte da compreensão dos diferentes modos de ser jovem na sociedade atual, com as especificidades e diversidades desses sujeitos, e conjectura sobre as novas formas de vinculação política, assim como do pertencimento e do trânsito religioso, por meio das concepções de jovens universitários paranaenses.

**Palavras Chave:** Juventude. Religião. Política

### **ABSTRACT**

The research focus the intersections of the theme of youth, religion and politics from a interdisciplinary perspective. It has as objective to identify and analyze the representations about religion and politics of the young from the Universidade Estadual do Paraná (Unespar), institution of multicampi and multiregional. Therefore, it will be used the survey methodology, with application of questionnaires to entrants university students in 2014. In view of the multidimensionality of approached phenomenon, it was chosen to analyze the data, through the perspective of the complexity paradigm. The research is based on understanding of the different ways of being young in current society, with the specificities and diversities of these subjects and conjecture about the new ways of political linking, as well as belonging and religious transit, through the conceptions of the university students from Paraná.

**Key-words:** Youth. Religion. Politics





Este trabalho é fruto de reflexões realizadas a partir de resultados parciais de pesquisas de Mestrado, em andamento, articuladas a investigações mais amplas<sup>1</sup> desenvolvidas pelos pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná/Unespar, Campo Mourão. Tem como foco a temática da juventude e suas inter-relações com os campos da política e da religião a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula, sobretudo, conceitos e procedimentos metodológicos oriundos dos campos da Educação, Psicologia, Sociologia e História.

As investigações em curso objetivam identificar e analisar as representações sobre política e religião dos jovens ingressantes da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, instituição pública recentemente constituída, que agrega 7 câmpus localizados em diferentes mesorregiões do estado. Tem em vista, ainda, estabelecer relações comparativas entre o perfil dos jovens universitários ingressantes quanto às ações e representações sobre política e religião, considerando as variáveis curso e localidade do estado do Paraná, e compreender as possíveis influências dos campos da religião e da política na constituição das identidades juvenis.

A pesquisa parte da compreensão da diversidade abarcada pela categoria juventude, das novas pautas reivindicatórias e formas de manifestação, pertencimento e engajamento político e religioso dos jovens. Consideramos ainda as mudanças no perfil da juventude universitária brasileira em vista da política nacional de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior.

### **Compreensões de juventude**

Ao nos propormos investigar as representações que os jovens possuem sobre os campos da religião e da política, faz-se relevante que, de antemão, atentemo-nos para as compreensões sobre a juventude e quais são suas representações perante a sociedade.

<sup>1</sup>A investigação mais ampla visa identificar o perfil dos jovens universitários, com especial destaque para as ações e representações concernentes às esferas da religião e da política. Desde 2011, o Grupo de Pesquisa “Cultura e Relações de Poder” tem desenvolvido investigações voltadas para tais temáticas, contando com apoio financeiro do CNPq e da Fundação Araucária e, recentemente, com bolsas de estudos para alunas mestrandas concedidas pela CAPES. Para demais informações acerca das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, acessar o site: <http://www.fecilcam.br/culturaepoder>



No que tange à juventude, é possível afirmar que historicamente sua compreensão tem sido mediada, em grande parte, por perspectivas teórico-metodológicas que visam caracterizá-la como uma fase natural do desenvolvimento humano. Com base nesta naturalização da juventude, conforme afirma Oliveira (2006), enfocam-se os processos de desenvolvimento segundo critérios normativos, restringindo-se a prescrição de comportamentos e mudanças físicas e hormonais que qualificariam a chamada adolescência normal, ao invés de transcender esta noção, em busca de se ocupar também da descrição e da compreensão das práticas sociais que constituem o ser jovem em determinado contexto.

É no bojo dessas considerações que observamos que, na maior parte dos estudos referentes à juventude, há uma preocupação muito grande em afastá-la dos possíveis perigos da sociedade, como por exemplo o uso do álcool e das drogas, da contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez prematura, entre outras, e aproximá-la de projetos e políticas públicas que pretendem não só capacitá-la nos estudos e no mundo do trabalho, mas também garantir-lhe melhores condições de vida e de saúde.

A juventude passa então a ser concebida quase que caricaturalmente, como afirma Abramo (1997), sendo uma categoria social à qual se pode tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, haja vista sua predisposição a fatores e comportamentos de risco, tendo como premissa a dificuldade de com ela estabelecer uma relação de troca e diálogo. A juventude torna-se sinônimo de uma fase difícil e problemática da vida, como um momento em si próprio patológico, demandando cuidados e atenção concentrada. Quanto a esta condição de transitoriedade/fase do desenvolvimento, Dayrell (2003) afirma que o “jovem tem sido visto enquanto um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (DAYRELL, 2003, p. 40).

Ao abranger o ciclo da juventude, e tendo em vista a realização de estudos e pesquisas desenvolvidas, parte-se de uma compreensão que considera a faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos, cuja principal característica é justamente a sua transitoriedade (UNESCO, 2004). No entanto, a realidade social demonstra que não existe somente um tipo de juventude, no qual a idade seria o fator predominante, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo de múltiplas culturas, formadas a partir de diferentes interesses e percepções juvenis e as distintas formas de inserção na sociedade (ESTEVES, ABRAMOVAY, 2007).



Consideramos, portanto, que se torna necessário compreender a juventude enquanto uma categoria/grupo delimitada por critérios culturais, sociais e históricos, levando-se em conta as especificidades e a subjetividade desses sujeitos. Nesse sentido, e compartilhando da compreensão de outros teóricos, trabalhamos com a noção de *juventudes*, no plural, na medida em que se reconhecem os diferentes modos de ser jovem na sociedade contemporânea (DAYRELL, 2002, 2003; TAVARES; CAMURÇA, 2009).

Na esteira dessas considerações, cabe ressaltar que, ao problematizar os jovens universitários, compreende-se igualmente a importância de se atentar para a multiplicidade social, cultural, étnica, de gênero, entre outras, que essa categoria abrange (ZAGO, 2006). É possível identificar uma lacuna na produção acadêmica especificamente no que diz respeito aos jovens universitários, de modo que se faz necessária a ampliação dos estudos que visem compreender a constituição da identidade do jovem universitário enquanto sujeito cultural e político, para além de sua condição de aluno de uma determinada instituição de Ensino Superior.

### **Juventude universitária**

O Ensino Superior, no entendimento de Chauí (2003), é uma instituição social, e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade. Tanto é assim que vemos no interior da instituição a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade, sejam elas de caráter cultural, social e/ou econômico, motivo pelo qual percebemos a necessidade de atentarmos também para o perfil e diversidade da juventude universitária.

No que se refere à educação superior pública, Chauí (2003) também alerta para o fato desta ter sido durante muito tempo conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não tinham condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública. Assim, segundo sua compreensão, a universidade pública deixaria de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estivesse assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público.



No entanto, observamos que na última década foram propostas soluções referentes à ampliação do acesso e maior equidade através da diversificação do sistema, com a criação de novos tipos de instituições de ensino superior, novas modalidades de cursos (como, por exemplo, os cursos a distância e os tecnológicos, dispondo de menor tempo para conclusão, favorecendo os jovens que tem necessidade de adentrar mais rapidamente ao mercado de trabalho), bem como a proposta de políticas de inclusão social e de ações afirmativas (como são o PROUNI, sistema de cotas, ENEM, FIES, SISU).

Desta forma, é possível afirmarmos que no Brasil, o Ensino Superior público não é mais ocupado apenas pela classe média e pelas elites intelectuais (CARRANO, 2009), em virtude das recentes políticas públicas de democratização do acesso e da ampliação de vagas. Esse fator aponta a necessidade de se compreender qual o perfil desse novo público que passa, a partir de então, a frequentar as universidades brasileiras. Por outro lado, isso não significa afirmar que as condições de ingresso e permanência não sejam ainda influenciadas pelas condições socioeconômicas e demais desigualdades presentes na sociedade.

### **Articulações entre juventude, religião e política**

Dentre as características da representação socialmente compartilhada sobre a juventude, encontram-se aquelas relacionadas à sua participação social e política. Os jovens são muitas vezes, conforme afirma Moraes et al. (2010), representados como portadores da esperança, do desejo e da ânsia por justiça e por projetos de transformação da sociedade. No entanto, exemplos contrários a essa representação, como a dos jovens indiferentes à experiência política, evidenciam a dificuldade de se pensar em uma essência/identidade juvenil, necessariamente portadora de utopias sociais, de desejo de justiça e de projetos de transformação social. Observa-se, portanto, uma ambiguidade na concepção socialmente compartilhada sobre a juventude. Ao mesmo tempo em que os jovens são representados como portadores da rebeldia e do desejo de mudança, outras características atribuídas a eles, como alienação, consumismo e individualismo, desvalorizam o seu potencial de participação ativa (MORAES et al, 2010).

Ainda no rol das relações entre juventude e política, a literatura vem indicando um distanciamento por parte dos jovens do que se compreende tradicionalmente pela



participação política, especialmente daquela atrelada à institucionalidade do Estado. O engajamento de jovens, assim como de adultos, em partidos políticos no Brasil é um fenômeno infrequente. Entre adultos chega a 10% o número de filiados em partidos políticos e, entre jovens, não passa de 4%, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (apud BRENNER, 2014).

Apesar do baixo engajamento em partidos políticos, a presença de jovens militantes na esfera pública é significativa, bem como os efeitos do engajamento em diferentes esferas da vida dos jovens que se engajam, seja em partidos institucionalizados ou em outros espaços. A pesquisadora Ana Karina Brenner (2014) assinala que a experiência militante juvenil altera valores e comportamentos dos jovens e incide sobre as relações familiares, sobre amizades, hábitos de consumo, características pessoais e também escolhas profissionais e de cursos universitários.

Observa-se, ainda, o surgimento de novas estratégias de participação e engajamento político dos jovens – conselhos de juventude, redes sociais, fóruns, etc. – além de novas pautas políticas, relacionadas tanto a questões universais (consciência planetária) quanto ao cotidiano da juventude, tais como o mundo do trabalho, o lazer, a ação solidária, a violência (MÜXEL, 1997; FERNANDES, 2007; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

No que tange ao campo religioso, são notórias as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas, em especial na questão da sua liberdade, refletida na pluralização das religiões e no retraimento da Igreja Católica, tornando visíveis a acelerada expansão numérica dos evangélicos e a diminuição estatística das religiões tradicionais. Essa expansão também se estende a outros setores como na política, redefinindo as fronteiras desta com a religião. Fernandes (2007) evidencia que em um país como o Brasil, marcado pela expressão religiosa em suas mais variadas vertentes, a religião configura-se como uma influente variável na compreensão de aspectos sociais e na análise do comportamento juvenil.

Ao se refletir sobre a relação entre religiões e juventudes, entendemos as múltiplas mediações realizadas, levando em consideração que, conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a religião cumpre funções sociais, tal se deve ao fato de que não se espera da religião apenas justificações de existir, capaz de livrar da solidão, da angústia existencial, do sofrimento ou da morte. Conta-se com a religião para que forneça justificações de



viver em uma posição social determinada, com todas as propriedades socialmente inerentes (BOURDIEU, 2007, p. 48). As manifestações religiosas estão presentes e tornam-se aspectos influentes na sociabilidade juvenil, ainda que vão além da institucionalidade e a espaços determinados.

Nesse sentido, Regina Novaes (2004) entende que os jovens fazem suas escolhas religiosas em um atual campo plural e competitivo, culminado em um contraditório tripé que se faz presente na experiência desta geração, a saber: a) forte disposição para mudança de religião; b) ênfase na escolha individual gerando maior disponibilidade para a reafirmação pessoal ao pertencimento institucional; c) desenvolvimento de religiosidade sem vínculos institucionais. Deste modo, aumenta o número de grupos e indivíduos em que a adesão religiosa faz-se por meio de rearranjos provisórios entre crenças e rituais sem as fidelidades institucionais e de líderes pastorais.

Concordamos com Alves (2004), ao constatar que, ao contrário do que se pensa – de que a juventude perdeu as crenças, abandonou as práticas religiosas e afogou-se no individualismo, no niilismo e no consumismo – é possível afirmar que a religiosidade dos jovens ainda é perceptível e, atualmente, passa por grandes transformações. Os dados de sua pesquisa “Perfil da religiosidade do jovem universitário – um estudo de caso na PUC-SP” apontam, em seus participantes, “uma intensa religiosidade, em conflito com um sagrado civilizado e sistematizado pela instituição, habitando um estágio originário no qual a emoção predomina sobre a razão” (ALVES, 2004, p. 81), motivo pelo qual se compreende a necessidade e a importância de atentarmos para aquilo que subsiste de religiosidade para além da religião institucionalizada, seja essa religiosidade explicitamente enquadrada pelos dogmas tradicionais, ou seja, espontânea, “mais ou menos artesanal, mais ou menos selvagem, ou até mesmo inconsciente de suas amarras religiosas” (FERRY, GAUCHET, 2008, p. 43).

### **A pesquisa em andamento**

Este trabalho fundamenta-se na perspectiva da complexidade, entendendo os fenômenos humanos e sociais de modo dialético e como processos complexos, em interação com seu contexto, em um processo ininterrupto de transformação, articulados a sentidos e significações múltiplas (VASCONCELOS, 2007, p. 142). Desse modo,



intenta-se compreender acerca das vivências e preocupações dos sujeitos jovens na sociedade contemporânea, sobretudo, no que concerne às articulações entre religião e política.

Tendo em vista a multidimensionalidade do fenômeno abordado, reitera-se o intuito de abordá-lo por meio da complexidade, que não se limita a um conceito ou a estruturas axiomáticas definitivas, mas alimenta-se essencialmente de fatos da vida natural, social e por um sistema de pensamento abrangente e flexível, não avesso às incertezas, ao erro, aos conflitos, às transgressões (RODRIGUES, 2006, p. 22).

Diante da complexidade do mundo contemporâneo, há uma gama de pesquisadores que compreendem que as teorias, conceitos e soluções anteriormente considerados suficientes na resolução de problemas sociais e científicos passam por um crivo crítico, a partir da necessidade de alternativas de produção do conhecimento científico. Dimas Floriani (2000) entende que os aparelhos lógico-metodológicos dos sistemas científicos tornam-se frágeis ao incorporar um alto grau de incerteza, a ciência pode, assim, transitar para outras epistemes e novidades lógico-conceituais.

Como alternativa na organização do conhecimento, a interdisciplinaridade é apresentada na tentativa de romper com as fronteiras disciplinares e com o sistema educacional fechado em si mesmo e, por vezes, desligado da realidade social. Não se trata de superação do conhecimento disciplinar, mas de reconhecer a pertinência e a relevância de outro modo de fazer ciência, de gerar conhecimento, sobretudo porque a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro do universo de domínio disciplinar (ALVARENGA et al., 2011).

Diante de tais apontamentos, a presente pesquisa se configura como interdisciplinar de caráter misto, levando em consideração que no paradigma da complexidade, segundo Vasconcelos (2011), sugere-se optar pelos estudos mistos, no intuito de superar as limitações particulares aos dois tipos polares de pesquisa (quantitativo e qualitativo), “criando uma rede de evidências na qual as indicações quantitativas são comparadas e analisadas concomitantemente aos dados qualitativos, aumentando o rigor da pesquisa” (VASCONCELOS, 2011, p. 160). Compreende-se que existe um *continuum* entre os instrumentos quantitativos e qualitativos, o que permite uma maior riqueza para a pesquisa e suas análises. Por esse motivo, a investigação





qualitativa é inerentemente multimétodo, combinando diferentes estratégias, materiais e perspectivas em um só estudo (DENZIN; LINCOLN, apud VALLES, 1999).

Para a realização do trabalho em desenvolvimento, optamos pela utilização da metodologia *survey*, propondo-se a aplicação de questionário *on-line* aos ingressantes universitários no ano de 2014, para a coleta de dados envolvendo todos os cursos dos sete câmpus da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê<sup>2</sup>. Os câmpus estão localizados nas mesorregiões noroeste, norte central, centro-ocidental e sudeste paranaense, além da mesorregião metropolitana de Curitiba. A constituição dessa universidade assinala uma diversidade de experiências da vivência universitária, todas elas ligadas ao processo histórico, à instalação e expansão dos cursos, às formas de ingresso, às compreensões acerca do ensino, da pesquisa e da extensão em cada um dos câmpus. Essas múltiplas experiências, oriundas de diversos contextos socioculturais, trazem implicações para o perfil dos jovens universitários e suas ações e representações acerca da religião e da política.

De acordo com Fink (2002) e Freitas et al. (2000), o *survey* é um procedimento para coleta de informações em vista de descrever, comparar ou explicar os conhecimentos, atitudes e comportamentos das pessoas. Vasconcelos ressalta que o *survey* tem sido um instrumento largamente utilizado na pesquisa científica, como forma de conhecimento e mapeamento de conjunto de valores, sendo montado na forma de questionário ou formulário com perguntas estruturadas a serem respondidas de forma padronizada pelos próprios informantes (VASCONCELOS, 2007, p. 222). Justifica-se, assim, sua utilização na presente investigação, de caráter descritivo e exploratório, que visa coletar os dados junto a aproximadamente 3 mil jovens universitários ingressantes de diferentes cursos de graduação e localidades do estado.

Delimitou-se para a investigação o estudo com os jovens da faixa etária de 17 a 29 anos<sup>3</sup>. Embora seja adotada tal delimitação, compreendemos, conforme discussão

<sup>2</sup>A Unespar constitui-se a partir da integração de 7 diferentes faculdades estaduais isoladas, abrangendo os seguintes campi: Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranaíba, Paranaguá, União da Vitória e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à UNESPAR. Há que se destacar a importância da problemática em questão, uma vez que não há estudos e pesquisas sobre a Unespar, e mesmo investigações dessa abrangência no estado do Paraná.

<sup>3</sup>A pesquisa segue a delimitação etária proposta por órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que consideram jovens os sujeitos na faixa etária



apresentada anteriormente, que o critério etário deve estar associado a outros elementos socioculturais para a caracterização da juventude. O instrumento foi elaborado com base em literatura pertinente e em outros questionários já utilizados em investigações do mesmo gênero (FERNANDES, 2011; STEIL; ALVES; HERRERA, 2001; LIBÓRIO; KOLLER, 2009), adaptando-se ao contexto sociocultural e aos objetivos da pesquisa, ficando então subdividido em quatro grandes blocos de indagações.

No primeiro bloco do questionário elaborado indagamos questões relativas aos dados pessoais, dados socioeconômicos, motivação pelo curso de graduação, histórico escolar, escolarização dos pais e um conjunto de perguntas sobre os valores que lhes são mais importantes. O segundo bloco foi destinado à religião. Iniciamos averiguando sobre a religião/crença do universitário – possibilitando resposta também àqueles que se consideram sem religião –, o motivo pelo qual escolheu sua crença, a religião/crença dos pais, se participa paralelamente a outras religiões ou possui curiosidade sobre outras crenças, quem a seu ver é Deus e se sua religião/crença promove e/ou incentiva a participação em atividades ligadas à organizações ou movimentos sociais. O terceiro bloco refere-se à política, no qual questionamos sobre o que poderia tornar o país mais desenvolvido, a opinião sobre os problemas enfrentados pelo país e com que frequência participa de atividades sociais. Por fim, no quarto e último bloco fizemos questões relacionadas ao ser jovem, o que indivíduo considera como bom e ruim da juventude e quando, em sua concepção, uma pessoa deixa de ser jovem. No momento, está sendo realizado estudo piloto, a fim de refinar o instrumento observando-se a compreensão das questões pelos participantes, a clareza e precisão dos enunciados, a quantidade, forma e ordem das perguntas.

A aplicação do questionário, prevista para os meses de Agosto e Setembro de 2014, ocorrerá com a participação e apoio de pesquisadores localizados nos referidos câmpus, colaborando na definição do período de aplicação, adequação ao calendário acadêmico e disponibilidade de infraestrutura – laboratórios de informática para acesso on-line aos questionários – em cada câmpus. Os pesquisadores da investigação em andamento se farão presentes nas referidas universidades a fim de garantir uma maior

---

compreendida entre 15 e 29 anos. Tendo em vista que a pesquisa se concentra em compreender as representações de jovens universitários, delimita-se a faixa etária a partir dos 17 anos.



padronização dos procedimentos e compreensão da pesquisa por parte dos jovens e consequentemente maior adesão e número de respostas.

Para a análise, está prevista a tabulação dos dados obtidos a partir de relatórios gerados pela própria plataforma on-line (*SurveyMonkey*), o que possibilitará o cruzamento de diferentes variáveis, tais como: câmpus, curso, gênero, nível socioeconômico, identificações com a religião e com a política, dentre outros. O desenvolvimento dessa etapa deverá contar com a participação dos demais pesquisadores colaboradores, pertencentes a diferentes áreas do conhecimento e a diferentes instituições, o que permite focar o objeto – ações e representações dos jovens universitários acerca da religião e da política – em uma perspectiva interdisciplinar.

### Considerações finais

A partir de discussões realizadas nas últimas décadas, tem-se percebido a necessidade de se compreender as vivências da juventude na contemporaneidade, rompendo com a visão homogeneizante e negativa em geral associada aos jovens. Trata-se de encarar a juventude não apenas como um período de transição, mas como uma etapa da vida que adquire importância em si mesma, conferindo aos jovens a centralidade e o protagonismo nas pesquisas e nos debates acadêmicos. Entendem-se as juventudes, então, como uma categoria delimitada por critérios culturais, sociais e históricos, levando-se em conta as especificidades e a diversidade desses sujeitos.

Ao buscar compreender o perfil dos jovens universitários, a investigação em andamento, possibilita um estudo acerca das ações e representações desses sujeitos, no que se refere à religião e a política, e que contribuem para a constituição de suas identidades, além de permear as relações que estabelecem em seu cotidiano nos diferentes espaços que vivenciam. Em vista da complexidade da temática em questão, cabe destacar a abordagem interdisciplinar que caracteriza este trabalho, o que possibilita uma compreensão multidimensional do objeto investigado.

Compreendemos que os resultados da atual pesquisa trarão elementos para discutir o novo perfil dos universitários brasileiros, o qual – a partir da política de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior – passou a contar com outros grupos sociais, étnicos e culturais. No que diz respeito à Unespar, universidade em



processo de consolidação, a pesquisa possibilitará ainda um mapeamento de seus estudantes, no que se refere aos aspectos socioeconômicos e culturais e, mais especificamente, às ações e representações dos jovens universitários quanto ao universo da política e da religião.

Na esteira das produções acadêmicas dos últimos anos, a pesquisa permitirá um entendimento sobre as novas formas de vinculação e manifestação política, assim como do pertencimento e do trânsito religioso, a partir do olhar de jovens universitários paranaenses. Com isso, o estudo poderá trazer contribuições científicas no que se refere à compreensão de novas formas de militância, das novas pautas e demandas juvenis e dos modos de relação com as instituições políticas e religiosas na sociedade contemporânea. Trará ainda contribuições para a compreensão das novas configurações da religião, seja nos vínculos que os jovens estabelecem com seu grupo religioso, seja na promoção que fazem de um tipo de religiosidade mais porosa que, entretanto, é capaz de orientar seus modos de vida.

## Referências

- ABRAMO, Helena. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 5/6, p. 25-36, maio/dez. 1997. Especial: juventude e contemporaneidade.
- ALVARENGA, Augusta Thereza de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (orgs.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011.
- ALVES, Vicente Paulo. Fenomenologia da religião: pesquisas sobre a experiência religiosa com universitários e suas implicações para o ensino religioso. In: HOLANDA, Adriano (org.). *Psicologia, religiosidade e fenomenologia*. Campinas: Editora Alínea, 2004.
- BOGHOSSIAN, Cynthia; MINAYO, Maria Cecília. “Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos”. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.
- BRENNER, Ana Karina. Experiência militante e repercussões em outras esferas da vida: jovens engajados em partidos políticos. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 79-93, jan./jun. 2014.



CHAUÍ, Marilena. “A universidade pública sob nova perspectiva”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, set./dez.2003.

DAYRELL, Juarez. “O jovem como sujeito social”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FLORIANI, Dimas. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; TUCCI, Carlos E. Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES, Raul (orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

FERNANDES, Sílvia Regina. “Adesão religiosa no segmento juvenil: apolitização ou reinvenção da política?”. *Seropédica*. Rio de Janeiro: EDUR, v. 29, n. 2, p. 152-165, jul./dez., 2007.

FERRY, Lucy. GAUCHET, Marcel. *Depois da Religião: o que será do homem depois que a religião deixar de ditar a lei?* Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

FINK, Arlene. *The Survey Handbook*. Second Edition. Thousand Oaks: Sage, 2002.

FREITAS, Henrique et al. “O método de pesquisa *survey*”. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

LIBÓRIO, Renata; KOLLER, Silva (orgs.). *Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MORAES, Leandro Gama, et al. “Juventude e representações sociais de participação política”. *Revista Eletrônica de Psicologia Política*, Universidad Nacional de San Luis, Facultad de Psicología, Ano 8, n.23, p.88-101, 2010.

MÜXEL, Anne. “Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos””. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 5/6, p. 151-166, maio/dez. 1997. Especial: Juventude e contemporaneidade.

NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espíritos de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 321-330, São Paulo, 2004.

PAREDES, Eugênia Coelho; PECORA, Ana Rafaela. “Questionando o futuro: as representações sociais de jovens estudantes”. *Psicologia, Teoria e Prática*, v. 6, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Maria Lucia. Metodologia Multidimensional em Ciências Humanas: um ensaio a partir do pensamento de Edgar Morin. In: RODRIGUES, Maria Lucia;



LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (orgs.). *Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília: Líber Livro, 2006. Série Pesquisa, v. 14.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes. “Identidade Narrativa e Desenvolvimento na Adolescência: Uma Revisão Crítica”. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, mai.-ago. 2006.

STEIL, Carlos; ALVES, Daniel; HERRERA, Sonia. “Religião e política entre os alunos de Ciências Sociais”. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 2, p.9-35, 2001.

TAVARES, Fátima. CAMURÇA, Marcelo. Juventudes e religião no Brasil: uma revisão bibliográfica. In: PEREZ, L; TAVARES, Fátima. CAMURÇA, Marcelo. *Ser jovem em Minas Gerais: religião, cultura e política*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

VALLES, Miguel. *Técnicas cualitativas de investigación social reflexión metodológica y práctica profesional*. Barcelona: Editorial Síntesis Sociologia Ltda., 1999.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

UNESCO. *Políticas de/para/com Juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

ZAGO, Nadir. “Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.





## O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA DEFINIÇÃO DO PROJETO DE VIDA PELOS JOVENS

REIS, Lílian Perdigão Caixeta

*Professora do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica*  
lilian.perdigao@ufv.br

BARRETO, Maria De Lourdes Mattos

*Professora do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica*  
mmattos@ufv.br

MARTINS, Cláudia Miranda

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica*  
cmiranda9@hotmail.com

264

### RESUMO

O presente texto problematiza o papel da escola no processo de definição do projeto de vida pelos jovens, com o intuito de tecer uma reflexão sobre o “ser jovem” no espaço escolar. Deste modo, o olhar crítico se debruça sobre a prevalência das relações autoritárias que permeiam o universo escolar, problematizando as práticas pedagógicas embasadas no modelo tradicional do ensino, questionando-se a função social da escola de formar o ser humano em sua completude, para que possam se tornar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde foi possível trazer à tona a conceitualização de juventude, projeto de vida e função social da escola, buscando identificar como as instituições escolares podem contribuir com o processo de definição do projeto de vida pelos jovens.

**Palavras-chaves:** Juventude. Projeto de vida. Função social da escola.

### ABSTRACT

This paper discusses the role of schools in the project definition of life by young people, in order to weave a reflection on "being young" at school process. Thus, the critical gaze focuses on the prevalence of authoritarian relations that permeate the school environment, discussing teaching practice-informed on the traditional model of teaching, questioning whether the social function of the school to train the human being in its completeness, that may become critical, reflective, autonomous, able to understand the reality in which they live prepared to participate in economic, social and politics of the country and contributing to building a more just society life citizens. To do so, we performed a literature search, where it was possible to bring out the youth conceptualization, design life and social function of the school, trying to identify how educational institutions can contribute to the process of defining the project life for young people.

**Keywords:** Youth, social function of school, life project.





## Introdução

A produção científica e o debate acadêmico e pedagógico em torno da relação juventude e escola se inscreve no debate mais amplo da própria (in) definição da categoria juventude.

Segundo SPOSITO (2009, p.18), é a partir dos anos 90 que a temática da juventude passa a ganhar um espaço na agenda pública brasileira, produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores. Contudo, DAYRELL (2009, p.58) afirma que as reflexões em torno da relação juventude e escola não experimentaram um crescimento relativo, representando apenas 12,91% do total dos trabalhos.

No entanto, DAYRELL (2009, p.58) expõe que houve uma ampliação significativa das temáticas e das abordagens realizadas em torno da problematização sobre a instituição escolar na sua relação com o jovem, abarcando questões do cotidiano escolar, as relações sociais que aí ocorrem, os processos de ensino e aprendizagem, com uma maior visibilidade do sujeito jovem, sua subjetividade, suas expressões culturais.

O interesse pelo estudo do tema proposto surgiu a partir da observação e constatação de que a condição de “ser jovem” tem sido propagada de forma estereotipada socialmente, inclusive dentro das escolas com *“a incorporação de transgressões, provocações e contestações e como exposições da desordem dos desejos, dos corpos, da intensidade passional, das reações e sentimentos irracionais. Violentos, indisciplinados”* (ARROYO, 2011, p.243).

Acreditando que a escola deveria representar um espaço apropriado para o desenvolvimento humano em sua totalidade percebemos que esta instituição tem restringindo o seu trabalho com o foco no desenvolvimento cognitivo apenas, baseado em um ensino tradicional, através de relações autoritárias. Desta forma, com raras exceções, a escola não tem contribuído para o desenvolvimento físico, social e pessoal, levando a um enfraquecimento desta instituição.

Neste sentido, realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de abordar a conceitualização de juventude, projetos de vida e função social da escola. Em seguida, realizou-se a análise e discussão da relação estabelecida entre os jovens e a escola, buscando identificar como esta instituição pode contribuir no processo de definição do projeto de vida pelos jovens.



Diante deste trabalho, surge a necessidade de se repensar a identidade do sistema escolar, fortalecendo esta instituição como locus apropriado para desenvolvimento do ser humano, capaz de contribuir significativamente para sua inserção social. O fortalecimento da instituição escolar, através da inserção dos pressupostos democráticos e participativos pressupõe destacar o protagonismo juvenil positivo, onde a escola oportunizará a vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais.

A partir desse breve panorama, é possível perceber as lacunas existentes que perpassam a questão da juventude e da escola, apontando para a necessidade de novas pesquisas que deem conta da realidade cada vez mais complexa que envolve os jovens na sua relação com a escola, buscando com isto retomarmos a credibilidade da educação, por acreditar que:

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE, 2001, p.67).

### **Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento deste artigo, buscou-se construir um referencial teórico, sobre a juventude e as suas relações com a escola, problematizando o lugar que esta instituição ocupa no processo de definição do projeto de vida pelos jovens, questionando a função social da instituição escolar, realizando para tanto uma pesquisa exploratória, a partir do levantamento bibliográfico.

Segundo GIL (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica é “*desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos*”. Onde a sua vantagem está no fato de “*permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente*”.

A opção pela pesquisa bibliográfica teve como finalidade entrar em contato com as produções e registros dos últimos 15 anos a respeito do tema proposto, buscando o aprofundamento teórico. Diante disto, buscou-se realizar um estudo sistematizado a partir dos materiais publicados, em livros e revistas, focando as publicações nas áreas da Educação, Sociologia e Psicologia.

Para uma melhor reflexão e aprofundamento sobre as categorias da pesquisa, o estudo de alguns autores foi fundamental, dentre os quais destaco: Dayrell, Velho, Juncken, Carrano,



Sposito, Piaget, Moran, Moretto, Arroyo e Vygotsky. Estes autores trazem contribuições significativas para pensarmos e repensarmos os jovens que habitam diferentes sociedades de maneira mais ampla, partindo da perspectiva interacionista do desenvolvimento humano.

Contudo, não se tem o propósito de esgotar o assunto, mas trazer contribuições que sejam elucidativas e elementos que auxiliem a repensar o papel da instituição escolar no desenvolvimento da autonomia e da construção de um projeto de vida por parte dos jovens.

### Revisão de literatura

Uma reflexão sobre o papel da escola no processo de definição do projeto de vida no âmbito da juventude exige, primeiramente, o esclarecimento do que se compreende a respeito da categoria juventude.

No entanto, a categorização da juventude é algo extremamente complexo e impreciso, uma vez que é uma categoria socialmente produzida e que, em função disto, não pode estar presa a critérios de idade e/ou desenvolvimento biológico (DAYRELL, 2005, p.34).

Desta forma, a noção de juventude deve ser entendida, ao mesmo tempo, como uma condição social e uma representação, onde há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo em determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, mas onde também há as diversas maneiras de se viver, lidar e representar este momento no interior de cada grupo social.

Neste sentido, JUNCKEN (2005, p.16) afirma que a juventude é simultaneamente uma representação sócio-cultural e uma situação social e que por isto, *“precisamos falar de juventudes e não de juventude, já que existem distinções sociais, históricas, raciais, de etnia e de gênero que atravessam este grupo etário”*.

SPOSITO & CARRANO (2003, p.17) afirmam que a adoção do termo *“juventudes”*, no plural, surge pela necessidade de abarcar a diversidade de formas de ser jovem de acordo com a classe social, o lugar onde vivem, as gerações as quais pertencem e a diversidade cultural.

Assim, compreender os jovens, antes de nada é necessário conhecê-los em sua realidade, descobrindo os diferentes modos pelos quais eles constroem a sua experiência, refletindo sobre o contexto em que estes estão inseridos, os diversos problemas que enfrentam, tais como a pobreza, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, as demandas de escolarização e de formação profissional que a vida moderna exige, dentre outros.



Ao pensarmos na vivência da juventude como momento crucial para que os jovens se desenvolvam plenamente como adulto e cidadão, torna necessário refletir sobre os tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem a cada um experimentar e desenvolver suas potencialidades (DAYRELL, 2005, p. 34) de forma a contribuir para a sua inserção social, a partir da definição do seu projeto de vida.

Para PIAGET (1979, p.30), é no final da infância, através da organização autônoma das regras, dos valores, da afirmação da vontade que a personalidade começa a se formar, sendo que esses aspectos subordinam-se num sistema único e pessoal e vão-se exteriorizar na construção de um projeto de vida. Assim, esse projeto é que vai nortear o indivíduo em sua adaptação ativa à realidade, que ocorre através de sua inserção no mundo do trabalho ou na preparação para ele, quando ocorre um equilíbrio entre o real e os ideais do indivíduo, isto é, de revolucionário no plano das ideias, ele se torna transformador, no plano da ação.

Neste sentido, DAYRELL (2005, p. 34) afirma que o projeto de vida pode ser entendido como:

A ação do indivíduo de escolher um, dentre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida. Os projetos podem ser individuais e/ou coletivos; podem ser mais amplos ou restritos, com elaborações a curto ou médio prazo, dependendo do campo de possibilidades. Quer dizer, dependem do contexto sócio- econômico- cultural concreto no qual cada jovem se encontra inserido, e que circunscreve suas possibilidades de experiências. O projeto possui uma dinâmica própria, transformando-se na medida do amadurecimento dos próprios jovens e/ou mudanças no campo de possibilidades.

O mesmo autor também afirma que um projeto de vida se realiza na junção de duas variáveis, onde a primeira diz respeito à identidade e a outra é relacionada ao conhecimento da realidade.

Ao se remeter à questão da identidade, DAYRELL (2005, p. 35), afirma que *“quanto mais o jovem se conhece, experimenta as suas potencialidades individuais, descobre o seu gosto, aquilo que sente prazer em fazer, maior será a sua capacidade de elaborar o seu projeto”*.

Ao considerarmos a análise do desenvolvimento humano realizada por VYGOTSKY (1994, p.90), pautada na visão interacionista, temos que todo desenvolvimento é alicerçado sobre o plano das interações, ou seja, no plano intersubjetivo, através das *“trocas do sujeito*



*com o outro, o seu objeto social*”. Assim, podemos também afirmar que a identidade é construída a partir de um processo relacional, onde um indivíduo só toma consciência de si na relação com o outro.

Diante disto, fica evidente a importância do meio social, ou seja, grupo de amigos, das esferas culturais, das atividades de lazer, da escola, entre outros, como espaços que podem contribuir na construção de identidades positivas.

Neste mesmo sentido, VELHO (2008, p.30) também afirma a importância das interações estabelecidas pelo sujeito no processo de definição do projeto de vida, utilizando as palavras a seguir:

Não é e nem pode ser fenômeno puramente subjetivo, apesar de estar relacionado com fantasias, sua **matéria-prima é cultural** e de certa forma tem que ‘fazer sentido’, num processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. Os contemporâneos do sujeito serão aliados, inimigos ou indiferentes, cujos projetos e condutas darão os limites dos projetos do sujeito.

Com relação à outra variável trazida por DAYRELL (2005, p. 36), ou seja, a interferência do conhecimento da realidade no processo de elaboração do projeto de vida, temos que:

Quanto mais o jovem conhece a realidade em que se insere, compreende o funcionamento da estrutura social com seus mecanismos de inclusão e exclusão e tem consciência dos limites e das possibilidades abertas pelo sistema na área em que queira atuar, maiores serão as suas possibilidades de elaborar e de implementar o seu projeto. (Dayrell, 2005)

Diante do exposto, é visível que as duas variáveis demandam espaços e tempos de experimentação. Assim, ao partir da premissa de que a instituição escolar representa um espaço ideal para realização desta experimentação, ou até mesmo um suporte institucional que mediatiza as relações dos jovens com a sociedade, facilitando o trabalho psíquico de escolhas e decisões pessoais é que o cumprimento da sua função social tem sido questionado.

Neste sentido, MORETTO (2001, p. 95) afirma que *“a função social da escola é ajudar a formar gerentes de informação e não meros acumuladores de dados”*. GALLO (2008, p.16) complementa a ideia do papel da escola ao expor:

Não podemos, (...) perder de nosso horizonte que a utopia que nos guia é algo bem maior: a criação de uma concepção de saber que vislumbre a



multiplicidade sem a fragmentação; um currículo e uma escola na qual as crianças possam aprender sobre o mundo em que vivem, um mundo múltiplo e cheio de surpresas, e possam dominar as diferentes ferramentas que permitem o seu acesso aos saberes possibilitados por esse mundo, e possam aprender a relacionar-se com os outros e com mundo em liberdade.

Segundo MORAN (2005), a escola cumprirá a sua função social a partir do momento que conseguir *“organizar os processos de aprendizagem dos alunos, de forma que eles desenvolvam as competências necessárias para serem cidadãos plenos e contribuam para melhorar nossa sociedade”*.

Desenvolver estas competências para o exercício da cidadania significa romper com práticas tradicionais, conteudistas, que assolam o sistema escolar brasileiro. Significa conceber a Educação de forma mais abrangente, não a limitando à Educação escolar. Sendo necessário o desenvolvimento de ações que visem o desenvolvimento pessoal, profissional, as relações sociais e o trato com as questões do bem-comum, para que a escola possa auxiliar os jovens no exercício da vida pública.

Diante deste quadro, torna-se urgente a ressignificação do espaço escolar, através do seu fortalecimento a partir da participação de todos. Contudo, o ponto de partida para esta ressignificação deste espaço perpassa pela necessidade de reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, sistematização de práticas educativas e de gestão, que viabilizem a ação coletiva.

Contudo, a implementação deste novo Projeto Político Pedagógico precisa assumir que a escola não é apenas:

Um transmitir o saber acumulado, mas um tempo de reconhecer que na escola, nas salas de aula há autores, que continuam esses processos de partir das experiências sociais de resistência onde as suas e dos seus coletivos sociais estão inseridas. Explicitar em coletivo seus significados para entender-se na ordem-desordem social.(ARROYO, 2011, p.282)

Deste modo, os Projetos Políticos Pedagógicos precisam ser contextualizados historicamente e socialmente, tendo em vista que ele sempre estará inserido num momento e num lugar determinado, dos quais refletem valores e concepções.

Para tanto, um projeto político pedagógico precisa ter a sua intencionalidade como princípio norteador. Todo projeto implica a explicitação de uma determinada intenção de ações, da definição a respeito dos fins que se quer alcançar, que se sustentam em seus valores,





valores esses criados e estabelecidos pelos sujeitos participantes das ações, ficando explícita uma filosofia de ação.

Nestes termos, afirma-se que,

O projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação do seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p.9)

271

Desta maneira torna-se importante destacar que a elaboração do projeto político-pedagógico (PPP) demanda a inflexão sobre a realidade escolar, peculiar a cada instituição. Esta inflexão significa conhecer seus problemas, debruçar-se sobre eles, buscando encontrar meios coletivos para solucioná-los. Afinal, o trabalho pedagógico que o projeto explicita tem como meta a preparação e a capacitação política dos cidadãos de uma nova sociedade, que se deseja mais justa e humana.

É necessário conhecer e apreender a realidade de cada instituição escolar que comporta demandas específicas, dinâmica organizacional própria, e também, considerar as comunidades, escolar e extra-escolar, com suas expectativas e necessidades, pois a elaboração de um projeto político-pedagógico, na perspectiva de gestão democrática colegiada, visa o alcance das metas e objetivos propostos pelo seu coletivo. É por essa perspectiva, que o desenvolvimento do PPP vislumbrará legitimidade institucional e adesão de forma colaborativa, configurando-se com o resultado da reflexão e ação conjunta.

O projeto político-pedagógico, concebido na perspectiva dialógica e democrática caracteriza-se, assim, como voz plural dos diferentes protagonistas que interagem na dinâmica pedagógica e organizacional da escola. Isto porque ele adquire legitimidade à medida que expressa concepções e proposições da comunidade escolar. Portanto, o PPP não pode ser resultado somente das reflexões do diretor e da equipe de gestão, devendo ser construído com a participação efetiva de todos os sujeitos – crianças e adultos, professores/educadores e profissionais não docentes, famílias e população em geral – levando em conta suas necessidades, especificidades, realidade.

A reflexão em torno do PPP exige a identificação da filosofia político-pedagógica da comunidade que norteará todo o planejamento e organização escolar, e para tanto é necessário refletir coletivamente sobre as seguintes indagações:





- a. Qual o papel da escola no seu entorno (comunidade local) e na sociedade?
- b. Qual a concepção de escola e de educação que queremos veicular na sociedade contemporânea?
- c. Qual o papel da nossa escola e como esta se relaciona com a sociedade?
- d. Que tipo de formação homem-mundo queremos implementar?
- e. A que criança/jovem se destina?
- f. O que é necessário ensinar?
- g. Como ensinar?
- h. De que forma, o que e como avaliar?
- i.

Ao responder tais questionamentos a comunidade escolar terá mais facilidade e clareza para fundamentar suas decisões e incluir tudo o que se oferece intencionalmente para o jovem aprender, abrangendo não apenas conceitos, mas também princípios, procedimentos, atitudes, os meios pelos quais a escola oferece tais oportunidades e formas de avaliação, servindo para orientar a prática pedagógica.

Ao inserirmos os jovens no processo de discussão e elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, contextualizamos o ensino ofertado à realidade educacional almejada, estimulando-os a tomarem iniciativa dos projetos a serem desenvolvidos, ao mesmo tempo em que estamos criando oportunidade destes vivenciarem possibilidades de escolha e de responsabilidades, tornando a escola em um local privilegiado para favorecer o desenvolvimento do ser humano, capaz de auxiliar os jovens na definição dos seus projetos de vida, contribuindo com a sua inserção na sociedade através da inter-relação pessoal e da capacitação para atuar no grupo que convive.

### **Análise e discussão dos resultados**

Mesmo presente nos discursos oficiais que a escola possui o papel de formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, as instituições escolares



não estão assumindo a formação do ser humano em sua completude, ou seja, não estão cumprindo a sua função social.

Segundo DAYRELL (2005, p.37), as pesquisas vêm evidenciando que a instituição escolar, principalmente a escola pública, não vem cumprindo este papel, tendo em vista que pouco conhece o jovem que a frequenta, a sua visão de mundo, os seus desejos, o que faz fora da escola.

Neste sentido ARROYO (2011, p.262) também apresenta uma crítica a respeito da ausência dos sujeitos sociais nos currículos e alerta que os educandos:

Passarão anos, na educação fundamental, completarão a educação média e sairão sem saber nada ou pouco de si mesmos, como crianças, adolescentes ou jovens-adultos na EJA. Poderão sair dominando conhecimentos a que têm direito, da natureza, das ciências, das letras, da história, do espaço, mas talvez não tivessem oportunidade de saber sobre suas vivências do espaço, da vida, do trabalho e da sobrevivência, nem sobre a história de seus coletivos. Conhecimentos fundamentais a que também têm direito.

Diante disto, fica evidente que mesmo a escola sendo reconhecida como instituição que contribui na construção de identidades positivas, tendo em vista que é um espaço propício para a interação social, o sistema educacional brasileiro, no afã de “passar conteúdos”, contenta-se com o acúmulo estéril de informações, desvia-se dos ideais educativos e descuida-se do homem, não conseguindo estabelecer o equilíbrio entre o “ser saber” e o “saber ser”. Ou seja, as instituições escolares ao elaborarem o seu projeto político pedagógico enfocam a formação cognitiva do sujeito em detrimento da formação do sujeito social, consciente, equilibrado e responsável. Isto leva a uma crise da instituição escolar o que refleti na conformação de uma sociedade conservadora, injusta, violenta e corrompida.

Além disto, no seio da instituição escolar ainda predomina uma representação negativa e preconceituosa em relação à juventude. O jovem, segundo DAYRELL (2005, p.37) é visto na perspectiva da falta, da incompletude, da desconfiança. Na mesma direção, ARROYO (2011, p.275) afirma que muitas vezes os jovens são vistos como os que não se interessam pelos estudos, são infrequentes, desatentos.

Esta visão estigmatizada do jovem, destacada pelo sistema escolar, coloca este espaço à serviço do jogo político do conservadorismo, da manutenção da estratificação social de classes. Neste sentido, ARROYO (2011, p.228) afirma que:



O sistema escolar é “obrigado” a confirmar a velha história de não reconhecimento do direito de serem cidadãos legítimos dos lugares-espacos legítimos da escola: ter de reconhecer que não está sendo capaz de quebrar a preserva trajetória de recluir os outros a não lugares.

Diante do exposto, fica evidente a urgência de se repensar a identidade do sistema escolar, fortalecendo esta instituição como locus fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano, capaz de contribuir significativamente para sua inserção social. O fortalecimento da instituição escolar, através da inserção dos pressupostos democráticos e participativos pressupõe destacar o protagonismo juvenil positivo, onde a escola oportunizará a vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais.

Segundo DAYRELL (2005, p.37) para o desenvolvimento do protagonismo juvenil é necessário desenvolver um novo tipo de relacionamento entre jovens e adultos, onde “*o adulto deixa de ser um transmissor de conhecimentos para ser um colaborador e um parceiro do jovem na descoberta de novos conhecimentos e na ação comunitária*”.

A vivência desta participação no âmbito escolar implica reconhecer e lidar com o jovem como sujeito. Implica percebê-lo como realmente é, além da sua condição de aluno, ou seja, percebê-lo como “*um indivíduo que ama, sofre, se diverte, pensa a respeito das suas experiências, interpreta o mundo, tem desejos e projetos de vida*”. (DAYRELL, 2005, p.37).

Ao defendermos o protagonismo juvenil, atribuímos à escola a tarefa de escutá-los, considerá-los como interlocutores válidos, tomá-los como parceiros na definição de ações que possam potencializar o que já trazem de experiências de vida. Também atribuímos à escola a missão de se tornar um espaço de produção de ações, de saberes e relações, partindo da crença na capacidade do jovem, na sua criatividade e com isto, apostando no que ele sabe e quer dominar.

Nessa perspectiva, ARROYO (2011, p.264) afirma a necessidade das escolas “*abrirem espaço para as narrativas da vida, das vivências que essas infâncias e adolescências, que os jovens e adultos na EJA carregam para o tempo da escola*”, com o objetivo de reconhecê-los autores de experiências positivas.

Deste modo, percebe-se a necessidade de ressignificação da escola, a partir da reelaboração do Projeto Político Pedagógico na sua dimensão educacional, cultural e social, de forma participativa e democrática, o que pode ser considerado essencial ao processo de construção de uma perspectiva de futuro para os jovens. A partir de sua ressignificação, a escola passará a ser vista:



- Como espaço de aprendizagem potencializado quando o jovem assume o lugar de sujeito da construção do conhecimento, investindo e participando de atividades educativas da escola;
- Como espaço de intervenção social que instiga reflexão crítica sobre o papel da escola na formação juvenil, sobre as políticas educacionais e impulsiona atuação propositiva e transformadora;
- Como espaço de articulação de interesses coletivos, fortalecido pelas mobilizações estudantis, organização de grêmios e de outras formas de representação;
- Como espaço de convivência social em que os jovens tecem um conjunto de relações entre seus pares e a dialogam com a diversidade cultural do local em que vivem gerando suas próprias formas de sociabilidade;
- Como espaço institucional em que jovens interagem com uma estrutura hierárquica, parâmetros, normas e regras de funcionamento.  
(INSTITUTO CREDICARD, 2005, p.45)

Com relação à necessidade de fortalecimento da instituição escolar a partir da participação da comunidade escolar, CARNEIRO (2002), partindo da teoria da resiliência, afirma que é necessária a promoção das seguintes ações no interior do ambiente escolar:

- Oferecer afeto e apoio proporcionando respaldo incondicional, como base e sustentação e do sucesso acadêmico. Sempre deve haver um “adulto significativo” na escola disposto a “dar a mão” que necessitem os alunos para o seu desenvolvimento educativo e sua contenção afetiva;
- Estabelecer e transmitir expectativas elevadas e realistas para que atuem como motivadores eficazes, adotando a filosofia de que “todos os alunos podem ter sucesso”;
- Oferecer oportunidades de participação significativa na resolução de problemas, construção de metas, planejamento, tomada de decisões (...). Que a aprendizagem se torne mais “prática”, o currículo seja mais “pertinente” e “atento ao mundo real” e as decisões se tomem entre todos os integrantes da comunidade educativa. (...);
- Enriquecer os vínculos pró-sociais com um sentido de comunidade educativa. Buscar uma conexão família-escola positiva.
- É necessário oferecer capacitação ao pessoal sobre estratégias e políticas de aula que transcenda a ideia da disciplina como um fim em si mesmo. É preciso dar participação ao pessoal, aos alunos (...) na construção de tais políticas. Assim se lograrão fixar normas e limites claros e condensados, mais legítimos e fáceis de ser cumpridos;
- Ensinar “habilidades para a vida”: cooperação, resolução de conflitos, destrezas comunicativas, habilidades para resolver problemas e tomar decisões, etc. Isso só pode acontecer quando o processo de aprendizagem está fundamentado na atividade conjunta e cooperativa dos estudantes com os docentes.



Desta forma, a escola torna-se um centro de estímulo à sociabilidade, à partir da aprendizagem das regras e vivências coletivas e do exercício da participação, reencontrando, assim, a vocação da escola como um espaço de formação humana, pois terá estará desenvolvendo aspectos centrais na construção de identidades positivas e na elaboração de projetos de vida.

### **Considerações finais**

Ao longo do trabalho, a instituição escolar é defendida como um locus privilegiado para o desenvolvimento do ser humano, capaz de auxiliar os jovens no processo de definição dos seus projetos de vida e conseqüentemente com a inserção social dos mesmos.

Contudo, percebe-se que o modelo escolar ainda dominante na nossa sociedade, é um modelo pautado no autoritarismo e nas concepções e práticas pedagógicas tradicionais e conteudistas. A ausência de um projeto que priorize o alcance da função social desta instituição, leva ao seu enfraquecimento, uma vez que este modelo não responde às demandas do mundo atual.

Diante disto, constata-se a necessidade de fortalecimento da instituição escolar através da definição do Projeto Político Pedagógico de forma participativa, democrática e condizente com a realidade local. Afinal, somente quando temos a efetiva participação social na definição das prioridades é que as necessidades sociais e culturais podem ser validadas em âmbitos concretos nas unidades escolares.

O fortalecimento da instituição escolar, através da inserção dos pressupostos democráticos e participativos pressupõe destacar o protagonismo juvenil positivo, onde a escola oportunizará a vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais.

Para tanto, cabe à escola desenvolver uma escuta mais sensível para a demanda dos alunos como sujeitos na construção do Projeto Político Pedagógico, instituindo práticas sistemáticas de construção coletiva do mesmo, de forma a integrar todos os segmentos da escola e a comunidade escolar. Além disto, cabe à escola revitalizar os Conselhos Escolares, estimular e apoiar a organização dos Grêmios Estudantis como forma de garantir a efetiva gestão democrática e o planejamento participativo.



Ao estabelecer relações mais democráticas, a escola será vista como um complexo espaço de interações, que prioriza o diálogo, a convivência com o outro e principalmente a atuação juvenil frente às demandas da instituição. Desta forma, permitirá a participação, o desenvolvimento pessoal de ideias e formas de percepção da realidade, a criação da alteridade, da tolerância, a elevação da autoestima e do sentimento de pertencimento e capacidade de decisão.

Através do incentivo ao protagonismo juvenil, a escola contribuirá para formar o cidadão, ampliando e fortalecendo sua capacidade de participação crítica e transformadora, bem como para formá-lo enquanto pessoa, sujeito autônomo, capaz de tomar decisões na sua trajetória pessoal e social.

Diante disto, constata-se que a escola precisa assumir a sua função social, modificando as relações que perpassam o universo escolar, criando mecanismos e ações que favoreçam o desenvolvimento das competências nas dimensões do ser, do conviver, do fazer e do conhecer. Desta forma, a escola assumirá um importante papel na definição do projeto de vida pelos jovens.

No entanto, faz-se necessária a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, abordando aspectos metodológicos, organização curricular, organização do tempo e espaço escolar, avaliação escolar e principalmente sobre os desafios impostos à atuação docente para o cumprimento da função social da escola.

### Referência bibliográfica

- ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARNEIRO, A.G.D. Prevenção da violência na escola: experiências exitosas na América Latina. In: *Escola que protege no Paraná: ampliando laços, consolidando vínculos*. Organizado por Catarina Moro, Evelcy Monteiro machado, Lennita Oliveira Ruggi, Paulo Vinícius Baptista da Silva e Valéria Floriano Machado. Curitiba, Setor de Educação e Cátedra UNESCO de Cultura da Paz. UFPR, 2012, p.117 - 142.
- DAYRELL, J. Por uma pedagogia da juventude. *Revista Onda Jovem*, Edição nº1, p. 34-37, mar.2005.
- DAYRELL, J. T. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. (Org.). *O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 57-126.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 24ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001.





- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GALLO, Silvio; Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: *O sentido da Escola*. ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.)
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008
- INSTITUTO CREDICARD. *Jovens Escolhas em Rede com o Futuro*. São Paulo: Instituto Credicard, Editora Umbigo do Mundo, 2005.
- JUNCKEN, E. T. *Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- MORAN, José. *Aprender e colaborar*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/c> Acesso em: 10/04/2011.
- MORETTO, Vasco Pedro. *Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PIAGET, Jean. *Aprendizagem e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979
- SACRISTÁN, J. G. *O aluno como invenção*. Porto: Porto, 2003.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.24, p.16-38, set./out./nov./dez. 2003.
- SPOSITO, M. (Org.). *O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- SPOSITO, Marília Pontes e Carrano, Paulo. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Osmar Fávero et al. (Org.). *Juventude e Contemporaneidade*, Brasília, MEC. 2007.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.
- VELHO. G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.





## Lei de Cotas no ensino superior: o processo de construção de um Direito

MARTINS SILVEIRA, Dayana

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social*  
dayana\_daya@hotmail.com

MARTINS LOPES, André Filipe

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social*  
andrelopesmart@gmail.com

MARTINS SILVEIRA, Ludiana

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social*  
Ludiana-martins@hotmail.com

279

### RESUMO

No presente artigo propomos entender os direitos sociais como processos de conquistas. Neste sentido, o objetivo principal é tratar os direitos não como uma concessão feita pelo o Estado a determinados grupos, mas como um processo de disputa, de luta, de embates e muitos debates. A legislação, nesta ordem de idéias, configura-se como um processo de disputas simbólicas, disputas ideológicas e disputas conceituais. Além disso, o presente artigo demonstra o papel dos movimentos sociais na busca por seus direitos, mais exclusivamente o movimento negro no Brasil. Para tanto, realizamos um breve histórico da demanda e lutas do movimento negro pela educação. Por fim, o caminho percorrido para a construção deste trabalho, ou melhor, a metodologia adotada consisti em uma revisão bibliográfica que envolve o tema proposto, além de um levantamento das legislações que criam e regulamentam as reservas de vagas nas universidades Estaduais e Federais.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Movimentos Sociais. Direito Sociais.

### ABSTRACT

In this paper we propose to understand the processes of social rights as achievements. In this sense, the main goal is to treat the rights not as a concession made by the state to certain groups, but as a process of struggle, struggle, conflicts and many debates. The legislation, in this order of ideas, is characterized as a process of symbolic disputes, ideological disputes and conceptual disputes. In addition, this article demonstrates the role of social movements in search of their rights, the most uniquely black movement in Brazil. Thus, we performed a brief history of demand and struggles of the black movement for education. Finally, the path for the construction of this work, or rather the methodology consisti on a literature review that involves the theme, including a survey of laws that create and govern the reservation of vacancies in state and federal universities.

**Key-words:** Social Movements. Social law

### 1. Introdução

A finalidade deste artigo é fazer alguns apontamentos sobre o processo de construção dos direitos sociais. Neste sentido, propomos entender o direito como resultado de disputas, debates, embates, ou seja, não como uma concessão do Estado a determinados grupos. Mas



como algo vem sendo conquistado e construído socialmente. É a partir deste ponto de vista que visualizamos as políticas de ações afirmativas no país, mais exclusivamente, as cotas ou reservas de vagas nas universidades Federais e Estaduais. Assim, as legislações que regulamentam as reservas de vagas, para estudantes egressos de escolas públicas, negros, deficientes, pessoas carentes e indígenas, se configuram como conquistas de diversos atores sociais, mas, principalmente, de movimentos sociais como o movimento negro. Este movimento vem explicitando suas demandas por educação para os negros, desde as primeiras décadas do século XX. Passado 82 anos de lutas pela inclusão dos negros na educação do Brasil, é aprovada a lei Federal a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. A mesma reservar 50% das vagas dos vestibulares das Universidades Federais para pretos, pardos e indígenas que estudaram em escolas públicas. E, dão a esses alunos o direito de competirem entre seus pares. Vale ressaltar que, as primeiras experiências remetem aos anos 2000, nas universidades do Estado do Rio de Janeiro, e, depois deste ano, outros Estados também aprovaram legislações para cotistas nas universidades Estaduais. As universidades Federais não ficaram por fora e aprovaram, via conselhos, regulamentos para reservas de vagas. As políticas de ações afirmativas, tais como as cotas, vêm demonstrando que podem contribuir para amenizar as desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre diferentes grupos sociais. Mas é imprudente concluir que as cotas são a solução para eliminar todo preconceito, colocar os negros de uma vez por todas nas esferas da vida social. Bom, é importante destacar que as cotas representam um passo histórico de uma longa caminhada para a inclusão do negro na sociedade Brasileira.

Por fim, o caminho percorrido para a construção deste trabalho, ou melhor, a metodologia adotada consisti em uma revisão bibliográfica que envolve o tema proposto, além de um levantamento das legislações que cria e regulamenta as reservas de vagas nas universidade Estaduais e Federais.

## **2. A luta do movimento negro para a construção do direito à educação**

Devemos pensar nos direitos sociais, não como algo dado, não como uma concessão feita pelo o Estado a determinados grupos, mas como um processo de disputa, de luta e muito



debate. A legislação, portanto, configura-se como um processo de disputas simbólicas, disputas ideológicas e disputas conceituais, neste sentido, um processo de imposição de ideias que sobressaem umas sobre outras.

Para Ihering (2009) a história do direito da humanidade é repleta de lutas e conflitos sangrentos. Contudo, as renovações das ideias do direito são sempre um movimento de longas e difíceis disputas. Essas disputas podem ou não culminar em um processo de transição do direito.

Este autor salienta que os processos de mudanças são árduos, pois qualquer imposição de novas idéias, perante a tradição e costumes, geram transtornos. Este autor conclui que o direito implica a luta, pode ser a luta dos povos, dos governos, das classes sociais e dos indivíduos para um único fim, a paz social.

Penso que a evolução do direito é sempre penosa de lutas e sangue, mas se faz necessária, já que tantas injustiças antes legitimadas pelos Estados já foram extintas, como a escravidão, o despotismo cruel, o povo deve lutar pela igualdade e liberdade, não somente pelo direito, mas pelo econômico e social se ferirem os direitos humanos, com mesmo fervor. ( IHERING,2009, p.29)

Amparados nesta ordem de idéias propomos neste artigo, entender o direito como resultado de processos de disputas, portanto, como algo que vem sendo construído e conquistado ao longo de anos por diversos atores sociais.

Duprat (2007) chama-nos atenção para os direitos sociais inseridos na constituição de 1988. Para esta autora os direitos não são meros resultados de “legisladores altruístas”. Mas, todavia, resultado das reivindicações dos movimentos sociais e adequação às convenções e declarações internacionais. Ainda nesta mesma linha, Costa (2011) aponta para o fato de os direitos inscritos nas Leis é um passo extremamente importante, porém eles por si só não efetivam o acesso de determinados grupos às suas lutas. Pois, são necessários processos mais complexos que têm como finalidade concretizar para cada, grupo, povo ou comunidade o direito à diferença identitária e cultural.

Segundo Marques (2012) existe uma cultura da homogeneização no Brasil. Essa cultura promove a existência de uma identidade única, a identidade de povo Brasileiro.

A cultura homogenizante opõe-se ao debates do multiculturalismo, da identidade e das diferenças sociais. Os defensores dessa cultura trazem em seus discursos a defesa da integração nacional. Logo, para eles o reconhecimento da existência de diferentes grupos e seus direitos



estaria ameaçando a unidade nacional. E o fato de se reconhecer a diferença culminaria no acirramento do ódio e ao racismo.

Queremos demonstrar que as idéias da integração nacional e homegenização cultural vigoraram por muito tempo no nosso país. Tais idéias inspiraram e direcionaram políticas e legislações ao longo dos tempos. Entretanto, contribuíram para mascarada as desigualdades sociais e negar a existência de diferentes grupos culturais e de seus direitos.

Segundo Sales (2007) o mito da democracia racial também contribuiu para invisibilizar o preconceito, as injustiças sociais e dificultar a construção de uma identidade no país. Tal mito defende a ideia que no Brasil não existe discriminação ou preconceitos raciais e que as diferentes raças convivem em harmonia. Para Gonçalves (2000) ao contrário do que já se escreveu sobre a convivência pacífica das raças no Brasil, as relações entre elas eram, no cotidiano, marcadas por conflitos e tensões.

As lutas do movimento negro<sup>1</sup> no Brasil é um bom exemplo, para entendermos como os direitos desse grupo vem sendo construído historicamente e como os mesmo, vêm lutando contra as ideologias homogenizantes, o preconceito velado e por condições de vida iguais aos brancos.

O movimento negro nasce nos primeiros anos da república, mas só no início do século XX cria formato e começa a expandir as suas mobilizações, principalmente, nas capitais e cidades grandes. Neste contexto, foram criadas organizações conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar a capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra, Gonçalves (2000). Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação.

A educação esteve sempre presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes:

Ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de

---

<sup>1</sup> O conceito de movimento negro adota neste artigo é o mesmo descrito por Sales: “ Compreende-se por Movimento Negro aqui o conjunto de iniciativas de resistência e de produção cultural e de ação política explícita de combate ao racismo, que manifesta em diferentes instância de atuação, com diferentes linguagens, por via de uma multiplicidade de organizações espalhadas pelo país” (SALES,2007, p.67) apud (MNU. I ENEN- Um passo à frente? Jornal do Movimento Negro Unificado, n. 18, jan. fev. Marc. 1991 apud Cardoso: 2002: 212)



ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano” (Gonçalves, 2000, p. 337 apud Gonçalves, 2000, p.139)

No início dos anos 20, havia algumas iniciativas promovidas pelo próprio movimento negro para difundir o acesso ao conhecimento. Eles se organizaram em clubes, onde cada sócio poderia matricular suas crianças e frequentar as aulas. Existia, também, uma preocupação quanto ao conteúdo a ser ministrado nas aulas. Os conteúdos eram semelhantes aos ministrados nos ginásios, havia uma preocupação com a formação política dos negros.

283

Em 1930, o jornal registrava a existência de uma escola, na cidade de São Paulo, mantida pelo clube 13 de Maio dos Homens Pretos. Esta escola oferecia cursos para os filhos dos associados bem como cuidava da “alfabetização daqueles que trabalham durante o dia” (*O Progresso*, 28/09/1930, p. 4 apud Gonçalves, 2000, p. 142).

Neste contexto, um fato que nos chama atenção, é que durante as fases iniciais do movimento, não há quase referência à educação como um dever do Estado e direito das famílias. A crítica ao descaso do governo para com a educação dos negros aparece na mesma proporção em que o protesto racial endurece, ou seja, se radicaliza. A partir dos anos 30, o movimento muda de postura. E, passa a criticar a inércia do Estado diante da educação negra e delega ao mesmo a responsabilidade de promovê-la.

Durante a constituinte de 1946 o movimento negro reafirma o papel do Estado e intensifica suas lutas na busca dos direitos do negro por uma educação pública de qualidade.

Nas décadas de 50, a educação ainda continua sendo tema de reivindicação. Por outro lado, nos anos de 1960, surge um debate sobre as desigualdades sociais que acometiam a população negra. E, a partir do final dos anos 1970, retoma mais uma vez, as lutas com relação ao acesso à educação.

Ainda na década de 70, mais precisamente em 1978, o movimento passa por uma unificação e é criado o Movimento Negro Unificado. Nesta mesma época as questões educacionais referentes à população Negra Brasileira, deixam de ser debatidas em espaços específicos e passam a ser tratadas nos debates públicos em geral.

Já nos anos 1980 o movimento avança para a prática, é criado, no Brasil, os cursinhos pré-vestibulares para atender os estudantes carentes e negros, como o objetivo de melhorar a



formação destes estudantes, aumentando a chance de ingresso no curso superior em universidade pública.

Por fim, a partir do final dos anos 1990, verificamos avanços significativos para o acesso dos negros à educação superior no País. Atribuímos tais avanços como resultado das lutas travadas historicamente pelos movimentos sociais. E, principalmente, pelo movimento negro no país. A década de 90 é marcada, por sua vez, pelo debate das ações afirmativas como mecanismos utilizados para amenizar as desigualdades sociais entre diversos grupos sociais, e, principalmente, entre os negros.

Como resultado dos debates sobre políticas afirmativas dos anos 90, temos a primeira Lei Estadual de 2000, que conferiu reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas, Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3524. E, no ano de 2003, surge a primeira lei que reserva vagas para estudantes negros no Estado do Mato Grosso do Sul, Lei Estadual nº 2.605.

Portanto, desde os anos 30 do século passado, o movimento negro vem colocando a discussão da educação na agenda nacional.

Passado 82 anos de debates, lutas e disputas este movimento conquistou no âmbito Federal a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. A mesma reserva 50% das vagas dos vestibulares das Universidades Federais para pretos, pardos e indígenas que estudaram em escolas públicas. E, dão a esses alunos o direito de competirem entre seus iguais.

Esta lei representa uma vitória aos movimentos sociais, intelectuais, ONGs, Estudante, entre outros que lutaram para manter vivo, na agenda nacional, o debate do acesso diferenciado à educação para grupos socialmente desiguais.

### 3. Ações afirmativas

Segundo Barbosa (2011), em um primeiro momento, as ações afirmativas no Brasil estavam em um plano de “encorajamento” por parte do Estado aos Gestores públicos e privados. Esperava-se que estes gestores fossem sensíveis, durante as decisões relativas ao acesso à educação e ao mercado de trabalho, permitindo que pessoas de diferentes grupos sociais, de forma equitativa, ocupassem espaços públicos e privados. Dessa maneira, acreditavam que esta estratégia poderia amenizar os desequilíbrios sociais.

Por outro lado, os indicadores sociais demonstravam que alguns grupos sociais não ocupavam algumas áreas profissionais nos espaços públicos e privados.



Tendo em vista essas situações, coube ao Estado uma postura mais direta e enérgica diante das ações afirmativas. Neste contexto, o Estado passa a entender Ações Afirmativas, como mecanismo que pudesse levar determinados grupos a acessar espaço que outrora não eram ocupados pelo mesmo, através de políticas públicas.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebida com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional. (GOMES, 2002, P.9)

285

Barbosa (2002) afirma-nos que estas políticas públicas têm o objetivo de mitigar os efeitos das discriminações quem tem suas raízes no passado. Desse modo, entende-se que as políticas de ações afirmativas concretiza o ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e o emprego.

Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidade pública, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universal reconhecido- o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (GOMES, 2002, P.9)

Estas medidas mitigatórias não são exclusivas da realidade brasileira, vêm sendo experimentados em outros lugares, por exemplo, nos Estados Unidos tem sido denominadas “Affirmative action” (ações afirmativas) e na Europa, sob o nome de “discrimination positive” (discriminação positiva) ou de “action positive” (ação positiva).

É possível concluir que a experiência brasileira não é vanguardista, pois faz parte de uma tentativa mundial, na qual alguns países vêm criando mecanismos para democratizar o acesso de determinados grupos a certos espaços da vida social.

A primeira experiência no Brasil com ações afirmativas remetem ao ano de 1968. Neste mesmo ano foi promulgada a lei N° 5.465/68 ou “Lei do Boi”. Esta lei estabelecia 50% das vagas nas escolas de ensino médio agrícola e superior de agricultura e veterinária aos filhos de agricultores que viviam na zona rural e 30% para os filhos de agricultores que viviam na cidade, Barbosa (2002).

Atualmente, o direito Brasileiro contempla algumas modalidades de ações afirmativas, Não obstante, segundo Barbosa (2002) trata-se de experiências tímidas quanto ao seu alcance e amplitude.





O importante aqui é destacar que tais leis são reflexo de um processo de conquistas e a pressões que diversos movimentos sociais têm exercido para aprovação das mesmas. São elas: ações afirmativas de Gênero, ações afirmativas para portadores de deficiência e ações afirmativas para negros, pardos, indígenas e egressos de escolas públicas.

Essas ações expressam principalmente na reserva de cotas para estes grupos em vestibulares, concursos públicos e, também, eleições, no caso das reservas de vagas para candidatura de mulheres dentro dos partidos políticos durante as eleições.

#### **4. Processo Legislativo da Lei de Cotas**

As primeiras instituições brasileiras a adotarem as cotas em seus processos seletivos foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF). Através de leis estaduais, instituíram cotas sociais para alunos de escola pública em 2000. Em 2001, temos outra modalidade, as cotas raciais para indígenas, estabelecidas via lei do Estado do Paraná. As cotas raciais para negros só vão surgir em 2003, promovida pela Lei nº 2.605, do Estado do Mato Grosso do Sul. Essa iniciativa desencadeou uma série de iniciativas semelhantes, na maioria das Instituições Públicas de Ensino Superior.

As instituições Estaduais adotaram o sistema de cotas, a partir de determinações de leis estaduais. Nas universidades federais, essa decisão ficou a cargo dos Conselhos Superiores dessas instituições. Nas universidades criadas recentemente, a exemplo da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e da Universidade Federal do ABC (UFABC), o ato de criação destas instituições já contemplava o sistema de cotas.

O quadro abaixo traz a relações de todas as Leis Estaduais sobre reservas de vagas em universidades estaduais publicadas antes da promulgação da lei Federal no país. Bem como uma rápida descrição do temas de cada uma e o ano de sua publicação. O quadro tem o objetivo de demonstrar como se deu a evolução da matéria legislativa sobre reserva de vagas no ensino superior da universidades Estaduais, até culminar na lei Federal Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.



## 1.1 Quadro do Processo Legislativo Estadual

Histórico Legislativo	Descrição	Data
Lei Estadual do Rio de Janeiro N° 3524	Estabelece cotas para estudantes de escolas públicas	20/12/2000
Lei Estadual do Paraná n°. 13.134	Reserva vagas para indígenas nas universidades Estaduais	18/04/2001
Lei Estadual do Rio Grande do Sul n° 11.646	Estabelece cotas para deficiente e pessoas de baixa renda	10/07/2001
Lei Estadual do Mato Grosso do Sul n° 2.589	Estabelece cotas para índios	26/12/2002
Lei Estadual do Rio Grande do Norte n° 2.589	Estabelece cotas para escola pública	27/12/2002
Lei Estadual do Mato Grosso do Sul n° 2.605	Estende cotas para negros	06/01/2003
1. LEI ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO N°4061	Inclui reserva de vagas para deficientes	02/02/2003
Lei do Distrito Federal n° 3.361	Institui reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas do distrito federal	17/06/2004
Lei Estadual do Goiás n° 14.832	Estabelece cotas para escola pública, negros, pardos, indígenas e deficientes	14/07/2004
Lei Estadual do Estado do Amazonas n° 2.894	Estabelece cotas para nativos do Estado do Amazonas, egresso de escola pública e licenciatura indígena.	31/04/2004
Lei Estadual de Minas Gerais n° 15.259	Instituiu reserva de vagas para afro-descendentes carentes, egressos da escola pública carentes e portadores de deficiência e indígena	27/07/2004
Lei Estadual de Alagoas N° 6.542	Estabelece cotas para egressos de escola pública	07/12/2004
Lei Estadual do Paraná n°.14.995	Acréscimo de vagas para cotista negros, pardos e escola pública	09/01/2006
Leis Estadual do Amapá n° 1.022	Estabelece cotas para indígenas	<b>30/06/2006</b>
Leis Estadual do Amapá n° 1023	Acrescenta cotas para deficiente, negros e pardos	18/09/2008
Lei Estadual do Maranhão n° 9.295	Estabelece cotas para indígenas, negros e pardos	17/11/2010

É interessante destacar que no as legislações estaduais não seguiram uma única modalidade de reservas de vagas. As Leis caracterizam-se pela diversidade dos formatos adquiridos, variando, de maneira geral, entre as modalidades de cotas sociais e/ou cota racial.

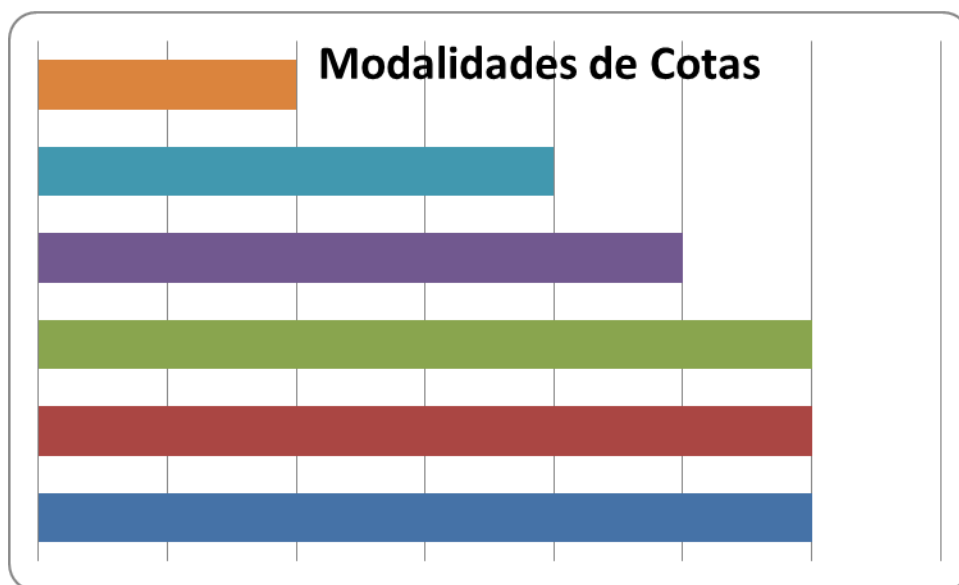


Houve até dois caso de reserva de vaga para nativos de Estado, no caso do Estado da Amazonas e no Distrito Federal. A lei Mineira mesclou carência com a condição de afrodescendente e carência com a condição de egresso de escola pública, foi a única legislação com esses dois elementos. No ano de 2012, a lei Federal adotou um modelo semelhante a experiência mineira.

Outro fator que nos chama atenção, são os Estados que não aprovaram leis sobre reserva de vagas, são eles: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Chamamos atenção, para o fato que mesmo sem Leis Estaduais, algumas universidades estaduais aprovaram, via conselhos universitários, regras para cotistas. Da mesma forma que antes da lei federal de 2012, já existiam sistemas de reserva de vagas em várias universidades Federais

O gráfico abaixo demonstrar as modalidades de reservas de vagas inscritas nas leis estaduais, dispostas acima.

### 1.Gráfico- Modalidade de cotas inscritas nas leis estaduais



(Fonte: legislações Estaduais)



## 1.2 Quadro do Processo Legislativo Federal

Histórico Legislativo	Descrição	Data
Projeto de Lei Nº73 apresentado à câmara dos deputados Federal	Reserva cinquenta por cento das vagas das universidades federais e estaduais e dá outras providências	24/02/1999
Projeto de Lei Nº 3627	Propositor: executivo. Apelou para a inclusão do aspecto racial (especialmente a inclusão de afro-descendente e indígena)	28/04/2004
Decreto nº 7.824 da presidência da República	Regulamenta a Lei no <u>12.711</u> , de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio	11/10/2012

O projeto de lei Nº73/99 transitou por treze anos no congresso nacional. Podemos concluir que o presente projeto gerou debates e embates ao longo dos anos que permaneceu na casa legislativa, tanto dentro quanto fora. Para se ter uma idéia, mais precisa, foram registradas cento e duas tramitações, entre plenário, câmeras temáticas e mesa diretora. Em meio aos tramites, a proposta inicial foi se modificando. O executivo, por sua vez, teve uma participação fundamental na forma final do projeto, introduzindo ao mesmo o caráter das cotas raciais. Consideramos a atitude do executivo como uma resposta às demandas de movimentos sociais, como o movimento negro no Brasil que vem explicitando suas lutas por uma educação inclusiva desde os anos 30 do século passado. Portanto, devemos olhar a aprovação da lei a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, como um longo processo de disputas e conflitos que foram travados no país. Neste sentido, a legislação se configura como uma vitória no processo de luta contra a desigualdade social e a inclusão dos grupos secularmente expropriados de seus direitos sociais.



## 5. Considerações finais

Apesar de todos os argumentos contra as políticas de ação afirmativa, as mesmas vêm demonstrando que podem contribuir para amenizar as desigualdades entre os grupos sociais. Existem inúmeras pesquisas, como as realizadas pelo o GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ UERJ, que vêm provando este argumento. Um bom exemplo disso são as ações de reserva de vagas em universidade públicas estaduais e federais. Contudo, as cotas ou reservas de vagas permitem compensar os desníveis educacionais entre alguns grupos sociais. Elas têm a função de equilibrar as diferenças na formação escolar permitindo condições mais igualitárias nos processos de seleção ao ensino superior. Desse modo, as cotas apresentam-nos como uma ferramenta fundamental para correção dos desequilíbrios sociais e para proporcionar inclusão social de indígenas, negros, deficientes, pessoas carentes e egressos de escolas públicas nas instituições públicas de ensino superior Brasil.

Por fim, entendemos que educação se constitui como um fator primordial de mobilidade social e, por essa razão, vem ocupando um lugar de destaque nas demandas e reivindicações dos diversos movimentos sociais e, principalmente, pelo Movimento Negro. Durante os dois últimos séculos, este grupo, vem lutando contra as ideologias homogenizantes, o preconceito velado e por condições de vida iguais aos brancos. Este movimento tem canalizado suas luta na busca por políticas públicas que possa inserir a população negra nas diversas esferas da vida sociais.

Logo, a educação apresenta-se como um importante meio para realizar a inclusão social do negro. Neste sentido, as leis de cotas configuram-se como um passo fundamental no longo caminho ao combate das desigualdades. É imprudente afirmar que a solução está posta, mas, por outro lado, é insensato negar que demos um passo histórico, e isso se deve ao incansável fôlegos dos movimentos sociais na busca pelos seus direitos. Portanto, o direito é algo socialmente construído e, para sua consolidação é necessários processos de disputas simbólicas, ideologias e conceituais, no qual idéias sobressaem umas sobre outras.



## Referências

ALMEIDA COSTA, J.B.A.A (Des) **Invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo.** Povos e Comunidades tradicionais no Brasil/ organizadores, Dieter Gowora, Maria Helena Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa. – Montes Claros: Unimontes, 2011.

ALAGOAS (Estado). **Lei n.º 6.542, de 7 de dezembro de 2004:** Estabelece reserva de vagas nas universidades públicas do estado para alunos egressos da rede pública de ensino. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br> >. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.bce.unb.br>. Acesso em: 04 de julho, 2013.

Bourdieu, P. Sobre o poder simbólico. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 2001.

Distrito Federal (Distrito federal). **Lei n.º 3.361, de 17 de junho de 2004.** Institui reserva de vagas nas universidades e faculdades publicas do distrito federal, de, no minimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas publicas do Distrito Federa. Disponível em: <http://www.cl.df.gov.br>>. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

DUPRAT, Deborah e org. **Pareceres Jurídicos- Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais.** Manaus: UEA, 2007.

GONÇALVES, L. A. O. **Movimento Negro e Educação.** 500 ANOS IMAGENS E VOZES DA EDUCAÇÃO, Revista Brasileira de Educação, 2000. N° 15, 134-158. Set/Out/Nov/Dez 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em: 06 de julho, 2013.

GOIAIS (Estado). **Lei n.º 14.832, de 12 de junho de 2004:** Fixa cotas para o ingresso dos estudantes que menciona nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br> >. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas:** Site **Mundo Jurídico**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.mundojuridico.adv.br>>. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

MARQUES, E.C. ET AL. **Território e direitos entre os quilombos urbanos de Belo Horizonte: o caso de Mangueiras.** In MARIN. R. ET AL. (ORGS). Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. Caderno de Dabates Nova Cartografia Social, vol. 1, n.3. Manus: UEA edições, 2012.

PARANÁ (Estado). **Lei n.º 13.134, de 18 de Abril de 2001:** Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.b>>. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

Portal da Legislação. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de Julho de 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei n.º 3524, de 20 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.b>>. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei n.º 13.134, de 18 de Abril de 2001:** Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul -UERGS e dá outras



providências. Disponível em: <[http://http://www.al.rs.gov.br](http://www.al.rs.gov.br)>. Acesso em: 21 de Junho de 2013.

SALES, S.R. (2008). **Acordos e tensões: o debate sobre políticas de ações afirmativas na universidade brasileira**. In: MACEDO, D; SILVA Jr., J.R.; OLIVEIRA. (ORGS) Reforma e Política: educação superior e pós-graduação no Brasil, Campinas, p. 117-133.

SANTOS, *Sales Augusto* dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554f. Tese (Doutorado em Sociologia) Departamento de Sociologias, Universidade de





## **MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: peculiaridades e representações de uma política educacional de longa história.**

MARTÍNEZ, Silvia Alicia

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
silvia-martinez@hotmail.com*

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
francinepinho@hotmail.com*

293

### **RESUMO**

Este texto pretende discutir aspectos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), levando-se em consideração as representações sociais dos agentes envolvidos com a merenda escolar. Para tal, num primeiro momento, a proposta é analisar o contexto histórico centralizador e descentralizador das políticas brasileiras e como o PNAE se comportou em meio a esses contextos. Num segundo momento, tenta-se descortinar como a merenda escolar passou a ser executada sob a responsabilidade dos Estados e municípios, quais os critérios nutricionais que a embasam e como o PNAE funciona atualmente. Por fim, a ideia é discutir a interligação da merenda escolar com a vulnerabilidade social, relacionando-a a diferentes fatores que constituem as representações sociais voltadas a esse programa.

**Palavras-chave:** merenda escolar. PNAE. Representações sociais.

### **ABSTRACT**

This paper discusses aspects of the National School Feeding Programme (PNAE), taking into account the social representations of the agents involved with school lunches. For this, at first, the proposal is to analyze the centralizing and decentralizing historical context of Brazilian politics and how PNAE behaved amid these contexts. Secondly, we try to uncover how school meals began to be performed under the responsibility of states and municipalities, including nutrition criteria that underlie and currently works as PNAE. Finally, the idea is to discuss the interconnection of school lunches to social vulnerability, relating to the different factors that make up this program focused on social representations.

**Key-words:** school feeding. PNAE. Social representatios.

A merenda escolar foi criada oficialmente pelo governo federal brasileiro em 1955, como Campanha de Merenda Escolar, e desde então passou por inúmeras modificações de gestão, organização e também na sua nomenclatura, a qual desde 1979 é chamada de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua trajetória sócio-histórica é marcada por descontinuidades, insuficiência de insumos alimentares para os alunos, desajustes dos hábitos



alimentares das diversas regiões brasileiras e por escândalos envolvendo desvios de verbas (BEZERRA, 2008).

O fio condutor que motivou este estudo foi perceber ao longo da trajetória sócio-histórica desta política educacional que havia uma preocupação, por parte dos órgãos responsáveis pela mesma, em que esta alimentação pudesse reforçar a saúde nutricional dos alunos. Esta preocupação é retratada nas diretrizes do programa as quais afirmam a merenda escolar como forma de combate às carências nutricionais das crianças frequentadoras da escola pública até a regulamentação atual.

A partir desta observação, pode-se perceber uma associação entre esta refeição e sua função de combater carências. Desta forma sugere-se que possa haver uma representação, por parte dos atores envolvidos com a merenda, que refletiria uma destinação desta alimentação para as crianças carentes.

O que se procurou entender nas falas dos alunos, merendeiras e gestores é como a merenda escolar é representada por eles e se a observação condutora do estudo poderia ser ouvida nas suas ideias.

Levando-se em conta este panorama, o texto propõe um entendimento sobre o funcionamento do PNAE a partir de seu contexto de descentralização e sua característica atual no intuito de construir o arcabouço da representação referida. Considerando a ideia de que o passado é formado de uma complexa rede de simbologias e rituais, como apontam Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2012) na obra *A Invenção das Tradições*, e as propostas de Serge Moscovici (2011) de representações sociais advindas de concepções anteriormente concebidas, a pesquisa da trajetória histórica da merenda escolar no Brasil se fez mister no entendimento da problematização deste estudo.

### **O contexto centralizador e descentralizador das políticas brasileiras**

A década de 1960 teve um perfil sócio-histórico peculiar no Brasil devido ao regime Militar. O governo militar concentrou em suas mãos decisões financeiras e políticas, além de planos das políticas sociais. No período em que os militares regiam o país, a configuração do papel dos governadores dos estados e municípios do Brasil teve um relevo especial, na qual segundo Marta Arretche (1999) observou-se que estes políticos tiveram pouca autonomia em relação às decisões políticas, que estava esvaecida e centralizada no âmbito federal. A autora



conta que neste período os “governadores e prefeitos das capitais e de cerca de 150 cidades de médio e grande porte” foram praticamente “destituídos de base própria de autonomia política: selecionados formalmente por eleições indiretas e, de fato, por indicação da cúpula militar” e não através do voto popular (ARRETCHE, 1999, p.113).

Este tipo de governo se utiliza da centralização para ter maior controle e foi dentro deste Estado que o Sistema Brasileiro de Proteção Social se consolidou (ARRETCHE, 1999). Desta forma as políticas sociais que perduraram ou foram criadas dentro de tal contexto refletem uma gestão também centralizada, de fácil planejamento e de difícil execução e fiscalização.

Conforme Bresser Pereira (1998, p.52) acentua, após a crise dos anos de 1930, quando o “mercado livre levou as economias capitalistas à insuficiência crônica da demanda agregada” o Estado passou a exercer um papel complementar no plano da economia e também no âmbito social, sendo caracterizado, nos países em desenvolvimento, ou periféricos, como um Estado Social-Democrático. Assim o autor explica: “social porque assume o papel de garantir o pleno-emprego; burocrático, porque o faz através da contratação direta de burocratas” (idem). Para este autor se deu desta forma o surgimento de um “Estado Desenvolvimentista e Protecionista” nos países em desenvolvimento em contrapartida a um “Estado de bem-estar social” nos países desenvolvidos.

Tal expansão de domínio do Estado, fortalecido por um regime ditatorial, teve seus primeiros engasgos na década de 1970, na crise de 1973. Diante de um crescimento desregulado, com acentuação das desigualdades sociais, bem como de um mundo globalizado e necessitado de novos mercados e fornecedores ajustados ao idealismo neoliberal, o Estado viu-se forçado a se reformar, minimizando sua intervenção na sociedade como forma de atingir um equilíbrio.

Desde então os estados nacionais, que apresentavam políticas desenvolvimentistas embasadas em sistemas fechados e autárquicos não se apresentaram mais efetivos. Draibe (1997) sinaliza uma sobrecarga de atribuições do Estado e aponta alguns dos motivos que levaram a tal panorama e possibilitaram a reforma do mesmo. Para esta autora, destaca-se:

alto grau de centralização; débeis capacidades regulatórias e de implementação das políticas nos níveis sub-nacionais de governo; comportamentos fortemente corporativistas por parte dos corpos profissionais ligados aos grandes subsistemas de políticas; e, finalmente, fraca tradição participativa da sociedade na implementação e operação dos programas (DRAIBE, 1997, p. 4).



Assim como no campo fiscal, nas políticas sociais a cena se mostrava igualmente desgastada. Neste período (a partir das décadas de 1960/70) houve um aumento da classe trabalhadora urbana com consequente aumento da tributação previdenciária que financiava a saúde e educação. Mas a estrutura tributária que estava em vigor “demonstrou ser regressiva, dependendo de impostos e contribuições sobre o custo do trabalho” (POCHMANN, 2004, p. 10). Desta forma uma grande parte do sistema de proteção social estava sob uma base de contribuição financiada por “tributos indiretos e subvenções fiscais, que, na maior parte das vezes, é regressiva, pois onera justamente a renda dos pobres (Idem). Isso gera insatisfação e descontentamento com os serviços prestados.

Pochmann (2004) ressalta ainda que houve um aumento na cobertura social, porém com características de “precarização do serviço ofertado pelo setor público e fragmentação da assistência em bases filantrópicas.” (POCHMANN, 2004, p. 11). Este perfil do oferecimento das políticas sociais trouxe uma característica de abandono completo da educação e saúde públicas pelas classes ricas e uma migração da classe média para estes serviços privados, ocasionando uma falta de mobilização em relação à melhoria dos serviços prestados e à universalização do acesso às políticas públicas. Sendo assim em suas palavras:

O corporativismo de certas categorias profissionais mais elitizadas, a meritocracia da escolaridade mais elevada numa sociedade de analfabetos e o particularismo de segmentos ocupacionais de mais alto rendimento contaminaram as possibilidades de maior articulação de interesses e ação política entre classes operária e média no Brasil” (Idem).

Diante de tal panorama, o Estado, influenciado por órgãos internacionais de interesses neoliberais, concentrou esforços para preparar as empresas e o país como um todo para uma competição generalizada, vendo a real necessidade de reconstrução de sua atuação, porém com uma configuração não conservadora de Estado mínimo e sob o respeito de suas atribuições clássicas de “garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor de direitos sociais e promotor e competitividade do seu respectivo país” (BRESSER PEREIRA, 1998, p.49).

É interessante ressaltar que quaisquer mudanças propostas e efetivadas pelo Estado não podem ser consideradas como “automaticamente implementadas” (HÖFLING, 2001, p.35), pois os resultados nem sempre são aqueles esperados, principalmente quando envolvem grupos sociais distintos, como é o caso da merenda escolar, sofrendo “efeito de interesses diferentes,



expressos nas relações sociais de poder” (Idem). Esse é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar, objeto principal de estudo deste texto, em que se pode observar mudanças na gestão e organização desde sua criação, deixando marcas significativas no entendimento e representação dos usuários desta política educacional.

### **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua descentralização**

Como a própria dinâmica histórica do Estado brasileiro em boa parte da segunda metade do século XX, o PNAE manteve-se centralizado desde a sua criação oficial em 1955 até 1993. Tal modelo trazia inconvenientes tais como o desrespeito aos hábitos alimentares regionais e o uso quase total de alimentos industrializados, que suportassem a distribuição da merenda, em detrimento de alimentos *in natura*, pouco utilizados.

Esta centralização na visão de Mariza Abreu (1995) foi razão de um “desrespeito aos hábitos alimentares regionais, com a introdução dos mesmos produtos formulados em todo o País” além de possibilitar o favorecimento aos “grandes grupos econômicos em detrimento de pequenos produtores, com corrupção e desvios de verbas” (ABREU, 1995, p.26).

Assim como as políticas públicas existentes no país no mesmo período histórico, o PNAE sofria de dificuldades de gestão e real distribuição e fiscalização da merenda escolar servida. Isto gerou alguns esforços de descentralização no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para Caldas e Ávila (2013) “os inconvenientes de uma política centralizada eram muitos, desde logísticos relacionados com dificuldades em armazenar e distribuir os gêneros alimentícios, até culturais relacionados às diferenças de hábitos alimentares locais” (CALDAS; ÁVILA, 2013, p.67).

Em meados da década de 1980, para que a merenda escolar contivesse alimentos que pudessem ser de melhor aceitação dos alunos já se discutia a necessidade de ter uma diferenciação entre os complementos alimentares da merenda-base<sup>1</sup> – os quais já eram distribuídos em algumas regiões – para tentar satisfazer hábitos e necessidades nutricionais dependendo de cada região brasileira atendida. Os cardápios já se mostravam diferentes em cada região. Porém estas iniciativas não significaram uma efetivação do respeito aos hábitos

<sup>1</sup>Merenda-base era o nome dado aos alimentos pertencentes ao cardápio básico no país todo como por exemplo arroz, leite em pó e macarrão. Os alimentos chamados complementos são aqueles próprios da região e que seriam então diferentes respeitando os hábitos regionais.



alimentares regionais e os relatos documentais mostram que estes aspectos ressaltados sobre os hábitos alimentares não eram respeitados na prática (STEFANINI,1997).

Com o fim do período militar em 1985, o Brasil havia presenciado no ano anterior, a maior participação popular, até então da sua história, na campanha nas ruas pela eleição direta a presidente. Os direitos políticos alcançaram “amplitude nunca antes atingida” (CARVALHO, 2002, p.199), mas ainda sem resolver os problemas econômicos que agravavam as desigualdades sociais e os altos índices de desemprego.

Inicia-se um período de municipalização da merenda escolar em 1986, com o governo José Sarney (1985 a 1990) que com o seu lema “tudo pelo social” propiciou uma elevação da quantidade de alimentos distribuídos às escolas e o aumento do financiamento da merenda escolar. Continuava, porém, como principal entrave do bom funcionamento da merenda escolar o que se refere principalmente à falta de regularidade na distribuição, o que era mais acentuado nas regiões Norte e Nordeste (BEZERRA, 2003, p.457).

Em 1983 é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura com a intenção de regular os recursos financeiros direcionados ao programa e gerenciar a merenda escolar. Posteriormente, em fevereiro de 1997, este órgão foi extinto e a responsabilidade pela gestão do PNAE fica a encargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE<sup>2</sup>), também ligado ao Ministério da Educação, o qual atualmente realiza esta função de regulação da merenda escolar.

No período de 1986 a 1988 foram firmados acordos, através de contratos, entre os municípios e o governo federal, representado pela FAE, que procuraram esboçar a municipalização e operacionalização da merenda escolar. Tais acordos aconteceram em 81 municípios do Brasil (CARVALHO, 2009 *apud* CALDAS, 2013), os quais se responsabilizavam pelo “gerenciamento e pela operacionalização do programa” e principalmente pela “aquisição de alimentos básicos *in natura*” (CALDAS, 2013, p.79). Apesar destes esforços de ambas as esferas de governo, os municípios não conseguiram efetivar as iniciativas, pois, segundo Caldas (2013, p.80) esbarraram na “lentidão na liberação de recursos (o que implicava em intermitência operacional) e com a dificuldade na prestação de contas por parte dos municípios”, pois tais acordos dependiam de convênios renováveis.

Com a promulgação da Constituição de 1988 o direito à alimentação escolar é assegurado como direito do cidadão e então o programa passa a desfrutar de maior interesse

<sup>2</sup> A lei que transfere a gestão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é a Lei nº 9649 de 1998.





político e maiores investimentos financeiros. Bezerra (2003, p.458) afirma que o período que precede à descentralização completa do PNAE (em 1994), foi marcado por vários escândalos de desvios de verbas e “licitações duvidosas” que aliados aos problemas que o programa já enfrentava, tornou o PNAE bastante desgastado.

A descentralização do PNAE ocorre com a Lei nº 8913 de 12 de julho de 1994 e então começa uma fase distinta do programa.

### **A merenda escolar sob a responsabilidade das Unidades Executoras<sup>3</sup>**

A lei nº 8913 de 1994 (que foi revogada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009) definia que os estados e municípios passariam a ser responsáveis pelo Programa; que o cardápio deveria ser realizado e acompanhado por um nutricionista, o qual seria o responsável técnico pela execução da merenda; que deveriam se respeitar os hábitos alimentares locais e que se formariam os Conselhos de Alimentação Escolar, órgãos formados por representantes dos gestores e da sociedade, com a função de fiscalização financeira e executiva da merenda escolar.

A proposta da Lei nº 8.913/1994, de descentralização do PNAE, propunha um oferecimento de 15 a 20% das necessidades nutricionais diárias das crianças em idade escolar, oferecendo um total de 350 Kcal e 9 g de proteína por refeição. Posteriormente será tratado o que preconiza a Lei nº 11947 de 2009, em vigor, que não determina mais a quantidade protéico-calórica a ser oferecida<sup>4</sup>, mas somente menciona a necessidade de cobrir as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.

### **Critérios Nutricionais e o funcionamento do PNAE na atualidade**

A preocupação com a oferta de um aporte energético e protéico pela merenda escolar apresenta-se constante desde a sua criação. Ressalta-se que este aspecto parece estar ligado ao fato da constância nos objetivos das leis ao longo do tempo, em mencionar sempre que a

<sup>3</sup> Na lei 11.947/2009 os estados e municípios são chamados de unidade executoras, devido ao fato de serem as instâncias onde se realiza o oferecimento da merenda escolar.

<sup>4</sup>É importante ressaltar que mesmo cumprindo as necessidades protéico-calóricas de um escolar, não se tem garantia de cobrir as necessidades de vitaminas e minerais, pois estas últimas são cobertas por uma maior ingestão de alimentos variados e um cardápio mais completo do que é oferecido pela merenda escolar, mesmo nos dias atuais.





merenda escolar desempenharia o papel de contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil. Este interesse pode ser observado no atual objetivo declarado na Lei 11.947/2009:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Na Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, propõe-se o atendimento das necessidades de macro e micronutrientes<sup>5</sup>, estimulado pelo consumo de hortaliças e frutas, diante do baixo consumo diagnosticado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira de 2005. A resolução determina a “inclusão da necessidade de oferta mínima de 200 g/semana de frutas ou hortaliças no cardápio escolar” (BRASIL, 2009). Pela primeira vez há uma efetiva preocupação com a variedade nutricional no cardápio escolar, fundamental para o bom desenvolvimento fisiológico e cognitivo infantil.

Esta resolução também apresentou uma recomendação de restrição de alimentos industrializados com o objetivo de reduzir o consumo dos alunos de altos teores de sódio, bem como de gorduras saturadas. Infelizmente, por observação e através de relatos preliminares, não se pode perceber o cumprimento desta recomendação no cotidiano das escolas.

A merenda escolar passou a ser de responsabilidade dos estados e municípios, em 1994, através do repasse de verbas da União para estas instâncias, mensalmente. Ela se estendia para a pré-escola e ensino fundamental. Atualmente a merenda escolar tem repasse automático (sem convênios) através de parcelas que vêm ao longo do ano e cobre todas as crianças matriculadas no ensino básico da rede pública, inclusive Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Houve, a partir de 2009, através da Lei 11.947/2009, a decisão do FNDE de preconizar que 30% dos recursos repassados pelo órgão ao estado ou município deva ser utilizado em alimentos advindos da agricultura familiar. Esta cláusula pretende estimular o comércio local e os pequenos produtores rurais.

Os recursos repassados só podem ser utilizados em gêneros alimentícios e as instâncias municipal ou estadual devem entrar com todas as outras necessidades para que a merenda escolar seja produzida e distribuída conforme as diretrizes do Programa. O cálculo



dos recursos financeiros é realizado pelo número de alunos matriculados e segundo informações do site oficial do FNDE:

a partir de 2010, o valor repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. As creches e as escolas indígenas e quilombolas passam a receber R\$ 0,60. Por fim, as escolas que oferecem ensino integral por meio do programa Mais Educação terão R\$ 0,90 por dia. O orçamento do programa para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos (BRASIL, 2013).

A forma de distribuição da merenda escolar pode ser diferente de acordo com a Entidade Executora e de acordo com a forma de gerenciamento da mesma. Podendo ser centralizada, descentralizada, escolarizada ou terceirizada. Há uma diferença que se deve destacar entre as merendas oferecidas nos diferentes tipos de gerenciamento, pois a contrapartida financeira da Entidade Executora vai variar de acordo com interesses políticos, ou recursos disponíveis. Assim os cardápios disponibilizados e consumidos pelos alunos serão muito diferentes na questão da elaboração nutricional, com tipos de preparações efetuadas com alimentos mais caros<sup>6</sup>, ou mesmo com preparações realizadas de forma mais trabalhosa<sup>7</sup>. Pode-se pensar que um cardápio mais elaborado depende de uma contrapartida de maior volume em termos financeiros vinda da Entidade Executora.

### **A interligação da merenda escolar com a vulnerabilidade social**

Apesar da variação apresentada pela oferta da merenda escolar em diferentes instituições escolares, como apontamos acima, a alimentação escolar respeita diretrizes que devem ser observadas para que ela possa ter seus objetivos colocados em prática. A legislação que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar apresenta seis diretrizes descritas abaixo:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos

<sup>5</sup>São considerados macronutrientes aqueles os quais podem ser transformados em calorias. São eles as proteínas, os carboidratos e os lipídios ou gorduras e micronutrientes as vitaminas e os minerais.

<sup>6</sup> Como por exemplo, a utilização de palmito ou creme de leite.

<sup>7</sup> Como exemplo, pode-se ter a diferença entre oferecer carne moída ou almôndega. O tipo de preparação alimentar depende do treinamento e disponibilidade de pessoal na elaboração, ou seja, no cozimento.



alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzido sem âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Mesmo preconizando na diretriz de número III a universalidade do atendimento aos alunos do ensino básico das escolas públicas, há uma preocupação em sugerir o uso da merenda escolar como uma das ferramentas para se atingir a segurança alimentar (no item II) daqueles alunos que apresentem alguma vulnerabilidade social. No entanto é necessário chamar a atenção para o fato de que o modelo mais presente na maioria das escolas brasileiras é de um período de permanência dos alunos de quatro horas somente. E, levando-se em conta que o conceito de segurança alimentar, segundo Walter Belik (2003) envolve três aspectos, a quantidade, a qualidade da alimentação e a regularidade de acesso à mesma, a merenda não cumpriria este papel.

Na maioria das escolas são oferecidas no máximo duas refeições aos alunos de cada turno. Não é possível garantir todas as necessidades protéico-calóricas e de micronutrientes com estas duas refeições, apesar de poder contribuir com as mesmas.

A preocupação aqui é observar como os meandros desta característica de associação entre a merenda escolar e a vulnerabilidade social podem estar presentes no cotidiano das escolas estudadas. A pesquisadora Mariza Abreu (1995) coloca um questionamento que parece ser adequado para se pensar esta relação: “Em que medida a política pública de alimentação



escolar pode superar o caráter assistencialista de ‘merenda para alunos carentes’ e se constituir em garantia do direito de todos a uma alimentação adequada?” (ABREU, 1995, p.6).

A inquietação de Mariza Abreu, mesmo que apontada no momento em que o PNAE mudava de perfil, tornando-se descentralizado, reflete os achados em estudos mais recentes sobre a maior participação dos alunos com perfil socioeconômico carente no programa.

Não se pode esquecer que o Programa Nacional de Alimentação Escolar constitui uma política social de importância fundamental para o desenvolvimento cognitivo, já que, como aponta Ricardo Ceccim (1995), a fome, mais do que a desnutrição, prejudica a capacidade de aprender das crianças e a merenda escolar então pode servir “para captar o máximo incentivo da criança aos desafios de uma resposta intelectual aos problemas pedagógicos” (CECCIM, 1995, p. 66).

Diante desta constatação levanta-se as seguintes questões: será que a trajetória assistencialista e focalizada na vulnerabilidade social pode trazer ecos para a adesão dos alunos à merenda escolar? Será que os alunos percebem a política como direito? Quais fatores podem estar interferindo na adesão ao PNAE?

É com este questionamento que a pesquisa de campo, de caráter qualitativo, teve início em duas escolas públicas situadas no município de Campos dos Goytacazes – RJ. Estão sendo realizadas entrevistas com alunos, funcionários ligados à produção da merenda escolar (merendeiras) e com gestores das escolas. Bem como uma observação do cotidiano da merenda nestas escolas feita pelas pesquisadoras.

Com parte da pesquisa realizada em uma das escolas, foram coletadas, no período de junho de 2014, 21 entrevistas com alunos com idade de 11 a 13 anos; 9 funcionárias da cozinha escolar e 2 gestores da escola. Com estes relatos procurou-se entender a percepção dos atores sobre a merenda escolar. Parte-se da ideia de que as representações sociais são uma forma de combinar “nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, o que vêm a nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém” (MOSCOVICI, 2011, p. 201). Neste sentido o uso de entrevistas pode trazer um panorama das realidades do ponto de vista dos envolvidos com a merenda. Pois, como nos lembra Vergara (2009, p.5), as entrevistas “têm utilidade quando se busca captar o dito e o não dito, os significados, os sentimentos, a realidade experimentada pelo entrevistado, as reações, os gestos, o tom e o ritmo da voz, hesitações, acertividades, enfim, a subjetividade inerente a todo ser humano”.



Mesmo que pensemos as crianças entrevistadas a partir de dois grupos ou categorias básicas, quer sejam, as que aderem ao programa da merenda escolar e as que não o fazem, um dado muito interessante pôde ser percebido. Em ambos os grupos, as crianças relataram a compra de alimentos, por meio do acesso a vendedores ambulantes, como algo “mais legal e divertido” do que a adesão ao programa. Outrossim, vale destacar, que estas mesmas crianças têm consciência que esta escolha pela merenda comprada não é saudável do ponto de vista nutricional. Uma criança, por exemplo, chega a relatar que “eles se sentem os<sup>8</sup> melhores por comprar lá fora”.

Além desse aspecto explicitado acima, um outro apontado pelas crianças como fator de interferência na adesão diária ao programa foi o cardápio. Neste quadro, a adesão pode oscilar conforme as preferências pessoais e, assim, aumentando ou diminuindo o número de crianças na oferta da merenda em determinados dias. Distante desta explicação para a não adesão, está outra explicação. Várias crianças chegam a mencionar o "tamanho da fila de espera" como justificativa para não merendarem em determinados dias.

Além desses fatores, há um achado muito interessante sobre as percepções da merenda, que, de forma direta, afetam a adesão ou não ao programa. Analisando as falas das entrevistas já realizadas, notou-se que o fator de possível relação entre a adesão e a vulnerabilidade perpassa os sujeitos entrevistados. Alguns alunos relatam que muitas vezes não merendaram por “sentirem vergonha”. Quando questionados a respeito do que os trazia a esta sensação, disseram: “as pessoas iam pensar que estou comendo aqui na escola porque não tenho comida em casa”.

Esta fala, recorrente em alguns alunos, parece poder ser lida de forma a entendê-la como uma representação social “complexa e necessariamente inscrita dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’” (MOSCOVICI, 2011, p. 216). Isto porque, como mencionado anteriormente, a trajetória histórica da merenda escolar se mostrou frequentemente preocupada com os alunos carentes.

Mas um fato instigante se evidenciou quando estas mesmas crianças apontaram que este sentimento de vergonha poder ter sido dissipado ao entrarem para um grupo no qual não havia esta visão sobre a adesão ao programa: “quando começamos a andar juntas eu vi que não precisava ter vergonha. Merendar era um direito meu.” Desta maneira podemos entender que, como nos propõe Pierre Bourdieu, em sua obra *A economia das trocas simbólicas* (1992, p.

<sup>8</sup> Optou-se pelo grifo para refletir a ênfase dada pela aluna ao falar o artigo.



212) citando e complementando a ideia de Kurt Lewin, a “realidade não é absoluta. Ela difere de acordo com o grupo a que o indivíduo pertence”.

A ideia da ligação da merenda com a vulnerabilidade social parece confirmada nas percepções das merendeiras e gestores, pois quando questionadas a respeito da importância do PNAE, elas relataram que era de fundamental importância “já que muitas crianças não têm o que comer em casa”. Este pensamento parece fundamentado quando entendemos que, nas palavras de Moscovici (2011, p. 173), “o que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu”.

A identificação dos significados que a merenda escolar tem para os alunos segue como uma mola-mestra para a instigante tarefa de tentar ler as representações que a alimentação oferecida na escola pode ter frente à sociedade. A intenção da pesquisa é entender e poder partilhar tais sentimentos. E, vale ressaltar, a presente pesquisa encontra-se em andamento, sendo previsto que o levantamento dos dados de campo se integralize até o final do próximo semestre, quando haverá publicação integral de seu resultados após defesa do texto da dissertação fruto dos levantamentos sobre o tema em questão.

## Referências

- ABREU, Mariza. Alimentação Escolar Na America Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.
- \_\_\_\_\_. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, n.40, junho/99, p.111-141.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. São Paulo, Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BEZERRA, J. A. B. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da Política de Alimentação Escolar no Brasil. In CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (org.). Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.





BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [acessado 2012 fev 27]. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao> >

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, n. 45, 1998, p. 50-95.

CALDAS, E.L., ÁVILA, M.L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), *Revista Espaço Acadêmico*, n.148, 2013, p.77-84.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CECCIM, R. B. A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. In: *Em aberto: merenda escolar*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1995.

CLANDININ, D.J.; CONNELLY, F.M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M.S.; SILVA, M. V. da. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. *Rev. Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 13(1): 85-94, 2006.

DRAIBE, S. M. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da Experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. *São Paulo em perspectiva*, 11(4) 1997, p.3-15.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Rev. Bras. De Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd, v. 16, n.47, mai-ago, 2011.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 30-41.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe social e Status*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1967.

MARTINS, R. C. B.; RENOSTO, R. V.; MOTTA, D. G.; OLIVEIRA, M. R. M. Distribuição Geográfica da prevalência de agravos nutricionais entre escolares na cidade de Piracicaba-SP, Brasil. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr.*, São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 1-17, ago. 2010.

MARTINS, R.C.B; MEDEIROS, M.A.T; RAGONHA, G.M.; OLBI, J.H; SEGATTI, M.E.P.; OSELE, M.R. Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. *Saúde Rev.*, v. 6, n. 13, p. 71-78, 2004.





- MARTINS, A. M. S; BONATO, N. M. C.(org) *Trajetórias Históricas da Educação*. Rio de Janeiro: ed. Rovellet, 2009.
- MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In* NOVAIS, F (org.); SCHWARCZ, L.M. (org. vol.) *Historia da Vida Privada no Brasil*, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.
- OLIVEN, R. G. Consumo, logo existo. *In*: LEITÃO, D. K. *et al* *Antropologia e consumo: diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre, AGE Editora, 2006.
- ORTEGA, A.C.; BORGES, M. S. *Codex Alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade*. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 19(1): 71-81, 2012.
- PANCIERA, A.L.; STURION, G.L.; SILVA, M.V. da. Subsídios para a gestão do Programa de Alimentação Escolar. *In*: *Anais do 6º Simpósio Latino-Americano de Ciência de Alimentos*, Campinas, 2005.
- PIRAGINE, K.O.; HARACEMIV, S.M.C.; MASSON, M.L. Merenda escolar na medida certa. *In*: *Anais do 19º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Recife, 2004. SBCTA, 2004.
- POCHMANN, M. Proteção Social na periferia do Capitalismo: considerações sobre O Brasil. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(2): 3-16, 2004.
- VASCONCELOS, F. de A. G. de; BATISTA FILHO, Malaquias. *História do Campo da alimentação e Nutrição em saúde coletiva no Brasil*. *Ciência e Saúde coletiva* vol.16 n.1. Rio de Janeiro, 2011.
- ROCHA, A. A. B. de M. *Alimentação Escolar: A importância da descentralização e da participação na garantia deste direito*. Publicado em 15 outubro, 2009 por RMC (Revista de Ciências Médicas – Puc Campinas), São Paulo, 2009.
- ROSEN, G. *Uma história da Saúde pública*. trad: Marcos Fernando da Silva et al. São Paulo, HUCITEC/Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- SANTOS, L. M. P. *et al*. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(11):2681-2693, nov, 2007.



SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição, *Estudos avançados* 9 (23), 1995, texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.p.87-107.

SOUZA, D.B; FARIA, L.C.M. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil:A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. Merenda Escolar: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças. Tese apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

STOLARSKI, M. C. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.Orientador: Prof. Dr. Walter Tadahiro Shima, Curitiba, 2005.

STURION, G. L.; SILVA, M. V. da; OETTERER, M.; GALEAZZI, M.A.M; PIPITONE, M.A.P. Aceitação das refeições distribuídas pelo programa de alimentação escolar: estudo de caso. In: Anais do 19º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, [CD-ROM], Recife – PE. 2004. Recife: SBCTA, 2004.

STURION, G.L; SILVA, M.V. da; OMETTO, A.M.H; FURTUOSO, M.C.O; PIPITONE, M.A.P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. *Rev. Nutr.*, Campinas, v.18, n.2, p. 167-81, mar./abr. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio Prado. História da Educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.



## O ENSINO NORMAL EM PARNAÍBA: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (1927-1982)

RODRIGUES, Maria do Socorro  
*Mestre em Educação – PPGED/UFPI*  
socorro.cnsg@hotmail.com

MEIRELES, Isis  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI*  
isismeireles@ufpi.edu.br

309

### RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo geral analisar a constituição do ensino normal na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, como nível educacional formador de professores, no período compreendido entre 1927 e 1982. O recorte temporal da pesquisa abrange os anos de 1927 a 1982, justificando-se por ter sido no ano de 1927, criada a primeira “Escola Normal de Parnaíba”; Adotando-se a abordagem historiográfica vinculada à nova história cultural, fundamentou-se principalmente nos autores da nova história cultural: Burke (1992) e Chartier (1990); da história da educação brasileira: Azevedo (1976) e Lopes e Galvão (2005); do Estudo das Instituições escolares, sua cultura e seu cotidiano: Buffa (2002), Faria Filho (2007), Magalhães (2004) e produções historiográficas locais. A pesquisa de caráter qualitativa e descritiva utilizou como instrumento para coleta de dados o questionário, a entrevista semi-estruturada e os documentos produzidos nas escolas pesquisadas. Observou-se ainda que a história e a memória dessas instituições de ensino que trabalharam com a modalidade “normal” se faz necessária não somente para a reconstituição da história das escolas envolvidas na pesquisa, mas também para o reconhecimento de aspectos da realidade piauiense e parnaibana.

**Palavras-chave:** História da educação. Ensino Normal. Parnaíba.

### ABSTRACT

This thesis has the overall objective to analyze the constitution of normal education in the city of Parnaíba, Piauí State, such as educational level teacher trainer in between 1927 and 1982 period. The time frame of the study covers the years 1927 to 1982, justifying If to have been in 1927, the first "Normal School Parnaíba" created; Adopting the new cultural history linked to the historiographical approach and was based primarily on the authors of the new cultural history: Burke (1992) and Chartier (1990); the history of Brazilian education: Azevedo (1976) and Lopes and Galvão (2005); Study of educational institutions, their culture and their daily lives: Buffa (2002), Faria Filho (2007), Magellan (2004) and local historiographical productions. The research used qualitative and descriptive character as an instrument for data collection questionnaire, semi-structured interviews and documents produced in the schools surveyed. It was also observed that the history and the memory of those educational institutions that have worked with the "normal" is necessary not only for reconstructing the history of the schools involved in the research, but also for the recognition of aspects of Piauí and parnaibana reality.

**Key-words:** Education History. Normal School. Parnaíba.

### Introdução

O trabalho teve como ponto de partida que “ [...] compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro do sistema educativo,



nos contextos e nas circunstâncias históricas, [...]” (MAGALHÃES, 2004. p. 133), uma vez que, todo acontecimento vivido encontra-se inserido em um tempo, um espaço e uma época, necessitando ser compreendido e analisado dentro de um contexto.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo principal historiar a constituição do Ensino Normal na cidade de Parnaíba como nível educacional formador de professores, no período compreendido de 1927 a 1982 apresentando como problema a ser analisado a seguinte questão: Quais as características do processo de constituição do Ensino Normal de Parnaíba?

A escolha das escolas normais de Parnaíba como espaço para realização da pesquisa justifica-se pela contribuição ímpar para a historiografia parnaibana, uma vez que é possível encontrar algumas pesquisas com abordagens que assumem contornos nacionais e estaduais, mas não em nível municipal. Historiadores piauienses como Brito (1996), Ferro (1996), Lopes (1996 e 2001) e Mendes (2001 e 2007), também tratam o assunto, sem contudo, realizar estudo específico sobre as escolas normais de Parnaíba. Não se imputa a esses autores, fragilidades em suas obras, mas procura-se assegurar a contribuição que a pesquisa trará para a história da educação parnaibana.

A escrita, também servirá para ampliar a historiografia local, rememorando os acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento da região e marcaram a trajetória das Escolas Normais de Parnaíba, colaborando para que a História da Educação Piauiense relate e analise fatos e acontecimentos relevantes à sociedade parnaibana que foram importantes para a criação e ampliação da rede pública de ensino no Piauí.

A pesquisa teve como foco de estudo os anos compreendidos entre 1927 e 1982, justificando-se pelos seguintes motivos: para o recorte temporal inicial justifica-se, a criação da primeira “Escola Normal” na cidade de Parnaíba no ano 1927. Para recorte final escolheu-se o ano de 1982, por ter sido o momento da implantação do projeto do Centro de Aperfeiçoamento do Magistério - CEFAM em algumas Escolas Normais, inclusive nas Escolas Normais do Piauí.

O CEFAM foi formulado pelo Ministério da Educação na tentativa de revitalizar o Ensino Normal, que sofreu uma descontinuidade a partir da implantação das habilitações, por força da Lei 5.692/71 homologada em 11 de agosto de 1971.

O historiador utiliza-se da narrativa para compor sua história, fazendo-a passar de um simples “recurso retórico” para “alternativa metodológica”, (AURELL, 2010). Isso induz a percepção da importância da narrativa para a pesquisa educacional, como forma de produção e



interpretando os dados, procurando dar sentido às ações e aos pensamentos dos personagens e interlocutores.

Os personagens e interlocutores ao buscarem, em sua memória, lembranças que possam ser narradas em forma de relatos de vida, biografias, depoimentos e autobiografias, selecionam os principais fatos de sua vida para ressaltar. São exatamente essas “memórias” que habitam a mente das pessoas, que ao acionarem o gatilho das lembranças fazem-na de forma coletiva e individual e que são usadas em pesquisas como fontes primárias.

Utiliza-se a abordagem qualitativa, de cunho histórico usando narrativas orais e documentos escritos, por acreditar ser esse o melhor caminho para atingir os fins propostos, uma vez que a pesquisa qualitativa possibilita uma reflexão sobre si, sobre o outro e sobre o grupo, relacionando indivíduo e sociedade, enfatizando processo e preocupando-se em retratar a história dos sujeitos envolvidos.

As fontes e modalidades utilizadas na pesquisa foram separadas em dois grupos: as fontes oficiais que se formam em torno dos documentos da escola e as fontes não oficiais, que incluem fotografias, diários, agendas, cartas e as entrevistas, que podem ser autobiográficas ou biográficas.

Para escolha dos sujeitos partícipes da pesquisa, foi eleito como ponto principal o fato de terem vivenciado a história das Escolas Normais de Parnaíba como sujeitos pertencentes ao corpo docente ou discente no período analisado.

O aporte documental analisado constitui-se de documentos oficiais, tais como: Leis, Decretos-Leis, Decretos, documentos de escola como históricos, certificados, livros ata, ficha de matrícula, diário, grade curricular entre outros, encontrados nas bibliotecas e arquivos pesquisados e, especialmente, no Arquivo Público Estadual, e nos arquivos inativos das escolas pesquisadas: “Escola Normal Francisco Correia e Colégio Nossa Senhora das Graças”, observando que o trabalho de garimpar informações e documentos se fez necessário na reconstrução da história de uma instituição.

A Escola Normal de Parnaíba nasceu com o objetivo de melhorar a educação pela formação de professores, promovendo qualificação profissional. Fez surgir duas categorias de trabalhadores: os professores formados pela Escola Normal e os professores leigos, sem formação adequada para o exercício do magistério.

O Ginásio Nossa Senhora das Graças foi fundado em 30 de maio de 1907 pela Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, a pedido do bispo Dom Joaquim



de Almeida para atender às necessidades da sociedade parnaibana, com a criação de uma escola feminina, em regime de externato e internato.

Assim, levando em consideração as limitações encontradas na realização dessa pesquisa, espera-se contribuir para a construção da história do ensino normal na cidade de Parnaíba.

### **Educação parnaibana no século XX: A implantação do ensino normal e sua relação com a cidade.**

Parnaíba, localizada no extremo norte do Estado do Piauí, com uma área territorial de 436 km<sup>2</sup>, encontra-se estrategicamente situada entre o Ceará e o Maranhão. Possui um Delta em mar aberto, que muito contribuiu para o crescimento turístico da região.

Nas primeiras décadas do século XX, impulsionada pela economia, desenvolveu-se de forma acelerada, passando por transformações acentuadas em seus espaços sociais e educacionais. Nesse período iniciou-se o processo de urbanização da cidade. Rodovias, ferrovias, prédios com maiores estruturas começam a ser construídos. Nesse período, ganha seus primeiros prédios escolares, construídos especialmente para esse fim, além de cinema, praças, casas de exportação e importação e indústrias, destacando-se como uma cidade em desenvolvimento, exportadora de produtos derivados do extrativismo vegetal.

No setor educacional, essas primeiras décadas do século XX, caracterizaram-se por consecutivas e desconexas reformas, oriundas do panorama educacional brasileiro e da forte influência que o poder político exercia sobre a instrução pública. Assim, nomeações, exonerações, transferências e substituições eram realizadas sem critérios em nome do regime republicano que se instalava. (MENDES, 2001)

A falta de qualificação dos professores juntamente com a ausência de recursos destinados à educação foram apontados pelos dirigentes da Primeira República como causa do atraso educacional e do desenvolvimento econômico e social do município. O próprio governador do Piauí, em 1937, em mensagem governamental afirma ser a educação um problema a ser resolvido de forma imediata, entretanto as finanças não lhe permitiam maiores investimentos.

Nas primeiras décadas do século XX a cidade de Parnaíba retoma a possibilidade de desenvolvimento econômico subsidiada pela posição estratégica de proximidade com o mar e em razão da navegabilidade do rio Parnaíba, que na ausência de estradas integrava todo o





estado, transformando a cidade no principal centro comercial do Piauí e o rio Parnaíba no escoadouro natural da cidade, conseqüentemente, ponte de convergência da economia de mercado.

O município de Parnaíba passa a destacar-se e figurar como um dos primeiros municípios piauienses a receber as inovações que o desenvolvimento e a urbanização proporcionara. Dentre as novidades que o município recebe destaca-se a luz elétrica, o cinema, o rádio, o cassino, os prédios escolares, as construções de edifícios, as ruas pavimentadas, a criação de uma agência bancária, entre outras inovações que a cidade recebeu e vivenciou

Na década de 1920, muitas escolas particulares abriram suas portas na tentativa de oferecer à elite parnaibana uma educação de qualidade; entretanto, a estrutura física e o método de ensino permaneciam semelhantes aos existentes no final do século XIX. Correia (1945), em seus escritos, já comentava o assunto ao afirmar que a cidade possuía um grande número de escolas particulares, em razão da sociedade acreditar no ensino formal, oferecendo a seus filhos o ensino das primeiras letras.

No ano de 1922 a cidade ganha seu primeiro grupo escolar, o “Grupo Escolar Miranda Osório” que se apresenta com uma arquitetura luxuosa e monumental. Foi criado no ano do centenário da Independência do Brasil, em 17 de março de 1922, no governo de João Luis Ferreira de Melo, pelo decreto estadual nº 784 e reunia duas escolas isoladas estaduais e municipais existentes. Essa construção seguia os projetos da época, apresentando duas entradas diferenciadas, uma para meninos e outra para meninas.

O Grupo Escolar Miranda Osório marcou consideravelmente a história da cidade, pela importância, localização e significado no tecido urbano. Inaugurado em 1922, em prédio alugado, somente em 1925 tem início a construção de um prédio próprio para o seu funcionamento.

Observou-se ainda que no início da década de 1930, ensino secundário era privilégio de poucos, uma vez que era difícil o ingresso e a permanência em sala de aula. Enquanto no ensino particular primário, encontrava-se com 801 alunos, menos de 5% conseguiam ter acesso ao ensino secundário.

Essas unidades escolares juntamente com o Grupo Escolar Miranda Osório passam a atender a população menos favorecida de Parnaíba, oferecendo educação formal, uma vez que “[...] transmitiam aos alunos não apenas conhecimentos, mas, sobretudo, bons costumes, aulas de boas maneiras, moral e cívica e religião.” (OLIVEIRA.1993. p 26).





Observa-se que ao final da década de 30, em questões educacionais, o quadro mais importante encontra-se ligado à absorção das normalistas pela rede oficial de ensino tanto na Capital como no município de Parnaíba, momento ímpar da educação piauiense, pois é partindo da qualificação dos professores que se passa a ter dois grupos de profissionais: os que encontram-se legalmente qualificados para a profissão, formados pela Escola Normal e os professores leigos, sem formação acadêmica para a função de lecionar.

A escola e a educação não ficam indiferentes às mudanças. Nesse momento de transformação a educação entra como instrumento de equalização social, a procura pela escolarização aumenta, surgindo à necessidade da criação de novas escolas para atender a clientela que começava a nascer, foi uma época propícia para o saber.

Na década de 50, tivemos o aparecimento de algumas escolas ligadas à sindicatos e outras instituições populares, como o caso do Ginásio Clovis Salgado, autorizado a funcionar em 19 de março de 1958 mantido pela Associação Piauiense de Educação e Saúde. No início funcionando no prédio do Círculo Operário de Parnaíba, a quem pertence até hoje e a Escola Comercial de Parnaíba, fundada também, em 1958, mantida pelo Círculo Proletário São José. (SILVA. 1987).

Na década de setenta a cidade ganha outras escolas particulares, nesse momento abriram suas portas o curso Cobrão, em 1973, funcionando do pré-escolar ao pré-vestibular, com crianças e adolescentes. Sob a direção do Professor João Ernesto Araripe, que além de diretor também é seu maior acionista e proprietário.

Nesse mesmo ano nasce a Escola Roland Jacob, de propriedade do grupo Marc Jacob, na pessoa do Sr. Roland Jacob, para receber os filhos ilustres da sociedade parnaibana de caráter privado, foi instalada em uma de suas melhores propriedades, trabalhava com turmas do primário ao vestibular, o que se confirma pelo anúncio veiculado no Almanaque da Parnaíba. (1977. p. 58)

Um dos problemas enfrentados em âmbito municipal e estadual era a qualificação docente para o exercício do magistério primário e secundário, problemas esses, que não eram exclusivos do Piauí, mas também de outros estados, daí a necessidade do governo de promover a criação das escolas normais numa tentativa de melhorar a formação dos professores que se dedicavam ao ensino primário além de também objetivar atender ao crescente número de escolas que se formavam no final da década de vinte.



Nesse contexto as escolas normais ganham espaço e surgem duas classes de professores: as professoras normalistas, qualificadas que traziam em seu currículo o diploma da Escola Normal e as professoras leigas, sem a devida escolarização e qualificação para a função, mas com a experiência de trabalho.

Em 11 de junho de 1927, o município de Parnaíba ver nascer uma escola que traz como benefício, à qualificação profissional. Nesse período, final da década de 1920, a população urbana encontrava-se em pleno desenvolvimento, vivia um “surto de modernização” (LOPES. 2010. p. 81) Era o início do processo de urbanização da cidade, a municipalidade, juntamente com a elite comercial, empreenderam diferentes inovações educacionais que culminaram na transformação da cidade, tornando-a, a cidade do Piauí que mais se desenvolveu no campo educacional.

Nesse momento “a ignorância era considerada fonte do marasmo e da inércia” (LOPES. 2010. p. 172) aumentando a procura pelos cursos de qualificação principalmente o curso de formação de professores, que no momento era procurado pelas “moças de famílias”, que começavam a buscar o seu lugar no mercado de trabalho, momento em que a escolarização é influenciada diretamente pela industrialização, uma vez que a população deseja crescer e se desenvolver. Era atribuído a todos os brasileiros a responsabilidade pela construção da grandeza do Brasil, e só tinha um caminho a ser seguido: educar-se e instruir-se.

Para exercer a função de Inspetor Federal e/ou Estadual da educação, em Parnaíba tem-se: José Pires de Lima Rabelo e Samuel Santos, ambos, inspetores no Ginásio Parnaibano, Joaz Rabelo de Souza, Inspetor do Ginásio São Luiz Gonzaga e posteriormente dos demais ginásios da cidade; e Raul Furtado Bacellar, “designado pelo Governo do Estado para Inspetor da Escola Normal de Parnaíba e Escola Normal Nossa Senhora das Graças.” (OLIVEIRA. 1993. p. 32).

Juntamente com a Escola Normal de Parnaíba foi também, criado o Ginásio Parnaibano, ambas as escolas funcionaram no prédio do Grupo Escolar Miranda Osório recebendo a colaboração da elite intelectual da época para comporem o corpo docente das duas instituições de ensino.

Entretanto apesar do funcionamento das Escolas Normais e do crescimento educacional que Parnaíba vivenciava, a Instrução, no Piauí continuava sem muito avanço, uma vez que os professores continuavam desprestigiados e com salários indignos. Nesse momento a



profissão docente para o ensino primário solidifica-se com uma profissão estritamente feminina e não muito remunerada.

Segundo dados da mensagem governamental em 1935 matricularam-se na Escola Normal de Parnaíba 46 alunas, destas, todas foram aprovadas. Em 1936, a matrícula subiu para 56 alunas, também todas aprovadas em primeira época, o que só aumentou a preocupação do governador com a qualidade de ensino oferecida e com a mão de obra a ser formada.

Segundo o governador do estado, essas aprovações não eram “mérito” das alunas e sim, ineficácia do sistema de avaliação, que, em sua opinião, encontrava-se “fraco”, portanto, “ineficiente” para essa tarefa de examinar. Em seu pensamento era inexplicável que todas as alunas obtivessem aprovação em primeira época, ou seja, nenhuma aluna apresentava dificuldade na aprendizagem.

Observa-se então uma associação das práticas de cuidado da época com o curso de formação de professores restrito apenas ao público feminino. Outro fator relevante de desvinculação do homem às práticas pedagógicas era o salário pago, insuficiente para manter uma família patriarcal que tinha o sexo masculino como provedor.

Somente na década de 1970, foi permitido aos homens freqüentarem à Escola Normal. A professora e diretora Maria Cristina de Moraes Sousa Oliveira lembra-se com carinho do momento em que conseguiu permissão para matrícula do sexo masculino na escola, logo após conseguir a implantação do curso normal noturno.

### **O ensino normal em Parnaíba**

A necessidade de professores qualificados para o exercício do magistério se fazia visível em todo País, levando o governo a apostar na criação das Escolas Normais numa tentativa de profissionalizar e capacitar pessoas para o exercício do magistério. No Piauí, o problema se repetiu, uma vez que no relatório apresentado ao governador do estado, em 1921, a comissão assinala entre os vários problemas que causam a decadência do ensino público, a “falta de preparo técnico dos professores, em sua maioria leigos” e “a falta de instalações físicas e de material didático para funcionamento das escolas” (BRITO. 1996. p. 52).

Na tentativa de resolver esse problema, a criação de Escolas Normais poderia ser a solução. Lopes corrobora afirmando que “O tema da transformação do Piauí achava-se, pois, ligado de modo estreito à Escola Normal e à possível revolução nos métodos de ensino que ela



se destinava a promover. [...]” (2008. p. 116) uma vez que a Escola Normal se apresentava novas metodologias para o ato de ensinar.

José Narciso da Rocha Filho, representante municipal de Parnaíba, tinha como uma de suas preocupações a falta de preparo do corpo docente das escolas do município, fosse ela, pública ou privada, e na busca em melhorar o sistema educacional em sua gestão, contrata em São Paulo o professor Luiz Galhanone, com a missão de implantar uma reforma educacional e criar uma escola de formação de professores, capaz de alavancar a educação primária na cidade.

No final da década de 1920, a cidade de Parnaíba, recebe a “Escola Normal de Parnaíba” hoje, Escola Normal Francisco Correia, precisamente em 11 de junho de 1927, que por muitos anos entrega à sociedade parnaibana jovens professoras qualificadas para o exercício da profissão. E, no ano de 1947, o Ginásio Nossa Senhora das Graças, buscando ampliar suas atividades, implanta o curso de formação de professores, que muito contribui para alavancar a educação da cidade.

A Escola Normal de Parnaíba juntamente com o Curso Pedagógico do Colégio Nossa das Graças entregaram à sociedade parnaibana, durante muito tempo, jovens professoras aptas a transformarem o panorama educacional do município.

A Escola Normal de Parnaíba foi criada em 1927, reconhecida e regularizada por força da Lei 1.196, de 18 de julho de 1928, condicionada a prévia fiscalização do Governo do Estado funcionando nos termos da Escola Normal Oficial de Teresina, com um currículo de quatro anos. As escolas equiparadas à Escola Normal Oficial seguiam a mesma estrutura curricular e organização administrativa e didática, que, tinham como fundamento o Regulamento de 1910, com pequenas alterações, que permaneceu em vigor até 1930.

A Escola Normal de Parnaíba, inicialmente de caráter privado, objetivava formar professores par ao exercício do magistério de primeiras letras, inicia suas atividades em 1927, formando sua primeira turma em 1932, contando com apenas dez alunas, todas do sexo feminino, pertencente à elite econômica da cidade.

Na década de 1940, o ensino normal passa por grandes dificuldades de consolidação. Os dados revelam que nesse período, precisamente no ano de 1941, a Escola Normal de Parnaíba forma apenas 02 alunos e não se tem registro de concludentes referente ao ano de 1948.

Também nesse momento, a cidade de Parnaíba recebe outro educandário para trabalhar com a modalidade de ensino normal: o Ginásio Nossa Senhora das Graças, que entregou à sociedade parnaibana, em 26 anos de funcionamento, 344 jovens habilitadas ao exercício da função.



Na década de 1940, ano em que duas escolas oferecem o ensino normal, observa-se que a Escola Normal de Parnaíba, apresenta um número superior de alunos, fato observado em função do Ginásio Nossa Senhora das Graças ser uma entidade privada, feminina e estar iniciando suas atividades nesse nível de ensino. O que se confirma pela equiparação do número de concludentes na década seguinte, 1950, que é praticamente o mesmo.

Na década de 1960, o número de alunos concludentes da Escola Normal de Parnaíba é superior ao do Ginásio Nossa Senhora das Graças em quase que 3 vezes, em razão de nesse período a Escola Normal de Parnaíba ser estadualizada, ou seja, o Estado do Piauí passa a ser responsável pelo orçamento da escola, às alunas nada mais é cobrado, enquanto o Ginásio Nossa Senhora das Graças, continua particular, sendo acessível somente a quem tinha condições de custear seus estudos. Nessa época, a Escola Normal do Ginásio Nossa Senhora das Graças, era para “elite”, nela estudavam as moças dessa sociedade parnaibana.

Na década de 1970, o número de alunos concludentes da Escola Normal Francisco Correia aumenta em cerca de 20 (vinte) vezes, passando de 78 (setenta e oito) alunos para 1.539 (Hum mil, quinhentos e trinta e nove) formandos, em função do aumento do número de alunos que a escola recebeu e do funcionamento dos três turnos: manhã, tarde e noite. O ápice do ensino normal, do período em estudo, ocorreu em 1976, momento que a escola apresenta 09 turmas de formandos nos três turnos: manhã com 99 alunos, tarde 73 alunos e noite com 102 alunos totalizando 274 alunos,

Um dos fatores que contribuiu consideravelmente para o aumento no número de concludentes, nesse período, foi à abertura do ensino noturno, fato ocorrido em 1973, quando foi oportunizado às professoras leigas freqüentarem o curso Normal para que se qualificassem e adquirissem o diploma de professora normalista.

Em 1971, na administração da professora Maria Cristina de Moraes Sousa Oliveira, inicia-se a tentativa de implantar o ensino normal noturno, nesse momento é encaminhado para o Conselho Estadual de Educação – CEE a solicitação para esse funcionamento, entretanto essa solicitação é indeferida por meio do parecer CEE Nº 25/71 datado de 18 de fevereiro de 1971 onde o Conselho justifica para seu indeferimento, a solicitação fora de prazo.

Sabe-se que para o bom desempenho da função de uma escola normal a qualidade pedagógica do processo ensino- aprendizagem é fundamental e para que aconteça, esse bom desempenho, a estrutura curricular de uma escola deve seguir as bases filosóficas, psicológicas e sociológicas do currículo, que deve portanto, ser seu guia.



Nesse sentido, a Escola Normal de Parnaíba seguia a mesma estrutura curricular da Escola Normal Oficial de Teresina, uma vez que era equiparada à ela. Assim, a Escola Normal de Parnaíba inicia suas atividades docentes (1927) com um currículo de quatro anos, fruto da reforma de 1910.

Obedecendo ao decreto presidencial, o Governo Estadual determina pelo Decreto Lei nº 1.306 de 02 de setembro de 1946 as novas diretrizes para o Ensino Primário e em seguida o Decreto Lei nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947 faz adaptações do Ensino Normal à nova Lei, reestruturando o ensino normal, para quatro séries do ginásial e três pedagógica.

Quanto ao ensino primário estadual, esse passa a ser estruturado de acordo com a Lei Orgânica e dividido em “ensino primário fundamental com duração de quatro anos e o curso complementar com um ano de duração; ensino primário supletivo, com duração de dois anos; (supletivo).

Quanto ao Ensino Normal, esse novo decreto, baixado em 1947, define as finalidades do Ensino Normal no artigo primeiro: “formar pessoal docente necessário às escolas primárias; desenvolver e propagar os conhecimentos técnicos à educação da infância; habilitar, quando possível, administradores escolares do grau primário.” (BRITO. 1996. p. 101)

Também divide o Ensino Normal em dois ciclos: o Curso Normal Regional para a formação de regentes de ensino, com duração de quatro anos, equivalente ao ensino ginásial; e o Curso Normal destinado à formação de professores primários, com duração de três anos. (BRITO. 1996.).

O Curso Normal Regional ou Curso de Regentes articulava-se com o curso primário, ou seja “para matrícula no curso Normal exigia-se a comprovação de conclusão do ensino do curso ginásial. (...)”.

Assim, tendo como fonte os arquivos do Ginásio Nossa Senhora das Graças, observa-se a grade curricular na certidão de conclusão emitida para a aluna Francisca França de Araujo. Que já tem como base o nova lei. Esse foi o Currículo mantido na primeira década de funcionamento do Curso de Formação de Professoras do Ginásio Nossa Senhora das Graças.(1947 a 1957)

A década de 1960 inicia com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61 que passa a possibilitar o ingresso em curso superior, por meio de vestibular a todos os cursos. Nesse momento, a Escola Normal do Ginásio Nossa Senhora das Graças apresenta a seguinte Matriz curricular e seus respectivos professores.





As Práticas Educativas do último ano abrangem Educação Física, Moral e Cívica, Artística e Doméstica além de Artes Femininas e Indústria Caseira.

A nova mudança curricular onde o Ensino Normal passa a ser um ensino técnico – profissionalizante, respeitadas as disciplinas obrigatórias indicadas pelo Conselho Federal de educação, o currículo do ensino normal torna-se mais prático e objetivo, incluindo noções de fundamentos da educação e práticas escolares no início do curso, motivo que se espera alcançar a excelência na reparação de professoras.

Esse novo currículo apresenta como disciplinas obrigatórias: Português, Matemática, Ciências, Geografia e História e Educação Moral e Cívica, sendo as disciplinas de Português e Educação Moral e Cívica obrigatória para todas as séries. As disciplinas de Organização Social e Política do Brasil, Didática Geral, Metodologias e Fundamentos são disciplinas de formação e Práticas Escolares e Desenho pedagógico como disciplinas optativas. Ainda apresentando a prática desportista com a Educação Física e Música e Canto oferecidas nas três séries.

### **Espaço escolar e práticas escolares das professoras normalistas**

Frago e Escolano (1998, p. 62) afirmam que a escola “enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado.” Assim, as Instituições escolares como espaço utilizado e ocupado fazem parte da memória individual e coletiva dos sujeitos que durante algum tempo freqüentaram esse local, portanto, sempre estará repleto de impressões e vestígios das relações sociais daqueles que o habitaram, podendo ser analisada a partir dessa perspectiva.

Nesse sentido, observa-se que Memória e história não possuem significados iguais (HALBWACHS, 1990), enquanto a memória se faz nas lembranças vividas e nos laços afetivos e sociais criados, a história é o registro histórico do acontecimento; uma vez que quando a memória acaba começa a história, que busca pelas lembranças fixar os acontecimentos por meio da escrita. Assim, recorre-se a cultura escola institucionalizada, à memória de ex-alunas, ex-professoras e ex-diretora para obter informações sobre a imagem social e as representações por elas registradas nas instituições escolares pesquisadas.

Dos profissionais que formavam a equipe docente das Escolas Normais no início de sua criação, poucos possuíam habilitação para tal função, entretanto, apresentavam as mais diversas formações que lhes permitiam ocupar o cargo de professor. Entre eles podemos destacar





médicos, advogados, engenheiros, farmacêutico, funcionários públicos, entre outras. Apesar da formação inicial não ser a de professor, no contexto, essa era uma prática permitida e muito utilizada, uma vez que a formação docente ainda não era tão estudada. Ressalta-se que embora esses profissionais não tivessem a formação inicial de professor, eles empenhavam-se no exercício da função exercida, eram responsáveis e exigentes, primavam por uma educação de qualidade.

Nas entrevistas e depoimentos coletados, o perfil dos professores à época em estudo denota rigor e seriedade na prática pedagógica, como relembra a professora Analina Costa Machado em seu depoimento:

Refiro-me a um de meus professores que muito o admirava – Prof. Benedito Correia, suas principais características, recordo-me muito bem: competente, assíduo, pontual, exigente, não permitia conversas paralelas em suas aulas, sério e muito responsável.

É evidente as qualidades que a professora Analina destaca para os professores da Escola Normal. Esse era o perfil dos professores que formavam o quadro de funcionários à época pesquisada: “competente, assíduo, pontual, exigente, sério, responsável”, que com o passar do tempo além dessas qualidades incorpora também a qualificação profissional.

Também a professora Maria do Socorro Rocha Serra, guarda em suas lembranças uma professora que influenciou positivamente, em sua carreira servindo como exemplo e modelo a ser seguido: a professora Maria Celeste. Sobre essa professora comenta: “[...] Falar sobre a professora Maria Celeste, é falar sobre a cultura, a educação, a nobreza e a presença de aristocracia. Era para todos nós um exemplo de educadora, que muito influenciou nossa carreira.”

O comentário da professora Socorro Serra só reforça a importância que o professor dispensa a seus alunos, normalmente, sendo um exemplo a ser seguido

Ivete Fontenele de Castro em seu depoimento, também, relembra que os professores de sua época de aluna do Ginásio Nossa Senhora das Graças não possuíam a formação específica, mas foram verdadeiros educadores ao ensinar com dedicação e responsabilidade. Rememora que: “[...] embora não formados nas disciplinas específicas, eles tinham conhecimento geral e na maioria das vezes eram formados em outra área, mas sempre dedicados e responsáveis. [...]”, qualidades que devem fazer parte de cada educador.



Na fala da professora Graça Bittencourt, percebe-se também que além do respeito que as alunas dispensavam à seus professores, o medo (temor) também era uma constante entre eles. A fama de um professor mais severo levava às alunas a temerem mais que respeitarem, como é o caso da professora Rosete, que na fala da professora Graça Bittencourt fica claro que a alunas mais temiam que a admiravam, e que o respeito imperava sempre.

Percebe-se também nos depoimentos acima, a admiração e o respeito que ainda hoje, as entrevistadas, nutrem em relação a seus antigos professores. A presença ainda é forte, estes marcaram de forma considerável a vida dessas pessoas e mais do que transmitiram conhecimentos eles deram verdadeiras lições de vida, de responsabilidade e de amor à profissão

As alunas do Ginásio Nossa senhora das Graças lançam em 1953 por intermédio do “Grêmio Literário Savinna Petrilli” a Revista “Raios de Luz” periódico que aborda diversos temas e situações vivenciadas no cotidiano da escola, bem como trabalha o perfil dos discentes.

Nesse ano a revista “Raios de Luz circula em honra especial à virgem de Fátima, a quem as alunas homenageiam. Werle (2010, p. 07) em seu texto “Ancorando quadros de formatura na história institucional” afirma que nesse período, era comum homenagear uma imagem religiosa. Assim, a Revista Raios de Luz homenageia à virgem de Fátima, trazendo a imagem da santa em sua capa e justificando o porquê de sua escolha.

Analisando a “Revista Raios de Luz” produzida em 1953 pelo Grêmio Literário Madre Savina Petrili, observa-se como prática descrever as alunas traçando um perfil para a turma. Além o perfil das alunas que estão concluindo o pedagógico encontramos escritos descrevendo o perfil do curso técnico e do curso ginásial do ano de 1953.

Neste Periódico também encontram-se vários artigos escritos pelas alunas do curso pedagógico, do curso técnico em contabilidade e pelas ginásianas, como eram chamadas as alunas que cursavam o curso ginásial. Artigos diversos que trazem questionamentos significativos para a época, como o escrito por Maria Oneide Melo aluna do 2º Ano Normal em 1953 intitulado “Cultura intelectual da mulher” que questiona o papel da mulher na sociedade. Esse artigo inicia-se com o seguinte questionamento: “Convém que a mulher estude? Deve seguir alguma carreira? (...)” (Revista Raios de Luz, 1953, p. 46).

Através da entrevista, o relato da memória apresenta dados fundamentais para a compreensão do cotidiano escolar e das relações sociais criadas em seu âmbito, assim como os documentos oficiais e não oficiais pertencentes à escola



As escolas normais de Parnaíba realizavam atividades pedagógicas tais como a semana das normalistas, que unia o Colégio Nossa Senhora das Graças com a Escola Normal de Parnaíba. Cristina Moraes Sousa rememora essas práticas no trecho:

Eu sempre fazia no colégio das irmãs com a escola normal uma semana de orientação educacional, uma coisa assim, parecia uma semana pedagógica e depois eu fiz na escola normal, ah mas era a semana das normalistas que a gente chamava (...) Então aquelas, aquelas semanas muito cheias de atividades, atividades pedagógicas sobretudo, envolvendo as duas escolas normais que existiam em Parnaíba.

323

A Escola Normal de Parnaíba inicia suas atividades pedagógicas no prédio do Grupo Escolar Miranda Osório, edifício-escolar construído em 1922, especialmente esse fim. Em 1961, desmembra-se do antigo Ginásio Parnaibano e passa a funcionar no edifício do grupo escolar “Candido Oliveira”.

Em 1959 é estadualizada passando a chamar-se Escola Normal Francisco Correia. Em 1967, na administração do governador Petrônio Portela, a Escola Normal ganha um novo prédio. Essa Edificação foi construída na Av. Miguel Rosa que passa a se chamar posteriormente de Av. das Normalistas devido à importância do Ensino Normal para o município, em homenagem às normalistas que por ali transitavam diariamente.

O novo prédio foi projetado especialmente para abrigar o curso normal. Possui formas geométricas regulares, sistema construtivo simples de pilar e viga e platibanda ocultando a cobertura de telha cerâmica.

A Escola de Aplicação é uma escola criada com a finalidade de proporcionar maior oportunidade de vivência pedagógica às estagiárias, ou seja, para que as futuras professoras pratiquem suas regências ou estágios. É uma escola sob a responsabilidade da Escola Normal, onde a aluna (estagiária) observa como se processa, dentro de uma escola, o ensino-aprendizagem. Ela vivenciará de fato a realidade, terá nesse momento, a oportunidade de aliar teoria e prática.

Foi instalada oficialmente, em 1956, na administração do Professor José de Lima Couto, no grupo Escolar Miranda Osório com apenas uma turma de educação infantil, para que as alunas da Escola Normal praticassem sua regência. Na realidade, servindo de Laboratório Pedagógico. A partir de 1958 a escola passa a funcionar com professores efetivos e não só com professores normalistas (estagiárias).



Em 1972, a Escola de Aplicação é acolhida pelas irmãs missionárias e passa a funcionar na Rua Josias Moraes na escola “Pequeno Príncipe.” No entanto essa mudança só dura cerca de três anos e em 1975 a escola de Aplicação é oficialmente reinaugurada voltando a funcionar junto à Escola Normal Francisco Correia.

A Escola de Aplicação Francisco Correia, é assim que a escola de aplicação é conhecida, funciona no terceiro bloco da Escola Normal. Possui entrada privativa para a Avenida Coronel Lucas.

Hoje é uma escola independente da Escola Normal, encontra-se estadualizada, sob a responsabilidade do Governo do Estado. Recebe crianças para cursar o Ensino de primeiro grau menor de 1ª a 5ª série recebendo em média 300 alunos por ano nos turnos manhã e tarde.

### **Considerações finais**

Ao se pesquisar sobre a história e a memória das Escolas Normais de Parnaíba verificou-se que vários fatores contribuíram para sua criação e estruturação, compondo todo o contexto histórico da sociedade parnaibana. Assim, na busca de compreender essa trajetória de formação, se faz necessário um mergulho na trajetória que as instituições escolares percorreram observando a relação entre a instituição pesquisada e seu envolvimento nos diversos grupos sociais à época.

Ressalta-se que a história do ensino normal encontra-se intimamente ligada às estórias do surgimento das escolas primárias, uma vez que a partir da criação dessa modalidade de ensino os governantes passam a ter uma preocupação maior com a educação ofertada, fazendo surgir várias escolas primárias.

O desenvolvimento comercial e industrial que a cidade de Parnaíba vivenciou, levou à necessidade de melhorar a escolaridade de seus habitantes. Nesse momento, muitas escolas públicas e particulares abriram suas portas na tentativa de oferecer à sociedade parnaibana uma educação diferenciada, pois acreditavam que oferecendo o “ensino de primeiras letras” a seus filhos estariam rompendo as barreiras da ignorância.

É nesse contexto que a criação da Escola Normal de Parnaíba, em 1927, vem contribuir para o crescimento da juventude parnaibana oferecendo mão de obra qualificada para essas escolas que surgem no final da década de vinte, início da década de trinta.



A permissão concedida ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, vinte anos depois de criada a primeira Escola normal em Parnaíba, em 1947, confirma a necessidade dessa mão-de-obra especializada em educação uma vez que era crescente número de alunos em idade escolar que buscava aprender as primeiras letras.

Quanto às alterações curriculares observou-se que ocorreram em função das mudanças que o governo proporcionava por força de Lei, também pela necessidade observada da alteração curricular provocada pelas alterações que a própria sociedade vivenciava.

Finalmente, por tudo que foi reconstruído a cerca do objeto em estudo, acredito que esse trabalho ofereça significativa contribuição para o acervo histórico do Piauí.

## Referências

- AURELL, Jaume. *Escrita da História: Dos positivismos aos pós-modernismos*. Trad. Rafael Ruiz. Instituto Brasileiro de Filosofia e /ciência “Raimundo Lúlio”: São Paulo. 2010.
- BRITO. Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CORREIA, Benedicto Jonas. *O Livro do Centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Americanas, 1945
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice. 1990.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. 2004.
- MENDES. Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: Educação e Sociedade (da Colonização à República)*. Parnaíba: SIEART, 2001.
- LOPES,. Antonio de Pádua Carvalho. Um viveiro muito especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí. In: \_\_\_\_\_; ARAUJO. José Carlos Souza. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *As Escolas Normais no Brasil: Do império à República*. Alínea. 2010
- SILVA. Maria da Penha Fonte e. *Parnaíba, Minha Terra*. Crônicas. Parnaíba. 1987.
- Revista Raios de Luz, 1953. p. 46
- OLIVEIRA, Maria Christina de Moraes Souza. *Parnaíba: das primeiras escolas aos cursos universitários*. Parnaíba: 1993.



## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PROEJA NO IFBA, CAMPUS DE SALVADOR**

OLIVEIRA, Maria da Conceição da Veiga Pessoa de Oliveira  
*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia*  
E-mail: [mcvpo@ifba.edu.br](mailto:mcvpo@ifba.edu.br)

326

### **RESUMO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) concretizou-se, no cenário histórico brasileiro, como uma prática social através de instituições formais (escolas, igrejas) ou não formais (trabalhos voluntários de alfabetização). Assim, a oferta de EJA no Brasil teve o seu percurso marcado por avanços e retrocessos. Ou seja, na política educacional brasileira, a EJA assumiu, na maioria das vezes, um viés compensatório, na busca de recuperar um tempo perdido. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), apresentado pelo Governo Federal como política pública educacional para a classe trabalhadora, vem sendo ofertado no Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus de Salvador, por força de decreto, desde o primeiro semestre de 2006. A prática aponta, entretanto, que o PROEJA é uma política focalizada, emergencial e compensatória.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais. EJA. PROEJA.

### **ABSTRACT**

The Education of Youth and Adults (EJA) became a reality in the Brazilian historical setting, as a social practice through formal institutions (schools, churches) or informal ones (volunteer literacy workers). As a result, the provision of Adult Education in Brazil had its course marked by advances and setbacks. In the Brazilian educational policy, EJA had assumed, most of the times, a compensatory bias, by seeking to recover a lost time. The National Program of Integration of the Professional Education with the Basic Education in the modality of Education of Youths and Adults (PROEJA), presented by the Federal Government as a Public Educational Policy for the working class, has been offered at IFBA, campus Salvador (Bahia, Brazil), since the first semester in 2006, by government decision, a Presidential Decree. However, the studies point out that PROEJA is a focused and temporary policy, besides being compensatory.

**Key-words:** Public Educational Policy. EJA. PROEJA.

A Educação de Jovens e Adultos concretizou-se, no cenário histórico brasileiro, como uma prática social através de instituições formais (escolas, igrejas) ou não formais (trabalhos voluntários de alfabetização). Na nossa história, é possível perceber as dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino, desde a época em que os jesuítas eram responsáveis pela educação até os dias de hoje.

Assim, em 1549, os primeiros sinais da educação de adultos no Brasil aconteceram durante o processo de colonização, com a chegada dos padres jesuítas. Porém, é preciso





registrar que os jesuítas possuíam finalidades bem definidas de catequização e instrução de jovens e adultos, tanto dos nativos e dos poucos colonizados que aqui se instalaram, quanto dos colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada um desses grupos. Considerando o caráter superficial do aprendizado, o curto período e a inadequação do método para a população adulta, rigorosas críticas surgiram à campanha de EJA.

Neste artigo, concentro atenção na EJA, a partir da década de 1960 do século passado, e não tenho intenção de elencar todos os estudiosos da EJA, faço apenas um brevíssimo resgate histórico.

Na década de 1960, do século passado, movimentos de educação e cultura ligados a organizações sociais, à Igreja Católica e a governos desenvolveram experiências orientadas a conscientizar os adultos acerca dos seus direitos, através da alfabetização. Surge, então, uma nova referência no panorama da educação brasileira para EJA, o pernambucano Paulo Freire, que apresenta uma proposta inovadora, segundo a qual o processo educacional deveria partir da realidade que cerca o educando, associando estudo, experiência vivida, trabalho, pedagogia e política.

Em 1960, participando de uma Conferência proferida no Simpósio Educação para o Futuro, Paulo Freire defendeu a promoção da consciência popular, a visão de escola de comunidade e trabalho e a inserção na realidade, através de um contato analítico com o existente com a finalidade de testá-lo, comprová-lo, vivê-lo plenamente e praticamente. Assim, nas palavras do próprio Freire (2005, p. 104)

Vale dizer que a escola de que precisamos urgentemente é uma escola em que realmente se estude e se trabalhe. Quando criticamos, ao lado de outros educadores, o intelectualismo de nossa escola, não pretendemos defender posição para a escola em que se diluíssem disciplinas de estudo e uma disciplina de estudar. Talvez nunca tenhamos tido em nossa história necessidade tão grande de ensinar, de estudar, de aprender, mais do que hoje. De aprender a ler, a escrever, a contar. De estudar História. Geografia. De compreender a situação ou as situações do país. O intelectualismo combatido é precisamente esse palavreado oco, vazio, sonoro, sem relação com a realidade circundante, em que nascemos, crescemos, e de que ainda hoje, em grande parte, nos nutrimos.

Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, através do qual o Brasil todo deveria ser atingido e orientado pela proposta de seu idealizador Paulo Freire. Entretanto, com o golpe militar de 1964, a proposta de Freire foi abolida e para substituí-la foi criado, através do Decreto nº. 62.455, de 22/03/1968, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL),





iniciativa pensada e elaborada pelo regime militar vigente no Brasil (1964-1985) com a finalidade de defender seus próprios interesses, enquanto classe dominante, sob a aparência de erradicação do analfabetismo.

Entretanto, sua primordial preocupação era tão somente fazer com que os alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem. A afirmação de Sauner (2002, p. 59) confirma o anteriormente dito,

Uma das causas do fracasso do MOBREAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava – se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um “cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBREAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram.

O MOBREAL, baseado em uma pedagogia de descrença da igualdade dos seres humanos, onde o analfabeto era culpado pelo atraso do país e considerado um ser marginalizado, surgiu com força e recursos e funcionou com uma estrutura paralela e autônoma em relação ao Ministério da Educação (MEC). Galvão e Soares (2004) afirmam que recrutando alfabetizadores sem muitas exigências, o MOBREAL não demonstrava preocupação com o fazer e o saber docentes, qualquer um que soubesse ler e escrever poderia também ensinar; qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa.

Existia uma campanha, em âmbito nacional, conclamando a população a fazer a sua parte: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber”<sup>1</sup>. Stephanou e Bastos (2005) estabelecem um quadro comparativo entre a amplitude do papel da educação na proposta de Freire e a restrição da educação no período do regime militar:

Se a prática de alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada à problematização e conscientização da população sobre a realidade vivida e o educando era considerado participante ativo no processo de transformação dessa mesma realidade, com o Golpe Militar de 1964, a alfabetização se restringe, em muitos casos, a um exercício de aprender a “desenhar o nome”. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 270)

<sup>1</sup> Trecho da canção *Você também é responsável*, de Don & Ravel, dupla de sucesso nos anos 1970, que foi tema do Mobreal, projeto do governo militar que visava baixar o analfabetismo de 30% para 10% até 1980. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13597.shtml>>. Acesso em: 27 jul. 2013.



Outra informação diz respeito a Lei nº. 5.692/71 (BRASIL, 1971) que reformulou o Ensino de 1º e 2º Graus e regulamentou o Ensino Supletivo, conferindo a suplência a função de repor escolaridade não realizada na infância e adolescência, conferindo autonomia e flexibilidade aos Conselhos Estaduais para organizar e aplicar normas para oferta dos cursos supletivos, que favoreceu diferenças de aplicação nos diversos estados brasileiros.

O Parecer nº. 699/72, do Conselho Federal de Educação (CFE), estabeleceu os princípios e normas do ensino supletivo, não incorporando as contribuições dos movimentos de educação e cultura popular da década de 1960, difundidas pela obra de Paulo Freire. Além disso, atendeu ao apelo da educação a distância e aos preceitos tecnicistas da individualização da aprendizagem e instrução programada, através dos centros supletivos e telecursos. Este Parecer destaca três funções básicas para o ensino supletivo:

- 1) suplência – compensatório do ensino regular, com cursos e exames, estes com a exigência da idade de 18 anos para o ensino fundamental e de 21 para o 2º grau;
- 2) suprimimento – complementação de qualquer das etapas de escolaridade (1º e 2º graus), através de cursos de aperfeiçoamento e de atualização;
- 3) aprendizagem e qualificação – ambas destinadas à preparação e qualificação para o trabalho.

Ainda nesse período foram criados os Centros de Estudos Supletivos (CES), instituições especializadas na oferta de cursos e exames.

Com a publicação do Decreto nº. 91.980, de 25/11/1985, foram redefinidos os objetivos do MOBREAL; alterando sua denominação para Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente.

No contexto internacional, o ano de 1990 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Alfabetização. Entretanto, no Brasil, em pleno período democrático, a Fundação EDUCAR é extinta e termina também a responsabilidade da União para com essa modalidade de ensino.



A partir desse momento e com a justificativa de retirar os subsídios estatais da EJA, no mandato do Presidente Fernando Collor de Melo<sup>2</sup>, registra-se a ausência do Governo Federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passaram a assumir a EJA. Para substituir a Fundação EDUCAR, o governo do presidente Collor criou o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que não se concretizou efetivamente e serviu apenas para demonstrar respeito ao Ano Internacional da Alfabetização.

Em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), substituiu a denominação de Ensino Supletivo para Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerada como modalidade da educação básica presente nas etapas do ensino fundamental e médio.

A Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Regulamentado pela Lei n.º 9.424 (BRASIL, 1996), de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264 (BRASIL, 1997), 27 de junho de 1997, o FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em primeiro de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental, não contemplando matrículas na EJA. Neste contexto, as necessidades educativas da EJA foram definidas como políticas marginais, de caráter emergencial e transitório.

No cenário internacional, a V Conferência Internacional da EJA, realizada em Hamburgo/Alemanha, em julho de 1997, resultou em dois grandes documentos, a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro. Os participantes da Conferência afirmaram na Declaração a crença em que, apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levariam a um desenvolvimento justo e sustentável e proclamariam o direito de todos à educação continuada ao longo da vida.

No Brasil, essa mobilização iniciou um processo de estruturação dos Fóruns Estaduais e dos Encontros Anuais da EJA. Entretanto, a oportunidade de educação continuada ao longo da vida para homens e mulheres não foi consolidada devido a ausência de uma política pública educacional.

<sup>2</sup> Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960, tomou posse em 15 de março de 1990 e teve seu afastamento do governo no dia 02 de outubro de 1992, após aprovação do *impeachment* em 29 de setembro.



Definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, o Conselho Nacional da Educação (CNE), através de sua Câmara de Educação Básica (CEB), aprova o Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000, no qual a EJA passa a ter três funções básicas: reparadora, equalizadora e permanente ou qualificadora<sup>3</sup>.

Edvaldo Pereira da Silva<sup>4</sup> (2006), professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, fez um estudo comparativo apresentando um resgate histórico da EJA e as especificidades e implicações do PROEJA que acabava de ser implantado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse artigo as funções básicas da EJA são resumidamente apresentadas, conforme o registro abaixo:

Função reparadora: como forma de resgate da dívida histórica do país para com os excluídos do sistema regular de ensino. Busca o retorno do jovem e do adulto ao sistema regular de ensino. Significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado – o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Função equalizadora: como forma de garantir o cumprimento do princípio da política da igualdade. Não basta a declaração legal de que a educação é direito de todos. Há que se reconhecer no seio da sociedade a existência da diversidade e garantir nas políticas públicas a efetivação de oportunidades diferentes para eliminar as desigualdades, equalizar o acesso aos bens sociais e o exercício da cidadania, fazendo cumprir com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos.

Função permanente: que também pode ser entendida como função qualificadora. Visa à inclusão social e à garantia de inserção do jovem e adulto no processo produtivo e sua permanência no mundo do trabalho. Mas do que função, ela é o próprio sentido da EJA, que tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode atualizar-se em quadros escolares ou não-escolares. (SILVA, E., 2006, p. 127-128)

Porém, para cumprir com essas funções a EJA deveria ser pensada a partir de um modelo pedagógico próprio, que assegurasse na prática pedagógica, na relação professor aluno e no processo de ensino-aprendizagem a inclusão de estratégias de valorização da experiência de vida de jovens e adultos trabalhadores.

Em 2003, o Governo Federal lança o Programa Brasil Alfabetizado, que segundo o MEC, tinha o objetivo de "[...] promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15

<sup>3</sup> Para maiores detalhes e estudos sobre as funções da EJA segundo o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, acessar o link <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>.

<sup>4</sup> Edvaldo Pereira da Silva é Mestre em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialista em Educação na área de Currículos e Programas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista



anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil" (BRASIL, 2003), comprometendo-se com uma ação direta de "[...] apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos apresentados pelos Estados, Municípios e Distrito Federal". (BRASIL, 2003)

Em junho de 2005, a Lei nº 11.129 (BRASIL, 2005) instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), com o objetivo, segundo o Governo Federal, de executar ações integradas que promovessem a elevação do grau de escolaridade dos brasileiros. Também em 2005, a Lei nº 11.180 (BRASIL, 2005), de 23 de setembro, instituiu o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de promover a formação profissional inicial e continuada para jovens com idade entre 16 e 24.

Ainda em relação à qualificação profissional do trabalhador, Antoniazzi (2005) apresenta estudo sobre o PLANFOR<sup>5</sup>, implementado no período de 1996/2002, no governo Fernando Henrique Cardoso. A autora sinaliza, dentre diversos outros aspectos, que tomando a noção de empregabilidade como fundamento, essa política pública focalizada financiou ações que promoveram uma formação profissional para uma parcela da população que sobrevivia no campo da informalidade, com baixo nível de escolarização e que buscou, assim, adaptações para uma inserção periférica daqueles trabalhadores no mercado de trabalho. Continua a autora,

Com relação às “novas formas de trabalho”, mostra-se que quase a metade dos trabalhadores brasileiros está trabalhando no chamado mercado informal, caracterizado pela precariedade do vínculo empregatício, duração irregular da jornada de trabalho, falta de acesso ao sistema de proteção social e pela baixa qualidade e remuneração do trabalho. Portanto, quando o PLANFOR se propõe qualificar os trabalhadores para as “novas formas” de trabalho está indicando como opções a ocupação no mercado informal, isto é, trabalho de tempo parcial, contratos por tempo determinado, trabalho temporário e em domicílio, subcontratação e outros. Essa é a qualificação profissional para a empregabilidade proposta pelo Ministério. (ANTONIAZZI, 2005, p. 124)

Em 2006, o Governo Federal cria o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)<sup>6</sup>, que é apresentado pelo MEC como política pública educacional direcionada para a

---

em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade do Amazonas, Especialista em Administração Desportiva pela Universidade Gama Filho - RJ, Licenciado em Educação Física pela UFSM.

<sup>5</sup> Plano Estadual de Qualificação Profissional (PLANFOR/BA), implementado no período do governo Fernando Henrique Cardoso e inserido no quadro das chamadas políticas ativas do Sistema Público de Emprego. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/ReginaAntoniazi.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2013.

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre o PROEJA, consultar o site oficial do Governo Federal: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integra](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integra)>



classe trabalhadora. Este Programa foi instituído através do Decreto nº. 5.840 (BRASIL, 2006), de 13 de julho de 2005, em uma reedição e ampliação lançada pelo Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2006.

Registro, ainda, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC<sup>7</sup>, criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, que vem sendo ofertado atualmente, inclusive pelo IFBA/*campus* de Salvador.

Rummert (2005, 2007) analisando a EJA sob aspectos diversos destaca que "políticas focais não são políticas públicas". (RUMMERT, 2005, p. 314) Afirma que, programas como os acima destacados favorecem "a naturalização da subordinação da educação às demandas de mercado". (RUMMERT, 2005, p. 312) Que uma política de EJA pulverizada, com uma multiplicidade de ações, converge para uma configuração multifacetada da formação de jovens e adultos onde o "Governo Federal adota procedimentos de democracia filantrópica, de caráter demonstrativo, em que proliferam as políticas focais". (RUMMERT, 2007, p. 46)

Entendo que políticas de qualificação profissional implantadas por ações do Governo Federal variaram conforme cada presidente à sua época. O Projeto Escola de Fábrica, o PROJOVEM, o PROEJA e o atual PRONATEC, do governo da presidente Dilma Rousseff<sup>8</sup>, são políticas focalizadas, pois são provisórias e atendem a um público específico.

O PROEJA surge, reformula-se e amplia-se em meio a um conjunto de contradições que demandam aprofundamento para a sua plena compreensão. De todo modo, é necessário registrar que, em que pese os muitos limites derivados do projeto societário de caráter subordinado e dependente em que se inscreve e que o conforma, o Programa constitui uma iniciativa que, a ser levada adiante, pode possibilitar alguns avanços no âmbito da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores, em particular por iniciativas que venham a ser tomadas no âmbito dos CEFETs e demais escolas públicas federais, como previsto no Decreto original. (RUMMERT, 2007, p. 45)

cao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=562> .

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre o PRONATEC, consultar o site oficial do Governo Federal: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>.

<sup>8</sup> Dilma Vana Rousseff, atual Presidente do Brasil, assumiu em primeiro de janeiro de 2011, após derrotar o candidato, José Serra, nas eleições de 2010, com 56,05% dos votos válidos, em segundo turno.





O PROEJA foi implantado em 2005, por Decreto, à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em um contexto nacional de políticas públicas neoliberais<sup>9</sup> e, por isso, comprometido com as necessidades determinadas pelo capital privado.

Analisando a proposta inicial do PROEJA, Edvaldo Silva (2006) afirma que através dele pode-se estar, mais uma vez, referendando o viés compensatório da EJA de resgate da cidadania como "estratégia para disfarçar a incapacidade do poder público de cumprir com sua obrigação constitucional de garantir ensino público, gratuito e de qualidade para toda a população em idade escolar". (SILVA, E., 2006, p. 124)

A proposta de implementação do PROEJA acontece em um momento em que a educação apresenta-se, mais uma vez, como um campo de disputa hegemônica, visando atender aos interesses de classe. "Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital"(FRIGOTTO, 2003, p.26), ou seja, a educação é prática constituída e constituinte das relações sociais dentro de um determinado momento histórico. Continua Frigotto,

Na sua formulação mais geral, a análise das relações entre o processo de produção e as práticas educativas, desde a perspectiva liberal ou neoliberal, é explicitada pela concepção de que a sociedade é constituída por fatores onde, em determinado período, um destes fatores é o fundamental e determinante, como por exemplo, a economia, e em outros será a política, a religião [...] Por esta perspectiva, o trabalho, a tecnologia, a educação são concebidos como fatores. A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. (FRIGOTTO, 2003, p. 30)

No ano de implantação do PROEJA as poucas instituições federais que ofereciam a EJA não o faziam de forma integrada à educação profissional, sendo assim não havia um quadro docente formado para atuar naquele campo específico. Mesmo assim, a partir de 2006, por força de um decreto, as IFs passam a ter responsabilidade de implementação do PROEJA.

No final de 2006, na condição de gestora, representei o Fórum de Diretores de Ensino (FDE), do Conselho de Diretores dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (CONCEFET), em um Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Ministério da Educação (MEC) cuja finalidade era elaborar um documento base que norteasse a implantação cuja finalidade era elaborar um documento base que norteasse a implantação de uma política pública voltada à

<sup>9</sup> Neoliberalismo é um sistema político-econômico que defende uma intervenção mínima do Estado na economia; é o mercado que dita as regras e conduz a produção. Um sistema que prioriza o capital.





Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFET), o PROEJA.

Fazendo um exercício de memória e consultando arquivos pessoais daquelas reuniões em Brasília, selecionei algumas preocupações discutidas entre os membros daquele GT; aspectos que precisavam ser observados na elaboração do citado documento, por exemplo:

- ✓ o público alvo do programa era formado por um sujeito que atua no mundo e se faz através do trabalho;
- ✓ que era necessário reconhecer e valorizar outras aprendizagens, adquiridas de maneira não formal;
- ✓ que o programa devia representar um mecanismo que fortalecesse o Estado Brasileiro em uma política de inclusão.

Naqueles encontros, também, foram realizados debates a partir de produções diversas dos professores Gaugêncio Frigotto, Marise Ramos e Maria Ciavatta, dentre outros. Baseados nessas leituras, alguns pressupostos foram acordados; por exemplo: a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida; o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa, onde o homem é percebido como um ser histórico social que age sobre a natureza para satisfazer as suas necessidades e produzir conhecimento; que a realidade concreta é a síntese de múltiplas relações.

Sem nenhuma intenção de defesa do Programa e apenas de registro, coloco que os membros daquele GT passavam, apenas, três ou quatro dias trabalhando de forma coletiva. Após aquele período, as tarefas eram divididas, e os membros do GT retornavam às suas escolas, onde realizavam as suas produções individuais, socializando-as através dos seus e-mails institucionais, até que outro momento presencial fosse agendado pelo MEC. Ou seja, não houve efetivamente a produção de um trabalho coletivo pelos membros do GT.

Contudo, havia um consenso entre os membros do GT: o PROEJA não seria nunca uma solução para as questões nacionais da EJA, pois não seria a educação que, sozinha, solucionaria o problema nacional. O trecho abaixo, retirado do próprio Documento Base, exemplifica ao que estou me referindo:



O desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda. (BRASIL, 2006, p. 28)

É importante destacar que, a TV Escola, através do Programa Salto para o Futuro disponibilizou, em setembro de 2006, uma série de textos tendo como objetivo colocar em debate o PROEJA, sendo convidados quatro especialistas, Doutores em Educação:

- ✓ Dante Henrique Moura (2006) que falou sobre *EJA: formação técnica integrada ao ensino médio* (p. 3-23) e *O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica* (p. 61-75).
- ✓ Jane Paiva (2006) que abordou o *Histórico da EJA no Brasil: discontinuidades e políticas públicas insuficientes* (p. 24-35).
- ✓ Lucília Machado (2006) que registrou suas impressões sobre *PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador* (p. 36-53).
- ✓ Simone Valdete dos Santos (2006) que discorreu sobre *O PROEJA e o desafio das heterogeneidades*. (p. 54-60).

Tive a oportunidade de trabalhar com esses educadores nas Oficinas Pedagógicas<sup>10</sup> e no Grupo de Trabalho – GT/MEC. Relendo as considerações apresentadas por eles, percebi uma grande preocupação de caracterizar o público alvo do PROEJA, bem como de evidenciar seus objetivos:

- ✓ "[...] indivíduos estereotipados como irregulares, à margem, como se isso fosse opção, responsabilidade e culpa deles [...]" (MOURA, 2006a, p. 4);
- ✓ "[...] educar jovens e adultos, em última instância, não só se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais [...]" (PAIVA, 2006, p. 34-35);

<sup>10</sup> A SETEC/MEC realizou, durante o segundo semestre/2005, um conjunto de oficinas pedagógicas distribuídas pelo país, cujo fim era promover a capacitação dos gestores acadêmicos das Instituições Federais, com vistas à atuação no PROEJA. Na verdade, essa ação, ao invés de concretizar a capacitação esperada, resultou em uma série de análises, reflexões e duras críticas relativas ao conteúdo e, principalmente, à forma de implantação do Programa. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/141327Proeja.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2013.



- ✓ "[...] essa construção requer que cada profissional saia do isolamento de sua experiência específica [...] para introduzir-se num processo de um novo aprendizado, [...] necessidade de harmonizar conteúdos [...]" (MACHADO, 2006, p. 45);
- ✓ "O aluno da EJA foi expulso (a) da escola regular ou a ela não chegou [...] são a própria desordem da escola regular e explicitam, desvendam os fracassos desse modelo ideal escolar [...]". (SANTOS, 2006, p. 54)

Em outros momentos, Santos (2006, p. 54) afirma ainda que "há sempre uma ordem escondida na desordem" e explica que desordem não é bagunça, e sim o imprevisível, o aleatório, o desconhecido e que "nunca estamos prontos, sempre estamos vivenciando novas aprendizagens, pois a vida nos propõe metamorfoses" (SANTOS, 2006, p. 54); transformações essas que conclamam por novos conhecimentos, novos desafios.

Entretanto, após estudo de textos de outros especialistas e fazendo uma releitura crítica do Documento Base, bem como aplicando a "vigilância crítica" (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 46), observo incoerências que necessitam ser analisadas. Receio que na sua versão final, o GT não tenha conseguido contemplar a preocupação, a valorização da EJA, assegurando todos aqueles pressupostos inicialmente discutidos. Lembro, inclusive que o Decreto nº. 5.478/2005, inicial de implantação do PROEJA, teve a sua redação antecipadamente visualizada por poucos Gestores da Rede Federal. Porém, a publicação do segundo decreto, Decreto nº. 5.840/2006, surpreendeu até mesmo os membros daquele GT que estavam ainda construindo o documento que iria nortear a implantação do Programa e sequer foram informados e ou consultados quanto ao texto do referido Decreto.

Uma política pública para ser elaborada e implementada deve ser fruto de um trabalho coletivo; devendo considerar as necessidades reais do seu público alvo.

Após realizar a análise do PROEJA, a partir dos seus documentos legais, inclusive do Documento Base (BRASIL, 2006), Rummert (2007) destaca alguns aspectos problemáticos, por exemplo: que a ampliação do oferecimento do Programa pelo Sistema S representa um movimento de oposição em relação aos pressupostos anunciados nas partes introdutórias do documento, "[...] evidenciando a forte capacidade de intervenção do Capital nas propostas de educação da classe trabalhadora apresentadas pelo Governo Federal". (RUMMERT, 2007, p. 44) Assim, a professora observa que o documento incorpora, de forma simultânea, referências



críticas radicais ao estágio do modo de produção da época e conceitos inteiramente conformados à essa ordem. A referida autora complementa, afirmando que:

O PROEJA surge, reformula- se e amplia- se em meio a um conjunto de contradições que demandam aprofundamento para a sua plena compreensão. De todo modo, é necessário registrar que, em que pese os muitos limites derivados do projeto societário de caráter subordinado e dependente em que se inscreve e que o conforma, o Programa constitui uma iniciativa que, a ser levada adiante, pode possibilitar alguns avanços no âmbito da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores, em particular por iniciativas que venham a ser tomadas no âmbito dos CEFETs e demais escolas públicas federais, como previsto no Decreto original. (RUMMERT, 2007, p. 45)

338

No sentido de melhor compreender o PROEJA, verifiquei na prática, no movimento do real, os acertos, as inconsistências, incongruências e contrastes dessa proposta nacional de política pública para a classe trabalhadora, analisando a sua implementação através do Curso Técnico em Saneamento do IFBA, *campus* de Salvador e apresentei os resultados na minha dissertação de mestrado.

"A educação geral e a educação profissional e tecnológica, por si sós, não gerarão desenvolvimento, trabalho e renda". (MOURA, 2006a, p. 8). O PROEJA é, até os dias de hoje, um desafio para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Não há dados suficientes que apontem, dimensionem, identifiquem os seus retrocessos e avanços; não há esquematização de suas (in)coerências. O Programa continua, por força de um Decreto, sendo ofertado, carregando, às vezes, uma falsa ideia de melhoria de vida, de ampliação de escolaridade para a classe trabalhadora.

## Referências

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. **O plano de qualificação profissional do trabalhador: política pública de emprego?** 2005. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/ReginaAntoniazi.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições



federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Revogado pelo Decreto nº 5.840 de 2006.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

\_\_\_\_\_; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, mar. 2003.

FREIRE, Paulo. Escola primária para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 86, n. 212, p. 95-107, jan./abr. 2005.

MACHADO, Lucília. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, 2006. p. 36-53. (Salto para o Futuro. Boletim, 16)

MOURA, Dante Henrique. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. In: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, 2006a. p. 3-23. (Salto para o Futuro. Boletim, 16)

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1999 e 2000: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 47-81.

\_\_\_\_\_. O PROEJA e a rede federal de educação profissional e tecnológica. In: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, 2006b. p. 61-75. (Salto para o Futuro. Boletim, 16)

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: discontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, 2006. p. 24-35. (Salto para o Futuro. Boletim, 16)

RUMMERT, Sônia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo: revista de ciências da educação**, n. 2, p. 43-45, jan./abr. 2007,



- \_\_\_\_\_. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, jan./jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Formação continuada dos educadores de jovens e adultos: desafios e perspectivas. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica; Brasília, DF: Unesco, 2006. p. 123-140.
- \_\_\_\_\_. Projeto escola de fábrica - atendendo a "pobres e desvalidos da sorte" do século XXI. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.
- SANTOS, Simone Valdete dos. O PROEJA e o desafio das heterogeneidades. In: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. In: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, 2006. p. 54-60. (Salto para o Futuro. Boletim, 16)
- SAUNER, Nelita F. M. **Alfabetização de adultos**. Curitiba: Juruá, 2002.
- SILVA, Edvaldo Pereira da. Educação de Jovens e Adultos - EJA e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -PROEJA. **Norte Científico**, Boa Vista, v.1, n.1, p. 122-144, dez. 2006.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: Século XX**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3.





## **OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL**

LUNA, Sarah

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social- UNIRIO RJ*  
sarahluna@id.uff.br

### **RESUMO**

A obra literária de Euclides da Cunha se apresenta como um trabalho significativo sobre a memória da Guerra de Canudos. Lançado no ano de 1902, narra a empreitada do conflito e evidencia o sertanejo como um grupo social expressivo da sociedade brasileira. Contudo, para além de uma descrição fiel aos acontecimentos, se observa sua característica romanceada e teatralizada. Seu livro é considerado responsável pela criação do termo “favela”. Assim, compreendemos que a narrativa euclidiana é de certa forma, o mito fundador da denominação dos morros cariocas. A abordagem teórico-conceitual e metodológica consiste na pesquisa bibliográfica, a partir dos conceitos de memória, além da análise do conteúdo do livro *Os sertões* e de produções cinematográficas de favela dos anos 50 e 60. Neste artigo, ao se examinar essa relação, procuraremos estabelecer pontos de contato entre o imaginário criado pelo autor que se relaciona ao da favela, e, é reproduzido em filmes pioneiros com esta temática no cinema brasileiro.

**Palavras-chave:** Memória e narrativa. Representação Fílmica; Favela.

### **ABSTRACT**

The literary work of Euclides da Cunha presents itself as a significant work about the Canudos War's memory. Released in 1902, tells the works of the conflict and shows the sertanejo as a significant social group of Brazilian society. However, in addition to an accurate description of the events, we observe a fictionalized and dramatized feature. This text is considered responsible for creating the term "favela". Thus we understand that Euclides narrative is somehow the founding myth of the name of the carioca slums. The theoretical-conceptual and methodological approach constitutes literature, the concepts of memory, and analyzing the contents of the book *Os sertões* and film slum productions '50s and '60s. This article to examine this relationship, we will seek to establish points of contact between the imagery created by the author that relates to the slum and is reproduced pioneers films in Brazilian cinema.

**Key-words:** Memory and narrative; Filmic representation; Favela.

### **INTRODUÇÃO**

*Galgava o topo da Favela. Volvia em volta o olhar para abranger de um lance o conjunto da terra. E nada mais divisava recordando-lhe os cenários contemplados. Tinha na frente a antítese do que vira.*

*Ali estavam os mesmos acidentes e o mesmo chão, embaixo, fundamente revolto, sob o indumento áspero dos pedregais e caatingas estonadas... Mas a reunião de tantos traços incorretos e duros — arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocainas, criava-lhe perspectiva inteiramente nova. E quase compreendia que os matutos crendeiros de imaginativa ingênua, acreditassem que “ali era o céu...”.*

*Euclides da Cunha, 1902*





As primeiras favelas se estabelecem no Rio de Janeiro do século XIX, com a ascensão dos cortiços. Porém, as nos moldes que hoje conhecemos, se estabelecem no século seguinte. Podemos buscar em inúmeras fontes, sejam elas acadêmicas ou populares como sites de pesquisa na internet, muitos apontam a associação da Guerra de Canudos com a formação da primeira favela, o Morro da Providência. Eis que se tem a etimologia da palavra “favela”, oriunda de uma planta presente no local e dado por soldados regressantes do conflito. Analisando essa associação, fomos até o registro considerado oficial e imprescindível para estudar Canudos: *Os sertões* de Euclides da Cunha. A partir do livro do autor, colocamos luz sobre essa aproximação e estabelecemos que, a narrativa, apesar de seu caráter descritivo, apresenta uma escrita alegórica sobre o conflito e a população da região, os sertanejos. Valladares (2000) assegura que não foi meramente Canudos, mas sim, o descrito por Euclides que desempenha o papel de mito fundador da favela carioca.

Chauí (2000) define mito fundador, não só pelo sentido dos mitos gregos, que eram narrações públicas de feitos, “mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (2000, p. 6). O mito, para ela, também será uma forma de rememorar continuamente o passado, fazendo com que, se elimine o distanciamento temporal com o presente. Será deste modo, uma ilusão que impede de lidar com o real. A ideia de imaginação está contida na própria definição de fundação. Para Chauí (2000), ao optar por fundação em detrimento de formação, aplica-se ao mito a referência de passado imaginário, para além do tempo.

Ao significar o passado, o mito transcorre ao longo do tempo, estabelecendo representações fixas. Em *Os sertões* temos a criação da formação de uma identidade em nome de um ideal de nação. O autor descreve milimetricamente cada componente da região. A “Terra” e o “Homem” são analisados quase que da mesma forma e destrinchados os seus componentes, numa tentativa de desvendar as características do povo brasileiro. A partir de decomposições de particularidades físicas, notamos a variação da escrita científica, mas, com nuances de romance. Na sua clássica descrição, Euclides da Cunha narra: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral [...] É desgraçoso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (2013, p.146). Vemos aqui, a designação do sertanejo como povo vigoroso, mas, ao mesmo tempo fora de um padrão se considerava perfeito na época.



Buscaremos ponderar esses aspectos neste artigo. Nosso enfoque metodológico se dirige na investigação de conceitos que abordam a memória na narrativa criada por Euclides da Cunha, uma vez que ela se apresenta como uma construção sobre um passado histórico, que influenciará na constituição na imagem das favelas cariocas. Nesse sentido, a partir desse recorte, procuramos apontar as aproximações entre a obra literária e os primeiros filmes de favela.

### ***Os Sertões de Euclides da Cunha: O mito fundador***

Quando se trata da representação da cultura nacional, sertões e favelas são temáticas recorrentes em diversas expressões artísticas. Primeiramente buscaremos analisar a obra literária de Euclides da Cunha, para, portanto, compreender sua importância na construção de uma memória cinematográfica sobre a favela. Podemos estabelecer uma breve síntese. De acordo com a introdução do livro, esse foi lançado no ano de 1902 nas livrarias do Rio de Janeiro e intitulado *Os sertões: campanha de Canudos*. Nele, Euclides da Cunha, ex-combatente do exército, jornalista e homem de múltiplas ocupações, narra a expedição de Canudos, no nordeste da Bahia. O confronto foi liderado pelo exército brasileiro contra os habitantes conduzidos pelo líder religioso, Antônio Conselheiro.

Nascido em Quixeramobim no Estado do Ceará no ano de 1830, Conselheiro tem por nome de nascença, Antônio Vicente Mendes Maciel. Conforme relata Abreu (1998), chegou a frequentar a escola e pertencia a uma família de comerciantes, trabalhando no ramo. Devido à morte do pai, assume os negócios e o sustento de suas irmãs. Casado, sofre com a infidelidade da mulher, o que acaba por se envolver numa tentativa de homicídio do amante desta. Assim sendo, parte do Ceará vagando pelo interior do Nordeste, onde entra em contato com evangelhos cristãos e passa a fazer pregações bíblicas. Por ter certo grau de instrução, auxilia moradores com problemas com empréstimos e terras, o que molda a sua personalidade de líder. Segundo relatos, sua aparência é similar a um eremita, com cabelos e barbas compridas, se aproximando também, da figura de Jesus Cristo. Embora haja positividade na figura de Conselheiro, Euclides da Cunha busca classificá-lo como malfeitor: Presente numa seção de seu texto intitulada “Como se faz um monstro”, eis a descrição para o beato: “[...] E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abotoado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos...” (2013, p.194).



Euclides busca através de seu texto, traçar o perfil de Conselheiro, mas nunca se distanciando da imagem de facínora e enganador das massas. Para tanto analisa um extenso histórico que vai desde a gênese de sua família, tudo isso numa maneira de compreender os seus atos, que geram o conflito. Segundo ele, a crença dos sertanejos é ingênua, a qual titula “fetichismo bárbaro” (CUNHA, 2013, p.183), direcionada a raças que considera inferiores. Cabe destacar que o autor está imbuído por teorias racistas comuns na época, as quais pregam a eugenia e superioridade de determinados fenótipos.

De toda a forma, vemos que em *Os sertões*, ele rotula Antônio Conselheiro de desequilibrado, falso apóstolo e considera a suas práticas religiosas como heresias. Opinião esta, igualmente compartilhada por clérigos das pequenas localidades que se incomodam com a atuação do beato, classificado como perturbador da ordem. Abreu (1998) aponta que a instauração da República agrava a situação de Conselheiro, pois se inicia a pregação contra o regime, em favor da Monarquia, uma vez que se aproxima da sua crença no direito divino. Contudo, para Abreu (1998), não se pode considerá-lo parte de movimentos monarquistas recorrentes no período, pois, não existiam ligações diretas. Mas, convicto de suas certezas religiosas, arrebatando milhares de seguidores e pregando contra o governo vigente, faz com que chame atenção dos poderosos. O deflagrar do movimento dos conselheiristas ocorre, na cidade de Bom Conselho em 1893 na Bahia com destruição de editais do governo autorizando cobranças de impostos. A partir daí, Abreu (1998), nos narra a fixação dos participantes na região de Canudos.

Ao estabelecerem uma comunidade coesa, o local chegou a comportar 8000 sertanejos, “que formavam verdadeira congregação religiosa, [...] tendo abolido a propriedade privada e se recusando a pagar impostos, representava afronta e perigo para os poderes constituídos e, principalmente para os fazendeiros da região” (ABREU, 1998, p. 110). A irritação causada às elites gera os primeiros conflitos armados em 1896, com intervenção de militares baianos. Os seguidores de Antônio Conselheiro resistem e atacam de surpresa o acampamento dos soldados na região de Uauá. A partir daí tem-se início a Guerra de Canudos que duraria até o ano seguinte. A entrada das tropas da República ocorre com a Expedição do Coronel Moreira César. Euclides da Cunha narra ambos os acontecimentos em seu livro. Neste último, descreve densamente o militar florianista “a fisionomia inexpressiva e mórbida completava-lhe o porte desgraçado e exíguo. Nada, absolutamente, traía a energia surpreendedora e temibilidade rara” (2013, p. 317). Moreira César recebe a missão de liquidar Canudos, mas suas tropas são



mortalmente feridas e repreendidas pelos jagunços canudenses. O próprio Coronel é lesado mortalmente na batalha.

Euclides da Cunha que então escrevia para o jornal *O Estado de São Paulo* inicia uma série de artigos sobre a Guerra, anteriores a organização do seu livro. Abreu (1998) relata que o primeiro deles, é intitulado *A Nossa Vendéia*<sup>1</sup>. Nele, são descritos os acontecimentos a partir de características geográficas e climáticas que darão o tom da sua escrita na obra que virá *a posteriori*. A autora propõe que, baseado em Alexander Von Humboldt, “ele procurava inserir geografia e geologia da região que se desenrolava a guerra no contexto de um macrossistema de forças naturais em permanente interação” (1998, p. 115). Para o homem do século XIX, a natureza era responsável pelas facetas humanas, e por mais que ao estar próximo dela se adquire um aspecto de pureza e singularidade, também é possível ser indomável e selvagem. De tal modo que, Euclides considera em seu texto de 1897, “o homem e o solo justificam assim e algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo.” E, comparando os sertanejos aos camponeses da Vendéia, “o chouan fervorosamente crente ou o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam o pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido [...]”. Para compor este texto, Euclides se baseava em informações advindas da imprensa, mas, já norteava o que viria a ser a sua obra. Após elaborar um segundo artigo, o jornal decide enviá-lo com correspondente para a região de Canudos.

Todavia temos que considerar que boa parte de sua escrita se dá por relatos de terceiros, sejam eles de comandantes que repassam informações da própria guerra, quanto informantes oriundos da localidade. Para chegar até Canudos era uma longa viagem, desta forma, Euclides da Cunha permaneceu no trajeto escrevendo a partir de informações que lhe eram repassadas. Para contar sobre o cotidiano do Arraial e da figura de Antônio Conselheiro, ele colhe descrições de um menino morador do local, que encontra durante sua trajetória Abreu (1998) relata que, quando se deparou com a geografia do sertão o autor fica muito impressionado, tanto que dedica boa parte de seu romance a descrevê-la, “[...] o viajante descobre os sertões. Ou melhor, tinha início a invenção euclidiana dos sertões” (1998, p. 135). Assim, Abreu (1998) cita que Euclides chega a Canudos já com a guerra praticamente encerrada, mais precisamente no

<sup>1</sup> Vendéia é uma região da França, que era habitada por camponeses. No ano de 1790, a República recém-estabelecida através da Revolução, temendo o retorno da Monarquia ordena o recrutamento de 300 mil camponeses, provocando uma insatisfação geral. Há então, uma resistência por parte deles, gerando um conflito com as tropas da capital. Sobre esse pano de fundo, Victor Hugo escreve uma narrativa heroica e romanesca, denominada, *O Noventa e Três*. (FRANCHI, 2012).



dia 16 de setembro de 1897. Antônio Conselheiro morre no dia 22 desse mês e dois dias após, ocorre o cerco a Canudos. No dia 1º de outubro se dá o assalto final.

Com a sua volta, Euclides da Cunha passa a organizar o que viria ser a sua obra e importante tratado sobre o que considera a identidade interiorana brasileira. *Os Sertões* possui a intenção de retratar personagens e paisagens que virão representar o ideal de um Brasil moderno e republicano. Como já citamos, utilizando-se do cientificismo, comum no pensamento do século XIX, a obra representa um tratado sobre o sertão nordestino brasileiro e inclui o sertanejo como representante fiel da “brasilidade”. Num momento que se buscava reforçar o ideal de nação, a escrita euclidiana igualmente traz esses traços de nacionalismo. Para Abreu (1998), nessa conjuntura, a nação moderna era notada como um meio para se chegar à civilização.

Contudo, apesar da valorização dos habitantes do interior do país, Euclides da Cunha conserva outro tipo de pensamento comum na época, o qual classifica o povo como primitivo e atrasado. De acordo com Abreu (1998), os sertanejos, também denominados tabaréus, eram considerados exemplares do sertão, mas, o “jagunço” seria o seu tipo degenerado. Logo “a percepção do jagunço como mal que era preciso extirpar fornecia o esteio ideológico para a sustentação de uma imagem positiva do exército.” (1998, p.121). Outro fator presente em sua escrita é o fato de considerar as investidas militares do governo desnecessárias. Para Euclides da Cunha, os sertanejos não deveriam ter sido massacrados, mas sim, instruídos para serem cidadãos. Vemos que, o autor, adéqua as características do sertanejo a uma série de conceitos que estavam em voga e compactuavam com a produção intelectual vigente, isto é, a linguagem científica e o discurso histórico. Porém, podemos observar características romanceadas no texto.

A densa narrativa é sustentada por diferentes vieses. Segundo Zilly (2002), seu sucesso se dá ao condensamento de múltiplas expressões literárias, “relatos, poemas, pichações, artigos e livros sobre a guerra, [...] romance, ensaio, discurso forense e político, oração fúnebre, tudo amalgamado num estilo relativamente coeso, próprio, inconfundível” (2002, p.194). Cabe aqui destacar que Euclides da Cunha, passou três semanas observando o Arraial e seu confronto, sendo boa parte do conteúdo de seu texto, resultado de pesquisas em documentos arquivados pelo autor. Podemos compreender, que seu arquivo é responsável por boa parte do conteúdo e o que seria um relato de sua observação *in loco*, ocupa pouco espaço em sua escrita. Mas, ao analisarmos o livro, parece-nos clara a denotação de romance, contudo, ora o texto se apresenta descritivo, ora narrativo. O teor cientificista está igualmente presente, como por exemplo, nas *OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL* - LUNA, Sarah



amplas descrições iniciais sobre características geográficas e climáticas do sertão. Como nos aponta Zilly (2002), podemos observar a ciência, mas, com sensibilidade artística.

Por causa dessas nuances, analisar o texto de Euclides da Cunha é complexo. Ao utilizar técnicas de narrativa, ou recursos de teatralização, vemos que as palavras se convertem quase que em cenas de filmes, sobretudo, na parte final denominada “A luta”. As anteriores, “A terra” e “O homem” apresentam uma descrição de cunho científico, mais detalhada. O livro nos recorda as grandes epopeias gregas, fato também destacado por Zilly (2002), uma vez que se utiliza de técnicas de rememoração para atingir um clímax, que seria o momento da batalha. Acreditamos que o estilo rebuscado de escrita do autor tenha se baseado na criação de um mito, onde a terra e seus habitantes são cenários e personagens de uma tragédia nos moldes gregos. Podemos destacar um trecho inicial que ilustra esse pensamento:

Algumas denotam um esforço dos filhos do sertão. Encontram-se, orlando-as, erguidos como represas entre as encostas, toscos muramentos de pedra seca. Lembram monumentos de uma sociedade obscura. [...] E persistem indestrutíveis, porque o sertanejo, por mais escoteiro que siga, jamais deixa de levar uma pedra que calce as suas juntas vacilantes. (CUNHA, 2013, p.42).

A utilização de termos rebuscados e como já apontamos, teatralizados, permeiam toda a obra. Para Benjamin, “tal é a memória épica, a musa da narração” (2012, p. 228). Segundo ele a epopeia é a mais antiga forma épica. “Quando no decorrer dos séculos o romance começou a emergir do seio da epopeia, ficou evidente nele a musa épica – a rememoração – aparecia sob uma forma totalmente distinta da narrativa” (2012, p.228). Utilizando a metáfora das musas, Benjamin (2012) afirma que há duas distintas, a musa do romance e a musa da narrativa. Cada uma delas está voltada para um modo de escrita, a primeira evidencia os heróis, sua saga e lutas, enquanto a segunda, os acontecimentos. Para ele, a narração é antítese do romance, pois, este é ilusório e retira o leitor da realidade. Já a narrativa, seria significativa, por contar experiências vividas, seja de forma oral – mais considerável por Benjamin – ou escrita. No caso de *Os sertões*, as duas musas se encontram.

Devido seu caráter imagético e teatralizado, mas também descritivo Zilly (2002) considera Euclides da Cunha, “demiurgo da memória” (2002, p. 204). Visto que, o autor institucionaliza o passado, isto é, ao cristalizá-lo numa narrativa romanceada, ele eterniza os atores da batalha, que, sem este livro, estariam esquecidos para boa parte da população. É interessante perceber que este texto com elementos de romance torna-se um dos únicos registros e referência para um conflito da dimensão de Canudos. Fato este, ocorre, pois Euclides





foi exclusivamente recrutado para cobrir o acontecimento. Logo boa parte da narrativa foi construída a partir de compilações das próprias memórias e documentos do autor. Podemos aludir, o conceito de memória coletiva, proposto por Halbwachs (2006), uma vez que a construção narrativa euclidiana cria uma memória sobre o fato. Segundo Halbwachs, a memória individual não é isolada, mas, oriunda de representações coletivas de um determinado grupo. Assim, para se lembrar, o indivíduo deve recorrer a memórias coletivas. “Um homem, para evocar seu próprio passado, tem que frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (2006, p.54). Ele irá procurar em referências externas, estabelecidas pela sociedade. Ao se referir a Halbwachs, Ricouer resume, “para se lembrar, precisa-se dos outros” (2007, p. 130). Para tanto, Halbwachs (2004) aponta que essas referências são os marcos sociais, que necessariamente são coletivos. Os marcos são elementos – como, por exemplo, instituições – que entramos em contato ao longo de nossa existência e que compõe nossas próprias lembranças. A partir do momento que a memória se institui ela traz o marco.

Cabe pensarmos a memória como uma construção. Para Gondar “ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim reconstruí-lo com base nas questões que fazemos” (2005, p.18). De acordo com essa afirmação, compreendemos que não será possível resgatar uma lembrança, termo este, senso comum quando se trata de memória. Na realidade é interessante interpretar a memória como moldável, cuja forma damos no presente, a partir de fatos do passado. Porém, não são autênticos, uma vez que não será possível nos recordarmos de tudo perfeitamente. Halbwachs defende que a memória é construída em grupo, todavia, também, um exercício do sujeito. Desta forma, como pensar na autenticidade das lembranças, se muitas vezes essas são ocultas pelas experiências individuais dos próprios sujeitos. O próprio autor afirma que a lembrança é um reconhecimento e uma reconstrução.

Vemos que, ao criar a narrativa de *Os Sertões* é engendrada uma memória e identidade de um período histórico. Para Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (1992, p.5). Os personagens dessa construção, os sertanejos, são adjetivados como fortes, robustos e valentes. Essas características, para Euclides da Cunha, só são possíveis devido à adaptação deles ao clima local. Bem se vê que a resistência oferecida por eles aos soldados republicanos vem em parte desses atributos destacados pelo autor. Entretanto, apesar da valorização dos personagens oriundos do sertão, não havia quase nenhuma representação desses tipos na literatura brasileira. Euclides da Cunha foi um dos autores pioneiros nessa retratação da marginalidade. Dessa maneira, ao analisarmos o sertão euclidiano e o simbolismo sobre a favela consideramos que, são memórias de resistência, termo apontado por Pollak

*OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL* - LUNA, Sarah





(1989). Para ele, ao dar destaque aos excluídos, ressalta-se a importância de “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem a ‘memória oficial’, no caso memória nacional” (1989, p.4). Tínhamos essa memória oficial – uma tentativa de uma nação forte, estruturada e coesa –, mas, o episódio da Guerra de Canudos, expôs o grupo marginalizado e “desenterra” essa memória subterrânea. Seguindo o pensamento de Pollak (1989) e Halbwachs (2006), definimos que havia a memória coletiva da nação e a memória coletiva subterrânea e/ou marginalizada composta pelos sertanejos e mais a frente, favelados.

### **Morro da favela: Rural e urbano**

A associação do texto euclidiano, a criação do nome “favela” é evidente. Quando descreve a vegetação de Canudos, Euclides da Cunha cita pela primeira vez o termo. Favela é um diminutivo de fava, uma planta pequena e leguminosa, comum na região. Assim, o autor descreve: “as favelas, anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus – talvez um futuro gênero *cauterium* das leguminosas, têm, nas folhas das células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa” (2013, p.74). Por causa de sua abundância em um morro da região, nomeou-se Morro da Favela. Outro fato é que, os soldados que haviam lutado na guerra, ao retornarem ao Rio de Janeiro, se instalam no Morro da Providência, numa região central da cidade. Associam o tipo de vegetação que se parecia com a de Canudos e passam a adjetivar o local como “favela”. Contudo, Valladares (2000) aponta outra subjetividade em relação a essa associação. Segundo ela, para além da semelhança na vegetação dos dois morros, a alcunha do nome está revestida de um simbolismo que se remete à luta do povo oprimido contra um oponente forte e dominador.

Embora, a relação esteja evidente, Valladares destaca que não é simplesmente a associação de nomes de vegetação, geografia similares ou sobreviventes da guerra que criam o mito de origem da favela carioca, mas sim, “o arraial de Canudos descrito em Os sertões de Euclides da Cunha” (2000, p.9). Outra constatação feita pela autora indica que o batismo do Morro da Providência como Morro da Favela (1887) é anterior ao lançamento do livro (1902). A partir daí podemos deduzir que essa não foi condição essencial para a denominação, mas sim, a imagem e a memória criadas pelo autor. Esses conceitos possuem um grande simbolismo na constituição do ideal de favela.



A Providência como o primeiro morro habitado na cidade do Rio de Janeiro é igualmente contestado. Valladares (2000) aponta que cronistas como João do Rio e outros jornalistas, já escreviam sobre demais localidades, como o Morro de Santo Antônio. Porém, esses relatos muito se assemelham a descrição de Canudos realizada por Euclides da Cunha. Há o mesmo tipo de surpresa e assombro diante das particularidades. Apesar de estarem falando da capital da República, os cronistas querem mostrar que os sertões também estavam presentes ali. Se traçarmos um paralelo com a realidade atual, mesmo que o poder público busque integrar as favelas no ambiente urbano, elas ainda mantêm um caráter de cidade de interior dentro de uma metrópole.

As características das populações também se apresentam como semelhantes. Se em *Os sertões*, os sertanejos eram descritos com um povo humilde, sofredor, porém forte, nas favelas essas qualidades ainda se conservam. A liderança representada por um indivíduo também está presente nos dois Morros da Favela. Em Canudos, temos a figura de Antônio Conselheiro, que além de líder religioso, foi importante articulador político na comunidade. Ele foi responsável por decretar a autonomia da região, abrindo mão de pagar impostos ao governo brasileiro, o que gerou a intervenção armada. Essa marginalização e peculiaridade de território “a parte de um ideal de nação” é transposta para a favela, mas no perímetro urbano. Valladares (2000) afirma que a ideia de “terra de ninguém” na verdade, está atrelada a questão da propriedade coletiva, “uma espécie de paraíso comunitário onde a lei nacional não entrava e as normas sociais não eram ditadas pela sociedade dominante” (2000, p. 11). A autora defende que esse ideal de “comunidade”, evidenciado por Euclides da Cunha, influencia aqueles que tentam caracterizar o território da favela. Como veremos mais a frente, quando se trata de cinema, esse olhar está igualmente presente.

Ao se observar tanto o sertão, quanto a favela, os estudiosos se espantavam com a aparente desordem e resistência de seus moradores. Para Valladares (2000), era como se fossem dois mundos distintos, litoral em oposição ao sertão e “morro e asfalto”. No caso da favela, a atmosfera de exotividade, já começa a aparecer nos primeiros relatos sobre os morros. De acordo com a autora, outro aspecto passa a ser explorado, como o espaço da pobreza, onde habita todo o tipo de marginalizados, os mendigos, vagabundos, entre outros. Ela ainda completa que, nesses registros emerge a ideia da favela como espaço a parte da cidade, composta por cortiços que adentravam morro acima. Como indica Bentes (2007), esses territórios míticos, carregados de simbologias e signos, o sertão e a favela sempre foram o “outro” do Brasil moderno e positivista: lugar da miséria, do misticismo, dos deserdados, OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL - LUNA, Sarah



não-lugares [...]” (2007, p. 242). Ela destaca que esses dois territórios são importantes cenários na cinematografia brasileira, cenários de pobreza.

### **Favela romântica no cinema**

A preocupação de apresentar o Nacional no cinema era sentimento comum nas décadas de 50 e 60. Buscando a contrapor a produção das chanchadas, vistas com entretenimento alienante, os cineastas desejam criar um “cinema popular”. A cultura popular não era considerada apenas como cultura que vinha do povo, mas a que se fazia para o povo. Galvão e Bernardet afirmam que é claro perceber a distinção “entre um ‘cinema popular’, entendido como algo que direta ou indiretamente vem do povo, e o ‘cinema popular’ dos anos 50 e 60, que se pretende dirigir-se ao povo, com intenções didáticas ou destituído delas” (1983, p.139). Para ele, o conceito de cinema popular mostra a preocupação de se dirigir ao povo, não só expressar o quem dele. Para tanto elementos advindo da cultura popular eram utilizados como forma de se atingir o povo. “A ideia é que se faça um cinema popular (que se dirija ao povo) com matéria-prima popular (que vem do povo)” (GALVÃO E BERNARDET, 1983, p. 139). Na tentativa de criar esse cinema popular, o sertão é sua representação rural, enquanto a urbana será a favela. O processo de passagem de um país rural para urbano é retratado no cinema. Bentes (2007) pondera que, nas produções cinematográficas brasileiras, os sertanejos passam a ser favelados e suburbanos.

O primeiro filme com a temática da favela é datado de 1935, *Favela dos meus amores*, dirigido por Humberto Mauro. Segundo a sinopse da base de dados do site da Cinemateca do Ministério da Cultura<sup>2</sup>, pois, não restam mais cópias, o filme conta a história de dois rapazes que chegam de Paris sem dinheiro e resolveram investir em um negócio. Escolhem, então, montar um cabaré na favela, que atenderia os habitantes da cidade e turistas. O filme, com cenas filmadas na própria comunidade do morro da Providência, serviu de inspiração para os demais, que viriam como precursores do Cinema Novo.

Desta forma, consideramos *Rio, 40 graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, como as primeiras imagens cinematográficas que representam a favela. Inspirado pelo movimento do

<sup>2</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cinemateca Brasileira*. Disponível em: <<http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=003694&format=detailed.pft>>. Acesso em: 17 jul. 2014.



Neo-realismo italiano, que procurava retratar com uma linguagem simples e atores desconhecidos, as imagens do povo. O filme mostra o outro lado do Rio, a dificuldade das famílias que viviam nos morros cariocas, através de quatro meninos moradores do Morro do Cabuçu, que vendem amendoim nos pontos turísticos da cidade. Com histórias paralelas que se contrapõe a realidade do morro. Boa parte delas demonstra a hipocrisia presente na classe média como, por exemplo, o casal que combina de se casar, mas ele militar, só cumpre por obrigação. Há jovens frequentadores das praias e festas de alta sociedade e os turistas italianos que visitam o Pão de Açúcar. Estão presentes justamente para antagonizar a pureza e simplicidade que, nesse olhar, pertencem à favela. Os tipos pertencentes a classes mais altas, a todo o momento vão de encontro aos meninos da favela, numa alusão clara de um choque de realidades, porém se mostram como situações corriqueiras.

Para Leite (2000), a favela é o espaço dos “autênticos” valores do povo brasileiro, representada pela música de Zé Ketí, “A voz do morro”, que anuncia: “Eu sou o samba/ a voz do morro sou eu mesmo sim senhor/ Quero mostrar ao mundo que tenho valor [...]”. Rossini (2003) também observa que o filme retrata a favela como o espaço dos malandros e da contravenção com ar de mais romantismo que de banditismo. Não há nenhuma referência de criminosos no morro, as figuras mais negativas estão associadas à malandragem. É o lugar da família e de vizinhos que apoiam uns aos outros. A favela romantizada será pobre, porém habitada por trabalhadores que não têm opção de morar em outro lugar. Um exemplo se passa na cena que a personagem Alice e seu noivo Alberto, discutem questões financeiras após o casamento. Nesse momento, ele diz que podem continuar a morar no morro e ela desaprova, mas sem condições, optam por permanecer lá.

Ao revelar fatos corriqueiros da cidade e que até então se buscava esconder, Nelson Pereira dos Santos inova e apresenta o estilo que irá permear todo o movimento do Cinema Novo. Notamos que, nesse filme o cineasta, “desenterra” representações populares e expõe as memórias coletivas marginalizadas, as quais apontamos anteriormente. É interessante destacar que, *Rio, 40 graus* foi proibido por algum tempo de ser exibido nos cinemas e censurado pelo governo brasileiro. A justificativa era a imagem negativa passada pela película, além de, considerarem a aproximação com a temática comunista.

A tendência é percebida em muitos filmes da mesma época. Do mesmo diretor, é lançado, em 1957, *Rio, Zona Norte*. O filme traz Grande Otelo no papel do sambista Espírito da Luz, um homem sensível e ingênuo, portanto, facilmente ludibriado por um empresário, que o engana para roubar os direitos autorais de suas músicas. A vida de Espírito é uma sucessão de

*OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL - LUNA, Sarah*



tragédias, como a morte de sua mulher, o filho marginal e a nova esposa interesseira. Sua história é contada em *flashbacks*, permeando a um acidente mortal na linha do trem. O morro no subúrbio onde o sambista vive é um ambiente rural, com poucas casas e muitas vegetações. A pobreza é vista como guardiã da cultura brasileira. Novamente a favela se mostra como o território da pureza e do samba. Para Leite (2000) a beleza das letras do seu samba contrapõe uma realidade brutal, a qual, as expressões do mal não habitam a favela, mas lhe são externas, representadas pelos empresários e os amigos de seu filho.

À dicotomia ricos/pobres adiciona-se a do erudito/popular, como na cena que Espírito vai à casa do músico Moacyr e se depara com convidados discutindo temas de cunho cultural que lhe são estranhos, e, acanhado, vai embora. Um dos poucos momentos alegres da película mostra o seu encontro com a cantora Angela Maria, que promete gravar sua música, mas logo se esvai com seu acidente de trem. O final trágico demonstra a falta de perspectiva numa situação de pobreza.

Com a mesma intenção de mostrar temas que falassem da identidade e memória brasileira, são produzidos *Cinco vezes favela* e *Assalto ao trem pagador*, ambos de 1962. O primeiro traz a visão de cinco cineastas, – Leon Hirszman, Miguel Borges, Joaquim Pedro de Andrade, Marcos Farias e Carlos Diegues – contando histórias diferentes sobre a favela. O primeiro episódio, dirigido por Farias é “O favelado”, que apresenta um morador de favela, tentando driblar as dificuldades financeiras arrumando trabalho. Ele não consegue e decide apelar para a criminalidade. Apesar disso, ele é levado à situação, pois vê que não tem outra saída. Composto de imagens fortes, com o cotidiano da pobreza, vemos cenas de lavadeiras e uma sequência de crianças catando restos no lixão. O segundo, de Miguel Borges, “Zé da Cachorra”, apresenta um líder comunitário que intervém na organização do morro. Já apontamos essa característica de comunidades em se apoiar nesse tipo de figura. Vemos que em Canudos, era Conselheiro, nas favelas também iremos ter essas figuras. Nesse caso, o personagem de Borges permite a instalação de uma família num barraco na favela, mas logo são despejados, pois as terras pertencem a um grileiro que, com intervenção política, consegue removê-los. O líder, nesse momento, nada pode fazer.

“Couro de gato” de Joaquim Pedro de Andrade é a terceira história e traz um grupo de meninos que com a aproximação do Carnaval, caçam gatos e os vendem para a confecção de tamborins. O contraponto entre a afetividade – representado pelo menino que rouba o gato de uma senhora de alta sociedade, mesmo essa permitindo entrar em sua casa– e a sobrevivência diante da miséria é o eixo central na película. O menino estabelece uma amizade com o animal,



porém, a necessidade de conseguir uns trocados o incita a vendê-lo. Podemos observar que o morro se apresenta como ameaça, “problema” como aponta Valladares (2000), quando a dona do gato roubado, seu motorista e o policial correm atrás desse menino que sobe a favela. Diante da imponência da comunidade, se intimidam e ficam temerosos de enfrentá-la.

O próximo episódio é o de Carlos Diegues, “Escola de Samba, Alegria de Viver”, que retrata o carnaval e os meandros de sua organização. O sambista que se elege presidente da escola tenta driblar a falta de recursos. Faz-se presente também seu conflito com sua mulher, líder sindical. Derrotado pelas adversidades, só lhe resta incentivar a alegria e a disposição dos componentes que vão desfilar. Aqui a festa é vista como uma forma de alienação. Diferentemente da última história “A pedreira de São Diogo”, de Leon Hirszman que apresenta um grupo de trabalhadores que se associam aos moradores de uma favela para impedir a implosão de uma faixa do morro que prejudicaria suas casas. A iminência de estarem presentes ou não no local permeia todo o episódio, que por fim mostra a solidariedade entre membros de classes exploradas.

De acordo com Coelho (2010), o intuito da produção realizada pelo Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) era apresentar um conteúdo mais politizado. Contudo, há muitas críticas ao “caráter pequeno burguês” da filmagem. Além disso, possui certo embate entre o olhar artístico concebido pelos cineastas e a visão dos intelectuais. Para Coelho, a “hegemonia política do CPC fez com que boa parte da produção cultural brasileira desse período investisse em uma ideia romântica de ‘povo brasileiro’” (2010, p.14). Contudo, é interessante considerar este grupo e sua produção, como fundadores do Cinema Novo.

O filme *Assalto ao trem pagador* de Roberto Farias aborda o episódio do assalto de um trem por moradores de uma favela. Esses não são vistos como bandidos, mas pessoas que precisaram apelar para o crime como forma de sobreviver. Segundo Rossini (2003), outra vez há aqui uma tentativa sociológica de explicar a saída para o crime como algo que se impõe àquele cotidiano de pobreza. O crime não é aceito nem pelos moradores do lugar, nem pelos familiares. Há uma defesa da honestidade, em que um trabalhador pobre é mais respeitável do que um bandido. O conflito de classe e cor está presente no personagem Grilo Peru, loiro de olhos azuis e Tião Medonho, negro. Apesar das diferenças, Grilo e Tião são personagens semelhantes, ambos são vistos como inteligentes. Os dois também atuam como líderes do bando, mas Grilo imbuído de prejulgamentos orienta os demais componentes a não gastarem sua parte do dinheiro roubado, porque, para ele, “favelado não precisa gastar” e por ser branco e





morar na Zona Sul, teria o direito de comprar o que quisesse. A favela, nessa narrativa é vista como maléfica, não mais no sentido romântico apresentado nos filmes anteriores. Morar lá, para alguns é uma punição pela pobreza. De toda a forma, apesar da história ser composta por protagonistas malfeitores, eles são considerados engenhosos, tanto que, a polícia acredita que o assalto teria sido realizado por ladrões estrangeiros, numa clara alusão ao pensamento de valorizar mais as coisas que vem de fora em detrimento do nacional.

Outro importante expoente, apesar de não ser considerado filme brasileiro é a adaptação da peça *Orfeu da Conceição* de Vinícius de Moraes, pelo diretor francês Marcel Camus de 1959, intitulada *Orfeu Negro*. No filme de Camus – rodado no Brasil e com a maior parte de seu elenco formado por brasileiros – Orfeu é um condutor de bondes que mora no Morro da Babilônia. De toda a forma não podemos distanciar o filme de um olhar estrangeiro, uma vez que a favela é mostrada como um local primitivo e exótico, onde seus habitantes convivem com animais de vários tipos. A tomada inicial da cidade e depois o aparecimento dos milhares de barracos, muito se assemelha a abertura de *Rio, 40 Graus*. A arquitetura vernacular e o carnaval da época, igualmente recebem um toque de exotismo. Na realidade, exótico é a característica mais observada no filme de Camus. O amor de Orfeu por Eurídice, no entanto, desperta a ira da ex-noiva, Mira e a Morte observa tudo de perto. O “Olimpo carioca” é um cenário bucólico onde a história de amor dos protagonistas se desenvolve e a lira do Orfeu mítico, na favela será um violão onde canta sambas. Se aproximando mais de uma alegoria que a tentativa de representar a realidade dos morros cariocas, *Orfeu Negro* se distancia da proposta estabelecida pelos cineastas do Cinema Novo. Mas é interessante perceber que, é essa imagem que irá ser exportada para o mundo. Os filmes brasileiros de favela irão compor um “cinema marginal”, de memórias subterrâneas acessadas por poucos.

Em contrapartida ao cinema hollywoodiano americano, apontamos que houve constantes exigências que a produção cinematográfica brasileira apresentasse uma identidade nacional. Como visto anteriormente, nos anos 50 e 60 essa questão era amplamente discutida e representada na criação de um cinema engajado com personagens que representassem o povo. Embora essa ideia se sobressaísse no meio intelectual, ainda era grande o domínio da indústria internacional no mercado cinematográfico brasileiro. Devido à consolidação tardia da função social do cinema nacional, esse tipo de cinematografia era marginalizada.

Para Bentes (2007), a romantização da favela tem como base a cultura do samba e dos morros. O sertão e a favela proporcionam um fascínio ao público, nem que seja gerado por sentimentos de indignação. A relação conturbada de exploração entre o litorâneo e o sertanejo, OS SERTÕES E AS FAVELAS: DO MITO FUNDADOR EUCLIDIANO À REPRESENTAÇÃO NO CINEMA NACIONAL - LUNA, Sarah





entre a gente do asfalto e a da favela recebe um tom lírico e romântico. A saída da miséria, percebida no contexto dos filmes da favela romântica, será a arte, a cultura popular, o carnaval e o samba. Os filmes do Cinema Novo são uma contraposição ao cinema da romantização da miséria. A “pedagogia da violência”, que caracteriza o Cinema Novo, como apontada por Bentes (2007), passa por uma transformação no contexto contemporâneo, em que “a violência e a miséria são pontos de partida para uma situação de impotência e perplexidade, e a imagem das favelas é pensada no contexto da globalização e da cultura de massas” (2007, p.247). A favela sempre possuiu uma imagem de “problema” e é retratada desta maneira em muitas expressões artísticas.

Sabemos que o cinema é a expressão maior do século XX, e, a favela cinematográfica irá acompanhar todas as tendências no cinema nacional. Optamos, ao analisar *Os sertões*, a verificar suas similaridades, uma vez que se considera o livro como criador do conceito de favela e vemos que a forma de retratar o sertão (cenário rural), muito se assemelha as primeiras favelas (cenário urbano) do Rio de Janeiro.

### **Considerações finais**

Através da análise que estabelecemos nesse artigo, foi possível compreender a analogia entre a obra literária de Euclides da Cunha e as primeiras manifestações da favela nas produções cinematográficas brasileiras. A aura criada pelo autor em seu texto perpassa da literatura para o cinema. No Brasil, durante certo período, o cinema elegeu o sertão e a favela como cenários representantes da cultura popular brasileira. Vemos que, quando a favela passa a ser retratada a temática remete ao início da favelização dos morros cariocas, com uma ambientação romântica, cujo território prevalecia o samba e era habitada por pessoas pobres, mas, acima de tudo, felizes. Essa romantização presente na narrativa de *Os sertões* é transmitida para as representações no cinema brasileiro.

Consideramos a favela romântica permaneceu até início da retomada na década de 90, com a readaptação de *Orfeu* por Carlos Diegues em 1999. A partir daí ponderamos que a criação euclidiana apresenta uma importante influência, quando se trata de expressões da marginalidade urbana. Consideramos desta forma, que houve a criação de uma memória que irá perpassar ao longo das representações artísticas. A obra aponta para o interior nordestino com catalisador da “brasilidade” e exclui demais localidades do país. Apesar disso, a temática rural é amplamente aceita para exprimir a nacionalidade, pois, mesmo populações de outras regiões ou



até mesmo litorâneas, se identificam com o passado sertanejo e este será facilmente incorporado na cinematografia.

## Referências

- ABREU, Regina. *O enigma dos sertões*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.
- ASSALTO ao trem pagador, O. Direção de Roberto Farias. Brasil: Produções Cinematográficas Herbert Richers, 1962. Son., P&B.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:\_\_\_\_. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 242-255, jul/dez 2007.
- GALVÃO, Maria Rita; BERNARDET, Jean-Claude. *O nacional e o popular na cultura brasileira: cinema*. São Paulo: Embrafilme/Editora Brasiliense, 1983.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CINCO vezes favela. Direção de Miguel Borges, Joaquim Pedro de Andrade, Carlos Diegues, Marcos Farias, Leon Hirszman. Brasil: Centro Popular de Cultura da Une/ Instituto Nacional do Livro/saga Filmes/ Tabajara Filmes, 1962. Son., P&B.
- COELHO, Frederico. Cinco vezes favela: origens e permanências. In: BARRETO, Paola; DIEGUES, Isabel. (Orgs.). *5x favela, agora por nós mesmos*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2010. p. 12-15.
- CUNHA, Euclides da. *A nossa vendéia (I)*. 1897. Disponível em: <[http://www.euclidesdacunha.org.br/abl\\_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&infoid=129&sid=53](http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&infoid=129&sid=53)>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- \_\_\_\_. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- FAVELA dos meus amores. Direção de Humberto Mauro. Brasil: Brasil Vox Filme, 1935. P&B.
- FRANCHI, Célia Mariana. *Os sertões e o noventa e três*. 2012. Disponível em: <<http://www.casaeuclidiana.org.br/artigos-exibe.php?artId=39>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.



HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Antrophos Editorial, 2004.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. Vozes e imagens do morro: as favelas cariocas no cinema brasileiro. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, p.49-68, 2000.

ORFEU. Direção de Carlos Diegues. Brasil: Rio Vermelho Filmes/globo Filmes/cine-source, 1999. Son., color.

ORFEU Negro. Direção de Marcel Camus. Brasil, França, Itália: Dispat Films/gemma/tupan Filmes, 1959. Son., color.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RICOUER, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

RIO, 40 graus. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Brasil: Equipe Moacyr Fenelon, 1955. Son. P&B.

RIO, Zona Norte. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Brasil: Nova América Filmes, 1957. Son., P&B.

ROSSINI, Miriam de S. Favelas e favelados: a representação da marginalidade urbana no cinema brasileiro. *Sessões do imaginário*, Porto Alegre, n.10, p. 29-34, nov. 2003.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 44, p. 5-34, out 2000.

ZILLY, Berthold. A história encenada em Os Sertões de Euclides da Cunha. *Sala Preta*, v. 2, p. 193-205, 2002.



## A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR LITERATURA DE FORMA LÚDICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ARRUDA, Angelo Moreira

*Estudante do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem*  
*angelo.usc@hotmail.com*

BENTO, Gracielle Moreira Arruda Ramos

*Estudante de Pedagogia do Centro Universitário da Grande Dourado*  
*gracielle.moreira.a@hotmail.com*

RAMOS, Jéssica Moreira Arruda

*Estudante de Pedagogia da Faculdade Educacional da Lapa*  
*jessicamoreira.a@hotmail.com*

359

### RESUMO

O presente artigo visa abordar a seguinte temática: “A importância de se trabalhar literatura de forma lúdica na educação infantil”. Para isso, elegeu-se os seguintes objetivos: investigar o papel da ludicidade no processo de socialização na educação infantil, assim como os benefícios que a leitura pode trazer; identificar a importância que as histórias têm na formação da criatividade e imaginação da criança e na aquisição da aprendizagem. E, por fim, pesquisar acerca da importância que a literatura tem ao ser trabalhado de forma lúdica na escola. Utilizou-se como recurso metodológico uma revisão na literatura já existente. A partir de tudo que foi abordado, percebeu-se que a literatura é essencial para construção do processo imaginário, despertando prazer emoção, valores morais, e pensamentos crítico. Com isso, nota-se a enorme relevância de desenvolver mais trabalhos acerca desse assunto, posto que a compreensão dos fatores inter-relacionados entre a literatura infantil e o lúdico pode contribuir para uma intervenção mais eficaz em diversas áreas da educação.

**Palavras-chave:** Leitura. Imaginação. Literatura infantil.

### ABSTRACT

This article aims to address the following themes : " The importance of working in a playful way literature in early childhood education ." For this, we elected to investigate the role of playfulness in the process of socialization in early childhood education as well as the benefits that reading can bring. Identify the importance that stories have in shaping the child's imagination and creativity as well as acquisition of knowledge . Finally , research on the importance that the literature has to be worked through play at school. Was used as a methodological resource review on existing literature. From everything that was discussed , it was noted that literature is essential for construction of the imaginary process , arousing pleasure emotion, moral values , and critical thinking. Thus , there is the great importance of developing further work on this subject , since the understanding of inter- related factors among children and playful literature can contribute to a more effective intervention in various areas of education.

**Key-words:** Reading. Imagination. Children's literature



## Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a importância de se trabalhar literatura de forma lúdica na educação infantil. Espera-se explicitar a importância de trabalhar com literatura infantil nas séries iniciais, contribuindo com o processo de aprendizado da criança.

Optou-se por tal temática por perceber a pertinência de oferecer ao educador materiais que auxiliem no processo imaginário da criança. Portanto, tal pesquisa enfocará estratégias apropriadas para o momento que o professor for contar a história para seus alunos. Dessa forma, pretende-se provocar reflexões críticas no corpo docente em relação de se trabalhar com contos tanto na pré-escola como nas séries posteriores.

A pesquisa se fundamenta no que é relatado por RAMOS (2011) que constatou a importância que tem na vida de uma criança ouvir história quando pequena, constatando que essa seria a base para se formar leitores.

Com isso, esse trabalho tem como objetivo apresentar um pouco da história da literatura no Brasil, assim como a importância de se contar história para auxiliar no desenvolvimento do processo imaginário que a criança está sujeito. Além disso, anseia-se provocar reflexões capazes de amenizar nas séries posteriores o desinteresse pela leitura, e conseqüentemente formar leitores capazes de ler e interpretar e não ser mais um que só reproduz aquilo que lhe foi imposto. Dessa forma, a sociedade poderá contar com pessoas capazes de raciocinar e a inventar ou reinventar o mundo que vivemos.

A temática se justifica por acreditar que o incentivo a leitura nas escolas e em casa pode trazer inúmeros benefícios, no que diz respeito ao crescimento da criança. Assim os pais também devem participar desse trabalho na formação de seus filhos.

Anseia-se proporcionar ao professor uma capacitação para promover rodas de leituras de qualidade aos seus alunos, tendo em vista proporcionar a criança um momento tão prazeroso quanto ao de brincar, no qual terá a capacidade de envolver, emocionar, e promover o crescimento pessoal e o amadurecimento de suas emoções.

A pesquisa pretendeu contribuir para a construção de novas estratégias de intervenção voltada para tal grupo, as quais levem em consideração os resultados que serão explanados nessa pesquisa. Além disso, tal pesquisa espera problematizar os vários estereótipos sociais sobre tal assunto, contribuindo, dessa forma, na reformulação de representações posturas mais comprometidas. Por fim, anseia-se ampliar o conhecimento acadêmico e científico,



favorecendo, assim, para incentivar outras pesquisas acerca de questões que envolvam tal temática.

Primeiramente, discorrerá um breve relato de como surgiu a literatura infantil no Brasil, e as dificuldades enfrentada no início. Seguido das discussões geradas em torno da importância que a literatura infantil tem na vida e no desenvolvimento das crianças.

Em seguida, será exposta a importância do resgate da leitura em salas de aula e a importância que o educador tem diante da formação não só sensorial, motora e cognitiva, assim como na criatividade da criança, sendo que também se pode trabalhar parte do emocional da criança por meio de leituras proporcionando a mesma a expor seus desejos mais oculto diante de atividades ligadas a leitura.

Por fim, abordará sobre algumas práticas e técnicas empregadas no momento da leitura que poderão contribuir na formação do futuro contador de história. E a ludicidade enquanto proposta literária, para a formação do pequeno leitor.

### **Como surgiu a literatura infantil**

Contar história é uma arte e as suas raízes se encontram nos povos ancestrais, os quais contavam e encenavam histórias em ritos e mitos e registravam nas paredes das cavernas. Nesse período, era necessária para a aquisição e o armazenamento dos conhecimentos uma memória auditiva e visual bem aguçada para sobreviverem. No entanto, essa arte já era exercida por muitas mães que estreitava os laços com seus filhos ao contarem histórias.

Os primeiros livros escritos para crianças surgiram no final do século XVII, por intelectuais que escreviam suas intenções de formas fantasiosas com o intuito de denunciar as opressões que o povo vivia.

No Brasil, o início da literatura infantil foi marcado pela presença de Monteiro Lobato, com o livro “A Menina do Narizinho Arrebitado”, um militante cansado do regime da época, queria mudar o mundo e estava “velho” de mais para poder fazer isso, então resolveu escrever para as crianças, pois ele sabia que elas poderiam transformar esse regime.

Portanto, o caminho percorrido pela literatura infantil foi longo, mas cheios de conquista, e com a ascensão de grandes escritores. As obras de Monteiro Lobato na década de 40 chegaram a ser proibida nos colégios religiosos por serem consideradas nocivas as crianças. Surgindo uma literatura sem criatividade e sem fantasias.



Mesmo com todas as dificuldades que as primeiras obras de Monteiro Lobato enfrentaram, ele não desistiu e continuou a escrever. Suas personagens tinham vida, e as crianças se identificavam com elas, suas histórias tinham a realidade da criança e a fantasia dos livros.

Já na década de 50 com o surgimento da televisão os livros foram deixados de lado, gerando uma crise na leitura. Visto que os livros criados nesse período não tinham atrativos para as crianças, a literatura aparece com uma roupagem nova de entretenimento. Porém esse não é o único objetivo da literatura.

Quanto mais antiga for a literatura mais próxima da realidade da criança ela está. Pois é por meio da fantasia da magia que ronda a história narrada que a criança confunde a realidade com a fantasia. Os clássicos tem essa magia por conseguir fazer adaptação com a realidade da criança fazendo assim com que ela consiga se ver dentro da história.

É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outro tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo história, filosofia, política, sociologia, antropologia, etc. sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula. (ABRAMOVICH, 1997, p.17).

Atualmente tem se discutido muito sobre a importância da literatura infantil, na vida e no desenvolvimento da criança. A criança desde cedo faz sua leitura de mundo, começando seus primeiros rabiscos e desenhos, de acordo com as oportunidades que lhes são dadas. O meio em que ela convive, as oportunidades oferecidas tanto pela família quanto pela escola, com livros de literatura infantil muito tem a contribuir para o seu desenvolvimento.

A literatura infantil está intrinsecamente ligada com a escola e com o objetivo de promover o intelecto da criança. Porém, muitos educadores não conseguem fazer essa interação com o livro, às histórias e as crianças, fazendo da leitura apenas um momento que para muitos educadores seria “um passar de tempo”. No entanto, para a criança da educação infantil esse momento é muito esperado, pois, é por meio da história que ela consegue viver um momento misto de realidade e fantasia, em que o menino é um super herói, a menina uma princesa, ou outro personagem, e, assim, consegue resolver os conflitos internos, desenvolvendo a sensibilidade do leitor infantil e sua imaginação. Mas para que a literatura infantil seja utilizada como um objeto mediador do conhecimento é necessário que ela estabeleça um laço entre a teoria e a prática, possibilitando o professor a atingir determinada finalidade educativa.

Para BETTELHEIM (1996):





[...] enquanto diverte a criança, o conto de fadas a esclarece sobre si mesma, e favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferece significado em tantos níveis diferentes, e enriquece a existência da criança de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à multidão e diversidade de contribuições que esses contos dão à vida da criança. (p.20).

Nessa perspectiva, a literatura infantil tem muito a oferecer na formação do pequeno leitor, é muito amplo as contribuições que a leitura quando iniciada desde cedo traz a criança, não só no desenvolvimento da criatividade, mas também no desenvolvimento da escrita e da linguagem. Se desde cedo a criança tem contato com a literatura infantil ela apresentará uma melhor compreensão do mundo e de si mesmo.

Na concepção de AGUIAR & BORDINI (1993 p.14):

[...] a obra literária pode ser entendida como uma tomada de consciência do mundo concreto que se caracteriza pelo sentido humano dado a esse mundo pelo autor. Assim, não é um mero reflexo na mente, que se traduz em palavras, mas o resultado de uma interação ao mesmo tempo receptiva e criadora. Essa interação se processa através da mediação da linguagem verbal, escrita ou falada [...]

Por meio da literatura que a criança desenvolverá o seu potencial intelectual e cognitivo, ampliando o conhecimento cultural que a sociedade impõe. Percebe-se que a literatura infantil trás satisfação para a criança e prazer, e atua no imaginário, contribuindo na formação da personalidade da criança. As histórias estruturam o imaginário íntimo da criança, interpretando e relacionando os acontecimentos da realidade e o da ficção, presente nos texto que leem ou escutam. Desse modo, a subjetividade da criança sofre modificações, algumas significativas a partir dessas ligações realizadas.

A leitura é essencial, por meio dela podemos examinar os nossos próprios valores e conhecimento com os dos outros. Assim, como as pessoas os livros também podem nos surpreender, nos transportar a lugares imaginários, e a outro mundo, onde somos indivíduos aprendizes e mestres. Para se tornar um bom leitor, escutar é o início da aprendizagem. Os contos de fadas abrem um caminho absolutamente infinito de descobertas, deixando fluir o imaginário, levando a criança a ter curiosidade. No transcorrer da história, a possibilidade de desvendar e resolver os conflitos, os impasses, que todos vivem inclusive os personagens, que de um jeito ou de outro, são enfrentados ou não, resolvidos ou não, ajudando o pequeno leitor a encarar os conflitos internos ou externos vividos. Segundo Villardi (1999, p.11): “Há que se



deve se desenvolver o gosto pela leitura, afim de que possamos formar um leitor para toda vida”.

Portanto, é necessário que a criança seja sempre estimulada a ler, pois as histórias são carregadas de significados, e se não for bem regada ao longo dos anos escolares pode-se perder essa forma lúdica de aprendizagem.

Ao chegar a escola a criança encontrará por meio da leitura, um mundo novo cheio de magia, com seres incríveis que chamará a sua atenção, e logo a leitura será uma ponte para o processo educacional, proporcionando a formação do aluno.

Para a criança as histórias têm um grande fascínio, ajudando a compreender um pouco desse mundo que as cercam, e na formação da personalidade. A fantasia facilita a compreensão das crianças, aproximando da maneira de como vêem o mundo, já que ainda não são capazes de compreender da mesma forma que os adultos veem.

A criança tem uma capacidade de acreditar em tudo que os adultos contam e de dar vida a tudo, para ela o sol, a luar, os bichos de pelúcia, tudo tem vida. Acreditam em duendes, fadas, monstros e tudo o que os adultos inventam. Se contarmos para ela que o tio chegará voando em um unicórnio ela acreditará e será capaz de fazer o mesmo.

A literatura infantil além de ensinar o aluno a gostar de ler ensina por meio dos personagens a educar as crianças para o que é considerado certo ou errado na sociedade. A literatura infantil pode ser decisiva para a formação da criança em relação a si mesma e ao mundo em sua volta. De acordo com o julgamento em que divide os personagens entre boas ou más, bonito e feio, faz com que as crianças entendam alguns valores e condutas humanas de convívio em sociedade.

### **Como podemos resgatar a leitura em salas de aulas**

O ato de história no contexto escolar é um dos recursos que o professor tem para pode submergir a criança no mundo da leitura. Ela é quem pode fazer com que as crianças resgatem os livros. Contar história deve ser uma atividade obrigatória na rotina diária da educação infantil.

Nessa perspectiva, o educador da educação infantil deve propor a seus alunos uma leitura que estimula sua imaginação e criatividade, para que após a leitura a criança consiga decodificar as atividades propostas, o educador por sua vez deve propor a seus alunos jogos em que a mesma consiga ver relação com a leitura. O papel que os livros e conseqüentemente a



leitura desempenhará na educação infantil de ensinar terá sido cumprido no contexto desta temática quando o educador ver que seus alunos conseguem expressar suas fantasias, desejos e experiências, assim como conseguem dominar suas angústias e seus medos e promover sua criatividade. De acordo com FAZIO (2000) “O uso da fantasia pode ajudar a criança a explorar os sentimentos e idéias, auxiliar as resoluções dos conflitos e trazer à tona uma mudança cognitiva”. (p.235).

Os pequeninos adoram ouvir histórias, e realizar rodinhas para contar na sala de aula uma história, é uma forma de resgatar esse momento tão lúdico da criança. Ter em sala de aula uma pequena biblioteca para incentivar os alunos a levar livros para casa para lerem junto de seus pais é uma forma de mostrar também aos pais a importância dos livros e da leitura.

É muito importante para as crianças situações de interação, e que entre em contato e que se manejem materiais escritos para a sua evolução e aprendizagem da leitura e da escrita. Levando a criança a experimentar a leitura em seus vários aspectos, como o prazer de ver as figuras, de imaginar a próxima página, e de sentir o cheiro do livro.

A educação infantil deve ser um lugar que possibilite a troca de experiência entre todos que ali convive. Deve ser um lugar acolhedor, afetivo, com espaços educativos, estimulante e um lugar onde se brinca. Proporcionando múltiplas brincadeiras que valorize a imaginação e a fantasia das crianças.

A literatura infantil é muito importante no contexto escolar, faz-se necessário que o educador estimule seus alunos a adquirir o hábito da leitura, proporcionando um ambiente alfabetizador e com uma gama de atividades que faça com que os mesmos aprendam e se desenvolvam.

Uma das atividades que podem ser desenvolvida para a criança a tomar gosto pela leitura e se tornar no futuro um adulto praticante, é o cantinho da leitura, a dramatização da história, cantinho mágico, teatro de fantoche, cantinho do faz de conta, cartazes, fotografias, músicas, desenhos, imitação e jogos que a leitura possibilita por meio do seu contexto. Todas essas possibilidades podem ser usadas como fonte de leitura e escrita. Permitindo instigar a criatividade, imaginação da criança, e a entender o universo cultural que as cercam.

É interessante criar um cantinho especial para leitura, com vários tipos de livros, jogos, e demais variados tipos de manifestações artísticas, oral, escrita e corporal. Assim, as crianças constroem o seu saber de forma divertida e criativa.



Fazer o uso de flanelógrafo, massa de modelar, confeccionando personagens e cenas das histórias para dar vida é uma forma de interagir com a leitura feita. O professor deve transformar a sala de aula em um ambiente estimulante e prazeroso, para que a criança possa manifesta livremente a sua criatividade a partir da história lida.

Para RAMOS (2003), “A leitura é o meio mais importante para se chegar ao conhecimento. Não importa a quantidade que lemos, o que importa é com que profundidade chega-se a esse entendimento”.

De acordo com essa citação podemos dizer que a leitura é importante na aquisição do conhecimento da criança, e que se a mesma tiver diariamente contato com livros de qualidade, ler ou ouvir as histórias de forma que ela entenda, chegara aos benefícios que a leitura traz.

Para que isso ocorra é necessário que o educador seja assíduo com a leitura criativa em sala, pois é a partir desse pressuposto que a criança se identificara com a leitura.

É importante ressaltar que para ser um bom contador de história o educador em primeiro lugar deve gostar de ler, pois afinal de contas ele será um exemplo para as crianças. CAVALCANTE (2002, p. 25) afirma que “a melhor técnica para narrar histórias de maneira sedutora é ser um bom contador absolutamente apaixonado pelo mundo de faz de conta”. É muito importante que o educador busque sempre se atualizar, fazendo cursos, a fim de ficar cada vez mais atualizado, para poder desenvolver um bom trabalho didático junto das crianças.

Ao contar uma história o educador deve assumir uma postura especial, um tom de voz que cativa as crianças, e durante a história fazer devidamente as mudanças de vozes necessárias, para que os personagens realmente criem vida. É a emoção passada pelo professor através de gestos e sem duvida o tom da voz que seduz a criança para a narrativa apresentada, dessa maneira a criança tem mais facilidade de gostar de ler.

De acordo com ABRAMOVICH ( 1993, p. 18):

Para contar história – seja qual for – é bom saber como se faz. Afinal nela se descobrem palavras novas, se entra em contato com a música e a sonoridade das frases, dos nomes... Se capta os ritmos, a cadência do conto, fluindo como uma canção... Ou se brinca com a melodia dos versos, com o acerto das rimas, com o jogo das palavras... Contar história é uma arte.

De acordo com a autora, contar história é uma arte simples podendo ser feita somente com a voz se for bem feita. Com uma voz harmônica, conciliando os elementos do texto com a sensibilidade do leitor.



É preciso que o contador de história não se esqueça que a leitura é um exercício de um diálogo, tendo em vista que se deve abrir espaço para as perguntas e indagações que a leitura provoca na criança.

[...] quando uma criança escuta a história que lhe contam, penetra nela simplesmente, como história. Mas existe uma orelha detrás da orelha que conserva a significação do conto e revela muito mais tarde. (Louis Paswels in: ABROMOVICK, 1989).

Quando uma criança ouve uma história acontece o ato de imaginar, e a formar imagens sejam elas reais ou não. Favorecendo o emocional da criança, em um determinado tempo. Fazendo a criança a refletir futuramente nos atos feitos pelos personagens, e comparando com sua realidade.

ABRAMOVICH (2003) entende que: ouvir e ler histórias é também desenvolver todo o potencial crítico da criança. É poder pensar, duvidar, se perguntar, questionar... É sentir inquieto, cutucado, querendo saber mais e melhor e percebendo que se pode mudar de ideia... É ter vontade de reler ou deixar de lado de uma vez...

Ao contar uma história a criança passa a interagir, acrescentam detalhes, personagens. Para que esse momento seja prazeroso o contador de história deve sempre ter se preparado, e feito uma boa escolha do livro a ser utilizado assim como os materiais. Esse momento quando bem feito, estabelece vínculos afetivos entre a criança e o educador.

Uma possibilidade para obter um bom resultado na hora do conto, o educador deve se preparar memorizar e não decorar a história, pois dessa forma permite caso aja uma adaptação própria para o determinado momento. Destacar as partes mais importantes, interessantes e significativas, para que após a leitura possa ser trabalhada com a criança. No momento da leitura dar a entonação que todos os personagens têm, e a cada nova situação. Deixar falar quem se sentir tocado a falar, sem pressa, deixar despertar emoções em quem lê e em quem ouve.

Na educação infantil para contar uma história é imprescindível saber contar história, a leitura tem a obrigação de vir acompanhada de muito entusiasmo pelo professor, pois é através da leitura que a criança descobre palavras novas capta o ritmo, a sonoridade das frases, a melodia dos versos, harmonia da voz e seu tom. Segundo ABRAMOVICH (1991) “Contar história é uma arte... e tão linda!!! É ela que equilibra o que é ouvido com o que é sentido, [...] Ela é o uso simples e harmônico da voz”. (p. 18).



Através dessas técnicas é possível alcançar muitos objetivos como a atenção, concentração, equilíbrio emocional, desperta o prazer pela leitura, pois, a mesma cria sua percepção de mundo. Expandindo seus conhecimentos através dos livros lidos e das situações que o professor possibilitara aos seus alunos de ante das histórias contadas.

### **A ludicidade e sua proposta para o trabalho literário**

O brincar faz parte da essência da criança. Quanto mais brincam mais aprendem. Dessa forma descontraídas conhecem o mundo do saber e desenvolve a cognição. Brincando a criança aprende, mas é necessário que o professor assuma a responsabilidade de direcionar o desenvolvimento de atitudes de respeito e de cooperação.

A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, além de ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, enquanto investe em uma produção séria do conhecimento.

Ouvir história além de ser muito prazeroso quando criança é um ótimo recurso para alfabetizar, a literatura passa a despertar uma nova relação com diferentes emoções e visão de mundo, ajustando dessa forma, o processo intelectual e cognitivo da criança.

A literatura fomenta na criança o potencial crítico e reflexivo, levando a questionar, escutar e dar opinião. Podemos afirmar que a criança ao entrar em contato com a literatura, transforma suas atitudes e a maneira de pensar. Sem contar que aumenta a sua segurança, na medida em que ganham novos espaços em suas criações e imaginações.

Na infância a criança atribui à literatura um enorme valor, e esta têm ligação com o lúdico, pois essa proporciona uma enorme variedade de atividades lúdicas, tais como desenhos, teatros, faz de contas e muitas outras.

Segundo ABRAMOVICH (1993), “O ouvir histórias pode estimular o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatral, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo. Afinal tudo pode nascer de um texto!”. A criança, ao ouvir história, vive diversas emoções. Afinal escutar história é o início, o ponto chave, para se tornar um leitor, um inventor, um criador.

Para a criança ler ou ouvir história é brincar. Quando tem a capacidade de indagar, comentar, duvidar e discutir sobre ela acontece um intercambio verbal que vem de encontro com as noções de linguagem.



Portanto, a literatura deve está inserida na realidade de ensino-aprendizagem, despertando na criança o hábito da leitura, a imaginação e as fantasias que a leitura proporciona a quem lê. Mas além do ensino didático as construções de valores morais, desperta também o prazer, sentimento e pensamentos críticos.

### **Considerações Finais**

A partir de tudo que foi abordado, percebe-se o quanto é importante que a leitura seja iniciada na educação infantil. E como é importante o papel mediador que o educador faz, pois será de sua responsabilidade proporcionar aos alunos todos os dias uma dose diária de boa leitura, seguidas de atividades lúdicas que desenvolverá no aluno a sua criatividade e aguçará a sua imaginação.

Com isso os contos de fadas são primordiais para o ensino da leitura e da formação da criança, já que essas são histórias que cativam leitores de todas as idades.

Portanto, pontua-se a relevância de abordar acerca de desenvolver o interesse e hábito pela leitura é um processo constante, que inicia em casa com os pais e depois nas escolas com os educadores, seguido pela vida afora. São muitos os fatores que influencia o interesse pela leitura.

Sendo assim pode-se dizer que a capacidade de ler está ligada a motivação que a criança recebe em casa pelos pais e na escola pelos seus educadores.

O professor de educação infantil deve sentir um prazer pela leitura, para que possa haver um vínculo entre ele e a história, afim de que as crianças sejam também cativadas, e façam uma viagem ao mundo da imaginação, do maravilhoso e da fantasia.

Sendo assim, nota-se que a leitura é muito importante para o desenvolvimento infantil trazendo uma serie de benefícios posteriores, uma criança quando desde cedo é expostas a leitura se desenvolve com maior facilidade, se desde pequeno convive com livros com muitas figuras como, por exemplo, de animais, ao ver um pessoalmente pode associar as imagens vistas no livro e saber identificar o animal.

Uma vez que a experiência com a leitura é fundamental, única, individual e nova, a criança pode sentir inúmeras sensações e emoções ao ouvir uma história, e se apropriar da mesma se tornando um leitor assíduo, capaz de desenvolver melhor sua escrita.





## Referencias Bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 2. ed. São Paulo: 1991.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Spicione 1993.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Spicione LTDA, 1997.

BARROS, FCOM. *Cadê o brincar?: da educação infantil para o ensino fundamental*. In: Scielo. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acessado em: 13 de junho de 2014

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CORSINO, Patricia et al. coleção explorando o ensino. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. 2010.

FAZINO, L. S. Contar História, Inventar História e a recreação fantasiosa. In. PARHAM, L. D;

FAZIO, L. S. **A recreação na terapia ocupacional pediátrica**. São Paulo: Santos livraria, 2000 p. 235.

RAMOS, Ana Claudia. **Contaço de histórias: um caminho para a formação de leitores?**

In: Uel. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011 - RAMO S Ana Claudia.pdf>. Acessado em: 14 de julho de 2014.

Silva, M. Poesia infantil contemporânea: dimensão lingüística e imaginário infantil.



SIMOES, VERA LUCIA BLANC. Histórias infantis e aquisição de escrita. *In:* Scielo. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 30 de maio de 2014.

RAMOS, Magda Maria. A literatura como fruição na escola.

VILLARDI, Raquel. Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Ed., 1999.

ZAMBONI, Ernesta; FONSECA, Selva Guimarães. Contribuições da literatura infantil para a aprendizagem de noções do tempo histórico: leituras e indagações. *In:* Scielo. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622010000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 30 de maio de 2014.



## **EVASÃO VERSUS PERMANÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS PARA O PROEJA**

CARMO, Gerson Tavares do

*Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais  
gtavares33@yahoo.com.br*

PESSANHA, Josemara Henrique da Silva

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais  
josihsp@gmail.com*

372

### **RESUMO**

Este trabalho<sup>1</sup> apresenta um estudo preliminar sobre os aspectos da evasão e permanência escolar dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, implementados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, localizado no estado do Rio de Janeiro. Esse estudo, de caráter descritivo-exploratório, primeiro apresenta, a partir do Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), a seção em que aponta a necessidade de aprimoramento na atuação relacionada à evasão escolar nos Institutos Federais. Em seguida, chama a atenção para a contradição existente entre as muitas centenas de publicações sobre evasão e as poucas dezenas sobre permanência escolar publicadas nos últimos 15 anos. Dessa forma, o artigo objetiva constituir um *lócus* de discussão sobre a ênfase dada à evasão em detrimento da permanência escolar. Em consequência, caberá neste trabalho apontar algumas investigações sobre os processos de permanência em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando pistas para ampliar o debate e expor novas perspectivas para pensar a qualidade da educação nos cursos do PROEJA nos *campi* do Instituto Federal Fluminense.

**Palavras-chave:** Evasão. Permanência Escolar. PROEJA

### **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to present a study on aspects of dropout and retention of students of the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the form of Young and Adults – PROEJA implemented at the Federal Institute of Education, Science and Technology Fluminense, located in Rio de Janeiro State. From the Tribunal de Contas da União (TCU), this study, descriptive and exploratory, first presents the section that shows the need for improvement in performance related to dropout in the Federal Institutes. Then it is made an observation to the contradiction between the many hundreds of publications on dropout and the few dozen about retention on school published in the last 15 years. Therefore, the paper aims to provide a locus for discussion of the emphasis on dropout in detriment of retention in school. Consequently, in this work will point out some research on the processes of retention in the Youth and Adults (EJA) programs, seeking signs to increase the discussion and expose new perspectives to think the quality of education in PROEJA courses on the campuses of the Federal Institute Fluminense.

**Key-words:** Evasion. School permanence. PROEJA

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.



### **Da EJA ao PROEJA: uma síntese**

Historicamente, o campo da educação de jovens e adultos se configurou em diferentes fases, onde as relações de cooperação e conflito perpassaram entre as esferas governamentais federal, estadual e municipal.

No início, quando surgiram as primeiras iniciativas de valorização da educação de adultos, os interesses incidiam pela alfabetização daqueles que colaborariam para o desenvolvimento produtivo e vida cívica urbana no país.

A partir de 1947, quando ocorre a primeira campanha de Educação de Jovens e Adultos, diversos movimentos foram desenvolvidos visando solucionar as carências educacionais da população no nível fundamental. Implementou-se as primeiras políticas públicas nacionais no campo da educação de jovens e adultos, através das campanhas de alfabetização (DI PIERRO *et al.*, 2001).

Um novo cenário contraditório em relação às décadas anteriores surgiu entre os anos 1960 e 1970. Movimentos de educação e cultura popular ligado a organizações sociais, a Igreja Católica e a governos realizaram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes sobre os seus direitos, a analisarem criticamente o contexto em que estavam inseridos e neste sentido, buscar alternativas de intervenção sobre sua realidade. Estas ações pautaram a proposta de Paulo Freire, cujas experiências formuladas marcaram a educação de jovens e adultos no Brasil.

Com o Golpe 1964, foram combatidos os movimentos de educação popular e implementado o Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL), como doutrina do Ensino Supletivo que se difundiu por milhares de municípios, buscando legitimidade e ampliação. De acordo com Di Pierro (2005, p. 1117), esta ação

[...] atendeu ao apelo modernizador da educação a distância e aderiu aos preceitos tecnicistas da individualização da aprendizagem e instrução programada, que fundamentaram a difusão das modalidades de educação não-presencial em centros de estudos supletivos e telecursos, que se somaram aos cursos presenciais na configuração de um subsistema de ensino supletivo em expansão (DI PIERRO, 2005, p. 1117).

Nota-se que, devido ao caráter compensatório desta ação política de ensino supletivo, a educação de jovens e adultos ficou marcada significativamente até os dias atuais, onde apesar dos avanços legais instituídos, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esta cultura dificulta o reconhecimento de novas referências



curriculares para este público, de metodologias e organização escolar que atendam as especificidades deste grupo. Inclusive, dificulta o entendimento do quanto o discurso da evasão se fortalece a partir de tais concepções.

Porém estas dificuldades não comprometem de modo algum as conquistas legais, no final da década de 1980. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 208, declarou como dever do Estado, a educação como direito, ampliando para todos aqueles que não tiveram a escolaridade básica, independente da idade. De forma complementar, a LDBEN 9394/1996, em seus artigos 37 e 38, coloca a educação de jovens e adultos na condição de modalidade de educação como direito, superando o paradigma da suplência constante na LDBEN anterior.

Por ocasião da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, tendo com meta primordial a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta, destacando o campo da educação de jovens e adultos e propondo implementação de políticas nesta área.

Entretanto, após a transição de paradigmas, da LDBEN 5692/1971 para a LDBEN 9394/1996, as ações governamentais de atendimento as demandas da educação de jovens e adultos sofreram contração<sup>2</sup>. Com políticas educacionais fragmentadas, descontínuas e irregulares, no período dos anos 1990, o governo brasileiro não assumiu o seu compromisso com este grupo e promoveu a desvalorização da EJA.

De forma complementar, outros avanços da EJA podem ser constatados nos últimos anos. No período posterior à V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA)<sup>3</sup>, ocorrida em Hamburgo, Alemanha, em julho de 1997, vários movimentos na sociedade brasileira, em defesa das conquistas democráticas e dos direitos constitucionais, assim como acordos firmados internacionalmente, contribuíram para que a EJA assumisse o

<sup>2</sup> “A reforma educacional iniciada em 1995 veio sendo implementada sob o imperativo de restrição do gasto público, de modo a cooperar com o modelo de ajuste estrutural e a política de estabilização econômica adotados pelo governo federal. Tem por objetivos descentralizar os encargos financeiros com a educação, racionalizando e redistribuindo o gasto público em favor do ensino fundamental obrigatório. Essas diretrizes de reforma educacional implicaram que o MEC mantivesse a educação básica de jovens e adultos na posição marginal que ela já ocupava nas políticas públicas de âmbito nacional, reforçando as tendências à descentralização do financiamento e da produção dos serviços” (HADDAD, S.; DI PIERRO. M. C., 2000) .

<sup>3</sup> Os acordos dessa Conferência assumiram, principalmente, a questão da educação como direito humano e o sentido do aprender por toda a vida. Entre nós a educação como direito, afirmada na Constituição de 1988, foi regulamentada pela LDBEN n.º 9394 de 1996, definindo o âmbito desse direito para os que não estudaram na idade própria no nível de Ensino Fundamental.



*status* de modalidade própria de educação na LDB n.º. 9394/96<sup>4</sup>, tendo o Parecer CNE/CEB n.º. 11/2000<sup>5</sup> disposto suas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as agências internacionais de fomento e financiamento da educação conduziram as reformas educativas no mundo, indicando quais as prioridades e homogeneizando as ações. O caso brasileiro, não foi diferente.

Inicia-se o século XXI, e a demanda por políticas públicas para a educação de jovens e adultos continua presente no contexto brasileiro. O presidente Luís Inácio Lula da Silva, empossado em 2003, apontou uma mudança discursiva, no que tange a alfabetização de jovens e adultos, conjuntamente com a oferta de programas emergenciais de alívio a pobreza.

Nota-se que as limitações iniciais que o governo Lula encontrou, com recursos financeiros restritos para o campo da educação de jovens e adultos, foram sendo superadas com a articulação entre os próprios programas governamentais vigentes a época que foram assumidos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Para além das ações governamentais voltadas para a “erradicação” do analfabetismo no Brasil (proposta do Programa Brasil Alfabetizado), enfrentamento do analfabetismo e baixa escolaridade em bolsões de pobreza do país (proposta do Programa Fazendo Escola) e oferta de cursos de qualificação profissional em nível básico para estudantes pobres (proposta do Programa Escola de Fábrica) administrados pela SECAD, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), concomitantemente, reservou vagas para jovens e adultos em cursos de ensino médio integrados ao ensino técnico certificados pela Rede Federal de Educação Tecnológica.

Desta forma, surge o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, através do Decreto n.º 5.840 de 13/07/2006, que se propõe a ofertar cursos e programas de educação profissional nas modalidades: Formação inicial e continuada de trabalhadores e na educação profissional técnica de nível médio.

Estas ações previstas no PROEJA foram sendo implantadas pelas Instituições Federais de Educação Profissional, que historicamente não tinham essa “experiência” de ofertar

<sup>4</sup> A atual LDBEN abriga no Título V (*Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino*), capítulo II (*Da Educação Básica*) a seção V *Da Educação de Jovens e Adultos*. Os artigos 37 e 38 compõem esta seção. A EJA é definida como uma modalidade da educação básica, nas etapas fundamental e média.

<sup>5</sup> Resolução CNE/CEB n.º. 1, de 5 de maio de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.



cursos/programas para um público especificamente delimitado (EJA), salvo casos excepcionais.

Inicialmente, os desafios se desencadeiam para a integração de três modalidades de ensino aparentemente distintos: o ensino médio, a formação profissional técnica e a educação de jovens e adultos. Concordando com Moura & Henrique (2007, p. 19)

Igualmente desafiante é conseguir fazer com que as ofertas resultantes do Programa efetivamente contribuam para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho desses coletivos, ao invés de produzir mais uma ação de contenção social. (MOURA & HENRIQUE, 2007, p. 19)

376

A proposta do PROEJA é inovadora, na medida em que, além de atender a uma demanda histórica da educação de jovens e adultos oferecendo a educação básica, possibilita também a integração desta com a educação profissional.

De acordo com o Documento Base do PROEJA,

(...) uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora. (DOCUMENTO BASE, 2007, p. 35)

Uma proposta educacional para atendimento ao PROEJA, enquanto política pública requer um rol de metas a alcançar, para a consolidação das concepções, princípios e diretrizes a serem tomadas institucionalmente.

Numa abordagem descritiva exploratória, procura-se compreender sucintamente as características da Rede Federal de Ensino atual, como também os primeiros passos e desafios colocados a proposta PROEJA, enquanto modalidade de ensino regulamentada no Instituto Federal Fluminense.





## O PROEJA no Instituto Federal Fluminense

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, a partir da Lei 11.195 de 18 de novembro de 2005, e posterior reinstitucionalização das escolas técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia<sup>6</sup>, houve um salto quantitativo na criação de novas unidades (instituições/campi) visando ampliar a abrangência das ações educacionais e formativas.

O plano de expansão da Rede Federal foi dividido em fases I, II e II, cada qual com critérios estabelecidos pelo governo, cuja meta é atingir o número de 562 campi, ao final do ano de 2014. Conforme apresentado na tabela 1, a Região Nordeste concentrou o maior índice de crescimento da expansão com 35% dos investimentos na criação/instalação de escolas/campi.

**Tabela 1 – Quantitativo de campi da Rede Federal de Ensino Profissionalizante, por Região e fase de expansão.**

	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Centro-oeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Total</i>
<i>Pré-existent</i>	13	49	11	39	28	<b>140</b>
<i>2003-2010</i>	18	68	21	66	41	<b>214</b>
<i>2011-2012</i>	8	25	18	18	19	<b>88</b>
<i>2013-2014</i>	14	52	14	23	17	<b>120</b>
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>194</b>	<b>64</b>	<b>146</b>	<b>105</b>	<b>562</b>

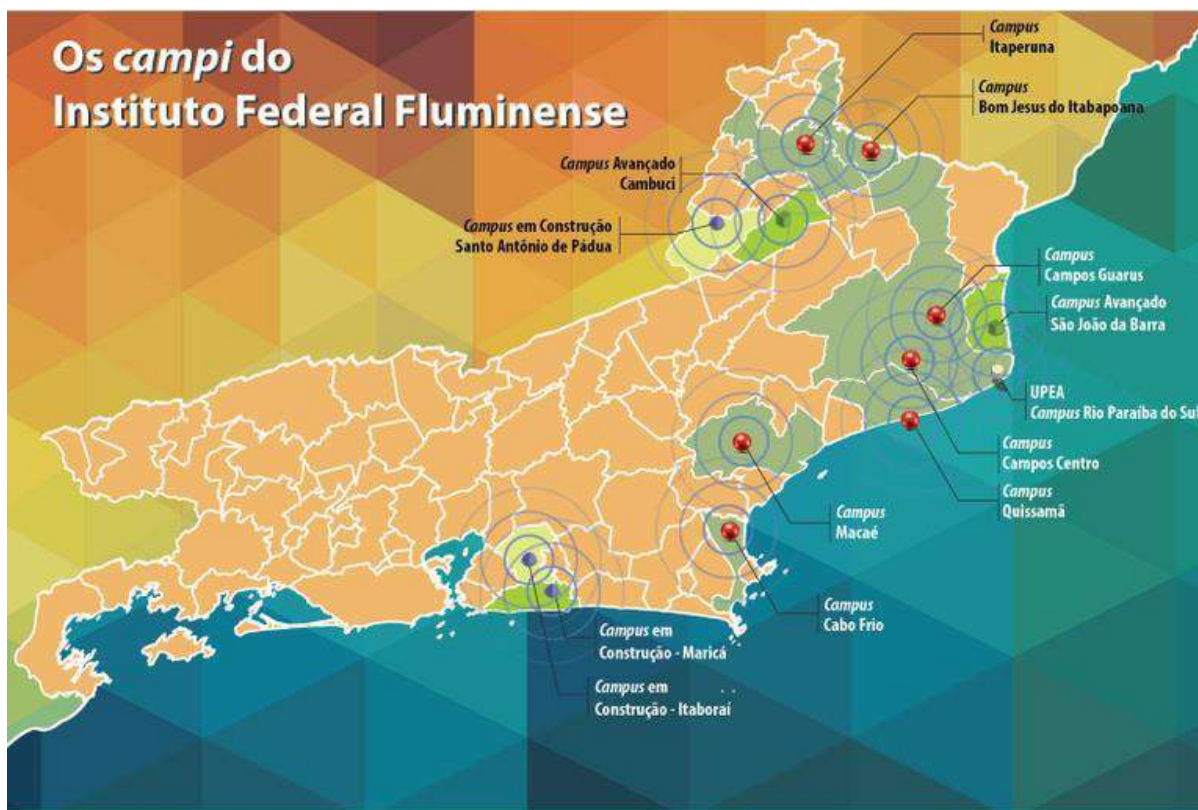
**Fonte:** Relatório da Auditoria – Tribunal de Contas da União (TCU).

A concentração nesse território é consequência, dentre outros aspectos, dos critérios estabelecidos nas fases de expansão que buscavam a interiorização da rede, visando o atendimento a regiões com maior carência socioeconômica, assim como, abrangendo municípios com até 50.000 habitantes e outros com 20.000 habitantes.

No caso do Instituto Federal Fluminense (IFF), localizado no estado do Rio de Janeiro, sua expansão vem avançando em representatividade territorial, com 3 (três) *campi* em construção, situados nos municípios de Santo Antônio de Pádua, Maricá e Itaboraí, integrando a fase III da expansão. Brevemente, o IFF estará comportando 13 (treze) *campi*, situados na Região Norte, Noroeste, Baixada Litorânea e Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.



**Figura 1** – Mapa dos campi do Instituto Federal Fluminense



378

**Fonte:** Mapa disponível no portal: <http://portal.iff.edu.br/campus> - Julho/2014.

Para além das construções e surgimento de espaços escolares, configurado nos *campi*, se institucionaliza uma nova missão,

formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento científico e tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade em geral, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. (Relatório de Gestão do Exercício 2013 IFF, 2014, p. 26)

Sendo assim, o Instituto Federal Fluminense assume seu compromisso com a comunidade escolar quando também propõe, enquanto objetivo e meta institucional “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.” (PDI 2010-2014, p. 98)

<sup>6</sup> Lei de criação dos Institutos Federais, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.



Nesse sentido, a oferta de cursos para as modalidades de ensino de Educação de Jovens e Adultos devem ser consideradas e reafirmadas na perspectiva de promover a inclusão dos sujeitos envolvidos na ação, como também buscar atender a demanda regional, conforme exposto no Decreto de nº. 5.840 de 13 de julho de 2006.

Os cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA, garante tanto a formação do ensino médio quanto o ensino técnico profissional para aqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na “idade regular”. São destinados aos estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental e que possuem idade igual ou superior a 18 anos.

Atualmente, foram ofertadas no IF Fluminense, 245 vagas para os cursos do PROEJA, previsto no Edital n.º 127 de 11/09/2013 para o ano letivo de 2014, conforme apresentado na tabela 2:

**Tabela 2 – Quantitativo de vagas por curso no PROEJA  
Instituto Federal Fluminense (ano letivo 2014)**

<i>Campus</i>	<i>Curso(s)</i>	<i>Vagas</i>
Campos Centro	Eletrotécnica – 1º sem	25
	Eletrotécnica – 2º sem	25
Campos Guarus	Eletrônica – 1º sem	35
	Meio Ambiente – 1º sem	40
Macaé	Eletrotécnica – 1º sem	40
Itaperuna	Eletrotécnica – 1º sem	40
Quissamã	Segurança do Trabalho – 1º sem	40

**Fonte:** Edital público 2014 (disponível no portal: [www.iff.edu.br](http://www.iff.edu.br))

Conforme está previsto no *Projeto Pedagógico Institucional* do IF Fluminense (PDI, 2010-2014, p. 111), as ações pedagógicas, dentre outras, deverão estar direcionadas para:

- a) Desenvolver políticas no sentido da verticalização do ensino e elevação do nível de escolaridade, atendendo desde o Ensino Médio, à Educação de Jovens e Adultos e Formação Inicial e Continuada do trabalhador até a Pós-Graduação. [...] b) Adotar políticas que possibilitem a inclusão social, a democratização do acesso e permanência na instituição.

Observa-se que, o itinerário formativo do estudante poderá ser afetado, em maior ou menor grau, de acordo com sua condição pessoal, mas também se, as ações institucionais que se pretende realizar, conforme consta no Projeto Pedagógico Institucional, estiverem sendo executadas para o alcance ao êxito dos sujeitos em formação.



Há de se reconhecer que houve um avanço com relação às políticas de acesso, especificamente com a garantia de oferta de vagas em cursos de educação profissional integrados à educação básica na modalidade de jovens e adultos (PROEJA) no IF Fluminense. Contudo, o compromisso institucional, não somente voltado ao PROEJA, como também em todos os níveis e modalidades de ensino deveria

[...] articular-se às políticas afirmativas e de permanência na educação básica e superior, garantindo que os segmentos menos incluídos da sociedade possam realizar e concluir a formação com êxito e com alto padrão de qualidade, como fator efetivo e decisivo no exercício da plena cidadania e na inserção no mundo do trabalho. (MORAES, 2013, p. 5)

380

O debate que está colocado é de se estabelecer políticas, programas e ações educacionais que viabilizem a permanência e sucesso escolar, minimizando os índices de evasão, identificados nas pesquisas que serão abordadas no próximo tópico.

### **Evasão *versus* permanência escolar: Um debate necessário**

O fenômeno da evasão escolar tem sido alvo de diversos estudos e pesquisas, cujos principais apontamentos mencionados nesses trabalhos são os motivos que levam a evasão, suas causas e as implicações na vida do estudante. Citaremos alguns trabalhos no decorrer desta análise.

A autora Rosimery Dore (2011), em sua pesquisa sobre *Educação Profissional e evasão escolar em Minas Gerais*, reforça que esse fenômeno (evasão) faz associação a diferentes casos: “retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno” (p. 775).

Dentre essas circunstâncias, a autora também salienta que as situações de evasão têm significados diferentes, dependendo do nível e modalidade de ensino que se está analisando. No caso da evasão no nível médio ou na modalidade profissionalizante, Dore (2011) classifica o fenômeno da evasão em três dimensões conceituais indispensáveis à investigação:

1) níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; 2) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; 3) razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais (JORDAN, LARA, MCPARTLAND, 1996 apud DORE).



Rocha (2011) em seu estudo sobre *Educação de Jovens e Adultos e a evasão escolar: o caso do Instituto Federal do Ceará – Campus de Fortaleza* sinaliza sua preocupação com os indicadores que apresentavam o aumento da evasão na modalidade de ensino de Jovens e Adultos (PROEJA) naquela instituição.

Na conclusão do autor, os fatores internos (institucionais) se aproximam de maneira considerável pelas causas da evasão:

[...] a percepção aligeirada de que o problema está “no outro”, não se encaixa no caso dos cursos de EJA do PROEJA do campus de Fortaleza, porquanto os resultados das análises nos recortes feitos nas falas dos vários segmentos investigados, convergem para as questões de ordem interna da instituição como as práticas pedagógicas, a falta de preparação adequada e a permanência desses professores atuando na EJA, a falta de infraestrutura material, entre outros” (ROCHA, 2011, p.119).

Em outra pesquisa, intitulada *A evasão no PROEJA ministrado pelo Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa*, Oliveira (2011) salienta que, os fatores que levam as causas da evasão do aluno do PROEJA são diversas, dentre eles, ela destaca

[...] a falta de atratividade e de motivação por parte da escola, seu autoritarismo e sua insuficiência, além do despreparo do corpo docente; demonstrações de desinteresse ou de indisciplina ou mesmo a ocorrência de problemas de saúde por parte do aluno; desinteresse em relação ao destino dos filhos e o não cumprimento do pátrio poder por parte dos pais ou responsáveis; a imposição e manutenção de trabalho com incompatibilidade (2011, p. 48).

De acordo com Dore (2011), a evasão e suas causas acabam sendo elementos de difícil compreensão e identificação, pois são influenciadas “por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família, quanto à escola e à comunidade em que vive” (2010, p. 776).

Esta pesquisadora cita Rumberger, um investigador que identifica as causas da evasão relacionadas em duas vertentes: 1) a perspectiva individual e 2) a perspectiva institucional. Este autor, compreende que a perspectiva individual “abrange o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar”, e já a perspectiva institucional refere-se “a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos” (p.776)

Os autores em discussão compreendem que o fenômeno da evasão é um processo complexo, que demanda alternativas com caráter dinâmico e sistêmico a partir do envolvimento de diferentes atores no ambiente educativo.





Com base nesta breve reflexão, e após leitura do Relatório de Auditoria, realizada recentemente pelo Tribunal de Contas da União<sup>7</sup> nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, foi constatado neste documento que “a evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior e menor medida” (2013, p.11).

Neste Relatório constava, tomando como referência os dados oriundos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e dados do Censo da Educação Superior (2009), as Taxas de alunos evadidos a nível nacional, que variavam conforme apresentado na tabela 3:

**Tabela 3 – Alunos evadidos, em curso e concluintes, por tipo de cursos iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.**

Indicador / Tipo de curso	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de alunos dos cursos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Percentual de evadidos	24,0%	18,9%	6,4%	8,7%	4,0%	5,8%
Percentual de alunos em curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Percentual de concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

**Fonte:** Elaboração própria adaptado da Tabela disponível no Relatório da Auditoria (TCU).

Diante do quadro apontado, a priori, o índice de evasão é preocupante em todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelos Institutos Federais, e reconhece-se no documento sua complexidade. As porcentagens demonstraram que no PROEJA Médio, o valor de 24% de alunos evadidos é significativo, porém nas outras modalidades, apesar de terem porcentagens menores, há de se considerar alguns pontos:

Observar que os índices de alunos concluintes (tabela 3) é muito baixo em todos os segmentos educacionais citados, tendo por referência que a taxa de eficácia prevista no Termo de Acordo de Metas e Compromissos feito entre o MEC e os IFs é de aproximadamente 75% do total de alunos matriculados, apresentando-se assim, percentuais de desempenho pouco satisfatório no período.

A taxa de retenção nos cursos de nível superior também deverá ser considerada, pois de acordo com o mesmo relatório, há uma probabilidade de aumento da evasão nesse nível de ensino tendo em vista a quantidade de alunos com atrasos significativos ou com alta retenção.

<sup>7</sup> Relatório de Auditoria recebido em anexo ao Ofício Circular, datado em 22 de outubro de 2013.



Pode-se ocorrer variações nestes índices, caso seja avaliado a região da oferta do curso, demandas locais, como também os eixos tecnológicos, influenciando nos dados quantitativos.

Constatou-se neste documento, a necessidade de se monitorar e acompanhar os índices de evasão, retenção e conclusão para se pensar em políticas que se atentem para minimizar os problemas apresentados.

Os elementos relacionados à evasão foram investigados na pesquisa realizada, através da auditoria na modalidade de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), junto aos alunos, professores, técnicos administrativos e gestores (reitores e pró-reitores) das Instituições<sup>8</sup>. A opinião dos sujeitos investigados será apresentada na tabela (4) seguinte:

**Tabela 4 – Descrições sobre situações de evasão**

<i>Item</i>	<i>Situação diagnosticada</i>	<i>Consequências</i>	<i>Formas de combate à evasão diante da realidade encontrada</i>
1	Oferta de cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais.	Necessidade de desenhar políticas específicas ou estratégias de combate à evasão, levando-se em conta as diferenças de cada segmento atendido.	Há na prática, formas para diagnosticar ou lidar com as heterogeneidades acadêmicas e sociais dos alunos, porém não foi encontrado em nenhum IF pesquisado, estudos que identificassem as causas e combate à evasão.
2	Perfil de alunos que ingressam na instituição com déficits educacionais.	Dificuldades na atuação dos professores, tendo em vista que os alunos apresentam dificuldades de aprendizado dos conteúdos do curso.	Identificar os alunos que tenham propensão a evasão. Após essa identificação, designar assistentes sociais para intervirem junto a esses alunos; ofertar reforço acadêmico com vistas a melhorar a performance acadêmica; selecionar adequadamente os alunos receptores de assistências de caráter social.
3	Acesso de alunos nos cursos com objetivos de ascensão acadêmica, “preparação para o ENEM”, tendo em vista a qualidade do ensino, e desinteresse pela formação profissionalizante (técnica).	Interesse pela qualidade do ensino ofertado nos IFs, não priorizando a formação profissionalizante.	-
4	Oferta de cursos com características altamente especializadas, com “duração longa, entre 2 e 4 anos em média”, exigindo “conhecimento sofisticados” dos alunos	Necessidade de alunos com perfil para esta oferta, “que tenham interesse e vocação para a área escolhida”.	Investir na divulgação do conteúdo dos cursos para que os candidatos tenham informação suficiente sobre o tipo de investimento educacional que irão enfrentar. Outra ação seria oferecer orientação vocacional aos interessados.

**Fonte:** Relatório da Auditoria – Tribunal de Contas da União (TCU).

<sup>8</sup> Os Institutos Federais envolvidos na pesquisa de auditoria estavam localizados nos seguintes estados: Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Norte.





Diante deste cenário, onde os pesquisados expuseram situações de evasão escolar, suas consequências e possíveis formas de intervenção diante do quadro encontrado, pode-se repensar alguns aspectos que podem contribuir nesta avaliação:

- Possibilidade de articular uma política de combate à evasão com caráter multiprofissional, envolvendo os atores no ambiente educativo, professores, alunos, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e gestores.
- Conhecer quem é o aluno que ingressa na instituição, traçar um perfil da turma e repensar a didática, buscando formas de trabalho docente com significado e sentido para o aluno, sem perder de vista o que é realmente importante academicamente e para formação humana do indivíduo.
- Perceber situações que estão inter-relacionadas à permanência escolar, e não somente vinculada à evasão dos alunos no ambiente educativo.

A preocupação dos órgãos reguladores (MEC/SETEC) se detém nas estratégias de combate à evasão e possíveis ações imediatas que minimizem tal fenômeno institucional.

Com o olhar voltado para os cursos do PROEJA, e observando a Tabela 4, constata-se que a evasão escolar (24%) se destaca e toma amplitude, quando observado o percentual de alunos concluintes (37,5%). Contudo, conforme aponta Carmo, é necessário ultrapassar o olhar sobre “a evasão escolar na EJA como problema ou obstáculo de forma naturalizada” (CARMO, 2010, p. 177), permitindo compreender os fatores macro e micro determinantes que impulsionam os estudantes a permanecerem nos respectivos cursos e persistirem na sua trajetória escolar.

Porém, um aspecto a se considerar é o fato de que o termo da evasão pode ter se tornado um discurso saturado, ao invés de uma noção capaz de refletir propositivamente sobre as saídas e retornos à escola por parte de jovens e adultos. Essa possibilidade é melhor percebida quando Carmo (2014) compara o número das produções acadêmicas sobre o tema “permanência escolar”, totalizando 31 publicações, enquanto o número de trabalhos sobre o tema “evasão” ou “fracasso escolar” girou em torno de 1.000 (mil) publicações no período compreendido entre 1996 a 2007. (BRAGANÇA, 2008 apud CARMO).

Nesse sentido, por um lado, questiona-se a, ainda atual, “ênfase” científica sobre a expressão “evasão escolar”. Por outro lado, aponta-se a iniciativa de pesquisadores que apostaram na discussão sobre a permanência escolar, mesmo que timidamente, como um possível caminho para “sair do círculo vicioso das explicações ‘saturadas’ sobre a evasão”. (Carmo, 2014, p.6)



Acredita-se que mesmo com um número “insipiente” de trabalhos acadêmicos sobre a permanência escolar, este vem se formatando enquanto “símbolo de mudança na forma de pesquisar sobre jovens e adultos nos meios populares” (Carmo, 2014, p.30).

Diante desta realidade, nossas indagações para a investigação, fogem do sentido de averiguar quais os fatores que motivaram a desistência, mas sim, investigar junto àqueles estudantes que continuaram seus estudos as razões pelas quais *permaneceram*, buscando compreender que elementos favorecem sua permanência escolar.

Fazendo o caminho inverso traçados nas pesquisas sobre evasão, podemos pensar: o que propiciou aos estudantes a continuidade de sua trajetória acadêmica? Quais os pontos favoráveis nesse processo? Eles existem?

Embora Carmo (2014), afirme que as 31 publicações sobre o tema *permanência escolar*, não dialoguem entre si, deve-se considerar, contudo, que são propostas de um movimento instituinte que vai de encontro ao discurso da evasão. Nesse movimento, Carmo (2014) percebe a necessidade de reconhecer e desenvolver um contra-discurso a favor da expressão permanência escolar, não pela sua repetida afirmação, mas sim pelo desenvolvimento de sua possível conceptualização.

Por exemplo, sob o olhar de Santos (2013), a permanência do estudante pode estar relacionada a dois aspectos: 1º a permanência material que está associada às condições materiais de subsistência no espaço escolar, que no caso de seu estudo, está direcionado aos estudantes negros ingressantes na Universidade. E o 2º aspecto é a permanência simbólica que se refere às condições que o estudante tem de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e se sentir pertencente a ele.

Na abordagem de Carmo & Carmo (2014), os autores apresentam o termo permanência, como uma busca a sua significação conceitual, especificamente para a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pensando neste enfoque, os autores avançaram delimitando duas categorias, a partir do diálogo com as publicações escolhidas por eles e percebidas enquanto *experiências instituintes*:

A permanência escolar como símbolo de mudança na forma de pesquisar sobre jovens e adultos dos meios populares e; a permanência escolar como lugar de agir, refletir e escrever sobre o direito a qualidade na educação para jovens e adultos dos meios populares. (CARMO; CARMO, 2014, p. 33)



Já na pesquisa de Mileto (2009), o autor trata das *Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos* em sua dissertação de mestrado. Desistir ou permanecer num curso de EJA pode estar relacionado ao que o autor chamou de fatores externos e fatores internos relacionados a instituição escolar.

Os fatores externos estão vinculados principalmente aos obstáculos interpostos pelas estruturas sócio-econômicas, que se refletem no cotidiano e nas histórias de vida dos alunos. Os fatores internos decorrem da configuração das relações sociais instituídas no âmbito do espaço escolar, destacadamente as interações estabelecidas no interior da turma (ou classe, segundo a designação usada em alguns estados brasileiros). (MILETO, 2009, p.12)

386

Diante dessa aproximação inicial sobre a temática *permanência escolar* percebe-se que este elemento poderá estar associado diretamente à educação de qualidade, conforme mencionados na legislação brasileira (Constituição/1988 e LDBEN/1996).

A busca pela efetivação do direito à educação nos remete a questão da *permanência escolar* como elemento crucial na trajetória estudantil, principalmente vislumbrando a integração de ações educacionais que auxiliem no êxito do estudante.

Concordamos com Carmo (2014, p.14) quando menciona que,

a permanência escolar se apresenta como símbolo a materialidade de um lugar discente, um “estar” na escola para aprender e não só para estar de corpo presente. E também, como um lugar discursivo, de onde o pesquisador escreve e diz com o propósito de garantir e proteger o direito a uma educação de qualidade, diferentemente daquele lugar discursivo que se materializa na tentativa de garantir, a qualquer custo, apenas o fluxo escolar dos alunos.”

Com base nessa recente discussão acerca da permanência escolar, com vistas a refletir sobre a qualidade da educação é que embasa-se esta pesquisa de mestrado em políticas sociais, buscando uma aproximação com a realidade do Instituto Federal Fluminense, na perspectiva de analisar a permanência e êxito escolar junto aos alunos dos cursos do PROEJA.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA*: documento base. 2006a.

\_\_\_\_\_. Decreto N° 5.840, de 23 de julho de 2006. *Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA*. Brasília, DF: 24 de junho de 2006b.



\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 506/2013*. Plenário. Relator: Ministro Jorge José. Processo TC 026.062/2011-9. Ata 08/2013. Brasília, DF, Sessão 13/03/2013.

CARMO, Gerson Tavares do. O enigma da Educação de Jovens e Adultos: um estudo das evasões e retorno à escola sob a perspectiva da teoria do reconhecimento social. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.

CARMO, Gerson Tavares do; CARMO, Cintia Tavares do. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. *In: Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 22, n. 63. Revista acadêmica, avaliada por pares, independente, de acesso aberto, e multilíngue. Dossiê Educação de Jovens e Adultos II. Editoras convidadas: Sandra Regina Sales & Jane Paiva, junho, 2014, p. 1-45.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masaão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *In: Cadernos CEDES*, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *In: Revista Educação e Sociedade*, vol. 26, n. 92, Campinas: outubro, 2005, p. 1115-1139.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *In: Cadernos CEDES*, ano XXI, n. 55, novembro, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci_arttext). Acessado em 22/09/2013.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *In: Cad. Pesqui.* [online]. vol.41, n.144, 2011, p. 770-789. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acessado em 01/06/2014.

FAVERO, Osmar. Lições da História: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. *In: OLIVEIRA, M. L.; PAIVA, J. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 13-28.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2011.

MILETO, Luiz Fernando Monteiro. No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir – Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói. 2009, 215 p.

MORAES, Karine Nunes de. Qualidade da Educação: Acesso e Permanência. *In: Revista Salto para o Futuro*. TV Escola. Ano XXIII – Setembro, 2013. p.4-7.



MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. História do PROEJA: entre desafios e possibilidades. SILVA, Amélia C. R.; BARACHO, Maria das Graças. (Orgs) *In: Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar*. Natal-RN: Editora do Cefet-RN, 2007. p. 17-33.

OLIVEIRA, Iraldirene Ricardo de. A Evasão no Proeja ministrado pelo Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2011.

PAIVA, Jane. Inclusão na educação de jovens e adultos. *In: Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*. vol. 01, n. 1, 2011. p. 14-23, Disponível em: <http://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/viewFile/3/2>. Acessado em 13/10/2013.

ROCHA, Wellington Moreira da. Educação de Jovens e Adultos e a Evasão Escolar: o caso do Instituto Federal do Ceará Campus de Fortaleza. Dissertação (mestrado) Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2011.



## POR UMA DANÇA NA MEMÓRIA

SÁ, Denise Maria Quelha de  
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
*deniquelha@hotmail.com*

### RESUMO

Esse artigo procura construir sentidos preliminares entre as perspectivas teóricas da microssociologia de Jean-Gabriel Tarde(2007) na sua Teoria da criação, da filosofia de Henri Bergson sobre o processo de criação das memórias e de Gilles Deleuze onde conceitua o processo de constituição de memória e aponta a sua relação com a diferença e a repetição, com o intuito de pensarmos a memória em processos de criação e sob a perspectiva crítica, estética e política. O objetivo principal é o de constituir um embasamento teórico crítico para o ensino da dança que possibilite a criação artística através da ação pedagógica comprometida com o rompimento de estruturas hegemônicas e alienadoras contemporâneas, onde a memória sirva como suporte para os processos criativos e a leitura crítica das imagens seja o fio condutor do processo de ensino da dança.

**Palavras- chave:** dança, memória e imagem

### ABSTRACT

This article seeks to build preliminary directions between the theoretical perspectives of microsociology Jean-Gabriel Tarde (2007) in his theory of creation, the philosophy of Henri Bergson on the process of creating memories and Gilles Deleuze which conceptualizes the process of memory formation and pointing to his relationship with the difference and repetition, in order to think about the memory processes of creation and in the critical perspective, aesthetics and politics. The main objective is to provide a critical theoretical foundation for dance education that enables artistic creation through compromised with the disruption of hegemonic structures and alienating contemporary pedagogical action, where memory serve as support for the creative processes and critical reading images is the main thread of the process of teaching dance.

### Os descaminhos da memória na dança

Na etapa preliminar das pesquisas e indagações para o desenvolvimento da minha tese de doutorado em memória Social um fato em especial me chamou muito a atenção e me serve agora como diretriz para o desenvolvimento desse artigo: As diferentes classificações de memória utilizadas por alguns pesquisadores da área da dança em seus estudos. Aponto aqui algumas: Memória primitiva, memória individual, memória ancestral, memória mãe, memória intelectual, memória corporal, etc. O que todas essas classificações me trazem em comum é a reflexão sobre qual é o posicionamento teórico desses pesquisadores em seus processos artísticos e pedagógicos devido à ausência de referências específicas sobre a memória.

A memória, desde o final do século XIX, já se apresentava como objeto de estudo em algumas pesquisas como as desenvolvidas por Tarde (2007) e Bergson (2010) que concebiam como movimento, criação no tempo e no espaço do indivíduo e da sociedade, a como





possibilidade de transformação constante, tanto social como individual. Em contraposição temos as desenvolvidas por Halbwachs (2004)<sup>1</sup> que consideravam a memória como representação social, resultante de um processo social constituído através da coerção social, dos laços e quadros sociais estáveis que possibilitam a coesão social em uma sociedade que determina as ações e direcionamento dos indivíduos.

A partir dessa breve síntese, podemos perceber o quanto a opção por um determinado autor pode resultar em um posicionamento voltado para perspectivas positivistas, como em Halbwachs, ou para perspectivas mais críticas quanto ao processo de constituição das memórias, como em Tarde e Bergson. Essas diferentes perspectivas oferecem um reconhecimento distinto tanto quanto à ação como a classificação da memória no indivíduo ou na sociedade indicado pelo pesquisador e a opção por uma delas implica diretamente em adotar os seus critérios, classificações e delimitações.

No final do século XIX e no início do século XX, segundo Silva<sup>2</sup> (2005), desenvolve-se a Dança Moderna onde observamos nas pesquisas, nos processos artísticos e pedagógicos a utilização da memória, e na Dança contemporânea já encontramos metodologias onde a memória é utilizada como fio condutor para a construção artística e pedagógica, como em Pina Bausch. Porém, de certa forma, percebo que o não posicionamento teórico desse artistas em seus processos comprometem o entendimento quanto a descrição, a crítica e a profundidade da ação da memória.

O objetivo desse artigo é constituir sentidos preliminares sobre o processo de construção da memória a partir das referências teóricas de Tarde, Bergson e Deleuze em um referencial teórico que possa ser utilizado em processos de ensino da dança que busquem o desenvolvimento da capacidade reflexiva, crítica, ética e política, da autonomia e da subjetividade nos alunos/intérpretes envolvidos no processo.

### **Por quê Tarde, Bergson e Deleuze?**

#### **Bergson e a Duração**

A escolha pela filosofia de Bergson é decorrente da importância da sua concepção de memória, que para além de perspectivas individuais ou sociais, se orienta para a compreensão

<sup>1</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

<sup>2</sup> SILVA, Eliana Rodrigues. *Dança e pós-modernidade*. Salvador: EDUFBA, 2005.





das circunstâncias da emergência do devir e da criação. Bergson (1965) busca desfazer a ilusão do senso comum quanto à percepção dos dados da realidade, ao mostrar que as qualidades definidas do mundo e dos objetos são criados a partir da experiência da duração. Experiência que produz um deslocamento da análise da realidade ao incorporar a temporalidade como condicionante da nossa percepção e memória.

Ele aponta como alternativa à descontinuidade e à imobilidade e ao privilégio às categorias kantianas o pensamento que prioriza o devir, o movimento e a experiência. Não nega o aspecto imóvel da realidade, porém o pensa como um caso da variação. Para o filósofo, de acordo com a experiência do tempo, os dados de consciência, percepção dos objetos exteriores e os próprios estados de consciência que se sucedem interiormente, não são estados inertes e acabados, eles se apresentam em continuidade e imbricação dos elementos que se sucedem ocasionando uma passagem de um ao outro imperceptível, numa continuidade indivisível e irrepresentável.

A proposta de análise de Bergson sobre o social, o grupo, o indivíduo, os objetos e os lugares, se dará pelo ponto de vista da duração pura. Ótica que revela o processo de constituição da relação interna dos/entre os elementos, que ganham emergência enquanto qualidades, e da externa, sob a forma de quantidades justapostas provenientes de uma continuidade de interpenetração, e da imbricação e da mudança contínua que constitui esse todo movente que constitui a memória.

Segundo Bergson (2007, p. 41), a duração real é “memória, mas não memória pessoal, exterior àquilo que ela retém, distinta de um passado do qual ela asseguraria a conservação; memória que prolonga o antes no depois e os impedem de serem puros instantâneos”. A duração opera a relação entre o passado e o presente em um tempo dividido em presente, passado e futuro. A continuidade do tempo é proveniente da duração que liga o presente que passa com o presente atual, “uma continuação disto que não é mais nisto que é” (IDEM, p.46). Nesse sentido, duração é memória, elo entre o antes e o depois e sem ela não teríamos a experiência de sucessão no tempo como movimento contínuo e acumulativo, viveríamos eternamente no presente.

A duração é continuidade e heterogeneidade, experiência no tempo, coexistência virtual do passado no presente da qual resultam as qualidades sensíveis provenientes da contração de uma multiplicidade de elementos heterogêneos fundidos. Se caracteriza como força, poder a partir do qual uma experiência consegue eficiência e cria uma nova tendência. Toda sensação é qualidade e eficácia, multiplicidade que dura. Nossa consciência experimenta uma duração



que é capaz de reter num intervalo de tempo uma quantidade imensa de fenômenos repetitivos, mas, “(...) enquanto milhões de fenômenos se sucedem contamos apenas alguns deles” (BERGSON- 2010, p. 243).

Segundo o filósofo (2010, p. 244), “perceber consiste portanto, em suma, em condensar períodos enormes de uma existência infinitamente diluída em alguns momentos mais diferenciados de uma vida mais intensa, e em resumir uma história muito longa”, ao acionarmos a percepção contraímos numa qualidade sentida milhões de vibrações, onde o que contraímos, “tensionamos” é matéria, é extensão.

A duração possibilita a coexistência pela contração do passado no presente, e através dessa contração é que é realizada a conexão entre o plano da percepção (presente) e o plano da lembrança (passado). A contração possibilita a passagem da repetição material a uma coexistência temporal, operação fundamental onde uma imagem se produz para a consciência com uma mudança de natureza em relação ao “objeto” de referência, produz a passagem da dispersão material para uma sobrevivência temporal. Em nossa consciência os objetos possuem uma “duração” que corresponde à contração de sua variação oscilatória material em uma sensação, na matéria eles existem somente neste estado de variação/repetição. Dois estados com diferenças de natureza, que não podem ser pensados como instâncias separadas, pois se relacionam sem se coincidirem, mas que se interpenetram. Esta diferença é a diferença entre o passado e o presente que coexistem virtualmente na duração.

Essa coexistência virtual é o lugar da *criação*. O que surge de novo é a diferença expressada pela dados imediatos da nossa consciência como qualidade sensível. Bergson não parte da compreensão da realidade como pronta e acabada, sua concepção da duração lhe permite pensar a realidade como processual e contínua. Ele fixa sua atenção no processo, no ato contínuo do se fazer, a criação. As noções de tempo e memória se unificam através do conceito de duração, e nesse processo se desenvolvem as funções da memória de reconhecimento e de rememoração.

O filósofo distingue duas realidades, a objetiva ou atual e ontológica ou virtual. O real pressupõe uma dupla natureza, atual e virtual, sobre a qual os processos de criação ou mudança podem ser compreendidos.

Segundo Bergson (2010, p.176), o passado sobrevive sob duas formas distintas, como mecanismos motores no corpo e lembranças independentes no espírito. O reconhecimento se faz de forma distinta para cada um, de modo automático ou por ações para os mecanismos



motores do corpo e por atualização de imagens na consciência no espírito. Do lado do corpo temos a *memória-hábito*, “[...]fixada no organismo, não é senão o conjunto de mecanismos inteligentemente montados que asseguram uma réplica conveniente às diversas interpelações possíveis.” Permite a adaptação ao presente e a reação que podem ser efetuadas ou não. Mais hábito do que memória, desempenha nossa experiência passada sem exigir a evocação de imagem. Não se trata de uma representação, mas de uma ação.

Na memória-hábito a “lembrança” é adquirida pela repetição, num processo de decomposição e recomposição, de uma mesma ação até se tornar um hábito. Ela é armazenada num sistema fechado de movimentos automáticos que se sucedem na mesma ordem, em um tempo determinado. Porém, toda percepção se prolonga em ação nascente e, na medida em que as imagens percebidas dessas diferentes percepções se fixam e se alinham na memória os movimentos que as continuam acabam por modificar o organismo, criando “disposições novas para agir”, novos hábitos, referentes às novas experiências.

Dessa forma, depositamos no corpo distintas experiências e mecanismos que possibilitam uma série de reações cada vez mais numerosas e variadas às excitações externas. Memória-hábito voltada para a ação imediata, assentada no presente e visando o futuro e que retém das experiências passadas somente os movimentos “inteligentemente coordenados” que representam seu esforço acumulado pela repetição. Memória que não representa nosso passado, o encena, prolongando o efeito útil adquirido no momento presente.

Memória-Lembrança é coextensiva à consciência, ela retém e alinha todos os nossos estados de acordo com a sua produção dando a cada fato seu lugar e data. Recomeça a todo instante e se move efetivamente no passado. É sob a forma de *imagens-lembranças* que a memória-lembrança registra todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana e só os registra uma vez, tornando possível o reconhecimento de uma percepção já experimentada e a evocação de lembranças passadas.

O registro de fatos e imagens pela memória-lembrança se processa em todos os momentos da duração, o hábito só é lembrança pelo fato de ao me lembrar de tê-lo adquirido recorro à memória-lembrança. A ação se desenrola sempre no presente e as imagens sobrevivem no passado, duas dimensões do tempo que diferem por natureza uma referente à matéria, e a outra como marca da memória. A relação entre matéria e memória, entre o atual e o virtual nos possibilita pensar sobre como a memória é capaz de acumular e aumentar a potência de



transformação e criação da matéria, ao inserir na situação presente a maior parte de sua virtualidade aumentando o leque de ações, de indeterminação trazida pelo corpo.

Bergson analisa a relação entre o plano do presente, o atual e no qual está compreendida a sociedade, e o plano do passado que é virtual e sem o qual não seria possível a percepção, o reconhecimento, o pensamento, a lembrança, a criação e a ação no mundo. E conclui que através da relação entre atual e virtual, a matéria e a memória, o corpo e o espírito, o presente e o passado, é que se torna possível a compreensão de como o novo se cria e como o já criado se transforma, onde essa criação resulta do processo no qual a virtualidade, através das imagens-lembrança, se expressa e atualiza-se solidariamente na matéria através das ações adaptativas do corpo.

A memória social se expressa por esses dois movimentos ou tendências imanes distantes que não podem ser pensadas em separado e nem por referências fixas ou inércia conservadora, mas sim por seu dinamismo criador que possibilita a repetição e a invenção ou a conservação e a criação num jogo contínuo entre estas duas tendências.

Para Bergson (2010) cada atual presente é o passado inteiro em estado contraído, pois já contém em si a imagem especular ou o germe da passagem que o liga imediatamente ao passado em geral. O passado é a síntese do tempo do qual o presente e o futuro são apenas dimensões. Ele é contemporâneo do presente. Cada passado é contemporâneo do presente que ele foi, paradoxo da contemporaneidade, todo o passado coexiste com o presente em relação ao qual ele é passado, paradoxo da coexistência e o passado é o elemento puro de um passado em geral que preexiste ao presente que passa, o paradoxo da preexistência.

Segundo o autor para ultrapassarmos a esfera da imagem atual e nos colocarmos em contato com a memória pura será necessário será um *salto* nesse passado onde encontraremos nossa lembrança em seu estado natural, virtual. Esta operação corresponde a uma saída da psicologia que compreende a memória apenas como conjunto das imagens já atualizadas na consciência e a entrada no objetivo de Bergson que pensa a memória imemorial ou ontológica para além da psicologia.

Bergson pensa sobre as condições ontológicas do presente que dura, do passado que se conserva e do futuro que advém, e sobre a possibilidade da experiência real da duração. Sua teoria da memória transpõe ao funcionamento psicológico da memória individual ao oferecer as condições ontológicas aos processos de percepção, reconhecimento e rememoração ao se encaminhar para concepção do monismo no qual as noções de tempo, duração e memória se



equivalem, deixam de ser categorias subjetivas e se estendem à toda a natureza, constituindo a memória mundo.

Para o filósofo a duração comporta em si graus diversos de contração e distensão, onde o monismo do tempo possibilita pensar na experiência da duração real, onde o espírito e a matéria se desdobram numa infinidade de graus ou ritmos diferentes do Tempo. Memória como um plano de composição ou criação de tendências que se criam, coexistem, se transformam e se diferenciam incessantemente na natureza constituindo o plano movente da Memória Social.

### **O afeto de Tarde**

Gabriel Tarde se opõe ao modelo transcendente do pensamento sociológico clássico operado pela dicotomia através do qual o homem é determinado pelo Social que fundamenta o substancialismo e as identidades, e estabelece um princípio imanente que supera as oposições entre indivíduo e sociedade, natureza e cultura, sujeito e objeto. Cria uma perspectiva onde as forças afetivas passam a ser o centro dos processos através da qual natureza e sociedade se compõem.

A vitalidade do afeto trazida por Tarde possibilita a compreensão da sua teoria das forças, da potência e de sua expressão. Ele retoma o conceito de mônada da filosofia de Leibniz que critica o mecanismo cartesiano da inércia e afirma que a vida é interior aos elementos que se atualizam, porém recusa a transcendência que as reduzia a um microcosmo fechado e com relações preestabelecidas e fundadas harmonicamente passando a pensá-las como abertas, em ação, comunicação e transmissão constante de fluxos de umas às outras.

Para Tarde (2007), a mônada é constituída como força e tendência (movimento), um sentir puro que caracteriza a natureza da alma afetiva do elemento infinitesimal, qualidade pura. Corresponde ao sentir puro o ponto de aplicação das duas potências da alma, a crença e o desejo. A crença é a força pela qual toda mônada se diferencia de si e das outras e o desejo, a força pela qual ela modifica a si e também as demais. O desejo e a crença são potências, tendências ou intensidades da alma, o ser espiritual da força, constituindo a alma pura a partir da fusão dessas duas virtualidades.

Na perspectiva bergsoniana a mônada é definida como uma multiplicidade qualitativa, virtual e intensiva que se interpenetram reciprocamente. Para ambos, Tarde e Bergson, o virtual corresponde à parte espiritual de nossa realidade e representa a inclusão do espírito no mundo



como o seu aspecto imanente. Mundo que é concebido por nossos sentidos e por nosso intelecto, soma de julgamentos de valor, relação entre força e avaliação que define o real, onde o ser que se exprime através de suas duas potências, a de agir e a de pensar, através do desejo que exprime a ação da força afetiva e da crença o seu lado intelectual.

As mônadas de Tarde são forças agentes, irradiativas, elementos infinitesimais, centros de ação que tendem ao limite da sua própria força, sua potência. O ser da mônada tende a compor sua força com a de outras mônadas para aumentar sua potência, seu meio de formação e crescimento para a aquisição ou apropriação de potência através da lógica da posse. O filósofo pensa um princípio de conexão entre as duas potências do ser e propõe substituir o verbo ser (être) pelo verbo haver (avoir) na sua concepção identitária, refutando a essência identitária evidenciando as propriedades diferenciais e as zonas de potência do mesmo.

Para Tarde toda coisa, todo corpo é uma sociedade, que sob influência das tensões produzidas pelas forças afetivas se chocam, se compõem e se agregam de acordo com as trocas de comando e obediência determinadas pelos diferenciais de potência das mônadas que os compõem e que acabam por defini-los. As mônadas dominantes impõem suas leis às mônadas dominadas, porém as mônadas são livres e independentes produzindo e reproduzindo uma atividade que é do seu próprio gênero, e dessa forma não podemos confundir essas relações de poder com a violência exercida de um corpo sobre outro, por interdição ou coerção. Se trata de um poder que sob um aspecto positivo se define pela capacidade de estimular e sugerir condutas diante um campo de possibilidades.

Os elementos infinitesimais são livres e independentes e essas relações de comando e obediência podem explicar o acordo, a estabilidade e a repetição dos fenômenos. Toda regularidade ou semelhança na natureza, seja física, vital ou social, deve ser compreendida como a repetição dos movimentos infinitesimais desejados e impostos pelas mônadas umas sobre as outras, onde uma mudança ou diferença resulta numa diferença no poder de comandar e de obedecer, na potência de ir até o limite do que a força pode. Uma diferença de organização e de hierarquia entre as mônadas conquistadoras e as mônadas subordinadas.

O filósofo introduz uma perspectiva não totalitária da constituição dos compostos ao afirmar que a relação de poder de uma mônada sobre a outra não esgota a natureza da mônada dominada, pois em toda composição de forças ou mônadas coexiste uma franja de virtualidades ou um fundo pré-individual que não se esgota na atualização de um corpo biológico, físico ou social. É nesse sentido, que podemos observar que as relações de poder constituídas pelas forças





afetivas também constituem a resistência ao comando e obediência, justificando os grandes mecanismos reguladores sociais ou vitais que lutam e que podem ser quebrados pela revolta interna.

O ser é compreendido como uma multiplicidade virtual cuja dimensão atual corresponde apenas a uma parte infinitesimal do realizável ou dos possíveis virtuais, onde numa relação imanente à imensidade do possível o indivíduo, ou corpo individuado, é sempre contemporâneo da sua individuação, resultado do seu processo genético, mas também o meio de individuação.

Tarde apresenta as três grandes leis universais as quais se aplicam a todos os fenômenos observáveis e concebíveis na natureza que são a repetição, a oposição e a adaptação. Através das três formas básicas de Repetição Universal os fenômenos se propagam, se contrapõe e se associam na natureza sob os três domínios distintos: no mundo físico/químico no qual as semelhanças atômicas, ondulatórias e gravitacionais decorrem de movimentos periódicos e vibratórios; no mundo biológico no qual a semelhanças resultam da transmissão hereditária, geração intra-orgânica e extra-orgânica; e no mundo social, onde frutos direta ou indiretamente da imitação resultando em um longo processo de criação.

Tarde (idem, 96) pensa a repetição como algo que repete uma variação ou diferença, o que não é ela própria, existente apenas pela diferença, pois é “O heterogêneo e não o homogêneo está no coração das coisas”. Nesse sentido, Tarde supera o modelo transcendental de criação do universo ao afirmar que é preciso pensar que tudo o que existe, todo fenômeno, já é a repetição de uma diferença constituída a partir de outras diferenças que se irradiaram e se encontraram ao acaso e que já são resultantes de outras repetições que se propagam infinitamente e onde toda a repetição procede de uma inovação.

A potência própria da repetição consiste em diferenciar a diferença repetida. Tarde concebe o universo como sendo percorrido por fluxos infinitos onde cada fluxo se propaga ao acaso e com uma diferença singular provocando encontros entre as suas diferenças que viabilizam a produção de novas diferenças que se propagam formando novos agregados de semelhanças ou que produzem intervenções que modificam as semelhanças já constituídas provocando novos fluxos e fenômenos seja no universo físico, biológico ou social.

Para Tarde as semelhanças e as homogeneidades derivam das diferenças e não da identidade entre elementos dados de antemão. Elas decorrem do encontro acidental de uma diferença com outra diferença, provém da variação assim como o homogêneo do heterogêneo. Essa perspectiva afirma a necessidade de explicar todo o dado concebível no mundo a partir da





diferença e da heterogeneidade, e não da identidade e da homogeneidade, não havendo unidade identitária possível na natureza constituída por uma complexidade de elementos díspares que foram associados e propagados.

A repetição e a associação se encontram no meio social sob as formas da imitação e da invenção. A imitação é uma tendência a partir da qual um fato social, uma singularidade mínima animada pelo desejo de conquista e de formar grandes semelhanças, uma invenção, propaga-se no campo social visando a tendência ao plano infinito das repetições. Porém, a heterogeneidade que constitui estas singularidades oferece também os obstáculos à uniformização social. Essa singularidades ávidas em se propagarem ao entrar em choques uma contra as outras, ou acabam, ou assimilam imitações, ou formam resistências, ou diminuem o seu poder de irradiação.

Dessa forma, o que encontramos na sociedade são vários blocos de tradição e de opinião mantidos pela forte propagação de fluxos imitativos provenientes de centros de irradiação antigos e consolidados, Tarde chamou a esse tipo de repetição de costume. Ao lado dessas repetições costumeiras propagam-se as correntes imitativas recentes e que trazem novidades, que concorrem socialmente entre si almejando a assimilação por um maior número possível de centros imitativos e a conquista de novos adeptos, essa propagação por contágio imitativo foi denominada por Tarde de moda.

Para Tarde enquanto a imitação-costume repete o passado, a imitação-moda repete o novo, o presente contemporâneo que coloca em questão os costumes e coerência das tradições ancestrais. A operação da repetição-moda tende a reorientar a imitação costumeira para as invenções atuais e assim fazer crescer o seu domínio expansivo. Se a imitação voltar a se tornar costume ela será certamente diferente da primeira em decorrência da interferência da imitação-moda.

Nesse sentido, a lógica social, segundo Tarde, se dá a partir da relação entre os homens que imitam-se uns aos outros por meio de um contágio imitativo que possibilita o surgimento e a expansão do novo que propaga de grupo em grupo, num processo de modificação constante onde suas regras vão sendo definidas à medida em que pequenas variações são incorporadas. Assim, é constituindo o processo através do qual os elementos que formam o conjunto da sociedade se produzem, se desenvolvem, se expandem e se instituem socialmente, assegurando a sua própria reprodução e nesse processo a imitação e a invenção se constituem como ato social elementar.



Tarde (1976, p.172) afirma que “Aquilo que é inventado ou imitado, aquilo que é imitado, é sempre uma ideia um querer, uma opinião ou um desígnio, em que se exprime uma certa dose de crença e desejo”. Para ele a crença e o desejo são a substância e a força, quantidades sociais que se encontram no fundo de toda organização social. Segundo tarde, Vargas (2000, p.229) afirma que

[...]crenças e desejos são constantes e universais, uniformes e homogêneos, susceptíveis de crescer ou diminuir, mas não variar qualitativamente, sendo, portanto, não só comunicáveis, transmissíveis de um ponto a outro da escala social, como também, em princípio, mensuráveis, quantificáveis.

399

A crença está relacionada à afirmação ou negação e o desejo à atitude de reter ou repulsar. Um espírito (mônada) pode aderir a uma nova ideia afirmando e incorporando-a, ou negando e repulsando-a. Nesse sentido, os valores e as quantidades sociais são conjunções e acumulações de crenças e desejos que se constituem e se reproduzem no campo social a partir dos cruzamentos entre correntes de imitação.

Crença e o desejo, para Tarde, são forças sub-representativas e pré-individuais a partir das quais a matéria social, quantidades sociais, é constituída através dos atos de imitação e invenção. A crença é o ato de fé e o desejo o querer que propagam no conjunto de fluxos que constituem as quantidades sociais e que participam da organização dos hábitos e memórias sociais da sociedade, são as duas fontes dos laços sociais. Não devem ser compreendidos, portanto, sob o ponto de vista da representação, pois são inconscientes e suas ações correspondem à vida impessoal dos afetos.

Tarde (1976) afirma que as crenças são as forças plásticas e os desejos são as forças funcionais da imitação e da invenção, mas são pré-existentes virtuais à sua ação. Possuem a sua fonte abaixo do mundo social, no mundo físico e hipofísico, no mundo da Energia. Expressam os aspectos dinâmicos do desejo e estáticos da crença que participam na organização e transformação das sociedades, onde o aspecto estático se encontra sob uma constante tensão que torna apenas aparente a sua imobilidade.

A imitação é uma forma de ação que se propaga no espaço, podendo ser exercida à distância e até através de grandes intervalos de tempo. É pela metáfora do cérebro que Tarde vai pensar a propagação e retenção das imitações e invenções na sociedade e definirá a imitação como uma espécie de memória, como uma memória social.

Para Tarde (1976, p 113); “A sociedade é a imitação, e a imitação é uma espécie de sonambulismo”, espécie de estado hipnótico próprio da imitatividade, de assujeitamento a partir



da qual a sociedade se organiza. E assim, a história das sociedades é uma sucessão ou uma simultaneidade de duelos lógicos (hesitações/oposições) e de uniões lógicas (invenções/adaptações), uma sucessão de substituições e de acumulações, onde existem épocas mais ou menos inventivas, que se produzem através de cruzamentos felizes que resultam processos de criação e transformação social.

A criação e a invenção são compreendidas por Tarde (1976) como possibilidades para a abertura ou de saída do estado social pelos indivíduos criadores, produção de intervalos de indeterminação que possibilita a ação dos indivíduos sobre as séries imitativas e não apenas a repetição passiva. Todo processo de criação pode reformular modos de pensar e agir construídos e consolidados socialmente, pode possibilitar o acordar do sonho dogmático da vida social e a passagem da ordem a diferença.

### **Deleuze e o agenciamento**

Deleuze aponta as ferramentas conceituais para a compreensão sobre o processo de criação da memória social como possibilidade de mudança e transformação, trazendo-a para uma discussão política que possibilita a análise sobre a resistência que impede os processos de criação, suscitando um questionamento ético sobre a relação da memória com a construção do futuro.

Tarde concebe o campo social a partir de microprocessos constituídos por fluxos de crença e de desejo que se propagam, formam binaridades, se opõem e se conectam com outros fluxos produzindo as pequenas novidades entre os indivíduos no campo das séries imitativas. Critica o raciocínio positivista por compreender o social a partir de seus grandes conjuntos molares composto por binaridades ou dicotomias e por uma representação bem definida a partir de critérios identitários e estruturais e nos convida a apreender estes grandes conjuntos a partir do campo molecular das crenças e dos desejos que os constituem e modificam, através desses fluxos que atravessam e constituem, em um processo recíproco, tanto as formações subjetivas individuais quanto os costumes e os hábitos sociais.

Essa perspectiva é incorporada pelas análises sociais de Deleuze que aponta como essencial distinguir e compreender como se relacionam a dimensão molar e molecular, composições de conjuntos de elementos heterogêneos formados por agenciamentos, presentes tanto nos indivíduos quanto nas formações sociais. Segundo Deleuze & Guattari (1980, p, 145),



todo agenciamento possui natureza coletiva e dois aspectos que o expressam, o “agenciamento coletivo de enunciação, e agenciamento maquínico de desejo”, duas faces derivadas das duas potências das forças sociais em Tarde, a crença e o desejo.

O que caracteriza o agenciamento é a sua propriedade de criar conexões entre os elementos heterogêneos que percorrem o plano das forças coletivas determinando assim, tanto os conjuntos dos aglomerados sociais distintos, formadores da diversidade, dos modos de organização e funcionamento das sociedades como as subjetividades dos indivíduos. Para Deleuze (2003, p.164), “nos agenciamentos, há os estados de coisas, os corpos, as misturas de corpos, os mistos, há também os enunciados, os modos de enunciação, os regimes de signos”.

Os agenciamentos sociais constituem a memória social que é múltipla e movente, formada como conjuntos de elementos heterogêneos variados, que não é somente coletiva nem apenas individual, a memória que se encontra entre os termos limites da criação e transformação e nos processos pelos quais resiste a esta variação. Memória que deve ser compreendida em seus movimentos de abertura e fechamento e ser apreendida no seu devir onde poderemos buscar as suas condições de produção e de mutação. Conjunto de multiplicidades dimensionais que se contrapõe à noção unitária e estática de representação, que possibilita uma outra compreensão e análise da vida e os dados da realidade social, livre de uma unidade como eixo condutor e da redução do conhecimento ao par sujeito e objeto.

Os conjuntos múltiplos formados pelos agenciamentos formam um plano de consistência cujas dimensões são crescentes e variam de acordo com o número de conexões que nele se estabelecem e contrariam as perspectivas estruturais que concebem noções fechadas em si, ao se definirem a partir de uma relação de abertura ao fora das forças coletivas. Neles não há pontos ou posições, somente conjuntos de linhas que expressam movimentos diferentes segundo os componentes que as qualificam que podem ser segmentários ou segmentarizados, embaralhados e confusos ou então destrutivos, porém vitais e criadores, que produzem a abertura de um novo agenciamento ao invés de seu fechamento num segmento estrutural.

A segmentaridade que pode ser mais ou menos dura ou flexível, se caracteriza por um movimento que tende a fixar, fechar, ajustar e definir os elementos heterogêneos que advém do fora. Porém, os agenciamentos, além das linhas de segmentaridade comportam também, e necessariamente, as linhas moleculares que provocam movimentos de dissolução ou de fuga sobre eles. E assim, a concepção deleuzeana aponta para uma concepção de memória social que possui uma perspectiva dinâmica e que oferece um campo de inteligibilidade aos processos de



criação e mutação sobre os modos de existência a partir das relações que se acontecem no campo social.

Deleuze aponta três dimensões do real e da memória social, três conjuntos de linhas que compõem indivíduos ou grupos e que se distribuem num plano de imanência onde se relacionam continuamente:

1- A primeira linha que nos compõem é linha molar ou de segmentaridade dura, se caracteriza por um tipo de movimento que nos recorta os sentidos e direções a partir de modelos sociais de uma época histórica e de determinada sociedade que constituem em nós modelos fechados e bem definidos, imperativos morais que visam a subordinação dos indivíduos ao conjunto dos valores majoritários. Ao operar sobre o coletivo em um processo de endurecimento do fluxo contínuo da mudança exerce uma tentativa de controle da identidade e de subordinação e se expressam nos processos de adestramento, ordenamento e de dominação sociais. Constituindo uma memória que é imposta.

Para Deleuze e Guattari (1997) as linhas de segmentos duros dependem de máquinas binárias que operam a partir de um princípio de dicotomia que repartem rigidamente a vida em oposições dialéticas que não possibilitam qualquer tipo de abertura, coincidem com a produção de uma linguagem coletiva e classificadora e de uma memória social que visa a coesão e continuidade de funcionamento possibilitando que o real se torne claro, definido, onde podemos criar planos e projetos, elaborar previsões e antecipações e nos localizarmos espaço-temporalmente através das referências fixas concebidas por seus segmentos que compõem os grandes conjuntos, como Estado, instituições e classes sociais.

Este fechamento ordena as inclinações individuais impondo facilmente as dominações dos imperativos sociais, e assim as linhas molares se manifestam como políticas como afirmam Deleuze e Parnet (1996 p. 156)<sup>3</sup> “dispositivos de poder, bem diversos entre si, cada um fixando o código e o território do segmento correspondente”. Cada dispositivo de poder se manifesta como um complexo código-território, poderes segmentários e heterogêneos, através dos quais uma sociedade é organizada por meio de um agenciamento concreto que efetua um processo de sobre-codificação no campo social. Uma máquina social abstrata que faz os códigos e os segmentos sociais instituídos entrarem em ressonância regulando suas relações assegurando a homogeneização dos diferentes segmentos.

<sup>3</sup> DELEUZE, G. & PARNET, C. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1996.



Essa sobrecodificação exerce uma pressão formatadora sobre a multiplicidade das diferenças no campo social. Um plano de organização, desenvolvimento de referências fixas que repartem os movimentos de fuga por cortes bem definidos, cuja operação visa cortar a formação de uma linha fuga ou de ruptura, o plano de consistência, que possa passar entre os segmentos a partir de uma relação de oposição/tensão e os arrastar em um devir que tende a explodi-los.

2- A segunda é a de multiplicidade segmentária, nasce do acaso e se caracteriza por ser bem mais flexível, linha molecular que atravessa tanto as sociedades, os grupos quanto os indivíduos, provocando pequenas modificações e desvios que produzem mudanças relacionadas ao ritmo da “história” propagando microdevires.

Segundo Deleuze & Guattari (1980, p.154), esta linha se caracteriza por uma mudança de plano de referência e faz explodir as linhas segmentárias ao liberar um potencial de criação, resultando em uma desestabilização ou de desterritorialização absoluta, e não relativa. Estes movimentos disruptivos também fazem parte do agenciamento coletivo e se operam através de uma máquina abstrata de mutação, pontas de desterritorialização, linhas de fuga através das quais “se estende ou penetra em um *campo de imanência ilimitado* que faz fundir os segmentos, ou ao menos luta ativamente contra eles para dissolvê-los”.

Para Deleuze e Guattari (1980), estes fluxos ou estas linhas de fuga estão em movimento constante entre os segmentos que se constituem a partir delas e buscam escapar da sua centralização que tentam subordiná-las, se apresentam como os profundos movimentos que agitam a sociedade e não param de ser recobertos por diversos tipos de dispositivos que os regularizam, os domam, e os sufocam. As desterritorializações efetuadas por essas linhas são recobertas simultaneamente por movimentos de reterritorialização, processos de abertura e fechamento que insistem em cobrir as fugas. Para fazer fugir um sistema, ou um mundo, ou uma sociedade, ou um agenciamento etc., temos que abri-lo, impedi-lo de fechar-se sobre si mesmo, e do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga moleculares e não por suas contradições molares.

3- A terceira linha surge a partir da tensão ou imbricação entre os dois conjuntos de linhas, nela é que surge o conjunto intermediário através do qual se operam devires ou movimentos de desterritorialização relativos, uma linha de segmentaridade flexível ou molecular considerada como segmentada e que produz uma molecularização dos grandes segmentos, traçando pequenas modificações, infiltrações nas instâncias molares. Não coincide com os grandes cortes





segmentários e a sua flexibilidade e molecularidade resultam da tensão que a linha de fuga exerce sobre a linha segmentária dura, atrapalhando a sua binaridade, que a faz entrar em movimentos de transformação, é a expressão dos processos de transformação que se produzem nos segmentos molares.

Possui a uma tendência a desfazer os códigos ou desmanchar os territórios e as normas que constituem o conjunto dos grandes segmentos sociais. Porém, os processos de desterritorialização destas segmentaridades maleáveis são sempre relativos e seus devires acabam por produzir uma organização diferente dos fenômenos, resultando na constituição de códigos polívocos e de território itinerantes. Tal operação da linha flexível ultrapassa os limiares ordinários da percepção ao nos colocar em contato ou nos permitir apreender alguma coisa de imperceptível encoberta nos segmentos naturalizados pelo modelo da reconhecimento e papéis designados pelas instâncias majoritárias da sociedade. Nos abre a uma vida molecular intensa, pequenos movimentos que escapam à nossa percepção ordinária, que se desenrola sob os segmentos da existência e que constitui nosso dever.

Estas três linhas são imanentes e se remetem constantemente umas às outras, se cruzando, se superpondo ou se seguindo momentaneamente, constituindo, a partir dessas relações imanentes, os mapas. O mapa é o percurso intensivo do que é segmentado e daquilo que nos atravessa e que possibilita as pequenas variações e o rompimento de nossas segmentaridades. O mapa expressa o traçado de uma experimentação ancorada nos movimentos reais que nos atravessam, nos constituem e nos modificam, e ao analisar seus traçados, suas misturas e distinções, podemos também compreender os perigos que cada uma dessas linhas constrói à medida em que se traçam ao se relacionarem entre si.

As situações de crise nos aspectos estruturais que constituem indivíduos e grupos nos possibilita a emergência de uma memória de superfície que articula as memórias que temos e nos compõem com o que não cessa de nos acontecer, uma memória aberta à superfície dos acontecimentos, estabelecendo uma nova forma de continuidade entre o passado que nos define e o futuro que nos transforma. Um exercício criador da memória que consiste em criar inéditos, conjugar fluxos, fomentando novas conexões com o mundo, uma estética da memória.

Deleuze nos convida a resistir à situação atual através de processos de fuga ou de criação que resistam aos imperativos sociais e que trabalhem a favor da emergência do novo. Questiona os modos de representação do real no campo social e pensa a elaboração de um conjunto de práticas que possibilitem relançar a experimentação, chamando a atenção para a necessidade de





captar os devires que atravessam os indivíduos e os grupos sociais apreendendo as possibilidades de mutação que os encobrem ou as potencialidades criadoras que eles comportam.

É através da apreensão da coexistência das normas sociais e resistência, dos padrões majoritários aos devires minoritários, que se expressam os fatores de criação e a plasticidade em um meio social ou cultural. Os padrões majoritários nos remete um sistema de aprisionamento das forças criadoras e a todo um dispositivo de dominação e normalização, a noção de minoria designa o conjunto de singularidades moleculares e mutantes que fogem à captura dos sistemas majoritários, potencial de devir e de criação que garante a plasticidade de uma sociedade ou cultura.

### **Considerações finais, mas também preliminares**

O processo de constituição das memórias apresentados por Bergson, Tarde e Deleuze nos trazem uma perspectiva sobre a composição criativa e ação potencialmente transformadora das memórias, onde, através das quais, podemos pensar em atividades práticas que possam relançar a importância da experiência na sociedade, visando emperrar o processo de dessubjetivação no qual os indivíduos estão imersos, acordando os indivíduos do sonambulismo social.

Bergson e Tarde ultrapassam os limites impostos pelo modelo de representação, onde a compreensão da memória e da realidade social é constituída através do binarismo que nos remete a termos opostos e fixos que desconsideram as transformações infinitesimais, variantes que percorrem e atravessam constantemente a realidade, os grupos e os indivíduos, impossibilitando a apreensão do mundo das nuances e detalhes que constituem a matéria molecular que coexiste, que participa das determinações e resiste ao movimento conservador dos grandes conjuntos. Tarde nos possibilita o acesso a um mundo social desterritorializado, onde as forças afetivas, crenças e desejos, não só operam como elementos constituintes, mas como analisadores do mundo social.

Deleuze apresenta uma concepção teórica que nos capacita a compreender como a novidade surge à realidade social, sob quais condições, práticas e critérios isso ocorre. Nos instrumenta para captar os devires que atravessam, que transformam e potencializam a capacidade criativa de indivíduos e grupos sociais, nos colocando em um lugar de atenção para



que possamos perceber e denunciar os movimentos que nos reconduzem às representações ou unidades endurecidas que deixam pouco ou nenhum espaço para a novidade.

Nesse sentido, acredito que devemos aprofundar o conhecimento teórico sobre o uso da memória nos processos artísticos e pedagógicos, ultrapassando o senso comum e a sua denominação dicionarista, compreendendo-o em toda a sua complexidade e transformando-a em elemento potencializador para a construção de subjetividades autônomas e críticas na sociedade.

### Referências bibliográficas

- BERGSON, Henri. *Essai sur les donnés immédiates de la conscience*. Presses Universitaires de France, Paris, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*; Tradução Paulo Neves. 4ªEd. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Memória e vida*. Textos escolhidos por Gilles Deleuze; tradução Claudia Berliner. São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento e o movente*, em Os Pensadores. Trad. Franklin Leopoldo e Silva et al. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- DELEUZE, Gilles. *L'image-mouvement - Cinéma 1 - Les Éditions de Minuit, Paris, 1983.*
- \_\_\_\_\_. *A imagem – Tempo – Cinema 2*. Tradução Rafael Godinho. Lisboa: Ed. Assírio e Alvim, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Diferença e Repetição*. Tradução Luiz Orlandi Roberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Deux régimes de fous*. Les Éditions de Minuit, Paris, 2003.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Kafka - Pour une littérature mineure*. Les Éditions de Minuit, Paris, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Capitalisme et schizophrénie 2. Mille Plateaux*. Les Éditions de Minuit, Paris, 1980.
- TARDE, Gabriel. *As leis da imitação*. Tradução Carlos Fernandes Maia. 2ªed. Porto/Portugal: RÉS-Editora lda, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Monadologia e sociologia*. Tradução Tiago Seixas Themudo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A opinião e as massas*. Tradução Eduardo Brandão. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. Organização e introdução Eduardo Viana Vargas. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac&Naify, 2007.
- THEMUDO, Tiago Seixas. *Gabriel Tarde: sociologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.
- VARGAS, E. *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.



## CONJUNTURA HISTÓRICA DO PROCESSO DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

IDE, Maria Helena de Souza.

*Professora de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - Unimontes*  
*barbaraide@hotmail.com*

LENOIR, Luciana Santos.

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - Unimontes*  
*lucianalenoir@bol.com.br*

407

### RESUMO

O presente trabalho expõe considerações teóricas e históricas referentes à trajetória da educação pública no Brasil a partir da fase republicana, com ênfase na atuação do Estado e no financiamento da educação. Nesse sentido, considera determinados movimentos que caracterizaram as ações peculiares do Estado, da sociedade brasileira e das suas respectivas políticas públicas voltadas para o financiamento da educação. Busca demonstrar como o Estado brasileiro, vinculado, desde a sua formação, ao caráter capitalista, estruturou-se e fundamentou-se tendo em vista atender, especialmente, aos interesses gerais das classes dominantes e aos específicos das suas várias frações. Desse modo, registram-se os aspectos socioeconômicos e as estratégias políticas responsáveis por configurar a retórica neoliberal conforme a classificação da “crise de qualidade” da educação assim como seus respectivos elementos reguladores.

**Palavras-chave:** Educação. Financiamento. Estado.

### ABSTRACT

This paper presents theoretical and historical considerations regarding the trajectory of public education in Brazil from the republican phase, with emphasis on state action and financing of education. In this sense, considers certain movements that characterized the state's peculiar actions of Brazilian society and their respective public policies for education funding. Seeks to show how the Brazilian State, linked, since its formation, the capitalist character, was structured and was based in order to meet especially the general interests of the ruling classes and the specific of the various fractions. Thus, it record the socioeconomic and political strategies responsible for setting the neoliberal rhetoric as the classification of "quality crisis" in education as well as their regulatory elements.

**Keywords:** Education. Financing. State.



## 1 Cenário sociopolítico e educação, no Brasil, na trajetória da Proclamação da República

Nas primeiras décadas do século XIX a estrutura econômica, política e social, permanecia similar à do Brasil Império. Tal afirmação evidencia que as medidas vinculadas à educação dependiam da boa vontade daqueles que atuavam dentro e nos limites da estrutura educacional vigente. Desse modo, ressalta-se que ainda prevalecia, no país, a denominada “educação de classe”<sup>1</sup> que, de acordo com Romanelli (1999), atravessou todo o período colonial e imperial, e atingiu o republicano sem alterar as suas sólidas bases. A autora enfatiza que não ocorreu uma modificação estrutural no que condiz à educação, nem mesmo quando a demanda social começou a aumentar diante da ampliação da oferta escolar, tendo em vista atender às camadas populares.

A partir da autonomia política do Brasil, alcançada em 1822, a educação, anteriormente concebida como um dever do súdito, passou a ser compreendida como um direito do cidadão e um dever do Estado. Em 1823, a Comissão Constituinte encaminhou à Assembleia o projeto de Constituição que previa a difusão da instrução pública de todos os níveis, uma vez que o Art. 250 dispunha: “Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais”. Segundo Ribeiro (2007), concebeu-se, então, a ideia de um sistema nacional de educação mediante um duplo aspecto: graduação das escolas e distribuição racional por todo o território nacional.

No entanto, com o golpe de Estado de 12 de novembro de 1823, decorreu-se a dissolução da Constituinte e, concomitantemente, o referido projeto de Constituição foi anulado, assim como as relevantes resoluções acerca da instrução pública foram desprezadas. De certo modo, afirma-se que os legisladores de 1824 alavancaram a discussão acerca da garantia da educação pública, mas tal condição somente se efetivou com a descrição da Lei de 15 de outubro de 1827<sup>2</sup>, a qual determinava a existência - desde que necessárias, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos - de *escolas*

<sup>1</sup> A autora caracteriza como “educação de classe” aquela oferecida pelos jesuítas no período colonial, e que tratava de distinguir a aristocracia rural.

<sup>2</sup> Conforme estabelece Ribeiro (2007), esta Lei era o que resultara do projeto de Januário da Cunha Barbosa - 1826 -, no qual estavam presentes as ideias de educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo o território nacional das escolas dos diferentes graus e da necessária graduação do aspecto educativo. Do projeto, vigorou simplesmente a ideia de distribuição racional por todo o território nacional, mas *apenas* das escolas de primeiras letras, o que equivale a uma limitação quanto ao grau (só um) e quanto aos objetivos de tal grau (primeiras letras).



*de primeiras letras*. Acrescentava que, além das escolas para meninos, deveriam existir também escolas para meninas; que os professores fossem vitalícios e que ingressassem no magistério por concurso público.

Naquele momento, a conquista da autonomia política fez emergir, no alicerce da nação brasileira, a declaração dos seus interesses e das suas exigências quanto à organização educacional do país. No entanto, fortes resistências às alterações internas para o alcance da referida autonomia formaram verdadeiros obstáculos a um eficiente atendimento escolar. O governo central, com os encargos decorrentes de uma centralização excessiva, mostrava-se incapaz de cuidar da educação popular e de organizar toda a instrução pública. Além disso, nessa fase, a educação manteve-se como elemento seletivo de distinção da sociedade aristocrática<sup>3</sup> diante de um quadro permanente, herdado desde o período de colonização.

Durante o período da Regência - compreendido entre 1831 e 1840 -, configurou-se como relevante o Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de agosto de 1834, o qual delegou às províncias o direito de regulamentar e de promover a educação primária e secundária. O documento em questão possibilitou o começo de mudanças no universo da educação secundária, mediante a criação dos primeiros liceus<sup>4</sup> provinciais nas capitais, por intermédio da reunião de disciplinas avulsas. Inevitavelmente, o fato de a maioria dos colégios secundários possuírem origem privada evidenciou o perfil classista e acadêmico do referido ensino, uma vez que somente as famílias de altas posses tinham condições de financiar a educação dos seus filhos.

Somente com o Regulamento de 1854<sup>5</sup>, o ensino primário na Corte seria obrigatório, com matrícula entre cinco e 15 anos, vedada aos escravos; quanto ao território nacional, a distribuição racional das escolas não se efetivou, uma vez que a grande seleção concentrava-se em diferenciar não escolarizados e escolarizados. A

<sup>3</sup> Há que se saber que o governo imperial atendia aos interesses da camada senhorial constituída de duas facções significativas: aquela vinculada à lavoura tradicional (cana, tabaco, algodão) e a outra ligada à nova lavoura (café). Saliencia-se que esta última dominava o aparelho de Estado, porém, admitia a participação da primeira facção mencionada.

<sup>4</sup> Liceu é uma designação que remonta a um tipo de escola da Grécia Antiga fundada por Aristóteles, em 335 a.C. O sentido exposto no texto refere-se a uma espécie de estabelecimento em que são ministrados os três últimos anos do ensino secundário.

<sup>5</sup> Trata-se de procedimentos iniciais de organização administrativa da instrução pública e do princípio de um processo de uniformização do ensino, concretizados com as reformas realizadas pelo Ministro Couto Ferraz, em 1854.



exclusão não era paulatina, de um nível de ensino para outro, mas sim logo no início da escolarização, haja vista que a maioria, diante das condições de vida enfrentadas, não se interessava pela educação e nem tinha condições de ingressar ou permanecer na escola.

Entre 1870 e 1880, os projetos relevantes de instrução pública requeriam a participação do governo central no desenvolvimento do ensino no Brasil, mediante mecanismos de criação de estabelecimentos na província, custeados pelo mesmo, e na concessão de auxílio financeiro a escolas criadas pelos poderes provinciais e pela iniciativa particular. O ideário republicano já acenava, pois, com a irreduzível incompatibilidade entre um sistema verdadeiramente representativo e a ignorância popular, até então voluntariamente mantida por uma ordem social que prescindia da “vontade geral” para agir com total onipotência sobre a “coisa pública”.

É fato que o século XIX culminou a expansão da escola pública, universal e gratuita nos países então desenvolvidos, quando a erradicação do analfabetismo sustentava uma relativa qualificação para o trabalho técnico industrial. No entanto, em tais países, era evidente uma demanda real correspondente às formulações de sólidas políticas nacionais de escolarização pública. Em contrapartida, a realidade brasileira não conciliava com as características descritas de um país economicamente avançado diante dos modos rudimentares de produção, da abundância de mão de obra, da baixa densidade demográfica e da urbanização. Tais condições não impediram de se cogitar, no interior do sistema monárquico, a criação da educação industrial como elemento para o desenvolvimento do país.

## **2 Educação brasileira no contexto socioeconômico da Primeira República**

A instituição oligárquica alicerçada pela “política dos governadores” expressou um sistema de representação coletiva e singular, no qual a composição do poder conservava-se limitada a um grupo bastante restrito. O federalismo permitiu a autonomia dos Estados e insuflou as disparidades regionais visualizadas no plano econômico e educacional. Nesse contexto, a educação encontrou-se dependente das circunstâncias políticas e econômicas locais, e aprofundou a distância já registrada entre os sistemas escolares estaduais.





A vitória dos princípios federalistas que consagrou a autonomia dos poderes estaduais fez com que o Governo Federal, reservando-se uma parte da tarefa de proporcionar educação à nação, não interferisse de modo algum nos direitos de autonomia reservados aos Estados, na construção de seus sistemas de ensino. Como um não interferia na jurisdição do outro, as ações eram completamente independentes e, o que era natural, díspares, em muitos casos. Isso acabou gerando uma desorganização completa na construção do sistema educacional, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros. (ROMANELLI, 1999, p.42).

O liberalismo econômico e político impulsionou o liberalismo educacional e também aprofundou as desigualdades socioeconômicas e culturais das diversas regiões do país, fato que, por sua vez, tornou praticamente impossível o estabelecimento de parâmetros uniformes e da conformidade de ação pedagógica. Nesse cenário, os modelos de comportamento e de educação preconizados pela classe latifundiária, que inevitavelmente foram copiados até mesmo pela burguesia industrial, justificaram-se, porque a primeira ofereceu parte de seu capital humano e econômico para engendrar o processo de industrialização. Era a educação da classe oligárquica que a burguesia nascente buscava para si; além disso, as próprias classes médias, distanciadas das camadas pobres da população, não tinham outro padrão de educação a seguir senão esse.

Um dos pontos centrais no início do período republicano era eliminar as barreiras legais que limitavam a atuação mais ampla do Estado em matéria de escolarização. Observa-se que a pressão exercida sobre a estrutura do Estado para a ampliação das suas funções e de suas ações no que se refere aos serviços educacionais não foi um fato isolado, mas apenas uma das modalidades que se afluíram na época. As exigências acerca do domínio da escolarização, especificamente, juntavam-se a tantas outras dos diversos setores da sociedade brasileira e, de certo modo, refletiam os amplos movimentos sociais em desenvolvimento.

Reivindicava-se abertamente a maior participação do Estado, por intermédio de uma intervenção radical e de uma interpretação dos dispositivos constitucionais. No período republicano, as normas constitucionais eram verdadeiros obstáculos para quem buscasse elevar a educação brasileira ao nível das exigências históricas da sociedade





moderna, haja vista que os dispositivos constitucionais de 1891 tolhiam o debate educacional frente à manutenção das normas prevaletentes no regime anterior.

O regime republicano no Brasil e todas as suas peculiaridades de instalação diante da manutenção do poder pelas elites não trouxe significativas alterações socioeconômicas; colaborou para a inexistência de pressão por demanda social de educação, como também para que a oferta não fosse ampliada, o que acabava por restringir o real interesse pela educação pública, universal e gratuita. Portanto, não é pertinente julgar, de acordo com Romanelli (1999), que a falta de recursos materiais, naquela época, imputava na maior soma de responsabilidade pela ausência da educação do povo, mas em função da permanência da estrutura socioeconômica que ainda sobrevivia durante a República.

### **3 Conjuntura do processo de desenvolvimento e a educação no Brasil**

A queda da Primeira República, sob o impacto da Revolução de 1930, alterou o nível das relações de poder entre o governo federal e os estados, o que gerou uma progressiva centralização política. O fim do sistema oligárquico e o esvaziamento do regionalismo estimularam a redefinição do papel do Estado, que adquiriu uma ação mais intervencionista em todas as esferas da vida nacional. Assim, o governo central tornou-se mais atuante no processo de reorganização da educação escolar em todo o país. Nos primeiros anos do governo provisório, registraram-se a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a do Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo destinado a assessorar o referido Ministério.

A Revolução de 30 representou a intensificação do capitalismo industrial no Brasil e, paralelamente, germinou novas exigências educacionais. Se na estrutura oligárquica de antes a necessidade de instrução não era expressa ou sentida pela população, nem em termos de propósitos concretos pelos poderes constituídos, o novo quadro eminente em 1930 transformou significativamente o conjunto de aspirações sociais relativo à educação e, de modo similar, à ação do próprio Estado.

Foi justamente nesse contexto que a demanda social de educação aumentou, inflada por uma pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Entretanto, da



mesma forma que a expansão capitalista não englobou todo o território nacional e sem uma homogeneidade evidente, a expansão pela demanda escolar somente adquiriu expressividade nas zonas onde se registraram as relações de produção capitalista, fato que gerou uma das mais sérias contradições do sistema educacional brasileiro. Conforme exposto por Romanelli (1999), se, de um lado, a revolução industrial e educacional do Brasil ocorreu com um atraso de aproximadamente cem anos, comparando-se aos países desenvolvidos, de outro, tal revolução atingiu o território nacional de forma desigual, diferenciada.

Em 1932, um fato relevante merece ser apontado como um verdadeiro marco histórico na educação brasileira. Trata-se do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, desencadeado quando um grupo de educadores e intelectuais captou a educação de modo integral e como fruto de um anseio coletivo. Era o resultado do “movimento dos renovadores” que, embasados por uma relação dialética entre educação e desenvolvimento, era uma afirmação de tomada de consciência e um compromisso diante dos problemas educacionais. Reivindicava a ação firme e objetiva do Estado na busca de assegurar escola para todos como forma de impedir a manutenção da educação enquanto privilégio de classe, sem, contudo, impedir as iniciativas privadas, as quais permaneciam sob o controle do Estado.

O “Manifesto” expunha a ação direta do Estado em aspectos que envolviam a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecia, assim, a educação como direito vital do cidadão, e ao Estado cabia o dever de assegurá-la de modo que fosse igual e única para todos aqueles que se dispusessem a procurar a escola pública. Portanto, presume-se que só assegurar-se-ia a todas as camadas sociais se a escola fosse gratuita.

Evidencia-se que o “Manifesto” conotou, simultaneamente, um formato de denúncia, assim como uma formulação da política educacional e, além disso, expressava a exigência de um “plano científico” capaz de executar a educação, banindo as ações educativas do empirismo e da descontinuidade. Na concepção dos seus idealizadores, a educação deveria ser tratada como problema social, e vislumbrava a mudança dos métodos educacionais. O documento disseminou-se, propagou-se e motivou uma campanha que repercutiu na Assembleia Constituinte de 1934.



A Constituição de julho de 1934 foi fundamental para sanar os permanentes e antigos apelos acerca da redefinição do papel da União em relação à educação, como também do dualismo que separava os sistemas estaduais do sistema submetido à atividade normativa do governo federal. Especificamente, em seu capítulo “Da educação e da cultura”, registram-se as ideias dos educadores da Associação Brasileira de Educação - ABE –, apresentadas mediante anteprojeto na Assembleia Nacional Constituinte. Tais educadores defendiam a autonomia dos estados na organização e na administração do ensino e atribuíam à União a função de coordenar e estimular as atividades educativas em todo o país.

No que condiz diretamente ao financiamento da educação, destaca-se que a Constituição Federal de 1934 transpõe um procedimento institucional histórico e significativo que, apesar de algumas interrupções, perdura até os dias atuais. Trata-se da vinculação constitucional de recursos, o que exigiu a transferência de um percentual mínimo da receita para ser aplicado na educação. Segundo o texto constitucional mencionado, caberia à União e aos municípios aplicarem, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos, valor superior a 10% da renda resultante dos impostos, e aos estados e ao Distrito Federal, no mínimo, 20%.

A Carta de 1934 possui representatividade histórica, uma vez que, pela primeira vez, um texto constitucional brasileiro aborda a divisão de atribuições, sem limitações, em níveis ou modalidades de ensino. Focalizava-se o sistema como um todo, submetido a cada estado; além disso, identificava-se o papel normativo e supletivo da União. Ainda, era reconhecida a necessidade de uma ação mais vigorosa por parte do Estado, uma vez que se estabeleceram os princípios de gratuidade e de obrigatoriedade do ensino primário, da educação como direito de todos, além da vinculação dos percentuais das receitas de impostos transferidos para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino.

Contudo, a Carta de 1937 restringia os deveres do Estado na manutenção do ensino, descartando várias conquistas do movimento renovador. O seu texto excluiu a referência básica de que “a educação é direito de todos”, considerando-a como “dever e direito natural dos pais”. Além das questões apontadas, é perceptível a omissão no que tange à vinculação de recursos para a educação e quanto ao Plano Nacional de Educação.



Somente no final do Estado Novo, presenciou-se uma atividade normativa da União em relação à educação, dada a lentidão da estrutura de mecanismos institucionais que viabilizassem a ação federal, de modo singular, em ensinos descentralizados, como o primário e o normal. Além disso, a interferência financeira da União no ensino primário, requerida desde o Império, apenas se concretizou nos últimos anos do Estado Novo, quando se instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário e assinou-se o Convênio Nacional do Ensino Primário, por intermédio do qual a União contribuía com os estados e com o Distrito Federal para o desenvolvimento desse ensino mediante recursos do Fundo citado. Aliado a tais fatos, revelou-se uma progressiva montagem de infraestrutura administrativa para o sistema de ensino que seria mantido após o Estado Novo.

#### **4 Os novos rumos da educação no Brasil na perspectiva do processo de industrialização**

A década de 1940 foi marcada, historicamente, pela redemocratização institucional do país, sobretudo em decorrência do processo eleitoral que elegeu como presidente o General Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD/PTB. No momento em questão, o Brasil precisava ampliar o seu parque industrial para a transformação de matérias-primas, uma vez que possuía poucas indústrias de tecnologia europeia que se mantinham sob o trabalho de técnicos oriundos de outros países. Desse modo, as iniciativas estatais alicerçaram-se no favorecimento do processo de industrialização, tendo em vista adequarem-se à emergência da modernidade capitalista, em consonância com os parâmetros liberais caracterizados pela produção autossuficiente e em grande escala, com recursos instrumentais sofisticados e mão de obra qualificada e abundante.

Diante do cenário descrito, o sistema educacional não oferecia a infraestrutura necessária e requerida para a implantação do ensino profissional diante da realidade da expansão industrial. Além disso, a classe média não colaborava para a alteração do quadro da demanda social pela educação e nem se interessava pelo ensino profissional de grau médio. Verifica-se, portanto, que mesmo a organização do Ensino Médio profissional foi insuficiente às necessidades do desenvolvimento, que exigiam uma



formação mínima do operariado, de modo mais rápido, eficiente e prático. É nesse contexto que emerge um sistema de ensino paralelo ao oficial, que foi organizado mediante convênio entre o Governo e a Confederação Nacional das Indústrias.

Com a Carta de 1946, estabeleceu-se que a União deveria legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, e previa recursos mínimos destinados à educação, a fim de que o direito instituído fosse, de fato, assegurado. Tais recursos ainda não conseguiam efetivar o direito à educação, mas a definição, em lei, da obrigatoriedade do poder público reservar uma quantidade mínima de recursos para a referida finalidade, demonstrava, por parte do mesmo, um relativo grau de preocupação em estabelecer condições básicas para assegurar aquele direito.

Nesse contexto, a Lei 4.024/1961<sup>6</sup> adquiriu expressividade no que concerne à unificação do sistema de ensino e da eliminação do dualismo administrativo, predominantes desde o Império. De forma inédita, buscou-se uma relativa descentralização do sistema global a partir de uma margem de autonomia aos estados, indicando-lhes as linhas gerais a serem seguidas perante os seus sistemas; linhas estas que cumpriram uma relativa unidade entre os mesmos.

Desse modo, a União assumiu a competência de coordenar a ação educativa em todo o Brasil; quanto aos estados, coube a missão de organizar os seus respectivos sistemas, mediante todos os níveis e todas as modalidades de ensino. Conforme já exposto, a referida Lei incumbia o Conselho Federal de Educação de elaborar o Plano de Educação para os recursos do Ensino Primário, Médio e Superior, agrupados nos respectivos fundos nacionais. Tal fato demonstrava uma relevante alteração em relação à concepção do Plano proposto em 1937, uma vez que diretrizes são diferenciadas de planos e, em tais condições, planos são interpretados como simples esquemas distributivos de recursos. Desde então, conforme sugere Azanha (2002), “a ideia de que

<sup>6</sup> Em 1961 tornou-se possível registrar o estabelecimento das diretrizes gerais e das grandes linhas de um sistema nacional de educação. Mediante uma análise textual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, especialmente o capítulo acerca das finalidades da educação, percebe-se o predomínio da denominada concepção “humanista” moderna. De acordo com Ribeiro (2007), trata-se de uma concepção hegemônica entre as correntes que defendiam a escola pública mediante princípios humanísticos, herdados da tradicional vertente religiosa dominante no grupo católico que defendia a escola particular. Ao identificar em tal texto algumas variáveis da influência do “humanismo” tradicional, constata-se que a correlação de forças expressas no poder legislativo era mais conservadora (com tendência reacionária) do que aquela demonstrada por intermédio dos diferentes movimentos sociais.



o plano devia ser fixado por lei prosperou de certo modo e nunca mais foi inteiramente abandonada”.

A retirada de autonomia e de recursos da esfera pública, tendo em vista beneficiar a privada, visou proteger a ordem social vigente e a composição de forças do poder que favorecia a camada social que poderia pagar pelo acesso à educação. Romanelli (1999) explica que tal fato somente é compreensível frente ao contexto geral da “organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos no legislativo”.

Durante o regime militar instalado em 1964, presenciou-se uma intensa centralização política e administrativa enfatizada por uma progressiva recaída no então recém-processo de descentralização, conquistado mediante a Lei de Diretrizes e Bases. Percebe-se que os planos governamentais potencializaram a atuação e a interferência do Governo Federal. O planejamento da educação, então de responsabilidade do Conselho Federal de Educação, foi transferido para órgãos executivos que simbolizavam o predomínio do Poder Executivo sobre o Legislativo.

A política educacional representou, para o Regime Militar, uma verdadeira fonte para assegurar a dominação necessária mediante o exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação do capital, a qual impedia qualquer atuação contrária à sua hegemonia. Desse modo, a intervenção do governo militar nos rumos da educação deve ser considerada frente à interferência estatal, a qual atuou com disparidades na sociedade vigente, diferentemente do discurso que prevalecia na esfera política, que enfatizava a mesma como elemento de uma política assistencial que visava atender às camadas populares.

## **5 A política educacional do Brasil fomentada pelos paradigmas tecnocratas**

Com a implantação do regime militar e da política de recuperação econômica mediante medidas de contenção e repressão, verificou-se o crescimento da demanda social por educação, fato que gerou o agravamento da desestruturação do sistema



educacional<sup>7</sup>. Tal crise funcionou como justificativa para a assinatura de um conjunto de convênios entre o MEC e seus respectivos órgãos e a *Agency for International Development* - AID –, tendo em vista a assistência técnica e a cooperação financeira para organizar o sistema educacional brasileiro. Instalou-se, então, o período denominado “Acordos MEC-USAID”<sup>8</sup>, por meio do qual foram culminadas as principais bases de reformas seguintes e que fundamentou a Comissão Meira Matos, a qual direcionou a política educacional do país.

Como o Governo havia assumido o papel acumulador de capital, tendo em vista promover a expansão econômica, evidenciou-se uma expansão do ensino que, embora significativa, foi limitada, para não comprometer a política econômica adotada. Tal situação retrata o motivo de a oferta, apesar de demonstrar crescimento, ter ficado aquém da demanda. A Lei de Diretrizes e Bases, com a sua estrutura limitada, não correspondia ao desenvolvimento da nação; além disso, a oferta inflexível era aliada a uma estrutura escolar incapaz de atender à demanda de recursos humanos criada pela expansão econômica.

No final de 1967, ressalta-se a criação de uma Comissão Especial que gerou o “Relatório Meira Matos”, que buscava aprofundar as discussões acerca da política educacional mediante argumentos tecnocráticos e, além disso, propunha uma reforma administrativa fundamentada nos princípios da organização empresarial. O referido documento refletiu uma duplicidade de influências ideológicas e delineou grande parte da reforma educacional desencadeada em 1968. O foco era buscar a formação de força de trabalho qualificada para os escalões mais altos da administração e da indústria, ou seja, era racionalizar a organização das atividades universitárias, atribuindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Por fim, destaca-se que a articulação entre a coordenação nacional e suas demais instâncias nas esferas estadual e municipal não foi uma preocupação central do Estado

<sup>7</sup> Ressalta-se que a desestruturação mencionada foi resultado da aceleração do ritmo da demanda efetiva da educação. Segundo Romanelli (1999), tal crescimento resulta da junção de dois fatores. O primeiro é a implantação da indústria de base acelerada após 1950, responsável por criar uma variedade de novos empregos. O segundo é a deterioração dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média.

<sup>8</sup> “Os acordos MEC-USAID que embalaram as reformas educacionais da ditadura foram assinados e executados entre 1964 e 1968, alguns com vigência até 1971. No período que antecedeu ao fechamento desses acordos, assistimos à intensificação do debate técnico em torno das limitações e possibilidades do tipo de desenvolvimento industrial veiculado nos anos anteriores, com o objetivo voltado à abertura para novas alternativas que proporcionassem ao país a entrada numa nova fase de expansão econômica.” (LIRA, 2010, p. 64-65).





no período descrito, o que demonstra desajustes e discrepâncias regionais. Tais instâncias destinam-se a conduzir a política educacional em sentido amplo, priorizando os objetivos estratégicos, assegurando a gratuidade e a equidade, fato não vivenciado até então.

## **6 Processo de redemocratização da educação no Brasil**

Com a Constituição de 1988, buscou-se a adoção de princípios que visassem a redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a educação tinham como eixo principal a democratização da escola mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, focada na formação do cidadão. É possível considerar que pela primeira vez na história da educação brasileira, a Constituição rezou pela gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, além de haver a ampliação da obrigatoriedade, que passa a não ser restrita somente aos cidadãos de 7 a 14 anos, mas também para aqueles que não tiveram acesso a escola na idade apropriada.

A Carta de 1988 foi determinante para a reorganização do federalismo brasileiro, instituiu mecanismos mais eficientes de repartição de responsabilidades entre as três instâncias citadas, além de ampliar a capacidade de intervenção dos municípios reconhecendo-os como ente federados dotados de autonomia política e administrativa. Esse pacto federativo envolveu também a definição de transferência de recursos entre as instâncias governamentais para possibilitar aos estados e municípios a execução de políticas públicas que garantam o suprimento de necessidades básicas da população sob a sua responsabilidade.

Constata-se, no período em questão, a presença de um plano de reforma do Estado tendo com princípio norteador a racionalização de recursos mediante a diminuição do papel do mesmo no que tange a políticas sociais. Tratam-se de propostas para a municipalização das políticas sociais justamente quando os próprios municípios tinham grande desafio de saldar suas dívidas com a União e, desse modo, não encontravam alternativas viáveis de investimento para políticas sociais. Nesse sentido, a proposta de descentralização disseminada pela União fundamentava-se, em todas as direções, em repassar para a sociedade a responsabilidade para com as políticas sociais



o que retratou a evidência de um Estado mínimo para as políticas sociais e um Estado máximo para o capital.

Nesse período, o Brasil vivenciou um intenso processo de reformas na área educacional que, segundo Peroni (2003), ocorreu mediante duas frentes: uma, por meio de um projeto amplo e global destinado a educação - a Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996<sup>9</sup> - e a outra, referente a implantação de um conjunto de planos setoriais e decretos do Executivo. A autora considera que há três eixos que direcionam a política educacional em tal fase histórica: financiamento, avaliação institucional e parâmetros curriculares nacionais. Ao analisar a composição desses eixos, a autora supracitada, expõe uma contradição entre Estado mínimo e máximo, uma vez que

Os projetos de política educacional apontavam para um processo de centralização, por parte do governo federal, do contexto ideológico da educação, através dos parâmetros curriculares nacionais e da avaliação institucional e para um processo de descentralização de recursos, inclusive desobrigando a União do financiamento da educação básica (PERONI, 2003, p. 15-16).

É válido ressaltar que a política educacional traçada na década de 1990, baseava-se na perspectiva neoliberal de que os sistemas educacionais contemporâneos sofriam uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, ou seja, uma crise gerencial. De acordo com Gentilli (1986), na visão dos neoliberais, a crise supramencionada é explicada em função da incapacidade estrutural do Estado de gerenciar as políticas públicas. A grande operação estratégica do neoliberalismo fundamentava-se na transferência da educação do âmbito político para a esfera do mercado, indagando o seu caráter de direito o que delimitava-a a uma condição de propriedade.

Destaca-se, nesse contexto, a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF ocorrida mediante a Lei 9.424/96 e a sua implantação ocorreu a partir de 1998. Desde então, aproximadamente, 1,5 % do Produto Interno Bruto - PIB - brasileiro

---

<sup>9</sup> Refere-se a Lei de Diretrizes e Bases comumente denominada como Lei Darcy Ribeiro. A referida buscou atender aos princípios constitucionais e resulta-se de um longo processo de tramitação desencadeado em 1988, ano da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Enquanto Lei Nacional de Educação traçou, dentre outras coisas, os princípios educativos, especificou os níveis e modalidades de ensino, regulou e regulamentou a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino nacional. Envolve interesses múltiplos e suas ações envolvem instituições públicas quanto privadas, abrangendo todos os aspectos da organização da educação em âmbito nacional.



passou a ser destinado ao ensino fundamental público. Há muitas controvérsias em torno das consequências diretas e indiretas do FUNDEF, no entanto há um consenso de que a implantação do mesmo contribuiu significativamente para a ampliação do atendimento na esfera do ensino fundamental, embora desconsiderasse o atendimento a crianças entre zero e seis anos, como também, isolasse a demanda crescente de jovens pelo ensino médio. Além disso, o FUNDEF induziu a municipalização do ensino fundamental, fato que ocasionou a crescente assunção de matrículas em tal modalidade de ensino.

Já o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB – foi regulamentado em 2006 e representou um marco no que se refere à história do processo de financiamento da educação pública brasileira. A sua relevância deve-se ao fato de que uma densa parcela de receitas do tal fundo é destinada à manutenção de todas as modalidades do ensino básico, e ainda pode ser utilizado na colaboração para a redução do analfabetismo, na universalização do ensino básico (da Educação Infantil até o Ensino Médio), entre outros benefícios. O referido fundo foi concebido como vetor para o aperfeiçoamento das condições de acesso à Educação Básica no país, tendo em vista reduzir as disparidades inter-regionais e focalizar ações voltadas para questões intrarregionais.

Os recursos que sustentam o FUNDEB são resultantes da subvinculação percentual que incide, na origem, sobre a maior parte dos recursos vinculados para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Tais recursos são oriundos da vinculação da receita arrecadada de impostos, a que se refere o Artigo 212 da Constituição Federal. Desse modo, da receita de impostos - os mesmos e os compartilhados diante de transferências constitucionais - dos entes federados, uma parte (vinculação de vinte e cinco por cento, no mínimo) é encaminhada para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino. Do total da referida vinculação, com exceções, determinada parcela, relativa à subvinculação de vinte pontos percentuais (80% de 25%), é direcionada para a Educação Básica via FUNDEB. Cada estado e seus respectivos municípios tornam-se os provedores dos



recursos concentrados no fundo supracitado, proporcionalmente às respectivas receitas a eles subvencionadas<sup>10</sup>.

As diretrizes do FUNDEB conservam, basicamente, as mesmas características do FUNDEF, ou seja, parcelas fixas da arrecadação de estados e municípios são anexadas ao fundo, que é o responsável pela redistribuição dos recursos, conforme a proporção de matrículas nas redes estaduais e municipais de ensino público. No entanto, as modalidades de ensino contempladas incluem a Educação Infantil<sup>11</sup>, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Desse modo, mediante a aprovação do FUNDEB, compreendeu-se, efetivamente, que não deve ser apenas o Ensino Fundamental o centro das atenções das políticas educacionais, mas sim toda a Educação Básica, que passou a ser contemplada com a existência de um fundo único capaz de agregar recursos quanto ao FUNDEF, além de dispor de um volume maior de recursos do Governo Federal, quando necessária a sua complementação. Salienta-se que, paulatinamente, os recursos concentrados no FUNDEB, acerca de cada estado específico, são divididos conforme o número de alunos matriculados na Educação Básica das redes de ensino estadual e municipal.

### Considerações Finais

Diante das considerações descritas, percebe-se que, pretensiosamente, no Brasil, as políticas públicas voltadas para o financiamento educação situaram-se em um universo permeado por inter-relações com o contexto histórico e com as diretrizes

<sup>10</sup> “O FUNDEB, embora não modifique os percentuais constitucionais pelos quais são responsáveis estados e municípios, assegura e amplia o investimento na Educação Básica ao aumentar o percentual dos recursos que já estavam inclusos no FUNDEF (ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (estados e municípios), FPE- Fundo de Participação dos Estados, FPM – Fundo de Participação os Municípios, IPI-exp – imposto sobre Produtos industrializados – proporcional às exportações). E aglutina, gradualmente em três anos, 20% de novos impostos arrecadados por estados e municípios e não inclusos no FUNDEF: IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (estados e municípios), ITCMD - Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis, ITR – Imposto Territorial Rural.” (OLIVEIRA, 2008, p. 82).

<sup>11</sup> De acordo com artigo 5º, o CNE, considera-se que a “Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escola, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.” (BRASIL, CNE, 2009b, p.1).



socioeconômicas do Estado, tendo em vista a manutenção das relações de interdependência entre grupos e classes sociais; por isso, as mesmas acabam por assumir diferentes “feições”, de acordo com os interesses que circundam a sociedade. Nesse sentido, é fundamental a concepção crítica das ações públicas<sup>12</sup> ao considerar que a sociedade é o eixo principal da estrutura do poder, independentemente das articulações dos grupos minoritários, os quais direcionam a prioridade e as demandas dos serviços sociais e públicos e dos programas universalizantes.

Constata-se que as políticas públicas educacionais no Brasil, requerem períodos longos para produzir resultados diretos, para garantir a sua estabilidade e continuidade mediante esforços consensuais numa perspectiva democrática, solidária, equitativa e justa. As ações deveras efetivas e que disseminam transformações evidentes no que tange ao financiamento da educação ocorreram a partir da Constituição de 1988. Desde então, evidencia-se no Brasil alguns avanços significativos já computados no que tange a aplicação de políticas públicas educacionais, mas ainda há muito por fazer, adequar e alterar tendo em vista a promoção de estratégias que estimulem e consolidem a aplicação eficaz dos recursos, tendo em vista a qualidade da educação.

Constata-se, ainda, que o caminho da descentralização dos sistemas de ensino não é mecanismo que justifique a retirada das responsabilidades essenciais dos gestores e do Estado. Portanto, é crucial que Estado continue a promover a articulação entre a coordenação nacional e das suas demais instâncias nas esferas federal e estadual. Tais instâncias estão destinadas a conduzir a política educacional em sentido amplo, tendo em vista assegurar gratuidade, equidade e a qualidade da educação.

### Referências Bibliográficas

AZANHA, J. M. P. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: MENESES, J. G. de C. Et. Al. *Estrutura e Financiamento da Educação Básica*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002, p.102-123.

<sup>12</sup> O conceito de ação pública aqui proferido remete à “multiplicidade e à diversidade de atores que dela participam. Esse conceito explora o caráter composto do ator público envolvido na implementação das políticas públicas que, por meio dos processos de descentralização, tem atenuado as relações de hierarquia entre esses atores, além de destacar a relativização do impacto do momento da tomada de decisão política; a não linearidade dos processos de execução; o caráter fragmentado e flexível da ação pública.” (OLIVEIRA, 2011, p.84).



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB n. 05/09. Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil*. Brasília, 17 de dezembro de 2009b.

GENTILLI, P. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. Disponível em: <http://firgoa.usc.es/drupal/node/3036>. Acesso em 15/09/2014.

LIRA, A. T. do N. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar*. Tese (Doutorado em História Social). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010.

MENDES, M. “Descentralização do ensino fundamental: avaliação de resultados do FUNDEF”. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n. 24, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/69/79> Acesso em 30/01/2014.

OLIVEIRA, D. A. “As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica”. In: DUARTE, Adriana; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 71-90.

PERONI, V. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 20. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.



## AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SEU IMPACTO SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

SILVA FILHO, Penildon

*Universidade Federal da Bahia*

*Grupo de Pesquisa de Política e Gestão da Educação, da Faculdade de Educação da UFBA*

*silvafilhopenildon@yahoo.com.br*

425

### RESUMO

A criação do FUNDEB, da nova lei do Piso Salarial dos Profissionais da Educação, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 59 e outras políticas públicas em Educação tiveram um impacto sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que objetivou normatizar limites para a gestão pública. A LRF estabelece um limite máximo de gastos com pessoal, enquanto o Fundeb estabelece um mínimo de investimento em profissionais da Educação superior àquele limite permitido pela LRF. Avaliamos o cumprimento da LRF e o cumprimento das exigências legais de aplicação de recursos na área de Educação, da lei Piso e nas políticas de valorização do magistério nos municípios e estados, através de uma revisão de literatura e pesquisa documental. Verificamos que há trabalhos com avaliações diferentes sobre o impacto da LRF sobre as políticas públicas de Educação, e consideramos que aqueles que criticam o impacto da LRF sobre as políticas sociais apresentam maior consistência.

**Palavras-chaves:** Lei de Responsabilidade Fiscal; FUNDEB; Financiamento da Educação

### ABSTRACT

The creation of FUNDEB, the new law the Wage Floor of Education Professionals, approval of the Proposed Constitutional Amendment (PEC) 59 and other policies have had an impact on the implementation of the Fiscal Responsibility Law (LRF), which aimed to standardize limits public management. The LRF provides a ceiling for personnel expenses, while the Fundeb sets a minimum investment in professional education higher than the limit allowed by the LRF. We evaluate the LRF and compliance with legal requirements for the application of resources in the area of Education, Floor of the law and policy of valuing teaching in the municipalities, through a literature review and documentary research. We found that there are articles with different assessments of the impact of LRF on public policy education, and we believe that those who criticize the impact of LRF on social policies have greater consistency.

**Keywords:** Fiscal Responsibility Law; FUNDEB; Funding of Education

### INTRODUÇÃO: AS POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No Brasil duas leis importantes, nos últimos 14 anos, foram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A LRF objetivou normatizar limites para a gestão pública em





vários aspectos, inclusive nos gastos com folha de pessoal. Por outro lado, o Fundeb aumentou em 1400% a partir de 2007 até o ano de 2012 as transferências da União para os estados e municípios, voltadas para a manutenção da Educação Básica e para a valorização do magistério, desde que entrou em vigência.

Entretanto, essas duas leis se encontram em contradição na gestão pública, pois a LRF estabelece um limite máximo de gastos com pessoal (54%), enquanto o Fundeb estabelece um mínimo de investimento em profissionais da Educação (60%), mínimo este superior àquele limite máximo permitido pela LRF. Como as responsabilidades dos municípios têm sido bastante ampliadas na Educação Básica desde a Constituição de 1988, o que demanda investimentos crescentes em pagamento de pessoal, e as políticas de Saúde e Assistência Social também experimentaram sua reestruturação e ampliação, a contradição entre a legislação mais antiga da LRF e as legislações e a realidade orçamentária mais recentes do Fundeb, do SUS e do SUAS se intensificou. O limite de gastos com pessoal é incompatível com a nova realidade das políticas públicas, podendo se converter num obstáculo para o pleno desenvolvimento dessas políticas voltadas à ampliação de direitos, segundo diversos autores analisados abaixo.

No caso dos municípios, o limite máximo estabelecido pela LRF para o gasto com pessoal é de 60%, sendo de 6% da Receita Corrente Líquida (RCL) para os gastos com pessoal do Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver, e de 54% para o Poder Executivo. Por outro lado, o Fundeb estabelece um **mínimo** de 60% de gastos com pessoal na Educação. O complemento legal para o Fundeb foi a promulgação da Lei do Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação, em 2007, que passou a vigorar plenamente em 2010. A Lei do Piso demandou investimentos muito superiores na Educação para o item pessoal, conflitando com o limite máximo de gastos com pessoal da LRF.

Outras políticas públicas na Educação e novas legislações nos últimos anos tornaram o limite de gastos com pessoal da LRF mais difícil, ou até mesmo impossível de alcançar. Esse conjunto de políticas públicas estabeleceu um novo momento nas políticas públicas brasileiras, de superação da fase do “Estado mínimo”, com mais investimentos nas áreas sociais, o que irremediavelmente provoca mais investimento em pessoal, o que está em desacordo com o espírito da LRF vinculado à prioridade de pagamentos dos serviços da dívida.



A proposta de emenda constitucional (PEC) 59, promulgada em 2009, aprovada pelo Congresso, extinguiu a reserva de recursos de Educação da União para a Desvinculação de receitas da União (DRU), que anualmente retirava do MEC 9 bilhões de reais. Isso significou que os 20% de recursos antes reservados para o pagamento de juros da dívida pública agora são investidos apenas na Educação, o que aumenta os compromissos do Estado com uma política pública que tradicionalmente tem a maior parte de seu orçamento comprometido com a folha salarial dos profissionais da Educação.

A proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, já aprovada no Congresso, institui um novo patamar de investimento público em Educação. Foi aprovada a garantia de reserva de recursos governamentais para a Educação no valor referente a 10% do PIB nacional, a ser investido pelas três esferas de governo até o final do decênio do PNE. Houve no Senado também o adendo feito pelo relator do PNE para reservar 75% de todos os recursos oriundos de royalties do petróleo, a partir da promulgação do PNE, para a Educação. Esses novos marcos institucionais, a Lei do Piso Salarial, a PEC 59, o PNE e a reserva de recursos de royalties para a Educação contradizem os princípios da LRF, que prioriza o gasto com o pagamento da dívida pública e não com as políticas sociais.

Esse patamar de 10% do PIB para a Educação significará um aumento de 60% dos recursos atuais para a Educação Básica e Superior. Em 2013 os investimentos em Educação no Brasil totalizam 6,1% do PIB nas três esferas de governo. A conjugação das políticas educacionais atuais com o PNE significará um patamar inédito de investimentos educacionais. Entretanto nos dias atuais os gestores públicos já indicam a dificuldade de compatibilização do limite máximo de gastos com pessoal da LRF e o limite mínimo de investimento em pessoal do FUNDEB e a Lei do Piso. E esse tensionamento deve se agravar com o aumento dos recursos para Educação nos próximos anos. Na tabela 1 abaixo podemos identificar o crescimento em termos percentuais do PIB em todos os níveis da Educação por um período de 10 anos (BRASIL, 2013a):



Tabela 1: Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000 - 2011

Ano	Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)						
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					Educação Superior
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
				De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais		
2000	<b>4,7</b>	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	<b>4,8</b>	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	<b>4,8</b>	3,8	0,4	1,7	1,3	0,5	1,0
2003	<b>4,6</b>	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	<b>4,5</b>	3,6	0,4	1,5	1,3	0,5	0,8
2005	<b>4,5</b>	3,7	0,4	1,5	1,3	0,5	0,9
2006	<b>5,0</b>	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	<b>5,1</b>	4,3	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8
2008	<b>5,5</b>	4,6	0,4	1,7	1,7	0,8	0,9
2009	<b>5,7</b>	4,8	0,4	1,9	1,8	0,8	0,9
2010	<b>5,8</b>	4,9	0,4	1,8	1,7	0,9	0,9
2011	<b>6,1</b>	5,0	0,5	1,8	1,7	1,1	1,0
Fonte: Inep/MEC - Tabela elaborada pela DEED/Inep							

Com uma maior destinação de recursos para todos os níveis de ensino, houve uma evolução dos gastos em Educação no Brasil. Os dados do Instituto Nacional de pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do INEP indicam um crescimento de 4,7% para 6,1% do PIB entre 2000 e 2011.

Pretendemos avaliar o cumprimento da LRF e o cumprimento das exigências legais de aplicação de recursos na área de Educação, no cumprimento do Piso Nacional dos profissionais do magistério e nas políticas de valorização do magistério através de uma revisão de literatura e uma pesquisa documental. A revisão procurou artigos em revistas científicas brasileiras que fazem essa avaliação das políticas públicas nos campos da Educação, da Administração Pública, da Contabilidade e outros. Percebeu-se que é um tema ainda pouco estudado pela academia, embora tenha uma relevância capital para a



gestão das políticas públicas. A pesquisa documental analisou leis, a Constituição, portarias ministeriais, relatórios de gestão e resoluções de portarias.

## O DEBATE SOBRE A LRF NO BRASIL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 04/05/2000, estabeleceu, em seu art. 19, limites para os gastos com pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL) para a União, os estados e os municípios, entes que compõem a federação brasileira. Essa exigência abrange todos os Poderes que compõem a administração pública – Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público. A RCL envolve não somente a arrecadação com impostos, mas todas as fontes de recursos. Entende-se RCL como o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social, bem como as receitas de compensação recebidas de outros regimes previdenciários. No caso dos municípios, o limite de gastos com pessoal estabelecido é de 60% da RCL, sendo de 6% da RCL para os gastos com pessoal do Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver, e de 54% para o Poder Executivo (BRASIL, 2013b).

Segundo Dalmonech, Teixeira, Sant’anna (2011), “a LRF é um instrumento legal que evidencia a aplicação do modelo econômico da burocracia (niskaniano), estabelecendo responsabilidades, mas, também, objetivos e metas ao gestor público diante da utilização de recursos econômicos escassos”. Essa inspiração também se encontra nos princípios da reforma do Estado empreendida na década de 1990 com o modelo gerencial de gestão proposto por Bresser Pereira. Ainda segundo Dalmonech, Teixeira, Sant’anna (2011), apesar de haver uma tentativa de padronização da administração e de seus controles, a LRF não foi bem sucedida, pois:

(...) a avaliação de desempenho, utilizando a razão entre despesas públicas ou dívidas consolidadas líquidas, não contempla medidas que possam realmente indicar a avaliação de desempenho do gestor público. Portanto, não há variáveis e métricas para a melhoria de produtividade, o crescimento econômico, o aumento da capacidade fiscal, a eficácia da organização fazendária e a qualidade dos serviços prestados, e a métrica



para as melhores práticas gerenciais aplicadas aos recursos públicos (DALMONECH; TEIXEIRA; SANT'ANNA, 2011, p. 1181).

Há outros estudos que apontam uma relação positiva entre o cumprimento dos princípios da LRF e o desenvolvimento dos entes federados, como os municípios, como o apresentado por Sousa et al.(2013), que realizaram uma pesquisa quantitativa e cruzaram as variáveis do Índice de Responsabilidade Fiscal (IRF) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), para avaliar o grau de responsabilidade fiscal dos municípios e o grau de desenvolvimento municipal, respectivamente. Neste trabalho, Souza et al. realizam uma revisão de literatura que, ao lado de outros trabalhos, apontam na direção de que os municípios que mais cumprem a LRF são aqueles justamente que apresentam os melhores desempenhos nos índices sociais. Há também os trabalhos de Freire (2004), Lopes e Slomski (2004), Oliveira, Peter e Meneses (2010) Andrade et al. (2011) e Sousa et al. (2011), que desenvolveram estudos voltados à discussão acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal e indicadores socioeconômicos, apresentando conclusões de que o cumprimento da LRF tem como uma de suas consequências a elevação do nível de vida dos cidadãos. Essa elevação se observaria em índices como o da FIRJAN. Souza et al.(2013) ainda indica uma desigualdade regional, segundo a qual as regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores índices de cumprimento da LRF e as regiões Norte e Nordeste os menores índices, e os índices de desenvolvimento social também acompanham essa tendência. Entendemos que se há uma associação das variáveis “cumprimento da LRF” e “desenvolvimento social”, isso não significa que há uma relação de causalidade entre elas.

Na mesma direção de Souza et al.(2013), um outro estudo, de De Andrade et al (2011), também realiza uma pesquisa descritiva de um município do Rio de Janeiro entre os anos de 2005 e 2007, com base documental, e chega a conclusões similares de que, a partir do obtido pela análise dos dados, a prefeitura caminha na direção de compatibilizar responsabilidade fiscal e social, e pelo referido artigo a responsabilidade fiscal é compatível com investimento em educação e saúde.

Em um trabalho com orientação metodológica distinta e diferentes conclusões, Santos (2011), reconhece que a LRF “proporcionou conquistas importantes, principalmente por sua estruturação alicerçada em quatro eixos principais de elevada carência até sua aplicação: planejamento, transparência, controle e responsabilização do



gestor público”, entretanto foi uma lei que se caracterizou por limitar os gastos sociais e não estabelecer limites para os gastos com os juros da dívida pública, e isso prejudica as políticas sociais e o desenvolvimento humano.

No artigo de Santos, há a compreensão de que “a responsabilidade fiscal se limita à questão financeira do equilíbrio entre receitas e despesas orçamentárias e não abrange as questões ou os reflexos sociais desse equilíbrio meramente técnico”. Sem deixar de reconhecer avanços da LRF, e ressaltando de que não é a única limitadora das ações governamentais voltadas para o social, o estudo de Santos aponta a necessidade de uma definição clara de prioridades das diversas demandas sociais existentes na esfera pública e assim avançar na discussão (e ação) da conjunção das responsabilidades fiscal com a social. Santos inverte a prioridade para o social, secundarizando as obrigações fiscais, priorizando os investimentos em políticas sociais ao afirmar que esse deve ser o principal objetivo, “mesmo que para o atendimento à população se faça necessário o endividamento público, num limite a ser objeto específico de novo estudo”.

Muitos desses estudos apontam para o fato de que as demandas sociais aumentam mais rápido do que a capacidade do Estado em atendê-las. Como consequência disso, o próprio esforço tributário da sociedade vem crescendo ao longo dos anos, o que pode ser percebido ao analisar o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) que foi arrecadado em impostos, que já foi de 13,8% em 1947 e atingiu 29% em 2000 (VERSANO apud DALMONECH; TEIXEIRA; SANTA’ANNA, 2001). Esse aumento da arrecadação se deve ao esforço em ampliar a oferta de serviços públicos à população, que num passado recente eram muito reduzidos e têm se ampliado substancialmente em Saúde, Educação, Assistência social e outras políticas públicas. Nesse debate sobre a necessidade de aumentar a arrecadação para atender às demandas sociais, a LRF procura em seu texto estimular a arrecadação própria de municípios, para que os mesmos não fiquem dependentes apenas das transferências (RIBEIRO FILHO; DINIZ; VASCONCELOS, 2003), o que é um aspecto positivo da referida lei.

### **A LRF, AS DESPESAS COM PESSOAL E A CONTRADIÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS MAIS RECENTES**

De acordo com a LRF, enquadram-se como despesa total de pessoal os gastos efetuados pelos entes federados com: a) servidores ativos, civis e militares, ocupantes de



cargos ou funções; b) aposentados e pensionistas; c) membros de Poder; d) vencimentos, vantagens adicionais, gratificações, horas extras e quaisquer outras espécies remuneratórias; e) empregados das empresas estatais dependentes; subsídios dos agentes políticos; f) terceirização para substituição de servidores; g) encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades da previdência (BRASIL, 2013b). Com vimos, há uma contradição entre o limite máximo de gastos com pessoal (54% para os municípios) e o mínimo exigido pelo FUNDEB (60%).

É importante identificar outro elemento que acentuará a contradição entre a LRF e o novo PNE, sobre os gastos em Educação obrigatórios que totalizarão 10% do PIB. A LRF especifica que contará para cálculo do limite de gasto com pessoal, além dos vencimentos, as aposentadorias e os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente federado às entidades da previdência, enquanto que no relatório aprovado pelo Senado, os gastos em Educação obrigatórios que totalizarão 10% do PIB excluem esses dois itens. Ou seja, deve-se investir 10% do PIB em Educação, e esse investimento de 10% não deve ser para pagamento das aposentadorias e pensões. Apenas para que se tenha ideia do que esse investimento em aposentadoria e pensões significa hoje, há universidades federais brasileiras nas quais os recursos para pessoal da ativa são praticamente iguais ao que é pago na folha de aposentados e pensionistas, como é o caso da Universidade Federal da Bahia. A aprovação final do texto no Senado significou um aumento substancial de recursos para a folha de pessoal das universidades, uma vez que os recursos das aposentadorias terão que vir de outras fontes, diferentes da fonte da Educação.

Essa situação descrita acima aprofundará a dificuldade em compatibilizar investimentos crescentes em Educação, que tem a obrigação de reservar um mínimo de 60% para a remuneração dos professores, e limites de no máximo 54% em folha de pessoal (incluindo aí aposentadorias e contribuições previdenciárias) nos municípios. Para alcançar suas metas, a LRF criou um limite prudencial equivalente a 95% do limite máximo para a despesa com pessoal. Caso os Poderes e os órgãos ultrapassem este limite prudencial, ficam impedidos de:

- i) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial, determinação legal ou contratual e a revisão geral anual prevista no art. 37, inciso X da CF;
- ii) criar cargo, emprego ou função;





- iii) alterar a estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;
- iv) prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- v) contratar hora extra, salvo as situações previstas na LDO e no art. 57, § 8º, II, da CF. (BRASIL, 2013b)

Alguns autores indicaram que um dos problemas da LRF foi a não observância da heterogeneidade entre estados e entre municípios quando da fixação de limites únicos de gastos com pessoal para todos (DALMONECH, TEIXEIRA, SANT'ANNA, 2011). Segundo Siqueira (2004), ao se comparar as leis de responsabilidade fiscal neozelandesas com as brasileiras, nas brasileiras há um limite único e rígido, enquanto nas neozelandesas são estabelecidos os princípios gerais para a ação governamental. A lei neozelandesa estabelece parâmetros para que cada caso em particular seja apreciado sob a luz da jurisprudência estabelecida. Essa desconsideração da heterogeneidade nacional também é apontada trabalho de Fioravante, Pinheiro e Vieira (2006), no qual os municípios que gastavam uma pequena parcela da sua receita corrente líquida com pessoal aumentaram seus gastos, enquanto aqueles que já tinham maiores gastos foram penalizados.

## **A LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESTÁ CONFRONTANDO A LEGISLAÇÃO MAIS ANTIGA, A LRF**

A Constituição estabelece níveis obrigatórios de investimentos em Educação. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, estabeleceu para os três níveis de governo um limite mínimo de gastos a serem efetuados com a Educação (manutenção e desenvolvimento do ensino) em relação às suas receitas líquidas de impostos e transferências: 18% para a União e 25% para os governos estaduais e municipais. De acordo com o artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da educação, há uma definição do que seja a manutenção e o desenvolvimento do ensino:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo; VIII -



aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.(BRASIL, 2013c)

Essas definições contribuíram muito para evitar distorções encontradas nos gastos de Educação, nos quais era comum encontrarem-se discriminados, nas prestações de contas, obras de infraestrutura, festas populares, atividades inerentes à assistência social e pessoal desviado das funções da Educação alocados em outras secretarias e custeados com recursos da Educação.

A essa definição da Constituição e da LDB sobre o que é a manutenção e desenvolvimento do ensino, que alargou muito as obrigações do Estado e os direitos sociais, são somadas a Lei do Fundeb, a PEC 59/2009, a lei do Piso Salarial Nacional (BRASIL, 2013d), como já foi explicado anteriormente. É importante ressaltar que a lei do Fundeb, a PEC 59/2009 e a Lei do Piso (nº 11.738, de 16 de julho de 2008) são posteriores à LRF, de 2000, e se situam em uma conjuntura política, econômica e social bem distinta da conjuntura e da correlação de forças da década de 1990, que foi marcada pela preocupação com a limitação dos gastos do Estado e o compromisso do pagamento das dívidas dos entes federados, e pela ausência do Estado na manutenção de muitas políticas públicas que se desenvolveram mais tarde.

Além dessas três leis, a criação do Plano de Ações Articuladas (PAR) para operacionalizar o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação em 2007, o chamado “PAC da Educação”, significou mais um aporte de recursos pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para Estados e municípios (BRASIL, 2013e). Os recursos foram direcionados para estados e municípios que não atingem um desempenho favorável em quatro dimensões trabalhadas pelo PAR: 1. Gestão Educacional; 2. Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação; 4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos (BRASIL, 2013e).

Por essas razões, que proporcionaram maior destinação de recursos para todos os níveis de ensino, houve uma evolução dos gastos em Educação no Brasil. Entretanto, esse aumento do investimento em Educação, que deverá atingir 10% do PIB em 2024, é represado pelo limite de gastos com pessoal pela LRF, e historicamente em Educação os gastos com pessoal são superiores a 70%. A manutenção desse conflito institucional pode acarretar o não cumprimento de uma dessas leis, a LRF, ou da lei do Fundeb ou até mesmo



o dispositivo constitucional que estipula 25% dos recursos orçamentários de estados e municípios para Educação. Outra consequência possível é a priorização de uma política pública, que pode ser a Educação, em detrimento de outra, como a Saúde e a Assistência Social, que são as três áreas de maiores investimentos orçamentários no Brasil hoje, e todas elas demandam percentuais de gastos com pessoal bem superiores a 54% (no caso dos municípios) ou 49% (no caso dos Estados). São setores “intensivos em mão-de obra”, pois não há possibilidade de substituição de professores, médicos, enfermeiros ou assistentes sociais nos seus respectivos locais de trabalho. Esses são serviços públicos que demandam mão de obra principalmente.

## CONCLUSÕES

Freire (2004), Lopes e Slomski (2004), Oliveira, Peter e Meneses (2010) Andrade et al. (2011) e Sousa et al. (2011) desenvolveram estudos voltados à discussão acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal e indicadores socioeconômicos, apresentando conclusões de que o cumprimento da LRF tem como uma de suas consequências a elevação do nível de vida dos cidadãos. Esses estudos apontam a LRF como um instrumento importante para a gestão pública e que suas metas e limites são adaptáveis às demandas sociais e às novas políticas públicas. Há a afirmação inclusive de que os entes federados que mais cumprem a LRF são os com maior desenvolvimento social e econômico e que o cumprimento dessa lei é um fator que favorece esse desenvolvimento.

Santos (2011) segue uma linha de argumentação distinta, afirmando que a LRF não leva em conta as políticas sociais e sua necessidade de investimentos, estando em contradição com a necessidade de investimentos sociais e com uma prioridade para o pagamento exclusivo dos serviços da dívida pública. Dalmonech, Teixeira, Sant’anna (2011) afirmam que a LRF não dispõe de instrumentos que avaliem o desempenho social da gestão, nem apresenta flexibilidade para analisar as distintas realidades nas regiões brasileiras.

Consideramos que os artigos mais críticos que apontam o caráter fiscalista e neoliberal da LRF são melhor fundamentados e contam com o respaldo de relatórios de gestão e de tribunais de contas de outras pesquisas, e isso está em concordância com o segundo grupo de pesquisas, apresentando o indício de que está havendo aumento dos investimentos na área de Educação e, por conseguinte, uma melhora das condições de



vida nesse aspecto, mas de forma desvinculada do cumprimento da LRF, ao contrário do que afirmam Sousa et al.(2013), Freire (2004), Lopes e Slomski (2004), Oliveira, Peter e Meneses (2010) e Andrade et al. (2011).

Os gestores públicos antes mesmo da aprovação do PNE afirmaram que não conseguirão cumprir os níveis de investimento devido à LRF, no tocante aos limites com folha de pagamento de pessoal, e que o cumprimento do limite mínimo de 60% dos recursos da Educação para folha de pessoal é incompatível com o limite máximo de gastos com pessoal para Estados e municípios. Em recente pronunciamento da União dos Municípios da Bahia (UPB), a sua presidente afirmou que se torna necessário haver um esforço nacional, junto às bancadas no Congresso Nacional, para rever alguns itens da LRF (PREFEITURAS..., 2013). Essa entidade vem realizando audiências públicas para mobilizar deputados da bancada baiana no sentido da mudança desse item da LRF.

Além do pronunciamento de lideranças do movimento municipalista reivindicando mudanças na LRF, o governo federal aponta que a nova conjuntura das políticas públicas, em especial da Educação, exige uma revisão da legislação da LRF. Em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em 22 de agosto de 2013, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, reconheceu “que o país precisa rediscutir os limites rígidos de gastos de custeio quando o assunto é educação. Pagar professores e comprar livros didáticos deve ser vistos não como gastos, mas como um investimento no futuro do país”, disse a ministra (GOVERNO...,2013).

O Governo Federal criou o CDES como um espaço de interlocução do próprio governo com a sociedade civil e um espaço para criar agendas e estabelecer políticas consensuais e emergentes do país. Não foram poucas as propostas que saíram do CDES para se tornarem leis no Congresso. Nesse debate, o governo federal não tem ainda qualquer proposta consubstanciada em projeto de lei pronta sobre o assunto, mas sofre pressões permanentes dos municípios. Por outro lado, a discussão da Educação mudou de patamar quando a proposta que o Governo fez sobre o uso dos recursos do Pré-sal para a Educação foi aprovada, consolidando a perspectiva de fixação de um percentual alto de investimento para a área, o que ocorreu com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabeleceu a obrigação de investimento da ordem de 10% do PIB no setor.



A contradição entre a LRF, do período do Estado Mínimo de 1999 e 2000, e as leis do Fundeb( de 2007), a PEC 59/2009 e a lei do Piso Salarial Nacional(de 2007) podem frustrar o avanço na Educação preconizado no PNE aprovado no Congresso, exigindo uma nova concertação institucional que priorize o investimento necessário na Educação e na remuneração dos Educadores, ao mesmo tempo em que terminem com os constrangimentos sobre os gestores que se dedicam à implementação de políticas públicas sociais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R.; COSCARELLI, B. V.; PAULA, C. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. Compatibilizando a responsabilidade fiscal com o social na gestão de pequenos municípios: um estudo de caso em uma prefeitura do rio de janeiro. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 2, p. 177-194, abr./jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores Financeiros Educacionais**. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores\\_financeiros-p.t.i.\\_nivel\\_ensino.htm](http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm)>. Acesso em: 1 set. 2013

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS**. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>> . Acesso em: 1 set. 2013

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. Inep/MEC - Tabela elaborada pela DEED/Inep. **Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000 – 2011**. Brasília: MEC/INEP, 2013. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores\\_financeiros-p.t.i.\\_nivel\\_ensino.htm](http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm)>. Acesso em 2 set. 2013

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. Presidência da República, Casa Civil. Subsecretaria de assuntos jurídicos. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 1 set. 2013

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. Presidência da República, Casa Civil. Subsecretaria de assuntos jurídicos. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 1 set. 2013

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. Presidência da República, Casa Civil. Subsecretaria de assuntos jurídicos. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm)> . Acesso em: 1 set. 2013

DALMONECH, Luiz Fernando; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, José Mário Bispo. O impacto ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal no 101/2000 nas finanças dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 45(4):1173-196, jul./ago. 2011



DE ANDRADE, Carolina Riente. Compatibilizando a responsabilidade fiscal com o social na gestão de pequenos municípios: um estudo de caso em uma prefeitura do Rio de Janeiro. **Revista de Gestao USP**, April-June, 2011, Vol.18(2), p.177(18).

FIORAVANTE, Dea Guerra; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya; VIEIRA, Roberta da Silva. **Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006.

FREIRE, F. S. Indicadores financeiros e índice de gestão fiscal dos estados brasileiros: ranking das melhores práticas administrativas. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSROS, 11, 2004, Porto Seguro/BA. **Anais...** Porto Seguro, 2004.

GOVERNO QUER MEXER NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Da Redação. Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Governo-quer-mexer-na-Lei-de-Responsabilidade-Fiscal/4/28429> acesso em: 30 mar. 2014.

LOPES, E. C. B.; SLOMSKI, V. Responsabilidade Fiscal versus Responsabilidade Social: Um estudo nos municípios paulistas premiados pelo programa de incentivo a gestão fiscal responsável implementado pelo Conselho Federal de Contabilidade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4. 2004, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, F. H.; PETER, M. G. A.; MENESES, A. F. Lei de Responsabilidade Fiscal: implicações nos indicadores sociais municipais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10. 2010, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo, 2010.

PREFEITURAS têm a maioria das contas rejeitadas pelo TCM. A Tarde. Salvador: A Tarde, 24 de dezembro de 2013

RIBEIRO FILHO, José Franciso; DINIZ, Jasedilton Alves; VASCONCELOS, Marco Túllio de Castro, 2003. Comportamento da receita tributária localizados no estado de Pernambuco no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. **UNB Contábil**. Vol. 6. N. 1 Primeiro semestre de 2003

SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. A responsabilidade fiscal e a ausência do aspecto social. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 20 - p. 30, set./dez., 2011. ISSN 1984-3291

SIQUEIRA, Marcelo Piancastelli de (Org.). **Reforma dos Estados, responsabilidade fiscal e metas de inflação: lições da experiência da Nova Zelândia**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2004.

SOUZA, P. F. B.; LIMA, A. O.; GOMES, A. O.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V. Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com desenvolvimento municipal: uma análise utilizando dados em painel. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 18., 2011, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

SOUSA, Paulo Francisco Barbosa et. al. Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun. 2013. ISSN 2318-1001. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em 20 nov 2013.





## MEMÓRIA E TRADIÇÃO NA DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA DO MARANHÃO

MANZKE, José Fernando

*Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade UFMA*  
manzke@ufma.br

MARTINS, Dayse Marinho

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Cultura e Sociedade UFMA*  
daysemarinho@yahoo.com.br

439

### RESUMO

Estudo proveniente da análise histórica do percurso de legitimidade e desenvolvimento da disciplina História do Maranhão no currículo da rede pública de ensino estadual a partir do ano de 1902 quando foi estabelecida a disciplina, no currículo da Escola Normal em São Luís - MA. Para tanto, se fundamenta nas contribuições dos estudos em História Cultural e na análise sobre Currículo, são considerados os princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação. No artigo, objetiva-se apresentar a relação entre as mudanças na historiografia sobre a memória local e as versões apresentadas pela disciplina escolar História do Maranhão. De sua proveniência para a disseminação das tradições da história regional com o advento da República, o saber local disciplinarizado não constituiu unanimidade em sua organização. A partir da historiografia, a referida disciplina escolar é utilizada como fomento ao resgate da tradição cultural local no decorrer da Primeira República.

**Palavras-chave:** Currículo. Memória. História do Maranhão.

### ABSTRACT

Study from the historical analysis of the route of legitimacy and development of the discipline history of Maranhão in the curriculum of the public state education from the year 1902 when the discipline was established, the curriculum of the Normal School in São Luís - MA. To do so, relies on contributions from studies in Cultural History and analysis on Curriculum, are considered the theoretical and methodological principles of the New Sociology of Education. In the article, we report herein the relationship between changes in the historiography of local memory and versions presented by school subject History of Maranhão. From its origin to the spread of the traditions of regional history with the advent of the Republic, not knowing disciplinarizado site constitutes unanimous in their organization. From the historiography, that school discipline is used as encouraging the recovery of local cultural tradition during the First Republic.

**Key-words:** Curriculum. Memory. History of Maranhão





Este artigo é parte de uma pesquisa que enfoca a análise histórica e documental acerca do percurso de legitimidade e desenvolvimento da disciplina História do Maranhão no currículo da rede pública de ensino. A investigação abordou em sua problemática, como a disciplina História do Maranhão vem sendo ministrada no currículo do sistema estadual de ensino.

Para tanto, se fundamentou nas contribuições dos estudos sobre a Nova História especificamente em História Cultural. Na análise sobre Currículo foram considerados os princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação através da História das disciplinas escolares de Ivor Goodson e André Chervel que ressalta o aspecto político do currículo bem como o caráter de tradição presente na implantação das disciplinas escolares aproximando o estudo em História da Educação à pesquisa histórica. Neste ponto do estudo, serão abordadas as transmutações na historiografia maranhense que ilustram as primeiras rupturas e permanências apresentadas pela disciplina História do Maranhão na abordagem da memória local.

A instituição de uma disciplina escolar não caracteriza somente um processo técnico de inclusão de um componente curricular no programa de estudos de determinado sistema educativo. O currículo está vinculado a representações de poder, denotando considerável alcance sociopolítico na organização de conteúdos. Não se pode falar em neutralidade no currículo, pois ele é veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional.

As disciplinas escolares possuem caráter de tradição à medida que estabelecem invenções, construções institucionalmente forjadas com base em sistemas de crenças e valores no contexto histórico de uma sociedade (HOBSBAWN, 2012). Diante desse aspecto, cabe analisar como uma disciplina escolar é instituída, como se estabelece, suas permanências e rupturas.

Conforme Julia (2001, p. 33), “as disciplinas escolares não são nem uma vulgarização nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da escola”. Ao mesmo tempo em que uma disciplina escolar representa a institucionalização de um conhecimento de cunho científico na educação formal, ela não se restringe a um complexo de conteúdos selecionados.

A definição do *corpus* disciplinar perpassa pelo aspecto político que enfoca os objetivos do ensino em uma sociedade. “Os processos sociais que envolvem a produção do significado do conhecimento disciplinarizado assumem diferentes sentidos em função das múltiplas e variadas contingências históricas” (LIBÂNEO, & ALVES 2012, p. 230). A atribuição de significados a



uma disciplina escolar, portanto, abrange um processo relacional por meio de disputas no meio social acerca do que é válido para se estudar em determinado contexto histórico. Paralelamente, caracteriza-se como diferencial diante do processo de definição do que está apto a ser selecionado para compor o discurso de uma disciplina.

A pesquisa em história das disciplinas escolares contribui na realização do inventário das práticas de instituição do conhecimento disciplinarizado demarcando suas rupturas e permanências. Considerar a dimensão política na construção do currículo traçando a história das disciplinas escolares permite desvelar no cotidiano dos sistemas educacionais, os elementos propulsores de uma sociedade e suas conjunturas.

441

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas 'inovações' que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições (JULIA, 2001, p. 34).

A análise histórica do currículo problematiza a desmistificação de determinadas disciplinas elucidando os elementos sociais e políticos que influenciam na seleção de conteúdos e por sua vez, nas tradições que legitimam a coesão do grupo social ao qual pertence o sistema educativo. A ampliação das capacidades humanas pela via da formação escolarizada surge como instrumento vinculado a condições ideológicas e materiais. Isso demonstra, portanto, a importância de uma pesquisa educacional crítica que reconheça nas escolas a construção de significados por meio das formas de poder.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigem novos instrumentos que assegurem ou expressem identidade e coesão social, e que estructurem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação torna as formas tradicionais mais difíceis ou até impraticáveis. (HOBSBAWN, 2012, p. 328)

Torna-se, portanto, imprescindível caracterizar o contexto histórico de implantação de uma disciplina escolar. A análise da conjuntura social e política permite notar que aspectos incidem sobre a inclusão e delimitação de conteúdos nos currículos dos sistemas de ensino bem como nos padrões de permanências e rupturas impressos no saber disciplinarizado.

Nesse sentido, o período que compreende a implantação da História do Maranhão como disciplina escolar corresponde à primeira década do século XX, tradicionalmente denominado pela historiografia nacional como Primeira República. Caracteriza, portanto, um contexto de



reformulações no campo da instrução pública maranhense. Para tanto, o discurso educacional enfoca a transição de uma concepção mnemônica de ensino para uma perspectiva científicista a partir da ideologia positivista de educação pelo progresso.

É nessa conjuntura que se pode perceber como se forjou a tradição representada pela implantação da História do Maranhão como disciplina escolar. Na análise dos programas curriculares estabelecidos para o ensino secundário no Liceu e posteriormente na Escola Normal, pode-se perceber a caracterização do ensino de História. De início, focado no estudo da formação social e política no Ocidente, sua reorganização possibilitou desdobramentos da disciplina com a inclusão de conteúdos nacionais e, por conseguinte, regionais.

Na trajetória evidenciada a partir de então, pela disciplina História do Maranhão, é possível notar sua estrita relação com o contexto histórico e as expectativas dos intelectuais. De sua proveniência para a disseminação das concepções sobre a história regional com o advento da República, o saber local disciplinarizado não constituiu unanimidade em sua organização.

Após a implantação da disciplina no programa da Escola Normal em 1902, tal aspecto é impresso em contendas ilustradas no âmbito da imprensa. O debate demonstra discordâncias quanto à abordagem da história local, concretizada no manual escolar elaborado por Barbosa de Godóis, então professor da disciplina.

O “pai” da disciplina história do Maranhão atuou num contexto da primeira década republicana caracterizado como um cenário de crise econômica. Em sua visão, o Maranhão precisava se reerguer diante do país tendo a história obtido o caráter de “mestra da vida” (KOSELLECK, 2006).

A história colonial maranhense, que até lhe servira como inspiração para a composição do hino do Estado, nesse aspecto, é rememorada como a história-modelo, depositária do passado privilegiado do Maranhão – história esta que poderia servir como espelho no qual as futuras gerações pudessem se mirar e identificar. Desta forma, percebemos que a formação das identidades locais, junto ao desenvolvimento do sentimento de amor à terra estavam relacionados com a reconstrução das experiências no tempo, cujo passado deveria ser lido de modo a inspirar confiança no futuro dos rumos tomados no Maranhão (MELO, 2011, p. 06).

No entanto, de acordo com Hobsbawn (2012, p. 11), “nem todas as tradições perduram”. Nesse sentido, a crescente mudança de concepção quanto à identidade cultural maranhense ecoa naquele contexto, visando a transmutação das versões propaladas na disciplina história do Maranhão.



Com os problemas econômicos e sociais, surgem à época as concepções dos neoatenienses, vinculadas à construção de um narcisismo representado no mito da Atenas Brasileira. Através desse referencial, o Maranhão foi retratado pela elite pensante enquanto sociedade com fases constantes de apogeu e decadência. O referido aspecto definiu a relação entre a historiografia e a reinvenção da disciplina História do Maranhão.

A construção das narrativas historiográficas no Maranhão revelou nuances diferenciadas das velhas crônicas coloniais a partir do período imperial. Até então, os discursos eram construídos por intelectuais e políticos da metrópole portuguesa no exercício do poder local. Durante o Império, as versões lusitanas ainda predominaram na caracterização histórica maranhense. Contudo, surgem em considerável número, análises de intelectuais da terra.

A partir da expansão econômica, com a riqueza propiciada pelo sistema agroexportador, ao fim do século XVIII, a elite maranhense encaminha seus jovens para a Europa a fim de garantir uma educação apurada. A esse respeito, considerava como fator preponderante para a execução de tal estratégia, a noção de civilização como símbolo de nobreza. Assim, “a riqueza de uma elite de fazendeiros e comerciantes, possibilitou-lhes mandar educar na Europa os filhos, que, ao retornarem, tornavam-se propulsores de uma intensa vida intelectual em São Luís” (FARIA, 2001, p. 61).

A elite letrada maranhense no contexto do sistema agroexportador foi moldada pela formação acadêmica do bacharelado com ênfase no campo das letras. A opção se deu a fim de permitir aos jovens a aquisição de relevância intelectual, gerando a notoriedade que culminaria na legitimidade cultural.

A formação acadêmica permitiu aos pensadores “reivindicar, além de bacharel, o lugar de intelectual, os homens das letras e o seu espaço no aparelho burocrático do Estado” (OLIVEIRA, 2007, p. 138). Diante da formação europeia que representava a civilização e o reconhecimento intelectual, os “filhos da terra” construíram um referencial que atribuía ao Maranhão especialmente a São Luís o epíteto de “Atenas Brasileira” pela sua produção cultural.

Os belos sobrados de azulejos em estilo colonial português eram palco de saraus literários e artísticos promovidos pela elite. Grupos teatrais vinham diretamente da Europa para se apresentar em São Luís. Nos jornais, proliferavam debates em torno de ideias políticas, de questões religiosas, de aritmética, geometria ou simplesmente sobre normas de redação. As gráficas publicavam bastante, inclusive obras em línguas estrangeiras (FARIA, 2005).



A efervescência intelectual gerou a constituição do grupo maranhense pertencente ao Romantismo literário brasileiro: os poetas Gonçalves Dias, Trajano Galvão, Sousândrade, o jornalista João Lisboa, o humanista Odorico Mendes, o matemático Gomes de Sousa e o filólogo Sotero dos Reis. Posteriormente destacam-se os irmãos Aluísio e Artur Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Raimundo Corrêa e Celso Magalhães (BORRALHO, 2000, p. 34).

A importância atribuída a esses intelectuais que exaltaram o Maranhão na literatura e historiografia é utilizada como fomento ao resgate das tradições culturais locais no decorrer da Primeira República. Diante do quadro de crise econômica, surge o movimento representado pelos Novos Atenienses. O referido grupo de letrados promove a reapropriação do ideário da Atenas Brasileira para direcionar a revitalização do cenário cultural maranhense por meio de práticas modernizadoras em suas instituições (BORRALHO, 2000).

As ações empreendidas pelos *neoatenienses* nas principais instituições locais aludem ao princípio da identidade cultural maranhense. Nesse sentido, propalam elementos simbólicos que reforcem a singularidade “timbira” (MARTINS, 2004). Assim, no estabelecimento da disciplina História do Maranhão, por exemplo, Godóis estrutura um discurso concretizado em sua obra didática que apregoa o valor de ser maranhense exaltando a trajetória histórica local.

Na perspectiva de exaltar o passado literário maranhense, os *neoatenienses* forjaram o discurso de um considerável patrimônio literário produzido no Estado. Com base nesse aspecto, os intelectuais da época reafirmam “mitologias pretéritas consagradoras de uma posição singular atribuída ao Maranhão no universo intelectual brasileiro” (MARTINS, 2006, p. 148).

Portanto, para superar as provações no campo econômico, os novos atenienses se dedicaram a concretizar suas aspirações institucionalizando-as. Conforme Martins (2006, p. 174). “Tais instituições [...] foram direcionadas por esses letrados ao cumprimento de produzir um Maranhão moderno renovado e reinscrito nos fóruns mais salientes da vida nacional” (MARTINS, 2006, p. 174).

Dentre as instituições marcadas pela atuação desses intelectuais, destacam-se: a Escola Normal (1890), o Liceu Maranhense (1893), A Escola Modelo (1896), a Biblioteca Pública (1898) e a Escola de Música (1902). No campo literário, surgem a Oficina dos Novos (1900), a Academia Maranhense de Letras (1908) e posteriormente, o Instituto Histórico Geográfico do Maranhão – IHGM (1926) (MARTINS, 2006). No contexto de criação das referidas instituições, Antônio Lobo e Barbosa de Godóis se mostraram ativos como entusiastas do movimento de renovação cultural.



Um dos intelectuais de renome no período é Antonio Lobo considerado protagonista do movimento neoateniense difundindo o *ethos* intelectual regional. A esse respeito, cabe destacar as considerações de Humberto de Campos acerca do que trata a obra *Os novos Atenienses* do Sr. Lobo. “O maranhense é um povo de intellectoaes, isto é, predisposto como os gregos de uma determinada época, a pensar, a ter intensa actividade mental” (CAMPOS, *A Pacotilha*, 16 jul. 1909).

Os literatos locais difundiram nesse período, versões acerca da singularidade do povo maranhense sobre sua origem nobre e diferenciada com relação ao restante do país. Nesse movimento, exaltaram o *ethos* de intelectualidade como característico da identidade cultural do maranhense. As elites imprimiram suas versões sobre a formação histórica local, relacionando-as à cultura do povo e propiciaram a absorção desses valores pelos setores da sociedade regional.

Lacroix (2002) atribui aos *neoatenienses* a construção de um novo elemento identitário para o maranhense: ter sua capital do Estado, São Luís, como a única cidade do Brasil fundada por franceses. Os literatos reelaboraram a identidade regional, acrescentando-lhe um verniz civilizatório francês: criaram o mito de origem da cidade de São Luís, resignificando a atuação dos franceses.

A historiadora indica que até o final do século XIX, as datas cívicas locais vinculavam-se à ação dos portugueses ao expulsarem os invasores franceses e à adesão do Maranhão à Independência. No início do século XX, estas datas perderam espaço para a comemoração do dia 8 de setembro, data em que os franceses rezaram a Santa Missa na Ilha Grande, a atual do Maranhão, mais conhecida como ilha de São Luís (LACROIX, 2012).

A presença francesa no Maranhão constitui um tema que apresenta vários embates no campo da historiografia maranhense. As controvérsias se relacionam à fundação da cidade de São Luís: se atribuída aos franceses ou aos portugueses. Com relação a essa concepção, serão apresentadas a seguir as versões propaladas na historiografia a fim de se perceber as transformações no discurso. Tal estratégia auxiliará na percepção de como as referidas mutações são incorporadas ao discurso da História do Maranhão como disciplina escolar.

As obras mais estudadas ao se retratar a França Equinocial constituem os relatos dos cronistas Claude D’Abbeville em sua *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* e Ives D’Evreux na obra *Viagem ao Norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. Os missionários registraram as ações francesas em *Upaon -Açu* e enfatizam a finalidade





redentora da missão. No mesmo período, o capitão português Diogo Campos Moreno em sua obra *Jornada do Maranhão* faz referência aos franceses como *cossários* (MORENO, 2002).

Com base nos relatos desse militar, surgem as interpretações dos primeiros cronistas no Maranhão: militares ou religiosos presentes na formação da colônia. Situadas nos séculos XVII, XVIII e XIX, as narrativas estabelecem a ação francesa como invasão. Deixam transparecer a defesa de seus argumentos à coroa portuguesa enquanto detentora legal da posse da terra.

Dentre os religiosos que se dedicaram à análise do Maranhão na época colonial destaca-se o jesuíta João Felipe Bettendorff que avalia a presença gaulesa como “agressão com que a França acometia o Maranhão” (BETTENDORFF, 1990, p. 09). Além dele, MORAES (1987, p.45) se refere ao projeto francês como “usurpador dos domínios de Portugal”.

Nessas primeiras análises é nítido o argumento que atribui às iniciativas francesas o caráter de pirataria. O capitão Simão Estácio da Silveira qualificou como “ladroeira” a ação francesa. Ele acrescenta em seus comentários, a relação francesa com os silvícolas: “como do alheio sempre a mão é mais larga, com o que furtavam nesta costa, tinham nesta ilha grande comércio e correspondência com mais de trinta aldeias que nela havia de gentio tupinambá” (SILVEIRA, 2001, p.36).

Posteriormente, Bernardo Pereira de Berredo, em seus *Annaes Históricos* se enfatiza que “Aplicou Jerônimo de Albuquerque o principal cuidado à útil fundação de uma cidade” (BERREDO, 1988, p. 116). Gaioso (1970, p. 64) ressalta: “as tentativas dos franceses para se apossarem da ilha do Maranhão eram abusivas e criminosas”. Marques (1970, p. 295) aborda o episódio francês no Maranhão, através do verbete “invasão francesa”. Lopes (1970, p. 68) complementa: “os colonizadores de Albuquerque os dominaram”. Lago (2001, p. 77) ao demarcar “as principais épocas do Maranhão” considera como segunda época “a conquista do Maranhão por Jerônimo de Albuquerque”.

João Lisboa faz referência à invasão francesa com a “fundação de um forte”. Em sua escrita, reverencia a origem portuguesa da cidade de São Luís. Segundo Lisboa (1990, p. 79), “Se vingasse o estabelecimento francês, não existiria hoje esta nação brasileira a quem pertencemos; ou pelo menos, não faríamos parte dela, nós, os atuais maranhenses, que certamente, nunca teríamos aberto os olhos à luz”.

No cenário historiográfico nacional, Abreu (1963) e Salvador (1965) mencionam a existência de uma fortaleza francesa que foi entregue aos portugueses. Hollanda (2004, p. 217)





transmite a ideia da incipiência de seu núcleo populacional e acrescenta que “Foram eles se dispersando para ir residir em tais ou quais aldeias de índios”.

Como se pode perceber, até então, os franceses eram retratados enquanto invasores. Aos portugueses foi legitimado o domínio da terra, assim como a fundação de São Luís por Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Entretanto, no final do período oitocentista, desponta a obra “*O Estado do Maranhão*” de José Ribeiro do Amaral. Por meio dela, o autor “elevou La Ravardière à condição de fundador” (LACROIX, 2005, p. 60). Os escritos de Amaral representam uma mudança na interpretação quanto aos franceses no Maranhão.

Dos franceses não se pode propriamente dizer que invadiram \_ não, eles tomaram posse, ocuparam um território totalmente abandonado [...] os franceses deram começo à fundação da cidade e à construção dos primeiros edifícios que aqui houve [...] A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, é uma cidade de origem absolutamente francesa, ocupando, ainda hoje o mesmo lugar escolhido por seus fundadores (AMARAL, 2003, p. 33 - 39).

A versão tradicional da fundação de São Luís é substituída por outra interpretação a partir dos artigos e do livro “Fundação do Maranhão”, entre os anos de 1911 e 1912, com os escritos de Ribeiro do Amaral. Em artigos no Diário Oficial do Estado do Maranhão sob a epígrafe “O Maranhão Histórico”, Amaral discorria sobre a história do Estado desconsiderando toda a tradição historiográfica referente à fundação da capital São Luís. “Os franceses levantaram, os holandeses derrubaram; os franceses deram começo à fundação da cidade e à construção dos primeiros edifícios” (AMARAL, 2003, p.36).

As alegações desse autor serviram de base para o argumento do que Lacroix (2005) denomina como “mito da fundação francesa de São Luís”. A partir da caracterização do forte enquanto cidade fundada por franceses, Amaral colabora para a constituição de um mito de origem. Ao ser fundada por franceses numa perspectiva civilizatória, a cidade de São Luís teria bases singulares decorrentes da superioridade francesa em relação aos portugueses no processo de ocupação do território. “Esse raciocínio levou ao fortalecimento da construção da figura do ‘maranhense’, herdada da ancestralidade ilustre dos franceses gentis e fidalgos, cheios de honradez e preocupações com a cultura” (LACROIX, 2002, p. 126). Desse modo, surge uma série de eventos que passam a fazer alusão aos franceses enquanto fundadores com destaque para a figura de La Ravardière.



Completa o Maranhão a 8 de setembro do ano vindouro (1912) o tricentenário da sua fundação. Não deve este dia passar aqui despercebido, apelamos para o honrado Sr. Governador do Estado, sempre pronto a ser o primeiro a dar o exemplo nestas comemorações cívicas, a fim de que seja colocado no local onde foi erigida a cruz, uma pedra qualquer, por mais modesta que seja, rememorativa daquela imorredoura data (AMARAL, 2003, p. 46).

Com base nesse argumento, em 1912, os *novos atenienses* realizaram um grande evento em comemoração aos trezentos anos da fundação de São Luís por Daniel de La Touche. Verifica-se, nesse contexto, a criação de uma nova tradição. Fora a primeira ocasião em que a sociedade letrada ludovicense saudou a chegada dos franceses à *Upaon-Açu* (LACROIX, 2012). Pode-se depreender desse fato histórico, o nível de propagação das transformações nos discursos historiográficos maranhenses. Além da materialização das concepções sob a forma de eventos, Ribeiro do Amaral como um dos líderes desse movimento conclama a atribuição de símbolos à origem francesa de São Luís.

Cabe ressaltar que na mesma época Lobo e Godóis protagonizaram os embates referentes à adoção da obra *História do Maranhão* no ensino primário. Tal aproximação dos eventos permite conjecturar acerca da possível inadequação da obra de Godóis para as intenções do grupo intelectual no período em questão.

O manual da Escola Normal apresentava discordâncias com relação à origem francesa de São Luís. Ainda que representasse uma expressão do decadentismo, o livro de Barbosa de Godóis não incorporou a construção mítica da singularidade cultural do maranhense. Não havia negação da origem portuguesa da capital São Luís em detrimento do mito da fundação francesa em voga na intelectualidade do contexto.

O referido pressuposto pode ser validado pelo ato oficial publicado em *O Jornal: Diário Ilustrado* em 10 de julho de 1916. Na ocasião, ocorre o anúncio da adoção na instrução pública, da obra *História do Maranhão: edição para escolas* lançada em 1914 por José Ribeiro do Amaral. “O Sr. Inspetor geral da Instrução publica resolveu mandar adotar como leitura para os alunos a “*História do Maranhão: edição para escolas*” lançada do professor José Ribeiro do Amaral” (O JORNAL, 10 jul, 1916).

O jornalista adapta para o público escolar seu discurso acerca do papel francês na origem do Maranhão, imprimindo no saber histórico local disciplinarizado, a marca das mudanças historiográficas. Suas elaborações tornam-se a tônica do discurso oficial sobre a fundação francesa na instrução pública primária da Capital.



Uma década depois, com a fundação do IHGM, ampliam-se os esforços para difundir o ideário supracitado. Nesse sentido, é oferecido pela instituição, o curso de estudos maranhenses: “Série de conferências públicas realizadas por pessoas competentes sob a direção do instituto que abrange os problemas maranhenses de maior relevância (IHGM, 1926, p.25)”.

A iniciativa se pauta na difusão das produções dos confrades do instituto, num primeiro momento, vinculadas à São Luís. As reinvenções do discurso historiográfico maranhense prolongam-se durante todo o século XX. Tornam-se comuns as comemorações acerca da fundação francesa tendo à frente intelectuais da instrução local e instituições como a AML e o IHGM.

As considerações da pesquisa neste capítulo permitem caracterizar o processo de implantação da disciplina História do Maranhão na rede oficial de ensino. Com relação ao contexto histórico, ressalta-se o caráter de transição dos mecanismos políticos e ideológicos enquanto impulsionador das alterações no currículo escolar na invenção de uma tradição. Conforme Hobsbawn (2012, p. 16), “Espera-se que a tradição ocorra quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais [...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações amplas e rápidas”.

Ao mesmo tempo, verificou-se nos embates intelectuais, a ausência de unanimidade nos discursos sobre a história regional. Apesar disso, é possível atribuir a Antonio Baptista Barbosa de Godóis o protagonismo na invenção da tradição representada pela História do Maranhão enquanto disciplina escolar.

Destacam-se ainda, as rupturas nos padrões de seleção dos conteúdos e mutações nas concepções que fundamentaram sua abordagem após o estabelecimento no ensino formal. Segundo, Hobsbawn (2012, p. 17) na reinvenção das tradições “há adaptação em condições novas e modelos para novos fins”.

Assim, a disciplina inicialmente enalteceu as origens portuguesas do Maranhão. Mas, alterações no discurso historiográfico com base em “elementos antigos utilizados na elaboração de novas tradições” (HOBSBAWN, 2012, p.16) promoveram novas versões. Com o decadentismo e o mito da singularidade ludovicense, a disciplina passou a exaltar a presença francesa no Maranhão. O discurso inicial mostrou-se superado, pela nova perspectiva de abordagem representada na substituição do manual de Godóis pela obra de Ribeiro do Amaral.

Em relação a esse aspecto, Chartier (2002) acrescenta que, “as representações não são estáticas, sendo formuladas histórica e socialmente, em constante processo de constituição”. O



processo de reconfiguração da disciplina História do Maranhão a partir das mudanças nos padrões historiográficos enfocando a singularidade maranhense demonstra com isso, as mudanças na mentalidade e suas interferências na dinamicidade do saber disciplinarizado.

## Referências

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5. ed. Brasília: Editora da UNB, 1963.

AMARAL, José Ribeiro do. *O Maranhão histórico: artigos de jornal (1911 – 1912)*. (1912). São Luís: Instituto Geia, 2003.

BERREDO, Bernardo P. de. *Annaes Históricos do Estado do Maranhão*. (1905). 4. ed. Rio de Janeiro: TipoEditor, 1988

BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1990

BORRALHO, José Henrique de Paula Borralho. *Terra e Céu de Nostalgia: Tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Assis-SP. Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Dissertação de Mestrado. 2000

CAMPOS, Humberto de. Os novos atenienses. *A Pacotilha*, São Luís, 16 jul 1909. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002  
FARIA, Regina Helena Martins de. *A Transformação dos Trabalhos nos Trópicos: propostas e realizações*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001

FARIA, Regina. Memória, Patrimônio imaterial e identidade cultural. Mesa Redonda Patrimônio Histórico e Imaterial, *In: 5º ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL DO NORTE E NORDESTE. Anais*. São Luís, set 2005

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compendio Histórico Político dos princípios da lavoura no Maranhão*. São Luís, SUDEMA, 1970

HOBBSAWN, Eric (Org) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004

IHGM, Instituto Histórico Geográfico do Maranhão. Curso de Estudos Maranhenses. *In: Geographia e Historia: revista trimensal do Instituto Histórico Geographico do Maranhão*. Anno 1. Num.1.Typ. Teixeira. São Luís, 1926



JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006

LACROIX, M<sup>a</sup> de Lourdes L. *São Luís do Maranhão: corpo e alma*. São Luís, 2012

LACROIX, Maria de Lourdes L. A criação de um mito. *Outros Tempos*, v. 2, p. 54-80, 2005. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br>>. Acesso em: 23 nov. 2007

451

LACROIX, Maria de Lourdes L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001

LIBÂNIO, José Carlos e ALVES, Nilda (orgs.). *Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 201

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: apontamentos, notícias e observações para servirem á história do Maranhão*. São Luís: Alhambra, 1990. Tomo 2. v. 1.

LOPES, Raimundo. *Uma região Tropical*. São Luís: Cia Fon-Fon e Seleta, 1970

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da saudade: Os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Missas Negras na Nova Aurora: tradição, decadência e renovação no Maranhão na República Velha. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, EDUFMA, v. 2, n. 2. p. 101-122, 2004

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Claunísio Amorim et al (orgs). *Pergaminho Maranhense: estudos históricos*. São Luís: Café & Lápis, 2010

MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Editora Alhambra, 1987

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002

O JORNAL, São Luís, 10 jul, 1916. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 17 ago. 2013



OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. Os Novos Atenienses: saudade e poesia como invenção do Maranhão. *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, v. 5, número especial, junho 2007. Pp. 135-144, 2007

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste reino de Portugal*. 8. ed. São Paulo: Siciliano, 2001



## O PROEJA NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE SEUS PROFESSORES

CARMO, Gerson Tavares do

*Professor do Programa de Mestrado em Cognição e Linguagem*  
*gtavares33@Yahoo.com.br*

SILVA, Cristiana Barcelos da

*Estudante de mestrado do Programa de Mestrado em Cognição e Linguagem*  
*cristianabarcelos@yahoo.com.br*

453

### RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa iniciada no ano de 2010 e revisitada no primeiro semestre do ano 2014. Objetivou-se compreender as representações sociais dos docentes que atuavam em uma instituição federal pública, localizada no interior norte do estado do Rio de Janeiro, sobre a proposta de educação para jovens e adultos integrada à educação profissional. Em um primeiro momento, foi feita uma reflexão histórica sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, bem como as políticas para essa modalidade de ensino pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Em seguida, fez-se referência à natureza da proposta: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Por último, foram analisados os dados obtidos por meio da aplicação de um instrumento de geração de dados, a fim de alcançar o objetivo da pesquisa.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional. Representação Social.

### ABSTRACT

This work is the result of research started in 2010 and revisited in the first half of the year 2014. The research aimed to understand the social representations of teachers who worked in a federal public institution, located in the northern interior of the state of Rio de Janeiro, on the recent proposal for education for youth and adults. At first, a historical reflection on the Education of Youth and Adults (EJA) was taken in Brazil, as well as policies for this type of post Law of Guidelines and Bases of Education 9394/96. Then it made reference to the nature of the proposal, the National Program for Integration of Vocational Education with Basic Education Modality Youth and Adult Education (PROEJA). Finally, the data obtained through the application of a tool for generating data were analyzed in order to achieve the research objective.

**Key-words:** Youth and Adult Education. Vocational Education. Social Representation.

### Introdução

Neste trabalho se propôs a analisar e refletir sobre os indícios das Representações Sociais do conceito de integração, elaboradas por docentes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de





Jovens e Adultos (PROEJA), objetivando analisar particularmente, como atores educacionais inseridos na educação formal pública, concebiam a integração entre Educação Profissional e Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, implantada pós Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, que instituiu nas instituições federais de ensino, uma nova proposta de educação profissional e tecnológica: a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores.

O objetivo central desse estudo concentrou-se em discutir a respeito do momento histórico, que parece propor um redesenho da EJA, via PROEJA no sistema federal, levado em consideração à proposta de uma remodelagem estrutural nas instituições federais de ensino do Brasil.

Assim, este trabalho esteve voltado à busca das representações sociais produzidas por docentes do PROEJA. Para isso, foram formuladas as seguintes questões de estudo:

- Como os professores, enquanto profissionais da educação, concebiam o papel social da proposta de Educação Básica integrada a Educação Profissional e o tipo de formação oferecido a partir dela?
- Como os docentes, enquanto atores educacionais construíam suas representações sociais a respeito da integração no PROEJA, a partir dos seus valores, modelos e crenças?

### **Revisão da literatura**

Com a ambiciosa pretensão de tentar responder a essas questões, recorreremos a Teoria das Representações Sociais (TRS), enquanto “doutrina” que apontava para o fato de se tentar compreender como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural, por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os sujeitos. Para tal, nos debruçamos sobre as bases da teoria do romeno Moscovici (2007) que a partir 1961 na França, buscou compreender como eram elaboradas as representações sociais, marcando nas Ciências Humanas, o surgimento de uma nova visão entre os fenômenos individuais e sociais. Diferente da teoria durkheimiana que deu ênfase ao caráter estático das representações, Moscovici emprestou a Teoria das Representações Sociais, uma qualidade eminentemente dinâmica.



Optou-se pela Teoria das Representações Sociais, por que, como considerava Arruda (2002), ela é capaz de esclarecer que existem sim formas diferentes de explicar e conhecer a realidade, esta, uma vez considerada móvel e o sujeito ativo, nesse caso, o professor, um ser criativo.

Corroborando com tal visão, Jodelet (2001), se reportando a importância da Teoria das Representações Sociais, afirmou que nesta, o ponto de partida para a construção do conhecimento é o indivíduo (no caso deste trabalho, o docente do PROEJA”) e o de chegada é o coletivo (suas representações), e a dinâmica das relações sociais.

Convém apontar, que dentre a literatura revisada, há um consenso em considerar a Teoria das Representações Sociais, uma teoria de abordagem e natureza psicossocial de representação. Psicológica por voltar para o sujeito, enquanto indivíduo, único e singular e Sociológica, por que o ponto de partida é o indivíduo e o de chegada, o coletivo e suas relações sociais. Entendendo que o senso comum é um senso social, o estudo das representações sociais possibilita para tanto, o exame de aspectos simbólicos, das linguagens, de valores e memórias comuns compartilhadas nas interações individuais, interindividuais, grupais, intergrupais e ideológicas nos universos consensuais em que habitamos. Dessa forma, portanto, que seus conteúdos são estudados dentro de uma dinâmica social, devendo ser compreendida no contexto em que são construídas.

### **O PROEJA: Histórico e contextualização legal**

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica atravessou um grande momento no início dos anos 2000, devido às decisões de um governo que demonstrou profunda compreensão do valor estratégico da mesma, para o desenvolvimento nacional. Na rede federal de ensino, por exemplo, a formação técnico-profissional, começou a tomar diferentes formas a partir de 2003, por inúmeras razões, seja por meio da criação da Universidade Tecnológica do Paraná (região Sul do país) e dos esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, seja pela intensificação e diversificação das atividades de ensino, visando a atender os mais diferenciados públicos, nas formas presenciais, semi-presenciais e a distância.

No país, conforme mostraram os estudos de Cunha (1995) e de Souza (2000), a disputa entre os projetos de sociedade diversos, que se ligaram ao capital e ao trabalho, foram



evidenciados mais claramente desde a campanha eleitoral para a Presidência da República do ano de 1994. Tal disputa, portanto, refletiu-se, nos projetos de educação e sobretudo, na formação profissional e na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A elaboração teórica e a ação política correspondente ao discurso político de integração na educação, teve sua gênese na década de 1980, notadamente com a Constituição Federal que em seu artigo 205 definiu que: "A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988).

O artigo 227 da Carta Magna definiu a profissionalização como um dos deveres da família, da sociedade e do estado a ser assegurado "com absoluta prioridade". Também no sentido de explicitar essa conexão, a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, ao disciplinar a educação escolar, estabeleceu que ela devesse "vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social" (§ 2º do artigo 1º).

Assim, a busca por uma articulação entre trabalho e educação, somada a marcante influência do pensamento de Gramsci (2000) a respeito de uma educação integral que levasse em consideração todas as potencialidades humanas, reacendeu nos anos de 1980, os conflitos entre as visões conservadoras e progressistas, no âmbito da educação brasileira (Frigotto, 2003, p. 45-53).

Por parte dos progressistas as disputas quanto à integração entre a educação dita propedêutica e a educação profissional são marcados, pela contestação aos princípios fragmentadores presentes na regulamentação da Educação Profissional formulada a partir da LDBEN de 96, especialmente com o Decreto no 2.208/97, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino técnico e o Ensino Médio.

A reforma do ensino técnico começa a ser delineada pelo projeto de lei nº 1.603/96, mas se efetiva com o decreto federal nº 2.208/97, e é resultado de propostas distintas desenvolvidas separadamente pelo MEC, através de sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), e pelo MTb, através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor). Enquanto a Sefor tinha como preocupação recolocar a questão da educação na pauta da construção do modelo de desenvolvimento sustentado e da modernização das relações entre capital e trabalho, a Semtec procurava definir a identidade do ensino médio, em especial do sistema de escolas técnicas federais, e a otimização da relação custo-benefício. A proposta do MEC prevalece e direciona o processo de flexibilização e de separação entre formação acadêmica e a formação profissional no ensino técnico (PERERROSSI E ARAÚJO, 2003. p.65).



Segundo Frigotto (2005), o discurso estatal autoritário, constituía objeto de controvérsias, no espaço de conflitos e de luta por uma política de democratização e de melhoria da qualidade da educação que fosse combinada com as concepções e práticas progressistas da sociedade brasileira. Nos anos 1990, para Frigotto (1999, p.17), confrontavam-se “um projeto societário que se assenta no ajuste à nova (des)ordem mundial e outro que busca viabilizar uma alternativa autônoma e sustentável de desenvolvimento”. Nesse confronto, redefiniam-se as funções da escola básica e a da formação técnico-profissional, contrapondo-se a concepção de formação unitária à formação pragmática vinculada à ideologia da “empregabilidade”.

Quanto à ideia de integração em contrapartida, o Decreto nº 2.208/97 definiu o Ensino Médio e a Educação Profissional como redes de ensino distintas, nos termos do artigo nº 5: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio [...]”. Assim foi proibida a formação integrada e foram legitimadas formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função de necessidades do mercado.

No intuito de se discutir a respeito de uma nova política educacional foram realizados em 2003 dois seminários nacionais “Ensino Médio: Construção Política” e “Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas”.

Conforme defendeu o programa de governo associado à vitória eleitoral em 2002, o compromisso era “com a redução das desigualdades sociais existentes no país”, com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável, articulado a um compromisso com um modelo de desenvolvimento alternativo, econômico e cultural. Esse pressupôs a revitalização do sistema produtivo nacional por meio da produção de conhecimentos nas diversas áreas, assim como pela absorção e pela produção de tecnologia, que se conjuga com a ampliação do mercado interno. A necessidade de ampliação da participação popular para a definição das políticas públicas e de estímulo à dimensão coletiva como valor radical de convivência social foram necessários para apoiar uma política deliberada de desenvolvimento econômico por parte do Estado. Nesse sentido, decorre o compromisso com a “educação básica (fundamental e média) como um direito garantido pela oferta pública e gratuita, democratização de acesso e garantia de permanência” (Brasil, 2003).

A política de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi considerada como a retomada de princípios estabelecidos pela LDBEN (Lei nº 9.394/96) quando apontava que “o ensino médio, atendida a formação



geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (§ 2º do art. 36); “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (art. 40); e “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39). No entanto, essas perspectivas para a integração da formação técnico-profissional à formação geral na Educação Básica foram impedidas de se concretizarem pelo Decreto nº 2.208/97 e outros instrumentos legais que não somente proibiram a pretendida formação integrada, mas legitimaram formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função de necessidades do mercado.

O restabelecimento do princípio da integração anunciado pela LDBEN/96 se iniciou pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Em seguida, foram estabelecidas, pelo MEC, as diretrizes para a oferta de cursos de Educação Profissional integrada com o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pela Portaria nº 2.080, de 13 de junho de 2005. Os cursos, pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, passaram a constituir o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que (antes mesmo de serem implantados), foi expandido para a Educação Básica e para além das redes federais, incluindo assim, os sistemas estaduais e municipais de Educação Profissional, conforme Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

Uma dimensão essencial considerada nas disputas políticas e teóricas de formulação da nova política foi a historicidade da contradição fundamental entre o capital e o trabalho, que se manifestou na dualidade estrutural da educação brasileira, que ainda, mantêm a formação geral ou propedêutica *versus* a formação profissional.

No Proeja, a integração se contrapôs à “segmentação” e “fragmentação”, que constituem “estratégias da subordinação dos processos educativos ao capital”, relação que toma formas e conteúdos diversos no capitalismo, segundo Frigotto (2003). A integração é proposta, tendo o trabalho como princípio educativo e a perspectiva da escola unitária com vistas à formação omnilateral ou politécnica.

A Educação Profissional e Tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma política de educação e



qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para uma perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (Brasil, 2007b, p. 36). Um aspecto norteador do programa foi:

(...) o rompimento com a dualidade estrutural da cultura geral versus cultura técnica, situação que sobremaneira viabilizou a oferta de uma educação academicista para os filhos das classes favorecidas socioeconomicamente e uma educação instrumental voltada para o trabalho para os filhos da classe trabalhadora, o que se tem chamado de uma educação pobre para os pobres (BRASIL, 2007b, p. 39).

459

Outro princípio norteador é o de integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real, o que pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, bem como para o efetivo exercício da cidadania. Nesse sentido, os cursos integrados devem “proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando” (Brasil, 2007b, p. 39).

Em relação a essa proposta do Proeja, de uma formação básica unitária e politécnica, há limites e desafios colocados pela sua inserção num industrialismo excludente já que em termos gramscianos, a formação que se propõe integral vincula-se a um industrialismo de novo tipo, orgânico, cujo objetivo é responder às múltiplas necessidades humanas. Portanto, constitui um esforço e uma disputa de organização e de concretização de um processo de formação de novo tipo, que tem desafios e obstáculos a superar. Assim, o Proeja como uma política pública propõe contemplar “a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sócio-laboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (Brasil, 2007a, p. 16).

Como no documento base do Proeja, os educandos – público alvo do programa - são caracterizados socialmente como excluídos do sistema educacional brasileiro, por isso um fator considerável e relevante tratado no programa foi sua pretensão de resgatar a importância de uma política pública que trate da exclusão de jovens e adultos trabalhadores, uma vez considerados:

(...) sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros [...] emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a





sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007a, p. 15).

Contudo, o próprio documento-base (Brasil, 2007a, p. 17), aponta que integrar a educação profissional técnica e ensino médio na modalidade EJA, não se restringe à inclusão no “mercado de trabalho”, mas de maneira ampla “assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo”. Nesta perspectiva, a própria formação deve ser tornada “mais abrangente, permitindo ao sujeito, além de conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda”.

Estudos mostram, que para uma efetiva formação ampla, faz-se necessário considerar os contextos sociais, condições de vida e trabalho, às relações sociais, de classe social, entrelaçadas com idade, gênero e raça e reelaborar os saberes profissionais ou do trabalho, e, sobretudo, buscar promover um novo modelo de educação e um e verdadeiro processo de (des)qualificação de saberes e legitimação das desigualdades (Arroyo, 2007).

Como salientou Ireland (2004, p. 69), é preciso que “a experiência complexa da vida seja o ponto de partida para o processo de aprendizagem, conjugando essa ao saber sistematizado que faz parte da herança da humanidade”. Por outro lado, é preciso submeter à experiência à reflexão crítica, ao pensamento, ou seja, estabelecer a mediação da prática com a teoria, “considerando que os significados vão sendo construídos através do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações que constituem o senso comum para o conhecimento elaborado através da práxis” (Kuenzer, 2004, p.10). Não se trata apenas de articulação de teoria e prática, de sujeito e objeto, de pensar e agir, mas, fundamentalmente, em um dado momento histórico, em que se dá a ação instituinte e transformadora.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2000) propõe-se uma atenção quanto à especificidade etária e sociocultural dos jovens e adultos atendidos nessa modalidade de ensino, na formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos, que levem em consideração: o perfil e a situação de vida do aluno, as necessidades e disponibilidades dos jovens e adultos, buscando garantir aos alunos trabalhadores condições de acesso e de permanência na escola (conforme o art. 4º, inciso VII, da LDB/96); a experiência extra-escolar, validando-se os saberes dos jovens e adultos aprendidos fora da escola e admitindo formas de aproveitamento de estudos e de progressão nos





estudos mediante verificação da aprendizagem (conforme o art. 3º da LDB/96); e a organização curricular através da transversalidade, sendo destacado o trabalho como tema transversal.

Ainda, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a contextualização é um princípio da organização curricular do ensino e é compreendida como relacionamento dos conteúdos de aprendizagem com experiências da vida cotidiana ou com os conhecimentos adquiridos espontaneamente pelos alunos de forma que eles tenham papel ativo nas aprendizagens e que essas sejam significativas.

A inclusão da Rede Federal de ensino neste contexto, através do PROEJA, parece representar um inédito momento de resgate do direito educacional de jovens e adultos trabalhadores brasileiros, que tiveram esse direito negligenciado e deveriam ter percorrido um caminho mais consistente e fundamentado na perspectiva de uma educação integral. O documento-base dessa nova proposta de ensino a esse respeito traz como eixo norteador uma inovadora concepção política,

(...) cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2007b, p.26).

### **Representação social dos professores do PROEJA: um recorte no campus do Instituto Federal Fluminense**

Nesta parte do trabalho, apresento a pesquisa de campo realizada com alguns dos professores que lecionavam no PROEJA do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (Campos *campus*-guarus) e as respectivas análises dos resultados. A metodologia utilizada foi baseada num tipo descritivo de abordagem de cunho predominantemente qualitativo. Utilizou-se como recurso metodológico, à aplicação de um questionário aberto, enquanto “(...) um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”. (Marconi, 1999, p.90). Esta parte da pesquisa teve como objetivo a investigação do que os professores pensavam a respeito de



determinadas questões ligadas ao PROEJA, enquanto programa educacional, determinado pela edição do Decreto 5840/06 e que foi implantado na instituição onde atuavam.

### **Caracterização do universo da pesquisa**

A pesquisa foi iniciada no ano de 2010, no Instituto Federal Fluminense Campus-Campos-Guarus, situado em Campos dos Goytacazes, região norte-noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A instituição, criada através de ato governamental da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005 e autorizada a funcionar através da Portaria Ministerial de Nº 1.971, de 18 de dezembro de 2006, se tornou Unidade de Ensino Descentralizada de Guarus, atual Campus Campos-Guarus. Ela foi concebida para atender a população do antigo Distrito de Guarus, situado à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Criado pelo Ministério da Educação através do Programa de Expansão da Rede Federal de educação profissional, o Campus está construído numa área de 20 mil metros quadrados, e 16.417 metros quadrados de área urbanizada cedida pelo 56º Batalhão de Infantaria do Exército (Brasil,2010).

O Campus Campos-Guarus foi estruturado para o ensino técnico nos eixos tecnológicos de Controle de Processos Industriais e Ambiente, Saúde e Segurança. Em 2010, foram oferecidos na unidade, os cursos técnicos integrados em Eletrônica (com ênfase na área naval), e Meio Ambiente, cursos sequencial pós-médio em Farmácia e Enfermagem, além do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) nas áreas de Meio Ambiente e Eletrônica, voltado para maiores de 18 anos que ainda não cursaram o ensino médio. (Brasil,2010).

Procurou-se na investigação ao Instituto Federal Fluminense *Campus-Campos-Guarus*, explorar algumas dimensões a respeito do que pensavam os professores desta unidade, por acreditar ser de suma importância a contribuição desses para a produção de conhecimento na área da educação, como observou Goodson (1992) ao defender a idéia de que “o principal ingrediente que vem faltando nas pesquisas de educação é a voz do professor” (Goodson,1992, p.71).



## A Análise dos dados

O questionário estruturou-se a partir de algumas questões abertas, elaboradas com a premissa básica de analisar que representações os professores produziam a respeito da temática do PROEJA. Do universo de 25 profissionais que atuavam no PROEJA e receberam os questionários, 20 deles, fizeram parte do total da amostra.

Após a aplicação do questionário, percebemos que dos professores, 50% eram homens, 50% eram mulheres. Destes, 100% tinham algum tipo de formação superior, contudo somente 25% revelaram estar se especializando em PROEJA (oportuno ressaltar, que desde de 2007 a instituição incentivada pelo governo federal oferecia o curso de pós-graduação específico em PROEJA).

Inicialmente perguntamos aos formadores, há quanto tempo trabalhavam como docentes do PROEJA. Dentre os docentes, que se constituíram sujeitos sociais de nossa investigação, percebemos que cada qual apresentava trajetórias diversificadas de entrada e permanência na carreira docente e, que a média de tempo em que os entrevistados atuavam no PROEJA era de 2 anos.

Em seguida, foi perguntado se consideravam suficiente o número de docentes que atuavam no PROEJA na instituição federal onde atuavam. Segunda análise desta questão pôde-se constatar que 50% dos professores consideravam suficiente este número e os outros 50% avaliaram insuficientes o número de docentes atuantes no programa.

Procurou-se saber também, de maneira geral, como os informantes avaliavam a integração entre a Educação Profissional e a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Observou-se, que a questão da integração, pareceu ser uma temática conflituosa no âmbito da educação, pois ora se dava ênfase à formação profissional, ora se apresentava como uma proposta educativa impossível. Como observamos nos seguintes relatos:

“Desde que se dê ênfase à qualificação profissional voltada para o mercado de trabalho, associada as demandas existentes, como o suporte adequado fornecidos pelas matérias básicas, a integração é altamente positiva” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO A).

“Ideologicamente poderosa, isto é positivo e negativo. Administrativamente a integração é difícil, pois implica em reformular campos de conhecimento a as regras deste campo” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO B).



“Aspectos positivos: permite a formação técnica profissional aos estudantes das camadas populares. Aspecto negativo: ainda não se faz essa integração de maneira sistemática na prática” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO C).

Importante observar, que os discursos dos docentes, se remeteram à Representação Social, à medida que demonstram algumas de suas elaborações mentais construídas no coletivo, a partir da dinâmica que se estabeleceu entre as atividades psíquicas dos sujeitos (nesse caso, os professores) e o objeto do conhecimento (a questão da integração no Proeja para esses professores).

Quanto ao que pensavam ser o papel social e do tipo de formação que o programa oferecia aos que ingressavam, os professores responderam da seguinte forma:

“Como papel social, o EJA, desempenha função primordial na preparação de jovens e adultos para o ingresso no mercado de trabalho, valorizando pessoas que, em outras situações, teriam remotas chances de atuarem profissionalmente com resgate da auto-estima e construção de cidadania” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO D).

“Oferecem uma formação técnica a alunos que, muitas vezes, não irão prosseguir seus estudos”. Com isso, estes alunos poderão concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, com grande condição de conseguir um emprego com salário melhor” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO I).

“A proposta de integrar alunos, digo, cidadãos que estão afastados da escola e os qualificá-los para o mercado de trabalho. Infelizmente, de fato, o público pretendido não é o predominante, poucos ingressam e a maior parte desiste” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO F).

“Papel social: Fornecer uma educação de qualidade (incluindo a profissional) a todos que desejarem sobretudo a população de baixa renda. Este papel social acaba não sendo cumprido pois a quantidade de vagas não atende a demanda, o que exclui quem realmente precisa. A formação deveria contemplar a parte profissional (teórico e principalmente prática) e a parte de formação geral, desenvolvendo a autonomia do estudante no processo de aprendizagem” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO J).

Considerando a indispensável necessidade de conhecer as condições reais em que os indivíduos estão inseridos para uma análise plausível e cuidadosa da realidade e a questão do papel social e histórico da EJA, é que percebemos a importância de se analisar as representações dos professores, uma vez que essas, cumprem com uma das funções da Teoria das Representações Sociais, a medida estabelece uma ordem e orienta os indivíduos em seu mundo social, como aponta Moscovici ao definir sua teoria como (2007, p.45)

(...) um sistema de valores, ideias e práticas, como uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e em segundo lugar, possibilitar



que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2007, p.21).

Outro ponto observado foi à questão do enfrentamento de alguns desafios próprios da EJA, como a questão da expansão do atendimento e afirmação do direito aos jovens e adultos trabalhadores, como dispõe o artigo 4º, inciso VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96: "O Dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às necessidades e disponibilidade, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola". (Brasil,1996).

Para tanto, indagamos mais restritamente como os docentes, enquanto profissionais da educação pública, avaliavam a integração entre a Educação Profissional e a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos na instituição onde trabalhavam (Instituto Federal Fluminense *Campus- Campos-Guarus*) e as respostas foram estas:

“Avaliamos de forma positiva quanto à qualidade de ensino proporcionado ao aluno, não obstante, existirem dificuldades no âmbito da oferta de estágio via parceria com instituições públicas e empresas privadas” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO L).

“Estão baseadas em iniciativas individuais e carecem coordenação. Ou seja, são insuficientes” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO M).

“Aspectos positivos: permite a formação técnica profissional aos estudantes das camadas populares. Aspecto negativo: ainda não se faz essa integração de maneira sistemática na prática” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO P).

Diante destes discursos, ainda recorrendo aos estudos de Moscovici (2007), percebeu-se a caracterização coletiva das representações, enquanto ideologias que se transformaram em realidade compartilhada, na medida em que corporificou ideias, valores e experiências coletivas. Nesse mérito, tendeu-se a induzir a seguinte provocação: até que ponto foi, é, ou será real a integração entre Educação Básica e Educação Profissional na Eja, proposta pelo Proeja? Nesse sentido, acrescentou Moscovici “(...) um dos motivos do estudo das representações é o próprio ser humano com o que ele tem de mais preciso: a capacidade de fazer perguntas e de procurar respostas, buscando compreendê-las sem se conformar a elas. (Moscovici,2007 p,48).



Diante dos relatos, pôde-se perceber que pareceu clara a preocupação e inquietação dos professores, a respeito da proposta integradora do programa como argumentou Filho e Melo:

Faz-se necessário, portanto, perceber que esta proposta defende uma integração de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas, possibilitando uma adequação entre teoria e prática, entre o saber e o saber-fazer. Dessa forma, pretende-se desenvolver uma formação humana geral, aliada a formação para o Ensino Médio, adequando a realidade do aluno, a formação profissional e a especificidade da Eja; sinalizando fornecer uma oportunidade atrativa de qualificação integrada à certificação de Ensino Médio a Jovens e Adultos privados de algum modo, em suas vidas, do processo de Educação Regular (FILHO E MELO, 2009, p.3).

466

Assim, entendeu-se que grandes ainda são as dificuldades e entraves encontrados no IFF, *campus*-Guarus a respeito da integração entre Educação Profissional e Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos. Fato, que talvez se deva a dimensão essencialmente histórica da educação brasileira, que trilhou caminhos diversos, mas que cabe a sociedade e a comunidade científica analisar os fenômenos e propostas educacionais, a fim de buscar formas de superação dos problemas e embates, como aponta Moscovici quanto ao papel da Teoria das Representações Sociais no enfrentamento de tais questões (2007, p.26): “(...) através das representações nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado”.

### **Considerações finais**

No Brasil, se estabeleceu a partir de 2003, alguns eixos norteadores atrelados às políticas de Educação Profissional, iniciando assim, a expansão da oferta pública de Educação Profissional e Tecnológica, trazendo consigo uma nova proposta de formação integral, apresentado um papel importante nas políticas de inclusão social. Silva (2012), a respeito da gênese dessas políticas, explica:

(...) nasceram, portanto, como uma possibilidade de aumentar a expectativa de inclusão de jovens e adultos trabalhadores de classes populares e aumentar a escolaridade com a profissionalização, no intuito de cooperar para a integração social daqueles cidadãos que tiveram alijado o direito de completarem a Educação Básica e ter acesso a uma formação integral de qualidade (SILVA, 2012, p.84).



Implantou-se via Decreto nº 5840/2006 no Brasil, o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com a coordenação geral da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), contando com instituições federais de ensino e secretarias estaduais e municipais.

Nesse contexto, é que se remete neste trabalho, a uma das unidades da rede federal de ensino, a Unidade de Ensino Descentralizada de Guarus, atual Campus Campos-Guarus, para discutir acerca dessa nova proposta de educação, teoricamente fundada na perspectiva da educação integral, comprometida com a classe trabalhadora, que historicamente, foi excluída das condições de educação e formação humana geral e profissional, basilares na construção da cidadania.

Realizado o trabalho, pudemos concluir que o Proeja, enquanto programa de integração entre Educação Profissional e Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ao mesmo tempo em que representou um progresso no que diz respeito às políticas sociais de educação pública, apresentou também, embates, desafios e problemas a serem ao longo dos anos, superados.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA.A. *Teoria das representações sociais e gênero*. Cadernos de Pesquisa, n.117, p.127-147, nov.2002.

ARROYO, M. *Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?* In: 67ª Plenária do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, FAE-UFMG, 29 de junho de 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_.LEI N 9394/96. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Setembro de 1996. Editora do Brasil.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. Portal do Instituto Federal Fluminense. Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/guarus>. Arquivo consultado em 10/10/2010





\_\_\_\_\_. *Proeja – Concepções, experiências, problemas e propostas. Documento-base*. In: Seminário Nacional de Educação Profissional. Brasília: Ministério da Educação, 16 a 18 de junho de 2003.

\_\_\_\_\_. *Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Documento-Base*. 2a ed., Brasília: MEC, agosto de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base*. 2a ed., Brasília: MEC, agosto de 2007b.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação brasileira: projetos em disputa*. São Paulo: Cortez, 1995.

FILHO, A.B; MELLO, M.S.M. Implantação do Proeja (curso de Turismo e Hospitalidade) no núcleo avançado do CEFET Campos em Arraial do Cabo: perspectiva de resgate da autoestima do trabalhador. In: GUIMARÃES, C; VALDEZ, G (orgs.). *Dialogando PROEJA: algumas contribuições* – Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional*. *Boletim Informativo do Senac*, vol. 25, nº 2, maio/agosto 1999.

\_\_\_\_\_. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº .154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GOODSON, I. F. Dar a voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, Antônio (org). *Vida de professores*. Porto: Porto, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000/V. 3, 2000.

IRELAND, T. Escolarização de trabalhadores: aprendendo as ferramentas básicas para a luta cotidiana. In: OLIVEIRA, Inês B., PAIVA, Jane (orgs.). *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JODELET, Denise. *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

\_\_\_\_\_. *Representações Sociais: um domínio em expansão*: In: JODELET, D. (Org.). *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ (2001).

KUENZER, A. *Competência como práxis*. *Boletim Técnico do SENAC*, vol. 30, nº 3, setembro/dezembro, 2004.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOSCOVICI, Serge; GUARESCHI, Pedrinho, A. *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2007

PETERROSSI, H.G; ARAÚJO, M. Políticas Públicas: uma reforma em construção no sistema de escolas técnicas em São Paulo. In: *Políticas educacionais: O ensino nacional em questão*; SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (orgs.) - Campinas, SP: Papirus, 2003.

SILVA, C. B. O Proeja no Instituto Federal Fluminense *campus* Campos-Guarus: o olhar dos docentes (2006-2010). In: ARAÚJO, J.M.D; VALDEZ, G.R.B. In: *PROEJA: refletindo o cotidiano*:v.1-Campos dos Goytacazes (RJ):Essentia Editora, 2012.

SOUZA, J. dos S. Concepções e Propostas da CUT e da Força Sindical para a Educação Brasileira – Anos 90. In: NEVES, L. M. W. (org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 79-102.



## MEMÓRIAS E HÁBITOS DA PRISÃO: IMPASSES À AMBIENTAÇÃO À VIDA EM LIBERDADE DO EX-PRISIDIÁRIO

FARIAS, Francisco Ramos de  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
*E-mail: frfarias@uol.com.br*

470

### RESUMO

Objetiva-se promover a ambientação do egresso à liberdade de modo a contribuir para a construção ou reconstrução da condição de cidadania e focaliza as dificuldades relativas à prisão no tocante aos efeitos da cultura prisional, o estranhamento às condições de vida em liberdade, a escassez de opções de trabalho e a rejeição por amigos e familiares. A cartografia é o encaminhamento metodológico centralizado na construção da memória de egressos do sistema penitenciário no Estado do Rio de Janeiro e na implementação de estratégias assistenciais no âmbito do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre a Violência. A institucionalização prisional é a posição de permanência e subalternidade do egresso à prisão que tem seus planos impregnados pela memória da condição de preso e nas identidades construídas na prisão que podem refletir as dificuldades de elaboração de projetos de vida.

**Palavras-chave:** Cultura prisional. Memória da prisão. Ambientação social

### ABSTRACT

The aim of this study is to promote the reintegration of former prisoners to life in freedom by developing mechanisms that can contribute to the construction or reconstruction of the person's citizenship and focuses what difficulties do former inmates face considering the effects of the prison culture, the unfamiliarity with the conditions of life in freedom, the lack of work options and rejection from friends and family. We chose mapping as the methodology, focused on the construction of the memory of former inmates of the prison system of the state of Rio de Janeiro and on the implementation of strategies to provide assistance within the scope of the Laboratory of Social Practices and Research on Violence. The institutionalization is the position of permanence and subordination of the former inmate in prison that has his plans still infused with the memory of the condition of prisoner and the constructed identities in the prison what cant to reflect their difficulty developing life projects.

**Keywords:** Prison culture. Prison memory. Social reintegration



## 1. Introdução

Focalizar a situação do egresso do sistema penitenciário no Estado do Rio de Janeiro, justifica-se por vários motivos. Em primeiro lugar, os órgãos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária lançam um olhar de preocupação sobre a questão da superlotação dos espaços prisionais. Em segundo lugar, o Estado precisa urgentemente rever suas formas de atuação em relação aos criminosos para não engrossar o número de encarcerados e também oferecer condições ao egresso, de produzir outras alternativas além da prática do crime com retorno à prisão. Em terceiro lugar, os dados do Departamento Penitenciário Nacional, do Sistema de Planejamento Estratégico de Negócios e do Ministério da Justiça apontam índices alarmantes de reincidência. Em quarto lugar, deve-se considerar uma perspectiva criativa de resistência às marcas da prisão e construção de mecanismos relacionados à vida em liberdade decorrentes de assistências a ex-presidiário em quem ficou patente o efeito da prisonização. Em quinto lugar, deve-se atentar às estratégias criativas elaboradas pelo egresso que foram construídas no espaço prisional.

A prisão é uma máquina totalitária de morte, como outros espaços de reclusão também o são. A assistência ao egresso, na construção de condições de ambientação ao convívio social após a saída da prisão, é uma estratégia vital, ou seja, apresenta-se como um dispositivo privilegiado de construção de memória em razão do abandono das identidades referentes à condição de criminoso e preso; da construção da identidade de egresso; da produção de sentido ou ressignificação de aspectos da história de vida e, das condições de vida referidas ao estatuto de egresso do sistema penitenciário. Isso requer cientificar o egresso da estratificação e da segmentação nas prisões que são reproduções do contexto das relações sociais. Desse modo, espera-se que o egresso engaje-se em processos de criação, dando sentido a elos de sua história de vida e também desalienando-se de determinadas engrenagens que, de forma sutil, o aprisionam em condições de submissão. Para isso, faz-se necessário distanciar-se da conscientização que opera na prisão para a construção da condição de egresso que começou a ser forjada na prisão como estratégia criativa de cunho vital. Sendo assim, o egresso na prisão pode não aderir completamente à cultura prisional (mesmo sem qualquer possibilidade de oposição), por intermédio da elaboração de projetos localizáveis em um futuro referido à saída de prisão, consolidados pelo ato de produção de alternativas viáveis à vida em liberdade. Essa seria a alternativa em que coexistem, no preso, a posição de submissão pela adesão à cultura



prisional e o momento de resistência decorrente da elaboração de projetos para a vida após a saída da prisão.

## 2. Sobre as instituições de sequestro de alma

472

A prisão tem sido alvo de muitas críticas desde o advento da Modernidade, principalmente pela mudança de configuração do estado que, devido a crise do Estado-Providência, passou para Estado de Controle Social Repressivo. Esta grande mudança é apresentada sob o *slogan* de humanização dos espaços prisionais que, teoricamente, deveria consistir na substituição do castigo corpóreo e suplício pela punição em termos de privação de liberdade com o objetivo de efetuar uma espécie de correção no infrator. No entanto, no contexto das práticas dirigidas aos custodiados verificou-se o uso sistemático da violência pelo aparato policial, aplicada, quase sempre, de forma ilegal e ilegítima. Além disso, constata-se a criminalização de pequenos delitos que, juntamente com a precariedade dos inquéritos policiais, contribuem para criminalizar a miséria e punir os pobres, em uma espécie de seletividade social, tanto da administração da justiça, quanto do aparato de segurança encarregado de retirar determinados sujeitos do convívio social, segundo a alegação de que, esse modo de proceder traria segurança ao espaço das relações sociais pelo fato de conter e controlar homens supostamente perigosos. As ações desses dois aparatos do Estado não são igualitárias, visto que, em muitas ocasiões, observa-se o poder jurídico em contenção quando comparado ao volume de ações do aparato policial que avança de forma considerável, inclusive entre não policiais que se encarregam, por conta própria, da tarefa de prender determinados sujeitos que apresentem determinadas características inscritas, no imaginário social, como aquelas que aproximam o homem da vocação para a prática de ações criminosas. A esse respeito, Batista (2010, p. 34) assinala que “os jovens negros e os pobres em geral se encontram cada dia mais nas garras do sistema penal e dos grupos de extermínio”. De uma forma ou de outra o resultado é o mesmo: pelo sistema penal, o homem deveria ser retirado do convívio social pelo período de cumprimento da pena. De outra, o extermínio retira também, só que definitivamente, o homem de suas relações sociais. Nesse sentido, uma das condições impostas para o funcionamento desses aparatos de segregação é a retirada do criminoso ou suposto



criminoso de seu convívio e o subsequente confinamento a um espaço de reclusão. Em princípio, a prisão pretendia não apenas intervir no próprio sujeito, transformando sua índole, como também apresentava, como objetivo com esta prática, o controle da delinquência expresso em termos da promessa de redução da criminalidade. Além disso, o lema condutor dessas práticas consistia na garantia de segurança às classes sociais, porém as medidas de segurança incidiram somente sobre as classes sociais dominantes. Dai serem justificadas as necessidades de encarceramento. Assim, vê-se claramente a expressão da determinação da questão econômica no encarceramento. Mas essa íntima relação põe em xeque a política criminal de encarcerar, seja pela crescente massa de sujeitos que são capturados pelo aparato policial mas que o Estado não dispõe de dispositivos prisionais para aloca-la; seja pelos grupos econômicos competitivos que desfrutam do volume crescente de presos, no que tange à distribuição de mercadorias consumidas pelo Estado e destinadas às pessoas em um processo pautado em critérios etnosseletivos.

Os resultados da aplicação dessas medidas legais redundaram na manutenção das prisões como depósitos de jovens oriundos de classes sociais economicamente desfavorecidas que evidenciam, muitas vezes, pelo ingresso no universo do crime, as precárias condições de existência. Não obstante, essas ações dos aparatos policial e jurídico são expressões da utilização das tecnologias do Estado imbuída na produção de disciplina e corpos dóceis. Assim, tem-se uma espécie de normalização centrada, principalmente, na vigilância para punição e que, apresenta, como consequência a exclusão temporária ou definitiva de determinados segmentos da população.

Esse é o cenário das instituições prisionais brasileiras que se centram na perspectiva punitiva assegurada pelas representações coletivas, de um lado e, pelas ações do Poder Judiciário, por outro. Essa situação se evidencia, com mais força, no Estado do Rio de Janeiro por ter sido o solo onde foi implantada a primeira prisão do Brasil (ARAUJO, 2009). Alguns fatores foram decisivos para esse acontecimento. Em princípio, com a Independência do Brasil, houve a “abolição definitiva do Código Filipino com a promulgação de um novo Código Criminal em 16 de dezembro de 1830” (MOTTA, 2011, p. 77). Com isso significativas mudanças se processam na condução do preso na prisão com o fim de ações de tortura judiciária como mecanismo legal de extração da verdade na fase inquisitorial do processo, da mutilação das mãos, do corte da língua e das queimaduras. Proíbe-se também as diferentes formas de degredo, de confisco e de multa. Em lugar dessas ações entra em cena um regime que tem,



como dispositivo fundamental, a pena de prisão (com reclusão temporária do criminoso condenado), apresentada como a reforma que moderniza e humaniza as prisões, ou seja, tem-se uma “mutação que passou da penalidade centrada primeiramente na violência física sobre o corpo para a reclusão penal” (MOTTA, 2011, p. 81).

As prisões, de forma geral, são objetos de fecundos questionamentos históricos, principalmente em razão de seus rituais e do rigor de práticas de castigo sustentadas pela suposição, praticamente inquestionável, em determinadas crenças. Contudo, além desses aspectos, essas instituições universais serviram, de certa forma, para explicitar os limites evidenciados no exercício do poder, demonstrando que, conforme nos lembra Arendt (2010, p. 60) “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence ao grupo e permanece em existência enquanto o grupo se conserva unido”. Disso, depreende-se que o poder produz simetria com ações e negociações, sem polarizar-se apenas no extremo de superioridade; o exercício do poder tem como característica a permanência, sem decorrer de uma intervenção pontual ou intermitente; as linhas de fuga produzidas em relação ao poder irradiam-se de cima para baixo e de baixo para cima. Com relação a esta última modalidade de irradiação sabemos, com Foucault (2008), que há em relação a mesma a possibilidade de sustentação da autoridade legal.

Os prisioneiros devido à sua condição de nomadismo nas instituições prisionais expressam formas de resistência passiva, ativa, individual, coletiva, ao mesmo tempo que desenvolvem modos de adaptação pela submissão e, em muitos casos, acabam integrando-se à prisão, absorvendo completamente o cotidiano institucional. Todavia, a vida real desse grupo segregado do convívio social, pela perda da liberdade, apresenta peculiaridades, visto que algo se constrói em um nível oculto que transcende à “serenidade e as convenções do discurso penitenciário” (PERROT, 2010, p. 241). Essas ideias são reportadas para entender o cenário das prisões, onde os dominados, no caso os presos, no exercício do poder produzem e incentivam a manutenção das autoridades legais. Dito em outras palavras: os presos submetem-se ao poder, mas também reagem a essa submissão, dando condições a que as autoridades se instituem em ações com novas modalidades de poder. A crença que determinou a criação das prisões, bem como a que ainda sustenta a sua existência, é a de que o criminoso, uma vez condenado a uma reclusão por um período de tempo, estaria, depois dessa custódia sob





vigilante controle dos aparatos do Estado, em condições de retorno ao convívio social fora do ambiente prisional, pois a estadia na prisão o tornaria dócil, arrependido, útil e produtivo.

As estratégias para transformação do criminoso em homem dócil (o isolamento e o castigo), mediante uma socialização imposta pelo convívio com outros criminosos, a necessidade de desenvolvimento de medidas protetoras antes às constantes ameaças à vida no ambiente prisional, a clara rejeição de setores da sociedade quanto ao retorno do criminoso da prisão, o efeito das condições arquitetônicas das prisões aliadas à superlotação e às condições precárias de higiene, entre outras, produzem transformações subjetivas marcantes em razão da adaptação exigida à vida em cárcere. A esse respeito vale sinalizar que o homem, ao cometer um crime, toma uma decisão de consequências onerosas, do ponto de vista subjetivo, visto que, caso seja condenado à reclusão, deverá obrigatoriamente ambientar-se em um espaço com regras próprias, totalmente adverso das condições de vida em liberdade. A realização de uma ação criminosa traz embutida a possibilidade de prisão, de julgamento e condenação e, em caso de responsabilidade e culpa pela autoria do crime, a exclusão do convívio da vida em liberdade.

Todavia, a política de criminalização que prima pela prisão de qualquer delito, a gestão relativa às práticas penitenciárias e a postura da sociedade a favor do enclausuramento como solução para problemas resultantes de desigualdades sociais, entre outros, determinaram que a prisão tenha outras serventias, mesmo fracassando naquilo que se propõe: punir e recuperar o criminoso para o retorno à vida fora dos espaços prisionais. No entender de Soares (2006, p. 595) esse é um dos efeitos diretos de “um processo veloz de desenvolvimento autoritário do capitalismo que gerou injustiças e desigualdades extraordinárias, sem que a democracia pudesse as reverter. A impunidade continua sendo seletiva, entre nos: racista e classista”. Depreende-se dessa reflexão que em um ambiente social onde cada vez mais se pronuncia um estado degradante das condições de vida das populações segmentadas no extrato social mais pobre, o poder de sedução pela ascensão econômica no usufruir de bens de consumo, bem como o aparelhamento de dispositivos técnicos para a realização de ações criminosas prosperam numa velocidade incontrolável e mesmo não consegue ser amortecida pelas ações do Estado em razão da precariedade da aplicação de políticas públicas vitais. Daí então são recrutados homens desse segmento da população para o crime e conseqüentemente para o convívio em espaços prisionais, onde ocorre o segundo estágio de aperfeiçoamento ao universo das práticas criminais pela transmissão que tem lugar nesses espaços a partir da convivência com criminosos que dominam, com propriedade, o âmbito da criminalidade em termos do uso de



estratégias de planejamento e ações. Como sabemos, o poder do crime, no Estado do Rio de Janeiro, pela peculiaridade de ter sido onde surgiram as facções criminosas, expandindo-se a outros estados brasileiros, penetrou de forma significativa no cenário das instituições de segurança atingindo frontalmente os aparatos de segurança e constituindo uma espécie de rede de grande expressão social conhecida como a organização do crime, da qual o Comando Vermelho é um dos braços mais fortes (AMORIM, 2011).

### **3. A ambientação à prisão e assimilação da cultura prisional**

Na atualidade, as prisões brasileiras possibilitam um tipo de ambientação a uma modalidade específica de organização própria das ações das facções criminosas com seus aparatos de funcionamento pautados em códigos bastante específicos. Sendo assim, aquele que comete um crime terá que se transformar, em um primeiro momento, para adequar-se à instituição prisional e, em um segundo, dependendo da facção prevalente na unidade, adequar-se também, em uma espécie de pacto selado, às prerrogativas da facção. São duas transformações significativas que tem reflexos diretos no contexto da subjetividade. Forçosamente impelido a esses dois tipos de adesões, o preso conta também com a possibilidade de uma instrumentalização em razão do convívio no cotidiano da prisão pela assimilação da cultura prisional, modalidade de experiência entendida como “maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o ator deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjetividade pessoal” (DUBET, 1994, p. 94). É assim que podemos falar da experiência do preso no ambiente prisional e suas significativas consequências, em termos de uma representação do vivido repleto de ambivalências. Quer dizer, por um lado, a experiência da prisão afigura-se, para o preso, de cunho propriamente individual. Mas por outro, em função da dinâmica institucional, é a reabertura a uma prática compartilhada, de forma obrigatória, com nuances subjetivas de outros sujeitos singulares, de modo a produzir uma teia de relações que podem ser, tanto de aperfeiçoamento no universo das ações criminosas, quanto na produção de mecanismos protetores para a sobrevivência durante o



tempo de custódia e, em uma ínfima parcela<sup>1</sup> da população prisional, para construir estratégias de vida no sentido de não repetir a ação criminosa. Os dados informados pelo Ministério da Justiça indicam que, no Brasil, mais de meio milhão de presos compõem a crescente população carcerária, terceira maior do mundo depois da China e dos Estados Unidos. De acordo com as estatísticas desse órgão, praticamente a população de reincidentes compõe-se de pobres ou muito pobres; mais da metade de negros e pardos. Um dado que chama a atenção revela que 65% desse contingente cometeu crimes não graves como furto e tráfico, entre outros. O índice de reincidência após o cumprimento da pena, de acordo com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, chega a até 70%, sendo um dos mais elevados do mundo. Portanto, a ideia de reabilitação tornou-se o principal objetivo na gestão carcerária brasileira; pelo menos esse é o lema difundido pelo discurso oficial.

Contudo, a própria prisão encerra um grande paradoxo: como fazer funcionar, de forma coerente, as tecnologias de punição da gestão penitenciária visando à segurança e controle do espaço, com as assistências preconizadas pela Lei de Execução Penal, no artigo 10, que define a assistência ao preso como dever do Estado, visando prevenir o crime, orientando-o e apoiando-o na integração à vida em liberdade? Possivelmente, se o objetivo da prisão é punir pela privação de liberdade, então dificilmente uma instituição que pune teria condições de preparo para que o sujeito consiga viver em liberdade. Nesse sentido, estamos diante de duas finalidades incompatíveis entre si que têm consideráveis reflexos: o preso tem que se preparar para o retorno à vida fora da prisão, mas tem também que assimilar e ajustar-se à cultura prisional em duas vertentes: da gestão penitenciária e dos próprios presos.

A vivência subjetiva do condenado que cumpre pena, em uma instituição prisional, passa por significativa transformação que tem repercussão em si mesmo, na dinâmica da prisão e, sobretudo, na criação de mecanismos de sobrevivência que não estão prescritos na finalidade da prisão. As maneiras de adaptação ao novo espaço de socialização exigem recursos com a criação de novos hábitos, a produção de mecanismos de enfrentamento do preso consigo mesmo, com os demais presos, com a equipe gestora que, no intuito de garantir a ordem, apresenta credenciais claras de castigo e de recompensa pautadas em uma meta: o processo de disciplinarização. Aliás quando o aparato de segurança captura um homem que cometeu um

<sup>1</sup> <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>, acessado em 02.04.2014.



crime, ou que é suposto de cometê-lo, deve passar por um período de um mês recluso até o tempo de consumação da sentença, quando acontece. Nesse pequeno intervalo de tempo já são sinalizadas as diferentes etapas do processo de transformação subjetiva. Em princípio, o preso, se for condenado, ao ser designado a uma instituição prisional, passa obrigatoriamente por um ritual que consiste em uma espécie de “rigorosa disciplina: pouca ou nenhuma segurança, sem direito a tomar banho nem visitas” (SANTOS, 2007, p. 112). No tempo de espera do julgamento e na chegada à prisão são aplicadas técnicas visando à assimilação do processo de prisionização, conforme assinalou Goffman, 2008). Há ainda, nesse processo, a possibilidade de filiação a uma facção criminosa ou a postura neutra, dependendo da unidade prisional. Esse processo é realizado em algumas prisões onde existe o setor de triagem: uma espécie de cárcere de adaptação, onde o preso deve passar, pelo menos, uma semana em uma cela para sua conscientização acerca de sua condição (AGUIRRE, 2009). Geralmente o setor de triagem é um tipo de isolamento que tem por finalidade a familiarização do preso ao espaço e também à assimilação das normas de funcionamento da prisão. A marcante transformação do preso decorrente do processo de prisionização corresponde à internalização e assimilação dos padrões vigentes na instituição prisional, estabelecidos, quase sempre, pelos internos mais endurecidos, mais persistentes e menos propensos a melhoras, além das normas disciplinares da própria prisão. De certo modo, adaptar-se à vida carcerária implica formar hábitos, internalizar características e atitudes de criminoso habitual. Daí, faz-se necessária a produção de habilidades, bem como a expressão de capacidades de acomodação a situações novas. Para tanto, o preso tem somente duas alternativas: ou bem desempenha suas habilidades ou então perece.

A prisão estruturada em termos de mecanismos de punição volta-se, como outras instituições, sobretudo à transformação de determinados personagens produzidos socialmente como o anormal, o criminoso e outras categorias consideradas como desviantes. Trata-se de uma concepção que pressupõe a existência de um homem incapaz de integrar-se ao mundo que, de certa forma, tem fascínio pela desordem e que comete atos extravagantes, ou seja, “quem vai ser condenado é esse personagem incapaz de se integrar, que gosta da desordem, que comete atos que vão até o crime” (FOUCAULT, 2011, p. 22). Disso entende-se que a prisão traz embutida a ideia de que existem homens perigosos que devem ser normatizados pelos aparatos do Estado, dos quais a prisão seria a instituição exemplar para essa finalidade. Obviamente não é a questão da perversidade nem da loucura que justificam a criação de instituições de reclusão



e sim a convicção inabalável de que existem homens perigosos, denominados de homens infames (FOUCAULT, 1996), e essa convicção justifica a ação das instituições médicas e judiciárias. Essas instituições teriam como funções principais fazer os presos formarem novos hábitos de acordo com determinadas premissas permeadas pelo exercício do poder. Paradoxalmente, o processo de formação de hábitos seria uma resposta à exigência ao preso em mostrar-se dominado mas, de forma latente, seria também o caminho para a construção de meios de dominação. No entanto, no ambiente prisional, expressar determinadas habilidades significa reproduzi-las como parte da própria atividade, de forma natural, para a garantia da sobrevivência sem qualquer possibilidade de questionamento. Não é para o preso agir de acordo com determinadas regra, é simplesmente assimilá-las no contexto das ações e reproduzi-las em rituais, conforme assinala Bourdieu (1991, p. 135) em sua concepção de *habitus*, como um conjunto de “rituais encarnados do cotidiano por meio dos quais uma determinada cultura produz e mantém a crença em sua própria evidência”. O *habitus* é um tipo de aplicação de uma transmissão que ultrapassa os limites daquilo que foi diretamente internalizado, da mesma forma que ultrapassa também os limites da necessidade inerente às condições de transmissão. Em certo sentido, o *habitus*, a medida que se forma, é autônomo, fazendo com que um conjunto de práticas de um “agente sejam sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos e ao mesmo tempo, sistematicamente, distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida” (BOURDIEU, 2011, p. 163). Analisando a questão do encarcerado por esse prisma, podemos admitir que o *habitus* é uma estrutura estruturante que tem por finalidade organizar todas as práticas do preso no que concerne à formação de uma nova identidade e ao processo de ambientação à prisão, não apenas, pelo fato de que, desse modo, ficam definidas as classes lógicas que organizam os espaços sociais fora e dentro da prisão, mas também pela incorporação sistemática da divisão relativa às condições vida em liberdade e vida em cárcere. Assim, pela formação de hábitos necessária à vida em ambientes prisionais, evidencia-se um sistema de diferenças entre modos de vida: dominação e subordinação, liberdade e perda de direitos, com nuances marcantes das construções identitárias referentes a esses processos.

Notadamente é no ambiente prisional que o criminoso poderá aperfeiçoar suas técnicas em relação à prática do crime, ou abrir mão delas em prol da escolha de outros objetivos de realização para sua vida. Sendo assim, a prisão consiste em propiciar o abandono, pelo preso, dos hábitos de vida em liberdade para a construção de novos hábitos, desta feita, totalmente voltados à adequação ao ambiente prisional. Mas esse processo tem suas consequências, como



assinala Thompson (2002, p. 13) “treinar homens para a vida livre, submetendo-os a condições de cativo, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida, ficando na cama por semanas”. Contudo há um esclarecimento a ser feito: por mais que as prisões sejam consideradas instituições deterioradas e falidas, observamos, por diferentes motivos, a sua existência e manutenção, mesmo que seja para uma utilização extremamente voltada aos anseios de um segmento social na exclusão de outros, visto, que como afirma Foucault (2006, p. 9), “a instituição prisão é, de longe, um *iceberg*. A parte aparente é a justificativa: é preciso prisões porque há criminosos. A parte escondida é o mais importante, o mais temível: a prisão é um instrumento de repressão social”. Sendo assim, a prisão, como resultado da ação de um aparato social, pode revelar uma faceta obscura dos cuidados da sociedade, em seu caráter negativo, que lança mão da violência, justificativa pelo ideal de proteção, segurança, educação, entre outros. No entanto, essas práticas espelham, de forma clara, “o esforço de corrigir valores, aprimorar o caráter, adestrar desejos, domesticar emoções, moldar comportamentos, monitorar fantasias, disciplinar sensibilidades e controlar experiências” (SOARES, 2011, p. 48). Mas não devemos esquecer que essas ações podem resultar em efeitos antieducativos e contraproducentes, focalizando a punição aplicada como um tipo de sofrimento, pelo afastamento do homem de seu convívio e pela perda de oportunidades decorrentes do encarceramento e de suas conseqüentes estigmatizações. Há também que salientar que as engrenagens estatais parecem funcionar de uma maneira bastante azeitada, evidenciado de certo modo, a seletividade penal, como uma prática perversa que incide sobre determinadas categorias da população, com uma finalidade não claramente explícita, para que assim seja garantida a manutenção do sistema penitenciário e assegurada a permanência dos ambientes prisionais. Sendo assim, os esforços para que a prisão não seja destruída convergem para o processo de estigmatização do criminoso condenado, mas essa estigmatização tem também extensões geográficas e de laços sanguíneos.

#### **4. O egresso do sistema penitenciário**

O egresso do sistema penitenciário, em certo sentido, contraria a expectativa da sociedade acerca de que o criminoso, uma vez preso e condenado ao enclausuramento pelo





sistema judiciário, não deveria mais voltar ao convívio em liberdade. Assim sendo, sentido, a exclusão do criminoso e o subsequente enclausuramento continuam sendo considerados pela sociedade e consagrados pelo poder judiciário como a forma mais eficaz e legítima de punição, seja na proteção dos bens jurídicos, seja na segurança da sociedade. Por isso, alimenta-se a ingênua ideia de que a reclusão do criminoso traz alívio para a sociedade pelo fato de ser uma prática utilizada para segregar o mal, visto que quando se priva um homem do direito de ir e vir, excluindo-o do livre convívio social e obrigando-o a “compartilhar as relações cotidianas da prisão, afloram, entre outras, duas expectativas sociais, conseqüentes de tal condenação: a retribuição do mal provocado pelo delito e a indenização do dano causado pelo crime” (SÁ, 1996, p. 111). No entanto, sabemos que essa é a esperança que o tecido social deposita nos aparatos de segurança para controlar e inverter a índole do criminoso à medida que for condenado pelo sistema jurídico. Obviamente, a sociedade espera que o dispositivo penitenciário produza homens bons e, enquanto esse processo não acontece, o preso deve ficar excluído da vida livre para atingir essa finalidade. Essa é a crença de uma corrente da sociedade. Porém, existem aquelas que têm firmes convicções na irrecuperabilidade, motivo pelo qual o preso, por incorrigível, deveria ter a prisão como sua última morada. Há para isso duas explicações.

Em princípio, parte-se do equívoco de que a instituição prisional não faz parte da sociedade, aliado ao fato de que a disponibilidade de um homem ao crime não tem qualquer relação com o contexto social onde vive. Isso tem ressonâncias diretas no estigma do qual o preso é alvo que se entremeia em todas as ações de quem cumpre uma pena e readquire a liberdade. Além das conseqüências marcantes do processo de prisionização, o estigma que recai nos egressos do sistema penitenciário é um grande problema no que concerne ao planejamento e execuções de situações para a vida em liberdade após a prisão. Com afirma Goffman (2008) o estigma constitui-se em um tipo especial de relação na conjunção entre um determinado atributo e um estereótipo que o sujeito incorpora e passa a agir na condição de portador do referido traço de inferioridade sinalizado. Isso decorre do processo de estratificação social no qual são produzidas categorias diferenciadas segundo as quais, algumas são consideradas aceitáveis enquanto outras não. Daí a dificuldade de circular no contexto social, pois evidencia-se traços negativos que impossibilitam os relacionamentos e que escamoteia, de forma significativa, os atributos positivos que ficam completamente apagados ou destituídos. O efeito mais marcante do processo de estigmatização é a predisposição, pelos estigmatizados, de





facilmente assumirem a posição de vítima, seja pela conscientização de que foi privado de receber uma benção, sustentando a crença de que sofrimento tem um valor de aprendizagem sobre as condições da vida; seja pela adesão a uma identidade com os traços negativos do estereótipo, na formação de grupos com outras pessoas estigmatizadas que portam o mesmo traço. Cabe acrescentar que na produção de condições para a sobrevivência, muitas vezes, ocorre que as pessoas estigmatizadas incorporam, para si mesmas, um ponto de vista socialmente difundido como relativo à normalidade, acabando por sustentar crenças sobre modos de vidas de segmentos sociais considerados normais. Essa situação é bem evidente no egresso do sistema penal que passou por uma experiência de incorporação da suposição de ser portador de um defeito moral ou uma índole má.

Em segundo lugar, quando o corpo social acolhe o egresso reconhece nele uma potencialidade delincente que poderá ser acionada a qualquer momento, sendo, portanto, considerado fonte de perigo e ameaça. Por esse motivo, o egresso é tratado com cautela, o que diminui consideravelmente as suas chances de integração social em liberdade, pois será sempre alvo de suspeita e responsável por qualquer dano que possa ocorrer. Nisso repete-se o fato de que a estigmatização produzida para o preso na prisão, tem continuidade na definição de papéis que a sociedade lhe confere depois de ser libertado. Desse modo, o corpo social tem um movimento ambíguo com o egresso: tanto é assimilado no âmbito das relações sociais fora da prisão quanto é rejeitado nesse mesmo contexto. Assim, a delinquência produzida pela prisão decorrente do poder disciplinar na injunção que transforma presos em homens obedientes e dóceis supõe a existência de uma tecnologia específica que tem continuidade além de suas próprias grades e muros. Contudo, não devemos esquecer que todo poder, mesmo o poder disciplinar, produz uma forma de saber como resistência, e não seria diferente no ambiente prisional. Isso quer dizer que a prisão “atua sobre o corpo do preso, mas o faz, obrigando-lhe a aproximar-se de um ideal, uma norma de conduta, um modelo de obediência. É assim como a individualidade do preso torna-se coerente e totalizada” (BUTLER, 2011, p. 97). Trata-se de um processo de sujeição, ou seja, um princípio de regulação mediante o qual se produz um sujeito. Convém lembrar que se trata de um tipo de sujeição ao poder que, juntamente com a regulação e a organização da revolta, explicitam o desejo de submissão que há na dominação. No tocante ao universo das prisões, considerando as organizações criminosas que explicitamente são uma forma de resistência ao poder do Estado, ao mesmo tempo em que o reproduz, o desejo de poder ostentado por essas facções tem como contrapartida direta, embora



de forma implícita, o desejo de submissão. Nesse sentido, a revolta, a organização ou a domesticação de seus componentes baseiam-se em um processo identificatório no qual se presentificam essas duas nuances: dominação e submissão, pois a “obediência cega, o *perinde ac cadaver*, que fundamenta a ideologia da ordem e tudo é posto em ação” (MAFFESOLI, 1999, p. 140). Nesse sentido, as facções, ao reproduzirem o poder do Estado, criam um tipo de centralização extrema que rege os aspectos mais ínfimos da vida social, tanto daqueles que são diretamente filiados, quanto daqueles que não o são, mas que estão sujeitos aos reflexos de suas ações. Por isso, as normas de funcionamento dessas facções baseadas em tipos de justiça são colocadas em prática a partir de um certo constrangimento, de maneira mais ou menos difusa, como mecanismos de controle social. Os mecanismos de proteção diretamente veiculados por essas facções para seus filiados representam, desse modo, uma modalidade de submissão que fundamenta, em contrapartida, o exercício de um tipo de poder, quer dizer: “a proteção deixa de se limitar a ser um parapeito contra os perigos exteriores, mas entende ocupar-se do pormenor da existência, então a submissão torna-se total” (MAFFESOLI, 1999, p. 263). Na verdade, essas facções são formas caricaturais de controle sociais permeadas pelo poder, na forma de dominação e submissão de seus filiados que, como todo aparato disciplinar, produzem determinados tipos de sujeitos, mas, ao mesmo tempo, introduzem esses sujeitos em uma esfera discursiva relativa ao poder que acaba por criar condições de subversão, a medida em que se configuram formas de resistência. Essa nuance de reprodução do poder do Estado, no âmbito das facções, não está prevista nos dispositivos legais, do mesmo modo que não faz parte do imaginário de determinadas classes sociais, por identificá-las pela expressão: poder paralelo.

## 5. As prisões no Estado do Rio de Janeiro

Focalizando o sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, como de todo o Brasil, constata-se claramente a condição de falência e de deterioração que resultam, tanto de um crescimento significativo da população encarcerada que não acompanha a construção de espaços prisionais para comportá-la, quanto da burocracia do dispositivo judiciário aliado aos problemas de gestão nas unidades prisionais. Desse modo, as prisões não atingem seus objetivos legais e, devido ao modo como funcionam, acabam contribuindo na especialização de



criminosos, como também para a arregimentação de pessoas que engrossam as organizações criminosas. Sem sombra de dúvida, o advento dessas organizações criminosas provocou mudanças no perfil dos presos conforme assinala Coelho (2005) acerca da transição da condição de presos completamente analfabetos para uma população com certo grau de escolarização e conhecimento de determinadas condições sociais. Contudo, essa população mais esclarecida que faz parte das organizações criminosas tem, na condição de egresso, restrições significativas das escolhas na construção de projetos para gerenciamento da vida: ou voltam a praticar ações criminosas ou optam pela desistência de filiação às organizações criminosas, porém esta atitude tem um custo bastante elevado que implica mudanças radicais de vida como, por exemplo, de cidade, de Estado, entre outras. Desse modo, o egresso do sistema penitenciário não é uma categoria social única, em razão das trajetórias decorrentes da vida em cárcere, embora “o conceito de trajetória permite, também, para além da conceituação legal de egresso, entendido como aquele que, legalmente, através da LEP, passa a ser sujeito de garantias por determinado tempo” (MADEIRA, 2012, p. 35). Contudo, a condição de egresso revela as marcas de institucionalização ao ambiente prisional, por um processo de ambientação que pode ser duradouro e deixar marcas indeléveis.

## 6. Para finalizar

As técnicas disciplinares da prisão afetam o egresso no contexto de sua subjetividade, ou seja, a passagem por instituições prisionais deixa uma marca subjetiva que se estende à vida pós-prisão, seja na evidenciação dos efeitos de prisonização, seja na atenuação dos estigmas. De certo modo, dificilmente, os efeitos do cárcere desaparecem da vida do egresso, o que tem um peso acentuado no processo de sua ambientação às condições de vida em liberdade. Se o egresso enfrenta dificuldades para ambientar-se ao convívio da vida em liberdade, certamente, a prisão deixou de realizar algumas de suas funções, não só ao acentuar a estigmatização da população carcerária oriunda das zonas marginais, como também pelo fato de atuar para atender a outros objetivos não diretamente explícitos, visto que o sistema de produção de um dado contexto social funciona de modo a produzir formas de punição que sejam correspondentes às suas relações de produção. Esse tipo de objetivo, cumprido nas instituições



prisionais, interfere na ambientação do preso, no sentido de transformá-lo em ser útil e produtivo. Daí então a prisão em uma dinâmica atende perfeitamente à meta da política criminal, ou seja: “trata-se de um modelo, cuja importância se deve hoje, a uma ideologia do sistema produtivo vigente. A relação entre o sistema econômico e a política criminal é tão profunda que não se pode olhá-los de forma separada” (ABRAMOVAY, 2010, p. 27). O entrelaçamento das funções da prisão com as diretrizes econômicas do contexto neoliberal produz um modelo de exclusão que funciona de duas maneiras: por um lado, o Estado adota uma prática que o isenta de ser o responsável pelo processo de distribuição de riqueza, uma vez que imputa ao homem a tarefa de se mobilizar para encarregar-se da produção de suas condições de bem-estar e, por outro, vale-se da exclusão produzida por esse modelo exercendo um maciço controle penal dirigido às populações marginalizadas. Devemos salientar que essas ações incidem sobretudo nas regiões das cidades denominadas de favelas e expressam, pelo menos, duas contradições: por um lado, tem-se um tipo de invasão pelo não reconhecimento dos limites e dos direitos à segurança para esse segmento da população. Mas, essas ações policiais que, muitas vezes, são legitimadas pelo dispositivo jurídico, consistem em encobrir a seletividade do sistema em prender determinadas pessoas e acirrar os processos de exclusão; por outro, as estratégias da gestão dos ambientes prisionais, assim como o endurecimento das penas pelo aparato jurídico funcionam para produzir o aumento da população carcerária, servindo de sustentáculo a um dado segmento econômico, cuja sobrevivência depende dessas intervenções. Não obstante, cabe salientar que nenhuma dessas ações podem ser consideradas avanços nas reflexões sobre o modo de que dispõe a sociedade para lidar com o fenômeno da criminalidade. Esse modelo vale-se da ameaça constante de encarceramento e do isolamento das populações marginalizadas, pois não dispõe de outras estratégias de ação ante a questão da desigualdade social. Esses são impasses, no processo de desinstitucionalização do egresso do ambiente prisional, que consistem na manutenção com o passado da prisão e conseqüentemente da prática do crime; na inviabilidade de elaboração de recursos para a situação de desamparo em razão do estranhamento decorrente da saída da prisão. A esse respeito destaca-se que “todo recomeço tem elemento de recordação do passado, da memória, nesse caso específico das memórias do cárcere” (CARVALHO FILHO, 2012, p. 180); na dificuldade de familiarização com o ambiente físico que, em se tratando das grandes cidades, passa por inúmeras transformações eliminando marcos de referência; e nas dificuldades de desapego à prisão diante da incerteza em relação às condições de vida no espaço fora da prisão. Nesse sentido as



impressões, bem como as transformações corpóreas, são de extrema importância para afirmar as possibilidades de emancipação do cárcere, no processo de ambientação à vida em liberdade

A implicação da ambientação carcerária na vida cotidiana do egresso pode ser o resultado da significação da vida produzida pelo crime e pelo encarceramento. Sendo assim, muitas vezes, o egresso deixa o lugar físico da prisão, sem se desentranhar subjetivamente dela. Assim, essa marca de memória da instituição prisional cria condições desfavoráveis ao processo de ambientação do egresso à vida em liberdade, pois o egresso continua ainda, subjetivamente, sob os efeitos marcantes da prisionização. Quer dizer, em muitas circunstâncias, a saída da prisão traz elementos promotores da “solidificação da condição de preso, desde o endividamento de alguns dos presos com seus advogados... a revolta por ter cumprido uma pena que poderia ser reduzida por meio de benefícios legais... e a falta de ritualização capaz de promover a ruptura com o ambiente prisional” (CARVALHO FILHO, 2012, p. 182). Vendo a questão por esse prisma, podemos entender que a saída da prisão sinaliza, para o egresso, um momento em que fica patente o polo opressivo do sistema prisional e também há o peso do contexto social que critica o sistema jurídico por ter liberado da prisão um homem supostamente perigoso. Sendo assim, é comum o egresso sentir-se desorientado com a sensação de desordem e desatino em relação aos projetos para a vida em convívio social depois da prisão. Neste sentido, a saída da prisão é um processo que tem uma fronteira muito tênue: tem o sentido do sonho físico de liberdade, rompendo com o caráter simbólico do aprisionamento e instaura um estágio de vida que tem duas faces contraditórias. O egresso não está mais preso, contudo, não é totalmente livre dessa condição em função dos traços marcantes da prisão. Sendo assim, o egresso deve ritualizar a saída da prisão, no sentido de superar a condição de preso e sua perda, principalmente para alguns, em função dos vínculos estabelecidos no ambiente carcerário devendo também elaborar condições psíquicas para se reordenar no mundo fora da prisão. Por fim, é preciso minimizar os efeitos decorrentes da falta de informação ao egresso, seja pela morosidade da justiça aliada à falta de advogados, para alguns presos, organizarem suas defesas; seja pela falta de um serviço, nas instituições prisionais, que ofereçam esclarecimentos acerca do processo de saída, visto que a gestão penitenciária encarrega-se da custódia de homens tutelados pelo Estado.



## Referências

- ABRAMOVAY, P. V. O grande encarceramento como produto da ideologia (neo)liberal. In: ABRAMOVAY, P. V. e BATISTA, V. M. (Orgs.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 9-28.
- AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N.; NETO, F. S.; COSTA, M. e BRETAS, M. L. (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 35-78, v. I.
- AMORIM, C. **Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- ARAUJO, C. E. M. Entre dois cativeiros: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro 1790-1821. In: MAIA, C. N.; NETO, F. S.; COSTA, M. e BRETAS, M. L. (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 217-252, v. I.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BATISTA, V. M. Depois do grande encarceramento. In: ABRAMOVAY, P. V. e BATISTA, V. M. (Orgs.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 29-38.
- BUTLER, J. **Mecanismos psíquicos del poder**. Valencia: Catedra, 2011.
- BOURDIEU, P. **El sentido practico**. Madrid: Taurus, 1991.
- BOURDIEU, P. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CARVALHO FILHO, M. J. Sujeitos da fronteira: a saída da prisão. In: COELHO, M. T. A. D. (Orgs.) **Prisões numa abordagem interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 179-198.
- COELHO, E. C. **A oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.



- DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- FOUCAULT, M. **La vida de los hombres infames**. La Plata: Altamira, 1996.
- FOUCAULT, M. Inquirição sobre as prisões: quebramos a barreira do silêncio. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2006, Ditos e Escritos IV.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 12-26.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MADEIRA, L. M. **Trajetórias de homens infames**. Curitiba: Appris, 2012.
- MAFFESOLI, M. **A violência totalitária**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- MOTTA, M. B. **Crítica da razão punitiva: nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- PERROT, M. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SÁ, G. R. **A prisão dos excluídos**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1996.
- SANTOS, H. F. O “coletivo” como estratégia territorial dos cativos. **GEOgraphia**. v. 9, nº 17, 2007, p. 89-116.
- SOARES, L. E. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Lumens & Juris, 2006.
- SOARES, L. E. **Justiça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.





THOMPSON, A. **A questão penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.



## A EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

ZIA, Ingrid Caroline de Almeida

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território*  
*ingridziaufabc@gmail.com*

FREITAS, Simone Rodrigues de

*Docente da Universidade Federal do ABC*  
*simone.freitas@ufabc.edu.br*

490

KLINK, Jeroen Joahnnes

*Docente da Universidade Federal do ABC*  
*jeroen.klink@ufabc.edu.br*

### RESUMO

Este trabalho pretendeu apresentar o panorama em que se encontra a educação no contexto atual da globalização neoliberal, destacando suas principais problemáticas e necessidades. Sob a perspectiva da trajetória do planejamento e da gestão dos territórios, foi possível verificar as implicações na organização social e espacial do Brasil e suas marcas no ensino. A diversidade e desigualdade intra e inter-regional, no que condiz ao acesso à educação, ensino de qualidade e alfabetização, se traduzem em questões contemporâneas colocadas aos esforços do planejamento e da gestão do território. Procurou-se analisar o Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), como política pública, para compreender os limites e possibilidades dentro da estratégia de Regime Colaborativo, através do estudo do método de associativismo territorial. Para isto, levaram-se em conta as principais teorias envolvidas com os processos e ações que moldaram a formação espacial e territorial o Brasil.

**Palavras-chave:** Educação. Planejamento territorial. Governança

### ABSTRACT

This work aims to present the panorama that is education in the current context of neoliberal globalization, highlighting their main problems and needs. From the perspective of trajectory planning and management of territories was possible to verify the implications on social and spatial organization of Brazil and its brands in teaching. The diversity and intra and inter-regional inequality, with consistent access to education, quality education and literacy, translate placed in the efforts of planning and land management contemporary issues. We sought to analyze the National Education System (NES) and the National Education Plan (NEP), as public policy, to understand the limits and possibilities within the Collaborative Scheme strategy, through the study of the method of territorial associations. For this, they took into account the main theories involved with the processes and actions that shaped the spatial and territorial Brazil training.

**Key-words:** Education. Territorial planning. Governance

## 1. Contextualização

### 1.1 Propósitos iniciais

Este trabalho consiste em um ensaio teórico para que se analise a problemática da educação brasileira sob a ótica do planejamento e gestão do território. Trata-se, portanto, de um



aprofundamento nas questões problemas envolvendo a atual educação brasileira, tendo em vista a apresentação de soluções territoriais. Neste contexto, o levantamento bibliográfico permitiu compreender a trajetória do planejamento urbano brasileiro e suas influências para a educação. Ao decorrer do trabalho será trazida para a discussão a visão de planejamento territorial, de governança e de desenvolvimento apropriada no Brasil, analisando seus reflexos nos processos de espacialização dos territórios. As condições socioeconômicas no processo de configuração do território também são estudadas neste contexto.

Neste ensaio, a educação é trazida como uma das questões contemporâneas e desafio proposto aos planejadores, sob a forma de novas governanças, gestão em múltiplas escalas e arenas de atuação. Já as especificidades do planejamento, da gestão e das políticas públicas que tratam da educação procuraram ser analisadas em torno da utilização da noção de território, para soluções educacionais.

O foco de atenção deste trabalho concentra-se na consolidação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) e no Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro, que está em pauta nas principais discussões teóricas acerca da busca de soluções territoriais para os problemas de desigualdade no acesso à educação, ensino de qualidade, a partir, por exemplo, da adoção do Regime de Colaboração entre os entes federados, utilizando-se do associativismo territorial como ferramenta de ação. Neste caso, o referencial teórico utilizado vem elucidar com as ideias das principais vertentes do planejamento, os limites e potencialidades destas medidas.

## **1.2 A educação e o planejamento territorial**

As transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas têm imposto à área de planejamento e gestão do território a necessidade de reformular constantemente seus pressupostos, redefinindo papéis sob o escopo das complexas formações sócioespaciais e de distintas configurações dos territórios.

A educação é um tema que emerge desta sociedade em transformação, principalmente pelos problemas ainda enfrentados nesta área pelo Brasil, como o analfabetismo, a baixa qualidade de ensino, a falta de acesso às escolas, dentre outros. O envolvimento da sociedade civil em defesa de uma educação de qualidade, segundo Cury (2010), explica hoje a existência de movimentos como “Todos pela Educação”, “Campanha Nacional pelo Direito à Educação”,



o “Pacto pela Educação”, a “Conferência Nacional de Educação (CONAE)”, sob a importância do tema.

A transição para práticas coerentes com novos paradigmas requer uma discussão também sobre os processos de ensino e aprendizagem nas escolas, quando se considera as desigualdades dessas instituições pelos territórios. No caso brasileiro, determinantes da formação sócioespacial brasileira refletem sobre os traços mais marcantes da história de apropriação e organização do espaço nacional. Isto implica em uma herança histórica que se manifesta na diversidade e na desigualdade intra-regional e inter-regional do país (FURTADO, 1991; PRADO JR, 2011).

O desenvolvimento acelerado da sociedade e as transformações em decorrência dos processos intensos de reestruturação da economia (abertura econômica) e política do Estado (abertura política), a globalização e o neoliberalismo trouxeram implicações para o processo de configuração do território e da educação. As relações entre os atores sociais tornam-se pautadas por critérios econômicos e a educação passa a ter um caráter de mercadoria (FREIRE, 1997).

Dentre as questões contemporâneas colocadas aos esforços de planejamento e gestão do território está a educação. Parte-se da premissa de que a aprendizagem acontece não somente onde há um sistema centralizado, formal e rígido de educação. Ela não se limita a um espaço, pois as variáveis limitantes são culturais, históricas e circunstanciais. A educação vista como um sistema formal, em um modelo antigo e tradicional, traz uma gama de deficiências desse sistema e de sua existência, como consequência de uma sociedade marcada pela fragmentação das áreas do conhecimento, divisão de trabalho e a educação como assunto de Estado.

Na obra de Paulo Freire (1997), ressaltam-se as relações estabelecidas entre o planejamento urbano, as políticas públicas e o papel do Estado para com a educação. Segundo Freire (1997), as cidades são educandas e educadoras e as políticas educativas dentro das cidades:

(...) estabelece prioridades, metas, conteúdos, meios e se infunde de sonhos e utopias, creio que não faria mal nenhum neste encontro que sonhássemos um pouco. Que nos aventurássemos um pouco, que corrêssemos o risco de pensar em certos valores concretos que pudessem ir se incorporando a nós e aos anseios de Cidades educativas neste fim de século que já vivemos e que é também fim de milênio. Um desses sonhos por que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de



afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. (FREIRE, 1997, p.14).

A educação é responsável pela transmissão de uma ordem através da reprodução de valores, crenças e habilidades, como atividade social que cria força produtiva e dissemina seus valores culturais. Desta forma, as mudanças sociais podem alterar a própria educação em uma sociedade. Ademais, a escola representa para a sociedade ocidental uma fonte socializadora de grande impacto. Como exemplo, tem-se o saber dos professores (como um saber intrínseco social) que é partilhado por um todo grupo de agentes, que possuem uma formação em comum, trabalham em uma mesma organização e estão sujeitos a condicionamentos e recursos comparáveis (ZIA, 2014).

A educação é um fator importante para o desenvolvimento da sociedade, sendo por ela determinada e contribuindo para mudanças sociais em que o conhecimento é essencial (PIERSON, 1995), sendo o eixo da “sociedade do conhecimento” e do desenvolvimento de um país. Portanto, nesta sociedade marcada pela revolução tecnológico-científica, a centralidade do processo produtivo está no conhecimento e, portanto, também na educação. Para Libâneo & Oliveira (1998), essa centralidade se dá porque educação e conhecimento:

(...) passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação/conhecimento e desenvolvimento/desempenho econômico. A educação é, portanto, um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento. (LIBÂNEO & OLIVEIRA, 1998, p.602).

Assim, a partir da década de 90, no Brasil, o tema desenvolvimento retorna ao centro das atenções pelos planejadores, pois remete ao caráter social e espacialmente tão desigual do desenvolvimento urbano e regional brasileiro e de seu sistema educacional (PIQUET & RIBEIRO, 2008).

### 1.3 A ordem global e seus impactos na educação

Sobre como a globalização e a política neoliberal podem exercer domínio sobre a cultura educacional, Ball (2001) afirma que há efeitos de “unificação e homogeneização” de hábitos, consumo e produção, que geram transformações no próprio tecido da vida cotidiana, na



compreensão do espaço-tempo, na ocupação de territórios, etc. Neste contexto, o tema educacional sofre influências em relação à sua gestão e planejamento, dentro de um dado território, pois os interesses por traz de suas diretrizes podem incorporar os objetivos incorporados à globalização (como por exemplo, a competitividade econômica e a marginalização do compromisso do Estado para com a “função social” do ensino ou mesmo a má qualidade do ensino associado à formação em massa).

Para Ball (2001), a educação está cada vez mais sujeita às prescrições e assunções normativas do economicismo. A economia neoliberal afirma colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de ascensão social e de democratização das oportunidades, mas, o que se vê nos países de terceiro mundo é o aumento da desigualdade social, da miséria e do desemprego.

A existência de uma cultura educacional mundial comum, que pode culminar em uma agenda globalmente estruturada para a educação, envolvendo a comunidade internacional, é um exemplo da dimensão globalizada da educação e das políticas neoliberais (DALE, 2001). Segundo Randolph (2007), a crescente “colonização” do cotidiano (mundo da vida) por representações do espaço que expropriam a população de seus espaços de representação são também influências das tendências da globalização e da neoliberalização.

A tendência evidenciada pelo surgimento da chamada “sociedade do conhecimento” e do urbanismo neoliberal, cria uma arena de socialização e estabilização de normas políticas quase consensuais. A educação, neste caso, emerge como um tema de interesse também na escala internacional. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um organismo que pode exercer possíveis influências sobre a regulação de políticas e, atualmente, vem desempenhando papel em relação à educação por meio da publicação de documentos, da divulgação de relatórios de pesquisa e do aconselhamento/assessoria oferecido tanto aos países membros como aos outros. Para Theodore & Peck (2013), a OCDE promove o diálogo transnacional, agindo como um mediador de políticas multilaterais, conforme exposto abaixo:

The OECD does not merely find, but helps actively to construct, policy consensuses across a range of fields, while seeking to move policy conversations in a ‘positive’ direction. Yet, because it cannot impose policy ‘from above,’ the OECD must operate as a deft, interstitial actor, utilizing techniques such as mediation, meditation, peer pressure, orchestration, evaluation, suasion, and exhortation to ‘move’ policy norms. (THEODORE & PECK, 2013, p.22).



Segundo Maués (2011), as concepções de educação identificadas em documentos produzidos pela OCDE, em 2005, sustentam que a educação desempenha um papel central para o crescimento econômico e o emprego. No entanto, os documentos ressaltam que os efeitos da educação vão muito além da esfera econômica.

## **2. As políticas públicas educacionais e a governança para o ensino**

Para o caso da educação, ainda o ideal de uma educação crítica e emancipadora continuam como um desafio para superar as questões complexas consequentes deste cenário, principalmente pelos países de terceiro mundo. Visando cumprir com o compromisso de uma educação voltada à formação cidadã, os documentos oficiais nacionais, como a LDB (n.9.394/96) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) (BRASIL, 1996) são condizentes com os pressupostos da Alfabetização Científica (AC) e das relações CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente), na medida em que propõem a integração entre diferentes áreas disciplinares, a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento de saberes e habilidades pelo indivíduo, para atuar além dos contextos escolares. Desta forma, parte-se do princípio de que a alfabetização científica deve desenvolver em uma pessoa qualquer a capacidade de organizar seu pensamento de maneira lógica, além de auxiliar na construção de uma consciência mais crítica em relação ao mundo que a cerca, na tomada de decisões, sobretudo aquelas relacionadas com aspectos sociais voltadas para a formação cidadã.

Sabe-se que houve uma melhora da educação nos últimos tempos (últimos quinze anos), principalmente por meio de algumas ações de políticas públicas, como por exemplo, o financiamento da Educação Básica através da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb); implantação de um amplo sistema de avaliação, etc. No entanto, uma educação de qualidade social ainda não é assegurada a todos, quando entendida como direito social inalienável, garantida pelo Estado.

A noção de controle e responsabilidade atribuída ao Estado, para a superação das desigualdades sociais e espaciais, nos países Latino Americanos, ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, onde as teorias de desenvolvimento ganharam sentido nos países capitalistas, de modo a traduzir soluções para a superação dessas desigualdades. O Estado, portanto, é percebido como





o agente público e econômico para conduzir projetos de desenvolvimento que visavam à redução das desigualdades sociais e espaciais (PIQUET & RIBEIRO, 2008). No entanto, cabe ressaltar que no Brasil, neste período, o planejamento urbano e regional era associado ao desenvolvimento e ao crescimento econômico industrial do país, em regiões privilegiadas por este setor.

De acordo com Barcellos de Souza (2012), as abordagens desenvolvimentistas são geralmente centradas no Estado, implicando na atuação do Estado em favor de interesses nacionais de grupos restritos da sociedade, o que ressalta sua subjetividade e distância perante os objetivos almejados pelo restante da sociedade. Portanto, as relações entre Estado, sociedade e economia são muito específicas para determinados grupos.

O regime federalista brasileiro tem seu arcabouço jurídico representado pela Constituição Federal e o campo educacional é traduzido pelos dispositivos que constituem a LDB/1996. Assim, considera-se a educação no Brasil como um sistema pleno, público e inteiramente autônomo, com normas próprias que obrigam todos os seus integrantes em todo o território.

O neoliberalismo, no que se refere à educação, defende a escola básica, universal, laica, gratuita e obrigatória a todos. Segundo Nascimento (1997), a proposta no Brasil é de uma formação geral e polivalente, visando à qualificação de mão-de-obra para o mercado. O Estado neoliberal no Brasil é centralizado, no que se refere à definição de um currículo mínimo e de um sistema unificado de avaliação, e é descentralizado no que diz respeito às diferenças sociais, às desigualdades, e às necessidades específicas de cada região. Neste caso, a organização/atuação territorial do Estado irá depender dos aspectos que envolvem a teoria de regulação (BRENNER, 2010), da época pós-fordista.

Na federação, os estados e municípios apresentam certo grau de autonomia, porém subordinados e alinhados à União e às diretrizes e bases. A escala municipal torna-se a mais importante neste contexto, pois é onde se materializam as ações, ou seja, é onde se encontram os cidadãos. Já estes, podem atuar simultaneamente nas três instâncias, na medida em que as articula em torno de objetivos compartilhados.

No regime federativo, garantido pela Constituição de 1988, o grande desafio se encontra no dualismo unidade e diversidade, entre centralização e autonomia dos entes federados, dentro de uma proposta republicana, democrática e socialmente justa, combatendo as desigualdades sociais e regionais (Art. 3º). Entretanto, para que se entenda as escalas de governança, deve-se



entender os agentes de seu projeto. A questão da escalaridade não foge às questões da espacialidade e da organização territorial. Para este último, há os movimentos de regulação e desregulação do Estado (BRENNER, 2010).

## 2.1 O planejamento urbano e as soluções territoriais

Dentro da proposta de um planejamento participativo, parte-se do princípio de que há uma nova forma de representação política, a partir da formação de uma arena contestada de governança. Assim, as relações são imbricadas entre as escalas dos agentes sociais, em torno de estratégias e objetivos compartilhados (BRENNER, 2010; BARCELLOS DE SOUZA, 2012). No entanto, críticas em torno deste modelo de planejamento envolvem a pouca verdadeira participação e influência que a população pode ter em torno do processo (VILLAÇA, 2005). Também há a crítica de que este tipo de planejamento é mais um elemento da neoliberalização dos espaços, refletindo relações de poder (PURCELL, 2009).

A trajetória do planejamento urbano no Brasil, segundo Randolph (2007), não pode ser entendida fora do contexto das diferentes perspectivas em relação à responsabilidade do Estado para lidar com os “problemas urbanos”, que podem ser identificados no decorrer da história brasileira mais recente. Para o autor, a centralidade na agência do Estado foi influenciada por teorias críticas – marxistas dos anos 70 a respeito da Reforma Urbana, através dos movimentos sociais urbanos. Em um cenário internacional, sabe-se que a partir da década de 70 o capitalismo sofreu um enorme desgaste e, com a incorporação de tecnologia aumentando a crise de superprodução, houve uma gradativa redução na taxa de lucros e no crescimento econômico. Para solucionar o problema, é reforçada a competitividade no livre mercado e a retirada da influência do Estado sobre a economia.

Ademais, o planejamento urbano no Brasil foi orientado por resultados e estratégias (Planejamento Estratégico) e pela articulação dos interesses sociais urbanos, por exemplo, através do Plano Diretor, que exige certas formas de participação na sua formulação. A Constituição de 1988 aponta para uma nova maneira de “governança urbana”, advinda da democracia política e social dos anos 90, onde há uma pluralidade de perspectivas em relação à esfera urbana e o questionamento da intervenção do Estado na cidade e no seu planejamento (RANDOLPH, 2007). Ela determinou o Plano Diretor para todos os municípios do Brasil, sob o escopo da aprovação do Estatuto das Cidades, que estabeleceu as diretrizes gerais da política



urbana. Neste caso, segundo Randolph (2007), pretendeu-se uma articulação entre os três níveis de poder, ao mesmo tempo em que deixa definições e especificações a cargo do poder local, e abre uma perspectiva de participação para a população e grupos organizados.

Considera-se que o Plano Diretor e o Estatuto das Cidades foram instrumentos importantes da fase do planejamento participativo, já que este tem por escopo três dimensões, conforme aponta Healey (2003): i) romper com a atribuição de responsabilidade exclusiva pelo planejamento a uma instância política específica – ao Estado; ii) abandonar o tradicional esquema da decisão sobre meios com fins determinados e a racionalidade da eficiência e; iii) troca e circulação de informação, respeito a todos e direito de expressão.

A educação, pós Constituição de 1988, portanto, deveria ser um dos mecanismos de redução da extrema desigualdade vigente no país e, compreender a forma como se organiza, é essencial para exercer mudanças nesse sistema. Um exemplo de desigualdade no sistema educacional são os municípios onde as escolas podem ser consideradas como ilhas de excelência, contrastando com outros territórios onde a qualidade educacional é duvidosa. Até mesmo o Fundeb, por exemplo, promove grande discriminação ao repassar para a educação infantil quantia inferior, per capita, ao ensino fundamental. Como consequência, os municípios pouco investem em novas creches e há falta de vagas.

Dentro das estruturas do capitalismo e da política neoliberal, a educação é regulada pela divisão social de classes. A preocupação do capital com a educação é evidente, através de discursos em que a educação é definidora da competitividade entre as nações e se constitui em uma condição de empregabilidade em momentos de crise. Segundo Lopes (2011), a reprodução da hierarquia nas relações sociais para a produção de não-letrados é tão importante como para a promoção dos diplomados, já que a economia necessita de trabalhadores desqualificados.

Para alguns autores, como Abrucio (2012), um dos problemas mais importantes da política educacional brasileira:

(...) refere-se à dificuldade de obter coordenação e cooperação entre os diversos níveis de governo. Em particular, a questão aflige mais a articulação entre estados e municípios no âmbito da Educação Básica, uma vez que o Brasil adotou o modelo de duplicidade de redes, no qual os governos estaduais e municipais mantêm estruturas educacionais autônomas e paralelas que pouco dialogam entre si. (ABRUCIO, 2012, p.17).

A Constituição de 1988, Art. 23 e 211, sugere para resolução desse problema o chamado “Regime de Colaboração”, considerada ideia adequada para lidar com as necessidades de



autonomia e interdependência. Porém, na prática, essa diretriz tem sido pouco eficaz, já que não se define como se dariam as relações entre municípios, estados e o governo federal.

A atuação coerente e socialmente comprometida na educação parece cada vez mais complexa, tendo em vista que a causa dos problemas está longe e, ao mesmo tempo, dispersa em ações locais. Somado a isso, há dificuldade em atribuir responsabilidades quando falha o ensino. Para Cury (2010):

(...) o regime de colaboração: seja em termos de conteúdo, seja em termos de mecanismo, é difícil e necessariamente negociado. É o que acontece com um Brasil cuja União congrega 26 Estados, mais de 5.600 Municípios e o Distrito Federal. (...) sem um consórcio articulado e compromissado, sem um regime fiscal que atenda, de fato, o pacto federativo, o alcance das políticas torna-se minimizado, pois o conjunto dessas opções implica uma nova cultura em ser federativo. (CURY, 2010, p.26).

O Regime de Colaboração envolve as três esferas de governo e, caso funcionasse adequadamente por meio de um Sistema Nacional de Educação (SNE), as obrigações para com as diferentes etapas da educação escolarizada seriam melhores distribuídas entre os entes federados, ao contrário do atual modelo que aprofunda as desigualdades territoriais. A LDB/1996, no contexto do Regime de Colaboração, também exhibe algumas incongruências, já que distribui as responsabilidades e competências acerca da educação, entre a União, estados e municípios, porém o poder de avaliar os processos educacionais fica centralizado à União. Neste caso, compartilha-se da ideia de que a União e os estados podem se materializar nos municípios, dividindo as responsabilidades, atendendo a interesses comuns.

## 2.2 O SNE e o PNE voltados para novas formas de governança

Em um modelo de governança em que se privilegia o sistema de redes, parcerias, partindo-se de um Estado mínimo, ou seja, descentralizado, a um Estado facilitador do planejamento, consegue aliar à inclusão social e novas escalas de governança regional e local (FREY, 2007; BRENNER, 2010).

A governança para além da escala nacional, ou seja, em multiescalas, é importante para a formação das redes de colaboração e cooperação social. Neste caso, o papel do Estado como um “ativador” das interações sócio-políticas, auxilia na maximização dos benefícios, a partir da construção de identidades comuns, comportamentos e práticas, que são de objetivos e interesses compartilhados entre os atores sociais (BARCELLOS DE SOUZA, 2012).



Segundo Saviani (2010), a partir do papel histórico de um Sistema Nacional de Ensino, alguns países conseguiram a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. A ideia do SNE, segundo o autor:

é a unidade de vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país. (SAVIANI, 2010, p.381).

No entanto, para o autor, houve obstáculos que historicamente impediram a organização do Sistema Nacional de Educação no Brasil, pelo qual classifica em quatro tipos: i) obstáculos econômicos decorrentes da histórica resistência à manutenção da educação pública no país; ii) obstáculos políticos caracterizados pela descontinuidade nas políticas educativas; iii) obstáculos filosófico-ideológicos à organização da educação na forma de um sistema nacional e iv) obstáculos legais materializados na resistência à incorporação da ideia de um sistema nacional na legislação educacional.

O autor Cury (2010) defende a ideia de um SNE tendo como pilares centrais os Planos Estaduais e Municipais de Educação, articulados ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para Saviani (2010), o PNE é um tema central na construção do SNE, pois consolidará as atividades de forma sistematizada e com finalidades específicas, ou seja, em uma ação planejada. Assim, para o autor, o PNE é uma exigência para que o SNE mantenha suas características próprias. Já para Cury (2010), a importância do PNE se confunde com a necessidade de uma educação de qualidade e, como função do Estado, se impõe para a consciência cidadã de forma que as finalidades da educação se justifiquem.

A ideia de um plano na educação teve origem, no Brasil, após diagnóstico da educação pública na década de 1930. O PNE sofreu, ao longo dos anos, influências de ordem política, econômica, social e cultural. Uma das fortes consequências destas influências culminou, no período compreendido entre 1946 e 1964, no debate que determinou a criação do projeto da LDB/1996, envolvendo duas visões distintas de PNE, com o nacionalismo desenvolvimentista e a visão de planejamento do desenvolvimento do país voltado para o Estado, contra a iniciativa privada, que se opunha a intervenção do Estado na economia e no monopólio estatal do ensino (SAVIANI, 2010).

Em fevereiro de 2014, houve um momento especial na história das políticas públicas envolvendo o ensino, a partir da produção do “Documento-Referência” na II Conferência



Nacional da Educação (Conae/2014), que se constituiu em espaço de deliberação e participação coletiva, envolvendo diferentes segmentos, setores e profissionais interessados na construção de políticas de Estado, apresentando como tema central: “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração” (CONAE, 2014).

O documento final do Conae/2014 é resultado da construção coletiva de levar ao debate social a instituição do SNE. Este deverá apresentar diretrizes, metas e ações, na perspectiva da democratização, da universalização, da qualidade, da inclusão, da igualdade e da diversidade (CONAE, 2014). Assim, o marco encontra-se nas mudanças deliberadas para as bases e diretrizes do novo PNE. Além disto, a intenção do Documento-Referência foi ser objeto de ampla discussão, de modo a contribuir com diferentes formas de mobilização e debate envolvendo a criação do SNE, especialmente nas diferentes escalas de governança.

Dentro da questão da consolidação de um SNE brasileiro, o planejamento colaborativo é transformador quando se tem como elemento básico o debate. Para Healey (2003), processos de geração de consenso exigem experimentação, aprendizado, mudança e a produção de significados e objetivos compartilhados. Assim, o potencial construtivo e crítico presentes na colaboração entre Estado, entes federados e sociedade podem assumir determinada práxis em torno da produção social do espaço. No entanto, Purcell (2009) faz uma crítica mais dura em torno da criação de consensos, já que mascaram as disputas de poder e de classes, apenas refletindo as relações de poder.

A educação nacional no Conae/2014, portanto, é orientada pela formulação de políticas de Estado, nos diferentes níveis, etapas e modalidades, em consonância com as lutas históricas e debates democráticos, construídos pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais e pelo governo, na garantia da educação como bem público e direito social, resultado da participação popular, cooperação federativa e do regime de colaboração. Além de estruturar sete eixos temáticos, sendo eles: Eixo I – O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação; Eixo II – Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos; Eixo III – Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente; Eixo IV – Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem; Eixo V – Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social; Eixo VI – Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho e Eixo





VII – Financiamento da Educação: gestão, transparência e controle social dos recursos, o documento também apresenta proposições e estratégias, indicando as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (CONAE, 2014).

Segundo Randolph (2007), a participação popular, mesmo dentro de um planejamento urbano e regional participativo, não se liberta da racionalidade do Estado capitalista nas suas alianças representadas na democracia representativa. O planejamento capitalista, portanto, apresenta uma racionalidade instrumental e abstrata da globalização e do neoliberalismo. Nesta vertente de pensamento, Fainstein & Campbell (2012) apontam que mesmo em um planejamento dito participativo, este caráter é formal e abstrato, já que há uma tendência do planejamento de separação entre uma visão “processualista” e uma “intervencionista” (voltada para resultados). Portanto, para Randolph (2007), as modalidades participativas do planejamento se baseiam numa lógica de representação da sociedade e, particularmente, do espaço social que concebe tendencialmente, qualquer participação tão formal e abstrata, que torna seu exercício concreto um mero acidente.

A partir das intenções consolidadas na Conae/2014, as dimensões da territorialidade e sua governança terão de tomar forma e entrar em consonância com as novas organicidades do planejamento da educação, para as suas diversas escalas.

As aglomerações regionais urbanas e as instituições reguladoras do Estado compõem o quadro da dinâmica territorial e espacial no presente ciclo de globalização neoliberal. Assim, há a ocorrência de grandes transformações da organização territorial em múltiplas escalas geográficas. As formas de organização territorial se reconfiguram e se reescalonom, tanto no âmbito socioeconômico, como político-institucional e espacial (BRENNER, 2010). Desta forma, a arena construída é conflituosa, onde multiescalas podem se sobrepor.

No caso das relações de cooperação e colaboração entre os entes federados, estas são fundamentais quando se pensa em um SNE, já que são fruto da organização territorial e política do país. Desta forma, o SNE é visto como mecanismo articulador do regime de colaboração, no sistema federativo.

Compartilha-se da ideia de que a construção de SNE requer o redimensionamento das ações entre os entes federados, no entanto, entende-se que esse sistema deva abraçar a noção de territórios, de maneira que interesses convergentes e necessidades possam adquirir melhor gestão. Sob esta perspectiva, a questão educacional deve ser trabalhada como um tema que





perpassa as fronteiras dos entes federados, ou seja, que alcance mais do que uma jurisdição político-administrativa, em prol da resolução de um problema coletivo. A noção da criação de um “sistema de redes” foi apontado por Healey (2003), reconhecendo a complexidade de relações de poder entre os múltiplos agentes sociais e contextos urbanos, em busca de um planejamento que leve em conta a importância dos processos para além dos produtos finais (saindo do modelo de planejamento técnico-burocrático), em que a capacidade de governança possa ser socialmente mais justa.

### 2.3 O modelo do associativismo territorial para a educação

A proposta de um modelo de associativismo territorial pelos governos subnacionais, é sugerida por Abrucio (2012) como instrumento útil para o Regime de Colaboração. Assim, quando se pensa na consolidação de um SNE brasileiro, o modelo de associativismo territorial para a promoção da cooperação entre os entes federativos, torna-se sustentável. No entanto, dentro da lógica da razão comunicativa do planejamento, Lefebvre (1991) *apud* Randolph (2007) aponta a importância do reconhecimento das representações do espaço na elaboração de planos, na elaboração dos consensos.

Segundo Abrucio (2012), o associativismo territorial foi o que menos avançou no sistema federativo brasileiro, em relação aos resultados intergovernamentais da educação. No entanto, o autor salienta três razões para explicar o baixo associativismo territorial: i) a existência da duplicidade de redes entre os governos estadual e municipal (por exemplo, escolas dos municípios envolvidos seriam estaduais); ii) ausência, até pouco tempo atrás de um sistema de políticas públicas no campo da educação, para o incentivo à ações intergovernamentais e, iii) o tema do associativismo territorial não tinha lugar dentro da agenda da política educacional, sendo priorizado o plano federativo ao invés da cooperação.

A aliança formal ou informal entre governos, que estejam em territórios contíguos, pode promover o desenvolvimento regional, com efeito agregado para todos os governos locais envolvidos no arranjo. O modelo institucional de associativismo na educação se iniciou com a discussão dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), que culminou na origem e nas experiências em Votuporanga/SP e o Projeto Chapada/BA, com o apoio de instituições governamentais e empresas privadas (ABRUCIO, 2012).



Para que a solução dos problemas educacionais reflita o modelo de associativismo territorial, tendo em vista a consolidação de um SNE brasileiro, devem-se levar em conta alguns fatores, como os apontados por Abrucio (2012):

(...) é preciso que haja, em primeiro lugar, mecanismos que reduzam a desconfiança política entre os municípios, dando estabilidade institucional à parceria. Em segundo, é muito importante o apoio dos governos federal e estadual, em virtude da fragilidade gerencial e da falta de recursos dos municípios. Igualmente essencial é a orientação dos arranjos territoriais para uma gestão em rede e direcionada a resultados, criando, de um lado, mecanismos para articular projetos conjuntos e, de outro, para administrar conforme metas e indicadores previamente definidos. Este último ponto põe em evidência que o sucesso das formas de consorciamento intergovernamental depende de um modelo institucional bem gerido. (...) outra condição é a busca de parcerias com atores sociais a fim de fortalecer a articulação intermunicipal, uma vez que a pressão social e a criação de identidades regionais constituem aspectos-chave para garantir consorciamentos de longo prazo. Por fim, é preciso que haja graus importantes de flexibilidade para os arranjos territoriais, uma vez que as políticas públicas têm suas singularidades e o país é muito heterogêneo. (ABRUCIO, 2012, p.24).

504

De acordo com Ramos (2012), portanto, a construção de um SNE, passa necessariamente, por colocar em prática o Regime de Colaboração, levando-se em conta o associativismo territorial, de maneira que se fortaleça a cultura do planejamento integrado e colaborativo na visão territorial e geopolítica.

O atual modelo de governança brasileiro incorpora o gerencialismo, a cooperação em redes e a participação pública no planejamento, de modo que possa haver a complementação do sistema representativo (BEVIR, 2009). Neste caso, há uma transformação nas relações entre Estado e mercado, cuja parte da transformação social baseia-se na parceria com a iniciativa privada, privilegiando o dinamismo e a gestão empresarial para o setor público (FREY, 2007).

### 3. Considerações finais

Assim como aponta Cury (2012), acredita-se que o Estado brasileiro possui uma dívida com a educação escolar nacional e deve garantir, conforme aponta a constituição, direito e o acesso de todos à educação, bem como à qualidade do ensino.

No atual modelo de educação brasileiro, em que esta é associada como um bem de consumo e fonte de lucro, em que há uma divisão clara de classes e, conseqüentemente, o



privilegio de poucos para o acesso ao ensino, leva a desdobramentos impactantes na grande maioria da sociedade. A progressiva seletividade e elitização do conhecimento contribuem para o aumento das desigualdades sociais e espaciais. Assim, acredita-se que novas propostas de governança, visando à equidade de direitos e deveres e das oportunidades, sob o ponto de vista da integração dos territórios, de políticas de cooperação entre os entes federados, em um sistema de redes como forma de integração dos agentes sociais, estabelecendo novas escalas de atuação entre os atores, de modo a contribuir positivamente para com a solução dos problemas educacionais brasileiro.

É essencial que se retome as ideias de planejamento territorial e governança apontada por Healey (2010), tendo em vista estes instrumentos para lidar com os problemas envolvendo o tema educação, conforme abaixo:

(...) governance processes are not recipes. They are unique constructions in specific situations. My own work since Collaborative Planning has focused on the extent to which innovations in process forms build capacities that may change a wider governance culture. (HEALEY, 2010, p.110).

Conforme trecho acima é essencial, por fim, que se leve em conta as influências das forças sociais sobre o planejamento, na medida em que haja a compreensão de que o espaço não é um receptáculo de ações e que seus agentes e a sociedade apresentam limitações estruturais.

### Referências bibliográficas

- ABRUCIO, F. L. Associativismo territorial para a coordenação intergovernamental. In: ABRUCIO, L. F.; RAMOS, M. N. (Orgs.) *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. Ed. Moderna: São Paulo, 2012.
- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações públicas locais em educação. *Currículo Sem Fronteiras*. V.1, n.2, pp.99-116, 2001.
- BARCELLOS DE SOUZA, M. Espacializando o desenvolvimentismo: imaginário, escalas e regulação. *Revista brasileira de Estudos urbanos e regionais*. V. 14, n.2, pp.35-54, 2012.



BEVIR, M. *Key concepts in governance*. London, Thousand Oaks: SAGE. Introduction. pp. 3-30, 2009.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRENNER, N. *A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia*, Cadernos Metrópole. V.12, n.24, pp.535-564, 2010.

CONAE, *Conferência Nacional de Educa o*. Documento-Referência: O PNE na articula o do Sistema Nacional de Educa o: participa o popular, coopera o federativa e regime de colabora o. Plano de Desenvolvimento de Educa o. Ministério da Educa o. Brasília, 2014.

CURY, C. R. J. *Por um sistema nacional de educa o*. Ed. Moderna: São Paulo, 2010.

CURY, C. R. J. Do sistema de colabora o recíproca. In: ABRUCIO. L. F.; RAMOS, M. N. (Orgs.) *Regime de colabora o e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educa o*. Ed. Moderna: São Paulo, 2012.

DALE, R. Globaliza o e educa o: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educa o? *Educa o, Sociedade e Cultura*, n.16, pp.133-169, 2001.

FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. The structure and Debates of Planning Theory. In: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. (eds). *Readings in Planning Theory*. West Sussex: Blackwell Publishers, pp. 1-20, 2012.

FREIRE, P. *Política e educa o: ensaios*. Editora Cortez. 1997.

FREY, K. Governança urbana e participa o pública. *RAC-eletrônica - Revista de Administra o Contemporânea*. V.1, pp.136-150, 2007. Disponível em: <[http://anpad.org.br/periodicos/content/frame\\_base.php?revista=3](http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=3)> Acesso em: 15 Jun 2014.



FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

HEALEY, P. Collaborative planning in perspective. *Planning Theory*. V.2, n.2, pp.101-123, 2003.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. In: *Revista Fragmentos de Cultura*. V. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

LOPES, E. M. S. T. *500 anos de educação no Brasil*. 5 ed., Minas Gerais: Autêntica, 2011.

MAUÉS, O. C. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação? *Revista Educação*. Porto Alegre. V. 34, n. 1, pp. 75-85, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional da Educação*. Brasília, 2014.

NASCIMENTO, D. N. Da educação e o Projeto Neoliberal: direção da justiça social ou do reinado ilimitado do capital? *Revista Educação*. V.1, n.1, pp.61-79, Goiania: UFG, 1997.

PIERSON, P. Fragmented Welfare States: Federal Institutions and the Development of Social Policy. *Governance: An International Journal of Policy and Administration*. V.4, n.8, 1995.

PIQUET, R. P. da Silva; RIBEIRO, A.C.T. Tempos, Ideias, dias e lugares. O ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V. 10, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/191>>. Acesso 18 Abr 2014.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia. Das Letras. 2011.

PURCELL, M. Resisting Neoliberalization: Communicative Planning or Counter-Hegemonic Movements? *Planning Theory*. V.8, n.2, pp. 140–165, 2009.



RAMOS, M. n. Arranjos de desenvolvimento da educação. In: ABRUCIO. L. F.; RAMOS, M. N. (Orgs.) *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. Ed. Moderna: São Paulo, 2012.

RANDOLPH, R. (2007). Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografia e ciências sociais*. Barcelona: Universidade de Barcelona. Vol. XI, n. 245, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-4517.htm>>. Acesso em 14 Abr 2014.

508

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 15, n. 44, 2010.

THEODORE, N.; PECK, J. Framing neoliberal urbanism: translating “Commonsense” urban policy across the OECD Zone. *European Urban and Regional Studies*. V.19, n.1, pp.20-41, 2013.

VILLAÇA, F. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>>. Acesso em: 28 Mai 2014.

ZIA, I. C. A. Estudo da formação inicial sob a dimensão dos saberes docentes e do ensino de Ciências por investigação. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André/SP, 178p, 2014.



## ESCOLA DA PRISÃO: TEIA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS VIOLENTAS

SCAFFO, Maria de Fátima  
*Doutora em Memória Social (UNIRIO),  
Docente Substituta da Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro  
fatimascaffo@gmail.com*

509

### RESUMO

A escola de prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações que promovem violência e despersonalização. As relações interpessoais ou intergrupais são delimitadas por um conjunto de valores que deve ser obedecido sem contestação. Sendo a escola da prisão marcada por graves violências físicas e psicológicas, estas experiências repercutem na necessidade da rápida assimilação da cultura carcerária, as quais, inicialmente, objetivam a sobrevivência. Neste artigo apresentamos um estudo de caso que destaca o aumento da periculosidade dos detentos, e consequente dificuldade de reinserção social a partir da aquisição dos aparatos instrucionais adquiridos no contexto prisional.

**Palavras-Chave:** Prisão, Escola, Violência.

### ABSTRACT

The school of prison or prison culture is characterized by webs of relationships that promote violence and depersonalization. Interpersonal or intergroup relations are defined by a set of values that must be obeyed without question. As the school of prison marked by severe physical and psychological violence, these experiences are reflected on the need for the rapid assimilation of the prison culture, which initially aimed survival. This article presents a case study that highlights the increased danger of detainees, and the consequent difficulty of probation from the acquisition of instructional devices purchased in the prison context.

**Keywords:** Prison, School, Violence.

Este artigo evidencia através de um estudo de caso que, embora a prisão seja concebida, além de outras possibilidades, em termos de reeducação e ressocialização do sujeito, privado da liberdade pela transgressão às regras, na verdade vem se tornando um espaço de aquisição de aparatos instrucionais criminais, transmitidos de detento para detento, tornando-os violentos contumazes.

Toda vida social está baseada em regras e normas de conduta e o não cumprimento desses protocolos pré-estabelecidos é considerado um desvio social que será cobrado através de sanções e punições que variam das ações policiais, da justiça até das prisões. O sistema penal, criado para que comportamentos desviantes sejam punidos e corrigidos, deve ser baseado na valorização do ser humano e proporcionar a capacidade de interiorização de ações e atitudes que promovam a reinserção do indivíduo à sociedade.





Porém, na realidade a prisão constitui uma sociedade específica, na qual os muros demarcam os mecanismos de confinamento e controle opressor sobre os egressos se afastando assim do propósito que lhe é destinado. “Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento” (FOUCAULT, 1994: 158).

Como instrumento de combate à reincidência ao crime, as políticas de segurança pública, em sua essência teórica humanista, propõem que, durante o período de encarceramento, o sujeito, transgressor às normas sociais seja alvo de constante processo correção e conscientização de seu delito, tentando evitar assim a reincidência. Dessa forma, a pena não pode ser aplicada como uma vingança do Estado, mas somente como medida útil para a sociedade, voltada para o combate ao crime e diminuição da violência.

A aplicação de qualquer medida de punição ou mesmo a restrição total da liberdade deve obedecer a uma série de critérios, que comprovem a existência de indícios da prática de um crime e, conseqüentemente, a medida aplicada deve estar de acordo com o princípio de adequação e proporcionalidade.

Todas as leis, regulamentos e organizações, que são criadas para que tais comportamentos desviantes sejam prevenidos, punidos e corrigidos, devem proporcionar a capacidade de interiorização de comportamentos e atitudes, através da persuasão e da ação simbólica, a uma determinada forma de dominação (SANTOS 1999). A verdade é que a sociedade rotula negativamente os indivíduos que têm comportamentos desviantes e os penaliza.

O sistema penal na atualidade, como mais um instrumento de manutenção da ordem social deveria ser baseado na valorização do indivíduo, e, conseqüente, busca de reinserção a sociedade.

Em concordância com essa proposição, o Brasil em sua Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLVII proíbe a pena de morte, os trabalhos forçados e as penas cruéis. Como medida útil à sociedade que se pretende fraterna e promotora de oportunidade e ressocialização, a privação da liberdade é qualificada como um instrumento de combate à criminalidade.

Contudo, com se sabe, tanto a sociedade marcada pelas desigualdades entre as classes, como o sistema prisional brasileiro apresentam sérias contradições, uma vez que



a primeira exclui e a segunda funciona muito mais como uma escola de criminalidade, incompatível com a precípua função ressocializadora. Hoje não se ignora que a prisão não regenera nem ressocializa ninguém, perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece, é uma fábrica de reincidência, é uma universidade às avessas onde se diploma o profissional do crime (EVANDRO LINS E SILVA, 2001:19). O que na verdade se observa no interior do sistema prisional é muito mais uma especialização na prática relativa aos delitos já cometidos, como também a aprendizagem de novas estratégias de criminalidade.

Neste estudo objetivamos refletir sobre a transmissão de aparatos instrucionais na prisão, a aquisição de estratégias e técnicas de aperfeiçoamento de detento para detento que tornam as prisões mais um instrumento de promoção de comportamentos violentos e as consequências de tal aprendizagem para a vida futura do detento dentro e fora do sistema prisional.

As instituições penais originaram-se por exigência do próprio homem, pela necessidade de um ordenamento coercitivo que assegurasse a paz e a tranquilidade em sua convivência com os demais seres humanos. Trata-se de uma imposição do próprio relacionamento inerente ao contrato social (CANTO, 2000). As prisões no Brasil, salvo raros e breves momentos na sua história, sempre apresentaram condições deterioradas, com superlotação, privações materiais, violência e arbitrariedades.

Na atualidade as condições não são diferentes. O sistema penitenciário brasileiro continua apresentando-se bastante complexo, no que se refere a diferentes aspectos, cuja variação se instala desde a estrutura física até a própria dinâmica funcional.

Desde meados do século passado, as políticas penitenciárias continuam mantendo as mesmas diretrizes, sem nenhuma renovação. Na verdade, são concebidas como respostas emergenciais resultantes do crescimento da criminalidade, e não como espaço promotor de ressocialização e conscientização no que tange ao delito cometido.

O fato é que as políticas penitenciárias estão imersas numa dinâmica em que persiste a herança de arbítrio e violência, autoritarismo em termos de gestão, naturalização da alta incidência de crimes no seu interior, convivência com a setorialização implantada pelos detentos e seus comandos, enfim, precárias condições de encarceramento, o que tem resultado em rebeliões, fugas e várias mortes entre os detentos.



Pesquisadores do sistema prisional tais como Coelho (2003), alertam que a nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, em sua maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer em jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e superlotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé. A crise do sistema penitenciário brasileiro não é uma ocorrência da atualidade, ao contrário, é sim uma continuidade, fruto de um longo processo histórico permeado pela exclusão, marginalização e destituição dos direitos humanos mais básicos constitucionalmente garantidos. Há uma série de fatores que levam à marginalização dos indivíduos, nomeadamente: a miséria herdada, a guetização, a disfuncionalidade das famílias que se reproduzem disfuncionais, uma espécie de incapacidade para gerir recursos pessoais e sociais geradora de não integração social harmoniosa (Jardim, 1995). A marginalização é marcada por estereótipos historicamente construídos de criminalidade. “Na sua vida exterior, pelas práticas que determinam a sua pertença às várias subculturas marginalizadas, o indivíduo é objeto de uma rotulação negativa, alterada na prisão, onde acumula uma outra rotulação” (Carvalho, 2003). Em concordância com este autor acentuamos que, obrigado por circunstâncias multifatoriais, o detento ingressa no processo de aquisição de aparatos instrucionais da cultura prisional, os quais determinarão sua estada no sistema penitenciário, podendo se tornar traços mnêmicos norteadores do restante de sua vida. O sistema carcerário na realidade funciona a partir de três vertentes de controle. Podemos compará-lo a uma pirâmide de regras na qual o Estado apesar de ocupar um lugar de maior importância, o topo, também detém a menor parcela. O segundo patamar seria ocupado pela ação dos agentes penitenciários, que respaldados pelas leis do Estado executam o ordenamento da dinâmica prisional. A base da referida pirâmide é ocupada pela cultura dos detentos, a qual afeta diretamente o cotidiano de cada preso moldando a experiência prisional de cada um. A escola da prisão na verdade não é espaço físico, mas uma dinâmica relacional composta das regras do Estado, das regras dos agentes penitenciários e as dos detentos. Quanto às regras do Estado temos a Constituição de 1988, que contém garantias explícitas para proteção da população encarcerada, entre essas garantias "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral". Um detalhamento das normas prisionais brasileiras, ou pelo menos suas proposições para o sistema prisional pode ser encontrada na Lei de Execução Penal (LEP) adotada em 1984.



Essa lei reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos presos, contendo várias provisões e ordenamento de tratamento individualizado, proteção aos direitos substantivos e processuais dos presos e garantia de assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material. O objetivo dessa lei não é a punição, mas, a "ressocialização das pessoas condenadas", como também a preocupação com a humanização do sistema prisional, e, incita os magistrados ao uso de penas alternativas como fianças, serviços comunitários e suspensão condicional. No Brasil as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso, RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1994, Publicada no DOU de 2.12.1994, em seu Capítulo 1, Art. 1º, obedecem aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e daqueles inseridos nos Tratados, Convenções e Regras Internacionais de que o Brasil é signatário devendo ser aplicadas sem distinção de natureza racial, social, sexual, política, idiomática ou de qualquer outra ordem. Na prática, no entanto, o sistema carcerário passa longe das determinações legais. A falta de organização e estrutura tornam as penitenciárias cada vez mais superlotadas e os presos que cometeram crimes mais diversos, tais como latrocínio, extorsão, sequestro, formação de quadrilha, estupro, tráfico de drogas, homicídio, agressão, assalto, acabam por dividir o mesmo ambiente, salvo em condições especiais, quando considerados de alta periculosidade. Podemos também citar como uma das questões concorrentes para o mau funcionamento da dinâmica carcerária, nomeadamente as orientações administrativas e ideológicas recebidas pelos agentes penitenciários, protagonistas do ordenamento do sistema. A ausência de capacitação, valorização salarial, a exaustiva jornada de trabalho, a tensão diária, entre outros e a falta de fiscalização por parte do Estado torna o sistema penitenciário alvo fácil de funcionários inescrupulosos que estabelecem leis próprias, ou seja, um sistema disciplinar, quase sempre distante do que a lei estabelece. É comum no sistema penitenciário o uso da lei Talião, olho por olho, dente por dente, usada, por exemplo, para crime praticado contra os costumes (estupro, atentado violento ao pudor) que foi alterado pela L-012. O15-2009 para Crimes Contra a Liberdade Sexual. Nesse enquadramento, costuma ser comunicado aos outros integrantes do espaço a condição do preso, fato considerado como uma permissão para uso sexual do mesmo. A verdade é que em nome da correção e da segurança os detentos são tratados com violência, o que pode provocar redução de sua humanidade, torná-lo mais perigoso e calculista. Sem sombra de dúvida o sistema



penitenciário tem se tornado ao longo de sua história um local de horrores, de tormentos, físicos, morais e psicológicos, onde o detento passa fazer parte de uma verdadeira indústria do crime. Quanto à aprendizagem com os demais detentos, terceira vertente, base da pirâmide apontada anteriormente, podemos assegurar que a prisão é fundamentalmente uma escola de crimes que se comparada a uma escola de aplicação também contém em sua estrutura, estágios nos quais o detento é avaliado para sua progressão. A escola da prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações interpessoais violentas, que embora promovam o distanciamento da identidade anterior do egresso visam à proteção dos iguais, ou seja, os detentos considerados como fieis ao sistema imposto pelos dirigentes desta micro organização. Estruturada por um conjunto de conhecimentos entre os internos é mantida através da subordinação à hierarquia do poder prisional, a qual pode nos remeter a estrutura de uma organização privada do mercado convencional, com funcionários responsáveis pela escala de produção de produtos (bebida artesanal, drogas, armas, etc.), funcionários para treinamento e outros funcionários articuladores das metas a serem alcançadas (negociação com os agentes penitenciários, entrada de matéria prima, dentre outros) e é claro, a chefia a quem os demais se reportam. Este toma para si o controle e a aplicação de regras sobre os demais presos visando mate-los submissos a si e seu grupo. A aculturação prisional tem início com um interrogatório para identificação do novato na dinâmica prisional. O apelido, o artigo, ou seja, crime cometido, entre outros critérios de avaliação revelam a situação do egresso e conseqüentemente o processo a que ele será submetido. Como um rito de passagem precisará de resistência férrea para demonstrar sua masculinidade e a adesão como compromisso ao grupo que o “acolherá”, como por exemplo, raspar a cabeça, usar determinado tipo de identificação, entre outros símbolos de pertencimento. A partir desta etapa podem ocorrer dependendo de como o egresso for categorizado, várias sessões de tortura física, psicológica, moral e sexual ou a execução de tarefas consideradas inferiores, tais como: lavar roupas, limpar a cela, pagar somas em dinheiro, etc. As regras de convivência podem variar de um pavilhão ao outro e entre facções diferentes, porém, com a presença constante da violência para a introjeção dos aparatos necessários à sobrevivência. Contudo, frequentemente, os lugares de liderança, consideradas as vozes ativas, são sempre ocupados pelos presos mais antigos ou os ligados às facções de maior periculosidade, os quais têm o poder de determinar as punições entre os presos em caso



de desrespeito às regras, que variam de surras mais ou menos violentas até a execução. O desrespeito às regras pode fazer com que o preso passe à condição de condenado pelos membros do sistema prisional. As relações interpessoais ou intergrupais podem ser estabelecidas por raça, condição social anterior do detento, etnia, religião, pertencimento a uma determinada facção, etc. Porém, são totalmente delimitadas por um conjunto de valores que deve ser obedecido sem contestação. Entre as regras e códigos que devem ser obedecidos destacamos o respeito às visitas de outro detento, sendo a quebra da regra uma condenação à morte. Os presos que detém esse poder paralelo dentro da prisão, não são denunciados e, na maioria das vezes também permanecem impunes em relação às suas atitudes. Isso pelo fato de que, dentro da prisão, além da "lei do mais forte" também impera a "lei do silêncio". A vigência da lei do silêncio em relação às regras de convivência, execução de tarefas (vendas de drogas, prática de corretivos, homicídios, comercialização de bebidas artesanais, etc.) devem ser totalmente assimiladas, respeitadas e realizadas com êxito, uma vez que o comportamento de cada um é inspecionado pelos outros presos. Sendo a escola da prisão marcada por graves violências físicas e psicológicas, estas experiências repercutem na necessidade da rápida assimilação da cultura carcerária, a qual como foi mencionada inicialmente, objetiva a sobrevivência. Fenômeno estudado por diferentes áreas, a prisionalização ou institucionalização, revela como o ambiente institucional molda e transforma os detentos, o que decorre da assunção em maior ou menor grau de hábitos, costumes, valores e formas de pensar através da cultura penitenciária. Como uma sociedade dentro de outra sociedade, os membros do sistema carcerário reproduzem hierarquias e disputas de poder, e, com o alibi da convivência do aparato policial, estabelecem relações de dominador – dominado. Neste entendimento “a verdade é poder e é importante identificar-se qual o regime de verdade que se arranja em determinada instituição, ou ainda, o importante não é a verdade, mas quais são as regras que determinam a verdade e quem cria e controla essas regras (FOUCAULT, 1979). Os protocolos dessocializadores aplicados através da coerção subtraem dos detentos os vestígios de seu pertencimento a sociedade anterior, restando-lhe a sujeição aos novos parâmetros ditados pelas regras da comunidade prisional. Sentenciado e desvinculado da sociedade por ter se tornado indesejável a ela, o detento passa por outro julgamento que o colocará entre os “desejáveis e indesejáveis ao sistema penitenciário”, desejável e indesejável à comunidade prisional. Retomamos a afirmação





de Foucault para ratificar que o detento procurará se afiliar a parte que dita e controla as regras no sistema como um todo. Assim o detento aprenderá códigos não escritos, a quem obedecer, nunca delatar, ter cautela em todas as ações, ouvir e não ter conhecimento, silenciar e principalmente proteger-se, ora driblando as regras impostas pela instituição penal, ora se comportando de acordo com a cultura prisional, avessa ao que formalmente anuncia a instituição carcerária, adaptando-se a cultura que lhe é transmitida pelos outros detentos. Ressaltamos que essa adaptação não ocorre sem um enorme dispêndio de energia psíquica em função da ambivalência entre a ameaça visível e a invisível, entre o que pode ser dito e o impronunciável. Com todos os direitos civis extraídos desde a chegada ao sistema prisional, recebendo da instituição o que pode ser definido como um pouco acima do nível das necessidades mais básicas, o detento sofre deteriorização de sua identidade, para a qual receberá uma prótese a partir de seu aprendizado dos aparatos instrucionais e sua imersão na cultura carcerária. Esta máscara além de propiciar um refúgio de si mesmo e da percepção sensível de sua nova condição, lhe oferece uma certa duplicidade comportamental que varia entre resistência e socialização, “permitindo” ocultar possíveis temores e garantir sua participação perigosa, perversa e violenta. Sujeito às frequentes tensões buscará apadrinhamento, ser útil, másculo, violento, enfim, toda sorte de integração e pertencimento. Já totalmente despido de seus referenciais anteriores torna-se assujeitado às regras da cultura prisional das quais também pode ser futuramente um transmissor para os novos egressos. A junção de todos esses fatores deletérios mencionados, atrelados à falta de segurança nas prisões e o ócio dos detentos, leva à ocorrência de outro grave problema do sistema carcerário brasileiro: as rebeliões e as fugas de presos. As rebeliões são levantes organizados pelos presos de forma violenta que objetivam, em sua maioria, reivindicações de direitos, ou ainda, uma forma de chamar a atenção das autoridades quanto à situação desumana na qual os detentos são submetidos dentro das prisões, entre outras questões. Já em relação às fugas, podemos assinalar que sua ocorrência pode estar associada à falta de segurança dos estabelecimentos prisionais, aliada à atuação das organizações criminosas, como também por parte de policiais e de agentes corruptos da administração prisional. O fato é que o Estado não tem se imbuído efetivamente de sua responsabilidade de ordenamento do sistema penitenciário e muito menos do trabalho de reinserção social, previsto na Lei de Execuções Penais (LEP, 1984), ao contrário, tem contribuído para a perda do sentido de dignidade que resta ao detento.





Sobre essa questão Coelho (2003) assegura que o sistema carcerário “nada mais é do que um aparelho destruidor de sua personalidade, pelo qual não serve para o que diz servir, neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores; estigmatiza o ser humano; funciona como máquina de reprodução da carreira no crime; introduz na personalidade a prisionização da nefasta cultura carcerária; estimula o processo de despersonalização; legitima o desrespeito aos direitos humanos”. Como então ressocializar? Sabemos que o perfil sócio-econômico da população carcerária é em sua maioria pobre, portanto já excluídos socialmente antes mesmo de ingressarem no sistema penal. O nível baixo de escolaridade indica a ausência de oportunidade de inserção no mercado de trabalho anterior à detenção. Não tendo nenhuma modificação em termos de aquisição de habilidades formais durante o tempo de reclusão, o apenado mantido na ignorância, aliás, muito útil ao não questionamento das múltiplas violações de seus direitos, o ex-detento tende a retornar ao convívio social sem condições mínimas de sobrevivência digna, o que faz com ele lance mão dos aparatos instrucionais adquiridos durante o tempo de reclusão. O Estado ao não cumprir com as obrigações previstas em leis, tais como, assistência educacional e ensino profissional, muito menos aperfeiçoamento técnico das habilidades adquiridas pelo detento anterior a sua entrada no cárcere torna-se responsável pela reincidência à criminalidade. Desta forma o confinamento não promove condições para reinserção à sociedade que aprisionou, ao contrário, apenas favorece o desenvolvimento de habilidades adquiridas e aprimoradas a partir do ingresso no sistema penal, processo que se dá através da transmissão de aparatos instrucionais. A aquisição de estratégias de ação e técnicas de aperfeiçoamento no universo do crime, nas prisões, resulta em mais um instrumento de promoção da violência, pois sendo um aprendizado baseado na experiência, engloba aspectos como avaliar, reunir e utilizar o melhor possível os recursos para alcançar a excelência na produção de resultados. Assim as atividades criminosas vão sendo aperfeiçoadas em seu modus operandi, alcançando uma condição cada vez mais elaborada, complexa, polimorfa e difícil de ser combatida. O que se nota a partir deste aprendizado é que indivíduos que ingressam no sistema penal acabam por desenvolver comando, maior habilidade para liderança, maior conhecimento sobre a forma de realizar tráfico, roubo, escambo de drogas por armas, enfim, diferentes formas de obter vantagem econômica pela difusão do medo e insegurança no âmbito social.



A pesquisa em tela foi realizada no presídio Hélio Gomes; município do Rio de Janeiro e faz parte do Núcleo de Investigação: O Ato Criminoso como modalidade de Gozo. Em função da peculiaridade do tema, foi utilizado o estudo de caso, concebido como uma investigação sistemática de uma instância específica da realidade. A característica principal desse método é a ênfase na singularidade do objeto de estudo ou de poucos objetos, pressupondo-se que essa investigação possibilite a compreensão da generalidade do mesmo ou o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa. Assim, estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou sujeito, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.

Desse modo, escolhemos como unidade de análise um detento de 25 anos, classe medida da zona sul do Rio de Janeiro, preso por sequestro, com pena de oito anos, que, por seus atos de violência, tornou-se conhecido como xerife; terminologia adotada para qualificar o detento que assume voz de comando na cela, a quem os demais prestam obediência, cumplicidade e serviços. Este tipo de funcionamento reproduz, de certa maneira, a estrutura hierárquica do sistema penal.

O processo de investigação em tela foi registrado em sete encontros, nos quais o detento consentiu na utilização dos dados para análise e publicação dos resultados da investigação, respondendo as questões com clareza sobre sua posição subjetiva frente aos crimes praticados. Em relação a sua entrada no mundo do crime, alega que foi sem querer: “comecei sem querer, mas não entrei enganado. Comecei a andar armado (...) a assaltar bancos e já fiz oito sequestros”. Quanto aos assassinatos cometidos, informa primeiramente que: “eu já matei bastante, uma média de dez a quinze pessoas”. A seguir, retoma a questão do quantitativo de mortes perpetradas e declara: “Agora você já sabe que mandei dez pro inferno”. Com aparente tranquilidade, embora apresentando dados contraditórios, acrescenta que as pessoas mortas não valiam a pena: “Tudo bicho ruim”. Cabe salientar que não se sente responsável pelos crimes cometidos, ao contrário, os justifica, alegando que precisa ajudar a mãe, pois considera obrigação do filho fazer tudo pela mãe. “Se eu tiver que matar pra ajudar a minha mãe eu mato até a mãe dos meus filhos”. Depreendemos deste fragmento de discurso, uma tentativa de usar o sentimento que nutre pela mãe para mais uma vez justificar seu percurso nas atividades criminosas. Lembramos na esteira de Farias (2009: 45) que o motor e a estrutura das ações criminosas



podem ser atribuídos ao ideal de que o estilo de vida rico, de quem detém o controle e posse de bens, é o melhor.

Sobre o seu modo de viver antes do cárcere, informa que tem dois carros, um bar, uma casa e que dirigir é seu fraco. “Dinheiro faz muitas coisas boas na vida. Com dinheiro se tem a mulher que se quer, carros, comida boa e tudo mais”. Disso aludimos que o crime parece ser a forma de manter o status que considera ter total direito. “Quando eu sair daqui, eu vou voltar pra vida do crime. Eu vou voltar a sequestrar. (...) Tudo é uma questão de inteligência. Eu prefiro sequestro que assalto. No assalto, a pessoa corre e eu acabo matando. Em sequestro, é mais calmo”. Constatamos a partir do discurso do detento em questão, que o encarceramento não promoveu nenhum arrependimento dos crimes cometidos, ao contrário, reitera sua posição frente ao crime, colocando-a como uma questão de inteligência, optando claramente por se manter a marginalidade para retomar o status experimentado anteriormente. De forma arrogante critica os policiais, o sistema penal e a sociedade. Destaca a superlotação no presídio, a violência dos agentes na execução do ordenamento no cotidiano dos detentos e as condições insalubres representadas por pessoas amontoadas em condições subumanas. Justifica o comportamento violento de detentos como resultante da tortura física e moral a que são submetidos diariamente.

Ao dar continuidade ao seu relatar sobre seu percurso na criminalidade, apresenta baixo nível de implicação com os delitos cometidos e aponta a possibilidade reincidência. “Perdi muito tempo e dinheiro. Minha vida aqui dentro é muito ruim. Por isso tenho que sair logo”. Sua saída do sistema penal aponta para a tentativa de recuperação do tempo e dinheiro perdido em detrimento das possíveis consequências advindas de tal escolha.

É perceptível que a escalada de periculosidade alcançado em seu percurso produziu um significativo aumento de sua potência destrutiva que visa predominantemente à aquisição de lucros, estabilidade financeira para reaver os bens que antes possuía e manter prestígio e dominação no mundo do crime.

Encontramos em Farias (2009:45) a afirmação que ora usamos para ratificar nossa posição, quanto à mobilização do encarcerado para manter sua escolha pela criminalidade dentro e fora do sistema penal. “Seja num ou outro âmbito, o crime faz parte de um ciclo vicioso, uma vez que o criminoso tem que repeti-lo para ganhar e garantir prestígio, como também para obter bens, poder e dinheiro por um método mais rápido”.



No que concerne ao uso de arma, afirma que quando puxa o gatilho é para atirar, não para assustar. Fica claro que a violência é usada por ele de forma instrumental, como um fim em si mesma, diante da qual afirma saber como agir com eficiência e propriedade.

Esclarece que na unidade prisional ninguém sabe o que ele fez, uma vez que age de tal modo que cause a impressão de que tem um bom comportamento, como veremos a seguir. Este procedimento objetiva manter-se na condição de injustiçado socialmente, aliás, postura que é adotada pela maioria dos detentos. A não assunção do delito cometido pode ser interpretada como um mecanismo de projeção, no qual a sociedade é depositária primeira das razões que o levaram ao cometimento da atividade criminosa.

Justifica que esse modo de proceder se deve a necessidade de produzir uma aparência de que não fez nada do que é acusado. Sinalizamos que a justificativa apresentada se assenta no binômio: virilidade e coragem, mesmo diante da injustiça quanto ao seu encarceramento.

A título de exemplo, utiliza o fato de trabalhar na prisão e ajudar aos presos quando estão feridos, além de mandar dar dinheiro para família de detentos que estão passando privação. Embora esta estratégia de manipulação vise como já aludimos, lograr vantagens pessoais, dentro e fora do sistema penal, consideramos oportuno lembrar que determinadas posturas estão previstas nos códigos estabelecidos pelo crime organizado, como por exemplo, o estatuto do PCC (Primeiro Partido da Capital) com 16 itens ou “artigos” que constitui o “código legal” do grupo (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/03/2001). Portanto, considerando o código de auxílio mútuo entre os detentos, regra que não deve ser quebrada, o entrevistado adquire e preserva a confiança, aspecto fundamental para a sobrevivência e prestígio, como também a gratidão dos demais, fator extremamente valioso em sua permanência como detento, como também após sua saída do sistema carcerário.

O entrevistado sustenta, de forma categórica, que tem contatos lá fora e se mandar, a ação deve ser cumprida, mesmo porque não vai ficar na prisão a vida toda e no dia que sair quem vacilou já sabe o que espera.

Destaca a importância de seu trabalho na prisão pelo fato deste possibilitar a ligação da cantina com a galeria, ampliando assim, a sua rede de contatos. O que se observa é que motivado por circunstâncias múltiplas, o detento ingressa no processo de aquisição de aparatos instrucionais da cultura prisional, os quais determinarão sua estada



no sistema penitenciário, podendo se tornar traços mnêmicos norteadores do restante de sua vida. Na sua vida exterior, pelas práticas que determinam a sua pertença às várias subculturas marginalizadas, o sujeito é objeto de uma rotulação negativa, alterada na prisão, onde acumula uma outra rotulação que o marcará para sempre: indivíduo portador de periculosidade.

“Se eu conseguir o que é meu eu deixo de lado a vida do crime, se não, não volto mais para cá”. Depreendemos desta afirmação que o não retorno ao sistema prisional faz parte da aprendizagem adquirida, não somente na rota do crime que o guiou até então, mas também nos aponta a escalada de saber experimentada no âmbito prisional.

Certamente movido pela crença de que a vida e a sociedade lhe devem algo, o detento em questão, delineia seu próximo percurso fora do sistema penal. Baseado na ideia de que algo que era seu lhe foi retirado, não vê outra prerrogativa se não recuperar o que acredita ser seu de direito. Observamos neste relato uma radical inversão de valores, onde a conquista de bens de consumo e reinserção no mundo do trabalho honesto não são cogitados, mas sim a apropriação, de qualquer forma, que garanta a posse do que considera seu.

É digno de registro que em sua fala, o não alcance do que supõe lhe pertencer, também não fará com que retorne ao sistema penal, ao contrário, não impedirá a busca das gratificações ligadas à prática do crime. É possível que a confiança na eficácia dos aparatos instrucionais, adquiridos em sua estada no cárcere, lhe proporcione tal segurança para escapar das sanções penais que ora lhe são impostas, que ele não cogite a possibilidade de ser preso outra vez. “(...) não volto mais pra cá. De qualquer jeito eles não vão mais me pegar. Já dei mole duas vezes. Agora basta”. Para evitar tal ocorrência não hesitará em utilizar todo conhecimento e empenho adquirido na escola do crime durante os anos de cárcere.

Indagado sobre a função da cadeia como solução para o crime, responde negativamente, acrescentando que depois de preso aprendeu muita coisa. “Depois que cheguei aqui aprendi muita coisa aqui dentro. Aqui quem não sabe aprende”.

A preocupação com a morte é um ponto pelo qual demonstra certa vulnerabilidade, que procura equacionar com certa modificação em seu comportamento frente ao crime. “Não venho mais preso, não vou morrer porque não sou olho grande. Só vou fazer mais uns dois sequestros”.



A presença de ambivalência e oscilação quanto ao autoconceito ficam evidentes ao relatar seus projetos após a saída do sistema penal, como também quando se refere as suas relações afetivas: “Eu sou muito nervoso, por isso é que não gosto de assaltar. (...) acredito que se eu sair daqui, arrumar uma mulher, minha vida vai mudar muito. (...) Uso minha inteligência. Não adianta força, sou frio e calculista”. Em relação aos pais apresenta admiração e proteção. Por exemplo, ao elogiar o fato do pai ser de família favorecida economicamente e não pedir nada a ninguém, já em relação à mãe informa que a mesma pedia e roubava do pai para dar dinheiro a ele.

Levando-se em consideração a importância da família na transmissão de valores, crenças e comportamentos, podemos inferir que a existência de certa vulnerabilidade no que tange às questões de educação do entrevistado, quanto ao uso do dinheiro possa o ter levado a buscar adquirir dinheiro de forma fácil e não pela via do trabalho: “(...) meu pai não estava conseguindo se levantar, minha mãe chorando tendo que pagar as contas, eu dava dinheiro pra ela. (...) Comprei um carro pra mim e outro pro meu pai”. Quanto a este trecho de sua entrevista, percebemos que a inobservância do comportamento dos filhos pelos pais pode se tornar um fator facilitador e até estimulador da aquisição de bens de consumo de maneira fácil, ou ainda, associada à criminalidade. Entendemos que nas práticas educativas, a expressão da afetividade aliada à firmeza na transmissão dos valores, restrições e exigências, permitem o desenvolvimento da consciência ética e internalização sólida das normas sociais.

Sobre o sua condição atual alerta que ficou mais leve: “Fiquei muito mais inteligente, muito mais sagaz, muito mais esperto. (...) É só darem o que é meu que eu paro. (...) Mas se não me derem tenho que matar e sequestrar pra arrumar minhas coisas de volta”. Por estas afirmações podemos concluir que o detento em questão não vislumbra nenhuma possibilidade de ganhar o seu sustento honestamente e muito menos abandonar a criminalidade, cujo imediatismo do lucro se torna um dos fatores de maior atração para a continuidade nas atividades criminosas.

#### Considerações Finais:

A partir desta constatação, podemos afirmar que a escola da prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações interpessoais violentas, que embora promovam o distanciamento da identidade anterior do ingresso, visam à proteção e o aperfeiçoamento das atividades criminosas, principalmente dos detentos considerados



fiéis ao sistema imposto pelos dirigentes dessa micro organização. Estruturada por um conjunto de conhecimentos entre os internos, a cultura prisional é mantida por meio da subordinação à hierarquia de poder, a qual pode nos remeter à estrutura de uma organização privada do mercado convencional, com funcionários responsáveis pela escala de produção, funcionários para treinamento e outros articuladores das metas a serem alcançadas (negociação com os agentes penitenciários, entrada de matéria prima, dentre outros) e é claro, a chefia, a quem os demais se reportam.

Os chefes da cadeia tomam para si o controle e a aplicação de regras sobre os demais presos, visando mantê-los submissos a si e seu grupo. O sistema carcerário tem se tornado um aparelho cuja dinâmica neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores humanos, estigmatiza, funciona como máquina de reprodução da carreira no crime, introduz a nefasta cultura carcerária, estimula o processo de despersonalização e legitima o desrespeito aos direitos humanos.

Os protocolos dessocializadores aplicados mediante a coerção subtraem dos detentos os vestígios de seu pertencimento à sociedade, restando-lhes a sujeição aos novos parâmetros ditados pelas regras da comunidade prisional.

Ressaltamos que durante anos a privação da liberdade foi considerada como uma das formas mais eficazes para ressocialização dos presos. Porém, nos últimos anos verificou-se que a pena privativa de liberdade por si só não é condição suficiente para reeducar o indivíduo que delinuiu, ou seja, aquele que por diferentes razões transgrediu as normas sociais. O sistema prisional da atualidade, mesmo com todos os projetos voltados para reinserção, não tem sido capaz de reeducar, resgatar a cidadania e estimular a inserção no mundo do trabalho, uma vez que o sistema prisional se tornou ao longo dos anos, um espaço de ociosidade, de criminalidade, de terror constante e despersonalização dos apenados, obrigados a se filiar aos diferentes grupos que detêm o poder paralelo no espaço prisional.

O Estado ao não cumprir, adequadamente com o que é previsto em lei, como, assistência educacional, ensino profissional, aperfeiçoamento técnico das habilidades adquiridas pelo detento anterior a sua entrada no cárcere torna-se provavelmente corresponsável pela reincidência à criminalidade. Dessa forma, o confinamento não cria condições de reinserção à sociedade, apenas favorece o aprimoramento de habilidades





adquiridas no que concerne à eficiência no campo das práticas criminais a partir do ingresso no sistema penal.

Referências:

CANTO, D. A, 2000. Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

CARVALHO, M. C. B, 1994. A priorização da família na agenda da política social. In: K, S. M. de (arg.). Família brasileira a base de tudo. Brasília- DF: Ed. São Paulo-UNICEF.

COELHO, D. V. A Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro. In: “A priori”, INTERNET. Disponível em: <http://neofito.com.br/artigos/penal.134.htm>>. Acesso: 11/04/2012

FARIAS, FRANCISCO R, 2010. Por que, afinal, matamos? Rio de Janeiro: 7 letras.

FOLHA DEVSÃO PAULO, 2001 São Paulo, 02 março. Caderno 03.

FOUCAULT, M, 1997. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.  
\_\_\_\_\_. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes.

JARDIM, M. A. 1995. “A Cidadania difícil – Novas atitudes profissionais na reinserção social”, Instituto de Reinserção Social. Lisboa.

LEI DE EXECUÇÕES PENAIIS: **LEI Nº 7.210**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 11 de julho de 1984.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)



SANTOS, C. C. 1999. “O Crime de Colarinho Branco (da origem do conceito e a sua relevância criminológica à questão da desigualdade na administração da justiça penal)”. Faculdade de Direito de Coimbra. Instituto de Reinserção Social. Lisboa.

SILVA, E. Lins, 2001. Histórias das Penas. Revista Consulex. Brasília, Ano 5, n. 104, maio.



## REGIONALISMO PARANAENSE: IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

ALMEIDA, Letícia L.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas*  
llalmeida@uepg.br

CORDOVA, Maria Julieta W.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas*  
julieta.weber@yahoo.com.br

526

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer as questões que nortearão a pesquisa sobre o regionalismo paranaense e como este se desenvolveram nas seguintes obras: *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968), *Geografia Física do Estado do Paraná* (1968), *História do Paraná* (1969). Problematizando como cada livro contemplou a produção de uma nova identidade regional, pautada nas especificidades regionais, tanto físicas quanto simbólicas. Compreender como articulam um Projeto interdisciplinar na Universidade Federal do Paraná que envolveu pesquisadores da História, Geografia e Antropologia, através de conceitos de *campo* de Pierre Bourdieu e *práticas discursivas* de Michel Foucault. Relacionando a problemática do regionalismo paranaense atrelado ao nacionalismo brasileiro e as relações que tais produções estabeleceram com a política paranaense.

**Palavras-chave:** História Regional. Identidade. Interdisciplinaridade.

### ABSTRACT

This study aims to understand the production of discourses on the Paraná regionalism through the works *Campos Gerais: Agrarian Structures* (1968), *Physical Geography of the State of Paraná* (1968), *History of Paraná* (1969). Discussing how each book included the production of a new regional identity, based on regional specificities, both physical and symbolic. Understand how to articulate an interdisciplinary project at the Federal University of Parana, which involved researchers from History, Geography and Anthropology, through field concepts of Pierre Bourdieu and Michel Foucault discursive practices. Relating the issue of regionalism Paraná linked to Brazilian nationalism and the relationship established with such productions Paraná state politics.

**Key-words:** Regional History. Identity. Interdisciplinarity.

### Introdução

A preocupação pela cultura brasileira vem sendo problematizada desde o século XIX por intelectuais como Silvio Romero, Couto de Magalhães, Mário de Andrade, entre outros. (VAINFAS, 2009, p. 218)

A construção da identidade nacional acompanhou a criação dos Institutos Históricos Geográficos Brasileiros, como o concurso do IHGB, no qual o naturalista Carl Friederich Von Martius fora contemplado com a monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, a partir da noção de raça ao invés de cultura, buscou analisar as relações entre as culturas no



Brasil, por isso destacamos como a interdisciplinaridade já marcava a formação do instituto estabelecendo relações entre os vários campos do conhecimento no Brasil. (VARNHAGEN, S/D, p. 19)

Discussões que foram mais aprofundadas em Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e tantos outros que problematizaram a cultura brasileira do início do século XX.

No Paraná, o processo de forjamento de uma identidade paranaense é gestado na criação do Instituto Histórico Geográfico Paranaense, o IHGEP em 1900. Aos moldes do IHGB de Francisco Adolfo de Varnhagen.

O que ressaltamos é a importância que os intelectuais brasileiros tiveram no processo de forjamento de identidades, seja através da História, da Literatura, do Jornalismo, produzindo discursos que aos poucos foram incorporados pela política, criando o nacionalismo e consequentemente um ser “brasileiro”.

No entanto, percebemos que esta identidade nacional foi entrecortada por identidades regionais, pelas oligarquias agrárias regionais que desde a República Velha dão o tom nas políticas locais. Conflitos separatistas foram enfrentados desde o período imperial, como a Revolução Farroupilha, Cabanagem, Sabinada e Balaiada. (MOREL, 2003)

Então dessa forma, entendemos como a construção da identidade é atrelada a construção discursiva, a partir de uma imagem que se faça reconhecer pelos demais e também projetá-la para os outros.

As identidades nacionais são construídas socialmente, acionando elementos de diversas regiões buscam produzir uma homogeneidade cultural, neutralizando possíveis diferenças entre os vários elementos que lhe compõe, como os elementos étnicos, culturais, e de gênero. Stuart Hall destacou o caráter multifacetado da Identidade e como esta é utilizada estrategicamente para definir um “senso comum” de pertencimento a um determinado lugar, demonstrando como a Identidade age enquanto instrumento, como nas narrativas, conectam e identificam os indivíduos a um passado pré-existente a eles. (HALL, 2005, p. 48-52)

Portanto, a Identidade relaciona os indivíduos a um passado e a um futuro, enaltecendo origens, bem como impulsionando estes para um futuro (modernidade). Hall atenta ao fato de que este processo de construção da Identidade, por vezes oculta um projeto de legitimação de uma determinada visão de mundo.



O que ressaltamos é que na construção de uma Identidade nacional as identidades regionais devem convergir para a nação, através da mobilização de elementos simbólicos, através do quais estrutura-se um poder, cristalizada na ideia de Nação. Por isso o regional deve-se direcionar ao nacional.

Compreendemos a formação dos nacionalismos na perspectiva de Hobsbawm, conota-se que apenas a consciência de pertencimento dos indivíduos não define uma nação. Sua construção permeia elementos objetivos e subjetivos, assim relacionam-se a esfera cultural com a esfera política. (HOBBSBAWM, 1990, p. 17)

Hobsbawm argumenta que o processo de pertencimento não é dado a priori, mas é desigual: “O primeiro é que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado”. (HOBBSBAWM, 1990, p. 21)

Assim, problematizamos como a diversidade regional fora “esquecida” ou “sufocada” para que se consolidasse uma unidade nacional. No entanto vale ressaltar em que medida este discurso de homogeneização cultural foi completo, percebendo os processos de diferenciação que as regiões brasileiras construíram desde o século XIX atreladas a um projeto intelectual que por vezes fora apropriado pelas políticas regionais.

### **A construção de uma identidade nacional brasileira**

A construção da Identidade nacional perpassou também a questão entre as diferenciações entre o rural e o urbano. Por isso, a partir de 1930 uma geração de literatos buscou entender as diferenças do interior do Brasil, denunciando o abandono político em que as regiões mais remotas passavam e a situação do homem do campo brasileiro.

Assim percebemos que os intelectuais brasileiros incumbiram-se em suas obras problematizar o espaço regional em que lhes era familiar, como observara Antônio Cândido, ao discutir os problemas do homem rural paulista, buscando atentar a política brasileira para o que ocorria além dos espaços urbanos, reivindicando um espaço para este na nacionalidade, rompendo com a representação do homem do campo caricatural, que na literatura ganharam expressão nas obras de Monteiro Lobato. De acordo com Cândido: (2011 Apud Frizon p. 17)

Talvez se possa dizer que os romancistas da geração dos anos 1930, de certo modo, inauguraram o romance brasileiro, porque tentaram resolver a grande



contradição que caracteriza a nossa cultura, a saber, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior – entendendo-se por litoral regiões geograficamente correspondentes do que os tipos de existência, os padrões de cultura comumente subentendidos em tais designações.

Essa dualidade cultural, de que temos vivido, tende, naturalmente a ser resolvidas, e enquanto não for não poderemos falar em civilização brasileira.

Ressaltamos como a construção dos regionalismos brasileiros mobilizou o campo intelectual brasileiro. Estes enquanto pertencentes a grupos privilegiados são incitados a produzir discursos estruturados na diferenciação do espaço geográfico e da identidade cultural. Num processo de auto-reconhecimento por parte destes indivíduos, que se percebem pertencentes a uma determinada singularidade, como o espaço físico em qual se insere. (PESAVENTO, 1990, p.69).

Cunha (2000, p. 39), ressalta a importância de se discutir os modelos regionais e locais que são produzidos pelos pesquisadores, já que por vezes estes estudos influenciaram políticas públicas governamentais e não-governamentais, que em certa medida apropriam-se desses estudos buscam entender as diversidades culturais de uma determinada região.

Apropriamo-nos do conceito de Região, definido pela Geografia, que segundo Gomes significa a: “relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido.” (GOMES 1995 apud CUNHA, 2000 p. 42). Desta forma, a Região se define por um conjunto de propriedades culturais e físicas que são articuladas para definirem uma centralização político-administrativa, a partir do local.

A partir do conceito de Região, buscamos entender como este é articulado pelos autores dos livros: *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968), *Geografia Física do Paraná* (1968) e *História do Paraná* (1969) quando buscam produzir uma identidade paranaense a partir do processo histórico paranaense, bem como da estrutura física e climática do Estado.

Este trabalho faz parte da pesquisa homônima sobre a construção do regionalismo paranaense e como ela foi conduzida pelos autores destes livros. Buscando compreender o papel destes intelectuais que através de seus discursos e as relações que estes estabeleceram com a política paranaense do mesmo período.

*Campos Gerais: Estruturas Agrárias* organizados por Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, possuindo textos do político Bento Munhoz da Rocha Netto; do geógrafo João José Bigarella, do economista Luiz Antônio Camargo Fayet, historiadores como Cecília



Westphalen, Oksana Boruszenko e Jaime Antônio Cardoso. Fundamentados em um Projeto interdisciplinar buscavam compreender as transformações que ocorreram na região desde o século XIX, caracterizando as especificidades do relevo e solo da região, na desagregação das atividades pastoris para as atividades agrícolas.

Relembramos que no Brasil o curso de História estava vinculado ao da Geografia, fundado no Paraná em 1938 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Por isso, muitos dos professores do curso eram intelectuais de ofício, como Bento Munhoz da Rocha Netto, antropólogos como José Loureiro Fernandes e advogado, como Brasil Pinheiro Machado. Em 1955 foi regulamentada a separação entre Geografia e História, que só fora colocada em prática no Paraná em 1959. (MACHADO, 2013, p. 2-3.)

Neste sentido, os livros Campos Gerais: Estruturas Agrárias (1968) e História do Paraná (1969) surgem especialmente da relação de parceria entre Geógrafos, historiadores e antropólogos.

Sob a perspectiva da Geografia, entendemos que tais estudos estruturam-se na vertente positivista da Geografia de Vidal de La Blache, segundo o conceito de Região é trabalhado a partir da ideia de totalidade, a partir da pesquisa de campo, no qual o homem deve ser entendido em relação ao espaço físico, assim o pesquisador deveria compreender como a paisagem interfere no desenvolvimento social, relacionando o geral e o local, nas palavras de La Blache (1896 Apud DANTAS & MEDEIROS p. 5, 2008):

Um elemento geral se introduz em toda pesquisa local. Não existe, efetivamente, região cuja fisionomia não dependa de influências múltiplas e longínquas da qual importa determinar o foco. Cada região age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela.

No campo da História a relação interdisciplinar também deve ser associada à inovação metodológica proposta pela Escola de *Annales*, que a partir de 1929 surgiu na França como crítica a uma História Positivista proposta por Langois e Seignobos, enquanto conhecimento pautado em fontes oficiais, essencialmente política, no processo de definição da História entre conhecimento científico ou literário. Conduzida por Marc Bloch e Lucien Febvre, ampliam a noção de documento em História e introduzem a problemática, influenciados, pela Sociologia de Emile Durkheim, a partir do conceito de representações coletivas. A *Annales* alargou as relações entre a História e as Ciências Humanas, já que uma das premissas era a interdisciplinaridade. (LE GOFF, 2001, p. 22)





Sobre as produções regionalistas no Brasil Cunha argumenta que a análise regionalista transformou muitos trabalhos em “provincianismo acadêmico”, pois submetiam o geral ao local, não conseguindo propor uma estrutura lógica-dedutiva forte. (CUNHA, 2000, p. 44)

Desta forma, buscamos entender estas produções enquanto construção do regionalismo paranaense, como fenômeno complexo, que também se alicerçou nas bases sócio-espaciais, ou seja, a região paranaense tomada como região geográfica e o conceito de região como instrumento de interpretação do real, superando as perspectivas deterministas de que o geográfico impõe sobre as relações sociais, mas compreendendo-o numa relação dialógica com os sujeitos. (CUNHA, 2000, p. 44)

Nas palavras de Cunha (2000, p. 49):

Ou seja, com isso pode-se desnudar o exercício do poder que, naturalmente, ou melhor, socialmente, relaciona-se a grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais e configurações políticas e econômicas próprias de uma determinada região.

Nesse sentido buscamos entender também o livro de Reinhard Maack<sup>1</sup>, *Geografia Física do Paraná* (1968), enquanto parte de um projeto de exploração dos aspectos geológicos e geográficos do Estado, um dos primeiros a se posicionar como ambientalista, já que assiste à transformação do território paranaense devido à extração da madeira e o avanço da produção do café no Norte paranaense, que devastou grande parte das florestas de Araucária da região.

Maack reuniu conceitos para estabelecer as bases geográficas paranaenses, o clima e a distribuição das matas e campos no território paranaense. Nessa perspectiva, entendemos a discussão do autor sobre as relações entre homem e natureza no Paraná e como se deu a exploração dos recursos naturais no Estado. Assim como um dos alicerces da Identidade paranaense definiu-se na especificidade climática e geográfica. Buscamos entender como a produção de Maack contribui para a produção de discurso de diferenciação paranaense, no que

---

<sup>1</sup> MAACK foi um alemão que chegou em 1923 no Brasil para trabalhar como engenheiro da Companhia de Mineração e Colonização Paranaense. Nos anos seguintes realizou varias pesquisas de campo na Serra do Mar, mas quando o Brasil entra para a 2ª Guerra Mundial, em 1941 foi preso em Curitiba junto com um grupo de alemães. Manoel Ribas, então interventor do Estado, libertou-o em 1944, sob a condição de que este prestasse serviços ao Estado, assumindo a tarefa de geólogo no Museu Paranaense e depois no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Em 1946, foi contratado pela Universidade do Paraná, momento em que está se federaliza, trabalhou como professor de Geologia e Paleontologia na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Reconhecido internacionalmente pelos seus trabalhos. Morre em 1969. KUROWSKI, Ursula M. Dados biográficos de Reinhard Maack. In: MAACK, Reinhard. *Geografia Física*. 4. Ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012, p. 7-15.



tange ao espaço físico, ressaltando que neste momento produziu dois mapas sobre a geologia e vegetação paranaense. (MAACK, 2012, p. 42)

O sucessor de Maack no campo do conhecimento geológico do Paraná foi José Bigarella, que integrou o projeto de estudos sobre os Campos Gerais em 1968. Em seus últimos estudos Maack problematizou as mudanças ocasionadas no Norte do Paraná, como denúncia ao desenvolvimento desordenado, sendo um dos primeiros defensores da necessidade de reservas florestais no Estado.

Portanto, ressaltamos o processo de regionalização paranaense, tanto no que se refere às transformações históricas, mas também geográficas. Relacionando a configuração espacial e também política do Estado, no qual os indivíduos relacionam-se e agem sobre o espaço físico.

O Paraná emancipou-se em 19 de dezembro de 1853, enquanto 5ª Comarca da Província de São Paulo. Impulsionados pelos movimentos imigratórios e do auge da erva-mate em Curitiba, iniciou-se a exploração de madeira no litoral paranaense e o desenvolvimento das atividades do café no norte paranaense. Assim, nas palavras de Westphalen (1969 p. 113)

Foram, aliás, os homens do comércio, aqueles do comércio exportador de erva-mate, via de regra comerciantes de Paranaguá e Curitiba, bem como aqueles do comércio do gado muar, da elite campeira dos Campos Gerais, os que trabalharam e, enfim, obtiveram em 1853 a emancipação político-administrativa da Província do Paraná, e que constituíram as oligarquias políticas dominantes em todo o período provincial.

Assim com a criação da Província teve início à construção de uma identidade paranaense, como apontado por Westphalen, desde início foi um projeto das elites que detinham o poder econômico no Estado.

Numa tentativa de tratar as especificidades da região, no Paraná, esse projeto de construção de uma identidade regionalista foi iniciado pelo Movimento Paranista no início do século XX, buscando construir uma identidade para o Paraná, buscou universalizar um discurso partindo da capital, Curitiba, ou seja, enaltecendo virtudes do Estado recém-criado.

Durante o século XIX e XX vários Estados foram criados e para consolidarem-se na política brasileira, tinham que projetar uma imagem de si, por vezes idealizada e heróica. Sobre o regionalismo no Amapá, Marques & Marques destacam o papel que a elite assume no processo de construção da Identidade Regional, definindo uma projeção do Estado no cenário nacional: “A elite conduzia a “defesa” da região, mas, para que a região fosse considerada um



espaço de ação política, faz-se necessária a constituição de uma identidade regional.” (MARQUES & MARQUES, 2013, p. 818).

Segundo Pesavento (1990, p. 69), sobre a construção regionalista no Rio Grande do Sul, ela percebe que esta é por vezes utilizada como instrumento de dominação das elites, que visam produzir um conceito de região, pautada na construção de uma identidade associada a cultura e às fronteiras geográficas. Na produção do reconhecimento das singularidades do Estado, na totalidade do país. Estes intelectuais visavam inibir tensões e manter o monopólio da atuação de determinado grupo na política local.

Desta forma, percebemos o processo de produção de sentidos interpretativos, no qual o texto, enquanto materialidade possui referenciais sócio-históricas, bem como produz ideologia, percebendo os efeitos de sentido que podem ser conferidos às formações discursivas.

Durante o início do regime Republicano, o Paraná apoiou-se no Positivismo e no Anti-Clericalismo. A identidade paranaense ganhou expressão no movimento Simbolista no final século XIX, representado por de autores como: Dario Vellozo, Domingos do Nascimento, Emiliano Pernetá, Emílio de Menezes, Rocha Pombo, Romário Martins, entre outros. Nota-se que essa construção da identidade nacional foi alicerçada na construção de símbolos que identificassem a região, como o Pinheiro do Paraná, bem como os elementos que compõem o próprio brasão do Estado.

No início do século XX, os intelectuais curitibanos reuniram-se no Movimento Paranista, apontando como a “produção do mate” remonta a emergência de uma elite ervateira em detrimento da elite campeira dos Campos Gerais. Segundo Cordova, esta elite apóia-se na intelectualidade local visando produzir uma identidade que correspondesse aos interesses dessa nova classe, ou seja, enquanto suporte ideológico. (CORDOVA, 2009, p.55)

Teve sua maior expressão em Romário Martins, no qual colocou em prática a construção de um pensamento sobre o Paraná de forma idealizada. O Paranismo é atrelado ao sentimento, ou seja, também dependia do processo de subjetivação da identidade regional pelos paranaenses. (CORDOVA, 2009, p. 60)

Ainda sobre o Paranismo, Pereira atenta como este pode ser compreendido enquanto forma do Paraná encontrar sua brasilidade, tomando a identidade do paranaense enquanto “natural” vinculando-a às “especificidades regionais” ao nacionalismo vigente. (PEREIRA, 1996, p. 9)



Nesse sentido Pereira compreende o papel que os intelectuais ocuparam na construção da Identidade paranaense da primeira metade do século XX: “(...) tentará forjar um estado que não passava até então de uma parcela de terra sem fronteiras bem definidas e com uma população heterogênea e sem quaisquer características em comum.” (PEREIRA, 1990, p. 14)

De acordo com Cordova (2007) o Paranismo visou construir uma identidade que relacionasse o regional ao nacional, no qual por vezes a história regional foi apreendida como apêndice da história nacional.

Uma dessas construções fora o Paraná enquanto zona de passagem:

(...) o Paraná não percebia sua condição espacial (separando o sudeste do sul do país, este que já havia passado por tentativas separatistas, como a Revolução Farroupilha, bem como as fronteiras entre os países vizinhos Paraguai e Argentina). Este representava um papel significativo na unidade nacional. (PEREIRA, 1990, p. 24)

No início da segunda metade do século XX, outros intelectuais começaram a problematizar a identidade regional no Paraná. Um desses foi José Loureiro Fernandes<sup>2</sup>, médico de formação que se especializou em antropologia e dedicou-se a preservação do patrimônio cultural paranaense, participando da criação do departamento de Antropologia na Universidade Federal do Paraná em 1958. (MARANHÃO, 2006, p. 13)

Nesse sentido ressaltamos como à gênese das Ciências Sociais no Paraná no período em tela, faz parte da problematização de uma identidade paranaense pautada na modernidade, buscava também formar profissionais que atuasse junto aos paranaenses, edificando uma proposta de Paraná moderno. (BEGA 2006, p. 48 Apud MARANHÃO, 2006).

Maranhão (2006, p. 23) ressalta o papel ocupado por Loureiro Fernandes não apenas no processo de consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, como diretor do Museu Paranaense, desenvolveu a prática de pesquisa interdisciplinar que envolveu historiadores, geógrafos e antropólogos, que mais tarde compuseram o quadro de professores

---

<sup>2</sup> José Loureiro Fernandes era português, formado em Medicina, especialista em antropologia, urologia e arqueologia. Exerceu atividades como professor universitário na Universidade do Paraná e Pontifícia Universidade Católica, médico e político. Foi membro de diversas instituições culturais, como o Círculo de Estudos Bandeirantes, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Faleceu em 1977. In: MARANHÃO, Maria F. C. Contextualizando Imagens Paranistas (1940-1950): o Filme Etnográfico de Vladimir Kosák e as Ciências Sociais no Paraná. Curitiba, 52 f. Monografia (Especialização em História e Geografia do Paraná) – Faculdade Padre João Bagozzi, Curitiba, 2006.



da UFPR, como o geógrafo Reinhard Maack, reconhecendo-o como parte importante do processo de consolidação das Ciências Sociais no Paraná.

Após os anos 50, Pereira (1996, p. 52) afirma que a construção do regionalismo não está mais relacionada à construção da ideia de Nação, vinculada às concepções de progresso e da técnica, referenciando as transformações econômicas ocorridas no Estado do Paraná na primeira metade do século XX, quando se refere ao Paranismo. Estas são apresentadas enquanto realizações concretas da modernidade nos trópicos, ou seja, adaptação dos modelos de desenvolvimento capitalista vigentes. Reforçando hábitos cosmopolitas, que são forjados no desenvolvimento do espaço urbano.

Assim a geração de historiadores, geógrafos e antropólogos da Universidade Federal do Paraná reuniram-se para analisar o processo de desenvolvimento econômico paranaense. Buscou-se compreender os fenômenos sociais de forma totalizadora, sob diversos aspectos. (RODRIGUES, 2009, p. 166-167)

Portanto, os limites entre as Ciências Humanas na UFPR ainda não estavam tão definidas, já que as relações que se estabeleceram entre Geografia, História e Antropologia são constantes, expressas nos livros acima citados e outras parcerias, no qual não podemos deixar de mencionar o tcheco Vladymir Kosák.<sup>3</sup> Este realizou diversas parcerias com os professores da Universidade Federal do Paraná, registrando em filme de 16mm e em fotografias as pesquisas de campo de historiadores, geógrafo e antropólogos no período.

Ressaltamos a relevância que tais obras assumiram no período e como ainda permanecem enquanto referências fundamentais nas discussões sobre o Paraná. Buscaremos compreender as relações interdisciplinares entre História, Geografia e Antropologia no final dos anos 60 na Universidade Federal do Paraná e como estas obras produziram um sentido para o Estado, que desde o século XIX passava por intensas mudanças sociais e econômicas, como a emancipação em 1853 e também o grande fluxo de imigrantes que o Estado recebera no final do século XIX e continuava recebendo no século XX.

---

<sup>3</sup> Vladymir Kosák, engenheiro, fotógrafo e cineasta tcheco, chegou ao Brasil em 1923 para trabalhar nas Companhia de Eletricidade. Em 1946 foi convidado por Loureiro Fernandes para assumir a seção de Cinema Educativo, mesmo ano em que assumiu a função como técnico em Cinema na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Foi um dos pioneiros nos registros etnográficos no Paraná, cultura popular e também dos índios Xetá. Seu acervo encontra-se no Museu Paranaense. IN: MARANHÃO, Maria F. C. Op. cit., p. 32-33.



Tendo em vista que este período se remete também à problemática do papel do imigrante no Paraná, e sua contribuição no desenvolvimento econômico paranaense, diante das mudanças que se operavam em diversas regiões do Estado.

Por meio da interdisciplinaridade teve início o projeto de pesquisa na Universidade Federal do Paraná, catalogação e levantamento de fontes, desenvolvimento de mapas, trabalhos de campo e viagens de reconhecimento dos núcleos coloniais no estado.

Estas obras são utilizadas como referências nos estudos sobre regionalismo paranaense, influenciando um grande número de pesquisadores (sociólogos, historiadores, geógrafos, antropólogos), repercutindo internacionalmente quando ao método utilizado. Conquistaram um espaço acadêmico para suas produções e se destacaram também como relações de interdisciplinaridade na pesquisa acadêmica.

Sobre a interdisciplinaridade, entendemos esta a partir de Gilberto Velho, ressaltando o caráter complexo dos fenômenos sociais, que justifica as iniciativas de abordagem do social através da compreensão do social numa perspectiva multidimensional (a partir da História, Geografia, Antropologia, etc). No qual o pesquisador busca compreender os significados que os indivíduos conferem ao mundo (dimensão simbólica) e como estes se relacionam com o ambiente (dimensão física). (VELHO, 2005, p. 13)

Enfatizamos a especificidade do objeto das ciências sociais:

Por mais preocupado e atento que esteja – e o bom investigador geralmente está – a sensibilidades, valores e tipos de poder que, certamente não é o mesmo de um biólogo que pesquisa, por exemplo, cérebros de porcos ou coelhos. Essa é uma questão mais geral no trabalho científico e que atinge um patamar drasticamente crucial quando se trata dos estudos de seres humanos. (VELHO, 2005, p.14)

Ressaltando que por mais comprometido que o pesquisador social esteja com o seu objeto podemos verificar como a construção do conhecimento orienta-se também por critérios de subjetividade, entendendo como os discursos produzidos são orientados por inquietações que o indivíduo constrói socialmente. Por isso problematizamos como se construiu as análises sobre o Paraná, enquanto um processo de significação do regionalismo paranaense, entendendo como este objeto foi trabalhado, reconhecendo que todo o processo de produção do conhecimento também possui sua história.

Compreendendo os discursos a partir do que Foucault, estas enquanto *práticas discursivas*. Como formações de enunciados e regularidades discursivas. A partir





descentramento do sujeito, detêm-se a análise nas especificidades dos discursos, nos quais o autor é entrecortado pela identidade e individualidade. (FOUCAULT, 2013, p. 25)

Desta forma buscamos compreender como estes discursos trabalharam o regionalismo paranaense sob as dimensões física e humana. Entender as relações que se estabeleceram entre esses intelectuais e as relações que se expressaram no campo de produção intelectual compreendendo este enquanto “relativamente autônomo” na perspectiva social. Estes pensaram o Paraná de forma teleológica, no qual este estaria em direção ao progresso, associando-o a uma perspectiva eurocêntrica na empreitada do desenvolvimento capitalista, ressaltando a singularidade paranaense, Rocha Netto disse: (1969, p. 19)

Teve por contingências históricas, de um lado, a consciência da missão de assimilar, de incorporar à nacionalidade, culturas diferentes, dando-lhes nossa versão regional e, de outro lado, a consciência da diversidade de seu meio físico em seus planaltos frios, os primeiros que caracterizaram nossa província.

Enaltecera a especificidade do clima que acolheu os imigrantes “laboriosos” para que estes efetivassem o projeto de modernização do Estado. Compreendendo assim as condições sociais de produção de um conhecimento sobre o Paraná, que fosse apropriado pela política.

Bento Munhoz (1951-54) foi governador do Estado, por isso de certa forma, ele buscou promover a iniciativa do governo do Estado, no apoio aos imigrantes, no prefácio do livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968), Rocha Netto (1968, p. 11):

Por isso, assistí com grande satisfação a vinda dos menonitas para Palmeira, espontaneamente, e tratei de amparar a iniciativa, como foi possível. Do mesmo modo os holandeses em Castrolanda, na mesma época, êstes já com a lição de Carambeí, 40 anos antes (1911), transformaram no jardim os campos de Castro, situadas naquela paisagem que tanto sensibilizou Saint-Hilaire no início dos oitocentos.

Assim concretizou-se um espaço de produção de conhecimento sobre o Estado que pudesse integrá-lo à perspectiva nacional. Bem como se produziu discursos sobre o “vazio demográfico” paranaense, no qual apenas 1/3 do seu território era ocupado no começo do século XX por 249.491 habitantes, justificando assim a vinda de imigrantes para o Estado. Pereira (1996, p. 45) atentou para a falácia desta construção discursiva: “(...) O Brasil tinha em 1890, quatorze milhões trezentos e trinta e três habitantes e o estado mais populoso era Minas Gerais com 2,1 milhões. São Paulo tinha apenas 840 mil habitantes e a cidade do Rio de Janeiro era o único centro urbano do país, com 522 mil habitantes.”





Além do Regional, entendemos também que as obras elencadas para a pesquisa, são produzidas num contexto mais amplo, o Brasil dos fins dos anos 60. Alfredo Bosi afirma que o Brasil estava acompanhando a um momento de aceleração do capitalismo, dentro e fora do país, ocupando-se, sobretudo para compreender esta transição do “tradicional” para o “moderno”. No entanto o processo industrial não possibilitou aumento no quadro de empregos, portanto as desigualdades entre as classes se multiplicaram, o que refletiu no aumento dos movimentos sociais, que conseqüentemente refletiram no campo político nacional, através do qual se efetivou o autoritarismo e repressão. (BOSI APUD MOTA, 1994, p. 7)

Por isso as análises econômicas predominam em vários trabalhos pelo Brasil, buscando as raízes do “atraso” econômico e as estruturas sociais, por isso retomando o “provincianismo acadêmico” citado anteriormente, ressaltamos como as produções acadêmicas deste período, muitas destas regionalistas, demoraram a repercutir ou nem mesmo repercutiram no meio intelectual. Sobre isso, refletiu Mota: “Afinal, muitos foram os trabalhos que não tiveram repercussão imediata, da mesma forma, outros que atestam plena maturidade cultural, permaneceram bibliografia restrita à reduzidíssimos estamentos intelectuais.” (MOTA, 1994, p. 27)

Entendemos que a temática regionalista em geral não fora problematizada, nas palavras de Silva (1990, p. 45): “O regionalismo, portanto, é útil como método de estudo dos processos econômicos, sociais e políticos que ocorrem em territórios determinados, ao longo do tempo.” Ressaltamos que estes grupos intelectuais estavam atrelados a elites, buscando atrair capitais para o Estado, já que segundo a autora, por vezes os intelectuais estão associados a grupos de interesses, já que a política nacional por vezes conota a predominância de alguns estados na política nacional, assim buscavam projetar do Paraná no cenário político brasileiro.

Os autores dos livros em questão (historiadores, geógrafos e antropólogos) que buscaram entender a conjuntura paranaense e sua história, a partir das transformações sociais que nos fins do século XIX e início do século XX trouxeram novos sujeitos e também novas economias. Por isso, os autores dos livros Campos Gerais: Estruturas Agrárias (1968), Geografia Física do Paraná (1968) História do Paraná (1969), ressaltando a especificidade geográfica e social do Estado, buscaram entender o desenvolvimento paranaense, tentando dar unicidade ao que estava disperso, ou seja, organizar estas novas identidades em uma só, ressignificando o ser paranaense.



Desde o início da primeira metade do século XX a discussão da identidade paranaense estava na ordem do dia, como nas comemorações ao Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953) na qual se desenvolveram muitas festividades. Momento este em que escreveu Wilson Martins *Um Brasil Diferente*, livro que discutia questões de mestiçagem e de integração do imigrante no Paraná, numa história forjadora do progresso, que trazia o Paraná enquanto predominante germânico, ou seja, tinha conseguido efetivar o projeto de branqueamento da população diferente dos outros Estados brasileiros. Nas palavras de Burmester et. al (1990, p. 154) sobre o Paranismo dos anos 50: “Ao mesmo tempo coloca as inquietações da intelectualidade local: como integrar essa experiência inédita dos neoparanaenses sem que se perca a identidade original da região? Como manter-se fiel à cultura luso-brasileira”.

Percebemos a partir de vários autores que pesquisaram o período, como tal perspectiva foi reducionista, pois negou que a cultura paranaense era permeada por várias culturas, como a do negro, a do indígena e a do caboclo, anteriores a vinda do imigrante europeu. Buscam enaltecer as singularidades locais, ao mesmo tempo em que se procura redefinir o indivíduo paranaense, entrecortado por estas várias identidades que vieram para o Paraná. Relacionando as produções com o projeto político vigente, que era da modernização do Estado e adequação deste à economia capitalista.

Entendemos também como a produção de discursos sobre o Paraná, enquanto saber institucionalizado pela academia, o qual deveria produzir um efeito sobre os dirigentes do Paraná, bem como ser reproduzido nos discursos educacionais. Reconhecendo que os discursos não são produções neutras, mas produzidos institucionalmente, devemos entendê-los enquanto recortes da realidade e pertencentes a um determinado contexto.

Sobre a produção intelectual Bourdieu demonstra que o posicionamento desses se justifica enquanto produtores de bens culturais, possuindo uma autonomia relativa desse campo em relação aos demais, principalmente se remetendo ao campo do poder. (BOURDIEU, 2009, p. 99)

Bourdieu ressalta que o mercado de bens culturais possui uma dinâmica própria, atrelados à estrutura de produção erudita. Este atua no campo social enquanto um sistema de produção de bens culturais e instrumentos de apropriação desses bens. Ressaltamos, portanto que tais produções visam uma recepção. A partir da recepção, são avaliados e legitimados, no processo de reconhecimento no mercado de bens culturais. E através deste que podem legitimar



sua posição do intelectual e também participarem do campo político. (BOURDIEU, 2009, p. 105)

Reconhecendo assim que o destino destes discursos também é o próprio campo erudito. Ou seja, devem inserir-se no processo de diferenciação, segundo critérios de pertinência e inovação. Segundo Bourdieu, devemos atentar aos seguintes elementos nas produções do campo de produção erudito, já que estas produções contemplam em certa medida: “[...] indicações acerca do modo com que o autor pensou a novidade de seu empreendimento, ou seja, daquilo que o distinguia, em seu entender e de seus antecessores.” (BOURDIEU, 2009, p. 112)

Entender a partir do conceito de *campo*, como os autores sistematizaram suas ideias e como estas ideias se distinguem das produções anteriores, como o Movimento Paranista, a produção de símbolos e signos na cultura paranaense e a noção de território e região, por exemplo. Compreendemos o campo de produção erudita, a Universidade Federal do Paraná, e as posições ocupadas pelos agentes nesse campo, ou seja, enquanto campo educacional e institucional. E como estas obras foram apropriadas não apenas pelo campo político paranaense, mas no campo de produção do conhecimento.

Já que os discursos visaram produzir novos sentidos sobre o Paraná, refletiu também no discurso sobre o Paraná que seriam apropriados pela Educação, nesta perspectiva entendemos que: “Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1999, p. 44)

Nesse sentido, compreendemos como processo de construção da identidade regional foi conjugado à nacional. Hall alerta ao fato que muitas vezes a produção cultural não esta atrelada à experiência, mas a interesses. De acordo com Hall “(...) reconhecer que o trabalho de elaboração de produção de cultura, em todos os âmbitos, é de interesse público e político.” (HALL, 2003, p. 17)

Desta forma, compreendemos como o conhecimento, mesmo que pautado em rigores teórico-metodológicos, possui em si tensões e por vezes até expressam um inconsciente por parte do autor.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diversos discursos produzidos nos livros elencados pela pesquisa, problematizaremos as tentativas de hegemonia cultural gestadas pela intelectualidade paranaense, bem como nos leva a pensar sobre as possibilidades de contestação destas identidades, que muitas vezes são sufocadas ou tratadas de forma simplista.

Reconhecendo que o Paraná foi entrecortados por diversas etnias (imigrantes) e regionalismos (migrantes), já que o projeto político da modernização do Estado atraiu diversos agentes, procuraremos compreender como este projeto localizado na Universidade Federal do Paraná mobilizou diferentes áreas de conhecimento, dentre as quais a História, a Geografia e a Antropologia para fundamentar o conceito de regionalismo paranaense e produzir uma identidade. Entendendo que esse processo também significou uma consolidação das Ciências Sociais no Paraná e como este ganhou expressão na problemática do regionalismo paranaense enquanto projeto interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

\_\_\_\_\_; WESTPHALEN, Cecília. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BURMESTER, Ana Maria; MAGALHÃES, Marionilde B. D; PAZ, Francisco Moraes. O paranismo em questão. In: SILVA, Márcio. (org). *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 145-160.

CUNHA, Luiz A. G. Sobre o conceito de Região. In: *Revista de História Regional* 5 (2), p. 39-56, Inverno, 2000.



CORDOVA, Maria Julieta W. O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, Inverno/2007, p. 151-190.

\_\_\_\_\_. Tinguí, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense, 2009, 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DANTAS, Aldo. *Introdução à ciência geográfica: geografia*. Natal: EDUFRN, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 5 ed. 1999.

FRIZON, Marcelo. O Regionalismo na Literatura Brasileira: o Diagnóstico de Antônio Cândido, 2007, 127 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Paraná*. 4. Ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012.

MACHADO, Daiane. A criação do curso de História da UFPR: notas iniciais da pesquisa. In: XVII SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Rio Grande do Norte. *Anais*. Rio Grande do Norte, 2013, p. 1-17.

MARANHÃO, Maria F. C. Contextualizando Imagens Paranistas (1940-1950): o Filme Etnográfico de Vladimir Kosák e as Ciências Sociais no Paraná. Curitiba, 52 f. Monografia (Especialização em História e Geografia do Paraná) – Faculdade Padre João Bagozzi, Curitiba, 2006.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. São Paulo: Ed. Zahar, 2003.



MOTA, Carlos G. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

PEREIRA, Luís F. L. *Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus R. *Semeando Iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico das sociedades paranaenses: 1829-1889*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Márcio. (org). *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 67-79.

RODRIGUES, Henrique E. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 29, nº 57, p. 165-186, 2009.

SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Márcio. (org). *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 43-49.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia Brasileira. In: *História: Questões & Debates*, n. 50. Curitiba: Editora UFPR, jan./jun 2009, p. 217-235.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

VELHO, Gilberto. O futuro das ciências sociais e a importância de seu passado. In: *Rev. Sociologia: Problemas e Práticas*, n. 48, 2005, p. 11-18.



## A HISTÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO SOB A LUZ DA POLÍTICA EDUCACIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO.

ARAÚJO, Fabrícia Vieira de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)*

*Fabricia\_ya@hotmail.com*

544

CORDEIRO, Karolyna Maciel dos Santos

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)*

*karolynamaciel@hotmail.com*

### RESUMO

O presente texto tem como intuito abordar, em linhas gerais, uma breve análise sobre as políticas sociais públicas que versam sobre o livro didático, discutindo brevemente sobre sua trajetória na história educacional brasileira. Em seguida, a proposta aqui apresentada refere-se ao histórico do livro didático num período que vai do Império até a instauração do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). É importante lembrar que este texto é fruto de pesquisas iniciais, ainda não consolidadas, desenvolvidas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). As discussões que serão apresentadas, bem como as considerações finais, representam os primeiros esforços acerca das análises sobre o livro didático e o PNLD.

**Palavras-chave:** História do Programa Nacional do Livro Didático; Política Pública Educacional; Livro didático.

### ABSTRACT

This paper has the intention to address, in general, a brief analysis of public social policies that deal with the textbook, discussing briefly about his career in the Brazilian educational history. Then, the proposal presented here refers to the history textbook in a period from the Empire to the establishment of the National Textbook Program (PNLD). It is important to remember that this text is a result of early research, not yet consolidated, developed in the course of the Masters Program Graduate in Social Policy at the State University of North Fluminense (UENF). The discussions will be presented as well as the final remarks represent the first efforts on the analysis of the textbook and PNLD.

**Key-words:** History of National Textbook Program; Public Educational Policy; Textbook.

### Introdução

Estudos como o de Stamatto (2011) apontam que, no Brasil, desde o Período Imperial já se pensava na questão do livro didático, mas nesta época ele era conhecido como compêndio, e possuía geralmente origem estrangeira. Inclusive, a Constituição do Império já determinava





que os professores deveriam escolher os compêndios com os quais trabalhariam, “contanto que as doutrinas estivessem de acordo com o sistema jurado pela nação” (STAMATTO, 2011, p. 245). Desde então, vários avanços foram ocorrendo, mas em 1930 os debates a respeito ganharam força e, com o Estado Novo, importantes decisões foram tomadas. Em 1930 cresce o interesse pelos assuntos educacionais, caracterizando a educação como um passo para a modernização, juntamente com um Estado antiliberal e intervencionista. No início do governo Vargas a ênfase era para criação de cidadãos que reproduzissem o modelo elitista.

Como não se pode compreender o livro didático sem saber sobre sua regulamentação, não se pode deixar de citar a legislação que regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o instaurou como uma política pública educacional, a Lei 91.542, de 19/08/1985. Com esta lei, o Estado tem a obrigatoriedade de distribuir gratuitamente os livros didáticos em escolas públicas brasileiras, cumprindo com seu dever de subsidiar a educação no país. Assim, o PNLD assume o papel de política educacional, que nas palavras de Cavalcante (2012, p. 1925) “faz menção às diversas e múltiplas ideias e ações governamentais no âmbito educacional. Estas últimas são, portanto, políticas públicas dirigidas à resolução de questões educacionais”. Desta forma, o PNLD surge para atender a uma demanda social e educacional.

A partir de 1990, as políticas públicas em educação no Brasil foram pautadas para ampliar seu atendimento e para focar no público a que se destinam. Assim, como ressalta Amaral (2012), se traduzem em ações compensatórias que pretendem minimizar os desequilíbrios sociais que o mercado capitalista instaurou. Estas políticas recebem financiamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), que interferem nas diretrizes de sua elaboração e diminuem o papel do Estado, que passa apenas a coordenar e controlar estas ações. As influências neoliberais destes grandes grupos econômicos têm uma visão de apenas formar uma mão de obra e gerar lucros. O Banco Mundial, de acordo com (FURTADO E OGAWA, 2012, p. 3), “oferece orientação técnica pelo conselho de diretores, técnicos e conselheiros do Banco mundial, juntamente com parte dos técnicos responsáveis pela educação nos países em desenvolvimento”. Percebe-se que os profissionais que atuam nesta instituição são economistas, revelando o verdadeiro interesse do BM em financiar a educação em países como o Brasil. A necessidade de formar uma mão de obra qualificada e de ampliar os mercados faz com que a educação básica seja preparada para suprir a demanda capitalista.



### **Políticas públicas sociais: breve análise à luz do Programa Nacional do Livro Didático**

Ao longo dos anos, é possível perceber que o livro didático é um assunto muito trabalhado e discutido entre os pesquisadores nas universidades. Cada um pesquisando os distintos enfoques que ele pode suscitar, seja no âmbito pedagógico, político, econômico, dentre outros. Considerando que o livro didático é uma importante ferramenta pedagógica, capaz de direcionar o fazer do professor e o aprendizado do aluno, este se torna o melhor caminho para atender à intenção capitalista de mercado e ser implementado como instrumento obrigatório nas salas de aula de todo o país.

Não muito raro, as questões apontadas pelos estudiosos em relação ao livro didático são referentes aos inúmeros aspectos negativos que ele pode conter e, às vezes, alguns ainda o rotulam como um objeto sem tanta importância. Além disso, muito se fala que os problemas que envolvem os livros utilizados nas escolas dizem respeito somente aos pedagogos, não sendo tema de grande relevância para outros pesquisadores.

Nota-se que o livro didático também sofre grandes críticas provenientes dos setores educacionais. Desde a segunda metade do século XIX, com a chamada concepção moderna de educação, alguns estudiosos passaram a condenar o ensino baseado no livro didático, considerado tradicional e que “revela” a incompetência do professor, que apenas se apoia na “bengala” que é o livro. Mas como aponta Munakata, (2012, p. 283): “o fato de usar livro não significa que o professor seja automaticamente incompetente, do mesmo modo que não usar livro didático não lhe confere, por si só, o prêmio de excelência”.

De qualquer maneira, a verdade é que o livro didático possui sim sua importância pelo fato de ele ser, em muitos casos, o único material de aprendizado com o qual o aluno terá contato. Mesmo com a possibilidade de vários recursos didáticos que podem ser empregados pelo professor, o livro didático é ainda um material escolar muito utilizado e essencial para os alunos, já que é um mediador na construção do conhecimento.

De acordo com o que aponta Francisco Filho (apud MANTOVANI 2009, p. 19), o livro surge como instrumento de instrução desde o século XVI a.C. e continha informações preciosas que denotava sabedoria para os que os possuíssem ou tivessem conhecimento de seus conteúdos. Isto mostra que são usados como método de ensino há muito tempo. Mesmo assim, a produção e a utilização dos livros didáticos num fluxo contínuo, utilizando-se das teorias e filosofias de ensino, se iniciam no século XX. Ainda que o livro didático seja tema gerador de polêmicas e receptor de inúmeras críticas, é um instrumento fundamental para ser usado nas



escolas. Para Mantovani (2009, p. 20), pode-se perceber “o quanto esse instrumento foi importante para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos dois últimos séculos”. Desta forma, considera-se que o livro didático é um material básico para o processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula brasileiras, uma vez que sistematiza os conteúdos, servindo de suporte para professores e alunos. Portanto, este material é considerado uma grande fonte de informação e, se utilizado corretamente, tem muito a contribuir com o fazer pedagógico.

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Lajolo (1996, p. 4), o livro didático adquire tanta relevância dentro da prática de ensino no Brasil, nos últimos anos, que acaba por determinar os conteúdos a serem ensinados e condicionar as estratégias de ensino, “marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina”. Nesse sentido, cabe ao professor exercer seu papel de intercessor dentro do processo de ensino-aprendizagem para que tal realidade seja transformada. Cabe ao docente fazer a seleção de conteúdos que considera mais relevante para sua disciplina, aqueles que merecem ser mais bem analisados e aprofundados e que contribuam para o desenvolvimento crítico do aluno, deixando de ser apenas “refém” do livro didático.

Para além disso, o tema livro didático também adquire outra relevância por estar presente em algumas políticas sociais e educacionais implantadas pelo governo federal e que atingem todas as escolas públicas do país, fazendo despender elevada verba pública e que gera disputas entre empresas privadas. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um proeminente exemplo de política social pública, voltado para o âmbito da educação (ponto em que voltamos a analisar posteriormente).

Seguindo essa linha de raciocínio e reservando algumas linhas para melhor compreensão acerca de políticas sociais, Eloisa Hofling (2001, p.31) assevera que:

políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Entende-se, portanto, que uma política social deve buscar reduzir as desigualdades entre os indivíduos. Compartilhando a mesma ideia, o autor Pedro Demo (1994, p.14) assevera que “política social pode ser contextualizada, (...), do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais.” Demo define ainda três horizontes teóricos e práticos no âmbito da política social, a saber: políticas assistenciais, políticas



socioeconômicas e políticas participativas.

As políticas assistenciais são aquelas oferecidas pelo Estado aos grupos que não podem se autossustentar, como crianças e deficientes e aos indivíduos que se encontram em alguma situação emergencial, como vítimas de enchente e seca. A assistência do Estado é um direito de cidadania das categoriais mais pobres da sociedade.

As políticas socioeconômicas estão ligadas ao afrontamento da pobreza material. Observa-se que a renda e o emprego são fundamentais na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, cabendo ao Estado propiciar os mecanismos de investimentos para geração de ambos.

Por fim, nota-se a presença das políticas participativas. Nas palavras do próprio Demo, a política participativa:

Trata-se de iniciativas voltadas ao enfrentamento da pobreza política da população, dentro do reconhecimento de que não se pode enfrentar a pobreza sem o pobre. Política social tem nos pobres não seu alvo, objeto, paciente, mas seu sujeito propriamente, entrando o Estado, ou qualquer outra instância, como instrumentação, apoio, motivação. Nesse espaço, emerge a oportunidade ineludível de formação do sujeito social, consciente e organizado, capaz de definir seu destino e de compreender a pobreza como injustiça social (DEMO, 1994, p. 37).

A fragilidade da cidadania caracteriza a pobreza política com a qual as políticas participativas procuram enfrentar. O acesso à educação básica, dever do Estado, é uma das formas cruciais para a contribuição no processo de formação da cidadania. Angela de Castro Gomes constata que a luta dos brasileiros pelos direitos de cidadania “se desenvolveu e ainda se desenvolve segundo ritmos diferenciados e assimétricos. [...] O que se verifica é que o processo pode ter avanços, mas também pode sofrer recuos” (GOMES, 2003, p. 166). De qualquer forma, a cidadania deve ser uma prática cotidiana, deve fazer parte da vivência dos indivíduos. Além do mais, a cidadania deve incluir a ampliação de novos direitos e incluir também a perspectiva do direito à diferença.

Entende-se que, na leitura contemporânea de cidadania, os direitos políticos, sociais e civis são fundamentais para o cidadão pleno (talvez inalcançável), dimensões estas já apontadas por Marshall (1967) em seus estudos acerca da luta dos ingleses pelos direitos de cidadania. O importante lembrar é que, como bem asseverou Carvalho (2002), a educação popular, que é um direito social, é muitas vezes um requisito para a ampliação dos demais direitos, pois através dela os indivíduos podem conhecer seus direitos e batalhar por eles.



Entretanto, o que se percebe em inúmeras escolas públicas é que muitos estudantes não possuem a noção dos direitos sociais, civis e políticos que são detentores. Em geral, pode-se afirmar que muitos alunos não possuem o conhecimento necessário para exercer seu papel de cidadão.<sup>1</sup>

Destarte, algumas políticas participativas, como as políticas educacionais, por exemplo, têm a função de diminuir essa deficiência de conhecimento dos indivíduos, essa pobreza política dos alunos e futuros responsáveis pelo país. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um exemplo de política participativa adotada pelo Estado, focando especificamente, como remete o próprio nome, o livro didático.

#### **Breve histórico do livro didático, a partir de 1827:**

É possível notar que as políticas públicas que versam sobre o livro didático no Brasil possuem um considerável histórico. Para Mantovani (2009), a história do livro (no geral) no Brasil inicia-se quando Dom João VI e a corte portuguesa chegaram em 1808, pois estes trouxeram muitos livros e uma máquina de impressão tipográfica. Baseando-se em Stamatto (2011), pode-se afirmar que a primeira legislação educacional, com a lei de 11 de agosto de 1827 e o decreto de 15 de novembro do mesmo ano, defendia a elaboração de compêndios para o ensino superior. Os professores podiam escolher os compêndios que iriam aproveitar, desde que estes estivessem em conformidade com o sistema nacional e fossem aprovados por uma Assembleia Geral, cabendo ao governo a impressão e distribuição do material. A falta de livros brasileiros culminava com o uso maciço da literatura estrangeira, de maioria francesa ou portuguesa, que perdurou até 1860 sendo adaptada para o ensino brasileiro. Havia inspetores que cuidavam da adequação das obras e uma comissão supervisora, Comissão Literária, que visitava as escolas e selecionava os livros a serem usados. Todos os materiais utilizados em escolas públicas necessitavam da autorização da comissão e os livros de cunho religioso requeriam a autorização do bispo.

Valdemarin (2010) aponta que no século XIX houve uma grande disseminação da escolarização, atribuindo a ela as funções de formação moral e instrução elementar, criando

---

<sup>1</sup> Afirmação concluída tendo como base algumas experiências profissionais e alguns projetos realizados durante o curso de História na Universidade Federal de Uberlândia.



assim uma demanda para produzir materiais que auxiliassem os professores em seu fazer pedagógico e focando na questão de como ensinar a um vasto número de crianças. Para divulgar um novo método de ensino, foi produzido um enorme volume de livros.

A estratégia para a disseminação desse método consiste na elaboração de manual didático, tornando acessível e compreensível aos professores em exercício ou em formação os procedimentos a serem adotados. Amplia-se assim uma área de atuação que resulta na ampliação do mercado de livros produzidos por professores para uso de professores (VALDEMARIN, 2010, p. 21).

550

Deste modo, percebe-se que a técnica pedagógica indicada incidia em modelos para serem exercitados por meio dos cursos de formação de professores, haja visto que o livro, ou os manuais, eram parte principal deste processo.

As primeiras décadas do século XX, no período republicano, foram marcadas pela construção de prédios escolares e “tornou importante o sistema educacional público como uma instância formadora do cidadão republicano” (STAMATTO, 2011, p. 247). O livro didático vinha cumprir o papel de contribuir com esta formação. Deste modo, a formação do cidadão era pautada, primeiramente, numa formação de caráter, em que o aluno deve aprender a respeitar a hierarquia em que está inserido. Com base nestes princípios os livros foram moldados para atender aos desígnios do Estado, a fim de inculcar na sociedade o seu modo de pensamento.

Em 1929, um ano antes do Estado Novo de Vargas, as políticas educacionais se consolidam como importante instrumento do aparelho ideológico do Estado, pois serviram nesta época para que o então presidente se legitimasse para as classes trabalhadoras. Para os menos favorecidos, existia o ensino profissionalizante precoce, visando a atender os desejos da classe empregadora e, desta forma, perpetuando sua dominação.

Na década de 30, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto número 19.402<sup>2</sup>. Em 1931, este Ministério se torna responsável pelos programas da escola secundária, tendo controle sobre os currículos e modificando as matérias e os livros utilizados nelas. Neste período, como aponta Stamatto (2011), livros estrangeiros foram proibidos de serem adotados nas escolas do país e foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937,

<sup>2</sup> Em 1937, com a Lei n. 378, este Ministério passou a se chamar Ministério da Educação e da Saúde. Em 1953, foi alterado para Ministério da Educação e Cultura pela Lei n. 1.920. Com o Decreto Lei n. 91.144 de 1985, foi criado o Ministério da Cultura separando-se do Ministério da Educação, que pela Lei n. 8.490 de 1992 passou a ser chamado de ministério da Educação e do Desporto (MANTOVANELI, 2009, p. 26).





em que o governo adquire livros e os distribui para as escolas, contribuindo para o crescimento do mercado de editoras no país. Em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) estabelecendo leis correspondentes a produção e circulação do livro no Brasil. Essa comissão tinha como intuito estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático. Nela, o livro didático foi definido como: “Art. 2, § 1º – compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º - livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula” (STAMATTO, 2011, p. 249).

Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que se instituía como um aparelho estatal de censura que introduzia propagandas políticas em materiais didáticos com a imagem de Vargas. Em 1940 foi proibido qualquer livro que não observasse na capa a autorização do Ministério da Educação, com número de registro da CNLD. Os professores tinham o direito de escolher os livros que constavam na relação oficial para utilizar em suas aulas. O Decreto Lei 8.460 de 1945 dispôs sobre a organização e o funcionamento da CNLD, pois este projeto vinha sofrendo com grandes críticas relacionadas à sua ineficiência e inoperância, decorrentes da centralização do poder, censura, manipulação política e especulação comercial com relação ao livro didático. Nesta fase, as reformas Francisco Campos (1930 – 1942) e a Gustavo Capanema (1942 – 1945) contribuíram para que os movimentos educacionais instituídos pelo governo em relação ao livro didático pudessem ser sustentados.<sup>3</sup>

Em 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 4.024, os currículos foram revisados e, conseqüentemente, os livros didáticos tiveram que se adequar para atender às escolas. Em 1966, o governo federal criou a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) para “incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao livro didático, sua produção, edição e distribuição” (CASTRO, 1996, p.10). Outro fator histórico importante, que foi concretizado pelo MEC em relação aos programas que abordam a política do livro didático e que perdura até hoje com algumas alterações, foi a assinatura do acordo MEC/SNEL/USAID, em 1967, a saber: ficou estabelecido um convênio entre o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), em que se asseguravam recursos para a

<sup>3</sup> Bomeny (2003) aprofunda a questão das reformas.





distribuição gratuita de aproximadamente 51 milhões de livros destinados aos alunos brasileiros em uma temporada de três anos. Todavia, por meio do mesmo convênio, o MEC firmou o compromisso de garantir recursos que possibilitassem a continuidade do programa mesmo após o triênio. Destarte, percebe-se que:

é nesta mesma época que passa também a ser vinculada ao Programa do Livro Didático a ideia de assegurar distribuição gratuita de livros aos estudantes brasileiros. Desta forma, o programa ganha a perspectiva de continuidade, pela garantia de financiamento do governo a partir das verbas públicas, o que agrada muito o setor livreiro e, por outro lado, a ideia de gratuidade (CASTRO, 1996, p.10).

552

Neste momento, o livro passa a ser usado com mais frequência no país devido à quantidade de material que foi distribuída (cerca de 51 milhões). A COLTED passou por modificações, com a criação da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) em 1968, do INL (Instituto Nacional do Livro), e do Programa do Livro Didático, em 1971, da Fundação Nacional do Material Didático, em 1976 e da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) em 1983, como mostra Stamatto (2011).

Esmiuçando as informações anteriores, em 1971, as atribuições da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) foram transferidas para o Instituto Nacional do Livro (INL), criado ainda durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas. O INL também deveria ser responsável por desenvolver o programa do livro didático através da co-edição. Dessa maneira, criou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) e outros programas para os demais níveis de ensino. Com o passar dos anos outras mudanças foram observadas.

Em 1976, o INL translada suas incumbências em relação aos programas de livros didáticos para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Este órgão ainda ficou encarregado de adquirir os livros selecionados pelas secretarias de educação de cada unidade federada. A partir de 1983, os demais programas direcionados às questões dos livros didáticos foram desativados devido à escassez de verba, tão somente o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) continuou suas atividades. Ainda naquele mesmo ano, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com o objetivo de “assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º graus” (CASTRO, 1996, p.11). Nesse sentido, não só o PLIDEF como outros programas assistenciais foram adicionados às metas propostas pela FAE.

Devido às mudanças políticas, com o fim da ditadura militar e o início da Nova



República, em 1985, o programa do livro didático sofreu significativas transformações. Percebe-se que o PLIDEF foi substituído pelo PNLD. Os novos afazeres a serem concretizados em sua execução foram instituídos por meio da Portaria/FAE nº 863, de 30 de outubro de 1985. Assim, em 1985, com a Lei 91.542, de 19 de agosto de 1985, é criado o Programa Nacional do Livro didático (PNLD), com objetivos de distribuir livros didáticos gratuitamente a todos os alunos de primeira à oitava série de escolas públicas do Brasil, bem como auxiliar o trabalho do professor e contribuir para a melhoria da qualidade da educação, além de avaliar os livros do Ensino Fundamental e elaborar um guia dos livros que podem ser adotados pelas escolas.

O PNLD carrega inúmeras distinções em relação ao PLIDEF, a saber: a escolha do livro didático passou a ser de responsabilidade da escola, com a participação dos professores nas críticas, seleção e indicação do material didático; os livros deixaram de ser descartáveis para serem reutilizados por outros alunos; há um aprimoramento das especificações técnicas a serem obedecidas nas produções dos livros; nota-se a ampliação da oferta para os estudantes de todas as séries; e ocorre o fim da participação financeira dos estados<sup>4</sup> para a questão do livro didático no PNLD.

Torna-se válido ressaltar que, antes mesmo do PNLD se instituir, Silva (1983) discutia sobre as mudanças que deveriam ocorrer no sistema de ensino para que recursos não fossem gastos descontroladamente com os livros. Dentre elas, destacava a formação de professores, para que, uma vez capacitados, pudessem fazer bom uso dos livros didáticos como ferramenta de trabalho, colocando sua crítica quando revela que, “muitas vezes, os professores são incapazes de usar novos materiais e livros didáticos porque nem sequer têm a formação necessária para entender as mudanças ali propostas” (SILVA, 1983, p. 101). Do mesmo modo, posiciona-se quanto aos recursos que precisam ser despendidos para formar e treinar o profissional, bem como a responsabilidade social que o governo deve empreender para que o ensino melhore no país, chamando a população brasileira para abandonar o posicionamento de vítimas desta enganação financiada por organismos internacionais, disfarçada de “boas ações” para a população mais pobre.

Em 1992 as verbas do PNLD foram restritas, o que limitou a distribuição dos livros, mas em 1993 com a Resolução CD FNDE nº 6 foram vinculados recursos com verbas regulares

---

<sup>4</sup> Neste momento, o Programa passa a ser de inteira responsabilidade da FAE, conforme o próprio site do MEC: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>



para aquisição e distribuição dos livros didáticos. Após esta regularidade, outras disciplinas foram sendo contempladas gradativamente no Programa. Também em 1993 foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos, que priorizava a melhoria na qualidade dos livros didáticos; a capacitação dos professores para seleção dos livros; a implementação de uma nova política para o livro didático no Brasil. A partir daí, em 1994 foi avaliada a qualidade dos conteúdos e dos aspectos pedagógicos e metodológicos contidos nos livros mais solicitados pelos professores em 1991, em que a comissão indicada pelo MEC apontou várias falhas, indicando a necessidade de controle mais rígido na qualidade dos materiais que o governo adquirisse (MANTOVANI, 2009, p. 35).

Após as análises, em 1996 o primeiro Guia do Livro Didático é organizado, destinado, na época, aos professores que ministravam aulas de 1ª a 4ª série. O Guia possui as informações que se julgam necessárias sobre as obras didáticas, podendo auxiliar os docentes nas escolhas dos livros que acharem mais convenientes. Hoje ele é distribuído nas escolas e também está disponível *on-line*. No mesmo ano, o MEC iniciou a etapa de avaliação para que se excluísse dos guias os livros que pudessem apresentar algum problema conceitual, de desatualização ou de discriminação. As obras são avaliadas com critérios estabelecidos pelo MEC, classificados em: “Recomendadas com Distinção (3 estrelas); Recomendadas (2 estrelas); Recomendadas com Ressalva (1 estrela); Não Recomendadas. Todas as obras avaliadas constavam no Guia” (BRITTO apud AMARAL, 2012, p. 1098). Posteriormente, em 2001, o Guia deixou de apresentar as obras não recomendadas e em 2004 parou com a classificação por estrelas. Segundo Knauss (2011), a avaliação se baseava em critérios eliminatórios, que pretendiam corrigir os conceitos e as informações básicas dos livros, além de avaliar os preceitos éticos, a coerência e a adequação metodológica.

No ano 2000, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi implantado no PNLD a distribuição de dicionários de língua portuguesa a serem utilizados pelos discentes de 1ª a 4ª série no ano de 2001. E ainda em 2000, pela primeira vez na história do PNLD, os livros didáticos passaram a ser oferecidos no ano anterior ao ano letivo de seu uso, ou seja, os livros que seriam utilizados em 2001 foram entregues até no fim de 2000.

Em 2001, o PNLD dá um importante passo na ampliação do acesso aos livros: oferece livros em braile aos alunos portadores de deficiência visual, que estão presentes nas salas de aula do ensino regular da rede pública. Além disso, livros em libras também são distribuídos atualmente.



Em 2005, passou-se a adotar as resenhas dos livros como critério para a escolha do professor, permitindo que se fizesse um estudo mais detalhado das obras. Teve início neste mesmo ano o PNLEM, para o Ensino Médio, estendendo as políticas públicas do Brasil para este segmento de ensino também. Observa-se que, até 2005, já na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal distribuiu dicionários de língua portuguesa para os estudantes de 1ª a 8ª série. O objeto torna-se uma propriedade do aluno e não necessita a devolução. A partir desse mesmo ano, a sistemática de repartição de dicionários é reformulada. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a distribuir acervos de dicionários a todas as escolas públicas que possuem o ensino fundamental, em vez de entregar o material a cada estudante. Assim, prioriza-se a utilização do dicionário em sala de aula.

E ainda, com o intuito de aumentar a oferta ao acesso de dicionários pelos alunos, no ano de 2006, foram distribuídos dicionários enciclopédicos trilíngues – Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa/ Língua Inglesa – às escolas de 1º ao 5º ano/ antiga 1ª a 4ª série. São materiais importantes para estudantes com surdez e que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nos anos posteriores, esses materiais atingem também as escolas que possuem o ensino fundamental e médio.

Em 2009, duas resoluções fundamentais foram publicadas, a saber: a resolução CD FNDE nº. 51, de 16/09/2009, regulamentando o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) e a resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009, que institui novas normas para participação no PNLD. Com isso, a partir de 2010, as instituições públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para obter os livros didáticos.

Além disso, a resolução 60 abarca as escolas de ensino médio no espaço de atendimento ao Programa Nacional do Livro Didático. E, ainda, livros de inglês ou espanhol são distribuídos aos alunos de 6º ao 9º ano. Para os estudantes do ensino médio, os livros de língua estrangeira também são ofertados, além dos de filosofia e sociologia.

Nos dias atuais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sustenta o PNLD por meio dos recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação, o que possibilitou uma distribuição contínua e massiva das obras didáticas.

Além disso:

Adotou-se um processo de análise para a aquisição dos livros a serem distribuídos e, a cada três anos, é lançado um edital com os critérios



estabelecidos a fim de que os detentores dos direitos autorais inscrevam as obras didáticas (ROSA e ODDONE, 2006, p.191).

A avaliação dos livros didáticos, iniciada em 1996 e passando por vários aprimoramentos, conta hoje com a participação das universidades, já que os livros de todas as disciplinas oferecidas na educação básica estão envolvidos em tal processo avaliativo.

Os docentes têm a oportunidade de escolher duas obras didáticas. Caso a opção prioritária não for bem negociada com os possuidores dos direitos autorais e editores, então será eleita a segunda alternativa do professor. Há que se ressaltar também que os docentes da mesma disciplina devem chegar a um consenso no que diz respeito à seleção do livro, pois a mesma obra vai ser adquirida para toda a escola, de acordo com cada série.

556

### **Considerações Finais:**

A questão do livro didático vem sendo marcada por intensas transformações desde que, no país, começaram as discussões sobre o tema. Em 1827, ainda no Império, se falava em material didático, mas com muita timidez e as ponderações giravam em torno das proibições e provimentos na forma da lei. Foi apenas em 1929 que o livro didático iniciou oficialmente seu trajeto como uma política pública educacional, com a inauguração do INL até 1985, com a implantação efetiva do PNLD. Desde então, o cenário educacional sofreu consideráveis mudanças. O livro didático acompanhou a todas elas, algumas vezes para melhorar o sistema educacional e outras sendo esquecido.

Mesmo em meio a todos os percalços e reformulações, o Programa é notado como um exemplo, apesar de todas as dificuldades encontradas que não cabem ser mencionadas neste momento. Ressalta-se que o sucesso deve estar na distribuição gratuita a todos os alunos de escolas públicas do Brasil, e na expansão desta distribuição, posto que o livro didático se estabelece como uma importante ferramenta de auxílio ao fazer pedagógico do professor e de aprendizagem para o aluno.

O processo descrito anteriormente apresenta como os programas que se referem ao livro didático foram adquirindo complexidade e relevância ao longo dos anos, chegando até o PNLD, uma importante política de Estado e o maior programa mundial de oferta gratuita de livros didáticos aos alunos de instituições públicas de ensino.



Em linhas gerais, uma crítica bastante observada entre os estudiosos em relação ao Programa Nacional do Livro Didático refere-se à concentração da participação de um grupo de editores, que ameaça o aspecto de descentralização do programa. De qualquer forma, é possível perceber que em diferentes períodos, em distintos governos e políticas, as questões que envolvem o livro didático eram e ainda são assunto em pauta, gerando diferentes discussões e polêmicas.

Por fim, entendemos que o PNLD e a preocupação com o livro didático se tornam no Brasil uma questão definitivamente de política educacional, encaixando-se nas políticas participativas levantadas por Pedro Demo, como dito anteriormente, que devem propiciar o afrontamento da pobreza política da população, a formação de cidadãos críticos, capazes de reivindicar seus direitos.

557

### Referências Bibliográficas

AMARAL, Sandra Regina Rodrigues do. *Políticas Públicas para o Livro Didático a Partir de 1990: o PNLD e a regulamentação das escolhas do professor*. IN: Semana da Educação, Londrina, 2012, pp. 1091-1103. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/politicaseducacionais/politicaspublicaparaolivrodidatico.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Os Intelectuais da Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de. *O processo de gasto público do Programa do Livro Didático*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, março de 1996.

CAVALCANTE, A. P. R.; et al. *O Livro Didático Como Política Educacional E O Processo Da Sua Escolha: Uma Experiência Em Municípios Cearenses*. IN: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, Campinas: Junqueira e Marim Editores, 2012, pp. 1923-1934. Disponível em: <http://www2.unimep.br/endipec/2169p.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papyrus, 1994.

FURTADO, Andrea Garcia; OGAWA, Mary Natsue. *Políticas Públicas do Livro Didático e o Banco Mundial*. IN: IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul, 2012. Disponível em:





<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2123/149>.  
Acesso em: 23 de agosto de 2013.

GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. (Orgs.) *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

KNAUSS, Paulo. Ensino Médio, Livros Didáticos e Ensino de História: desafios atuais da educação no Brasil. IN: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (org.). *Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar. 1996.

MANTOVANI, Kátia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNL D: impactos na qualidade do ensino público*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de Geografia. Programa de pós Graduação em Geografia Humana, 2009.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MUNAKATA, Kazumi. Devem os livros didáticos de história ser condenados? In. ROCHA, Helenice et all. (orgs.) *A Escrita da História Escolar. Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia e ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 3, set./dez. 2006.

SILVA, Tereza Roserley Neubauer da. *O Livro Didático: reflexões sobre critérios de seleção e utilização*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 44, fev. 1983, pp. 98-101.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático e a lei: o permitido e o proibido. IN: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (org.). *Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

VALDEMARIN, Vera Tereza. *História dos Métodos e Materiais de Ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.





## HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO: PERSPECTIVAS DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PÓS LDB 9.394/96)

VARGAS, Evandro Francisco Marques.

*Estudante de mestrado do Programa de Políticas Sociais. UENF  
evandropeixxe@yahoo.com.br*

PINHO, Leandro Garcia.

*Professor do Programa de Políticas Sociais. UENF  
leandrogarciapinho@gmail.com*

559

### RESUMO

O presente texto se insere na proposta do GT05 – Educação, Memória e História, no tópico “Estado e políticas educacionais no âmbito escolar”. Para tal, a proposta é, num primeiro momento, conceituar e discutir políticas educacionais para o Ensino Religioso no Brasil e no Estado do Rio Janeiro, focando no contexto de *Reforma do Estado*. Representadas no desenho das Reformas implementadas por Bresser Pereira, pautadas na mercantilização, privatização e publicização. Num segundo buscamos problematizar as características adotadas nas políticas educacionais nessa conjuntura, apresentando o esvaziamento do conteúdo democrático e de participação a partir dessas reformas. Tomando como objeto de estudo as regulações para o Ensino Religioso no Brasil e no Rio de Janeiro. Por fim, faremos um balanço entre a teoria e prática. Apontando perspectivas teóricas e conceituais fundamentadas na ciência da religião para a disciplina e os limites encontrados na prática educativa resultante de informações levantadas no presente estágio da pesquisa.

**Palavras-chave:** Política educacional. Ensino Religioso. Estado.

### ABSTRACT

This text is inserted in the proposed GT05 - Education, Memory and History, in the topic "state and education policy in schools." to this end, the proposal is, at first, to conceptualize and discuss educational policies for religious education in Brazil and in the state of Rio Janeiro, focusing on the context of the state reform. Represented in the design of reforms implemented by Bresser Pereira, guided by the commodification, privatization and publicity. In a second we seek to problematize the features adopted in education policy at this juncture, with the emptying of the democratic content and participation from these reforms. Taking as an object of study regulations for religious education in Brazil and Rio de Janeiro. Finally, we make a balance between theory and practice. Pointing theoretical and conceptual perspectives based on the science of religion to the discipline and limits found in educational practice resulting from information found in this stage of research.

**Key-words:** Educational Policy. Religious Education. State.

### Introdução

Levando-se em consideração que só há políticas sociais em sociedades de classe (MARSHALL, 1967) e que as mesmas servem para amenizar os desgastes gerados pelos conflitos sociais daí decorrentes, o Ensino Religioso (ER), abordado também como uma política educacional implementada pelo Estado, deve ser analisado para que o mesmo possa



servir como formador de uma consciência humana e social capaz de amenizar as mazelas geradas na sociedade capitalista, manifestada sob o espectro da "modernidade líquida" (BAUMAN, 2001).

Entendemos que as políticas sociais são estratégias de resistência que buscam garantir a integridade, mediando à tensão entre classes dentro da dinâmica capitalista. Todavia, geram dialeticamente, em contrapartida, os elementos culturais e sociais para novas formas de organização sociais contra hegemônicas. Confirmando, assim, que a cidadania (DEMO, 2008) está ligada a uma questão de classe, de status, formada dentro das relações de poder nos diferentes estágios produtivos.

É dentro desse panorama reflexivo e arcabouço teórico que inserimos nosso objeto de estudo, dialogando com a produção do campo do saber das políticas sociais, em sua articulação com o Estado através das políticas públicas, através da ação dos agentes definidores dessas políticas e do impacto delas na realidade social tendo como lócus o ambiente educacional. E a discussão sobre o ER não pode passar ao largo destas discussões.

Antes de continuarmos, há que se ressaltar que concebemos política pública como:

a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social determinada, quer seja ela econômica ou social. Ainda, esclarece que as políticas públicas representam [...] o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações estas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil (BONETI, 2006, p.76).

As políticas públicas são implementadas pelo Estado, mas, por dentro delas, há um movimento de correlação de forças dos segmentos da sociedade. Desvelar essas correlações de força no momento da implementação de uma política pública é de assaz importância para compreender os interesses que o Estado media, para institucionalizar essas demandas. Assim as políticas públicas implementadas em um Estado para a educação são denominadas políticas educacionais.

Segundo Saviani (2008) a política educacional “diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance as medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro” (SAVIANI, 2008, p.7).

Portanto, é válido afirmar que só há política educacional a partir do momento que surge o conceito de educação pública. O primeiro confronto teórico e prático que ela terá será com a



educação doméstica, pois, pode-se perceber que “a educação pública é primordialmente aquela que se realiza fora do âmbito doméstico” (MENDONÇA; VASCONCELOS, 2005, p.11). Esta irá se configurar em um processo de institucionalização da educação escolar, que se tornará hegemônico no final do XIX e início do XX. Mas, segundo a historiografia da Educação tem sua originalidade nas reformas pombalinas:

É inegável que a estruturação de um sistema de ensino estatal semelhante aos que existem atualmente é um fato inédito no panorama da educação europeia anterior à Revolução Francesa. A originalidade das Reformas Pombalinas do Ensino reside na visão global do sistema de ensino de que são portadoras: utilizando uma terminologia contemporânea, pode se dizer que elas instituíram um percurso acadêmico que vai do ensino primário à universidade, passando pelo secundário, e prevendo, inclusive, ramos específicos para a educação dos nobres e para o ensino técnico e industrial (NÓVOA, 1987, p. 136).

561

No Brasil, no contexto de implantação do governo imperial, no século XIX, constituiu-se numa arena de disputa entre o governo da casa e o governo do Estado, “que teriam como foco principal a definição das relações que se deveriam estabelecer entre o Estado, por um lado, e as elites dirigentes, por outro, enquanto duas esferas distintas de poder, embora imbricadas entre si” (MENDONÇA; VASCONCELOS, 2005, p. 17).

Atualmente o que vivenciamos na regulação e participação do ER assemelha, guardada devidas proporções, a essa disputa agora travada não entre casa e Estado, mas entre Igreja e Estado. Assim, se tomamos por premissa que a política educacional deve se dar em um âmbito estatal, isso se estende também ao ER. Mas, como toda ação histórica a política pública é circunstancial e inteligível e para entendermos a configuração que nos encontramos em relação à política educacional faz-se necessário apreender o cenário político em que nos situamos, qual seja o de *Reforma do Estado*.

### **Pensando a configuração do Estado**

No contexto das revoluções burguesas, baseados em Singer (2003, p.201), temos a revolução americana como “pioneira na formulação dos direitos humanos” embora mantivesse excluídos índios, escravos, negros e mulheres. A Revolução Francesa com a abolição dos privilégios feudais irá marcar a efetivação dos direitos civis com a Declaração dos Direitos do Homem. Já a Revolução Industrial irá possibilitar o fortalecimento dos direitos políticos,



principalmente o de organização. A Alemanha de Bismarck irá institucionalizar os direitos sociais. Todavia, esse movimento foi marcado por avanços e recuos.

Na atualidade vivemos em tempos que os avanços alcançados desde a modernidade e desmanchados após a crise do modelo fordismo-kenesianismo vêm sendo recuados pelas novas relações de produção e de trabalho. E nesse contexto de Reforma do Estado, muda-se a concepção de regulação para o sentido de:

que, na educação, se promovem, se discutem e se aplicam medidas políticas e administrativas que vão, em geral, no sentido de alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar (muitas vezes com recurso a dispositivos de mercado), ou de substituir esses poderes públicos por entidades privadas, em muitos dos domínios que constituíam, até aí, um campo privilegiado da intervenção do Estado. Estas medidas tanto podem obedecer (e serem justificadas), de um ponto de vista mais técnico, em função de critérios de modernização, desburocratização e combate à “ineficiência” do Estado (“*new public management*”), como serem justificadas por imperativos de natureza política, de acordo com projectos neoliberais e neoconservadores, com o fim de “libertar a sociedade civil” do controlo do Estado (privatização), ou mesmo de natureza filosófica e cultural (promover a participação comunitária, adaptar ao local) e de natureza pedagógica (centrar o ensino nos alunos e suas características específicas) (BARROSO, 2005, p.726).

Dentro desse novo contexto o Estado reformado abre espaço para a sociedade civil, mas essa não é entendida nos termos gramscianos (SOARES, 2000) de um espaço de luta de posições pela hegemonia a partir de dentro do Estado. Ela é (re)adaptada para a cooperação com o Estado. Assim, o Estado que tinha sua ação pautada pela elaboração dos procedimentos, geralmente por um corpo burocrático altamente especializado, uma tecnocracia, passa a ser financiador e avaliador dos resultados da execução das políticas realizadas a partir de sua regulação pelas entidades civis que toma como lógica gerencial a do mercado:

[...] que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e da “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço, os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável (SAVIANI, 2008, p.15).

No caso brasileiro essa reformulação é desenhada na década de 1980 e implementada nos planos de Bresser-Pereira nos anos 1990 tendo como tripé privatização, a publicização e a terceirização. Nessa reformulação o termo público perde o significado que tinha ligado ao estatal e surge com uma nova noção: o público não estatal. Na reformulação do Estado as



políticas sociais são compreendidas como serviços não exclusivos do Estado, e como a Educação faz parte das políticas sociais terá nova propriedade, conforme o ministro Bresser-Pereira:

No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhes são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc. (BRESSER PEREIRA, 1997, p.25).

563

O argumento utilizado é o de que essas instituições são mais eficientes, já que são flexíveis e competitivas dando conta assim das demandas sociais com maior velocidade. Na contramão dessa posição ficamos com a inquietação proposta por Peroni (2010), ao identificar nessa postura um esvaziamento da democracia de seu conteúdo. Pois estas políticas tendem a separar o âmbito político do âmbito econômico uma vez que:

[...] perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. As lutas e conquistas dos anos 1980, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado “em crise” não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil, que vai focalizar nos mais pobres para evitar o caos social (PERONI 2010, p.13).

Entendidas nessa crítica, as políticas sociais inclusive a educacional, ao invés de proporcionar maior agilidade e praticidade, através da focalização da ação do Estado, retrocedem frente as conquistas sociais. Assim como o conteúdo de democracia e de gestão democrática, por não terem caráter universal essas políticas acabam por criar modalidades de proteção social. De acordo com o nível econômico, de capital social e político dos atores sociais.

Tal desenho fortalece as práticas de assistencialismo, patriarcalismo e clientelismo e desagregam setores sociais distanciando-os através das políticas focalizadas da reforma do Estado. Como extensão desse modelo nas políticas educacionais à ação da sociedade civil na participação política é desviada de um sentido republicano, e passa a ser expressa como:

[...] uma participação do tipo voluntariado, da ajuda mútua dos “amigos a escola”, enfim, das parcerias, uma vez que nestas estão as bases daquilo que se denominou como a participação pretendida pela terceira via e terceiro setor na



lógica do público não-estatal. Em tal lógica, o ensino está sendo destituído da pedagogia da contestação, da transformação. Nesse lugar caberia agora a pedagogia da conformação e da conciliação imposta pelo pensamento hegemônico (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p.773-774).

Assiste-se a um processo de mercantilização da educação em que esta passa a ser oferecida em lotes, seguindo a lógica da acumulação flexível, oferecida em diferentes nichos de mercado, individualizadas de acordo com o cliente. Transformando a ideia de serviços públicos em serviços para clientes. Sob um viés de mercado único funcionam diferentes sub-mercados de natureza e qualidade diferentes.

### **Novas Perspectivas sobre o Ensino Religioso**

É nesse panorama sócio-histórico é que devemos pensar o ER no Brasil de hoje. Por outro lado, o presente texto toma como arcabouço teórico o campo das Ciências da Religião e sua afirmação no Brasil como uma área acadêmica (TEIXEIRA, 2001.) ao instigar discussões epistemológicas que apontam novas leituras quanto à concepção de ER, Viviane Cristina Cândido (2008) propõe na *epistemologia da controvérsia*, baseada na filosofia de Rosenzweig, uma abordagem que possibilite ao educando “uma ampliação de sua visão de mundo pela maior compreensão das questões religiosas” (CÂNDIDO, 2008, p.16).

No plano pedagógico, encontramos a perspectiva apresentada por Junqueira, Meneghetti e Waschowicz (2002), que delimitam a face pedagógica ao ER, pensando-o como área de conhecimento e identidade curricular. Contribuindo com reflexões sobre sua formulação no projeto político-pedagógico da escola e no processo de avaliação da aprendizagem. Assim, o ER passa a ser entendido como uma contribuição à “organização teórico/prática de um componente curricular com identidade pedagógica” (JUNQUEIRA; MENEGHETTI; WASCHOWICZ, 2002, p.9).

No plano antropológico, temos a obra de Pedro Rueddell (2007) baseada na fundamentação antropológico-cultural da religião, segundo Paul Tillich, que analisa as fronteiras entre religião e cultura. Esta proposta procura esclarecer que a fonte da religião, entendida como religiosidade, está no próprio ser humano e como esse a partir da sociedade industrial e pós-industrial vem perdendo o sentido de profundidade, frente à técnica e ciência.

Outro ponto importante no debate produzido por esse campo de conhecimento refere-se à preocupação com a formação do professor de ER. Nesse tema buscamos referência em





Lourdes Caron (2007), através de sua tese de doutorado, defendendo que para que hoje o ER atenda os seus propósitos são necessárias políticas públicas de formação de professores, sendo “preciso que não só entidades confessionais e educacionais atuem na formação de professores do Ensino Religioso, e sim que os sistemas educacionais (estaduais e municipais) incluam políticas públicas de formação de professores” (CARON, 2007, p.121).

No entanto, pretendemos ir além de indicar o atual estágio da disciplina e sua regulação, buscamos promover uma reflexão acerca da importância em se considerar o ambiente escolar da escola pública como um local de debate e reflexão sobre a realidade com intenção de transformar através da emancipação. Para isso, fez-se necessário apontar como cenário atual de estagnação vem se estruturando para podermos desconstruí-lo. Afinal se tomarmos a perspectiva de Berger (1985) de que o mundo humano é construído socialmente, ele também pode ser desconstruído e reconstruído.

Nesse caminho, pode-se dizer que “toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento.” (BERGER, 1985, p. 15). Assumindo, assim, que é na sociedade que se constrói o mundo, e que isso é feito pela cultura dado o caráter inacabado do ser humano.

A cultura é uma “segunda natureza” humana. Assim, embora seja interna ao homem a cultura lhe é também externa, ao passo que o homem é assim coprodutor do mundo social. Tornando-se realidade objetiva através da interiorização, mas essa interiorização não é natural nem mecânica é participante o indivíduo se apropria do mundo social se identifica e o reproduz socialmente. “Sejam quais forem as variações históricas, a tendência é de que os sentidos da ordem humanamente construída sejam projetados no universo como tal” (Ibidem, p.38) aparecendo como “ordem natural das coisas” entendidas cosmologicamente ou antropológicamente criam uma estabilidade “que deriva de fontes mais poderosas do que os esforços históricos dos seres humanos.” Insere-se a religião nesse “empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmo sagrado” (idem).

Mesmo assim, esses mundos socialmente construídos são precários, já que:

são eles constantemente ameaçados pelos fatos humanos do egoísmo e da estultice. Os programas institucionais são sabotados por indivíduos com interesses conflitantes. Não raro os indivíduos os esquecem ou são incapazes de aprendê-los em primeiro lugar. Os processos fundamentais da socialização e controle social, na medida em que tem êxito servem para atenuar essas ameaças. A socialização procura garantir um consenso perdurável no tocante aos traços mais importantes do mundo social. (idem p. 42)





De outra maneira, para se manterem os mundos precisam ser legitimados. O que estamos acompanhando é a legitimação de um mundo que, valorizando o primado da razão como cosmologia, demonstra-se insustentável, em vista de uma iminente catástrofe ambiental e social, é preciso construir uma nova cosmologia. Chegamos a um ponto que tudo é capitalizado até o ar se levarmos em conta os créditos de carbono, estabelecidos no protocolo de Kyoto.

Nesse sentido oferecemos ao ER o papel na construção de outra cosmologia, para dar sentido à vida. Para isso é preciso que se retome a luta pelo fim das formas confessionais que manifestam o espectro da disciplina. Para salvaguardar o ER das investidas contra sua inserção enquanto política educacional. Entendido como espaço para discussão de uma educação republicana.

Por isso retomamos que para fazer frente a uma sociedade do consumo extremamente individualizada e indiferente é preciso travar uma luta cultural contra as forças empenhadas, desde as primeiras décadas do século passado, no embate por uma posição hegemônica e definitiva, provocando com que a religião seja muitas vezes utilizada, segundo Braga (2001, p.19), como “instrumento de pacificação política ou de acomodação política ao esquema político vigente”.

Outros tópicos encontrados na literatura referente ao ER observam os seguintes aspectos: (1) presença ou não de ER nas escolas oficiais; (2) a obrigatoriedade, ou não, do aspecto facultativo da confessionalidade; (3) as diferentes modalidades de ensino em que o ER seria exercido; (4) a questão do financiamento de instituições privadas com recursos públicos.

Estes aspectos são reflexos da falta de uma política educacional nacional para regular o ER. Ficando a cargo de cada Estado a responsabilidade pela regulação e implementação do ER. Essas tentativas que trazem, por outro lado, uma diversificação na elaboração de materiais e conteúdos possibilita a experiência de diferentes concepções de ER na prática de sala de aula: confessional, ecumênico e interconfessional. E trazem novas reflexões como:

Ensino Religioso é garantido por lei, mas não é concebido e compreendido como integrante do currículo escolar. Isso gera uma busca por uma identidade própria ocasionada pela crise provocada pela perda da sua função catequética evangelizadora [...] A passagem de um Ensino Religioso catequético para uma nova educação voltada para uma visão ampla do ser humano começa a ser debatida na sociedade, na medida em que essa disciplina deixa de ser um espaço privilegiado da Igreja na escola. Ao mesmo tempo em que o catecismo vai deixando a escola, busca-se uma nova identidade desse componente curricular, integrante do processo educativo. Essa identidade foi sendo



construída através da prática e do estudo promovidos pelos Encontros de Ensino Religioso (ENER), desde 1974 (FUCHS, 2012, p.28).

Identificamos dois estágios para o ER. O primeiro estaria ligado a uma epistemologia que associa o ER como Educação Religiosa, seria o modelo catequético, denominado como confessional ou proselitista. O segundo, fugindo a essa identidade busca legitimar através de uma nova epistemologia, que busca uma identidade curricular, articulando saberes do campo de conhecimento da Ciência da religião. Denominado não confessional ou sem proselitismo. Essa nova perspectiva mais sofisticada compreende o ER enquanto princípio educativo para a formação humana.

Dentro dessa perspectiva é que inserimos o ER enquanto política educacional. A atual regulação dessa disciplina reflete a direção assumida pelo Estado brasileiro na condução das políticas sociais. E é a partir da problematização desse cenário que podemos compreender as incoerências nas legislações concernentes ao ER em nível nacional e no Estado do Rio de Janeiro.

### **O peso da tradição no Ensino Religioso pós LBDEN 9394/96**

A nossa carta magna trás em si um paradoxo: “para a Constituição Federal de 1988, religião é direito individual (Art. 5º, VI) e educação, direito social (Art. 6º) [...] o Art. 210, § 1, situa o ensino religioso no espaço, ao mesmo tempo, público (escola) e privado (liberdade de consciência)” (PAULY, 2004, p.173). Essa contradição irá se mostrar na regulação da disciplina pela LDBEN 9394/96:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

E em sua posterior alteração pela Lei 9475/97, vemos que:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das



escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Essa indefinição acerca da contradição irá desdobrar-se: a primeira (des)regulamentação é dada com o Parecer nº 97/99 do Conselho Nacional de Educação. Por este documento, o Conselho compreende que os “professores possam ser recrutados em diferentes áreas e deveriam obedecer a um processo específico de habilitação”, (BRASIL/CNE, 1999, p. 599).

Possibilitando que as entidades religiosas ou organizações ecumênicas realizem a formação, pois não se prevê curso de licenciatura específica nessa área de conhecimento. Essa posição vai de encontro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica publicada pelo Conselho Nacional de Educação, Resolução 04/2010. Que em seu Artigo 14 apresenta:

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

§ 1º Integram a base nacional comum nacional:

- a) a Língua Portuguesa;
- b) a Matemática;
- c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena,
- d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- e) a Educação Física;
- f) o Ensino Religioso.

Nesta regulação o ER é inserido como componente da base comum, ou seja, integrado junto às outras disciplinas. Por isso entendemos haver uma incoerência em relação ao parecer CNE nº 97/99, uma vez que com este o ER tem uma regulação específica. De acordo com o documento:

Não cabendo a União determinar, direta ou indiretamente, conteúdos curriculares que orientam a formação religiosa dos professores, o que interferiria tanto na liberdade de crença como nas decisões de Estados e municípios referentes à organização dos cursos em seus sistemas de ensino,



não lhe compete autorizar, nem reconhecer, nem avaliar cursos de licenciatura em ensino religioso, cujos diplomas tenham validade nacional. Devendo ser assegurada a pluralidade de orientações, os estabelecimentos de ensino podem organizar cursos livres ou de extensão orientados para o ensino religioso, cujo currículo e orientação religiosa serão estabelecidos pelas próprias instituições, fornecendo aos alunos um certificado que comprove os estudos realizados e a formação recebida (BRASIL/CNE, 1999, p. 600).

Essas (des)regulações, ou mesmo desencontros, no tocante ao ER podem ser compreendidas à luz do cenário de Reforma do Estado que apontamos acima. E é de posse desses dados que podemos identificar os fatores que irão desencadear o desdobramento da indefinição da laicização expressa em termos legislações que ferem o princípio do Estado Laico. Por laicização tomamos o processo de tornar-se laico, qual seja, buscar o laicismo. Assim,

569

Laicismo não é ateísmo. Não é ausência de religião, mas a separação entre o poder temporal das instituições políticas e o poder intemporal das diversas religiões [...] a coexistência pacífica das religiões e das filosofias e a preservação da coesão social da nação em torno das regras da República (BANNON, 2010, p. 162-163).

A segunda (des)regulamentação tem muito a ver com a indefinição de laicidade no Brasil. E é marcada pela assinatura da concordata Brasil-Vaticano. Concordata “é um termo próprio do universo simbólico da Igreja Católica. Ela é um tratado ou acordo firmado entre os governos de dois Estados, o Vaticano e um outro.” (CUNHA, 2009, p. 264). Na interpretação de Cunha (2009) a concordata busca fazer frente a um movimento que contesta a inserção do ER no currículo. Assim, ao analisar o conteúdo do artigo, Cunha (Ibidem, p.272) aponta:

[...] Ele contraria, essencialmente, o artigo 33 do texto reformado da LDB, o qual determina que o conteúdo da disciplina Ensino Religioso seja estabelecido pelos sistemas de ensino (especificamente pelos respectivos conselhos de educação), depois de ouvidas entidades civis constituídas pelas diversas confissões religiosas (CUNHA, 2009, p. 272) .

Cunha (2009) indica ainda as manobras para dissimular o impacto no debate da opinião pública e a inconstitucionalidade da concordata. Uma vez que o artigo 11 da concordata “está em total desacordo com o conjunto da LDB e da própria Constituição, além de tomar partido nas disputas que hoje dividem o campo religioso, com o que o Estado brasileiro nada tem a ver” (Ibidem, p. 274).



Na legislação estadual para o ER no Rio de Janeiro a primeira observação que destacamos é a oferta da disciplina no Ensino Médio indo de encontro à regulação das constituições Federal e Estadual que regulam a matéria, em que estas últimas preveem a oferta do ensino da disciplina em nível fundamental.

A orientação federal da carta magna (CF 1988) que em seu art. 210, afirma: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.” (BONAVIDES, AMARAL, 1996, p.741). É Corroborada na Constituição Estadual (CE 1989) no art. 313. “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental” (RIO DE JANEIRO, 1989, p. 167).

O caráter confessional que essa disciplina assume, apesar de todos os avanços conceituais demandados de outra epistemologia, influencia inclusive na reorganização curricular dos conteúdos da disciplina. Acompanhamos em nossas pesquisas sobre o tema um encontro presencial ocorrido na Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro para o debate do currículo mínimo para a disciplina. Na apresentação do documento consta que:

Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada componente curricular, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. Consideram-se também as compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da Educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções. (CURRÍCULO MÍNIMO, 2013, p.2).

Na reunião ocorrida em fevereiro de 2014 foi apresentada a comissão formada por professores da rede estadual que elaboraram o documento para orientar o currículo para a Disciplina. Uma característica dos professores do ER é que eles geralmente atuam em outras disciplinas, pois vêm de outra formação inicial, uma vez que os editais para seleção dos docentes tem como exigência mínima a licenciatura plena; e exigem no momento do provimento do cargo o credenciamento emitido por autoridade religiosa competente dos credos credenciados na Secretaria Estadual de Educação. Vale destacar que até a publicação do último edital em 2013 esses credos eram: Católico, Evangélico, Judaico, Espírita, Umbandista, Messiânico, Mórmon e Islâmico.



No processo seletivo, todos os credos com representantes foram chamados, e para os que não estavam representados foi informado que não havia professores. Dos doze professores que constituíram a comissão, onze se fizeram presentes ao encontro. Destes os que informaram suas confissões foram quatro católicos, dois evangélicos, um espírita, um umbandista. Três não afirmaram a religião que representavam.

Foi informado quanto ao desenho curricular, que por ser o ER uma disciplina facultativa, teve como base o currículo mínimo de língua estrangeira. Este último divide os conteúdos por ciclos e não por bimestres como os de outras disciplinas. Outra justificativa apresentada por um professor foi que por ser a disciplina oferecida a alunos optantes, muitas turmas acabam sendo multisseriadas. Por fim, foi abordado o tema da dificuldade na formação de professores, concluindo que a questão é complicada e não é um problema exclusivo do ER.

Tempos depois, participamos de uma reunião sobre o currículo mínimo, na coordenadoria regional do Noroeste Fluminense (abril 2014). Nesta estavam presentes a assessoria regional para o ER, que abriu a reunião, e professores de ER da região. Na fala inicial foi destacado o esforço da administração na regional em solucionar uma demanda do professorado dessa disciplina: lotação em uma única escola. Afirmou-se que os professores que não conseguiam completar os tempos de aula em uma escola completavam sua carga horária como articuladores pedagógicos.

Nesta reunião estava presente a professora que colaborou na elaboração do currículo mínimo, que não estava presente no Rio de Janeiro. Em sua fala houve destaque à ideia do ER como área de conhecimento. Em comentário a fala da professora, a assessora para o ER destacou que ER não é confessional. Em seguida, frisou que a disciplina era optativa e que os casos de alunos que não optassem deveriam ser encaminhados à secretaria de educação para retirada do sistema de lançamento de nota on-line. Uma professora somente afirmou que na escola dela não era perguntado aos alunos sob a facultatividade da disciplina. No que foi prontamente orientada a acertar com a secretária da escola a informação. Já que esse processo é feito no ato da matrícula.

Nesse momento outra professora pediu a fala, para fazer uma questão que a angustiava: “Se pede a religião ao pai na matrícula, e depois o ensino é plural o que os pais iriam pensar?” Fez-se um momento de silêncio, e a resposta dada não atendeu bem ao que foi perguntado, e logo em seguida, foi feito o encerramento.





Nessas duas observações diretas, encontramos a complexidade do tema do Ensino religioso. Os desencontros são percebidos em todos os âmbitos, como apontamos anteriormente, mas o agravante é que o currículo desenhado não parece atentar-se para o seu principal agente, o aluno. A perspectiva desenvolvida para o currículo mínimo que:

[...] tem como temática central o **Diálogo** entre a perspectiva religiosa e as diversas realidades históricas e existenciais, dividido em quatro eixos fundamentais: *Diálogo: fé e história; Diálogo: fé e sentido da vida; Diálogo: fé, ciência e cultura; Diálogo: fé e projeto de vida.* (Currículo mínimo, 2013, p. 4).

572

Relato o caso, em que no final de uma aula dois alunos perguntaram sobre o que eu estudava, quando disse que era o Ensino Religioso, o primeiro falou que era ateu e o segundo que era meio ateu e meio budista. Ao que prontamente respondi: não dá para ser os dois. Quando perguntei se assistiam às aulas de ER, disseram que sim, mas com um semblante de desapontamento.

### Considerações finais

Muito se pode pensar a partir desses levantamentos iniciais, dos quais esta pesquisa irá se debruçar. A princípio, pode-se perceber que o que faz a disciplina manter-se confessional são interesses hegemônicos arraigados à própria cultura política e escolar do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Fernandes (2014)

[...] a expansão do Ensino Religioso nas escolas públicas da rede estadual e não deixa dúvida de que, no Rio de Janeiro, os interesses políticos estão a serviço dos interesses religiosos e vice-versa. De um lado a Igreja Católica – grupo de interesse bastante atuante – que conta mais recentemente com o apoio das Igrejas Evangélicas, no plano da legislação, articulando-se estrategicamente para influenciar na política. De outro, temos a receptividade dos políticos, especialmente do legislativo, movidos por interesses eleitoreiros. Essa combinação resultou em vantagens para católicos e evangélicos ao ter sido implantado o Ensino Religioso no modelo confessional. [...] Mas, a face mais perversa da associação entre agentes públicos e instituições religiosas é a concessão que faz o Estado – aquele que deveria manter a neutralidade da esfera pública, como discutido no capítulo 1, – à Igreja Católica, especialmente, e às Evangélicas para catequizar e evangelizar os discentes das escolas públicas da rede estadual (FERNANDES, 2014, p. 59).





Segundo esse posicionamento arriscamos a seguinte hipótese: O ensino confessional manifesto na lei 3.459/00 fere o que expressa a LDBEN 9394/96 de um ensino sem proselitismo. Baseamos nosso posicionamento nos dados obtidos pela pesquisa de Cavaliere (2006), realizada nas escolas públicas estaduais da baixada fluminense no Rio de Janeiro. De acordo com ela:

[...] os 16 professores de ensino religioso entrevistados em nosso estudo afirmaram ter vivenciado questionamentos de ordem doutrinária, vindos de alunos. A grande maioria dos profissionais de nossa amostra, isto é, 85 deles, no conjunto de 96 profissionais formado de professores de ensino religioso, de outras disciplinas e das equipes de direção, demonstrou preocupação com a possibilidade de existirem conflitos religiosos nas escolas. Ao invés de indicar o ensino religioso como espaço para a ampliação da compreensão e da tolerância religiosa, a maioria dos professores se mostrou preocupada com a possibilidade de ser ele um meio para o acirramento das diferentes posições (CAVALIERE, 2006 p.11).

573

Para romper com essa lógica precisamos da escola. Ela é o instrumento por excelência para operar essa mudança tendo em vista seu caráter de formação massivo, mas para isso se realizar de forma significativa precisamos pensar as próprias discontinuidades pelas quais as políticas educacionais são perpassadas no Brasil, que envolvem aligeiramento da formação de professores, no embuste da participação democrática esvaziada de conteúdo na gestão escolar, e o distanciamento das decisões da realidade social de seus atores, os "alvos" das mesmas.

E nessa escola o ER pode ser conforme prenunciamos, quer seja, um elemento não de alienação, mas de transformação, capaz de elevar a categoria humana às coisas do espírito. Para que os seres humanos não esqueçam que apesar de todo o avanço material e progresso tecnológico podemos também alcançar os ideais de uma modernidade que mantenha a realidade do mundo socialmente construído. Em que as pessoas existam em seus cotidianos não como meros clientes, produtos ou mão-de-obra. Mas que tragam para a materialidade o improvável, o utópico. Para que isso possa povoar o espírito e tornar-se concreto.

Salientamos como caráter peculiar da formação social brasileira a forte presença da ideologia cristã como elemento constitutivo da cultura e organização social. No entanto, devemos explorar os elementos dialéticos dessa busca em forjar no Estado a influência das camadas dirigentes. Basta lembrarmos a ação de setores da igreja católica nos movimentos de base da década de 1960. E como isso se articulou em vários projetos inovadores de educação popular.



Todavia, nosso contexto é outro e não podemos nos realizar no passado. A reformulação do Estado, após a reestruturação produtiva do Toyotismo, ancorada na acumulação flexível, nos permite identificar outro grande paradoxo a ser explorado: a descentralização.

Não se pode negar a força que a sociedade civil assume desde o pós-guerra: a legitimação da democracia no século XX (BOBBIO, 1992), a escola de massas, as noções de controle social que, embora embrionárias, resultam de muitas lutas. E podem amadurecer na aprendizagem democrática. Mas, para que essa ação cultural possa ocorrer, é preciso manejar, organizar essa cultura, dá-lhe sentido e direção. Não é isso que fazem as classes dominantes? Não a fazem de forma pedagógica pelos meios de comunicação de massa? Pois então, o que temos é a escola de massas. Organizemos a escola a partir da que temos.

Se por um lado, os marcos legais são imprescindíveis para que a aprendizagem democrática tenha legitimidade, de outro, é preciso que se fortaleça competências sócio-intelectuais dos agentes sociais. Na reunião ocorrida na Secretaria de Educação acerca da discussão do currículo para o ER não presenciamos o conflito que a disciplina vivencia seja na teoria, seja em sua prática na cotidianidade do ambiente escolar, manifesto no caráter confessional desse componente de ensino. Tal qual ficou expresso na reunião ocorrida na coordenadoria regional fluminense em que professora apontou sua angústia ao lidar com a orientação confessional no ambiente escolar. Ou no desapontamento dos alunos com a disciplina.

A confessionalidade do ensino religioso vai de encontro com o processo de laicização. Como buscamos expor o conceito de laicização é muito indefinido, setores sociais ligados ao cristianismo mantêm atualmente forte capital político logrando relativa importância na correlação de força que compõe o Estado. O decreto que outorga a Concordata Brasil Vaticano é singular nesse sentido.

Todavia, encontramos também nessa trajetória inovações sociais. Tomo como exemplo o Observatório da Laicidade na Educação, a Ação Educativa, o Movimento Estratégico Estado Laico (MEEL) e ações jurídicas, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439 para o Supremo Tribunal Federal (STF) analisar a constitucionalidade do ER no Brasil. A luta travada pela laicidade em busca de um Estado laico nos mostra que, a despeito das indefinições, o debate ainda está em movimento.

Por fim, vale ressaltar que a presente pesquisa está em seus primeiros momentos de coleta de dados no campo, em que, pela técnica de entrevistas e observações, pretende-se apurar



questões que envolveram e atualmente fazem parte do cotidiano dos sujeitos escolares envolvidos com o ER em escolas do sistema de ensino estadual de uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro.

## Referências

- BANNON, P. *Para conhecer melhor as religiões*. Tradutor: Álvaro Lorencini. São Paulo: Claro Enigma, 2010.
- BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - out. 2005.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BERGER, P. L. *O dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro, Ed Campus, 1992.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: v. 8. Senado Federal, 1996.
- BONETI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BRAGA, Ederlaine Fernandes. *Ensino Religioso: disciplina integrante das diretrizes curriculares do ensino fundamental*. Goiânia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Goiás. 2001. 118f.
- BRASIL. *Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 97, de 6 de abril de 1999*. Dispõe sobre Formação de Professores para o Ensino Religioso nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 6 abr. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 4, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 13 jul. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010*. Promulga o Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 11 fev. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Da nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 22 jul. 1997.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, *Cadernos MARE da Reforma do Estado*, n. 1, p. 01-58, mai. 1997.
- CANDIDO, V. C. *O Ensino Religioso e suas fontes: uma contribuição para epistemologia do Ensino Religiosos*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Centro Universitário Nove de Julho. 2008. 187f.



- CARON, L. *Políticas e práticas curriculares: formação de professores de ensino religioso*. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007. 385f.
- CAVALIERE, A. M. Quando o Estado pede socorro a religião. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v.1. n. 2, p. 1-12, dez. 2006.
- CUNHA, L. A. A educação na concordata Brasil-Vaticano. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009.
- DEMO, P. *Política social, educação e cidadania*, 11. Ed. Campinas, Papirus. 2008
- FERNANDES, V. C. *(As)simetria nos sistemas públicos de ensino fundamental em Duque de Caxias (RJ): a religião no currículo*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2014. 241 f.
- FUCHS, H. L. *As políticas educacionais e o currículo a partir do ensino religioso*. Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Centro Universitário La Salle. 2012. 82 f.
- JUNQUEIRA, S. R. A.; MENEGUETTI, R. G.; WASCHOVICZ, L. A. *Ensino Religioso e sua relação pedagógica*. Petropolis: Vozes, 2002.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro, Zahar. 1967.
- MENDONÇA, A. W. P. C.; VASCONCELOS, M. C. C. A Gênese do conceito de Educação Pública. In: RAMOS, L. M. P. C. (Org.). *Igreja, Estado e Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005, p. 9-29.
- NÓVOA, A. *Le Temps des Professeurs*. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII – XX siècle), Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 2 v. 1987.
- PAULY, E. L. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 27, Dec. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000300012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 jul. 2014.
- PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.
- PERONI, V. M. V. Redefinições no papel do Estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação. In: CONGRESSO IBERO-LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO A EDUCAÇÃO; I CONGRESSO IBERO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; IV CONGRESSO DO FÓRUM PORTUGUÊS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL, 29., 2010, Cáceres. *Anais...*, Niterói (RJ): ANPAE; Lisboa (PT): FPAE; Cáceres (ES): FEAE, 2010. 1 CD-ROM. p.1 – 17.
- RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 6 de out. 1989. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao\\_rj.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rj.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. *Currículo Mínimo*. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. 2014. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <[http://www.conexao professor.rj.gov.br/downloads/cm/cm\\_10\\_22\\_\\_0.zip](http://www.conexao professor.rj.gov.br/downloads/cm/cm_10_22__0.zip)>. Acesso em: 08 de jul. de 2014.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 3459, de 14 de setembro de 2000*. Dispõe sobre ensino religioso confessional nas escolas da rede pública de ensino do estado do rio de janeiro. Diário Oficial do Estado, Rio de Janeiro, 14 set. 2000.



- RUEDELL, P. *Educação Religiosa: fundamentação antropológica-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação*, Campinas, n. 24, p. 07-16, jun/2008.
- SINGER, P. A Cidadania para Todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs). *História da Cidadania*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOARES, R. *A concepção Gramsciana do estado e o debate sobre a escola*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.
- TEIXEIRA, F. (org) *A (s) Ciências Da religião no Brasil: afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001.



## TECENDO OS FIOS DAS MEMÓRIAS DO SER MULHER

CURCIO, Fernanda Santos.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
*nanda\_fsc@hotmail.com*

FACEIRA, Lobelia da Silva.

*Professora do Programa de Pós graduação em Memória Social*  
*Lobelia.faceira@unirio.br*

578

### RESUMO

Este artigo propõe compreender a construção do ser mulher a partir do conceito memória social, retomando os discursos que fomentaram as fundamentações daquilo que se entende atualmente como “mulher”. A imagem da mulher e o seu significado não são os mesmos em quaisquer contextos espacial ou temporal. Desta forma, afere-se que o sentido do feminino é uma construção sócio-histórica, e que através de muitas repetições, atingiu o anonimato do seu interlocutor e se transpôs pelas falas da sociedade, vestindo-se da armadura da “verdade”. Buscará então responder algumas questões como o significado e a representação da mulher na sociedade; o seu papel social; e a memória que se tem dela.

**Palavras-chave:** Mulher. Gênero. Memória Social.

### ABSTRACT

This article proposes to understand the construction of womanhood from the concept of social memory, resuming the speeches that fostered the foundations of what is currently understood as "woman." The image of the woman and its signification are not the same in any contexts, such as spatial or temporal. Thus, it is inferred that the sense of the feminine is a socio-historical construction and that, through many repetitions, reached the anonymity of its speaker and transposed the spoken lines of society, dressing the armor of "truth". This article will seek to answer some questions such as the meaning and representation of the woman in society; her social role and her memory.

**Keywords:** Woman. Genre. Social Memory.

### Introdução

Não se pode negar que, nas últimas décadas, grandes transformações vêm ocorrendo sobre o papel da mulher nas sociedades ocidentais. Dentre as mudanças pode-se pontuar o aumento da sua inserção no mercado de trabalho e enquanto chefe de família, posicionamento nos espaços públicos e políticos, entre outros. Porém, mesmo diante desses fenômenos, existem ainda princípios culturais, sociais e políticos que mantêm, legitimam e instituem a desigualdade entre o homem e a mulher.

Qual o significado de ser mulher e a sua representação na sociedade? Qual é o seu papel social? Qual a memória que se tem dela?





A categoria *feminino* muitas vezes é apresentada de maneira genérica, estereotipada, universal e a-histórica, encobrendo as relações de poder que nela se fazem presentes. O gênero, normalmente, é apresentado como uma estrutura dada – natural –, isenta de indagações e questionamentos.

Nesse sentido é necessário construir o conhecimento acerca do feminino a partir da categoria memória social, retomando os discursos que fomentaram as fundamentações daquilo que se entende como “mulher”. Compreende-se que o sentido do feminino é uma construção sócio-histórica, e que através de muitas repetições, atingiu o anonimato do seu interlocutor e se investiu através das falas da sociedade, vestindo, assim, a armadura da “verdade”.

A imagem da mulher e o seu significado não são os mesmos em quaisquer contextos espacial ou temporal, sendo necessário trabalhar essas diferentes imagens e significados a partir dos autores como Beauvoir (1980), Bourdieu (1995) e Perrot (1988). Portanto, torna-se fundamental apontar os processos de construção da ideia de mulher ao longo do tempo e as formas que elas foram representadas e significadas ante a sociedade. Esta gama de representações vem se repetindo e constituindo os espaços sociais ocupados pelas mulheres.

Compreende-se que ao longo da história, naturalizações e generalizações foram sendo criadas e mantidas, fazendo com que as relações sociais se desenvolvam numa intensa repetição. Nesse contexto, mantém-se a divisão binária sustentada no aspecto biológico – na qual a referência é o masculino –, a dominação de um sexo sobre o outro e a construção de hierarquias.

Para que se possa debruçar a análise sobre esta realidade, este trabalho divide-se em três momentos. O primeiro se dedica à categoria gênero, no sentido de desconstruir a noção de que ele é determinado biologicamente, rompendo, assim, com a visão naturalista que o feminino e o masculino sustentam, onde a instituição de como “ser homem” ou “ser mulher” reforçam os estereótipos dos gêneros. Percebendo, assim, o gênero enquanto uma estrutura construída no *socius*, em que a constituição deste fenômeno é produzido e reproduzido constantemente.

Posteriormente será apresentado como se deu a construção e a reconstrução do *ser mulher* ao longo da história, a fim de se compreender a sua constituição e as suas transformações. Tal análise fundamenta-se no pressuposto que esta categoria não é algo dado *a priori*, e possui a capacidade de modificar-se diante de novos contextos.





Por fim, visualizará esta realidade a partir da memória social, uma vez que esta é um campo interdisciplinar que possibilita as investigações e a construção de um conhecimento sobre as relações de poder, a particularidade do sujeito e a influência da transmissão de valores, culturas, modos de ser e credos nas experiências e comportamentos das gerações atuais e futuras.

## 1 Gênero e sua natureza construída

A forma como o sujeito se vê e como percebe os outros a sua volta advém de uma construção de identidade. Esta se constitui na percepção e na oposição do diferente, característico da sociedade disciplinar, apresentada por Foucault (1979), de onde surge a subjetividade e a identidade do ser humano.

A identidade e a diferença são construídas histórica e socialmente. A identidade se produz a partir do outro, visto e compreendido como o negativo, aquilo o que se opõe. O diferente é apontado como aquele que se distancia dos elementos no qual o sujeito se identifica. Logo, tanto a identidade como a diferença não são inatas aos seres humanos e nem naturais, mas se constrói nas relações sociais.

Isso significa que sua definição — discursiva e linguística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2000, p.81).

Desta forma, a oposição e divisão binárias, como a identidade *versus* diferença, masculino *versus* feminino, entre outros, agem numa separação que um dos elementos é anteposto ao outro. As identidades, como já assinalado anteriormente, são formadas nas sociedades disciplinares, e Foucault (1979) as apontam como um *modus vivendi* que atuam no sentido de dominar o tempo, espaço, ações e sentidos, formando assim, individualidades.

Este controle não se caracteriza em oprimir diretamente, mas por tentar individualizar os sujeitos por intermédio de classificações, fazendo com que as identidades se fundamentem na exclusão e no ataque às identidades diferentes. O poder disciplinar, então, age fixando identidades, reduzindo homens e mulheres aos seus papéis socialmente impostos, e produzindo a aceitação dos lugares que eles ocupam na sociedade.



O gênero, seguindo esta lógica, constrói-se nessa sociedade disciplinar, onde homens e mulheres devem direcionar os seus modos de sentir, de pensar e de agir de acordo com o gênero (feminino ou masculino) arbitrariamente determinado. Isto influenciará na constituição das identidades dos sujeitos.

Cabe neste primeiro momento ressaltar que o gênero não é definido pela biologia, compreendendo que muitos sujeitos apresentam características masculinas ou femininas divergentes com a sua anatomia. Logo, é necessário debruçar-se sobre a categoria gênero, compreendendo como a mesma é formada e instituída, pois só assim consegue-se entender a posição das mulheres como subordinadas e submissas a dominação masculina, sendo que é a partir do gênero que a mulher re-interpreta e re-elabora as suas significações.

Scott (1995) compreende o gênero como as relações constituídas a partir da forma como a sociedade percebe as diferenças biológicas entre os sexos. Tal percepção é baseada em mecanismos classificatórios que por sua vez aglutinam um conjunto de dicotomias: macho/fêmea; masculino/feminino; forte/fraco; razão/emoção; dominante/dominado; entre outros. O campo positivo e superior cabe ao masculino, e o negativo e inferior ao feminino.

As oposições e hierarquias, contudo, são produtos históricos e também arbitrários. Scott (1995), nesse sentido esclarece que o fundamento da desigualdade entre o homem e a mulher não está na diferença biológica, mas sim nos significados construídos socialmente referentes a estas diferenças.

Assim, a partir das diferenças sexuais, se constrói e se reproduz um conjunto de expectativas, instituições e papéis para o homem e para a mulher. Estas categorias são conteúdos culturais formados pelo imaginário simbólico diante de expectativas em torno do gênero, em que por meio dos processos de socialização, irão reforçar os estereótipos e preconceitos dos gêneros, apoiando-se, principalmente, na determinação biológica.

Porém, como bem aponta Butler (2011), o gênero é uma norma, uma construção sócio-histórica, contudo ele não está separado do poder de regulação. Na verdade, a questão é bem mais sutil. Os dispositivos e mecanismos de regulação não são anteriores ou autônomos no que tange ao gênero, pelo contrário, “o sujeito *gendrado* só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações” (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 132). Em outras palavras, o poder não é apenas algo que se opõe ao sujeito, “el poder que em um principio aparece como externo, presionado sobre el sujeto, presionando al sujeto a la subordinación, asume uma forma psíquica que constituye la identidad del sujeto” (BUTLER, 2011, p. 13).



Esta concepção de gênero de Judith Butler sofre influências da teoria de Foucault, na qual vislumbra que o poder não age simplesmente dominando e oprimindo as subjetividades, mas sim, atua imediatamente na sua constituição. Assim, os discursos e mecanismos reguladores que constroem o sujeito do gênero, são os mesmos que agem na produção da sujeição.

Butler (2011), porém, se difere de Foucault ao compreender que as regulações de gênero vão além de uma forma de regulamentação de um poder maior e extenso. A mesma é uma regulação ímpar que apresenta efeitos sobre a subjetividade, formando uma hierarquia entre o masculino e o feminino e também a heteronormatividade. Nestes termos, o homem e a mulher estão sujeitados ao gênero e são subjetivados pelo mesmo.

Isto pode ser observado na interpelação médica, no procedimento da ultrassonografia ao denominar o feto como “ela” ou “ele” antes mesmo de nascer. A partir do momento em que se descobre o sexo e o denomina como menina, esta será “feminizada”, de acordo com a compreensão cultural. Porém esta significação não é contínua e permanente, sendo necessário, então, que a interpelação seja repetida incessantemente, tornando o performativo em algo “natural”. A repetição dessa nomeação, “é menina”, ou “é menino” age como uma norma e constrói uma fronteira entre o que cabe ao feminino e ao masculino.

Dessa forma, a ação performática de coerção e dominação se dá no ato de nomeação do sexo que segue ao que é instituído socialmente, podendo, assim, compreender o gênero como uma identidade em contínua construção e repetição ao longo do tempo, por meio de ações, gestos e estilos (BUTLER, 2003).

Este ato performativo de coerção e dominação provoca uma des-historização e eternização dos fundamentos da divisão sexual, fomentando a relação de dominação do homem sobre a mulher. Bourdieu (1995) também trata da questão da divisão sexual, afirmando que a construção simbólica não é apenas uma operação performativa, mas também uma transformação profunda e duradoura do corpo e do cérebro. O que cabe a um gênero é excluído do outro.

O autor entende que a instituição, ou em suas palavras, o “discurso mítico” aponta um conjunto de diferenciações, destacando a alteridade entre o homem e a mulher, estimulando as práticas que convém para um ou para o outro, ou desencorajando ações e papéis que não condizem com o que é imposto.

Esta divisão sexual, para Bourdieu (1995) está “na ordem das coisas”, ou seja, é vista como normal e inevitável, sendo a todo momento legitimada. A visão androcêntrica



apresenta-se com uma enorme potência. O autor então afere que a sociedade atua como uma máquina simbólica que ratifica a dominação masculina, onde “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (Bourdieu, 1995, p. 20).

O autor dedica uma obra para discutir a dominação masculina, percebendo a mesma e na maneira como é imposta e vivenciada,

[...] o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chamo de violência simbólica, violência suave insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1995, p. 6).

Além disso, o mesmo afirma que a diferença biológica é utilizada para naturalizar o “arbitrário da cultura” e os gêneros são postos como “habitus sexuados”. Quando o dominado tem suas percepções e ações em conformidade com as estruturas de dominação, “os seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (BOURDIEU, 1995, p. 21). O autor salienta que

O universo simbólico [...] localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, passado, presente e futuro. Em relação ao passado, estabelece uma ‘memória’ que é compartilhada por todos os indivíduos que são socializados na coletividade. No futuro, oferece um quadro de referência comum para projeções de ações individuais. O universo simbólico liga os homens com os seus predecessores e seus sucessores numa totalidade de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo significado à morte individual (BOURDIEU, 1989, p. 140).

Por outro lado, como pontua o autor, existe sempre uma tensão, uma luta cognitiva e interpretações diversas sobre este fenômeno, fazendo com que tais contradições criem uma possibilidade de resistência a esta violência simbólica.

Os corpos e a práxis não estão totalmente submetidos à ordem social, ou o seu inverso, não passíveis de interferência. As estruturas de dominação do masculino não são a-históricas e inalteráveis, como bem sinaliza Bourdieu.

Butler também aponta a instabilidade das normas de gênero, uma vez que as mesmas necessitam de repetições, e que a partir disso, elas podem assumir uma repetição diferente do que é imposto. Em suas palavras, “el género es el mecanismo mediante el cual se producen y naturalizan las nociones de masculino y femenino, pero podría muy bien ser el aparato



mediante el cual tales términos son deconstruidos y desnaturalizados” (BUTLER, 2011, p. 12).

Demonstra-se ao longo deste item que o poder disciplinar, ao produzir subjetividade, utiliza mecanismos que tentam moldar ou impedir o que está se transformando. A subjetividade por ele produzida é uma identidade que o *socius* interpela para que ela não se modifique. O gênero obedece a essa ordem e influencia na re-significação e re-interpretação do *ser mulher*. Contudo, como será apresentada a seguir, a transformação é inerente ao sujeito, e o seu ato de modificar-se é o que tem de mais intrínseco em sua natureza.

## **2 Construção histórica do ser mulher: Práticas sociais consolidadas à mulher**

Compreendendo o gênero como uma categoria complexa – construída histórica e socialmente, onde há o referencial dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens num determinado contexto espacial e temporal –, será feito nesse momento alguns apontamentos no que tange aos processos de construção do *ser mulher* ao longo do tempo e como elas foram representadas e vistas pela sociedade.

Na história do ocidente ocorreram grandes mudanças no que se refere ao papel e a representação da mulher frente à sociedade. O *ser mulher* não é o mesmo em qualquer contexto espaço-temporal. De acordo com Beauvoir (1980), na pré-história, enquanto o homem não compreendia a procriação e desconhecia os elementos para a produção agrícola instituiu à mulher a incumbência da colheita. Em tal cenário, a figura da mulher detinha certas vantagens e destaque social, uma vez que estava relacionada miticamente à fertilidade do próprio corpo e da terra.

Contudo, a partir do momento que o homem descobriu e se tomou dos meios e instrumentos que favoreciam a produção agrícola e percebeu a sua capacidade geradora, começou a reivindicar para si a prole e a colheita. Foi neste cenário, como aponta Beauvoir (1980), que houve o declínio da posição feminina nas relações sociais.

Na Grécia Antiga, onde se encontram as raízes e os valores que formaram a civilização ocidental, mantinha-se na tradição a percepção da mulher como incapaz de pensar, assim, ela não poderia participar da administração da polis grega. Cabia então a mulher o trabalho do lar, mas também os físicos, como a caça, pesca e agricultura.

A submissão da mulher ao homem, este enquanto o criador das leis, foi progressivamente se aprofundando. Beauvoir (1980) esclarece que foi nesse contexto que o



homem se afirma enquanto sujeito e que o Outro é visto como uma ameaça. Isso é percebido, de acordo com a autora, desde Platão, na Grécia Antiga, quando compreendia a alteridade, a diferença, o mesmo que o Mal e a negação.

A mulher apresentava uma vida cheia de restrições e era considerada objeto de seu marido, ficando relegada, então, a satisfazer as vontades e desejos do mesmo. Foucault (1986) aponta que a moral e os valores da época, alicerçados em Aristóteles, sustentava que ao homem cabia ordenar e à mulher obedecer.

Na sociedade Judaica, esta extremamente patriarcal, a memória da subalternidade da mulher se mantém. Nesta realidade, Deus é associado à figura masculina, e a mulher – criada da costela do homem - é culpada e responsabilizada pelo pecado e sofrimento da humanidade, de acordo com o mito judaico. A mulher carregava o estigma de estar mais predisposta ao mal e mais passível às ciladas do demônio (GEBARA, 1991).

O estigma, como apresenta Goffman (1988), é um atributo que torna o sujeito diferente aos demais, desvalorizando-o, ou colocando-o numa posição inferior e/ou em desvantagem. A mulher nesta lógica, então, assume o estigma do mal, da tentação, do pecado e da perdição. O cristianismo, pela Igreja Católica, consubstancia esses preceitos, incorporando os valores gregos, romanos e judaicos (MOREIRA; BORIS; VENÂNCIO, 2011).

Nota-se que existe uma visão dualista, estruturada em dois princípios opostos, onde o homem representava o bem e a mulher, o mal. É devido a esta relação maniqueísta entre a mulher e o homem, produto de uma cultura patriarcal, que Beauvoir (1980) aponta o motivo de a mulher ser vista tão ofensivamente pela sociedade, religião e leis. Como salienta,

Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. [...] A mulher é, assim, votada ao Mal (BEAUVOIR, 1980, p. 100).

Contudo, para a autora, o homem, mesmo percebendo a mulher como um mal, ele precisava dela para procriar e para satisfazer os seus desejos. Ela, então, não poderia ser banida do *socius*. Assim, caberia a ela se submeter ao que era imposto pelos homens, de forma a se purificar da sua desonra original. A Bíblia reproduz esta instituição, onde o cristianismo estima a “virgem consagrada e esposa casta e dócil” (RAMALHO, 2014, p.36).





Como ressalta Foucault (1986), a expressão *sexualidade* pertence às sociedades modernas e pós-modernas, surgindo apenas no século XIX. Anterior a esta realidade, não era permissível vislumbrar um modelo de sexualidade humana semelhante ao que se entende nos dias de hoje. Assim, não existindo um termo que abarcasse a sexualidade de homens e mulheres, irá se consolidar o princípio da diferença sexual entre eles.

O entendimento dominante se baseava no monismo sexual, onde a mulher era entendida como um homem invertido. O seu útero, era o escroto invertido, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina, por sua vez, um pênis (LAQUEUR, 1989 apud COSTA, 1995, p. 100). Desta forma, o padrão de inteireza e superioridade era representado pela anatomia do homem, e a mulher era significada como uma inversão, sendo apontada como inferior e menos desenvolvida na gradação da perfeição.

Na passagem do século XVIII para o século XIX houve o declínio do conceito de unicidade e da perfeição do corpo masculino, e a ascensão da oposição e descontinuidade sexuais do corpo feminino e masculino. Costa (1995) aponta que neste momento se impõem as diferenças morais aos comportamentos que cabem aos homens e às mulheres.

A mulher deixa de ser o polo invertido, e assume a posição de inverso e complementar ao homem. Contudo, a inferioridade da mulher ainda se mantém viva, mesmo diante deste fato. Mais que isto, de acordo com o autor, a bissexualização acentuou o domínio masculino sobre o feminino, fazendo produzir e reproduzir o estereótipo e estigma que a mulher carrega, ao apontá-la como inferior, frágil e movida pelas emoções. A metamorfose da significação da mulher apenas reiterou a supremacia masculina.

Coutinho (1994) ao se dedicar às mudanças nas relações na transição da sociedade feudal para a burguesa, aponta alguns elementos, como a individualidade, a intimidade, os sobrenomes e identidades pessoais que marcaram esta passagem. Esta nova instituição que se aflora no surgimento da sociedade capitalista burguesa traz a tona também, por meio do matrimônio por amor e do contrato matrimonial, a criação da família nuclear (pai, mãe e filhos). Coutinho (1994) aponta que nesta conjuntura ocorreu a “Revolução Sentimental XVIII”, que significou o aparecimento do amor conjugal e materno, e o sentimento de intimidade do lar.

De acordo com o autor com a ascensão da burguesia, o afloramento da sociedade capitalista industrial e a nova concepção de família – fundamentada no amor romântico -, a mulher se torna ainda mais submetida a vida doméstica. A mulher passou então, a ser a





responsável pelos cuidados dos filhos e do marido - este cada vez mais ausente ao trabalhar fora de casa – e isolou-se à esfera privada doméstica, vivendo em função dos outros e esqueceu-se de si.

A mulher passa a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior — o mundo do trabalho —, que deveria ficar sob o encargo do homem (COUTINHO, 1994, p. 29).

Porém, como ressalta Perrot (1988), mesmo havendo a separação do espaço público para o homem, e o privado à mulher, os limites entre estas duas esferas era bastante variável e sinuoso, uma vez que o poder central cabia ao pai. A mãe, por sua vez, era responsável por construir e reconstruir uma moral doméstica que proporcionasse sentido as suas ações.

Em meados do século XIX, diante dos baixos salários dos operários, e para aumentar a renda familiar, a mulher se viu na necessidade de começar a desempenhar atividades laborais fora do espaço privado do lar. E nas fábricas, participando diretamente da produção, a mulher reconquista, assim, uma importância econômica. Beauvoir traz, então, uma questão que se faz presente nessa nova situação: como conciliar a escravização à função geradora que cabia a mulher, com o seu novo papel de trabalhadora produtiva?

A autora aponta que o preservativo (antes utilizado como produto antivenéreo) e a prática do *coitus interruptus* começaram a serem utilizadas, inclusive entre os operários, de forma a evitar a reprodução.

Logo, para Beauvoir (1980), a junção desses dois fatores, a participação no trabalho produtivo e a libertação da obrigação à reprodução, que fomentaram a evolução da condição da mulher no *socius*. Foi a partir deste momento que a mulher começou a perceber o trabalho como algo que poderia proporcionar-lhe certa autonomia, porém, como afirma Ramalho (2014, p. 40),

Ainda assim, o privilégio econômico detido pelos homens, seu valor social, o prestígio do casamento, a utilidade de um apoio masculino, persistiram e fizeram com que muitas mulheres continuassem necessitando dos homens, os quais permaneceram fundamentando a maneira como elas se viam e eram vistas.



Em meados do século XIX, como esclarece Alves e Pianguy (1985), apresenta-se a primeira onda do movimento feminista, o sufragismo<sup>1</sup>, que reivindicava por direitos democráticos para as mulheres, como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho.

Os acontecimentos que se desenrolaram na segunda metade do século XX, por sua vez, trouxeram intensas mudanças no seio social. No final dos anos de 1960 surge a segunda onda do movimento feminista, juntamente com os movimentos contestatórios da época. Além das reivindicações já postas no primeiro movimento, este questiona a influência da cultura nas desigualdades. Este período foi marcado pela liberação sexual, impulsionada pelo aumento dos contraceptivos (COSTA, 2011).

O terceiro momento da luta feminista, como afirma Costa (2011) começou a se apresentar no fim da década de 1970, com a luta de caráter sindical, e já em 1990 houve a expansão e diversificação de organizações feministas.

Atualmente há de se convir que a mulher conseguiu ultrapassar os muros do lar, ocupando espaços ora ocupados somente pelos homens. Contudo, mesmo com a diminuição da dominação masculina, a mesma ainda não se extinguiu, e se manifesta sutilmente nas relações sociais. A racionalidade harmoniosa que se aprofundou no século XIX, ainda se mantém até os dias atuais, onde cada sexo apresenta funções, sentimentos e papéis vistos como inerentes à sua natureza, onde o poder simbólico se faz presente no masculino e a submissão ao feminino.

Portanto, aquilo que é lembrado ou esquecido ao longo da história não é eterno e natural, mas sim uma práxis de eternização que se dá através das instituições. Os comportamentos e papéis assumidos pelos sujeitos são influenciados pelas relações sociais, onde a tradição e a cultura são repassadas de geração a geração ao longo dos anos. Os homens e as mulheres, pertencentes aos grupos sociais, conscientemente ou não reafirmam os valores apreendidos e os retransa às gerações futuras. Compreende-se, assim, a necessidade de se dedicar a memória social, pois é a partir dela que se constrói as ressignificações das relações de gênero e o sentimento de identidade.

---

<sup>1</sup> O movimento sufragista, iniciou em 1848, nos Estados Unidos. Tal movimento denunciava a exclusão da mulher do espaço público. No Brasil, o movimento tomou corpo em 1910, a partir da fundação do Partido Republicano Feminino pela professora Deolinda Daltro (ALVES; PITANGUY, 1985).



### 3 O ser mulher no contexto da memória social

De acordo com os apontamentos elucidados nos itens anteriores verifica-se que as significações do *ser mulher* se transformaram ao longo do tempo. Contextos sociais influenciaram ressignificações que transformaram decididamente o papel e a representação da mulher na sociedade ocidental moderna.

Contudo, compreende-se que ela recebe, ao nascer, através dos processos de socialização, um conjunto de normas referentes aos modos de pensar, representar, agir e sentir que reforçam os estereótipos e preconceitos do gênero. Este é arbitrariamente imposto a ela, diante de uma construção social altamente masculinizada.

É importante que se conceba a memória diante dos quadros sociais nos quais ela se ancora e se mantém e que orientarão a materialização do tempo, do espaço, da representação e da linguagem. São diante destes dispositivos que os grupos se utilizarão para constituir as suas representações e as suas lembranças compartilhadas socialmente. É no movimento duplo do lembrar e o esquecer, que os sujeitos se reportam ao presente, dando novos significados ao passado.

Halbwachs (2006) compreende que a memória age no sentido de produzir a identidade do grupo, por meio de processos de negociação que reforçam a coesão social. Os grupos que formam o meio social, na visão do autor, não se opõem e não chegam a uma ruptura que possibilite o surgimento de novos grupos. A memória, então, estaria apoiada em quadros sociais estáveis.

Convém, contudo, esclarecer, que a memória não é um espaço harmônico e homogêneo. Pelo contrário, ela é constituída por resistência no espaço das relações de poder, de forma a manter os valores e instituições de um grupo social. Pollak (1989), por conseguinte, entende a memória como um mecanismo de dominação e imposição, e não uma “adesão afetiva” como acreditava Halbwachs. Para o autor, a memória age no sentido de proporcionar coerência e continuidade na reconstrução da identidade do sujeito ou do grupo.

Alude-se que qualquer instituição para se manter e se reproduzir precisa de uma memória convergente a ela. Este é o caso da memória da submissão da mulher ao homem, simbolicamente imposta aos sujeitos.

Ricoeur (2007) ajuda nesta compreensão, ao trazer para o campo de estudo o fenômeno da “memória manipulada”. Tal categoria representa perfeitamente a institucionalização da dominação masculina.



Como esclarece o autor, esta memória se constrói e se reproduz no campo das relações de poder. A memória e o esquecimento neste cenário são constituídos e forjados de acordo com a lógica dominante. A manipulação da memória está expressa em processos ideológicos, fundamentais para a construção de narrativas, sendo estas necessárias para a construção e modificação das identidades. Ricoeur (2007) aponta a ideologia como um mecanismo de legitimação dos dispositivos do poder, articulando-o à cultura social.

Gondar (2000) salienta que a memória compõe o jogo do lembrar e o esquecer, uma vez que a mesma se constrói a partir de processos de segregação de que se diverge daquilo que se busca preservar. A exclusão, no entendimento da autora, se dá por meio do recalque, interdição, repressão ou censura, onde

A própria sociedade deseja ocultar tudo aquilo que poder revelar seus paradoxos, suas falhas, enfim, tudo aquilo que poderia comprometer a imagem – a ficção – que ela pretende fornecer sobre si mesma. Assim, ela não apenas se “esquece” destes elementos capazes de revelar sua alteridade consigo própria, como também se esquece deste esquecimento, e dos meios que utilizou ou utiliza para efetivá-lo (GONDAR, 2000, p.38).

Nestes termos, como afere a autora, não é necessário utilizar-se de força para se produzir o esquecimento, ficando o tempo responsável pelo mesmo. Isto pode ser representado quando Bourdieu (1995) trata o fenômeno da dominação masculina, por meio da violência simbólica, que em a busca da manutenção do poder, mascara-se e se infiltra no meio social, sujeitando homens e mulheres a esta lógica.

Desta forma,

O corpo biológico socialmente modelado é um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizadas sob a forma de posição e disposição elementares do corpo, que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (BOURDIEU, 1995, p. 156).

Diante do fenômeno da subordinação e submetimento da mulher ao homem, que vem sendo mantido e naturalizado ao longo das gerações, constata-se que a memória pode ser um mecanismo de poder, a partir do momento que ela reproduz valores e interesses dominantes. Este fenômeno é desenvolvido por Gondar (2000), onde a autora afirma que a memória pode ser efetivamente um instrumento de poder. Para travar esta discussão, a mesma traz para o campo de debates as contribuições de Foucault. Este entende que o poder além de selecionar as lembranças já constituídas, age também na produção do *o que lembrar*.



Gondar (2000) ressalta que para Foucault a produção de subjetividade é uma construção de memória. Mas cabe pontuar que o sujeito, diante das imposições sociais, responderá de maneira única e distinta, “constituindo processos de criação de si, isto é, processos de subjetivação, que escapam àquilo que os códigos estabelecem” (GONDAR, 2000, p. 34).

Todavia, a criação não combate o poder ou se assujeita a ele. Ela, na verdade, funciona como uma *doobra* – uma reduplicação – que se dá por cima da força, irrompendo-se o diferente e original, que ultrapasse essa dominação. A memória, aqui, é compreendida como uma resistência, como uma expectativa de criação, logo, “mais do que garantir a preservação do que passou, a memória pode ser uma aposta do porvir” (GONDAR, 2003, p. 42).

É diante disso que é possível vislumbrar o surgimento de uma memória que sobrepuja esta realidade em que a mulher é vista e apontada como inferior ao homem. Novas memórias dessemelhantes a esta vêm se formando, como pode ser percebido nas transformações da significação e representação do ser mulher ao longo dos anos. A dominação masculina se mantém, mas começa a ser coberta, sutilmente, por memórias frescas, pulsantes e insólitas que compreendem as mulheres enquanto atoras de suas histórias que não aceitam mais a subalternidade ilegítima imposta a elas.

## Conclusão

É notável que na atualidade a subordinação da mulher ao homem vem sendo sutilmente obscurecida, diante de fenômenos já apontados anteriormente como a sua grande inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e o aumento de sua participação em espaços públicos e políticos. Porém, as práticas de sujeição ao homem não foram esquecidas e são ainda uma realidade, formando os papéis que cabem as mulheres e aos homens, em suas relações para com o mundo e em suas relações de afeto.

Ao longo deste trabalho, tentou-se brevemente apresentar a categoria gênero, de maneira a corroborar que este assume um caráter performativo e normativo. A divisão sexual, aparecendo de modo objetivado cria hierarquias e dominações, onde o feminino se apresenta submetido ao masculino. Estas instituições, que são transmitidas ao longo do tempo, faz com que homens e mulheres internalizem o seu papel, utilizando este como âncora que ressignifica as relações de gênero.



A mulher, neste contexto, sem ao menos perceber, reproduz a subordinação em relação ao homem, cuja a memória tem criado naturalizações e generalizações que fazem das relações sociais e de dominação uma incessante reprodução do mesmo, de uma cultura altamente masculinizada.

Porém, isto não é imutável. Num segundo momento, foram apresentadas as construções das significações e papéis da mulher ao longo da história, aferindo que o *ser mulher* se transforma de acordo com as condições sócio-espaciais. Este caminho trilhado afirma o fundamento de que as representações que estão em torno da mulher não são naturais, a-históricas e inalteráveis.

Mas o transpassar destas intuições, papéis, significações e identidades se fundamentam numa memória que se estende ao social, atuante no processo de construção das relações sociais e as vivências do cotidiano. A cultura e os modos de vida possuem uma relação na constituição e elaboração dos comportamentos das gerações atuais e futuras, em que a memória social reconstrói essas lembranças.

Não obstante, por se tratar de uma memória construída, manipulada, carregada de contradições e de correlações de força, ela é passível a transformação, a criação. O poder, enquanto forma de subjetivação e sujeição, abre espaço para as resistências. Isso pode ser percebido no surgimento de novas e pulsantes memórias que fazem com que esta cultura altamente masculinizada não se suporte como antes. As mulheres vêm conquistando novos espaços, lutando contra as desigualdades e violências por elas sofridas. Elas têm levantado as vozes para dizer que não aceitam mais esta posição de subalternidade frente aos homens. Elas caminham em busca de construir um futuro diferente, produzindo inventivamente espaços onde a liberdade descobre e cria o novo, que se desdobra sobre o poder que está posto.

## Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é FEMINISMO*. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100007)>. Acesso em: 20 junho 2014.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. v.2, 1980.



- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*; tradução Maria Helena Kühner. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder*. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Maria Lucia Rocha. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. Disponível em: < <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf> > Acesso em 23 de Junho de 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. *A Face e o Verso: estudos sobre o homoerostimo II*. São Paulo: Escuta, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.
- GEBARA, Ivone. *Teologia Feminista*. In: Curso de Verão: Ano V. (Org. José Oscar Beozzo). São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Teologia Popular)
- GOFFMAN, Erving. *Estigmas, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan. 4. ed. 1988.
- GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: BARRENECHEA, M. A.; GONDAR, J. (Org.). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I.; GONDAR, J. (Org.) *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LAQUEUR, Thomas. Amor veneris, vel dulcedo appelletur. In Naddeff, R., & Tazi, N. (Eds.). *Fragments for a History of the Human Being*. Part 3. New York: Michel Feher, 1989.
- MOREIRA, Virgínia.; BORIS, Georges.; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*. v. 23, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a21v23n2.pdf> >. Acesso em 18 junho 2014.





NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral* (Tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> >. Acesso em 21 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

RAMALHO, Thalita. *Memórias do feminino na obra de Walter Hugo Khouri*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. (Dissertação de Mestrado em Memória Social).

RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.



## APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO DE IDOSOS

GONÇALVES, Edyane Maria de Souza  
*Mestranda do Programa de Mestrado em  
Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais,  
Universidade de Taubaté  
edyanesouza.mdh@gmail.com*

LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus  
*Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Mestrado em  
Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais,  
Universidade de Taubaté  
marluce@unitau.br*

595

### RESUMO

Considerando que ensinar não é somente transferência de conhecimento, e que ensinar e aprender constitui um esforço para melhorar o ensino, este estudo analisa como a aprendizagem e o desenvolvimento na formação docente vem ocorrendo mediante o contexto contemporâneo de educação de idosos. Trata-se de um estudo de caso como um tipo de pesquisa qualitativa, realizado em um programa de extensão universitária no eixo da gerontologia educacional, em uma instituição de Ensino Superior do interior do Vale do Paraíba Paulista, sendo a amostra composta por seis docentes. Utilizou-se o grupo focal como meio de entrevista e um questionário para conhecer as características pessoais do grupo. Os resultados indicam que aprender e se desenvolver faz parte de um processo contínuo da formação docente. Que ao se trabalhar com adultos maduros e idosos observam autodesenvolvimento, estimula cada um a ser responsável por sua aprendizagem ficando aberto à experiências e agregando para si um processo de mudança à medida que envelhecemos.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Formação Docente. Educação de Idosos

### ABSTRACT

Whereas teaching is not only knowledge transfer, and that teaching and learning is an effort to improve education, this study examines how learning and development in teacher education is occurring through the contemporary context of education elderly. This is a case study as a type of qualitative research conducted in a university extension program on the shaft of educational gerontology in an institution of higher education in the inland of Vale do Paraíba Paulista, in a sample of six teachers. We used the focus group as through interviews and a questionnaire to know the personal characteristics of the group. The results indicate that learning and developing is part of a continuous process of teacher education. That when working with mature adults and seniors encourages each to be responsible for their learning being open to their experiences and adding themselves to a process of change as we age.

**Key-words:** Learning. Teacher Training. Senior Education



## 1 introdução

Ensinar e aprender são processos concomitantes e indissociáveis, pois ao executar um, se está realizando o outro. Quem ensina tem de gostar de pessoas, enquanto modelo, deve também ser exigente consigo mesmo e para quem ensina. Deve manter um clima que seja desafiante e motivador, incentivando o aprendizado para aqueles que ensinam em relação a aprendizagem no espaço da escola. O encontro entre a teoria e a prática, onde um é o sujeito e o outro objeto, é reforçado pelo docente como forma de aproximação do conhecimento, professor e aluno são sujeitos da construção de seus saberes. A respeito disso Paulo Freire (1996, p. 59) afirma

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado.

Como elemento estratégico, a aprendizagem é importante no processo de desenvolvimento humano. No caso de adultos, não se trata de uma aprendizagem simples, mas uma aprendizagem social e significativa.

Jacques Delors (1998), em seu livro Educação: um Tesouro a Descobrir, aborda quatro pilares sobre educação neste século 21. Segundo ele a educação deve se organizar em torno de quatro aprendizagens, consideradas fundamentais ao longo da vida, que para cada indivíduo serão de algum modo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** é aprender a aprender, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, tornar a pessoa apta para inúmeras situações, para poder agir sobre o meio que a envolve; **aprender a viver juntos**, é viver com o outro, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e **aprender a ser**, é contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, ver seu potencial e seus objetivos. Neste trabalho, o foco da investigação recai sobre a aprendizagem do adulto-professor, que requer dele ferramentas para a criação, desenvolvimento, compartilhamento e aplicação do conhecimento. Trata-se de um recorte de uma pesquisa, focalizando este adulto-professor que atua com outros adultos, que aqui foram categorizados como adultos maduros e idosos reunidos em um dado contexto educativo.



Ressalta-se que este contexto educativo caracteriza-se como uma prática de educação não formal, entendida como aquela voltada para o ser humano como um todo, homens e mulheres, numa perspectiva da emancipação (GOHN, 2006).

## 2 objetivo

Analisar como a prática de docentes com alunos adultos ocorre em um contexto socioeducativo de educação no âmbito da extensão universitária.

597

## 3 método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, do tipo estudo de caso, direcionada à investigação de significados das experiências humanas, para proporcionar maior familiaridade com o problema (LAKATOS, MARCONI, 2011). Yin (2001) afirma que o objetivo do estudo de caso é explorar, descrever ou explicar situações e relações presentes em um determinado caso, investigar o fenômeno dentro de seu real contexto.

A população total da pesquisa, à época era de 13 docentes, que atuam diretamente em um programa de extensão universitária no eixo da <sup>1</sup>Gerontologia Educacional, para adultos acima de 50 anos, a maioria idosos, em uma instituição de Ensino Superior do interior do Vale do Paraíba Paulista.

Os instrumentos utilizados foram um questionário para identificação de dados pessoais e a técnica do grupo focal, que Morgan (1997) define como uma técnica de pesquisa qualitativa, não-diretiva, derivada de entrevistas grupais, em que as informações são coletadas por meio das interações entre pessoas e um questionário para conhecer as características pessoais do grupo estudado.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté sob o nº 25464013.0.0000.5501 e a autorização da instituição, iniciou-se a coleta dos dados entre os meses de Dez/2013 e Mai/2014.

Os participantes da pesquisa foram contatados por email e telefone convidando-os para o grupo focal. Após serem esclarecidos sobre o objetivo do estudo, os docentes que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



(TCLE), sendo-lhes garantido o sigilo da identidade pessoal e do local onde trabalham, bem como a saída do estudo a qualquer momento, se assim desejarem. Oito docentes foram convidados para o Grupo Focal, entre os quais, seis compareceram.

A análise dos dados coletados envolveu a utilização de procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível a análise por parte do pesquisador. Para isso foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), elencando as temáticas que emergiram do texto, agrupando-as pelas afinidades e diferenças que apresentaram. A autora refere que a análise de conteúdo consiste em: um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011, p. 38). Os achados foram discutidos à luz de teorias da aprendizagem de Cachioni (2003), Vital (2005), Pavarini *et al* (2005), Fazenda (1994), Papaléo Netto (2006), Debert (1999) e outros.

#### 4 resultados e discussão

Dos treze docentes participantes, dez responderam ao questionário, cujos dados relativos à faixa etária são apresentados na tabela 1.

Tabela 1- Perfil dos docentes do programa de extensão, relacionados à idade

<b>Características</b>	<b>Nº</b>
<b>Sexo</b>	
Feminino	8
Masculino	2
<b>Faixa Etária</b>	
36-40	1
41-45	1
46-50	3
51-55	1
55-60	3
Acima de 60 anos	1
Não responderam	3
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2014.



Sobre as características pessoais dos docentes, obteve-se uma amostra por idade e sexo, que responderam ao questionário, oito são mulheres e dois são homens, conforme apresentado. Este dado corrobora os achados de Cachioni (2003, p. 90) de que “[...] o magistério em todos os seus níveis é uma profissão majoritariamente feminina”.

Ao observar os dados, chama a atenção o fato de a proporção maior ser de mulheres neste grupo, sendo a faixa etária entre 36-50 anos e 51-60 anos.

Os dados relativos à formação dos docentes mostraram que quatro deles possuem formação em nível de mestrado, três doutorado, dois com especialização e apenas um com graduação. Há maior concentração de docentes na área de Ciências Humanas e Sociais, seguida das áreas de Ciências Biológicas e Exatas.

Verifica-se que os cursos de formação dos docentes, são de diferentes áreas como Enfermagem (1), Letras (2), Psicologia (3), Educação Física (1), Matemática (2) e Fisioterapia (1).

Observa-se, portanto que estes docentes embora sejam de áreas diferentes, todos oferecem contribuição à educação de idosos.

#### 4.1 Análise do Grupo Focal

A sistematização dos dados submetidos à análise de conteúdo permitiu categorizá-los. (BARDIN, 2011), após a sua análise e interpretação. As categorias geraram subcategorias temáticas que melhor se relacionavam aos relatos dos docentes.

No sentido de garantir a confidencialidade dos participantes da pesquisa, cada um foi identificado da seguinte maneira: (D) Docentes e D1, D2, D3, D4, D5 e D6.

Tabela 2 – Análise de conteúdo do grupo focal por categorias e subcategorias.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>4.1.1 Motivos para atuar neste programa</b>	- Modelos de velhice na família - Ser um docente maduro/idoso
<b>4.1.2 Desafios profissionais</b>	- Perfil Atual do idoso - Falta de preparo (capacitação) na área gerontológica
<b>4.1.3 Formação</b>	- Características da profissão
<b>4.1.4 Processo ensino-aprendizagem</b>	- Avaliação do processo
<b>4.1.5 Percepção da velhice</b>	- Aspectos biológicos e psicossociais



#### 4.1.6 Presença da afetividade entre docentes e discentes idosos - Importância da Afetividade na Relação

##### 4.1.1 Motivos para atuar neste programa

Inicialmente foi colocado aos docentes como tema do debate no grupo focal o questionamento: por que trabalhar com idosos, quais foram os motivos para atuar neste programa?

Quando se implantam programas de educação e ou extensão voltados aos idosos, as instituições de ensino superior buscam em seus quadros ou fora dele docentes interessados em trabalhar com a população de adultos maduros e idosos e neste estudo de caso não foi diferente (CACHIONI, 2003).

Na fala dos participantes do grupo focal, mostraram-se alguns fatores que trouxeram estes docentes para este programa:

*“Afinação com o idoso” (D4);*

*“[...] estar nesse momento com essas pessoas, isso já vem desde a minha infância, porque eu tive um avô muito alegre, muito presente [...]” (D2);*

*“Mas o maior feedback que você tem é quando alguém fala assim: Sabia que ela trabalha para o idoso?” (D3);*

*“O que me trouxe pra estar nesse programa é essa oportunidade de estar sempre aprendendo, com pessoas que tem mais experiência [...]” (D5);*

*“[...] a convite, não tinha muita afinidade com ‘velhos’ [...]” (D1).*

De acordo com Vital (2005) como a educação de idosos no Brasil é uma atividade recente, ainda não tem o perfil desejado de docentes para estes programas de educação.

Mas para alguns o motivo aconteceu dentro de seu contexto familiar, tiveram **modelos de velhice na família** que os influenciaram positivamente: *“[...] tive avós muito carinhosos, muito próximos de mim a minha infância toda” (D5).*

Outro, de forma negativa, indica que: *“Eu tinha desistido dos velhos [...] Por questão familiar, uma avó terrivelmente dura... eu tinha desistido dos velhos. Para mim não era uma necessidade o convívio, o contato [...]” (D1).*





No entanto, até mesmo na ausência destes modelos, este docente faz uma reflexão sobre esta pergunta e diz: *“Então, às vezes eu fico me perguntando também isso, porque eu fui trabalhar com idosos?”* (D3). Em seguida justifica: *“[...] fui justamente o contrário, eu sou muito carente de velhos, porque eu nasci depois de muito tempo as minhas irmãs já eram adultas, e eu não tive contato com os meus velhos da família”* (D3).

O fato de um dos docentes **ser também idoso** e ter feito parte do programa, apareceu como motivo interessante: *“E aqui eu entrei primeiro como aluna. Fiz computação, adorei o projeto, adorei os cursos!”* (D5).

Observou-se que os professores continuamente contribuem com novidades, se atualizam, não com isso desconsiderando os conhecimentos e experiências que possuem na área.

#### 4.1.2 Desafios profissionais

Observou-se na afirmação: *“Quando um professor entra na sala de aula, ele é uma pessoa e ao sair é outra.”* que muitos são os desafios encontrados por estes docentes, para se trabalhar com adultos maduros e idosos, um deles estar dispostos a trabalhar de maneira reflexiva, aberta às exigências educacionais do público. A educação para adultos maduros e idosos passa a ser vista como oportunidade. *“[...] que a gente tem que buscar se aprimorar, conhecer o que é o processo de envelhecimento”* (D4). *Quando me perguntaram: “Você sabe trabalhar com velho?” Eu falei: “Eu não.” “Então você vai trabalhar.”* (D3)

Desafios estes que podem proporcionar uma revisão da percepção que se tem sobre esta população de hoje, o **perfil atual do idoso**, que já não é mais o mesmo *“[...] vendo aqueles idosos de 1991 e vendo hoje, houve uma mudança grande, muito diferente [...] quando o professor é muito jovem às vezes eles não querem respeitar”* (D3).

*“O perfil também do idoso era um, mas o perfil mudou. Eles também eram de outro tempo. De forma que exige que a gente também mude o nosso perfil, pessoalmente compreendendo essas questões pra poder dar conta.*



*Mas o que tem pra velhice de tão assim, diferente que você precisa até estudar?”(D3).*

A preparação e/ou capacitação dos docentes para trabalhar com este segmento da população, é imprescindível, pois se necessita de profissionais que conheçam a realidade do idoso, a inexistência de uma metodologia exclusiva voltada para o trabalho com adultos maduros e idosos é evidente (DA SILVA OLIVEIRA, 2004).

#### 4.1.3 Formação

Esta categoria evidencia o que foi levantado no grupo focal quanto à formação do docente para o seu trabalho com os idosos no qual um deles lembra ter se autoquestionado: *“Você trabalha mesmo com idoso? O que faz o idoso?”*, *“Mas precisa estudar para trabalhar com velho?” (D3).*

Lembra-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) tem como objetivo formar e desenvolver pessoas para atender às questões da sociedade. No contexto de educação de adultos maduros e idosos a formação consiste em profissionais para serviços destinados a esta população (VITAL, 2005), ou seja, com uma formação gerontológica adequada para suprir as novas necessidades dos idosos e aos fatores relacionados ao envelhecimento.

Segundo Cachioni (2003, p. 26) a “[...] formação de recursos humanos para o trabalho com idosos ocorre através da capacitação técnica de profissionais e da formação de pesquisadores”, o que é corroborado por um dos participantes: *“A formação é importante em gerontologia, no trabalho, eu acho que ela faz toda a diferença, quando a gente tem uma formação para que a gente possa trabalhar com essa população” (D3).*

Como o número de idosos no Brasil e no mundo cresce a cada dia, com isso cresce também novas demandas de educação e cuidados para esta população, que de acordo com o IBGE (2011) dobrou nos últimos 20 anos no Brasil. As pessoas com mais de 60 anos (idosos), somam 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro apontado no ano de 1991.

Isso significa que num futuro próximo suas necessidades poderão não ser supridas pela formação dos profissionais disponíveis no mercado hoje, que geralmente



não visam, na prática, à interdisciplinaridade entre os campos disciplinares; fato imprescindível à Gerontologia.

Um curso em gerontologia não deve limitar-se a “juntar” um pouco de cada profissão, mas formar um novo profissional capaz de compreender o processo de envelhecimento e atender esta população pautado nos conhecimentos das ciências biológicas, humanas e exatas (PAVARINI; MENDIONDO; BARHAM; VAROTO; FILIZOLA, 2005, p. 401).

Os docentes participantes desta pesquisa são oriundos de diferentes áreas do conhecimento, que apresentam potencial de contribuição para atualização e conhecimentos dos idosos, pois, como indica Cachioni (2003) a formação de recursos humanos neste campo, deve ter a interdisciplinaridade como fio condutor.

A interdisciplinaridade é aquilo que se realiza com a cooperação de várias disciplinas, termo assim denominado pelo sociólogo Louis Wirtz em 1937. A interdisciplinaridade sugere a existência de um conjunto de disciplinas que são interligadas e com relações definidas (FAZENDA, 1994).

No caso da gerontologia educacional, trata-se de

[...] um campo interdisciplinar que se desenvolve no âmbito da evolução da educação de idosos, da formação de recursos humanos para lidar com a velhice, e na mudança das perspectivas das sociedades em relação aos idosos e ao envelhecimento (CACHIONI, 2008, p. 92).

Neste sentido, Cachioni e Neri (2004, p.104) afirmam que

[...] a formação de recursos humanos em gerontologia, incluindo a formação de professores de idosos, é de fundamental importância social, não só pelos benefícios que podem advir para os idosos, mas também para promover mudanças culturais nas concepções sociais sobre velhice.

De acordo com Bissoli e Cachioni (2011) formar recursos humanos em gerontologia está diretamente ligado à qualidade de vida na velhice, uma vez que essa é decorrente da relação entre as condições físicas, competências comportamentais do idoso e as condições ambientais.

Em relação às **características da profissão** a formação técnica faz parte da capacidade que o docente deve trazer da sua formação acadêmica, por isso o professor



deve buscar formação contínua, a aprendizagem é um processo envolvente por natureza. Mesmo que aqui se refira à uma prática da educação não-formal, porque a aprendizagem deles enquanto docentes, então, parte do princípio de que ao ensinar, também se aprende.

#### 4.1.4 Processo ensino-aprendizagem

Quando questionados sobre como ocorre a prática docente, especialmente sobre a metodologia que utilizam em suas aulas para os idosos, de uma maneira geral, os professores não registraram dificuldades para com esse trabalho, apenas apontam algumas particularidades relacionadas à docência para esta chamada “terceira idade”, entre elas, o respeito pelos alunos.

Tal questão, embora deva estar presente em qualquer contexto e com qualquer público, especialmente na educação, o fato é que sempre é possível aprender com os alunos, pois, esse processo transforma as pessoas, reciprocamente, a cada dia, quando se está aberto a ele. A educação é a mola propulsora do comportamento, da forma de pensar em valores, crenças e expectativas sociais e individuais a respeito da velhice (BISSOLI; CACHIONI, 2011).

#### 4.1.5 Percepção da velhice

Constata-se que nem sempre as pessoas são familiarizada com a questão de olhar para si próprios, para os pais, avós, filhos, sobrinhos, amigos, do ponto de vista de observar o que é envelhecer, permitindo questionar, afinal o que é ser velho.

O envelhecimento é um processo, a velhice um período da vida, uma consequência natural deste processo é o ser velho ou idoso, assim chamados os que tem acima de 60 anos, é o resultado (PAPALÉO NETTO, 2006).

Na visão de Sara Goldman (2003, p.71)

[...] o envelhecimento é um processo complexo que ocorre em cada pessoa, individualmente, mas condicionado a fatores sociais, culturais e históricos, que vão rebater na sociedade como um todo, envolvendo os idosos e as várias gerações.



Na compreensão de Beauvoir (1990) velhice é o que acontece aos seres humanos que ficam velhos, que em seu livro ‘A Velhice’ (1990, p.8) refere que o conceito de velhice para a sociedade

[...] aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar [...]. com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias.

Em seus relatos, estes docentes se perguntam o “[...] *que acontece com uma pessoa quando ela envelhece, quais são as limitações que ela tem, quais são as alterações que acontecem, como é o dia a dia da vida do idoso*”. (D4)

Na concepção de Mascaro (1997, p.09) “[...] a velhice é uma fase natural da vida e não há como fugir deste ciclo: nascimento, crescimento, amadurecimento, envelhecimento e morte”. Apesar de ser um fenômeno comum a todas as espécies, faz-se necessário refletir acerca do processo de envelhecimento.

Trabalhar com esta população fez com que os docentes pensassem mais em si mesmos, no sentido de “[...] *buscar se aprimorar, conhecer o que é o processo de envelhecimento*” (D6),

De acordo com Py (2006, p.113-114):

As questões do envelhecimento suscitam grandes dúvidas, perplexidades, discussões. Interessam a todos nós, seres humanos envelhecendo. Interessam aos que já estão velhos e, também, aos adultos, aos jovens, às crianças que estão cursando esse processo. Nesse percurso, seguimos todos envelhecendo, com a tarefa humana de criar significações para os fatos que marcam a nossa existência.

Entretanto, até que ponto precisa-se conviver com os mais velhos para se tomar consciência do próprio processo de envelhecimento, embora, sejam evidentes as manifestações da velhice, caracterizadas pela redução da capacidade funcional, perda do papel perante a sociedade, eventuais perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Tais manifestações podem ser observáveis, nas pessoas mais-velhas,-quanto aos **aspectos biológicos e psicossociais**. Neste sentido é que foi criado o campo da Gerontologia, como um ramo da ciência que se propõe a estudar o processo de



envelhecimento em seus aspectos bio-psico-sociais e os múltiplos problemas que possam envolver o ser humano (BEAUVOIR, 1990). A autora lembra ainda que, uma vez que para as pessoas é o outro que é velho, a revelação da própria idade vem através dos outros, alguns se parecessem velhos aos 45 anos e outros se consideram jovens aos 70.

A busca da longevidade sempre foi motivo de preocupação para todos, envelhecer é um processo natural, que está ligado à capacidade física, à condição de produtividade social. O envelhecimento é percebido de modo diferente de uma pessoa para outra: “[...] eu acho que eles têm uma coragem muito grande, de fazer recusas do que eles não querem, acho isso muito legal, muito bonito, isso também é um aprendizado, eu estou esperando uma hora pra eu poder tudo que eu quero dizer!” (D1). Assim, ser idoso na visão destes docentes, também significa período de conquista.

#### 4.1.6 Presença da afetividade entre docentes e discentes idosos

Sobre a **importância de uma relação afetiva** entre professor-aluno, acredita-se que o docente não transmite apenas conhecimentos, mas pode também estabelecer uma relação afetiva com os seus alunos, o que facilita seu processo de ensino-aprendizagem. Piaget (1896-1980) foi o primeiro autor a questionar as teorias que tratavam a afetividade e a cognição como aspectos funcionais. Para ele não existe cognição sem afetividade. A afetividade também é concebida como o conhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem.

Os relatos que seguem ilustram esta questão.

*“Eles vieram buscar companheirismo, amizade” (D1).*

*“É um carinho muito grande, é uma troca muito grande”. (D4).*

A afetividade funciona como chave potencializadora do processo ensino-aprendizagem, tudo indica que, do ponto de vista dos alunos, a maior qualidade do professor está em seu domínio afetivo. O aluno estabelece uma relação de troca, de



acordo com Vital (2005, p. 15) “[...] o processo educativo na dimensão gerontológica trabalha com a totalidade do ser, ou seja, de maneira multidimensional, o afeto é tão importante quanto à razão, o espírito, o corpo, a arte, a alegria de viver”.

Todavia, esta é uma relação que não se atribuí apenas à transmissão de conteúdo, pois, como Arantes (2000) afirma, na perspectiva genética de Wallon, a inteligência e afetividade estão unificadas: para que a afetividade evolua, ela depende das construções realizadas no plano da inteligência, ao mesmo tempo em que a evolução da inteligência depende das construções afetivas. No entanto, Wallon reconhece que, ao longo do desenvolvimento humano, existem fases em que predominam o afetivo e fases em que predominam a inteligência. Defendia que o processo de evolução do ser humano, dependia tanto da capacidade biológica quanto do ambiente, que o afeta de alguma forma. Um dos participantes docentes entrevistados afirmou isto.

*O que eu tenho observado no núcleo que eu trabalho aqui, é que as pessoas vêm, no intuito de dançar, de cantar [...] estão pedindo socorro, em suas palavras às vezes no diálogo, então você tem que estar atento a isso (D5).*

Supõe-se que a **importância da afetividade na relação professor aluno** e seu grau é identificado também por conta do volume de mulheres que frequentam o programa, que naturalmente estabelecem relações afetivas com mais facilidade que os homens. Segundo Freitas (2006), no Brasil, a maioria das pessoas idosas é do sexo feminino, uma vez que os homens têm uma participação menor em programas de educação permanente “*É um carinho muito grande, é uma troca muito grande. Eles já não tratam você como professora. É a amiga, é a netinha, é a sobrinha, é sempre assim [...]*” (D2).

De acordo com Debert (1999) a maioria das ações destinadas à população idosa é frequentada pelo universo feminino, as mulheres mais do que os homens, participam de atividades, cursos, viagens e se adaptam melhor quando saem do mercado de trabalho, tendem a permanecer mais tempo nestes espaços, o que estes docentes também constatam no programa estudado:

*“Elas como pessoas extremamente curiosas, muito inteligentes, extremamente interessadas e abertas para as novas informações” (D1).*





*“E elas têm uma carência muito grande de atenção também, isso é bem visível, a carência de atenção delas, isso às vezes até chega atrapalhar, porque você tem que saber se distribuir na hora [...]”(D1).*

Observa-se na literatura que pouco se fala em educação de adultos, além da relacionada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) de letramento. No entanto, é uma prática muito antiga e objeto de estudos científicos já há algum tempo. A andragogia, termo criado por Alexander Kapp em 1833, é o nome dado à ciência que trata da aprendizagem de adultos, que vem do grego *andros* – adulto e *gogos* – educar. Segundo Bellan (2005) esta ciência ao estudar como os adultos aprendem, busca compreendê-lo a partir da sua perspectiva biológica e da sua relação social.

Knowles (1988) acreditava que as pessoas quando se tornam adultas e maduras, sofrem algumas transformações, passam a ser indivíduos independentes auto-direcionados; acumulam experiências de vida que vão ser fundamento e substrato de seu aprendizado futuro; seus interesses pelo aprendizado se direcionam para o desenvolvimento de habilidades, que utilizam no seu papel social e na sua profissão; passam a esperar uma imediata aplicação prática do que aprendeu, reduzindo seu interesse a conhecimentos que serão úteis no futuro.

Nesse sentido, as características da aprendizagem na Pedagogia e na Andragogia são diferentes. Na pedagogia o professor é o centro das ações, ele decide o que ensinar como ensinar e avalia a aprendizagem dos alunos; na andragogia a aprendizagem é centrada no aluno, na independência e na auto-gestão da aprendizagem, na disposição do adulto em iniciar o processo de aprendizagem, à medida que ele compreende sua utilidade seja no âmbito pessoal ou profissional. Portanto, a formação do docente que com ela se ocupa é tão importante.

À guisa de conclusão, Cachioni (2003, p. 46) destaca que

[...] a educação para adultos maduros e idosos deve pretender no mínimo incrementar os saberes e os conhecimentos práticos, o saber fazer, o aprender e seguir aprendendo, e possibilitar o crescimento contínuo, as relações sociais e a participação social.

A sociedade tem se mostrado receptiva ao assumir a educação e formação de crianças e jovens, mas geralmente isso não acontece quando se é mais velho. Apesar de



todos os esforços, continua a prevalência social dos estereótipos negativos e preconceitos em relação à velhice.

A importância de proporcionar a educação continuada é assinalada para Cortelletti (2006, p. 25):

[...] ao longo da vida, garantir o bem-estar do idoso, sua inserção no meio em que vive e a reconstrução de sua identidade social, encontrando assim um novo significado para essa etapa da vida.

609

Por razões como essas, a Gerontologia educacional, que cuida da educação de idosos, tem como um de seus propósitos, serviços educativos, a fim de facilitar os processos de ensino-aprendizagem em adultos maduros e idosos como seres ativos em seu desenvolvimento intelectual constante. Em tal modelo, são beneficiados tanto aqueles que participam das atividades direcionados a este público, quanto os que dela se ocupam, neste caso, os docentes.

## 5 conclusões

Os resultados deste estudo podem ampliar os horizontes e instigar a elaboração de novos problemas. Sobre as reflexões dos docentes participantes deste estudo, constatou-se ser a maioria mulheres, na faixa etária entre 36-50 anos e 51-60 anos e com formação na área de Ciências Humanas e Sociais. Suas reflexões sobre a atuação junto aos idosos mostram como temáticas importantes: 1- **Motivos para atuar neste programa** (Modelos de velhice na família, Ser um docente maduro/idoso), 2 - **Desafios profissionais** (Perfil Atual do idoso, Falta de preparo (capacitação) na área gerontológica), 3 – **Formação** (Características da profissão), 4 - **Processo ensino-aprendizagem** (Avaliação do processo), 5 - **Percepção da velhice** (Aspectos biológicos e psicossociais) e 6 - **Presença da afetividade entre docentes e discentes idosos** (Importância da Afetividade na Relação).

A autora acredita que os resultados possam contribuir para que a temática torne-se foco de futuros estudos e para a reflexão de pesquisadores na área, com o objetivo de preencher espaços ainda existentes sobre a formação docente junto à população idosa.

O trabalho destes docentes com os adultos maduros e os idosos estimula cada um a ser responsável por sua aprendizagem; fazendo e criando seu próprio processo de



aprender e ficando aberto à suas experiências e agregando para si um processo de mudança à medida que envelhecemos.

No Brasil há escassez de recursos humanos com formação em Gerontologia para atuar na educação e no atendimento em geral aos idosos, cabendo às universidades e aos cursos de formação de professores, formar profissionais capazes de desenvolver conhecimentos para atuação junto à população que envelhece.

610

### Nota

<sup>1</sup>“A Gerontologia Educacional é um campo interdisciplinar que se desenvolve no âmbito da evolução da educação de idosos, da formação de recursos humanos para lidar com a velhice, e na mudança das perspectivas das sociedades em relação aos idosos e ao envelhecimento” Ver CACHIONI, M. Gerontologia educacional/ educação gerontológica. In: NERI, A.L. (Org.). **Palavras-chave em gerontologia**. 3a ed. Campinas (SP): Alínea, 2008, p. 92-94.

### Referências

ARANTES, V. Cognição, Afetividade e Moralidade. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.26, n.2, p.137-153, jul./dez.2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo; Edições 70, 2011.

BELLAN, Z. **Andragogia em Ação: como ensinar sem se tornar maçante**. Editora Z3, 2005, 156 pág.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1990.

BISSOLI, P. G. M; CACHIONI, M. Educação Gerontológica: breve intervenção em Centro de Convivência dia e seus impactos nos profissionais. **Revista Kairós Gerontologia**, 14(4). ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil, Setembro, 2011: 143-164.

CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade. Campinas, SP: Alínea, 2003.

CACHIONI, M.; NERI, A. L. Educação e Gerontologia: desafios e oportunidades. **RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, 99-115 - jan./jun. 2004.



CACHIONI, M. Gerontologia educacional/ educação gerontológica. In: Neri, A.L. (Org.). **Palavras-chave em gerontologia**.. 3a ed. Campinas (SP): Alínea, 2008, p. 92-94.

COPETTI, F. **Estudo exploratório dos atributos pessoais de tenistas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, 2001.

CORTELLETTI, I, A. Universidade: sua função social na promoção da velhice. CASARA, M, B.; CORTELLETTI, I, A.; BOTH, A. (Orgs.) **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

DA SILVA OLIVEIRA, F; DA SILVA OLIVEIRA, R. de C. O Ensinar e o Aprender com a Terceira Idade. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v. 3, n. 1, 2004.

DEBERT, G. D. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp/Fapesp; 1999.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1994. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, E. V. Demografia e epidemia do envelhecimento. In: PY, L. et al. **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. 2º ed. Holambra: Setembro, 2006. p. 15-38.

GOHN, M. da G. **Educação Não-formal, na pedagogia social**. Em Anais do 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social 2006, São Paulo (SP) [online]. 2006. Disponível

em:<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em 22 de maio 2014.

GOLDMAN, S. **Universidade para terceira idade: uma lição de cidadania**. Editora Elógica, 2003.

KNOWLES, M.S. **The modern Practice of Adult Education: From Pedagogy to Andragogy**. Cambridge Book Co, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASCARO. S. **O que é a velhice**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications, 1997.



PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia** - A velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Ed. Atheneu, 1996.

PAVARIN, S.C.I.; MENDIONDO, M.S.Z.; BARHAM, E. J.; VAROTO, V. A. G.; FILIZOLA, C.L.A. A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão? **Texto Contexto Enfermagem**. 2005 Jul-Set; 14(3):398-402.

PY, L. Envelhecendo e subjetividade. In: PY, Ligia et al. **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. 2. ed. Holambra: Setembro, 2006. p. 97-120.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia** I Campinas I 25(4) I 585-593 I outubro - dezembro 2008.

VITAL, S. S. **Afetividade e prática docente idosos**. Holambra: Segmento, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookmam. 2001.



## A UTILIZAÇÃO DA NARRATIVA E HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PRETO FORRO EM CABO FRIO

MANHÃES, Manuela Chagas

*Professor da Universidade Estácio de Sá (UNESA)*  
*manuelacmanhaes@hotmail.com*

VIEIRA, Taís Elaine do Nascimento

*Professor da Universidade Estácio de Sá (UNESA)*  
*taiselaine@bol.com.br*

613

### RESUMO

A sociedade brasileira foi moldada por um pensamento repleto de racismo e estigmas. Tais fatos repercutem na atualidade com diferentes enfrentamentos e dificuldades, que percorrem o desafio para efetivação de políticas públicas que ressignifiquem a história, a partir da igualdade social e do resgate da memória coletiva baseada no que a compõe: a diversidade cultural. Neste artigo demonstrará a relação existente entre Lei de Terras de 1850 e suas consequências no que se referem à desigualdade social e a exclusão sofrida pelos remanescentes de quilombolas. Para melhor compreensão fundamenta-se a partir de três eixos norteadores: (1) identidade cultural, memória coletiva e pertencimento; (2) história do direito e igualdade social, e, por último, (3) narrativa e história oral como meio de socialização e resgate da identidade dos membros da comunidade quilombola Preto Forro em Cabo Frio enquanto trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** memória coletiva, quilombolas, trabalhador rural.

### ABSTRACT

Brazilian society was molded by a thought full of racism and stigmas. Such facts reflect in the present with different debates and difficulties, which face the challenge of establishing public policies that re-interpret history, taking into consideration social equality and the rescue of collective memory based on what it is composed of: cultural diversity. This article shows the relation between the “Lei de Terras”, of 1850, and its consequences concerning the social inequality and exclusion the last members of “quilombolas” suffer. In order to make the situation clear, there are three guiding axes: (1) cultural identity, collective memory and sense of belonging; (2) the history of rights and social equality and (3) narrative and oral history as a means of socialization and rescue of identity of the members of Preto Forro “quilombola” community in Cabo Frio as rural workers.

**Key-words:** collective memory; “quilombolas”; rural workers.

### 1.0. Introdução

"Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que falei de exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado. (...) A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada”  
(Guimarães Rosa – *Grande Sertão: Veredas*)



É fato que em nossa sociedade construída pelo mito das três raças, foi moldada por um pensamento repleto de racismo, preconceitos e estigmas os quais são mantidos até hoje. Além de questões simbólicas refletidas no cotidiano dos diferentes grupos sociais que passam por processos de exclusão social, temos na atualidade diferentes enfrentamentos e dificuldades, que percorrem o desafio para efetivação de políticas públicas que refaçam, ressignifiquem a história da sociedade brasileira, tendo como base a Constituição Federal de 1988, em que se trabalha para uma sociedade democrática, garantindo a cidadania a partir da igualdade racial e da preservação de nossa história e memória coletiva baseada no que nos compõe: a diversidade cultural.

Dessa forma, este presente trabalho pretende traçar a relação da institucionalização da lei da terra promulgada no final do século XIX e o processo de exclusão social ocorrido com os ex-escravos e seus descendentes quilombolas, que perpassam até hoje por ausência de equidade socioracial, vivendo então numa falsa democracia, numa falsa liberdade sem condições de para o desenvolvimento socioeconômico. Assim buscando entender tais questões compreende-se a relevância se houvesse a aplicabilidade e a efetivação de políticas sociais que formam o pano de fundo das estratégias do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e do Programa Brasil Quilombola (PBQ) para que trouxessem um possível desenvolvimento social, político e econômico dos trabalhadores rurais e remanescentes de Quilombo Preto Forro, que está localizado em Cabo Frio (Região dos Lagos: RJ).

## 2.0. Desenvolvimento

### 2.1. História do Direito dos Remanescentes de Quilombolas enquanto trabalhadores rurais.

Pretende-se realizar uma abordagem histórica do direito que não seja pautada na tradição normativa excessivamente formal, mas que sirva para modificar e auxiliar na recriação da realidade vigente, especialmente no que diz respeito a efetivação de direitos já previstos na Carta Constitucional.

Uma abordagem da história do direito que privilegia a socialização humana, que se encanta pelo trivial, cotidiano e colabora na recuperação da experiência histórica dos excluídos, das pessoas da comunidade e das mentalidades coletivas que aspiram por rupturas sociais. Esta





preocupação distancia-se de uma historicidade jurídica estruturada pela força da autoridade, da continuidade, da acumulação, da previsibilidade e do formalismo, mas busca a expressão cultural de ideias, pensamentos para uma reinterpretação do passado sob o viés da interdisciplinaridade. Um estudo calcado na compreensão da cultura como instrumental de significação e partindo do pressuposto que toda realidade é visualizada através de representações. Distanciando-se de uma concepção elitista de cultura, associada à acumulação de conhecimentos, à uniformidade de padrões transmitidos e à racionalidade individualista e não se busca justificativas para o passado, mas meios de efetivar direitos no presente.

É fato que a distribuição da terra no Brasil está calcada em um processo marcado pela exclusão e pode-se afirmar que mesmo no século XXI ainda não se resolveu uma questão que já era fruto de debates no século XIX. Também não se pode esquecer que a má distribuição da terra gera grandes problemas sociais que afeta diretamente grupos como os remanescentes de quilombolas.

A Lei de Terras promulgada em 1850, dispõe sobre as terras devolutas do Império e estabelece “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.”<sup>1</sup>

Esta lei apresentou novos critérios com relação aos direitos e deveres dos proprietários de terra e foi criada em um momento oportuno, quando o tráfico negreiro passou a ser proibido em terras brasileiras. Ao mesmo tempo, ela também corresponde ao projeto de incentivo à imigração e regularizaria o acesso aos trabalhadores assalariados.

Dessa forma, os escravos alforriados e estrangeiros teriam que enfrentar enormes restrições para possivelmente chegarem a condição proprietário.

Com lei de terras, nenhuma nova sesmária poderia ser concedida a um proprietário de terras ou seria reconhecida a ocupação por meio da ocupação das terras. As chamadas terras devolutas, que não tinham dono e não estavam sobre os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas somente por meio da compra junto ao governo.

Assim, a Lei de Terras transformou a terra em mercadoria ao mesmo tempo em que garantiu a posse da mesma aos antigos latifundiários e os pobres foram excluídos deste processo que desencadeou a exclusão sofrida pelos remanescentes de quilombolas.

<sup>1</sup>BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm) acesso 21/06/2014.



O termo quilombo não mais foi encontrado na legislação brasileira após a abolição da escravatura, em 1888. Somente, cem anos depois, a Constituição Federal de 1988 no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), atribuiu aos moradores daquelas comunidades o direito sobre as terras que ocupavam secularmente.

## **2.2. Trabalhadores rurais e remanescentes de quilombos: institucionalização das políticas de promoção de igualdade social a partir do programa nacional de habitação rural**

616

Alguns autores identificam o quilombo como uma forma de resistência política (ARRUTI, 2003,09), tendo tido várias conotações ao longo da história. O fato é que este movimento nasce de um protesto político, sendo estudado por diferentes autores e áreas por ser uma concepção que transcende a história, a sociologia, a antropologia, o marxismo na historiografia, entre outras áreas das ciências humanas e sociais no Brasil. De uma maneira geral, pode se afirmar que o quilombo tem um sentido de resistência das classes oprimidas que trazem características raciais negras, e que ganha força no cenário sociopolítico brasileiro por meio dos movimentos sociais, tendo como carro chefe o Movimento Negro Unificado (MNU). Este, por sua vez, é construído por meio de seu caráter simbólico e prático em que há afirmação do negro enquanto sujeito social, trabalhando a autoestima, a identidade, a valorização do mesmo mediante o acesso a políticas afirmativas que pudessem qualificar suas relações e sua vivência em sociedade, promovendo concomitantemente a autonomia e o exercício da cidadania.

Logo concorda-se com Leite (LEITE,2003) ao falar que os quilombos e os seus remanescentes trabalhadores rurais são um movimento de resistência, em que se realiza uma luta política, por um lado, e de uma reflexão científica em processo de construção por outro: a do negro brasileiro, seu pertencimento e sua identidade coletiva.

Assim, atualmente os remanescentes de quilombos são considerados como grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais, etc, em torno do auto reconhecimento identitário e objetiva a manutenção ou reconquista da posse definitiva de sua territorialidade. Para isso articula-se diferentes características e particularidades que se convergem em torno de sua ressignificação e formação de consciência coletiva, como por exemplo, ancestrais em comum, vínculo territorial longo, zona rural, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão,



etc. Ou seja, tudo aquilo que permite identifica-los no que se refere ao pertencimento pela identidade cultural em que se reconhece a partir do coletivo.

Desse modo, ao falar de identidade cultural coletiva e pertencimento nos e dos remanescentes dos quilombos faz-se uma referência histórica comum, construída a partir de vivências, linguagem, rituais, hábitos, costumes e valores vivenciados pelo grupo como um todo. Assim nos quilombolas existe a relação direta a uma identidade étnica e ao preconceito, este último construído em nosso país pela exclusão e exploração via escravidão e posteriormente alimentada pela estratificação social, pelo estigma de pobreza e todas as consequências que foram extraídas pela legitimação da democracia racial. A dívida que se tem não é apenas do Estado, mas também da sociedade como um grande organismo que favoreceu a um ranço de preconceitos e racismo no meio social. Por isso a existência de programas federais voltados para trabalhadores rurais se articulam aos remanescentes de quilombos via integração do trabalho, meio de produção rural, e afro descendência trazendo como grande arcabouço a consolidação da consciência identitária e reivindicatória diante das injustiças sociais e que cujas demandas se revelam em diferentes organizações e apoiam-se hoje na Constituição Federal de 1988: traçando planos, programas, leis e projetos que favoreçam a equidade social, fortalecendo a democracia, garantindo, portanto, a igualdade racial e social.

Para isto faz se necessário uma ação social coletiva pautada na sua natureza reivindicatória e que busque assegurar, ou melhor, transformar valores sociais básicos da ordem institucional da sociedade brasileira, como o exercício pleno da cidadania junto a outras entidades sociais, onde teríamos um novo sentido para a realidade social experimentada, vivenciada pelos indivíduos, estruturando os como profissionais, favorecendo a territorialidade, o seu reconhecimento para o grupo em si mesmo, tornando real a autonomia, favorecendo a educação, a moradia, a legitimação de seus traços e processos culturais, revitalizando a memória, o sentido de pertencimento e a identidade cultural em nosso país que tem como base a diversidade cultural.

É dessa forma estrutural-histórica que deve ser entendida a categoria: remanescentes de quilombos, como um ente vivo, para que possa cumprir o fim a que se propôs e sua ordem constitucional: o reconhecimento da propriedade territorial definitiva e a emissão de seus respectivos títulos. (LEITE, op.cit, :71)



Tais movimentos que buscam a inclusão social têm o respaldo nas políticas de igualdade racial no Brasil, que desde a promulgação da Constituição de 1988, percebem progressos no marco regulatório de combate ao racismo e desigualdade social no Brasil, institucionalizando a questão ao efetivar o Estatuto de Igualdade Racial, em 2010 que foi marcada por lutas, conferências, debates no meio político e acadêmico na sociedade brasileira. Dessa forma, o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, após dez anos de tramitação no Congresso Nacional. Tornou-se uma peça de suma importância para que haja o fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil.

“As estratégias de institucionalização da temática racial no Brasil remontam ao início dos anos 1980. Em sua diversidade e alcance, em seus êxitos e fracassos, tais estratégias foram capazes de nos trazer ao patamar em que nos encontramos hoje. O patamar possível no quadro da política racial brasileira, que se modificou ao longo dos últimos anos, mas que mostra sinais de esgotamento de suas possibilidades de alavancar novos processos de inclusão da população negra, para além, dos deflagrados até o momento. Hoje, se admite a existência do racismo, mas isso não se traduz na admissão do seu papel estruturador das relações na sociedade brasileira” (SEPPIR, 2013,64).

Percebe-se deste modo, que as condições para mudar o cenário da sociedade brasileira foram se construindo ao longo das décadas, podendo ser demonstrados quando foram efetivadas e implementadas uma série de políticas voltadas para a inclusão social e econômicas. Tais políticas foram mediatizadas pelas ações afirmativas, por movimentos sociais dos grupos de minoria que geraram grandes impactos nas organizações coletivas que favorecem ações políticas e novos paradigmas voltados para a construção do Brasil a partir da equidade social e racial.

Entretanto a concepção de inclusão social não é suficiente para derrubar a estrutura social que ainda mantém um caráter excludente que pesa um forte simbolismo na estratificação social brasileira, em que estereótipos são formados além dos estigmas de pobreza. Tais estigmas e estereótipos percorrem o imaginário e são instrumentos ideológicos, são instrumentos de uma violência simbólica que traz como grande consequência autoestima e baixa-estima, desânimo e a reprodução ideológica social que limita o indivíduo, que não oferece condições de desenvolvimento, de reflexão, de oportunidades de projetos, sonhos, qualificações perpetuando uma sociedade da desigual, dualista e repleta de disparidades e que vem aumentando o abismo social. Portanto, o processo deve passar por um processo reflexivo que faça a desconstrução tanto destes estereótipos quanto dos diferentes estigmas,



desarticulando está violência que vem sido praticada na sociedade. É preciso pensar, realizar ações sociopolíticas para que possam reverter à imagem criada para estes indivíduos que sofreram diante tanta injustiça e desigualdade social, foram determinados como inferiores, incapazes, ou ainda merecedores das mazelas que os circunda.

É necessário, para atingir este fim, a construção de uma nova imagem de si e de seus pares que deve ser efetuada pela política cultural, pela educação inclusiva, nas quais o reconhecimento seria a de um sujeito social que entende o seu lugar na sociedade como membro efetivo da mesma, que tem seus direitos garantidos e praticados em seu cotidiano, e que é merecedor de uma vida digna, se iniciando com um sonho realizado: minha casa minha vida.

Por isso, ação política torna-se um instrumento para equidade social, uma estratégia para resgatar a história e memória deste grupo de minoria e promover o acesso às oportunidades mais valorizadas socialmente, provendo condições de desenvolvimento para que se possa pensar em oportunidades e possibilidades de qualidade de vida pela sustentabilidade seja social, econômica, política, cultural, institucional.

Para a efetivação de tais ações políticas tem-se como base o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) – este último, criado em 2004 e regulamentado 2007. Estes programas teoricamente teriam suas ações sociais divididas em quatro eixos norteadores: direito e cidadania, inclusão produtiva e desenvolvimento local, infraestrutura e qualidade de vida e acesso a terra. Tais eixos tem como base o Programa Brasil Quilombola para enfrentar o racismo e a desigualdade social no Brasil, buscando legitimar e efetivar a promoção da igualdade racial e garantindo os direitos constitucionais a estes grupos étnico-raciais que se reconhecem como tal, e que tiveram uma trajetória histórica própria dotada de relações territoriais específicas, com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão, exploração e escravidão e que ao longo de sua história construíram a identidade e o ofício: trabalhadores rurais.

Estes trabalhadores rurais remanescentes de quilombos mantiveram se presos à sustentabilidade através da terra, enfrentando diferentes problemáticas evidenciadas pela pesquisa de campo: falta de infraestrutura, ausência de moradia, saneamento, transporte segurança alimentícias, e em outras palavras questões básicas que trouxessem qualidade de vida, além de desenvolvimento do local, desta comunidade rural de forma autônoma.



Neste sentido a institucionalização das políticas públicas atende a concepção de garantir a cidadania deste grupo que se mantem como trabalhadores rurais e, sobretudo atende a uma demanda: da habitação rural, a cidadania, construção de um novo sentido de pertencimento e identidade social, a acessibilidade e produtividade através da terra, além da infraestrutura, saneamento, segurança alimentícia. Ou seja, quando efetivados estas ações sociopolíticas possibilitariam a questão da autoafirmação deste trabalhador rural ao oportunizar a sua fixação nas suas terras, entendidas como quilombos e contribuiriam para a corroboração de sua cultura e sua identidade negra, afro brasileira, promovendo a dignidade e todo um resgate do sentido maior de nação brasileira perante a Constituição Federal ao trazer para realidade o mínimo de igualdade sócio racial.

620

### **2.3 Um pouco da História da Comunidade Quilombola Preto Forro de Cabo Frio.**

As terras de Preto Forro surgiram entre duas antigas fazendas do segundo Distrito de Cabo Frio, a fazenda do Vinhático e de Palmeiras, que no passado utilizavam mão de obra escrava para produção de gêneros alimentícios. Atualmente, são 24 alqueires ocupados coletivamente por 10 famílias e 51 pessoas. As terras ficam localizadas no segundo distrito de Cabo Frio, área rural, em um bairro chamado Angelim.

Não se sabe ao certo a origem da denominação “Preto Forro”, conhecida e utilizada por todos da região para referirem-se às terras da comunidade e aos seus moradores. Segundo relatos dos moradores mais velhos, o nome foi atribuído àquela terra para distingui-la das fazendas vizinhas nas quais os trabalhadores eram mantidos do regime de escravidão. Alguns afirmam que tais terras teriam sido doadas aos escravos alforriados, mas não é claro para a memória local se a alforria de fato ocorreu antes da abolição. Apesar da indefinição dos depoimentos já colhidos por inúmeros pesquisadores, todas as versões apontam para o caráter coletivo da ocupação, realizada por ex-escravos.

Entre esses atuais moradores não há uma memória clara sobre como as terras foram adquiridas, mas os relatos rápidos de seus avós apontam para os sofrimentos enfrentados como escravos.

Também chamam a área de “Palhada”, “Morro da batata” e “Campo das éguas”, devido às atividades que historicamente eram realizadas no local, como: plantação de batata e criação





de cavalos. Mas Preto Forro é o mais conhecido e utilizado para denominar a terra e seus ocupantes.

Viver lá ou simplesmente ser descendente significa, para população do entorno, ser um “preto forro”, ainda que os atuais moradores resistam ao nome, preferindo uma designação mais genérica, de moradores do bairro Angelim. Tais fatos demonstram que embora muitos sejam remanescentes de quilombos esta identidade sociocultural se perdeu, mas outra vem sido construída. Para isto, utiliza-se a história oral e narrativa como grandes instrumentos formadores e que favorecem para que haja o resquício de alguma memória coletiva e o próprio sentido de pertencimento e por isso a continuidade da própria comunidade em que a educação informal educa e instruí, e por meio de um processo de transmissão cultural e participação dos indivíduos nas atividades cotidianas consolidam o motivo de continuarem naquele lugar: se reconhecer no outro construindo elos de pertencimento e confiança.

Em destaque, as atividades cotidianas de plantação de abóbora, limão, banana, maracujá, aipim, batata e laranja, e uma pequena criação de gado. Praticamente toda sua produção é para fins de subsistência sendo a comercialização irregular, feita em pequenos mercados ou diretamente por encomenda.

As roças, como eles costumam chamar, são pequenas, se localizam perto das casas e todas as famílias possuem. Mas apesar de pequenas elas possuem um papel fundamental na complementação da renda e da alimentação das famílias. Mas mesmo assim, há casos de falta de alimentos entre as famílias que os moradores associam à diminuição da área para o plantio e a seca. A maioria dos homens da comunidade trabalha fora, na zona urbana de Cabo Frio e Búzios, principalmente na construção civil, ficando a responsabilidade das roças para as mulheres.

A comunidade de Preto Forro não tem acesso a maioria dos serviços públicos necessários, como rede de esgoto, coleta de lixo, correio, telefone público. A água é coletada em poços artesanais próximos às casas, não é filtrada, apenas coada por alguns. O lixo é queimado e a energia elétrica foi instalada somente em 2001.

Entretanto, no bairro Angelim há um posto de saúde e uma escola do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), as turmas de 5ª a 8ª séries tem a Escola Agrícola que fica na sede da antiga Fazenda Campos Novos. Os alunos matriculados no Ensino Médio se deslocam para o 1º Distrito de Cabo Frio. Além disso, muitos serviços são prestados aos moradores da comunidade por ações assistenciais das de igrejas locais, basicamente na forma de distribuição





de roupas e cestas básicas o que corrobora para relação de dependência e devoção as religiões pentecostais.

Tais fatos demonstram a urgência que seria a efetivação, a implementação de políticas públicas para que possam realmente favorecer o processo inclusivo deste grupo na sociedade brasileira que foi desde a lei da terra excluído do sistema sendo uma sombra daquilo que seria a equidade sócio racial. Na verdade o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) favoreceriam par o enfrentamento não só do racismo e da desigualdade social no Brasil, mas poderiam garantir os direitos constitucionais, segurança alimentícia, escoamento de produção, economia solidária, além de infraestrutura, moradia e dignidade social a estes grupos étnico-raciais que sobrevivem da terra e que são ainda invisíveis a sociedade brasileira. Deste modo caso se implementasse verdadeiramente tais programas pode-se dizer que estaria se indo de encontro à Constituição Cidadã.

622

### **3.0 Considerações finais: inclusão social**

O presente trabalho se justifica pela oportunidade de possibilitar para comunidade Preto Forro possíveis benefícios sociais e ainda favorecer uma educação crítica, criativa e reflexiva para que haja a conscientização de sua memória coletiva, do sentido de pertencimento resgatando sua identidade cultural e sua autoestima, a partir de sua cultura, de sua rica e única história, favorecendo a educação inclusiva.

O estudo da história local, especialmente a partir de relatos orais, possibilitou verificar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão dos modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural.

Assim, estabeleceu-se a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais com a luta pelo direito de ser agricultor e se manter dignamente na região, se maneira que é perceptível uma nova forma de organização entre os membros envolvidos: o trabalho com a terra.

Ou seja visualiza-se como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre moradores e suas atividades ligadas a terra, podem ser vistos como forma de mobilização em torno de um processo de afirmação identitária em que se constrói um novo sentido de identidade: trabalhadores rurais.



Entretanto, muitas outras questões estão surgindo na presente pesquisa, que demonstra novas diretrizes para este grupo quilombola, em que se torna claro como há o desprezo pela própria cultura ritualística afrodescendente e a relação direta com as religiões pentecostais. Por isso, esta pesquisa está apenas no início tendo outras possibilidades de aprofundamento a partir das diferentes variáveis que podem ser exploradas na Região dos Lagos especificamente.

## REFERÊNCIAS:

ARRUTI, José Maurício “Direito costumeiro e grilagem cartorial” disponível em <[http://www.koinonia.org.br/OQ\\_temp/apres\\_pretoforro.htm](http://www.koinonia.org.br/OQ_temp/apres_pretoforro.htm) >acesso em 26/06/2014.

\_\_\_\_\_. A emergencia dos “remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”, 1997.

BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm) acesso 21/06/2014.

Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/408654/pg-55-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-01-2006> acesso em 26/06/2014.

Disponível em <<http://www.rcambiental.com.br/Atos/ver/PORT-INCRA-RJ-56-2005/>> acesso em 26/06/2014.

LEITE, Ilka B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=21>; acesso em 07/11/03.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia N° 322. Departamento de Antropologia/UnB. Brasília 2002.

LOPES, Reinaldo da Lima Lopes. “O Direito na História”. SP: Max Limonand, 2002.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. In: MAGNANI e TORRES (org). Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo, Edusp, 1996.

MATA, Sérgio da. Georg Simmel em Palmares. CRONOS: Revista de História N° 8 abr 2005.



MELLUCI, Alberto. A invenção do presente. Petrópolis: Vozes, 1991.

NASCIMENTO, Abdias. 1980 Documento n° 7: Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras. In:NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: documentos de uma militância Pan Africana. Petrópolis, Editora Vozes.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5, p. 625-644

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EJA COMO ENSAIOS PARA AUTONOMIA

NASCIMENTO, Miriam Araújo

*Estudante do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) - Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu /UNEB*

*Bolsista FAPESB - Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia*  
*E-mail: miriamufba@yahoo.com.br*

BORGES, Ricardo Henrique de Jesus

*Estudante do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) - Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu /UNEB*

*E-mail: rhjborges@yahoo.com.br*

625

### RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre a escola e suas práticas pedagógicas, no intuito de buscar entender de que forma essa interação pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos seus sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Ele desenvolve-se através de exploração bibliográfica dando ênfase às concepções apresentadas por Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996) dentre outros estudos que tem a autonomia e EJA como temas centrais. Analisa o papel do professor e do aluno nesse contexto, o Projeto AVE (Artes Visuais Estudantis) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio– PROEJA como exemplos de possibilidades para o desenvolvimento da autonomia. O trabalho mostrou que as vivências experimentadas no processo formativo podem servir a múltiplos interesses e que a autonomia é uma das dimensões centrais, necessárias e possíveis de serem desenvolvidos no contexto contemporâneo e, por isso, não deve ser negligenciada pela escola.

**Palavras-Chave:** Práticas Pedagógicas. Autonomia. Educação de Jovens e Adultos

### ABSTRACT

This article represents a study about schools and their teaching and learning methods, by looking to understand which way the interaction can contribute to the growth of the subjects of the "Education of Young and the Adult". It evolves itself through bibliographical exploration giving birth to the concepts represented by Freire by "Pedagogia da Autonomia" published in 1996 and other studies which have autonomia and Education of the Young and Adult - EJA as their centre themes. Analyse the teachers and the students function in this context, the Project Visual Student Arts - AVE and the Program of Profesional Education and Itegration in Secondary level Education - PROEJA as a possible example for autonomia growth. The work showed that the life experiments in the formative process may serve multiple interets and that autonomia is one of the centre dimensions, necessary and possible of being desinvolved in this context and therefore shouldn't be neglected by the school.

**Key-words:** Teaching methods. Autonomia. Education of the Young and the Adult



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5, p. 625-644

## INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos refletimos sobre a importância das práticas escolares como ensaios para autonomia numa perspectiva freiriana. Ele parte do entendimento de que desenvolver atividades pedagógicas nas escolas implica em gerar possibilidades para que os sujeitos envolvidos desenvolvam atributos que lhes permita maior participação política, econômica e social nos diversos contextos em que estão inseridos. Assim as vivências concretas na escola podem servir como meios de compartilhamento de experiência que estabeleçam objetivos como constituir e difundir conhecimentos, expressar talentos, valores e pensamentos em suas ações, competências centrais para o desenvolvimento dos sujeitos atendidos pela educação de Jovens e adultos. Assim, as reflexões desenvolvidas aqui buscam considerar as possibilidades que se abrem através das práticas educativas, concebidas como um espaço apropriado para o desenvolvimento do pensamento crítico, para a criação e integração do saber prático-cultural, dentre outros.

Inicialmente procuramos apresentar os procedimentos de análise e os instrumentos do estudo na parte introdutória desse artigo. Em seguida, no tópico 2 “Ensaio de Autonomia” são apresentados os resultados das análises feitas a partir de diferentes fontes. Esta parte foi subdividida em subtópicos que estruturam o desenvolvimento das ideias de maneira processual. Primeiramente apresentamos “O papel dos sujeitos”, onde são analisadas as práticas docentes e discentes como meios para o desenvolvimento das inteligências analítica, concreta e criativa. No segundo item desse capítulo são estudadas as “Práticas pedagógicas e exercícios para autonomia” com destaque para duas iniciativas desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia - Projeto AVE (Artes Visuais Estudantis) e o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e as atividades de articulação com o mundo do Trabalho.

### 1. Procedimentos e referenciais de estudo

Este estudo é orientado metodologicamente por uma pesquisa bibliográfica, através de pesquisas de artigos e obras impressas em sites e bibliotecas tendo como principal suporte



teórico desta pesquisa as concepções de “autonomia” desenvolvidas por Freire (1996). Além deste, são usadas outras referências como d’ Ávila (2008), Paiva (2012) e Macedo (2013). Estes estabelecem discussões a respeito da prática docente, da prática discente, e das práticas escolares, ideias estas que pressupõem interpretações e proposições com vistas ao desenvolvimento da autonomia de cada sujeito.

A priorização dada a Freire (1996) deve-se à capacidade que esse autor tem de provocar e viabilizar postura crítica e reflexiva das ações que ocorrem no contexto da sociedade dos humanos. Muitas dessas atitudes estão distanciadas de ações fraternas e solidárias e que, muitas vezes, priorizam referenciais ditados pelo mercado e pela disputa de poder como explica Fleck (2004, p. 32). Ou seja, partimos das considerações de que em suas ideias educacionais ele apresenta diversas influências filosóficas: o Existencialismo, o Personalismo, a Fenomenologia e o Marxismo sem, entretanto, caracterizar-se como um discurso fragmentado, existindo uma coerência no desenvolvimento de sua concepção de educação (OLIVEIRA, 2014, p.4).

Nas palavras de Oliveira (2014, p.5) a educação é compreendida por Freire como um processo de conhecimento no qual o ser humano, pela inserção crítica na realidade penetra na essência dos fenômenos. Utilizar esse referencial é uma escolha não aleatória, pois encontramos nesse autor a superação das ideias reprodutivistas dos sujeitos. Para ele a educação “é um ato de conhecimento em que ambos, educador e educando atuam como sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo mundo”:

A educação em Freire é humanista porque pretende a humanização dos homens na medida em que rejeita toda forma de manipulação humana e dimensiona o homem como o sujeito da educação e também por se dimensionar pela articulação entre o existencial, o político e o ético (OLIVEIRA, 2014, p.7).

Assim Freire, enfatiza a importância da reflexão, da tomada de consciência sobre o que acontece na realidade, como processo de superação de uma concepção fragmentária de mundo para uma concepção unitária e coerente (OLIVEIRA, 2014, p.11). Além disso, ele tem como ponto de partida da educação popular os saberes, as experiências e as práticas culturais



dos educandos, na perspectiva de superarem a visão ingênua e terem uma visão crítica de mundo, valorizando a luta política (ibidem, p. 13).

Esta pesquisa reflete a perspectiva de que nos relacionamentos em que impera opressão ou autonomia, as relações humanas, além de existirem sob expectativas diferenciadas, apresentam intenções e relações que se caracterizam de forma contraditória e contrária, de tal forma que uma mesma atitude pode ser, sob um ângulo, considerada opressora e sob o outro, considerada libertadora ou mesmo geradora de autonomia (FLECK, 2004, p.33).

Para ilustrar as considerações feitas ao logo do trabalho, pensamos em refletir como algumas iniciativas de cunho pedagógicos podem ser trabalhadas na perspectiva de desenvolver os mecanismos de autonomia por parte dos sujeitos. Assim, procuramos trazer para esse estudo duas experiências as quais, nós professores da rede pública de educação do Estado da Bahia, estamos envolvidos e sobre as quais temos dedicado nossos estudos de mestrado. Em consonância com o trabalho de professor de Artes, selecionamos o Projeto AVE (Artes Visuais Estudantis) e para contemplar a formação do professor de Geografia, selecionamos o PROEJA e as atividades de articulação com o mundo do Trabalho.

Os resultados desses procedimentos de cunho práticos e teóricos são apresentados a seguir através de dois itens que se dividem em mais dois outros tópicos cada um deles. Essa organização foi aplicada no intuito de tornar as discussões mais didáticas e facilitar a apresentação das ideias. Assim, estabelecemos as nossas discussões, tomadas como “ensaios de autonomia”.

## 2. Ensaio de autonomia

O termo Autonomia vem do grego e significa autogoverno, governar-se a si próprio (Martins, 2012, p. 224). Segundo Fleck (2004, 35-36), a palavra autonomia é composta pelo adjetivo pronominal *autós*, o que significa “o mesmo” e “por si mesmo” e pelo substantivo *nómos*, com o significado de “compartilha”. Fleck (2004, p. 39) explica que o conceito de autonomia pode, também, ser traduzido como uma condição essencial para o exercício da cidadania, a qual determina que, sem liberdade, não ocorre a autodeterminação e, portanto,





inviabiliza toda forma de responsabilidade pessoal. O sentido geral da palavra autonomia indica, portanto, a capacidade em dar-se suas próprias leis e compartilhá-las com seus semelhantes ou “a condição de uma pessoa ou de uma coletividade, capaz de determinar por ela mesma a lei à qual se submeter” (FLECK, 2004, p.36).

Discutindo a construção do conceito de autonomia, Martins (2012, p. 208) explica que o tema da autonomia aparece na literatura acadêmica, em alguns casos, vinculada à ideia de participação social, e, em outros, de ampliação da participação política no que tange à descentralização e desconcentração do poder. Assim, a discussão sobre o exercício da autonomia está diretamente relacionada à própria construção da democracia, como o princípio inspirador do pensamento democrático. Ele explica que a liberdade sempre foi entendida como autonomia, isto é, como uma sociedade é capaz de dar leis a si própria, promovendo a perfeita identificação entre quem dá e quem recebe uma regra de conduta.

Desta forma o autor explica que, elimina-se a tradicional distinção entre governados e governantes, sobre a qual se fundou todo o pensamento político moderno. Além disso, no âmbito social e político o tema da autonomia emergiu ao longo da última metade do século XIX (em 1871), em Paris, e durante as primeiras décadas do século XX, transformou-se na bandeira de luta de diferentes movimentos operários (MARTINS, 2012, p. 212).

Fleck (2004, p. 13) estabelece relação entre autonomia e opressão, pois para ela “são duas formas, entre outras, que permeiam as relações interpessoais, isso porque suas relações sempre são permeadas por inúmeras formas de poder”. Assim, opressão e autonomia devem ser consideradas como decorrência do momento em que cada pessoa se encontra ao gerar a ação, em função de suas opções e circunstâncias.

A autora explica que Freire tem importância, também, como pioneiro na inserção da expressão “autonomia” no contexto educativo, como expressão carregada da perspectiva de que todo ato educativo é político, pelo fato de ser manifestação de poder, referente aos saberes que todos possuem, interação e mediação destes com todos os integrantes do ato educativo. Destaca também que “Autonomia e opressão em educação não tinham, antes de Freire, um significado definido na perspectiva política e ideológica” (FLECK, 2004, 21). Ela usa essas considerações em referência a consulta a literatura educacional e pedagógica brasileira, anterior à obra freiriana, para identificar o lugar que ocupavam as expressões autonomia,



opressão e liberdade. Nessas consultas, percebeu-se que as palavras opressão e autonomia estavam ausentes em importantes dicionários de educação e de ciências sociais. Esse fato mostra o quanto a temática é relevante e desafiadora.

Ela comenta que em 1950, Paulo Freire incorporou a necessidade de fazer uma educação diferente da que era proposta pelos órgãos oficiais, que ainda estavam imbuídos de aspectos próprios da ditadura da Era Vargas. Ela prossegue afirmando que de todo o legado de Paulo Freire destaca-se a proposta pedagógica conhecida como Círculos de Cultura. Estas experiências se apresentam como uma dinâmica educativa capaz de integrar os envolvidos, cada qual com seus conhecimentos e informações, sejam capazes de interagir consciente e criticamente, promovendo autonomia e liberdade no contexto em que estão inseridos, contraponto à Educação Bancária:

Os Círculos de Cultura, além de serem uma forma educativa que valoriza o potencial e os saberes dos integrantes do grupo, apoiam-se nos conhecimentos existentes para estimular os integrantes do grupo a avançarem além do já sabido; assim, pode-se aplicar essa dinâmica em níveis mais avançados da escolaridade, envolvendo o grupo, no início das atividades, com uma apresentação teórica que seja considerada relevante para o avanço epistemológico do grupo (FLECK, 2004, P.29).

Assim, nessas considerações, os Círculos de Cultura se apresentam como fatores políticos pelo fato de que os poderes que as pessoas sofrem e os poderes que as pessoas exercem passam a ser ações conscientes. Essas experiências promovidas por Freire são ideológicas pelo fato de refletirem as posições ideológicas dos grupos que os constituem e são geradores de autonomia e liberdade, na medida em que promovem, nas pessoas, a consciência de que liberdade e autonomia não são dados ou ganhos, mas conquistados para ficarem no foro íntimo de cada ser humano.

Considerando a organização da autonomia como um ato consciente de cada pessoa, ela pode ser atribuída à educação desenvolvida nos ambientes escolares quando tiver a função de se constituir em referencial de libertação. Isso ocorre na medida em que as práticas escolares voltadas para a promoção da autonomia tem a capacidade estimular o desenvolvimento da percepção crítica e viabilizar a mediação dos poderes referentes às maneiras em torno das quais se consolidam as relações dos humanos dentre outros (FLECK, 2004, p. 31).



A partir dessas colocações é pertinente detalhar o papel dos estudantes e dos professores como sujeitos dessas práticas e como geradores de experiências de autonomia.

## 2.1 O papel dos sujeitos

Sacristán (2000, p. 201) explica que atualmente, prática é um dos eixos vertebrais do pensamento, da pesquisa e dos programas de melhoria para as instituições escolares. Ele defende que é na prática que todo o projeto, toda a ideia, toda a intenção, se faz a realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significações e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida. Às vezes, também à margem das intenções, a prática reflete pressupostos e valores muito diversos.

Ele acredita que serve muito pouco saber que um professor tem, por exemplo, um estilo eminentemente expositivo ou dialogante com seus alunos, sem saber qual é o significado dessas condutas dentro da interação com outros aspectos das situações didáticas. As atividades desenvolvidas pela escola não têm valor por si mesmas sem analisar o significado e as dimensões dessas ações. “Pode-se expor o que interessa ou não, que seja essencial ou não; pode-se dialogar sobre conteúdos absurdos, impostos, etc.” (SACRISTÁN, 2000, p.207).

Assim Sacristán (2000, p.262) vem reforçar a ideia que “não se pode analisar nem questionar a prática do currículo senão enquadrada na perspectiva de contribuir para emancipar ou para submeter os agentes que o recebem e o desenvolvem, isto é, alunos e professores”. Assim deve-se ver a opção emancipatória refletida na aproximação do pesquisador, no tipo de análise e no conhecimento sobre a prática que se pretende desenvolver. “Um conhecimento que de verá servir para a reflexão mais do que para a direção da ação”.

### a) Práticas Docentes

Tomando a prática docente como aponta Freire (1996, p. 22), temos que esta é um espaço onde se desenvolve a experiência formadora tendo em vista a ampliação de saberes. E, corroborando, d'Ávilla (2008, p. 38) expõe que a prática docente é um “lócus de formação e



produção de saberes”. Nesta prática, ainda pensando com Freire, permanece a relação ensinar e aprender, na qual tanto o docente como o discente são sujeitos produtores de saberes. Sendo que o ensinar, para além de transmitir conhecimentos, envolve a habilidade de criar possibilidades para a produção ou construção destes.

Freire (1996, p.95), ressalta, todavia que, a prática docente inteira é aquela desenvolvida junto aos discentes. Numa relação de “comunhão”, dialética e num só tempo contraditória, de presença política tanto do docente quanto do discente (ibidem, p.39, 98). E, o essencial nesta relação “é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (FREIRE, 1996, p.94).

A educação, como experiência especificamente humana, para Freire (1996, p. 98) é uma forma de intervenção no mundo. Nesta, todavia, é importante agir com transgressão, ou seja, burlar limitações impostas pelo cotidiano ou mesmo pelos contextos sociais. A transgressão neste sentido é apresentada como uma possibilidade. Onde cada docente, todavia, deve ser “a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos os das classes sociais” (ibidem, p. 102, 103). A prática docente em si exige ruptura.

Para d’Ávila, “os saberes profissionais são, pois saberes da ação”, já que estes “são trabalhados e ressignificados no contexto do próprio trabalho”. Sendo que, nesta ação, fundamentalmente, estão implicados dilemas, conflitos e possibilidades, na qual “o professor integra diferentes saberes com os quais matem diferentes relações” (d’ Ávila, 2008, p. 39). Refletindo com Freire e d’ Ávila, a prática docente, neste sentido, pode ser entendida como um espaço de desenvolvimento e formação, de integração de saberes e, de criação de conhecimentos frente às imposições do cotidiano; um espaço de transgressão e possibilidades. Assim temos que:

As práticas de formação desenvolvidas ao longo do tempo, inequivocadamente, já sabem que não se pode chegar aos professores com ideais “salvacionistas”, “dos que sabem o que devem saber professores de adultos”. E justamente é esse o desafio – a situação-limite – para formadores, posta entre a denúncia e o anúncio: propor e fazer a formação como um caminho de fazer com, articulando saberes, conhecimentos e práticas pedagógicas que os educadores desenvolvem repertório e



patrimônio concreto, apoiado no qual é possível fazê-los pensar a EJA e para ela propor mudanças (Paiva, 2012, p.89).

Assim, projetos e programas desenvolvidos com o intuito educativo podem conclamar o reconhecimento dos saberes e, ao mesmo tempo potencializar a interação e a aprendizagem, tendo em vista a reciprocidade, o respeito às singularidades e o desenvolvimento da autonomia. Os sujeitos desse modo se manifestam e promovem suas aprendizagens reverberando em diferentes aspectos da formação humana. Podemos dizer assim, que predomina aí uma polifonia entre as práticas docente, discente e o conhecimento desenvolvido.

Neste processo, sendo a integração entre os diversos saberes, o foco, cada sujeito participante tem a possibilidade de argumentar, de posicionar-se e de criar. Neste sentido, cada saber é avaliado e desenvolvido de forma rizomática, ou seja, de maneira des-hierarquizada. E, levando-se em conta que tudo está relacionado, tanto os saberes docentes, como os saberes discente; tanto o saber popular, como o saber erudito/acadêmico.

Martins (2012, p. 224) explica que várias tendências pedagógicas e experiências relacionam-se, explicitamente, com a intervenção dos educandos em alguns aspectos da instituição escolar (as atividades na escola, o modo de aprender); outras propõem-se a modificar os objetivos da educação de tal forma que o papel dos estudantes na escola e no aprendizado se transforma radicalmente.

Quase sempre o tema autonomia é abordado no bojo da produção das teorias que fundamentam as denominadas pedagogias libertárias. É interessante observar que as experiências libertárias marcaram uma profunda diferença em relação à pedagogia tradicional. A primeira delas seria a livre expressão das crianças, que passariam a ser o centro do processo de ensino e da escola, reconhecidas como seres originais em sua individualidade, que possuíam suas próprias necessidades e interesses, e não como adultos em miniatura. Nessa perspectiva, a liberdade conduziria a novas formas de organização da vida escolar, pois não se tratava apenas da liberdade de aprender de forma criativa e diferente, mas, sim, do estabelecimento de mecanismos de gestão da própria escola que conduziriam a um projeto pedagógico libertário para toda a comunidade escolar.



Nesse movimento que transformou o educando em sujeito ativo no processo de aprender e ensinar, a instituição de ensino também passou a ser questionada, pois, nessa perspectiva, a relação professor-aluno deveria se transformar radicalmente, tendo em vista que nesse processo o professor assumiria apenas o papel de orientador na relação. Assim, a classe poderia assumir a coordenação dos trabalhos e certos aspectos da vida escolar por meio de um conselho cooperativo: os alunos expressar-se-iam livremente, criariam, usariam a imaginação e encontrariam no grupo o apoio necessário e a imagem para se reconhecerem como sujeitos – membros de uma comunidade (MARTINS, 2012, p. 225).

Em princípio, essas orientações diferiam das pedagogias libertárias, pois não preconizavam uma liberdade total do educando, mas, sim, uma relação diferente com professores, bem como a utilização de um meio ambiente e de atividades pedagógicas adequadas para a aprendizagem.

#### **b) Práticas discentes**

Tomada de consciência e disponibilidade para o diálogo são dois pontos cruciais que permeiam a prática discente desenvolvida com realização de projetos e programas. Nestes, destaca-se tanto a interação e a integração que advém do diálogo entre os participantes, como também a percepção de que são ensaios para a geração da autonomia. Desse modo, nos projetos escolares e programas desenvolvidos, sobretudo na/para a EJA, os sentidos de comunidade, de trabalho conjunto e de parceria ficam renovados. Pois, estes em si suscitam uma dimensão de diálogo.

Tais iniciativas podem ser vistas como uma oportunidade para repensar o cotidiano dos espaços escolares formais, como também os não formais que fazem parte dos contextos de cada estudante. Assim, por meio dessas iniciativas é possível deflagrar desgastes do cotidiano, ou mesmo do contexto vivencial e se pensar em implementar transformações nos contextos. Nesse exercício então, cada participante potencializa sua autonomia. E, ao invés de fazer calar possibilidades, cria alternativas e possibilidades de reverter, burlar ou mesmo imobilizar mazelas impostas pelos contextos. Como diz Freire (1996, p. 62 e 63) se referindo ao exercício do bom senso:



O exercício do bom senso, com o qual só temos o que ganhar, se faz no “corpo” da curiosidade [...] O exercício ou a educação do bom senso vai superando o que há nele de instintivo na avaliação que fazemos dos fatos e dos acontecimentos em que nos envolvemos. Se o bom senso na avaliação moral que faço de algo, não basta para orientar ou fundar minhas táticas de luta, tem indiscutivelmente, importante papel na minha tomada de posição, a que não pode faltar a ética, em face do que devo fazer.

Com práticas escolares que visem a promoção da autonomia o estudante é convidado a não apenas refletir sobre si, sobre sua cultura, sobre acontecimentos que estão implicados no seu contexto, mas também discutir sobre o que envolve a sua formação tomando consciência. Os alunos neste sentido, não ficam passivos diante do processo, mas reagem, participando, interferindo nele, imprimindo sua subjetividade, ou seja, em sua prática discente suas experiências e vivências ressurgem implicadas no processo.

Assim, o trabalho nas escolas pode ser visto como espaço de produção de significados, discursos, criação de conhecimentos, criações artísticas, partilhamento de experiências. Nestes, geralmente é criada uma situação em que ocorrem transgressões e errâncias, bem como congraçamento entre docente e discente, tendo em vista possibilidades para desenvolver autonomia. O estudante neste sentido atua politicamente e participa do processo de avaliação. Afinal, este é um dos papéis da escola: criar ações que promovam agregação entre os sujeitos e o desenvolvimento da autonomia destes, e não o contrário.

Na escola, como Macedo (2013, p.108) apresenta “se obedece, legitima-se, produz-se intinerâncias e errâncias, ao mesmo tempo em que se instituem transgressões, traições, como atos de criação política”. Sendo que nessas implicâncias ocorrem os “processos de autorização e autonomização”. Como alerta Freire (1996, p.64) “o ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não o professor consigo mesmo”. E, corroborando Macedo (2013, p. 109) comenta que a escola é, portanto, “um lugar de possibilidades criadas por dinâmicas culturais que nela se institucionalizam, acontecendo aí processos constitutivos de negociação de forças e daquilo que não sabemos jamais”.

Vale pensar ainda com Macedo (2013, p. 112), “para nós, aliás, a escola, antes de ser científica e pedagógica, configura-se numa bacia semântica, dialética e dialógica”. Nela,





portanto, configura-se uma articulação entre diversos saberes e o contexto vivencial. Sendo, todavia, este um dos ambientes de formação, em que estudantes encontram espaço reservado a pesquisa. A pesquisa aqui entendida como uma forma de intensificar a autonomia.

Assim, a prática (docente e discente) desenvolvida com projetos e programas encontra seu nexo tanto na aquisição técnica e intelectual, e mais, na consequente redefinição da própria prática. As práticas escolares de cunho pedagógicos refletem bem o que foi discutido até agora. No âmbito da educação, o debate moderno em torno do tema remonta ao processo dialógico de ensinar contido na filosofia grega, que preconizava a capacidade do educando de buscar resposta às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma (MARTINS, 2012, p. 224).

Uma vez discutidas o papel dos sujeitos diante dessas práticas com vistas ao desenvolvimento de autonomia deles, surge a necessidade de estudar como essas iniciativas pedagógicas desenvolvidas pela escola podem contribuir nesse sentido. Para isso, não se pode negligenciar as considerações de Freire (1996) em sua obra *Pedagogia da Autonomia*.

## 2.2 Práticas pedagógicas e exercícios para autonomia

A partir das ideias de Sacristán (2000, p. 10) as práticas escolares é uma realidade estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, atrás dos quais se encobrem e muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores. Mais a frente ele vem reforçar na mesma obra que:

É bem conhecido que a prática do ensino é configurada por diferentes fatores de tipo institucional, um definido modelo de organização escolar, uma determinada tática de desenvolvimento curricular, uma certa tradição e também a habilidade profissional dos professores, entre outros elementos (ibidem, p. 241).

Não se pode falar de prática pedagógica sem falar de currículo pois “todo o currículo acaba em uma prática pedagógica”, diz Sacristán (2010, p. 26). Ele é “a condensação ou expressão da função social e cultural da instituição escolar, é lógico que, por sua vez, impregne todo tipo e prática escolar”. O currículo se converte em configurador de tudo que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas e nas escolas. O autor chega a



afirmar: “Atrever-me-ia a afirmar que são poucos os fatos da realidade escolar e educativa que não tem contaminações por alguma característica do currículo das instituições escolares” (ibidem, p, 28).

Muitos dos problemas que afetam o sistema educativo e muitas das preocupações mais relevantes em educação têm concomitâncias mais ou menos diretas e explícitas com a problemática curricular. O currículo é um dos conceitos mais potentes, estrategicamente falando, para analisar como a prática se sustenta e se expressa de uma forma peculiar dentro de um contexto escolar. O interesse pelo currículo segue paralelo com o interesse por conseguir um conhecimento mais penetrante sobre a realidade escolar.

Por esse motivo é interessante refletir como iniciativas das mais diversas, como as de cunho artístico e outra que segue o viés do mundo do trabalho, podem ser trabalhadas nessa perspectiva. Esses exemplos podem ser tomados como demonstração de ensaios para o desenvolvimento de autonomia dos sujeitos envolvidos.

#### **a) Projeto AVE (Artes Visuais Estudantis)**

Com o intuito de promover melhoria das aprendizagens a Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC – lançou em 2008 alguns projetos chamados de Estruturantes. Entre os focos destes projetos está a promoção do diálogo entre eles, tendo em vista que este diálogo contribui na organização do trabalho pedagógico aí desenvolvido. Freire (1996, p. 77) em reflexão ressalta que a prática educativa deve promover intervenção numa realidade sempre em constituição. Em síntese a SEC, ao organizar os Projetos Estruturantes e, ao visar promover o diálogo entre esses projetos procura possibilitar uma maior articulação, de maneira que se aperfeiçoe a organização do trabalho pedagógico nas escolas e as aprendizagens dos/as estudantes. Entre estes projetos Estruturantes está o AVE - Artes Visuais Estudantis citado neste estudo.

O AVE, como uma prática educativa, teve como intuito possibilitar um novo tempo na história da educação baiana, especialmente no que se refere à formação cultural dos estudantes. Este é um projeto pioneiro, de caráter cultural, educativo e artístico, concebido a partir de uma perspectiva aberta, pois concebe a arte como objeto de ampliação do



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5, p. 625-644

638

conhecimento e de prazer, e o estudante como produtor do conhecimento artístico, assim como instrumento de mudanças (BAHIA, 2014, p. 20). Este projeto é desenvolvido em três fases. Na primeira, são feitas as produções das obras de artes visuais e a realização das mostras nas escolas; na segunda, acontece a realização de trinta e três mostras regionais nas Direc; e, na terceira fase, a mostra estadual realizada pela Secretaria de Educação, na cidade de Salvador, com a participação de 500 estudantes, profissionais da educação e artistas. Sendo que, somente os estudantes matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino podem participar. Estes devem estar cursando do 6.º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio e equivalentes (EJA, ensino normal e tecnológico).

Freire (1996) em seus estudos enaltece uma educação problematizadora, ou seja, que induza à reflexão crítica sobre um determinado conteúdo, uma educação na qual o educando seja ele criança, jovem ou adulto desperte a curiosidade em si mesmo com prazer. E, entre os objetivos esperados com o AVE estão: explorar o potencial educativo, estimulando a criação de artes visuais no ambiente escolar, assim como a valorização das expressões culturais regionais; e promover um ambiente educacional prazeroso, no qual a cultura, a arte e a educação se expressem em sintonia, contribuindo para transformar a escola em um ambiente vivo e significativo para os jovens, ou mesmo para os adultos.

Este projeto, portanto, permite que a interação e o diálogo entre os sujeitos participantes e com as linguagens artísticas estejam presentes como peças-chave. Projetos como este, instigam a imaginação, bem como o exercício da curiosidade. O exercício da curiosidade de acordo com Freire (1996, p.88) convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, comparar, na busca da fertilização do objeto ou do achado de sua razão de ser. Neste sentido, em sua dimensão epistemológica, o processo de formação repercutido nas práticas educativas desenvolvidas com os projetos estruturantes constituídos dentro da lógica da dialogicidade e da comunicabilidade, pode ser visto como um processo de reinvenção da escola. Pois, como alerta Freire:

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomando paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir n



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5, p. 625-644

sua compreensão do que vem comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade (FREIRE, 1996, p. 38).

Dessa maneira, o AVE, ao fundamentar-se no diálogo propõe, pois, um novo processo de aprendizagem e de prática educativa nos quais a comunicabilidade deve estar totalmente implicada. Ou seja, possibilita uma dinâmica de valorização das ações emergidas das práticas cotidianas, da interação entre os sujeitos e, do desenvolvimento da autonomia em cada sujeito participante. Pois, o processo de formação aí incutido, como no dizer de Paiva (2012, p. 90) “toma o saber da prática como valor, tecendo redes de conhecimentos que ampliam e norteiam práticas cotidianas”. Esse seu pensamento corrobora com o de Freire (1996, p. 37) que diz “pensar certo não é que fazer de quem se isola, de quem se ‘aconchega’ a si mesmo na solidão, mas um ato comunicante”.

639

## **b) PROEJA e as atividades de articulação com o mundo do Trabalho**

Considerando a Educação Profissional como uma política pública prioritária de Estado, o governo da Bahia implantou, em 2008, o Plano de Educação Profissional, com o objetivo desenvolver as bases desta política. Direcionada aos jovens, trabalhadores e trabalhadoras - educandos e educandas oriundos da escola pública - objetiva elevar a escolaridade e a inserção cidadã destas pessoas no mundo do trabalho. Com novos conhecimentos disseminados espera-se que os jovens e trabalhadores baianos tornem-se aptos a atender estas demandas do Estado da Bahia, “adentrando com maior facilidade no mundo do trabalho” (DIEESE, 2012).

O governo do Estado da Bahia nos quatro últimos anos tem concentrado investimento da esfera de qualificação profissional e formação para o trabalho, incluindo em sua grade oferta cursos através do PROEJA. Ao mesmo tempo em que os estudantes concluem o ensino médio, recebem o diploma do curso técnico. Os cursos duram dois anos e meio. No Proeja Médio e Proeja Fundamental em regime de alternância - ofertados para populações, a exemplo de trabalhadores rurais, domésticos e catadores de material reciclado, cuja realidade de trabalho não permite a frequência sequencial das aulas ocorre de dois a três anos. Nesse



contexto, o PROEJA se coloca com o intuito de contribuir para a superação do quadro da educação no território baiano através de uma abordagem inovadora.

Discutindo as concepções freirianas desenvolvidas em suas obras, Oliveira (2014, p.12) diz que:

Ao trabalhar dialeticamente a questão política da educação e considerá-la um processo de conscientização crítica, coloca Freire o problema da criticidade. Em contraposição à uma Pedagogia da Resposta propõe Freire a *Pedagogia da Pergunta*, cuja tarefa do/a professor/a é problematizar aos educandos o mundo que os mediatiza, é estimular a curiosidade e o ato de perguntar no processo educativo.

Ela explica que do ponto de vista da classe dirigente, a tarefa principal da educação é reproduzir a ideologia dominante, mas dialeticamente há outra tarefa a ser cumprida, que é de “denunciar e de atuar contra a reprodução ideológica”, desmistificando as ideologias e construindo um contradiscurso em favor das classes populares, com uma perspectiva de transformação social. Esta tarefa é do/a professor/a cujo sonho político é a favor da libertação (OLIVEIRA, 2014, p.11).

As práticas escolares, sobretudo as de cunho pedagógicos, como extraclases, promovidas no intuito de articular os educandos com o mundo do trabalho, formalmente estruturadas como atividades de ensino e aprendizagem dentro dos ambientes escolares, podem servir como referência para entendermos a competência da escola no sentido de promover a autonomia dos sujeitos.

Em seus estudos Dias (2000, p. 10) defende que as escolas nem sempre consideram essa especificidade dos estudantes trabalhadores. “Os conteúdos e as práticas escolares distanciam-se, muitas vezes, do cotidiano dos alunos, das demais esferas da sua vida, inclusive do trabalho”. Para ela outra questão presente nas escolas públicas, e que se acentua na escola noturna, diz respeito à tentativa de repassar aos alunos trabalhadores o conteúdo formal, o conhecimento dito “científico”. Uma tentativa que se apresenta frustrada para a maioria dos professores. Essas limitações se expressam nos resultados das avaliações dos alunos quanto a esses conteúdos, demonstrando a dificuldade de diálogo entre a escola e os alunos trabalhadores através do conhecimento formalizado.



Essa autora também vai afirmar que por outro lado escolas noturnas têm compreendido que, os alunos trabalhadores demonstram dificuldades em relação ao conhecimento formal, mas que toda e qualquer atividade que possibilite o encontro, o trabalho coletivo e torne o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico é amplamente valorizada por eles. Desta forma as escolas têm tentado incorporar com mais frequência em suas práticas atividades estimulem os jovens e adultos a estabelecerem nova relação com o tempo, conviverem com o cansaço e o estresse, com lazer e a diversão muitas vezes reduzidos a níveis muito baixos (DIAS, 2000, p. 113).

Buscar refletir sobre as tentativas de integração entre Educação profissional e EJA e sua dinâmica é um exercício desafiador, mas fundamental para propormos modelos mais assertivos em novas propostas em Educação de Jovens e Adultos que pretendam desenvolver autonomia dos sujeitos dentre tantas outras necessidades desse grupo social.

Ciavatta (2005, p.47) debate sobre se ou em que medida a submissão a alguns tipos de atividades é educativa, é recurso de desenvolvimento de todas as potencialidades dos indivíduos, ou uma acomodação. Além disso, questiona-se em quais deles é possível manter o nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, de qualidade, que exige a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador. Nas palavras dela, essas questões orientaram muitas discussões sobre educação e trabalho. A partir de suas reflexões é indispensável pensar o trabalho de modo que o sujeito não seja o mercado e, sim, o mercado seja uma dimensão da realidade social:

Trata-se de pensar o trabalho em outro contexto social, no qual o trabalhador produza para si, e no qual o produto do trabalho coletivo se redistribua igualmente, projeto que se contrapõe à forma capitalista de produção e aponta para a constituição de novas relações sociais e de um projeto de homem novo. Trata-se de opor-se a uma visão reducionista, utilitarista, atrofiadora e, essencialmente, restritiva de formação humana.

Assim, ao introduzir práticas de articulação entre a escola e o mundo do trabalho em EJA, Kruppa (2005, p.37) diz que de um lado, deve-se compreender e buscar formas de superação para as discriminações de classe, de gênero, de raça e também de idade, frutos de um modelo econômico, social e político individualista e segregador capitalista. De outro lado,



está a exigência da EJA de compreender e alargar as formas de organização presentes nas rotinas de sobrevivência dessa população, elementos de resistência a estas discriminações. Assim, no que diz respeito às lógicas impostas, não podemos desconsiderar que a EJA exerce um papel indispensável na concepção e efetivação de ações propositivas a esse sistema, pois está no contexto das políticas sociais de melhoria da qualidade de vida, que visam à inserção de milhares de pessoas numa sociedade de direitos.

### **Considerações finais**

O empenho em discutir o potencial que as práticas escolares têm para promover a autonomia, necessita conhecer esforço e as possibilidades no sentido de compreender as intenções reais por trás das ações e reações adotadas no processo de ensino aprendizagem. Tal como se observa muitas vezes, os objetivos expressos pela coletividade nem sempre estão em alinhamento com os objetivos educacionais propostos pelos sistemas de ensino e pela literatura educacional.

As escolas têm o desafio de pensar em práticas, atividades, projetos e programas que considerem a necessidade de desenvolver experiências de autonomia e traga essa postura para o centro das ações pedagógicas a ser ampliadas pelos sujeitos em suas experiências cotidianas. A qualidade da educação e do ensino tem muito a ver com o tipo de cultura que nela se desenvolve, que obviamente ganha significado educativo através das práticas e dos códigos que a traduzem em processos de aprendizagem para alunos. Além disso, da discussão feita aqui, chama a atenção para ideia de que não tem sentido renovação de conteúdos sem mudanças de procedimentos e tampouco uma fixação em processos educativos sem conteúdos de cultura. Isso por que a prática escolar que podemos observar num momento histórico tem muito a ver com os usos e costumes, as tradições, as técnicas e as perspectivas dominantes em torno da realidade do currículo num sistema educativo determinado.

A análise do ensino não pode ficar limitada aos usos ou cultura técnica específica ligada às práticas concretas que se criam na situação de ensino institucionalizado - caiu-se com muita frequência neste erro. O ensino sim cria certos usos específicos, uma interação pessoal entre professores e alunos, uma comunicação particular, alguns códigos peculiares de





comportamento profissional, mas a singularidade de tudo isso deve ser vista em relação ao tipo de conteúdos culturais que se “amassam” nesse meio específico que é o ensino institucionalizado e aos valores envolvidos nessa cultura.

Algumas dimensões/aspectos a serem observados (as) em relação a práticas regulares e em caráter mais ou menos duradouro na escola expressam os valores cultivados pelo grupo. Ainda é grande a necessidade de formação dos profissionais para promoverem práticas que estimulem o desenvolvimento dos alunos. Por outro lado percebe-se que a cultura escolar precisa estar cada dia mais flexível e aberta ao exercício de iniciativa, participação e prática da autonomia na tomada de decisões, com vistas nos objetivos educacionais a serem desenvolvidos, tendo como foco a aprendizagem dos alunos.

Conhecer como se dão as práticas e as relações no dia-a-dia da escola constitui-se em condição fundamental para promover o que ela precisa e deve ser para constituir-se em um ambiente educacional capaz de pensar a aprendizagem e formação que os alunos e dos professores. Essas reflexões precisam ser estudadas e postas em prática para desenvolver as competências pessoais necessárias para enfrentar os desafios de vida com qualidade na sociedade globalizada da informação e do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. *Síntese dos projetos estruturantes*. Jornada Pedagógica 214. Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/projetos-jornada>. Acesso em: 13 ago. 2014

CIAVATTA, M.; TREIN, E. *A transformação do trabalho e a formação profissional na sociedade da incerteza*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – AnPED, 29. 2006. Anais Caxambu, MG, 2006.

D' AVILA, Cristina. *Formação docente na contemporaneidade: limites e desafios*. Revista da FAEEBA -Educação e Contemporaneidade. Salvador. v. 17. N. 30. p. 33-41, jul/dez. 2008.

DIAS, Deise de Souza. *Jovem aluno trabalhador do ensino médio: a articulação entre trabalho e educação*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/ UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado)



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 5, p. 625-644

DIEESE. *Indicadores da educação profissional na Bahia: cobertura, articulação e qualidade* / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. — Salvador: DIEESE, 2012.

FLECK, Creuza Maria. *Autonomia na educação segundo Paulo Freire*. Universidade Regional de Blumenau – FURB. Centro de Ciências da Educação – CCE. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Mestrado em Educação. Blumenau: 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. *Proposta Pedagógica: Educação e o mundo do trabalho*. IN. *Educação e Trabalho*. Boletim 17. Brasília: MEC, Setembro, 2005.

MACEDO, Roberto Sidnei. (2013). *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. Petrópoles, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2013). *Atos de currículo e autonomia pedagógica: o socioconstrutivismo curricular em perspectiva*. Petrópoles, RJ: Vozes.

MARTINS, Ângela Maria. *Autonomia e educação: a trajetória de um conceito*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, Fundação Carlos Chagas, março/2002. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf>. Acesso: 10.jun.2014.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Educação de Paulo freire: trajetória de vida e influências filosóficas*. Texto elaborado para fins didáticos. UNESP: 2014

PAIVA, Jane. *Formação docente para a educação de jovens e adultos: o papel das redes no aprendizado ao longo da vida*. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade. Salvador. v. 21. N. 37. p. 83-96, jan/jun. 2012.



## A EVASÃO ESCOLAR NO BENIN: EXCLUSÃO E INJUSTIÇA SOCIAL PARA AS MENINAS

KPOHOLO, Sènakpon Fabrice Fidèle  
*Mestre em educação pela UERJ/2014*  
*Fabrice19882000@yahoo.fr*

### RESUMO

O trabalho a seguir é extraído de nossa pesquisa de mestrado em Educação cujo tema é: “Fatores demográficos e socioculturais da evasão escolar: o caso da região de klouékanmè”. Klouékanmè é uma região (município rural) do Benin, que é um país da África Ocidental. A pesquisa teve como objetivos identificar os fatores demográficos e socioculturais que influenciam o acesso e a permanência dos alunos, e mais particularmente das meninas, na escola. E, em seguida, tentou entender o fenômeno através das suas complexas articulações e enredamentos diversos. Aqui, vamos abordar, apenas, um eixo da questão. Trata-se de partir da educação tradicional africana para, primeiro fazer um link entre ela, as práticas escolares discriminadoras, o contexto familiar e a evasão escolar. Por fim, concluir através duma breve discussão, mostrando como a evasão escolar gera a injustiça social.

**Palavras-chave:** evasão escolar; educação tradicional africana; Injustiça social.

### ABSTRACT

The following work is extracted from our research Masters in Education whose theme is "demographic and sociocultural factors of truancy: the case of region klouékanmè". Klouékanmè is a region (rural municipality) of Benin, is a country in West Africa. The research aimed to identify the demographic and sociocultural factors influencing access and retention of students, and particularly girls, in school. And then tried to understand the phenomenon through their complex articulations and various entanglements. Here, we address only one axis of the question. It is from the traditional African education, first make a link between it, the discriminatory school practices, family background and school dropout. Finally, concluding through a brief discussion, showing how truancy generates social injustice.

**Keywords:** truancy; Traditional African education; discrimination, social injustice.

### Falas iniciais

Como já mencionamos, este texto surge de nosso trabalho de mestrado que versou sobre a evasão escolar. Trata-se de uma pesquisa que se fundamentou, teoricamente, nos Estudos do Cotidiano. Portanto, utilizamos, para coleta dos dados empíricos, uma metodologia própria ao campo de estudo. A pesquisa teve como objetivos identificar os



fatores demográficos e socioculturais que influenciam o acesso e a permanência dos alunos, e mais particularmente das meninas, na escola. E, em seguida, tenta entender o fenômeno através das suas complexas articulações e enredamentos diversos. Para atingir esses objetivos, optamos seguir como metodologia de pesquisa “o mergulho” no cotidiano do campo de pesquisa, isto é, o município de Klouékanmè. Durante o mergulho, tarefas como coleta de dados nas escolas, no que tange à evasão escolar, conversas formais e informais e entrevistas semi-estruturadas com alunos, autoridades de escolas, pais de alunos, etc., foram realizadas. Nossa pesquisa chegou a conclusões tais como, a da impossibilidade de uma separação entre os fatores demográficos e socioculturais da evasão escolar nesse meio rural, a da existência de complexas redes tecidas nas articulações desses fatores e a existência de um silenciamento pelas lógicas culturais, das vozes das meninas.

### **A educação tradicional africana, o próprio do cotidiano**

Embora a maior crítica à educação tradicional africana seja a sua oralidade, é justamente nessa oralidade que reside toda sua potência e riqueza. Não estaremos inventando nada, se ousamos afirmar que todo processo de educação é um processo social. O que implica comunicação, diálogo e interação. E, nesse processo, a linguagem assume um papel fundamental. É através dela que os homens se comunicam, se relacionam uns com outros. Tudo acontece na educação tradicional africana, através da palavra, da reflexão e da ação, portanto, através da *práxis* (FREIRE, 1974). Os conhecimentos, os valores, as crenças, os hábitos, etc., são organizados e transmitidos a partir de técnicas bem-pensadas e elaboradas na oralidade. Essas técnicas, que vejo como matérias, são pensadas e elaboradas pelos antigos. Portanto, percebo o conjunto dessas técnicas, isto é, as histórias, as lendas, os enigmas, os provérbios, os jogos, o medo, os ritos de iniciação, como um currículo criado pela educação tradicional africana. A partir delas, conhecimentos históricos (história do clã, da etnia, do grupo, etc.), filosóficos, matemáticos, biológicos, ecológicos, etc. são aprendidos pelos educandos. Uso aprendido e não transmitido, pois os momentos e lugares de aprendizagem não são planejados de maneira antecipada e executados como se faz na escola moderna. Também não se trata de uma educação *bancária* (FREIRE, 1974). As aprendizagens acontecem



no dia a dia com a participação de todos e não existe – fora dos ritos de iniciação – lugar privilegiado previsto para aprender. É uma educação que acontece com a “criação cotidiana de currículo pelos seus praticantes” (CERTEAU, 2012). A respeito do conceito de “praticantes”, Oliveira, (2012, p. 7-8) nos ensina que:

O trabalho com a noção de praticantes exige compreender prática e teoria como instâncias complementares e indissociáveis do *fazerpensar* dos sujeitos das escolas e que se interpenetram permanentemente, não devendo ser percebidas como elementos dissociáveis de uma realidade ou reflexão qualquer.

A escola da educação tradicional africana é a vida cotidiana em si e os *praticantespensantes* (OLIVEIRA, 2012) são as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos, os idosos, etc. Ela é plural. É a casa, é a rua, é a roça, é o mercado, etc. Essa escola se cria cotidianamente, nos diferentes *espaçostempos* que frequentam os praticantes. Ela pode – a escola – contar com a participação de todos. O educando – ouvindo, vendo fazer, perguntando às pessoas mais velhas, e entendendo para, na sua vez, pôr em prática – assim como o educador no seu papel de professor mediador, ambos participam do processo educativo. Portanto, trata-se de uma educação, *a priori*, democrática. Mas será que a participação de todos os sujeitos no processo de educação basta para qualificar a educação tradicional africana como democrática? Creio que não.

Com Oliveira (2012, p. 12) entendemos “democracia como um sistema social no qual as relações entre sujeitos individuais e sociais, seus conhecimentos e modos de estar e compreender o mundo se baseiam no reconhecimento mútuo, no qual não há hierarquias apriorísticas ou fixas”. Mas na educação tradicional africana, existe hierarquia sim, e, podemos afirmá-lo, trata-se de hierarquia bem fixa. Não ao nível dos conhecimentos ou dos saberes, mas sim, ao nível das pessoas que possuem esses conhecimentos. Nos cenários de aprendizagens, os mediadores são os adultos e os velhos. Às vezes, os jovens também podem atuar como mediadores na formação ou educação de uma criança ou de um adolescente, pois, a sabedoria e a experiência são qualidades necessárias ao educador. Portanto, do mesmo modo que as crianças e os adolescentes aprendem com os adultos, estes últimos também estão em processo permanente de aprendizagem com os idosos. Ou seja, na lógica cultural africana, os mais velhos precedem os mais novos no caminho da experiência e da sabedoria. Portanto, os mais velhos não têm apenas superioridade em idade perante os mais novos, mas também em



conhecimentos. Por isso, o indivíduo aprende, participa do processo da sua aprendizagem, mas na submissão total.

Nesse processo, a submissão das meninas, mais do que os meninos, é algo imprescindível à cultura africana. O projeto cultural da educação tradicional africana prepara a menina, futura mãe de família, para ser uma “boa mulher” para o seu marido. Boa mulher, no sentido da submissão total a seu marido e no sentido de ser uma boa mãe para as crianças. Sendo assim, no núcleo familiar, toda essa responsabilidade pertence à mulher. É da responsabilidade dela “criar” a filha ou as suas filhas. Afinal de contas, não ouvimos frequentemente nas sociedades tradicionais africanas que “a menina é sempre a imagem da mãe dela?” Ou ainda, que “antes de casá-la, veja primeiro como viveu a mãe dela com o pai dela?”. Os meninos também não escapam da regra. Só que é assim: “Ele é trabalhador e respeitoso à imagem do pai dele”. Portanto, o projeto político da educação tradicional africana é claro. É criar um homem trabalhador, respeitoso que entenda e se conforme às normas da comunidade, do clã, da sociedade. E criar uma mulher respeitosa, cuidadosa e, acima de tudo, submissa. Essas disposições, ousamos dizer, machistas, não são como veremos mais na frente, sem relação com o acesso e a permanência das meninas na escola/colégio, em meio rural beninense.

### **Discriminação e evasão escolar**

No Benin e mais especificamente nos meios rurais, uma grande desigualdade ainda existe em relação à escolarização das meninas e dos meninos. Se hoje em dia as meninas conseguem com um efetivo maior entrar no colégio, contrariamente ao que era há alguns anos atrás, poucas delas conseguem se manter no colégio até o final do segundo ciclo. No meio rural, todos os alunos enfrentam dificuldades do dia a dia, no que diz respeito às suas vidas acadêmicas. Mas é ainda muito mais difícil para as meninas. Por quê? Apenas por serem meninas, portanto, futuras mães de família. Carregam nas suas costas, um peso cultural enorme, e isso, muito mais no meio rural. Como já enfatizamos anteriormente, o projeto educativo tradicional africano define o lugar da mulher, o lar familiar. E muito frequentemente, a menina a partir da sua adolescência começa a sofrer uma pressão enorme nesse sentido. Ela chega progressivamente na flor da idade, e na sociedade, muitos começam a ficar de olhos nela. Os potenciais pretendentes ao





casamento, isto é, jovens solteiros e homens já casados com uma ou várias mulheres. O contexto cultural, infelizmente, se torna favorável à emergência de algumas formas de discriminações sofridas pelas meninas no colégio. Gostaríamos aqui, de trazer um pedaço de um vivido de campo. Foi uma situação a qual assistimos num dos colégios e que achamos bem ilustrativo para nossa discussão.

*Uma quinta feira de junho de 2013, pela manhã, estava no colégio de ensino geral de Ayahohoué, em Klouékanmè. Tinha marcado um encontro com o coordenador pedagógico do colégio para ele me fornecer alguns dados numéricos sobre o colégio. Cheguei antes dele e encontrei com o responsável de disciplina do colégio, que pediu para eu esperar. Sentei numa mesa diante dele. Aproveitava para fazer alguns planejamentos na minha agenda, enquanto ele também estava ocupado com suas tarefas. De repente, escutei ele pedir a um aluno lhe chamar uma menina lá fora, a Julia<sup>1</sup>. A Julia é aluna da última turma do primeiro ciclo do colégio, portanto, teria um exame nacional no mês seguinte. O exame que determinará a passagem dela para o segundo ciclo. Ela, pelo que aprendi depois, faz parte das poucas de sua turma que conseguem ter bons resultados. Teve uma boa média no primeiro semestre e tem um bom desempenho acadêmico. Quando a Julia compareceu em frente da autoridade, com a cara ansiosa, esse último fez as perguntas seguintes para ela: O que houve? O que você fez para o professor mandar você ser castigada? Nada, respondeu a menina. Como assim? Questionou novamente a autoridade, com uma cara bem dura. Julia resolveu contar. Estava no quadro escrevendo, na aula de história e geografia e chegou o professor perguntando, porque é que eu fiz esses cabelos? Fiquei quieta. Aí, ele chegou até mim, querendo cortar os fios que usei para fazer meus cabelos com um pedaço de pau. Tirei a mão dele e recusei firmemente. E ele pediu para eu sair da sala. O responsável de disciplina ficou quase sem palavra. E eu, surpreendido demais ao perceber na cabeça da Julia, uma trança simples e bem humilde. A autoridade pediu para a menina aguardar fora enquanto ele mandou chamar o professor de história e geografia. Percebi que ele é um professor jovem. À pergunta do responsável de disciplina de saber por que ele mandou a aluna ser castigada, respondeu que ela teve a seu respeito um comportamento anormal. Falou que percebeu que ela tinha feito uma trança que podia fazer crescer mais seus cabelos – isso constatou que quando se aproximam os exames todas as meninas o fazem – no intuito de fazer outros cabelos [extravagantes] durante o período do exame. Perguntei por quê? E ela começou a ter um comportamento anormal à frente dos seus colegas. E o responsável de disciplina falou: então você acha que ela faltou com respeito a você, não é? Isso! Respondeu o professor. Para falar sinceramente, retomou o prefeito, eu não vejo nada que a menina tenha feito de errado para eu poder castigá-la. Se você quiser, passo o caderno de castigo para você fazê-lo pessoalmente, e aí será o único*

<sup>1</sup> Julia é um nome que criamos pois não obtivemos a autorização de colocar o nome real da aluna.





*responsável de seu ato. O professor aceitou, pegou o caderno e foi escrever a punição da menina. Numa outra sala ao lado, estava a secretária, imprimindo as provas das avaliações do final de ano, mas, como eu, prestava uma atenção particular aos fatos. Quando o professor levou o caderno de castigo de volta, ela saiu da sua sala e falou para ele: Professor, você “humilhou uma menina” hoje, e me incomodou muito. Têm muitas coisas que contarei para a senhora depois, respondeu o professor, antes de voltar para sua turma. E a secretária comentou: quando ficam paquerando as meninas e que elas não dão mole, é assim que começam a comportar-se. [...]. (13 de jun, 2013). (Diário de campo, jun. 2013).*

650

O que queremos desvelar aqui são as discriminações cotidianamente criadas no seio da escola e que passam no silêncio. Essas discriminações se relacionam muito mais às meninas, e não deixam de influenciar, não apenas os percursos acadêmicos delas, mas também, contribuem para definir o lugar que iriam ocupar na sociedade mais tarde. Como enfatiza Louro (1997, p. 57),

[...] diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Então, voltando ao nosso relato acima apresentado, podemos perceber como é que a diferença e a discriminação estão presentes, primeiro no olhar e, segundo, no discurso do professor. Primeiro, ele, através do seu olhar sobre sua turma, separou meninos e meninas. Ao considerar o caso específico, isto é, os cabelos, ele percebeu que as meninas gostam de deixar crescer os cabelos para poder fazer uma trança<sup>2</sup>

<sup>2</sup> As tranças, nas sociedades primitivas africanas, eram verdadeiros códigos culturais. Ainda permanece assim hoje, nas sociedades africanas mais tradicionais onde as tranças podem ter significados relacionados às etapas da vida como o nascimento, a iniciação, o casamento, o luto, etc. Mas é importante dizer que hoje em dia e, sobretudo, nas sociedades africanas mais ocidentalizadas, é o lado estético das tranças que é mais valorizado. Ao fazer as tranças, os sujeitos as fazem muito mais para a aparência, isto é, para a beleza. Assim, para passar as provas nacionais que são grandes momentos de encontros, amizades, depois do trabalho; as meninas gostam de cuidar de tudo o que toca a sua aparência física. Para saber melhor sobre as tranças e suas histórias, pode-se visitar os links: <<http://users.skynet.be/aloube/TUC.htm>> , <<http://www.saramaya.fr/tressesettissages/histoire-tresses>>, <<http://fr.wikipedia.org/wiki/Tresse>>.



[extravagante], com que irão passar o exame. Não apontou para um menino, pois, para eles, é bem simples; é só cortar os cabelos. Isso é a norma a respeito dos cabelos e, as meninas também têm que se conformar com ela. O desejável é que elas também cortem os cabelos. Quantas vezes não ouvimos, quando ainda éramos alunos no colégio, professores falarem assim com as meninas: “Por que vocês não podem fazer como os meninos e cortar apenas os cabelos? Veja bem o tempo que vocês perdem na cabeleireira, e o dinheiro também! Será que vocês não podem usar esse tempo para estudar?”.

Gostaríamos de trazer aqui, dois testemunhos de dois meninos beninenses que hoje cursam a faculdade, ao discutir o assunto com eles. Trata-se do Lucien e do Yassin. Lucien tem uma licenciatura em direito e Yassin é aluno PEC-Pg, mestrando em engenharia civil, no Brasil.

**Lucien:** [...]. *Eu conheço colégios em que as meninas não têm direito de trançar os cabelos. Têm que cortá-los. Posso dar o exemplo do CEGI AZOVE<sup>3</sup> onde, no primeiro ciclo, quer dizer da turma de 6<sup>ème</sup> até 3<sup>ème</sup>, as meninas têm obrigação de cortar os cabelos. É só a partir do segundo ciclo que são autorizadas a trançá-los.* , (Conversa realizada em nov. 2013).

**Yassin:** [...]. *Eu sei que no colégio [Notre Dame des Apôtres], para ambos os ciclos, as meninas não podem trançar os cabelos. Têm que cortá-los. Ao menos que seja na ocasião de um acontecimento particular como, por exemplo, a 1<sup>a</sup> comunhão, pela qual a aluna que pede a permissão pode ser autorizada por um dado prazo. Passado o prazo, ela entra em castigo.* (Conversa realizada em nov. 2013).

Como diz Louro (1997, p. 57), “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (e não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. [...]”.

Bem frequentemente, fracassos de meninas serão explicados a partir dessas distinções. É frequente ouvir professores dizerem “essa menina não pode estudar não. Ela é muito vaidosa! Vejam o jeito dela de fazer! Vejam os cabelos que ela faz! Ela gosta muito de mexer com os meninos, ela não tem cabeça nos estudos não. Afinal de contas ficou grávida!”.

<sup>3</sup> O CEGI AZOVE se situa em outro município rural do Benin.



## Redes de sujeitos e a escolaridade das meninas

O contexto familiar e a precariedade dos recursos materiais acabam influenciando a frequência escolar dos alunos em Klouékanmè. Mas as redes familiares<sup>4</sup> não influenciam a frequência das crianças, apenas através da falta de recursos materiais. Outros fatores, dependendo dos sujeitos e das suas próprias experiências socioculturais, entram em jogo no que diz respeito à escolarização das crianças e sua manutenção na escola/colégio, sobretudo quando se trata das meninas.

Para melhor entender essas redes, optamos por trazer trechos de falas de três sujeitos. Dois alunos do CEG1 Klouékanmè, ambos na última turma no colégio e, uma menina que alguns meses antes da nossa conversa era aluna do CEG Ahogbéya. Ela saiu do colégio para ingressar em um curso de formação profissional, embora ela já tivesse chegado à última turma do colégio. Passou uma vez *as provas nacional (Bacalaureat)*<sup>5</sup> para entrar na faculdade, sem sucesso. E saiu do colégio, enquanto estava fazendo pela segunda vez a mesma turma, mas, estudando em casa para passar novamente as provas, no final do ano. A pergunta feita para os dois alunos era a de saber quais são os motivos pelos quais as meninas saem da escola ou do colégio ou por que entram poucas nele? Já, para a menina, a pergunta foi: por que saiu do colégio embora estivesse na última turma?

*Aluno 1: para falar a respeito das meninas, o primeiro motivo é que elas têm um pensamento de negligência. Pensam que, ao longo, vão casar-se e ir para a casa de um homem que vai cuidar delas e resolver todos os problemas delas. Então por isso, não levam a muito sério os estudos.*

*O segundo motivo é que aqui os pais não encorajam a escolaridade das meninas. E as poucas que conseguem ir até a faculdade, no fim das contas, ficam sem emprego, ou se casam e não gozam dos frutos dos seus estudos. Olhando isso, os pais pensam que não tem retorno ao investir na escolaridade das meninas.*

*Aluno 2: Às vezes, os pais pensam que mesmo se as meninas são escolarizadas, ao longo, são muito mais os homens que encontram os empregos. E no fim das contas, a menina vai ficar em casa e casar-se. As meninas também, tendo isso na cabeça, se esforçam pouco. Já os*

<sup>4</sup> Chamamos de redes familiares, a tessitura através do qual se dá a família africana. No Benin e mais especificamente em meio rural, a estrutura familiar predominante é a patriarcal alargada. Dito de outra forma, a família não se limita ao núcleo familiar básico formado pelo pai, mãe e filho(s), mas é o conjunto formado por todas as pessoas ligadas pelo sangue, casamento, aliança ou vivendo juntas, ou por partilha de laços ancestrais comuns.

<sup>5</sup> No Benin, na última série do ensino médio, se organiza provas escritas e orais para todos os alunos. Essas provas acontecem a datas predefinidas em função do calendário escolar. Apenas aqueles que conseguem tem acesso à universidade. É equivalente do ENEM no Brasil.



*homens têm na mente que são eles que devem fazer de tudo para sustentar as suas futuras famílias, aí, eles se esforçam muito mais.*

**Menina:** *Como eu já fiz a turma uma vez, nas férias, as pessoas me informaram que esta formação que estou seguindo agora ia abrir-se. Mas eu não acreditei. Foi uma vez que iniciamos o ano letivo que percebi que era verdade. Aí, eu pedi conselhos para algumas pessoas para saber se eu deveria deixar a colégio ou não. Quando eu conversei com uma das autoridades do colégio, ele falou que é melhor eu aguentar e acabar com o colégio. Mas outras pessoas falaram que diploma acadêmico e profissional não são a mesma coisa e que eu poderia parar e fazer essa formação e estudar em casa para passar no meu exame no final do ano. Aí, eu conversei com meu pai e após ter verificado e conversado com um tio meu, ele pagou pra eu começar a formação. Foi assim que eu decidi sair e fazer a formação. Mas ao mesmo tempo, passar no meu exame no final do ano. (Diário de campo, abr. 2013).*

Para possibilitar um diálogo e tentar penetrar as redes existentes em volta da escolarização das meninas em Klouékanmè, achamos útil informar duas taxas sobre a escolarização dos pais de alunos em Klouékanmè. Essas taxas são oriundas das informações fornecidas por nossos sujeitos de pesquisas aos quais nos referimos acima. É que existe um contraste no seio das famílias a respeito da escolarização dos pais de alunos. Com um efetivo de 30 alunos com que discutimos, 69% dos pais são escolarizados contra apenas 31% das mães. Ao saber disso, foi lógico fazer um link com as falas dos alunos que acabamos de apresentar, para tentar entender as redes nas quais pais de alunos e alunos são conectados, no que tange à escolarização das meninas no município de Klouékanmè.

Nas falas do Aluno1, ele deixou claro que as meninas se dedicam menos aos estudos do que os meninos, porque acham que mais tarde vão ter que casar e viver na casa de um homem, isto é, o futuro marido. Caberá a este último cuidar delas. Portanto, estão prontas a submeterem-se aos seus futuros maridos. Mas é importante ressaltar que não é bem assim. Não são todas as meninas. Pois, tal afirmação pode levar a ignorar que tem, mesmo em pouco efetivo, meninas que conseguem completar suas escolarizações. Mas aquelas que se conformam ou aceitam essa submissão, o fazem porque se sentem obrigadas. Porque, ao conversar com várias meninas, possamos perceber que cada uma entra no colégio com o sonho de uma profissão. Quer médica, quer professora, quer enfermeira, etc. Mas acabam desistir pelos motivos que já vimos anteriormente e outros que abordaremos mais na frente. Devemos destacar ainda que na tessitura dessas meninas enquanto rede de sujeitos existe uma relação direta que pode se estabelecer



entre elas, e o contexto familiar em que elas crescem. Como aprendemos com Bourdieu (apud NOGUEIRA, M.; NOGUEIRA, A., 2002, p. 19), “[...]. O indivíduo é um ator socialmente configurado em seus mínimos detalhes. Os gostos mais íntimos, as preferências, as aptidões, as posturas corporais, a entonação de voz, as aspirações relativas ao futuro profissional, tudo seria socialmente constituído”. Continuam as autoras,

Bourdieu afirma, então, em primeiro lugar, que a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual, se dá, preponderantemente de dentro para fora e não o inverso. A partir de sua posição inicial em um ambiente social e familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporariam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição (um *habitus* familiar ou de classe) e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação (NOGUEIRA, M.; NOGUEIRA, A., 2002, p. 20)

Ou seja, as meninas, e não apenas elas, mas os meninos também, enquanto sujeitos, são resultado de uma tessitura cujos fios, isto é, os costumes, as práticas cotidianas, as falas e discursos, as experiências, encontram suas raízes mais profundas, primeiramente, dentro das suas próprias famílias. Esse processo de formação subjectiva não é algo fixo. Ele continua se constituindo e os segue no seu crescimento até a idade adulta, nas suas ocupações profissionais futuras e assim por diante. Lembramos o lugar que a educação tradicional africana reserva para cada sujeito na sociedade. Enquanto os meninos são educados para se tornarem os “líderes” da sociedade, “os chefes” de famílias, aqueles que têm que sair e procurar como manter a casa, as meninas o são para tornarem-se as mães de famílias, cuidadosas da casa. Aí, os meninos crescem e, à imagem dos seus pais, tios, irmãos mais velhos, próximos familiares, reforçam tais discursos e representam nos seus hábitos. A mesma coisa acontece com as meninas, à imagem das suas mães, tias, e próximos familiares. Tudo isso será socializado e legitimado como práticas culturais.

Na continuidade das suas falas, os alunos 1 e 2 concordam que os pais não incentivam a frequência escolar das meninas em Klouékanmè. Isso seria porque, de qualquer jeito, elas são destinadas a se casarem e, assim, o investimento não terá retorno para eles. Também, mesmo escolarizando-se, terão muitas dificuldades para encontrar empregos, pois, no mercado do trabalho, os homens têm prioridades já que são eles que



posteriormente deveriam “manter a casa”. A respeito de empregos, a fala da menina mostra que a prioridade é dada às formações profissionais. O ensino geral é considerado longo demais para as meninas, e com pouca chance de retorno dos investimentos. Por isso, ao pedir conselhos para seus familiares e próximos da família, a menina será orientada a escolher a formação profissional e sair do colégio. Essa formação seria de um prazo muito mais curto e a colocaria à disposição para pretender a um emprego.

Nogueira, M. e Nogueira, A. (2002, p. 23) afirmam que:

Aplicado à educação, esse raciocínio que os grupos sociais, a partir dos exemplos de sucesso e fracasso no sistema escolar vivido por seus membros, constituem uma estimativa de suas chances objetivas no universo escolar e passam a adequar, inconscientemente, seus investimentos a essas chances. Concretamente, isso significa que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito. [...]. (p. 23).

Continuam dizendo que:

Bourdieu (1998) observa, também, em terceiro lugar, que o investimento na carreira escolar está relacionado ao retorno provável, intuitivamente estimado, que se pode obter com o título escolar. Não apenas no mercado de trabalho, mas, também, nos diferentes mercados simbólicos, como o matrimonial, por exemplo. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar nos diversos mercados variaria, basicamente, em função de sua maior ou menor oferta. Quanto mais fácil o acesso a um título escolar, maior a tendência a sua desvalorização. (p. 23)

Ao ser perguntado sobre os motivos de saída dos meninos do colégio, O aluno 1 responde o seguinte:

Eu, por exemplo, vou dizer que tenho vontade de frequentar, mas nem todo o tempo o apoio financeiro (dinheiro, comida, etc.) está aí. Olha, se eu não fosse uma pessoa que trabalha bem na escola e que tivesse bons resultados acadêmicos, se eu já tivesse sido reprovado uma vez só, eu iria parar mesmo. Sobretudo porque tenho meus irmãos mais velhos em Cotonou<sup>6</sup> e que são donos de lojas de materiais de construção civil, eu iria ficar perto deles e mais tarde, ia me libertar para eu ter a minha própria loja. E talvez, vou ganhar melhor minha vida do que eu estou esperando, indo para escola. Se eu for até a faculdade, nem sei se vou encontrar um bom emprego pra eu ganhar suficientemente. Nós,

<sup>6</sup> Cotonou é a cidade, capital econômica do Benin.





homens, gostamos de olhar o exemplo dos primeiros. Conheço muitos amigos que abandonam porque não percebem um futuro seguro.

Assim sendo, existe, porém, uma pequena distinção que precisa ser destacada no que tange ao valor dado aos títulos e à escolha das formações. Enquanto os meninos acham que têm que alcançar um nível muito mais avançado, – cursar a faculdade, por exemplo – e que mesmo assim, ainda terão dificuldades em encontrar algo satisfatório no mercado do emprego, as meninas preferem consagrar-se a uma formação de curto prazo e profissionalizante. É, geralmente, sobre tais bases que os pais, que têm condições materiais, investirão na escolarização dos seus filhos.

Tudo o que precede nos permite introduzir um diálogo sobre a ausência das meninas na escola e mais especificamente, no colégio. A ausência se ressentiu muito mais no colégio, especificamente no segundo ciclo. A constatação foi que entre o maior número que se inscreve nas primeiras turmas do colégio, e o número que chega ao segundo ciclo, um vazio importante se observa em comparação aos meninos. Poucas das meninas conseguem se manter no colégio até o final do segundo ciclo. Por que essa ausência? E qual é o mecanismo, isto é, a tessitura através da qual essa ausência das meninas se dá? Será que não está acontecendo assim uma grande injustiça social?

### **Evasão escolar das meninas, uma injustiça social**

Tomamos como ponto de partida, a tese de Boaventura de Souza Santos sobre a justiça social. Com efeito, Santos (2010) na sua crítica ao pensamento moderno que qualifica de pensamento abissal, desvelou o laço íntimo entre justiça social e justiça cognitiva. O autor afirma justamente que “[...] a injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global”.

A missão, isto é, o objetivo primeiro da chegada da escola moderna na África ocidental, portanto no Benin é uma missão dominadora e civilizadora. Portanto, com um projeto de assimilação cultural do povo ao qual ela se destinava. Essa escola, no próprio contexto europeu em que surgiu e emergiu, era burguesa e masculina. Então, essa cultura ocidental institucionalizada, imposta às sociedades africanas num contexto colonial, cruzou seu caminho com algo já existente na própria sociedade africana: o machismo.





Dá que a prioridade e os privilégios dados aos homens nas diferentes esferas da vida cotidiana nas sociedades africanas, logicamente encontraram solos férteis no seio do que se chamava “a escola do branco”. E assim, como uma semente, cresceu e os frutos azedos permanecem até hoje, isto é, a escola europeia, em muitos lugares em África, portanto no Benin e mais especificamente no meio rural, continua sendo masculina. Isso, combinado com o contexto familiar, portanto cultural que esboçamos anteriormente, acaba fazendo com que os pais invêstam pouco na escolaridade das meninas em meio rural. Mas não só isso. Ao considerar as famílias escolarizadas percebemos que, poucas das mães são escolarizadas e, na maioria dos casos, quase nunca acaba o primeiro ciclo do colégio. Estabelece-se então uma relação entre a experiência escolar dos pais, sobretudo das mães e a das meninas. Na maioria dos casos, os pais que alcançaram um nível maior de escolaridade incentivarão melhor os seus filhos. A respeito das meninas, elas tendem a buscar sua motivação para frequentar a escola, olhando para o nível de escolaridade alcançada pela própria mãe. Como consequência temos a ausência das meninas do colégio e posteriormente das mulheres nas demais áreas de trabalho que necessitam de um grau elevado de escolarização. E é justamente a esta altura que devemos nós tornar conta da grande injustiça social presente nas sociedades da África ocidental e mais especificamente nos meios rurais. No Benin, por exemplo, as mulheres representam mais da metade da população e a maior parte da população ainda vive em zona rural. Trata-se também de um país em via de desenvolvimento, portanto não industrial. E necessita-se um grau mais ou menos elevado de escolaridade (completar pelo menos o ensino médio), para pretender a um emprego “razoável” na administração pública e nas demais áreas de trabalho. No entanto, entendemos anteriormente que cada menina que entra no colégio tem um sonho Profissional e de melhor qualidade de vida. Mas será que esse sonho realizar esse sonho se pouca delas consegue completar o ensino médio até entrar na faculdade? Cremos que não. E neste caso elas se tornam vítimas duma injustiça social, pois, antes disso, vítimas de injustiça cognitiva.

### **Considerações finais**

A busca de explicação para a evasão escolar das crianças, dos adolescentes e dos jovens em Klouékanmè, sobretudo das meninas, nos conduziu a identificar e entender



alguns fatores demográficos e socioculturais existentes na localidade. Alguns, porque não podemos afirmar com convicção que conseguimos desvelar tudo o que atrapalha a boa frequência escolar dos alunos em Klouékanmè e, mais especificamente, das meninas. No entanto, conseguimos entender que na criação e/ou na articulação desses fatores, não há lugar para a divisão. Ou seja, é impossível entender esses fatores, separadamente. Mas ao contrário, é preciso inscrevê-los numa lógica de redes, de complexidade, para entender as tessituras através das quais são enredados os fatores demográficos e socioculturais da evasão escolar em Klouékanmè. Todas as redes estão conectadas. A começar pela própria educação tradicional africana, sede de formação e de tessituras de redes subjetivas complexas. Ela é liderada pela família, outra rede bem complexa. Nesse contexto, a evasão escolar das meninas – assim que a dos meninos – que é um resultado tecida através de várias redes tem como consequência a injustiça social da qual são vítimas estas últimas. Uma injustiça social á qual precede uma injustiça cognitiva. Portanto, a luta contra essa injustiça social tem de passar para a luta pela justiça cognitiva que pode ser concretizado só através da superação do fracasso e da evasão escolar cada vez mais crescente das meninas.

## Referências

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. 18. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pédagogie des opprimés*. Paris: Librairie François Maspero, 1974.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 1997.
- NOGUEIRA, C. M.M.; e Nogueira, A. M. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. In.: Revista Educação & Sociedade, v. 23, n. 78, 2002.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de *Currículo como criação cotidiana*. RJ: DP et Alii Editora, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: *das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In.: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. SP: Ed. Cortez, 2010, p. 31-83.



## HISTÓRIA E MEMÓRIA: A LUTA PELA CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES PARANAENSES

ALMEIDA, Janaina Aparecida de Mattos

*Estudante de doutorado Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH)*

*Bolsista Doutorado do CNPQ  
jjana2005@yahoo.com.br*

659

SADER, Emir

*Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH)  
emirsader@uol.com.br*

### RESUMO

O presente estudo tem como temática de investigação o Plano de Carreira e Valorização dos Professores da rede estadual de ensino paranaense: uma conquista da educação pública (2004). O objetivo central é resgatar a história e a memória da luta dos professores para construção do referido plano desde a década de 1960. A luz do materialismo histórico dialético procura-se analisar as principais mobilizações, bandeiras e proposições presentes no debate e na materialização da aprovação do Plano no ano de 2004. Como fonte de pesquisa destaca-se: a Lei Estadual 007/1977- Estatuto do Magistério; a Lei Estadual Complementar 103/2004 – Plano de Carreira dos Professores, os registros do Sindicato Estadual dos Professores Estaduais (APP/sindicato), entrevistas semi-estruturadas com representantes do Sindicato dos Professores, representante da Secretaria do Estado da Educação do Paraná e professores da rede realizadas no ano de 2013. Importa ainda, considerar as reivindicações presentes na agenda da categoria dos professores estaduais paranaenses no que se refere a Lei Complementar 103/2004.

**Palavras-chave:** Plano de carreira dos professores; valorização dos professores; educação pública.

### ABSTRACT

The present study is to research the topic Career Planning and Valuation of Teachers of Paraná state network of teaching: an achievement of public education (2004). The main objective is to rescue the history and memory of the struggle of teachers to construction of the plan since the 1960 Light of dialectical historical materialism seeks to analyze the major campaigns, banners and propositions present in the discussion and approval of the materialization Plan in 2004. As a research source stands out: State Law 007 / 1977- Status of the Teaching Profession; the Complementary Law 103/2004 - Plan Career Teachers, the records of the State Union of Teachers State (APP / syndicate), semi-structured interviews with representatives of the Teachers Union, the representative of the Secretary of State for Education of Paraná and teachers network held in 2013. it should also consider the claims present in the category of Paraná state teachers with regard to Supplementary Law 103/2004 agenda.



## Introdução

O Plano de Carreira dos Professores da rede estadual de ensino paranaense, aprovado em 2004, pode ser apontado como um meio de sistematizar algumas das reivindicações mais antigas da categoria dos professores estaduais ao longo das últimas quatro décadas.

Historicamente a luta dos professores pela consolidação de um Plano de Carreira remonta a década de 1960. Revisitando os registros do Sindicato dos trabalhadores da Educação Pública do Paraná (APP/Sindicato) pode-se aferir a importância que o Plano de Carreira tem aos Professores do Paraná, inclusive no cenário educacional nacional, visto que, os professores da rede estadual do estado do Paraná foram os primeiros a conquistarem um Estatuto - mesmo com todas as nuances de um Estatuto aprovado em pleno regime militar- que em certa medida regulamentasse a Profissão Magistério em meados da década de 1970.

A aprovação em 2004 trouxe para mesa de negociação entre governo e sindicato, o “acúmulo histórico”<sup>1</sup> de proposição e princípios da defesa da categoria por uma educação pública, gratuita, pelo fortalecimento da escola pública em todos os níveis de ensino, pela melhoria nas condições de trabalho de todos os trabalhadores da educação, pela formação inicial e continuada dos professores e, concomitantemente, pela retomada do Estado na manutenção e no desenvolvimento da educação pública, bandeira que se faz cada vez mais necessária na atual conjuntura política do estado do Paraná.

Dado o limite deste texto e, por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento<sup>2</sup>, pretende-se mesmo que brevemente resgatar a história e a memória das principais bandeiras que estiveram presentes na pauta da categoria dos professores por um Plano de Carreira e de Valorização do Magistério, suas principais mobilizações, enfrentamentos e as principais conquistas materializadas no Plano de Carreira (2004).

Para tanto, a metodologia de pesquisa é uma revisão bibliográfica dos autores que discutem essa temática, das Leis Estaduais: a do Estatuto do Magistério datada de 1977, e a Lei Complementar de 103/2004, dos registros da APP/Sindicato, entrevistas semi-estruturadas realizadas entre os anos de 2013 e início de 2014 com representantes Sindicato dos Professores, Ex-Secretaria da Educação do Estado do Paraná e cinco (05) professores da rede estadual de ensino da região oeste do estado.

<sup>1</sup> Presidente da APP/Sindicato em entrevista realizada novembro de 2013.

<sup>2</sup> Pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/RJ – iniciada em 2011) cujo objeto de estudo é investigar as Políticas Públicas de Formação Continuada dos Professores da rede estadual paranaense.



O presente está organizado em dois eixos permeados pelas suas respectivas conjunturas políticas, ideológicas e sociais, suas principais proposições, seus enfrentamentos e os limites de suas conquistas. Evidencia-se no primeiro, o Estatuto do Magistério (1977) aprovado no auge dos ditames do regime militar, com todo aparato para uma educação moral, disciplinar e repressora. No segundo, pretende-se explicitar a trajetória para se chegar à aprovação do Plano de Carreira e de Valorização dos Professores denominado pela categoria como: uma conquista da educação pública (2004). Ao final são apresentadas as considerações sobre o novo Plano aprovado que neste momento se é possível analisar, bem como apontar as proposições que foram apresentadas na Pauta de Reivindicações no início de 2014.

### **1. O Estatuto do Magistério: o código do disciplinamento, da moral e dos bons costumes:**

Sem medo de errar a década de 1970 foi para o Brasil, o mergulho nos porões mais profundos do medo, da tortura e da tentativa do aniquilamento a qualquer forma de manifestação intelectual, cultural, política e social, que não estivessem de acordo com o disciplinamento, a moral e os bons costumes apregoados pelos ditames da ditadura militar e por setores mais conservadores da igreja católica.

O golpe de 1964<sup>3</sup>, ainda ecoa na memória e na história daqueles que foram cortados na pele pelo Regime, daqueles que não se deixaram envergar pelo caminho mais lógico, a resignação frente aos abusos, aos crimes cometidos em nome da ordem, do progresso e das investidas ditas comunistas.

Foram 21 anos em que todos os setores sociais sofreram as mais duras inflexões. No campo da Educação, após o golpe de 1964, educadores foram perseguidos, outros calados, outros buscaram o exílio. O novo Regime alastrou na educação o seu caráter anti-democrático: Universidades invadidas, estudantes presos, mortos em confronto com os militares. A Instituição dos AIs<sup>4</sup> regulamentaram as arbitrariedades, inclusive nos setores educacionais.

<sup>3</sup> Ver mais nas obras de: VALE, Maria Ribeiro do. 1968: O Diálogo É a Violência: Movimento Estudantil e a ditadura Militar no Brasil. Unicamp, 2008. ANSARA, Soraia, Memória, Política, Repressão e Ditadura no Brasil. Juruá, 2008.

<sup>4</sup> Ato Institucional ( n.1,2,3,4,5) que possibilitou a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos; a instituição de eleições indiretas à Presidência da República, Governadores e Prefeitos de cidades consideradas de segurança nacional; estabeleceu normas para eleições federais, estaduais e municipais; permitiu o fechamento do Congresso Nacional; regulamentou a censura à imprensa e qualquer manifestação contrário ao Regime.



Com a aprovação das Leis 5.540/1968 (Reforma Universitária) e 5.692/71 (Reforma do Ensino de 1° e 2° graus) se consolidava um novo perfil de formação no país dentro dos slogans propostos pelo governo, “Brasil Grande”, Ame-o ou Deixe-o”, “Milagre Econômico”, ou seja, uma formação que contribuísse para o desenvolvimento econômico brasileiro dentro da ordem e do progresso.

A luta dos professores paranaenses por um Plano de Carreira e pela valorização do magistério remonta a década de 1960. Porém, é no bojo da conjuntura ditatorial que as reivindicações dos professores tomam corpo e forma de uma perspectiva classista.

O documentário comemorativo da APP/sindicato (2006) apresenta uma retrospectiva da institucionalização carreira dos professores da rede estadual de ensino e, de como a categoria foi se mobilizando e reivindicando melhores condições de trabalho, de concursos públicos, de formação dos professores, da organização da carreira, especialmente, após ser criado o Sistema Estadual de Ensino Paranaense em 1961.

Em 1968, no auge da ditadura militar, a categoria promoveu uma forte greve com os objetivos “de regulamentar a profissão do magistério” e de melhoria salarial da categoria. O movimento denominado de Congresso dos Professores<sup>5</sup> conseguiu mobilizar a maioria da categoria em prol de um objetivo comum. “Foi uma grande mobilização da categoria, era greve, mas, não podíamos denominar de greve, então, chamamos de Congresso dos Professores” (Professora A da rede estadual).

O governo<sup>6</sup> à época eleita pelo sufrágio universal, conseguiu desmobilizar a greve dos professores ao anunciar o aumento de salários e implantação do Estatuto do Magistério (APP/SINDICATO, 2004).

Entretanto, de acordo com os registros da APP/Sindicato, neste mesmo ano foi imposto à nação o Ato Institucional 5 (AI-5). Com o fechamento do Congresso Nacional e com os direitos civis suspensos. A promessa de governo de implantar o Estatuto do Magistério se perdeu a onda de terror que assolou o país.

A perspectiva de regulamentar a profissão do magistério no estado do Paraná, só voltou à baila em 1971 com a aprovação da Lei Federal 5692/71 que, previa a criação de estatutos em cada sistema de ensino para estruturar a carreira do magistério em todo o território nacional.

<sup>5</sup> Temendo a repressão militar frente a qualquer mobilização a greve dos professores paranaenses foi chamada de Congresso dos Professores. (APP/Sindicato, 2004).

<sup>6</sup> Paulo Pimentel (PTN – Partido Trabalhista Nacional)





É importante recordar que a referida Lei estava em consonância com os preceitos do Regime,

é o conjunto de medidas tomadas no período refletiu a intenção velada de criar um instrumento de controle e de disciplina sobre a comunidade estudantil e o operariado, possíveis opositores ao regime, a fim de garantir a ampliação da gestão de capital dos grupos hegemônicos que constituíram o apoio civil ao golpe, nomeadamente alguns setores da burguesia nacional e grupos estrangeiros (PELIGRINI, T; AZEVEDO, M.L.N., 2006).

Neste sentido, ao analisar o Estatuto do Magistério, Lei Complementar 007/1977<sup>7</sup>, contendo o Plano de Carreira que, permaneceu vigente até 2003, pode-se explicitar que o mesmo não só definia a organização da estrutura da carreira, mas, também as determinações morais, disciplinares e políticas que os professores do Sistema Estadual de Ensino do Paraná deveria cumprir.

Essas questões ficam evidentes nos capítulos que tratam dos deveres, valores, preceitos éticos que os professores deveriam ter com grande ênfase: ao patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir os deveres do Magistério; o civismo e o culto das tradições históricas; o amor aos educandos e à profissão do Magistério; a fé no poder da educação como instrumento de formação do homem e do desenvolvimento econômico, social e cultural; o interesse pela atualização profissional (Art. 4°).

Ao mesmo tempo, o sentimento do dever, a dignidade, a honra e o decoro do Magistério. A cada um de seus membros, “uma conduta moral e profissional irrepreensível”, com total observância nos seguintes preceitos:

- I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal;
- II - exercer o cargo, encargo ou comissão, com autoridade, eficácia, zelo e probidade;
- III - ser absolutamente imparcial e justo;
- IV - zelar pelo aprimoramento moral e intelectual próprio e do educando;
- V - respeitar a dignidade e os direitos da pessoa humana
- VI - ser discreto nas atitudes e nas expressões oral e escrita;
- VII - abster-se de atos incompatíveis com a dignidade profissional.

<sup>7</sup> Lei Complementar 007/1977 – Estatuto do Magistério. Data DIOE: 13/01/1977. Data 22 de dezembro de 1976 Súmula: Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus, de que trata a Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.





No Título IV, que trata do Provimento e Vacância dos Cargos do Magistério encontram-se outros dispositivos que estabelecem a conduta e a idade como parâmetro de assumir o cargo de professor. Ou seja, ter idade mínima de dezoito (18) anos e máxima de quarenta e cinco (45) anos até a data da inscrição ao concurso (§ 1º, II) e ter boa conduta ((§ 1º, VI).

Para avaliação do estágio probatório<sup>8</sup>, a conduta e a moral dos professores também são referencias para sua efetivação no cargo de professor: idoneidade moral; assiduidade; disciplina; eficiência.

As referencias tratadas acima, fortalece o caráter disciplinador, moral e dos “bons costumes” e revelam outra face da referida lei ao atrelar a própria progressão na carreira do professor a méritos subjetivos avaliados pelos seus superiores, como a Promoção do Professor pelo Merecimento,

Merecimento é a demonstração positiva, pelo Professor ou Especialista de Educação, durante sua permanência na classe, de pontualidade e assiduidade, capacidade e eficiência, espírito de colaboração e ética profissional, compreensão de deveres e qualificações comprovadas através de curso ou estágio de aperfeiçoamento, retreinamento, atualização ou especialização para o desempenho das atribuições da classe superior, na forma desta lei ( Lei 007/1977, Título IV, Cap. VII, Art. 33).

Outros aspectos da referida Lei merecem considerações, conduto, os já apontados nos permitem indicativos de como foi subsumida e resumida os anseios dos trabalhadores da educação em um Estatuto que, em certa medida, coloca-os como sendo os primeiros a conquistarem em nível nacional a regulamentação da profissão magistério (APP/Sindicato, 2004), mas, com todo o limite que a própria conjuntura política impõe ao país durante o Regime Militar, “ é possível perceber o intervencionismo político e a tentativa de transformar a profissão do magistério em um transmissor do civismo militar e dos preceitos morais” (GODOY, 2011).

Esses anseios relatados pelos professores da rede estadual caminhavam de acordo com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.04/1961. Essa Lei veio regulamentar o que tratava da educação a Constituição Federal 1946, as próprias bandeiras dos Manifestos dos Pioneiros da Educação de 1932 e 1959, das quais podem ser destacadas: a

<sup>8</sup> Art. 31. Estágio Probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar do início deste, durante o qual serão apurados os requisitos necessários à confirmação do Professor ou Especialista de Educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado (Lei 007/1977).



defesa da escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, bem como, a valorização dos profissionais da educação e da organização de um Sistema Nacional de Educação.

Ao mesmo tempo, são esses limites que no marco das suas contradições vão impulsionar o debate e a luta dos educadores no Paraná por um novo Plano de Carreira nas décadas de 1980, 1990 até a sua aprovação em 2004.

## **2. Plano de Carreira e de Valorização dos Professores: uma conquista da educação pública**

O Plano de Carreira e de valorização dos Professores; uma conquista da educação pública (2004) assim ficou denominada por se tratar de uma das reivindicações e bandeiras de lutas mais antigas da categoria e pela incansável luta e mobilizações dos trabalhadores da educação que não se encerrou com a aprovação da Lei. Uma lei que representa um meio e não o fim.

O Estatuto aprovado na década 1970 passou ao largo das reivindicações da categoria. O tom do disciplinamento, da moral, da avaliação por mérito, retraía a categoria por mobilizações que pudessem alterar os limites que o próprio Estatuto impunha, “foram anos difíceis, no Paraná, no Brasil todo, qualquer movimento era censurado, censurado muitas vezes dentro da própria escola, pelos diretores, pelos colegas que tinham medo da repressão” (Professora B, rede estadual, 2013).

Contudo, a década de 1980, trouxe para o centro do debate político em todos os setores sociais, “a abertura lenta, gradual e segura” (CUNHA, 2001) e a organização dos educadores em nível nacional em prol de uma política nacional de educação.

A mobilização dos educadores foi sem dúvida um capítulo a parte em todo o processo que culminou na elaboração da nova Carta Constitucional, especificamente, no Capítulo que trata da Educação. Nesse período foram criados os Fóruns em Defesa da Escola Pública “para influir nos capítulos sobre a educação nas constituintes nacional e estaduais, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)” (APP/Sindicato, 2004).

Se por um lado, houve avanços nas políticas educacionais nacionais e estaduais na consolidação das proposições e nos princípios da defesa da escola pública e gratuita em todos os níveis de ensino, por outro, a valorização da carreira docente da própria formação do professor avançavam a passos lentos.



No estado do Paraná, a década de 1980 e início dos anos 1990, mesmo sendo governos de oposição ao Regime, às tensões entre governo e categoria dos professores sempre estiveram presentes. As pequenas, mas, importantes conquistas foram sempre oriundas das mobilizações, paralizações, greves dos trabalhadores da educação em todo o estado.

Segundos relatos dos professores da rede e representantes do Sindicato a perspectiva de um novo plano de carreira e de valorização do magistério nunca foi abandonado, “muitas investidas contra a nossa carreira se deram também nos governos ditos de oposição, mas, sem dúvida, a gestão de 1987-1990<sup>9</sup> foi um dos piores momentos da década de 1980, teve até cavalaria contra os professores, não dá para esquecer” (Professora A da rede estadual). Só foi pior salienta a entrevistada com a investida neoliberal do governo de 1995-2002 “daí foi realmente uma guerra contra os gigantes”.

Contudo, outras questões tão importantes quanto a Carreira se faziam presentes no bojo da democratização da educação na década de 1980 e início de 1990, como explicita outro professor entrevistado da rede estadual, como: “eleição direta para os diretores escolares, conselhos de escola, participação dos pais na escola, grêmios estudantis, financiamento para escola pública” (Professor C da rede estadual).

Sobretudo, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, com a fixação do prazo de seis meses<sup>10</sup> para que os Estados e Municípios elaborassem seus Planos de Carreira e que, a matéria para elaboração de um novo Plano de Carreira dos Professores foi intensificada.

Porém, como relembra a atual Presidente do Sindicato dos Professores da rede estadual, o governo do Paraná (1995-2002<sup>11</sup>) não tinha nenhum interesse de regulamentar à carreira dos professores, ao seu contrário. Um governo claramente neoliberal, voltado para privatização, terceirização da educação, não estava preocupado com a regulamentação da Carreira dos Professores.

Todas as iniciativas do governo Lerner foram para desmontar a carreira dos professores. Começou por não convocar a maioria dos aprovados no concurso público de 1996. Incentivou a contratação de professores por instituições privadas, primeiro pelas APMs (Associação de Pais e Mestres), depois pelas ADEJAS (Associações de dirigentes de escolas). Elas recebiam recursos públicos para contratar professores para a escola (APP/Sindicato, 2004, p.10).

<sup>9</sup> Referindo-se a gestão do Governador Álvaro Dias (PMDB).

<sup>10</sup> O prazo foi prorrogado e deixou de ser cumprido (APP/2004)

<sup>11</sup> Gestão do Governador Jaime Lerner (1995-2002).



Corroborando com afirmativa acima, o relato do Secretário da Comunicação do Sindicato dos Professores ao apontar que foi a APP/Sindicato que tomou a iniciativa e propôs uma comissão paritária para elaborar uma proposta de alteração, revisão para um novo plano de carreira, “realizamos encontros, seminários, debates pelo estado todo para propor um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)” (Entrevista realizada em 2013).

De acordo com os registros da APP/Sindicato no dia 17 de junho de 1998, o Plano foi apresentado à Assembleia Legislativa. Entretanto, por falta de interesse do governo e sua base parlamentar em encaminhar o projeto, o plano da categoria ficou engavetado. Foram momentos de “duros embates”, de intensas mobilizações, de greves para conter as investidas neoliberais na educação paranaense.

No ano de 2002, o pleito eleitoral para governo do estado, suscitou um debate entre candidatos ao governo do estado e o Sindicato dos professores. Sendo que, na oportunidade foram apresentadas as propostas da categoria para o Plano de Carreira e para o Plano Estadual de Educação, construído em seminários regional e estadual realizados pela entidade (APP, 2004).

Na ocasião do encontro o então candidato Roberto Requião da Silva e Melo, que posteriormente, viria a ser eleito, encaminhou correspondência ao Sindicato se comprometendo a implantar o Plano de Carreira dos professores, entre outros pontos reivindicados pela categoria (APP, 2004).

Segundo entrevista realizada com a Ex-Secretaria da Educação do Paraná Yvelise Arco-verde, em termos Institucionais, a primeira ação de governo foi visitar o Sindicato dos Professores, “o Sindicato nos apresentou uma pauta com várias questões que estavam pendentes, a questão curricular, o concurso público, a questão do plano de carreira dos professores”. As questões levantadas pelo sindicato, explicita a entrevistada, eram latentes, urgentes e necessária (entrevista realizada em 2014).

No ano de 2003 começou o debate em torno de um novo plano de carreira dos professores da rede estadual paranaense, e com, “duas necessidades significativas: um plano de carreira decisivo que se recuperasse a defasagem salarial. Outra, que recuperasse a formação dos professores da rede” (Atual Presidente da APP-Sindicato, entrevista realizada em 2013).

Tanto a Ex-secretaria da Educação como a Presidente do Sindicato ao serem entrevistadas colocaram que o Plano de Carreira dos Professores estava defasado, e não apenas em termos salariais, na própria estagnação da carreira dos professores, visto que a maioria dos



professores já se encontravam no último nível de um plano completamente ultrapassado, mas, também, em relação ao que foi explicitado na primeira sessão deste estudo em que conjuntura política, econômica e social o Estatuto, em vigor desde a década de 1970, foi construído.

Entretanto, mesmo tendo esse mesmo ponto de partida governo e sindicato, muitas foram às discussões, entraves, idas e vindas até que o referido fosse aprovado. As tensões se manifestavam não no “conteúdo, nos princípios, nas defesas, mas, na forma de estruturar o novo plano de carreira” (Atual Presidente do Sindicato).

O impasse relembra a atual presidente do sindicato, era na tabela salarial, enquanto o governo queria estivar a tabela salarial para vinte e duas classes<sup>12</sup>, colocando novos níveis na tabela, o que deixariam mais de trinta mil aposentados de fora do novo plano.

Em outubro de 2003, em passagem à comemoração do Dia dos Professores, o então Secretário do Estado da Educação<sup>13</sup> apresentou a proposta do governo na Assembleia Legislativa. Esta proposta foi apreciada e aprovada em assembleia estadual dos professores porque segundo os registros da APP (2004) “representava avanços significativos”.

Entretanto, o próprio governo retirou a proposta já aprovada pelos professores do Legislativo e, apresentou uma segunda versão de projeto de Lei, que segundo a avaliação da categoria era muito inferior à primeira. A categoria se mobilizou e rejeitou a proposta do projeto. Esse impasse resultou num amplo processo de negociação entre governo e sindicato. E na apresentação de uma nova proposta de Plano de Carreira.

Em março de 2004, um novo projeto de lei tramitou na Assembleia Legislativa e foi aprovado por unanimidade.

Entretanto, na solenidade de sanção do referido Plano o governo anunciou o veto ao artigo 47 das disposições transitórias que a Lei entraria em vigor na data da sua publicação<sup>14</sup>, produzindo efeitos, inclusive financeiros, a partir de fevereiro de 2004, alegando a Lei de Responsabilidade fiscal. O que levou adiamento da implantação do plano por três meses, após a mobilização e paralização dos professores em todo o estado (APP, 2004).

O que levou também os professores em todo o estado do Paraná a uma intensa mobilização em todo o estado para que o plano de carreira dos professores fosse efetivado a partir de toda a negociação e as reivindicações da categoria.

<sup>12</sup> De onze passaria para vinte e duas classes.

<sup>13</sup> Mauricio Requião da Silva e Mello. Foi Secretário do Estado da Educação do Paraná 2003 a 2008.

<sup>14</sup> 15 de março de 2004.



Na avaliação dos representantes do Sindicato dos professores e pelos professores entrevistados muitos avanços foram conquistados entre eles destacam: a conquista da hora atividade dos professores, a garantia da progressão na carreira pela via do tempo de serviço, pela participação em programas de formação e qualificação profissional continuada dos professores e avaliação de desempenho. A incorporação para fins de cálculos da aposentadoria das gratificações do período noturno, da educação especial, do diretor e diretor auxiliar. A manutenção das férias de 60 dias por ano, divididas em dois períodos anuais. O concurso público foi também um dos pontos mais levantados entre os entrevistados, o ingresso na carreira pela via do concurso público mediante provas e títulos.

Uma importante conquista levantada pelos pedagogos quanto ao plano de carreira e a sua materialização no concurso público realizado posteriormente foi à incorporação da categoria professor pedagogo, regulamentando sua atividade com os mesmos direitos, especialmente, para fins de hora atividades, férias e aposentadoria, como os demais professores de qualquer área do conhecimento.

Sobretudo, “a conquista da educação pública”, como ficou denominado o Plano de Carreira dos Professores (2004) incorporou o debate e a luta dos anos 1980 contra toda forma de repressão e censura, congregou nos seus princípios e garantias: a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber dentro dos ideais da democracia; a gestão democrática do ensino público estadual, eleição de diretores e a existência dos conselhos escolares em todas as escolas; o reconhecimento que a profissionalização pressupõe a qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho.

Como bem lembrou os professores entrevistados, ainda há muito a avançar, mas, essas importantes conquistas só se concretizaram porque havia um coletivo de trabalhadores da educação mobilizados, engajados no debate e na luta por uma educação pública, gratuita com condições dignas de trabalho e de produzir o conhecimento.

### **Considerações**

Neste ano de 2014 comemora-se dez anos de aprovação da Lei Complementar 103/2004 que institui o Plano de Carreira do Professor na rede estadual de ensino paranaense. Sem a pretensão de esgotar o estudo aqui iniciado e considerando as análises aqui realizadas algumas





conclusões preliminares nos permitiu destacar alguns dos avanços mais significativos do Plano de Carreira dos Professores: uma conquista da educação pública como foi evidenciado a cima.

Importa nessas considerações evidenciar a Pauta de Reivindicações que ainda se manifestam enquanto uma necessidade de dilatar as conquistas da educação pública, ou seja, apesar de ter sido aprovado um Plano de carreira e com incorporações de lutas históricas, como: reconhecimento da qualificação e aperfeiçoamento permanente dos professores com carga horária destinada a esse fim; com a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber dentro dos ideais da democracia; avanços na carreira enquanto remuneração concorda-se com a categoria dos trabalhadores da educação, é preciso avançar mais.

Para tanto, a Pauta de Reivindicações aprovada em fevereiro de 2014 que trata da reformulação da carreira dos professores considera que importantes aspectos enquanto direito do trabalhador precisam ser incorporados ao Plano.

Entre esses aspectos destaca-se: o reconhecimento do tempo de serviço do Professor contratado pelo regime temporário, o chamado de PSS. Com esse reconhecimento espera-se que os professores que tenham exercido o magistério, pelo menos três anos, nessas condições de contrato possam ao prestar o concurso público ser ingressado na carreira, mesmo no estágio probatório possam ter promoção e progressão; regulamentação da licença para estudos de pós-graduação, seja em nível de mestrado ou doutorado e, assim, assegurar período de afastamento para formação continuada dos professores, em cursos devidamente reconhecidos pela CAPES/MEC, com a remuneração total da jornada de trabalho dos professores sem qualquer prejuízo funcional; gratificação aos professores que já possuem titulação de mestres ou doutores, garantindo a isonomia aos professores aposentados que já tenham a titulação; reajuste de gratificação diretores e diretores auxiliares; garantir aos professores que participam do Programa de Desenvolvimento Educacional – formação continuada- a integralidade dos seus vencimentos (aulas extraordinárias) e inclusive para efeitos previdenciários, da mesma forma assegurar o pagamento da média aritmética dos últimos cinco anos, decorrentes de licença para tratamento de saúde, licença maternidade, licença compulsória e o enquadramento dos aposentados desde a aprovação da Lei 103/2004, garantindo assim a isonomia de todos os trabalhadores da educação.

Esses são aspectos que envolvem diretamente a reformulação da Lei 103/2004, outras questões também estão presentes na Pauta de Reivindicações (2014), como a ampliação da hora





atividade para 50%, a aprovação da Meta 18 do PNE que garante o Piso Salarial aos funcionários da educação, diminuição de alunos por turma e o aumento do porte das escolas, a criação de um fundo de saúde a todos os funcionários entre outros.

As pautas levantadas acima demonstram que a história da luta dos professores paranaenses sempre esteve presente em todos os momentos da própria história da educação brasileira. Mesmo, em uma conjuntura política favorável as incorporações das mais antigas reivindicações dos trabalhadores da educação sempre foram impulsionadas pelas mobilizações da classe trabalhadora.

## Referências

- ANSARA, Soraia. Memória, Política, Repressão e Ditadura no Brasil. Juruá, 2008.
- APP-SINDICATO. Documentário comemorativo. Paraná. Brasil, 2006. Vídeo. Acervo pessoal.
- APP-SINDICATO. Plano de Carreira do Professor: uma conquista da educação pública. Curitiba, APP-Sindicato. Caderno. 2004.
- APP-SINDICATO. Pauta de Reivindicações. 2014. In: [www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br). Acesso in: 22 de março de 2014.
- BRASIL. Lei federal 9394/96. Que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De 20/12/1996. Assembléia Legislativa Federal.
- BRASIL. Lei Federal 5692/71. Que dispõe sobre da reforma no Ensino de 1º e 2º graus. De 11 de agosto de 1971. Assembleia Legislativa Federal.
- BRASIL. PARANÁ. Lei Complementar 007/1977 – Estatuto do Magistério. Data DIOE: 13/01/1977. Data 22 de dezembro de 1976 Súmula: Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus, de que trata a Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.
- BRASIL. PARANÁ. Lei Complementar 103/2004. Plano de Carreira do Professor. Data DIOE: 15/03/2004. Súmula: dispõe sobre Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.
- CUNHA. A. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo, Cortez, 1991.



GODOY, M. As condições de remuneração dos professores – Quadro próprio do Magistério (QPM) da rede estadual de ensino no Estado do Paraná. Curitiba, UFPR, 2011. Disponível em: [www.nupe.ufpr.br](http://www.nupe.ufpr.br). Acesso: 03 de fevereiro de 2014.

PELIGRINI.T; AZEVEDO, M.L.N. A educação nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela utopia autoritária (1964-1975). Unicamp, 2006. Disponível em: [www.historyhistoria.com.br](http://www.historyhistoria.com.br). Acesso: 30 de maio de 2014.

VALE, Maria Ribeiro do. 1968: O Diálogo É a Violência: Movimento Estudantil e a ditadura Militar no Brasil. Unicamp, 2008.



## A ESPECIALIZAÇÃO PRECOCE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO INFANTIL

SILVA, Thiago Azevedo da  
*Mestre em Cognição e Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)*  
professorthiagoazevedo@hotmail.com

AZEVEDO, Inessa Trocilo Rodrigues  
*Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)*  
prof.inessatrocilo@hotmail.com

673

### RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões e questionamentos sobre a especialização precoce e seus aspectos, como a iniciação esportiva, a importância das aulas de Educação Física, a contribuição do docente e a competição. Segundo a literatura especializada, na fase inicial do infante, muitos pais, professores e profissionais esportivos têm preferido métodos tradicionais, rígidos e intensos para buscarem resultados mais rápidos. Outros, relatam a especialização precoce como ineficaz, questionando o aspecto físico e emocional do aluno. Fundamentado em um repertório teórico, ressalta-se a importância de ser observada cada fase de desenvolvimento da criança, na prática esportiva, respeitando-se seus sentimentos, valores e evolução, podendo-se alcançar uma boa performance de forma ordenada. Esta pesquisa promove reflexão sobre o tema, para que professores e responsáveis possam contribuir de maneira adequada para o desenvolvimento esportivo infantil.

**Palavras-chave:** Especialização precoce. Educação Física escolar. Aluno.

### ABSTRACT

This paper presents reflections and questions about early specialization and aspects such as sports initiation, the importance of physical education classes, the contribution of teaching and competition. According to the literature, the initial phase of the infant, many parents, teachers and sports professionals have preferred traditional, hard and intense to seek faster results methods. Others reported early specialization as ineffective, questioned the physical and emotional aspect of the student. Based on a theoretical repertoire emphasizes the importance of each stage of child development is observed in sports, respecting their feelings, values and evolution, being able to achieve good performance in an orderly fashion. This research promotes reflection on the subject, so that teachers and guardians can contribute appropriately to children's sports development.

**Keywords:** Early specialization. Physical Education. Student.



## INTRODUÇÃO

Em decorrência de diversas opiniões a respeito dos métodos de ensino realizados na Educação Física Escolar, o presente estudo irá abordar a especialização precoce nesse ambiente, juntamente com os fatores que a envolve, tais como a iniciação esportiva, observando a importância da Educação Física na vida das crianças, e a competição. Além disso, irá apresentar questões metodológicas e pedagógicas utilizadas por profissionais que atuam neste ramo.

Em várias modalidades esportivas, a especialização precoce tem sido um assunto muito questionado entre professores, treinadores e outros profissionais que atuam no meio esportivo, onde quem é a favor procura estabelecer métodos de treinamentos tradicionais, rígidos e mecanizados, com a procura excessiva por resultados imediatos, muitas vezes sem respeitar as características individuais, físicas, intelectuais e psicológicas das crianças e principalmente sem dar ênfase aos valores essenciais que o esporte pode e deve proporcionar para suas vidas.

Ao contrário, encontramos profissionais que abominam rigorosamente tal assunto, não vendo justificativa alguma, pois a criança deve ter seu momento de lazer, seu momento lúdico, ou seja, realizar atividades com prazer, sem a pressão e o rigor que a especialização precoce proporciona.

Desta forma serão demonstrados aspectos fundamentais sobre a especialização precoce. O que realmente de fato este assunto tem contribuído ou não no meio educacional esportivo para a vida da criança e profissionais que atuam na área da Educação Física escolar, a iniciação esportiva, destacando o valor que tal disciplina pode contribuir para o desenvolvimento da criança e a competição.

## 1 ESPECIALIZAÇÃO PRECOCE

Segundo Ramos e Neves (2008), a especialização precoce decorre de rigorosos comportamentos inadequados no âmbito infantil, onde o principal objetivo é o desenvolvimento máximo da criança no meio esportivo. A prática da modalidade sem as devidas atividades motoras dentro do meio esportivo, na maioria das vezes acarretará no abandono.



Venditti e Souza (2008) retratam a especialização precoce como a realização de gestos técnicos para a produção do atleta, e que este assunto é altamente prejudicial ao desenvolvimento da criança.

Entendemos por treinamento intensivo precoce (especialização esportiva) o período onde adotam-se programas e métodos de treinamento especializados. Implica ainda em competições regulares, aprimoramento técnico dos fundamentos, assim como do conhecimento tático e o desenvolvimento das capacidades físicas direcionadas para o rendimento esportivo (Santana, 2001).

675

A especialização precoce tem sido assunto muito abordado entre estudiosos, em virtude do grande número de crianças e profissionais envolvidos em modalidades esportivas.

Santana (2005 apud RAMOS e NEVES, 2008) aborda alguns riscos que a especialização precoce pode causar, tais como o estresse da competição, onde se observa muito o sentimento de insegurança e medo, decorrido da constante prática competitiva. Outro fator é a saturação esportiva, em que a criança mostra sinais de desânimo por causa da excessiva prática e deseja abandoná-la, como também as inúmeras lesões decorridas pelo fato do exagero nas atividades.

No que diz respeito a seu lado psicológico, alguns autores como Venditti e Souza (2008), Santana (2005 apud RAMOS e NEVES, 2008), Marques (1991 apud OLIVEIRA et al., 2007) condenam a especialização precoce, principalmente por tal fato contribuir de maneira negativa, em virtude da pressão por resultados, pelas cargas excessivas, rigidez e constantes competições, ocasionando a desmotivação e o abandono.

Outros autores como Rodrigues (2008), Paes (2002 apud SCAGLIA, 1996), Bayley (1978 apud DARIDO e FARINHA, 1995), Santana (2005 apud RAMOS e NEVES, 2008), com relação ao desenvolvimento motor, não recomendam atividades físicas de maneira precoce, devido à grande intensidade, o número excessivo de repetições e o exagero nas atividades. Segundo eles, tal fato pode acarretar prejuízos no desenvolvimento da criança, além de contribuir para o grande número de lesões.

Santana (2001) afirma que na especialização precoce os resultados são em curto prazo, e que tal fator, por esse motivo, tende a aumentar o número de seguidores acarretando um grande problema na vida da criança.



Na formação multilateral o rendimento irá transparecer em longo prazo, sua resposta não surgirá de imediato, já na especialização precoce os resultados surgem de forma mais rápida (MARQUES, 1991 apud SANTANA, 2001).

Na verdade, quais são os verdadeiros interesses dos profissionais que trabalham com crianças? Venditti e Souza (2008), Santana (2001) chamam atenção dessas pessoas que têm contribuído de forma negativa no âmbito esportivo. Estão esquecendo de observar a criança num todo, que se diverte, com características próprias, de ver o esporte não só como um esporte competitivo, mas o vê como algo transformador na vida da criança de maneira geral, através de muitos valores e virtudes educativas, que tal desporto pode proporcionar.

Não somente alguns profissionais que trabalham com a iniciação esportiva têm contribuído de forma negativa para a vida da criança, no que diz respeito à especialização precoce. Segundo Voser et al., (2007) os pais também continuamente buscam uma forma de compensar por meio dos seus filhos, vitórias e títulos não alcançados por eles.

Dentro de uma modalidade esportiva, ao desenvolver atividades precocemente em crianças é possível haver o surgimento de obrigações, caracterizando mais precisamente um trabalho, tirando qualquer divertimento e liberdade por parte das crianças naquele período (DARIDO e FARINHA, 1995).

Percebe-se que todo o desenvolvimento do esporte infantil muitas vezes tem sido criado conforme a estrutura do esporte para adultos, não respeitando as etapas do desenvolvimento da criança (GÓMES, 1994 apud SILVA e ROSE, 2005).

Barros (1997 apud BALBÉ, 2008) informa que o esporte na escola em inúmeras situações faz com que o aluno tenha uma imensa responsabilidade no que diz respeito à obtenção de resultados, fazendo com que a criança venha sofrer problemas no que diz respeito ao seu lado psicológico.

## **2 INICIAÇÃO ESPORTIVA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Ocorre iniciação esportiva quando a criança começa a prática de esportes em um determinado período e aprende de forma específica e planejada, respeitando assim cada etapa de seu desenvolvimento e suas características (RAMOS e NEVES, 2008).



Segundo Almeida (2005, apud RAMOS e NEVES, 2008), a iniciação esportiva deve ser separada em três etapas. A primeira delas chamada de iniciação desportiva propriamente dita, cuja idade variada é entre oito e nove anos, onde o foco é a obtenção das habilidades motoras, juntamente com as destrezas globais e específicas do aluno. Este período pode ser de extrema importância à aprendizagem do esporte através de atividades lúdicas e recreativas, porém não é recomendada a competição dentro do esporte coletivo. Entre dez e onze anos de idade, a criança encontra-se apta para o aperfeiçoamento esportivo. Nesta fase é recomendado o aprimoramento das técnicas, táticas, regras, além de aumentar os tipos de movimentos básicos da modalidade esportiva e a permanência dos jogos educativos e atividades lúdicas.

Carazzato (1995 apud VOSER e GIUSTI, 2002), retrata que a partir de doze anos é onde a criança ou o adolescente obtém seus movimentos de forma ampla. É o desenvolvimento final dos padrões motores.

Almeida (2005, apud RAMOS e NEVES, 2008) diz que entre doze e treze anos de idade é observado o aprimoramento das técnicas individuais, juntamente com observação dos sistemas táticos e a ênfase à preparação física para o desporto ou pratica esportiva desejada.

Segundo Silva (2008), a Educação Física praticada em qualquer nível de idade, ultrapassa os limites corporais, porém principalmente no que diz respeito à infância, esta disciplina contribui para o desenvolvimento de valores sociais e éticos, contribuindo para a formação da personalidade da criança.

Santos e Kocian (2006) destacam a importância desta disciplina quanto ao desenvolvimento integral do aluno, onde através da Educação Física, os alunos descobrirão seus limites e diversas formas de promover seus movimentos físicos, como também o desenvolvimento da criatividade e a compreensão conceitual das atividades corporais realizadas pelo homem ao longo de sua história cultural, além de oportunizarem a liberdade de expressão de seus sentimentos.

As aulas de Educação Física proporcionam aos alunos a aproximação de conhecimentos práticos e conceituais dentro do processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, a concepção da cultura corporal vem contribuir para esta disciplina no pleno exercício da cidadania, em que de certa maneira se afirma como direito de todos o ingresso a ela (CRUZ e TONELLO, 2008).

Uma das principais importâncias que a Educação Física exerce para os alunos é no que diz respeito à rara oportunidade que o mesmo tem de fazer uma determinada atividade física, pois o que se vê principalmente em dias atuais, são crianças isoladas em apartamentos, em





frente à televisão, computadores, norteado de alimentações inadequadas, contribuindo desta forma para o sedentarismo (BALBÉ, 2008).

Na iniciação esportiva, às metodologias de ensino aplicadas tem sido assunto de discussão no que diz respeito ao número de aulas que estão sendo realizadas, em que o aluno tem experimentado métodos de constantes repetições indicados pelo professor, levando o aluno a desistir do esporte (CAÇOLA, 2007).

No que diz respeito à metodologia de ensino da Educação Física escolar, Grego e Benda (2001 apud CAÇOLA, 2007) apontam que os modelos tradicionais levam a criança a uma aprendizagem muito restrita, mecanizada e monótona, isso reflete em alunos sem capacidade de desenvolver aspectos importantíssimos à vida do mesmo, como decisão e criatividade. Desta forma deixam de prestar atenção em si mesmo, tornando-se meros imitadores.

Scherer e Neto (2000 apud ARAÚJO e FERREIRA, 2008) relatam que a Educação Física chamada “tradicional” é aquela que tem por objetivos, questões biológicas e anatomo-fisiológica, onde na verdade sua característica é mais uma forma de adestramento do que educação. Além disso, este tipo de Educação física é caracterizado por rendimento e a disciplina dos gestos, sem nenhum tipo de ludicidade e respeito ao outro. Outro fator que chama atenção neste modelo é a maneira que o professor se comporta em relação a seu aluno, em que este não pode expressar suas opiniões e criatividade, tornando-o submisso e passivo. Outro aspecto é no que diz respeito ao método das aulas, pois estas são realizadas de maneira igual para todos, não respeitando assim os limites biológicos de cada aluno.

Dentro do esporte, o aluno deve ter a convicção do que está fazendo, não apenas reproduzir gestos. Estes devem também ser estimulados a construir novas maneiras, formas, técnicas e regras, estimulando sua criatividade, sem deixar que o lúdico prevaleça em tal prática (MORENO e MACHADO, 2006).

Durante o período da iniciação esportiva, a criança deve ter a oportunidade de vivenciar várias modalidades esportivas, pois, desta forma, esta poderá no futuro optar e especializar na prática de sua preferência (SANCHES e AMARAL, 2005).

Ayoub (2001 apud SANTANA, 2008) destaca a importância das atividades lúdicas durante o período da educação básica, uma vez que esta metodologia tem como elemento necessário a ação educativa na infância.



Cruz e Tonello (2008) informam que dentro da educação Física escolar, a realização do aluno em situações de socialização e o proveito de atividades lúdicas, sem caráter utilitário, são importantíssimos para a saúde, contribuindo para o sucesso coletivo.

Bezerra (2007) destaca a importância das atividades lúdicas no desenvolvimento integral das crianças, uma vez que o brincar contribui em seu aspecto afetivo, intelectual, físico e social, formando desta maneira seus conceitos, ideias, expressão oral e corporal. Estabelece relações lógicas, habilidades sociais, diminuem a agressividade, aprende a participar das atividades gratuitamente, pelo prazer de brincar, ocupa-se dentro de seu tempo, integra-se a sociedade, além disso, constrói seu próprio conhecimento.

Godoi (2005) expressa que a ludicidade e a especialização precoce estão totalmente opostas. A primeira retrata uma forma prazerosa, pertinentes às características das crianças. Já a segunda caracterizada de forma rude, priorizando a excelência técnica. Além disso, a autora faz menção dos riscos físicos que a especialização precoce possa causar na vida da criança.

Conforme Voser e Giusti (2002), algumas práticas pedagógicas devem ser exploradas durante o período da iniciação esportiva, dentre elas o desenvolvimento da lateralidade, organização espaço-temporal, equilíbrio, motricidade grossa e fina, e a individualidade. A classe docente também deve estar atenta a alguns preceitos como a linguagem usada, permitindo uma fácil compreensão dos alunos; proporcionar atividades do interesse das crianças; procurar transmitir o gosto de aprender; aperfeiçoar e incentivar cada conquista ou obstáculo alcançado.

Venditti e Souza (2008) informam sobre a importância do valor de uma prática pedagógica coerente para criança e seu valor em um aspecto global, respeitando cada faixa etária. Tal prática permitirá ao aluno à realização das habilidades específicas corporais e conseqüentemente a construção do desenvolvimento motor, onde a mesma terá maior domínio e sucesso na realização dos fundamentos da modalidade esportiva em geral.

Outro aspecto primordial no que diz respeito à fase da iniciação esportiva, está relacionado ao que relatam os autores Sanches e Amaral (2005), onde estes citam que durante esta etapa deve haver nas aulas de Educação Física escolar, o respeito aos limites fisiológicos e psicológicos de cada criança, isto é, seu período de crescimento e desenvolvimento.

Santos e Kocian (2006) chamam a atenção da classe docente de Educação Física escolar, a respeito da metodologia aplicada em suas aulas, onde estes devem procurar estimular seus alunos em vários aspectos do seu comportamento humano, sendo elas: motora, cognitiva,



afetiva e social, Além disso, propiciar a criança a várias possibilidades descritas nos PCN's. O professor, também de acordo com estes autores, tem como papel contribuir para o pleno avanço do desenvolvimento da criança em suas aulas de Educação Física escolar, procurando adquirir experiências, conhecer as potencialidades de cada aluno e o nível que cada um pode apresentar, permitindo assim a realização de várias atividades de forma prática e correta.

Outro fator muito importante no que diz respeito ao papel do professor nas aulas de Educação Física escolar durante este período, é o que citam os autores Sanches e Amaral (2005), onde estes relatam que o professor deve ser criativo, procurando sempre estar incentivando e motivando seus alunos durante a realização de suas aulas.

Freire (1994 apud VENDITTI e SOUZA, 2008) mostra que o profissional que trabalha durante o período da iniciação esportiva, este deve além ensinar a prática do esporte para criança, deve também prepará-lo para o convívio em sociedade, ter seus próprios pensamentos, além de educá-los de forma ampla.

Em relação ao movimento, tão importante nas aulas de Educação Física, Gonçalves (1994 apud BALBÉ, 2008) chama a atenção do professor no que diz respeito à maneira que o docente trata este assunto, onde muitas vezes sem sentido, ou seja, movimentos mecânicos realizados de forma abstrata, em que só tem a contribuir para alunos sem participação e criatividade, tornando em pessoas sem capacidade de interpretar o mundo por si mesmo e interpretá-lo conforme o pensamento dos outros.

A prática motora deve ser encarada de maneira especial no âmbito escolar, através de diversas oportunidades, uma vez que ela é muito importante no processo de desenvolvimento global da criança. Desta forma cabe ao professor estabelecer meios e critérios de forma coerente e planejada (ETCHEPARE et al., 2003).

Peres (2000 apud ARAÚJO e FERREIRA, 2008) também demonstra que o professor de educação Física não deve se deixar levar por metodologias individualistas e pedagogias simplistas, porém estar estimulando a criatividade e competência em seus métodos de ensino.

Batista et al. (2006) retrata que o desempenho do profissional não depende somente do nível de competência que estes adquirem, além disso, a auto-avaliação é de suma importância para que cada um observe suas competências. Sendo assim cabe a classe docente sempre estar atenta a olhar pra dentro de si mesma e observar se realmente certas atitudes estão contribuindo ou não para o amplo e verdadeiro desenvolvimento do aluno.



O professor de educação Física poderá alcançar grande êxito no processo de ensino-aprendizagem, caso sua formação e a preocupação em relação ao nível do trabalho que irá ser aplicado, estiverem inteira influência no conteúdo, ensinando e tratando de maneira científica e metodológica, observando os critérios de seleção, transmissão e avaliação, respeitando os interesses individuais e coletivos, dando sentido aos movimentos e expressões, contribuindo assim para descobertas e ao mesmo tempo motivando a criatividade como fator de inteligência (ARAÚJO e FERREIRA, 2008).

### 3 COMPETIÇÃO

De Rose & Korsakas (2006 apud GALATTI et al., 2007) relatam que a competição no âmbito esportivo é a disputa entre indivíduos ou equipes, que buscam objetivos bem definidos de uma modalidade, dentro de um evento esportivo e suas regras.

De acordo com Berleze et al. (2002), a competição é observada quando a criança tenta superar os outros, conseqüentemente suprimindo sua necessidade de aprovação social, cujo incentivo é extrínseco.

Nos dias de hoje, observa-se em grande parte das escolas uma certa preocupação em fazer dos alunos simplesmente instrumentos de alto rendimento, para que estes venham conseguir os melhores resultados dentro de competições internas e entre escolas, tornando o ambiente escolar, mais precisamente as aulas de Educação Física, em verdadeiros treinamentos desportivos (BALBÉ, 2008).

De acordo com Voser et al., (2007), a competição é prejudicial à medida que sua orientação se preocupa exclusivamente com o resultado final, onde a modalidade esportiva é muito mais valorizada do que a criança, ou seja, o infante é considerado apenas como um objeto.

Segundo Galatti et al. (2007), a competição no primeiro momento da vida da criança, não é vista como um problema uma vez que ela deseja competir. O que faz com que tal assunto se torne polêmico, é a forma que esta competição é organizada e seus objetivos. Muitos destes eventos acontecem de forma equivocada, onde a criança quando não alcança o objetivo de ser campeã, é eliminada não alcançando nenhuma vantagem para si. Haveria melhor proveito com realização de torneios e jogos com maiores possibilidades de sucesso e oportunidades.



Analisando alguns riscos que possam envolver a competição infantil, pode-se dizer que ela não é adequada, porém não se deve partir deste princípio, mas sim como fator integrante do processo de formação esportiva, observando o impacto psicológico da vida do aluno. Dentro desse processo a competição poderá atender as verdadeiras necessidades, possibilitando um grande sucesso na vida das crianças (RÉ et al., 2004).

Certamente, a competição que hoje é praticada entre crianças, com seus regulamentos idênticos aos de adultos, e o comportamento equivocado do sistema humano, não está sendo suficientemente formativa. Parece haver muita disparidade entre o mundo infantil e o comportamento de técnicos (as), pais e dirigentes esportivos. Parece haver muita disparidade entre como a criança faz esporte e pensa e como os regulamentos e os adultos a obrigam agir. Parece haver muita cobrança, formalidade, preciosismo, discriminação (Santana, 2001).

Santana (2001) acredita que a criança tem o prazer em disputar, competir e que essa competição é atrativa. O problema não está na competição, mas sim os valores que a envolvem. A criança ao competir interage, compete juntamente com alguém, adquire a disciplina, observa e valoriza seu esforço, estabelece metas, procura melhorar, respeitar os adversários, além de vivenciar tanto a vitória e a derrota e seus ensinamentos. Desta forma, qualquer tipo de competição se tornará viável e eficaz.

Devido ao valor imenso que alguns profissionais têm dado a competição, Venditti e Souza (2008) informam que estes introduzem de forma intensa o desenvolvimento físico e técnico dentro do período inicial da criança, não enfatizando as virtudes educativas que a competição pode proporcionar, como por exemplo, a ética e o espírito de cooperação.

Alguns técnicos e professores têm contribuído de forma negativa dentro desse âmbito esportivo, estabelecendo métodos formais, instituindo o autoritarismo, tornando o ensino opressor e adestrador, privilegiando os que se destacam, premiando apenas os vencedores, e tomados por desejo de criar novos talentos, não encaram essa questão como algo natural (SANTANA, 2001).

Segundo Voser et al., (2007) a iniciação esportiva competitiva através de crianças é muito mais presente do que as pessoas acham e isto está ligado pelo fato delas serem influenciadas e dependentes dos adultos. Além disso, verifica-se que a competição é principalmente desempenhada nos países de maior hegemonia mundial.

Nos Estados Unidos a competição é valorizada desde a iniciação esportiva, ocorrendo seleção de valores a cada etapa desde os oito anos do Ensino Fundamental até os três do Ensino



Médio. As atividades são adaptadas para os alunos-atletas e as competições fazem parte do contexto escolar. O alto rendimento faz parte da vida desses alunos e ao encerrar o ciclo estudantil este pode escolher se deseja ou não seguir uma carreira de atleta. Caso sua escolha seja permanecer no meio esportivo, este é encaminhado a clubes conveniados à escola, ou são concorridos no mercado (DRUBSKY, 2003).

A respeito do alto rendimento, característico no país americano, Grego (1997 apud DRUBSKY, 2003) relata que este assunto deve ser observado e desenvolvido na etapa final da iniciação esportiva e que outros fatores devem ser valorizados neste período.

Galatti et al. (2007) tratam a competição, como algo importante, desde que sua finalidade venha abranger todas as crianças através do sucesso e das oportunidades, ou seja, que todas tenham o prazer em competir.

Turpin (2002 apud REVERDITO et al., 2008) cita que a colaboração deve estar em conjunto com a competição, seguido da cooperação e dos valores sociais.

[...] é necessário que o ensino se concretize de forma competitivo-colaborativa, facilitando uma significativa melhora no grau de cooperação entre companheiros e adversários, para que, assim, todos possam apropriar-se dos benefícios da competição (REVERDITO et al. 2008).

Garcia (2002 apud REVERDITO et al., 2008) mostra que o essencial é compreender o indivíduo que compete, sua finalidade e seus valores. A compreensão da competição vem *a posteriori*.

## CONCLUSÃO

A procura excessiva por resultados imediatos de alguns professores em relação ao desempenho e o rendimento máximo das crianças e uma certa preocupação em fazer dos alunos simplesmente instrumentos de alto rendimento, para que estes venham conseguir os melhores resultados dentro de competições, observou-se que tal procedimento poderá acarretar em sérios problemas à vida dos mesmos, devido às pressões expostas e ao imenso rigor, na realização das atividades.

Observou-se que as atividades no contexto da Educação Física escolar devem visar o respeito das individualidades das crianças, criatividade, desenvolvimento motor, cognitivo e





socio/afetivo, respeito as individualidades (tempo) dos alunos, valores e a inexistência das pressões expostas pela especialização precoce

Na iniciação esportiva, a criança ao se identificar com um determinado esporte, o que ela deseja é praticá-lo com prazer. Aliar esse sentimento, procurando estabelecer o desenvolvimento correto de acordo com a faixa etária do infante é uma grande oportunidade do professor enriquecer as aulas de Educação Física, além de transforma-lo em um cidadão de bem no decorrer de sua vida. Professores precisam ser construtores e facilitadores na aprendizagem, pois desta forma alcançarão automaticamente o sucesso profissional, além de exemplo e referência para seus alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, C. A.; FERREIRA FILHO, R. A. *A utilização de Jogos na Educação Física Escolar para o Desenvolvimento de Conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa de Alunos da 4ª série do Ensino Fundamental: Um Estudo de Caso.* 2008 in <http://www.efdeportes.com/efd124/educacao-fisica-escolar-conteudos-de-matematica-e-lingua-portuguesa.htm> acessado em 13/10/2014.

BALBÉ, G. P. *Educação Física Escolar: Aspectos Motivadores.* 2008 in <http://www.efdeportes.com/efd124/educacao-fisica-escolar-aspectos-motivadores.htm> acessado em 13/10/2014.

BATISTA, P.; GRAÇA, A.; MATOS, Z. *Auto-percepção da Competência Profissional em Estagiários de Educação Física de Instituições de Ensino Superior Portuguesas.* Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. v. 20, n. 5, p. 427- 440, 2006.

BERLEZE, A.; VIEIRA, L. F.; KREBS, R. J. *Motivos que levam Crianças à Prática de Atividades Motoras na Escola.* Revista da Educação Física/UEM. v. 13, n. 1, p. 99-107, 2002.

BEZERRA, E. A. *A Importância do Jogo na Educação Infantil.* 2007 in <http://www.webartigos.com/articles/2984/1/a-importancia-do-jogo-na-educacao-infantil/pagin a1.html> acessado em 13/10/2014.

CAÇOLA, P. *A Iniciação Esportiva na Ginástica Rítmica.* Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. v. 2, n. 1, p. 9-15, 2007.

CRUZ NETO, W.; TONELLO, M. G. M. *A Educação Física na Escola e o Resgate da Cultura Popular no Brasil.* 2008 in





<http://www.efdeportes.com/efd124/a-educacao-fisica-na-escola-e-o-resgate-da-cultura-popular-no-brasil.htm> acessado em 13/10/2014.

DARIDO, S. C.; FARINHA, F. K. *Especialização Precoce na Natação e seus efeitos na Idade Adulta*. Revista Motriz. v. 1, n. 1, p. 59-70, 1995.

DRUBSKY, R. *O Universo Tático do Futebol Escola Brasileira*. Belo Horizonte: Health, 2003.

ETCHEPARE, L. S.; PEREIRA, E. F.; ZINN, J. L. *Projetos Pedagógicos e Educação Física nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental*. 2003 in <http://www.efdeportes.com/efd60/ensino.htm> acessado em 13/10/2014.

GALATTI, L. R.; BRENDA, M. E. J. G.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. *Pedagogia do Esporte e Competição Infantil: Análise e Proposições a partir do Karatê de Contato*. Revista Movimento & Percepção. v. 8, n. 11, p. 169-185, 2007.

GODOI, L. C. *Natação na Segunda Infância: Ludicidade e Especialização Precoce*. 2005 in [http://www.fav.br/programasinst/Revistas/revistas2006/pdf\\_anuario/037.pdf](http://www.fav.br/programasinst/Revistas/revistas2006/pdf_anuario/037.pdf) acessado em 13/10/2014.

MORENO, R. M.; MACHADO, A. A. *Re-Significando o Esporte na Educação Física Escolar: Uma Perspectiva Crítica*. Revista Movimento & Percepção. v. 6, n. 8, p. 128-149, 2006.

OLIVEIRA, G. S.; ARAÚJO JUNIOR, I. P.; ANDRIES JUNIOR, O.; BARTHOLOMEU NETO, J.; CIELO, F. L. *A Relação entre Especialização Precoce e o Abandono Prematuro da Natação*. Revista Movimento & Percepção. v. 8, n. 11, p. 307-322, 2007.

RAMOS, A. M.; NEVES, R. L. R. *A Iniciação Esportiva e a Especialização Precoce à Luz da Teoria da Complexidade – Notas Introdutórias*. Revista Pensar a Prática. v. 11, n. 1, p. 1-8, 2008.

RÉ, A. H. N.; ROSE JUNIOR, D.; BOHME, M. T. S. *Stress e nível Competitivo: Considerações sobre Jovens Praticantes de Futsal*. Revista Brasileira Ciência. e Movimento. v. 12, n. 4, p. 83-87, 2004.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; SILVA, S. A. D.; GOMES, T. M. R.; PESUTO, C. L.; BACCARELLI, W. *Competições Escolares: Reflexão e Ação em Pedagogia do Esporte para fazer a diferença na Escola*. Revista Pensar a Prática. v. 11, n. 1, p. 37-45, 2008.

RODRIGUES, A. P. *Escolinha de Futebol e sua Pedagogia*. 2008 in <http://www.artigonal.com/futebol-artigos/escolinha-de-futebol-e-sua-pedagogia-457938.html> acessado em 13/10/2014.

SANCHES, J. G.; AMARAL JUNIOR, J. C. *Iniciação Esportiva: Algumas Reflexões*. Revista Científica da Faminas. v. 1, n. 1, p. 16, 2005.



SANTANA, J. O. *A Educação Física Inserida na Educação Infantil: Uma Análise da Realidade da Disciplina nas Escolas Públicas Infantis da Cidade de Viçosa-MG*. 2008 in <http://www.efdeportes.com/efd120/a-educacao-fisica-inserida-na-educacao-infantil.htm> acessado em 13/10/2014.

SANTANA, W. C. *Futsal Metodologia da Participação*. Londrina: Lido 2001.

SANTOS, R. R. F.; KOCIAN, R. *As Possibilidades das Brincadeiras Infantis e Jogos Populares nas Aulas de Educação Física Infantil: Um Estudo de Caso*. 2006 in [http://www.comentarium.com.br/frame.jsp?url\\_id=72764](http://www.comentarium.com.br/frame.jsp?url_id=72764) acessado em 13/10/2014.

SCAGLIA, A. J. *Escolinha de Futebol: uma questão Pedagógica*. Revista Motriz. v. 2, n. 1, p. 36-43, 1996.

SILVA, R. *A Educação Física e o Jogo na Educação Infantil*. 2008 in <http://www.efdeportes.com/efd121/a-educacao-fisica-e-o-jogo-na-educacao-infantil.htm> acessado em 13/10/2014.

SILVA, T. A. F.; ROSE JUNIOR, D. *Iniciação nas Modalidades Esportivas Coletivas: A Importância da Dimensão Tática*. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. v. 4, n. 4, p. 71-93, 2005.

VENDITTI JUNIOR, R.; SOUZA, M. A. *Tornando o "Jogo Possível": Reflexões sobre a Pedagogia do Esporte, os Fundamentos dos Jogos Desportivos Coletivos e a Aprendizagem Esportiva*. Revista Pensar a Prática. v. 11, n. 1, p. 47-58, 2008.

VOSER, R. C.; GIUSTI, J. G. *O Futsal e a Escola uma perspectiva Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VOSER, R. C.; VARGAS NETO, F. X.; VARGAS, L. A. M. *A Criança Submetida Precocemente no Esporte: Benefícios e Malefícios*. 2007 in [http://www.futsalbrasil.com.br/artigos/artigo.php?cd\\_artigo=153](http://www.futsalbrasil.com.br/artigos/artigo.php?cd_artigo=153) acessado em 13/10/2014.



# CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 6**

**COMUNICAÇÃO, ARTE E CIDADES**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 6

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 6

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 6

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)



**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 6

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

EIS O MALANDRO NA PRAÇA OUTRA VEZ: O RESSURGIMENTO DO MALANDRO NA LAPA REVITALIZADA - DUARTE, Silvia Valeria Borges .....	1-19
A BUSCA PELA REELABORAÇÃO DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS EM <i>ELENA</i> - RODRIGUES, Rejane Lopes .....	20-33
MÚSICA E CIDADE: BARES E NARRATIVAS DO HEAVY METAL NAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CUIABÁ - BARBOSA, Iuri Gomes; USHIKEN, Yuji .....	34-49
ASSOCIAÇÕES E CASAS REGIONAIS PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - LUGARES DE MEMÓRIA - OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de .....	50-66
CINEMA E FAVELA: LINGUAGEM E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS CONFLAGRADOS NO RIO DE JANEIRO - ARENDT, Iara Machado; ROCHA, Anabella Machado da .....	69-81
O FINANCIAMENTO DA CULTURA NO DISTRITO FEDERAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues; CARMO, Cleide Mara Vilela do .....	82-99
O GRAFITE COMO NEXO TERRITORIAL: OS CASOS DE SAN LORENZO DE ALMAGRO E BANGU ATLÉTICO CLUBE - BIZARRIA, Júlio César de Lima; VASCONCELLOS, Pedro Jorge Lo Duca .....	100-118
OS LUGARES DE MEMÓRIA DAS ESCOLAS DE SAMBA - FERREIRA, Júlio César Valente .....	119-136
DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DA DANÇA EM SEU ESPAÇO PRIMEIRO: A RUA - MENDONÇA, Daniele Bentin .....	137-149
OS FLANELAS DO SHOPPING 3 AMÉRICAS EM CUIABÁ: ARTES DA NEGOCIAÇÃO - ABONIZIO, Juliana; SANTOS, Juliano Batista dos; ALVES, Neemias Souza .....	150-165
A MEMÓRIA COLETIVA NAS REDES SOCIAIS – SANT’ANNA, Paula Soares .....	166-178
MIRANTE PARA O INVISÍVEL, PONTE PARA O IMPOSSÍVEL: ARTE PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS NA CIDADE - OLIVEIRA, Luiz Sérgio de ...	179-193



TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM METRÓPOLES OCIDENTAIS - VIEIRA, Marcos Sardá; GROSSI, Miriam Pillar .....	194-209
CIRCULANDO PELA CIDADE: TRAJETÓRIAS JUVENIS, EXPRESSÕES E SENTIDOS PECULIARES - MELO, Mônica A. S. Silva LEITE; Marcos Esdras .....	210-225
A PROPAGAÇÃO CULTURAL DA AMAZÔNIA ATRAVÉS DO CANAL TELEVISIVO AMAZON SAT - LINS, Michele Bahia .....	226-240
PERSPECTIVAS SÓCIO-TÉCNICAS DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO, PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS E GESTÃO URBANA COMPETENTE - CHAMUSCA, Marcello .....	241-259
UM EMBAIXADOR BOTOCUDO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX - SILVA, Ana Paula da; FREIRE, J. R. B. ....	260-273
AS REMOÇÕES DE SENTIDOS NOS DISCURSOS QUE ATRAVESSAM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO - GOMES, Nilo Sergio S. ....	274-290
MORRO DE LUZ: UMA EXPERIÊNCIA CORPOGRÁFICA ENQUANTO MICRO-RESISTÊNCIA COLETIVA - AZEVEDO, Maria Thereza de Oliveira; MÜTZENBERG, Raquel .....	291-303
POSSIBILIDADES E DEFICIÊNCIAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM MONTES CLAROS – MG - ROQUETTE, Maria Luiza Saporì Toledo; CARDOSO, Antônio Dimas .....	304-319
A MÚSICA COMO MEMÓRIA SENSÍVEL: SOBRE A SUA IMPORTANTE FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA - PEDROSA, Adhara .....	320-336
EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, POLÍTICA E MEMÓRIA: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE OS EDITAIS DE PREMIAÇÃO NA INTERFACE ARTE E SAÚDE MENTAL - PINTO, Diana de Souza; MECCA, Renata Caruso .....	337-351
AS ILUSTRAÇÕES DE WALTER CRANE NO CONTO CHAPEUZINHO VERMELHO DO SÉCULO XIX: A FORÇA COMUNICATIVA EXERCIDA PELO DESENHO NA NARRATIVA - MORAES, Fabiana Mariano .....	352-365





## EIS O MALANDRO NA PRAÇA OUTRA VEZ: O RESSURGIMENTO DO MALANDRO NA LAPA REVITALIZADA

DUARTE, Silvia Valeria Borges

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito*

*silviapaz@ig.com.br*

*silviasamba7@yahoo.com.br*

1

### RESUMO

Com a espetacularização do carnaval ampliou-se as possibilidades de profissionalização - ainda que na informalidade - de algumas categorias presentes nas agremiações carnavalescas, como por exemplo, os passistas, componentes técnicos especializados na dança do samba. A Lapa, reduto da boemia até os anos 1940, é um pequeno sub-bairro no Centro do Rio de Janeiro famoso pela efervescência cultural, prevalecendo musicalmente o samba. A configuração do bairro, que vem sendo modificada desde a década de 1970, é fator preponderante para o panorama sociocultural do lugar. Em meio a tantas mudanças, um personagem da Lapa de outrora persiste e é reinventado pelos passistas de escolas de samba: o malandro carioca. A partir do resgate deste personagem que caracteriza o jeito de ser brasileiro, dentro e fora das escolas de samba, acontece *a volta do malandro* numa Lapa revitalizada e gentrificada<sup>1</sup>. O presente artigo pretende discutir as relações entre passistas e malandros, as fundamentações tipológicas destes personagens e as razões para o seu (re) surgimento na contemporaneidade.

**Palavras chaves:** Passistas – Malandros – Profissionalização – Lapa

### ABSTRACT

The Carnival' spectacle has grown enough for the expansion of possibilities or professionalization - albeit informally - of some of the categories present on carnival groups, for instance, the *passistas* and the specialized technical components of the Samba dance. The Lapa, the bohemian refuge until the 40's decade, is a small sub district of Rio de Janeiro's downtown, famous not only for its cultural plurality, but also for the prevailing of the Samba music as a tradition. The changes on this sub district's layout, that has been started since the 70's, is a one of the reasons for this place's socio-cultural panorama. Amidst these chances, a single character of Lapa's history remains, reinvented by Samba *passistas*': the *Malandro Carioca*. While this character represents the Brazilian way of living, both inside and outside these *samba schools*, this *malandro style* is back once again in a both gentrified and revitalized Lapa. This article aims to discuss the relationship between *passistas* and *malandros*, with both the typological foundation for these characters and the reasons for their (re)emergence on our contemporary times.

<sup>1</sup> O termo *gentrification* (enobrecimento) é aqui usado no mesmo sentido dado pelos autores Harvey (1992), Featherstone (1995), Zukin (1995) e Smith (1996), que o utilizam para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados *centralidades* e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado.



## Introdução

A partir dos estudos sobre Passistas de Escola de Samba desenvolvidos durante o curso de mestrado interdisciplinar do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (RJ), surgiu o interesse em investigar o recente ressurgimento do Malandro na cena cultural carioca, um personagem tipicamente urbano que muito nos fala sobre o jeito de ser do brasileiro e sua forma de atuar na vida pública e privada (MATTA, 1983). Reúnem-se aqui alguns resultados da pesquisa realizada sobre eles, que se tornaram uma categoria de sambista que ocupa um lugar importante nas escolas de samba no Rio de Janeiro: os passistas malandros.

As perguntas que orientaram esta pesquisa são as seguintes: os passistas de escolas de samba “descendem” dos malandros tão reverenciados na cultura carioca nos anos 30? Os malandros são um tipo sociológico ou um tipo religioso? Qual a razão da volta do malandro na contemporaneidade? Obviamente não pretendo dar a palavra final sobre o assunto, mas modestamente, analisar o fenômeno com base no material acumulado na dissertação em fase final, nas entrevistas com “passistas malandros” e na observação realizada no GRES Portela no bairro de Madureira; no Cabaré do Malandro evento realizado na Lapa; na Roda de Samba do Costello, no calçadão de Copacabana e no Cacique de Ramos, em Ramos.

O “mundo do samba” já me era familiar antes da pesquisa, pois eu mesma já fora antes uma passista e já conhecia alguns de meus entrevistados. Mas com o olhar atento que o pesquisador deve ter, durante os últimos dois anos, semanalmente frequentei os ensaios da Portela, posteriormente as edições do Cabaré do Malandro e as rodas de samba onde os passistas malandros se apresentam. Dessa forma observando a inserção gradativa do estilo na ala de passistas de algumas escolas de samba como Portela, Império Serrano e Mangueira; entrevistando os diferentes sujeitos envolvidos nos eventos, como os coordenadores de alas, proprietários e funcionários, frequentadores, consegui reunir um importante material para a pretendida reflexão a cerca dos passistas e malandros.

O artigo divide-se em quatro partes: a primeira discorre sobre o que é ser um passista e o que é ser um malandro na ambientação da escola de samba; a segunda apresenta os conflitos de gênero presentes entre os passistas masculinos; a terceira demonstra o desejo de libertar a arte do samba no pé dos limites impostos pelas escolas de samba; a quarta e última parte trata das perspectivas de profissionalização dos passistas malandros.



## Passistas e Malandros

A partir de quais percepções e conceitos os sambistas determinam o que é um passista ou o que é um malandro? No decorrer da pesquisa sobre os passistas de escolas de samba verifiquei que entre eles, atualmente, havia um forte debate sobre a origem deste elemento e muitos deles atribuem ao mitológico Malandro a inspiração para todos os passistas masculinos. Entretanto a concepção deste mito se explica ora pela sociologia (DA MATTA, 1983), ora pela religião (ORTIZ, 1991). A maioria das alas de passistas das escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro, de uma década pra cá, se fazem representar pelo mito do Malandro em suas apresentações, sendo a Portela a pioneira neste estilo. Mas não foi sempre assim.

O termo passista pode referir-se a homem ou mulher, mas nesse trabalho sempre que ele for usado, estará se referindo ao passista masculino. O passista é o componente de uma escola de samba com uma especificidade técnica corporal: deve sambar com excelência. Há passista de variadas idades, havendo previsão legal apenas para a idade mínima permitida nos desfiles, que é cinco anos<sup>2</sup>.

Jório e Araújo (1969) ao identificarem o passista ressaltam a inventividade como sua principal característica: “Passista é o que diz no pé de acordo com sua criação, com liberdade total de movimento, seus pares e meneios inventam um espetáculo que arrebatava e encanta” (JÓRIO; ARAÚJO, 1969). Rodrigues (1984) em sua pesquisa sobre a relação entre negros e brancos nas escolas de samba informa que “O passista - masculino ou feminino - tem a obrigação de ‘dizer no pé’, isto é, sambar propriamente dito” (RODRIGUES, 1984).

Quando os sambistas que chamamos hoje de passistas surgiram nas escolas de samba, desfilavam individualmente. O termo que hoje os identifica dentro da organização das escolas de samba, passou a ser usado a partir dos anos 50. Não há registros literários, mas confirma esta informação, Eli Gonçalves, a Chininha, ex-presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, filha de Dona Neuma, uma das fundadoras da escola: “*passista é uma coisa que surgiu de 50 pra cá*”. (TOJI, 2006). Por volta dos anos 70 passaram a desfilar em pequenos grupos entre três e cinco passistas, aproximadamente, espalhados ao longo de

<sup>2</sup> Portaria 03/2006 da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.



toda a Escola, no espaço entre uma ala<sup>3</sup> e outra. Atualmente todas as escolas de samba possuem sua ala de passistas com aproximadamente 100 componentes entre homens e mulheres.

Tradicionalmente, cabe ao passista, no dia do desfile, representar a escola com o “samba no pé”, diferentemente dos componentes que integram as outras alas. O samba no pé é o samba brasileiro, modificado a partir do que se considera “samba duro”<sup>4</sup> africano. É uma dança cheia de ginga, meneios e malemolência, elementos que compõe o ritual do carnaval. Os passistas constituem um segmento, um grupo dentro da organização das Escolas de Samba detentores das técnicas da dança do samba. Integram uma heterogênea rede de representações simbólicas variando entre elementos de um enredo nos desfiles de carnaval, representantes da própria agremiação, como componentes especializados, personagens da cultura popular carioca – o sambista matreiro, a cabrocha faceira -, até entidades místicas como Zé Pilintra e sua falange.

Os passistas constroem e fazem parte de sociabilidades que Roberto Da Matta (1983) dimensiona ao afirmar que “as escolas de samba têm um duplo padrão: de um lado, são clubes abertos e inclusivos; de outro são associações dramáticas, exclusivas, com uma alta consciência de bairro, grupo e cor”. O conceito tridimensional<sup>5</sup> proposto pelo jornalista e pesquisador Hélio Ricardo Rainho (2014), em fase de elaboração, parece ainda mais aperfeiçoado e por isso, o que melhor traduz a figura do passista atualmente: a) personagem-indivíduo (caracterização individual, única, cotidiana do passista); b) personagem-enredo (caracterização temática transitória, intrínseca ao enredo proposto para determinado desfile); c) personagem-escola (caracterização que identifique a escola de samba à qual o passista pertence).

Oficialmente, os desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro foram iniciados em 1932. Estudos sobre o pensamento social brasileiro desta época revelam um país buscando sua identidade nacional, especialmente nas artes, através de um modelo de nacionalização onde o samba aparece como nosso mais autêntico símbolo nacional, ao lado do futebol, da feijoada, da umbanda, da malandragem e do carnaval (ANDRADE, 1972). No prefácio do livro de Roberto M. Moura (2004), Da Matta reafirma que o samba é um gênero musical constitutivo da nossa identidade social. Buscando construir um *ethos* brasileiro, único e intraduzível através de uma cultura tropical totalmente diferente das de outros países, manifestações culturais que estavam

<sup>3</sup> Ala é um grupo formado por componentes de escolas de samba. As escolas possuem várias alas, e juntas formam o todo da escola. Atualmente no carnaval do RJ, cada ala tem aproximadamente 100 componentes.

<sup>4</sup> O mesmo que batucada. Samba de pernada, praticado por homens. (LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. Selo Negro. São Paulo, 2004).



inicialmente restritas a certos grupos sociais são apropriadas por parte do resto da sociedade e transformadas em símbolos nacionais assumindo assim um caráter de identidade brasileira (MOURA, 2004). O samba inicialmente foi produzido e consumido nos morros do Rio de Janeiro e reprimido com violência pela polícia (OLIVEN, 1989). Com a crescente importância do carnaval para a economia da cidade e do resto do país, o samba passou a ser aceito e desejado por todo o resto da população, mais que isso, o samba se tornou uma das maiores representações da cidade do Rio de Janeiro e da nação brasileira (FERNANDES, 2001).

Tudo isso parece explicar a relação do samba com o estilo malandro de ser. Entretanto os primeiros passistas, o contrário do que se pensa, não desfilavam vestidos de malandro. Registros fotográficos da época mostram os passistas masculinos vestidos com roupas que mais lembram os dançarinos de frevo. Sobre isso nos informa em entrevista o pesquisador e jornalista Helio Ricardo Rainho:

No tocante à identidade, muito se ouve falar do chamado "samba de malandro", uma provável fusão cultural entre a releitura da Lapa boêmia com seus malandros ancestrais (figurativamente sempre presentes nas escolas de samba) e a essencial dança de passista celebrizada por Tijolo da Portela, considerado pelos registros históricos o "criador" dessa dança, nos anos 50. Curiosamente, a despeito de um discurso de afirmação atual de que a dança do passista masculino é originariamente "um samba malandreado", o que vemos nas pesquisas sobre o próprio Tijolo acerca dessa manifestação soa bastante diferente: "(...) sapato de couro, salto carrapeta e meias brancas, cano longo até quase os joelhos. Calça azul, camisa branca de mangas compridas e colete azul. Passava pela avenida levantando aplausos do público. Tijolo, Tijolo, Tijolo!, gritavam à sua passagem (...)". Para chegar àquele conjunto de coreografias, Tijolo confessa terem sido diversas suas fontes de inspiração, a maioria delas, contudo, assimiladas no cinema. Como se vê, o figurino daquele que é tido como "passista original" passava longe da caracterização do malandro que aprendemos a admirar atualmente. Somente na segunda metade dos anos 70, com a proeminência dos malandros milongueiros sambando como passistas na ala "Sente o Drama" do Império Serrano, que coincide com a criação do musical "Ópera do Malandro" de Chico Buarque, aparecem as referências ao personagem "malandro" nos figurinos dos passistas. Que, também a partir desse momento, deixaram de se apresentar espalhados na escola e passaram a constituir "alas". O passista vestido de malandro, portanto, não remete à origem desse personagem, mas a um fenômeno ocorrido nos anos 70, que ganhou vulto e integrou, de certa forma, as performances de dança de salão às alas de passistas de escola de samba.

O malandro, símbolo do passista masculino na atualidade, surgiu por volta dos anos 1910, quando a Lapa boêmia começou a crescer vindo a atingir seu período áureo entre o final dos

<sup>5</sup> <http://www.sidneyrezende.com/blog/heliorainho-carnaval>



anos 20 e o início dos anos 40. Na Lapa se encontravam políticos importantes, artista e literatos, prostitutas e sambistas. Lá se podia comer, beber, jogar, dançar, a noite toda, já que alguns bares sequer fechavam. Nos anos 30 o Brasil passou por uma grave crise com prejuízos na economia e na oferta de emprego, atribuída à quebra da bolsa da Nova York, à abolição da escravatura e da posterior importação da mão de obra imigrante.

A época áurea da malandragem era, portanto uma época de pobreza e desemprego quando os mais pobres precisavam criar formas originais e peculiares de sobrevivência. O malandro encontrava alternativas para ganhar a vida nos interstícios entre o trabalho e o ócio, unindo diversão e profissão. Na categoria malandro estavam contidos os micro tipos sociais: o jogador, o vigarista, o cafetão, o valente, e o sambista. Todas essas atividades embora gerassem algum ganho de dinheiro, não eram consideradas uma forma de trabalho, nem por eles mesmos.

Uma antiga garçonete de um bar da Lapa, em entrevista a Rogério Durst (1985) fala sobre quem eram os malandros “legítimos”:

Malandro de antigamente, malandro autêntico, verdadeiro, era homem até certo ponto, honesto, cheio de dignidade, coísciente de sua profissão. Vivia sempre limpo, usava camisa de seda-palha com botões brilhantes, gravata de tussot branco e sapato tipo carrapeta (salto mexicano). Na cabeça chapéu do Chile (tipo panamá) de conto de réis, os dedos cheios de anéis (DURST, 1985)

A definição de malandro no dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda é a seguinte: [...] malandro é o indivíduo dado a abusar da confiança dos outros, ou que não trabalha e vive de expedientes. Indivíduo esperto, astuto, matreiro [...]”. O compositor e cantor Moreira da Silva<sup>6</sup>, considerado o “último dos malandros” também define o termo com toda irreverência que lhe era peculiar: “Malandro é aquele que não pega no pesado, mas vive bem; malandro é o gato que come peixe sem precisar pescar”.

Na década de 40 o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro sofreram inúmeras mudanças. As principais foram as demolições e desapropriações de prédios no Centro, o fim da Praça Onze – lugar de referencia para os desfiles de carnaval da época -, e a criação da Avenida Presidente Vargas. Tantas mudanças afetaram até o perfil do malandro, que passou a usar o distinto terno de linho branco e gravata, na tentativa de se confundir com os “cidadãos honrados” e escapar assim das perseguições policiais.

<sup>6</sup> Moreira da Silva, cantor e compositor brasileiro, considerado o criador do estilo samba de breque.





Veza ou outra uma escola de samba traz algum elemento relacionado ao mito do malandro. Em 1998 o coreógrafo Carlinhos de Jesus, criou para a Comissão de Frente do GRESEP de Mangueira uma ala de malandros inspirada na Ópera do Malandro, de Chico Buarque, homenageado pela escola naquele ano.<sup>7</sup>

O coordenador de passistas da Portela Valci Pelé estabeleceu como estilo único e modelar de samba no pé o “samba de malandro”, que segundo ele é um estilo de samba que resgata a tradição dos “bambas” do passado, os genuínos sambistas que “riscavam o chão de poesia”. O estilo virou marca dos passistas portelenses. Posteriormente o GRES Império Serrano e o GRESEP de Mangueira adotaram o mesmo estilo.

Alguns coordenadores adotaram o “estilo malandro” sob a justificativa de ser este o verdadeiro e genuíno samba no pé; mas sobre esta afirmação há controvérsias. A caracterização se dá apenas nos ensaios, já que no desfile a ala usará um figurino adequado ao enredo que a escola desenvolver. Na transmissão do desfile das campeãs do carnaval 2014 uma repórter perguntou a Valci Pelé o que era, afinal, o “samba malandro” da Portela. Em resposta remeteu-se a nomes de passistas que se destacaram no passado. Foi então convidado a mostrar, ao vivo, sambando, o que era o tal “estilo malandro” portelense. O que se viu foi o samba como ele é, simplesmente o samba no pé. O “samba de malandro” não subsistiu à ausência do figurino que é usado apenas nos ensaios e apresentações. No dia do desfile, os passistas vestem fantasias de acordo com o enredo, geralmente volumosas, com plumas, paetês, ombreiras e até meia calça, ou seja, absolutamente contrário ao arquétipo do malandro. Até a atitude corporal da malandragem se desfez sem o figurino, demonstrando que especificamente no que se refere à dança do samba, que é a dança do passista, o que de fato existe é o “samba no pé”. Com a indumentária completa do malandro, ocorre uma espécie de incorporação do personagem, a ponto de afetar a forma de sambar dos componentes que exibem passos e movimentos já consolidados na literatura e no inconsciente coletivo, um samba com maior ênfase na malemolência e na ginga corporal. Alguns incorporam bem o personagem; outros, nem tanto.

O malandro, enquanto personagem é entendido e apropriado pelos passistas a partir de duas diferentes vertentes: a religiosa e a sociológica. Dentre os entrevistados, há os que

<sup>7</sup> O enredo foi desenvolvido por Alexandre Louzada e a Mangueira foi a escola campeã do carnaval. <http://academiadosamba.com.br/passarela/mangueira/ficha-1998.htm>





associam o estilo “malandro” ao arquétipo da entidade religiosa cultuada nos terreiros de umbanda “Zé Pilintra”<sup>8</sup>.

Nossa ideia é ser o mais original possível, de acordo com Seu “Zé Pilintra”<sup>9</sup>.

Fomos numa festa num centro, um terreiro, um do nosso grupo frequenta lá. Sambamos lá com seu Zé. Nos apresentamos mesmo. Foi legal. Depois fomos todos prá Lapa, no Aconchego do Malandro, a cantora que tava fazendo show, de repente ela pegou o seu Zé, aí naquele clima cantando vários pontos - já ouviu os pontos que ela canta? – de repente o marido dela também pegou um malandro, e depois um casal que tava lá numa mesa também. Sinistro! (risos)!<sup>10</sup>

Não pretendo esmiuçar a discussão sobre as conexões entre o samba e religiões afro-brasileiras, mas Ortiz (1991) afirma que valores afro-brasileiros se transformaram e compuseram uma nova religião: a umbanda. Numa abordagem analítica que defende uma maior aproximação entre sujeito e objeto de conhecimento, é possível explicar os vínculos sociais presentes nos fenômenos culturais. Muitos passistas encontram nos elementos da cultura negra a fonte de significações para o samba. Interpretam o samba a partir de uma perspectiva multifacetada e ao mesmo tempo integradora de elementos artísticos, lúdicos e religiosos. O samba carioca se originou nas reuniões e festas familiares. Na sala de visitas, realizavam-se os bailes, na parte dos fundos, o samba e o candomblé. (ORTIZ, 1991; SODRÉ, 2007). Por mais que alguns autores insistam em tentar explicar o samba sob uma perspectiva puramente artística, separando o sujeito do objeto de conhecimento, o samba tem um sentido na sociedade brasileira e as fontes de significação estão na cultura negra. Embora revestidos dos indiscutíveis valores religiosos, observo certa mutabilidade ou adaptação dos mitos à contemporaneidade. Sob uma perspectiva puramente histórica ou sociológica, poderíamos afirmar que os passistas nada têm a ver com a entidade mítica Zé Pilintra, mas os estudos afro-brasileiros de Roger Bastide (1983) contribuem para o entendimento desta mística relação entre passistas, malandros, Zé Pilintra e Exu:

A pessoa é, essencialmente, um personagem. Entre os diversos personagens que representamos, alguns nos convém melhor, seja porque exigem de nós menos trabalho, seja porque agradam nosso gosto de grandeza ou desejo de

<sup>8</sup> Segundo a tradição, esta entidade surgiu na região nordeste do Brasil nos cultos à Cabocla Jurema ou Catimbó; no Rio de Janeiro representa o homem boêmio, amante das mulheres, irreverentes, bons de samba e das rodas de capoeira.

<sup>9</sup> Otávio Moreira, passista do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel.

<sup>10</sup> Eduardo Telles, passista do GRESEP Mangueira.



aplauso fácil. [...] No seu significado mais metafísico, as religiões afro-brasileiras oferecem aos negros do Brasil um vestário completo de personalidades, as mais ricas e mais variadas, nas quais o negro pode encontrar compensação para os personagens menos agradáveis que a sociedade e os brancos lhe impõem para desempenho. Na dança extática o negro abandona o seu eu de proletário, seu eu social, para se transformar, sob o apelo angustioso do tambor, o deus dos relâmpagos ou na rainha dos oceanos. A possessão se inscreve, assim, no cruzamento de uma necessidade dupla, de uma necessidade externa, sociológica, que ordena que o personagem desempenhado seja a revivescência do personagem mítico, apresentando precisamente o caráter, as atitudes, o temperamento do deus da tradição – e, por outro lado, de uma necessidade interna, psicológica, de um impulso que jorra das profundezas inconscientes [...] a arte dos babalaôs ou dos babalorixás é descobrir a personalidade divina que convém melhor ao indivíduo, que seja verdadeiramente o reflexo tradicional do seu eu profundo [...] o deus escolhe o seu cavalo, mas o cavalo também escolhe o seu deus.

Numa abordagem sócio-antropológica invocamos os estudos de Roberto Da Matta que apontam os malandros como personagens que dão dinamismo ao cerimonial do carnaval, levando o autor a indagar: *“o que seria de um carnaval sem malandros e sem malandragem?”* (DA MATTA, 1983). O fato de nomear uma atitude humana ante uma sociedade justifica a associação da malandragem ao modo de ser brasileiro:

O malandro tem sido representado, de acordo com a teoria dos interstícios, como aquele que habita os “intervalos” da estrutura social, existindo entre as classes sociais, não seria burguês nem proletário; estaria entre o burguês e o bandido, não cabe dentro da ordem, nem fora dela [...] Os sambas dos anos 30, que alimentaram a corrente da “exaltação da malandragem” parecem exprimir a convergência de duas linhagens – a do branco boêmio e a do negro ladino – ao combinarem, como indicam dois de seus modelos mais famosos, o elogio da vadiagem com a crítica da exploração da força de trabalho. [...] A prática da exaltação conduz, desta forma, a um certo eufemismo: abrirá espaço, no consumo cultural e na convivência das classes, ao cenário e a linguagem carioca, deixando de lado os aspectos menos sedutores da malandragem vivida, registrada na biografia dos sambistas. [...] O elogio da malandragem, como conteúdo da produção cultural, alcançou seu auge nos anos 70 (GOTTO, 1988).

Observa-se que atividade ou a atuação do passista extrapola os limites da dança alcançando o religioso e o sociológico. Max Weber destaca em sua obra a autonomia das diferentes esferas sociais (pessoal, religiosa, afetiva, profissional, jurídica, artística etc.), entretanto afirma também que elas se influenciam constantemente.



### A culpa é das “pintosas”

Desde o início da pesquisa, um tema era recorrente na fala dos entrevistados: o reprovável samba dos passistas homossexuais. O mito do malandro surge nos anos 30, época do surgimento das primeiras escolas de samba. Todas foram fundadas por homens e até hoje a presença de mulheres na presidência e diretoria de agremiações carnavalescas ainda é exígua. Embora tenha sofrido muitas modificações, a escola de samba ainda preserva alguns valores que expressam sua identidade dentro do amplo contexto das diferentes manifestações de cultura. E as questões de gênero ainda se mantêm atualmente como resquícios da sociedade patriarcal do século XIX.

Os passistas homossexuais são tidos como os que pervertem o samba masculino com seus requebros e trejeitos efeminados semelhantes aos das passistas. Numa entrevista concedida ao site Portela Web<sup>11</sup>, Valci (coordenador de passistas) destaca a diferença que deve ser observada entre os gêneros na execução da dança do samba:

O quadril da passista é mais acentuado. No passista masculino é um movimento mais natural. A perna do passista masculino é semi-flexionada; da passista feminina é um pouco mais estendida. Aí tem as diferenças nos braços: as meninas usam muito mais os braços com plano médio e alto; os rapazes com plano baixo, na altura da cintura. Então, é diferente, é totalmente diferente, embora hoje você veja passista masculino sambando igual a passista feminino [...] nada contra a opção sexual, mas na dança o cara tem que vestir um personagem, né? O cara que assiste pode não ser um grande entendedor, mas ele vai perceber que tem algo estranho ali. Ele tem a noção e espera que um passista homem sambe como homem e a mulher como mulher. Hoje você vê um passista masculino com roupas vazadas, um faisão. Isso não é legal. Pô, um passista masculino tem que estar com uma camisa, um colete, um terno. E eu tento buscar isso na Portela, porque a Portela é um celeiro mesmo de passistas. Nós não temos dificuldades de achar e isso não é de hoje. Vem lá dos primórdios. Sempre foi assim! Então. . por que não manter isso. . de Paulo da Portela? De estar vestido com um sapato, uma calça e um terno realmente bacana? Eu busco essa valorização não só da dança, mas da indumentária também. E a Nilce a mesma coisa, em relação às mulheres.

Como já dissemos, não há registros que confirmem que os primeiros passistas masculinos desfilassem vestidos de malandros nem tampouco fantasiados de acordo com o enredo. Em regra os passistas usavam roupas semelhantes aos de dançarinos de frevo: camisa ou colete e calça com babados nas pernas. A Portela traz em sua estória a fama de ter sido a escola que primeiro estabeleceu contato entre sambistas, políticos e jornalistas, através de seu

<sup>11</sup> [www.portelaweb.com.br](http://www.portelaweb.com.br)



fundador e mediador Paulo da Portela, que por isso exigia que os sambistas da escola usassem terno, diferenciando-se assim dos arruaceiros do Estácio e da Mangueira. A elegância faz parte das tradições portelenses.

Em todas as conversas que tive com passistas masculinos durante o trabalho de campo, a questão de gênero sexual se fez presente. Alguns invocam as tradições e valores morais, como razão para que seja preservada a diferenciação dos gêneros na dança do samba:

O passista nada mais é que um personagem dentro do universo do samba [...] procuro respeitar toda uma tradição, sou sim, um passista de verdade, costume dizer que somos uma entidade, precisamos manter a decência perante o que fazemos em público, ou seja, por exemplo, João Francisco dos Santos Santana, se eu fizer esta pergunta a muitos passistas com certeza não saberão me responder e ainda, se eu disser também Madame Satã, vão me responder que foi um transformista da Lapa, capoeirista, brigava como ninguém, mas era respeitado, pois sempre se impôs perante todos, uso Madame Satã como exemplo para provar que não é a opção que faz de você uma pessoa qualquer e sim você que se deixar fazer, se representamos a classe masculina, devemos sim, dançar feito malandro que somos, não podemos deixar cair por terra toda uma tradição, precisamos arrancar aplausos ao invés de vaias, é claro que eu prefiro que riem pra mim e nunca riem de mim, a homossexualidade contribui e muito para a deformação do figurino trocando o clássico pelo brilho.<sup>12</sup>

Exaltar e valorizar a adoção do tipo feminino em contraponto ao masculino pareceu ser também uma forma indireta de delimitar os espaços entre gêneros nas alas, algo que os gays insistem em subverter:

Sempre vi beleza na dança do samba dos passistas de antigamente, o gingado do malandro, o cortejo com a mulata. Aprendi de ver os grandes mestres sambarem, ficava e ainda fico encantado com a chamada "malandragem" sambando. Cada um tem seu papel na dança do samba. Não se deve confundir as coisas.<sup>13</sup>

Embora o samba seja uma dança individual, pode ser dançado em duplas ou coletivamente, como nas alas. Mas predomina uma preferência estética pela *performance* executada pelo casal homem/mulher. Num debate realizado num fórum do facebook<sup>14</sup>, passistas de diferentes agremiações se manifestaram acerca de como deve ser dançado o samba e insinuam de forma jocosa a presença dos gays nas alas:

<sup>12</sup> Celynho Show, passista da Mangueira, entrevista concedida em julho de 2013.

<sup>13</sup> Gabriel Castro, coordenador de passistas do GRES Império Serrano.

<sup>14</sup> Fórum "Quem és tu, passista?" gerenciado por Hélio Ricardo Rainho, jornalista e pesquisador de carnaval.



O Samba nunca foi uma dança individual. Antes eram malandros e cabrochas [...] Sou a favor da dança do samba, a dança de casais, assim como o samba de gafieira, a dança de salão, o mestre-sala e a porta-bandeira, o malandro não pode viver longe de sua cabrocha, como muitas escolas insistem em manter, perde-se toda a essência da dança do samba<sup>15</sup>.

Todo malandro precisa de sua cabrocha. Os que gostam, né?! Kkkk (risos). E salve a malandragem!<sup>16</sup>

O problema é que existem poucos malandros [...] hoje as escolas, em sua maioria, têm cabrochas e PINTOSAS!<sup>17</sup>

A dança do passista fica mais bonita e muito mais completa quando existe a figura do homem acompanhado da mulher<sup>18</sup>.

O resgate dos personagens “malandro” e “cabrocha” pode ser uma tendência que agrada a maioria, mas não a todos. Passistas contrários à adoção do estilo malandro que se propaga pelas escolas de samba atualmente, reclamam por respeito às suas individualidades e preferências pessoais no que se refere a forma de sambar e se vestir. Como sambistas, querem a liberdade inerente ao samba. Tive notícias de que um coordenador foi ameaçado de ser processado por um passista que o acusou de homofóbico após ter sido por ele repreendido para que sambasse “como homem”.

Em 2013, diante da insistência de candidatos assumidamente gays desejosos de ingressarem na ala de passistas da Portela, a coordenadora Nilce Fran teve a ideia de fundar o Bloco Carnavalesco Coquetes - o primeiro bloco gay de Madureira - cujas reuniões acontecem embaixo do Viaduto Negrão de Lima. Segundo ela, “eles sambam, e sambam muito”, mas não podem ser recebidos na ala porque “dão muita pinta”, ou seja, sambam com trejeitos e gestuais absolutamente femininos.

Nesse contexto, a adoção do “samba de malandro” parece ter sido a solução mais abrangente encontrada para trazer homogeneidade nas performances dos passistas masculinos e para manter as devidas diferenciações entre o samba dançado por homens e mulheres.

<sup>15</sup> Celynho Show, (passista, Mangueira).

<sup>16</sup> Marcio Rocco, (coordenador, Unidos da Região Oceânica)

<sup>17</sup> Leonardo Santos (passista, Portela).

<sup>18</sup> Eduardo Telles (passista, Mangueira).



## O samba livre

A estória dos malandros contemporâneos teve início em 2010 com a comemoração de 30 anos de samba de Celynho Show, um conhecido passista carioca com passagem por diversas escolas de samba. Ele produziu e organizou com recursos próprios o “Cabaré do Malandro” uma festa que reuniu sambistas, sendo a maioria deles passista. A primeira edição, ainda sem a pretensão de ser repetida, aconteceu na quadra do GRES Engenho da Rainha, escola de samba do grupo de acesso<sup>19</sup>, localizada no bairro Engenho da Rainha, onde Celynho nasceu e vive até hoje. Fora do samba trabalha no Clube de Oficiais da Aeronáutica, na Praça XV de Novembro, Centro do Rio de Janeiro, o que deve ter favorecido para que percebesse a fase propícia pela qual passava o Centro do Rio de Janeiro, em especial a Lapa, após as obras de revitalização iniciadas com o projeto Corredor Cultural<sup>20</sup>. Celynho tornou-se frequentador assíduo do lugar, onde se exibia sambando nos bares e nas calçadas livre e gratuitamente. Poucos meses depois, amigos passistas passaram a acompanhá-lo, formando o grupo “Malandros da Lapa”. A formação não é rígida nem constante, mas a liderança é de Celynho Show, o primeiro deles a circular pela Lapa com seu traje de malandro e a exhibir-se descompromissadamente pelas ruas e bares locais<sup>21</sup>. O grupo é composto por passistas de diferentes Escolas de Samba: Mangueira, Alegria da Zona Sul, Imperatriz Leopoldinense, Mocidade Independente de Padre Miguel, e União da Ilha do Governador, mas não há nenhum tipo de formalidade nessa formação, qualquer um que queira se integrar ao grupo é bem recebido. Todos já se conheciam através das escolas de samba. Eles se encontram na Lapa, nos finais de semana, e circulam por todo o circuito de bares da região onde se apresentam diversos grupos de samba. Em alguns bares o ingresso é pago, mas há mesas nas calçadas, e é preferencialmente nesse espaço que os malandros exibem seu samba. Num mesmo dia, circulam por vários estabelecimentos como num espetáculo de dança do samba itinerante pelas ruas. Vez ou outra podem ser vistos também em quiosques na Zona Sul, onde sambam no calçadão ou na pequena área coberta do quiosque. Frequentam também algumas rodas de samba na zona norte, como a que acontece no Clube Renascença no Andaraí ou a do Cacique de Ramos, em Ramos. Entretanto os únicos lugares em

<sup>19</sup> Os desfiles de escolas de samba no Rio de Janeiro são divididos em 9 grupos.  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Desfile\\_das\\_escolas\\_de\\_samba\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desfile_das_escolas_de_samba_do_Rio_de_Janeiro)

<sup>20</sup> Projeto corredor cultural faz parte de uma série de outros projetos urbanísticos de revitalização da Lapa.

<sup>21</sup> A concentração de bares estão, principalmente, nas Avenida Mem de Sá, Rua do Lavradio, Rua dos Inválidos, e Largo da Lapa.





que o grupo de malandros ocupa de fato as ruas é na Lapa e no calçadão de Copacabana. Na Zona Norte as exibições limitam-se à parte interna dos estabelecimentos.

Algo sempre citado é o desejo de sambar com liberdade, de levar a arte da dança do samba para as ruas, para que possa ser vista por todos.

O que eu vejo é que na escola de samba o passista não tem mais a liberdade que tinha antes, e quando ele vai pra eventos fora da escola de samba ele reencontra a liberdade para se apresentar [...] quando vou pra Lapa, para qualquer samba, me sinto livre. Ultimamente quando se faz roda na Mangueira, a harmonia não nos permite mais sambar no meio da quadra, temos que ficar rodando em fila de 2 em 2, um colado no outro, e olha que nem é desfile, porque no desfile é aquela estória de lugar marcado. Vai prá Lapa! Lá você samba, na rua, na calçada, no meio fio, na praça e as pessoas te rodeiam prá ver sua arte, na escola você está impedido de fazer isso. Não é querer aparecer, mas as pessoas gostam de ver o samba no pé do passista, e esse é o nosso papel: sambar para as pessoas<sup>22</sup>.

O desejo de levar a dança do samba para as ruas não deve ser entendido com tanta amplitude assim. O público que está nas ruas da Lapa e Copacabana é constituído majoritariamente por brancos, de classe média, sem muito jeito para o samba e que (re) descobriu a Lapa gentrificada, não como um lugar de boemia, mas um lugar com ampla variedade de bares com música ao vivo, cujos ingressos custam em torno de trinta e cinco reais por pessoa, sem consumação. Para a proprietária do Quiosque Costello a presença do grupo de malandros nos pagodes é muito bem vinda pela animação que provoca nos frequentadores, além de proporcionarem um show de samba só visto em escolas de samba.<sup>23</sup>

Giacomini (2006) relata um episódio constrangedor ocorrido durante a pesquisa de campo na formatura do Curso de Formação de Mulatas Profissionais promovido pelo SENAC/RJ, que explica muito bem a separação de papéis que se espera quando se pré-determina um público alvo, quando uma aluna, numa *performance* que simula uma aula de samba, na qual a mulata chama um rapaz da plateia para o palco que primeiro recusa, mas depois aceita o convite após o apelo insistente dos demais. Ela então coloca suas mãos nos quadris do rapaz, que parece bastante envergonhado, e tenta ensinar de que parte do corpo devem partir os movimentos. Em seguida, para delírio da plateia, inverte as posições colocando as mãos do rapaz em seus quadris, mostrando como balançam ao ritmo do samba. Tudo levava a crer que a apresentação teria o ar jocoso e professoral que geralmente tem quando realizado

<sup>22</sup> Eduardo Telles, passista da Mangueira.

<sup>23</sup> Helen Pereira, entrevista concedida em julho de 2014.





com turistas, na qual os papéis ficam bem delimitados: do lado da mulata, o saber do samba; do lado do turista, a falta de jeito e o constrangimento. Porém a partir de um determinado momento, refeito da inibição inicial, o rapaz abandona a posição que deveria assumir e resolve mostrar que sabe sambar, e o faz por vários e excessivos minutos, surpreendendo a todos, ignorando a presença da mulata e tomando o palco para si.

Os Malandros da Lapa, embora sejam passistas, não são vistos se exibindo nas ruas de suas escolas de samba, muito menos nas calçadas do Cacique de Ramos ou do Renascença. É provável que o público alvo deles seja o turista ou aquele pouco familiarizado com o samba, conhecido também como “sambeiro”<sup>24</sup>.

O desejo dos passistas malandros de se libertarem das restrições impostas pelas escolas de samba pode ser confirmado observando-se o figurino usado por eles. Inicialmente vestiam-se nas cores das escolas às quais estão vinculados, legitimando-se como sambistas e passistas de uma determinada agremiação carnavalesca. Depois, já como personagens-indivíduos, passaram a vestir-se de diferentes cores e modelos; fiéis apenas ao estilo malandro.

### **Redescobrimo espaços para a profissionalização**

No finalzinho da década de 50 a inserção de alguns sambistas de escolas de samba nos espetáculos musicais produzidos no Rio de Janeiro resultou em prestígio inimaginável para esses componentes. No caso dos passistas, antes mal vistos pelas exibições irreverentes, passaram a ser aplaudidos e recebidos como celebridades. Tijolo, um dos pioneiros desta arte, relata sua experiência numa entrevista (REGO, 1996):

Com o sucesso na boate, lá na Portela deixei de ser o maluco e virei medalhão. Pude me impor e, aí, meu Deus do céu, pude ir para o centro da quadra como solista e exibir o que quisesse. A direção de Harmonia não me expulsava mais; aplaudia.

<sup>24</sup> Aquele que gosta do samba mas não desenvolve nenhuma das habilidades específicas do samba. Não sabe compor, cantar, dançar ou tocar.



Capoeira Machado, membro da Velha Guarda do Império Serrano, relata que a primeira vez que passista subiu ao palco foi em 1953, quando componentes do Império Serrano, a convite de Carlos Machado<sup>25</sup>, participaram do espetáculo “Esta vida é um carnaval”.

No início da década de 60, época áurea das revistas musicais no Rio de Janeiro, com o *Marco Polo* e *Eu Sou o Samba*, de Ernani Filho e Ary Barroso, alguns passistas despontaram como dançarinos de samba, alguns, inclusive, foram contratados por emissoras de televisão e receberam convites para viagens ao exterior. Companhias de espetáculos como o *Braziliana* considerava os passistas artistas, encaminhando-os às escolas de danças de bailarinos famosas, como Mercedes Baptista, Gilberto de Assis, Walter Ribeiro e Isaura de Assis (REGO, 1996).

Atualmente, nas Escolas de Samba, apenas cinco por cento dos passistas compõem o grupo show, ou seja, fazem shows remunerados. Durante o período da Copa no Brasil, o GRES Acadêmicos do Grande Rio foi contratado para vários shows. O cachê pago aos passistas foi de apenas trinta reais por apresentação. A escolha dos passistas que irão compor o grupo show se baseia menos na competência e mais no guarda roupa. Fará shows o passista que mais investir recursos próprios em figurinos variados. O fato de assumirem para si uma despesa que deveria ser da escola de samba parece não incomodá-los:

Os mais antigos não fazem show porque não querem investir em roupa. Só faz show quem tem roupa pra show.<sup>26</sup>

Ter um bom guarda roupa pra show é o mínimo que um passista deve ter, tem que investir.<sup>27</sup>

Mas ter um guarda roupa farto e apropriado também não é garantia de ser um passista show; há escolas em que, além do bom figurino, há de se ter antiguidade, legítimo pertencimento e conseqüentemente, prestígio para participar do grupo show.

De fato, a escola de samba tem uma importante atuação como mediadora cultural e profissional de diferentes artistas do carnaval (SANTOS, 2009) que por sua vez buscam atuações em diferentes espaços fora da agremiação carnavalesca e do mercado formal. A carreira do passista/malandro se estrutura no formato de corporações profissionais,

<sup>25</sup> Carlos Machado, conhecido como “Rei da Noite”, foi um dos maiores produtores musicais brasileiros. <http://www.dicionariompb.com.br/carlos-machado/dados-artisticos>

<sup>26</sup> Serginho Sambista, passista do GRES Grande Rio.

<sup>27</sup> Matheus Backfort, passista do GRES Imperatriz Leopoldinense.



desempenhando um importante papel na condução da vida econômica moderna de alguns grupos, além de integrá-los a uma categoria artística (VARES, 2010).

Com o processo de reurbanização e gentrificação da Lapa, grupos de artistas pouco conhecidos foram atraídos para o renovado *point* da noite boemia carioca. A cena musical é variada, há hip hop, funk, forró, mas o ritmo que predomina nos bares é o samba. Músicos e cantores encontram na Lapa revitalizada boas possibilidades de trabalho nos bares com shows de samba atraentes para a classe média que mais uma vez (re) descobre o “samba de raiz”.

Celynho Show acredita que está contribuindo para o ressurgimento da Lapa de outrora, considera-se o “Rei da Lapa” contemporâneo, e com seus seguidores espera disseminar a ideia da volta da malandragem. Por outro lado, ao enveredar-se por esse caminho, afastou-se do seu lugar primaz enquanto passista que é a Escola de Samba e em 2014 não desfilou pela sua agremiação carnavalesca, mas foi homenageado como destaque num carro alegórico do GRES Curicica, representando o orixá EXU.

A partir dessas apresentações aparentemente despreziosas, Celynho Show suscita, provoca e encontra novas possibilidades de trabalho com a dança do samba. Esporadicamente é convidado para se apresentar em shows na Lapa, em clubes e festas particulares.

Essas indefinições e inconstâncias fazem parte da carreira do sambista. A escola de samba é um universo artístico institucionalizado, no qual muitas carreiras se ligam em múltiplas rotas, caracterizadas por um objetivo específico, mas com meios operacionais difusos. Carreiras como as de passistas, carnavalescos, ritmistas, artesãos, compositores, agregam-se em torno de uma ação coletiva. Isto significa dizer que esses artistas integram de modo articulado redes singulares de cooperação de modo a constituir o mundo carnavalesco da arte, específico das escolas de samba, mas que não se restringe a elas (GONÇALVES, 2010). No caso dos passistas, e extrapolando para o mundo mais amplo do carnaval, o modo de dançar, o espaço que essa dança ocupa na vida de cada sujeito, as relações que ele empreenderá a partir dela, diferenciarão as carreiras no mundo do samba.

## Conclusão

De acordo com os estudos realizados, verificou-se que os passistas não se originaram dos malandros. Passista é um segmento da instituição escola de samba, juntos formam uma ala



com componentes que dominam as técnicas da dança do samba. Malandro é o sujeito que exerce a malandragem, uma atitude humana ante o mundo. No Rio de Janeiro, nos anos 30, as composições de samba exaltavam o malandro numa exaltação da “vadiagem” ao mesmo tempo em que criticava a exploração da força de trabalho. Compor e comercializar música não era considerado trabalho nem mesmo pelos compositores da época, o que uniu a figura do sambista à do malandro, mas nem todo sambista é passista e nem todo passista é malandro.

Nas escolas de samba, a adoção do personagem para os passistas masculinos parece ter sido a forma encontrada para se reprimir as expressões corporais dos componentes homossexuais e homogeneizar esteticamente a ala. A relação dos passistas malandros com a entidade mítica Zé Pilintra foi citada por apenas 2 dos 10 entrevistados, demonstrando a pouca relevância dessa fundamentação.

O que foi unânime nas falas dos entrevistados foi a necessidade de se expressarem corporalmente através do samba, de serem identificados ideologicamente com a malandragem, o desejo de viverem da dança, de se tornarem profissionais de um ofício que lhes proporciona um imenso prazer e de serem reconhecidos e remunerados como artistas.

### **Referências Bibliográficas**

- BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. Editora Perspectiva, São Paulo, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. Cia. Das Letras, São Paulo, 1987.
- DURST, Rogério. Madame Satã: com o diabo no corpo. Brasiliense, São Paulo – SP – 1985.
- GONÇALVES, Renata de Sá. A dança nobre do carnaval. Ed. Aeroplano, Rio de Janeiro, 2010.
- GOTO, Roberto. Malandragem revisitada: uma leitura odeológica da dialética da malandragem. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- JÓRIO, Amauri; ARAÚJO, Hiram; Escolas de Samba em desfile: vida, paixão e sorte. Rio de Janeiro, 1969.
- LEITE, Rogério Proença. Contra usos e espaço público: notas sobre a construção social nos lugares na Manguetown.



MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.  
RAINHO, Hélio Ricardo. Construção por Arquétipos dos Passitas Masculinos de Escolas de Samba. (2014) não publicado.

REGO, José Carlos. Dança do Samba: exercício de prazer. Aldeia, Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, Nilton Silva dos. A arte do efêmero: carnavalescos e mediação cultural no Rio de Janeiro. Apicuri, Rio de Janeiro, 2009

JOSÉ, Carlos Alberto Direito. A revitalização cultural da Lapa - RJ: uma análise da (re) estruturação espacial

VARES, Sidnei Ferreira de. A importância das corporações profissionais no pensamento político de Émile Durkheim. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.10. N°4 (2010).



## A BUSCA PELA REELABORAÇÃO DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS EM *ELENA*

RODRIGUES, Rejane Lopes

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*  
*lopes.rejane@gmail.com*

20

### RESUMO

A partir do filme *Elena* (Petra Costa, 2013), colocamos a seguinte questão: até onde podemos utilizar o fazer cinema como instrumento de reelaboração criativa de memórias traumáticas? Ao vivenciar alguma experiência dolorosa e de grande intensidade emocional, o sujeito pode produzir resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Diante de tal situação, surge a necessidade da construção de uma memória criativa, onde o sujeito precisa assumir um papel ativo-reflexivo e significar o vazio produzido pela experiência traumática. Partindo de um movimento de audiovisualização da cultura sem precedentes e da concepção de memória do filósofo Henri Bergson, tentaremos mostrar de que forma a diretora Petra Costa buscou sublimar as angústias da existência causadas pela morte da irmã a partir da feitura do documentário em questão.

**Palavras-chave:** Cinema; Psicanálise; Memória.

### ABSTRACT

Based on the film, *Elena* (Petra Costa, 2013), we pose the following question: to what point can filmmaking be used as an instrument for the creative working through of traumatic memories? When a subject goes through a painful and very emotionally intense experience, they may respond with resistance and displacement in their attempt to work through it. In this situation, there arises the need for the construction of a creative memory, where the subject needs to take on an active reflective role and signify the void produced by the traumatic experience. Starting out with the unprecedented audio-visualization of culture and the conception of memory proposed by philosopher Henri Bergson, we will attempt to show how filmmaker Petra Costa tried to sublimate the existential anguish caused by the death of her sister by making the documentary in question.

**Key-words:** Film; Psychoanalysis; Memory.



## INTRODUÇÃO

O conceito de trauma é bastante antigo e significa “ferida no tecido humano”. Com o tempo, tal dano deixa de ser entendido somente como uma ruptura no tecido humano e se converte também em uma ferida do tecido nervoso, uma lesão não visível, que só pode ser percebida por seus sintomas, condutas estranhas e memórias involuntárias e dissociadas. Neste momento, aparece o termo “memória traumática” para referir-se aos modos em que o corpo recorda, involuntariamente, eventos de muita intensidade e dificuldade emocional.

A ideia de trauma só ganha a especificidade que buscamos com a formulação e descrição do inconsciente, o que explica a importância da Psicanálise para o posterior desenvolvimento desta ideia. Freud afirma que o trauma constitui a resposta do organismo a algo que ocorre de maneira tão repentina que não é completamente assimilado pelo sujeito. Desta forma, o ego se vê na necessidade de repetir a experiência através de pesadelos, ou ações conscientes ou inconscientes com o objetivo de conhecer e reduzir o domínio da experiência traumática. A intensidade emocional e dolorosa associada à memória do fato ocorrido produz resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Quando não há a devida resignificação em relação aos fatos ocorridos, tem-se a depressão causada pelo vazio de sentido.

Diante de tal situação surge a necessidade da construção de uma memória criativa, onde o sujeito precisa assumir um papel ativo-reflexivo e significar o vazio produzido pela experiência traumática. O homem diante do trauma terá que se empenhar na produção de sentido, pois só assim poderá ser o agente que produz a história pela qual se apresenta ao mundo. Este papel reconstrutivo será vital, inclusive, para que o sujeito possa, a partir da experiência traumática, significar a própria existência.

A partir de um movimento contemporâneo de audiovisualização da cultura sem precedentes, colocamos a seguinte questão: até onde a reelaboração criativa das memórias traumáticas é possível através do fazer cinema? O cinema não apenas transformou a maneira como se dá a criação, mas também a maneira como os seres humanos percebem a realidade. Desta forma, a cinematografia é uma ferramenta expressiva elástica, uma contínua incorporação e abertura de possibilidades expressivas. O cinema não é apenas uma ferramenta cultural, mas cultura, no sentido de cultivo e fonte, donde provém um leque imenso de possibilidades vivas: possibilidades de pensamento, de afecção, de expressão e de reflexão.





Além de estabelecerem uma nova linguagem, as mídias audiovisuais também possuem a característica de servir como suportes materiais para a memória cultural e também para a memória individual de cada um. Cada memória individual é hoje em dia cercada de um conjunto de mídias tecnológicas de memória que borram a fronteira entre os processos intra e extrapsíquicos. Através do cinema a memória passa a valer como uma possibilidade de reconstrução das recordações. No caso das memórias traumáticas, esse poder especial de memorização passa a ser ainda mais importante.

Como instrumento para pensarmos esta questão, utilizo o filme *Elena* (Petra Costa, 2013). Narrado pela diretora, o filme reconstrói a trágica trajetória da irmã Elena, que viaja para Nova York para ser atriz no início da década de 1990. Lá, ela entra em depressão e se suicida, gerando uma memória traumática em Petra. Doze anos mais tarde, Petra também se torna atriz e vai para Nova York em busca da reelaboração desta memória traumática. Através de filmes caseiros, recortes de jornal, diários e cartas antigas, ela constrói um ensaio poético e também busca uma redenção para si mesma. Em entrevista para um programa de televisão, Petra afirma que buscou não só refazer os passos de Elena, como também reencontrar o próprio caminho. Nascida em uma família onde o suicídio apresentou-se como uma ideia sempre presente, ela afirma ter encontrado na arte uma estratégia para sublimar as angústias da existência.

## MEMÓRIA E TRAUMA

A concepção de memória que irá nortear o nosso trabalho será a do filósofo Henri Bergson que, no século XIX, vai contra o determinismo cientificista da época e funda um pensamento calcado na liberdade do sujeito. Em primeiro lugar, ele afirma que a realidade é composta por “imagens em movimento”. E o que seriam essas imagens em movimento? Ultrapassando o impasse estabelecido entre o idealismo e realismo, ele concebe a realidade enquanto expressão de imagens-móveis se propagando ao infinito. Para ele, as imagens são reais e a consciência não possui o poder de engendrar representações. As imagens não estão na consciência, mas sim no mundo, e agem e reagem umas sobre as outras e em todas as direções. Desta forma, a sua concepção de matéria é dinâmica, uma matéria fluente onde o movimento se apresenta como dado imediato. E como dado imediato, também indivisível, contínuo e heterogêneo.

Aliás, para Bergson, matéria, imagem e movimento constituem uma única e mesma realidade.



Com efeito, vêmo-nos diante de um mundo onde a matéria se confunde com um conjunto de imagens móveis, mundo em que o real material nada mais é que uma multiplicidade de imagens-movimento; mundo que é pura mobilidade, onde as imagens não se distinguem do movimento que executam ou que recebem, não havendo nenhum móvel por debaixo do que se movimenta, como tampouco matéria oculta para além do que aparece. Há tão somente o que aparece, ou seja, um conjunto de imagens que já são imediatamente movimento. (MACIEL: 1997, p. 23)

Na imediatez perceptiva não apenas o movimento é indivisível, mas também o tempo. O tempo que o movimento implica é tão contínuo quanto ele e será chamado, na linguagem bergsoniana, de duração. Assim, o plano material, como movimentos extensivos se propagando ao infinito, deve ser compreendido dinamicamente. Em constante mutação, ele seria um plano que expressa uma totalidade essencialmente aberta, tendo como característica fundamental a mudança.

A matéria viva, por sua vez, em nada se diferenciaria da matéria não viva, já que em seu aspecto material, apresenta-se também como transmissora de movimento. No entanto, uma diferença se faz patente: o corpo vivo parece escolher, em certa medida, a maneira de devolver o que recebe, já que as imagens não vivas agem e reagem automaticamente. Desta forma, toda escolha, enquanto hesitação, pressupõe ação e reação mediadas por um intervalo. Eis a diferença: as imagens vivas no mundo material, onde tudo reage sobre tudo imediatamente, comportam um intervalo de movimento. E é justamente este intervalo de tempo que coincide com a subjetividade. A consciência pode ser identificada como o “intervalo de indeterminação”, ou seja, o lapso entre o estímulo e a resposta. Por isso, quanto maior é o intervalo, maior é a liberdade do sujeito.

Parece-me, pois, verossímil que a consciência, originalmente imanente a tudo o que vive, se entorpece quando não há mais movimento espontâneo e se exalta quando a vida se apoia na atividade livre. (...) Quais são, por outro lado, os momentos em que nossa consciência atinge maior vivacidade? Não são os momentos de crise interior, em que hesitamos entre duas ou várias opções, quando sentimos que nosso futuro será o que dele tivermos feito? (BERGSON: 1974, p. 80)

É em função desta indeterminação que o privilégio humano se evidencia: o homem é, segundo Bergson, o que apresenta uma consciência mais intensa por ser o vivo mais indeterminado e, conseqüentemente, o mais capaz de introduzir no mundo ações criadoras. Mas o que seria exatamente esta consciência? Para ele, consciência significa primeiramente memória. A consciência é o traço de união entre o que foi e o que será, uma ponte entre o passado e o futuro.

(...) consciência significa primeiramente memória. À memória pode faltar amplitude; ela pode abarcar apenas uma parte ínfima do passado; ela pode reter apenas o que acaba de acontecer; mas a memória existe, ou então não existe consciência. (...) Toda consciência é, pois, memória – conservação e acumulação do passado no presente. (BERGSON: 1974, p. 77)



A vida se empenha desde o começo em conservar o passado e antecipar o futuro numa duração em que passado, presente e futuro penetram um no outro e formam uma continuidade indivisa: esta memória e esta antecipação são, como vimos, a própria consciência. O espírito, então, será concebido como variação: fluxo contínuo de tempo, onde momentos se penetram uns nos outros. Ele seria um movimento de diferenciação que avança evolutivamente, retendo os momentos presentes para transformá-los em experiência passada. Ao mesmo tempo, com a totalidade do passado, o espírito vai imprimindo no presente a sua marca, modificando-o a cada instante. Nesse sentido, o espírito deve ser compreendido como uma força contraente e cumulativa de todas as excitações oriundas do mundo material. Contraí as excitações que contempla e, ao contraí-las, funde-as numa qualidade distinta. A duração, enquanto coextensiva à subjetividade, isto é, identificada ao espírito, apresentar-se-á como uma síntese intratemporal.

Desta forma, haveria uma distinção de natureza entre imagem percebida e imagem-lembrança. A imagem-lembrança, segundo Bergson, seria uma atualização da lembrança pura, já que esta não é conservada pelo cérebro. Como o cérebro pertence ao plano material, pode atualizar as lembranças quando os interesses práticos assim o exigirem, mas não detém o poder de armazená-las. Isto quer dizer que o passado não se conserva e não pode ser pensado como um ser em si. O passado em geral não é aquilo que se forma depois de os presentes terem passado, mas o elemento que confere a estes presentes, a marca passada. Logo, ao invés de ser posterior a tais presentes, o passado é seu contemporâneo. Isto nos permite dizer que a teoria bergsoniana admite dois tipos de realidade coexistindo: a atual e a virtual. E nesta totalidade concebida como uma gigantesca memória cósmica em uma totalidade temporal, o presente pode ser concebido como a ponta mais contraída do passado. As imagens-lembrança coexistem com as imagens presentes porque estão sempre sendo atualizadas.

Como já vimos, a subjetividade é fundamentalmente memória sob dois aspectos: enquanto contraí uma pluralidade de momentos presentes tornando-os passados, e enquanto contraí a totalidade do passado no presente avançando em direção ao porvir. Neste caso, a compreensão do tempo para Bergson passa a ser completamente distinta do senso comum: a duração deixa de ser definida pela sucessão e passa a sê-lo como coexistência.

Quanto maior a porção de passado que adere a seu presente, tanto mais pesada será a massa que ele joga no futuro para comprimir as eventualidades que se preparam: sua ação, semelhante a uma flecha, dispara com tanto mais força para a frente quanto mais sua representação estava vergada para trás. Ora, vejamos como nossa consciência se comporta diante da matéria que percebe: justamente, em um só de seus instantes, ela abarca milhões de estimulações que são sucessivas para a matéria



inerte, e das quais a primeira apareceria à última como um passado infinitamente longínquo, se a matéria pudesse recordar. (BERGSON: 1974, p. 82)

Este todo seria as contrações de um tempo único e impessoal, atualizações-criações. O que faz a existência uma perpétua novidade passível de elaborações e reelaborações. Concepção esta fundamental para pensarmos uma memória não estática e criativa.

No entanto, Bergson não pensa a questão do trauma. Isto porque trauma é ruptura no fluxo do tempo e para ele, como já vimos, o tempo é um fluxo contínuo. Para analisarmos a memória relacionada ao trauma, iremos recorrer aos conceitos e teorias da Psicanálise. Segundo Francisco Ortega (2011), o conceito de trauma é bastante antigo e remonta do grego *traumat*, que significa “ferida no tecido humano”. No século XVIII, aparece em vários textos médicos em francês e inglês para designar uma ferida em um tecido vivo causado por um agente externo. Pouco a pouco o seu uso se generaliza, com este sentido técnico que ainda preserva a medicina contemporânea. No entanto, as investigações médicas sobre o sistema nervoso durante o século XIX, iniciaram os estudos sobre o impacto das emoções no comportamento humano. Gradualmente o dano percebido deixa de ser entendido somente como uma ruptura no tecido humano e se converte também em uma ferida do tecido nervoso, uma lesão não visível, que só pode ser percebida por seus sintomas, condutas estranhas e memórias involuntárias e dissociadas. Nesta mesma época aparece o termo “memória traumática” para referir-se aos modos em que o corpo recorda, involuntariamente, eventos de muita intensidade e dificuldade emocional. A ideia de trauma só ganha especificidade justamente com a formulação e descrição do inconsciente, o que explica a importância de Sigmund Freud e da Psicanálise para o posterior desenvolvimento desta ideia.

Freud inicia os seus estudos fazendo uma análise do sistema nervoso. Ele parte do princípio de que os neurônios criam canais a partir de estímulos internos e externos construindo, desta forma, a nossa memória. Esses caminhos facilitam o escoamento da energia psíquica, fazendo com que as respostas aos estímulos tendam aos mesmos caminhos ou às mesmas respostas. Essa repetição seria uma doença da memória: o caminho viciado que chamamos de neurose. A neurose se expressa através de determinados sintomas, reduzindo os danos de estímulos que não conseguem ser elaborados. O sintoma seria justamente o melhor caminho que o sujeito encontra para lidar com as suas experiências traumáticas, tendo um sentido inconsciente. Jamais se constroem sintomas a partir de processos conscientes e tão logo esses processos se tornem conscientes, devem desaparecer. Desta forma, faz-se necessário a busca de novos caminhos para a reelaboração das memórias



traumáticas e, conseqüentemente, a construção de novos caminhos para o escoamento da energia psíquica.

Segundo o próprio Freud (FREUD: 1976), o termo ‘traumático’ não tem outro sentido senão o econômico. Ele deve ser aplicado a uma experiência que acrescenta à mente um estímulo excessivamente poderoso para ser elaborado de maneira normal. Este tipo de experiência certamente resulta em perturbações permanentes da forma como a energia psíquica passa a operar.

As neuroses traumáticas dão uma indicação precisa de que em sua raiz se situa uma fixação no momento do acidente traumático. Esses pacientes repetem com regularidade a situação traumática, em seus sonhos; onde ocorrem ataques histeriformes que admitam uma análise, verificamos que o ataque corresponde a uma completa transportação do paciente para a situação traumática. É como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada; e levamos muito a sério esta impressão. Mostra-nos o caminho daquilo que podemos denominar de aspecto *econômico* dos processos mentais. (FREUD: 1976, p. 325)

## O CINEMA E A REELABORAÇÃO DAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS

O processo de elaboração das memórias traumáticas não é uma tarefa simples. Freud afirma, como já vimos, que o trauma constitui a resposta do organismo a algo que ocorre de maneira tão repentina que não é completamente assimilado pelo sujeito. Desta forma, o ego se vê na necessidade de repetir a experiência através de pesadelos, ou ações conscientes ou inconscientes com o objetivo de conhecer e reduzir o domínio da experiência traumática. A intensidade emocional e dolorosa associada à memória do fato ocorrido produz resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Desse modo, a memória traumática opera como um corpo estranho dentro do paciente. Quando não há a devida resignificação em relação aos fatos ocorridos tem-se a depressão causada pelo vazio de sentido.

Na fratura daí tem-se a adesão às soluções tóxicas e a recorrência impensada aos objetos de consumo, mas sem mediação da memória, visto que o cenário atual impõe ao sujeito não pensar: deve apenas apropriar-se do objeto de consumo e descartá-lo, pois, o lançamento traz o decreto da sua saída de circulação. Assim, não há mais garantia do recurso aos registros mnêmicos para significar a experiência. Nesse novo cenário, que meios o homem dispõe para transformar suas vivências em relatos de experiências a serem utilizados no confronto com situações da ordem do inominável? (FARIAS: 2008, p. 32)



É através da memória que podemos acessar os eventos ocorridos em outras épocas. Mas, na prática, esse mecanismo não é tão simples, já que aspectos são acrescentados ou retirados dos fatos durante o processo de recordação. Assim, temos um tempo para a elaboração psíquica que não reproduz o fato ocorrido, mas ganha novos contornos em razão da formação de um intervalo intransponível entre o evento, geralmente de natureza traumática, e o surgimento do sintoma. E é justamente essa dessimetria entre o fato ocorrido e a lembrança construída acerca desse fato que Freud vai designar através do conceito de “a posteriori”. Em *Memória Social e temporalidade retroativa*, Francisco Ramos Farias (2012) afirma que o trauma é uma lembrança de um vazio de significação, uma experiência para o qual não haveria possibilidade de representação. Desta forma, o valor traumático de uma experiência não pode ser pensado em relação ao fato ocorrido, mas à lembrança elaborada posteriormente acerca deste fato. Há, sem dúvida alguma, uma defasagem entre rememoração e construção de uma história.

A memória é algo que deve ser concebido como um texto a ser decifrado e, como vimos no pensamento de Bergson, a ser reelaborado. Essa construção, numa temporalidade posterior, deve ser lida como uma lacuna referente ao resto de uma experiência que escapou à ordem da compreensão, principalmente no que se refere aos eventos traumáticos.

A memória seria a propriedade definível da substância viva e se desenha às custas do que é narrado sendo, por isso, somente integrada parcialmente à história, pois permanece como uma incógnita em torno da qual as associações (lembranças) são construídas.

(...)

A estrita vinculação do conceito de “a posteriori” com o conceito de memória nos faz pensar que uma lembrança não concerne exclusivamente ao passado. (FARIAS: 2012, p. 18)

Desta forma, o sujeito assume um papel ativo-reflexivo, e é capaz de significar o vazio produzido pela experiência traumática. O homem diante do trauma terá que se empenhar na produção de sentido, pois só assim poderá ser o agente que produz a história pela qual se apresenta ao mundo. Este papel reconstrutivo será vital, inclusive, para que o sujeito possa, a partir da experiência traumática, significar a própria existência.

E de que forma a arte cinematográfica poderia contribuir no processo de elaboração destas memórias traumáticas? No caso específico do nosso trabalho, iremos analisar de que forma o “fazer cinema” pode ser utilizado como instrumento para esta tão desejada reelaboração. Afinal, a





nossa sociedade contemporânea baseia-se em uma cultura centrada, sobretudo, na imagem: acelerada, vertiginosa, distorcida, ampliada e quase onipresente. É uma verve visual disseminada em outdoors, televisão, internet e cinema. Em *Sociedade excitada: filosofia da sensação* (2010), Christoph Türcke afirma que a época do surgimento da fotografia é a época da Revolução Industrial, quando um novo modelo de produção, o uso de máquinas a vapor, começou a marcar o compasso da sociedade ocidental.

A fotografia possui um efeito bruto: seu caráter de instantâneo. (...) Seus pioneiros previam com muita clareza que em breve ela deveria tornar-se um artigo de massa que penetra igualmente todas as classes sociais, o público e a esfera privada. Menos evidente era para eles em que medida o novo artigo também atuaria como uma nova forma de intuição. (TÜRCKE, 2010: 187)

Já o cinema surge no final do século XIX não apenas como a evolução técnica da fotografia, mas também como a evolução da representação do pensamento em imagens, da mobilização das imagens por um pensamento e da “produção de metáforas” para a vida, em busca de uma inteligibilidade e expressividade melhores. O cinema promove, recolhe e integra em seu âmago as diversas artes precedentes, acrescentando-lhes uma dimensão nova que o aproxima da vida. Afinal, o movimento e a temporalidade passam a ser introduzidos no fluxo das imagens, não como produto mecânico de um encadeamento de fotogramas, mas como força de organicidade e vivacidade de um pensamento.

Há, desta forma, a incorporação das novas tecnologias audiovisuais em nosso cotidiano com o tempo. Incorporamos toda uma reestruturação das funções das práticas culturais de memória, de saber, do imaginário e criação devido a um contexto social e cultural que não se restringe mais à produção de narrativas orais e escritas, mas que também se apresentam através de imagens e sons. É justamente neste novo contexto cultural em que os indivíduos são progressivamente inseridos desde que nascem. Isso permite que vejamos o mundo de “outra forma”, com outros parâmetros narrativos, agora mais ancorados na visualidade.

Walter Benjamin em *O narrador* (1994) nos ajuda a perceber que as novas formas de percepção expressam-se num *sensorium* diferente em razão da técnica, das novas tecnologias, e mostra o quanto é necessário considerar que as mudanças no espaço da cultura transformam as experiências dos sujeitos, interferindo nos seus modos de produzir cultura. Vemos que os sentidos nas sociedades contemporâneas se organizam cada vez mais a partir das imagens, que exercem o papel de grandes mediadores entre sujeito e cultura. De fato, a imagem audiovisual não só assegura





formas de socialização e transmissão de informações, como também faz parte da nossa prática social e cultural. Estamos vivendo uma audiovisualização da cultura sem precedentes.

Hoje, as narrativas audiovisuais não são uma complementação da mensagem escrita, do texto como é tradicionalmente entendido. No século XXI, o homem jamais seria o que é se não tivesse entrado em contato com a imagem em movimento. O cinema não apenas transformou a maneira como se dá a criação, mas também a maneira como os seres humanos percebem a realidade. Desta forma, a cinematografia é uma ferramenta expressiva elástica, uma inesgotável geradora de metáforas, para um pensamento que deseja mover-se e expressar mais, que é essencialmente “movimento crítico”. Uma contínua incorporação e abertura de possibilidades expressivas. O cinema não é apenas uma ferramenta cultural, mas cultura, no sentido de cultivo e fonte, donde provém um leque imenso de possibilidades vivas: possibilidades de pensamento, de afecção, de expressão e de reflexão.

Partindo da importância que a linguagem audiovisual alcançou na contemporaneidade, podemos pensar o processo que levou a cineasta Petra Costa a reelaborar suas memórias traumáticas ao construir o documentário *Elena* (2013). O filme, como já vimos, é narrado pela diretora e reconstrói a trágica trajetória da irmã Elena, que viaja para Nova York para ser atriz no início da década de 1990, deixando para trás uma infância passada na clandestinidade durante a ditadura militar e Petra, então com apenas sete anos de idade. Lá, ela entra em depressão e se suicida, gerando uma memória traumática na irmã. Duas décadas mais tarde, Petra também se torna atriz e vai para Nova York em busca da reelaboração desta memória traumática. Reestrutura-se a si própria a partir da reelaboração da história da irmã.

Em uma definição mais simplista sobre o que vem a ser o gênero documentário, podemos afirmar que este se caracteriza por “uma montagem cinematográfica de imagens visuais e sonoras dadas como reais e não fictícias. O filme documentário tem, quase sempre, um caráter didático ou informativo, que visa, principalmente, restituir as aparências da realidade, mostrar as coisas e o mundo tais como eles são” (AUMONT; MARIE: 2003, p. 86). No entanto, as fronteiras entre o filme documentário e o filme de ficção (ou de criação), não são tão estanques assim. Quando pensamos em um filme como *Elena*, basicamente construído a partir de fragmentos de memórias, esta questão torna-se ainda mais importante. Isto porque não importa o que seja feito, mas um filme sempre estará no tempo presente. Como já vimos, a lembrança é sempre um trabalho, e os sonhos do presente desempenham aí um papel tão grande quanto os fatos verdadeiros desaparecidos para



sempre. Se o passado é sempre criação, ele conta mais pelo que fazemos com ele do que por que ele aconteceu realmente.

Outra questão que não podemos deixar de analisar é a importância dos suportes utilizados no filme. Além de estabelecerem uma nova linguagem, as mídias audiovisuais também possuem a característica de servir como suportes materiais para a memória cultural e também para a memória individual de cada um. Cada memória individual é hoje em dia cercada de um conjunto de mídias tecnológicas de memória que borram a fronteira entre os processos intra e extrapsíquicos. Sob o signo da tecnologia de armazenamento eletrônico, por outro lado, passa a valer sobre a memória o princípio de sobreescrita permanente e de uma possibilidade de reconstrução das recordações. A escrita, que acompanha a língua, armazena coisas diferentes e de maneira diferente em comparação ao que as imagens fazem. Estas, por sua vez, contêm expressões e experiências independentes da língua. Elas possuem “imagines agentes”, com um poder especial de memorização. No caso das memórias traumáticas, que fraturam o aparelho psíquico, levando a possíveis esquecimentos dos fatos ocorridos, esse poder especial de memorização passa a ser ainda mais importante.

O corpo estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder da afecção. A afecção como componente corporal das lembranças possui uma qualidade ambivalente: pode ser vista tanto como indício de autenticidade quanto como motor da falsificação. Quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência, estamos falando de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência encapsulada corporalmente, que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora. Por fim, as mídias externalizadas da memória incluem localizações que são convertidas em lugares de memória, devido a algum acontecimento de relevância religiosa, histórica ou biográfica. (ASSMANN, 2011: 25)

Desta forma, através de filmes caseiros, recortes de jornal, diários e cartas antigas, Petra Costa reconstrói a história trágica da irmã e, com isso, busca uma redenção para si mesma. Optando por uma narrativa mais poética, enfatizando associações visuais e descrições oníricas, a linguagem utilizada deixa bem claro o envolvimento afetivo com a história contada. As memórias de um passado vão sendo associadas a partir do suporte audiovisual, construindo uma narrativa quase analítica. Voltando à Freud, buscamos associar o trabalho de pesquisa dos suportes imagéticos, suportes de memória, escolhidos pela diretora e o alinhavar dado pela montagem com o trabalho construído em sessões psicanalíticas. Freud afirma que a tarefa da análise consiste em preencher todas as lacunas da memória do paciente através da linguagem falada, já que a amnésia dos pacientes neuróticos possui importante conexão com a origem de seus sintomas. Acreditamos que a



amnésia traumática de Petra foi sendo removida à medida que os suportes de memória eram utilizados para construir a sua narrativa filmica, como também para reconstruir de forma criativa o seu passado marcado por lembranças que precisavam ser transformadas.

## CONCLUSÃO

Como vimos ao longo do desenvolvimento do trabalho, a memória aqui pensada é uma memória em movimento, que está sempre sendo atualizada. A partir do pensamento do filósofo Bergson, vimos que o passado não é algo cristalizado no tempo. Segundo ele, a imagem-lembrança seria uma atualização da lembrança pura, já que esta não é conservada no cérebro. Como o cérebro pertence ao plano material, pode atualizar as lembranças quando os interesses práticos assim o exigirem, mas não detém o poder de armazená-las. Isto quer dizer que o passado não se conserva e não pode ser pensado como um ser em si, o que faz a existência uma perpétua novidade passível de elaborações e reelaborações.

Quando nos remetemos à questão do trauma, a repetição passa a determinar as ações humanas. Freud afirma que quando o sujeito vivencia determinadas experiências dolorosas de grande intensidade emocional, pode ocorrer resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Daí a doença da memória que ele chamou de neurose, um caminho viciado que gera a repetição. Segundo ele, os sintomas neuróticos referem-se a processos mentais inconscientes, onde só há a possibilidade de lhes conferir algum sentido a partir da interpretação analítica. A terapia age transformando aquilo que é inconsciente em consciente, removendo as lacunas de memórias que estão diretamente relacionadas com a origem dos sintomas. Este trabalho visa justamente ir ao encontro dessas mesmas possibilidades, só que através de outro caminho: a criação artística. Buscamos defender a ideia de que através do “fazer cinema” é possível superar o esquecimento de um acontecimento traumático e reelabora-lo de forma criativa tendo em vista a sua superação.

O filme analisado para tentarmos pensar a possibilidade acima descrita foi *Elena*, recente produção brasileira em que a diretora/narradora reconstrói a história da irmã a partir de fragmentos de memórias e, de forma indissociável, também a própria história. Assumindo um papel ativo-reflexivo, Petra Costa ressignifica o vazio produzido pela experiência traumática causada pela trágica morte da irmã. A produção artística reconstrói as lembranças muitas vezes fragmentadas e



desconexas, produzindo finalmente sentido às experiências passadas e principalmente significando a própria existência presente e futura.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. J. de. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 2004.

ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

AUMONT, J. & MARIE, M. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas: Papyrus, 2003.

BENJAMIN, W. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, H. A consciência e a vida. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

FARIAS, F. R. de. Acontecimento traumático, fraturas de memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. A. (org.). *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Memória Social e temporalidade retroativa. In: PINTO, D. de S. & FARIAS, F. R. de. (org.). *Novos apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

GAUTHIER, G. *O documentário: um outro cinema*. Campinas: Papyrus, 2011.

FREUD, S. Conferências introdutórias sobre psicanálise (1917). Conferência 18: Fixação em traumas – O inconsciente. In: *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MACIEL, A. *O todo aberto. Tempo e subjetividade em Henri Bergson*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UERJ, 1997.



TÜRCKE, C. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

ORTEGA, Francisco. *Trauma, cultura e história*. Bogotá: Lecturas, 2011.



## MÚSICA E CIDADE: BARES E NARRATIVAS DO *HEAVY METAL* NAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CUIABÁ<sup>1</sup>

BARBOSA, Iuri Gomes

*Professor do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat/Alto Araguaia). Doutorando e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT/Cuiabá)*  
*i\_b\_gomes@hotmail.com*

GUSHIKEN, Yuji

*Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT/Cuiabá)*  
*yug@uol.com.br*

34

### RESUMO

Este artigo apresenta dados parciais de pesquisa sobre a emergência e a trajetória do *heavy metal* na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, Brasil, ao reafirmar, já na segunda década do século XXI, o que na segunda metade do século XX era designado como “movimento underground” e hoje se entende no âmbito da produção independente. Tem-se como ponto de partida os bares underground, aqui compreendidos enquanto espaços urbanos associados à sociabilidade e à fruição do que se produz enquanto expressão underground. Busca-se, no modelo teórico da “comunicação como cultura” (LIMA, 2001), fazer reflexões sobre os bares underground cuiabanos, elementos espaciais das formações culturais que dão vazão à dimensão comunicacional das práticas culturais.

**Palavras-Chave:** Underground. Cidade. Cuiabá.

### ABSTRACT

This article presents the research data on the emergence and trajectory of the heavy metal in the city of Cuiaba, capital of Mato Grosso, Brazil, to reaffirm, in the second decade of this century, which in the second half of the twentieth century was designated as "underground movement" and today it is understood within the independent production. Has as its starting point the underground bars, here understood as urban spaces associated with sociability and enjoyment of what is produced while underground expression. Is sought, the theoretical model of "communication as culture" (LIMA, 2001), making reflections on underground bars cuiabanos, spatial elements of cultural formations that give vent to communicational dimension of cultural practices.

**Key-Words:** Underground. City. Cuiabá

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido no Projeto de Pesquisa “Modernização tecnológica e midiática: Imagens da cidade e demandas do cosmopolitismo” (Propeq/UFMT).



## INTRODUÇÃO

A ocupação de espaços que se tornam obsoletos no tecido urbano talvez seja o que, em alguma medida, ainda caracteriza, entre outras variáveis sociais, o sentido do “underground” na cena metaleira. A música que não é nem quer ser *mainstream* no espaço que já não é mais *mainstream* nas transformações urbanas da cidade.

Este artigo apresenta dados parciais de pesquisa sobre a emergência e a trajetória do *heavy metal* na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, Brasil, ao reafirmar, já na segunda década do século XXI, o que na segunda metade do século XX era designado como “movimento underground” e hoje se entende no âmbito da produção independente. No século passado como no atual, o movimento underground mantém como visão de mundo o estar e permanecer alheio aos circuitos de valor de troca que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo histórico. Na cena, busca-se atribuir, de modo restrito e segmentado, valor simbólico à produção musical que não necessariamente se reconhece pela chamada cultura do *mainstream* midiático e cultural, caracterizado pela produção, circulação e consumo enfaticamente comercial (MARTEL, 2012).

Por mais romântica que possa parecer essa prática, tendo em vista hoje o grande fluxo de informações veiculadas nas comunidades mundializadas, o movimento underground em Cuiabá passou da pura e simples resistência dos anos 1980 a um enfrentamento franco com os poderes instituídos na cidade, com os fluxos comunicacionais e socioculturais que atravessam a contemporaneidade em Cuiabá e outros municípios mato-grossenses no que se tem como atitude definidora do *underground*:

O *underground* [...] segue um conjunto de princípios de confecção de produtos que requer um repertório mais delimitado para o consumo. Os produtos “subterrâneos” possuem uma organização de produção e circulação particulares e se firmam, quase invariavelmente, a partir da negação do seu “outro” (o *mainstream*). Trata-se de um posicionamento valorativo oposicional no qual o positivo corresponde a uma partilha segmentada, que se contrapõe ao amplo consumo. [...] Sua circulação está associada a pequenos fanzines, divulgação alternativa, gravadores independentes etc. e o agenciamento plástico das canções segue princípios diferentes dos padrões do *mainstream*. Essa relativa proximidade entre condições de produção e reconhecimento implica um processo de circulação que privilegia o consumo segmentado. (CARDOSO FILHO; JANOTTI JÚNIOR, 2006: 18)





O início do movimento underground em Cuiabá remonta a década de 1960, com o disco *Lenha – Brasa e Bronca*, da banda Jacildo e Seus Rapazes. Na década de 1980, o rock cuiabano ganhou mais peso, tendo sua origem junto a uma feira de artesanato na Praça Alencastro – centro de Cuiabá. Músicos e entusiastas da música *pesada* (naquela época, principalmente o *thrash metal* e o *hardcore*, subgêneros do *heavy metal*) se encontravam para trocar informações sobre discos ou apenas ouvir música.

A partir de afinidades, vários jovens montavam bandas e organizavam shows, mesmo sem a estrutura hoje disponível – tanto técnica como comunicacional. Assim, o cenário musical cuiabano, especificamente a faceta ligada ao *heavy metal*, passou por transformações que influenciaram tanto nos modos táticos de atuação como na própria identidade do que hoje se chama de Movimento Underground Cuiabano.

Entende-se que tais transformações são oriundas de fatores do meio, que induzem a criação, motivando-a e modelando-a. De lá para cá, observa-se que o espírito *glocal* do rock cuiabano, que, numa perspectiva das culturas juvenis metropolitanas de Massimo Canevacci, apresenta suas diversas temperaturas, salinidades, cores e sabores (CANEVACCI, 1996, p. 25) e se espraia em discos gravados em *homestudios* que possibilitam o registro e posterior divulgação do material produzido, em especial na Internet e em shows nos espaços que abrigam a faceta musical da cultura *underground*. São nestes espaços – predominantemente bares – que o cenário musical subterrâneo em Cuiabá se constrói enquanto expressão cultural e enquanto comunicação na cidade.

Neste aspecto, o artigo busca se produzir numa perspectiva interdisciplinar, tendo como horizonte o amplo campo da comunicação. Assim, a partir da comunicação como campo do conhecimento, adota-se o modelo da “comunicação como cultura” (LIMA, 2001) que dialoga enfaticamente, embora não apenas e numa dinâmica interdisciplinar própria da origem do campo comunicacional, com disciplinas das ciências sociais.

A análise histórica crítica, necessariamente, se direciona para uma história do tempo presente, em sua atualidade, através de observação participante. Embora considere as relações de classe, dada a marginalidade econômica na qual inscreve suas narrativas, a cena metaleira precisa ser vista em sua dimensão comunitária. Neste sentido é que bares são considerados elementos espaciais das formações culturais na cidade contemporânea, dando vazão à dimensão comunicacional das práticas culturais.



No modelo teórico da “comunicação como cultura”, a definição de comunicação é “processo simbólico no qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada” (LIMA, 2001).

## **BARES UNDERGROUND: MISTURA E CRIAÇÃO**

O Cavernas Bar é hoje considerado por muitos integrantes do cenário musical cuiabano o “bar mais underground de Cuiabá”. Porém, antes de receber tal “título”, existiram na cidade outros estabelecimentos que também mantinham uma ideologia underground. Faz-se necessário ilustrar, ainda que sucintamente, essa *linha histórica dos bares underground cuiabanos*, pois estes espaços são de fundamental importância para posteriores reflexões sobre o próprio movimento underground – no que diz respeito ao segmento musical.

Os bares que abrigam as bandas underground cuiabanas podem ser entendidos como *zonas de fronteira*:

Estas zonas de fronteira, como cidades cosmopolitas, podem ser descritas como “interculturais”, não apenas locais de encontro, mas também sobreposição ou intersecção entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente. (BURKE, 2006: 73)

Como *zonas de fronteira*, os primeiros bares underground em Cuiabá se apresentavam como ponto de encontro de bandas e entusiastas, e também como alicerce na construção de algo diferente do que a cidade estava acostumada a ver – cabeludos vestidos de preto, com coturnos e *spikes*: os *headbangers*<sup>2</sup>. Soma-se a isso a postura de não buscar patrocínios, fazer tudo por conta própria. Neste sentido, tem-se conhecimento de dois bares seminais na cena em Cuiabá: o Cafuá e o Zero Metal Bar.

O Cafuá era comandado por Marcos Aurelio dos Santos (hoje tatuador e guitarrista da banda Necrosodommy) e Ricardo Dara (também tatuador) no início dos anos 2000. Funcionou primeiramente na rua Marechal Floriano Peixoto, no Centro de

<sup>2</sup> *Headbanger* é o termo usado para identificar os fãs de heavy metal e seus subgêneros. O termo faz alusão ao hábito de “bater cabeça” (*headbanging*) na cadência das músicas. Além do cabelo comprido e das roupas pretas, há outros itens que identificam um headbanger, como coletes jeans, logo de bandas de metal em jaquetas, *spikes* (“espinhos” metálicos presos em acessórios e vestimentas) e outros. No Brasil os *headbangers* são mais conhecidos como *metaleiros*, termo que ganhou projeção na primeira edição do Rock in Rio, em 1985, e que teve a participação de Whitesnake, Iron Maiden, Scorpions, AC/DC, Ozzy Osbourne e outros.



Cuiabá, e em frente a outro bar, Estrebaria (atual Gerônimo, local onde o público-alvo são ouvintes de “sertanejo universitário” e afins). Relatos contam que diariamente a polícia fazia ronda e revistava os visitantes do bar.

Após um período de atividades e shows *caseiros*, o Cafuá mudou-se para a Rua Joaquim Murтинho, ao lado da atual Associação Mato-grossense dos Transportadores Urbanos (MTU) – também no Centro da cidade. As atividades no novo endereço não duraram muito tempo, e logo o bar fechou as portas.

Assim, Eliomar Gonçalves da Silveira, mais conhecido como Max – apelido ganho em 1987 devido ao fanatismo dele pela banda mineira Sepultura, cujo vocalista era Max Cavalera – abriu o Zero Metal Bar com o intuito de suprir a falta que o Cafuá fazia aos *headbangers*. Max chegou a Cuiabá em 1992 e desde o início foi muito ativo e um dos animadores no cenário, tendo mantido por algum tempo o Zero Zine, que deu origem ao nome do bar.

O Zero Metal Bar, no estilo *do it yourself*<sup>3</sup>, era uma espécie de casa na qual a cozinha era propriamente o bar, a varanda era a entrada e as mesas de sinuca ficavam nos quartos. Além da cerveja, eventualmente era oferecida pipoca de micro-ondas. A iniciativa durou oito meses. Além de enfrentar concorrência com um bar vizinho que passou a vender cerveja R\$ 0,20 mais barata, assaltos e uso de drogas no recinto fizeram com que Max desistisse do Zero Metal Bar no início de 2004.

Após os incidentes, houve um período que não havia espaços propriamente underground em Cuiabá, em especial os que tinham como trilha sonora bandas de *heavy metal*. Em maio de 2004, num galpão aberto, Valdivino Ferreira Vilas Boas, mais conhecido como Cachorrão, abriu o Cavernas Bar na Avenida João Gomes Sobrinho, próximo ao Centro da cidade. Ele já havia morado de março a novembro de 1994 em Cuiabá, tendo participado de alguns shows locais nesse período, optou pela cidade para ser o novo *locus* do Cavernas Bar<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> O termo é muito associado ao movimento *punk*, e a tradução é “Faça Você Mesmo” – *Do It Yourself*, ou simplesmente DIY. O movimento *punk* surgiu no final dos anos 1970 na Inglaterra e nos Estados Unidos, fruto de uma insatisfação social e da própria industrialização do rock. Hoje a estética e o som cru dessas bandas acabaram virando *comodity* e são itens a mais às bandas *mainstream*. Quem segue o DIY hoje é taxado de *underground*, e tais grupos são “difíceis de encontrar” justamente por seguir essa lógica.

<sup>4</sup> Entrevista com Cachorrão:

<http://www.cuiabaunderground.com.br/entrevistas.asp?Setor=Detalhes&ID=14>. Acesso em 01 de agosto de 2014.



Ressalta-se que antes de funcionar na capital mato-grossense, o bar se manteve por dois anos e meio em Barra do Garças (550 km a oeste de Cuiabá), com o mesmo nome. A diferença é que lá os shows eram menos frequentes e os funcionários eram *free lancers* – só trabalhavam em dias de evento.

Essa diferença pode ser entendida pela própria demanda do cenário underground em Cuiabá em ter um espaço para shows e encontros diversos (mostras de zines e encontros de vinil, por exemplo). A demanda do movimento em Cuiabá era considerável, tendo em vista toda uma cronologia do rock na cidade com várias bandas oriundas de uma efervescência cultural criados a partir da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e outros espaços favoráveis à produção cultural. A atividade musical dos *headbangers* perpassava em alguma medida o cotidiano da cidade, e o Cavernas Bar parece ter cumprido a função de tornar-se um ponto de referência, assumindo a diversidade existente no âmbito do cenário *heavy metal* de Cuiabá.

A primeira locação do Cavernas Bar era a imagem personalizada do que o imaginário pode ter consagrado como a ideia de um *ambiente underground*: escuro, sem decoração e atrativos restritos a cerveja e música. Apesar de o público, em sua maioria, ser ouvinte de *heavy metal*, Cachorrão defende a ideia que desde o início o espaço não é “um bar de metal”, e sim *underground*, podendo abrigar gêneros que vão do blues ao metal extremo, “sem modismos”. Com o tempo o bar se transformou numa espécie de *micropole*<sup>5</sup> (CANCLINI, 2008: 17) aos *headbangers*.

Foi curto o período em que o bar funcionou nesse endereço, mas suficiente para ser palco dos primeiros shows de bandas locais hoje extintas, Sedna e Hellzen, e de bandas que ainda estão ativas, como a Gorempire. Foram três shows e são poucos os registros tanto em vídeo como em foto dessa época – assim como são poucos os registros do Cafuá e do Zero Metal Bar.

Interessante notar que os registros desses espaços, entendidos aqui como *micropoles*, e em certa medida da própria cidade enquanto espaço para construção de subjetividades, dá-se apenas por relatos e escassas fotos.

<sup>5</sup> Canclini utiliza o termo ao analisar como o “futuro urbano se anuncia ao articular quatro sistemas espaciais e de redes de comunicação: a cidade da informação e do conhecimento; a do espetáculo; a do reconhecimento; e a do desconhecimento.” Ele o faz “[...] referindo esses modelos abstratos a megalópoles e cidades médias, mas tendo em conta as micropoles que elegemos para ancorar nossa subjetividade, e a ação de grupos pequenos.” (CANCLINI, 2008: 17).



Não atuamos na cidade só pela orientação que nos dão os mapas ou o GPS, mas também pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais. Dizia Luis García Montero, referindo-se a seu lugar, Granada, que “cada pessoa tem uma cidade que é uma paisagem urbanizada de seus sentimentos” (García Montero, 1972: p. 71).” (CANCLINI, 2008: 15)

Ressalta-se que a Internet só seria utilizada comercialmente no Brasil em meados da década de 1990, e seria mais acessível a uma parcela maior da população a partir da popularização da banda larga, na primeira metade dos anos 2000. Foi a partir deste cenário e do surgimento de canais como o YouTube (criado em 2005) que houve um maior fluxo de vídeos amadores dos shows locais. Soma-se a isso o difícil acesso (principalmente por conta do preço) a aparelhos que fizessem o mínimo registro fílmico ou fotográfico das apresentações das bandas locais. Em uma época que não existia *smartphone*, as memórias eram registradas em película ou simplesmente na experiência de *estar ali* naquele momento. Trata-se de uma memória social compartilhada por muitos, polissêmica em sua fruição e sentidos, e que converge para pontos em comum do que se presenciou – seja enquanto músico, administrador de bar ou público ouvinte-consumidor.

Esse rememorar acaba sendo feito, destarte, por escolhas do que deve compor a trajetória dos bares e do próprio movimento underground. Essas escolhas, também, dizem muito sobre o *futuro* do underground em Cuiabá.

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que deve conservar e do que interrogar. Há nesta escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao povir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente. (GONDAR, 2005: 17)

É a partir de algumas escolhas que se faz aqui apontamentos sobre o movimento underground cuiabano a partir dos espaços urbanos associados à sociabilidade e à fruição do que se produz enquanto expressão underground. Essa fruição e essa sociabilidade, evidente, perpassa a ideia de uma identidade coletiva, cujo processo de construção envolve imagens ou símbolos de reconhecimento do outro como a si mesmo (PERAZZO; CAPRINO, 2008).



## CAVERNAS BAR: PRODUÇÃO E AUTO-RECONHECIMENTO

No dia 13 de novembro de 2004, o Cavernas Bar muda-se para a Rua Barão de Melgaço, no Centro da cidade, entre a Avenida Isaac Póvoas e a Câmara de Vereadores. O ambiente se apresentava como um enorme galpão, sem estrutura para receber as bandas tampouco funcionar como bar. Antes de o bar ser instalado, no local funcionou um restaurante – mas que há oito anos havia fechado.

A reinauguração foi marcada por um show com alguns improvisos e pelo espírito que marca o que se convencionou a chamar de *underground* – *do it yourself* – tendo sido realizado onde hoje é a frente do bar – local onde ficavam dispostas duas mesas de sinuca. Na ocasião, duas bandas tocaram pela primeira vez: Karrascos (*trash metal*, hoje inativa) e Necrosodommy (*black metal*, que faz esporádicas apresentações). Do primeiro show em diante o Cavernas Bar foi aos poucos deixando de aparentar ser *um local underground* para apenas *abrigar o que é underground*. Mesmo que o espaço hoje ainda seja obscuro (seja pelos cartazes de filmes no teto, seja pelas ilustrações nas paredes ou pela parca iluminação), o bar não abriga apenas o público de camisa preta e cabelos compridos. Desde 2011, por exemplo, foram instaladas máquinas de cartão, uma vez que o público exigiu essa *modernização* ao estabelecimento.

O Cavernas atualmente se caracteriza como espaço para o ritual de fruição das performances de bandas locais e, em alguma medida, nacionais do cenário *underground*. A decoração e o próprio local – que não tem as nuances estéticas ou legais<sup>6</sup> de outras boates ou *pubs* da cidade – são elementos que atestam a ideia de pertencimento de quem frequenta o lugar. Por mais que o cenário como um todo possa ser visto hoje como uma *comunidade sem proximidade*<sup>7</sup> por conta de toda a articulação que é feita via redes sociais<sup>8</sup> na Internet, há ainda a necessidade premente de ter um *locus* de encontro de deliberação artística e de consumo de bens simbólicos do cenário.

<sup>6</sup> Cf. a notícia “Prefeitura só reconhece 18 casas noturnas oficialmente em Cuiabá”, publicada no dia 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Prefeitura\\_so\\_reconhece\\_18\\_casas\\_noturnas\\_oficialmente\\_em\\_Cuiaba&id=303286](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Prefeitura_so_reconhece_18_casas_noturnas_oficialmente_em_Cuiaba&id=303286)>. Acesso em 03 de fevereiro de 2013.

<sup>7</sup> Cf. nota 1.

<sup>8</sup> Perfil do Cavernas Bar no Facebook: <https://www.facebook.com/cavernascuiaba/timeline>; e do Twitter: @caverna's\_bar.





O ideal de ser *underground*, numa relação paradoxal com as benesses da modernidade, se dá de forma singular em Cuiabá e no próprio cenário musical *underground*, criando-se a partir do Cavernas Bar um processo *de produção e reconhecimento*:

É importante ressaltar que a articulação de produção e reconhecimento aqui abordada implica a identificação de estratégias empregadas nesses processos de feitura, apropriação e circulação dos objetos culturais. Assim, as práticas musicais implicam o reconhecimento dos meios de comunicação como dispositivos tecnológicos de configurações de mensagens, ligados a determinadas condições de produção e de reconhecimento dessas mensagens. “Música popular massiva/” está diretamente ligada ao formato canção e ao seu desenvolvimento a partir dos aparelhos midiáticos. Já “música pop” pressupõe uma série de valores, ligados às especificidades das condições de produção e reconhecimento das chamadas grandes gravadoras e de uma certa “acessibilidade” das temáticas e das sonoridades presentes em determinadas canções.” (CARDOSO FILHO; JANOTTI JÚNIOR, 2006: 21)

Assim como na definição de música massiva e música pop, a produção e reconhecimento do que é *underground* passa pelos espaços de circulação – que de certa forma legitimam as bandas – e por todo um cenário musical independente, que possui uma circulação afastada do que é *mainstream*. A ideia de um *locus* restrito a bandas e a todo um imaginário do que é *underground* tem fortes relações com uma experiência de espacialidade urbana. No caso específico do *underground* cuiabano, o Cavernas se afirma como espaço de memórias produzidas e memórias potenciais do cenário rocker na cidade. O bar, neste caso, afirma-se como local no tecido da cidade onde uma expressão cultural guarda fragmentos de sua memória já produzida, mas também de um processo que se pretende estender no tempo:

A memória resgata o sujeito e sua subjetividade. A rememoração de sua história de vida o reafirma como sujeito da ação, recria e reconstrói suas diferentes identidades ou possibilidades de identificações. A identidade, por sua vez, promove um processo de reconhecimento das similitudes e afirmação de diferenças que situa o indivíduo como sujeito histórico nos grupos sociais com os quais se relaciona. (PERAZZO; CAPRINO, 2008: 119)





A partir das memórias de uma *micropole* da música underground ou música independente como subcultura<sup>9</sup>, torna-se possível colocar em relação as transformações experimentadas e testemunhadas pela cidade nas bordas do Pantanal Mato-grossense e as condições urbanas de produção no campo musical, em especial do *heavy metal*.

## **CAVERNAS: UM BAR UNDERGROUND NAS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NO CENTRO DE CUIABÁ**

O Cavernas Bar fica localizado na rua Barão de Melgaço, que liga a avenida Mato Grosso (divisória do Centro com o bairro Araés) a bairros como Cidade Verde e Cohab Nova, chegando à avenida Perimetral. O bar fica precisamente entre as avenidas Isaac Póvoas e a estreita rua Ferreira Mendes, trecho do espaço urbano em que foram construídas residências com fachadas retas e já sem o estilo colonial do Centro Histórico, a poucos quilômetros dali.

Barão de Melgaço que dá nome à rua no Centro de Cuiabá era o título honorífico atribuído ao francês, nunca naturalizado brasileiro, Auguste Leverger, que desenvolveu trabalhos de cartografia em Mato Grosso, foi governador da Província e recebeu o título de barão na época do Império, oportunidade na qual descreveu que “Melgaço” referia-se a escarpas que bordeavam o rio Paraguai na região do Pantanal.

A rua Barão de Melgaço, em especial no trecho onde se localiza o Cavernas, portanto, implica numa visão urbanística que indica as transformações espaciais experimentadas pela cidade de Cuiabá ao longo do século XX, o que se anota principalmente pela linguagem das construções arquitetônicas que evidenciam as distinções simbólicas de cada época.

Embora apresente outras camadas sógnicas, com uma arquitetura que distingue um espaço urbano de outro, as residências naquele trecho da rua Barão de Melgaço registram um hábito cultivado desde o Brasil Colônia na Cuiabá de séculos anteriores: na ausência de jardins, de origem europeia, havia quintais como reinvenção e cultivo da natureza no espaço urbano.

<sup>9</sup> “Em suma, a subcultura é uma classe menor dentro de uma maior – um subgrupo não apenas social, mas também territorial, sexual, étnico, de geração, desviante etc. – que, por sua vez, pode ser outra classe para uma outra ordem ainda menor. Por isso a ideia de subcultura – em seu particular – herda todos os limites do conceito de cultura mais geral do qual é parte.” (CANEVACCI, 2005:16-17)



Nos quintais cuiabanos se cultivavam árvores adaptadas ao clima e ao solo do cerrado: exemplares exóticos, como mangueiras, e nativas ou adaptadas ao cerrado, como cajueiros, limoeiros, mamoeiros, pitangueiras, laranjeiras, bocaiuveiras, entre outras variedades.

O ambiente algo lúgubre do Cavernas, em meio a quintais não necessariamente apresentados aos frequentadores do bar, tinha ao menos uma experiência de jardinagem na Praça Rachid Jaudy, que leva o nome de imigrante árabe instalado na cidade. Na relativamente diminuta praça, cerca de 80 metros abaixo do bar, na esquina da Rua Barão de Melgaço com avenida Isaac Póvoas, uma família de origem japonesa constrói um prédio que remete à arquitetura oriental e passa a se responsabilizar pela jardinagem e manutenção do espaço.

É nesses bancos de concreto, com marca de empresas comerciais locais, que frequentadores do Cavernas, reconhecíveis no pedaço pelo uso de camisetas pretas, costumam fazer uma pausa, fumam cigarros, esperam passar o tempo e então caminham alguns metros subindo a rua Barão de Melgaço em direção ao bar.

Quase em frente ao prédio onde funciona o Cavernas nota-se uma antiga residência, cuja porta permite olhar o longo corredor que atravessa todo o imóvel e visualizar, ao fundo, uma ideia do que são os quintais cultivados na Cuiabá de séculos anteriores e que de alguma maneira insistem em permanecer no espaço privados de moradores do século XXI.

Na década de 1980, a cidade que já vinha experimentando a recepção a distintos grupos de imigrantes estrangeiros desde o século XIX testemunhava a constituição multiétnica da espacialidade urbana naquele trecho da rua Barão de Melgaço.

Nesse trecho da rua Barão de Melgaço morava uma família vinda de Trípoli (capital da Líbia ou da segunda cidade do Líbano, nunca se soube com precisão), da qual o patriarca trabalhava como viajante e a matriarca, além de cultivar parreiras na varanda para cozinhar charutos, cuidava dos três filhos nascidos no Oriente e cresciam falando árabe e aprendendo o português com sotaque cuiabano. Quase ao lado havia a família de japoneses, da qual a segunda geração já era nascida em Cuiabá e frequentava a escola de língua japonesa a cerca de um quilômetro dali.

Em suas singularidades, líbios, japoneses e outros imigrantes, debaixo de mangueiras e cajueiros cada qual em seus quintais cuiabanos, tendiam a ouvir músicas



de seus países de origem em fitas cassete importadas e tocadas em aparelhos na época caracterizados por serem feitos de madeira, embora já se indicavam as novidades tecnológicas de uma ideia de portabilidade e mobilidade em equipamentos já cada vez mais leves.

Em comum, havia membros dos grupos étnicos, em geral a geração mais nova, que participavam dos carnavais de marchinhas, ouviam música popular brasileira que se difundia pelo sistema nacional-internacional de radiodifusão, divertiam-se em clubes noturnos como Sayonara e Santa Rosa, aprendiam a comer comida típica cuiabana como maria-isabel e tornavam-se torcedores do clube mais cosmopolita da cidade que é o Mixto Esporte Clube. Naquela década de 1980, rock era algo que alcançava nichos de consumo muito estrito no território brasileiro, e em Cuiabá era sinônimo mais precisamente de bandas que haviam alçado ao *mainstream* de uma cultura em processo de mundialização, embora com uma emergente produção local.

A cuiabania, formada também pelos cuiabanos descendentes de estrangeiros, passa a morar nos bairros que foram se expandindo do Centro Histórico para o Centro mais amplo, até chegar num momento em que o Centro em geral passa também a tornar-se “antigo” na relação de construção de novos bairros a partir de seu entorno geográfico. É nesta condição histórica que o trecho da rua Barão de Melgaço, onde se situa o Cavernas, passa a ter uma condição de marginalização, na medida em que no capitalismo histórico e o crescimento da cidade faz com que as regiões centrais, nas cidades, passem a ganhar conotação de lugar antigo, logo em desvalorização como espaço comercializável na modernização capitalista que exige sempre a produção do “novo”.

Ante a desvalorização econômica, a atribuição de valor simbólico se revitaliza na medida em que novos atores sociais atribuem distintos sentidos ao espaço antes ocupado pela população cuiabana de origem estrangeira. A ocupação daquele trecho nos dias de hoje aponta para novos usos do espaço urbano, o que inclui o funcionamento de entidades trabalhistas (Sindicato de Professores), oficinas de tatuagem e mesmo um bar destinado ao público de rock, que é o Cavernas Bar. É neste processo de transformação urbana que a espacialidade ocupada pelo Cavernas dota-se de sentido simultaneamente simbólico, mas também econômico, considerando que o bar busca ser minimamente



autossuficiente como negócio e o negócio com sua singularidade de espaço cultural no Centro que se transforma.

Na década de 1990, a expansão do perímetro urbano de Cuiabá se deu com a abertura de novos bairros em direção às regiões norte e sul, principalmente, com o Centro começando a perder suas funções urbanas que até então lhe eram privilégio, principalmente com relação a função residencial, tornando-se um espaço mais comercial, embora novas centralidades nos bairros periféricos tenham atraído comércio de bens e serviços.

Os serviços começaram a se expandir para a periferia, numa relação de crescimento que ainda atribuía ao Centro a condição de irradiar uma ideia de desenvolvimento e complexidade urbana. Porém, foi nesta década que o deslocamento de parte da população para bairros mais novos passa a formar novas centralidades, entre elas a Morada da Serra (mais conhecida como CPA, região Norte) e Tijucal (região Sul). O Centro começou a deixar de ser bairro residencial para ceder espaço a novos negócios comerciais e de serviços na medida em que vias arteriais, como avenida Fernando Correa, Rubens de Mendonça, FEB e Perimetral permitiram o escoamento mais ágil da frota de automóveis que passou a rodar na cidade.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal de Vereadores se instalou no prédio a cerca de cem metros do Cavernas, já na quadra acima, que até então abrigava a Assembleia Legislativa, mesmo local que na época do Império era lugar de açoite de escravos e que passou no Brasil republicano a sediar eventos de touradas no Campo d'Ourique. Assim, o *heavy metal* se instala nas vizinhanças do Poder Legislativo, primeiro estadual e agora municipal, tornando-se uma espécie de ruído na ordem institucional local e promovendo uma nova camada sígnica que constitui aquele pedaço do espaço urbano já na passagem do século XX ao século XXI.

Se os estrangeiros – libaneses ou japoneses – eram o Outro que se instalava na rua Barão de Melgaço, até tornarem-se cuiabanos ou com eles se confundirem no que veio a ser a “cuiabania”, o *heavy metal* torna-se esta alteridade sonora que passa a constituir novos sentidos artísticos e culturais ao Centro da cidade.

Em 2014, ao completar dez anos de instalação e funcionamento no Centro, hoje espaço de trânsito, mais que de permanência, o Cavernas ganha, ele próprio, a condição de um espaço de fluxos: o bar, instituição no cotidiano da cidade, torna-se um lugar de



socialidade no dia a dia e também condição de circulação de informações musicais do *heavy metal*.

O bar é um espaço privado que, ao servir de espaço de socialidade, proporciona reinventar o espaço público, no qual bandas em atividade na cidade se apresentam para um público específico e apreciador de *heavy metal*, mas, em alguma medida, também torna-se espaço de circulação de bandas de outras cidades e outros estados do país, promovendo na cena roqueira um fluxo de informações musicais constituintes também do que pode ser um pedaço da cidade em sua relação com outros fluxos exteriores.

Ao ocupar o espaço que deixa de ser residencial, os frequentadores do Cavernas em alguma medida participam do processo de gentrificação do Centro da cidade, movimento que busca revitalizar os espaços através da ocupação pela sociedade civil em busca de oportunidades de moradia, mas também em busca de espaços onde as artes e as práticas culturais ganhem também morada.

## CONSIDERAÇÕES

Os bares respondem pelos espaços boêmios em Cuiabá, notadamente a partir do momento em que escritores como Silva Freire faziam do Bar Internacional, no Centro, um ponto de encontro para confabulações poéticas e políticas. Nos dias de hoje, os bares na cidade continuam sendo espaços de circulação de informações musicais, embora a imagem mais comum destes estabelecimentos esteja ligada à atividade comercial (em perspectiva econômica).

A itinerância dos bares de rock pela cidade denota a fragilidade comercial destes empreendimentos, mas a resistência do gênero musical em bares na cidade pode ser reveladora da potência geradora de novas gerações de roqueiros que agregam-se ao movimento ainda hoje considerado underground.

Bares como o Cavernas parecem sustentar o sentido já proposto na segunda metade do século XX de que o underground musical daria conta de bastar-se a si próprio, como mundo alternativo em meio à hegemonia de um mundo caracterizado pelo pensamento liberal e pela economia de mercado. Mas talvez o rock, como produto musical e midiático do século XX, carregue esta paradoxal existência de ser simultaneamente produto das liberdades individuais em meio às pressões da modernização ocidental e capitalista em países como o Brasil.



No cerrado mato-grossense e já nas bordas com o Pantanal, a experiência urbana da cidade de Cuiabá registra as transformações a que a cidade se expõe no desenvolvimento do capitalismo histórico, que atribuiu a Mato Grosso como unidade da federação brasileira a função de produtora e fornecedora de matéria-prima vegetal para a economia globalizada.

A itinerância dos bares musicais pelo espaço urbano pode ser também dado indicador da obsolescência dos prédios e as novas funcionalidades a eles atribuídas historicamente na tessitura da cidade.

O funcionamento do Cavernas Bar, no Centro, torna-se um indicador dos processos de transformação urbana experimentados na cidade de Cuiabá, que testemunha uma forma não governamental de revitalização das áreas centrais na medida em que atividades musicais como a da cena roqueira passam a ocupar espaços deixados por um urbanismo que tende a migrar para as periferias.

A ocupação de espaços que se tornam obsoletos no tecido urbano talvez seja o que, em alguma medida, ainda caracteriza, entre outras variáveis sociais, o sentido do “underground” na cena metaleira. A música que não é nem quer ser *mainstream* no espaço que já não é mais *mainstream* nas transformações urbanas da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento**. In: A cultura pela cidade. Teixeira Coelho (org.). São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008, p. 15-31.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos: explorações das hibridações culturais**. São Paulo: Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_. **Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século: A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.



GONDAR, Jô. **Quatro proposições sobre memória social**. In: O que é memória social? Jô Gondar e Vera Dodebei (orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 11-26.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: Teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTEL, Frédéric. **Mainstream: A guerra global das mídias e das culturas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PERAZZO, Priscila Ferreira; CAPRINO, Mônica Pegurer. **Possibilidades da comunicação e inovação em uma dimensão regional**. In: Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas. Mônica Pergurer Caprino (org.). São Paulo: Paulus, 2008, p. 111-126.

PINHO, Rachel Tegon. **Cidade e loucura**. Cuiabá: Central do Texto/EdUFMT, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECCHI, Bernardo. **A cidade do Século Vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SIQUEIRA, Elizabeth (*et ali*) (orgs.). **Cuiabá: De vila a metrópole nascente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

WILLIAMS, Richard J. **Espaço público e cultura pública: teoria, prática e problemas**. In: A cultura pela cidade. Teixeira Coelho (org.). São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. Pg. 33-47





## ASSOCIAÇÕES E CASAS REGIONAIS PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - LUGARES DE MEMÓRIA

OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de

*Estudante de doutorado no Programa de Pós Graduação em Memória Social na UNIRIO*  
*ahseixas@uol.com.br*

50

### RESUMO

Este artigo se propõe a discutir, através de um olhar interdisciplinar fundamentado pela memória social, as associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro como lugares de memória. Classificaremos, para efeito de análise, as associações como instituições de caráter nacional: Real Gabinete Português de Leitura, Liceu Literário Português, Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência e Real Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. As casas regionais, como o próprio nome já suscita, são instituições de caráter regionalizado: Casa do Minho, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e Casa do Porto. Analisaremos os processos de criação de tais instituições a partir dos diferentes períodos históricos e fluxos migratórios das quais são decorrentes, as atividades e finalidades às quais se propõem enquanto lugares de memória e sua realidade atual.

**Palavras-chave:** Associações Portuguesas, Casas Regionais Portuguesas, Lugares de Memória.

### ABSTRACT

This article intends to discuss, through an interdisciplinary point of view based on the social memory, the Portuguese associations and regional houses in the city of Rio de Janeiro as places of memory. For analyze effect we will classify the associations as institutions of national character: Royal Portuguese Office of Reading, Portuguese Literary Liceum, Royal and Meritorius Portuguese Society of Charity and Royal and Meritorius Portuguese Society Aid Box D. Pedro V. Regional houses, as its names already says, are institutions of regional character: Minho's House, Trás-os-Monets and Alto Douro's House and Porto's House. We will analyze the processes of origin of those institutions from the different historic periods and migratory flows that they are arising, their activities and goals as places of memory and their reality nowadays.

**Key-words:** Portuguese Associations, Portuguese Regional Houses, Places of Memory

### INTRODUÇÃO

Desde o início da imigração portuguesa para o Brasil, podemos observar diferentes fluxos migratórios para estas terras motivados por diferentes variáveis. Para a análise destas correntes migratórias e suas influências no processo de criação das associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro, e suas funções como lugares de memória, efetuaremos um recorte temporal a partir da chegada da família real, em 1808, até a primeira



metade do século XX, período no qual ocorreu o maior ingresso de imigrantes portugueses nesta cidade.

Definiremos as associações como instituições de caráter nacional e nos ateremos, para efeito de análise, a quatro delas que permanecem ativas desde a sua fundação e são significativas e tradicionais na cultura e no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura (1837), Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (1840), Real Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (1863) e Liceu Literário Português (1868). Percebemos, num primeiro olhar, que todas têm em comum o fato de terem sido fundadas no século XIX época em que, devido ao grande fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil, em especial na segunda metade do século, reforçou-se o associativismo e a filantropia entre eles.

Fontes (s.d) comenta o movimento migratório e a criação das associações neste período: “É durante este século que se criam no Brasil um importante conjunto de instituições desta comunidade. Calcula-se que entre 1822 e 1900 perto de 1 milhão de portugueses do Continente e das Ilhas terão emigrado para o Brasil.” (FONTES, s.d., .1)

Com o forte fluxo migratório da primeira metade do século XX tem surgimento um novo tipo de movimento associativista, movido também pelo desejo de preservação da identidade e da memória, mas, diferentemente das associações portuguesas criadas no século anterior, agora com viés recreativo, desportivo e religioso. As casas regionais, instituições de caráter local, ligadas às tradições e costumes das regiões de onde seus fundadores advêm são criadas para estabelecer o elo de memória com a tradição e os costumes da terra natal constituindo verdadeiros lugares de memória nos quais as representações simbólicas e ritualizações portuguesas são materializadas. Um exemplo deste fato são os estatutos de algumas Casas Regionais, como a Casa Regional de Aveiro que têm artigos nos quais há datas que devem ser, obrigatoriamente, comemoradas – o aniversário de fundação da casa e a festa de Nossa Senhora da Saúde padroeira de Fermentelos, cidade de Portugal de onde são originários seus fundadores.

Diante deste cenário fundamentaremos nossa investigação sobre as associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro num olhar baseado na Memória Social visitando alguns de seus autores como Nora, Benjamin, Comay, Dodebei, Gondar e Farias.



## 1. IMIGRAÇÃO E MEMÓRIA

Observamos, na seção anterior, que os imigrantes buscavam, através do associativismo, estabelecer o elo de memória com a tradição e os costumes da terra natal e, para isso, estabeleceram, nas associações e casas regionais, lugares de memória nos quais as representações simbólicas e ritualizações portuguesas são materializadas. Neste sentido é interessante observamos a análise de Nora (1993) quanto às funções material, simbólica e funcional dos lugares de memória:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria deles que não participou. (NORA, 1993, p. 21 e 22)

Observa-se no comentário de Nora que o autor determina três dimensões para os lugares de memória: material, simbólico e funcional. Ao analisarmos os processos que culminaram com a criação das associações e casas regionais portuguesas, frutos da imigração e do desejo de preservação da memória do imigrante, observamos a presença de tais aspectos que, como Nora afirma, são sempre coexistentes.

O desejo de prosperar no “Mundo Novo” sempre nutriu o imaginário dos que pretendiam ou que realmente imigraram para o Brasil. Nogueira (1998) relata que o grande fluxo financeiro de recursos do Brasil para Portugal, “entre 1870 e 1930 foi o principal suporte para o mito da fortuna e concepção da imigração como instrumento de mobilidade social.” (NOGUEIRA, 1998, p.17).

Com relação ao aspecto mítico da memória, Dodebei (2000) afirma que:



A diferença entre o relato mítico e outros tipos de relatos, por exemplo, o literário, o histórico, pode ser evidenciada sob alguns aspectos. O primeiro deles diz respeito à autoria. O relato mítico segundo Vernant, *não resulta da invenção individual nem da fantasia criadora, mas da transmissão da memória*. Assim, o mito só vive se for contado, de geração em geração, na vida cotidiana e as condições de sua sobrevivência são, exatamente, a memória, a oralidade, a tradição. (DODEBEI, 2000, p. 67 – grifos do autor)

E a autora completa sua análise constatando que:

O mito não está fixado numa forma definitiva. Esta vai variar, sempre, em decorrência do agente – “contador de estórias”, os aedos – ou do processo, a transmissão, a qual incorpora novas analogias e abandona outras, tecendo-se, assim, um continuum formado por lembranças e esquecimentos, sempre atualizado na memória coletiva. (DODEBEI, 2000, p. 67 – grifos do autor)

O mito do enriquecimento no “Mundo Novo” a que se refere Nogueira (1998) era reforçado pelos relatos dos “Brasileiros de Torna Viagem”, portugueses que enriqueciam com a emigração e ostentavam o sucesso construindo casas suntuosas ou mesmo palacetes extravagantes. Os relatos, como memória das suas conquistas pessoais, estavam repletos de lembranças e esquecimentos e a respeito desta dinâmica, Gondar (2000) considera que:

Admitamos então que o esquecimento é necessário, não apenas para a evocação da lembrança – só lembramos porque esquecemos – mas para a própria constituição da memória. Pois uma coisa é a falha no exercício do lembrar-se – o esquecimento daquilo que já pôde configurar-se um dia como traço de memória; outra, mais fundamental, é a exclusão necessária à produção desses traços. Para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre outros estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais se tenham convertido em memória. (GONDAR, 2000, p. 36)

Nogueira (1998) apresenta uma interessante análise do processo de construção da memória do imigrante, em complementação às considerações de Gondar (2000) no tocante à dinâmica da lembrança-esquecimento:



As imagens que imigrantes portugueses e seus familiares construíram da sua experiência numa terra estrangeira estão marcadas por suas preocupações, questões e seus valores do presente. Ao relembrar os acontecimentos que marcaram suas vidas, eles reconstroem essa trajetória, resguardando as referências que justificam suas narrativas, de acordo com a realidade e os argumentos de cada um. Existe uma necessidade de permanente confronto com o passado; a presentificação realizada pelo processo de reminiscência de cada um desses viajantes é também uma reconstrução da memória do grupo de referência; eles são veículos da memória social e trabalham no sentido de construir a identidade do grupo. A memória seleciona o que aparece como mais significativo, despreza o que considera irrelevante, e às vezes aparecem diferentes versões sobre os mesmos acontecimentos, dependendo de quem os relata e em que circunstâncias o faz. (NOGUEIRA, 1998, p. 5 e 6)

Comay (1997), referindo-se à questão do esquecimento para Benjamin, afirma que:

[...] para Benjamin (como sem dúvida para Freud, ou, nesse aspecto, para Hegel ou Heidegger), a deformidade ou “distorção” (*Entstellung*) – literalmente, “má colocação” ou “deslocamento” – é a característica essencial do esquecimento: nosso próprio corpo se torna “a mais esquecida terra estranha”. Assim Benjamin enumera os estigmas das criaturas goradas de Kafka, os “híbridos”, “abortos” e “bastardos” de um pantanoso “mundo intermediário”. (COMAY, 1997, p. 265)

E completa a sua análise observando que:

Benjamin comenta que a “distorção vai superar (ou negar) a si mesma (*sich aufheben*) na passagem para a redenção”. O esquecimento, já esquecido uma vez, está para em ser lembrado de ser, precisamente, re-esquecido: remover a corcova é empreender uma espécie de “esquecimento ativo”, no sentido de Nietzsche. (COMAY, 1997, p. 267)

Farias (2011) acrescenta às análises anteriores a dimensão criativa no processo de construção da memória:

Isso quer dizer que, em se tratando de memória, estamos, pois, diante de um campo onde impressões e lembranças que retornam revestem-se de uma roupagem produzida de forma criativa, evidenciando a singularidade de cada um em perceber, interpretar, imaginar ou mesmo assimilar as experiências da vida, não obstante vertentes distintas se entrelacem na engrenagem da grande “máquina” da memória. Em princípio, existem os traços referentes às experiências vividas, que concernem à produção de diferentes arranjos subjetivos, mas que não podem ser pensados como um mero armazenamento, ou seja, um arquivo do passado. Trata-se de uma espécie de virtualidade passível de atualização. (FARIAS, 2011, p. 11)



A partir da fundamentação teórica baseada na Memória Social e seus autores analisaremos, a seguir, os fluxos migratórios de Portugal para o Brasil e a consequente criação das associações e casas regionais portuguesas.

## 2. A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL

Com a possibilidade de invasão do seu território e o Bloqueio Continental impostos pela França, a Corte portuguesa se muda, em 1808 para o Brasil. Segundo Azevedo (2009), “acredita-se que entre 10 mil pessoas integravam a corte, outros historiadores afirmam não passar de 500 pessoas” (AZEVEDO, 2009, p. 5). Ipanema (2008) afirma que 11.528 pessoas compunham a delegação que partiu em direção à colônia num total de quarenta embarcações sendo quinze embarcações da esquadra portuguesa, quatro naus de guerra inglesas e cerca de vinte e um navios mercantes. Desse total cerca de 1.100 pessoas desembarcaram efetivamente no eixo Bahia - Rio de Janeiro (a maioria em terras cariocas). O restante voltou para a Europa ou permaneceu efetuando comissões pela costa brasileira.

Azevedo (2009) analisa o caráter elitista da imigração ocorrida com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil:

Os que aqui desembarcaram eram nobres, conselheiros reais, militares, juízes, advogados, comerciantes e seus familiares, médicos, bispos, padres, camareiros e pajens (pessoas nobres que acompanhavam o rei). A fuga para a colônia contava com a nobreza, portanto um indício de uma imigração elitista junto com o aparato do estado português. Antes do século XIX e no seu decorrer, a imigração era colonial e caracterizada por um povo que tinha como função administrar e ocupar as terras coloniais. Eram donatários previamente escolhidos que recebiam missões da coroa portuguesa para ocupar e defender a mais importante das colônias, o Brasil. Estes homens pertenciam à elite econômica e social. Até finais do século XIX a passagem de navio não era acessível, permitindo apenas a vinda de imigrantes de uma classe abastada, filhos de gente rica, alfabetizados, o que nos remete a uma imigração seletiva. Até a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, a cidade recebia fundamentalmente imigrantes com disposição de serem pequenos empreendedores e profissionais autônomos, tinha muito que se construir e muitos afazeres. (AZEVEDO, 2009, p. 5)





A relevância da mudança da família real para o Brasil, na análise a propósito dos fluxos migratórios portugueses para a cidade do Rio de Janeiro, não reside na quantidade de imigrantes que aqui aportaram nesta época, mas na transferência do poder político e de sua classe dominante para a colônia, que aqui permaneceu até a Independência do Brasil, em 1822, ano, a partir do qual, muitos historiadores defendem que se pode, realmente, falar em imigração para o Brasil visto que desde 1500 até esta data ambos teriam “partilhado uma história comum” (FONTES, s.d. p.1). Pode-se, com isso, vislumbrar uma elite econômica e política que viria, posteriormente, impulsionar as ações associativistas fundando as primeiras instituições deste caráter no país.

### **3. CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS - A IMIGRAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA AO FINAL DO SÉCULO XIX**

Podemos considerar o período compreendido entre a independência do Brasil e o final do século XIX como um dos mais representativos no que tange à imigração portuguesa para o Brasil e na conseqüente criação das primeiras associações portuguesas nestas terras. Entre 1822 e 1850, segundo Fontes (s.d) o número de imigrantes portugueses que ingressou no Brasil era algo em torno de 100.000 pessoas.

Ricou (2006) afirma que até 1850:

O comércio do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras foi, durante anos, dominado por portugueses. O monopólio era alimentado pela chamada “rota dos caixeiros”. Os caixeiros eram mão-de-obra de confiança educada no norte de Portugal, Porto e Alto Minho. As famílias nortenhas preparavam os filhos para trabalharem no Brasil. Enviavam-nos ainda crianças, com 13, 14 anos para se empregarem como caixeiros por conta de familiares. Trabalhavam dia e noite amealhando para se tornarem mais tarde proprietários das lojas. Esta é a história desconhecida de muitos portugueses célebres como o Conde de Ferreira, o Barão de Nova Cintra, entre outros. (RICOU, 2006, p. 5)

Seguindo, com relação aos “caixeiros”, Azevedo (2009) completa:

Ainda que juntamente com a chegada da Família Real chegassem os “caixeiros”, imigrantes portugueses originários de uma classe pobre e que vinham para trabalhar no cais do Porto e no auxílio da construção





civil, não significavam a grande maioria populacional imigratória que pudesse traçar, de forma categórica, a característica do imigrante, pois na verdade, eram exceções. (AZEVEDO, 2009, p. 5)

Nos 50 anos seguintes tal número saltou para 1.000.000 de imigrantes portugueses ingressantes no país. Alguns fatores ajudam a compreender este acréscimo significativo como o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a abolição da escravatura, em 1888. As lavouras de café e algodão, sobretudo, necessitavam de mão de obra e muitos imigrantes assumiriam o lugar dos escravos no desempenho destas atividades. Também Ricou (2006) constata que “Nos mares reina agora o barco a vapor. As viagens que demoravam 40 dias nos veleiros passam a demorar apenas 10, 12 dias nos transatlânticos.”, mais um facilitador para os que pretendiam imigrar. No Brasil os portugueses dirigiam-se para as fazendas de café, mas também para as cidades. Vale ressaltar que imigrantes de outras nacionalidades também acompanharam esta onda de imigração, como alemães e italianos, que se estabeleceram, prioritariamente nas zonas rurais. A imigração portuguesa situou-se, sobretudo, nas regiões urbanas onde trabalhavam na maioria das vezes como comerciantes.

Nogueira (1998) analisa as diferenças sociais entre os imigrantes da primeira metade do século XIX e da segunda metade:

Desde o século XVIII os portugueses tentaram o enriquecimento no Brasil, dedicando-se principalmente ao comércio numa terra onde a agricultura era considerada ainda trabalho para escravos. Durante a primeira metade do século XIX calcula-se que os imigrantes lusos não eram completamente pobres e tenham contado com o auxílio da família que muitas vezes vendia ou hipotecava sua propriedade no campo para bancar os altos custos da viagem. A maioria vinha antes de prestar serviço militar e dedicava-se ao comércio de retalhos, associando-se muitas vezes à família do patrão através do casamento. A partir da segunda metade do século XIX observamos a entrada aqui de portugueses totalmente sem recursos, cuja característica principal foi a substituição da mão de obra escrava. São os “engajados”, trabalhadores recrutados em Portugal através de um agente dos próprios fazendeiros, mediante contrato. (NOGUEIRA, 1998, p. 25)

O afluxo de imigrantes para as áreas urbanas, em especial na cidade do Rio de Janeiro, certamente foi determinante na criação das associações portuguesas objetos de nossa análise.



As associações portuguesas fundadas na cidade do Rio de Janeiro no século XIX foram instituições criadas com objetivos específicos, mas que reuniam, sobretudo, o desejo de ajuda mútua, além da preservação e divulgação da cultura do colonizador. Tinham caráter beneficente ou cultural e, quando beneficentes, procuravam dar suporte aos imigrantes em má situação financeira ou com problemas de saúde. Quando culturais tinham por objetivo a difusão da literatura portuguesa e o zelo pela preservação do idioma.

O processo de construção da memória coletiva nos imigrantes portugueses pode ser fundamentado pelas considerações de Nora (1993) citando Halbwachs ao afirmar que: “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.” (NORA, 1993, p. 9)

Observando um pequeno resumo histórico destas quatro associações percebe-se que sua criação advém do desejo de uma elite política e intelectual como nobres ou advogados e também da elite econômica, formada por comerciantes.

### **3.1 Real Gabinete Português de Leitura (1837 - )**

Fundado em 14 de Maio de 1837, por um grupo de 43 emigrantes portugueses do Rio de Janeiro reuniram-se na casa do Dr. António José Coelho Lousada, na antiga Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março), nº 20, e resolveram criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de “ilustrar o seu espírito”.

Entre os fundadores, cuja maioria era composta de comerciantes, estavam alguns que haviam sido perseguidos em Portugal pela monarquia e que tinham emigrado para o Brasil. Foi o caso de José Marcelino Rocha Cabral, advogado e jornalista, eleito o primeiro presidente da instituição, o que vem comprovar o caráter elitista de seus fundadores e da imigração portuguesa até a primeira metade do século XIX.



### **3.2 Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (1840 - )**

Fundada em 17 de maio de 1840 com objetivo de dar assistência aos cidadãos portugueses residentes e aos imigrantes daquela nação é conhecida atualmente como “Beneficência Portuguesa”. Foi criada como uma instituição de auxílio mútuo ligada à colônia portuguesa na capital do Império. Durante o período em que a primeira epidemia de febre amarela assolou a capital do Império (1849-1950), muitas pessoas ficaram sem condições de saúde para poder trabalhar, jogadas nas ruas da cidade como indigentes. Em 1º de março de 1850 é inaugurada uma enfermaria, para atender os portugueses indigentes acometidos pela epidemia.

59

### **3.3 Real Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (1863 - )**

A Caixa de Socorros D. Pedro V surge em meados do século XIX num forte contexto de filantropia e associativismo entre imigrantes de diversas origens. Em seus estatutos, que vigoraram até 1871, destacavam-se os objetivos de atuar em casos comprovados de miséria, abandono e necessidade de seus compatriotas, promover a criação de iguais caixas de socorros em diferentes províncias do Império e de buscar, sempre que possível, a unificação de todas as sociedades portuguesas de beneficência.

Nogueira (1998) nos apresenta um trecho de relatório da Caixa de Socorros D. Pedro V no qual a instituição critica o tipo de imigração aos chamados “engajados”:

Quase dois terços das pessoas socorridas por nossa associação vieram para este país engajados e foram estas que se apresentaram à diretoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se têm feito em Portugal têm sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas. (NOGUEIRA, 1998, p. 25)

### **3.4 Liceu Literário Português (1868 - ).**

O Liceu Literário Português foi fundado em 10 de setembro de 1868 por um grupo de portugueses, à frente dos quais estava o Conde de Alto Mearim, com a finalidade de difundir a cultura e promover o ensino e a instrução, principalmente junto aos portugueses mais jovens que chegavam ao Brasil com conhecimentos limitados e ainda sem uma profissão definida. Era a época dos Liceus de Artes e Ofícios.

Também aqui se percebe que os fundadores desta associação pertencem a uma classe social elevada, ostentando, inclusive título de nobreza.



Podemos destacar, desta mesma época, outras associações que existem até os dias de hoje como a Real Sociedade Clube Ginástico Português (Clube Ginástico Português), fundada em 1868, de caráter cultural e desportivo, mas preferimos ater nossa análise às associações que tiverem um viés estritamente cultural ou beneficente.

#### **4. A IMIGRAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E A CRIAÇÃO DAS CASAS REGIONAIS**

O grande fluxo migratório de Portugal para o Brasil que se deu na primeira metade do século XX, teve influência de diversos fatores como a abolição da escravatura no Brasil (1888) e consequente necessidade de mão de obra, a proclamação da República em Portugal (1910) a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entre 1900 e 1950 o Brasil recebeu 903.186 imigrantes legais portugueses. Fontes (s.d) considera que “O valor real terá sido certamente muito superior.” (FONTES, s.d., p.1).

O perfil do imigrante português da primeira metade do século XX, segundo o autor, era prioritariamente agrário e com pouca alfabetização conforme define abaixo:

A maioria destes emigrantes eram oriundos dos campos, às vezes do pequeno comércio de província, da construção civil, de profissões domésticas. Era em geral gente desprovida de capacidade técnica para a direção e orientação das grandes tarefas do comércio e da indústria. Saíam em famílias completas, com elevada percentagem de mulheres e de crianças, na sua maior parte analfabetas. Dada a sua condição esperava-os uma vida dura. Não raro mais dura do que aquela que os motivara a sair de Portugal. (FONTES, s.d., p.1)

São Paulo foi o estado da federação que recebeu o maior número de imigrantes portugueses, no entanto, foi no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, que a comunidade manteve-se mais unida. Fontes (s.d) observa que o processo de adaptação destes imigrantes no país e o apoio necessário na sua chegada e inserção social advinham da própria comunidade apoiados “nas redes de solidariedade entre os próprios imigrantes, assim como num conjunto de instituições por eles criadas que facilitavam a sua integração social e política.” (FONTES s.d., pág.1) Esta união foi possível por conta do espírito colaborativo e associativo dos imigrantes. Algumas das instituições a que Fontes (s.d.) se refere como importantes no processo de



integração social e política foram as *casas regionais*, clubes nos quais os imigrantes se encontravam para confraternizações, eventos e festejos típicos das regiões a que pertenciam. Interessante ressaltar que o fenômeno denominado “casas regionais” teve início em Portugal com a fundação do Club Trasmontano em Lisboa no ano de 1905, dezoito anos antes da fundação da primeira casa regional no Rio de Janeiro o Centro Trasmontano, em 1923. Atualmente ambas as casas regionais possuem o mesmo nome: Casa de Trás os Montes e Alto Douro. No site da Casa de Trás os Montes e Alto Douro de Lisboa, em sua página referente à história da casa consta que:

**A CTMAD é uma associação regionalista com sede em Lisboa. Tem 105 anos feitos e é a mais antiga associação regionalista criada em Portugal.**

A sua fundação serviu de estímulo e modelo para o aparecimento de outras casas regionais. Corria o ano de 1905, ainda em tempos da Monarquia, quando um grupo de trasmontanos influentes ligados à administração pública viu concretizado o projecto que idealizara para conseguir reunir de forma organizada o convívio e auxílio dos trasmontanos lisboetas entre si e apoiar as suas terras de origem. Aconteceu em **23 de Setembro desse ano de 1905** com a aprovação oficial dos Estatutos, ficando essa data a assinalar o **Dia do Aniversário**.

Batizaram-no com o nome de “**Club Trasmontano**”. Em 1933, passou a designar-se por **Grémio Trasmontano** e, em 1960, adoptou oficialmente a designação actual de **Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro**. (Disponível em: <http://www.ctmad.pt/ctmadsite/?q=pt-pt/node/12> - Acesso Realizado em 26/07/2014. Grifos do Autor)

No bairro da Tijuca, bairro tradicional da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, no qual se localiza a Paróquia de São Sebastião dos Padres Capuchinhos, conhecida popularmente como “Igreja dos Capuchinhos”, na qual estão guardados os restos mortais do fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, bem como o marco zero de fundação da cidade, existem seis casas regionais. São elas: Casa da Vila da Feira, Casa dos Açores, Casa de Trás os Montes e Alto Douro, Casa das Beiras, Casa dos Poveiros e Casa do Porto. Havia, ainda na Tijuca, a Casa de Lafões, que se fundiu com a Casa das Beiras e a Casa de Arouca que atualmente encontra-se localizada na Barra da Tijuca, bairro da zona oeste da cidade, com o nome de Arouca Barra Clube. Azevedo (2009) aponta, como provável causa da reunião de tantas casas regionais no bairro da Tijuca, a instalação de fábricas no bairro por empresários portugueses como a famosa fábrica de cigarros Souza Cruz, a fábrica das Chitas na Praça Saens Peña, a



fábrica de tecidos Maracanã, a Fábrica de Fumos do Borel, a fábrica de tecidos Covilhã e a histórica farmácia Granado fundada por um português em 1870 de nome José António Coxito. Também foi instalada no bairro da Tijuca, segundo Franceschi (2002), a primeira fábrica de discos do país, a Odeon. A oferta de trabalho atraiu um grande número de portugueses para a região não só para o trabalho nas fábricas como para moradia e também para trabalhar no comércio que se estabeleceu por conta do grande número de pessoas que agora circulavam naquele bairro. Azevedo (2009) constata que deste período datam as primeiras favelas no bairro devido à ocupação das encostas dos morros do Borel, Salgueiro (o morro do Salgueiro ficaria conhecido por este nome devido a Domingos Alves Salgueiro, português dono de uma fábrica de conservas na Rua dos Araújo) e Formiga. A quase totalidade dos imigrantes portugueses que imigrou para a cidade era oriundo do norte de Portugal, não por acaso a primeira casa regional fundada no bairro da Tijuca foi o Centro Trasmontano, em 1923, atual Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vale ressaltar que a Tijuca conta, ainda, com dois outros clubes portugueses – o Orfeão Português e Orfeão Portugal onde também se realizavam festas e encontros da comunidade. No bairro da Tijuca localiza-se, ainda, a Paróquia de São Sebastião dos Padres Capuchinhos, conhecida popularmente como “Igreja dos Capuchinhos”, na qual estão guardados os restos mortais do fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, bem como o marco zero de fundação da cidade.

Nas casas regionais os imigrantes e seus descendentes, procuravam manter os costumes e tradições de suas terras natais através de celebrações festivas, quase sempre de cunho religioso católico, reproduzindo o modelo de procissão e arraial tal qual nas aldeias do norte de Portugal. Farias (2011), a respeito das comemorações como celebrações de memória adverte que “É pertinente assinalar que comemorações, mesmo objetivando divulgação e visibilidade, podem representar uma grande contradição ou um apego nostálgico a um passado idealizado como bom ou melhor do que aquilo que acontece nos tempos atuais” (FARIAS, 2011, p. 12).

Por conta desta reprodução do modelo original, fazia-se necessária a presença de uma banda de música que pudesse conduzir a procissão e animar o arraial com as músicas típicas de Portugal (marchas, marchas de concerto, rapsódias, etc.). Como as bandas de música têm importância fundamental no cotidiano da sociedade portuguesa, até os dias de hoje, muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil eram músicos em





suas terras natais. Nogueira (1998) observa a importância das bandas de música na cultura portuguesa:

As Bandas de Música compõem um fenômeno mais significativo do associativismo na medida em que acrescentam ao aspecto beneficente, que todas mantinham, a representação da cultura portuguesa através de danças e da música, componente fortíssimo na tradição camponesa dos imigrantes e muito presente também nas Casas regionais. É significativo que o Sr. João “barbeiro” tenha vindo para o Brasil num navio onde haviam outros 8 jovens da mesma região dele em Portugal e que desses 5 já fossem músicos. (NOGUEIRA, 1998, p.46)

Desta época datam, também, as primeiras bandas de música formadas por imigrantes portugueses: a Sociedade Nova Banda de Música da Colônia Portuguesa, fundada em 1921 e atual Banda do Liceu Literário Português, e a Banda Lusitana do Rio de Janeiro, fundada em 1923. Interessante ressaltar que, em seus estatutos de fundação, as duas bandas eram, também, segundo Nogueira (1998), de caráter beneficente. As bandas eram compostas, basicamente, por portugueses que tinham a música como lazer e eram, na sua maioria, comerciantes e profissionais liberais.

Nogueira (2010) analisa tal processo em Portugal o qual podemos fazer uma analogia com o modelo reproduzido no Rio de Janeiro, visto que foi o único lugar do país onde existiram bandas de música portuguesas:

Muitas Bandas Filarmónicas nasceram da necessidade de abrilhantarem as festas religiosas. Muitas destas festas tinham também o seu lado profano e as Bandas Filarmónicas tocavam no arraial músicas para alegrar o povo, para este dançar. O povo passou, por seu lado, a admirar aqueles que tocavam bem, que tocavam a solo ou solos com a Banda, passou a ser um apreciador da arte musical. As Bandas Filarmónicas cantavam ou tocavam à missa, faziam a procissão e tocavam também no arraial ou mais propriamente no coreto, que era normalmente circular, conforme a velha disposição dos músicos para concerto, tocando composições de cariz popular, mas também repertório clássico.

Durante muitas décadas, a hierarquia católica foi a impulsionadora das festas, mas também indirectamente o maior financiador das Bandas Filarmónicas. (NOGUEIRA, 2010, p.28)

Podemos observar que este modelo reproduzia-se no Rio de Janeiro em diversas oportunidades, mas tomou seu maior vulto na tradicional Festa de Nossa Senhora da Penha, na Igreja da Penha, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, onde existem, até hoje,





dois coretos e durante vários anos neles se apresentaram de um lado a Banda Portugal e do outro a Banda Lusitana.

A propósito da Festa da Penha, Franceschi (2002) afirma que:

A Festa da Penha, como era popularmente conhecida, apesar de sua origem portuguesa, tornou-se uma das mais populares da cidade, atraía pessoas de todas as regiões e era uma espécie de termômetro: as músicas que faziam sucesso na Festa da Penha logo se tornavam sucesso por toda cidade. (FRANCESCHI, 2002, p. 141).

## CONCLUSÃO

Procuramos analisar o processo de criação das associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro, como lugares de memória, através do entendimento dos fluxos migratórios e dos agentes que atuaram na criação de tais instituições.

Nora (1993) observa que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13)

Questões como identidade e memória coletiva foram abordadas, ainda que de maneira não muito aprofundada, e conclui-se que estão diretamente ligadas a este fenômeno que não foi exclusivo da imigração portuguesa para o Brasil tendo sido reproduzido em outros países como Venezuela, Estados Unidos, Canadá, França e Luxemburgo. Atualmente, em Portugal, estabeleceu-se um debate a respeito do tema,



pois a emigração já não é mais um problema na demografia portuguesa como há alguns anos, quando o êxodo chegou a representar mais de 20% da população total. Ainda assim a emigração continua a marcar o imaginário coletivo e a sociedade portuguesa que possui relações de parentesco ou mesmo afetivas com portugueses e seus descendentes que emigraram para outros países. Ricou (2006) observa que como o tema da emigração não significa mais um problema, tem sofrido um apagamento por parte de políticos e jornalistas em Portugal e sua série de cinco documentários a este respeito procurou justamente atuar na contramão deste processo.

A análise da realidade atual das instituições portuguesas na cidade do Rio de Janeiro nos leva a algumas observações e conclusões. A população de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro está bastante envelhecida e reduzida, e poucos são os portugueses ou seus descendentes que mantêm as associações ou casas regionais observando-se mesmo um hiato de poder em tais instituições. Na maioria destas instituições ocorreu uma perpetuação de poder por parte de algumas pessoas. Somente para exemplificar, com relação às associações, a Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V e o Real Gabinete Português de Leitura (desde 1992) têm como presidente a mesma pessoa, o comendador Sr. Antonio Gomes da Costa. O Liceu Literário Português tem como presidente o Sr. Francisco Gomes da Costa, irmão do Sr. Antonio Gomes da Costa, que é presidente de honra da mesma instituição. Fenômeno análogo acontece nas casas regionais: a Casa do Porto é dirigida pelo Sr. Manoel Branco há mais de 30 anos; a Casa da Vila da Feira tem como presidente o Sr. Ernesto Boaventura há mais de 20 anos, entre outros tantos casos. Esta perpetuação no poder trás à lembrança o fenômeno dos imigrantes que quando retornavam a Portugal em boa situação financeira construíam palacetes para ostentar sua condição financeira. Ser presidente em uma associação ou casa regional é sinônimo de poder e prestígio social na comunidade, pois são eles que representam suas instituições nas datas comemorativas de Portugal como o dia 10 de junho na qual, anualmente, acontece uma recepção aos presidentes no Palácio São Clemente antiga embaixada de Portugal no Rio de Janeiro e atual residência do cônsul de Portugal.

A função original das casas regionais de agregar os imigrantes e atuar como lugares de memória tem se perdido em muitas situações pela simples questão da sobrevivência das instituições. O Orfeão Portugal, atualmente, só mantém o nome e, nas



suas dependências, funciona uma academia de ginástica. Lá não se desenvolve mais qualquer atividade relacionada à cultura ou tradições portuguesas. Outras casas regionais realizam bailes “funk” para obter recursos financeiros para sua subsistência. É importante ressaltar que as associações possuem grande patrimônio financeiro deixado por imigrantes e que ainda hoje recebem verbas do governo português, por isso encontram-se em situação financeira bastante diferente da maioria das casas regionais que basearam seus modelos de gestão na contribuição dos associados sem implementar atividades ou meios que proporcionassem a sua sustentabilidade.

Muitas das casas regionais se fundiram como a Casa de Espinho com a Casa de Viseu e a Casa de Lafões com a Casa das Beiras ou mesmo acabaram por conta de dificuldades financeiras provenientes da falta de associados, ou devedoras de impostos ao governo. Com o declínio financeiro das casas regionais as bandas portuguesas foram as maiores prejudicadas, pois não havia mais como contratá-las para suas festividades tendo sido substituídas por conjuntos ou mesmo ranchos folclóricos que normalmente se apresentam gratuitamente. Dois exemplos disso são a Banda Lusitana que encerrou suas atividades em 1997 e a Banda Portugal que atualmente pertence ao Liceu Literário Português.

É difícil apontar um caminho para o futuro das casas regionais na cidade do Rio de Janeiro visto que, aparentemente, as associações terão certa longevidade garantida por conta do seu patrimônio e dos recursos que recebem provenientes de Portugal. Alguns defendem que todas as casas regionais deveriam se fundir e criar uma só grande instituição como são a Casa de Espanha e Casa da Suíça. Isto já foi, inclusive, proposto com relação às bandas portuguesas, num documento encaminhado pelo Sr. José Vieira Filho, presidente do conselho deliberativo da Banda Irmãos Pepino, às outras bandas da comunidade a fim de se fundirem e criarem um único grupo. Segundo o próprio Sr. José Vieira Filho tal documento sequer recebeu resposta das outras bandas. Na época ainda eram quatro bandas, hoje só existem duas. Recentemente fui convidado para uma reunião com o Sr. Francisco Gomes da Costa, presidente do Liceu Literário Português, na qual me propôs a fusão da Banda Filarmônica do Rio de Janeiro – instituição da qual sou Diretor Artístico e Regente Titular, com as duas bandas portuguesas que ainda existem, fato curioso, pois, a despeito da minha relação pessoal com a comunidade portuguesa, a instituição nunca teve qualquer ligação com este segmento. A proposta



não foi à frente por uma série de fatores, dentre eles, o fato de nenhum dos dois maestros das bandas portuguesas querer abrir mão da posição. Outros defendem um modelo como o da Casa de Benfica, que não possui sede própria e realiza mensalmente suas festas em outras casas. Os imigrantes e seus descendentes terão a difícil tarefa de encontrar o modelo ideal.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Eduardo Maciel de. *A presença da Imigração Portuguesa no Bairro da Tijuca – RJ*. In. V Encontro de Grupos de Pesquisas “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”, 2009, Universidade Federal de Santa Maria.

COMAY, Rebecca. O fim de partida de Benjamin in. BENJAMIN, Andrew e OSBORNE, Peter (org.). *A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Tradutor: Maria Luiza X. da A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997

DODEBEI, V. Espaços mítico e imagético na memória social. In: COSTA, Icléia T.; GONDAR, Jô (orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, págs 63-71.

FARIAS, F. R. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, págs. 7-14

FERREIRA, Marcelo Roberto. *A Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V do Rio de Janeiro*. Em: <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com.br>. Disponível em: <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com.br/2010/11/real-e-benemerita-sociedade-portuguesa.html>. Acesso em: 25/06/2014.

FONTES, Carlos. *Memórias da Emigração Portuguesa – Emigração Portuguesa Para o Brasil*. Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6brasil.html>>. Acesso em: 20 jun.2014.

FRANCESCHI, Humberto M. *A Casa Edison e Seu Tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I. T. M. e GONDAR, J. (Orgs.) *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

IPANEMA, Rogéria Maria de. *D. João e a Cidade do Rio de Janeiro 1808 - 2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, Ana Maria de M. *Como Nossos Pais – Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado (UFF, 1998).



NOGUEIRA, Tristão. Modelos Predominantes de Espetáculos. Em: *Entre Bandas*, Número 2. Corroios: CMP, Abril 2010, págs. 28-33.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Em: *Projeto História*, v. 10, 1993, págs. 7-28.

RICOU, Eduardo. *Ei-los que Partem – História da Imigração Portuguesa*. Autor: Jacinto Godinho, Consultor Científico – Jorge Macaísta Malheiros, Pesquisa e documentação – Luísa Vaz. Portugal. RTP. 2006.



## **CINEMA E FAVELA: LINGUAGEM E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS CONFLAGRADOS NO RIO DE JANEIRO**

ARENDDT, Iara Machado

Formada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense; mestrando em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
*iara\_arendt@yahoo.com.br*

ROCHA, Anabella Machado da

Formada em História pela Universidade Federal Fluminense; mestrando em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
*bellarocha03@gmail.com*

69

### **RESUMO**

Neste artigo utilizamos os filmes “5x favela – agora por nós mesmo”, “5 vezes Pacificação”, “Tropa de Elite 1 e 2” e o clipe “Minha alma” para refletir sobre a participação da arte cinematográfica na cadeia de iterabilidade referente à construção de uma memória das favelas na cidade do Rio de Janeiro, que respaldam o discurso e as ações militares armadas nos territórios ocupados pelas UPPs, levando em consideração os atos de fala, o aspecto performativo do discurso político e as possibilidades de resignificação por parte dos moradores na construção de sua memória coletiva; buscando entender como acontecem as relações e interações dentro e fora das favelas cariocas, marcada pela violência policial legitimada por discursos institucionais, e a tentativa de construção hoje de um imaginário voltado para uma nova polícia pacificadora integrada a favela com proposta de melhorar a qualidade de vida do morador e como diversas vozes nesse contexto se expressam e vivenciam essa realidade.

**Palavras-chave:** Favela, cinema, memória.

### **ABSTRACT**

In this article we used the films "5x favela – agora por nós mesmos", "5 vezes pacificação", "Tropa Elite" 1 and 2 and the clip "Minha Alma" to reflect on the participation of cinematic art in the iterability chain for the construction of a memory of the favelas in Rio de Janeiro, which support the speech and armed military actions in the occupied territories by the UPP, taking into account the speech act, the performative aspect of political discourse and the possibilities of reframing by the residents in construction of a collective memory, seeking to understand how the relationships and interactions occur within and outside of Rio's slums, marked by police violence legitimated by institutional discourses, and the attempt to create an imaginary today facing a new integrated pacifying police the slum with proposed to improve the quality of life of residents and how many voices in this context express and experience this reality.

**Keywords:** Favela, cinema, memory.



## INTRODUÇÃO

*Se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo.* (Halbwachs, 2006: p. 41)

As especificidades do desenvolvimento cinematográfico brasileiro se deram tomando como questões centrais as transformações da linguagem cinematográfica em suas relações com outras práticas artísticas e discursivas, assim como através do contágio das matrizes cinematográficas formais e dramáticas com realidades sociais locais.

Importantes movimentos do cinema brasileiro mostraram uma imagem visual, contínua e coerente, que procurava expressar a maioria do povo brasileiro, montando um universo integrado por sertão, favela, subúrbio, vilarejos do interior ou da praia, gafeira e estádio de futebol. Hoje, pode-se dizer que o cinema brasileiro não segue uma ideologia, uma estética única, pode-se dizer que ele segue em determinados instantes algumas necessidades e imposições do mercado, mas também há espaço para diferentes produções politizadas ou que não retratam e abordam a realidade de regiões brasileira. Assim, diferentes abordagens sobre a vivência dessas populações são apresentadas na produção cinematográfica e participam da construção dessas memórias.

O indivíduo humaniza-se através da linguagem e embora a linguagem tenha sempre sido um tema da reflexão filosófica, na modernidade percebe-se como ela constitui-se num paradigma, numa chave virtual para a mente, para as práticas artísticas e sociais. Buscamos investigar o discurso performativo a respeito das favelas no discurso oficial do Estado e a relação com o discurso cinematográfico, principalmente, nos filmes “5 Vezes Pacificação” e “5 vezes Favela - agora por nós mesmos” ambos feitos por pelos mesmo criadores; o clipe Minha alma (A paz que eu quero), do Rappa, e Tropa de Elite 1 e 2 de José Padilha. Nesse sentido trabalharemos com a lógica da iterabilidade (Derrida, 1997), ou seja, o “funcionamento da lógica que associa repetição e alteridade.” (Derrida, 1977: 180), seguindo a proposta da pragmática linguística que é de considerar elementos da exterioridade (e.g. a sociedade, a cultura, a história, o outro) na teorização do linguístico. A ideia é problematizar a própria relação entre linguagem e iterabilidade e a construção da memória que a sustenta em referência às favelas cariocas, buscando entender como os jogos de poder e embates de





interesses que se expressam nos atos de fala associam-se à memória e à cadeia de iterabilidade (Derrida, 1977).

## FAVELA

O vocábulo favela se origina no nome dado a uma planta da região de Canudos, Bahia, para onde foram enviados soldados para combater Antônio Conselheiro e seus seguidores. Ao voltarem para o Rio de Janeiro, esses soldados não receberam o pagamento que lhes fora prometido e, sem saída para garantir moradia, acabaram por ocupar morros centrais da cidade, Providência e Santo Antônio. Logo, a expressão generalizou-se, nomeando os lugares que se caracterizam como conjunto de casebres construídos em ocupações irregularmente. A definição de favela tem sido construída apoiando-se na ideia de falta, de ausência e homogeneização. A favela é o lugar onde não há saneamento, não há serviços públicos, não há ordem, não há moral, não há segurança etc. (Observatório das favelas, 2009). Nas últimas décadas, à ausência foi acrescido o estigma do lugar da violência armada, do tráfico de drogas, do crime organizado.

O filme "5 Vezes favela agora por nós mesmos" foi realizado por iniciativa dos mesmos idealizadores de "5 vezes favela", entre eles Carlos Diegues, que pertenciam ao movimento Cinema Novo. O longa, dividido em cinco curtas metragens feitos por diferentes diretores oriundos de favelas, buscou trazer ao público o cotidiado dos moradores da favela pelo olhar de seus próprios moradores. No primeiro curta temos um jovem morador que ganha uma bolsa de estudos para a PUC – Rio e acaba sendo instigado por seus colegas de famílias ricas a vender drogas, mostrando que o consumo de entorpecentes não está apenas nas favelas. No curta seguinte nomeado como "Arroz com Feijão" vemos como um menino tenta conseguir dinheiro para comprar um frango de presente de aniversário para seu pai a quem vê lamentando só ter arroz e feijão pra levar na marmita todos os dias, vemos como é o dia-dia da favela, como às vezes é difícil para o morador da favela se relacionar com os moradores do asfalto, por causa de estigmas sociais e diferenças, que em certos momentos esse morador de origem simples, sem grande poder aquisitivo é explorado para trabalhar e ganhar muito pouco, ou ser agredido por grupos em vantagem economicamente, e como dentro da favela há diversos trabalhadores construindo suas famílias, tentando passar valores e educando seus filhos para serem futuros cidadãos. No terceiro filme nós podemos ver como é difícil o



contato entre polícia e traficantes, principalmente quando a polícia é corrupta e usa métodos de violência e tortura com moradores e suspeitos de envolvimento no crime e traficantes, desrespeitando a lei e agindo com extremo abuso de poder, colocando em situação conflituosa o policial que quer ser honesto. No quarto episódio nos deparamos com o conflito entre facções que praticamente não existem mais com a entrada das UPPs nas favelas, no filme temos jovens amigos da mesma escola que tem que se dividir porque moram em lados de facções diferentes, entretanto em função de uma brincadeira muito comum entre os jovens brasileiros que é soltar pipa, um deles é levado a entrar na área da facção oposta a que morava, o que lhe causa medo e desconforto, mas que ao final, mostra que tudo pode ser superado pelas relações humanas e de amor ao próximo. No último curta temos a possibilidade de conhecer como é o cotidiano em comunidade dentro das favelas e as ligações clandestinas de energia, popularmente conhecida como gato, que faz com que na noite de ano novo um grupo de moradores vizinhos fique sem energia elétrica, e para resolver o problema é chamado um funcionário da Light, que sensibilizado pela situação dos moradores de possivelmente passarem um réveillon sem energia e envolvido pela hospitalidade dos moradores decide fora do horário de seu expediente consertar o problema dos cabos elétricos e finalmente passar a noite em festa com os moradores da favela.

O filme que teve a proposta de trazer a visão dos próprios moradores usa a expressão favela em seu título, embora no conteúdo dos filmes, por vezes, a palavra comunidade apareça, dita por algum personagem-morador. Para Derrida, a circulação da linguagem, e consequente repetição de enunciados performativos, provoca, inevitavelmente, uma ruptura, trazendo a marca do passado, que causa mudanças no interior do sujeito, e consequências futuras e até pode se fazer perceber no mundo exterior do sujeito (Derrida, 1977). Seguindo esta lógica, a palavra favela ao seguir seu ciclo de repetição e rupturas, acabou por adquirir, histórica e socialmente o estigma de violência, miséria e ignorância. Chamar alguém de favelado é lançar-lhe uma ofensa, assim como a expressão “barraqueira”, em alusão aos barracos, como são caracterizadas, em geral, as moradias das favelas. Essas palavras evocam uma memória de barbárie, de desorganização urbana, de exclusão e de não pertencimento ao ideal de cidade civilizada.

O abandono a que o Estado delegou essas regiões da cidade, ocupadas por uma população majoritariamente negra e parda, deixou espaço para seu uso como território para a



venda no varejo de drogas ilegais e a constituição de grupos fortemente armados, o que também é visto no “5 vezes favelas”, principalmente na história 1, (Fonte de Renda – direção Manaíra Carneiro e Wagner Novais), onde um rapaz morador da favela consegue passar pra faculdade de direito e, pressionado por sua condição social e por seus colegas, começa a vender drogas; na história 3, (Concerto para violino – direção Luciano Vidigal), conta a história de três amigos de infância que se reencontram em lados opostos - polícia e bandido – provocando um desfecho violento e inusitado. No entanto, nas cinco histórias pode-se ver a expressão da violência, seja pelo tráfico, pela fronteira instaurada por grupos rivais, pela corrupção policial, pela pobreza, pela separação entre a favela e a cidade, que fica muito clara no encontro entre dois meninos da favela e um grupo de estudantes de escola particular, nas ruas do asfalto, na história “Arroz com feijão” (direção de Rodrigo Felha e Cacau Amaral).

Mas, nos interessa, aqui, perceber que, a parte disso, as cinco histórias trazem o convívio de seus moradores, as ligações de solidariedade para transpor situações de dificuldade, as relações de afeto entre os familiares, a ocupação coletiva dos espaços públicos, o que se contrapõe a outras produções cinematográficas de grande repercussão como Tropa de Elite 1 e 2, que, a despeito de mostrarem a corrupção das instituições de segurança, focam suas câmeras na questão do narcotráfico e a violência. Elementos que sempre foram destacados na cadeia de iterabilidade que cerca os processos de marginalização e exclusão das populações moradoras de favelas, homogeneizando todos como massa disforme, constitutiva do mal que assola a Cidade Maravilhosa.

Em 2004 a Banda O Rappa, lançou um vídeo clipe “Minha Alma” ([www.youtube.com/watch?v=vF1Ad3hrdzY](http://www.youtube.com/watch?v=vF1Ad3hrdzY)), dando uma perspectiva muito objetiva de quanto e a quem serve a construção de uma memória das favelas como o território livre do mal, do pernicioso, fonte de marginais e criminosos. O clipe traz um grupo de adolescente com uma criança passeando pela favela se organizando pra ir à praia quando um deles pega uma nota que um homem deixou cair de sua carteira, o que provoca uma ação de extrema violência da polícia, levando a morte e prisão dos rapazes, desencadeando forte reação dos moradores, levando a cenas de violência coletiva, mostradas a partir do ponto de vista da criança.



## UPP: PROJETO DE PACIFICAÇÃO

Em entrevista ao G1, em 27/04/2007, mesmo ano em que foi lançado Tropa de Elite 1, Sergio Cabral, governador do Estado do Rio de Janeiro, deu a seguinte declaração: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.” Pouco mais de um ano depois, inspirado em experiências vividas em Medellín, na Colômbia, segundo o próprio discurso oficial (<http://www.upprj.com>), o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2008, inaugura a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, e dá início ao programa de pacificação das favelas cariocas.

O projeto de criação das UPPs, trouxe a ocupação militar armada em diversas favelas e com ela nova realidade para seus moradores. Atualmente, 38 UPPs já estão implantadas e a Polícia Pacificadora conta com um efetivo de 9.543 policiais. Esse quantitativo deve chegar a 12,5 mil ainda este ano (<http://www.upprj.com/index.php/historico>). Isso nos leva a refletir sobre a maneira o papel da instituição policial, da mídia e a visão dos demais moradores das áreas formais da cidade do Rio de Janeiro; como se dá as transformações das relações de poder ou não.

No início de sua implementação houve movimentos contra a entrada da UPP na favela e grande resistência da população local à ocupação da polícia em seu território de moradia. Entretanto foi clara a posição da mídia, se colocando de acordo com o discurso do governo em apoio às UPPs. Existe neste caso uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado (Ortiz, 1994:9).

O discurso de exclusão, que acusa as mulheres-mães das favelas de “fábricas de produzir marginais” é performativo e constitui um ato de fala. Aqui cabe a questão do que seja o ato de fala. A linguagem é performativa (Ottoni, 1998), e como afirmam Derrida (1991) e Butler (1997), o performativo atua numa cadeia de iterabilidade: ele cita, ecoa ações anteriores e “acumula a força da autoridade pela repetição ou citação de uma série anterior e autoritária de práticas” (Butler, 1997:51). A cadeia de iterabilidade pressupõe repetição e alteridade, articula-se a uma memória e o ato de pronunciá-lo compromete com algo que se dirá no futuro. A ideia aqui é de que os atos de fala são um lugar de luta (cf. Bakhtin, [1929]1999).



Bakhtin afirma que, como classes sociais diversas utilizam-se de uma mesma língua, então “confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.” (p.46).

## CINEMA E FAVELA

A possibilidade de refletir sobre o que vem acontecendo e a visão dos membros da sociedade afetados pela ocupação das UPP em diferentes favelas do Rio de Janeiro, é uma maneira de criar aproximações, encontros, levantar, comprovar ou não hipóteses, pois como diria Halbwachs:

Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro, e terem em comum todos os seus pensamentos. Embora em certos momentos suas vidas decorram em ambientes diferentes, através de cartas, descrições ou por narrativas quando se aproximam, eles podem dar a conhecer um ao outros detalhes de circunstâncias em que se encontraram quando já não estavam mais em contato, mas será preciso se identificarem um ao outro para que tudo o que de suas experiências fosse estranho para um ou para outro seja assimilado em seu pensamento comum! (2006, p. 51)

Vamos tomar como ponto de partida a concepção marxista de ideologia. Em *O que é Ideologia?*, Marilena Chauí (1980) traça uma linha histórica do termo, apontando que primeiramente pretendia-se “elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (p.22).

Halbwachs que afirma que nunca estamos sós e levamos conosco, no nosso imaginário, o que faz sentido, pensar como falas contidas em “5 vezes Pacificação”, momento em que o cinema brasileiro se encontra em grande expressão, reproduz na imaginação a memória social no sentido de representar múltiplas identidades do povo brasileiro e especificamente dos moradores da favela e do “asfalto”, policiais, políticos, artistas e aqueles que de alguma maneira estiveram ligadas ao crime. O cinema com regras e convicções, que são fontes de documentação histórica e meios de representação da história, constitui um objeto interessante de arquivo e registro de distintos contextos sócio históricos (Fresquet, 2007).

Dentre as teorias do cinema, ele pode servir, além de linguagem, como pensamento, manifestação dos sentimentos e simbolização do desejo, como substituto do olhar, além de arte e escrita (Aumont e Marie, 2003). Nesse sentido, nos permite ver, pelos olhos de outros,



aquilo que não conseguimos ver, requerendo a percepção de todos os nossos sentidos, sendo considerado herdeiro de todas as artes, suscitando, pois, cada uma de nossas emoções, aguçando nossa imaginação por suas múltiplas possibilidades de interpretação, possibilitando o estímulo de nossa memória.

Essas reflexões são de extrema importância na construção da memória social cinematográfica brasileira, pois com diria Huyssen:

A memória vivida é ativa, viva, incorporada no social – isto é, em indivíduos, famílias, grupos, nações e regiões. Estas são as memórias para construir futuros locais diferenciados num mundo global. (2000, p. 36-37)

No filme “5x pacificação”, dos mesmos criadores de “5x favelas – agora por nós mesmos”, Podemos observar pelos depoimentos e conversas entre os entrevistados, que os conflitos entre facções criminosas nas favelas do Rio de Janeiro há muito tempo fazia parte do cotidiano dos seus moradores e, concomitantemente, a entrada da polícia nessas comunidades se dava de forma violenta, levando os moradores a ter uma resistência e desconfiança da polícia por passarem por momentos constrangedores e de violência.

Muitas vezes também, por medo, cumplicidade, amizade e/ou por fazer parte da mesma família, o morador da favela também vinha proteger, esconder, aqueles envolvidos com o tráfico, mesmo o tráfico trazendo uma realidade difícil para os moradores.

O projeto da UPP é implementado com o objetivo de tentar diminuir a criminalidade, ilegalidade, dentro da favela, desarmar o tráfico e estabelecer uma relação pacífica entre a polícia e os moradores da favela, com a promessa de entrar com outros projetos sociais. Entretanto, antes das UPPs já havia diversos projetos sociais dentro das comunidades, ligados a organizações não governamentais.

Uma fala interessante de um entrevistado do documentário “5 Vezes Pacificação” é “Nunca vi policiamento dentro da favela, vejo intervenção, UPP veio salvar a comunidade da própria polícia de extermínio. O Estado aparece pela força, o que perdeu por negligência”. O que corrobora com o princípio de poder simbólico desenvolvido por Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] (1989, p. 11)





Isso nos faz pensar porque somente agora a interesse político em pacificar a favela, se durante anos elas não tiveram a mesma atenção que estão tendo agora e a criminalidade acontecia com o conhecimento de todos como se pode observar em filmes como “Tropa de Elite 1 e 2” e/ou “Cidade de Deus”. Além da violência da policia com a própria população local como podemos ver no clipe “Minha Alma (A Paz que Eu Quero)” do grupo musical O Rappa. Sem dúvida, está envolvido aí o projeto de transformar o Rio de Janeiro numa cidade internacional, a partir dos megaeventos esportivos agendados para ocorrerem na “Cidade Maravilhosa”, em 2014 – Copa do Mundo de Futebol – e, em 2016, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Para tal é preciso fazer uma assepsia na cidade, garantir segurança para os turistas e mudar a cara do Rio que está associada, inexoravelmente, à imagem das favelas, à violência e ao tráfico de drogas.

Halbwachs afirma que nunca estamos sós e levamos conosco, no nosso imaginário, o que faz sentido, o que nos leva a pensar se a produção cinematográfica brasileira na contemporaneidade, momento em que se encontra em grande expressão, traz à lembrança, reproduz na imaginação a memória social no sentido de representar múltiplas identidades do povo brasileiro. Nesse sentido, permanece no imaginário das pessoas, desde a ditadura militar o desconforto em relação à polícia.

O discurso da mídia e do governo é que a UPP traz muito benefícios, como água na casa dos moradores, mas, em muitas comunidades ocupadas pela UPP, houve poucas mudanças. Uma das críticas que se faz é que além da segurança outras ações e secretarias do governo como aquelas responsáveis pela infraestrutura, saneamento básico, assistência social, nem sempre acontecem. A coisa fica limitada à ação policial. E o suposto processo de ordenamento, acaba apenas por incluir os milhares de habitantes grupo de consumidores de serviços, que são majoritariamente fornecidos por concessionárias. Assim, o chamado “gato”, (ligações clandestinas) que possibilitavam acesso à água, luz e televisão acaba gratuitamente ou a preço muito menor que os praticados na sociedade formal, foi impedido, mas não se deu condições reais para que os moradores pudessem arcar com esse gasto.

Por exemplo, os moto-táxis, transporte muito comum nas favelas, passaram a ser legalizadas e fiscalizadas, foi imposta uma regularização com exigências de documentos aos motoristas, divisão de turnos para o trabalho e a obrigatoriedade de diminuição do número de motos, desempregando motoqueiros. A moto que supre as necessidades da comunidade passa





por um processo de fiscalização que pode prejudicar o dia-dia dos próprios moradores. Em contrapartida, não se constituiu uma política de transporte público que substituísse o alternativo.

Também restrições ao baile funk por parte da UPP, segundo moradores, pode ser considerado uma arbitrariedade, pois o mesmo é uma expressão cultural brasileira, gera emprego direta e indiretamente. O argumento da polícia é que o baile é foco de tráfico de drogas, o que soa como um preconceito, pois o mesmo também acontece em festas de grupos sociais com alto poder aquisitivo e não acontece a mesma postura repressora da polícia. Além disso, o funk é um gênero musical apreciado por grande percentual da população em geral e é peculiar às favelas cariocas. O nos traz à lembrança o processo de repressão por que passou o samba.

Durante anos a polícia entrou nas favelas do Rio de Janeiro assassinando moradores através do conhecido “caveirão” e por atiradores de elite em helicópteros, com respaldo do governo, com o argumento de que estava à procura de criminosos e traficantes, que os assassinatos aconteciam contra os suspeitos de estarem envolvidos com o tráfico.

Nesse sentido, depois de anos de corpos castigados dos habitantes das favelas, constrangidos pela violência e abuso de poder da polícia se tenta moldar as mentes das pessoas para que elas aceitem passivamente a UPP, assim como instruir os policiais de que o morador da favela não é seu inimigo, depois de décadas formando uma consciência policial de que na favela está o inimigo. Os policiais que constituem a UPP se diferenciam, recebem treinamento especial, têm mais policiais mulheres e há discurso de se controlar a corrupção policial. Quanto mais legítima a polícia, menos mecanismos de força serão usados.

É preciso produzir processos de aproximação, pois eles não acontecem naturalmente. Na cabeça do policial está que ele vai proteger a sociedade de meliantes e a identificação do que é um meliante pode ganhar extensão a estereótipos há muito construídos. O choque de cultura é grande.

Nesse sentido, no Brasil há vários Brasís e no Rio de Janeiro há vários Rios. Cada favela é uma favela, tem características físicas específicas, cultura e necessidade próprias. O trabalho deve acontecer de uma maneira diferente. “Existe uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.” (Ortiz, 1994:8)



A UPP envolve asfalto e morro e um problema apontado pelos moradores é a ocupação da favela pela polícia sem um trabalho social que possa incluir os moradores como cidadãos. Apenas a ação repressiva policial pode expulsar a criminalidade de favela ocupada pela UPP, mas não a impede de migrar para outras regiões.

Existem projetos realizados por organizações não governamentais, como o realizado pelo grupo Afroreggae, em que agentes transformadores trabalham encaminhando para um trabalho quem antes estava no tráfico e decidiu sair, como aponta o filme “5x Pacificação”.

Há algumas pessoas que acreditam que dar anistia aos antigos traficantes pode ser uma possibilidade de dar uma chance a quem quer viver uma nova vida sem o estigma e preconceito imposto socialmente. A prisão é apenas a continuação natural, nada mais que um grau superior dessa hierarquia percorrida passo a passo. O delinquente é um produto de instituição (Foucault, 1977:263), daqueles que tiveram poucas oportunidades e foram seduzidos pelo crime, pelo dinheiro fácil que poderiam ganhar.

Nesse sentido, segundo afirmação de morador de uma das favelas do Rio de Janeiro, não adiantaria uma UPP entrar na favela sem dar chance para quem era do tráfico, pois existem também aqueles que vendo que estão perdendo território para UPP, não querem ir para outra favela continuar trabalhando no tráfico de drogas, e gostariam de voltar a ter uma chance de recomeçar suas vidas, fala de um dos participantes do documentário “5 Vezes Pacificação”.

Existem outros projetos como o reflorestamento do Morro da Babilônia que integram moradores da favela com moradores do asfalto que recebe muitos turistas. Essas ações mostram que é possível também a entrada na favela sem medo, nesse sentido, a pacificação é de grande importância.

Há também moradores segundo fala do documentário “5 Vezes Pacificação” que acreditam que seria melhor UPP não ter entrado na sua comunidade ou agora que entrou que ela deveria ir embora, pois está prejudicando ao invés de trazer benefícios. Ainda existem opiniões diversas sobre as UPPs, alguns têm receio sobre a corrupção da polícia, que uma nova facção pode ser criada pela própria polícia, outros questionam como vai ser a favela depois da entrada da UPP, quando por algum motivo no futuro ela tiver que sair da favela, falas tiradas do documentário “5 Vezes Pacificação”. De fato ainda é preciso reformas para melhoria da qualidade de vida dos moradores das comunidades favelas, como assistência



social para receber dignamente na sociedade quem foi preso ou já fez parte da criminalidade, empregar os diversos membros da comunidade, dar acesso à saúde, educação e lazer a seus membros.

Além disso, com a chegada da UPP, muito comércio fechou dentro das favelas, o governo promete, mas não participa de outras ações sociais, o que acaba sendo feito por iniciativa de ONGs e associação de moradores, segundo visão de participante do documentário “5 Vezes Pacificação”.

80

## CONCLUSÃO

Podemos depreender que há diferentes pontos de vista entre diversos membros de nossa sociedade sobre o mesmo problema, a violência na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, se vê com facilidade pelo que mostram as falas no cotidiano, o cinema e o próprio discurso oficial que os chamados territórios conflagrados, segundo os pronunciamentos das autoridades de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, não existem per se, mas são construídos pelo discurso que deixa a todos os moradores desses ditos territórios homogeneizados numa imagem de banditismo. Não se trata de negar que a existência do tráfico de drogas, dos conflitos entre facções e toda a violência deu fama internacional às favelas do Rio de Janeiro, mas de observar que a política de pacificação, conseguiu desarmar grupos criminosos que estavam localizados em favelas de zonas mais ricas e valorizadas da cidade, empurrando essa violência para o chamado grande Rio. Talvez quem tenha se sentido mais beneficiado seja o “asfalto”, a classe média que vive dentro do ordenamento urbano, já que no Rio de Janeiro as favelas não estão confinadas nas periferias, mas coabitam as regiões valorizadas da cidade. Mas, à legitimação de ações militares no trato com os cidadãos e cidadãs das favelas, caracterizando um trato diferente do que é dado aos moradores do “asfalto”, são os sentidos que se constroem na circulação da linguagem. É a repetição que fortalece esses sentidos de marginalização, de barbárie e incivilidade que cercam as favelas e legitimam a expressão “territórios conflagrados” que autorizam o uso da violência militar.

O processo de pacificação está em curso e a sua fragilidade já se expõe com o retorno de tiroteios e ataques à polícia em regiões de maior concentração populacional como Rocinha e Complexo do Alemão. Sem uma atuação contundente para gerar qualidade de vida aos moradores das favelas, que possa compensar as décadas de abandono, negligência e exclusão



por parte das instituições do Estado e convivência da sociedade em geral, a perspectiva de se ter um porvir em que o Rio de Janeiro conviva com a real inclusão de todos os seus habitantes num projeto democrático de cidadania é ainda muito distante.

## REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990
- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato*. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza (Título original: *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993).
- BUTLER, Judith. *Lenguaje, Poder e identidade*. Trad. Javier Saez e Beatriz Preciado (Título original *Excitable speech: a politics of the performative* London and New York: Routledge. 1997)
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico* (Fernando Tomaz, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus. Trad. Joaquim Torres Costa e Antonio M. Magalhães. 1991
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petropolis, Vozes, 1977
- FRESQUET, A. (Org). *Imagens do Desaprender – Uma Experiência de Aprender com o Cinema*. Rio de Janeiro: Booklink, 2007
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000
- MEY, Jacob. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Campinas: Mercado de Letras. 2001.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1994
- OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp. 1998
- SILVA, Daniel do Nascimento. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência*. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.



## O FINANCIAMENTO DA CULTURA NO DISTRITO FEDERAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues

*Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional*  
*fatima.makiuchi@gmail.com*

CARMO, Cleide M. Vilela do

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional*  
*vilela.cleide@gmail.com*

82

### RESUMO

Este artigo traz algumas questões sobre o financiamento da cultura no Distrito Federal. Apresentamos um breve histórico sobre as políticas culturais no país e o desafio de garantir os direitos culturais previstos na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais através da implementação do Sistema Nacional de Cultura que prevê políticas públicas voltadas para o setor cultural, federativas e participativas. Por fim, apresentamos o Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal e uma breve análise da sua execução a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Cultura nos anos de 2011 e 2012.

**Palavras-chave:** Financiamento da Cultura; Sistema Nacional de Cultura; Fundo de Apoio à Cultura do DF.

### ABSTRACT

This article raises some questions about the financing of culture in the Federal District. We present a brief history of cultural policies in Brazil and the challenge of ensuring the cultural rights enshrined in the Federal Constitution and the States Constitutions through the implementation of national culture system that provides public policies for the cultural sector. Finally, we present the Support Fund for Culture of the Federal District and a brief analysis of its execution from data provided by the Department of Culture in 2011 and 2012.

**Key-words:** Financing of Culture. National Culture System. Support Fund for Culture of the Federal District.

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas de cultura no Brasil são marcadas pela ausência, autoritarismo e instabilidade<sup>1</sup>. Se tomarmos como ponto de partida a gestão de Capanema no Ministério de Educação e Saúde (1934-1945) percebe-se uma atuação que ao mesmo tempo organiza a área da cultura com a criação de diversas estruturas – entre elas o Instituto Nacional de Cinema

<sup>1</sup> Albino Rubim caracteriza a história das políticas culturais no Brasil pelas tristes tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade. (2007B)



Educativo (1936), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) e o Instituto Nacional do Livro (1937) – e outra de cunho autoritário e opressivo que caracteriza o Estado Novo através da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939.

Entre o período de 1945 a 1964, o SPHAN será o único órgão responsável pela implementação de políticas culturais em nível federal, marcando a tradição da ausência dessas políticas no país. Logo após, o país passa por uma Ditadura Militar (1964-1984), nesse momento, as políticas públicas de cultura são fortalecidas por meio da criação do Plano Nacional de Cultura (1975) e de instituições culturais como Fundação Nacional das Artes (1975), a Radiobrás (1976) e a Fundação Pró-Memória (1979). No entanto, não há espaço para nenhum tipo de participação nas decisões dessas políticas, pelo contrário, a censura de diversas expressões culturais caracteriza o autoritarismo da época.

No período seguinte, de 1985 a 2002, são criados o Ministério da Cultura – MinC – (1985) e as leis de incentivo fiscal. Até 1994, dez ministros passaram pelo comando do Ministério, o que gera instabilidade institucional. Além disso, a criação e implementação das leis de incentivo – primeiro a Lei Sarney (1986) e sua reformulação através da Lei Rouanet em 1991 – criou outro tipo de ausência: o repasse da responsabilidade das decisões do que financiar para o mercado.

A partir de 2003, a gestão do MinC amplia o conceito de cultura em suas políticas e programas, fortalece o debate para formulação e implementação de políticas públicas através do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), seminários e conferências. É demonstrado a preocupação com a existência e permanência das políticas culturais nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal – na institucionalização e implementação do Plano e do Sistema Nacional de Cultura (RUBIM, 2007a).

O reflexo dessa nova perspectiva pode ser mensurado no aumento de secretarias exclusivas nos municípios – de 4,2% em 2006 para 13,5% em 2012 – e no número de conselhos municipais de cultura – de 17% para 32,3% em 2012 (IBGE, 2012). Esse aumento é acompanhado por institucionalização de leis de sistemas de cultura, conselhos, planos, fundos de financiamento e a busca de formação mais qualificada para seus gestores (CALABRE, 2009).

Apesar desse crescimento, a área ainda apresenta pouca estabilidade, carência de recursos, competências concorrentes dos entes federados e políticas descontinuadas. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), que foi incluído na Constituição Federal em 2012, é um modelo de





gestão que propõe uma política compartilhada entre a sociedade civil e o poder público e entre os três entes federados – União, estados, DF e municípios – com o objetivo de criar estruturas e políticas permanentes para a área da cultura. Como podemos observar no texto da Constituição, o SNC pretende

[...] instituir um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Desse modo, o Sistema é uma tentativa de institucionalizar e criar políticas permanentes de cultura em todo o país com ampla participação da sociedade civil com o objetivo de garantir o pleno exercício dos direitos culturais.

Para aderir ao Sistema, o responsável legal pelo município ou estado deve assinar o Acordo de Cooperação Federativa para o desenvolvimento do SNC. O Acordo é bilateral, entre o município ou estado e o MinC e é de responsabilidade da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (SAI/MinC). O instrumento normativo estabelece as obrigações de cada um para o desenvolvimento do SNC, destacadas a institucionalização da lei e a implementação de seus componentes (órgão gestor, conselho, conferências, plano decenal, fundo, sistemas setoriais, sistema de informações e indicadores, programa de formação para a área da cultura e comissão bipartite – somente para os estados).

Além de garantir a estruturação e políticas permanentes para a área cultural, o SNC pode permitir a divisão de competências para cada ente, reformulando uma série de competências legais comuns à União, estados e municípios, como a proteção de documentos, obras e outros bens de valores histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos. Atualmente, existem diversas instituições criadas tanto pelo MinC quanto pelos estados e municípios com acervos similares e com atividades idênticas sem buscar uma integração ou planejamento partilhado (BOTELHO, 2009).

A colaboração entre os entes federados também propicia o protagonismo dos municípios, locais privilegiados da ação cultural. Seguindo assim, recomendação da *Agenda 21 da Cultura*:

As cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna





possível o desenvolvimento humano integral (CGLU, Agenda 21 da Cultura, 2004).

Outra função importante do Sistema Nacional de Cultura é assegurar a harmonização<sup>2</sup> da legislação sobre a área cultural em todos os níveis de governo. Ou seja, garantir que as leis de Sistema de Cultura, que asseguram a participação nas decisões das políticas públicas de cultura, possuam princípios comuns a todos os entes integrados expressos no art. 216-A da Constituição Federal, tais como conselho de política cultural com representação da sociedade civil de no mínimo 50% de seus membros, previsão de conferências e de planos decenais para a área cultural, participação da sociedade civil na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas de cultura.

Segundo o banco de dados do MinC, até junho de 2014, todos os estados, o Distrito Federal e 2392 municípios integrados ao SNC, o que corresponde a 43% do total de municípios brasileiros haviam feito a integração ao SNC por meio do Acordo de Cooperação Federativa. Isso significa que estes entes federados assumiram o compromisso de criar seus sistemas de cultura com pelo menos cinco componentes: órgão gestor, conselho de política cultural, fundo de cultura, plano de cultura e conferências de cultura.

## **SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E DIREITOS CULTURAIS**

Os direitos culturais que estão previstos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da qual o Brasil é signatário, e na Constituição Federal versam, de maneira genérica, sobre a liberdade do indivíduo em participar da vida cultural, exercer suas próprias expressões culturais, beneficiar-se dos avanços científicos e sobre os direitos autorais (KAUARK, 2013). Percebe-se que as Constituições Estaduais possuem artigos que refletem esses direitos, no entanto, eles não são expressamente indicados nas constituições estaduais dos estados de Alagoas, Goiás, Maranhão e Rondônia.

O Sistema Nacional de Cultura deve ser um desdobramento da garantia destes direitos a partir da participação da população nas decisões das políticas culturais local nas conferências e conselhos de cultura; do estímulo à criação de bens culturais, e promoção do acesso a eles; na

<sup>2</sup> Capato (2013) se refere a importância da harmonização de legislações entre os países do Mercosul a partir dos Tratados acordados por estes países. Para ele, “a harmonização ou convergência supõe um processo dinâmico que leva a uma aproximação dos sistemas nacionais ou a aceitação de normas e princípios comuns a todos os países envolvidos”. Permitimos inserir esse conceito no Sistema Nacional de Cultura por apresentar características comuns a um Tratado entre países, através do Acordo de Cooperação Federativa, mas em nível nacional.



garantia do direito à identidade na gestão dos recursos naturais. Isso pode possibilitar a reconstituição de vínculos sociais em zonas menos favorecidas.

Para isso, é importante haver consonância entre os planos decenais da cultura; ou seja, as políticas culturais dos entes federados devem estar articuladas. Maior participação da sociedade nos processos decisórios é desejável. Tanto os agentes públicos quanto a sociedade civil devem ter claros seus papéis na construção dos sistemas de cultura. Deste modo, as políticas culturais podem incidir na vida cidadã de uma comunidade como aponta Barbieri:

Se acentúa, así, progresivamente el papel de las políticas culturales, que se definen, por un lado, como un instrumento de promoción de bienes y servicios culturales (cultura en sentido pragmático) y, por otro, como herramienta que puede transformar las relaciones sociales, dar soporte a la diversidad e incidir en la vida ciudadana (visión valorativa de la cultura). (BARBIERI, 2011, p. 478)

Ao observar as constituições estaduais e a lei orgânica do Distrito Federal, percebe-se que todas elas trazem artigos sobre patrimônio com redações bem próximas ao do artigo 216 que trata sobre o mesmo tema na Constituição Federal. Isso pode ser reflexo da política permanente de patrimônio brasileira instituída primeiramente pelo IPHAN.

Somente as constituições do Ceará e do Mato Grosso do Sul citam o Sistema Estadual de Cultura. A constituição do Ceará diz que “a gestão pública da cultura no Estado do Ceará será feita por intermédio da Secretaria da Cultura, de forma sistêmica, com participação de órgãos colegiados” e possui dois artigos que criam o plano plurianual e o orçamento participativo e o modo como deverão ser elaborados, com a participação da sociedade civil. A do Mato Grosso do Sul cita apenas o órgão gestor responsável pela coordenação do Sistema Estadual de Cultura – a Fundação de Cultura do estado.

De acordo com a tabela abaixo, podemos perceber que quanto à estruturação dos componentes, 17 estados e o Distrito Federal possuem conselhos estaduais criados em sua constituição; dois estados designam um órgão gestor para coordenar a área; oito constituições estaduais citam que a cultura deve ser planejada em políticas, programas ou planos, sendo que algumas citam a participação da sociedade nesse processo.



**Tabela 1 – A cultura nas Constituições Estaduais**

UF	Direitos culturais	Sistema de Cultura	Patrimônio	Órgão gestor	Conselho de Cultura	Planejamento da Política Cultural	Formação / Qualificação	Orçamento Participativo	Incentivo Fiscal	Fundo de Cultura	Regionalização/ Descentralização	Sistemas Setoriais
AC	X		X		X							X
AL			X									
AM	X		X		X	X	X		X	X		
AP	X		X		X							
BA	X		X		X	X	X		X		X	
CE	X	X	X	X	X	X		X		X		X
DF	X		X		X		X		X	X	X	X
ES	X		X			X			X			
GO			X		X		X					X
MA			X									
MG	X		X			X	X		X		X	
MS	X	X	X	X	X							
MT	X		X		X						X	
PA	X		X		X							
PB	X	X	X		X							X
PE	X		X			X					X	
PI	X		X		X							
PR			X		X		X					
RJ	X		X		X							
RN	X		X									
RO			X		X					X		
RR	X		X		X		X		X			X
RS	X		X		X				X			X
SC	X		X			X						



<b>SE</b>	X		X		X						
<b>SP</b>	X		X			X	X			X	
<b>TO</b>	X		X				X		X		X

Quantos às leis estaduais de Sistemas de Cultura, seis estados já institucionalizaram as suas: Acre, Bahia, Ceará, Paraíba<sup>3</sup>, Rio Grande do Sul e Roraima. Somente a lei do Ceará, que passa por modificações, não prevê um plano decenal de cultura. Todas elas preveem órgão gestor, conselho paritário, sistema de financiamento com fundo de cultura, plano decenal e conferências.

88

## O FINANCIAMENTO DA CULTURA NO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal (DF) fez sua adesão ao SNC em 2009. Apesar de não possuir uma lei específica que cria o Sistema Distrital de Cultura, o DF possui os seguintes componentes institucionalizados e em funcionamento: Secretaria de Cultura; Conselho Distrital de Cultura e 31 conselhos regionais de cultura; Fundo de Apoio à Cultura do DF (FAC) e Lei de Incentivo à Cultura (LIC), plano de cultura em elaboração, apoiado pelo Projeto de Elaboração de Planos Estaduais de Cultura em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina e o MinC; sistema de museus; e realizou quatro conferências de cultura.

Portanto, o Sistema de Financiamento à Cultura no DF é composto por orçamento público, fundo de cultura e lei de incentivo à cultura (aprovada em 2014). Como dissemos, o principal mecanismo de financiamento à cultura no âmbito do SNC são os fundos de cultura. Por isso, vamos focar nossa análise no Fundo de Apoio à Cultura do DF que foi criado no início dos anos 1990, período da redemocratização do Brasil.

Sua criação foi possível devido à mobilização da sociedade civil de todo o DF, especialmente, das cidades-satélites para criação de políticas públicas com maior participação social em sua formulação e implementação, entre elas as políticas de cultura. Daí surgiram as associações culturais que contribuíram para a articulação e fortalecimento dos movimentos sociais que tinham como pauta a cultura, como o Movimento de Articulação Cultural (MAC).

<sup>3</sup>O Sistema Estadual de Cultura da Paraíba é instituído pela Medida Provisória nº 219/2014.



Esses movimentos apontaram a necessidade de criar mecanismos mais transparentes de seleção pública de projetos artísticos e culturais apoiados pelo governo, como os editais e, também, de envolver a sociedade na seleção desses projetos através do Conselho de Cultura.

Desse modo, o Fundo de Apoio à Arte e à Cultura (FAAC) nasce em consequência dessas lutas, em 1991, com a finalidade de difundir e aumentar as atividades artísticas e culturais através da promoção de projetos artísticos e culturais, publicação de livros, compra de materiais necessários para a prática artística, manutenção de equipamentos culturais, produção de filmes e preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico.

Em 1994, a lei orgânica do Distrito Federal foi institucionalizada, de acordo com as diretrizes da Constituição Federal de 1988. Nela, os direitos culturais são definidos como a liberdade de expressão cultural e o respeito à sua pluralidade; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas e tecnológicas científicas; a divulgação e a circulação de bens culturais. Além disso, é explícito que um dos objetivos do DF é a proteção e o desenvolvimento da cultura local.

Os objetivos do FAAC foram ampliados pela lei 267 de 1999 para promover a educação, a arte, a produção cultural e outros objetivos considerados relevantes pelo Departamento de Cultura e Artes Conselho; preservar e restaurar o patrimônio artístico, cultural e histórico; pesquisar e difundir os bens culturais e artísticos. Os segmentos artísticos abrangidos pelo FAAC seriam a música, as artes cênicas, a produção audiovisual, as artes visuais, a literatura, o patrimônio, as bibliotecas, os museus, os arquivos, o rádio e a televisão educativa e cultural, sem fins comerciais.

Em 2008, o FAAC foi transformado no Fundo de Apoio à Cultura (FAC). A principal mudança nesse ano foi no uso dos recursos, direcionados apenas para projetos da sociedade civil e não para a manutenção da Secretaria de Cultura (SECULT DF). Outra importante mudança no FAC foi a vinculação orçamentária de 0,03% do lucro líquido do DF após a aprovação da emenda à lei orgânica no mesmo ano. Isso proporcionou o aumento de seus recursos de 7,6 milhões de reais em 2008 para quase 15 milhões no orçamento de 2009.

A última mudança ocorrida no Fundo foi em 2013 através do Decreto n ° 34.785/2013. Foram modificadas as regras dos editais a fim de reduzir a burocracia, facilitar o modo de entrega de prestação de contas e ampliar os segmentos contemplados pelo fundo: design, moda, cultura digital e arte e tecnologia.



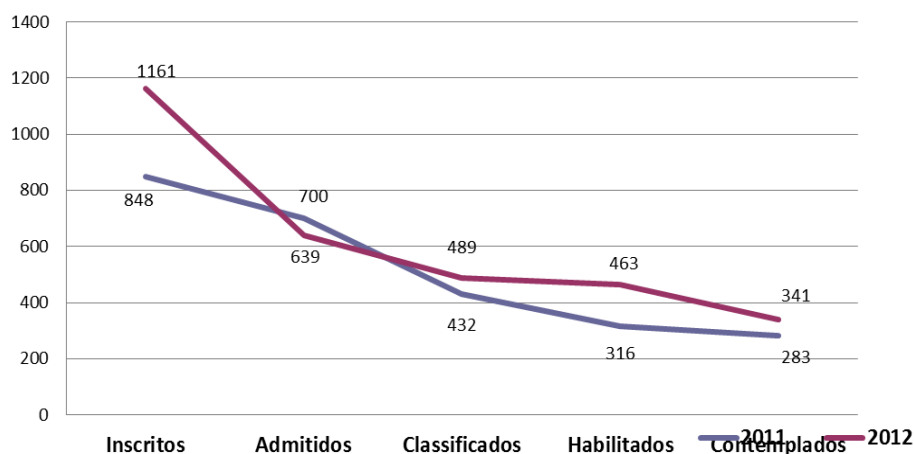
Para inscrever projetos culturais no FAC, o interessado (artista, entidade, empresa, produtor ou gestor cultural) deve fazer um cadastro na SECULT – o Cadastro de Ente e Agente Cultural (CEAC). Para solicitar o CEAC, é necessário apresentar documentos pessoais, currículo com comprovação de experiência de dois anos na área artística e comprovante de domicílio no DF por mais de dois anos. Esses documentos são encaminhados para o Conselho Distrital de Cultura para aprovação. Após esse procedimento, o interessado pode se inscrever nos editais do FAC.

Nos editais, o produtor cultural deve apresentar seu projeto conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Cultura com objetivos, contrapartidas, justificativa e orçamento. Cada item do orçamento deve ter a comprovação de três cotações. Primeiro, os documentos são analisados pelos servidores da SECULT para depois serem avaliados pelo Conselho. Se o projeto é aprovado, o participante assina um contrato para desenvolver o projeto que deve ser acompanhado de relatório de prestação de contas bimestral e final.

Esse tipo de processo requer uma habilidade de escrita e que pode excluir muitos participantes já na primeira etapa, na admissão de documentos. Não sendo avaliado nem o conteúdo do projeto pelo Conselho de Cultura.

**Figura 1- Fluxo dos projetos (Dados Secult DF)**

### Fluxo Geral dos Projetos



Segundo dados da SECULT, dos 1161 projetos inscritos nos editais durante o anos de 2012, 639 (55%) foram aceitos após análise documental e somente 341 (29%) projetos foram aprovados.



O orçamento do FAC após a mudança ocorrida em 2008, em que foi aprovada a vinculação orçamentária de 00,3% do lucro líquido do DF, subiu de 7,2 milhões de reais em 2008 para 15 milhões em 2009. Entretanto, a execução é baixa. Isso pode ser explicado pelo aumento dos recursos do fundo, mas com a mesma estrutura anterior (recursos humanos, materiais, etc) e também pela dificuldade dos artistas se inscreverem nos editais, como vimos acima.

Percebemos também que os recursos do FAC, de 2010 a 2013, tiveram um significativo aumento, se compararmos ao orçamento da SECULT. Em quatro anos, os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual aumentaram em 30% - de 176,7 milhão em 2010 para 248,6 milhões em 2013.

**Figura 2- Orçamento da Cultura e do FAC no DF (Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal)**

	Cultura		FAC	
2010	R\$	176,7	R\$	35,0
2011	R\$	190,5	R\$	38,1
2012	R\$	183,7	R\$	44,9
2013	R\$	248,6	R\$	51,2

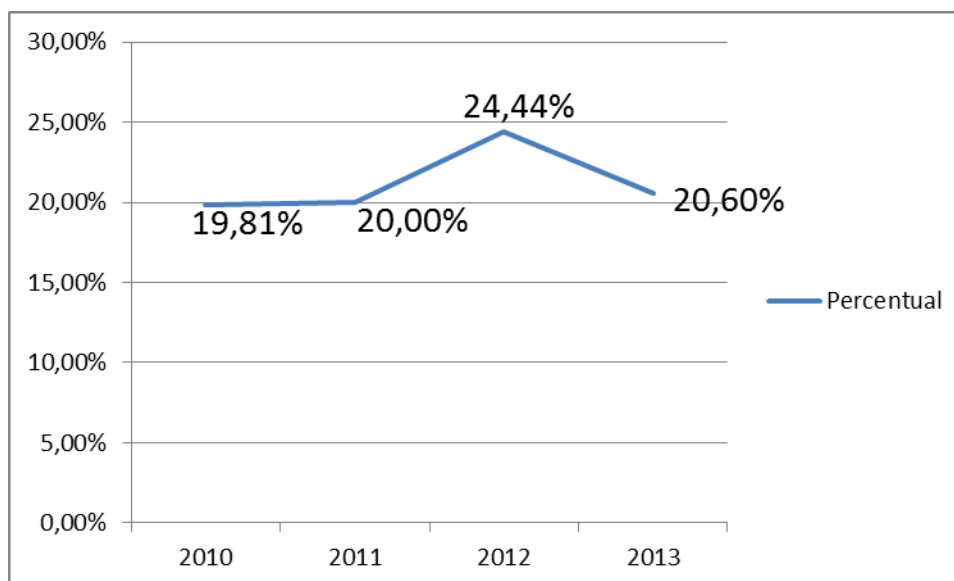
Se compararmos aos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) que deve ser distribuído em projetos de todo o país (considerando a população de quase 200 milhões de brasileiros) e do próprio Ministério da Cultura, os recursos do FAC são proporcionalmente muito maiores. O FNC teve um orçamento previsto pela LOA de 368 milhões em 2013, isso significa R\$1,84 por habitante. Para o mesmo período, os recursos do FAC significavam R\$18,28 por habitante do Distrito Federal.

Em relação ao orçamento da função cultura na LOA, o percentual de recursos direcionados ao FAC se manteve em cerca de 20% durante esses quatro anos. Com exceção de 2012, em que o orçamento geral da cultura foi reduzido, mas o do FAC foi mantido, esse percentual subiu para 24,4%.





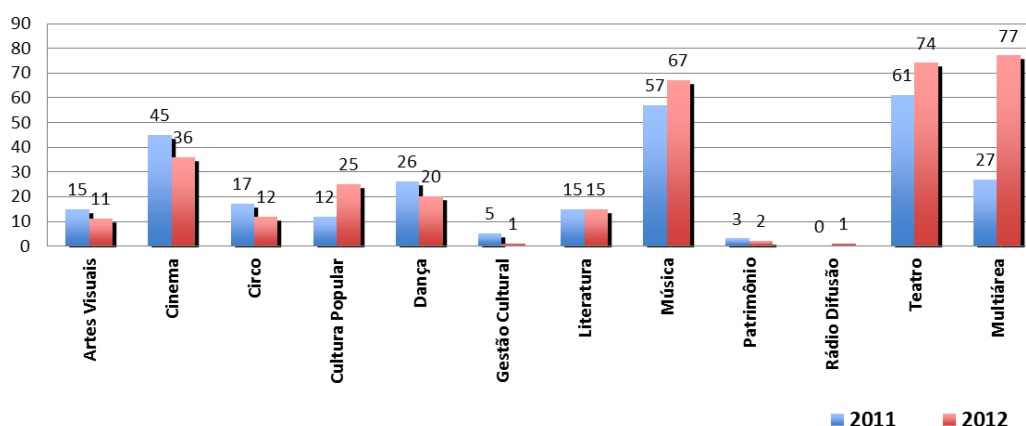
**Figura 3 - Percentual dos recursos do FAC/ Secretaria de Cultura do Distrito Federal**



Não há dados consolidados da Secretaria de Cultura dos projetos contemplados por área e segmento. Entretanto, nos anos de 2011 e 2012, a Secretaria de Cultura divulgou os segmentos contemplados e a área onde os recursos do FAC foram empregados. Vemos que no ano de 2012, o número de projetos no segmento Multiárea aumentou de 27 para 77 e os de cinema, dança e circo diminuíram.

**Figura 4 – Quantidade de Projetos Apoiados por Linguagem**

**Quantidade de Projetos Apoiados por Linguagem 2011/2012**



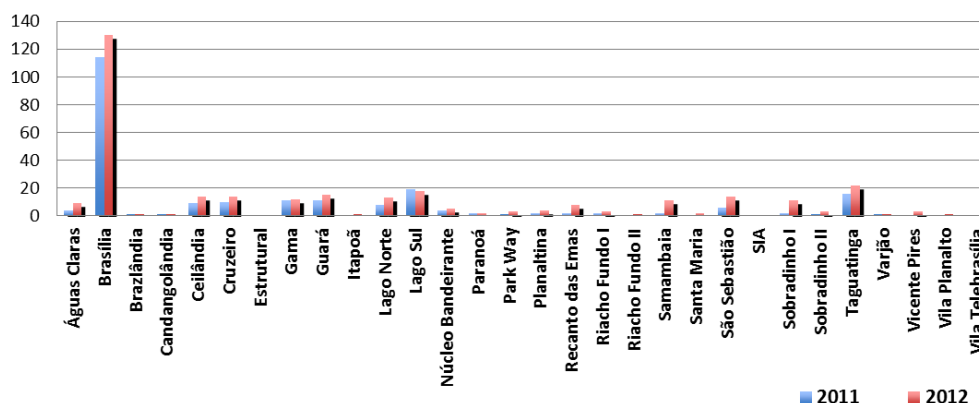
Quanto à residência dos produtores e artistas contemplados, a maioria vive no Plano Piloto (Brasília, Lago Sul e Lago Norte). Taguatinga, Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará,



Sobradinho e São Sebastião aparecem depois com um número significativamente menor de projetos.

**Figura 5 – Residência/Sede dos contemplados**

**Relação de Residência/Sede de Contemplados 2011/2012**



A partir dos dados levantados, percebemos a necessidade de realizar mudanças no acesso ao FAC assim como na prestação final de contas para ampliar o número de regiões administrativas beneficiadas assim como o de artistas e produtores culturais. Além disso, é importante analisar os dados de 2013 e 2014, que ainda não foram disponibilizados pela Secult, para avaliar os impactos da modificação ocorrida no decreto do FAC em 2013.

Pelos dados de 2011 e 2012, percebemos que o orçamento continuou estável e o investimento de recursos nos projetos de artistas e produtores da região central do DF – Brasília, Lago Sul e Lago Norte – foi mantida, apesar do discurso de descentralização da Secretaria de Cultura o que evidencia que as ações podem não corresponder ao discurso político.

## REFERÊNCIAS

*AGENDA 21 DA CULTURA*. Barcelona, Instituto de Cultura de Barcelona, 2004. In: Disponível em <http://www.agenda21culture.net/>

ACRE. *Constituição do Estado do Acre* - A Assembléia Estadual Constituinte, usando dos poderes que lhe foram outorgados pela Constituição Federal, obedecendo ao ideário democrático, com o pensamento voltado para o Povo e inspirada nos Heróis Da Revolução Acreana, promulga a seguinte Constituição do Estado do Acre. In: Disponível em



[http://www.aleac.net/sites/default/files/Constituicao\\_Estadual.pdf](http://www.aleac.net/sites/default/files/Constituicao_Estadual.pdf). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

ALAGOAS. *Constituição do Estado de Alagoas*. In: Disponível em <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/Constituicao%20do%20Estado%20de%20Alagoas.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2013.

AMAPÁ. *Constituição do Estado do Amapá* - Nós, os primeiros Deputados Estaduais, representantes do povo amapaense, reunidos em Assembléia Estadual Constituinte para instituir o ordenamento básico e reafirmar os valores que fundamentam os objetivos e princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, invocando a proteção de Deus, inspirados no ideal de a todos garantir justiça, liberdade e bem estar, promulgamos a Constituição do Estado do Amapá. In: Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/lex/a\\_pdf/constituicao\\_ap.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/lex/a_pdf/constituicao_ap.pdf). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

AMAZONAS. *Constituição do Estado do Amazonas*. In: Disponível em [http://www.mpam.mp.br/attachments/article/1855/Constituicao\\_Amazonas\\_2010.pdf](http://www.mpam.mp.br/attachments/article/1855/Constituicao_Amazonas_2010.pdf). Acesso em 22 janeiro de 2014.

BAHIA. *Constituição do Estado da Bahia* - Nós, Deputados Estaduais Constituintes, investidos no pleno exercício dos poderes conferidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, sob a proteção de Deus e com o apoio do povo baiano, unidos indissolivelmente pelos mais elevados propósitos de preservar o Estado de Direito, o culto perene à liberdade e a igualdade de todos perante a lei, intransigentes no combate a toda forma de opressão, preconceito, exploração do homem pelo homem e velando pela Paz e Justiça sociais, promulgamos a Constituição do Estado da Bahia. In: Disponível em [http://www.al.ba.gov.br/PublitaioPHP/Uploads/04092012143627000000\\_constituicaoEstadual\\_04112009.pdf](http://www.al.ba.gov.br/PublitaioPHP/Uploads/04092012143627000000_constituicaoEstadual_04112009.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

BARBIERI, Nicolás; PARTAL, Adriana; MERINO, Eva. Nuevas políticas, nuevas miradas y metodologías de evaluación. ¿Cómo evaluar el retorno social de las políticas culturales? In: *Revista Papers*, Volume 96, número. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2011, p. 477-500

BRASIL. *Proposta de emenda à Constituição nº 416, de 16 de junho de 2005*. Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. In: Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=290677>>. Acesso em 30 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Constituição Federal Brasileira* - Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. In: Disponível em



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm). Acesso em 30 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010* - Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. *In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 23 a 25 de maio de 2007. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

95

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. *In: Disponível em* <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/pdfs/Lia%20Calabre%20-%202017.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

CAPATO, Alejandro. *El derecho de la cultura en la República Argentina y en el MERCOSUR*. Buenos Aires: 2013.

CEARÁ. *Constituição do Estado do Ceará* - Em nome do povo cearense, no exercício da atividade constituinte, derivada da expressa reserva de poder da representação soberana da Nação brasileira, a Assembléia Estadual Constituinte, invocando a proteção de Deus, adota e promulga a presente Constituição, ajustada ao Estado Democrático de Direito, implantado na República Federativa do Brasil. *In: Disponível em* <http://www.ceara.gov.br/simbolos-oficiais/constituicao-do-estado-do-ceara>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

DISTRITO FEDERAL. *Lei Orgânica do Distrito Federal*. *In: Disponível em* <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

ESPÍRITO SANTO. *Constituição do Estado do Espírito Santo* - Nós, os representantes do povo espírito-santense, reunidos sob a proteção de DEUS, em Assembleia Estadual Constituinte, por força do art. 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, baseados nos princípios nela contidos, promulgamos a Constituição Estadual, assegurando o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do Estado, repudiando, assim, toda a forma autoritária de governo. *In: Disponível em* [http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos\\_internet/downloads/c\\_est.pdf](http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

GOIÁS. *Constituição do Estado de Goiás* - Sob a proteção de Deus e em nome do povo goiano, nós, Deputados Estaduais, investidos de Poder Constituinte, fiéis às tradições históricas e aos anseios de nosso povo, comprometidos com os ideais democráticos, respeitando os direitos fundamentais da pessoa humana, buscando definir e limitar a ação do Estado em seu papel de construir uma sociedade livre, justa e pluralista, aprovamos e promulgamos a presente Constituição do Estado de Goiás. *In: Disponível em*



[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao\\_1988.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

KAUARK, Giuliana. Os Direitos Culturais e Seu Lugar no Plano Nacional de Cultura do Brasil. *In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS – 16 a 18 de outubro de 2013, Rio de Janeiro.* Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Giuliana-Kauark.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

MARANHÃO. *Constituição do Estado do Maranhão - A Assembléia Constituinte do Estado do Maranhão usando dos poderes que lhe foram conferidos pela Constituição Federal, invocando a proteção de Deus, visando a defesa do regime democrático e a garantia dos direitos do homem e da sociedade, promulga a seguinte Constituição do Estado do Maranhão.* *In: Disponível em* <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/08/constituicaoma.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Mato Grosso.* *In: Disponível em* <http://www.al.mt.gov.br/TNX/storage/constituicao-de-mato-grosso.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

MATO GROSSO DO SUL. *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul - Nós, representantes do povo sulmatogrossense, reunidos em Assembléia Estadual Constituinte para garantir a dignidade do ser humano e o pleno exercício de seus direitos; para reafirmar os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade; para consolidar o sistema representativo, republicano e democrático; para ratificar os direitos do Estado no concerto da Federação; para assegurar a autonomia municipal e o acesso de todos à justiça, à educação, à saúde e à cultura; e para promover um desenvolvimento econômico subordinado aos interesses humanos, visando à justiça social para o estabelecimento definitivo da democracia, invocando a proteção de Deus, promulgamos a seguinte Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.* *In: Disponível em* <http://www.al.ms.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=vY9Gt9a1ypw%3D&tabid=220>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais - Nós, representantes do povo do Estado de Minas Gerais, fiéis aos ideais de liberdade de sua tradição, reunidos em Assembléia Constituinte, com o propósito de instituir ordem jurídica autônoma, que, com base nas aspirações dos mineiros, consolide os princípios estabelecidos na Constituição da República, promova a descentralização do Poder e assegure o seu controle pelos cidadãos, garanta o direito de todos à cidadania plena, ao desenvolvimento e à vida, numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na justiça social, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição.* *In: Disponível em* <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Acordo de Cooperação Federativa.* Brasília, MINC, 2012. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/category/adesao-estados-municipios/>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.



\_\_\_\_\_. *Documento Básico: Institucionalização e Implementação do SNC*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

\_\_\_\_\_. *Guia de Orientações para os Municípios – Perguntas e respostas*. Brasília; MinC: 2011.

\_\_\_\_\_. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília; MinC: 2011.

PARÁ. *Constituição do Estado do Pará* - O Povo do Pará, por seus representantes, reunidos em Assembléia Estadual Constituinte, inspirado nos princípios constitucionais da República Federativa Do Brasil, rejeitando todas as formas de colonialismo e opressão; almejando edificar uma sociedade justa e pluralista; buscando a igualdade econômica, política, cultural, jurídica e social entre todos; reafirmando os direitos e garantias fundamentais e as liberdades inalienáveis de homens e mulheres, sem distinção de qualquer espécie; pugnando por um regime democrático avançado, social e abominando, portanto, os radicalismos de toda origem; consciente de que não pode haver convivência fraternal e solidária dentro de uma ordem econômica injusta e egoísta; confiante em que o valor supremo é a liberdade do ser humano e que devem ser reconhecidos e respeitados os seus direitos elementares e naturais, especialmente, o direito ao trabalho, à livre iniciativa, à saúde, à educação, à alimentação, à segurança, à dignidade; invoca a proteção de Deus e promulga a seguinte Constituição do Estado do Pará, esperando que ela seja o instrumento eficiente da paz e do progresso, perpetuando as tradições, a cultura, a história, os recursos naturais, os valores materiais e morais dos paraenses. *In:* Disponível em <http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/Diversa/ConstEmendas/ConstEstadual/Constituicao%20Para.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

PARAÍBA. *Constituição do Estado da Paraíba* - Nós, representantes do povo paraibano, reunidos em Assembléia Estadual Constituinte, conforme os princípios da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, objetivando instituir uma ordem jurídica autônoma para uma democracia social participativa, legitimada pela vontade popular, que assegure o respeito à liberdade e à justiça, o progresso social, econômico e cultural, e o bem-estar de todos os cidadãos, numa sociedade pluralista e sem preconceitos, decretamos e promulgamos, invocando a proteção de Deus, a seguinte Constituição do Estado da Paraíba.. *In:* Disponível em [http://comissoes.uepb.edu.br/cppta/?wpfb\\_dl=13](http://comissoes.uepb.edu.br/cppta/?wpfb_dl=13). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

PARANÁ. *Constituição do Estado do Paraná* - Nós, representantes do povo paranaense, reunidos em Assembléia Constituinte para instituir o ordenamento básico do Estado, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição do Estado do Paraná. *In:* Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=9779&codItemAto=141888>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

PERNAMBUCO. *Constituição do Estado de Pernambuco* - Nós, representantes do povo pernambucano, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia Estadual Constituinte, tendo presentes as lições de civismo e solidariedade humana do seu patrono Joaquim Nabuco, reconfirmamos a Decisão de preservar os exemplos de pioneirismo e as tradições libertárias desta terra, ao reafirmarmos guardar fidelidade à Constituição da República Federativa do





Brasil, em igual consonância ao permanente serviço a que Pernambuco se dedicou, de respeito e valorização da nacionalidade e reiteramos o compromisso de contribuição na busca da igualdade entre os cidadãos, da acessibilidade aos bens espirituais e materiais, da intocabilidade da democracia, tudo por promover uma sociedade justa, livre e solidária, ao decretarmos e promulgarmos a seguinte Constituição do Estado de Pernambuco. *In:* Disponível em <http://www.alepe.pe.gov.br/downloads/legislativo/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

PIAUI. *Constituição do Estado de Piauí.*- Nós, representantes do povo, em Assembléia Constituinte, sob a proteção de Deus, continuadores das tradições de combatividade, firmeza, heroísmo e abnegação dos nossos antepassados, decididos a organizar uma sociedade aberta às formas superiores de convivência, fundada nos valores da liberdade, da igualdade e do trabalho, apta a preservar a sua identidade no contexto geral da nação brasileira, promulgamos a seguinte Constituição do Estado do Piauí. *In:* Disponível em [http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao\\_piaui.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_piaui.pdf). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro* - Nós, Deputados Estaduais Constituintes, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo artigo 11 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, reunidos em Assembléia e exercendo nossos mandatos, em perfeito acordo com a vontade política dos cidadãos deste Estado quanto à necessidade de ser construída uma ordem jurídica democrática, voltada à mais ampla defesa da liberdade e da igualdade de todos os brasileiros, e ainda no intransigente combate à opressão, à discriminação e à exploração do homem pelo homem, dentro dos limites autorizados pelos princípios constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente Constituição do Estado do Rio de Janeiro. *In:* Disponível em [http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao\\_rj.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rj.pdf). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.* *In:* Disponível em [http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=b\\_yQYXtsML4%3d&tabid=3683&mid=5359](http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=b_yQYXtsML4%3d&tabid=3683&mid=5359). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

RIO GRANDE DO NORTE. *Constituição do Estado do Rio Grande do Norte* - Nós, em nome do Povo, reunidos em Assembléia Estadual Constituinte para organizar o Estado indissolivelmente unido aos demais Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, na República Federativa do Brasil, invocando a proteção de Deus, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. *In:* Disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70437/CE\\_RioGrandedoNorte.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70437/CE_RioGrandedoNorte.pdf?sequence=1). Acesso em 21 de janeiro de 2014.

RONDÔNIA. *Constituição do Estado de Rondônia* - Os Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso sócio-econômico e cultural, estabelecer o exercício dos direitos sociais e individuais, o império da lei, com fundamento nas tradições nacionais, estimulando os ideais de liberdade, de segurança, bem-estar, igualdade e fraternidade, como valores supremos de uma sociedade pluralista e sem preconceitos, promulgam, sob a proteção de Deus, a seguinte





Constituição do Estado de Rondônia. *In:* Disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70438/CE\\_Rondonia.pdf?sequence=14](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70438/CE_Rondonia.pdf?sequence=14). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

RORAIMA. *Constituição do Estado de Roraima*. *In:* Disponível em [http://www.al.rr.gov.br/publico/setores/000/2/download/constitui%C3%A7%C3%A3o\\_estadual.pdf](http://www.al.rr.gov.br/publico/setores/000/2/download/constitui%C3%A7%C3%A3o_estadual.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e Enfrentamentos. *In:* . *In:* III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 23 a 25 de maio de 2007. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. 2007a, Salvador. Anais. Cd-rom.

\_\_\_\_\_, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios*. *In:* OBS. Lisboa: 2007b.

SANTA CATARINA. *Constituição do Estado de Santa Catarina*. *In:* Disponível em [http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC\\_2013\\_67\\_e\\_68\\_emds.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC_2013_67_e_68_emds.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

SÃO PAULO. *Constituição do Estado de São Paulo - O Povo Paulista, invocando a proteção de Deus, e inspirado nos princípios constitucionais da República e no ideal de a todos assegurar justiça e bem-estar, decreta e promulga, por seus representantes, a Constituição do Estado de São Paulo*. *In:* Disponível em <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

SERGIPE. *Constituição do Estado de Sergipe*. *In:* Disponível em [http://www.al.se.gov.br/cese/constituicao\\_do\\_estado\\_de\\_sergipe\\_2007.pdf](http://www.al.se.gov.br/cese/constituicao_do_estado_de_sergipe_2007.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2014.

TOCANTINS. *Constituição do Estado de Tocantins - A Assembléia Estadual Constituinte, representando a Comunidade Tocantinense, refletindo as mudanças operadas com o advento de sua emancipação político-administrativa e fazendo-se instrumento de orientação de seu progresso, com Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sob a proteção de Deus, promulga sua primeira Constituição*. *In:* Disponível em <http://www2.sefaz.to.gov.br/servicos/legislacao/const.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.



## O GRAFITE COMO NEXO TERRITORIAL: OS CASOS DE SAN LORENZO DE ALMAGRO E BANGU ATLÉTICO CLUBE

BIZARRIA, Júlio César de Lima

*Mestre em Memória Social, Programa de Pós Graduação em Memória Social,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
ibizarria@hotmail.com*

VASCONCELLOS, Pedro Jorge Lo Duca

*Mestre em Memória Social, Programa de Pós Graduação em Memória Social,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
pedromirok@yahoo.com.br*

100

### RESUMO

Como produto da pós-modernidade, o grafite é caracterizado por sua efemeridade. Há, porém, casos nos quais seus usos podem sugerir formas de construção de identidades grupais que visam ao longo prazo. Um caso significativo apresenta-se nas disputas extramuros do futebol de Buenos Aires, que concentra uma profusão de clubes que representam suas vizinhanças e comunidades de torcedores. Um exemplo recente desse uso aparentemente paradoxal do grafite está no Grupo Artístico de Boedo “Roberto Arlt”. Essa comunidade de artistas defendem a região de Boedo e o clube San Lorenzo de Almagro como unidade indissolúvel, e vêm produzindo murais que recriam a memória local assim como a recuperação, pelo clube, do terreno de seu estádio original. Na cidade do Rio de Janeiro, em contraste ao contexto portenho, só um clube parece representar sua vizinhança com semelhante discurso e conto de redenção, embora a linguagem visual capaz de transmitir essas aspirações ainda esteja por ser encontrada.

**Palavras-chave:** Grafite. Futebol Associação. Identidade.

### ABSTRACT

As a product of post-modernity, *graffiti* is often characterised by its ephemerality. There are, however, occasions in which its uses may suggest forms of group identity construction that envision the longer term. A significant case presents itself in the street disputes involving the Buenos Aires’ football scene, which concentrates a profusion of clubs that represent their immediate vicinity and community of supporters. A recent example of this seemingly paradoxical use of *graffiti* lies in the Roberto Arlt Artistic Group of Boedo. This community of artists support the neighbourhood of Boedo and the club of San Lorenzo as an indissoluble unity, and have been producing murals that recreate local memory, as well as the club’s reclamation of its original stadium. In the city of Rio de Janeiro, in contrast to the context of Buenos Aires, only one club seems to represent its neighbourhood with such discourse and a similar tale of redemption, though a visual language that can convey these aspirations is yet to be found.

**Keywords:** Graffiti. Association Football. Identity.



*Hoy en día, el graffiti es una forma de comunicación ya incorporada al paisaje*  
Leila Gándara

## INTRODUÇÃO

A presença do grafite como linguagem específica nos muros das cidades para expressar e comunicar, revelando a cultura de uma sociedade, não é fato recente. Desde as pinturas nas cavernas de Lascaux que o homem se apropria do espaço para comunicar algo; é, portanto, uma iniciativa que atravessa toda a história. A palavra tem origem no termo italiano *graffito*, que deriva do latim *graphium* (inscrição, em português). Desde então, a humanidade não parou de deixar seus rastros nas paredes. Dos túmulos dos faraós egípcios, nos quais eram narradas histórias numa mistura de imagens e textos dessa grande civilização; passando pelas inscrições dos povos de Pompeia, deixando um testemunho importante dos hábitos e costumes dessa população dizimada por eventos naturais; e desembocando, já no século XX, com os muralistas mexicanos, que decoravam edifícios públicos, o homem sempre deu vida a representações simbólicas que permitiram uma leitura do seu tempo histórico e do imaginário coletivo de cada agrupamento humano num determinado espaço. Todas as civilizações nasceram e se perpetuaram pelo uso da linguagem visual. Esse tipo de ferramenta discursiva, portanto, é instrumento privilegiado para a compreensão da cultura das civilizações.

Na contemporaneidade, a ideia de grafite liga-se intimamente à rebeldia juvenil, sobretudo por haver consistido em uma prática de protesto social do movimento hip-hop e da cultura negra americana nos bairros periféricos de Nova Iorque, a partir década de 1960, além dos efervescentes movimentos estudantis que tomaram a Europa no mesmo período; o uso de frases de efeito e palavras de ordem eram a tônica nas cidades (cf. GANDARÁ, 2004; GANZ, 2011). É possível afirmar, dessa forma, que o grafite hoje é, a despeito da origem imemorial, o produto pós-moderno que se alastra por todos os cantos do globo, com predominância evidente nas grandes cidades.

A intenção não é efetuar uma discussão rígida acerca das diversas formas de grafite contemporâneo, nem de aprofundar suas diferenças e semelhanças com outras manifestações de arte urbana que utilizam outros materiais, assim como aspectos formais e técnicos. O foco central desse estudo é apresentar o grafite como uma ferramenta de comunicação e de expressão identitária que se utiliza dos espaços públicos para estabelecer diversos tipos de diálogos, tais



como reivindicações, sentimentos de pertencimento, críticas, exaltações, etc. Dessa forma, o grafite serve para compreender o comportamento dos grupos em comunhão com as cidades, ou seja, é um instrumento comunicativo e, por meio dessas mensagens entre emissor e receptor em cada sociedade, “se essas representações são compreendidas por outras pessoas além das que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural” (JOULY, 2012, p. 40).

Ainda hoje marginalizado, o grafite se configura num tipo de linguagem visual que reflete as marcas da pós-modernidade. Se a modernidade fora compreendida como período em que a ordem e o progresso prevaleceram, baseados na razão instrumental das ciências, a partir do período pós-guerra há uma reviravolta na até então ordem estabelecida e rígida da sociedade industrial.

## 1. O GRAFITE E AS VOZES DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

No final dos anos 1970, num livro chamado *A condição pós-moderna* (2011), Jean-François Lyotard apontou que os tempos contemporâneos são marcados pela “incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 2011, p. XVIII), ou seja, uma descrença em relação aos grandes discursos estáveis que possuem pretensões atemporais e universalizantes e que, em sua totalidade, nos situavam no passado e prediziam o futuro por meio de um saber absoluto legitimado pela ciência moderna, sobretudo pelos discursos filosóficos. O ideal de verdade, emancipação do homem, crescimento da riqueza são alguns apontamentos que entram em crise na sociedade contemporânea.

Dessa forma, Lyotard aponta que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, certos conceitos basilares ao pensamento moderno entram em crise e perdem sua validade ou, ao pelo menos, vitalidade: “verdade”, “totalidade”, “razão”, “verdade” e “progresso”. Para o autor, os grandes discursos do pensamento moderno resultaram apenas em catástrofes totalitárias e violentas de Estado, representados pelo nazismo e pelo stalinismo. Após a guerra, sobretudo com a informatização da sociedade, as regras do jogo teriam sido alteradas.

Essas tecnologias, para o autor, acabaram por deslegitimar, por sua intensa circulação de conhecimento e o acesso imediato de cada indivíduo, os saberes totalizantes e um ideal absoluto de verdade. A ciência passa a ser percebida como uma modalidade de conhecimento entre outras, que se recolhe à tarefa de organizar, estocar e distribuir certas informações, ao



contrário da atividade suprema que tinha como objetivo o desenvolvimento moral e espiritual da nação. Portanto, essa mudança tecnológica acelerada, envolvendo as telecomunicações e o vertiginoso poder da informática, colocam em xeque a visão de que a ciência está construída sobre uma base sólida de fatos observáveis. Sem sua suposta unidade, a ciência não pode mais tirar partido da coerência lógica ou da descoberta da verdade. O resultado é que há uma reorganização e quebra de barreiras entre áreas distintas no campo científico, rompendo com as delimitações clássicas. No âmbito cultural, Lyotard aponta que, a partir dos anos 1950, o impacto dessa desordem e o intenso fluxo comunicacional é o de que múltiplas histórias se disseminam sem a necessidade do selo legitimador dos catedráticos; não se vive mais num mundo em que a cultura funciona como um sistema universalizante e coerente da explicação de todas as coisas, mas num mundo de colagens culturais.

Como corolário inevitável desse fenômeno há um colapso das estáveis e sólidas hierarquias do conhecimento e da cultura de elite. Enfim, sem a validade universal que pretendiam ter antes, os discursos universalizantes e emancipatórios cedem lugar a uma “atomização” do social em flexíveis redes de jogos de linguagem<sup>1</sup>, imagem que, para Lyotard, “pode parecer bem afastada de uma realidade moderna que se representa antes bloqueada pela artrose burocrática” (LYOTARD, 2011, p. 31). Com isso, as divisões entre alta cultura e baixa cultura, se não estão superadas, colocam-se em novas bases que não aquelas pautadas pela fixidez dos gostos classistas. A partir de então, sob o impacto dessa atomização social e dos saberes, cada grupo carrega consigo suas histórias e ideologias.

Nesse contexto de fragmentação é que Gianni Vattimo (1992) afirma que a sociedade contemporânea é caracterizada principalmente pela comunicação generalizada — a tão propalada Babel —, permitindo que as subculturas, até então marginalizadas, tenham acesso para tomar a palavra. Ao contrário das teses apocalípticas de homogeneização e novas formas de dominação pelos meios de massificação cultural, Vattimo entende que os meios de comunicação de massa, tais o rádio, a televisão, os jornais, e mais recentemente a internet “se

1 O termo “flexíveis redes de jogos de linguagem” remonta à segunda fase do pensamento do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), quando, partindo do zero em relação à primeira fase – busca da unificação de uma linguagem capaz de enunciar todas as coisas –, entende que o discurso é feito por diversos tipos de enunciados, cada qual determinado por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que dela se pode fazer. Dessa forma, Wittgenstein tenta demonstrar que em cada setor de nossas vidas há uma forma de linguagem com suas próprias regras. Por exemplo, Lyotard aponta que a segunda fase do pensamento wittgensteiniano poderia se assemelhar a um jogo de xadrez, onde cada peça é regida por uma determinada regra. Alongando esse exemplo, poder-se-ia intuir que a primeira fase do autor seria definida pela imagem do jogo de damas, onde todas as peças são regidas pelas mesmas regras, sem qualquer diferenciação no seu uso.



tornaram os elementos de uma grande explosão e multiplicação de [...] visões de mundo” (VATTIMO, 1992, p. 11). É só assim que a expansão contínua das comunicações produz aquilo que o autor entende como uma pluralização aparentemente irresistível. Refutada a ideia de uma realidade central da história, com um passado e um futuro definidos linearmente, o mundo da comunicação generalizada e transversal explode em uma multiplicidade de “racionalidades locais”; ou seja, reivindicações referentes às minorias étnicas, sexuais, religiosas, culturais e estéticas se apresentam, não sendo mais silenciadas e reprimidas pelas ideias defasadas de uma verdadeira humanidade vindoura e de um homem ideal. Essa reviravolta nas esferas sociais e culturais é descrita por Gilles Lipovetsky:

Ao mundo de ontem, no qual a cultura era um sistema de signos comandados pelas lutas simbólicas entre grupos sociais e organizava-se em torno de pontos de referência sagrada, criadores de um universo estável e particular, sucede o da economia política da cultura, da produção cultural proliferante, indefinidamente renovada. Não mais o cosmo fixo da unidade, do sentido último, das classificações hierarquizadas, mas o das redes, dos fluxos, da moda, do mercado sem limites nem centro de referência (LIPOVETSKY, 2011, p.8).

Nesse cenário é que o grafite se apresenta na forma como o conhecemos hoje. Essa é uma expressão que, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, ganha força nas grandes metrópoles, representada de modo marcante no movimento hip-hop norte-americano — no qual os jovens dos guetos deixavam suas marcas como forma de demonstrar sua existência e, ao mesmo tempo, definir seu espaço físico e simbólico de influência — e nas manifestações juvenis na Europa, epitomadas nos protestos do maio de 1968, quando muitas paredes da cidade de Paris serviram de panfletos reivindicativos. Sua forma de expressão revela o aspecto crítico, reivindicatório e explorador do espaço em que se encontra cada grupo. Não existe lugar específico para manifestações – a cidade sem centro de referência, marca dos tempos contemporâneos. Toda a urbe passa a ser o suporte para as formas de expressão das tribos urbanas de Michel Maffesoli (2012). Sem um passado e um futuro, como afirmado anteriormente, o que nos resta é o eterno presente que, para o sociólogo francês, obriga os grupos a estarem em forte sintonia com seu território afetivo. O mundo que vivemos hoje não seria prospectivo, mas vivido no instante, no aqui e agora. É dessa forma que o território local, seja qual for sua dimensão, podendo ser um bairro, um conjunto habitacional, as ruas vizinhas, uma esquina se configuram como tantos territórios que os grupos se colocam a partilhar. Essa ligação afetiva imediata com o território que serve de base para a formação da memória





coletiva, pois a emergência de uma multiplicidade de pequenas ideologias, resultante da dispersão das narrativas modernas, afeta diretamente as formas de viver em grupo, com suas participações coletivas que se cristalizam no presente:

A proxemia simbólica e espacial privilegia o cuidado de deixar seus rastros, quer dizer, de testemunhar sua perenidade. Esta é a verdadeira dimensão estética de tal ou tal inscrição espacial: servir de memória coletiva, servir à memória da coletividade que a elaborou. A partir daí, é verdade, essas inscrições podem sofrer análises estéticas *stricto sensu*, e, nesse sentido, se tornam obras da cultura. Mas é preciso não esquecer que elas ultrapassam, e de muito, o que frequentemente é apenas uma redução abstrata e intelectual. Dentro dessa perspectiva a catedral não vale mais do que a decoração kitsch de um loteamento de periferia, e os *graffiti* ou pichações urbanas podem ser comparados às pinturas das cavernas pré-históricas. (MAFFESOLI, 2010, p. 220).

Sem as grandes referências, cada grupo passa a portar consigo suas ideologias, escolhas, gostos, estilos de vida, formando um imenso mosaico de ajuntamentos que estão vinculados por questões que ultrapassam a racionalidade instrumental. O fim da história totalizante deu margem a inúmeras histórias e memórias particulares que são reivindicadas e materializadas de diversas formas, como o grafite. A mesma ênfase que Lyotard concede à dissolução das hierarquias no campo da legitimação do saber Maffesoli transfere para o social e suas transformações; dessa forma, o seu entendimento é o de que, enquanto a modernidade privilegiou a verticalidade nas relações sociais, o período contemporâneo é o marcado por sua horizontalidade. Assim como as tribos se configuram na imagem de um mosaico, o grafite é uma manifestação que reflete essa fragmentação, pois é pautada pela ausência de hierarquia, é uma arte horizontal e mais democrática do que aquelas tradicionais. É nesse sentido que Néstor García Canclini pensa o grafite como uma manifestação híbrida, ao mesclar palavras e imagens, que desestrutura as formas artísticas tradicionais — aquelas ligadas ao colecionismo de bens selecionados que remetiam a uma totalidade coletiva: são “práticas que desde seu nascimento abandonaram o conceito de coleção patrimonial” (CANCLINI, 2013, p. 336).

Na esteira de outro pensador da pós-modernidade, Zygmunt Bauman (2003), esse período em que vivemos é denominado como líquido, em oposição à estabilidade, segurança e fixidez da modernidade. Inspirado na frase célebre do marxista de que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, as ideias de Bauman, embora muitas vezes divergentes com as de seus pares nos estudos dessa época, podem ser aplicadas ao fenômeno do grafite como reflexo da sociedade e do campo cultural na atualidade, haja vista sua fluidez, instabilidade e permanentes





alterações que tomam conta do espaço urbano, em contraste com os duradouros monumentos que remetem a histórias englobantes e totalizantes, muitas vezes distantes da realidade de grupos sociais que não sentem-se representados por essas obras e suas histórias. Bauman, cuja tônica é estranha ao otimismo de Vattimo, afirma que

[...] no mundo em que vivemos, no limiar do século XXI, as muralhas estão longe de ser sólidas e com certeza não estão fixadas de uma vez por todas; parecem, aos passantes, divisórias de papelão ou telas destinadas a serem reposicionadas mais e mais vezes segundo mudanças sucessivas de necessidades e caprichos (BAUMAN, 2003, p. 45).

106

Segundo Bauman, essa flexibilização no modelo social intensifica o processo de hiperindividualização e fragmentação social sob o reino das imagens e dos objetos que controlam a sociedade de consumo, enfraquecendo o poder de decisão dos mecanismos públicos e de cidadania. Para Maffesoli, Lipovetsky e, em parte, para Canclini, estes elementos, ao contrário, podem servir como novas formas de coesão social, laços simbólicos, comunicabilidade e até mesmo uma nova cidadania. Independentemente dos diferentes ângulos como o social é aqui entendido, o ponto central entre todos os autores que pensam esse período é o que existe uma presentificação e fragmentação (em grupos e/ou indivíduos) que tornam cada vez mais difícil pensar a sociedade nos moldes antigos (totalizante e linear), e os grafites são, de fato, uma marca dessa época. Nicholas Ganz (2010), estudioso dos grafites, aponta que a forma do atual do grafite começou a se desenvolver no final da década de 1970, em Nova Iorque e Filadélfia, quando artistas pintavam nomes em muros ou nas estações de metrô ao redor de Manhattan. Para o autor, a configuração singular de Nova Iorque, onde suas ruas sujas e partes nobres foram mesclando-se, foi um território fértil para o crescimento dessa arte. Ganz ainda aponta que o desenvolvimento tecnológico — o computador, televisão e outros meios de comunicação — foi fundamental para que esse fenômeno cultural fosse disseminado nas metrópoles contemporâneas, colocando em contato vários grafiteiros e seus trabalhos. O resultado disso é que

antes da revolução da internet, diferentes continentes, cidades e até mesmo bairros possuíam suas próprias culturas de grafite. Essas diferenças locais, de certa forma, existem até hoje, mas têm sido inspiradas por estilos de todo o mundo (GANZ, 2010, p. 10).

Embora essas trocas permitam que as técnicas e materiais do grafite se disseminem por todo o globo, influenciando vários grupos de grafiteiros, é ainda em consonância com o local



onde a criatividade e espontaneidade se manifestam, com reivindicações endêmicas, críticas sociais, representações que estejam ligadas àquela sociedade e as demarcações territoriais entre os vários grupos se encontram num mesmo espaço. As mensagens grafitadas nos muros da cidade estão, na maior parte das vezes, vinculadas material e simbolicamente a um local particular e suas histórias. Na mesma linha de raciocínio de Maffesoli, Nelson Brissac (2004) aponta que os grafites produzidos pelos grupos contemporâneos se definem como

[...] uma operação de reconquista do território urbano, movido contra as regulamentações administrativas e a urbanização excludente do capital. São manobras de guerrilha urbana: avançam a noite para recuar durante o dia, desviam de obstáculos para penetrar por outras frestas, reinventam constantemente novas economias e táticas de ocupação. Seus ataques consistem em sitiar e invadir espaços, cortar as vias de comunicação e estabelecer linhas de fuga (BRISSAC, 2004, p. 426).

Os grupos, portanto, possuem estreita relação com sua base territorial, e o grafite é uma das expressões que materializam esse vínculo afetivo e sentimento de pertencimento a um território. Ao se expressar, o grupo delimita seu território e, assim, confirma sua existência. Aqui fica evidente a disputa pelo território que envolve a manifestação grafiteira e a ajuda mútua entre os seus membros, que contribuem para o mosaico de tribos urbanas. Geralmente, ao contrário da pichação (na qual predomina a assinatura individual), o grafite demanda um determinado número de pessoas para que sua ação seja construída de forma mais rápida e, ao mesmo tempo, funcione como um mecanismo de identidade coletiva na luta cotidiana por expressar livremente suas manifestações num determinado espaço.

Como elemento que reflete os tempos contemporâneos, o grafite carrega uma outra marca dos tempos atuais: a efemeridade. Com a transformação de uma sociedade prospectiva, que sonha um futuro ideal, em uma sociedade que se desenrola num eterno presente, no aqui e agora, o grafite espelha esse efêmero e suas manifestações presentes, no aqui e agora, isto é, uma manifestação dinâmica e ativa como a sociedade, sempre em constante mutação. É uma forma de linguagem fluída, espontânea, que acaba por sintetizar as modificações das cidades, já que ela mesma se modifica junto com o espaço público, ajudando a revelar a história e o comportamento de cada sociedade. Na difusão e hibridização das culturas, na mistura que provoca um abalo dos sistemas fechados e fixos entre erudição e folclore, a cultura é apropriada e evidenciada por múltiplos grupos que não se sentem representados por uma cultura inabalável



e totalizante, que seleciona, de cima, eventos marcantes do passado para dar sentido ao presente e prever o futuro.

O grafite, como linguagem de uma sociedade presentificada, não se interessa pelos grandes acontecimentos de interesse comum, mas por aqueles eventos presentes e efêmeros ligados aos pequenos grupos no seu cotidiano ordinário. A história não mais contada de maneira linear, mas várias visões se inter cruzando num mosaico de acontecimentos e novos significados. O grafite, dessa forma, é uma manifestação expressiva que reflete esse momento social. Embora esse cenário da diluição das fronteiras rígidas dos Estados nacionais carregue no seu corolário a ideia da perda de autonomia das tradições culturais locais, percebe-se no movimento dos grafites um rearranjo de novas formas de preservação de seus dialetos locais.

## 2. A REVOADA DOS CORVOS E O GRUPO ARTÍSTICO DE BOEDO

“O campo de cimento/já aprendi a querê-lo/mas o de madeira/nunca o esquecerei/Ainda que jogue no Bajo/carrego no coração/o bairro de Boedo/onde nasceu o Ciclón”. (cântico dos torcedores nas arquibancadas).

No fim da tarde do dia oito de março de 2012, uma manifestação organizada por torcedores do *Club Atlético San Lorenzo* de Almagro, da porção meridional de Buenos Aires, levou aproximadamente cem mil *cuervos* (os corvos são um símbolo do clube e um apelido dado aos torcedores do time) às ruas de Buenos Aires, de acordo com números da polícia portenha e dos organizadores do evento. Uma grande marcha saiu de Boedo e de outros pontos da cidade até o centro portenho, região onde se encontram a Legislatura de Buenos Aires e a Praça de Maio — Meca das manifestações da cidade. Essa multidão que ocupou Buenos Aires chamou a atenção de torcedores e não torcedores do clube. Contudo, por trás dessa comoção havia um fato importante que envolvia experiências individuais e coletivas numa cidade que encontra no futebol um meio de participação conjuntiva na vida do bairro.

No dia 02 de dezembro de 1979, numa partida contra o rival da cidade Boca Juniors, os torcedores do San Lorenzo presenciavam a última partida de seu time no estádio *Gasómetro*. O resultado final, refletindo a melancolia dos seus torcedores nesta fatídica data, foi o de um desanimado 0x0. Contudo, talvez este tenha sido o placar mais justo para este evento, pois seria um paradoxo cruel comemorar um gol numa partida que encerrava décadas de relações afetivas e simbólicas entre estádio, bairro e seus torcedores. Diante do luto, não havia espaço para a celebração do gol.



Inaugurado em 1916, ainda de forma incompleta, o estádio *Gasómetro* teve suas obras concluídas em 1928, com uma capacidade para até 75.000 torcedores. Foi, até a construção do *Monumental de Nuñez*, em 1938, estádio do rival River Plate, a casa da seleção argentina.

A perda da casa *sanlorencista* é cercada de mistérios e contradições. Os torcedores do clube de Boedo afirmam que a perda do estádio decorreu de uma ordem arbitrária dos militares, enquanto que os seus rivais afirmam que, na época bastante endividado, o San Lorenzo já havia vendido o seu terreno, por isso não podia exigir que este não fosse desocupado. De tudo isto, o que é possível afirmar é a intenção do governo militar, no poder entre 1976 e 1983, de expropriar o terreno da Av. Plata 1700 para que fossem construídas novas vias e casas populares, o que não se concretizou.

Apesar de a última partida ter sido realizada em 1979, o estádio só foi demolido por inteiro em 1982. No entanto, aquilo que os militares haviam se comprometido a fazer não foi cumprido. O terreno que albergava o estádio, em vez de ser destinado à construção das casas populares, foi cedido ao hipermercado *Carrefour*, que terminou a construção de sua loja em 1985. Cruel ironia, as cores do hipermercado são semelhantes às do clube: azul e vermelha (no caso do San Lorenzo, o vermelho é mais encarnado, escuro, próximo de uma tonalidade grená).

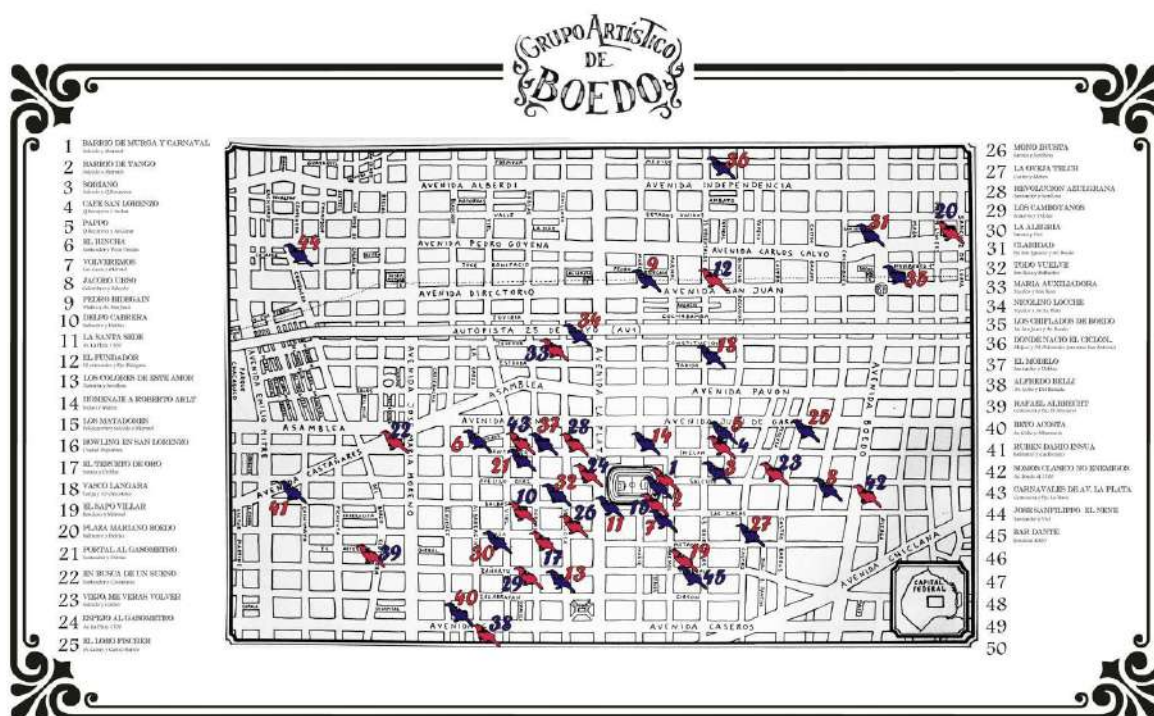
Ocorresse tal fato em uma cidade como o Rio de Janeiro, na qual o estádio neutro é o terreno privilegiado do futebol profissional, talvez o impacto desta perda não fosse tão grande. No caso de Buenos Aires (ou de Londres) porém, a quase totalidade dos vários clubes de futebol utiliza seus estádios próprios, suas fidelidades territoriais dispostas sobre os pontos homogêneos (bairros) que trazem à luz a metáfora do tabuleiro de xadrez — ou, como Adrián Gorelik (1998) denominou, *la grilla* (a grade, em português). Portanto, a rivalidade entre os clubes é pautada pelo aspecto bairral e localista entre os mandantes e os visitantes. Portanto, a rivalidade entre os clubes é pautada pelo aspecto localista entre os mandantes e os visitantes. Cada clube, no imaginário coletivo, representa seu bairro e, assim, seus torcedores apropriam daquele espaço como seu *pedaço* (MAGNANI, 2012). E o estádio de futebol, pela realização cotidiana de partidas, é ainda a principal materialização física e simbólica desta apropriação territorial, com fortes ressonâncias extramuros.

São muito comuns os grafites que exaltam o clube, o bairro, seus torcedores, seus feitos, ídolos, mas também há aqueles que procuram denegrir a imagem do rival, geralmente em formas de ofensas e que são entendidos como uma transgressão ao território rival. Como argumenta Leila Gandará (2004), “os grafites de futebol, onde a expressão da identidade se



agrega com a rivalidade, a apropriação do espaço cobra outro valor: ter que disputar o espaço com o outro, assim produzindo rasuras, superposições, deformação de mensagens, etc.” (p. 109). Essas expressões discursivas e imagéticas, desse modo, são mais facilmente compreendidas como uma espécie de prolongamento dos acontecimentos ocorridos no interior de um estádio, onde torcedores mandantes e visitantes se confrontam em uma disputa simbólica de cantos e gestos. Ou até mesmo como uma disputa territorial entre as duas equipes, onde a ocupação dos espaços é taticamente estabelecida.

Figura I: esboço cartográfico das intervenções do Grupo Artístico de Boedo “Roberto Arlt”.



Fonte: página oficial do GABRA na rede social Facebook.

Apesar da edificação do novo estádio em 1993 — *El Nuevo Gasómetro* —, seus torcedores ressentiam-se da separação da sede histórica. De fato, havia um novo estádio — e isso era importante para o aspecto esportivo do clube —, mas este equipamento histórico não mais se localizava em Boedo, e sim em Bajo Flores, bairro próximo, porém sem carregar as significações simbólicas e afetivas que haviam sido o suporte para os laços e práticas sociais construídos até então. Como afirma Aragón, ressaltando a importância da relação vicinal,

a distância física pode parecer escassa, mas a distância com a história do San Lorenzo é imensa. É um bairro estranho – Bajo Flores –, sem as características





identitárias de Boedo. De fato, após cada campeonato conquistado no novo estádio, os torcedores se deslocam a Boedo para festejar “em casa”. (ARAGÓN, 2005, p 18)

Figura II: Mural de número 45, “Bar Dante”.



Fonte: página oficial do GABRA na rede social Facebook.

Diante desse quadro de perda material, afetiva e simbólica que representava a não existência do *Viejo Gasómetro* em Boedo, uma nova forma de apropriação territorial e de expressão de uma identidade social e local surgiria pelas ruas do bairro. A proximidade entre o clube e seus torcedores, aglutinados na causa de devolver o clube à sede original consolidou-se na criação do Grupo Artístico Boedo “Roberto Arlt” (GABRA), em 2012. A iniciativa de torcedores reúne muralistas profissionais e amadores que se dedicam à realização de uma série de intervenções urbanas no bairro de Boedo. O caráter dessas intervenções, porém, não se restringe ao Clube, mas alcança um mosaico de significados que materializam uma verdadeira memória social do bairro de Boedo. À semelhança das crônicas de Roberto Arlt<sup>2</sup>, os murais de

<sup>2</sup> O escritor argentino Roberto Emilio Gofredo Arlt (1900-1942) é um dos maiores expoentes do modernismo argentino. Entre seus livros, seu *Aguafuertes porteñas* apresenta uma série de crônicas jornalísticas que retratavam o cotidiano de Buenos Aires no início dos anos 1930. Pertenceu ao Grupo de Boedo (com qual o GABRA pretende



Boedo representam cenas cotidianas do bairro na qual aparecem as casas de pensão, os bares e os cafés como reduto do tango, gênero musical metonímico da Argentina e cujas manifestações originárias são reclamadas pela população de Boedo. A representação de cenas da vida de imigrantes espanhóis e italianos na primeira metade do século XX também assiste essa população na enunciação de sua singularidade. A amplidão dos conteúdos, o momento no qual o Clube torna-se um entre outros aspectos do bairro, é apresentada pelo próprio Grupo nos seguintes termos:

O Grupo Artístico de Boedo “Roberto Arlt” nasce em fevereiro de 2012 com a intenção de gerar conteúdos que resgatem a história popular da região através de diferentes manifestações artísticas, solidificando seu maravilhoso passado e construindo, a partir dessas bases, um futuro de expressões culturais coerentes com sua linha histórica, que realcem a esse rincão da cidade sua cor e seu brilho, baseando-nos em sua identidade. (GRUPO ARTÍSTICO DE BOEDO, 2014. Tradução nossa).

Por todos os símbolos do GABRA, os vínculos afetivos de seus membros com o Clube são pressupostos, e sua atividade se abre a uma variedade temática e midiática mais ampla. Associando o cotidiano do bairro ao clube, o mural de número quarenta e cinco representa a fachada do Bar Dante, com um garçom vestido com a camisa do time e a inscrição “desde 1917”. Projetando sobre a atualidade do futebol e os frequentes episódios de violência envolvendo torcedores *barrabravas* do San Lorenzo e do rival Huracán, de Parque Patricios, o mural de número 42 (realizado com a participação do grupo patricio *Corazón Quemero*) apresenta os torcedores de cada time abraçados sob a inscrição “somos um clássico, não inimigos”.

---

certa forma de parentesco), que, com o rival Grupo de Florida concentrou a vida intelectual portenha na primeira metade do século XX.





Figura III: Mural de número 45, “Somos clásico”.



Fonte: página oficial do GABRA na rede social Facebook.

O fato de uma geração de moradores-torcedores que não viveu as experiências que representam, nem as do bairro, nem as das partidas no *Viejo Gasómetro*, parece atualizar a transmissão geracional da memória, o que Michel Pollak denominava memórias vividas “por tabela” (POLLAK, 1992, 201), como enunciam explicitamente os atuais líderes do GABRA, *hincha* Facundo Trejo e o muralista Juan “Pepi” Garachico, não há nada de estranho ou artificial no processo, já que

[...] nos parece que todo ser humano tem que buscar sua identidade. somos do bairro, e partilhamos a perda do *Gasómetro* através de nossos pais, avós, tios e vizinhos. Um montão de gente foi transmitindo essa identidade e essa cultura de geração em geração. É algo tão forte, gerado em conjunto, que conseguimos transformar esse sonho (a recuperação do terreno do *Viejo Gasómetro*) em realidade. (In: MONTALBAN *et al.*, 2014. Tradução nossa).

A transferência do estádio do San Lorenzo de volta a Boedo, quando concretizada, carregará consigo o risco de alienar uma parte importante de torcedores do bairro de Bajo Flores que *aprenderam* a ver o clube como um nexo importante de vida associativa. A ocupação de flores, originalmente um alagado, operou-se em várias ondas migratórias, a mais recente delas ligada a transferência forçada de moradores removidos da *villa de emergencia* de



Retiro, no centro da cidade, durante a última ditadura militar, e o clube pode ter tido um papel relevante na adaptação dessa população *villera* às políticas que lhes impunha o Terrorismo de Estado. Parece mais razoável, contudo, crer que o mesmo sentido de redenção descoberto pelo GABRA na linguagem do grafite possa expandir-se a oeste, e alcançar o bairro de Bajo Flores.

### 3. A EXCEÇÃO DE BANGU: O CLÁSSICO DA SOBREVIVÊNCIA

114

Os times brasileiros da Primeira Divisão do futebol profissional, já foi dito, concentram-se, sob uma tendência histórica, em torno dos grandes estádios neutros. Na cidade do Rio de Janeiro, o Bangu Atlético Clube, hoje modesto no futebol regional, já alcançou feitos esportivos notáveis, entre os quais o segundo lugar na Primeira Divisão nacional, durante o certame de 1985. O clube também possui uma disputa por identidades originais, já que os operários da Fábrica Bangu e o pioneiro escocês Thomas Donohoe disputam, contra a memória de Charles Miller, a precedência na difusão do futebol no Brasil. Esses motivos fazem com que os torcedores do Bangu, como é típico dos clubes de base operária, estejam fortemente vinculados à estrutura de sentimentos local (GIULIANOTTI, 2010, p. 55).

Essa relação foi estabelecida nos primórdios do esporte, em especial na passagem do século XIX para o XX. Nesse cenário de surto urbano-industrial, muitos clubes surgiram ligados às fábricas locais, com seus estádios construídos no mesmo local do labor, colocando as duas esferas em posição de infletirem dinamicamente uma sobre a outra. No caso do Bangu, seu estádio se localizava, inicialmente, ladeado à Fábrica, na rua Ferrer. Essa foi sua casa até o ano de 1947, quando da inauguração do estádio de Moça Bonita. Esse estádio, considerado em suas relações com o conjunto urbanístico a que pertence, é material, por sua construção arquitetônica; é funcional, pela rotineira realização de partidas; e simbólico, por ser espaço de resistência de uma identidade cultural. O Bangu Atlético Clube, ainda, possui um número de diferentes sedes, todas concentradas na região, utilizadas para sediar eventos da vida associativa do bairro, como a sede náutica da rua Francisco Real e o Casino Bangu, na avenida Cônego Vasconcelos, o centro do bairro. A força desse sentimento de pertencimento local é



enunciada com clareza por um torcedor, que declarava a repórteres de *O Globo*: “Não é só pelo time, nós gritamos pelo bairro!”<sup>3</sup>.

A pluralidade das sedes, a coesão da torcida (cujos membros frequentemente se permitem torcer por um outro clube, entre os chamados “quatro grandes” da cidade) e os equipamentos urbanos que testemunham essa relação podem ter permitido a contingentes populacionais que se instalaram no bairro na segunda metade do século XX uma mitigação das dificuldades que lhes eram impostas: frequentemente, foram moradores de favelas da porção meridional da cidade, removidos à força durante a última ditadura militar e às vésperas dela. Apesar de a linguagem do orgulho banguense estar presente até mesmo no calçamento das ruas, onde as pedras portuguesas vermelhas e brancas refletem as cores do clube, o grafite tem uma presença muito reduzida no futebol local. Quando muito, costuma-se representar o escudo do Bangu Atlético Clube ao lado dos “quatro grandes”.

Figura IV: Representação dos escudos do Bangu Atlético Clube e do time dos moradores da região do Royal, no bairro carioca de Bangu, ao lado dos “quatro grandes” Botafogo de Futebol e Regatas, Clube de Regatas Flamengo, Clube de Regatas Vasco da Gama e Fluminense Football Club.



Foto dos autores. Abril de 2013.

<sup>3</sup> Cf. *O Globo*, 15/04/2012.



## CONCLUSÃO

O grafite e o futebol de associação são duas manifestações culturais cuja frequência nos meios acadêmicos não dissimula a suspeição com que são percebidos. Para além do desdém intelectualista contra o esporte em geral, as recentes violações às liberdades democráticas e ao Estado de Direito que acompanharam a realização da XX Copa do Mundo de Futebol, ou, ainda, a forma incisiva com que a propaganda oficial da última ditadura militar se valeu das conquistas da Seleção nacional reforçarão, por muitos anos, a pecha que associa o futebol à alienação e infantilização das massas. O estudo de formas de vida associativa e cultura política que se apropriem do futebol e do grafite para o desenvolvimento de objetivos de empoderamento local, além de visibilizar os anseios dessas populações, pode contribuir para que, no futuro, esses três elementos recebam o tratamento que lhes cabe no horizonte das sociedades democráticas.

116

## REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, Silvio. La construcción de identidades y rivalidades futbolísticas, en Buenos Aires. *Esporte e Sociedade*, ano 6, nº17, mar/ago. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BIZARRIA, Júlio; VASCONCELLOS, Pedro Jorge. A lanterna e o farol: Bangu e o clássico da sobrevivência. *Aurora: revista de arte, mídia e política*. v. 6, n. 18. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Out/2013- jan/2014. p. 43-59. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/13455>>. Acesso em 14/04/2014.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- GÁNDARA, Leila. *Graffiti*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2004.
- GANZ, Nicholas. *O mundo do grafite: arte urbana dos cinco continentes*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.





GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GORELIK, Adrian. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

GRUPO ARTÍSTICO DE BOEDO ROBERTO ARLT. Foto de portada. Disponível em: <<https://es-la.facebook.com/GrupoArtistasDeBoedo/photos/a.210666382410412.61547.210663865743997/487347148075666/?type=1&theater>>. Acesso e descarga em 01/08/2014.

\_\_\_\_\_. Mural nº 42. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GrupoArtistasDeBoedo/photos/a.480415742102140.1073741871.210663865743997/480415822102132/?type=3&theater>>. Acesso e descarga em 01/08/2014.

\_\_\_\_\_. Mural nº 45. Disponível em: <<https://es-la.facebook.com/GrupoArtistasDeBoedo/photos/pb.210663865743997.-2207520000.1407683989./487845674692480/?type=1&theater>>. Acesso e descarga em 01/08/2014.

JOULY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papius, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo, Companhia das letras, 2011.

La Legislatura porteña aprobó la vuelta de San Lorenzo a Boedo. *La nación*. Buenos Aires, 15 nov. 2012. Disponível em: <<http://canchallena.lanacion.com.ar/1526899-la-legislatura-portena-aprobo-la-vuelta-de-san-lorenzo-a-boedo>>. Acesso em 20/11/2012.

Lo salva la gente. *Olé!*, Buenos Aires, 08 mar. 2012. Disponível em: <[http://www.ole.com.ar/san-lorenzo/Hace-fuerza\\_0\\_659934341.html](http://www.ole.com.ar/san-lorenzo/Hace-fuerza_0_659934341.html)>. Acesso em 23/07/2012.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. 14ª ed.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010. 4ª ed.

MAGNANI, José Guilherme C. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MONTALBAN, J. *et al.* San Lorenzo y Boedo, una construcción cultural en conjunto. *El equipo: deporte online*. Disponível em: <<http://www.elequipo-deporte.com/futbol/65/san-lorenzo-y-boedo--una-construccion-cultural-en-conjunto.html>>. Acesso em 01/08/2014.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.



POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1989.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio D'água, 1992.



## OS LUGARES DE MEMÓRIA DAS ESCOLAS DE SAMBA

FERREIRA, Júlio César Valente

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO*

*Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – UnED Nova Iguaçu*

*jcvferreira@hotmail.com*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os lugares de performance das escolas de samba do Rio de Janeiro entendendo-os como lugares de memória. Baseado na definição de lugar como espaço socialmente construído, busca-se neste artigo trabalhar os lugares de memória como espaços onde a memória opera na cidade. Como forma de balizar esta discussão, será utilizado o conceito de lugares de memória proposto por Pierre Nora e as transformações que sofreu por conta de sua ampla difusão.

**Palavras-chave:** Lugar de memória. Espaço. Escolas de samba.

### ABSTRACT

This paper aims to reflect on the place of performance of the samba schools of Rio de Janeiro understanding them as places of memory. Based on the definition of place as socially constructed space, this article seeks to work places of memory as spaces where memory operates in the city. As a way to delimit this discussion, the concept of places of memory proposed by Pierre Nora and the transformations that suffered because of their wide dissemination will be used.

**Key-words:** Place of memory. Space. Samba schools.

### INTRODUÇÃO

A memória se inscreve em um contexto espacial e temporal demarcado. Recordar é um ato coletivo, o qual se insere a um contexto social e relacional e a um tempo que comporta uma construção. Segundo Halbwachs (2004), a lembrança construída pelos indivíduos se deve à existência dos quadros sociais da memória; mecanismos que ordenam, induzem e até mesmo alteram as lembranças particulares. O espaço é um destes quadros e através deste meio servem-se diferentes memórias coletivas para lembrar, esquecer, enfatizar, esconder, construir e destruir o que está próximo ou distante.

Os lugares de memória surgem como uma das consequências da memória como preocupação central da cultura e da política da sociedade ocidental. Segundo Huyssen (2000), por meio de uma memorialização através da edificação de lugares de memória, a sociedade busca a memória total, musealizando o mundo. Para o autor, esta estratégia tenta ancorar a existência humana em uma realidade cada vez mais caracterizada pela instabilidade do tempo e





fraturamento do espaço. Com isto, seguindo a linha de raciocínio exposta pelo autor, considera-se necessária a existência de lugares que também sejam portadores de uma identidade cultural cristalizada frente ao sujeito moderno desestabilizado.

Porém, conforme postulam Gondar e Dodebei (2005), a memória está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, estabelecendo um contínuo confronto entre lembrança e esquecimento. Desta forma, os lugares de memória se conformam como arenas onde estas disputas ocorrem em diálogo com todos aqueles que travam contato com eles.

### **OS LUGARES DE MEMÓRIA DE PIERRE NORA**

A obra *Les lieux de mémoires* organizado por Pierre Nora ao longo de quase dez anos (1984 a 1993) introduz um novo olhar sobre a história francesa, propondo um debate sobre memória e história. Na introdução deste empreendimento, única parte traduzida para a língua portuguesa, Nora (1993) explicita a conveniência dos lugares de memória no conflito entre memória e história. No início de suas considerações sobre lugares de memória, Nora (1993) apresenta as motivações e a emergência de sua constituição:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 1)

Gondar e Dodebei (2005) analisam da seguinte forma a formulação de lugares de memória proposta por Nora (1993):

Ele busca responder ao problema da perda das identidades nacionais e comunitárias que garantiam a conservação e a transmissão de valores, e que denomina meios de memória. Criamos lugares para ancorar a memória, para compensar a perda dos meios de memória, como um modo de reparar o dano. Subentende-se aqui o lamento pelo esfacelamento das tradições, assim com a crença de que devemos contrabalançar essa perda de algum modo. Dito isto de outro modo, o argumento de Nora é compensatório, e se baseia na ideia de que os modos de vida perdidos são os modos certos de viver. (GONDAR; DODEBEI, 2003, p. 9)

Este argumento baseado na perda também é destacado por Whitehead (2009), a qual destaca que os lugares de memória de Nora representam certa melancolia cultural, imbuído do senso de que algo essencial foi perdido nos valores nacionais e culturais franceses. Nora (1993)



busca com esta proposta construir um lugar de salvaguarda da memória nacional, sem que a mesma pudesse sofrer qualquer direcionamento político.

Associado ao conceito de lugar de memória proposto por Nora (1993), há uma perspectiva essencialista da identidade articulando-se com hipótese de que a memória não é espontânea e necessita de uma base para ser ativada. Desta forma, este autor então defende a necessidade de criar arquivos e estabelecer rituais e cerimônias, porque se ‘ (...) vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis.’ (NORA, 1993, p. 13).

Porém, alerta que:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. (...) Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente (...). (NORA, 1993, p. 15)

Nora (1993) explicita que os lugares de memória funcionam em graus diferentes como materiais (onde a memória coletiva se investe de uma dimensão simbólica e de identidades sociais comuns ao grupo), simbólicos (que expressam as vivências e experiências ocorridas no passado dessa memória coletiva) e funcionais (possuem a função de preservar, manter e transmitir as memórias coletivas). Forjados pela disputa entre memória e história e imbuídos da vontade de memória (pois senão seriam somente lugares de história), cabe aos lugares de memória a tentativa de refrear o esquecimento.

Para o autor, um lugar de memória somente o é de fato se estiver revestido de uma aura simbólica e o mesmo não precisa estar associado a um território demarcado. ‘Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.’ (NORA, 1993, p. 27).

Gonçalves (2012) destaca que a grande difusão do termo “lugares de memória” ocorreu devido ao seu uso no campo do patrimônio cultural. Desta forma, o conceito ficou mais restritamente observado ao campo material, apesar de Nora destacar mais o caráter simbólico e imaterial.

A trajetória da recepção da noção de “lugares de memória” tornou-a atravessada por apropriações diversas, críticas e controvérsias. Apresentada de forma mais sistemática por Pierre Nora, em função da necessidade de esclarecer os leitores acerca do escopo da obra *Les lieux de mémoire*,



extrapolou aquele projeto editorial e os objetos de estudo ali contemplados, ganhando novos usos. No caso francês, uso político, no âmbito das batalhas de memória, bem como uso jurídico e técnico, no campo institucional do patrimônio cultural, ou ainda uso turístico. (GONÇALVES, 2012, p. 29-30)

Nora (1997 apud GONÇALVES, 2012) escreve sobre a recepção do conceito de lugares de memórias e realça as formas de apropriação deste conceito:

Uma expressão inusitada [lugares de memória], forjada pelas necessidades da causa, escapou de seu inventor para se tornar, com uma velocidade recorde, uma locução do vocabulário comum. Ao mesmo tempo, a noção, teorizada aqui [na obra] há oito anos no primeiro volume, gerou, na França como no estrangeiro, múltiplos canteiros, e ao lado de cópias mais ou menos fiéis e de utilizações abusivas, aplicações frequentemente fecundas. (NORA, 1997, p. 2219 apud GONÇALVES, 2012, p. 33)

122

Reconhecendo esta difusão do conceito e as possibilidades criadas de interpretação, segundo Gonçalves (2012), Nora diminui ao longo dos volumes que compõem o empreendimento (a obra *Les lieux de mémoires*) a ênfase da “vontade de memória” para a constituição dos lugares de memória, retirando a força do aspecto político destes lugares e estreitando os vínculos com o patrimônio.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE E LUGAR**

Memória e identidade são negociadas e não devem entendidas como essências de um indivíduo ou coletividade. A partir do momento em que a memória expressa sentimentos de continuidade ou coerência na reconstrução de si, ela se faz parte como elemento constituinte do sentimento de identidade.

Este processo de construção de identidade é explanado por Hall (2005):

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2005, p. 21)

Sobre o espaço, Gupta e Ferguson (2000) alertam que o mesmo não é uma entidade neutra, onde se inscrevem a diferença cultural, a memória e a organização social. Desta forma, o espaço é um princípio organizador central, mas não incluído na esfera de ação analítica.

A memória social requer lugares e tende à espacialização. Estes lugares não somente são locais de interação, mas símbolos de uma determinada identidade, podendo também se tornar pontos de referência onde se travam os conflitos entre lembrança e esquecimento.



(BAER, 2010). A relação entre memória e espaço pode ser entendida a partir do momento em que se consideram os lugares de memória, pois o lugar é compreendido como o espaço socialmente construído (BAER, 2010).

Gonçalves (2013) postula que os lugares não são definidos externamente ao sujeito, mas construídos nas interações sociais, reafirmando a consideração de que um lugar não se limita a espaços territorializados. Mesmo o distanciamento físico, a descontinuidade territorial e o intervalo temporal não impedem a conexão entre pessoas e lugares. Gupta e Ferguson (2000) apontam que esta não definição também se baseia na capacidade das pessoas movimentarem-se fisicamente ou atuarem politicamente, confundindo as ordens espaciais dadas.

Ao avançar nessa discussão, o lugar não é mais um dado essencializado proposto de forma unidirecional pelo pesquisador, mas deve dialogar com as diferentes possibilidades de experimentação deste espaço promovidas pelos indivíduos e pelas coletividades. A conexão entre sentimento e proximidade atualiza-se em cenários variados de identificação com os lugares. Desta forma, as relações de poder inerentes às experiências dos lugares devem ser observadas por quem pretende analisá-los.

Mas, ao trazer sempre para o primeiro plano a distribuição espacial de relações de poder hierárquicas, podemos entender melhor o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distintiva como lugar. Não nos esquecendo de que as noções de localidade ou comunidade referem-se tanto a um espaço físico demarcado quanto a agrupamentos de interação, podemos perceber que a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade. (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 34)

Estas relações que compõem o processo de produção da diferença se dão em um espaço contínuo, conectado e atravessado por relações econômicas e políticas de desigualdade. E o próprio lugar não é apenas experimentado através de forças políticas e econômicas, mas também produz ou auxilia esta produção da diferença alimentando estas forças (GUPTA; FERGUSON, 2000).

Com isto, as certezas e fixações culturais ficam perturbadas, deslocalizando inclusive quem permanece no mesmo lugar, o qual experimenta a mudança de relação com ele e rompe a ilusão de uma ligação essencial entre lugar e cultura. Desta forma,

(...) se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação



particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num locus particular. (MASSEY, 2000, p. 184)

Diante destas questões, Massey (2000) propõe um conceito “progressista” de lugar, o qual será adotado neste trabalho para uma visão mais abrangente dos lugares de memória:

- (i) O lugar não é absolutamente estático. O lugar pode ser conceituado em relação às interações que agrupam e estas são processos, isto é, não são inertes.
- (ii) O lugar não possui fronteira no sentido territorial. A contraposição ao exterior deve ser substituída pela análise da particularidade da ligação com o exterior.
- (iii) O lugar não possui identidade única ou singular, estando pleno de conflitos internos.

Por fim, Massey (2000) salienta:

Finalmente, nada disso nega o lugar nem a importância da singularidade de um lugar. A especificidade de um lugar é continuamente reproduzida, mas não é uma especificidade de uma história longa, internalizada. Há várias fontes dessa especificidade – da singularidade do lugar. Há o fato de que as relações sociais mais amplas, nas quais o lugar se encaixa, são também geograficamente diferenciadas. A globalização (na economia, na cultura ou em qualquer outra coisa) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar. Há a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. Finalmente, todas essas relações interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história, além de interagir com essa própria história imaginada como o produto de camadas superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto com o mundo mais amplo. (MASSEY, 2000, p. 185)

## **PARA ALÉM DOS LUGARES DE MEMÓRIA DE NORA NAS ESCOLAS DE SAMBA**

O conceito de lugares de memória estabelecido por Nora foi formulado em condições muito específicas. O mesmo foi gerado através do diagnóstico da rápida desaparecimento da memória nacional francesa tendo como recorte analítico o tempo presente, a sociedade francesa e a hipótese fundamental de que há vínculos entre a permanência de uma memória nacional francesa e certos elementos, ditos lugares (GONÇALVES, 2012).

Ao longo do empreendimento, ao redirecionar a especificidade dos lugares de memória, Nora mostrou-se preocupado com o sentido do conceito, pois ‘o rastro pode se voltar contra aquele que o deixou e até ameaçar sua segurança (GAGNEBIN, 2006, p. 115).



(...) Pierre Nora esclareceu o que entendia ter sido o desafio desse tomo [o terceiro do empreendimento]: “saber se a noção [de lugares de memória] significava ainda alguma coisa quando aplicada aos lugares comuns da memória coletiva e sobretudo se permitia fazer com que se dissesse sobre esses temas algo que não se soubesse deles.” (NORA, 2011, p. 444 apud GONÇALVES, 2012, p. 36).

Dentre outras críticas que o empreendimento de Nora sofreu, Enders (1993) pontua a imprecisão da noção de lugares de memória que perpassa a obra, alegando que este conceito pode denotar um objeto, um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador. Outra crítica partiu de Tony Judt, que acusa o empreendimento de perder seu foco metodológico ao ampliar em demasia o conceito de lugares de memória (GONÇALVES, 2012). Whitehead (2009) destaca que Nora optou por se esquivar das tensões entre memória e esquecimento.

Entretanto, há uma questão interessante levantada por Nora (1993) sobre a democratização da história, possibilitando o processo de afirmação de identidades de coletividades suportadas pelos lugares de memória. Para o autor, memória e identidade estariam então ligadas pela obrigação, sendo que a autenticidade da identidade e a veracidade da memória reforçar-se-iam mutuamente.

Inicialmente, Nora reforçou os lugares de memória não como repositórios (ao contrário do que ocorreu na trajetória dada pela apropriação posterior e que se popularizou), mas como espécies de oficinas, elementos a partir dos quais a memória trabalha. Considerando esta primeira abordagem, o lugar de memória é um dos polos por onde circula a inscrição, segundo Latour (2004), sendo a informação uma relação estabelecida entre dois lugares. Baseado em Latour (2004), pode-se afirmar que, nesta relação, um polo negocia o que deve retirar do lugar de memória sem prescindir do controle que opera sobre ele.

Latour (2004) sinaliza que instituições como bibliotecas, laboratórios e coleções (e, por extensão de raciocínio, postula-se esta mesma afirmação para os demais lugares de memória) não são simples meios, os quais poderiam ser eliminados sob a hipótese de que os fenômenos falariam por si mesmos. Na realidade, estes lugares compõem também os fenômenos, os quais somente constituem-se como tal a partir das transformações operadas nas inscrições que circulam entre dois polos. Os lugares de memória são lugares de referência e identificação para determinadas pessoas ou grupos, os quais nutrem sentimentos de pertencimento e localização.

Assmann (2011) argumenta que a memória não é essencializada, pois além de indivíduos, diversas coletividades também lembram. Com isto, a autora destaca que os modos de recordar são muitos e variados, sendo definidos culturalmente. Desta forma, reafirma-se a





proposta dos lugares de memória como oficinas a partir das quais a memória trabalha. Entretanto, Assmann (2011) amplia esta possibilidade de operação não somente através dos indivíduos. Com isto, discordando de Nora, os lugares de memória não se tornam ancoradouros de enquadramento da memória pela história.

Ampliando o escopo dos lugares de memória, incluindo as operações descritas anteriormente, trabalha-se este conceito em condições de contorno mais amplas, de acordo com o conceito de lugar proposto por Massey (2000). Conforme postula Gagnebin (2006), a escrita como rastro ao acaso se dá pelo fato de que a mesma não pertence mais ao autor, pois cada um pode lê-lo por diferentes perspectivas e suscitar digressões diferentes, que nem mesmo o autor original previa.

O carnaval da cidade do Rio de Janeiro se manifesta em um espaço urbano, o qual ocupa e conforma determinados lugares, mesmo que, em alguns casos, somente durante uma parte do ano. ‘(...) a cidade – lugar privilegiado da memória – se realiza como espaço de concentração e poder político, simbólico, tecnológico e relacional, um conglomerado de signos e enunciados.’ (MORAES, 2005, p. 95).

Sobre a hierarquia dos grupos de escolas de samba que desfilam na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Especial é aquele no qual se encontram as principais escolas de samba, sendo organizado pela LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba). Seguindo a hierarquia, tem-se o primeiro grupo de acesso (denominado Série A), gerenciado pela LIERJ (Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro) e os demais grupos de acesso (denominados Grupos de Acesso B, C e D), organizados pela AESCRJ (Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro). A Figura 1 detalha algumas informações sobre estas divisões.





Figura 1 – Informações sobre as divisões hierárquicas das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Grupo	Entidade Organizadora	Dia e Local de desfile	Participantes em 2013	Locais de Preparação	Classificação Neutra
Especial	LIESA	Domingo/Segunda – Av. Marquês de Sapucaí	12	Cidade do Samba	1ª Divisão
Série A	LIERJ	Sexta/Sábado – Av. Marquês de Sapucaí	19	Galpões na região central da cidade	2ª Divisão
Acesso B	AESCRJ	Domingo – Av. Intendente Magalhães	13	Carandiru e espaços na região da quadra	3ª Divisão
Acesso C	AESCRJ	Segunda – Av. Intendente Magalhães	12	Carandiru e espaços na região da quadra	4ª Divisão
Acesso D	AESCRJ	Terça – Av. Intendente Magalhães	12	Carandiru e espaços na região da quadra	5ª Divisão

Figura 1 – Informações sobre as divisões hierárquicas das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Com relação às escolas de samba, identificam-se três lugares onde operam os processos de estruturação da memória e da identidade: as quadras, os barracões e as pistas de desfile.

As diversas experiências promovidas pela ocupação de espaços públicos, das rodas de samba e de sua execução nas escolas, permearam sociabilidades e arranjos espaciais que indicam resistências e segregações próprias do processo de formação urbana não só da cidade do Rio, mas também dos lugares em outras cidades, levando consigo alguns dos seus sentidos. De forma dinâmica, o samba e a experiência das conexões entre pessoas, tempos e espaços delimitaram lugares, marcaram e atravessaram fronteiras entre ruas, becos, bairros, “morro e asfalto”, deslocaram-se, refiram-se em novos arranjos locais, nacionais, e transnacionais. (GONÇALVES, 2013, p. 111)

### *Quadras*

As quadras das escolas de samba são lugares marcadamente apoiados em espaços físicos delimitados cartograficamente. Idealmente, as quadras das escolas de samba funcionam como lugares para todos os seus integrantes, que a vivenciam cotidianamente ou não e



relacionam-se com ela a partir de um forte sentimento de pertença. As quadras podem ser analisadas tendo ao mesmo tempo um lugar com dimensão física e simbólica e tendo diversos lugares reservados a funções específicas e frequentados por pessoas distintas dentro das escolas. Desta forma, para o frequentador há uma relação topofílica com a quadra, que é geral para todos que a vivenciam e específica com os seus lugares que ocupam na agremiação.

Além da região central, onde os componentes se encontram para ensaiar o canto e a evolução para o desfile, por exemplo, de forma geral, há o local destinado aos troféus e condecorações, às salas das diretorias (parte administrativa) e a alguns segmentos da agremiação como bateria e velha-guarda da agremiação (que reúne os componentes mais antigos). No caso da bateria, considerada o “coração” de qualquer escola de samba, pois é responsável pela parte musical da agremiação, sempre há um espaço reservado para a apresentação e ensaio da mesma, geralmente em um palanque elevado.

Em alguns casos, há a existência de camarotes na quadra da escola de samba, o que denota uma separação física dos que ocupam postos de destaque na agremiação ou pagam para ter este privilégio em relação aos demais frequentadores da quadra. No caso deste setor não existir, há a reserva de local para dirigentes e convidados da diretoria em eventos importantes como a final da escolha do samba-enredo. Também, verifica-se em algumas quadras o uso para o desenvolvimento de ações sociais que unem programas de lazer, educação, esporte e qualificação profissional.

Durante os eventos promovidos pela escola de samba em sua quadra, geralmente são cantados os sambas-enredos mais marcantes, considerando não somente aqueles que embalsam conquistas, mas também que remetem a um fato ou conjuntura passada sempre lembrada pelos componentes, mesmo aqueles que não a vivenciaram. Neste caso, o caráter espacial da memória é reforçado através da ideia do lugar como local de preservação do passado vivido pelos integrantes da agremiação, tornando este tempo vivo e mantenedor do fluxo simbólico irradiado pela agremiação onde, através do samba, os frequentadores buscam atingir a felicidade, pois ‘procuram paz (...) e um tipo de refúgio do tumulto’ (MASSEY, 2000, p. 181).

A quadra também centraliza as atividades administrativas e sedia as reuniões de preparação para o carnaval. Nestes momentos, as relações de poder que permeiam as agremiações se revelam de maneira clara, posicionando os membros da diretoria de acordo com seu papel e importância para o desfile da agremiação.



Outro aspecto importante nas quadras é relativo ao patrimônio da agremiação. Além de todos os equipamentos necessários ao funcionamento da quadra, as mesmas são utilizadas para a guarda de peças da bateria e, em alguns casos quando o espaço do barracão é reduzido, de fantasias e esculturas de carnavais anteriores ou obtidas em outras locais. A visualização destes elementos revela a rede de relações estabelecidas com outras agremiações e a capacidade de reunir e conservar parte dos elementos necessários para a produção do desfile.

Dentro da dinâmica de conflito entre lembrança e esquecimento, nas quadras encontram-se os departamentos culturais das escolas de samba, cuja uma das responsabilidades é reunir documentos e preservar o patrimônio histórico da agremiação. Porém, na maioria das agremiações, não existem ações de armazenamento de documentos relativos à entidade. A justificativa para isto não passa por causas econômicas, pois se trata de um problema estrutural das escolas de samba, independente de sua posição na hierarquia competitiva. As ações de salvaguarda e de memória ficam invisibilizadas quando necessidades atuais e emergenciais (como o financiamento para o desfile) atropelam esta realidade.

Ferreira (2008) destaca o problema dos espaços reduzidos da grande metrópole. Mesmo nos subúrbios (onde fica grande parte das quadras), há o conflito com a linguagem monumental das escolas de samba, o que afeta sua dinâmica. Também, o espaço configura a memória através do formato e do tamanho do espaço físico para armazenamento do acervo.

Grande parte das pessoas que frequentam a quadra de uma escola de samba reside na localidade. Porém, outra parcela necessita se deslocar de outras localidades para chegar à quadra. Esta parcela que se desloca não é somente formada por visitantes e admiradores de uma determinada escola de samba, mas também por alguns membros da diretoria e componentes. Massey (2000) pontua que ‘um dos problemas, nesse sentido, tem sido a identificação insistente do lugar com a “comunidade”’: trata-se de uma identificação equivocada’ (MASSEY, 2000, p. 183). Além disso, com o auxílio das tecnologias de informação, estabelecem-se comunidades virtuais onde os membros (integrantes e torcedores) se relacionam compartilhando informações, opiniões e saberes, eliminando as fronteiras territoriais da quadra.

Mas, o sentimento de pertencimento e a experiência sofrem variações ao longo do tempo. E a quadra é o indicador deste processo, pois a presença neste espaço é mais requerida durante o ano para o integrante da agremiação (o desfile somente ocorre uma vez ao ano). As escolas de samba geralmente sofrem com o fluxo migratório de pessoas que abandonam e retornam à agremiação conforme a mesma se classifica entre as primeiras ou entre as últimas



após o desfile. Em uma das entrevistas conduzidas e descritas por Ferreira (2008), a presidente da Velha Guarda de uma escola de samba declarou que:

Lidar com o pessoal da comunidade não é mole não. O povo diz logo: - vamos procurar outra escola, arrumar outra, isso aí vai acabar mesmo, vai abrir orfanato, asilo de velho, vamos pra outra. (FERREIRA, 2008, p. 125)

### *Barracões*

O barracão é o nome dado ao local onde são produzidos os elementos plásticos de um desfile de uma escola de samba, isto é, as fantasias e os carros alegóricos. Teoricamente, é o lugar mais fechado às influências externas, pois, basicamente, quem circula em seu interior são os trabalhadores contratados e membros da diretoria da agremiação.

Além de serem utilizados galpões e as próprias quadras para a produção dos elementos plásticos, Barbieri (2009) especifica dois lugares coletivos para os barracões das escolas de samba do Rio de Janeiro. O primeiro é conhecido como Cidade do Samba e aloca todas as agremiações do Grupo Especial, sendo este espaço construído pelo poder público e destinado à LIESA para gerenciá-lo. O outro é conhecido como “Carandiru” e recebe grande parte das escolas de samba dos últimos grupos de acesso, sendo um antigo depósito de bebidas próximo ao local de desfiles, onde as escolas de samba preparam suas alegorias em condições muito precárias no que tange às instalações disponíveis.

Conforme destaca Valença (2006), a formação da mão de obra que trabalha nestes lugares é realizada no próprio espaço. Segundo a autora, a ideia de uma formação que se dá ao longo do tempo no ambiente de trabalho é tão arraigada, que mesmo aqueles trabalhadores que tiveram acesso à formação escolar e/ou profissional ressaltam a sua importância. Geralmente, quando questionados, os trabalhadores apontam o barracão como um lugar de aprendizado tão importante quanto a escola, ressaltando que os conhecimentos trabalhados no barracão não são operacionalizados nos espaços de educação formal e que os mesmos são transmitidos de forma demonstrativa e experimental. Desta forma, o barracão é o lugar privilegiado de formação dos trabalhadores para o carnaval. Além disso, Valença (2006) pontua que a aprendizagem dos trabalhadores também ocorre pelo fato deles circularem pelos diversos setores existentes no barracão, não ficando limitado somente à sua seção.

Sireyjol e Ferreira (2010) constataram que os trabalhadores circulam de um barracão para outro a cada ano, prestando serviços para outra escola de samba no ano seguinte ou atendendo mais de uma agremiação ao mesmo tempo. Esta circulação estabelece redes



profissionais, as quais são acionadas quando uma escola de samba contrata trabalhadores. Os autores relatam também que nem sempre os trabalhadores torcem pela agremiação onde prestam serviços. Desta forma, a associação sentimental entre funcionários e escola de samba não é imediata.

Sobre o local coletivo das escolas de samba do Grupo Especial, Barbieri (2009) verifica a tentativa de musealização deste espaço ao descrever o projeto da Cidade do Samba, que prevê a realização de exposições, espetáculos e uma visita guiada ao interior dos barracões. Este empreendimento possui locais onde os visitantes podem visualizar a confecção dos carros alegóricos, o que desagradou grande parte dos carnavalescos e comissões de carnaval, pois alegam que o produto somente pode ser mostrado no momento do desfile, e não antes. Atualmente, estas visitas estão suspensas, mas sempre surgem críticas por conta de que esta atitude seria um contrassenso perante a diretriz de transformar o desfile das escolas de samba em um recurso. Ainda na seara da disputa entre tradição e modernidade, há a questão da não transformação dos modos de produção:

Ao contrário do que apregoam muitos sambistas e idealizadores da Cidade do Samba, os preceitos da modernidade restringem-se às decisões administrativas ligadas ao condomínio e ao funcionamento de uma “cidade de fluxos”. Não atingem, portanto, a forma de organização desses processos de trabalho que sempre vigoraram no barracão. Por esse motivo, os prédios, que compõem a Cidade do Samba, permanecem sendo “barracão dos sonhos” e não “fábrica dos sonhos”. (BLASS, 2008, p. 85)

Por fim, destaca-se a mobilidade das esculturas entre os barracões das escolas de samba. Ferreira (2008) constata que muitas esculturas são utilizadas em carnavais seguidos. As mesmas são resignificadas e utilizadas no desfile de outra agremiação. Estes elementos circulantes revelam as redes de relações estabelecidas entre as agremiações para a montagem do carnaval, as quais podem ser explicadas por mecanismos de apadrinhamento de uma agremiação por outra ou por contatos profissionais estabelecidos por trabalhadores que já atuaram em outras agremiações. Estas redes revelam as possibilidades que as agremiações possuem para a montagem de seu carnaval quando necessitam de apoio externo e o prestígio do corpo dirigente de uma agremiação perante as demais.

#### *Pistas de desfiles*

Barbieri (2009) destaca a alteração do quadro da hierarquia competitiva. Para este autor, fica bastante evidente a separação e os privilégios obtidos por cada grupo, em relação ao nível que ocupa, no que se refere aos locais de preparação e de desfile.



Atualmente, o Grupo Especial e a Série A desfilam na Avenida Marquês de Sapucaí, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro, com acesso fácil através de ônibus, trem e metrô. Desde a oficialização dos desfiles, ocorrida em 1935, estes grupos desfilam em locais situados na região central da cidade; sendo que, desde 1984, em ambiente construído especialmente para esta atividade, o Sambódromo.

No nível mais amplo da organização do carnaval, a LIESA se “apropria” do Sambódromo, não só mais um território “nobre”, no centro da cidade, território imbricado com os próprios relatos míticos das comunidades sambistas sobre o nascimento e evolução das escolas de samba (...). A noção de exclusividade espacial torna-se mais significativa quando se afastam destes locais as menores escolas. (FERREIRA, 2008, p. 65)

132

Os últimos grupos de acesso atualmente desfilam na Avenida Intendente Magalhães, situado no subúrbio da cidade, cujas formas de acesso por transporte de massa são algumas linhas de ônibus locais e outras poucas que partem do centro da cidade. Não há estações de trem ou metrô próximas a esta avenida e muito menos qualquer sistema organizado de estacionamento de automóveis particulares.

Até o ano de 1997, todos os grupos das escolas de samba que desfilam na cidade do Rio de Janeiro apresentavam-se em locais situados no centro da cidade. Esta transferência foi baseada em preceitos verificados em outras cidades do Brasil, onde as escolas de samba não são consideradas o principal produto turístico da época carnavalesca. Dentre os principais motivos alegados estão a comodidade de ocuparem espaços maiores e exclusivos e a liberação de locais mais “nobres” para manifestações de maior apelo de público e financeiro. Entretanto, Ferreira (2008) alerta que esta mudança revela um novo tipo de segregação, onde as manifestações consideradas “decadentes” ou de “pouco apelo popular” para o poder público são afastadas do centro da cidade pelas formas hegemônicas de manifestações carnavalescas.

Esta segregação também gera um processo de “invisibilização” das escolas de samba dos últimos grupos de acesso. Muitas agremiações que hoje desfilam na Avenida Intendente Magalhães já se apresentaram no Sambódromo. Ferreira (2008) constata que o discurso dos desfilantes e do público sempre remete ao fato de que determinada escola de samba “já foi grande”, “já desfilou na Sapucaí”. Em casos mais extremos, muitas agremiações são dadas como extintas, pois estão há muitos anos sem se apresentar no Sambódromo; e grande parte da mídia e do público se concentra basicamente nos desfiles da Avenida Marquês de Sapucaí

Ferreira (2008) destaca que a maioria das escolas destes grupos de acesso não aprovou a modificação do local de desfile, apesar de muitas estarem situadas próximas ao local de desfile,





facilitando e barateando o trabalho de transporte de fantasias, alegorias e desfilantes. Este autor afirma que a transferência ampliou a diferenciação hierárquica entre estas escolas e aquelas que desfilam no centro da cidade, pontuando elementos que balizam o caráter simbólico espacial do centro urbano como visibilidade positiva e comunicação de discursos a um público diferente daquele que frequenta a comunidade. Afinal, para quem produz um desfile carnavalesco (um espetáculo), não é interessante apresentá-lo somente a um público “caseiro”; e o centro da cidade representa esta possibilidade, incluindo públicos de diversos bairros da cidade e turistas brasileiros e estrangeiros, diferenciando-se completamente do público que frequenta a Avenida Intendente Magalhães, basicamente formado por moradores do entorno.

O que está em jogo na disputa pelo local de desfile é a oportunidade de uma comunicação mais eficiente, considerando o centro da cidade como local onde os discursos são potencialmente mais audíveis e reverberáveis. Para uma escola de samba, que produz um desfile, um show, a comodidade do desfile perto de casa parece não interessar muito: um dos significados da manifestação está no deslocamento do bairro de origem para o centro da cidade, local considerado neutro (já que não sedia nenhuma escola de samba), onde ela vai se medir tanto com as co-irmãs (através do desfile competitivo) quanto com outros tipos de brincadeiras carnavalescas (...). A construção de um sambódromo ou lugar da cidade escolhido para acolher uma passarela móvel, ganham um aspecto simbólico importante: significam conquista de espaço, de visibilidade, de ocupação da cidade de forma consciente, lúdica e estética. (FERREIRA, 2008, p. 176)

## CONCLUSÕES

As interações ocorridas nos lugares de memória das escolas de samba mostram que o processo de recriação e transformação de uma cultura é permanente. A perpetuação de instituições e valores não ocorre somente por repasse de informação. O efeito produzido nos indivíduos e coletividades nos lugares de memória das escolas de samba se faz a partir do “empoderamento” por eles articulados (GONÇALVES, 2013).

Não devem ser compreendidos como territórios fixos, essencializados, (...), mas, em outra direção, como um arranjo complexo que serve para falar sobre, lembrar e experimentar lugares ocupados ao longo de mais de um século na cidade do Rio de Janeiro, e que extrapola os seus limites temporais e espaciais. Tais espaços se fazem criativamente, a partir de um envolvimento mais amplo entre a intersubjetividade constitutiva das pessoas e os ambientes que experimentam e habitam (...), tendo o samba e a “história” de suas pessoas e lugares como importantes referências. As narrativas e experiências nesses lugares são movidas por inúmeras motivações, envolvendo religiosidade, cosmologias, patrimônio, entretenimento. Todas elas constituem instrumentos de estar no mundo e apreendê-lo de modo a relacionar determinadas categorias sociais e pessoas a territórios historicamente segregados, ou em





disputa. Assim, o lugar não evoca uma única maneira de experienciá-lo ou de compreendê-lo. (GONÇALVES, 2013, p. 112)

Junto a esta discussão, questões sobre as formas de armazenamento e de interação com o patrimônio devem ser observadas para os lugares de memória, incluindo os verificáveis nas escolas de samba. Assmann (2011) ao alertar sobre a necessidade do armazenamento de informações questiona sobre tamanho da real demanda de armazenamento mundial que venha a ser indispensável para que inventário atual seja preservado. Com isso, a autora pergunta onde acaba a coleta desnecessária e onde começa o esquecimento legítimo. Entretanto, Santos (1993) destaca a posição de outra abordagem para o fenômeno, a qual considera que:

a configuração urbana moderna, o desenvolvimento tecnológico e a mobilidade extrema no tempo e no espaço não implicam alienação e amnésia, mas, pelo contrário, o encontro entre múltiplas e diferentes culturas, o que é avaliado como fator de enriquecimento cultural e de atualização do passado, sem precedentes na história da humanidade. Diversos autores têm argumentado que o esquecimento coletivo faz parte do processo de constituição social, uma vez que a memória é compreendida a partir de um processo seletivo que envolve tanto o lembrar quanto o esquecer. Em diferentes perspectivas teóricas, para alguns desses autores a memória que temos do passado é aquela que existe em instituições e estruturas coletivas, enquanto para outros o que temos do passado são atos de lembrar e esquecer como práticas sociais. Em ambos os casos, a "amnésia coletiva" nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam. (SANTOS, 1993, p. 70)

Estas indagações são importantes para que os lugares de memória não se tornem gigantes mecanismos de esquecimento, onde lá se encontrem somente aquilo que pode ser dito ou considerado como útil em um dado momento histórico (ASSMANN, 2011). Hoje, reconhecem-se espaços do cotidiano, produzidos por coletividades e portadores de referência identitária, eliminando o predomínio dos grandes símbolos nacionais e desestabilizando as ideias de cultura e identidade nacional, democratizando desta forma a constituição dos lugares de memória.

Por fim, cabe a preocupação exposta por Baer (2010) ao relacionar a problemática dos lugares de memória com a exploração turística e as tensões entre lugares autênticos e as representações ou reconstruções monumentais de passados imaginados.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.



BAER, Alejandro. La memoria social: breve guia para perplejos. In: SUCASAS, Alberto; ZAMORA, Jose Antonio (Orgs.). *Memoria – Política – Justicia: em dialogo con Reyes Mate*. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p. 131-148.

BARBIERI, Ricardo José Oliveira. Cidade do Samba: do barracão de escola às fábricas de carnaval. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, Renata de Sá. (Orgs.) *Carnaval em múltiplos planos*, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009, p. 125-144.

BLASS, Leila Maria da Silva. Rompendo barreiras: a Cidade do Samba do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 23, n. 66, 2008, p. 79-92.

ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoires, dez anos depois. In: *Estudos Históricos*, n. 11, 1993, p. 132-137.

FERREIRA, Antônio Eugênio Araújo. *Valorizando a batucada: um estudo sobre as escolas de samba dos grupos de acesso C, D e E do Rio de Janeiro*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. In: *Historiae*, v. 3, n. 3, 2012, p. 27-46.

GONÇALVES, Renata de Sá. Eu sou o samba: sobre lugares, pessoas e pertencimento. In: *Sociedade e Cultura*, v. 16, n. 1, 2013, p. 105-115.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 7-10.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. Tradução Pedro Maia Soares. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 30-49.

HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memoria. Tradução Manuel Antonio Baeza e Michel Mujica. Barcelona: Anthropos Editorial. Concepción: Universidad de la Concepción. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LATOURETTE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. Tradução Marcela Mortara. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 39-63.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. Tradução Pedro Maia Soares. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.



MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 89-104.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n. 10, 1993, p. 7-28.

SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 8, n. 23, 1993, p. 70-84.

SIREYJOL, Patrícia; FERREIRA, Felipe. Artes do carnaval: trabalho e criação artística no barracão de uma escola de samba carioca. In: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 7, n. 2, 2010, p. 165-181.

VALENÇA, Máslova Teixeira. Trabalho e educação nos barracões das escolas de samba: entre a conformação e a resistência. In: XXIX REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2006, Caxambu, *Anais...*, Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006. 1 CD-ROM.

WHITEHEAD, Anne. *Memory*. London: Routledge, 2009.



## DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO DA DANÇA EM SEU ESPAÇO PRIMEIRO: A RUA

MENDONÇA, Daniele Bentin

*Pedagoga, Mestranda em Memória Social, PPGMS – UNIRIO, Bolsista CAPES*

*Orientanda do Professor Doutor Miguel Angel de Barrechea*

*danieleb.mendonca@yahoo.com.br*

137

### Resumo

Nessa pesquisa em fase inicial, reconhecemos o ambiente originário da dança na antiguidade como sendo os espaços abertos das cidades. Com o desenvolvimento da cultura, surgem os espaços institucionalizados dos teatros. Entendendo que o ambiente urbano pode ser caracterizado como um dos primeiros espaços capazes de proporcionar ao homem expressar seus impulsos e emoções através de gestos e movimentos, trazemos para o cerne desse trabalho os conceitos de desterritorialização e reterritorialização de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Procuramos compreender o relevante movimento que a dança adota na contemporaneidade de saída dos teatros e retomada dos espaços abertos das cidades que nunca deixaram de ser propícios às intervenções coreográficas.

**Palavras-chave:** Dança. Desterritorialização. Reterritorialização.

### Abstract

In this research in initial phase, we recognize the environment of dance originating in antiquity as the open spaces of cities. With the development of culture, the institutionalized spaces of theaters arise. Understanding that urban environment can be characterized as one of the first spaces capable of providing the man express his impulses and emotions through gestures and movements, bring to the heart of this work the concepts of deterritorialization and reterritorialization of Gilles Deleuze and Félix Guattari. We seek to understand the relevant dance movement that embraces the contemporary output of theaters and resumption of open cities that never ceased to be amenable to interventions choreographic spaces.

**Keywords:** Dance. Deterritorialization. Reterritorialization.

## INTRODUÇÃO

A cada momento, mais e mais manifestações culturais dançadas<sup>1</sup> se apoderam das ruas, praças e avenidas das cidades pelo mundo afora. Identificamos nessas determinadas manifestações uma vontade ímpar pela ocupação de um território rotulado impróprio da dança. Percebemos que as danças de rua, as danças populares, as danças contemporâneas e, até mesmo, os denominados “flash mobs” já passam a fazer parte do meio social. Sendo assim,

<sup>1</sup> Referimo-nos às manifestações populares que utilizam movimentos e gestos coreografados para se expressarem como: hip hop, danças folclóricas, dança contemporânea, ballets livres e etc.



buscamos compreender de que forma a arte da dança, em toda sua complexidade e diversidade, trava uma intensa luta pela retomada de um território que deveria ser seu por origem e excelência. Esta configuração atual no campo da dança nos impulsiona a buscar compreender como o deslocamento espacial próprio dessa arte se estabelece subjetivamente.

Compreendemos nesse estudo, ainda em fase inicial, que a dança a partir das manifestações ritualísticas agregavam o canto, a poesia, a dança e a interpretação cênica dos cultos e festas em celebração aos deuses olímpicos na Grécia antiga. A partir ponderações feitas pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche sobre a *arte grega* fundamentamos as análises iniciais sobre a dança e seu espaço, articulando-as como os estudos sobre a memória social, foco de nossa dissertação no PPGMS (UNIRIO). A arte grega, entendida como um fenômeno trágico assume o centro dos escritos iniciais de Nietzsche em sua obra *O nascimento da tragédia* (2007), considerando que o seu contínuo desenvolvimento está ligado diretamente às imagens dos deuses Apolo e Dioniso. Na arte grega, essa particularidade fica clara, pois através das figuras desses deuses concretizam a elevação de seus ensinamentos basilares. Levamos ainda em consideração as ponderações e conclusões do historiador Alexandre Carneiro Cerqueira Lima que analisa, a partir das pinturas nos vasos coríntios encontrados, as manifestações culturais mais populares e suas relações com o espaço da cidade, da *pólis* grega.

Seguindo esse caminho, observamos que essas determinadas manifestações deixam de se desenvolver nos espaços abertos das ruas e bosques das cidades e tomam como seu lugar primordial os teatros, anfiteatros e salões da grande aristocracia. Com a ascensão da razão e da lógica no cenário da arte ao longo de seu desenvolvimento no ocidente, a dança se percebe diante de uma batalha interna. Bailarinos e coreógrafos, buscam, aliando forças, retomar o espaço que proporciona aos movimentos corporais uma maior liberdade, um contato direto com a tragicidade que a vida imprime ao homem moderno.

Esse trabalho, desdobramento de nossa pesquisa na linha Memória e Espaço no curso de mestrado do programa de Pós-Graduação em Memória Social (Unirio), tem por objetivo central compreender os movimentos de desterritorialização e reterritorialização que demonstram se configurarem subjetivamente nas “coreografias urbanas” em nossa época. Analisamos as possíveis lutas travadas pelas diversas expressões corporais na tentativa de reconquista de um espaço que, nos tempos primórdios do homem, já lhe pertencia. O suporte teórico relevante para esse momento inicial da pesquisa estão sustentadas nas teorias de Gilles Deleuze e Félix Guattari de desterritorialização e reterritorialização presentes nas obras *O que é filosofia?*



(1992) e *Mil platôs* (1995 – 1997), como ambos os movimentos se configuram no campo da dança em nossa cultura contemporânea.

### **GRÉCIA ANTIGA: a tragédia e suas relações com os espaços na e da *pólis*.**

O lugar onde a tragédia se desenvolve e se expressa em sua totalidade são as florestas, os bosques no período de explosão de todas as forças da natureza: a primavera. Nesse espaço-tempo, os reinos animal e vegetal eclodem e fertilizam. Ao final do inverno, início da primavera, a morte de um ciclo e o nascimento de outro, a fertilidade, a boa colheita e o amadurecimento da vida são celebrados com cantos e danças dos homens ritualísticos. Através do mito é possível compreender melhor o lugar no qual a tragédia se desenvolve. O declínio de uma estação e a germinação de outra, a dicotomia exposta nesses rituais, se baseiam na religião olímpica. No texto de Barrenechea (2000), *Espaço trágico: lugar das intensidades e das diferenças*, observamos de forma esclarecedora o que é este mito olímpico presente no cerne do ritual trágico:

Relembremos, sinteticamente, a história de Dioniso. Zeus, o deus pai do Olimpo, seduziu uma mortal, Semele, que a partir desta união começou a gestação do Dioniso. Porém, Hera, mulher de Zeus, cheia de ciúmes, tentou destruir a rival e lhe estendeu uma armadilha. Ela surge a Semele que, para provar que seu amante era o próprio Zeus, lhe exija que apareça sem estar transvestido de humano, na sua forma original, como uma divindade olímpica, com seus raios. Semele, cheia de dúvidas, aceita a sugestão e exige de seu amante que prove que é o próprio Zeus. O rei dos deuses se vê obrigado a aceitar o desafio – antes de possuir sua amante tinha prometido realizar todas as suas vontades –, que leva à morte Semele, pois seus raios são letais. Mas, o deus tenta salvar Dioniso que está nas entranhas da mortal. Ele o coloca na sua coxa para continuar a sua gestação. Neste detalhe vemos o aspecto sensual que caracteriza Dioniso, pois a coxa é uma parte do corpo de alta significação erótica. Muito diferente é, por exemplo, Palas Atena, deusa da sabedoria, que surge da cabeça de Zeus. Todavia, Hera, ainda com ciúmes, e insatisfeita pela sobrevivência do filho ilegítimo, tenta destruí-lo. Manda os titãs perseguirem-no até a morte. Dioniso, deus das potências naturais, das transmutações, da permanente mutação da natureza, consegue se transformar em diversos animais para fugir de seus inimigos. Torna-se cavalo, touro, bode etc. Uma das últimas mudanças foi na forma de um bode, daí o fato da celebração dionisíaca ser realizada por personagens vestidos com pele de bode; assim, o deus era invocado numa das suas transformações mais sugestivas, encarnando um dos animais mais prolíficos, entendido como símbolo de fertilidade. Finalmente, Dioniso sucumbe à perseguição e é esquartejado e espalhado por toda a natureza. Porém, o culto disse que o deus retornará, se reunificará, em toda primavera. Daí, a celebração primaveril de Dioniso. (BARRENECHEA, 2000 p. 24-25.)





Junto a este ressurgimento do deus esquartejado, o anseio pelo retorno de todas as formas efêmeras da natureza se manifesta nos rituais de celebração à tragédia grega; depois de um período onde a natureza se mostra em calma e fria estação, todos seus impulsos mais naturais ressurgem em potência e vigor na estação propícia à fertilidade. Nesse ritual em que são exaltados a fertilidade, a sensualidade, a procriação e o sexo, morte/destruição e renascimento/ascensão coexistem.

Com a evolução da civilização helênica, o espaço de celebração da tragédia é institucionalizado. Deixa as florestas e bosques e se instala no teatro. Os improvisos, os rituais orgiásticos e as libações dão lugar a gestos marcados, falas decoradas e a canções ensaiadas, tornando-se espetáculo. Mesmo assim, o sentido principal desses festejos não se perde. O culto ao deus Dioniso continua arrebatando multidões. O sentido popular das festas sempre está presente, fazendo com que os espectadores participem alegremente e entusiasmados da encenação da história trágica. Nesse espaço, no drama trágico<sup>2</sup> apresentado, o herói é a apolinização de tendências dionisíacas.

A relação entre as manifestações ritualísticas e os espaços abertos – marcos espaciais e culturais comuns da *pólis* – territoriais das cidades na Grécia arcaica demonstram ser fortes e intensos. Além do sentido divinatório que possuem, muitos desses cultos que reúnem canto, dança e interpretações cênicas, possuem a intenção de demarcação territorial. Existe portanto uma relação que vai além da prática do culto a alguma figura divina: o ritual se liga ao espaço da *pólis* por representar para a mesma, cultural, política e socialmente, uma espécie de manutenção do pertencimento territorial.

Alexandre Carneiro Cerqueira Lima<sup>3</sup>, em sua obra intitulada *Ritos e festas em Corinto arcaica* (2010) analisa toda a atmosfera festiva dos rituais helênicos. As festas se configuram repletas de ações e significados de um grupo, que expressam suas tradições, seus costumes, promovendo a interação social, através do alto nível de participação e de inter-relações sociais. Essas relações tinham uma total ligação com a terra, com o território, demonstrando não haver local mais propício para seu desenvolvimento do que se não a cidade propriamente dita.

<sup>2</sup> Para Nietzsche, a tragédia é a magna síntese das diversidades culturais gregas. É na conjunção apolíneo-dionisíaca que ele encontra o germe do drama trágico.

<sup>3</sup> Professor do curso de Pós-Graduação em História da UFF, desenvolve importantes investigações acerca desses rituais gregos arcaicos, das práticas da hospitalidade e da procissão catártica, a partir do estudo das imagens pintadas nos vasos coríntios antigos.





Isso quer dizer que os grupos de *komástai* saíam cantando e dançando pelo território, pelos marcos espaciais comuns da *pólis* – santuários e templos dispersos na região conrínfia. O percurso renovava, simbolicamente, a pertença ao território cívico e a identidade entre os cidadãos. (LIMA, 2010, p.30)

Com a institucionalização dos espaços onde as manifestações se desenvolvem a relação com a cidade se distancia. Um determinado grau de formalidade e causalidade se impõe aos cantos, danças e interpretações cênicas. A preocupação com a manutenção do domínio territorial e a intensificação das relações sociais deixam de ser os relevantes objetivos desses rituais. A relação com o espaço se modifica. Quando essa arte trágica “morre” – quando os ritos e festas deixam as ruas e tomam os palcos – surge um tipo de espetáculo enxadrístico, a nova comédia, com um constante triunfo da esperteza e da malícia. Seu grande poeta e artista, Eurípides, seu grande idealizador e filósofo, Sócrates. Aquele Eurípides que “levou o espectador ao palco, a fim de com isso habilitá-lo de verdade e pela primeira vez a fazer juízo sobre o drama.” (Cf. NIETZSCHE, 2007, seção 11).

Denominado como um dos “desencaminhadores do povo de então” (Cf. NIETZSCHE, 2007, seção 13), Sócrates traz para o campo da arte a consciência como “mãe” dos atos criativos e inéditos. Ao contrário da arte trágica onde a sabedoria instintiva do artista é justamente a força afirmativa-criativa, e a consciência se conduz de forma crítica e dissuasora, em Sócrates é o instinto que se converte em crítico, a consciência em criador. Sendo assim, as relações com o corpo, os movimentos, os sentidos, os instintos e as emoções mais íntimas do homem se enfraquecem. O desenvolvimento da arte, e especificamente o da dança, deixa de possuir ligação com a terra, com o espaço libertador, e passa a estabelecer laços como causa e efeito.

A arte passa então a se preocupar apenas com o conhecimento da verdade em si. Conhece-se então um novo tipo de homem, o *homem teórico*. “Também o homem teórico tem um deleite infinito com o existente, qual o artista, e, como ele, é protegido, por esse contentamento, da ética prática do pessimismo [...]” (NIETZSCHE, 2007, p. 90). Porém o homem teórico se serve dessa busca da verdade. Já o artista, com o desvelamento de tal verdade, sente-se preso, com o olhar extático.

Desse modo, percebemos no cenário da dança essa invasão de homens teóricos, da busca pela verdade, pela perfeição em si, em um espaço delimitado e designado apenas para o entretenimento, sem a busca da relação visceral com o território, com o social e com o próprio



homem que faz arte. Com os homens teóricos as manifestações dançadas se tornam para o homem do povo algo parecido com uma “ilusão”, pois não conseguem perceber com os passos marcados e os gestos ensaiados uma conexão com a própria vida.

Agora, junto a esse conhecimento isolado ergue-se por certo, com excesso de honradez, se não de petulância, uma profunda *representação ilusória*, que veio ao mundo pela primeira vez na pessoa de Sócrates – aquela inabalável fé de que o pensar, pelo fio condutor de casualidade, atinge até os abismos mais profundos do ser e que o pensar está em condições, não só de conhecê-lo, mas inclusive de *corrigi-lo*. (NIETZSCHE, 2007, p.91).

A arte se percebe hoje aprisionada pelos limites impostos há tempos ao seu desenvolvimento. Percebemos hoje uma intensa vontade da dança retomar o seu espaço primeiro: a rua – e junto a isso recuperar sua relação visceral com o homem, com o meio social e com a intensidade da própria vida. As manifestações das ruas seguem hoje a busca pelo seu espaço roubado.

Em busca de uma base teórica capaz de esclarecer melhor como se configura então essa inevitável retomada dos espaços abertos pela dança, buscamos na teoria de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) o que ambos os pensadores defendem sobre os conceitos de desterritorialização e reterritorialização dos grupos sociais em espaços determinados. Para isso, compreendemos as manifestações urbanas como dança de rua, dança do ventre, danças populares, dança moderna, dança contemporânea, dança de salão, os famosos “flash mobs” e, porque não afirmar também, o balé clássico. Todas essas modalidades não medem esforços hoje em dia na tentativa de reconquista de seus espaços, bem como a retomada da importância devida que se precisa desprender a essas artes que educam ao mesmo tempo que divertem.

### **A DANÇA DE HOJE: territorializada, desterritorializada ou reterritorializada?**

Na Antiguidade grega os ritos e festas arcaicas realizadas em louvor aos deuses olímpicos possuem um misto de canto, poesia e dança desenvolvido pelos coreutas imersos em uma atmosfera mítica. Existem os rituais oficiais e populares, as festas que acontecem na *pólis*<sup>4</sup> e na *chôra*<sup>5</sup>. Independente do espaço ou da configuração político-social que os rituais possuem, a participação do povo helênico é notória e significativa, pois segundo Alexandre Carneiro

<sup>4</sup> *Pólis* – expressão grega que significa cidade.

<sup>5</sup> *Chôra* – expressão grega que significa espaço rural.



Lima “todos esses ritos, oficiais ou populares, criam laços de solidariedade e amizade entre diversos grupos sociais, que compõem a *pólis* dos coríntios” (LIMA, 2010, p.25). Sendo assim, podemos perceber que as manifestações culturais no mundo antigo não cumprem uma finalidade, uma utilidade para a lógica do mercado ou uma razão científica. As festas e ritos arcaicos possuem um liame político, social, cultural e cognitivo. Acontecem nos bosques, florestas, parques, praças e ruas.

Com o passar do tempo, o espaço das celebrações, expressões culturais e interpretações dos dramas, são institucionalizados. Deixa as florestas e bosques e se instala no teatro. Os improvisos, os rituais orgiásticos e as libações dão lugar a gestos marcados, falas decoradas e a canções ensaiadas, tornando-se espetáculo. Mesmo assim, o sentido principal desses festejos não se perde. O sentido popular das festas sempre está presente, fazendo com que os espectadores participem alegremente e entusiasmados da encenação de uma história mítica (Cf. NIETZSCHE, 2007).

Desse modo, compreendemos que, desde a antiguidade dos povos na cultura ocidental, as manifestações artísticas – e em nosso caso, a dança – pertencem ao espaço aberto, livre das normatizações, institucionalizações e limites que um espaço fechado impõe. Então, a dança atualmente necessita “invadir” um espaço urbano que possivelmente já lhe pertence? As diferentes expressões coreográficas necessitam do lugar específico e “isolado” do palco para se desenvolverem mesmo fazendo parte do cotidiano da cidade, da sociedade? Quais são as possibilidades do campo da dança hoje? Partindo dessas questões, pretendemos encontrar caminhos que oportunizem a discussão, a análise e a compreensão do espaço de desenvolvimento da dança em sua plenitude e intensidade. Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1992) desenvolvem dois conceitos que podem nos auxiliar a encontrar possibilidades de respostas para as questões acima. Precisamos interpretar ambos os conceitos como processos sincrônicos, basilares para compreensão das práticas atuais no campo da dança. Pois, não é exagerado afirmar que a organização e dinâmica dos espaços urbanos se faz concomitante com uma memória, com um saber inerente ao meio social.

Entendemos por território, a partir de Deleuze e Guattari, a relação que estabelecemos entre o corpo próprio do homem, os corpos que se apresentam como *alteridade* (como um outro, como um diferente) do homem e os enunciados formulados coletivamente que dizem respeito a um conjunto de signos compartilhados pelo meio social (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1972). Ou seja, a noção de território se liga diretamente ao fato do mesmo ser



legitimado pelo sujeito e pelo meio social no qual se insere, encontrado-se inseparável de uma memória que é gerada a partir da relação do homem com o meio onde se insere. Assim, entendemos que o território próprio da dança se constitui a partir de processos subjetivos de reconhecimento de seu próprio espaço por ela e pelos outros, bem como pelas memórias nesse espaço criadas e revividas, tornando-se assim um espaço vivido. Outros dois relevantes componentes também participam da formulação da noção de território: os vetores de desterritorialização e reterritorialização (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1992). Desse modo, um território pode se desterritorializar, abrir-se, sair do seu curso, destruir-se e não necessariamente voltar ao seu ponto inicial, ao seu lugar de origem; ele se reterritorializa em uma nova territorialidade, que pode ser desterritorializada por outra, mas serve de territorialidade para aquela mesma.

(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (DELEUZE, 1972).

O homem está imerso nessa constante dinâmica de desterritorialização, pois seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente seguindo a lógica da divisão social do trabalho, com o poderio capitalista, com o jogo de interesses gerados, por questões ideológicas, religiosas e políticas. Podemos associar o conceito de desterritorialização com o de “operação de linha de fuga”, o abandono de um território. No momento em que o homem abandona um território, é capaz de construir um novo, daí o movimento de reterritorialização que caminha lado a lado com o processo de desterritorialização. Por serem processos indissociáveis estão diretamente relacionados com as questões de memória que imprimem nos corpos a relação com seus espaços ocupados ou abandonados.

Todas essas funções formalizadas que ditam a lógica nos espaços percorridos encontram-se diretamente ligadas a uma memória. Criada a partir da repetição periódica dessas funções e pelos seus ordenamentos, essa memória não é apenas uma lembrança, ou um conjunto delas. É uma memória, onde a rememoração do passado é toda ela coexistente com o presente. É uma memória coletiva, uma memória social. Essa memória é fruto dos inúmeros processos de desterritorialização e reterritorialização que se expressa nos espaços urbanos. Vai além da



questão física espacial, é uma memória que surge no subjetivo do meio social que se relaciona com esse espaço criado, abandonado e revisitado.

Encontramos ainda nas análises de Deleuze e Guattari o que denominam de *desterritorialização relativa* e *desterritorialização absoluta* (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1992). Entendemos por desterritorialização relativa o movimento de abandono de territórios criados nas cidades e sua concomitante reterritorialização. Nesse sentido, da desterritorialização relativa, o espaço da dança, na atualidade, se encontra em desterritorialização e reterritorialização constante. O teatro não se configura mais como seu território exclusivo. Existe uma memória correspondente à sua relevância para as manifestações artísticas que legitima o teatro como mais um espaço propício à dinâmica artística. Na rua, a dança, uma vez desterritorializada, encontra uma possibilidade de reterritorialização, ou seja, expressa um novo conhecimento desse espaço, uma nova dinâmica de atuação e interferência nele, criando uma nova memória a partir dele. Esse território urbano reterritorializado, desterritorializa o espaço cênico institucionalizado do palco. Mas a dança, que para ele retorna, promove sua reterritorialização. A dança, por sua vez, desterritorializada, se reterritorializa através do sentido, da emoção, do gestual e do movimento que provoca na sociedade desterritorializada pela imutabilidade e normatização dos corpos desacostumados a conviver com sua intensidade. Existe um constante processo de visitação e recriação de memórias e conhecimentos novos em meio a essas ações.

A rua é desterritorializada e reterritorializada pela dança, e vice versa, em um movimento constante e recíproco. Suas possibilidades são incalculáveis. O palco necessita da dança; a rua “respira” sons, gestos e movimentos. O meio social e urbano demonstra possuir uma carência por expressões inéditas que transbordem vida e intensidade. Assim, ousamos dizer também que a dança desterritorializa a moral e os valores conservadores vigentes. Com isso os movimentos, as sensações e o ritmo coreografado reterritorializa a vida e recria histórias, conhecimentos e a memória do grupo reterritorializado.

O próximo passo da pesquisa é buscar entender, a partir de Deleuze e Guattari, o conceito de *desterritorialização absoluta* e sua respectiva reterritorialização para o campo da Memória Social. Esse processo vai além da demarcação territorial. Ele aprofunda os laços e as relações entre o homem que dança e seu espaço ocupado e/ou abandonado. Reforça ou reformula as memórias lembradas e/ou esquecidas pelo grupo imerso nele.



Essa desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para ambos os pensadores pensar é desterritorializar, isto é, o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Compreendemos que o pensamento só é possível de existir na criação. Para que o ato de criar surja é necessário algo novo e inédito. Assim sente-se a necessidade de romper com o território existente para a criação de um novo. Dessa forma surgem novos encontros, novas relações, novos laços, novas funções, novos arranjos. Essa reterritorialização é, portanto, a obra nova criada.

Assim, Deleuze e Guattari vão afirmar que “pensar não é nem fio estendido entre o sujeito e o objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.113). Segundo eles de maneira nenhuma o processo de desterritorialização absoluta se sobrepõe ao de desterritorialização relativa. Ao contrário, um só é possível se aliado ao outro.

A questão do pensamento aliado ao abandono de um território e a criação de um novo movimenta essa dinâmica atual da dança de busca por seu espaço antigo, porém novo da rua. Toda essa vontade de voltar aos meios sociais onde a dinâmica da vida se desenvolve surge a partir do momento no qual o bailarino e a própria dança se percebe estagnada, parada, massacrada pelo excesso de memória, desvalorizada por não apresentar atos inéditos. A atitude de pensar fez com que criássemos um sentimento de insatisfação com o território, físico e subjetivo, que ocupamos. O que se sabe, o que se lembra, o que se ensina e se propaga sobre a dança não transmite o seu real impulso de vida e intensidade.

Assim se promove hoje em dia o movimento de reterritorialização da dança em seu espaço primeiro: a rua. A cidade costumava ser seu palco e seu bastidor. Esquecemo-nos do que é realmente necessário para uma manifestação artística dançada. Tablado, luzes, aparelhagem de som, roteiro fechado, tempo determinado, passos marcados e nada mais. A relação com o espaço onde se dança, os laços com o social que nos movimentos se envolve, elementos a muito esquecidos. Mas que agora, com a criação de um novo território, novamente a rua, a cidade, suas praças e marcos históricos, nos lembramos. É esse o movimento de desterritorialização e reterritorialização que buscamos hoje com a arte da dança. O que se foi perdido e esquecido, recriado a partir de novas memórias, novos atos, novos espaços. O social envolvido visceralmente com a arte que valoriza, canta e dança seus saberes mais basilares, pois é a partir deles que a coreografia consegue nascer.





## **CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS: no campo da DANÇA hoje.**

A distribuição dos trajetos, a fixação dos habitats, a organização das atividades, o controle dos fluxos – seja através da administração dos movimentos, ou através da organização e distribuição do trabalho – são, a um só tempo, empreendimentos de constituição de espaço e memória. Portanto, é possível dizer que a organização subjetiva, que liga o homem ao tecido social tem como fundamento uma memória, e como solo um espaço, que irão condicionar e regularidade de uma série de operações. (MACIEL, 2000, p.11).

147

Desde os tempos arcaicos na Grécia antiga, as manifestações ritualísticas se passam nos espaços abertos das cidades. Bosques, praças, ruas e marcos histórico são palcos de encenações viscerais, movimentos guiados pela emoção e perfeição de corpos imersos na cultura da massa popular. O meio social envolvido nessa atmosfera ritualística é parte relevante do processo. Exaltando os saberes populares e revivendo – recriando – suas figuras míticas o conjunto social se percebe unificado, forte, vivo e intenso.

Com a institucionalização dos espaços propícios às manifestações artísticas, elas perdem sua espontaneidade e passam a obter um caráter mais funcional: o entretenimento; deixando para trás seu objetivo mais relevante: o crescimento cultural de um povo. Nos palcos fechados e burocratizados, a dança não somente perde seu espaço original – a rua – mas perde seu papel mais absoluto. Deixa-se de lado a filosofia nos movimentos inéditos, esquece-se das emoções expressas com cada gesto gerado e perde-se a embriaguez originada a cada reação do público envolvido.

A necessidade expressa pela dança de retorno ao seu espaço originário surge aliada à vontade da dança de ser, novamente, berço para a expressão dos gestos e das emoções latentes no íntimo do homem moderno. Essa luta pela reconquista dos espaços e meios sociais é travada já nos palcos institucionalizados e nos grupos delimitados das diferentes modalidades que fazem parte desse campo artístico. Hoje, novas expressões surgem com o intuito de socializar melhor a dança. As danças urbanas, as danças populares, as danças contemporâneas, os “flash mobs” entre outras buscam seu lugar de direito no meio social e no próprio campo burocratizado da dança. Com o intuito de reviver o páthos trágico – o impulso de celebrar a vida e afirmar a existência – essas manifestações envolvem mais e mais indivíduos carentes de uma vontade de viver a vida. Nesse movimento, até mesmo as danças mais tradicionais como o ballet clássico, se percebem necessitadas de redescobrirem seu espaço primordial: a cidade como um todo.





Assim sendo, os conceitos de desterritorialização e reterritorialização defendidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari nos auxiliam a pensar sobre esta luta travada no campo da dança nos dias atuais. A desterritorialização relativa e absoluta, bem como os respectivos processos de reterritorialização reconfiguram o cenário físico e subjetivo dessa arte. Há hoje a criação de novos espaços para a dança. Nunca foi tão necessário o pensar sobre ela. Coreógrafos, professores, bailarinos e apreciadores buscam hoje, nas bases de suas respectivas modalidades, os saberes mais relevantes que fazem de suas danças manifestações únicas das emoções e impulsos humanos.

Não nos basta um palco, uma exclusiva plateia, um espaço delimitado de um teatro. O processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização da dança vai além da arte de dançar. Ambas as vertentes se encontram em nós mesmos, bailarinos, cidadãos, seres humanos. Estamos influenciados pela desterritorialização e reterritorialização de nossos corpos por gestos, movimentos e sensações, repetidos e inéditos. Expressamos tudo através da dança fazendo da rua, do palco e dos nossos corpos, espaços de relações políticas, sociais e culturais. A rua é o espaço por excelência da dança, mas não o antigo, e sim o novo espaço da rua antes desterritorializado e agora reterritorializado pela intensidade da vida.

## REFERÊNCIAS.

BARRENECHEA, Miguel Angel. “Espaço trágico: lugar das intensidades e das diferenças”, in: COSTA, Icléia T. M. e GONDAR, Jô (Org.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, pp. 22-34.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche e a genealogia da memória social”, in: GONDAR, J. et. al. (Org.) *O que é memória social*. RJ: Contra-Capa, 2005, pp. 55-71.

\_\_\_\_\_. “Nietzsche: memória trágica e futuro revolucionário”, in: FEITOSA, Charles. (Orgs.). *A fidelidade à terra: arte, natureza e política. Assim falou Nietzsche IV*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. “O Esquecimento da Memória”, in: GONDAR, Jô e BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). *Memória e Espaço: Trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, pp. 11-23.

BURNETT, Henry. Para ler O nascimento da tragédia de Nietzsche. São Paulo: Loyola, 2012.

CAVALCANTI, Anna H. “Arte como experiência: a tragédia antiga segundo a interpretação de Nietzsche”, in: in: BARRENECHEA, Miguel Angel de. et al. (Org.). *Nietzsche e os gregos*. RJ: DP&A, 2006, pp. 49-64.



DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos*. Edição preparada por David Lapoujade. Edição brasileira: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

\_\_\_\_\_. 1992. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.

\_\_\_\_\_. 1995a. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34.

\_\_\_\_\_. 1995b. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34.

\_\_\_\_\_. 1996. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34.

\_\_\_\_\_. 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

GONDAR, J. (Org.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1990.

LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. *Ritos e festas em Corinto Arcaica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MACHADO, R. *O Nascimento do trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e a polêmica sobre O nascimento da tragédia*. Introdução e organização de Roberto Machado; tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

MACIEL, Auterives. "Nomadização dos espaços urbanos". In: GONDAR, Jô; MAGALHÃES, Icléia Thiesen. *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *A visão dionisíaca de mundo, e outros textos da juventude*. Tradução: Marcus Sinésio Pereira Fernandes, Maria Cristina dos Santos de Souza; Revisão da tradução: Marco Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos ídolos*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre educação*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da tragédia*. Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2007.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos Póstumos, Agosto-setembro (1885 - 1887) Volume VI*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Segunda Consideração Intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. *Wagner em Bayreuth: quarta consideração extemporânea*. Introdução, tradução e notas: Anna Hartmann Cavalcante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.



## OS FLANELAS DO SHOPPING 3 AMÉRICAS EM CUIABÁ: ARTES DA NEGOCIAÇÃO

ABONIZIO, Juliana

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UMFT*  
*abonizio.juliana@gmail.com*

SANTOS, Juliano Batista dos

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea,*  
*UFMT*  
*julianojbs@gmail.com*

ALVES, Neemias Souza

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea,*  
*UFMT*  
*alves.neemias@gmail.com*

150

**RESUMO:** O entorno do Shopping 3 Américas é um dos espaços da cidade de Cuiabá que têm as suas ruas apropriadas pelos “flanelas”, nome pelo qual popularmente ficaram conhecidos os cuidadores (ou não) de veículos. Neste trabalho, o cotidiano destes sujeitos é nosso objeto de reflexão e para empreendê-la, colocamo-nos como plateia, observando as interações que ocorrem no palco, constituído pelas ruas, onde contracenam lojistas, taxistas, seguranças, pedestres, motoristas e os flanelas, sendo estes os protagonistas. O trajeto da pesquisa permitiu desvendarmos algumas das táticas ou artes de fazer que possibilitam a sobrevivência em uma realidade precariamente negociada na captação de possíveis clientes e nas estratégias de recusa de tornarem-se tal por parte dos motoristas. A análise permite ainda pensar a cidade por um olhar atravessado contrastando a dimensão planejada e sua dimensão vivida nas artimanhas do cotidiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Flanelinha. Cotidiano. Artes de fazer.

### THE “FLANELAS” OF THE 3 AMÉRICAS SHOPPING MALL IN CUIABÁ: THE ARTS OF NEGOTIATION

**ABSTRACT:** The surroundings of the 3 Américas Shopping Mall is one of the spaces of Cuiabá city where its streets were appropriated by individuals, popularly called “flanelas”, who offer themselves to watch (or not) cars for a small tip. In this article, the everyday life of these individuals is the object of our research. To embark on this research, we will use the metaphor of the theatre, where we are the audience who watch the everyday interactions of some performers such as the car and taxi drivers, pedestrians and shop owners on a specific scenario. Front stage (on the streets) the “flanelas” are the main protagonists. In the course of our research we observed the use of some tactics or “arts of making” by the “flanelas” to fight for survival in what is an unpredictable business arrangement of attracting customers (car drivers) and how to deal with these customers when the “flanelas services” are refused to be paid. Upon reflection, the City can also be looked at in a twofold way, contrasting its urban planned spaces and its everyday life tricks.

**KEYWORDS:** “Flanelas” (Car-watchers). Everyday life. Arts of making.



Nos espaços geográficos, urbano e antropológico, ocupados em um primeiro momento a partir de disputas, existe uma hierarquia profissional assentada na antiguidade, isto é, quem está há mais tempo na região tem maior poder nas decisões de qual território ocupar, quais clientes fidelizar, bem como em decidir quais serão os novos flanelas que poderão ou não frequentar, permanente ou avulsamente, o lugar.

Sobre o espaço geométrico urbano das ruas e avenida do Shopping 3 Américas, vale ressaltar, que o mesmo é *topológico* e *tópico*. O primeiro refere-se a formações, reformulações e deformações civis (faixas de pedestre, placas de trânsito, guarita de policiais, entradas de garagens particulares, estacionamentos pagos etc.), o segundo representa os lugares ocupados pelos veículos e seus respectivos arrumadores.

Perceba que na segunda forma de espaço, não há apenas objetos, também encontram-se pessoas, donde a espacialidade antropológica evidencia os aspectos vividos, sentidos e experienciados nas relações cotidianas entre os próprios arrumadores de um lado, e arrumadores *versus* condutores, lojistas, taxistas e turistas, do outro.

Entre os arrumadores há uma espécie de “[...] código de honra [...]” (PAIS, 2001, p. 381) que consiste em prestar aos veteranos, por direito, aquilo que eles, de algum modo, dominam há muitos anos. É a partir da criação e consolidação desse poder atribuído aos mais velhos de casa, que se estabelecem as “[...] redes de filiação e atributos endogrupais [da qual] Simmel [aplica] a metáfora da *ponte* e da *porta* para definir um conjunto social: a ponte [...] liga os elementos desse conjunto; a porta [...] impede que outros façam parte dele” (PAIS, 2001, p. 381).

Desse modo, conclui-se que a ponte, responsável por construir o *networking* entre os arrumadores de um mesmo local, é formada pela junção de três fatores, são eles: a fachada urbana (cenário), as atividades que nela se exercem (representações sinceras ou cínicas) e um objetivo comum (teatro dos ganhos financeiros); já a porta corresponde ao domínio tácito sobre determinados locais, de preferência as regiões definidas como minas, onde os ganhos são altos, que diferentemente das regiões de baixa rentabilidade, sempre possuem algum







Perceba que são três as classificações dos flanelas que ocupam os locais. Há os arrumadores titulares, mais antigos de casa, que definem quem pode (flanela avulso) e quem não pode (flanela penetra) trabalhar de vez em quando na região. É como se existisse, por parte dos flanelas fixos, uma preocupação em garantir uma reserva de mercado e ao mesmo tempo fortalecer os laços de *networking* com arrumadores fixos de outras regiões.

Da relação entre arrumadores fixos de outras regiões surge a dúvida: por que estabelecer laços com flanelas titulares de outros locais? Apesar das repostas serem as mais diversas, a necessidade de sobrevivência nas ruas se assenta em redes de amizade que garantem aos indivíduos ligados ao grupo, uma maior possibilidade de arranjos quando a vida os coloca em apuros, que vão desde problemas com policiais a ameaças de traficantes.

As respostas quanto às motivações na construção de *networking* estão assentadas em amizades antigas entre flanelas, cujo código de honra exige de um amigo ajudar os outros sempre que preciso. Ademais, há também a preocupação em perder o ponto atual, daí se ter de imediato, outro ponto, mesmo que avulso, para se sustentar, pelo menos até a aquisição de outro ponto fixo, que enquanto região de minas dependerá, novamente, da aprovação de outros arrumadores titulares; daí a importância das redes de filiações e atributos endogrupais.

Ao que tudo indica, as relações de amizade são criadas para a própria preservação pessoal, dado que nas ruas não existe nada (leis, decretos ou normativas) que possa ou venha a garantir de fato a propriedade daquilo que é público, como ocorre em assentamentos ou invasões de espaços urbanos.

Da soma de interesses individuais comuns, nasce – não sabemos dizer se de maneira racional ou instintiva – os laços de amizade que ajudam, ou no mínimo, certificam uma relativa segurança, tanto para os arrumadores que têm e cumprem suas responsabilidades civis (alugueis, prestações, supermercados, água, luz, telefone, sustendo da família, etc.) como para aqueles que vivem nas ruas e não possuem nenhum parente próximo, com o qual tenha laços de afetividade, para recorrerem nas necessidades que escapam às suas competências.

Para melhor visualizarmos a relação, entre espacialidade urbana e territorialização antropológica, edificada nos redores do Shopping 3 Américas, dividimos as regiões de 1 a 6, onde existem flanelas titulares. Todos estes locais são minas financeiras para os arrumadores de veículos, por isso dificilmente ficam sem alguém responsável pelo lugar; pode até acontecer de uma ou outra mina, por alguns dias, semanas ou meses, ficar sem vigilância fixa,



entretanto, cabe aos demais titulares das outras localidades próximas, impedir que penetras se aposses, permanentemente, da parte desocupada.

Geralmente quem assume provisoriamente a região abandonada são os flanelas avulsos, que talvez, com uma boa dose de sorte, venham a se tornar o novo arrumador fixo da mina. Tal situação é percebida na área 2, cujo titular, vulgo Ratinho, está preso por homicídio, donde seu retorno ser uma incógnita. Todavia, por enquanto, esta área não foi ambicionada permanentemente por nenhum arrumador avulso, pois parece que tal atitude exige muita coragem, e não apenas aprovação dos flanelas mais velhos; já nas demais regiões os flanelas são os mesmos há muitos anos.

Por meio de diálogos e observações com os arrumadores fixos das demais localidades, descobrimos que o vulgo Velhinho é quem cuida da região 1, o Mãozinha vigia a localização 3, que é a mais lucrativa, o Cabecinha e a Chocolate guardam o espaço 4, o 'San' pajeia a localidade 5 e o Micaral guarda o ambiente 6. Entre os flanelas avulsos que às vezes aparecem para ganharem um troco, deixando claro que eles não comparecem todos juntos, encontram-se o Androide, o Galo-Cego, o Zóio, o 'Van', o Zé Buceta, o Cocudo, o Rubão, o Lubilubi e o Toninho.

Somando-se os arrumadores titulares e os avulsos têm-se no total dezesseis flanelas, sendo 93,75% do gênero masculino e 6,25% do feminino. Outra curiosidade é que 50% deles possuem residência fixa, aluguel ou casa própria, e os outros 50% vivem nas ruas. Dos que residem nas ruas, a maioria não toma banho e fazem suas necessidades fisiológicas em becos, matagais, construções abandonadas, edifícios abertos ao público e em tubulações de esgoto acessíveis; normalmente estas necessidades são realizadas em período noturno.

Durante o dia, em que estão a trabalhar como flanelas, independentemente de possuírem casa ou não, realizam suas necessidades no Shopping 3 Américas ou atrás dele, que via de regra, devido ao seu isolamento e excesso de vegetação, são ambientes propícios para práticas ilícitas, características que tendem a acabar por causa dos projetos de mobilidade urbana que pretendem transformar o local em avenida de trânsito rápido.

Por meio dessas informações e através das maneiras de fazer cotidianas (CERTEAU, 1998), percebe-se o uso cultural que os flanelas fazem do espaço urbano, quanto a apropriação e reapropriação de áreas organizadas. Ocorre então uma *produção qualificada* do espaço urbano que se contrapõe a *produção racionalizada*. A segunda seria o uso já convencional das ruas, que é normatizado pelas leis orgânicas e de trânsito; o primeiro





consiste no uso feito pelos flanelinhas, que ao lotarem as áreas de estacionamento e guardarem os veículos que estacionam nesses lugares, criando ainda uma forma de receberem uma gratificação financeira por essa atividade, subvertem a produção racionalizada.

Nesse contexto, compreender que a *razão aberta*<sup>3</sup> *integra o seu contrário, a produção racional*, como sugere Michel Maffesoli (2008, p. 21),

[...] é o pressuposto fundamental para o entendimento daquilo que pretendem os pós-modernos, que negam a ideia do dever ser e buscam apresentar a vida como ela é: enraizada no mundano por meio de manifestações naturais, históricas e sociais que vinculam ciência e arte, conceito e forma, corpo e alma, que é peculiar à realidade em sua totalidade.

Consequentemente, nessa perspectiva, não há uma verdade única e universal aplicável em qualquer tempo e lugar, ao contrário, independente de qual seja o território e os atores, há uma multiplicidade de valores que relativizam uns aos outros, ora se opondo ora se complementando, lado a lado, sem se excluírem; é o microcosmo do individual e o macrocosmo do social respondendo um ao outro no interior do mundo coletivo, cada qual segundo as suas qualidades culturais.

Mesmo estigmatizados, percebe-se o quanto é forte as construções que se estabelecem no grupo e no cenário social dos flanelas. A região ocupada por eles, nos arredores do Shopping 3 Américas, revela atributos de uma estrutura social cuja integração é mediada pelo conflito que se dá entre flanelas e motoristas, flanelas e lojistas, flanelas e seguranças e entre os próprios flanelas.

Tal situação provoca nessas áreas não somente um equilíbrio conflitual, como também, e ao mesmo tempo, um conflito harmonioso nas mencionadas relações, que segundo as táticas cotidianas de Certeau (1998), se enquadram na categoria das astúcias, sendo possível perceber nelas gestos hábeis do fraco na ordem estabelecida pelo forte, “[...] gestos que se expressam numa arte de dar golpes no campo do outro [...]” (PAIS, 2001, p. 379).

Em meio à arte de dar golpes se dá a representação. Goffman (1999), através da metáfora dramatúrgica, revela “[...] que o personagem representado é produto da cena representada, e não causa dela” (PAIS, 2001, p. 396). Ao estar na presença imediata de outros, a atividade do flanela potencializa um caráter promissório onde os “[...] outros

<sup>3</sup> O conceito de *razão aberta* em Maffesoli, está em congruência com o conceito de *produção qualificada* de Certeau.



provavelmente, acharão que devem aceitar o indivíduo em confiança, oferecendo-lhe uma justa retribuição enquanto estiver presente, em troca de algo cujo verdadeiro valor só será estabelecido quando ele se retirar” (GOFFMAN, 1999, p. 12).

Essas cenas são permeadas por ritos do evitamento (GOFFMAN, 1999) e se manifestam quando o motorista procura não estacionar o carro na área dos flanelas, parando em áreas particulares ou em um lugares mais distantes; ou também quando o motorista evita o flanela ao ir embora, para não ter que pagar.

Os flanelas, por sua vez, reagem a essa situação ativando ritos dissuasores de reciprocidade<sup>4</sup> negativa (CLASTRES apud PAIS, 2001), acabando por criar uma neurose do medo nos motoristas, que temem que seu veículo seja arranhado, tenha o pneu furado ou mesmo o vidro quebrado caso não paguem. E por fim, novamente os motoristas reagem ao continuar não estacionando nos pontos dos flanelas, ou ao estacionarem e não pagarem, mantendo assim o equilíbrio conflitual.

Diante desta cena, fica claro que a reciprocidade é estimulada pelo comportamento do outro, podendo se manifestar de forma positiva ou negativa, e que ao se manifestar ela é também uma forma de representação. Outro elemento que também está diretamente ligado a representação é o cenário. Segundo Goffman (1999), a intensidade da relação entre ator e cenário chega ao ponto em que aqueles que usam o cenário como parte da sua representação só começam a atuar quando estão nele. E, ao deixá-lo, a representação se finda.

Outro importante elemento a ser observado na representação, segundo a categorização utilizada por Goffman (1999), é a fachada<sup>5</sup>. Os flanelas apresentam nas ruas uma fachada diferente da que teriam entre familiares ou amigos. Mesmo diante do estigma de drogados, também se comportam de forma responsável, pois é com o dinheiro que ganham na atividade de arrumador de veículos que saldaram seus compromissos financeiros mensais.

Na relação com os outros flanelas, o estímulo para a fachada é outro. Com intenção de estabelecer suas balizas, o flanela age de maneira intimidadora e ao mesmo tempo respeitosa para com os seus iguais, cultivando assim o seu espaço simbólico.

Além da maneira de agir, outra fachada que se forma é a da aparência. Através dos estímulos da aparência tomamos conhecimento do *status* social do ator flanela e de seu estado

<sup>4</sup> A reciprocidade é uma das regras básicas da sociedade. É também considerada um mecanismo de coesão social e, conseqüentemente, um fator de estabilidade.

<sup>5</sup> Segundo Goffman (1999), fachada são itens de equipamento expressivo que identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá.



ritual temporário. Os flanelas, de modo geral, têm como vestimenta uma camiseta, bermuda e chinelo, geralmente surrupiados e sujos, devido ao fato de muitos viverem nas ruas. Nos dedos de suas mãos pode-se notar marcas, semelhantes a queimaduras, deixadas pelo uso do crack. Tais estímulos levam a rotular o *status* do flanela como classe marginal da estrutura social.

Quanto a aparência do estado ritual temporário, o que se leva em consideração são os estímulos que permitem identificar a prática do flanela como uma atividade informal. A classe de cuidador de carros não tem legitimação diante da sociedade, situação esta reforçada pela lei, que enquadra a forma como os flanelas operam como contravenção, fortalecendo assim o estigma sofrido pela classe.

Os flanelas sofrem com este estigma, pois a sociedade não costuma perceber ou enfatizar os aspectos não contaminados do indivíduo estigmatizado. Porém, os flanelas também se apropriam deste estigma em benefício próprio, usando-o como elemento intimidador que acaba por coagir muitos dos motoristas a deixarem uma gratificação. Goffman (GOFFMAN apud PAIS, 2001), considera essa forma de apropriação como fato central na definição de um indivíduo estigmatizado, denominando-a de aceitação.

Mesmo diante de todas essas formas de representação, o contato com os flanelas também revelou o que Goffman (1999) chama de atividades “verdadeiras ou reais”. São as crenças e emoções do indivíduo que só podem ser verificadas indiretamente, através de confissões ou do que parece ser um comportamento expressivo involuntário.

Os flanelas expressaram e confessaram seu desejo de sair das ruas, de deixar as drogas, de ter um trabalho convencional. Eles veem a rua como uma aventura, mas que logo passa, e a sensação que fica é a de que essa aventura não levou a nada, ela se torna um transtorno e não mais lucrativa, pois por mais dinheiro que eles ganhem nunca têm nada.

Ao deixarem escapar suas atividades “verdadeiras ou reais”, percebe-se que os próprios flanelas têm, mesmo que de forma indireta ou involuntária, consciência de sua representação e que desejam dar fim a ela ou dar início a uma nova com uma nova fachada e em um novo cenário.

Durante as observações de campo foi possível perceber que os seis territórios de vigilância, definidos por consenso entre os flanelas que possuem o poder de decisão, domínio construído a duras penas no decurso de anos, formam um tecido multicultural, que apesar de



toda a sua diversidade, revelam modos de vida e produções simbólicas, entre atores e plateia, relativamente estáveis e muito distintas.

Entre os arrumadores, fixos ou não, há um universo heterogêneo de histórias de vida e de suas condições atuais. Na sua maioria são, hoje, dependentes químicos, que por diferentes e não esclarecidas razões, vieram a se tornar flanelas; as motivações passam por questões de desemprego, invalidez, tráfico, solidão, morador de rua, ex-condenados e até pela melhoria de renda; dentro do grupo encontram-se de semianalfabetos a graduados.

O problema é que falar de flanelas não remete somente à questão psicológica e social de cada indivíduo, existe uma classificação específica sugerida por Pais (2001); uma tipologia que estabelece com precisão, grupos não de pessoas, mas de categorias de arrumadores de veículos a que cada flanela pertence. Em tal classificação o que se percebe é que o critério de ser ou não credenciado está, necessariamente, ligado ao fato dos arrumadores de veículos possuírem ou não, alguma relação de interdependência com quaisquer instituições.

Na referida ordenação se encontram dois agrupamentos, são eles: credenciados, por órgãos públicos ou empresas privadas, e não credenciados. Os primeiros, credenciados por instituições públicas, principalmente prefeituras, são definidos como flanelas legalizados; os segundos, credenciados por estabelecimentos particulares, são chamados de flanelas oficializados; os últimos, que não possuem vínculo de emprego formal ou informal, são simplesmente denominados de flanelas não credenciados, dado que na prática, apesar de precisarem de autorização jurídica para ocupar os espaços e receber proventos, não se preocupam com isso.

Ainda que a classificação sugerida por Pais aos arrumadores de carro seja em Lisboa, todas elas podem ser encontradas em Cuiabá. Por exemplo, os credenciados legalizados são aqueles que trabalham na zona verde<sup>6</sup>, os credenciados oficializados são, em regra, pessoas desempregadas ou que fazem bicos para complementarem a renda familiar, trabalhando em locais movimentados, principalmente em restaurantes, onde os estacionamento, por serem pequenos, não comportam os veículos de todos os clientes, obrigando os mesmos a estacionarem em locais inapropriados, donde a gênese e necessidade do estabelecimento privado, de modo informal, permitir que pessoas vigiem os carros de seus clientes.

<sup>6</sup> Em outras cidades a zona verde é denominada de zona azul. Ambos os casos referem-se à áreas urbanas definidas pela prefeitura de cada cidade como regiões que exigem dos motoristas o pagamento de tarifas municipais como permissão para estacionarem em vias públicas.



Por fim, os não credenciados, que são os flanelas que ficam nos arredores do Shopping 3 Américas – objeto de estudo de nossa pesquisa –, que apesar de não dependerem de órgãos públicos e privados para se apropriarem do local, confessam que não há como trabalhar onde há zona verde e que, para evitar problemas com a polícia e aumentar a renda diária, buscam construir relações salutaras com os proprietários de lojas da região.

Todavia, mesmo com as boas ações, o estigma permanece (GOFFMAN, 1999). Comerciantes e turistas produzem e reproduzem essa marginalidade, pois o que faz o domínio das palavras é, desde logo, o poder da designação, ou seja, se a maioria dos flanelas faz uso de drogas, logo todos são drogados.

É curioso e importante observar, com base na teoria do estigma, como determinados objetos assumem significados sociais, que na prática podem ou não se adequar à realidade. Por exemplo, os flanelas credenciados legais, por causa de seus uniformes, são vistos como confiáveis; os flanelas credenciados oficiais, devido ao colete, qualquer colete, são tomados como confiáveis; já os flanelas não credenciados, por não portarem objetos de significação socialmente positiva, são taxados de marginais.

O problema é que em nenhum dos casos há como saber a confiabilidade e profissionalismo da pessoa que está a vigiar os carros e motos, uma vez que o que está em jogo na construção da teoria do estigma, não é a observação da pessoa que se desconhece, por parte do condutor, mas os atributos simbólicos que os arrumadores trazem consigo; atributos que definem a segurança e insegurança nos motoristas frente ao medo de multas, riscos no carro, pneus furados e vidros quebrados.

Portanto, a intenção da relação dos condutores em pagar os flanelas depende diretamente do tipo de arrumador presente no local. Ou seja, diante dos arrumadores credenciados legais, os motoristas pagam, não para terem os veículos vigiados, mas para não serem multados; frente aos flanelas credenciados oficiais, o pagamento ocorre para ter o carro protegido; e, perante os arrumadores não credenciados, os condutores pagam, não para ter o veículo protegido, ao contrário, pagam, para não vê-lo depredado.

Dito de outro modo: a primeira ação de pagar está ligada ao dever do cidadão, obrigação cumprida por coerção econômica sancionada em lei; a segunda está ligada a ideia de seriedade da empresa privada que tem como objetivo e obrigação garantir e oferecer aos seus clientes o melhor serviço; a última está ligada a preservação do próprio patrimônio,



possível somente por artimanhas (CERTEAU, 1998) baseadas em ameaças<sup>7</sup> enunciadas pelos flanelas.

O que se percebe no primeiro e último caso, caracterizados pela reciprocidade negativa, é que os motoristas pagam a fim de evitar maiores prejuízos pessoais financeiros e no segundo caso, de reciprocidade positiva, pagam por acreditar que quem está trabalhando deve receber por isso; é como se o pagamento para o credenciado legal e para o não credenciado fosse uma falta de opção, à medida que se pudessem não pagariam por algo que de fato não é visto como uma prestação de serviços, mas sim como uma exploração por parte do Estado, no primeiro caso, e uma enganação por parte dos marginais, no último.

A classificação dos motoristas é construída a partir dos olhos dos arrumadores de carros, cujos critérios baseiam-se nos valores financeiros oferecidos por um trabalho voluntário de guarita e nas relações interpessoais, que podem ser de reciprocidade negativa ou reciprocidade positiva; em qualquer uma delas o objetivo é o mesmo, garantir a coesão social.

A reciprocidade negativa expressa a estrutura social mediada por conflitos declarados pelo condutor que anuncia não se interessar pelo trabalho do flanela; a reciprocidade positiva demonstra as relações em que há o interesse dos motoristas em pagar, seja pequenas ou grandes quantias em dinheiro.

Durante as entrevistas com alguns flanelas, percebemos que os arrumadores de veículos do Shopping 3 Américas classificam os motoristas de três formas, são elas: doutor<sup>8</sup>, pão-duro<sup>9</sup> ou *pau-no-cu*. O primeiro remete aos condutores que aceitam ter o carro ou a moto vigiados, independentemente da quantidade financeira oferecida ao final do serviço, que pode ser de centavos até cento e dois reais<sup>10</sup>; o segundo refere-se aos condutores que se recusam a pagar os flanelas, incluindo aqui o terceiro, que são aqueles que aceitam pagar para que seu veículo seja vigiado, mas que ao retornarem não cumprem com o combinado.

Como artimanha para garantir o recebimento, inclusive dos motoristas que não gostam de pagar, é fundamental recepcionar os condutores na chegada, pois aqueles que se recusam a pagar, quando abordados no momento que estão estacionando, a fim de não ter o seu veículo

<sup>7</sup> A ameaça não é necessariamente algo declarado, na medida em que essa reciprocidade negativa se vale mais de históricos do local do que da direta ameaça dos arrumados, que ao contrário da indireta, pode trazer seríssimos problemas com as autoridades de segurança públicas.

<sup>8</sup> Também pode ser chamado de professor, bacana, amiguinho, grandão ou truta.

<sup>9</sup> Também definido como miserável.

<sup>10</sup> Nesta declaração, o flanela entrevistado, alegou acreditar que o motorista tenha se enganado ao oferecer tamanho valor.





danificado, mediante uma reciprocidade negativa, acabam, na maioria das vezes, por ceder à vontade dos flanelas; é como se o medo de ter o veículo riscado ditasse a coerção em muitos motoristas.

Forçar os condutores que não pagam a pagarem é possível, todavia, ditar a quantidade de dinheiro a ser oferecida pelos motoristas, depende da reciprocidade positiva, que ao contrário da reciprocidade negativa, não pode ser construída de imediato, necessitando pois, de repetidos encontros com os condutores, além de serviços extras tais como ajudar os motoristas a manobrem o carro, parar o trânsito para permitir que o cliente saia tranquilo do estacionamento e limpar o para-brisas quando sujo.

O maior problema enfrentado pelos flanelas, quando a questão é receber algum dinheiro dos condutores, está no fato de não conseguirem abordar os motoristas no momento em que estão estacionando. Como consequência, exigir algum pagamento destes condutores em suas saídas, mesmo que os arrumadores aleguem estar a vigiar o veículo, dá ao motorista o direito de se recusar a pagar. A lógica da inter-relação nesse caso não é de difícil compreensão, pois a mesma se assenta na seguinte ideia: não se pode prestar um serviço sem a autorização do cliente, portanto, se o prestador assim o faz, assume o risco de não receber por algo que não foi autorizado.

No artigo do Pais (2001), há sete classificações de motoristas, por isso, durante as entrevistas com o flanelas, após ouvirmos as descrições de suas tipologias, explicadas acima, resolvemos fazer o inverso, a saber, explicávamos a cada arrumador entrevistado as sete categorizações elucidadas por Pais, para que os arrumadores, em seguida, identificassem a existência ou não de clientes, na região do Shopping 3 Américas, com aquelas características. Observamos que durante as explicações alguns flanelas riam muito, o que nos levou a pensar, que o referido comportamento de bom humor ocorreu porque as definições de Pais (2001) se adequam perfeitamente à realidade dos flanelas de Cuiabá.

Os motoristas, na teoria de Pais (2001, p.383), são definidos como cliente estúpido, cliente azelha, cliente forreta, cliente moeda-chorada, cliente pinga-níquel, cliente surpresa e cliente VIP. O primeiro é aquele que não quer pagar e avisa antes mesmo de estacionar; o segundo é aquele que não consegue manobrar o carro para estacionar devido a sua formação recente (jovens que acabam de tirar a CNH) ou por deformação (senhoras de idade avançada); o terceiro é aquele que não quer pagar ou tenta não pagar quando está de saída; o quarto é aquele que ao pagar fica resmungando ou de cara-fechada; o quinto é aquele que busca se





desfazer das moedas de menor valor; o sexto é aquele que oferece uma quantia superior a comumente recebida; e, por fim, o cliente VIP, que por ser freguês fixo, semanal ou mensalista, normalmente paga um pouco acima do que é pago pelos cliente não fixos.

Da explicação dos caracteres que definem cada um dos clientes, é possível, com base na teoria das representações de Goffman (1999, p. 12), afirmar que os clientes estúpido, azelha, moeda-chorada e VIP são sinceros em suas encenações, o cliente forreta é um ator cínico e os clientes pinga-níquel e surpresa assumem, ora representações sinceras ora cínicas. O cliente estúpido é sincero por expor não querer pagar, o cliente azelha é sincero porque ninguém fingiria incompetência em dirigir um veículo, o cliente moeda-chorada é sincero porque não disfarça a sua insatisfação em ter pago o flanela, o cliente fixo é sincero por estabelecer laços de amizade com os arrumadores e o cliente forreta é cínico porque cria desculpas afirmando que não sobrou dinheiro ou não tem dinheiro trocado para pagar.

Já a identificação da atuação sincera ou cínica dos clientes pinga-níquel e surpresa, depende de todo um jogo de cenários e intenções. Logo, se o cliente pinga-níquel se desfaz das moedas e entrega ao flanela sem a finalidade de demonstrar que ali existe um alto valor, a encenação é sincera, caso ocorra o contrário, a atuação é cínica; se o cliente surpresa oferece uma quantia em dinheiro que corresponda ao aparente status – roupas, sapatos, acessórios, carros, etc. – que apresenta possuir, a atuação é sincera, em caso oposto, não.

Portanto, quando se associa as classificações dos flanelinhas de Cuiabá aos arrumadores de carros em Lisboa, excluindo-se o conceito de cliente azelha deste último, chega-se à conclusão que ambas as categorizações, apesar das diferentes concepções, possuem uma mesma congruência. Por exemplo, os motoristas chamados de doutor em Cuiabá, são os clientes moeda-chorada, pinga-níquel, surpresa e VIP de Lisboa, assim definidos porque oferecem aos arrumadores, independentemente da representação, algum dinheiro, seja em quantias pequenas ou altas; o condutor pão-duro de Cuiabá é o cliente estúpido em Lisboa, que na prática não deseja pagar absolutamente nada aos arrumadores; e, por fim, o motorista *pau-no-cu* de Cuiabá é o cliente forreta de Lisboa, que a todo custo, cria meios para não pagar os arrumadores, mesmo que anteriormente tenha com eles fechado o compromisso.



## CONCLUSÃO

Buscou-se nesta observação/reflexão dar à atividade dos flanelas uma legitimidade, não no sentido de tornar a prática legal, visto que ela já está regulamentada, porém, a relação dos flanelas com essa atividade se dá às margens da lei e também da sociedade. Intentou-se então, trazer a singularidade dessa relação para o centro do discurso sociológico.

O primeiro desafio é o de perceber os flanelas como membros ativos e produtivos dentro da estrutura social, e o principal fator que impede essa percepção é o estigma produzido pelo senso comum de que os flanelas são pessoas viciadas e perigosas.

Este fator é tão forte que os próprios flanelas passam a ter também uma visão estigmatizada de si próprios, ou seja, eles também se veem como drogados, como marginais, e acabam reproduzindo esse estigma em suas representações. Percebe-se assim que esta situação é retroalimentada por parte da sociedade e pelos próprios flanelas.

Quebrar esse ciclo seria primordial para alcançar a legitimidade desta atividade, porém implica uma atuação em um complexo campo simbólico. A começar pelos atores, são muitos os indivíduos envolvidos, além dos flanelas têm-se os motoristas, lojistas, seguranças, pedestres, que juntos dão forma a uma relação mediada por um conflito paradoxalmente harmonioso.

Mesmo entre os arrumadores de veículos é forte o conflito simbólico, pois o grupo também se fragmenta quando se divide entre credenciados e não credenciados. O estigma dos flanelas mais uma vez pesa e faz com que, a princípio, sejam desfavorecidos nessa relação, mas ao mesmo tempo provoca uma reação que se dá no uso das *artimanhas do campo da retórica* (CERTEAU, 1998).

Neste cenário, cada um dos atores, apresenta suas respectivas táticas do cotidiano, mas no caso dos flanelas elas são extremas, e vão da intimidação à gentileza. Cada cena representada produz a representação de um personagem (PAIS, 2001), mas todos possuem o mesmo propósito: pressionar o dinheiro.

O uso que os flanelas fazem desse dinheiro também corrobora para a complexidade da situação e a estigmatização desta atividade, pois para além da manutenção dos vícios, tem-se que metade dos entrevistados possuem casa própria e utilizam o dinheiro para prover suas necessidades e a de suas famílias, quitando despesas como aluguel, água, luz e alimentação.



Porém, o principal elemento provocador do estigma dos flanelas, a droga, é real, e é esse o destino da maior parte do dinheiro arrecadado.

Não é a atividade de flanela que leva o indivíduo ao vício, mas é claro que o indivíduo pode vir a ser um viciado após se tornar flanela, mas não pela atividade em si, e sim pelo meio em que passa a conviver.

Entre os flanelas é possível encontrar pessoas até graduadas, mas essa é um exceção, pois em sua maioria são desempregados, portadores de alguma deficiência, traficantes e ex-presidiários. Existem também, entre estes, aqueles que passaram a flanelar como forma de complementar a renda familiar.

Definir os flanelas é um exercício complexo. Contudo pode-se afirmar que são indivíduos diferentes com histórias de vida diversas, mas que se encontraram, uns com os outros, nas margens da sociedade e como se percebessem uma brecha no sistema, se apropriaram de um espaço urbano, criando com ele e com os atores deste cenário, uma nova relação.

Como romper um ciclo onde os flanelas chegam a ganhar 3.000 reais por mês tendo dinheiro todos os dias para pagarem suas contas e também sustentarem o seu vício? A resposta parece ser difícil diante de um cenário que também se apresenta como tentador, pois oferece, de forma aparentemente fácil, o prazer das drogas e do dinheiro. Porém, são os próprios flanelas que pedem socorro, ao confessarem ou expressarem de forma involuntária (GOFFMAN, 1999), o desejo de sair das ruas, de deixar as drogas e de terem um vida comum.

O estigma rotula os flanelas, aliás, é impossível evitar os rótulos, eles recaem sobre todos os indivíduos de uma sociedade, porém, o estigma apresenta uma particularidade, ele é pejorativo, e vem carregado de preconceitos e indiferenças, fazendo com que o olhar não veja para além do senso comum. Mas existe algo a mais que não está visível, e a observação em 2º grau pode ser o caminho para perceber a cena que está ali. Cenas ricas em singularidades, onde atores e cenários permanecem em sua incansável representação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *A arte da vida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BRASIL. *Lei Federal nº 6.242/75*. Dispõe sobre o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, e dá outras providências. In: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6242.htm)>. Acesso em: 15 de junho 2014.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Trad. Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PAIS, José Machado. Jovens “arrumadores de carros” – a sobrevivência nas teias da toxicodependência. In: *Revista Análise Social*, vol. XXXVI. Lisboa: 2001, p. 373-398.
- PAIS, José Machado. *Nos rastros da solidão*. Deambulações sociológicas. 2ª ed. Lisboa: AMBAR, 2006. Coleção: Enciclopédia Moderna, nº 10, Sociologia.
- PAIS, José Machado. *Sociologia da vida quotidiana*. Teorias, método e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Subjetividade, cidadania e emancipação*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32. Coimbra: Junho 1991, p. 135-191.



## A MEMÓRIA COLETIVA NAS REDES SOCIAIS

SANT'ANNA, Paula Soares  
Programa de  
Pós Graduação em Memória Social, UNIRIO  
pssantanna@gmail.com

166

### Resumo

Seguindo a premissa de que as redes sociais constituem um grande centro de comunicação hoje em dia, e por isso a necessidade cada vez mais evidente de se estudar este meio como 'nosso meio', e conseqüentemente, de refletir sobre a memória coletiva fomentada neste espaço, o artigo demonstra o conceito de memória coletiva através de *posts* em redes sociais, partindo do fato de que tais escritas são normalmente tomados por escritas particulares, intentando traçar um panorama contemporâneo do livro "A memória coletiva", de Maurice Halbwachs.

**Palavras-chaves:** Memória Coletiva. Maurice Halbwachs. Redes Sociais.

### Abstract

Following the premise that social medias are a big Central Communication nowadays, therefore the evident need of studying this medium as 'our environment', and consequently of reflecting about the Collective Memory promoted in this space, this article demonstrates the concept of Collective Memory in posts on Social Medias, since in general, people understand these posts as personal writings, in order to work with a contemporary perspective of the book "The Collective Memory", by Maurice Halbwachs.

**Key-words:** Collective Memory. Maurice Halbwachs. Social Networking.

## INTRODUÇÃO

O virtual é um espaço de tanto e tantos que é difícil uma definição elucidativa dele; é, acima de tudo, um centro de comunicação onde se encontram e interagem pessoas de inúmeros locais físicos e culturais. O virtual é um espaço que vem sendo cada vez mais estudado por diversas correntes das ciências sociais e áreas afins por ser um dos pilares da época contemporânea. Se bastante se fala de tempos fluidos, sociedades globais, grande parte deste discurso foi possibilitado pela popularização da internet, exemplo expoente de espaço virtual.

Tal espaço, atacado por muitos e usado por quase todos, gera muitos estudos e reflexões a respeito do impacto de sua utilização, principalmente os concernentes às possibilidades e qualidade de interação. Atualmente, há muitas vias de acesso ao outro. Salvo exceções, estar em contato não se faz um problema, e ao falar em intercomunicação no espaço virtual, cabe cogitar sobre memória social.



No senso comum, há quem valorize a internet sendo um espaço de interação global e há outros que reclamem dela, dizendo ser espaço promotor de afastamento humano, do fim da interação social real. Se um, se outro, a internet cria um movimento diferente do processo tradicional em relação à manutenção de memórias e recordações. Vivências são fontes de memórias e essas ganham novas possibilidades com o espaço virtual.

O espaço virtual, internet, é um meio plural e uma de suas possibilidades é o acesso de redes sociais *Facebook, Instagran, Twitter, Pinterest, Google+* e outras, que permitem ao usuário ter um perfil (no qual ele elaborará uma identidade para conviver virtualmente, escolherá seus amigos e selecionará seus acessos). Provavelmente, junto com sistemas de busca, as redes sociais são a vertente da internet mais popular entre os usuários. Por ser tão popular, por ser o ‘lugar’ em que as pessoas se encontram na virtualidade e convivem, é um ‘lugar’ que instiga movimentos nostálgicos e também reflexões acerca de produção de memória.

Parênteses, em relação aos movimentos nostálgicos, tem-se aqui que são zonas de defesa usadas para autoproteção dos que não compreendem novas noções e perspectivas do grupo social em que está inserido, segundo Roland Robertson (2000). A nostalgia é um sentimento comum em momentos de desconforto para com o tempo em que se vive e é historicamente recorrente. Parte da crítica negativa feita ao uso de redes sociais surge de certo sentimento de nostalgia, que tende a rebater a sensação de estranheza ressaltada pela aceleração dos tempos.

Deixando searas importantes a um estudo sobre internet e produção de memória coletiva, como a crítica relacionada a uma movimentação social nostálgica de uma parcela da sociedade que vive a transição geracional motivada pela popularização da internet, concentra-se no recorte temático determinado para discussão neste trabalho: memória coletiva nas redes sociais.

Redes sociais, porque muito tem se falado sobre elas (grandes periódicos publicam reportagens acerca do efeito do uso de redes sociais, pesquisadores tentam entender as razões pelas quais estas fazem tanto sucesso e os próprios usuários das redes sociais criticam um possível excesso de auto exposição nas redes). A comunicação interpessoal, estruturante da sociedade, está fortemente atrelada à internet e ao uso das redes e isso vai de encontro à atual discussão sobre memória social, uma vez que há predisposição a considerar que redes sociais isolam pessoas e fazem com que não se queira interagir pessoalmente.



Entretanto, as redes sociais não são agentes do encurtamento da noção de tempo, da aceleração do dia a dia, da fluidez das ações e de suas causas e consequências, características da contemporaneidade que estudiosos da área têm mostrado. Para este artigo, considera-se que redes sociais são aparelhos criados em detrimento de uma necessidade. É a partir deste princípio que o conceito de memória coletiva nas redes sociais será desenvolvido aqui.

Maurice Halbwachs, estudioso da mesma Escola Francesa de Émile Durkheim, na qual e se estuda uma sociologia em que fatos sociais são tidos como coisas, vai além em suas análises que “abrem um novo caminho para o estudo sociológico da vida cotidiana (HALBWACHS, 2004, p. 9)” e escreve “A memória coletiva” (2004). Nele, Halbwachs defende que toda memória é coletiva, por mais particularizada que seja. Este princípio tem sido recorrente em estudos históricos-culturais-sociológicos, portanto, faz-se importante ler este livro nas águas das redes sociais, lugar *pop* hoje em dia e, como todo outro espaço habitado pelo homem, norteador de memórias.

A partir disso, refletir-se-á o espaço de interação virtual ‘redes sociais’ sob o prisma da memória coletiva postulada por Halbwachs em seu já citado livro, haja vista memória coletiva ser alimentada de vivências, de presente e as redes sociais serem uma enorme fábrica de presente!

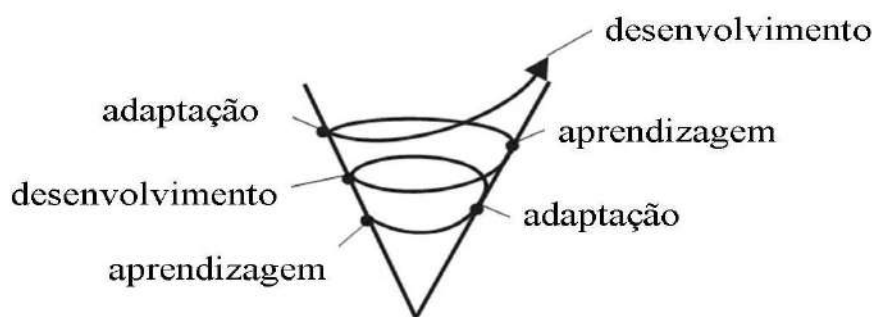
Como qualquer tarefa que almeje lidar com um livro de porte, como “A Memória Coletiva” (2004) é delicada, este artigo abrangerá somente seus dois primeiros capítulos, que serão divididos em três proposições formuladas a partir de sua leitura e associações de seus princípios com as redes sociais virtuais. São as propostas: não há vivência sem memória coletiva, memória coletiva é perene e memória coletiva é retroalimentável.

As redes sociais são criticadas por serem espaços de profusão de informações pessoais para um amplo público a fim de se divulgar e interagir. Diz a crítica negativa ao uso destes aparelhos que usuários de redes sociais se expõem muito e passam longas horas conectados em seus perfis virtuais para receberem atenção e se sentirem queridos, já que o nicho social real não lhes é tão interessante quando antes (Em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2013/08/uso-excessivo-das-tecnologias-pode-trazer-serios-riscos-vida-social.html>>, <[http://www.istoe.com.br/reportagens/204040\\_VICIADOS+EM+REDES+SOCIAIS](http://www.istoe.com.br/reportagens/204040_VICIADOS+EM+REDES+SOCIAIS)>).  
Todavia, antes de formular uma crítica deste tipo às redes sociais é necessário ter em mente que “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam suas fontes nos meios e nas circunstâncias sociais definidas (HALBWACHS, 2004, p. 40)”.





Não importa o tempo consumido para produzir um *post* nem a possível ansiedade por curtidas e comentários. Não importa se o que se anuncia é o nascimento de alguém, um encontro fotografado ou o esmalte que foi usado na manicure (assuntos recorrentes em redes sociais), estas informações estão lá para além da vontade de autopromoção. Estas informações partem da necessidade de viver em sociedade que todo ser humano tem. É da constituição humana a auto-identificação e o contar sobre si. A diferença do contar-se por redes sociais está no alcance de público ampliado e tecnologia evoluída dos dias de hoje. Antes também havia a carta escrita para um/a amigo/a contando sobre a paquera, o telefonema para o/a colega indicando um lugar onde se viveu bons momentos. É compreensível que uma parte da sociedade atual, uma geração em trânsito entre a estrutura social anterior e a de agora, montada na velocidade com que a tecnologia nos permite falar para tantos, se choque com o volume de enunciações de ‘-eus’, mas este choque acontece porque a nova informação, o uso da internet para comunicação trivial, ainda não está acomodado na concepção de rotina de cada um. Lembra-se do espiral que o psicólogo Leon Vygostky (1896 – 1934) usou para explicar os processos de aprendizagem:



(Em: <[http://1.bp.blogspot.com/\\_GoZ1Qjy\\_I4c/SuRKNZqBK2I/AAAAAAAAACL8/utsHgMC30qQ/s1600-h/espiralvi.png](http://1.bp.blogspot.com/_GoZ1Qjy_I4c/SuRKNZqBK2I/AAAAAAAAACL8/utsHgMC30qQ/s1600-h/espiralvi.png)>)

Vygotsky usou o espiral para demonstrar o processo de aprendizagem, exceto os quadros de patologias. O esquema mostra que ao receber, aprender, melhor – apreender –, nova informação o homem passa pelo período de acomodação do novo conhecimento. É um tempo em que se rearruma o sistema psíquico a fim de encontrar um espaço em que a nova informação possa ser encaixada eficientemente. Achado este espaço, acomoda-se a nova informação e a utiliza no dia a dia, inclusive de base para uma nova aprendizagem, quando se reiniciará o ciclo. Ainda, nota-se que quanto mais se aprende, mais largo se torna o espiral, pois o conhecimento adquirido espalha-se, expandindo a área de desenvolvimento.



A problemática da crítica ao uso das redes sociais encaixa-se bem como exemplo prático da dinâmica do espiral de Vygotsky. A época atual é uma época de adaptação ao ensinado pelos tecnólogos, que é possível comunicar-se com um ou mais grupos sociais a partir do computador, economizando tempo e dinheiro. A internet tornou-se meio de comunicação para pessoas físicas na década de 70 (80-90, considerando Brasil). A possibilidade de preencher formulários, fazer compras via internet, aprendizado concernente ao espaço virtual já foi aprendido e acomodado. Via de regra, a população ocidental em idade produtiva com acesso à internet desempenha razoavelmente as tarefas acima. A informação posterior que se recebeu dos tecnólogos é a existência de nichos sociais na internet, as redes sociais. As redes sociais foram criadas no início dos anos 90 e alcançaram relevância na rotina de grande parte de seus usuários a partir dos anos 2000. Estima-se que de 7,2 bilhões de pessoas no mundo, segundo a ONU para 2014, pelo menos um bilhão de pessoas usem uma ou mais rede social (Em: <<http://tecnologia.terra.com.br/internet/mundo-tem-1-bilhao-de-usuarios-de-redes-sociais-dizestudo,130bf32c dbda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>). Hoje, vive-se a época de adaptação à nova realidade. Não é sem sentido a projeção futura que indica que as próximas gerações não sofrerão com o uso das redes sociais da maneira que as gerações contemporâneas estão sofrendo, pois já terão acomodado em seu sistema psíquico a alternativa de convivência no espaço social. As próximas gerações sofrerão por outros motivos.

O receio que diz respeito ao uso alargado das redes sociais é o de que, por causa da velocidade dos acontecimentos nas redes, do uso massivo, da usual preferência de contato por redes sociais, as pessoas estejam deixando de experienciar momentos sociais importantes para suas vidas privadas. Em detrimento, a reclamação sugere que os usuários de redes sociais vão acabar com suas raízes, tradições, suas referências de vida em sociedade, de modo a perder por completo a capacidade de narrar fatos, transmitir conhecimento de vida e a noção de passado a ser lembrado.

Os receios ditos acima estão na reflexão acurada do filósofo Walter Benjamin sobre a experiência e a pobreza. Na discussão, Benjamin (1994) aponta, ainda nos anos 30, que os homens estão deixando de experienciar passagens do seu dia a dia e essa lacuna produz uma espécie de pobreza. Contudo, o próprio autor se mostra otimista ao indicar que, se esta é a realidade daquela Modernidade, há de pensá-la não só enquanto consequência negativa, mas, sobretudo, pela mudança de paradigma contra o qual não se pode ir, vide ser característica da evolução, e deve-se trabalhar em entender.



Isso quer dizer que a pragmática dos estudos envolvendo o uso das redes sociais não dá conta de determinar algo inerente à vida humana, ‘o comer’, ‘o consumo’. Todo homem ‘come’, ‘consome’. O ritmo de vida moderno, somado à realidade capitalista da economia, aumenta o consumo. Desde a Revolução Industrial Inglesa, marco inaugural da Modernidade, o consumo tem aumentado exponencialmente. Acomodar a nova configuração social e usá-la no desenvolvimento de novas necessidades e benefícios constitui um dos desafios da contemporaneidade.

Em geral, quanto mais velho alguém é introduzido à rede social virtual, mais dificuldade de adaptação terá, pois a mudança de estrutura de aprendizagem opera inversamente proporcional à idade da pessoa: quando mais novo é o aprendiz, mais facilmente ele acessará o que lhe está sendo apresentado. No blog “Jornalismo Científico” (Em: <http://cientificojornalismo.wordpress.com/2013/03/22/neurociencia-como-ela-ajuda-a-entender-a-aprendizagem/>), encontra-se o biomédico Renato Filev confirmando a assertiva. Devido a tal, e porque a “vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais” (HALBWACHS, 2004, p. 75), crianças cada vez mais novas nos surpreendem com suas destrezas no manuseio de aparelhos tecnológicos. Ao passo em que elas nascem em um período em que seus pais já cumpriram parte do caminho da acomodação do novo conhecimento, elas têm a nova informação como natural ao meio social onde estão inseridas.

Para Maurice Halbwachs (2004), a memória individual é não mais do que uma intuição sensível, uma espécie de botão *start* para a memória coletiva. Todo o outro é memória coletiva. Para o autor, as lembranças que o senso comum diz serem individuais, por exemplo, nas que constam no *post* do usuário sobre seu estado de humor, são também coletivas e se distinguem das que se julgam coletivas por uma diferença de grau de complexidade para lembrá-las (HALBWACHS, 2004, p. 53). As que são julgadas pessoais são de mais fácil acesso por causa dos vínculos sociais travados em dado momento.

Sendo assim, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar muda mesmo segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 55)”.

Conforme o exemplo do parágrafo anterior, é viável hipotetizar sobre o *post* e cogitar sobre a influência do meio no momento em que a mensagem foi divulgada. O usuário estava sozinho? No *post*, havia reflexão de vida ou somente mera exposição de algo peculiar ou rotineiro? Estas são indagações possíveis sobre o meio em questão. Também, este *post* altera a



percepção de meio de seus leitores, porque eles serão influenciados por esta fala, ainda que subjetivamente.

Postagens em redes sociais são demonstrações de que há memória. Elas só são elaboradas, expostas, acessadas e trabalhadas porque seus autores têm e se utilizam de memórias. Prova disso é que textos e imagens postados variam de acordo com a personalidade e visão de mundo de seus autores. Não há interação social, **não há vivência sem memória**. Nenhuma ação humana é vazia de memória.

A consequência de não haver vivências sem memória é a ideia de que **memória coletiva tem produção ininterrupta**. Porque toda ação é produzida com base na memória coletiva, toda ação gera memória. É um processo cíclico, pois a nossa interação com o meio é agregada ao nosso capital cultural/memória, alterando-o.

Mesmo as atitudes mais pessoais em redes sociais, como o compartilhamento de um *post* – que tem prerrogativa na concordância de opinião (tendo no ‘concordar’ um índice elevado de pessoalidade), nota-se que elas ativarão a perspectiva do social em nossas vidas. Se se concorda com “X” é porque se faz a relação de “X” com “Y” que já fomentava em mente. A concordância e o compartilhamento de, agora, “X+Y” resultante em “Z”, se encaixará nos pensamentos, expandindo-o a ponto de gerar um novo pensamento. Como Halbwachs explica:

A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivo, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto. (HALBWACHS, 2004, p. 56)

Sempre novos pensamentos são possibilidades de novas lembranças. Pensamentos são ativadores de lembranças. Criando uma metáfora, poder-se-ia dizer que pensamentos são os operários daquela fábrica de memórias mencionada no início do artigo. Eles funcionam como operários: se trabalham em série, sem pausas e reflexões, os trabalhos executados não são bem notados e assimilados. Lembra-se de Charles Chaplin, no filme “Tempos modernos” (1936). No inverso, os trabalhadores tomam consciência de suas tarefas e realizações.

Pensamentos e lembranças funcionam desse jeito e neste ponto parece estar a problemática do uso constante e assíduo de redes sociais. Ao passo que *posts*, compartilhamentos e comentários crescem em volume e frequência, tendem a fazer com que usuários de redes sociais não tenham tempo hábil para ponderar os assuntos que estão postando e/ou que o hábito de postar se torne uma rotina.



Se desse modo, há chances de o usuário não perceber que se utilizou de memória coletiva acumulada de sua vivência anterior, igualmente, não perceber que gerou uma memória. Por isso, há uma crítica (focada na mais popular das redes, o *Facebook*) do senso comum às redes sociais que preconiza que os usuários não aproveitam a vida e condenam o destino destas pessoas, dizendo que elas se isolam.

No *Youtube*, site de compartilhamento de vídeos, há inúmeros arquivos criticando o uso de redes sociais. Um deles é o “*What’s on your mind?*” (Em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QxVZYiJK11Y>>). No site há a informação de que 5.385.453 pessoas assistiram ao vídeo, 31.858 pessoas votaram positivamente no vídeo e somente 308 o reprovaram. O vídeo conta a história de Scott, um homem que vive de aparências em seu perfil social. O vídeo tem início, meio, fim e uma lição de moral. Scott se dedica tanto à rede social que transmuta a experiência de ser traído pela namorada, de relacionar-se com uma prostituta, de ser demitido do trabalho em *posts* com mensagens positivas, e termina em uma depressão que o faz excluir sua conta no *Facebook*.

De fato, o homem atual percebe o tempo com horas menores do que elas são cronologicamente. Tal percepção sugere que as pessoas não vivenciam mais seus momentos com a atenção (e participação) que as pessoas dedicavam às vivências décadas atrás, pois quanto mais se visita o presente e se pauta rotinas nele, mais se afasta do passado, em um movimento natural de seleção de interesses. “O peso do passado, que servia como lastro nas sociedades tradicionais, tornou-se leve, ao passo que o entusiasmo quanto ao futuro, que havia animado as sociedades modernas, tornou-se incerto (BODEI, 1989, In: ROSSI, 2007, p. 27)”. A citação confirma que se afasta cada vez mais do passado no sentido de se ter o presente como referência constante. Numa contrapartida da necessidade de referência temporal, o passado histórico – oficializado em publicações – cresce à medida que a ideia de retenção de memória diminui.

Quando se transforma experiências anteriores em passado histórico, elas são solidificadas e é deixada a possibilidade de moldá-las à pressão do presente. Este ponto é importante de se considerar ao se falar de memória coletiva em redes sociais, nossa fábrica de presente.

Mas, até esta ‘nova’ relação com o passado não é ativada pelo uso excessivo de redes sociais. Dissertando sobre o esquecimento e o passado, Paolo Rossi (2010) cita em seu livro um romance no que dois personagens interrogam-se sobre passado, presente e futuro. Enquanto um deles acredita que, controlando o passado, controla-se o futuro, o outro replica dizendo que o



passado não tem existência real, que é uma construção do dia a dia e que, por isso, “seu controle depende de uma espécie de educação da memória” (ROSSI, 2010, p. 34).

Usa-se a proposta de Rossi (2010) sobre o passado não ser uma construção concreta, real, pois ela vai ao encontro da defesa neste texto da virtualidade e, por conseguinte, sobre a produção de memória nas redes sociais virtuais. A ideia de passado combina com a ideia de memória no sentido de que ambos são frutos do hoje. Volta-se à metáfora da fábrica dizendo que a memória é a peça essencial do passado, feita da matéria prima ‘presente’. Isso corrobora o fato de que as redes sociais, a despeito das críticas sobre seus efeitos em relação à noção de passado dos usuários, promovem memória coletiva.

Pesa-se a existência da problemática consoante ao tempo, porém tomar redes sociais originárias dela não resolve questões, uma vez que estas são apenas um dos frutos. O uso de uma rede social não foi a causa das perdas de Scott, personagem do vídeo. Scott perdeu namorada e trabalho porque deixou de se interessar por eles. Provavelmente não percebeu a passagem do tempo e não trabalhou na manutenção do relacionamento e do emprego. Esta é uma armadilha da noção de presente alargada.

Outrossim, as redes sociais contribuem com este processo da mesma maneira que as mídias impressas e outros aparatos frutos da evolução da tecnologia. Talvez seja possível dizer que este processo é das mentes humanas, que já buscam os meios virtuais por estes oferecerem a eles o que eles querem: presente. É no presente que as memórias são produzidas e o homem contemporâneo é ávido por memórias. Huyssen (2000) trata da avidez do homem por memórias, pelo passado como um movimento contrário ao que se deu no durante o século XX, em que o homem ocidental pensava sobretudo em futuro, estava deseioso por futuro.

Como já dado a entender ao longo do texto, há uma espécie de retroalimentação em relação à memória, ao passado e ao futuro. **A memória coletiva é retroalimentável.**

O que se chama de retroalimentação é uma ação cujo início depende da finalização de outra e assim por diante. Tal constância pertence inatamente ao presente, pois só nele se realiza. Se a memória coletiva é gerada por retroalimentação, coloca-se o tempo presente de premissa.

É interessante pensar, uma vez que se acredita que a língua seja um instrumento de normatização social, no tempo verbal “presente”. Baseando-se na “Moderna Gramática da Língua Portuguesa” (2009), o presente é o tempo verbal utilizado “em referência a fatos que se passam ou se estendem ao momento em que falamos” (BECHARA, 2009, p. 221). No caso da extensão ao momento em que se fala, adiciona-se especificidade à designação e se diz ‘presente contínuo’. Esta informação se conecta à proposta deste artigo de que há uma constante





retroalimentação em se tratando de produção de memória. As ações, os *posts*, os comentários se retroalimentam, gerando uma cadeia de produção de memória.

Krzysztof Pomian (1984) propõe que, por volta de 1900, as pessoas começaram a duvidar da concepção de tempo linear, irreversível, histórico e conectado por ciclos econômicos. Segundo o autor, a causa da dúvida foi a descrença nas ideias de progresso e de objetividade da História na época (POMIAN, 1984, In: ROSSI, 2010, p. 131). Inaugura-se a ideia de um tempo cíclico. Sugere-se que a linha do tempo cíclica a qual as pessoas começam a utilizar para fundar suas vivências motiva a noção de presente, ao contrário da linha do tempo linear, que marca bem o passado e o futuro. O ciclo empodera, por sua constância, o tempo presente e empobrece as noções de passado e futuro.

Com a noção de presente reforçada no cotidiano, as questões relativas à memória social são problematizadas e surgem discussões sobre conservação e produção de memória. Esta, então, é uma problemática da sociedade atual e não é viável um possível pensamento de que redes sociais não geram vivências e, por efeito, memórias.

Inclusive, o próprio espaço virtual, onde as redes sociais estão alocadas, norteia a discussão nesta direção.

Virtual é, conceitualmente, uma potência. Como este artigo maneja o meio de discurso redes sociais, pode-se ir a Saussure (2006). O linguista usa o vocábulo virtual para designar o campo da língua em relação à fala. Para ele, a fala (*parole*) seria o real. A língua (*langue*) é uma potência no sentido de que ela fomenta e possibilita o externar ideias através da fala. Castelar de Carvalho em seu livro “Para compreender Saussure” (2003) nos embasa ao dissertar que a *langue* é “um tesouro depositado pela prática da *parole* em todos os indivíduos (...) ‘é o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender’ (CARVALHO, 2003, p. 11. <Em: <http://copyfight.me/Acervo/livros/para%20compreender%20saussure%20-%20castelar%20de%20carvalho.pdf>>”).

O espaço virtual utilizado pelas redes virtuais se encaixa bem na teoria do linguista quando se cogita que esse é um lugar dividido em redes e cada rede destas, todas virtuais, possibilitam uma enunciação. E os usuários se alocam/escolhem estas redes de acordo com o que querem falar. A virtualidade do espaço usado fomenta e possibilita os usuários das redes falarem o que querem, da onde estão. Uma pessoa na Inglaterra, dessa forma, pode querer falar com uma pessoa no Brasil e, em segundos, ser respondida. Isto é fomentado pela virtualidade. A realidade não possibilita nem estimula isto. Nota-se que, dentro do espaço virtual esta fala será somente uma possibilidade enquanto não for respondida. Só uma ação real do interlocutor





pode concretizar o ato de falar do citado usuário. Em oposição, o espaço real fomenta a realização de ações. A realidade realiza.

Volta-se ao significado de ‘virtual’ e com respaldo da linguística para clarificar as conjecturas que, por serem correlatas, ajudam a trabalhar com o espaço virtual. Em relação às redes sociais e a memória, é importante pensar que a rede social opera com a possibilidades para com o presente de seus usuários e a memória se produz e produz presente. Aparenta-se lógico, portanto, pensar que redes sociais e memória se retroalimentam, e o receio de que essas redes diluam as memórias, as raízes, as tradições, incorre em equívoco, pois nelas há constante produção de memórias.

O equívoco está em sua disposição, pois usuários das redes sociais produzem sim memórias em suas postagens. O novo está no fato de que o entendimento de memória e história na contemporaneidade tem sido alterado.

Por causa do alargamento do presente, o passado está imprensado entre presente e o que se reconhece como histórico. E porque a história é oficializada pela escrita, nos parece muito mais presente do que as memórias. Ratificando o que Halbwachs (2004) alega, a história é um olhar de fora e a memória coletiva, de dentro. “A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros (HABWACHS, 2004, p. 93).”

### **Considerações finais**

A rede social é oferecida à comunidade global como mais um espaço de interação, tendo o *slogan* da simplicidade de se comunicar, independentemente da distância. Apesar desta facilidade de comunicação ser parcial, já que depende de uma série de fatores socioeconômicos e mesmo geográficos, o que sobressai é que tal tecnologia encurtou distâncias e fomentou troca.

Adiciona-se à ressalva do parágrafo anterior o protesto de que os usuários das redes virtuais se isolam da ‘vida real’, criando um vão entre experiência e interação social efetiva, *in corpora*.

Porém, neste artigo tentou-se levantar e defender a hipótese de que passado e memória coletiva, os quais asseguram um grupo social, existem em paralelo a fatores considerados



negativos pelo senso comum. Para tal, baseou-se nos conceitos-chave para a compreensão da relação memória e sociedade, de Maurice Halbwachs (1994).

De acordo com o livro, é possível concluir que o argumento de que a geração atual não terá passado e, logo, não produz memórias por causa de um uso abusivo de redes sociais é improcedente, uma vez que “não há na memória, um vazio absoluto, quer dizer, regiões do passado saídas de nossas memórias de sorte que toda imagem que ali se projeta não pode agarrar-se a nenhum elemento de lembranças e descobre uma imaginação pura e simples, ou uma representação histórica que nos permaneça exterior” (HALBWACHS, 2004, p. 81).

O que muda nos dias de hoje é a postura de um grupo social, pois o trabalho com suas memórias é um trabalho habitual de qualquer grupo. Faz-se normal certo grupo social não reconhecer as práticas (e as memórias) de outro grupo social com o qual não se comunique como suas.

Já foi mencionado, há a problemática da geração que abarca a mudança e seu sentimento de perda. Há também a problemática do sentimento de incerteza sobre a manutenção de valores sociais instaurados e preconizados como essenciais; a perda de tradições e hábitos identificadores de cultura dos antepassados assusta. Afora a questão temporal, a concepção de experiência mudou levada por avanços tecnológicos que muitas outras vezes já alteraram a maneira que o homem experiencia suas vivências, basta pensar nos adventos fogo, roda, telefone, eletricidade..., para notar que mesmo as gerações anteriores à atual não experienciaram uma série de vivências que outrora estavam arroladas na lista de importantes experiências para o homem, porquanto eram fundamentais à vida em sociedade.

Não se descarta os dados mencionados nos dois artigos publicados nos sites “globo.com” e “istoe.com”, já referidos anteriormente, de que o uso demasiado de redes sociais possa gerar vício e problemas psicossomáticos aos usuários. Todavia se atrela esta alternativa ao fato de que o vício, como toda patologia, tenha cerne no paciente. E, isto posto, mais uma vez volta-se para a tese de que o problema não é o uso, mesmo que em excesso, de redes sociais, mas a relação do homem contemporâneo com seu tempo.

O modelo de tempo é outro, e isto acarreta consequências. Memória há e haverá. Dizer o contrário é afirmar que a geração atual é um produto híbrido de experiências, incapaz de criar.

Mas, cuida-se que, ao criticar o uso das redes sociais em relação aos pontos levantados aqui, curiosamente, basta olhar para trás para aperceber-se de que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que florescem em infindáveis espaços.



## Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (v. 1). Tradutor: ROUANET, Sergio Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/para%20compreender%20saussure%20-%20castelar%20de%20carvalho.pdf>>. Acesso em 24/6/2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradutor: BENOIR, Laís Teles. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Tradutor: ALCIDES, Sérgio. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ROBERTSON, Roland. *Globalização, teoria social e cultura global*. Tradutor: BARROSO, João R. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradutor: MOULIN, Nilson. São Paulo: UNESP, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradutor: CHELINI, Antônio; PAES, José Paulo; BLIKSTEIN, Izidoro. São Paulo: Cultrix, 2006.

<<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2013/08/uso-excessivo-das-tecnologias-pode-trazer-serios-riscos-vida-social.html>>. Acesso em: 30/6/2014.

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/204040\\_VICIADOS+EM+REDES+SOCIAIS](http://www.istoe.com.br/reportagens/204040_VICIADOS+EM+REDES+SOCIAIS)>. Acesso em: 1/7/2014.

[http://1.bp.blogspot.com/\\_GoZ1Qjy\\_I4c/SuRKNZqBK2I/AAAAAAAAACL8/utsHgMC30qQ/s1600-h/esprialvi.png](http://1.bp.blogspot.com/_GoZ1Qjy_I4c/SuRKNZqBK2I/AAAAAAAAACL8/utsHgMC30qQ/s1600-h/esprialvi.png). Acesso em: 22/6/2014.

<<http://tecnologia.terra.com.br/internet/mundo-tem-1-bilhao-de-usuarios-de-redes-sociais-dizestudo,130bfe32cdda310VgnCLD200000bbccbe0aRCRD.html>>. Acesso em: 22/6/2014.

<<http://cientificojornalismo.wordpress.com/2013/03/22/neurociencia-como-ela-ajuda-a-entender-a-aprendizagem/>>. Acesso em: 29/6/2014.

<<https://www.youtube.com/watch?v=QxVZYiJK11Y>>. Acesso em: 27/6/2014.



## MIRANTE PARA O INVISÍVEL, PONTE PARA O IMPOSSÍVEL: ARTE PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS NA CIDADE

OLIVEIRA, Luiz Sérgio de

*Professor Associado do Departamento de Arte e do Programa de Pós-Graduação em Estudos  
Contemporâneos das Artes - Universidade Federal Fluminense  
oliveira@vm.uff.br*

179

### RESUMO

No presente estudo, pretendemos investigar as relações entre arte e cidade a partir de três experiências artísticas de caráter bastante dessemelhantes que, em convergência, promovem reflexões acerca da interação entre artista, obra e sociedade em suas potencialidades e expectativa de deflagrar processos de descontinuidade no cotidiano. As experiências artísticas que nos motivam neste estudo: *Olhos Atentos* (Porto Alegre, 2005), de autoria do brasileiro José Resende, realizada no âmbito da 5ª Bienal do Mercosul; *Bridge / Puente* (Havana, Cuba, e Key West, Florida, Estados Unidos, 2006) do artista belga, residente na cidade do México, Francis Alÿs; e *Hospitalidad/Hospitality*, projeto realizado pelos artistas brasileiros Felipe Barbosa e Rosana Ricalde na cidade de Tijuana, México, em 2005, dentro do contexto da mostra internacional inSITE.

**Palavras-chave:** arte, espaço público, sociedade

### ABSTRACT:

In the present study, we investigate the relations between art and city from three artistic experiences of character quite intermixed that, in convergence, promote reflections about the interaction between the artist, the work and society in its potential and expectation of trigger processes of discontinuity in daily life. The artistic experiences that motivate us in this study: *Olhos atentos* (Porto Alegre, 2005), by Brazilian artist Jose Resende, held within the framework of the 5<sup>th</sup> Biennial of Mercosur; *Bridge / Puente* (Havana, Cuba, and Key West, Florida, United States, 2006), by the Belgian artist, resident in the city of Mexico, Francis Alÿs; and *Hospitalidad/Hospitality*, project carried out by Brazilian artists Felipe Barbosa and Rosana Ricalde in the city of Tijuana, Mexico, in 2005, within the context of international biennial inSITE.

**Key-words:** art, public space, society

### 1 Introdução: arte pública e democracia

Para alguns artistas, a potência da arte e sua capacidade de transformações do sujeito e da sociedade impedem-na que fique restrita aos espaços institucionais – museus, galerias e centros culturais –, devendo, ao contrário, assumir um redirecionamento para as ruas, oferecendo-se democraticamente, sem delongas e sem hesitação, para o usufruto da cidade e daqueles que nela transitam e habitam. Para outros artistas, no entanto – e devemos reconhecer que esses formam um contingente mais numeroso –, ruas, praças e parques das



idades configuram-se como possibilidades de ampliação da circulação de sua obra, em geral esculturas; para estes artistas não há nada especial da ordem do político na ocupação dos espaços urbanos, estando seus interesses circunscritos ao âmbito do mercado e do incremento de oportunidades profissionais.

No entanto, é preciso cautela quando articulamos o trinômio arte – espaço público – democracia de maneira a não incorrerem em simplificações que possam sugerir que a presença da arte no espaço público seja suficiente para que se instaure um processo democrático. Entre os artistas modernistas, por exemplo, seduzidos pela introversão no isolamento de seus ateliês, persistiu a crença de que suas verdades, incertezas e visões de mundo eram valiosas e, como tal, deveriam ser levadas para esse “outro” que habita o nosso entorno, próximo ou distante, mas que efetivamente desconhecemos e que integra esse segmento abstrato nomeado de “público”; esses artistas acreditavam que aquilo que tinham a dizer merecia a atenção desse “outro”, merecia ser ouvido por esse “outro”, instituindo práticas de monólogo onde o diálogo deveria prevalecer, já que mais adequado às práticas democráticas.

Esse transbordamento (a)político e descomprometido da arte para o espaço público representa o que Krzysztof Wodiczko, artista polonês radicado nos Estados Unidos, definiu como uma privatização desses espaços, usurpando-lhes sua função pública:

Tentar “enriquecer” esta galeria de arte dinâmica e poderosa (o domínio público da cidade) com encomendas e coleções de “arte artística” – tudo em nome do público – é decorar a cidade como uma pseudocriatividade irrelevante para a experiência e o espaço urbanos. Significa também contaminar estes espaços e experiência com a poluição ambiental da mais pretensiosa estética burocrática. Tal embelezamento significa fealdade; tal humanização provoca alienação; e a nobre idéia de acesso público provavelmente será recebida com um excesso privado. (WODICZKO, 1998, p. 41)

A simples instalação pública de uma escultura não é o suficiente para transformá-la em “arte pública”, quando abordamos o fenômeno a partir de uma perspectiva estritamente política e democrática. Para Lucy R. Lippard, a arte pública tem como característica balizadora o fato de ser uma “arte acessível que cuida, desafia, envolve e consulta a audiência para a qual ou com a qual é produzida, respeitando a comunidade e o ambiente”. (LIPPARD, 1997, p. 264) Isso implica em dizer que, em seu processo de produção, essa arte procura estabelecer um diálogo com aqueles com quem pretende interagir, neles provocando um sentido de participação e um sentimento de pertencimento, o que empresta a essas



experiências uma coloração democrática. Devemos admitir, entretanto, que esse processo de consultas e de diálogos nem sempre é algo passível de ser alcançado diante das dinâmicas a permear a constituição da sociedade, marcada pela fluidez e pela abstração das relações e das identidades.

Assim, independentemente dos interesses a mover os artistas em direção aos espaços urbanos, é inegável que essa dinâmica muito frequentemente carrega um sopro de democracia para o campo da arte, mesmo que isso não represente um interesse específico do artista ou seus desejos mais imediatos. A ocupação dos espaços urbanos pela arte propicia invariavelmente certa humanização desses espaços de convívio social, conforme reconhecido por Harriet F. Senie:

A arte pública, em termos ideais, cria lugares melhores, promove o prazer e talvez mesmo a esperança para seus participantes, espectadores e usuários. Mas ela não pode corrigir problemas profundos gerados pelo desemprego e pela pobreza, pela negligência em relação à educação e à saúde pública, e todas as outras doenças sociais tão flagrantemente ignoradas no momento. (SENIE, 2003, p. 4)

Além das limitações próprias da natureza da arte diante das mazelas sociais, é necessário reconhecer que o espalhamento da arte na esfera pública provoca fricções e polêmicas como consequência da insatisfação de grupos e segmentos sociais que não veem seus interesses contemplados, quer sejam de ordem política, estética, econômica etc.

Mas mesmo essas polêmicas que com certa frequência participam lateralmente do processo de transbordamento da arte nas ruas são, sob certa medida, humanizantes, pois estimulam as pessoas a que assumam sua condição de sujeitos no resguardo de suas posições, de suas convicções e de seus interesses, além do que devemos reconhecer que o espaço público, o espaço das ruas é, por sua própria natureza democrática, o espaço dos conflitos e do dissenso.

## 2. **José Resende: *Olhos atentos***

Transitando dentro dos registros do moderno que se alongam no contemporâneo, José Resende tem explorado as tensões, as complexidades e as possibilidades do objeto artístico, tanto em escala individualizada quanto em escala monumental com projetos no âmbito da escultura pública, os quais flexibilizam a fragilizada autonomia da obra de arte diante da necessidade de negociação com as especificidades do lugar a acolher a obra.





Paulista nascido em 1945, José Resende se firmou no cenário da arte brasileira contemporânea como um de seus mais instigantes artistas, produtor de uma obra que emprega materiais de uso pouco comum na prática da escultura, tais como couro e parafina. O curador e historiador da arte José Francisco Alves não tem dúvidas em afirmar que Resende “foi o artista brasileiro que melhor enfrentou as dificuldades de se lidar com materiais desafiadores, [remetendo] de certa forma, às questões tratadas pela arte *povera*, pelo uso de materiais ‘pobres’, não-usuais na arte” (ALVES, 2006, p. 63), acrescentando que sua obra “não demonstra interesse pelo conceitualismo e pela transitoriedade. Os materiais estão ali para dizer que convivem bem com a nova situação posta, duradoura”. (ALVES, 2006, p. 63)

A proposta de José Resende para a 5ª Bienal do Mercosul (2005), *Olhos atentos*, se vincula ao universo da escultura pública, aquela se espraia pelos espaços das cidades contemporâneas a assumir eventualmente ares comemorativos e celebratórios. A obra enfatiza seu gigantismo e sua presença no domínio público, seguindo uma tradição recente que enfatizou o estreito diálogo entre a escultura e o sítio que a contém. Dessa forma a escultura-obra se fez específica, atada ao lugar, presa às suas condições físicas.

O projeto de José Resende caracterizava-se pela tentativa de “propor um problema”, conforme as descrições do projeto *Olhos atentos* (Fig. 1) anotadas por José Francisco Alves, considerando a cartografia do lugar e a ampliação dos limites da arte. O problema proposto por José Resende constrói uma equação identificada com a física dos materiais, enraizando as inquietações estéticas do artista na tensão dos materiais utilizados no processo de criação e de produção da arte, preocupações que situam o artista dentro da tradição da escultura moderna.

A equação formulada por Resende parte de um perfil de aço de 1 m de altura em forma de “I”, o qual, contando com um apoio reduzido ao “mínimo possível [em] uma de suas extremidades no solo”, queria saber “quanto de comprimento se consegue erguê-la?”<sup>1</sup>. A solução dessa equação resultou em uma impressionante estrutura de aço em balanço, instalada junto à Usina do Gasômetro, Porto Alegre, a seduzir tanto os visitantes da Bienal do Mercosul quanto aqueles que visitaram a obra nos anos subsequentes.

Embora houvesse uma orientação expressa da curadoria da Bienal para que as obras no espaço público da cidade de Porto Alegre considerassem os usos e os interesses trazidos pelos visitantes transmutados em usuários, de maneira que fossem seduzidos a interagir com as obras, o marco curatorial não pareceu se contemplado nas lucubrações do artista em seu processo de criação de *Olhos atentos*; José Resende parecia centrado e comprometido com a





questão da tensão e resistência dos materiais e suas possíveis implicações estéticas. Apenas lateralmente o interesse curatorial de que as obras se oferecessem a uma interação com o público apareceu na obra, naquilo que se transformou em uma das potências de *Olhos atentos*: desde que uma tela metálica foi instalada entre as duas vigas em “T” que formavam a obra, criou-se “um piso para a circulação de pessoas (Fig. 2), como se a escultura fosse um mirante para uma nova – e inusitada – vista *panorâmica* daquele entorno”. (ALVES, 2006, p. 65) Conforme ressaltado por José Francisco Alves, “para o artista, porém, esse componente lúdico está totalmente subordinado a uma solução para atender a uma necessidade do trabalho, e não das pessoas”, embora se apresentasse como “complementar e bem-vindo”. (2006, p. 65)

Diante dos fundamentos eleitos por José Resende nos enfrentamentos do projeto *Olhos atentos*, uma questão categórica se impõe acerca da obra e de sua condição como arte pública, já que as proposições do artista empurram a obra na direção de interesses difusos, eventualmente distanciados de uma dimensão efetivamente pública. Não resta qualquer dúvida quanto a capacidade de José Resende para a elaboração de um pensamento crítico no campo da arte. No entanto, no caso de *Olhos atentos*, o artista pareceu negligenciar as implicações e as complexidades desse gesto / movimento em direção ao espaço público, correndo o risco de despotencializar sua dimensão política.

Diante do desinteresse e desatenção aos desejos daqueles em condições de interagir com o projeto / obra, negligenciados nos parâmetros de balizamento da inserção da arte no domínio público, invariavelmente situações de conflitos apaixonados se estabelecem, como as que tornaram célebre a remoção da obra *Tilted Arc*, de autoria de Richard Serra, de uma praça de Nova York em março de 1989. O paralelo entre o conflito nova-iorquino não parece despropósito nem tampouco se insere na categoria das meras coincidências diante da anunciada remoção de *Olhos atentos* pela Prefeitura de Porto Alegre em 2011, sob a alegação de degradação das condições físicas e materiais da obra<sup>2</sup>.

### 3. Francis Alÿs: *Bridge / Puente*

As práticas de arte no domínio público se abrem a inúmeras possibilidades, desde obras que assumem sua fisicalidade, materialidade e presença, como é o caso de *Olhos atentos*, a projetos que já em sua origem parecem “condenados” a certa invisibilidade em função de sua imaterialidade e de sua presença oblíqua, opção de seus criadores por uma inserção mais próxima do universo comunitário, em situações que enfrentam de perto a



realidade onde o mundo é mundo, eventualmente comprometendo sua própria apropriação pelo mundo da arte.

Alguns artistas, no entanto, têm a habilidade necessária para desenvolver projetos diretamente no domínio público, projetos que expressam sua articulação com segmentos sociais e com os quais estabelecem relações indissociáveis, e nem por isso deixam de reintroduzir essas produções, sob a forma de resíduos e documentos, no sistema da arte. Na verdade, mais do que uma mera reintrodução desses registros, esses artistas fazem dessas incursões em situações sociopolíticas do real a mola propulsora de sua obra. Para tanto, eles voam ao sabor do vento e das oportunidades (geralmente como convidados a participar de mostras internacionais) por diferentes pontos do planeta, tentando entender as complexidades políticas, sociais, culturais, étnicas, éticas etc. que se lhes oferecem, na expectativa de respostas a um só tempo sensíveis e inteligentes. Francis Alÿs pertence a este rol de artistas internacionais incensados por curadores e instituições de arte de diferentes países, ao mesmo tempo em que se fazem merecedores da admiração de seus pares; um artista-andarilho-no-mundo que se envolve com as questões políticas, econômicas e sociais com as quais se depara em suas caminhadas.

No dia 29 de março de 2006, o artista belga radicado na cidade do México levou a cabo o projeto de construir uma ponte flutuante com barcos de pescadores locais alinhados entre as cidades de Havana, Cuba, e Key West, Flórida, EUA, projeto que ganhou o título, singelo e sugestivo, de *Bridge / Puente* (Fig. 3), buscando, já a partir de sua denominação, uma aproximação entre mundos singulares e territórios linguísticos ímpares, com tudo o que isso representa.

O projeto *Bridge / Puente* afirma seu compromisso com o efêmero e sua vocação para a invisibilidade ou, talvez com maior precisão, para uma visibilidade oblíqua, transversal e residual. O projeto de Francis Alÿs é fruto de investigações articuladas no campo da imaterialidade da arte, uma produção pautada na impalpabilidade de encontros entre artista e não artistas. A ponte de Alÿs se apresenta como uma construção lastreada na crença do encontro; a crença de que ao partirmos de uma ponta da ponte, do ponto onde estamos, buscamos o encontro com o outro, seja ele quem for. Partimos daqui enquanto o outro parte de lá na expectativa do encontro. A crença nessa possibilidade tenta até mesmo subverter o atlas da geopolítica, tenta superar as distâncias da cartografia política, as manifestações de intolerância e as impossibilidades de convívio.



O projeto configurou-se como uma missão extraordinária, uma ponte absolutamente improvável formada por barcos enfileirados ao longo dos 171 quilômetros que separam o ponto mais ao sul dos Estados Unidos e a capital cubana, algo apenas possível ou imaginável no plano do simbólico (Fig. 4). Dois mundos, duas realidades políticas, sociais e culturais apartadas por um mar de incompreensões. Um terreno apropriado para que o artista exercite a utopia de empoderamento da arte no enfrentamento das complexidades geopolíticas do mundo.

Na abertura do documentário-registro de *Bridge / Puente*, dirigido pelo próprio Francis Alÿs e por Julien Devaux, a crença na capacidade dos artistas e da arte na construção de pontes para o diálogo entre oponentes, para o estabelecimento de diálogos em situações de conflito, é apresentada sobre a forma de uma quase fábula:

somos duas pessoas. Uma dá um tapa na cara da outra e o diálogo é rompido. Isso significa que você e eu não seremos mais capazes de discutir ou realizar seja lá o que for, nem iremos concordar em nada. Tem que haver uma terceira pessoa que fale pelos dois e que possa fazer com que concordemos em algo. Tem que haver alguém... acredito que os artistas podem criar um diálogo, podem aliviar as tensões políticas entre os dois países, de maneira que se possa restabelecer o diálogo”<sup>3</sup>.

Seguramente a potência da arte está muito distante dessa projeção utópica, aceitável apenas em uma tentativa de granjear para a arte aquilo que de antemão sabemos que ela não é e que ela não tem; o que parece ser o caso, já que estamos diante de um artista – Francis Alÿs – a quem nem de longe se pode imputar qualquer *naïveté*. De qualquer maneira, a inexequibilidade da ponte, *bridge*, *puente* de Alÿs – flutuante, precária, instável, que existe e somente pode existir nos delírios do artista –, dialoga vigorosamente com a projeção utópica de um artista empoderado, um quase super-herói, a enfrentar as mazelas do mundo.

Ao contrário das preocupações matéricas de José Resende, os projetos de Francis Alÿs filiam-se à herança da produção de arte articulada em torno da crise do objeto dos anos 1960, que deslocou o eixo da criação e da natureza da arte em favor de uma valorização dos gestos e atitudes do artista, desprestigiando o objeto como produto a carrear a imanência da arte; conforme sentenciou Francis Alÿs em 1997, “me interesan más las actitudes que el producto” (GONZÁLES, 1997, p. 107), a repetir um mantra que vem ecoando nas últimas décadas desde que artistas ao redor do mundo decidiram apostar na desmaterialização do objeto artístico e posteriormente na desmaterialização da arte pública<sup>4</sup>.



Essas práticas de arte pública desmaterializada e efêmera, categoria na qual se encaixa *Bridge / Puente*, têm sido associadas às questões da vida cotidiana por propiciarem uma dilatação do escopo dos “tipos de questões que elegem para discutir, e não por sua acessibilidade e pelo volume de espectadores” (PHILLIPS, 1998, p. 298), enredando-se em um processo de contaminação crescente com questões políticas do cotidiano, nas quais a cultura se escreve no fazer da vida diária.

#### 4. Felipe Barbosa e Rosana Ricalde: *Hospitality / Hospitalidad*

*Hospitality / Hospitalidad* é o título escolhido por Felipe Barbosa e Rosana Ricalde para o projeto de arte realizado pelos artistas em 2005 na cidade de Tijuana, México. Naquele canto do mundo, os artistas cariocas articularam o conceito de hospitalidade desenvolvido por Jacques Derrida<sup>5</sup> com manifestações de uma estética popular da cidade de Tijuana para cobrir os aproximadamente 1.200 m<sup>2</sup> da Puente México com nomes dos passantes. Esses pedestres a caminho da travessia para os Estados Unidos deixavam seus nomes com os artistas e com seus assistentes, solicitando a inclusão em uma lista que somou mais de 2.000 prenomes. Munidos de latas de tinta em cores vivas e assistidos por estudantes de faculdades de arte de Tijuana, além de dois profissionais *rotulistas*, Barbosa e Ricalde cobriram a superfície da ponte com nomes gravados com uma tipologia da região que, apesar da disponibilidade dos meios digitais, insiste em priorizar os recursos artesanais de profissionais habilidosos que “abrem” as letras na elaboração de peças publicitárias (Fig. 5).

De acordo com os artistas, com o projeto se buscava a deflagração de um sentimento de pertencimento, de maneira a carrear nos passantes um processo de identidade ao lugar, mesmo que seja um lugar de passagem a caminho de destinos diversos, como se esses passantes pudessem “olhar para aquele lugar e perceber que está mais bonito”<sup>6</sup> (Ricalde). Com isso, os artistas Felipe Barbosa e Rosana Ricalde realizaram uma obra de permanência relativa marcada pelo gigantismo, constituída por um mosaico multicolorido com nomes próprios.

No plano das colaborações, o projeto *Hospitality / Hospitalidad* articulou-se de maneira bastante tênue com uma comunidade altamente inespecífica: os caminhantes e os “paradores” – policiais, pedintes, vendedores ambulantes, comerciantes do entorno, entre outros, da Puente México. Mesmo o relacionamento dos artistas com os *rotulistas* e com os estudantes não ultrapassou os limites bem definidos de auxílio no processo de produção,



autorizando os colaboradores a apenas decisões pontuais que não interfeririam no desenvolvimento da obra nem comprometeriam o projeto original dos artistas.

Além disso, o nível de colaboração com a “comunidade” da ponte não pode ser entendido como algo que fosse além de uma interação de baixíssima intensidade, diante de uma comunidade improvável caracterizada pelo que a diferencia em razão da total ausência de pontos de convergência identitária. A inespecificidade e a flutuação dessa “comunidade” não impediram “que nos tornássemos conhecidos, que alguns nos chamassem pelo nome” (Barbosa).

Enquanto a interação dos artistas com a “comunidade da Puente México” ficava resumida a uns poucos segundos de contato mediado por canetas e um caderno amarfanhado pelo manuseio de mãos ansiosas, o mesmo não pode ser dito ao que se estabeleceu entre os passantes que tiveram seus nomes gravados no piso da ponte e a obra *Hospitality / Hospitalidad* (Fig. 6). Neste caso, independentemente de qualquer compreensão que viessem a ter dos significados da arte e as implicações estéticas do projeto de Barbosa e Ricalde, e mesmo que o nome pintado no piso da ponte não fosse propriamente o seu, eventualmente tomado emprestado a outrem, a um homônimo, instaurou-se um sentimento de reconhecimento, identificação e pertencimento na construção de uma comunidade, por certo extremamente precária, que teve na obra de Barbosa e Ricalde seu único ponto de coesão.

Diferentemente do que em geral acontece nos projetos de arte articulados em colaboração com as comunidades, nos quais os artistas assumem uma posição central na mediação, em *Hospitality / Hospitalidad* os artistas pareciam “condenados” a uma lateralidade e mesmo desapareição, pelo menos na fase de sobrevivência do projeto, para muito além do término da mostra que originou o projeto – inSITE – e do retorno dos artistas ao Brasil. Nessa fase de apagamento progressivo pela ação do tempo e pelo desgaste do fluxo permanente e intenso de pedestres entre Estados Unidos e México, persistiria essa identidade entre o caminhante e a obra, articulada em um plano de autonomia que dispensaria, sem cerimônia alguma, qualquer referência aos artistas-criadores.

Interessante ainda notar a interação que se deu com os vendedores ambulantes, abrigados do sol poderoso nas sombras das rampas da ponte, e de cuja atividade os artistas capturaram o interesse por essa cultura dos prenomes: “logo um dos vendedores de pulseiras já estava ali do lado [havia instalado seu tabuleiro junto ao projeto de Felipe Barbosa e Rosana Ricalde], fazendo quase que uma *museum store* do trabalho; e é lógico que a gente



sugou também deles. Porque em Tijuana não tem só pulseiras com nomes; têm também anel com nome, chave com nome, nome em arroz; tem nome em tudo!” (Barbosa).

## 5. Considerações finais

De acordo com Michel de Certeau, a cidade existe apenas como um lugar vivido, um lugar praticado pelos usos cotidianos<sup>7</sup>. Nas últimas décadas, temos assistido a esforços crescentes para que a arte potencialize sua participação na vida social através da ocupação dos espaços urbanos com obras e projetos de arte de diferentes tendências e matizes. Muito dessa produção de arte contemporânea no domínio público se descola da arte pública mais tradicional, de caráter celebratório, para enfatizar práticas que “utilizam tanto meios tradicionais como não tradicionais para comunicar e interagir com uma audiência ampliada e diversificada acerca de questões diretamente relevantes para suas vidas”, em produções que “utilizam ideias das vanguardas, mas acrescentam uma sensibilidade desenvolvida sobre a audiência, estratégias sociais e efetividade que é única para as artes visuais como conhecemos hoje”. (LACY, 1996, p. 19-20)

A partir de diferentes perspectivas, as obras de José Resende, Francis Alÿs e da dupla Felipe Barbosa e Rosana Ricalde se oferecem como legados de versões do modernismo do século XX, em práticas e produções que não devem ser reduzidas nem sofrer a imposição de tentativas de convergência sob o risco de despotencialização. As preocupações de José Resende são consistentes com a noção de um modernismo hegemônico, autônomo e formalista, expressa em uma rejeição acentuada e consciente em lidar com temas próprios à banalidade do cotidiano, parecendo centrado nas tensões provocadas no interior do processo da arte, em sua atenção às características matéricas do aço inserido na paisagem na obra *Olhos atentos*, um mirante voltado para o invisível, uma ponte para o impossível. Para José Resende, a obra existe, instaurada no mundo, sem que haja necessidade de hipotecar maior interesse às maneiras como a obra é usufruída, utilizada e vivenciada pelos usuários.

Para Francis Alÿs, no entanto, a potência da arte estaria justamente em sua capacidade de provocar encontros na construção de utopias. Algo evidenciado em sua tentativa de construir uma ponte simbólica entre Cuba e Estados Unidos, entre as cidades de Havana e Key West. Uma ponte – *Bridge / Puente* – desde sempre marcada por sua impossibilidade objetiva que, no entanto, em sua configuração como tentativa basta para revelar seu vigor e sua contundência.





Algo que se repete na Puente México, cidade de Tijuana, local escolhido por Felipe Barbosa e Rosana Ricalde para realizar a obra *Hospitalidad / Hospitality* e para falar de algo tão ausente no cotidiano tenso daquela que é a fronteira mais patrulhada entre duas nações amigas. Uma ponte construída com nomes dos que passam e que querem deixar suas marcas, registrar sua presença, criar lastros de pertencimento, com que a dizer que “eu vou lá, mas meu lugar é aqui”.

Três obras, três quase pontes, absolutamente dessemelhantes a afirmar que é justamente nas discrepâncias políticas e conceituais, evidenciando a natureza distinta da produção de arte desses importantes artistas da América Latina, que se encontram sua potência e seu vigor; obras e projetos de arte que nos desafiam, nos seduzem e se afirmam como lastro da relevância da arte para o cotidiano das cidades contemporâneas.

Fig. 1 - José Resende  
Olhos atentos, 2005.  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul



Fonte: <http://www.public.art.br/>





Fig. 2 - José Resende  
*Olhos atentos*, 2005.  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul



Fonte: <http://www.public.art.br/>

Fig. 3 - Francis Alÿs  
*Bridge / Puente*, 2006.  
Havana, Cuba; Key West, Estados Unidos



Fonte: Frame do vídeo *Bridge/Puente – making of* - de Francis Alÿs e Julien Devaux



Fig. 4 - Francis Alÿs  
Bridge / Puente, 2006.  
Havana, Cuba; Key West, Estados Unidos



Fonte: Frame do vídeo *Bridge/Puente* – making of - de Francis Alÿs e Julien Devaux

Fig. 5 - Felipe Barbosa e Rosana Ricalde  
Hospitalidad / Hospitality, 2005.  
Tijuana, México



(Foto do autor)



Fig. 6 - Felipe Barbosa e Rosana Ricalde  
Hospitalidad / Hospitality, 2005.  
Tijuana, México



(Foto do autor)

## NOTAS

- <sup>1</sup> Os dados da obra *Olhos Atentos*, de acordo com José Francisco Alves (2006) - inauguração: 2 de dezembro de 2005; autoria: José Resende; dimensões: 25m (comprimento) x 3m (largura) x 1,2m (altura); material: aço COS AR COR (vigas soldadas e laminadas com espessuras variando de 5/16” a 1 ¼”); ângulo em relação ao solo: 6°; piso: chapa expandida com espessura 3/16”; fixação: 38 chumbadores com Ø 1 ¼”; peso: 22.000 kg; execução: SH Estruturas Metálicas, Novo Hamburgo, RS; base de concreto: Soder Engenharia.
- <sup>2</sup> A respeito dos debates em torno da remoção de *Olhos atentos* ver as reportagens “Polêmica instalada” (*Zero Hora*, Porto Alegre, 21/12/2011, p. 3), “Obra de Resende ameaçada” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20/12/2011), “Investimento na orla passará de R\$ 10 mi” (*Metro Porto Alegre*, Porto Alegre, 16/12/2011, p. 3).
- <sup>3</sup> O documentário *Bridge/Puente*, dirigido por Francis Alÿs e Julien Devaux, registra a produção e a realização do projeto do mesmo nome, de autoria de Alÿs, realizado no dia 29 de março de 2006 nas cidades de Havana, Cuba, e Key West, EUA. O projeto contou com a colaboração de Taiyana Pimentel (Cuba) e Cuauhtemoc Medina (EUA). O vídeo, com duração de 23 minutos e 16 segundos, foi publicado pelo artista Francis Alÿs e está disponível em <http://www.youtube.com/>.
- <sup>4</sup> A crítica norte-americana Eleanor Heartney reciclou o termo cunhado por Lucy R. Lippard em *Six Years: The Dematerialization of the Art Object from 1966 to 1972* (Berkeley, Cal.: University of California Press, 1973. 272p.), aplicando-o a certos tipos de produção de arte no domínio público. A respeito da “desmaterialização da arte pública”, ver HEARTNEY, Eleanor. *The Dematerialization of Public Art*. In: *Critical Condition: American Culture at the Crossroads*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1997, p. 206-218.
- <sup>5</sup> Conforme informações coletadas pelo autor, os autores se interessaram pelo conceito de “hospitalidade absoluta”, conforme desenvolvido por Jacques Derrida, e que se instaura quando se recebe o “outro” sem que se pergunte seu nome nem se exija reciprocidade. A respeito, ver DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida para falar Da Hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Editora Escuta, 2004. 135p.
- <sup>6</sup> Em entrevista concedida por Felipe Barbosa e Rosana Ricalde ao autor no Centro Cultural Tijuana (CECUT), cidade de Tijuana, na tarde do dia 24 de agosto de 2005. Outras referências a esta entrevista serão inseridas no texto simplesmente com o uso de aspas, acrescidas do nome do artista – Barbosa ou Ricalde – entre parêntesis.
- <sup>7</sup> A respeito ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.





## REFERÊNCIAS

ALVES, José Francisco. *Transformações do espaço público*. Porto Alegre: Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GONZÁLES, Berenice. InSITE'97: más allá de las fronteras. *Harper's Bazaar* (México), set. 1997, p.106-109.

HEARTNEY, Eleanor. The Dematerialization of Public Art. In: *Critical Condition: American Culture at the Crossroads*. Cambridge, Engl.: Cambridge University Press, 1997, p. 206-218.

LACY, Suzanne (ed.). *Mapping the Terrain – New Genre Public Art*. Seattle, Wash.: Bay Press, 1996.

LIPPARD, Lucy R. *The Lure of the Local: Senses of Place in a Multicultural Society*. Nova York: The New Press, 1997.

PHILLIPS, Patricia C. New Directions in Public Art. In: SENIE, Harriet F. e WEBSTER, Sally. *Critical Issues in Public Art*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1998 [1992].

SENIE, Harriet F. Responsible Criticism: Evaluating Public Art. *Sculpture*, Nova York, v. 22, n. 10, dezembro de 2003, p. 44-49.

WODICZKO, Krzysztof. Strategies of Public Address: Which Media, Which Publics? In: FOSTER, Hal (ed.). *Discussions in Contemporary Art*. Nova York: The New Press, 1998.

**Luiz Sérgio de Oliveira** é artista e professor associado de teoria e história da arte contemporânea do Departamento de Arte e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Artes Visuais (História e Teoria da Arte) pelo PPGAV - EBA - UFRJ e Mestre em Arte pela Universidade de Nova York. É o editor da revista acadêmica *Poiesis* e o autor do livro *inSITE: práticas de arte pública na fronteira entre dois mundos*, publicado pela Editora da UFF em 2012.



## TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM METRÓPOLES OCIDENTAIS

VIEIRA, Marcos Sardá

*Estudante de doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC*  
marcosarda@gmail.com

GROSSI, Miriam Pillar

*Professora Doutora do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC*  
miriamgrossi@gmail.com

194

### RESUMO

Considerando a importância do planejamento urbano, ainda vinculado ao paradigma do século XIX, nas definições políticas e sociais das cidades atuais, este artigo apresenta uma reflexão sobre a constituição da realidade urbana pela materialização de uma performatividade queer. O problema da invisibilidade de novas identidades de gênero e sexualidades predispõe a presença de preconceitos e hostilidades ainda evidentes na esfera pública. Esta situação mantém enredado certas relações de poder e restringe a transformação da realidade a partir das práticas cotidianas de sujeitos e grupos dissidentes, que ocupam fragmentos urbanos, nem sempre associados e seguros. Através de uma abordagem interdisciplinar, esta investigação qualitativa pretende utilizar o método etnográfico estudando metrópoles ocidentais, com a intenção de refletir sobre possíveis qualidades ambientais e interações humanas a partir da performatividade dissidente em territórios públicos e privados.

**Palavras-chave:** Território dissidente. Metrôpoles. Teoria Queer.

### ABSTRACT

Considering the importance of urban planning, still bound to the paradigm of the nineteenth century, in the political and social definitions of current cities, this article focuses on the establishment of urban reality by the materialization of a queer performativity. The problem of invisibility of new gender identities and sexualities predisposes the presence of prejudices and hostilities still evident in the public sphere. This situation keeps certain entangled power relations and restricts the transformation of reality from the everyday practices of individuals and dissident groups that occupy urban fragments, not always associated and safe. Through an interdisciplinary approach, this qualitative research aims to use the ethnographic method studying western metropolis, with the intention of reflecting on possible environmental qualities and human interactions from the dissident performativity in public and private territories.

**Key words:** Dissident territory. Metropolises. Queer theory



## INTRODUÇÃO

A cidade da atualidade passa por transformações importantes onde são questionados seus limites de crescimento, os segmentos sociais, os interesses públicos e seus princípios de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, a cidade é palco de problemas como violência urbana, falta de mobilidade, crescimento populacional e poluição.

Porém, além destas questões de ordem prática, visíveis no contexto urbano, também é necessário problematizar como os estudos sobre gênero e sexualidade, vinculados às ciências humanas, repercutem na compreensão da cidade através das identidades e sexualidades desviantes: travestilidade, transsexualidade, homossexualidade, intersexualidade e culturas sexuais não-hegemônicas, que transformam a compreensão do que é identidade e subvertem as normas socialmente prescritas (pela heterossexualidade) quanto ao comportamento sexual e amoroso.

Considerando uma possível performatividade nos discursos hegemônicos e nas práticas de constituição das cidades tradicionais, semelhante a manutenção das identidades de gênero dominantes, observamos que a cidade atual, enquanto habitat humano, é um artefato ainda preso ao passado. Somos herdeiros dos pressupostos teóricos do século XIX, que consolidaram a cidade industrial e modernista, e ainda não rompemos com estes paradigmas para sair do lugar-comum na constituição das cidades contemporâneas. Até mesmo a ideologia das disputas e críticas, entre técnicos, sociedade e administradores urbanos, permanecem vinculadas a estes contextos (BRESCIANI, 2009). Mas será que existe algum exemplo de rompimento ontológico na fenomenologia da arquitetura e do urbanismo?

A Teoria Queer, em sua reflexão sobre as diferentes formas de incorporação do social, traz um novo posicionamento político, uma nova concepção de existência e corporalidade, questionando as estratégias de legitimação da heterossexualidade através da crítica contra a constituição do binário hetero-homo e da abjeção da homossexualidade, sem problematizar seu próprio status [heterossexual], dado como normal em contraste com a diferença [homossexual] (MISKOLCI, 2011).

Neste caso, até que ponto os “bairros gays” e os estabelecimentos de socialização LGBT, localizados em áreas centrais e visíveis das grandes metrópoles ocidentais, constituem



seus territórios públicos devido a suposta conciliação com os pressupostos heteronormativos? Quem sabe, esta conciliação também se faz pela inserção tênue de representantes do movimento gay dentro do sistema de relações de poder através das fissuras de resistência. Ou ainda, pela normatização da homossexualidade a partir do contexto cultural heteronormativo, excluindo aqueles sujeitos em que o gênero não decorre do sexo e em que as práticas do desejo não decorrem nem do sexo e nem do gênero (BUTLER, 2003).

Problematizando estas relações, qual a possível contribuição destes grupos dissidentes, que rompem com os pressupostos ontológicos da identidade de gênero e sexualidades, para a constituição fundamental do espaço urbano atual? Podemos considerar uma nova epistemologia das teorias urbanas pela maneira como os sujeitos *queers* estabelecem territórios na cidade?

Com a intenção de refletir sobre estas questões, que vinculam a conformação de territórios urbanos por grupos dissidentes, esta proposta de investigação para o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas representa um esforço conceitual na compreensão integrada de um conjunto complexo e particular, que envolve relações de gênero e sexualidade desviantes em territórios de metrópoles ocidentais. Para isso, a metodologia desta investigação qualitativa faz uma abordagem etnográfica relacionada com a avaliação espacial pós-ocupacional, vinculando os métodos de observação participativa com o mapa comportamental. Sua estrutura relaciona conhecimentos interdisciplinares na compreensão das representações e manifestações sociais de sujeitos *queers*, em territórios públicos e privados, considerando que atos performáticos incomuns aproximam a criatividade humana de uma nova experiência de corporalidade.

## RELAÇÃO TERRITORIAL TRANSITÓRIA E REFLEXIVIDADE ETNOGRÁFICA

"Devemos buscar a perfeição na criação, na vocação, no amor, no prazer. Mas tudo isso no campo individual. No coletivo, não devemos tentar trazer a felicidade para toda a sociedade. O paraíso não é igual para todos." Mario Vargas Llosa, escritor e jornalista peruano.

A grande complexidade das metrópoles representa o palco dos maiores desafios para a busca de compreensão e conhecimento da sociedade moderno-contemporânea (VELHO, 2009). Segundo Gilberto Velho, nos estudos sobre sociedades complexas, os antropólogos voltam seus





interesses, progressivamente, em investigar sistemas de redes e relações sociais, investigando as favelas, os cultos afro-brasileiros, o carnaval, os grupos desviantes, a classe trabalhadora e processos sociais mais amplos, envolvendo diferentes atores e, até mesmo, o estranhamento daquilo que é familiar. Para Gilberto Velho, neste estranhamento existe uma dificuldade consciente de desnaturalizar noções, impressões, categorias e classificações que constituem uma visão de mundo (VELHO, 2003). A cidade é cheia de detalhes que manifestam diferentes percepções para cada sujeito. Percepções que geram informações, conteúdos e sentimentos. Enfim, complexidades em quantidade suficiente para relativizar qualquer significado específico e gerar relatividade na interpretação dos fatos, pela aparência indefinida dos elementos que compõe seu ambiente dinâmico. Fatores materiais e não-materiais, que tornam-se parte dos hábitos recorrentes na formação diária dos fatos urbanos.

E por mais que pareça contraditório, interagimos neste contexto onde a distância que separa as pessoas é, simultaneamente, o espaço que possibilita o encontro. “Dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento” (VELHO, 1980, p. 16), onde as restrições de nossas vivências estão em proximidade e podem, eventualmente, cruzar com outras experiências plenas de significado quanto a nossa. “Com a pós-modernidade, a distância em relação ao outro tornou-se distância de si mesmo em relação a si mesmo” (DUFOUR, 2001, p. 5), onde a construção social do sujeito é dissociada do coletivo.

Vivemos em um contexto onde a violência e o medo combinam-se em processos sociais para gerar segregação espacial e discriminação social (CALDEIRA, 2000). A polarização da sociedade entre diferentes classes sociais, grupos étnicos e culturais está se acentuando. Com isso, o vínculo entre os tipos de cidadãos, onde os mais ricos estão ligados ao global e à imensa rede de trocas, enquanto na outra ponta do espectro, os mais pobres permanecem em redes fragmentárias, muitas vezes de base étnica, depositando confiança na própria identidade para a defesa incerta de seus interesses comunitários (BAUMAN, 2009). E na tentativa de nos adequarmos as condições deste mundo *desértico*, que torna impossível a comunhão entre os seres humanos e o cosmo (e entre si)<sup>1</sup>, e no declínio do encontro entre sujeitos, tendemos a nos

<sup>1</sup> O ser humano não é apenas biológico-cultural. É também espécie e indivíduo, sociedade-indivíduo. O ser humano é de natureza multidimensional, apesar de vivemos nessa disjunção que impõe uma visão mutilada (MORIN, 1996).



sentir cómodos, adaptados, na tentativa de sofrer menos e, ao mesmo tempo, perdendo as virtudes que nos tornam resistentes e motivados (ARENDDT, 2006).

A desconfiança e o medo, presentes na cidade contemporânea, condicionam as interações sociais e separam os contextos marcados pelas diferenças. Ao mesmo tempo, a necessidade humana pela convivência social permite a formação de atividades coletivas e a utilização de ambientes públicos entre diferentes sujeitos e atividades. Mas, qual o equilíbrio entre a desconfiança e a interação de grupos sociais dissidentes para a espacialização de um contexto coletivo mais inclusivo e seguro?

As relações espaciais urbanas, condicionadas pelo medo, potencializam o confinamento de gays, lésbicas, transexuais e travestis em áreas privadas ou em guetos, que servem para manter o controle e o isolamento dos comportamentos indefinidos, diante de uma visão de mundo hegemônica. Esta mesma visão idealizada e restrita, que condiciona grupos, subjugados pelo preconceito e pelo ódio, a desenvolver uma consciência de seu território porque, fora dele, deparam-se com uma hostilidade ainda evidente (TUAN, 2012).

Com a maior visibilidade das vivências LGBT e da Teoria Queer, parece existir uma nova perspectiva para uma compreensão mais ampla das relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea. Apesar do padrão compulsório de dominação masculina e heterossexual reafirmar seus valores simbólicos continuamente - desnaturalizando outras formas de desejo e de orientação sexual, por não estarem vinculadas com a tradição antropológica e à reprodução humana (BOURDIEU, 2012; BUTLER apud SANTOS, 2010, BUTLER, 2003).

Neste contexto, a dominação masculina tornou-se uma evidência que determina a qualidade das relações humanas e urbanas, atribuindo privilégios materiais, culturais e simbólicos aos homens heterossexuais e definindo relações desiguais entre homens e mulheres, avaliadas pelos estudos feministas, e entre heterossexual e homossexual, de acordo com a Teoria Queer (MISKOLCI, 2011). De maneira ampla, a sociedade está inconsciente dos fenômenos simbólicos e comuns na divisão assimétrica dos sexos, entre funções mais nobres para eles e menos valorizadas para elas. Com base na diferença tradicional sobre o gênero, esta



divisão é mantida através de violências físicas e simbólicas, que preservam o estado de dominação masculina (GROSSI, 2010; WELZER-LANG, 2001).

A falta de representação pública dos grupos dissidentes condiciona suas vivências coletivas e pessoais em subterfúgios da vida privada e periférica, ainda que pudessem contribuir com novas referências de convivência na esfera social, desenvolvendo a inteligência espacial e a noção de comunidade.

“A ausência de esfera pública que identifique o contexto dos lugares de circulação dos sujeitos *queers* compromete suas relações nas distâncias sociais e públicas, impedindo a formação de espaço positivo, transitório e aglutinador para estes sujeitos, além de comprometer outros sentidos de características *proxêmicas* para o desenvolvimento das relações interpessoais e de inserções coletivas” (VIEIRA, 2013, p. 11).

“Atualmente, nas cidades ocidentais contemporâneas, é profundamente hegemônica uma visão que deixa grande parte da população fora dos benefícios que o espaço urbano poderia representar” (CORTÉS, 2008, p. 8)<sup>2</sup>. Em boa parte, isso acontece porque os meios de produção do espaço urbano influenciam diretamente na manutenção do medo. Reduzir riscos e garantir segurança nas metrópoles são serviços já prestados por empresas e instituições, que lucram com a insegurança e realçam ainda mais esta sensação quando abarcam com os efeitos do medo sem afetar suas causas (BAUMAN, 2009). Por este motivo, a idealização do espaço seguro está no âmbito da propriedade privada. Neste espaço interno, de particularidades, os sujeitos colecionam bens e objetos materiais para compensar seus desejos e carências devido ao afastamento das relações sociais no espaço público exterior. Ao mesmo tempo em que as áreas livres públicas são mantidas sob o domínio representativo da heteronormatividade, caracterizando o ostracismo, a violência e a neutralidade, na busca sem fim pela representação ideal da masculinidade (MACHADO, 2007).

“A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do *habitar*” (LEFEBVRE, 1999, p. 53).

<sup>2</sup> Tradução dos autores.



Quando o espaço público apresenta alta qualidade configuracional, torna-se possível promover o bem estar social, melhorar as relações coletivas e apaziguar conflitos latentes, devido ao reconhecimento de diferenças de comportamento e de identidades desviantes em áreas urbanas a serem compartilhadas (GEHL, 2013). Porém, no contexto das metrópoles ocidentais, ainda predominam as fronteiras sociais para a distinção das diferenças, seja pelo poder aquisitivo, por valores culturais, pelo nível educacional, por grupos étnicos, pela identidade de gênero e sexualidade, que desconectam a convivência coletiva das verdadeiras vocações sociais (BAUMAN, 2009; PARK, 1979).

A formação dos guetos está dentro desta concepção antagônica de proteção e controle, que depende do olhar do sujeito e do seu envolvimento simbólico, entre aquele que diverge com a identidade hegemônica e o outro, que delimita uma fronteira para isolar o comportamento estranho, com base na classificação do contexto dominante.

Para França (2007) o gueto é visto como uma referência transponível a partir do qual os sujeitos participantes podem extrapolar sua inserção social envolvidos em uma rede mais ampla de território e relacionamentos. Com entendimento complementar, Wacquant (2004) considera que o gueto está relacionado com as relações de poder exercidas sobre os grupos minoritários, definindo segregação espacial para facilitar o controle sobre determinado grupo social.

O gueto *gay* apresentado por LEVINE (1998) refere-se ao espaço urbano delimitado, que aproxima deliberadamente os estabelecimentos comerciais, as moradias e as áreas de convivência pública, normalmente, frequentados pelo público homossexual. Possibilitando o reconhecimento e as relações sociais na dimensão pública, Machado & Prado (2005, p. 49) acrescentam outra compreensão a partir da comunidade homossexual e que poderíamos estender a outras identidades sexuais:

“O gueto possui uma importante função política dentro da comunidade homossexual, uma vez que esse segmento não encontra em seus grupos primários de pertença elementos favoráveis à constituição de uma identidade homossexual (...). É então nesse meio que os homossexuais ensaiam possibilidades de construções da identidade homossexual, talvez menos marginalizadas.”

Nas metrópoles contemporâneas ocidentais, apresentadas pelo turismo e pelo mercado de especulação imobiliária, a configuração do gueto *gay* apresenta uma aparente comunhão



quando inseridas em áreas urbanas estratégicas. Nestes territórios dinâmicos, onde emergem diferentes identidades de gênero e sexualidades, existe o propósito de dar expressão aos assuntos de interesse desta comunidade. Principalmente, quando torna-se possível sua exploração como espaço de consumo (VIEIRA, 2013; CORTÉS, 2008) “definindo o lucro ou o retorno financeiro como objetivo de qualquer atuação no tecido urbano, seja da parte de iniciativas urbanísticas ou de realizações arquitetônicas” (BRESCIANI, 2010, p. 23). Entre tantas experiências específicas vividas na escala local, “o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história” (PARK, 1979, p. 34).

Na realidade de muitas cidades contemporâneas, estas relações espaciais de vizinhança, entre sujeitos *queers* e territórios dissidentes estão localizadas em áreas centrais da cidade e integradas na malha urbana, usufruindo de mobilidade espacial e funções sociais para atender as necessidades vocacionais de uma diversidade maior de sujeitos e interesses especulativos. Em cidades como Barcelona, Buenos Aires e São Paulo, muitas vezes, a presença da diversidade humana é majoritária na ocupação dos espaços privados, onde concentram-se comércios, serviços e residências, que congregam territórios *queers* ainda pouco representado na esfera pública adjacente. Em um contexto mais estabelecido, em cidades como Madrid, Londres, Amsterdã e Montreal, por exemplo, a conformação destes territórios, de sujeitos *estranhos*, está mais vinculada com a cidade, inclusive pelas áreas livres públicas, dando continuidade em seus processos históricos de representação social e referência urbana.

A maioria da população urbana de hoje mora em cidades com menos de 1 milhão de habitantes. E o crescimento exponencial das cidades torna possível o surgimento de megalópoles globais, com mais de 10 milhões de habitantes (KUNZIG, 2013), ampliando a possibilidade dos encontros e a presença solitária no meio da multidão. A concepção de nossa sociedade individualista mantém a falsa ilusão da seguridade, da autonomia, do conforto gerado pelo sistema urbano, ao mesmo tempo em que afasta o senso crítico para os acontecimentos que influenciam massivamente os estilos de vida, sem ousadias e idealizações, em um futuro inócuo para os pensamentos mutáveis.



Porém, qual o ponto de equilíbrio para a configuração simultânea de territórios dissidentes dentro de cidades onde a heteronormatividade define regras e representações? Será que estes territórios *queers*, dentro das metrópoles ocidentais contemporâneas, representam o domínio de uma nova representação de masculinidade mantida por sujeitos homossexuais e transexuais?<sup>3</sup>

O que caracteriza o espaço físico destas áreas de vizinhança entre grupos dissidentes e que possa contribuir para as relações sociais na produção de espaços públicos mais tolerantes e inclusivos com as diferenças de gênero e sexualidade? Existem territórios dissidentes fragmentados e excluídos do contexto dos guetos *gays*? Quais os discursos e as vivências arquitetônicas dos sujeitos que representam (e são representados por) este contexto urbano particular? Estarão estes sujeitos mais vinculados ao espaço privativo?

A indefinição destes possíveis territórios gera desconforto para aqueles que vivem na convenção da cidade. “A clareza cognitiva [classificatória] é uma reflexão, um equivalente intelectual da certeza comportamental. Ocorrem e desaparecem juntas” (BAUMAN, 1999, p. 65). A percepção do estranho como um problema hermenêutico, classificado como indefinível, pode ser convertida como um conhecimento que falta, existindo possibilidade para se alcançar a certeza, pela compreensão de um mundo diferente. Porém, quando os estranhos são percebidos como monstros inclassificáveis, tornam-se uma ameaça à ordem do mundo (BAUMAN, 1999). Neste caso, existe uma expectativa social pela permanência transitória e temporária das representações sociais desviantes na configuração do espaço público? Ou estas identidades desviantes, encarnadas por sujeitos inclassificáveis, configuram uma performance de apropriação itinerante e adaptável na constituição do território urbano?

Na reflexão sobre estes questionamentos, consideramos a seguinte **hipótese** de investigação: a configuração física e espacial destes territórios dissidentes (guetos *gays* e ambientes *queers*), nas metrópoles ocidentais, é transitória e não representativa para a identidade de gênero e sexualidade desviantes. Uma vez que, o surgimento da “androginia indiferenciada” (WELZER-LANG, 2001, p. 472) não prevê um modelo único e classificável e,

<sup>3</sup> As relações de poder costumam ser exercidas “por meio do reconhecimento e aceitação de símbolos de legitimidade” (TUAN, 2012, p. 210).



ainda, por inexistência de “uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 98), acredita-se que a configuração espacial e as vivências dos sujeitos *queers* tendem para a diversidade de vocações e comportamentos inesperados, na apropriação destes territórios urbanos a partir das identidades de gênero e sexualidade *inclassificáveis*, segundo Bauman (1999).

“É necessário reinterpretar e reestruturar o espaço construído, e mais que da cidade, temos que começar a falar das diferentes ‘cidades’ que existem em cada uma delas, distintas segundo as diferenças econômicas, sociais, culturais, sexuais, das pessoas que as habitam” (CORTÉS, 2008, p. 6)<sup>4</sup>.

Conduzindo o percurso desta pesquisa interdisciplinar, o **objetivo** é analisar a peculiaridade na configuração do ambiente público e privado em territórios de vizinhança *queer*, inseridas em metrópoles ocidentais [Europa, Canadá e América do Sul], na relação com as vivências e apropriações espaciais das identidades de gênero e sexualidade [ainda] *inclassificáveis* para o contexto heteronormativo.

A estratégia de investigação desta pesquisa é qualitativa, como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, P. 26).

Considerando a complexa relação do comportamento e das vivências do público LGBT com o ambiente urbano, consideramos alguns questionamentos apresentados por Welzer-Lang (2001, p. 472) para auxiliar nos **procedimentos metodológicos**:

“Como analisar essas transformações, essas flutuações, essas aparentes transgressões de modelo? Quais utensílios teóricos utilizar para saber o que nessas evoluções corresponde a verdadeiras mudanças, ou o que revela transformações cosméticas, na verdade formas de recuperação de um poder macho, heteronormatizado ou não, contestado pelas feministas?”

Na inserção destas transgressões junto ao espaço urbano e arquitetônico, como analisar os arranjos e as dimensões espaciais na configuração de um ambiente particular?

<sup>4</sup> Tradução dos autores.





Normalmente, os estilos de vida na cidade representam a soma de várias atividades e necessidades e geram padrões espaciais na definição de formas, objetos e ambientes materiais, que mantêm o valor simbólico das atividades que lhe deram origem.

“Os estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. Na maioria dos casos, chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo, incluindo sua atitude em relação ao mundo, somente por meio da evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem” (TUAN, 2012, p. 239).

Para captar a riqueza destas relações ambientais é necessário alcançar um nível de integração interdisciplinar (LEIS, 2011), vinculando a investigação entre métodos de análise das ciências sociais aplicadas e das ciências humanas, tornando mais completa a relação entre os aspectos físicos e simbólicos.

A definição das áreas urbanas a serem analisadas procura contemplar diferenças geográficas e culturais, selecionando grandes cidades ocidentais, onde a unidade de vizinhança dos estabelecimentos LGBT e a presença dos sujeitos representativos seja um fato concreto, presente na malha urbana. Espera-se selecionar metrópoles [ainda indefinidas] que possam colaborar efetivamente com os objetivos desta pesquisa, apresentando qualidades peculiares na conformação do ambiente urbano e central, assim como, pela presença de sujeitos diversos quanto a identidade de gênero e sexualidade.

“A arquitetura cria os lugares onde se desenvolvem nossa existência cotidiana, estabelece uma ordem e origina umas fronteiras, que conduzem a construção de um mundo determinado e a maneira como o vemos. Deste modo, ajudam-se a construir e reproduzir as relações de poder, a refletir as identidades, as diferenças e as lutas de sexos, raças, culturas, idades ou classes sociais” (CORTÉS, 2008, p. 8)<sup>5</sup>.

A abordagem da pesquisa é Etnográfica, identificando a experiência destes territórios de vizinhança, construindo laços de pertencimento, relações sociais e rotinas diárias, dentro de um cenário específico marcado pelo encontro entre as pessoas. O procedimento de investigação pretende acompanhar a experiência urbana de sujeitos pertencentes a cada localidade a ser analisada. Espera-se obter o tempo de acompanhamento suficiente para contextualizar realidades a serem vividas pela observação do ambiente e pelas entrevistas (CRESWELL, 2010;

<sup>5</sup> Tradução dos autores.



GUERRA, 2006). Será necessária uma postura de estranhamento para compreender ações e comportamentos não esperados, em situações de co-presença junto a estrutura dos espaços livres e arquitetônicos, principalmente, nos lugares que permitem maior diversidade de interesses humanos (GUIMARÃES, 2007).

Com base no método etnográfico serão levantadas hipóteses a serem investigadas na pesquisa de campo, onde são feitas observações para, em seguida, permitir que o pesquisador defina suas generalizações a partir da análise das diferenças encontradas entre os sujeitos de pesquisa. Assim, evita-se encarar o universo da investigação de forma homogênea, ou mesmo, trazendo considerações que vêm a reboque das hipóteses teóricas e que tornam os informantes representativos de antemão. Neste caso, para que o pesquisador possa tirar qualquer conclusão de sua pesquisa de campo é necessário “situar seus sujeitos em um contexto histórico e social” (FONSECA, 1998, p. 4). Apenas depois desse movimento de interpretação, resgatando as sutilezas da análise social, indo do particular para o geral, é possível criar um relato etnográfico. Outro aspecto importante para classificar o trabalho etnográfico está na noção de *reflexividade*, que torna a subjetividade do pesquisador um componente essencial da análise. Isolar a investigação das relações sociais e o sujeito do seu grupo social são tendências a serem evitadas na pesquisa. Justamente, por este caráter subjetivo e aberto que o método etnográfico define um novo paradigma para o pensamento científico contemporâneo, exigindo uma reflexão interdisciplinar.

Para a obtenção de dados relacionados aos ambientes público e privado, serão utilizados os seguintes métodos de análise: (a) observação incorporada, que permite ao investigador redirecionar suas capacidades de percepção e pensamento para explorar com atenção as relações do ambiente que está sendo observado. Os dados são apresentados a partir do relato do observador e de sua interpretação particular e seletiva sobre o ambiente; (b) mapa comportamental para o registro de informações observadas sobre o comportamento das pessoas em um determinado ambiente, facilitando o processo de sistematizar, mapear e ilustrar as relações de uso em um método de avaliação pós-ocupação, gerando dados qualitativos (RHEINGANTZ et al, 2009). Porém, mais do que o levantamento físico concreto, espera-se identificar a “construção simbólica” (BOURDIEU, 2012, p. 33) a partir da experiência do sujeito no lugar. “La imagen que cada uno tiene de la ciudad es una especie de mapa y es éste



mapa el que se habita, no la construcción física específica que organiza los espacios y edificios” (CORTÉS, 2008, p. 10).

Na abordagem sobre os fatores humanos, analisando as vivências, subjetividades e apropriações cotidianas, serão feitas (c) entrevistas para a coleta e interpretação dos dados, analisando o discurso dos sujeitos na percepção dos ambientes com o quais estão interagindo (STAKE, 2011; RHEINGANTZ et al, 2009).

Através de dados secundários, será feita a revisão de literatura para apresentar evidências de conteúdos teóricos e das publicações na formação de uma base conceitual e interdisciplinar (STAKE, 2011). Com esta base conceitual será feita a discussão teórica permeada pelas considerações da análise dos dados primários, na abordagem etnográfica e pós-ocupacional.

Esta pesquisa torna-se relevante por abordar conhecimentos interdisciplinares sobre a materialidade do espaço físico e urbano e a imaterialidade da cultura, dos desejos e percursos humanos na cidade, tendo como foco a compreensão das relações de gênero e sexualidade vivenciadas nestes ambientes urbanos incomuns.

“Trata-se de um movimento dialético de apreensão das diferenças em uma totalidade que não as anula, mas que as potencializa e eleva para outro patamar” (LEIS, 2011, p. 109). Uma tensão permanente e criativa dos conceitos e teorias, preenchendo possíveis vazios deixados pelas disciplinas especializadas e contradizendo os marcos epistemológicos consagrados.

Estudos que analisam a configuração do espaço urbano, nas Ciências Sociais Aplicadas, apresentam pouca vinculação interdisciplinar com as Ciências Humanas, em áreas de conhecimento da antropologia urbana, sociologia e filosofia, seguindo abordagens estanques na dimensão empírica para compreender o fato concreto urbano.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende relacionar fatores espaciais e humanos para compreender as representações dissidentes de gênero e sexualidade, contextualizadas em territórios de metrópoles ocidentais, e refletir sobre possíveis qualidades ambientais no encaminhamento futuro da convivência social urbana.



## REFERÊNCIAS

- a) ARENDT, Hannah. O Deserto e os Oásis. Trad. Portuguesa. Buenos Aires, *La Nación*, Suplemento Cultura, 2006.
- b) BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- c) BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- d) BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- e) BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- f) BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e Urbanismo: uma possível análise historiográfica*. Politéia (UESB). v. 9, nº 1. Vitória da Conquista, 2009, p. 21-50.
- g) CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- h) CORTÉS, José Miguel G. *Cartografias Dissidentes*. Barcelona: [s.n.], 2008.
- i) CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- j) DUFOUR, Dany-Robert. *Os Extravios do Indivíduo-Sujeito*. Trad. Portuguesa. Le Monde Diplomatique. Paris, fec. 2001.
- k) FRANÇA, Isadora Lins. *Sobre “Guetos” e “Rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo*. Campinas: Cadernos Pagu, 28/2007, p. 227-255. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/11.pdf>> Acesso em: Jan/2014.
- l) FONSECA, Claudia. *Quando Cada Caso Não é um Caso*. XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambú, 1998. Disponível em <[http://uaiinformatica.net/luciana/textos-para-cursos/2\\_cada\\_caso\\_nao\\_e\\_um\\_caso.pdf](http://uaiinformatica.net/luciana/textos-para-cursos/2_cada_caso_nao_e_um_caso.pdf)> consultado em junho de 2014.
- m) FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- n) GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- o) GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Sexualidade e Reprodução. In: MARTINS, Carlos Benedito de; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Orgs.) *Horizontes das Ciências no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 293-340.



- p) GUERRA, Isabel Carvalho. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. 1ª Ed. Estoril: Princípia, 2006.
- q) GUIMARÃES, Ana Lúcia Santos Verdasca. *Design, Sociedade e cultura: significados dos arranjos espaciais e dos objetos em interiores domésticos*. Tese. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2007.
- r) LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- s) LEIS, Hector Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI Jr., Arlindo. SILVA NETO, Antônio J. (editores). *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Barueri, SP: Editora Manole, 2011, p. 106-122.
- t) LEVINE, Martin P. *Gay Macho: the life and death of homosexual clone*. In: Base de dados Google Livros. New York: New York University Press, 1998.
- u) MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, 2007
- v) MACHADO, Frederico Viana. PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Movimentos Homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. Interações*. Vol. X, nº 19. 2005.
- w) MISKOLCI, Richard. *Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer*. (p.47-68). In: SOUZA, Francisco de (org.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault\\_book.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf)>. Acesso em: jul. 2014.
- x) MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (org.) *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-289.
- y) PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 29-72.
- z) RHEINGANTZ, Paulo Afonso. AZEVEDO, Giselle Arteiro. BRASILEIRO, Alice. ALCANTRA, Denise de. QUEIROZ, Mônica. *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009.



- aa) SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *O Design Pop no Brasil dos Anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista Casa & Jardim*. Tese. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2010.
- bb) STAKE, Robert E. *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- cc) TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.
- dd) VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas*. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 59, 2009, p. 11-18. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a02.pdf>> consultado em maio de 2014.
- ee) VELHO, Gilberto. O Desafio da Proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. 2003, p. 11-19.
- ff) VELHO, Gilberto. O Antropólogo Pesquisando em sua Cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, G. *O Desafio da Cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 13-21.
- gg) VIEIRA, M. S. *Áreas Livres Públicas e Diversidade Humana*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013.
- hh) WACQUANT, Loïc. *Que é Gueto? Construindo um conceito sociológico*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 23/2004, p. 155-164. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24629.pdf>> Acesso em: Dez/2013.
- ii) WELZER-LANG, Daniel. *A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, ano 9, 2/2001, p. 460-482.





## **CIRCULANDO PELA CIDADE: TRAJETÓRIAS JUVENIS, EXPRESSÕES E SENTIDOS PECULIARES**

MELO, Mônica A. S. Silva

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social  
mnivida@yahoo.com.br*

LEITE, Marcos Esdras

*Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social  
marcosesdras@ig.com.br*

210

### **RESUMO**

As abordagens sobre juventudes enfatizam uma multiplicidade de percursos e modos de vida em distintos contextos, principalmente no espaço das cidades contemporâneas. É possível encontrar variadas trajetórias juvenis e respostas heterogêneas as questões vivenciadas, dentro de uma mesma cidade. As juventudes se apresentam como atores sociais com formas singulares de sociabilidades que merecem enfoque nos saberes produzidos acerca da categoria. Em determinadas pesquisas acadêmicas abordam-se às práticas sociais juvenis e sua relação com o espaço urbano. Os referidos estudos apontam que os jovens na circulação pela cidade, sozinhos ou em grupos, fazem usos dos seus espaços, apropriando e dando-lhes novos sentidos. Nessa direção, que se encaminhará o presente artigo, uma breve discussão teórica acerca das referidas trajetórias dos jovens de camadas populares da periferia urbana de algumas grandes cidades brasileiras. O espaço urbano é formado por uma teia de relações sociais, apresenta contradições, potencialidades e limites. No entanto, as referidas juventudes com suas variadas práticas sociais, apesar de limitações impostas pelo seu contexto social, demonstram através das experiências e vivências nos percursos na cidade, novas possibilidades surgidas mediante a interação, mobilidade e circulação pelo espaço urbano.

**PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Espaço urbano. Sociabilidades.**

### **ABSTRACT**

Studies dealing with youths emphasize a multiplicity of paths and ways of life in different contexts, especially in the space of contemporary cities. You can find various youth development and heterogeneous responses to issues experienced within the same city. The youths present themselves as social actors with unique forms of sociability that deserve focus on knowledge produced about the category. In certain academic research is to address youth-social practices and its relationship with urban space. These studies indicate that young people in the movement through the city, alone or in groups, make use of its spaces, appropriating and giving them new meanings. In this direction, it will forward this article, a brief discussion of such trajectories of youths from lower classes of the urban periphery. Urban space is formed by a web of social relations, presents contradictions, possibilities and limitations. However, those youths with their varied social practices, despite limitations imposed by their social context, demonstrate through the experiences and life journeys in the city, new possibilities arose through interaction, mobility and movement through the urban space.

**KEYWORDS: Youths. Urban space. Sociability.**





## INTRODUÇÃO

São várias as vertentes conceituais que giram em torno das juventudes e suas práticas sociais. Percebe-se que isso contribuiu para a juventude emergir publicamente, ou seja, ser percebida enquanto categoria social, com questões e experiências específicas. A sua diversidade de práticas sociais, comportamentos e expressões tornaram-se campo de pesquisa no decorrer dos anos.

Historicamente, as esferas participativas dos sujeitos juvenis foram mudando e assumindo novas configurações em cada conjuntura. Na sociedade contemporânea, brotaram variadas práticas cotidianas com múltiplas redes de sociabilidades, são novos modos de ser e de viver, concebidos, praticados e vividos pelos atores jovens nos diversos espaços em que estão inseridos. Não se pode falar em único modo de ser jovem, em um único paradigma que abranja todas as juventudes<sup>1</sup> brasileiras.

As manifestações que ocorriam e ocorre em torno da escola e universidades não são mais os únicos campos de análises, surgiram múltiplas esferas participativas que são também uma forma de expressão e reconhecimento no espaço urbano. Nesse meio, sozinhos ou em grupos, os jovens transitam pelos espaços públicos ou privados, e vivenciam experiências de vida singulares, que às vezes passam despercebidas e escapam aos olhares dos seus habitantes.

Quanto às pesquisas realizadas no âmbito acadêmico, elas possuem perspectivas heterogêneas e trazem como abordagem esferas distintas quanto à denominação e conteúdo, ou enfatizam certos aspectos dos jovens. Recentemente as pesquisas que tratam sobre as diversas ações, formas de expressão e práticas juvenis, especialmente em relação aos seus distintos grupos apontam a relação estabelecida com a dimensão espacial e suas práticas de criação e recriação no e com o espaço urbano. Na circulação pela cidade os jovens fazem usos dos seus variados espaços e subvertem muitas vezes a lógica de determinados lugares, apropriando deles e dando-lhes novos sentidos a partir das experimentações e vivências em tal espaço.

A realidade das juventudes brasileiras é única em cada contexto. E a vida urbana, sobretudo dos jovens de famílias de periferia de baixa renda é vivida através de limitações,

<sup>1</sup> Empregamos o termo *juventudes* no plural, conforme proposto por Dayrell e Carrano (2007), Abramo (1994) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004), para se referir à categoria juventude, uma vez que o mesmo abrange a heterogeneidade dos sujeitos juvenis e de suas vivências.



condições de existência precárias, usos de equipamentos públicos de baixa qualidade, interdições em múltiplas experiências na vida cidadina. As pesquisas acadêmicas mostram que em meio a esse cenário de precariedades coexistem trajetórias de vida heterogêneas que vão se construindo e lutam para ter acesso aos bens materiais e simbólicos que as cidades oferecem.

A partir das leituras e reflexões realizadas acerca das juventudes brasileiras, identificamos a importância dos modos de vidas, apropriações e trajetórias particulares vividas pelos jovens da periferia no espaço urbano. Eles apesar das limitações e segregações existentes nesse meio, pronunciam e se expressam através das mais variadas práticas sociais<sup>2</sup>. Entendemos que, os territórios juvenis são maneiras alternativas de inserção, mobilidade e identificação no contexto das cidades. São vias possíveis e estratégias de luta em meio a outros espaços institucionalizados que não os reconhecem.

Nessa direção, que se encaminhará o presente artigo, uma breve discussão teórica acerca das referidas trajetórias dos jovens pobres da periferia urbana. O levantamento bibliográfico, bem como a leitura e análise dos resultados de pesquisas científicas realizadas no Brasil em torno da presente discussão permitirá fundamentar esta proposta. Compreendemos a importância de conhecer as vivências juvenis não institucionalizadas e que se tornam significativas na vida de parcelas dos jovens no cenário de grandes centros urbanos brasileiros. Dessa maneira, apreendemos as possibilidades e restrições que as referidas práticas sociais acarretam aos jovens. Destrinchar essas especificidades das trajetórias das juventudes é importante para perceber como as mesmas se inserem e se intervêm na sociedade, bem como constroem suas diversas formas de sociabilidades no tempo e no espaço.

## **1- Juventudes urbanas: suas trajetórias e sentidos peculiares**

A cidade como lugar de vida exerce atração sobre grande parcela das pessoas, sendo considerada como um espaço promissor e com diversas possibilidades de escolhas e modos de vida. No entanto, nesse meio existem diferenciações, impossibilidades e fragilidades

<sup>2</sup> A categoria práticas sociais entendidas nesse artigo foi construída a partir do conceito da tese de Nascimento (2005). São as diversas atividades realizadas pelos jovens no campo social, cultural, econômico, político, religioso, lazer, escola e família, concretizada em grupos os quais participam ou individualmente. Conforme a autora, a finalidade de conhecer essas práticas na sua pesquisa era mostrar novas formas de participação social, política e econômica que são reveladoras das potencialidades e dificuldades vividas por parcela de jovens que residem na periferia de Porto Alegre/RS. Se as mesmas forem reconhecidas podem facilitar a ascensão dos jovens a um status de direito e cidadania, e o seu desconhecimento pode gerar cerceamento de atitudes e expressões.



que demarcam a vida de muitos de seus habitantes. As interdições limitam as experiências, o acesso e usufruto de seus bens materiais e simbólicos e de seus espaços.

No Brasil, as realidades urbanas apresentam uma distribuição desigual. Para vários brasileiros cenários de pobreza, exclusão social, violência e precariedades marcam o cotidiano, relegando as suas vidas, a uma tênue possibilidade de usufruir dos benefícios que a vida na cidade proporciona. Suas escolhas versam entre as poucas opções que são restringidas pelas condições precárias de vida e pelo lugar social que ocupam, assim sendo ou se acomoda com tal realidade ou se aprende a lidar, denunciar e encontrar alternativas de ser e se constituir como pessoa e como cidadão.

Castro (2004) afirma que a circulação pela cidade impõe-se como uma condição do viver urbano. Todas as atividades rotineiras da vida cotidiana como fazer compras, estudar, divertir, passear, entre outras realizadas pelos jovens, exige-se que se embrenhe pelos espaços da cidade. Nessas idas e vindas, é que os espaços vão ganhando sentidos particulares. Assim, investidos pelos sujeitos torna-se extensão da história e da ação pessoal.

Dessa maneira, espaço e a ação são entrelaçados, ao circular pela cidade se constrói relações, ou se reforça as existentes. O espaço é social, fruto da ação humana. A circulação é significativa na vida cidadina, através dessa ação se experimenta, apropria, recria, conhece e vivencia as possibilidades do espaço. (CASTRO, 2004)

Nesse sentido, destacamos a importância da ação de circular como um ponto de partida para conhecer e ocupar a cidade. A mobilidade pela cidade é positiva para os seus habitantes, uma vez que isso propicia o usufruto da cidade. Esses deslocamentos são vivenciados não sem direção, assim os jovens experienciam e reinventam o espaço urbano através de práticas sociais diversas.

Os autores apontam que na vivência do lazer, na atuação em práticas sociais distintas e nos variados grupos, os jovens se afirmam, estabelecem laços, vivenciam a juventude e adquirem visibilidade. O espaço urbano é também um dos meios para suas aparições e ação. Nele os jovens redesenham a cidade com suas práticas e com sua mobilidade pelos lugares que a compõem. Em grupos ou solitários eles vivem um processo de aprendizagem e conquista nesse espaço. Viver na cidade implica em aprendizado contínuo com, na e a partir da cidade (CARRANO, 1999; CASTRO, 2004; DAYRELL, 2001; DAYRELL & CARRANO, 2003).



Entendemos que falar em espaço nas cidades é compreender que além de físico, ele é um local de partilha de uma teia de relações sociais. Com efeito, nas diversas realidades sociais onde estão os jovens demonstram que através das práticas cotidianas, dão sentidos às suas experiências e vivências.

A cidade se constrói pelas gentes que a habitam. Desenham-se assim contornos, espaços, convivências e, sobretudo, personagens. No ir e vir pela cidade, seus habitantes consolidam maneiras de ser, colonizando a cidade pela linguagem, pelo afeto e pela interação. O asfalto, os prédios, as ruas, o mar, as esquinas e os monumentos são permanentemente reinventados pelo modo como grupos, galeras e tipos se apropriam desses espaços, impregnando-lhes de outras perspectivas de ser e viver na cidade. (CASTRO, 2004, p.163)

Portanto, o espaço urbano é experimentado de formas diferenciadas pelos seus habitantes, assim como também as possibilidades de apropriação dos bens que a cidade propicia. As pesquisas científicas apontam que os sujeitos juvenis ocupam o espaço público, ressignificam espaços físicos e delimitam territórios com suas formas de sociabilidades. Esse panorama é também marcado por desigualdades e contradições que condicionam à vivência plena do direito à cidade, e as juventudes apresentam diferentes vulnerabilidades que permeiam a vida, mas também demonstram variadas práticas sociais, comportamentos e expressões.

## **1-2 Circulando pela cidade: Diversidades e Sociabilidades juvenis**

As aventuras e respostas plurais das juventudes as situações que vivenciam tornaram-se campo de pesquisa. Abramo (1994) uma das autoras de juventudes no contexto brasileiro considera que as décadas de 1970 e 1980 ocorreram mudanças importantes no cenário da juventude no Brasil, ainda pouco estudados. Para ela, nas décadas de 1950 e 1960 os jovens de classe média que eram a referência de juventude brasileira. No entanto, nas décadas seguintes ocorreu uma pluralização do grupo que passa a ser composto também pelos jovens de setores populares. São variados atores juvenis que surgiram e ganharam expressividade em diferentes contextos sócio espaciais.

Posteriormente, foram surgindo outros estudos centrados nos múltiplos espaços de cultura, lazer e sociabilidades juvenis, alguns deles reconheceram esses meios como esferas educativas e pedagógicas. Determinados autores deram destaque às práticas juvenis na cidade a



partir de uma cultura juvenil focada na música e em grupos de estilos. Consideram-se as pesquisas realizadas por Juarez Dayrell (2001) e Paulo Carrano (1999) que tratam da experiência juvenil na cidade, seus múltiplos cenários e manifestações.

Algumas pesquisas sobre as juventudes brasileiras exibem os jovens, especialmente das periferias urbanas como sujeitos sociais que criam territórios próprios, redesenham suas vidas e os lugares, e vão à conquista das cidades do qual fazem parte. Os autores Assis (2005); Castro (2004); Cassab (2009); Dayrell (2001); Magalhães (2008), Almeida (2009), Nascimento (2005), dentre outros desenvolveram estudos com perspectivas heterogêneas sobre as colocações mencionadas. Nesse sentido, buscando compreender e apreender a relação entre juventude e espaço urbano, será apresentado algumas das diferentes perspectivas, pois notamos uma diversidade de campo de estudos que não seguem um percurso contínuo.

Entendemos que a cidade reúne bens materiais e simbólicos, atividades e fluxos que exercem atração populacional e decorre na maioria das pessoas na tessitura de perspectivas de novas possibilidades de vida. Atualmente, grande parte da população mundial vive em cidades e convivem com situações de vida e problemas sociais variados.

Viver na periferia, principalmente das grandes cidades, é conviver com vulnerabilidades variadas, escassos equipamentos públicos, oportunidades de trabalho, cultura e lazer limitadas, muitas vezes os jovens são atraídos pelas possibilidades vislumbradas através do crime e do tráfico.

Esses jovens que vivem na periferia tem um cotidiano marcado pelas impossibilidades de sua condição social. Eles possuem um acesso restrito aos serviços e bens oferecidos pela cidade, às suas oportunidades de educação, cultura, saúde, lazer e esporte são diferenciadas e escassas. Nas periferias urbanas se lidam com cotidianos muitas vezes demarcados pela falta de perspectiva de um futuro promissor e de um projeto de vida palpável, sendo assim as experiências que essas juventudes fazem no/com o espaço urbano é singular.

Castro (2004) ressalta que a vida cidadina, especialmente em grandes centros urbanos, marca profundamente seus habitantes em todos os aspectos. E avalia que nesse espaço, sobretudo as crianças e jovens se apresentam em situação de invisibilidade, uma vez que essa é construída por e para os adultos, e eles a recebem como obra dada pelos adultos.

Entretanto, Nascimento (2005) identifica que são os jovens que ocupam os mais variados espaços na cidade. Eles estão em diversos ambientes que compõem a cidade, públicos ou privados, nos vários meios que conseguem transitar. Os jovens aparecem e desaparecem na



complexa rede que constitui a cidade. Alguns são mais visíveis, transitam com facilidade e outros encontram empecilhos e interdições, mas todos procuram um espaço de reconhecimento.

A referida autora ressalta que “mesmo em condições precárias os jovens encontram meio de expressarem sua indignação através da sua cultura, dos seus grupos de estilos e nas marcas deixadas nos muros ou no próprio corpo” (NASCIMENTO, 2005, p.260). A partir das suas práticas sociais, eles encontram uma via possível para mostrarem quem são e o que pensam.

Percebemos que, entre outras esferas, as diferentes práticas sociais juvenis podem contribuir no desenvolvimento desses sujeitos das periferias de baixa renda, à medida que lhes possibilitam circular pela cidade e sair da invisibilidade. É possível compreender essas práticas como uma oportunidade de inclusão e de interação.

As primeiras aparições de jovens inseridas no espaço urbano que surgiram nas cidades brasileiras e articulados alguns em torno de estilos espetaculares<sup>3</sup> e visuais excêntricos foram os punks, surgidos nos finais dos anos 1970 e posteriormente vieram outros grupos ou tribos, os carecas, os metaleiros, os darks, os rappers, os rastafáris, os rockabillys, entre outros. (ABRAMO, 1994)

A referida autora após estudar a atuação, especialmente dos grupos juvenis de punks e darks, compreende que esses dois estilos era um modo dos jovens participarem na sociedade, de manifestarem sua posição no mundo, sendo também uma maneira dos mesmos criticarem os dilemas e questões vivenciados em seu tempo, bem como expressarem suas indignações, provocar reações e produzir intervenção no espaço social.

Entendemos que os jovens demonstram formas singulares de ser e viver a sua condição juvenil, a partir das especificidades do seu espaço social, e assim buscam construir significados diferenciados em cada conjuntura que lhe apresenta, através dos elementos que encontram e das experiências cotidianas que vivenciam.

Dayrell (2001) que também é um pesquisador de juventudes no Brasil centrou sua análise para tese de doutorado defendida em 2001, especificamente em grupos de estilo musical de rap e funk constituído por jovens pobres da periferia de Belo Horizonte/MG.

<sup>3</sup> O termo espetacular revela a ideia de uma encenação, chama atenção, atrai e prende o olhar, e guarda também sentido de exagero. Esses jovens de um estilo “espetacular” deslocavam pela cidade de um lado a outro, para encontros e eventos diversos. (ABRAMO, 1994)





Segundo o referido autor, na periferia existe uma efervescência cultural protagonizada pelos jovens, através da dimensão simbólica como forma de expressão e comunicação. A música, a dança, o corpo e o visual são mediadores nesse processo, ela os envolve e os mobilizam. Os jovens tornam-se protagonistas e sujeitos de sua história nesse cenário, assumem papel de produtores de sua música e criam grupos de estilos diversos, que ampliam suas experiências no espaço urbano. Para o autor, estar inserido num grupo é importante, pois contribui para obterem visibilidade no meio em que vivem e na circulação pela cidade com o grupo.

A música é o principal produto consumido pelos jovens, e os acompanham em diversos momentos no decorrer da vida cotidiana. A partir da apropriação de um estilo de vida baseado em um gênero musical, eles vivenciam novas experiências e sonham com alternativas de vida diferentes das vivenciadas em seu contexto social. (DAYRELL, 2005)

Dayrell (2003) ao abordar a discussão sobre juventudes e grupos culturais, demonstrou as possibilidades que esses grupos potencializam como espaços de socialização e educativos. O meio cultural constitui-se em um espaço no qual é possível vivenciar a condição juvenil. Assim, a partir dos estilos musicais, esses sujeitos constroem determinados modos de ser jovem e trazem ao espaço público a diversidade e contradições vivenciadas pelos jovens nas periferias urbanas.

Magalhães (2008) realizou uma pesquisa cujo objetivo foi compreender a relação existente entre grupos culturais<sup>4</sup> e a experiência urbana de jovens de periferia. Conforme a autora, esse estudo foi fruto de outra investigação sobre as trajetórias e a sociabilidade dos jovens de grupos culturais em São Paulo. Na referida pesquisa, foi exposto os trajetos dos jovens entrevistados, pontos de encontros, antes e após ingresso no grupo, seus espaços de sociabilidades, usos e apropriação de equipamentos públicos, entre outros.

O pertencimento dos jovens a grupos não é ocasional, muitos grupos se juntam para fazer algo em comum, os grupos culturais, por exemplo, muitas vezes, podem nem ter compromisso com a profissionalização. Eles nascem em torno da esfera cultural, e assim se

<sup>4</sup> Para Magalhães (2008) a nomeação grupos culturais faz parte do cenário contemporâneo e amplia o universo de experiência e relações dos jovens da periferia. Os grupos culturais não podem ser considerados isoladamente, mas inseridos em determinados contextos. Grupos culturais, para a referida autora é um conceito mais amplo, não se constituem em esferas homogêneas de sociabilidades, e não está restrita apenas uma manifestação coletiva em torno de determinada prática, agrega também os grupos de estilos musicais.

O autor Juarez Dayrell (2002) nomeia esses grupos pertencentes a diversas linguagens artísticas e musicais de “grupos culturais”.





articulam e se expressam não se limitando somente ao seu bairro. A partir da inserção nesses grupos, a experiência urbana dos jovens pesquisados pela autora na periferia, foi ampliada. A atuação no grupo redefine o cotidiano do jovem, mudando suas formas de acesso à cidade e recriando novas formas de sociabilidade. (MAGALHÃES, 2008)

Almeida (2009) abordou as novas formas atuação juvenil na cidade de São Paulo, especificamente grupos que desenvolviam práticas culturais. O grupo analisado era composto por quinze jovens que se reuniam em torno de um projeto coletivo. A partir desse projeto, o autor mencionado destaca que eles desenvolveram uma série de ações e interlocução com o poder público e com outros grupos de jovens organizados em torno de ações culturais no seu bairro e na cidade.

Na visão do autor, os jovens possuem relação estreita com a metrópole, uma vez que demonstraram um papel dinâmico de interação e recriação nesse espaço. O lazer e a circulação são impulsionados por intervenções dos jovens nas paisagens urbanas, e os grupos que mais provocam essas mudanças são os pichadores e grafiteiros. Desenhos de todos os tipos se espalham da periferia ao centro e alteram a paisagem urbana. (ALMEIDA, 2009)

Conforme o referido autor, o direito à cidade, bem como ao usufruto dos bens culturais produzidos na metrópole é um direito que tem sido reivindicado pelos grupos juvenis em São Paulo, isso através de várias formas, como: músicas, símbolos, escrituras, vestimentas, entre outros. São ações protagonizadas pelos os jovens que se caracterizam como novas formas de atuação no espaço público e recria novos significados para quem organiza e para quem transita pelo bairro e pela cidade.

Os habitantes da cidade configuram maneiras de ser e de viver, através do seu ir e vir cotidiano. A cidade é recriada a cada momento pelos seus habitantes. Para as crianças e jovens, imaginar a cidade é também redesenhá-la a partir da posição que ocupam e querem ocupar nesse panorama. Nesse cenário, a visibilidade é uma das formas de se obter reconhecimento. (CASTRO, 2004)

Cassab (2009) também analisou os jovens pobres moradores de bairros periféricos e atendidos por dois programas governamentais destinados à juventude em Juiz de Fora/MG. Ela buscou compreender a relação com o espaço como importante elemento nas práticas da juventude contemporânea, especialmente de que forma a cidade pode ser vista como categoria central nas formas de ação juvenil e da concepção de política.



Para a autora supracitada, pensar a cidade é ponderar as contradições, os conflitos e as tensões que se estabelecem no espaço urbano. Nela, os sujeitos desiguais disputam seu uso e apropriação, confrontando-se pelo direito à ela. E os jovens pobres estão cotidianamente submetidos a mecanismos que restringem o uso e apropriação da cidade e do urbano. Para os jovens pobres é vetado o acesso a bens simbólicos e a possibilidade de viverem a cidade como obra e espaço da política.

Os jovens pobres possuem alguns limites impostos no que toca o direito à cidade. O uso e apropriação da cidade são restritos e limitados, apenas a pedaços dela. A circulação pela mesma é circunscrita a determinados espaços, ao bairro em que residem ou ao seu entorno, poucos circulam de fato pela cidade. (CASSAB, 2009)

Um dos fatores da referida restrição dá-se devido à desigualdade social, segregação e distinção territorial, restando aos jovens citados apenas fragmentos da cidade. A circulação dos jovens pobres na cidade é reduzida, seu uso e apropriação são limitados a porções dela.

Assis (2005) também analisou as experiências dos jovens de classes menos favorecidas integrantes de um projeto do governo do estado, bem como de suas formas de apropriação na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Ela percebe que a forma como a cidade se revela para os jovens é determinante na construção de suas subjetividades, implicando nas diferentes formas que traçam seus percursos pela cidade. Porém, a construção desses percursos só será produzida na medida em que circulam e experienciam a cidade, reconhecendo suas diversas instâncias. Eles possuem formas peculiares de se expressarem e se fazerem reconhecidos no espaço urbano, as mesmas são lúdicas e criativas.

Nascimento (2005) investigou os jovens do ensino médio e fundamental de três escolas públicas da periferia de Porto Alegre/RS. A autora possuía como objetivo o conhecimento dos espaços nos quais esses jovens transitavam no cotidiano e as práticas desenvolvidas por eles nos referidos espaços. Percebeu-se que esses sujeitos ocupavam e eram encontrados nos mais variados espaços na cidade em que conseguiam transitar. A partir das suas práticas sociais, expressadas na música, no esporte, na religião, na escrita ou no desenho, eles encontravam uma forma de se mostrarem a sociedade, uma vez que outros meios institucionalizados não lhes davam voz e vez.

Na perspectiva de Magnani (2005), através dos resultados obtidos nas pesquisas etnográficas acerca dos jovens e suas práticas culturais e de lazer na cidade de São Paulo, ele valorizou além das relações sociais estabelecidas, as configurações espaciais que correspondem



à circulação dos jovens dos grupos. E propôs o emprego do termo circuitos de jovens, como ponto de partida para abordagem do comportamento dos jovens nas grandes cidades. Assim, o autor demonstrou como ocorrem as manifestações culturais e musicais de vários grupos e as formas de apropriação dos espaços de circulação dos mesmos.

Na circulação pela cidade, as configurações espaciais são importantes. Os atores sociais com suas especificidades interagem com o espaço, que é produto da prática desses agentes e fator determinante em suas práticas. Os grupos juvenis não podem ser visto confinados em algumas áreas ou soltos sem rumo pela cidade, pois no trânsito pela cidade é que estabelecem conexões e interação. (MAGNANI, 2005)

Castro (2004) descreveu o modo de crianças e jovens do Rio de Janeiro viverem na cidade e se construírem como seus habitantes. A autora trata de outro ponto de vista de se fazer cidadão na e da cidade, aborda a mesma construída nas ações cotidianas de crianças e jovens que tramam a vida na cidade. Ela expõe a cidade a partir dos depoimentos, histórias e pontos de vista deles acerca da vida na cidade e de como saem para descobri-la e conquistá-la. Para a autora mencionada, tornar-se habitante da cidade é um processo constante de aprendizagem. Nascer e crescer na cidade não são pré-condição para saber lidar com os muitos desafios que envolvem a vida na cidade.

A contradição e a pluralidade são marcas da vida cidadina que empurram todos para um constante processo de aprendizagem. Esse processo não se dá de forma igual para todos os seus habitantes. Para a referida autora, as crianças e jovens lutam para fazer da cidade um espaço seu, uma obra sua. “Fazer da cidade, dos pequenos espaços, dos becos, dos trajetos, dos fazeres urbanos, uma obra também sua, requer ação recalcitrante, já que a cidade – especialmente os espaços públicos” (CASTRO, 2004:32) foram construídos pelos os adultos.

Nota-se que deslocar-se pela cidade implica experimentar a materialidade do espaço. No deslocamento por outros espaços, outras experiências são vivenciadas pelos jovens, no qual impulsiona transformações pessoais nos mesmos e na cidade em que se vive. Novas experiências e descobertas impõem-se a partir dos trajetos. (CASTRO, 2004)

Outros autores também compreendem a circulação como positiva para os jovens, visto que representa liberdade, encontro, apropriação e conhecimento de outras realidades, além da possibilidade de estabelecer novas relações sociais. A rua aparece para eles como possibilidade de novidade, campo de surpresas e experiências, lugar de encontro e distração.



Essa é o lugar de uso e troca, nela os sujeitos passam, observam, interagem e vivem a cidade. (CASSAB, 2013)

Entendemos que no ato de circular o indivíduo visualiza outras possibilidades e horizontes. Circular livremente por diferentes espaços permite apreender o espaço, captar suas realidades e possivelmente mudança no olhar, apropriação e usufruto dos seus equipamentos e conseqüentemente ocupação da cidade. Porém, as práticas sociais das juventudes, seus usos e trajetos são ainda condicionados pelas formas que esse espaço é produzido e organizado, e ele apresenta restrições, limitações e segregações. Na visão de Nascimento (2005) existem problemas sociais e econômicos que são à base de interdição e restrição dos espaços e das práticas sociais cotidianas dos jovens. Muitos diminuem as possibilidades de deslocamento pelos múltiplos espaços da cidade.

Os recursos escassos pré-determinam a circulação ou a limitam, muitos jovens não trabalham e não possuem dinheiro para a condução ou passagem de ônibus por vários espaços na cidade, a discriminação que sentem em alguns lugares ou barreiras na comunicação com jovens de outras classes sociais ou de outros bairros, são motivos para permanecerem mais tempo em casa. Muitos jovens têm também seu lazer limitado à própria casa, casa de parentes e amigos, mas percebido como espaço de alegria, encontro e festa. Outros transitam por alguns espaços públicos, por exemplo, parques, praças e campos de futebol ou espaços privados como boates, shoppings, entre outros. Existem diferenças entre os sexos masculino e feminino em relação aos espaços frequentados e as práticas sociais. (NASCIMENTO, 2005)

Porém, apesar das interdições, para Cassab (2013) a juventude é produtora e reprodutora do espaço. É um movimento duplo, ele se dá a partir das ações, da mobilidade, dos gestos e da relação que os jovens estabelecem com os bairros e com a cidade, dos usos que estabelecem com e no espaço urbano e com a cidade. “A juventude produz o espaço e é, também, condicionada pelas formas pelas quais este espaço é socialmente produzido e organizado.” (CASSAB, 2013, p.8)

Castro (2004) percebe que a mobilidade é determinada por variadas condições, que põe em cena relações de poder. Na circulação pela cidade, se experimenta as contradições e condições de um acesso desigual aos seus bens. Desse modo, muitas vezes os jovens se encerram em espaços que restringem suas probabilidades de ver, conhecer e ocupar a cidade.

Segundo Assis (2005) a falta de oportunidades de trocas sociais no meio social em que residem e no espaço urbano, implicam nos jovens pesquisados pela autora, em sentimentos



de desapropriação, de vazio e não pertencimento. Desse modo, a participação através do trabalho ou de lazer é valorizada por eles como fuga ou proteção dos perigos da rua. O trabalho é estimado como fator de mobilidade, uma vez que pelo caminho do consumo se viabiliza a participação e o acesso dos jovens da periferia a determinados espaços sociais, facilita a apropriação de bens e serviços urbanos, e favorece a mobilidade por diversos ambientes.

Infelizmente, o aprendizado e o viver na cidade perpassam muitas vezes pelas limitações e interdições, do não acesso a infraestrutura, bens e possibilidades que as cidades contemporâneas oferecem. E as políticas públicas e redes de proteção às juventudes são deficientes ou mal organizadas, não atendem as especificidades dos jovens.

Em contraposição a esse quadro, Assis (2005) percebe que apesar das restrições e entraves que vivenciam, os jovens que pesquisou na periferia, encontram outras vias de identificação diferentes das impostas pelo padrão dominante, visto que mapeiam seus trajetos e delimitam seus circuitos de sociabilidades, fazendo-se deste modo, reconhecidos no espaço urbano.

Também Magalhães (2008) afirma que percebeu na análise realizada com os jovens pertencentes aos grupos culturais moradores da periferia, que apesar da experiência urbana deles ser marcada pela segregação e interdições, e o acesso a certos pontos e espaços serem limitados, ela detectou nos participantes dos grupos uma apropriação peculiar do espaço urbano. Essa apropriação se dá através da construção de circuitos e trajetos singulares, e são influenciados pela experiência a partir da inclusão em grupo.

Compreendemos que, no contexto das cidades contemporâneas os sujeitos juvenis coexistem com situações de vida que permeiam territórios de esperança, de invisibilidade e de desesperança, mas depreendemos das leituras teóricas que mesmo em meio às contradições os jovens circulam por alguns espaços, apropriam e elaboram circuitos de sociabilidades e se fazem reconhecidos através de configurações singulares. Sem dúvida, existem alguns problemas, limitações e restrições que são entraves as suas diferentes práticas no espaço urbano, mas, mesmo assim demonstram que constroem mecanismos de ação e resistência diante das experiências da vida cidadina.

Notamos que, as diferentes juventudes nas periferias das cidades demonstram ações peculiares, seja em grupos ou sozinhos, eles empreendem em práticas diversas no qual transitam pelo espaço urbano e apropriam de seus espaços, construindo sentidos próprios. A maioria dos autores debatidos neste tópico identifica que muitos jovens das periferias urbanas



circulam pelos diferentes espaços da cidade, apesar dos obstáculos, desigualdades e restrições materiais existentes. Percebemos que são trajetórias de vida heterogêneas, que podem ser estratégias para sair da invisibilidade, circularem pela cidade e usufruírem dela.

Concluímos que, viver na periferia, muitas vezes é conviver com contradições que comprometem as condições de uma vida digna. Essa parte da cidade, geralmente não oferecem muitas escolhas e opções de lazer, educação, cultura, esporte, moradia e espaços públicos de qualidade. Supomos que, as experiências em grupos juvenis em torno da esfera cultural, ou sozinhos, realizando diversificadas práticas sociais podem ser uma alternativa de mobilidade, uso, apropriação e consumo do espaço urbano local e de outros ambientes em que transitam os jovens da periferia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é o meio onde o homem nas cidades materializa sua vida cotidiana e suas relações, porém sabemos que nas periferias de grandes cidades brasileiras esse meio é marcado por pobreza e carências diversificadas. As profundas desigualdades sociais se explicitam na produção e reprodução da vida na cidade, enquanto determinada parte da população usufruem plenamente da cidade e de seus bens, grande parcela dessas pessoas vive em condições precárias e excluídas da vida na cidade.

Com efeito, os jovens que habitam a periferia, sobretudo de baixa renda vivenciam impossibilidades e falta de perspectivas por serem da periferia e pobres, o que restringem suas oportunidades de acessar e consumir plenamente o espaço urbano. As possibilidades oferecidas pelas cidades em determinados setores não chegam até eles, vivem em posição de desvantagem social. Seus acessos, usos da cidade, são limitados pelo lugar social que ocupam.

Percebemos que no cenário urbano, apesar de limitações impostas pelo contexto social dos jovens supracitados, as suas variadas práticas sociais refletem outras possibilidades de vida diferentes das encontradas no seu meio social. São estratégias de vida e formas singulares de sociabilidades e reconhecimento que lhes permitem serem construtores da própria história de vida nos lugares em que se encontram inseridos. Eles demonstram através das experiências e vivências nos percursos na cidade, novas possibilidades surgidas mediante a interação, mobilidade e circulação pelo espaço urbano. Essas realidades diversas confirmam a





multiplicidade e singularidade das juventudes brasileira, uma vez que esses atores sociais apresentam trajetórias de vida distintas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. 1994. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 172.

ALMEIDA, Renato Souza. 2009. *Juventude e participação. Novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/biblioteca/acao-comunitaria/teses-dissertacoes-e-ensaios>> Acesso em: 05 de set. 2012.

ASSIS, Daniela dos Prazeres de. 2005. *Os circuitos de sociabilidade de jovens de baixa renda no espaço urbano*. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/ip\\_m/DanielaDosPrazeresDeAssis.pdf](http://teses.ufrj.br/ip_m/DanielaDosPrazeresDeAssis.pdf)>. Acesso em: 03 de dez. de 2013.

CARRANO, Paulo. 1999. *Angra de Tantos Reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1984/1/tese.pdf>>. Acesso em: 01 de jun. de 2013.

CASSAB, Clarice. 2009. *(Re) construir utopias: Jovem, Cidade e Política*. Disponível em: <[http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3306](http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3306)>. Acesso em: 15 de set. de 2013.

\_\_\_\_\_. 2013. *Espacialidade dos jovens em cidade média: um olhar sobre os usos do espaço pelos jovens em Juiz de Fora - MG*. Disponível em: <[http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra\\_Clarice-Cassab.pdf](http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Clarice-Cassab.pdf)>. Acesso em: 15 de jan. de 2014.

CASTRO, Lúcia Rabello de. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

DAYRELL, Juarez. 2003. *O jovem como sujeito social*. In: *Revista Nacional de Educação*, 24, Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/numeros\\_rbe/revbrased24.htm](http://www.anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased24.htm). Acesso em: 08 de abril 2009.

\_\_\_\_\_. 2001. *A música entra em cena: o rap e funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude/upload/acervo/2b8a46416944af8dfcd752bd8533952d.tese%20Juarez.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2012.

\_\_\_\_\_. 2002. *Juventude, grupos culturais e sociabilidade*. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/19457852/.../grupos+juventude.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2012.

\_\_\_\_\_. *A música em cena: O rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.





DAYRELL, Juarez; CARRANO, César Paulo. 2003. *Jovens no Brasil: Difíceis travessias de fim de século e promessas de outro mundo*. Disponível em: < <http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: 27 de set. 2006.

MAGALHÃES, Liliane Sousa. 2008. *Participação de jovens em grupos culturais e mobilidade no estado de São Paulo*. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09022010-090134/pt-br.php>>. Acesso em: 20 de Fev. 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2005. *Os circuitos dos jovens urbanos*. In: *Tempo Social-Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. 17, 173-204.

NASCIMENTO, Carmen Teresina Brunel do. 2005. *A casa, a escola e a Rua: Espaços de múltiplas práticas sociais no cotidiano de meninos e meninas que frequentam três escolas públicas na periferia da cidade de Porto Alegre*. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11828/000495826.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de set. de 2013.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2004. *Políticas públicas de/ para/com juventudes*. Brasília: UNESCO.



## **A PROPAGAÇÃO CULTURAL DA AMAZÔNIA ATRAVÉS DO CANAL TELEVISIVO AMAZON SAT**

LINS, Michele Bahia

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM*  
*bahia.michele@gmail.com*

226

### **RESUMO**

Investigar a propagação cultural da Amazônia através de uma emissora de televisão cujo objetivo e slogan é ser a cara e a voz da Amazônia, nosso objeto de pesquisa – canal AMAZON SAT, e analisar de que formas a imagem da região e dos amazônidas vem sendo propagada para o mundo e como o próprio se vê através de sua programação audiovisual. O canal se propõe a difundir a região, mas levanta-se o seguinte questionamento: Isto retrata de forma fiel a realidade, ou que se mostra é uma Amazônia inventada? Como essa divulgação contribui para a formação de uma identidade cultural e para o desenvolvimento regional?

**Palavras-chave:** Tv. Cultura. Amazônia.

### **ABSTRACT**

To investigate the cultural spread of the Amazon through a television station whose goal and slogan is to be “the face and voice of the Amazon”, our research object – “AMAZON SAT channel” is to analyze the ways that the image of the region and Amazonians has been propagated to the world and how they see themselves through their audiovisual programs. The channel aims to diffuse the region, but raises the question: It portrays faithfully the reality or what is shown is an invented Amazon? How that disclosure contributes to the formation of a cultural identity and regional development?

**Key-words :** Tv. Culture. Amazon.

### **Manifestação e Divulgação Cultural na Amazônia**

A pesquisa sobre “Manifestação e Divulgação Cultural na Amazônia: Uma análise da propagação de sistemas simbólicos culturais na cidade de Manaus, através da emissora televisiva AMAZON SAT” precedeu do interesse em estudá-la e assim conhecê-la mais a fundo, segundo o rigor metodológico. A Amazônia possui uma grande diversidade cultural, na maioria das vezes mal difundida pelos meios de comunicação, que mostram uma imagem limitada do modo de vida da região e não a Amazônia em sua plenitude.

É compreensível que os aspectos ligados à floresta amazônica tenham destaque na imagem da região, mas é inconcebível que apenas esta face seja conhecida não só no exterior,



mas também nos Estados pertencentes ao Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, pois ainda hoje existem pessoas que acreditam que a Amazônia resume-se a animais, selva e rios permeando a imaginação dos leigos que os jacarés são encontrados pelas ruas das cidades e que inclusive os mesmos servem de meio de transporte para a população.

O sociólogo internacionalmente conhecido Boaventura de Souza Santos, destaca que precisamos de uma reflexão epistemológica, já que na maior parte dos países, a compreensão do mundo é muito mais ampla, que a ocidental. Devemos visar o futuro de nossas sociedades, como se fosse um futuro pessoal. É preciso contrair o futuro e, ao mesmo tempo ampliar o presente. É um procedimento epistemológico que Santos determina como Epistemologia do Sul. O que quero dizer com isto é que o meio de comunicação “televisão” é um dos principais responsáveis por esta imagem criada da região amazônica, uma vez que não há teoria geral que possa organizar toda realidade do mundo, já que não há cultura que seja completa.

O Amazon Sat durante os seus primeiros anos de veiculação mostrava em sua programação apenas rios, paisagens, fauna e flora amazônica o que contribuiu consideravelmente para reforçar a imagem limitada da Amazônia para o mundo, mas o canal temático ampliou sua programação e hoje mostra a Amazônia através de imagens e fatos que retratam os aspectos culturais, ecológicos, sociais, econômicos, políticos e históricos da região amazônica.

O canal que sustenta o *slogan* de ser “A cara e a voz da Amazônia” possui mais de noventa programas voltados para a temática amazônica, entre produções próprias e terceirizadas, distribuídos entre os núcleos de jornalismo e produção, abordando assuntos pertinentes à mesma, tais como: entretenimento, esporte, viagens, manifestações culturais, turismo, jornalismo, ambiente, estilo de vida, religião, literatura, negócios, história, música, gastronomia e outros. Além de promover transmissões ao vivo dos mais diferentes eventos culturais realizados na região amazônica, dos quais podemos destacar: o festival folclórico de Parintins, o Festival Folclórico do Çairé em Alter do Chão no Pará, Festival da Canção de Itacoatiara – FECANI, Festival de Cirandas de Manacapuru mostrando a disputa entre as cirandas Guerreiros Mura, Flor Matizada e Tradicional, Festival de bumbás em Guajará, na cidade de Guajará Mirim, O tradicional Festival Folclórico Duelo da Fronteira, o FEFOPEN, realizado em Rondônia, também na cidade de Guajará-Mirim, há 320 quilômetros da capital Porto Velho, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, Festrival - Festival das Tribos de Jurutí no Estado do Pará, com a disputa entre as tribos Munduruku e Muirapimina, Festival Amazonas



Jazz, Festival Amazonas de Ópera, o maior festival de Ópera da Amazônia, Festival Folclórico do Amazonas com toda a sua diversidade e muito mais.

A emissora é pertencente a Rede Amazônica de Rádio e Televisão maior rede de televisão da Região Norte e que já possui 41 anos de história. O canal é transmitido para os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá por meio de televisão aberta alcançando 5 capitais e 41 municípios e para demais Estados Brasileiros através de televisão paga (16 operadoras de TV paga em 58 municípios) e via satélite. Além de ser assistido por brasileiros e estrangeiros no mundo inteiro através da internet. É o único canal de televisão na Amazônia voltado exclusivamente para a temática amazônica, o que é uma vantagem e uma preocupação, pois é o responsável pela veiculação da imagem de uma região com seus encantos, problemas e peculiaridades o que nos leva a investigar se realmente a construção da identidade amazônica, mostrada ao Brasil e ao Mundo através deste canal, é realmente o retrato fiel da realidade?

O canal televisivo Amazon Sat mostra ao Brasil e ao Mundo elementos que compõem a região Amazônica. Mas de que forma a propagação destes sistemas simbólicos culturais, podem contribuir para o desenvolvimento das populações que residem na região Amazônica? Como as imagens e sons propagados neste canal televisivo, podem auxiliar no processo de criação da identidade cultural do povo que vive na Amazônia? ou é mais um veiculador de mitos e invenções?

## **CULTURA BRASILEIRA E SUA IDENTIDADE**

A criação de uma identidade cultural é imprescindível para que seu povo possa ter um referencial de vida e para que possam realmente sentir-se membros de uma determinada comunidade como nos mostra Barreto:

Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece. (BARRETO, 2000, p. 46).



A identidade cultural brasileira se forma a partir de uma miscigenação de três raças, raças essas com costumes, tradições e leis diferentes e nosso País tornou-se fruto deste processo migratório que se iniciou em 1.500 com a vinda dos portugueses para o Brasil, como bem nos lembra ORTIZ (1985, p.19), “Torna-se corrente a afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio”. Além das internalizações culturais oriundas da miscigenação, a construção da identidade cultural também se dá diante da história de cada comunidade, como destaca o autor: “(...) A tomada de consciência de um país por ele próprio não ocorre arbitrariamente, mas é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial”. (ORTIZ, 1985, p. 55).

Outro ponto que deve ser observado é quanto à diferença entre cultura popular e cultura folclorista e Gullar em seus estudos sobre o assunto observa-se que:

(...) a expressão “cultura popular” designa um fenômeno novo na vida brasileira. Rompe-se, desta forma, a identidade forjada entre folclore e cultura popular. Enquanto o folclore é interpretado como sendo as manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de “cultura popular” é definida em termos exclusivos de transformação. (GULLAR, apud ORTIZ, 1985, p. 71).

A identidade cultural se dá através também da memória coletiva e individual que culmina na inserção no indivíduo em determinada comunidade, como nos afirma ORTIZ: “a memória coletiva só pode existir enquanto vivência, isto é, enquanto prática que se manifesta no cotidiano das pessoas”. Busca-se através da memória uma identificação entre o indivíduo e sua história, pois ser humano algum protege e valoriza aquilo que não conhece:

Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local. Um monumento ou prédio dificilmente será alvo de um ato de vandalismo, por exemplo, por parte de alguém que conhece seu significado, que conhece o que ele representa para sua própria história como cidadão, simplesmente porque se identificará com aquele monumento ou prédio. (BARRETO, 2000, p. 47).

A formação cultural do indivíduo é um reflexo do meio em que ele está inserido e do que é internalizado pelo mesmo, como nos afirma Laraia:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as



inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 2001, p. 24).

O sujeito cognoscente é formado pelo meio em que está inserido e esta formação se dá de forma complexa como nos lembra HALL:

A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos- que ele habitava.  
(...) a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2003, p.11).

230

A regionalização da cultura é de extrema importância à promoção desta identificação do povo com a sua cultura e no caso da região amazônica Reis destaca:

A região é uma das partes desta diversidade que define a unidade nacional. O elemento da mestiçagem contém justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade. Esta fórmula ideológica condensa duas dimensões: a variedade das culturas e a unidade do nacional. (REIS, apud ORTIZ, 1985, p. 93).

Esta observação nos remete ao fato de que mesmo com suas peculiaridades a cultura amazônica, também compõe a identidade cultural brasileira, como nos afirma Benchimol:

O seu ciclo de vida se adaptava às peculiaridades regionais, delas retirando os recursos materiais de subsistência e as fontes de inspiração do seu imaginário de mitos, lendas e crenças, especiarias, drogas do sertão, ervas medicinais, madeiras, óleos, essências, frutos, animais, pássaros, bichos de casco e peixes, constituíram um mundo novo e exótico (...). (BENCHIMOL, 1999, p.21).

No processo de formação de identidade cultural, devemos levar em consideração a internalização de conceitos internos e comuns ao meio em que o indivíduo está inserido e a influência de culturas externas, como nos explica Laraia:

Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro.



No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase impercebível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por eventos históricos tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato. O segundo caso, como vimos na afirmação do *Manifesto sobre aculturação*, pode ser mais rápido e brusco. No caso dos índios brasileiros, representou uma verdadeira catástrofe. Mas, também, pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas. Este segundo tipo de mudança, além de ser o mais estudado, é o mais atuante na maior parte das sociedades humanas. É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. Isto somente seria possível no caso, quase absurdo, de um povo totalmente isolado dos demais. Por isto, a mudança proveniente de causas externas mereceu sempre uma grande atenção por parte dos antropólogos. Para atendê-la foi necessário o desenvolvimento de um esquema conceitual específico. (LARAIA, 2001, p.51).

A interação do sujeito com o meio em que vive e a necessidade de identificação para fins de reconhecimento e sentimento de pertencimento a sociedade em que está inserido também são lembrados por BABA e LARAIA:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 2001, p.24).

Mais uma vez, é o desejo de reconhecimento de “outro lugar e de outra coisa”, que leva a experiência da história além da hipótese instrumental. Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como interação, a recriação do eu no mundo da viagem, o reestabelecimento da comunidade fronteiriça da migração. O desejo de reconhecimento da presença cultural como “atividade negadora” de Fanon afina-se com minha ruptura da barreira do tempo de um “presente” culturalmente conluiado. (BABA, 1998, p. 29).

O canal televisivo Amazon Sat, também pode ser considerado um “entre-lugares” onde ocorre a formação do sujeito sociológico e oportuniza a geração tanto de afinidades como de embates do contexto em que sua programação se apresenta, como afirma BABA:

(...) De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias





de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável?

Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performaticamente. (BABA, 1998, p. 20).

A identidade é algo que está em constante transformação por esta razão a identificação não se dá de forma imediata, mas consiste em um processo e no de público e programação televisiva não é diferente:

232

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2003, p. 71).

Assim a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. (HALL, 2003, p. 38).

Mesmo assim, não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. (THOMPSON, 2013, p. 22).

A Amazônia assim como as demais regiões do País é fruto da miscigenação cultural, tendo em sua arquitetura e linguística a forte influência lusitana, não esquecendo também a contribuição negra à região principalmente quanto a aspectos religiosos e manifestações artísticas culturais, sendo que quando se trata de região amazônica o destaque é realmente para a influência da cultura indígena.

## **A HERANÇA CULTURAL**

Nossos antepassados foram nos deixando ao longo de gerações uma herança cultural, que nos remete a padrões sociais estabelecidos na maioria das vezes pelo senso comum, causando um estranhamento a tudo o que difere do padrão social, conforme nos lembra Laraia:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento



daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. (LARAIA, 2001, p. 35).

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Graças ao que foi dito acima, podemos entender o fato de que indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência das diferenças linguísticas, o fato de mais imediata observação empírica. (LARAIA, 2001, p. 36).

Essas especificidades que diferenciam as culturas, é que formam a identidade cultural, portanto torna-se necessário conhecer a origem cultural e os agentes propagadores dessa cultura no decorrer dos séculos.

Desde os primórdios a população amazônica é formada basicamente por tribos indígenas, já se observava a difusão da cultura, como nos afirma Sanches:

A forma de transmissão cultural de nossos índios era, vamos assim dizer audiovisual, pois, os membros mais velhos do grupo encarregavam-se de transmitir oralmente as suas crenças e costumes e, ao mesmo tempo, mostravam como caçar, cozinhar, caminhar na floresta, cavar as toras de árvore para construir o barco ou igara, remar, plantar o milho e depois amassá-lo, construir o arco e flecha, conduzir a igara rio adentro, pegar o peixe com o caburé, com o anzol ou com a flecha. Tudo isso era passado de geração para geração, de pai para filho de mãe para filha durante séculos e séculos de convívio harmonioso com a natureza. (SANCHES, 1999, p.55).

A região amazônica possui grande influência da cultura indígena-cabocla, pois através desta influência étnica herdamos hábitos e costumes alimentares, baseados principalmente em produtos derivados da mandioca (farinha d'água, tapioca, goma, tucupi), utilização de grande variedade de peixes, destacando o tambaqui, jaraqui, tucunaré e o pirarucu. Não podemos deixar de registrar as frutas silvestres que só são encontradas aqui em nossa região: tucumã, açaí, pupunha, abil, jenipapo, cupuaçu e outros. Percebemos facilmente também a presença desta influência nas peças de artesanato encontradas no norte do país, onde a matéria prima utilizada é basicamente: sementes, fibras, madeiras, argila, ou seja, elementos que são absorvidos da floresta amazônica que através da criatividade de seus artesãos transformam-se em bijuterias, utensílios domésticos, acessórios, móveis, objetos de decoração e muito mais.



## CULTURA AMAZÔNICA

A Amazônia possui uma imensa diversidade cultural, mas para abordar a diversidade precisamos compreender o que vem a ser cultura. Através de uma visão antropológica, Tylor nos mostra uma outra analogia quanto ao significado da palavra cultura:

Significa todos os aspectos espirituais de uma comunidade. Civilization (inglês), significa as realizações materiais de um povo. Culture (inglês), em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem como membro de uma sociedade. (TYLOR, apud Schemes, 2006).

234

Podemos constatar baseado nessas informações que a cultura é mutável, pois trata-se de uma herança histórico-social, onde podemos acrescentar novos conhecimentos e transformá-los em hábitos e costumes acompanhando assim o desenvolvimento humano já que o homem é um ser mutável.

Seja por questões geográficas, raciais, econômicas, históricas, sociais etc., existem diversidades culturais, mas em todas as comunidades existe cultura e a mesma deve ser difundida da maneira correta respeitando as especificidades de cada comunidade.

Segundo Benchimol, a Amazônia está passando por um processo de transformação cultural e econômico:

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação. Mudança, tanto no sentido econômico, pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas, como no campo cultural, pela absorção de novos grupos que para aqui se deslocaram ao longo de mais de um século. Só uma coisa permanece constante: a extraordinária capacidade que a sociedade amazônica demonstra em acolher, absorver, assimilar e integrar povos e culturas diferentes. E, sobretudo, nesse contínuo processo de adaptação, de renovar-se a si mesma, influenciando e se deixando influenciar, sem perder o seu caráter e a sua identidade brasileira e tropical. (BENCHIMOL, 1999, p.438).

Benchimol também nos alerta que é preciso sim conhecer o passado para construir o futuro, mas também precisamos estar abertos para acolher o novo:

(...) é bom alertar, de vez em quando, que não basta empurrar a porta, sair e começar a caminhar. É preciso, também, abrir a janela para olhar, pensar, ver, refletir e antever. E não esquecer jamais que, sem romper nosso passado cultural, a nossa identidade amazônica brasileira, devemos estar de braços e mentes abertos para receber o futuro. (BENCHIMOL, 1999, p.450 e 451).



O futuro não acontece por si mesmo. O seu fabrico é produto da ação planejada, da inovação e do desejo político da sociedade para criar um horizonte de vida, trabalho e bem-estar que contemple a todos sob o pálio da justiça e da fraternidade. Fraternidade que permita a convivência humana e a integração de tantos povos, etnias e culturas que, ao longo dos séculos, desde a colonização até os dias recentes tem contribuído para a formação do nosso povo. (BENCHIMOL, 1999, p.462).

Laraia também nos chama a atenção para as constantes mudanças culturais, nem todo legado deixado por nossos antepassados permanecem vivos nos dias atuais e nós quanto homens e mulheres contemporâneos devemos estar dispostos a integrar novos conceitos a nossa cultura:

Concluindo, cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir. (LARAIA, 2001, p. 52)

É preciso levar ao conhecimento a Amazônia como ela de fato se apresenta, com suas peculiaridades, defeitos e qualidades e não inventar uma Amazônia que existe apenas no imaginário de quem não a conhece, além de rejuvenescê-la através de novos olhares, como nos lembra Gondim:

As potencialidades imaginárias que os autores de ficção pensam existir ainda guardam o vigor dos tempos primeiros dos navegadores de águas turvas e cristalinas do Rio Amazonas no bordado de suas estradas líquidas. O mistério que ainda espera o homem imaginativo por detrás da cerrada muralha verde parece atender a um anseio euclidiano ao sentenciar que ali [...] (GONDIM, 2007, p.329).  
[...] O olhar do homem moderno rejuvenesce a Amazônia. A magia da região permanece através dos autores europeus analisados, como se quisessem remir os pecados cometidos por tão falsas apreensões de seus compatriotas. (GONDIM, 2007, p.330).

A mediação da cultura através dos meios de comunicação, a torna cada vez mais móvel e globalizada, com os avanços tecnológicos o canal objeto de estudo pode ser acessado e assistido *On Line* de qualquer parte do mundo.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelo sistema de comunicação globalmente interligados, mais as identidades



se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”. No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural”. (HALL, 2003, p. 75-76).

## A DIFUSÃO CULTURAL E O PODER PERSUASIVO DA IMAGEM

Desde que nascemos a comunicação faz parte de nossas vidas e da nossa sociedade com bem nos lembra Bordenave (2004) “Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação”. O autor também destaca a importância da comunicação para a difusão da cultura:

A comunicação foi o canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura foram-lhe transmitidos, pelo qual aprendeu a ser “membro” de sua sociedade - de sua família, de seu grupo de amigos, de sua vizinhança, de sua nação. Foi assim que adotou a sua “cultura”, isto é, os modos de pensamento e de ação, suas crenças e valores, seus hábitos e tabus. (BORDENAVE, 2004, p. 17).

Há muitos anos a humanidade busca formas alternativas de facilitar a comunicação. Com o passar dos tempos, instrumentos de comunicação considerados de massa: a televisão e o rádio funcionam como meios de transmitir informações, gerar valores e promover a cultura para milhões de pessoas, e ao mesmo tempo vender através de anúncios publicitários, se tornando desta forma importantes ferramentas na difusão cultural.

Desde 1950 quando Assis Chateaubriand inaugurou a TV Tupi que a televisão faz parte da vida das pessoas, mas infelizmente percebe-se que não tem dado a cultura da Amazônia como um todo, o papel de destaque que merece, pois o que se vê com mais frequência é uma imagem limitada, como nos lembra Cabral:

Hoje, a Amazônia só é lembrada quando sofre ataque ou ameaça de algum país estrangeiro que tem muito mais interesse em suas riquezas que os brasileiros. E a Amazônia passou a ser encarada para o restante do país como



um lugar de preservação, apenas com matas e rios. Esqueceram o povo do lugar. (CABRAL, 2004, p.104).

A televisão une imagem e som para transmitir uma informação de forma que ambos se completem, não sejam redundantes, mas que possam ser explorados em suas potencialidades individuais. A imagem ganha papel importante no texto televisivo que identifica as pessoas com o que é exibido na tela. Duarte (2006) destaca a importância desta união texto e imagem com a finalidade de transportar o telespectador ao mundo imaginário recriado pela TV:

237

O mundo se nos apresenta por todos os sentidos, no texto televisivo, somente algumas dessas propriedades são transpostas para a superfície artificial do vídeo. [...] numa redução muito grande dos atributos do mundo representado, pois, a rigor, somente os traços sonoros e visuais são imitados, e tais traços, assim selecionados e transpostos, pouco representam em relação à riqueza do mundo material: são figuras, não objetos do mundo (DUARTE, 2006, p. 24 e 25).

Diante dessa limitação na recriação da realidade é preciso utilizar, da melhor maneira possível, os recursos existentes. Daí o grande cuidado para bem aproveitar o poder da imagem. Trabalhada corretamente, a imagem pode exercer um poder de persuasão essencial ao alcance do objetivo de dinamizar o curso da informação. Com base nesta importância o Amazon Sat se volta para a difusão cultural através de programas que destaquem a cultura amazônica e transmitindo ao vivo manifestações culturais tais como: Festival de Cirandas de Manacapuru, Festival Folclórico do Amazonas, Festival Amazonas de ópera, Amazonas Film Festival, Festival Folclórico de Parintins, Boi Manaus, Carnaboi, Carnailha, Festrival, Festival Amazonas de Jazz, Festival Amazonas de Teatro, Projeto Segundas no palco, Festival do peixe ornamental, Festa do Cupuaçu (Presidente Figueiredo), Festa da Laranja (Rio Preto da Eva), Festa do leite (Autazes), Fecani (Itacoatiara), Çairé, Feiras de agro negócios, Flifloresta dentre outras. Miranda reforça a importância desta difusão.

(...) propiciar o registro das expressões culturais, artísticas, religiosas e científicas, em qualquer mídia, também em línguas indígenas, assim como nas dos povos africanos e de outras nacionalidades que contribuíram para a nossa formação social, visando a preservar e manter vivas as origens da nação brasileira, em seus aspectos multiétnicos e multiculturais; (MIRANDA em Ciência da informação).





Nos dias atuais os olhos do mundo estão voltados à região amazônica e cabe a nós usar isso a favor do nosso povo, como nos lembra Reis:

A Amazônia, que só agora realmente constitui preocupação nacional, provocando interesse em todos os brasileiros crentes e conscientes de que ela é parte integrante do espaço físico, social econômico e cultural do País, não pode, em consequência, permanecer naquele estado de natureza em ser; está a exigir que a política do governo tenha ímpeto e continuidade. (REIS, apud BATISTA, pág. 339).

238

A importância dos meios de comunicação na propagação da cultura na Amazônia em especial na cidade de Manaus é cada vez mais notória, quando falamos de padronização a cultura e a difusão da mesma:

Não resta dúvida que grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um processo autóctone, foram copiados de outros sistemas culturais. A esses empréstimos culturais a antropologia denomina difusão. Os antropólogos estão convencidos de que, sem a difusão, não seria possível o grande desenvolvimento atual da humanidade. (LARAIA, 2001, p.54).

A televisão também contribui para a democratização da cultura, GODELIER nos leva a refletir sobre esses domínios e sugere que existem diferentes formas de trocas e um enigma por trás da dádiva:

Fundamentalmente, as nossas análises levaram-nos a concluir que não poderia existir sociedade humana sem dois domínios, o domínio das trocas, seja o que for o que se troca e independentemente da forma dessa troca, da dádiva ao *pothatch*, do sacrifício à venda, à compra, ao mercado, e o domínio em que os indivíduos e os grupos conservam preciosamente para si próprios, e depois transmitem aos seus descendentes ou aos que partilham a mesma fé, coisas, narrações, nomes, formas de pensamento. Pois o que se guarda constitui sempre <<realidades>> que transportam os indivíduos e os grupos para outro tempo, levam-nos para suas origens, à origem. (GODELIER, 2000, p. 9).

Morin (2003) destaca que uma sociedade comporta múltiplas culturas suscita, também, uma cultura própria. E que ao longo do século XX, os meios de comunicação produziram, difundiram, criaram uma mistura de folclore mundial a partir de temas originais provenientes de culturas diferentes, ora renovadas, ora sincretizadas.





## REFERÊNCIAS

### Livros:

- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- BHABHA, Homi. *O local na cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural – as possibilidades do planejamento*. São Paulo: editora Papirus, 2000.
- BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia*. 2ª edição. Manaus: editora Valer, 2006.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia Formação Social e Cultural*. Manaus: editora Valer, 1999.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. COMUNICAÇÃO: VEREDAS Ano III - Nº 03 - Novembro, 2004. Rede Amazônica de Comunicação Amazonian Network of Communication.
- DUARTE, Elizabeth. *Televisão entre o mercado e a academia*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1978.
- GODELIER, Maurice. *O enigma da dádiva – A dádiva desencantada*. Lisboa, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito Antropológico*. 14ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2001.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1977.
- NORONHA, Nelson Matos de. *Sociedade e cultura na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3ª edição. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.
- SANCHES, Cleber. *Fundamentos da cultura brasileira*. Manaus: Travessia, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.



THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Artigos em periódicos:

MIRANDA, Antônio. *Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos, programa sociedade da informação*. Em: Ci. Inf., Brasília, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.

240

Artigos na internet:

SCHEMES, Jorge. *Cultura: um conceito Antropológico*. Em: disponível em <http://jorgeschemes.blogspot.com.br/2006/11/cultura-um-conceito-antropolgico.html>, acesso 26/11/2014.



## PERSPECTIVAS SÓCIO-TÉCNICAS DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO, PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS E GESTÃO URBANA COMPETENTE

CHAMUSCA, Marcello

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social*  
*mchamusca@gmail.com*

241

### RESUMO

Neste artigo, se realiza, de modo especulativo, uma abordagem sócio-técnica sobre território e desenvolvimento, a partir da exploração de algumas novas perspectivas e olhares sobre as práticas sócio-espaciais na cidade contemporânea, bem como de algumas também novas possibilidades de sua gestão competente. Se utilizará, prioritariamente, a Teoria Ator-Rede, por permitir um novo olhar – crítico e profundo – das relações sócio-espaciais, para embasar o argumento teórico que se pretende construir para o entendimento da proposta.

**Palavras-chave:** Redes sócio-técnicas. Território. Desenvolvimento. Gestão urbana.

### ABSTRACT

In this article, takes place, in a speculative way, a socio-technical approach to territory and development, from the exploitation of some new insights and perspectives on the socio-spatial practices in the contemporary city, and also some new possibilities for its management competent. It will be used primarily to Actor-Network Theory, by allowing a new look - critical and profound - the socio-spatial relations, to support the theoretical argument that is intended to build understanding of the proposal.

**Key-words:** Redes socio-technical. Territory. Development. Urban management.

### INTRODUÇÃO

Para uma abordagem pouco tradicional e com viés experimental como o que se busca neste artigo, se faz necessário antes de adentrar nas suas questões centrais, observar alguns aspectos de cenário, levantar algumas questões teóricas que darão base ao percurso e, por fim, elucidar algumas noções e conceitos essenciais para o entendimento do argumento principal: numa abordagem atual de território e desenvolvimento, para se pensar em gestão competente da cidade, entendendo por “gestão competente” aquela que é pensada para dar conta do bem-estar dos cidadãos e canaliza os seus recursos e esforços para a justiça e segurança social, dentro do conceito de “cidade voltada para as pessoas”, a observação da sua dimensão cibernética é condição *sine qua non*, visto que, no atual contexto, toda grande cidade é, quase sempre, uma cibercidade, ou seja, possui elementos cibernéticos que criam uma interface híbrida para as relações sócio-espaciais estabelecidas no seu âmbito e potencializam essas relações de modo



significativo, na medida que permitem interações permanentes, entre meio e agentes sócio-técnicos, concomitantemente, em tempo real e em diversas escalas geográficas, permitindo dinâmicas sócio-espaciais complexas e interconexões de redes altamente diversificadas, pouco mensuráveis por meios tradicionais e analógicos, uma vez que não envolvem apenas agentes humanos, mas com um alto nível de controle através da cibernética.

Para uma primeira aproximação com o tema buscar-se-á uma breve caracterização da Teoria Ator-Rede (LATOURET, 1987, 2005; LAW, 2006; SANTAELLA, 2010; LEMOS, 2013), escolhida para dar base ao percurso teórico do ensaio, por permitir uma abordagem sócio-técnica de rede – aqui pretendida – para um olhar vanguardista sobre território e desenvolvimento, práticas sócio-espaciais e gestão da cidade, em que se observe, conforme concluiu Law (2006), que a sociedade é materialmente heterogênea e que artefatos e arquiteturas devem ser levados tão a sério quanto as pessoas, pois se assim não se fizer nunca se terá a capacidade de resolução dos problemas sociais, pois é preciso entender os produtos das relações entre atores humanos e não humanos numa sociedade, como um efeito das interações estabelecidas entre eles e a instituição da ordem social proveniente desse efeito.

A opção pela Teoria Ator-Rede (TAR) para uma abordagem sobre território e desenvolvimento, portanto, se deu, por se tratar de uma teoria adaptativa que se ajusta a ambientes que possuem as características dos objetos de reflexão desse ensaio: grandes e constantes transformações históricas e que contemplam uma também grande flexibilidade conceitual nas suas abordagens. Apesar do entendimento de que o termo “ator” pode, em alguns contextos, ser interpretado de modo negativo e, inclusive, ser desqualificado por alguns autores, bem como que o termo “agente” pode ser entendido, por esses mesmos autores, como de maior abrangência e aceitação acadêmica, utilizar-se-á o termo “ator” sempre que necessário, superando o preciosismo acadêmico em torno dessa questão, para contextualizá-lo nas leituras da TAR sobre os objetos de reflexão, uma vez que nesse caso, em específico, o termo “ator” não se encontra no mérito das questões centrais discutidas e o seu uso não deve invalidar a essência do que aqui se propõe.

## **PERSPECTIVA SÓCIO-TÉCNICA DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO**

Quando se entende que as redes sociais são iminentemente redes sócio-técnicas, visto que não são formadas apenas por interconexões entre atores humanos, mas também por interconexões entre atores não humanos e das relações entre as interconexões humanas e não



humanas, bem como das relações diretas e indiretas entre atores humanos e não humanos, percebemos como é importante a observação da participação dos atores não humanos no processo social (sonogada nas análises tradicionais), uma vez que esses (os atores não humanos) transformam de modo flagrante a significação humana nesse contexto, mediando relações, lhe atribuindo *status*, determinando níveis de poder etc., sempre a partir de variáveis sócio-técnicas (e não apenas social), envolvendo relações compreendidas na “teia da vida” (CAPRA, 1997), fundamentalmente estabelecida em redes, redes essas que os autores que endossam a TAR entendem como redes sociais heterogêneas formadas por atores humanos (pessoas) e não humanos (artefatos).

Sobre isso, Lemos (2013, p. 53) observa que:

Rede, para a TAR, não é infraestrutura, mas o que é produzido na relação entre humanos e não humanos. Não estamos falando de redes de computadores, de redes sociais, de redes de esgoto... Rede é aqui um conceito dinâmico. Não é o que conecta, mas o que é gerado pelas associações. Não é algo pronto, por onde coisas passam, mas o que é produzido pela associação ou composição de atores humanos e não humanos.

A TAR fortalece a ideia de que atores humanos e não humanos estão constantemente ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais, bem como à ideia de que redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas, enfim por qualquer outro material. O argumento central é que o que compõe o social não é simplesmente o humano. O social é composto por todos esses materiais também (LAW, 2006). Vale acrescentar: também o espacial e o econômico não é determinado apenas pelo humano, mas pelo produto de redes heterogêneas, formadas por humanos e não humanos. A TAR, portanto, vai em direção diametralmente oposta à teoria weberiana de ação social, que Souza (2013) se filia e a radicaliza quando vai tratar das relações sócio-espaciais, uma vez que esses autores excluem de uma ação social todo e qualquer artefato, independente da importância da sua atuação para a ação social acontecer, entre atores humanos.

Aqui é imperativo observar que não está em discussão o que, quem e nem porque os atores não humanos foram inseridos no contexto sócio-espacial e/ou econômico, mas que, uma vez que esses materiais passam a compor o espaço, as redes sociais e o sistema econômico existentes, e já são entendidos como parte da construção do espaço simbólico ou concreto, do social e do econômico, eles já não podem mais ser omitidos de uma análise dessas ordens (sócio-econômica e sócio-espacial), pois são determinantes não só do seu estabelecimento propriamente dito, mas também pelas formas que são estabelecidas.



Se de um lado, Souza (2013) aposta num caminho diferente para entender as ações e interações sócio-espaciais no território, o mesmo autor entende conceitualmente território da forma que inicialmente se pretende utilizar nessa discussão: “como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). Já as relações de poder, se tratará como produto de todas as relações sociais estabelecidas em rede (FOUCAULT, 1995). Partindo dessa base conceitual sobre território e poder, já numa abordagem da TAR, um território também pode ser definido e delimitado pelas redes heterogêneas produzidas pelas relações sociais (que conseqüentemente são também relações de poder estabelecidas em rede) que envolvem atores humanos e não humanos. Essa perspectiva proporciona um rico e amplo espaço de discussão, ainda pouco explorado, para a questão conceitual sobre território, territorialização e territorialidade, na medida que insere nas análises possíveis sobre o tema, os artefatos e as arquiteturas, hoje tratados como mera “paisagem” ou mediação, sem o entendimento da sua importância e em alguns casos o seu protagonismo na ordem sócio-espacial e econômica e na construção da própria noção de sociedade.

É importante acrescentar que hoje muitas vezes os artefatos (quando digitais e dotados de inteligência artificial, por conta das suas possibilidades tecnológicas de contribuir com a organização e execução de tarefas pessoais e profissionais, intervindo de modo significativo no dia-a-dia das pessoas) possuem *status* de protagonista da rede sócio-técnica dos seus usuários, determinando muitas vezes as suas práticas sócio-espaciais e econômicas, pois a depender do que o dispositivo indique ou determine através dos seus aplicativos funcionais, as relações estabelecidas pelo usuário com outros atores humanos e não humanos podem ser completamente diferentes.

Aqui se faz necessário abrir-se um parêntese. Quando se fala em não humanos protagonizando relações sociais juntamente com humanos e de artefatos estabelecendo a conduta humana, pode surgir, e quase sempre surge, a noção marxiana de “fetichismo da mercadoria”. Contudo, o que está se tratando do ponto de vista da TAR em relação ao protagonismo de não humanos numa determinada rede sócio-técnica tem outro sentido completamente diferente, apesar do falso simbólico ser acionado com essa abordagem.

Para o velho Marx, o “fetichismo da mercadoria” consistia numa ilusão que se opunha à ideia de “valor de uso” e não se referia à utilidade do produto, mas a uma espécie de invenção, de fantasia ou uma aura de simbolismo que se atribui ao objeto, projetando nele um valor acima do que determinaria a sua utilidade. Quando aqui se afirma que na atualidade há atores não



humanos protagonizando redes sociais (sócio-técnicas) é exatamente por conta da sua utilidade, do que o artefato acrescenta de legítimo e concreto (seja do ponto de vista material ou imaterial) com o seu uso e como ele pode transformar de modo significativo para melhor a vida dos humanos que compõem a mesma rede sócio-técnica. Ou seja, trata-se de dar crédito ao seu “valor de uso”, que seria o oposto do “fetiche” em Marx.

Além disso, Latour (1987) relativiza de modo contundente a noção de fetiche, quando afirma que toda descoberta científica é também uma invenção e vice-versa; os fatos também podem ser criações fictícias e as ficções, por sua vez, podem se converterem ou serem inspiradas em fatos, uma vez que o simbolismo é constituinte da realidade, e o imaginário, muitas vezes fantasioso, pode ser uma variável precisa para se chegar ao factual.

Acrescenta-se à discussão, que os atores não humanos – em alguns casos –, na atualidade, são também parte do construto do sentimento de pertencimento às questões socioculturais do lugar, também atribuído aos territórios (territorialidade).

Do ponto de vista sócio-espacial, portanto, as relações entre os atores humanos e não humanos, aqui discutidas, estão submetidas a um ordenamento territorial que pode determiná-las. Perceba que Law (2006), ao observar que se tirarem dele os seus colegas, seus alunos, seu escritório, seus livros, sua mesa de trabalho e seu telefone, ele não seria um sociólogo que escreve artigos, ministra aulas e produz “conhecimento”, ele seria uma outra coisa. “E o mesmo é verdade para todos nós”, adverte. Nesse exemplo, os atores humanos e não humanos estão todos eles territorializados, pois fazem parte de uma construção sócio-política que os identificam como parte daquele território e proporciona ao ator humano a sensação de pertencimento ao seu território de referência. Observa-se também que se retirados da rede ou manipulados espacialmente, modificam todo o processo de interação entre os atores humanos, podendo inclusive inviabilizar as interações e elas não acontecerem.

Diante dessa constatação, verifica-se a importância de se identificar, caracterizar e analisar a participação dos atores não humanos no processo histórico-social para um estudo sobre território e desenvolvimento, bem como para se pensar estrategicamente as práticas sócio-espaciais e a gestão competente da cidade contemporânea, pois esses não só contribuem, mas são determinantes na definição dos relacionamentos entre os atores humanos nos espaços da cidade. Portanto, os atores não humanos também são parte não só do espaço físico da cidade (como já é notado nos estudos realizados nessa área até o momento) mas também do âmbito social, uma vez que sem a sua existência, assim como acontece com os atores humanos, que





atuam e vivem nos espaços da cidade, não só as relações sociais mas também toda a ordem social como é conhecida sequer existiriam.

Já o conceito de desenvolvimento, que nessa linha de argumentação teórica está intrinsecamente relacionado ao território e, por ter foco na cidade, em escala local com influência da escala regional, mas sempre sendo pensada de forma articulada com a escala nacional e até as escalas supranacional e global, independente das suas possibilidades de abordagens multifacetadas, está intimamente ligado aos recursos disponíveis no substrato material, ao acesso aos bens materiais escassos disputados simbolicamente e materialmente pelos habitantes da cidade. Ou seja, o desenvolvimento é um construto sócio-técnico elaborado pelo acesso humano às “coisas” aqui pensadas pela perspectiva de agentes com influência (atores atuantes) de uma rede sócio-técnica.

Nesse sentido, o desenvolvimento também pode ser caracterizado a partir de uma análise de redes heterogêneas, formadas por atores humanos e não humanos que atuam num determinado território, observando que os não humanos não só contribuem para o ordenamento do espaço e do social, como já visto, mas também da ordem econômica, e se esses materiais fossem suprimidos do mundo, assim como já se chamou atenção com relação a ordem social, a ordem econômica também desapareceria, uma vez que essa é caracterizada como um “efeito gerado por meios heterogêneos” e não só por determinação da ação humana.

Para demonstrar como a ordem social e econômica são efeitos de uma rede heterogênea, o sociólogo britânico Jonh Law (2006) dá o exemplo da moeda. Ele observa que numa economia baseada no dinheiro, a moeda válida serve como uma medida padrão de valor e mecanismo de intercâmbio, ou seja, ela se torna um agente de grande importância nas interações simbólicas estabelecidas na sociedade, determinando, inclusive, competências de poder dentro da estrutura socioeconômica vigente, o que mostra o quanto os atores não humanos são importantes de serem analisados no contexto atual, em que o capitalismo é hegemônico e estabelece as relações não só entre pessoas, mas também entre Estados e corporações de todo o mundo. A origem e quem são os responsáveis pela inserção desses agentes no contexto da sociedade não estão em discussão, mas sim o fato desses estarem presentes, dando formato às ordens social e econômica em todo o mundo.

Ora, se os atores não humanos são parte dos ordenamentos social e econômico, ou seja, são determinantes para se entender a lógica socioeconômica vigente, é do mesmo modo lógico que se possa estabelecer níveis de desenvolvimento de uma sociedade através de uma leitura



realizada pela análise de redes sócio-técnicas, bem como que se possa entender as relações políticas estabelecidas nos territórios, a partir dessas.

Uma análise do desenvolvimento por meio da perspectiva sócio-técnica da TAR, apesar de estar em foco inicialmente diferente, pode ser tão heterodoxa quanto as reflexões hirschmanianas sobre o tema, e, nesse sentido, se aproximar dessas em alguns aspectos.

Para essa aproximação, um bom exemplo a se utilizar é o da matéria assinada por Fernanda Alegretti, na revista *Veja*, de 29 de janeiro de 2014<sup>1</sup>, que traz uma leitura tradicional (ideológica e elitista) sobre o desenvolvimento das periferias brasileiras. Numa releitura crítica, a partir da TAR, pode se aproximar significativamente da visão de Hirschman. Tomar-se-á um trecho da matéria para se buscar essa aproximação. Num dado momento (pag. 66), comenta-se sobre os processos desequilibrados do desenvolvimento urbano no Brasil, chamando atenção para o fato de existirem nas periferias pessoas que ainda carregavam lata d'água na cabeça, mas já possuíam celulares com acesso a internet e outros recursos multimídia (smartphones).

Numa visão tradicional (o da matéria citada) alí não há desenvolvimento por conta do alto nível de desequilíbrio observado no contexto socioeconômico dessa sociedade. Contudo, na visão sócio-técnica da TAR, assim como na visão hirschmaniana, o desenvolvimento nesse caso é patente, visto a presença de um ator não humano, da importância do celular na rede dessas pessoas potencialmente garantir isso, uma vez que o mesmo representa um instrumento de empoderamento político-social e de inserção das pessoas menos favorecidas economicamente no contexto atual das discussões sobre a sua cidade, o seu estado, a sua nação e até sobre questões internacionais. Ou seja, é um ator não humano que geralmente possui protagonismo nas redes em que se encontra por atuar de modo muito presente e fazer a diferença positivamente na vida dos demais atores da rede. Só isso, sem mais nenhum outro elemento, já seria suficiente para se entender o avanço que pode representar um celular conectado nas mãos de um indivíduo empobrecido e antes excluído do sistema capitalista.

Para Hirschman (apud BIANCHI, 2007), não se conquista o desenvolvimento através do equilíbrio, como se pensa tradicionalmente, mas são as cadeias de desequilíbrios que impulsionam o desenvolvimento. De modo simplista: o desenvolvimento é proveniente dos processos complexos que envolvem tensões e tentativas permanentes de equilibrar os processos

<sup>1</sup> Matéria de capa da revista *Veja*, “Oi Brasil, estamos aqui!”, publicada em 29 de janeiro de 2014, assinada por Fernanda Allegretti, que faz uma crítica ideológica a respeito da emergência de uma classe média consumidora no Brasil, das classes C, D e E, sugerindo que esse segmento faria parte de um outro país, independente do Brasil das suas elites, em que a jornalista claramente se inclui.



desequilibrados. Hirschman utiliza o conceito de latitude (que envolve o entendimento de aspectos culturais, éticos e estéticos de cada sociedade, relativizando a noção de desenvolvimento padrão), observando a importância que tem o clamor popular que vem dos movimentos sociais, que ele vai chamar, na sua metodologia, de “voz”.

Isso posto, duas questões iniciais já podem ajudar nessa reflexão sobre a aproximação da abordagem sócio-técnica da TAR com as ideias hirschmanianas: (1) que dispositivo (ator não humano) é mais eficaz no contexto atual para dar “voz” aos movimentos sociais e, mais ainda, aos cidadãos comuns, sem representação político-social, nos dias atuais? (2) por que incomodou tanto a jornalista autora da matéria (um provável e eminente membro da classe média brasileira) um celular nas mãos de um morador empobrecido da periferia a ponto de dar tanto destaque a isso em seu discurso?

Provavelmente, a maioria absoluta das pessoas nos dias atuais daria a mesma resposta para a primeira pergunta: o celular conectado (ou smartphone). E para a segunda pergunta: porque ele empodera o morador empobrecido da periferia e pode contribuir para retirá-lo de um possível estado de alienação em que pode se encontrar, a partir do acesso à informação e da possibilidade de torná-lo ativo no processo de comunicação da sociedade em que está inserido. Do ponto de vista sócio-técnico, o celular conectado é um ator poderoso que vem protagonizando muitos momentos na sociedade atual, como no caso do movimento Zapatista<sup>2</sup>, nos anos 1990, e da Primavera Árabe<sup>3</sup>, em 2011.

Não bastasse isso, Hirschman (apud BIANCHI, 2007) defende que em sociedades com movimentos civilizatórios diferenciados, que possuem alto nível de desequilíbrio nos seus processos econômicos, os avanços podem acontecer através do que ele vai chamar de “ganhos incrementais”, ou seja, o desenvolvimento se encontra nos pequenos ganhos que são incorporados ao dia-a-dia das pessoas, que podem significar em médio e longo prazos um significativo avanço no processo de desenvolvimento dessa sociedade. Tornar o morador da periferia um potencial “consumidor de informação”, ao lhe permitir o acesso à internet, o

<sup>2</sup> O primeiro movimento que usou deliberadamente o celular e a internet como ferramentas de mobilização e articulação mundial foi o movimento Zapatista, no México. Os zapatistas, liderados pelo comandante Marcos, usaram o celular como o principal meio para articular e executar a sua mais importante ação de ocupação das cidades mexicanas contra o bloco econômico do NAFTA, liderado pelos EUA, em 1994. Essa ação de resistência à hegemonia capitalista lhe rendeu centenas de estudos, reflexões e teses em todo o mundo.

<sup>3</sup> Uma onda revolucionária de manifestações e protestos que se espalhou pelo mundo árabe no ano de 2011 que visava sobretudo a derrubada de ditadores que se perpetuavam no poder na região. O movimento tomou corpo e ganhou força internacional graças ao uso sistemático de ativistas que usavam seus celulares para registrar as manifestações e, sobretudo, a repressão agressiva dos governos ditatoriais a essas manifestações.



celular enquanto parte da sua rede sócio-técnica lhe transforma também num potencial prosumidor<sup>4</sup>, ou seja, lhe tira do *status* de mero “consumidor de informação” e lhe põe na condição potencial de “produtor de informação”, o que significa dizer que o seu usuário potencialmente passa a ter “voz”, o que por sua vez significa que pode haver ganho qualitativo na sua condição de cidadão que, portanto, pode lhe permitir “ganhos incrementais” significativos ou até mais do que isso.

Aqui cabe mais um pequeno parêntese: todos os atores (humanos e não humanos) pela perspectiva da TAR são pensados de modo articulado como atuantes da mesma rede e, por isso mesmo, não são distinguidos por serem humanos ou não humanos e sim por serem atuantes ou não na rede, por isso passam a ser chamados de actantes (atores atuantes). A noção de actante é inspirada na semiótica de Greimas e serviu para libertar o conceito de “ator” dos sentidos sociológico e antropológico vigentes, que restringiram o conceito de ator, independente do seu caráter atuante no processo de interação, a um agente humano.

É natural, numa primeira aproximação com a TAR, o estranhamento e o incomodo com a ideia de que “coisas” possam ser pensadas dentro da mesma rede que as pessoas e que os actantes humanos não sejam, em alguns casos, mais importantes que os actantes não humanos, visto que ao mundo ainda pesa o paradigma do humanismo ético e epistemológico<sup>5</sup>.

Entretanto, Law (2006) observa que dizer que não há diferença fundamental entre pessoas e objetos no momento de estudar uma rede é uma atitude analítica e não uma posição ética. Fazer isso não significa dizer que está se tratando pessoas como máquinas ou vice-versa, uma vez que não se está negando aos actantes humanos nenhum dos seus direitos, deveres e/ou responsabilidades que usualmente lhes são atribuídos e muito menos atribuindo às “coisas” o caráter humano. Mas apenas identificando-os dentro de um conceito de rede heterogênea (composta de actantes humanos e não humanos), caracterizando-os e lhes atribuindo níveis de importância do ponto de vista relacional, independentemente de ser um actante humano ou não humano, para tentar explicar como, nessa rede, está a construção do espacial, do econômico e

<sup>4</sup> Termo utilizado por Alvin Tofler, nos anos 80, para designar um novo tipo de consumidor da informação que seria formatado pela possibilidade da comunicação mediada por computador e que veio se materializar com a chegada da Web 2.0 e da possibilidade de conexão em banda larga que, por sua vez, permitiu níveis de interação entre pessoas em diferentes contiguidades espaciais como nunca vistos na história da humanidade.

<sup>5</sup> Não é a toa que se trata de uma teoria dos anos 1980 que passou décadas sendo preterida pelos cientistas sociais, pois foi acusada de se manter aquém das lutas de poder e desigualdades sociais. Só nos anos 2000, já sob a égide do advento das tecnologias digitais, que vieram para romper com muitos paradigmas vigentes e proporcionar visões mais livres e menos totalitárias, que a TAR foi retomada por importantes pesquisadores de todo o mundo. No Brasil, as obras mais significativas são de Lúcia Santaella e André Lemos.



do social, e, portanto, do território e do desenvolvimento sócio-espacial. Para um melhor entendimento do que a TAR propõe e na tentativa de eliminar qualquer equívoco sobre ela, é importante lançar mão de um exemplo emblemático fora da relação de território e desenvolvimento: num caso em que a vida de um actante humano é mantida artificialmente por equipamentos, certamente o papel dos actantes não humanos correspondentes aos equipamentos que o mantém vivo pode possuir um maior nível de importância naquele contexto que outros humanos que fazem parte das redes de relacionamentos desse actante humano, que está na posição de paciente mantido pelos equipamentos.

Nesse sentido, é correto afirmar que a atuação e o agenciamento de um actante não humano pode ter um maior nível de importância que de um actante humano dentro de uma determinada rede e num determinado contexto, sem, em nenhum momento, “coisificar” ou desmerecer o ser humano. Por outro lado, é importante advertir que a abordagem da TAR em nada tem a ver com as tão criticadas abordagens da Teoria da Administração Científica, que tem em Taylor o seu maior e mais emblemático representante, em que, via de regra, máquinas ganhavam atributos humanos, ao mesmo tempo que pessoas assumiam atributos de máquinas. Ao contrário disso, o argumento principal da TAR, está fincado, segundo Law (2006), na ideia de que pensar, agir, escrever, amar, ganhar dinheiro etc. são ações atribuídas exclusivamente aos seres humanos, mas que vão além dele, pois só são possíveis por conta de redes heterogêneas (formadas por actantes humanos e não humanos) que se formam para a execução dessas ações. Daí o termo ator-rede: um ator é também, e sempre, uma rede (LATOUR, 2005).

## **NOVAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

Em 2008, Carvalho cunhou pela primeira vez o termo ciberterritório, num artigo publicado nos anais do IV Seminário Internacional Território e Desenvolvimento Socioambiental<sup>6</sup>. Com o termo, trouxe um conceito que pode-se entender como um verdadeiro legado para os estudiosos contemporâneos do território, da territorialização e da territorialidade, visto que a partir da sua compreensão e da consciência da dimensão que o conceito acrescenta aos já consolidados conceitos de território, pode proporcionar uma visão muito mais rica e heterogênea das análises a serem realizadas nessa temática.

<sup>6</sup> Seminário promovido pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social em parceria com o Programa de Pós-graduação em Planejamento Ambiental, da Universidade Católica do Salvador.



Essa nova perspectiva de apropriação do território, a partir da dimensão cibernética desenvolvida por Carvalho (2008), também permite uma análise aprofundada e o consequente entendimento dos processos de desenvolvimento no âmbito da cidade, uma vez que através dela se percebe melhor a ação dos cidadãos comuns durante as suas vivências e práticas sócio-espaciais territorializadas, o que permite uma visão da dinâmica urbana e por consequência dos padrões de consumo e modo de vida das populações das cidades.

O que está em questão nessa nova abordagem de território é a possibilidade de apropriação autônoma do espaço pelo indivíduo, que pode elaborar um referencial espacial próprio/adverso ao contexto tradicional que está posto, estabelecendo bases para interações simbólicas e interpretações dos signos urbanos em uma lógica peculiar a esse novo contexto. Ou seja, o indivíduo pode interferir no espaço, ressignificando-o de modo personalizado, a partir da sua óptica individual, apropriando-se do espaço público para uso privado e vice-versa. Essa apropriação individual, entretanto, não significa a individualização ou privatização dos processos sócio-espaciais, mas da expressão individual no coletivo.

Por outro lado, a noção de territórios híbridos (SOUZA, 1995; VELTZ, 1996; HAESBAERT, 2002) que deve ter inspirado o conceito de ciberterritório, de Carvalho (2008), apesar de poder ser lida e interpretada de múltiplas formas, se delineia de modo mais expressivo num viés que vai do coletivo para o individual, diferente do conceito de ciberterritório que faz o caminho oposto para a sua concretização.

Contudo, a noção de territórios híbridos e o conceito de ciberterritório, são absolutamente encaixados e complementares, uma vez que as características da hibridez notadas por Souza (1995), Veltz (1996) e Haesbaert (2002), agregam ao território a fluidez e a imaterialidade, antes não percebida, e a dimensão cibernética trazida no conceito de ciberterritório incontestavelmente o materializa e o espacializa no híbrido, dando-lhe tangibilidade nos aspectos imateriais e espacialidade a virtualidade a ele agregada.

O fato é que tanto a noção de território híbrido (SOUZA, 1995; VELTZ, 1996; HAESBAERT, 2002) quanto o conceito de ciberterritório (CARVALHAL, 2008) trouxeram a possibilidade de verificação de outras vivências do espaço urbano, proporcionando significativas mudanças em relação ao olhar sobre o território, uma vez que agora, além do território e suas complexidades, enxerga-se também uma dimensão cibernética que traz muitos outros modos de exploração das relações sociais, políticas e culturais estabelecidas nesses territórios.





Ao olhar para a dimensão territorial cibernética de uma cidade nota-se que esta se articula e proporciona aos seus cidadãos, sobretudo aos usuários de dispositivos móveis digitais que circulam e estabelecem práticas sociais nos espaços da cidade, o acesso a uma série de serviços baseados nas tecnologias digitais que, muitas vezes, flexibilizam o uso dos espaços urbanos, proporcionando novas dinâmicas territoriais, através de algumas possibilidades, tais como (CHAMUSCA, 2011):

- a) Acesso nômade à *Internet* – tira o usuário de um espaço privado e o leva para a praça; tira o trabalhador do escritório e o leva para o *shopping*; tira o cidadão de casa e o leva para a rua, espaços de convivência coletiva e relações sociais amplas. O acesso nômade, portanto, aniquila o discurso de que as tecnologias digitais foram adotadas para tornar as relações sociais superficiais e efêmeras e dá vitalidade à cidade e ao cidadão;
- b) objetos que passam informações aos dispositivos – essa é a função pós-massiva das mídias locativas digitais. Com essa possibilidade, o lugar ganha força, pois a informação passa a ser locativa, pois partem dos lugares e dos objetos que estão nele contidos e não mais de um mundo virtual desterritorializado e desmaterializado, desvinculado do espaço físico;
- c) *tracking* dos actantes – o monitoramento completo do espaço físico e a moldagem da informação de acordo com a necessidade percebida dão possibilidades diferentes de apropriação do espaço pelos seus actantes;
- d) multirredes de compartilhamento – tornam possível se compartilhar músicas e vídeos, bem como outros tipos de arquivos, gratuitamente, no ônibus, na praça de alimentação do *shopping*, na escola ou faculdade. Essa possibilidade pode, por exemplo, conscientizar um cidadão, através de uma convocação para ações de mobilização política ou social.

Todas essas possibilidades levam a crer que o cidadão passou a ter mais autonomia para intervir no espaço público, reconfigurando-o e ressignificando-o de modo personalizado e a gestão urbana precisa se adaptar aos novos contextos, em que o cidadão é cada vez mais empoderado, inclusive com poder de mídia. Agora ele pode se comunicar enquanto está em movimento, não só do ponto de vista passivo do consumo da informação, mas também produzindo e distribuindo informação sobre e a partir dos espaços públicos e privados da cidade, o que torna a observação da dimensão cibernética da gestão urbana condição *sine qua non* para ser entendida como uma gestão competente.





## **A IMPRESCINDIBILIDADE DO USO DA CIBERNÉTICA PARA UMA GESTÃO URBANA COMPETENTE**

Antes de tudo, se faz imperativo definir o que aqui se entende por gestão urbana competente. Uma gestão competente da cidade, ou gestão urbana competente, nessa reflexão, é uma gestão que transforma a vida das pessoas, para melhor, através da ação da máquina pública, da oferta de serviços públicos de qualidade e da intervenção pública na regulação das relações sócio-espaciais ética e esteticamente aceitas e compartilhadas pela maioria dos habitantes da cidade. É, portanto, uma gestão voltada para o bem-estar dos cidadãos, independente da sua posição socioeconômica, étnica, religiosa ou profissional.

Aqui se chega num “lugar”, em que faz necessário a distinção entre o discurso fascista, que busca a homogeneização dos processos sociais a partir da legitimação do discurso dominante sobre o dominado e o discurso que se pretende construir para a noção de gestão urbana competente nesse momento: quem deve definir o que é melhor para elas são as próprias pessoas, os habitantes da cidade, que vivenciam, conhecem a sua cidade, e não os gestores públicos, na distância dos seus escritórios luxuosos e muitas vezes em contextos mundializados, fora da realidade ampla ou específica da cidade.

Isso posto, e já sem a preocupação de que se tenha visões distorcidas da proposta de gestão competente da cidade, a partir do acréscimo da dimensão cibernética à gestão tradicional, passa-se a observar que o movimento transformador encontrado no contexto tecnológico digital na atualidade desvela que, de fato, não há mais como se prescindir da atuação nessa dimensão cibernética para gerir a cidade de modo competente, para o bem-estar dos seus habitantes. Se antes as bases para o planejamento e o desenvolvimento urbanos excluía, na maioria das vezes, o olhar do cidadão comum, hoje, com a ampliação das possibilidades reais de intervenção, de registro das trajetórias deste cidadão comum no contexto e na dinâmica das cidades, mais cuidados e domínios de saberes específicos são exigidos para a consecução de ações mais efetivas, revelando a necessidade premente de se considerar tais expressões comuns como coadjuvantes do planejamento urbano.

Os gestores públicos, portanto, precisam ter em mente que graças ao advento das tecnologias digitais, e todos os desdobramentos tecnológicos que produzem fenômenos como os da presença, hibridação e mobilidade (CHAMUSCA; CARVALHAL, 2013), que influenciam significativamente na dinâmica urbana, os cidadãos comuns agora estão empoderados com poder de mídia e podem fornecer informações a um local específico,



delineando novas formas<sup>7</sup> e criando novas funções<sup>8</sup> para os diversos espaços da cidade, incluindo os equipamentos públicos nela existentes. Na prática, isso quer dizer que os gestores públicos precisam se dar conta de que os espaços públicos necessitam de adaptações às novas demandas sociais estabelecidas pela relação cidade-cidadão, que as tecnologias digitais têm potencializado. As transformações que vêm acontecendo, em grande medida, estão se dando através de um processo natural de adaptação não-planejada e não-ordenada da apropriação pelos cidadãos dos espaços públicos para o uso dessas tecnologias (CHAMUSCA, 2011).

Sobre isso, Lemos (2007, p. 123) observa que:

O desafio é criar maneiras efetivas de comunicação e de reapropriação do espaço físico, reaquecer o espaço público, favorecer a apropriação social das novas tecnologias de comunicação e informação e fortalecer a democracia contemporânea.

Percebendo essa tendência, observada por Lemos (2007), e se apropriando desse conhecimento, os gestores das cidades contemporâneas têm a possibilidade de promover o desenvolvimento socioeconômico, planejando a partir da tendência do uso dessas tecnologias nos espaços públicos e privados da cidade. Essas tecnologias têm sido recorrentemente escolhidas pela indústria da comunicação e da informação, como os principais dispositivos de convergência das mídias contemporâneas, bem como utilizadas com grandes méritos para soluções urbanas voltadas para questões de alta relevância e impacto social como: na segurança, controle e vigilância; no transporte; na saúde; na educação, dentre tantas outras áreas em que a dimensão cibernética é avantajada.

Desse modo, aposta-se cada vez mais em formatos de gestão pública mais sensíveis ao conjunto de demandas e circunstâncias estabelecidas pela nova relação cidade-cidadãos, pois quanto mais consciente da necessidade de se atuar nessa dimensão da gestão (cibernética), em tese, ela será mais eficaz, uma vez que promoveria possibilidades efetivas de respostas coletivas, convergentes e em sintonia com a expectativa da maioria dos habitantes, através de um processo de reavaliação contínua dos modelos operacionais de ação, alargando

<sup>7</sup> Para Santos (1982), *forma* está relacionada com o que é visível de uma edificação ou de um equipamento público qualquer que componha o conjunto de uma cidade. Por exemplo: uma igreja católica tem uma forma específica que permite identificá-la como igreja, apenas olhando-a. Muito dificilmente alguém confundirá uma igreja com uma casa, por exemplo. Essa identificação, segundo Santos, é possibilitada pela sua *forma*.

<sup>8</sup> Nenhuma edificação ou equipamento público existe por acaso. Eles possuem uma missão, uma razão de ser naquele espaço que os abriga, tendo, portanto, um papel a ser desempenhado. Esse papel é o que Santos (1982) chama de *função*.



consequentemente a visão sobre o campo de práticas sócio-espaciais emergentes ou derivadas de tal configuração.

A gestão pública, portanto, diante de tal constatação, pode estabelecer formalmente um ambiente propício para que a população informalmente se permita participar da construção do seu espaço de convivência social, por meio da expressão proporcionada pelas tecnologias digitais de função pós-massiva. Isso porque, segundo Lemos (2007, p. 125), estas tecnologias “insistem em processos de conversação, de interações, de comunicação...”, mas também permitem e potencializam novas formas de controle e vigilância na intersecção dos espaços territoriais híbridos dos ciberterritórios. Essas características, de certa forma, podem garantir a atuação de uma gestão competente na sua função reguladora, sem necessariamente coibir a dimensão democrática potencializada pelas tecnologias digitais no processo de desenvolvimento das cidades contemporâneas (CHAMUSCA, 2011).

Se, por um lado, o cidadão possui tanto a possibilidade de escrita, quanto a de releitura do espaço urbano, como forma de apropriação e ressignificação das cidades, através de funções infocomunicacionais diversas, como realidade aumentada móvel, *tracing/mapping*, *geotags* e anotações urbanas, por outro, também podem ter fins institucionais, comerciais ou mesmo de regulação por parte do Estado, uma vez que podem ser “utilizadas para agregar conteúdo digital a uma localidade, servindo para funções de monitoramento, vigilância, mapeamento, geoprocessamento (GIS), localização...” (LEMOS, 2007, p. 2).

A cidade, portanto, não pode deixar de ser administrada e pensada cada vez mais estrategicamente pelo poder público, se não pelas potencialidades que a dimensão cibernética trazem para os seus gestores, pelo “empoderamento” que proporciona aos cidadãos comuns que, por sua vez, estão cada vez mais envolvidos pela cultura da participação, da colaboração e do compartilhamento público de informações relevantes.

## **AS DIMENSÕES DA GESTÃO CIBERNÉTICA COMPETENTE DA CIDADE**

Para a potencialização e melhor aproveitamento da ambiência tecnológica atual, a gestão urbana competente, ao explorar a sua dimensão cibernética, pode fazê-lo:

- a) a partir da dimensão reativa – aproveitando-se da cultura da participação, colaboração e co-criação hoje incentivada pela ambiência das mídias sociais digitais e que se desdobra no comportamento das pessoas em todos os ambientes de convivência social, para instituir canais oficiais que permitam as pessoas se expressarem e dizerem o que pensam da sua



cidade, do seu bairro, da sua rua, com possibilidades de atuação em todos os níveis, indo desde reclamações e sugestões mais simples até propostas mais elaboradas que possuam estruturação para se tornar Lei ou regulamentação para a cidade;

- b) a partir da dimensão pró-ativa – hoje, ao atuar no espaço da cidade nas suas redes sócio-técnicas, com outros actantes humanos e não humanos, o cidadão deixa rastros digitais espacializados, que podem ser recuperados por sistemas informáticos e utilizados para uma gestão competente da cidade.

Na primeira dimensão, a reativa, para uma gestão competente pode-se trabalhar no sentido de dar voz ao cidadão, e mais do que isso, de ouvi-lo efetivamente, instituindo canais oficiais de participação nas ambiências híbridas, permitindo que as pessoas possam contribuir ativamente para a gestão pública de modo simples, postando uma foto tirada do seu celular, gravando uma mensagem sobre algo que viu de negativo/positivo na cidade, marcando (virtualmente) um lugar e deixando suas impressões sobre ele, etc.

Um excelente exemplo que caracteriza de forma emblemática essa dimensão é o da cidade de Curitiba, Paraná, na Região Sul do Brasil, que aproveitando a popularidade dos aplicativos instalados em celulares e da disponibilidade que as pessoas têm demonstrado de utilizá-los para dar sugestões e/ou reclamar de problemas enfrentados nas suas cidades, em busca de soluções para melhorar o seu dia-a-dia, a Prefeitura de Curitiba instituiu em maio de 2014 uma parceria com uma rede social, que possui um aplicativo para celulares, que tem como principal função captar sugestões e reclamações dos cidadãos sobre a sua cidade, bem como propostas de intervenções práticas ou legais para o seu município.

A iniciativa da parceria da prefeitura curitibana com a rede social em questão, permite à população enviar diretamente para a prefeitura fiscalizações e propostas de soluções para a cidade, através do aplicativo, sobre iluminação pública, saneamento básico, calçadas, entre outros. O aplicativo conta com um sistema de geolocalização e a informação chega em tempo real para a equipe de mídias sociais da prefeitura, que pode deliberar de modo muito mais rápido sobre as demandas dos cidadãos.

Esse projeto, que nessa proposta teórica pode-se enquadrar na dimensão reativa de gestão cibernética da cidade, está se espalhando pelo país e já é possível ser verificada em várias cidades do mundo. Se trata de um modo simples e muito econômico de se obter informações qualificadas sobre a cidade. Chama-se atenção que a qualificação aqui não se traduz na opinião de um especialista em urbanização ou em arquitetura da cidade, mas por



quem vive a cidade, que se importa com ela e nela constrói a sua experiência de vida: o cidadão. Trata-se de valorizar o conhecimento do senso comum, que é construído de modo empírico, se desenvolve através de gerações e costuma ser determinante na cultura e na forma de ver o mundo de uma comunidade, portanto, naquilo que é entendido para aquelas pessoas como importantes, que vão impactar na sua noção de mudança para melhor. Acrescentar essa dimensão cibertética na gestão da cidade, do ponto de vista reativo, significa fazer a “gestão de baixo para cima”, ouvindo a população, escutando as suas petições, e reagindo às suas demandas. A dimensão cibernética, entretanto, permite ir mais longe e radicalizar o conceito de “gestão de baixo para cima”, buscando escutar o que as pessoas falam sobre a cidade, os seus desejos e os seus olhares sobre os espaços em que atuam socialmente, independente delas usarem um canal oficial para realizarem as suas reclamações ou fazerem suas petições, ou ainda direcionarem as suas opiniões para a gestão pública da cidade. Ao atuar na urbe, nas suas redes sócio-técnicas, as pessoas deixam rastros que podem ser recuperados por sistemas informáticos e utilizados para uma gestão urbana competente, visto que ao buscar sistematizar as informações dos rastros digitais deixados pelos cidadãos na sua vivência pela cidade, está se buscando automaticamente ouvir a mais pura expressão das pessoas que utilizam o espaço da cidade no seu dia-a-dia, o que significa dizer que se buscará gerir a cidade a partir da percepção dos cidadãos e não a partir de ideias muitas vezes descontextualizadas de consultores externos, que não a conhece verdadeiramente.

Sobre isso, Bruno (2011) observa um importante aspecto da recuperação dos rastros digitais para uma gestão urbana competente, quando chama atenção de que os esses rastros permitem acesso à informações antes muito difíceis de serem acessadas, pois se tratam de produtos de relações infocomunicacionais, estabelecidas em redes sócio-técnicas, na relação Ator-Rede, que geram conteúdos significativos pelo fato de se darem em ambientes com alto nível de espontaneidade dos seus actantes.

O conhecimento que vem dos rastros pode proporcionar uma profunda reinvenção política da cidade, na medida em que ao coletar sentimentos e expressões de uma parte significativa dos agentes com influência no território, em tempo real, e de modo absolutamente eficaz, pode-se formar um banco de dados que represente um legado de inteligência coletiva, jamais imaginado anteriormente na história da humanidade, para a gestão urbana. Nesse sentido, vale observar que os inumeráveis “mapas” que podem ser gerados através dos dados advindos desses rastros digitais podem determinar padrões de comportamentos da sociedade,



bem como possibilitar uma leitura muito rica das dinâmicas territoriais estabelecidas no âmbito das cidades. Se a partir da dimensão reativa, a gestão urbana pode integrar as pessoas em torno de uma forma de governança democrática, a dimensão pró-ativa, sem dúvida, pode significar um enorme diferencial para a gestão, pela capacidade que possui de construir inteligência coletiva, de modo descentralizado e voltado para a formação de uma cidade mais democrática, justa e agradável para os seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, Fernanda. Oi Brasil, estamos aqui! In: Revista Veja, 29 de janeiro de 2014.
- BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. In: Economia e Sociedade. V. 16. n. 2. Campinas, ago, 2007.
- BRUNO, Fernanda. Palestra: O social não existe de muitas maneiras; o social está por fazer. In: V Simpósio Nacional ABCiber. Florianópolis, novembro de 2011.
- CAPRA, F. A Teia da Vida. Ed. Cultrix: São Paulo, 1996.
- CARVALHAL, Márcia. A territorialidade e a dimensão participativa na ciberdemocracia: o caso do Fórum Social Mundial. Salvador: Edições VNI/UCSAL, 2011.
- CARVALHAL, Márcia. Perspectivas Contemporâneas de Território, Espaço E Democracia. In: V Seminário Nacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Anais. Ucsal, Salvador, Ago, 2008.
- CHAMUSCA, Marcello. Os processos infocomunicacionais e as dinâmicas territoriais e sociais na cidade contemporânea. Salvador/BA: Edições VNI/UCSAL, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- HOLLAND, J.H. Hidden Order: How Adaptation Builds Complexity. Reading, MA: Addison-Wesley, 1995.
- LATOUR, Bruno. Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network Theory. Oxford: University Press, NY, 2005.
- LATOUR, Bruno. Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1987.
- LAW, John. Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade. Tradução de Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.
- LEMOS, A. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. *Galaxia (Online)*. São Paulo, n. 25, p.



52-65, jun. 2013.

LEMOS, André. Mídias locativas e territórios informacionais. In SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila (edit.). *Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir*. São Paulo: EDUC, 2007. p.48-71.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. Redes Sociais Digitais: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoire: l'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.





## UM EMBAIXADOR BOTOCUDO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

SILVA, Ana Paula da.  
 Doutoranda do PPGMS-UNIRIO  
*anap\_almex@yahoo.com.br*

FREIRE, J. R. B.  
 Professor do PPGMS-UNIRIO  
*bessa\_18@hotmail.com*

260

### Resumo

Na tentativa de garantir seus direitos, indígenas brasileiros utilizaram estratégias distintas como o envio de cartas, representações, abaixo assinados dirigidos aos reis de Portugal, a governadores-gerais, a vice-reis, ao imperador e até mesmo ao presidente da República. Na documentação relativa à Província do Rio de Janeiro existem, ainda, relatos de chefes indígenas que foram à Corte – em Portugal ou na cidade do Rio – reivindicar suas terras usurpadas e invadidas, denunciar violências e abusos sofridos. No contexto de suas interações com o mundo não indígena, colonial ou pós-colonial, os índios instrumentaram-se com os recursos que possuíam para reivindicar seus direitos. O objetivo deste artigo é discutir alguns processos de agenciamentos políticos indígenas, no Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX.

### Abstract

Trying to ensure their rights, Brazilian Indians used different strategies such as sending letters, presentations, petitions directed to the Portuguese kings, Governor-Generals, viceroys, the emperor and even to the president. In the documentation related to Rio de Janeiro's province, there are also Indian chiefs reports who have gone to court, in Portugal or in Rio de Janeiro, in order to claim their taken and invaded lands and denounce suffered violence and abuse. In the context of their interactions with the non-Indian world, colonial or post-colonial, the Indians prepared themselves with the resources they had for claiming their rights. The aim of this article is to discuss some intermediation and political Indian processes in Rio de Janeiro, during the first half of the 19th century.

*Xe ybypóra nde remimbói amo secóu, apyába carayba atoaçaba toroicó<sup>1</sup>.*  
 (Itapucu, In: D'Abbeville, 1614)

### Introdução

Essa frase faz parte *harangue*<sup>2</sup> de Itapucu proferido no Louvre durante a visita dos embaixadores Tupi à Corte francesa, em 1613. Escolhidos por

<sup>1</sup> A frase foi restaurada com a ajuda da linguista Ruth Monserrat.

<sup>2</sup> Harangue é um tipo de discurso solene, proferido nas assembleias ou diante de uma personagem importante (Daher, 2004).



Principais/Morubixabas (chefes indígenas) da Ilha do Maranhão, os antigo Tupi<sup>3</sup> Caripira, Guaraju, Itapucu, Japuai, Manẽ e Patua foram à França com o missionário Claude d'Abbeville para, entre outros objetivos, homenagear e oferecer seus serviços ao “cristianíssimo rei francês”, além de solicitar a proteção do monarca aos súditos da nova França Equinocial<sup>4</sup>, como registrou D'Abbeville em sua *História da missão dos padres capuchinhos na Atual Ilha de São Luís e terras circunvizinhas*, editada em 1614.

O discurso solene de Itapucu é um raro exemplo, até hoje conhecido, do registro feito por lideranças indígenas em língua nativa, tupinambá, do século XVII. De forma simples e direta, Itapucu agradece ao rei francês o envio de padres e valentes homens para ajudá-los com os homens maus – que tanto poderia ser outros grupos indígenas inimigos quanto os portugueses. No final, o chefe indígena pede ao rei o envio de mais padres “para conhecer as boas palavras de Tupã” e valentes “para ajudá-los com os homens maus”. Se o rei francês enviasse *paí* (padres) e *kyrymbába* (valentes), os indígenas, aliados no Maranhão, seriam servos e compadres dos Caraíbas (franceses).

Registros de oralidade indígena em crônicas dos séculos XVI e XVII foram analisados por Aurore Monod-Becquelin, no artigo “*La Parole et la tradition orale amérindiennes dans les récits des choniqueurs aux XVI e et XVII e siècles*” de 1984. Através da análise de estilos e transcrições de cronistas que estiveram na América do Sul e do Norte, a autora analisa a atitude dos franceses acerca do registro da “parole et la tradition orale amérindiennes”. A partir de seus estudos, podemos identificar, a exemplo do discurso de Itapucu, vozes indígenas (filtradas, traduzidas) nos discursos recolhidos por cronistas, registrados a partir das seguintes formas:

<sup>3</sup> A questão dos etnônimos é bastante complexa e conforme Viveiros de Castro (1993: 32), é “fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius* ameríndio”, bem como da “natureza relativa e relacional das categorias étnicas, políticas e sociais indígenas”. O historiador John Monteiro (2007: 58) diz que a projeção de unidade sobre povos foi um aspecto fundamental na formação de alianças e na determinação das políticas coloniais, servindo não apenas “como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias geralmente enfeixadas num dos polos do inadequado binômio acomodação/resistência”.

Baseando-se na documentação histórica, Carlos Fausto (2000) chama a atenção para o fato dos grupos Tupi da costa brasileira, nos séculos XVI e XVII, constituírem macroblocos populacionais e jamais um bloco homogêneo. Para Renato Sztutman (2012: 146), o etnônimo Tupinambá – recorrente na documentação histórica dos séculos XVI e XVII –, nesse sentido, é vago ou problemático uma vez que está relacionado à multiplicidade de Tupis ocupantes da costa, além dos aliados dos franceses. Por isso, empregamos aqui o termo antigos Tupi, em detrimento ao etnônimo Tupinambá, pertencentes à família linguística Tupi-guarani.

<sup>4</sup> Como ficou conhecida a última tentativa de estabelecimento de uma colônia francesa no Brasil, mais especificamente no Maranhão, região Norte.



a) O primeiro caso são os relatos registrados em língua fonte (indígena), seguidos ou não de tradução na língua do cronista;

b) O segundo é o registro do discurso em estilo indireto e traduzido, onde os enunciados são explicitamente ouvidos da boca indígena, recolhidos no local e registrados pelo cronista. Neste caso, houve, portanto, um contato real entre indígenas e europeus.

c) O terceiro caso tem o idioma europeu como língua fonte. Alguns termos da língua indígena não têm tradução correspondente na língua estrangeira, mas outros sim.

Monod-Becquelin assinala ainda aquelas informações sobre as circunstâncias de narração, conversas ou caracteres performáticos bastante acentuados na tradição oral ameríndia. Essa comunicação é mais simbólica e essencialmente não verbal, sendo pouco registrada na documentação em questão.

O estudo das memórias e identidades indígenas – tendo como base a análise de seus discursos – no contexto colonial pode ser esclarecedor para se pensar o processo contínuo de inovação cultural, pois é reconhecido o caráter construído das formações e das identidades, bem como o dinamismo das culturas e tradições indígenas. O caso dos embaixadores indígenas na França, sobretudo Itapucu, é bastante elucidativo não apenas para refletir sobre, por um lado, o que Guilermo Wilde (2013) chamou de “circulação atlântica de indígenas” e sua forte participação na produção de redes globais de conhecimento e poder – aspectos ainda pouco evidenciados pela historiografia brasileira –, e por outro, nas estratégias distintas, criadas por indígenas em contextos de interação cultural e política, no período colonial e pós-colonial, especialmente o papel de mediadores e articuladores de algumas lideranças, que a exemplo dos embaixadores indígenas foram buscar uma resposta oficial para os seus problemas, seja na própria colônia ou no além-mar (Europa). Neste sentido, Itapucu foi um precursor. Por isso, é com ele que abrimos este texto, cujo objetivo é dar conta da existência desses mediadores em outra Corte, mais próxima, na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Esse período é particularmente enriquecedor para a nossa análise por tratar-se de um tempo de grandes transformações sociais, políticas, culturais, que mudaram a história e a geografia do Brasil, em especial a fluminense. No foco dessas transformações está a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.



Entre os mecanismos utilizados pelos indígenas para denunciar abusos e violências, reivindicar direitos, sobretudo no que tange aos seus territórios invadidos, arrendados, usurpados por colonos, sesmeiros, fazendeiros – estão: a sua memória, a apropriação da tecnologia da escrita e da retórica dos não indígenas. De acordo com Mattos (2011: 161), os atores indígenas, conhecedores dos processos locais, se instrumentalizaram com os recursos que possuíam – a memória, no caso mencionado pela autora – deixando o possível lugar de vítimas e assim buscaram uma resposta oficial para os seus problemas nas capitais das Províncias, inclusive na Corte. Encontramos nos arquivos do Rio de Janeiro documentos que dão conta desse movimento.

Algumas questões devem ser postas aqui: Quem são essas lideranças indígenas que vieram à cidade do Rio no século XIX? Como e por que razões vinham à Corte? Quais as expectativas que tinham em ver suas reivindicações atendidas? É possível refletir sobre o cotidiano desses chefes na cidade? O que disseram? Quais foram os desdobramentos de suas reivindicações? Esses são questionamentos que devemos examinar, nas páginas seguintes, enfatizando a paisagem política do período. O objetivo desse artigo, portanto, é refletir sobre o deslocamento de lideranças de suas aldeias ao centro de poder político do país na primeira metade do século XIX para reivindicar seus direitos. A ênfase será dada à análise da atuação de lideranças indígenas como mediadores e articuladores políticos, a partir de relações diplomáticas entre estes e agentes governamentais. Assim, propomos analisar, neste trabalho, o protagonismo e a criatividade indígenas na dinâmica de conflitos e interesses que marcaram o final do período colonial e o início do Brasil Império. A análise abará as informações contidas nos Relatórios dos Presidentes da Província, Relatórios Ministeriais do Império e periódicos de época.

### **Indígenas e suas estratégias políticas**

No século XIX e até no século XX, no Brasil, na tentativa de garantir seus direitos, indígenas de diferentes filiações linguísticas, utilizaram estratégias distintas, como por exemplo, o envio de cartas, requerimentos, representações e abaixo assinados dirigidos aos reis de Portugal, a governadores-gerais, a vice-reis, ao imperador e até



mesmo ao presidente da República. Na documentação relativa à Província do Rio, encontramos, ainda, informações sobre chefes indígenas que foram à Corte – em Portugal ou na cidade do Rio – reivindicar suas terras usurpadas e invadidas, denunciar violências e abusos sofridos, além de estabelecer alianças. É possível recuperar suas palavras, registradas na documentação histórica, recolhidas e transcritas por funcionários do Império e, em certos casos, pela via escrita através de textos redigidos de próprio punho. Essa documentação, no entanto, é de difícil localização nos arquivos.

Nos relatórios do Ministério do Império, por exemplo, encontramos informações sobre a vinda à cidade do Rio de Janeiro de alguns chefes, como Guido Pokrane, liderança dos chamados Botocudos, e o cacique Antonio Prudente da Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. Ambos estiveram em momentos distintos no Rio de Janeiro e conversaram com Dom Pedro II em audiências reais. Diante da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de viajar para a sede do império, os indígenas utilizaram a tecnologia da escrita como estratégia política para dialogar com os agentes do governo. Deste modo, enviaram distintos documentos: requerimentos, representações, cartas, ofícios, entre outros, cobrando providências, buscando uma resposta oficial para a solução de problemas e conflitos.

Foi o que fizeram os chamados Coroados do aldeamento de Nossa Senhora da Glória em Valença, no Rio de Janeiro. Eles enviaram um requerimento, provavelmente datado de 1816, pedindo especialmente a concessão de uma “porção de terreno para o seu estabelecimento”, esbulhado pela criação de uma sesmaria em suas antigas terras (Souza e Silva: 1854). Atendidos em suas reivindicações, porém não livres das ações violentas de sesmeiros e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Glória, esses indígenas enviariam outros dois requerimentos, provável datação de 1817, denunciando violências e perseguições sofridas.

Segundo Carneiro da Cunha (1992: 141-142), apesar da primazia e inalienabilidade do direito dos índios sobre as terras em que viviam – reconhecidos nas duas previsões 8/7/1819 e na própria Lei de Terras de 1850, por exemplo – foram apregoados, no século XIX, diferentes subterfúgios contra esse princípio, favorecendo assim a concessão de sesmarias em terras indígenas, podendo ser arrendadas e aforadas. Os índios eram chamados de errantes, acusados de não terem apego ao território. Eles,



no entanto, contrários ao que se propagava na época, “conservavam a memória e o apego a seus territórios tradicionais”, conforme salienta Carneiro da Cunha.

Um exemplo disso foi processo de medição e demarcação das terras da aldeia de São Lourenço em Niterói, em 1820. Os índios, na figura de seu capitão-mor (José Cardoso de Souza) e do solicitador dos mesmos (Manoel Felix Pereira), protestaram contra o auto de medição. Para isso, o mencionado capitão-mor tinha em mãos uma cópia da certidão de medição da sesmaria do século XVI, escritura por assim dizer, quando as terras foram doadas a Araribóia. Os indígenas sabiam que os limites fronteiriços do auto não correspondiam aos outrora doados ao chefe Temiminó, pois haviam solicitado, em 1802, um comprovante de confirmação da carta de sesmaria dada aos Temiminó da aldeia de São Lourenço. Este fato nos permite supor que os índios de São Lourenço sabiam e se organizaram com os instrumentos – uso de testemunhos orais de pessoas antigas – que possuíam para garantir seus direitos, inclusive através de um pedaço de papel que incorpora o registro legal da posse de terras (Relatório sobre medição de terras na aldeia de São Lourenço – Niterói. APERJ, Fundo: PP, Caixa 117, Maço 5)<sup>6</sup>.

Durante o século XIX, no Rio de Janeiro, observamos que embora os indígenas tivessem fundamentos na legislação para garantir seus direitos territoriais, percebe-se, por um lado, o contínuo avanço de colonos, foreiros, sesmeiros sob os seus territórios – tanto em aldeamentos quanto em territórios habitados pelos chamados Puri, Coroado e Coropó, grupos de pouco contato até o início do Oitocentos – e a consequente expulsão dos indígenas de suas terras. Não são raros anúncios em jornais de época informando venda de terrenos e chácaras em terras indígenas. Em meio à comercialização de escravos, no dia 24 de maio de 1820, o jornal *gazeta do Rio de Janeiro*, anunciava a venda de uma chácara “em S. Lourenço, pegado à Igreja, em terras da Aldeia, com grande extensão de terreno”.

Por outro lado, o espólio dos patrimônios indígenas, sobretudo seus territórios, se deu ainda a partir da incorporação dos mesmos ao patrimônio de vilas recém-criadas. O território indígena do aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguahy (RJ), apenas

<sup>6</sup> Alguns manuscritos – incluindo requerimentos enviados por indígenas – sobre os aldeamentos do Rio de Janeiro foram organizados e publicados por Joaquim Norberto de Souza e Silva, no livro *Memórias históricas e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*, editado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RIHGB, em 1854.





para exemplificarmos, foi incorporado ao patrimônio da vila, homônima, após a criação da mesma, como mostra o ofício de 14 de dezembro de 1872, da Câmara Municipal da Villa de Itaguahy “(as terras indígenas) são de propriedade da Câmara e fazem parte de seu patrimônio, por força do Alvará de 5 de julho de 1818 que criou a Villa” (APERJ, Fundo: PP, Coleção 27, Pasta 1, Maço 1, 1864-1888).

Diante do crescente processo de invasão e usurpação de seus territórios e frente às disputas territoriais daí decorrentes, acelerados no século XIX, os indígenas criaram distintas estratégias de permanências, resistências e adaptação inscritas nas “*dinámicas socioculturales que se pusieron en marcha desde el encuentro, así como de los procesos históricos que desembocaron en la formación de mundos nuevos en el Nuevo Mundo*”, como destacou Guillaume Boccara (2002). A partir da documentação, podemos observar mais de perto os mecanismos de recusa, de alianças, criados por atores indígenas na busca por respostas de seus governantes aos problemas vivenciados em seus territórios. Vamos centrar nossa análise no estudo de caso do índio Pokrane, que nos parece bastante ilustrativo.

### **Pokrane: um chefe indígena na Corte**

“*Tendo chegado a esta Côrte o Chefe de huma das tribus de Indigenas da Provincia do Espirito Santo, Guido Pocrane...*”. Foi assim que o Ministro do Império registrou, no ano de 1840, a vinda de uma das lideranças dos chamados Botocudos à sede do Império. A pequena notícia chamou a nossa atenção para o fluxo de lideranças indígenas na sede governamental e suas relações diplomáticas, no caso de Guido Pokrane, estabelecidas com agentes estatais. Mas, quem fora Pokrane e o que fazia na cidade do Rio de Janeiro?

Guido Pokrane, ou Pokrane como ficou mais conhecido, foi um importante e famoso chefe dos Naknenuk<sup>7</sup>, fundamental na política de pacificação dos Botocudos

<sup>7</sup> Um dos subgrupos dos chamados Botocudos. O etnônimo Botocudo engloba diferentes grupos indígenas, falantes de uma mesma língua, chamados pelos linguistas, contemporaneamente, *Borum* ou *Krenak*. Trata-se de um termo português pejorativo, referente ao uso do adereço labial (botoque) que no século XIX “sacramentava a demonização de sua figura no imaginário nacional”, como explicou Izabel Missagia de Mattos (2004: 30). Para Charlotte Emmerich e Ruth Monserrat (1975) “Aymorés, *Kréns* (também *Guerens*, ou *Grens*) e *Botocudos*” são três designações adotadas em períodos históricos diferentes para grupos indígenas falantes de uma mesma língua, pertencente ao tronco linguístico Macro-





nos sertões do Rio Doce, imposta por Guido Thomaz Marlière, tenente coronel francês, então diretor dos índios em Minas Gerais. O encontro dos dois e a posterior amizade teve início quando Marlière foi para o vale do Rio Doce, após ser nomeado inspetor de todos os postos das Divisões Militares do Rio Doce, em 1821 (Aguiar, 2012: 279). Pokrane tinha entre 24 e 25 anos quando conheceu Marlière e por este foi apadrinhado (FERRAZ, 1855).

Ao lado do tenente coronel francês, Pokrane<sup>8</sup> batizou-se, foi feito chefe de seu grupo e soldado da 4ª Divisão Militar do rio Doce, período em que organizou uma aldeia no rio Manhuaçu – tributário do rio Doce pela margem sul. Na documentação de época, Pokrane é descrito como um homem alto, ‘bem figurado’, cabelos negros, de andar rápido, fiel à sua palavra e leal em seus contratos (Ferraz, 1855: 430). Poderoso feiticeiro, renomado xamã, diríamos em uma linguagem mais atual, Pokrane é mencionado por autoridades militares como exemplo disciplinar a ser seguido (Mattos, 2004: 145). O próprio chefe indígena castigava militarmente os Botocudos, nos ‘trancos de campanha’, que não quisessem trabalhar.

Como mediador cultural e articulador indígena, Pokrane conseguiu sufocar rivalidades existentes entre os seus e diferentes grupos indígenas, reunindo um número considerável de pessoas sob seu comando. Intérprete de Marlière, conforme destacou Ferraz (1855: 428) “foi Pokrane o seu braço direito na gerencia de tudo quanto respeitava à alliciação dos indígenas”. O chefe indígena também foi responsável pela ‘trégua’ nos conflitos entre os chamados Botocudos do rio Doce do sul (em Minas Gerais) e os não indígenas na região.

Movia guerra aos Puri da porção meridional da bacia do rio Doce, fato que desagradava profundamente Marlière, como mostra um ofício do tenente coronel, datado de 1825.

O capitão Guido Pokrane, sahio de Cuyaté com os outros Indios do Sul alli rezidentes a atacarem os Puriz, apesar de quantas

---

Jê. Eles habitavam uma região conhecida, nos Oitocentos, como Sertões do Leste, uma extensa faixa territorial entre os atuais estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

<sup>8</sup> O nome cristão Guido lhe foi dado por seu padrinho homônimo Guido Thomaz Marlière. Segundo Marlière, em “Ensaio sobre as línguas” (1905 [1825]) a palavra Po-krane significa “aleijado de pé ou mão”. Para Izabel Missagia de Mattos (2003: 145), entre os Botocudos características destoantes nos corpos serviam como analogias para particularizar cada indivíduo em sua nomeação. Pokrane seria portador de algum defeito físico.



recomendações lhe fiz, e aos mais de cessarem as hostilidades contra aqueles Índios hoje pacificados. (In: Aguiar, 2012: 282)

As guerras contra os Puri eram para vingar a morte de seus parentes, em função da feitiçaria inimiga (Ferraz, 1855: 415). Este era o principal argumento utilizado pelo chefe indígena para guerrear com seus inimigos. Pokrane também dirigia expedições guerreiras aos Botocudos do norte (Província do Espírito Santo), vistas como *'desagradáveis desinteligências'* pelo diretor dos aldeamentos do Espírito Santo (Mattos, 2004: 146). A antropóloga Izabel Missagia de Mattos explica que o objetivo dos aldeamentos no Espírito Santo era unir os Botocudos do rio São Mateus – tributário do Doce na margem esquerda – que viviam em guerra contra os Pokrane<sup>9</sup> – localizados no rio Manhuaçu. As ações de Pokrane, no entanto, impediam o projeto de pacificação dos chamados Botocudos e deixavam claro o fracasso de uma 'trégua' entre indígenas na região.

Segundo Izabel Missagia de Mattos, na época houve uma tentativa de estabelecimento um acordo de paz entre os Botocudos a partir da distribuição de presentes a Pokrane e seu grupo, incumbência do diretor dos aldeamentos do rio Doce. Em nome de Sua Majestade, Pokrane receberia os presentes no território de seus inimigos, no Espírito Santo, ato que sinalizaria uma 'trégua' nos confrontos. Mas, o acordo não foi possível porque Pokrane e os seus foram para a Corte, no Rio de Janeiro, com a ajuda de Frederico Wilner, engenheiro da Companhia do rio Doce, que o visitara no aldeamento, conforme o jornal *Correio Oficial*, datado de 1840. O embaixador indígena descumpru o acordo com os diretores de índios e vai receber os presentes do próprio D. Pedro II, em São Cristóvão. Se por um lado, os jornais de época ignoram o episódio da entrega de presentes a Pokrane no Espírito Santo, por outro, oferecem informações sobre os bastidores (se comparados aos documentos encontrados nos arquivos) da permanência de Pokrane na capital do Império.

Na Corte, Pokrane alegou que 'a necessidade absoluta' de machados, enxadas, foices e outros objetos utilizados nas atividades agrícolas, para ele e os seus, além da proteção do governo imperial o trouxeram ao Rio de Janeiro, com o auxílio de Wilner "em quem deposita grande confiança" (Correio Oficial, 1840). No Rio de Janeiro, no

<sup>9</sup> Como o grupo liderado por Pokrane ficou conhecido.



dia 27 de junho de 1840, ele foi apresentado ‘em grande uniforme’ a Sua Majestade Imperial e suas augustas irmãs, no paço de São Cristovão

“e foi por elle recebido com extrema affabilidade e muito interesse. S. M. I. dirigio diversas perguntas a este chefe indio, que lhe trouxe as homenagens das diferentes tribus que lhe obedeceram. Pocrane disse a S. M. que *lá no mato tinha muita saudade de ver a Poki-ajú*, que quer dizer – capitão grande. S. M. I. prometteo sua proteção a elle, e a sua gente, e mandando-lhe mostrar tudo que havia que ver no palácio... As quatro e meia horas Pocrane retirou-se, e nesta ocasião S. M. I. deo-lhe um gracioso adeos” (Correio Official, 1840. Grifo do jornal).

No retorno de São Cristovão, Pokrane foi apresentado ao Ministro do Império, a quem presenteou com um requerimento pedindo “socorros para si, e os seus ao governo imperial” (Correio Official, 1840). Não sabemos ao certo onde Pokrane ficou no Rio de Janeiro durante o tempo que permaneceu na cidade, mas ele manteve contato com importantes políticos da época e recebeu, entre os presentes, novos armamentos oferecidos pelo Imperador. Após a estadia na Corte, o chefe indígena retornaria à província de Minas Gerais, em agosto de 1841, sem nenhuma intenção de paz com relação aos grupos rivais (Mattos, 2004: 148).

Suas articulações políticas na cidade do Rio de Janeiro fortaleceram Pokrane na região do rio Doce, crescendo o temor das autoridades regionais e dos Botocudos rivais da margem norte do rio Doce, como explica Izabel Missagia de Mattos. Para a antropóloga, a ida do chefe indígena à capital do Império causou profunda decepção, sobretudo, no diretor dos aldeamentos da Província do Espírito Santo, que tinha a intenção de limitar o poder de comando do xamã. Por isso, houve uma tentativa de acordo de paz entre grupos rivais Botocudo, que seria selado com a entrega de presentes a Pokrane. Mas, ao receber os presentes do próprio D. Pedro II, principalmente os armamentos, o chefe indígena desequilibra o campo das forças na região, projetando ainda mais a sua liderança.

Segundo Izabel Missagia de Mattos (2004: 149), as relações belicosas entre os subgrupos dos chamados Botocudos revelam aspectos de sua política interna e da relação de poder entre as províncias do Espírito Santo e Minas Gerais, que disputavam limites territoriais. Com isso, a “ausência de uma linha jurisdicional bem definida entre Minas e Espírito Santo acabava por facilitar a atuação política dos índios, que



constatavam uma zona de “vazio” naquele território de transição entre poderes”. Pokrane lutou até o fim de sua vida contra seus inimigos, vindo a falecer no ano de 1848, após ser envenenado, conforme fontes orais (Aguiar, 2012), que não revelam os autores do crime. Deixou mulheres, vários filhos, entre eles Guido Pokrane e Miguel Ribas Pokrane. Na sucessão de seu comando ficaram respectivamente: Mavan Pantinan (seu irmão); Jacanac (seu sobrinho); Antonio (Ferraz, 1855: 434).

A realidade em aldeamentos e de limites territoriais precisos, de interações e conflitos com outros grupos étnicos, certamente levaram os indígenas a criação de estratégias territoriais em resposta a essa lógica espacial imposta no período colonial, como apontou Almeida (2003). Nesse contexto de transformação de territórios em terras, conceito este associado a um processo político-jurídico conduzido pelo Estado (Gallois, 2004), cabe refletir aqui menos nos impactos na concepção de territorialidade indígena, em seus padrões de ocupação territorial, do que nas respostas indígenas, criadas diante do processo crescente de usurpação de suas terras e disputas territoriais, acelerados no século XIX.

No terreno político, atores indígenas apropriaram-se da escrita, dos códigos discursivos da retórica dos não indígenas, proferiram discursos – talvez impossíveis de acessarmos – como fez Itapucu na França e, deixaram textos escritos e orais. Diferente da abordagem histórica oficial, no contexto de suas interações com o mundo não indígena, colonial ou pós-colonial, os ameríndios instrumentalizaram-se com os recursos que possuíam para reivindicar seus direitos. Mediante esses documentos:

“(…) requerem e apresentam as mais diversas solicitações, algumas delas bastantes prosaicas, relacionadas ao cotidiano, mas carregadas de significados, pois nos permitem, hoje, sondar o seu universo e reconstruir as formas como se relacionavam entre si, com a natureza, com a sociedade regional e com o próprio estado” (Freire, 2002).

Gradativamente as terras indígenas foram invadidas, dando lugar a vilas e cidades. Os indígenas expulsos de suas terras serão invisibilizados na narrativa oficial da recente nação brasileira, surgindo esporadicamente nos documentos na segunda metade dos Oitocentos não como ‘Índios’, mas como caboclos. Nesse processo de disputas por memórias, lembramos que a memória é um campo de disputas, conflitos e “é sempre negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições e sua



força constitutiva seria o fato de ela poder ser contestada a partir de novas perspectivas e evidências, ou a partir dos próprios espaços que ela bloqueou” (Huysen, 200 p.68).

Nesse sentido, discutir estratégias distintas, criadas por indígenas em contextos de interação cultural e política, no período colonial e pós-colonial, especialmente o papel de mediadores e articuladores de algumas lideranças, como o Pokrane, é de certa forma contestar essa memória oficial, é vislumbrar uma narrativa outra, onde aos indígenas seja dado o lugar de agentes históricos que dialogam com os novos tempos, seja para assimilar ou para rejeitar algumas das suas características, como evidenciou John Monteiro (2001: 3).

O estudo das mudanças nas sociedades indígenas, ocorridas desde o período colonial, vem demonstrando que a emergência de novos sujeitos históricos não é um fenômeno exclusivo da atualidade. Durante século XIX, observamos, como resultado da participação do indígena na paisagem política, a instrumentação de lideranças indígenas com diferentes recursos – a memória, a escrita, a retórica dos não indígenas – para garantir seus direitos, fundamentalmente seus territórios.

Em distintas regiões do Brasil atores indígenas, conhecedores dos processos locais, buscaram respostas oficiais para os dilemas vivenciados. Em audiências com autoridades ou por meio de requerimentos, cartas, representações, incluíram na agenda política na pauta do dia, como diríamos, o tema: povos indígenas. O caso de Pokrane não é isolado; outras lideranças, como Antônio Prudente (do Rio Grande do Sul), Francisco Rodrigues do Prado (cacique Guaná) também estiveram no Rio de Janeiro para exigirem seus direitos.

Ao longo do século XIX, outros casos também se apresentaram, inclusive no século XX. Por exemplo, os índios Dionísio Bispo dos Santos, Exidério Santos e Samado foram à Presidência da República, no Ministério da Agricultura e na Diretoria do SPI, em 1950, durante o governo de Getúlio Vargas, questionar os arrendamentos de suas terras, a não garantia dos seus direitos agrícolas. Em atitudes semelhantes, os povos indígenas continuam enviando cartas, representantes para, através do diálogo com representantes governamentais, denunciar às autoridades invasões e expropriação de suas terras, violências e toda a sorte de infortúnios, como fizeram os Guarani-Kaiowá e Terena em junho de 2013, em Brasília.



Algumas das perguntas formuladas inicialmente não foram aqui respondidas, nem poderiam sê-lo, pela exiguidade do espaço e por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento preparada para o doutorado em Memória Social.

## Referências bibliográficas

### Manuscritos

*Biblioteca Nacional* – Hemeroteca Digital

Correio Oficial, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1840.

*Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*

Relatório sobre medição de terras na aldeia de São Lourenço – Niterói. Fundo: PP, Caixa 117, Maço 5.

Ofício de 14 de dezembro de 1872, da Câmara Municipal da Villa de Itaguahy (APERJ, Fundo: PP, Coleção 27, Pasta 1, Maço 1, 1864-1888).

*The University of Chicago*

Relatório do Ministério do Império (1840)

### Bibliografia citada

AGUIAR, J. O. *Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808- 1836) A transferência da Corte portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil*. 2ª Ed. Campina Grande: EUFCG, 2012.

ALMEIDA, M. R. C. de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. *Política Indigenista no Século XIX*. In: Manoela Carneiro da Cunha (Coord.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ABBEVILLE, C. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. [1614]

DAHER, A. *O Brasil Francês – As Singularidades da França Equinocial 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

EMMERICH, C. e MONSERRAT, R. *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas lingüísticas*. *Boletim do Museu do Índio*, Antropologia, Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, n. 3, p. 3-44, 1975.

FAUSTO, C. *Os Índios Antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERRAZ, L. P. do C. *Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francez Guido Marlière, offerecido ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil, pelo sócio Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz*. RIGHB XVIII, 1855, p. 410-417.

FREIRE, J. R. B. *Vozes Indígenas na documentação do SPI*. S. Coqueiro (org.). Rio de Janeiro:



Museu do Índio/Funai, 2002.

GALLOIS, D. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? in: Ricardo, Fany. (Org.). *Terras indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MATTOS, I. M. de. (2011) *Memória do SPI – Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Carlos Augusto da Rocha Freire (org.). Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, pp.157-167.

\_\_\_\_\_. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MONTEIRO, J. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (inédita) de Livre Docência, UNICAMP, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas e Coloniais*. In: Carlos Fausto e John Monteiro (Orgs.) *Tempos índios: Histórias e narrativas do Novo Mundo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

SOUZA SILVA, J. N. de. *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. In: *Revista do Instituto histórico e geográfico do Brasil*, t. XVII, 3ª série, n.14, 1854.

SZTUTMAN, R. *O profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Histórias Ameríndias* (resenha de *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha, org.). São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1993, 36: 22-33.

WILDE, G. “*Fuentes Indígenas*” *En la Sudamérica colonial y Republicana Escritura, Poder y Memoria*. *Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, Vol. 3, N°1, 2013.





## AS REMOÇÕES DE SENTIDOS NOS DISCURSOS QUE ATRAVESSAM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

GOMES, Nilo Sergio S.  
Professor da ECO-UFRJ  
*nilo.gomes@eco.ufrj.br*

274

### RESUMO

Este texto tem por meta traçar um roteiro para a compreensão da remoção de sentidos nos contextos das discursividades que atravessam a cidade do Rio de Janeiro, neste XXI ainda em começo, potencializadas por uma intensa circulação e convivência midiática de muitos desses discursos. Estas últimas agora mediadas também por uma profusão de redes e conexões possíveis nos ambientes das novas tecnologias de informação e comunicação, que por sua vez convivem, nem sempre harmoniosamente, nos ambientes massivos propiciados pelas grandes corporações midiáticas. Uma convivência que tantas vezes reproduz discursos e sentidos propagados na grande mídia corporativa – aquela hegemônica e dominante nos lares, nas ruas e em tantos outros ambientes –, mas que também contesta esta mídia, dela diverge, se distancia e se expõe enquanto outro lugar de fala.

**Palavras-chave:** remoção, sentidos, discurso

### ABSTRACT

This text is aimed at drawing a roadmap for understanding the removal of meanings in the contexts of discourses that run through the city of Rio de Janeiro, this still early XXI, enhanced by a strong movement and media relations. The latter now also mediated by a multitude of networks and connections possible in environments of new information technologies and communication, which in turn coexist, not always harmoniously, in massive environments enabled by large media corporations. One familiarity that often reproduces speeches and propagated senses in big corporate media - that hegemonic and dominant in homes, on the streets and in many other environments - but it also disputes this media, it diverges if distance and exposed while another place speech.

**Key-words:** removal, meanings, discourse

### Introdução

Este artigo parte da suposição que em toda realidade política-cultural, em uma dada sociedade humana, é sempre possível encontrar palavras que sejam especialmente próprias daquela realidade, específicas e/ou emblemáticas daquela ocasião, período e conjuntura histórica. Assim como é possível também encontrar palavras cujos sentidos



estejam em trânsito, fluindo, levadas para o esquecimento ou deslizando para outros sentidos, em derivas quase sempre entrelaçadas, quando não oriundas mesmas das situações e conjunturas históricas que lhes são próprias e nas quais se produzem.

Tal suposição tem por base e inspiração as observações do sempre citado linguista russo Mikhail Bakhtin, para quem “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (2002, p. 41).

(...) As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abrem caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (ibid.)

Nosso desafio, então, é o de elaborar um texto que dê conta das prováveis derivas e deslizamentos de sentidos em curso em nossa sociedade, neste início de XXI, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, nos discursos, linguagens e discursividades que a atravessam e por ela circulam. Maneiras de dizer que estão presentes no meio social carioca, ao mesmo tempo em que nele se inscrevem e se instauram, se transformam e se alteram, empreendendo no cotidiano das práticas discursivas e de comunicação deslocamentos de sentidos quase sempre à margem, quando não contrariamente às regras e normas estabelecidas desse dizer; do que pode e deve ser dito e entendido.

Deslocamentos que são produzidos e ocorrem na vida social – na história, portanto, nos embates das nem sempre explícitas e visíveis lutas de classe, das diferenças de interesses e visões de mundo que disputam primazias; nas transições políticas, sociais, econômicas, culturais que se dão e se operam a cada dada conjuntura histórica de uma sociedade – inclusive aquelas “mais efêmeras das mudanças sociais” que, como anotou o estudioso russo, aparecem inscritas nas palavras que as registram. E as palavras que iremos colher para demonstrar derivas e deslizamentos de sentidos em curso nos discursos que dizem respeito ao Rio de Janeiro serão extraídas, sobretudo, da mídia, onde circulam, se reproduzem e se amplificam. Tanto da mídia hegemônica, das grandes corporações



mediáticas; quanto da não-hegemônica, hoje bem mais plural e diversa mediante as novas tecnologias de informação e comunicação.

Consideramos que há em curso o que Fausto Neto (2008) cunhou como “processo de midiática da sociedade”, e que Muniz Sodré (2008) definiu como um novo gênero de existência, o “*bios* midiático”. Vivemos – mais ainda nesta segunda década do XXI – envolvidos e conectados, praticamente todos os dias, quase que ininterruptamente, a algum tipo de mídia. Para Fausto Neto,

(...) as mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades de “trabalho de sentido”. Nesse contexto, as mídias não só se afetam entre si, se interdeterminando, pelas manifestações de suas operações, mas também outras práticas sociais, no âmago do seu próprio funcionamento. (p. 92)

E Muniz Sodré (2008) escreveu que

O “espelho” midiático não é simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais. (p. 23)

Partindo-se da classificação aristotélica, a midiática ser pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de *quarto âmbito* existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria (a “tecnocultura”). O que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e do mercado, no *ethos* abrangente do consumo, consolida-se hoje com novas propriedades por meio da técnica digital. (p. 25)

Essa mídia e seus poderes foram analisados também pelo sociólogo Octavio Ianni (1998, 2004), que dedicou seus últimos textos às análises e reflexões sobre o que ele cunhou de o “príncipe eletrônico”, para caracterizar a ação política e ideológica da mídia, produzindo consensos, costurando hegemonias e massificando as ideias dominantes de sua época (Gomes, 2013). Recorrendo às formulações de Adorno e Horkheimer (2002),



a respeito da indústria cultural, e de Gramsci, sobre o “príncipe moderno”<sup>1</sup>, Ianni concebeu o “príncipe eletrônico” como a ação da mídia produzindo consensos, visões de mundo e hegemonias.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a Política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. (1998, p. 25)

(...) a mídia se transformou no intelectual orgânico das classes, grupos ou blocos de poder dominantes no mundo. Um intelectual orgânico complexo, múltiplo e contraditório, mas que atua mais ou menos decisivamente por sobre os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública (...). Ela forma e conforma movimentos de opinião pública, em diferentes esferas sociais, compreendendo tribos, nações e nacionalidades, ou atravessando culturas e civilizações. (...) Hoje a sociedade usa a mídia para exercer uma forma de autocontrole (2004, p. 268-269).

A midiaticização da sociedade é, pois, um fenômeno observado por pensadores, cientistas políticos e sociais, e por dentro desse fenômeno dizemos que o discurso jornalístico ocupa cada vez mais espaços e centralidades, influenciando e repercutindo em outras práticas discursivas que se produzem social e culturalmente. Essa linguagem da notícia – o discurso jornalístico, “linguagem transfronteira”, como a pensou Lage (2004) – está permanentemente presente em nosso cotidiano.

Consequentemente, a linguagem jornalística está impregnada nos discursos que “midiatizam a sociedade” e que são, sabe-se lá em que extensão e dimensão social, tomados como paradigmas do dizer, do se expressar e do se exprimir. Ou, dito de outra forma, do ser sujeito de seu próprio discurso, ainda que sob o incômodo percebido pelo linguista francês Michel Pêcheux, de se saber não ser a fonte do que se diz (Maldidier, 2003). A fonte será sempre o meio social em que se vive e a sua época, com seus conflitos e cotidianos, ou seja, a história, em cuja contemporaneidade o discurso jornalístico tem presença relevante e destacada no processo de midiaticização da sociedade.

Analisar as materialidades discursivas que circulam e se difundem pela mídia e que dizem respeito à cidade e delas extrair palavras-chave, que as caracterizem e

<sup>1</sup> Antonio Gramsci, como se sabe, tomou emprestado a concepção do “Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, do século XVI, para formular a concepção do partido político revolucionário como o “moderno príncipe”, capaz de unificar, convergir e hegemonizar as forças políticas do Estado nacional-popular.



tenham marcas de singularidades da época – no caso, a segunda década do XXI –, é ter acesso às articulações e intimidades dos discursos e narrativas que dão e disputam os sentidos da cidade. É, como pensamos, observar e compreender o funcionamento desses discursos, seus dizeres, suas linguagens que hoje mediatizam a sociedade – “obra e instrumento” (Morin, 2005), ao mesmo tempo produto e ferramenta; e daí extrair situações discursivas, práticas linguísticas cujos tecidos e materialidades estejam gravadas com marcas próprias à sua época, datadas, historicamente.

### **A cidade como lugar de negócio**

Contudo, há um conteúdo da suposição de onde partimos, que ainda não foi devidamente abordado como os demais campos aqui já percorridos – a mídia, o discurso jornalístico e as novas tecnologias de comunicação. Este conteúdo é a cidade. Nosso objeto de análise – a remoção de sentidos nos discursos da mídia sobre a cidade – se faz presente na cidade do Rio de Janeiro. Mas, enfim, o que são as cidades?

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (1993), a cidade é o lugar “onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, (e que) está deste modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político das possibilidades de soluções” (p. 48). O professor Carlos Vainer (2003), do IPPUR-UFRJ, apontou

(...) as duas utopias que, hoje, inspiram e orientam os conceitos e projetos de cidade e, em consequência, as políticas e práticas de planejamento urbano: a utopia da cidade empresa/mercadoria e a utopia da cidade democrática. Do embate entre estas duas utopias depende o futuro de nossas cidades (p. 16).

Já para o sociólogo e urbanista Robert Park, a cidade é

(...) a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo. (apud Harvey, 2014)



Nesse mesmo artigo em que cita Park, o geógrafo estadunidense David Harvey defende e propugna que o direito à cidade é um “direito humano”. Segundo suas palavras,

(...) O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

Não havendo – ainda – este direito coletivo à cidade apregoado tanto pelos movimentos populares que se espraiam pelo mundo como por teóricos como Harvey, a cidade aparece como o que é, hoje, em nossa sociedade: local de disputa entre o capital – que nela investe para se apossar de seu território, transformando-o em valor de mercado e lucros crescentes por cada metro quadrado – e a população, que a habita e a compreende como espaço de moradia e trabalho – isto é, como “seu” território, também. O direito à cidade é meta a conquistar – a cidade cidadã, como a propõe Ermínia Maricato (op.cit.).

Em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, que está no foco deste trabalho, a luta e os movimentos pela moradia têm ocupado presença permanente e cada vez mais orgânica no tecido social. Em um texto elaborado para o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, intitulado “A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro”, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), em 2007, uma equipe de profissionais de arquitetura<sup>2</sup> diagnosticou que “O Rio de Janeiro enfrenta uma crise urbana” e que um dos problemas mais graves é a moradia. De acordo com o texto,

(...) Uma parcela cada vez maior da população não tem acesso à habitação de qualidade, segura e bem localizada, não tendo garantido, de fato, o seu direito à cidade. O resultado é que temos, desde os anos 1990, políticas habitacionais pouco efetivas, que produziram tão somente cerca de 10% das novas habitações entre 1991 e 2007. A inoperância do setor público na produção de moradias levou a que o déficit habitacional tenha crescido neste período em cerca de 28.000 unidades, atingindo em 2007 um total estimado de 157.000 famílias

<sup>2</sup> SARAIVA, Camila Pereira; BARROS, Danielle; VARGAS DE FARIA, José Ricardo; FERREIRA, Patrícia Menna Barreto; POLLI, Simone Aparecida; ARAÚJO, Vanessa Jorge de; e BOCANEGRA, Vanessa Martin. Ver referências bibliográficas.



sem moradia adequada. Como consequências, voltaram a crescer os loteamentos irregulares e clandestinos e, mais ainda, as favelas, única alternativa de acesso à terra para os mais pobres, chegando a um total estimado em mais de 1.200.000 domicílios em 2007. (p. 6)

Se tomarmos por estimativa que em cada domicílio deste universo de 1,2 milhão de moradias residam quatro pessoas – uma suposição bem conservadora, pois, em geral, os casais residentes nas favelas e nos loteamentos irregulares têm, em média, segundo dados disponíveis no portal do IBGE<sup>3</sup>, mais de dois filhos –, mesmo assim teremos um total de quase 5 milhões de moradores. Um resultado que não difere muito dos apontados pela arquiteta e professora Ermínia Maricato, da USP. No artigo intitulado “Conhecer para resolver a cidade ilegal”, ela escreveu que

Se somarmos a população moradora de favelas com a população moradora de loteamentos ilegais teremos aproximadamente metade de todos os habitantes de São Paulo e também do Rio de Janeiro. Em relação à legislação urbanística (parcelamento do solo, zoneamento, meio ambiente apenas para citar as principais) e à legislação edilícia (código de obras), estamos diante de uma "situação na qual a regra se torna mais exceção do que regra e a exceção mais regra do que exceção".

Essa gigantesca ilegalidade não é percebida nem pelas instituições brasileiras, nem pela mídia e nem pela própria universidade. Nas maiores cidades brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, mais de 1/5 dos habitantes mora em favelas. Em Salvador e Fortaleza a cifra chega a 1/3, e em Recife, 40% da população mora em favelas. Até mesmo a mitificada Curitiba convive com um anel de invasões que praticamente cerca todo o município, agredindo fortemente as áreas de proteção dos mananciais. (Maricato, 2014, p. 2)<sup>4</sup>

A autora observou também a urbanização acelerada, no Brasil, lembrando que, em 1940, a população residente nas cidades brasileiras era um terço de toda a população, dado que se alterou ao final do século passado. Segundo ela,

No início do século XXI, quando 82% da população do país são urbanos, a imagem das cidades, especialmente das metrópoles, se apresenta bastante diversa daquela de 60 anos antes. Violência, enchentes, poluição do ar, poluição das águas, favelas, desmoronamentos, infância abandonada etc. etc. Em apenas nove

<sup>3</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>4</sup> Ermínia Maricato, neste texto, tomou por base os números apresentados por CASTRO, M.C. Pozzi de; e SILVA, H.M. Barreto da, no livro “Legislação e mercado residencial em São Paulo”. São Paulo: LabHab / FAUUSP, 1997.





metrópoles moram 50 milhões de pessoas, mais do que a população da maior parte dos países da Europa ou da América Latina. Em 50 anos, a população urbana brasileira cresceu mais de 100 milhões de indivíduos. A sociedade apenas começa a se dar conta de que o avassalador processo de urbanização foi acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização é apenas para alguns; a cidadania e os direitos, *idem.* (*ibid.*, p. 1)

Ainda de acordo com Maricato,

Depois de relutar em reconhecer essa realidade, o Estado, no Brasil, abandonou o discurso da remoção pelo discurso da urbanização de favelas. Essa mudança se consolidou nos anos 80, quando muitos governos municipais perceberam que era mais viável economicamente, e até mais urgente, se levarmos em conta as normas de saúde pública, realizar a urbanização das favelas do que remover seus moradores para novas moradias. A urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida.

Uma das causas dessa atitude foi, sem dúvida, econômica. A urbanização por família custa entre 10% a, no máximo, 50% (nas urbanizações mais caras) de uma nova moradia (...). (p. 4)

Ou seja, incapaz de oferecer à sua população moradia digna e em condições básicas de habitabilidade – com energia elétrica, água potável, esgoto, transportes e acesso viário –; e não conseguindo levar adiante os fracassados e conhecidos programas de remoção das favelas, dos anos 1960 e 1970, o Estado brasileiro sucumbiu ante a realidade das favelas. Não é exagero afirmar que, na prática, ao longo do último século, as favelas representam a política habitacional que deu certo. Empreendida não por governos, mas por quem dela mais carecia: o povo pobre, sem moradia digna e sem transporte público amplo e eficaz para atender a população urbana, em seus deslocamentos diários da moradia para o local de trabalho e estudos.

Incapaz e desinteressado em garantir moradia às amplas parcelas pobres de sua população, o Estado brasileiro, através de seus governos municipais, estaduais e federal, com a contribuição da mídia e de instituições da sociedade civil, tem buscado neste início de XXI remover não mais as favelas, mas os sentidos e significações do que se possa, agora, entender por <favela>. De “lugar problema”, a favela agora é *fashion*, é atração turística – é show! Aparece até em telenovelas, agora não mais das formas estigmatizadas. E em vez dos famigerados camburões da polícia, hoje circulam pelas favelas cariocas os



grandes jipes de empresas de passeios turísticos, carregados de turistas, inaugurando um novo negócio – o Favela *Tour*.

Neste artigo, portanto, ressaltamos que está em curso um processo de remoção dos sentidos e das significações da palavra <favela>, que resulta do próprio processo de transformação capitalista da cidade que, de lugar de moradia e trabalho, é agora lugar de negócios. Ou, mais precisamente: a cidade é o próprio negócio. Mais do que em outros períodos históricos, agora cada metro quadrado da cidade é ainda mais disputado, de modo haver em curso um processo de valorização imobiliária intenso, que abrange das áreas nobres da “antiga cidade” às que na cidade antiga eram redutos abandonados pelo poder público – lugar de pobre, como as favelas e as áreas e bairros decadentes.

Agora essas áreas estão sendo “revitalizadas” – como no caso do Porto do Rio; estão sendo urbanizadas, quando não “pacificadas” – como no caso das favelas –, em um processo onde atratividades e investimentos se entrelaçam inextricavelmente, como, por exemplo, a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, motores e molas propulsoras de toda essa transformação atual da cidade, de caráter plenamente capitalista e mundial e que, portanto, não se restringe ao Rio de Janeiro.

Esta remoção de sentidos e significações sobre a cidade do Rio de Janeiro vem dar conta, muito provavelmente, de estabelecer um novo sentido comum à cidade, que é o de lugar de negócio, sendo ela própria o principal negócio – o prato principal. No texto aqui já citado do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, os autores escreveram que

O projeto de cidade empreendido pelo poder público municipal é o projeto desejado por determinados setores abastados da sociedade, consolidando o projeto neoliberal, a cidade empresa, a cidade mercadoria, a cidade negócio, dirigida pelos empresários. (op.cit., p. 8)

O crescimento desproporcional da população carioca perante o exíguo espaço urbano da cidade, portanto, foi e permanece adensando a malha urbana de tal modo, substituindo paisagens naturais e espaços de respiração da própria urbe por uma ocupação desenfreada, de todo o tipo, que afeta o próprio clima, já conhecido pelo forte calor e pelas tempestades de verão. Ocupação que se acelerou nas últimas décadas. Em meio século sua população multiplicou por seis<sup>5</sup> e, pode-se dizer, com alguma garantia de

<sup>5</sup> Ver [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)



evidência, que viver no Rio, tantas vezes, “é um sufoco!” – da violência aos barulhos de uma grande metrópole; dos desmatamentos de suas encostas aos passos apressados que praticamente nos atropelam quando circulamos nas ruas do Centro da cidade. O Rio de Janeiro já contabiliza, em sua região metropolitana (Grande Rio), quase 12 milhões de habitantes. E a cidade não para de crescer.

Cidade grande e múltipla, sua população é bem maior do que suporta seu próprio território. Espaço pouco demais para tantas demandas habitacionais que, conseqüentemente, não param de se expandir, até mesmo pelo influxo da imigração, agora impulsionada pelos grandes eventos internacionais. Daí, cada metro quadrado na cidade do Rio de Janeiro também se tornar múltiplo de múltiplos outros, edificando-se ao máximo e, desta forma, escondendo muitas das matas e silhuetas das montanhas, quando não desafiando o próprio equilíbrio geológico. E cada metro quadrado da cidade passa a ser explorado como “lugar de negócio”, inclusive, nas próprias favelas.

Ou seja, as favelas que já em um passado longínquo representavam a menor parcela enquanto lugar de moradia, se expandiram a tal ponto (sobretudo a partir dos anos 1990) que hoje elas representam parcela importante do solo e da população da cidade, como vimos nos números expostos por Ermínia Maricato. E de “assunto-problema” (lembremo-nos das “remoções” que se realizaram no passado, principalmente nos anos de 1960 e 1970, criando bairros como Antares e Vila Kennedy), as favelas são hoje – “urbanizadas” e “pacificadas” – fontes de atividades turísticas. Portanto, também “lugar de negócio” – mas agora “um negócio lícito e muito lucrativo também”. Daí ser preciso ressignificar esta revitalizada “nova cidade”, removendo-se não os problemas seculares, mas os sentidos.

E isto não somente através da mídia hegemônica, mas a partir dela irradiando-se e envolvendo, inclusive, mídias que se produzem nas próprias favelas, circulando informação e comunicação local, com vozes e edições próprias. Favela é agora lugar de atrações, com teleféricos supermodernos, escadas rolantes de última geração, elevadores panorâmicos, guias turísticos bem informados e falando, pelo menos, o inglês. Mas supomos que pouco se saiba ainda sobre como são e permanecem sendo as suas condições de vida, de habitabilidade, de sociabilidade, de crescimento e desenvolvimento humano, social e cultural. E, sobretudo, as condições de segurança e cidadania.



O antropólogo argentino Néstor Canclini (2008), escrevendo sobre a Cidade do México, que em um século passou de um milhão e meio de pessoas para 16 milhões de habitantes, indagou se é possível continuar falando de cidade e vida urbana em “megalópoles com mais de dez milhões de habitantes”. E se “podem subsistir as culturas urbanas definidas por tradições locais numa época em que a cultura se desterritorializa e as cidades se reordenam para formar sistemas transnacionais de informação, comunicação, comércio e turismo” (p. 75).

Nas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, essa desterritorialização cultural transparece em manifestações locais que vão, por exemplo, no caso da música, do samba ao hip-hop e ao funk, mesclando e misturando diferentes experiências culturais e origens sociais. E hoje, metade da segunda década do XXI, essas manifestações desceram os morros, se expandiram para além das favelas e são apreciadas e reproduzidas e recriadas na chamada “cidade legal”, produzindo misturas e mesclando-se com diferentes expressões culturais outras, em uma nova mestiçagem – não de raças e etnias, mas de culturas.

### **Primeiras conclusões**

A cidade do Rio de Janeiro mudou bastante sua paisagem original, perdendo-se hoje entre prédios altos e favelas, multidões, viadutos, com crianças e idosos dormindo nas calçadas das ruas por onde circulam carros de último tipo, aonde as noites quase sempre não são silenciosas, nem tranquilas. Sobre esta ocupação verticalizada do território da cidade, a pesquisadora Lucrecia D’Alessio Ferrara, em artigo para a revista *MATRIZES*, da USP, intitulado “Cidade: meio, mídia e mediação”, escreveu que “A paisagem urbana do planeta já consolidou a verticalidade como índice das cidades que se confrontam para atingir o cume da altura e do poder”.

Construir para significar, verticalizar para fazer ver, fazer ver para simbolizar. Esses são os elementos que permitem estudar a cidade como meio e como mídia. Ou seja, os índices materiais e formais constroem as cidades e permitem que sua imagem constitua a mídia mais eloquente e eficaz. Aprender essa mídia, considerando seus suportes construtivos, nos leva a constatar que, às características urbanísticas e



funcionais de uma cidade, alia-se a dimensão comunicativa que faz com que a cidade surja sempre e, sobretudo nos dias atuais, de um lado, como eficiente mídia a sustentar as ambições e planos globais e, de outro, nos surpreenda pelas imponderáveis e inesperadas manifestações de vida que vão muito além da simples intenção midiática. (Ferrara, 2008, p. 41)

Verticalizado, super-habitado, mas repleto de paisagens exuberantes e manifestações de vida “que vão muito além” das intenções midiáticas, as imagens da cidade do Rio de Janeiro ainda são a sua melhor mídia. E o solo da cidade tem sido, ao longo do seu processo histórico de ocupação e urbanização, alvo permanente de disputas. Expressão do poder dominante que comandou a ocupação da cidade, o assentamento das camadas privilegiadas financeira e materialmente – nas quais se incluem as ditas “classes médias” – se fez nas chamadas “áreas nobres” da cidade, isto é, os bairros da Zona Sul, do Centro e da Zona Norte mais próxima ao Centro.

O desenvolvimento urbano, sobretudo a partir de fins do século XIX, início do XX, iniciou um processo de “modernização” que privilegiou ainda mais as camadas já beneficiadas e assistidas por meios de transporte, serviços e equipamentos públicos. Às camadas pobres da população restou a periferia sempre distante, sem meios de transportes adequados e eficientes; ou as encostas dos morros, nas favelas próximas aos centros urbanos, que próximas aos locais de trabalho passaram a se constituir em alternativa de moradia permanentemente recorrente (Brum, 2013). Esse processo de urbanização, contudo, não foi exclusivo ao Rio de Janeiro, como se depreende das palavras do já citado David Harvey:

A urbanização, podemos concluir, vem desempenhando um papel fundamental no reinvestimento dos lucros, a uma escala geográfica crescente, mas ao preço de criar fortes processos de destruição criativa que espoliaram as massas de qualquer direito à cidade. O planeta como canteiro de obras se choca com o “planeta das favelas”. Periodicamente isso termina em revolta. (op.cit.)

Sob esse ponto de vista, portanto, é possível admitir que as favelas representem uma espécie de “reforma agrária, na marra” do solo urbano carioca; isto é, na prática uma “política habitacional” que as populações pobres empreenderam e empreendem, desde tempos remotos (final do XIX), nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, por exemplo. Uma iniciativa com aparente êxito, como se pode perceber, e que na ausência de



iniciativas públicas e governamentais se estabeleceu, criou jurisprudência e hoje é uma realidade, na maioria dos casos, indissolúvel e irremovível.

Por muito tempo a cidade do Rio e o seu imaginário social conviveram com memórias de casos famosos de remoções de favelas, como as dos morros do Pasmado, em Botafogo, ou da Catacumba, na Lagoa Rodrigo de Freitas Assim como o caso dos mendigos que apareceram mortos nas águas do Rio Guandu, na Zona Oeste do Rio, quando o governo de Carlos Lacerda, no início dos anos de 1960, implantou uma política de “limpeza” da cidade<sup>6</sup>.

De tal modo que palavras como <remoção> e <favela> quase sempre apareceram juntas nos discursos das mídias jornalísticas, constituindo sentidos e significações que povoaram e ainda habitam esse imaginário social, onde o “poder público” é sempre um ente ausente, que se faz presente com “intervenções urbanas” pontuais e autoritárias, quando não criminosas, e que não solucionam os problemas, mas criam memórias. Ao folhear-se os jornais diários dos anos de 1960, essas referências estão quase sempre associadas.

No *Jornal do Brasil*, por exemplo, de 31 de novembro de 1968, foi publicada reportagem cujo título era “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção”. Nela foi também reproduzido um trecho da convocação do II Congresso da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, que realizou-se naquele ano. Na convocação é dito que:

Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares já valorizados. Embora a lei seja igual para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai? (apud Brum, 2013)

Mais de duas décadas depois, o tema da favela, que não deixara de aparecer nas mídias, reapareceria mas, agora, vinculado ao então novo território dos negócios

<sup>6</sup> Para aprofundamento desta memória sobre as remoções de favelas ocorridas nos anos de 1960 e 1970, o autor consultou, sobretudo, os artigos de Álvaro Ferreira, intitulado “Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros”, e de Mario Brum, “Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos”. Cf. referências bibliográficas.





imobiliários, a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade. No jornal *O Globo*, de 31 de março de 1989, uma reportagem informou que:

As últimas medidas concretas tomadas para conter a inundação das favelas estão ligadas aos nomes de Sandra Cavalcanti e Carlos Lacerda, no início dos anos 60. (...) A favela é o retrato do absoluto desinteresse em criar novas possibilidades urbanísticas por parte dos políticos que querem a remuneração imediata e popularidade demagógica. A favela não tem lei, não tem escola, não paga imposto (...) Onde estão os projetos de remanejamento, de criação de novas zonas urbanizadas? Onde está o mínimo de fiscalização que impeça a contínua expansão desse câncer que vai estrangulando o Rio? (ibid.)

287

As palavras, portanto, estão contidas de historicidades, povoadas de imaginários e múltiplos sentidos. E a cidade do Rio de Janeiro tem as suas próprias palavras, isto é, palavras que a caracterizam e que estão marcadas de sentidos. A palavra <favela> é um exemplo emblemático de sentidos que estão em transição, em derivas e deslizamentos para outros sentidos, novas significações, que não aquelas antigas associadas quase que somente a negatividades, estigmas e exclusões. Não por outro motivo, certamente, o poeta e compositor Zé Kéti, nascido e que viveu e morreu na favela, escreveu, no início dos anos de 1960, o samba cuja letra afirmava que “o morro não tem vez”. Essa realidade mudou. Cansado de esperar, “o morro” conquistou a seu modo a sua vez. As favelas são exemplo dessa conquista: uma política habitacional não planejada, imprevista, precária, mas levada adiante e executada pelas amplas parcelas da população sem acesso à moradia – e que deu certo.

A remoção dos seus sentidos e significações tornou-se urgente e necessária, até porque nas favelas vivem hoje, como acentuou Ermínia Maricato, cerca da metade da população de cidades como São Paulo e o Rio de Janeiro. Favela, agora, é *cult*, é atração turística e muito provavelmente alternativa de moradia para parcelas cada vez mais amplas da população pobre, que a olham e vislumbram com outros olhares. E seus sentidos estão em trânsito, muito provavelmente indiciando novas significações que no correr do tempo histórico serão produzidas. Retomando as observações iniciais de Bakhtin, aqui já citadas,

(...) É, portanto, claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não





abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada (...). (op.cit.)

Há de se ressaltar, por fim, mas na mesma ordem de relevância, que muitos dos hábitos e expressões próprias, modos de dizer típicos de quem sempre morou em favelas, estão hoje presentes e espalhados nos discursos e linguagem que circulam e atravessam a cidade, presentes mesmo no vocabulário cotidiano das conversas dos cidadãos e cidadãs da “cidade legal”<sup>7</sup>, inclusive, reproduzidos na mídia hegemônica, que assim os legitima, ampliando ainda mais suas circularidades. Expressões como “perdeu”, “tá bolado”, “deu ruim”, “sangue bom”, “maluco”, “tá ligado?” – nasceram e vieram das favelas, espalhando-se pelas demais camadas do tecido social urbano, presentes hoje nos mais diversos e diferentes ambientes da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto de estudo das palavras e suas marcas, suas historicidades, palavras como <favela> e <remoção> contêm sentidos históricos que estão sendo removidos, transladados para uma outra ordem de discurso, mais consentânea com as novas realidades que o capitalismo impõe e engendra na cidade do Rio de Janeiro, com a valorização ostensiva do seu solo urbano. Mas, não somente isto. Muito provavelmente essa remoção e esses deslocamentos de sentidos devem resultar bem mais das pressões dos movimentos sociais por moradia e contra as remoções, pressões dos próprios moradores de favelas que se impuseram e se fizeram valer, diante de um Estado precário e sempre incapaz para atender as necessidades das parcelas mais pobres da população. Como reconheceram os autores do texto “A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro”, aqui citado,

Os avanços da política urbana, apesar de serem poucos, se comparados com seus retrocessos, devem ser valorizados pela qualidade e pela mobilização popular na luta pelo sonhado projeto democrático de cidade (...). Como podemos perceber, as forças políticas são muito desiguais em poder econômico, político e decisório. Há um abismo entre o projeto da cidade empresa e o projeto defendido pelo movimento social. Saber claramente quais são estes projetos e de que lado estamos constitui-se como o primeiro passo em busca da utopia democrática e da mobilização para o enfrentamento político.

<sup>7</sup> A expressão é de Ermínia Maricato, aqui já citada.



Estamos convencidos de que a favela conquistou e conquista cada vez mais reconhecimento como lugar da cidade, e não à parte dela, excluída. E seu território, antes temido, hoje, pretensamente “pacificado”, tem sido visitado por turistas de várias partes do mundo e também pelos próprios moradores da “cidade legal”. A favela tem conquistado, portanto, não somente o lugar de moradia, mas também o lugar de fala de milhares que nunca foram ouvidos. E isto se expressa e se manifesta culturalmente, como, por exemplo, nas letras, músicas e poesias que falam da favela. Como na composição de Rap Brasil, em que é dito:

Eu só quero é ser feliz,  
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é.  
 E poder me orgulhar,  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.  
 Fé em Deus, DJ

Eu só quero é ser feliz,  
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é.  
 E poder me orgulhar,  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar<sup>8</sup>

### Referências bibliográficas

- ADORNO, T., HORKHEIMER, M. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- BRUM, Mário. Favelas e remocoinismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*. Revista do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nº 29, Ano XVI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013, pp. 179-208.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. In: *MATRIZES*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano I, nº 2 (jan. - jun. 2008). São Paulo: ECA/USP, 2008.
- FERRARA, Lucrécia D’Alessio. Cidade: meio, mídia e mediação. In: *MATRIZES*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano I, nº 2 (jan. - jun. 2008). São Paulo: ECA/USP, 2008.

<sup>8</sup> A letra está disponível in: <http://musica.com.br/artistas/rap-brasil/m/eu-so-quero-e-ser-feliz/letra.html>, visitado em 04 de agosto de 2014.



FERREIRA, Álvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. In: *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona, Espanha: Universidade de Barcelona, junho de 2009.

GOMES, Nilo Sergio S. *Imprensa surgente e insurgente na Independência. Memórias do Correio do Rio de Janeiro e de seu editor, 'hum tal Lisboa'*. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, em julho de 2013. Disponível, em agosto de 2014, no portal da Escola de Comunicação da UFRJ: [http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/doutorado/tese\\_ngomes\\_2013.zip](http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/doutorado/tese_ngomes_2013.zip).

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Artigo disponível em 19 de julho de 2014 in:

<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>.

IANNI, Octávio. Mídia, política e hegemonia. In: *Globalização: dimensões e alternativas. Hegemonia e contra-hegemonia*. (Vol. 2). Santos, Theotônio (Org.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *O príncipe eletrônico*. Primeira Versão, publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARICATO, Ermínia. *Conhecer para resolver a cidade ilegal*. Disponível em 18/7/2014 in: [www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../maricato_conhecercidadeilegal.pdf)

MORIN, Edgard – *Uma introdução ao pensamento complexo*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SARAIVA, Camila Pereira; BARROS, Danielle; VARGAS DE FARIA, José Ricardo; FERREIRA, Patrícia Menna Barreto; POLLI, Simone Aparecida; ARAÚJO, Vanessa Jorge de; BOCANEGRA, Vanessa Martin. *A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VAINER, Carlos. Utopias urbanas e o desafio democrático. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Governo do Estado do Paraná, 2003, s/p.



## MORRO DE LUZ: UMA EXPERIÊNCIA CORPOGRÁFICA ENQUANTO MICRO-RESISTÊNCIA COLETIVA

AZEVEDO, Maria Thereza de Oliveira

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea  
maritheaz@gmail.com*

MÜTZENBERG, Raquel

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea  
raquelmutzenberg@gmail.com*

291

### RESUMO

O *Coletivo À Deriva* realizou em maio de 2014 a experiência poético-urbana “*Morro de Luz*”, para promover uma vivência extraordinária no Parque do Morro da Luz, em Cuiabá. Envolvido por um ar de medo e desconfiança generalizados, o Parque Antonio Pires de Campos, ou simplesmente Morro da Luz, é um parque arborizado situado na avenida que serviu de palco para o nascimento da cidade. Apesar da localização, o Morro tornou-se o desamparo materializado. Para este estudo, vamos utilizar as noções de experiência de Victor Turner e de Dewey, e também o conceito de micropolítica de Felix Guattari para compreender uma intervenção artística coletiva enquanto um processo de micro-resistência, tudo isso sob a ótica do conceito de corpografias urbanas proposto por Britto e Jacques.

**Palavras-chave:** Intervenção urbana, micro-resistência, corpografia urbana.

### ABSTRACT

The collective of people *Coletivo À Deriva* performed in May 2014 the poetic-urban experience "Morro de Luz" to promote an extraordinary experience at Park Morro da Luz, in Cuiabá. Surrounded by an air of widespread fear and distrust, the Park Antonio Pires de Campos, or just Morro da Luz, is a wooded park situated at the avenue where the city was born. Despite the location, the hill became the helplessness itself. In this study, we use the notions of experience from Dewey and Victor Turner, and also the concept of micropolitics from Felix Guattari to understand an artistic collective intervention as a process of micro-resistance, all from the perspective of the concept of urban bodygraphy proposed by Britto and Jacques.

**Key-words:** Urban intervention, micro-resistance, urban bodygraphy

Envolvido por um ar de medo e desconfiança generalizados, o Parque Antonio Pires de Campos, ou simplesmente Morro da Luz, é um parque arborizado no coração de Cuiabá, situado na avenida Prainha – via arterial que serviu de palco para o nascimento da cidade. Passou a ser conhecido como Morro da Luz em 1928, quando foi instalada a primeira estação de distribuição de energia elétrica em Cuiabá. Hoje, a cidade quase o engole, o envolve em concreto em todos



os seus limites. No entanto, mesmo localizado no altar da cidade, o Morro da Luz tornou-se o desamparo materializado. Apesar do nome, após o pôr-do-sol a escuridão assola e abriga o crime. Constatada a situação, o *Coletivo À Deriva* realizou em maio de 2014 uma intervenção urbana para promover uma experiência extraordinária naquele lugar. Neste texto é discutida a experiência poético-urbana “*Morro de Luz*”, realizada pelos integrantes do coletivo e convidados no Parque do Morro da Luz, em Cuiabá.

Para este estudo, vamos utilizar as noções de experiência de Victor Turner e de Dewey, e também o conceito de micropolítica de Felix Guattari para compreender uma intervenção artística coletiva enquanto um processo de micro resistência, tudo isso sob a ótica do conceito de corpografias urbanas proposto por Britto e Jacques.

## UM COLETIVO À DERIVA EM CUIABÁ

O *Coletivo À Deriva* atua em Cuiabá desde 2009 com as questões relacionadas às estéticas urbanas emergentes: poéticas urbanas ou intervenções urbanas, performances e outros, e tem uma grande conexão com a arte e culturas contemporâneas. Essas experiências, explica a professora provocadora do coletivo, Maria Thereza Azevedo (a Marithê), “geram um trabalho de campo propício para estudos relacionados às micropolíticas, às novas sociabilidades, ao “estar junto”, à “partilha do sensível”, à projeção de mundos possíveis.” Henrique Mazetti (2008) lembra que no Brasil, a utilização da criatividade e da imaginação como forma de resistência tem se exemplificado nos inúmeros coletivos ativistas e artísticos surgidos nas principais capitais do país, desde o início da década de 2000.

“Morro de Luz” é uma intervenção poética pensada e realizada enquanto uma micropolítica de resistência à situação em que se encontra o Parque Antonio Pires de Campos. Após intensas discussões em sala de aula para definição da próxima ação do *Coletivo À Deriva*, a professora optou por uma dinâmica de provocação aos integrantes. Em uma experiência coletiva, cada um teve a oportunidade de se expressar como quisesse e sobre o que quisesse, as afetações coletivas e individuais tiveram ali um momento de desabafo quase terapêutico para a criação da futura ação do coletivo. A partir de palavras pescadas de cada discurso expresso neste momento, a professora Marithê sintetizou numa espécie de raciocínio rizomático e coletivo para encontrar um lugar na cidade que seria a materialização daqueles sentimentos



quase unânimes: desamparo e angústias relativas ao sol e luminosidade. No coletivo tínhamos, então, nosso espaço definido: o abandonado Morro da Luz. Já que comunicação e criatividade adquirem importância fundamental para a construção de um posicionamento crítico (MAZETTI, 2008), para a ação foi sugerido utilizar a nomenclatura Morro “de” Luz, ao invés do nome original, como uma alusão à ausência de vida no lugar devido à falta de iluminação e as consequências que deixar de olhar para um espaço público podem causar.

## EXPERIÊNCIA E REVERBERAÇÕES

O conceito de experiência em geral, está intimamente relacionado ao conjunto dos sentidos humanos e sua interação com a cognição de um agente. Para Dewey, este conceito vai um pouco mais além, colaborando com a instauração ou manutenção de hábitos. Experiência, nesta perspectiva, passa a ter relevância nas atividades de um agente no plano da ação cotidiana. No campo artístico, o autor compreende a experiência artística como um fenômeno expressivo inegavelmente vinculado e influenciado pelo meio natural ao afirmar que o ser age e se organiza conscientemente em função das ininterruptas tensões, conflitos ou questionamentos em virtude do meio, buscando soluções vitais diversas, na busca de sua permanência enquanto ser: “A relação oportuna produz a experiência em virtude da qual se cria uma obra de arte” (DEWEY, 2008, p. 181).

Partindo deste conceito, constatamos a situação cotidiana do Morro da Luz: um lugar abandonado, desabitado ou frequentado apenas por marginais, um ambiente desligado de sua função social primária – que é oferecer um espaço público de lazer. A percepção<sup>1</sup> do Morro da Luz enquanto um aparelho disfuncional e errado em sua realidade é comum a todos os integrantes do *Coletivo à Deriva*, tanto pela sua localização como pelas suas latentes possibilidades de lazer aos habitantes da cidade.

Busco nos estudos sobre Victor Turner um aprofundamento dessa noção de experiência. O pesquisador John Dawsey destaca a seguinte frase para descrever a antropologia da

---

<sup>1</sup> Enquanto percepção, consideramos a noção trazida por Amaral: “Cada um de nós ordena e nomeia aquilo que vê, que escuta e que toca através de um sistema próprio de significados. A percepção é um exercício de confronto entre diferentes sistemas e sentidos. Estas tensões produzem a necessidade da criação de um campo poético, no qual a visão de mundo particular de cada um pode se tornar questionável” (AMARAL, 2007 p. 1430).





experiência elaborada por Turner: “toda performance é ‘comportamento restaurado’, que o fogo do significado irrompe da fricção entre as madeiras duras e suaves do passado (...) e presente da experiência social e individual” (Turner, 1985 *apud* Dawsey, 2014, p. 14). Presente e passado influenciam nas experiências e nas possibilidades de experiências. Turner descreve cinco momentos que constituem a estrutura processual de cada experiência vivida: 1) algo acontece ao nível da percepção; 2) imagens de experiências do passado são evocadas e delineadas; 3) emoções associadas aos eventos do passado são revividas; 4) o passado articula-se ao presente numa relação “musical”, tornando possível a descoberta e construção de significado; e 5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão” (Turner, 1985 *apud* Dawsey, 2013, p. 164).

No caso do Morro da Luz, a experiência majoritária é enquanto um local de rotina para grande parte da população que utiliza o sistema de transporte público pois há um importante ponto de ônibus nas margens do parque do Morro da Luz. No entanto, ali também é um lugar onde muitas pessoas já foram assaltadas – boa parte das vezes com uso de violência – ou tem conhecidos que já foram vítimas. As experiências de um passado muito recente resultam em uma percepção do ambiente como um lugar que deve ser evitado frequentar para não se expor a tais riscos. Perceber esta afetação é um primeiro passo para que algo aconteça – não é necessariamente uma revolução, mas algo que desestabiliza a inércia cotidiana.

Quando Turner sugere que uma experiência se completa ou se realiza por meio de uma performance, ou forma de expressão, identificamos uma latência no Morro da Luz. Durante as conversas com os integrantes do coletivo À Deriva, descobrimos que quase ninguém já havia subido morro adentro, ou sequer experimentado o que é estar no Parque do Morro da Luz, mesmo aqueles que moram em Cuiabá há anos. Foi decidido então que o grupo realizaria uma visita coletiva para viver uma primeira experiência.





Figura 1 Ponto de ônibus aos pés do Morro da Luz



Foto: Google Street View

Entretanto, o processo de preparo da intervenção enfrentou resistência inicialmente devido à estigmatização do lugar onde seria realizada. Os próprios integrantes do coletivo ao relatar as situações perigosas que já passaram ou ouviram dizer que aconteceram no Morro da Luz, desestabeleciam a coletividade e consequentemente a coragem para adentrar o parque. Pouco a pouco aconteceu um processo micro político, no qual os mais corajosos e experientes com intervenções ou ações artísticas, já afetados pela possibilidade de redescobrir o espaço em questão, passaram a afetar os integrantes mais relutantes utilizando diálogos e até mesmo propondo ações que justificavam a adoção do Morro da Luz para a poética urbana.

A micropolítica, antes de tudo, repousa sobre uma concepção singular do corpo e do desejo. Um corpo não se restringe a um organismo. (...) Isto é, por um lado, o corpo apreendido na sua capacidade de afetar e ser afetado, na sua dupla dimensão de atração e repulsão. Por outro lado, trata-se de um corpo entendido como uma relação entre forças ativas e reativas. Qualquer relação de forças é o que define um corpo: químico, biológico, social, político (MEJÍA, 2012, p. 3).

Realizou-se, então, uma visita coletiva ao Morro da Luz para observar o espaço e como ele é habitado. Foram flagrados vestígios nas trilhas e praças do parque, revelando os problemas que a cidade esconde por não ter melhor solução. Peças de roupas íntimas, roupas de frio, garrafas de bebidas alcoólicas, marmitas velhas, restos de embalagens de alimento, vestígios de instrumentos para consumo de drogas, bitucas de cigarro misturados a muitas folhas secas e lixo desenhavam o espaço vivido por usuários de droga, traficantes e moradores de rua. Ou seja,



a marginalidade cuiabana ocupa uma cobertura duplex no centro da cidade. Realidade que destoa de alguns relatos dos próprios integrantes do Coletivo à Deriva que já viveram um tempo, cerca de duas décadas atrás, em que aquele era um espaço agradável e tranquilo, utilizado como ponto de encontro para namorados. O medo do Morro da Luz, portanto, não é apenas uma sensação coletiva fruto de boatos. Está inclusive legitimado no site oficial da Câmara Municipal de Cuiabá em texto sobre o parque: “Desaconselhável caminhadas pelo local, pois é área de risco, sem policiamento” (CUIABÁ, s.d.).

Todas estas características afetam os habitantes da cidade em um nível físico, corpóreo. Esperar um ônibus no ponto do Morro da Luz gera uma tensão interna e uma atenção física diferente de estar nos demais pontos de ônibus de Cuiabá. Frequentar por necessidade o local onde amigos já foram assaltados, gera internamente uma pressa de estar longe dali e uma resistência àquele espaço. Sem a devida atenção do poder público, o espaço deixou de existir no imaginário dos habitantes enquanto um parque arborizado e um possível local de lazer. O parque Morro da Luz deixou de ser vivenciado pelos habitantes, não existem ali histórias de vida acontecendo além de fatos relacionados às suas moléstias. Estar no Morro da Luz tornou-se sinônimo de correr um risco. O parque perdeu a vida pois não é mais praticado enquanto parque, mas enquanto um local esquecido.

O esquecimento de um parque arborizado no centro da cidade por parte do poder público pode ser explicado como uma consequência da espetacularização da cidade. O parque Morro da Luz não foi incluído nos planos da administração pública enquanto um cenário para ser visto nem vivido. Tornou-se inóspito e, com a diminuta participação cidadã - resultante da espetacularização da sociedade, a prática corporal da cidade enquanto prática cotidiana, estética ou artística inexistem. Debord fala sobre a espetacularização das cidades:

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da sua necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta. Eis porque o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda parte (DEBORD, 1992, p. 26).

Ainda para Debord, “o homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela” (DEBORD, 1992, p.27). O Morro da Luz, apesar de abranger uma área de três



hectares no centro de Cuiabá, está alienado da cidade. As construções que o rodeiam lhe dão as costas, quem espera no ponto de ônibus está sempre de costas para o parque e quem passa a pé por ali aperta o passo à procura de outras calçadas.

Fabiana Dultra Britto e Paola Berenstein Jacques criticam a atual espetacularização das cidades e propõem a necessidade de restituir o caráter político do espaço público por meio da valorização da experiência corporal das cidades. As autoras apresentam a ideia de corpografia como uma possibilidade de micro resistência a esse processo. A corpografia urbana é a interação entre o corpo e a cidade

297

“mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade” (JACQUES; BRITTO, 2008, p. 182).

A corpografia urbana é, portanto, um registro da experiência da cidade inscrita no corpo dos sujeitos que a vivem, definindo os corpos de acordo com a vivência possibilitada pelo espaço urbano. Partindo da hipótese de que vivemos em uma sociedade espetacularizada na qual existe uma redução da ação urbana, ou seja, o empobrecimento da experiência urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade. Os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. O espaço só é vivo quando é vivido.

A micro resistência por meio da corpografia urbana se dá quando um corpo experimenta um espaço urbano não espetacular (JACQUES; BRITTO, 2008). A intervenção realizada no Morro da Luz teve o objetivo de resistir enquanto um “morro de luz”, ou seja, fazer jus ao nome do lugar levando pessoas para experienciar um momento coletivo e iluminar com instrumentos alternativos um lugar que perdeu sua função inicial e passou a exercer uma função marginalizada.

No planejamento da ação poético-urbana, houve também a preocupação com as questões estéticas da ideia proposta: iluminar o Morro da Luz. Dentre as muitas possibilidades, como lasers, lanternas, velas, fogos de artifício, equipamentos de segurança com propriedades luminosas, foram escolhidas as lanternas e lâmpadas portáteis não apenas devido à praticidade e custos, mas também pela atitude que estes objetos inferem a quem os manuseia. A proposta foi retornar à experiência das coisas comuns para descobrir a qualidade estética que tem essa experiência (DEWEY, 2008) sugerindo, no caso, que a descoberta noturna daquele espaço seria realizada por um verdadeiro grupo de exploradores.



## ARMEM-SE COM LANTERNAS! ILUMINEM O MORRO DA LUZ

Poucos minutos antes de o sol se pôr completamente, o *Coletivo À Deriva* e convidados, um grupo de aproximadamente 50 pessoas armadas com lanternas e diversos objetos luminosos subiram as escadarias do parque que ficam ao lado do ponto de ônibus.

A resistência inicial era a escuridão, que chegava rapidamente. Dentre as afetações mais diversas, era latente e gritante a ansiedade em conhecer o morro, de sentir como é estar naquele espaço em uma experiência que só tornou-se possível por ser realizada coletivamente, devido principalmente ao medo. E com o espírito de que “unidos somos fortes”, o grupo ali ficou na primeira praça do parque, primeiramente apreciando a atração musical convidada e, logo após, experimentando a “pracialidade” ou o “estado de praça” – momento maior de resistência ao medo. Queiroga explica que as pracialidades são concretudes, existências que se situam no tempo-espaço, participando da construção e das metamorfoses da esfera da vida pública:

Recorremos ao conceito de pracialidade como um estado de praça não a praça como sistema de objetos, configuração, mas como lugar da ação comunicativa, da razão pública, do mundo vivido na acepção habermasiana. (...) Pracialidade, lugaridade são situações da esfera de vida pública a despeito do sistema de objetos ser mais próximo ou mais distante daquilo que a gente tem entendido como espaço público (MACHADO; QUEIROGA, 2003, p. 204).

Durante quase duas horas várias expressões artísticas puderam ser flagradas, como música, poesia, projeção de imagens, modelagem de uma escultura em argila, fotografia, malabares e performances corporais. Sem um modelo espetacular, mas de experiência, as afetações aconteciam e cada um ali se expressava como podia em momentos e locais diversos da praça Zé Bolo Flor, a primeira praça do Parque do Morro da Luz. Na vontade de iluminar um pouco mais, um pequeno grupo acendeu fogos de artifício, enquanto diferentes bugigangas eram utilizadas como arcos para fazer gigantes bolhas de sabão que eram logo iluminadas por várias lanternas para serem fotografadas. A escuridão parecia não conseguir engolir o grupo que vivia aquele espaço.



Figura 2: Adultos e crianças se divertem com as bolhas gigantes de sabão, atividade que colaborou para o rápido estabelecimento do estado de "pracialidade".



Foto: Frank Busatto

O cenário, no entanto, ainda era o mesmo. O espaço não havia sido limpo e bem no centro da pequena praça havia uma grande porção de lixo amontoado. Na beira do degrau que forma um pequeno elevado, uma espécie de palco, havia uma blusa de frio estendida no chão ao lado de uma garrafa vazia de cachaça, que compuseram o cenário e quase não foram percebidos enquanto elementos alheios: muitos se sentaram por cima da blusa enquanto papeavam ou participavam da roda de violão. Era unânime a pracialidade.

Figura 3: Integrantes do Coletivo À Deriva em pracialidade. Os grupos de conversa, violão, poesia e modelagem se misturam no espaço iluminado por lanternas.



Foto: Raquel Mützenberg

A percepção do Morro da Luz enquanto local inseguro não afetava mais corporalmente as pessoas que ali estavam. Havia um cuidado tomado com o momento em que o grupo deveria deixar o espaço, para não entrarmos noite adentro em um local que é utilizado como “boca de





droga”. Mas os corpos experienciavam o ambiente afetados pela paz que a natureza presente no Morro da Luz trazia enquanto podia-se ver os carros na avenida em frente emanando fúria. Estávamos em uma bolha de tranquilidade no horário mais estressante do dia. Talvez uma das características mais envolventes dessa experiência foi a temperatura: o Morro da Luz abriga um microclima que é aproximadamente 4°C menos quente que as ruas do centro de Cuiabá – considerada uma das capitais mais quentes do Brasil.

Figura 4 Área verde no centro de Cuiabá é o Parque Antônio Pires Campos, ou popularmente conhecido como Morro da Luz.



Foto: René Dioz

No que tange ao objetivo da ação de intervenção poética, pode-se afirmar que o coletivo conseguiu chegar a um momento em que houve um rompimento da percepção do espaço Morro da Luz enquanto ambiente hostil. Sentir na pele o clima mais agradável e se ver praticando a pracialidade trouxe uma noção de responsabilidade quanto à existência daquele ambiente. Estava estabelecido que no momento em que o grupo partisse, o Morro da Luz seria retomado pela “marginalidade”. A efemeridade de tudo o que era praticado ali estava latente durante as aproximadamente duas horas em as 50 pessoas passaram no Morro da Luz, vivendo uma história diferente do cotidiano.

Dar visibilidade ao parque foi o momento clímax da percepção de um lugar que necessita da superação de um hábito para que novas dimensões e sentidos se estabeleçam. Desdobramentos desta primeira ação já aconteceram e outros estão previstos. Um primeiro grande passo já foi dado pelo próprio poder público, após a intervenção: o parque do Morro da



Luz está agora permanentemente iluminado. A prefeitura de Cuiabá realizou uma manutenção no espaço, como poda de árvores e substituição das lâmpadas queimadas e quebradas.

No entanto, “os problemas de organização nunca são simples problemas de infraestrutura” (GUATTARI; ROLNIK, p. 134). Após a intervenção, artistas e amigos do Coletivo à Deriva já propuseram futuras ocupações, como piqueniques e outra sessão de bolhas gigantes. Mas o que parece acontecer de fato naquele espaço é uma espécie de desinteresse por parte da população em geral, alimentado pelo medo que não é desestigmatizado em uma primeira ocupação.

A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente, a tal ponto que a fórmula dos ministérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade para e por uma micropolítica da insegurança (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 86)

Na contramão desta realidade, a pequena força de artistas e simpatizantes da causa que encoraja virtualmente a ocupação do Morro, só ganha consistência se existir no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis que impeçam a volta de velhas estruturas (GUATTARI; ROLNIK, p.134).

O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente (...) máquinas de sentido, de sensação (...) portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva. (GUATTARI, 1992, p. 158)

O Morro da Luz foi sentido e vivido coletivamente enquanto um Morro “de” Luz em uma primeira experiência. Para conquistar essa territorialidade, entretanto, implica – antes de entrar em contato com a marginalidade ali presente – arrebentar as teias alienantes que seguram até mesmo os incomodados em suas respectivas zonas de conforto, considerando que a marginalização de um espaço como o Parque do Morro da Luz é um vestígio gritante da espetacularização da sociedade cuiabana.

Cuiabá enquanto capital do celeiro do mundo, como é conhecido o estado de Mato Grosso, que é povoada por migrantes de diversas origens que têm um objetivo comum: oportunidades de trabalho. Quente como é, só vive confortavelmente quem tem acesso a veículos de transporte particulares, e a situação se repete em todos os serviços: saúde, educação, moradia, saneamento, energia. Nesse sentido, Cuiabá vive uma desigualdade social que pede





uma ressingularização das finalidades da atividade humana. Olhando pelo viés da cultura, por exemplo, quem tem acesso aos bens materiais não disponibiliza suficientemente de produtos culturais, entretenimento e lazer legítimos da cidade, tal qual a parcela social que não tem acesso aos bens materiais. É uma sociedade que respira o desejo do que vem de fora, já que não há referências de iniciativas locais reconhecidas e legitimadas, mas marginalizadas.

A valorização das atividades humanas não pode mais ser fundada de forma unívoca sobre a quantidade de trabalho incorporado à produção de bens materiais. A produção de subjetividade humana e maquínica é chamada a superar a economia de mercado fundada no lucro, no valor de troca, no sistema dos preços, nos conflitos e lutas de interesses. (GUATARRI, 1992, p. 164)

302

Enquanto existe uma elite que usufrui das riquezas geradas no estado e que são levadas sempre para fora dele, os espaços públicos têm suas funções distorcidas pela marginalização. Em Guattari encontramos que a cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios. Estamos falando de desejos individuais e coletivos. Na descrição da ação realizada no Morro da Luz já encontramos diversas situações de resistência ao desvio, ao devir poético urbano, entre pessoas que se dispuseram a dedicar dois anos de suas vidas a uma engorda intelectual. Entre a elite política a situação parece seguir um despenhadeiro abaixo, já que constata-se muito frequentemente um desconhecimento e desinteresse sobre esse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade coletiva de indivíduos pertencentes a um grupo social, como os moradores de uma cidade.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Lilian. CorpoPoético: uma cartografia do lugar. *In*: 16º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ARTES PLÁSTICAS. *Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais*. Sandra Makowiecky. (Org.). Florianópolis: ANPAP, UDESC, Clicdata Multimídia, 2007, pág. 1429-1438. Disponível em: <<http://www.anpap.org.br/anais/2007/2007/artigos/145.pdf>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Em*: *Fractal: Revista de Psicologia*, volume 21, nº2, Set. 2009, p.337-349. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/273>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

CUIABÁ, Câmara Municipal de. Pontos turísticos: Parque Municipal Morro da Luz - Antonio Pires de Campos. *Em*: Câmara Municipal de Cuiabá. Disponível em: <[http://www.camaracba.mt.gov.br/index.php?pag=tur\\_item&id=32](http://www.camaracba.mt.gov.br/index.php?pag=tur_item&id=32)>. Acesso em: 24 Nov. 2014.



DAWSEY, John Cowart. Victor Turner e a antropologia da experiência. *Em: Cadernos de campo n° 13*. São Paulo: USP, 2005, pág. 163-176. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50264/54377>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

DAWSEY, John Cowart; MÜLLER, Regina Pólo; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. Apresentação. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 56, n. 2, pág. 11-21, Jun. 2014. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82458/85439>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. E-book digitalizado por Coletivo Periferia e eBooks Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

303

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3*. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996 (Coleção TRANS). Disponível em: <[http://www.ileel2.ufu.br/lep/arquivos/textos\\_geral/Mil\\_Platos\\_3.pdf](http://www.ileel2.ufu.br/lep/arquivos/textos_geral/Mil_Platos_3.pdf)>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

DEWEY, John. *El Arte como Experiencia*. Tradução (versão em espanhol): Jordi Claramonte. Ediciones Paidós Ibérica: Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://archivos.liccom.edu.uy/Figuras/Dewey,%20John%20-%20El%20arte%20como%20experiencia.pdf>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. *In: IV ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*. 2008, Salvador. *Arquitextos*. Abilio Guerra. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

MEJÍA, Rafael Estrada. Micropolíticas, cartografias e heterotopias urbanas: derivas teórico-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas. *In: Revista Espaço Acadêmico*, n° 132, Maio 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/16876/9093>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

MACHADO, Irene; QUEIROGA, Eugenio. Diálogo: Espaço, design, cultura. *In: Galáxia*, n° 6, Out. 2009, pág. 191-209. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/1343/831>>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

MAZETTI, Henrique. Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil. *In: Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Vol 1, n. 1, (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ, n. 25-26 mai-dez 2008, p. 105-120. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/112303120543Lugar%20Comum\\_25-26\\_completo.pdf#page=105](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112303120543Lugar%20Comum_25-26_completo.pdf#page=105)>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

MORRO da Luz. *Em: PREFEITURA DE CUIABÁ*. Disponível em: <[http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/morro\\_da\\_luz.pdf](http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/morro_da_luz.pdf)>. Acesso em: 24 Nov. 2014.



## **POSSIBILIDADES E DEFICIÊNCIAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM MONTES CLAROS – MG**

ROQUETTE, Maria Luiza Sapori Toledo

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade  
Estadual de Montes Claros - Unimontes  
maluroquette@gmail.com*

304

CARDOSO, Antônio Dimas

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de  
Montes Claros - Unimontes  
antonio.dimas@unimontes.br*

### **RESUMO**

A proposta da presente comunicação é focar na análise da vulnerabilidade social no espaço público das pessoas com necessidades especiais, ou seja, dos indivíduos que possuem alguma deficiência que lhes impõe grave dificuldade de locomoção e que utilizam o benefício da gratuidade do transporte coletivo público municipal. Desde 2010, existem em Montes Claros (MG) quatro categorias de beneficiários do sistema de gratuidade do transporte coletivo municipal. São eles: os idosos, maiores de 60 anos, fiscais-municipal, estudantes com direito ao meio-passe estudantil e, por fim, as pessoas com necessidades especiais, transitórias ou definitivas, com renda familiar mensal, per capita, igual ou menor a um salário mínimo. Estima-se que o número total de usuários que fazem parte da categoria examinada seja de 6.445 pessoas. Assim, pretende-se demonstrar, de forma geral, quem são os beneficiários do sistema da gratuidade no transporte coletivo público de Montes Claros (MG), quantos estão cadastrados atualmente, no ano de 2014, qual a deficiência predominante entre os usuários do sistema e, por fim, qual a importância do benefício para aqueles que dele necessitam e utilizam e para o município de Montes Claros (MG).

**Palavras-chave:** Mobilidade Urbana. Acessibilidade. Transporte coletivo.

### **ABSTRACT**

The purpose of this communication is to focus on the analysis of social vulnerability in public space for people with special needs, ie, individuals who have a disability that imposes severe difficulty in walking and using the benefit of free public municipal public transportation. There are currently, in Montes Claros (MG), four categories of recipients of the generosity of the local public transportation system. They are: the elderly, those over 60 years, municipal tax, students entitled to half-pass, and finally, people with special needs temporary or definitive, family income, per capita, equal to or less minimum wage. It is estimated that the total number of users that are part of the category to be examined of 6,445 people. Thus, we intend to demonstrate, in general, who are the beneficiaries of the system of free public bus transportation in Montes Claros (MG), how many are currently registered in the year 2014, which the predominant disability among system users and finally, what is the importance of the benefit to those who need it and use and the municipality of Montes Claros (MG).

**Keywords:** Urban Mobility. Accessibility. Vulnerability. Collective transport. Benefit.



## INTRODUÇÃO

Diante da existência, em Montes Claros (MG), de pessoas com necessidades especiais, em especial das que serão analisadas na presente comunicação, ou seja, as que apresentam alguma deficiência que lhes impõe grave dificuldade de locomoção, com renda *per capita* familiar menor que um salário mínimo, e que, por isso, se encontram em situação de vulnerabilidade social, é necessário que o município, através de políticas públicas, atenuar as disparidades existentes entre os seus cidadãos possibilitando que todos tenham acesso aos serviços disponíveis na cidade e, com isso, tenham assegurados os direitos e garantias constitucionalmente previstos.

Com este intuito é que foi criado o benefício da gratuidade do transporte coletivo municipal, que é concedido como uma forma de diminuir as desigualdades, dificuldades e preconceitos enfrentados por estes indivíduos, inserindo-os no contexto urbano.

Através de uma abordagem teórica/conceitual, destaca-se, a mobilidade urbana e a acessibilidade como instrumentos de inclusão social e o transporte público como um importante meio responsável por viabilizar a inserção do indivíduo na sociedade, e a importância do benefício da gratuidade para aqueles que dele necessitam e os prejuízos decorrentes do uso político do mesmo.

Além disso, será analisado se, através da concessão dos benefícios pelo município de Montes Claros–MG, a inclusão dos indivíduos em situação de vulnerabilidade (beneficiários do sistema) na sociedade tem se dado de forma efetiva, por meio do acesso aos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, tais como o trabalho, saúde, educação e lazer, diminuindo/eliminando a segregação sócio-espacial existente no espaço urbano.

Durante as pesquisas de dados, foram analisados os cadastros dos usuários deste benefício e, com base nesse estudo, chegou-se à conclusão de que o benefício é concedido de forma quase que igualitária entre os usuários do sexo feminino e masculino, sendo inexpressiva a diferença entre os gêneros.

Além disso, verificou-se que a maioria dos usuários possui idade entre 30 e 40 anos, são solteiros e apresentam uma enfermidade permanente.

Assim, através da análise dos dados pesquisados, é demonstrado quem são os beneficiários do sistema, quantos estão inscritos/cadastrados atualmente no ano de 2014 e qual a deficiência predominante entre estes usuários.



Desta forma, no primeiro tópico são analisados os conceitos de mobilidade urbana, acessibilidade e vulnerabilidade social das pessoas com necessidades especiais.

Já no segundo tópico é abordada a concessão do benefício da gratuidade do transporte público em Montes Claros-MG e a inclusão social destes usuários no contexto urbano.

No terceiro tópico são analisados e apresentados os dados sobre as pessoas que apresentam necessidades especiais e que são usuárias do benefício da gratuidade, destacando-se a importância do benefício para aqueles que o recebem e os prejuízos ocasionados pelo seu uso político.

Por fim, são feitas as considerações finais acerca do que foi apresentado na presente comunicação.

## **1 MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE, VULNERABILIDADE SOCIAL DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Em Montes Claros, norte do Estado de Minas Gerais, através de uma política pública municipal, algumas pessoas utilizam gratuitamente o transporte coletivo. São usuários considerados vulneráveis socialmente pelo poder público. Pois, é através do referido modal, juntamente com o benefício fornecido pelo município, é que ocorrerá a possibilidade de inserção destes indivíduos que possuem grave dificuldade de locomoção e baixa renda mensal (igual ou menor a um salário mínimo) na sociedade.

Ressalta-se que a mobilidade urbana e a acessibilidade, apesar de serem dois conceitos diferentes, são interdependentes e que, juntamente com o transporte público (e seu funcionamento adequado), proporcionam a ligação de todos os indivíduos com a cidade, ao conceder o acesso às atividades/serviços necessários à vida moderna, tais como a saúde, educação, trabalho e lazer.

Walter G.Hansen<sup>1</sup>, define a acessibilidade:

(...) accessibility is defined as the potential of opportunities for interaction. This definition differs from the usual one in that it is a measure of the intensity of the possibility of interaction rather than just a measure of the ease of interaction. In general terms, accessibility is a measurement of the spatial distribution of an activity (opportunities for interaction) adjusted for the

<sup>1</sup> Em 1959, Walter G. Hansen lançou o primeiro conceito analítico sobre acessibilidade dentro do contexto de planejamento de transportes.



ability and desire of people or firms to overcome spatial separation. (HANSEN, 1959, p.4-5)<sup>2</sup>

Com efeito, a acessibilidade se caracteriza pela potencialidade e facilidade de se atingir os destinos desejados, disponibilizada através da efetividade do sistema de transporte, ou seja, a forma como as pessoas desejam e podem realizar os seus deslocamentos.

Segundo Vasconcellos (2012), a acessibilidade refere-se à facilidade relativa de atravessar o espaço e atingir as construções e equipamentos urbanos, os veículos ou destinos desejados.

Já para os autores Carruthers e Lawson, é importante distinguir a diferença entre acessibilidade e mobilidade. Nesse sentido, estes autores conceituam a mobilidade:

In discussing limitations on the need for movement, it is necessary to distinguish between access and mobility. Most journeys are made for a purpose - to access work place, shop, education, recreation and so on. Mobility is the demand for movement and arises as a result of the desire for access. We can therefore influence the model of travel and the length of the journey through land-use planning. (CARRUTHERS; LAWSON, 1995, p.13)<sup>3</sup>

Por outro lado, a mobilidade urbana é representada pela habilidade de deslocamento dos indivíduos no meio urbano e que depende do desempenho do sistema de transporte público, juntamente com as características do indivíduo, para ser concretizada.

Com o intuito de melhor esclarecer a diferença e dependência existente entre os conceitos de acessibilidade e mobilidade, Raia Jr. exemplifica: “Se uma pessoa possui deficiência física, muitas vezes, não pode tomar o ônibus, pois ela não tem mobilidade, embora tenha acessibilidade ao transporte coletivo” (RAIA JUNIOR, 2000, p.16).

<sup>2</sup> “(...) acessibilidade é definida como o potencial de possibilidades de interação. Esta definição diferente do habitual em que é uma medida da intensidade da possibilidade da interação em vez de apenas uma medida da facilidade de interação. Em termos gerais, a acessibilidade é uma medida da distribuição espacial de uma atividade (oportunidades de interação) ajustada para a capacidade e o desejo de pessoas ou empresas a superar a separação espacial.” (HANSEN, 1959, p.4-5, tradução nossa)

<sup>3</sup> “Ao discutir as limitações sobre a necessidade de movimento, é necessário distinguir entre o acesso e mobilidade. A maioria das viagens são feitas com um propósito - para acessar local de trabalho, compras, educação, lazer e assim por diante. Mobilidade é a demanda para o movimento e surge como resultado do desejo por acesso. Podemos, portanto, influenciar o modelo das viagens e o duração da jornada pensando no planejamento do uso e ocupação do solo.” (CARRUTHERS, LAWSON, 1995, p.13, tradução nossa)





Nas cidades brasileiras, realidade que não é diferente em Montes Claros–MG, existe um grande incentivo<sup>4</sup> ao uso do transporte particular, cuja frota vem crescendo, em detrimento do transporte público, causando, assim, o sucateamento deste em decorrência da perda de sua importância, eficiência e confiança, tornando cada vez mais precárias a mobilidade e acessibilidade.

Este problema vem segregando e diferenciando os cidadãos e os espaços urbanos, haja vista que só aqueles que tem condições de adquirir um meio de transporte particular é que possui melhor acessibilidade à cidade, enquanto a maioria continua limitada no seu ir e vir cotidiano.

Para MORRIS et al (1979), o modo de transporte disponível para os indivíduos é um elemento particularmente vital no cálculo da acessibilidade. Apesar de o transporte particular ser um meio mais disponível, confortável e rápido, para suprir os desejos de deslocamento das pessoas, o crescimento da frota vem causando prejuízos pela enorme quantidade de congestionamentos nas vias, o que passa a ser um inconveniente e que reflete diretamente no aumento de tempo e gasto monetário para se fazer determinado percurso, inclusive para aqueles indivíduos que utilizam o transporte público, pois se este modal, que demorava um tempo  $X$  para ir de um ponto ao outro, agora, com aumento da frota de carros e congestionamentos, demora  $2X$  para alcançar o mesmo destino, o que concorre para a sua ineficiência.

Desde modo, deve-se chamar a atenção para as pessoas que possuem alguma deficiência física, temporária ou permanente, e que, por isso, já possuem uma dificuldade natural para se locomoverem na cidade. A falta de atenção com a mobilidade urbana e acessibilidade conduzem esses indivíduos a uma segregação social cada vez maior, limitando o direito de ir e vir, daí a necessidade da criação de políticas públicas, tal como a concessão do benefício de gratuidade do transporte público, para integrá-los à vida urbana.

Nesse sentido:

As pessoas com deficiência têm todas as dificuldades para circular, uma vez que o ambiente de trânsito nunca foi preparado para acomodá-los. Estas pessoas vivem a soma dos problemas e dificuldades das demais pessoas, além de os seus próprios problemas. A raiz do problema está tanto nos limites físicos e mentais, quanto nos limites políticos, referentes a não ter suas particularidades reconhecidas pela sociedade. No Brasil, isto começou a

<sup>4</sup> Com base nos números de registros do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em junho de 2014 a frota de automóveis do Brasil é de 46.633.635 carros, já em Montes Claros (MG), a frota é de 78.554 carros.





mudar, especialmente a partir da década de 2000. (VASCONCELLOS, 2012, p. 57).

Devido à importância da mobilidade e da acessibilidade para a inclusão do indivíduo na sociedade, principalmente daqueles que possuem necessidades especiais, como destacados nessa comunicação, e para que estes conceitos passem a fazer parte da realidade das cidades brasileiras, é imprescindível que os municípios invistam não só na viabilidade do transporte público<sup>5</sup>, em detrimento do transporte particular, mas, também, ao acesso a este modal e, conseqüentemente, a todos os setores da cidade, para que seja garantida a fruição do espaço urbano de forma igualitária por todos os cidadãos, indistintamente, como forma de amenizar a atual a segregação espacial.

Importante e obrigatório é viabilizar o acesso de todo e qualquer cidadão, de forma independente, a todas as opções oferecidas pela cidade para que se possa dar efetivamente o cumprimento da cidadania por todos, principalmente para aqueles que já possuem alguma restrição em sua mobilidade, como é o caso dos deficientes físico, mental e sensorial e que estão em situação de vulnerabilidade social. A cidadania não depende do que uma pessoa é capaz de fazer fisicamente, mas, sim, das decisões que ela pode tomar por si só.

Assegurar a concessão do benefício da gratuidade para os indivíduos que se apresentam vulneráveis socialmente, garantindo, ainda, um serviço de transporte que tenha segurança e qualidade, são fatores fundamentais para que estes cidadãos, que estão segregados do ambiente urbano central, possam, de forma igualitária, ter acesso e usufruir de toda a cidade, conforme preconiza GOMIDE, LEITE, RABELO:

(...) o transporte público é também, além de um componente do sistema de mobilidade urbana, um importante elemento de combate à pobreza urbana. Portanto, se o serviço não for adequado às necessidades da população, especialmente a mais pobre, como indicam recentes estudos (GOMIDE, 2003; ITRANS, 2004), ele pode, ao contrário transformar-se num empecilho a acesso às oportunidades e atividades essenciais – i.e., numa barreira à inclusão social. (GOMIDE, et. al., 2006, p. 7)

Assim, os indivíduos usuários do sistema de gratuidade do transporte público que possuem necessidades especiais, abordados na presente comunicação, sofrem não só com a

<sup>5</sup> Deve-se destacar que o transporte público é um serviço de caráter essencial, conforme dispõe o artigo 30 da Constituição da República, e, por isso, é um serviço fundamental para possibilitar o acesso às funções sociais da cidade, tais como o trabalho, moradia, estudo, lazer e que são determinantes para a caracterização da circulação/fluxo e urbano.



insuficiência de recursos financeiros, mas, também, com a discriminação social, aqui entendida como a não fruição dos direitos sociais de forma equânime e, ainda, com a segregação espacial.

Por isso, a efetiva inclusão destas pessoas na sociedade, neste trabalho entendida como o próprio espaço urbano, depende não apenas de suplantar as dificuldades financeiras, mas requer, também, a melhoria do sistema como um todo, de modo a priorizar o acesso e a utilização do transporte público em detrimento do transporte particular, com intuito de se melhor conectar as localidades espacialmente separadas, para que, então, os indivíduos vulneráveis e segregados deixem de ser meros indivíduos e passem a ser verdadeiros cidadãos integrados à cidade, passando a usufruir de forma igualitária e independente de todo contexto urbano.

## **2 A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE GRATUIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO DE MONTES CLAROS – MG E A INCLUSÃO SOCIAL DESTES USUÁRIOS NO CONTEXTO URBANO**

Desde 2010, vigora em Montes Claros – MG 04 (quatro) categorias de beneficiários do sistema de gratuidade do transporte coletivo municipal. São eles: os idosos, maiores de 60 anos, fiscais-municipal, estudantes com direito ao meio passe estudantil e, por fim, as pessoas com necessidades especiais, transitórias ou definitivas, com renda familiar mensal, *per capita*, igual ou menor a um salário mínimo.

Nesta comunicação, a análise do sistema de concessão do benefício de gratuidade para o transporte público pelo município de Montes Claros – MG se restringe às pessoas que possuem necessidades especiais, transitórias ou definitivas, com renda familiar *per capita* mensal igual ou menor a um salário mínimo.

De início, destaca-se que toda a concessão do benefício da gratuidade aqui abordada é, atualmente, regulada pela lei municipal nº 4.226, de 12 de maio de 2010, que estabeleceu, de forma taxativa, quem possui o direito à gratuidade e como essa será concedida, revogando as leis anteriores que versavam sobre o assunto<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Todo o trâmite para a concessão do benefício envolve, necessariamente, três sujeitos, quais sejam, o titular do direito que o está requisitando; a MCTTRANS, órgão da administração indireta do Município de Monte Claros-MG, responsável pela fiscalização do trânsito da cidade; e a ATCMC (Associação das Empresas de Transporte



Assim, desde que seja atestada a deficiência, temporária ou permanente do indivíduo requerente, pelos médicos peritos da MCTRANS e ATCMC, a concessão do benefício da gratuidade do transporte público é efetivada.

Após a concessão do benefício, a lei mencionada não estipula um prazo de duração específico, havendo, no entanto, um consenso entre a MCTRANS e a ATCMC, até mesmo como forma de controlar e conhecer a quantidade de pessoas que estão utilizando ou não o benefício, em que, no caso de constatação de deficiência/enfermidade definitiva, o beneficiário passará por nova avaliação médica de 03 (três) em 03 (três) anos.

Já no caso de uma deficiência/enfermidade temporária, como é o caso dos usuários em tratamento de hemodiálise, o exame deverá ser repetido de 02 (dois) em 02 (dois) anos, enquanto que para beneficiários em tratamento de câncer o reexame é feito anualmente.

Em se tratando de benefícios concedidos aos portadores de doenças incapacitantes temporárias, como, por exemplo, uma perna fraturada, a data para o novo exame será indicada pelo médico especialista, sendo que, de um modo geral, o reexame é executado de 06 (seis) em 06 (seis) meses.

Importante destacar que o próprio sistema de controle estabelecido pela MCTRANS e ATCMC exige destes usuários portadores de deficiência, para a renovação do benefício, certa mobilidade e acessibilidade.

---

Coletivo Urbano de Montes Claros – MG), que é uma associação, sem fins lucrativos, destinada a congregar as empresas que exercem a atividade de transporte coletivo urbano de Montes Claros-MG.

Primeiramente, importa destacar, no caso analisado, que a concessão do benefício ocorrerá para aquelas pessoas que demonstrem ser portadoras de alguma deficiência seja esta física, mental, visual, ou qualquer outra enfermidade, permanente ou temporária, que limite a locomoção, desde que comprovem, também, possuir renda familiar per capita mensal igual ou inferior a um salário mínimo.

Tais requisitos, desde já, deixam claro que a concessão do benefício da gratuidade na hipótese ora discutida visa indivíduos em que se encontram em alto grau de vulnerabilidade social.

A gratuidade será requerida pelo indivíduo junto à MCTRANS, através do preenchimento de um formulário próprio, no qual identificará a deficiência que possui e o seu rendimento mensal, tudo corroborado por laudo técnico de um especialista, que é anexado ao formulário, atestando a deficiência alegada.

Logo em seguida, o indivíduo é submetido a uma avaliação médica feita pelo corpo técnico da MCTRANS e, caso seja constatada a deficiência pelo médico da MCTRANS, a ficha do requerente é encaminhada para o médico da ATCMC que avaliará se existe ou não a necessidade de uma nova avaliação feita por ele. Importante frisar que só são encaminhados para ATCMC os casos em que a deficiência é previamente confirmada pelo médico da MCTRANS, não chegando ao conhecimento da ATCMC as ocorrências que são descartadas/negadas de plano pelo órgão municipal.

Após a realização do exame pelo médico da ATCM, poderá ser confirmada a deficiência/enfermidade e, assim, o direito ao benefício da gratuidade poderá ser concedido, havendo, ainda, numa outra hipótese, a possibilidade de ser suscitada dúvida quanto à deficiência/enfermidade alegada pelo interessado, quando este deverá passar por um novo exame médico pericial, desta vez realizado por corpo de 03(três) médicos, sendo 02(dois) representantes da MCTRANS e 01 (um) representante da ATCMC. Realizada a perícia tríplice, caso os médicos confirmem a existência da enfermidade alegada e, conseqüentemente, do direito suscitado, o benefício é prontamente concedido ao interessado.



O benefício, na maioria das vezes, alcança, além do próprio titular do direito, um acompanhante, o que ocorre nos casos de enfermidade incapacitante, como, por exemplo, as doenças mentais. Oportuno esclarecer que a extensão do benefício para um acompanhante não é apenas um direito do usuário, mas, na verdade, uma verdadeira necessidade, já que, em alguns casos, o portador da deficiência/necessidade é proibido de utilizar do transporte coletivo urbano se estiver desacompanhado.

A criação de políticas públicas pelo município, como o benefício da gratuidade do transporte público, é de grande importância para a inserção no contexto urbano das pessoas que possuem necessidades especiais.

A natural restrição de locomoção que os indivíduos com necessidades especiais possuem, associada a uma baixa renda *per capita*, faz com que essas pessoas se isolem em bairros distantes do centro comercial da cidade e deixem de usufruir, como os outros cidadãos, que possuem melhores condições financeiras e de melhores opções de mobilidade e acessibilidade, dos direitos disponíveis, tais como, educação, lazer, trabalho, compras, saúde.

Explica Vasconcellos:

As pessoas com deficiência física têm maiores dificuldades de locomoção, o que é agravado por calçadas mal conservadas e pelo transporte público inadequado. Em países mais ricos, as calçadas, as interseções e os ônibus estão adaptados, mas isso raramente se observa nos países em desenvolvimento. (VASCONCELLOS, 2012, p.51).

A concessão do benefício da gratuidade do transporte público ajuda a atenuar os problemas sofridos por essas pessoas com necessidades especiais, minimizando a segregação espacial, quando através do ônibus estas podem ter acesso à cidade. Entretanto, existem outras questões que o poder público deve atentar, como, por exemplo, melhorar e priorizar o transporte público em detrimento do privado, melhorar a acessibilidade aos meios de transporte, para que a inserção destes indivíduos se dê de forma plena e concreta.

Desta forma, os usuários do sistema de gratuidade abordados na comunicação devem ter acesso pleno, participar e usufruir de todos os direitos que a cidade oferece aos seus cidadãos de forma independente, para que o benefício cumpra com exatidão a sua função precípua.



### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS SOBRE OS USUÁRIOS DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO DE MONTES CLAROS -MG

Como se viu, os beneficiários analisados neste trabalho são pessoas com necessidades especiais, temporária ou definitiva, tais como deficiência auditiva, física, mental, portadores de câncer, em tratamento de hemodiálise, e outras doenças incapacitantes que dificultem de alguma forma a locomoção do indivíduo, que se enquadrem, também, no critério sócio econômico, pois devem comprovar renda familiar mensal *per capita* de um salário mínimo ou menos.

Vale ressaltar, ainda, que a grande maioria dos beneficiários são oriundos de outras cidades, predominantemente do norte de Minas e sul da Bahia, ou seja, apesar de residirem em Montes Claros/MG, não são nascidos na cidade.

A deficiência/enfermidade predominante entre os usuários está relacionada à saúde mental, perfazendo um total de 915 (novecentos e quinze) usuários.

Deve-se destacar que a maioria destes usuários é aposentada/pensionista pelo INSS e recebe deste órgão 01 (um) salário mínimo mensal, com o qual sustenta, geralmente, 03 (três) ou (04) quatro pessoas que integram o seu núcleo familiar.

Estes dados demonstram e afirmam a vulnerabilidade social dos usuários do sistema de gratuidade do transporte público.

Diariamente, são feitas várias solicitações para o recebimento do benefício da gratuidade do transporte público. Entretanto, o município de Montes Claros não possui qualquer registro dos casos em que o benefício foi prontamente negado pela MCTRANS, que, conforme explicado<sup>7</sup>, sequer chegam ao conhecimento da ATCMC. Por isso, não há elementos suficientes para precisar a quantidade de casos em que houve a negativa pelo órgão municipal, sendo de conhecimento apenas os números apresentados pela ATCMC.

Com base nos registros da ATCMC, é importante evidenciar que a MCTRANS não possui registros semelhantes, sendo possível estimar que, atualmente, no ano de 2014, o número total de usuários com necessidades especiais seja de 6.445 (seis mil quatrocentos e quarenta e cinco) pessoas cadastradas (apenas os titulares dos benefícios, não incluídos os acompanhantes).

<sup>7</sup> Vide nota de rodapé nº.8.



Deve-se atentar ao fato de que 2.457 pessoas tiveram o benefício cancelado por não ter comparecido dentro do prazo previsto para o recadastramento, conforme determinado por lei e explicado anteriormente. Entretanto, estes beneficiários não recadastrados continuam portando as identificações anteriores, que estão sendo paulatinamente recolhidas pelos cobradores dos ônibus, na medida em que os portadores as tentam utilizar.

Existem ainda os usuários que foram recadastrados pela MCTRANS no período estipulado por lei e que não possuem qualquer ficha cadastral, tanto junto à MCTRANS, como na ATCMC, donde se conclui não terem sido preenchidas as fichas necessárias e os requerimentos e tão pouco apresentados os exames médicos capazes de legitimar/confirmar a enfermidade destes beneficiários, conforme exigido da lei. Nessa situação, foram identificados durante as pesquisas, aproximadamente, 1.742 (um mil setecentos e quarenta e dois) usuários nesta situação.

Daí, 02 (dois) questionamentos são necessários: Quem são estes usuários? Será que realmente fazem jus ao benefício?

Embora exista certo controle por parte da ATMC para a concessão dos benefícios para aquelas pessoas que realmente fazem jus, existem alguns benefícios que são concedidos sem a observância do que estipula a lei.

Várias pessoas, diariamente, tentam, de alguma forma, obter o benefício sem atender aos critérios previstos em lei, muitos utilizando, lamentavelmente, da prerrogativa de ser “afilhado” de políticos, ou que foram encaminhadas por uma determinada pessoa, ou, ainda, pela facilidade de adquirir um laudo médico que não condiz com a condição de saúde do indivíduo.

O antropólogo Roberto Damatta, ao analisar o jeito brasileiro de ser, reflete sobre a questão da observância das normas no nosso país:

(...) Assim, utilizamos o clássico ‘jeitinho’ que nada mais é uma variante cordial do ‘sabe com quem está falando?’ e outras formas mais autoritárias que facilitam e permitem burlar a lei ou nela abrir uma honrosa exceção que a confirma socialmente. Mas o uso do ‘jeitinho’ e do ‘sabe com quem está falando?’ acaba por engendrar um fenômeno muito conhecido e generalizado entre nós: a total desconfiança em relação a regras e decretos universalizantes. Essa desconfiança, entretanto, fere sua própria antítese, que é a esperança permanente de vermos as leis serem finalmente implementadas e cumpridas. Julgamos, deste modo, que a sociedade pode ser modificada pelas boas leis que algum governo venha estabelecer e fazer cumprir.” (DAMATTA, 1997, p. 247)





Vale ressaltar que, com a publicação da lei 4.226/2020, estipulou-se, através do seu art. 9<sup>o</sup>, a necessidade de recadastramento de todos os usuários beneficiários em atividade dentro do prazo de 365 dias, a partir da data da sua publicação, sob pena de cancelamento automático dos benefícios daquelas pessoas que não se apresentassem no prazo estipulado. Posteriormente, o referido prazo foi prorrogado pela MCTTRANS e, mesmo após a sua prorrogação, foram aceitos recadastramentos fora do prazo. Tem-se registros de recadastramentos realizados já no ano de 2013, ou seja, mesmo 02 (dois) anos após o término do prazo estabelecido em lei, o que demonstra, de certa forma, o descumprimento da própria legislação elaborada pelo município.

Em Montes Claros (MG), a facilidade de se conseguir um laudo clínico incoerente é muito grande, o que leva, na maioria das vezes, as pessoas que não possuem qualquer deficiência física (que preencha os requisitos da lei) a pleitear o direito ao benefício da gratuidade do transporte público. Deve ser destacado que em 80% (oitenta por cento) das perícias triplíces realizadas, o benefício é negado, já que, nesses casos, os médicos chegam a conclusão de que o interessado não faz jus ao benefício, por não preencher os requisitos exigidos pela lei ou quando o lado do especialista não é coerente com o quadro clínico apresentado pelo requerente. (ATCMC, 2014).

Entretanto, conforme ressalta Gomide (2003), as tarifas do transporte coletivo são calculadas a partir do rateio entre o custo médio de operação dos serviços (incluídos os custos de capital, depreciação e impostos) pelo número de passageiros pagantes. No caso dos benefícios de gratuidade concedidos pelo município, como se tem no caso ora estudado, o funcionamento do sistema encontra seu equilíbrio através dos demais usuários comuns, que passam a “financiar” o serviço.

Daí porque a concessão do benefício de gratuidade deve ser feita com extrema cautela, após minuciosa análise de cada caso, sem a interferência de quaisquer interesses, devendo ser concedido apenas para aquelas pessoas que dele realmente necessitam e fazem jus, pois a distribuição desordenada, com fins eleitoreiros, por exemplo, causa uma inversão no sistema, sobrecarregando as empresas de transporte, que transferem todo o ônus para os usuários pagantes do sistema.

<sup>8</sup> Artigo 9º - Deverá haver o recadastramento de todos os usuários beneficiários, perdendo a validade todas as carteiras no prazo de 365 dias, a partir da publicação da presente lei. (Lei Municipal nº. 4.226 de 12 de maio de 2010).





Em outras palavras, a concessão sem critérios do benefício da gratuidade acaba por prejudicar outra parcela vulnerável da sociedade, representada pelos trabalhadores de baixa renda, que é obrigada a suportar todo o peso do valor da passagem, que não usufruem de qualquer benefício.

Como se viu, a concessão do benefício da gratuidade, embora seja de grande e fundamental importância para a inserção no espaço urbano daqueles que dele necessitam e fazem jus, deve ser feita em estrita observância à lei municipal que o regulamenta. Vale a pena chamar atenção ao grande número de usuários com necessidades especiais cadastrados durante as pesquisas, num total de 6.445 (seis mil quatrocentos e quarenta e cinco), pois, conforme foi apresentado no início deste trabalho, existem outros grupos que possuem o direito a gratuidade do transporte coletivo urbano e que aqui não foram analisados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É latente a importância de se observar e levar em grande conta a mobilidade urbana e a acessibilidade para estruturação de uma cidade, pois são fatores fundamentais para a inserção de todos os cidadãos em seu meio, de forma que possam fruir de modo completo e independente de todo espaço urbano (escolher onde se quer ir e não apenas ir onde é possível), principalmente para aquelas pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade e segregação social, tais como as aqui analisadas.

O risco da inobservância destes conceitos é de tornar o espaço urbano cada vez mais segmentado, dividido e, como consequência, fazer com que as pessoas que o integram se tornem cada vez mais distantes entre si, quando se tem os famosos jargões populares “cada um em seu lugar” ou “cada macaco em seu galho”.

Cumpra saber se a cidade de Montes Claros-MG, ao assegurar o benefício da gratuidade de transporte coletivo para os que possuem necessidades especiais, está efetivamente inserindo essas pessoas que, a princípio, seriam potencial e socialmente segregadas em razão de suas próprias limitações, no contexto social. Em outras palavras, se este benefício é suficiente para alcançar esse mister. Ou, ainda, se estes indivíduos conseguem e podem usufruir de tudo o que a cidade oferece.



O município de Montes Claros/MG tem observado os conceitos de mobilidade urbana e acessibilidade para organizar o espaço urbano, com intuito de integrar toda sociedade, principalmente os vulneráveis e segregados, ao meio urbano?

Com efeito, deve-se atentar para o uso político do benefício de gratuidade, sem a devida observação do que preconiza a lei, o que, infelizmente, ocorre muito na cidade analisada. A concessão do benefício deve ser feita em estrita observação das normas, sob o risco de haver uma inversão do objetivo, pois, quem arcará com o custo daqueles que possuem o benefício indevidamente são os trabalhadores assalariados, que não possuem qualquer favorecimento legal e que utilizam o transporte público como único meio de locomoção.

Desta forma, cumprir o que estabelece a lei é o mínimo que todos os sujeitos envolvidos podem fazer para que o benefício da gratuidade do transporte público atinja o fim a que se propõe, que é o de tornar a cidade acessível às pessoas vulneráveis.

Do contrário, poderão gerar situações de concessões do benefício à pessoas que não fazem jus ao mesmo e, pior, deixar de concedê-lo a quem realmente dele necessita e mereça ser socialmente amparado pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, P.; JUNIOR RAI A AZEVEDO, A. *Mobilidade e acessibilidade urbanas sustentáveis: A gestão da mobilidade no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3-039.pdf>>. Acesso em: 24 de Abril de 2014.

ATCMC, *Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Montes Claros-MG*, 2014.

CARMO, Renato Miguel do. Do espaço abstracto ao espaço compósito: refletindo sobre as tensões entre mobilidades e espacialidades. In: CARMO, Renato Miguel do, SIMÕES, José Alberto (org.). *A Produção das Mobilidades Redes, Espacialidades e Trajectos*. Lisboa, Portugal, 2009, Imprensa de Ciências Sociais, p. 41-54.

CAVALCANTI ARAÚJO, M.; DE FREITAS ASSUNÇÃO, J.. *Pelo direito de ir e vir na cidade: mobilidade urbana e inclusão social em Cidade Praia – Natal/RN*. HOLOS - ISSN 1807-1600, 1, jul. 2008. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/118>>. Acesso em: 20 de abril 2014.



CARRUTHERS, D., LAWSON, G. The contribution of transport to the quality of life, *In: BLESSINGTON, H.K. (ed.), Urban Transport*. Londres: Tomas Telford Publications, 1995, p. 11 – 20.

CRESSWELL, Tim. Seis sistemas na produção das mobilidades. *In: CARMO, Renato Miguel do, SIMÕES, José Alberto (org.). A Produção das Mobilidades Redes, Espacialidades e Trajectos*. Lisboa, Portugal, 2009, Imprensa de Ciências Sociais, p. 25-37.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997.

DENATRAN, Departamento Nacional de Trânsito. *In: <http://www.denatran.gov.br/frota2014.htm>*. Acesso em: 31 de julho de 2014.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. et.al. *Transporte público e pobreza urbana: Um índice – síntese de serviço adequado*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=4788>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Transporte urbano e inclusão social: Elementos para políticas públicas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, julho de 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=4191>. Acesso em: 2 de Julho de 2014.

HANSEN, Walter G. *Accessibility and residential growth* (tese). Massachusetts: Institute of Technology, 1959. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/74869/32597665.pdf?sequence=1>. Acesso em 31 de Julho de 2014.

JÚNIOR, João Alencar Oliveira. Direito à mobilidade urbana: a construção de um direito social. *In: Revista dos Transportes públicos – ANTP*, Ano 33, 2011. Disponível em: <http://www.antp.org.br/\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/F7434509-1AFA-478A-9ECD-9D0C9224E3A3.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2014.

LEMONS, Diana Scabelo Costa Pereira da Silva. et. al. Análise da relação entre o sistema de transporte e a exclusão na cidade do Rio de Janeiro. *In: ENGEVISTA*, v.6, p. 36 -53, dezembro 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/engevista/3\_6Engevista3.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

LÉVY, Jacques. *Os novos espaços da mobilidade* (2000). Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/62/60>. Acesso em: 28 de Abril de 2014.

MORRIS, J.M; DUMBLE, P.L; WIGAN, M.R. Accessibility indicators for transport planning. *In: Transportation Research, Part A*, v. 13, nº 2, p. 91 – 109. Disponível em: <



[http://www.atrf.info/papers/1978/1978\\_Morris\\_Dumble\\_Wigan.pdf](http://www.atrf.info/papers/1978/1978_Morris_Dumble_Wigan.pdf)>. Acesso em: 31 de Julho de 2014.

MUNICIPIO DE MONTES CLAROS–MG, *Lei nº 4226 de 12 de maio de 2010* – Disciplina a concessão de gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano de Montes Claros, revoga as leis nº. 4.132, de 03 de setembro de 2009 e a lei 2.693 de 22 de março de 1999, e dá outras providências.

RAIA JUNIOR, Archimedes Azevedo. *Acessibilidade e Mobilidade na estimativa de um índice de potencial de viagens utilizando redes neurais artificiais* [tese]. São Carlos: Universidade Federal de São Paulo – USP, Escola de Engenharia São Carlos, 2000. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde.../RaiaJrT.PDF](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde.../RaiaJrT.PDF)>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

SANTOS, Dina Maria Rosário dos. *Mobilidade insubmissa: Um ensaio sobre linhas de fuga, trajetórias escolares e processo civilizador*. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao\\_Oral/Trabalhos\\_Completos/Dina\\_Santos.pdf](http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Dina_Santos.pdf)>. Acesso em: 28 de Abril de 2014.

SILVA, Ana Paula Queiroz da. et.al. *Exclusão social, transportes e políticas públicas*. In: XVIII CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE TRANSPORTES – ANPET, 2004, Florianópolis, SC. Disponível em: <[http://www.cbtu.gov.br/estudos/pesquisa/anpet\\_xviiiCongrpesqens/ac/arq114.pdf](http://www.cbtu.gov.br/estudos/pesquisa/anpet_xviiiCongrpesqens/ac/arq114.pdf)>. Acesso em: 2 de julho de 2014.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Mobilidade urbana e cidadania*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.



## **A MÚSICA COMO MEMÓRIA SENSÍVEL: SOBRE A SUA IMPORTANTE FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**

PEDROSA, Adhara

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social  
adharape@gmail.com*

320

### **RESUMO**

O presente estudo dedica-se ao papel que a música exerce no seio de uma cultura. A música será vista como uma forma de comunicação que manifesta as crenças e a identidade de um povo, cumprindo importantes funções sociais e políticas. Em qualquer que seja a sociedade, a música tem se apresentado como universal quanto a sua existência e importância. Veremos que a música, devido a sensibilidade por ela convocada, auxilia na construção de laços sociais restituindo a expressividade necessária à comunicação humana. Seguiremos com o pensamento de Wisnik, quanto as definições de música, com Freud e Nietzsche no que concerne ao modo como o ser humano significa as suas experiências. Iremos articular a esta discussão a possibilidade da música como veículo importante na expressão e na comunicação social, apresentada principalmente por Rousseau.

**Palavras - chave:** Música - Comunicação - Função política

### **ABSTRACT:**

This study is dedicated to the function of the music within a culture. The music will be seen as a form of communication that expresses the beliefs and identity of a people, fulfilling important social and political functions. In whatever society, music has been presented as universal as its existence and importance. We will see that music, because the sensitivity for her called, helps build social bonds returning the expressiveness necessary to human communication. We will continue with the thought Wisnik, as the music settings, with Freud and Nietzsche regarding the way the human being means their experiences. We will articulate this discussion the possibility of music as an important vehicle in the expression and the social communication, mainly presented by Rousseau.

Uma das atividades que melhor define o que é próprio do ser humano é a sua incessante busca em nomear e dar sentido à vida. Poetas, artistas, músicos, cientistas, pessoas comuns. Cada qual busca, ao seu modo, uma maneira de significar a vida, assim como de dar nome as coisas do mundo, para que possam compreender e comunicar ao outro o que estão vendo ou sentindo.

Produzir sentidos é resultado do contínuo trabalho da memória desde as suas etapas perceptivas. O constante contato com o novo decorrente dos encontros na vida exige da memória criar diferentes modos de apropriação a todo instante. Os mais



variados recursos são utilizados para aproximar experiência e compreensão e tentar traduzir aquilo que no início é pura sensação. O bebê que ainda não se apropriou da linguagem falada demonstra muito claramente um profundo esforço para transmitir o que sente e para acessar o que se passa no mundo ao seu redor.

Significar a vida ao apropriar-se do que se passa consigo nos encontros e relações estabelecidas com a cultura em seu grupo social é uma questão amplamente estudada por diversas áreas do conhecimento. A particularidade deste estudo está no modo como a atividade de significação do mundo pode ser construído através da música.

A música e seus elementos sonoros apresentam algumas características que são únicas, resultando em um modo próprio de sensibilidade que muito facilmente traz à tona a emoção e desperta memórias de um modo particular. A música coloca em cena um campo no qual as significações estão começando a tomar uma primeira forma, caracterizando-se pelo trabalho de significação num registro corpóreo e sensível, no qual estão inicialmente presentes apenas intensidades de afeto.

A natureza vibro-acústica do som convoca logo de imediato um campo perceptivo que localiza-se ao logo de todo o corpo, promovendo simultaneamente a percepção auditiva e a percepção tátil, como será demonstrado mais adiante, provocando uma experiência que não se reduz apenas à via de significação mental ligada ao sistema consciente. O modo único da música de impactar, emocionar e trazer a tona memórias antigas e impressões atuais num encontro intenso e vivo é a experiência sobre a qual este estudo irá se desenvolver.

“Como o som participa da constituição de subjetividade e como a subjetividade pode se apresentar pelo som?” (BRUNO, B, 2005, p.11) Esta foi a pergunta desenvolvida no trabalho de dissertação da autora acima quando demonstrou que a subjetividade humana é fortemente marcada pelo som, pois ele está presente já nos primórdios da vida. Há de se acrescentar que este entrelaçamento da música com a subjetividade humana é facilmente observado nas diversas culturas nas quais cantar, dançar e fazer música fazem parte da vida.

Será abordado neste estudo o modo como a música convoca o trabalho mnêmico e a construção processual e contínua da memória. É de se supor que devido a vivacidade

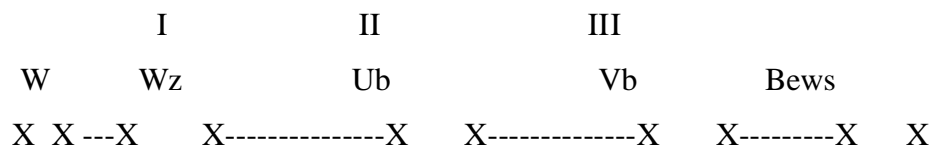


da música, a memória seja convocada intensamente, pois toca nos planos sensíveis, afetivos e também nos planos intelectuais da experiência humana.

As discussões trazidas por Freud e por Nietzsche acerca do modo de funcionamento da memória, nos textos: *Carta 52* de Freud e *Sobre a Verdade e a Mentira no Sentido Extra-Moral*, possibilitará a construção de reflexões sobre como a música com a sua especificidade emocional, convoca o trabalho da memória. Com Rousseau teremos subsídios para pensar como a música, desde os primórdios da civilização, cumpriu um importante papel como linguagem viva e de intenso poder expressivo, mas que, no entanto, devido ao distanciamento entre música e palavra nas línguas mais recentes da história da humanidade houve uma perda de sua capacidade expressiva. Haveria na música, segundo Rousseau, a propriedade de restituir à linguagem a sua expressividade assim como a de restituir à memória a sua vivacidade e o seu trabalho de criação.

## 1. MEMÓRIA E PSIQUISMO: COMO SIGNIFICAR AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA?

Para Freud, o psiquismo é um grande reservatório dinâmico de traços mnêmicos que irão ali permanecer por toda a vida. Este reservatório recebe novas memórias a todo momento, que provocam as memórias já estabelecidas, causando mudanças contínuas. Em uma correspondência dele com Fliess, que se chama Carta 52, o autor descreve o modo como se dá o funcionamento psíquico, explicitando-o conforme o seguinte modelo esquemático (FREUD, S. 1969. p. 282):



Para Freud, o psiquismo possui um modo de funcionamento que se caracteriza por um processo ininterrupto de seguidas transcrições, no qual os traços de memória são reformulados e reorganizados continuamente. Acompanhando o esquema acima, o W (percepção) representa o primeiro registro das percepções, momento no qual não houve





qualquer relação interpretativa ou associativa, caracterizando-se por não haver nem registro de memória, nem de consciência.

Na considerada primeira etapa, com o Wz (indicação da percepção) ocorrem os primeiros registros das percepções através da primeira transcrição da percepção, que apenas após articularem-se por associações por simultaneidade em novas etapas de transcrições poderão atingir a consciência. Os signos de percepção, ou impressões, assim designados nesta etapa, deixam marcas no psiquismo sem, no entanto, constituir-se como traço, caracterizando-se fundamentalmente por serem muito primárias, passando longe de adquirir qualquer significação.

Não se trata de memória-lembrança, mas da permanência de algo que não foi inscrito no inconsciente, mas que permaneceu como pura intensidade, memória da pura impressão e não do traço que a representa (ROZA, G. 1993. p. 55)

Na segunda etapa, Ub (inconsciência) representa a segunda forma de transcrição e de registro, designando os traços de memória que correspondem a lembranças conceituais, mas que igualmente não possuem acesso à consciência.

A terceira etapa, Vb (pré-consciência) é a terceira transcrição no qual ocorrem os processos de ligação à representações verbais que correspondem aos processos egóicos. Seria a própria atividade do pensamento, no qual os conteúdos estão passíveis de circular pelo registro da consciência.

As etapas descritas acima funcionam com o objetivo de encontrar através das transcrições, a etapa seguinte, exigindo do psiquismo trabalho à memória. As transcrições são modos de traduções, de novos arranjos, de reordenação, e já na última etapa, há a busca da tradução em palavras. Esse processo, segundo Freud, atende a aspectos econômicos do psiquismo nos quais cada transcrição inibe a etapa anterior e retira dela a carga de excitação. Cada nova informação irá provocar pelo mecanismo de associação um novo arranjo dos traços de memória, resultando num processo contínuo de reformulação. Freud explicita neste texto que por este motivo, a memória desdobra-se em vários tempos, não podendo ser concebida como definida e estruturada de uma só vez.

Quanto aos processos de transcrições, é de se chamar a atenção o modo como uma excitação nervosa, um estímulo visual, ou sonoro, por exemplo, logo após



percorrer cadeias associativas receberá um nome, ou será definido através de um conceito, ou poderá resultar em alguma ação como resposta àquele estímulo que incidu sobre o aparelho psíquico<sup>1</sup>.

Nietzsche, no texto: “*Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral.*”, desenvolve a questão acerca do modo como as percepções e estímulos são processados, alcançando alguma forma de significação.

As diferentes línguas, quando comparadas, mostram que as palavras nunca alcançam a verdade, nem uma expressão adequada; se fosse assim, não haveria efetivamente um número tão grande de línguas. A coisa em si como sendo precisamente a verdade pura e sem conseqüência, enquanto objeto para aquele que cria uma linguagem, permanece totalmente incompreensível e absolutamente indigna de seus esforços. Esta designa somente as relações entre os homens e as coisas e para exprimi-las, ela pede o auxílio das metáforas mais audaciosas. Transpor uma excitação nervosa numa imagem! Primeira metáfora. A imagem por sua vez é transformada num som! Segunda metáfora. A cada vez, um salto completo de uma esfera para outra completamente diferente e nova. (NIETZSCHE, 2008, p. 03)

Nietzsche argumenta de forma bastante contundente que, em cada uma destas transposições, ocorre algo impossível de ser entendido como um mecanismo objetivo pautado numa racionalidade, no qual poderia haver uma correspondência entre experiência e conceito. O que marca estas transposições são *metáforas audaciosas*, que transformam excitação nervosa em imagem, ou sensação em idéia, por exemplo. Não há, por este motivo, como tomar o conceito objetivamente, como se houvesse nele alguma verdade. Para Nietzsche, os conceitos são frutos da relação do homem com o objeto, pois o objeto não pode ser concebido como puro e objetivamente tomado em si mesmo. Logo, não há como conceber a verdade do conceito ou do objeto segundo uma racionalidade.

O homem vê-se exigido a significar suas experiências e nomear os objetos do mundo, para propiciar espaços de relação e de comunicação no ambiente onde vive. Depara-se, no entanto, com uma árdua tarefa, pois como transformar uma sensação em palavra? Ou como transformar uma excitação nervosa em música? Há que se recorrer aos mais variados recursos, e criar as mais variadas línguas e modos de expressão, na

<sup>1</sup> A noção de psiquismo aqui não é tomada não como um aparelho mental destacado do corpo, mas fundamentalmente localizado no corpo e concebido como uma estrutura corporal.



tentativa de aproximar a singularidade da experiência à uma significação compreensível para si mesmo e para o outro. Ainda acompanhando o pensamento de Nietzsche.

Acreditamos possuir algum saber sobre as coisas propriamente, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas não temos, entretanto, aí mais do que metáforas das coisas, as quais não correspondem absolutamente às entidades originais. (NIETZSCHE, 2008, p. 03)

O conceito seria apenas um resíduo, ou uma pequena parte que representa o objeto, mas dele se distancia. Na medida em que um conceito é utilizado para designar um conjunto de objetos que se diferenciam entre si, ocorre uma generalização e uma abstração do objeto, na qual, aquele nome criado não abarca toda a significação trazida pelo objeto. Deste modo, o conceito aos poucos segue se distanciando cada vez mais do objeto.

Enquanto toda metáfora da intuição é particular e sem igual, escapando sempre, portanto, à qualquer classificação, o grande edifício dos conceitos apresenta a estrita regularidade de um columbário romano, edifício de onde emana aquele rigor e frieza da lógica que são próprios das matemáticas. (NIETZSCHE, 2008, p. 05)

Quando o conceito passa a se distanciar da experiência de tal modo que não consegue mais representá-la, não há como considerar que houve sequer um processo de transposição, pois não há ligação da sensação com a palavra que a designaria. Retomando o Freud, por mais que a designação em palavras esteja localizada na última etapa, quando o afeto finalmente seria ligado à uma representação, é necessário trazer a ressalva de que a representação por palavras nem sempre garante que tenha ocorrido esta ligação no qual o afeto encontra uma significação. Quando a palavra distancia-se cada vez mais da experiência, torna-se fria, pois ela não surge da ligação com o afeto, constitui-se na verdade como uma fala vazia.

Este problema é profundamente abordado por Nietzsche em outros termos, quando em sua época ele denunciava o crescimento do pensamento científico e racional cada vez mais desligado da vida. Nesta denúncia, chega a chamar os conceitos de cemitério das intuições, apontando impossibilidades dos conceitos significarem a intensidade da vida com tamanha frieza.



No texto: “*Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*”, o autor está preocupado com o papel da história em sua época que, ao invés de servir à vida, voltou-se ao incremento e acumulação cada vez maior de conhecimento, distanciando-se das questões trazidas pela vida, como podemos observar na citação abaixo.

De resto, me é odioso tudo o que simplesmente me instrui sem aumentar ou imediatamente vivificar a minha atividade. (...) Instrução sem vivificação, o saber no qual a atividade adormece (...) (NIETZSCHE, 2003, p. 05)

326

Voltando ao modelo das transposições proposto por Nietzsche, ocorre na primeira metáfora a transformação da excitação nervosa em imagem, enquanto na segunda metáfora, a imagem transforma-se num som. No decorrer do texto, no entanto, é possível depreender que o som a que ele se refere é o som emitido pela palavra, que remete a uma das últimas transposições quando a experiência ganha significação verbal. E quanto ao som desligado da palavra? O som percussivo ou o som apenas instrumental? Ou ainda o som da voz ou do batimento cardíaco? Este som desligado da palavra não foi citado nem estudado nestes textos. Será que o som desligado da palavra, estaria em uma das primeiras etapas perceptivas? O compositor percussionista, por exemplo, ou alguém que aprecie uma música instrumental teria convocado um trabalho de memória localizado principalmente nas primeiras transposições?

Nas primeiras etapas de Freud evidenciam-se os níveis primários de percepção que incluem o campo das sensações, dos estímulos nervosos, dos afetos e das intensidades corporais. Num segundo nível ainda primário, o autor descreve o inconsciente e os traços de memória. O traço é a impressão que será ativada pela lembrança, está inscrito como representação. Quanto à marca, trata-se de um tipo de impressão que não participa da cadeia representativa num primeiro instante, não podendo, portanto, ser evocada como uma lembrança, no entanto, ela não pode ser considerada apenas como fator energético, mas como uma memória potencial.

Arriscando uma aproximação dos modelos propostos, enquanto Freud traz um amplo detalhamento das etapas de processamento da memória, Nietzsche apenas aponta duas transposições que envolveriam a ligação da excitação nervosa a uma imagem e em seguida a um som. No entanto, os autores se aproximam ao trazer a necessidade do homem de significar a suas experiências, que no entanto, nem sempre alcançam alguma



representação possível, pois a linguagem pode se apresentar muito dissociada da experiência, não alcançando o seu objetivo de ligação entre o terreno das afecções a possíveis simbolizações.

## **2. DO SOM À MÚSICA: SUAS PROPRIEDADES E PODER DE INFLUÊNCIA**

327

Especula-se que a música tenha sido originada de uma grande arte que era composta por música, canto, poesia e dança. Posteriormente, ela teria sofrido separações que resultaram em diferentes tipos de artes que foram adquirindo identidade própria.

Haveria uma vinculação essencial entre as artes, testemunhada pelo registro histórico, sugerindo um passado remoto, quando dança, canto e poesia constituiriam uma obra de arte global, ainda testemunhadas, nos dias de hoje pela inseparabilidade entre música, dança e poesia em culturas da oralidade? (OLIVEIRA, S. R. 2003 pág.18)

A origem comum das artes citadas é uma suposição muito contundente, pois o modo como elas são interconectadas em sua natureza é uma clara evidência, a ponto de não se definir facilmente o ponto de separação entre elas. Como veremos em Rousseau no próximo item, as artes faziam, todas elas, parte de uma só arte que compunham a primeira forma de linguagem humana, esta caracterizava-se por ser profundamente expressiva. Uma das principais características da poesia, por exemplo, está em sua musicalidade, presente no fator rítmico de suas rimas. Oliveira (2003) dedicou-se a apresentar a inseparabilidade entre poesia e música ao mostrar que o andamento marcado pela poesia possui tamanha força que o texto tomado de forma crua não expressa o sentido adquirido por sua cadência rítmica. Segundo a autora, a musicalidade da poesia frequentemente transforma o sentido literal trazido pelas palavras, se sobrepondo à significação linguística.

Música e dança formam um outro exemplo de áreas artísticas que estão profundamente ligadas. Não é por acaso que a dança está sempre vinculada de algum modo à música. A música não apenas impulsiona e motiva ao movimento, como também sugere o modo como o movimento pode ser construído. É como se o som acompanhasse o movimento, auxiliando-o no modo como ele vai se desenhando, em



seus momentos de clímax, repouso, tensão e com as suas gradativas nuances. Dedicaremos um pouco mais de atenção, no entanto, não às relações entre dança e música, mas sim às relações entre música e movimento, partindo inicialmente do som.

Som é movimento, esta é uma de suas primeiras definições. Som nada mais é que o deslocamento de uma sequência rapidíssima de impulsos e repousos. "O som é, assim, o movimento em sua complementaridade, inscrita em sua forma oscilatória." (WISNIK, 2004, p.18) Logo, o som se caracteriza por surgir no movimento oscilatório de vibrações no decorrer do tempo.

O som, em sua oscilação e movimento, produz vibrações. "Essa vibração se transmite para a atmosfera sob a forma de uma propagação ondulatória, que o nosso ouvido é capaz de captá-la e o nosso cérebro a interpreta, dando-lhe configurações e sentidos." (WISNIK, 2004, p.17) A transmissão do som ocorre pela vibração sonora, ou seja, pelo deslocamento das ondas sonoras no espaço num determinado intervalo de tempo.

A vibração sonora é captada não apenas pelo aparelho auditivo, mas dependendo da intensidade na qual ele é produzido, ele será captado também por toda a superfície corporal. A extensão da pele por todo o corpo poderá ser atingida por um som produzido.

O modo de apreensão do som e da música se dá não apenas pela audição, conforme acredita-se no senso comum, mas a música convoca sim todo o sistema perceptivo tátil. É como se a música tocasse materialmente os objetos que alcança. Há neste ponto uma convergência entre música e corpo, que ao ser tocado, passa a movimentar-se e a vibrar junto com a música. A música é também uma forma de comunicação pelo toque. A energia enviada por intermédio das vibrações sonoras "toca" de forma fisicamente mecânica o tímpano do ouvinte, mas não só o tímpano. Todo o corpo do ouvinte é um receptor sonoro imerso no campo dessas vibrações. É por este motivo que encontramos belíssimos trabalhos de educação musical com surdos, por exemplo. Segundo Nídia Regina Sá (2002), autora que trabalha com educação musical com surdos, a experiência da surdez potencializa a percepção tátil, levando o surdo a experimentar as vibrações sonoras de forma até mais intensa que os ouvintes. A natureza tátil da música aproxima ainda mais som e corpo, pois atinge o corpo de um modo no qual ele é convocado e levado responder corporalmente ou musicalmente. A



vibração sonora, ao nos tocar materialmente poderia provocar sensações e evocar sentimentos? Seria esta característica tátil a responsável pela enorme influência que a música exerce sobre nós? Tais questões exigem que possamos avançar não apenas naquilo que o som provoca, mas no que a música, ao levar a sua natureza sonora pode provocar.

Até o presente momento estávamos nos referindo apenas às propriedades físicas do som. A partir de agora, será realizada uma diferenciação entre som e música. O som, ao adquirir um modo de organização rítmica, melódica e em última instância harmônica, devido à sua crescente complexificação, passa a ser conceituado como música. Na medida em que o som toma uma forma de organização, ele torna-se música, que terá diversos estilos, cores e formas definidos desde o início pelo grupo social que o criou, carregando consigo fortes elementos de sua cultura. Trata-se não do som tomado isoladamente como um estímulo acústico, mas sim da música quando reconhecida culturalmente como uma forma de expressão.

A música será aqui entendida como um campo artístico expressivo que traz em cena as características culturais marcantes do povo que a criou. Há tantos tipos de música assim como há tantas culturas. A forma adotada pela música e o sentido a que lhe é atribuído é plenamente composto de historicidade.

A música caracteriza-se por ser uma combinação de sons que estabelecem relações entre si e são regidos por uma estrutura que os organiza. “Descreve-se a música originariamente como a própria extração do som ordenado e periódico do meio turbulento dos ruídos.” (WISNIK, 2004, p. 27) Ela caracteriza-se, devido à sua natureza sonora por possuir uma materialidade aparentemente sutil, ou não material, não reconhecida com facilidade, pois em nossa cultura baseamos o contato à realidade principalmente através das percepções visuais e táteis. Talvez seja por este motivo que a música seja facilmente considerada como uma arte abstrata, pouco tangível e palpável.

A música, sendo uma ordem que se constrói de sons, em perpétua aparição e desapareção, escapa à esfera tangível e se presta à identificação com uma outra ordem do real: isso faz com que se tenha atribuído a ela, nas mais diferentes culturas, às próprias propriedades do espírito. (WISNIK, 2004, p. 28)





Nas mais variadas culturas a música sempre esteve ligada a rituais religiosos e místicos, exercendo poderoso papel de influência na vida das pessoas, chegando a assumir propriedades de cura.

Sobre a influência que a música exerce sobre nós, Weill se pergunta. “De que magia a música retira este poder de nos transportar de um estado para outro? Do ponto em que estávamos antes de pegar este meio de transporte, eis-nos em outro ponto, após uma estranha viagem.” (WEILL, 2004, p.57)) Segundo a afirmação, a música exerce uma enorme influência sobre nós, a ponto de nos transportar de um lugar para outro e de nos fazer experimentar emoções e sensações que não seriam evocadas não fosse a provocação experimentada pela música.

Para Pascal Quignard, a música não exerceria apenas uma influência. O autor descreve um efeito ainda mais poderoso, mais forte, da música sobre nós. “A música viola o corpo humano. Ela põe de pé. Os ritmos musicais fascinam os ritmos físicos. Ao encontro da música o ouvido não pode se fechar.” (QUIGNARD, 1996 p.122)

Tal afirmação foi retirada do texto: *Ódio à música*, no qual o autor registra o modo como a música foi utilizada no extermínio de milhares de seres humanos, grande parte deles, judeus, nos campos de concentração da Alemanha. As músicas de Wagner, Brahms e Schubert foram utilizadas, segundo o autor, com o seguinte objetivo.

Não foi para acalmar os seus sofrimentos, nem mesmo para conciliar suas vítimas, que os soldados alemães organizaram a música nos campos da morte. Foi para aumentar a obediência e soldá-los todos na fusão não pessoal, não privada, que toda música cria. Foi por prazer, prazer estético e satisfação sádica, sentidos na audição das árias amadas e na visão de um balé de humilhação dançada pela tropa daqueles que carregavam os pecados dos que os humilhavam. (QUIGNARD, 1996, p.124)

Os campos de concentração e as organizações militares conhecem muito bem o poder de docilização que a música pode exercer, organizando e estabelecendo uma direção ao qual todos devem seguir e se submeter. Torna-se fácil balizar um grupo numeroso de pessoas quando o ritmo os coloca num mesmo tempo, numa mesma pulsação, dando-lhes coesão. Retomando a afirmação de Quignard, “Ela põe de pé”, é como se a música tivesse um efeito de levar o corpo a realizar um movimento, no qual sequer houve um comando voluntário, pois foi a música que levou o corpo a fazer algo sem que se tenha percebido conscientemente.



No campo de pesquisas da musicoterapia, esta constatação não é uma grande novidade, na qual alertam sobre os efeitos iatrogênicos da música em sua utilização clínica. Nos hospitais psiquiátricos, por exemplo, a música já fora utilizada com o objetivo de que os pacientes ficassem mais calmos e se submetessem com mais facilidade ao ritmo imposto pela instituição. Em outro exemplo, na clínica com os autistas, a música pode ter um efeito hipnótico no qual o paciente pode ficar ainda mais preso e voltado a si mesmo, reforçando algum comportamento repetitivo, de isolamento e de alienação do mundo. A musicoterapeuta Ana Carolina Arruda trouxe esta discussão com maior profundidade em *Música como elemento iatrogênico em Musicoterapia* no trabalho de conclusão do curso de graduação em musicoterapia em 2010.

O fato do som penetrar no aparelho auditivo e fazer o corpo vibrar junto a ele pode suscitar um grande incômodo, não apenas porque não há como tapar os ouvidos e dizer não à ela, mas porque a música pode provocar sensações involuntárias, emoções não compreendidas, pode evocar toda uma gama de prazeres e trazer memórias pouco reconhecidas de um outro tempo.

No texto: “O Moisés de Michelangelo” de Freud, ele relata que por uma tendência talvez racional, nunca tenha apreciado a música, pois lhe incomodava a forma como era comovido sem saber o porquê. Tomando suas palavras: “Uma inclinação mental em mim, racionalista, ou talvez analítica, revolta-se contra o fato de comover-me com uma coisa sem saber porque sou assim afetado e o que é que me afeta.” (FREUD, 1914, p. 217)

A observação feita por Freud é muito interessante devido ao incômodo provocado por sensações involuntárias pouco conhecidas. Trata-se de um plano de sensações e de significações não verbais que vêm à tona.

A música coloca em cena um campo de afetação no qual inicialmente não há um sentido proposto, mas ao provocar, ela impele ao movimento, impele a possíveis construções de sentido. A música, diferentemente do que faz a linguagem verbal, não nomeia nem busca representar, mas aponta, com toda a sua força para o não verbalizável. (WISNIK, 2004, p.28)



## 2. ROUSSEAU E A MÚSICA

Jean-Jacques Rousseau foi um grande defensor do mundo dos sentimentos em detrimento da razão intelectual. Acreditava na natureza sensível do homem e no seu direito à liberdade em contraposição ao artificialismo da vida civilizada. Teve o seu pensamento construído na primeira metade do século XIX encontrando-se na base do movimento romântico. Suas idéias de princípio de liberdade e de igualdade políticos serviram de inspiração para as coordenadas teóricas utilizadas posteriormente na Revolução Francesa.

O seu texto (1987) “*Ensaio sobre a origem das línguas*” possui um especial valor neste trabalho. Para o autor, a forma apresentada nas primeiras comunicações entre os homens era a forma musical, caracterizada pela proeminente sonoridade expressiva marcada na voz. Os homens comunicavam-se pelos gestos, e pelos sons, a voz entoada era revestida de força expressiva aliada à gestualidade do corpo. O autor afirma. “Não se começou raciocinando, mas sentindo.” (ROUSSEAU, 1987, p.265) E foi em nome do sentimento que a linguagem foi inventada. Não teria sido em nome da necessidade, mas sim pela paixão que o homem precisou se expressar.

Não foi a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes. (...) para emocionar um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza impõe sinais, gritos e queixumes. Eis as mais antigas palavras inventadas, eis por que as primeiras línguas foram cantantes e apaixonadas antes de serem simples e metódicas. (ROUSSEAU, 1987, p. 266)

A linguagem não teria nascido para comunicar as necessidades humanas, mas sim para expressar as suas paixões. O que impulsionou a invenção da linguagem foi o amor. Rousseau desenvolve a noção de que música e linguagem teriam surgido numa mesma época, num mesmo tempo histórico e teriam nascido juntas. O autor apresenta a tese de que os versos, os cantos e a palavra têm origem comum. Por este motivo, as primeiras línguas eram cantantes, apaixonadas e ligadas aos objetos os quais ela buscava representar. É a palavra entoada, musicada e gesticulada que possui esta capacidade de alcançar a expressão do sentimento.

Das línguas mais antigas, o autor cita as línguas orientais e afirma: “Essas línguas nada possuem de metódico e raciocinado; são vivas e figuradas. Apresentam-



nos a linguagem dos primeiros homens como línguas de geômetras e verificamos que são línguas de poetas.” (ROUSSEAU, 1987, p.265) O autor desconstrói a idéia de que as primeiras línguas seriam precisas e lógicas e afirma que elas eram mais ligadas à arte, ao sentido figurado e ao coração.

Nestas primeiras línguas, as palavras possuíam poucas articulações, eram mais fáceis de pronunciar e de entoar, possuíam poucas consoantes, acentos e hiatos. “Cantar-se-ia em lugar de falar.” (ROUSSEAU, 1987, p.270) As línguas às quais o autor se refere no decorrer do seu texto são as línguas antigas (grega e egípcia), a chinesa, e o árabe. Elas possuem poucos advérbios assim como palavras abstratas, se prendendo mais à eufonia, à harmonia e à beleza dos sons.

Para Rousseau, a linguagem musical, ao transmitir o sentimento e a sua relativa impressão moral com vivacidade, teria como uma de suas grandes funções a de unir os seres humanos. A comunicação é destacada como aquela em que propicia a relação humana, propicia a proximidade, as trocas afetivas e o reconhecimento do outro em sua semelhança e em sua diferença.

As línguas desenvolvidas já num tempo posterior a estas primeiras línguas, àquelas que desenvolveram a escrita, como o latim, assim como as línguas europeias, são exemplos de línguas que perderam esta musicalidade presente nas onomatopéias e nas variações de tom e de intensidade presentes na música. Para o autor, a acentuação não chega a ser uma variação do acento musical, mas apenas pequenas variações que podem ser produzidas por pequenas modificações do palato, da língua ou dos lábios.

Tudo isso nos leva à confirmação do princípio que diz deverem todas as línguas escritas, por um progresso natural, mudar de caráter e perder a força, ganhando clareza; que quanto mais se acelerará esse progresso; e que, para tornar rapidamente uma língua fria e monótona, basta estabelecer academias no seio do povo que a fala. (ROUSSEAU, p. 283)

Há nestas línguas uma arbitrariedade entre os seus caracteres e o modo de pronunciar-los e não há uma preocupação com o modo em que ela será executada, ou se ela é orgânica à voz. Nossas línguas atuais apresentam problemas apontados por Rousseau. Quando a linguagem progride intelectualmente e racionalmente, torna-se mais clara e precisa, mas deixa de alcançar a expressão e deixa de falar ao coração, perdendo a capacidade de ligação entre as pessoas. A riqueza musical presente na



linguagem foi sendo substituída pela articulação cada vez mais precisa, pela criação de novas combinações gramaticais e pelo crescimento e complexificação do vocabulário. Sua rica musicalidade foi sendo substituída pela regularidade, tornando-se mais justa. Ao distanciar-se das paixões, tornou-se fria e surda.

Também para Nietzsche, a busca científica por conceitos cada vez mais precisos teve como resultado apenas o distanciamento cada vez maior da vida. Com o acúmulo do conhecimento intelectual não se pôde avançar nas questões suscitadas pela vida.

Tanto Nietzsche quanto Rousseau denunciaram uma forte separação entre afeto e razão, e uma crescente valorização em nossa sociedade da racionalidade em detrimento de um plano sensível ligado à vida. Apontaram uma dificuldade em encontrar na linguagem um modo de representação que correspondesse ao que o coração e ao que a vida precisava comunicar, a música, em contrapartida, poderia ser considerada como um instrumento que poderia restituir à linguagem a sua carga afetiva.

Para Rousseau, a harmonia musical ao surgir com a complexificação e intelectualização musical, pode estimular uma série de sensações, no entanto, não evoca, como faz a melodia, o que o autor chama de impressões morais. A harmonia convoca um plano mais abstrato, mais etéreo, enquanto a melodia está mais próxima das emoções, tocando mais diretamente as significações. O autor critica a complexificação da música com a harmonia, pois ela perde o seu poder comunicativo. Este seria um marco da separação entre música e linguagem, o advento da harmonia e das línguas escritas.

Com Rousseau, poderíamos afirmar um potencial na música, em especial em seu caráter melódico, que dá a ela a capacidade de revestir a palavra de expressividade. No canto, a palavra apossada da melodia poderia recuperar o seu poder de comunicar. Esta música comunicativa e expressiva é vista como um poderoso agente social, ao aproximar as pessoas e propiciar entre elas espaços de relação. A linguagem artística – esta que desconhece a diferença entre música, dança e teatro – traz para si o som e o gesto, o corpo e a música, e coloca o corpo em movimento, e lança a voz que clamava por significação encontrando caminhos para se restabelecer a expressão e a comunicação. O valor expressivo desta língua tem raízes na melodia do discurso, assim como na colocação efetiva do corpo como portador desta voz que tem algo a comunicar.



Retomando Nietzsche, diante da racionalização intelectual e pelo acúmulo de conhecimento que ocasionaram um maior distanciamento da vida, a música poderia ser associada ao plano intuitivo, ao plano das emoções, e das sensações, àquele que está mais conectado com a vida e com as questões trazidas pela vida.

Já em Freud, a música se localizaria em um campo primário, distante da formulação consciente e da representação por palavras. Este campo caracteriza-se pelas intensidades, pelas impressões, e pelos afetos que podem adquirir posteriormente significações.

A música estaria estreitamente relacionada não apenas aos traços de memória que mais facilmente podem atingir à consciência, mas a um plano anterior, ao plano das intensidades, ao plano das impressões que não adquiriram representação. A questão aqui trazida nos leva a crer que o campo músico-sonoro, ao convocar o plano afetivo, pode provocar novos arranjos desta memória primária suscitando novas cadeias associativas ao lhes oferecer novos caminhos para as intensidades percorrerem.

## REFERÊNCIAS

ANTONELLO, D F. Herzog, R. *A memória na obra freudiana, para além da representação*. In Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2012. <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/746/667>

BRUNO, B. *O sonoro e o subjetivo: um estudo sobre o som desde seus vestígios iniciais até suas traduções clínicas*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Medicina Social. Área de concentração: ciências humanas e saúde, 2005.

CELANO, C. C. *A experiência musical como narrativa na clínica da musicoterapia. Uma possibilidade de criação e reinvenção de sentidos e memórias*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2011.

COSTA, A. C. A. *Música como elemento iatrogênico em musicoterapia*. Monografia de graduação em musicoterapia apresentada ao Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro em 2010.

FREUD, S. *Carta 52*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FRONTEIRAS: MEMÓRIA, CORPO E ALTERIDADE. In: [periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/download/2303/2025](http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/download/2303/2025)

GARCIA-ROZA, L. *A Introdução à metapsicologia freudiana II*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

MAIA, Marisa. *Extremos da alma*. Tese de doutorado defendida no Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde, 2002.



NIETZSCHE, F. *Verdade e mentira no sentido extra-moral*. [Tradução Noéli Correia de Melo Sobrinho] in: <http://ensaius.files.wordpress.com/2008/03/sobre-a-verdade-e-a-mentira-no-sentido-extramoral.pdf>

\_\_\_\_\_. *Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ROUSSEAU, J. J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. In Coleção os Pensadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

WEILL, A. D. *Nota Azul*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997.

WISNIK, J. M. *O som e o sentido*. Uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das letras, 2004.





## **EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, POLÍTICA E MEMÓRIA: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE OS EDITAIS DE PREMIAÇÃO NA INTERFACE ARTE E SAÚDE MENTAL**

PINTO, Diana de Souza

*Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social – UNIRIO*  
dianap@globo.com

MECCA, Renata Caruso

*Estudante de doutorado do Programa de de Pós Graduação em Memória Social – UNIRIO*  
meccadasartes@yahoo.com.br

337

### **RESUMO**

Com Reforma Psiquiátrica, surgiram muitos grupos artístico-culturais na saúde mental e editais de premiação específicos para este campo, configurando um novo momento da relação loucura e sociedade. Trabalharemos em nossa pesquisa de doutorado com a construção da memória social das produções artísticas premiadas desde 2000, dando ênfase à afetação que estas obras produzem nos avaliadores destes editais. Traremos aqui uma discussão teórica sobre a relação entre experiência estética, política e memória como aporte para debater um questionamento sobre o trabalho de memória dos avaliadores dos editais: se avaliam as obras por uma lógica de continuidade entre as formas sensíveis e uma esperada mudança de comportamento da sociedade em relação à loucura; ou pela descontinuidade que altera o mapa do sensível e dá lugar a produções à margem do sistema da arte.

**Palavras-chave:** arte. saúde mental. memória social

### **ABSTRACT**

Many artistic and cultural groups in the mental health field and specific awards to these productions arose along with Psychiatric Reform, setting a new time of madness and society relationship. Our doctoral research will work with the construction of social memory of the artistic productions awarded since 2000, emphasizing the affectation that these works produce in evaluators of these awards. We will bring here a theoretical discussion of the relationship between aesthetic experience, politics and memory as contribution to debate a question about the memory work of the evaluators of the awards: the art works are evaluated by a logic of continuity between the sensible forms and an expected change in society behavior relating to madness; or discontinuity by changing the map of sensible and giving rise to productions on the sidelines of the art system.

**Key-words:** art. mental health. social memory



## INTRODUÇÃO

A partir da Reforma Psiquiátrica no Brasil, surgiram muitos grupos artístico-culturais configurando um novo momento da relação loucura e sociedade. No final da década de 1990, foram criados Editais de premiação específicos para este campo artístico-cultural por organizações sociais e pelo Ministério da Cultura.

Trabalharemos em nossa pesquisa de doutorado com a construção da memória social das produções artísticas premiadas nos últimos 6 anos, dando ênfase ao processo de construção de representações sociais acerca destas produções e ao campo de tensão permanente entre forças que o engendra, dando lugar a distintos atores sociais, às disputas e negociações de sentidos e à investigação sobre a existência ou não de memórias dominantes.

Para isso, entendemos que a este estudo cabe não somente a memória das representações, mas também a memória do irrepresentável, no que tange a afetação que estas obras produzem nos avaliadores destes editais, e que fazem “apostar em um outro campo de possíveis” e em práticas inovadoras no território de interface entre a arte e a saúde mental (GONDAR, 2005, p.25)

Em 2007, o Ministério da Cultura (MinC) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ organiza uma oficina para a construção de uma política de fomento a produções na interface entre a arte e a loucura que culmina num Edital de premiação específico para este campo artístico cultural (AMARANTE et. al., 2012). Isto se fez possível pela construção de uma política pautada no reconhecimento da cultura como direito social básico; e na valorização da diversidade cultural como patrimônio (DORNELES, 2011).

O Edital Loucos pela Diversidade de 2009, oriundo das diretrizes desta Oficina, teve 362 iniciativas para 55 premiados em todo Brasil. Dentre o total das experiências, 54% são de iniciativa de grupos autônomos e pessoas físicas. Segundo os pesquisadores, estes dados indicam atividades independentes de uma finalidade sanitária e um processo de autonomização dos sujeitos vinculados ao campo da saúde mental. (AMARANTE et. al., 2012)

Num primeiro contato com o edital e as fichas de inscrição e em conversa com um dos gestores do edital sobre a forma como os trabalhos foram avaliados e



selecionados, surgiram questões que nos fazem indagar em que medida a experiência estética é parte determinante do processo avaliativo dos trabalhos inscritos, do reconhecimento destas produções como patrimônio cultural, e ainda se esta faz parte dos dispositivos que estes editais criaram para dinamizar o sistema da cultura com relação às representações acerca da loucura.

Os tópicos contidos nas fichas de inscrição dos trabalhos foram utilizados pelos avaliadores para pontuar os trabalhos inscritos e segundo a gestora do edital, foi a partir da pontuação destas fichas que os trabalhos foram premiados. Não caberia neste trabalho fazer uma análise pormenorizada destas fichas, mas sim ressaltar quais pontos geram questionamento para a análise deste e dos demais editais que compõem o corpus desta pesquisa. Após identificar-se, descrever a iniciativa e relatar um breve histórico de vida de maneira a aferir sua relação com o campo da saúde mental, os inscritos devem responder a questões sobre a maneira como a iniciativa contribui para a Reforma Psiquiátrica Brasileira e a outras que avaliam a forma como a iniciativa se articula a rede intersetorial de serviços de saúde, cultura e educação e a comunidade local; como colabora para a promoção da cidadania e da participação sociocultural dos sujeitos envolvidos; e quais benefícios foram alcançados por estes a partir da iniciativa.

Claramente são aspectos que estão em correspondência direta com os princípios da Reforma Psiquiátrica, entendida como um processo social complexo, pois além das mudanças no modelo assistencial em saúde mental, propõe a elaboração de novas referências conceituais para a questão da “loucura”, a sustentação da ideia do protagonismo e cidadania de usuários e familiares, e a construção de um novo lugar social para a população assistida.

Porém, nos fazemos indagar em que momento o contato com as produções e a experiência estética dos avaliadores foi determinante durante o processo de seleção e premiação. Nesse sentido, em que medida o ativismo político, os princípios da Reforma Psiquiátrica, e um desejo de memória da Reforma antecipariam um resultado esperado destes trabalhos pelos avaliadores que se sobrepõe à experiência sensível, ao estranhamento e ao imponderável, o real que nos escapa e que só pode ser aprendido por uma experiência sensível que se pode ter no contato com estes trabalhos?



Ainda cabe perguntar em que medida as obras e seus autores ainda se veem ancorados a categorias identitárias que associam de maneira direta arte e loucura, em virtude da expectativa dos próprios editais de que as obras produzam transformação na relação loucura e sociedade, como uma certa lógica causal de eficácia política da arte, e a consequente antecipação desta transformação como um resultado esperado das obras a ser traduzido nas mesmas?

A transformação da relação loucura e sociedade e a experiência estética na relação com os trabalhos inscritos são questões que se conjugam ou se atravessam? Seguem uma lógica de continuidade entre a produção de formas sensíveis e a mudança de comportamento e/ou de percepção que se espera dos espectadores; ou produzem dissonâncias, descontinuidades que alteram o mapa do sensível, como aponta Rancière (2012)?

Gumbrecht (2010), ao criticar a compreensão do mundo pela construção do sentido e pela interpretação largamente difundida pelas ciências humanas, localiza a experiência estética na oscilação entre efeitos de presença, relação espacial de impacto imediato dos objetos “presentes” nos corpos humanos, e efeitos de sentido. Chama atenção ao plano sensível e nos permite pensar em como lidar com o excesso, com aquilo que não foi apreendido pelo discurso ou pela funcionalidade, aquilo que o sentido não dá conta e que convoca o corpo. Sintonizamos estas colocações com Didi-Huberman na sua crítica ao primado da linguagem sobre a imagem e na sua defesa em favor da imagem. As imagens em suas imanências e não-sentidos produzem impacto sobre nós, transformando a mônada temporal do acontecimento numa montagem de tempos, e surgem quando a reflexão parece impossível e a memória, contudo, necessária (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Dar lugar ao irrepresentável é desfazer a lógica do visível, a ideia de que só há aquilo que vejo, o que o arquivo diz e o que o monumento, a imagem fixa, nos dá a ver. Pra isso é necessário brincar com as convenções da representação, profanar e dessacralizar as representações, restituí-las à esfera do contágio e do uso comum, emancipá-las da sua relação com uma finalidade, desativando seus dispositivos para, no jogo próprio da arte, tornar possível um novo uso (AGAMBEN, 2007).



Como a experiência estética pode constituir memória? Como ela pode nos colocar face ao intangível, àquilo que a história não toca, e que ao mesmo tempo pode dar movimento à memória e à história?

Para tangenciar estes questionamentos faremos uma exposição teórica sobre a experiência estética e sua relação com a memória e com a política que nos auxilie a debater a construção de memória das produções oriundas da interface arte e saúde mental pelos atores envolvidos nos editais a luz de uma discussão sobre a expressão “experiência estética” e sobre a política na arte. Inicialmente os apontamentos sobre a destruição da experiência a partir de Agamben e Benjamim podem nos ser úteis.

### **EXPERIÊNCIA, ESTÉTICA, ANESTÉTICA**

Segundo Agamben (2005), o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência, como já diria Benjamim (1933). No cotidiano das cidades, o homem vive inúmeros eventos sem que, no entanto, algum deles se torne experiência, como uma nova forma de miséria que surgiu com o desenvolvimento da técnica. O que não significa que não existam mais experiências, mas estas estão postas fora do homem, e a imensa maioria se recusa a experimentá-las. Esta recusa pode constituir uma defesa legítima dos expropriados de experiência frente a uma experiência manipulada.

O entendimento da experiência moderna por Benjamim está centrado no choque. Sob o excesso de energias o ego emprega a consciência como para-choque, bloqueando a abertura do sistema sinestésico<sup>1</sup>, isolando a consciência presente da memória do passado. Sem a dimensão da memória, a experiência empobrece.

Ao reler “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, Buck- Morss (1996) retoma a advertência de Benjamin de que o resultado lógico do fascismo é a introdução da estética na vida política. O fascismo, em sua espetacularização e estetização da política, promove a anestetização da recepção: a população passa a ver

<sup>1</sup> Buck- Morss (1996) chama de sinestésico o sistema descentrado do sujeito clássico de consciência transcendental que separa mente e cérebro, no qual as experiências sensoriais exteriores se enfeixam nas imagens internas de memória e antecipação. Que abrange sensação física, reação motora e significado psíquico. Este sistema é aberto à experiência sensorial e ao mundo pelos órgãos dos sentidos e descontínuo nas possíveis formações de redes nervosas.



sua própria destruição de maneira prazerosa. A alienação sensorial se encontra na origem da estetização da política que o fascismo manipula.

Em resposta a isso, Benjamim propõe uma politização da arte, na qual a arte desfaça a alienação do aparato sensorial do corpo, restaure o poder instintual dos sentidos corporais humanos em nome da autopreservação da humanidade, não através do rechaço às novas tecnologias, mas pela passagem por elas. Quando faz esta proposição retoma a ideia de que o campo original da estética não é a arte, mas a natureza corpórea, material dos sentidos, que mantém um traço não civilizável resistente à domesticação cultural.

No mundo moderno, o sistema sinestésico é sobrecarregado de estímulo e entorpecimento e assim, levado a proteger o corpo do choque perceptual, ele inverte seu papel, passa a insensibilizar os sentidos, reprimir a memória, se torna um sistema de anestésico. ‘Nesta situação de “crise na percepção”, não se trata de educar o ouvido rude para ouvir música, mas de lhe restituir a audição. Já não se trata de treinar os olhos para ver a beleza, mas de restaurar a "perceptibilidade"’. (BUCK- MORSS, 1996, p. 24)

Agamben (2005) se pergunta se é possível uma experiência muda, inapreensível pelo discurso, e qual sua relação com a linguagem?

É na linguagem que o homem se constitui como sujeito, e esta é organizada de modo a permitir a cada locutor apropriar-se da inteira língua designando-se como eu. Se o sujeito é o locutor, nós jamais apreenderemos a experiência pura, ainda muda, no sujeito. A constituição do sujeito na linguagem é a expropriação desta experiência muda. Uma experiência originária, longe de ser algo subjetivo, não poderia ser nada além daquilo que no homem está antes do sujeito, antes da linguagem: sua infância.

Portanto, segundo ele, a ideia de uma infância com uma substância psíquica pré-subjetiva é um mito. Infância e linguagem parecem remeter-se como um círculo em que uma é origem e limite da outra.

Agamben (2005) procura neste círculo o lugar da experiência como infância do homem. É a infância que produz a descontinuidade entre língua e discurso, entre natureza e cultura, é a origem transcendental da linguagem. Pois o próprio fato de que exista uma infância, de que exista experiência enquanto limite transcendental da



linguagem, exclui que a linguagem possa ela mesma apresentar-se como totalidade da verdade. Linguagem torna-se então o lugar onde a experiência deve tornar-se verdade.

É sobre esta descontinuidade que se encontra o fundamento da historicidade humana. Pois a pura língua é anistórica é considerada absolutamente a natureza e não necessita de história. É nessa diferença que uma história se produz. Um homem que fosse já desde sempre falante, seria já sempre natureza, seria uno à língua da natureza e jamais poderia opô-la como objeto.

É a infância, o fato de não ter sido sempre falante, que possibilita o homem entrar no mundo fechado dos signos e transformá-lo radicalmente em discurso. A infância é uma potência que permite a renúncia do previsível, a quebra da continuidade linear da história e ilumina aquilo que não se revela de imediato. Por isso a história não é progresso contínuo da humanidade falante em tempo linear, mas é descontinuidade, intervalo onde ocorre a experiência.

Uma leitura positiva de Benjamin (1933) recolocaria a experiência da pobreza como possibilidade de reinvenção de nossa experiência com o mundo, na possibilidade de dar contorno aos fenômenos impossíveis de captar, o que escapa à técnica de manipulação estetizante e à compreensão intelectual e linear. A experiência não sobrevive na nostalgia da tradição, mas na condição do fragmentário e da precariedade, do relampejo do extraordinário na banalidade cotidiana. Ou no hiato que constitui a infância do homem, e onde a história é originária, e para onde, segundo Agamben (2005) ela deve retornar e manter-se em viagem.

Falamos, portanto, de uma experiência estética voltada ao sensorial, ao estranho, ao inapreensível, àquilo que nos escapa e nos coloca de frente ao vazio que nos olha, nos concerne e nos constitui (DIDI-HUBERMAN, 2010). E que ao escapar, resiste à dominação e à manipulação de uma memória estetizante e suporta uma construção política de múltiplas possibilidades de leitura.

Mas vamos nos aproximar mais deste termo.

## **EXPERIÊNCIA ESTÉTICA**

Na modernidade, tal qual descrita por Benjamin (1935/1936), as artes gráficas e a reprodução técnica afetaram a obra de arte na sua autenticidade, no seu caráter de





autoridade, no seu peso tradicional e na sua sacralidade. A noção de obra de arte se dissolve, a experiência estética impregna o mundo cotidiano e isto abre um campo indeterminado no qual não existem categorias de apoio para se julgar a produção artística.

Shusterman (1997) se pergunta se a experiência estética chegou ao fim frente ao sintoma de uma transformação em nossa sensibilidade contemporânea de uma cultura experiencial para uma cultura informacional. Examina o desenvolvimento de seu conceito e as tensões teóricas marcadas na crítica anglo-americana e européia, e ao final constrói argumentos para reconsiderar e redimir seu propósito.

O autor aponta quatro dimensões da experiência estética na sua tradição moderna que geram tensões teóricas sobre seu conceito no século XX. A dimensão avaliativa se refere à experiência estética como essencialmente valiosa e agradável; a dimensão fenomenológica refere-se a esta ser algo vivamente sentido e saboreado subjetivamente que se destaca da rotina; a dimensão semântica que a torna significativa e não mera sensação imediata; e a dimensão distintiva que a faz critério de distinção da arte das demais experiências.

Na crítica europeia (cita Adorno, Benjamin, Derrida, Barthes e Bourdieu) destaca-se que a experiência estética não pode ser entendida como conceito imutável; é condicionada pelas mudanças sociais que afetam não só o campo da arte como nossa capacidade de experienciar em geral; sem negar a importância da sensação imediata, entende-se que ela requer a interpretação para lhe dar forma.

Na crítica anglo-americana, entre diversos autores, Schusterman (1997) destaca a posição de Dewey que quebra a concepção museológica da arte e recobre a continuidade da experiência estética com o próprio processo do vivo, pois entende que nela nos sentimos mais vivos ao engajar todas as nossas faculdades humanas dadas por uma experiência imediata cujo senso de unidade, afeto e valor é diretamente satisfeito. Nesses termos, Dewey propõe que a experiência estética seja uma definição teórica da arte, o que para Schusterman (1997) é inadequado, já que nem toda forma de arte engendra a experiência de satisfação que Dewey propõe e já que o conceito de arte é historicamente condicionado.



Em sua exposição destaca ainda a posição de Danto que propõe abandonar o conceito de experiência estética por considerá-lo perigoso, no sentido do entendimento de que a arte só deva provocar prazer, e não significado e verdade.<sup>2</sup> Schusterman (1997) considera que este argumento sugere uma divisão entre prazer e significado, sentimento e cognição; quando na arte estes termos constituem uns aos outros. Com relação a dimensão distintiva, considera que posições teóricas que abandonam o conceito de experiência estética em favor da interpretação, produzem uma anestetização, subordinando a experiência estética aos termos semânticos e refletem tendências de trabalhos em arte contemporânea, que são mais conceituais e não evocam experiências fortes, prazerosas ou significativas.

Por fim, para o autor a experiência estética como algo extraordinário não define a arte, mas serve como condição de fundo para esta, já que se o extraordinário nunca tivesse sido produzido por trabalhos artísticos, a arte poderia nunca ter existido.

As indagações do autor sobre a dimensão distintiva da experiência estética nos levam a pensar sobre seu papel como critério, meio ou processo avaliativo nas seleções dos editais pesquisados. Porém, a posição do autor quanto a sua concepção ainda não fica clara, pois em algumas passagens parece enaltecer a satisfação e o sentido de unidade como efeitos fundantes da experiência estética tradicional que devem ser buscados na arte.

Sustentamos que a experiência estética a partir da modernidade se situa entre o sentimento de prazer e de estranhamento, vazio e plenitude. As produções artísticas modernas não aspiram à totalidade da norma, do valor ou do sentido na qual o sujeito se espelha e através da qual reconcilia sua unidade perdida, mas, ao invés disso, contém na sua acepção a categoria do choque e da ruptura. O sujeito, na relação com elas, está o tempo todo de encontro com imagens e coisas que o dispersam e o repelem. Há um impacto sensorial disruptivo, que provoca o estranhamento, mas que momentaneamente leva ao sentimento de plenitude, portanto estamos diante de um paradoxo.

O estranhamento se faz importante, pois provoca deslocamentos na percepção. Talvez possamos compreender este estranhamento naquilo que Didi- Huberman (2010)

<sup>2</sup> Identificamos aqui talvez uma preocupação de Danto com a estetização da arte, no sentido de uma manipulação, porém ainda não fomos à fonte. Isto serve como indagação para continuidade do trabalho.



fala sobre o vazio que nos olha que remete a uma cisão inelutável em que sempre algo nos escapa: o que não vemos com tanta evidência visível nos olha como uma obra de perda e perturba nossa capacidade de ver simplesmente o evidente. A experiência de ver é sempre uma experiência intersubjetiva, que produz um deslocamento a partir do próprio vazio que nos olha, já que “o ato de dar a ver não é o ato de dar evidências visíveis a um par de olhos (...) Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito”(p. 77).

Segundo Bourriaud (2009) a arte de hoje se processa na esteira do projeto moderno com a diferença que não se propõe a apresentar uma visão global de mundo que lhe confira o peso de uma ideologia. As obras já não têm mais o intuito de formar realidades imaginárias ou utópicas, mas apresentar universos possíveis, modos de existência dentro da realidade vigente. E nesse sentido tem o propósito político de destruir todo o acordo apriorístico sobre o percebido.

### **EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, ARTE E POLÍTICA**

Para Bourriaud (2009) a arte contemporânea tem como horizonte a esfera das relações humanas, cujo substrato é dado pela intersubjetividade e funcionam como interstício social, pois sugerem outras possibilidades de troca além das vigentes no sistema. Destaca que sua finalidade política não é representar formas de alienação, como numa arte sociológica engajada, mas estabelecer o papel de interstício que se define contra a alienação reinante em todos os outros lugares, deslocando as formas de alienação como um inimigo a combater.

Toma o paradigma estético de Guatarri para entender a arte, não como domínio separado, e sim como invenção de possibilidades de vida, território privilegiado para a desnaturalização da subjetividade (seu descentramento do domínio reservado ao sujeito) e seu desdobramento no campo da produção, criando focos mutantes de subjetivação e engajamento em processos de heterogênese.

O autor aponta que a arte dá asilo a práticas desviantes que atingiram pontos limite em outros campos. E se por um lado empodera práticas em campos de interface, por dissolver os limites da arte e colocá-la no lugar da invenção de possibilidades de vida e produção de subjetividade, e por assim dizer possa se aproximar de uma



redistribuição de competências; por outro lado, apesar de fazer uma crítica à arte engajada, cai na sua própria armadilha, pois ao tomar a arte como interstício e antídoto contra a alienação, vincula o valor da arte a uma ação direta no mundo social, e assim antecipa os efeitos da obra restituindo a arte ao lugar da informação e a lógica da representação.

Rancière (2012) na sua crítica aos modelos de eficácia política da arte, critica a posição de Bourriaud, bem como toda uma série de produções artísticas contemporâneas que pretendem ser politicamente subversivas, ao supor que a arte tem o poder de nos transformar em opositores do sistema dominante e que assim reproduzem a lógica da causal do modelo pedagógico da arte pelo pressuposto de continuidade entre as formas sensíveis e a percepção de uma situação que compromete pensamentos, sentimentos e ações dos espectadores. A dispersão destas obras nas relações sociais é banalizada, segundo o autor, porque não compreende a inversão nela contida: de que só tem sua eficácia se for vista no espaço destinado às obras de arte ou se for espetacularizada fora dele.

Advoga pela eficácia estética que é produzida pelo dissentimento, ou seja, pela suspensão da relação direta entre produção de formas de arte e produção de um efeito determinado em um público determinado. Para o autor, a arte toca a política não por uma ação direta com um efeito social determinado, mas pelo dissentimento, pelo choque entre diferentes regimes de sensorialidade. Já que o dissentimento está no âmago da política.

A reflexão sobre as diversas formas de manicômio presentes na sociedade, sobre as diversas formas de exclusão presentes na cultura contemporânea e a luta por formas de cuidado em liberdade e comprometidas com exercício pleno da cidadania são conteúdo manifesto em diversas produções artístico-culturais oriundas do campo da saúde mental. Num primeiro contato com os editais que premiam estes trabalhos, estes parecem dar valor à produção de formas sensíveis em função de uma ação social direta que corresponda a uma mudança no estatuto social das pessoas com transtornos mentais, ou numa mudança de comportamento da sociedade em relação a elas, ou no próprio lugar ocupado pela loucura na sociedade. Premiar produções a partir da sua



articulação com os princípios da reforma ou com práticas intersetoriais e comunitárias podem prever a antecipação deste efeito e restituir a lógica da causalidade.

Segundo Ranciére (2012), o dispositivo artístico pode contribuir para transformar o mapa do perceptível e do pensável, mas este efeito não pode ser uma operação calculável entre choque artístico sensível, tomada de consciência e mobilização política. Para ele, a política começa quando há uma ruptura na distribuição dos espaços e das competências e há a reconfiguração dos enquadramentos sensíveis no seio dos quais se definem os objetos. “(...) quando seres destinados a permanecer dentro do espaço invisível passam a se afirmar como gente que partilha também um mundo em comum” (p.90).

Talvez aqui os princípios da Reforma psiquiátrica possam se encontrar com a experiência estética, não no sentido de produzirem reações determinadas com fins sociais definidos que afirmem uma transformação no estatuto social da loucura, mas na qualidade da partilha, na possibilidade de dar escuta, visibilidade à produções que se encontram à margem, fazer ver aquilo que está ao lado, fazer ouvir aquilo que era ruído do corpo, fazer parte do mundo comum pela reconfiguração do mapa sensível.

Pois é aí que a experiência estética se cruza com a política, porque ela também se define como experiência de dissentimento, de choque entre dois regimes de sensorialidade que promove dissociação das maneiras de ser, inversões quanto à disposição dos corpos, e redistribui os lugares, funções e competências. É um modelo de democracia dissensual (e não consensual), pois rompe a configuração do sensível deslocando o corpo do lugar que lhe estava reservado, e reestabelece o elemento comum dando visibilidade aos que não tem parte. (RANCIÈRE, 2009, 2012).

“(...) para os dominados, a questão nunca foi tomar consciência dos mecanismos de dominação, mas sim constituir um corpo voltado a outra coisa distinta da dominação” (RANCIÈRE, 2012, p.93).

Nesse sentido a posição de Ranciére (2012) difere da de Benjamim (1933) que ao observar a estetização da política operada pelo fascismo propõe contra ela uma politização da arte. Para Ranciére (2012), a arte, independente de seu conteúdo, causa ou efeito político, tem em si uma política na medida em que redefine os modos de apreensão do sensível. As práticas artísticas são maneiras de fazer que intervêm na



distribuição geral das maneiras de fazer, modos de ver e de sentir, abrindo passagem para novas formas de subjetivação estética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembrar os séculos de isolamento e privação sofridos por sujeitos com transtornos psíquicos e ao mesmo tempo marcar que todos estamos submetidos a uma lógica de controle dos comportamentos e patologização da vida é uma estratégia de combater práticas de repressão e violência encobertas pelo discurso psiquiátrico que está presente nas diversas manifestações culturais associadas à Reforma Psiquiátrica.

As produções artísticas por vezes são utilizadas para cristalizar imagens de práticas repressivas que se tornam símbolo da luta e correspondem a um sistema de valores que se deseja transmitir através da recepção das obras. Mas também são utilizadas para criar sentidos de loucura associados à liberdade, a criação e a arte; e sentidos de saúde mental desvinculados ao cuidado da doença e associados a práticas de qualidade de vida e respeito às diferenças.

A linguagem artística, nesse sentido, é uma estratégia para criação de dispositivos para dinamizar o sistema da cultura com relação às representações acerca da loucura e empoderar as experiências dos serviços de atenção psicossocial.

A questão que paira e que pode nos conduzir na parte de campo da pesquisa é em que medida estas produções seguem a lógica causal da mediação representativa ou da imediaticidade ética quando preveem o efeito de sua recepção como tomada de consciência ou mobilização política por parte da sociedade e isto é o que é validado na seleção dos editas.

Nesse sentido não estariam a fixar imagens e memória por uma lógica do consenso, por um acordo ou relação direta entre as formas de apreensão sensível e a interpretação dos respectivos dados?

A política na Reforma e a política na arte podem se aproximar não por esta relação de causa e efeito, mas pela lógica do dissentimento que está no âmago da política e que é inerente à arte independente de seu conteúdo ou causa política.

A política na arte, nesse sentido se refere a um entrelaçamento de lógicas heterogêneas. A política dos dissentimentos altera a nossa percepção dos



acontecimentos sensíveis e a maneira de colocá-los em relação aos sujeitos, gera novas relações entre aparência e realidade, singular e comum, possibilitando uma nova distribuição de formas de vida possíveis para todos. Mas isso independe da causa ou efeito que a arte queira produzir.

O dissentimento acontece quando o sensível é tornado estranho a si mesmo. Ao acolher o estranho numa nova configuração estética, é possível acolher a memória em seu movimento e não engajá-la numa causa política e fixá-la.

A política do dissentimento, do choque entre lógicas heterogêneas propostas por Rancière nos aproxima da luta das imagens que faz a história sem se fixar na tradição, como desenvolve Didi-Huberman (também em sua leitura de Warburg).

A forma como Didi-Huberman (2010) compreende a memória enquanto encontro de heterogêneses faz desta próxima do aberto desejante, como reminiscência que lampeja para que se possa arrancar as coisas do conformismo. Memória é dar a ver o que está ao lado, o que está obscurecido na nuvem do que nos olha no que vemos, aquilo que não foi lido e não foi dito. É preciso descentrar e desfazer os quadros escritos e prontos, desdobrar as sequências lineares da história. Assim, é possível ver as discontinuidades que podem desconstruir a história e remontá-la. Reorientar a história ao hiato da infância como diria Agamben (2005), onde a experiência relampeja e cria memória como movimento.

Pensar as articulações da experiência estética com a memória nos conduz a explorar um processo que se configura como corpo de sensações que provoca deslocamentos, destitui as amarras convencionais, um trajeto aberto a uma multiplicidade de tempos e espaços que produz diferença. Na continuidade desta discussão pretendemos articulá-la a memória em Didi-Huberman e Warburg e assim esperamos que uma memória dos intervalos, que dá a ver o que não tem rosto e que relampeja pela afetação que produz, nos ajude a compreender o movimento empreendido pelos avaliadores dos editais de dar lugar a experiências até então fora (ou ao lado) do sistema da arte.

Nesse sentido, ler nos intervalos, na malha dos buracos de memória, operar na intermitência das imagens através da perspectiva do detalhe, permite incorporar experiências e articulá-las como gestos em potência, sempre abertos a múltiplas





conexões e a precariedade. Porém, estas questões serão exploradas em momentos subsequentes da pesquisa.

## REFERENCIAS

- AMARANTE, P. et. al. Da arteterapia nos serviços aos projetos culturais na cidade. In: AMARANTE, P; CAMPOS, F. N.(org.) **Saúde Mental e Arte: Práticas, saberes e debates**. São Paulo: Zagodoni, 2012.
- AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BARTHOLOMEU, C. (org) **Dossiê Warburg**. Escola de Artes da UFRJ, s.d.
- BENJAMIM, W. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica (1935/1936) In: \_\_\_\_\_ **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BENJAMIM, W. Experiência e pobreza (1933) In: \_\_\_\_\_ **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOURRIAUD, N. **Estética Relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BUCK- MORSS, S. Estética e anestésica: o “Ensaio sobre a obra de arte” de Walter Benjamin reconsiderado. **Travessia**- revista de literatura, n.33, ago-dez, 1996.
- DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM/UNL, 2012.
- DORNELES, P. S. **Identidades inventivas: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS/ POS Gea, 2011.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- GUMBRECHT, H. U. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC Rio, 2010.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental/ Ed. 34, 2009.
- RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SHUSTERMAN, R. The end of aesthetic experience. **The Journal of Aesthetics and art Criticism**, vol 55, n.1, winter 1997, p. 29-41.



## AS ILUSTRAÇÕES DE WALTER CRANE NO CONTO CHAPEUZINHO VERMELHO DO SÉCULO XIX: A FORÇA COMUNICATIVA EXERCIDA PELO DESENHO NA NARRATIVA

MORAES, Fabiana Mariano

*Estudante de mestrado do PPGDCI - UEFS*

*fabianamoraes.desenho@gmail.com*

352

### RESUMO

O artigo apresenta exemplos onde o desenho se apresenta como importante ferramenta para realçar um texto literário. A adição desse importante elemento visual dá vida a personagens e a cenários, de modo a reforçar a comunicação da carga emocional das histórias. Para tanto, se apresenta como objeto trechos do conto *Chapeuzinho Vermelho* (1812) dos Irmãos Grimm, cuja versão contém ilustrações de Walter Crane (1845-1915) elaboradas especialmente para os Contos de Fadas dos Irmãos Grimm.

**Palavras-chave:** Desenho. Chapeuzinho Vermelho. Walter Crane.

### ABSTRACT

The paper presents examples where the design is presented as an important tool to enhance a literary text. Adding this important visual element brings to life characters and scenarios in order to enhance the communication of emotional stories. For both, presents itself as object stretches the tale Little Red Riding Hood (1812) of the Brothers Grimm, whose version contains illustrations by Walter Crane (1845-1915) developed especially for Fairy Tales of the Brothers Grimm.

**Keywords:** Design. Little Red Riding Hood. Walter Crane.

### INTRODUÇÃO

Muitos dos livros que trazem histórias de Contos de Fadas apresentam imagens que revelam a capacidade humana de criação de mundos mágicos e evidenciam que o saber pautado em figuração e alegorias permanece como insumo necessário ao desenvolvimento pleno do ser humano, pondo em foco o universo simbólico. As ilustrações dos livros, que seguem ao lado dos contos de fadas, tinham a função de tornar visual o que estava escrito no campo das ideias. Para Martine Joly, “Representações visuais e coloridas, essas imagens são de calma e de reconhecimento. [...], tais livros de



imagens ninaram nossa infância em seus momentos de repouso e sonho” (1996, p.17). Em diversos livros direcionados às crianças a ilustração está presente.

A literatura possibilita o homem não só criar e recriar suas histórias como criar nelas suas imagens. Assim,

[...] o poeta deve imaginar visualmente tanto o seu personagem que vê, quanto aquilo que acredita ver, ou o que está sendo sonhado, ou que recorda, ou que vê representado, ou que lhe é contado, assim como deve imaginar o conteúdo visual das metáforas de que serve precisamente para facilitar essa evocação visiva (CALVINO, 1990, p. 99).

Nas palavras do escritor Ítalo Calvino percebemos o quanto a literatura tem uma forte carga imagética sobre quem a lê, o poder de criar e evocar imagens. Quando lemos criamos imagens, nossas imagens mentais, damos vida ao que é relato nas páginas de um livro do qual lemos ou as histórias que ouvimos.

Das formas de se contar histórias o Desenho é uma das formas mais antigas de expressão humana, ele narra a história, ele conta histórias através de narrativas visuais, pois traz consigo a ideia de perpetuar, de registrar, de rememorar. Luís Gomes afirma que “O desenho é uma das formas de expressão humana que melhor permite a representação das coisas concretas e abstratas que compõem o mundo natural ou artificial em que vivemos” (1996, p.13). Reforçando o esclarecimento sobre o desenho e seu intento de transmissão,

[..] o Desenho, é registro. E, enquanto registro, carregam consigo uma espessa camada de acontecimentos que esperam do futuro uma releitura crítica. Portanto, carregam consigo uma lógica em comum – a de transmissão. É a partir deste entendimento que se concebe o Desenho contando a história das civilizações (TRINCHÃO E OLIVEIRA, 1998, p.156).

Este trabalho tem como proposta tratar o desenho como elemento primordial para entendimento do texto literário na sua realidade fantástica. Aqui destaca-se o artista Walter Crane (1845-1915), suas ilustrações são marcadas pelo traço forte e o colorido, suas figuras são inspiradas na pintura dos vasos gregos com seus elementos decorativos no qual lhe deram grande significado para os padrões das ilustrações para crianças, dando margem à seriedade a este grande trabalho que projetou assim outros ilustradores a levarem a sério a profissão. Crane nasceu em Liverpool, na Inglaterra, em 15 de agosto de 1845, o ilustrador teve forte influência para a arte por parte de sua família. Walter



Crane em sua carreira de ilustrador ficou conhecido como “o pai dos livros ilustrados para crianças” (TATAR, 2004).

Em 1875, Walter Crane ilustra o conto *Chapeuzinho Vermelho* (1812) dos Irmãos Grimm<sup>1</sup>, o artista cria as ilustrações dando movimento a narrativa, quem lê a narrativa e acompanha suas imagens constrói o chamado cinema mental. Nas palavras de Calvino, “Esse “cinema mental” funciona continuamente em nós e sempre funcionou, mesmo antes da invenção do cinema – e não cessa nunca de projetar imagens em nossa tela interior” (1999, p.99). Seguindo assim, a construção de cenas que não estão impressas, dando asas à imaginação do leitor, emergindo assim, o imaginário sobre o conto.

Walter Crane relatou que:

O melhor de desenhar para crianças é que se pode dar rédea solta à imaginação e à fantasia, e há sempre espaço para o humor e até para o patético, tendo-se a certeza de ser acompanhado por aquele senso perene de deslumbramento e romance no coração da criança – um coração que em alguns casos, felizmente, nunca cresce ou envelhece (CRANE *apud* TATAR, 2004, p. 361-362).

Neste contexto, a relação entre texto e imagens, Literatura e Desenho, favorece a manutenção de ideias que permeiam o imaginário das crianças (e adultos) ainda hoje, tal qual é a força comunicativa dessas ilustrações.

A ilustração se define numa atividade de informar visualmente, facilitando o entendimento da mensagem. A imagem deve falar tanto quanto, e junto à narrativa escrita “[...] é injusto achar que a imagem exclui a linguagem verbal, em primeiro lugar, porque a segunda quase sempre acompanha a primeira na forma de comentários, escritos ou orais, títulos, legendas, artigos [...] conversas, quase ao infinito” (JOLY, 1996, p.116).

A palavra ilustrar vem do latim *illustrare*, e têm em seu significado tornar algo mais evidente e claro, ou seja, lançar luz ou brilho. A ilustração tem a finalidade de fazer com que em uma só imagem o texto seja compreendido visualmente, neste caso em cada

<sup>1</sup> Inspirados pelo romantismo literário, os irmãos Jacob Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), conhecidos como os irmãos Grimm, dedicaram-se a recolher contos populares de língua alemã. Nascidos em Hanna, na Alemanha, ambos se dedicavam aos estudos filológicos da língua germânica. Os Grimm remontaram este clássico e deram a ele o tão esperado final feliz. Em *Chapeuzinho Vermelho* dos irmãos Grimm, a menina ganha o seu salvador e o temido lobo tem o castigo por conta da sua ação malfeitora. (TATAR, 2004)



página, facilitando assim a compreensão da mensagem. No dicionário a palavra ilustrar vem com a seguinte definição: que ilustra algo, esclarecer, elucidar (FERREIRA, 2008).

A relação entre o discurso verbal e o discurso visual também é manifesto, e tem profundas implicações sobre o interesse no estudo da ilustração: “Ver precede as palavras. A criança olha e reconhece, mesmo antes de falar” (BERGER, 1999, p.9). As riquezas que trazem em suas ilustrações, o conto *Chapeuzinho Vermelho* emerge, assim, na imaginação de quem o conta, o ouve, o ilustra e o vê.

Baseando-se no conto *Chapeuzinho Vermelho* (1812) dos Irmãos Grimm, Walter Crane dá forma a seus personagens no ano de 1875, mergulhando no desenrolar de um mundo fantástico. Dessa forma pode-se considerar que,

[...] a imagem é determinada por um texto escrito preexistente (uma página ou uma simples frase com a qual me defronto com a leitura), dele se podendo extrair um desenrolar fantástico tanto no espírito do texto de partida quanto numa direção completamente autônoma. (CALVINO, 1990, p.105)

Dessa forma, Walter Crane transpõem, em forma de imagens que são inseridas no texto, a quase totalidade de informações que o conto literário traz.

## **A RELAÇÃO TEXTO-IMAGEM**

O conto *Chapeuzinho Vermelho* (1812) dos Irmãos Grimm inicia-se apresentando a personagem principal, a menina Chapeuzinho Vermelho. A menina que a pedido de sua mãe vai visitar a sua avó que está adoentada. A menina é amada por todos, principalmente por sua avó e traz o fato de sempre ser presenteada por ela. Assim se faz a presença do presente dado por sua avó, um pequeno capuz de veludo vermelho, que por este objeto a menina encantadora se denomina, Chapeuzinho Vermelho.

Para a primeira ilustração do conto (figura 1), Walter Crane ilustra a mãe de Chapeuzinho Vermelho reforçando a ideia de quanto há o cuidado com a menina, na cena se constrói o momento em a mãe dá os avisos a filha seguindo o seguinte trecho:

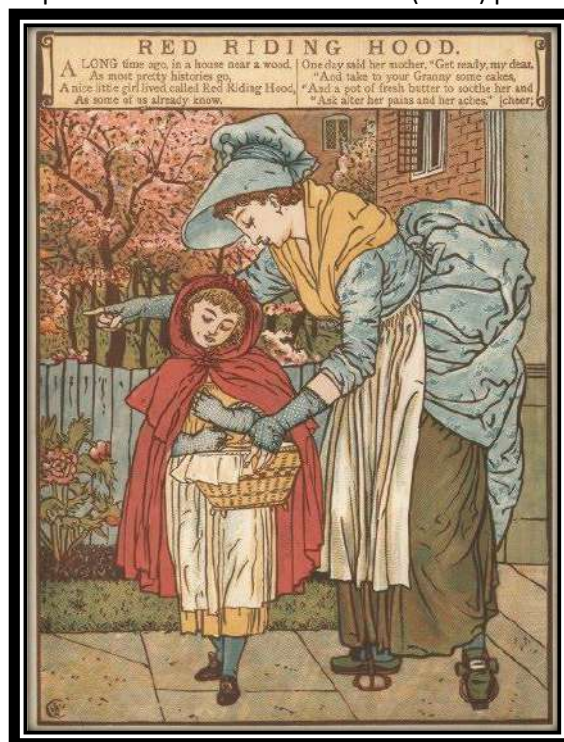
Um dia, a mãe da menina lhe disse: “Chapeuzinho Vermelho, aqui estão alguns bolinhos e uma garrafa de vinho. Leve-os para sua avó. Ela está doente, sentindo-se fraquinha, e estas coisas vão revigora-la. Trate de sair agora mesmo, antes que o sol fique quente demais, e quando estiver



na floresta olhe para frente como uma boa menina. Senão, pode cair e quebrar a garrafa e não sobrá nada para a avó. E quando entrar, não se esqueça de dizer bom dia e não fique bisbilhotando pelos cantos da casa.”

“Farei tudo que está dizendo”, Chapeuzinho Vermelho prometeu à mãe (J. e W. GRIMM, 2010, p. 145-146).

Figura 1- Chapeuzinho Vermelho e sua mãe (1875) por Walter Crane



Disponível em: <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
 Acesso em: Agosto de 2014

Na figura 1, Walter Crane afirma a conversa da mãe com a menina, alertando sobre o perigo na floresta. Em seu livro *Contos de fadas: ilustrados e comentados*, Maria Tatar comenta a ilustração; "Chapeuzinho se despede de sua mãe. A elegância formal das ilustrações de Crane se contrapõe à violência perturbadora da aventura de Chapeuzinho Vermelho na casa da vovó" (2004, p.30).

Walter Crane ilustra a menina e sua mãe de forma elegante, há um cuidado da mãe com a filha. A mãe indica o caminho que a filha deve seguir, apontando para o lado contrário da casa. Suas roupas são elegantes, vestidos longos com tecidos pomposos, caracterizando como mulheres de família se vestiam no início do século XIX, a capa e cesta são marcantes, dando destaque para a característica da menina.





Para a segunda ilustração (figura 2) se apresenta a cena do encontro na menina Chapeuzinho Vermelho com o lobo mau.

**Figura 2 - Chapeuzinho e o Lobo no bosque (1875) por Walter Crane.**



**Disponível em:** <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
 Acesso em: Agosto de 2014

A menina que foi alertada por sua mãe dos perigos da floresta, começa a conversar com o lobo. Como segue o trecho abaixo:

“Bom dia, Chapeuzinho Vermelho”, disse o lobo.  
 “Bom dia, senhor Lobo”, ela respondeu.  
 “Aonde está indo tão cedo de manhã, Chapeuzinho Vermelho?”  
 “À casa da vovó.”  
 “O que é isso debaixo do seu avental?”  
 “Uns bolinhos e uma garrafa de vinho. Assamos ontem e a vovó, que está doente e fraquinha, precisa de alguma coisa para animá-la”, ela respondeu. “Onde fica a casa da sua avó, Chapeuzinho?”  
 “Fica a um bom quarto de hora de caminhada mata adentro, bem debaixo dos três carvalhos grandes. O senhor deve saber onde é pelas aveleiras que crescem em volta”, disse Chapeuzinho. (J. e W. GRIMM, 2010, p. 146-147).





Neste encontro há também o diálogo no qual o lobo tenta distrair Chapeuzinho para que ele chegue primeiro a casa da vovó

O lobo pensou com seus botões: “Esta coisinha nova e tenra vai dar um petisco e tanto! Vai ser mais suculenta que a velha, se tu fores realmente matreiro, vais papar as duas.”

O lobo caminhou ao lado de Chapeuzinho Vermelho por algum tempo. Depois disse: “Chapeuzinho, notou que há lindas flores por toda parte? Por que não para e olha um pouco para elas? Acho que nem ouviu como os passarinhos estão cantando lindamente. Está se comportando como se estivesse indo para a escola, quando é tudo tão divertido aqui no bosque.” (J. e W. GRIMM, 2010, p. 147).

A imagem abaixo (figura 3), a menina é ilustrada no momento em para colher flores ara sua avó, seguindo a sugestão do lobo.

**Figura 3** - Chapeuzinho Vermelho colhendo flores no bosque (1875) por Walter Crane.



Disponível em: <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
Acesso em: Agosto de 2014

A ilustração é rica em detalhes, como suas flores, o bosque, as árvores, elementos que caracterizam o conto que traz em sua historicidade a presença do bosque, o local no qual a se passa a história. A imagem ilustra o seguinte trecho:



Chapeuzinho Vermelho abriu os olhos e notou como os raios de sol dançavam nas árvores. Viu flores bonitas por todos os cantos e pensou: “Se eu levar um buquê fresquinho, a vovó ficará radiante. Ainda é cedo, tenho tempo de sobra para chegar lá, com certeza.”

Chapeuzinho deixou a trilha e correu para dentro do bosque à procura de flores, mal colhia uma aqui, avistava outra ainda mais bonita acolá, e ia atrás dela. Assim, foi se embrenhando cada vez mais na mata (J. e W. GRIMM, 2010, p. 147-148).

Na sequência, na imagem 4, o lobo chega à casa da avó, sua imagem é humanizada, está usando roupas e chapéu, se utiliza também de uma bengala, marcando assim a está do masculino. O lobo está de pé em frente a porta, percebe-se a intenção do lobo. O lobo neste momento imita a voz da menina Chapeuzinho Vermelho para poder entrar na casa da avó e assim colocar seu plano em prática.

O lobo correu direto para a casa da avó de Chapeuzinho Vermelho e bateu à porta.

“Quem é?”

“Chapeuzinho Vermelho. Trouxe bolinhos e vinho. Abra a porta.”

“É só levantar o ferrolho”, gritou a avó. “Estou fraca demais para sair da cama.” (J. e W. GRIMM, 2010, p. 148).

**Figura 4 - O lobo chaga à casa da vovó (1875) por Walter Craner.**



**Disponível em:** <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
 Acesso em: Agosto de 2014

Ao fundo da janela está a vovó na cama, enfatizando a sua condição de acamada. A sua fragilidade é percebida pela sua face enrugada e debilitada. A ilustração da casa convida o espectador a imaginar a casa, pois a ilustração dá alguns detalhes que tenham



no seu interior. Uma roca se encontra perto da janela, artefato utilizado pelas mulheres para fiar. Outro elemento se repete nesta cena, as cortinas por trás da cama.

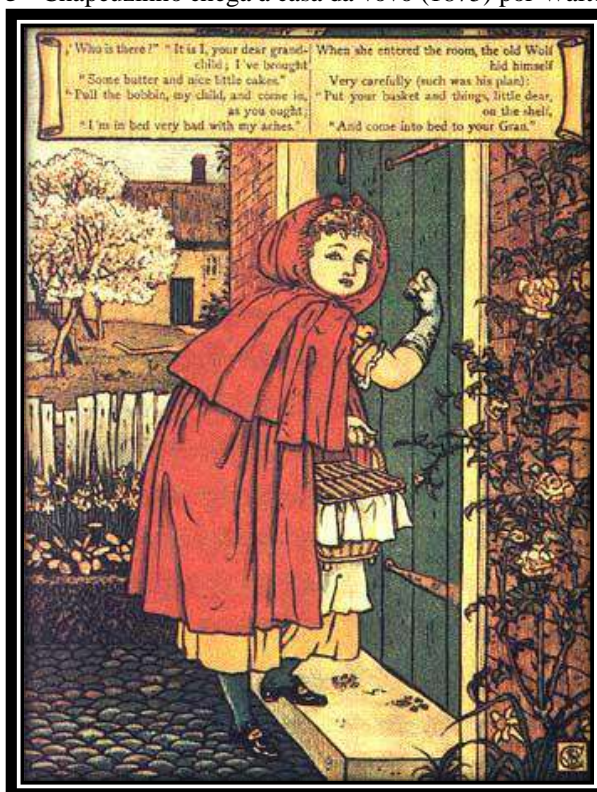
A seguir o trecho em que o lobo dá fim a vovó. Nesta narrativa a vovó é devorada pelo lobo, para assim dar seguimento ao plano, devorar a menina Chapeuzinho Vermelho.

O lobo levantou o ferrolho e a porta se escancarou. Sem dizer nenhuma palavra, foi até a cama da avó e a devorou inteirinha. Depois, vestiu as roupas dela, enfiou sua touca na cabeça, deitou-se na cama e puxou as cortinas (J. e W. GRIMM, 2010, p. 148).

Chapeuzinho Vermelho chegando a casa da vovó é descrita na cena abaixo:

[...] ficou surpresa ao encontrar a porta aberta e, ao entrar na casa, teve uma sensação tão estranha que pensou: “Puxa! Sempre me sinto tão alegre quando estou na casa da vovó, mas hoje estou me sentindo aflita Chapeuzinho Vermelho gritou um olá, mas não houve resposta. (J. e W. GRIMM, 2010, p. 148).

**Figura 5** - Chapeuzinho chega à casa da vovó (1875) por Walter Crane.



Disponível em: <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
 Acesso em: Agosto de 2014





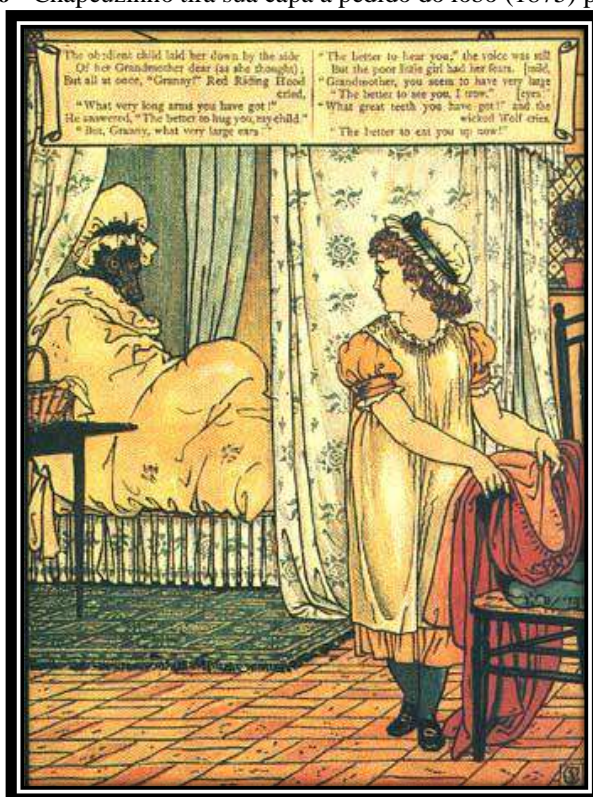
A ilustração chama atenção para um elemento, as marcas das patas do lobo estão presentes na entrada da porta, enfatizando que o mesmo chegou primeiro e deixou o seu rastro, sendo esta, uma marca que geralmente configura um animal, havendo assim, novamente a relação animal-humano diante da figura do lobo.

Chapeuzinho Vermelho ao entrar na casa da vovó se depara com o lobo, na ilustração (figura 6) descreve a cena clássica da narrativa, o momento em que a menina está com o lobo no quarto da avó. Crane nesta cena cria um cenário cheio de elemento iconográficos que se repetem em outros desenhos de ilustradores, como a presença da cama, as cortinas.

O lobo se mantém a uma certa distância da menina, coberto pelos lençóis com as roupas da vovó, tentando esconder sua verdadeira identidade. A seguir o trecho do conto:

Foi então até a cama e abriu as cortinas. Lá estava sua avó, com a touca puxada para cima do rosto. Parecia muito esquisita (J. e W. GRIMM, 2010, p. 149).

**Figura 6** - Chapeuzinho tira sua capa a pedido do lobo (1875) por Crane.



Disponível em: <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
 Acesso em: Agosto de 2014



A elegância permanece na cena, Crane cria o universo no interior no quarto, leva o espectador ao imaginário da cena descrita na narrativa dos Grimm. Na ilustração acima do lobo na cama se mantém pelo tom de mistério, sempre escondido por detrás dos lençóis e pela cortina. A menina tira a sua capa vermelha e coloca em uma cadeira em frente a cama se preparando para o diálogo em terá com lobo ao perceber que ali não é a sua avó. O olhar do lobo é fixo na menina, e ela mesmo estado de perfil, da margem par que se perceba a troca de olhares e iniciando assim o diálogo:

“Ó avó, que orelhas grandes você tem?”

“É para melhor te escutar!”

“Ó avó, que olhos grandes você tem?”

“É para melhor te enxergar!”

“Ó avó, que mãos grandes você tem?”

“É para melhor te agarrar!”

“Ó avó, que boca grande, assustadora, você tem!”

“É para melhor te comer!”

Assim que pronunciou estas palavras, o lobo saltou fora da cama e devorou a coitada da Chapeuzinho Vermelho (J. e W. GRIMM, 2010, p. 149)

Nas ilustrações de Crane aparece o salvador, o caçador. Este elemento presente na narrativa aparece na última ilustração de Crane para o conto *Chapeuzinho Vermelho*.

Saciado o seu apetite, o lobo deitou-se de costas na cama, adormeceu e começou a roncar muito alto. Um caçador que por acaso ia passando junto a casa pensou: “Como essa velha está roncando alto! Melhor ir ver se há algum problema.” Entrou na casa e, ao chegar junto à cama, percebeu que havia um lobo deitado nela.

“Finalmente te encontrei, seu velhaco”, disse. “Faz muito tempo que ando à sua procura.” (J. e W. GRIMM, 2010, p. 149)


**Figura 7 - A presença do Caçador (1875) por Walter Crane.**


Disponível em: <http://encantamentosdaliteratura.blogspot.com.br/2010/04/chapeuzinho-vermelho-walter-crane.html>  
 Acesso em: Agosto de 2014

Sacou sua espingarda e já estava fazendo pontaria quando atinou que o lobo devia ter comido a avó e que, assim, ele ainda poderia salvá-la. Em vez de atirar, pegou uma tesoura e começou a abrir a barriga do lobo adormecido. Depois de algumas tesouradas, avistou um gorro vermelho. Mais algumas tesouradas, e a menina pulou fora, gritando: “Ah, eu estava tão apavorada! Como estava escuro na barriga do lobo.” (J. e W. GRIMM, 2010, p. 149-150)

Ao que remete a elegância das ilustrações, o caçador (figura 7) também está em trajes bem clássicos, ele veste calça, casaca e botas, está chapéu e seu cabelo está bem arrumado. Uma roupa elegante para um caçador que vive caçando em florestas perigosas, afirmando assim a elegância presente nas ilustrações de Crane.

Na figura 7, o caçador aparece com a menina. Ao coloca-los juntos percebe a fragilidade da menina Chapeuzinho Vermelho, o seu tamanho a torna uma menina indefesa diante do grande lobo mau. A narrativa dos Grimm, a vó também é salva, mas não aparece na ilustração.



Embora mal pudesse respirar, a idosa vovó também conseguiu sair da barriga. Mais que depressa Chapeuzinho Vermelho catou umas pedras grandes e encheu a barriga do lobo com elas. Quando acordou, o lobo tentou sair correndo, mas as pedras eram pesadas que suas pernas bambearam e ele caiu morto.

Chapeuzinho Vermelho, sua avó e o caçador ficaram radiantes. O caçador esfolou o lobo e levou a pele para casa. A avó comeu os bolinhos, tomou o vinho que a neta lhe levava, e recuperou a saúde. Chapeuzinho vermelho disse consigo: “Nunca se desvie do caminho e nunca entre na mata quando sua mãe proibir.” (J. e W. GRIMM, 2010, p. 150-151).

O desenhista nos apresenta o conto com as marcantes características que os Irmãos Grimm lhe descreveram. As ilustrações de Crane imprimiram ao conto uma realidade fantástica que suscita ao leitor o exercício da construção mental. Não bastasse a capacidade de incitar a fantasia que a própria literatura já possui, a ilustração eleva mais ainda o grau dessa imaginação sobretudo pelo nível de detalhismo que apresenta.

As ilustrações podem ir além do que nela está delineada, perceber nos seus traços, nas feições dos personagens a comunicação com relação ao texto que traduz o pensamento de uma época. Neste contexto

É importante sublinhar que a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é nela dado a ler ou a ver. [...] Nessa perspectiva a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente (PAIVA, 2006, p.19).

As imagens têm a função de comunicar, sendo assim, a imagem transmite a mensagem do texto com toda sua carga de emoção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi visto, a proposta desse artigo foi demonstrar como o desenho reforça a ideia de um texto. Para traçar esse trabalho foram apresentadas as ilustrações de Walter Crane que acompanham o conto Chapeuzinho Vermelho dos Irmãos Grimm.

Produzidos originalmente no início do século XIX, o conto Chapeuzinho Vermelho dos Grimm retratava os costumes e moral da época, sendo considerados autores precursores da literatura infantil. Juntaram-se a essa história as ilustrações de Walter





Crane que deram vida aos personagens. Aqui foram apresentados fragmentos do conto, neles as ilustrações de Crane, que tem como característica marcante detalhes que realçam as expressões dos personagens e que fazem emergir um fascínio pelo conto, ora pela graciosidade, ora pela elegância, ou pelo terror presentes nas histórias. Walter Crane explora o universo fantástico da história e personifica seres e cenários, acentuando o visual descrito pelos Irmãos Grimm.

Diante do que foi apresentado, Walter Crane ao desenhar para o conto *Chapeuzinho Vermelho* dos Irmãos Grimm traduz a comunhão do desenho e da literatura de maneira harmônica, evidenciando desta forma o importante papel da ilustração na narrativa literária.

## REFERÊNCIAS

- BERGER, John. *Modos de Ver*. Trad. Lucia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário de língua portuguesa*. 7ªed. – Curitiba: Ed. Positivo, 2008.
- GOMES, Luiz Vidal Negreiros. *Desenhismo*. Santa Maria - RS: Editora da UFSM, 1996.
- J. e W. GRIMM. *Contos de Fadas de Perrault, Grimm, Andersen e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- JOLY, Martine. *Introdução a análise da imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- TATAR, Maria. *Contos de Fadas: Edição comentada e ilustrada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- TRINCHÃO, G. C.; OLIVEIRA, L. R. O. A História contada a partir do desenho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO, 2. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO, 13. Feira de Santana, 1998. Anais. Feira de Santana, Graphica, 1998. p. 156.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 7**

**ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO  
E SEXUALIDADES**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7

### **9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

#### **8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

#### **10h20-10h50 – Intervalo, Café**

#### **10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

#### **Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFS)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)





### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

À MARGEM DAS QUESTÕES DE GÊNERO: ROBERT MAPPLETHORPE NA  
TATE MODERN - LEITE, Caroline Alciones de  
Oliveira .....1-18

A BUSCA PELA REELABORAÇÃO DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS EM ELENA  
- RODRIGUES, Rejane Lopes ...19-



## À MARGEM DAS QUESTÕES DE GÊNERO: ROBERT MAPPLETHORPE NA TATE MODERN

LEITE, Caroline Alciones de Oliveira

*Mestranda do Programa de Estudos Contemporâneos das Artes*  
alcionesdol@gmail.com

1

### RESUMO

Além de se dedicar ao corpo feminino, a flores, crianças, amigos e amores, de forma bem característica, Robert Mapplethorpe dedicou-se em sua obra de maneira destacada a questões como homossexualismo masculino e práticas sadomasoquistas. Se no final da década de 1980 o fotógrafo teve uma exposição censurada, a questão que norteia este trabalho indaga sobre as circunstâncias em que o trabalho de Mapplethorpe é apresentado por outra instituição de arte vinte e cinco anos depois da mostra censurada. Desta forma, investigamos através de registros fotográficos e dos textos curatoriais da exposição como a Tate Modern lidou com as questões de gênero contundentemente presentes no trabalho do artista, considerando o projeto curatorial e seus modos de exibição da instituição.

**Palavras-chave:** Robert Mapplethorpe. Instituição de arte. Gênero.

### ABSTRACT

More than have dedicated himself to the female body, the flowers, children, friends and lovers, Robert Mapplethorpe devoted himself to issues such as male homosexuality and sadomasoquist practices. If at the end of the 1980 decade the photographer had an exhibition censored, the question that guides this research investigates under which circumstances the work of Mapplethorpe is exhibited by another institution of art twenty-five years after the censored show. In this way, we investigated through photographic records and exhibition curatorial texts, how the Tate Modern deals with gender issues strongly present in the artist's work.

**Keywords:** Robert Mapplethorpe. Institution of art. Genre.

### INTRODUÇÃO

A exposição *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits*, realizada no âmbito do projeto *Artist Rooms* da Tate Modern<sup>1</sup> entre maio e outubro de 2014, provoca algumas reflexões acerca do projeto curatorial da exposição e de como a instituição museológica se relaciona com a produção de um artista que, nitidamente, traz à luz a nudez do corpo masculino em um trabalho de arte de gênero. A obra de Robert Mapplethorpe apresenta o corpo masculino como um dos focos da câmera fotográfica e, mesmo tendo se dedicado ao corpo feminino, a

<sup>1</sup> Agradeço a Charles Procter pelo relatório de imagens que constituiu material documental preponderante para a realização desta pesquisa, bem como pelo cuidado e pela atenção com que se disponibilizou a fazer o relatório. Agradeço à Jessica Norberto por ter me apresentado ao Charles Procter. E por fim, agradeço a Ignacio Miranda, assistente de informações da Tate Modern que tão gentilmente respondeu minhas dúvidas por e-mail.



flores, crianças, amigos e amores, não descuidou de questões que explicitam o homossexualismo masculino e das possibilidades de imagens de conotações francamente sexuais, muitas delas características de práticas sadomasoquistas. Assim, esta reflexão se dedica a investigar como uma instituição museológica, como a Tate Modern, lida com questões de gênero em seus espaços expositivos, principalmente quando essas questões remetem ao homossexualismo masculino.

Para tanto, recorreremos às fotografias exibidas e aos textos dos curadores da exposição em uma relação de confronto entre o que é afirmado pelo projeto curatorial e o que, de fato, o trabalho de Mapplethorpe parece argumentar. Assim, discutimos o espaço institucional e sua dinâmica de edição de trabalhos de arte em exposição, como no caso da mostra de Mapplethorpe, em um processo de adaptação à ideologia institucional. Para tanto, a pesquisa contou com um relatório de imagens de uma visita à exposição, além de contato direto por e-mail com a Tate Modern.

2

## AS INSTITUIÇÕES DE ARTE E SUAS NARRATIVAS

A exposição *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits* na Tate Modern configura-se como um cenário no qual um trabalho nada convencional como o do fotógrafo é abrigado por uma instituição de arte tradicional – um museu de arte com seus contornos ideológicos. Em 1989, o senador republicano Jesse Helms liderou um movimento de investigação e de acusação de Dennis Barrie, então diretor do Cincinnati's Contemporary Arts Centers – CAC, de obscenidade por exibir *Robert Mapplethorpe: The Perfect Moment*, ainda que as fotografias de atos sexuais mais explícitos estivessem escondidas em uma área de acesso controlado pela idade do visitante. O fato de a exposição ter sido custeada pela National Endowment for the Arts (NEA) foi mais do que suficiente para o cancelamento da exposição, seguido de acusação e de investigação. Dennis Barrie foi inocentado depois de

especialistas trazidos pela defesa para testemunhar – em sua maioria funcionários de museus – descrever[em] as preocupações estéticas mais amplas de Mapplethorpe e detalhar[em] as “qualidades formais” das fotografias, reduzindo-as, desse modo, a abstrações, linhas e formas, luz e sombra. (CRIMP, 2005, p. 11)

Fica patente que a defesa de Dennis Barrie somente foi possível pelo apagamento das questões de gênero do trabalho do artista e pelo realce daquilo que diz respeito à técnica e a um padrão estético largamente aceitos. Neste tocante, a questão que se apresenta é o que teria





mudado desde o final da década de 1980 em um país cujo discurso possuía e ainda possui a liberdade como tônica contundente – os Estados Unidos da América – para o século XXI, já em meados da década de 2010, com todos os debates existentes em torno de questões como sexo, gênero e homossexualismo, porém, desta vez, na Inglaterra. Em um país que vive sob a égide de uma monarquia, qual seria o espaço dentro dos limites de uma instituição de arte como a Tate Modern para as reflexões que o trabalho de Mapplethorpe suscita? O que mudou com o passar do tempo e com o atravessar do oceano Atlântico? O que mudou da antiga colônia para a antiga metrópole? O que pode mudar quando a arte se encontra restrita aos muros de tradicionais instituições de arte como museus de arte?

Andreas Huyssen, ao pensar o museu como instituição que obedece aos princípios de coleção, salvaguarda e preservação, alerta para o fato de que a construção do passado pelo museu se dá “à luz do discurso do presente e a partir de interesses presentes”. (1997, p. 225) Assim, cabe perscrutar os interesses de uma instituição de arte ao expor um trabalho como o de Robert Mapplethorpe.

Uma exposição de arte constrói uma narrativa através de imagens e também de palavras. Histórias e conhecimentos são chancelados pela instituição de arte, sendo, portanto, apreendidos como inquestionáveis pelo grande público que visita seus espaços expositivos em função da autoridade da instituição para expor e narrar essas histórias. As possíveis distorções do trabalho de um artista por instituições nos permitem entrever que “o museu, é verdade, sempre teve funções legitimadoras e ainda as tem”. (HUYSSSEN, 1997, p. 225) Segundo Eilean Hooper-Greenhill (2001) em relação às narrativas, ao reunir objetos e dispô-los em uma exposição, o museu moderno representa uma visão de mundo; e o poder das exposições enquanto instrumentos de comunicação reside em sua capacidade de construção de narrativas visuais que aparentem harmonia e coerência, além de serem empregadas como forma de transmissão de verdades tidas como absolutas. Contudo, uma exposição como a de Robert Mapplethorpe em uma instituição de arte, por mais que esteja configurada sob um formato harmonioso e coeso, não deve deixar de suscitar questionamentos sobre como se constrói a coerência da exposição, pois se “a parede se tornou um lócus de veiculação de ideologias [,] cada desdobramento novo precisa ser equipado com uma atitude em relação a isso”. (O'DOHERTY, 1976, p. 29, tradução nossa) A ideologia da instituição de arte muitas vezes se fricciona diretamente com a proposição política do trabalho do artista, de forma que uma exposição que agrupa trabalhos que constituem a obra de um artista como Mapplethorpe evidencia um processo de edição de exposição que parece inconsistente com o conjunto da obra



do artista, seus interesses e suas preocupações políticas, conforme apontado por Douglas Crimp:

o conjunto de objetos dispostos no *Museu* somente se sustenta pela ficção de que ele constitui, de algum modo, um universo representacional coerente. [...] Essa ficção é o resultado da crença acrítica na noção de que o fato de pôr em ordem e classificar, ou seja, justapor os fragmentos no espaço, pode produzir uma compreensão representacional do mundo. (DONATO apud CRIMP, 2005, p. 49)

Com base na assertiva de Donato, haveria movimentos metonímicos que tentariam estabelecer correlações artificiais das obras de arte em sua unidade para com o todo que compõe uma exposição. A direção desses movimentos metonímicos, que pode ser compreendida como “do fragmento para a totalidade” (DONATO apud CRIMP, 2005, p. 49), talvez busque justamente congrega elementos que podem ser irreconciliáveis e que somente encontrariam uma possibilidade de diálogo a partir da construção de determinada narrativa. No caso de *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits*, o movimento metonímico do fragmento para a totalidade parece se dar a partir de uma fragmentação tendenciosa do trabalho do artista que apaga seu contexto de produção ao pinçar trabalhos específicos que possam ser compatíveis e coerentes com o contexto narrativo que se pretende (em)pregar. A acriticidade sugerida em Crimp não parece dizer respeito à direção ou à curadoria que dominam conscientemente o teor daquilo com que trabalham e os objetivos aos quais devem, tanto a instituição quanto suas atividades, servir.

Instaura-se, então, um processo de adequação de determinado posicionamento político a respeito do trabalho de arte. Como todo processo de adequação, a curadoria de uma exposição implica questões de interpretação que, por sua vez, atendem à intencionalidade daquele que interpreta. De acordo com O’Doherty, “a forma como os quadros são pendurados permite suposições sobre o que é oferecido. Pendurar edita questões de interpretação e de valor que são inconscientemente influenciados pelo gosto e pela moda.” (1976, p. 24, tradução nossa)

Em nosso caso, cabe indagar a que interesses a exposição sobre a obra de Mapplethorpe na Tate atende ao dividir o trabalho do artista em três salas: sala 1, retrato de amigos de Mapplethorpe; sala 2, retratos de figuras proeminentes do mundo da arte de Nova York e o que nomeiam de “estudos esculturais de corpos masculinos e femininos”; sala 3, os autorretratos de Robert Mapplethorpe. Esta categorização simplista da produção do artista parece denunciar que a exposição não pode dar conta daquilo que é a obra do artista. Mais do que encapsular o



trabalho de Mapplethorpe em categorias que não dão conta do conjunto da obra, a exposição evidencia que

a linguagem do pensamento de muitos profissionais do museu reflete a dominação de um modo particular de compreensão do mundo que é um produto do pensamento acadêmico dos séculos XVIII e XIX, com sua origem em um essencialismo. Uma abordagem essencialista observa as crenças estabelecidas e as instituições de nossa herança moderna não apenas como reais, mas como verdadeiras, e não apenas como verdadeiras, mas como boas. (CURTIS, 2006, p. 119, tradução nossa)

Para este movimento de estabelecimento de verdades, museus de arte se valem não somente das narrativas construídas a partir da forma como se expõe um trabalho de arte, mas também de seus catálogos e textos que, por pertencerem à instituição de arte, assumem o caráter de verdadeiro, de bom e de incontestes, conforme observado por Neil G. W. Curtis.

## QUEM VÊ CARA NÃO VÊ O QUE ESTÁ EM EXPOSIÇÃO

Com a curadoria de Simon Baker e Matthew Gale, *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits* é uma das exposições do projeto *Artist Rooms* da Tate Modern que consiste em um conjunto de salas, cada qual dedicada a exibir a obra de um artista. Os trabalhos exibidos no projeto *Artist Rooms* integram o acervo da Tate Gallery e das Galerias Nacionais da Escócia que iniciaram essa parceria em 2008 a partir de uma doação d'Offay com apoio de National Heritage Memorial Fund, do Art Fund e dos governos escocês e britânico, conforme relatado pelos curadores da exposição no site da Tate Modern; seis anos após o estabelecimento dessas parcerias, a Tate Modern apresenta *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits*.

Segundo os curadores, as três salas expositivas “apresentam” o trabalho do fotógrafo norte-americano “conhecido por suas imagens em preto e branco de seus amigos e de outras celebridades do mundo da arte de Nova York”. (BAKER; GALE, 2014, publicação online, tradução nossa) O texto de apresentação dos curadores no site da instituição não menciona a evidente conotação sexual do trabalho do fotógrafo e ainda afirma que as salas expositivas “apresentam” o trabalho de Mapplethorpe, como se fosse possível apresentar a obra do artista como um todo em uma exposição com menos de cinquenta trabalhos em três espaços delimitados.

A proposta curatorial expressa nos textos parece denotar que a obra de Mapplethorpe é composta basicamente de fotografias de amigos, de celebridades e do próprio artista, chanceladas pela beleza estética do preto e branco, e de nus que, somente eventualmente, revelam certa ousadia, como se a conjugação de tais fatores fosse suficiente para representar um



trabalho de consistência como o de Robert Mapplethorpe. A realidade apresentada pela Tate Modern neste século XXI parece coadunar com àquela dos anos 1980 na qual “a linha transposta por Mapplethorpe entre o tranquilamente homosocial e o perigosamente homossexual também era a linha entre a estética de uma cultura tradicional de museu e as prerrogativas de uma subcultura *gay* autodefinida”. (CRIMP, 2005, p. 10) Nesta perspectiva, a exposição *Portraits and Self-Portraits* se aproxima de *The Perfect Moment*.

A primeira sala da exposição na Tate é dedicada aos amigos e figuras proeminentes, sendo apresentada por um texto com dados pontuais da vida do fotógrafo, como o ano e o lugar onde nasceu, o trabalho que realizava com *assemblages* de esculturas antes de se dedicar à fotografia, acrescido de informações que justificam a existência de uma sala dedicada aos amigos e personalidades famosas da ocasião como Philip Johnson, William Burroughs, Louise Bourgeois e Patti Smith.

O texto de apresentação da segunda sala mescla informações acerca do trabalho do artista com informações que asseveram a posse da instituição de trabalhos expostos. Além de afirmar que a segunda sala é dedicada a figuras proeminentes do mundo da arte de Nova York, como Andy Warhol, Willem de Kooning, Roy Lichtenstein e Brice Marden, o texto curatorial, diante da inevitável nudez e da flagrante conotação sexual do trabalho de Mapplethorpe, descreve esses aspectos da obra como “tratamentos esculturais do corpo”, os quais seriam reforçados pelas sombras. Neste tocante, alguns aspectos que emergem das fotografias parecem inconsistentes com a composição que os curadores da exposição parecem propor.

Neste sentido, podemos verificar certa (in)coerência entre duas imagens de Andy Warhol e a informação do texto de apresentação da sala 1 segundo a qual os trabalhos expostos demonstrariam que “Mapplethorpe favoreceu o isolamento da face ou a figura em ambientes simples, utilizando uma luz precisa para lançar suas características em um relevo nítido”. (TATE, 2014 a, publicação online, tradução nossa) A fotografia de Warhol destacada no site e em exibição na exposição possui evidente destaque para o rosto, avivado pela cor branca decorrente dos cabelos louros do artista (Fig. 1). Contudo, não podemos ignorar o contraponto existente entre o rosto e as mãos de Warhol, mãos estas localizadas abaixo do baixo-ventre de Warhol em uma sugestão de branco-acinzentado possibilitado pela iluminação da fotografia e pela cor clara da pele em diálogo com o rosto. Os dedos se tocam levemente, quase se cruzam, o polegar da mão esquerda parece impedir que o polegar da mão direita se erga ou, talvez, somente queira tocá-lo. O formato das mãos é de um triângulo cuja base estaria voltada para cima, paralelamente ao rosto no extremo oposto da fotografia, e os dedos em formato de seta



para baixo, em direção aos pés que não se vê; a fotografia termina (ou começa) na parte superior da coxa de Warhol. Apesar do convite que a fotografia faz aos olhos para percorrer a imagem como um todo, os curadores da mostra compreendem e afixam o destaque ao rosto.

Fig. 1 - Robert Mapplethorpe  
Andy Warhol, 1986.



(Fonte: [www.tate.org.uk](http://www.tate.org.uk))

Seguindo a mesma lógica de contraponto entre rosto e mãos, há ainda outro retrato de Warhol em posição semelhante, porém nesta o cabelo está mais composto, contrastando com as mãos, na mesma direção da fotografia descrita anteriormente; desta vez, porém, as mãos se sobrepõem e os dedos, esticados e ouriçados se cruzam (Fig. 2). Se na outra fotografia o cabelo estava desgrenhado e as mãos compostas, nesta o contrário parece se instaurar – cabelos compostos, dedos das mãos agitados, quase que a sugerir uma dualidade entre o rosto e outra parte do corpo de Warhol – as mãos ou o que elas representam em processos de metáfora. Neste sentido, leituras que enfatizam o rosto de Warhol, que parecem dar-lhes um tratamento descontextualizado, como sugerido pela curadoria, parecem distantes da constatação de uma dualidade a sugerir a existência de apenas um aspecto – um rosto iluminado e destacado.

Outro ponto que observamos se relaciona à breve descrição feita da fotografia de Louise Bourgeois – “alegremente travessa”. Duas palavras que parecem conformar um eufemismo para além do sorriso “travesso” de Bourgeois. Nesta fotografia, observamos um diálogo entre a



face e as mãos da artista, que carregam de baixo do braço, literalmente, um pênis, ou melhor, a escultura de um pênis, com sua bolsa escrotal amparada pelo cotovelo direito, culminando na glândula firmemente segurada pela mão da artista (Fig. 3). Novamente podemos observar o diálogo entre rosto e mãos em se tratando de iluminação na fotografia em contraste com o fundo e com as roupas trajadas. Novamente a descrição do texto curatorial parece propositalmente não dar conta daquilo que Mapplethorpe de fato fotografou.

Já a fotografia de William Burroughs, por mais alinhada que esteja aos propósitos da exposição da Tate e de seu texto curatorial, apresenta o evidente diálogo entre rosto e mãos de um romancista acusado de obscenidade em seu tempo (Fig. 4). O escritor aparece com as mãos cruzadas, antebraços apoiados nas pernas, olhar na direção de seus polegares. Neste trabalho, Mapplethorpe parece querer nos lembrar que, conforme o dito popular, “quem vê cara, não vê coração”, ao retratar de forma tão comportada um literato cuja produção escrita teria causado alvoroço devido ao que as instituições de arte compreendem como obsceno.

Neste tocante, podemos observar aquilo que Michel Foucault definiu como “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”. (1999, p. 28) A evidência que se constrói no contraponto entre os textos da exposição e as imagens expostas demonstra uma quase necessidade de se falar em sexo a partir de uma demanda externa à instituição. Porém, uma vez que a instituição de arte parece ter de atender a essa demanda, emprega-se um discurso capaz de distorcer o trabalho do artista.

O silêncio curatorial dedicado às mãos dos fotografados, deflagram que

o próprio mutismo, aquilo que se recusa a dizer ou aquilo que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. (FOUCAULT, 1999, p. 30)

Resta-nos indagar o porquê de a instituição dar foco somente ao rosto e ignorar as mãos. Uma vez que as instituições de arte são respeitadas enquanto detentores de conhecimento e autoridade no que concerne às artes, os textos da exposição acabam por formatar modos de olhar para o trabalho do artista, construindo narrativas outras e que, por vezes, parecem mesmo contradizer a obra exposta.

Quanto aos “estudos esculturais”, o texto descritivo afiança que





O tratamento escultural do corpo fotografado, frequentemente reforçado pelas sombras fortemente expressas, era uma preocupação para a qual Mapplethorpe se voltava repetidamente. O que pode ser visto especialmente em seus nus, tanto masculinos quanto femininos, cujo equilíbrio clássico é desenvolvido com uma desafiante carga sexual. Esta qualidade direta é particularmente evidente nas imagens de Bob Love e do corpo-construtor de Lisa Lyon. (TATE, 2014b, publicação online, tradução nossa)

Fig. 2 - Robert Mapplethorpe  
Andy Warhol, 1983.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.

Fig. 3 - Robert Mapplethorpe  
Louise Bourgeois, 1982.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.





Fig. 4 - Robert Mapplethorpe  
William Burroughs, 1980.



Fonte: [www.tate.org.uk](http://www.tate.org.uk)

Neste contexto, aproximadamente um terço das fotografias da sala 2 se dedica à nudez, o que dentro de um todo expositivo de três salas, se dilui ainda mais. Espécie de camuflagem que busca apagar, por entre os demais trabalhos, as evidências de gênero e do corpo humano nu. As fotografias de Alan Lynes e de Bob Love são apresentadas lado a lado (Fig. 5). Apesar da nudez de Alan Lynes, o jogo com a corda nas mãos do bailarino, somado ao jogo de pernas quase cruzadas e à iluminação da fotografia, confere certa discrição ao pênis do bailarino em direta oposição à pose de Bob Love que nu, de pernas abertas e sentado com as mãos apoiadas sobre os joelhos, tem seu corpo apresentado sem nada que o esconda. As fotografias quase que se equilibram entre o fechado e o aberto e em meio à impossibilidade de não se abordar o nu na obra de Mapplethorpe.

Quanto à nudez feminina, é possível verificar fotografias mais tímidas com uma nudez sempre parcial ou perfilada. Quando o corpo feminino é retratado de frente, como no caso de Lisa Lyon, somente parte do corpo é exposta (Fig. 6). Assim, ou se vê a genitália ou os seios ou as nádegas em cada fotografia. Neste último caso, temos quase um plano americano. A fotografia, novamente de cima para baixo, começa na cabeça e termina logo abaixo das nádegas de Lisa Lyon. O nu feminino exibido e citado pelos curadores traz Lyon de costas. Ombro, costas e nádegas estão enlaçados por uma fita negra que parece amarrar o corpo – um nu



feminino, de costas e incompleto. Ou um nu perfilado como o de Patti Smith, esta porém, na sala 1, sentada no chão, com as pernas juntas, joelhos na altura do peito e de lado, uma nudez perfilada. Assim, a sala 2, não distinta da sala 1, parece evidenciar que “em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva. [...] Talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado.” (FOUCAULT, 1999, p.21) Neste caso, a nudez autorizada se mistura com fotografias nas quais não há nudez, além de haver a presença da pureza e do frescor da fotografia da criança que foi Lindsay Key (Fig. 8).

A terceira e última sala da exposição se dedica a autorretratos de Robert Mapplethorpe. Esta sala é descrita como um espaço no qual são exibidos vinte retratos de Mapplethorpe, de 1975 a 1988, em uma espécie de cronologia da vida do artista. Nesta cronologia se destaca o caráter camaleônico de Mapplethorpe em sua auto-apresentação como frágil ou forte, além de dar conta das transformações pelo tempo no rosto de Mapplethorpe agravadas pelas consequências da AIDS. A curadoria afirma que “embora o uso do imaginário sexual de Mapplethorpe fosse muitas vezes controverso, algumas de suas fotografias mais impressionantes foram feitas ao girar a câmera em direção a si mesmo”. (TATE, 2014c, publicação online, tradução nossa)

Neste ponto, a curadoria nitidamente assume um posicionamento quanto ao trabalho de Mapplethorpe ao afirmar que o conteúdo sexual da obra do artista seria controverso e que, as fotografias de maior valor artístico seriam aquelas expostas na terceira sala: uma série de autorretratos, com predomínio do primeiro plano, que apresentam um apelo sexual mais explícito. Evidencia-se que o inesgotável cenário descrito pelo artista francês Daniel Buren:

os fenômenos contra os quais o artista luta não passam de epifenômenos, ou, mais precisamente, eles nada mais são que superestruturas erguidas sobre a base que condiciona a arte, e que é a arte. E a arte transformou suas tradições, seus academicismos, seus tabus e suas escolas etc. no mínimo umas cem vezes porque a vocação daquilo que está na superfície é ser incessantemente transformado; e, enquanto a base não é afetada, é óbvio que nada é fundamentalmente – *basicamente* – transformado. (BUREN, apud CRIMP, 2005, p. 139)



Fig. 5 - Robert Mapplethorpe  
Alan Lynes, 1979, e Bob Love, 1979.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.

12

Fig. 6 - Robert Mapplethorpe  
Lisa Lyon, 1982, Lisa Lyon, 1984, e Lisa Lyon, 1982.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.



Fig. 7 - Robert Mapplethorpe  
Patti Smith, 1975, Patti Smith, 1976, e Patti Smith, 1979.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.

13

Fig. 8 - Robert Mapplethorpe  
Lindsay Key, 1985.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.

Neste sentido, além de expor o trabalho de um artista tido como controverso, a Tate Modern, em seu movimento de adaptação para conservação de sua estrutura de manutenção de poder, faz outra concessão que talvez seja a concessão mais generosa de toda a exposição – a exibição da fotografia *Self Portrait*, 1978 (Fig. 9). Na fotografia em questão, Robert



Mapplethorpe está de costas para a lente da câmera, enconstado em uma parede, curvado, com o braço direito voltado para trás, com o pé direito no chão e o esquerdo sobre uma elevação que simula um banco, segurando um chicote, com uma grande calda, preso em seu ânus. Mapplethorpe tem o rosto voltado para a câmera com semblante sério, concentrado, como que a mirar a si próprio a partir daquilo que seu ato o constitui.

Os demais retratos se dedicam a um Mapplethorpe camaleônico, ora roqueiro, ora transsexual, ora elegantemente vestido para um baile de gala, ora jovem e inquisidor, ora desgastado pelo tempo, acelerado pela síndrome que o acometeu. Neste último aspecto, a terceira sala parece se concentrar ao demonstrar como um homem tão belo, de tamanha vitalidade, em um espaço de aproximadamente treze anos pode mudar tanto em um processo agravado pelo AIDS, síndrome tão associada ao homossexualismo. É o aspecto de morte que mais marca o texto curatorial da sala 3 e a seleção dos autorretratos de Mapplethorpe.

Fig. 9 - Robert Mapplethorpe  
Self Portrait, 1978.



Fonte: Fotografia de Charles Procter, 2014.

A instituição não se modifica de fato por realizar uma mostra sobre um artista cujo trabalho aborda explicitamente questões de gênero. Antes, através de uma exposição como *Robert Mapplethorpe : Portraits and Self-Portraits*, edita-se modos de pensar para conservar a autoridade institucional. Em um total de quase cinquenta fotografias, a concessão feita àqueles trabalhos cuja questão de gênero não corresponde nem mesmo a 20% do total. As fotografias que apresentam a nudez feminina na exposição em questão, o fazem sob um viés um tanto quanto leve, como nas fotografias de Lisa Lyon e de Patti Smith. Há também duas fotografias com a nudez de corpos masculinos, a de Alan Lynes, camuflada pelos artifícios da dança e da corda que o bailarino movimentava, e a de Bob Love, com um nu real, ainda que próximo dos ares das esculturas clássicas gregas. Na sala de autorretratos, uma fotografia do rosto de

À MARGEM DAS QUESTÕES DE GÊNERO: ROBERT MAPPLETHORPE NA TATE MODERN - LEITE, Caroline Alciones de Oliveira



Mapplethorpe travestido de mulher e a fotografia com a inserção anal do chicote – uma fotografia em meio a uma sala com tantos autorretratos que se dedicam basicamente ao rosto ou ao busto coberto e decoroso.

O projeto curatorial da exposição parece privilegiar questões da estética e da boa técnica fotográfica, sonogando questões de gênero que a obra de Mapplethorpe suscita. Como forma de reafirmar a criteriosa seleção de imagens, há os textos-palestras como que a escorar as paredes das galerias da Tate Modern face ao peso reconhecido e reverenciado de uma obra como o de Robert Mapplethorpe.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits* fica patente o quanto a obra de um artista como Mapplethorpe é capaz de trazer desconforto para algumas instituições de arte. Em comparação com as circunstâncias na qual se deram *The Perfect Moment*, mesmo passados vinte e cinco anos, mesmo em se tratando de países diferentes, a obra de Mapplethorpe ainda parece ser, de certa forma, atacada, desta vez, no entanto, de forma criteriosamente dissimulada. Se em 1989 podemos pensar em censura à exposição, em 2014 podemos perceber que foram encontradas estratégias mais eficientes e politicamente corretos de neutralizar os conteúdos de um trabalho de arte – a seleção e a construção de uma narrativa.

A escolha das fotografias exibidas na exposição da Tate Modern, em conjunto com os textos da curadoria sobre a exposição, é reveladora do quanto a instituição museológica exerce o poder de editar uma obra de um artista e de, para além de postular o que é arte ou não, construir uma nova obra de arte, compatível com anseios e demandas da instituição, independentemente de qualquer coerência com a obra do artista como um todo. Em *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits*, as fotografias encantam por sua precisão técnica, pela beleza do preto e branco, além do reconhecimento de algumas personalidades famosas.

Ao realizar uma exposição como a que analisamos, a Tate Modern parece revelar um lampejo de abertura a questões de arte de gênero ancorada no nome de Robert Mapplethorpe. Contudo, os textos e as obras escolhidas deixam patente que a instituição apresenta um posicionamento ideológico incompatível com uma obra do escopo da de Mapplethorpe, beneficiando-se da imagem que constrói para si de uma instituição aberta às artes e às suas provocações artísticas, ao mesmo tempo em que conserva sua estrutura hierárquica e seu poder de impor narrativas e visões de mundo. As discussões de gênero evidentes na obra de Robert





Mapplethorpe aparecem amortecidas no projeto curatorial de *Artist Rooms* e na exposição *Robert Mapplethorpe: Portraits and Self-Portraits*.

## REFERÊNCIAS

BAKER, Simon; GALE, Matthew. *Artist Rooms: Robert Mapplethorpe, Tate Modern*, Londres, 2014. Disponível em: <<http://www.tate.org.uk/whats-on/tate-modern/display/artist-rooms-robert-mapplethorpe-tate-modern>>. Acesso em: 22 jul 2014.

CRIMP, Douglas. *Sobre as ruínas do museu*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CURTIS, Neil G. W. Universal Museums, Museum Objects and Repatriation: The Tangled Stories of Things. *Museum Management and Curatorship*, n. 21, p. 117-127, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Cultural Change in Museums: Professional Issues, *Taking the Lead*. (Department of Museums Studies, University of Leicester: publicação on-line), 2001.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da Amnésia: o museu como cultura de massa. In: *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 222-253.

O'DOHERTY, Brian. *Inside the White Cube*. San Francisco, EUA: The Lapis Press, 1976.

TATE MODERN. *Room 1*, Londres, 2014a. Disponível em: <http://www.tate.org.uk/whats-on/tate-modern/display/artist-rooms-robert-mapplethorpe-tate-modern/robert-mapplethorpe-room-1>. Acesso em: 22 jul 2014.

TATE MODERN. *Room 2*, Londres, 2014b. Disponível em: <<http://www.tate.org.uk/whats-on/tate-modern/display/artist-rooms-robert-mapplethorpe-tate-modern/robert-mapplethorpe-room-2>>. Acesso em: 22 jul 2014.

TATE MODERN. *Room 3*, Londres, 2014c. Disponível em: <<http://www.tate.org.uk/whats-on/tate-modern/display/artist-rooms-robert-mapplethorpe-tate-modern/robert-mapplethorpe-room-3>>, Acesso em: 22 jul 2014.

TATE MODERN. *Artist Rooms: artist essay*, Londres, 2014d. Disponível em: <<http://www.tate.org.uk/art/artists/robert-mapplethorpe-11413>>. Acesso em: 22 jul 2014.





## **BELEZA E FEMINILIDADE: RELAÇÕES DE PODER E DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE A MULHER**

SKURA, Ivania

*Mestranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
ivaniaskura@hotmail.com*

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira

*Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
crispataro@gmail.com*

MEZZOMO, Frank Antonio

*Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
frankmezzomo@gmail.com*

17

### **RESUMO**

Representações e produções de sentido da/na mídia evidenciam a íntima conexão entre mulher e beleza nos discursos que denotam e constroem relações de poder. Para compreender e problematizar este fenômeno, fazemos recortes comparativos da década de 1960 e dos dias atuais, questionando a noção de beleza definidora de feminilidade e caminho para o poder da mulher. A discussão é realizada a partir de quatro materiais: 1) as colunas femininas do jornal Folha do Norte do Paraná veiculadas na década de 1960; 2) reportagens do jornal online O Globo (2011); 3) o documentário “Criança, a alma do negócio”, produzido em 2008; 4) e o documentário “Miss representation”, de 2011. Um olhar crítico para essas representações e noções faz-se necessária, à medida que notamos a mídia como instituição e ferramenta social portadora de valores e direcionadora de comportamentos, capaz de influenciar percepções que compõem as relações de gênero.

**Palavras-chave:** Mulher. Mídia. Beleza.

### **ABSTRACT**

Representations and productions of signification of/in the media show intimate connections between women and beauty in discourses that denote and construct power relations. To understand and discuss this phenomenon, we made comparative clippings from the 1960s and nowadays, questioning the notion of beauty as a definer of femininity and path to the woman power. The discussion is made from four materials: 1) the feminine columns of the newspaper Folha do Norte do Paraná released on the decade of 1960; 2) news of the O Globo online newspaper (2011); 3) the documentary “Criança, a alma do negócio” (meaning “Child, the business soul”) produced in 2008; 4) and the documentary “Miss representation” of 2011. A critical look to these representations and notions made himself necessary, as we noticed media as an institution and social tool that carries values and guides behaviors, capable of influencing on perceptions that compose gender relations.

**Key-words:** Women. Media. Beauty.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de investigações que vêm sendo desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão, a partir de uma perspectiva que contempla as relações de poder reverberadas pela mídia acerca das representações construídas sobre a mulher.

Os materiais analisados compõem-se de excertos retirados de diversas mídias, em diálogo com discussões teóricas que subsidiaram a análise. De caráter exploratório-descritivo, realizou-se levantamento de informações presentes no jornal Folha do Norte do Paraná (publicações em formato reportagem das décadas de 1960 e 1970); jornal O Globo (notas e reportagens referentes à posse da presidente do Brasil Dilma Rousseff, de 2011); e, ainda, duas mídias em formato documentário: “*Miss representation*” (2011) que retrata a representação da mulher norte-americana na mídia e “Criança, a alma do negócio” (2008) que tematiza o poder educativo midiático na influência de comportamentos já desde a infância. O critério de escolha do *corpus* empírico foi orientado pelos aspectos mulher e beleza, corpo e feminilidade e representação feminina na mídia impressa.

Pelos exemplos publicados nos jornais (Folha do Norte do Paraná e O Globo) e documentários (“Criança, a alma do negócio” e “*Miss representation*”), compreende-se a mídia como instituição social capaz de direcionar comportamentos e influenciar decisivamente a formação humana, adquirindo papel ativo na construção e legitimação da cultura.

O jornal Folha do Norte do Paraná foi uma mídia de cunho comercial, voltada à região norte do estado do Paraná, cujo editor chefe e alguns de seus membros eram vinculados à Igreja Católica, diocese de Maringá-PR. Nas décadas de 1960 e 1970 este veículo publicou colunas femininas de caráter diário ou semanal, dentre as quais se destacam a “Folha feminina”; “Folha da mulher”; “Sua excelência a mulher”, as quais traziam, além de anúncios publicitários, informações sobre eventos sociais, entrevistas com mulheres da região e dicas de moda e beleza.

O documentário “*Miss representation*”, escrito e dirigido por Jennifer Siebel Newsom (2011), retrata as representações femininas na mídia e conclui que beleza ainda define a mulher e, mesmo quando se encontra inserida no meio político, ela é julgada por critérios de aparência (exemplos trazidos no jornal O Globo, veículo digital de notícias de circulação nacional, de posse do grupo Globo.com). Além disso, no documentário “Criança, a alma do negócio”



(2008), de autoria da produtora Maria Farina Filmes, nota-se que a mídia incide sobre a educação de meninas ainda muito jovens no intuito de que seja incorporado um imperativo social no qual o valor da mulher reside em sua juventude, beleza e sexualidade, em detrimento da difusão do incentivo de capacidades como liderança e atuação política.

Neste sentido, o discurso vigente é o de que a *coquetteire* (valorizar-se para agradar, cuidar da maquiagem, pele e cabelo, andar e gesticular graciosamente) é a mais admirável qualidade da mulher, fazendo as feias parecerem bonitas e as bonitas encantadoras (PRIORE, 2009). E ainda se difunde que “as mulheres, além de meigas, suaves e lindas, devem ter muito amor para dar” (FARIA *et al.*, 2011, p. 11), já que “a feiúra é uma forma de exclusão social feminina” (NOVAES; VILHENA, 2003 *apud* GOETZ *et al.*, 2008, p. 228).

O corpo, o rosto, a maneira de se comportar em cada detalhe tem a ver com uma economia doméstica e social, uma subjetividade dominante (SIQUEIRA; FARIA, 2007). Já no início do século XX, “as virtudes próprias da feminilidade pautavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, mais tarde, dos filhos” (ALMEIDA, 2012, p. 30). Todavia, a noção de corpo e beleza varia conforme o contexto histórico, além de ser um conceito em constante recomposição.

De maneira geral, e em especial nas mídias e na publicidade, o papel social da mulher não é colocado de maneira em que as representações contemplem diversidades de modo de ser, pelo contrário, há um modelo limitado, apresentado de maneira hegemônica e vigilante. “Ideias como sacrifício, dedicação e necessidade, estão associadas à função da mulher” (FARIA *et al.*, 2011, p. 11).

De certa forma, pode-se dizer que a manutenção da beleza, entre outros atributos, era tida como uma condição para o sucesso do casamento, responsabilidade delegada à mulher (CUNHA, 2001). “A chamada boa aparência impunha-se. Os bons casamentos sobretudo dependiam dela” (PRIORE, 2009, p. 73). Isto é, a beleza, além de ser uma forma de igualar as relações de poder, ligadas à sedução e a valores narcisísticos, passa a ser definidora de mulher e função a ser cumprida socialmente (BELELI, 2005).

A partir de tais considerações teóricas, este estudo busca demonstrar o quanto a mulher e beleza aparecem interligados (como se fosse natural) no discurso midiático desde a década de 1960 até os dias atuais, inserido em um movimento que ajuda a formar, e às vezes, conformar



sujeitos a seguir modelos difundidos pela própria mídia, de modo que essa influência se faz presente na vida dos sujeitos desde ainda muito cedo. Entende-se a mídia, neste processo, não como uma força isolada, mas como veículo transmissor de informação que pode reverberar e ressoar concepções emanadas das relações sociais e das relações de poder, provindas de grupos e setores da sociedade.

### **É NA BELEZA QUE SE ANCORA A FEMINILIDADE E O PODER**

Há um bombardeio de mensagens midiáticas que “ensinam” que ser forte, inteligente e realizada não é o suficiente: para ser mulher, verdadeiramente, é preciso ser bela. “Diferentemente do passado, quando quem mandava era o marido, hoje o algoz não tem rosto. É a mídia. São os cartazes de rua. O bombardeio da televisão” (PRIORE, 2009, p. 15). Neste sentido, as representações nas mídias e publicidade têm profundo efeito sobre as experiências do corpo, pois dão suporte à ilusão de um modelo ideal, de divulgação e capitalização do culto ao belo, estimulado por meios de comunicação e indústria da beleza (SIQUEIRA; FARIA, 2007).

O imperativo social é o de que ser mulher é buscar um ideal de beleza e a aprovação social masculina, ontem e hoje. “A mulher foi subjugada a uma posição de ‘feminilidade’, forjada pelo discurso masculino” (ALMEIDA, 2012, p. 31) e, “por terem poucos modelos a imitar no mundo real, as mulheres as procuram nas telas e nas revistas femininas” (WOLF, 1992, p. 76).

Culturalmente, a mulher é receptora de noções que reiteram a insegurança quanto à aparência. Meninas ainda muito jovens já comparam a si mesmas com padrões impossíveis de atingir – alterados por *softwares*, imagens retocadas digitalmente em nível milimétrico; “o milagre efetivamente ocorre no computador. Onde todas as ditas ‘falhas’ são minuciosamente corrigidas” (PRIORE, 2009, p. 87), e se acostumam com isso.

O julgamento de si mesma e de outras mulheres se faz mais severo diante de moldes que são possíveis apenas virtualmente, isto é, há um condicionamento do pensar na direção de que esse é o modo que o sujeito mulher deve se parecer – nunca se é bonita o suficiente, nunca se é mulher por inteiro. “O olhar com que mulheres que não se conhecem às vezes se avaliam mutuamente já diz tudo” (WOLF, 1992, p. 98), de modo que a autora comenta que um rápido relance da cabeça aos pés, breve e desconfiado, registra a imagem, deixando de fora a pessoa.



A Folha Feminina do jornal Folha do Norte do Paraná, em 1964, já colocava “a beleza antes de tudo” (Imagem 1), de forma que as cobranças em torno da postura, dos sapatos, da maquiagem, do agir ali trazidas denotam uma exigência em relação ao aparecer/apresentar-se, ignorando as mulheres enquanto indivíduos. Na década de 1960, partindo do referido jornal, como um exemplo da representação midiática, já é possível inferir este imperativo social de íntima ligação entre mulher e beleza.

21

**Imagem 1:** A beleza antes de tudo. **Fonte:** Folha do Norte do Paraná, 22 mar. 1964.



Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Neste sentido, discute-se que há uma relação na qual o corpo feminino se caracteriza como uma espécie de patrimônio capital cultural que supera outras características constituintes do sujeito mulher, na qual ganha destaque a busca por uma boa apresentação, cenário em que as roupas e acessórios da moda, o corpo belo e jovem, a boa forma e outros valores constituintes da feminilidade não são apenas abordados com bastante destaque, mas também se colocam como definidores das mulheres, moldando corpos, gestos, condutas, gostos, desejos e expectativas.

A difusão de uma imagem ideal de beleza adquiriu uma importância obsessiva para as mulheres porque era esse seu objetivo, o de disseminar a noção do aceitável e “adequado” numa cultura essencialmente masculina. E essa cobrança e vigilância começam desde cedo. O documentário “Criança, a alma do negócio”, coloca em pauta a responsabilidade da mídia na formação social e cultural das crianças e relata uma realidade na qual meninas ainda muito jovens deixam de brincar para “não despentear os cabelos”, vão à escola com sapatos de salto e maquiadas em aulas matutinas, concluindo, assim, que há exagero na busca pela beleza ainda numa época em que se deveria viver a infância.





Depoimentos de especialistas, pais e professores relatam casos de meninas que comumente abdicam de sua condição genuína de criança, pois desejam ser “mini-adultas”. Estas crianças veem como modo de expressar sua subjetividade o uso de maquiagens, sapatos de salto, buscas por relacionamentos e apelos sedutores, num mundo em que “o brincar é substituído pelo gosto do comprar” (DOTTA, 2013, p. 01).

Esse cenário tão comum nos anos 2000 não parece ser novidade se comparado à década de 1960, quando já havia a percepção de que a adaptação aos moldes vigentes deveria ocorrer desde cedo, conforme o exemplo abaixo.

22

**Imagem 2:** A elegância começa aos seis anos. **Fonte:** Folha do Norte do Paraná, 20 jun. 1966.



Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Dotta (2013) afirma que são necessários apenas 30 segundos para que uma criança seja influenciada pela propaganda e que as crianças influenciam 80% das compras realizadas. Coloca ainda, que as crianças brasileiras passam, em média, de três a cinco horas por dia assistindo à televisão e, além de serem uma parcela da sociedade sem empoderamento ou capacidade de discernir entre o real e o imaginário, são influenciadas por mensagens que nem sempre são adequadas à faixa etária. Em busca do lucro, e aproveitando-se da vulnerabilidade da criança, muitos anúncios apresentam abordagens inadequadas (com apelos de cunho discriminatório, erotizado, irresponsável), claramente incoerentes para este público, o que pode gerar consequências psicossociais permanentes.



Neste sentido, Schwartz (1985) aponta justamente para o fato de que a mídia possui um grande potencial de influência, atuando inclusive como importante iniciativa educativa para mudar comportamentos, sendo influenciadora de ideias e formadora de identidades. Não à toa, o autor intitula sua obra de “Mídia: o segundo Deus”, argumentando que os meios de comunicação são quase que oniscientes, provocando emoções e estabelecendo uma moral comum, atingindo tanto analfabetos quanto letrados, que recebem milhares de informações diárias mesmo sem ter ido à sua procura. Permanece a noção de que “a indústria cultural funciona como difusora dos conteúdos circulantes na sociedade, constituindo-se em um espaço pedagógico” (MATOS; LOPES, 2008, p. 61).

Os discursos veiculados pelos meios de comunicação invadem nossas vidas, introduzindo noções e conceitos que nem sempre se adaptam a todas as realidades. A mídia tornou-se cada vez mais uma mediadora social de grande força e participação educadora. Concordamos com Schwartz (1985, p. 82) quando afirma ser “um desperdício, esse poder assustador e irresistível da mídia depender unicamente de impulsos de caridade da parte de estações ou redes de emissoras”. Empresas compram tempo para anunciar milhares de produtos e serviços, fazendo uso de todos os métodos disponíveis para tornar a mídia eficaz, e muitas vezes disseminando valores prejudiciais à igualdade de gênero, cidadania e respeito à mulher.

Isso tudo é resultado de compreensões que permeiam o meio social. As pessoas aprendem mais com a mídia do que com qualquer outra fonte de informação (NEWMAN, 2011), e para compreender o que acontece no cenário atual basta olhar como a mídia e a tecnologia fornecem conteúdos que moldam a sociedade, conforme ilustra o documentário “*Miss representation*” (2011).

Garotas recebem ainda muito cedo a mensagem de que o mais importante é a aparência e que seu valor depende disso, e os garotos aprendem, em consequência, que devem valorizar nelas os seus corpos. O mito da beleza denota que as mulheres devem ser belas e os homens devem querer possuí-las, de modo que a beleza se torna uma obrigação para elas. É justamente o que afirmam Goetz *et al.*:

Estar no padrão midiático difundido do belo, do magro e do jovem, adotar as técnicas sugeridas que são apresentadas como simples e acessíveis, produz um fenômeno crescente de culto ao corpo, conduzindo a um paradoxo, que ocorre quando não há correspondência entre a imagem corporal difundida nas publicações e a imagem corporal real da maioria das pessoas, levando-as muitas vezes, a buscar tais padrões associados ao corpo por meio de





sacrifícios que chegam à doença ou até à morte, tudo em busca de um padrão ou modelo dito ideal (GOETZ *et al.*, 2008, p. 234).

Esse imperativo imposto a garotos e garotas é essencialmente aprendido, pois a noção de beleza não é universal ou imutável (WOLF, 1992). Assim, gasta-se mais com cosméticos, cirurgias e beleza do que com educação, resultando num falso empoderamento pela sedução (falso porque se dissemina uma noção ilusória que vai em direção contrária da educação), que visa reduzir a mulher à beleza. Aceitar este estereótipo alardeado, nesse caso, pela mídia é retirar da mulher seu poder como sujeito complexo.

A cobrança pela beleza da mulher é resquício de toda uma história cultural que, reforçada pela mídia, define padrões de feminilidade, aprendidos e compreendidos ontem e hoje: “cristalizam-se no corpo as crenças, as representações e os significados do que é ser homem ou mulher em determinada sociedade, em determinado momento” (MATOS; LOPES, 2008, p. 62).

A beleza torna-se uma espécie de sistema monetário, determinado pela política e num conjunto de crenças destinadas a manter intacto o domínio masculino, já que ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia que segue um padrão físico imposto culturalmente, se expressam relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir por recursos que os homens já se apropriaram (WOLF, 1992).

Podemos observar esse caminho do poder alcançado pelo corpo e pela beleza nos exemplos apresentados a seguir, da década de 1960, evidenciados pelas reportagens do jornal Folha do Norte do Paraná, assim como nos exemplos da contemporaneidade, os quais serão abordados logo adiante.



**Imagem 3:** Conselhos de beleza. **Fonte:** Folha do Norte do Paraná, 08 jan. 1963.



Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A imagem 3 traz uma reportagem que denota a obrigatoriedade da mulher cuidar de sua aparência, entre as dicas de beleza aponta-se que as pernas devem estar sempre bonitas, macias e bronzeadas, os dedos dos pés não podem ficar tortos, devendo-se evitar o uso de determinados calçados, calcanhares devem estar sempre bem hidratados, assim como o corpo depois de banhos de sol. A imagem 4 (abaixo) alerta que existem muitas mulheres que cultivam “manias que enfeiam” sem perceber que estas estão as prejudicando. Estar sempre comendo em público, por exemplo, é colocado não apenas como deselegante, mas como ato que dá a entender que não se alimenta o suficiente em casa. “Os homens detestam isso. Sem contar nas gordurinhas que essa gulodice constante faz aparecer”, dispara a reportagem. “Tagarelar e falar alto” é também uma “mania que enfeia”, pois “os homens têm horror ao espalhafato”.



**Imagem 4: Manias que enfeiam. Fonte:** Folha do Norte do Paraná, 02 mar. 1963.



Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A pior “mania que enfeia”, segundo a reportagem da imagem 4 é a “maneira de ser vítima” que algumas mulheres adquirem quando estão doentes, de modo que queixam-se de tudo e tornam isso o “assunto de todas as horas” e “exploram ao máximo qualquer dorzinha”, afastando os homens porque “o ar eternamente choroso enfeia a mulher [...] beleza é quase sinônimo de alegria ou saúde. A mulher inteligente procura sempre aparentar uma ou outra”, termina ensinando o texto da Folha Feminina.

Não importa o que uma mulher alcance ou conquiste, seu valor ainda depende da aparência, é tudo sobre o corpo. A mídia coloca representações depreciativas às mulheres mais poderosas. No cenário norte-americano, depoimentos de mulheres influentes como Condoleezza Rice e Nancy Pelosi, entre outras personalidades, relatam essa ação midiática que sofrem quando são representadas. Elas apontam, inclusive, questionamentos e possíveis soluções, trazidas nos excertos (em tradução livre) do documentário “*Miss representation*” (2011) abaixo.

Condoleezza Rice (Imagem 5), em seu depoimento, aponta que “o fato da mídia ser tão depreciativa com as mulheres é uma perda para o mundo” (MISS REPRESENTATION, 2011, 40”) e acrescenta que as mulheres e minorias devem cada vez mais fazer parte das eleições, mas “é necessária uma espécie de inovação psicológica: um cidadão americano aceita uma mulher ou um afro-descendente ocupando aquele cargo? Penso que no caso da mulher ainda temos um bom trecho a avançar” (MISS REPRESENTATION, 2011, 19’28”), relata.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7, p. 17-33

**Imagem 5:** *Frame* Condoleezza Rice.



**Fonte:** Documentário “*Miss representation*” (2011).

**Imagem 6:** *Frame* Nancy Pelosi.



**Fonte:** Documentário “*Miss representation*” (2011).

27

Ainda, defendendo que a figura feminina deve estar mais presente como formadora de opinião na mídia, Nancy Pelosi (Imagem 6) afirma que “as mulheres na América poderão ser mais encorajadas se puderem ver jovens mulheres compartilhando suas experiências, criando suas famílias, falando para elas, identificando-se com suas aspirações” (MISS REPRESENTATION, 2011, 1’19’’).

Segundo Wolf (1992), mesmo as mulheres mais prósperas, instruídas e liberadas do primeiro mundo não se sentem tão livres quanto querem ser, porque se preocupam muito com questões triviais que se relacionam à aparência física, ao corpo, ao rosto, ao cabelo, às roupas.

É difícil fugir desta lógica, porque parece incoerente agir na contramão quando “o que se define como feminino tem o corpo como fonte de sua significação, sendo os discursos que envolvem os cuidados com o corpo associados, em sua primazia, à figura feminina” (MATOS; LOPES, 2008, p. 75).

No Brasil, esse cenário é bastante semelhante ao dos Estados Unidos. Basta olhar para manchetes como as trazidas pelo jornal digital O Globo, em sua coluna de política em 2011.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7, p. 17-33

**Imagem 7: Posse de Dilma.**

Fonte: O Globo (2011).

A reportagem da coluna de política coloca como tema central da notícia o fato de que "a roupa não favoreceu a silhueta" da presidente. Há uma clara relação de desigualdade de gênero, uma desvalorização que se faz presente numa representação altamente estereotipada, colada à valorização da mulher por sua beleza corporal.

Em meio à maioria das mulheres, independentemente de seu sucesso, “existe uma subvida secreta que envenena nossa liberdade: imersa em conceitos de beleza, ela é um escuro filão de ódio a nós mesmas, obsessões com o físico” (WOLF, 1992, p. 12). A cobrança vem da mídia, da sociedade e das próprias mulheres. Na esteira dessas considerações, consideram Siqueira e Faria:

O corpo encontra na mídia um espaço onde representações a seu respeito são amplamente construídas e reproduzidas. Anúncios publicitários, textos jornalísticos, fotos e ilustrações na televisão, na internet e na mídia impressa, veiculam discursos, vozes sobre como o corpo é visto, desejado, vendido (SIQUEIRA; FARIA, 2007, p. 172).





**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 7, p. 17-33

**Imagem 8:** Beleza, o que importa na mulher da política.

The screenshot shows the O Globo website interface. At the top, there are navigation links for 'globo.com', 'noticias', 'esportes', 'entretenimento', and 'videos'. Below this is a header with 'PRINCÍPIOS EDITORIAIS', 'EDIÇÃO DIGITAL', 'CELULAR', 'KINDLE', 'TABLETS', and 'E-BOOKS'. A secondary header displays 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' with a timestamp '(16:46) Aécio diz que ex-ministro precisa dar esclarecimentos'. The main content area features a large blue banner with the word 'POLÍTICA' in white, and the date '16:53 SEXTA 25.04.2014'. Below the banner is a navigation menu with categories like 'CAPA', 'PAÍS', 'RIO', 'ECONOMIA', 'SOCIEDADE', 'MUNDO', 'TECNOLOGIA', 'CULTURA', 'ESPORTES', and 'MAIS+'. A sidebar on the right highlights 'AGORA EM DESTAQUE' with a sub-headline 'Comissão da Verdade quer que PF participe da investigação sobre morte de coronel'. At the bottom of the article preview, there are social media sharing buttons for 'Recomendar', 'Tweet', 'G+', and 'Email'.

Fonte: O Globo (2011).

Outra notícia da mesma data reitera que "Dilma Rousseff até que se esforçou, com seu novo corte de cabelo e vestindo um *tailleur* marfim para sua posse", mas teve sua imagem ofuscada pela presença da bela vice-primeira-dama que se fez presente no evento da posse presidencial. Ora, esse tipo de escolha discursiva não é neutra. O controle midiático é essencialmente masculino e enviesado, seja pela produção das mensagens ou via posse dos veículos. “Ao se perguntar como se constituíram e se fixaram os discursos sobre o caráter feminino e o ideal de feminilidade [...] tem-se clareza de que sua produção se deu a partir da posição masculina” (ALMEIDA, 2012, p. 30). A política, o sistema jurídico, a religião e a vida intelectual e artística colocam-se como “construções de uma cultura predominantemente masculina. Assim, aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos” (FARIA *et al.*, 2011, p. 3).

É difícil observar essa imposição na mídia com um olhar crítico e compreender até que ponto a renda publicitária influencia as matérias, mas “é fácil compreender o todo – os anúncios, as matérias sobre a beleza, as fotos de modelos – erroneamente como se fosse uma mensagem coerente dos editores dizendo às mulheres que deveriam ser assim” (WOLF, 1992, p. 98). A autora comenta que se houvessem modos de compreender o discurso midiático de maneira mais bem informada, “aproveitaríamos o que houvesse de bom e descartaríamos o que fosse prejudicial” (WOLF, 1992, p. 98).



Sobre essa transmissão de informação midiática, portanto, ressaltamos que não se pode compreendê-la como uma absorção automática, sem resistência na recepção. Discordamos de modelos lineares e simplistas do processo comunicativo. É evidente que as representações e discursos midiáticos delimitam espaços e constituem consensos, mas que são passíveis de questionamentos.

Num meio midiático em que poucas mulheres participam de decisões, não há representações que passem pelas perspectivas, percepção e experiência femininas e, pior ainda, ocasionam-se disseminações de estereótipos exacerbados que escapam à realidade – ignora-se o fato de que há mais na mulher do que apenas um corpo que deve obrigatoriamente ser belo. A mulher não é vista como objeto só por outros, ela aprende a ver a si mesma como objeto – nesse sentido, a voz feminina não importa na sociedade, só sua imagem, pois o valor está no corpo, não na identidade (NEWMAN, 2011).

O documentário “*Miss Representation*” (2011) reflete que posições políticas e de liderança são designadas aos homens enquanto as mulheres são amplamente desencorajadas a buscar posições ambiciosas por causa da diferenciação de gênero. Vemos poucas mulheres no poder político e social, mas há muitas mulheres em destaque quando se trata de corpo e beleza. Os estereótipos se repetem e, certamente, a exposição às mensagens mais frequentes fala mais alto.

Tais discussões auxiliam no entendimento das representações construídas sobre a mulher encontradas nos materiais analisados nesse texto. Essas noções, disseminadas vastamente, são veiculadas e internalizadas pelos sujeitos de tal modo que quase não se nota o processo, como se as noções de beleza e sexualidade como caminho para o poder e como definidoras de feminilidade estivessem vigentes desde sempre, quase como inatas.

É pertinente questionar, portanto, assim como o fez Wolf (1992, p. 17): “se o mito da beleza não se baseia na evolução, no sexo, no gênero, na estética, nem em Deus, no que se baseia então? [...] Ele diz respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens”. E, quando a mídia e sociedade são dominadas por uma grande parcela masculina, o mito é propagado com intenções diversas.

As representações não são apenas veiculadas pela mídia, mas também são nela produzidas; pelos discursos que circulam nos textos e imagens sobre embelezamento se produzem efeitos e se instituem “verdades”, excluindo e incluindo corpos, sujeitos e grupos, direcionando a atuação destes na sociedade (MATOS; LOPES, 2008).





Najmanovich (2001), em sua obra “O sujeito encarnado”, comenta que convenções e processos de categorização e padronização naturalizam-se com o tempo, embora não sejam mais do que resultado de construções mentais cuja única concretude vê-se no fato de que estamos acostumados a eles e por vezes acabamos nos esquecendo de suas origens.

Nesta direção, notar a categoria ‘corpo’ assumida em sua realidade histórica, considerando a própria biologização como também um fato cultural (MATOS; LOPES, 2008), permite compreender que esta se constitui a partir de representações individuais e sociais, que podem ser desconstruídas e reconstruídas (GOETZ *et al.*, 2008). Isto é, o que se coloca é que não há problema em se criar padrões, é natural da sociedade este movimento, mas é preciso desmistificar a ideia de naturalidade das categorizações.

Não há conceito de beleza que seja atemporal, existe sempre um contexto enviesado pela cultura. Colocar a mulher como apenas um corpo belo em detrimento de representações que valorizem a mente e pluralidades femininas é atividade resultante de convenções culturais, midiáticas e sociais que vêm funcionando já há bastante tempo, de maneira que o mito da beleza se coloca como forma de controle social.

Crítérios democráticos e senso crítico, neste sentido, devem se opor aos interesses e escolhas arbitrárias de uma classe que utiliza a mídia como via de dominação e obtenção de lucro. Por isso, é imperativa a necessidade da educação como ferramenta mobilizadora que deveria se fazer presente na mídia, instituição que, nos moldes do sistema, vai justamente na contramão dessa proposta.

## CONCLUSÃO

Como pudemos verificar nos materiais analisados, é possível afirmar que há uma convenção frequentemente reiterada de que ser mulher é ser bela (os exemplos aqui trazidos ilustram bem essa noção), mas esta não é uma concepção natural, inquestionável. A mídia categoriza, mas não engloba a totalidade, exclui a riqueza da diversidade.

É evidente que a mulher tem valor além do corpo e sexualidade, não se pode roubar o poder feminino categorizando e obrigando a mulher a seguir um modelo ideal de beleza. Mas também não se deve condenar cuidados com a beleza como sinônimo de diminuição do valor da mulher como ser complexo ou como alienação e passividade frente às representações midiáticas.

Análises de naturezas social, econômica, política, pedagógica e cultural denotam, deste



modo, que há uma necessidade de representações que abarquem o todo social e encarem o encontro com o diferente como um modo de contemplar a diversidade das identidades femininas, numa direção que admita a complexidade dos seres e dos contextos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Maria Menezes de. Feminilidade – caminho de subjetivação. *In: Estudos de Psicanálise*, v. 4, n. 38, Belo Horizonte: Círculo Brasileiro de Psicanálise, 2012. p. 29-44. Disponível em: <<http://www.cbp-rj.org.br/n38a04.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

BELELI, Iara. Aparecida. Imagens efêmeras: gênero e sexualidade na propaganda Brasileira. *In: 29º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 25 a 29 de outubro, Caxambu-MG. *Anais do 29º Encontro Anual da Anpocs*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: Anpocs, 2005. p. 1-20.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? *In: Revista História Questões & Debates*, v. 34, n.0, Curitiba: UFPR, 2011, p. 201-222. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/historia/article/view/2665/2202>> Acesso em 25 abr. 2014.

DOTTA, Patrícia. Resenha crítica acerca do documentário: “Criança, a Alma do Negócio”. *In: Nossa Produção: Reflexões/ Te puxa!: debate sobre ideologias políticas e movimentos sociais*. Disponível em: <<http://tutepuxa.wordpress.com/2013/04/20/resenha-critica-acerca-do-documentario-crianca-a-alma-do-negocio/>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

FARIA; Lia Ciomar Macedo de; CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria Josefa Vieira da. Memórias e Representações Femininas: Ideologias e Utopias dos anos 60. *In: Revista Vozes dos Vales da UFVJM*, v. 1, n. 2, Minas Gerais, out., 2012, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

GOETZ, Everley Rosane; CAMARGO, Brígido Vizeu; BERTOLDO, Raquel Bohn; JUSTO, Ana Maria. Representação social do corpo na mídia impressa. *In: Revista Psicologia & Sociedade*; v. 20 n. 2, Belo Horizonte, 2008, p. 226-236. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a10v20n2.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

MARIA FARINA PRODUÇÕES. *Criança, a alma do negócio*. Diretora: Estela Renner. Produção: Marcos Nisti, 49'14", Brasil, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.alana.org.br/doc.mp4>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MATOS, Auxiliadora Aparecida de; LOPES; Maria de Fátima. Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP Para Mulher. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, Florianópolis, jan./abr. 2008, p 61-76. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a05v16n1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.



NAJMANOVICH, Denise. *O sujeito encarnado: questões para a pesquisa no/do cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEWMAN, Jennifer Siebel. *Miss representation*. Diretor: Jennifer Siebel. 86'05'', Produção: Estados Unidos da América, 2011. Disponível em: <<http://vimeo.com/72015293>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2009.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida de. Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. In: *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. v.3, n. 9, São Paulo: ESPM, 2007, p. 171-188. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/95/96>> Acesso em: 27 abr. 2014.

SCHWARTZ, Tony. *Mídia: o segundo Deus*. São Paulo: Summus, 1985.

SETTI, Rennan. Beleza da vice-primeira-dama roube a cena na posse de Dilma. In: O GLOBO Política. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/beleza-da-vice-primeira-dama-rouba-cena-na-posse-da-dilma-2844111>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

VEIGA, Patrícia. Dilma acerta na escolha da cor da roupa, mas peca ao usar vestido e casaco na posse. In: O GLOBO Política. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/dilma-acerta-na-escolha-da-cor-da-roupa-mas-peca-ao-usar-vestido-casaco-na-posse-2844173>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



## TEMPOS REAIS E TEMPOS VIRTUAIS: MULHERES, VIOLÊNCIAS E CIBERCULTURA

CAVALVANTI, Vanessa Ribeiro Simón

*Professora do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea,  
da Universidade Católica do Salvador  
vanessa.cavalcanti@uol.com.br*

MENEZES, Mariana Risério Chaves de

*Estudante, integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades,  
Cidadania e Cultura – NPEJI, da Universidade Católica do Salvador  
mariana.riserio@hotmail.com*

34

### RESUMO

As mulheres alcançaram conquistas legais e sociais de grande relevo nos últimos anos, mas continuam discriminadas, sofrendo ofensas aos seus direitos fundamentais e humanos, e as violências proferidas são veiculadas nos meios de comunicação. O artigo versa sobre as ofensas às mulheres na cibercultura, analisando novas formas de violência que são engendradas de acordo com as características deste meio. A abordagem é teórica dedutiva, traz como instrumental metodológico pesquisa bibliográfica, com ênfase na análise de discurso. Concluiu-se que não há meios legais regulatórios que satisfaçam a inibição e punição dos crimes praticados na internet e o estudo busca contribuir para uma reeducação social com vistas a erradicar a violência contra a mulher e politizar a sociedade sobre problemas da exposição exacerbada da imagem no meio cibernético.

**Palavras-Chave:** Mulher. Violência. Cibercultura.

### ABSTRACT

Women have reached legal and social accomplishments of great relevance in the former years, but they remain outcasted, suffering offenses to their fundamental rights, and these violences are expressed in the communication media. This article approaches the insult to women in the cyberculture, analysing new forms of violence that are formed to fit the characteristics of this media. The approach is theoretical deductive, brings as a methodological instrument the bibliographic research, with emphasis on the speech analysis. It is concluded that there are not legal means of regulation that satisfy the inhibition and punishment of the crimes practiced on the internet and the study pursuits to contribute to a social reduction with the goal of eradicating the violence against women and politicize the society about the problems of wide exposure of one's image in the cyber media.

**Key-words:** Woman. Violence. Cyberculture.

### INTRODUÇÃO

Houve muito avanço a respeito das conquistas alcançadas pelas mulheres na sociedade. Atualmente, observa-se maior liberdade de expressão verbal, no jeito de se vestir e de se comportar, maior autonomia na escolha do estilo de vida e na escolha da



profissão, bem como conquistas legais de grande relevo, como a elevação do crime de violência contra a mulher à categoria de ofensa aos direitos humanos, o que demonstra a atenção internacional ao tema. Desde a década de 70, a agenda internacional, estudos acadêmicos, plataformas e planos de ações direcionados à promoção e ao enfrentamento de violência contra as mulheres têm sido pauta, praxis e alvo de marcos legais-institucionais.

Portanto, pode quedar-se despercebido o fato de que as mulheres permanecem fortemente oprimidas e sujeitas à violência – em razão de ser mulher – em sociedade. Ocorre que no imaginário da maioria das pessoas – composta de homens e mulheres – preexiste a ideologia e a sensação de dominação masculina (BOURDIEU, 2014), transposta em atitudes.

As mulheres estão sujeitas a violências que perpassam uma sutileza dissimulada (como a sensação de libertação sexual que é diretamente relacionado à prisão da estética e à submissão ao outro (SWAIN, 2001); a atitude invasiva dos homens no jogo da sedução (a mulher ocupando o papel passivo, de receptora); a valorização disfarçada da mulher contida, de poucos parceiros sexuais (desinibida no âmbito da relação monogâmica e heteronormativa) e os abusos verbais sofridos pelas mulheres ao andar nas ruas) e chegam às expressões mais declaradas. Com todo o conhecimento e atenção que há atualmente a respeito do assunto, tais condutas devem ser, enfaticamente, expostas, combatidas e erradicadas.

Como não poderia ser diferente, tal situação não fica excluída dos meios de comunicação, alvos de inúmeros estudos por conta da sua importância social. Não fica de fora dos meios o que está presente na sociedade (o que há de bom e ruim), e a mensagem veiculada deve ser analisada levando-se em consideração os fatores socioculturais que a engendram.

Neste âmbito, merece atenção especial a internet, por sua dimensão atual e por nela se desenvolverem novas formas de violência adequadas às suas características, de rapidez, longo alcance, diversidade de usuários e interatividade. Faz-se necessário voltar a atenção para este meio, em busca de possíveis alternativas para a questão da segurança em rede, sobretudo para a proteção dos direitos fundamentais e humanos das mulheres, que na internet estão sofrendo novas formas de violência.



## DESENVOLVIMENTO

Não obstante o processo educativo (formal e informal), os espaços ocupados, as bandeiras desfraldadas e a difusão de conhecimentos em redes, que assinalam novos tempos, vê-se que há abismos no percurso.

No âmbito legal, como mencionado, um crime local contra uma mulher pode tomar dimensões internacionais, vez que os direitos humanos das mulheres e meninas são abrangidos pelos direitos humanos universais. Flávia Piovesan, em “A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres” (2012) dispôs que

à luz da internacionalização dos direitos humanos, foi a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, que, de forma explícita, afirmou, em seu parágrafo 18, que os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Esta concepção foi reiterada pela Plataforma de Ação de Pequim, de 1995 (2012, p. 75).

Face à discriminação sofrida pelas mulheres em todo o mundo, foram tomadas medidas internacionais de preservação da sua integridade. O Brasil, no ano 2001 - quando já havia ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção do Belém do Pará”) (1994) – recebeu uma punição da Comissão Interamericana, por negligência e omissão para com a violência doméstica. Tal punição se remete ao caso Maria da Penha, que, após um histórico de impunidade e também de luta e ativismo, vai representar um marco para a violência contra a mulher, denominando a Lei 11.340, de 2006: Lei “Maria da Penha”. O caso Maria da Penha foi o primeiro de violência doméstica, que levou à punição de um país, dentro do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos (PIOVESAN, 2012).

Até o ano 2006, quando da elaboração da Lei “Maria da Penha”, o Brasil não possuía legislação específica para a violência contra a mulher, aplicando, para os casos, a Lei 9.099/95, destinada às infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, às infrações penais de menor gravidade. Essa punição era totalmente ineficaz e desrespeitosa à realidade da violência doméstica e contra a mulher, não provocando a menor inibição da conduta do infrator que se voltava mais violento para a mulher que o denunciou sobre uma questão desmerecedora de ser levada à justiça (PIOVESAN, 2012). Com a nova lei, portanto, proibiu-se a pena de prestação de cestas básicas e as de multa apenas e





consagra-se como dever do Estado a tarefa de punir, prevenir e educar para e pelos direitos humanos.

Para além dos meios técnico-legais de ação, a Lei 11.340 elucida a necessidade de se conscientizar e politizar a sociedade a respeito do tema, através de campanhas educativas e mesmo da inclusão nos currículos escolares das noções de direitos humanos, de questões de gênero e de violência, por exemplo, medidas estas que se encontram ainda muito defasadas.

A reeducação é imprescindível para o enfrentamento da violência contra a mulher, tão intrinsecamente inculcada nas relações sociais. Em “Violência familiar e doméstica em foco interdisciplinar: possibilidades contemporâneas e grandes enfrentamentos”, Capítulo 21 do livro “Psicologia, Família e Direito: interfaces e conexões” (2013), realizado por Vanessa Ribeiro Simón Cavalcanti e Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa Gomes, as autoras dispuseram:

Verifica-se a tendência de projetarmos sentimentos e percepções nos outros a partir das nossas referências pessoais e familiares. Por isso, a importância da educação antiviolença e atenção desde a mais tenra infância (2013, p. 358).

Por suposto, as conquistas em âmbito legal, apesar da importância simbólica, não presumem a eficácia da prestação. Ainda está em curso uma mudança social que irá propiciar à mulher que sofre violência, a devida assistência, o que reafirma a urgência de uma reeducação social, que conscientize verdadeiramente homens e mulheres.

O movimento feminista é responsável por grande parte das conquistas femininas e acompanhou o desenvolvimento dos Direitos Humanos, avançando também da noção abstrata da igualdade perante à lei ao respeito da diversidade, fundamental para a livre maturação do indivíduo em sociedade e sua emancipação (PIOVESAN, 2012). Porém, não obstante a importância social, muitas mulheres não têm conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos movimentos feministas nas suas lutas e mesmo da relevância, ao passo que não sentem diretamente o machismo. No “Las mujeres como sujetos emergentes en la era de la globalización: nuevas modalidades de violencia y nuevas formas de ciudadanía 117” (2011), há uma análise interessante quanto à sensação de igualdade sentida por mulheres jovens na Espanha:





“Las jóvenes tienen pocos espacios para encontrar al feminismo, tampoco a la cibernética en calidad de programadoras, podemos añadir, aunque sí en calidad de usuáries. No encuentran el feminismo en organizaciones, porque les son ajenas y no lo encuentran en la escuela donde el feminismo está ausente del patrimonio cultural. Además, el haber nacido y crecido en unas sociedades formalmente igualitarias hace que concideren que la igualdad es algo natural en el mundo en el que viven y la desigualdade algo propio de lugares y tempos lejanos” (2011, p. 294).

O parco conhecimento sobre os movimentos feministas, suas lutas e dificuldades desde a sua ascensão e o conhecimento de outros lugares com uma situação de violência mais declarada do que nos países ocidentais – possibilitado pela globalização -, são fatores que contribuem para incutir nos imaginários das mulheres - e da sociedade como um todo - a sensação de que não há uma discriminação muito enfática, de que não há realidades mais dignas para se almejar.

Por sua vez, não fica de fora dos meios de comunicação o que se passa em sociedade. Os meios comunicacionais ultrapassam a produção e veiculação de imagens, dizendo respeito às formas das pessoas vivenciarem experiências, unindo-as em sua linguagem, conforme Maria João Silveirinha, em “Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação” (2012).

No capítulo “Os estudos feministas de mídia: uma trajetória anglo-americana”, do livro “Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa” (2008), Márcia Rejane MESSA elucida que os estudos de mídia sempre interessaram ao movimento, propiciando múltiplos enfoques e interpretações, mantendo relação direta com os estudos culturais. Estes, no Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), voltaram sua atenção, a partir da segunda metade dos anos setentas, aos meios de comunicação de massa, vistos como entretenimento e também como veiculadores da ideologia estatal. (MESSA, 2008).

Como os meios comunicacionais retratam aquilo que é vivido pelos indivíduos, natural que veicule os discursos dominantes, abusivos, discriminatórios, e também aja como meio de conglomeração positiva. Silveirinha, em “O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária” (2013), defende a autonomia do campo do comunicacional, como espaço de luta político decisivo e ressalta a



importância de não se ignorar o fato de que os media são, eles próprios, também responsáveis pelas construções das identidades, que iluminam caminhos do que está posto, bem como do que ainda pode se tornar.

O espaço da internet, dentre os outros meios, merece atenção específica por sua grande dimensão atual e pela recorrência de crimes cibernéticos contra a mulher nos últimos anos. Já no ano 1994, na palestra “A Emergência do Cyberspace e as Mutações Culturais”, Pierre Lévy declarou:

O espaço cibernético é um terreno onde está funcionando a humanidade, hoje. É um novo espaço de interação humana que já tem uma importância enorme, sobretudo, no plano econômico e científico e, certamente, essa importância vai ampliar-se e vai estender-se a vários outros campos, como por exemplo na Pedagogia, Estética, Arte e Política (1994).

Frise-se que de acordo com relatório da ONU (2014), o número estimado de usuários de internet para 2014, é de 3 bilhões de pessoas, segundo as estatísticas produzidas pela União Internacional de Telecomunicações – UIT.

São algumas características da internet a rapidez, o longo alcance, a diversidade dos usuários, a auto regulação e a interatividade. Esta última designa a possibilidade de metamorfose da mensagem com a participação dos usuários, pois na internet há a possibilidade de os indivíduos que têm acesso a esse meio participarem diretamente da sua dinâmica, seja acrescentando diretamente conteúdo ou interagindo com o que é posto, como, por exemplo, nos espaços reservados para comentários nos *sites*. Também é uma forma importante de interação a possibilidade que os internautas têm, em alguns *sites*, de denunciar conteúdos abusivos. Tal característica não é contemplada por outros meios de comunicação, muito mais fechados tanto em termos de interação com o público quanto de monopolização da produção do conteúdo veiculado.

Vale ressaltar, que as concepções sobre a internet se dividem em entusiasmo, quanto à possibilidade de trocas informacionais, criação de vínculos e articulação de movimentos sociais, por exemplo, e receio, este último quanto à sua mercantilização (RODAL, 2001) e também em relação à sua própria abertura, o que propiciaria facilidade na divulgação de conteúdos abusivos.

A profusão de *sites* cujo conteúdo diz respeito à “prisão da estética”, constitui um reflexo na internet das representações e estereótipos configurados socialmente. As



matérias e reportagens incentivam a busca da estética valorizada e uma desinibição sexual que, ao invés de reforçar a liberdade sexual, muitas vezes condiciona o papel feminino ao desejo masculino, reiterando a noção da sexualidade feminina como objeto.

Neste âmbito, importa transcrever a seguinte citação sobre fala de McRobbie (1998) presente no livro “Las Mujeres Como Sujetos Emergentes em La Era de La Globalización: Nuevas Modalidades de Violencia y Nuevas Formas de Ciudadania - 117”, no capítulo “Modalidades de la violencia de Género en La Era Global”, organizado por Amalia González, Luiza Posada, Asunción Oliva e Célia Amorós:

McRobbie advierte que los parametros de feminidad están cambiando: las mujeres no son pasivas, ni buscan alguien que las mantenga. Lo que permanece más inalterable es la presión de asumir la imagen corporal. Las mujeres todavía estan sometidas a presión de figura y talla (2011, p. 286).

Neste mesmo sentido, é a fala da jornalista e escritora Eliane Brum no ensaio intitulado “Vagina” (2013), sobre se tornar uma “atleta sexual com orgasmos performáticos” não ser resposta à violência contra a mulher e o seu desejo sexual, mas sim uma adequação a exigências do mercado assemelhando-se ao comportamento sexual masculino e permanecendo na esfera de controle sobre o corpo da mulher (BRUM, 2013).

Além das cobranças advindas das necessidades cotidianas, sabe-se que há uma valorização exacerbada de um padrão estético determinado e, por conseguinte, almejado, que faz com que as mulheres se submetam, submetendo o seus desejos e expressões sexuais e pondo, em diversas situações, a saúde em risco, frise-se os inúmeros procedimentos cirúrgicos aos quais as mulheres se submetem com o fim de assemelharem-se aos parâmetros consagrados pela moda ocidental.

Na matéria “Cinderela Frankstein” (2014), Vivi Whiteman, colunista de moda da CartaCapital, traz o exemplo – pode-se dizer, absurdo - das cirurgias nos pés feitas por mulheres, para adequá-los ao uso dos sapatos *Louboutin* (cujo criador, Christian Louboutin, declarou odiar o conceito de conforto). Nas palavras de Whiteman: “Hoje faz sentido pensar na seguinte imagem: sai a Cinderela, aquela que nasceu pra usar o impossível sapatinho de cristal, e entra a princesa Frankstein, esculpida aos pedaços”. Whiteman ressalta que as mulheres, mesmos nestes casos, não se sentem oprimidas pela



moda e chama atenção para o fato que considera mais alarmante deste fenômeno: o da busca da felicidade. A mudança da aparência, para algumas pessoas, é condição para o alcance da felicidade, o que bem provavelmente acarretará em frustração, vez que felicidade é uma coisa que nenhuma mercadoria pode produzir, por mais que a moda tenha a pretensão de vendê-la e não poupe esforços para esta propaganda.

Da mesma forma, merece atenção a grande exposição da imagem pessoal na cibercultura. A fixação pelo corpo perfeito, bem como pelas vidas das celebridades (que, comumente, representam um ideal de perfeição), e a visibilidade possibilitada e mesmo desejada nesse meio, culminam numa exposição excessiva de fotografias em redes. De preferência, devem ser fotografias de corpos esculturais, fiéis à “onda fitness” da busca do corpo perfeito, o que, em verdade, se sobrepuja ao discurso valorizador da saúde que é levantado pelas novas esportistas. Por fim, a cultura da veiculação da imagem pessoal abrange todos os contextos e ocasiões (comemorativas ou não), vide o fenômeno do “*aftersex*”: fotos tiradas após as relações sexuais, expostas nas redes sociais.

Por outro lado, contrasta com essa facilidade para a exposição do corpo em rede, o fato de que, em situações mais naturais – despidas de máscaras e fórmulas, o corpo feminino aparenta permanecer estranho às próprias mulheres. Ainda no ensaio *Vagina* (2013), Eliane Brum traz as exposições das artistas Evelyn Ruman (*Sangro, logo Existo*) e Casey Jenkins (*Casting Off My Omb*) que usaram menstruação em suas obras de arte e provocaram ojeriza de grande parte do público; e o livro da Naomi Wolf, intitulado *Vagina*. Quanto ao último, Eliane brinca com a forma que a marca *Apple* expôs o livro na sua loja, com asteriscos no título: V\*\*\*\*\*a, configurando em si uma performance: a loja mais tecnológica do mundo censurando a palavra vagina, quando o objetivo do livro é justamente o de desmistificar a genitália feminina, de lutar contra essa prisão, deve denunciar a potência da vagina (que deve ser reconhecida) e não sua vitimização, defende Brum.

As pessoas criam nos seus “perfis” em redes, personalidades paralelas que suprem aquilo que querem ser na vida real, enriquecendo essa construção com uma minuciosa seleção de imagens ideais, enquanto que tais criações as afastam de si mesmas. Os exemplos trazidos por Brum (2012) demonstram o distanciamento que as



mulheres têm dos seus corpos, ignorando seus desejos íntimos, ao passo que assumem os seus corpos com orgulho quando correspondem a anseios exteriores.

Não se pode perder de vista, que a análise dos estereótipos deve chamar atenção para as relações e construções que engendram a posterior repetição de imagens, para a cultura que configura os padrões e estereótipos, vez que a tentativa isolada de supressão de imagens seria pouco significativa (SILVEIRINHA, 2012).

Os fatos narrados, a exposição exacerbada da imagem nas redes sociais, o desejo de aproximação com as representações veiculadas nos meios, contrastante com a estranheza que o próprio corpo causa em diversas situações, remete à ideia da Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord, onde o que é exposto nas representações imagéticas é almejado e distancia os indivíduos de si mesmos: aquilo que deveria ser diretamente vivido e sentido se afasta numa representação, que os indivíduos contemplam de forma passiva, considerando que o que é retratado é positivo e tudo o que é positivo é retratado (DEBORD, 1997).

Finalmente, há um viés da exposição da imagem que desemboca na sua exploração, em um fenômeno que tem acontecido com considerável frequência nos últimos anos, desta vez com consequências criminais, e que merece atenção. Consiste no *upload* em rede, de fotografias e vídeos sexuais, por homens, de mulheres com quem os mesmos se relacionaram, algumas vezes como vingança face ao término do relacionamento, outras por mero desejo de exposição. O direito que os homens acreditam possuir, expondo as mulheres de tal forma, deixa transparecer o ranço patriarcal que permeia a tolerância social existente frente à violência contra a mulher. A exposição causa consequências psicológicas graves e irreversíveis, no ano 2013, duas jovens menores, residentes no Piauí e na Serra Gaúcha, se suicidaram após terem suas fotos íntimas divulgadas em rede, conforme matéria do O Globo<sup>1</sup>, de 20 de novembro de 2013.

É alarmante, o fato de que muitas pessoas julgam a vítima que “se expôs demais”, que “confiou demais no seu parceiro”, enquanto negligenciam o homem, que estava participando da situação e que realizou o ato mais grave: o de expor sua parceira sexual para um número indeterminado de pessoas – que, em maioria, irá olhá-la com o

<sup>1</sup> Referência da matéria do O Globo (2013), disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/jovem-comete-suicidio-depois-de-ter-fotos-intimas-vazadas-na-internet-10831415>. Acesso em 10/07/2014.



mesmo desrespeito - sem a mínima noção de respeito, intimidade, privacidade e dignidade e para quem a mesma não tinha a intenção de se expor. Frise-se: o consentimento para ser fotografada não presume o consentimento da divulgação da fotografia, isso sem falar nas fotos que são tiradas sem a vítima ter conhecimento. A matéria “Mulher que posa para fotos íntimas não cuida da moral”, de 14 de julho de 2014, do *site* Geledes<sup>2</sup>, versa sobre o caso do julgamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que diminuiu o valor da indenização de danos morais devida pelo réu – ex namorado que divulgou fotos íntimas da vítima – de cem mil reais para apenas cinco mil reais, sob a alegação de que a vítima teria concorrido para a autoria do ilícito, vez que tinha consciência do que fazia e que possui “conceito moral diferenciado”. É trazido nesta mesma matéria o caso absurdo do fazendeiro que foi absolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da acusação de estupro, de jovem de treze anos, por esta ter sido considerada prostituta, ignorando-se por completo a complexidade do tema da prostituição infantil, considerada por muitos estudiosos e ativistas como exploração sexual.

“*Sexting*” é o termo – que já se encontra em dicionário<sup>3</sup> - usual dado às mensagens com fotos e vídeos de conteúdo sexual, em geral, não só as que são divulgadas sem consentimento de um dos participantes ou as que vêm a público. A definição abrange fotos e vídeos masculinos também, embora na prática a exposição indesejada e danosa de homens não aconteça com a mesma frequência ou repercussão que a de mulheres, o que também aponta para a objetificação da mulher. Fica evidente, pois, que frente a essa conduta não é suficiente a punição de um único responsável, mas faz-se necessária uma reeducação social, o que já fora pautado.

Especificamente para a exposição sexual da imagem como vingança face ao término do relacionamento, foi criada a denominação “pornografia de vingança”, em inglês “*revenge porn*” ou “*cyber revenge*”, e nos Estados New Jersey e Califórnia, nos

<sup>2</sup> Referência da matéria do site Geledes, “Mulher que posa para fotos íntimas não cuida da moral” (2014), disponível em: <http://www.geledes.org.br/mulher-que-posa-para-fotos-intimas-nao-cuida-da-moral/>. Acesso em 15/07/2014.

<sup>3</sup> Referência do dicionário McMillan, disponível em: <http://www.macmillandictionary.com/dictionary/british/sexting>. Acesso em: 07/05/2014. E da matéria “Caso gaúcho expõe risco da troca de conteúdo sexual via celular; entenda o sexting” (2011). Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/04/13/caso-gaucha-expoe-perigos-da-troca-de-conteudo-sexual-via-celular-entenda-o-sexting.jhtm>. Acesso em: 07/05/2014.





Estados Unidos já foram criadas leis para tentar coibir essa situação, conforme matéria no Consultor Jurídico<sup>4</sup>, de outubro de 2013.

Em razão da recorrência e a visibilidade da violência contra a mulher no meio cibernético, há a aprovação de leis e feitura de projetos de leis a respeito do tema, bem como crescente publicidade a favor da prevenção (tanto da parte de uma maior preservação da vítima, como exposição de meios de denúncia).

A Lei apelidada de “Lei Carolina Dieckmann” - nº 12.737/2012, proposta pelo deputado Paulo Teixeira (do partido PT/SP), recebeu tal denominação, pois enquanto o projeto tramitava, ocorreu a divulgação não autorizada de fotos pessoais em rede, da atriz Carolina Dieckmann<sup>5</sup>. A Lei acresce o Código Penal, regulando e dispondo as punições de algumas situações agora configuradas como crimes cibernéticos, como, por exemplo, a invasão de computadores (conectados à rede ou não), sem consentimento do dono e posterior divulgação de dados pessoais. No entanto, o fato de ser ressaltada a necessidade de violação de segurança tecnológica para a configuração do crime, exclui diversas possibilidades de atos abusivos, como os acima citados, de homens que divulgam fotos íntimas consensuais como vingança quanto ao término do relacionamento.

Existem também os projetos de Lei nº 5.555/2013<sup>6</sup> e nº 6.630/2013<sup>7</sup>. O primeiro, apresentado em 09 de maio de 2013, pelo Deputado João Arruda, do partido PMDB/PR, visa alterar a Lei 11.340/2006 (a Lei Maria da Penha), trazendo à luz condutas ofensivas contra a mulher no meio da internet e em outros meios de comunicação. O PL nº 6.630/2013, da autoria do Deputado Romário, do partido PSB/RJ, apresentado em 23 de outubro de 2013, visa tipificar a conduta de divulgação de fotos e vídeos de nudez ou

<sup>4</sup> Referência da matéria do Consultor Jurídico, “Na Califórnia, postar fotos eróticas por vingança é crime”, de outubro de 2013, disponível em: <http://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/100701901/na-california-postar-fotos-eroticas-por-vinganca-e-crime>. Acesso em: 07/07/2014.

<sup>5</sup> Referência da matéria do site UOL, ““Lei Carolina Dieckmann” sobre crimes na internet entra em vigor”, de 12/04/2013, disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/02/lei-carolina-dieckmann-sobre-crimes-na-internet-entra-em-vigor.htm>. Acesso em: 30/04/2014.

<sup>6</sup> PL 5.555/2013, Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação, de 09/05/2013, disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576366>. Acesso em: 15/07/2014.

<sup>7</sup> PL 6630/2013, Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências. De 23/10/2013, disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=598038>. Acesso em: 15/07/2014.





ato sexual, sem autorização da vítima, e outras providências, realizando acréscimos ao Código Penal Brasileiro.

Como se trata de um fenômeno, relativamente, recente, as medidas inibitórias e punitivas das condutas criminosas são embrionárias. Ainda não há legislação significativa, aprovada, destinada aos crimes e infrações cibernéticas e as tentativas de fiscalização esbarram com a lógica da auto regulação que é característica do meio. Aplica-se, nos casos, os demais Códigos, geralmente o Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente quando se trata de menores.

Atualmente, quem divulga fotos e vídeos de teor sexual na rede, pode responder por ameaça, injúria, difamação, violência psicológica, afetando os direitos de imagem, à privacidade, direito à honra. Pode ocorrer também a punição do provedor da internet, que mesmo notificado de que o teor das imagens é criminoso e deve ser retirado do ar, mantém a divulgação. Importa elucidar que o site de buscas *Google*, foi condenado<sup>8</sup> por permitir que um usuário de perfil anônimo publicasse fotos sexuais de uma mulher, no site de relacionamentos *Orkut*, acarretando na demissão da mesma. Apesar de considerar a culpa concorrente, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso manteve a condenação, afirmando que a empresa deve fiscalizar o conteúdo das publicações e que não havia prova nos autos de que a vítima possuía a intenção de dar publicidade às relações sexuais com o noivo (as fotos foram tiradas da máquina fotográfica deste).

Merece atenção o site da *Safernet* ([www.safernet.org.br](http://www.safernet.org.br)), uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 20 de dezembro de 2005, que disponibiliza canal de denúncia, bem como conteúdo para educar e prevenir as pessoas face a crimes e abusos na internet.

## CONCLUSÃO

Fica evidente as graves violações, o desrespeito e violência à condição feminina, atingindo direitos fundamentais, pessoais e humanos das mulheres, apesar da ênfase

<sup>8</sup> Referência da matéria do *site* Última Instância, “Justiça mantém condenação da Google por permitir divulgação de fotos constrangedoras”, de 17 de abril de 2012, disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/55824/justica+mantem+condenacao+da+google+por+permitir+divulgacao+de+fotos+constrangedoras.shtml>. Acesso em: 30/04/2014.



dada à proteção das mulheres pelos direitos humanos – de forma, relativamente, recente – e da cultura emergente contra o machismo.

A violência contra a mulher assume novas formas na internet e a crescente atenção voltada para o meio cibernético e para a segurança que este deve oferecer aos usuários, ainda está no começo do longo caminho que existe para se conhecer e abranger a complexidade do meio, que interage com todas as relações sociais atuais. Há a necessidade de se pensar como é cabível uma forma de regulação eficaz, que deve agir simultaneamente à educação preventiva e não esbarre nas características de liberdade e auto regulação inerentes à cibercultura.

As questões levantadas, a discriminação remanescente, o reflexo nos meios de comunicação e as configurações tomadas na cibercultura, têm grande impacto social e educacional, revelando mais do que uma investigação científica, como também uma necessidade legal-regulatória urgente, além do mais significativo, a necessidade da educação social, à luz dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, María Belén. **Cibercultura y las nuevas nociones de privacidad**. In: *Nômadas* n° 28. Bogotá. Jan/Jun, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-75502008000100005&lang=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502008000100005&lang=pt) Acesso em: 26/04/2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL, *Lei nº 12.737*, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm)

BRUM, Eliane. **Vagina**. In: *El País*. 2013. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/09/opinion/1386595765\\_588331.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/09/opinion/1386595765_588331.html) Acesso em 29/04/2014.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simón; GOMES, Gina Costa. Violência familiar e doméstica em foco interdisciplinar: possibilidades contemporâneas e grandes



enfrentamentos. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira. (Org.). **Psicologia, Família e Direito: interfaces e conexões**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2013, v. 1, p. 355-372.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simón e SILVA, Antonio Carlos da. **Crise Global: reflexões sobre a Sociedade do Espetáculo ao Ritmo do Capital**. Julho 2010.

DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.  
[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: Ed. EDIPUC, 2008.

IKEDA, Ana. **Caso gaúcho expõe risco da troca de conteúdo sexual via celular; entenda o sexting**. In: Uol Notícias. 2011. Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/04/13/caso-gaicho-expoe-perigos-da-troca-de-conteudo-sexual-via-celular-entenda-o-sexting.jhtm> Acesso em: 07/05/2014.

KUBISSA, Luisa. **Argumentos y Contra-Argumentos para um Debate. Sobre Trata e Prostitución**. In: Ex aequo, nº 26. Vila Franca de Xira. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602012000200010&lang=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000200010&lang=pt) Acesso em 29/04/2014.

KURBALIJA, Jovan, GELBSTEIN, Eduardo. **Governança da Internet. Questões, Atores e Cisões**. Trad. Renato Aguiar. Vers. português publicada pelo Nupef/Rits – Núcleo de Pesquisa, Estudos e Formação da Rede de Informação para o Terceiro Setor com apoio do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC). 2005. Disponível em: [http://www.nupez.org.br/sites/default/files/Governanca\\_na\\_Internet.pdf](http://www.nupez.org.br/sites/default/files/Governanca_na_Internet.pdf)

LÉVY, Pierre. **A Emergência do Cyberspace e as Mutações Culturais**. Palestra realizada no Festival Usina de Arte e Cultura, promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Outubro de 1994. Tradução Suely Rolnik. Revisão da tradução transcrita João Batista Francisco e Carmem Oliveira. 1994. Disponível em: <http://caosmose.net/pierrelevy/aemergen.html> Acesso em: 27/04/2014.

ONUBR – Nações Unidas do Brasil. **Até final de 2014, e bilhões de pessoas serão usuárias da internet, afirma novo relatório da ONU**. 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/ate-final-de-2014-3-bilhoes-de-pessoas-serao-usuarios-da-internet-afirma-novo-relatorio-da-onu/> Acesso em: 06/06/2014.

PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres**. In: R. EMERJ, Rio de Janeiro, v.15, n.57 (Edição Especial), p. 70-89, jan-março 2012. Disponível em: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista57/revista57\\_70.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_70.pdf) Acesso em: 30/04/2014.



PISCITELLI, Adriana. **Viagens e sexo on-line: a internet na geografia do turismo sexual.** In: Cadernos Pagu (25), Julho – Dezembro de 2005, pp 281-326. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26530.pdf> Acesso em: 29/04/2014.

PUENTE, Célia amorós e CASTRO, Fernando Quesada (Org). **Las mujeres como sujetos emergentes em la era de la globalización: nuevas modalidades de violência y nuevas fuermas de ciudadanía 117.** In: Catálogo de Publicaciones de la Administración General de Estado. 2011. Disponível em: <http://publicacionesoficiales.boe.es>  
<http://www.inmujer.gob.es/areasTematicas/estudios/serieEstudios/docs/mujeresSujetosEmergentes.pdf> Acesso em: 29/04/2014.

RODAL, Asunción Bernárdez. **Mujer y cibrefeminismo: las nuevas tecnologías de la información.** UIMP Menéndez Pelayo. Sevilla, 2001. Disponível em: [http://pendientedemigracion.ucm.es/info/per3/profesores/abernardez/pdfs/Mujer\\_y\\_cibrefeminismo.pdf](http://pendientedemigracion.ucm.es/info/per3/profesores/abernardez/pdfs/Mujer_y_cibrefeminismo.pdf) Acesso em: 08/07/2014.

SILVEIRINHA, Maria João. **Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação.** In: Ex aequo. Nº 25. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602012000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602012000100008&script=sci_arttext) Acesso em: 29/04/2014.

SILVEIRINHA, Maria João. **O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária.** Universidade de Coimbra. 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf> Acesso em: 29/04/2014.

SWAIN, Tania Navarro. **FEMINISMO E RECORTE DO TEMPO PRESENTE mulheres em revistas “femininas”.** In: São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE. Setembro de 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300010) Acesso em: 29/04/2014.

WHITEMAN, Vivi. **Cinderela Frankenstein.** In: Carta Capital. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinderela-frankenstein-2841.html> Acesso em: 25/05/2014.

## SITES CONSULTADOS

IBDI - Instituto Brasileiro de Direito da Informática. <http://www.ibdi.org.br/site/>

Safernet. <http://www.safernet.org.br/site/>



## **CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO E SENTIDOS SOCIAIS DO TRABALHO FEMININO: O CASO DA LAVANDERIA COMUNITÁRIA DE MURIAÉ/MG**

FARIAS, Rita de Cássia Pereira

*Professora do Programa de Pós- Graduação em Economia Doméstica*  
*rcfarias@ufv.br*

RODRIGUES, Aline de Oliveira

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica*  
*aline.o.rodrigues@ufv.br*

49

### **RESUMO**

Este trabalho busca compreender as configurações de gênero e os sentidos sociais que são atribuídos ao trabalho feminino, principalmente o trabalho atrelado às atividades domésticas. A proposta se justifica porque após a Primeira Guerra Mundial, ocorreram muitas mudanças envolvendo a inserção da mulher no mundo do trabalho, com notáveis conquistas. Apesar desses avanços, ainda convivemos com diferenças significativas na ocupação dos postos de trabalho e nos salários diferenciados, atrelados, principalmente às questões de gênero. Assim, procuramos entender como a categoria temporalidade tem fundamentado os sentidos do trabalho de “lavar roupas” na lavanderia comunitária “ALASTE”, cujo trabalho tem sido visto como eminentemente feminino. Buscamos analisar as vivências e saberes e uso do tempo dedicado a essas atividades, procurando compreender as construções sociais que orientam os sentidos e as condições do trabalho feminino na realidade estudada.

**Palavras-chave:** Gênero, Trabalho Feminino e Trabalho Doméstico.

### **ABSTRACT**

This work seeks to understand the configurations of gender and the social meanings attributed to women's work, especially the work linked to domestic activities. The proposal is justified because after the First World War, many changes involving the inclusion of women in the working world, with notable achievements occurred. Despite these advances, we still live with significant differences in occupation of employment and differentiated, tied mainly to gender wages. So we try to understand, in a gender perspective, as the category temporality has reasoned way the work of "washing" the communal laundry "ALASTE" whose work has been seen as eminently feminine. We analyze the experiences and knowledge and use of time devoted to these activities, the gender perspective, seeking to understand the social constructs that guide the senses and the conditions of women's work actually studied.

**Key-words:** Gender, Labour and Women's Domestic Work.



## DESENVOLVIMENTO

Este trabalho trata de uma proposta de pesquisa de mestrado que tem como intuito investigar aspectos ligados ao trabalho feminino em uma Associação das Lavadeiras do Bairro Santa Terezinha - ALASTE, da cidade de Muriaé- MG. Esta funciona a partir de um convênio com a prefeitura desse município, onde trabalham cerca de 20 mulheres que, se dividem em dois turnos de trabalho um matutino e outro vespertino e que através da remuneração obtida com este serviço, sustentam a si e auxiliam no sustento de suas famílias.<sup>1</sup>As mulheres que buscaremos trabalhar nesta pesquisa, em sua maioria são residentes do bairro onde se localiza a lavanderia ou em alguns casos de bairros vizinhos. O trabalho na lavanderia foi para várias delas a primeira inserção no mercado de trabalho formal e também a primeira vez que tiveram a oportunidade de ganhar o “próprio dinheiro”. Diante da possibilidade de trabalhar na lavanderia em apenas um turno, essas mulheres que eram majoritariamente donas de casas, viram na lavanderia uma perspectiva de trabalho e geração de renda que possibilitaria conciliar o trabalho remunerado com trabalho doméstico relativo às tarefas de casa e cuidados com os filhos. Por outro lado, a inserção na lavanderia seria facilitada por ser uma atividade que elas já executavam em seus lares e também por não requerer especialização, já que elas tinham baixa escolaridade.

Dessa forma, a intenção deste artigo é discutir o referencial teórico que possa sustentar as análises relativas à subjetividade inerente ao trabalho feminino na lavanderia, suscitando algumas questões a serem investigadas.

<sup>1</sup> A lavanderia ALASTE foi implantada em 1980, funciona como extensão do espaço doméstico das moradoras do bairro, que poderiam higienizar as roupas de sua família ou trabalhar como prestadora de serviços a terceiros. Nessa época havia apenas um espaço com tanques de lavar e água corrente a céu aberto. A partir de 2003, o espaço foi reformado e um grupo de 21 mulheres do bairro fez um curso, onde aprenderam sobre o aperfeiçoamento de alguns processos de higienização de roupas como tirar manchas, separar as roupas e assim foram estabelecidas as regras e normas para o funcionamento da lavanderia. Os serviços eram prestados para qualquer pessoa física ou jurídica que tivesse interesse. No decorrer do nosso trabalho ficou claro que a maior parte dos clientes eram pessoas que residiam em bairros vizinhos e também alguns setores da própria prefeitura. O prefeito da época apoiou o grupo, financiando as instalações e os equipamentos. Atualmente a lavanderia comunitária cobra pelos serviços prestados e a prefeitura colabora com algumas despesas, como água e energia elétrica. A partir de fevereiro de 2012, atendendo às demandas do grupo, por intermédio da EMATER local e da prefeitura municipal, foi iniciado um trabalho visando capacitar novas lavadeiras para a composição do quadro de funcionários. A intervenção teve início com a realização de uma pesquisa com o objetivo de levantar dados sobre: normas e regras da lavanderia, processos de higienização das roupas, relacionamento com o cliente, relacionamento com os colegas de trabalho, utilização de EPI's e higiene pessoal e do ambiente. Após realização da pesquisa e posteriormente com a realização dos cursos de capacitação, algumas das participantes foram escolhidas para ingressarem na lavanderia, esta escolha se baseou no desempenho durante os cursos.





Procuramos discutir as configurações de gênero e sentidos sociais que são atribuídos ao trabalho feminino, considerando que tradicionalmente, o trabalho de lavar roupas tem sido visto como uma atividade eminentemente feminina. Apesar de a sociedade considerar como um valor o fato de as pessoas usarem roupas limpas e se apresentarem bem, a atividade de lavar roupa tem sido pouco valorizada socialmente, sendo este trabalho visto como pouco qualificado. Desta forma, buscamos, com este trabalho, entender dentro deste grupo as diferentes nuances e significados de que se reveste o trabalho feminino, procurando compreender as especificidades de gênero, classe e também a especificidade e importância do tempo na articulação das atividades exercidas pelas mulheres, dentro e fora dos lares.

Essa discussão torna-se relevante porque antes da Revolução Industrial, o trabalho de homens e mulheres era realizado no espaço do lar e suas adjacências, sendo que marido, esposa e filhos trabalhavam coletivamente, em prol do sustento familiar. Após a revolução Industrial, houve separação do trabalho produtivo, desenvolvido pelos homens no âmbito das indústrias, e o trabalho reprodutivo feminino, desenvolvido pelas mulheres no âmbito do lar.

Conforme Durham (1983, p. 30) os grupos denominados “famílias”, são estruturadas pelos princípios de aliança entre seus membros, sendo organizados internamente pela divisão sexual do trabalho. São orientados, em parte, pelo modelo de família vinculado à elaboração cultural do fenômeno da reprodução biológica. Este modelo reforça a necessidade da “mulher”, responsável pela reprodução biológica, educar e cuidar da saúde dos seres humanos no domicílio.

Nessa divisão sexual do trabalho, cabem aos “homens” as atribuições de prover, através do trabalho realizado “fora de casa”, como chefe de família, o sustento de sua esposa e de sua prole. Nesse processo, o trabalho masculino fora de casa tem sido visto como algo valorizado socialmente, por ser gerador de valor de troca, enquanto o trabalho doméstico feminino tem sido visto como não trabalho, por não ser gerador de valor de troca, mas de valor de uso, apesar da grande carga laboral a qual as mulheres estivessem submetidas. Conforme Durham (1983, p. 33), “a ocupação feminina é definida como ‘ajuda’ ao marido e, portanto subordinada e meramente complementar no que diz respeito à manutenção da casa”

Aos poucos, essa condição começou a mudar, sendo que as Guerras Mundiais tiveram grande relevância para a mudança no cenário profissional feminino, pois as mulheres assumiram os postos de trabalho dos homens, desmistificando a idéia de sua incapacidade e





fragilidade. Com isso, inicia-se um período de muitas mudanças envolvendo a participação da mulher no mundo do trabalho, com, notáveis conquistas. Apesar desses avanços, ainda convivemos com diferenças significativas na ocupação dos postos de trabalho e nos salários diferenciados, atrelados, principalmente às questões de gênero e classe.

Em função da inserção no mercado de trabalho, conforme Castells (2002), em muitos casos, as mulheres passaram a ser a principal provedora de seu lar. Nesse cenário, as lutas feministas contribuíram para que elas deixassem de ser esposa e mãe em tempo integral e tivessem a oportunidade de refazerem sua identidade como profissional, mãe e esposa. Contudo, estas conquistas não atenuaram por completo as divergências no que se refere à questão de gênero. Coelho (apud AUN et. al., 2006), diz que, mesmo existindo todas estas mudanças, a questão da desigualdade de gênero ainda não foi extinta, mas sim repensada.

As construções sociais que existem em torno de questões relacionadas a gênero são muito fortes, porém o contexto no qual estamos inseridos hoje demonstra algumas mudanças, principalmente relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho “fora de casa”. Bila Sorj (2000) mostra-nos que vários questionamentos a respeito da questão de gênero foram surgindo ao longo do tempo, onde diferenças de gênero estabelecidas e justificadas, até pouco tempo atrás, como verdades eternas pelo discurso do senso comum e concebidas, em algumas abordagens sociológicas, como um pré-requisito funcional da sociedade moderna, passam, a ser contestadas por diversos estudos.

Neste contexto em que as divergências entre gênero permanecem intensas em nossa sociedade é crucial colocar em evidência os trabalhos realizados por mulheres, principalmente aquelas das camadas populares, que sofrem as agruras da pobreza e das desigualdades sociais. Assim buscamos compreender as diferentes vertentes que envolvem o trabalho feminino dentro deste grupo, pois, a nosso ver, este apresenta características fundamentais para que as perspectivas de gênero sejam melhor compreendidas.

A proposta deste trabalho é compreender o papel social de mulheres que atuam na lavanderia comunitária localizada em um bairro pobre do município de Muriaé/MG, que desenvolvem conjuntamente a atividade de lavar roupas sendo esta uma questão importante a ser discutida, uma vez que a formação deste grupo de trabalho é crucial para estas mulheres, tanto em questões econômicas, quanto em termos de inserção social.



As ideias deste de trabalho baseiam-se no entendimento dos significados e práticas que se dão em torno desta atividade. Busca-se identificar a inter-relação entre trabalho remunerado de lavar roupas e o trabalho de reprodução familiar realizado por estas mulheres, verificando os "saberes populares" praticados pelo grupo, identificando as possíveis redes sociais e políticas públicas que influenciem o trabalho do grupo, além de buscar compreender, em uma perspectiva de gênero, como a categoria temporalidade tem fundamentado os sentidos do trabalho de lavar roupas, possibilitado conjugar trabalho familiar e participação na lavanderia comunitária.

Para Guacira Louro (2001:21) o conceito gênero refere-se às características que se atribuem ao feminino e ao masculino que envolve definições históricas e socialmente construídas nas e pelas sociedades. "O termo feminino e masculino não são definidos pelas características sexuais que diferem corpos de "homens" e de "mulheres", mas pelas representações e valores socialmente construídos, em uma dada sociedade e em dado momento histórico, em torno desses dois sexos".

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. O trabalho de construção simbólica se complementa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos, isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero (...) (Bourdieu, 2003, p.20-33).

A inserção da mulher no mundo do trabalho, ao longo desses anos, vem acompanhada de elevada discriminação, não só em relação à qualidade de ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal, mas no que se refere à desigualdade de remuneração entre homens e mulheres. (MAIA; LIRA, 2004). Observamos que mesmo com todas as mudanças e até mesmo com a maior participação de mulheres em alguns setores, ainda existem distinções entre os salários de homens e mulheres. Conforme Góis (2009) os rendimentos mensais da "mulher" ainda são inferiores aos dos "homens" nas mesmas ocupações. O autor considera que esta desigualdade ocorre até mesmo em atividades onde os sujeitos do sexo feminino são majoritários, como nos serviços domésticos (94% de "mulheres") e nos serviços de confecção de peças de vestuário (80% de "mulheres").



Assim notamos que apesar de maior participação da “mulher” no mercado de trabalho, essas ocorrências não anulam representações e práticas que reforçam a desigualdade entre “homens” e “mulheres”.

Apesar de vivermos sob a imposição de um modelo de divisão sexual do trabalho, Rago (1998) defende que este modelo nem sempre é percebido na realidade empírica, muitas vezes pela sua inoperância e pela impossibilidade de acontecer na prática. O sujeito não deve ser tomado como ponto de partida, mas considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. A “mulher” não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à história, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos e saberes instituídos socialmente.

Segundo Gelinski e Ramos (2004), a inserção gradativa das “mulheres” no mercado de trabalho contribuiu de certa forma, para acentuar contradições ao modelo de família patriarcal que fundamentou, em grande parte, representações e práticas no contexto das unidades familiares. Para estes autores, na sociedade econômica patriarcal em que a relação entre grupos dominadores e dominados era reforçada, a “mulher” era, também, vítima do domínio do “homem”.

Quando analisamos questões que envolvem trabalho e gênero, precisamos pensar o indivíduo dentro de suas relações e não como uma pessoa isolada. Percebemos a todo o momento que existem diversas relações entre os indivíduos e são estas relações e interações que determinam muito de nossa sociedade e dos rumos por ela tomados e isto não seria diferente dentro das abordagens envolvendo gênero e trabalho. Weber em algumas de suas obras, como por exemplo, “Economia e Sociedade” deixa claro a idéia e a importância das relações entre os indivíduos para se pensar a sociedade. O autor considera a necessidade de pensar a relação entre um indivíduo e outro e não a sociedade de forma geral, esta foi uma de suas grandes contribuições enquanto estudioso, pois não procurava pensar a sociedade enquanto uma estrutura por completo, mas sim os indivíduos que pertenciam e que muitas vezes determinavam essa estrutura. Sua grande contribuição foi pensar a ação social e não a estrutura social como um todo, esta é uma importante corrente de pensamento para relacionarmos com as questões de gênero, uma vez, que para discutirmos esta temática, precisamos entendermos tanto



a socialização feminina quanto a masculina, buscando compreendê-las de uma forma conjunta e não isoladamente.

Dentro das teorias elaboradas por Weber, nasce o conceito de ação social, que segundo ele é:

Orientada pelo comportamento de outros, seja este no passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros. Os “outros” podem ser individuais e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. (WEBER, 1991, p.14)

55

A ação social é muito importante para compreendermos melhor trabalhos que envolvam relações de gênero, pois quando as analisamos, precisamos compreendê-las a partir das relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres nas diferentes esferas, para que assim consigamos efetuar estudos que “desnaturalizem” estas concepções que estão tão asseguradas em nossa sociedade.

Weber (1991), também trabalha com a ideia de “relação social” que para ele, consiste completa e exclusivamente no comportamento que se orienta quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. Portanto, diz respeito a ações de diversas pessoas, ou agentes, dotadas de sentimentos mutuamente relacionadas, e a conduta se orienta por sentidos compartilhados por todos. Quando pensamos em relações sociais e a relacionamos com o grupo a ser estudado, fica claro a importância dessas na constituição da vida social dos indivíduos, que em muitos casos nunca tiveram a oportunidade de trabalhar fora de casa, ou mesmo nunca se submeteram a ações como as estabelecidas na lavanderia. No momento que se inserem na lavanderia estes sujeitos sociais passam a compartilhar alguns sentimentos e condutas que por vezes são determinantes em suas vidas e na vida de seus familiares.

A inserção das mulheres em trabalhos menos valorizados como uma lavanderia comunitária está muitas vezes atrelado ao fato destas não alcançarem melhores oportunidades no mercado de trabalho e também pelo fato de muitas vezes terem que exercer outras atividades como as domésticas, por exemplo, praticando assim duplas ou triplas jornadas de trabalho. Essas implicações da dupla jornada de trabalho acometem, na maioria das vezes, as mulheres já que a sociedade as legou a responsabilidade com o trabalho de reprodução no espaço doméstico. Um estudo divulgado, em 2012, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)



informou que os homens trabalham, em média, 43,4 horas por semana no mercado de trabalho e outras 9,5 horas em casa, perfazendo uma jornada semanal de 52,9 horas. Ao mesmo tempo, as mulheres têm uma jornada total de 58 horas semanais, sendo 36 horas no mercado formal de trabalho e 22 horas em casa. A baixa escolaridade é um fator determinante nestas situações, pois faz com que estas mulheres optem por atividades informais onde elas tenham a possibilidade de geração de renda e de articulação entre as diferentes atividades exercidas como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

Segundo Cruz (2006), as trajetórias de socialização, de homens e mulheres, na família e no mundo do trabalho implicam na ocupação diferenciada dos espaços, privado e público, em especial dos espaços, da casa e de trabalho.

As grandes mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho influenciam fortemente as mudanças relacionadas também aos papéis sociais ocupados por homens e mulheres. Segundo Sorj (2000), o mundo do trabalho é apenas uma das dimensões de um amplo espectro de transformações radicais que afeta nossas vidas e que está a desafiar a nossa imaginação sociológica.

A idéia desta pesquisa não é discutir o trabalho puramente como uma atividade financeira, mas como atividade capaz de formar sujeitos políticos e sociais capazes de pensar e articular-se enquanto grupo. Neste sentido, Bila Sorj (2000), deixa claro que:

[...] o trabalho constitui a principal referência que determina não apenas direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente revista. Novas categorias de análise como identidades”, estilos de vida” e movimentos sociais ganham preeminência e asseveram, implícita ou explicitamente, que o trabalho e a produção perderam sua capacidade de estruturar posições sociais, interesses, conflitos padrões de mudança social. (SORJ, 2000, p. 25).

Temos que ter em mente, que estas concepções que Sorj argumenta em relação ao trabalho nem sempre foram assim, quando observamos alguns estudos e teorias clássicas, fica evidente para nós que o trabalho anteriormente tinha um caráter bem diferente do apresentado. Antes o trabalho era visto como algo que inferiorizava as pessoas, para entendermos isto basta pensarmos na história do Brasil especialmente no período escravocata, onde percebemos que quem trabalhava eram os escravos. Com o passar do tempo o trabalho foi se modificando aos “olhos da sociedade”, esta mudança muito se relaciona com o modelo capitalista que se



instaurou, o trabalho agora se tornou algo que dignifica que proporcionava uma valorização do indivíduo, e quem não o exerce está fora de um padrão.

Apesar de toda essa discussão dos aspectos positivos que o trabalho adquiriu no decorrer do tempo, observamos que ainda existem muitos pré-julgamentos em relação a algumas atividades, principalmente as atreladas a atividades domésticas.

Falar de atividades domésticas, como é a atividade de lavar roupas, e relacioná-las como uma forma de trabalho foi e ainda é uma questão que gera muitas divergências, visto que para muitos autores como Marx e Ford, estas não podem ser consideradas trabalho por não gerar capital financeiro. Segundo Marx, no processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas. (MARX, 1988)

Porém Sorj (2000, p.29) contrapõe-se a esta ideia dizendo que:

[...] as fronteiras entre o trabalho e o não trabalho parecem menos demarcadas à medida que passamos a ver as atividades de lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças e de idosos e tantas outras tarefas domésticas como trabalho remunerado e não remunerado, embora não seja nada aleatório que o trabalho remunerado apareça, em geral, como mais valioso” ou mais real” do que o outro.

Outro aspecto importante a destacarmos no mundo do trabalho são as modificações tecnológicas que este sofreu e também as consequências que estas mudanças proporcionaram.

Segundo Diogo (2005), é fato que o mercado atual passou a exigir um trabalhador capaz de operar máquinas altamente sofisticadas e caras, trabalhar em equipe, adaptar-se a mudanças bruscas no processo de produção, ser capaz de exercer várias funções, entre outras demandas. E isso em grande parte se deu pelo desenvolvimento industrial que cada vez mais, exige profissionais qualificados. Segundo este mesmo autor, a busca pela qualificação profissional, em muitos casos torna-se uma desculpa para a exclusão de determinados grupos, fazendo com que estes indivíduos sejam responsabilizados pela situação econômica e social injusta em que vivem. Observa-se no mundo do trabalho em que vivemos que existe uma valorização grande das coisas e esquece-se da valorização das pessoas enquanto seres humanos dotados de saberes, valores e sentimentos.





O grupo que nos propusemos a discutir nesta pesquisa, se uniu para realização de atividades que de certa forma contribuíram para dar sentido a suas vidas e mesmos para ultrapassar barreiras impostas pela sociedade. Notamos que mesmo esta atividade não sendo tão reconhecida e digna de prestígio social, ela proporcionou a estas mulheres de camadas populares, alguns avanços que sem este trabalho muito dificilmente elas conseguiriam. Além da questão econômica, onde elas passaram a ter acesso a um salário fixo, elas passaram a estabelecer relações sociais umas com as outras, onde trocas, conversas e convívio em grupo passaram a fazer parte de seu cotidiano, nos primeiros contatos realizados observamos que as questões sociais eram tão importantes quando as financeiras e em alguns casos até mais importante, pois proporcionou mudanças significativas na vida destas mulheres.

Quando pensamos na organização dos indivíduos em grupos, conseguimos fazer referência as obras de Bourdieu, que proporcionou grandes contribuições com alguns de seus conceitos, principalmente o conceito de capital social.

Segundo Bourdieu, (1998) capital social pode ser entendido como:

O conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

O conceito de capital social tem como pressuposto a ideia de que a participação em grupo e o envolvimento das pessoas nestes, pode contribuir de forma positiva tanto para o indivíduo quando para o grupo em geral. Isso é confirmado quando analisamos a “Associação de Lavadeiras” de Muriaé, uma vez que observamos vários aspectos positivos na constituição deste grupo e a importância que este teve na vida social dos indivíduos. Algumas abordagens mostram que o capital social é um atributo individual que permite o acesso a recursos diferenciados, ou seja, nem sempre são de natureza econômica, podem ter relação com outros tipos de capital como, por exemplo, o capital simbólico e o capital cultural. É evidente este acesso aos diferentes tipos de recursos pelos grupos sociais e isso não é diferente na lavanderia comunitária, em muitos casos os aspectos simbólicos e culturais se apresentam como mais significativos para estas pessoas do que o econômico.





Quando trabalhamos com conteúdos que envolvem a temática capital social, torna-se difícil desvinculá-la de algumas percepções a respeito das redes sociais. Uma vez que quando mais pessoas e grupos você possui a sua volta muito maiores e melhores serão suas redes sociais.

Portes (2000) alega que: as redes sociais não são um dado natural, tendo de ser construídas através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios. Neste sentido entendemos as redes sociais como um aspecto importante dentro do capital social, pois ambos necessitam de relações sociais seja entre grupos ou indivíduos para que se manifestem de forma positiva.

Compreender nesta discussão, como as redes sociais estabelecidas no espaço de trabalho público têm fundamentado representações e práticas em torno do trabalho doméstico é uma importante questão, visto que muitas das mulheres que atuam na lavanderia precisam do apoio destas redes sociais, para assim articularem vida pública e privada, ou seja, trabalho remunerado e trabalho doméstico, as redes sociais para estas mulheres de camada popular apresentam-se como fonte de apoio crucial.

Todos os que vivem em sociedade estão, de alguma forma fazendo parte de uma rede, que pode ser entendida como uma forma de ação coletiva, podendo oferecer ajuda em diversas situações. De acordo com Stotz (2009), as redes sociais podem ser organizadas em nível local, municipal ou nacional e podem ser de dois tipos: redes primárias que se refere às relações significativas que uma ou mais pessoas estabelecem diariamente durante suas vidas e as redes secundárias que se formam pela atuação coletiva de instituições, de grupos e movimentos que defendem interesses comuns.

Diante das discussões acima fica evidente a importância de trabalhos que coloquem em discussão os sentidos sociais que o trabalho assume, bem como sua relação com as construções sociais de gênero. Cyrino (2009) enfatiza que: “é importante estudos que considerem a dimensão do trabalho como categoria central de análise das relações de gênero, já que esta categoria incorpora, historicamente, visíveis relações de desigualdade e de poder assimétrico entre homens e mulheres. (Cyrino, 2009, p.68)”. Assim compreendemos que estas discussões são cruciais para que as ações no mundo social possam ser mais bem entendidas. Este embasamento teórico nos auxilia na prática de contextualização e mesmo na prática de perceber



as diversas esferas da vida que por muitas vezes passam-nos como coisas naturais, fazendo assim com que esqueçamos o papel importante das “construções sociais” em nosso meio.

Os dados apreendidos nos contatos onde as intervenções e capacitações foram realizadas demonstraram que apesar do pouco rendimento e da dificuldade em realizar esta atividade, as mulheres consideravam-na como de grande importância. Um trabalho necessário considerando a dificuldade que enfrentavam para conseguir um emprego com melhores condições. Obstáculos relacionados ao nível de escolaridade e às condições de gênero contribuíam para reforçar as dificuldades encontradas no mundo do trabalho. As construções sociais que determinavam o tempo de trabalho nos espaços privado e públicos contribuíam para desvalorizar o trabalho das mulheres, mesmo quando demandava mais tempo para ser realizado.

Contudo, com essa reflexão foi possível compreender a temporalidade como uma categoria socialmente construída e como as construções de gênero têm ancorado o tempo que fundamenta a organização do trabalho social.

Após a elaboração das discussões acima, fica evidente a importância de trabalhos que coloquem como temas centrais de suas discussões categorias analíticas como trabalho e gênero, uma vez que estas são fundamentais para a compreensão de diversos processos históricos envolvendo a posição social ocupada por homens e mulheres dentro de nossa sociedade.

Investigar, em uma perspectiva de gênero, a inter-relação entre trabalho de reprodução familiar e trabalho remunerado deve ser uma questão melhor compreendida, uma vez que mesmo com todas as mudanças ocorridas às diferenças entre homens e mulheres persistem no mercado de trabalho trazendo assim diversas consequências que precisam ser melhor exploradas.

A perspectiva deste trabalho é contribuir para estudos na área de sociologia e antropologia, para uma maior compreensão das experiências e dos sentidos de ser uma trabalhadora na área de higiene de roupas, que é historicamente uma atividade desvalorizada socialmente, buscando analisar os “sentidos” deste trabalho, que para muitas foi à primeira oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal e de certa forma um primeiro passo na superação de algumas barreiras sociais.

Por fim, acredito que muitas pesquisas ainda devam ser realizadas para compreender os problemas acima citados, pois mesmo com o passar do tempo muitas questões ainda merecem



ser exploradas e melhor compreendidas. Também acredito na importância da articulação entre os diversos autores sejam eles clássicos ou contemporâneos, visto que o entendimento e a articulação das teorias nos fazem mais firmes em nossas posições e nas possíveis teorias criadas.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias**. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 530p.
- COELHO, Sônia Vieira. Abordagens psicossociais da família. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos**. 2º edição. Belo Horizonte: Opicina de Arte e Prosa, 2006. p. 143 – 233.
- CRUZ, Tânia Cristina da Silva. **"Qual é o teu trabalho mulher?"**: mulheres empreendedoras no contexto da economia popular solidária. Brasília. 2006, 396p.
- CYRINO, Rafaela. **Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº21, jan/jun. 2009, p.66-92.
- DIOGO, Maria Fernanda. **De balde e vassoura na mão: Os sentidos do trabalho para mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina**. 2005, 130p. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina.
- DURHAM, Eunice. **Família e reprodução humana**. v. 3. Rio de Janeiro: Perspectiva. 1983, p13-43.
- GELINSKI, Carmen R. Ortiz.; RAMOS, Ivoneti da Silva. **Mulher e Família em Mutação: onde estão os mecanismos de apoio do trabalho feminino**. Mulher e Trabalho (Porto Alegre), PORTO ALEGRE, v. 4, p. 142-148, 2004.
- GOIS, Antônio. **Mulher tem maior renda em 30% das casas**. Folha de São Paulo. Cotidiano. C3. 08 Mar. de 2009.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012. 400 p.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 179p.
- MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. **A mulher no mercado de trabalho**. IPEA [www.ipea.gov.br/seminários/artigo11](http://www.ipea.gov.br/seminários/artigo11)>. Data de acesso: 22/08/2014



MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, nº 33. P. 133-158. 2000

RAGO, Luiza. Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e Historia**. 1 ed. Florianópolis: editora das Mulheres, 1998.  
[http://www.projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://www.projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)

SORJ, Bila. **Sociologia e trabalho: mutações, encontro e desencontros**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 15 nº 43. 2000.

STOTZ, Eduardo Navarro. *Redes sociais e saúde*. In: **Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos na comunidade de Maré**. Regina Maria Marteleto (org) e Eduardo Navarro Stotz (org). Rio de Janeiro: Ed FIOCRUZ; Belo Horizonte: Ed UFMG, 2009. 176p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. I. Brasília: Ed. UnB, 1991. Cap I: “Conceitos sociológicos fundamentais” e cap. III: “Os tipos de dominação”. Itens de 1 a 5.



## **MULHERES NO PODER LOCAL: CONQUISTAS, RETROCESSOS E DESAFIOS**

BARBOSA, Claudia de Faria

*Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, professora da faculdade Ruy Barbosa – Grupo DeVry Brasil e pesquisadora dos grupos de pesquisa NPEJI-UCSAL-CNPq e FORTIS/UNEB-CNPq.  
barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com*

### **RESUMO**

Muito se fala das formas de aumentar a participação das mulheres no plano político. Nesse sentido, a pesquisa se deu na análise das experiências concretas dessas mulheres quando finalmente chegaram ao cargo eletivo local nos municípios do Estado da Bahia. Portanto, esta comunicação tem o objetivo de demonstrar parte das pesquisas que foram realizadas com estudos aprofundados no mestrado e doutorado, sobre as experiências de mulheres em diferentes municípios do Estado da Bahia. Problemática as questões: Quais mecanismos possibilitaram a chegada delas ao poder local? A chegada à posição de prefeitas as empoderou? Qual foi a contribuição dos movimentos femininos e/ou feministas? Os obstáculos têm a ver com o fato de serem mulheres? Suas experiências incentivaram ou não à continuidade da carreira política?

**Palavras-chave:** Poder Local. Mulheres. Relações de Gênero

### **ABSTRACT**

Much is made of the ways to increase the participation of women in the political sphere. Accordingly, the trial took place in the analysis of concrete experiences of these women when they finally reached the local elective office in the municipalities of the state of Bahia. This paper aims to demonstrate that most of the research were carried out studies in the master's and doctoral degrees, about the experiences of women in different counties of the State of Bahia. Questions the questions: What mechanisms have enabled their arrival to the local authorities? The arrival of the mayors heading the empowered? What was the contribution of female and / or feminist movements? The obstacles have to do with the fact that they are women? Your experiences encouraged the continuation or not of a political career?

**Key-words:** Local Government. Women's

### **MULHERES NA POLÍTICA LOCAL**

O processo de participação e representação das mulheres na política exige pensar para além da constatação de ausência/presença das mulheres no espaço da política formal representativa, além de intervenções alcançadas através de tensões e lutas nos territórios conquistados. Carece de atuações e construções quase que imediatas e cotidianas, ao mesmo tempo em que ranços e avanços se constituem e reforçam o processo do devir histórico. As



sociabilidades e lugares conquistados forjam e se transformam no espaço e tempo através das múltiplas interfaces que se aglutinam nesse processo marcado por diferenças sociais como classe social, gênero, raça/etnia, idade e geração em relações de micro poder.

Devido à escassez das mulheres nos cargos políticos é comum questionamentos acerca de suas participações políticas em situação de equidade sendo. Dessa forma, para conhecer o pensamento e a experiência vivida pelas mulheres, fui verificar *in loco*, através de uma elementar postura de pesquisadora.

A reflexão é sobre como as mulheres que se inseriram na política local lidam com as contradições dos mundos privado e público. Portanto, o objeto não se limita à atuação das mulheres na política, mas abrange a transposição, o caminho que percorrem em um momento de ruptura de papéis. O fato de eleger-se a um cargo de representatividade na política nem sempre traduz autonomia, tomada de consciência e “empoderamento”<sup>1</sup>, pelo contrário, traduz e mantém os dilemas da reprodução social. É factível que as mulheres enfrentam os desafios, mas nem sempre conseguem trabalhar em favor da coletividade, sobretudo das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade, utilizando suas influências para promover melhorias coletivas em vidas cotidianas. As bandeiras acerca dos Direitos Humanos que interferem diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais nem sempre são desfraldadas com a intensidade esperada. As práticas culturais discriminatórias saem do foco e nem sempre alcançam consciência no exercício da cidadania, nos espaços público e privado. A “douta ignorância” e a “ecologia dos saberes”<sup>2</sup> (SANTOS, 2010) são minimamente utilizadas para um germinar das ações afirmativas.

Com o intuito de investigar as questões elencadas, esta comunicação é fruto de estudos que buscaram identificar nas mulheres, prefeitas dos municípios do Estado da Bahia, 2005–2012, suas representações sociais e políticas. O problema da investigação é compreender aspectos fundamentais das relações familiares, sociais e de gênero que norteiam o sistema democrático sobre o qual se baseiam as instituições políticas. Com o propósito de ultrapassar a visão essencializada e naturalizada do papel feminino no espaço político, objetiva analisar

<sup>1</sup> Em português, a palavra “empoderamento” é um neologismo oriundo da expressão inglesa *empowerment* que deve ultrapassar o sentido de “dar poder” para a conquista do poder.

<sup>2</sup> Refere-se aos saberes que tenham legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, considerando que todo conhecimento e toda ignorância são parciais: do “princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e disputa entre diferentes saberes” (SANTOS, 2010, p. 16).



como se dão as relações entre o público e o privado das mulheres que atuam na política, com a perspectiva de compreender como elaboram a consciência de si e para si.

## **METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA: O LONGO CAMINHO DAS MULHERES**

65

Ao analisar percepções e trajetórias entre o privado e público no longo caminho vivido pelas prefeitas, verifica-se as representações sociais (MOSCOVICI, 2009). Ademais, o contexto etimológico permitiu progredir na compreensão da essência do diálogo que focalizou no processo de pensamento e serviu de base para interpretações e não manifestação de ideias em si mesmas, colaborando em transformar o desdobramento coletivo do pensamento. Foi a ele, como tal, que foi dirigida a atenção. A partir da posição do pensamento intelectual, avançou-se em direção a um processo de reflexão, com base na ideia de que, do ponto de vista da História, uma grande parte do pensamento e linguagem humana são de origem coletiva. O indivíduo pode, deste modo, interiorizar a atitude dialógica antes de avaliar e decidir.

O “estudo de casos múltiplos” (YIN, 2010) atrelados a “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977) colaboram com uma contextualização e uma apropriação melhor do objeto de estudo, lembrando que a proposta metodológica não é mecanicista e instrumental/descritiva. O recorte da pesquisa em termos de grupos de informantes foram mulheres eleitas para o cargo de prefeita municipal, nos períodos de 2005-2008 e 2009-2012 nos municípios do Estado da Bahia. Elas provêm de meios e categorias diversas. Foram entrevistadas em profundidade, feito o cruzamento de dados dos casos múltiplos com informações indiretas, dados avaliados e pesquisados em instituições, a exemplo, prefeituras que administram, Tribunal Regional Eleitoral, jornais locais e regionais, entre outras fontes como revistas e internet, como elementos fundamentais nem sempre explícitos no texto para garantir a impessoalidade delas. O critério estabelecido para tomar parte foi de que estivessem no exercício do cargo, além de verificar a “política de presença” (PHILLIPS, 1996, p. 29) que é diminuta para garantir que as mulheres avancem em condições implicadas de equidade e de justiça social, que possam passar de sujeito invisível para protagonistas no processo político e social. À vista disto, a representação é evidenciada quando há mecanismos através dos quais as mulheres formulam suas próprias políticas e interesses. “Muitos dos argumentos para elevar o número de mulheres





precisam de um enfoque mais rigoroso”. Por outro lado, “a política de ideias” pressupõe que representantes com projetos possam defender as causas de pessoas diversas, sem necessariamente pertencerem a mesma categoria. Para se constituir espaços democráticos e públicos esses dois princípios democráticos devem convergir: a política de ideias e a política de presença. A participação das mulheres na política não visa somente suprir o interesse da categoria de se ver representada para que seus interesses sejam atendidos, mas abrange toda uma história de exclusão e de negação dos princípios da cidadania, que requer direitos e obrigações iguais para cidadãs e cidadãos. Nesse sentido, as mulheres tendem a alcançar o poder com presença, mas também com ideias.

Ademais, vale a ressalva que no momento histórico contemporâneo a “política de presença” é o ponto determinante. Contar com mais mulheres na esfera da política é o pressuposto da democracia atualmente, não somente porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando pessoas anteriormente excluídas a atuarem em áreas diversas. A existência de categorias de diversos sujeitos sociais é essencial para ampliar a política de ideias. Contudo, isoladamente, a “política de presença” não é suficiente; é essencial que seja conectada a uma “política de ideias”, mulheres com consciência de gênero, aprofundamento da democracia e percepção de que a sociedade ainda privilegia os homens na atuação e nos processos de decisão. Conforme esclarece Phillips (1996, p. 289), “é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra”. Faz sentido a presença das mulheres na política como sujeito político que luta por melhores condições de vida para elas, com consciência do papel a desempenhar ao chegar aos espaços de poder e que exerçam sua cidadania nos espaços público e privado, fazendo valer o princípio da não discriminação.

Aquelas que abarcam o desafio de reivindicar valores igualitários e democráticos, assegurados na Constituição brasileira de 1988, se interessam em transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias em uma bandeira de luta contra a violência doméstica, familiar e de gênero; preocupam-se com a proteção dos Direitos Humanos e reconhecem que o seu “empoderamento” deve ser utilizado em favor de mulheres que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade para contribuir diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais. Parte do pressuposto que devem “exercer o direito de participar plenamente do processo de tomada de decisões públicas não é apenas uma questão de



justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de todas as formas de discriminação” (BARBOSA, p. 26, 2010).

Ao prestar atenção às tensões associadas nas histórias, às intersecções entre relações familiares, percebe-se as marcas de gênero expressas no encontro entre o privado e o público, sobretudo no âmbito político. As sucessões políticas são privilegiadas nas relações de parentesco e de gênero, isso foi constatado a partir da reconstrução de parte da história pessoal delas, permitindo traçar matizadas percepções para compreender interesses e contradições, de forma a empreender o seu capital político. A participação deveria estar desvinculada dos laços de família e de parentesco” (ARENDR, 2007, p. 84). A crítica sobre essa associação decorre do perigo de valorização equivocada quando “vemos a família como estando acima da participação, quer dizer a participação ativa de uma pluralidade, começamos a desempenhar o papel de Deus, agindo como se pudéssemos naturalmente escapar ao princípio da diferenciação humana”. Esse status que emerge dos legados familiares é uma constante na política, sobretudo na baiana e brasileira em discussão.

A renovação é pautada na reprodução de ranços históricos. Neste caso, apesar de alguns estudos referenciam-se à entrada das mulheres na política, motivadas por um legado familiar, essa não é uma prática restrita a elas. Famílias políticas se reproduzem; não é um demérito nem merecimento exclusivo das mulheres. Se, elas são esposas, filhas, mães, noras, irmãs, sobrinhas, e afilhadas, os homens também são pais, filhos, genros, irmãos, tios, sobrinhos, afilhados. As elites se prosperam com uma constância na política brasileira, um legado cultural arraigado culturalmente. Persiste uma intrincada relação entre o poder político e o status social. Em muitos casos, os mortos continuam a dominar os vivos.

A distinção nas diversas formas como as mulheres abordam sua situação, refere-se à natureza diversa das relações de poder que emaranham os assuntos humanos. Isso equivale à diversidade de contextos que se apresenta nas relações cotidianas, considerando que não é possível supor que obstáculos ocorrem apenas devido às condições de sexo, mas também nas relações de classe. “Significa que avaliamos muito cuidadosamente as transformações na composição de classe e seu impacto sobre a conscientização das mulheres” (ROWBOTHAM, 1981, p. 107).

No poder executivo local, Blay (1979) definiu três situações típicas para descrever o perfil das mulheres no poder executivo local. Denomina de “prefeita coronel” aquela que assume a posição nos respectivos grupos familiares, nasceu ou passou a participar através do



casamento. A “prefeita esposa” é aquela casada com um político possuidor de liderança, que, por algum motivo, como inelegibilidade, situação partidária, entre outros, é impedido de ser candidato e ela o substitui, cumprindo uma determinação, não discute e acata como mais um papel a cumprir. E, por último, a “prefeita por iniciativa própria”, que é aquela eleita com as próprias condições, seja posição familiar, politização das competências ou trabalhos comunitários, consegue se destacar, sair da invisibilidade e construir uma carreira na política.

Na releitura de Barbosa (2008), para o Estado da Bahia, essas três situações já tomam proporções diferenciadas. A prefeita com característica exclusiva de “coronel” não foi detectada na pesquisa, a prefeita “esposa” está em fase de extinção, prevalecendo as candidatas esposas que são muitas, mas poucas conseguem se eleger, as que alcançam tendem a se metamorfosear em uma gestora de carreira através da experiência adquirida no cotidiano, da vivência com as situações burocráticas e de busca de aperfeiçoamento contínuo através de dedicação e estudo dos assuntos pertinentes. É evidente que, nesses últimos anos, muita coisa mudou.

Se, para Blay, preponderou uma “arraigada visão ideológica que supõe ser a política um reino masculino”. Hoje, é possível ouvir de uma mulher que sai vitoriosa nas urnas que: “A mulher pode!”. No entanto, nem todas podem. O “reino” não deixou de ser o que era, mas muito mudou dentro dele, entre permanências e rupturas, avanços numéricos são sentidos, mesmo que de longa duração, mas o efetivo “empoderamento” continua distante.

Costa (1998), em estudo sobre as prefeitas na Bahia, demonstra que, apesar delas se inserirem na política, não o fazem de maneira impulsionada pelos movimentos sociais, sobretudo pelo movimento feminista. Suas entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentesco; ademais os estereótipos e preconceitos são diversos. Verifica que a existência dessas intolerâncias é mais acentuada nos partidos políticos do que no seio do eleitorado. Nos diretórios partidários prevalece um processo “altamente elitista e autodestrutivo”, os partidos mantêm uma postura fechada e a lista de candidatos não atende às expectativas dos membros, são elaboradas em circunstâncias controladas pelos dirigentes. “Nesses partidos, os filiados não passam de simples ‘associados’, sem nenhum poder de decisão e controle. Apesar das denúncias o fato continua na pauta do dia. “TRE notifica partidos por descumprir cota feminina de 30% na Bahia (A TARDE, 20/07/2014). Além disso, não se podem esquecer os mecanismos perniciosos contidos na lei eleitoral”. Essa situação atribui-se às aberturas que existem na legislação, a qual exige, por exemplo, que haja



um percentual destinado às candidaturas femininas, no entanto, historicamente não há punições àqueles que não atendem às normas.

O partido constitui-se em um dos principais “instrumentos da ideologia patriarcal que mantém as mulheres afastadas da participação política formal”. Justifica esse fato na medida em que, além de dificultar as candidaturas femininas aos cargos eletivos de maior importância social, “não cria mecanismos de absorção dessa parcela significativa do eleitorado” (COSTA, 1998, p. 79 e 198). A autora culpa a baixa participação feminina nas estruturas do poder formal por promover o surgimento de certas crenças sobre a participação feminina entre os teóricos políticos e outros estudiosos.

Nas prefeituras pesquisadas, há ínfima relação entre suas práticas e os movimentos sociais, sobretudo feministas, apesar da participação das mulheres na política ter relações diretas com o movimento feminista, sobretudo, a partir do sufrágio feminino, divulgado pela história, mas quase silenciada sobre a intensidade das mulheres nesse sentido, sobretudo na década de 1930.

A participação das mulheres nesses movimentos rompe com a condição de invisibilidade pública. “A saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes e informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder em nível privado” (PINTO, 1992, p. 133), como também no público. O surgimento dos movimentos transformou a relação entre mulheres e homens e entre sociedade civil e Estado. Com o ingresso de novos sujeitos, essa trajetória torna as demandas específicas mais fortes e visíveis, se juntando às gerais para reivindicar melhorias e questionar as injustiças.

A luta pela cidadania feminina é um esforço no sentido de inclusão na esfera pública, ocasionada por uma exclusão desde sempre da civilização humana. Pateman (1993) demonstra que a matriz da cidadania e participação deixa de fora as mulheres, sobretudo no que tange aos direitos políticos. A cidadania das mulheres é limitada, imposta pela teoria do contrato sexual. “A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político como direito patriarcal ou instância do sexual, ou seja, o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 16).

Durante muito tempo na história, a transmissão do poder se deu através das sucessões familiares, mas com o advento da informação, do conhecimento e do sistema democrático, muito se alterou nas reações sociais, culturais e políticas. Isto posto, é compreensível o



posicionamento das prefeitas, quando afirmam o momento em que vivem como o mais importante, aquele que oportuniza conceber algo em favor do coletivo, o exercício de sua liderança para por em prática sonhos de realização no município onde nasceram e/ou que escolheram para viver e não viam acontecer em épocas passadas. O fato de ocuparem o lugar que sobrou para o “ideal de mulher livre que tanto sonhamos” e se o que restou disso foi uma “mulher prisioneira de sua natureza e homens intimados a mudar de cultura”. A progressão da condição das mulheres trás uma complexidade da problemática no tempo presente, “é preciso renunciar a uma visão angelical das mulheres que serve de justificativa para a demonização dos homens” (BADINTER, 2005, p. 92, 150 e 172). As mulheres se viram compartilhando não somente a casa com os seus companheiros, mas o mundo com os outros homens. Nesse sentido, a igualdade entre os sexos tornou-se o critério democrático. No entanto, as mulheres continuaram a assumir as tarefas familiares e domésticas e os homens mantiveram-se em suas condições, persistindo estereótipos previamente difundidos.

Entretanto, contar com mais mulheres na esfera da política é pressuposto da democracia, não somente porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas também porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando pessoas a atuarem em áreas diversas. A existência de categorias de distintos sujeitos sociais é constitutivo para ampliar a política de ideias. Contudo, isoladamente, a “política de presença” não é suficiente, é condição essencial para que seja conectada a uma “política de ideias” (PHILLIPS, 2001) é certo mulheres com consciência de gênero, aprofundamento da democracia e percepção de que a sociedade favorece os homens na atuação e nos processos de decisão. Em vista disso, possivelmente uma das mais privilegiadas trilhas para a compreensão do significado de política para as mulheres entrevistadas é o desafio, a possibilidade de poder fazer, “é um chamamento da população, um clamor difícil de recusar. Nesse momento, é preciso ter coragem para dizer sim!” (Prefeita CBMS, 2011).

As prefeitas confirmam o chamamento para atuar, participar e colaborar com os rumos do município, evitar o retrocesso, descaso e abandono de pessoas não comprometidas com a ética, o progresso e bem-estar dos seres humanos. Afirmam da urgência de ações implicadas nos princípios éticos e responsáveis para que suas ações estejam embasadas no pensar-fazer, ou seja, tem como o resultado a práxis. Em seu depoimento, a prefeita declara: “a partir do momento em que fui secretária da saúde, as pessoas começaram a me enxergar como gestora e



a me ver como candidata. Foi um chamamento da comunidade e eu tive que pensar muito. Resolvi enfrentar, aceitar o desafio, mais uma missão na minha vida” (Prefeita CBMS, 2011).

Dados que se configuram na estrutura da vida cotidiana, em que “ninguém se conscientiza separadamente dos demais”, é um processo inter-relacionado imbricado e com interfaces interdisciplinares. Não se trata de alguém com poderes extraordinários para modificar suas atitudes e as dos outros. Pelo contrário, trata-se de ente para pensar a coletividade, inculcar nelas uma educação para todos, onde cada cidadão possa colaborar com a melhoria na condição de vida. Para esse intento, as consciências “se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização. Reencontrar-se como sujeito e libertar-se é todo o sentido da práxis que leva à liberdade e à ação. A consciência abre-se para a prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 20); entretanto, não é um processo simples; exige-se muita ação e reflexão para transformar o sentimento usual de oprimido em uma ação consciente e libertadora.

Pessoas oprimidas descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente, desejam, mas temem. Concomitantemente, trava-se o conflito entre seguir suas ideias ou as de outros. Entre expulsar ou não o opressor de “dentro” de si, deixar ou manter alienado, seguir prescrição ou ter opção, ser espectador ou ator, atuar ou ter ilusão, dizer a palavra ou não ter voz, limitado no seu poder de criar e recriar e de transformar o mundo. Em um pensar consciente, ação e mundo estão próximos, sendo a ação humana quando ultrapassa simplesmente o puro fazer, para uma prática reflexiva. Daí que não cheguem a ser “consciência para si”, são atuações superficiais, de docilidade, fruto de uma situação histórica e não um traço da essência da pessoa na ação associada à obrigação para que se concretize no cotidiano. “Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (CAVALCANTI, 2004, p. 24).

Prepondera nas prefeitas pesquisadas uma variedade diversificada de enfrentamento das adversidades na vida pública. Entretanto, a abordagem da consciência revela muitos aspectos da experiência desprezados pela política; ademais são de concepções distintas, sobretudo dos movimentos e da teoria feminista que entende o crescimento da atuação feminina como “multifacetado e contraditório”. Para aquelas mais próximas ao movimento de mulheres, há uma melhor possibilidade de compreensão das “raízes” da opressão. Verificar a consciência, levando-se em conta os “campos do político, do econômico, cultural, social e pessoal





impossibilita que se comece a ver como as diferentes formas se alimentam e sustentam mutuamente”. As experiências de subordinação das mulheres não possuem uma definição única. As complexidades são reais e para desenvolver a consciência crítica leva tempo e amadurecimento pessoal, nem sempre visível aparentemente, sobretudo naquelas que mais sofrem para impor sua posição social e na atuação pública. A abordagem pessoal da consciência possui relevância. “O slogan ‘o que é pessoal é político’ foi importante no movimento de mulheres. Seu surgimento indica como mudanças nas relações de gênero afetaram os termos em que se podem ver as noções de identidade individual no capitalismo moderno” (ROWBOTHAM, 1981, p. 111 e 131).

O pensamento e a ação dessas mulheres passam a ser considerados em seu alcance histórico e não mais em termos de processo de formação da personalidade individual. O sentido dessa consciência de si persegue a possibilidade de que elas venham a suscitar uma ação coletiva. A lógica entre opressor e oprimido sempre vai existir (FREIRE, 1987), mas é necessário um trabalho de conscientização do primeiro, para que este, ao participar das decisões do poder ou tomar o poder em si, não utilize os mesmos instrumentos totalitários e repressivos dos quais foi vítima um dia. A fim de alcançar esse patamar, alerta-se para a necessidade de uma mudança na forma de pensar da sociedade. Orienta-se para o desenvolvimento de uma consciência crítica, envolvendo o entendimento de como se dão as relações de poder na sociedade e como estas moldam as experiências e percepções, contribuindo para o resgate da autonomia e do poder pessoal. Sugere-se uma educação problematizadora como um fazer humanista e libertador, a fim de que a sociedade lute por sua emancipação.

A consciência e a identidade são guiadas por mecanismos similares, a identidade é um projeto em devir e implica na construção de novas representações, transformação dos conteúdos sociais e produção de novos significados. “A consciência é o que se é, ela permite pensar as relações nas quais se insere, tal como existem no momento presente. Mas não traz forçosamente consigo um projeto de emancipação” (LAVINAS, 1992, p.15). Esse processo de emancipação a partir da transformação da identidade em consciência, apontado por Lavinas é o que se deseja para as mulheres na representação política. O despertar nelas o surgimento de uma consciência de gênero que reconheça as desigualdades e que se projeta algo novo para reelaborar as desigualdades vividas é que podem transformar na prática de equidade. Com mais mulheres investidas no cargo de prefeita, outras tendem a se interessar pela política institucional. A ideia é que provoquem mudanças, de cunho eficiente, em prol de alternâncias





no sistema dominante existente. Os dados utilizados, bem como a direção das próprias análises induzem evidentemente a atribuir às prefeitas municipais, um papel determinante na reelaboração de uma reflexão sobre o sujeito. Entretanto, é possível que nas entrevistas o real não coincida exatamente com as representações sociais que se detecta em suas vozes. Além do mais, a subjetividade e a interpretação deixam de ser algo estático para ser dinâmico. Nas reminiscências fazem-se presentes melancolias, sobretudo por promessas de campanha que não foram possíveis de cumprir, como se revelam, ainda, duradouros laços de desejos de continuar uma relação criada com a população.

As prefeitas tecem suas memórias carregando-as de condicionais, de tempos pretéritos que se entrelaçam, talvez de forma confusa, sobre seus papéis em um mundo tradicionalmente masculino que se descortina com suas presenças e atuações. Ao selecionar e recuperar algumas memórias e tentar narrar e apreender instantes de tempos vividos forma eventos, fundindo os horizontes em uma experiência de lembrar emoções e obstáculos. Por vezes, são validadas referenciais metodológicas de amplo espectro, uma vez que a própria temática o exige, sem delimitações por esta ou aquela tendência historiográfica, acolhendo ideias como as lembranças e as lutas cotidianas, utilizando os métodos mais compatíveis com as fontes que se entrelaçaram nesse estudo.

É visível as múltiplas discriminações sofridas pelas mulheres na sociedade. Chamou atenção para os problemas de gestão, decorrentes de interesses políticos partidários, ineficiência da qualificação de pessoal e preparação na gestão pública voltada para atender aos interesses pessoais e de grupos, onde a hereditariedade e a herança política dita as regras, muitas vezes, incompatíveis com as habilidades e vocações pessoais. As possibilidades de um aprendizado, onde algumas se sobressaem devido ao capital político e social advindos de posição ocupada no interior das famílias envolvidas em assuntos da administração pública e de governabilidade é uma realidade.

As mulheres fizeram revelações surpreendentes, pensamentos e detalhes jamais confessados e que se emocionaram ao narrá-los. Em alguns casos possuem consciência do papel a desempenhar, em outros não se consegue nem ao menos pensar no assunto. Nesse contexto, há um turbilhão de problemas de ordem política e que invade suas atuações impedindo de que ideias anteriormente, pensadas ou não, sejam substituídas por questões rotineiras do dia-a-dia fugindo de um planejamento a priori, sobretudo em questões específicas para as mulheres. O processo é tão complexo que, ao se eleger, o tempo e os recursos



tornam-se mínimos frente às demandas da população. Inclusive em municípios com uma margem ínfima de recebimento de recursos próprios essa lógica é preponderante.

Sem uma visão e atuação de mulheres feministas e revolucionárias que lutam contra tudo e contra todos em prol de interesses específicos de uma bandeira e militância com um único ideal de extinguir as hierarquias entre homens e mulheres elas estão cercadas de dificuldades, de problemas impostos por uma cultura de base patriarcal, embasadas em um sistema de um Brasil com um passado recente de colonialismo rural, com vícios de um sistema oligárquico, com bases em fundamentos coronelistas e clientelistas, em que o mandonismo local foi a prática frequente, sem falar em outros vícios como a corrupção que destrói o serviço público no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algo emerge para as relações, sobretudo políticas. Nas mulheres pesquisadas, os estereótipos são identificados nos discursos seus e dos “outros” sejam elas próprias que fazem parte dessa rede. A fratura entre o privado e o público, entre o indivíduo e o cidadão são, em algumas partes, desmistificadas no grupo social. O referencial proposto terminou por alguns achados na pesquisa realizada com as mulheres imbuídas no cargo de gestora do poder executivo local no Estado da Bahia, permitindo evidenciar que ser mulher e prefeita – jovem, adulta ou na maturidade – vai definir diferentes vivências dessa situação.

Trabalhou-se com alguns conceitos, em uma perspectiva que ultrapassa o tempo e o espaço, redimensionando-os através de uma multireferencialidade de composições plurais. Apesar delas se inserirem na política, não o fazem de maneira impulsionada pelos movimentos sociais, sobretudo pelo movimento feminista. Suas entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentesco, ademais os estereótipos e preconceitos são diversos. Verificou que a existência de intolerâncias é mais acentuada nos partidos políticos do que no seio do eleitorado.

As mulheres de que trata este estudo não constituem um grupo estreitamente coeso com interesses, antecedentes, valores, comportamentos e peculiaridades homogêneas. Ao invés disso, pertencem a classes sociais, raças/etnias, origens familiares e municípios distintos; têm histórias, necessidades e aspirações diversas. Por conta disso, não é apropriado falar das



perfeitas como um grupo e como uma expressão homogênea da política na Bahia. Rejeita uma lógica reducionista que visa rotular as gestoras e suas administrações como bem ou mal sucedidas. Em nenhum momento se discute como deveriam ser suas atuações, mas como elas percebem e compreendam que seja. O estudo permitiu constatar que a participação feminina nos quadros burocráticos e políticos, dentro do processo contemporâneo, não só indicam uma efetiva cidadania e espaços conquistados, como comprometimento, empenho e responsabilização pelos problemas da humanidade na construção de um mundo melhor e mais igualitário, mas muitos outros interesses estão em cena.

Não se pode concluir que haja “empoderamento” pelo simples fato delas estarem na política representativa. É possível afirmar que a reprodução do ciclo/essencialização das experiências de vida pessoal e profissional coadunam com a possibilidade de um espaço de poder e de luta pela causa pública. No âmbito público da política formal recebem influências de uma tradição conservadora que remete a elas o prolongamento das funções do cuidar e da produção do feminino. Entre o caminho e o caminhar, o passado e o futuro se mesclam e o presente acontece entre ranços e avanços. Algumas conseguem realizações, mas distantes de ser percebido em sentido de mudanças profundas, quando a potencialidade de ser sujeito: participar, circular no público e separar o determinismo, a obrigação e o afeto.

No que tange à “política de presença” e a “política de ideias”, ou seja, representação descritiva e de “interesses das mulheres” com projetos em uma perspectiva feminista e emancipacionista ainda estão distantes da realidade. Há um começo, e avança-se a cada dia, sobretudo quando promove ações que impulsionam o Estado a elaborar políticas públicas de cunhos emancipacionistas. Os desafios são implantados em diversas frentes para se chegar a uma conscientização propulsora para a equidade nas relações de gênero na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A promessa da política*. Relógio D'Água Editores: Lisboa, 2007.

A TARDE. *TRE notifica partidos por descumprir cota feminina de 30% na Bahia*, jornal. Salvador, 2014.

BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado. O feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



BARBOSA, Claudia de Faria CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon Disparidades de gênero na política local brasileira: ranços e avanços. In: SMITH e GONZÁLEZ (org.) *Mujeres em el Mundo: Colonialismo, racismo, redes, violência de género, política y ciudadanía*. Valencia, Venezuela: Universidade de Carabobo, 2011, p.135-155.

BARBOSA, Cláudia de Faria. *Famílias pressupostos para política local: sombra ou alicerce?* (Dissertação), Salvador: Universidade Católica de Salvador - UCSAL, 2008.

BARBOSA, Claudia de Faria. *Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e privado, 2009-2012*. (Tese). Salvador: UCSAL, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 12ª Ed. Lisboa: 1977.

BLAY, Eva. *As Prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Escritura & Memória na formação de mulheres entre 1870 e 1940. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia, 153-176. Jul./Dez. 2004.

COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM – UFBA: Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAVINAS, Lena. Identidade de gênero. Um conceito da prática. In: *Encontro Anual da Anpocs*, 12, Caxambu, 1992.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PHILLIPS, Anne. Género y teoria democrática. In: *Feminismo y democracia e Los debates Clássicos*. México: PUEG, 1996, p. 13- 65.

\_\_\_\_\_. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, v. 9, 2001, p. 268-290.

PINTO, Celi Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 256-270.

ROWBOTHAM, Sheila; SEGAL, Lynne & WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos: o Feminismo e a construção do Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em:  
<[http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf)>. Acesso em: 14 junho 2010.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## SUBJETIVAÇÃO DO “EU” FEMININO E LEMBRANÇAS NO FACEBOOK

SANTOS, Graciana Martins dos  
*Mestranda do Programa de Memória Social da Unirio*  
*martins.graciana@gmail.com*

78

### RESUMO

Este artigo analisa lembranças postadas por mulheres no Facebook a partir das escritas de si, refletindo sobre a subjetivação do eu feminino nas redes sociais. O *corpus* teórico para verificar as forças dessas narrativas, que afetam as alianças e as desavenças dos gêneros performativamente constituídos em sociedade, abrange conceitos de memória coletiva, de linguagem performativa e de sociedade. Tais estudos mostram que essas mulheres escrevem sobre o “eu” e, também, sobre o “nós” à medida que a identificação da autora perpassa por sua integração com o leitor.

**Palavras-chave:** memória; escritas de si; subjetividade; feminino.

### ABSTRAT

This article analyses the memoirs posted by women on Facebook from their writes of themselves, thinking about the subjectivation of the female self in social medias. The theoretical corpus to verify the power of these narratives, that affect the alliances and fights of gender, performatively built in society, includes Collective Memory, Performativity Language and Society concepts. These studies show that these women write about themselves in the singular “I” and also in the plural “we” as the identification of the author passes through her integration with the reader.

**Key words:** memory, subjectivity, writes of themselves, female.

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo da noção de Geertz (2008), de que o ser humano deve ser compreendido através dos símbolos significantes que compõe a cultura na qual ele está inserido e, nessa perspectiva, a língua hegemônica sendo estruturada e estruturante do pensamento humano, desenvolvemos uma reflexão sobre a subjetivação do “eu” feminino com base em lembranças cotidianas redigidas no Facebook, por três mulheres com mais de 24 anos de idade.

O Facebook é um espaço da web 2.0 no qual são realizadas publicações compartilhadas com os “amigos”, usuários da mesma rede, sobre o dia a dia, tais como: anotações sobre insônia; o cardápio do almoço; o choro do filho antes de sair para a escola e diversos registros cotidianos, que podem ser praticamente considerados lixos descartados ao serem grafados através da escrita digital. Assmann (2011, p. 233) redige que “a palavra para letra, *letter*, tem



um parente muito próximo, a saber: lixo, *litter*.”. Nesse contexto digital, qual o papel da linguagem no processo de constituição da memória coletiva? Qual a relação entre escritas de si e lembranças cotidianas no Facebook? Com base nos conceitos de memória coletiva e de linguagem performativa, como podemos pensar a subjetivação do “eu” feminino? Como acontecem os processos de identificação no Facebook? Para este estudo, mobilizamos conceitos de memória coletiva, de linguagem performativa e de sociedade.

No que segue, o artigo está estruturado em mais três seções. Na segunda seção, integramos o conceito de memória coletiva de Halbwachs com a noção de sociedade de Nobeit Elias. Ao longo da seção, outros autores são integrados para melhor exemplificação e fundamentação teórica.

Na terceira seção, entrelaçaremos estudos de Assmann, de Foucault e de Butler para abordarmos a concepção de escrita digital e a escrita de si no Facebook como um processo de codificação linguística da subjetivação do “eu” a partir de registro de lembranças cotidianas.

Na seção 4, abordamos os processos de identificação “eu”, “você” e “nós” no Facebook, retomando os conceitos de memória coletiva de Halbwachs, de lembranças de Assmann e de sociedade de Nobeit Elias.

## 2 MEMÓRIA, LINGUAGEM E SOCIEDADE

Em *Quatro proposições sobre memória social*, Jô Godar (2005, p.18) redigiu que memória é uma construção processual sendo produzida pelo ser humano. Essa visão tem origem no final do século XIX, quando “o próprio social se tornou objeto legítimo de saber, e permitiu, inclusive, o surgimento de um novo campo de estudos, o das ciências sociais.”.

O sociólogo francês, Maurice Halbwachs, foi o criador do termo “memória coletiva”. Também foi o primeiro a pensar a memória fora do plano individual. Apresentou, assim, o conceito de que as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, pois não existe lembrança apartada da sociedade. A influência dessa abordagem é durkheimiana.

De acordo com o autor, as lembranças são constituídas no interior de um grupo social. Ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós, são, na verdade, inspirações sociais. As afirmações de Halbwachs acerca da memória individual referem-se à existência de um estado de consciência puramente individual, a “intuição sensível”. Vejamos:

Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo das percepções onde





entram elementos do pensamento social – admitiremos que se chame intuição sensível (HALBWACHS, 2004, p.41).

A memória individual ou autobiográfica, construída a partir das referências e lembranças próprias da sociedade, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2003, p.55). Sendo, nessa perspectiva, a intuição sensível a responsável por não confundirmos o passado de outro ser humano com o nosso próprio passado.

O ser humano constrói memória num pacto linguístico firmado com outros seres humanos. Halbwachs (2004, p.89) afirma que “... el language consiste, pues, en una cierta actitud del espíritu, que sólo es concebible en el interior de una sociedad, ficticia o real: es la función colectiva por excelência do pensamiento.”

É no processo de aquisição da linguagem, que começa a construção da memória social. Francisco Farias (2005, p.16) escreveu que “todos os fenômenos psíquicos se explicam em função dessa dupla referência: memória e linguagem.”. Farias (2005) reflete em *Memória Social e temporalidade retroativa* que Freud, no texto *Interpretação das afasias*, intencionava criar um aparelho de linguagem constituído na interação com outro aparelho de linguagem. Este sempre funciona por referência a outro aparelho que o antecede socialmente.

Segundo Farias (2005, p.17) o aparelho de memória é o emblema do que se compreende por psiquismo, com isso no Projeto para uma psicologia científica de 1895 elaborado por Freud, “tem-se o modelo cujo tema central é memória. Mas essa memória não é algo que se acrescenta secundariamente ao aparelho psíquico: o aparelho anímico é um aparelho de memória.”

Essa integração plural de aparelhos de linguagem ocorre em sociedade. O sujeito que lembra e esquece é um ser social. Halbwachs em “Los marcos sociais de la memoria” registrou que:

La sociedad, indudablemente, piensa por conjuntos: vincula sus nociones entre ellas, las agrupa en representaciones más complejas de personas y acontecimientos, incluyendo en unas nociones todavía mucho más complejas. (HALBWACHS, 2004, p. 103)

Ora, um enunciado para expressar e produzir sentido ocorre em um determinado marco social, cujo suporte está em um grupo de pessoas ligadas no tempo e no espaço. Sendo, portanto, a comunidade falante pertencente a uma determinada comunidade linguística, o enunciado acontece num complexo sistema de diálogos. Neste existe um trabalho intenso de memória, cuja construção processual nunca é interrompida no contexto amplo social.



Em relação ao contexto social, Nobert Elias (1994) redigiu que é impossível separarmos o indivíduo da sociedade, não existindo antítese entre o “eu puro” e a sociedade. Similarmente a uma rede de tecidos, os indivíduos entrelaçam-se entre si, conservando sua individualidade. E essa rede, segundo Elias (1994, p.35) está em constante movimento. “É assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar.”.

Para reconstruir suas lembranças, a pessoa recorre à linguagem socialmente compartilhada. Aprende, portanto, a expressar seus pensamentos numa determinada língua hegemônica. Na dinâmica social em que está inserida, é influenciada por esta língua, mas também, a influência.

Sendo, dessa forma, a memória e a linguagem empreendimentos sociais interligados e entrelaçados na vida cotidiana seja em ambiente *offline* ou *online* como o Facebook, o twitter, blogs etc. David Kirkpatrick (2011) afirmou, no livro *Efeito Facebook*, que:

O Facebook é pura informação o tempo todo. A cada mês, cerca de 30 bilhões de postagens são feitas pelos usuários, incluindo links da internet, notícias, fotos e etc. Trata-se, de longe, do maior site de compartilhamento de fotos da internet, por exemplo, com mais de 3 bilhões de fotos adicionadas a cada mês. Sem mencionar inúmeros anúncios banais, pronunciamentos de pesos, provocações políticas, felicitações de aniversário, flertes, convites, insultos, piadas, brincadeiras de mau gosto, pensamentos profundos e, claro, *cutucadas*. (KIRKPATRICK, 2011, p.20)

São os denominados “anúncios banais”, na citação acima, que focaremos nossa análise na seção seguinte. Como um *flaneur*, passaremos por registros de lembranças cotidianas de mulheres para refletirmos sobre a subjetivação do “eu” feminino no Facebook.

### **3 ESCRITAS DE SI E LEMBRANÇAS NO FACEBOOK**

Assmann (2011) conceitua, em *Espaços de recordação*, a escrita digital, Foucault (2012) estuda a escrita de si como uma estratégia de construção do “eu” social, Butler (2013) pensa as proposições performativas como sendo constitutivas das identidades de gênero. Ao longo dessa seção, iremos entrelaçar esses conceitos para falarmos sobre a escrita de si como um meio verbal de codificação de lembranças cotidianas, que podem ser consideradas lixos descartados em meio digital.



Assmann (2011) apresenta quatro estágios da escrita, a saber: a escrita iconográfica, a escrita alfabética, a escrita analógica dos vestígios e a escrita digital. Um novo estágio não elimina automaticamente o anterior. Para nosso estudo, vamos nos ater a escrita digital, que de acordo com Assmann (2011, p. 228) é transmedial, ou seja, “com o mesmo código ela escreve imagens, sons, língua e escrita.”. A autora considera a escrita digital devido sua energia elétrica como uma escrita corrente, não possuindo mais a marca de uma metáfora de memória. Existe, agora, uma cascata de informações fragmentadas repletas de imagens, sons, textos. “Na escrita digital as funções de armazenamento e apagamento estão extremamente próximas uma da outra, a distância de um botão.”. (p.229)

Diante das conceituações de Assmann em relação à escrita digital e à memória, vamos considerar o Facebook como um espaço questionável de memória. Contudo, ele nos atende para o presente estudo, por considerarmos que ao redigirem sobre si na rede social, as sujeitas-autoras possuem desejo de memória. Inclusive, pela existência de uma página pessoal com o nome “linha do tempo”, que remete a um registro progressivo de lembranças. O importante, para nossa análise, é como aparece nessas publicações o “eu” feminino subjetivado a partir da integração plural de aparelhos de linguagem constituidora da memória autobiográfica, que é uma perspectiva da memória coletiva. A sujeita que lembra e que transcreve para o ambiente digital suas lembranças, é um ser social. Portando, podemos através a análise das lembranças redigidas, numa perspectiva das escritas de si, identificar alguns entrelaçamentos possíveis entre memória coletiva, linguagem e gêneros performativamente constituídos.

Foucault (2012, p.141), ao abordar uma série de estudos sobre a “estética da existência” e o domínio de si na cultura grego-romana, nos dois primeiros séculos do império, sugere uma construção de si mesmo a partir de uma ética intelectual de desprendimento do “eu”. O filósofo centra-se na escrita de si como uma estratégia técnica de construção constante de si mesmo.

Foucault (2012, p.145) redige sobre a *hupomnematas* e a correspondência. A primeira poderia ser um livro de contabilidade, um registro público ou uma caderneta individual para servir de lembrete. Contudo, adquiriu num público letrado o *status* de guia de conduta, servindo não apenas como suporte de memória, mas como “um material de enquadre para exercícios a serem frequentemente executados: ler, reler, meditar, conversar consigo e com os outros etc.” A segunda eram textos enviados a outrem, mas, que permitiam o exercício pessoal. Como exemplo, o filósofo, citou as cartas de Sênecas a Lucillius. Nestas, Sênecas continua a se



exercitar conforme ele mesmo descreve em um dos princípios por ele invocados: “o de que é necessário adestrar-se durante toda a vida, e o que sempre se precisa da ajuda do outro na elaboração da alma sobre si mesmo” (FOUCAULT, 2012, p.150). A correspondência, também, é uma maneira de narrar ao seu correspondente o desenrolar da vida cotidiana, apresentando a “qualidade de um modo de ser.” (p.155). Não sendo, portanto, importantes os acontecimentos do dia, mas a forma como a pessoa lidou com cada um deles.

Nas escritas feitas no Facebook, observamos várias qualidades que tangenciam as *hupomnematas* e as correspondências. As publicações não chegam a ser um guia de conduta, mas sem dúvida demonstram, pelos rastros deixados no lixo descartado, um estilo de vida e de conduta diante das mais diversas situações cotidianas. Ao redigirem sobre si, mostrando para os amigos da rede social como estão, as sujeitas-autoras, mostram uma qualidade de ser de uma determinada forma na vida. Ao mesmo tempo, são diferentes das *hupomnematas*, porque estas eram decorrentes de práticas filosóficas cotidianas e as escritas digitais são descartes do dia. Afastam-se das correspondências por não são redigidas para um destinatário específico, mas para ser lido por todos os amigos usuários do mesmo ciberespaço.

O que leva uma mulher a registrar uma escrita íntima numa rede social? Além do desejo de registrar uma lembrança, pode ser uma busca pela interioridade, o desejo de se fazer ouvir e a fuga paradoxal do esquecimento. O desejo de memória, num espaço com uma quantidade incontável de informações diárias fragmentadas e descontínuas, é um paradoxo da dinâmica do lembrar e do esquecer.

Benjamin (1994) em o *Narrador*, um texto publicado nos anos 1930, fala sobre a perda de experiência que acomete a virada do século XIX para o século XX. Aborda a figura do narrador como a de um sábio em extinção, assim como também estão raros os ouvintes. O ensaísta sobre literatura alemã, João Barrento (2010), afirma que a internet é o auge dessa falta de sabedoria.

Chegamos ao ponto extremo da *pobreza da experiência* que Benjamin aponta como marca da nossa modernidade. O espelho dessa *polis* que vive a vertigem do instante foi, no século XIX, o *jornal*, hoje é o do paroxismo da informação. As *redes* são o lugar por excelência desse *isolamento da informação em relação a experiência*, antes ocupado, em escala infinitamente menor, pelo mosaico desconexo da notícia de jornal. (BARRENTO, 2010, p. 89)

O cenário, já vislumbrado no início do século passado por Benjamin e que chega ao seu apogeu no início do século XXI, é o da fragmentação, da descontinuidade e da falta de “tempo” para ouvir o outro com atenção. No corre-corre do mundo pós-moderno, as comunicações



diárias de cunho pessoal e de cunho profissional cada vez mais acontecem por mensagens escritas trocadas por ferramentas tecnológicas.

As lembranças cotidianas analisadas numa perspectiva de escritas de si indicam um modo de ser e de agir constituído através da integração social mediada por atos de fala. Podemos perceber certas normas de condutas, valores, crenças, carências, um modo de ser e de agir perante a sociedade, conforme os três exemplos aqui grafados podem demonstrar:

**Exemplo 1:**

“2013...  
Saí do meu emprego de 7 anos.  
Realizei o sonho de trabalhar com meu negócio próprio  
Concluí o MBA em Marketing Digital  
Minha mãe teve melhora com a químio. Ainda assim tem sido difícil.  
Fiquei ruiva, fiquei loira de novo.  
Virei paraquedista.  
Fiz outra tatuagem e *piercing*  
Encontrei o amor da minha vida, noivei e casei. Minha família aumentou (e muito).  
Tirei 8 em gestão financeira na FGC, graças ao meu pai querido tem a maior paciência em me ensinar.  
Viajei em lua de mel, engordei 4kg.  
Perdi 4kg.  
O ano já está no finalzinho...e tudo aconteceu tão rápido, tão especial e intenso. 2013 foi O ano.  
Só tenho a agradecer aos amigos e a família, que tanto me ajudaram em todas essas maluquices e conquistas.  
Amo vcs!”

**Exemplo 2:**

“Eu to! Nunca em minha vida estive tão bem condicionada fisicamente...  
Nunca bebi tanta água, nunca fui tão disciplinada com minha saúde, academia e exercícios. Ainda faltam uns quilos, mas estou feliz pra caramba.”

**Exemplo 3:**

“Eu não merecia ser estuprada e tomar remédio contra a AIDS.”

Nos três exemplos acima, as lembranças escritas numa perspectiva de si mesmo são indícios da constituição do “eu” feminino em sociedade. As publicações são fragmentadas e descontínuas, mas demonstram um modo de ser e de agir. Aqui, não reproduzo o nome das autoras e, nem mesmo, as fotos que compõe cada publicação, para preservar a identidade dessas moças, que fazem parte de minha rede de amigos do Facebook.



Vale ressaltar que os exemplos são interpretáveis devido à memória coletiva acerca dos papéis sociais possíveis de serem ocupados na sociedade pós-moderna. Assim, como pelo conhecimento da linguagem utilizada para redigi-los e a contemporaneidade, temporal e espacial, entre a redação e a leitura.

Berger e Luckmann (2004, p.103) afirmam que as pessoas assumem determinados papéis; ou seja, certas condutas atreladas às tipificações sociais. “As origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e de objetivação que as origens das instituições.”. A ordem social ocorre num cenário ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. Esta ordem social é uma construção humana e pode ser alterada por seres humanos.

Nessa perspectiva, a socialização é um processo de interiorização da “realidade” subjetiva. Ao ser inserido na esfera social ainda na infância, o indivíduo se apodera de um “eu” e é integrado a uma determinada realidade social. Adquiri, assim, o conhecimento do papel dos outros e conseqüente do seu próprio papel. Berger e Luckmann (2004) definem essa socialização como sendo primária e constituída de forma definitiva para o indivíduo. A linguagem é um dos principais mecanismos dessa socialização, que é formadora dos processos de identificação social.

Num primeiro olhar, nos três exemplos, podemos observar uma valorização de lembranças relativas a um modo de ser dedicado à superação de desafios – doença na família, mudança de trabalho, dieta para redução de peso, a sobrevivência a um estupro. Cada relato fala sobre um bem-estar promovido por uma luta social em relação às forças que as afetam. Essas lembranças registradas no Facebook são lidas por diversas pessoas e podem servir de “exemplo” para os usuários da rede que façam parte da relação de amigos de cada uma das autoras de si.

Para a reflexão sobre a subjetivação do “eu” feminino no Facebook, separamos textos que falam sobre superação, sendo o terceiro exemplo um relato sobre a violência sexual e uma de suas conseqüências. O Exemplo 3 foi publicado em março de 2014 numa comunidade chamada “Eu não mereço ser estuprada”, parte integrante de um movimento realizado nas redes sociais em repúdio ao resultado da pesquisa sobre tolerância social à violência contra a mulher. Essa pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada naquele mês, apontou que 58,4% concordam total ou parcialmente com a sentença: “Mulheres que usam roupa que mostram o corpo merecem ser atacadas.” Em abril, o IPEA divulgou uma errata informando que este dado estava errado. Na verdade, o resultado correto seria: 26% dos





entrevistados concordam total ou parcialmente com a frase reproduzida acima. Apesar da retratação, o “estrago” já estava feito e a pesquisa repercutiu muito nas redes sociais. Primeiro devido à indignação com os resultados apresentados e depois pela confissão de erro da instituição realizadora. Foram entrevistadas 3.810 pessoas. Desse total, 66,5% são mulheres.

Ainda existe na sociedade brasileira a ideia da culpa da mulher em relação a ações de violência sexual. Judith Butler (2013, p. 48) expõe, em *Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade*, que, trazida a um limite lógico, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída”. O ser mulher/fêmea e o ser homem/macho são construções sociais, sendo que cada um ganha um papel institucionalizado já no resultado da ultrassonografia da grávida, quando a médica ou o médico informa “é uma menina” ou “é um menino”. Neste ato performativo de fala, começa a formação de uma mulher ou de um homem.

Para Butler (2013, p.25), gênero e sexo são construções sociais. Acreditar no sexo como sendo produzido e estabelecido no pré-discurso “é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo, são eficazmente asseguradas.”. A autora pensa a pessoa como constituída numa dinâmica de mútuo reconhecimento entre o “eu” e o outro a partir de atos de fala performativos. Com isso, questiona a própria noção de indivíduo. Ela entrelaça explicitamente sua concepção de performatividade à teoria de Austin em *Quando dizer é fazer* e as reflexões de Derrida sobre as publicações de Austin em *Signature Evenent Contexte*.

Dessa forma, utilizando uma lente foucaultiana, a filósofa americana investiga como funcionam os discursos nas constituições das identidades performativamente constituídas. A identidade de gênero começa quando os pais identificam o sexo no exame de ultrassonografia.

No âmbito da sociedade, nem todos os indivíduos assumem ou se contentam com os papéis previamente estabelecidos. Assim, a constituição performativa do gênero pode não corresponder à expectativa social. Existem e coexistem ações de afirmações e de negações sobre as instituições estabelecidas. As identidades dos sujeitos não são fixas, mas flutuantes. A memória também não é fixa ou estável, pois se trata de uma construção processual.

A seguir abordaremos os processos de identificação estabelecida a partir das escritas de si no Facebook.





#### 4 EU, VOCÊ E NÓS NO FACEBOOK

Como mencionamos na seção 2, o indivíduo que lembra e esquece é um sujeito social cuja constituição do aparelho de memória ocorre na relação com outros aparelhos de memória, que o antecedem. Segundo Halbwachs (2003), a linguagem é um marco social fundamental nesse processo, visto que precisamos da língua hegemônica para expressar ideias, reflexões, sentimentos, paixões etc. Tudo isso nos ocorre inspiradas pelo grupo no qual somos capazes de trocar conhecimento, através da interação verbal e gestual.

Para Nobeit Elias (1994, p.132) “o ser humano singular trabalha com conceitos extraídos de um vocabulário linguístico e conceitual preexistente que ele aprende com outras pessoas.” Se não fosse dessa forma, não haveria entendimento. O autor destaca a importância de o indivíduo ser compreendido como parte integrante de um processo de desenvolvimento de uma sociedade. Sendo esta organizada para proporcionar a sobrevivência do grupo. O sujeito faz parte do grupo, mas mantém sua marca de individualidade reconhecendo-se como único. As pessoas se percebem como indivíduos através do convívio com os outros indivíduos, que lhe são semelhantes, mas diferentes.

Diante do exposto, podemos afirmar que toda linguagem que permeia a comunicação entre seres humanos é de uma importância imensurável para constituição da relação deste consigo e com o grupo. É através da linguagem que constituímos nossa individualidade e nossa marca na relação “eu”, “você” e “nós”.

Nos exemplos utilizamos na seção anterior, houve uma série de comentários que podemos utilizar para pensar os processos de identificação no Facebook. Para cada postagem, escolhemos apenas três comentários.

##### **Exemplo 1 – 157 curtidas/32 comentários**

“Parabéns pelas vitórias, que Deus continue te abençoando.”

“Parabéns, orgulho de você.”

“Parabéns. Você merece isso tudo, esse ano foi um ano muito bom profissionalmente, mas é apenas uma prévia do que ainda está por vir. Parabéns pelo seu sucesso, feliz, também, por ser seu parceiro de projetos. E, tudo começou em uma praia paradisíaca na Bahia. O mundo é realmente surpreendente.”

##### **Exemplo 2 – 17 curtidas/7 comentários**

“Que bom, minha Pequena notável, Bjs e ótima sexta”



“Mas quanto mais a senhoria quer perder? Ta mara”

“Razô!!! E tá linda tb!”

### **Exemplo 3 - 85 curtidas/6 comentários**

“Tristeza”

“Merece sim...fica me provocando com esse seu corpinho de fora ao invés de andar decentemente...e ainda fodase vocês garotas...vocês só ligam para grana ou para aparência. Nunca ligam pro cara se ele é legal ou gente boa etc... e então e quando o cara não tem grana e não tem aparência e quer uma gata não consegue e começa a acumular esse sentimento no coração. .. eu era um cara muito gente boa melhor que muitos ai mas vocês só ligam pra grana ou para aparência do cara, então o cara pega e fica com vontade de estuprar mesmo então fodase vocês..se vocês fossem diferente as coisas não seriam assim, ainda ficam tirando fotos ostentando a aparência de vocês ou o namorado provocando inveja nas outras pessoas que queriam ter uma namorada.. então não vem reclamar.”

“Você é tão patético, que precisa de uma conta fake para vir comentar. Nem homem você é, e muito menos ATITUDE de homem você têm!

A escrita de si no Facebook vivência o risco de ser erroneamente interpretada. É preciso haver um elo social entre a sujeita-autora e o sujeito-leitor para que a lembrança seja compreendida o mais próximo possível do objetivo das narradoras. Os exemplos 1 e 2 foram publicados na página pessoal de cada autora. Os comentários foram realizados por amigos integrantes da mesma rede social. Nos comentários, podemos verificar uma identificação em relação às conquistas descritas nas narrativas. Há uma força integradora e acolhedora nos comentários, que pode proporcionar bem-estar e reconhecimento da boa conduta frente aos desafios cotidianos retratados.

O exemplo 3 foi publicado numa comunidade aberta para atuar como um movimento social *online* em repúdio aos dados publicados em março numa pesquisa sobre a *Tolerância social à violência contra as mulheres*, conforme já referendado na seção 3. Sendo aberta a comunidade, as publicações e os comentários podem ser realizados por pessoas que não se conhecem pessoalmente. O objetivo da comunidade foi formar uma rede solidária a culpabilidade, pontuada pela pesquisa, da mulher em relação à violência sexual sofrida. Por isso, pontualmente, as autoras da comunidade fazem moderação nos comentários eliminando os xingamentos e citações depreciativas. O que nos remete a proximidade mencionada pela Assmann (2011) entre a lembrança e o esquecimento na escrita digital. Ambas separadas por um botão de apagar.

A comunidade conta até 16 de maio às 01h51min com 17.709 curtidas e várias fotos



publicadas por mulheres com um cartaz indicando “Eu não meço ser estuprada”. Alguns homens também aderiram ao movimento e se manifestaram dizendo não consideram a mulher responsável pelo ataque sexual. A comunidade conta, também, com uma série de depoimentos de mulheres estupradas que já conseguiram elaborar o trauma e estão prontas para compartilhar essa lembrança com a sociedade. Algumas narrativas contam com detalhes de como foi realizado o abuso. Isto gera um rompimento com o silêncio e permite a integração solidária entre as vítimas de violência. Estas subvertem a posição de vítima para de militantes de uma causa na defesa de si mesmas e de seus pares.

Um dos comentários do exemplo 3 foi publicado por um perfil anônimo do Facebook. O sujeito-ator se apresenta como homem e traça em seu comentário uma narrativa que culpa as mulheres pela violência, não só pela roupa que usam, mas por serem ambiciosas por dinheiro e exibicionistas em reação aos seus relacionamentos amorosos. O autor dá a entender, inclusive, que pode já ter realizado algum estupro.

O processo democrático da rede social, no qual as lembranças estão redigidas fora do contexto de vida *offline* de cada sujeita-autora. Isso permite a integração do “eu”, com o “você” e o com “nós” estejam ou não alinhados no mesmo contexto social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi resultado de um estudo sobre a subjetivação do “eu” feminino com base em lembranças cotidianas redigidas no Facebook, por três mulheres com mais de 24 anos de idade. Com a reflexão realizada, visamos compreender o papel da linguagem performativa no processo de constituição da memória coletiva. Assim como a relação entre escritas de si e lembranças cotidianas no Facebook e como estão articulados os processos de identificação “eu”, “você” e “nós” nessa rede social.

Consideramos as lembranças cotidianas registradas no Facebook como lixos diários descartados ao serem grafados na escrita digital. Assmann (2011, p. 233) redige que “a palavra para letra, *letter*, tem um parente muito próximo, a saber: lixo, *litter*.” E a web como um espaço questionável de memória devido, entre outros aspectos, à fragmentação e ao fácil descarte de todos os registros. O apagamento das memórias registradas está disponível ao clique de um único botão denominado, *delete*. Contudo, quando a sujeita-autora registra suas lembranças nessa rede social possui desejo de memória e de integração social. Com isso, transformamos, a partir da análise das lembranças através de lente foucaultiana das escritas de si, o lixo em



indícios da constituição performativa do “eu” feminino na sociedade brasileira pós-moderna.

Em relação ao papel da linguagem performativa, no processo de constituição da memória coletiva, verificamos que o sujeito que lembra e esquece é um ser social cuja constituição do aparelho de memória ocorre na relação com outros aparelhos de memória, que o antecedem. Segundo Halbwachs (2003), a linguagem é um marco social fundamental nesse processo, visto que precisamos da língua hegemônica para expressar ideias, reflexões, sentimentos, paixões etc. Tudo isso nos ocorre inspirados pelo grupo no qual somos capazes de trocar conhecimento, através da interação verbal e gestual.

Em relação ao “eu” feminino subjetivado verificamos que este é constituído na integração plural de aparelhos de linguagem constituidora da memória autobiográfica, que é uma perspectiva da memória coletiva, que sendo estruturada no âmbito da linguagem, também é estruturante dos conceitos de gênero, de sexo, de desejo e de sexualidade.

A filósofa americana, que questiona a própria noção de sujeito, Judith Butler (2003), apresenta em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* que o gênero e o sexo são construções discursivas sociais. A autora pensa a pessoa como constituída numa dinâmica de mútuo reconhecimento entre o “eu” e o outro a partir de atos de fala performativos. Butler fundamenta-se para a apresentação do conceito de identidade performativa de gênero na teoria de Austin apresentada nas seis conferências publicadas em *Quando dizer é fazer* e nas reflexões de Derrida sobre as produções deste autor em *Signature Evenent Contexte*.

Observamos com base na bibliografia escolhida e nos três exemplos aqui apresentados, que, ao escreverem sobre si, essas mulheres escrevem sobre o “eu” e, também, sobre o “nós” à medida que a identificação da sujeita-autora perpassa por sua integração com o sujeito-leitor. O discurso objetivo e, ao mesmo tempo, subjetivado das lembranças cotidianas proporciona reconforto às autoras, sendo um elemento de redenção e de comemoração.

No Facebook estão presentes processos de identificação social mediados pelo ícone *curtir* e/ou pelos comentários. Nesses processos de identificação estão presentes valores, crenças e visões de mundo, que podem exercer um papel integrador e acolhedor a partir do bem-estar gerado no reconhecimento social de boa conduta frente aos desafios da vida.

Ressaltamos que no ciberespaço, assim como na vida “real”, existem lutas e forças que afetam na mesma proporção a procura por acolhimento e por ser ouvido, numa sociedade marcada pelo individualismo, pela falta de tempo e pela fragmentação. As lutas são expostas nas narrativas das lembranças do dia a dia e, inclusive, nas alianças e nas desavenças dos



gêneros performativamente constituídos no âmbito social.

Encerramos esse artigo, certos que existe muito a ser estudado em relação à subjetivação do “eu” feminino, através das escritas de si registradas no ciberespaço, para a melhor compreensão das relações de gênero no Brasil pós-moderno *online* e *off-line*.

## 6 REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. *Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2011. p. 193 – 213.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARRENTO, João. *Limiares sobre Walter Benjamin*. Santa Catarina, Editora da UFSC, 2010, p. 85-110

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p 197-221.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade objetiva. In: *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro, Vozes, 2004. p. 69-173.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COMAY, R. O fim da partida. IN: BENJAMIN, A; OSBORNE, P. (orgs), *A filosofia de Walter Benjamin*, Trad. Maria Luiza de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1997 Página 259 a 298

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIAS, Francisco. Memória Social e Temporalidade Retroativa. In: PINTO, Diana e FARIAS, F (Orgs) *Novos Apontamentos em Memória Social* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 11-22.

FARIAS, Francisco. Apresentação. In: FARIAS, F. e PINTO, Diana (Org.) *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.p. 7-14.

FOUCAULT, Michel. MOTTA, Manuel (Orgs.) *Ditos e Escritos, V.: Ética, sexualidade, política*. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3ª Edição – Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2012. p 141-157.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.p.25- 40.

GODAR. J. Quatro proposições sobre memória social. In: GODAR, J. e DODEBEI.



V.(Orgs.)*O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

HALBWACHS, Maurice. *Los Marcos Sociales de La Memoria*; posfácio de Gerard Namer; tradução de Manuel A. Baeza Y Michel Mujica. \_ Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 57-104.

HALBWACHS, Maurice *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidau. São Paulo: Centauro, 2003. p. 29-70

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em 16 de maio de 2014 às 1h38min.

KIRKPATRICK, David. *O efeito Facebook*. Tradução: Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. p. 9-26



## A “QUESTÃO FEMININA” E O DISCURSO ANÁRQUICO CIENTÍFICO NAS PÁGINAS DO JORNAL LIBERTÁRIO A PLEBE (1917-1951)

RIBAS, Ana Claudia

*Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC*

*ribasanaclaudia@gmail.com*

93

### RESUMO

O pensamento político da cultura anárquica é pautado no princípio da liberdade, conceito que ganha destaque no final do XIX, por ser capaz de abranger temas que ignorados por outras perspectivas políticas, pregando, entre outras questões, a emancipação feminina. Enquanto entre os seguidores de Marx esta seria uma questão resolvida como consequência da revolução proletária, na cultura anárquica tratava-se de parte do caminho rumo à revolução social. Neste contexto de produção de discursos, fazia-se necessária a legitimação da propaganda libertária, que, sendo fruto de seu tempo, passou a dialogar com o discurso científico, lançando mão de conceitos como natureza e evolução para balizar seus princípios políticos. Neste artigo objetivo destacar a articulação discursiva entre a propaganda pro emancipação feminina e os discursos científicos acionados pela cultura anárquica, utilizando para tal análise o periódico libertário *A Plebe*.

**Palavras-chave:** Anarquismo, Emancipação feminina, Ciência

### ABSTRACT

The political thought of anarchic culture is grounded in the principle of freedom, a concept that gained prominence in the late nineteenth, by being able to cover topics ignored by other political perspectives, preaching, among other issues, the emancipation of women. While among the followers of Marx this would be a matter resolved as a result of the proletarian revolution, the anarchic culture this was part of the path to social revolution. In this context production of discourses-made if necessary legitimation of libertarian propaganda, which, being the result of his time spent in dialogue with the scientific discourse, making use of concepts like nature and evolution to guide their political principles. In this article to highlight the discursive articulation between advertising towards women's emancipation and scientific discourse triggered by the anarchic culture, using such analysis to the libertarian journal *The Plebe*.

**Key-words:** Anarchism, female emancipation, Science





“Quero viver não como escrava, mas sim como parte integral da humanidade, investigando a ciência e a verdade”<sup>1</sup>, escrevia a militante libertária Alayde L. Campos, ao defender a emancipação feminina na década de 1920, no Brasil, através da imprensa libertária. Suas palavras traziam consigo importantes nuances que permeavam a cultura anárquica<sup>2</sup> da primeira metade do século XX para além da defesa da emancipação da mulher: a vinculação da ciência à verdade, assim como de ambas aos preceitos anárquicos.

No que se refere à vinculação da cultura anárquica aos debates sobre emancipação feminina, estes aconteciam no contexto de sua proposta de revolução social, tratava-se de parte integrante das ações em prol do nascimento da almejada sociedade igualitária. Este, certamente, pode ser elencado como maior diferencial entre a cultura libertária e as demais ideologias políticas revolucionárias que despontaram a partir do século XIX como alternativa a sociedade capitalista vigente.

O anarquismo tornava-se grande palco para discussões sobre o que foi chamado de “Questão Feminina”, debates a respeito de sua independência em relação aos homens, assim como, sobre a participação efetiva da mulher no espaço público e nos espaços políticos. Elas eram, desta forma, consideradas elementos essenciais nos projetos para a implementação da revolução social. Neste sentido, várias militantes se dedicaram a escrever para a imprensa libertária defendendo seus posicionamentos políticos. Um dos espaços para publicação de suas ideias foi o jornal de propaganda *A Plebe*, que veiculava textos com o intuito de estimular leitores e leitoras deste periódico a ingressarem na militância pelo anarquismo. Nas palavras de Isabel Cerruti, uma colaboradora assídua deste periódico, vê-se o estímulo à atuação feminina junto à cultura libertária:

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender a mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela

<sup>1</sup> CAMPOS, A. L. Minha Rebeldia. *O Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

<sup>2</sup> Utilizamos aqui o conceito “cultura anárquica” em substituição à “ideologia anárquica” ou “doutrina anarquista”, por considerar que estes últimos seriam incapazes de abranger todas as possibilidades apontadas pelo anarquismo do movimento dos séculos XIX e XX. Também ao utilizarmos o conceito de “cultura anárquica” almejamos não privilegiar termos masculinos como “os anarquistas” ou “os libertários”, tendo em vista que não se tratava de um ambiente de discussão política exclusivamente masculino. Ao realizarmos a escolha pelo termo “cultura anárquica” e “cultura libertária”, nos apoiamos em Marshall Sahlins que define como “cultura” um conjunto de significações, a ordem destas significações. Entendendo que esta “ordem cultural” anárquica não pode ser contida em um termo inflexível como “doutrina” ou “ideologia”, uma vez que não existe um grande livro que balize o pensamento libertário, nem um único pensador maior que detenha a palavra maior, mas sim uma pluralidade de vozes e uma vasta gama de possibilidades libertárias, vislumbramos um ambiente dinâmico, criando uma ordem, que segundo Sahlins, se reproduz na mudança e enquanto tal. Somente deste modo, tornou-se possível abarcarmos as muitas possibilidades de concepção do anarquismo.



deve desempenhar como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social.<sup>3</sup>

É importante lembrar que a cultura anárquica não pregava uma conquista do poder para a implantação da “ditadura do proletariado”, como defendia Marx e seus seguidores, mas acreditavam na possibilidade da destruição das relações de poder, substituindo-a por novas formas de relações sociais e por novas formas de moralidade social<sup>4</sup>. Para a construção desta nova moral, a cultura libertária se propunha a discutir questões sexuais, de saúde e educação da população, apresentando propostas para a construção de uma autonomia pessoal capaz de guiar seus militantes a uma liberdade idealizada como plena.

A cultura libertária durante a primeira metade do século XX no Brasil alcançou grande influência junto ao movimento operário graças também à utilização de uma ferramenta, que se mostrou essencial para a propaganda anarquista: a imprensa. Entre os muitos periódicos editados no Brasil, encontra-se *A Plebe*, jornal que pode ser elencado como uma das publicações de maior representatividade no meio libertário durante seus muitos anos de circulação (entre 1917 e 1951). Em suas páginas encontravam-se textos, publicados no decorrer de sua existência, nos quais se abordavam temáticas como prostituição, amor livre, controle de natalidade, vasectomia, emancipação feminina, educação sexual, entre outros. Tratava-se de uma tentativa de transformação das relações de gênero no sentido da emancipação econômica, afetiva e sexual. Neste sentido, os libertários e as libertárias não se constrangiam em expor seus pontos de vista, afastando-se do discurso religioso de controle da sexualidade: tratava-se de outra alternativa frente a normatização vitoriana<sup>5</sup>.

Todos estes temas se encontravam balizados nas articulações com discursos científicos, acionados para legitimação da propaganda libertária. Desta forma, a representação do pensamento anárquico se encontrava vinculada ao conceito de evolução da humanidade. Entendida como “sinônimo de desenvolvimento gradual, contínuo, nas ideias e nos costumes”<sup>6</sup>, uma constante melhoria do potencial humano, esta evolução seria a geradora do pensamento anárquico:

<sup>3</sup> CERRUTI, I. *A Plebe*, São Paulo, 20 nov. 1920.

<sup>4</sup> RAGO, Margareth. "Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola". In: SOARES, Carmen L. (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.

<sup>5</sup> RAGO, op. Cit., 2001, p.147.

<sup>6</sup> RECLUS, Élisée. *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 22.



Anarquia, como sistema socialista sem governo, tem uma origem dupla: é o resultado dos grandes progressos do pensamento no campo econômico-político que caracterizam o nosso século, e caracterizam especialmente a segunda metade do século passado.<sup>7</sup>

E nesta mesma lógica evolutiva encontrava-se a proposição de revolução social estava apresentada no pensamento anárquico. Assim como a cultura libertária seria fruto da evolução ascendente do pensamento humano, também a revolução o seria, uma vez que a “ciência não vê nenhuma oposição entre estas duas palavras – evolução e revolução – que se parecem muito, mas que, na linguagem comum”, em uma linguagem considerada não científica, seriam “empregadas num sentido completamente distinto de seu primeiro significado”<sup>8</sup>.

Dialogando com seu tempo, a cultura libertária foi amplamente influenciada pelo pensamento ocidental da verdade científica que esteve em voga durante meados do século XIX e parte do século seguinte. Neste diálogo, a construção argumentativa de seus discursos ganhavam contorno datados. E mesmo que as temáticas e os princípios defendidos pelo anarquismo, ainda hoje se mantenham atuais, dialogando com o tempo presente, historicizar a cultura libertária não significa desqualificá-lo enquanto pensamento político, mas legar-lhe sua importância histórica, assim como, o potencial transformador da sua rebeldia capaz de gerar uma transgressão criativa.

### ***A Plebe e a Ciência***

O século XIX, assim como a primeira metade do século do XX trouxeram consigo mudanças muito rápidas e profundas para a sociedade ocidental. As configurações dos centros urbanos alteravam espaços sociais e as práticas de sociabilidades, reverberando entre os intelectuais e pensadores da época, produzindo discursos que se desdobravam desde o deslumbramento com o novo que se instaurava, até a resistência a estas mudanças sociais que geravam novos parâmetros de desigualdades econômicas. É o momento do advento dos socialismos e do sonho da instauração de uma sociedade igualitária.

Para além destas discussões, vale lembrar que o anarquismo influenciou inúmeros movimentos sociais no transcorrer do século XIX e também no transcorrer do século XX, seja defendendo a construção de novas práticas de vida social, seja questionando o poder em todas as dimensões da vida cotidiana, seja pregando a autogestão, fundando as “escola modernas”,

<sup>7</sup> KROPOTKINE, P. A Anarquia. *A Plebe*, 16 março de 1935, n.84, p.02.

<sup>8</sup> RECLUS, 2002, p. 21.



recusando a aceitar o princípio de representação política, negando o poder religioso ou questionando a instituição do casamento, a cultura libertária construía sua luta política.

Por certo, não há como negar que a cultura anárquica, que pregava a abolição das leis e do governo, acabou por alimentar todo um contexto representativo de um estado de anomia social<sup>9</sup>, sendo estes acusados de destruidores da ordem e amorais. Esta representação da cultura libertária em muito se diferenciava do que defendiam seus pensadores, que acreditavam na emergência de uma ordem de autogestão, baseada na liberdade individual e na igualdade, que Mikhail Bakunin chamou de “reino da cooperação livre”<sup>10</sup>. Para combater esta representação de barbarie com que a cultura anárquica estava vinculada no imaginário popular se fazia necessário lançar mão de discursos com maior poder de legitimidade. É neste ponto que a ciência é conclamada a atuar enquanto defensora do anarquismo.

Para a propagação desta nova representação política rumo ao convencimento do operariado, de forma a guiá-los à revolução social, há um elemento crucial a ser elencado na estratégia libertária: a sua imprensa de propaganda. Assim como a construção da representação do anarquista está ligada a imprensa escrita do século XIX e suas manchetes sensacionalistas, também as publicações libertárias atuaram com muita força na divulgação dos princípios anárquicos, como a construção de suas representações, provando o equívoco de Bakunin ao desacreditar na eficácia da palavra escrita.

Pouco inclinados à constituição de grandes organizações hierarquizadas, o movimento libertário lançou mão da imprensa escrita como forma de empreender sua participação junto ao movimento operário, afastando-se de ações violentas, e aplicando o conceito de ação direta junto aos sindicatos e as movimentações operárias.

Em terras brasileiras, a cultura libertária chega através dos imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis. Não tarda até que vários militantes libertários brasileiros ganhassem projeção. Responsáveis pela organização dos primeiros movimentos operários brasileiros como a Federação Operária de São Paulo em 1905, pelo 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906, liderando greves em 1907, 1917, 1918 e 1919 no Rio de Janeiro e em São Paulo – que se estenderam também para outros estados brasileiros –, a cultura anárquica atuava em organizações sindicais das quais estavam à frente, lançando mão, para efetivação de sua

<sup>9</sup> Utilizamos aqui o conceito desenvolvido pelo sociólogo Durkheim. In: DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo, Martin Claret, 2008.

<sup>10</sup> BAKUNIN, M. *Conceito de Liberdade*. Portugal, Porto: Ed. RES, 1975.



propaganda política, da imprensa libertária. Este período tornou-se um momento de profunda esperança na revolução social em que a cultura libertária vivia seu auge. E neste contexto de florecência é que foi fundado o jornal *A Plebe*, em 1917. Este periódico pode ser citado como um dos mais conhecidos e importantes da imprensa libertária brasileira, tanto pela extensão do período de sua existência, como pela abrangência de sua circulação. Firmou-se como importante divulgador da cultura anarquista, mantendo sua circulação até o ano de 1951, com interrupções motivadas por perseguições policiais, políticas e por problemas financeiros.

Os textos veiculados nas páginas de *A Plebe* nos revelam a tentativa de construção de uma sociedade ácrata, livre das autoridades, leis e das chamadas “amarras da moral burguesa”. É neste contexto que os debates sobre a chamada “emancipação feminina” ganham espaço. Tratam-se de discussões sobre a participação das mulheres na vida pública, na militância política, no espaço feminino no mundo do trabalho, letramento feminino, a possibilidade do amor livre, controle de natalidade, além de questões relacionadas a educação sexual.

A partir desta temática é possível perceber, ao voltar atenção às páginas da imprensa libertária, o mais importante dos conceitos anárquicos: a liberdade. Compreendida como natural<sup>11</sup>, intrínseca e parte da essência humana, a liberdade é o elemento chave para a compreensão da lógica da cultura anárquica. Todas as correntes de pensamento anarquista, apesar de divergirem em muitos pontos em suas estratégias de luta, pautaram-se na autogestão e na liberdade individual como sua base incontestável.

A defesa desta liberdade, pela cultura anárquica, estava vinculada ao conceito científico de evolução. Seria através da experimentação da liberdade que a humanidade continuaria sua caminhada ascendente na espiral evolutiva, como podemos perceber nos artigos veiculados em *A Plebe*:

A liberdade é segundo o anarquismo, o princípio básico e fundamental da harmonia social e portanto um fator da evolução da espécie sem essa condição essencial, a vida é impossível.<sup>12</sup>

Esta liberdade não se encontrava limitada ao plano abstracional, mas vinculada as práticas da cultura anarquista, encontrando-se, deste modo, para além da simples liberdade física, mas associada às possibilidades múltiplas de expressão no meio libertário, presente no

<sup>11</sup> O conceito de natureza utilizada pelos pensadores libertários do século XIX e início do XX, baseia-se nas ideias dos filósofos iluministas.

<sup>12</sup> GARCIA, M. *A Plebe*, 17 de fevereiro de 1934, n. 56, p.02.



convívio entre os militantes, estendendo-se aos relacionamentos e vinculações amorosas e nas relações de gênero. Apesar de parecer uma situação harmoniosa, obviamente muitos conflitos estavam postos no meio da cultura libertária no que se refere à interpretação e na efetivação da liberdade, perceptíveis também nas páginas de *A Plebe*. Não desejamos nos deixar levar por uma visão romântica no que se refere à cultura libertária, como também não desejamos roubar-lhe o mérito de suas ideias e ações pioneiras.

Desta forma, “A liberdade”, seria “a excelsa manifestação da Natureza”<sup>13</sup>, como defendia o grupo editor do jornal *A Plebe*. Os conceitos de liberdade e de natureza estavam postos, nas páginas deste periódico, lado a lado, ambos como extensões da mesma concepção de evolução humana constante. Pois como escreveu a importante militante francesa Louise Michel em texto veiculado por *A Plebe*:

A natureza obriga aos seres vivos a devorarem-se uns aos outros. O cadáver de certos animais alimentam o homem. Ao morrer, a larva [se] transforma em mariposa. Por toda a parte a vida brota da morte. Porém, através da série de transformações, o progresso se realiza. No domínio dos seres humanos, a história se limita a registrar o nascimento, o progresso e a decadência de sucessivas gerações, mas esse período constitui um avanço sem cessar, em busca da perfeição.<sup>14</sup>

Da mesma forma que a liberdade era concebida como algo natural, as desigualdades sociais, em controponto, passavam a ser entendidas como antinaturais, pois para que a “verdadeira sociedade” pudesse emergir seria necessário que fossem “abolidas as desigualdades artificiais entre os indivíduos, e, portanto as diferenças de classes” para que a “verdadeira associação de homens livres”, onde “a felicidade de cada um dependerá da felicidade de todos, em que a felicidade de todos, resultará a de cada um”<sup>15</sup>, enfim despontasse.

Diferente das demais correntes socialistas, a cultura libertária adotava outra lógica de pensamento rumo à revolução social que apesar de buscar embasamentos de cunho científico, valorizava outros aspectos da experiência humana para além da perspectiva econômica, como, por exemplo, a defesa da importância do amor no contexto revolucionário, apresentado como “filho da ciência e da verdade”, o “amor pelas conquistas da liberdade”<sup>16</sup>. Da mesma forma destacava a relevância da sexualidade para a emancipação humana, pois ao pensar em

<sup>13</sup> A Tendência humana para a liberdade. *A Plebe*, 28 de abril de 1934, n. 61, p.01.

<sup>14</sup> MICHEL, Louise. *A Plebe*, 13 outubro de 1948, n.19, p.04.

<sup>15</sup> *A Plebe*, São Paulo, 05 jul. 1919.

<sup>16</sup> DUTHIERS, G. *A Plebe*, São Paulo, 24 out. 1949.





revolução, seria necessário pensar em uma nova moral de cunho libertário, que deveria ser livre de “preconceitos, dos tabus, das crenças obsoletas e das repressões sexuais”<sup>17</sup>. Tudo para que enfim, uma nova sociedade pudesse emergir pautada na solidariedade.

Para a cultura libertária os meios eram essenciais para a construção de uma revolução social. Não bastaria apenas propagar mudanças em um futuro incerto, era necessário cultivá-la por intermédio de novas práticas no cotidiano.

A cultura anárquica é uma cultura de transgressão. Mas não de simples transgressão despropositada, mas trata-se de uma transgressão geradora, através da qual é possível vislumbrar uma sociedade igualitária e livre.

100

### ***A Plebe e a emancipação feminina***

Estes discursos militantes, veiculados em *A Plebe*, criticavam duramente o conservadorismo burguês, pregando o nascimento de uma sociedade livre dos preconceitos, solidária e capaz de refutar conscientemente as repressões impostas pelo que chamavam de obscurantismo religioso. Deste modo, a cultura libertária não desejava apenas transgredir as regras da moral, mas sim, apresentar uma nova escala moral, pautada em valores com a liberdade individual, pensada para uma sociedade de cooperação mútua, seguindo o princípio de que para que uma nova sociedade pudesse nascer seria necessário, não apenas de uma nova moral, mas de novos homens e novas mulheres.

Havia, nesta atitude, um deslocamento do foco de atuação política. Enquanto a cultura anárquica mantinha-se intensamente vinculada ao investimento estratégico de propagar um conjunto de mudanças de atitudes que poderiam gerar uma nova sociedade, a grande maioria dos demais socialismos mantinham os olhos fixos em uma política institucional. O campo moral é espaço de atuação política da cultura libertária, no qual discursos desconstruíam o corpo disciplinado das operárias e dos operários, para apresentar o projeto libertário de construção de uma nova moral sexual, capaz de gerar a “emancipação humana”.

Desde o século XIX os ideários anarquistas discutiam temas relacionados à moral, casamento, sexualidade e aos corpos masculinos e femininos, temas compreendidos como parte integrante da vida humana, e lugar onde também a liberdade individual deveria ser preservada<sup>18</sup>. Na propaganda da cultura anarquista é possível entender que o corpo passa a ser uma forma

<sup>17</sup> RAGO, op. Cit., 2001, p.150.

<sup>18</sup> GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 1998.





de fazer política, de propor a revolução, mas não qualquer corpo, mas sim, corpos dotados de conhecimento, sexualidades e desejos. Assim, para promover esta transformação social prevista no projeto libertário, ações de educação sexual, palestras, livretos e exibição de filmes são anunciados e propagados em *A Plebe*. Neste sentido se encontravam os discursos em prol da emancipação feminina.

Neste sentido, é possível perceber que, nas páginas de *A Plebe*, a construção de representações ideais de militância feminina eram construídas – e acionadas – nos discursos referentes à revolução social libertária, especialmente para a defesa de um novo código moral libertário, não deveria aguardar a sociedade anárquica ideal vindoura, concebida em um futuro incerto, tratava-se de um novo conjuntos de valores, uma nova escala moral, que deveria ser vivenciada no cotidiano, como mais uma ferramenta capaz de efetivar a esperada revolução libertária. Falava-se, nos discursos da cultura anárquica, em novos homens e novas mulheres.

É importante destacar que a cultura libertária defendia uma participação política feminina, uma emancipação da mulher, que estava distante das bandeiras levantadas pelas sufragistas brasileiras, afastando-se também do que acabava sendo veiculado por publicações destinadas ao público feminino de classes mais abastadas. A ‘emancipação feminina’ pensada e veiculada em *A Plebe* estava intimamente ligada ao mundo operário. Desta forma, muitos textos deste periódico criticavam ferrenhamente as limitações políticas para a participação feminina presentes na reivindicação pelo voto da mulher. Em 20 de novembro de 1920, nas páginas de *A Plebe*, publicou-se o texto da militante Isabel Cerruti intitulado *A Moral nos Lares*, no qual criticava a *Revista Feminina*<sup>19</sup>:

A ‘Revista Feminina’ em seu programa propõe-se a propugnar a emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. E só. A isso chamam pomposamente ‘emancipação feminina’!  
Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco...

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: que fazer compreender a mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como atriz histórica, para sua inteira integralização na vida social.<sup>20</sup>

A autora sinaliza para um discurso político que valorizava as discussões acerca da mulher e o papel que esta deveria desempenhar na proposta de revolução social, sem relegar esta discussão para um possível momento pós-revolução, entendendo que a *emancipação*

<sup>19</sup> Publicação que circulou entre as décadas de 1910 e 1930.

<sup>20</sup> CERRUTI, I. A Moral do Lares, *A Plebe*, São Paulo, 20 nov. 1920.



*feminina* estaria diretamente relacionada com a possibilidade de efetivação das propostas da cultura libertária. Esta ampliação das possibilidades de participação política feminina fez com que as militantes libertárias se mantivessem afastadas do rótulo de feministas durante a primeira metade do século XX, receando a limitação de suas lutas a reivindicação ao voto, ou seu afastamento do cotidiano operário – espaço de maior atuação da cultura libertária.

A emancipação feminina não se limitava a atuação da mulher no mundo público, ou seu acesso a condições de trabalho igualitárias. Perpassava, também, as relações afetivas e as organizações familiares. Entendido como grande inimigo da emancipação feminina, o matrimônio indissolúvel ganhou destaque nas críticas libertárias, assim como a dependência econômica da mulher em relação ao seu marido, que impossibilitava que as uniões pudessem acontecer de forma livre, guiadas pelo simples sentimento do amor, e perpetuadas pelo tempo que este permitisse.

Em um texto clássico de Bakunin, publicado em *A Plebe*, em 1921, é possível perceber claramente esta relação:

Assim como estamos convencidos de que abolindo o matrimônio religioso e o matrimônio civil, jurídico, restituímos a vida, a realidade, a moralidade ao matrimônio natural unicamente fundado sobre o respeito humano e a liberdade dos dois indivíduos, homem e mulher que se amam; que reconhecendo a cada um a liberdade de se separar do outro quando quiser e sem necessidade de pedir licença seja a quem for negando igualmente a necessidade desta licença para se unirem os dois, e repelindo em geral toda intervenção de qualquer autoridade em sua união, nós os tornaremos mais estreitamente unidos, bem mais leais um para o outro (...).<sup>21</sup>

Percebe-se que na perspectiva apresentada por Bakunin, que a crítica ao matrimônio se encontrava vinculada à sua dissolubilidade e a sua desvinculação dos espaços institucionais da Igreja Católica e do Estado. Desta forma, a partir das palavras deste pensador libertário, haveria um “matrimônio natural”, uma união sexual que estaria para além das leis e preceitos de sua sociedade contemporânea, mas que, no entanto, estaria dentro da possibilidade de um contexto de verdade.

A questão da emancipação feminina e das consequências desta nas relações afetivas preocupava sinceramente as libertárias e libertários, tanto que nas páginas de *A Plebe*, ao publicar-se os “Princípios do Socialismo Anarquista”, encontrava-se entre uma gama de outros 10, o seguinte item:

<sup>21</sup> M. Bakunin, *A Plebe*, São Paulo, 15 jan. 1921.



9º As uniões sexuais devem fundar-se no amor. A mulher deve ser econômica e moralmente, independente. Os filhos dependerão, naturalmente, por vínculo do afeto, dos seus progenitores, assim como também de toda a sociedade, que a todos deve indistintamente instrução, apoio e meio de trabalho.<sup>22</sup>

Mas para que a mulher fosse capaz de tornar-se “econômica e moralmente independente” seria necessário prepará-la. A emancipação era compreendida como um processo por parte da cultura libertária, e muitos grupos e associações traçavam estratégias neste sentido, sejam através de conferências, publicações de folhetos, jornais de propaganda, até cursos noturnos. Tudo para que a mulher não se tornasse “uma eterna ignorante, enfileirada no exercício dos retardatário do progresso”, da constante evolução humana<sup>23</sup>, na qual se pautava o anarquismo.

Na primeira década do século XX, associações femininas se formavam no Brasil, no intuito de propiciar meios em prol da emancipação das mulheres. Uma destas associações foi o Centro Feminino Jovens Idealistas em São Paulo, que considerava “que a emancipação da mulher constitui uma necessidade dos povos e que esta emancipação só se conseguirá mediante a instrução racional e científica”<sup>24</sup>. Vale destacar que não se tratava de qualquer instrução, mas uma instrução que fosse ao mesmo tempo “racional” e “científica”. Isto significava situar a emancipação feminina propagada pela cultura libertária em um contexto de cientificidade, em oposição a opressão e ao controle infligido as mulheres, especialmente aqueles de cunho religioso, amplamente combatidos pela militância libertária:

Quisera ver-te lutar com enaltecida bravura, continuando o curso da grandiosa mãe natureza rumo à ciencia, desdenhando as batinas dos padres.  
Oh! Eu quisera embriagar-te com o licor da verdade pura, e... empunhas o glorioso pendão da salvadora anarquia, para fazê-lo tremular rumo ao campo da tua emancipação, sob o sublime sol da mãe harmonia, só assim seria livre nesta sociedade maldita! [grifos meus]<sup>25</sup>

É possível perceber a importante influência exercida pelo pensamento científico nos discursos libertários de propaganda. No entanto, tratavam-se de contextos atenciosamente escolhidos, em consonância com os preceitos anárquicos, uma vez que outras teorias científicas que também despontaram no século XIX e adentraram pelo século seguinte, não

<sup>22</sup> *A Plebe*, São Paulo, 17 mai. 1919.

<sup>23</sup> CAMPOS, A. L. Minha Rebeldia. *O Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

<sup>24</sup> RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 15.

<sup>25</sup> BRIGIOTTE, D. A vós, minhas irmãs proletárias. *A Plebe*, São Paulo, n.42, 30 set. 1933.



eram acionadas. É o caso, por exemplo, da teoria freudiana que inviabilizaria os discursos e ações em prol da emancipação feminina.

No entanto, este debate trata-se de uma questão mais ampla do que as páginas de que dipomos no momento.

### ***Considerações Finais***

O presente artigo nada mais é que um breve olhar no que se refere aos posicionamentos científicos adotados nas articulações discursivas da propaganda libertária, com intuito de lançar alguns vislumbres acerca da amplitude das discussões que estavam postas nas páginas de *A Plebe*, importante impresso anárquico brasileiro que, através dos discursos nele veiculados, sinalizavam para as mudanças (e resistências) relacionadas à cultura anárquica, a emancipação feminina, a mudanças nos relacionamentos e nas vivências da sexualidade.

Não há, aqui, uma intenção de generalizar as muitas perspectivas possíveis da cultura anárquica, pois sua riqueza reside justamente na polissemia de seus conceitos e princípios e na preservação da liberdade como maior princípio de pensamento político.

Portanto, esta breve análise não pode ser considerada conclusiva ou acabada, pois no que se refere às relações de gênero dentro da cultura libertária, muitas outras são possíveis (e necessárias), utilizando outros elementos que não foram contemplados neste artigo, mas que sinalizam para novas perspectivas de análises deste tão instigante tema, na tentativa de apresentar a profundidade possível através dos estudos realizados sob perspectivas interdisciplinares.

### **REFERÊNCIAS**

- BAKUNIN, M. *Conceito de Liberdade*. Portugal, Porto: Ed. RES, 1975.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo, Martin Claret, 2008.
- GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 1998.
- RAGO, Margareth. "Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola". In: SOARES, Carmen L. (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.
- RECLUS, Élisée. *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.



## REFLEXÕES SOBRE CORPO FEMININO E BELEZA A PARTIR DE LEITURAS FEMINISTAS

FERREIRA, Sílvia Lúcia

*Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo*  
[silviaf100@gmail.com](mailto:silviaf100@gmail.com)

109

CARNEIRO, Anni de Novais

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo*  
*Universidade Federal da Bahia*  
[anni\\_carneiro@hotmail.com](mailto:anni_carneiro@hotmail.com)

### RESUMO

Para o feminismo desconsidera-se a ideia de corpos naturais, fala-se em corpos gendrados, levando-se em consideração que os corpos são também produtos da história, “objeto” e produtores de representações e práticas sociais diversas e historicamente situadas. No momento atual no qual as mulheres dedicam mais tempo com tratamento e disciplina dos corpos, o presente texto aponta algumas reflexões feministas sobre o tema, considerando-se posições críticas que evidenciam a influência dos discursos hegemônicos sexista, racista e capitalista na manutenção das desigualdades e na construção de padrões de beleza que ainda oprimem as mulheres. Traz alguns elementos para se pensar sobre a estética racializada ou o racismo estético.

**Palavras-Chave:** Corpo, beleza, feminismos.

### ABSTRACT

For feminism disregard the idea of natural bodies , there is talk of gendered bodies , taking into consideration that the bodies are also products of history, "object" and producers of representations and various social practices and historically situated . At the moment in which women spend more time with treatment and discipline of bodies , this paper finds some feminist reflections on the theme , considering critical positions that show the influence of hegemonic discourses sexist, racist and capitalist in maintaining inequality and in building standards of beauty that still oppress women . Brings some elements to think about racialized aesthetic or aesthetic racism.

**Key-words:** body, beauty, feminisms.



## Introdução

As diferentes vertentes do Movimento Feminista dedicaram-se historicamente às reflexões sobre o corpo tendo em vista que ele não silencia, revela o que se passa com o sujeito, expressa a história individual e coletiva e expõe as subjetividades. Textos produzidos entre as décadas de 60 e 70, enfatizaram a necessidade de politização do privado, além de visibilizar o corpo da mulher e sua relação com a sexualidade e contra a submissão (SCAVONE, 2009). Parte destes estudos foram influenciados por Foucault (1982) que apontava a natureza política da medicina na sociedade capitalista como tática de controle social a partir no controle do corpo. Para este autor o controle da sexualidade e da reprodução da mulher objetivaria para além do controle populacional, conservar a divisão social e sexual do trabalho e as relações sociais, de forma a manter corpos dóceis e sexualidades socialmente úteis.

Do mesmo modo, Simone de Beauvoir com o *Segundo Sexo*, (1980) reforça as ideias feministas que os homens foram os sujeitos da história tradicional, enquanto as mulheres foram as outras, e por isso o maior exercício de poder e de subjugação deu-se sob os corpos das mulheres. A autora apresenta de modo muito detalhado tabus, normas e costumes que modelavam os corpos das mulheres e homens, o que é observado de maneira evidente na contemporaneidade, a influência das instituições, como família, por exemplo, e a relevância da cultura que se materializa nos corpos.

Nessa mesma direção, Del Priore (1993) a partir de estudos da medicalização do corpo feminino, aponta este fato como um importante dispositivo de controle social que envolve tanto questões políticas como os cuidados individuais. Do mesmo modo a autora discute a normatização do corpo a partir da regulação social da reprodução humana.

Considerado como objeto de poder e alvo de dispositivos disciplinares, o corpo também é lócus de microrresistências e de criação do novo. Desde a Idade Média, a mulher tornou-se alvo de repressão, sendo julgada como subordinada ao homem, e seu papel passou a se resumir ao cuidado com a família e a casa, tanto que sua inserção na sociedade ocorria apenas, em dois momentos: o casamento e a maternidade (DEL PRIORE, 1993).

Segundo Guacira Lopes Louro (2004), as significações atribuídas aos corpos ocorrem de maneira arbitrária, baseada em comparações, relações, e envolve disputas, já que se dão em meio a redes de poder. Essas significações, geradoras de divisões, são referidas em todos os





agrupamentos humanos conhecidos até então, e se organizam a partir do que acreditam ser originário, natural, e isso geralmente está relacionado aos corpos.

Desde 1935, Margareth Mead apresenta em *Sexo e Temperamento* a ideia de que homens e mulheres decorrem de construções culturais em vez de serem meramente naturais, biológicas, há uma variabilidade de definições sobre masculinidade e feminilidade nas diversas sociedades. Rubin (2012, p. 17,) marca que a “variação é uma propriedade fundamental de toda a vida, dos organismos biológicos mais simples até as formações sociais complexas dos humanos”. A diferença é negada na sexualidade, práticas, afetos, assim como na estética, e no olhar lançado sobre os corpos. Estar fora da norma, quer seja no âmbito das sexualidades e práticas sexuais, ou ao ideal de beleza, que inclui práticas específicas, pode ser uma experiência de sofrimento, tendo em vista a pressão sofrida para o enquadramento por meio de diversos discursos.

No ocidente, a ideia de feminilidade, aproxima-se a ideia de *super mulher*, aquela que continua dando conta do espaço doméstico, da prole, cuidados com o marido, tem uma vida sexual ativa, cuida dos outros e de si, sobretudo de seu corpo e sua saúde, buscando atingir o ideal de beleza, exercitando-se, fazendo algum tipo de dieta, usando cosméticos, realizando os mais diversos tratamentos estéticos, trabalhando e estudando.

Para Rodrigues (1999 apud MALUF, 2002) o dilema acerca dos corpos na modernidade estaria entre o apagamento do corpo e a centralidade destes, que se refere principalmente as camadas sociais menos atingidas pelas ideologias hegemônicas. Para essas camadas predominou, ao longo da história moderna, uma dimensão corporificada da experiência. Na contemporaneidade, estudos enfocam, em sua maioria, a centralidade da experiência corporal, o corpo como valor e núcleo de enredos sociais, atribuindo-lhes um tipo específico de agência. (MALUF, 2002).

Para o Feminismo, nas suas diferentes vertentes, desconsidera-se a ideia de corpos naturais, para se falar em corpos gendrados, levando-se em consideração que os corpos são também produtos da história, “objeto” e produtores de representações e práticas sociais diversas e historicamente situadas. Até mesmo um corpo desnudado, sem adereços ou inscrições culturais específicas, não é um corpo natural, já que traz consigo uma série de marcadores lidos – ou significados – embasados em uma cultura que admite concepções históricas. O corpo será sempre visto e entendido por uma leitura culturalmente específica, de acordo com seus valores e demarcadores (SARDENBERG, 2002).





Dessa forma, o corpo pode ser pensado como lugar privilegiado de inscrição da cultura, já que em todas as sociedades existem formas específicas de adorná-lo ou marcá-lo, desde roupas e adornos próprios até mutilações ou deformações, os quais possuem significados relevantes em determinada cultura.

Sociedades distintas fazem uso de diferentes modos de disciplinar os corpos, apoiados em normas e hábitos da vida cultural, e assim educam, manipulam e controlam, aproximando dos padrões vigentes: onde e quando comer, o paladar, o senso estético, resposta a estímulos sexuais, entre outros aspectos (BORDO, 1997). A disciplina dos corpos dar-se-á de acordo com algumas categorias como a classe social, raça/etnia, sexo e ocupação, por exemplo (BOLTANSKI, 2004).

### **A sociedade de consumo e o culto à beleza corporal**

Os corpos desejados na atualidade são principalmente aqueles que ocupam pouco espaço; são magros, depilados, cuidados por esteticistas, sem marcas ou rugas, além de serem brancos. O envelhecimento e a gordura são geralmente considerados os maiores inimigos na busca pelo corpo belo.

Além de ser marcado involuntariamente pela cultura, o corpo é também modelado de acordo com procedimentos voluntários ou de autoprodução, constituindo a corporificação da subjetividade que incluem determinada forma de vestir-se, calçar, andar, falar, eliminar ou não os pelos do corpo, pintar as unhas ou os cabelos, dentre outras inúmeras possíveis inscrições. Para ser homem ou ser mulher, segundo os padrões da sociedade que se vive, são necessários rituais, muitas vezes diários, para legitimar a identidade de gênero, determinado pelos modelos estéticos vigentes que variam de acordo com a temporalidade e espacialidade.

Estudo realizado por Brownmiller (1985 apud SARDENBERG, 2002) para verificar quais procedimentos e técnicas as mulheres norte-americanas fazem uso no processo de se tornarem mulheres, constatou que os resultados se aproximam de outros lugares nas sociedades ocidentais, como o Brasil. A autora descreve o treinamento disciplinar vivido pelas meninas, o qual consiste no modo de andar, sentar, correr, falar, algo que se dá durante a socialização, e é resultado de um disciplinamento de gênero.



Existem também práticas referentes à produção da feminilidade, como: adornar e cuidar do corpo, pintar as unhas, remover pelos de áreas como perna, axila, buço, sobrancelhas e virilha; pentear, pintar, cortar e alisar os cabelos; maquiar-se. Há uma construção nas sociedades ocidentais que forja o papel das mulheres como sendo naturalmente ligado à beleza e estética, além de serem consumidoras natas de objetos de desejo do outro, e por isso, são demandados maiores investimentos por parte delas na busca para alcançar os padrões estéticos.

Segundo Sibilía (2010), na contemporaneidade os corpos se tornam objeto de adoração e demandam uma pluralidade de cuidados. A visibilidade e a adoração dos corpos constituindo-se o “aparecer para ser” dependem de diversas técnicas, cada vez mais sofisticadas, que são colocadas a disposição dos(as) consumidores(as) pelo mercado do embelezamento. Assim, em prol de um corpo perfeito para si e para agradar o outro, muitas pessoas submetem-se a um conjunto de técnicas de modelagem corporal. Porém, nem todos corpos são cultuados, aqueles almejados são jovens e magros, e para se sentirem adorados(as) todas e todos desejam ter corpos assim.

Técnicas corporais como a depilação, inclusive a laser, tratamentos dermatológicos (a exemplo da carboxiterapia), tratamentos capilares (alisamentos), modelagem corporal dentre outros, são fartamente oferecidos pelo mercado e atendem a diferentes faixas sociais.

Os comportamentos são permeados por uma moralidade, na qual o sujeito se vigia e é também vigiado pelo olhar do outro e pela mídia. Na era da imagem, a visibilidade e o reconhecimento de sua imagem/aparência torna-se imprescindível para definir quem se é.

Os rituais necessários para se aproximar do ideal corporal e comportamental inclui os três recursos mais exaltados na cosmologia atual: dinheiro, tempo e dor (SIBILIA, 2010). A beleza, o consumo e o sacrifício parecem ser fundidos e confundidos com o alcance da felicidade e da saúde. Ter um corpo dentro dos padrões de beleza, garantiria sucesso em todos os âmbitos da vida profissional, sexual, amorosa, gerando bem-estar, satisfação.

A ideia de felicidade, ligada diretamente a beleza, e, portanto, a consumo, não necessariamente nesta ordem, é alimentada por uma indústria que além de oferecer a solução, é também ela quem provoca, inflama as insatisfações. O mercado vende problemas e soluções, logo para sentir-se melhor é necessário consumir. Sibilía (2010) aponta uma perfeita aliança entre tecnociência e o mercado. A tecnociência fica responsável pela criação e comprovação de verdades e técnicas, enquanto o mercado vende insatisfação e uma infinidade de potenciais



veículos de satisfações. As técnicas prometem suprir as falhas ou faltas, que são momentâneas, já que logo surge uma mais recente e sofisticada.

A indústria de cosméticos é o setor que mais cresce no Brasil, principalmente a que é destinada ao público feminino. Para alcançar os modelos estéticos hegemônicos, os sacrifícios impostos aos corpos das mulheres são diversos e novas opções surgem a cada momento.

Pode-se dizer que as mulheres vivem reféns da tirania da beleza, até mesmo as magras, submetem-se à dieta ou sentem-se culpadas, esforçando-se para ganhar a aprovação da cultura masculina (SARDENBERG, 2002). A maioria das mulheres ocidentais que têm sucesso profissional e são atraentes estão imersas em constrangimentos em decorrência dos conceitos de beleza, gerando insatisfação constante e ódio com relação a si, seu corpo, medo de perder o controle, de envelhecer e uma obsessão com o físico, a estética.

Apesar de possuir maior campo de ação, mais reconhecimento e dinheiro, grande parte das mulheres contemporâneas podem estar em desvantagem com relação as suas avós, uma vez que estas, possivelmente não tinham uma relação tão exigente com seu corpo e estética (SARDENBERG, 2002).

À medida que as mulheres se libertaram – em parte – da mística feminina da domesticidade, surge o que Naomi Wolf (1992) chama de mito da beleza, apresentando-o como uma arma política de desarticulação das mulheres, e mesmo as feministas são atravessadas por esses discursos:

A reação contemporânea é tão violenta, porque a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente (WOLF, 1992, p.13).

Segundo Wolf (1992), há uma resposta do patriarcado diante de todas as conquistas realizadas pelo feminismo, que aparece hoje em formas rígidas e cruéis modelos de beleza e hábitos acerca do corpo das mulheres. Isso representaria um retrocesso, visto que atravessa todas as mulheres de algum forma, mesmo as feministas, repercutindo em um clima de confusão, divisão e cansaço. Para os sujeitos contemporâneos, o corpo é o maior bem e a saúde-beleza é o ideal. As queixas corporais inscrevem-se nos discursos naturalista e naturista, sendo reforçado pela mídia mediante estratégias publicitárias que seduzem com o propósito de disseminar práticas exóticas e da medicina.



Esses discursos impõem uma hegemonia pautada em outra economia dos signos, e nessa conjuntura, os tratamentos corporais/estéticos tornam-se cada vez mais imprescindíveis. As práticas variam entre massagens no *spa*, exercícios físicos orientais ou ginásticas em academias, além dos suplementos vitamínicos e dos sais minerais com propriedades rejuvenescedoras.

O envelhecimento torna-se um vilão, algo a ser temido, equivale a uma enfermidade que deve ser combatida, e “a morte deve ser exorcizada”, por isso a longevidade e a juventude são tão perseguidas. As academias de ginástica são templos da atualidade, onde são contempladas, a saúde, beleza, longevidade, o corpo.

A idade cronológica tem uma função atribuída pelas sociedades ocidentais contemporâneas, de agregar ou não status. Esse marcador permite a criação de fronteiras etárias e estas se desdobram em limites de condutas desejáveis em períodos da vida como um modo de organização que se torna uma forma de ordenação social, de controle.

O curso da vida é balizado por ciclos, passagens rituais de uma fase para outra, sendo cada uma bem definida e caracterizada por papéis sociais, comportamentos adequados aos indivíduos e suas idades (MORAES, 2011).

Os corpos são atravessados por essas classificações e atribuições de qualidades e status, o corpo velho é o mais desvalorizado, cujo significado é a diminuição do status. Os discursos produzidos pela mídia, e/ou pela medicina, por exemplo, continuam servindo para a *normatização* de corpos, e os agentes sociais têm participação direta nesse processo, ao selecionarem e disseminarem imagens e discursos que tratam de parâmetros de juventude, de envelhecimento corporal, da beleza atribuída ao corpo branco, magro e constroem significados sobre elas. Os agentes sociais são cruzados por esses discursos, mas reagem aos significados sociais e avaliam suas condutas individuais tendo como pano de fundo certas possibilidades estruturais.

Para Sardenberg (2002), nas sociedades ocidentais modernas, a velhice e até a “meia idade” são tratadas de maneira impiedosa, e se agravam quando se refere ao sexo feminino. Segundo Moraes (2011), no século XXI há um aumento significativo de oferta de formas de manipulação do corpo com a finalidade de rejuvenescê-lo, baseado no controle sobre o corpo, por meio de novas tecnologias, a exemplo das cirurgias plásticas, medicamentos, cosméticos, exercícios físicos e dietas alimentares, ou ainda, a partir da adoção de estilos de vida demarcados como próprios de um grupo etário mais novo.



Esse é o momento histórico no qual as mulheres dedicam mais tempo com tratamento e disciplina dos corpos. Se apresenta como o tempo de uma cultura “narcisista” e pautada na imagem/aparência que vem, cada vez mais, tornando-se central e associada a valores e à ideia de saúde. Isso ocorre, dentre outras questões, devido ao apelo mercadológicos quando são apresentadas novas tecnologias, produtos e serviços que prometem rejuvenescer, emagrecer, mudar os cabelos – principalmente alisá-los – retirar marcas de expressão, rugas, estrias ou celulites (BORDO, 1997).

### **A estética racializada ou o racismo estético**

Outro importante elemento na constituição estética da beleza corporal é a raça/cor. Embora o feminismo negro esteja voltado para dar visibilidade às desigualdades das mulheres negras, muito ainda precisa ser escrito sobre a estética racializada ou ao racismo estético. A beleza negra, e a consequente valorização das características fenotípicas como a cor da pele, a textura do cabelo, a conformação de lábios, boca e nariz, não estão incluídos nos padrões de beleza vigentes.

Neste sentido Carneiro reafirma que:

(...) há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima (CARNEIRO, 2003, p. 122).

Caldwell (2007) afirma que alguns aspectos físicos das mulheres negras, são apontados como “repulsivos” já que a beleza e a feminilidade são brancas.

Bell hooks (2004), uma das teóricas do Feminismo Negro, aponta que a soma de categorias de opressão gera o aumento crescente da experiência de opressão. As mulheres negras são, no mínimo, duplamente oprimidas. Esta autora demarca a diferença de experiências vividas e de como as experiências das mulheres negras possuem especificidades e maior carga de opressão.

Essa exclusão, que restringe as mulheres negras a papéis de subalternidade, quando estão presentes, geram fortalecimento de estigmas e repercussões em todas as áreas da vida, incluindo trabalho, vida afetiva, relação com o corpo e sexualidade.



Isto constitui uma violência simbólica, apresentada em imagens, que através do ideal de beleza estética, ligado ao enbranquecimento, gera saldos negativos para as mulheres negras e de outras raças e etnias pois estes corpos são invisibilizados, em decorrência de uma cultura de dominação. Hooks (2004) sugere ainda que o corpo pode ser uma arma contra a sua manipulação, e que sendo o corpo do negro desprezado, é muito importante a busca da ressignificação da sua posição frente aos poderes hegemônicos que lutam por manter a opressão dos corpos que não falam (ou não falavam) por si só.

Além disso, o comportamento e espaços ocupados por mulheres negras nessas mídias são, em grande parte, representações negativas, estigmatizantes e limitadoras. Anzaldúa (2004) destaca que a cultura é construída por aqueles que detêm o poder – os homens – e estes fazem as regras, as leis, e as mulheres submetem-se e as transmitem. Aponta que a cultura molda as crenças das pessoas e que o olhar destas se dá a por intermédio da cultura, e isso lhes apresenta uma versão da realidade.

### **Considerações finais**

Será que é um exercício de escolha, empoderamento das mulheres submeterem-se a procedimentos cirúrgicos, alisamentos de cabelo, pinturas, dietas ou exercícios físicos com a finalidade de “tornarem-se belas”? O quanto os padrões hegemônicos anti-estética negra influenciam nisto? Não seria um retrocesso, uma tentativa de adequação aos modelos patriarcais hegemônicos que estão definindo o ideal da beleza estética feminina?

É importante fortalecer a reivindicação do direito e de autonomia das mulheres sobre seus corpos e mudanças nos valores que continuam oprimindo-as, destacando a tentativa de supremacia da estética branca e colonizadora. Diante desses questionamentos constata-se a importância de alimentar discussões neste sentido, e o quanto necessário que mais estudos feministas sejam desenvolvidos a fim de problematizar relações entre gênero e políticas do corpo em diferentes espaços, com diversos enfoques, já que essas relações são historicamente marcadas, culturalmente contextualizadas e, por isso, suas especificidades devem ser consideradas.

Faz-se necessário lutar por espaços, pelo saber e poder, contra colonialismos, racismos, classismos e desigualdades de gênero. Assim, é imprescindível que mulheres negras e de todos os outros grupos não contemplados produzam, pesquisem e apresentem as diferenças, assim





haverá uma diversidade maior de olhares e a inclusão da diferença. Mais discussões precisam ser travadas em torno dessas temáticas – cultura, colonialismo, raça, etnia, sexualidade -, principalmente em espaços, instituições de educação, como Escolas, Universidades e políticas públicas que promovam maior acesso a educação se fazem necessárias para fortalecer essa luta pela disseminação da Epistemologia do Sul e de um pensamento pós-colonial. Faz-se importante que estudos aprofundem experiências de mulheres acerca de relações com seus corpos.

## REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L. E. R. Imagem e fotografia: aprendendo a olhar. In LEAL, Ondina Fachel (org.), **Corpo e Significado: Ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- ANZALDÚA, Gloria. **Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam**. In: *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva)*. Traficantes de Sueños: Madrid, 2004, p. 71-80.
- ARAÚJO, N; SALIM, N; GUALDA, D; SILVA, L. **Corpo e sexualidade na gravidez**. Rev Esc Enferm USP 2011. p. 552-558.
- BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, 418 p.
- BORDO, S. **O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault**. In: JAGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro, Record Rosa dos Tempos, 1997.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993. p. 89-101.
- CARNEIRO, Suely. **Mulheres em movimento (“Enegrecer o feminismo”)**. *Estudos Avançados*, v.17, n. 49, 2003, p. 117-132.
- CALDWELL, Kia Lilly. “Look at her hair”. The body politics of black womanhood. In: **Negras in Brazil**. Re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity. 2007, p. 81-106.
- FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, S.; BORDO, R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- FEYERABEND, P. Parte 2 - A ciência em uma sociedade livre. In: FEYERABEND. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo, Unesp, 2011.
- FOUCAULT, M. **Discipline and punish**. The birth of the prison. New York, Vintage Books, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GADOL, J. **La relación social entre los sexos; implicaciones metodológicas de la história de las mujeres**. In: ESCADÓN, C. (org). *Gênero e História*. México, Instituto Mora/UAM, p. 123-141, 1992.





HOOCKS, B. **Alisando os nossos cabelos.** Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. In: coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nosso-cabelo.html. Acesso em: 20 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista.** *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras* (obra coletiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004, p. 33-50.

LA METTRIE J.O. **L’Homme-Machine.** Paris, Denoël, 1748.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo.** 4.Ed. RJ, Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

LUZ, M.D. **As instituições médicas no Brasil.** 2ª ed. Graal, Rio de Janeiro, p. 13-22, 1981.

MACHADO, R. Introdução. In: Foucault. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro. Graal, 1999.

MEYER, Dagmar. Corpo, Saúde e gênero: Fragmentos de histórias sobre corpos e vidas maternas. In: TORNQUIST, Carmem Susana *et al* (Org.) **Leituras de resistência: corpo, violência e poder.** Florianópolis: Mulheres, v. 2, p. 81-103, 2009

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Do original em inglês: "Understanding sex and gender". In: **Tim Ingold, Companion Encyclopedia of Anthropology.** Londres, Routledge, 1997, p. 813-830. Trad. Júlio de Assis Simões.

MORAES, 2011. O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. In: DEL PRIORE, M, AMANTINO, M (orgs.) **História do corpo no Brasil,** São Paulo, Unesp, 2011.

MOTTA, A. **Gênero e Geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”.** Coleção Bahianas In: Imagens na Cultura Contemporânea. Coleção Bahianas 7, FERREIRA, L, NASCIMENTO, E (orgs.). Salvador, NEIM/UFBA, 2002.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

NASCIMENTO, C; PRÓCHNO, C; SILVA, L. **O corpo da mulher contemporânea em revista.** Fractal, Rev. Psicologia, v. 24, n. 2, p. 385-404, maio/ago, 2012.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, Mi. (orgs.) **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** Florianópolis, Mulheres, p.24, 1998.

RODRIGUES, J.C. **Tabu do corpo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 43-87.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade.** Trad. Felipe Bruno Martins Fernandes, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Conferência - O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: (Org.) MOTTA, Alda Britto. SARDENBERG, Cecília. GOMES, Márcia **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas.** Salvador: FFCH/UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2000.

SANTOS, M. Entrevista. **Carta Capital.** São Paulo, n.84, p. 54-57, 1998.

SARDENBERG, C. **A mulher frente à cultura da eterna juventude: Reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquentona”.** In: Imagens na Cultura Contemporânea. Coleção Bahianas 7, FERREIRA, L, NASCIMENTO, E (org.). Salvador. NEIM/UFBA, 2002.

SCAVONE, Lucila. Corpo e Sexualidade, entre sombras e luzes. In: TORNQUIST, Carmem Susana *et al* (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder.** Florianópolis, Mulheres, v. 1, p. 465-481, 2009.

SCOTT, J. **Prefácio a Gender and Politics of History.** Cadernos Pagu (3), p. 11-27, 1994.



SIBILIA, Paula. Em busca da felicidade lipoaspirada: agruras da imperfeição carnal sob a moral da boa forma. In: Freire Filho, João (org). **Ser Feliz Hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VICTORA, Ceres Gomes. As imagens do corpo: representações do aparelho reprodutor feminino. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre, UFRS, 1995.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Trad. Waldéa Barcellos. RJ, Rocco, 1992.



## **A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL EM GABRIELA, CRAVO E CANELA E TIETA DO AGRESTE**

COELHO, Patricia Ferreira

*Estudante de mestrado do programa de Letras e Ciências Humanas-UNIGRANRIO  
paticoelho2003@hotmail.com*

RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira

*Estudante de mestrado do programa de Letras e Ciências Humanas-UNIGRANRIO  
rangelluisa@ig.com.br*

SILVA, Cristina da Conceição

*Professora de graduação - UCAM UERJ-FEBF/UNIGRANRIO  
Cristinavento24@yahoo.com.br*

120

### **RESUMO**

O artigo em questão aborda a condição da mulher na sociedade patriarcal brasileira (sociedade organizada em torno de interesses dos homens), bem como a presença do estereótipo da mulher mestiça na sociedade, regida pela ideologia patriarcal e na literatura brasileira. Logo este trabalho busca problematizar a condição das mulheres mestiças Gabriela e Tieta, protagonistas das obras de ficção *Gabriela, cravo e canela* e *Tieta do Agreste*, mostrando o papel social que lhes era destinado e aquele exercido por elas, o qual não estava de acordo com os padrões vigentes. O papel social exercido por essas personagens está de acordo com a visão de Jorge Amado, que criou personagens que eram objetos de desejo e sujeitos desejantes, ao mesmo tempo, ou seja, Jorge Amado estabelece um papel social para as suas protagonistas, como forma de dar voz às mulheres oprimidas pela relação de desigualdade que regia o patriarcalismo.

**Palavras chaves:** Tieta- Gabriela- Mulheres- Mulata

### **ABSTRACT**

The article in question discusses the status of women in patriarchal Brazilian society (society organized around the interests of men), and the presence of mixed stereotype of women in society governed by patriarchal ideology and Brazilian literature. Soon this paper seeks to discuss the condition of the colored women Gabriela and Tieta, protagonists of fiction *Gabriela, Clove and Cinnamon* and *Tieta of Agreste*, showing the social role that was intended for them and that exercised by them, which was not in accordance with the current standards. The social role played by these characters is in line with the vision of Jorge Amado, who created characters who were objects of desire and desiring subjects at the same time, i.e., Jorge Amado establishing a social role for their protagonists, as a way of give women oppressed by the relation of inequality that ruled patriarchy voice.

Key words: Tieta-Gabriela-Women-Mulata



## Introdução

O presente artigo busca, através das obras ficcionais *Gabriela, cravo e canela* e *Tieta do Agreste*, trazer à luz o debate em torno da condição da mulher na sociedade patriarcal (sociedade organizada em torno de interesses dos homens).

Segundo ideias patriarcais, as mulheres não podem alcançar o mesmo lugar social ocupado pelos homens, pois elas são frágeis e possuem instintos naturais ligados à maternidade e, devido a isso, as mulheres estão destinadas ao âmbito privado. Entre as exceções a essa regra, estavam às mulatas que, ao contrário das mulheres brancas, feitas para o casamento e a maternidade, eram vistas como objeto erótico.

Este artigo destaca o papel da mulher na sociedade masculina patriarcal brasileira e aponta para as diferenças, que tendem a se naturalizar e reforçar uma relação de desigualdade entre homens e mulheres. Além disso, o presente artigo visa mostrar que Jorge Amado estabelece um papel social para as suas protagonistas, como forma de dar voz às mulheres oprimidas pela relação de desigualdade que regia o patriarcalismo.

Este trabalho está dividido em cinco seções, em que a primeira mostra que a mulher estava destinada à esfera privada, enquanto o homem estava destinado à esfera pública. Essa diferenciação dos lugares sociais estava baseada na ideia de que a mulher era inferior ao homem tanto fisicamente quanto socialmente. A segunda seção mostra os estereótipos, os quais representavam às mulheres mestiças dada a representação social de seus corpos, vistos como lugar de desejo e pecado, repulsa e prazer.

A terceira e a quarta seção apontam para a descrição das personagens Gabriela e Tieta como objeto de desejo. A quinta seção revela que Jorge Amado denuncia a ideologia patriarcal e dá voz às mulheres a partir da ruptura de estereótipos (ou padrões de comportamento) de suas heroínas.

Com respeito à opressão da mulher nas sociedades patriarcais, tema que será abordado em todas as seções, serão analisados os textos de Arán (2003), Corrêa (2007), Freyre (1990) e Schmitd (2009).



## 1- A mulher na sociedade patriarcal

Na sociedade patriarcal, as mulheres eram responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo trabalho do cuidado de outros (especialmente de filhos, idosos e doentes) e os homens eram os provedores. Ao homem cabia à vida pública, ou seja, os espaços de atuação na vida econômica e política da sociedade. O que restava à mulher era o espaço privado (no âmbito do lar, doméstico). A casa era o lugar onde a mulher realizava suas tarefas domésticas em prol do bem familiar.

O trabalho do homem relacionava-se com a produtividade do país, tinha valor, supunha uma atividade remunerada enquanto o trabalho da mulher em casa, embora consistisse em uma multiplicidade de tarefas, era um trabalho desvalorizado. A mulher não tinha o direito de fazer suas próprias escolhas, de ser dona de sua vida e de seu corpo, de fruir sua sexualidade, de ser politicamente ativa, de ser instruída, enfim de viver plenamente como ser e como mulher. Ela ficava condicionada ao seu lar e ao papel de mulher pura e casta. Manter as mulheres no espaço privado era uma forma de garantir filhos legítimos, dignos do direito à herança.

As referências que surgiram a partir do que se acreditava ser inerente à mulher indicam uma suposta inferioridade feminina determinada por um corpo mais frágil e situado na esfera da vida reprodutiva. Essas referências relacionaram as mulheres ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos. A capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana define o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de cuidar da família e do lar assegura-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores. Os homens estão associados à vida produtiva (criadora de valor), enquanto as mulheres estão associadas à vida reprodutiva (que não cria valor). Márcia Arán aponta que:

(...) na aurora da modernidade o corpo feminino, descrito a partir da ênfase nos órgãos reprodutivos, no 'cérebro menor' e na 'fragilidade dos nervos', foi utilizado para definir o lugar 'naturalmente' inferior das mulheres na sociedade, justificando a sua permanência no espaço privado... (ARÁN, 2003, p.400)

Nesse trecho, Márcia Arán(2003) mostra que a desigualdade entre homens e mulheres teve suas raízes construídas em características que forjaram para a mulher consolidadas ao longo dos tempos. Esse ideal de mulher reforçou noção da existência de um lugar para a mulher e outro para o homem.



Além de ser sexista, o patriarcado era racista, pois apesar de todas as regras que as mulheres deveriam seguir para serem consideradas mulheres honradas, existiam aquelas que não se encaixavam em tais modelos, ou por causa de situações passageiras ou por causa de situações permanentes, ligadas ao modo de vida. Geralmente esses padrões eram impostos para as mulheres brancas, pois as escravas, negras alforriadas e mestiças não eram bem vistas pela sociedade. Elas eram consideradas mulheres sem honra. Porém, mesmo as mulheres brancas nem sempre conseguiam manter esse ideal, como era o caso das mulheres pobres. Elas precisavam trabalhar fora de seus lares e isso já as qualificava, na maioria dos casos, como mulheres públicas.

## 2- A representação da mulata na sociedade patriarcal e na literatura

Nas obras de Jorge Amado e, especialmente nos romances *Gabriela, Cravo e Canela* e *Tieta do Agreste* as mulatas são representadas como mulheres que vivem sua sexualidade sem seguir as normas sociais.

A associação da mulata com sensualidade e liberdade está presente nas obras artísticas brasileiras. Essa associação demonstra a imagem feminina sexualizada da mulata nas produções literárias. De acordo com o crítico Eduardo de Assis Duarte:

Nessa ordem, a condição de corpo disponível vai marcar a figuração literária da mulata: animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução. Via de regra desgarrada da família, sem pai nem mãe, e destinada ao prazer isento de compromissos, a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da mulher fornicaria da tradição europeia, ser noturno e carnal, avatar da meretriz (DUARTE, 2009, p. 6).

Esse trecho demonstra a configuração estereotipada e preconceituosa que inscreve a mulata na literatura. Elas são vistas como mulheres com atributos extremamente sensuais e relegadas ao mundo da sexualidade sem pudores. E esse registro da mulata está de acordo com a representação dela na sociedade regida pelo patriarcado. Simone Pereira Schmitd afirma que na sociedade “porvezes, o corpo do mulato (e especialmente o da mulata) foi visto como degradação, exposição concreta dos aspectos nefastos da mestiçagem” (SCHMITD, 2009, p. 803)



A ideia de que as mulatas eram sensuais e tinham o corpo sexualmente disponível fazia parte do imaginário nacional.

A imagem da mulata criada por Jorge Amado para Gabriela e Tieta reflete, segundo Eduardo de Assis Duarte, uma imagem feminina sexualizada e racializada, inadequada para protagonizar o perfil ideal de mulher do Brasil patriarcal.

Um provérbio evocado por Gilberto Freyre (1990) em *Casa-grande & senzala* diz: *A negra no fogão, a mulata na cama e a branca no altar*. Esse provérbio demonstra que em um ambiente patriarcal, as mulheres brancas eram reservadas para o casamento, as negras eram reservadas para o trabalho e as raparigas, em geral mulatas, exerciam o papel de amantes e concubinas.

Jorge Amado parece seguir o que diz esse provérbio em seus romances ao criar mulatas tão cheias de volúpia e associadas ao desejo carnal dos homens como Gabriela e Tieta. Em sua produção literária estão presentes elementos que apontam para uma configuração estereotipada e preconceituosa da mulata. A configuração das personagens Gabriela e Tieta permite que se tenha uma visão abrangente da opressão em que viviam as mulheres na sociedade patriarcal que autorizava a associação do corpo feminino ao desejo masculino.

A representação feminina na literatura tem muito da representatividade do “papel feminino real” vivido pelas mulheres na sociedade brasileira, demonstrando que a sociedade e a literatura estão relacionadas, por ser esta também uma tentativa de representação ficcional daquela. O crítico literário Antônio Candido (1987), em seu ensaio *Literatura de Dois Gumes*, afirma que a ligação da literatura e a sociedade é tão forte que se torna a substância do ato criador:

(...) a ligação entre a literatura e a sociedade é percebida de maneira viva quando tentamos descobrir como as sugestões e influências do meio se incorporam à estrutura da obra – de modo tão visceral que deixam de ser propriamente sociais, para se tornarem a substância do ato criador (CANDIDO, 1987, p. 163).

Assim, é possível considerar que na literatura muito pode ser encontrado da vivência dos indivíduos na sociedade. Ela é também a reconstrução dessa sociedade, portanto, nos romances aqui propostos, encontram-se muitas das situações vividas pelas mulheres brasileiras.

O pensamento patriarcal determina o modelo de feminilidade e de masculinidade adequado e vincula a ele um modelo de família e sexualidade, funcionais a organização da divisão sexual do trabalho no marco da divisão entre produção e reprodução, estruturada pelo trabalho doméstico e de cuidados na família, e pela separação e hierarquização de trabalho de





homens e trabalho de mulheres. Porém, esse modelo não abarca a todos, mas normatiza e hierarquiza. Tudo que está fora é considerado anormal e estigmatizado e esse é o caso das mulatas, que não se encaixavam no papel de esposas e mães atribuído às mulheres brancas.

### 3. A mulata Gabriela

Bonita, trabalhadeira — é a excelente cozinheira de Nacib, dono do Bar Vesúvio —, alegre, espontânea, gosta de cantar e dançar. Tão sensual que seduz o patrão. Gabriela foi construída com todos os estereótipos da mulata: “Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual; em suma, desejável” (CORRÊA, 2007, p.241).

Os atributos físicos de Gabriela são minuciosamente descritos por Jorge Amado: “esguia e formosa, a cabeleira solta e o rosto fino, as pernas altas e o busto levantado” (AMADO, 2003, p. 78); “os dentes brancos, limados” (AMADO, 2003, p. 117). Sua beleza se torna ainda mais fascinante com palavras que a vinculavam a cheiros, gostos e cores: Gabriela tinha perfume de cravo, cor de canela e sua boca era cor de pitanga.

Ao lado de seus atributos físicos, seus dotes culinários também sobressaem. Nem um chef de cuisine francês consegue fazer uma comida melhor do que a de Gabriela: “não é que fosse má a comida. Como compará-la, porém, com os pratos da terra, cheirosos, picantes, coloridos?” (AMADO, 2003, p.345). Além de seus atributos físicos, seus dotes culinários também atraem Nacib.

Além disso, Gabriela é a mulher que, em todo o romance, nada pede, nada espera e nada deseja além do que ela já tem. Está satisfeita em ser cozinheira e amante de Nacib. Essa condição é tão forte que ela não vê razão na proposta de casamento do árabe, em se tornar uma senhora respeitável para a sociedade:

(...) Quando lhe dera a notícia, quando pedira a sua mão, ela ficara a pensar:  
– Por que seu Nacib? Precisa não...  
– Não aceita?  
– Aceitar, eu aceito. Mas, precisava não. Gosto sem isso. (AMADO, 2001, p. 234).

A idealização de Jorge Amado de uma companheira perfeita como Gabriela (com o estereótipo da mulata assanhada com o erotismo à flor da pele) foi alvo da crítica de Eduardo de Assis Duarte que afirmava que Jorge Amado acabou criando a utopia da empregada ideal, **A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL EM GABRIELA, CRAVO E CANELA E TIETA DO AGRESTE**. COELHO, Patrícia Ferreira, RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira, SILVA, Cristina da Conceição



segundo os padrões do macho brasileiro: “Num país onde todos adoram uma boa empregada o livro só podia mesmo fazer muito sucesso.” Essa crítica mostrava como a personagem Gabriela foi construída com um discurso preconceituoso.

Gabriela era considerada a empregada perfeita: tinha todos os atributos das mulatas - o que reforçava o preconceito e o machismo – além de ser excelente cozinheira. Ela era feita para a cama e para o fogão. Segundo o autor a ideologia patriarcal estava presente na construção da personagem. Estar limitada às prendas do lar e às vontades do patrão demonstrava a inferioridade de Gabriela em relação a Nacib.

Gabriela também encarna o modelo da cordialidade no momento que ela faz de um tudo para agradar seu patrão.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o 'homem cordial'. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência dos padrões de convívio humano informados no meio rural ancestral e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (HOLANDA, 1995, p.146)

Gabriela tinha todos os requisitos para agradar seu patrão: era uma dona de casa perfeita e uma amante fogaosa. Além disso, seus quitutes inigualáveis ajudaram Nacib a prosperar. Seu talento na cozinha e sua presença que era um atrativo a mais foram fundamentais para que o Bar Vesúvio desse mais lucro para Nacib. O trecho a seguir demonstra a cordialidade de Gabriela:

Tempo bom, meses de vida alegre, de carne satisfeita, boa mesa, succulenta; de alma contente, cama de felizardo. No rol das virtudes de Gabriela, mentalmente estabelecido por Nacib na hora da sesta, contavam-se o amor ao trabalho e o senso de economia. Como arranjava tempo e forças para lavar a roupa, arrumar a casa, – tão limpa nunca estivera! – cozinhas os tabuleiros para o bar, almoço e jantar para Nacib? Sem falar que à noite estava fresca e descansada, úmida de desejo, não se dando apenas mas tomando dele, jamais farta, sonolenta ou saciada. Parecia adivinhar os pensamentos de Nacib, adiantava-se a suas vontades, reservava-lhe surpresas: certas comidas trabalhosas das quais ele gostava – pirão de caranguejo, vatapá, viúva de carneiro –, flores num copo ao lado de seu retrato na mesinha da sala de visitas, troco do dinheiro dado para fazer a feira, essa ideia de vir ajudar no bar. (2003, AMADO, p.307)

Aqui a cordialidade de Gabriela é demonstrada, pois indica toda a sua vontade de agradar, de ser útil e de ser amável o que a torna submissa a Nacib.



Gabriela é configurada como objeto de desejo e apelo sexual para os homens. Sensual, seduz não só o patrão, de quem se torna amante, mas outros homens da cidade. Além disso, ela se dá o direito de ter outros parceiros distanciando qualquer ideia de exclusividade preconizada pelo patriarcado:

Coisa mais tola, sem explicação: por que os homens tanto sofriam quando uma mulher com quem deitavam, deitava com outro? Ela não compreendia. Se seu Nacib tivesse vontade, bem que podia ir com outra deitar, nos seus braços dormir. Ela sabia que Tonico dormia com outras, dona Arminda contava que ele tinha um horror de mulheres. Mas, se era bom de deitar-se com ele, brincar com ele na cama, por que exigir que fosse só dela? Entendia não. (AMADO, 2003, p. 320)

Gabriela não se portava de acordo com as regras sociais estipuladas pela ideologia patriarcal para as mulheres consideradas honradas.

#### **4. A mulata Tieta**

O romance *Tieta do Agreste* narra a história de Tieta, que scandalizou a cidade de Santana do Agreste (onde o regime patriarcal era imperante) com seu comportamento livre.

Ela busca incessantemente o prazer e a liberdade a partir da descoberta de vários e diferentes homens: o mascate; Lucas, o médico; o caixeiro-viajante; Jarbas, o gigolô; Felipe e, por último, o seu sobrinho seminarista. O fato de manter uma relação incestuosa com seu sobrinho revela a amoralidade que faz parte de Tieta: “(...) As mulheres negras estão associadas ao profano, sexual e brutalmente erotizado (...)” (Caderno 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, 2013, p.21). Por ter características das negras, a mulata apresenta o mesmo estigma delas. Para Tieta não existe pecado, tudo é feito em função de obter um certo prazer físico.

Assim como Gabriela, Tieta também é descrita com os mesmos atributos da mulata: bela, sedutora, sensual, fogueira o que pode ser mostrado no fragmento do romance:

Moça formosa e atrevida, enfrentando a ira do pai e a denúncia da irmã... atrevida desde menina, pastora de cabras nos oiteiros da terra sáfara de Zé Esteves; a saltar, adolescente, a janela noturna para encontrar-se com homens, o caixeiro viajante não fora o primeiro... (AMADO, 1977, p.20)

Assim, Jorge Amado criou uma heroína, que na adolescência, tal como as cabras que não possuem um bode só, entregava-se a vários homens sem se importar como e onde.

Já no início da história, o narrador destaca o vigor do instinto animal de Tieta. No prefácio do livro, a história de Tieta é apresentada com recordações de seus tempos de menina,



sempre comparada a uma cabrita que vivia correndo nas dunas de Mangue Seco. Essa comparação se estende ao longo do romance, tanto na voz do narrador como na da própria personagem: “- Tem razão, Nora. Continuo cabeçuda como uma cabra velha. Quando quero uma coisa não vejo nada em minha frente...”. A menina também possui um instinto animal demonstrado pelo seu desejo de ser possuída pelo Mascate. Nesta cena, a menina chega a emitir sons semelhantes ao berro de uma cabra no cio chamando o seu bode para montá-la: “Nas dunas de Mangue Seco, Tieta, pastora de cabras, conheceu o gosto do homem, mistura de mar e suor, de areia e vento. Quando o mascate a arrombou, igual à cabrita horas atrás, ela berrou. De dor e de contentamento” (AMADO, 1977, p.19). Assim, a comparação e a vinculação da personagem principal com as cabras marcam a natureza da personagem.

Para ressaltar o primitivo em Tieta, o narrador reforça o seu comportamento aproximando-a das cabras, dando-lhe apelidos: “cabrita” e “cabra”, ou mesmo quando a chama simplesmente de Tieta ao invés do nome Antonieta. E assim, na sequência da narrativa, há um movimento de animalização da personagem, nivelando-a por baixo, pelo que tem de mais elementar: o gosto pelo sexo. Dessa forma o estereótipo da mulata “animal erótico por excelência” fica evidenciado na personagem, que é sujeita aos instintos e exposta às leis naturais. Ela é como um animal que age naturalmente por instinto.

O desejo pela liberdade é evidente em Tieta desde os tempos de criança, passando pelo tempo de adolescente quando corria como as cabras no cio, atendendo aos seus instintos e vivendo sua sexualidade com liberdade até o momento em que assumiu a vida de prostituta. Tieta não queria estar limitada a uma vida de pobreza no nordeste. Queria “boa vida”, o que para ela era possível tornando-se “boa de cama”. Isso é mostrado no fragmento a seguir:

Eu te digo que escola de verdade é casa de mulher à-toa no sertão. Aí, sim, se aprende o ofício. Quebrei a cabeça nesse mundéu até que me toquei pro Sul, cansada de sofrer. Queria a boa vida, comer do bom e do melhor, beber champanha, provar as iguarias do homem. Não feijão e a carne-seca. (AMADO, 1977, p.348)

Tieta, por seu comportamento inadequado para os padrões de uma sociedade patriarcal, foi expulsa de casa por seu pai o que a obrigou a ser prostituta. Por um momento, viver da prostituição lhe causou sofrimento, mas, em seguida, foi o que lhe proporcionou uma vida melhor.

O que proporcionou o empoderamento da protagonista foi a exploração de seu corpo e do corpo de outras mulheres. Sobre a prostituição afirma-se “(...) a prostituição só existe em um



sistema que se articula em torno da subordinação das mulheres. Não produz nada relacionado à liberdade e autonomia, ao contrário, e na grande maioria dos casos, a mulher se encontra escravizada por uma rede mercantilizada”, de acordo com o Caderno 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (2013, p.21).

Tieta é uma heroína que modificou a situação em que vivia, mas essa mudança foi promovida à custa da subordinação do seu corpo e do corpo de outras mulheres.

### 5. Gabriela e Tieta: objetos de desejo e, ao mesmo tempo, sujeitos desejantes

Jorge Amado criou Gabriela e Tieta como objetos de desejo por conta do comportamento fora dos padrões dessas personagens, mas também as criou como personagens capazes de ter desejos e força para realizá-los. A partir da criação de “Gabriela, cravo e canela”, em 1958, Jorge Amado deixa de abordar a ficção do chamado ciclo do cacau para privilegiar personagens femininas.

Desde a infância, esteve em contato com pessoas que lhe inspiraram temas e tipos romanescos ao longo de toda a sua obra: jagunços bárbaros, prostitutas, vagabundos, marginais, imigrantes árabes, exportadores, comerciantes avaros e migrantes fugidos da seca nordestina. A convivência com pessoas de todos os tipos permitiu que ele conhecesse a vida do povo baiano e contribuiu para a sua formação.

Defensor de ideias socialistas, o povo estava presente em sua obra. Segundo Gilberto Freyre:

No romance em que se cruzam as influências mais diversas e especialmente as de James Joyce e as de Marcel Proust, distinguem-se de um modo geral duas grandes correntes, a do norte, neonaturalista, dominada pelo gosto de fixar os aspectos da vida social, com José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Amado Fontes e Raquel de Queirós; e a do sul, que antes se compraz nos estudos do mundo, psicológico, moral e mental, e em que avultam, para citar apenas alguns, Plínio Salgado, Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Marques Rebelo, Telmo Vergara, Érico Veríssimo e Otávio de Faria, apaixonados da vida interior e da arte de analisar o estado da alma... (FREYRE, 1990, p.210)

Para Jorge Amado não bastava fazer parte do povo. Os problemas que o afligia deveriam estar presentes em suas obras. Ele sempre deu destaque aos marginalizados e oprimidos em suas obras. Sobre isso escreveu em *O Menino Grapiúna*:



... Se alguma beleza existe no que escrevi, provém desses despossuídos, dessas mulheres marcadas com ferro em brasa, os que estão na fímbria da morte, no último escalão do abandono. Na literatura e na vida, sinto-me cada vez mais distante dos líderes e dos heróis, mais perto daqueles que todos os regimes e todas as sociedades desprezam, repelem e condenam (AMADO, 1952, p.58).

O tema da sociedade patriarcal está presente em *Gabriela, cravo e canela* e *Tieta do Agreste* mostrando a maneira como as relações humanas no cotidiano evidenciam as diferenças sociais entre homens e mulheres. Assim, esses romances destacam uma heroína que enfrenta a mescla de civilização e barbárie que constituía sociedade brasileira.

A história das personagens femininas de Jorge Amado, em especial Gabriela e Tieta, se passam em um tempo no qual as mulheres não tinham voz nem visibilidade na vida social, política e cultural do Brasil. Nos romances *Gabriela, cravo e canela* e *Tieta do Agreste* assim como em outras obras ficcionais de Jorge Amado as personagens femininas transgrediam e superavam códigos injustos.

Nas obras desse autor há o conflito entre as regras impostas pela sociedade e a ânsia de liberdade de buscar a realização pessoal, transgredindo os códigos patriarcais vigentes. As mulheres, nas obras desse autor, passam da mulher que é objeto manipulado pelo homem a sujeito de seu próprio destino — amoroso ou profissional.

A história de Tieta e Gabriela surge como uma história que contraria as narrativas fundadoras da cultura brasileira que cristalizaram um centro ocupado pelo pai, homem, o dono, a lei, a ordem, a origem da verdade, enquanto a mulher/mãe fica à margem. Essas protagonistas encarnam a marginalização, diferenciando-se por materializar o milagre da sobrevivência natural em um mundo hostil apesar de viverem em um mundo tradicionalista que tanto sufocava a liberdade delas.

Gabriela e Tieta apresentam um comportamento distanciado daquele considerado especificamente feminino. Elas se tornam transgressoras de todos os estigmas da mulher na sociedade patriarcal (submissão, recato, fidelidade, fragilidade, etc.). São mulheres que por serem mestiças e pobres não se encaixam aos padrões determinados para a mulher branca que são aqueles que destinam a mulher para o casamento, para a maternidade, para a vida doméstica. Elas são mulheres que em algum momento de suas vidas precisam sair da esfera





doméstica para a esfera pública – Gabriela é pobre e precisa trabalhar e Tieta é expulsa de casa e precisa fazer algo para sobreviver.

Além disso, elas não se importavam com o fato de agirem fora dos padrões porque não estavam interessadas em viver de acordo com eles. Ninguém lhes impunha regras; elas viviam conforme queriam. Eram donas de suas vidas e de seus corpos. Conforme Duarte (2009):

Basta lembrar as mulatas assanhadas de Jorge Amado, exaltadas, todavia, mais como sujeitos desejanter do que como objetos do desejo masculino. Destaco dentre elas, Gabriela, Tereza Batista, Tieta do Agreste. Poderia citar ainda, Glória, Ana Mercedes e tantas mais, dentre amantes lascivas, prostitutas ou mulheres em busca de realização amorosa e pessoal. (DUARTE, 2009, p.10)

131

Tieta e Gabriela são configuradas como mulheres que são desejadas, mas que também desejam. E que também têm o livre arbítrio de escolher aquilo que lhes dão prazer. Esse modo de configuração das personagens demonstra que a intuição do autor não é propagar o preconceito contra as mulheres negras e mestiças reservando a elas apenas o papel de objeto erótico, mas mostrá-las como mulheres que não se restringem ao espaço privado, mulheres emancipadas. Jorge Amado criou personagens femininas que têm força para modificar seus destinos.

Gabriela mostra que não abre mão da liberdade e se recusa a se comportar como uma dama da sociedade de Ilhéus (não gosta de usar sapatos, prefere circo à conferência, gosta de viver com simplicidade, sente-se atraída por vários homens). Além disso, faz serviços domésticos pelo prazer de agradar Nacib e não por obrigação e rejeita o casamento. Ela transgredir as leis criadas pelos homens para subjugar as mulheres para ter o direito ao próprio corpo e ao prazer.

Tieta é uma personagem que retrata o esforço pela liberação dos instintos e pelo triunfo do amor livre e espontâneo frente à profunda revolução sexual da década de 70. Tieta contraria tudo que era convencional no que diz respeito à posição da mulher dentro da sociedade patriarcal. Ela representa a mulher que, aos poucos veio conquistando outro espaço que não mais o restrito ao ambiente familiar.

Gabriela e Tieta não são submissas e nem são o estereótipo da mulata todo o tempo: Gabriela não está limitada a ser a empregada que o modelo androcêntrico requer e nem a mulher libertina e Tieta não está limitada a ser uma prostituta e nem a mulher amoral que tem uma aventura amorosa com o próprio sobrinho. A parte louvável dessas personagens é ter a situação erótica desviada segundo o modelo androcêntrico; esse desvio é representado pela





insaciedade e liberdade dessas personagens. O desvio, em Jorge Amado, é fundamental para dar voz a essas mulheres oprimidas em uma sociedade regida pela ideologia patriarcal, porque a ideologia não repressiva desse autor é que desencaixou a experiência feminina de Gabriela e de Tieta dos padrões machistas. Neste momento, elas representam a revolução dos costumes chocando e subvertendo a ordem estabelecida para elas. Conforme Belline (2008):

Conclui-se assim que é em torno das personagens femininas que gravitam as narrativas de Jorge Amado, e não na esfera masculina. Focalizando esses seres normalmente à margem da vida social, o autor lhes confere força para subverter a ordem estabelecida e inaugurar um novo tempo de celebração da vida e da liberdade. (BELLINE, 2008, p.35)

132

Dessa forma, Jorge Amado foi um romancista com profunda consciência social: denunciou o machismo e a opressão das mulheres presentes no patriarcado criando personagens transgressoras.

### **Considerações Finais**

A forma de realização da discriminação feminina nos romances *Gabriela, cravo e canela* e *Tieta do Agreste* se dá através da ideologia patriarcal que difunde a naturalização da função da maternidade, transformando as mulheres em mães e criando um processo de inculcação ideológica inconsciente, em que todos os seres sociais acabam percebendo as mulheres apenas como mães. Sua função de mãe relegava à mulher ao espaço privado do lar.

Gabriela e Tieta amavam a liberdade e, por isso, eram vistas com preconceito. A sociedade na qual estavam inseridas possuía regras, normas e padrões comportamentais nos quais essas mulheres não se enquadravam. Essas personagens eram mal vistas porque tinham um comportamento considerado indecoroso para os padrões da sociedade patriarcal.

Esses romances revelam as separações de gênero que opõem o mundo patriarcal ao espaço do feminino e o desejo de Gabriela e Tieta de mudarem sua representação social - do espaço privado para o público.

As personagens centrais dos romances mencionados são mais do que mulheres voluptuosas, bonitas e sensuais. Elas são sujeitos de seu próprio destino. Elas não se comportavam de acordo com os padrões morais vigentes, mas do modo que as faziam felizes. Elas eram livres de todos os padrões sociais exigidos.

Ao criar personagens liberadas como Gabriela e Tieta, Jorge Amado critica a sociedade patriarcal na qual a mulher tem um papel secundário e promove a libertação da mulher.



## Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Menino Grapiúna*. Ilustrações de Floriano Teixeira. Edição especial. Rio de Janeiro: Record, 1982.

\_\_\_\_\_. *Tieta do Agreste*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

ARÁN, Márcia. *Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n.2, p. 399-421, 2003.

BELLINE, Ana Helena Cizotto. *Representações do feminino*. A literatura de Jorge Amado - Caderno de leituras. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, v., p. 26-35.

CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes in: *A Educação pela Noite e Outros Ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CORREA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: Piscitelli, Adriana; Melo, Hildete Pereira de; Maluf, Sônia Weidner; Puga, Verga Lúcia. (Org.). *Olhares feministas*. Brasília: MEC/Unesco, 2007, v. , p. -.

DUARTE, Eduardo Assis. *Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade*. Terra Roxa e Outras Terras, v. 17-A, p. 1-20, 2009.

FREYRE, Gilberto. 1990. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.

HANCIAU, Nubia Tourrucô Jacques. *A representação da mulata na literatura brasileira: estereótipo e preconceito*. Cadernos Literários (FURG), v. 7, n.7, p. 57-64, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O homem cordial*. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, Publicação. *Caderno 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*. São Paulo, Ano I, 1, julho de 2013.

REGO, F. M. O. . *Tieta do Agreste: lírica e sensual, a cabrita do sertão é um fruto do agreste e do povo*. Lato & Sensus (UNAMA), v. 4, p. 98-111, 2003.

SCHMIDT, Simone Pereira. *Cravo, canela, bala e favela*. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 17, p. 799-817, 2009.

SILVA, Simone Machado da. *Dois momentos da representação literária da mulher: a sexualidade e o papel feminino em Lucíola de José de Alencar e Gabriela, cravo e canela de Jorge Amado*. 2012. 86 f. Mestrado - , Campos dos Goytacazes, 201



## INDIFERENTE AO DIFERENTE? DIVERSIDADE, CORPOS E SEXUALIDADES EM SALA DE AULA

SILVA, Elisana Alves da

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea*  
annelisalves@gmail.com

LIMA e GOMES, Icléia Rodrigues

*Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea*  
limaegomes@yahoo.com.br

134

### RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que se encontra em andamento e, se debruça à temática das (in) visibilidades referentes aos corpos, a diversidade e sexualidades existentes em sala de aula de algumas escolas estaduais do município de Cuiabá estado de Mato Grosso, a partir da observação e também quanto ao pronunciamento, aos entendimentos subjetivos, visões e percepções presentes nas práticas pedagógicas de educadores. Pretende-se considerar neste texto alguns apontamentos da educação inclusiva e alguns dos direcionamentos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação e das Orientações Curriculares elaboradas pela Secretaria de Estado de Educação divulgadas e distribuídas nas unidades escolares mato-grossenses e utilizamos também o suporte de bibliografias que tratam dos temas mencionados e que possibilitaram a movimentação deste diálogo.

**Palavras-chave:** Escolas; Corpos; Sexualidades.

### ABSTRACT

The present work integrates a research that is ongoing and focuses on the theme of (in) visibility regarding the bodies, the existing diversity and sexualities in the classroom of some public schools in the city of Cuiabá, State of Mato Grosso, from observation as well as the speech, to subjective understandings, views and perceptions present in the pedagogical practices of educators. In this text, we intend to consider some notes of inclusive education and some of the directions present in the National Curriculum Guidelines of the Ministry of Education and Curriculum Guidelines developed by the State Department of Education released and distributed in Mato Grosso school units, and also using the support of bibliographies dealing with the themes mentioned before and that made possible the movimentation of this dialogue.

**Keywords:** Schools; Bodies; Sexualities.



## INTRODUÇÃO

As temáticas que abordam a diversidade, os corpos e a sexualidade passaram a ter espaço nos debates acadêmicos, bem como nas reflexões propiciadas pelos movimentos sociais através de suas lutas e reivindicações. O alcance social destas inclui também o contexto escolar, de modo que trouxeram mudanças imprescindíveis nas políticas públicas educacionais que passaram a se refletir dentro da mesma.

A grande preocupação enfrentada pela escola e pela comunidade escolar composta por seus educadores e educadoras e gestores deve-se em virtude da evasão escolar, cuja causa ainda encontram-se relacionada, dentre outros, a gravidez precoce, a ameaça das doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS. Esta realidade exigiu que se movimentassem os trabalhos efetivos de prevenção com a finalidade de amenizar e tentar erradicar tais problemas dentro da escola, ainda que de forma superficial, insegura e por vezes utilizando-se da pedagogia do medo.

A partir da realidade que encontramos em nossas escolas, faz com que no contexto contemporâneo a necessidade de se trabalhar em âmbito educativo com questões relacionadas à diversidade de corpos e sexualidades presentes na escola se faz cada vez mais urgente. De acordo com Maffesoli apud Lima e Gomes (2000, p. 24) “a escola, não consegue mais domesticar o corpo ou impor-lhe o costume da roupa cinza e sóbria: em vez de apagado, o corpo é festejado, é “epifanizado”. É Dionizio, a paixão e o lúdico surgindo nesse presente”.

A escola muitas vezes segue no caminho inverso e desconsidera o momento de efervescência e descobertas de seus jovens alunos e alunas, cuja vivacidade dos corpos e porque não dizer de sua sexualidade encontra-se em seu auge. A escola prefere permanecer alheia e assim não perceber a existência desse corpo, que segundo Santaella (2004, p. 123), está “o corpo vivo – corpo sujeito a fadiga, ao suor, ao cheiro, aos entreveros do cotidiano, à dor, aos circuitos incompreensíveis das pulsações, aos solavancos das paixões e à opacidade do desejo – abre-se um fosso do qual emerge o corpo como sintoma da cultura. ”

Dessa maneira, pode-se pensar esta seja a realidade presente em muitas escolas e que seus educadores necessitam considerar a mesma durante o seu fazer pedagógico cotidiano, atentando-se para a compreensão de que os currículos escolares englobam segundo Caetano (2013, p. 41),



As ações escolares, culturais e tecnológicas (arquitetura, livros didáticos, vestimentas, músicas, conteúdos e dizeres científicos, meios midiáticos e outros) que, significadas na cultura, ensinam e regulam o corpo, produzindo subjetividades e arquitetando formas e configurações de viver na sociedade.

Nesse sentido, ao tratar das temáticas relacionadas ao corpo e a sexualidade na prática pedagógica, é possível pensar que alguns dos maiores desafios seja em relação a desenvolvimento do trabalho pedagógico de alguns educadores que revelam certo temor em lidar com estas temáticas, e também demonstram que não foram preparados nos cursos de formação inicial ou tiveram essa formação negligenciada, seja pela estrutura curricular de suas faculdades, seja por um menoscabo relegado ao tema.

De modo que é comum observar que estes profissionais busquem a partir de uma abordagem muitas vezes estritamente biológica e superficial encaminhar seu trabalho pedagógico o que garantia uma abordagem segura e confortável, entretanto, tal atitude desconsidera uma abordagem mais abrangente e complexa. De acordo com Silva Junior (2013, p. 82),

E quando se consideram pontos de vista que estabelecem a cultura como sendo um campo de estudos que também visibilizam relações de poder e significados multifacetados, nem sempre afluentes de masculinidade e de feminilidade, ideias essencialistas, universais e transhistóricas de homem e de mulher – no singular – passam a ser concebidas como excessivamente simplistas e questionáveis.

Neste caminho, no entanto é conveniente que se considere a implementação de ações que englobem a diversidade nos currículos escolares, na compreensão de que, conforme Rosato, (2011, p. 08):

[...] a política curricular não se define apenas por projetos a serem implementados na realidade escolar por meio de leis. A política curricular se parece mais com acordos momentâneos imbricados nos movimentos da prática escolar, da economia global, do governo em andamento [...] A política curricular, portanto, seria mais uma arena onde grupos, com diferentes posicionamentos, disputam o poder de ensinar seus projetos de realidade.

Considerando esta realidade e diante disso, surgiram algumas indagações a respeito desta problemática e que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa em algumas escolas do município de Cuiabá no estado de Mato Grosso: como são trabalhadas pelos educadores em sala de aula as questões relacionadas à diversidade, aos corpos e às sexualidades de educandos? Os educadores do Ensino Básico percebem como se reflete a (in) visibilidade e as representações de corpos e sexualidades na vida



dos educandos? Estas questões levantadas aqui não serão respondidas, porém refletem os possíveis caminhos a serem percorridos durante a pesquisa.

Ao acionarmos os apontamentos presentes consideramos alguns encaminhamentos da educação inclusiva presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais ofertadas pelo Ministério da Educação, MEC, que norteiam a educação em nosso país e também dos materiais disponibilizados através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Secadi. Consideramos ainda, os pressupostos existentes nas Orientações Curriculares propostas pela Secretaria de Estado de Educação em Mato Grosso, estas que a partir da sua publicação e distribuição nas unidades escolares do estado, já em sua apresentação expõem a importância e a urgência em se observar a preocupação referente as diversidades encontradas nas escolas.

### **POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE INCLUSIVA**

A educação inclusiva visa dar garantias de aprendizado a toda diversidade de alunos e alunas atendidos no ensino regular básico, com a finalidade de nortear as ações da escola, uma vez que de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. BRASIL, (1999, p. 93):

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor o respeito às diferenças e não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, ao contrário, fator de seu enriquecimento [...] A atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

Desse modo, a educação inclusiva pressupõe a inserção e a participação efetiva de todos os estudantes no processo educacional, a partir da adoção de políticas públicas que garantam a implantação e a implementação de práticas pedagógicas, dinâmicas, coletivas e flexíveis, uma vez que a atenção à diversidade de sujeitos é imprescindível no âmbito educativo.

Não é novidade afirmar que a realidade escolar abriga multiplicidades de sujeitos que ocupam diferentes papéis/lugares e funções no fazer pedagógico. Para Junqueira (2009, p. 02), “a escola é considerada um espaço decisivo para contribuir na





construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos.”

Caetano (2013, p. 51) prossegue ao afirmar que “em inúmeras situações fomos ensinados, ao longo de nosso desenvolvimento físico e psíquico, por meio das mais diversas instituições e ações sociais, a nos constituirmos ainda dicotomicamente como homens e mulheres.”

Com a finalidade de avaliar a educação inclusiva a partir da garantia de aprendizado a toda diversidade de alunos e alunas atendidos no ensino regular básico, as ações políticas do Ministério da Educação por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) norteiam as ações da escola, para considerar a diversidade existente. Segundo este documento "a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização”. BRASIL (1999, p. 93).

Neste caminho as Orientações Curriculares para a Educação Básica, em sua apresentação esclarece que sua finalidade é de colaborar para a redução das desigualdades educacionais, de forma a dar garantias das especificidades de aprendizagens e metodologias com a preocupação de considerar a realidade e a necessidade do povo mato-grossense, o que demonstra a importância em se debater e movimentar diálogos pertinentes dentro do coletivo de seus educadores enfocando a diversidade existente na escola. Nelas, MATO GROSSO, (2012, p. 02) as temáticas que estão relacionadas as diversidades encontram-se contempladas e orientam que:

[...] na busca da formação escolar que eduque para aprendizagens e/ou afirmação de valores humanistas, tanto para o convívio quanto para uma cultura de paz é que as questões de direitos humanos, de forma ampla e específica como educação de gênero, diversidade sexual, diversidade cultural e religiosa, são temáticas focos destas orientações curriculares, na tentativa de contribuir com os/as educadores/as na inclusão sistematizada das mesmas.

Esta preocupação deve refletir-se sobremaneira no cotidiano de escolas de nosso estado e também proporcionar o uso de práticas pedagógicas voltadas para esse objetivo, preferencialmente envolvendo todos os sujeitos presentes no ambiente escolar, contribuindo para aprendizados que irão extrapolar os muros da escola.

A ideia é repensar a prática pedagógica, de acordo com Abramowicz (2006, p. 16), sobretudo porque “a educação, enquanto processo, e a escola, enquanto instituição social continuam centrais no equacionamento e/ou mediação dos dilemas colocados





para a sociedade brasileira nesse início de século XXI”. De modo que a mesma não pode se furtar de seu papel e de seu protagonismo social.

Compreender que existe a necessidade de entender que razões estariam influenciando o tratamento de profissionais da educação no que se refere às questões relacionadas a diversidade, corpos e sexualidades requer a observação de todo o coletivo de educadores e não apenas de alguns educadores responsáveis por suas respectivas disciplinas dentro da escola, é preciso ir além.

De acordo com Abramovay (2002, p. 25), a escola necessita:

Contribuir para a construção de uma cultura de paz, privilegiando a escola como lócus de reflexão, debate e como instituição capaz de uma atuação mais direta e decisiva em benefício da sua comunidade imediata e da sociedade brasileira.

Considerando-se as iniciativas e esforços, bem como, a produção de materiais de suporte pedagógico, ofertadas pelo MEC/Secadi e pela Seduc/MT, poderemos pensar que seja imperativo considerar, de acordo com Villarruel-Silva e Vetorazo (2013, p. 2) que a demanda existente dentro da escola parte das necessidades específicas enfrentadas pelos alunos que,

Embora a “vontade de saber” presente nos alunos favoreça o desenvolvimento de uma prática pedagógica transversal e/ou transdisciplinar, os professores parecem optar por afirmar o corpo como algo abstrato e meramente biológico, sem vínculos sociais, históricos e políticos. A prática pedagógica de professores e professoras na escola contemporânea parece permanecer atrelada à tradição que definiu a escolarização do discurso sobre sexualidade, no país a partir do início do século XX.

Para além do que Villarruel-Silva e Vetorazo mencionam, também é possível analisar que a dificuldade de movimentar e atender a diversidade vai além de como os educadores vivenciam em sua prática cotidiana estas relações entre diversidade, corpos e sexualidades, uma vez que existem também outros fatores que contribuem e se refletem nas escolas e salas de aula destes profissionais da educação.



## INDIFERENTE AO DIFERENTE?

É recorrente encontrarmos no cotidiano escolar e entre alguns de nossos educadores a preocupação em “estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos” FOUCAULT (1997, p. 169).

Tal comportamento ocorre dentro da escola e pode ser demonstrado de forma sutil no dia a dia sem perder de vista um de seus objetivos principais, ou seja, a organização dos corpos no espaço escolar seja dentro ou fora da sala de aula e que se estende também no que se refere a tratamento dado aos corpos e sexualidade de seus alunos e alunas.

Trazemos aqui nosso entendimento de que não poderíamos mencionar corpos sem nos lembrar da sexualidade e vice-versa, uma vez que esta encontra-se associada a valores, seja ela cultural ou sob o aspecto particular. Nesse sentido é pertinente compreender, que o corpo “cria e transmite a cultura, ao mesmo tempo em que é também um produto e um reflexo dessa mesma cultura.” LOPES (2012, p. 39).

De modo que não se poderia compreender neste contexto, o corpo apenas sob a perspectiva biológica, na qual a sexualidade esteja a serviço da reprodução ou prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, pura e simplesmente.

Sobre sexualidade é esclarecedor compreender a definição dada por Guash apud Caetano (2013, p.54) como sendo,

El conjunto de prácticas y discursos relativos al género, al deseo, a la afectividad y a la reproducción que atraviesan transversalmente el sistema cultural. La sexualidad no es natural... la sexualidad está condicionada por el marco sócio-cultural en que se ubica y se adecua a la realidad de cada contexto histórico concreto.

Ao observar tais aspectos, concordamos com a contribuição de Caetano (2013, p. 59) que “o sujeito é fruto de relações sociais e culturais de um determinado de espaço-tempo (...) resultado de caminhos complexos em que dialogam as configurações biológicas, a afetividade e os desdobramentos sociais, culturais, geográficos e históricos.” Considerá-lo isoladamente tem sido um grande problema e causado efeitos devastadores que logo se refletem no contexto escolar.



A escola desempenha papel fundamental na formação de sujeitos enquanto cidadãos críticos e atuantes em nossa sociedade. Ao optar em naturalizar a heterossexualidade, compreendida aqui a partir de Rodriguez apud Caetano (2013, p. 47) como “la definición del otro por parte de quien tiene el poder de la palabra”, a escola torna as outras orientações sexuais desviantes e não naturais, portanto não aceitas e reconhecidas em seu espaço.

Esta atitude contribui para a manutenção e movimentação do padrão heteronormativo vigente em nossa sociedade, no qual não há espaço para aqueles que não seguem o modelo existente do que seja efetivamente e reconhecidamente masculino e feminino, ou seja, “a sexualidade, tem absorvido, historicamente em seus significados, elementos das relações de gênero, frequentemente submetidas a prescrições de como homens e mulheres devem vivenciá-las.” SILVA JUNIOR (2013, p. 77).

Sobre isso também é possível pensar que é eminente a necessidade de se compreender a diversidade e a sexualidade de maneira mais ampla considerando que esta “contém expressivo significado cultural, e não é simplesmente reduzida a um ato, uma anatomia, ou uma função biológica de caráter reprodutivo. Se aceitarmos a influencia cultural, a noção biológica de corpo se faz cada vez mais questionável.” CAETANO (2013, p. 53)

Na atuação de educadores em que ocorre o trato da diversidade, a mesma enfrenta no sistema escolar algumas concepções generalizantes, únicas de ser humano, de cidadania, de história e de progresso, de racionalidade, de ciência e de conhecimento de formação e de docência. Sobre isso Pereira; Diniz (2008, p. 17) nos lembra que a escola,

defronta-se com diretrizes curriculares, normas e leis, políticas, processos e tempos de ensino-aprendizagem legitimados em princípios universais. Quando essas concepções, princípios e diretrizes são tomados como padrões únicos de classificação dos indivíduos e dos coletivos, de povos, de raças, classes, etnias, gêneros ou gerações, a tendência será hierarquizá-la e polarizá-los. Fazer da diversidade desigualdades em função desses padrões únicos.

Nesse sentido, o trato pedagógico da diversidade é algo complexo que exige o reconhecimento da diferença e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de padrões de respeito de ética na garantia de direitos sociais, não se limitando ao tratamento, segundo Silva Junior (2013, p. 78) apenas “sob o viés da prevenção, do medo da doença e da morte.”



A escola é um espaço fundamental para a construção de conhecimento e promoção do (re) conhecimento da diversidade, de enfrentamento e combate às diferentes formas de exclusão como preconceito, discriminação, evasão entre outros. Souza e Valdemorim (2005, p. xiii) reforçam ao mencionar que, “o conceito de cultura escolar possibilita entrelaçar a diferença e a diversidade sem anulá-las numa abstração genérica e nisso consiste sua fertilidade explicativa”.

Por essa razão, deve estar atenta à heterogeneidade que compõe seu espaço educativo, seja em relação aos seus alunos e alunas como também entre seus pares. Sabe-se, no entanto, que a mesma tem sido, historicamente, responsável pela manutenção do padrão heteronormativo por objetivar a produção de sujeitos considerados “normais”.

Assim, ao optar por excluir sistematicamente as identidades consideradas desviantes e, negando-se a perceber e a reconhecer as diferenças existentes entre os educandos, está invariavelmente se tornando indiferente ao diferente.

Debater e refletir sobre temas relacionados aos corpos e sexualidades dos educandos no espaço escolar ainda é um desafio para a escola. Silva Junior (2013, p. 86) salienta que,

Se os estereótipos que influem na demarcação estigmatizada dos desempenhos que definem o homem e a mulher não forem visibilizado e discutidos, não será possível uma verdadeira reeducação sexual. Acredita-se, mesmo, que o fluxo de consolidação desses estereótipos exerce um forte apelo se prosseguir reproduzindo os mesmos mecanismos heteronormativos e coercitivos de poder. A sociedade, então, acaba ecoando a matriz que se origina no nível da macroestrutura social, no qual predominam a barbárie e a exclusão. Se essa matriz não for visibilizada e questionada, o resultado será o recrudescimento do preconceito, da discriminação, da exclusão e da violência.

Nesse sentido, a partir de tal preocupação e visando movimentar estas discussões no ambiente escolar, o Ministério da Educação tem se esforçado em ofertar materiais de leitura, promover debates e reflexões sobre gênero, identidade, orientação sexual; dentre outros, com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi.

Nesta linha de ação e a exemplo da Secadi/MEC, a Secretaria de Estado de Educação - Seduc/MT criou em Mato Grosso a Superintendência das Diversidades Educacionais, no ano de 2010, abrigando gerencias responsáveis pelas áreas específicas,



a exemplo da Educação Especial, Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Sexualidade e Gênero, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos, dentre outras e, estas perpassam todo o currículo da Educação Básica, com foco para as grandes áreas do conhecimento: Linguagem e seus códigos, Ciências da Natureza e Matemática e seus Códigos, Ciências Humanas e seus Códigos e Alfabetização.

A publicação de documentos que direcionam e dirimem o tratamento e inclusão da discussão em relação a diversidade existente dentro da escola foi materializado através do lançamento da Coleção de Orientações Curriculares para a Educação Básica (publicadas online em 2011 e impressas em 2012), englobando todas as grandes áreas do conhecimento, nas quais devem ser consideradas as diversidades nos moldes dos temas transversais, abordados nos PCNs.

Esta coleção foi construída com a colaboração da maioria dos profissionais da educação do estado que responderam ao chamamento da secretaria e se debruçaram sobre o documento para realizar contribuições efetivas que estivessem de acordo e contemplassem a realidade de suas unidades escolares.

Diante desse contexto, o que nos inquieta é que mesmo com todas estas medidas propiciadas pelas políticas públicas em nível federal e estadual, os educadores ainda não estão sensibilizados, por algum motivador específico, em inserir a diversidade, como corpo e sexualidades, no currículo escolar do ensino regular básico.

Visualizando esta problemática, sentimos a necessidade de investigar porque os educadores não se sentem seguros quanto ao planejamento e ao desenvolvimento de atividades relacionadas à diversidade de sexualidades e de corpos presentes no ambiente escolar. Percebemos que alguns deles optam em delegar essa tarefa para os colegas responsáveis pelas disciplinas de Biologia ou Ciências, os quais preferem, muitas vezes, a segurança de uma abordagem pedagógica presente em livros didáticos disponibilizados pela escola, dessa forma, ainda recaindo sobre o discurso profilático da educação sexual de higiene.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender os caminhos que proporcionam a efetivação da educação inclusiva se faz necessário que se observe, considere e respeite a diversidade existente na constituição dos sujeitos presentes no cotidiano escolar. Recorrer ao debate e ao diálogo entre educadoras e educadores que aceitem tal proposição constitui-se na implicação de que é preciso tornar estas questões visíveis e necessárias de atenção dentro das escolas.

Considerar a diversidade existente no contexto escolar enquanto positiva e necessária configura-se no desafio maior para o alcance proposto pela educação inclusiva e que requer ações cotidianas e efetivas por parte de nossas educadoras e educadores.

Sem a atenção para estas necessidades existentes no fazer pedagógico implica na invisibilidade inclusão e permanência de alunos e alunas em nossas escolas, tornando cada vez mais distante o ideal de se formar cidadãos conscientes e atuantes em nossa sociedade, originando alguns problemas como a violência, de todas as formas, a evasão, dentre outros que são enfrentados em algumas unidades escolares.

A necessidade de se desenvolver algumas estratégias de inclusão, bem como os recursos necessários à apropriação dos conhecimentos em contexto escolar, tornam tal garantia uma realidade, na qual encontre no propósito real de evitar a exclusão e que esteja presente na realidade escolar cotidiana ao invés de ser pontual e esporádica, desenvolvida somente por um grupo distinto de profissionais comprometidos com as possibilidades proporcionadas pela educação voltada a inclusão e a diversidade.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam & RUA, Maria das Graças. *Violências nas Escolas*. Brasília: UNESCO, Instituição Ayrton Senna. UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNIME, 2002.

ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação como prática da diferença*. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê, 2006.

ALCUDIA, Rosa. *Atenção à diversidade*. [et al.]; Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: *Adaptações Curriculares*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CAETANO. Marcio. Gênero e sexualidade: diálogos e conflitos. In: RANGEL, Mary (org.). *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, 35-68.

FOUCAULT. Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradutora Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1997.

JUNQUEIRA Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIMA e GOMES. Icléia Rodrigues. *A escola como espaço de prazer*. São Paulo: Summus, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MATO GROSSO. *Orientações Curriculares e Pedagógicas para a Educação Especial no Estado De Mato Grosso*. Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais/Superintendência de Diversidades Educacionais/Gerência de Educação Especial. Cuiabá: SEDUC/MT, 2012.

ROSATO, Tatine Penariol de. *Política de currículo, identidades sexuais e performances de gênero*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA JUNIOR. Jonas Alves. Diversidade e educação: apontamentos sobre sexualidade e gênero na escola. In: RANGEL, Mary (org.). *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, 69-101.

SOUZA, Rosa Fátima de. VALDEMARIM, Vera Teresa. (org.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VILLARRUEL-SILVA, Mário Luis. & VETORAZO, F. Helena G. *Sobre Representações Docentes: Sexualidades, Produção e Manutenção de Sentidos no Ambiente Escolar*. In: Revista Direito e Bioética. Disponível em: <<http://www.direitoebioetica.com.br/rev/index.php/direitoebioetica/article/view/4>> Acesso em: fevereiro de 2014.





## A IGUALDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA: AVANÇOS E IMPASSES

PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho

*Estudante de mestrado do Programa de pós graduação em Desenvolvimento Social da Universidade  
Estadual de Montes Claros – PPGDS/Unimontes  
weslleyrpc@gmail.com*

146

### Resumo:

O presente estudo propõe identificar as principais mudanças relacionadas às políticas públicas de igualdade de gênero no Estado Brasileiro a partir da constituição federal de 1988. O objetivo foi proposto diante da necessidade de compreender a inserção da categoria gênero no cenário político diante do processo histórico de desigualdade. A sistematização teórica proporcionou a investigação minuciosa dos entraves de gênero na sociedade brasileira. Considera-se que há atenção do Estado para o gênero na agenda política, no entanto, o caráter pontual dos programas sociais e das políticas públicas brasileiras tem travado a execução da transversalidade da temática. Apesar das limitações encontradas, o avanço sob a óptica do gênero é notório e os responsáveis por este reconhecimento são os movimentos populares de mulheres e o feminismo com sua militância cotidiana.

**Palavras-chave:** Feminismo. Igualdade de Gênero. Políticas Públicas.

### Abstract:

This study aims to identify the main public policies related to gender equality in the Brazilian State from the 1988 federal constitution change. The goal was propose on the need to understand the inclusion of gender in the political scene in front of the historical process of inequality. The theoretical systematization provided thorough investigation of gender barriers in Brazilian society. It is consider that no state attention to gender in the political program, however, the occasional character of social programs and the Brazilian public policy has caught the implementation of crosscutting thematic. Despite the limitations, the advance from the perspective of gender is notorious and those responsible for this recognition are the popular women's movements and feminism with their everyday activism.

**Key-words:** Feminism. Gender Equality. Public Policy.

### Introdução

A sociedade estabeleceu as relações de poder e subalternidade e a categoria gênero é perpassada por essa relação desigual. Homem e mulher historicamente foram tratados diferentemente, a mulher foi colocada no papel de subjugada aos ditames do gênero oposto. Diante dessa realidade, as teorias de igualdade de gênero buscam estruturar uma sociedade em que homem e mulher possam exercer seus papéis sociais de forma emancipatória e legítima, sem o condicionamento da subalternidade de nenhum dos gêneros. A construção da perspectiva de gênero deu-se pela ação de diversos atores que se mobilizaram em seus espaços políticos de



atuação na tentativa de lutar contra as arbitrariedades postas e de proporcionar mecanismos que fortificassem a luta pela igualdade. A constituição federal de 1988 inaugura a igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, porém a efetivação da igualdade na realidade brasileira entra em confronto com o processo histórico de dominação do gênero masculino e a luta e resistência da mulher para romper os paradigmas sexistas se fazem necessária.

Ao buscar igualdade de gênero, a sociedade brasileira precisa conhecer o terreno e os desafios postos às políticas públicas, é imprescindível que se identifiquem os mecanismos que sustentam a teoria de igualdade de gênero em meio a um sistema desigual. Diante desse pressuposto, o presente estudo, por meio do levantamento bibliográfico constrói os seguintes questionamentos: as políticas públicas brasileiras têm sido pensadas sob a óptica do gênero? A sociedade brasileira tem buscado ampliar a cidadania da mulher e participação política da mesma? Quais os avanços e entraves da agenda política sob a luz da categoria gênero? Perante tais questionamentos, surge objetivo desta pesquisa que visa avaliar a inserção da perspectiva de gênero nas políticas públicas brasileiras pós-constituição de 1988, no intuito de verificar a aplicabilidade da mesma e seus efeitos positivos e/ou negativos na busca pela igualdade entre homem e mulher. O terreno das políticas públicas configura-se como um amplo espaço de investigação e análise, portanto, o estudo faz-se pertinente diante da conjuntura brasileira que suscita a necessidade da valorização da mulher na sua totalidade, e diante da sua proposta de analisar a eficácia ou não das ações desenvolvidas.

### **A igualdade de gênero em debate: a participação política feminina e a perspectiva de gênero nas políticas públicas**

Os debates de igualdade de gênero buscam estruturar uma sociedade em que homem e mulher possam exercer seus papéis sociais de forma emancipatória e legítima, sem o condicionamento da subalternidade de nenhum dos gêneros. Falar de igualdade de gênero não significa negar a diversidade, mas sim ratificar as diversidades e diferenças entre homem e mulher, tratando-os de “igual valor”, reconhecendo as especificidades de cada gênero, que nem sempre são iguais, mas devem ter igual atenção do Estado e da sociedade como um todo (FARAH, 2003).

A constituição federal brasileira de 1988 imprime no cenário brasileiro a expansão dos direitos sociais e iguala perante a norma legal homem e mulher, em seus direitos e deveres



civis, políticos e econômicos. Na década de 1990 os direitos sociais<sup>1</sup>perdem força para ofensiva do neoliberalismo<sup>2</sup> que minimiza a ação estatal, dessa forma presenciemos um retrocesso na formulação das políticas que sinalizavam em direção à igualdade, pois este percurso implica distribuição de renda e poder entre os diversos grupos existentes, ou seja, construir um parâmetro comum de diálogo entre os sujeitos coletivos (SILVEIRA, 2003). Em meio a este quadro político desfavorável é que se faz imperativo pensar mecanismos que vão à contramão à política neoliberal, no intuito de resgatar as práticas de cidadania evidenciadas no processo de democratização<sup>3</sup> do país e reivindicadas pelos movimentos sociais. É fundamental o investimento estatal em políticas voltadas para as mulheres e que o movimento feminista enquanto protagonista do processo de luta pela causa da igualdade entre os sexos seja mais uma vez responsável pela mobilização e exigência ao estado brasileiro (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 08).

O conceito de cidadania é amplo e aplicável de forma díspar de acordo a cada realidade vivida. Para Marshall (1967) a cidadania perpassa o caráter civil, político e social. O elemento civil configura-se por meio dos direitos que garantem a liberdade plena. O caráter político da cidadania preza pelo direito de participação na vida pública, e o elemento social visa garantir a plenitude do bem-estar social. A diferença de gênero encontra-se como o cerne do reconhecimento da cidadania feminina. Garantir à mulher o direito ao exercício político, civil e social é tarefa de reconhecimento do estado de direito, que só pode ser alcançado tendo em vista

<sup>1</sup>Pois falar dos direitos sociais significa falar dos dilemas talvez os mais cruciais do mundo contemporâneo. Suscita a pergunta – e dúvida – sobre as possibilidades de um mundo mais justo e mais igualitário. Pergunta que não é de hoje, certamente. Mas que ganha uma especial urgência diante da convergência problemática entre uma longa história de desigualdades e exclusões; as novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos (...) (TELLES, 2006, p. 35).

<sup>2</sup>O neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. É o que já caracterizamos como a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas – particularmente no âmbito estatal – para as lógicas da sociedade civil e do mercado. Desta forma, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às seqüelas da “questão social” (Montaño, 1999,p. 02).

<sup>3</sup>(...) a democracia foi quase sempre colocada em último lugar, exatamente em razão de sua natureza de poder dirigido pelo povo ou pela massa, ao qual foram habitualmente atribuídos os piores vícios da licenciosidade, do desregramento, da ignorância, da incompetência, da insensatez, da agressividade, da intolerância (Bobbio, 2000, p. 375).



a perspectiva de gênero. Gianformaggio (1995) apud Lacerda (2008) indica que a cidadania para as mulheres é perpassada por dois paradigmas que muitas vezes são caracterizados como subjacentes. Há uma concepção que defende a igualdade entre homem e mulher, outra ressalta a diferença entre os gêneros. Nessa percepção é preciso focar na distinção do termo diferença. Se a diferença é entendida como produto da opressão, o que se almeja é a igualdade, mas se a diferença é percebida por uma origem e uma definição social não se deve exigir pela aplicação igual do direito existente, mas o próprio conceito de igualdade deve ser repensado, buscando a sua aplicação correta e verificando os critérios que se usam para a construção da diferença.

Com a redemocratização do Brasil os sujeitos sociais ganharam espaço e visibilidade no exercício de sua cidadania. Em uma sociedade historicamente sexista e patriarcal a visibilidade e o exercício pleno da cidadania e participação política feminina dão-se por meio da resistência política apresentada pelos movimentos de mulheres, entre eles, o feminismo. Quando se leva em conta a vivência de participação das mulheres nos movimentos populares, o privado torna-se político, dá-se existência a uma experiência até então silenciada e desta maneira, abre-se a possibilidade de pensar a mudança (BRITO, 2001).

Os movimentos populares de mulheres, em especial o movimento feminista e os demais defensores da causa, têm lutado constantemente pela cidadania da mulher e pelo seu reconhecimento político para além da norma legal, e sim, da aplicabilidade da mesma na realidade brasileira. O ganho das lutas históricas que vem sendo travadas no cenário nacional é notório e importante para dar fôlego e sustentação à resistência política futura. A mulher tem ocupado importantes espaços políticos e arduamente tem feito com que a perspectiva de igualdade de gênero entre na arena política brasileira e as políticas públicas possam ser repensadas e executadas sobre o olhar da categoria gênero.

As discriminações em suas diversas expressões são construções sociais que precisam ser destituídas de poder de reprodução na sociedade. As políticas públicas em um estado democrático de direito são importantes mecanismos para a valorização da transformação e emancipação da vida humana, em especial da vida da mulher. Entender o planejamento e execução das políticas públicas é de extrema relevância para os estudos de gênero que visam introduzir tal perspectiva na agenda política brasileira,

Políticas públicas pode ser compreendida como respostas do Estado frente as demandas da sociedade de forma mais propositiva, também é entendida como processos sociais, históricos, contínuos e inacabados, constituído por sujeitos cuja ação tem sido responsável pela ampliação de políticas sociais (FERREIRA E MELO, s/d, p. 04).



O diálogo e a discussão aberta, ou seja, a natureza pública das políticas precisa ser resgatada. Lisboa (2010) afirma ainda que falar em política pública requer atentar para dois campos importantes em que as mesmas são planejadas e executadas, é preciso ter em vista a agenda pública e a governamental. A primeira encontra-se sedimentada em tudo que uma determinada comunidade política coloca em debate. A segunda é entendida como os assuntos que são aceitos para apreciação e intervenção dos encarregados de determinado governo. Dessa maneira tem-se que o Estado e a sociedade civil são as esferas de sustentação de uma política pública na medida em que o problema é apontado e problematizado pelos atores sociais da sociedade civil e o Estado deve ser o executor da demanda expressa. Destaca-se que cabe ao poder público modificar a realidade das desigualdades sociais, é papel do Estado garantir que esta alteração também seja encarada de um ponto de vista de gênero, contribuindo para a modificação das relações de poder e o acesso a direitos em sua dimensão social e política (GODINHO, 2004, p. 55).

A perspectiva de gênero surge no espaço público diante dos debates sobre paradigmas históricos, críticos e culturais apontados e problematizados pelo feminismo, que tem origem na visão patriarcal societária a qual excluiu dos espaços de participação política metade do gênero humano. A perspectiva de gênero busca romper essa lógica sexista e muda a realidade a partir da participação das mulheres e com as mulheres sendo estas ativas politicamente a buscar e apontar mecanismos que prezem pela diversidade de gênero para que se alcance uma sociedade mais igualitária, igualdade esta que preze pelas diferentes identidades (LISBOA, 2010).

O conceito de transversalidade de gênero foi apresentado no importante momento da IV Conferência Mundial das Mulheres em 1995 realizada em Beijing, a conferência trouxe para o debate a desigualdade de gênero e apontou a transversalidade como estratégia de enfrentamento às situações que sustentam tal desigualdade. A transversalidade de gênero prevê a incorporação da perspectiva de gênero nas organizações e em todas as áreas de políticas públicas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e o status da mulher (LISBOA, 2010). A incorporação da transversalidade de gênero entendida sem um coração que pulsa, ou dito de modo mais teórico, sem o sujeito da transformação das desigualdades de gênero leva a equívocos.” (SILVEIRA, 2004, p. 70). É preciso estar claro que, ao incorporar a transversalidade de gênero, o que se almeja é alcançar uma democracia de gênero, em que se integre na esfera pública com igual valor as temáticas dos homens e das mulheres. Busca-se



desta maneira, lutar por uma sociedade em que haja respeito pleno nas relações entre os sujeitos, feminino e masculino (LISBOA, 2010).

O campo das políticas públicas de igualdade gênero é complexo, pois é marcado por múltiplas tensões que perpassam desde o enquadramento jurídico às formulações de princípios, e desta maneira, é imprescindível a participação das mulheres nos espaços políticos instituídos, com a proposta e cobrança de políticas que visem a equidade de gênero. Os agentes públicos precisam ter em mente os pressupostos de sustentação de uma política pública em consonância com a igualdade de gênero. Para garantir a governabilidade de uma política com perspectiva de gênero é preciso que esta esteja assegurada na vontade e na decisão política, os gestores e executores precisam incorporar nas suas agendas a importância e o significado da transversalidade de gênero, contemplando e compreendendo seus desdobramentos e suas perspectivas, seja nos níveis federal, estadual e municipal, faz-se necessário disseminar novos valores culturais e políticos junto à população com o intuito de torna-la participante e corresponsável na construção de uma cidadania inclusiva (BANDEIRA, 2005).

Nesse contexto questiona-se: o que se almeja alcançar, ou que caminho seguir na agenda governamental brasileira? Que modelos de política pública são pretendidos? Políticas de gênero ou políticas para mulheres? Nota-se que as políticas para as mulheres no Brasil, de modo geral, não perpassam a perspectiva de gênero. Segundo Bandeira (2010) as políticas públicas para as mulheres possuem centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso sugere que não priorizam o valor e a significação que se estabelece nas relações sociais entre os sexos. O que se percebe é que tais políticas enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que sustentam a conservação e permanência da estrutura da família e não necessariamente a valorização da mulher (BANDEIRA, 2010, p.48).

A compreensão que se tem acerca das políticas públicas de gênero parte do entendimento de que as mesmas visam a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino e a natureza dos conflitos que são produzidos no cotidiano das relações sociais entre o homem e a mulher. Perpassam ainda a dimensão da subjetividade feminina que se expressa na condição de sujeito. Ao incorporar a perspectiva de gênero, as políticas públicas apreendem a realidade histórica de reprodução da desigualdade entre os gêneros e prezam pelo rompimento dessa lógica sexista (LISBOA, 2010). É preciso enfatizar que as políticas para mulheres não excluem as de gênero, apesar do caráter restrito e pontual da mesma que não possibilita a ruptura com os padrões tradicionais do feminino (BANDEIRA, 2010). Entretanto





não se pode deixar de refletir sobre a pretensa neutralidade das políticas, elas não são neutras. É preciso questionar também a maneira pela qual são construídas e a quem atendem, além de observar o nexos tradicional do Estado que tende tornar suas ações fragmentadas. “Caminhar para políticas integradas de gênero é uma aspiração ainda distante para a maioria dos organismos de políticas para mulheres em nossas administrações” (SILVEIRA, 2004, p. 69).

As políticas para mulheres são importantes mecanismos, na medida em que se constata uma dívida histórica com o gênero feminino. Não se nega a necessidade de atenção “privilegiada” para com a mulher que deve ser empoderada em seus diversos direitos, em especial o político. Para além de políticas pontuais e fragmentadas é necessário incorporar a transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras. As políticas públicas setoriais como educação, saúde, trabalho e renda precisam ser pensadas e executadas pela perspectiva de gênero, esse é o caminho para emancipação do gênero feminino e para que se tenha uma sociedade brasileira mais igualitária é preciso romper com os paradigmas socialmente construídos.

O Estado tem o importante papel de garantir a participação da mulher nas decisões políticas, suas ações devem estar coerentes com um projeto real de mudança (GODINHO, 2004). Os gestores governamentais precisam incorporar a questão de gênero nos seus olhares para com a política pública. O movimento feminista e os demais movimentos populares de mulheres são importantes mecanismos de cobrança e de apropriação dos espaços políticos estatais e governamentais e necessitam conduzir o olhar brasileiro para a igualdade de gênero, como têm buscado sistematicamente.

### **A igualdade de gênero antes e pós - constituição de 1988: avanços e impasses para a agenda política brasileira.**

Para a efetivação de novos apontamentos à sociedade brasileira na busca da igualdade de gênero é necessário ter em vista o processo histórico de efetivação dos direitos da mulher em especial, pois é esse o gênero historicamente colocado à margem dos espaços públicos. O cerne deste estudo encontra-se na perspectiva de igualdade de gênero no espaço político brasileiro antes e pós a carta magna de 1988. Busca-se fazer o trajeto histórico de consolidação dos direitos da mulher ao negar ou afirmar o compromisso do Estado brasileiro com a igualdade de gênero.





O processo de dominação e apropriação do corpo feminino é evidente na história da mulher. A sexualidade feminina é um dos grandes fatores de controle da sociedade brasileira, pois tem sido atrelada ao discurso do exercício à reprodução. O código civil de 1916 é um relevante aporte legal de controle do corpo da mulher na medida em que preza pela valorização e manutenção da família monogâmica, patriarcal e nuclear. Em 1962 o código civil sofre importantes alterações oriundas do “Estatuto Civil da Mulher Casada” o que possibilitou o reconhecimento da capacidade civil plena da mulher. Tal mecanismo traz legalmente esse reconhecimento, porém, a sua aplicabilidade não se deu de imediato e nem de forma plena. A capacidade civil feminina foi consolidada gradativamente (BARSTED, 1999). Na década de 1930, especificamente em 1934, foi promulgada a nova constituição, e nesse momento a resistência política do movimento feminista foi imprescindível, pois o Estado foi pressionado para que inserisse na constituição importantes garantias à mulher, entre elas alguns direitos trabalhistas, como férias remuneradas e licença maternidade.

Ao partir para a década de 1940, o Estado brasileiro consolida as leis trabalhistas e previdenciárias, sem abrir mão da concepção de valorização da família nuclear, tem-se a garantia de determinados direitos da mulher vista unicamente em seu caráter reprodutor. Percebe-se que a cidadania da mulher foi consolidada no âmbito do mercado de trabalho formal, portanto, era restrita, pois o acesso ao mundo do trabalho dava-se de forma desigual, as mulheres das classes populares eram as mais penalizadas, pois eram limitadas ao trabalho doméstico e informal (MESQUITA, 2005).

Já nos anos de 1950, o Brasil vivia, com o fim da segunda guerra mundial, um período de crescimento urbano e industrial, o que possibilitou o aumento de oportunidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. As ideias de democracia e participação política foram difundidas nos discursos e as condições de consumo e acesso às informações foram expandidas. No entanto, as distinções entre os papéis femininos e masculinos permaneciam sustentadas pela moral sexista (BASSANEZI, 2001).

Tempos mais tarde, em 1964, o Brasil vivia um momento de intensa repressão e morte, marcado pela ditadura militar. O movimento feminista passa a ter maior importância, a partir deste período, com o ressurgimento dos movimentos sociais no país, sendo reconhecido como agente na transformação da sociedade brasileira, ao reivindicar espaço e problematizar sobre a desigualdade como um campo de luta (SARTI, 1988). O autoritarismo vivenciado nos anos sessenta desencadeou a participação mais ativa dos movimentos sociais na busca de combater as arbitrariedades do Estado ditador brasileiro. Os anos 1960 propiciaram a criação e



projeção de uma identidade própria às mulheres, requerendo seus direitos jurídicos, sociais e políticos.

No final dos anos 1970, o país viveu um processo de mobilização e atuação organizada da sociedade civil contra Estado autoritário brasileiro. Foi um momento de união das diferentes identidades políticas onde se buscava a liberdade de expressão social, a recuperação do Estado democrático e o reconhecimento dos direitos políticos. Atores das camadas populares, entre eles, movimentos de mulheres, negros, e sindicais construíram suas lutas em prol de políticas públicas que prezassem pela valorização da qualidade de vida da população (MESQUITA, 2005, p. 60). Ainda na década de 1970 a legislação brasileira dá um importante passo em relação à moral sexual vigente. Em 1977 é consolidada a lei do divórcio que permitiu a dissolução do casamento e consolidação de uma nova união. Concretizou-se, portanto, o reconhecimento de direitos da companheira, por leis previdenciárias e pelo Poder Judiciário, rompeu-se ainda com o modelo rígido de casamento prezado pelo Estado (BASTERD, 1999).

Partindo para os anos 80, a busca pela redemocratização da sociedade brasileira ganha força e faz com que grupos de mulheres trabalhadoras, feministas, organizações sindicais e partidos políticos se organizassem, ainda que por mecanismos diferentes, para repensar a divisão sexual do trabalho. Foi justamente na confluência entre as lutas sindicalistas e a luta pela melhoria da qualidade de vida que se percebeu que a população trabalhadora engloba ambos os gêneros. Assim sendo, diversas queixas discriminação e a segregação sexual conseguem ganhar visibilidade tornando-se fontes de denúncias e de exigências de consolidação de direitos. Tais atitudes conseguiram aos poucos penetrar nos nas estruturas de representação tradicionalmente ocupados somente por homens, entre elas, as diretorias das organizações sindicais, os partidos políticos e as associações (GIULIANI, 2000, p. 645).

Durante o processo de redemocratização que se instaura nos anos 80, em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que se tornou um marco histórico na medida em que, foi a primeira vez que o governo federal reconheceu a importância de atuação do movimento feminista e de mulheres no Brasil (SARTI, 1988). Esse importante passo abriu caminho para a consolidação da cidadania feminina na constituição de 1988. A carta magna de 1988 é um importante marco na militância pela igualdade de gênero, visto que inaugura a igualdade entre homem e mulher nos termos legais. O artigo 5º da constituição assegura legalmente a igualdade entre os sexos (BRASIL, 1988). Este estudo ao evidenciar a carta magna de 1988, como marco histórico de análise, pontua que no plano normativo os progressos no



campo da igualdade de gênero são notórios e de expressiva relevância. Os direitos civis e políticos da mulher ganham visibilidade no Estado democrático instaurado pela referendada constituição, portanto, a Carta Magna de 1988 expressa um avanço extraordinário na consolidação dos direitos e garantias fundamentais situando-se como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotados no Brasil. (art. 60, § 4º) (PIOVESAN, s/d, p. 02).

Ressalta-se ainda que outros importantes mecanismos e garantias internacionais dos direitos humanos e da mulher são incorporados pelo Estado Brasileiro, o pós-1988 apresenta uma vasta produção normativa dos direitos humanos e da história legislativa brasileira, o país assinou diversos documentos e buscou construir um quadro legislativo expressivo referente à igualdade de direitos na perspectiva de gênero (BARSTED, 2001, p. 34). Todavia, entende-se que um processo de mudança societário não se dá puramente em um plano normativo, a aplicabilidade da norma e a mudança dos paradigmas historicamente construídos e culturalmente reproduzidos serão rompidos com a luta e resistência política. A constituição brasileira de 1988 aponta para uma sociedade emancipada das desigualdades de gênero em que seja capaz de romper com a lógica patriarcal e machista. Os gestores das políticas públicas do Estado Brasileiro devem atentar-se para a cultura sexista estabelecida e buscarem mecanismos que efetivem os parâmetros normativos da constituição, mas cabe colocar que a garantia desses direitos em lei é uma conquista, mas sua efetivação na prática é outra coisa (MESQUITA, 2005, p. 64). É notório que a constituição brasileira de 1988 abre espaço no plano normativo para uma agenda política sob a perspectiva do gênero. O presente estudo chega ao ponto crucial de sua análise ao evidenciar essa abertura em prol de políticas públicas em consonância com a igualdade de gênero. Porém, a expansão dos direitos da mulher e a busca efetiva da igualdade entre os gêneros encontram-se neste momento estáticas diante do processo de globalização e reestruturação produtiva vivenciado simultaneamente a uma crise de Estado. A busca pela eficiência, eficácia e efetividade nortearão a partir de então as ações estatais e serão essas características que sustentarão a agenda democrática no fim dos anos 80. O conflito entre eficiência e democratização caracterizam plenamente a agenda política brasileira nesse dado momento, o que põe em xeque as conquistas consolidadas até então.

A década de 1990 apresentou importantes conquistas que possibilitaram a materialização das normas previstas na carta magna vigente, no entanto, tais materializações foram restritas e isoladas sem prezar pelo caráter de universalização do acesso aos direitos por uma perspectiva de gênero. O neoliberalismo impera no Estado Brasileiro e desta maneira a



intervenção estatal torna-se mínima levando a profundas consequências no mundo do trabalho e produtivo que, por conseguinte afeta toda a estrutura social, o que inviabiliza a transversalidade de gênero, pois as políticas públicas passam a ser focalizadas. A flexibilização e privatização serão palavras de ordem nas ações de Estado e/ou governo. Portanto, o sistema de proteção social que a constituição federal brasileira almeja encontra-se fragilizado (MESQUITA, 2005). As políticas de assistência voltadas aos mais empobrecidos têm sido assumidas pelo Estado de forma fragmentada, seletiva e focalizada, elas têm sido reduzidas a programas e é justamente nesses programas, em especial os de transferência de renda, que as mulheres aparecem enquanto beneficiárias e responsáveis pelo seio familiar, o que faz com que muitos gestores afirmem crê que a perspectiva de gênero está sendo contemplada, mas o que se percebe é uma distorção em favor do sistema (CARLOTO, 2004). Em meio a este quadro político desfavorável é que se faz imperativo pensar mecanismos que vão à contramão à política neoliberal no intuito de resgatar as práticas de cidadania evidenciadas no processo de democratização do país e reivindicadas pelos movimentos sociais. É fundamental o investimento estatal em políticas voltadas para as mulheres e que o movimento feminista enquanto protagonista do processo de luta pela causa da igualdade entre os sexos seja mais uma vez responsável pela mobilização e exigência ao estado brasileiro (PEDRO; GUEDES, 2010).

Os anos 90, apesar dos entraves apresentados pela conduta neoliberal do país, trouxeram importantes conquistas de luta e resistência das mulheres por participação política e poder de decisão nos espaços deliberativos do Estado Brasileiro. Em 1995 houve a primeira sinalização legislativa de cotas para mulheres nos partidos políticos o que normatizou a participação feminina ainda que de forma mínima. Tal sinalização propicia a busca pela autonomia política feminina e se constitui como importante mecanismo para se pensar e alcançar a igualdade de gênero, pois democratizar os espaços políticos partidários é imprescindível para mudar a agenda política brasileira e contemplar a perspectiva de gênero. Evidencia-se que em um estado democrático de direito os partidos políticos são importantes ferramentas para a construção da democracia, da efetivação dos direitos e da cidadania brasileira, portanto, é preciso contemplar a participação feminina e prezar enquanto bandeira de luta dos partidos a cidadania plena das mulheres (ADRIÃO, 2008).

Inaugura-se o século XXI e os anos 2000 apresentam importantes conquistas na busca da equidade de gênero, conquistas estas que se deram de forma resistente e gradativa, pois, mais de uma década se passa desde a promulgação da carta magna vigente e os alcances normativos apresentados por ela em relação à valorização e emancipação da mulher ainda não



foram consolidados plenamente. As plataformas de governos orientadas pelo neoliberalismo até então restringiram suas ações e as contradições do sistema regeram as relações sociais estabelecidas tanto no espaço público como no privado. A ausência do Estado e a intensificação da lógica do mercado capitalista trouxeram para sociedade brasileira grandes entraves, o que exigiu a mobilização do movimento feminista e demais movimentos populares de mulheres para retomar à agenda política brasileira a perspectiva de gênero.

Em 2002 foi realizada a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que teve como propósito a criação de um documento que norteasse as ações do executivo e legislativo sobre o pensamento o projeto e a ação do ponto de vista feminista. Esse documento foi denominado de Plataforma Política Feminista- PPF. A PPF apresentava como objetivo, ser um instrumento de diálogo e confronto dos movimentos de mulheres para com o Estado na exigência de políticas sociais. O documento em questão apresenta um amplo conteúdo que questiona os paradigmas de gênero estabelecidos e aponta para a reflexão da mulher enquanto sujeito político (ADRIÃO, 2008). Em suma, a presente plataforma é sinaliza e se fundamenta na busca da igualdade, e aponta mecanismos para redistribuição de renda e valorização da mulher nos diversos espaços entre eles, o mundo do trabalho. Verifica-se que com a Plataforma Política Feminista, os movimentos populares de mulheres reafirmam sua potencialidade de contestar, mobilizar e elaborar politicamente suas estratégias, a PPF possibilitou ainda o posicionamento coletivo dos movimentos frente ao contexto político brasileiro, ao demonstrar sua autonomia de “pensamento, projeto e ação” (BRASIL, 2002).

Nos primeiros anos do século XXI é apresentado mais um arcabouço legal que evidencia a importância e presença da teoria de igualdade de gênero na agenda política brasileira. É importante destacar alguns exemplos no intuito de dar materialidade à discussão apresentada neste estudo. A lei Maria da Penha configura-se como um importante exemplo, como mais uma relevante conquista em direção aos direitos da mulher, pois prima pela proteção à mulher vítima de violência doméstica que reflete o imaginário de subalternidade da figura feminina ao homem (PEDRO; GUEDES, 2008)

Os rebatimentos da estrutura societária nas políticas sociais nos anos 2000 não diferem muito da década de 90, emerge, no entanto, a intensificação da lógica de mercado do neoliberalismo que traz rebatimentos importantes para agenda do governo Lula, no entanto, sem romper com a lógica de mercado capitalista que intensifica as expressões da Questão Social. Conforme Behring (2002) diante da emergência do desemprego estrutural vivenciado, a política social é fragmentada pela intensificação dos programas sociais de caráter assistencial e



permanente. O governo Lula é apontado por muitos, como meramente mediador das relações sociais entre o capital e as classes populares. Mas até que ponto pode-se afirmar que os programas sociais são de caracteres puramente compensatórios? Entende-se que a intensificação de programas sociais cuja importância é inegável, explicita uma contradição em que o aspecto qualitativo torna-se secundário, a ênfase é dada ao quantitativo, os programas sociais têm sido avaliados de forma meritória, ou seja, o governo tem restringido gastos através da economia com técnicos especializados (PINHEIRO, 2005). A lógica do mercado global traz rebatimentos notórios para a condução da política pública brasileira, e a perspectiva de gênero encontra-se ameaçada, na medida em que o Estado tem focalizado suas ações e os programas sociais têm visto os gêneros de maneira fragmentada, não totalizante.

A resistência política dos movimentos populares de mulheres e a participação efetiva do movimento feminista nos espaços institucionalizados, como os conselhos do direito da mulher, têm norteado as ações estatais e reivindicado a valorização plena dos alcances normativos da constituição brasileira em prol da igualdade de gênero. A busca efetiva pela equidade continua, pois é uma luta cotidiana a fim de romper com os paradigmas historicamente perpetuados. Essa presente análise finda nos anos 2000 e sinaliza para o Estado e a sociedade como um todo, a necessidade de se pensar política pública pela perspectiva de gênero. Aponta ainda para academia a importância da produção científica acerca do tema que deve servir como suporte teórico para agenda política de gênero no Brasil nos próximos anos.

### **Considerações Finais**

O gênero enquanto categoria de análise se fez imprescindível para a compreensão das diferenças legitimadas no processo de subjugação do feminino ao masculino. A estruturação dos papéis sociais desempenhados pelos homens e pelas mulheres não pode ser compreendida em toda sua totalidade senão pela categoria gênero, é por meio desta que se pode decifrar e apontar a gênese do conflito e da apropriação desigual do espaço público e do político institucionalizado. Ao focar a perspectiva de gênero nas políticas públicas brasileiras, o estudo buscou traçar a realidade sociopolítica do país diante do modelo sexista e patriarcal que legitima as construções sociais, entre elas, as construções políticas. Esta pesquisa fez a análise da conjuntura das políticas públicas antes e pós-constituição de 1988, no intuito de verificar a aplicabilidade da perspectiva de gênero no planejamento gestão e execução das mesmas. As políticas públicas têm sido pensadas sob a óptica do gênero? A constituição federal de 1988





mudou a realidade da desigualdade entre homem e mulher? De antemão, apreende-se que no plano normativo as mudanças são notadas, mas o cotidiano das relações evidencia uma distância significativa entre a norma e realidade vivida. A focalização das políticas públicas em emergência de um Estado neoliberal dificulta a transversalidade de gênero, o que mantém a assistência desigual das políticas públicas para com o homem e a mulher.

Estudar a perspectiva de gênero permitiu uma análise para além das políticas públicas, de todo o universo social. Não se pode negar as disparidades existentes entre homem e mulher, e que tais disparidades estão para além da lógica do sistema capitalista, estão para além do conflito capital x trabalho. Limitar a análise a pressupostos puramente capitalistas é reduzir o processo histórico e as demais imbricações que carregam o conceito de gênero. Para compreender as relações de gênero e o processo de dominação feminina é preciso ter em mente as transformações culturais, as ideologias religiosas, os valores morais e também a lógica de produção capitalista. O gênero é uma categoria intrinsecamente carregada de significados e é essa amplitude que é capaz de decifrar a realidade posta. Destaca-se ainda que o gênero feminino foi colocado em evidência, ao partir-se do entendimento de que a história da mulher foi historicamente marginalizada e enclausurada, e tais peculiaridades caracterizam muito bem o trato para com a mulher ao longo da história. Buscou-se desta maneira, caminhar na contramão da lógica sexista presente nos registros históricos oficializados e difundidos, atendo-se ao fato de que problematizar igualdade de gênero requer ter em vista, a totalidade de ser homem e ser mulher. A perspectiva da igualdade norteou todas as etapas abordadas, tendo em vista que o que se busca é problematizar a necessidade do acesso igualitário do homem e da mulher aos direitos civis, políticos e sociais.

Diante do caminho traçado pela presente pesquisa, conclui-se que a luta do movimento feminista trouxe visibilidade para as demandas femininas e tem contribuído para a efetivação da cidadania da mulher. Verifica-se ainda que a constituição de 1988 constitui-se como um marco legal de ampliação dos direitos no plano normativo e que a aplicabilidade tem ocorrido aos passos lentos na sociedade brasileira neoliberal. Apreende-se que há a sinalização na agenda política brasileira da perspectiva de gênero, porém o caráter pontual e paliativo dos programas, projetos e políticas públicas têm travado a execução da transversalidade de gênero. Apesar dos entraves elencados, o avanço sob a óptica do gênero é claro, e muito se deve às lutas e resistências dos movimentos populares de mulheres e ao movimento feminista, que devem continuar na militância cotidiana no intuito de ocuparem-se os espaços políticos de formulação e execução das leis e políticas brasileiras.





## Referências

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo: Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia.** Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – UFSC, 2008.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero.** PSIC. CLIN., 2005, RIO DE JANEIRO, VOL.17, N.2, P.41 – 52. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a04.pdf> . Acesso em: 20/09/12

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** In: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil. CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. N.66. Jun/2005. pp.43-76.

BARSTED, L. A. Linhares. **Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas pública no Brasil 1983-1993.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, 1994, nº especial, 1994, p. 38-54.

\_\_\_\_\_. **Breve Panorama dos Direitos Sexuais e Reprodutivos No Brasil.** In: *As Mulheres e os Direitos Civis. Coletânea Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero.* Rio de Janeiro: Cepia, 1999.

\_\_\_\_\_, & HERMANN, Jaqcqueline (orgs) **Instrumentos Internacionais de proteção aos Direitos Humanos.** Cepia, 2001, 131p.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. **Plataforma Política Feminista.** Brasília (DF): CFEMEA; 2002. 64p. Disponível em: [http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Plataforma\\_Politica\\_Feminista.pdf](http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Plataforma_Politica_Feminista.pdf). Acesso em: 19 de Agosto de 2013.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos.** Revista Estudos feministas, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8616.pdf> Acesso em 24 de Agosto 2013.

CARLOTO, Cássia Maria. **Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva.** In: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8)  
CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer. **A tensão entre modernidade e pós - modernidade na crítica à exclusão no feminismo.** São Paulo. 2009. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/.../8/.../INGRID\\_CYFER\\_CHAMBOULEYRON.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../INGRID_CYFER_CHAMBOULEYRON.pdf). Acesso em: 23/03/2013  
DAGNINO, E. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra;2002. (p. 9-11 e 279-301)

FARAH, MARTA FERREIRA SANTOS. **Políticas públicas e gênero.** In: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

A IGUALDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA: AVANÇOS E IMPASSES. PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho



FERREIRA, Mary. MELO, Jovana. A Ação Política do Movimento Feminista face as Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/246-of7a-st3.pdf>. Acesso em: 20/09/1

GIANFORMAGGIO, Letizia. **Igualdade e diferença:** são realmente incompatíveis? In: BONACCHI, Gabriella. GROPPI, Ângela (org). O Dilema da Cidadania. São Paulo: UNESP, 1995

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (Org) História das Mulheres no Brasil. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (p.640-667)

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8)

LACERDA, Constantina Ana Guerreiro. **Mulher e política:** Um estudo da participação feminina na Câmara Municipal de Goiânia. Rio de Janeiro. 2008. (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social – UFRJ, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social** – encontros edesencontros ao longo da história da profissão. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>. Acesso em: 15/10/12

LISBOA, Teresa Kleba. “Políticas públicas com perspectiva de gênero; afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças.” In: Anais do Fazendo Gênero, 2010, nº 9. UFSC, Florianópolis. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946\\_ARQUIVO\\_Texto.ST\\_Completo\\_FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Completo_FG9.pdf). Acesso em: 08 de Agosto de 2013.

MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. **Servindo a dois senhores:** as políticas sociais no governo Lula. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a03.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Citizenship and social class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MELO, Érica. **Feminismo:** velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. *cadernos pagu*(31), julho-dezembro de 2008:553-564. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a24.pdf>. Acesso em: 20/09/12

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Com licença, eu vou à luta! O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social – UFF, 2005.

MILLET, Kate, Política sexual. México: Aguilar, 1975.

MONTAÑO, Carlos. “Das ‘lógicas do Estado’ às ‘lógicas da sociedade civil’. Estado e ‘terceiro setor’ em questão”. Serviço Social & Sociedade, nº 59. São Paulo, Cortez. 1999.

PEDRO, Claudia Bragança. GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres.** In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2013.



PINHEIRO, Luci Faria. **Políticas Sociais no Governo Lula:** mobilização social e legitimação da precariedade. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís -MA, 2005. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Luci\\_Faria\\_Pinheiro.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Luci_Faria_Pinheiro.pdf). Acesso em: 20 de setembro de 2013

PIOVESAN, Flávia. **Igualdade de Gênero na Constituição Federal: Os Direitos Cíveis e Políticos das Mulheres no Brasil.** S/D. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil>. Acesso em: 20 de Agosto de 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970:** revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 17/02/13.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas de gênero:** impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SOIHET, Raquel *et al.* **A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres:** ensaio de historiografia. Niterói, v. 2, n.1, p. 7-30, 2. sem. 2001. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia\\_das\\_mulheres\\_nuteg.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf). Acesso em: 15/10/12

TELLES, V. da S. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.



## UMA ANÁLISE FEMINISTA SOBRE O TRABALHO DA MULHER: A CRÍTICA ACERCA DA POBRETIZAÇÃO DA MULHER COMO FATOR DE ALIENAÇÃO

BRISOLA, Elisa Maria Andrade

Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais na Universidade de Taubaté  
*elisabrisola@uol.com.br*

LIMA, Débora Bianco

Mestranda do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais na Universidade de Taubaté  
*deborabiancolima@hotmail.com*

163

### RESUMO

Embora as mulheres tenham conseguido alcançar grandes vitórias sociais, do voto à emancipação feminina, elas ainda sofrem discriminações diversas, e no ambiente de trabalho essa segregação se faz presente na exploração de sua atividade produtiva, resultando em salários menores e em situações de assédio. O fenômeno da pobretização da mulher ainda se faz presente, pois considerada inferior aos homens, o trabalho delas sempre foi menor remunerado, sobretudo se comparado à mesma atividade executada pelo sexo masculino, ocorrendo, portanto, a “naturalização” de sua condição financeira inferior. Desta forma, a exploração do trabalho da mulher está atrelada à exploração de classe que se funda na precarização da atividade produtiva de quem realmente tem que trabalhar para sobreviver, não restando escolha a estas mulheres porque, pobres e sem instrução, tinham que se submeterem as mais precárias condições de trabalho, fato que ocorre até os dias de hoje.

**Pxalavras-chave:** Trabalho da mulher. Probretização feminina. Exploração da mão de obra da mulher.

### ABSTRACT

Although women have been able to achieve major social victories, the vote to women's emancipation, they still suffer various forms of discrimination, and workplace segregation that is present in the exploitation of their productive activity, resulting in lower wages and harassment situations. The phenomenon of pobretização woman is still present, as considered inferior to men, their work has always been paid less, especially when compared to the same activity performed by males, thus experiencing the "naturalization" of their lower financial condition. Thus, the exploitation of women's work is tied to class exploitation that is based on the precariousness of the productive activity of those who actually have to work to survive, leaving no choice because these women, poor and uneducated, had to undergo the more precarious working conditions, a fact that occurs to this day.

**Key-words:** Woman's work. Probretização female. Exploitation of labor of women.



## Feminismo e gênero: definindo conceitos

No início do século XX, surge no EUA o termo feminismo que remetia à ideia do questionamento acerca da posição inferior das mulheres na sociedade, cujo objetivo era a crítica à superioridade masculina.

O feminismo foi primeiro empregado nos Estados Unidos por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-los no lugar das expressões utilizadas no século XIX tais como *movimentos das mulheres e problemas das mulheres* para descrever *um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres* (GARCIA, 2011, p. 12).

164

No Brasil, segundo Araújo (2001), até antes de 1970, o trabalho da mulher era invisível, e os temas como desigualdade e gênero não eram tratados, mas a partir de jornais e revistas com o tema feminismo e mulher, na década de 70, começaram a chamar a atenção para a importância da mulher no universo do trabalho fora de casa, bem como abordou a temática da discriminação e igualdade de direitos.

Porém, segundo Sarti (2004) foi em 1980 que o feminismo se consolidou no Brasil, resultado de um período de exílio de muitas mulheres no exterior, principalmente na Europa. Quando retornaram, elas se uniram com outras feministas que haviam ficado no país em prol da discussão do gênero e da segregação das mulheres em diversas esferas da sociedade, e desta forma, ecoou a pesquisa científica sobre a temática, além de espaço nas publicações editoriais.

As questões propriamente feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de ‘abertura’ política no país em fins da década de 1970. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desnaturalizando o definitivamente pela consolidação da noção de gênero como referência para a análise (SARTI, 2004).

Segundo Nogueira (2004) os anos de 1970 foi um marco para a o movimento feminista e que nesta época a acentuava-se a participação delas nas lutas de classe e na organização política e sindical. Araújo (2001, p. 131) afirma que “o feminismo teve papel central ai



introduzir na vida sindical o questionamento do poder masculino, da invisibilidade das mulheres e de suas questões específicas”.

Desenvolveu-se um novo processo de conscientização da luta pela emancipação da mulher, sendo questionados, entre outros pontos, alguns elementos do modo de produção capitalista, para os quais o marxismo já contribuiu e continua contribuindo criticamente (NOGUEIRA, 2004, p. )

No que tange aos aspectos sociológicos, estes movimentos trouxeram inúmeras vitórias às mulheres, como a criação de políticas nacionais de saúde da mulher, a violência doméstica passou a ser tratada em delegacia e a Constituição de 1988 extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.

O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objetivos por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca a liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2011, p. 13).

Segundo Garcia (2011) o feminismo foi além da teoria política e social, mas se tornou uma espécie de reflexão sobre a forma com que a sociedade e a própria mulher enxergavam o feminino.

O feminismo é então, a formação crítica quanto ao papel da mulher na sociedade, em que se questiona a hegemonia masculina e a violência contra a mulher exercida pelo Estado, governos, Igreja e sociedade.

Ao longo de sua história, o movimento feminista congregou as bandeiras de lutas das mulheres e graças a ele muitas conquistas foram forjadas. Farah (2004) afirma que o feminismo tem como base a transformação das mulheres na sociedade, com o objetivo de superar as relações desiguais entre homens e mulheres.

A teoria feminista, segundo Garcia (2011) se desenvolveu em quatro conceitos-chave: andocentrismo, patriarcado, sexismo e gênero, conforme descrito abaixo:

- Andocentrismo: definição do homem e do masculino como representação da humanidade.





- Patriarcado: se referia ao governo, a autoridade pela sabedoria. Depois foi redefinida pelas feministas, a partir do século XIX, que passou a dar sentido a hegemonia masculina.
- Sexismo: discriminação entre os homens e mulheres, em que se assegura a superioridade dos homens.
- Gênero: referência ao conceito construído pelas ciências sociais com foco na construção social das identidades masculinas e femininas.

Por gênero, então, entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres e os homens, homens.

Gênero não é sinônimo de sexo. Quando falamos de sexo estamos nos referindo à biologia- as diferenças físicas entre os corpos- e ao falar de gênero, as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo (GARCIA, 2011).

A dominação masculina e a submissão feminina fazem um paradoxo com a hegemonia do capitalismo, onde o patrão exerce força sobre a classe operária, por meio da coerção. Desta forma, a causa do gênero muito se aproxima da causa dos trabalhadores de Marx, onde, para que haja uma classe dominante, é necessário que se tenha uma classe dominada.

Muito embora a temática gênero seja amplamente discutida e desde então é abrigada por órgãos como a Organização das Nações Unidas e Direitos Humanos- ONU, além da Constituição Brasileira, a questão ainda é um tabu na sociedade contemporânea.

Conforme Andreucci (2012, p. 113) para a mitigação da desigualdade entre os gêneros não faltam documentos (Constituição, Legislações, Tratados etc.), porém a questão da desigualdade de gênero nas relações de trabalho ainda permanece.

Neste sentido, atrelado às questões de gênero, o feminismo vem para questionar o papel da mulher no mercado de trabalho e lutar para a erradicação do ato discriminatório no ambiente laboral.

### **A questão histórica do gênero no trabalho: uma análise acerca dos direitos da mulher no Brasil**

Segundo Thome (2012), o primeiro documento oficial a se referir ao trabalho da mulher é a Constituição Federal de 1934, a qual não tinha como objetivo tratar suas condições de





trabalho delas (precárias e discriminatórias), mas sim, reafirmar sua segregação por conta de sua fragilidade perante o homem.

Ainda segundo o autor, esta mesma Constituição de 1934 proibia a discriminação entre os sexos e também salientava a que não poderia haver diferenciação de salário por motivo de sexo.

Andreucci (2012) relata que foi a partir da Constituição Federal de 1934 que a mulher realmente pode ter voz, já que se instaurou o direito ao voto de ambos os sexos, uma conquista significativa para as mulheres, mas que nada mudou sua condição de sexo frágil perante o trabalho do homem.

Já a Constituição de 1937, após ser reformulada, a questão do trabalho e gênero não foi tratada como na Constituição de 1934, mas sim abrangendo apenas que todos são iguais perante a lei e, talvez como uma forma de proteção à saúde da mulher, proibiu o trabalho delas em indústrias insalubres (THOME, 2012), ou seja, houve uma restrição a sua atividade laboral, causando uma diferenciação de salários.

Para Andreucci (2012) após longo período ditatorial e de esquecimento da causa do trabalho da mulher, ocorreu uma mobilização social em busca do direito da mulher que teve início em 1985, com a criação do Ministério da Justiça do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que, de maneira inédita, tratou de assuntos femininos. A autora discorre que mais de mil trabalhadoras na ocasião assinaram a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, resultado de uma grande mobilização em prol da não discriminação de gênero.

E o questionamento que se deve fazer é: o quanto a condição da mulher evoluiu de lá para cá? Passados quase trinta anos desde a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, ainda nos dias atuais se vê nitidamente a diferenciação entre trabalho do homem e da mulher, e, embora haja a entrada de mulheres em áreas altamente masculinizadas, esta prática causa espanto pela sociedade.

Danièle Kergoat (2009, p. 67) em seu artigo “Divisão do trabalho e relações sociais de sexo” pertencente “Dicionário crítico do feminismo” diz que as condições em que vivem as mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. E a autora completa dizendo que estas relações sociais compõem a divisão sexual do trabalho entre os sexos:



Homens e mulheres não são uma coleção- ou duas coleções- de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 67).

O Brasil ratificou a problemática com uma Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), aprovada pela ONU- uma espécie de carta internacional que trata dos direitos das mulheres em diversas esferas da sociedade, inclusive no trabalho e que tem como premissa a não discriminação e a igualdade de direitos.

168

Ao ratificar a tal convenção, o Estado compromete-se a tomar uma série de medidas para eliminar a discriminação contra as mulheres em todas as suas formas, incluindo a incorporação do princípio de igualdade entre homens e mulheres em seu sistema jurídico, abolir todas as leis discriminatórias e adotar leis apropriadas que proíbam a discriminação contra as mulheres (THOME, 2012, p. 57).

Este documento trata da igualdade de oportunidade, de liberdade e de cidadania das mulheres, contudo o questionamento persiste: o quanto estas diretrizes estão realmente sendo cumpridas? Qual a real situação da mulher no ambiente de trabalho?

A Constituição de 1988 aborda em seu artigo 7º o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, proíbe a discriminação em todas as formas, bem como diz que o trabalho delas é considerado de ordem pública, mas será que estas diretrizes estão mesmo sendo cumpridas?

Thome (2012, p. 97) diz que em nossa sociedade a questão da hierarquização dos sexos é muito forte, apesar das legislações de combate a esta prática, como a Lei n. 9.029/1995, que proíbe a adoção de práticas discriminatórias no que concerne ao acesso ou a manutenção do emprego, em virtude de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.

Para tanto, é nítida a necessidade de se criar e fazer cumprir políticas públicas que sirvam de amparo às mulheres, que tiveram sua atividade produtiva explorada desde a antiguidade e que hoje vivem a realidade da precarização de sua mão de obra.

Desta forma, para que se possam entender as questões sociais e culturais que norteiam a realidade das mulheres no ambiente laboral, deve-se compreender as mudanças pertinentes ao mundo do trabalho da mulher. Assim, há de partir do resgate histórico sobre os movimentos



feministas no Brasil, para que desta forma, se possa compreender as questões de gênero no contexto tempo-espaço.

### **Trabalho da mulher no Brasil: avanços e retrocessos no mundo laboral dos anos de 1980 até os dias atuais**

A década de 1970 representou um significativo processo de aumento da mão de obra da mulher, impulsionada pela reestruturação produtiva (NOGUEIRA, 2004). Mas a questão do trabalho ainda mostra sua face precarizada, segregada e desigual, e, dos anos 1970, para cá poucas coisas mudaram.

Lewkowicz; Gutiérrez; Florentino (2008) discorrem no livro “Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil” sobre o trabalho da mulher, desde o início do século 20 até os dias atuais, trazendo a tona a reflexão acerca das atuais condições de trabalho e renda da mulher.

Os autores começam a análise acerca das condições de trabalho da mulher, seja ela branca, negra, rica ou pobre, nenhuma tinha direitos sobre si mesmas, pois eram consideradas incapazes e muito menos capacidades que os homens.

No início do século XX, cabiam as moças pobres e com baixa escolaridade o trabalho em fábricas ou serviços domésticos, sendo, sobretudo necessária a sua entrada maciça na recente industrialização para que se pudesse dar conta da demanda eminente, sendo que sua força produtiva representou na época mais de dois terços, porém, nessas indústrias, o salário pago era sempre menor que os dos homens, mesmo que a atividade desempenhada fosse a mesma (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008).

Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais (ANTUNES; ALVES, 2004).

Mesmo com a temática sendo amplamente discutida ainda nos dias atuais, ainda há uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo, diferença era carregada de dogmas sociais, cuja justificativa é a que a mão de



obra da mulher é diferente, pois ela tem problemas hormonais todos os meses, não é emocionalmente estável e não apresenta o mesmo vigor físico que o homem.

A divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo (NOGUEIRA, 2010, p.59).

Andreucci (2012, p. 113) advoga que apesar do avanço na mão de obra feminina, bem como do fenômeno recente da “feminização do trabalho ainda persiste no país a desigualdade nas relações de trabalho”.

O que se nota é que mesmo com a entrada massiva de trabalhadoras no ambiente laboral, a desigualdade ainda se faz presente como uma forma de dominação masculina, em que a sociedade diminui as qualidades femininas em favorecimento da mão de obra masculina.

Apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço formal quanto informal do mercado de trabalho, ele traduz majoritariamente nas áreas onde predominam empregos precários e vulneráveis (HIRATA, 2002, p. 143, apud NOGUEIRA, 2004, p. 39).

Segundo Lewkowicz; Gutiérrez; Florentino (2008), no início do século XX, repetindo a situação dos séculos anteriores, a maior parte da população não era alfabetizada, sobretudo as mulheres, sendo que nove em cada dez mulheres não sabiam ler e escrever, e ara que se pudesse dar conta da demanda da industrialização que ocorria no Brasil no início dos anos de 1910 e 1920, sobretudo nas capitais paulistas e fluminenses, iniciou-se a capacitação de mulheres em escolhas exclusivamente femininas, como é o caso da Escola Profissional Feminina da Capital, que oferecia cursos de confecção, bordado, rendaria, chapelaria, culinária, economia doméstica e desenho, que, segundo os autores, as escolas não eram suficientes para capacitar a enorme demanda de mão de obra existente.

E não somente na indústria o trabalho feminino se expandia, mas também sua atividade começou a ser difundida para o magistério.

Em meados do século XX começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formar professores. A partir dessa época, a profissão de professor foi se tornando cada vez mais uma função feminina [...] de início houve resistência a essa feminização da profissão, pois muitos consideravam



as mulheres com cérebro pouco desenvolvido (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008, p. 100).

O que se nota é que, mesmo passado mais de cem anos, o trabalho da mulher ainda se mantém precarizado, talvez pela visão machista e patriarcal que ainda assombra a sociedade moderna, e esta questão do trabalho menos produtivo da mulher deve ser mitigada pela sociedade e pelas esferas do poder público, e, em consonância, deve-se divulgar amplamente a importância da mulher no mercado de trabalho não somente nas profissões *care*, mas em todas as atividades produtivas.

Advogam Lewkowicz; Gutiérrez; Florentino (2008), que com a modernização tecnológica, novas oportunidades para as mulheres surgiram. Segundo os autores, a Companhia Telefônica do Rio de Janeiro, por exemplo, mantia em seu quadro de colaboradores centenas de moças no ofício de telefonista, porém, seu trabalho era estritamente controlado, pois para que pudessem ter o trabalho, tinham que manter uma conduta de “meninas honestas”, portanto, sua vida é altamente controlada, sendo monitorado o tempo do trajeto trabalho-casa, casa-trabalho, além de um rígido controle para saber se moravam com os pais.

Um pouco mais tarde, outros setores passaram por um processo de feminização: o bancário, o de saúde e serviços médicos e, em geral, as profissões liberais (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008, p. 110).

Ao longo do século, as mulheres tiveram significativas mudanças nos setores em que exerceram sua atividade produtiva, segundo Lewkowicz; Gutiérrez; Florentino (2008), em 1940, 47% das mulheres atuavam no setor agrícola e em 1980, esse percentual caiu para 14%, cuja causa está na modernização do campo e na flexibilização do capital. Já no setor de serviços, em 1940 elas representavam 26% da força de trabalho e em 1980, essa representatividade subiu para 50%, sendo a metade desse montante alocado nos setores de educação e saúde, e outra metade em serviços domésticos.

Embora tivesse registrado leve queda de 24 para 21%, entre 1940 e 1980, entre a população feminina economicamente ativa a indústria de transformação manteve-se como importante setor de atividade para essa parcela da população (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008, p. 110).

Embora seja nítida a condição precária da mulher ao longo da história, segundo Nogueira (2010), com o advento da mundialização do capital, sobretudo a partir dos anos de 1980 e 1990, os trabalhadores foram afetados diretamente, no sentido de desvalorização de sua



mão de obra, porém, este impacto foi diferente entre os gêneros, onde a mulher teve maior inserção no ambiente laboral, contudo em trabalho informal e precários.

Desta forma, o capitalismo forja a emancipação destas trabalhadoras que, por um lado são inseridas no ambiente laboral, mas por outro, tem sua atividade produtiva segregada, desvalorizada e precária, reforçando a hegemonia do mundo machista.

Como a precarização do trabalho está atingindo muito mais a mulher trabalhadora, acarretando uma acentuação das desigualdades entre os sexos (SILVA; YAZBEK, 2012, p. 84). Bruschini (1994) afirma que a intensificação das mulheres no mercado de trabalho tem estimulado uma pressão para que o governo adote políticas públicas mais compatíveis com a realidade destas mulheres, que são mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras.

172

Muitos estudo têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores(as) imigrantes, negros(as), indígenas etc.) (HIRATA, 2002 apud ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Portanto, é importante voltar o olhar para as condições da mulher no ambiente público e privado e, desta forma, entender a dinâmica de sua atividade produtiva, dando subsídios para que ela possa desenvolver seu trabalho de forma digna e em nível de igualdade com os homens.

### **Políticas públicas de trabalho: o combate à desigualdade de gênero no Brasil**

A entrada da mulher no mercado de trabalho se deu massivamente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), momento em que elas tiveram que ir em busca do alimento para sua família e seu trabalho saiu da esfera privada para a esfera pública.

Diante do slogan “*We can do it*”, milhares de mulheres foram em busca de uma oportunidade de trabalho e, diante das condições extremas, elas aceitaram os que lhes foram oferecidos, o que culminou na diferença de salário entre elas e os operários do gênero masculino.

Andreucci (2012) trata da discrepância entre os salários de homens e mulheres se apoderando de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pela qual



constatou no “Estudo Especial sobre a Mulher” que essas recebem em média 73% do rendimento deles. A partir desses dados, a autora questiona participação do Brasil na Convenção n. 100 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) cujo foco é o princípio da igualdade de remuneração entre os gêneros.

Embora a força produtiva seja comprovadamente de suma importância para a economia e desenvolvimento do país, a mão de obra das mulheres ainda é pouco valorizada, chegando a diferença de até 30% a menos que o trabalho dos homens.

No Brasil é reconhecido o esforço dos governantes, em especial do governo petista, no apoio a ações afirmativas e de apoio ao direito da mulher. Foram criadas diversas frentes em combate a discriminação de gênero, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem *status* de ministério, porém ainda não é o suficiente para o enfrentamento da questão da discriminação de gênero.

Portanto, é nítida a necessidade de se criar e fazer cumprir políticas públicas que sirvam de amparo às mulheres, que tiveram sua atividade produtiva explorada desde a antiguidade e que hoje vivem a realidade da precarização de sua mão de obra.

Andreucci (2012, p. 101) afirma que as ações afirmativas podem ser definidas como medidas destinadas aos grupos sociais segregados, oprimidos e discriminados, e por meio de políticas públicas, possibilite que haja igualdade.

As políticas públicas são criadas com o intuito de amenizar as desigualdades entre grupos que, ao longo de sua trajetória, sofreram discriminação ou algum tipo de violência, especialmente com as mulheres, estas medidas servem para, entre outras coisas, amenizar o histórico de violência, falta de equidade de oportunidades e dominação masculina.

Torna-se importante analisar o papel do Estado nessa economia e suas ações que gerem emprego e renda para diversos indivíduos, especialmente aqueles excluídos do processo de produção e, assim, gerar bem-estar a toda sociedade (FERREIRA, 2011, p. 66)

O equilíbrio nesse mercado ocorrerá quando a demanda por trabalho for igual a oferta [...] dessa forma, qualquer desequilíbrio no mercado de trabalho será temporário e restaurado via flexibilidade dos salários (FERREIRA, 2011, p. 66).

### **A pobreza como determinante das condições sociais de alienação**





A pobreza das mulheres é um fenômeno que se arrasta pela história. Considerada inferior aos homens, com limitações cognitivas, o trabalho destas sempre foi menos remunerado, sobretudo se comparado à mesma atividade executada pelo sexo masculino, ocorrendo, portanto, a “naturalização” de sua condição financeira inferior.

Foi em 92, acho que 90, eu decidi voltar ao mercado de trabalho, não é? Fui procurar serviço só que eu deixei, não estudei, né? Terminei só o ensino médio, não dei continuidade aos meus estudos, né? Daí eu senti a necessidade de algum curso, não é? Porque já não conseguia trabalhar numa empresa, porque já pedia, mesmo na década de 90, ela já queria ter um profissional mais qualificado, enfim, eu trabalhei na produção, mas eu não era qualificada, não tinha feito um curso, não tinha feito um, nem se quer uma datilografia, porque na época exigia datilografia. Então a única coisa que eu decidi fazer, eu falei assim: “Putz, eu vou primeiro tirar uma habilitação, porque eu já tinha...” [...]eu fui, decidi, falei assim: “Agora vou arrumar um serviço.” Comecei, pensei comigo, né: “Vou primeiro então fazer primeiro um curso, não é? Já vou conciliar, começo primeiro fazendo um curso, e vou procurar uma situação no mercado, não é?” Comecei fazer um curso no SENAI, no SENAC, desculpa, comecei, fiz datilografia, e auxiliar de departamento pessoal. (D).

174

Para Cisne (2012, p. 85) são as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, as mais atingidas por este modelo econômico e cultural da sociedade, pois elas são exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe.

[...] fui trabalhar de faxineira, por que é o único lugar que tinha. [...] E procurei sim serviço, mas eu não tinha segundo grau completo, ele não deixou eu estudar. Eu não tinha 2º grau, eu não tinha, não tinha nada, eu estava assim, mas nesses dois anos, enquanto o que estava de olho nos meus filhos, dando suporte, tal olhando cuidando né, eu fui fazer, fui terminar o segundo grau, eu fiz, antigamente era o supletivo né, eu fiz o supletivo terminei o segundo grau, fiz curso de informática de graça, por que eu não tinha nem condições de pagar [...] Então na época estava, a revolução da informática né, então eu tive aquele curso básico mesmo, né. Então o que eu fui tomando conhecimento, mas não tinha, eu não tinha computador em casa, é a mesma coisa de você tirar carta em não dirigir, tem que ter a prática né. Mas assim, eu fui mandando currículos de tal, mas não conseguia. Mas o que eu fazia, eu fazia faxina para fora, eu passava roupa para fora, o meu irmão precisou de uma pessoa para cuidar da casa, eu fui trabalhar na casa do meu irmão, ganhava um salário mínimo né (R).



Com a expansão do capitalismo, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, a atividade produtiva das mulheres pobres foi altamente explorada: o trabalho, que antes era considerado socialmente indigno, passa a ser necessário para a reprodução do capital. Porém, esta lógica se aplica apenas às mulheres de famílias pobres as quais tinham que ajudar no sustento de seus pais e de sua família, mesmo depois de casadas. A maior parte das mulheres, nos séculos passados, era pobre e precisava trabalhar, fosse casada ou solteira. Muitas foram obrigadas a isso. (FONTENELLA; RICCAS; TURANO, 2008, p. 76).

175

Eu comecei meu trabalho aos treze anos de idade de uma forma meio que por necessidade de subsistência e querer continuar meus estudos. Comecei num escritório de contabilidade, de advocacia; e assim as coisas foram acontecendo na minha vida. Não foi uma questão de opção; foi uma oportunidade que apareceu e eu abracei; e essa oportunidade me fez ter uma abertura de possibilidades bastante distintas e acabou que culminou na minha trajetória profissional até os dias de hoje. (L)

Portanto, a exploração do trabalho da mulher está atrelada à exploração de classe que se funda na precarização da atividade produtiva de quem realmente tem que trabalhar para sobreviver, não restando escolha a estas mulheres porque, pobres e sem instrução, tinham que se submeterem às mais precárias condições de trabalho.

No contexto do desenvolvimento capitalista, escolas para mulheres foram criadas com o intuito de capacitá-las de forma que suas atividades pudessem contribuir para a maior produção em massa de bens e serviços.

Estas mudanças recentes na ocupação feminina só podem ser entendidas como parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e reestruturação produtiva (ARAÚJO, 2001/2002, P. 133).

Mesmo muitas destas já trabalhando fora de casa até quase o final da década de 1980, as mulheres permaneceram sob a tutela do pai ou do marido, tendo sua alforria apenas após a



Constituição Federal de 1988, que garantiu sua igualdade no papel, mas a lógica das condições inferiores já havia sido construída socialmente<sup>1</sup>.

No final dos anos 1980 as mulheres começaram a defender a igualdade, não mais em nome de sua capacidade de se assemelhar aos homens, mas sobretudo em nome de seu direito de diferir deles (OLIVEIRA, 2012, p. 89).

Este período é marcada por continuidades no que diz respeito à inserção das mulheres no mundo do trabalho extra doméstico- um grande contingente de mulheres ocupa posições não qualificadas, com vínculo empregatício e condições de trabalho precárias, mal remuneradas e sem proteção social (ARAÚJO, 2001/2002 p. 133).

176

Porém, embora esta tenha sido uma importante vitória para a emancipação das mulheres, sua condição precária de trabalho ainda é vista nos dias de hoje. A igualdade conquistada no papel, mesmo com os avanços em relação às condições de gênero, ainda não é vivenciada por muitas.

A entrada no mercado de trabalho muito cedo, atrelada à reorganização produtiva das grandes empresas que se instalaram no Brasil na década de 1980, obrigou muitas mulheres a se lançarem em fábricas e ocuparem posições de base.

Segundo Araújo (2001/2002), a mulher teve crescente participação no mercado de trabalho entre as décadas de 1920 e 1980 acompanhadas pelo processo de industrialização e urbanização da sociedade, como bem ilustrado pela entrevistada D:

Eu comecei a trabalhar muito cedo, eu tinha 15 anos, foi isso aconteceu na década de 80, é, e comecei a trabalhar numa empresa, numa multinacional, fiquei lá, permaneci nesse serviço, na produção, durante uns três anos e meio, a quatro anos, é, quando eu me casei. (D).

No Brasil, as mulheres só adquiriram o direito à educação em 1827, por meio de escolas que aplicavam currículos distintos de acordo com o sexo. Para as moças, para quem o ensino superior era proibido, restava um ensino superficial nas ciências e voltado às “prendas domésticas”. Durante o Império, a única oportunidade de a mulher prosseguir seus estudos era

<sup>1</sup> Evidentemente não se pode deixar de registrar a importância do movimento feminista e de mulheres para a conquista de direitos como igualdade jurídica dentre outros.



através da Escola Normal, que permitia o exercício da atividade docente. A partir de 1895, o número de moças suplantou o número de rapazes formados nessas escolas de São Paulo (DEMARTINI; ANTUNES, 1993).

Outra observação importante se refere à feminização do trabalho, assim como ocorreu durante todo o século XX, às mulheres cabiam atividades que exigissem menos qualificação tecnológica, pois, como já citado, elas eram consideradas menos capazes e, portanto, não tiveram a mesma possibilidade de capacitação técnica que o homem.

177

Comecei a trabalhar com 15 anos, em uma loja de artigos de roupa de marca, isso no ano em 1980 com 15 anos, auxiliar de crediário. Fiquei nessa loja por seis meses, aí fui convidado para trabalhar, no escritório de contabilidade, auxiliar de escrita fiscal. (R)

Para Araújo (2001/2002, p. 131) alguns estudos resgatam a construção histórica do poder masculino na determinação da qualificação tecnológica, mostrando como, desde o século XIX, as identidades femininas e masculinas foram sendo construídas, levando em consideração seu maior ou menor domínio sobre a tecnologia.

Segundo Araújo (2001/2002, p. 133) pesquisas recentes mostram que as mulheres têm sido absorvidas no mercado de trabalho, principalmente no setor de serviços, no qual tradicionalmente a população feminina teve uma participação importante, como demonstrado pelos relatos abaixo:

Eu comecei trabalhando muito jovem, com doze, treze anos eu comecei com trabalhos informais no bairro mesmo, ajudando pessoas que precisavam... arrematadora, pequenas oficinas de costura, mas só que eu nunca quis aquilo só, eu sempre quis mais. Vim de uma família humilde, na verdade fui criada pela minha avó, então por conta disso que eu tive que buscar um trabalho mais cedo. [...] Eu tinha, eu precisava ganhar dinheiro por que o meu sonho era fazer uma faculdade, a faculdade de psicologia, e como eu falei, morei com a avó, minha avó cuidou da gente com dinheiro de pensão, meu avô já era falecido, e foi assim uma infância de privações, uma adolescência de privações. Começou realmente a melhorar quando eu comecei a trabalhar, ter meu dinheiro, poder fazer as coisas que eu gostava. (V).

O primeiro emprego, oportunidade, a primeira agência de recursos humanos de São José dos Campos, que hoje é meu amigo que montou, fiquei com ele por um ano e pouquinho, tive a oportunidade de entrar no Banco Bradesco, porque aí eu praticava o que eu estava fazendo em ciências contábeis, passei no concurso do Banco Nacional, apesar do Banco Nacional pagar um pouco



inferior, mas você tinha as outras oportunidades que o banco comercial não ofertava. Deixei o Banco Nacional, porque ele entrou em falência e nisso tive a oportunidade do concurso na prefeitura, e consegui fazer uma escala. (A).

Para Viana (2006, p. 131) a incorporação da mulher na indústria têxtil, alimentar farmacêutica e no setor de serviços (como professoras, enfermeiras, ascensoristas, telefonistas, trabalhadoras domésticas, etc.) são uma projeção das tarefas que a mulher realiza na esfera doméstica.

### Conclusões

O fenômeno da inserção da mulher na atividade produtiva seguiu as exigências da reprodução capitalista, ora seu trabalho era indigno e mal visto- momento em que a mão de obra feminina não era necessária para a expansão do capital, ora era fomentado- pois por ser considerada inferior, o salário pago a elas também era menor, o que é muito bom para os empresários. Mas a realidade é que, mesmo depois de grandes conquistas sociais e políticas, seu trabalho ainda nos dias atuais é considerado inferior e, portanto, ainda persiste a discrepância salarial, ao passo que elas recebem cerca de 30% menos que os homens, mesmo quando desempenham atividades exatamente iguais.

Mesmo tendo conquistado maior espaço na atividade produtiva remunerada, sendo inserida em campos e atividades inclusive tidas como masculinas, as mulheres ainda estão muito aquém de terem o espaço e respeito merecido na sociedade. As políticas sociais de emprego e renda são insuficientes para diminuir a discrepância existente entre as condições de trabalho e seguridade, embora se perceba um esforço neste sentido, as questões de gênero ainda são muito fortes em nossa sociedade machista e patriarcal.

Com o histórico de segregação e discriminação de sua atividade produtiva, com o acesso restrito a determinadas áreas de conhecimento tecnológico, às mulheres ao longo do século XX, restavam às atividades tidas como a extensão do ambiente privado, como professoras, costureiras, cuidadoras, enfermeiras, domésticas, assistentes sociais, etc, profissões conhecidamente como femininas e, portanto, com salário menor, se comparado a atividades masculinas como engenheiro, médico e administrador.

E neste contexto, são as mulheres de baixa renda que mais são exploradas pelo capital, uma vez que, são discriminadas e oprimidas por sua condição de sexo, pois o Desta forma, o capitalismo forja a emancipação destas trabalhadoras que, por um lado são inseridas no ambiente laboral, mas por outro, tem sua atividade produtiva segregada, desvalorizada e precária, reforçando a hegemonia do mundo machista.



Portanto, mesmo com a entrada massiva de trabalhadoras no ambiente laboral, a desigualdade ainda se faz presente como uma forma de dominação masculina, em que a sociedade diminui as qualidades femininas em favorecimento da mão de obra masculina.

A dominação masculina e a submissão feminina fazem um paradoxo com a hegemonia do capitalismo, onde o patrão exerce força sobre a classe operária, por meio da coerção. Desta forma, a causa do gênero muito se aproxima da causa dos trabalhadores de Marx, onde, para que haja uma classe dominante, é necessário que se tenha uma classe dominada.

Assim, é importante voltar o olhar para as condições da mulher no ambiente público e privado e, desta forma, entender a dinâmica de sua atividade produtiva, dando subsídios para que ela possa desenvolver seu trabalho de forma digna e em nível de igualdade com os homens.

## REFERÊNCIAS

- DEMARTINI, Z.; ANTUNES, F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.86, p.5-14, ago.1993
- CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- BRUSCHINI, C. Mulher e o mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In BRANDÃO, M. L. R., BINGEMER, M. C. L. B. Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994, p. 115-129.
- ANDREUCCI, A. C. P. T. Igualdade de gênero e ações afirmativas: Desafios e perspectivas para as mulheres brasileiras pós Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora LTr, 2012.
- FERREIRA, L. S. O funcionamento do mercado de trabalho, o problema dos desemprego e o papel dos Estado na promoção de emprego. In: SOUZA, J. S. [Org.]. Trabalho. Qualificação e políticas públicas. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2011.
- FONTANELLA, B. J. B; RICCAS, J; TURANO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cad. Saúde Pública. 2008.
- ARAÚJO, A. M. C. Dossiê: gênero no trabalho. Cadernos Pagu (17/18) 2001/2002: pp 131 – 138.
- GARCIA, C. C. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2011.
- LEWKOWICZ, I.; GUTIÉRREZ, H.; FLORENTINO, M. Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2008.



NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e a reprodução. Aurora. Ano IV, n. 6. Ago/2010. p. 59 – 62.

OLIVEIRA, R. D. Elogio da diferença: o feminino emergente. Rio de Janeiro, Rocco, 2012.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H., LABORIE, F., DOARÉ, H., SENOTIER, D. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SILVA, M. O. S., YAZBEK, M. C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

THOME, C. F. O Princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais. São Paulo: LTr, 2012.

VIANA, N. Método dialético e a questão da mulher. IN: VIANA, N et al. A questão da mulher: opressão, trabalho e violência. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.





## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL?**

BROTTO, Márcio Eduardo

*Professor do Programa e Pós-Graduação em Serviço Social PUC/RJ*  
*Coordenador do NIEPSAS – Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social*  
*E-mail: [meb.brotto@uol.com.br](mailto:meb.brotto@uol.com.br)*

HULLEN, Angélica Cristina Nagel

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social PUC/RJ*  
*Membro do NIEPSAS*  
*E-mail: [angélica.hullen@hotmail.com](mailto:angélica.hullen@hotmail.com)*

COSTA, Monike Marques D'Alencar Araripe

*Mestre em Políticas de Bem Estar em Perspectiva: Evolução, Conceitos e Actores Universidade de Évora e Saúde e Sociedade Linköpings Universitet*

181

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo consiste em tecer considerações acerca da categoria cidadania e direitos sociais e a construção da trajetória destes no Brasil, com base nos teóricos Marshall e José Murilo de Carvalho. Após, faremos uma reflexão sobre a construção da cidadania e a garantia do acesso aos direitos sociais por meio das redução à pobreza, analisando a partir do papel desempenhado pelo Programa Bolsa Família, no que se refere a gênero - no caso a emancipação das mulheres - neste enfrentamento.

**Palavras-chave:** Cidadania; Programa Bolsa Família; Mulheres.

### **ABSTRACT**

This article aims is to make considerations about the category citizenship and social rights and the construction of the trajectory of these in Brazil, based on the theoretical Marshall and José Murilo de Carvalho. After, we will reflect on the construction of citizenship, and ensuring access to social rights through poverty reduction, from analyzing the role played by the Bolsa Família Program, with regard to gender - for the emancipation of women - this confrontation.

**Palavras-chave:** Citizenship; Programa Bolsa Família; Women's.



## 1. INTRODUÇÃO

Os programas de transferência de renda com condicionalidades têm sido adotados por diversos países, dentre eles o Brasil, como política central para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Criado em 2003, como resultado da unificação de programas sociais já existentes – Bolsa Escola, Vale Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás-, atende atualmente mais de 13 milhões de famílias, com valor mensal de repasse de 18<sup>1</sup> milhões de reais, nos 5.570 municípios brasileiros.

Além de ser focalizado, prever o cumprimento das condicionalidades, o PBF traz outra diretriz importante: o benefício deverá ser preferencialmente no nome da mulher. Isto se deve ao fato das mulheres serem as responsáveis pelo conhecimento das necessidades familiares (alimentação, vestuário, material escolar), bem como pelo aumento do número de mulheres chefes de família, que duplicou em 10 anos, passando de 22% para 46%. <sup>2</sup>Iniciativas como esta são de extrema importância, pois conferem autonomia às mulheres que chefiam os lares, dando-lhes a possibilidade de escolhas, e com estas a cidadania e a dignidade, na medida em que diante das privações, é possível atenuá-las, sob certo modo, no que se refere ao aspecto econômico.

Mas para, além disso, é necessária a ampliação das políticas públicas de gênero, objetivando a ampliação da cidadania e direitos sociais, tornando mulher como protagonista da sua vida, do seu cotidiano e tenha oportunidades igualitárias, diante do cenário de desigualdade para o pleno comando no rumo da sua vida e das suas decisões e este é o objetivo da discussão neste estudo.

## 2. COMPREENDENDO AS CATEGORIAS CIDADANIAS E DIREITOS SOCIAIS E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

### 2.1 BREVE CONCEITUAÇÃO DE CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS

Partindo da premissa de que o conceito de cidadania está amplamente ligado ao conceito de direito social, visto que uma política social na perspectiva da cidadania deve ser formulada e estruturada sobre direitos sociais, no contexto de uma sociedade que busca cada vez mais a

<sup>1</sup> De acordo com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – julho/2014.

<sup>2</sup> De acordo com o censo IBGE/2012.



autonomia de seus integrantes, elegeu-se para sustentar esta reflexão dois teóricos: T.H. Marshall, sociólogo inglês que renovou sobre a discussão de cidadania e direitos sociais e José Murilo de Carvalho, ao efetuar a discussão sobre cidadania no Brasil.

Pode-se afirmar que a discussão sobre cidadania e direitos sociais não é nova, porém a partir de 1940, por ocasião da publicação do trabalho de Marshall, ganhou novos e inovadores paradigmas, um verdadeiro divisor de águas para as produções subseqüentes sobre o tema.

Na perspectiva de Marshall, (1967; 1988), a constituição de cidadania e dos direitos do cidadão é vista como resultado de uma luta histórica, na seqüência a seguir: “a) os direitos civis, compostos dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça; b) os direitos políticos, como o direito de participar no exercício do poder político como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um leitor dos membros de tal organismo; c) os direitos sociais, que se referem a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.” Portanto, para Marshall, os direitos do cidadão devem ser na seguinte ordem: inicialmente os direitos civis, após os direitos políticos e por últimos os direitos sociais.

Ao analisar cidadania em Marshall, Jack Barbalet (1989), afirma que há uma teoria de mudança social implícita na construção social de Marshall. A cidadania social reduz determinadas desigualdades sociais e o seu crescimento é estimulado tanto pela luta por obter direitos sociais, como pela fruição destes depois de obtidos.

A combinação desses três tipos de direitos, segundo CARVALHO, “[...] é na seqüência indicada, em que o exercício de um deles levava à conquista do outro, parece-me ter constituído um precioso elemento para explicar a solidez do sentimento democrático e a maior completude da cidadania nos países do ocidente europeu e nos Estados Unidos. A cidadania foi uma construção lenta da própria população, uma experiência vivida: tornou-se um sólido valor coletivo pela qual se achava que valia a pena viver, lutar e até mesmo morrer.”

Para Barbalet (1989), Marshall prestou uma contribuição transcendental às teorias da cidadania ao incluir os direitos sociais na definição de cidadania moderna. Afirma ainda que Marshall expressa a consciência de uma classe num determinado momento histórico e os conceitos com os quais trabalha, ao serem relacionados, mostram respostas que os distintos



padrões de proteção social procuram e oferecem aos ataques que a sociedade capitalista recebe e que lhe ameaça.

Adverte Barbalet (1989, p.36) que nem todos os direitos, nem sequer os direitos legais, são direitos a cidadania porque muitos deles servem para compensar aqueles cidadãos que estão excluídos do *status* de cidadania."Os direitos de cidadania impõem limitações à autoridade soberana do Estado (...) podem ser chamados com mais propriedade deveres do Estado para com seus membros". (idem p.36). Os direitos civis e sociais fazem isso de maneiras diferentes: os primeiros são direitos contra o Estado e os segundos são reivindicações de benefícios sociais garantidos pelo Estado.

Entre as tensões entre os direitos civis e os direitos sociais, algumas incoerências podem ser detectadas: os direitos civis são compatíveis com as desigualdades capitalistas e necessários à manutenção; os políticos repletos de perigo potencial para o sistema capitalista; e os sociais, uma ameaça às desigualdades de mercado e de classe. (Marshall; Bottomore, 1998).

Após esta breve apreensão do conceito de cidadania e sua relação com direitos sociais, com base na teoria de Marshall é necessária a compreensão dos termos no caso brasileiro, tendo como referência a teoria de Jose Murilo Carvalho.

## **2.2 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL**

No Brasil, os direitos sociais desenvolveram-se tardiamente, em função da influência exercida pelas grandes instituições da colônia que formaram um entrave para o seu desenvolvimento.

Diante da ordem escravista, o latifúndio monocultor, o estatuto de colônia, enfim, não havia direitos sociais para os desguarnecidos e sim apenas para os reinóis. A assistência social era desenvolvida em sua maior parte por associações privadas, muitas ainda de cunho religioso, outras antecessoras dos sindicatos, que "ofereciam aos seus membros apoio para tratamento de saúde, auxílio funerário, empréstimos, e mesmo pensões para viúvas e filhos" (Carvalho, 2002: 61), proporcionalmente às suas contribuições, além ainda das Santas Casas de Misericórdia, apesar de a Constituição do Império (1824) ter garantido o direito aos socorros públicos no artigo 179, inciso XXXI, e, a educação primária gratuita no artigo 179, inciso XXXII.



De acordo com Carvalho (idem p.62.), os direitos sociais não foram reconhecidos pela Constituição Republicana, que declarava não ser dever do Estado garantir tanto a educação primária quanto a assistência social, havendo, portanto, claro retrocesso. Por outro lado, predominava um liberalismo já superado em grande parte da Europa. O princípio de não regulamentação das profissões proclamado pela constituição de 1824, foi repetido pela constituição republicana no artigo 72, e permaneceu intocado até a constituição de 1934, denotando o claro ideário anticorporativo do século XVIII, base da *laissez-fairiana* de organização social. O sentido do liberalismo ortodoxo adotado pelo Estado brasileiro foi o de não intervenção no processo de acumulação, em quaisquer pontos, sobretudo no de reinventá-lo.

Na República também não houve a regulamentação dos direitos trabalhistas – que junto aos direitos previdenciários – são os mais importantes dos direitos sociais. Na primeira década da República, houve um surto industrial na região Sul e Sudeste do país, que trouxe a cena política nacional, pela primeira vez a figura do trabalhador.

Nas primeiras lutas pelos direitos sociais, o poder público acabou por se colocar ao lado do patronato e garantiu proteção policial às fábricas, perseguiu e prendeu lideranças, obrigou o fechamento de gráficas e jornais considerados subversivos, extraditando estrangeiros que fossem suspeitos de colocar em perigo a tranquilidade pública e a segurança nacional etc. José Murilo de Carvalho afirma que ficou notória a frase de um presidenciável de que a questão social – o nome genérico do problema operário – “era questão de polícia” (Carvalho, 2002: 63).

O episódio mais importante das três primeiras décadas do século passado foi a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos ferroviários em 1923, que assegurava a essa categoria profissional, aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez; pensão em caso de falecimento, subvenção de despesas funerárias e assistência médica; e tinha por principais características: o rateio da contribuição entre governo, patrões e empregados; administração particular – sem ingerência estatal – e organização por empresa.

Já a Constituição de 1934 reconheceu a maioria dos direitos sociais mais difundidos, principalmente no tocante ao trabalho, entre eles: a isonomia salarial, o salário mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas; a proibição do trabalho de menores, o repouso semanal, as férias remuneradas, a indenização por dispensa sem justa causa, a assistência médica ao trabalhador e



à gestante, bem como reconheceu a existência dos sindicatos e associações profissionais, estabeleceu ainda a submissão do direito de propriedade ao interesse social ou coletivo, entre outras medidas.

Wanderley Guilherme dos Santos afirma:

[...] o conceito chave que permite entender a política econômico-social pós-30, assim como a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de *cidadania*, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como o de *cidadania regulada*. Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. (p. 74)

186

Ou seja, a cidadania é limitada por fatores políticos (Carvalho, 2002: 115). Essa associação entre cidadania e ocupação, ainda segundo o referido autor, proporcionou as condições para que se formassem, depois, os conceitos de mercado de trabalho informal e marginalidade, isso porque, no primeiro conceito, não estavam instalados os desempregados, ou sub-empregados, mas todos que por mais regulares e estáveis que estivessem não tinham suas ocupações regulamentadas pelo Estado. As posturas de política social eram concebidas como privilégio e não como direito, já que uma série de trabalhadores (todos os autônomos e, principalmente, as trabalhadoras domésticas) ficava à margem dos benefícios concedidos pelo sistema previdenciário da época.

Os direitos sociais de cidadania não foram resultados, portanto, da luta política dos movimentos sociais organizados; antes era resultado da benevolência do Estado, mormente daquele que detinha a chefatura do Poder Executivo e de seus órgãos.

A ligação dos sindicatos com o governo ia muito além de órgãos consultivos e técnicos (Carvalho: 2002: 116), destinados a colaborar com o poder público. Como via consignado no Decreto 19.770 de 1931, o governo efetivamente controlava os sindicatos. A lei de sindicalização do governo revolucionário além de distinguir entre sindicatos de empregados e empregadores, estabeleceu quem poderia pertencer ao sindicato, e submeteu a própria existência dos sindicatos a prévio registro no Ministério do Trabalho, de sorte que só poderiam apresentar reclamações trabalhistas quem fosse sindicalizado, ou seja, quem tivesse sua ocupação reconhecida e regulamentada pelo Estado.



Em 1933, quando da criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, uma mudança interessante, a qual possibilitou não só a reunião sob o mesmo regime previdenciário dos membros da mesma categoria profissional, mas, também a avocação pelo Estado de duas ordens de problemas: o da acumulação e o da equidade (Santos, p. 31).

O pelegismo foi a tônica da relação dos sindicatos com o Estado. O sistema previdenciário controlado pelo Estado permitiu a vinculação das oligarquias políticas e sindicais no pós-30, de forma que a primeira controlava o Ministério do Trabalho e a segunda, o operariado. José Murilo de Carvalho (2002: 118) afirma que, nesse período, o operariado viveu o dilema: liberdade sem proteção ou proteção sem liberdade.

O pelego (Carvalho: 2002: 122.) é normalmente um operário que procurava beneficiar-se do sistema, adotava postura de submissão voluntária aos interesses do Estado e dos patrões e negligenciava a sua classe. Essas alianças rendiam favores aos pelegos, era comum que os sindicatos geridos por eles fossem atraentes pelos benefícios que concediam – isso porque nunca entravam em conflitos –. Em geral, não obstante, eram odiados pelos sindicalistas mais politizados e conscientes.

Nesse contexto repressor foi promulgado o Decreto-lei 5.452 em 1º. de maio de 1943, o qual consolidou as Leis do Trabalho e otimizou o controle que já havia se intensificado com a Constituição de 1937 quando estabeleceu o sindicato único, o imposto sindical, criou-se a Justiça do Trabalho – antes existiam Juntas de Conciliação que não poderiam ser consideradas ainda Justiça especializada na composição dos conflitos decorrentes das relações de Trabalho –, e ainda considerou a greve como nociva ao trabalho e ao capital, embora alguns juristas desatentos afirmem que o objetivo da CLT era apenas o de reunir as leis extravagantes existentes na época.

A Constituição de 1937 de caráter populista, editada sob inspiração nazi-facista, foi eminentemente corporativista seguindo a orientação da *Carta del Lavoro* de 1927 e da Constituição Polonesa., foi marcada pelo autoritarismo sobretudo concernente aos direitos políticos, fortalecendo o poder do Chefe do Executivo. Previa um plebiscito para sua legitimação que jamais ocorreu. Previa eleição para o Congresso, que também não ocorreu. Previa ainda um segundo plebiscito para nova legitimação que também não ocorreu.





Apesar de tudo, é possível afirmar que o governo Vargas foi a época dos direitos sociais. O problema efetivo desse período foi a inversão na ordem proposta por Marshall. Os direitos sociais foram introduzidos em momento de supressão dos direitos políticos e, sobretudo, não em decorrência da luta política organizada dos movimentos sociais, mas como benesse ou graça da chefatura do Poder Executivo da República.

[...] Era avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para política. Mas em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora. (Carvalho, 2002: 126)

188

O pós-45 embora possa ser caracterizado como um período de relativa democracia, principalmente, no tocante aos direitos políticos e civis, não significou uma ruptura com as estruturas consolidadas pelo governo Vargas.

As concepções político-econômicas mudaram as ideias do economista John M. Keynes foram incorporadas por grande parte dos países europeus do pós-guerra, o ideário social-democrata, principalmente no que se refere à economia e à administração do governo, foi fagocitado silenciosamente pelas elites brasileiras.

As grandes inovações do período foram: a Constituição de 1946, que preservou os direitos sociais da anterior e aperfeiçoou a Justiça do Trabalho que não teve alteração até a extinção dos juizes classistas na década de 1990; o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que estendeu os direitos previdenciários, trabalhistas e de sindicalização aos trabalhadores rurais, que, efetivamente, surtiu poucos efeitos haja vista a grande força desmobilizadora exercida pelos grandes proprietários de terras.

A exceção que se instalara com o Golpe Militar de 1964 alterou, em alguma medida, o panorama dos direitos de cidadania: os direitos políticos e civis foram supressos o que acabou por provocar retrocesso em alguns direitos sociais conquistados durante o interregno democrático – principalmente, os de associação –, mas os governos militares continuaram a enfatizar os direitos sociais da mesma forma que o governo Vargas.



A noção de cidadania continuava desvinculada de qualquer conotação pública ou universal, ainda era concebida como *privus-lex* – lei privada, produzida pela benemerência das autoridades públicas –, grande parte da população ainda encontrava-se excluída de quaisquer direitos fundamentais, apesar de as garantias individuais estarem previstas no artigo 150 da Constituição de 1967 e os direitos sociais no artigo 158.

A orientação ideológica da elite pós-64, buscando acelerar as taxas de poupança e acumulação, conduziria a problemas mais difíceis de resolver no que concerne às políticas de emprego e salarial. No primeiro caso, conflitavam-se os objetivos de modernizar aceleradamente a economia, aumentando a produtividade do fator trabalho – o que significava menor número de trabalhadores ocupados por indústria - e de criar substancial número de empregos atuais, como decorrência da pressão populacional, urbana em particular. Por outro lado, a política de modernização tecnológica da economia faria pender para o lado da mão-de-obra qualificada os benefícios da operação da lei da oferta e da procura, pedra angular da economia de mercado com que se diz comprometida a nova elite decisória. E, sobretudo, tendo em virtude da estagnação, em termos proporcionais, dos investimentos governamentais em educação. A ser respeitada a lei da oferta e da procura seria de se esperar que, em breve prazo, a força industrial melhor equipada estaria em posição favorável na barganha salarial, o que obrigaria o governo a buscar em outros setores sociais, nas rendas e nos lucros, a poupança necessária para a taxa de acumulação desejada.

Os dados econômicos dos governos militares foram particularmente intrigantes. Apesar da queda do crescimento ao final, o período de maior repressão coincidiu com o período de maior crescimento econômico, e isso provocou reflexos nos direitos sociais de cidadania. Quando a repressão se tornou mais violenta (CARVALHO, 2002:168), as taxas de crescimento mantiveram-se em torno dos 10%, tendo pico de 13,6% no governo Médice (1973), superando rapidamente os maiores índices registrados no governo JK. O aumento da desigualdade provocado pelo "milagre" econômico não se fez sentir, porque a expansão da economia veio acompanhada de modificações demográficas e na composição da oferta de empregos.

Em 1966 fora criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que substituiu a estabilidade garantida aos trabalhadores que completassem mais de dez anos de serviço. Ainda nesse mesmo ano surgira o INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) que unificou todo o sistema de IAPs. Durante o governo Médice, foi atingido o ideal de universalização da



previdência com a criação do FUNRURAL (Fundo de Assistência Rural), o qual garantiu aos trabalhadores rurais o acesso à Previdência Social, e a incorporação das empregadas domésticas e dos trabalhadores autônomos. Fora ainda criado o BNH (Banco Nacional da Habitação) e, em 1974, finalmente, o Ministério da Previdência Social.

Pode-se constatar de fato que a cidadania veio a ser consolidada com a Constituição Federal de 1988. Ela pode ser entendida como um marco de garantia de direitos da construção de uma rede de proteção social, pois elegeu um conjunto de valores éticos considerados fundamentais para a vida nacional, a maior parte dos quais se expressa no reconhecimento dos direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 materializa a processo de redemocratização vivido no país, pois resultou de um amplo processo de discussão e de mobilização política. Dentre seus conteúdos mais expressivos, merecem destaque: o forte componente de garantia de direitos de cidadania e de correspondente responsabilização do Estado; de afirmação do compromisso com a democracia direta, por meio da institucionalização de canais de participação da população no controle da gestão pública; e, ainda, de construção de um novo pacto federativo, com ênfase na descentralização e no fortalecimento dos municípios.

No artigo 3º da Constituição, são definidos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Este, portanto, deve ser um dos compromissos de cada esfera de governo.

No campo das políticas públicas, a Constituição garante o direito universal (independentemente de qualquer pagamento direto ou indireto) à saúde e à educação e, ainda, define que a Seguridade Social é constituída pelas políticas de previdência social, de saúde e de assistência social.

No que se refere à assistência social, o artigo 203 da Constituição define que essa deve ser prestada “a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social”. No processo recente de implementação das novas concepções de assistência, que incluem a proteção da família, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, a promoção da integração com o mercado de trabalho, dentre outros, merece destaque a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.



Dessa maneira é a própria Constituição quem cria as bases para a responsabilidade conjunta e para a cooperação entre a União, estados e municípios no combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social e à construção coletiva da cidadania. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está o compromisso com a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como com a redução das desigualdades sociais e regionais.

Após esse recorte histórico, objetivando realizar a construção do conceito de cidadania e direitos sociais ao longo da história do Brasil, percebe-se que a extensão dos direitos e dos serviços sociais dá-se a partir da situação dos indivíduos no mercado de trabalho.

Carvalho (2007) em sua análise sobre a construção da cidadania no Brasil, chega à conclusão de que a cronologia e a lógica de sequência descrita por Marshall foram invertidas, visto que ocorreu inicialmente a garantia dos direitos políticos, após os civis e por último, os direitos sociais.

Quadro 1: Histórico Comparativo do Processo de Evolução da Cidadania no Brasil e na Inglaterra

País	Período	Direitos	Período	Direitos	Período	Direitos
Brasil	1824-1891	Políticos (Outorgados)	1891-1988 1930-1945	Civis Sociais (Outorgados (CLT))	1988-2001	Sociais e políticos
Inglaterra	Século XVIII	Civis	Século XIX	Políticos	Século XX	Sociais <i>Welfare state</i>

Fonte: Pesquisa da autora com base na obra de Carvalho(2007) e Marshall (1940)

### 3. O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

#### 3.1. O COMBATE À POBREZA COMO ESTRATÉGIA POLITICA DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Retomando a reflexão desenvolvida por José Murilo de Carvalho (2007, p. 229), sobre o fato de a desigualdade ser “a escravidão da sociedade atual, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática”, constata-se que parece haver mesmo uma



incapacidade de se produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em classes separadas pela origem, pela educação, pela renda e pela cor.

O debate atual sobre a questão da pobreza, no Brasil, contempla dois consensos, após longo período de debates entre os especialistas das áreas social e econômica: a) que ela é um fenômeno estrutural de nossa sociedade; e b) que o principal fator de sua persistência está na desigualdade social, que, uma vez, não combatida tende a reproduzir essa desigualdade. Outro consenso é de que a pobreza no Brasil segue uma trajetória particular, continuando a ser um problema social a ser enfrentado pelo Estado, independentemente das formas como aparece e se manifesta na sociedade. Assim, conhecer seus traços essenciais torna-se importante para que se entendam as complexas questões enfrentadas pela sociedade brasileira, nesse período mais recente, ma estreita associação entre políticas de combate à pobreza e políticas de promoção da cidadania.

As políticas sociais são importantes porque elas protegem os indivíduos que vivem em sociedades contra os riscos próprios da vida humana e assistem às necessidades dessas pessoas; necessidades estas que surgem em diferentes momentos e situações concretas, como também em situações de dependência. O conjunto dessas políticas sociais, geralmente denominadas de políticas de proteção social, tem por objetivo, portanto, que a sociedade se torne responsável por reduzir ou neutralizar o impacto de determinados riscos sobre o indivíduo e a própria sociedade.

E, como responsabilidade da sociedade, é papel do Estado ser o provedor dos serviços e benefícios que respondam à satisfação das necessidades sociais básicas dos cidadãos brasileiros, para alcançarem sua emancipação. E, esse sistema de proteção social visa exatamente criar um sistema para proteger os cidadãos de determinados riscos clássicos, embora sempre de forma desigual: doença, velhice, invalidez, desemprego, exclusão (por renda, raça, gênero, etnia, cultura etc.) No caso brasileiro, como apresentado anteriormente, o sistema de proteção social está organizado, desde 1988, sob a lógica da seguridade social. Isso significa que previdência social, assistência social e saúde, os três elementos que compõem o capítulo da seguridade social da Constituição, correspondem a direitos sociais. E, nessa



condição de direitos sociais, eles são universais, e não podem se constituir num favor dos governantes ou dos gestores, nem numa caridade.

O problema é que a pobreza ainda é muito robusta, sendo a demanda ainda não muito maior que a oferta dos serviços e benefícios oriundos das políticas sociais, fazendo com que muitas vezes os cidadãos sintam-se tentados a buscar outros meios para alcançar os seus objetivos, remetendo-se as práticas clientelistas e assistencialistas, afastando-se dessa maneira das conquistas alcançadas na Constituição Federal de 1988. Assim sendo, a perspectiva neoliberal, a noção de direito social é descaracterizada e o seu papel não está associado à garantia da justiça e da igualdade, mas aos custos e aos ônus que o Estado terá de arcar. (PEREIRA, 2009).

No âmbito da cidadania, os direitos sociais são os mais dinâmicos e, conseqüentemente, os que têm se multiplicado e se especializado, conforme indica Bobbio (1992), tornando-se possível identificar, nos últimos anos, o aparecimento de novos sujeitos ou titulares de direitos, cujas garantias legais se especificaram guiadas pelo critério das diferenças concretas que distinguem esses sujeitos entre si, tais como: idosos, crianças, mulheres, pessoas com deficiência, gerações futuras. Esta não é a tendência da garantia dos direitos individuais, pois estes concebem o cidadão como sujeito genérico e abstrato, isto é, sem particularidades e especificações. Portanto, é possível identificara-as reflexões sobre o conceito de cidadania e nos debates que são gerados a partir dele (políticas sociais de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, para emancipação dos cidadãos), a noção de transformação social, embutida tanto no raciocínio marxista, como também na própria concepção da cidadania em Marshall.

Conforme Carvalho, observamos no caso brasileiro, que ao longo da história o papel do Estado na área social muda em distintas conjunturas históricas e políticas ao longo do século XX e no início deste. Portanto, quando falamos de cidadania, de políticas sociais e políticas de combate a pobreza, nos remetemos as três dimensões básicas da sociedade: o Estado, a sociedade e o mercado. Logo, as políticas sociais, surgem de certo modo, como compensações por parte do Estado, em função das desigualdades geradas pelo modo acumulação capitalista.



Ainda neste sentido, vale ressaltar que as políticas sociais estão comprometidas quando geridas pelo Estado, para a promoção social, da justiça social e da concretização dos direitos da cidadania, conquistadas pela sociedade e amparadas por lei.

Assim sendo, é por meio das políticas sociais que o Estado utilizada instrumento e parâmetros previamente estabelecidos para redistribuir riquezas da sociedade para as classes sociais menos favorecidas e que sofrem o impacto histórico da acumulação capitalista desigual, agravada pelo processo de construção e acesso aos direitos sociais no Brasil.

Atualmente, a discussão reside em estabelecer condições e critérios para que as políticas e programas sociais se tornem de fato políticas efetivamente públicas, promotoras da justiça social e garantidoras da cidadania. É importante destacar que estas políticas devem também promover ou pelo menos atenuar a desigualdade promovida pela acumulação capitalista ao longo como da historia.

Na garantia dos direitos sociais, como enfrentamento das mazelas produzidas pelo capitalismo e das desigualdades sociais geradas ao longo da história do Brasil, é que estão designados os preceitos e objetivos constituidores dos programas e políticas sociais.

E nas reflexões sobre a breve conceituação de cidadania com base no raciocínio de Marshall, bem como na construção do conceito do termo ao longo da história do Brasil, tendo como referência Carvalho, é possível afirmar que as políticas sociais de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social para a emancipação como é o caso do Programa Bolsa Família são garantias de acesso à cidadania.

O sistema de proteção social no Brasil desde a Constituição de 1988 está sob a lógica da seguridade social, abrangendo previdência social, assistência social e saúde. E, na condição de direitos sociais eles são universais, não podendo se constituir em favor dos governantes ou dos gestores e muito menos numa caridade.

### **3.2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO MEIO DE ACESSO DA POLITICA DE CIDADANIA NO BRASIL**

Os direitos sociais e as políticas e programas sociais chegaram tardiamente no Brasil. Até hoje, a paisagem brasileira é composta pelo sofrimento social, político e econômico de





milhões de brasileiros e, nosso Estado- Nação carrega a sua enormidade e iniquidade no bojo do seu processo de formação.

Conforme Hobsbawn (2000, pag.363), o processo de industrialização e desenvolvimento econômico do Brasil foi realizado sem nenhuma política de justiça redistributiva. Os processos seculares de colonização depredatória imposta ao Brasil colonial bem como o escravismo, e a concentração de renda nas mãos de poucos ao longo da história, deixaram como herança ao país uma enorme iniquidade distributiva bem como um legado imenso de exclusão da grande maioria da população da vida política e da cidadania democrática.

Além disso, podemos citar ainda como prática histórica do processo de formação social e cultura do Brasil as práticas clientelistas e eleitoreiras, onde a cultura da obtenção de privilégios em troca de favores está impregnada e tem lugar de destaque na moral e política do país.

Como promessas eleitorais sempre existiu a retórica distributiva, porém esta nunca conseguiu efetivar-se politicamente com um conjunto articulado de políticas públicas com vistas a promoção da cidadania e o acesso aos direitos sociais. Políticas destinadas à redução das desigualdades sociais oriundas da acumulação capitalista nunca foram pautas prioritárias nas agendas de Estado e de governo ao longo da história, sendo postergadas em nome da impossibilidade técnica.

Sendo assim, a era dos direitos no Brasil, como cultura e como moralidade política tardou e ainda tarda, afastando assim as perspectivas de inclusão do cidadão nas políticas sociais inclusivas e portadoras da emancipação do cidadão.

O cidadão brasileiro está imerso na história como personagem tardio e o iniciar o seu processo de inclusão, lento e tortuosos, nos processos sociais, políticos e econômicos do país, encontra pela frente a ideologia de mercado, atuando de maneira impregnada como opositora a sua inserção social efetiva.

A cidadania social é considerada por muitos como coisa do passado, e acima de tudo inviável economicamente, pois é onerosa. Além disso, cidadania não combina com modernidade e assim por diante vão crescendo o rol de impedimentos postos a baila por ocasião



da exposição de argumentos contrários a viabilização de uma política de transferência de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

Conforme Leão (2013, p.174), o mundo privado e seus imperativos sistêmicos impelem a pensar e agir no sentido da mercantilização completa da grande conquista da civilização ocidental que são os direitos sociais. Assim, podemos antecipar que o Programa Bolsa Família passa a ser visto como privilégio ao invés de um direito social garantido em lei.

### **3.3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POLÍTICA PÚBLICA PARA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES?**

Diante das questões postas, no que se refere a conceituação de cidadania abordada, cujo contexto está intimamente ligado e entrelaçado aos direitos sociais, bem como a contextualização do processo de cidadania e direitos sociais no Brasil, é possível efetuar uma indagação que será o ponto de partida para o questionamento ora posto: O Programa Bolsa Família é uma política compensatória, diante da impotência do governo em fazer funcionar uma sociedade salarial, garantidora dos direitos sociais e da cidadania?

Esta questão precisa ser respondida para que possamos compreender a dimensão do Programa Bolsa Família na sociedade brasileira, especialmente para os pobre e extremamente pobres e em especial para as mulheres, visto que a titularidade do benefício é preferencialmente em nome da mulher. Nestes casos, de acordo com as regras do Programa, estabelecidas pela Lei 10.836/2004, o cadastro da família no Cadastro Único, que é porta de entrada para as famílias no Bolsa Família, será efetuado preferencialmente em nome da mulher.

É no Cadastro único que estão contidas as informações referente a composição familiar, renda, domicílio, acesso aos serviços públicos, documentação civil, bem como dados que permitem localizar a família com endereço e telefone. A partir destas informações as famílias são selecionadas para receber o benefício de acordo com a renda ( até R\$ 140,00 mensais per capita como ponto de corte) e com a cobertura do Programa no seu município ( estimativa de famílias pobres por município de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD/2010).

Então, sendo o cadastro efetuado em nome da mulher, conseqüentemente o benefício será concedido em nome da mulher, que receberá um cartão em seu nome. São, portanto, as



mulheres que têm sob seu controle, mediante senha pessoal, o Cartão da Cidadania – Bolsa Família.

Vale lembrar um detalhe muito importante para fins deste debate. As mulheres chegaram tardiamente ao mundo dos direitos e da cidadania. E nesse contexto, o mundo doméstico das mulheres, independente da origem social, é voltado para a valoração extrema das virtudes privadas, e com isso são formadas pessoas avessas aos direitos e deveres públicos. De acordo com Leão (2013, p.176), o resultado deste processo é a reprodução de sujeitos modelados para a dominação no caso masculino, e para o servilismo, no caso das mulheres.

Por esse motivo, há grandes dificuldades para a vida democrática, e entre outras coisas a desigualdade entre os sexos e, diante disso a entrada das mulheres no caminho da cidadania é feita por muitos caminhos, visto que são varias as modalidades de exclusão na vida pública. Nancy Fraser comenta o caráter híbrido das exclusões sofridas por muitas categorias sociais, citando especificamente as mulheres e os negros. Por isso exigem políticas de reconhecimento que contemplem as várias dimensões das injustiças econômicas, sociais e culturas das quais são vitimas.

Ainda de acordo com Fraser, as injustiças atingem duplamente estes grupos e a reparação deve ser efetuada por meio das políticas públicas de cidadania, que atuem fortemente naquelas dimensões fundantes de suas ambivalência como coletividade. Significa que concretamente, precisam de políticas públicas que lhes forneçam renda no âmbito econômico e social e, simultaneamente de políticas culturais e educacionais, voltadas as mudanças de paradigmas valorativos da sociedade (Fraser, 1997, PP.22 e SS.).

A marginalização culturais e econômica atua como elemento restritivo à fruição de direitos civis e políticos, por parte destes sujeitos sociais. Dessa maneira as mulheres sofrem dificuldades na vida pública, não visualizando esta possibilidade como um direito amplamente garantido.

Na visão de Okin, para as mulheres há uma espécie de perpetuação do circulo vicioso de não direitos, de não cidadania e de não participação igualitária na vida pública, e uma das causas disto reside no fato do discurso político dominante ocultar o fato político de que a família também é uma instituição política. Isto ocorre por muitas razões, mas sobretudo, por seu poder designatório de papéis e funções aos seus componentes, fazendo-o de modo invasivo e



totalitário, legitimado pela tradição e pelos costumes. Com isso, além de plasmar subjetividades diferentes entre homens e mulheres, a questão principal reside na destituição nelas da capacidade de retórica e outras participações mais plenas na vida pública (Okin, 1987, pp 110 e SS).

#### 4. CONCLUSÃO

A pobreza no Brasil advém, ao longo do seu processo histórico, principalmente, de um quadro de extrema desigualdade, que desenvolveu um sistema socioeconômico tipicamente excludente e concentrador e seu agravamento se deu na mesma proporção ou acompanhado do desenvolvimento do sistema capitalista, aliado aos fatores de desigualdades originados pelo gênero e, que são marcas da sociedade brasileira, que junto com a renda forma um quadro altamente perverso para a produção e a reprodução da pobreza e da desigualdade.

Daí a necessidade do desenho de políticas públicas de cidadania voltadas para a emancipação de homens e mulheres nos aspectos econômicos e sociais, bem como culturais e educacionais. Diante destas reflexões é urgente começar a pensar no Programa Bolsa Família como programa de cidadania, bem como a sua ampliação e transformação em renda básica universal e permanente, gerando assim a sua constitucionalização, como direito fundamental dos cidadãos brasileiros.

Por isso, o Programa Bolsa Família pode ser considerado uma política de cidadania e seu aprofundamento e ampliação constituem um avanço significativo e fundamental na luta pelo aprofundamento substantivo da democracia brasileira. É necessário também que a agenda democrática brasileira possua também uma agenda da cidadania.

#### REFERÊNCIAS

- BARBALET, Jack M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa: 1989.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania o Brasil: o longo caminho**. 7.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL?**  
BROTTO, Márcio Eduardo, HULLEN, Angélica Cristina Nagel, COSTA, Monike Marques D'Alencar Araripe



- CASTEL, R. 1998. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes.
- HOBSBAWN, Erick. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LEÃO, Walquiria Rêgo. **Vozes do Bolsa Família**. São Paulo: Vozes, 2013.
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- OKIN, S. M. 1987. **Justice, gender and the family**. Princeton: Princeton University Press.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça – A Política Social na Ordem Brasileira**. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo, Cortez, 1997.
- SPOSATI, Aldaíza. "Assistência Social: desafios para uma Política Pública de Seguridade Social". In: Os Direitos (dos desassistidos) sociais. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 1991.
- YASBECK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 2ª edição, SP, Cortez, 1993.
- DRAIBE, Sônia Miriam. "As Políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas". In: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90. Brasília: IPEA, 1990, p. 4.
- FRASER, N. 1997. "La justicia social en la era de las 'políticas de identidad': redistribución, reconocimiento y participación". Apuntes de Investigación. Buenos Ayres: CECYP, año 2, vol. 2-3, pp. 17-36.
- PEREIRA-PEREIRA, P. Do Estado Social ao Estado anti-social. In: PEREIRA-PEREIRA, P. *et.al.* **Política social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2009.
- VIEIRA, José Ribas. **A Cidadania: sua complexidade teórica e o direito**. Trabalho apresentado no Seminário "Espaço Público", promovido pela PUC-Rio, 29 de agosto de 1997.



## A INTERDISCIPLINARIDADE IMPLÍCITA NAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

*LISBOA, Teresa Kleba*

*Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC)*  
*tkleba@gmail.com*

200

*MANFRINI, Daniele Beatriz*

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina*  
*danielebeatriz@hotmail.com*

### RESUMO

Este trabalho propõe a adoção de uma perspectiva interdisciplinar no processo de intervenção profissional, abordando o caso específico do Serviço Social junto ao Ministério Público em Balneário Camboriú/SC, que diante da interface desta intervenção com as diferentes expressões da questão social, deveria ocorrer maior abertura para a interseccionalidade entre as questões de classe, raça/etnia e relações de gênero. Propõe a inclusão da temática de gênero no Serviço Social, na formação e pesquisas acadêmicas e na atuação profissional, recorrendo aos conhecimentos interdisciplinaridades. Indica-se também a interdisciplinaridade em articulação com as políticas públicas da área da saúde, educação, assistência social e a incorporação de gênero na intervenção profissional com a perspectiva interdisciplinar, com orientações sobre as questões de gênero, questionamento dos usuários sobre sua dinâmica familiar, inclusão da temática nos documentos profissionais e encaminhamento ou sugestão de ações direcionadas ao combate às desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Gênero, interdisciplinaridade.

### ABSTRACT

This paper propound an interdisciplinary perspective in professional intervention process of Social Work, specially about Brazilian Public Prosecutor, in Balneário Camboriú – local work of the first author. Considering the different expressions of 'social question', this paper propose more attention to the intersectionality between class, ethnic e gender questions. Including the interdisciplinary issues of gender in Social Work, both in academic course and researchers as professional acting. Examples of modes of gender incorporation in Social Work is orientation and questions about gender things in families and inclusion of this questions of gender in professional documents and elaboration of projects to elimination of gender inequalities. The interdisciplinary is necessary also in public politics of health, education and social assistance.

**Key-words:** Social Work, gender e interdisciplinary.



## 1.Introduzindo a Interdisciplinaridade nas Questões de Gênero

O objetivo deste trabalho é elucidar a importância de adotarmos uma perspectiva interdisciplinar no processo de intervenção profissional<sup>1</sup> do Serviço Social junto ao Ministério Público do Município de Balneário Camboriú /SC, trazendo para o debate o Projeto Ético-Político da profissão, sugerindo que, dada as interfaces desta ingerência com as diferentes expressões da questão social, deveria ocorrer maior abertura tanto para a interdisciplinaridade - que nos convida a lançar um novo olhar para além das fronteiras estabelecidas pelas disciplinas na construção do conhecimento, como para a interseccionalidade que estabelece uma articulação entre as categorias classe, raça/etnia e relações de gênero.

Desta forma, salientamos neste trabalho, a importância da inclusão destas temáticas no âmbito da Profissão de Serviço Social, seja como integrante do currículo no processo de formação ou como parte das investigações científicas e produção do conhecimento. Mesmo que historicamente a interseccionalidade não esteja tão difundida nos setores acadêmicos e profissionais, a interdisciplinaridade já ocorre quando nos aproximamos de outras áreas como a Sociologia, Antropologia, História e Psicologia entre outras, nos processos de formação, pois são disciplinas obrigatórias do nosso currículo<sup>2</sup>, na análise de nossas intervenções ou dos resultados de nossas pesquisas.

A interdisciplinaridade, enquanto campo emergente de pesquisa nas Ciências Humanas visa ampliar o conhecimento das disciplinas tomadas isoladamente, para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais em suas diferentes dimensões. Configura-se como uma forma alternativa e de enfrentamento ao paradigma tradicional da ciência moderna, integrante da chamada revolução paradigmática e do conhecimento que questiona o sistema de pensamento predominante da modernidade, excessivamente “disjuntivo e redutor” (Morin, 1996), propondo novas epistemologias de pesquisa.

<sup>1</sup> Utilizaremos o termo ‘intervenção profissional’ com o sentido de exercício da profissão, considerado em seus aspectos da prática em si e do entorno da sociedade como parte também desta intervenção, em contraposição ao termo ‘processo de trabalho’ em razão deste, ser alvo, atualmente, de discussões por diferentes grupos, as quais, não pretendemos explorar neste trabalho, para não reduzir sua importância. Mas compreendemos que o assistente social está inserido em diferentes processos de trabalho conforme a natureza da instituição.

<sup>2</sup> Estas disciplinas são oferecidas pelos respectivos Departamentos, externos ao Departamento de Serviço Social.





A interdisciplinaridade, para Edgar Morin (1996), deve ser motivada pelo objeto e pelos objetivos da pesquisa, buscando a integração das disciplinas que possibilitarão a análise do tema proposto, pois todo o objeto que integra as Ciências Humanas, quando selecionado para estudo, requer uma epistemologia da complexidade na medida em que reforça a necessidade de repensar o conhecimento a partir de suas diferentes dimensões, considerando a pessoa humana como multidimensional.

Julie Klein (1990), por sua vez, salienta que a interdisciplinaridade não é a justaposição de diferentes temas ou pesquisadores lado a lado; ela surge sim, das demandas que aparecem a partir dos problemas de pesquisa, que geralmente ultrapassam uma disciplina isolada, necessitando a conjugação de conhecimentos de diferentes áreas. Para a autora, a unificação dos conhecimentos e a integração de diversas disciplinas origina uma especialização, que é a interdisciplinaridade em si.

Nesse sentido, são também os estudos de gênero, apreendidos em sua interdisciplinaridade e seu caráter dialógico nas Ciências Humanas, em que todas as disciplinas abordam conjuntamente a temática, apropriando-se de áreas específicas entre elas, para compreender e propor projetos interdisciplinares. A título de exemplo, o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, congrega diversos Núcleos de Estudos e Pesquisas, nas áreas de Antropologia, Psicologia, História, Sociologia, Serviço Social entre outras, realizando projetos de pesquisa e extensão de forma conjunta, ministrando cursos de especialização ou capacitação contendo módulos de diferentes áreas, organizando eventos, prestando assessoria a Conselhos de Direito e propondo políticas públicas na discussão junto aos movimentos sociais.

O IEG vem tentando resgatar a presença das mulheres, que até pouco tempo estiveram ocultas na história. Para Silvia Salvatici (2005), a história oficial apresentou majoritariamente um viés androcêntrico, em que os papéis das mulheres, seja no ambiente doméstico ou público – no caso dela a participação nas guerras, ficaram obscurecidos. Para a autora, a história oral contribuiu para evidenciar a história das mulheres. 'O objetivo político dos movimentos feministas era dar valor as áreas específicas da experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nesta direção (SALVATICI, 2005, 31).

A exclusão das mulheres, para Cristina Bruschini e Albertina Costa (1992, 66), “é resultado de um longo processo de confinamento ao doméstico, resultante de construções culturais que atribuíram as desigualdades entre homens e mulheres, às diferenças



biológicas”. Isso significa que esta desigualdade se configura para o Serviço Social como uma das expressões da questão social. Por outro lado, para Gayatri Spivak (1994) na relação entre classes, as histórias são reescritas e relidas conforme os discursos vigentes, seja afirmando certos aspectos ou negando-os. Por isso, para autora, o lugar ocupado pela mulher subalterna na renegociação da história, principalmente em razão de seus aspectos específicos e violências sofridas é velado, como no caso do estupro, abordado por ela.

No caso do Serviço Social, uma profissão constituída de 95 % de mulheres, no decorrer de sua história, também se constata um desencontro com as questões de gênero, sendo este conteúdo pouco trabalhado na formação profissional e quando é abrangido em uma disciplina do currículo, muitas vezes é de forma transversal. De maneira geral, o debate em torno destas categorias tem crescido nos últimos anos, como podemos perceber a partir das publicações recentes. Este tema, porém, ainda é tratado nos currículos como “uma das especificidades do campo profissional”, como uma disciplina optativa, e não como ferramenta teórica transversal que possa contribuir para a compreensão das relações sociais marcadas pela dominação-exploração. Ocorre certo preconceito em relação ao tema que é colocado no pacote da pós-modernidade, do culturalismo de modo a desqualificar o debate.

## **2. A perspectiva de gênero e a demanda da interdisciplinaridade na atuação do/a assistente social**

A profissão de Serviço Social se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1930, no contexto de aprofundamento das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, conseqüentes do sistema capitalista mundial, e em meio deste, foi buscando definir suas funções, em uma contradição entre aquelas exigidas pelo sistema e pelo próprio Estado e aquelas surgidas das teorizações e discussões profissionais. O Serviço Social também tem como elemento de sua gênese, a ligação estreita à filantropia e doutrina social da Igreja, marcando seu início em meio à sociedade civil, em organizações sociais e religiosas, para depois se especializar enquanto profissão legalmente constituída.

No conjunto das transformações sociais em que as desigualdades se acentuam, surgem novas demandas à profissão, exigindo novas competências<sup>3</sup> dos

<sup>3</sup> Nas Diretrizes Curriculares atuais, é definida como competência e habilidade, a identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. (**RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.)



profissionais que nela atuam. Por volta de 1970, emerge o movimento de Reconceituação no Brasil, problematizando a discussão teórico-metodológica e propondo um novo projeto profissional fundamentado na práxis, nas especificidades da realidade brasileira, que demandava teorias próprias.

A profissão passou a se organizar politicamente e se vincular a um projeto de sociedade justa e igualitária. No plano acadêmico, o Serviço Social avançou de forma significativa na produção de conhecimentos e no plano ético-político os assistentes sociais passaram a fundamentar suas práticas em valores libertários e democráticos, a defender os direitos não como um fim, mas como um meio indispensável para a redução das injustiças e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Neste contexto emerge o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS 273/93), que visa estabelecer e orientar a atuação dos profissionais baseadas em princípios e diretrizes éticas como a democracia, a cidadania, a liberdade e o pluralismo, que encontram respaldo nos fundamentos contidos na Constituição Federal de 1988 e nos avanços legais trazidos por ela.

Entre os princípios éticos ratificados pelo referido Código, destacamos: a defesa dos direitos humanos, a consolidação da cidadania e da democracia, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a opção por um projeto profissional que vise à construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero e compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Pautado no Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão, o Serviço Social possui um Projeto Ético-Político, que baliza o ensino e o exercício profissional do assistente social. Esse Projeto não se constrói e nem se materializa de forma abstrata, ele revela a opção teórico-ético-política de segmentos expressivos da categoria profissional orientada pelo paradigma crítico-dialético direcionado para o embate às contradições do sistema e à transformação social, configurando-se como a base da ação dos profissionais. Conforme Aginsky (2002, 10, apud Manfrini, 2007),

a tomada de posições da categoria profissional frente a estas contradições, convoca a uma irresignação crítica ao adensamento da barbárie imbricada na



ordem capitalista contemporânea, traduzindo um projeto ético-político que suscita a criação de alternativas de organização e atuação para o cotidiano profissional que coloquem em marcha estratégias e táticas que se aliem e articulem aos espaços de defesa e ampliação da cidadania em meio a luta democrática do país.

Neste sentido, cabe a nós profissionais nos posicionarmos contra os processos de desigualdade, opressão, discriminação, exclusão, dominação e exploração, com vistas à construção de nova ordem societária, sem desigualdades de classe, raça/etnia, gênero, geração ou de qualquer outra natureza.

Sendo o objeto do Serviço Social definido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as chamadas expressões da questão social, enquanto decorrentes dos embates entre capital e trabalho, na perspectiva crítico-dialética, as demandas que surgem no decorrer do exercício profissional, não podem ser reduzidas somente à exploração do capital sobre o trabalho. Os diferentes processos de exclusão, privações, precariedade, desigualdades econômicas, políticas e culturais são mediatizadas por disparidades que articulam as dimensões de gênero, classe, raça/etnia, gerações entre outras.

De acordo com Moreira et al (2006), o Projeto Ético-Político visa à construção de nova ordem societária, sem desigualdades de classe, etnia, gênero ou seja, é evidente a presença das questões de gênero como parte do objeto de trabalho do Serviço Social.

É importante lembrar que as relações de gênero fazem parte do cotidiano de todas as pessoas, ocorrem em todas as instâncias e em todos os níveis sociais. Por esse motivo, esta abordagem deve estar integrada a uma análise global da sociedade e ser pensada em termos dinâmicos, pois repousa em antagonismos e contradições. Lembramos que embora o conceito de gênero tenha ganhado força e destaque enquanto instrumento de análise das condições das mulheres ele não deve ser utilizado como sinônimo de “mulher”. O conceito é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre elas e eles.

Pensar as questões raciais, sociais e étnicas, juntamente com as categorias de classe e de gênero tornou-se um eixo fundamental para as defensoras do feminismo latino americano como Maria Luiza Femenías (2007), que sugere uma releitura (uma tradução) das teorias eurocêntricas “ressignificando-as” para as nossas questões específicas. A realidade do nosso país é “singular”, fundada em três raízes populacionais: a autóctone indígena, a européia branca e a negra. Essa situação peculiar requer “trazer a tona a nossa história de



deslocamentos, reacomodações, resistências, identidades mestiças” (2007, p. 16), requer uma política de identidade, uma abertura para a diversidade étnica e cultural; intersecção entre as categorias gênero, classe, raça/etnia. Desta forma, sugere-se que a formação profissional das/dos assistentes sociais possa incluir a apropriação de uma metodologia que articule a dimensão teórica e a interventiva construída a partir do entendimento que classe, gênero, raça/etnia estruturam as relações sociais marcadas historicamente.

Reconhecemos que o Serviço Social tem muito a contribuir com o conhecimento voltado à elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas com compromisso de promover a equidade de gênero. Os princípios do Código de Ética Profissional mantém estreita afinidade com as funções constitucionais conquistadas também pelo Ministério Público, que passa a demandar serviços técnicos especializados para proporcionar assessoria técnica aos membros em suas diversas atuações, entre os quais, encontram-se os assistentes sociais.

### **3. O Serviço Social junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina**

O Serviço Social é uma profissão inscrita no quadro profissional do MPSC desde 1994, quando ingressou uma profissional por meio de concurso público; contudo em 2006 é que a categoria profissional se ampliou com mais quatorze profissionais. É considerado um serviço técnico de apoio especializado e tem como função primordial a assessoria técnica às Promotorias de Justiça na comarca ao qual está lotado. Em 2013 a profissão passou também a compor a equipe da Gerência de Saúde com competência para atuar perante as questões de saúde do público institucional; e com a Lei Complementar Estadual n. 629, de 7 de maio de 2014, foram criados mais 15 cargos, ainda não implantados na instituição.

Para normatizar a ação dos profissionais na instituição, está atualmente em vigor o Ato 187/2009/PGJ, definindo o objetivo e atribuições dos assistentes sociais no MPSC, quais sejam: planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais, exemplificados através de atividades descritas no mesmo Ato. Na Lei Complementar Estadual n. 629/2014, o cargo passou a se denominar Analista em Serviço Social, em que consta também, a descrição exemplificativa.



Além deste, também está especificada no Ato nº 107/MP/2006 a forma de realização das ações executadas pelos assistentes sociais no âmbito do MPSC. Este Ato dispõe sobre a forma de realização do atendimento ao público, de expedição da Ordem de Trabalho<sup>4</sup> e do planejamento e execução da ordem, além de tratar dos aspectos administrativos, atrelando as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais ao Promotor de Justiça da área em que a ação será executada.

Diante das atribuições do assistente social e atividades específicas abordadas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93), especificamente no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, ratificadas pelos Atos supracitados e outros referentes a todos os servidores, as profissionais de Serviço Social vêm construindo sua prática, através da definição das competências profissionais, das atribuições definidas e das demandas surgidas, evidenciando a importância da reciprocidade de conhecimentos para construção e constante aprimoramento do espaço de atuação em Serviço Social a partir das funções constitucionais e da missão institucional.

Em nosso cotidiano de atendimento constatamos a significativa presença de mulheres que procuram os serviços da Instituição e são encaminhadas para o Serviço Social, quer seja para atendimento de situações sociais que envolvem conflitos das próprias usuárias ou relacionadas ao círculo familiar pelo qual são responsáveis. A maioria das situações se refere à busca pela garantia dos direitos relacionados aos filhos, idosos, pessoas com deficiência, enfermos ou procura de informações pautadas nos direitos e proteção em caso de violência de gênero ou outras questões de conflitos, em geral. As mulheres têm significativa presença ou participação, estando sempre de alguma forma, envolvidas seja no grupo familiar, nos serviços de apoio ou como protagonistas da situação ou denúncia. É possível identificar, também, algumas situações referentes ao conflito de papéis entre homens e mulheres que remetem a uma construção sócio-histórica e cultural consolidada durante séculos, como a responsabilização da mulher sobre o grupo familiar, a permanência desta no âmbito doméstico, a não participação da vida pública, além das diferentes formas de violência, que refletem relações desiguais de poder. Nem sempre estamos preparadas para enfrentar tais

<sup>4</sup> Ordem de Trabalho é o documento expedido pelo Promotor sempre que ‘necessitar que seja realizado determinado trabalho relacionado com o diagnóstico, desenvolvimento, aconselhamento, a orientação, o encaminhamento, a prevenção e o tratamento de aspectos sociais em procedimento afeto à área de sua atribuição’ (art.5 do Ato 107/PGJ/2006).





demandas uma vez que essas questões não são aprofundadas em nossa formação, haja vista o processo histórico do surgimento da nossa profissão.

#### **4. A Interdisciplinaridade implícita nos encaminhamentos e na análise das situações atendidas pelo MPSC**

O sistema sócio-jurídico é o campo de trabalho constituído pelo conjunto de áreas que se articulam com as ações de natureza jurídica e social, fazendo parte dele o sistema judiciário, o MP, o sistema penitenciário, sistema de segurança, sistemas de cumprimento de medidas socioeducativas e de proteção como abrigos, entre outros. Cada instituição, de acordo com sua função, deve produzir mecanismos de atuação que possibilitem alcançar seus objetivos com reflexos no acesso à justiça. Dentro desse quadro destacam-se as atribuições do Serviço Social, nas diferentes instituições deste sistema.

De acordo com Fávero (2003) no sistema sócio jurídico o assistente social é subordinado a uma autoridade - juiz, promotor ou outro - mas é autônomo, o que se legitima pela competência teórico-metodológica e ético-política por meio do qual executa seu trabalho. Ou seja, possui liberdade para direcionar a partir destas dimensões, as ações que lhe são requisitadas e opinar conforme sua competência teórico-metodológica. Os profissionais de Serviço Social no MPSC, também estão subordinados à visão de mundo e de trabalho dos promotores, na medida em que o trabalho destes é autônomo dentro da Promotoria na qual são titulares. Esta autonomia, porém, está limitada aos Planos Gerais de Atuação e às legislações institucionais, assim como, as atividades do assistente social são direcionadas nos limites do Código de Ética, Lei de Regulamentação e as atribuições profissionais determinadas na instituição.

A profissão de Serviço Social tem muito a colaborar no espaço sócio-jurídico, principalmente garantindo o acesso à justiça, que segundo Kossman (2006, 16) significa não somente o ingresso no sistema jurídico através de ações e procedimentos, “mas também a possibilidade dos cidadãos terem direito à informação acerca de seus direitos e suas formas de pleito, com vistas a exercerem sua cidadania, ou seja, serem reconhecidos enquanto sujeitos de direitos e deveres. Isso implica em ampliar os mecanismos de entrada da população à ordem jurídica para que o acesso à justiça, que é um direito essencial, produza resultados reais e efetivos de garantia dos direitos e não apenas proclamação dos direitos de todos.





Os usuários que procuram o sistema sócio-jurídico são reconhecidos pelo profissional de Serviço Social como sujeitos de direito, sendo possibilitado aos mesmos, acesso à informação e ao conjunto de direitos historicamente reconhecidos. A grande contribuição dos profissionais de Serviço Social neste terreno contraditório é fazer a interface do jurídico com o social, enfatizando aspectos da realidade social das pessoas, através da competência técnica que o profissional possui para tal.

Desse modo, quando o profissional de Serviço Social proporciona através de sua atuação técnica, acesso aos cidadãos à justiça e aos seus direitos, garante direitos que muitas vezes transcendem o objeto da ação processual, quer possibilitando o conhecimento e a informação de tais direitos, quer auxiliando quando intervém nos processos através de seu parecer (KOSSMANN, 2006, 127).

209

Este é o grande desafio, uma vez que o avanço do neoliberalismo tem demarcado retrocesso nas conquistas de muitos direitos sociais, conquistados a duras penas mediante lutas e movimentos sociais. Kossmann (2006, 75) aponta as dificuldades encontradas nos espaços sócio-jurídicos no que tange a consolidação dos direitos em face do neoliberalismo:

Os desafios na atualidade são os de tornar os direitos efetivos em face de um sistema judicial que encontra dificuldades em assegurar direitos humanos e sociais garantidos na legislação e também em face da tentativa de desmantelamento desse conjunto de direitos que ainda não foram plenamente realizados. Tal desafio também se coloca para o profissional de Serviço Social, exigindo respostas.

É importante conhecer como estes profissionais buscam justamente garantir os direitos proclamados, mas não efetivados. E refletindo a partir disso, o papel do assistente social no campo sócio-jurídico está intrinsecamente vinculado à viabilização e garantia dos direitos, ou seja, do direito ao acesso à justiça. Algumas possibilidades de intervenção do profissional de Serviço Social neste espaço são aludidas por Rey e Gasperin, (2006, 12):

- a) Estudo da dinâmica da vida social<sup>5</sup> através da identificação das problemáticas existentes e os “gargalos” na aplicação de políticas sociais. Visa fundamentar, sob o ponto de vista social, a propositura de Ações do Ministério Público em benefício da coletividade, ou a garantia de direitos a pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- b) Assessoria técnica a Promotores de Justiça em assuntos pertinentes ao serviço social, com a elaboração de Projetos na área social, quando necessário. O papel deve estar focado na comunhão de esforços, no trabalho multidisciplinar, em intervenções preventivas, na busca

<sup>5</sup> O termo “dinâmica da vida social” utilizado pelas autoras refere-se às relações que se estabelecem entre sujeitos sociais, vistos nas interfaces intra-familiar, entre os núcleos familiares, entre usuários e entidades prestadoras de serviços sociais, inseridos em um contexto histórico e cultural.



de soluções conjuntas para alcançar a efetiva implementação das políticas públicas estabelecidas.

- c) Intervenção junto aos sujeitos e suas famílias, num papel facilitador da promoção de acordos extrajudiciais, com mediação de conflitos e articulação da rede social, visando a inclusão e a garantia de direitos.
- d) Intervenção no âmbito coletivo, com a realização de avaliações sociais centradas em propostas abrangentes e focadas nas necessidades da população a ser atendida. As ações interventivas não podem ficar restritas ao papel fiscalizador, devem apontar **possibilidades** de transformação, propor mudanças, sugerir reordenamentos para o alcance de objetivos comuns e coletivos.
- e) Contribuição em projetos do Ministério Público, através dos quais a instituição esteja promovendo a disseminação do conhecimento sobre direitos fundamentais à população (Rey e Gasperin, 2006, 18-19).

Sendo a instituição privilegiada na defesa dos direitos humanos, as situações que mais demandam atendimentos são:

- Violação de direitos de crianças e adolescentes nas áreas da saúde (medicamentos, cirurgias, exames), educação (sobretudo educação infantil), violência doméstica, negligência, acompanhamento dos acolhimentos, conflito de guarda (posse de fato e de direito, situação irregular) e violência escolar;
- Crianças e adolescentes violadores de direitos/deveres através da evasão escolar, dependência química juvenil, fuga do lar e ato infracional;
- Situação de dependência de substâncias químicas por um dos membros da família;
- Situações referentes a pacientes psiquiátricos (falta de atendimento na rede pública, encaminhamento e acompanhamento da família);
- Violação dos direitos dos idosos (situação de risco, violência, negligência, abandono, violação pelas políticas públicas, principalmente de saúde);
- Violação dos direitos da pessoa com deficiência (principalmente em relação às questões de saúde, socialização, cuidados);
- Situações específicas de atuação relacionada ao divórcio e/ou dissolução de união estável e processos de interdição, através de acompanhamento e estudos sociais nestes visando observar as condições que o interdito se encontra após determinação da curatela.

Tais situações chegam ao Serviço Social, pelo atendimento ao público (por denúncia contra genitores/responsáveis ou contra terceiros - omissão do atendimento da rede pública), encaminhamento de Programas de Atendimento ou a partir de ordem de trabalho



emitida pelas diferentes Promotorias. Constatamos a partir da explicitação sobre a intervenção profissional do Serviço Social no campo jurídico e no MPSC, a importância da interdisciplinaridade no seu cotidiano de atuação.

Nos resultados da pesquisa de Mestrado (Manfrini, 2007), através do relato das profissionais de Serviço Social do Ministério Público (que pode se assemelhar a outros locais de atuação dos assistentes sociais), sobre as questões de gênero que perpassam a intervenção, percebeu -se que efetivamente as demandas do cotidiano profissional são atravessadas pelas questões de gênero em grande proporção, como afirmado pelas profissionais, apesar de ser quase sempre indiretamente e não como motivo que levou à procura do serviço. As questões de gênero perpassam e são percebidas pelas assistentes sociais em sua intervenção profissional através das diferentes situações que atendem.

Como elementos do conceito de gênero, as profissionais destacaram as desigualdades históricas, as igualdades e diferenças, passando pela equidade, e a condição das mulheres e homens na contemporaneidade. Entre as principais questões de gênero que são transversais à intervenção profissional estão o cuidado com a família, os papéis sexuais atribuídos historicamente aos sexos, a chefia de família feminina, a homossexualidade e a violência contra a mulher. Por outro lado, também foram evidenciadas as conquistas das mulheres principalmente com relação à igualdade legal, a superação de desigualdades e opressões, como a participação no mercado de trabalho, maior liberdade e mudança cultural. Mesmo destacando estes avanços, foram também reconhecidos desafios para que as relações de gênero tornem-se menos desiguais, como igualdade de salários, mais cargos públicos e de chefias, e melhor divisão das atividades de reprodução social e cuidado dos filhos. (MANFRINI, 2007, 122)

Além disso, sendo maior a quantidade de mulheres atendidas, percebeu-se que as demandas trazidas por elas referem-se a direitos e/ou situações relativas a seus filhos, companheiros ou pais, ou seja, as questões de gênero não são a motivação de procura dos usuários, mas são percebidas enquanto transversais nas questões trazidas.

A presença das mulheres nestas demandas foi percebida como a pessoa que dá início ou que provoca o MP a agir através do Serviço Social; para atendimento de demandas suas ou o que acontece na grande maioria das situações, que se referem a algum integrante da família. Dessa forma, as mulheres geralmente procuram os serviços na condição de mães, tias, avós, esposas/companheiras e filhas buscando resolução para situações relacionadas aos filhos, esposos/companheiros e pais. Em todas as situações, como dito anteriormente são as mulheres, assim, quem mais procuram. (MANFRINI, 2007, 104)

Apesar de perpassarem a intervenção de maneira significativa, as relações de gênero não são o objetivo principal da atuação profissional, apresentando-se sempre de maneira periférica e transversal e em razão disto, muitas vezes não existem intervenções



específicas ou políticas públicas para serem encaminhados e atendidos os usuários que estejam vivenciando relações desiguais de gênero. Seria necessário que as políticas de saúde, educação, trabalho e renda e assistência social tivessem formas de acesso e intervenção, principalmente através de critérios e indicadores, que considerassem as demandas específicas de gênero. Todavia, na maioria das vezes isto não é realizado por desconhecimento destas questões e por isso a importância da discussão de gênero nos diferentes espaços e instituições públicas.

No próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS) há quase nenhuma referência à dimensão de gênero, restando ao profissional que atua, principalmente no atendimento às situações de violência, no caso dos serviços tipificados como de Média Complexidade.

Na atuação profissional do Serviço Social, a interdisciplinaridade é também requerida diante do objeto de trabalho, que é multidimensional, incluindo a dimensão das questões de gênero. No espaço sócio-jurídico, o trabalho é por sua natureza interdisciplinar, visto que o profissional de Serviço Social está inserido em um espaço dominado pelo Direito, seja em articulação com Promotores de Justiça, Juízes, advogados, além de psicólogos, educadores, entre outros. Neste espaço interdisciplinar surgem demandas que requerem uma articulação entre os diferentes segmentos das políticas públicas, ou seja, da área da saúde, educação, assistência social entre outras para as quais, muitos dos usuários atendidos são encaminhados para continuar o atendimento.

Constata-se, pois, a importância da interdisciplinaridade no trabalho junto ao Ministério Público do Município Balneário Camboriú que por sua vez facilitará a intervenção profissional com perspectiva de gênero, imbricada com as questões de classe, raça/etnia, uma vez que cada usuário apresentará essa interseccionalidade em sua dinâmica familiar.

Por fim, este trabalho, buscou refletir sobre a ausência do debate sobre a articulação entre as categorias gênero, classe, raça/etnia no Serviço Social, assim como, instigar a perspectiva interdisciplinar para suprir esta demanda; razão pelo qual é preciso insistir na reflexão sobre esta temática e incitar a inserção da mesma nas pautas acadêmicas e profissionais.



## REFERÊNCIAS

- AGUINSKY, Beatriz. “O Lugar e as Possibilidades do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Campo Jurídico.” In: **Revista Virtual Textos & Contextos**. N. 1, nov/2002. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/927/707>. Acessado em 07/08/2014.
- BRUSCHINI, C. & COSTA, A.O. (orgs.) **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- FAVERO. Eunice Teresinha. “Estudo Social: Fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária” In: **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. CFESS. Brasília: Editora Cortez, 2003, p. 9-52.
- FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. IN: **Revista Estudos Feministas**, Vol.15, Nº 01, jan/abril 2007. p. 11-25
- KLEIN, Julie Thompson. **Interdisciplinarity: History, Theory, and Practise**. Capítulos 3 e 7. Detroit/USA: Wayne State University Press, 1990.
- KOSMANN, Cilene. **Serviço Social no Judiciário: a utilização de procedimentos e processuais como garantia de acesso a Justiça**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- MANFRINI, Daniele Beatriz. “**A Intervenção Profissional do Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina e as Questões de Gênero**”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- MOREIRA, M. R. A. et al. **O Lugar do Gênero na Formação Profissional da (o) Assistente Social**. Anais do X EMPRESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Pernambuco, 2006.
- MORIN, Edgar. **Epistemologia da Complexidade**. In: Schnitman, D.F. (org.) **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-289.
- REY, Beatriz Fortes & GASPERIN, Cláudia. “**Do judicial ao extrajudicial : Construindo um modelo de assessoria em Serviço Social**.” Trabalho apresentado no **1º ENCONTRO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, Porto Alegre, 2006.
- SALVATICI, Silvia. 'Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres'. In: **História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral**. v. 8, n.1. São Paulo: jan-jun 2005. p. 29-42.
- SPIVAK, Gayatri. **Quem reivindica a alteridade?** In. HOLLANDA. Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. P. 187-205



## RELAÇÕES DE GÊNERO E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS RELATIONS OF GENDER AND ITS UNFOLDING HISTORICAL

AZEVEDO, Isabela Sarmet de.  
*Professora da Universidade Federal Fluminense*  
*isabela\_sarmet@uol.com.br*

214

### RESUMO

Nesse artigo, abordar-se-á a violência doméstica e familiar contra a mulher, a partir das relações sociais de gênero e seus desdobramentos históricos, tomando como pressuposto de que essas relações são mutáveis e variam de acordo com cada momento histórico, estando permeadas por discriminações e pela submissão histórica da mulher ao homem. Os números da violência são também apresentados nesse artigo, como forma de assegurar o deslocamento do tratamento da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres do campo privado para a esfera pública, o qual teve importante contribuição dos movimentos feministas e dos tratados internacionais sobre direitos humanos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 fixou normas que revelam expansão legal da cidadania feminina, mas sua efetivação no cotidiano ainda revela-se desafiadora. O princípio da igualdade de fato, entre homens e mulheres, ainda está em jogo, no universo formal do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Gênero. Violência. Mulher.

### ABSTRACT

In this article, address to the domestic and family violence against women, from the social relations of gender and its unfolding historical, taking as assumption that these relations are changing and vary according to each historical moment, being permeated by discrimination and by historical submission of women to men. The numbers of violence are also presented in this Article, as a way of ensuring that the displacement of the treatment of domestic and family violence against women from the private sphere to the public sphere, which has had a significant contribution of feminist movements and the international treaties on human rights. The Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 laid down rules that reveal legal expansion of female citizenship, but its realization in the everyday still proves to be challenging. The principle of equality in fact, between men and women, is still at stake, in the world of formal Brazilian State.

Key words: Gender. Violence. Woman.





## INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre a necessidade de se repensar as relações de gênero construídas numa cultura machista, cuja expressão mais marcante tem sido a violência doméstica contra a mulher.

O objetivo deste trabalho é buscar explicações sobre a violência de gênero, a partir de pesquisa bibliográfica, analisando aspectos relacionados às principais conquistas históricas obtidas pelas mulheres e também a dificuldade prática para se operacionalizar o enfrentamento da violência contra elas. Autores como Francheto (1985), Freire (2001), Beauvoir (2009), Soihet (2010) e Carrara (2010) forneceram importantes contribuições para analisar as relações de gênero e seus desdobramentos históricos.

Apesar de o ordenamento jurídico estabelecer preceitos fundamentais para assegurar a igualdade de tratamento perante a lei e a equidade de gênero, na vida cotidiana são inúmeros os obstáculos à realização dessas promessas legais.

Nos diferentes períodos da vida, mulheres sofreram violência com base em gênero, em suas várias modalidades: restrições no campo da autonomia sexual, sobrecarga de responsabilidades, segregação ocupacional, discriminação salarial, baixa presença nos espaços de poder, má distribuição das tarefas domésticas, entre outras.

Cotidianamente, regras sobre gênero e sexualidade são criadas, recriadas e, ao mesmo tempo, assimiladas em gestos, falas, olhares, comportamentos, relações, espaços, poderes, numa dinâmica que escapa à reflexão crítica muitas vezes.

## COMO EXPLICAR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER?

Para explicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, opta-se, nesse artigo, por discutir as relações de gênero e seus desdobramentos históricos, a partir de revisão de literatura sobre o tema e pesquisa de dados sobre a situação de mulheres vítimas de violência. Essas relações sociais de gênero são mutáveis e variam de acordo com cada momento histórico.

As relações de gênero estão permeadas por discriminações e pela submissão histórica da mulher ao homem. Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo – 1. Fatos e Mitos*, retoma as concepções e práticas relativas à mulher na sociedade.





[...] Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições [...]. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. [...] No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens [...] (BEAUVOIR, 2009, p.15).

Pertencer ao homem era, assim, uma forma de existência social das mulheres. Na sociedade moderna, essa relação hierárquica entre homens e mulheres foi tida como natural, ficando estas restritas ao espaço doméstico da vida privada.

A figura feminina se constituiu, ao longo da história, a partir de duas noções básicas: a ambiguidade e a violência. Ambiguidade que se expressa, na tradição judaico-cristã da sexualidade, na oposição entre Eva e a Virgem Maria, vinculando sexo, mortalidade e mal nessa construção. A violência é caracterizada por meio de uma discussão das figuras femininas na tragédia grega e das mulheres na Roma antiga, como a localização da mulher no espaço privado.

A princípio, não há nenhuma violência específica contra as mulheres, pelo fato de localizá-las no espaço privado. Mas, “privado” quer dizer “espaço de privação da relação com os outros, pela palavra e pela ação”. Segundo Franchetto (1985), a ideia de privação, de constrangimento da autonomia conduz a reflexão sobre a violência que constrói as mulheres como sujeitos. “Violência não mais simplesmente contra as mulheres, vítimas, mas violência da qual as mulheres são coautoras, cúmplices e mesmo agentes, submetendo outros à violência e incluindo, nesses outros, outras mulheres” (FRANCHETTO, 1985, p.8).

O lar, a família e a maternidade compõem o mosaico de um lugar “natural” atribuído às mulheres, onde elas, em sua violência cotidiana das relações com os homens, o Estado e a ideologia, foram confinadas na sua posição subalterna e tutelada. Pelas experiências específicas de classe, essas mulheres diferenciam-se na condição comum de confinamento e dependência, de não cidadãs ou cidadãs por reflexo.

É importante explicar que o processo de opressão se fez conjuntamente ao processo de dominação da mulher, sendo construídas relações de poder na sociedade patriarcal, que dificultaram sua afirmação como sujeito de direito. Essas relações foram legitimadas não só por homens, mas também pelas mulheres, ao longo dos séculos. O patriarcado é caracterizado pela supremacia masculina em detrimento das características, ações e expressões femininas. Essa supremacia cria desigualdades de gênero.



A estrutura familiar hierárquica e patriarcal atribuiu funções e papéis às mulheres. Quando elas não os desempenhavam a contento, davam “direito” aos homens de lhes imporem castigos. O estatuto da mulher permaneceu mais ou menos idêntico do princípio do século XV ao século XIX: as possibilidades permaneceram desiguais. No século XVI, as mulheres eram pouco instruídas. No século XVII, “sua instrução não é organizada, mas através de reuniões, de leituras, do ensino de professores, chegam a adquirir conhecimentos superiores aos de seus maridos” (BEAUVOIR, 2009, p.134).

No século XVIII, houve o aumento da liberdade e da independência da mulher. O ideal democrático e individualista foi mudando a concepção sobre a mulher, que apareceu como ser humano igual ao do sexo forte. Neste século, Abigail Adams e Olympe de Gouges questionaram a ausência da menção aos direitos das mulheres na Carta dos Direitos Estadunidense e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Olympe propôs, então, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que instituiu, em seu artigo 1º, que: “A mulher nasce e vive igual ao homem em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas a não ser no bem comum” (FREIRE, 2001, p.102).

O movimento reformista se desenvolveu no século XIX, sendo favorável ao feminismo, pelo fato de buscar a justiça na igualdade. “A mulher reconquista uma importância econômica que perdera desde as épocas pré-históricas, porque escapa do lar e tem, com a fábrica, nova participação na produção” (BEAUVOIR, 2009, p.148). No entanto, a mulher era mais explorada do que os trabalhadores do outro sexo e com baixos salários. Lenta e tardiamente, o trabalho feminino foi regulamentado.

“Uma das justificativas, até o início do século XX, para a não extensão às mulheres do direito de voto, baseava-se na ideia de que elas possuíam um cérebro menor e menos desenvolvido do que os dos homens” (CARRARA, 2010, p.26). A exclusão de direitos políticos e sociais das mulheres teve como justificativa moral o fato de que essas eram consideradas diferentes e inferiores aos homens, pela sua própria natureza, como se fossem incapazes de discernimento. Distinções supostamente naturais associavam determinadas capacidades mentais e/ ou de caráter ao não exercício pleno da cidadania.

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. [...]

A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas encontradas para fazer face às



mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações. (SOIHET, 2010, p.363).

Segundo Soihet (2010), o homem pobre estava longe de poder manter a família e assumir o papel de dominador, embora isso fosse previsto pela ideologia dominante. Ele sofria a influência dos padrões culturais e era acometido pela insegurança. “A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de sua fraqueza e impotência do que de força e poder” (Idem, p.370). Esses homens, desprovidos de poder e de autoridade no espaço público (no trabalho e na política) tinha assegurado seu exercício no espaço privado (na casa e sobre a família).

Ao contrário do usual, muitas populares vítimas de violência rebelaram-se contra os maus-tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas; mais uma vez desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres (Idem).

Ocorreram mudanças pautadas nos movimentos feministas, em todos os países ocidentais nas últimas décadas. Dentre elas, ressalta-se a entrada da mulher no mercado de trabalho, em ambientes anteriormente tidos como “masculinos” e a predominância feminina em determinadas profissões liberais.

Assim, ao contrário de algumas afirmações tradicionais, vimos mulheres que lutaram, amaram, odiaram, xingaram... Não poucas, vendo-se prejudicadas em seus direitos e violentadas em suas aspirações, não hesitaram em lançar mão dos recursos de que dispunham, até mesmo de investidas físicas, para fazer frente a uma situação que consideravam danosa à sua honra (SOIHET, 2010, p.398-399).

Sempre por pressão do movimento feminista, a questão dos direitos humanos das mulheres foi ganhando visibilidade. O lugar do homem e da mulher nos espaços público e privado foi redefinido por uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. Isso afetou os padrões de gênero e sexualidade.

Diversas restrições formais à autonomia das mulheres foram sendo eliminadas no Brasil e no mundo, com a crescente individualização das sociedades, com a ampliação da liberdade pessoal e a modificação dos arranjos familiares.

A aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, pela Assembleia Geral da ONU foi fato histórico importante para o reconhecimento da igualdade de



direitos entre homens e mulheres. Mas, foi somente a partir de 1979, após intensa mobilização das mulheres na Europa e nas Américas, que passou a haver maior preocupação com os direitos das mulheres. Diferentes documentos e tratados internacionais foram instrumentos legais que resultaram de um ciclo de conferências sociais da ONU, entre os quais destacamos: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Declaração e Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Pequim (1995). É importante ressaltar a II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).

Mesmo quando se reivindicava, e se conquistava um espaço civil de direitos igualitários, acabava-se reproduzindo a violência inerente à naturalização da mulher como ser do domínio doméstico e a prática da tutela masculina. Faltaram uma reflexão crítica e uma ação política com respeito às relações familiares e aos sutis mecanismos de definição e manutenção de papéis (FRANCHETO, 1985, p.10).

Cabe ressaltar que, desde a década de 1970, os movimentos de mulheres lutaram para deslocar o tratamento da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres do campo privado para a esfera pública. Fato marcante foi a morte de Ângela Diniz, que foi brutalmente assassinada pelo homem do qual desejava separar-se. “Em nome da ‘defesa da própria honra’, muitos assassinos de mulheres ficaram impunes” (CARRARA, 2010, p.108).

Freire (2001, p.107) afirma que a violência contra a mulher pode ser traduzida por um ato em que a mulher está na posição de vítima e o homem, empírica ou virtualmente, é o operador da violência, pela atribuição e referência de poder que certas instâncias lhe atribuem. Assim, a mulher sofre e o homem agride. Porém, como a própria autora alerta, há outras possibilidades como a da personalidade feminina agressora.

Segundo Ruth Cardoso (1985, p.16), a violência que atinge especificamente o sexo feminino remete à memória daqueles crimes resultantes de um machismo exacerbado (estupros, homicídios por ciúme ou perda da honra). No entanto, há um tipo de violência que não é vista, porque é garantida pelas instituições sociais vigentes.

Não se trata de momentos em que as regras são quebradas, em que os comportamentos são divergentes dos padrões aceitos e que por isso mesmo são inesperados, mas sim, daquelas situações cotidianas, repetitivas, onde a definição cultural do papel feminino coloca a mulher como alvo do sadismo ou da arbitrariedade do sexo oposto. Ao prescrever para a mulher um papel passivo e submisso, a sociedade cria espaço para o exercício da imposição. A socialização tradicional impõe às mulheres que abdicuem de certas profissões, de certos prazeres e que fiquem confinadas a certos ambientes. Isso não parece violento. É lento, gradual e além de tudo esperado, legítimo e tido como racional (Idem, p.17).



Cabe refletir sobre os ditos populares, segundo os quais “em mulher não se bate nem com uma flor” e “em briga de marido e mulher não se mete colher”. Lado a lado, estão situações em que o comportamento se pauta pelo ditado e, nelas o espancamento está presente. A questão é saber qual é a norma vigente?

A representação da mulher como frágil e do homem como seu guardião deixa espaços pouco definidos, onde o critério da ação é ambíguo. O agressor e a vítima são definidos por regras que estão sendo reafirmadas mesmo quando são negadas. Mas, a violência contra a mulher é expressão histórica e social da desigualdade que existe entre homens e mulheres. Enraizada na subordinação simbólica e moral das mulheres e na sujeição física das mesmas, a violência é “autorizada” pela sociedade.

Ao longo da história, mulheres foram mortas por seus companheiros e, durante os julgamentos, suas vidas foram devassadas para demonstrar que não correspondiam aos moldes esperados. É o que acontece, por exemplo, quando uma mulher é estuprada. Sobre ela paira a suspeita de que foi sedutora e, por conseguinte, responsável pela violência sexual masculina. As mulheres vítimas são, então, apresentadas como desencadeadoras da irracionalidade.

A luta feminista se aprofundou, a partir da década de 1970, demandando do Estado respostas relativas aos anseios de liberdade, igualdade e não violência. As décadas de 1980 e 1990 trouxeram mudanças formais, no que tange ao reconhecimento dos direitos das mulheres (FREIRE, 2001, p.104).

Na década de 1980, no âmbito estadual foram criadas as Delegacias de Defesa das Mulheres, que nos anos 1990 passaram a ser chamadas de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAM). Cobrem somente 10% do território nacional (totalizavam 339, em 2005), embora estados como São Paulo apresentem uma boa cobertura. Dados coletados nessas delegacias indicam que 70% das agressões ocorrem dentro de casa, sendo o agressor o próprio marido ou companheiro. Destas agressões, 40% resultam em lesões corporais graves (CARRARA, 2010, p.109).

Segundo este autor, estudos analisando os processos abertos mostram que 81% dos casos se referem à lesão corporal dolosa, com abertura de casos na Justiça a partir das evidências de agressão, indicam que 5% correspondem a estupro ou atentado violento ao pudor e 8% a ameaças. Em 60% dos casos, após a queixa não há separação conjugal. Outra análise importante é que 80% das mulheres têm entre 20 e 40 anos, com vida conjugal de longa duração e a violência se revela entre as pessoas com maior nível educacional.



A Constituição Federal de 1988 fixou normas que revelam expansão legal da cidadania feminina, mas a sua efetivação no cotidiano ainda revela-se desafiadora. Uma das respostas a essa questão (da distância que ainda existe entre norma e realidade) foi a criação de mecanismos institucionais (responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas) para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Uma pesquisa histórica, de âmbito nacional, realizada no ano de 1988, de forma suplementar à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelou dados sobre a vitimização das mulheres: 63% dos casos de agressão física no espaço doméstico tinham a mulher como vítima. “Em pesquisa internacional realizada pela Sociedade Mundial de Vitimologia, verificou-se que, no Brasil, 23% de todas as mulheres estão sujeitas à violência doméstica” (FREIRE, 2001, p. 103).

Nos anos 2000, as mulheres lutam para consolidar uma perspectiva de gênero em todas as políticas públicas. O princípio da igualdade de fato, entre homens e mulheres, ainda está em jogo, no universo formal do Estado brasileiro, apesar dos muitos ganhos e conquistas obtidos.

Ainda há muito que ser discutido no que tange ao direito das mulheres. Em relação à legislação, houve mudanças significativas nas últimas décadas. Entre elas está a substituição do Código Civil de 1916, que discriminava as mulheres de várias formas, permitindo ao homem mover uma ação para anular o casamento, caso descobrisse que “sua” mulher não era mais virgem. Como se percebe, a mulher era “propriedade” do homem.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2001 (VENTURI, RECÁMAN, OLIVEIRA, 2004), afirmou que 6,8 milhões de mulheres são espancadas ao menos uma vez, num universo de 61,5 milhões de brasileiras vivas. O *survey* revelou que uma a cada cinco brasileiras entrevistadas (19%) declarou ter sofrido algum tipo de violência por parte do homem, alguma vez na vida: 16% referem-se à violência física; 2% à violência psíquica e 1% ao abuso sexual.

Dentre as violências mais comuns destacaram-se a agressão mais branda, sob forma de tapas e empurrões [sofrida por 20%] e a ameaça através de coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados etc. [15%]; as violências psíquicas com xingamentos e ofensas à conduta moral [18%], críticas sistemáticas à atuação como mãe [18% entre as que têm ou tiveram filhos], e a desqualificação constante do seu trabalho dentro ou fora de casa [12%]. Mas 12% também declaram ter sofrido ameaça de espancamento a si próprias e aos filhos e 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas. Há ainda 11% que viveram relações sexuais forçadas [em sua maioria, o estupro conjugal, ainda inexistente na legislação penal brasileira]; 9% que já tinham sido trancadas em casa, impedidas de passear ou trabalhar; 8% foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam (CARRARA, 2010, p.110).





A referida pesquisa citou 12 modalidades de diferentes tipos de agressão e o índice de violência de gênero atingiu 43%. Um terço das mulheres admitiu já ter sido vítima de alguma violência: 24% envolviam ameaças com armas, cerceamento do direito de ir e vir; 22% agressões propriamente ditas e 13% de “estupro conjugal” ou abuso sexual; 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual (10% dos quais envolvendo abuso de poder) (Idem).

Sem dúvida, os números chocam bastante, especialmente quando se constata, na mesma pesquisa, que 32% das 61,5 milhões de mulheres entrevistadas revelaram que a última ocorrência aconteceu no período dos 12 meses anteriores à pesquisa. Com isso, “projetou-se o escândalo de cerca de 2,2 milhões espancadas por ano no país, 180 mil/ mês, 6.000/ dia, 250/ hora ou 4/ minuto – uma a cada 15 segundos” (CARRARA, 2010, p.111).

Quanto às denúncias, a pesquisa revela que só ocorriam diante de ameaça à integridade física por armas de fogo (31%), espancamento (21%) e ameaças de espancamento (19%) e o órgão mais utilizado era a Delegacia de Polícia comum (só 5% dos casos de espancamento chegavam à Delegacia da Mulher).

Com a aprovação do novo Código Civil, foram instituídas a Lei nº 10.224/2001 (criminalização do assédio sexual); a Lei nº 9.029/1995 (proibição de discriminação contra a mulher na legislação trabalhista); e a Lei nº 10.778/2003 (notificação de casos de violência contra mulheres atendidas nos serviços de saúde públicos e privados). No entanto, o cumprimento destas legislações ainda está sujeita a avaliação.

Em 2005, o governo federal criou a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, para registrar denúncias, orientar e encaminhar mulheres em situação de violência.

Em 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual será detalhada no segundo capítulo dessa monografia. Essa Lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e aumentou o rigor das punições aos agressores.

Entre 2007 e 2009, foram 900 mil atendimentos, sendo 401 mil só em 2009. A violência é cotidiana em 70% dos casos (ou seja, mulheres são agredidas diariamente); e doméstica (metade dos agressores são maridos ou companheiros as mulheres agredidas) (FREIRE, 2001, p.105).

Com base nas informações colhidas nas ocorrências registradas nas delegacias policiais fluminenses, sobre a violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, constata-se que 4.589 mulheres foram vítimas de estupro, 76.361 de ameaça, 81.076 de lesão





corporal dolosa, 33.933 de lesão corporal dolosa – Lei nº 11.340/2006, 4.146 de tentativa de homicídio e 4.768,3 de homicídio doloso, conforme demonstra a tabela a seguir (TEIXEIRA, 2011):

**Tabela 1 – Vítimas de Estupro, Ameaça, Lesão Corporal Dolosa , Homicídio Doloso e Tentativa de Homicídio no Estado do Rio de Janeiro - 2010**  
(total de vítimas de ambos os sexos e percentual de mulheres vítimas)

<b>Delito</b>	<b>Total de vítimas</b>	<b>% de mulheres vítimas</b>
<b>Estupro</b>	<b>4.589</b>	<b>81,2</b>
<b>Ameaça</b>	<b>76.361</b>	<b>65,4</b>
<b>Lesão Corporal Dolosa</b>	<b>81.076</b>	<b>62,9</b>
<b>Lesão Corporal Dolosa aplicando a Lei 11.340/2006</b>	<b>33.933</b>	<b>87,0</b>
<b>Homicídio doloso</b>	<b>4.768,3</b>	<b>6,3</b>
<b>Tentativa de homicídio</b>	<b>4.146</b>	<b>14,6</b>

Fonte: DGTIT – PCERJ

Um dos aspectos que mais chama atenção no Dossiê Mulher 2011, no que tange aos dados do Rio de Janeiro, é o item Ameaça - Lei 11.340, utilizado especificamente para os casos de violência familiar ou doméstica. “As ameaças contra mulheres registram o número de 49.950. São, aproximadamente, 137 vítimas por dia”(TEIXEIRA, 2011, p.50). Em 2010, o número de mulheres vítimas de ameaça por violência doméstica totalizou 93%, sendo que mais de 83% dos acusados eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

No município de Campos dos Goytacazes/RJ, não há um número exato de denúncias de ameaças. Considera-se, a partir das informações obtidas no Dossiê Mulher que houve, na 134ª Delegacia de Política (DP) e na 146ª DP, de 251 a 500 denúncias em cada uma com base na Lei 11.340/2006, no ano passado. Os números não são precisos e podem ser subestimados. Nesta cidade, havia dois órgãos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar: o NEAM (Núcleo Especial de Atendimento à Mulher) e o NIAM (Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher), que eram órgãos de políticas públicas, regidos por normas estadual e federal. Esses órgãos foram unificados e deram origem ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Mulher (CREAS – Mulher).



“O CREAS-Mulher já existe em alguns estados do país e é um estágio mais avançado e abrangente de atendimento às mulheres vítimas de violência” (MULHERES... 2011, p.8). Segundo Izaura Freire, secretária da Família e Assistência, “o CREAS-Mulher vai atender toda a família e não só a mulher. O homem, em seu papel de agressor, também terá acompanhamento, porque é necessário que ele saia desta condição [...]” (Idem).

O espaço do NEAM, anexo a 134ª Delegacia de Polícia, foi devolvido ao Estado, e está sendo reformado para dar lugar à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

O NIAM foi uma instituição que fez parte da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS) e, desde 2000, orientava as mulheres sobre as possíveis decisões após terem sofrido violência doméstica e familiar, de modo a superar essa situação. Funcionava de segunda a sexta-feira, da seguinte forma: assistente social, setor jurídico e psicológico faziam atendimentos, cada qual com um papel definido. Lá, o Serviço Social preenchia um cadastro com informações, que possibilitavam traçar um perfil da mulher agredida, do acusado da agressão e sobre as circunstâncias da violência.

O trabalho era mais amplo, no sentido de orientar as mulheres a buscar programas sociais e instituições que pudessem auxiliá-las nas suas necessidades. Eram acionados os seguintes programas sociais: Casa Abrigo Benta Pereira (para o caso da mulher em risco de vida); Programa Aluguel Social (que, durante 6 meses, no máximo, pagava aluguel de uma casa de até R\$200,00 para mulher agredida, “dando a ela” prioridade, para receber casa popular); Programa Renda Mínima (que, durante 6 meses, no máximo, pagava um salário mínimo para as mulheres, além de oferecer curso de capacitação profissional, como forma de incentivar a mulher a sair da situação em que se encontrava). Há outros programas, como o Cheque Cidadão, o Bolsa Família e o Balcão de Empregos na cidade de Campos dos Goytacazes, que, longe de lograr progresso quanto à independência econômica das mulheres em situação de violência, visavam dar algum tipo de resposta estatal à questão.

O setor jurídico do NIAM auxiliava a mulher a prestar queixa, acompanhando o processo de divórcio, separação, pedido de pensão e outra questão legal que envolvia o afastamento entre a mulher e o acusado (a) de agressão. Algumas vezes, uma advogada do NIAM acompanhava a mulher à audiência. Outras vezes, a mulher agredida e o (a) agressor (a) eram chamados para uma conversa, a partir de uma carta-convite. Desse procedimento, poderia sair um acordo entre as partes ou mais discussões.

Embora Gabriela Asmar (2009, p.19) questione “se uma lei que expressamente protege a mulher do homem com quem vive atingirá o equilíbrio que todas as famílias buscam” e mais



“que não precisamos ir tão longe para buscar soluções de vida”, apontando para a mediação como a saída para a problemática da mulher vítima de violência doméstica, é preciso que se tenha a clareza de que quando há violência, é porque não há mais diálogo (possibilidade de conversa e negociação). Cabe refletir sobre a contradição presente no pensamento dessa autora, que, ao mesmo tempo em que aponta a mediação como saída, afirma que “a violência não é negociável. Ela ultrapassa os limites da conduta humana e precisa ser punida. A lei é sempre um limite: aonde não se quer chegar!”

Portanto, ações como aquelas desenvolvidas no NIAM, de promover uma conversa entre as partes em litígio podem aguçar a densidade do conflito, ao invés de pacificá-lo.

O setor psicológico faz a avaliação do estado emocional da mulher, buscando orientá-la e fortalecê-la em suas decisões.

Em termos práticos, as mulheres atendidas no NIAM narravam que ficavam horas esperando atendimento na delegacia e quando são atendidas, afirmavam que o policial que as atendeu foi grosseiro. Ele diz que fez o registro, mas não dá nenhuma comprovação à mulher agredida, fazendo com que ela acredite que não está protegida. Isso contraria o Art. 12 da Lei Maria da Penha, que prescreve “ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência”, e faz pensar na novidade legislativa, apresentada pela Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, que afirma que está

Em tramitação no Senado Federal, desde 9 de fevereiro de 2010, o PLS 14/2010, de autoria da Senadora Rosalva Ciarlani [DEM/RN], que altera a Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção da mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte. Em 25 de fevereiro, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania [CCJ], foi distribuído à Senadora Marina Silva [PT/AC], para emitir o Relatório. Fonte: Agência Senado (NOVIDADES... 2010).

Ainda há muito que se falar sobre a Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência, a fim de que a mulher não seja alvo de reiteradas violências, baseadas em “hierarquia de gênero, em que o entendimento da supremacia do homem e da subordinação da mulher acaba compondo um cenário de desigualdade entre as partes envolvidas” (SCIAMARELLA, 2009, p.19).

A Lei Maria da Penha acaba de completar oito anos. Não se pode dizer que ela acabou com a violência doméstica contra a mulher, mas os serviços de proteção foram ampliados. Os c

Ela não acabou com a violência doméstica contra a mulher, mas assegurou várias conquistas importantes. Os serviços de proteção foram ampliados em todo país. Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2013, haviam 231 centros especializados, 78 casas



de abrigo, 500 delegacias da mulher e núcleos de atendimento e 100 juizados e varas. Esses números são reveladores de como a violência contra a mulher vem crescendo de forma expressiva em nosso país, em contraponto ao número de mulheres que fazem a denúncia na primeira vez em que são agredidas – que são apenas 20%.

“Depois que a Lei Maria da Penha foi criada em 2006, tivemos a emissão de 370 mil mandados de medidas protetivas” (LEI, 2014). Segundo a Secretária Executiva da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Lourdes Maria Bandeira, isso “significa que houve uma grande quantidade de mulheres que deixaram de correr risco por estarem em situação de violência” (Idem), o que é muito questionável, considerando que, em 42% dos casos registrados, foi identificado o risco de morte.

O meio mais utilizado é o ligue 180, mas, agora, os casos mais graves de violação dos direitos da mulher podem ser encaminhados direto para o Ministério Público ou para a polícia, mas há um longo caminho a percorrer.

Ainda há muito que se falar sobre a Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência, a fim de que a mulher não seja alvo de reiteradas violências, baseadas em “hierarquia de gênero, em que o entendimento da supremacia do homem e da subordinação da mulher acaba compondo um cenário de desigualdade entre as partes envolvidas” (SCIAMARELLA, 2009). A violência habitual, dentro de relações afetivas, em um espaço que deveria ser seguro, exige tratamento adequado do Judiciário, pois a Lei Maria da Penha não é só punitiva, mas traz uma série de medidas preventivas, que não podem deixar de lado o agressor. Este deve ser inserido em programas de recuperação, capazes de oferecer mudança nos padrões de relações intrafamiliares e domésticas.

## CONCLUSÃO

A violência contra as mulheres não é só praticada como também legitimada pela sociedade. São várias as formas de violência: desde o abuso cometido pelo companheiro, que abrange a agressão psicológica e/ou física, até a relação sexual forçada. As mulheres, nesse cenário de violência doméstica, não denunciam, na maioria das vezes, por medo do que vem depois; ou, pedem ajuda às amigas ou dentro da família, quando não silenciam.

Observadores penalizados, desconfiados ou acusadores provocam, na mulher, a vergonha, o medo de não ser ouvida e de ser criticada. Ela sente-se responsável pelo fracasso da relação e adia a tomada de decisão de denunciar o agressor e a agressão.



Observa-se que o Estado garante a proteção ideal, mas não a real, em face da agressividade do homem/ parceiro. A Lei nº 11.340/ 2006 surgiu mais por uma pressão externa do que por um interesse nacional de solucionar a problemática.

As medidas protetivas de urgência, voltadas à mulher em situação de violência, merecem elogios por parte de toda a sociedade, pois ali estão postas providências que podem, no mínimo, assegurar níveis suportáveis no encaminhamento de solução para conflitos domésticos e até patrimoniais.

A violência habitual, dentro de relações afetivas, em um espaço que deveria ser seguro, exige tratamento adequado do Judiciário, pois a Lei Maria da Penha não é só punitiva, mas traz uma série de medidas preventivas, que não podem deixar de lado o agressor. Este deve ser inserido em programas de recuperação, capazes de oferecer mudança nos padrões de relações intrafamiliares e domésticas.

### Referências Bibliográficas

ASMAR, Gabriela. Lei Maria da Penha [Lei nº 11.340/06]: não é preciso ir tão longe para buscar soluções de vida. *Tribuna do Advogado*. Rio de Janeiro, OABRJ, ano 36, nº 482, ago. 2009.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARDOSO, Ruth. Prefácio. In: CARDOSO, Ruth; CHAUI, Marilena; PAOLI, Maria Célia; SOS-Mulher. *Perspectivas antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, nº 4, 1985.

CARRARA, Sérgio. *et alii*. (org.). *Curso de especialização em gênero e sexualidade*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília/DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

FRANCHETTO, Bruna; *et all*. Apresentação. In: CARDOSO, Ruth *et all*. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, nº 4, 1985.

FREIRE, Nilcéa. Percepções sobre os direitos humanos das mulheres. In: VENTURI, Gustavo (org.). *Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises da pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

LEI Maria da Penha completa oito anos. **Jornal Hoje**. 07/08/2014. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/edicoes/v/lei-maria-da-penha-completa-oito-anos-com-conquistas-importantes/3548405/>> Acesso: 07 ago.2014.

MULHERES ganham centro de referência. *Folha da Manhã*. Campos dos Goytacazes, 15 maio 2011. Folha Geral, p.8.

NOVIDADES Legislativas. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, ano 12, nº 15, abr./ maio. 2010.



SCIAMARELLA, Ana Paula. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06): uma garantia dos direitos humanos das mulheres. *Tribuna do Advogado*. Rio de Janeiro, OABRJ, ano 36, nº 482, p.19, ago. 2009.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres no Brasil urbano. PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza *et all.* (org.). *Dossiê Mulher 2011 [ano base 2010]: Instituto de Segurança Pública Série Pública Série Estudos 2*. Rio de Janeiro: ISP, 2011.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.



## A MULHER E A MÃE: UM CONFLITO EM QUESTÃO.

LEAL, Fernanda

*Estudante de doutorado do Programa em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal)*

*Bolsista Fapesb*

*fernandaleal@matern.com.br*

229

### RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar, de forma resumida, os pontos teóricos e as problematizações que o tema do psiquismo materno no pós-parto suscita. Iniciando a análise a partir da contribuição freudiana acerca do desenvolvimento sexual feminino, questiono a equivalência quase imediata que o psicanalista propõe entre a mãe e a mulher. Para tanto trago na sequência um debate proposto pela historiadora francesa Elisabeth Badinter sobre o conflito entre a mãe e a mulher. Debate este que já propõe uma reflexão interdisciplinar sobre a maternidade, pois a coloca no centro de discussões sociológicas. Retornando em seguida aos elementos da análise psicanalítica, para traz o conceito de trauma psicológico, como o equivalente ao psiquismo materno no pós-parto. E por fim, coloco a família, e mais especificamente, o pai como suporte que pode desempenhar um papel fundamental no processo de maternalização das mulheres no pós-parto.

**Palavras-chave:** mulher, mãe, conflito

### ABSTRACT

This work pretend to demonstrate, in a shortly way, theoretical points and contextualizing the issue of maternal psyche postpartum raises. Starting from the women sexual development theory of Freud, emerge automaticaly questions about the equivalence between a mother and wife that Freud propose in his text. To discuss this, I bring the french historian Elisabeth Badinter discursing the conflict between mother and wife that she debate in her book. This debate propose an interdisciplinary reflection on motherhood, now the sociological point of vue. Then, I return to the elements of psychoanalytic analysis to bring the concept of trauma, such as the equivalent of maternal postpartum psychism. Finally, I made a reflexion about the the family, and more specifically, the father as a support of the mother; a father that can play a an important role in the process of became a mother in the women postpartum .

**Key-words:** women, mother, conflict





## 1. INTRODUÇÃO

Por onde começar para falar da mãe e da maternidade? “Les mères ont-elles une histoire?<sup>1</sup>” (KNIBIEHLER, 2012[2000], p. 5). Se as mães têm uma história, certamente sim! E se hoje a maternidade é vista como parte integrante da cultura, do social (KNIBIEHLER, 2012[2000]), foi, no entanto, como um fato de natureza que o olhar sobre a mãe, e a mulher, ficou submetido durante muito tempo de sua história. Mãe era uma continuidade natural do ser mulher. Quase sinônimos, esses dois atores sociais, passaram muito tempo presos ao que podemos dizer seu fim biológico.

Toda a apreensão da maternidade – desde a Antiguidade até o século XVIII (KNIBIEHLER, 2012[2000]) – passava necessariamente pelas questões do feminino e da sexualidade. Falar de mãe e falar de mulher era quase a mesma coisa. Não obstante, os tempos são outros e os discursos acerca da maternidade deixam muitas vezes a desejar. Parece-me que há algo de muito obscuro nesse entrecruzamento entre mulher e mãe que nos escapa e que pretendo me debruçar a fim de compreender o psiquismo materno e sua vulnerabilidade no pós-parto.

Passeando por esse campo, verifiquei a necessidade de aprofundar em algumas questões sobre a mulher e a mãe com o intuito de me aproximar mais do objeto de pesquisa. O universo materno infantil, que se desenha como cenário para o problema proposto, já se apresenta, por si só, como um campo que não apenas pode se submeter a um olhar interdisciplinar, como necessita a assistência e o diálogo constante com inúmeros campos do saber.

Nesse trabalho tentarei, portanto, demonstrar, de forma resumida, os pontos teóricos e as problematizações que o tema do psiquismo materno no pós-parto suscita. E para começar esse percurso, recorrerei ao pai da psicanálise, por identificar o quanto as questões do feminino e da sexualidade – relação que verificamos como estando associada à maternidade desde a Antiguidade – estão presentes na obra de Freud, e, por outro lado, por perceber que o desenvolvimento sexual feminino proposto por Freud possui particularidades que nos fazem questionar tanto com relação à sua identidade de mulher como com relação à sua identidade de mãe. Assim, antes de adentrarmos no universo materno a partir dos conflitos entre a mãe a mulher, e depois pelo trauma psíquico que se assemelha ao processo subjetivo da mulher no

<sup>1</sup> Tradução livre: “As mães tem uma história?”



puerpério para, por fim, chegar à família como ambiente onde vemos ocorrer todas as mudanças até à maternidade, acredito ser fundamental percorrer as pesquisas freudianas acerca da feminilidade para compreender a relação que Freud estabelece entre a mãe e a mulher e o lugar de destaque que ocupa a sexualidade nesse percurso.

## 2. A SEXUALIDADE FEMININA

231

Desde os primórdios da sua elaboração, Freud conferiu grande relevo e destaque à sexualidade, sobretudo à sexualidade infantil, definida pelo autor como auto-erótica, pois que se limita ao próprio corpo da criança, tendo um caráter perverso, na medida em que não visa o coito ou a procriação, e polimorfo, na medida em que viabiliza-se na totalidade do corpo, sem prevalência de zona erógena, como será, em relação ao primado genital, a partir da puberdade e por toda a vida adulta (FREUD, [1905]1996).

Tal posição de relevo deve-se essencialmente ao fato de Freud compreender o desenvolvimento da sexualidade a partir do contexto familiar e social. Mais do que isso, Freud defende que a sexualidade que se desenvolve a partir das relações dentro da família entra no processo de constituição psíquica do sujeito humano. A família, desta forma, representada pelo complexo de Édipo<sup>2</sup>, seria o ambiente favorável ou desfavorável para o desenvolvimento do menino em homem e da menina em mulher, ou seja, para o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade, respectivamente. Portanto, a identidade sexual é compreendida como o cerne de toda organização psíquica, na qual o fim esperado é a masculinidade para os meninos e a feminilidade para as meninas.

Mas, para alcançar a forma final de sua identidade sexual, a criança deve passar por algumas etapas durante seu desenvolvimento. Nesse percurso em direção à identidade sexual da vida adulta, encontramos diferenças significativas no caminho que Freud sugere que o menino deve percorrer do caminho que deve seguir a menina. Percebemos em seus ensinamentos que o

---

2 O Complexo de Édipo poderia ser compreendido de forma resumida como a ligação amorosa que a criança estabelece desde cedo com o genitor do sexo oposto ao seu. Nesse complexo familiar, a criança se depara com sentimentos e desejos ambivalentes, ora amando a mãe e odiando o pai, ora amando o pai e odiando a mãe. Os processos identificatórios com os personagens familiares acontecem dentro desse contexto de ambivalência.



desenvolvimento sexual feminino possui particularidades que nos trazem muitos questionamentos.

O que se observa, é que até atingir sua identidade sexual, do período da puberdade e vida adulta, a criança deve passar por algumas renúncias e mudanças significativas no seu funcionamento sexual. Não apenas deve renunciar a seu auto-erotismo, como deve, posteriormente, renunciar a seu objeto de amor primordial, aquele do complexo familiar, ou seja, a mãe. No caso das meninas, o caminho é ainda mais tortuoso, pois ela esbarra ao longo do seu desenvolvimento com dois objetos, a mãe e o pai. Assim, na descrição que Freud faz do desenvolvimento da sexualidade feminina, vemos surgir uma série de interrogações que ele deixa em aberto. Não à toa, em seu texto sobre a Sexualidade Feminina ([1931]1996) ele nos provoca:

232

Com a menina, é diferente. Também seu primeiro objeto foi a mãe. Como encontra o caminho para o pai? Como, quando e por que se desliga da mãe? Há muito tempo compreendemos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pelo fato de a menina ter a tarefa de abandonar o que originalmente constitui sua principal zona genital (...). Agora, no entanto, parece-nos que existe uma segunda alteração da mesma espécie, que não é menos característica e importante para o desenvolvimento da mulher: a troca de objeto original – a mãe – pelo pai. A maneira pela qual essas duas tarefas estão mutuamente vinculadas ainda não nos é clara. (p. 233).

Se já é tão complexo essa transformação da menina em mulher, é mais ainda a transformação da mulher em mãe, como tentarei manifestar brevemente. A questão da mãe e da mulher tem se apresentado como um tema recorrente desde que se observa uma mudança significativa na valorização e participação das mulheres no sistema econômico e social.

Mas antes de ingressar nessa problemática que requer a letra de autores da História, da Filosofia e da Sociologia (ARIÈS, 1978, 1991, BADINTER, 1985, 2010; BEAUVOIR, 1976, entre outros), o próprio Freud, propõe uma compreensão da sexualidade feminina, que, particularmente, me faz repensar e analisar questões relativas à maternidade que parecem ultrapassar a hipótese freudiana.

A hipótese a que me refiro poderia ser apresentada através de uma equação metafórica e metonímica<sup>3</sup>. Pois, para Freud, a menina alcança sua feminilidade quando substitui seu desejo masculino – ter um filho da mãe – pelo desejo de ter um filho, primeiro, um filho do pai, e

<sup>3</sup> A equação implica numa metáfora, pois os objetos envolvidos são representações de outra coisa, a saber, o objeto de desejo da criança, porém, é igualmente uma metonímia, na medida em que ocorre um deslocamento de significante, de um filho da mãe para um filho do pai.



posteriormente, um filho do seu objeto de amor da vida adulta. Dessa forma, a hipótese freudiana esbarra no fato de que a menina se realiza como mulher quando tem um filho.

A equação, assim definida poderia ser mulher = mãe. Talvez essa equação seja o ponto de partida para o meu problema de pesquisa, que poderia introduzir nesses termos: Se para Freud a mulher se realiza quando se torna mãe; se ser mãe é o desejo primordial da mulher, por que se constata que a maternidade é reconhecida como a ocasião de surgimento de patologias mentais e transtornos do comportamento de gravidade diversa (KENDELL, 1987 *apud* BYDLOWSKI, 1998, p. 199); assim como o risco de apresentar uma depressão no período do pós-parto é 3 vezes maior que em qualquer outro momento da vida da mulher (COX, 1994 *apud* BYDLOWSKI, 1998, p. 206)?

Se a afirmativa de Freud realmente se constitui numa hipótese, para o pai da psicanálise, portanto, o objetivo final do desenvolvimento sexual feminino seria nada mais que tornar-se mãe. Convém destacar que se assim compreendemos o desenvolvimento da menina, estaríamos considerando apenas o fim biológico de todo ser mulher.

Mas como assinalou Simone de Beauvoir (1967, p. 248): “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é sua vocação ‘natural’ porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Mas já disse que a sociedade humana nunca é abandonada à natureza. E, particularmente, há um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade”. E portanto, não podemos reduzir a mulher à equação proposta por Freud. Pelo contrário, o que parece ocorrer é antes um conflito entre o desejo da mulher e o desejo da mãe, muito mais do que uma completude ou equivalência. A questão do conflito entre esses desejos nos conduz a um outro caminho. Vejamos onde essa problematização nos leva.

### 3. O CONFLITO: A MULHER E A MÃE

O conflito está na base das neuroses freudianas – o conflito entre o desejo que aparece direcionado à família, o pai e a mãe, e a proibição desse desejo, representado pela proibição do incesto. Mas o conflito que proponho discutir pode ser melhor apreciado pela filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter em seu livro *O conflito: a mulher e a mãe* (2011). Na sua reflexão encontraremos a ambivalência na base do conflito. Segundo a autora, essa ambivalência, por sua vez, se torna mais evidente, e conseqüentemente, o conflito que ela



engendra, a partir do momento em que a criança deixa de ser uma “consequência natural do casamento” (p. 18) e passa a ser resultado de uma escolha.

Por um filho no mundo é um compromisso de longo prazo que implica dar prioridade a ele. É a decisão mais perturbadora que um ser humano é levado a tomar na vida. A sabedoria exigiria, pois, que ele pensasse duas vezes e se interrogasse seriamente sobre sua capacidade altruística e sobre o prazer que ele pode obter disso. (BADINTER, 2011, p. 18)

As mudanças políticas, sociais e econômicas que colocaram a mulher num outro lugar dentro das sociedades passa a refletir decisivamente na família. A mulher deixa de ser apenas a mãe, como o quis equivaler Freud, para ser outras coisas. Só que “Quanto maior a liberdade de decisão, maior a responsabilidade dos deveres. Em outras palavras, a criança, que representa uma fonte inesgotável de realização para algumas mulheres, pode revelar-se um obstáculo para outras” (p. 22). Entretanto, o que Badinter deixa escapar na sua análise é que mesmo nas mulheres para as quais a criança representa uma fonte inesgotável de realização, mesmo nessas mulheres, o pós-parto pode ser uma fissura sem precedentes. Como explicar isso? Que o desejo materno entra em choque com o desejo da mulher Badinter nos responde muito bem, porém não justifica a vulnerabilidade psíquica a que estão expostas as mães no pós-parto.

Poderia recorrer à medicina com sua tese das alterações hormonais, que, de fato, não podemos descartar. No entanto, as alterações hormonais não respondem sozinhas às contingências que vemos aparecer, as vezes silenciosamente, e outras, explosivamente, na gestação e, principalmente, no pós-parto, o qual delimito aqui como objeto de estudo. Pois se a vulnerabilidade psíquica das gestantes e puérperas devessem apenas à ebulição de seus hormônios, e às alterações corporais e fisiológicas que eles acabam por produzir, deveríamos encontrar a mesma realidade psíquica em todas as mulheres ou o mesmo grau de adoecimento psíquico. Entretanto, quando falamos de universo materno é bem outra coisa que encontramos. Ao invés da semelhança deparamo-nos com a variedade. Mesmo quando falamos da mesma patologia psiquiátrica, cada mãe apresentará o seu adoecimento dentro de um quadro que lhe é particular.

Há algo maior, algo que está na origem dessa experiência, e que mulher nenhuma pode escapar, porém cada uma manifesta à sua maneira, adoecendo mais, ou menos, de acordo com sua vulnerabilidade psíquica anterior à experiência materna, que acredito estar relacionada a família. A família enquanto ambiente que promove a constituição psíquica dos sujeitos. Voltaremos a esse esboço mais tarde, no próximo capítulo. Antes, gostaria de me deter em um



conceito com o qual me deparei quando em busca de algo que pudesse responder, além da família, a essa vulnerabilidade psíquica materna.

### 3. O TRAUMA

Em busca desse algo retorno para o pai da psicanálise. Pois apesar de tentar igualar a mulher à mãe e, conseqüentemente, considerar a dimensão biológica da mulher em detrimento do desejo que ele mesmo identificou nos sujeitos, Freud, por outro lado, construiu conceitos que nos ajudam a pensar o processo psíquico pelo qual passa a mulher com a chegada do bebê. Vejamos.

Alguns autores da psicologia perinatal (PRESME, 2012) consideram que a chegada do bebê é vivida psiquicamente como algo da ordem do traumatismo. Traumatismo no sentido freudiano (FREUD, [1893-95] 1996). Conceito que sugere a fissura, a divisão do psiquismo do sujeito quando diante de um evento ou experiência que não pode ser compreendida psiquicamente no momento do ocorrido. “O acontecimento da gestação no sentido amplo (parto, etc.) é ele mesmo potencialmente traumático” (PRESME, 2012, p. 180). Mas por que algo que tanto desejamos pode causar tanto estrago no psiquismo das mães é a pergunta que resta em aberto. É justamente nesse ponto que a minha hipótese pode ser construída.

A mulher durante a gestação se encontra sugada, coabitada e parasitada por um ser que se encontra dentro dela. Um ser que faz parte dela. Esse processo, no entanto, durante a gestação é vivido muito internamente, de forma orgânica e corporal. Quando o bebê nasce, a mãe continua a viver, de forma semelhante à gestação, ou seja, ela continua sendo sugada, coabitada e parasitada por esse bebê, porém psiquicamente, pois no pós-parto esse ser se encontra fora dela. O fato de se encontrar fora do corpo da mãe, não muda os processos pelos quais ela passa com relação a esse bebê.

Ao contrário, quando o objeto interno da mãe, passa de interno para externo, real, concreto, ela passa por um processo de divisão. Pois, no pós-parto são dois corpos para um psiquismo. A mãe é o bebê, pois empresta seu psiquismo a ele durante o tempo do período pós-natal. Ela é o bebê, mas é também ela mesma. São dois seres em um só. É um outro que é intimamente seu. É um outro que é ela mesma, mas que se encontra fora dela. Seria quase uma loucura. Talvez seja dessa constatação que surgiu o conceito winnicottiano sobre a preocupação materna primária.



Para Winnicott, a mulher no pós-parto apresenta um estado alterado de consciência “poderia ser comparada a um estado de retraimento ou de dissociação, ou a uma fuga, ou mesmo a um distúrbio num nível mais profundo, como por exemplo um episódio esquizoide, onde um determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente” (1956, p. 401). Segundo suas próprias palavras: “quase uma doença”! (1956).

Loucura materna, Tristeza materna, baby-blues, preocupação materna primária, estado esquizo-paranóide, folie puerperal, são alguns dos termos e conceitos utilizados para descrever, ou mesmo, classificar, o estado psíquico no qual encontra-se a mulher no pós-parto. Poderia citar ainda outros tantos que descrevem verdadeiras psicopatologias mentais, mas detenho-me apenas a listar aqueles que são utilizados frequentemente para descrever a particularidade psíquica, porém não necessariamente patológica, do psiquismo feminino na maternidade.

Convém, por fim, sublinhar a relevância do tema proposto para o campo de estudo da família contemporânea, o que me faz retomar o objeto de pesquisa que defini há poucos anos (2010) no Mestrado, objeto que formulo assim: a importância da função paterna, que se inscreve dentro da família, para constituição psíquica do sujeito apesar da falência da sua imagem social. Retorno à função paterna, de forma adaptada ao objeto atual, a saber, o psiquismo materno no pós-parto, pois acredito, que esta função, que produz seus efeitos constituintes e organizadores através das relações familiares, é fundamental no percurso feminino em direção à maternidade. Adentremos por essa via, recorrendo à Lacan e sua compreensão sobre o próprio surgimento da psicanálise.

#### **4. A FAMÍLIA: O PAI E A MÃE**

Para falar de Lacan e da família, iniciemos pelo conceito de imago paterna, que me parece importantíssimo para se pensar o complexo de Édipo freudiano e conseqüentemente a família contemporânea, principalmente a partir do recorte realizado por Lacan em seu artigo *A família* de 1938, o qual, utiliza o conceito considerando a maneira como esse pai aparece na sociedade vienense em fins de século XIX, justamente a sociedade palco das descobertas freudianas.

Lacan não transita sobre as formas de apreensão dessa imago, ele vai direto ao seu aspecto declinante, apreende sua dimensão desvalorizada e a explora à exaustão. Para Lacan, portanto, a imago paterna sofre o grande golpe no período posterior à revolução industrial e





revolução francesa, período em que os especialistas convencionam iniciar a falência da família patriarcal. A própria referência que faz da falência da autoridade patriarcal – Lacan se refere a essa falência como um “declínio social da imago paterna” (1987[1938], p. 62) – já manifesta o caminho que ele percorre. Esse declínio por sua vez, podia ser percebido a partir de uma imagem paterna fragilizada, instável e desvalorizada socialmente, e, para Lacan, estava associado à crise da modernidade que representava os avanços desmedidos das mudanças decorrentes do período pós-revoluções, que influenciou tanto a família quanto a organização política, social e econômica da Europa no fim do século XIX.

Alguns estudos como os de Roudinesco (2003), de Delumeau (1990), de Ariès (1991), dentre outros, são testemunhos da realidade a que esteve exposto o pai de outrora até chegarmos ao pai de hoje. Esta realidade histórico-social está presente na reflexão lacaniana sobre a falência paterna, igualmente observada por Tellenbach (1983, p. 15):

Que o pai esteja cada vez mais hesitante e inconsistente em sua inteligência, que ele apreenda e realize cada vez menos as potencialidades de sua paternidade, essas são as constatações que procedem de uma longa história; mas é somente no decorrer das últimas décadas que se pode mais claramente tomar consciência dessa situação, a ponto de não ser mais possível recusá-la<sup>4</sup>.

Para completar, em 1793, morre guillotinado o rei Luís XVI, depois da abolição da monarquia. Fato este que Roudinesco analisa fazendo referência a Balzac: “Ao cortar a cabeça do rei, dirá Balzac, a Revolução derrubou a cabeça de todos os pais de família” (ROUDINESCO, 2003, p. 33).

Essa queda do patriarca que se manifestava através da desvalorização de sua imagem parece ser retomada por Lacan com o propósito de contextualizar o surgimento da teoria freudiana sobre as neuroses. Pois, como a metáfora balzaquiana já insinua, a correspondência entre os dois personagens, rei e pai, nos sugere que algumas condições, das quais destacamos as simbólicas, foram sendo criadas para pensar a família burguesa ordenada com um pai menos potente.

Um corte fica estabelecido. E com o corte surge a possibilidade de se pensar a organização familiar de outra maneira: como provedora de subjetividades mesmo diante da falência da autoridade paterna. Assim, compreende-se que o pai, apesar da desvalorização de

<sup>4</sup> Original em francês (Tradução livre da autora).



sua imagem, tem um papel importantíssimo para a constituição psíquica dos indivíduos. É, ao menos, a saída que Freud encontrou, segundo Lacan, para revalorizar o pai. Se ele não mais detém o poder de autoridade inquestionável dentro das sociedades, ele adquire um papel fundamental dentro da família – papel que não diz respeito ao autoritarismo ou a uma posição social de poder, mas àquilo que a psicanálise elabora sob o nome de Complexo de Édipo, que se encontra como importante referencial lacaniano na sua abordagem da função paterna.

Para Lacan, portanto, o Complexo de Édipo se constitui numa forma de valorização do pai diante da crise que se impunha; uma valorização eminentemente simbólica. Conforme as palavras de Lacan: *“Seja qual for o futuro, este declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja a esta crise que se torna necessário relacionar a aparição da própria psicanálise”* (LACAN, 1987[1938], p. 62).

Se a psicanálise não poderia solucionar a crise que eclodia nem, tampouco, resgatar a autoridade do patriarca dentro da família, poderia, ao menos, oferecer-se como um dispositivo simbólico de ordenação psíquica, apesar da crise social do pai. No entanto, nessa função do pai, podemos observar uma fragilização – que se manifesta através de subjetividades vulneráveis a psicopatologias – que seria resultante da influência do declínio de sua imagem. Mas, apesar da polêmica afirmação de Lacan quanto ao surgimento da psicanálise, a ênfase recai, não no nascimento desse campo do saber, mas sim nos efeitos psicopatológicos procedentes das novas formas familiares que se sustentam numa imagem social paterna fragilizada. É o que podemos constatar na sequência do texto de 1938:

Seja como for, são as formas de neuroses dominantes no fim do século passado que se revelaram ser intimamente dependentes das condições de família. Estas neuroses, desde o tempo das primeiras adivinhações freudianas, parecem ter evoluído no sentido de um complexo caracterial onde [...] se pode reconhecer a grande neurose contemporânea. A nossa experiência leva-nos a designar aí a determinação principal na personalidade do pai, sempre faltando de certo modo ausente, humilhada, dividida ou artificial (LACAN, 1987[1938], p. 62).

Dito de outro modo, para Lacan, os sintomas neuróticos são o reflexo das formas de família dominantes e, portanto, intimamente ligados à fragilidade da imagem paterna. As possíveis saídas do Édipo, segundo a teoria freudiana, servem aqui de testemunho: não se pode sair do Édipo senão ao preço de um adoecimento psíquico, ainda que este seja a neurose.

Podemos concluir, a partir desse longo passeio pela história e pelo artigo de Lacan, que as psicopatologias contemporâneas são, na verdade, manifestações das novas possibilidades de



organização psíquica que os sujeitos contemporâneos estão suscetíveis diante das novas formas de organização familiar ocidental, que se constituem a partir de um pai simbólico. Mas essa longa análise não nos mostra como podemos pensar o pai – como ele participa, como ele intervém, e se ele intervém – nos primeiros dias da vida do bebê, como suporte social da mãe.

Nesse campo de estudo das relações do bebê, com o pai, a mãe e a família, gostaria de retomar Winnicott e recorrer, igualmente, ao psiquiatra e psicanalista francês Serge Lebovici, que privilegiam, cada um a sua maneira, a relação mãe e bebê, para analisar como o pai pode participar nesse momento inicial da maternidade com a chegada do bebê.

Partindo das contribuições winnicottianas, a mãe é compreendida dentro de uma relação dual, onde não há a percepção de um terceiro, o pai, nos primeiros momentos de sua vida. Para o psicanalista inglês essa percepção é mais uma das conquistas que a criança adquire a medida que avança no seu desenvolvimento (WINNICOTT, 1990).

Se não há a percepção de um terceiro nos primeiros meses de vida na perspectiva de Winnicott, o pai não existe enquanto tal para o bebê, e, portanto, não poderíamos falar em função paterna nos primórdios da vida de uma criança nessa perspectiva, muito menos nos efeitos psicopatológicos que Lacan constata como resultante da nova forma de paternidade, alicerçada numa imagem do pai desvalorizada. Mas ele nos traz uma tese fundamental para se pensar o pós-parto materno e conseqüentemente a presença ou ausência de psicopatologias puerperais, tese que eu poderia definir a partir de suas palavras: “...um cuidado materno satisfatório, que significa cuidado paterno.” (WINNICOTT, 1983[1960], p. 44); definindo na sequência o cuidado paterno satisfatório a partir de três estágios: 1. Holding; 2. Relação dual mãe-bebê, onde o pai não é conhecido do bebê; e 3. Pai, mãe e lactente.

Acredito que Winnicott é claro em sua afirmação, e que podemos compreender a relação direta entre a mãe suficientemente boa e o cuidado paterno nesse pequeno trecho. Talvez, para ele o pai não possa ser conhecido pelo bebê, pois em sua obra o processo de maturação requer outras conquistas para alcançar esse nível de desenvolvimento. No entanto, ele não descarta a importância desse pai desde o início de seu nascimento, como podemos verificar na afirmação citada, o que nos faz crer que para Winnicott para que uma mãe desempenhe sua função maternante a presença do cuidado paterno é de suma importância.

Recorro a outro texto de Winnicott para dar suporte a essa afirmação, onde ele escreve:

...o que hoje em dia é tão necessário, ou seja, dar suporte moral à boa mãe comum, (...), e protegê-la contra tudo e todos que se interpuserem entre ela e o bebê. Todos nós devemos juntar forças que capacitem o início e o desenvolvimento natural da relação emocional entre as mães e seu bebê. Esse



trabalho coletivo é uma extensão do trabalho do pai, do trabalho do pai desde o início, quando a mãe está carregando, sustentando e amamentando seu bebê; no período anterior ao qual o bebê vai poder usar o pai de outras maneiras” (WINNICOTT, 2005, p. 122).

Ou seja, Winnicott nos diz claramente há um *trabalho do pai desde o início* (...). Reforço: “*no período anterior ao qual o bebê vai poder usar o pai de outras maneiras*”, maneira essa que podemos supor estar associada ao Édipo. Mas antes do Édipo o bebê pode usar o pai dessa maneira, indireta, porém salutar, pois que o seu trabalho de suporte moral à boa mãe permite *o início e o desenvolvimento natural da relação emocional entre a mãe e o bebê* (WINNICOTT, 2005, p. 122).

O que parece importar nesse momento inaugural das relações do bebê com o seu entorno é mais o lugar que o pai ocupa junto à mãe desde a gestação até o desenrolar dos primeiros meses do recém-nascido. Assim, o pai é quem pode favorecer, ajudar, colaborar com o processo de maternalização, ou seja, com o processo de tornar-se mãe. Essa é a tese que acredito estar implícita nas palavras de Winnicott e explícita nas de Lebovici (e de outros atores que seguem abordagens semelhantes) como poderão constatar.

Para Lebovici (2003), “o pai não é somente aquele pelo qual se opera a separação mãe-bebê” (p. 196) no complexo de Édipo, ao contrário, seus aportes ao bebê estão muito além disso (LEBOVICI, 2003). Porém, esses aportes são da ordem das interações precoces, e se referem ao modo como o bebê é carregado, embalado, olhado, cuidado por cada um dos pais, ressaltando as diferenças que o bebê percebe quando diante dos cuidados de um e de outro. No entanto, os aportes de que Lebovici menciona são precisamente da ordem das funções maternas, porém desempenhadas pelo pai. E por se tratar de função maternante, voltaríamos a estaca zero, pois estaríamos diante de um período pré-edípiano, onde a função paterna ainda não teria sua validade enquanto função psíquica e subjetivante.

Não obstante, não podemos negligenciar que, a partir do momento que se supõe que há para o bebê uma distinção entre os dois personagens familiares poderíamos supor a percepção, desde cedo, de um terceiro na relação mãe-bebê. E se há distinção, não haveria também a presença para o bebê de um outro da mãe, aquele que virá desempenhar no Édipo a função de interdição?

O próprio Lebovici nos dá esse caminho quando em *L'arbre de la vie* ele faz menção à “referencia social”, a qual é descrita da seguinte maneira: “queremos aqui significar que a relação dual é contextualizada por uma situação que lhe é exterior”, contextualização essa na qual o pai “pode e deve” também ter seu papel (LEBOVICI, 2009, p. 68).



O que se vislumbra nessa situação de prematuridade biológica e psíquica, é que desde sempre, antes mesmo do bebê nascer, o pai está ali, junto à mãe, de alguma forma. Nos diz Lebovici: “...o papel do pai deve ser reconhecido desde o nascimento (...). Tomado numa situação imediatamente triangular, pois a díade mãe-bebê é contextualizada por ele, o bebê sente rapidamente o processo de triangulação” (2009, p. 51).

Podemos utilizar como exemplo a própria distinção que o bebê começa a fazer desde a gestação, entre as diferentes vozes que escuta dentro da barriga, já é uma forma dele se encontrar inserido numa relação que comporta um terceiro, terceiro que posteriormente poderá desempenhar sua função junto ao Édipo.

O que parece importar nesse momento inaugural das relações do bebê com o seu entorno é mais o lugar que o pai ocupa junto à mãe desde a gestação até o desenrolar dos primeiros meses do recém-nascido. Outros autores reforçam a afirmativa de Lebovici, dentre eles, Nadia e Daniel Stern. Segundo eles, a função primeira do pai, no modelo tradicional de família, consiste “em oferecer à mulher um suporte emocional, físico, prático e financeiro, que vai fazer a ponte com o mundo exterior e lhe deixar espaço necessário para aprender a se ocupar do bebê” (STERN, D.; BRUSCHWEILER-STERN, 1998, p. 213).

Esse ponto de vista do papel do pai, o de estar ao lado da mulher a cada etapa da maternidade, desde a gestação, enquanto suporte emocional, sugere-nos uma forma de presença do outro da mãe interferindo de alguma maneira na relação dual. Pois se considerarmos a importância desse entorno da mulher para sua maternagem, o pai, como parte do ambiente materno, estaria favorecendo a função materna imprescindível ao desenvolvimento do bebê.

Nesse cenário que Stern nos apresenta de inscrição da maternagem, poderíamos, então, supor que o papel do pai corresponde a uma função paterna, e, portanto, simbólica, que atua de forma a permitir a maternagem do bebê e conseqüentemente seu desenvolvimento psíquico, mesmo antes de sua entrada nas relações edípicas. Função simbólica, uma vez que, ao tomar parte junto às referências sociais da mãe, ele possibilitaria a mulher aceder à significação de sua maternagem.

É o que o próprio Lebovici parece nos indicar, de forma ainda mais direta do que na afirmação anterior: “Depois dos trabalhos de Bowlby sobre o apego, considero que os pais tem por função ajudar suas mulheres no processo de maternalização” (LEBOVICI, 1989, p. 73). E o que seria essa ajuda senão uma operação simbólica?

E se pudemos considerar o papel do pai nesse período que vai desde a gestação até os primeiros meses de vida do bebê como uma função paterna deveríamos supor, igualmente –



pois que estamos lendo esses autores a partir da tese lacaniana de 1938 – que essa função traz em si os traços de sua imagem social desvalorizada. Assim como, segundo os argumentos de Lacan, as psicopatologias do bebê e da mãe poderiam ser compreendidas como efeito das novas formas de organização familiar que se constituem a partir de um pai menos potente, e, o que me parece ser o mais importante destacar: uma função simbólica. Reforçando, o que tento esclarecer aqui faz referência à família como instituição fundada no estatuto simbólico.

E diante disso, o objetivo não é patologizar as expressões sintomáticas do lactente e da mãe, como tentei esclarecer em um dos capítulos anteriores, nem mesmo interpretar a família contemporânea como uma família que faz o sujeito adoecer. Ao contrário, o que se verifica nas leituras recorridas é a atualidade de uma constituição subjetiva marcada pela nova lei que a funda, a saber, a lei simbólica, que traz em si uma inadequação própria do mundo simbólico. A representação dessa lei pode ser compreendida à luz da antropologia de Lèvi-Strauss, que tanto influenciou o pensamento lacaniano a partir de 1952, quando do seu retorno à Freud.

Segundo o antropólogo, o mundo simbólico impõe um limite que lhe é próprio: “não pôde e jamais poderá consistir senão em retificar recortes, proceder a reagrupamentos, definir pertenças e descobrir recursos novos, no seio de uma totalidade fechada e complementar consigo mesma” (LÉVI-STRAUSS, 2003. p. 42). Lacan nos diz algo parecido porém de outra maneira, já integrando a questão da família. Segundo ele, “De fato mesmo representada por uma única pessoa, a função paterna concentra em si relações imaginárias e reais, sempre mais ou menos inadequadas à relação simbólica que a constitui essencialmente” (LACAN, 1998, p. 279). Ou sempre algo escapa ao sujeito, ou, tudo ele capta do outro sem no entanto poder compreender o que capta, sem no entanto poder falar sobre aquilo. Se ele não pode falar, se ele não pode compreender, se ele não pode ter acesso a um sentido que dê conta, resta a ele adoecer. Manifesta, portanto, através de sintomas aquilo que não pode significar de outra maneira. Dessa forma o sintoma fala, sendo a forma do bebê se comunicar com o outro..

Partindo desse ponto de vista, as psicopatologias do lactente e as patologias psíquicas da mãe podem ser compreendidas, portanto, como efeito do tipo de organização a que estamos submetidos, organização familiar que se constitui e funciona a partir de operações simbólicas: metáforas, significações, representações, interpretações; que possui em sua estrutura o caráter inerente ao mundo da linguagem, a saber, o limite, o furo, a inadequação, a idiosincrasia, o paradoxo, o mal entendido, o equívoco.

Que estejamos diante de um período onde vemos a função paterna em seu declínio, não é o que pretendo denunciar, afinal de contas, os autores contemporâneos o fazem muito bem. O





que sinalizo, ponto e reforço é algo anterior ao que se constata com relação ao declínio da função paterna, e que acredito ser de grande importância para a compreensão da proliferação das psicopatologias do bebê, e do adoecimento materno puerperal, ou seja: devemos pensar a relação dual mãe-bebê como estando permeada por um terceiro – não importa qual – que pode fazer a função de pai que o complexo de Édipo freudiano nos propõe como esteio para a constituição do sujeito humano – cabe aqui a referência ao advento do sujeito no caso do bebê em desenvolvimento e o nascimento da mãe na mulher que gera um filho.

Resumindo: resalto, portanto, a importância de um terceiro nessa relação, seja na simbolização da maternagem; como ambiente facilitador ou como suporte moral da mãe; ou ainda, como interditor na relação mãe-bebê, a função paterna deve ser considerada desde o início da vida do recém-nascido. Devemos, por conseguinte, sempre ter em mente que a mãe, ao desempenhar seu papel de mãe, tem todo um ambiente em torno dela que pode favorecer ou não essa maternagem. Dito de outro modo: a mãe nunca está só, ou quando está, é porque algo do seu entorno falta, claudica. Para que a mulher cumpra seu papel de forma minimamente saudável para ambos, para ela e o recém-nascido, deve haver um ambiente que favoreça as interações mãe/bebê, alguém que possa ser o terceiro da relação, alguém que possa ser o outro da mãe. Pois, utilizando as palavras de Simone de Beauvoir (1967)<sup>5</sup>, adaptada à realidade da maternagem: Ninguém nasce mãe, mas torna-se mãe. A mulher apreende a ser mãe, e o outro pode ser um importante mediador nessa direção.

## 5. CONCLUSÃO

Para concluir vejamos onde essa análise sobre a mãe e a mulher nos levou. Começamos pelo pós-parto. “Tristeza materna”, “baby-blues”, “preocupação materna primária”, “loucura puerperal”, são alguns dos termos e conceitos utilizados para descrever, ou mesmo, classificar, o estado psíquico no qual encontra-se a mulher no pós-parto, evidenciando, portanto, o quanto mãe e mulher não são necessariamente lados de uma mesma moeda.

---

<sup>5</sup> “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. (...) Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).





O que é mais interessante perceber não é que Freud tenha reconhecido que algo sobre a mulher lhe escapa, ou que Winnicott tenha oferecido à mulher um momento de loucura saudável. O que não encontramos nesses discursos é a referência à mãe como objeto de estudo separada da mulher e a mulher como separada da mãe. Talvez, desvincular a mãe da mulher não nos faça compreender muita coisa sobre o objeto mãe, mas tentar apreender a mulher através do seu papel materno tem sido um caminho ainda mais tortuoso e infrutífero.

O que se pode concluir, portanto, é que a mãe como objeto de pesquisa científica, é encontrada sempre vinculada a outros objetos de estudo, a criança, o bebê, a mulher, o marido, o pai, o filho. E isso se deve ao fato de que a mãe parece não poder existir dissociada de sua dimensão de mulher, apesar de reconhecermos que falar da mulher não é o mesmo que falar da mãe (vice-versa). Mas ao falarmos em mãe o que se constata é que ela não deve ser apenas mãe para desempenhar a maternidade. Quando mulher e mãe se equivalem – ou seja, quando a mãe anula sua dimensão mulher – vemos todo tipo de patologias psíquicas se manifestarem tanto nos bebês, nas crianças e na família como um todo.

Esse recuo histórico e bibliográfico nos indica uma realidade de conflito para a mulher na maternidade. Um conflito que faz do próprio psiquismo feminino no pós-parto um testemunho dessa descontinuidade entre mãe e mulher. E que esse psiquismo comece, mais frequentemente, a se manifestar patologicamente justamente num período onde abre-se para a mulher a possibilidade de ser outra coisa além de mãe, parece nos revelar a questão do feminino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978. p. 279.

\_\_\_\_\_. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

BADINTER, E. *O conflito. A mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. p. 222.

BEAUVOIR, S. Chapitre VI. La mère. In: *Le deuxième sexe II*. Paris: Gallimard, 1976. p. 326-386.

BYDLOWSKI. *Psychiatrie périnatale*. Paris: P.U.F., 1998. p. 522.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-95). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. p. 39-320. v. II.

\_\_\_\_\_. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. p. 119-219. v. VII



\_\_\_\_\_. Sexualidade feminina (1931). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. p. 231-251. v. XXI.

KNIBIEHLER, Yvonne. Histoire des mères et de la maternité en occident. Paris: P.U.F., 2000. p. 125.

DELUMEAU, J.; ROCHE, D. (org.). *Histoire des pères et de la paternité*. Paris: Larousse, 1990.

LACAN. *A família* (1938). Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

\_\_\_\_\_. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1998. p. 238-324.

LEBOVICI, S. WEIL-HALPERN, F. *Psychopathologie du bébé*. Paris: P.U.F., 1989.

LÉVI-STRAUSS. Introdução à obra de Marcel Mauss (1950). In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.

MISSONNIER, S. *Manual de psychologie clinique de la périnatalité*. Paris: Elsevier Masson, 2012. p. 382.

ROUDINESCO. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

STERN, D., BRUSCHWEILER-STERN, N. *La naissance d'une mere*. Paris: Poches Odile Jacob, 2008.

TELLENBACH. *L'image du père dans le mythe et l'histoire*. Paris: P.U.F., 1983.

WINNICOTT. A preocupação materna primária (1956). In: *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria do relacionamento paterno-infantil (1960). In: *O ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. 38-54 p.

\_\_\_\_\_. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

\_\_\_\_\_. A contribuição da mãe para a sociedade. In: *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 117-122 p.



## **MULHERES ADOECIDAS POR CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO**

CARVALHO, Debora Louzada

*Estudante de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - UFF*

*louzada.debora@gmail.com*

246

### **RESUMO**

Este artigo objetiva trazer breves considerações acerca da mulher portadora de câncer de colo de útero enquanto sujeito social. Esta neoplasia maligna é a segunda causa de mortalidade entre a população feminina. Busca-se apreender os papéis sociais desta mulher na sociedade marcada pela divisão sexual do trabalho, onde o processo de adoecimento perpassa pelo viés de gênero e classe social, em uma patologia marcadamente relacionada com as condições de vida deste segmento populacional.

**Palavras-chave:** Gênero. Saúde. Divisão sexual do trabalho.

### **ABSTRACT**

This article aims to bring brief remarks about the woman carrier of cervical cancer as a social subject. This malignancy is the second cause of mortality among women. Seeks to grasp the social roles of the woman in society marked by the sexual division of labor, where the disease process moves through the gender and social class bias in a pathology markedly related to the living conditions of this population segment.

**Key-words:** Gender. Health. Sexual division of labor.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem por finalidade trazer elementos para a reflexão acerca da mulher portadora de câncer do colo do útero enquanto sujeito social. O adoecimento por câncer traz em si uma série de questões que impactam tanto aspectos físicos, quanto subjetivos e sociais na vida dos sujeitos. É na interseção entre estes diferentes aspectos que se insere a atuação do assistente social.



Neste intuito, busca-se apresentar contribuições para melhor compreender a realidade desta mulher, visualizando-a em sua singularidade, sem deixar de perceber o câncer como uma doença de cunho social, principalmente o de colo de útero, cujos fatores de risco têm determinantes socioeconômicos. Assim, o adoecimento implica em ir além da questão clínica, compreendendo também implicações que envolvem a sua inserção enquanto mulher, no âmbito do trabalho, da família, das relações de gênero, do comprometimento socioeconômico etc.

Homens e mulheres vivenciam de forma diferenciada a crise econômica, considerando as diferenças de suas inserções no mercado de trabalho, tanto o informal quanto o formal. Neste contexto, é importante salientar o impacto desta crise mundial sobre as mulheres, considerando que ocupam postos e espaços no mercado de trabalho de pior qualidade - com menor nível de proteção social e piores remunerações (IPEA, 2009). As mulheres representam cerca de 51% da população mundial e brasileira, ganham menos que os homens têm pouco poder de decisão nas políticas públicas do País, sofrem violência de seus parceiros e muitas vezes vivem jornadas duplas ou triplas de trabalho (IPEA, 2009).

É neste contexto que emerge o debate sobre a “feminização” da pobreza. Carlotto e Gomes (2011) alertam para os equívocos que são postos frente algumas leituras atuais. Sinalizam que, apesar das afirmações do alto grau de pobreza entre as mulheres ser provocado pelo aumento da carga da chefia das famílias e da ausência do provedor masculino, as autoras apontam que o problema não está vinculado a sua ausência. A questão refere-se a que sua posição no mercado ocorre a partir de uma perspectiva de mãe e esposa, mesmo que este provedor tenha existido em algum momento de sua trajetória e não mais exista a sua presença ou ele nunca fez parte da composição da família. Dentro da perspectiva de divisão sexual dos papéis, as mulheres ficaram limitadas na sua participação no mercado por causa dos seus papéis nos cuidados e com a reprodução.

Assim, essas mulheres adoecidas estão inseridas em uma sociedade dividida por gênero, que, como traz Perrot (1994), pensa uma divisão sexual do mundo, ‘na complementaridade dos papéis, das tarefas e dos espaços, reconciliando assim a vocação “natural” com a utilidade social.’ (PERROT, 1994, p. 503). Neste sentido, a teoria das esferas separa a esfera pública, tida como de domínio masculino, da esfera privada, doméstica, portanto, feminina.



No entanto, as mulheres ao “saírem” (PERROT, 1994) do espaço socialmente instituído para elas, tanto física quanto moralmente, rompem com os papéis atribuídos socialmente a elas e se inicia os primórdios de uma consciência de gênero.

A autora coloca que essa saída das mulheres do espaço privado acontece através de atividades tidas como inerentes às mulheres, inicialmente pela via da filantropia, as mulheres das camadas médias irão exercer “profissões femininas”, marcadas pelo voluntariado e vocação tipicamente femininas: ensinar, tratar, assistir.

As mulheres operárias, contrariamente, são marcadas como “antítese da feminilidade”. Obrigadas a sair da esfera doméstica pela necessidade de sobrevivência de si e de suas famílias, inserem-se em um espaço cuja identidade é construída sobre o modelo de virilidade masculina, tendo setores produtivos inteiros vedados e seus salários considerados como complementaridade ao masculino, assim, inferiores aos recebidos pelos homens. Essa marca irá preponderar até os dias atuais, impactando na configuração desta mulher trabalhadora. (PERROT, 1994).

A precarização das relações de trabalho e o contexto das políticas sociais restritivas deixam esta mulher em uma situação de vulnerabilidade, sem proteções sociais mínimas para o seu sustento e o de sua família, o que resulta, nesta situação, na dificuldade de adesão ao tratamento. O câncer como questão de saúde pública perpassa todos os níveis de atenção à saúde, ou seja, a assistência não é exclusiva da alta complexidade, conforme preconizado por diversos estudos.

Nesta perspectiva, apreender as discussões sinalizadas como fatores que contribuem na constituição da mulher como sujeito social, especificamente quando portadora de câncer de colo de útero, levamos a reconhecer a vulnerabilidade a que estas mulheres estão expostas.

## **MULHERES E ADOECIMENTO POR CÂNCER DE CÓLO DE ÚTERO**

O câncer de colo de útero, segundo o Ministério da Saúde se apresenta como um dos mais incidentes no país e também de mais fácil detecção precoce, tendo um prognóstico bem alto de cura. Entretanto, a alta taxa de incidência deste câncer revela, como indicado por Nogueira e Silva (2008), o perfil multifacetário da questão social do câncer, com íntima relação



com a inserção desta mulher no mundo e de sua relação com seu próprio corpo e sua sexualidade, as relações de gênero, além da dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

É importante lembrar que câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 tipos diferentes de doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células anormais com potencial invasivo. Além disso, sua origem se dá por condições multifatoriais. Esses fatores causais podem agir em conjunto ou em sequência para iniciar ou promover o câncer (carcinogênese) (INCA, 2014).

O desenvolvimento da maioria dos cânceres requer múltiplas etapas que ocorrem ao longo de muitos anos. Assim, alguns tipos de câncer podem ser evitados pela eliminação da exposição aos fatores determinantes. Se o potencial de malignidade for detectado antes de as células tornarem-se malignas, ou numa fase inicial da doença, tem-se uma condição mais favorável para seu tratamento e, conseqüentemente, para sua cura (INCA, 2014).

De acordo com estimativas mundiais do projeto Globocan 2012, da Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (IARC, do inglês International Agency for Research on Cancer), da Organização Mundial da Saúde (OMS), houve 14,1 milhões de casos novos de câncer e um total de 8,2 milhões de mortes por câncer, em todo o mundo, em 2012 (INCA, 2014). A incidência do câncer continuará aumentando nos países em desenvolvimento e crescerá ainda mais em países desenvolvidos se medidas preventivas não forem amplamente aplicadas.

Ressalta-se que, com a transição demográfica, os países periféricos têm ainda que lidar com a mortalidade por doenças ainda não erradicadas, como tuberculose, e por causas externas, principalmente a violência, principal causa de óbitos entre jovens, segundo estudos.

A infecção pelo HPV é muito comum. No pequeno número de casos nos quais a infecção persiste e, especialmente, onde é causada por um subtipo viral oncogênico, pode ocorrer o desenvolvimento de lesões precursoras, cuja identificação e tratamento adequado possibilita a prevenção da progressão para o câncer cervical invasivo. Desta forma, o tabagismo, a iniciação sexual precoce, a multiplicidade de parceiros sexuais, a multiparidade e o uso de contraceptivos orais são considerados fatores de risco para o desenvolvimento de câncer do colo do útero. (INCA, 2014).



Para o ano de 2014, no Brasil, são esperados 15.590 casos novos de câncer do colo do útero, com um risco estimado de 15,33 casos a cada 100 mil mulheres (Figura 1).

A distribuição espacial da incidência demonstra a especificidade desta neoplasia maligna. Sem considerar os tumores de pele não melanoma, o câncer do colo do útero é o mais incidente na região Norte (23,57/ 100 mil). Nas regiões Centro-Oeste (22,19/ 100 mil) e Nordeste (18,79/ 100 mil), é o segundo mais frequente. Na região Sudeste (10,15/100 mil), o quarto e, na região Sul (15,87 /100 mil), o quinto mais frequente. (INCA, 2014).

250

Localização primária			casos	%	Homens	Mulheres	Localização primária		
Próstata	68.800	22,8%					Mama Feminina	57.120	20,8%
Traqueia, Brônquio e Pulmão	16.400	5,4%			Côlon e Reto	17.530	6,4%		
Côlon e Reto	15.070	5,0%			Colo do Útero	15.590	5,7%		
Estômago	12.870	4,3%			Traqueia, Brônquio e Pulmão	10.930	4,0%		
Cavidade Oral	11.280	3,7%			Glândula Tireoide	8.050	2,9%		
Esôfago	8.010	2,6%			Estômago	7.520	2,7%		
Laringe	6.870	2,3%			Corpo do Útero	5.900	2,2%		
Bexiga	6.750	2,2%			Ovário	5.680	2,1%		
Leucemias	5.050	1,7%			Linfoma não Hodgkin	4.850	1,8%		
Sistema Nervoso Central	4.960	1,6%			Leucemias	4.320	1,6%		

Figura 1 – Distribuição proporcional dos dez tipos de câncer estimados para 2014 por sexo, exceto pele melanoma (INCA, 2014)

Assim, ele atinge, de forma impactante, as regiões mais empobrecidas do país e decai a sua incidência nas regiões mais desenvolvidas nacionalmente e com maior acesso a rede de serviços de saúde, conforme pode ser percebido na Figura 2.



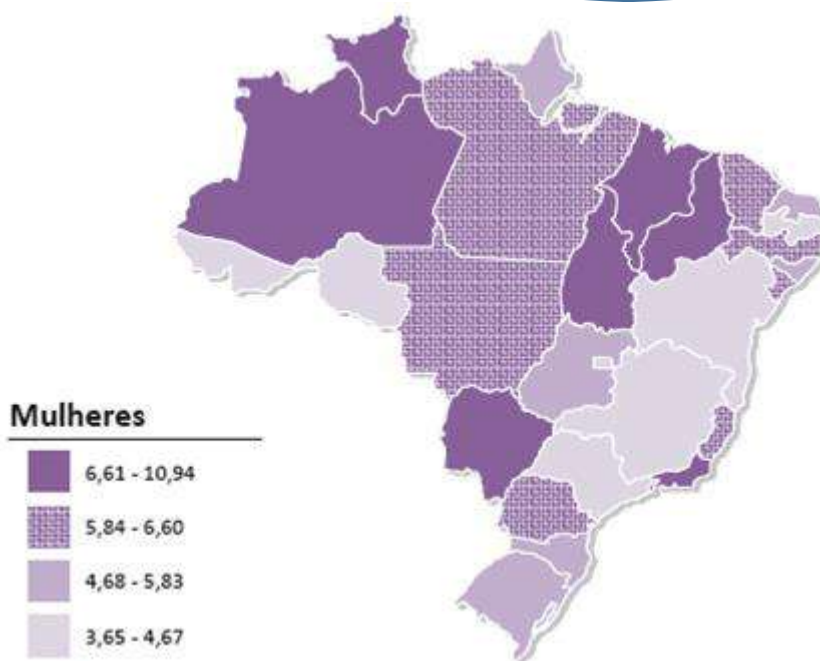


Figura 2 – Representação espacial das taxas brutas de incidência por 100 mil mulheres, estimadas para o ano de 2014, segundo Unidade da Federação (neoplasia maligna do colo do útero) (INCA, 2014)

Como o câncer de colo de útero tem um alto potencial de cura se diagnosticado precocemente, a alta mortalidade demonstra a dificuldade deste diagnóstico em sua fase inicial, por diversos motivos conforme diferentes estudos apontam (CARVALHO, 2008) (NOGUEIRA E SILVA, 2008), fazendo com que esta mulher somente tenha acesso ao tratamento em um estadiamento mais avançado da doença, onde a probabilidade de cura diminui consideravelmente.

## **GÊNERO E SAÚDE: PERSPECTIVAS SOBRE AS MULHERES COM CÂNCER DE CÓLO DE ÚTERO**

Melo e Bandeira (2005, p. 47) ao trabalharem com o conceito de gênero o definem como ‘o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada’. Mais adiante, continuam afirmando que se trata de ‘uma construção social, de uma forma primária de significar as relações de poder, uma vez que tais diferenças se configuram como desigualdades.’

Louro (1996) afirma que o conceito de gênero veio contrapor-se ao conceito de sexo. Neste sentido, se sexo refere-se às diferenças biológicas entre homem e mulher, o gênero está



relacionado com construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade. Assim, agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural.

As desigualdades são naturalizadas pela sociedade e desconsideram os conflitos que perpassam a construção da mulher na sua condição de sujeito, assim como mascara as dificuldades enfrentadas por estas mulheres não apenas em seus processos de socialização assim como em seus relacionamentos interpessoais, o que se agudiza com o adoecimento.

Swain (2001, p. 68) chama a atenção de que ‘as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos’, e que no mundo ocidental de hoje a mídia traz a imagem do feminino como uma ‘mulher consumidora (consumindo bens e produtos atuais no mercado), doméstica (cuida do lar, usa os produtos de limpeza, compra eletrodomésticos), sedutora (moda, romance, sedução) e reprodutora (voltada para a maternidade)’ (SWAIN, 2001, p.70).

Assim, a condição do adoecimento por doença do câncer de colo de útero, atravessada por estas relações fragiliza ainda mais a mulher. É preciso compreender o baixo poder de barganha que possuem. Além da luta diária pela sobrevivência, sua inserção em uma sociedade marcadamente machista faz com que estas questões impactem em seu processo de adoecimento.

Os elementos para pensar estas relações são diversos. Estudos apontam a relação direta existente entre esta doença e as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Nogueira e Silva (2009) em seu artigo colocam o quanto o uso da camisinha seria importante para a prevenção deste tipo específico de câncer, porém como os homens são muito resistentes a seu uso, este ponto sinaliza como ‘as tensões de gênero estão envoltas na perpetuação de uma cultura sexista e conservadora que acaba refletindo na questão do processo saúde/doença da população.’ (NOGUEIRA e SILVA, 2009, p. 9).

Em outro ponto, as autoras acima sinalizam outro aspecto importante nesta análise, que se refere à questão da sexualidade, apontando que nesta sociedade machista, onde a virilidade precisa ser provada através de uma prática sexual constante, a incompreensão dos



companheiros ou esposos da necessidade de resguardo sexual após alguns procedimentos clínicos ou durante determinados tratamentos levam ao fim diversos relacionamentos.

A mulher adoecida não consegue exercer os papéis que a sociedade a impõe, acima expostos por Swain (2001) e, ao não responder as demandas postas pelo relacionamento conjugal, sente-se ainda mais fragilizada.

A situação social dessas mulheres é, também, evidenciada com o adoecimento. A constante associação do câncer de colo do útero a pobreza ressalta que a maior parte dos fatores de risco é associada às condições de vida destas mulheres. Alguns destes fatores podem ser ressaltados, como ‘os precários padrões alimentares, baixa escolaridade, ocupações desqualificadas, condições de trabalho precarizadas e salários irrisórios a que estas mulheres estão submetidas.’ (NOGUEIRA e SILVA, 2009, p. 9). Assim, não se trata de fazer ou não preventivo, de saber ou não a necessidade de fazê-lo, mas sim de possuir condições objetivas de acessá-lo.

Ressalta-se as duplas e/ou triplas jornadas a que estas mulheres se submetem diariamente. Assim, após a extenuante jornada de trabalho exigida pelo mercado, cuidam também da esfera da reprodução. A responsabilidade pelos afazeres domésticos recai sobre as mulheres, evidenciando, novamente, as diferenças de gênero. Associa-se a este quadro o baixo padrão de proteção social brasileiro, onde, conforme aponta Costa (2002), acontece uma ‘crise dos sistemas de proteção *primária*<sup>1</sup>, sem que os de proteção *secundária*<sup>2</sup> estejam disponíveis.’ (COSTA, 2002, p. 312, *grifos da autora*).

Costa (2002) analisa em seu artigo as tensões existentes entre a saída das mulheres para o espaço público e a montagem dos sistemas protecionistas no Brasil. Sinaliza que as práticas de proteção primária sempre estiveram a cargo das mulheres, naturalmente institucionalizado. Com a saída para o espaço público começa um processo de desnaturalização, onde se expõe as conexões entre o público e o privado. Reflete que, ‘embora a política derive do social, distingue-se dele por sua função específica: a de produzir um código comum de regulação da vida social.’ (COSTA, 2002, p. 303).

<sup>1</sup> Sistema de proteção social de natureza primária – família e grupos de convívio (COSTA, 2002, p. 301).



Através dos tempos, a maternidade transferida cobre a deficiência dessas estruturas. A delegação de cuidados da casa - expressão polissêmica, referida a cuidados de coisas e de pessoas em circunstâncias diversas - se dá porque não há outra alternativa. Essas práticas protecionistas, com pouco apoio do setor público, consolidaram extensas redes de proteção e dependências armadas na intimidade das casas. (COSTA, 2002, p. 306)

Costa (2002) ressalta em outro trecho, que as lutas por direitos das mulheres se restringiram, em muitos casos, em buscar a igualdade com os homens em determinadas situações (como estabelecimento da jornada de trabalho), desconsiderando as outras inserções da mulher, na reprodução da vida privada.

254

A noção de maternidade transferida dá visibilidade a nexos políticos, econômicos e sociais de práticas do cotidiano doméstico. Abordagens microssocietárias tornam visível que, nas regiões de assalariamento tardio, como no Brasil, a produção doméstica de famílias organiza diversos modos informais de sobrevivência. Abordagens macroanalíticas, por sua vez, tornam possível explicá-las como partes de padrões reprodutivos: relações domésticas - próprias ao *household* - têm sido base de sustentação de formas perversas de regulação de salários. Nessa experiência, relações informais fornecem vantagens econômicas, quando reduzem os custos da reprodução dos trabalhadores, no sentido marxista do termo. (COSTA, 2002, p. 306)

Deste modo, a “maternidade transferida” de umas para outras mulheres possibilitou a saída para trabalhar, estudar, entre outras atividades às mulheres mais e menos abastadas, vinculando-as a milhares de mulheres mais e menos pobres pelo cuidado e exercício de tarefas em suas casas, com compensações recíprocas.

Entretanto, coube às mulheres pobres para o exercício de atividades fora do ambiente doméstico, dispondo ou não de equipamentos sociais, contar, sempre, ‘com o apoio de outras mulheres, pobres como elas, estabelecendo redes sociais pouco estudadas, com perdas de direitos sociais para muitas delas.’ (COSTA, 2002, p. 312).

Desta forma, esta abordagem de gênero possibilita a apreensão das desigualdades das relações de poder entre homens e mulheres e entre as mulheres, explicitando a construção das desigualdades. Assim como o rompimento da dicotomia que destinava os homens a esfera pública e as mulheres a esfera doméstica não esgota a necessidade de se discutir as relações de gênero, já que as relações de poder são inerentes a elas e perpassam todas as relações sociais.

<sup>2</sup> Sistema de proteção social secundária – serviços sociais em instituições estatais e privadas de cuidados



Esta compreensão do sujeito refere-se a um olhar compreendendo as diferentes perspectivas que vão inferir diretamente na sua constituição enquanto ser social. Assim, ao discutir a mulher portadora de câncer de colo de útero partindo da perspectiva de gênero, busca-se recuperar sua condição de sujeito e pouca proteção social estatal a que pode recorrer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, de que mulher estamos falando? Fonseca (2002) apresenta uma concepção de sujeito onde, discutindo com diversos autores, ressalta que o sujeito não é universal, tem um lugar historicamente construído, cujas emoções e percepções do mundo são construídas a partir de um lugar concreto que este indivíduo se insere, com variáveis sócio históricas e não constantes.

Deste modo, é preciso compreender as variáveis apontadas no decorrer deste artigo com o objetivo de apropriar-se das questões que envolvem a constituição dos sujeitos, no caso, o objeto deste artigo, a mulher portadora de câncer de colo de útero.

Assim, os processos de construção afetiva e social tão distintos dos indivíduos oriundos de diferentes contextos familiar e social, naturalizam e legitimam a desigualdade social brasileira em todas as suas dimensões.

A lógica competitiva existente hoje no mercado tem subordinado fortemente a política social à política econômica, transferindo a carga fiscal do capital para o trabalho, seja diminuindo gastos sociais com programas universais e flexibilizando o trabalho. Neste sentido, tem se observado um crescente desmonte do universalismo protetor para dar vez ao particularismo social e a mercantilização da política social.

Santos (1979) traz o conceito de cidadania regulada, compreendendo os cidadãos que estão em ocupações reconhecidas e definidas por lei. A carteira de trabalho passa a ser fundamental para o gozo dos direitos dos cidadãos. A regulação da cidadania implicou, na prática, em uma discriminação na distribuição dos benefícios, condicionando todo um sistema de desigualdades, possibilitando o acesso à proteção social secundária, via Estado, através da inserção no mercado formal de trabalho.

---

diversos (COSTA, 2002, p. 301).



A associação entre cidadania e ocupação torna pré-cidadãos todos aqueles cuja ocupação não é reconhecida por lei, inflando as condições institucionais para os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, ficando aí incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas igualmente aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas. Destaca-se, ainda, a pouca estruturação existente de políticas sociais cunho não contributivo.

Observa-se, hoje, no Brasil, uma extensa cobertura de programas compensatórios ou de alívio da pobreza, focalizados, voltado para determinados grupos sociais, como alternativa precária ao desmonte de uma proteção intensiva em segurança social. Sua legitimidade tem feito com que as novas gerações de trabalhadores vejam como natural a precariedade e instabilidade no emprego, por exemplo.

Assim, a mulher portadora de câncer de colo de útero, que por sua inserção no mercado de trabalho, não consegue se inserir, a partir de seu adoecimento, na proteção social estatal, conta, principalmente, com as redes de proteção primárias estabelecidas como estratégia de sobrevivência, sua e de sua família.

As desigualdades das relações sociais perpassadas pelo viés de gênero tem um impacto significativo nesta mulher adoecida, que sem contar com apoio da proteção social estatal ou com um provedor apoia-se na rede de proteção primária também como amparo para o sentimento de vulnerabilidade neste momento de vulnerabilidade, tanto econômica como social e psicológica.

A realidade da pobreza é confrontada neste momento. As estratégias de sobrevivência utilizadas até o momento do adoecimento não são mais possíveis de serem acessadas. Contando apenas com a venda da sua força de trabalho para sustento da família, sua incapacidade de prover seu sustento traz um desgaste ainda maior ao processo de tratamento.

Associa-se a este quadro o desgaste a que esta mulher é submetida com o tratamento oncológico, tanto físico quanto econômico (mesmo quando este ocorre em um serviço público, como os custos dos deslocamentos, por exemplo).

Desigualdades impregnam as relações sociais no interior do aparato protecionista e fixam os padrões de consumo e a qualidade dos bens e serviços





a serem repartidos (e negados). Procedimentos tradicionais de proteção social primária foram agravados na conjuntura de desemprego masculino, com tantos lares chefiados por mulheres. Os mecanismos institucionais atualizaram formas de apartação social e de extermínio em massa dos segmentos sociais a que se destinam, em uma dialética de vida-e-morte embutida nesse processo civilizador. A dialética que exclui e inclui as mulheres no movimento em direção ao espaço público favorece, ainda, a cultura protecionista privada. O atual modelo privatista de proteção social, de inspiração neoliberal, apoiado em costumes tradicionais, faz apropriação cultural das relações da intimidade e das redes de solidariedade, enfim, das formas peculiares de organização da vida coletiva do país, das muitas maternidades transferidas, como no trabalho gratuito de acompanhantes de doentes em hospitais, em práticas de *home care*. (COSTA, 2002, p. 318).

Assim, ao olhar este sujeito sem idealismo, considerando as suas contradições, captando as suas estratégias de sobrevivência e resgatando a sua condição de mulher inserida em uma sociedade atravessada pelas desigualdades produzidas pelas relações de gênero e de classe social, buscam-se as diferentes perspectivas que possibilitam ampliar o conhecimento, possibilitando a construção de uma atuação profissional do assistente social a partir de uma perspectiva da atenção integral à mulher portadora de câncer de colo de útero.

## REFERÊNCIAS

- CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. In: *Serviço Social & sociedade*, n. 105, 2011, p. 131-145.
- CARVALHO, Célia da Silva Ulysses de. A necessária atenção à família do paciente oncológico. In: *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 54, n. 1, 2008, p. 97-102.
- COSTA, Sueli Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, 2002, p. 301-323.
- FONSECA, Claudia. Mãe é uma só?: reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In: *Psicologia USP*, v. 13, n. 2, 2002, p. 49-68.
- INCA. *Estimativa 2014: incidência do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
- IPEA; OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. *Impacto da crise sobre as mulheres*. Brasília: IPEA; SPM; OIT, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, 2005 (Serie Mujer y Desarrollo n. 66).





NOGUEIRA, Ana Cláudia Correia; SILVA, Letícia Batista. As desigualdades de gênero: um enfoque na questão da saúde pública. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu, *Anais...* ABEP. Belo Horizonte, 2008, 1 CD-ROM.

NOGUEIRA, Ana Cláudia Correia; SILVA, Letícia Batista. Saúde, gênero e Serviço Social: contribuições sobre o câncer e saúde da mulher. In: *Vértices*, v. 11, n. 1/3, 2009, p. 7-17.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente. Vol. 4: o século XIX*. Tradução Maria Helena da Cruz Coelho et alii. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 503-537.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, 2001, p. 67-81.



## **A HOMOFOBIA NA FORMATAÇÃO DE CONHECIMENTOS NÃO (IN)FORMADOS SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA**

MAGALHÃES, Selma Reis

*Doutoranda do Programa Família na Sociedade Contemporânea- UCSAL*

*E-mail: [reisselma74@gmail.com](mailto:reisselma74@gmail.com)*

259

### **Resumo**

O texto pousa em experiência e pesquisas sobre sexualidade na escola, a partir da complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais fundados, sobretudo, numa lógica hierárquica de gênero. Como reprodutora de mecanismos que ordena os sexos, a escola serve-se de uma simbologia que modela os papéis e as funções dos sujeitos em conformidades com as regras sociais. Nesse ínterim, desenvolve-se a advocacia sobre homofobia e os investimentos, como os que animam o programa Escola sem Homofobia, inclusive para uma educação que colabore na efetividade de leis por direitos sexuais diversos, mas alertando sobre fragilidades dos professores em lidar com alunos homossexuais e temas relacionados à orientação sexual e de identidade de gênero. De fato, implementar tais programas requer que sejam acompanhados de investimentos em capacitações para que esses professores se sintam mais protagonistas de tais programas e sua prática se efetive.

**Palavra-Chave:** Sexualidade. Gênero. Educação.

### **Abstract**

The text put in experience and research on sexuality in school, from the complexity of social values organized by cultural codes founded above all on a hierarchical logic genre. As reproductive mechanisms that orders the sexes, the school uses a symbolism that models the roles and functions of the subject in compliance with social rules. In the meantime, develops advocacy about homophobia and investments, such as those which animate the school program without Homophobia, even for an education that collaborate on effectiveness of laws for sexual rights several, but warning of weaknesses of teachers in dealing with homosexual students and topics related to sexual orientation and gender identity. Dand actually implement such programs requires that are accompanied by investments in trainings so that these teachers feel more protagonists of such programs and their practice effect.

**Keyword :** Sexuality. Genus. Education.



## **Apresentação**

Na contemporaneidade, a questão da sexualidade nas escolas brasileiras se torna problemática em virtude da fragilidade do sistema educacional. Muitos profissionais da educação têm a sua formação acadêmica deformada de teorias e práticas fundamentais para desenvolverem práticas pedagógicas em relação gênero e sexualidade. Hoje, a educação sexual nas escolas, traduzida em orientação sexual como tema transversal, não se adequa às necessidades dos estudantes que vivem num mundo em constantes mudanças e exigências de comportamentos; um mundo de apelo ao erótico, ao desejo e ao prazer.

Em relação às discussões sobre gênero e sexualidade, compreende-se a escola como reprodutora de mecanismos que ordenam os sexos, cria códigos e simbologias próprias que legitimam tal reprodução (LOURO 2010). Hoje, emergem visíveis em todas as sociedades, diversas maneiras da humanidade viver as mais diversas formas de sexualidade, que não sejam pautadas exclusivamente na heterossexualidade. Partindo dessa premissa, o artigo abre uma discussão sobre sexualidade e a construção e desconstrução de estereótipos em relação à homossexualidade no ambiente escolar, a partir da complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais de gênero e na diferença anatômica do ativo/passivo. A discussão é fruto de observações, como educadora, de situações-problemas sobre a questão das sexualidades que são distorcidas ou simplesmente simplificadas aos fatores biológicos (corpo e reprodução), sem uma ênfase as consequências socioculturais, nem na construção das identidades sexuais, que geram visíveis discriminações e homofobia no espaço escolar.

A sexualidade como elemento construtivo do ser humano se manifesta independente de qualquer processo que envolva o ato pedagógico. Por ser um atributo inerente à pessoa humana, é parte intercomunicante da pessoa consigo mesma e com o outro. Dentro de um processo relacional, fundamenta-se em elementos primários, como o corpo biológico e secundário, através das relações sociais. Traz consigo a idéias das diferenças e desigualdades amplamente difundidas e mantidas nas sociedades que informam os comportamentos sexuais. Nesse sentido, o componente biológico traduzido no corpo sexuado, faz uma interlocução com o corpo sócio-cultural através do componente psicológico que transmite as emoções, sentimentos e conflitos associados à sexualidade. “O corpo se torna um objeto de atenção, o componente emocional, entrelaçando a natureza e a cultura, ocupando um papel sempre mais importante na experiência dos sujeitos e como objeto de estudo.” (MELUCCI, 2005, p. 30).

**A HOMOFOBIA NA FORMATAÇÃO DE CONHECIMENTOS NÃO (IN)FORMADOS SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA.**



A partir da construção da identidade como esquema corporal, o corpo é especializado, colocado como fronteira na relação do eu com os outros e do eu com o próprio eu, mas também traduz-se em fronteira simbólica na construção de gênero. A própria ideia de desejo se organiza em torno das categorias e se conformam nas trajetórias afetivo, sexual, reprodutivo dos sujeitos. “A crença social na existência exclusiva de dois sexos, associada à atribuição lógica a cada indivíduo de uma natureza essencialmente masculina ou feminina, permite a reprodução de uma ordem sexual apresentada como objetiva e factual.” (BORRILLO, 2009, p. 36). Nesse sentido, são demarcados os espaços de pertencimentos, de aceitação, de interesses e de poder.

### **Metodologia**

Reconhecer mudanças no modo de abordar a sexualidade na sociedade ocidental contemporânea não implica endossar à ideia de uma total transformação nos padrões de comportamento condicionada às demarcações sociais e culturais, principalmente no que diz respeito às diferenças sexuais. Portanto, o artigo não apontou outro caminho senão uma abordagem de natureza qualitativa, com o intuito de perceber as particularidades do universo escolar, captar os significados produzidos nos discursos das ações humanas sobre sexualidades e homofobia. Para Martinelli (1999, p.115), “a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados”, assim como captam situações não percebíveis pelas estatísticas importantes para o mundo das significações das ações e relações humanas (MINAYO, 2010).

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se primeiro na pesquisa bibliográfica com intuito de identificar elementos qualitativos sobre a problemática, e como se organizam e modelam os sujeitos envolvidos na ação. Segundo Gil (2008, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.” Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema proposto. Falar de gênero e sexualidades na escola e os limites educacionais os autores que fundamentam a problemática, então dentro de um referencial crítico-dialético sobre a legitimação no ambiente escolar, as representatividades e intervenções nos diversos campos sociais.

Num segundo momento, é utilizada a técnica da entrevista semiestruturada com um estudante do ensino médio, numa escola pública de bairro popular, em Salvador. De acordo com Triviños (1987, p. 146), “podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral,



aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas”. Ela permite ao pesquisador tocar em assuntos mais complexos e delicados que respondem a noções muito particulares com significados e valores.

### **(Homo) sexualidade e Educação**

As novas propostas de escolarização para a educação básica preveem uma práxis pedagógica na qual a experiência prévia dos estudantes esteja presente na construção do conhecimento através da valorização de suas vivências individuais e coletivas, fazendo com que percebam as múltiplas relações que permitem a construção do tecido social em cada época. Nesse interim, insere-se a educação sexual que deixa de ser uma tarefa exclusiva da família, apesar do espaço privado ser o local onde “a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais constituirá sua sexualidade na infância” (MEC, v. 10, p. 112) e passa a ser compartilhada pela escola.

O estudo da sexualidade nas escolas ultrapassa os limites da mera aprendizagem do corpo humano (seus órgãos e funções) para ocupar posições ligadas à sexualidade (desejo e prazer). Valores socioculturais da vida humana que se sobrepõem, na sua essência, a dos demais animais, ou seja, viver a prática sexual somente por instinto, de forma mecânica e superficial para a procriação. Entretanto, é preciso considerar que o processo educacional escolar vem impregnado de valores, conhecimentos, posturas e movimentos corporais considerados aceitáveis para a construção social das identidades e é fruto da força da memória que está presente no coletivo. Ao nos reportamos a Cavalcanti (2007), é possível perceber que a memória coletiva é um referencial ao passado, justificada a aplicada às normas, costumes, deveres dentro de um referencial dialógico.

Mergulhando na teoria das subjetividades é fácil perceber que a sexualidade faz parte das necessidades do ser humano, desenvolve-se por toda vida e não se reduz ao ato sexual, está presente durante todo o desenvolvimento da criança, desde a amamentação até o início da puberdade e não desaparece com o avançar da idade. Na infância revela-se através de mecanismos de controle e vigilância exercidos sobre a criança.

Na obra "Três Ensaio", a teoria sexual infantil desenvolvida por Freud consiste em fundamento psicanalítico essencial e provocou profunda reação no século XIX. As crianças trazem ao mundo, com elas, rudimentos de atividade sexual; já gozam de satisfação sexual



quando começam a alimentar-se e procuram repetir insistentemente a experiência no conhecido gesto de "sugar o polegar". É a fase em que a atividade sexual é inicialmente dominada por diversas e não hierárquicas zonas erógenas corporais do próprio indivíduo, das quais se experimenta satisfação e o desejo de repeti-la.

A primeira organização sexual reconhecível, a chamada fase "oral" durante a qual predomina ainda a ligação original entre a excitação sexual e a nutrição, deixa marcas permanentes em todo sujeito humano. Além das zonas erógenas – parte da pele ou da mucosa em que uma estimulação provoca uma sensação prazerosa -, existem outros elementos que envolvem não só o corpo da criança, mas também outras pessoas como objetos sexuais. Assim, as pulsões de olhar, de situações práticas a criança passa a elaborar uma série de teorias sexuais, como a noção de organização pré-genital infantil que abarcará a organização "oral", a "anal" e a "fálica". É a fase em que o erótico começa a se organizar em torno de zonas privilegiadas, antes de adquirir uma organização global em torno da zona genital.

Diante de todo esse processo Freud denominou invertido sexual o sujeito que se dirige sexualmente a alguém cujo sexo é igual ao seu. A mulher passa a ser definida do ponto de vista sexual como um homem invertido. Ela possuía todos os órgãos sexuais do homem, só que internamente. A mulher como um homem invertido passa a ser inferior, porque tem corpo e cérebro anatomicamente menores, daí ser menos capaz e menos inteligente, e seu corpo ter como função principal a procriação.

No ensaio “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, Freud analisa o papel da mulher e afirma que esta pagou um preço alto em relação ao homem na constituição da civilização moderna, em função dos sacrifícios eróticos e existenciais a que foram submetidas. A histeria e a depressão tornaram-se duas formas psicopatológicas que melhor representam as perturbações psíquicas da mulher em relação a sua sexualidade. Em contrapartida, aos homens a liberdade sexual foi outorgada por meio da constituição de uma rede de prazeres como os bordéis e a luxúria. Portanto, enquanto à mulher era relegada ao plano da passividade e masoquismo, ao homem distinguia-se a atividade e o sadismo.

A teoria da sexualidade de Freud pode ser vista como a transição de uma sexualidade reprodutiva para uma sexualidade hedonista, todavia a busca pela sexualidade normal continua heterossexual e genital. A libido é masculina, portanto, homens e mulheres devem organizar a sexualidade em torno do pênis; pela ausência desses, as mulheres se masturbam com o clitóris, mas na vida adulta elas devem renunciar a esse prazer e privilegiar o coito sexual. Em outras palavras, pode-se afirmar que a psicanálise justifica os papéis, em que a



sensualidade feminina continua inscrita no registro da reprodução sexual, como delineado na tradição cristã, apenas com o acréscimo do mito do amor e instinto materno.

A homossexualidade, o primeiro ensaio, denominado “As aberrações sexuais”, Freud opõe-se a opinião popular de que a sexualidade é uma representação bem definida da natureza. Nesse sentido, ela estaria ausente na infância e se construiria no ser humano a partir da puberdade. Ele diz que não há na sexualidade humana uma distinção entre o objeto sexual e a finalidade sexual. O objeto é a própria pessoa da qual emana atração sexual e a finalidade, a ação a qual a pulsão sexual conduz. As “Aberrações sexuais” são definidas a partir dos desvios do objeto e do objetivo. Daí se procurar compreender a sexualidade através da diferença entre as inversões e perversões.

As inversões (desvios quanto ao objeto) e as perversões (desvios quanto ao objetivo) ligadas ao caráter degenerativo e inato dão a homossexualidade novos contextos hipotéticos, segundo a qual os “invertidos” não são degenerados, quais sejam: a inversão pode ser encontrada em pessoas que não apresentam outro desvio sério da norma, como também, em indivíduos que possuem elevado grau intelectual e ético. A hipótese do caráter inato é rejeitada pela existência de gradações ou variações das “inversões”, ou seja, existem os “invertidos absolutos” - seu objeto sexual é exclusivamente do mesmo sexo; os “invertidos anfígenos” - seu objeto sexual pode pertencer tanto ao mesmo sexo quanto ao sexo oposto - e, por fim, os “invertidos ocasionais” - seu objeto sexual pode ser uma pessoa do mesmo sexo, devido à inacessibilidade ao objeto sexual normal.

Partindo dessa premissa freudiana, e ancorando em Louro (2010) é compreensível o papel da escola quando esta reproduz, no campo das identidades, processos através dos quais mecanismos de classificação ordenam e hierarquizam os corpos. Ela parte do pressuposto das modelagens criadas no campo social e subjetivo – linguagens simbólicas subjetivas, validadas pelo social. A linguagem demarca os comportamentos aceitos como bons e confiáveis e acaba confinando os sujeitos às formas engessadas de perceber os outros e a si mesmo, muitas vezes sem conseguir distinguir as desigualdades construídas nos discursos ideológicos e dialéticos: os normais e anormais; os superiores e inferiores; os bons e maus; os civilizados e selvagens.

Considerando tais posicionamentos, a pesquisa em elaboração (REIS MAGALHAES)<sup>1</sup>, apresenta o depoimento de um estudante da segunda série do ensino médio,

<sup>1</sup> Pesquisa de doutorado em elaboração sobre “Jovens homossexuais e seus diferentes projetos de vida: como transitam a escola e a família nesse universo.” (título provisório)





de uma escola pública estadual, onde a pesquisadora leciona, num bairro considerado popular em Salvador, que assim expressa a sua experiência em relação a sua identidade sexual, trazendo a memória das suas primeiras impressões sexuais:

*“Desde criança eu me sentia atraído por meninos. No começo, eu achava estranho, porque todos os meus amigos falavam das meninas que gostavam, ou que namoravam e eu inventava coisas usando o nome de uma de uma grande amiga, na época. O meu comportamento mais feminino também vem desde criança, embora não seja indicio de homossexualidade”. (Quintino, 16 anos )<sup>2</sup>.*

265

O discurso do estudante prioriza a experimentação homossexual ainda na infância, onde aparecem períodos de predomínio de aspectos femininos como referencial das suas predileções. Mas há as contradições e conflitos quando nas relações de amizade, utiliza o seu lado masculino como uma de proteção – a amizade é idealizada. Ilustra-se, nesse caso, o sofrimento assumido por ter a sua orientação homossexual.

Em outro momento: *“Professora sou andrógino”* (Quintino, 16 anos ). Tendo todas as aptidões para o codificado como universo feminino, entretanto, não gostaria de perder o seu órgão sexual masculino. As referências, no momento da ‘confissão’, correspondem à fase da incerteza e do medo na construção das relações com os outros e com o “eu”. No trânsito das sensações está a autoestima, mas a dificuldade de se assumir homossexual diante dos companheiros, por ser considerado por muitos como “delicado”. Apresenta o sofrimento, sobretudo, por causa do processo de socialização de meninos e meninas que são ensinados desde cedo nas escolas da hierarquia das identidades de gênero. Por fim, o medo de perder a virilidade, causando desconforto e violência silenciosa, situando-o à margem da ‘normalidade’.

Durante a juventude, principalmente na adolescência, é comum observarmos que os homossexuais sentem-se inseguros e molestados. Segundo Isay (1998), é a fase da vida em que eles reprimem seus sentimentos por causa do medo da rejeição. A percepção do preconceito social, as atitudes dos pais e amigos fazem com que muitos adolescentes de doze até quinze anos, por exemplo, suprimirem seus impulsos e fantasias sexuais e se negarem a si mesmos.

<sup>2</sup> Nome fictício.



*“Às vezes eu prendia uma camisa na cabeça para simular um cabelo longo. Minha família soube disso recentemente, porque eu fazia tudo escondido, com medo de que eles deixassem de me amar.” (Quintino, 16 anos).*

A incerteza do adolescente no que se refere a sua orientação sexual deveria ser entendida com um conflito não só interno como social. No que diz respeito à família, muitas vezes essa não oferece uma formação a orientação sexual aos filhos, deixando-os que aprendam tudo na escola, ou esperando como fator de naturalização que ingressem na vida adulta como heterossexuais. “É compreensível que, neste delicado e complexo contexto semiótico, isto é, formado por sistemas interligados de signos e códigos, pais e filhos encontrem dificuldades em iniciarem conversas sobre sexualidade.” (DIAS; GOMES, 1999, p. 82).

Comumente os pais tendem a orientar os filhos com o intuito de proteção, por prevenção virtude da gravidez na adolescência, das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e do vírus HIV/AIDS, evitando o obscuro terreno do prazer, a arte erótica. Assim, “a sexualidade como caminho identitários representa para os jovens como espaço de construção de autonomia, de separação da casa, da família.” (CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p. 58). Ainda conforme as autoras, como saber controle e não como saber prazer, os pais seriam mais ouvidos na etapa de inicial sexual, mas não necessariamente seguidos.

Na escola a sexualidade entre os jovens também é reverenciada em virtude da gravidez na adolescência, das DSTs e do vírus HIV/AIDS, assim como nos referimos a linha de orientação da família. Portanto, questões ligadas a homossexualidade estão relegadas ao silêncio, as negações, as atitudes limitadoras com relação aos corpos, as expressões espontâneas, tornando os jovens vulneráveis a construções sexuais hegemônicas, ou seja, que conjugam tradição e poder.

*“Na escola é como se o bullying homofóbico fosse "rotina", e não vou muito à direção reclamar por que sei que muitos agressores não serão punidos. É como se dissessem para mim toda a vez que eu vou: "Se você é gay, você está predestinado a isso".(Quintino,16 anos).*

*“No colégio é proibido namorar, mas sempre tem casos (heteros, vale ressaltar) se beijando ou dando uns "amassos" e na maioria das vezes ninguém faz nada. Mas se fosse um casal gay, a coisa seria diferente. Não me espantaria se eles tivessem que ser escoltados pela polícia.” (Quintino,16 anos).*



Pelo depoimento do jovem se percebe o exercício da vigilância, do evitar “sinais” de uma sexualidade desestabilizadora da norma. É preciso manter sobre controle comportamentos desviantes para que se encaixem no socialmente aceitável. Há todo tipo de precaução, desde controle em relação às roupas, codificação das brincadeiras e delimitação das expressões de afeto, além, é claro, da observação dos namoros que no binarismo é tolerável, apesar de ser também disciplinado (LOURO 2010).

Observam-se pelos depoimentos coletados em pesquisas sobre juventude e sexualidade, como as desenvolvidas por Castro, Abramovay e Silva (2004) e Heilborn (2006), os sujeitos na escola são pensados pelo consumo do corpo através do imperativo biológico do sexo, incluindo as diferenças anatômicas, fisiológicas, genética e de higiene acopladas ao desejo, ao prazer a permissividade para o encontro dos sexos opostos e não entre os iguais. Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), o debate contemporâneo a respeito da sexualidade na escola tem se buscado orientar pela visão higienista, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, delegando a um único professor, o de ciências, o que consideram o “saber competente”.

O estudo do corpo é delegado ao campo da biologia, sendo que os professores das demais áreas se eximem de quaisquer responsabilidades no que concerne à educação sexual. São visíveis os silêncios quando situações consideradas homofóbicas ocorrem se materializando nas brincadeiras ou nas mais diversas expressões pejorativas que desqualifica qualquer ser humano, como “viado”, “bicha”, “lacrãia”, entre outros tantos que poderíamos estar citando. Luiz Mott em vários artigos aponta que a discriminação e o preconceito que verificamos através das nomenclaturas proferidas pelos estudantes e pelos educadores aos homossexuais são na maioria frutos da educação familiar. Quando o pai descobre, por exemplo, que o filho é gay ou lésbica, insulta, espanca e expulsa de casa, ou seja, cria uma situação problema dramática. Quando chegam à escola esses sujeitos passam pelo mesmo conflito, ou seja, são atacados com termos pejorativos ou caricatos como reflexos da vida familiar.

Pela experiência vivida no cotidiano das escolas Reis Magalhães (2011) evidencia que as aulas de educação sexual ficam restritas aos professores de ciências ou biologia, com conteúdos delimitados aos estudos das partes, ou seja, aos aspectos fisiológicos dos sexos e orientações de métodos anticonceptivos e preservativos. Muitos professores resistem em trabalhar a sexualidade como conteúdo diversificado na sua área de conhecimento, outros não se acham aptos a levar tais debates em sala de aula e muitos continuam ensinando e



reproduzindo a ideologia da normatividade tradicional para os sexos. A escola passa a ser o lugar da educação preventiva.

Nesse momento, não se propõe debates sobre modelos de comportamentos sexuais, mas uma visão mais horizontal sobre as sexualidades na educação escolar para que esta transcenda o aspecto biológico, mais entrelaçando natureza e cultura, como discutem Castro e Abramovay (2004); Furlani (2005); Louro (2010.) em suas pesquisas. No ambiente escolar surgem os primeiros olhares entre os pares, suspiros, inquietações e “amasso”. Os jovens compartilham as primeiras experiências sexuais na porta das escolas quando trocam beijos, se tocam, acariciam, usam linguagens que traduzem afeto e desejo. A escola estabelece limites para os namoros em termos de contato físico, estas regras devem servir para os diferentes tipos de casais que se constituem.

O que se observa na prática, que falta aos educadores a sensibilidade de observar nas reações, nas as funções dos sexos, mas os espaços que são construídos para viverem o prazer, o desejo e o erótico, e que não necessariamente levam a se anular, desrespeitar o outro, a outra. Na experiência de educadora Reis Magalhães (2011) observa que os banheiros escolares são os lugares mais atrativos que oferecem aos jovens a possibilidade de expressão da sexualidade entre os pares. É comum encontrar cenas que traduzem o exercício da sexualidade nos banheiros femininos e masculinos. As cenas ao mesmo tempo em que são reprimidas e castigadas por infringir ao regimento escolar e as regras sociais, servem como desafio aos jovens que experimentam vencer os “tabus”, ir à busca da sua autonomia e liberdade de expressão, principalmente entre os iguais.

De acordo com Caetano (2005), a educação ainda apresenta configurações políticas muito próximas ao período medieval, onde a Igreja Católica era tutora da educação e estabelecia o que deveria ser ministrado na escola, excluindo dela a visibilidade das diferenças. Vale lembrar que a Inquisição se traduziu em violências, quando considerava como hereges sujeitos sexualmente “diferentes” do padrão estabelecido para a reprodução. Foi também “a Igreja, na qualidade de instituição, que criou a fobia de desprezo do corpo e a obsessão persecutória da carne” (VALADARES, 2002, p. 43) e manteve o corpo e suas representações sob a égide da moral imposta.

A heterossexualidade considerada ‘sadia’, é reforçada na educação contemporânea, principalmente nas ações pedagógicas, pois permitem aos professores uma maior apropriação dos conteúdos em sala de aula. Vale ressaltar que na formação inicial dos professores nas mais diversas áreas do conhecimento, os currículos dos cursos não incluem o estudo da



sexualidade como disciplina específica. Na visão de Camargo e Ribeiro (1999, p.50), “os currículos dos cursos de formação de professores deveriam conter falas e vivências sobre sexualidade humana, despertando as possibilidades do corpo e das emoções”. Tal visão é reforçada por Mott (2002) quando afirma que somente assim se tornariam válidas, legítimas e saudáveis as orientações homossexuais dos seus estudantes, ou seja, não seriam excluídas como possibilidades de construção de conhecimentos.

Em 2003, o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, na sua décima edição em Porto Alegre, elaborou um documento que ficou conhecido como a Carta de Porto Alegre, e enviou à Presidência da República onde recomendava através de decretos-lei federal se incluíssem nos currículos escolares, a sexualidade e suas especificidades e se criassem oficinas de sensibilização e treinamento de todos os profissionais relativos às questões de gênero. Tal documento reforça a necessidade de conhecimentos voltados a sexualidade na formação de professores, ante a pouca expressividade em relação aos conteúdos específicos para cada área afim.

Por outro lado, deve-se considerar que na sua formação, o educador não foi preparado para falar de desejo, erotismo, orientações. Ele foi formado para atender a uma sociedade em que os valores homossexuais foram relegados ao plano das insanidades e desvio de comportamento. Na perspectiva de Bourdieu (1995), o mundo social constrói o corpo por meio de um trabalho permanente de formação e imprime nele um programa de percepção, de apreciação e de ação, onde as diferenças socialmente construídas acabam sendo consideradas naturais e inscritas no biológico legitimador de uma relação de dominação.

### **As Políticas Públicas e a Homofobia na Escola**

No plano das políticas públicas, no Congresso Nacional desde 2003 funciona a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, que reúne mais de 150 parlamentares com o objetivo de propor e executar ações de combate à homofobia e trabalhar pela aprovação de proposições legislativas concernentes aos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Entre as prioridades destacam-se os projetos de lei relativos aos direitos conjugais e parentais de gays e lésbicas, à criminalização da homofobia, ao acesso de transexuais a uma nova identidade de gênero, além de uma proposta de emenda constitucional que proíba a discriminação por orientação sexual ou por identidade de gênero. Em 2004 é aprovado o programa governamental



“Brasil sem homofobia”, a partir de demandas dos grupos LGBT, cujo objetivo é promover ações de combate ao preconceito, à discriminação e à violência.

Em pesquisa promovida pela UNESCO, Castro, Abramovay e Silva (2004), envolvendo crianças, adolescentes e jovens de 11.442 escolas de ensino fundamental e médio de 13 capitais brasileiras e do Distrito Federal, constataram um alto índice de expressões homofóbicas. A pesquisa mostra que "bater em homossexuais" é considerado menos grave do que usar drogas e roubar pelos jovens entrevistados

No ano de 2009, outra pesquisa realizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) a pedido do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 501 escolas públicas de todo o país, baseada em entrevistas com mais de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 87,3% dessas pessoas, ainda demonstram preconceito com relação à orientação sexual. Para os participantes da pesquisa, nas escolas os professores não *gays* são mais respeitados pelos estudantes do que os *gays*; é muito difícil aceitar a homossexualidade masculina e uma lésbica é mais aceita na escola do que um *gay*. Ainda segundo a pesquisa, as maiores vítimas de agressão física, assim com de humilhação, são os estudantes homossexuais negros e pobres.

Através da Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS), entre 2008 e 2009, outra pesquisa foi realizada em 150 municípios brasileiros em todas as regiões brasileiros, com um público alvo de 2014 pessoas. Os resultados revelam um alto índice de preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil, contrariando, segundo os pesquisadores, as expectativas de compreensão da juventude em relação a questões que “envolvem valores morais, abrindo parênteses para a homossexualidade”. Os resultados da pesquisa apontam que há diferença quanto as atitudes preconceituosas entre quem nunca foi à escola, 52%, em relação àqueles que concluíram o ensino superior, 10%. Observa que os homens, mesmo jovens, têm mais preconceito contra homossexuais do que as mulheres – tal estatística também é apontada em CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA (2004).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconhece que o espaço escolar seria instância de reprodução homofóbica. Em 2009, o MEC lança o livro “Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, com o objetivo de promover ações que forneçam aos profissionais da educação diretrizes, orientações pedagógicas e orientações à diversidade sexual e de identidade de gênero, assim como estimular a produção





e difusão de estudos e pesquisas nestas áreas. Além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área da educação.

No entanto, o que se documenta é o pouco conhecimento da maioria dos educadores sobre tais materiais nas unidades escolares, além da falta de capacitação para manuseá-los, incluindo no pacote o pouco interesse da categoria para acessá-lo. Como afirma Louro (2001, p. 29), “[...] a escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola cria uma homofobia; [...] expressando certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa”.

Em contra posição ao tecer críticas sobre tal situação, é preciso primeiro compreender e enfrentar as diferenças na educação em sua dimensão estrutural e não, apenas, em suas manifestações. Fleuri (2002) defende que é preciso que a escola trabalhe, em primeiro lugar, com as diferenças que geram as desigualdades e o que põe em risco a construção de identidades. Para muitos professores, a educação sobre sexualidades se constitui num grande desafio por não conseguirem fazer essa desconstrução. Além dos limites formativos, estão implicados os valores pessoais, familiares e religiosos que não podem deixar de serem percebidos.

A discussão sobre sexualidades tem uma história muito recente, construída na modernidade com os significados específicos de dominar, pensar sobre, avaliar e organizar socialmente os sexos e seus prazeres. De geração em geração sempre foi ensinado mística do prazer sexual entre os gêneros. As referências sobre os significados e os valores atribuídos aos sexos, sempre foram marcadas por fortes influências que os associavam às características sexuais, limitados a uma perspectiva biológica, centrada na fisiologia do aparelho reprodutor e associados a uma filosofia moral. Portanto, “o sexo é compreendido como uma dádiva, cedida na expectativa de uma aliança, que é a sua contrapartida.” (HEILBORN, 1999, p. 54).

Diante dos resultados das pesquisas, compreende-se que o silêncio e a naturalização da homofobia nos ambientes escolares, acrescentam que o fenômeno discriminatório a ser enfrentado na área da educação é recente nas políticas pública brasileira. Mesmo utilizando programas, como “Brasil sem homofobia”, é preciso rever o pedagógico, no que diz respeito à formação de professores; os materiais didáticos pedagógicos, incluindo os livros didáticos; o próprio Parâmetro Curricular Nacional, com o tema transversal “Orientação Sexual”, que estão sobrecarregados de matriz heteronormativas, associadas à reprodução biológica e aos estereótipos de gênero.





## Considerações Finais

A promoção da igualdade parte da crítica à ordem heteronormativa, aqui compreendida como parâmetro em que toda e qualquer expressão da sexualidade deve ser valorada, ou as experiências sexuais significadas. A homofobia aparece nas experiências vivenciadas na educação através de códigos e linguagens que são atribuídos ao regime binário do sexo. A sexualidade nas escolas remete à discussão sobre a educação a partir do entendimento biológico do corpo e suas partes, associada às identidades sexuais que são construídas e acompanhadas das emoções, valores, prazeres e o exercício da liberdade presente em cada indivíduo e deste para com o “outro”.

É uma discussão complexa porque envolve vários atores no mesmo cenário, com realidades e personalidades diferentes, onde o “eu” e o “outro” se estruturam a partir de valores, normas e crenças e das clivagens sociais que fabricam os sujeitos. Hoje, nas escolas a problemática sexualidade, ainda, não atingiu a maioria dos profissionais das escolas públicas e privadas de todo território nacional. As amostras apresentadas no corpo do texto revelam a estreita relação do desenvolvimento dos valores pessoais e sociais de cada indivíduo, no qual, a sexualidade, no singular, juntamente com a afetividade têm papéis fundamentais. O educador pode e deve produzir aquisição de novos conhecimentos e desenvolver estratégias que possibilitem dialogar com as novas categorias sociais imersas na escola e que nada mais são do que as novas identidades coletivas, tornando-os sujeitos das ações e modificações sociais.

## Referências

- BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUNB, 2009
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Educação e Realidade, v. 20, n.º2, jul-dez. 1995, pp. 133-184.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual – temas transversais**. Brasília, v. 10, 1997.
- CAETANO, M.R.V.. Os gestos do silêncio para esconder as diferenças. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade (s) e Infância (s): A sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.



CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena Bernadete **Juventudes e Sexualidade**. UNESCO, Brasília, 2004

CASTRO, Mary Garcia; MIRANDA, Marlene Barreto Santos; ALMEIDA, Nadir Oliveira Galvão Leite de. Juventude, gênero, família e sexualidade: combinando tradição e modernidade. In: CASTRO, Mary Garcia BORGES, Ângela **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, História e Religião**: Ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. Revista Aulas (UNICAMP), v. 4/5, p. 1-28, 2007.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B.. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência**: a percepção dos pais. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 1999, vol.4, n.1, pp. 79-106. ISSN 1413-294X.

FLEURI, R. M.. **A questão da diferença na educação**: para além da diversidade. In: Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd).25, 2002, Caxambu. CD-ROM.

FREUD, S. **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica do sexo** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925), 1969.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago.(Originalmente publicado em 1905), 1969.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes louro). 7ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEILBORN, M. L.. **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; BOZON, Michel e KANUTH, Daniele **O Aprendizado da Sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Ed. Garamond, São Paulo, 2006.

ISAY, Richard A. **Tornar-se gay**: o caminho da auto-aceitação. São Paulo: Summus, 1998.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MELUCCI, Alerto. **Busca de qualidade, ação social e cultura**: Por uma Sociologia reflexiva. Petrópolis; Vozes, 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.



MOTT, L. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

REIS MAGALHÃES, Selma “Homossexualidade Na Escola: De Onde Parte A Discriminação?” NEPII, UCSAL, Salvador-xerox, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, Katia Krepsky. (2002). **Sexualidade**: professor que cala... nem sempre consente. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.



## FLANANDO POR DUAS 'RUAS' DA WEB 2.0: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE EM TEMPOS FLUIDOS

ALMEIDA, Ricardo Pinheiro de  
Faculdade CCAA  
ricardo-pinheiro2008@hotmail.com

275

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar breves considerações acerca dos construtos sociais 'gênero', 'raça' e 'sexualidade' a partir de duas páginas da internet. A escolha de tal espaço interacional decorre da crença de que este é um rico lócus para a observação de novas formas de ser e de viver. Estas, por seu turno, emergem como reflexos de uma sociedade pós-moderna, logo, instável, fluida e transitória. Tomando por base a Teoria *Queer* nas perspectivas de Judith Butler (1990, 2004), Sullivan (2003), Ford (2011) e Barnard (2004), defendemos que os construtos em debate não devem ser considerados isoladamente. Também argumentamos que a Web 2.0 é um espaço social onde a Multidão (MOITA LOPES, 2013) tanto pode sedimentar discursos como pode desestabilizá-los. As formas de letramentos digitais (MOITA LOPES, 2012) proporcionadas por essa tecnologia possibilitam a coexistência e a interação das diferenças, sendo, portanto, um espaço que impulsiona a heterogeneidade.

**Palavras-chave:** Novos Letramentos Digitais. Teoria *Queer*. Pós-modernidade.

### ABSTRACT

This text aims at presenting brief reflections on the social constructs 'gender', 'race' and 'sexuality' focusing on two sites on the Internet. We have chosen such interactional 'locus' for we believe that it is a rich space where one may examine new ways of living and being, which emerge as consequences of a post-modern society, therefore, unstable, fluid and transitory. Based on the Queer Theory perspectives by Judith Butler (1990, 2004), Sullivan (2003), Ford (2011) and Barnard, this text also aims at defending that the debated constructs should not be taken in consideration all together. Likewise, we argue that Web 2.0 is a social space where the Multitude (MOITA LOPES, 2013) can either reinforce discourses or unstable them, considering that the forms of digital literacies (MOITA LOPES, 2012) promoted by this technology make it possible the coexistence and the interaction of differences, being, therefore, an encouraging space towards heterogeneity.

**Keywords:** New Digital Literacies. Queer Theory. Post-Modernity.



## INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS PALAVRAS

Estamos situados no século XXI, mais precisamente segunda metade de 2014. As redes sociais saíram do plano da ficção científica e penetram diária, silenciosa e tacitamente em nossas existências diárias. A elas têm sido atribuídas mazelas e benesses, vantagens e desvantagens, possibilidades infinitas de construção e reconstrução de performances identitárias e múltiplas (re)existências: de gênero, de sexualidades, de políticas e também, claro, raciais. Os novos letramentos que as mídias digitais têm evidenciado põem em xeque os binarismos e essencialismos profundamente arraigados sob os quais vivemos. Frutos do positivismo que dominou a modernidade (e que ainda não exorcizamos plenamente), tais modos de ver e de estar no mundo têm sido amplamente questionados pelas epistemes que surgem na pós-modernidade (ou modernidade tardia). Com isso, conceitos caros às Ciências Sociais e Humanas têm sido saudavelmente revisitados, questionados, desconstruídos e problematizados. Foucault, Butler, Moita Lopes, Santos, Hall, Preciado e tantos(as) outros(as) pensadores(as) têm se debruçado sobre questões emergentes e urgentes na modernidade tardia, época que não comporta mais divisões binárias, existências polarizadas, questões essencializadas, muito graças a um mundo que se repensa constantemente. Parte da ‘gênese’ de tal sociedade reflexiva é atribuída às redes sociais e às tecnologias comunicacionais que dela se desdobram. Em todas essas questões, a linguagem exerce papel central e, portanto, fundamental. Se é por meio da linguagem que o ser humano se torna humano (diferenciando-se – guardadas as devidas proporções – do jabuti, do macaco, do golfinho, da arara e de outras espécies do reino animal), então é ela que deve ser colocada em primeiro plano e é com ela que se deve dialogar em recortes interdisciplinares. Assim, a Filosofia, a Sociologia, a Linguística, a Comunicação Social, a Antropologia, a História, dentre outras áreas das humanidades e das Ciências Sociais, devem considerar em suas análises e construções teóricas/epistemológicas o que há de comum e o meio pelo qual o mundo dos seres humanos é construído, reconstruído, desconstruído e reinventado: a linguagem.

### I. PARA SITUAR: UMA PARÁFRASE, UMA METÁFORA E NOSSO CONTEXTO

Na primeira década do Século XX, entre 1904 e 1907, João do Rio, pseudônimo de João Paulo Coelho Barreto (ANTELO, 2008, p. 9), publicou na imprensa carioca textos nos quais este autor observava as mudanças pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro,



capital federal da república recém-proclamada em 1889. As crônicas jornalísticas traziam as considerações de João do Rio sobre a chegada dos tempos modernos no Brasil republicano. *Grosso modo*, podemos dizer que seu ‘método’ de pesquisa e observação era perambular pelas ruas do Rio de Janeiro. Não à toa, uma de suas crônicas inicia-se da seguinte forma sucinta e objetiva: “Eu amo a rua” (RIO, 2008, p. 28). Para este jornalista, a rua possuía significados que transcendiam a “obscuridade da gramática e da lei” (RIO, 2008, p. 29) que compunham as definições encontradas em dicionários e enciclopédias a respeito daquele espaço territorial.

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator de vida das cidades, a rua tem alma! [...] A rua é generosa. [...] A rua é transformadora das línguas. [...] A rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicos futuros. (RIO, 2008, p. 29)

A fim de entender as dinâmicas das ruas que relatou em suas várias crônicas, João do Rio estabeleceu para si um ‘método’ para observação: o de ser um *flâneur* e “praticar o mais interessante dos esportes — a arte de flanar” (RIO, 2008, p. 31). E o que significa ‘flanar’? O próprio cronista define em um de seus textos.

Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da populaça, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, [...] Flanar é a distinção de perambular com inteligência. [...] O flâneur é ingênuo quase sempre. Pára diante dos rolos, é o “eterno convidado do sereno” de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, [...]. (RIO, 2008, p. 31-32. Grifo do Autor.)

Passeando sem pressa e/ou destino, refletindo acerca das pessoas que encontrava em suas caminhadas, João do Rio demonstrou em suas crônicas seu olhar fixo naquele presente, porém aberto para as transformações advindas dos tempos modernos. O cronista argumentava que as ruas possuíam alma, logo, tinham vida: “Balzac dizia que as ruas de Paris nos dão impressões humanas. São assim as ruas de todas as cidades, com vida e destino iguais aos do homem” (RIO, 2008, p. 33).

Posto isso, e guardadas as devidas proporções, nosso trabalho teve como objetivo também flanar, entretanto, em espaços digitais de interações sociais. Em vez de perambular pelas ruas da cidade para observar-lhes a ‘alma’ (RIO, 2008), flanamos em páginas da Web 2.0 por considerarmos que estas são as ‘ruas’ da pós-modernidade ou da modernidade tardia



(GIDDENS, 1991; HALL, 2006) e que por elas temos acesso a toda sorte de seres humanos de diferentes gêneros, raças, sexualidades, classes sociais, credos e outras construções discursivas que compõem o denso, complexo e fluido tecido social.

Se “as ruas são entes vivos, as ruas pensam, têm ideias, filosofia e religião” (RIO, 2008, p. 38), não nos parece inadequado considerar que o mesmo pode ser dito a respeito da Web 2.0, de modo que, parafraseando a metáfora de João do Rio (2008), o mundo digital pode ser comparado às ruas, sendo, portanto, um espaço democrático, no sentido amplo do termo, e, igualmente, um rico lócus de observação de diferentes performances (termo que será abordado posteriormente neste texto).

Lançando mão da metáfora da praça pública (a ágora grega da antiguidade clássica) e dos moinhos medievais, estes a partir de sua leitura de Ginzburg (2006), Moita Lopes (2010) argumenta que “os novos letramentos digitais, disponibilizados pela Web 2.0, se tornaram a praça pública e os moinhos nos quais a vida pública assim como a privada [...] estão continuamente em discussão” (p. 394) e, mais interessante ainda, “distantes dos olhares institucionais ou no anonimato” (p. 394).

Cumprido salientar que não operamos com visões que desfavoreçam o impacto das tecnologias digitais em nossas existências cotidianas, de modo que concordamos com Schrage (1997) quando este assevera que estamos situados em um momento de “Revolução das Relações” em vez de “A Era da Informação”, expressão que para o autor constrói “clichês aborrecedores” e “perigosamente míopes”. Para Schrage (1997), é mais adequado e coerente observar a mídia digital pelas lentes da “relação”, uma vez que a entrada para o mundo virtual não ocorre por meio de dados e de informações e sim “pelo valor e pela prioridade que as pessoas dão à quantidade e à qualidade de suas relações” (SCHRAGE, 1997; s/p), afinal a tecnologia de rede exige que “regras tácitas sobre as relações interpessoais sejam feitas mais explicitamente” (SCHRAGE, 1997; s/p), visão com a qual concordamos e que nos remete a duas questões de extrema relevância já observadas por Moita Lopes (2012): “a centralidade da linguagem e os letramentos digitais como práticas sociais” (p. 208).

Para o autor (2012), a informatização de grande parte das atividades humanas “tornou o discurso central em nossas práticas sociais cotidianas” (p. 208), mas “não nos demos conta ainda da relevância da linguagem no modo como as sociedades estão se organizando em volta da tecnologia” (p. 208-209), de maneira que “os chamados novos letramentos são cada vez mais centrais no mundo contemporâneo” (p. 209). Moita Lopes (2012) ainda argumenta que





se deve compreender que a internet “ampliou e fomentou” (p. 209) diferentes *ethos* preexistentes a essa tecnologia. Dito de outro modo: pessoas agrupadas em torno de afinidades existiam antes do advento da internet. Esta, por seu turno, “potencializa no mundo virtual modos de ações discursivas já existentes” (MOITA LOPES, 2012, p. 209). Sendo assim, “nas práticas sociais de letramentos digitais, atravessamos fronteiras por meio da linguagem” [...]. (MOITA LOPES, 2012, p. 209). Decorre, então, nosso interesse em observar os atravessamentos das fronteiras de gênero, de sexualidade e de raça construídas discursivamente, ou seja, pela linguagem, em páginas pelas quais flanamos na Web 2.0, com vistas à desestabilização desses conceitos em tempos fluidos.

Considerada brevemente a importância da linguagem e dos letramentos digitais como práticas sociais, faremos breves considerações acerca do construto teórico utilizado neste trabalho, qual seja, a Teoria *Queer*.

## II. NA RUA DA TEORIA *QUEER* – BREVE PERCURSO

Salientamos que a presente seção do trabalho não tem o intuito de esgotar as complexidades subjacentes à Teoria *Queer*, nem tampouco ser um resumo cerceador de discussões mais aprofundadas e, com efeito, válidas. Nosso desejo é apresentar algumas das inúmeras leituras disponíveis que abrangem a ‘gênese’ da referida teoria e construtos com os quais dialogamos neste texto, a saber: gênero, sexualidade e raça, de modo a construirmos o embasamento teórico para a análise posterior.

Assim, para iniciarmos este (breve) percurso, é necessário trazermos a figura do filósofo da linguagem britânico, J. L. Austin (1911-1960), em especial a ideia de performativo, construto que foi revisitado por Jacques Derrida (1977) e Judith Butler (1990, 2003).

Austin (1990, p. 24) argumenta que dizer uma sentença em um dado contexto não se restringe a descrever ou a declarar uma ação. De acordo com o filósofo britânico, dizer é fazer, donde o título do seu livro *Quando dizer é fazer* (1990). Logo, quando dizemos algo estamos, conseqüentemente, fazendo algo. Austin (1990) postula que os atos da linguagem são capazes de construir realidades, desde que haja condições favoráveis. Exemplificando: ao dizer/escrever “sou heterossexual”, um homem ou uma mulher está se fazendo heterossexual, isto é, ele/ela aciona uma série de discursos que fazem/constituem a sexualidade



regulamentada e normatizada também por discursos: engajar-se em práticas sexuais com o sexo (biológico) oposto, portar uma série de signos e comportamentos sociodiscursivamente construídos como ‘adequados’ e ‘corretos’. Posteriormente Judith Butler (1990, 2003) opera com a ideia de que a sexualidade é construída discursivamente, logo, feita *no* e *pelo* discurso.

Retomando Austin (1990), para quem “ao proferirmos nossos performativos estamos de modo efetivo e em sentido inequívoco ‘realizando ações’”, Loxley (2007) retoma os três eixos de fala ou de proferimento estabelecidos por Austin (1990). São eles: o eixo locutório, isto é, “as funções semânticas e referenciais da linguagem” (p. 18); o eixo ilocutório, o tipo de ação que se realizou ou se desejou realizar (p. 18), o eixo perlocutório, ou o efeito produzido ao se fazer um proferimento (p. 18).

Pennycook (2007) assevera que é de extrema relevância o debate proposto pelo filósofo francês Jacques Derrida a partir da leitura deste da obra de Austin. Derrida (1997) considera a iterabilidade constitutiva da linguagem, isto é, “o uso da linguagem se torna efetivo pela repetição, pela citação” (PENNYCOOK, 2007, p. 67). Assim, o ato performativo (dizer = fazer) da linguagem torna-se possível porque, além das condições adequadas, ele é constituído pela iterabilidade e pela citacionalidade. Em outros termos: a concretização (o ‘fazer’) daquilo que é dito acontece porque é repetida (iterada/citada) em diferentes tempos e espaços, em contextos infinitos. Derrida (1977) argumenta que a citação/repetição é constitutiva da linguagem. Desse modo, podemos considerar que o uso da linguagem é sempre performativo e sempre se dirige para alguém em determinado contexto, sendo, portanto, situado.

Some-se a isso o fato de que, no momento do dizer, o falante traz, porque repete, seus predecessores, conforme nos lembra Pennycook (2007) que, ao retomar Bakhtin, sugere que “todo uso de linguagem carrega em si histórias de seus usos anteriores” (p. 72). Tais predecessores reuniam condições favoráveis similares e lançaram mão da mesma estratégia linguística, visando produzir o mesmo tipo de efeito de sentido.

Ainda é Pennycook (2007) quem reforça a necessidade de considerarmos as línguas como “entidades que preexistem as nossas performances linguísticas” (p. 73). O autor considera que as identidades generificadas ou étnicas são “produtos sedimentados de atos repetidos de identidade” (p. 73). Desse modo, Pennycook (2007) defende que performamos identidades e línguas com palavras, de modo que a linguagem é performativa.



Nesse sentido, Butler (1990, 2003) argumenta que o gênero é produzido por meio de semelhante processo performático. Desse modo, o uso linguístico, a iterabilidade, as performances sedimentadas, normatizam socialmente o gênero. Em outros termos: uma performance gera outra e cria um discurso coercitivo sobre o gênero, sendo, pois, performático, por produzir uma realidade e estabelecer regras e limites para sua expressão. O gênero, então, é performativo, pois é criado (dizer – fazer) concomitantemente a sua normatização (a sedimentação das performances).

Exemplificando: quando se anuncia o sexo biológico de um bebê (menino ou menina), tal anúncio (por si só performativo) aciona uma série de atos e atitudes (performances sedimentadas) que visam dar os contornos do gênero e o modo como o indivíduo deverá viver sua sexualidade. Após tal anúncio, o indivíduo será colocado num mundo discursivo que delimita os tipos de roupas que deverá usar, as cores que condizem ao seu gênero, os tipos de brinquedos, os seus engajamentos sociais etc. Em outros termos: uma performance que gera outras performances, repetindo-as, legitimando-as e sedimentando-as no eixo espaço-tempo.

O que Judith Butler, contudo, parece desejar alcançar é a desestabilização do gênero, bem como de todo e qualquer tipo de binarismos. Ela propõe que pensemos não mais em termos de ‘isto’ ou ‘aquilo’ e sim em ‘isto’ e também ‘aquilo’, de modo que nossas vivências no mundo estejam livres de normatizações e essencializações. A ideia, assim acreditamos, é desestabilizar. Essa talvez seja a ação que a Teoria *Queer* almeja alcançar, haja vista que vivemos em épocas de dúvidas, incertezas e ambiguidades, conforme asseveram Moita Lopes (2008, 2013), Wilchins (2004), Sedgwick (1990) e Sullivan (2003), dentre outros/outras que têm por base e desejo o fim dos binarismos e dos pressupostos engendrados na modernidade, isto é, a desestabilização dos conceitos reificados e, por vezes, causadores de muito sofrimento naqueles(as) que não se enquadram às ‘normas’

Isso significa dizer que os significados com os quais operamos, inclusive aqueles sobre quem somos, não são dados no mundo (ou seja, não existem antes do uso da linguagem). Tais significados são produzidos nas práticas discursivas em que atuamos (ou seja, a linguagem constrói o mundo e nos constrói). (MOITA LOPES, 2008, p. 14.)

Desse modo, podemos considerar que existe uma vontade latente de transgredir e evidenciar os discursos emergentes na sociedade contemporânea, visto que esses são lócus de construção de novos significados, logo, renegociando-os, desessencializando-os e, por fim, gerando um movimento de resistência.



A Teoria *Queer* não busca respostas prontas e finalizadas. Aliás, nada seria menos *queer* do que operar e construir saberes de modo estabilizador. Nascida da aliança entre teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas (SALIH, 2012), a Teoria *Queer* não se preocupa com definições, fixidez e estabilidade. Partindo do pressuposto de que as identidades são indeterminadas e instáveis, Judith Butler (1990, 2003) desenvolve uma teoria que se propõe a desconstruir categorias num momento em que tudo é contínuo, múltiplo, transitivo, vertiginoso. Assim, a autora é, com efeito, não-essencialista, avessa à assimiliação e continuamente questionadora. Segundo Salih (2012), Judith Butler perturba as noções consagradas ao propor reflexões novas e radicais, de modo a subvertê-las.

Salih (2012) ainda argumenta que Judith Butler reitera que o ‘sujeito’ não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação, de maneira que ele não é uma entidade preexistente. Assim, parece-nos que o ‘sujeito’ é um efeito de sentido, construído, claro está, *no e pelo* discurso, pelas performances sedimentadas.

Ora, se o ‘sujeito’ é efeito, também seriam efeitos o gênero, a raça, o corpo, a sexualidade e tantas outras categorias que o modo de pensar e fazer pesquisas positivistas tem alocado em ‘caixas’ pautadas por binarismos. Desse modo, Judith Butler dedica-se a discutir sobre os processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumirmos (porque performarmos) identidades (de gênero, de raça, de sexualidade) que construímos e que são construídas para nós (SALIH, 2012). Assim, a existência humana é um eterno processo, um devir, em que podemos (porque temos liberdade e existe espaço para tal) assumir uma postura *queer*, logo questionadora, perturbadora das noções estabilizadas, perante a vida em sociedade.

Instigante e questionadora, Judith Butler tem se firmado como um dos principais nomes associados à Teoria *Queer*. Engana-se, porém, quem associa o termo da língua inglesa (*queer*) apenas às questões das práticas sexuais, nominalmente, os *gays*, as lésbicas e os/as transgêneros. Produzir conhecimentos e reflexões apenas sobre as sexualidades humanas com base na Teoria *Queer* é delimitá-la, atitude que não nos parece condizer ao desejado por Judith Butler. Se ser *queer* é ter uma postura de vida questionadora, desestabilizadora, antibinarista, reduzir a teoria ao campo das sexualidades torna-se um indesejado contrassenso.

Desse modo, falar de (logo, fazer) Teoria *Queer* é colocar em prática (ação) a desnaturalização de uma série de construtos estabelecidos, para além das questões que envolvem o universo LGBT. Judith Butler, assim acreditamos, estabeleceu as bases de uma teoria que pode servir de alicerce para observar diversos fenômenos construídos pelo ser



humano, mas que não deseja rótulos e limitações. Se existe algo que a Teoria *Queer* não pode ser é limitada a apenas um grupo social.

Com efeito, abraçar e se pautar na Teoria *Queer* é, antes e acima de tudo, perturbar as noções, quaisquer que sejam elas. Das sexualidades humanas às questões de ordem étnico-raciais, a teoria em tela pode flunar por várias ruas, avenidas, estradas e travessas, combinadas em diferentes localidades. Portanto, é possível observarmos as questões de gênero, sexualidade e raça em espaços virtuais da internet lançando mão dos pressupostos da Teoria *Queer*. Acreditamos que ao dizermos (logo, fazermos) isso, adentramos num território de desestabilizações e lançamos luzes em ruas ainda pouco iluminadas, ainda que pavimentadas por performances sedimentadas, mas que merecem ser vistas, uma vez que têm sido invisibilizadas ao longo do tempo. É nesse sentido que caminharemos na próxima sessão.

### III. A “ALMA ENCANTADORA” DA WEB 2.0

Consideramos relevante esclarecer o que entendemos por Web 2.0. De modo sucinto, o termo é usado para nos referirmos à segunda geração da rede mundial de computadores (*World Wide Web*), cujas principais características encontram-se na troca de informações e na possibilidade de colaboração dos usuários, dando-lhe, desse modo, um teor mais dinâmico e interativo. Moita Lopes (2013) afirma que a Web 2.0 “tem sido chamada de novos letramentos digitais” (p. 132) e que estes “favorecem navegar em discursos inovadores” (p. 131). A segunda geração “multiplica os discursos a que temos acesso de forma ilimitada” (MOITA LOPES, 2013, p. 130), sendo estes desestabilizadores e que fazem emergir as diferenças.

[...] o que importa é colaborar para que outros possam se apossar de outros discursos, podendo se redescrever de todos os pontos de vista, aprendendo a ser outros, questionando suas próprias pressuposições de qualquer natureza, experimentando outros desejos sexuais, muitas vezes guardados debaixo de sete chaves, e que podem ser deflagrados frente à alteridade em meio à Multidão, no anonimato que as redes sociais permitem (MOITA LOPES, 2013, p. 133.)

Cumpramos destacar que o autor, seguindo Hardt e Negri (2005) entende por ‘Multidão’ o “acirramento da diferença e da alteridade” (MOITA LOPES, 2013, p. 131), diferindo-se das ‘massas’ nas quais ocorre um processo de homogeneização ou apagamento das diferenças.



Com a Web 2.0, evidencia-se, portanto, a “Era das relações” (SCHRAGE, 1997) de modo que as pessoas podem usar tal tecnologia:

[...] para se entenderem, reinventar, e para recriar as práticas sociais nas quais vivem, vinculando-se ou não a movimentos sociais, a comunidades de práticas específicas ou [...] a outros desejos sexuais, experimentando a vida íntima de forma diferente ou compreendendo quem são sexualmente. (MOITA LOPES, 2013, p. 131.)

Assim como o pesquisador, operamos com a visão de que a Web 2.0 possibilita a interação de pessoas de diferentes culturas, raças, etnias, sexualidades, gêneros, percepções de mundo etc., em espaços de práticas sociais de letramentos, onde é possível “remodelarmo-nos com as palavras” (PENNYCOOK, 2007, p. 74), inaugurando outros discursos e, conseqüentemente, desestabilizando “performances sedimentadas” (PENNYCOOK, 2007) que, dado seu caráter de iterabilidade e citacionabilidade (DERRIDA, 1977), naturalizam significados preexistentes. Em outros termos: a Web 2.0, por proporcionar a interação em meio à Multidão, coloca em operação a performatividade da linguagem, isto é, “a possibilidade de inaugurar novos sentidos sobre e para a vida social na performance ou de pensar e construir o mundo diferentemente” (MOITA LOPES, 2013, p. 136).

Por ser um espaço de infinitas possibilidades de construção e reconstrução de si, de compartilhamento e de interação, a Web 2.0 acomoda as diferenças em diversas vertentes. Uma rápida busca na ferramenta Google não nos desmente. A procura por uma palavra genérica como ‘sexo’, por exemplo, gera cerca de 125 milhões de resultados em perspectivas distintas.

Nesse cenário virtual, é possível nos depararmos com uma plethora de performances e, também, de performatividades, isto é, de discursos sedimentados (porque sistematicamente repetidos) e discursos desestabilizadores que ‘perturbam’ as noções ditas consagradas ou reificadas.

Ora, em tempos de fluidez, de fronteiras móveis, de inquietações e de incertezas, a Web 2.0 e suas possibilidades interacionais fazem emergir tanto o ‘naturalizado’ quanto o ‘transgressivo’. A ‘alma encantadora’ das ‘ruas’ da Web 2.0 é, então, coexistente entre o ‘moderno’ e o ‘pós-moderno’, entendendo-se por este ‘o desessencializado’ e, por aquele, ‘o essencializado’ ou ‘o binário’. Em tempos de questionamentos e reflexividade, não nos parece conveniente – em perspectiva alguma – vivermos o binário, o ‘dado (supostamente) natural’, muito menos se estivermos pautados pela Teoria *Queer*. Conforme foi observado





anteriormente, esta teoria não deseja naturalizar, mas sim desconstruir categorias, tais como gênero, raça e sexualidade. Em nosso entendimento, esses construtos discursivos estão em constante ‘perturbação’ em diversas ‘ruas’ abertas pela Web 2.0, uma vez que nelas encontramos a Multidão questionando ou se reinventando mediante as categorias mencionadas.

Na próxima seção, visitamos uma ‘rua’/lôcus da Web 2.0 de modo a discutirmos as categorias em tela.

#### IV. FLANANDO POR UMA ‘RUA’ DA WEB 2.0

##### 1. Uma ‘rua’ chamada desejos (sexuais)

MM<sup>1</sup> é garoto de programa, atividade também conhecida como *boy*, *escort*, acompanhante ou michê, sendo este termo considerado mais pejorativo. O papel a ser desempenhando por um profissional dessa área é dar prazer à/ao seu/sua cliente por meio de engajamento em práticas sexuais.

MM possui um blog na internet, o qual é atualizado constantemente. O acesso à página é antecedido por um aviso de conteúdo para adultos e o/a usuário(a) deve optar entre ‘entrar’ ou ‘sair’. A advertência segue uma lógica: o *site* contém fotos do garoto nu em vários ensaios fotográficos, portanto, proibido para menores. O propósito é muito claro: anunciar seus serviços sexuais por meio de visualizações de seu corpo.

Já que se trata de desempenho sexual (a ‘mercadoria’ à venda), MM exhibe disponibiliza fotos de seu órgão sexual em diversos ângulos. O corpo e a genitália estão construídos de ‘mãos dadas’ de modo a aguçar a curiosidade e o desejo de clientes em potencial. Assumimos que, nesse sentido, MM performa a masculinidade associada à virilidade e esta, por sua vez, associada ao tamanho e à ereção do pênis.

A página de MM traz diversos temas que merecem tratamento mais aprofundado. No entanto, três desses temas nos chamaram atenção ao visitarmos seu blog: o gênero, a raça e a sexualidade. Vejamos um de cada vez.

Em seção anterior, abordamos a importância de Judith Butler para a criação da Teoria *Queer*. Igualmente, dissemos que sua abordagem sobre o gênero está longe de ser binarista ou

<sup>1</sup> Cumpre esclarecer que o autor do blog permitiu o uso de sua página para fins acadêmicos, desde que seu nome, endereço da página e outras informações fossem mantidos em sigilo. Por essa razão, adotamos o pseudônimo MM.





essencialista. Butler (1990, 2004) questiona a naturalização daquilo que se entende por ‘ser homem’ e ‘ser mulher’. Sendo o sexo uma questão biológica (macho, fêmea e intersexual) relacionada aos aspectos físico-biológicos dos seres humanos, “o gênero é culturalmente construído” (p. 24), negando, portanto, a relação entre sexo e gênero construída por meio de performances repetidas e sedimentadas. Para a filósofa:

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como feminino (BUTLER, 1990, p. 24-25).

286

Nesse sentido, MM é parte da Multidão (alteridade) que desestabiliza a noção de gênero associado ao sexo e, também, à sexualidade, visto que ele é ‘macho’ numa perspectiva puramente biológica, por possuir um pênis, barba etc; se posiciona discursivamente como (faz performance de) ‘homem de verdade’, ‘macho insaciável’, mas se engaja sexualmente tanto com homens quanto com mulheres, sendo que com homens (segundo MM afirma em sua página) ele tanto pode ser ‘ativo’ como ‘passivo’. Argumentamos que, nesse momento, MM ‘implode’ os *scripts* ou ‘roteiros’ estabelecidos pela “matriz heterossexual” (BUTLER, 1990, 2004), afinal trata-se de um ‘homem’ que beija e faz sexo com outros homens e mulheres, mas que – subvertendo ainda mais a lógica da ‘matriz heterossexual’ normatizadora – aceita ser ‘passivo’.

Se por um lado MM faz performances de gênero e de sexualidade (‘macho’, ‘viril’, ‘ativo’) em seu blog, por outro lado, encontramos na mesma página ‘brechas’ por onde emergem performatividades que ‘implodem’ as noções discursivamente naturalizadas, subvertendo-as, revelam a capacidade de poder “vir a ser” (MOITA LOPES, 2013) e “desfazem o gênero” (BUTLER, 2004).

No que diz respeito à categoria ‘raça’, MM não faz qualquer tipo de menção a esse aspecto em seu blog. Da mesma maneira, os comentários dos visitantes do blog não fazem quaisquer alusões à cor da pele do garoto de programa. Entretanto e curiosamente, no dia 20 de novembro (data em que se celebra o Dia da Consciência Negra no Brasil) de 2013, MM postou em seu mural de outra rede social – Facebook – uma foto em que ele aparece da cintura para cima sem camiseta com o seguinte texto:



Não tenho vergonha em ser filho de Negro, de fazer parte desse mundo. Tenho Maior ORGULHO disso, tenho vergonha mesmo é da sociedade desse país (Brasil) que jamais respeitou negros e mestiços continua desrespeitando, excluindo e desmerecendo a quem hoje chama afrodescendente. (Fonte: facebook)

Creemos que MM colocou essa postagem no Facebook por ser uma rede mais dinâmica e utilizada e não depender de avisos sobre conteúdo, muito embora os conteúdos e fotos estejam sujeitos a denúncias de usuários da rede. Apesar de uma explicação mais acurada (não obtivemos resposta em nosso contato com MM), um fato nos chamou muita atenção: o rapaz se constrói como negro que ‘não tem vergonha de ser filho de negro’ e que tem ‘orgulho’ de tal fato. Importante notar que a palavra está em caixa alta, recurso que a coloca em destaque no texto, apontando para uma performance de raça (‘orgulho’, ‘valor’). Posto isto, é chegado o momento de debatermos brevemente a segunda categoria, qual seja, raça, à luz da Teoria *Queer*.

Ford (2011) argumenta que a identidade racial é “fictícia” (p. 124) embora seja “resistente à crítica” (p. 124). Assim como a sexual, a identidade racial vem atrelada a um “conjunto de normas” (p. 125) que regulam as formas corretas de expressar pertencimento aos grupos de brancos, latinos e asiáticos, construindo um “território seguro, previsível, confortável” (p. 125). Para Ford (2011), a agenda desestabilizadora da Teoria Queer oferece recurso para resistir ao “aumento exagerado das políticas de identidade” (p. 125); disponibiliza “um modo alternativo – de fato, um modo antagonista” (p. 127) que é, em sua opinião, “libertário e criativo” (p.127), uma vez que tal agenda ofertou “três importantes ferramentas para seu trabalho: uma substancial crítica à identidade [...]; crítica como um estilo [...] e a libertação de ortodoxias profissionais” (p. 128). Desse modo, Ford (2011) busca o conflito de ideias e assume uma atitude favorável ao instável, múltiplo, transitório e fluido.

Sullivan (2003) abre seu texto com um posicionamento próximo ao de Ford (2011): a de que a raça é frequentemente “considerada como algo natural e inato” (p. 57). A autora evidencia o caráter decisivo das práticas discursivas na construção e reprodução de categorias de gênero, sexualidade e raça (p. 58). Ao longo de seu texto, Sullivan (2003) analisa uma série de produtos culturais marcados pelo contato de diferentes sociedades e afirma que “a raça é uma instável e mutante fantasia” (p. 65) visto que as teorias de raça “falharam em explicar as chamadas diferenças raciais em termos biológicos” (p. 65). Para esta autora, analisar o construto ‘raça’ em separado de ‘gênero’ e ‘sexualidade’ pode levar à elaboração de



estudos “(pelo menos implicitamente) sexistas e/ou homofóbicos, e análises de sexualidade que são (pelo menos implicitamente) racistas e/ou sexistas” (p. 66), dialogando, então, com Barnard (2004) para quem “categorias culturais como raça, orientação sexual, classe, gênero e outras, não existem independentes umas das outras” (SULLIVAN, 2003, p. 71), devendo, portanto, ser analisadas conjuntamente.

Barnard (2004) questiona a relação entre ‘homossexualidade’ e ‘branquidade’, argumentando que é necessário situar o papel da raça (bem como o do gênero e da sexualidade) na Teoria, no ativismo e nas identidades *queer*. O pesquisador salienta que os estudos e análises que tomam por base a Teoria *Queer* tendem a invisibilizar a presença de negros e negras *queer*: “a raça é sempre sexualizada assim como a sexualidade é sempre racializada” (p. 2). Desse modo, considerar as categorias em separado é um problema que precisa ser resolvido nos estudos de cunho *queer*. Caso isso não seja posto em prática, corre-se o risco de produzir conhecimento que repetem e reforçam normalizações, em especial, a branquidade. Para tanto, Barnard (2004) reitera que se deve “resistir a conceder a teoria *queer* à branquidade [...] para não marginalizar críticos *queer* que de fato pesquisam raça” (p. 6), como é o seu caso.

Sem dúvidas, o que Ford (2011), Sullivan (2003) e Barnard (2004) sugerem é importante e epistemologicamente desafiador. Se trouxermos a questão para o Brasil, cuja sociedade é plurirracial, as dificuldades serão grandes. Primeiramente porque até hoje persiste o ‘discurso da harmonia racial’ – os grupos étnicos aqui podem (e devem) se misturar. Em segundo lugar, e consequência do primeiro, ainda desvelamos nosso racismo, sexismo e homofobia. O ‘homem cordial’ – tomando emprestada expressão de Sérgio Buarque de Holanda (1995) – nega o conflito por temê-lo, mas revela-o em diversas situações, performando (logo, repetindo e sedimentando) discursos que fazem emergir preconceitos e discriminações. Tomaremos como exemplo a situação de homossexuais negros.

## 2. Uma ‘rua’ chamada preconceito

Flanando pela Web 2.0, encontramos outro blog. Desta vez, a página é mantida por um jornalista que se posiciona abertamente como *gay* e negro. Em uma de suas postagens, o autor escreveu o seguinte:

Como homem homossexual negro, tenho procurado nessa minha vida de luta por inclusão social para a população de gays, lésbicas e transgêneros,



construir um diálogo com os movimentos de afirmação racial pontuando a questão da homossexualidade e as suas implicações com a raça.

Ciente do preconceito que a relação da raça com o gênero e a sexualidade acarreta, o autor tem uma postura crítica e questionadora sobre os efeitos de sentido que tal relação desperta.

Conhecer as interdições de liberdade relacionadas à homossexualidade e a raça constitui desafio para todos nós, considerando que falar de homoafetividade nunca é fácil e os sujeitos sofrem duplamente, por serem negros e por experimentarem uma orientação sexual minoritária circundada por muitas e diversificadas interdições. [...] “Trair a raça” é uma condenação/interdição muito comum imposta aos homossexuais afros. Temos de desconstruir este arquétipo negativo porque é fruto da opressão racista representado na fala do macho negro na construção da ideologia de afirmação e aceitação social. Esta prerrogativa reforça que a homossexualidade é coisa de branco, inconcebível ao negro, inaceitável aos negros.

289

Curiosamente, o autor do texto parece dialogar com Barnard (2004), Sullivan (2003) e Ford (2011) ao perceber que existem outras implicações no binômio ‘*gay negro*’, principalmente quando ele declara que “a homossexualidade não pode ser entendida como um vício branco”, isto é, desnaturalizando a relação entre ser homossexual e branco (cf. Barnard, 2004). Ao centralizar a discussão da homossexualidade negra, o autor do blog o coloca (e se coloca também) em um novo lugar, reivindicando o exercício de sua sexualidade em uma sociedade que se ressentem quando classificada como ‘racista’ e ‘discriminatória’.

Parecem-nos admiráveis as possibilidades de troca de informações e compartilhamentos que a Web 2.0 potencializa, dado o seu caráter dinâmico e de amplo alcance. Com efeito, o autor do blog atinge a Multidão e a faz refletir – não necessariamente concordar, mas traz uma questão séria a ser pensada ou, pelo menos, desvelada.

Interessante também destacar que, diferentemente de MM, o autor do blog em tela constrói-se como *gay* e negro. Isso nos remete ao que Derrida (1977) e Pennycook (2007) reiteram: a linguagem deve ser estudada em práticas discursivas situadas, donde os significados são negociados e podem ser desestabilizados. ‘Ruas’ como as duas aqui brevemente comentadas externalizam não somente a centralidade da linguagem nas construções identitárias, como também as possibilidades de reinvenções e transgressões das ordens estabelecidas, uma atitude *queer* em tempos fluidos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criadora de espaços infinitos para compartilhamento de informações, troca de saberes e reconstruções identitárias, a Web 2.0 tem potencializado a capacidade humana de se inventar e se reinventar por meio de práticas sociais associadas à tecnologia. Longe de estarmos vivendo uma era da informação e mais próximos de uma era dos relacionamentos (SCHRAGE, 1997), nos encontramos situados(as) em um momento crucial. Em tempos de pós-modernidade, fluida e instável, fazemos parte da Multidão (MOITA LOPES, 2013) que, na Web 2.0, pode exercer o direito a viver e deixar emergir as diferenças de classe, de raça, de etnia, de sexualidade, de gênero, de afinidades etc.

A Teoria *Queer* pode ajudar a revisitar e reconstruir novos modos de ver e entender os fluxos de diversificadas esferas. No que tange aos construtos de ‘gênero’ e de ‘sexualidade’, essas teorias têm promovido ‘viradas’ na compreensão acerca dos construtos teóricos tradicionais, encontrando, em boa hora, críticos àqueles (as) que não têm em suas agendas questões envolvendo ‘raça’. Para autores como Barnard (2004) e Ford (2011), fazer Teoria *Queer* estando ‘cego’ (SULLIVAN, 2003) ao construto ‘raça’ pode gerar análises racistas e/ou sexistas.

Ao flanarmos por duas páginas da internet de homens situados em diferentes contextos socioculturais, pudemos perceber a indissociabilidade entre os construtos sociodiscursivos por ora abordados. Ao atentarmos para a página do garoto de programa MM, por exemplo, não podemos perder de vista seu aspecto mercadológico (vender seu produto: o corpo para práticas sexuais) e as performances identitárias que ali são engendradas com base nas noções de gênero, raça e sexualidade. Isto é: sendo homem e negro, espera-se que ele seja ‘ativo’, ‘ másculo’, ‘bem dotado’, ‘insaciável’, ‘incansável’. Com efeito, MM assim se declara (diz/faz); entretanto, o rapaz ‘implode’ essas fronteiras ao engajar-se em práticas sexuais com o mesmo gênero e na posição chamada ‘passivo’. Inegavelmente, MM sedimenta umas performances, ao mesmo tempo em que faz a performatividade – inaugura novos discursos e significados – em sua página.

Igualmente desestabilizadoras são as postagens encontradas no blog do jornalista e ativista do movimento *gay*. Claro está que, por fazer parte de um contexto diferente, suas performances diferem em ampla escala daquelas de MM. Contextos diferentes, discursos diferentes. O jornalista não tem como propósito anunciar um produto. Sua intenção é outra:



trazer à tona e problematizar o binômio ‘gay negro’. Ainda assim, ele se aproxima de MM no que tange à necessidade (desejo?) de inaugurar novos discursos (a performatividade da linguagem) em sua página na internet.

Não duvidamos de que as considerações que compõem este trabalho são breves e podem ser aprofundadas. Entretanto, cremos ter conseguido argumentar que a Web 2.0 é um espaço de interação dinâmico e revelador das transitividades que nós experienciamos ou podemos experimentar. São ‘moinhos medievais’, ‘praças’ ou ‘ruas’ por onde transitam seres humanos que podem se tornar mais reflexivos, questionadores e, quem sabe, ‘perturbadores’ das noções cristalizadas que ainda nos constituem por meio de vários discursos e que muitas vezes nos fazem sofrer.

## REFERÊNCIAS

ANTELO, Raúl. Introdução. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org.: Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 7-17.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARNARD, Ian. *Queer race: cultural interventions in the racial politics of queer theory*. New York: Peter Lang, 2004.

BUTLER, Judith. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Evanston: Northwestern U.P., 1977.

FORD, Richard Thompson. What’s queer about race? In: HALLEY, J.; PARKER, A. (orgs.). *After sex? On writing since queer theory*. Durham: Duke University Press, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão*. Guerra e democracia na era do Império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.





LOXLEY, J. *Performativity*. New York: Routledge, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Em meio à Multidão e seus desejos na Web 2.0. In: SOUZA, Eneida Maria; LAGUARDIA, Adelaine; MARTINS, Anderson Bastos (orgs.). *Figurações do íntimo – ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. Gêneros e sexualidades nas práticas discursivas contemporâneas: desafios em tempos queer. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da (org.). *Identidades de gênero e práticas discursivas*. Campina Grande: EDUEP, 2008. p. 13-18.

\_\_\_\_\_. O novo ethos dos letramentos digitais – Modos de construir sentido, revolução das relações e performances identitárias fluidas. In: SIGNORINI, Inês; FIAD, Raquel Salek (orgs.). *Ensino de língua: das reformas, das inquietações e dos desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 204-229.

PENNYCOOK, Allastair. *Global Englishes and transcultural flows*. New York: Routledge, 2007.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org.: Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALLIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SEDGEWICK, Eve K. *Epistemology of the closet*. New York: Penguin Books, 1990.

SCHRAGE, Michael. *The relationship revolution*. Texto disponível em: <[http://yitan.com/The\\_Relationship\\_Revolution](http://yitan.com/The_Relationship_Revolution)>. Último acesso: jan. 2014. Não paginado.

SULLIVAN, Nikki. *A critical introduction to queer theory*. New York: New York University Press, 2003.

WILCHINS, R. *Queer theory, gender theory*. Los Angeles: Alysson Books, 2004.





## **CONCILIAÇÃO DE CARREIRA E FAMÍLIA POR MULHERES TRABALHADORAS DE SAÚDE DE HOSPITAL PÚBLICO NA BAHIA: INVESTIGAÇÃO POR ABORDAGEM QUALITATIVA**

CASTRO, Mary Garcia

*Professor do Programa de Família na Sociedade Contemporânea*

*castromg@uol.com.br*

MARTINS, Patrícia Freitas

*Estudante de doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea*

*martinspf@hotmail.com*

293

### **RESUMO**

Este ensaio descreve sobre a metodologia a ser adotada para pesquisa de doutoramento que investigará a conciliação do trabalho em saúde com a família por mulheres, profissionais de saúde, de um grande hospital público do interior da Bahia, pois, nos últimos anos, esses vêm apresentando significativa deterioração nas suas condições gerais de vida, fruto da redução da remuneração e da minimização das ações sociais desenvolvidas pelo Estado. Também, a questão de gênero é reveladora tanto das características dessa categoria, essencialmente feminina, como do adoecimento, especialmente, das mulheres, em função das condições de trabalho e da dupla jornada. A investigação será pela abordagem qualitativa por entrevistas semiestruturadas com essas mulheres, trabalhadores de uma área e de uma unidade organizacional tão complexa, os hospitais, para observar como conciliam trabalho e família, que estratégias utilizam para acontecer esta conciliação e que apoio recebem das famílias.

**Palavras-chave:** Mulher. Trabalho. Família

### **ABSTRACT**

This paper describes the methodology to be adopted for doctoral research that investigates the reconciliation of work with family health for women, health professionals, a large public hospital in the interior of Bahia, since, in recent years, these have shown significant deterioration in their general living conditions, resulting from reduction in pay and minimizing social actions undertaken by the State. Also, the gender is indicative of characteristics of this category, essentially feminine, as the illness, especially women, in terms of working conditions and the double shift. The research is a qualitative approach for semi-structured interviews with these women, workers of an area and a complex organizational unit, the hospitals, to observe how reconcile work and family, what strategies to use this reconciliation happen and that families receive support.

**Key-words:** Woman. Work. Family



Este ensaio pretende descrever sobre a metodologia adotada para pesquisa de doutoramento que investigará a conciliação do trabalho em saúde com a família por mulheres, profissionais de saúde, de um grande hospital público, o maior do interior da Bahia, situado em Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado e maior entroncamento rodoviário do norte e nordeste do país.

Destacamos que esta pesquisa possibilitará importantes discussões e contribuirá com lacuna do conhecimento no sentido de que investigará, não apenas as condições do trabalho em saúde, amplamente debatido, mas qual o lugar desse trabalho na vida das mulheres que o realizam, como qual lugar da família, por serem duas importantes formas de se relacionar com o mundo, pelo trabalho e pela família (MARTINS, 2008).

O significado de família na atualidade, a sua importância para as pessoas, para os trabalhadores, reveste-se, pois, de extrema complexidade e necessidade em manter essa discussão aberta. A família definida como nuclear, àquela constituída por marido, esposa e filhos, parece, cada vez mais, uma imagem do passado, o que não significa que a luta travada contra a autoridade patriarcal simbolize o fim dessa instituição milenar.

Sarti (2011) argumenta que há um questionamento quanto à má autoridade, evocando a impossibilidade de se obedecer “uma autoridade que não se reconhece como legítima [...] uma autoridade que abusa de suas prerrogativas torna-se ‘incapaz de se impor pelo respeito às virtudes necessárias que devem acompanhá-la” (MONTES, 1983 apud SARTI, 2011, p. 57).

Esse é apenas um dos movimentos atuais que parecem evidenciar uma falsa desestruturação familiar, pois questionar autoridades abusivas, democratizar relações, redefinir papéis não significa que as pessoas estejam abrindo mão da vida em família. Mas, antes de enveredarmos pela discussão se a família continua ser central na vida humana, comporta discutir sobre as novas famílias, algumas nem tão novas assim, e seu significado na vida em sociedade, precisamos trazer neste texto o conceito de família, sua historicidade, por fim, suas formas passadas e contemporâneas.

Uma primeira definição de família aqui apresentada é a da própria Sarti (2011), “como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos torna-se uma referência, uma referência simbólica fundamental [...]” (p.86). Ainda que autora defenda esta ser a família, hoje, de pobres, de comunidades carentes, esta definição de família ajusta-se às famílias tradicionais brasileiras do passado.



Conforme defende Campos (2009), tanto a partir do ponto de vista prático como político, o certo é que a família continua ocupando lugar de destaque na sociedade, sendo uma das instituições com maior espaço e cuidados para com as diferenças. Completa discussão da definição de família que realiza, dizendo ser esta “um sistema cujo fim é o pertencimento e a diferenciação sociais e, por princípio, é criadora da matriz social que possibilita a identidade e desenvolvimento de seus indivíduos na vida social” (p.24).

Aponta que a família está diretamente relacionada com a realidade social que a cerca, até mesmo nas suas estruturas mais íntimas, particularidades esta, que segundo Campos (2009), a torna uma instituição, congregada por pessoas com elevado nível de intimidade, destacando, todavia, que essa família começou a sofrer transformações na vida moderna.

Situa um momento importante vivenciado, especialmente, nos anos 60, quando a família era vista como antagônica à organização popular e movimentos sociais, acusada de ser espaço de reprodução do capital e da alienação, porque esta instituição tinha a constituição dos vínculos, também, por interesses econômicos e de manutenção de patrimônios familiares e no repúdio àquela nascem as mais autônomas, formadas pelos laços de amor.

Fonseca (2002) afirma ser comum aqui, no Brasil, como nos EUA, famílias em que as crianças estejam vivendo com apenas um dos pais biológicos, citando, também, a França por esta ter um número surpreendente de pessoas vivendo sozinhas. Destacando, pois, que a família nuclear da sociedade contemporânea não se manifesta na mesma intensidade que cinquenta anos atrás, da mesma forma que não exerce a mesma hegemonia passada.

Independente de qualquer definição ou dinâmica familiar observa-se nas relações familiares que estas continuam a ocupar um lugar de destaque na maneira de vermos e de vivermos o mundo e que ao falar de família eclode-se um conjunto de valores definidores para as pessoas de sua identidade e de pertencimento ao mundo, dando sentido à vida.

Continuando a discussão sobre o conceito de família, Simionato e Oliveira (2003), argumentam que os conceitos são subjetivos, dependendo mais de quem os define, como do contexto social, político e familiar observados. Defendem que a Constituição Federal de 88 foi um marco na evolução do conceito de família.

Portanto, observa-se consenso de que a família ainda se expressa para os indivíduos como a forma de se ver e de se relacionar com mundo e que não prescindimos de viver em família, seja qual for a sua configuração. O certo é que mesmo na contemporaneidade, de



globalização, tecnologia e informação, todos vivemos e queremos a continuar a viver em família.

Entretanto, Wagner et al (2005) enfatizam na sua discussão acerca de papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea, que importantes fenômenos e movimentos sociais, a exemplo da massiva inserção das mulheres no mundo do trabalho, como sua maior participação no sistema financeiro, estariam imprimindo um novo perfil à família.

Para Henriques, Féres-Carneiro e Magalhães (2006), que discutem o trabalho e a família, “o prolongamento da convivência familiar explicada pelo mundo do trabalho partem do entendimento da família como mediadora entre o indivíduo e a sociedade” (p.327). Citam a afirmativa elaborada por Minuchin que “a família e a sociedade se constituem reciprocamente, de forma que as mudanças ocorridas no mundo social afetam o domínio familiar e são por estas afetadas” (p. 328).

Nas sociedades modernas, principalmente nas ditas capitalistas, o trabalho está sendo cada vez mais estranhado pelo trabalhador, pois não mais se realiza um trabalho concreto, na relação homem e natureza, ao contrário, vem sendo crescente a sua forma abstrata, de exploração do homem pelo homem.

Todavia, coloca Antunes (2000), que ainda assim não há perda total de sentido e de significado do trabalho, na sua forma contemporânea, pois enquanto expressão do trabalho social está mais complexificada, socialmente mais combinada e ainda mais intensificada em seus ritmos e processos. O trabalho não deixou de produzir valor, é que hoje a sociedade do capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais do trabalho parcial.

Houve uma diminuição do proletariado estável, porém ampliou-se o trabalho imaterial / intelectual, a exemplo de escritórios, bancos, serviços, como saúde e educação, e ampliou-se, significativamente, o trabalho informal, autônomo, entre outros (GRAVE, 2002).

Os países capitalistas e, entre eles, o Brasil, progressivamente, vem destituindo o trabalhador do seu trabalho, que não mais se reconhece no seu processo de produção, e está responsabilizado por sua empregabilidade, transformado em polivalente, heterogêneo, fragmentado e desregulamentado. O sofrimento de milhares de trabalhadores tem sido relegado ao lugar comum, sem o amparo legal e institucional do Estado, minimizado para atender aos interesses do capital, conforme discute Montañó (2005).

As condições de trabalho, apesar das normatizações de controle vigentes no Brasil, submetem os trabalhadores, em geral, a exaustivas jornadas, horas extras não pagas, baixos



salários, contratos temporários, facilmente canceláveis (ANTUNES, 2000). Situações essas que desgastam a saúde do trabalhador, não só atingindo seu corpo físico, bem como seu aparelho psíquico, Dejours (1992).

O estudo do processo saúde / doença do trabalhador deve levar em conta a organização e gestão do trabalho, pois estes ocupam posição hierárquica superior em termos de controle e consumo da força de trabalho. Para Dejours (1989, 1990, 1992) no tocante a dimensão psíquica da saúde do trabalhador, estudar as repercussões psicopatológicas geradas pela organização do trabalho, constitui-se como categoria central para a psicodinâmica do trabalho.

As relações de trabalho podem ser percebidas pela jornada de trabalho (número de horas trabalhadas, obrigatoriedade de cumprir horas extras, etc.); o tipo de contrato de trabalho (carteira assinada, prestação de serviços, etc.); a forma de pagamento (por mês, semana, dia, tarefa, etc.); o horário de trabalho (diurno, noturno, por turnos, etc.); a exigência de conhecimentos técnicos; sistema de ascensão previsto; forma de controle sobre os trabalhadores (no horário de trabalho, nos intervalos, na utilização dos banheiros, na hora das refeições, etc.) tempo de folga (cumprimento, ou não, da legislação); local para refeições e condições ambientais; existência de banheiros (quantidade e qualidade); serviços médicos e refeição são aceitos como determinantes da qualidade de vida e condições de saúde do trabalhador (SILVA, 1986, 1987; PICALUGA, 1990).

Nos últimos anos, os profissionais de saúde vêm apresentando significativa deterioração nas suas condições gerais de vida, fruto da redução da remuneração, e da minimização das ações sociais desenvolvidas pelo Estado. Este fator afeta esses trabalhadores duplamente, como usuários e como prestadores de serviços estatais (NASCIMENTO SOBRINHO, 2005). Essas transformações vêm, nos últimos anos, alterando o sistema de remuneração que de um modelo de assalariamento, vem-se constituindo em um modelo de remuneração por procedimento, gerando redução dos salários e instabilidade.

Para Nascimento Sobrinho, os ambientes hospitalares, sobretudo, nas Emergências, ocorrem situações dramáticas que não se fazem presentes em nenhum outro campo de atividades humanas em tempos de paz; exposição íntima à dor, ao sofrimento, ao adoecer, à emoção do outro e ao morrer. Transformações importantes ocorreram nos processos de trabalho, com incorporação de novas tecnologias na área de diagnóstico e tratamento, que devem ser estudadas.



O trabalho em saúde e, particularmente os hospitais, oferecem, além da mesma situação vivenciada no mundo do trabalho pelos trabalhadores (precarização, terceirização, desregulamentação, etc.), características de trabalho bastante peculiares, como exposição a diversas condições ambientais e à reconhecida sobrecarga física e emocional, que demandam esforço, abnegação, dedicação e compromisso dos profissionais que lá atuam, especialmente dos profissionais da assistência.

Os hospitais são cenários de intrigas políticas intermináveis, consequência da redução de pessoal e dos constantes rumores de fechamento e de reorganização, realidade norte-americana apontada por Maslach e Leiter (1999), porém, também, uma realidade brasileira. Como toda e qualquer organização do trabalho, os hospitais passam, também, por processos de transformações, na medida em que intensificam o uso de alta tecnologia, flexibilizam os direitos trabalhistas, precarizam os vínculos, constituem o trabalhador polivalente, entre outras. Entretanto, ainda mantém uma padronização de tarefas impostas por rígidas estruturas hierárquicas (NASCIMENTO SOBRINHO, 2005).

Santos e Araújo (2003) apontam que o trabalho em saúde e em hospitais, mesmo não fazendo parte diretamente da estrutura produtiva de sociedades capitalistas, é do setor terciário, de serviços e, ainda assim, reproduz as relações sociais próprias desse sistema, oferecendo as mesmas cargas de trabalho aos trabalhadores, muito embora com grau de complexidade específico, um campo de prática bastante singular.

Não obstante toda essa discussão sobre o ambiente hospitalar e sobre as condições de trabalho, é importante discutir sobre a missão de cuidar dos profissionais da assistência, pois estão expostos a um elevado nível de desgaste, estresse, cuidando de outros seres humanos. Pitta (2003, pág. 19) coloca que o maior de todos os sofrimentos de quem trabalha num hospital está no seu “próprio objeto de trabalho, ou seja, a dor, o sofrimento e a morte do outro”, como, também, está presente na organização do trabalho, essencial e diuturno.

Silva e Marziale (2000) encontraram resultados que corroboram sobre os riscos para a saúde, relacionados com o trabalho, que dependem do tipo de atividade profissional e das condições em que a mesma é desempenhada, além de reforçarem a corrente de que os serviços de saúde, em particular, os hospitais, proporcionam aos seus trabalhadores condições de trabalho reconhecidamente piores em relação aos demais serviços.

O hospital é uma instituição pertencente ao setor terciário da economia, com grau de risco três, em consequência das operações insalubres ali realizadas e da presença de agentes





biológicos responsáveis pelas infecções causadas por vírus, fungos e bactérias (MARZIALE; CARVALHO, 1998). O ambiente hospitalar, além destes riscos, possui os decorrentes de fatores físicos, químicos, psicossociais e ergonômicos, que “podem ser prejudiciais à saúde dos trabalhadores e por isso, devem ser analisados para que se possam caracterizar as condições de trabalho em cada instituição.” (pág. 99).

Como declaram Osório et al (2005), no trabalho em saúde, além dos trabalhadores, seu objeto do trabalho, também, são humanos. Os instrumentos de trabalho podem ser simples ou complexos, valorizados na recriação dos acontecimentos. Para os autores, os trabalhadores têm que ser protagonistas das mudanças, devem ser sujeitos capazes de enfrentar todos os conflitos postos, criando novas alternativas para enfrentar velhas situações, pois, de outra forma, não terão a tão desejada ampliação do poder de ação.

Todavia, o trabalhador do hospital público brasileiro encontra-se pouco disposto a se auto observar, a se reconhecer enquanto sujeito, a provocar as mudanças, adotando a tendência de desenvolver atitudes defensivas de alheamento e descrédito na sua própria capacidade de interferência. Talvez, por maioria de esses trabalhadores serem mulheres, haja vista estas serem apontadas como trabalhadores que, em geral, não se rebelam contra o sistema, conformam-se mais facilmente (ANTUNES, 2000).

Paralelo a essa tomada de consciência pelos profissionais que atuam nos hospitais e, essencialmente, nos públicos é, também, transformar a imagem negativa dos hospitais públicos brasileiros junto à sociedade, oferecendo serviços qualificados e humanizados.

Para Cecílio, (2002, p. 305) “o ponto mais difícil de ser trabalhado, no que se refere à autonomia de gestão, neste desafio de qualificar o atendimento prestado pelos hospitais públicos é aquele que se refere a sua política de pessoal”.

Ênfase, também, deve ser dada na promoção de saúde do trabalhador, especialmente do trabalhador de saúde e dos hospitais, por razões aqui apresentadas, tendo em vista que na atualidade uma das mais graves repercussões, provocadas por todas as transformações do mundo do trabalho, está nos danos e agravos à saúde do trabalhador, as quais vêm provocando o adoecimento e morte desse grupo populacional, mesmo na ausência de nocividade dos ambientes de trabalho.

Sobre os trabalhadores da saúde, o Ministério coloca que devem ser a razão principal na adoção de políticas que valorizem e qualifiquem o trabalho. Considerando que a saúde é um bem público, direito do cidadão, é imprescindível que o Estado retome seu papel de gestor e





regulador do trabalho em saúde, adequando o interesse particular ao interesse público, nesse sentido, o Ministério da Saúde constituiu a Câmara de Regulação do Trabalho na Saúde (CRTS), através da Portaria 827/GM de 05/05/2004 (BRASIL, 2007).

Entretanto, no setor saúde, a questão de gênero é bastante reveladora tanto das características desse grupo de trabalhadores, essencialmente do sexo feminino, como, também, do adoecimento, especialmente, das mulheres, em função das condições de trabalho e da dupla jornada assumida por estas. O que, portanto, instiga a investigar como essas mulheres, trabalhadores de uma área e de uma unidade organizacional tão complexa, os hospitais, conciliam trabalho e família, que estratégias utilizam para acontecer esta conciliação, como suas famílias as apoiam ou não para realização do seu trabalho.

Em pesquisa científica, a preocupação metodológica é condição necessária para que a pesquisa tenha um caráter de cientificidade, pois esta assume no trabalho científico, os procedimentos, as ferramentas e os caminhos a percorrer (DEMO, 1987). Conforme Setubal (2002), a pesquisa científica busca, portanto, um conhecimento que ultrapasse o nosso entendimento imediato da realidade, ou seja, ela se afasta do senso comum, pois é um exercício sistemático e processual que dá uma base para o profissional desenvolver práticas a fim de mudanças significativas.

O presente estudo, portanto, será realizado pelo método qualitativo, o qual conforme ressalta Minayo (2002, p.21-22), “responde a questões muito particulares. [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Portanto, este se aprofunda no mundo dos significados, com um nível de realidade que além de não ser visível, não é mensurável, donde advém a necessidade de ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados, corrobora Martinelli (1999).

O método de pesquisa qualitativo possibilita abranger a totalidade do problema investigado e suas múltiplas dimensões, tal processo não pode ser contemplado através de pesquisa quantitativa, pois segundo Minayo (2012) as ciências sociais se preocupam com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Assim, para atender os objetivos da pesquisa será necessário aprofundarmos no mundo dos significados das ações e relações humanas e, tal processo, não é perceptível nem captável em equações, médias e estatísticas, procurando conhecer a percepção da família para trabalhadoras de saúde, da conciliação dos vários papéis de mulher, mãe, esposa, filha e de seu trabalho em saúde, por este motivo a presente pesquisa



será realizada em um grande hospital geral público, de urgência e emergência, do estado da Bahia, única instituição que atende Feira de Santana e região.

Na pesquisa qualitativa, afirma Martinelli (1999, p.21), há possibilidade “de trabalhar com o real em movimento, na plenitude que o buscamos”, o que não se obtém através de dados numéricos. Podemos “conhecer mais plenamente esses sujeitos com os quais dialogamos”, buscando para além de estatísticas, conhecer os significados, as interpretações, as histórias desses sujeitos.

Destaca que fazemos uso de “instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer pessoas”. Na pesquisa qualitativa, não nos preocupam grandes temas, fatos épicos, trabalhar com generalizações, mas como ressalta, “trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise [...] aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente na sua vida” (p.22).

Entretanto, trabalhar com os significados e interpretações dos sujeitos costuma gerar interrogações acerca da cientificidade desta investigação, no que Martinelli declara que, “não desconectamos esses sujeitos da sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana” (*idem*).

Mas, à luz da discussão empreendida pela autora, é importante esclarecer que fazer este tipo de pesquisa, que busca conhecer sentimentos, valores, experiências de vida, modos de viver, exige-se “uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.25).

Esta pesquisa será constituída, pois, por mulheres trabalhadoras de saúde atuantes no quadro assistencial de hospital público, na segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana, metrópole de uma região, tendo como critérios de inclusão serem profissionais de saúde, de qualquer vínculo empregatício, qualquer faixa etária, escolaridade e estado civil, desde que em atuação na assistência por um período superior a um ano de serviço na unidade. Portanto, não serão incluídas as mulheres que pertencem ao quadro administrativo e não sejam profissionais de saúde.

Destarte, sobre a amostra da população a ser estudada, encontra-se que referir-se ao termo amostragem, explicita como os sujeitos são escolhidos para participar da pesquisa. Amostra relaciona-se com grupo especial ou subconjunto de sujeitos extraídos de uma dada população, através de alguma técnica de amostragem (APPOLINÁRIO, 2006). Se esta for



representativa da população, supõe-se que as conclusões obtidas da amostra sejam válidas para a população como um todo.

Entretanto, como esse estudo é orientado pela abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa social, a ideia de amostragem não é considerada indicada, isto porque, segundo Deslandes (2012, p. 48), “o universo em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes”.

Desse modo, sustenta a autora que seria impossível, tanto determinar o número total das variáveis como o tamanho da amostra, que poderia vir a ser representativa desta totalidade, pode-se até delimitar o número de pesquisados por inclusão progressiva, mas que seria interrompida pelo que se chama critério da saturação, “[...], ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação” (DESLANDES, 2012, p. 48).

A fase de coleta dos dados é de grande importância na elaboração da pesquisa científica, pois é o momento das descobertas, no qual todos os dados coletados deverão ser observados cuidadosamente. A pesquisa bibliográfica constitui parte fundamental nesse processo, uma vez que através da leitura de livros, artigos científicos, publicações periódicas, entre outros, que o pesquisador amplia os conhecimentos científicos ou técnicos, além de possibilitar a obtenção de uma gama de informações e de forma mais rápida (GIL, 2009). Ressaltando, também, que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 45).

Entretanto, a coleta prioritária será a primária, por meio de entrevista semiestruturada com questões fechadas e abertas, possibilitando que os sujeitos da pesquisa se sintam com liberdade de se expressar, além disso, por considerar que esta é entendida como um processo de interação social entre sujeitos e como formas especiais de conversação (MINAYO, 2012).

Segundo Deslandes, sobre a coleta de dados, quando de fonte primária, “o pesquisador produz o dado na interação direta com os sujeitos através de entrevistas, observações, aplicação de questionários [...]” (2012, p. 49). Conforme Apolinário (2006), a entrevista é um procedimento que proporciona um encontro entre duas pessoas (o entrevistador e o entrevistado), sendo um procedimento relativamente comum nas investigações sociais.

Na entrevista semiestruturada, o entrevistador tem uma lista de questões ou tópicos que deverá procurar resposta àquilo que realmente precisa saber, mas a entrevista em si permite



uma relativa flexibilidade, deixando margem para que dados importantes sejam colhidos e integrem o estudo que são as informações imprevistas e espontâneas.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais; por ter uma enorme flexibilidade e, permitir a identificação de variáveis e suas relações, comprovando hipóteses, e possibilitando o diálogo entre o pesquisador e os sujeitos do estudo.

Segundo Bosi (2004), quando da realização da pesquisa, uma situação considerada como ideal é aquela que possibilite a formação de laços entre o pesquisador e o pesquisado, lembrando que esta relação não deveria ser tratada como efêmera, que deve envolver responsabilidade pelo outro e passar uma ideia de uma amizade duradora, até porque “da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista” (p.60).

Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002), não há técnica neutra, “da mesma forma que não existe gravação perfeitamente neutra, assim, também, não há perguntas neutras” (p.56). Portanto, defendem que o pesquisador deve ir consciente da problemática do seu objeto de estudo, saber que as mesmas perguntas vão ser respondidas de modo diferente, pelas diferenças de cultura, classe social, idade, etc, que não devem ser ignoradas as diferentes linguagens, para não incorrer num erro ou numa análise ilegítima, “as diferenças de valor que os sujeitos sociais estabelecem” (p. 63).

Conforme Savater (2004, p.7), em certa medida, nós seres humanos, também, estamos programados pela natureza. Embora, de modo menos imperioso, estejamos programados por aspectos culturais, “somos educados em certas tradições, hábitos, formas de comportamento, etc”, ainda, que possamos, sim, optarmos por algo que não esteja programado. Bosi (2004) complementa afirmando que “somos, em geral, prisioneiros de nossas representações, mas, somos, também, desafiados a transpor esse limite acompanhando o ritmo da pesquisa” (p.61).

Atesta Santos (1999) que, as ciências sociais críticas devem fazer a distinção entre objetividade e neutralidade, posto que, “a objetividade decorre da aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação”, o que significa dizer que a análise dos resultados não deve ser influenciada pelas preferências ideológicas dos cientistas. Afirmando, também, que “[...] nem a objetividade nem a neutralidade são possíveis em termos absolutos. A atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta para maximizar a objetividade e para minimizar a neutralidade” (p.207-208).



Assim, terminada a fase da coleta, do encontro entre pesquisador e pesquisado, dar-se-á início ao processo de olhar atentamente para os dados coletados. A análise será baseada na interpretação das respostas obtidas através dos relatos dos sujeitos participantes. A mesma se desenvolverá elencando como matrizes teóricas a percepção da família pelas trabalhadoras de saúde, os diferentes papéis vividos por estas trabalhadoras, a conciliação do trabalho em saúde e a família, sua satisfação com essa conciliação e projetos futuros.

Para analisar os dados obtidos com as entrevistas, pois, far-se-á uso da técnica denominada análise de conteúdo, por ser este o procedimento mais utilizado em pesquisas de caráter qualitativo, pois segundo Minayo (1999, p.200), esta, na sua história mais recente, isto é, enquanto “técnica de tratamento de dados é considerada cientificamente, caudatária das metodologias quantitativas, buscando sua lógica na interpretação cifrada do material de caráter qualitativo”.

Assim, a análise de conteúdo é a que mais contempla o objetivo da pesquisa, pois interpreta as informações obtidas e permite deduzir as mensagens, definida por Bardin como um “conjunto de técnicas de análise de comunicação para obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores”, indicadores estes, que vão possibilitar ao pesquisador fazer inferências “[...] de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (apud MINAYO, 2002, p.199).

Para Triviños (1987, p.161), “o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: Pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão)”.

Segundo Franco (2012), a análise de conteúdo parte essencialmente da mensagem, não importando que a mesma seja verbal, documental, silenciosa, escrita, mas adverte que, “necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado” (p.21).

Importando, sim, o que os sujeitos relatam, mas desde que estas descobertas apresentem relevância teórica, para que aconteça, de fato, a ruptura com o senso comum. Portanto, a análise de conteúdo é definida por Franco como “um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” (p.25), permitindo ao pesquisador a construção de uma série de inferências sobre qualquer uma das etapas da comunicação.



Nesse sentido, contribui esclarecendo que toda comunicação se faz composta de cinco elementos básicos: “uma fonte ou emissão; um processo codificador que resulta em uma mensagem e se utiliza de um canal de transmissão; um receptor, ou detector da mensagem, e seu respectivo processo decodificador” (p.26). Como destaca que, dentre as inferências que o pesquisador deve fazer estejam: “as características do texto; as causas e/ou antecedentes das mensagens; e os efeitos da comunicação” (p.27).

Deste modo, para evidenciar a importância da análise de conteúdo, a autora argumenta que esta vai além de uma simples descrição da mensagem, pois, prioriza partir da indagação acerca das causas ou dos efeitos da mensagem, ou seja, ao indagar por que, como, com que intensidade, de que modo, a análise de conteúdo promove uma ampliada discussão, crescendo em significado e estando a exigir mais competência e bagagem teórica do pesquisador. Do que os muitos autores de metodologia aqui citados advertem de uma importante e extensa pesquisa bibliográfica e exploratória a ser feita pelo pesquisador.

Dentre as discussões e debates que são suscitados da análise de conteúdo, Franco (2012) destaca duas: “a polêmica *conteúdo manifesto* versus *conteúdo latente*; e o conceito de *inferência*” (p.29). Em relação à primeira, admite a riqueza da fala humana e das inúmeras e valiosas interpretações que podem ser feitas da mesma, muito embora fazendo uma importante consideração para os pesquisadores de que ainda que muito rica a fala humana, se deve partir dela e “não falar por meio dela” (*idem*). Assim posto, esclarece que, “com base no conteúdo manifesto e explícito, que se inicia o processo de análise” (p. 30), entretanto, o que não invalida uma análise do que está oculto nas falas.

Quanto ao conceito de inferência, esclarece que, uma das mais importantes finalidades da análise de conteúdo esteja na possibilidade de fazer inferências de qualquer um dos aspectos da comunicação, seria, inclusive, a razão primeira da mesma, lhe conferindo relevância teórica, por implicar numa comparação, muitas mais que uma mera descrição, um dado ao ser comparado com outro é que dá sentido e este vínculo é representado por uma teoria.

Franco, então, pontua que toda análise de conteúdo implica em comparações e que o tipo de comparação a ser realizado vai depender da competência do pesquisador, do acúmulo de referências teóricas que possua. Para sintetizar essa discussão acerca da importância da produção de inferências, evidencia o seu significado bastante explícito, uma vez que, “pressupõe comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade” (p.34).





Para fins de conclusão deste ensaio, que descreve desenho metodológico de pesquisa a ser realizada em doutoramento, registra-se que a mesma seguirá todos os trâmites científicos e éticos para sua realização, com apresentação de projeto científico, detalhamento dos procedimentos de coleta, cronograma de execução e orçamento de seus custos.

Que, em conformidade com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa será cadastrada no Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, discorrerá aos sujeitos de estudo sobre a ocorrência ou não de riscos e benefícios, garantirá o anonimato de suas identidades e o sigilo de suas informações, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo previamente informados de que as entrevistas serão gravadas em áudio, armazenadas no computador para posterior transcrição e ficarão arquivadas por um período de cinco anos, quando serão apagadas, obtendo inicialmente autorização do hospital (BRASIL, 2012).

## REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, F. *Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática de Pesquisa*. Ed. Thomson, São Paulo, 2006. BARBOSA, G. C., et al. *Mediação e Trabalho*. Pós – Graduação ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

BOSI, Ecléa. *O Termo Vivo da Memória*. Ensaios de Psicologia Social. Ateliê Editorial, São Paulo, 2ª Edição, 2004, Cap.3, p. 59-68.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. *A Profissão de Sociólogo*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 9-44 (Introdução; A ruptura e textos de clássicos relacionados a esse capítulo).

BRASIL, *Ministério da Saúde, Políticas de Assistência ao Trabalhador de Saúde*, 2007. [www.ministeriodasaude.gov](http://www.ministeriodasaude.gov).

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466* de 2012. Brasília.

CECÍLIO, L. C. O. O desafio de qualificar o atendimento prestado pelos hospitais públicos. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Org.). *Agir em saúde: um desafio para o público*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder*. Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/Alba, 1998. Cap. I e II, p.: 19-70.

DEJOURS, C. *Introdução à Psicopatologia do Trabalho*. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 1, n. 2, 1989, p. 97-103.





\_\_\_\_\_. Transtornos Mentales relacionados con el trabajo. In: KALIMO, R.; ELBATAWI, M.; COOPER, C. *Los factores psicosociales en el trabajo y su relación con la salud*. Ginebra: Organización Mundial de la Salud; 1990.

\_\_\_\_\_. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. Atlas, 2ª Edição, São Paulo, 1987.

DESLANDES, Suely. IN: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FARIA, A. C., et al. Absenteísmo por transtornos mentais na enfermagem no período de 1995 a 2004. *Arq Ciência Saúde*, v. 12, n. 1, jan./mar, 2005, p. 14-20.

FONSECA, Claudia. *Olhares antropológicos sobre a família contemporânea*. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL PESQUISANDO A FAMÍLIA, Florianópolis, 24-26 de abril, 2002.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. *Análise de Conteúdo*. Brasília, 4ª Edição: Liber Livro, 2012. Cap. 1 e 2, p.19-34.

GARCIA, J. C. La categoría trabajo en medicina. *Cuadernos Médicos Sociales*. v. 23, 1984, p. 15-23.

GRAVE, F. Trabalho, desemprego e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano 23, n. 69, mar., 2002.

HENRIQUES, Celia Regina; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. *Trabalho e Família: o prolongamento da convivência familiar em questão*. Paidéia, 2006, 16 (35), 327-336.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Ed. Atlas, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Como Elaborar Projeto de Pesquisa*. 4ed. SP. Atlas, 2009.

MARZIALE, M. H. P. ; MENDES, I. A. C. Promovendo saúde através da formação de recursos humanos: experiência da escola de enfermagem de ribeirão preto-usp, centro colaborador da OMS. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, 1997, p. 97-105. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11691997000300014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691997000300014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 Nov 2007.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, E. C. Condições ergonômicas do trabalho da equipe de enfermagem em unidade de internação de cardiologia. *Rev.latino-Am. Enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, jan., 1998, p. 99-117.

MARTINELLI, Maria Lucia (org). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, Patrícia Freitas. A Mulher Vítima de Violência no Município de Feira de Santana. IN: ENCONTRO DE PESQUISA CIENTÍFICA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE. *Mulher: saúde, trabalho e violência*. Feira de Santana: Universidade estadual de Feira de Santana/Mestrado em Saúde Coletiva, 2000, p.27-40.



\_\_\_\_\_. *Absenteísmo por Doenças em Trabalhadores de Saúde em um Hospital Público do Estado da Bahia, 2005-2006.* /Patrícia Freitas Martins. – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. *Trabalho: Fonte de Prazer ou Desgaste? Guia para vencer o estresse na empresa*, Tradução Mônica Saddy Martins, Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 1999.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G. & SOUZA, E.(Org.). Definição de objetivos e construção de indicadores visando à triangulação. In: MINAYO et Al. *Avaliação por triangulação de métodos*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2005, p.105-132.

\_\_\_\_\_. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* – 10ª ed – São Paulo: Hucitec, 2007.

\_\_\_\_\_. O desafio da pesquisa social. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* – 23 ed - Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, Cap.01, p.09-29.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.* São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO SOBRINHO, C. L. Transformações no trabalho médico. *Revista Brasileira de Educação Médica.* Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, mai./ago., 2005.

OSORIO, C.; MACHADO, J. M. H.; MINAYO-GOMEZ, C. Proposição de um método de análise coletiva dos acidentes de trabalho no hospital. *Cadernos de Saúde Pública.* Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, mar./abr., 2005, p. 517-524.

PITTA, A. *Hospital, dor e morte como OFÍCIO.* 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2003.

REIS, R. J. et all . Fatores relacionados ao absenteísmo por doença em profissionais de enfermagem. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 5. 2003. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-)>. Acesso em: 10 jul./ago. 2006.

ROLLO, A. A. É possível construir novas práticas assistenciais no hospital público? In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Org.). *Agir em Saúde: um desafio para o público.* 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, B.S. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º54, Jun/1999, pp. 197-215.

SANTOS, E. M.; ARAÚJO, T. M. Processo de Trabalho e saúde dos trabalhadores no hospital universitário professor Edgard Santos – HUPES. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 27, n.2, jul./dez, 2003, p. 155-168.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.* 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVATER, Fernando. Haz lo que quieras / Tendrás que pensártelo. In: *Ética para amador.* Barcelona: Ariel, 2004, p. 47-62; p. 167-174.

SETÚBAL, Aglair Alencar. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*, 2ª edição, SP, Cortez, 2002.



SILVA, D. M. P. P.; MARZIALE, M. H. P. Absenteísmo de trabalhadores de enfermagem em um hospital universitário. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, SP, v.8, n.5, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid) >. Acesso em: 15 ago. 2006.

SIMIONATO, Marlene Aparecida W.; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. *Funções e Transformações da Família ao Longo da História*. IN: I ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOPEDAGOGIA – ABPppr – nov./2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São paulo: Editora Atlas, 1987.

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar Tarefas? Papeis e Funções de pai e Mãe na Família Contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago 2005, vol. 21, n.2, p. 181-186.



## “DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia  
*Professor da Universidade de Fortaleza*  
ricsaboia@yahoo.com.br

309

### RESUMO

O artigo propõe uma análise da construção discursiva de temáticas como “direitos sexuais”, “direitos humanos”, “união civil” e “casamento entre pessoas do mesmo sexo” a partir de reportagens e editoriais veiculados na revista *Junior*, publicação mensal endereçada a uma audiência leitora gay masculina, lançada no Brasil em 2007. Explorar tais discursos permite investigar os potenciais e os limites em jogo na elaboração midiática destas pautas e situar sua relevância nos processos mais amplos e contraditórios de visibilidade e reconhecimento dos sujeitos LGBTs na sociedade brasileira contemporânea. Constata-se que os discursos em questão, mesmo quando reivindicam valores e políticas situadas como “modernas”, “diversas” e “plurais”, também devem ser lidos no interior de dinâmicas associadas a determinados modos de ser “gay” e que remetem à heterossexualidade hegemônica e à celebração de um “familismo”.

**Palavras-chave:** Direitos Sexuais. Casamento. Homossexualidades

### ABSTRACT

The article proposes an analysis of the discursive construction of subjects such as “sexual rights”, “human rights”, “civil union” and “same-sex marriage” from stories and editorials published at *Junior* magazine, a monthly publication addressed to a gay male audience readers, launched in Brazil in 2007. Exploring these discourses allows us to investigate the potential and limits at stake in media preparation of these themes and to situate their relevance in contradictory processes of visibility and recognition of LGBT individuals in contemporary Brazilian society. Discourses concerned, even when they claim values and policies considered “modern”, “diverse”, and “plural”, should also be read within dynamics associated with a particular way of being “gay”, the hegemonic heterosexuality and a kind of “familismo”.

**Key-words:** Sexual rights. Marriage. Homosexualities

As políticas em torno do reconhecimento institucional e/ou jurídico dos “direitos sexuais” e “humanos” constituem um terreno privilegiado de análise, na medida em que agenciam saberes, discursos e práticas sociais que perpassam campos como o jurídico, o acadêmico e o midiático, pautando desde as decisões mais cotidianas nas vidas de sujeitos à



margem da heterossexualidade dominante às demandas coletivas do ativismo LGBT contemporâneo.

Podem-se considerar tais reivindicações, num primeiro olhar, sob um panorama transnacional, como atestam, nas últimas décadas, a realização de conferências e fóruns globais<sup>1</sup>. Podemos situá-las ainda como desdobramento da célebre “Declaração dos Direitos Humanos”, proclamada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Esta, em seu artigo primeiro, preconiza que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”<sup>2</sup>. Em anos mais recentes, destaca-se num número crescente de países a luta pelo reconhecimento da união estável civil e/ou do casamento “entre pessoas do mesmo sexo”, inserindo-se como pauta no domínio dos “direitos sexuais” e “humanos”, ao mesmo tempo em que complexifica e sinaliza tensões nesses domínios<sup>3</sup>.

As estratégias e conflitos emergentes nas reivindicações destes “direitos”, porém, devem ser compreendidas a partir do reconhecimento de que se dão localmente, em dimensões jurídicas e socioculturais específicas. Assim, políticas de negociação acerca do casamento “entre pessoas do mesmo sexo”, por exemplo, emergem em primeiro plano em alguns locais (e em alguns segmentos sociais), enquanto em outros, ainda que façam parte da agenda ativista LGBT ou da imprensa (“gay” ou geral), não necessariamente constituem sua pauta mais urgente. Tais especificidades dizem respeito, como não poderia deixar de ser ressaltado, a modos assimétricos com que a “universalidade” da pauta dos “direitos humanos” é elaborada nos circuitos locais/transnacionais<sup>4</sup>.

Vale de Almeida (2011) lembra que, no caso português “a primeira grande reivindicação sobre casamento entre gays veio da ILGA Portugal [*principal associação*

<sup>1</sup> Apenas para ilustrar, podemos citar a *IV Conferência Mundial sobre as Mulheres*, realizada em Pequim (1994) e a *Comissão Internacional de Juristas*, reunida na Indonésia (2006). Nesta, especialistas em “direitos humanos” lançaram um documento com os Princípios de aplicação das leis de direitos humanos internacionais em relação à orientação sexual e à identidade de gênero”. O documento completo pode ser conferido em: <<http://www.refworld.org/pdfid/48244e602.pdf>>. Acesso em 08 ago 2013.

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> Acesso em 08 ago 2013.

<sup>3</sup> É possível identificar no sítio da ILGA (Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) um mapa que classifica os países em razão do reconhecimento do “casamento e substitutos do casamento”. Disponível em: <<http://ilga.org/ilga/pt/index.html>>. Acesso em 19 set 2013.

<sup>4</sup> Uma discussão sobre os “direitos humanos” a partir, sobretudo, de uma reflexão de suas relações com o “engajamento antropológico”, é delineada por Goodale (2009). Garcia e Parker (2006) exploram, por sua vez, as dinâmicas entre um discurso global e ações locais na esfera das políticas de construção de um “movimento dos direitos sexuais”. No caso brasileiro, para sugerir uma leitura mais recente, indico a seção “Direitos” da coletânea organizada por Miskolci e Pelúcio (2012).

“DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.



ativista LGBT do país], dos ativistas”, ainda que “o primeiro grande caso foi o de duas mulheres que se dirigiram a um cartório e, por si próprias, sem nenhum apoio do movimento LGBT, anunciaram que queriam casar-se”. O antropólogo pondera que no interior do ativismo LGBT daquele país instaurou-se uma discussão se a reivindicação “deveria seguir pela via judicial ou via política”. Ressaltando que, embora estrategicamente o resultado positivo via judicial seria uma possibilidade a ser acatada, optou-se pela segunda via. Lembra que pesou nessa estratégia tanto o fato de o Judiciário ser um poder “muito conservador” do ponto de vista “dos costumes” como ter um sistema político parlamentarista “partidocrático”, menos dependente de “alianças transpartidárias” e que “permite mais o debate”. Ao comparar, assim, a situação de Portugal com a realidade brasileira, entende que “nós [portugueses], se tivéssemos ido pelo judiciário, não chegávamos muito longe”<sup>5</sup>.

No Brasil, um marco em âmbito legislativo, ainda nos anos 1990, foi o envio do Projeto de Lei Federal n. 1.151, de autoria da então deputada Marta Suplicy ao Congresso, que tinha como objetivo “disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo”<sup>6</sup>. Rejeitado em votação na Câmara Federal, os anos subsequentes foram marcados por conquistas na esfera do Judiciário, que se revelou terreno mais favorável em acolher as reivindicações de sujeitos LGBTs, enquanto o Legislativo segue como terreno de negociações, conflitos e barganhas entre deputados e “bancadas” de interesses diversos.

É impossível reconstituir neste artigo as trajetórias dessas mudanças em âmbito jurídico e institucional no Brasil, nas duas últimas décadas, as complexidades que se revelam no cruzamento dos domínios dos “direitos sexuais” e “direitos humanos” e sua incorporação na linha de frente das reivindicações políticas, individuais e coletivas dos sujeitos LGBTs. Lembramos o que dizem Rios e Oliveira: “a luta pelo reconhecimento e a promoção dos direitos de homossexuais é um caso emblemático da necessidade de compreensão dos direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos” (2012, p. 253), pois “nos debates sobre diversidade sexual e direitos humanos, são invocados vários direitos: liberdade sexual, integridade sexual (...) expressão sexual, informação sexual” (*Ibid.*), constatando que “neste campo, os direitos cuja invocação se revelou mais capaz de proteger homossexuais em face da

<sup>5</sup> Vale de Almeida, in *Revista Universidade Pública*, ano 11, n.61, mai/jun 2011, p. 7-11.

<sup>6</sup> Uma síntese do projeto pode ser conferida em: <[http://www.ggb.org.br/projetolei\\_1151.html](http://www.ggb.org.br/projetolei_1151.html)>. Acesso em 12 ago 2013.





homofobia e do heterossexismo foram, basicamente, o direito da privacidade e o direito da igualdade (*Ibid.*, p. 254). Destacam também, por sua vez, que a “reificação das identidades sexuais e a repetição de modelos heterossexistas, nas relações homossexuais são manifestações particularmente persistentes desta dinâmica”, no encontro destes “direitos”, questão que exploro a seguir. Desse modo, abordo como algumas dessas dimensões, em particular situadas nas esferas dos “direitos sexuais” e “humanos” e do reconhecimento das “uniões estáveis” e do “casamento entre pessoas do mesmo sexo”, ganham forma nos discursos de uma revista como *Junior*<sup>7</sup>. Os discursos selecionados são tomados, assim, como ponto de partida para refletir, sob o prisma do jornalismo feito neste veículo, sobre questões que atravessam e desafiam não apenas o universo dos produtores e leitores projetados por esta publicação, mas as políticas sexuais e de gênero em evidência (e em contínua disputa) no Brasil dos últimos anos.

### “Direitos sexuais” e “direitos humanos” nos discursos “modernizadores” de *Junior*

Para abordar os modos com que noções como “direitos civis” ou “direitos humanos” tornam-se estratégicos na construção, ao longo dos anos, do lugar que *Junior* reivindica para si no mercado editorial jornalístico (“gay”) e na cena pública, tomamos como referência inicial para análise o editorial da edição 51:

#### **França ou Irã?**

Nunca antes na história a discussão dos direitos LGBT ocupou tanto espaço na mídia e no cenário político do Brasil. E ainda que nossa presidenta faça a linha avestruz, há um motivo muito claro para que a sociedade esteja discutindo esses temas.

Estamos vivendo um dilema de identidade enquanto nação e precisamos fazer uma escolha: queremos ser um país civilizado e avançado socialmente

<sup>7</sup> *Junior* chega às bancas em setembro daquele ano, com uma tiragem inicial de cerca de 30 mil exemplares e circulação em todas as capitais brasileiras. Na ocasião, a publicação apresentava-se como uma “revista masculina direcionada ao gay brasileiro” que procurava contemplar ainda “mulheres e homens de corações e mentes abertos” (“Chegou a hora”. Editorial, São Paulo, ano 1, n. 1, set 2007, p. 11). Seu lançamento insere-se na tentativa de retomar, no Brasil, o exercício de um “jornalismo gay” caracterizado pela cobertura informativa de temas na esfera do consumo, artes, política e estilo de vida. Principal título deste segmento editorial em nosso país, é vinculada à editora *MixBrasil*, sob comando do *publisher* André Fischer. Sua redação localiza-se no centro da cidade de São Paulo (SP).





ou dar uma guinada para o obscurantismo fundamentalista e retroceder para uma era de trevas? A pergunta é simples assim: você preferiria viver na França ou no Irã?

De um lado, um Estado laico que respeita integralmente seus cidadãos e, ainda que existam conservadores e que eles tenham uma voz importante, a religião não restringe a liberdade. Do outro, uma teocracia onde cada aspecto do cotidiano é determinado por líderes religiosos, que demonizam todos que discordam do que eles alegam ser a lei de Deus.

O que diferencia um aiatolá iraniano de um deputado-pastor brasileiro é que ainda temos uma Constituição que diz que a justiça dos homens está acima da justiça divina por um bem simples: cada religião interpreta a palavra de Deus de sua maneira. E os que não acreditam em Deus são protegidos da fogueira inquisidora.

A questão não se limita a direitos de uma minoria, mas a uma maneira de ver o mundo.

Gays, lésbicas e transexuais estão a frente das manifestações contra os Felicianos da vida, por serem diretamente mais afetados pelos fanáticos emponderados por uma sociedade inerte que está se tornando refém deles.

O risco concreto é a manutenção da visibilidade alcançada a duras penas nos últimos anos – como a própria existência dessa revista – e a conquista da igualdade de direitos.

Ainda que possa parecer uma chatice militante, é fundamental que neste mês do orgulho LGBT você escolha a sua maneira de levantar essa bandeira (“França ou Irã?”, Preliminares, *Junior*, ano 6, n. 51, mai 2013, p.6)

O título parte de uma interrogação, reiterada no interior do texto: “queremos ser um país civilizado e avançado socialmente ou dar uma guinada para o obscurantismo fundamentalista e retroceder para uma era de trevas?”. Fica evidente que a França encarna, neste discurso, um modelo “civilizado”, enquanto o Irã, o polo oposto. Para além da dimensão contextual dessas associações<sup>8</sup>, destacamos que, ao fazê-lo, *Junior* busca também demarcar de modo mais esquemático uma posição editorial em que a “igualdade de direitos” e a

<sup>8</sup> No mês anterior ao da edição 51 de *Junior*, o Parlamento francês aprovou, sob forte polarização e protestos nas ruas das maiores cidades do país, projeto de lei que expandia a noção de casamento e o direito à adoção a “casais do mesmo sexo”. Desde 1999, existe no país o artifício jurídico do PaCS (Pactos Civis de Solidariedade), que permite a “pessoas do mesmo sexo” a possibilidade de registrar civilmente suas uniões. No Brasil, em março de 2013, o pastor Marco Feliciano, deputado federal pelo Partido Social-Cristão (PSC), foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Considerando um dos principais representantes do que se designa “bancada evangélica”, este fato, associado a declarações recorrentes, em anos recentes, deste e de outros parlamentares desta “bancada”, em oposição a decisões jurídicas como o reconhecimento à união estável e ao casamento “entre pessoas do mesmo sexo” ou ao projeto de lei (PLC) 122, que busca instituir a criminalização do preconceito baseado em orientação sexual e/ou identidade de gênero, refletiu-se numa intensa cobertura midiática. Como fica claro, assim, a associação ao Irã no editorial de *Junior* institui este como símbolo máximo de uma “teocracia”, estruturando-se o paralelo com o cenário que poderia se desenhar no Brasil, em que “líderes religiosos” interfeririam tanto no “cotidiano” como nas políticas do Estado, que deve ser defendido em sua “laicidade”, ajustando-se ao contraponto de um lugar a ser defendido, símbolo de encarnação de valores democráticos e “republicanos”, notadamente a liberdade de expressão e de um Estado acima de pressões religiosas/fundamentalistas (simbolizado no discurso pela “França”).



“visibilidade” de “gays, lésbicas e transexuais” são elementos estratégicos para construir o que o próprio texto designa como “visão de mundo”.

Enfatizo que, não obstante o mérito de se posicionar em defesa desses “direitos”, a construção dessa mesma “visão de mundo” no seu perfil editorial é atravessada por exclusões que tornam seus discursos menos “universais” do que aparentemente eles se propõem ou reivindicam ser.

Numa leitura primeira do discurso, ressalta-se que a articulação dessa “visão de mundo” está diretamente ligada a uma agência (ou reação) dos sujeitos “gays, lésbicas e transexuais”, uma vez que estes seriam os mais “afetados” pelas ações dos “fundamentalistas”. O mesmo discurso recorre a uma noção em que tais direitos legitimam-se justamente por transcender um particularismo de uma “minoría”, em que se faria urgente optar entre um modelo desejado de “liberdade” e outro, “teocrático”.

Chamo a atenção para dois aspectos que se sobressaem nessa operação: o primeiro, remete à sua incorporação num processo em que, no editorial, a reivindicação da “igualdade de direitos” é peça-chave de um processo “modernizador”, de optar assim por seguir um modelo de Estado/Nação (ou um Estado/Nação modelo, a “França”), numa escolha que, enquanto não a “fizemos”, nos condicionaria de tal modo a ser uma “nação” marcada por um “dilema de identidade”<sup>9</sup>.

Como destacado a partir de Rios e Oliveira (2012), a reivindicação dos “direitos dos homossexuais” no plano da “igualdade dos direitos” tem sido uma atuação estratégica de inseri-los nas políticas dos “direitos sexuais” e, mais amplamente, dos “direitos humanos”. Vianna, por sua vez, problematiza a vinculação do “enunciado plural” dos “direitos sexuais” como reivindicações de “direitos humanos”. Como ela ressalta,

o que a enunciação da sexualidade como parte dos direitos humanos faz é promover sutis deslocamentos, às vezes dentro de uma mesma seara de sujeitos já consagrados (como as mulheres), mudando a forma de falar das relações de poder em que tais sujeitos estariam colocados e dando à sexualidade uma posição destaque para o seu fazer-se político. Em outras vezes, funcionando para denunciar a insuficiência das rubricas e personagens políticos encobertos pela noção heterogênea de “minorias”, insuficiente

<sup>9</sup> Diante da impossibilidade de restituir aqui um extenso debate sobre identidade e nação no Brasil, sugiro a consulta a Miskolci, quando este propõe articular, a partir de uma leitura dos romances *O Ateneu*, *Bom Crioulo* e *Dom Casmurro*, e das trajetórias de seus respectivos autores, uma analítica do “desejo da nação”, inserindo numa investigação de uma “economia erótica brasileira” o estudo das “relações entre pessoas do mesmo sexo”.



simbolicamente para dar conta das dissidências sexuais e da própria fluidez da sexualidade (VIANNA, 2012, p. 231)

Estrategicamente na linha editorial de *Junior*, noções como “minorias” são acionadas a favor dos direitos de “gays, lésbicas e transexuais”, mas numa revista que valoriza majoritariamente um modelo de sujeito centrado numa figura masculina, jovem, “bonita”, de considerável poder aquisitivo e que, com somente algumas exceções, põe em primeiro plano outros sujeitos (por exemplo, “lésbicas” e “transexuais”, para permanecermos nas categorias citadas no editorial).

Não é o caso de interrogar a legitimidade de *Junior* em reivindicar “direitos” e inseri-los numa perspectiva mais geral de “direitos humanos”, mas de entender que nesta reivindicação: 1) enfatiza-se uma lógica de (auto)celebração em que a revista busca reafirmar um lugar como ator privilegiado do debate público<sup>10</sup> e de “fazer-se política” (mesmo que “possa parecer uma chatice militante”, como pondera); e 2) o faz mediante uma estratégia discursiva que apela a uma noção de “igualdade” – convergente a noções como a “defesa da diversidade” e da “pluralidade”, mas que deve ser vista como relacional, operando em dinâmicas em que estes mesmos discursos borram as diversidades e pluralidades no interior do universo (“gay”), acomodando-se aos rumos mais gerais de uma linha editorial que corresponda às expectativas dos leitores projetado como público majoritário, bem como de ser uma revista “moderna”.

Assim, podemos compreender em parte a ênfase do discurso deste editorial, e de outros textos veiculados na revista, em situar como “ameaça” categorias situadas como “fundamentalistas” (“religiosos”)<sup>11</sup>: na medida em que estes intensificam suas ações políticas, tanto nas esferas institucionais do Congresso Nacional como no campo midiático, tornam-se um contraponto de referência para que se prossiga nas lutas e no “avanço” de conquistas e visibilidades gays/LGBTs. Entretanto, considero que tal associação também é um recurso estratégico que opera num deslocamento por parte da revista: centrando-se na oposição a um

<sup>10</sup> O enunciado “como a existência dessa revista”, ressaltado no editorial, torna-se, assim, não apenas recurso de atestar uma “visibilidade alcançada a duras penas nos últimos anos”, ameaçada por “um risco concreto” em função da atuação de “fundamentalistas”, mas de reiteração do lugar de destaque que a revista reivindica para elaboração dessa “visibilidade”.

<sup>11</sup> É também o caso, por exemplo, do editorial da edição 30, que situa a decisão jurídica de reconhecimento das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo num contexto mais amplo de “avanços”, em que “nossa questão entrou na pauta da vez”, contraposto a posições celebradas por “fundamentalistas e enrustidos” (“Sonhos, pesadelos e realidade”, *Junior*, ano 4, n. 30, jul 2011, p.8).



elemento externo (“fundamentalistas”, “religiosos”, o “Irã” etc.), as diferenças e contradições no interior do que a publicação situa como universo de “gays, lésbicas e transexuais” tendem a ser “universalizadas” ou deixadas na periferia dos debates, podendo continuar utilizando-se do discurso de “porta-voz” da visibilidade de um *nós* em que “lésbicas e transexuais”, por exemplo, à margem da linha editorial privilegiada em suas páginas, ficam restritas praticamente ao plano de uma mera citação.

### **“Já pode casar”: notícias acerca de “união civil” e “casamento”**

A partir de três momentos da trajetória de *Junior*, esboço como as pautas da “união estável” e do “casamento” (ora designado apenas por este termo, ora sublinhado como “gay” ou “entre pessoas do mesmo sexo”) foram sendo moldadas nos discursos privilegiados na revista.

No primeiro conjunto, que vai de 2007 a 2009, tanto a reivindicação do reconhecimento jurídico da “união estável” como do “casamento” não despontam como uma questão premente, que se traduza em destaque editorial. Efetivamente, nas chamadas de capa, em apenas duas dessas edições encontramos referências a “casais”: na segunda edição, em referência a perfis ilustrados compostos por “12 homens, 06 casais” (Ano 1, n. 2, novembro de 2007); e na de número 9, em matéria sobre um “casal paulista” que adotara quatro irmãos (“Família feliz”, *Junior*, ano 2, n. 9, 2009, p.74-76).

Isso não significa que uma noção menos formal ou jurídica de “casamento” fosse “invisível” nos primeiros exemplares de *Junior*. No caso de “12 homens, 06 casais”, por exemplo, a pauta busca ilustrar para os leitores “histórias de amor”, de modo que estes pudessem “ver o que acontece quando duas metades se encontram”. Os perfis, constituídos todos por casais masculinos, descrevem como suas relações afetivas foram construídas, as dificuldades vivenciadas pelos personagens retratados, a partilha de um cotidiano. Os significados de “casados” ou de “casamento”, aqui, transitam entre “morar junto” e manter uma “relação estável”.

Na reportagem, os aspectos jurídicos e a elaboração de um posicionamento editorial pautado explicitamente na reivindicação de reconhecimento legal das relações caracterizadas como “casal” não estão em primeiro plano. Prevalece um discurso em que noções como “amor” e “companheirismo” são salientadas (e mais valorizadas).



Já no texto sobre casal que adotara quatro crianças, publicado na nona edição e intitulado “Família feliz”, o “gancho” jornalístico reside na adoção “definitiva” de quatro irmãos na cidade de Ribeirão Preto, interior paulista, enfatizando a decisão como uma “rara movimentação da justiça brasileira”.

Ao reconstituir a trajetória do casal, a matéria informa as instâncias jurídicas percorridas (carta enviada por um dos irmãos ao juiz, período “de adaptação e tutela”) e aborda as mudanças no cotidiano com a constituição da família. No primeiro parágrafo, este caso em particular é tomado como um “alento” num “momento em que a militância gay de todo o mundo briga para que famílias homoparentais conquistem na Justiça os mesmos direitos à adoção já gozados pelos héteros” (“Família Feliz”, *Junior*, ano 2, n. 9, 2009, p.76). Dois *boxes*, “Raridade” e “Revés”, complementam o texto principal, destacando decisões jurídicas acerca de adoções de crianças por “casais formados por gays ou lésbicas”, contrapondo que a adoção por “homossexuais solteiros” seria mais “comum”. O segundo registra decisão da Câmara dos Deputados de 20 de agosto de 2008 de retirada do Projeto de Lei que “atualizaria as normas de adoção de menores de 18 anos” permitindo “casais homossexuais adotarem crianças oficialmente no Brasil” (“Família Feliz”, *Junior*, ano 2, n. 9, 2009, p.76).

Como o próprio título da reportagem enuncia, o relato em boa parte enfatiza as dimensões positivas que a constituição desta família representou, seja na vida do casal, seja nas das crianças adotadas. Salienta-se que “a rotina dos pais mudou para melhor”, ao passo que “o casal passou a ter hábitos mais saudáveis, como fazer refeições em casa e diminuir o ritmo da jogação”. Essa associação entre um estilo de vida mais saudável e uma vida “caseira” e “casada” (privada, familiar, em contraposição a uma vida implicitamente menos saudável, “noturna”, de “jogação”) é reiterada pela fotografia do casal e dos filhos, apresentada graficamente numa moldura de um tradicional quadro dourado de madeira, reforçando o sentido de tradicionalidade do registro “familiar”.

No segundo conjunto do *corpus* de análise da revista (exemplares 27 a 34, abril a novembro de 2011), o período inclui um importante marco jurídico, o reconhecimento da “união estável para casais do mesmo sexo” pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sentença ocorrida em 05 de maio daquele ano<sup>12</sup>. Ainda que a decisão legal não se reflita numa

<sup>12</sup> Em julgamento realizado em dois dias, o STF analisou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. Como indica o sítio do tribunal, “a ADI 4277 (...) buscou a declaração de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Pediu, também, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem “DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.



cobertura de peso desta temática por *Junior* (nenhuma chamada de capa no período faz referência ao acontecimento), é possível analisar os editoriais e as reportagens que tangenciam a questão, acrescentadas aqui ao nosso recorte como estratégia de ampliar a discussão da temática.

Na edição 28, a reportagem “Cenas de casamento” parte da associação do mês de maio como “o mês das noivas” e de “pencas de casamento” para apresentar “a versão gay deste momento tão especial” (*Junior*, ano 4, n. 28, mai 2011, p.62-64). Tomando o fato de igrejas “evangélicas inclusivas” não “discriminarem seus fieis pela orientação sexual”, argumenta que “o Brasil assiste a cenas antes inimagináveis como duas mulheres vestidas de noiva e dois homens vestidos de noivos”, ressaltando que “não há nada de errado nisso”.

O discurso da reportagem, que narra as cerimônias vividas por quatro casais (três formados por homens, um por mulheres) reforça a correspondência entre o modelo tradicional de cerimônia de casamento (heterossexual) e a do casamento realizado nas igrejas “inclusivas”, enfatizando que esta é realizada “como manda o figurino: com troca de alianças, vestido de noiva, buquê, padrinhos, madrinhas e igreja especialmente decorada”. Os registros fotográficos, em consonância com o que se retrata no texto, mostram momentos típicos de um casamento realizado sob tal “figurino”.

Destacamos que na matéria apresenta-se um argumento de questionamento à celebração religiosa do casamento. Contudo, este é imediatamente contraposto por uma positividade na atuação das igrejas que realizam as cerimônias: “Enquanto para uns a celebração religiosa possa parecer uma mimetização do relacionamento heterossexual, essas igrejas inclusivas vêm nos casamentos gays e lésbicos que realizam o sinal de que homossexuais conseguem superar complexos que muitas vezes o impedem até mesmo de amar” (“Cenas de casamento”, *Junior*, ano 4, n. 28, p.62-64).

A edição seguinte é a primeira produzida após a decisão do Supremo Tribunal Federal de reconhecimento jurídico da união civil “entre pessoas do mesmo sexo”. Como esperado, o editorial a destaca como “histórica”. Entretanto, o fato é apresentado sob ressalva: “A impressão era de que finalmente caminhávamos com passos firmes em direção às sociedades

---

estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo. Já na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, o governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) alegou que o não reconhecimento da união homoafetiva contraria preceitos fundamentais como igualdade, liberdade (da qual decorre a autonomia da vontade) e o princípio da dignidade da pessoa humana, todos da Constituição Federal. Com esse argumento, pediu que o STF aplicasse o regime jurídico das uniões estáveis, previsto no artigo 1.723 do Código Civil, às uniões homoafetivas de funcionários públicos civis do Rio de Janeiro”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>> Acesso em 12 ago 2013.

“DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.





mais modernas, nos distanciando do fundamentalismo retrógrado”, pois em seguida informa-se que, “exatos vinte dias depois, a presidente Dilma barganha a distribuição do kit anti-homofobia, uma justa reivindicação de educadores, para tentar minimizar o bullying homofóbico nas escolas”(“Um passo à frente, um passo atrás”, *Junior*, ano 4, n. 29, jun 2011, p. 6). Fica evidenciado que, assim como nos discursos sobre “direitos humanos”, *Junior* situa o reconhecimento da “união civil” como símbolo de uma “modernização” a se implantar no país, em atraso frente a outras “sociedades modernas”, sendo os “direitos civis de minorias” um terreno crucial, assim, para seu desenvolvimento.

A reportagem que trata deste tema, inserida na seção “Justiça”, baseia-se em “tirar as principais dúvidas dos leitores” a partir da “decisão do Supremo que reconheceu as uniões gays no Brasil” (“E agora?”, *Junior*, ano 4, n. 29, jun 2011, p. 76). Para tanto, recorre a um advogado “especialista em direito da família e homoafetivo”, convidado a responder perguntas lançadas pelos leitores no portal *MixBrasil*. Sintetizando “cerca de cem perguntas” nos “cinco assuntos mais constantes”, o discurso do especialista, nos moldes propostos pela pauta, é didático e toca em questões como pensão, concessão de vistos para companheiros estrangeiros e os “regimes de bens possíveis para uniões homoafetivas”. Também distingue “união estável” e “casamento civil”, definindo a primeira como “legalmente reconhecida e considerada como entidade familiar não registrada”, enquanto o segundo “é ato jurídico solene, com atuação de duas pessoas de sexo distinto, conforme determina a lei e considerada como entidade familiar registrada, posto que altera o estado civil dos participantes”.

As edições posteriores passam a cobrir, geralmente na seção de política ou de notícias curtas (“Saladão”), os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal<sup>13</sup> ou informar casos em que países alteraram a legislação acerca do tema<sup>14</sup>. Na edição 30, por exemplo, “Eles se casaram” revela que “dois casais gays conseguem na Justiça direito ao casamento civil” (*Junior*, ano 4, n. 30, jul 2011, p. 16). Destaca-se que, mediante “o efeito cascata e com decisões relâmpagos, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo já é realidade no Brasil”. No primeiro casal retratado, privilegia-se a declaração de um dos parceiros à possibilidade de se constituir uma família: “Como um dos preceitos do casamento é a união

<sup>13</sup> É o caso, por exemplo, da reportagem “E agora que podemos, vamos nos casar?” (*Junior*, ano 4, n. 30, jul 2011, p. 54-57), que traz depoimentos de casais (todos compostos por homens) para “contar suas histórias, falar sobre o relacionamento com família e amigos e como a aprovação da união homoafetiva pode modificar a relação de um casal”.

<sup>14</sup> “Casamento gay – Notícias frescas da união igualitária” (*Junior*, ano 5, n. 33, out 2011, p. 15).





de duas famílias para se constituir uma nova, estaremos oficialmente constituindo a família Sousa Moresi, onde eu irei incorporar o sobrenome do Sergio, o 'Sousa', e ele irá incorporar o meu, o 'Moresi', comemorou Luiz” (“Eles se casaram”, *Junior*, ano 4, n. 30, jul 2011, p. 16).

Efetivamente, no conjunto de textos analisados, a noção de construir uma família, jurídica e/ou afetivamente, torna-se um tópico recorrente nas pautas sobre “união estável”/“civil” e do “casamento entre pessoas do mesmo sexo”. Nesse sentido, entendemos que os discursos hegemônicos circulantes em *Junior* não são apenas reflexos de um movimento em que a família seria posta em destaque como desdobramento natural ou meta a ser alcançada mediante uma nova legislação jurídica, mas valorizadores de um modelo em que, para usar uma expressão de Mello (2006), põe em relevo certo “familismo”.

Mello expõe duas dimensões que costumam ser tratadas (politicamente) como antagônicas, mas que operam simultaneamente como paradoxais da incorporação das bandeiras em defesa da “união civil”, do casamento e dos “relacionamentos amorosos e sexuais” como entidades familiares: ora uma “expressão da diversidade da instituição social família”, concomitantemente ao reconhecimento da “condição de cidadãos” aos sujeitos LGBTs; ora objeto de crítica, em argumentos que questionariam “por que gays e lésbicas reivindicam para si essa instituição conservadora e alienante que é o casamento?” (MELLO, 2006, p. 499).

O autor entende que há, pelo menos, dois argumentos que costumam ser acionados nos discursos que se posicionam contrários “à legitimidade do casamento homossexual”: um, que entende que os homossexuais não se qualificariam juridicamente, enquanto o segundo situa-se na interrogação dos sujeitos LGBTs reivindicarem uma instituição “conservadora”. Com o último “evita-se o risco de se parecer homofóbico, mas não se escapa de um preconceito claro: o de que a conjugalidade homossexual seria sinônima de uma certa liberdade sexual e de uma vida amorosa atípica” (MELLO, 2006, p. 500). Considera ainda que “em ambas as argumentações, nega-se a legitimidade da reivindicação principal: a igualdade na esfera pública entre relações heterossexuais e homossexuais”. Recorrendo a um repertório conceitual trabalhado por Gayle Rubin [1998(1984)], sugere que “tal hierarquização de distintas formas de conjugalidade pode ser pensada como expressão de injustiça erótica e opressão sexual” (*Ibid.*) em sociedades compulsoriamente heterossexuais.

O texto de Mello, convém lembrar, é anterior a algumas das principais decisões jurídicas acerca da “união civil” e do “casamento entre pessoas do mesmo sexo”, que *Junior* passa a retratar (e a defender editorialmente) em anos mais recentes, sobretudo a partir do ano

“DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.



de 2011. Entretanto, sua validade consiste em nos lembrar, não sem alguma contradição, de que também estão em jogo transformações no que se entende como “família”, e de que “uma política social para as famílias deveria levar em conta, fundamentalmente, a heterogeneidade e a dinâmica dos arranjos conjugais e parentais” (MELLO, 2006, p.503).

Recorrendo a uma passagem de Foucault em defesa de “uma política da amizade” (2004), pautada em “novas formas de existência para além da reivindicação da igualdade de direitos com os heterossexuais”, o autor também alerta para não desconsiderarmos “as múltiplas possibilidades de relações afetivo-sexuais que não se restrinjam ao modelo do casamento heterossexual moderno, vendo na experiência da homossexualidade uma alternativa anti-assimilacionista de reinvenção de si próprio e do mundo” (MELLO, 2006, p. 504).

No esteio do argumento de Mello, Rios e Oliveira (2012), a partir da análise discursiva de “conceitos-chave no campo dos direitos sexuais e seus usos na 'seara jurídica’ no Brasil das últimas três décadas, identifica como uma das principais tendências nas decisões judiciais a recorrência “dos argumentos do direito de família”, constituindo assim uma corrente que eles designam como “familismo jurídico”. Este estrutura-se na tendência em associar “o reconhecimento da dignidade e dos direitos dos envolvidos [nas 'conjugalidades homoeróticas'] à assimilação de sua conduta e de sua personalidade ao paradigma familiar tradicional familiar”. Desse modo, é possível identificar em alguns precedentes judiciais uma “postura nitidamente nutrida na lógica assimilacionista”, em que “o reconhecimento dos direitos depende da satisfação de predicados como comportamento adequado, aprovação social, reprodução de uma ideologia familista, fidelidade conjugal como valor imprescindível e reiteração de papéis definidos de gênero (p. 260).

Essa lógica assimilacionista é recorrente em *Junior*, notadamente quando a pauta se desloca para o reconhecimento do “casamento gay”, algo evidenciado no terceiro conjunto do nosso *corpus* (janeiro-junho de 2013).

A análise do exemplar 48 (fevereiro de 2013) permite explorar como o tema do “casamento” ganha destaque discursivo na revista, compondo uma seção “Especial” que inclui um ensaio fotográfico de moda (incluindo uma das duas capas da edição disponibilizadas na venda para os leitores), duas reportagens e editorial (“Quer casar? Mesmo?”, *Junior*, ano 6, n.48, fev 2013, p.6). Esta edição chegou às bancas após decisão da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, publicada em 18 de dezembro de 2012 e tornada obrigatória a partir de 18 de fevereiro do ano seguinte, caracterizada pela

**“DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.**



“atualização do Capítulo do Registro Civil das Normas de Serviço da Corregedoria”, que incluía na prática as conversões de união civil entre pessoas do mesmo em casamento civil, sem a necessidade de se recorrer à Justiça<sup>15</sup>.

A primeira reportagem, intitulada “Vai um bem-casado aí?”, parte do registro de que “a decisão judicial que oficializa o casamento civil gay em São Paulo provoca correria em cartórios”, ressaltando ainda que “não falta gente disposta a engrossar essa fila”. Entende que tal “iniciativa histórica vem mudando a vida de muita gente, e não só em São Paulo. Como a decisão pode servir para reforçar a jurisprudência e possibilitar casamentos gays também em outras unidades da Federação, pessoas de todo o País vêm se preparando para realizar o sonho de ver sua união oficializada e reconhecida como casamento, com todas as garantias legais que o matrimônio reserva” (*Junior*, ano 6, n.48, fev 2013, p. 44).

Após uma breve explanação acerca da norma instituída pelo Tribunal de Justiça paulista, a reportagem retrata histórias de vida de três casais: o primeiro, que já tinha feito uso da nova legislação e concretizado o casamento, enquanto outros dois tinham planos de efetivá-lo nos próximos meses. Nos três casos, os relatos das instâncias jurídicas vivenciadas pelos pares (no primeiro, a assinatura de contrato de parceria em 1994; o segundo, o registro do parceiro no plano de saúde; o terceiro, a assinatura de declaração de união estável) mesclam-se com um relato de tom mais informal (como já sugeria o jogo de palavras no título), em que o repórter/enunciador recorre a expressões coloquiais ou às impressões positivas que colheu ao observar os casais e as relações afetivas por eles vivenciadas.

Assim, o primeiro par é apresentado como “aquele casal fofo que desperta admiração nos amigos” e que “a cerimônia, linda de viver, parou o lugar”. Na sequência, o relato do repórter segue articulando a decisão pelo casamento como um ato que articula dimensões jurídicas e/ou públicas, políticas e afetivas:

Mesmo depois de 25 anos juntos, Ailton e Benedito choraram muito durante a celebração. Tanto pela realização do sonho quanto por terem consciência do que aquele momento representava para toda a comunidade LGBT. Durante a conversa com JUNIOR, os dois não seguram as lágrimas ao

<sup>15</sup> A Subseção V da Seção VI do Capítulo XVII do Tomo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça passa a registrar: “Do Casamento ou Conversão da União Estável em Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo - 88. Aplicar-se-á ao casamento ou a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo as normas disciplinadas nesta Seção”. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/44385721/djsp-administrativo-18-12-2012-pg-33/pdfView>> Acesso em 20 ago 2013.



relembrar que as famílias de ambos os lados compareceram em peso [...] Os dois reconhecem que, para muitos, a certidão de casamento pode ser apenas um pedaço de papel, mas para eles é muito mais. É, além da equiparação de direitos, a coroação de uma história de companheirismo, compreensão mútua e, sobretudo, muito amor (“Vai um bem-casado aí?”, *Junior*, ano 6, n. 48, fev 2013, p. 46)

A possibilidade de utilizar expressões como “linda de viver” ou “casal fofo” insere-se nas possibilidades de fazer jornalismo numa revista consolidada editorialmente no mercado como “gay”. A cerimônia acompanhada pela reportagem, por sua vez, registra cenas que mimetizam o ritual associado ao casamento heterossexual: destacam-se as fotografias com os noivos trocando alianças, beijando-se após a assinatura do registro e o detalhe dos dois bonecos vestidos de terno no topo do bolo do casamento.

323



(Image  
m 01 - “Vai um  
bem-casado aí?”,  
*Junior*, ano 6, n.48,  
fev 2013, p. 45)

Assim  
como nas  
reportagens  
“Família Feliz” e  
“Cenas de um

casamento”, a paginação gráfica da revista reitera a associação à simbologia do casamento tradicional: fundo de página branco, fotografias dispostas como num álbum, linhas cujos desenhos remetem a convites de casamento. Ao contar a história do terceiro casal, o texto encerra-se reforçando a aproximação à assimilação de um modelo de cerimônia tradicional: “E que venha a chuva de arroz!” (“Vai um bem-casado aí?”, *Junior*, ano 6, n. 48, fev 2013, p. 47).

A segunda reportagem também recorre a este imaginário de casamento ao trazer a manchete “Lá vem os noivos”, acompanhada de uma fotografia com duas mãos com alianças entrecruzando-se. A pauta consistia em simular uma ida a um cartório e avaliar se “os atendimentos dos serviços de cartórios vão respeitar a dignidade de um casal gay”. O texto contextualiza aquilo que considera “uma das maiores bandeiras da comunidade gay nacional, o tratamento e reconhecimento igualitário de uniões de pessoas do mesmo sexo”, registrando a decisão da Justiça paulista. Uma passagem do texto investe numa ideia de casamento que é **“DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.**



tomada como pressuposto: “Afinal, quem nunca se imaginou casando?” (“Lá vem os noivos”, *Junior*, ano 6, n. 48, fev 2013, p. 48).

“Já pode casar” é o ensaio de moda da edição, e a escolha decorre de a revista “comemorar a decisão da Justiça de São Paulo”. A ênfase na “festa de casamento” é explicitada já na abertura do texto de apresentação das fotos: “Você já foi a uma festa de casamento? Provavelmente sim. E na festa de um casamento gay? Se sua resposta foi 'não', não fique triste: é muito provável que você seja convidado a uma festa assim nos próximos meses” (*Junior*, ano 6, n. 48, fev 2013, p. 75-85).



(Imagem 02 - “Já pode casar”, ano 6, n. 48, fev 2013, p. 75-76)

As fotos do ensaio procuram recriar uma atmosfera de relativa informalidade (sorrisos, brindes e rodas de conversa, os noivos posam com camisas com botões abertos) a esta “cerimônia gay” de casamento, mas ao mesmo tempo enquadram-se nas regras que se mostram padrão nesta seção da revista: protagonizados por modelos de agências renomadas de moda (e o texto reafirma isto ao informar que “chamamos os modelos com que mais amamos trabalhar nos últimos anos”), que trajam peças de roupas e acessórios de grifes (informadas nas legendas). Também é relevante destacar o fato de apenas uma mulher (também modelo) compor as cenas. No fim, o ensaio busca encarnar uma noção de celebração do casamento que coaduna com a (auto)imagem que a revista faz de si e projeta aos seus leitores, em que o estilista responsável pela montagem do figurino “ficou responsável em montar os looks com a nossa cara: jovem, feliz e otimista”.

Se nos exemplos analisados até aqui prevalecem discursos que “celebram” o casamento, o editorial da mesma edição 48 chama a atenção por constituir-se como um dos





poucos discursos em *Junior* que põe esta instituição em questionamento. O título propõe ao leitor: “Quer casar? Mesmo?”.

O texto abre situando o “casamento igualitário” como uma “questão de tempo”, representando uma “ampliação” dos “direitos de todos”. Na sequência, contudo, os argumentos que o interrogam, ao situá-lo no plano dos “valores tradicionais”, são apresentados:

Mas quem diria que justamente os gays seriam defensores dos “valores tradicionais”? Se o movimento por direitos iguais começou com a luta para garantir a livre expressão do desejo, hoje ele batalha pelo enquadramento. E trata-se de um fenômeno mundial [...] Pouco tempo atrás, fazia parte do estilo de vida gay ser solteiro e não ter filhos – o que por muitos eram considerados pontos positivos. Assim como entre os casais homem-mulher de antigamente, há quase uma pressão social para que dois namorados formalizem sua relação. Até porque, a Justiça já tem dado os mesmos direitos de pensão e divisão de bens. Portanto, pense bem com quem se envolve. De qualquer forma, acredito que é chegada a hora de repensar casamento e família, ampliando e flexibilizando seus conceitos originais. Sempre sintonizada com seu tempo, a JUNIOR levanta essa bola nesta edição (“Quer casar? Mesmo?”, *Junior*, ano 6, n. 48, p. 6)

Neste caso, em particular, destaco dois pontos do discurso: o primeiro, da posição do enunciador, que em primeira pessoa pontua a necessidade de “repensar” noções tradicionais e das transformações no “estilo de vida gay”, em que casar (ou a “formalização da relação”) torna-se um modelo que reproduz uma lógica de “antigamente”, dos “casais homem-mulher”; em consonância com uma estratégia discursiva que já identificamos em outras reportagens e editoriais, os argumentos de “ampliar” e “flexibilizar” os conceitos de casamento e de família faz-se numa estratégia de autocelebração da revista, de se posicionar para a audiência leitora como “sintonizada” com o presente, “com o seu tempo”. Entretanto, apesar de informar ao leitor que nas páginas seguintes “esta bola” estaria “levantada”, constata-se que as reportagens analisadas não abordam este contraponto, concentrando-se assim a abordagem no casamento e na família ora como conquistas jurídicas, ora como consagração privilegiada de uma relação amorosa/afetiva.

Ao constatar isso, não é minha intenção sugerir que uma abordagem das questões concernentes ao reconhecimento jurídico das “uniões civis” ou da defesa do “casamento entre pessoas do mesmo sexo”, ou a interrogação sobre o que estas conquistas e instituições reproduzem de modelos conservadores ou “heterossexuais” sejam tratadas sempre como polos opostos e excludentes. Eribon nos alerta para o risco que se configura opor “gays ligados a

“DIREITOS SEXUAIS”, “UNIÃO CIVIL” E “CASAMENTO” NOS DISCURSOS DE UMA REVISTA GAY BRASILEIRA.



um modo de vida fora de todo o reconhecimento institucional e até jurídico e, para muitos deles, a uma sexualidade livre e aberta sobre a multiplicidade de parceiros, àqueles que preferem viver em casal e que aspiram a um registro pelo direito dessa união” (2008, p. 55). Essa oposição, “aceita por muitos gays dos dois 'campos', seria uma armadilha ao passo que “a reivindicação do casamento “gay” não exprime simplesmente a aspiração, que seria o sinal de uma abdicação diante dos modos de vida heterossexuais, de certos homossexuais a entrar na instituição matrimonial”. O autor entende que “ela traria também, caso se realizasse, uma mudança profunda na própria instituição, que não poderia mais ser a mesma que antes, e isto ainda mais que, se os gays podem hoje reivindicar o direito de a ela ter acesso, é porque já não é mais o que era”, sendo a “dessacralização do casamento que torna possível a própria reivindicação de que se deva abri-lo aos casais do mesmo sexo”. Ao mesmo tempo, “pode-se igualmente ressaltar que o que parece corresponder a dois modos de vida opostos e irreduzíveis um ao outro (a liberdade sexual, de um lado; o casamento, do outro) podem ser apenas etapas diferentes na vida dos indivíduos, aqueles que participam do primeiro durante um período mais ou menos longo, transformando-se com a idade em adeptos do segundo”. Não obstante, “a verdadeira razão que deveria conduzir a pensar que as duas aspirações não são opostas uma à outra, mas solidárias uma da outra, é que são produzidas pelas mesmas determinações e os mesmos 'sofrimentos', e são duas 'saídas' inventadas para tentar escapar disso” (ERIBON, 2008, p. 55-56).

Essa posição nos convida a olhar para o debate numa perspectiva menos dicotômica, exigindo problematizar continuamente os efeitos dessas conquistas nos anos recentes, no presente e nas políticas que tem pautado e ao mesmo tempo interrogam os sujeitos, o ativismo LGBT e a imprensa. Se não é possível problematizar tais efeitos em *Junior* sem um distanciamento maior que vá além do tempo da análise que fazemos até aqui, podemos destacar que, para além do importante reconhecimento, nas páginas da revista, das conquistas no âmbito jurídico e institucional, da celebração da existência de casais que optaram pelo “casamento no papel”, bem como da identificação de algumas brechas neste discurso majoritário, como o caso do editorial citado anteriormente, constato que permanece como desafio a busca em dar visibilidade não a um único modelo de casamento, mas também elaborar discursos outros, em que se possa pôr em debate as possibilidades de reivindicar, uma vez garantidas tais conquistas, relações, modos de vida e maneiras de ser mais “diversas”





e “plurais” do que as dos discursos de “diversidade” e “pluralidade” que simultaneamente busca enunciar e reivindicar como imagem para si.

## REFERÊNCIAS

- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GARCIA, Joanthan; PARKER, Richard. From global discourses to local action: the making of a sexual rights movement?. Em: *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 26, p.13-41, Porto Alegre, jul/dez 2006.
- GOODALE, Mark. **Surrendering to utopia**: an anthropology of human rights. Redwood City: Stanford University Press, 2009.
- MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. Em: *Estudos Feministas*, 14 (2): 248, Florianópolis, mai/ago 2006.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.
- \_\_\_\_\_.; PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.
- RIOS, Roger Raupp; OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Direitos sexuais e heterossexismo: identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil. Em: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Revista Universidade Pública*, ano 11, n.61, mai/jun 2011, p. 7-11.
- VIANNA, Adriana. Atos, sujeitos e enunciados dissonantes: algumas notas sobre a construção dos direitos sexuais. Em: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.



## **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL**

### **PARTICIPATION OF WOMEN IN THE RECENT ELECTIONS IN BRAZIL**

SILVEIRA, Ludiana Martins

*Mestranda do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social*  
*ludiana-martins@hotmail.com*

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos

*Professor Dr. do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social*  
*gilrds@uol.com.br*

SILVEIRA, Dayana Martins

*Mestranda do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social*  
*Dayana\_daya@hotmail.com*

328

#### **RESUMO**

O artigo discute a desigualdade de gênero entre homens e mulheres no Brasil na ocupação de cargos políticos eletivos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que utiliza os dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das eleições de 2006, 2008, 2010 e 2012 para avaliar se houve um aumento real de mulheres ocupando cargos políticos eletivos com a criação da lei Nº 12.034/2009 que obrigou partidos/coligações a reservar, no mínimo, 30% das vagas para candidatura femininas. Os resultados mostram apesar do Brasil em 2010 ter eleito a primeira mulher Presidenta do país, das mulheres serem a maioria da população segundo o IBGE (2010) e representarem 52% do eleitorado do país conforme o TSE (2010), elas ainda são “subrepresentadas” nos cargos políticos eletivos, ocupados por maioria masculina. Visto que a média de mulheres eleitas no Brasil é, em torno, de 10% do total, mesmo com o maior número de candidaturas femininas em decorrência da exigência Legal.

**Palavras-chave:** Política Brasileira. Eleições. Mulheres

#### **ABSTRACT**

The article discusses gender inequality between men and women in Brazil in the occupation of elective political office. It is about bibliographic and documentary research that uses statistics from the Supreme Electoral Tribunal (TSE) of 2006, 2008, 2010 and 2012 to assess elections if there was a real increase of women occupying elective political office with the creation of the Law 12.034/2009 which forced parties / coalitions to reserve at least 30% of vacancies for female candidate. The results show despite Brazil in 2010 have elected the first woman President of the country, women are the majority of the population according to IBGE (2010) and the women represent 52% of the electorate of the country according TSE (2010), they are still "underrepresented" in elected political positions occupied by mostly male. Since the average of women elected in Brazil is around, 10% of the total, even with the highest number of female applicants due to the legal requirement.

**Key-words:** Brazilian politics. Elections. Women's.



## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi marcada por vários movimentos pela redemocratização do Brasil após um longo período de ditadura, instalada com o golpe militar de 1964. No ano de 1985 ocorreu a eleição indireta do Presidente Tancredo Neves e do vice José Sarney, o qual acabou assumindo a presidência do Brasil com a morte de Tancredo às vésperas da posse. Com o primeiro governo civil depois de duas décadas, foi possível maior liberdade política, o que facilitou o fortalecimento do movimento para se criar uma nova Constituição para o país.

Em outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil. Resultado de discussões relevantes para um período marcado pelo retorno à democracia, a nova constituição trouxe consigo também as lutas dos movimentos das mulheres e suas reivindicações. Dessa forma, a igualdade entre todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação foram incorporados ao texto da nova Constituição. As mulheres também passaram a ter visibilidade na lei, ao serem igualadas aos homens, em direitos e obrigações. Com isso a questão de gênero foi colocada na pauta de discussões e as mulheres tiveram constitucionalmente assegurados vários direitos, como a ampliação da licença maternidade para 120 dias e uma melhor infra-estrutura na condição de trabalho para empregada gestante e a lactante, entre outros direitos.

Mas nem sempre foi assim, os movimentos de reivindicações pelos direitos das mulheres no Brasil remontam a décadas anteriores a 1980. Nesse sentido, o presente artigo objetivou estudar as interfaces entre a estratificação social e os marcadores de gênero na realidade brasileira que se perfazem na desigualdade entre homens e mulheres na política do país. Analisando a trajetória de luta das mulheres pelos seus direitos, primordialmente em relação a sua participação nas decisões políticas e na aquisição do direito ao voto nas eleições, além de verificar as legislações que promoveram uma maior inserção das mulheres no campo político Brasileiro.

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental buscando avaliar, através de dados quantitativos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das eleições de 2006, 2008, 2010 e 2012, se ocorreram ou não mudanças de gênero no quadro de ocupação de cargos políticos eletivos com a criação da lei N° 12.034, de 29 de Setembro 2009 que alterou o Art. 10 § 3° da Lei nº 9.504/1997 que estabeleceu a



obrigatoriedade dos partidos e das coligações de reservar no mínimo de 30% (trinta por cento) das vagas para candidatura de mulheres.

O artigo se compõe de quatro seções, incluindo essa introdução. A seção dois trata de uma breve análise histórica da luta das mulheres para adquirir o direito ao voto e a evolução da legislação nesse sentido; a seção três irá discutir alguns dados do TSE sobre duas eleições anteriores (eleição de 2006 e 2008) e duas eleições posteriores (eleição de 2010 e 2012) à criação da Lei Nº 12.034, de 29 de Setembro 2009, a qual estabeleceu a obrigatoriedade da cota de candidatura feminina a cargos políticos eletivos. Por fim, a seção 4 traz as considerações finais do artigo.

## **2. BREVE ANÁLISE DO DIREITO AO VOTO FEMININO NO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

A primeira Constituição do Brasil foi a Constituição monárquica outorgada em 1824. Ela restringia o sufrágio levando em consideração a renda e a participação nas assembleias paroquiais. Embora não proibisse expressamente o voto feminino, esse era praticamente inexistente em uma sociedade patriarcal como era o Brasil na época do Império. (COSTA, 1989)

Com o fim da monarquia e a criação da República Brasileira em 1889, houve a necessidade de se criar uma nova Constituição para o país. Na Constituinte instalada em 1890, a discussão sobre o voto feminino foi intensa. Mas o anteprojeto da nova Constituição não concedia expressamente o direito ao voto as mulheres, apesar de três deputados da comissão dos 21 defenderem que o mesmo fosse colocado de forma expressa na nova Constituição. Segundo eles:

O direito ao voto às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como às que estivessem na posse de seus bens. (COSTA, 1989, P.21).

Essa proposta não foi aceita pela maioria dos deputados e, mais uma vez, a concessão do pleno exercício dos direitos de cidadania com inserção da mulher na vida política do país foi deixada de lado. Assim, a intensa diferenciação entre homens e mulheres advindas do modelo da sociedade patriarcal dos colonizadores portugueses, no qual o homem se colocava num papel superior ao da mulher, influenciou na desigualdade de gênero na concessão do direito ao voto no Brasil.

### **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL**

**PARTICIPATION OF WOMEN IN THE RECENT ELECTIONS IN BRAZIL. SILVEIRA, Ludiana Martins, SANTOS, Gilmar Ribeiro dos, SILVEIRA, Dayana Martins**



Longos anos se seguiram de debates e embates para se conceder o direito do sufrágio às mulheres. Segundo Costa (1989), no ano de 1917, Maurício de Lacerda propôs um projeto de lei dispendo sobre a capacidade eleitoral da mulher que nem chegou a ser discutido. E em 1921, o Senador Justo Chermont propôs um projeto de lei no mesmo sentido, apesar de ter chegado a ser discutido no senado esse não logrou êxito.

Somente em 1932 com a criação do Código Eleitoral começou a ser rompida a insistente desigualdade na concessão dos plenos direitos de cidadania para as mulheres, possibilitando expressamente que elas pudessem votar e serem votadas nas eleições. A redação final desse código, Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, considerou eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo.

Depois do Código Eleitoral de 1932, todas as Constituições e leis que se seguiram previam a não distinção de sexo para o direito ao alistamento eleitoral, ao voto e à elegibilidade, permitindo que tanto os homens quanto as mulheres exercessem plenamente os direitos como cidadãos brasileiros.

Atualmente a Constituição brasileira de 1988 valorizou a figura da mulher e incorporou em seu texto várias reivindicações do movimento feminista, como a igualdade incondicional entre homens e mulheres quanto aos direitos e obrigações. Nas relações trabalhistas, as mulheres tiveram a ampliação da licença maternidade, aposentadoria com tempo de contribuição reduzido em relação aos homens, entre outros direitos. Mas a principal contribuição presente na Constituição, talvez seja o reconhecimento e a tentativa de minorar a desigualdade entre homens e mulheres presente na realidade social e negligenciada nos dispositivos legais, até então.

A luta pela igualdade entre homens e mulheres colocou em pauta o conceito de “gênero” como uma nova maneira de possibilitar novas compreensões dos significados representativos da figura feminina e da figura masculina, visto que este possibilita considerar o envolvimento de ambos no meio social, considerando a temática da dominação de um sobre o outro. “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

A dicotomia homem / mulher tem sido palco de análise em que a questão de gênero implicaria em princípio, a atribuição de papéis sociais a cada sexo e que os mesmos não passariam de arranjos socialmente construídos. Assim o comportamento firmado para homens / mulheres não advém de fatores

#### **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL**

**PARTICIPATION OF WOMEN IN THE RECENT ELECTIONS IN BRAZIL. SILVEIRA, Ludiana Martins, SANTOS, Gilmar Ribeiro dos, SILVEIRA, Dayana Martins**



biológicos dado que a explicação plausível para entender a dinâmica dos comportamentos decorre das normas sociais que são impostas para os corpos sexuados e que vigoram nas sociedades. (AGUIAR, 2012, p.76)

Segundo Parkin (1980) em seus estudos de gênero e classe na estratificação social, o reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres ocorreu de forma tardia. “o conceito de família havia sido interpretado como significando o chefe masculino da unidade familiar; na medida em que as mulheres ocupavam lugar na estrutura de classes, era como que um pálido reflexo do *status* do marido ou do pai”. (PARKIN, 1980, p.816). Nesse sentido, Ribeiro (2005) concorda que tanto o Gênero quanto a classe social são dois princípios básicos da estratificação social. Todavia, para esse autor, a discussão de gênero é mais antiga e universal do que a de classe social. Mas ainda assim:

As teorias sociológicas clássicas sempre deram mais atenção ao estudo das classes sociais como elemento essencial de diferenciação social e ação política. A análise de classes, em particular, insistem em considerar classe social como sendo mais “importante” ou “fundamental” do que gênero, na medida em que seria um mecanismo mais geral de estratificação social, estruturando, inclusive, diferenças entre homens e mulheres. (RIBEIRO, 2005, p.119)

Nesse sentido, para Bourdieu (1995), dentro da perspectiva de gênero existente na sociedade, o homem legitimamente já possui poder, a figura masculina possui o comando das suas ações sem sofrer qualquer constrangimento, pois a ele é atribuído o domínio de todas as suas decisões. Deriva daí o seu poder simbólico.

Atualmente, a luta central das mulheres não é o direito ao voto, mas passa pelo exercício pleno da cidadania, através de uma maior participação feminina na política brasileira. Com o intuito de aumentar a participação das mulheres na política foi criada a lei Nº 12.034, de 29 de Setembro 2009 que alterou o Art. 10 § 3º da Lei nº 9.504/1997 estabelecendo a obrigatoriedade dos partidos e das coligações reservar, no mínimo, 30% (trinta por cento) das vagas de candidatos para as mulheres nas eleições proporcionais. Mas, apesar disso, a ocupação de cargos políticos eletivos no Brasil ainda permanece sobre a dominação masculina, como se demonstrará a seguir com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de eleições antes e depois da criação dessa Lei de 2009.

#### PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL

PARTICIPATION OF WOMEN IN THE RECENT ELECTIONS IN BRAZIL. SILVEIRA, Ludiana Martins, SANTOS, Gilmar Ribeiro dos, SILVEIRA, Dayana Martins





### 3. A OBRIGATORIEDADE LEGAL E A REALIDADE ELEITORAL NOS DADOS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Como foi mencionado, no ano de 2009 com a finalidade de aumentar a participação feminina na política, foi criada a lei Nº 12.034 que modificou a Lei nº 9.504/1997, a qual estabelece as normas para as eleições no país. O Artigo 10 § 3º dessa lei passou a ter a seguinte redação: “(...) candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”.

Antes da criação da lei, em 2009, os dados do TSE registravam uma pequena participação da mulher nas candidaturas a cargos eletivos, conforme demonstram os dados das Eleições Gerais de 2006. Nesta eleição estavam em disputa os cargos de presidente da república, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Do total de 18.112 candidatos, apenas 2.561 eram de mulheres, representando 14,14%, contra 15.551 de candidaturas de homens, perfazendo 85,86%.

TABELA 1

Candidatos aptos a participar da eleição de 2006, por sexo

<b>Abrangência</b>	<b>Sexo</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Percentual</b>
Brasil	Masculino	15.551	85,86%
Brasil	Feminino	2.561	14,14%
<b>Total Geral</b>		<b>18.112</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Na eleição de 2008, para os cargos de prefeito e vereador, houve um pequeno aumento na participação das mulheres em relação ao total da eleição de 2006, mas a tendência de dominação masculina ainda permaneceu. Dentre os 380.162 candidatos, somente 81.254, ou seja, 21,37% eram de candidaturas femininas e o restante, 298.908, ou seja, 78,63%, de candidaturas masculinas.

TABELA 2

Candidatos aptos a participar da eleição do ano de 2008

<b>Cargos</b>	<b>Masculino</b>	<b>(M)%</b>	<b>Feminino</b>	<b>(F)%</b>	<b>Total</b>
Prefeito	13.931	88,87%	1.745	11,13%	15.676
Vice-prefeito	13.209	84,20%	2.484	15,8%	15.693

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL





Vereador	271.768	77,2%	77.025	22,8%	348.793
<b>Total</b>	<b>298.908</b>		<b>81.254</b>		<b>380.162</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Quando se analisa a quantidade de candidatos eleitos em 2008 a desigualdade entre homens e mulheres é ainda maior. Do total de 5.526 candidatos eleitos para o cargo de prefeito, somente 504 eram mulheres, representando 9,12%. Os homens totalizavam 5.022 candidatos eleitos, ou seja, uma porcentagem de 90,88%. Já para o cargo de vereador, do total de 51.903 candidatos eleitos, 45.399 eram homens, uma porcentagem de 87,47%, contra 6.504 mulheres eleitas, representando 12,53% do total de vereadores eleitos.

334

TABELA 3  
Candidatos Eleitos na eleição do ano de 2008

<b>Cargos</b>	<b>Masculino</b>	<b>(M)%</b>	<b>Feminino</b>	<b>(F)%</b>	<b>Total</b>
Prefeito	5.022	90,88%	504	9,12%	5.526
Vereador	45.399	87,47%	6.504	12,53%	51.903
<b>Total</b>	<b>50.421</b>		<b>7.008</b>		<b>57.429</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Esses dados demonstram a baixa participação da mulher na política até então, tanto no número de candidaturas quanto na quantidade de mulheres eleitas. Mas os dados são de eleições anteriores a criação da Lei que obriga os Partidos Políticos e coligações a reservarem uma cota mínima de candidaturas femininas. Cabe então indagar se de fato a lei Nº 12.034 de 2009 contribuiu para aumentar participação feminina em cargos públicos eletivos. Para isso, é preciso analisar as eleições posteriores a criação dessa lei.

A primeira eleição após a criação dessa lei foi um marco na política Brasileira. Pela primeira vez na história o país elegeu uma mulher para Presidenta da República, mesmo não tendo a lei responsabilidade direta por este fato. Dilma Rousseff, eleita presidenta em 2010, nomeou nove mulheres ministras de estado e se tornou um símbolo do empoderamento das mulheres em uma sociedade historicamente machista. Todavia, a participação feminina em candidaturas ainda foi baixa. Na eleição de 2010, de um total de 22.538 candidatos aos cargos federais e estaduais, 17.482 foi de candidaturas masculinas e 5.056 de candidaturas femininas.

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL**

**PARTICIPATION OF WOMEN IN THE RECENT ELECTIONS IN BRAZIL. SILVEIRA, Ludiana Martins, SANTOS, Gilmar Ribeiro dos, SILVEIRA, Dayana Martins**



TABELA 4

Candidatos aptos a participar da eleição do ano de 2010

<b>Eleição Geral</b>	<b>Sexo</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Percentual</b>
Abrangência: Brasil	Masculino	17.482	77,6%
Abrangência: Brasil	Feminino	5.056	22,4%
<b>Total Geral</b>		<b>22.538</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Os dados da eleição de 2010, a qual teve 22,4% de candidaturas femininas, apontam que em 2010 dos 135.604.041 milhões de eleitores aptos a votar, 52% era de mulheres (70.252.943 milhões) e 48% dos eleitores eram homens (65.202.645 milhões). As mulheres eram maioria da população Brasileira, pois existiam então 190,7 milhões de habitantes no país, sendo 97,3 milhões de mulheres e 93,3 milhões de homens. Assim, apesar das mulheres serem 4 milhões a mais que os homens na população e quase 5 milhões de eleitoras a mais que homens na eleição de 2010, elas continuaram sendo excluídas da vida pública do país.

Na eleição de 2012 o cenário político Brasileiro foi um pouco menos desolador para as mulheres, pelo menos no campo das candidaturas femininas. De um total de 481.795 candidatos para cargos municipais, 31,5% foram de mulheres e 68,5% de homens.

TABELA 5

Candidatos aptos a participar da eleição do ano de 2012

<b>Eleição Municipal</b>	<b>Sexo</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Percentual</b>
Municípios Brasileiros	Masculino	330.028	68,5%
Municípios Brasileiros	Feminino	151.767	31,5%
<b>Total Geral</b>		<b>481.795</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

A lei que obriga os partidos e coligações a reservarem uma cota mínima de 30% para candidaturas de mulheres prevê sanções em caso de descumprimento. Assim, cabe o questionamento se essa porcentagem maior de candidaturas femininas em 2012 se deu por uma maior abertura política para as mulheres ou foi em função da obrigatoriedade legal e suas sanções.

Os dados sobre candidatos eleitos em 2012 apontam uma pequena mudança no número de mulheres eleitas para ocupar cargos públicos. Do total de 62.916 candidatos eleitos

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL**



para os cargos de prefeito e vereador, 54.605 dos eleitos são homens, uma porcentagem de 87%, para 8.311 de candidatas mulheres eleitas, representando 13% do total de eleitos.

TABELA 6

Candidatos Eleitos na eleição do ano de 2012

<b>Cargo</b>	<b>Sexo</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Eleitos</b>	<b>Percentual</b>
Prefeito	Masculino	13.092	4.857	88,1%
Prefeito	Feminino	2.025	657	11,9%
Vereador	Masculino	286.314	49.748	86,67%
Vereador	Feminino	134.120	7.654	13,33%
<b>Total</b>		<b>435.551</b>	<b>62.916</b>	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Nesse sentido, apesar do aumento no número de candidaturas femininas, houve apenas um pequeno aumento no percentual de mulheres eleitas para ocupar cargos públicos, pois os dados da eleição municipal em 2008 apontam que 12,53% dos candidatos a vereador eleitos eram mulheres. Como foram eleitos 13,33% de mulheres para o mesmo cargo em 2012, realmente, a diferença é pouco significativa.

Segundo Araújo (2011) isso ocorre porque impera no Brasil a “subrepresentação das mulheres”, o que acarreta uma séria barreira para a democracia. “As estratégias para ampliar a representação das mulheres não tiveram êxito, devido à distância entre o direito formal das mulheres à participação e a divisão do trabalho entre público e privado, com claro viés de gênero” (ARAÚJO, 2011, p.91). E ainda nesse sentido, Araújo (2011) recomenda que para mudar o cenário político Brasileiro: “os sindicatos e associações de classe tornem-se espaços de fortalecimento da liderança de mulheres e reivindiquem mudanças na cultura dos meios de comunicação e nas relações institucionais, fortemente marcadas por diferenças de gênero” (ARAÚJO, 2011, p.94).

O esforço para inserir a mulher no cenário político continuará na eleição de 2014. Para tanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 19 de março de 2014 lançou no Congresso Nacional uma campanha convocando as mulheres para participar mais da política. “A campanha – composta de cartaz, de um vídeo e um spot de 30 segundos cada – incentiva as mulheres a participar da política do país, candidatando-se aos cargos eletivos e votando na eleição de outubro deste ano. A iniciativa está sendo veiculada nas emissoras de rádio e televisão de todo o país” (TSE/2014)



O cartaz veiculado na campanha traz uma mulher na capa e convoca todas as mulheres Brasileiras para “Faça parte da política. Faça parte da solução” e ainda que “nenhuma mudança vem do Silêncio”.

Essa campanha está em consonância com duas regras legais que visam aumentar a participação da mulher na política. Além da cota de candidatura feminina, a Lei Nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009 alterou a redação do Artigo 45, § 4º da lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei que trata dos Partidos Políticos) dando a seguinte redação: os partidos políticos devem “promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)”. Além dessa regra, no ano de 2013 a Lei nº 12.891/2013 incluiu o seguinte

artigo na Lei 9.504/1997 (Lei que trata das regras gerais para as eleições), “Art. 93-A O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, (dez minutos diários, contínuos ou não) poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.

Segundo Piovesan (2011) há uma distância muito grande entre a legislação e a prática social no Brasil. Quanto aos avanços na implementação dos direitos humanos, civis e políticos das mulheres enfatiza: “O Brasil ocupa no *Global Gender Gap Report* de 2010, com relação ao acesso das mulheres à saúde e à educação, a posição 114º, enquanto a Argentina está em 14º e o Peru em 33º” (PIOVESAN, 2011, p. 11).

É inegável que situação da mulher melhorou durante o século XX e início do século XXI e muitos direitos foram conquistados. Todavia o percurso ainda não está completo, pois há diferenças sociais significativas entre homens e mulheres. As desigualdades baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas, em que os papéis tradicionais desempenhado por homens e mulheres ainda insistem em permanecer na sociedade e no cenário político brasileiro, mesmo com a existência de leis, da criação de campanhas e movimentos institucionais visando inserir a mulher na política.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da eleição da primeira presidenta do Brasil em 2010, das mulheres serem a maioria da população Brasileira e representarem 52% do eleitorado do país, elas ainda são “subrepresentadas” nos cargos políticos eletivos, ocupados por maioria masculina.

Ainda persistem enormes desigualdades entre homens e mulheres no exercício da atividade política. Houve, em especial após a Constituição de 1988, uma grande evolução da legislação na tentativa de reduzir estas desigualdades. As raízes da subrepresentação das mulheres estão na estratificação de gênero existente nos espaços públicos e privados, assim como na própria condição da mulher no mercado de trabalho. A imposição de papéis na família com duplas e muitas vezes tripla jornadas de trabalho também são responsáveis pela pouca presença das mulheres em cargos eletivos da administração pública.

O estabelecimento de legislações que visam inserir a mulher na política, como a criação a lei Nº 12.034, de 29 de Setembro 2009 que alterou o Art. 10 § 3º da Lei nº 9.504/1997 obrigando os partidos e as coligações a reservar, no mínimo, de 30% (trinta por cento) das vagas para candidatura femininas nas eleições proporcionais, não foi suficiente para alterar a realidade de menos de 10% dos eleitos serem do sexo feminino.

O Brasil ainda precisa avançar muito para combater as desigualdades e a discriminação baseada no gênero. Transformações culturais e reforma política permanecem necessárias na busca da igualdade, na implementação de políticas públicas e na luta pela não violência contra a mulher. Uma democracia plena necessita da participação das mulheres para ser efetiva e o cenário político Brasileiro deve ser composto de forma igualitária pela presença de homens e mulheres.

#### REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanderleide Berto. *Buriti do meio: Relações de gênero em uma comunidade quilombola*. Montes Claros, 10 de junho de 2012. p.76. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais no ano de 2012.

ARAÚJO, Clara. *As Mulheres e o Poder Político – Desafios para a Democracia nas próximas décadas*. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO BRASIL

PARTICIPATION OF WOMEN IN THE RECENT ELECTIONS IN BRAZIL. SILVEIRA, Ludiana Martins, SANTOS, Gilmar Ribeiro dos, SILVEIRA, Dayana Martins



AURÉLIO, Marco. *TSE lança no Congresso Nacional campanha que convoca mulheres para a política.* In: Disponível em <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Marco/tse-lanca-no-senado-campanha-que-convoca-mulheres-para-a-politica>> Acesso em 10 jul.. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Dominação Masculina.* ORTIZ, Renato (org.). ED: Ática, v. 39. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, 1995.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estatística das Eleições ano de 2006, 2008, 2010 e 2012. In: Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes>> Acessado em 20 de jul. 2014.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apresenta dados estatísticos do Brasil, dos seus estados e municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 jul.. 2014

COSTA, Walter. *O voto no Brasil – da Colônia à 5ª República.* Porto da Sessão do Senado de 29.8.1827. v. 1. Brasília: Gráf. do Senado Federal, 1989.

PARKIN, Frank. Estratificação Social In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (org.). *História da Análise Sociológica.* Tradução de Waltensir Dutra. Ed 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p.780-822.

PIOVESAN, Flávia. *Direito Humanos, Cíveis e Políticos: a conquista da cidadania feminina.* O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Classe e Gênero no Brasil Contemporâneo: Mobilidade Social, Casamento e Divisão do Trabalho Doméstico. In: ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. *Gênero, família e Trabalho no Brasil.* FGV Editora, 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* IN: Educação e realidade, Vol. 16, ano II. Porto Alegre, 1990.

VALVERDE, Daniela. *80 anos do voto feminino no Brasil.* In: Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2012/02/80-anos-do-voto-feminino-no-brasil>> Acessado 10 de Jul. 2014.



## **RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM SOBRE O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DA AIDS**

BORGES, Luciana Pimenta

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS  
da Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

[luc.cpa@gmail.com](mailto:luc.cpa@gmail.com)

340

FERREIRA, Maria da Luz Alves

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da  
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

[mariadaluz@oi.com.br](mailto:mariadaluz@oi.com.br)

### **RESUMO**

Este artigo objetiva discutir o processo de Feminização da AIDS no Brasil, bem como abordar a reprodução de modelos discriminatórios de uma sociedade com características androcêntricas marcantes e profundas, que tendem a sublimar e elevar o homem como o centro de todas as discussões. Nesse sentido, através da análise das representações da mulher na história, explicitada por alguns autores que referendam essa temática, é possível observar a reprodução de uma sociedade sexista, na qual o homem é enaltecido frente às relações sociais, afetivas e sexuais. Nela, são feitas distinções entre os gêneros masculino e feminino não apenas no aspecto físico-biológico, mas principalmente a partir de questões preconceituosas construídas socialmente. Isso contribui de forma preponderante para o crescimento do número de mulheres contaminadas pelo HIV, uma vez que o seu caráter histórico de submissão e dependência junto à figura masculina as impede, ou induz, à não utilização de métodos preventivos.

**Palavras-Chave:** Mulher; Relações de Gênero; AIDS.

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the process of feminization of AIDS in Brazil, as well as address the reproduction of discriminatory models of a society with deep striking and androcentric characteristics that tend to sublimate and elevate man as the center of all discussions. In this sense, through the analysis of representations of women in history, explained by some authors who endorse this theme, you can see playing a sexist society in which man is uplifted face of social, emotional and sexual relationships. In it, the distinctions between male and female are made not only in the physical-biological aspect, but mainly from biased questions socially constructed. This contributes overwhelmingly to the growing number of HIV-infected women, since their historic character of submission and dependence by the male figure prevents or induces the non-use of preventive methods.

**Keywords:** Women; Gender Relations; AIDS.





## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um estudo incipiente, cujo objetivo é fornecer subsídios teóricos para a discussão do processo de Feminização da AIDS no Brasil, reportando-se também a este fenômeno no município de Montes Claros – MG. Embora os assuntos relacionados aos processos discriminatórios contra mulher sejam abrangentes, o enfoque adotado neste trabalho, pretende discutir como o preconceito e a discriminação verificados no contexto histórico da mulher contribuem para a disseminação do vírus HIV no gênero feminino, e ainda como esse processo de feminização da AIDS enaltece a desvalorização e preconceito à mulher.

Para analisarmos tais questões, iniciaremos a discussão com um breve histórico da AIDS, para melhor compreendermos sua dinâmica de contaminação no decorrer dos anos, assim como as transformações dadas no que se refere ao perfil epidemiológico dessa doença.

Posteriormente tratar-se-á a questão da historicidade da mulher, abordando-se aspectos como status social, condições políticas, afetivas e sexuais, além de termos estigmatizantes veiculados a este gênero e sua posição frente à figura masculina.

Trataremos ainda a questão do gênero como categoria relacional e de estratificação social, como uma das formas de compreender e analisar a realidade social em meio sua complexa dinâmica, não nos desvinculando dos processos e contextos históricos que envolvem mulheres e homens.

Por fim, abordaremos a questão da feminização da AIDS no município de Montes Claros - MG, trazendo uma discussão sobre os principais condicionadores para referente fenômeno na contemporaneidade, seus impactos e rebatimentos, não só na sociedade, mas principalmente na vida diária das mulheres contaminadas pelo vírus.

A referente abordagem se dará com base nos referenciais teóricos utilizados no decorrer desta obra. Buscar-se-á, em linhas gerais a co-relação desses dados com todo o arcabouço teórico apresentado neste estudo, além da fomentação de uma análise crítica e propositiva face ao tema discutido.



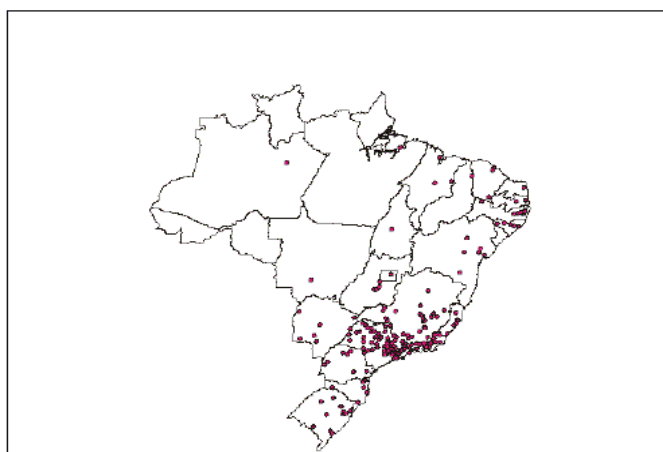
## 1. BREVE HISTÓRICO DA AIDS – BRASIL E REGIÕES

Na contemporaneidade, a AIDS ou SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) tem se configurado como uma epidemia de proporção mundial, com um ritmo uniforme de crescimento. Por ser uma moléstia ainda incurável, assume um caráter cada vez mais assustador junto à vida do ser humano.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2003), a AIDS tem se alastrado de modo bastante significativo nas regiões mais pobres e vulneráveis do planeta, contribuindo, por conseguinte, para o agravamento da pauperização e endividamento dessas respectivas localidades, e/ou países.

No que se refere, especificamente, ao Brasil, o primeiro caso de AIDS fora registrado no Estado de São Paulo, em 1980 respectivamente. Contudo, ao final desta década, observou-se a disseminação da doença para suas diversas regiões. Pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde apontam que desde os primeiros casos diagnosticados de 1980 até meados de 2001, havia no país aproximadamente 277 mil pessoas contaminadas, sendo a região Sudeste a mais afetada com 67% do total. Tais pesquisas colocam o Brasil como sendo um dos países com maior índice de pessoas infectadas no mundo.

**FIGURA 1 – Distribuição espacial dos municípios com pelo menos um caso de AIDS registrado. Brasil, 1980-1986.**



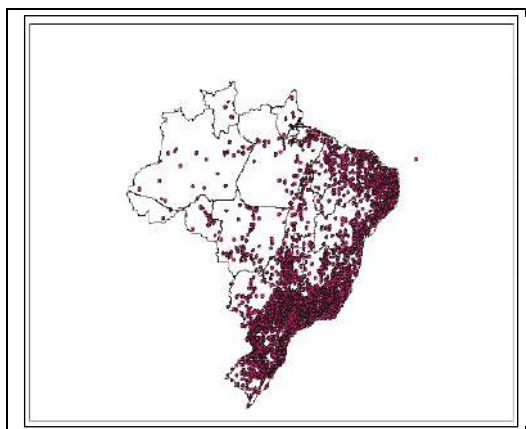


**Fonte: CN-DST/AIDS/SPS/MS – Dados populacionais DATASUS/IBGE.**

A figura 1 evidencia o número de casos notificados de contaminação do vírus HIV nos municípios brasileiros entre o período de 1980 a 1986. Aponta para um notório crescimento da disseminação da doença pelo país. Contudo, se a compararmos com a figura abaixo, esse quadro epidêmico assume ainda maior relevância e alerta para seu agravamento. Observe o crescimento da disseminação espacial da AIDS nas décadas posteriores na figura a seguir:

343

**FIGURA 2 – Distribuição espacial dos municípios com pelo menos um caso de AIDS registrado. Brasil, 1994-2000.**



**Fonte: CN-DST/AIDS/SPS/MS – Dados populacionais DATASUS/IBGE.**

A análise das figuras 1 e 2, permite-nos constatar que em menos de 10 anos o vírus HIV espalhou-se por todas as regiões do país, ganhando maior e assustadora visibilidade. Podemos perceber a nítida expansão da doença do litoral sudeste para as regiões Nordeste, Centro-oeste e Norte. Atualmente, 59% dos 5.507 municípios brasileiros já registraram pelo menos 1 caso de AIDS. (DHALIA, 2008).

Barbosa (2000), afirma que desde os primeiros casos notificados até a atualidade, existem, em Minas Gerais, por volta de 16 mil de casos notificados de HIV/AIDS, dos quais cerca de 11 mil referem-se ao sexo masculino, totalizando cerca de 72% do total de casos registrados no Estado e 5 mil referem-se ao sexo feminino, representando 28% das notificações.



Dessa forma, pode-se evidenciar um amplo processo de “feminização” da doença no Estado, da mesma forma como teria ocorrido para o Brasil como um todo. Para melhor ilustrar esses dados, a autora apresenta a seguinte tabela:

**TABELA 1 - Minas Gerais - Distribuição dos casos notificados de HIV/AIDS, segundo o ano de diagnóstico, por sexo e relação H/M – 1985-2003.**

344

Ano de Diagnóstico	Sexo		Relação H/M
	Mulheres	Homens	
1985	1	29	29
1990	55	332	6
1995	343	1029	3
2000	486	939	2
2003	113	186	2

Fonte: Dados básicos: Coordenação Nacional de DST e AIDS (CN-DST/AIDS).

## 1.2. A MUDANÇA NO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

A estudiosa Amaro (2005) afirma que a AIDS cresce significativamente no Brasil e no mundo. Aponta que cerca de 42 milhões de pessoas no mundo são soropositivas. Desde o início da década de 80 até setembro de 2003, foram notificados 277.154 casos de AIDS no Brasil. O destaque desses dados alarmantes é que a epidemia cresce 9 vezes mais entre as mulheres, configurando uma triste realidade nacional. Em geral, refere-se à um quadro em que jovens ou mulheres casadas, sem comportamento promíscuo contraíram o vírus. Para Amaro (2005) junto à descoberta da contaminação pelo vírus, vem a dolorosa verdade da traição ou do descompromisso do parceiro, a implacável confirmação da fragilidade da relação vivida, mas principalmente, a morte do mito do amor ideal, guardado numa união estável. Dentro dessa realidade, enaltece a pesquisadora, muitas vidas femininas são ceifadas, com essa história/mito de amor incondicional relativo ao parceiro e total ausência e



esquecimento do amor próprio. Em linhas gerais, podemos afirmar que se trata de relações fincadas na devoção por parte da mulher e negligência do homem. Em suma, diz Amaro (2005, p. 01) "mais do que uma suposta questão filosófica, antropológica ou ontológica, creio que, diante dos números apresentados, o baixo auto-cuidado feminino trata-se de um problema de saúde pública".

O Brasil experimenta uma mudança no perfil epidemiológico da AIDS, o aumento de casos por via heterossexual fez-se destacar a expressiva participação das mulheres. Atualmente, pesquisas apontam para um dado bastante expressivo, se não alarmante: a feminização da AIDS. Conforme as orientações da autora supracitada, trata-se de um número cada vez mais crescente de mulheres contaminadas pelo vírus HIV em antagonismo ao número de homens infectados. Esse processo de feminização recebe enquanto fator agravante a condição socioeconômica e cultural, na qual estas mulheres se encontram. Para Dhalia (2000, p.35):

Se hoje são as mulheres pobres que formam o grupo social que vem sendo cada vez mais atingido pela AIDS, tal fato deve-se não só as formas de transmissão do vírus HIV *scripto sensu*, mas às condições socioculturais, às desigualdades sociais de gênero na vida afetiva, nas condições de trabalho e no acesso aos cuidados e serviço de saúde.

Tal situação nos remete a uma reflexão e análise sobre o status destinado à mulher desde os tempos mais antigos até a contemporaneidade, e também sobre as características a ela vinculadas, uma vez que tais aspectos se configuram como elementos de contribuição no que se refere a essa mudança no perfil epidemiológico do vírus HIV.

(...) a epidemia do HIV serviu para mais uma vez denunciar as relações de poder que existem entre homens e mulheres, e o dramático impacto dessa assimetria de poder sobre as mulheres (...) em que o sexo não deve ser recusado, sob pena de infringir os modos que aprendemos ser os esperados para o exercício da nossa feminilidade ou masculinidade (...): ter sexo, para os homens e entregar-se sexualmente por amor, para as mulheres. (AMARO, 2005, p. 03)

Considerando essa ideia, a discussão sobre o tema feminização da AIDS torna-se algo de suma importância, haja vista a necessidade de se conhecer e estabelecer uma relação adequada para com este processo, partindo do conhecimento de pontos básicos inerentes à



realidade desse fenômeno na atualidade.

Nesse sentido, é fundamental a contextualização histórica sobre essa problemática, no intuito de apreender os acontecimentos societários que direta, e/ou, indiretamente estão relacionados ao mesmo, compreendendo ainda todas as facetas ligadas ao referendado processo e suas implicações e rebatimentos na vida de todos os sujeitos sociais envolvidos neste fenômeno, recorte histórico que será referendado no capítulo que se segue.

### 3. AS TRANSFORMAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

No que se refere ao contexto histórico da mulher, verifica-se que essa ocupa sempre um lugar “diferente” do homem, no sentido de ser inferiorizada e discriminada. A idéia veiculada a figura feminina encontra-se intimamente ligada ao ser doméstico, frágil, e, concomitantemente, de posse sexual por parte do homem.

Macedo (2002) nos permite afirmar que, além de outras categorias societárias, a própria religião favoreceu para a reprodução de uma ideologia patriarcal, que reforçou o caráter de submissão das mulheres. Trata-se de modelos sociais que propiciaram a repressão do sexo feminino, e que sem dúvida alguma, encontram-se ainda muito presentes na atualidade.

Esse autor retrata como era a figura da mulher no período medieval, no qual essa aparece como calada e passiva, muitas vezes enclausurada em conventos, outras em silenciosa torcida pelos heróis em luta, e outrora usada como simples objeto de uso ou troca. Segundo este autor, pensar na relação homem-mulher na idade média pode, além de tudo, ser um salutar exercício para nosso próprio viver contemporâneo. (MACEDO, 2002).

De acordo com seus estudos, a definição dos papéis e dos lugares a serem assumidos pelo homem e mulher, no período medieval, expressavam-se nos próprios símbolos que as designavam: no caso do homem, a espada; já a mulher, a roça. Ao homem, vinculavam-se características como virilidade e violência, além das atividades realizadas em campo de batalha, enquanto à mulher, o símbolo do trabalho doméstico, tarefas realizada no âmbito da vida privada. Segundo Macedo (2002), a idade média não inventou a desigualdade entre os sexos, pois essa já estava imposta pelas antigas organizações societárias,



prevalecendo-se no aparecimento das civilizações. Tinha-se a inferioridade da mulher como algo natural, sendo essa excluída das funções públicas, políticas e administrativas.

No que diz respeito ao contexto histórico brasileiro, esta realidade não é diferente. De acordo com Priore (2004) desde o período colonial, a sociedade brasileira veicula a imagem feminina a aspectos de submissão, obediência e inferioridade. Tais aspectos eram promulgados com base nos próprios ideais religiosos que relacionavam a figura da mulher à de Eva, não fugindo, desta forma, das justificativas verificadas no âmbito histórico-mundial.

347

Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, perolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrario, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher conserve o silencio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve, pois, o silencio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça NE Fe, no amor e na santidade. (TARSO apud DEL PRIORE, 2004, p. 46)

Verifica-se que a questão da subalternidade, inferioridade e discriminação da mulher encontra raízes profundas em nossa sociedade, que perpassa por diversos ângulos de análises. Ao traçarmos um panorama histórico da mulher, identificamos vários momentos e dinâmicas em que a esta se depara com a discriminação, exclusão e situações de subalternidade e inferioridade. A mulher, dentro dessa perspectiva, é alvo de concretas formas de discriminação, que ultrapassam a relação homem x mulher, atingindo aspectos religiosos, culturais, morais, jurídicos, trabalhistas, dentre outros.

Marx, desde o século XIX, apontava em seus estudos para a exploração e discriminação do capitalismo industrial para com as mulheres e crianças. Essa situação evidenciava-se pelas jornadas mais prolongadas de trabalhos, às quais as mulheres eram submetidas, além dos salários inferiores, configurando um cenário de escravidão inadmissível. (MARX, 1946).

Na atualidade, observa-se que embora a mulher tenha conquistado um lugar de destaque na sociedade, é fato que, muitos desses estereótipos, anteriormente citados, ainda





permanecem. Neste sentido é que para analisar o processo de “Feminização da AIDS”, torna-se crucial abordar todo este contexto histórico em que a mulher encontra-se inserida, visto que, pressupõe-se que a feminização desta doença esteja intimamente ligada à relação de submissão da mulher ao seu esposo e/ou parceiro, dentre outros inúmeros tabus que compreendem a realidade feminina.

A construção dessa imagem feminina aliada ao comprometimento de fatores socioculturais tende a fazer com que os procedimentos preventivos sejam praticamente negados pelas mulheres. Pois, a partir do momento em que elas tomam consciência e passam a executar esses procedimentos, obrigatoriamente assumem posturas radicais de vida, adquirindo certa autonomia frente ao relacionamento. Em virtude desta autonomia, tem-se um embate entre gêneros “masculino” e “feminino”, visto que, em uma sociedade predominantemente patriarcal, em que se promulga o homem como “chefe”, ou seja, aquele que “dita às regras da relação”, aceitar que a mulher tenha quaisquer poder de decisão seria uma afronta, no mínimo desafiador.

Solicitar o uso de preservativos para o parceiro implica assumir diversos riscos, que vão desde as questões mais ligadas à afetividade, como a quebra de confiança entre o casal, passando pelas questões culturais que não vêm com bons olhos quando as mulheres mostram conhecimento e iniciativa na esfera sexual, até o risco de perder o apoio financeiro do companheiro quando são dependentes dele. (SANTOS et al. p. 13, 2002)

#### **4. GÊNERO COMO UMA CATEGORIA RELACIONAL**

A expressão gênero surge, de acordo com Castilho (2006), em meados da década de 80 quando o movimento feminista a utiliza para designar a disparidade existente entre homens e mulheres. Surge, particularmente, para explicar as desigualdades verificadas entre esses dois seres, concretizada por meio de ações discriminatórias, de violência e opressão face as mulheres. Neste período, muitos estudos acerca deste tema já indicavam a grande desigualdade inerente a homens e mulheres. Tais desigualdades tendiam a aumentar, ou mesmo se agravar se avaliadas questões como classe social, raça, etnia, e dentre outras condições sociais e de vida. Na contemporaneidade, observa-se que a desigualdade abrange tanto a esfera pública quanto a privada.



Michele Rosaldo (1979) faz um corte profundo na sociedade, dividindo-a em dois campos comunicáveis: o público e o doméstico. A explicação para a estrutura hierárquica, binária e dicotomizada dos gêneros deve-se ao fato de os homens sempre terem ocupado o pólo que concentra a autoridade: o mundo público. (BENTO, 2006, p. 72)

O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. É diante desse vácuo de terminologias que “gênero”, enquanto categoria de análise das ciências sociais, evidenciou-se como uma expressão a ser utilizada para indagar as possíveis divergências entre homens e mulheres, visto que à figura masculina fora sempre atribuído o papel de forte, racional e a feminina a condição frágil, débil, passiva. A partir daí, observa-se os primeiros questionamentos sobre o papel que a mulher vinha ocupando ao longo dos anos na sociedade, principalmente os traços de opressão e discriminação que manchavam sua história. (CASTILHO, 2006).

A discussão sobre “gênero” enquanto categoria relacional e de estratificação social faz-se de extrema relevância no presente estudo, uma vez que abordamos a questão da mulher, e os diversos adjetivos e características construídos socialmente para este sexo. A compreensão dessa temática ampliará os horizontes para melhor análise do processo de feminização da AIDS. As formulações sociais criadas e destinadas à mulher contribuem para o fortalecimento de pré-conceitos junto a esse sexo, tornando-o alvo de discriminação e exclusão social. Nesse sentido é que discutir gênero tornar-se algo imprescindível, no sentido de “desconstruir” tais estigmas, desmistificando conceitos e pré-conceitos, valores e pré-juízos.

Tem-se diante dessa discussão uma problemática que se encontra intimamente relacionada a atribuições dadas a categoria sexo. Implica dizer que quando reportamos às diferenças sexuais, logo atribuímos características biológicas e naturais, que tendem, culturalmente, a destinar um lócus de inferioridade à mulher. Porém, quando estabelecemos a categoria gênero, estamos em busca de algo que transmita que as pessoas não são apenas sexuadas, haja vista que as diferenças sexuais sempre adquirem um significado cultural, mas que, para além disso, existem outras possibilidades de analisarmos o feminino e masculino. Em linhas gerais, trata-se da superação de visões limitadas à questão meramente biológica, ligadas à natureza e às diferenças sexuais. (SUÁREZ, 2000).



O conceito humanista do gênero enquanto atributo de uma pessoa não serve como ponto de partida para uma concepção relacional, na qual tanto a pessoa quanto o gênero são frutos do contexto histórico que os constrói (...) Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher. (SAFIOTTI, 1994, p. 276)

Referente citação corrobora as palavras de Marx, na qual esse aponta que na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, estas relações de produção, por sua vez, correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade, mas sim, a realidade social é a que determina sua consciência. (MARX, 1946).

Para Safiotti (1994) a existência de gêneros nada mais é que a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. Implica afirmar que a sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça.

A utilização da categoria gênero dentro de nossa análise sobre o processo de feminização da AIDS, permite-nos entender que a mulher e o homem são diferentes, contudo essa diferença não pode servir de justificativa ou mesmo de argumento para a existência da desigualdade enraizada no contexto histórico de nossa sociedade. Desigualdade que, inclusive propiciou o surgimento de problemáticas contemporâneas, haja vista a “hierarquia” existente de um sexo sobre o outro, de cidadãos sobre demais cidadãos, tendo como base questões de gênero, classe, raça e etnia.

Dentro dessa perspectiva é que compreendemos gênero como um elemento que



se encontra entrelaçado às relações sociais e que possui como base as diferenças entre os sexos, trata-se de um conceito relacional, uma vez que analisa homens e mulheres de forma conjunta. Homens e mulheres se definem na relação que se tem um com o outro, sendo assim, não podem ser analisados de forma separada, ou mesmo por meio de visões restritas e limitadas.

## 5. A AIDS EM MONTES CLAROS

Dados do IBGE apontam que Montes Claros tem a sexta maior população do estado, composta por aproximadamente 358.271 mil habitantes, sendo considerada um dos principais centros urbanos por apresentar características de uma capital regional.

A referente cidade é pólo-receptor de tratamento aos pacientes com DST/HIV/AIDS em todo o Norte de Minas. Para tanto, tem-se o Hospital Universitário Clemente Faria que conta com uma equipe de profissionais (médicos, psicólogos, assistente social, dentre outros) prestando todo tipo de atendimento e acompanhamento, inclusive internações e medicações necessárias ao soro-positivo; o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) onde os usuários recebem atendimento individualizado, fazem exames de sangue e recebem preservativos mensalmente; e o Grupo de Apoio a Prevenção e aos Portadores da AIDS (GRAPPA), entidade civil, filantrópica e única instituição em gênero nesta região a atender a respectiva população, com trabalhos de prevenção e acompanhamento, possibilitando a diminuição da epidemia de HIV/AIDS nesta região.

A Secretaria Municipal de Saúde, com o propósito de conscientizar a população sobre a importância da prevenção, levantou pesquisas demonstrando que nossa região possui aproximadamente 600 adultos soro-positivos, dentre eles 303 são apenas em Montes Claros, assim a média é de 91,8 casos por 100 mil habitantes, ou seja, um número sete vezes maior. Entretanto, estima-se que para cada caso notificado ao SUS, existem ainda pelo menos outras cinco pessoas contaminadas que temendo o preconceito exitam em procurar tratamento.



## CASOS DE AIDS IDENTIFICADOS EM MONTES CLAROS – MG

**TABELA 2 – Frequência por Sexo segundo Ano Diagnóstico  
Município(Res): 314330 Montes Claros - Período: 2006**

Ano Diagnóstico	Masculino	Feminino	Total
TOTAL	13	11	24
2006	13	11	24

352

Fonte: DATASUS. Casos de Aids identificados em Minas Gerais.

**TABELA 3 - Frequência por Sexo segundo Ano Diagnóstico  
Município(Res): 314330 Montes Claros - Período: 2007**

Ano Diagnóstico	Masculino	Feminino	Total
TOTAL	5	11	16
2007	5	11	16

Fonte: DATASUS. Casos de Aids identificados em Minas Gerais.

Nas tabelas 2 e 3, verifica-se a mesma tendência observada em nível nacional e estadual no que se refere à mudança no perfil epidemiológico da doença, que é a presença cada vez maior do número de mulheres contaminadas pelo HIV/AIDS.

### 5.1. UM OLHAR SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA AIDS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

O objetivo deste trabalho foi analisar a Feminização da AIDS no Brasil e como este fenômeno tem se dado no município de Montes Claros/MG. Para tanto, o processo de pesquisa foi desenvolvido a partir de estudos baseados nos dados do Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS (GRAPPA), bem como outros materiais elaborados por autores que discutem referendado tema.



A primeira etapa do processo se deu através da revisão bibliográfica. Essa fase, de acordo com Lakatos (2003), é o momento no qual o pesquisador é colocado em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Visando uma maior compreensão acerca do fenômeno em estudo, utilizou-se enquanto método de análise, o materialismo histórico dialético proposto por Marx. Tal corrente propiciou-nos uma interpretação dialética da realidade, salientando os conflitos presentes na ordem societária reafirmando assim seu caráter histórico-dinâmico, além de considerar pressupostos fundamentais que direcionaram o processo investigatório como historicidade, totalidade e análise de conjuntura.

No que se refere ao tipo de pesquisa, supracitado estudo apresentou caráter quanti-qualitativo, haja vista a necessidade da apreensão de dados mensuráveis, ou seja, possíveis de serem observados, e, por conseguinte de dados subjetivos que se encontraram intimamente ligados aos valores, sentimentos, emoções e expectativas dos atores sociais envolvidos nessa dinâmica.

Como técnicas para coleta de dados foram utilizados formulários a fim de delinear o perfil socioeconômico das usuárias e a entrevista semi-estruturada, instrumentais que nos permitiram a decodificação de dados e/ou posicionamentos até então desconhecidos.

Houve durante a elaboração desse estudo grande preocupação em estabelecer aspectos de cientificidade, e por isso, seguiu-se exigências no intuito de garantir a sua credibilidade. Nesse sentido, foram apresentados e utilizados instrumentais, técnicas e métodos cientificamente reconhecidos, cujos quais nortearam todas as etapas desse trabalho.

### **5.1.2. Breve Histórico do Locus de Pesquisa**

O Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS (GRAPPA) é uma instituição filantrópica e de utilidade pública, municipal e estadual, criada em meados da década de 90, na cidade de Montes Claros/MG.

A princípio, a instituição priorizava o desenvolvimento de ações de caráter assistencialista e humanitário. Contudo, no decorrer dos anos, com o surgimento dos anti-retrovirais, observou-se uma modificação no perfil epidemiológico da doença, suscitando assim, a necessidade de se trabalhar a valorização destes indivíduos para a construção de um



debate constante, senão indispensável.<sup>3</sup>

Neste sentido, o GRAPPA apresenta como foco dos seus projetos um modelo de prevenção e intervenção que possibilite às populações-alvo participarem da vida social, exercendo sua cidadania e concomitantemente cuidando de sua saúde de forma integral, contribuindo assim para o enfrentamento da interiorização da epidemia do HIV/AIDS.

### 5.1.3. Perfil sócio-econômico do universo investigado

Para delinear o perfil socioeconômico das mulheres contaminadas pelo vírus HIV/AIDS no município de Montes Claros/MG, optamos por trabalhar com um número pré-determinado de mulheres infectadas. A escolha das participantes no processo de pesquisa se deu de forma aleatória. Contamos com um total de 07 mulheres, todas usuárias da instituição (GRAPPA) e residentes neste município.

Foram aplicados formulários com questões abertas e fechadas, junto ao público investigado, seguido de entrevista semi-estruturada. Além das mulheres atendidas pelo GRAPPA, a pesquisa também fora realizada com o profissional do Serviço Social dessa instituição, no intuito de assim, alcançarmos os objetivos propostos neste estudo.

A aplicação do formulário possibilitou à apreensão de dados socioeconômicos, que apontaram em quais situações estão inseridas as mulheres soropositivo e as características inerentes às mesmas.

Os dados coletados apresentaram uma série de questões que perpassam pelo cotidiano dessas mulheres, fazendo-se necessário uma análise minuciosa e crítica frente a esta dinâmica contemplando aspectos históricos, políticos, econômicos e socioculturais para efetivação dos mesmos. Em linhas gerais, são expressões concretas que evidenciam a situação de pobreza em que se encontram as usuárias entrevistadas. Trata-se, portanto, de uma demanda em que a soropositividade pressupõe um estado de vulnerabilidade, agravados, por conseguinte, por uma realidade social de miséria e exclusão.

<sup>3</sup> Esclarecemos que esta historização do GRAPPA foi feita com base no material utilizado pela referida instituição para campanhas de divulgação, conscientização e humanização da população vítima ou não do HIV/AIDS.





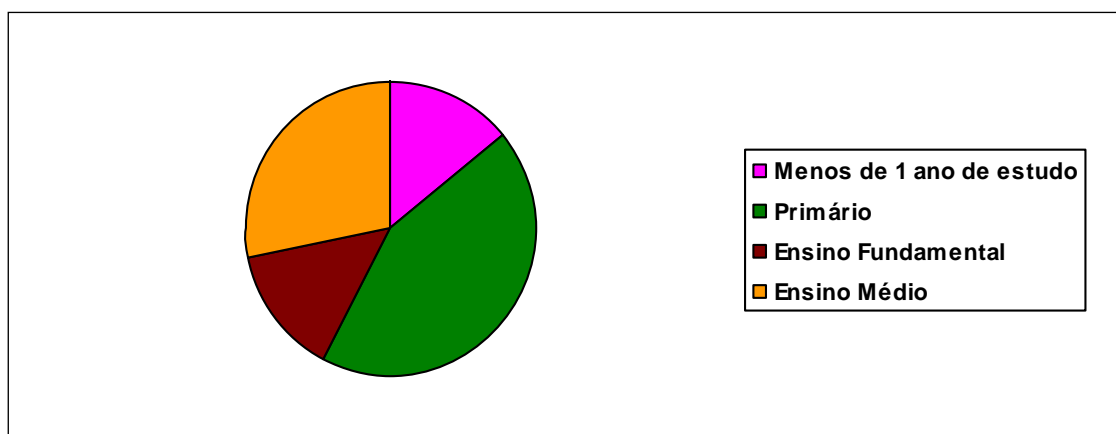
Os resultados não fugiram do que a literatura tem apresentado em âmbito nacional. Os dados obtidos comprovaram que cada vez mais a AIDS tem atingido regiões consideradas “pobres” e/ou subdesenvolvidas, reafirmando o processo que muitos autores denominam de “interiorização da AIDS”. No município de Montes Claros, especificamente, observamos a manifestação de todos os fenômenos anteriormente citados. Existe nessa região uma marcante relação entre a soropositividade e pobreza. Os dados colhidos fortalecem essa afirmação, evidenciando ainda que, paralelo ao crescimento da AIDS no interior desses segmentos mais fragilizados economicamente, tem-se o fenômeno da “feminização da doença” em uniforme e alarmante aumento. Essa realidade indica a forte ligação entre a AIDS, pobreza e gênero feminino. Ao associarmos tais quesitos, temos uma questão social que merece análise e relevância, uma vez que cada um desses problemas interferem de forma a agravar a realidade já existente. Implica dizer que a pobreza tende a agravar a questão da soropositividade e vice-versa, assim como pobreza e AIDS tendem a desfavorecer a mulher e vice-versa. Cada um deles exerce poderes de intensificar a situação de vulnerabilidade, discriminação, preconceito e exclusão social.

Para melhor visualizarmos alguns dos dados obtidos em nossos estudos, apresentaremos gráficos classificados pelas categorias utilizadas no processo de entrevista. A elucidação desses dados evidenciará as características da população feminina soropositiva do município de Montes Claros, em que as realidades, de fato, intensificam as estimativas de muitos autores que apontam para os processos de “pauperização” e “feminização” da AIDS.

Avaliamos ainda o nível de escolaridade das soropositivas entrevistadas, e os dados obtidos corroboram as afirmações de Macedo (2002). Segundo esse tinha-se a inferioridade da mulher como algo natural, sendo essa excluída das funções públicas, políticas e administrativas, inclusive do processo educacional. Os resultados a serem apresentados evidenciarão que as mulheres contemporâneas, em especial, as que são portadoras do vírus HIV, ainda encontram barreiras junto ao acesso a educação. Um fato histórico muito presente na vida desse grupo social. A maioria das usuárias não possui sequer o nível médio.



**Gráfico 12 - Grau de escolaridade das mulheres contaminadas pelo vírus da AIDS município de Montes Claros/MG**



356

**Fonte: Pesquisa direta – Abril/2009**

Identificamos que 14% são semi- analfabetas, 43% freqüentaram a escola somente até a fase primária, 14% apresentam ensino fundamental e 28% apenas concluíram o ensino médio. Tais dados confirmam as idéias apontadas por Barbosa (2008), visto que demonstram a existência de uma ampla associação entre níveis de escolaridade, pobreza e AIDS. A autora constata em suas pesquisas que as camadas menos privilegiadas da sociedade estão sendo atingidas mais rapidamente, configurando aquilo que se denomina “pauperização” da doença.

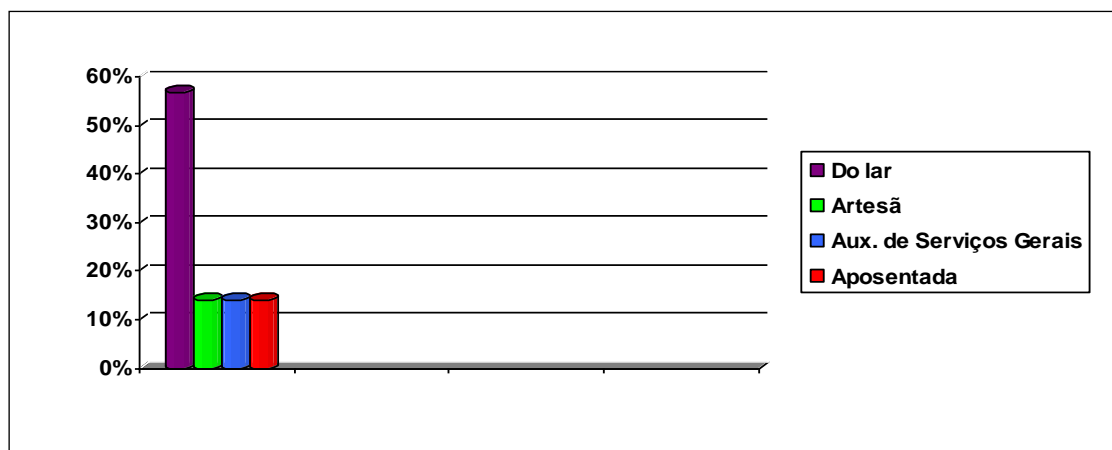
O resultado obtido referente à escolaridade das portadoras da AIDS em Montes Claros ratifica ainda as posições da autora Ammann (2002), que aponta a escassa participação da mulher no processo de educação, principalmente as contaminadas pelo HIV/AIDS. A presença feminina ainda é pouco expressiva se comparado ao gênero masculino. São poucos os países que apresentam estatísticas contrárias. No caso do Brasil, a autora em pauta afirma que principalmente em cidades pequenas este índice tem alcançado maiores proporções, podendo ser atribuído aos mecanismos de exploração e dependência sofridos pela mulher e também ao baixo poder aquisitivo das famílias.

Esse cenário agrava a situação de discriminação e exclusão dessas mulheres, uma vez que essas, por si só, já são marginalizadas devido ao baixo nível de escolaridade, raça e condição social. A junção desses fatores a soropositividade tornam essa discriminação ainda maior, senão cruel.



Quanto à profissão destas mulheres, 57% são donas de casa, 14% artesãs, 14% auxiliar de serviços gerais e 14% são aposentadas.

**Gráfico 14 – Profissão das mulheres contaminadas pelo vírus da AIDS no município de Montes Claros/MG**



Fonte: Pesquisa direta – Abril/2009

Estes dados evidenciam que embora a mulher tenha se destacado no mercado de trabalho, a maioria ainda desempenha atividades domésticas. Porém, estas tarefas não são consideradas economicamente produtivas ou mesmo de cunho remunerador, sendo praticamente anuladas. Neste sentido, conforme Ammann (2002), ao pressupor que trabalho é somente aquele que conduz ao valor transmitido entre bens e serviços que são transformados em mercadoria, as atividades domésticas passam a ser ainda mais inferiorizadas, fator este que tende a agravar o processo de discriminação do gênero feminino. Estes resultados reforçam ainda a idéia “machista” de que a mulher é por natureza o sexo doméstico, responsável pelos cuidados para com os filhos e marido, frágil, passivo e; portanto, que deve sempre se submeter ao homem.

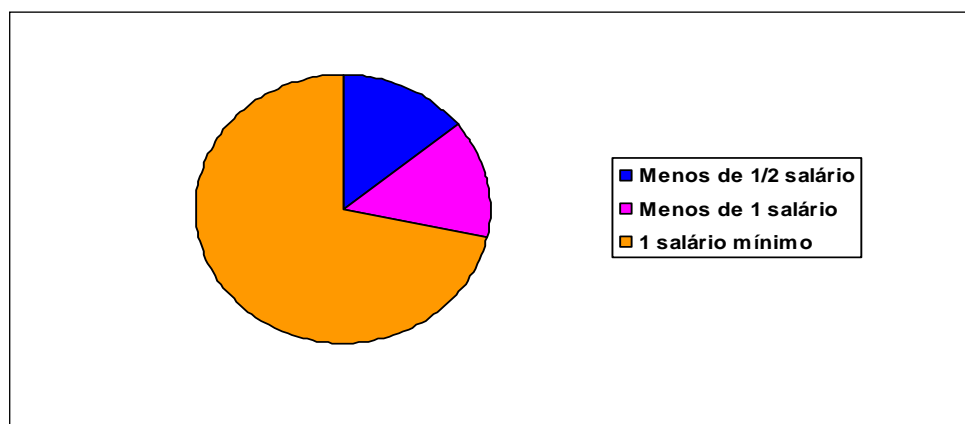
Segundo Takahashi (1998) as estatísticas nacionais apontam para o processo de pauperização da epidemia, uma vez que esta tem atingido segmentos menos privilegiados da população, justamente entre aqueles que dispõem de menos recursos e, portanto, de menos possibilidades para seu enfrentamento, cuja realidade social está intimamente ligada às situações de risco e de vulnerabilidade social. Os dados a serem apresentados confirmam estas



estatísticas, uma vez que, apontam que a maioria das mulheres infectadas (71%) possuem renda de no máximo 1 salário mínimo, quantia insuficiente para enfrentamento da doença. Esta afirmação pode ser atribuída também a renda familiar mensal que não ultrapassa o nível do salário mínimo.

**Gráfico 15 – Renda das mulheres contaminadas pelo vírus da AIDS no município de Montes Claros/MG**

358



Fonte: Pesquisa direta – Abril/2009

A realidade das famílias das entrevistadas apontam para uma condição de precariedade em termos de condições financeiras, fato que agrava o quadro da soropositividade. Não há como negarmos que a pauperização do portador de AIDS influencia na questão do enfrentamento da doença. Não bastasse isso, o baixo nível de escolaridade das participantes deste processo reforça ainda mais a afirmação de que esse vírus encontra-se relacionado aos setores mais pobres.

Diante os dados apresentados, concluímos que o perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas, de fato, é similar aos destacados pela literatura nacional. Observamos que no município de Montes Claros, o processo de feminização da AIDS se encontra interligado ao processo de pauperização da epidemia. O universo investigado apresenta fragilidades em suas condições econômicas, configurando uma realidade permeada por vulnerabilidades tanto em termos de saúde quanto social.

Trata-se de realidades sofridas, em que a descoberta da AIDS propiciou um agravamento da situação de pobreza dessas mulheres, tornando-se mais um desafio a ser



vencido em meio a tantas dificuldades oriundas da falta de recursos, da morosidade no acesso aos direitos e estigmas históricos a elas destinados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

359

A construção desse trabalho comprometeu-se com a fomentação de discussões acerca das mulheres portadores do vírus HIV, no intuito de qualificar debates concretos sobre as possíveis estratégias de atuação frente às mesmas, e ainda com a ampliação dos horizontes no que se refere às inúmeras facetas sociais ligadas a essa problemática.

Identificamos por meio de nossa investigação, questões importantes a despeito do processo de feminização da AIDS. Entre elas podemos destacar as razões para o crescimento tão significativo de mulheres contaminadas. Esse aumento tem justificativas pautadas na própria construção histórica da mulher, em que está se encontra subordinada ao homem, em uma relação marcada pela hierarquia, poder e desigualdades. Desse modo, quando tratamos sobre o tema “prevenção”, observamos o quanto esses traços de subordinação interferem nesse processo. Trata-se de relações em que a figura masculina assume o papel de dominador, inclusive no que tange as relações sexuais. Aderir ao uso de preservativos em relações nas quais as mulheres são submissas e tendem a aceitar as vontades do homem é um desafio. Tais fatores aliados as precárias condições de vida e de acesso aos meios de informações e principalmente de educação intensificam as atitudes de não-prevenção nas relações sexuais com os parceiros. O diálogo sobre os cuidados para com a saúde da mulher são praticamente anulados nessas relações. Essa realidade caracteriza-se pelas relações observadas desde os primórdios, nas quais as mulheres ocupam um lugar secundário em todas as esferas da sociedade, sendo menosprezadas e excluídas.

Ao descobrirem que foram contaminadas pelos seus parceiros, essas mulheres se deparam com um momento de tormento e tensão em suas vidas. São tomadas pelo arrependimento, raiva, revolta, desapontamento, frustração, dentre uma série de outros sentimentos que as fazem sofrer diante da doença. Desiludidas por seus parceiros tendem a abandonar as expectativas de assumirem novos relacionamentos.

Nossos estudos apontaram para a ausência de políticas públicas destinadas a



mulher, implicando que o maior ônus recai sobre as que são portadoras do vírus HIV. Diante o vácuo de ações destinadas aos segmentos mais fragilizados de nossa sociedade, observamos que as mulheres soropositivo são ainda mais prejudicadas por essa carência de serviços que atendam suas necessidades mínimas.

Concluimos que inúmeros são os desafios a serem superados no que se refere ao processo de feminização da AIDS. Trabalhar com esse específico grupo requer um estudo profundo sobre as relações interpessoais entre homem e mulher, compreendendo ainda essas relações dentro de um contexto sociocultural pautado na historicidade e totalidade dos fatos.

Ao final desse trabalho tendemos a analisar esse processo com um olhar muito mais crítico e amplo. Trata-se de um problema de saúde pública, mas que envolve uma série de fatores ligados a subjetividade dos indivíduos, perpassando por construções ideológicas nas quais as mulheres são estigmatizadas em vários sentidos, inclusive e principalmente no que se refere à discussão de métodos preventivos junto à relação sexual.

Portanto, não se trata apenas de uma problemática inerente à saúde, mas de uma questão social que merece relevância e ações que venham desfazer construções históricas embasadas no preconceito e discriminação. As diferenças de sexo não podem se configurar justificativas para as desigualdades entre homem e mulher.

Defendemos a desconstrução de ideologias que tendem a menosprezar e inferiorizar a mulher. Esta é uma sujeita detentora de plenos direitos, e suas características biológicas ainda que distintas das dos homens, não podem lhes causar motivo de exclusão no interior da sociedade.

Quando tais assuntos são reportados para a realidade das mulheres soropositivas, tudo tende a se agravar. Nessa perspectiva, nossa defesa se encontra em prol dessa minoria, que luta diariamente para sobreviver em meio uma sociedade preconceituosa, superando os desafios de serem “mulheres” em um contexto machista, e mais, de carregarem consigo o vírus da AIDS, uma doença que ainda não tem cura.

Muito mais que vítimas da AIDS, não menosprezando aos agravos que essa enfermidade provoca, essas mulheres são vítimas de uma sociedade que tende a impor desigualdades com base nas diferenças entre os sexos. Para lidarmos no combate desse processo explosivo da feminização da AIDS, precisamos sim, investir em medidas de prevenção, mas aliado a isso, investir em ações que desmitifiquem estruturas históricas e



ideológicas em que a mulher não tem direito nem voz.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita Teresinha Alves. A questão da mulher e a Aids: novos olhares e novas tecnologias de prevenção. Vol. 14. N. 2. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública. Mai/ago de 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902005000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902005000200010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23/01/09

AMMANN, Safira Bezerra. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: *Serviço Social e Sociedade: Mínimos sociais e exclusão social*. N. 55. São Paulo: Cortez, 1997. Pág. 84 a 101.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. Nº 117. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública. Nov. De 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>> Acesso em: 03 jul 2014.

BARBOSA, Lára de Melo. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Pág. 69 a 109.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Pág. 69 a 109.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Gênero. 25 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionário/tiki-index.php?page=G%C3%AAnero>> Acesso em: 29 mar 2009.

CHIN, James. *Manual de controle das doenças transmissíveis*. Porto Alegre: Artmed, 2002. Pág. 441 a 448.

DATASUS. Casos de aids identificados em Minas Gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 3, de jun de 2008. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/cgi/defthtm.exe?tabnet/mg.def>>. Acesso em 01/03/09.

DHALIA, Carmem B. C. *A Aids no Brasil: situação atual e tendências*. Cadernos Abong. N. 28. Out de 2000. Ed. Autores Associados. São Paulo, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Wellington Caldeira. *A Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis*. 1ª ed. Belo Horizonte: Vigília, 1992. Pág. 32 a 74.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 1.





PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

SALDANHA, Ana Alayde Werba. A vulnerabilidade feminina à infecção pelo HIV: uma proposta de intervenção. In: 4º CONGRESSO – COMUNICAÇÃO - USP/SP. Disponível em: <http://www.aids.congress.com/2003-11-07>. Acesso em: 20 jun 2013.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A O. e BRUSCHINI, C. (Orgs). Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos, São Paulo: FC Chagas, 1992. Pág.. 183 a 213.

SANTOS, JS Naila et al. Mulheres HIV positivas, reprodução e sexualidade. Disponível em: [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=50034-891020020005000004](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50034-891020020005000004). Ver. Saúde Pública vol. 36.nº4.suppl.São Paulo Aug.2002. Acesso em: 20 jun 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004. Pág 362-400.

TAKAHASHI, R. F. Mulher e AIDS: perfil de uma população infectada

SUAREZ, Mireya. *Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico*. In: Gênero no mundo do trabalho: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Experiências de Gênero no Brasil. Brasília: Ellus, 2000. Pág. 16 a 29,



## **POLICIAIS MILITARES MINEIRAS: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO EFETIVO POLICIAL FEMININO NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

OLIVEIRA, Francisco Malta

*Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros*  
[franciscomalta@gmail.com](mailto:franciscomalta@gmail.com)

FERREIRA, Maria da Luz Alves

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros*  
[mariadaluz@oi.com.br](mailto:mariadaluz@oi.com.br)

363

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo instigar uma reflexão sobre a relação de gênero e trabalho feminino na Polícia Militar de Minas Gerais. Analisa-se a inserção feminina naquela Corporação: um ambiente reconhecido numericamente e historicamente como masculino, buscando compreender a forma de organização daquele espaço a partir da perspectiva das próprias policiais. Aborda-se o trabalho e sua relevância social, conceitualização de gênero em detrimento de suas relações no ambiente policial através da análise comprada de seu efetivo em detrimento dos sexos masculino e feminino, abordando-se, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho e reconhecimento do trabalho policial feminino. Foi possível considerar que as questões ligadas ao reconhecimento do trabalho executado pelas policiais militares apresentam muitas nuances e encontram-se profundamente engendrados na percepção que a própria Corporação tem do trabalho executado por mulheres.

**Palavras-chave:** Gênero. Trabalho Policial Feminino. Divisão Sexual do Trabalho.

### **ABSTRACT**

This paper aims to instigate a reflection on the relationship of gender and women's work in the Military Police of Minas Gerais. It is analyzed that female inclusion Corporation: an environment recognized as numerically and historically male, seeking to understand how to organize that space from the perspective of their own officers. Addresses the work and its social relevance, conceptualization of gender at the expense of their relations in the police environment through analysis of actual purchased at the expense of male and female, is addressing-hence the sexual division of labor and recognition of female police work. It was possible to consider issues related to the recognition of the work performed by military police have many nuances and are deeply engendered the perception that the Corporation itself have the work performed by women.

**Key-words:** Gender. Female Police Work. Sexual Division of Labor.



## Introdução

A inserção, a atuação, a presença e o espaço social da mulher no mercado de trabalho ainda são temas bastante controversos para muitos teóricos, dentre eles os autores clássicos, Beauvoir (1991) e Engels (2010). Dentre os autores contemporâneos, Hirata e Kergoat (2008), Kandel (2006), Macêdo (2003), Pautassi (2007), Saffioti (1976), (2004), (1990), Segnini e Hirata (2007), dentre outros. Esses autores debatem essas questões além de outras questões secundárias aliadas ainda a outras discussões paralelas que complementam os argumentos teóricos: relações de poder e dominação, sólidas concepções inerentes aos imperativos do imaginário coletivo, status, prestígio, hierarquia, dentre outras, sobretudo ao notar-se tal realidade através do viés da segregação sexual do trabalho (Kandel, 2006), (Muniz, 1999), (Soares e Musumeci, 2005).

Vários argumentos corroboram tal perspectiva. Os mais frequentes são os que advogam a causa de que as mulheres ocupam postos de trabalho inferiores aos dos homens, geralmente em função das clássicas representações sociais, aos conceitos que povoam o imaginário coletivo de uma sociedade que relaciona o feminino a um arcabouço simbólico e de imagens que sempre estão ligadas à “considerada essência da feminilidade”.

Um nicho específico é alvo desta pesquisa: o trabalho policial feminino. Percebeu-se que a escassez de pesquisas na área seria motivo suficiente para fomentar o presente estudo, abrangendo os mais diversos aspectos que envolvem a atuação feminina na Polícia Militar de Minas Gerais, uma instituição bicentenária, referência para outras polícias militares brasileiras.

Atualmente, verifica-se a presença feminina em todos os postos e graduações da PMMG e em todas as áreas de atuação, sejam as administrativas ou as operacionais, cujo ingresso ocorrera no início dos anos de 1980, com a publicação do Decreto 21.336, de 20 de maio de 1981 (MINAS GERAIS, 1981). Ademais, foi uma das instituições militares pioneiras na incorporação feminina em seus quadros, cujo fato impactou na estrutura da própria Corporação e continua em constante evolução, seja em função da estabilização dessa força de trabalho, seja em função do desenvolvimento do pensamento estratégico da PMMG (Alves, 2006). Ressalta-se que ainda que a presença feminina naquela Corporação se dê atualmente em todas as posições hierárquicas, seu quantitativo ainda é bastante inferior ao masculino.

Para se definir o foco da pesquisa, verificou-se, conforme exposto por Capelle e Mello (2010) e Soares e Musumeci (2005), que a mão de obra policial-militar feminina tende a ser



empregada sob a ótica de um viés protecionista (ao empregar aquela mão de obra em atividades diversas da atividade operacional de fato que não fossem o combate direto à criminalidade), que também poderia ser compreendido como segregador (ao empregar a mão de obra feminina em atividades popularmente conceituadas como essencialmente femininas) ou inferiorizador (ao subestimar a capacidade laboral policial feminina) aos olhos de outros que não as próprias policiais militares e inevitavelmente, a mulher depara-se com o dilema entre a afirmação e a negação da condição de igual.

O objetivo da pesquisa consistiu em quantificar os efetivos masculino e feminino a analisamos comparativamente, conhecendo-se as atividades que as policiais militares realizam e como elas se identificam enquanto mulheres policiais em situação de minoria em um ambiente historicamente dominado pela presença masculina.

Justifica-se essa pesquisa pela necessidade de se analisar a problemática da atuação e emprego da mão de obra policial militar feminina no âmbito regional, onde a cidade de Montes Claros-MG é sede da 11ª Região da Polícia Militar, uma entre as dezoito áreas geográficas de atuação da Polícia Militar que compõem o Estado de Minas Gerais.

A partir de tal compreensão pretendeu-se apresentar questões, sob os mais diversos matizes, com o intuito de compreender importantes questões inerentes ao conflito “instituição *versus* gênero”, baseadas nas teorias sobre gênero, poder e reconhecimento.

No que tange à metodologia, em função da natureza da problemática levantada, as técnicas de coleta de dados basearam-se em pesquisa bibliográfica e de fonte documental e de pesquisa quantitativa mediante aplicação de questionários semi-estruturados.

O acesso à opinião das policiais militares se deu depois de obter-se acesso à relação nominal das 125 (cento e vinte e cinco) policiais militares que trabalham na área de abrangência da 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, cuja sede é o município de Montes Claros. O convite para que participassem da pesquisa feito através do sistema de comunicação de mensagens internas da PMMG. Naquela ocasião explicou-se o motivo e a relevância da pesquisa. Desta forma, a pesquisa recebeu 61 (sessenta e uma) respostas para um universo de 125 policiais militares.

Contudo, não é intuito desta pesquisa a generalização dos resultados para o universo de análise. Os resultados aplicam-se somente aos sujeitos investigados.

O presente artigo está organizado da seguinte forma:

A primeira seção apresenta uma discussão teórica acerca de trabalho, gênero e reconhecimento do trabalho feminino.



A segunda seção apresenta um panorama sobre a Polícia Militar de Minas Gerais, desde seu surgimento aos dias atuais.

A terceira seção apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada junto às policiais militares.

A última seção apresenta as considerações finais.

## **1. Trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho: uma discussão conceitual**

366

O espaço laboral situa-se como um lugar especificamente organizado para a execução das atividades de produção. Assim, a categoria de trabalho é construída por meio de diferentes tipos de ferramentas que buscam levar as pessoas a terem um modo necessário de sobrevivência. Logo, o trabalho reflete tanto a essência da vida humana como sua evolução.

O trabalho é analisado por Engels (1986) sob a ótica do fundamento para a vida humana, e é através dele que o homem vem a construir seus conhecimentos, desenvolve seus utensílios de trabalho e estabelece sua organização social. Engels (1986) afirma que o homem é oriundo do trabalho, ou seja, não haveria desenvolvimento humano sem trabalho.

Karl Marx (1988), na obra “O Capital”, conceitua o trabalho como um processo que se dá entre o homem e a natureza e é através desse trabalho que o homem controla, regula e realiza, por meio de suas ações, um intercâmbio de materiais com a natureza.

Ávila (2012) analisa a concepção marxista de trabalho através do prisma de que a reprodução é abordada somente um viés do processo produtivo, ao passo em que desconsidera o trabalho reprodutivo, cuja realização se dá no âmbito doméstico e elemento essencial para a reprodução social. Deste modo, HIRATA e KERGOAT (1988, p.94) corroboram com a análise ao afirmarem que ainda que a “exploração seja um conceito-chave para o marxismo, base da relação antagônica entre as classes, o mesmo é insuficiente para mostrar a opressão sofrida pelas mulheres”.

O histórico do trabalho desempenhado pelo sexo feminino retrata, desde o princípio da civilização, aspectos marcantes e até os dias de hoje se fazem claramente presentes. Ao se analisar o histórico do trabalho executado pela mão de obra feminina, Saffioti (1976) afirma que desde a antiguidade a mulher desempenhava suas atividades laborais nas mais diversas áreas: lavoura, agricultura, cuidado e educação da prole, atividades domésticas, culinária, tecelagem, dentre outras atividades cujo imaginário coletivo sempre associa à imagem



feminina, já que o núcleo produtivo central era a unidade familiar com a finalidade de subsistência.

A participação laboral da mulher passa a se destacar de maneira inédita quanto mais se aproxima do período que ficaria marcado pela Revolução Industrial. A exploração da mão de obra feminina passa a ser abruptamente incorporada ao cotidiano fabril, num cenário cujo objetivo final era a garantia da subsistência familiar. Nesse contexto, a exploração da mão de obra feminina foi fundamental para a consolidação do capitalismo, por diversas razões, dentre elas o aumento da mão de obra disponível para atender à crescente demanda que se apresentava. Ademais, no bojo das transformações sociais inerentes ao modelo capitalista, a condição feminina fora brutalmente transformada de modo a contribuir econômica e financeiramente no âmbito familiar.

A condição feminina no universo policial, sobretudo policial-militar, caracterizado principalmente pela hierarquização, enaltece o termo conhecido como *divisão sexual de gênero*. A importância do debate sobre a segregação de sexo na esfera laboral é ressaltada por Kandel (2006) ao afirmar que a força de trabalho sexual segregada é produto da própria organização espacial do trabalho, das hierarquias salariais, da promoção e dos status, e, principalmente, pela concentração das mulheres em certos setores do mercado de trabalho e em determinados tipos de emprego. É nesse contexto que a cultura organizacional nas instituições policiais reforça as sólidas concepções do imaginário coletivo que, historicamente, é masculino.

Pode-se verificar que culturalmente, na Corporação, o emprego da mão de obra feminina tende a ser alocada em determinadas atividades tipicamente consideradas como próprias daquele gênero, tais como teleatendimento, secretariado, relações públicas, patrulha de prevenção à violência doméstica, atividades educativas realizadas em escolas, campanhas institucionais, dentre outras, cujo fato traz à tona a análise do emprego feminino: ao lhe serem atribuídas tais atividades, há o reconhecimento do trabalho feminino ou pelo contrário, há a segregação de gênero pelo fato de a policial militar ser vista como incapaz de executar os trabalhos que são dominados pelo gênero masculino?

O próprio meio policial, historicamente masculinizado, impõe à presença feminina a definição de seu lugar social, poupando-a da atividade policial de fato.

Tais cuidados em relação à colega mulher reforçam as noções a respeito de sua fragilidade, bem como a sensação de força dos colegas homens, que se colocam como seus protetores. Essa relação é o que, especialmente nas



atividades desempenhadas na rua, justifica que se classifique as mulheres como um estorvo, por aumentarem a carga de trabalho dos colegas homens. Quanto ao suposto desempenho superior das mulheres na área do trabalho documental, ao ser naturalizado, não contribui para valorizá-las. (HAGEN, 2006, p.07)

Para a contextualização da variante feminina do fator “trabalho”, faz-se necessário abordar o conceito de “gênero”, que alude à referência social do sujeito masculino ou feminino. Nessa perspectiva, a historiadora Joan Scott (1988), estabelece sua discussão para o termo “gênero” sob diferentes pontos de vista relacionados às correntes teóricas, além de ressaltar a sua relevância para produção de pesquisas históricas que associem a categoria “gênero” ao limbo valorativo das linhas teóricas de patriarcado, marxismo e psicanálise, através da explicação para a situação de subordinação da mulher e a dominação dos homens.

Ademais, faz-se necessário notar como se dá a interação entre o masculino e o feminino, de fato: relações gênero e relações sociais são mutáveis, complementares. Depreende-se assim, que as relações sociais de gênero são tão conflitivas quanto as demais relações sociais.

Os imperativos masculinos acabam sendo a tônica que orienta os processos de trabalho organizacionais policiais-militares, e, devido ao peso que exerce, perpetuado através da cultura presente e característica do espaço laboral. O viés machista acaba por subjugar e estigmatizar, relegando o produto laboral das mulheres a um plano inferior, subordinado aos imperativos masculinos.

Nesta perspectiva, a discussão acerca das questões presentes na relação “instituição *versus* gênero” faz-se necessária para a compreensão dos desafios com os quais o grupo feminino se depara num ambiente onde o gênero masculino perfaz a esmagadora maioria de seu efetivo. A predominância masculina e sua exclusividade por mais de dois séculos nos quadros da instituição determina a reprodução da cultura institucional alicerçada na supremacia masculina. Consequentemente, a presença feminina esbarra nos entraves que comprometem seu sentido de pertencimento àquele espaço social.

## **2 A Polícia Militar de Minas Gerais**

A constituição dos corpos ou forças policiais surge em função da concepção dos estados nacionais modernos. As referências históricas que abordam a origem da Polícia Militar de Minas Gerais são bastante escassas, mas convergem sempre no mesmo propósito: a salvaguarda das riquezas a serem enviadas à Coroa portuguesa.





De acordo com Marco Filho (2005), a origem da Corporação remete à primeira década do século XVIII, quando a Carta Régia de 09 de novembro de 1709 instituiu a criação da Capitania de Minas Gerais e São Paulo. Naquela época, a organização militar brasileira era bastante incipiente. Em virtude da exploração aurífera, vários levantes ocorreram no território mineiro, e para garantir o que o recolhimento do “quinto” de todo o ouro extraído fosse enviado com segurança à Coroa portuguesa, D. João V, então rei de Portugal, enviou ao Brasil um Contingente de Dragões.

Contudo, por motivos diversos, tal organização militar não estava mais atendendo aos anseios dos dirigentes da Coroa e fora dissolvido e substituída pelo Regimento Regular de Cavalaria. E deste modo, no século XVIII, estrutura-se na Capitania das Minas Gerais o Regimento Regular de Cavalaria, a mais notória organização de “força pública” militarmente organizada, em 09 de junho de 1775, conforme historiado por Silva Neto (1995). Desta forma, conforme Marco Filho (2005), o Regimento Regular de Cavalaria responsabilizava-se por atividades de cunho policial (impedimento do contrabando aurífero e escolta desse minério ao Rio de Janeiro) e militar (mobilização do Regimento para o Rio de Janeiro e outros estados do País, por diversas vezes).

No bojo das transformações ocorridas em consequência do desenvolvimento capitalista, destacando-se nesse cenário, Inglaterra e França, conforme pontuado por Cotta (2006), que caracteriza a polícia moderna por um corpo profissional “uniformizado, armado, equipado e com a responsabilidade de patrulhar as cidades, prevenindo e reprimindo os atos considerados antissociais”, que independe do Exército e é separado das instituições judiciárias.

Ademais, a história da Polícia Militar de Minas Gerais é reforçada pela ideia e pela presença mítica do alferes, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em suas fileiras, cuja imagem é associada ao Regimento de Dragões por atrelar-se diretamente à Inconfidência Mineira.

A Corporação, como toda organização militar, baseia sua conduta em dois pilares básicos: hierarquia e disciplina e seu efetivo atual na ativa é de aproximadamente 50.000 membros.

Deste modo faz-se uma contextualização história da polícia militar mineira, uma das maiores forças policiais brasileiras, tanto em área de abrangência como em número de efetivo, cuja missão é a promoção da segurança pública através da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 2010)



Para Calazans (2003), o ingresso feminino no ambiente laboral policial-militar encontra sustentação ao ser ilustrado pela pretensão do discurso de que atualmente buscam-se outros valores mais favoráveis com o contexto social atual, como inteligência, a capacidade para intermédio na resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Desta forma, conflitam novas situações em que a força física não é fundamental. Um exemplo é a mediação em situações potencialmente violentas e conflitivas, atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado (minorias e grupos vulneráveis em situação de vitimização) e demandas não-criminais.

Cotta (2006) assevera que a presença feminina no efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais é bastante recente e ocorreu devido à necessidade de melhor atendimento a dois grupos em situação de vulnerabilidade social: menores abandonados ou em conflito com a lei e mulheres criminosas ou envolvidas em ilícitos penais.

Somente em 20 de maio de 1981, quando da entrada em vigor do Decreto 21.336, foram abertas as portas de uma instituição bicentenária para que a mão de obra feminina pudesse ali desempenhar suas atividades. (MINAS GERAIS, 1981)

Na década seguinte, com a sanção da Lei 11.099, de 18 de maio de 1993 (MINAS GERAIS, 1993), houve a fixação em 5% das vagas nos certames externos para o ingresso feminino.

Nos anos 2000, o efetivo foi fixado até o ano de 2010 através da Lei 16.678, de 10 de janeiro de 2007, em 51.669 (cinquenta e um mil seiscientos e sessenta e nove) militares e ampliou a quantitativo definido para o ingresso feminino, estabelecendo para 10% do total de vagas ofertadas militares do sexo feminino tanto nos Quadros de Oficiais, de Oficiais Complementares como de Praças, sem limite para os demais quadros (MINAS GERAIS, 2007).

A seguir apresenta-se a análise dos dados coletados através da pesquisa realizada junto ao efetivo de policiais femininos da PMMG.

### **3 O trabalho policial feminino na Polícia Militar de Minas Gerais: a realidade segundo as investigadas**

O roteiro de pesquisa fora construído de modo a contemplar as relações de poder e dominação, discriminação, alocação do trabalho feminino e seus critérios de justificação, a imagem social no âmbito institucional atribuída ao reconhecimento, à presença e à qualidade do trabalho feminino, além de possíveis discrepâncias inerentes à cultura organizacional, à



profissão ou à própria Polícia Militar, em função do gênero, que se constitui como uma construção social atribuída aos sexos masculino e feminino.

Apresentam-se, inicialmente, os dados referentes à distribuição comparada do efetivo policial, tanto masculino quanto feminino, em toda a Corporação e no âmbito da 11ª Região da Polícia Militar, cuja sede é a cidade de Montes Claros - MG. Tais ângulos de comparação tiveram o objetivo de ilustrar numericamente o quão distantes encontram-se as presenças masculina e feminina na PMMG. Tais dados serviram para apontar como a predominância masculina no efetivo da PM influencia o trabalho feminino.

Em seguida, expõem-se os dados alusivos às questões de alocação, valorização e reconhecimento do trabalho feminino. Estes dados têm o objetivo de explicitar como as profissionais se percebem como integrantes de uma Instituição bicentenária, que há pouco mais de três décadas permitiu o acesso feminino em seus quadros visando atender aos interesses coletivos de uma sociedade que começava manifestar a necessidade de tratamento igualitário a quem precisasse dos serviços de uma Corporação imbuída da responsabilidade de ser o braço-armado do Estado. Posteriormente, apresentam-se os dados referentes às relações que se estabelecem profissionalmente e em detrimento das relações de gênero. Para se fazer a análise comparada do efetivo total da Polícia Militar de Minas Gerais com o seu efetivo regional, fez-se o levantamento numérico dos dados disponibilizados no Sistema de Recursos Humanos daquela Instituição, disponibilizado na plataforma denominada IntranetPM através de relatórios de efetivo. A análise comparativa teve por objetivo situar a realidade da 11ª Região da Polícia Militar em relação ao cenário estadual, no que se refere aos quantitativos por sexo e por nível hierárquico.

A comparação adotada compreende um recorte regional do efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais, especificamente a 11ª Região da Polícia Militar, cuja sede é o município de Montes Claros, abrange 77 municípios (setenta e sete) em uma área total de 101.032 km<sup>2(1)</sup> e população aproximada de 1.459.662 habitantes<sup>2</sup>.

### 3.1 Caracterização do efetivo feminino

A distribuição dos efetivos feminino e masculino tanto no âmbito regional como no âmbito estadual visa verificar as discrepâncias entre estas duas esferas macro e micro

<sup>1</sup> Fonte: PMMG, 2013.

<sup>2</sup> Fonte: PMMG, 2013.



institucionais. Tais números corroboram para a construção do perfil da presença feminina na PMMG diante da maioria masculina, tanto em números absolutos como em números relativos.

Apesar de a presença feminina atualmente já ter alcançado todos os graus hierárquicos, a presença feminina tem acesso limitado pelas restrições legais, que se aplicam quando do ingresso na Instituição, fixadas em 10% das vagas desde o ano de 2007 (MINAS GERAIS, 2007). Para os concursos internos não há limitação, o que naturalmente, acaba por ser consequência da restrição do acesso inicial, se estendendo aos demais graus hierárquicos em maior ou menor grau.

As tabelas e gráficos a seguir referem-se à caracterização do efetivo masculino e feminino da PMMG, além das questões alusivas às áreas de atuação, satisfação e motivos que as levaram a ingressar na PMMG e pretensões futuras na Corporação.

TABELA 1  
Efetivo total em atividade da PMMG por sexo e nível hierárquico – 2013

Nível hierárquico	Efetivo masculino		Efetivo feminino		Efetivo total
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	
Coronel	39	90,7	4	9,3	43
Tenente-Coronel	196	88,7	25	11,3	221
Major	385	81,2	89	18,8	474
Capitão	601	82,2	130	17,8	731
1º Tenente	720	84,3	134	15,7	854
2º Tenente	726	83,9	139	16,1	865
Cadete/Aluno	112	90,3	12	9,7	124
Subtenente	545	92,7	43	7,3	588
1º Sargento	1793	87,3	259	12,7	2052
2º Sargento	1458	88,7	187	11,3	1645
3º Sargento	7245	92,6	579	7,4	7824
Cabo	10150	93,8	670	6,2	10820
Soldado 1ª Classe	15778	92,0	1363	8,0	17141
Soldado 2ª Classe	43	84,3	8	15,7	51
Total	39791	91,6	3642	8,4	43433

Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Pode-se notar que conforme exposto na TAB.1, comparativamente, o efetivo masculino representa 91,6% do efetivo em atividade de toda a Instituição. A graduação onde a discrepância entre a presença masculina e feminina é maior é a de Cabo, com 93,8% de participação masculina. Analisando-se a distribuição feminina, o destaque em números absolutos está no nível de Soldado de 1ª Classe. Quando se analisa os números relativos, destaca-se a maior participação feminina no posto de Major, com frequência relativa de 18,8% e 89 representantes.

TABELA 2



Efetivo feminino total em atividade na PMMG por nível hierárquico – 2013

Nível hierárquico	Efetivo feminino	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Coronel	4	0,1
Tenente-Coronel	25	0,7
Major	89	2,4
Capitão	130	3,6
1º Tenente	134	3,7
2º Tenente	139	3,8
Aspirante	1	0,0
Cadete/Aluno	12	0,3
Subtenente	43	1,2
1º Sargento	259	7,1
2º Sargento	187	5,1
3º Sargento	579	15,9
Cabo	670	18,4
Soldado 1ª Classe	1363	37,4
Soldado 2ª Classe	8	0,2
Total	3643	100,00

Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Procedendo-se a análise isolada de todo o efetivo feminino da PMMG por nível hierárquico sobre seu total, na TAB.2 percebe-se que somente 0,1% do efetivo, ou seja, 4 (quatro) mulheres encontram-se no posto de Coronel.

Naturalmente, o maior quantitativo feminino tanto em números absolutos como relativos, encontra-se no nível de Soldado de 1ª Classe (37,4%). Tal fato deve-se aos sucessivos certames realizados a partir do ano de 2007, que ampliou a oferta de vagas além de dobrar a cota de vagas para os candidatos femininos para 10% do total das vagas ofertadas (MINAS GERAIS, 2007).

A TAB.3, a seguir, apresenta o efetivo de toda a 11ª Região da Polícia Militar em função de sexo e nível hierárquico.

TABELA 3  
Efetivo da ativa no âmbito da 11ª RPM por sexo e nível hierárquico – 2013

Nível hierárquico	Efetivo masculino		Efetivo feminino		Efetivo total
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	
Coronel	1	100	-	-	1
Tenente-Coronel	5	100	-	-	5
Major	9	90	1	10	10
Capitão	18	90	2	10	20
1º Tenente	31	93,9	2	6,1	33
2º Tenente	42	91,3	4	8,7	46
Subtenente	24	100	-	-	24
1º Sargento	93	96,9	3	3,1	96



2º Sargento	60	95,2	3	4,8	63
3º Sargento	450	95,7	20	4,3	470
Cabo	465	98,5	7	1,5	472
Soldado 1ª Classe	1038	92,6	83	7,4	1121
Soldado 2ª Classe	5	100	-	-	5
Total	2241		125		2366

Fonte: PMMG, 14/08/2013.

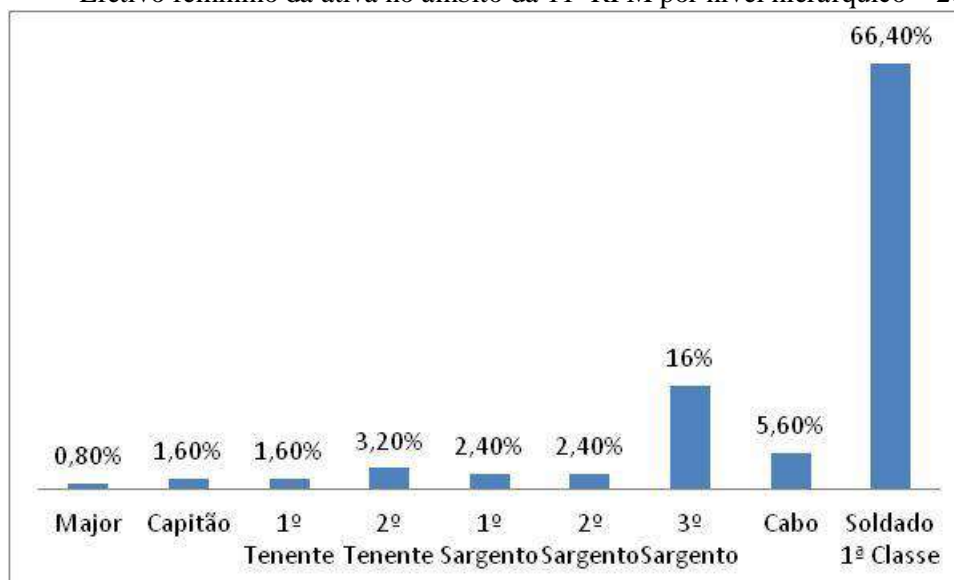
Conforme apresenta a TAB.3, na 11ª Região da Polícia Militar, o posto mais alto onde há participação feminina, é o de Major, mas em proporção bastante inferior se comparado ao efetivo feminino de toda a Polícia Militar de Minas Gerais: 10% ante 18,8%. Destaca-se ainda que este é o posto (Major) que apresenta menor presença feminina, havendo somente uma representante no âmbito da 11ª RPM.

Proporcionalmente, os postos de Major e Capitão são os de maior participação percentual feminina - 10% cada – contudo sensivelmente inferiores quando comparados com toda a Instituição: 18,8% e 17,8%, respectivamente.

374

GRÁFICO 1

Efetivo feminino da ativa no âmbito da 11ª RPM por nível hierárquico – 2013



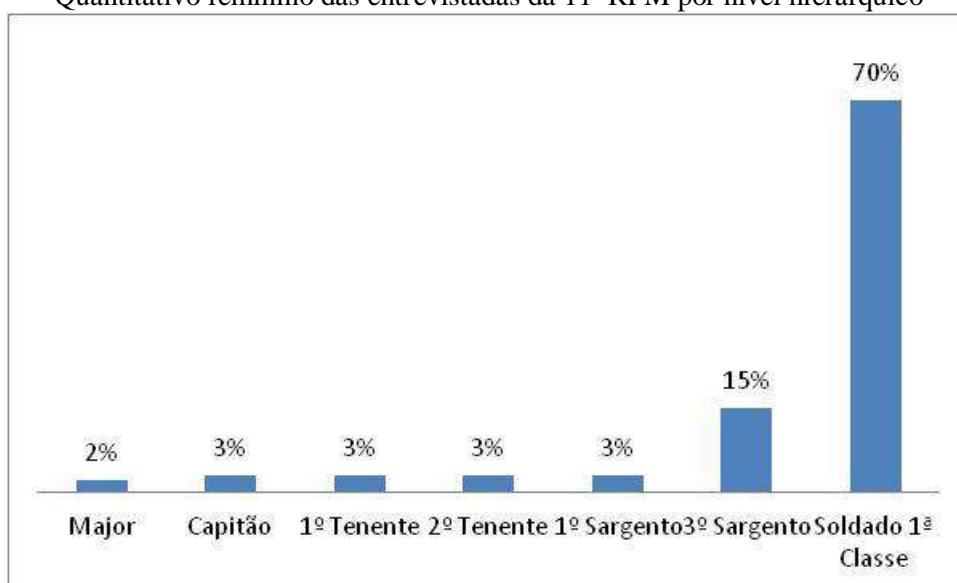
Fonte: PMMG, 14/08/2013.

Ainda no âmbito regional, a maioria de seu efetivo feminino encontra-se na graduação de Soldado de 1ª Classe (66,4%), ante 37,4% do efetivo de toda a Instituição, conforme demonstrado no Gráfico 1. Credita-se tal fato ao grande quantitativo que fora incluído nos certames mais recentes, a partir do ano de 2007, quando da sanção da Lei 16.678, de 10 de



janeiro de 2007, que ampliou o ingresso feminino de 5% para 10% a partir de então (MINAS GERAIS, 2007).

**GRÁFICO 2**  
Quantitativo feminino das entrevistadas da 11ª RPM por nível hierárquico



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao grau hierárquico das respondentes, do total de entrevistadas, 70% são Soldados de 1ª Classe, conforme se pode observar no Gráfico 2. Nota-se que não se obteve resposta de nenhuma policial na graduação de Cabo.

**TABELA 4**  
Quantitativo feminino da 11ª RPM por área de atividade

Área de atividade	Efetivo feminino	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Saúde <sup>3</sup>	11	18
Educação <sup>4</sup>	-	-
Administrativa	25	41
Operacional	22	36,1

<sup>3</sup> Profissionais das áreas de medicina, odontologia, psicologia e enfermagem.

<sup>4</sup> Lotada no Colégio Tiradentes da Polícia Militar.





Operacional especializada (meio ambiente, trânsito rodoviário ou missões especiais)	3	4,9
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à área de atividade desempenhada pelas entrevistadas, 41% responderam atualmente trabalhar na área administrativa (atividade-meio), enquanto 36,1% responderam trabalhar na área operacional (atividade-fim). Atuação em outras áreas soma 22,9%, conforme demonstrado na TAB.4. Quando somados os percentuais das áreas administrativa e saúde (41% e 18%, respectivamente), verifica-se o percentual de 59% de mulheres que não trabalham na atividade-fim da Polícia Militar. Tal fato demonstra que de fato há uma divisão sexual do trabalho, uma tendência organizacional a alocar a mão de obra feminina nas atividades que não sejam as de enfrentamento direto e prevenção à criminalidade.

Para Bourdieu (2002) este fato se configura mediante a visão androcêntrica que se instala como neutra e não percebe a importância de se manifestar de modo capaz de legitimá-la. Ademais, a ordem social atua como um imenso aparato simbólico que tende a confirmar a dominação masculina na qual se estrutura. Ou seja, na divisão sexual do trabalho existe uma distribuição muito estrita das atividades relacionadas a cada um dos sexos, de seu lugar, seu momento e seus instrumentos.

TABELA 5  
Emprego da mão de obra feminina na PMMG segundo as policiais militares

Emprego da mão de obra feminina na PMMG segundo as policiais militares	Efetivo feminino	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Na administração	54	88,5
Na área operacional	5	8,2
Não sabe / nunca pensou a respeito	2	3,3
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo as entrevistadas, 88,5% acreditam que a mão de obra feminina é empregada na administração, conforme a TAB.5. Pode-se analisar tal afirmação pelo viés essencialista que não é exclusivo dos que valorizam a presença feminina, conforme Soares e Musumeci (2005), e que as próprias policiais percebem, mesmo sem terem noção do que isso significa de fato.

TABELA 6  
Como deveria ocorrer o emprego da mão de obra feminina na PMMG segundo as policiais militares

**Como deveria ocorrer o emprego da mão de**



<b>obra feminina na PMMG segundo as policiais militares</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
De preferência em atividades administrativas	26	42,6
De preferência na área operacional	35	57,4
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Curiosamente, quando questionadas sobre como deveria ser o emprego da mão de obra feminina, 57,4% responderam que as policiais militares deveriam desenvolver suas atividades na área operacional, conforme a TAB.6. É nesse questionamento que se situa o dilema no qual se debate acerca da consolidação da imagem da policial feminina: ao conscientizar-se como igual ou diferente da imagem policial masculina – “e no cerne de uma desqualificação implícita, na medida em que as atividades de ‘confronto’ sejam identificadas como ‘verdadeiro trabalho de polícia’”. (SOARES e MUSUMECI, 2005, p.76).

377

TABELA 7  
Atividade policial na qual as pesquisadas preferem de trabalhar

<b>Atividade policial na qual as pesquisadas preferem de trabalhar</b>	<b>Efetivo feminino</b>	
	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Na administração	15	24,6
Na atividade operacional	31	50,8
Em atividade especializada (saúde, meio ambiente, missões especiais)	15	24,6
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A preferência pessoal de cada policial militar também foi alvo de questionamento. Quando questionadas sobre em qual área prefeririam trabalhar na PMMG, 50,8% responderam preferir trabalhar na atividade-fim, enquanto as outras opções de respostas obtiveram 24,6% cada, conforme a TAB.7.

Desta forma, Para Soares e Musumeci (2005), há um receio velado para a alocação da mão de obra feminina, repleto de avaliações contraditórias e pré-julgamentos. As autoras afirmam que na inexistência de um enfoque institucional do lugar feminino, sobressaem o senso comum e critérios subjetivos para a tomada de decisão neste aspecto.

Esta opção de resposta contrasta, curiosamente, com a resposta dada ao questionamento apresentado na TAB.5, onde 88,5% das entrevistadas responderam acreditar que a mão de obra policial feminina é empregada na atividade-meio.



## Considerações finais

Por meio da pesquisa, foi possível compreender como e porque se deu o ingresso feminino e como as mulheres se percebem enquanto integrantes dos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais, uma organização fundada há 241 anos e que há 33 anos possibilitou o ingresso feminino em suas fileiras.

No início, de modo bastante tímido, acompanhando uma tendência internacional de aproximação das forças policiais com a sociedade para a qual destina o fruto de seus esforços e cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a manutenção da paz social.

Embora a presença feminina atualmente se faça presente em todos os graus da hierarquia policial-militar mineira, a trajetória do caminho a ser trilhado ainda é longa e demorada. Ainda há muito a se avançar, afinal, a presença feminina se julga capaz de executar as mesmas atividades que os homens e quer receber o mesmo tratamento, sem ser subjulgada por sua condição de serem mulheres e minoria, num ambiente, segundo as próprias policiais, ainda hostil à sua presença.

Percebe-se que o ingresso feminino se deu através de legislação e orientação para emprego próprios, e ainda, através de cota para ingresso, ainda vigente, ainda que num percentual maior.

Dentre as discrepâncias funcionais alusivas ao emprego da mão de obra feminina, verificou-se que a PMMG tende a alocá-la em atividades administrativas, apesar de a maioria opinar que prefere trabalhar na atividade-fim, lidando diretamente com o enfrentamento à criminalidade.

Verifica-se que devido a esses fatores a presença feminina ainda não encontrou seu lugar social, mesmo após 33 anos de sua inclusão. Isso ainda levará tempo para que as gerações que ingressaram mais recentemente possam alcançar o topo da hierarquia e contribuir mais efetivamente para a construção de ambiente que oportunize, de fato, condições para as mulheres possam ser empregadas e reconhecidas conforme as habilidades, as capacidades e o conhecimento que possuem, influenciando de modo singular a execução da atividade de polícia que lhes competem a cultura da organização para a qual desempenham suas atividades profissionais.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Livia Neide de Azevedo. **A polícia feminina na Polícia Militar de Minas Gerais: percurso histórico**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011. 159p.

ÁVILA, Maria Betânia. **Trabalho, desenvolvimento e os impactos na vida cotidiana**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes . **Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 11, p. 1-25, 2010.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

———. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3.ed. São Paulo: Global editora, 1986. 57p.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial: estudos da policia civil do Estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBCCRIM, 2006 (Monografias/IBCCRIM; 39).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão**. In: BRUSCHINI, ET AL. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

KANDEL, Ester. **División sexual del trabajo ayer y hoy: Una aproximación al tema**. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2006.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Goiânia, 2003.

MARCO FILHO, Luiz de. **História Militar da PMMG**. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação. PMMG, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Editora, 1988.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual 21.336, de 27 de maio de 1981. Cria a Companhia de Polícia Feminina da PMMG e da outras providências**. Diário Oficial do Estado de 30/05/1981. pág. 4.



———. **Lei 11.099, de 18 de maio de 1993: Fixa o efetivo da PMMG e dá outras providências.** Belo Horizonte: Diário Oficial do Estado nº 92, de 19/05/1993. Transcrito no BGPM 092, de 19/05/1992. pp. 002-009.

———. **Lei 16.678, de 10 de janeiro de 2007: fixa o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais.** Minas Gerais, de 11/01/2007.

———. Polícia Militar. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Comando-Geral. 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

PAUTASSI, Laura. **¡Quanto trabajo mujer! El género y las relaciones laborales.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Histórico.** Belo Horizonte. 2013. Disponível: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/bpgd/conteudo.action?conteudo=501&tipoConteudo=itemMenu>> Acesso em: 21 fev.2013.

———. Polícia Militar. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Comando-Geral. 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

———. **Estudos Sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas.** São Roque. SP: Fundação Carlos Chagas. V.1, Nov/1990.

———. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEGNINI, Liliana (Org.); HIRATA, Helena (Org.). **Organização, trabalho e gênero.** 1ª. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007. 360 p.

SOARES, Bárbara Musumeci e MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



## NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA: UM OLHAR DA REALIDADE HISTÓRICA DAS MULHERES NEGRAS

AGUIAR, Wanderleide Berto

Mestranda do Programa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

E-mail: *wandyberto@yahoo.com.br*

FERREIRA, Maria da Luz Alves

Doutorado em Sociologia e Política

E-mail: *mariadaluz@oi.com.br*

IDE, Maria Helena Souza

Doutorado em Educação

E-mail: *mhelenaide@hotmail.com*

381

### RESUMO:

A história brasileira é marcada pelos processos simbólicos e representações que estão estabelecidos no imaginário e atitudes sociais. Em uma perspectiva sócio-histórica pode-se perceber que a relação entre o sexismo e o fator gênero contribui para reiterar os espaços de poder consolidados no imaginário social brasileiro. Deste modo, têm-se como foco principal as dimensões que perpassam sobre os fatores ligados ao quesito gênero-raça, trazendo como enfoque a situação da mulher negra na realidade cotidiana que persiste através dos valores, estereótipos à manutenção das desigualdades sociais baseadas no gênero e/ou raça. Para tanto, contribuiu para análise um arcabouço teórico, buscando por meio de pesquisas e autores de renomes percorrer este âmbito de debate sobre os contextos que incidem para com a mesma.

**Palavras-Chave:** Gênero; Raça; Mulher Negra

### ABSTRACT:

The brazilian history it is marked for symbolic and representations process that are established on imaginary and social attitudes. In a social historic perspective can see the relation between the sexism and the gender factor contribute to reaffirm the power spaces solidified in brazilian social imaginary. From this, the mainly focus are the dimensions that pass by the factors associated to gender-race question bringing as focus the negro woman situation in daily reality that persist through values, stereotypes to unequal social maintenance rest in gender and/or race. To this end, contribute to analysis a theoretical construction searching through out investigations and renowned authors to investigate this discussion ambit about the context that occur with itself.

**Keywords:** Gender, Race, Negro woman



## INTRODUÇÃO

O atual contexto mundial traz em suas relações uma evolução no tocante as relações humanas. No entanto, ainda sim, impera algumas desigualdades existentes na sociedade brasileira, evidenciando quanto a este foco, a relação de gênero, em que o espaço social possui em seu meio, culturas e representação que oprimem a liberdade alheia.

A sociedade brasileira é vista como uma sociedade multirracial composta por sua maioria de negros e pardos em que estes sofrem com a discriminação e desigualdade social. De acordo com Guimarães (2010), a cor através da raça tem sido um fator preponderante para definir a posição social e, além disso, o destino pessoal de qualquer negro no meio social brasileiro.

São inúmeros discursos a respeito de gênero que destacam o domínio de um sobre o outro, neste caso, a figura masculina aqui se beneficia pelo fato do discurso afirmar a hierarquia existente, fator que foi perpetuado dentro da estrutura social no caminhar da história. Aspecto este, que contribui para a afirmação dessa hierarquia, ou seja, vincula-se aos elementos do corpo que é algo que determina o posicionamento no campo discursivo, que nas sociedades ocidentais a todo o momento é materializado, sobre a imagem feminina, novas relações de poder.

É notável que nas últimas décadas, o mundo e conseqüentemente o Brasil obteve grandes avanços na estrutura econômica, mas cabe fazer uma ressalva, já que historicamente na relação de poder impera a representação social masculina.

Nesse enfoque, evidenciam-se as formas de opressão reproduzidas pela relação de gênero, em que destacam no contexto sócio-histórico-cultural as expressões destes fatores na vida das mulheres, frisando neste aspecto o fator gênero e para além, a condicionante cor da pele que incidem sobre a vida desta expressiva população.

É nesta estrutura de valores que objetiva compreender no campo da desigualdade social entre homens e mulheres, a construção simbólica de poder, articulando neste campo o processo de subalternização, de dominação, violação de direitos vivenciados por mulheres, resultante da construção de movimentos socioestruturais.

Assim, vê-se a necessidade de buscar refletir a respeito de outro signo que nas últimas décadas ganha visibilidade no cenário social, destacando neste aspecto, a





situação da mulher negra como sendo objeto de discriminação devido o fator gênero e também o quesito raça. Para a construção e organização dos dados relativos ao estudo permeou-se teorias concernentes à situação brasileira, apresentando sob um terreno teórico, estudos que expõem sobre o nexos entre raça e gênero, o que vem destacar suas implicações nas relações contemporâneas.

A necessidade em discutir esta temática, se faz necessário já que são fatores que atravessam a vida cotidiana, haja vista que os seres são permeados por uma rede de relacionamentos com características complexas, fomentado pelo sistema de dominação patriarcal, que de acordo com Santos & Oliveira (2010, p. 04) “reinventa, reproduz e perdura”, ou seja, é um tema que está em construção.

Nesta perspectiva, nota-se que, a construção de gênero ocorre por meio da dinâmica das relações sociais, em que o papel masculino e feminino é produzido culturalmente e transforma conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído no tocante a execução das tarefas, designando para o homem o foco de provedor da família.

Logo, é dentro de um sistema hierárquico que é construída as relações de gênero, tendo assim, a relação de poder, cuja hegemonia se traduz na supremacia da esfera masculina. Sendo a identidade social dos dominantes e dos dominados, no caso homens e mulheres, respectivamente,

O produto da inscrição no corpo de uma relação de dominação, as estruturas estruturadas e estruturantes do *habitus* são o princípio de atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica que produz a diferença entre os dominantes e os dominados (BOURDIEU, 2003, p. 146).

É notável que as identidades referentes à situação de dominação são apreendidas desde os primeiros momentos de vida, uma vez que o patriarcalismo<sup>1</sup> é presente nas dinâmicas das relações sociais. Advindo de um discurso focado pela cultura de que os homens são racionais, e a partir deles originariam as opiniões, as

<sup>1</sup> Segundo Barreto (S/D, p. 01), “patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcalismo funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência”.



funções políticas, culturais e sociais que somente poderiam ser campo de atuação dos mesmos. Já o sexo feminino é tratado como um ser frágil, onde o lado afetivo permitia a elas um lugar de atuação, suas responsabilidades estariam relacionadas no âmbito do lar, a educação dos filhos e, além disso, a mulher também tinha como função suprir os anseios do marido.

A perpetuação e naturalização simbólica da dominação e relações de poder referente às questões de gênero e raça passam pelo conceito de violência simbólica. Neste aspecto,

Sempre vi a dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2003, p. 09).

A partir dessa análise, tem-se a construção simbólica e social quanto à identidade feminina, atravessando sobre esta questão a problemática de gênero e raça, em que se tem uma desigualdade da condição da mulher, haja vista que a dimensão espacial surge como um marcador social, situando a mulher negra em uma relação diferenciada, ou seja, de subordinação de gênero.

Autores como Pinho (2004), traz em sua discussão sobre este espaço que delimitam a formação sociocultural e socioespacial brasileira, já que:

Podemos dizer ideologicamente algumas imagens ou modelos de raça e gênero comporiam o repertório da nacionalidade e, em consequência disso, uma coleção de estereótipos a povoar o imaginário social, colaborando para a fixação de um lugar. Podemos chamá-las de Imagens de Raça e Gênero, pressupondo que estas se condensaram em representações imediatamente reconhecíveis (PINHO, 2004, p.112).

Ao partir dessas premissas, a análise discursiva em torno de gênero mostra na interpretação de Foucault que a realidade exposta é permeada de objetividade que na verdade foi construída por um saber inundado de poder. De acordo com estudos realizados “até meados do século XVIII, havia uma concepção de que o sexo era único



nos quais homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital ao longo de um eixo cuja causa final era masculina” (RODRIGUES, 2011, p.33).

## RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA CATEGORIA HISTÓRICA

Trazer o conceito de gênero é permitir levar um entendimento sobre o quanto ele revela essencial para tornar claro o posicionamento de desigualdade de poder que as mulheres enfrentam face ao homem. Diante disso, pode ser entendido que as relações de gênero são relações sociais, e que estas significam e tem implicação de relações de poder.

Por esse fato, o grande problema contido em torno dessas relações de poder entre os sexos é a forma como elas estão distribuídas de maneira desigual, colocando as mulheres em uma posição subalterna na organização social. Dessa forma, a autora Saffioti (1995), pontua que dentro das relações de gênero, existe conotação de relações de poder, mas ela destaca que na relação estabelecida há ações distintas dos indivíduos que a praticam,

A relação dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra essa relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais. Não se trata de uma hierarquia, mas de uma contradição. [...] Como na dialética entre o senhor e o escravo, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania (SAFFIOTI, 1995, p. 183).

A análise de gênero recebeu uma contribuição fundamental de Pierre Clastres (1988), que estudando os *Guaiaqui* focaliza a organização das relações sociais vividas e os papéis atribuídos a cada sexo. Nessa sociedade, há uma nítida oposição entre o papel dos homens e o papel das mulheres em que as atividades executadas por ambos são fortemente marcadas pela divisão sexual.

As interpretações de Clastres (1988) evidenciam que a diferença sexual não decorre da natureza dos corpos, mas sim de arranjos sociais que determinam e hierarquizam a posição de cada sexo. Sendo assim, as inúmeras diferenciações sociais



que permeiam as relações entre os sexos como o status, o poder, a personalidade, o comportamento e os trejeitos corporais não advêm do fator biológico, mas são construções culturais que geram inúmeros significados para a afirmação das diferenças corporais.

Deste modo, a história tem mostrado a trajetória feminina que a todo o momento foi caracterizada como submissa, assim, podemos perceber nos discursos fundados por uma ideologia hegemônica que possibilitou a atuação do poder masculino a justificar atos contra a mulher que aqui estão em pares de oposição. Estes preceitos quanto à concepção de gênero são revelados nas práticas históricas de poder, em uma relação hierárquica de gênero, pensada sob dois marcadores sociais: o machismo e o racismo.

A questão racial no Brasil, por muitos anos funcionou como processo de estratificação social, destacando as relações raciais que sobrepuseram a vitimização da mulher negra brasileira durante séculos de escravidão.

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003).

Essa realidade apontada pela autora descreve aspectos históricos da dimensão referente à intersecção de gênero e raça que incidem sobre a identidade negra feminina no atual contexto brasileiro. Mesmo com as transformações históricas, sociais e econômicas ainda sim, as relações sociais trazem imbuídas pensamentos e práticas ideológicas baseado em um sistema de hierarquização.

A multiplicidade de questões concernentes à edificação identitária das mulheres negras perpassa os veículos de comunicação, visto que os mesmos produzem e



reproduzem discursos e concepções étnicas fortemente arraigadas e obsoletas, que agregam representações que legitima a discriminação da mulher negra e transferem para toda esfera social.

O preconceito contra a mulher negra tem implicações dentro do fator gênero e raça, embora a situação feminina tenha ganhado visibilidade na cultura ocidental, ainda sim a sua ascensão social passa pelo processo de fortalecimento, já que constata vulnerabilidades acerca do papel que as hierarquias de cor/raça, gênero, diversidade sexual e classe social desempenham na configuração das práticas sociais e em particular na constituição da identidade destas na realidade brasileira.

### **MULHERES NEGRAS: VULNERABILIDADE E DOMINAÇÃO**

Os estereótipos construídos por um discurso racista em relação às mulheres negras imprimem e perpetuam o preconceito, sustentando assim a exclusão e violência disseminada em vários âmbitos da sociedade. Impulsionando fatores históricos, vinculados à imagem da mulher negra, o processo de manutenção não só por uma violência física, mas também de uma violência simbólica que legitima tais discursos em que as mulheres negras ainda são submetidas.

Trata-se de condições históricas de dominação que tem como formas estruturantes a raça, gênero e classe, que contribuem para a produção no imaginário coletivo as representações diferenciadas e subalternizadas entre os papéis masculino e feminino, focalizando neste sistema uma discriminilização atrelada as hierarquias de gênero-raça, afetando as relações sociais entre homens e mulheres negros (as), especialmente no que refere às mulheres negras cuja voz percorre os empecilhos conjunturais.

Importantes avanços foram inseridos no aparato jurídico, cujo olhar foca a defesa da dignidade humana alcançada a população negra brasileira, que no tratamento histórico legal foi alvo de invisibilidade aos aspectos ligados aos seus direitos. Convém destacar que as normas jurídicas por muitos anos contribuíram para a manutenção das desigualdades raciais (LOBO, S/D).



O ano de 1988 foi fundamental na história contemporânea brasileira, marcando o restabelecimento do Estado Democrático de Direito – com a promulgação da nova Constituição Federal – e, conseqüentemente, a igualdade de direitos e a criminalização do racismo. Esse mesmo ano marca igualmente o centenário do fim da escravidão no Brasil e um novo patamar na luta anti-racista, em que o Estado começa a reconhecer a sua omissão histórica e é pressionado a implementar medidas de promoção da igualdade racial (LOBO, S/D, p.07).

Percebe-se que a Constituição de 1988 busca através da legislação punir e prevenir as práticas que infringem os princípios do ordenamento jurídico, tal qual o Estado democrático de direito, repudiando atitudes de discriminação, preconceitos tipificados como sendo de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Tal como é exposto nos seguintes artigos:

- Art. 5º, XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII- a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

- Art. 7º- São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social:

XXX- proibição de diferença de salários, de exercício de função e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

- Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desta maneira, Morais (1998) argumenta e reflete um fator importante sobre a lei em específica a Constituição Brasileira de 1988 que trata sobre a proibição da desigualdade de gênero, problematizando sobre este viés uma realidade cotidiana adversa ao que está prescrito nas abordagens legislativas.



No entanto, mesmo com a evolução e implementações de leis que introduzem o fortalecimento dos direitos humanos e sociais, observa-se que ainda impera muitas desigualdades nas relações cotidianas no tempo e o espaço, sendo um desafio para o Brasil enfrentar tais questões, já que os valores culturais incidem sobre o caminho do avanço. Considerando sobre as demarcações socioculturais, inserem-se os meios de comunicação, setor que com forte vínculo de influência da opinião pública.

Mesmos com a evolução dos aparatos jurídicos, as práticas culturais não acompanharam os aspectos centrais estabelecidos nos preceitos legais. Sob este viés nota-se que no atual contexto, a discriminação racial no Brasil não está presente no plano das leis, mas atravessa a relação entre os indivíduos.

Desta forma, a imagem do negro e, conseqüentemente, da mulher negra ainda permeia na sociedade brasileira a uma imagem construída pelo estereótipo, praticando ações contrárias às políticas de ação afirmativa para esta população. Passado século da abolição da escravatura vê-se a condição negra emergida no descaso e na segregação, é possível visualizar na esfera social brasileira que o centro de ocupação da etnia negra ainda é um espaço fragilizado, devido esta está inserida em campos de emprego, moradia, que não denotam valor aos olhos societários. Um exemplo maior quanto a essa temática, está ligado ao nível de escolaridade, que ainda é um dos piores para a população negra (Pitanguy & Barsted, 2011).

Portanto, a estrutura social exerce um papel importante no tocante ao gênero feminino e em relação à raça negra, haja vista que é uma unidade que estabelece a submissão e fragilidade destes dois aspectos trabalhados no decorrer desta análise. Vê-se então, a mulher negra está situada em espaço carregado por um amontoado de representações que ainda mantém um processo de subordinação em relação ao sexo e a raça, legitimada historicamente. Assim, Castells (2000, p. 23) argumenta que “a importância relativa desses papéis no ato de influenciar comportamentos das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações”.

Nesse contexto, há uma vulnerabilidade na população feminina negra no Brasil, uma vez que a estrutura social e o somatório das discriminações resultantes dos fatores como raça e gênero atinge diretamente a mulher negra, fatores de influência ou





de determinação da posição do indivíduo na sociedade, definindo desta forma o seu acesso sobre determinantes sociais.

Nessa perspectiva, é notável que as relações sociais ainda estão permeadas por presenças e atitudes raciais que estão enraizadas na vida social das diversas classes e grupos sociais, o que corrobora para a limitação da construção de um projeto de país democrático, consequência esta que se desdobra na conjugação de racismo e sexismo.

Há longas interpretações acerca destes conflitos que estão apoiados as invariantes culturais, gênero e sexualidade. Neste aspecto, vê-se que mesmo com as transformações societárias e econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira, dentre outros aspectos, a situação dos negros, ainda que detentora de direitos específicos, não houve mudanças significativas no meio social.

Apesar da garantia de direitos no plano Constitucional, nota-se que o acesso a esses direitos continua frágil, pois as políticas afirmativas de acesso a inclusão social para atender as necessidades básicas dessa parcela da população, ainda é permeada por percalços que nega a população negra em específica o gênero feminino o acesso a fundamentais bens e benefícios impedindo sua participação e efetivação dos direitos conquistados na chamada sociedade democrática.

No entanto, cabe fazer uma ressalva sobre a condição da mulher negra ao longo da história mundial em específica a brasileira, visto que as mesmas por meio das lutas históricas conseguiram efetivar algumas de suas reivindicações como pode ser identificado pelo próprio discurso incluído no corpo constitucional.

Não obstante, o avanço alcançado é mínimo no tocante ao universo negro, já que questões centrais norteiam a vida e o convívio social, o que desdobra na segregação das mulheres negras, marginalizando as mesmas, o que não permite assim, que elas possam ascender socialmente, atravessando as vulnerabilidades que perpassam a identidade e cultura negra, sua religiosidade, a divisão de gênero.

Por isso, a questão do gênero apresenta-se como uma chave propícia à averiguação das regras de sociabilidade, que não são necessariamente universais, dado



que cada grupo social possui uma forma particular de conceber suas relações e interações, como dito por Strathern (2006), que afirma que a lógica e a simbólica construídas pelos melanésios, não são consoantes à lógica e a simbologia da sociedade ocidental.

Sendo assim, Almeida (2011), expõe que a teoria de gênero tenta mostrar que nem todas as sociedades tratam a figura feminina da mesma forma que as sociedades do ocidente. Como na nossa sociedade, as relações sociais são orientadas a partir do sexo, daí se respalda o predomínio da exclusão das mulheres. Deste modo, essa mesma autora coloca a categoria gênero não como algo já dado, mas sim como algo construído socialmente.

Em seus estudos sobre as técnicas de corpo, Mauss (2003) argumenta que as técnicas corporais são estabelecidas por um treino social dotado de exagero. Apoiado nesta interpretação, Foucault (2000), a fazer críticas profundas à ciência evidenciando que ela teria criado a partir das genitálias de machos e fêmeas a atribuição do que seja feminino/masculino.

Ao trazer este olhar para o âmbito societário brasileiro, verifica-se que o preconceito e a discriminação se reproduz até os dias atuais, mesmo com mudanças significativas na esfera de gênero e raça. A articulação entre o sexismo e o racismo reflete na sociedade atual, que em se tratando da mulher negra é vítima até a contemporaneidade dos antigos estigmas e dogmas delimitados a ela. Um ciclo de bases machistas e patriarcais advindos de uma “herança” escravocrata.

Após as reflexões expostas verificou-se que a questão do gênero tem sido um dos principais elementos que norteiam as relações sociais hodiernamente. Fatores que se expressam em todo o contexto da vida diária do grupo, em que a categoria de gênero não está orientada a partir dos conceitos construídos pela ordem ocidental nem pela ordem natural, cujo princípio ideológico difundido é marcado por uma estrutura social que predomina emaranhados aspectos ligados ao sistema cultural centrado no discurso absoluto da biologia vinculada ao macho.



Neste sentido, a respeito da mulher negra é observado que as conquistas sociais alcançadas foram essenciais, no entanto, o elo entre a relação de gênero e raça presente historicamente na formação social brasileira produz e projeta uma concepção de cidadania baseada na exploração, desigualdade social, problemas vivenciados por esta classe no cotidiano da coletividade (Moraes, 2005).

Essas questões, com base nas divisões de sexo e gênero vieram a ser o modo predominante na sociedade moderna que historicamente vem sendo produzidos com base em diversos arranjos, entraves que contribuem para a reprodução e reiteração de papéis sociais pré-estabelecidos. Estas situações conduzem ao desafio do combate à invisibilidade da mulher negra, tratando deste modo, o enfretamento do quesito essencial da desigualdade de gênero.

Nota neste sentido, que o movimento de combate às ideologias construídas na história de opressão de gênero e práticas racistas discriminatórias obteve fundamental evolução na esfera legislativa, em que houve uma superação das antigas dicotomias entre produção e reprodução nas abordagens da questão racial e relações de gênero.

A reflexão a respeito das identidades tanto de gênero, mas, sobretudo de raça, ainda é um grande desafio na dimensão social, em que envolvem diversos atores e setores da sociedade, haja vista que a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia são demarcados por práticas que violam a dignidade da pessoa humana, cuja desigualdade entre homem e mulher, raça, restringe o objetivo norteador das políticas públicas desenvolvidas para tal público. São problemas comuns que promovem a desigualdade de gênero e raça.

Logo, as relações sociais clamam por mudança na perspectiva de eliminar práticas que causam as profundas desigualdades entre gênero e raça. Para tanto, é preciso que a população esteja engajada e comprometida a promover os princípios difundidos pelas atuais leis que estão em vigência na sociedade contemporânea. Ou seja, é primordial o rompimento com práticas tradicionalistas, já que estas inibem a eficácia e o alcance dos objetivos em específico para as mulheres negras nas políticas públicas e princípios necessários para a sua plena cidadania.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No rastro das mudanças históricas sobre a dinâmica social, nota-se que alguns fatores relacionados entre homens e mulheres vigoram no contexto atual, comprometendo a vigência da plena democracia.

Em razão disso, é nítido as profundas desigualdades de gênero e do sexismo nos espaços público e privado. Essa combinação afeta o cotidiano de mulheres negras, já que presenciam e são vítimas de práticas que julgam a partir de costumes, valores, crença, condição socioeconômica, que limitam e conduzem estes atores a enfrentar diferentes obstáculos para seu acesso à cidadania, e a inclusão econômica, política e social.

Significa desta forma, mesmo com políticas de proteção a este público terem avançado, as mulheres negras ocupam uma posição bastante desigual em decorrência das relações de poder que se mantém arraigado na estrutura social. Por isso, é de fundamental importância a luta dessas mulheres contra a reprodução de estereótipos que as subjugam por ser mulher e, além disso, outro marcador, a raça impondo a elas as desigualdades tanto econômicas e sociais.

É preciso transcender desafios históricos, agir na superação e combate quanto à relação desigual de poder entre homens e mulheres, pois a subordinação da mulher negra em específico ainda abarca a exclusão no tocante ao acesso quanto a benefícios e direitos, como é identificado nos espaços tradicionalmente dominados pelo sexo masculino ou em experiências que demonstram a mulher negra em posição inferiorizada.

Desta forma, é necessário refazer os passos, ser guiado por uma postura contrária aos estereótipos e juízos que marcaram a história brasileira. Na verdade, esse



processo de aquisição de direitos deve ser contínuo, para que o recuo conservador não se imponha. Logo, é preciso que as relações humanas, nas suas diferentes estruturas, sejam no âmbito de gênero e/ou raça estejam atreladas na busca e afirmação constantes da consolidação de valores democráticos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa Buarque. *O sexo inventado*. IN: *Sociologia Ciência & Vida*, V.33, ano IV. São Paulo, 2011.

BARRETO, Maria do Socorro Leite. *Patriarcalismo e o feminismo: Uma retrospectiva histórica*. S/D. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/2363/2095>>. Acesso em Julho de 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara, 1988.

CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de Antropologia política*. 4ª Ed. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: AS, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A hierarquia do saber*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Sociologia e Desigualdades: Desafios e abordagens brasileiras*. IN: *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. Martins, Carlos Benedito. São Paulo: ANPOCS, 2010.

LOBO, Bárbara Natália Lages. *A Discriminação racial no Brasil: verdades e mitos*. S/D. Disponível em <[http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Vseminario/Anais\\_V\\_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20-%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf](http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Vseminario/Anais_V_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20-%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf)>. Acesso em Julho de 2014.

MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MORAES, Eunice Léa. *Construindo identidades sociais: relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. 2005. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB072D191C87/ConstruindoIdentidades.pdf>>. Acesso em Julho de 2014.



MAUSS, Marcel. *As técnicas do corpo*. IN: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosanaify, 2003.

PINHO, Osmundo de Araújo. *O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação*. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332004000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000200004)>. Acesso em Julho de 2014.

PITANGUY, Jaqueline & BARSTED, Leila Linhares. 2011. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Disponível em <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/USUARIO/Meus%20documentos/Downloads/O%20progresso%20das%20mulheres%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em Julho de 2014.

RODRIGUES, Maysa. *O sexo invento*. IN: Sociologia Ciência & Vida, Ano IV. Ed: 33. São Paulo, 2011.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani & ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes & OLIVEIRA, Leidiane. *Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços*. IN: Katál, V. 13, n 1. Florianópolis, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Tradução: André Villalobos. São Paulo: Unicamp, 2006.



## ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.

BRITO Raquel Rocha Rosa de  
Estudante de Mestrado do Programa de Cognição e Linguagem, UENF  
*raquelrosapsi@hotmail.com*

SOUZA Carlos Henrique Medeiros de  
Coordenador e Professor do Programa de Cognição e Linguagem, UENF  
*chmsouza@gmail.com*

396

### Resumo:

O presente estudo discute sobre o corpo da mulher idosa. Foi feito um recorte sócio histórico abordando o conceito de corpo, como a mulher idosa se vê nos dias atuais a partir de um construto social atrelado aos estigmas sofridos ao longo dos tempos. Através de pesquisa bibliográfica sobre as teorias atuais verificou-se que cada época teve seu padrão de corpo a fim de atender as normas sociais, políticas e econômicas de seu tempo. O objetivo foi discorrer a temática sobre a concepção de corpo, da mulher e da velhice em momentos históricos diferentes. Os caminhos percorridos a fim de descrever com maior propriedade o estereótipo de corpo adotado na contemporaneidade dado este que as influências foram ora distintas a cada época, convergindo com a idéia de que os estigmas também sofreram mudanças; estão presentes não só no corpo, mas na mente e na identidade das mulheres gerando um agravo de ordem psicológica.

**Palavras-chave:** corpo, mulher, idosa.

### Abstract:

This study it is discussing the body of the elderly woman. A cutout historical socio addressing the concept of the body as the elderly woman is seen in the current days as a social construct, tieddyng her to the stigma she has being suffering over the ages which has being passing on. Through literature researches, on recents theories, it has being found that each season has its own body pattern, in order to, meet the social, political, and economic norms of her fitting time. The purpose of this discoursing is the theme on the designing of the body, of the woman and the elder woman at different historical moments. The paths chosen in order to, describe more appropriately the stereotype Body adopted nowadays given whicht this influences were getting different over every time to time, converging with the notion that the stigmas also are changing; however, all of that still are present not only in the body, but also into their minds, and identity of women, it is generating and causing a worsening at the psychological level.

**Keywords:** body, woman, elderly woman.





## INTRODUÇÃO

O presente estudo discute sobre o corpo da mulher, como ele foi e ainda é estigmatizado. Foi feito um recorte histórico abordando o conceito do corpo feminino e seus estigmas à luz da psicologia, tomando como base pressupostos sociológicos. Sabe-se que cada época teve seu padrão de corpo socialmente moldado para atender às normas sociais, políticas e econômicas de seu tempo. Muitos teóricos apontam para o fato que homens e mulheres foram manipulados para que cada um representasse o papel ao qual a sociedade espera, neste contexto buscamos tratar a identidade da mulher e seus desdobramentos ao longo dos tempos apresentando o processo de envelhecimento dado a partir da sociedade justamente com realidade individual das mulheres idosas, como os seus corpos foram tratados durante a juventude, algumas décadas atrás, e como são os reflexos nos dias atuais.

O interesse pelo assunto surgiu a partir de vários estudos já presentes sobre o corpo; visando abordar uma nova temática que tem por objetivo discutir a respeito da concepção do corpo e os caminhos por ele percorridos a fim de contextualizá-lo e descrevê-lo com maior propriedade a partir da psicologia convergindo na pesquisa sobre a percepção que as mulheres idosas têm sobre seu corpo e sua trajetória histórico-social.

### 1. O CORPO E SUA HISTÓRIA

Analisar o corpo pela ótica social e psicológica leva-nos primeiramente conceituar e delimitar o termo. Durante muitos anos a psicologia acreditou na visão dualista mente e corpo de Descartes, que via o homem através de uma concepção dicotômica e mecânica, ou seja, o corpo era constituído e estudado por partes e não em sua totalidade. Para Descartes a capacidade de pensar está ligada a mente e o corpo ao mundo físico, para estudá-la, portanto, é necessário saber separar as reações físicas das emocionais (Schultz e Schultz 2009).



Na visão sociológica, segundo Hanks (2008), Bourdieu diz que o homem necessita pertencer a um meio social, o indivíduo é o coletivo encarnado, o social incorporado. O corpo passa a ser portador do *habitus*, moldado a partir das condições culturais e materiais transformado em um corpo social que traduz a maneira de ser no mundo.

Durkheim (1995) fala da analogia entre o corpo humano e o corpo social e alega que defini-lo apenas de forma biológica é limitado, pois chega a um lugar comum ao de um animal, sendo o diferencial do ser humano o “viver em sociedade”, tornar-se um ser socializado.

Podemos agora elucidar melhor a construção social da história do corpo. Segundo Costa (2011) na pré-história o homem se imaginava como parte da natureza, vivia em constante interação com o ambiente, fazia dos poucos recursos uma forma de sobrevivência, como a pesca e a caça. O próprio corpo era a mediação entre o homem e o mundo. Tudo era visto de uma forma bem mítica, o homem pouco sabia e conhecia os fenômenos naturais. Eibesfeldt (1977) sugere que o homem é um ser geneticamente pré-programado para enfrentar e superar riscos. Por isso, os grupos familiares primitivos se organizavam para protegerem a mulher, a prole, os alimentos, a liderança e o território. Surge então os primeiros grupos sociais.

Da pré-história para a antiguidade, Costa (2011) nos diz que a cultura asiática começou a conceber o homem a partir de dois fundamentos: a espiritualidade e a política. Passa a surgir domínio sobre o corpo para a liberação do espírito. Pensavam, portanto, que o corpo aprisionava o espírito devido a suas necessidades fisiológicas constantes, mas também esse com muitas imaginações frustradas leva o corpo ao sofrimento.

Cassimiro Et al. (2012) nos dão a idéia de como alguns filósofos entendiam corpo e alma. Sócrates (470 a 399 a. C.) possuía uma visão mais integral de homem, alegava ser importante a alma e corpo no processo de interação homem e mundo. Carmo Junior (2005 apud CASSIMIRO 2012) mostra que Sócrates não separava corpo e alma, mas notava a harmonia entre o intelecto e a beleza física, ou seja, um dependia do outro. Aristóteles (384 a 322 a.C.) compartilhava das mesmas ideias de Sócrates; ele entendia que as ações



humanas eram interligadas em um processo contínuo entre corpo e alma. Aristóteles concordava em parte com Platão a ideia de que o conhecimento sensível era frágil, porém não julgava atribuir ao intelecto, a alma qualquer superioridade. Já Platão (427 a 347 a. C.) tinha uma visão mais dicotômica, para ele o corpo era a prisão da alma. De acordo com Moreira (2006 apud CASSIMIRO 2012) seguindo o pensamento de Platão, a sociedade deveria se organizar segundo a distinção entre mundo sensível e mundo inteligível, duas coisas distintas para ele. Carvalho e Rubio (2001 apud CASSIMIRO 2012) explicam que em Platão o corpo foi tratado como um empecilho para a alma. A dor e a morte do corpo elucidavam a superioridade da alma.

Na idade Média, segundo Costa (2011), Tomas de Aquino valorizou o corpo, quando o colocou no mesmo patamar que a alma, ao declarar que a alma deve sua existência ao corpo abriu o entendimento para a relação de interdependência corpo e alma. Segundo Barbosa Et al. (2011) durante a idade Média o corpo serviu, mais uma vez, como instrumento de consolidação das relações sociais. Características físicas como a altura, cor da pele e peso corporal, eram determinantes na distribuição das funções sociais. O homem medieval era extremamente contido, a instituição religiosa restringia qualquer manifestação mais criativa. O cristianismo que dominou durante a Idade Média, ditou as regras de comportamento da época.

Após essa época, a chegada do renascimento deu fim a essas ideias, passou a centrar nos processos biológicos do corpo, na condição física e nos alimentos como combustíveis para a máquina corporal funcionar saudavelmente. Deu início em meados do séc. XVII a idade moderna. Spinoza (2005) revela-nos que essa era abriu possibilidade de superação do dualismo entre corpo e alma. A ideia do autor é que um não se sobrepõe ao outro. A capacidade intelectual passa a ter prioridade com a chegada da ciência e das tecnologias. Ao estudar os corpos femininos dos séc. XVIII e XIX Philippe Perrot (1984 apud STREYEt al., 2004) mostra que havia uma grande diversidade de silhuetas e relevos que testemunhavam a diversidade das referências somáticas entre a sociedade e a época. Vale ressaltar que nesta mesma época surgiram muitos produtos de beleza para as mulheres como batom, começavam também a cortar os cabelos, aderiram aos decotes e depilação.

#### ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.



Enriquecendo e rebuscando mais ainda o padrão de beleza (STREY Et al., 2004).

Com a expansão do capitalismo, no século XIX, propaga-se a forma de produção industrial e o ser humano é visto como um “corpo produtor” e também consumidor (Rosário, 2006). Seguindo essa mesma ideia, a autora diz que com o aumento da expectativa de vida, os novos meios de transporte e comunicação expandiram também as formas de interação. O fácil acesso à informação trouxe infinitas possibilidades ao conhecimento e uma maior preocupação como corpo, ora liberto das muitas repressões nas eras passadas. Segundo Bassanezi (2004) na década de 50 o casamento e a maternidade faziam parte da essência feminina, sem chance de contestação, pois estaria contradizendo a natureza, não existia a possibilidade de ser feliz sem casar-se e ter filhos. A autora também destaca que o casamento era o maior objetivo de vida das jovens solteiras, era visto como uma realização feminina.

Segundo Alves e Pitanguy (1991), até meados do século XIX, a vida da mulher era administrada conforme os interesses masculinos. O homem detinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela. Seguindo essa linha de pensamento, D'Ávila Neto (1980) nos diz que a mulher tinha função de reprodutora, dona-de-casa, administradora das tarefas dos escravos, educadora dos filhos e de prestadora de serviços sexuais ao seu marido.

A luta do feminismo não reivindicou, na época patriarcal, somente a igualdade de direitos, mas também a libertação do sofrimento psíquico devido à sua marginalização na sociedade, incluindo seu corpo e seus desejos. No Brasil, salientam Costa e Mello (1999), muitas limitações foram superadas pelas mulheres, como a inserção no mercado de trabalho, o direito de voto e a iniciação na atuação política, mas ainda vigoram algumas características patriarcais mantidas pela cultura.

O corpo feminino, que sofreu os limites impostos pela cultura e pela sociedade patriarcal, deu lugar ao corpo que produz força de trabalho e parece se adequar aos interesses capitalistas. Andrade e Bosi (2003) alegam que a mulher conquistou seu espaço no mercado de trabalho através da inserção profissional, se emancipou em relação ao



homem, podendo assim obter sua própria renda e conquistou o direito do uso da pílula anticoncepcional para evitar a reprodução.

Esta nova forma de existir passou a valorizar a estética do corpo e a independência financeira e profissional da mulher, o que contribuiu para a construção de uma nova imagem da mulher. Porém, tal valorização foi tão aprimorada pelos meios de comunicação que, a partir do século XX, ocorreu uma banalização do corpo da mulher, pois a mídia o expôs em propagandas, revistas, jornais e programas de TV.

Se nas outras épocas a preocupação com o corpo era de que ele fosse o abrigo da alma e fosse bem alimentado, na contemporaneidade se desloca para a sexualidade e suas práticas sexuais. Segundo Sant`Anna (1996) surge os códigos de conduta para controlar o corpo e a sexualidade, sendo reforçado pela igreja católica. Para Foucault (1994) o corpo é um objeto controlado pela sociedade, subjugado às suas normas e códigos, mas, apesar disso, o ser humano é capaz de ir contra esse controle.

Observa-se portanto que os corpos, principalmente o feminino, foram manipulados em momentos históricos diferentes para atender diversas demandas sociais. Nos capítulos a frente, analisando mais detalhadamente o processo de envelhecimento, notaremos que os estigmas criados desde a antigüidade perduram até hoje, e se, décadas atrás o comportamento da mulher era moldado a partir dos homens e da igreja, nos dias atuais, vamos ver outras interferências sociais: a mídia, a internet, revistas, que abrem um leque cada vez maior de possibilidades para alcançar o tão almejado corpo, em uma sociedade onde o” que se quer se pode”. As marcas de todas as escolhas ficam não só no corpo, mas na psiquê e, o envelhecer na sociedade atual não parece algo ideal e natural, mas totalmente substituível por um novo corpo.

## **2. O CORPO DA TERCEIRA IDADE**

As pessoas buscam respostas para alguns questionamentos concernentes ao corpo. Estudos mostram que os fenômenos que envolvem o processo de envelhecimento assusta as pessoas e mais, muitos estão despreparados para viver essa fase natural do ciclo de vida. O mundo de hoje prega a novo, o que há de mais atual e moderno, parece não haver espaço

**ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.**



para a palavra velhice e tudo que provém dela. Os que assumem a velhice de forma menos conflituosa parece encontrar uma problemática pela frente: a sociedade que dita o que deve ser feito para que a aparência do corpo negue e esconda a realidade eminente: o envelhecimento. Discorreremos sobre os fenômenos que circundam nossa sociedade e refletem na imagem que as mulheres idosas têm nos dias atuais de si, do seu próprio corpo.

A velhice, do ponto de vista biológico, é percebida como um desgaste natural das estruturas orgânicas onde há várias mudanças com o passar da idade, prevalecendo os processos degenerativos (Caldas, 2002). Vamos discorrer sobre os muitos significados no processo social, pois apenas o biológico seria superficial. Para Haber (1986 apud GROISMAN 2002) nos séculos XVIII e início do século XIX os médicos não viam os velhos separadamente dos demais, haviam doenças ligadas a senescência como gota e reumatismo, mas os pacientes não recebiam uma terapêutica adequada para sua faixa de idade. Segundo Katz (1996) a história da velhice se relaciona com a história da modernidade, a geriatria, considerada o saber médico que tem o corpo velho como objeto de estudo, só surgiu como especialidade médica no início do século XX. A disciplina surgiu por volta de 1910, com o trabalho do médico norte-americano Ignatz Nascher, foi o primeiro a estabelecer as bases clínicas, biológicas para a identificação e tratamento da velhice (Hareven, 1995).

Podemos dizer que a geriatria e a institucionalização das primeiras aposentadorias dadas a partir do século XVIII impulsionaram a definição da velhice como categoria etária diferenciada, assimilado à invalidez e a incapacidade de produzir. Ao final da vida não existia mais a possibilidade de trabalho, restava a inaptidão física e mental (LENOIR 1979). No século XIX teve surgimento a gerontologia que, segundo Katz (1996) foi cunhado por Elie Metchnikoff em 1913. Essa disciplina diferencia-se da geriatria por ser mais complexa, pois é necessário várias intervenções de diversas teorias que expliquem o prolongamento da vida. Podemos citar a colaboração da sociologia e da psicologia para a sua formação.

Antes da década de 60, a velhice se caracterizava como um momento de descanso, solidão e ociosidade, mas com a nova nomenclatura “idoso”, a velhice tornou um

#### **ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.**



momento do lazer, de realização pessoal, de interação social com pessoas da mesma faixa etária, novos hábitos e cultivo a novas habilidades. Peixoto (1998) analisa esta mudança tanto na França como no Brasil. O termo ‘velho’ era um forma pejorativa de tratá-los, principalmente os velhos pobres. A partir da década de 60 o termo começa a ser substituído por ‘idoso’, menos estereotipado.

Consequente, surge o termo ‘terceira idade’ para a classe média, são os mais novos e respeitados jovens aposentados. Começa então a difusão de uma imagem positiva da velhice. Peixoto (1998) diz ainda que o termo “terceira idade” no Brasil acompanhou e adotou as políticas públicas francesas. No entanto a palavra ‘velho’ no Brasil se mantém e é mais utilizado para nomear pessoas velhas de classes menos favorecidas, enquanto ‘idoso’, termo mais bonito, para os de classes médias e altas. Entendemos assim que esta imagem negativa da velhice faz-se presente desde o século XX, pautado na fragilidade e decadência biopsíquica; os velhos perderam seu espaço para aqueles que detinham o poder que as novas ciências e técnicas proporcionavam, aos mais jovens (BLESSMANN, 2004).

As teorias mais presentes discorrem e tem uma visão mais holística sobre o processo de envelhecimento. Para Vitola (2003, p. 97), “a velhice é a última etapa do ciclo normal da vida. Entender o processo do envelhecimento é compreender de forma abrangente os aspectos individuais e coletivos da vida.” Já Ibias (2003, p. 246) afirma que “a velhice é um fenômeno biológico, com consequências psicológicas”. Observamos que o envelhecer resulta em modificações nos aspectos biopsicossociais e são intermediados por fenômenos complexos que influenciam a auto imagem do indivíduo.

Voltando o olhar para a questão psicossocial, Mori e Coelho (2004) refletem e dizem que o envelhecer cronológico não é o único determinante, mas a condição social porque afeta diretamente as singularidades individuais. Os autores falam ainda que as mudanças corporais, presentes no envelhecimento, impactam a auto imagem feminina e potencializam um sofrer psíquico de acordo com as regras de cada sociedade em relação à mulher.

“Se a velhice é considerada uma etapa, assim como a infância e a juventude, é nela





que se concentra o momento mais dramático de mudança de imagem corporal, porque é difícil aceitar uma imagem envelhecida em uma sociedade que tem como referência a beleza da juventude.” (BLESSMANN, 2004, P. 27). A proposta é que só é velho quem quer, por que aparentar ser velho se o indivíduo tem a escolha de recodificar a experiência de envelhecer na sociedade contemporânea?

Segundo Oliveira Et al. (2013) No início do século XXI houve um aumento das formas de manipulação do corpo para que esse permaneça com aparência jovem, existe um controle sobre o corpo, influenciado pelas novas técnicas médicas e tecnologias estéticas, dietas e exercícios milagrosos. Nota-se que de algumas décadas até os dias atuais, a sociedade vem tentando mascarar alguns fenômenos específicos e naturais que acontece naqueles que estão envelhecendo, como por exemplo as rugas, os cabelos brancos, a forma de se vestir e todo o corpo sofre de alguma forma consequência do processo de envelhecer. Tudo isso está ligado a aparência e a imagem que a sociedade não aceita, o discurso é sempre pelo belo e o jovem.

Diniz (apud, MORI e COELHO, 2004, p.178) afirma que a questão de gêneros está interligada as características, comportamentos e traços de mulheres e homens que são construídos mais através da cultura do que o determinante biológico de sexo. Conforme Pitanga (2006), há uma obsessão pelo corpo jovem onde se se tenta corrigir a marca da passagem do tempo presente no corpo envelhecido. As novas técnicas são tentativas de camuflar a dor causada pelo conhecimento de finitude do ser humano.

Jardim Et al. (2006) fala sobre os estigmas na terceira idade. A representação atual que as pessoas têm da velhice, como perda da autonomia, leva a um estigma de que o idoso é um problema social. O olhar para à velhice é estigmatizado e negativizado. Mas será que as mulheres idosas se vêem como um problema? Conforme Minayo e Coimbra Jr. (2002), a visão depreciativa que os idosos tem de si é alimentado pela ideologia produtivista da sociedade capitalista, na qual predomina a visão que se uma pessoa não é capaz de trabalhar não serve para o país. Com os avanços das ciências e das novas tecnologias as mulheres idosas estão cada vez mais lançando mão desses recursos para parecerem mais jovens, uma



vez que as influências atuais vem de muitos lugares distintos, através da mídia, televisão, internet, revistas, etc.

Britto da Motta (1998), diz ser difícil identificar-se como velho, porque a velhice em nossa sociedade está sempre associada à decadência, prevalecendo sobre a experiência de vida e sabedoria conquistada. Alguns idosos se deixam abalar por esses estigmas e passam a negar a nova etapa de vida, pois associam coisas ruins ao processo de envelhecimento; não vêem nada de bom e lucrativo nessa fase da vida a não ser os muitos anos vividos. Baseado nas teorias presentes neste capítulo, veremos adiante o estado psicológico do corpo, parece antagônico, mas os estudos mostram que corpo e mente estão totalmente interligados e auto influenciados. Como está a mente por trás dessas marcas corporais impostas pela sociedade? Ou melhor, como a mente participa e sofre a partir e a cada mudança de padrão de corpo para ser aceito socialmente?

405

### **3. O CORPO DA MULHER SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA NO SÉCULO XXI**

Observa-se a relevância dos diversos autores e suas linhas de pensamento sobre corpo e mente. Dentro da psicologia, estudos sobre ele foram surgindo devido a percepção de que não se podia estudar mente sem estudar o corpo e a maneira como se comporta, sendo ele o representante da mente no meio social. No existencialismo Sartre (1997) vê o corpo numa visão fenomenológica que, em síntese, é a consciência do próprio corpo. O autor diz que a percepção humana em si é o identificar-se com o próprio corpo levando-o a transcendência. Para ele a formação da identidade carece do outro, ou seja, o indivíduo percebe-se a si mesmo segundo o que o outro apercebe dele.

Lacan (1949) denomina *especular* a relação que o sujeito tem com os outros e diz “que é no olhar do outro que cada indivíduo se reconhece como tal” (LACAN, 1949, p.163-164). Este autor, assim como Sartre, revela a importância do outro, do meio social para a formação da identidade, ou seja, o sujeito só se individualiza a partir do momento em que vive em sociedade, que consegue se diferenciar dos outros.

Com o avanço tecnológico o corpo começa a ser pensado como uma máquina, um

**ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.**



objeto passível de controle. Em nossa época, mais do que em qualquer outra a preocupação exacerbada com o corpo leva as pessoas a cometerem alguns devaneios constatados nos altos índices de cirurgias plásticas, ingressos em dietas e academias para se alcançar o ideal de corpo, superestimando-o. As mulheres buscam aparência impecável e agregam a ela quadril largo, cintura fina, bustos avantajados, nariz extremamente fino e lábios volumosos. Estereótipo esse que vem sendo constituído ao longo dos anos e resulta na imagem da mulher do século XXI.

Segundo Dantas (2011) as condições técnicas estão ao alcance para que possamos administrar o nosso corpo com as opções oferecidas no mercado. Os padrões de beleza contemporâneos parecem ser implacáveis com as mulheres, em um tempo onde propagandas cujo teor oferecem uma fórmula mágica, rejuvenescimento e cura de quase todas as doenças. Isso tudo atrelado a sensação de felicidade gerando uma constante insatisfação com o corpo, uma inquietude que leva a profundas mudanças, até mesmo de sexo, irreversíveis. Você pode ser quem quiser, basta comprar e se submeter a tais (de)formações.

Segundo Sant' Anna (2001) durante séculos o corpo foi pensado como o espelho da alma, agora ele é convocado a tomar o seu lugar, mas na condição de se converter em boa forma. Dantas (2011) menciona que a moda do culto ao corpo feminino demanda reflexão, onde o ponto de partida é demonstrado através da ideia de que a cultura apropria-se do corpo para redefini-lo em termos sociais e assim transformá-lo em corpo "cultural".

As presentes discussões leva-nos a compreensão do estigma sofrido pelas mulheres. A priori, tudo isso parece inofensivo, a indução de melhorias corporais, mas definitivamente deixa marcas (cicatrizes) na imagem da mulher capaz de levar e multiplicar um sofrimento psicológico. No ponto de vista da psicanálise, no século passado Freud (1976) iniciou seus estudos a partir de mulheres histéricas e percebeu que seus corpos somatizavam todo o sofrimento psicológico pelos quais passavam. Impulsionado a conhecer a relação entre sexualidade e a origem da histeria, deu-se o seu trabalho a partir da clínica, mas propriamente através da fala da paciente e de seus sonhos que Freud (1976) constatou tal ligação. As mulheres não podiam ter desejo, ter libido, aliás eram repugnadas,

**ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.**



já os homens com muito incremento e liberdade quanto aos desejos sexuais.

Dentro ainda do olhar psicanalítico, Souza (2010) revela-nos que a estética tem o objetivo de atrair a mulher a fim de permanecer jovem, magra, sem rugas, estrias e celulites, alienando-a. Esse estilo de vida sem limites, resulta em várias epidemias de doenças, tais como: anorexia, bulimia, vigorexia e compulsão a cirurgia plástica.

Devido às crescentes e desagradáveis consequências causadas pela busca incontrolável do corpo “perfeito” é que a psicologia tenta compreender os aspectos psicossociais, promovendo estudos e levando a informação necessária para que haja uma conscientização que ajude à reflexão dos processos envolvidos nesses distúrbios que atinge tão vorazmente o universo feminino, porque a sua raiz toma toda uma sociedade de mulheres.

Ao se olharem no espelho, a referência obtida a partir do que a mídia manipula como perfeito, não se veem enquadradas nesse modelo ideal de corpo, podendo entrar em profundo sofrimento psíquico, tornando-se alvo vulnerável ao mercado que o vende (GARRINI, 2007). Com o olhar mais voltado a mídia, Samarão e Furtado (2011) vão dizer que o entretenimento que a mídia proporciona aflora a imaginação do indivíduo que vê um personagem que não existe na realidade e projeta-se nele. Ela oferece modelos a serem alcançados na possível construção de um “eu” ideal. Segundo os autores, as revistas mais vendidas no Brasil são *Claudia* e *Nova*; suas publicações estão sempre voltadas a orientações de moda, beleza, e logicamente boa forma do corpo. Temos então a noção da imensidade dos agravos psicológicos, pois a mídia é rápida o suficiente para inventar e propagar a “boa forma” que a mulher deve apresentar.

Para visualizarmos melhor as consequências desse bombardeamento em torno do corpo, recorreremos a CID-10 (OMS, 1993) onde classifica como transtorno mental e de comportamento a distorção exagerada da própria auto imagem e das dimensões do esquema corporal. Quanto à etiologia dessa problemática, são principalmente considerados os aspectos socioculturais, na medida em que a sociedade dá grande importância à aparência física e essa condição pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da



distorção da imagem corporal (Assunção, 2002).

#### **4. ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA**

No capítulo anterior pode-se observar o papel que a mídia e os meios de comunicação exercem sobre o comportamento feminino nos dias de hoje e, as idosas não ficam de fora dessa perspectiva. A etapa da vida onde não deveria haver muitas preocupações, parece não ser verdade, uma vez que estão inseridas na sociedade e nos novos meios de comunicação, recebem influências e cuidam para estar dentro do padrão social requisitado num dado momento. A história do corpo, como vimos, abre caminho para o avanço dos transtornos, distúrbios presente em nossa sociedade no que refere-se a busca insaciável pela imagem perfeita, no entanto, essa busca tem um preço muitas vezes alto, a disseminação de uma identidade própria, cada vez se deteriorando mais sob os desejos impostos pela sociedade.

Neste capítulo trataremos um pouco mais da questão sobre o estigma e o olhar de vários teóricos que discorrem a respeito do assunto. Tomando como referência os estudos de Goffman (1988), a noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização e situa a pessoa em uma posição de desvantagem. Mais que em qualquer outra fase da vida, podemos afirmar, mediante aos recortes teóricos, que a maior parte do sentimento de complexo acontece entre as mulheres idosas. A inferioridade e vergonha surgem como uma iminência central quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um portador dele.

O termo estigma surgiu na Grécia e era utilizado para se referir a sinais corporais que evidenciavam algo mau sobre o status moral de quem os apresentava. Esses sinais serviam para avisar que a pessoa marcada era um escravo um criminoso ou um traidor. Atualmente o termo estigma é utilizado de maneira semelhante ao sentido literal original, e caracteriza o indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. (GOFFMAN, 1988). Partindo dessa idéia de Goffman, podemos questionar se as idosas tem aceito o seu corpo atual a partir do que a sociedade tem imposto as mulheres de uma forma geral.

Lins de Barros (2004), elucida melhor a questão quando alega que a não aceitação

#### **ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.**



dos idosos deve-se ao fato de que a juventude é a idade padrão da sociedade contemporânea. A valorização da estética é extrema; o estereótipo de corpo da mulher deve ser magro, alto, cabelos lisos e jovialidade eterna, conseqüentemente, essas imposições sociais excluem o corpo envelhecido das idosas; a não ser que estejam dispostas a transformá-los em novos corpos.

Os estigmas causam muitos problemas ao indivíduo, visto que a sociedade coloca barreiras que o impedem de obter as mesmas oportunidades que as outras pessoas, o que leva a perda da identidade social e uma imagem deteriorada de si. Segundo Andrade (2011) existem duas categorias nas quais o portador de estigma se enquadra: o desacreditado ou o desacreditável. No primeiro, o estigma já é conhecido, ele é aparente, visível, um exemplo é o deficiente físico em cadeiras de rodas, que se torna o desacreditado. Já no segundo caso, o indivíduo não apresenta um estigma aparente, mas carrega alguma marca do passado ou em sua identidade, prova disso são os traumas emocionais. As marcas psíquicas não são perceptíveis a olho nu, mas tão presentes e sofríveis como quaisquer outras.

Estamos vivendo um novo processo, chamado por Debert, (1999 apud ANDRADE 2011) de “Reprivatização do Envelhecimento”, na qual a velhice pode ser uma questão de escolha. Ou seja, a problemática e o processo decisório encontra-se nas mãos das idosas que tem o poder de adotar formas de consumo e estilos de vida para evitar a velhice. O prejuízo em si parece não ocorrer quanto ao que Debert (1999 apud ANDRADE 2011) argumenta como perdas de cognição, habilidades, controles físicos e emocionais que o estigmatizam. Mas a sociedade parece se preocupar tão somente com a aparência do corpo.

Goffman (1988) alerta que os indivíduos estigmatizados enfrentam, mais cedo ou mais tarde, grande dificuldade no encobrimento do estigma, fazendo grande esforço para mantê-lo em segredo, principalmente porque não lhes convém divulgá-lo a estranhos, pagando alto preço psicológico por viverem em estado de ansiedade e de tensão para manter uma imagem que pode ser desmascarada a qualquer momento. O autor propõe prudentemente que o estigma traz marcas psicológicas e como não identificá-las? As mulheres são iludidas e envolvidas nos interesses políticos, econômicos e sociais. As idosas, portadores de vários estigmas, como já relatado, se tornam cada mais vulneráveis a

#### ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.



cair nas armadilhas, comprando a ideologia social do mundo moderno e capitalista, deixando-se manipular, perdendo e/ou abrindo mão de uma identidade construída ao longo de toda a vida consequência desses estigmas são outros estigmas e marcas ainda mais profundos: os danos psicológicos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os assuntos abordados mostraram como o corpo foi construído ao longo dos tempos, o desenvolvimento e a noção do processo de envelhecer, como o corpo da mulher se apresenta nos dias atuais e como os estigmas perpassam todos esses momentos e dados históricos diferentes. Notou-se algo em comum dentro de cada teoria; tudo que foi construído deu-se a partir da convivência em sociedade, ou seja, o meio social, cultural influencia o indivíduo que o representa.

O término desse estudo não esgota as possibilidades de estender o assunto bastante emergente a fim de promover uma conscientização cada vez maior sobre os danos à saúde mental que a mulher, de forma geral, tanto vem sofrendo ao longo dos anos. Mediante a todo o histórico que a sociedade viveu até os dias contemporâneos, levantamos uma discussão sobre a história do corpo, as teorias que tratam sobre o processo de envelhecimento, o modelo atual de corpo feminino com uma abordagem dentro do campo psicológico. Arelado a tudo isso pôde-se notar que os estigmas são dados de um relato social coletivo predominantemente feminino e eles vão além das marcas constituídas ao longo dos anos nos corpos das mulheres, se presentificam também aonde sociedade nem ninguém pode ver: na mente de cada mulher que introjeta a meta a ser alcançada pela e através da sociedade: ser magra, bonita e jovem.




**REFERÊNCIAS:**

ALVES, B. M., & PITANGUY, J. *O que é feminismo?* Coleção Primeiros Passos, SP, Brasiliense, 1991.

ANDRADE, Â. & BOSI, M. L. M. *Mídia e subjetividade: Impacto no comportamento alimentar feminino*. Revista de Nutrição, 16 (1), 117-125, 2003.

ANDRADE, M. A. Rodrigues. *Estigma e Velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada*. Revista Kairós Gerontologia, 14(1), ISSN 2176-901X, São Paulo, março 2011.

ASSUNÇÃO, S. S. M. *Dismorfia Muscular*. Revista Brasileira Psiquiatria: São Paulo. V. 24, supl. III, p. 80-84, 2002.

BARBOSA. R. M., MATOS. M. P., COSTA, E. M. *Um Olhar sobre o Corpo: O Corpo Hoje e Ontem*. Universidade do Porto, Portugal. Psicologia & Sociedade; 23 (1): 24-34, 2011.

BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. In: PRIORE, Mary Del (org): História das Mulheres no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Contexto. p. 607-639, 2004.

BLESSMANN, Eliane Jost. *Corporeidade e envelhecimento: O significado do corpo na velhice*. Estud. Interdiscip. Envelhec.; Porto Algre, v. 6, p. 21-39, 2004.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *Chegando pra idade*. In : REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 19., 1994, Niterói . (Publicado em LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.) Velhice ou terceira idade? (Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política). Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALDAS, C. P.. *O idoso em processo de demência: o impacto na família*. In: Minayo MCS, Coimbra Jr CEA, organizadores. Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p.51-71.

CASSIMIRO, E. S GALDINO, F. F. S., SÁ, M. G. De. *As Concepções de Corpo Construídas ao Longo da História Ocidental: Da Grécia Antiga à Contemporaneidade*. Universidade do Estado do Pará. Revista Eletrônica Print by <http://www.ufsj.edu.br/revistalable> *Μετάνοια*, São João del-Rei/MG, n.14, 2012.

CID-10. *Classificação estatística Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde*. Disponível em <http://www.cid10.com.br/>. Acesso em 15 jan. 2014.

COSTA, L. C. A., & MELLO, I. *História do Brasil*. SP, Scipione, 1999.

COSTA, M. M. V., *Corpo e História*. Unemat Revistas Ecos. Ed nº010 junho 2011.

DANTAS, J. B. *Um Ensaio sobre o Culto ao Corpo na Contemporaneidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia*. ISSN 1808-4281. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 898-912, 2011.

D'ÁVILA Neto, M. I. *O autoritarismo e a mulher: O jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. RJ, Achiamé, 1980.

**ESTIGMAS NO CORPO DA MULHER IDOSA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.**



- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- EISBESFELDT, E. *O homem pré-programado*. Alianza Editoria, Madri 1977.
- FOUCAULT, M. *Sexualidade e solidão*. Ed. Perspectiva, SP/1994..
- FREUD, S. *Sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1976.
- GARRINI, S. *Do Corpo Desmedido ao Corpo Ultramedido. Reflexões sobre o Corpo Feminino e Suas Significações na Mídia Impressa*. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro: LTC 1988.
- GROISMAN, Daniel. *A velhice, entre o normal e o patológico*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9 (1):61-78, jan.-abr. 2002.
- HANKS, W. F. *Língua como Prática Social: Das Relações entre Língua, Cultura e Sociedade a partir de e Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.
- HAREVEN, Tamara. *Changing images of aging and the social construction of the life course*. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). *Images of aging: cultural representations of later life*. London: Routledge. p.119-135. 1995.
- IBIAS, C. Izabel. *Velhice e Vida, Uma Parceria a Ser Vivida*. In: TERRA, Newton Luiz; DORNELLES, Beatriz.(org.) *Envelhecimento bem sucedido*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 245-254, 2003.
- JARDIM, V. C. F. da S., MEDEIROS, B. F., e BRITO, A. M. De. *Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice*. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, versão impressa ISSN [1809-9823](https://doi.org/10.1590/S1809-9823). Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. v.9 n.2 Rio de Janeiro, 2006.
- KATZ, Steven. *Disciplining old age: the formation of gerontological knowledge*. Charlottesville. University Press of Virginia. 1996.
- LACAN, J. *O estádio do espelho como formador da função do EU, tal como se nos revela na experiência psicanalítica*, Escritos I, Buenos Aires/1949.
- LENOIR, Remi *L'invention du 'troisième âge' et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, n.26-27, p.57-83. mars-avr. 1979.
- LINS DE BARROS, M. M. *Velhice na Contemporaneidade*. In: Família e Envelhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR, Carlos Everaldo Álvares. *Introdução: entre a liberdade e a dependência – reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares (orgs.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 11-24, 2002.
- MORI, Maria Elizabeth; COELHO, Vera Lucia Decnop. *Mulheres de corpo e alma: aspectos*



*biopsicossociais da meia-idade feminina*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2004

OLIVEIRA, C. S. De, HENTGES, K. J., ANDRES, S. De S., OJEDA, T. R. E, CARDOSO, A. T., *Mulher e Envelhecimento: O Corpo em Evidência*. EFDdesportes.com, revista digital, Buenos Aires, año 17 n. 177. Febrero de 2013.

PEIXOTO, Clarice. *Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade...* In: Barros, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV. p.69-84. 1998.

PITANGA, D. A. *Velhice na cultura contemporânea*. 191 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2006.

ROSÁRIO, N. M. *Mundo contemporâneo: corpo em metamorphose*. 2006. Disponível em [http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia\\_semiotica/conteudos/corpo.htm](http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia_semiotica/conteudos/corpo.htm). Acesso em 03 dez. 2013.

SAMARÃO. L., FURTADO C. P. *As Imagens e suas Implicações Sociais*. 2011. Disponível em <http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/18/artigo98178-1.asp>. Acesso 16 jan. 2014.

SANT`ANNA. D. B. *Corpo e História, Cadernos de Subjetividade*. PUC, SP/1996.

\_\_\_\_\_, *O prazer justificado, história e lazer, CNPq, Marco Zero/2001*.

SARTRE. J. P. *O ser e o nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. Ed. Vozes, Petrópolis RJ/1997.

SCHULTZ, D. P.; SHULTZ, S. E. *História da Psicologia Moderna*. Tradução Suely Sonoe Murai Cuccio. – São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SOUZA, K.C.V. Revista Eletrônica: *O Feminino na Estética do Corpo: Uma leitura Psicanalítica* (Polêmica, v.9.n.3,p.65-71, julho/setembro 2010). Disponível em <http://WWW.polemicaUERJ.br>>Acesso em 30 de maio de 2014.

SPINOZA. B. *Ética*, Parte 3, Proposição 2, Escólio/Cuba/Havana/2005.

STREY, M. N., CABEDA, S. L., E PREHN D. R., (ORGS.) Ed.: EDIPUCRS. *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. 2004. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=W2NJdZYNTqIC&lpg=PA149&ots>. Acesso em 10 dez. 2013.

VITOLA, J. de O. Castilhos. *Aspectos Psicológicos do Envelhecimento*. In: TERRA, Newton Luiz; DORNELLES, Beatriz(org.) *Envelhecimento bem sucedido*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 97-101, 2003.



## **GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL EM FOCO PARA A CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS POSSÍVEIS: POR UMA EDUCAÇÃO PARA E PELOS DIREITOS HUMANOS**

SILVA, Karine Nascimento<sup>1</sup>

*Mestranda UCSal – Família na Sociedade Contemporânea*  
[karinensilva@hotmail.com](mailto:karinensilva@hotmail.com)

414

### **RESUMO**

Vislumbra-se, neste estudo, possibilidades de diálogo entre os temas dos Direitos Humanos, educação, gênero e diversidade sexual no lócus família/escola, tendo como recorte as sexualidades não heterossexuais. As violações dos Direitos Humanos relacionada à orientação sexual e identidades de gênero são recorrentes no atual cenário social, em específico nas instituições macrosociais como a família e a escola onde a violência homofóbica se materializa. Portanto, é necessário criar condições propícias para a emergência de novos paradigmas, novos olhares, onde o fazer social reflita uma alteridade fundamentada no resgate de uma ética comprometida com o processo de inclusão social. Com base em revisão bibliográfica, salienta-se a importância de caminhar com a educação para e pelos Direitos Humanos, criando agendas, ações e políticas públicas promotoras de uma cultura de paz, norteadas pelo respeito à diversidade humana.

**PALAVRAS – CHAVE:** Direitos Humanos. Diversidade sexual. Educação

### **ABSTRACT**

Can be seen in the present study, dialogue between the themes of human rights, education, gender and sexual diversity in family locus / school, with a cut out the non heterosexual sexualities. The human rights violations related to sexual orientation and gender identity are recurring in the current social scene, in particular in the macro social institutions like the family and the school where homophobic violence materializes. Therefore, it is necessary to create favorable conditions for the emergence of new paradigms, new looks, where the social do reflect an otherness based on the rescue of an ethics committed to the process of social inclusion. Based on literature review, we highlight the importance of walking with the education and human rights, creating agendas, actions and public policies that promote a culture of peace, guided by respect for human diversity.

**KEY - WORDS:** Human Rights. Sexual diversity. education

<sup>1</sup> Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSAL, pedagoga, especialista em gestão e Supervisão Escolar /UESB. Integrante do grupo de pesquisa do NPEJI sobre Juventude, gênero, sexualidade, família e escola, financiado pelo CNPq. Concentra seus estudos nas políticas educacionais em defesa da infância, estudos sobre a família, gênero, violência(s), juventudes, sexualidade(s), sexualidade(s) não heterossexuais, educação e diversidade sexual e educação para e pelos Direitos Humanos. E-mail: karinensilva@hotmail.com.



## 1 INTRODUÇÃO

Em tempos de ausências substanciais no convívio humano o conceito e discursos sobre os Direitos Humanos se fazem constantes, inquietantes ao tal ponto de fomentar uma (re) significação, uma necessária compreensão crítica entre o marco legal e a dinâmica social que envolve as questões relacionadas a gênero. O recorte apresentado no presente artigo vislumbra as possibilidades de diálogo entre o tema, o marco legal e a ampla questão dos Direitos Humanos, quando traz à tona a(s) violênci(a)s e as nuances sobre a diversidade sexual no lócus família/escola, tendo como recorte as sexualidades não heterossexuais.

A primeira tentativa de diálogo se inscreve no entendimento dos Direitos Humanos, partindo da assertiva de uma declaração universal, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III)<sup>2</sup> que considera e reconhece a dignidade imanente a todos (as) os humanos (as) e os seus direitos iguais e inalienáveis de liberdade, de justiça e gozo da paz no viver o mundo. Sendo que o desrespeito e a violação aos mesmos serão considerados ultrajes à consciência da humanidade como também, atos bárbaros. Com ênfase no objetivo do texto, a seguir os artigos I e II;

### Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

### Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p. 01).

A partir dessas assertivas, se entende os pressupostos fundantes de todo o marco legal instituído que consiste como ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações, neste sentido, conscientes da declaração se empenhem pelo véis da educação, promovendo o respeito para e pelos os Direitos Humanos, as liberdades, as diversidades, adotando medidas no âmbito nacional e internacional, que possam assegurar o seu reconhecimento e observância. Portanto, toda e qualquer sexualidade(s) estará assegurada na condição de Direitos Humanos universais, no entanto a dinâmica social vigente ainda desconsidera a premissa, viola e silencia as sexualidades ordenadas pela heteronormatividade que se assenta no arcabouço do natural.

<sup>2</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em 08 de novembro de 2013: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>



Na observância da prática global, trata-se de uma proclamação geral, o que consiste em distanciamento profundo entre o seu reconhecimento e efetivo cumprimento, a declaração não tem um mecanismo de aplicação, não são conferidos aos Estados Nação, mas aos indivíduos que estão sujeitos às leis nacionais, o que significa que os Estados devam assumir obrigações perante outros Estados, com intuito de transmiti-las ao povo. Isso explica a necessidade de controle da aplicação plena dos direitos humanos, pois o que confere;

Estamos num mundo de desigualdades, de microdesigualdades e de interpenetração de múltiplas estruturas de injustiça. Com efeito, mercê das transformações atrás enunciadas, o tempo actual apresenta-se em muitos países como um tempo de grande vulnerabilidade social, em que noções como precariedade e desemprego, emprego temporário, diferenciação, debilidade do movimento social, individualização das relações sociais, desigualdades, insegurança, incerteza, desregulação, fragilidade dos laços comunitários, feminização da pobreza, desqualificação e atomização social demarcam um campo semântico claro de inquietações profundas, apontando para múltiplas formas como muitos são atingidos por um trabalho de verdadeira decomposição, de dessocialização que os vulnerabiliza como seres humanos detentores de direitos e que, objectivamente, enfraquece a substancia das nossas democracias (ESTEVÃO, 2013, p. 28-29).

Há o alerta aos desafios, riscos e problemas que avassalam as vidas e mentes das pessoas. Estevão (2013) nomeia o tempo atual de anormal, marcado por uma série de barbáries, ressaltando a crise global que indica certa falência do modelo atual das democracias existentes e posteriormente faz um convite à construção de uma democracia global, um compromisso dos governos e da governança mundial com a garantia institucional dos direitos fundamentais relacionados à liberdade, segurança, equidade/justiça, direitos civis e políticos.

Na tentativa de conceituar e compreender os direitos humanos emerge uma linha tênue, ou seja, uma relação com o conceito de democracia, definindo-a como direitos humanos, entendida segundo Goodhart (2005, p.150 apud ESTEVÃO, 2013, p.12) como um compromisso político com a emancipação universal através do assegurar a todos igual fruição dos direitos humanos fundamentais. Assim, uma democracia com direitos humanos, bem como emancipação humana, não abdica da universalidade dos direitos universais, mas se constrói na interdiálogo, na dialecticidade, aceitando o caráter conflitual ou político da vida social e recusando a interpenetração múltipla de injustiças, por fim qualquer dimensão excludente.

No entanto, a fim de pleitear um projeto da democracia global como direitos humanos, a escola e a educação são convocadas a darem seus contributos, mesmo com amarras de um sistema normativo e intolerante com as diversidades. Ora, fomentar a emancipação humana,





ainda é uma alternativa para difundir o ideário democrático, romper padrões heteronormativos e penetrar no tecido social que se instaura no tempo presente em organizações, instituições, são desafios que demandam rompimentos de visões lineares.

Neste caso, a escola deverá assumir-se também pela sua relevância social, cultural e política, como uma organização eminentemente democrática nos seus princípios norteadores, quer ao nível dos seus processos e dinâmicas, quer, obviamente, ao nível das práticas que ocorrem no seu seio (ESTÊVÃO, 2013, p.31).

417

Conforme exposto, pode-se ter na escola uma escolha, em que os seus/suas educandos (as) se constituam enquanto cidadãos de direitos, sendo a sua cidadania reconhecida, estimulada desenvolvendo o empoderamento através do exercício de direitos, ou seja, com uma educação mais comprometida com a justiça social, recuperando a dimensão ético-política, contra o autoritarismo e práticas de dominação, exploração e de exclusão. A escola traz marcas em que as crianças crescem e aprendem a ser preconceituosas, jamais foi apenas o lugar onde são aprendidos apenas os conteúdos formais de ensino.

A escola possui uma história, que é necessariamente a história de uma instituição disciplinadora, de controle dócil, de produção de subjetividades, um dispositivo de poder que alimenta discursos, dispõe e media relações de interação social. As relações de gênero são sutilmente discutidas dentro da escola, perpassando pelas distinções de tratamento menino e menina, de forma problemática, pois carregam, ainda que disfarçadas sob o conceito de gênero, o essencialismo das relações sexo e gênero. Ou seja, ao pensar as relações de gênero na escola há uma limitação em relacionar o ser homem/menino com aqueles nascidos com pênis e por consequência se interessariam pelas mulheres/meninas, e assim as mulheres/meninas aquelas nascidas com vaginas se interessariam pelos homens/meninos.

Portanto, no pensar sobre as relações de gênero na escola, as questões que dizem respeito a transexualidade, bissexualidade e a homossexualidade são silenciadas, apagadas. Nota-se a ausência de um discurso oficial da escola sobre o tema. A diversidade é invisibilizada, identidade (s) que não obedecem aos padrões heteronormativos são ignoradas em algumas circunstâncias e pelo garoto gay, sobretudo a minha, foi marcada pelos risos, pelas chacotas, pelo bullying homofóbico, que tantas vezes me fizeram desejar não ir à escola, me fizeram desviar meus caminhos, me fizeram





Em suma, desenvolver e transmitir práticas de orientação sexual normativas, onde o lema é sempre amor binário, pode ser condição que não contemple os direitos humanos, uma normatização dos pensamentos, posturas que nem sempre são norteadoras do direito à escolha e modo de vida (ESTÊVÃO, 2011, p. 17). Eis o desafio à escola, eis o desafio à humanidade permanecerem com seus direitos assegurados ou reforçar antigas posturas?

Torna-se essencial (re) pensar a situação complexa em que atualmente a humanidade está inserida, “a esmagadora maioria da população mundial, sofre a exclusão, a desigualdade, a polarização entre ricos e pobres” (SANTOS, 2001, p.15), o que torna os direitos humanos, um mero discurso, uma quimera. E este distanciamento é alimentando pelas ausências de direitos, pela violação dos mesmos e a multifacetada materialização da(s) violência(s).

Contrapondo-se aos fundamentos dos direitos humanos a violência se estabelece como operadora concreta das mais variadas e camufladas manifestações. Persistem graves violações de direitos humanos, uma violência endêmica, arraigada nos costumes conservadores, externada tanto nos agentes responsáveis de preservar a ordem pública quanto no comportamento da sociedade civil (ADORNO; PINHEIRO, 1993).

Pensando a questão no Brasil, o processo de reconstrução da escola democrática não tem assegurado à pacificação da sociedade, recrudescendo a(s) violência(s) e os conflitos sociais, identitários e mesmo tendo adquirido foro de questão pública, mesmo ganhando maior visibilidade, multiplicam-se as denúncias de abusos cometidos contra populações desguarnecidas da proteção legal, assim elenca os autores:

A falsa pacificação da violência espelhou-se em um número apreciável de situações e acontecimentos que se acumularam no tempo: assassinatos no campo (6); mortes praticadas ou encomendadas por esquadrões e justiceiros (7); linchamentos (8); maus tratos e torturas impingidos a presos nas delegacias de polícia civil (9) e nas prisões, que não raro resultam em mortes e mutilações, sobretudo por ocasião de motins e rebeliões (10); violências físicas e sexuais de toda a espécie que tem por alvo preferencial mulheres, abusos na parte das vezes cometidos por esposos, companheiros, parentes próximos ou conhecidos (11)... do mesmo modo, haveria que se contabilizar as situações de discriminação, marginalização e violência a que se encontram sujeitos os negros e as populações indígenas (ADORNO; PINHEIRO, 1993, p. 107-108).

Pois bem, ainda que não constem na citação acima, quão importante para que a dinâmica social seja amplamente contemplada numa dinâmica pautada nos direitos humanos, acrescenta-se a(s) violência(s) e discriminações impostas às pessoas que não correspondem a um padrão de comportamento(s) e identidade(s) heteronormativas (s), sem intenção de



categorizar ou engessar a diversidade sexual, apenas ressaltar as nuances e facetas de ser, transitar e viver as sexualidades, enquanto lésbica, pansexual, gay, pessoa transgênera, pessoa transexual, andrógina, queer, bissexual, transexuais (homem, mulher), travestis, crossdressers, drag queen, transformista<sup>3</sup> dentre outras múltiplas formas de vivenciar a sua identidade de gênero e/ou sexualidade.

Arelada e retroalimentando o quadro de violações dos Direitos Humanos, a letargia do poder judiciário tem sido visualizada, embora visto como instituição capaz de garantir os direitos para a população (ADORNO; PINHEIRO, 1993), haja vista a sua estrutura de atendimento que torna pouco acessível à sociedade. Contudo, a promoção dos direitos humanos incide em levar em conta o enfretamento desses problemas econômicos e sociais para alcance da cidadania plena, apesar de ser uma tarefa extremamente árdua e com percalços dos mais variados e violentos na sociedade.

Contudo, se faz necessário refletir sobre a concepção de violência, inicialmente a discussão segue com Chauí (2007) em sua abordagem que diz, tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar) é violência, todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém a exemplo da coerção, do constrangimento, a tortura e a brutalização confere o status de violência. Neste sentido, o ato de violência é também um ato de brutalidade, de atrocidades e abusos físicos e/ou psíquicos contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

A supramencionada autora ressalta que o mito da não violência no Brasil, apregoa o termo por considerar que esta não é percebida em sua origem, isto é, como toda prática e toda ideia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viola interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Os traços da violência social no Brasil são oligárquicos, autoritários, verticais, hierárquicos, polarizados entre a carência e o privilégio e com resistências a instituição dos direitos civis, econômicos, sociais e culturais (CHAUÍ, 2007).

<sup>3</sup> O termo utilizado de acordo ao Dicionário de Preconceitos da Liga Humanista afirma que Lesbo/Homo/Bi/Transfobia (lesbo/homo/bi/transfóbico) é o preconceito contra LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e demais minorias de orientação sexual ou identidade de gênero). Muitas vezes "homofobia" é usado como guarda-chuva para todas as versões de preconceito contra orientações sexuais minoritárias. Disponível em: <http://www.ligahumanista.org.br/p/dicionario-de-preconceitos.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.



A violação de direitos humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero das vítimas constitui um padrão determinante em nossa sociedade contemporânea, envolvendo variadas espécies de abusos e discriminações que são violências cometidas contra indivíduos por motivos dos mais diversos e isso é notório em muitas cidades brasileiras.

A orientação sexual pode ser compreendida como a capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Neste sentido, a orientação sexual incide nos desejos, na atração sexual, emocional ou afetiva das pessoas, seja para com outra pessoa do mesmo sexo/gênero (homossexualidade), de sexo/gênero diferente (heterossexualidade) ou para pessoas de ambo o sexo/gênero (bissexualidade).

Há de se considerar que a discriminação pela falta de entendimento do assunto, traz consigo um forte componente o qual Bourdieu (1989) conceituou como violência simbólica, ou seja, “Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica” (BOURDIEU, 1975, p. 19).

Vale também ressaltar que a violência homofóbica, cometida contra pessoas cuja vivência da sexualidade, a orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas não se conformam à heteronormatividade. Ou seja, são também recorrentes episódios contra sujeitos que, apesar de se auto identificarem como heterossexuais e/ou cisgênero, tendo a eles atribuídas características que fazem com que os perpetradores das violências os classifiquem como homossexuais e/ou outras categorizações.

Grande parte das famílias convencionais opera a partir de uma crença de que todos os filhos serão heterossexuais e crescerão seguindo estilos de vida e vivências desse tipo (SANDERS, 1994). De fato, arquivos do Grupo Gay da Bahia trazem inúmeros registros de filhos e filhas que sofreram inúmeras agressões físicas por parte dos pais, quando esses tomaram conhecimento da sua homossexualidade (MOTT, 2003). Tal superposição de vitimizações indica o agravamento da vulnerabilidade de grupos sociais como pobres, negros, mulheres e jovens, cuja discriminação é intensificada quando a essa condição associam-se orientação sexual e identidade de gênero estigmatizadas.

Portanto, é necessário criar condições propícias para a emergência de novos paradigmas, novas olhares, onde o fazer social reflita uma alteridade fundamentada no resgate de uma ética comprometida com o processo de inclusão social das minorias. Lembrando que na



sociedade brasileira precisa pairar um sentimento de indignação que gere denúncias e desbanalize as formas veladas de violência a qualquer segmento social.

## 2 O DIÁLOGO DA VIOLÊNCIA SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA

Enriquecendo o diálogo da violência sobre a sexualidade humana, dois esforços são identificados como fundamentais na obra paradigmática, *Problemas de Gênero* (2013), com respeito à violência normativa e o interromper a capacidade da violência normativa de permitir outras violências, e, o de tornar essas outras violências visíveis quando ocorrerem. Essas normas determinam o que é considerado ou não inteligivelmente humano, o que é considerado ou não real, estabelecendo o campo ontológico no qual se pode atribuir legitimidade aos corpos. A violência exercida pelas normas de gênero é constatada no depoimento de Butler a seguir:

421

Cresci entendendo algo sobre a violência das normas de gênero: um tio encarcerado por ter um corpo anatomicamente anômalo, privado da família e dos amigos, que passou o resto de seus dias em um 'instituto' nas pradarias do Kansas; primos gays que tiveram que abandonar o lar por sua sexualidade, real ou imaginada; minha própria e tempestuosa declaração pública de homossexualidade aos 16 anos, e o subsequente cenário adulto de trabalhos, amantes e lares perdidos. Todas estas experiências me submeteram a uma forte condenação que me marcou, mas, afortunadamente, não impediu que seguisse buscando o prazer e insistindo no reconhecimento legitimizador de minha vida sexual. Identificar esta violência foi difícil precisamente porque o gênero era algo que se dava por assentado e que ao mesmo tempo se vigiava terminantemente. Se pressupunha que era uma expressão natural do sexo ou uma constante cultural que nenhuma ação humana era capaz de modificar. Também cheguei a entender algo da violência da vida de exclusão, aquela que não se considera 'vida', aquela cuja encarceração conduz à supressão da vida, ou uma sentença de morte suspensa (BUTLER, 2007, p. 23-24, grifo da autora).

Nesse descortinar de sua vida, a autora recorda sua experiência pessoal a fim de desnaturalizar o gênero, desconstruir a violência normativa que pressupõe e produz as formas e estruturas idealizadas para o sexo, bem como também se esforça para eliminar as suposições dominantes sobre a heterossexualidade de que é imposta como natural. A leitura dos estudos da referida autora, inquieta, instiga, desestabiliza, enquanto questiona a heteronormatividade e a trata como uma prática reguladora de sexo/gênero/desejo que não pode ser transformada em um



problema de discriminação contra indivíduos autônomos baseado em sua orientação sexual, como o conceito de homofobia pode levar a crer.

Rupturas com os mananciais ou/e padrões hegemônicos são precípuos, tais como o da heterossexualidade, uma vez que ao elencarmos que é proibido discriminar um homossexual, automaticamente assim o fazemos porque há um padrão comparativo que possui as melhores condições cotidianas. Neste sentido, Rios (2003) coaduna afirmando que:

Michel Foucault, em *História da Sexualidade*, volume I, “A vontade de saber”, afirma que a pessoa pode sobreviver desde que não apareça, ou seja, desde que se coadune a esse parâmetro. As mulheres, os negros e os homossexuais terão direitos desde que se comportem e aceitem todas as visões do mundo, as posturas e as condutas dos homens brancos heterossexuais. Essa é a visão simples do princípio da igualdade, limitado ao princípio da antidiscriminação. Trata-se, evidentemente, de um avanço, mas precisamos ir além e interpretar o princípio da igualdade também como princípio da anti-subjugação, que se relaciona com o da igualdade e o da dignidade da pessoa humana, estabelecendo que se deva conferir igual reconhecimento, igual valor às pessoas, independentemente de sua condição, o que difere totalmente de se eleger um padrão ao qual os dessemelhantes devam ser equiparados (RIOS, 2003, p. 157, grifo do autor).

A concepção de heteronormatividade evidencia as normas institucionais, culturais e legais que normatizam a heterossexualidade, centra-se na expectativa/demanda do desejo e da identidade heterossexual, é a norma na cultura/sociedade/política. Legitimada e codificada institucionalmente, através da família, escola, das religiões e outras organizações sociais, constrói-se a partir de uma enorme variedade de práticas comuns e, em última instância, tudo e todos são julgados pelo prisma hétero.

A(s) violênci(a)s se materializa(m) no momento em que produz e constrange a inteligibilidade de gênero, estruturando e moldando o lócus social, político e cultural, tanto pelo viés do seu impacto sobre as ideias e crenças, mas, sobretudo, por suas consequências práticas nas instituições, leis e vida cotidiana (casamento, adoção, banheiros etc.) que segue privilegiando quem mais se assemelha as normas e excluindo, estigmatizando, marginalizando e tornando invisíveis comportamentos, práticas e relacionamentos desviantes do modelo imposto. Assim, “leis que buscam estabelecer as linhas causais ou expressivas de conexão entre sexo biológico, gêneros constituídos culturalmente e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos nas manifestações do desejo sexual nas práticas sexuais” (BUTLER, 2007, p. 72, grifo da autora).

Neste caso, pode-se afirmar então que a coerência do gênero, que se realiza na aparente repetição do mesmo produz como seu efeito a ilusão de um sujeito precedente e talante, “o gênero não é uma performance que um sujeito anterior elege para realizar, mas o gênero é



performativo, no sentido em que constitui como efeito o sujeito que pretendo expressar.” (BUTLER, 2013, p. 24).

O arcabouço heteronormativo consiste na identificação estrita entre sexo e gênero apresentando a presunção de que machos tornam-se homens e que fêmeas tornam-se mulheres naturalmente e/ou normalmente, assim, sexo consequentemente e naturalmente torna-se gênero, aqui entendida como uma essência interior determinada biologicamente transforma-se em parte exteriormente. De acordo aos estudos de Foucault (1988), a identidade, é construída por práticas reguladoras de formação e divisão binária do gênero, ostentando a noção da possibilidade de unívoca verdade do sexo.

Dialogando sobre a violência normativa, não se poderá entendê-la restritamente como um tipo de violência que se torna a norma vigente, porém como a violência das normas. As normas de gênero próprias exercem certa violência sobre os corpos que as violam, pois tanto outorgam a violência física típica e rotineiramente como tal, quanto simultaneamente apagam essa violência de nossa apreensão. As sexualidades dissidentes, os desviantes são a própria razão de ser da heterossexualidade normativa, seu outro termo constitutivo, os discursos reguladores que formam o sujeito de gênero são os responsáveis pela submissão pelo gênero, “o ‘eu’ nem precede, nem segue o processo dessa ‘criação de um gênero’, mas apenas emerge no âmbito e como a matriz das relações de gênero propriamente ditas (BUTLER, 2013, p.7, grifo da autora).

O ato da resistência contra violência normativa segundo Butler (2013) tornou-se invisível, cotidiana e submissa, um ato violento no sentido de força exercida de um sujeito contra outro. Como esse processo é marcado pelas relações saber/poder/verdade nas normas de gênero, inadiável problematizar essas relações de maneira a desconstruir o binarismo essencial que, entre outros efeitos, produz a ideia do ignóbil que aqui designa “precisamente aquelas zonas 'inóspitas e 'inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção” (BUTLER, 2001, p. 155, grifo da autora).

Portanto, resigna-se que as nuances da diversidade sexual que não perfilam convergindo com os padrões heteronormativos e hegemônicos, ainda estão culturalmente associadas a representações sociais subalternizadas e desqualificadoras. Desta forma, a múltipla existência de ser e viver a sexualidade, frequentemente se inscreve no imaginário coletivo como evidência de desvios, patologias, perversão ou caráter falho. Em decorrência, quando são legitimadas e





impenetradas nas relações sociais ocasionam as minorias a vivência de solidão, o isolamento e a segregação social.

Todavia, a ampla liberação de costumes, que redesenharam o comportamento sexual nas últimas quatro décadas, os tabus e inibições que pairam sobre as manifestações da sexualidade humana continuam sendo amplamente disseminados e naturalizados, peculiarmente se tratando das chamadas sexualidades alternativas. A realidade atual dentro de parcelas significativas da sociedade vigente é de exclusão, de negação de reconhecimento de identidades plurais, da sonegação de direitos.

A princípio a universalização do ensino público reivindicação dos movimentos pela educação no Brasil defendiam o acesso a todos e todas à instituição escolar, no entanto, a trajetória histórica da educação no país apresenta que o tão esperado acesso escolar não coadunou com a permanência e sucesso de todos e todas, ou seja, a universalização do ensino não assegurou a equidade no direito à educação. Por consequência a educação como um direito universal de todas e todos se encontra ameaçada pelos entraves que cercam a escola, assim definidos;

... a exclusão, a segregação, a dominação e o poder hegemônicos – resultantes das relações hierarquizadas e desiguais que caracterizam nossa sociedade e violam os princípios iluministas da modernidade. Esse bicho – papão determina a cor, o sexo, a classe social e a orientação sexual que produzem as práticas e relações vividas na escola e define quem deve ou não permanecer nesse espaço (JOCA, 2011, p.13).

Nesta perspectiva questiona-se a universalização da educação escolar, já que é negado o direito a educação a uma parcela considerável da população que é constituída também por pessoas que não são regidas pela heteronormatividade. A escola continua sendo um espaço dissimulador de princípios, valores e atitudes algumas que marcar as desigualdades de gênero, classe, etnia/raça e orientação sexual, ou seja, produtora e reprodutora das diferenças.

A dinâmica institucional da escola centraliza suas ações e posturas no disciplinamento, na padronização de currículos, práticas educativas, espaços geográficos e arquitetônicos, bem como a padronização de sujeitos, desta forma reafirma as relações sexuais hegemônicas deslegitimando as questões de gênero e orientação sexual, indo novamente de encontro ao marco legal dos Direitos Humanos. Vale ressaltar que o surgimento da Aids, na década de 80 entre outros desencadeamentos aduziu para a educação, como pano de fundo as questões sobre a sexualidade, no entanto a abordagem concentrou-se na perspectiva biológica, higienista e





preventiva de doenças sexualmente transmissíveis, de tal forma que foi abdicado ou ignorado os desejos, prazeres e subjetividades enredados na vivência plena das diversas possibilidades e nuances das sexualidades.

Por outra vertente, a restrição aos direitos humanos é também percebida na restrição e negação ao direito a uma sexualidade que desvie da norma heterossexual, as formas alternativas de sexualidade são submetidas a discursos patologizantes, encontrados com frequência nos discursos institucionais da escola como também entre os/as que estão envolvidos/envolvidas diretamente e indiretamente em seu contexto. Visto que tanto a formação inicial e continuada de seus/suas professores/professoras, o currículo escolar e os livros didáticos velam as temáticas que envolvem a diversidade sexual e cultural. Em virtude da omissão e negação da diversidade humana se tem como consequência a legitimação da hegemonia heteronormativa e essencialista da sexualidade, conforme cita Joca (2011, p.13) “afirmando a escola enquanto não-lugar para as pessoas LGBT.”

A escola é um espaço privilegiado por sua missão educativa, civilizatória e ética, influenciando de forma incisiva e benéfica no processo de conscientização ao respeito ao próximo e do fim dos atos de homofobia. Unidades educacionais, a exemplo das creches, as escolas de educação básica, ensino fundamental, médio, profissionalizante, até as instituições de ensino superior, têm sido em muitas situações, tradicionalmente locais onde as pessoas não podem sequer manifestar a sua sexualidade e onde os fatores que ensejam o preconceito, a discriminação e a exclusão não são enfrentados, em inúmeras situações, são silenciadas/silenciados, invisibilizadas/invisibilizados.

Uma sociedade alicerçada pela democracia em consonância aos direitos humanos pressupõe uma educação inclusiva que contemple todos os seguimentos sociais, em específico aos que são frequentemente marginalizados, uma educação que tenha como política permanente o enfrentamento a qualquer forma de exclusão e discriminação. Além disso, por uma educação de todos e todas, torna-se imprescindível uma política educacional para uma educação sexual que conceba a sexualidade humana tendo como sustentáculo moral a luta contra a homofobia e o sexismo, pois ambos os processos excludentes violam a constituição, a laicidade do Estado brasileiro e por isso constituem-se significativamente enquanto obstáculos a serem superados.

As redes de poder socialmente estabelecidas acabam por reforçar estereótipos aviltantes, como também a cultura midiática hegemônica corrobora a solidificação de modelos e conceitos sexistas e lesbo-homo-bi-transfóbicos<sup>1</sup>, que impõem às mulheres a população negra



e os/as devotos/devotas de religiões não cristãs e especificamente as de matrizes africanas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais limitações na livre expressão de suas identidades e crenças, constituindo, portanto, flagrante violação da dignidade humana dessas pessoas e dos grupos sociais por elas constituídos.

Sobretudo, percebe-se quando uma pessoa não atende ao ideário masculino ou feminino da cultura vigente, logo as esferas sociais nos quais estão inseridos apresentam dificuldades com a questão, neste sentido poderão ocorrer condições propícias de florescimento do preconceito, que por sua vez engendra atitudes e atos de discriminação, reforçando o estigma social associado às práticas sexuais não alinhadas ao padrão hegemônico.

Neste contexto, há necessidade de recorrer-se a educação, pelo viés de e “para pensar certo”, nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 17), defende “a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”, é lícito afirmar que a existência de práticas preconceituosas ofende a própria condição humana e fere os mais altos ideais da democracia forjados na luta e conquistada à duras penas. Desta forma, a eliminação de atitudes, comportamentos e/ou práticas discriminatórias de raça, classe, gênero e identidade de gênero, orientação sexual, orientação religiosa ou de qualquer outro tipo de preconceito precisa alcançar patamares mais elevados de construção equitativa da formação humana crítica, finalidade maior da Educação.

### **3 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A inexistência de acolhimento e de atitude respeitosa, de aceitação do modo de ser do indivíduo, acaba agudizando problemas de ajustamento e autoestima visto que potencializa os danos causados pela discriminação social sofrida em espaços sociais. Assim, a temática acerca das sexualidades não heterossexuais e suas necessitam ser repensadas e questionadas, a fim de que se tornem visíveis a(s) violência(s) redimensionando como forma de violação dos Direitos Humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

Nesta perspectiva, ainda há muito a ser feito para promover o respeito à diversidade para a conquista de uma sociedade mais justa e solidária. E a escola precisa rever sua dinâmica para atender as vozes dos sujeitos que confirmam e alertam sobre a educação como expectativa de direito e o respeito como direito fundamental, o que mostra a necessidade de políticas educacionais que orientem as propostas de formação inicial e continuada de professores nessa perspectiva.

A Educação necessita estar ciente da educação para e pelos direitos humanos, assumir coletivamente o compromisso de/ em parceria com a sociedade civil e instituições, pode vir a



contribuir com a construção de uma nova sociedade que compreenda as diferenças como uma pluralidade enriquecedora das relações sociais, como forma de felicidade e realização, não como desigualdade que oprime, inferioriza e sufoca. Coadunando com o pensamento freireano, a educação pode ser a “chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social” (FREIRE, 2001, p. 98). Mas, isso só será possível quando efetivamente houver comprometimento não apenas dos poderes públicos legitimamente constituídos, mas também da sociedade civil no sentido de transformá-la em potencial de cidadania.

A construção de diálogos será materializada na medida em que a compreensão da importância e do significado de uma educação transformadora esteja presente no cotidiano das pessoas, na sociedade na qual, a exclusão, o preconceito, a discriminação e a negação de direitos aos diferentes, implicam na abertura de espaços para a construção de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças. Reconhecidamente, a sociedade brasileira só poderá ser considerada justa, igualitária e democrática se combater efetivamente todas as formas de preconceito e discriminação existentes em seu meio e segmentos.

A fim de que se estabeleça a dignidade plena da pessoa humana, Santos (2001, p. 23) sinaliza que em relação à sexualidade, torna-se necessário investigar se as violências empreendidas às minorias sexuais, sendo naturalizadas e influenciadas através das instituições socializadoras como: família, escola, igreja. Portanto, enveredar-se pela emancipação humana consiste também em vislumbrar “o princípio da liberdade e o princípio da diferença”. E apesar de uma sociedade com acentuadas desigualdades, o desejo da igualdade não basta, haverá grande esforço no intuito de superar inúmeros obstáculos.

Portanto, além das reflexões acerca dos Direitos Humanos, Educação e Diversidade Sexual, torna-se necessário criar condições propícias para a emergência de novos paradigmas, novos olhares, onde o fazer social reflita uma alteridade fundamentada no resgate de uma ética comprometida com o processo de inclusão social das minorias, como também a fomentar na sociedade brasileira um sentimento de indignação que gere a denúncia e desbanalize as formas veladas de violência a qualquer segmento social.

Salienta-se a importância de construção coletiva de educação pelos e para os direitos humanos, tornando possíveis os diálogos, criando agendas, ações e políticas públicas promotoras de uma cultura de paz, respeito e valorização da diversidade humana.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. In: *São Paulo em Perspectiva*. Fundação Seade, v.7, n.1, São Paulo, jan./mar., 1993, p. 01-15.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- \_\_\_\_\_. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007.
- \_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 153-172.
- CHAUÍ, Marilena. *Contra a violência*. <http://www.pt.org.br>, 31/03/2007.
- ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. In: *Educação*. v.36, n.1, Porto Alegre, jan./abr., 2013, p. 28 – 34.
- \_\_\_\_\_. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. In: *Revista Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação (Online)*. v. 19, n.70, Rio de Janeiro, jan./mar., 2011, p. 9-20.
- Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362011000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000100002). Acesso em: 05 de novembro de 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.
- JOCA, Alexandre Martins. Direitos humanos e diversidade sexual: pelo direito à educação e à diversidade na escola. In: *Educação e diversidade sexual*. Rio de Janeiro: MEC, 2011, p. 12-21.
- MOTT, Luiz. *Homossexualidade: Mitos e verdades*. Salvador, Ed. GGB, 2003.
- RIOS, Roger Raupp; PIOVESAN, Flávia. A discriminação por gênero e por orientação sexual. In: *Série Cadernos do CEJ*, v. 24, n.1, Brasília, 2003, p.154-174. Disponível em: < <http://www.cjf.gov.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo05.pdf> >. Acesso em: 15 de novembro de 2013.
- SANDERS, G. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: BLACK, Evan Imber (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 219- 244.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Seis razões para pensar*. Lua Nova. 2001.



## DE POLÍTICAS IDENTITÁRIAS PARA POLÍTICAS PÓS IDENTITÁRIAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DISSIDENTES DA HETEROSSEXUALIDADE

SILVA, Anna Paula Oliveira

*Estudante de doutorado do Programa de Psicologia/UNESP  
annapos@gmail.com*

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva

*Professor do Programa de Psicologia/UNESP  
fsteixeirafilho@gmail.com*

429

### RESUMO

Este estudo teórico tem por finalidade apresentar uma breve contribuição do feminismo, do movimento homossexual e Queer para os dissidentes da heterossexualidade. Para isso será necessário resgatar brevemente um pouco das discussões sobre a primeira onda do feminismo (sufragismo), segunda onda (final dos anos 60) e terceira onda. Serão destacados também neste artigo o movimento homossexual e por último a teoria Queer. Não deixando de resgatar as pioneiras importantes para a teoria Queer como Gayle Rubin (1989), Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1992).

**Palavras-chave:** Feminismo; Movimento Homossexual; Movimento Queer.

### ABSTRACT

This study aims to present a brief contribution of feminism, the homosexual movement for dissidents and Queer heterosexuality. I will cover briefly rediscover some of the discussions on the first wave of feminism (suffragism), second wave (late 60s) and third wave. Also featured in this article are the homosexual movement and lastly the Queer theory. Leaving to rescue important to Queer theory pioneers as Gayle Rubin (1989), Adrienne Rich (2010) and Monique Wittig (1992).

**Key-words:** Feminism, Gay Movement; Queer Movement.

### Introdução

Este estudo tem por finalidade apresentar algumas contribuições do feminismo, do movimento homossexual e da teoria Queer para os dissidentes da heterossexualidade. As discussões sobre o sistema sexo/gênero na visão de Gayle Rubin (1989) Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1992) também serão contempladas nesse estudo.

O trabalho inicia-se a partir da primeira onda do feminismo (sufragismo). Em seguida, serão abordadas a segunda onda (final dos anos 60) e terceira onda do feminismo. Posteriormente, a discussão seguirá para o movimento homossexual, onde será explicado a origem do movimento e como ele se desenvolveu no Brasil. Ao final, será apresentado o



movimento Queer que abrange não só gays e lésbicas, mas outras figuras identitárias construídas no espaço marginal.

- **Políticas identitárias**

### 1.1 Feminismo

A História do Movimento Feminista é dividida em momentos. O primeiro ficou conhecido como a primeira “onda” e se deu com o sufrágismo. O contexto político da época foi caracterizado por movimentos sociais, políticos e econômicos que objetivavam voto a todos os homens (e não mais censitário), a organização familiar e a oportunidade de estudo.

No século XIX, a classe operária lutava por melhores condições de trabalho, o que envolvia o aumento do salário, a redução da jornada, o repouso semanal e as melhorias das condições de higiene. Reivindicavam também pelos direitos à cidadania. Ou seja, o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para os cargos do Parlamento, posto que, como estes não eram remunerados, somente os que tinham altas rendas poderiam desempenhá-los (ALVES; PITANGUY, 2007).

No Brasil, Getúlio Vargas, ao assumir o governo, se mostrou favorável ao sufrágio feminino. No ano de 1931, Getúlio Vargas outorgou o voto a mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, sendo que as casadas só podiam fazê-lo com a autorização do marido. As feministas persistiram em manifestações, buscando a igualdade de voto entre homens e mulheres. E em 1932 o presidente determinou que poderiam votar pessoas maiores de 21 anos, ou seja, deixava de existir, no contexto da participação política, a distinção entre os sexos.

O sufrágio feminino surgiu para denunciar “*a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destruídos de renda.*” (ALVES; PITANGUY, 2007, 44). Tinha como objetivos o direito ao voto, a organização da família, a chance de estudos e o acesso a determinadas profissões. Esses eram os interesses das mulheres brancas e de classe média. Quando essas alcançaram esses objetivos, se acomodaram (LOURO, 2012, p.19).

O Movimento Feminista, segundo Alves e Pitanguy (2007):

(...) ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, rompendo o seu silêncio, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais, se organizam em





torno de sua especificidade e se completam na busca de superação das desigualdades sociais. (p.7).

Ele vai se estabelecendo “*a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação*”. (ALVES; PITANGUY, 2007, p.74).

No final da década de 1960, surge a segunda onda do feminismo. Além de se preocupar com demandas sociais e políticas, ela se voltou também para construções teóricas que problematizavam as questões de gênero.

A expressão das feministas foi além das marchas e protestos públicos. Elas passaram a se declarar nos livros, revistas e jornais e posteriormente ocuparam espaços acadêmicos, surgindo os estudos das Mulheres. Com isso, tornou-se visível mulheres que antes eram silenciadas, segregadas e submissas aos homens.

Nesse contexto, vários estudos sobre as mulheres surgiram. E neles discutiram-se as desigualdades sociais entre homens e mulheres, a princípio conectados às características biológicas e vinculados ao patriarcado. Esse debate constituiu o conceito de gênero (LOURO, 1997).

Cabe assinalar que foi nesse momento que feministas de destaque como Simone de Beauvoir surgiram e contribuíram com o Movimento. A obra de Beauvoir intitulada “*O segundo sexo*” foi o estudo mais completo sobre a condição feminina da época. Nele, delatavam-se as raízes culturais das desigualdades sexuais, onde as mulheres ficavam em segundo plano e o homem era o detentor do poder e o criador da cultura. Ou seja, apesar de se viver em uma época distante das civilizações antigas, nas quais as mulheres ocupavam um lugar secundário em relação aos homens, eram *valiosas peças de propriedade* (SPENCER, 1999, p.31) e a finalidade do casamento *era a procriação, não o amor ou a companhia* (SPENCER, 1999, p.31), nada ou pouco mudou.

A submissão das mulheres aos homens vem de sociedades antigas e foram estas que influenciaram o pensamento ocidental. Na Grécia, por exemplo, as mulheres se dividiam em prostitutas, cortesãs, esposas e mães. Algumas eram prisioneiras de seus lares. Tinham como obrigação ter filhos e cuidar da casa, dos filhos e dos maridos. Na cultura Hebraica, o casamento era uma obrigação religiosa e o sexo dentro do casamento era bem visto. A mulher era propriedade do marido. Em Roma, as mulheres podiam ser educadas e cuidavam da casa, mas eram proibidas de participar das assembleias legislativas e judiciárias (SPENCER, 1999;





SAÉZ; CARRASCOSA, 2011). Com o advento do Cristianismo, as mulheres foram mantidas no lugar de passividade e submissão ao marido. Existia nessa época, embora ainda hoje em intensidade menor ainda persista, a glorificação à virgindade e as relações sexuais só eram permitidas no casamento.

De modo questionador o pensamento filosófico de Simone de Beauvoir, nos alertava que “*em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito.*” (ALVES; PITANGUY, 2007, p.52). Simone de Beauvoir conclui o livro informando que a mulher “*precisa ser ratificada pelo homem a todo momento, o homem é o essencial e a mulher está sempre em relação de assimetria com ele.*” (GARCIA, 2011, p.81).

Em outro estudo, Simone de Beauvoir inicia seu texto com a seguinte frase: “*Não se nasce mulher, torna-se.*” De acordo com Garcia (2011), o feminismo se apoiou nessa frase para construir a teoria de gênero.

Já a terceira onda será reconhecida como o “*feminismo da diferença*”. Esse momento é assinalado pelo posicionamento de feministas negras que:

(...) instauraram no interior do movimento feminista uma necessidade de ampliação das análises da opressão feminina para outros termos que não o patriarcado. Do mesmo modo, as feministas lésbicas, inicialmente excluídas do movimento por serem acusadas de reproduzir o patriarcado nas suas versões ‘imitativas das identificações butch/fêmea’ e não se preocuparem com a ‘maternidade’, produziram críticas ao reducionismo do feminismo como sendo estudo de mulheres (TEIXEIRA-FILHO, 2013, p.56).

Assim, surgiu nessa ocasião a sugestão de se desnaturalizar os essencialíssimos com bases biológicas que colocavam a mulher num lugar de passividade e opressão.

Teixeira-Filho (2013) ressalta que essas discussões em torno dos direitos das mulheres não diferem de outras injustiças sociais, como as violências contra crianças, racismos ou agressões contra homossexuais, travestis e índios. Neste sentido,

... os negros precisaram provar que eram humanos para deixarem de ser objetos... as mulheres, para cessarem a sua submissão aos homens, precisaram afirmar que, como os homens, elas também tinham o direito de fazer o que eles faziam; como eles, também poderiam desejar vir a ser o que quisessem... (p.18).



Podemos observar que muitas conquistas foram obtidas pelas mulheres, mas questionamentos relevantes sobre o tema persistem, a saber: “*Não posso estudar só porque sou mulher?*”; “*Por que, como mulher, não posso andar na rua à noite sozinha sem sentir medo de vir a ser estuprada?*”; “*Mas o que é ser mulher?*”; e “*O que é um homem?*” (TEIXEIRA-FILHO, 2013, P.19). O racismo, a homofobia, o sexismo e a misoginia insistem em permanecer e destruir sonhos, expectativas e planos.

Para Garcia (2011), o feminismo da diferença requer a igualdade entre as mulheres e homens, o que é diferente da igualdade com os homens, pois o último significa aceitar o padrão masculino.

Segundo Miskolci (2012), a diferença está atrelada ao conceito de reconhecimento como transformação social, das relações de poder e do lugar que a pessoa ocupa nelas. Quando uma pessoa se envolve com o diferente, ela se transforma. E o resultado disso seria a implicação com a criação desse outro. E quanto mais envolvimento nesse processo, mais aprendemos a reconhecê-lo como parte de nós mesmos e passamos a aprender e a dialogar, o que passa a nos transformar.

O feminismo contribuiu muito para os dissidentes da heteronormatividade e muitas vezes ele cruza com o outro movimento importante para a visibilidade e reconhecimento desse grupo: o movimento homossexual.

### **Movimento homossexual**

Stonewall foi um bar em Nova York frequentado por dissidentes da heterossexualidade. As pessoas que ali frequentavam estavam a todo o momento sendo perseguidas pela polícia. E um dia essas pessoas decidiram não aceitar a estigmatização, rechaço e perseguição por parte dos policiais nova-iorquinos e os enfrentaram. Esse enfrentamento gerou a rebelião de Stonewall.

A rebelião eclodiu na noite de 27 para 28 junho, de 1969. Esse evento foi o marco para o nascimento do movimento político em defesa dos direitos dos LGBTTT (Lésbica, Gay, Bissexual, travestis, transexuais e transgênero). Os dias dessa rebelião reuniu um grande número de pessoas LGBTTT que combateram a perseguição policial (TREVISAN, 2004).

Tanto Sedgwick (2007) como Ribeiro (2011) relataram que a rebelião gerou posteriormente um desenvolvimento de pensamentos sobre sexualidade e gênero “*pautado pelos meios de comunicação de massa, muitas vezes, reverberando ações dos movimentos sociais ou divulgando resultados de pesquisas acadêmicas que têm procurado tratar o tema* DE POLÍTICAS IDENTITÁRIAS PARA POLÍTICAS PÓS IDENTITÁRIAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DISSIDENTES DA HETEROSSEXUALIDADE. SILVA, Anna Paula Oliveira, TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva



para além das abordagens biologizantes e psicanalizadas.” (RIBEIRO, 2011, p.154). Contudo, o movimento apresentou escassas facilidades analíticas para a definição homo/heterossexual previamente ao momento de saída individual (SEDGWICK, 2007).

No Brasil, o movimento homossexual começava a se articular na época. E nos anos de 1974 e 1975 o país atravessou um momento de grande intensificação na política que acabou resultando em mobilizações sociais enérgicas para conquistar suas lutas (SANTOS 2012). Muitos movimentos aproveitam o momento para se revelarem. Para os dissidentes da heterossexualidade que lutavam anteriormente sem ambições políticas, houve uma “*militância autônoma, sem vínculos partidários, com palavras de ordem e crítica à esquerda tradicional*” (SANTOS, 2012, p.6). E no ano de 1977, em plena Ditadura Militar, surge o movimento homossexual.

O movimento expunha para a sociedade temática sobre a sexualidade e também explicitava o direito das pessoas dissidentes vivenciarem suas orientações sexuais, ou seja, não seguir o modelo heteronormativo.

Por não aceitar o modelo heteronormativo, o movimento questionava os mecanismos de repressão. Dessa maneira, ele fragilizava a legitimidade dos argumentos que o justificavam como correto. Mas é bom deixar claro que a luta do movimento não se referia somente a pessoas que orientavam seu desejo sexual por sujeitos do mesmo sexo. Pois nesse grupo, os/as travestis, transexuais e os/as bissexuais também eram contemplados (CONDE, 2004). Era um movimento que contestava espaços e direitos. Tinha como elemento formador a identidade, mesmo se tratando de um movimento composto por pessoas bastante diferentes.

Após o ano de 1977, nasceu na cidade do Rio de Janeiro um jornal intitulado Lampião da Esquina. Na sua segunda versão, ele passou a ser denominado somente de Lampião. O jornal era organizado por jornalistas, intelectuais e artistas dissidentes da heterossexualidade (Agnaldo Silva, Clóvis Marques, Darcy Pentead, Jean-Claude Bernadet, João Silvério Trevisan, Peter Fry e outros). Ele versava sobre assuntos tanto do público dissidente da heterossexualidade como também se pronunciava a favor de outros movimentos, como os movimentos negro, feminista, indígena e ecológico. Foi o primeiro trabalho militante altamente especializado (SILVA, s/d).

Lampião apresentava reportagens com diversas personalidades, contos, críticas literárias, de teatro, cinema e outros. Os assuntos destacados eram cartas dos leitores e ações homofóbicas (LIMA, 2001).



O Lâmpião tinha como ideia/propósito criar um jornal que desse ênfase a assuntos que a imprensa alternativa não considerava tão importante. Nesse contexto emerge a pergunta:

Em 1981 o jornal interrompeu suas atividades devido a perseguição política e policial (SILVA, s/d). Mas em 1978 aparece em São Paulo um grupo que trabalhava em defesa dos direitos dos homossexuais que era o grupo Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que depois passou a ser designado de Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS). Esse último abordava em suas discussões a conscientização, visibilidade, ação e direitos. Suas atividades estiveram em voga até 1984.

Na década de 1970, o movimento conseguiu ganhar força e de acordo com Facchini (2003), esses primeiros momentos descritos anteriormente sobre o movimento homossexual foi concluído na primeira metade dos anos de 1980. Posteriormente a essa década ocorreu uma queda do movimento, o que pode ser constatado com a ausência de bibliografia sobre o assunto. E análises sobre o tema assinalavam problemas referentes a viabilidade de uma política de identidade homossexual no Brasil.

Surge no mundo e no Brasil na década de 1980 a AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida), uma doença que fez ressurgir/restaurar a homofobia que estava oculta na sociedade. Isso fez com que ativasse ainda mais o preconceito que já tinham sido apresentados por alguns setores sociais. “*A intolerância, o desprezo e a exclusão – aparentemente abrandados pela ação da militância homossexual – mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados.*” (LOURO, 2001, p.545). Nesta perspectiva:

Isso fez o movimento homossexual enfraquecer e na década de 1990 ele reaparece, sendo possível perceber que ele sobreviveu ao advento da AIDS, que gerou para o movimento o estreitamento das relações com o Estado.

Assim, o movimento se sobressaiu na mídia e passou a participar dos movimentos de direitos humanos, se atrelando a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas. Agia acoplado a parlamentares com proposição de projetos de lei em níveis federais, estadual e municipal e outros (FACCHINI, 2003).

Nessa década também passaram a existir mais grupos que lutavam pelo mesmo objetivo e isso ficou registrado nos Encontros Nacionais do Movimento Homossexual Brasileiro. Foram promovidos 9 encontros entre os anos de 1980 e 1997. Os Estados que reuniram esses grupos foram São Paulo (3 encontros), Rio de Janeiro (2 encontros), Bahia, Sergipe, Paraná e Recife (1 encontro cada). Em 1980, as quantidades de grupos não ultrapassavam 6. Os anos em que houve mais formação de grupos foram 1995, com 84 grupos, e 1997, com 52 grupos. Em 1995,



no encontro de Curitiba, nasce a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Além do aumento de grupos do movimento homossexual, foi possível observar, segundo relato de Facchini (2003), que os grupos estavam mais articulados com a mídia, agências estatais ligadas aos temas da justiça e saúde e parlamentares.

Nessa perspectiva, esses dois movimentos, o feminista e o homossexual, tinham demandas em comum e foi a partir dessa interseção entre os feminismos radicais e militantes homossexuais descontentes com os rumos e as análises restritas ao modelo identitários que surgiu a teoria Queer.

436

### **Queering: Políticas pós identitárias**

Na década de 1980, as feministas negras “começaram a criticar o caráter branco, de classe média e ocidental do feminismo anterior. Em movimento similar e articulado, o movimento homossexual e o feminista passaram a ser questionados por aqueles que viriam a ser conhecidos como *queer*.” (MISKOLCI, 2012).

A busca das feministas por dispositivos ou medicamentos de modo a prevenir ou reduzir a disposição de uma mulher a engravidar, privilegiando questões sobre os prazeres, dos negros contra práticas racistas discriminatórias e dos dissidentes da heterossexualidade contra a medicina, a psicologia do ego, a psicanálises, o direito e a igreja, que os reduziam a patologias, crimes e pecados, tinham objetivos em comum. O movimento Queer surge nesses momentos tentando desatrelar as sexualidades da reprodução e destacando a acuidade dos prazeres.

A palavra Queer em sua origem significava um xingamento, um insulto e tem origem inglesa, sendo:

(...) conhecida sua utilização como antônimo de ‘straight’ ou ‘respectable’ desde finais de século XVI, sendo a apropriação positiva desse termo por parte de comunidades de homens homossexuais documentada pela primeira vez na década de 1910. Já o termo “teoria queer”, como é bem sabido, foi cunhado em 1991 por Teresa de Lauretis. (CORDOBA; SAEZ; VIDARTE, 2008, p.694).

Queer pode referir-se a pessoas de sexos masculinos ou femininos e por extensão a todas e quaisquer combinações de gênero e dicotomias de gênero que podemos imaginar ou articular na prática cotidiana de comunidades marginalizadas pela heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). Queer é mais do que a soma de gays e lésbicas, inclui também



outras figuras identitárias construídas nos espaços marginais, tais como transexuais, transgêneros, bissexuais, etc. e suas interfaces com classe, raça, etnia, nacionalidades etc. (CORDOBA; SAEZ; VIDARTE, 2008, p.22; SEDGWICK, 2007).

Muitas vezes Queer é visto como sinônimo de questões que envolvem os dissidentes da heterossexualidade. Mas sua proposta é mais complexa e ampla. Sua problemática é a da abjeção. A abjeção “*constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade.*” (MISKOLCI, 2012, p.24). Como exemplo, a pessoa com AIDS na década de 1980 carregava uma ameaça em que a coletividade exibia seu código moral.

Contudo, enquanto o movimento gay trazia em seu bojo a normalidade, adaptação às demandas sociais e a denuncia da heteronormatividade, o movimento Queer carrega a diferença, quer mudar a sociedade para que ela lhes aceite e amplie suas visões de mundo. O Queer expõe que os/as dissidentes da heterossexualidade, mesmo tendo status e ocupação um pouco mais elevada que a base da pirâmide intitulada de Gayle Rubin, não deixará de sofrer discriminação.

Assim, o movimento Queer censurava a

Emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outras, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heteroreprodutivo. O queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo. (MISKOLCI, 2012, p.25).

O ponto de vista Queer nos leva a repensar a educação a partir dos conhecimentos que foram de acordo com a história subordinados, mas que podem auxiliar a repensar a sociedade, procurar ir além das iniquidades e desigualdades. Esses pontos só serão alcançados quando o binarismo for superado. Outro ponto destacado é de ir além da proteção que o movimento social denomina de pessoas LGBTTT, pois as terminações não conseguem abarcar a quantidade de pessoas que não se condizem no modelo heterossexual (MISKOLCI, 2012).

A teoria Queer indica a hibridização como possibilidade única de resistir contra as ideologias homogeneização, e neste sentido:





A hibridação é um processo controlável a partir do ponto de vista que pode ser estranho abordar a partir do nível individual. Este conceito é utilizado por hibridação, especialmente aqueles autores que desenvolveram suas teorias a partir da identidade cyborg inicialmente levantada por Donna Haraway, que desenvolve o conceito de fronteira e de transgressões tratadas como fusões e possibilidades que mais e mais pessoas se atrevem a explorar a sua filiação política. Gênero, raça e classe já não formam a base de uma unidade essencial. Gênero, raça e classe consciência são conquistas através da experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, o colonialismo, o racismo e o capitalismo. Dado estes conflitos, Haraway se recusa até mesmo a capacidade de identificar um "nós" que pode servir como um link entre os indivíduos. (PENEDO, 2008, p.4).

Já a política Queer articulada por intelectuais nos anos de 1990, passam a empregar a palavra Queer para delinear seu trabalho e seu ponto de vista teórico. Esse é um grupo diversificado no sentido de ser divergente entre si, mas mesmo assim existe aproximações significativas entre os membros do grupo. O grupo político objetiva criticar a oposição binária (heterossexual/homossexual) que molda a ordem dos desejos, dos comportamentos e relações sociais. (LOURO, 2001).

A pessoa Queer não quer que ninguém a perdoe. Ela só quer que a deixem viver em paz, pois *“a tolerância não é o que eu peço porque isso seria assumir que estamos fazendo algo que não deveria, algo que devemos pedir permissão.”* (TORRES, 2011, p.32).

### **Sistema sexo/gênero/desejo pelas pioneiras Queer**

Uma das pioneiras Queer foi Gayle Rubin (1989), que critica a visão essencialista da sexualidade. Ao expor sobre o sistema sexo/gênero, ela adverte que a organização social do sexo está baseada no gênero, ou melhor, a sociedade é guiada por diferenças de gênero (homem e mulher, masculino e feminino), fundando-se em uma heterossexualidade imposta como compulsória.

A autora afirma que há uma hierarquia das sexualidades e expressões de gêneros, e essa hierarquia regula as relações humanas e organiza todo um sistema de privilégios e desigualdades a partir de uma pirâmide erótica na sociedade, onde:

Os casais heterossexuais, ligados pelo casamento, estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Muito mais embaixo, nessa escala, estão os casais heterossexuais monogâmicos não casados, seguidos pela maioria dos outros





heterossexuais... Casais estáveis, de lésbicas e de gays estão próximos da respeitabilidade, mas lésbicas de bares e homossexuais promíscuos estão pouco acima dos grupos que ficam na parte mais baixa da pirâmide... os transexuais, os travestis, os fetichistas, os sadomasoquistas, os trabalhadores do sexo como prostitutas e modelos pornô e, abaixo de todos os outros, aqueles cujo erotismo ultrapassa as fronteiras das gerações (RUBIN, 1989, p.12).

Fazer parte do topo da pirâmide significa adquirir status e, conseqüentemente, os benefícios e privilégios sociais, econômicos e materiais associados a eles. Quanto mais alguém se encontrar abaixo dessa hierarquização, mais sofrerá discriminação, exclusão e punição. Encontram-se na base da pirâmide os dissidentes da heterossexualidade e, por conseguinte, desprovidos de direitos e associados à abjeção. Eles são classificados, marcados e rotulados como indivíduos que não possuem uma boa sexualidade, pois se afastam do modelo imposto como ideal, asséptico e higiênico e moral.

Outra pioneira de destaque é Adrienne Rich (2010), a qual esclarece que a heterossexualidade é uma instituição política que anula o poder das mulheres na sociedade. Para ela a heteronormatividade é sustentada pela heterossexualidade compulsória que estabelece normas no qual todos os sujeitos devem ser heterossexuais ou que só existam relacionamentos heterossexuais.

Para explicar tais conceitos sobre a heterossexualidade compulsória, a autora resgata alguns teóricos como Kathleen Gough e Catharine A. Mackinnon.

Kathleen Gough destaca algumas características do poder masculino em sociedades contemporâneas e arcaicas. Mas deixa escapar algumas temáticas que só fazem reforçar o poder heterossexual e o sexismo. Neste sentido:

A habilidade dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade (GOUGH APUD RICH, 2010, p.7).

Adrienne Rich (2010) faz reflexões a partir das afirmativas de Gough e acrescenta que essas são práticas que despontam e sustentam o poder masculino. Além disso, envolvem “*desde*



*a brutalidade física até o controle da consciência, o que sugere que uma enorme contra força potencial vem sendo restringida.” (p.9).*

Já Catharine A. Mackinnon consegue perceber o funcionamento do capitalismo relacionado às mulheres. Ela esboça o entrecorte da economia com a heterossexualidade compulsória, considerando como é de nosso conhecimento que as mulheres no sistema capitalista possuem os menores salários se comparados aos homens. Isso não é novidade para Rich, mas o que chama a atenção no trabalho “*Sexual Harassment of working women: a case of sex discrimination*”, de Catharine A. Mackinnon, é o porquê dessa questão. Catharine A. Mackinnon consegue perceber que são as mulheres que ocupam os cargos de baixa colocação e são os empresários que não contratam mulheres para suas empresas.

Assim, outro ponto citado pela autora é “*que as mulheres não sejam somente segregadas em empregos de serviço mal pago (...), mas a própria ‘sexualização das mulheres’ faz parte do trabalho.*” (p.11). Nesta perspectiva a autora nos adverte que

... a mulher que resiste de modo mais decidido às propostas sexuais no local de trabalho é acusada de ser “seca”, não sexual ou lésbica. Isso coloca uma diferença específica entre as experiências das lésbicas e as dos homossexuais masculinos. Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (p.12).

Dando continuidade ao pioneirismo, outra referência importante para seguir a mesma linha de pensamento de Adrienne Rich (2010) são as contribuições de Monique Wittig (1992).

No estudo “*El pensamiento heterocentrado*” Monique Wittig (1992) destaca que o pensamento heterossexual carrega um caráter opressivo e absoluto à diferença entre os sexos.

A sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprimem todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas (os). Para constituir uma diferença e controlá-la é preciso um ato de poder, uma vez que é essencialmente um ato normativo. Todos tentam mostrar o outro como diferente, mas nem todos conseguem ter sucesso a fazê-lo (p.7).

Nessa perspectiva, as pessoas não devem se basear nos sistemas binários e se classificarem como homens/mulheres, negros/brancos e outros, pois se assim o fizerem só



estarão dando manutenção ao sistema heterossexual que só faz excluir, segregar e classificar as diferenças.

Judith Butler também faz parte desse quadro de pioneiras. Ela “*ao mesmo tempo que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito do sexo, sexualidade, gênero ... as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo*” (LOURO, 2011).

Na atualidade podemos encontrar Donna Haraway que desenvolveu a teoria do ciborgue que é um organismo híbrido, uma criatura fruto da realidade social e da ficção. O significado de realidade social para a autora é de relações sociais vividas, de uma construção política e de uma ficção com possibilidade de mudar o mundo (HARAWAY, 2000, p.36).

De modo complementar, Beatriz Preciado, faz uma crítica ao feminismo dizendo que a categoria gênero não foi uma invenção do feminismo, pois já havia sido mencionada em estudos anteriores. Ela também é responsável por apresentar a utilização do gênero na medicina e antropologia (TEIXEIRA-FILHO, 2013).

No Brasil o primeiro texto que trouxe como temática a teoria Queer foi o da autora já mencionada anteriormente no decorrer do trabalho, que foi Guacira Lopes Louro.

### **Considerações Finais**

Neste artigo trabalhamos com uma breve contribuição do feminismo, do movimento homossexual e do movimento Queer para os dissidentes da heterossexualidade. Concluimos que são várias contribuições. E que os movimentos sociais mencionados no texto (feminismo, movimento homossexual e teoria Queer) possuem um ponto de interseção, a luta pelo reconhecimento de direitos, pela visibilidade estética e política das expressões sexuais e de gêneros e suas interfaces com outros marcadores sociais, tais como, classe, raça/cor, etnias, nacionalidades e outros.

Nesse movimento foi possível destacar que a submissão das mulheres aos homens vinha de sociedades antigas, sendo elas que influenciaram o pensamento ocidental. As mulheres dessas sociedades ocupavam lugar secundário em relação ao homem e a finalidade do casamento era somente a procriação e manutenção da família patriarcal, burguesa e servil. Hoje é possível observar que apesar de ainda existirem mulheres prisioneiras de seus lares e de seus algozes, muitas conseguiram deixar de ser propriedade dos maridos, se inseriram no mercado de trabalho e passaram a possuir acesso a educação e cada vez mais ocupam posições acadêmicas, sociais e políticas.



O movimento social, filosófico e político denominado Feminismo contribuiu não somente para garantir as mulheres o direito à sua autonomia, à integridade de seus corpos, proteção contra as violências sexuais e domésticas, o assédio sexual tanto público quanto privado, estupro, direitos trabalhistas, licença-maternidade e salários iguais. O movimento trouxe também a discussão da questão de gênero pela primeira vez e assim garantiu a visibilidade que os/as dissidentes da heterossexualidade estão conquistando junto a outros movimentos sociais e emancipatórios nas décadas de 1960 e 1970, e que se atualizam nas lutas contemporâneas.

Sobre o movimento homossexual, foi possível observar que suas lutas não foram em vão. Lutavam contra o aparato médico-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico. Ou seja, lutaram para deixarem de pertencer a uma categoria marginalizada, lutaram para não serem mais estigmatizados pela medicina, pedagogia, psicologia, escola e por boa parte da sociedade. Graças ao movimento homossexual ocorreu a despatologização de gays e lésbicas, sendo essa não atingindo travestis, e transexuais, pois os últimos ainda são tratados pela medicina como “doentes”. Mesmo diante da insistência biomédica e psicológica de manter as travestis e transexuais aprisionados aos marcadores patológicos, atualmente muitos movimentos estão em transito, como é o caso do reconhecimento das identidades de gêneros por parte de muitos países e de instituições públicas e privadas no Brasil, assim como, o movimento de despatologização das transexualidades.

O movimento Queer vem a cada dia lutando pela busca da não abjeção das pessoas dissidentes. Não querem que o mundo seja dividido entre homossexuais e heterossexuais (binarismo). Está a todo o momento nos chamando atenção para a repressão, pois as pessoas dissidentes desejam a liberdade, estão cansadas de serem oprimidas pelo poder e pela norma heterossexual.

E por fim, o sistema sexo/gênero/desejo trouxe e a cada dia vem trazendo discussões que nos fazem refletir e criticar modelos essencialistas, ou seja, se preocupam em desnaturalizar o sexo e descolá-lo do gênero e este da orientação sexual. Vivemos em uma sociedade heterossexual compulsória. Nela, boa parte dos indivíduos cresce vivenciando a heterossexualidade como modelo universal absoluto e aprendem a rejeitar os erotismos dissidentes e as dissidências de gêneros. Esse modelo histórico de que só existem dois sexos fixos no qual todos os pensamentos giram entorno do binarismo sedentário pênis/vagina, homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, branco/negro, pobre/rico e outros, necessita urgentemente ser rompido e resignificado.



## Referências

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Ed. Abril cultural : Brasiliense, 2007.
- CONDE, M. C. F. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2004.
- CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. Transterritorializações do queer no Estado espanhol. De políticas e teorias inapropriáveis. In: \_\_\_\_\_. **Teoria queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. Florianópolis, 16 (2): 691-713, 2008.
- FACCHINI, R. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cad. AEL, V. 10, n. 18/19, 2003.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GARCIA, C.C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Ed. Claridade, 2011.
- HARAWAY, D. (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (org.). **Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000. 37 – 129 p.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v.9, n.2, p.541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em 18 jan. 2014.
- LOURO, G. L. **A emergência do gênero**. In: **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes. 2012.
- LIMA, M. A. A. **Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil**. Cronos: (Pedro Leopoldo) Pedro Leopoldo/ MG, n. 3, p.21-30, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRESA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica Editora. UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. 2012
- PENEDO, S. L. **El labirinto queer**. La identidade em tempos de neoliberalismo. Barcelona, Editora: Egales, 2008.
- RIBEIRO, D. **Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT**. In: Org: Leandro Colling. **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, n. 5, 2010, pp. 17-44.
- RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidade. Tradução Julio Velasco e Maria Angeles Toda. In: Vance, C. s. (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidade feminina*. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.
- SANTOS, S. L. O movimento homossexual no Brasil e a política de enunciação social das homossexualidades: uma reflexão sociológica. In: **VI congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH**, 2012.
- SILVA, L. S. **Institucionalização e modulação do movimento LGBT**: políticas, planos e programas. s/d.
- SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário**. *Cadernos PAGU*, n.28, jan-jun, 2007, p.19-54.
- SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TEIXEIRA FILHO, F. S. (2013) **Psicologia e teoria queer: das identidades aos devires**. São Paulo: SP, Universidade Estadual Paulista. (Tese de Livre Docência).
- TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed.6. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- TOLEDO, L. G. **“Será que eu tô gostando de mulher?”:Tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. (Tese de Doutorado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2013.
- TORRES, D. J. **Pornoterrorismo**. San Isidro: Txalaparta, 2011



## **PROGRAMAÇÃO E CAUSAS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ASSOCIAÇÃO COM O BULLYING**

MANHÃES, Fernanda Castro

*Professora do Programa de Cognição e Linguagem - UENF*  
*castromanhaes@gmail.com*

RIBEIRO, Karla Rangel

*Estudante de doutorado do Programa de Cognição e Linguagem - UENF*  
*karlarangelribeiro@yahoo.com.br*

BOECHAT, Júlio César dos Santos

*Estudante de doutorado do Programa de Cognição e Linguagem - UENF*  
*julioboechat@yahoo.com.br*

444

### **RESUMO**

Dentre os problemas que devem ser enfrentados pela sociedade, incluem-se a gravidez na adolescência e a prática do bullying. O entendimento das causas destes problemas constitui um aspecto fundamental para a adoção de políticas que os minimizem. O objetivo do presente trabalho é verificar as causas da gravidez na adolescência, associando-as à prática do bullying. Foram aplicados 324 questionários, durante os meses de maio e junho de 2012, em um colégio estadual visando captar as percepções das alunas quanto aos temas. Percebeu-se, pelo estudo, que mães adolescentes envolvidas com bullying têm maior frequência de gravidez programada, maior vontade de serem mães, gostavam de crianças mesmo antes de engravidar, tiveram aulas sobre anticoncepcionais e, especificamente as vitimadas pelo bullying, foram as que mais tinham problemas de relacionamento com pais.

**Palavras-chave:** Gravidez. Adolescência. Bullying.

### **ABSTRACT**

Among the issues that must be addressed by society, include teen pregnancy and bullying. Understanding the causes of these problems is a key to the adoption of policies that minimize the appearance. The objective of this work is to verify the causes of teenage pregnancy, associating them to the bullying. 324 questionnaires were completed during the months of May and June 2012, in a state college aiming to capture the perceptions of students as to the themes. It was noticed in the study that adolescent mothers involved with bullying have higher frequency of scheduled pregnancies, greater willingness to become mothers, liked children even before they become pregnant, had classes on contraception and specifically those victimized by bullying, were the most had relationship problems with parents.

**Key-words:** Pregnancy. Adolescence. Bullying.





## 1. INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é tratada como um problema de saúde pública, levando a uma série de problemas de caráter médico, psicológico, social, dentre outros. Sendo assim, pelo fato de, no Brasil, ser verificado aumentos sucessivos nas taxas de natalidade em adolescentes, há de se realizarem estudos a respeito das causas da gestação em adolescentes, a fim de se adotarem políticas de prevenção e de assistência a estas gestantes.

Nos Estados Unidos (MEADE; ICKOVICS, 2005) e mais recentemente no Brasil, tem sido verificado que os índices de gravidez na adolescência têm sofrido uma elevação constante. De acordo com estatísticas nacionais, de 1975 a 1989, a porcentagem dos nascimentos de filhos de adolescentes solteiras aumentou 74,4% e tem se mantido constante, sem redução das cifras, em torno de 23%, desde 1997 até os dias atuais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

No Brasil, a cada ano, cerca de 20% das crianças que nascem são filhas de adolescentes, o que representa o triplo dessas ocorrências na década de 70. A Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde, realizada em 1996, apontou que 14% das adolescentes já tinham pelo menos um filho, e as jovens mais pobres apresentavam fecundidade dez vezes maior (CORREA, 2003). Em 1990, os partos de mães adolescentes representaram 12,5% de todos os nascimentos no país. Entre as adolescentes grávidas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no período de 1993 a 1998, houve aumento de 31% dos casos de meninas grávidas entre 10 e 14 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Existe um trabalho que associa o bullying com gravidez na adolescência, sendo que os autores não apresentaram as razões que levam pessoas envolvidas com atitudes de bullying à maior possibilidade de engravidarem durante a adolescência, embora ressaltem que este fato subsidiaria a adoção de estratégias para evitar o problema.

## 2. OBJETIVO

O objetivo geral do presente trabalho é identificar as causas da gravidez na adolescência, associando-a à prática do bullying em ambiente escolar.





### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. Causas da gravidez na adolescência

O incremento crescente nas taxas de gravidez na adolescência pode ser explicado por diferentes causas, dependendo do país. Dentre os fatores de risco associados ao problemas podem ser citados os aspectos socioeconômicos. Apesar do fenômeno atingir e estar crescente em todas as classes sociais, ainda se verifica forte relação entre pobreza e baixa escolaridade com a baixa idade para gravidez. Além disso, fatores como a diminuição global para a idade média para menarca e da primeira relação sexual compõem um cenário de risco que colabora para o aumento dessas taxas (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2010).

Segundo Faisal-Cury e Menezes (2008), adolescentes grávidas têm início da vida sexual de forma mais precoce e usam menos métodos contraceptivos na primeira relação sexual. Apesar de possuírem conhecimento sobre contracepção, parcela considerável das adolescentes não usou nenhum método durante a coitarca. Assim, estes autores concluíram que o simples conhecimento sobre técnicas contraceptivas não é suficiente para evitar gestações não planejadas, sugerindo a importância de investigar outros aspectos psicosexuais da maternidade e identidade materna entre adolescentes.

Além disso, pode-se citar: a falta de lazer, maus exemplos familiares, curiosidade natural, necessidade de expressar amor e confiança, solidão, carência afetiva e necessidade de afirmação, como elementos adicionais que podem levar a adolescente iniciar sua vida sexual precocemente, com risco de uma gravidez indesejada (COSTA; PINHO; MARTINS, 1995). Concomitantemente, neste período surge, entre as adolescentes, o interesse de quebrar tabus de caráter moral. Estes tabus são impostos pela sociedade, o que pode levar as jovens a contestá-los, mantendo relações sexuais ilícitas, na busca da libertação da tutela paterna (FREDIANI; ROBERTO; BALLESTER, 1994).

Spindola e Silva (2009) realizaram estudo e concluíram que a baixa adesão aos métodos contraceptivos é um dos responsáveis pela elevação da incidência da gestação não planejada dentre as adolescentes.

Ximenes Neto, Dias e Rocha (2007) destaca o desejo de ser mãe como motivo principal para a gravidez. Além disso, os autores perceberam relação entre gravidez e estados de felicidade e realização pessoal.



Ainda, fatores diversos podem favorecer a ocorrência de uma gravidez indesejada, podendo ser citados: ausência de educação sexual nas escolas e de programas de planejamento familiar nos serviços públicos de saúde (PINTO, 1995).

Alguns autores tentam correlacionar algumas variáveis que se constituiriam em fatores de risco potenciais para a ocorrência da gravidez na adolescência, o que se tem mostrado de acordo com a sociedade e os grupos sociais estudados. Algumas variáveis que poderiam ser associadas à fecundidade mais elevada no período: o início precoce da vida sexual, o que determinaria maior tempo de exposição à concepção, nível de escolaridade e socioeconômico baixos, cor, estado civil e o desconhecimento da fisiologia reprodutiva, como a capacidade de identificação do período fértil (BEMFAM, 1997).

A dificuldade em lidar e, em especial, em negociar com a parceira o uso de métodos contraceptivos denuncia a ineficácia de políticas públicas voltadas para a emancipação da população jovem, principalmente no que se refere ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos (ORLANDI; TONELI, 2008). Além disso, existem fatores que contribuem para o aumento do número de adolescentes grávidas: menarca precoce, início da vida sexual cada vez mais cedo e acesso precário aos serviços de saúde, os quais contam com planejamento familiar deficiente, uma vez que os mesmos aparecem em quarto lugar como espaço onde as adolescentes encontram informações confiáveis sobre sexualidade (BEMFAM, 1996; MONTEIRO; CUNHA; BASTOS, 1998).

Normalmente observa-se que a fecundidade é inversamente proporcional à renda das adolescentes e à sua escolaridade. Ademais, dados da literatura mostram que a gravidez precoce pode desencadear, além da baixa autoestima, o abandono da escola, do trabalho e até mesmo do lazer (BARALDI et al., 2007).

Sob o ponto de vista social, a gravidez durante a adolescência é considerada condenável, uma vez que dificulta a formação escolar da jovem mãe que, na maioria das vezes, acaba por abandonar ou interromper os estudos, principalmente se pertence a uma família de baixo poder aquisitivo (ALMEIDA, 2002).

Considerando-se a relevância do tema, a constatação do elevado número de repetição de gestações entre adolescentes, a problemática do seu não planejamento, as repercussões na formação acadêmica e profissional dos jovens, percebe-se a necessidade de ser mobilizar a sociedade por meio de programas de saúde. Estes poderiam possibilitar maior acesso a



informações e meios, permitindo o desenvolvimento de uma postura crítica, consciente e responsável no exercício da sua sexualidade (BERLOFI et al., 2006).

Por outro lado, foi constatado que a ausência, tanto de educação sexual nas escolas, quanto de programas de planejamento familiar nos serviços públicos de saúde, pode favorecer a ocorrência de gravidez indesejada (GODINHO et al., 2000).

Discute-se, atualmente, a rápida redução das taxas de fecundidade na população feminina brasileira como um todo e, de forma contrária, o incremento na faixa etária adolescente, principalmente entre as meninas menos escolarizadas, negras e mais pobres, de regiões urbanas, fazendo com que haja um aumento na contribuição relativa das mais jovens para a fecundidade geral (YASAKI; MORELL, 1998).

### 3.2. Gravidez na adolescência e sua relação com bullying

De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2010), bullying compreende diversas formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Como não existem vocábulos na língua portuguesa capazes de expressar as situações de bullying possíveis, podem ser citadas algumas ações relacionadas, como: colocar apelidos, ofender, zoar, gozar, encarnar, sacanear, humilhar, fazer sofrer, discriminar, excluir, isolar, ignorar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar, tiranizar, dominar, agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, roubar e quebrar pertences.

Segundo Smith et al. (2009), se verifica o bullying em diferentes contextos durante a infância, adolescência e vida adulta, ao contrário do que até então se estudava, em que o bullying era visto como uma característica presente somente no contexto escolar. A escola, o lar, a prisão, e o local de trabalho são cenários da violência caracterizada pelo bullying. Onde há o abuso de uma situação em que existe relação de poder, existe um espaço propenso à violência, e, portanto, ao bullying.

Lehti et al. (2011) realizaram um trabalho que visava verificar a existência de associação entre o envolvimento em bullying aos 8 anos de idade e a ocorrência de gravidez antes dos 20 anos. A pesquisa, realizada na Finlândia, consistiu no acompanhamento de 2500 crianças do gênero feminino desde 1989 até 2001, sendo verificado se a criança, aos 8 anos,



promoveu (agressor) ou sofreu (vítima) bullying, e se, aos 20 anos de idade, ela tinha engravidado. Para a análise estatística, foi utilizada a equação logística, que estima a probabilidade de ocorrência de um evento em função da existência de outros. Assim, foi encontrado que crianças praticantes de bullying (agressoras) aos 8 anos têm quase 3 vezes mais chance de engravidarem antes dos 20 anos. Comparadas às crianças não envolvidas em bullying, aquelas que foram vítimas de bullying tiveram 2,5 vezes mais chances de gravidez durante a adolescência. Os autores concluem afirmando que a associação entre bullying na infância e tornar-se mãe na adolescência é uma nova descoberta, que pode ter implicações práticas na educação em saúde sexual e prevenção de gravidez na adolescência, especialmente em ambientes escolares.

#### 4. METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre adolescentes grávidas e, a partir deste, foi elaborado um questionário a ser aplicado a alunas de uma escola pública em Campos dos Goytacazes – RJ. A pesquisa pode ser classificada como survey, uma vez que este tipo de pesquisa envolve levantamento de dados, como método para coletar informação de pessoas acerca de suas idéias, sentimentos, planos, crenças, bem como origem social, educacional ou financeira (GUNTHER, 2003).

Os questionários consistiram em questões semi-dirigidas fechadas, visando captar as percepções das respondentes quanto ao seu desempenho escolar. As questões foram elaboradas com 5 alternativas em gradação, conforme a escala de Likert, e uma de abstenção (não sei / prefiro não opinar). O questionário também contemplou questões relacionadas ao perfil psicossocial das entrevistadas.

As entrevistas para aplicação do questionário foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2012. Os questionários foram entregues a todas as alunas presentes na aula que eram maiores de idade, totalizando 324 entrevistadas, sendo o questionário respondido no horário da própria aula. O trabalho é classificado como ex-post-facto, uma vez que, por exemplo, foram captadas percepções passadas, incluindo aquelas das mães que engravidaram durante a adolescência.

As entrevistadas assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, concordando com a realização da pesquisa, havendo esclarecimento de que as informações são



de cunho acadêmico e que informações que permitiriam identificar a entrevistada serão mantidas em sigilo.

As análises estatísticas consistiram na estatística descritiva, sendo apresentadas as frequências de respostas. Os resultados também foram estratificados de acordo com o período em que as entrevistadas tiveram filhos (durante ou após a adolescência) e de acordo com a participação na prática do bullying (não participantes, agressoras ou vítimas). Desta forma, foram constituídos os estratos apresentados na Figura 1.

450

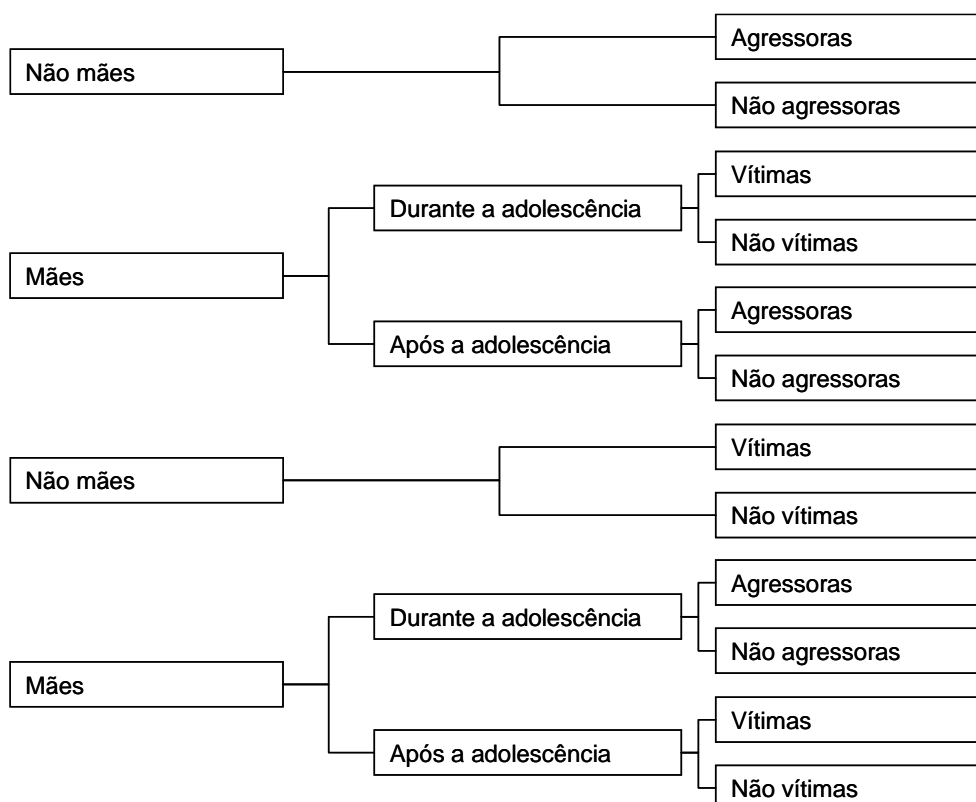


Figura 1- Estratos utilizados na pesquisa.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. Programação da gravidez

A Figura 2 apresenta a proporção de mães que tiveram gravidez desejada e programada.

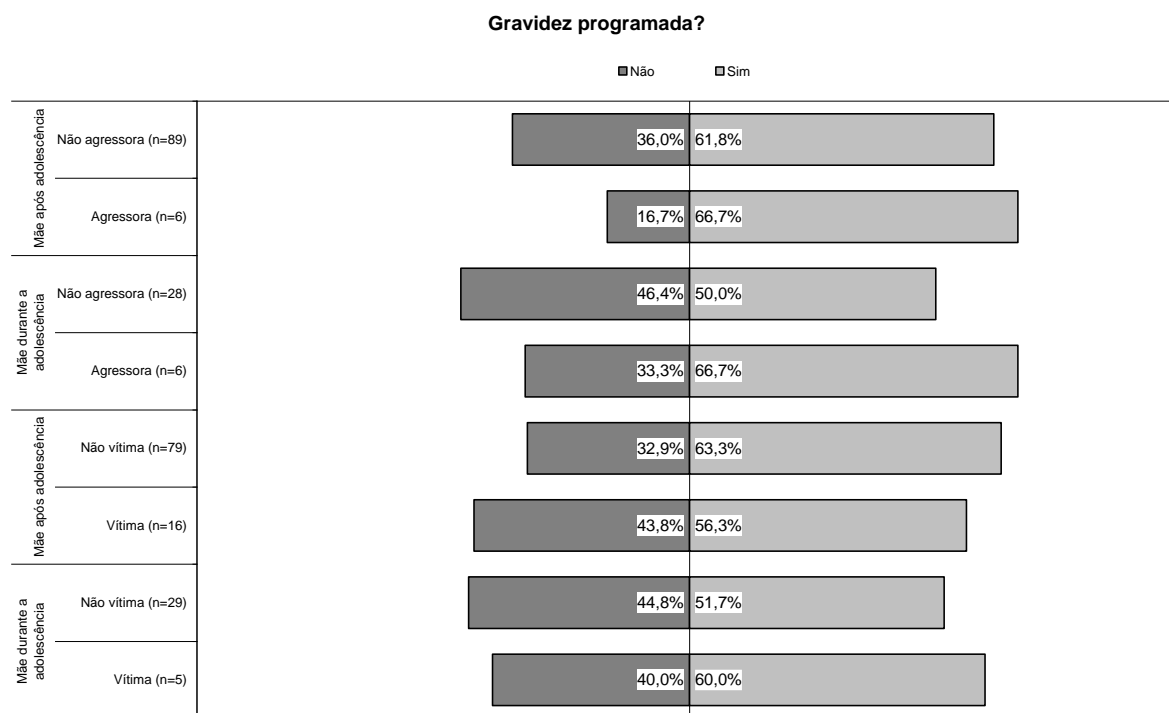


Figura 2- Proporção de mães que programaram a gravidez.

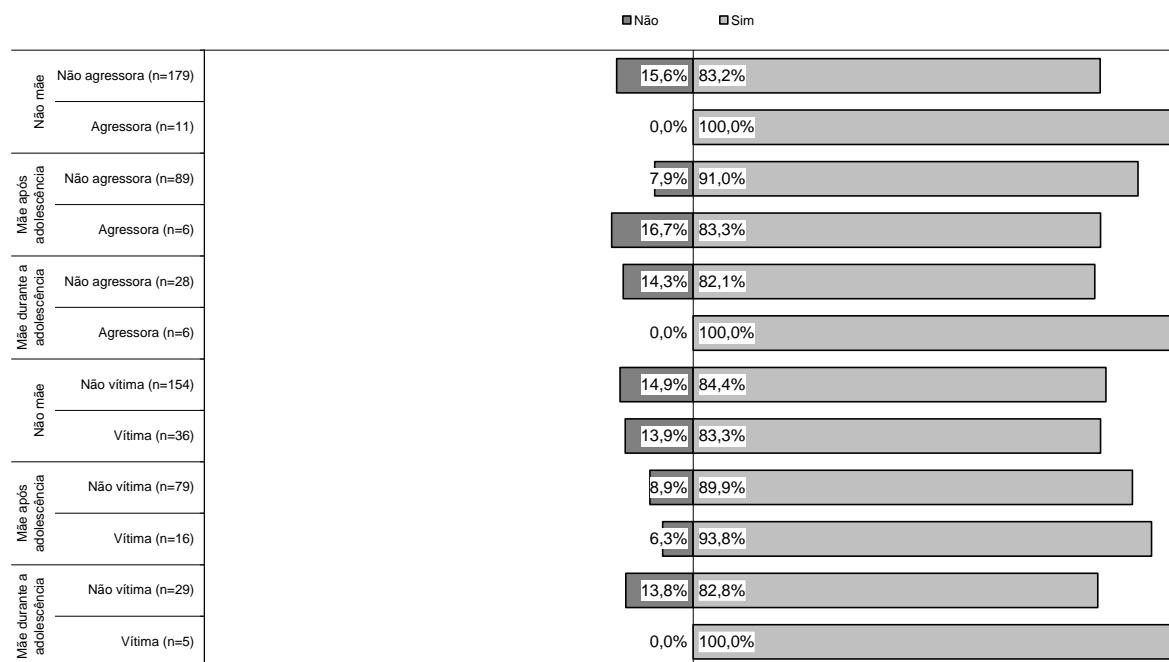
Analisando-se a Figura 29, percebe-se que as mães que tiveram gravidez acidental ou não programada foram, principalmente, as não agressoras e as vítimas. Ao contrário do que era esperado, não foi observado que mães adolescentes tiveram a gravidez não planejada. Nota-se, aliás, que em muitos casos, a frequência de gravidez acidental ocorreu entre alunas que engravidaram após terem passado pelo período de adolescência. De qualquer forma, preocupa, em qualquer dos grupos analisados, o alto índice de gravidez não programada, sendo que na maioria das vezes a proporção excede 30%.

## 5.2. Vontade de ser mãe

É possível verificar, na Figura 3, a percentagem de alunas que tinha ou tem vontade de ser mãe.



**Tinha vontade de ser mãe?**



452

Figura 3- Proporção (%) de alunas que tinha/tem vontade de ser mãe.

Nota-se que, de maneira genérica, alta proporção das alunas entrevistadas tem ou tinha vontade de ser mãe. Quanto à questão de serem ou não vítimas de bullying, dentre as mães, as vítimas são as que mais expressaram a vontade de serem mães, tanto as que engravidaram na adolescência (100%) quanto as que tiveram filhos após atingirem a fase adulta (93,8%). No que se refere à promoção de bullying, as agressoras, de forma geral, têm ou tiveram maior desejo de serem mães, sendo que 100% das que não são mães e 100% das que tiveram filhos após a adolescência, declararam que querem/queriam ser mães.

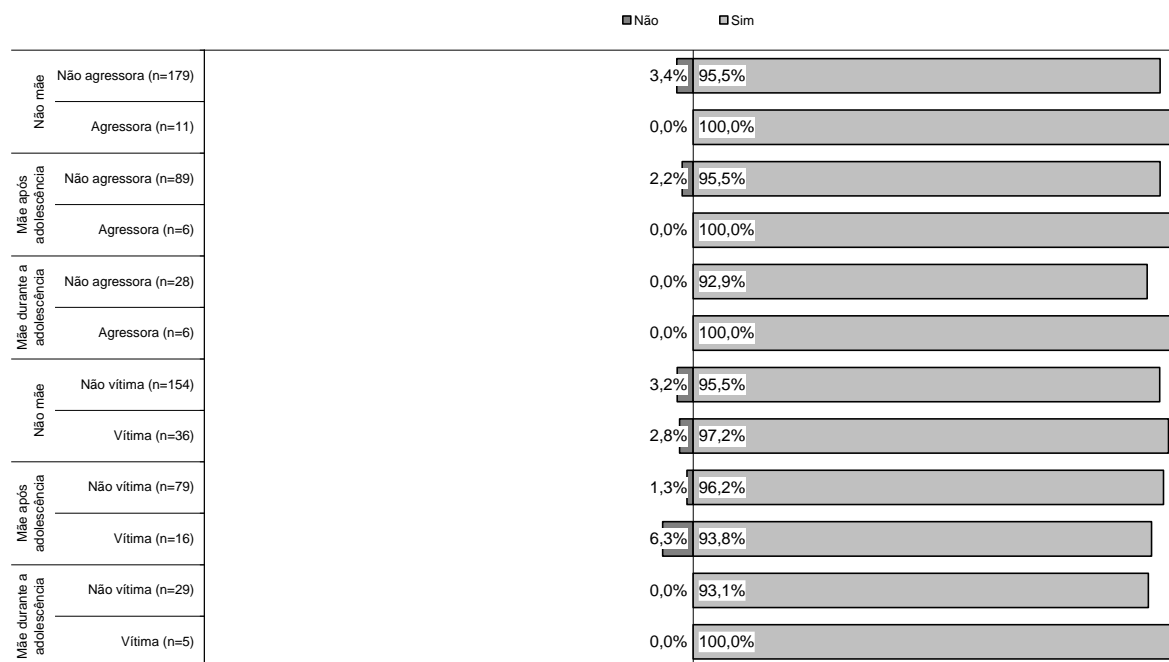
### 5.3. Simpatia por crianças antes da gravidez

Os resultados referentes ao gosto por crianças antes de engravidar são mostrados na Figura 4.





**Antes da gravidez, gostava de crianças?**



453

Figura 4- Proporção (%) de alunas que gostava de crianças antes da gravidez.

De maneira geral, observa-se que a maioria das entrevistadas afirmou gostar de crianças antes da gravidez. O único grupo que excedeu 5% de rejeição por crianças foi o das mães adolescentes que eram vítimas de bullying.

#### 5.4. Aula sobre anticoncepcional

A Figura 4 mostra a percentagem de alunas que tiveram aulas abordando o tema anticoncepcional, enquanto que a Figura 5 apresenta a proporção que faz uso deste tipo de medicamento.



**Teve aulas sobre anticoncepcionais?**

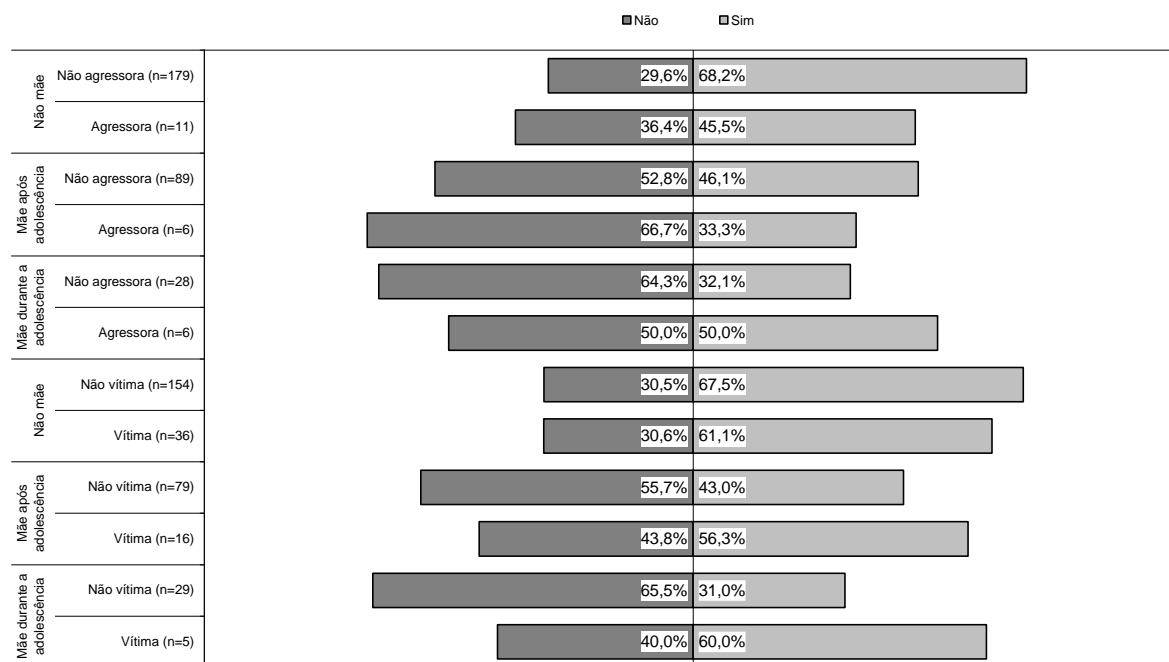


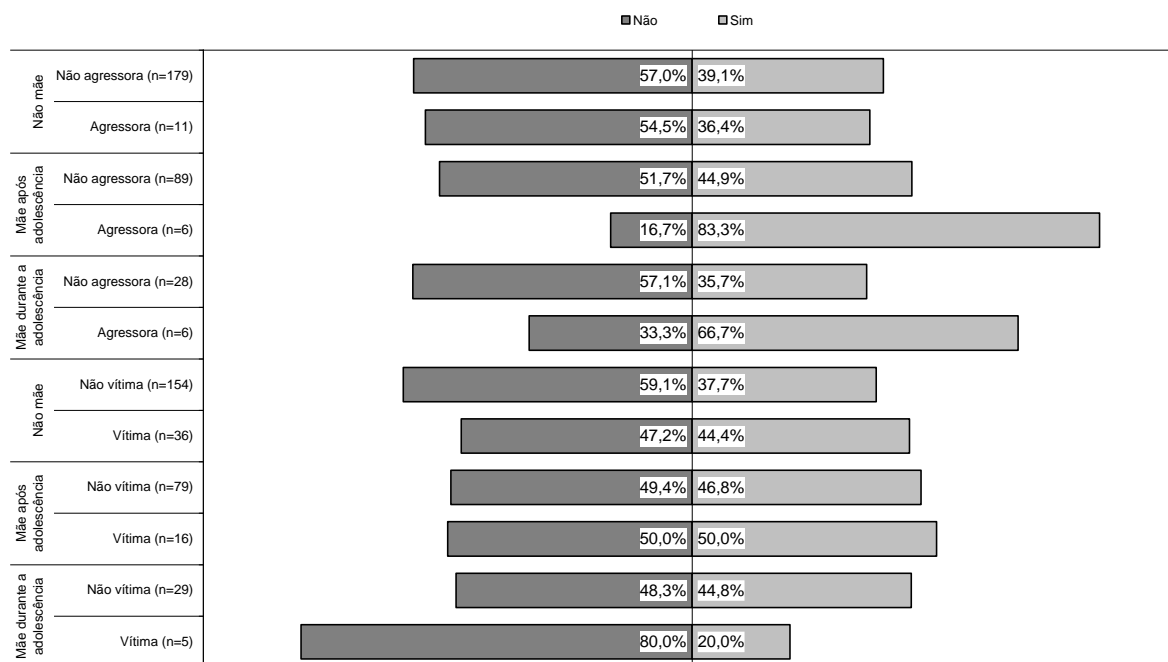
Figura 5- Proporção (%) de alunas que teve aulas a respeito de anticoncepcionais.

Observa-se, na Figura 4, que, dentre as alunas que ainda não tiveram filhos, entre 45,5% e 67,5% tiveram aulas a respeito de anticoncepcionais. Por outro lado, das alunas que já são mães, uma menor percentagem (entre 31,0% e 60,0%) assistiram aula abordando o assunto. Embora Faisal-Cury e Menezes (2008) afirmem que o simples conhecimento a respeito de métodos contraceptivos não evitaria a gravidez, os resultados obtidos no presente trabalho sugerem que pode haver relação entre a administração de aulas a respeito de anticoncepcionais e a gravidez, corroborando Pinto (1995), que cita a ausência de educação sexual nas escolas como um dos fatores que podem favorecer a ocorrência de uma gravidez indesejada.

No que tange à utilização de anticoncepcionais (Figura 6), a maior frequência de uso ocorre entre mães que são agressoras, tanto aquelas que tiveram filhos durante a adolescência (66,7%) quanto aquelas cujo filho foi concebido após a aluna atingir a fase adulta (83,3%).



### Usa anticoncepcional?



455

Figura 6- Proporção (%) de alunas que usa anticoncepcionais.

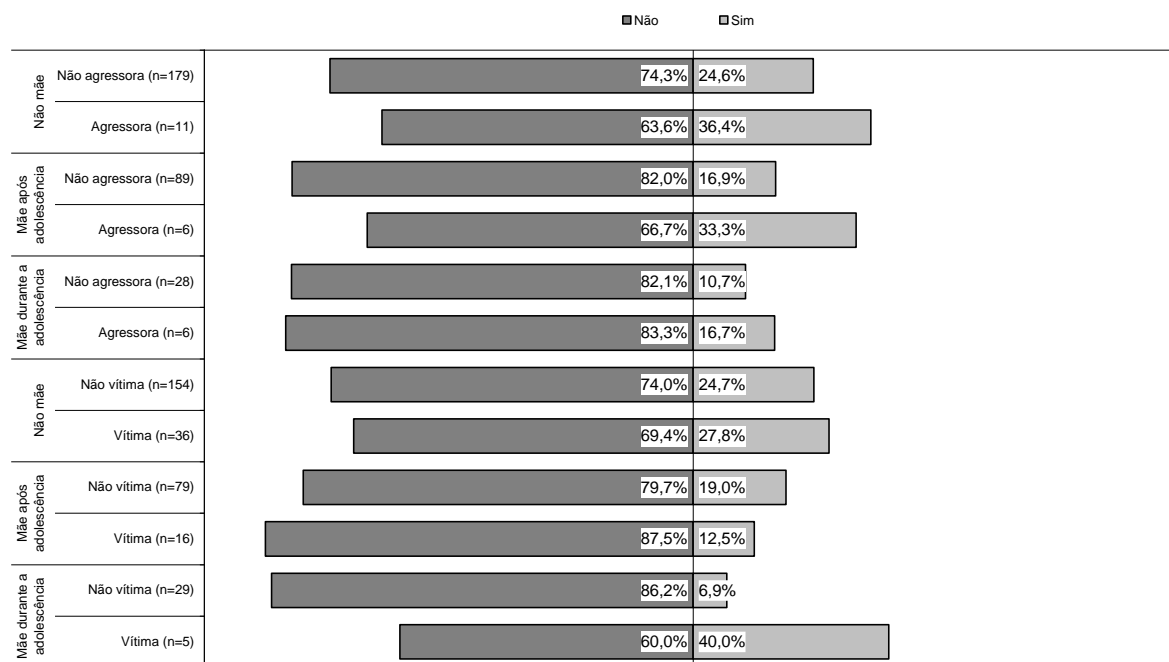
Não se observa nos resultados do presente trabalho, relação direta entre o não uso de contraceptivos e a ocorrência de gravidez precoce, embora Spindola e Silva (2009) afirmem que a não adesão a métodos contraceptivos poderiam ser um dos principais fatores que culminariam em gravidez precoce.

### 5.5. Relacionamento com pais

A Figura 7 mostra a proporção de alunas que tem ou teve problemas de relacionamento com os pais.



**Tem problemas de relacionamento com os pais?**



456

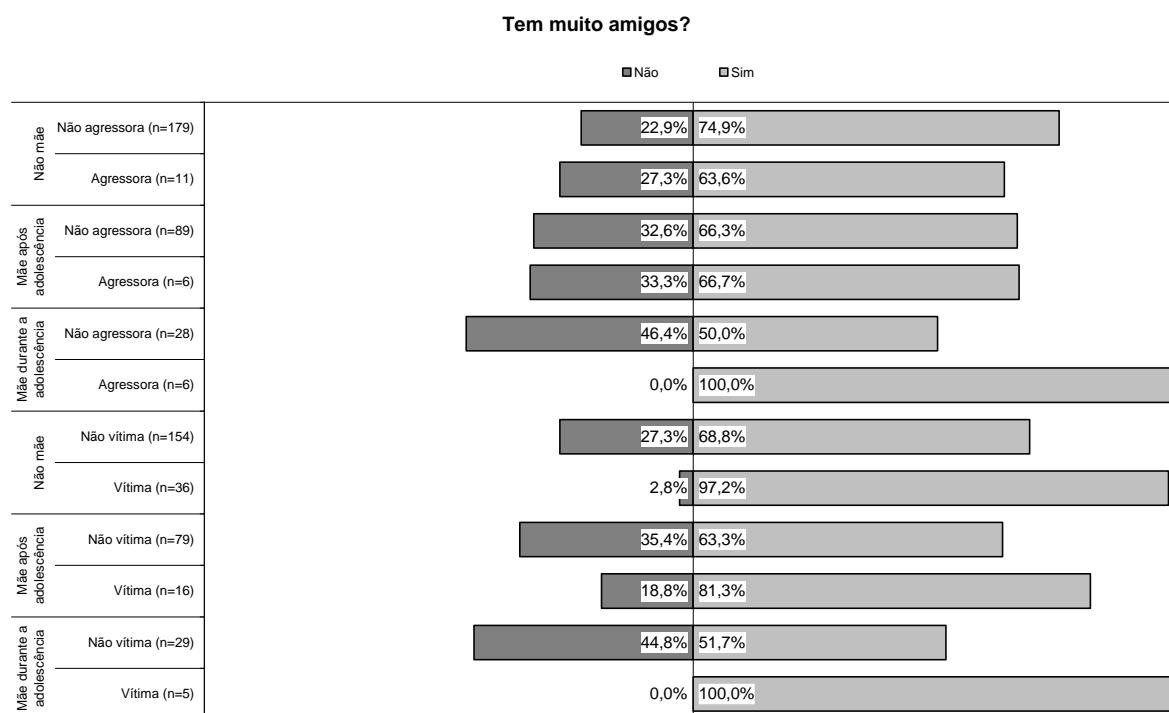
Figura 7- Proporção (%) de alunas com problemas de relacionamento com os pais.

Observa-se, pela Figura 7, que há maiores incidências de problemas de relacionamento com os pais entre as alunas que são agressoras, quando comparadas às não agressoras. Por outro lado, as vítimas do bullying que engravidaram durante o período de adolescência foram as que mais declararam terem problemas com os pais (40%). Dentre as mães durante a adolescência, a frequência de problemas com os pais é mais alta quando as mesmas estão envolvidas com bullying: 16,7% das agressoras (contra 10,7% das não agressoras) e 40,0% das vítimas (contra 6,9% das não vítimas) têm problemas com os pais. Assim, a conclusão obtida por Monteiro, Cunha e Bastos (1998), de que um ambiente familiar conturbado poderia levar a uma gravidez precoce parece ser verdadeira apenas no caso das adolescentes que estão envolvidas com bullying.



## 5.6. Relacionamento com colegas

A Figura 8 apresenta a proporção de alunas que declararam terem muitos amigos.



457

Figura 8- Proporção (%) de alunos que declararam terem muitos amigos.

Analisando-se a Figura 8, verifica-se que as mães que tiveram filhos durante o período de adolescência e que estavam envolvidas com bullying (agressoras e vítimas) são as que mais responderam terem muitos amigos, sendo que tanto agressoras quanto vítimas tiveram 100% de respondentes afirmando terem muitos amigos. Este fato é curioso, uma vez que a literatura cita que, normalmente, indivíduos que sofrem bullying (vítimas) são introspectivas e que, portanto, poderiam ter menor círculo de amizades. Nos demais estratos de vítimas (mães após a adolescência e não mães) também se verificaram maiores proporções de respostas positivas à possuírem grande número de amigos. Possivelmente, o fato de terem muitos amigos, aumenta a chance de, em determinados momentos, estas alunas que foram mães durante a adolescência terem sofrido algum tipo de agressão.



## 5.7. Iniciação sexual precoce

Na Figura 9 são mostradas as idades médias da primeira relação sexual das alunas.

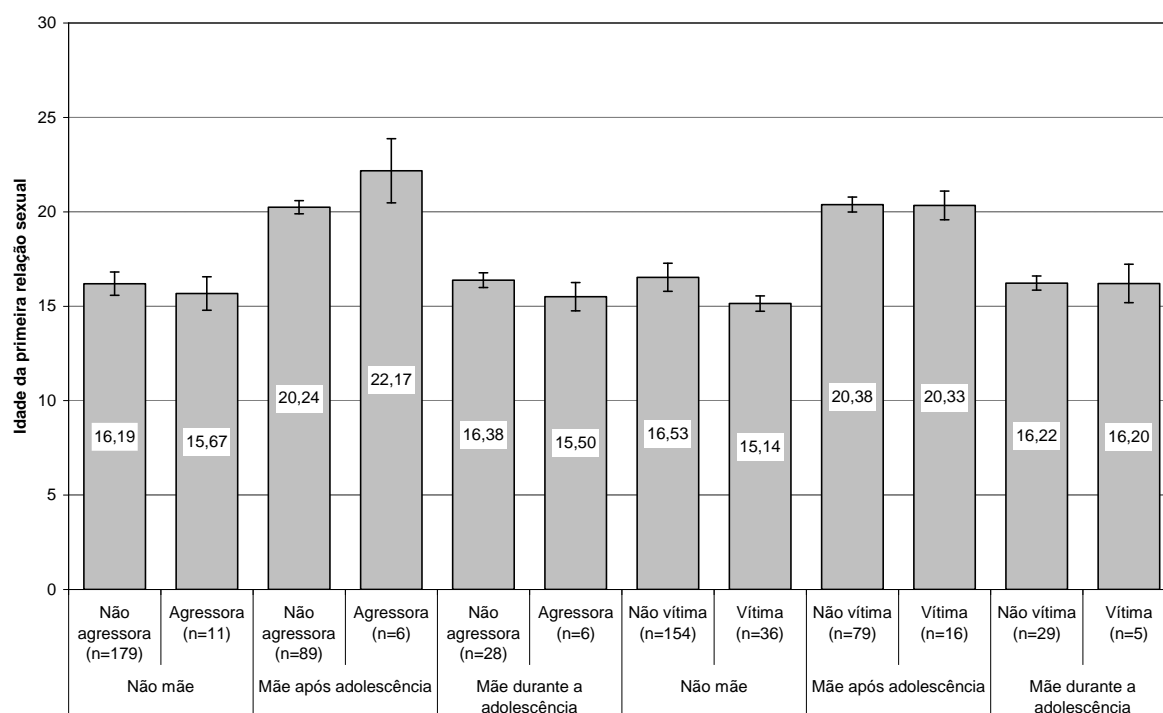


Figura 9- Idade (médias e erros-padrão) da primeira relação sexual.

Observa-se, pela Figura 9, que as mães que tiveram filhos durante a adolescência estão entre as que tiveram médias mais baixas de iniciação sexual, sem que houvesse diferenças substanciais entre as idades das agressoras, não agressoras, vítimas e não vítimas. Nota-se, também, que as alunas que tiveram engravidaram quando se encontravam já na fase adulta, foram as que iniciaram as atividades sexuais mais tardiamente. Interessante notar que as alunas que não tiveram filhos e que não são mais virgens, tiveram a primeira relação sexual em idade média semelhante ao grupo de mães adolescentes.

Segundo Cerqueira-Santos et al. (2010), Costa, Pinho e Martins (1995) e Orlandi e Toneli (2008), a baixa idade de iniciação sexual seria um fator que contribuiria para a gravidez durante a adolescência. Isso pôde ser parcialmente verificado no presente trabalho. Por um lado, as mães adolescentes tiveram menor idade média da primeira relação sexual, quando



comparadas às mães após a adolescência. Por outro lado, as médias de início de relação das não mães é semelhante ao verificado às mães adolescentes. Frediani, Roberto e Ballester (1994), por sua vez, afirmam que a ocorrência de relações sexuais pode representar uma busca por libertação por parte dos jovens em relação aos pais.

A Figura 10 apresenta a média de idade das alunas ao terem filhos.

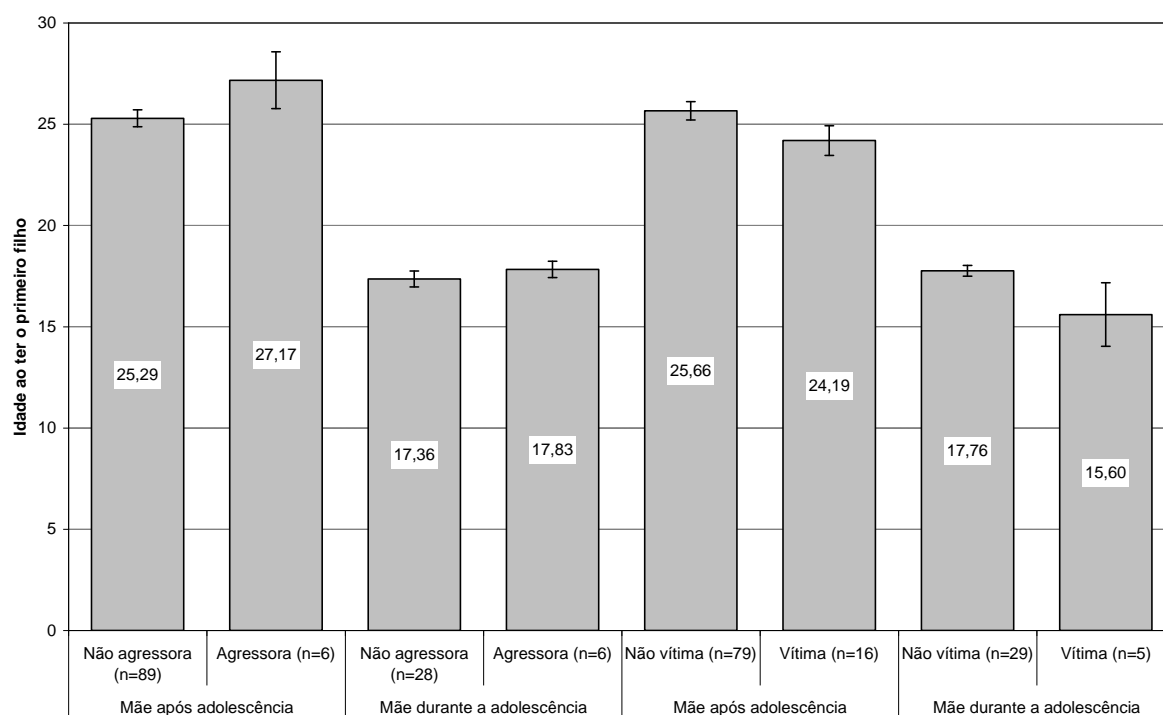


Figura 10- Idade (médias e erros-padrão) das mães ao terem o 1º filho.

Ao se analisar a Figura 10, não se observa diferenças significativas entre os grupos agressoras x não agressoras e vítimas x não vítimas, independentemente se entre mães adolescentes ou mães após a adolescência.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à programação da gravidez, constatou-se que uma parcela significativa de alunas (>30%) tiveram gravidez não planejada, sendo que as percentagens mais altas corresponderam às alunas que têm um comportamento mais passivo ou que não são agressoras ou as que são vítimas no bullying.





No presente estudo não foi possível verificar diferenças significativas na vontade de ser mãe e na simpatia por crianças entre os grupos analisados. Por outro lado, pelos resultados obtidos, parece que o fato de terem assistido aula a respeito de anticoncepcionais diminui as chances de adolescente engravidar.

Um dos fatores que poderia levar a gravidez durante a adolescência é o relacionamento com os pais. No caso em que a adolescente tem problemas familiares e é agressora ou vítima, as chances da aluna engravidar são maiores. Também a iniciação sexual em menores idades poderia levar a gravidez não planejada.

## REFERÊNCIAS

- ABRAPIA - Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência 2006. *Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Disponível em [www.bullying.com.br](http://www.bullying.com.br). Acesso em: 27 de março de 2010.
- ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Gravidez adolescente: a diversidade das situações. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.197-207, 2002.
- BARALDI, Ana Cyntia Paulin et al . Gravidez na adolescência: estudo comparativo das usuárias das maternidades públicas e privadas. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 15, n. spe, out. 2007.
- BEMFAM. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996*. Rio de Janeiro: 1997. p. 181.
- BEMFAM. Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde*. Rio de Janeiro (RJ): BEMFAM; 1996.
- BERLOFI, Luciana Mendes et al. Prevenção da reincidência de gravidez em adolescentes: efeitos de um Programa de Planejamento Familiar. *Acta Paul. Enferm.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p.196-200, 2006.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder et al . Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 15, n. 1, Mar. 2010 .
- CORREA, H. Aspectos sociodemográficos sobre a maternidade 4. na adolescência: o contexto brasileiro. *Femina*, v. 31, n. 8, p. 691-5, 2003.
- COSTA, M.C.O.; PINHO, J.F.C.; MARTINS, S.J. Aspectos psicossociais e sexuais de gestantes adolescentes em Belém-Pará. *J. Pediatr.*, v. 71, n. 3, p. 151-7, 1995.
- FAISAL-CURY, Alexandre; MENEZES, Paulo Rossi. Sexual activity among female teenagers: a comparison between two groups of middle class adolescents from a private clinic according to pregnancy status. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife, v. 8, n. 3, set. 2008.
- FREDIANI, A.M.; ROBERTO, C.M.; BALLESTER, D.A.P. Aspectos psicossociais da gestação na adolescência. *Acta Med.*, v. 15, p. 349-60, 1994.
- GODINHO, Roselí Aparecida et al . Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio?. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, abr. 2000.
- GUNTHER, H. *Como Elaborar um Questionário: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais*. Brasília, DF, UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.
- LEHTI, V. et al. Childhood bullying as a predictor for becoming a teenage mother in Finland. *Eur Child Adolesc Psychiatry*, v. 20, p. 49-55, 2011.



- MEADE, C.S.; ICKOVICS, J.R. Systematic review of sexual risk among 2. pregnant and mothering teens in the USA: pregnancy as an opportunity for integrated prevention of STD and repeat pregnancy. *Soc Sci Med.*, v. 60, n. 4, p. 661-78, 2005.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Executiva. *Caderno de informações de saúde: informações gerais: Brasil* [Internet]. Disponível em: [http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/BR/Brasil\\_GeralBR.xls](http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/BR/Brasil_GeralBR.xls), 2009.
- MONTEIRO, D.L.M., CUNHA, A.A., BASTOS, A.C. *Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro (RJ): Revinter; 1998.
- ORLANDI, Renata; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Adolescência e paternidade: sobre os direitos de criar projetos e procriar. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 13, n. 2, June 2008 .
- PINTO, L.F.M. Televisão e educação sexual. *J. Pediatr.*, v. 71, n. 5, p. 248-54, 1995.
- SMITH, Peter k. et al. Bullying in different contexts: Commonalities, differences and the role of theory. *Aggression and Violent Behavior*, v.14, p.146-156, 2009.
- SPINDOLA, Thelma; SILVA, Larissa Freire Furtado da. Perfil epidemiológico de adolescentes atendidas no pré-natal de um hospital universitário. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, mar. 2009.
- XIMENES NETO F.R.G.; DIAS, M.A.S.; ROCHA, J. Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes. *Rev Bras Enferm.*, v. 60, n. 3, p. 279-85, 2007.
- YAZAKI, L.M.; MORELL, M.G.G. Fecundidade é antecipada. In: SEADE. *20 anos no ano 2000: estudos sócio-demográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo; 1998. p. 106- 18.



## **DO LUGAR DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS – A (NÃO) IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa

*Estudante de Mestrado do programa de Pós Graduação de Políticas Sociais da UENF*

*Thiara.cerqueira@gmail.com*

SOARES, Natália Ribeiro

*Estudante de Mestrado do programa de Pós Graduação de Políticas Sociais da UENF*

*natysoaresribeiro@hotmail.com*

462

### **RESUMO:**

O presente artigo se propõe analisar as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no município de Campos dos Goytacazes, buscando compreender se essas, através dos seus cursos, atuam de modo a romper com o papel de subordinação e precarização historicamente atribuído às mulheres no mercado de trabalho ou se perpetuam esse padrão. Para isso, esse analisa entrevistas realizadas pelo NETRAD<sup>1</sup> em 2008 às coordenadoras dessas Políticas, e faz uma breve análise do perfil dos usuários do programa de geração de trabalho e renda em Campos dos Goytacazes realizado pelo mesmo núcleo através da pesquisa intitulada “As portas de saída” da Assistência Social: problematizando o direito ao trabalho e à renda<sup>2</sup>. Assim torna-se de suma importância uma análise de como vêm se desenvolvendo as Políticas Ativas de Mercado, bem como, compreender de que maneira tem se dado no país inserção produtiva da mulher e o lugar reservado a essa dentro das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Políticas Públicas, Mercado de Trabalho.

### **ABSTRACT:**

This article aims to analyze the policies of Labour and Income Generation in the municipality of Goytacazes, trying to understand if these through their courses, work to break with the role of subordination and insecurity historically assigned to women in labor market or perpetuate this pattern. For this, the analyzes interviews conducted in 2008 by NETRAD the coordinating these policies, and a brief analysis of the profile of the users of the program to generate employment and income in Campos performed by the same core through a survey entitled "The exit doors "Social Assistance: questioning the right to work and income. So it becomes very important analysis of how have been developing the Active Market Policies, as well as understand how the country has been given productive inclusion of women and the place reserved for this within public policies.

**KEYWORDS:** Gender, Public Policy, Labour Market.

<sup>1</sup>Núcleo de Estudos em Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento do ESR/UFF.

<sup>2</sup> Coordenada pela professora Dr. Érica T. Vieira de Almeida.



## INTRODUÇÃO

A fim de compreender o lugar atribuído às mulheres dentro das políticas públicas, torna-se imprescindível contextualizar um pouco o conceito de gênero e quando e como essa temática passou a incorporar a agenda pública. Cabe ressaltar que gênero no presente trabalho é entendido enquanto a organização social da relação entre os sexos e estabelece sempre uma relação hierárquica de poder (SCOTT 1989). Historicamente, as mulheres foram confinadas ao ambiente doméstico e tratadas como seres incapazes intelectualmente, frágeis, caseiras, passivas, dotadas pelo dom da maternidade enquanto os homens, a seu oposto, foram tidos como fortes, viris, inteligente. Isso se legitima através dos discursos simbólicos, que tem sua base num sistema de pares dualistas: alto e baixo, direita e esquerda, quente e frio, claro e escuro, ativo e passivo. Dessa forma, existiria um polo positivo (homem) e outro negativo (mulher). Para a Enciclopédia Einaudi (1989, p.4) o discurso ideológico que tem por base os símbolos buscam:

Justificar a supremacia do homem aos olhos de todos os membros da sociedade, tanto aos das mulheres quanto aos dos homens, porque quer uns quer outros participam por definição da mesma ideologia, inculcada desde a infância.

Dessa maneira as diferenças anatômicas percebidas entre homens e mulheres serviram para legitimar uma dominação masculina e fazer com que essa parecesse natural. As características imputadas a homens e mulheres não eram tidas, portanto, como construções históricas, sociais.

### **Da inserção do Gênero na Agenda Pública e a perpetuação das contradições**

Nacionalmente, é na década de 1970 que o conceito de gênero começou a ser discutido e a questionar o papel atribuído às mulheres, colocando em pauta que a masculinidade e a feminilidade são construções sociais, um produto histórico, variável no tempo e no espaço. O caminho percorrido para a institucionalização do debate de gênero nas universidades se deu mais a partir de uma ação das acadêmicas, que possuíam contato com militantes feministas internacionais e com teorias vindas de outros países, do que necessariamente da pressão de um movimento social feminista do país (SORJ e HEIBORN, 1999).

No entanto, para que as demandas das mulheres entrassem para a agenda pública foi imprescindível uma pressão por parte desse movimento. No século XIX, mais especificamente



na primeira metade, surgiu no Brasil o que autores costumam chamar de “feminismo bem-comportado”, através da imprensa feminina, que lutava em especial pela questão do sufrágio, mas que possuía um cunho conservador, pois não questionava os papéis de gênero e até reforçava os mesmos. Porém, na década de 1970 vai surgir no país o “feminismo de resistência” em resposta a ditadura militar (OTTO, 2004).

Tal movimento nasce influenciado pelo movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização brasileira que fez com que as mulheres entrassem de forma mais acentuada no mercado de trabalho, bem como pela ampliação do sistema educacional. Esse segundo movimento feminista, no país, pode ser caracterizado como amplo e heterogêneo, na medida em que articulava as lutas contra a opressão às mulheres às lutas pela redemocratização (COSTA, 2009, p.58). O mesmo se atrela as correntes marxistas que na época se opunham a esse regime. No final da década (1970), o Brasil passa por um processo de mudanças nas relações entre Estado e sociedade, que desencadeia, no final dos anos de 1980, na abertura democrática do país e na nova constituição de 1988 (FARAH, 2004, p. 3).

Essa constituição reflete também a mobilização das mulheres, que formulam propostas para a constituinte englobando temas como família, trabalho, saúde, discriminação, violência contra a mulher sob o título de “Carta das Mulheres Brasileiras”, que faziam parte da bandeira constituinte “Pra valer tem que ter palavra de mulher”. Mais de 80% das demandas das mulheres foram incorporadas a constituição, que passou a apregoar em seu Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º, parágrafo 1º, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e que todos seriam tratados de forma igual perante a lei. Cabe ressaltar, que na década de 1980 surgem também os primeiros conselhos de direito da mulher no país. O primeiro foi o estadual de São Paulo em 1983 através da vitória do PMDB e posteriormente o Conselho Nacional de Direitos da Mulher em 1985 (COSTA,2009, p.61).

Já na década de 1990 as mudanças econômicas e políticas impactam o país e geram um corte de verbas significativo para as políticas sociais, bem como a retração do Estado no fornecimento dessas. A flexibilização do trabalho atrelada à inserção de máquinas nas indústrias ocasiona também desempregos em massa, sub contratos, contratos de trabalho temporário e outros. Isso reforça diretamente na condição subalterna das mulheres, já que pesquisas apontam que essas são as mais atingidas pelos “novos” empregos precários. Essa forma de gestão da produção reforça o lugar da mulher na esfera doméstica tanto no setor produtivo (através dos serviços de menor remuneração que são geralmente ligados a funções



historicamente femininas) quanto no reprodutivo, já que a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais obriga a família suprir suas próprias necessidades.

As críticas à reestruturação produtiva em curso, vistas pela ótica de gênero, não podem se restringir a seus efeitos mais visíveis como o desemprego, a precarização, a insegurança no trabalho ou a quebra da unidade dos trabalhadores, entre aqueles a tempo integral e os flexibilizados. Para as mulheres, as novas políticas de gestão empresarial não as tornam apenas trabalhadoras precárias no universo da produção, mas afetam sua posição social mais ampla, uma vez que sua identidade doméstica se vê reforçada pelos novos arranjos produtivos. (SORJ, 2004, p. 145)

465

Apesar das demandas femininas entrarem para a área de atuação do Estado, é de relevância analisar de que forma isso se deu. A partir da década de 1990 houve, como já citado anteriormente, uma redução do papel do Estado e uma maior responsabilização da sociedade civil e da família na promoção das suas próprias necessidades. Campos e Teixeira (2010, p 24) vão apontar que

Nessas circunstâncias, a família utiliza seus recursos internos, suas hierarquias e relações assimétricas de gênero e geração, inclusive as reproduzindo e perpetuando, para suprimir suas necessidades de sobrevivência, como também para o seu bem-estar, com serviços e cuidados, tarefas distribuídas conforme as diferenças de gênero.

Dessa forma, as políticas sociais<sup>3</sup> serviram ao longo dos anos, em sua maioria, para legitimar a privatização da mulher a espaços considerados femininos e à família, pois dessa forma as medidas econômicas adotadas pelo Estado poderiam ser postas em prática. A família e a sobrecarga do trabalho da mulher não pago funcionaram como parceiros do Estado (CAMPOS e TEIXEIRA, 2010).

As Políticas Públicas, ao desconsiderarem a questão de gênero, serviram para reforçar tais assimetrias, impedindo, portanto, a concretização do princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Para exemplificar essa questão, pode-se recorrer a Esping Andersen (1991) que em seu texto “As três economias políticas do Welfare State” diferenciam três regimes de Estado de Bem-Estar Social desenvolvidos no mundo: o liberal, corporativista e o Socialdemocrata. O primeiro modelo ao afastar o Estado do fornecimento das políticas públicas e considerar o





mercado como promotor e regulador das relações sociais acentuou o trabalho da mulher, pois esta deveria assumir os trabalhos domésticos e também o assalariado, o qual ocupava em posição desvantajosa ao homem. Isso acentuava ainda mais o trabalho dessa, que se via obrigada a assumir diversas jornadas de trabalho.

O segundo modelo estava baseado nos grupos (família, igreja e outros) como forma de fornecimento de Serviços que o Estado deixava de realizar, o que reforçava o trabalho não remunerado da mulher, a encarcerando ao ambiente doméstico, privado já que tal modelo dá ênfase às relações tradicionais principalmente o patriarcado havendo, portando, uma grande valorização da família sem que os papéis de gênero fossem questionados. Já o terceiro regime era o único que possibilitava a mulher fazer suas escolhas, na medida em que fornecia políticas compatíveis com as necessidades e não um fornecimento para igualação de direitos mínimos. O fundamento de tal modelo não esperar que a assistência familiar ou de outros grupos cessassem, mas que o Estado se antecipasse às possíveis carências se comprometendo com os membros individuais das famílias, se responsabilizando dessa forma, pelos idosos, crianças e desvalidos. Isso permitiu nos países escandinavos (onde tal modelo foi desenvolvido) uma maior mobilidade para a mulher escolher o mundo do trabalho assalariado às atividades de casa.

No Brasil uma série de questões históricas e culturais inviabilizaram o advento de uma Proteção Social nos mesmos moldes dos países europeus. Mas é possível pensar que se alguns dos modelos mais desenvolvidos de Welfare State e que garantiram inúmeros direitos aos trabalhadores, ainda assim, reforçaram a posição privatizada da mulher, os países nos quais o direito costuma ser entendido enquanto favor estão ainda em pior situação, sendo que as políticas brasileiras não têm conseguido nem garantir o mínimo de qualidade de vida e de direitos sociais. Essas que se tornaram cada vez mais focalistas pós-reestruturação produtiva atrelada ao Neoliberalismo.

Apesar desse contexto de adversidades a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada na China em 1995, formulou duas estratégias para se alcançar a igualdade de gênero: a transversalidade das Políticas Públicas e a inclusão dessas questões no orçamento público, bem como financiamento adequado para programas de redução das desigualdades homem/mulher (PEREIRA; RAMBLA; SILVA; CIRIACO, 2010). A partir dessa conferência

<sup>3</sup>As Políticas Sociais devem ser entendidas enquanto espaços de confrontação de tomadas de decisão, mas também como “elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.5)





todos os estados membros, incluindo o Brasil, se comprometeram em adotar tal perspectiva para as políticas públicas.

Entende-se por Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas a adoção da perspectiva de gênero pelas políticas, significando uma responsabilidade do Estado em reduzir as desigualdades entre homens e mulheres através das mesmas. Dessa forma, caberia ao Estado tratar de modo diferente os desiguais, reconhecendo que cada um apresenta uma necessidade específica, determinada historicamente.

467

Reduzir desigualdades não significa negar a diversidade, pelo contrário, trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença entre homens e mulheres, porém atribuindo a ambos iguais valores e reconhecendo suas necessidades específicas, as quais devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado. O não reconhecimento dessas diferentes maneiras de estar na sociedade resulta em orçamentos e políticas públicas que aparentemente atendem a todos, mas, de fato, apenas reforçam as desigualdades existentes. (PEREIRA; RAMBLA; SILVA; CIRIACO, 2010, p.426)

Trabalhar sob a ótica da transversalidade significa entender a relação, construída socialmente, existente entre homens e mulheres e não compreender gênero como sinônimo de mulher. Focalizar as políticas nas mulheres, em certa medida, reafirma o papel dessas ao âmbito reprodutivo e não questiona essa posição. Assim, é preciso superar essa perspectiva fragmentada das políticas públicas e avançar no sentido de que a mesma abarque as diferentes dimensões de uma mesma realidade. Isso exige que os governos, por exemplo, não incorporem a perspectiva de gênero em um ministério ou em uma secretaria específica da mulher, pois “seu impacto deve ser assimilado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental” (BANDEIRA, 2005, p.10).

Dessa forma, as Políticas Públicas de Trabalho e Renda também devem incorporar tal perspectiva, devem, portanto, levar em consideração o lugar ocupado pela mulher no setor produtivo, a fim de tentar minorar a condição precarizada da mesma. Assim, torna-se imprescindível fazer uma análise de como as mulheres vem sendo inseridas no mercado de trabalho.



## Mulheres e Mercado de Trabalho: algumas considerações

Ao ser incorporada ao mundo do trabalho remunerado a mulher passou a ter uma tripla jornada de trabalho. A ela cabia o cuidado dos filhos, as tarefas domésticas e também o trabalho remunerado.

As mulheres passaram a englobar o trabalho fabril nos países centrais a partir do século XVIII e XIX e eram oriundas das camadas populares. A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituíam-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho dessa era mais barato. A luta contra o sistema capitalista de produção aparecia permeada pela questão de gênero. A questão de gênero colocava-se como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador. Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto. (COSTA; MELO e SANTOS, 2011, p. 6)

468

Essa tripla jornada de trabalho acrescentou na luta das mulheres a reivindicação por escolas, creches e pelo direito à licença maternidade. Cabe ressaltar que na sociedade capitalista persistiu o argumento da diferença biológica como base para a desigualdade entre homens e mulheres. E tal sociedade fortaleceu a posição da mulher em profissões relacionadas ao cuidado, reforçando o atributo imputado à mulher de ser sentimental e ainda colaborou para o controle da sexualidade da mesma, na medida em que a propriedade privada é a lógica primordial para a existência desse sistema. Dessa forma, a mulher deveria se manter fiel ao seu marido e o casamento passou a ser essencial para esse controle (COSTA; MELO e SANTOS, 2011).

A quebra do isolamento do lar e a participação da mulher no espaço público, como se pode observar, se deram por um processo de reações e conquistas que se arrastam até os dias atuais. A necessidade do capital se ampliar condicionou a entrada da mesma no mercado de trabalho, que passou a vender a sua força de trabalho, porém manteve-se na condição de estigmatizada. Assim, a atuação da mulher no mercado de trabalho se dá em condições visivelmente desiguais e excludentes em relação aos homens. No Brasil, devido à necessidade de redução dos custos da produção, nas primeiras etapas do processo de industrialização do país, houve substituição da mão de obra masculina pela feminina, já que essa operava com baixa remuneração (NOGUEIRA, 2008).



Mello e Novais (2000) no seu texto “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, discorrem sobre as mudanças econômicas e da sociabilidade moderna brasileira a partir do 2º pós-guerra até os anos de 1990. Dentro desse contexto histórico é possível perceber a posição atribuída à mulher pela sociedade, por exemplo, as que migravam da área rural para a urbana na década de 1950 “ocupavam funções de empregadas domésticas, manicures, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, que passaram a ocupar um sem número de postos de trabalho de baixa qualificação, alguns de qualificação média” (MELLO e NOVAIS, 2000, p.584). Essas funções estavam ligadas àquelas consideradas extensivas ao ambiente doméstico. Já as mulheres da classe média, que conseguiam ascender à faculdade tinham que vencer seus pais, noivos ou namorados que consideravam que não tinha o direito de estudar. Assim, o preconceito era enorme se tentassem cursar medicina, direito ou engenharia e deveria se inscrever somente em cursos em que se tornasse professora, outra função tipicamente ligada ao cuidado, era tida nesse ambiente como uma “segunda mãe” e a escola como “segundo lar” (Idem,p.596). Assim, as mulheres ocupavam juntamente com os negros, vindos de um regime escravista, a base do mercado de trabalho brasileiro e ficavam com os piores postos de trabalho. O fato de o Patriarcado, bem como o Racismo serem formas de opressões não deve deixar esquecer que podem ser analisados pela perspectiva da análise de classes, na medida em que são dominações e que se acentuam ou não dependendo da classe social que se ocupa, conforme foi percebido pelos autores Mello e Novais (2000) quando diferenciaram a situação da mulher na classe média e na subalterna rural.

O atributo de inferioridade designado ao sexo feminino é apropriado pelo capital que também o reproduz nas relações de trabalho. É o mesmo sistema que convoca a mulher para o mercado de trabalho remunerado (vida pública), que a aceita como trabalhadora legítima, mas que a oprime, pois a mantém na condição de subordinada e inferior, podendo assim intensificar a exploração do seu trabalho.

Cabe ressaltar que o capitalismo reforça a condição de subalternidade da mulher, fruto de uma cultura patriarcal que pode ser entendida enquanto um regime de dominação, exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004). Essa cultura legitima a dominação masculina, que se manifesta através dos símbolos, das instituições e até mesmo pela via dos sentimentos, ou seja, ela é da ordem de uma violência simbólica (silenciosa internaliza por homens e mulheres, o que faz com que ambos a reproduzam) (BOURDIEU, 2003). Essa cultura vai refletir a inserção da mulher de forma precarizada no mercado de trabalho.



Ainda hoje, continua a predominar uma invisibilidade do trabalho da mulher no lar. Esse trabalho no âmbito doméstico, não pago, tende a ser visto como não - trabalho, devido a não possuir valor de troca (o que mais importa na sociedade capitalista, pois garante a acumulação), mas valor de uso, ou seja, trabalho para suprir as necessidades de sua família. Isso faz com que o trabalho executado por mulheres seja considerado inferior, enquanto o dos homens, superior. Para Helena Hirata (2009) a divisão sexual da precarização do trabalho não pode ser estudada sem que se reflita também a dimensão extratrabalho, ou seja, a relação entre homens e mulheres na esfera doméstica.

O conceito de divisão sexual do trabalho serve tanto para identificar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na esfera doméstica, como para demonstrar que essas desigualdades são sistemáticas e que através delas um sistema de relações hierárquicas entre os gêneros é criado pela sociedade.

Esse conceito começa a ser discutido com maior ênfase na França, a partir da década de 1970 pelas feministas que buscavam o reconhecimento do trabalho doméstico realizado pela mulher. Essas alegavam que “uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor, do dever materno” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.597). Assim, a divisão sexual estabelece o lugar de mulheres e de homens na sociedade. Estando a primeira destinada a esfera reprodutiva enquanto o segundo, a produtiva (funções de maior valor social, como políticos e militares). Essa divisão é marcada por uma hierarquia que define que o trabalho de homem tem maior valor que o trabalho de mulher.

Dessa forma, quando as relações de trabalho são impactadas pelas mudanças econômicas e políticas (o que ocorre no Brasil de forma intensa na década de 1990) a mais atingida é a mulher. Hirata (2009) vai apontar indicadores que estão relacionados à precariedade do trabalho a nível internacional. Tais indicadores são:

- 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.);
- 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário;
- 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda



levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego (HIRATA, 2009, p. 26).

Como já demonstrado anteriormente, são as mulheres que estão mais sujeitas que os homens ao trabalho informal e também estão mais presentes que estes no trabalho em tempo parcial, com contratos temporários, e outros. Assim, não fica difícil perceber que são elas as mais atingidas também por esses indicadores. Hirata (2009) faz uma comparação entre precarização da divisão sexual do trabalho e globalização, afirmando que essa gera um paradoxo, pois na medida em que os empregos aumentam, aumentam também a precarização do trabalho, através de postos instáveis, mal remunerados, pouco valorizados na sociedade e quase sempre destituídos de direitos sociais. Esse tipo de trabalho tende a recair sobre as mulheres, o que significa dizer que o processo de globalização tem reforçado a posição subalterna das mesmas no mercado de trabalho e intensificado seu trabalho, através das flexibilizações.

471

### Dados sobre a situação da mulher no mercado de trabalho

As mulheres até a década de 1980 representavam minoria absoluta no mercado de trabalho brasileiro. Essa situação vai ser alterada a partir dessa década, o que será denominado, por alguns autores, de feminização do trabalho. Entre 1981 e 1998 a população economicamente ativa de mulheres cresce a taxa de 111,5% (uma taxa de crescimento maior que a masculina). Em junho de 2005, 54,9% da PEA (População Economicamente Ativa) era composta de homens e 45,1% mulheres (NOGUEIRA, 2008, p.56). Apesar da presença feminina ter aumentado, as mulheres continuam recebendo salários inferiores ao dos homens, se concentrando em trabalhos de menor remuneração, conforme pode ser evidenciado na Tabela 1 abaixo:

**Tabela – 1 Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento – Brasil 2003**

Classes de rendimento mensal (em salários mínimos)	Homens	Mulheres
Até ½ salário mínimo	47,51	52,49
De 1 a 2 salários mínimos	59,38	40,62
De 2 a 5 salários mínimos	68,89	31,11
De 5 a 10 salários mínimos	68,9	31,1
Mais de 20 salários mínimos	81,06	18,94
Sem rendimento	-	-
Total (%)	100	100

Fonte: PNAD 2003 – IBGE apud Nogueira, 2008



Quando analisados na PNAD<sup>4</sup> 2012 os campos de trabalho da mulher no mercado do trabalho, pode-se perceber que essa se encontra majoritariamente no setor de serviços sociais e tarefas consideradas de menor importância ou femininas, como educação, saúde, limpeza (que são entendidos como extensão dos serviços domésticos), consequentemente também são os de menor remuneração.

E pode-se ressaltar também que quanto menor é a duração do tempo de trabalho, maior é a presença feminina. Um contingente de 16 260 059 de homens encontram-se trabalhando de 40 a 44 horas semanais enquanto a maioria das mulheres pesquisadas (10 640 133) trabalham de 15 a 39 horas (NOGUEIRA, 2008, p. 65).

Quando se constata que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, levanta-se a hipótese de que essa situação ocorre porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, sendo isso imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica (ANTUNES, 1999 apud NOGUEIRA, 2008. p. 65).

Em 2011 segundo a pesquisa mensal de emprego/IBGE (2003-2011) a População Economicamente Ativa era composta de 45,4 % de mulheres e 54,6% de homens. A razão do rendimento de trabalho mulher/homem foi de 72,3 em 2011, ou seja, as mulheres continuam, ganhando menos que os homens<sup>5</sup>.

O que pode ser percebido a partir dos dados destacados é que, tanto a inserção no mundo produtivo pela mulher, como a sua acentuada participação no mesmo ocorre de forma precarizada em relação aos homens. E pode-se considerar que são as mulheres as mais atingidas pela reestruturação produtiva por estarem sujeitas ao trabalho mais flexibilizado, de menor remuneração. As mulheres vêm vivenciando taxas de informalidade cada vez maiores, são elas que se encontram majoritariamente nos postos de trabalho com menor carga horária, sujeitas a contratos temporários e outros. Essa situação é ainda pior quando se faz o recorte de raça, etnia e classe.

<sup>4</sup>Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

<sup>5</sup> Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)

Acesso em: 11 de abril de 2014





Como as relações entre homens e mulheres não foram alteradas, o primeiro, de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas. E também, por não haver equidade de gênero na esfera privada, a mulher assume uma carga de trabalho mais exaustiva do que a do trabalhador masculino, pois atua no âmbito privado e também no público. No âmbito privado cabe-lhe a responsabilidade com os afazeres da casa: a comida, o cuidado com os filhos e sua educação, o cuidado também com os idosos da família, a saúde dos familiares e a reprodução biológica da força de trabalho.

O IBGE em 2013 por meio das Sínteses de Indicadores Sociais divulgou que os Homens trabalham fora de casa 42,1 horas/semana e as mulheres 36,1 horas/semana – em média. Mas eles trabalham apenas 10 horas/semana nas tarefas domésticas contra 20,8 efetuadas pelas mulheres. No total, são 52,1 horas/semana para eles e 56,9 horas/semana para elas, ou seja, apesar das mulheres estarem aumentando sua participação no mercado de trabalho, a desigualdade de gênero no interior da família não tem diminuído.

Esses dados são de suma importância quando se pretende atuar no âmbito da inclusão produtiva e principalmente quando se atua com um público majoritariamente de mulheres, como é o caso da Política de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes, conforme será visto no próximo item deste trabalho. Uma Política que pretende que tal inclusão seja realizada de forma digna pelos seus usuários precisa necessariamente levar em consideração a perspectiva da questão de gênero, a fim de não reproduzir as desigualdades discutidas acima.

### **As Políticas Ativas de Mercado de Trabalho: As representações sobre gênero em Campos dos Goytacazes**

Para fazer uma análise da Política de Geração de Trabalho e Renda do Município de Campos dos Goytacazes, que constitui uma Política Ativa, torna-se necessário primeiramente definir essas políticas de mercado de Trabalho bem como levantar uma discussão de como vem se desenvolvendo no país. Segundo Machado e Neto (2011) o objetivo das mesmas é “aumentar o nível de emprego e de salários das pessoas que possuem dificuldade em se inserir no mercado de trabalho”, por isso deve auxiliar no combate ao desemprego.

Essas políticas começaram a se constituir no Brasil a partir do Sistema Público de empregos no final da década de 1970, porém com a reestruturação produtiva, as políticas ativas





de mercado de trabalho, como geração de trabalho e renda, microcrédito começaram a se tornar enfáticas e a priorizar também o setor de trabalho informal, buscando incentivar micro empreendimentos dos trabalhadores autônomos, por exemplo.

O mercado de trabalho, não somente o brasileiro, mas de outros países, não é mais estruturado em torno de ocupações que se caracterizam por manter uma relação de trabalho (patrão-empregado). Atualmente, existem outras formas de inserção na atividade econômica, definidas também como trabalho, que devem ser abrangidas por um sistema público cujo objetivo seja a melhora do bem-estar dos trabalhadores, a redução do desemprego e o fortalecimento do mercado de trabalho. (MACHADO E NETO, 2011, p.3)

474

As Políticas de Trabalho e renda são também chamadas de “Políticas estruturais diretas de combate ao desemprego e a baixa produtividade e remuneração”. (BARROS E CARVALHO, 2002, p. 61). Segundo esses autores existem três tipos de desemprego: o friccional, quando há uma desinformação por parte dos trabalhadores acerca do que o mercado de trabalho está demandando; o descasado, quando há uma ausência de qualificação dos trabalhadores para suprirem a demanda do mercado de trabalho; e o estrutural, quando não existem postos de trabalho suficientes. Para cada tipo de desemprego o Estado deve fornecer Políticas Ativas que busquem amenizar tal situação. No caso do desemprego friccional a Política mais adequada é a de “intermediação da mão de obra”, que busca identificar as demandas do mercado e a qualificação dos trabalhadores; no desemprego por descasamento a política é “treinamento profissional ou capacitação”. Já no caso do desemprego estrutural a via de superação desse deve ser essencialmente a do “crescimento econômico”, porém algumas políticas ativas de mercado de trabalho podem minimizar os efeitos do mesmo, como por exemplo, microcrédito para pequenas empresas e trabalhadores autônomos. Há ainda, segundo Maria Cristina Cacciamali (2005) um quarto tipo de política ativa de mercado de trabalho que é a “criação de empregos transitórios e medidas de apoio aos jovens”.

Mas, para fins desse trabalho focaremos as Políticas de Geração de Trabalho e Renda que compreendem as políticas de qualificação profissional, buscando amenizar os efeitos do desemprego por descasamento. Elas devem fornecer treinamento, ou seja, capacitação profissional sem as quais os trabalhadores não poderiam ser inseridos no mercado de trabalho formal e/ou informal. Dessa forma deveriam procurar adequar a força de trabalho as necessidades do mercado.

Essa abordagem individualista da política de geração de trabalho e renda no país, que responsabiliza somente o indivíduo por sua não inserção no mercado de trabalho, alegando que



não está devidamente capacitado desconsidera a conjuntura que estrutura o mercado de trabalho local e não consegue realizar uma abordagem mais estratégica que permita de fato a efetivação de direitos, pois tal política não se relaciona, por exemplo, com outras políticas estruturantes como educação (ALMEIDA, 2008).

As políticas de geração de trabalho e renda em Campos dos Goytacazes foram implantadas no final da década de 1990 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social que atuava através dos Centros de Qualificação Profissional (CQPs) espalhados por todo o município (Farol, Nova Brasília, Penha e outros) e financiados pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Somente mais tarde Campos passou a sediar o Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), Estadual e depois o Federal que eram executados pelos CRAS com apoio financeiro do governo estadual e federal. Esses espaços forneciam cursos de qualificação profissional que duravam de 3 a 6 meses, o professor era contratado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social e o material custeado pelos próprios alunos.

Pela Pesquisa intitulada “As portas de saída da Assistência Social: problematizando o direito ao trabalho e à renda” coordenado pela professora Érica T. Vieira de Almeida do NETRAD em 2008 foi possível identificar que em Campos 97% do número de pessoas que fazem os cursos de geração de trabalho e renda oferecidos pela prefeitura eram mulheres. Dentre essas, 96% tinham idade acima de 25 anos. É de relevância ressaltar que 43,4% tinham idade superior a 50 anos e 14% idade superior a 60 anos, ou seja, uma parcela significativa do referido programa possuía idade acima da demandada pelo mercado de trabalho. 53% apontavam que estavam trabalhando e 47% que não e entre essas últimas apenas 24% alegaram que estavam procurando emprego. Já entre os que estavam trabalhando 20% eram autônomos, 14% diaristas, 12% artesãs e 12,5% faziam “biscates”. No que se refere à carteira de trabalho, 87% não possuíam, ou seja, apenas 13% tinham seus direitos trabalhistas resguardados. Sobre a renda 38% recebiam até 1 salário mínimo, 34% de 1 a 2 salários, 12% mais de 2 salários, 10% não possuíam renda e 6% não responderam. Já na questão de escolaridade, 27% não completaram o ensino fundamental, 10% completaram, 42% o ensino médio e os demais não responderam.

No eixo de avaliação da instituição 60% dos usuários diziam que a estrutura dos cursos era regular e insuficiente e 87% avaliavam como insuficiente e regular o aluno ter que oferecer o material.



Os cursos oferecidos pelo programa de geração de trabalho em campos eram: tapeçaria, salgado, corte e costura, manicure, moda íntima, manicure, biscuit, bolsa em tecido, artes livres, cabeleireiro, cestaria, confeitagem, crochê, doces, jardinagem, garçom, barbeiro, pátina, papietagem, découpage, patch work, hotelaria, macramé, tear, bijuteria, entre outros.

O que pode ser percebido através dos dados expostos até aqui é que a Política de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes possuía um público majoritariamente feminino, no entanto não possuía a perspectiva de gênero. Os cursos acabavam por reforçar a presença da mulher no mercado de trabalho em atividades informais e de baixa remuneração, além de serem postos de trabalhos considerados femininos. Também, o dado de que mais de 50% do curso estavam em idade fora da demanda pelo mercado indicava que os cursos não serviam, de fato, para a inserção produtiva dessas mulheres. Isso é comprovado quando 63% das usuárias dizem que os cursos representavam um espaço importante de lazer, de fazer amizade, de convivência, de terapia, na medida em que “ajudam a melhorar a autoestima e a depressão” (ALMEIDA). Em contrapartida as falas das coordenadoras da referida política no município revelavam que as mesmas possuíam uma visão de que a política de geração de trabalho e renda iria de fato dar condições às pessoas de entrarem no mercado de trabalho e que isso garantiria a dignidade dessas. A política de “geração de renda” consistia em cursos que servia, segundo a coordenadora:

Para valorizar, mostrar para o indivíduo que o importante é ele estar aqui dentro para poder se sustentar e sustentar a família. Isso é fundamental. Não consigo ver o indivíduo, não consigo ver a Secretaria de Promoção sem à parte de assistencialismo, claro. Mas a própria Secretaria Promoção de Desenvolvimento Social já diz: ela tem que promover, levar indivíduo a crescer. (Eliana, Coordenadora da Promoção Social, 2008).

Nós estamos trabalhando no sentido que o cidadão consiga entender o que é a dignidade. Eles ficam muitas vezes achando que o vale alimentação, o bolsa família e outros tipo de programa voltado para o assistencialismo são uma coisa boa. Pois eu sou assistente social, tenho 30 anos de exercício. Então temos por obrigação enquanto assistente social de dar assistência, o peixe, mas o que é importante é ensinar a pescar. E esse trabalho, de trabalho e renda para mim é o mais importante, enquanto o (objetivo) é investir na comunidade, na população (Eliana, Coordenadora da Promoção Social).

A partir das entrevistas foi possível perceber que não havia critérios para avaliar a eficácia da Política. Quando indagada sobre isso a coordenadora da Secretaria De desenvolvimento e Promoção Social afirmava que:



Eu vejo tudo isso, mesmo que em dez, você veja o resultado em dois eu acho que é gratificante. Eu falo como profissional vale a pena trabalhar com o cidadão dando a ele, não é o vale, não é o bolsa família é você investir nele, entendeu, você precisa ter dignidade, motivar a ele trabalhar ganhar o dinheiro dele. Uma pessoa que sai daqui sabendo fazer uma empada de carne seca, confeitaria bolo, padaria. Tem pessoas nossas dando esperança em abrir padaria. Nós temos o exemplo de um rapaz que montou o salão aqui próximo e uma mulher que trabalhava numa comunidade distante. Ela fez o curso com a gente de salgados e logo depois largou o trabalho dela no campo para vender o salgado dela, montou uma padaria com o filho. Tem a Renata que fez curso de cabeleireiro, fez vários cursos, ele montou uma mala de rodinha e colocou o secador, todo o material dela e começou ir às casas fazendo cabelo, hoje ela tem o salão dela. Tem muita história bonita aqui.

Dois em cada dez é um número irrisório para dizer que essa Política é eficaz. E quanto à questão da baixa frequência dos homens que, quando participavam, iam ao de barbeiro e curso de jardinagem, se explicava porque “as mulheres se preocupam muito mais [...], mas acho que esperar mais um pouco vai dar para equiparar” (Coordenadora da Secretaria de Promoção Social, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode ser percebido através das entrevistas que não havia nenhum debate sobre o porquê dos homens não procurarem os cursos, o que demonstrava que a política não era revista. Os cursos do programa de geração de trabalho e renda tendiam a implementar cursos caracterizados como feminino: cabeleireiro, manicure, em fim, cursos que até poderia garantir as mulheres uma renda imediata, mas que de fato não romperia com a sua subalternidade no mercado de trabalho, pelo contrário, não se destinava a gerar-lhe renda, mas complementar a renda familiar, reproduzindo, de certa forma, o paradigma de que o homem é o provedor e “chefe de família”.

Também essa política no município não era pensada de forma articulada com outras mais amplas como a de educação. Esses cursos destinavam-se a “pobres”, a pessoas assistidas por programas sociais sediados em pólos de assistência social. Mas como não possuía um critério definido acaba por atender pessoas que os frequentavam por lazer e que não tinham uma renda tão baixa.

Os mesmos também não se preocupavam com as demandas do mercado de trabalho em Campos e por isso implementam os cursos sem que existisse um estudo do referido mercado. O



que os cursos forneciam era uma forma de diversificar as possibilidades de “bicos” e garantir um emprego. O baixo número de homens e a carência de cursos “destinados” as atividades consideradas masculinas, como construção, eletricidade, marcenaria – sugerem que esta política era incapaz de lidar com o fato de que os homens necessitem fazer parte de uma política de assistência, pois faz parte do imaginário (até mesmo da política) que homem pode “se virar”, já que é o forte, o capaz intelectual.

Percebe-se assim, que as características atribuídas a homem e mulher são naturalizadas por essa e não são tidas como construções históricas e nem são ao menos discutidas em seu espaço. Dessa forma, política municipal para o mercado de trabalho, além de permanecer limitada contentava-se em culpabilizar o indivíduo entendendo pobreza igual à desqualificação e que os cursos de “qualificação” ou “geração de renda” continuavam incapazes de garantir rendimentos econômicos compatíveis aos seus usuários (as). Portanto continuava reforçando a posição da mulher no mercado de trabalho de forma inferior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Érica T. Vieira. O Programa de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes: limites e contradições. *Vértices*, Campos dos Goytacazes: CEFET Campos, v.11, n.1, p. 87-108, jan/dez, 2009. Disponível em: < <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/issue/view/3> > Acesso em: 20.junho.2013

BANDEIRA, Lourdes. *Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas*. Brasília: CEPAL/SPM, 2005

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Políticas Ativas de Emprego e Renda. In: *Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 19/11/2002. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_20j.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_20j.pdf) > Acesso em: 24.maio.2012

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As Políticas Ativas de Mercado de Trabalho no Mercosul. *Rev. Estudos Avançados*, [online], vol.19, n.55, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300007) > Acesso em: 20.maio.2012

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, Família e Proteção Social: As desigualdades fomentadas pela Política Social. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010

COSTA, Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

COSTA, Adália de Sá; MELO, Poliana Rosângela de Oliveira; SANTOS, Yane Carla Silva dos. *A Questão de Gênero nas Políticas Públicas: Uma Análise das Mulheres agricultoras no município de*



*Lagoa Seca – PB.* (Artigo III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais – Olhares diversos sobre a diferença), 2011. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/05/04.pdf>. Acesso em: 15.agosto.2013

EINAUDI, Enciclopédia.*Parentesco. Imprensa Nacional*,v.20,1989.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis: [online], v.12, n. 1: 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf> > Acesso em: 07.Maio.2013.

FERNANDES, Lúcia da Nóbrega. Política Pública de Emprego: um recorte da realidade norte-rio-grandense. In:Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2ed, 2005, São Luis. *Resumo*. Maranhão, 2005.p.8.

FICHER, Isaura Rufino; MARQUES, Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*. In: Fundação Joaquim Nabuco. Agosto de 2001, n.113. Disponível em:< <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>> Acesso em: 29. Out.2013.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré, 1999, p. 183-221.  
HIRATA, Helena. A precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Rev. Sociologias*, Porto Alegre, v.11, n.21,jan./jun.2009, p.24-41.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, [online], v.37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci_arttext) > Acesso em: 25.Maio.2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar*, 2003.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2000*.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, 2009*.

MACHADO, Danielle Carusi; NETO, João Hallak. Políticas ativas e passivas de mercado de Trabalho: panorama atual. In: Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento da UFF, Niterói, *Texto para discussão*, abril de 2011. Disponível em: <[www.proac.uff.br/cede](http://www.proac.uff.br/cede)> Acesso em: 24. Maio.2012

MAMANI, Hernan Armando.RELATÓRIO FINAL de Pesquisa. *Economia Informal, mercado de trabalho e Políticas Públicas no Norte-Fluminense*.CNPq, Campos dos Goytacazes, UFF/ESR/NETRAD, 2010.

NOGUEIRA. Cláudia Mazzei. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: Silva e Silva; Yazbek (orgs.). *Políticas Públicas de Trabalho e renda no Brasil Contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.207. 52-72.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Estudos Feminista*, Florianópolis: [online], v.12, n.2: 237-253, maio-agosto, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015)> Acesso em: 10. Maio.2013





PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Xavier; SILVA, Kamila Paceliuka; CIRIACO, Cássia Daiane. Transversalidade de Gênero e Políticas Sociais no orçamento do Estado de Mato Grosso. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n.2, maio/agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/14938> > Acesso em: 28. Maio.2013

SAFFIOTI, HELEIETH I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 79-80.

SCOTT, Joan. *Gender: An Useful Category of Historical Analyses*. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

SERRA, Rose. A Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil: estrutura e questões. *Rev. Pol. Públ.* São Luis, v. 13, n. 2, p. 245-254 jul./dez. 2012.

SINGER, Paul. SENAES: Uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: MAGNEN, Jean Philippe (Org.). *Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva Internacional*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2006.

SORJ, Bila. Trabalho, Gênero e Família: quais políticas sociais?. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 188 p, 2004.





## MULHERES NA LUTA POR MORADIA: A EXPERIENCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES POR MORADIA ORQUIDEA EM MANAUS

SASSAKI, YOSCHICO

*Professor do Programa de Pós Graduação em Serviço social  
e Sustentabilidade na Amazônia da  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM  
sassakiyo@uol.com.br*

481

SOUZA, Mariza Cavalcante

*Estudante de mestrado do Programa Sociedade e  
Cultura Na Amazônia-PPGSCA da  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM  
marizacavalcante@gmail.com*

AMARAL, Alessandra Salles

*Estudante de mestrado do Programa de Serviço Social  
e Sustentabilidade na Amazônia-PPGSSA  
ale\_sales.3@hotmail.com*

### RESUMO

O Movimento de Mulheres é um movimento que surge em meados de 2003 com o Objetivo de lutar especialmente pelo direito a moradia, seno este uma entidade sem fins lucrativos atualmente com 600 famílias cadastrados do projeto desenvolvido para serem atendidos pelo programa minha casa minha vida entidades-PMCVE do governo Federal. Este estudo parte da indagação de como a cidade de Manaus teve seu olhar na perspectiva de ênfase sobre a questão Habitacional nos últimos anos, em Manaus quando falamos de da questão da habitação é necessário a percepção que O déficit habitacional do estado do Amazonas é o maior do país os dados do Ministério das Cidades dão conta de que Manaus possuía um déficit de 68.483, em 2009. Desta forma os movimentos sociais ganham visibilidade e buscam a partir da legitimidade lutar pela efetivação do direito a Moradia.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, habitação, Questao Social

### ABSTRACT

The Women's Movement is a movement that emerges in mid-2003 with the goal of fighting especially the right to housing, sine this one nonprofit currently has 600 registered families in the project developed to be served by the program entidades- my house my life PMCVE the Federal government. This study is the question of how the city of Manaus had his gaze from the perspective of emphasis on the Housing issue in recent years in Manaus when it comes to the issue of housing need is the perception that the housing deficit in the state of Amazonas is the largest country data from the Ministry of Cities realize that Manaus had a deficit of 68,483, in 2009 this way social movements seek to gain visibility and legitimacy from the realization of the right to fight for the House.

**Keywords:** Social Movements, Housing, Social questing



## **MOVIMENTO DE MULHERES POR MORADIA ORQUIDEA: NA LUTA POR MORADIA EM MANAUS**

Ao longo da trajetória de lutas por moradia e do desenvolvimento e crescimento das cidades observamos que os problemas sociais são intensificados nesse processo que, em sua maioria, configura-se pela ausência de ações voltadas para as políticas de habitação. Manaus não é diferente das outras cidades. Nesse processo está presente a organização dos trabalhadores sem-terra pela Reforma Agrária no território brasileiro, a partir de 1948, mas que ganha maior expressão a partir da década de 1950<sup>1</sup>.

Gohn (2010) destaca que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia -MNLM foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 13 estados, O mesmo teve como apoiadores a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB, Cáritas, Central de Movimentos Populares dentre outros. Hoje também tem parceria com a Central Única dos Trabalhadores -CUT e vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). De acordo com a autora o objetivo central do MNLM é a solidariedade pelo espaço urbano, numa luta orgânica e única em conjunto com o MST. Além da terra, luta também pelo lote, pela casa, saneamento e demais necessidades da população.

É importante destacar também que a partir do período do auge da borracha, Manaus sofreu um impactos na questão populacional com densidade que cresceu de forma desordenada e sem qualquer planejamento, propiciando um crescimento de áreas da periferia da cidade desta forma vale destacar que:

Manaus possui, em 1970, uma população de 311.622 e em 2000, 1403.796 habitantes (Censo do IBGE, 2000). Ou seja, 30 anos após as transformações ocorridas no cenário urbano, o número de habitantes na cidade de Manaus cresceu em torno de 500%. Os dados oficiais indicam que Manaus foi à cidade que mais cresceu entre as 13 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de mais de 39% e,

<sup>1</sup> Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_dos\\_Trabalhadores\\_Rurais\\_Sem\\_Terra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra), Acessado em 03 de Outubro de 2012 às 23:hs.



mais ainda, 90% de população do Manaus reside na área urbana. (SCHERER 20019, p.2)

Para Gohn (2010, p. 41) a presença dos movimentos sociais é marcado por uma constante luta e na história da política do País, mas a autora ressalta que esta é cheia de ciclos, com fluxos e refluxos, o que pode-se entender como processo de morosidade e/ou uma burocracia que não contribuía de modo a garantir o direito a moradia. A autora ressalta ainda que é “o importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas”.

Em Manaus o movimento se institucionaliza com a criação da Secretaria Municipal de Organização Social e Fundiária – SEMOSF, em 1993, cujo objetivo era solucionar os problemas das “invasões”, O Movimento por moradia, iniciou o amplo processo de ocupações de áreas urbanas na cidade de Manaus nas idas de 1978 e 1979<sup>2</sup>, como movimento de bairro ligado à Comunidade Eclesial de Base - CEB no bairro da Compensa.

De acordo com Silva e Silva (1989), a moradia se manifesta enquanto questão social no espaço urbano a partir do processo de industrialização, pois o advento das indústrias incide de fato numa desorganização na cidade que acontece devido o populacional advindo com a expressão do Capital, o Capital não se preocupou em construir infraestrutura urbana para acolher os trabalhadores Industriais.

A luta dos movimentos sociais por moradia já obteve conquistas no Brasil e com a inclusão da função social da propriedade e da cidade e o Estatuto das Cidades

Maricato (2001) regulamentados nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, as quais devem ser aplicadas pela União, Estado e Municípios.

De 1982 até 1990 foi construído o conjunto Cidade Nova, que ampliou a expansão da cidade para a Zona Norte e inaugurou nova fase na construção de unidades habitacionais populares em Manaus. É meio a este processo histórico que o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea um grande marco neste processo de luta pelos direitos e especialmente pelo direitos das mulheres, é então que a organização de um grupo de mulheres toma visibilidade e este grupo de mulheres trabalhadoras do Bairro Santa Etelvina, localizado ao final da Zona Norte da Cidade já chegado em “estrema com a saída da parte Urbana de Manaus, criam no final dos anos 90 um

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-042.pdf>, Acessado em 15 de Junho de 2014, às 5:30hs



grupo de mulheres com o objetivo dar apoio e acompanhar as mulheres vítimas de violência doméstica que nesta época se tornava uma questão preocupante em toda a cidade e especialmente nesta área.

Em meio a este processo suas ações se davam de forma pontual e travavam a partir de então a luta pela moradia que inicialmente se dar com a organização de duas ocupações nas comunidades da zona Norte da cidade de Manaus, localizadas no mesmo bairro de Santa Etelvina e adjacências como as ocupações Deus é Fiel, Bom Jardim e Portelinha.

O grande passe de legitimidade é dado quando ocorre a criação, pelo Governo Federal, do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009 e a Instituição que nascera deste grupo de mulheres conseguiu sua habilitação junto ao Ministério das Cidades como entidade da sociedade civil legitimada então e passa a estar apta para gerenciar a construção de casas populares na cidade de Manaus e Região Metropolitana do Estado, com recursos públicos advindos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Neste sentido é importante que se diga que este é sem duvida um fato é histórico na luta dos movimentos sociais por moradia na cidade de Manaus, e o Movimento de Mulheres por Moradia orquídea- MMMO é a primeira entidade habilitada com contrato assinado junto a Caixa Econômica Federal para a construção de 600 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida- Entidades que irão atender famílias com renda familiar de até R\$ 1.600, em três projetos de Loteamento Residencial Unifamiliar Orquídeas I, II e III.

Vinculado nacionalmente a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, o MMMO agrega no Amazonas cerca de 20 entidades de luta por moradia, sendo que delas 12 são coordenadas por mulheres, fortalecendo assim a tendência do novo modelo de associativismo adotado no Brasil a partir de 2000, quando organiza sua articulação em redes.

De acordo com Gonh (2001, p. 59-60), “O século XX, desde seu início, imprimirá um novo caráter às lutas sociais no Brasil. O caráter urbano passa a ter tonalidade própria, criada a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades”. Progressivamente a indústria, e as classes sociais que lhes são caudatárias, orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano. Tendo nesta Dinâmica observado o processo de desenvolvimento econômico que não acompanha as necessidades sociais da população no que diz respeito aos acessos básicos e nem o direito a Moradia é constituído em sua totalidade.



Lançado em 2000, o projeto apresentava propostas em três dimensões – gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário – e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito do governo federal, mas considerando o conjunto dos agentes que têm alguma responsabilidade no problema da habitação, em plano público e privado.

O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério (Cidades). O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos semelhantes nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos orçamentários para subsidiar a baixa renda. Nesse aspecto, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. A política de subsídios previa um mix de recursos não onerosos – do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – com recursos retornáveis, para viabilizar o crédito e o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Para concentrar o FGTS na baixa renda, seria indispensável a retomada da produção habitacional pelo mercado, para atender a classe média, reativando o crédito imobiliário, particularmente do SPBE (recursos da poupança), que não vinha cumprindo os dispositivos legais que exigem a aplicação dos seus fundos em habitação, pois o governo FHC, baseado no rigor monetarista, enxergava o financiamento habitacional como inflacionário. A criação de um fundo de aval era considerada estratégica para reduzir os riscos de crédito e os juros.

O Projeto Moradia enfatizava a necessidade de aprovação do Estatuto da Cidade para facilitar e baratear o acesso à terra, combatendo a especulação com imóveis ociosos. A noção de que a questão da habitação não podia ser enfrentada sem uma forte intervenção no mercado fundiário e de modo articulado com a questão urbana consolidou-se depois de um voo de helicóptero sobre São Paulo. Tivemos a oportunidade de mostrar a Lula o caótico processo de expansão urbana, e ele ratificou a concepção de que o problema da moradia não se resolvia apenas com a construção de casinhas, mas era necessário enfrentar também a questão urbana e fundiária, aspecto que tem grande atualidade no programa Minha Casa, Minha Vida.



## **Direito a moradia e a questão entre camada média e populares.**

Nãos podemos negar que vivemos em uma sociedade cada vez mais capitalista e que o acesso é muitas vezes visto como Status e não como um Direito, e para embasar esta afirmação vale destacar a análise feita pela autora Sarti (2003) que define a relação de classe a partir de uma definição sociológica onde o pobre a partir dos anos 60 é definido como negatividade, que ora vai da ênfase econômica ora política.

486

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao exército industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria, como condição necessária a sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho ( SILVA, 1989 p. 31)

O que pode-se afirma é que com o processo de desenvolvimento urbano-industrial como instrumento da engrenagem do sistema capitalista, e crescente migração da população do campo para as regiões metropolitanas, a terra foi se transformando em propriedade do mercado.

[...] uma mercadoria que tem um preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independente de sua produção. É uma mercadoria sem valor, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores. (RODRIGUES, 1989 p. 17).

E então chegando ao momento que a diferença entre camada media é definida pela condição social e a dos pobres pela exploração do trabalho pelo capital e recentemente pela ausência de reconhecimento de seus direitos de Cidadania.

:

Os pobres da cidade são, ontem como hoje, ninguém. Seus rostos queimados pelo sol, seus corpos impregnados do odor da borracha, suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções e de aparelhos eletrônicos, seus corpos cansados de uma jornada estafante em uma linha de montagem não contam na espacialização da cidade. Eles são outros, e a cidade não tinha e nem tem lugar para eles. (OLIVEIRA E SCHOR, 2008, p.92)





Se voltarmos na história temos relevante destaque a fazer que no Brasil até 1822, tínhamos o regime de sesmarias era o principal meio de distribuição de terras este era considerado um dos principais motivos que vieram culminar segundo Rodrigues (2003) com o ideário de terra como propriedade privada. Neste tipo de regime a terra era doada em grandes lotes e existia a obrigação nas concessões que as tornavam devolutas, ou seja, o que não foi respeitado, e, com a suspensão dessas concessões em 1822, até a data de 1850, a terra passou a ser ocupada por quem se interessasse em ocupá-la, mais especificamente, por quem tivesse a condição de ocupá-la. Neste sentido até este período não era considerada mercadoria porque não era vendida.

A partir de então em 1850 a Lei de terras (Lei 601), surge e definiu que só quem pudesse pagar pela terra seria seu proprietário juridicamente. Rodrigues (2003), a terra passou a ser definida pelo capital e imposta politicamente ao Estado como propriedade privada.

Com o agravamento dos problemas habitacionais nos grandes centros urbanos e o contraste armado entre ricos e pobres, a sociedade como um todo se viu obrigada a dirigir sua mobilização e imprimir suas reivindicações ao Estado.

Silva e Silva (1989, p. 29), ressaltam que:

A situação da classe trabalhadora no Brasil se agrava mais a partir de 1964, quando três elementos se associam na garantia da reprodução ampliada do capital: super exploração da força de trabalho, numa busca de níveis cada vez mais elevados de mais valia absoluta e relativa que garantissem a superacumulação; crescente concentração de renda e da riqueza nacional; e forte repressão política da classe trabalhadora, o que se agrava com a instabilidade no emprego, substituída pelo estabelecimento do FGTS.

Neste sentido vale ressaltar que a questão habitacional sempre foi colocada em segundo plano em nosso país. Silva e Silva (1989) destaca que no Brasil o problema habitacional só passou a ser realmente visto pelo Estado quando os cortiços e favelas passaram a incomodar ou até mesmo ocasionar prejuízos para o desenvolvimento do capital

### **Movimento de Mulheres na luta uma questão de gênero**

Ao longo da História no que tange a história do movimento feminista podemos dizer que a partir de três momentos, a primeira como sendo as reivindicações por direitos democráticos que é marcado pelo direito ao voto, ao divórcio, a educação e ao trabalho, nos séculos 18 e 19; a liberação sexual é impulsionada pelo aumento de contraceptivos no fim da década de 60; em seguida a luta por igualdade no trabalho ao fim da década de 1970 e podemos dizer que esta assim como as diversas lutas ainda hoje é questão de embate de fortes processos





de busca das mulheres, além disto podemos dizer que a luta é constante e não pode ser vista apenas como uma questão de insatisfação das mulheres mas de garantir a estas mulheres o direito ao reconhecimento pessoal e profissional assim Perrot faz um destaque que merece ser destaque onde autora:

Lembra que "houve frequentes protestos ao longo de todo século 19 contra a presença das mulheres nas audiências das cortes de justiça, notadamente nos processos criminais. [...] Os espaços militares e esportivos eram os mais masculinos de todos" (p. 353). As mulheres só penetram nos espaços políticos travestidas ou acompanhadas: "vestir-se como homem é penetrar no espaço proibido, apropriar-se dos espaços reservados, torná-los mistos. Este tipo de desafio simboliza as exclusões que o século 19 impôs às mulheres" (PERROT p. 359).

488

Desta forma o que antecede então ao movimento socialmente organizado de forma individual ou coletiva destacam-se a luta pela conquista de espaços onde as mulheres tivessem visibilidade a aos direitos que de modo geral sociedade de "homens" as desvalorizava.

Neste âmbito de luta Nogueira (2001), traz uma reflexão importante sobre os movimentos liderados por mulheres que buscavam a desmistificação da cultura patriarcal em que se encontravam, dentro dessa linha a autora identifica a existência de quatro teorias feministas: a primeira como sendo o feminismo socialista; o segundo o feminismo liberal; a terceira o feminismo radical; e quarta o feminismo cultural. Onde há uma rejeição ao patriarcado.

Podemos então dizer como afirma Collin apud Nogueira que para além de uma análise sobre o processo de dominação de luta de uma sociedade machista e ou patriarcal é relevante destacar que:

Se o estatuto das mulheres é o resultado de um processo de dominação, comandado pela exploração capitalista, que pode e deve ser ultrapassado (COLLIN, 1991, p. 324 APUD NOGUEIRA, 2001, p. 147),

As origens do feminismo socialista estão relacionadas com e/ou socialismo dos séculos XIX e XX, onde suas ideias estão associadas ao marxismo, já que aplicam as questões associadas ao sistema econômico e do trabalho, à problemática do gênero (HASTE, 1993). Compreendendo ainda que a importância de associar a luta dos sexos à luta de classes. Deste modo, o que é urgente e central, é terminar com o capitalismo e com a sua visão de família. Ditando assim deste modo o comunismo consistirá (...) na superação do capitalismo e simultaneamente do patriarcado, numa sociedade liberta de qualquer distinção de classe e de sexo e plenamente igualitária (idem, p. 147).



A teoria do feminismo radical faz uma negação da maternidade e uma exclusão dos homens, pois para muitas feministas, desta teoria as relações heterossexuais impossibilitam a defesa e o desenvolvimento dos movimentos feministas. Transformando dessa forma os homens em inimigos íntimos que são vistos como um problema que só pode ser resolvido pelo celibato ou lesbianismo, Nogueira (2001).

Para muitas feministas radicais o assumir desta posição impossibilita as relações heterossexuais com os homens. Deste modo, a identificação lésbica não é simplesmente uma questão de liberdade sexual pessoal, é também um protesto político contra o ponto fundamental da supremacia masculina, que consideram serem as relações heterossexuais compulsivas (Kitzinger, 1987). As feministas radicais ao assumirem um modelo masculino pessimista, um sujeito dotado de forças irracionais com pouca capacidade de controlo (contrastando com as boas qualidades do ser feminino), sugerem que um relacionamento positivo é apenas possível com outras mulheres (HASTE, 1993 APUD NOGUEIRA, 2001, p. 148 - 149).

489

A partir de então observa-se que o feminismo liberal está associado ao Estados Unidos e à Organização Nacional para mulheres e foi uma teoria criticada pelas demais pelo seu posicionamento reformista, onde a participação dos homens e mulheres eram abertas a todos sendo esta uma das tendências mais avançada vindo com o intuito de se opor ao feminismo radical. Ainda na teoria feminista liberal o homem é compreendido como parte da mulher.

Todas as teorias feministas passaram por críticas, porém não podemos deixar de mencionar as que tiveram relevância dentro do feminismo liberal, pois as críticas sofridas fizeram com que os movimentos feministas pautassem suas ações voltadas ao crescimento e superação, as mais relevantes centram-se na ideia de que este tipo de teoria e prática se preocupa apenas com a entrada de mulheres em domínio de sucesso; neste sentido é considerada elitista, porque ignora as mulheres que não são instruídas ou de classe média, e individualista, porque baseia-se na crença de que pode-se mudar o sistema aumentando o número de indivíduos no clube, em vez de atacar o sistema social (gerador de discriminação) como um todo, Nogueira (2001).

O feminismo cultural considera relevante a existência de um conjunto de trabalhos, de autoras feministas, cujas preocupações baseiam-se em sistemas de significado cultural, pois para elas os livros são romances para colocar seu posicionamento, porém a escrita é feita na linguagem masculina onde a mulher é invisível na literatura.

Para estas feministas, a diferença surge da criação de significado cultural, e da reprodução desse significado através de formas de linguagem e discurso.



Assumem diferenças de gênero, mas consideram que o que é importante é como essas diferenças sexuais se vivem, não as diferenças por si próprias. A essência do gênero está localizada nas relações de poder, já que a cultura masculina controla a feminina (NOGUEIRA, 2001, p. 151).

Sendo relevante destacar o que o autor aborda afirmando que as feministas culturais tendem a criar um *logos alternativo*, e não um *anti-logos* o que significa dizer que as concepções aparecem monolíticas e universais, e ainda a objetividade singular acaba ocorrendo posterior a uma visão particular da lógica que não são adequadas para acompanhar o leque de formas possíveis de conhecimento assim podemos dizer que o feminismo do fim do século passado e movimentos sociais de hoje é a denuncia e luta contra práticas sexistas como afirma (NOGUEIRA, 2001, 132).

É importante uma reflexão e importante destacar o que assinala Nogueira (2001) que desde os primórdios, os objetivos que fizeram surgir o feminismo como movimento social foram de certo modo distintos e tiveram interesses diferentes e porque não dizer divergentes, sendo assim o autor destaca:

Em função quer das classes sociais, quer dos países e das circunstâncias sócio-políticas e econômicas; enquanto as mulheres da classe trabalhadora pretendiam melhorar o nível econômico das suas vidas, depauperado pelas conseqüências da revolução industrial, as mulheres das classes altas visavam a igualdade no mundo do trabalho e a liberdade individual (NOGUEIRA, 2001, p. 134).

Após muitos embates e lutas o movimento feminista as mulheres alcançaram vitórias significativas em seu processo de desenvolvimento social, econômico e culturais sendo as conquistas no mercado de trabalho, na educação, nas políticas públicas as que mais se destacam, pois deram-se pelo empenho, organização e luta do movimento feminista, que representaram e representam uma forte liderança nos embates em busca dos direitos das mulheres no mundo.

Para além disto não se poderia iniciar essa discussão e relato sem adentrar na história desse movimento, que muito significa na história das conquistas das mulheres em todo o mundo. É através dos movimentos feministas que o feminismo passa a ser visto como um movimento social e que vem trazendo contribuições consideráveis na história sobre as modificações ocorridas na sociedade feminina no mundo (NOGUEIRA, 2001).

Vale destacar que as reivindicações sobre qualidade de vida social para as mulheres não é de hoje, mas desde o século XVIII, já se vinha trazendo esta temática para as discussões,



quando havia espaço. Sendo assim é relevante destacar que a forma, que a autora Mary Wollstonecraft já exigia em seus escritos a independência econômica para as mulheres como emancipação pessoal e de respeito pela igualdade. Neste mesmo século é possível vislumbrar as modificações que foram ocorrendo na vida em sociedade, tais como as relacionadas com as mulheres, com a família, na esfera social, política, econômica, sendo que todas estas, de uma maneira ou de outra, acabam interferindo no comportamento das pessoas em sociedade.

Podemos dizer que com a ampliação de estudos voltados para a mulher nas ciências sociais, sua participação na sociedade, na organização familiares nos movimentos sociais, na política e no trabalho ganha-se notoriedade e abri-se novos espaços especialmente após a incorporação dada gênero, que até a década de 1970 as pesquisas na área do trabalho voltava-se para e sobre o movimento operário e uma herança presente com relação a herança marxista, que a priori preocupava-se em identificar a opressão masculina e capitalista sobre as mulheres como afirma Izilda (2001) que é a partir de 1980 isto torna-se variados e já se analisam os aspectos diferenciados da questão e procura-se resgatar as múltiplas estratégias criadas e recriadas, pelas mulheres em seu cotidiano, objetivando reconstruir a estrutura ocupacional no meio urbano, que tem neste trabalho privilégio ao período colonial aos primeiros anos do século XIX, que a partir deste momento já se observava a mulher promovendo o próprio sustento e o da sua família.

Diante de tantas transformações, ao longo da história, pode-se identificar a existência de três ondas dos movimentos feministas, como destaca Nogueira (2001): a primeira, que se situa no meio do século XIX; a segunda, associada aos movimentos do pós-2ª Guerra Mundial; e a terceira, a atual, intitulada de *pós-feminismo*, caracterizada por fenômenos como o do *backlash*. Este movimento apresenta uma imensa relevância nas conquistas das mulheres, não apenas no que tange à questão do trabalho, mas também em seu espaço político, social, educacional e outros, pois a mudança na vida das mulheres e as lutas não aconteceram e nem acontecem da noite para o dia, e sim, através de muitas frentes de batalha, que estiveram e ainda estão presentes na busca por uma igualdade nas condições de vida, trabalho e relações sociais das mulheres.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes conquistas da humanidade no que se refere aos direitos sociais é marcado por um processo lento e contraditório que muitas vezes tem neste processo a participação maciça da sociedade civil quando estes vão a luta pelo reconhecimento e persistência em garantir direitos até então negados e/ou negligenciados pelo estado. Desta forma a reivindicação pelo direito à Moradia é uma luta antiga que ganha maior relevância a partir do processo de industrialização quando ocorre as ocupações urbanos de forma desordenada em todo o país em Manaus essa realidade é aprofundada nos marcos da Zona Franca de Manaus, especialmente a partir dos anos 1970, quando o Distrito Industrial de Manaus encontra-se em plena atividade. É interessante pontuar que a luta do MMMO luta não somente pela conquista da moradia como sendo não somente a construção de um espaço físico ocupado por famílias carentes, mas como espaço para a garantia de acesso a direitos básicos e com qualidade de vida que significa dizer também o reconhecimento do direito em sua integralidade, principalmente para as mulheres que por tantos anos não tiveram seu devido reconhecimento social, bem como pela democratização da gestão pública, sendo o acesso a políticas que garantam a sustentabilidade da população uma constante, intervindo nas as prioridades administrativas que venham priorizar de forma visível apenas questões emergenciais mas com qualidade e segurança não no dito popular um “arrumadinho”, que de improviso não tem nada e acaba perdurando por anos. É neste sentido que se observa que o Movimento social MMMO é observado a luta por moradia digna com todos os equipamentos urbanos que possam garantir este acesso com dignidade e segurança, propiciando as famílias a moradia digna.

492

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas**. In:

CASTRO, Edna (org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005\



MATOS, Maria Izilda. **Historia das mulheres e gênero: uso e perspectivas.** In: MELO, HILDETE pereira de, PISCITELLI, Sonia Weindner maluf e PUGA, Vera Lucia (org.). *Olhares A Dominação feministas.* Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **CENSO**, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta.** São Paulo: Annablume, 2008.

SARTI, Cintia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres-4.ed.**-São Paulo: Cortez, 2007.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: O avesso do progresso.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Questão Social na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2009.

SOUZA, Norma Maria Bentes de. **Condições de vida, trabalho e rendimento nas áreas rurais e urbanas do Estado do Amazonas.** In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2009

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social.** Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: EDUA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manaus de 1920 – 1967: A cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Valer Editora, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. **Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional.** In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na Floresta.* São Paulo: Annablume, 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.





## GRADUAÇÃO EM MEDICINA NO NORDESTE E NO SUL DO BRASIL: UM ENFOQUE INTERSECCIONAL SOBRE O PERFIL DOS/AS ESTUDANTES

MINELLA, Luzinete Simões  
*Professora do PPG Interdisciplinar  
em Ciências Humanas da UFSC  
simoesluzinete@gmail.com*

494

### RESUMO

O artigo sintetiza o perfil socioeconômico, geracional e étnico dos/as estudantes aprovados e classificados/as no vestibular para os cursos de graduação em Medicina das Universidades Federais da Bahia e de Santa Catarina entre 2005 e 2012. A abordagem privilegia as interseções entre gênero, gerações, classe e etnia, na intenção de contribuir para o debate sobre a absorção das mulheres e de estudantes não brancos, não jovens e de baixa renda, observando as interferências regionais nos perfis encontrados nas instituições. A metodologia se baseou no levantamento de dados secundários sobre sexo, renda familiar, idade, cor e origem dos/as estudantes inscritos/as no período, a partir do questionário socioeconômico aplicado pelas instituições como parte da inscrição no Concurso Vestibular. Os resultados obtidos até o momento mostram que em ambas há uma maioria do sexo masculino e confirmam a tendência à feminização da área; os/as estudantes tem prioritariamente entre 17 e 19 anos; a renda familiar se concentra principalmente na faixa entre cinco a dez salários mínimos. Quanto ao quesito cor, a maior parte se declarou parda na UFBA e branca na UFSC, tendo ocorrido algum incremento de indígenas.

**Palavras chave:** interseções; feminização; medicina; estudantes

### ABSTRACT

This article summarizes the socioeconomic, generational and ethnic profile of the students approved and classified in the *vestibular* (entrance exam for Brazilian universities) for undergraduate Medicine courses at Federal University of Bahia and Federal University of Santa Catarina from 2005 to 2012. The approach privileges the intersections between gender, generations, class and ethnics, aiming to contribute with the debate on the absorption of women, non-white, non-young and low-income students, observing the regional interferences in the profiles found in the institutions. The methodology is based on secondary data on sex, family income, age, color and origin of the students enrolled in the period, collected from the socioeconomic survey applied by the institutions as part of the enrollment procedure for the *Vestibular* Examination. The results obtained up to the moment show that both institutions have male majority, and confirm the tendency to the feminization of the area; the students are mostly between 17 and 19 years old; family income is concentrated mainly within five to ten minimum salaries. In relation to color, most of the respondents declared themselves *pardos* (mulatto) in UFBA and white in UFSC, with a little increase in the indigenous presence.

**Key words:** intersections; feminization; medicine; students





## Introdução

Ao longo das últimas décadas, inúmeras pesquisas voltadas para a análise das interferências de gênero no campo científico, tem produzido avanços consideráveis no sentido de questionar estereótipos e de estimular a elaboração e a implementação de políticas científicas capazes de favorecer a entrada e a permanência das mulheres nas carreiras científicas.

Este artigo visa contribuir para o debate através da síntese das linhas gerais do perfil sócio-econômico, geracional e étnico dos/as estudantes aprovados e classificados/as no vestibular para os cursos de graduação em Medicina no Nordeste e no Sul do país, entre 2005 e 2012. Os dados apresentados constituem parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, que contemplará alguns cursos da rede pública e privada nos Estados da Bahia e de Santa Catarina<sup>1</sup>. Entre outros aspectos, a análise reflete sobre as interseções entre gênero, gerações, classe e etnia e sobre a absorção das mulheres e de estudantes não brancos, não jovens e de baixa renda, observando as interferências regionais nos perfis encontrados nas instituições analisadas.

No caso do Nordeste, o artigo se refere apenas aos dados sobre a graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. No Sul do país, a pesquisa realizou-se junto a Universidade Federal de Santa Catarina. Em ambas as instituições, foram levantados os dados disponíveis ao longo de sete anos, entre 2005 e 2012. Em 2005 foi implantado o sistema de cotas na UFBA e em 2008 na UFSC, através do Programa de Ações Afirmativas (PAA). Embora os dados não incluam os períodos anteriores, de modo a possibilitar uma análise mais precisa sobre o impacto do sistema de cotas sobre os perfis dos estudantes, espera-se que possam contribuir para uma compreensão das suas potencialidades.

A escolha da medicina como campo de investigação levou em conta vários fatores: primeiro, o caráter estratégico dessa área para o avanço do conhecimento científico e tecnológico e o conseqüente prestígio que proporciona, sendo por isso mesmo, tradicionalmente, uma das carreiras mais concorridas nos exames de ingresso às universidades. No caso das instituições selecionadas, os índices atuais da relação candidato vaga constituem

<sup>1</sup> Trata-se do projeto de minha autoria em andamento intitulado “Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia”, iniciado em 2012, com previsão de conclusão em 2015, financiado pelo CNPq.



um claro indicador do interesse das novas gerações por esta carreira que continua liderando a demanda do vestibular<sup>2</sup>.

Segundo, o caráter social das atividades médicas e seu alto impacto no cotidiano da sociedade conforme mostram várias referências clássicas, por exemplo, Rosen (1994); Foucault (1979); Costa (1979) e Luz (1988). Terceiro, o visível incremento do número de mulheres nas últimas décadas e a carência de abordagens que possam acompanhar as especificidades dessa expansão. Finalmente, o fato de ter atuado durante muitos anos, na área de Ciências Sociais e Saúde, em particular nos âmbitos da saúde mental e da saúde reprodutiva, também interferiu nessa escolha.

A metodologia se baseou no levantamento de dados secundários sobre sexo, renda familiar, idade, cor e origem dos/as estudantes inscritos no período, a partir do questionário socioeconômico preenchido apenas por aqueles/as que foram classificados/as no Concurso Vestibular<sup>3</sup>. Nas próximas etapas da pesquisa, a mesma abordagem será adotada nos cursos de outras instituições. A seleção se fundamentou no mapeamento dos cursos, feito através de consulta aos sites das instituições de ensino superior e ainda, ao site das Escolas Médicas do Brasil<sup>4</sup> que disponibiliza uma relação atualizada com nomes e endereços, além de outras informações.

Na Bahia foram encontrados cinco cursos que funcionam nas seguintes instituições<sup>5</sup>: a) Faculdade de Medicina da Bahia (FMB/Universidade Federal da Bahia), criado em 1832; b) Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, nascido em 1952; c) Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, 2000; d) Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, 2003; e) Faculdade de Ciência e Tecnologia/FCT, fundado em 2004.

Como se vê, há grandes diferenças em relação ao período de sua criação, que varia entre 1832 e 2004. O curso selecionado é o mais antigo e se originou em 1808, durante a presença da família real portuguesa no Brasil, quando D. João VI formalizou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia. Esta Escola foi transformada em 1813, na Academia Médico-Cirúrgica e depois em Faculdade de Medicina da Bahia em 1832, sendo incorporada à Universidade Federal da Bahia em 1946<sup>6</sup>. Numa etapa posterior, a pesquisa contemplará também o curso oferecido pela Escola

<sup>2</sup> Na UFSC em 2012, para um total de 100 vagas, o número de inscritos correspondeu a 4.957, resultando numa relação candidato/vaga equivalente a 49,57. Manteve-se também a tradição de uma alta concorrência no Direito e na Engenharia Civil. No caso da UFBA, o vestibular de 2013 registrou 7.510 inscrições para 128 vagas, correspondendo a um c/v igual a 58,67. Entre os cursos mais concorridos estão Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Direito e Psicologia, alcançando, todos eles no entanto, um índice bem menor do que a Medicina.

<sup>3</sup> Em ambas as instituições, os dados foram obtidos através da COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular).

<sup>4</sup> Ver o site [www.escolasmedicas.com.br/](http://www.escolasmedicas.com.br/), consultado em 20 de julho de 2013.

<sup>5</sup> As datas de criação foram pesquisadas nos sites dos cursos e estão sendo checadas. Em alguns sites, além dessas datas, constam também as de implantação e/ou as de regulamentação dos cursos. Em todos, no entanto, podem ser encontradas a data de criação, razão pela qual esta foi tomada como referência no momento.

<sup>6</sup> [www.medicina.ufba.br/](http://www.medicina.ufba.br/)



Baiana de Medicina e Saúde Pública, criada mais de um século depois, uma instituição privada, mantida pela Fundação Baiana para Desenvolvimento das Ciências (FBDC).<sup>7</sup>

Em Santa Catarina, os cursos encontrados foram criados em período mais recente, entre 1960 e 2005, funcionando nas seguintes instituições: a) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1960; b) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus da Grande Florianópolis, Unidade Pedra Branca, 1998; c) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus Tubarão, 1998; d) Universidade de Joinville (UNIVILLE), 1998; e) Graduação em Medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus de São Miguel do Oeste, 2001; f) Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), 2005; g) FURB – Universidade de Blumenau, 1989; h) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 1998; i) Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), 2003; j) Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), 1998.

O mais antigo originou-se em 1960, na UFSC e o mais recente começou a funcionar em 2005 na UNOCHAPECÓ, extremo-oeste do Estado. Chama a atenção que quatro dentre os dez cursos tenham sido criados no mesmo ano – 1998 - e que sua distribuição atinja várias regiões do Estado. Apenas o curso da UFSC funciona na capital. Um deles (o da UNISUL) está localizado num município vizinho, que integra a mesma microrregião. Situação contrária se observa na Bahia, onde dos cinco cursos, três estão instalados na capital e apenas dois em municípios vizinhos. O mapeamento identificou, portanto, quinze cursos, sendo dez em Santa Catarina e cinco na Bahia. E quatorze instituições, cinco na Bahia e nove em Santa Catarina<sup>8</sup>. No caso de Santa Catarina, numa etapa posterior serão levantados os dados da Universidade de Joinville (UNIVILLE), criado em 1998.

Espera-se que os critérios de seleção facilitem uma compreensão das diferenças e semelhanças entre o perfil socioeconômico, geracional e étnico das mulheres em três âmbitos: a) nas instituições públicas e nas privadas; b) nas mais tradicionais e nas mais modernas; c) e, no caso de Santa Catarina, na capital e no interior do Estado.

No próximo item, serão sintetizadas as linhas gerais do enfoque teórico que orienta essa pesquisa. Posteriormente a análise dos resultados será elaborada mediante a comparação entre as regiões. Referências a estudos realizados recentemente também serão feitas, de modo a esclarecer as linhas de continuidade entre eles (MINELLA, 2012 e 2013).

<sup>7</sup> Além da Medicina, esta instituição oferece também os seguintes cursos de graduação: Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional (ver [www.bahiana.edu.br](http://www.bahiana.edu.br)).

<sup>8</sup> Esta pesquisa está sendo realizada em quatro etapas, ao longo de três anos, tendo-se iniciado em março de 2012, com previsão de conclusão em março de 2015. Nos dois Estados o levantamento ocorreu primeiro, nos cursos mais tradicionais, ou seja, os das universidades públicas federais, UFBA e UFSC. Serão contemplados posteriormente, cursos mais recentes, criados pela iniciativa privada a partir dos noventa, quando ocorreu uma expansão da oferta nos dois contextos analisados.



## **I - O enfoque: gênero e interseções no acesso à carreira**

A análise das informações com vistas à construção do perfil do/as estudantes, se fundamenta numa perspectiva de gênero que privilegia suas interseções com outros marcadores da diferença - classe, raça/etnia e gerações - de modo a refletir sobre o acesso das mulheres à carreira médica. A categoria interseccional idade é adotada conforme a definição de Kimberlé Creenshaw, ou seja, como “associação de sistemas múltiplos de subordinação” que “tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação”. Segundo a autora,

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Creenshaw, 2002: 177).

Também levo em conta a perspectiva de Avtar Brah, que ao caracterizar os distintos tipos de diferença, avaliando seus impactos sobre a subjetividade e a identidade, prefere utilizar a categoria “eixos de diferenciação” (2006). A abordagem interseccional será adotada de modo a interrogar em que medida a participação de homens e mulheres no campo considerado, reflete as interferências das sobreposições ressaltadas pelas autoras.

Parto de considerar que esse tipo de abordagem favorece o desenvolvimento de um olhar mais atento às especificidades da feminização das carreiras científicas, processo que tem sido contemplado em vários estudos que articulam Gênero e Ciências. A respeito da emergência desses estudos no país, Hildete Pereira de Melo e André Barbosa Oliveira afirmam que “desde os anos 1970, com a segunda onda feminista do século XX, esta temática também ressoou no Brasil, no início, com as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, espalhando-se, posteriormente, no meio acadêmico com a consolidação de vários núcleos de estudos de gênero. Particularmente o tema gênero e ciência ganhou relevância nos anos 1990, com destaque para estudos dos grupos da Unicamp, Fiocruz, NEIM/UFBA e tantas outras pesquisadoras individuais que analisam a ausência das mulheres da História da Ciência no Brasil” (2006).



Os artigos publicados pela Fundação Carlos Chagas nos anos setenta representaram um dos marcos iniciais no desenvolvimento do tema. Dois deles ilustram preocupações que seriam retomadas em vários outros estudos nas décadas seguintes: o de Barroso e Mello, sobre o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil (1975) e o de Bruschini a respeito da inserção das engenheiras, enfermeiras e professoras no mercado de trabalho (1978). Outros artigos sobre a baixa participação das mulheres no desenvolvimento científico nacional, publicados na revista *Ciência e Cultura* no mesmo ano, chamaram a atenção para as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres (Barroso e Mello, 1975b e Barroso, 1975).

A revisão da literatura no Brasil mostra que a maioria dos estudos em Gênero e Ciências tem sido influenciada por algumas obras de referência, produzidas no contexto anglo-saxão a partir dos anos oitenta, nas quais são sistematizadas várias críticas fundamentais das epistemologias feministas à ciência. Por exemplo, Haraway, 1994 e 1995; Harding, 1996; Schiebinger, 2001 e Fox Keller, 2006. Algumas dessas autoras tem se preocupado em sintetizar as grandes linhas temáticas desse campo de investigação. Sandra Harding, por exemplo, identificou cinco tendências principais entre os estudos produzidos no contexto anglo-saxão: a) aqueles que apontam as oposições históricas que as mulheres enfrentaram e enfrentam a fim de obter oportunidades educacionais, títulos acadêmicos e atuação semelhantes às dos homens; b) estudos que criticam a biologia, as ciências sociais e suas tecnologias, mostrando o modo como instrumentaram projetos sociais “sexistas, racistas, homófobos y classistas”; c) estudos que colocaram em dúvida a possibilidade de existência das ciências puras; d) aqueles que reúnem as contribuições da crítica literária, da interpretação histórica e da psicanálise para evidenciar os sentidos simbólicos ocultos nos enunciados e práticas científicas; e) finalmente, a autora aponta a existência dos estudos que tentam entender “cómo se fundamentan las creencias en las experiencias sociales y el tipo de experiência que serviria de fundamento a las creencias que honramos con la denominación de “saber” (1996: 20-23).

Londa Schiebinger, por sua vez, afirma que

“A questão do gênero na ciência é enfocada por estudiosos de muitas disciplinas a partir de perspectivas amplamente variáveis. Historiadores estudam as vidas de mulheres-cientistas no contexto de instituições que, por séculos, mantiveram as mulheres à distância; sociólogos enfocam o acesso das mulheres aos meios de produção científica; biólogos examinam como os cientistas estudaram as mulheres; críticos culturais exploram a compreensão normativa de feminilidade e masculinidade; filósofos e historiadores da ciência analisam a influência do gênero sobre o conteúdo e os métodos das ciências” (2001: 19-20).



Os estudos de Maria Margaret Lopes, uma das pioneiras do campo de Gênero e Ciências no Brasil, proporcionam uma visão geral dos debates. Lopes se refere, dentre outras, à importância das contribuições de Evelyn Fox Keller, assinalando que essa autora sintetizou as nuances históricas e políticas desse campo, referindo-se a três linhas de investigação que teriam prevalecido nos anos noventa: “mulheres na ciência, construções científicas de gênero e influência do gênero nas construções históricas da ciência<sup>9</sup>”. De acordo com Lopes, posteriormente, a partir das análises sobre a expansão do campo, Fox Keller observaria sua diversificação e suas novas mutações, paralelamente à persistência de um denominador comum: “sua ativa resistência ao desaparecimento do gênero (e, é claro das mulheres)”. (Lopes, 2006: 41).

Analisando as pesquisas apresentadas em três edições do Fazendo Gênero (2002, 2004 e 2006), centrando a atenção nas tecnologias, Carla Cabral encontrou “seis sessões de comunicações e duas mesas-redondas relacionando (especificamente) gênero, ciência e tecnologia. Foram apresentados 55 trabalhos, de autoria de 63 pesquisadores – 57 mulheres e seis homens” (2008). Segundo a autora, em 2002 prevaleceram os estudos que relacionavam educação, tecnologia e gênero; em 2004, gênero e tecnologia. Em 2006 a autora constatou uma ampliação e maior diversificação tanto da filiação institucional das pesquisadoras, quanto das temáticas abordadas.

Numa pesquisa anterior, visando a identificação das grandes linhas temáticas dos estudos feitos no Brasil a partir dos anos noventa, abordei a emergência e a consolidação do campo, focalizando os vários temas tratados nas pesquisas divulgadas em três veículos que alavancaram os debates na área: os *Cadernos Pagu*, publicação do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); os *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Paraná); e a *Revista Tecnologia e Sociedade* do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPr). Foram também referidos estudos publicados em outras fontes, incluindo a *Revista Estudos Feministas* (MINELLA, 2013).

Relacionei ainda um conjunto de treze livros e coletâneas que entraram em cena a partir de 2000, paralelamente à diversificação temática e institucional observada nos periódicos científicos citados anteriormente. A partir dessa variedade de pesquisas, tendo analisado setenta e oito estudos, esbocei uma classificação dos temas prioritários inspirada nas classificações

<sup>9</sup> Nesse fragmento, Lopes se refere às seguintes obras: FOX KELLER, Evelyn (1992 e 1995).





elaboradas por Harding, Schiebinger, Fox Keller e Cabral: a) participação das mulheres na academia e nas associações científicas, seu acesso ao ensino superior, à carreira e à produção científica; b) debates sobre epistemologias feministas e críticas às ciências incluindo análises sobre os impactos das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres; c) histórias e trajetórias de pioneiras e viajantes (MINELLA, 2013).

Apesar dos seus limites, essa classificação evidenciou que desse conjunto, um total, a metade, ou seja, trinta e nove se incluem na primeira grande linha ou tendência temática, dezoito na segunda e vinte e um na terceira. A prevalência da primeira talvez se explique em razão de vários fatores, por exemplo, o alto potencial explicativo dos temas abordados nesses estudos; a atração exercida pelo visível incremento do acesso e da permanência das mulheres no campo científico, inclusive em áreas antes prioritariamente masculinas e ainda, as relativas facilidades de acesso às informações sobre os contextos atuais disponíveis em várias bases de dados. É provável que tal prevalência se explique também em virtude da influência da formação empírica das pesquisadoras, bem como de outros fatores a serem pesquisados.

A largada nos anos noventa e a consolidação na entrada do milênio, por sua vez, talvez possam ser explicadas tanto em decorrência das influências do debate internacional, como de um avanço sem precedentes da incorporação dos achados científicos e das tecnologias à vida cotidiana a nível mundial. Entre 2000 e 2010, coincidindo com o ponto de vista de Cabral (2008), observei uma diversificação maior dos temas, de autoras, instituições e editoras envolvidas, embora as publicações, pelo menos aparentemente, tenham permanecido mais concentradas em alguns veículos.

Apesar dos avanços representados pelo conjunto dessas contribuições, do ponto de vista das interseções, concluí que a ênfase tem recaído mais sobre as assimetrias entre homens e mulheres; as pesquisas empíricas têm contemplado com certa frequência as interseções entre gênero e gerações, através da análise de dados agregados por faixa etária; em algumas pesquisas podem ser encontradas informações sobre o perfil sócio-econômico das mulheres analisadas. Mas, não foram encontradas, análises que coloquem as questões raciais e étnicas no centro do debate, constituindo-se essa lacuna num grande desafio epistemológico e político.

Dentro deste quadro mais geral, este estudo se situa, portanto, na primeira tendência, visando mais especificamente, focalizar os entrelaçamentos dos marcadores da diferença na produção do perfil dos/as estudantes, para refletir sobre o acesso das mulheres ao ensino superior, conforme pode ser visto no próximo item.





### **III– A feminização da área e as interseções: perfil socioeconômico dos/as estudantes de graduação no Nordeste e no Sul do Brasil (2005-2012)**

O exercício da profissão, os níveis de especialização da carreira, o associativismo e as oportunidades de trabalho na área da medicina tem sido alvo de inúmeras pesquisas dada a sua importância estratégica. No entanto, o levantamento bibliográfico feito até o momento mostra que ainda são poucas as que contemplam as especificidades ligadas às desigualdades de gênero. Entre elas, num estudo anterior (MINELLA, 2012) destaco as pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras - cuja entrada na área se deu entre os finais do século XIX e o início do século XX - realizados por Maria Lúcia Mott sobre Madame Durocher e Marie Renotte (1994, 1998, 2005); por Elisabeth Juliska Rago a respeito da médica baiana Francisca Prager Froés (2007); as investigações de Iole Vanin sobre as primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879 e 1949 (2008) e, finalmente, as análises de Monica Schpun sobre a carreira profissional e política da médica e deputada federal Carlota Pereira de Queiróz (1999 e 2010). Algumas contribuições desses estudos serão retomadas nesse item porque ajudam a compreender certas diferenças entre a situação das pioneiras e a fase atual.

502

Entendo que o ideal seria interpretar os dados desagregados por sexo. Assim, por exemplo, ao falar sobre renda familiar, ou cor/raça, seria possível contrastar o número de mulheres com o de homens para averiguar possíveis diferenciais de gênero. No entanto, não foram encontrados dados desse tipo. Por isso mesmo, serão analisadas as informações sobre estudantes em geral.

Do ponto de vista interseccional, os dados obtidos na UFBA evidenciam que os/as 1.259 classificados no curso entre 2005 e 2012, se caracterizam pela diversidade de pertencimento aos estratos sócio-econômicos, ao sexo, idade e cor. Para uma média de 160 vagas, a maioria foi do sexo masculino, ou seja, 58,9% contra 41,1% de mulheres<sup>10</sup>. A UFSC apresenta proporções semelhantes, para uma média de cem vagas por ano, prevaleceram também os homens (55,29%) contra um número significativo de mulheres (44,71%).

As conquistas mais significativas na direção da paridade levaram aproximadamente um século. Hahner afirma que Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da

<sup>10</sup> Vale ressaltar que a proporção de homens foi mais alta no curso de Medicina da UFBA do que aquela registrada como média em todas as áreas entre 2005 e 2008: homens, 50,6% e mulheres, 49,4 (UFBA, 2008).



Bahia em 1887, foi a primeira mulher a receber um diploma de medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira, sendo a única em sua turma. Rago analisa a trajetória da médica feminista baiana Francisca Prager Froés, que se destacou na carreira e que se formou em 1893, sendo a única mulher em meio a 24 homens.

O mesmo teria acontecido com Ermelinda Lopes de Vasconcelos, diplomada na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Monica Schpun ressalta que Carlota Pereira de Queiróz não foi apenas pioneira ao se formar em 1892, mas foi também a primeira mulher brasileira eleita deputada federal, tendo participado da Assembléia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. Todas elas atuaram nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pediatria, tal como a maioria daquelas que entraram na academia nas décadas subsequentes, configurando um nicho profissional.

Os dados disponíveis no estudo de Tavares-Neto et alii dão conta de que entre 1812 - quando a primeira turma da Faculdade de Medicina da Bahia concluiu seus estudos - e 1912, ou seja, no espaço de um século, 2.691 homens se diplomaram contra apenas sete mulheres (0,26%). Aproximadamente um século depois, ou seja, entre 1913 e 2008, embora a presença delas tenha se tornado numericamente significativa a partir da década de 50, tem-se um total de 7.518 homens titulados, contra 2.731 mulheres (73,45 contra 26,6%). Considerando o total de diplomados/as ao longo de dois séculos, tem-se portanto, 10.209 homens e 2.738 mulheres (12.947 no total geral, sendo 78,8 homens contra 21,2% de mulheres). Os números são importantes para ressaltar a forte assimetria de gênero que se instalou no período. Mesmo com o significativo aumento da participação feminina a partir dos anos cinquenta, a situação se encontra muito longe do equilíbrio entre os sexos do ponto de vista numérico.

Iole Vanin ressalta que na Bahia, o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de farmácia e odontologia e menos em medicina, pois entre 1879 e 1949, quando esses três cursos eram ofertados pela Faculdade de Medicina, formaram-se 168 mulheres em farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. A autora assinala que havia mais mulheres naquelas áreas menos prestigiadas ligadas ao atendimento às próprias mulheres e às crianças (2010<sup>a</sup>).

Maria Lúcia Mott et alii analisam o perfil de médicos e médicas que se diplomaram em São Paulo entre 1892 e 1932, mediante consulta aos dados disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública de São Paulo. As autoras concluem que o número de médicas registrado no período equivalia a apenas 1,0% (2008).



Essa proporção se manteve durante décadas no país. Maria Helena Machado sinaliza que o processo de feminização da carreira teria se iniciado depois da metade do século XX, mostrando que se em 1940 o contingente feminino equivalia a apenas 1,0% no país, nos anos 90 a proporção tinha atingido 35,0%, sendo que no segmento com menos de 30 anos, as mulheres representavam 50,0% (1997).

Analisando a situação das mulheres “em carreiras de prestígio”, ou seja, nas áreas da medicina, arquitetura, direito e engenharia, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi confirmam a tendência da feminização nos anos 90, ponderando vários aspectos relativos às especificidades desse processo. Sistematizando os dados da RAIS (Relações Anuais de Informações Sociais do Ministério do Trabalho) relativos a 1990, 1993 e 1996, as autoras encontram uma proporção de mulheres bem próxima da pesquisa de Machado: 38,0%. Fanny Tabak lembra que na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1977, apenas 35% do contingente do curso de medicina eram mulheres, enquanto em 1990 a proporção chegava a 62,0%, quase o dobro. Os dados levantados pela autora nesta instituição mostraram que uma situação semelhante ocorreu na engenharia, outra área tradicionalmente ocupada pelos homens (Tabak, 2002).

Com relação à idade, se destacou no período considerado, na UFBA a faixa entre 17 e 19 anos onde se concentram 60,7%. Entre 20 e 25 anos, o percentual é significativo, atingindo 31,76%. A partir dos 25 anos poucos foram os que ingressaram, registrando-se apenas 6,04% entre 25 e 47 anos e mais. Do ponto de vista geracional, tem-se um perfil jovem também entre 2005 e 2008 em todos os cursos da área das Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, quando os/as inscritos/as atingiram 77,0% a 85,0%, configurando os maiores percentuais entre todas as áreas (UFBA, p. 20). Os dados da UFSC mostram proporções semelhantes: a maior parte se concentra na faixa entre 19 a 24, correspondendo a 77,86%; até 18 anos, foram 13,11%, observando-se um significativo declínio a partir dos 25 anos. Entre esse limite os 29, tem-se apenas 6,61; entre 30 a 34, 1,65 e acima dos 35 apenas 0,77.

A diplomação em torno dos 20 e poucos anos se mantém na área, e foi frequente também entre as pioneiras. Rago, por exemplo, mostra que Francisca Prager Froes se formou em 1893 aos 21 anos (2007). Hahner esclarece que Rita Lobato se formou aos 21 anos e Ermelinda Lopes Vasconcelos aos 22 (2003). Em outros estudos também são encontradas referências à juventude das formandas no início do século XX (VIEIRA, 2006).

Quanto à origem escolar, na UFBA prevaleceu no período a escola privada (54,5% contra 45,5% da escola pública). Na UFSC, 30,0% dos classificados estudou em escolas



públicas, contra 70,5% em escolas privadas. Os dados do PAA evidenciam que antes da implantação do sistema de cotas, entre 2004 e 2007, o percentual médio de classificados/as oriundos/as de escolas públicas equivalia a apenas 18,1%. Entre 2008 e 2012, o percentual médio passou para 32,1%. Além de outras peculiaridades sócio-culturais e econômicas regionais, as diferenças certamente se explicam também devido à implantação do PAA na UFBA ter antecedido em três anos a da UFSC.

Quanto à renda familiar, predominou tanto na UFBA quanto na UFSC, a faixa entre cinco a dez salários mínimos (25,4% e 31,8%, respectivamente). No caso da UFBA, esta faixa pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, pois entre 2005 e 2008, os dados gerais mostram que 45,2% dos classificados/as situavam-se no intervalo inferior a cinco salários mínimos. Em seguida, encontram-se os intervalos correspondentes a três a cinco, sendo 18,4% na UFBA e 14,8% na UFSC. Uma concentração maior nas faixas mais altas, foi encontrada na UFSC, por exemplo, 24,3% dos estudantes declararam uma renda familiar entre 10 a 20 salários mínimos, contra 18,1%. Apesar da alta concorrência - que chegou a 39 candidatos por vaga em 2011 e 49 em 2012 na UFBA- observa-se que nessa instituição, 2,05 e 10,9% dos/as estudantes provêm de famílias cuja renda corresponde a um salário e entre um e três salários mínimos, respectivamente. Na UFSC, as proporções dessas faixas foram menores, correspondendo a 0,55 e 7,60. No entanto, segundo as informações sobre a implantação do PAA nessa instituição, se antes de 2008, 40% dos/as classificados/as declararam serem provenientes de famílias com renda entre 10 a 20 e de sete a 10 salários mínimos, de acordo com os dados de 2012, após 2008, as faixas de um a três e de três a cinco salários mínimos passaram a ocupar 47% das vagas<sup>11</sup>.

Observa-se portanto, um perfil diversificado tanto na UFBA quanto na UFSC tendo o sistema de cotas contribuído significativamente para esse resultado também em termos mais gerais. No caso da UFBA além da Medicina, em outras carreiras entre as mais concorridas (Psicologia, Direito, Comunicação com habilitação em Jornalismo e Enfermagem), os percentuais das famílias com renda mensal entre 1 a 5 salários mínimos também foram altos (UFBA, 2008, p. 29).

Embora estes dados não estejam desagregados por sexo, assinala-se as diferenças em relação ao perfil das pioneiras, que ingressaram na área entre os finais do século XIX e as

<sup>11</sup> Certamente essa diversificação maior do perfil socioeconômico (e também étnico) tenderá a se ampliar tendo em vista as políticas de inclusão. No vestibular de 2013 por exemplo, a UFSC aumentou de 30, para 35,0% o ingresso através do PAA, sendo 25,0% das vagas reservadas para egressos das escolas públicas e 10,0% para candidatos/as negros/as.



primeiras décadas do século XX. Conforme a literatura citada, em geral elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também era comum, que entre esses segmentos, se encontrassem os filhos e filhas de migrantes europeus. Situação que provavelmente se prolongou até poucas décadas atrás.

Quanto ao quesito cor, pode-se observar claramente as interferências dos perfis étnicos regionais haja vista que na UFBA a maior parte se declarou parda (53,4%); em seguida, prevaleceu a cor branca (24,1%) e a preta (8,49). Pardos e pretos predominam, portanto, atingindo 61,8%. Indígenas e amarelos representam os menores contingentes com 2,0 e 1,1% respectivamente. Não obstante a pequena proporção destes últimos, a diversidade se explica tanto em razão do amplo contingente de afrodescendentes no Estado da Bahia, estimado em cerca de 73,0% em 2009 pela PNAD/IBGE, quanto pela implantação do sistema de cotas, e pela criação em 2007, do Programa Permanecer, que visa a consolidação das políticas de ações afirmativas (UFBA, 2008, p. 4)<sup>12</sup>.

Segundo os dados da UFBA, “os cursos nos quais o ingresso dos candidatos de cor preta – e mesmo dos pardos – era bem inferior em relação aos brancos em períodos anteriores, notadamente aqueles que conferem um maior status social e econômico, apresentam mudanças consideráveis. Cursos como Medicina, Direito e Odontologia, a representação de pretos e pardos foi visivelmente maior (Medicina 72,5%; Direito 69,7% e Odontologia 72,6%)” (UFBA, 2008, p. 20).

Enquanto isso na UFSC, instituição cujos estudantes são originários principalmente do próprio Estado de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, predominaram claramente os brancos (82,9%), os pardos representaram 9,6% e os pretos apenas 3,7%. Esta predominância era, de certa forma, esperada haja vista que trata-se de regiões nas quais significativos contingentes de imigrantes de origem italiana e alemã se estabeleceram nos meios rurais e urbanos, e onde a proporção de negros é bem menor do que no Nordeste. A articulação do perfil étnico com a condição de classe é evidente, dado que na UFSC, as faixas de rendimento foram mais altas do que na UFBA. De qualquer forma, os avanços na primeira foram também consideráveis.

De acordo com o Relatório de Avaliação do PAA da UFSC, elaborado pela Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação, “o percentual de pretos aumentou

<sup>12</sup> Em 2005, quinze universidades públicas (federais e estaduais) tinham adotado políticas de ação afirmativa. Entre elas, as pioneiras dessas ações: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade do Estado da Bahia e a Universidade de Brasília.



significativamente a partir de 2008. De 2004 a 2007, eles eram 1,0% dos ingressantes, e passaram a ser 4,6%. Os pardos aumentaram de 7,5% (de 2004-2007) para 8,7% (2008-2012). Os negros passaram de 8,5% de 8,5% para 13,3% de antes para depois do PAA”. A Comissão conclui que houve um aumento de 56% no percentual de negros de PAA, configurando um aumento considerável (2012, p. 11). A Comissão tem constatado também que estudantes negros são os que apresentam a menor taxa de evasão, contrariando as expectativas dos opositores às políticas de cotas.

As vagas por cotas têm sido preenchidas na Medicina da UFBA, com base nas normas sobre reservas de vagas da Resolução 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004<sup>13</sup>. No caso da UFSC, as reservas são definidas atualmente pela Resolução n. 26, aprovada pelo Conselho Universitário em outubro de 2012. Este documento ajusta as normas anteriormente vigentes à Lei 12.711 e outras deliberações do governo federal<sup>14</sup>.

### **Considerações finais: sinalizando os desafios**

Os resultados obtidos até o momento mostram que em ambas as instituições há uma maioria do sexo masculino, e simultaneamente, confirmam a tendência à feminização da área; os/as estudantes tem prioritariamente entre 17 e 19 anos; a renda familiar pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, concentrando-se principalmente na faixa entre cinco a dez salários mínimos. Quanto a cor, a maior parte se declarou parda na UFBA e branca na UFSC. Em termos gerais, a proporção de autodeclarados pretos, revela uma tendência ascendente; a dos descendentes dos índios mostra também um incremento, embora estes continuem representando uma minoria.

<sup>13</sup> A Resolução 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004, no artigo terceiro, estabelece que “43% (quarenta e três por cento) das vagas de cada curso serão preenchidas na seguinte ordem de prioridade: a) estudantes que tenham cursado todo o ensino médio e pelo menos uma série entre a quinta e a oitava do ensino fundamental na escola pública, sendo que, desses, pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) de estudantes que se declarem pretos ou pardos; b) no caso de não preenchimento dos 43% (quarenta e três por cento) de vagas reservadas em conformidade com os critérios estabelecidos na alínea antecedente, as vagas remanescentes desse percentual serão preenchidas por estudantes provenientes das escolas particulares que se declarem pretos ou pardos; c) havendo, ainda, vagas remanescentes daquele percentual, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos”. O texto completo desta Resolução consta no Manual do Candidato ao Vestibular da UFBA, 2013 e no site [www.vestibular.ufba.br](http://www.vestibular.ufba.br)

<sup>14</sup> Entre outras deliberações, no capítulo III, esta Resolução estabelece o seguinte: “I – 20% das vagas, por curso e turno, para atendimento das determinações da Lei 12.711/2012, do Decreto Presidencial no. 7.824/2012 e da Portaria Normativa no. 18/2012; II – 10% (dez por cento) para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado. §1.º Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular. §2.º Os candidatos que optarem pelo “Programa de Ações Afirmativas” também concorrerão pela classificação geral. §3.º no mínimo 50% das vagas de que trata o Inciso I desta Resolução serão ocupados por estudantes oriundos de famílias com renda per capita bruta de até 1,5 salário-mínimo. §4.º proporção das vagas de que trata o Inciso I desta Resolução, no mínimo igual à da soma dos percentuais de pretos, pardos e indígenas na população de Santa Catarina, constantes no último censo do IBGE, serão reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. §5.º a proporção a que se refere o parágrafo anterior, resultante da soma dos percentuais de pretos, pardos e indígenas totaliza 16%, conforme censo





Este perfil étnico, juntamente com a diversidade das faixas de renda das famílias de origem evidenciam que os/as estudantes dos cursos analisados, estão longe, portanto, de representar um bloco monolítico. Também apontam para a democratização das universidades públicas federais. Embora os homens continuem sendo maioria, os dados sinalizam avanços no sentido da equidade de gênero que sem dúvida, tem ocorrido não apenas na área da Medicina, mas no campo científico de modo geral. No entanto, há limites que precisam ser superados. Por exemplo, do ponto de vista geracional, a absorção tanto de homens quanto de mulheres não jovens, ou seja, com trinta anos e mais, é mínima. Os patamares de renda mostraram-se mais altos na UFSC e mais baixos na UFBA, revelando que no sul o pertencimento aos estratos socioeconômicos mais elevados, é mais pronunciado. Embora no total, a maioria tenha se declarado parda, contribuiu para esse resultado a forte presença desse pertencimento na UFBA. Na UFSC os percentuais de pretos e pardos é menor, mesmo com a implantação do regime de cotas.

Pesquisa recente de Melo sobre os dados do CNPq mostra que em 2008, 49,0% entre bolsistas, eram mulheres, tendo ocorrido um aumento de dez pontos percentuais em uma década. No entanto, apesar desse crescimento, nesse mesmo ano, apenas 27,0% delas eram líderes de grupos de pesquisa (Melo, 2010).

Além dessa desigualdade na linha de frente da ciência, outras mais gritantes, ligadas às questões étnicas, também precisam ser contempladas pelas pesquisas e superadas pela sociedade. Finalizando esse artigo, refiro apenas algumas delas: dados divulgados pelo IBGE, apontam que em 2009, no país, apenas 5,0% dos negros tinham atingido o nível superior de ensino contra 15,0% dos brancos (2010). No mesmo ano, 63% dos brancos se encontravam no ensino superior, enquanto o percentual de negros na mesma situação não passava de 31%. O estudo de Carvalho (2005) estimou em cerca de 1,0% ou menos o número de professores negros em universidades públicas também no início da primeira década do milênio.

A próxima etapa desta pesquisa interroga, em que medida haveria diferenças entre moças e rapazes quanto à renda familiar, idade e cor, focalizando as percepções dos/as cotistas sobre suas trajetórias. Vários estudos serão cruciais nessa etapa futura. Por exemplo, o de João Bosco Hora Góis sobre mulheres negras que acessaram o ensino superior no início do milênio, na Universidade Federal Fluminense (2008); a pesquisa de Wivian Weller e Marly Silveira sobre cotistas e o enfrentamento dos preconceitos na Universidade de Brasília (2008); a análise

de 2010 do IBGE. § 6.º para concorrer nas modalidades de cotas a que se refere o Inciso I exige-se que o estudante tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.





de Antônio Sérgio Guimarães sobre o acesso de estudantes negros às universidades públicas (2003).

A etapa futura buscará avaliar também as interferências de gênero na escolha das especialidades médicas, indagando em que medida tem se mantido uma presença mais marcante das mulheres nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria. E, nos escalões mais baixos da carreira, configurando as segregações hierárquicas e territoriais identificadas por Bruschini e Lombardi (1999) e por Vanin (2008).

Entendo que a análise do perfil atual dos/as estudantes do curso analisado colabora sem dúvida para compreender certas peculiaridades do acesso ao ensino superior em termos interseccionais. No entanto, entendo também que este constitui apenas um aspecto a ser explorado em meio a outros tantos possíveis e que podem contribuir para identificar com maior clareza, os desafios que graduandas e graduadas, em particular, precisarão vencer no futuro.

509

## Referências

- BARROSO, Carmen Lúcia e MELLO, Guiomar N. de. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. In: *Ciência e Cultura*, vol. 27, n. 6. Campinas: SBPC, 1975b, pp. 613-620.
- \_\_\_\_\_. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. In: *Cadernos de Pesquisa* n. 15. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, dezembro de 1975<sup>a</sup>, pp. 47-77.
- BARROSO, Carmen Lúcia. Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas? In: *Ciência e Cultura* vol. 27, n.7. Campinas: SBPC, 1975, pp. 703-710.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*, n. 26. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, Unicamp, 2006, pp.329-365.
- BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, n.1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 1999, pp. 9-24.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professores. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 27. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1978, pp. 5-17.
- CABRAL, Carla Giovana. Mapeando e Refletindo a Construção do campo disciplinar “Estudos Feministas da ciência e da tecnologia” no Brasil nos percursos do Fazendo Gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25 a 28 de agosto de 2008, Florianópolis. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: UFSC, 2008.
- CARVALHO, José Jorge. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.
- CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2002, pp. 171-188.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Avaliação do Período 2008-2012 e Proposta de Revisão. 2012. Disponível em [acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc-relatorio-cotas-2008-2012.pdf](http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc-relatorio-cotas-2008-2012.pdf).



- FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, julho-dezembro, 2006, p. 13-34.
- \_\_\_\_\_. *Secrets of Life, Secrets of Death: essays on language, gender and science*. New York/London: Routledge, 1992.
- \_\_\_\_\_. The Origin, History, and Politics of the Subject Called "Gender and Science". In: JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald E.; PETERSEN, James C. and PINCH, Trevor (eds.) *Handbook of Science and Technology Studies*. Thousand Oaks: Sage Publishing, 1995, pp.80-94.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. Michel Foucault*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Acesso de negros às universidades públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 118. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, março 2003, pp. 247-268.
- MELO, Hildete Pereira de & CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 11. Rio de Janeiro: UERJ/Fiocruz, 2004, pp. 117-134.
- MELO, Hildete Pereira de e RODRIGUES, Lígia Maria. *Pioneiras das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: SBPC, 2006, 47 p.
- MELO, Hildete Pereira de. Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq – 2001/2008. In: *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009/2010*. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- MINELLA, Luzinete Simões. Estudos sobre mulheres no campo da medicina: perfis e trajetórias nas interseções. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. 03 a 06 de setembro de 2012, Niterói. *Anais do I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. ANINTER: Niterói, 2012.
- \_\_\_\_\_. Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia. Projeto de Pesquisa. Florianópolis, PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2012.
- \_\_\_\_\_. Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? In: *Cadernos Pagu*, n. 40. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2013, p. 95-140.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. In: *Cadernos Pagu*, n. 24. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2005, p.41-67.
- \_\_\_\_\_. Madame Durocher: modista e parteira. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1º semestre de 1994, pp. 101-116.
- \_\_\_\_\_. *Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998. 331 p.
- \_\_\_\_\_; MUNIZ, M. A.; ALVES, Olga Sofia Fabergé; MAESTRINI, KARLA; Santos, Taís. Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva 2008, p. 853-868.
- RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001. 382 p.
- SCHPUN, Monica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 239-250.
- \_\_\_\_\_. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. In: *Cadernos Pagu*, n. 12. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 1999, pp. 331-377.
- TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002<sup>a</sup>. 262 p.



TAVARES-NETO, José. *Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia*. José Tavares-Neto com a colaboração de Vilma L. N. de Oliveira. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.

WELLER, Wivian e SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras na Universidade de Brasília. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 16, n.3. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2008, pp.931-948.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2001-2004. Salvador: UFBA, setembro 2005. Disponível em [www.ufba.br/](http://www.ufba.br/)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2005-2008. Salvador: UFBA, junho 2008. Disponível em [www.ufba.br/](http://www.ufba.br/)

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.

VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. *Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX*. Dissertação de Mestrado, PPG em Educação, Universidade São Francisco, 2006.



## **NÚMERO, GÊNERO E CORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO FEMININO PAULISTA: UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS JOVENS AUTORAS DE ATO INFRACIONAL EM SP**

CONCEIÇÃO, Cristiane Batista  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Humanas e Sociais da UFABC  
batista.cristiane@live.com*

512

DIAS, Camila C. Nunes  
*Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Humanas e Sociais da UFABC  
camila.dias00@gmail.com*

### **RESUMO**

As adolescentes do sexo feminino representam cerca de 4% dos 8831<sup>1</sup> jovens atendidos pela Fundação CASA, instituição responsável por aplicar as medidas socioeducativas em São Paulo. Das 148 unidades socioeducativas no estado, 136 acolhem meninos, 6 prestam atendimento misto e somente 6 são exclusivas para meninas. Além de abranger uma minoria no sistema socioeducativo, elas também pertencem a grupos vulneráveis pelo fato serem jovens, do sexo feminino e de famílias de baixa renda. A questão racial também é constante nesse contexto, visto que as adolescentes negras/pardas representam mais de 60% das jovens que entram no sistema socioeducativo paulista, de acordo com dados da Diretoria Técnica da Fundação CASA referentes ao ano de 2012. Diante do exposto, o presente texto traça um panorama sobre o delito no universo adolescente feminino em São Paulo, bem como procura demonstrar como a punição judicial dessa parcela da população abrange, sobretudo, jovens pertencentes a grupos vulneráveis e minoritários.

**Palavras-chave:** sistema socioeducativo feminino, Fundação CASA, minorias.

### **ABSTRACT**

The female adolescents represent about 4% of 8831 youth serving sentences at Fundação CASA, institution responsible for implementing the socioeducational actions in São Paulo. Of the 148 socioeducational institutions, 136 are for boys, 6 provide mixed service and only 6 are exclusive for girls. Besides covering a minority in the socioeducational system, they also belong to vulnerable groups because they are young, female and, most of them, from low-income families. The race issue is also constant in this context, since the black/brown teenage girls represent over 60% of young female in the Paulista socioeducative system, according to data provided from Diretoria Técnica of Fundação CASA, for the year of 2012. Given the above, this text provides an overview on the offense in the female adolescent universe in São Paulo, and aims to show how the judicial punishment for that portion of the population is comprised, mainly, by young people from vulnerable and minority groups.

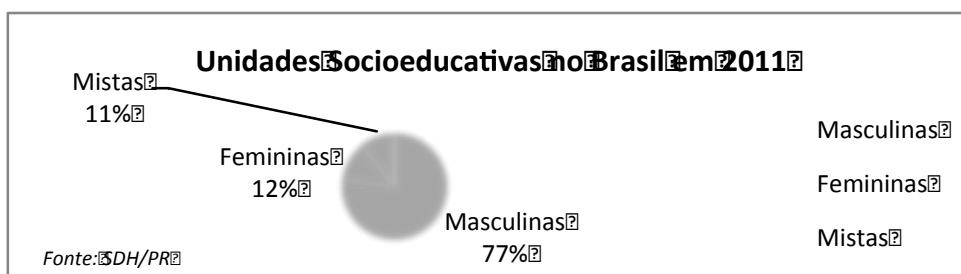
**Keywords:** female socioeducative system, Fundação CASA, minorities.

<sup>1</sup> Informações divulgadas no Boletim Estatístico produzido em 03 de janeiro de 2014 pelo Núcleo de Produção de Informações Estratégicas – NUPRIE, da Diretoria Técnica da Fundação CASA. Vale lembrar que o relatório ilustra a posição das vagas ocupadas nesta data.

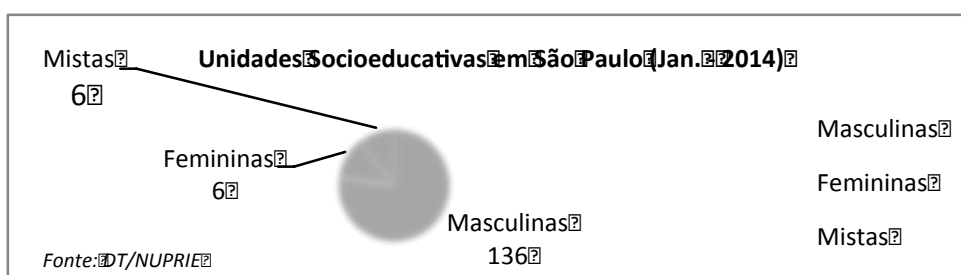


## INTRODUÇÃO

As adolescentes do sexo feminino submetidas a algum tipo de medida socioeducativa são minoria no universo brasileiro de jovens em conflito com a lei. De acordo com o levantamento nacional *Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*, realizado em 2011 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, das 448 unidades socioeducativas do país, 346 são exclusivas para adolescentes do sexo masculino, 48 são mistas e somente 54 são direcionadas às adolescentes do sexo feminino. Observe a distribuição das unidades no país:



Mesmo com variação diária na entrada de meninas e meninos no contexto socioeducativo, a representação do número de meninas que cumprem essas medidas não ultrapassa 5% do total de adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo brasileiro. Na conjuntura paulista, a realidade não é diferente. Em São Paulo, 8831<sup>2</sup> internos estão distribuídos nas 148<sup>3</sup> unidades da Fundação CASA, instituição responsável pelo atendimento socioeducativo no estado. Destas, 136 são destinadas ao atendimento exclusivo de adolescentes do sexo masculino, 6 para atendimento misto e somente 6 para atendimento de meninas. Veja:



Das vagas ocupadas, 8482 são do sexo masculino e 349 do sexo feminino, ou seja, somente 3,9% são meninas. O dado, fornecido pelo Núcleo de Produção de Informações Estratégicas – NUPRIE, da Fundação CASA, é referente ao último levantamento realizado em

<sup>2</sup> Informações divulgadas no Boletim Estatístico produzido em 03 de janeiro de 2014 pelo NUPRIE, da Diretoria Técnica da Fundação CASA.

<sup>3</sup> Dados atualizados pelo NUPRIE em 9 de janeiro de 2014.





3 de janeiro de 2014. Em comparação ao relatório atualizado em 4 de novembro de 2010 pelo Núcleo, a representação de meninas adolescentes tem diminuído paulatinamente no sistema socioeducativo, o que reforça ainda mais a característica minoritária desse grupo. Na época, das 7464 vagas ocupadas, somente 361 eram preenchidas por meninas, o que significava uma entrada de 4,8% de jovens do sexo feminino. Assim, os números acima descritos confirmam o primeiro aspecto que torna essas meninas uma minoria, o gênero.

Devido à pouca representatividade, tanto no sistema socioeducativo como no penitenciário, o crime cometido por meninas/mulheres foi pouco explorado por pesquisadores em comparação aos temas relacionados à criminalidade masculina. Mesmo assim, é importante frisar alguns aspectos que guiaram as pesquisas sobre o tema. Historicamente, a mulher sempre foi vista de forma pouco ameaçadora e sua criminalidade estava, sobretudo, vinculada à sua fragilidade. Por outro lado, o homem sempre foi delineado como representante da força e da virilidade. Desde a pré-história, eram os homens os responsáveis pela caça, pesca e por todas as outras atividades cotidianas consideradas mais “pesadas”. Nesse contexto, Perruci (1983) defende que para se compreender a realidade da mulher criminosa, é importante analisar a “criminalidade feminina” sob uma perspectiva particular, que não pode ser observada apenas sob a égide do que se construiu em torno da criminalidade masculina (p.17).

Em seus estudos sobre o comportamento criminoso feminino na década de 60, Feldman (1979) conclui que a delinquência praticada por meninas/mulheres é um fenômeno extremamente anormal, que afeta apenas uma pequena subclasse da população que vive em circunstâncias de extrema privação. O autor defende que grande parte dos crimes cometidos por essa parcela da população relacionam-se aos problemas psicológicos. Ressalta, ainda, que as meninas são enviadas a instituições no lugar de receberem sentenças não-institucionais porque procedem de lares desfeitos ou são psicologicamente transtornadas. Assim como Feldman, diferentes autores procuraram elucidar as diferenças observadas entre os gêneros no que diz respeito ao comportamento criminoso.

Ainda sobre criminalidade feminina, Feldman (1979) também recorreu aos estudos socioculturais para entender em que nível esse comportamento se relaciona aos contextos culturais e institucionais em que essas meninas/mulheres estão inseridas, não sendo aceitável para ele embasar as reflexões sobre o tema com apoio em paradigmas, desconsiderando-se o contexto social no qual se instalam as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais dentro de determinada cultura. Nesse sentido, diversas análises acerca do aspecto sociocultural do tema assinalam que o comportamento criminoso não pode ser subjetivado individualmente, o que



está em harmonia com as conclusões dos estudos culturais realizados por Geertz (1978), que defende que "a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento" (p.21).

Já estudo mais recente a respeito do tema, como o de Heidensohn e Silvestri (1998), conclui que o feminismo tem elevado fator de reconhecimento nesse contexto, aliado às questões da agenda de gênero como, por exemplo, a violência doméstica e o abuso sexual - problemáticas intimamente ligadas à vulnerabilidade de sexo. Ainda segundo pesquisa realizada por Tyler, Hoyt e Whitbeck (2000), alguns fatores podem ainda revitimizar as infratoras do sexo feminino, como depressão, ideias suicidas, baixa autoestima, comportamento sexual inadequado e exploração sexual. No âmbito do Brasil, Zaluar (1994) estudou o comportamento da mulher no crime em um bairro popular do Rio de Janeiro. O autor demonstrou que elas representavam menos de 25% do total de criminosos envolvidos em quadrilhas que praticavam o tráfico de drogas. Já Assis e Constantino (2001) apresentam estudo consistente sobre o envolvimento das adolescentes no universo infracional ao analisar as razões que facilitam a entrada dessas jovens nesse contexto. Segundo as autoras, o processo de vitimização a que elas são expostas, a exemplo do abuso sexual e maus tratos, é bastante significativo nesse processo.

O fato de garotas/mulheres cometerem tipos diferentes de crimes que meninos/homens e receberem tratamentos distintos, por crimes similares, é observado por Chesney-Lind e Paramore (2003). De acordo com os pesquisadores, no Brasil, adolescentes do sexo feminino recebem tratamento diferenciado nas Varas da Infância e da Juventude, considerando-se que muitas delas, por exemplo, estão grávidas ou já são mães. Estudiosos também têm apontado que há diferenças no comportamento de meninas e meninos que cometem ato infracional. Quando envolvidas no tráfico de drogas, as jovens geralmente são influenciadas por fatores distintos como a pressão dos seus companheiros, por exemplo, uma vez que estes ocupam posições de comando e ocupação dentro do tráfico.

Campbell (1995) frisa ainda que a criminologia tradicional interpreta o crime como um fenômeno masculino, o que resulta frequentemente numa negligência para a experiência feminina. No que diz respeito ao gênero e crime, a autora apresenta que diversos fatores culturais afetam a representação da violência, como o patriarcalismo e diferenças sexuais. Por fim, Chesney-Lind (1999) compreende que a discussão acerca do delito e justiça juvenil geralmente ignora mulheres jovens e seus problemas. Para a autora, a justiça juvenil concentra seu foco na violência dos jovens do sexo masculino, o que influencia o sistema a ignorar as





situações e características únicas do sexo feminino como, por exemplo, a maternidade durante o processo socioeducativo, deficiências na estrutura familiar, preconceito e outras diversas necessidades inerentes ao sexo feminino.

No Brasil, não se precisa muito para entender a veracidade do que foi afirmado pela autora, sobretudo no que diz respeito às políticas de ressocialização aplicadas no sistema socioeducativo feminino, muitas vezes com foco quase exclusivo nos infratores do sexo masculino. O texto do recém implantado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Lei nº 12.594), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas pelo adolescente que pratica ato infracional, demonstra claramente a periferização do sexo feminino no atendimento. Um dos únicos trechos do documento que chama a atenção para esse aspecto é o seguinte:

516

“As medidas socioeducativas devem atender aos seguintes princípios:

- a) Legalidade - o adolescente não pode receber tratamento mais duro do que o imposto ao adulto;
- b) Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- c) Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- d) Proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- e) Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 do ECA;
- f) Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- g) Mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
- h) Não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status;
- i) Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo”.

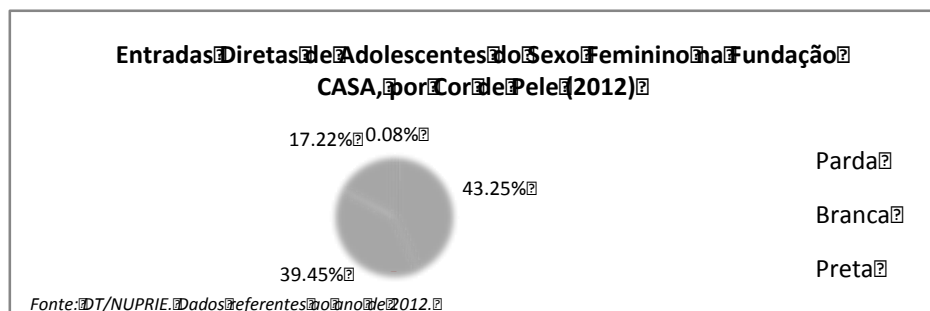
(Título II, da execução das medidas socioeducativas, capítulo I, disposições gerais)

## QUESTÃO RACIAL

Além de fazerem parte de um grupo vulnerável, o sexo feminino, as adolescentes que integram o sistema socioeducativo também são, em sua maioria, negras e pardas. De acordo levantamento realizado em 2012 pela Diretoria Técnica da Fundação CASA, as adolescentes consideradas pardas representavam a maioria das internas (43,25%), seguidas pelas jovens de cor branca (39,45%) e as negras (17,22%). As jovens de cor amarela somavam somente 0,08% das internas. Desta forma, as meninas de cor negra/parda representavam mais de 60% das adolescentes em conflito com a lei em São Paulo. Entenda o número de entradas diretas de



jovens da Fundação, por cor de pele:



517

Diante desse contexto, é sabido que a alta representatividade de negros e pardos não é realidade inédita do sistema socioeducativo feminino. O mesmo acontece entre os jovens que cumprem medida socioeducativa, bem como no sistema carcerário brasileiro, tanto o feminino quanto o masculino. Segundo informações do Mapa da Violência 2013, os jovens negros - o que inclui pretos e pardos na classificação IBGE, são as principais vítimas e autores da violência no Brasil. Em 2013, 13.405 jovens negros de 15 a 24 anos de idade foram vítimas de homicídio, número muito maior que em 2002 (11.321). Isto é, um aumento de 24,1%. Já o número de homicídios de jovens brancos caiu de 6.596 em 2002, para 3.973 em 2011, uma queda de 39,8%.

Ainda de acordo com o relatório, a vitimização de jovens negros passou de 71,6% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos – para 237,4% em 2011. No que diz respeito à violência de gênero, o Mapa da Violência 2013 traz que acima de 4,5 mil mulheres jovens foram vítimas de homicídio no último ano. No intervalo de 32 anos considerado pelo estudo – de 1980 a 2011, foram assassinadas 96.612 mulheres jovens. Somente em 2011, a taxa de homicídios femininos nessa parcela da população foi de 7,1 a cada 100 mil habitantes. Os números, que chamam a atenção para a alta taxa de homicídios entre jovens negros e pardos e para o feminicídio jovem que ocorre no Brasil, ilustram mais dois fatores que agem negativamente no cotidiano dessas meninas, que enfrentam preconceitos e desigualdades de gênero.

Diante de todo o contexto de discriminação de raça no Brasil, torna-se mais legível o fato de meninas pardas e negras serem uma maioria representativa no sistema socioeducativo feminino. Não obstante a questão racial, elas ainda são mais vítima da violência que a população jovem branca. Também são elas as mais afetadas por uma série de brechas no que diz respeito à adequada educação, saúde, lazer, etc., que afetam de forma decisiva no processo de desenvolvimento saudável delas enquanto crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 3:

**NÚMERO, GÊNERO E CORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO FEMININO PAULISTA: UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS JOVENS AUTORAS DE ATO INFRACIONAL EM SP. CONCEIÇÃO, Cristiane Batista, DIAS, Camila C. Nunes**



“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Lei nº 8.069/1990).

Para que o não cumprimento de diversos princípios estabelecidos pelo ECA seja entendido nesse contexto, é importante versar também sobre o aspecto racial, sobretudo devido a grande representatividade do grupo de negras e pardas no sistema. Em explanação sobre o assunto, Maio e Santos (2006) frisam que a história das relações humanas é caracterizada pelo segregacionismo. Eles apontam que o sistema racial não é polar, ou seja, é marcado pelo alto grau de miscigenação. Versam, ainda, sobre o “habitus social”, que classifica os negros como pessoas abaixo da “boa aparência”, aspecto reforçado pelo Estado, igreja católica, políticos e pela indústria do lazer, entretenimento, turismo e propaganda. Em “Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia”, Sansone (1993) chama a atenção para alguns obstáculos enfrentados por negros e pardos nas relações sociais como as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, no âmbito matrimonial e no contato com a polícia.

Castoriadis (1990) leva a questão do racismo mais adiante. “Trata-se da aparente incapacidade [do ser humano] em se constituir como si mesmo, sem excluir o outro – e da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo e, finalmente, odiá-lo” (CASTORIADIS, 1990c, p.29). Segundo o autor, habitualmente não se quer admitir que a questão da discriminação racial participa de uma coisa muito mais universal. Para ele, o racismo é uma das expressões mais extremas do ódio do outro, é inconvertível. Ainda sobre o assunto, Hasenbalg (2003) frisa que as relações raciais no Brasil são semelhantes às dos países da América Latina, que enfatizaram um ideal de branqueamento por meio de políticas de povoamento e imigração europeia.

## **SISTEMA DE JUSTIÇA E SUAS SUBJETIVIDADES**

Além de tudo o que já foi exposto, autores apontam que no âmbito da justiça penal, a questão racial está entre os diversos fatores subjetivos que interferem nas decisões judiciais. A ideia de alguns autores, que serão descritas abaixo, podem perfeitamente ser aplicadas ao contexto dessas meninas. Ao estudar o crime e o contexto da justiça penal, Adorno (1992) ressalta que apesar de submetidos às mesmas leis, a situação de justiça/injustiça alcança uns em detrimento de outros. Segundo ele, há grupos preferencialmente visados pela ação punitiva. São eles: os negros e pardos; de procedência da região do nordeste; que ocupam atividades mal



definidas ou são desocupados. O estudioso conclui, ainda, que a justiça penal é incapaz de traduzir as diferenças e desigualdades em direitos.

Paixão (1988) traz em seu estudo uma abordagem mais sensível ao papel das organizações públicas e de controle social por meio do estudo de microeventos e interações sociais. Segundo ele, a relação entre criminalidade e desordem social é um tema clássico da sociologia urbana, e que esta aponta para maior vulnerabilidade dos pobres em relação às práticas organizacionais discriminatórias dos diversos segmentos da justiça criminal. O autor versa ainda sobre a negação da ideia de cidadania aos grupos mais desprivilegiados por meio da distribuição de privilégios a indivíduos e grupos corporativos, como a prisão especial, que definem uma “cidadania de primeira classe”. Paixão (1998) contrasta ainda que:

“Enquanto não se reduzem os hiatos sociais aprofundados que, para os cientistas sociais, explicam os déficits de cidadania no Brasil, o pobre experimenta os arremedos de welfare state que a Nova República lhe oferece e permanece alheio e pouco informado sobre o mundo da política. Participa de suas associações, explora os canais clientelísticos, é vitimizado eventualmente pelo crime nas ruas e pelas blitzes policiais e pode ver reduzida a desordem de seu mundo por alguma juridificação informal. Mas pode também, bruscamente, descobrir o seu poder e afirmar os seus direitos em algum quebra-quebra ou vaiando e apedrejando a comitiva presidencial. Este é o significado do “duro aviso” das ruas a um processo de transição democrática que insiste em sua exclusão” (1988, p. 195)

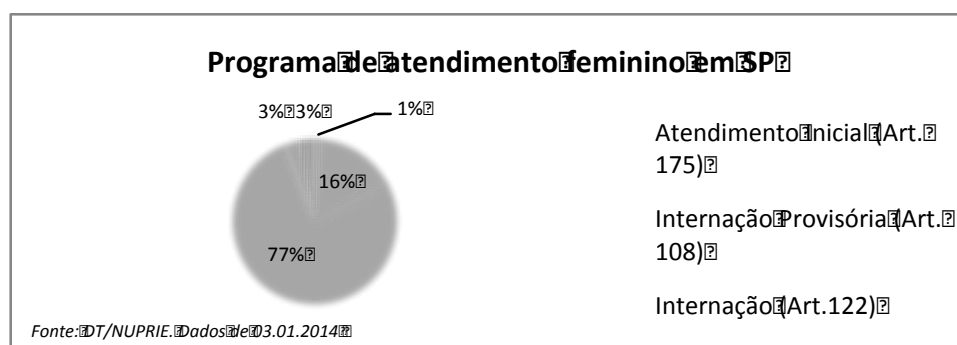
Em sua obra sobre a construção social do crime no Brasil, Misse (2003) atenta para o fato de que a distância social aumentou muito na esfera pública, ou seja, a indiferença excessiva com o outro mobiliza a desnormalização pelo interesse egoísta. Ele fala ainda sobre a sujeição criminal como uma potencialidade de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins ao tipo social mais comumente acusado. No contexto do Brasil, os dados do Mapa da Violência 2013 delineiam, de forma clara, o perfil mais acusado. Indo mais além e voltando o foco para o tema do presente artigo, o perfil de jovem mais acusada.

Tendo em vista que as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são, em sua maioria, de famílias de baixa renda, a conjuntura em que vivem corrobora com a informação do estudo feito por Coelho (1978), que diz que as zonas periféricas são as que mais contribuem proporcionalmente para a composição da massa carcerária brasileira, realidade que pode ser aplicada também ao sistema socioeducativo. Para finalizar, ele diz que as camadas mais baixas da população ainda são extremamente estigmatizadas e explica que há uma “marginalização da criminalidade”, que pode ser interpretada por meio da imputação a certas classes de comportamento probabilidades elevadas de que venham a cometer crimes, pelo tipo de indivíduo socialmente marginal ou marginalizado.



## MAIS PRIVAÇÃO

A realidade das penas aplicadas às meninas que cumprem medidas socioeducativas retrata um alto número de internações. Assim como os adolescentes do sexo masculino, a maioria das jovens em conflito com a lei em São Paulo estão cumprindo medidas privativas de liberdade como a internação e internação provisória, o que demonstra uma forte tendência dos juízes das Varas de Infância e Juventude a aplicar penas menos flexíveis a essas jovens. Informações do NUPRIE, da Fundação CASA, atualizadas em 3 de janeiro de 2014, apontam que das 349 meninas que cumpriam medida, 268 estavam em regime de internação (Art. 122), o que representa cerca de 77% do total de jovens. Em segundo lugar está a aplicação da internação provisória (Art. 108), que abrange 16% do sistema socioeducativo feminino em São Paulo. Na ocasião, a distribuição dessas meninas por programa de atendimento estava consolidada da seguinte forma:



Para entender melhor o contexto em que cada uma das medidas socioeducativas é aplicada no Brasil, vale frisar que elas são disciplinadas pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e pela recente lei que instituiu o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594/2012). A medida a ser cumprida varia de acordo com a gravidade do delito. Observe a tabela explicativa:

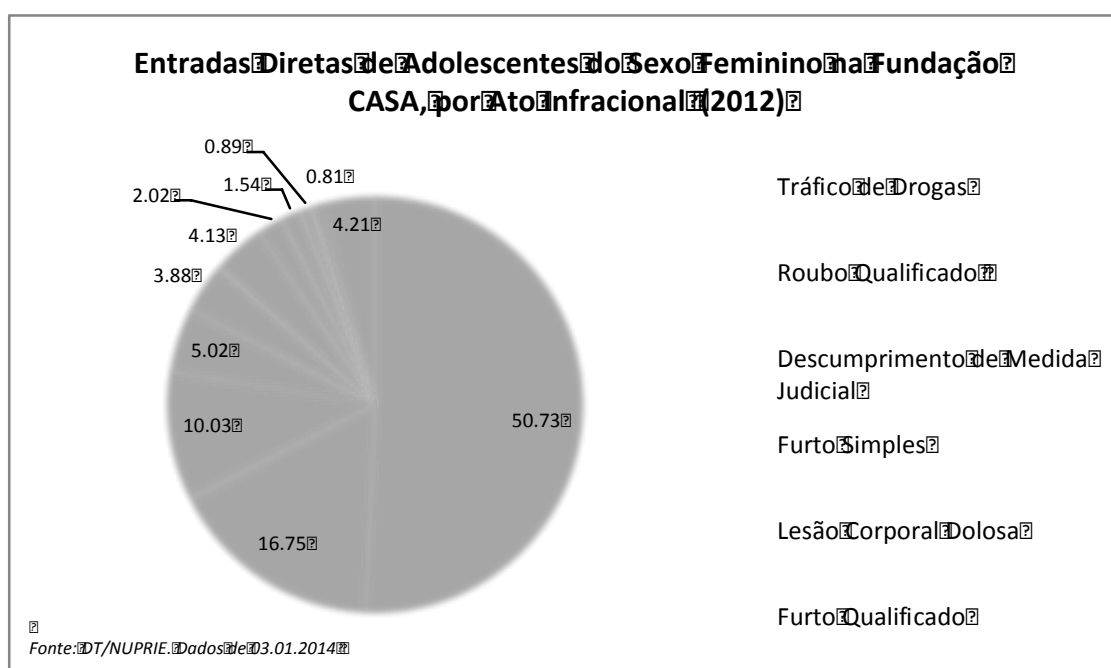
	Medida	Onde está no ECA	O que acontece
MEDIDAS EM MEIO ABERTO	Advertência	Art. 115	Repreensão verbal, feita por um juiz ou autoridade legal, que é transformada em documento e assinada pelas partes envolvidas.
	Obrigação de Reparar o Dano	Art. 116	Para casos de danos patrimoniais, o adolescente pode restituir o bem material ou compensar o prejuízo à vítima de alguma outra forma.
	Prestação de Serviço à Comunidade	Art. 117	O adolescente realiza tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares; a jornada não deve exceder oito horas semanais, e o período



			máximo dessa medida é de seis meses; ela não pode prejudicar a frequência do adolescente à escola ou à jornada normal de trabalho.
	<b>Liberdade Assistida</b>	Arts. 118 e 119	Um orientador voluntário acompanha o jovem, com o apoio de autoridade competente; caso necessário, o adolescente é inserido em programas de auxílio e assistência social, também é acompanhada a frequência escolar e, em caso de maiores de dezesseis anos, há encaminhamento para cursos profissionalizantes.
<b>MEDIDAS EM MEIO FECHADO</b>	<b>Semiliberdade</b>	Art. 120	O adolescente deve pernoitar ou seguir determinada rotina em instituições especializadas; pode realizar atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes.
	<b>Internação em Estabelecimento Socioeducativo</b>	Arts. 123 a 125	Medida privativa de liberdade; o jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas; a internação não pode exceder três anos e só deve ser aplicada em último caso, quando houver grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de infrações graves ou pelo descumprimento de outra medida socioeducativa.
<i>*Tabela adaptada com base nas informações contidas no ECA.</i>			

521

Essas jovens estão sendo privadas de liberdade mesmo cometendo delitos considerados “menos graves”. Informações do NUPRIE, da Fundação CASA, apontam que o tráfico de drogas é o crime que mais condena essas meninas (50,73%), seguido pelo roubo qualificado (16,75%) e descumprimento de medida judicial (10,03%). Crimes de homicídio não aparecem no rol de delitos cometidos por meninas. Observe:







Em diversos casos, a internação poderia ser evitada. Entretanto, não é o que ocorre. Ao falar sobre punição, Foucault (2012 p. 83) diz que “é preciso que as infrações sejam bem definidas e punidas com segurança”. Entretanto, ocorre que com a preocupação cada vez maior da sociedade com a questão do crime, há uma grande pressão para que os operadores do Direito apliquem penas cada vez mais rígidas. O clamor por “justiça” presente nos discursos mais radicais deve levar em conta que a própria justiça prima pela ordem social por meio da preservação da constitucionalidade das leis e da sua adequada aplicação. Nesse sentido, Bauman (1999) é contrário à privação de liberdade como solução única. Ele acredita que:

“A prisão é a forma última e mais radical de confinamento espacial. Também parece ser a maior preocupação e foco de atenção governamental da elite política na linha de frente da “compreensão espaço-temporal” contemporânea. O confinamento espacial, o encarceramento sob variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com setores inassimiláveis e problemáticos da população” (1999, p. 101).

Bauman (1999) defende ainda que a questão é mais preocupante do ponto de vista ético pelo fato de que aqueles que punimos são, em sua maioria, pessoas pobres e extremamente estigmatizadas que precisam mais de assistência do que punição. Voltando o discurso para a questão do adolescente em conflito com a lei, Alvarez et al. (1999) defendem que a temática demanda reflexões que envolvem “complexas redes de conhecimentos teóricos e práticos”. Segundo Barbosa (2009, p. 51), o tratamento jurídico concedido ao adolescente em conflito com a lei deve ser ainda mais benéfico, à vista de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, qualidade esta autorizadora da criação de um sistema de responsabilização especial por meio de discriminação positiva.

Entretanto, Silva (2011, p. 168) aponta que, em muitos casos, os juízes aplicam medidas socioeducativas mais duras para suprimirem uma deficiência ou falta de políticas públicas, principalmente na área social. O autor defende que a (re)socialização dos adolescentes em conflito com a lei só ocorre, de fato, quando os programas de execução de medidas estão em pleno funcionamento e atuando de forma integrada com todas as instituições da rede de atendimento, sobretudo com aquelas ligadas à execução de políticas públicas nas áreas da saúde, educação e profissionalização.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que as diferenças e desigualdades em número, gênero e cor se fazem extremamente presentes no cotidiano das meninas que cumprem medidas socioeducativas em São Paulo. Nesse sentido, RAMOS (2007) chama a atenção para a importância de algumas características desse universo, que concorrem para a construção social da vulnerabilidade penal das meninas privadas de liberdade:

- “a) as trajetórias de vida das meninas são marcadas por ações de enfrentamento aos papéis tradicionais de gênero, decorrendo inicialmente em transgressões em casa (espaço privado) e após chegando ao espaço público (escola, programas protetivos, comunidade);
- b) há uma não contemplação, por parte das políticas públicas, no que tange às demandas das meninas e seus grupos familiares, referindo-se aqui não ao acesso, mas sim “a um não dar conta do recado”, endereçando a proteção por meio da socioeducação. A socioeducação garante, na maioria das vezes, o acesso, mas não garante a qualidade e efetivação do serviço prestado;
- c) tratam-se de políticas públicas despreparadas para ações afirmativas, que garantam o direito e a equidade entre os cidadãos, não de forma generalizada, mas em suas particularidades, suas singularidades;
- d) são trajetórias de vida onde as vivências e experiências de sociabilidade se realizam e se reconhecem pela violência, que acaba por naturalizar-se”. (2007, p. 92)

Para se compreender a realidade da mulher criminosa, Perruci (1983) frisa que é importante analisar a “criminalidade feminina” sob uma perspectiva particular, que não pode ser observada apenas sob a égide do que se construiu em torno da criminalidade masculina (p.17). Conforme Feldman (1979), que recorreu aos estudos socioculturais para entender em que nível o comportamento criminoso feminino se relaciona aos contextos culturais e institucionais em que essas meninas/mulheres estão inseridas, diz que não se pode embasar reflexões sobre o tema com apoio em paradigmas, desconsiderando-se o contexto social no qual se instalam as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais dentro de determinada cultura.

Verificou-se também que a punição judicial de meninas abrange, sobretudo, jovens pertencentes a grupos vulneráveis e minoritários. Nesse diapasão, faz-se necessário desfazer paradigmas e preconceitos a respeito dessa parcela da população para que as leis e direitos sejam aplicadas da forma devida. Schuch (2006) sugere que é importante desfazer a ideia já consolidada de que:

“Crianças e adolescentes, em suas diversas categorias classificatórias – “menores desvalidos”, “facínoras”, “delinquentes”, “abandonados”, “infratores”, etc. – constituíram-se enquanto um problema político social há mais de um século, em paralelo ao investimento estatal na administração e controle da população brasileira e constituição de autoridade”. (2006, p. 107)



Conclui-se, ainda, que a pouca representatividade das adolescentes do sexo feminino no sistema socioeducativo não deve ser argumento para que as políticas na área sejam focadas, em sua maioria, na maior parcela dos jovens que cumprem medidas. Elas devem atender, de forma imparcial, individualizada e adequada, a todas as necessidades das jovens que conflitaram com a lei para que o processo de ressocialização se aconteça de forma exitosa. O processo socioeducativo deve, na verdade, ressaltar a compensação das desigualdades, visando a harmonização social, Schuch (2006). Portanto, o conhecimento acerca do perfil dessas meninas é o primeiro passo para que as políticas socioeducativas sejam aplicadas da maneira adequada, no sentido de que se siga adiante na construção de melhores perspectivas de respeito, dignidade e liberdade para as jovens em conflito com a lei, criando melhores possibilidades para esse público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri in SOUTO, Cláudio & FALCÃO, Joaquim. Sociologia e Direito. São Paulo. Pioneira. 2ª Edição, 1999.
- ALVAREZ, Marcos C.; SCHRITZMEYER, Ana L. P.; SALLA, Fernando A. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé (São Paulo/ SP, 1990 – 2006). In: Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1 (1): xi-xxxii, 2009.
- ARRUDA, Jalusa Silva de. Para ver as meninas?: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE/Salvador. Salvador. 243 f.: il. 2011.
- ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BARBOSA, Danielle R. A natureza jurídica da medida socioeducativa e as garantias do direito penal juvenil. In: Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1(1): 47-69, 2009.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M. Desafios para a política social brasileira. Ipea: Rio de Janeiro, outubro de 2003.
- BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- CAMPBELL, A. A few good men: Evolutionary Psychology and Female Adolescent Aggression. Ethology and Sociobiology. 16, p. 99-123, 1995.
- CHESNEY-LIND, M & Paramore, V. V. Are girls getting more violent?. Journal of Contemporary Criminal Justice. 17(2), p. 142 –166, 2001.
- COELHO, E. C. Criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. Revista de Administração Pública, v. 12, n. 2, p. 139-161, abril-junho 1978.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei. Disponível em: [www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adolescentes-em-conflito-com-a-lei](http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adolescentes-em-conflito-com-a-lei). Acesso em 06 de janeiro de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Panorama Nacional Justiça ao Jovem. Disponível em: [www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama\\_nacional\\_justica\\_ao\\_jovem.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf). Acesso em 06 de janeiro de 2014.

CORNELIUS, Castoriadis. Anotações sobre o Racismo. in: Filosofia Política 5. Porto Alegre: L&PM editores, 1989.

DUMONT, Louis. Casta, racismo e estratificação. Homo Hierarquicus. São Paulo: Edusp, 1992.

FELDMAN, M. P. "Comportamento criminoso: uma análise psicológica". Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramallete. 40. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FUNDAÇÃO CASA. Boletim Estatístico. Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/noticias/2832> . Acesso em 06 de janeiro de 2014.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p.21. 1978.

HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: racismo e Relações raciais no Brasil In: *Revista Dados – Ciências Sociais*, v. 38, n. 2. 1995.

HEIDENSOHN, F. & SILVESTRI, M. The conformity of criminology. British Criminology Conferences, 1,1-11, 1998.

JACOBO, J. W. Mapa da Violência 2013. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf). Acesso em 06 de janeiro de 2014.

LIMA, Roberto Kant de. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo soc.*, vol.9, no.1, p.169-183, Maio 1997.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 2006.

MISSE, Michel. 2003. Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. pp. 120-146. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/8sobreaconstruaosocialdo crime.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2014.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime, controle social e consolidação da Democracia in REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo. A Democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais. 1988.

PERRUCCI, M. A. Mulheres encarceradas. São Paulo, Global Editora, 1983.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em 06 de janeiro de 2014.



RAMOS, MALENA B. Meninas privadas de liberdade: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - PUC-RS, 2007.

ROCHA, Emerson. Cor e dor moral. Sobre o racismo na ralé. In: SOUZA, Jessé. (Org.). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, Cap. 15. p. 368, 2009.

RUFINO, Joel. O negro como lugar. Em GUERREIRO RAMOS, Alberto. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, pp. 19-30., 1995.

SANSONE. Lívio. Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia. In: Estudos afro asiáticos, Rio de Janeiro, 143-175, 1993.

SCHUCH, Patrice. Direitos e sensibilidades: uma etnografia das práticas de justiça da infância e juventude. In: GROSSI, M; HEILBORN, M. L.; ZANOTTA, L. Antropologia e Direitos Humanos 4. Blumenau: Nova Letra, pp. 57-120, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2011. Disponível em: <http://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LEVANTAMENTO-NACIONAL-2011.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2014.

SILVA, Gustavo de M. Justiça juvenil no Brasil: breve revisão da literatura. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade. 160-182, 2011.

SILVA, Jorge da. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (1): 95-114, maio de 1997.

SOARES, Z. ALAP ANIAN, B. S. Contribuição à construção da dimensão político- pedagógica da socioeducação e à formação de socioeducadores. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 06-20, 2003.

SOUZA, Regina M. de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1(1): 1-28, 2009.

SPAGNOL, Antônio Sergio. Jovens delinquentes paulistanos. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 298, v. 17, n. 2, 2005.

TEIXEIRA. Joana D’Arc. Punição e controle social da juventude: políticas contrárias aos direitos humanos. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 2008.

TYLER, K. A., Hoyt, D. R., & Whitbeck, L. B. The effects of early sexual abuse on later sexual victimization among female homeless and runaway adolescents. In: Journal of Interpersonal Violence. 15 (3), 235- 250, 2000.

UNODC. Crime Prevention and Criminal Justice. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/>. Acesso em 06 de janeiro de 2014.

ZALUAR, A. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: Revan, 1994.



## ÉTICA DO CUIDADO: POTENCIALIDADES PARA UM NOVO ETHOS<sup>1</sup> EDUCATIVO

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira  
Professor da Faculdade Visconde de Cairu – FVC  
alexnaldotr@yahoo.com.br

527

### RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo analisar a ética do cuidado, a partir da perspectiva feminista, compreendendo o seu potencial para a formação docente. Longe de estabelecer uma demarcação exaustiva sobre a sua origem e inventariar as diferentes perspectivas dessa teoria moral, procuraremos estabelecer uma visão ampla que tente defini-la, ao tempo que enfatizaremos quais elementos aparecem como essenciais para a construção de um novo *ethos* educativo.

**Palavras-chave:** Ética do Cuidado. Formação Docente. Filosofia Moral

### ABSTRACT

This paper aims to analyze the ethics of care, from a feminist perspective, understanding their potential for teacher training. Far from establishing an exhaustive demarcation of their origin and catalog the different perspectives of this moral theory, seek to establish a broad vision that try setting it at the time that emphasize elements which appear as essential for the construction of a new educational ethos.

**Key-words:** Ethics of Care. Teacher training. Philosophy Moral

### 1. ÉTICA DO CUIDADO: uma aproximação conceitual

O pequeno livro do filósofo americano Milton Mayeroff (1925-1979), *On Caring*, 1971, é uma das obras a que podemos atribuir a gênese da *ética do cuidado*. Podemos sustentar essa assertiva, posto que esse autor limita todo o seu discurso no cuidar, tão somente — diferentemente do filósofo Martin Heidegger (1889-1976), que lhe é anterior e dedicou em *Ser e Tempo*, 1969, uma parcela de suas análises ao cuidado, enfatizando que ele é a essência do ser humano, ou melhor, o ser humano existe no mundo através do cuidado (afirmação da dimensão

<sup>1</sup> Este artigo é parte das considerações expostas na tese de doutorado intitulada Formação ética do(a) pedagogo(a): Entre o dever e o cuidado? Defendida em 2013 no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia.



ontológica); além de salientar o quanto o cuidado autêntico não usa do poder para manter o outro sob dependência, pelo contrário, auxilia o outro a cuidar do seu próprio ser. (WALDOW, 2004).

O surgimento da *ética do cuidado*, propriamente dita, é conferida às obras da psicóloga Carol Gilligan e da filósofa Nel Noddings nos meados da década de 1980 do século passado (SANDER-STAUDT, 2011). Antes ninguém falava de *ética do cuidado*, nem mesmo o *cuidado*<sup>2</sup> havia emergido como um conceito importante na história do pensamento ético ocidental, em comparação, por exemplo, aos conceitos de liberdade, justiça e amor (REICH, 1995).

Os estudos de Gilligan e Nel Noddings convergem para uma crítica da parcialidade das tradições éticas tradicionais que se fundam na experiência masculina e excluem as experiências das mulheres, das quais brotam seu ponto de vista ético. Em *Uma Diferente Voz: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta* [In *Different Voice – Psychological Theory and Women’s Development*], Carol Gilligan procura ampliar a compreensão do desenvolvimento humano, introduzindo o grupo omitido, isto é, as mulheres, com o fim de chamar a atenção para o fato dessa ausência tornar o entendimento da moralidade incompleto.

Em suas ponderações, Gilligan sinaliza que a literatura psicológica, em geral, — diga-se aqui, a teoria de L. Kohlberg —, apresenta a moralidade como um desenvolvimento progressivo, relacionando a visão do eu e do pensamento sobre a moralidade com a experiência de conflitos e decisão na vida, em que os conceitos de contrato social e justiça, bem como os aspectos cognitivos no julgamento moral são valorizados. Na verdade, as avaliações morais de pessoas maduras, dentro desse paradigma, são vistas como uma espécie de solução que evoca uma lógica matemática com humanos, e todas as soluções que fogem a essa regra são vistas como gradações mais baixas de desenvolvimento moral que denotam a insuficiente capacidade de pensar por si. (Cf. GILLIGAN, 1982, p.35-73).

De acordo com a teoria de L. Kohlberg, a autonomia segue uma trajetória moral de seis estágios a partir de uma progressão em três níveis: o entendimento egocêntrico de equidade baseada na necessidade individual (estágios um e dois); a concepção de equidade com bases em

<sup>2</sup> Sugerimos o preciso artigo intitulado *History of the Notion of Care* [ A história da noção de cuidado], 1995, de autoria de Warren T. Reich. Nesse artigo, o autor tenta estabelecer a história da noção do cuidado antes do pensamento feminista contemporâneo e da ética médica e da enfermagem, apostando que esse delineamento oferece uma gama ampla de significados e modelos que podem iluminar e desafiar a ética do cuidado. Warren T. Reich é fundador e diretor do *Projeto para a História do*





convenções de acordo social e com elas partilhadas (estágios três e quatro); e, finalmente, um entendimento da equidade que se baseia na lógica móvel da igualdade e reciprocidade (estágio cinco e seis) (GILLIGAN, 1982, p. 38).

O fato de reduzir a moral ao *juízo racional* e situar a meta do desenvolvimento moral na *autonomia da justiça* exclui de saída a possibilidade de outras categorias para a avaliação do desenvolvimento moral. Ademais, a limitação interpretativa, que oferece o paradigma de Kohlberg, subvaloriza o grau de desenvolvimento moral das mulheres ao atestar que elas se mostram mais atraídas ao estágio de desenvolvimento moral até o nível 3, ou do “cuidado”, em contraposição aos homens cujo desenvolvimento se situa melhor no estágio 4, ou da “lei”.

A distinção entre ética da justiça e do direito (perspectiva masculina da moralidade) e ética do cuidado e da responsabilidade (perspectiva feminina da moralidade) feita por Gilligan possibilitou que essa autora oferecesse uma nova reconfiguração do que seria a maturidade moral: uma perspectiva que não só leva em consideração o conceito da justiça e da eleição racional, mais também os aspectos emocionais e a preocupação com o outro.

Nel Noddings (2003) argumenta igualmente que poderíamos dizer que “[...] a ética tem sido amplamente discutida na linguagem do pai: em princípios e proposições, em termos como justificação, integridade, justiça. A voz da mãe tem estado silenciada.” (NODDINGS, 2003, p. 11). Propõe, nesse sentido, uma argumentação filosófica fundamentada na ideia de ligação psíquica, em que o anseio pela bondade, e não exclusivamente no raciocínio moral, é o cerne. As propostas de Noddings são, sobretudo, interessantes por sugerir um realinhamento da educação para encorajar e recompensar não apenas a racionalidade e inteligência treinada, mas também a sensibilidade aumentada nas questões morais.

Em se tratando de um delineamento conceitual, poderíamos dizer que ética do cuidado, como estudo filosófico da moralidade, concentra-se na receptividade, na relação e na sensibilidade. Ela representa uma alternativa, ou mesmo uma visão complementar, às abordagens morais, que por um lado dirigem a sua atenção, por exemplo, para os predicados morais e, na educação, para a questão do raciocínio moral. (NODDINGS, 2003; BENHABIB, 1997, 2006; BOFF, 2012). Em termos normativos, a ética do cuidado procura manter as relações contextuais e promover o bem-estar do objeto do cuidado e da pessoa que cuida em uma rede de relações sociais. Muitas vezes, é definida como uma prática ou virtude, em vez de

---

*Care*, é distinto pesquisador de Religião e Ética do Departamento de Teologia da Universidade de Georgetown e Professor Emérito de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade de Georgetown.





uma teoria como tal. (SANDER-STAUDT, 2011). A motivação para cuidar está dirigida ao bem-estar, proteção ou melhora do objeto do cuidado.

Uma ética construída sobre o cuidado é considerada por alguns como compassiva. Ela envolve a construção de um ideal a partir do fato e da memória da ternura. O próprio sentimento ético exige um sentimento natural anterior de cuidado e uma disposição para manter a ternura. [...] Temos lembranças de cuidado, de ternura, e estas nos conduzem a uma visão do que é o bem — um estado que é bom-em-si e um compromisso de sustentar e melhorar aquele bem (o desejo e o compromisso de ser moral). (NODDINGS, 2003, p. 129).

530

Seguindo uma tradição sentimentalista da teoria moral, afirma que a moralidade está fundamentada e enraizada no sentimento — móvel da ação. Esse, diferentemente da razão, é visto como a faculdade que se encarrega de estabelecer os juízos morais, isto é, de dar a “sentença final” em questões morais. Tal entendimento está em consonância com a filosofia moral de David Hume<sup>3</sup> (1711-1776), que refutou “[...] o pensamento racionalista, ao qual acusava de dogmático por manter uma concepção da razão excessivamente idealizada e uma culpável ignorância sobre tudo o que se relaciona com as paixões humanas.” (CORTINA, MARTÍNEZ, 2001, p. 66).

Para Hume, o caráter moral da ação depende de sua associação a determinados sentimentos humanos como a simpatia, a benevolência e a compaixão. Esse filósofo também explica que a razão é a descoberta da verdade ou da falsidade. Elas, por sua vez, consistem na concordância ou discordância com as relações reais da ideia, ou com a existência real das coisas. Daí decorre que tudo que não seja suscetível a essa discordância ou concordância é incapaz de ser verdadeiro ou falso nunca pode ser objeto de nossa razão.

Assim, uma vez que a razão se ocupa da relação entre ideias ou questões empíricas, ela não é suficiente para explicar o nosso agir e fundamentar a moralidade. Agimos porque somos motivados(as) a desejar algo, e isso depende menos do raciocínio do que dos nossos sentimentos. Esta compreensão está sintetizada na máxima humeniana: “a razão é, ou deveria ser, apenas a escrava das paixões”. (Cf. MARCONDES, 2007, p. 84). Além disso, Hume defende a ideia de um padrão de sentimentos universais.

<sup>3</sup> Filósofo, historiador e ensaísta, nascido em Edimburgo, Escócia, tornou-se célebre pelo seu empirismo radical e ceticismo filosófico. Publicou seu *Tratado sobre a natureza humana* em 1739 e, considerando o pouco impacto que teve essa obra, reescreveu suas ideias publicando *Uma investigação sobre o entendimento humano* (1748) e *Uma investigação sobre os princípios da moral* (1751).



Apropriando-se dessas considerações e distanciando-se um pouco do filósofo escocês<sup>4</sup>, Nel Noddings (2003) considera que o que torna a moralidade uma virtude ativa são duas sensações: A primeira é o *sentimento do cuidado natural*; e a segunda, que ocorre como resposta a uma recordação do primeiro, o *sentimento do ético cuidado*.

O cuidado natural se define como “[...] a condição humana que nós, consciente ou inconscientemente, percebemos como *boa*, a condição pela qual ansiamos e por cuja obtenção nos empenhamos para satisfazer o outro moralmente [...]”; ele é quem habilita o sentimento ético do cuidado, ou seja, ele é o sentimento inicial que nos proporciona a motivação para sermos morais. (Cf. NODDINGS, 2003, p. 15, 105). Como assevera Nel Noddings (2003, p. 190),

[...] nós nos comportamos eticamente em relação a um outro porque carregamos conosco as lembranças de — e o anseio por — cuidar e ser cuidados. Há uma transferência de sentimentos e uma oportunidade — uma espécie de convite — para nos comprometermos com o reconhecimento desse sentimento e com a receptividade contínua, que vai repetidamente trazê-lo até nós. [...] o cuidado ético está ancorado no sentimento e no reconhecimento das relações que são integrantes do cuidado natural [...].

O cuidado natural no âmbito humano está acessível a todas as pessoas, uma vez que ele está na base da nossa existência continuada. Ele não está em uma posição subalterna em relação ao cuidado ético; como dissemos o cuidado ético mantém uma relação de dependência do cuidado natural que é de extrema importância para a sobrevivência e existir humano.

Entendida a definição de “cuidado natural” e de sua importância, o *sentimento ético do cuidado* ocorre como uma resposta desse sentimento natural: a “[...] lembrança dos nossos melhores momentos de cuidar e ser cuidado nos inunda com um sentimento — *como um eu devo* — em resposta ao empenho do outro e ao nosso desejo conflitante de servir aos nossos interesses.” (NODDINGS, 2003, p. 106). Nel Noddings, assim, deixa claro que o sentimento ético do cuidado exige empenho, que não é forçoso no cuidado natural. Em suas palavras:

[...] quando encontro um outro e sinto a angústia natural em conflito com meus próprios desejos — *eu devo* — *eu não quero*—, eu reconheço o sentimento e lembro o que seguiu em meus próprios melhores momentos. Tenho um quadro desses momentos em que fui cuidada e em que cuidei, e posso ter essa lembrança e orientar a minha conduta e em que cuidei, e posso

<sup>4</sup> É preciso demarcar que a aproximação da ética do cuidado à perspectiva de Davi Hume diz respeito apenas à questão da valorização do sentimento na avaliação moral.



ter a lembrança e orientar a minha conduta por ela, se assim quiser. (NODDINGS, 2003, p. 106).

Considerando a obrigação ética do cuidado, Noddigns concorda que Kant fez uma distinção acertada ao identificar e fundamentar o comportamento ético no dever e não no amor. Mas, em se tratando da perspectiva ética do cuidado, a obrigação toma outra direção e significado: “A fonte do comportamento ético está, então, em sentimentos duplos — um que sente diretamente pelo outro e um que sente para e com esse melhor *self*, que pode aceitar e manter o sentimento inicial, em vez de rejeitá-lo”. (NODDINGS, 2003, p. 105).

Em *O Século das mulheres*, Victória Camps (2003, p. 66) nos oferece uma síntese dos traços mais significativos da ética do cuidado: 1) Acrescenta uma abordagem particularizada à abordagem abstrata e geral da ética da justiça. As verdades abstratas têm pouca incidência sobre a prática, apesar de serem guias que podem orientar e também serem passíveis de consenso. Ninguém, por exemplo, nega o valor da solidariedade, mas o princípio em si não nos diz com quem, em concreto, devemos ser solidários. 2) Salienta a implicação e o compromisso direto e quase pessoal com os outros, mostrando como o amor, o cuidado, a empatia e a compaixão se ligam com situações que reclamam ajuda. 3) Mostra que a racionalidade mesclada com a emotividade é eticamente aproveitável. 4) Não se limita a conceber a lei, posto que se interessa pela sua aplicação situacional. Em estrita relação com isso, argumenta que para uma boa aplicação situacional da lei é mister, por sua vez, virtude — *phrónesis* aristotélica — bons costumes, um caráter formado para ser justo. 5) É uma ética relacional, em que os princípios estão sempre ao serviço das pessoas, dado que a relação é o cerne da ética.

Na literatura feminista, a predominância dos trabalhos das quais temos conhecimento tendem a classificar a ética do cuidado como uma vertente da ética feminista, ou seja, uma aproximação crítica que se caracteriza por seu compromisso de repensar a ética com o objetivo de corrigir qualquer forma de preconceito masculino que essa possa comportar (JAGGAR, 1996, p. 167). Contudo, nos últimos anos da década de 1990 do século passado é possível verificar que uma parcela da produção de filósofas, a exemplo de Seyla Benhabib e Adela Cortina, aproxima-se e se debruça sobre a proposta da ética do discurso de Habermas que propõe “[...] encarnar na sociedade os valores da liberdade, justiça e solidariedade por meio do diálogo, como único procedimento capaz de respeitar a individualidade das pessoas e, ao mesmo tempo, sua inegável dimensão solidária”. (CORTINA, MARTÍNEZ, 2005, p. 91). É justamente na questão da intersubjetividade — sobre a qual se é possível pensar uma



avergüação e fundamentação do que seria moralmente válido, bem como a sua aplicação na vida cotidiana —, que essas filósofas encontram a possibilidade de radicalizar a proposta habermesiana incluindo a perspectiva do cuidado.

Seyla Benhabib e Adela Cortina rejeitarão a dimensão procedimental e a excessiva dimensão da racionalidade de Habermas, e cada uma, ao seu estilo, proporá a ampliação da atual teoria moral, de modo que o resultado não seja uma ética feminista senão uma ética melhor e mais ampla. Leonardo Boff (2008; 2009; 2012) e Joan C. Tronto (1997) vêm a ética do cuidado como uma filosofia moral para além da ética do gênero, ou seja, uma visão ética para homens e mulheres indistintamente, o que estamos completamente de acordo.

Não está distante de tal entendimento, também, no campo educativo, a proposta de Edgar Morin (2011) que nos fala de uma *ética do gênero humano*, em que “[...] a Humanidade deixou de constituir uma noção somente ideal, tornou-se uma comunidade de destino [que comporta a tríade indivíduo-sociedade-espécie,] e somente a consciência desta comunidade pode conduzi-la a uma comunidade de vida”. (MORIN, 2011, p. 101). Concordamos e defendemos esse posicionamento, que se apresenta como um horizonte utópico perfeitamente realizável.

Há quem insista na nomeação da ética do cuidado e em sua explicitação como uma crítica às éticas tradicionais. E isso é perfeitamente compreensível em termos sociológicos e axiológicos. É preciso questionar os *scripts* tradicionais de gênero da cultura ocidental contemporânea, a qual define que os homens universalmente se mostram sob uma fachada de calma, falta de excitação, tédio, expressando emoções raramente e em eventos triviais, nos quais não serão levados a sério, bem como que as suas preocupações referentes ao cuidar se voltam para as coisas tidas como mais importantes tais como o dinheiro, a carreira, o sustento da família. (JAGGAR, 1997). E de certo, ao empreender tais críticas, há a possibilidade de (re)pensar uma masculinidade saudável que incorpore o cuidado com as pessoas e o cultivo das relações como um aspecto importante para todas as esferas da vida. Ademais, o questionamento dos *scripts* de gênero deve se remeter às mulheres, empreendendo uma crítica feminista que fuja da mística da feminilidade. O cuidado não deve ser deixado exclusivamente na mão das mulheres, mas este deve estar incorporado às políticas sociais. Como nos diz Marciano Vidal (2005, p. 101):

A característica da ética do gênero feminino deve repercutir no delineamento e nas propostas da moral humana comum. O ponto de vista ético feminino,



traduzido em “cultura feminina”, precisa superar as barreiras da setorialidade e fazer-se realidade pública. Uma ausência da cultura feminina na vida pública enquanto tal. Esta foi, e ainda é em grande medida, de caráter masculino.

Para Victoria Camps (2001; 2003), as mulheres, em termos sociológicos e axiológicos, se apresentam como uma promessa de libertação, pois apesar das discriminações históricas vividas, elas conseguiram criar uma cultura, uma tradição, da qual não necessitam se envergonhar. A distância e a marginalidade do mundo dos poderosos lhes permitiram ter uma maior lucidez das misérias desse mundo dos poderosos para não desejá-lo. Nas palavras de Camps (2003, p. 134): “Quem não tem nada que perder pode carecer de liberdade material, porém possui maior liberdade de pensamento”. Entretanto, tal liberdade de pensamento deve ser relativizada, dado que a maioria dos oprimidos não tem clareza do que são e, portanto, não desenvolveram uma reflexão necessária para desapreciar o dominador e ao seu mundo.

A crença de que as mulheres são capazes de modificar, não apenas, a sua condição, mas também de humanizar a sociedade é partilhada, de igual modo, pela filósofa brasileira Olgária Matos (Cf. 1997, p. 60), que não se declara abertamente como feminista. Em uma obra intitulada *Discretas Esperança: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*, mais precisamente no ensaio *Benjamin e o moderno: o feminino em três tempos*, Matos (2006), ao retomar os escritos do filósofo associado à Escola de Frankfurt, deixa claro que o feminino para Walter Benjamin, e também para ela, se apresenta como uma utopia perfeitamente possível de ser realizada.

[...] o feminino [...] não é apenas o guia, mas um anjo (como o da História), até hoje impedido de realizar sua missão angélica de libertar os homens, as mulheres, a natureza e as coisas do pensamento dicotômico, das definições ou demonstrações científicas e fetichizadas, em nome de uma outra concepção do pensamento e do conhecimento, diverso da dominação patriarcal na ciência, ou da oposição amigo-inimigo na política. (MATOS, 2006, p. 202).

A postura arrogante do *paradigma da conquista* e a ditadura do *modo-de-ser-no-mundo pelo trabalho* que ele instituiu engendraram o princípio da autodestruição da espécie e de seu habitat, através da cientifização, racionalização e burocratização (BOFF, 2008; 2009; FARGANIS, 1997). Ademais, “[...] abriu espaço para o antropocentrismo, o andocentrismo, o patriarcalismo e o machismo”: “[...] expressões patológicas do masculino desconectado do feminino, o *animus* sobreposto à *anima*. [...] O cuidado foi difamado como feminização das



práticas humanas, como empecilho à objetividade na compreensão e como obstáculo à eficácia”. (BOFF, 2008, p. 98). Urge, então, refazer o caminho de volta ao sentido originário de re-ligação do ser humano com *tudo* e com *todos*; redescobrir dimensões esquecidas da vida, como a do cuidado, para dosar o que está em desequilíbrio. Evidentemente, o resgate dessas dimensões esquecidas não se realiza a custo de trabalho e nem brota de modo espontâneo, mas a partir de uma nova experiência e um novo sentido de ser. Herbert Marcuse denominou a visão das mulheres de *posição negadora e opositora*. (FARGANIS, 1997, p. 230). A “força de/para a negação” das mulheres está, justamente, em se opor a qualquer tipo de dominação; e, de fato, as experiências das mulheres trazem intrinsecamente, em si, padrões alternativos de pensamento e ação. Pois bem, se as mulheres, como assinalamos em outro momento, representam uma *reserva e uma promessa de felicidade* é, justamente, porque as práticas de socialização acalentadoras, que têm caracterizado historicamente a vida das mulheres, oferecem uma posição epistemológica, política e moral valiosa caso sejam colocadas a serviço da construção e reconstrução das vidas individuais e sociais.

A subversão que o “feminino” traz à cultura masculinista e à razão formal-instrumental, originárias do pensamento moderno que elegeu o funcionamento lógico do pensamento como modo de compreender o mundo e o lugar dos seres em seu interior (Cf. MATOS, 2006, p. 180). Ela empreende esforços direcionados a equilibrar a valorização de culturas e experiências diferentes da hegemônica, ao mesmo tempo em que tenta resguardá-las de serem romantizadas, e assim caírem no risco de obscurecer a percepção das limitações e opressões a que estão submetidos os sujeitos que dela fazem parte. (NARAYAN, 1997).

## 2. CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA DO CUIDADO

Uma vez demarcado o que seria uma ética do cuidado e uma via interpretativa de como devemos examiná-la, convém perguntar: qual são as contribuições da ética do cuidado para a constituição de um novo ethos educativo?

### 2.1 A vulnerabilidade como um fenômeno da experiência humana.

A ética do cuidado nos lembra de que a vulnerabilidade está diretamente ligada ao cuidado, e não há como negar que ela é uma experiência arraigada na humanidade.





Etimologicamente, *vulnerabilidade* é a qualidade de vulnerável (suscetível de ser ferido, atacado, prejudicado e ofendido). A vulnerabilidade é um fato da experiência pessoal, coletiva e cotidiana, pois estamos constantemente expostos(as) a inúmeros perigos, a exemplo do adoecimento, da agressão, do fracasso e da morte (TORRALBA ROSELLÓ, 2009). Nesse sentido: “Viver humanamente significa, pois, viver em vulnerabilidade”. (TORRALBA ROSELLÓ, 2009, p. 57). O ser humano é um *natural humano* que existe para si mesmo e, portanto, é consciente de si e dos seus atos, e em sendo assim busca orientar o seu agir e a sua prática de modo reflexivo para que lhe seja significativa, útil e funcional. O ser humano é um animal que faz projetos, que idealiza os fins a que se propõe alcançar e assim pode procurar soluções e fórmulas para combater o desalento, o cansaço, a doença, a insegurança e tudo relacionado à vulnerabilidade. (TORRALBA ROSELLÓ, 2009).

Essa pluridimensionalidade torna o ser humano mais vulnerável do que qualquer outro ser vivo, no entanto, ele apresenta uma maior capacidade de se proteger. Para o ser humano a vulnerabilidade, em sua essência, pode se apresentar em níveis distintos: a) a vulnerabilidade ontológica, b) a vulnerabilidade ética, c) a vulnerabilidade natural, d) a vulnerabilidade social e e) a vulnerabilidade cultural.

a) A **vulnerabilidade ontológica** revela a propriedade mais geral do ser humano, a sua raiz, a sua constituição, apartada da infinidade de determinações que ao qualificá-la lhe oculta a sua natureza plena e integral. b) A **vulnerabilidade ética**, conforme Torralba Roselló, pode ser compreendida a partir da perspectiva de dois filósofos, a saber: Paul Ricoeur (1913 - 2005), autor de *Finitude e culpabilidade*, e de Emmanuel Lévinas (1906 - 1995). Para o primeiro, a vulnerabilidade ética é a labilidade (lat. *labilis*, e 'escorregadio, instável, frágil') e que, no sentido moral, corresponde à possibilidade do mal moral, a capacidade do ser humano equivocar-se, de fracassar em seus projetos pessoais e na realização do seu esquema axiológico. Para o segundo filósofo, a vulnerabilidade ética não se remete à capacidade de falhar, mas ao dever de proteger o mais frágil e depreciável. c) A **vulnerabilidade natural** nos remete ao entorno ambiental do ser humano que está sujeito a mudanças, manipulações e transformações. A natureza é frágil e vulnerável considerando a ação técnica colonizadora do ser humano. d) A **vulnerabilidade social** está relacionada ao espaço societário: lugar de realização, por excelência, da pessoa humana. Ela é, justamente, diz respeito à possibilidade do sujeito pertencente à comunidade, isto é, o(a) cidadão(ã) ser objeto de violência, perder a sua segurança no seio dela. O entorno social vulnerável é, por certo, a fonte de muitos sofrimentos





humanos que desembocam na deterioração do tecido social e da subjetividade dos indivíduos. e) A **vulnerabilidade cultural** tem como máxima expressão a ignorância, ou seja, o desconhecimento que o ser humano tem em diferentes ordens do saber.

Nesse sentido, Torralba Roselló (2009) salienta que a educação é fundamental para prevenir e superar a vulnerabilidade cultural. Essa advertência é oportuna, pois a sociedade, em particular a família, não espera que a educação seja um fazer benemérito, caritativo ou assistencialista: “[...] educar é formar a consciência, despertar a curiosidade, interesses pelas questões sociais; e ainda levantar demandas sociais e preparar sujeitos e profissionais para lhes fazer frente”. (PASSOS; RODRIGUES, 2010, p. 88).

A ética do cuidado almeja trazer à consciência dos indivíduos uma dimensão da experiência humana, muitas vezes esquecida: a da vulnerabilidade; e como uma dimensão, essa não corresponde à totalidade da experiência humana que é, também, paradoxal. Caímos, muito facilmente, em puros esquematismos que tentam explicar a complexidade humana, mas não devemos perder de vista que, de um lado, a imponência, a beleza, a glória, as vitórias e, de outro, a vulnerabilidade e a fragilidade são dois extremos da experiência humana. Abarcar esses extremos, e tudo que se encontra no meio, é uma atitude de maturidade que não sucumbe à ilusão dualista, porém dá lugar à sabedoria do “tanto isto quanto aquilo”, quando falamos da complexidade, da incerteza da vida e de nossa experiência imersa nela.

É certo que a atenção à vulnerabilidade abre espaço para cuidarmos e sermos cuidados; abre espaço para um estilo de relacionamento caracterizado por atitudes mutuamente comprometidas, nas quais se tende a aprofundar a conexão com o outro, guardando cada pessoa a sua autonomia; a vulnerabilidade dá bases para a fundamentação de uma ontologia das relações humanas. Ao abordar de alguma maneira o tema da conexão, não há como descartarmos os sentimentos e as emoções que envolvem a conexão; além do que, sentimentos e emoções são aspectos que compõem a realidade humana e são abarcados pela ética do cuidado.

## 2.2 Emoções como percepção da realidade e componentes de nosso juízo ético

A ética do cuidado advoga que a fonte real do comportamento ético está “na resposta afetiva humana” ou “na relação”. Essa última entendida como “[...] conjunto de pares ordenados gerados por alguma regra que descreve o afeto — ou a experiência subjetiva dos



membros [isto é, daqueles(as) que estão envolvidos(as) na conexão]”. (NODDINGS, 2003, p.14). Assim, em toda a discussão sobre a eticidade, a partir da perspectiva do cuidado, o foco está no afeto, que dá origem ao sentimento ético do cuidar e à necessidade de permanecer em contato com ele. Isso necessariamente não quer dizer que a discussão naufrague no sentimento, mas que é preciso dar atenção e crédito adequado à base afetiva da existência. (Cf. NODDINGS, 2003, p. 14). Deveras, o reconhecimento e o anseio pela relação, para essa perspectiva da moralidade, constitui a base da ética do cuidado, e “a alegria que acompanha a satisfação do nosso cuidado com a ética ideal que nos sustenta como cuidadoras[es]”. (NODDINGS, 2003, p. 17).

A ética do cuidado dá importância à relação de reciprocidade e à compreensão da vida afetiva — emoções e sentimentos — que compõem o ser humano e se constitui em um aspecto fundamental de sua existência. De acordo com as palavras de Ana Mercês Block (2008), que nos apropriamos para reiterar a nossa afirmação, as “[...] emoções e os sentimentos são como o alimento do nosso psiquismo e estão presentes em todas as manifestações da nossa vida. Precisamos deles porque dão cor e sabor à nossa vida, orientam e nos ajudam nas decisões.” E mais, “[...] são elementos importantes para nós [...]”, dado que “não podemos compreender sem sentimentos e emoções”. (BLOCK, 2008, p. 169).

A bem da verdade, as investigações mais recentes no campo ético têm se preocupado não apenas com as fontes ou os fundamentos do dever moral, mas em demonstrar que as emoções têm um papel central na moralidade. Tais investigações vão desde a perspectiva que vê a emoção como determinante da ação moral até a defesa das emoções como motor da ação moral que leva consigo juízos morais evidenciando que as emoções têm um tipo de racionalidade própria. Aliás, partilhamos do entendimento que as emoções e os sentimentos não são desfavoráveis à racionalidade, pelo contrário, são a partir delas que se explicam a motivação para atuar moralmente. Entender os diferentes modos pelos quais as emoções operam conjuntamente com a racionalidade na construção da ética e da formação da personalidade moral, portanto, daria margem para uma intervenção no campo educativo — o que possibilitaria aos sujeitos gozarem de uma experiência ética genuína com a consciência plena e integral que incitaria a assumir responsabilidades morais efetivas (DELGADILLO; MARROQUÍN; LIÉVANO, 2013).

É certo que existem emoções antissociais, daninhas e ambíguas, porque, ainda que não pretendam derrubar os outros, tendem a ser extremamente destrutivas, a exemplo da inveja, da



vingança, do rancor, do ciúme, do ressentimento e do egoísmo. Descartá-las da teoria moral seria nocivo, posto que constituem parte do espectro emocional de todo ser humano. Emoções como a empatia, a compaixão, a preocupação com outrem e a indignação, ante crueldades, são, por sua vez, necessárias para o desenvolvimento de postura morais adequadas. Uma teoria moral adequada seria aquela que nos conduziria a um entendimento tanto dos sentimentos apropriados quanto aos raciocínios adequados. Por conseguinte, isso ampliaria a nossa capacidade de aprender e cultivar nossas emoções, bem como se responsabilizar e ter controle sobre o que sentimos para termos uma vida satisfatória com nós mesmos e com os outros (SOLOMON, 2007). O filósofo Robert Solomon declara que uma das coisas pela qual podemos compreender o que nos torna seres humanos é

539

[...] ser capaz de nos tornar autoconscientes, refletir e descrever nossos sentimentos, tomar decisões e modificar profundamente o nosso comportamento emocional. Esta é a fonte de nossa liberdade e nossa responsabilidade para com as nossas emoções. E assim, independentemente de quanto alcancemos a entender sobre os mecanismos neurais das emoções, devemos assumir a responsabilidade por nossas emoções e apreciar o papel crucial que desempenham na nossa ética e até que ponto determinam uma boa parte de nossa identidade. (SOLOMON, 2007, p. 314 – tradução nossa).

Todas essas questões estão relacionadas à ética do cuidado, posto que o cuidado é parcialmente emocional, isto é, implica sentimentos e requer certo grau de empatia. As emoções cumprem, por certo, importantes funções no âmbito da moralidade: elas são fenômenos mentais que complementam o discernimento da razão e conduz ao mundo dos valores éticos, estéticos e religiosos; dotam o mundo de significado, pois sem elas só haveria regras e métodos desprovidos de inspiração; exigem do indivíduo uma cuidadosa avaliação da pertinência de cada situação concreta, contrariando as perspectivas tradicionais, que sustentam que uma correta percepção da realidade deve se abster de qualquer conteúdo emocional —, e aqui vale ressaltar a contribuição das emoções nas análises sobre as questões da discriminação, da intolerância e da exclusão; estão constituídas de juízos avaliativos que proporcionam a orientação básica no mundo e em nosso trabalho recíproco com os demais (GONZÁLEZ, 1999; SOLOMON, 2007).

As emoções têm um papel importante no domínio da ação moral ao auxiliar na percepção dos contextos de situações em que elas emergem. Uma correta ação moral deveria ser precedida por uma correta percepção da situação moral. A percepção empática com os



outros, também, permite-nos apreciar a dor alheia. E, em consequência, um compromisso efetivo com a justiça envolve um compromisso intelectual e afetivo. Ademais, não há como fugir da responsabilidade que temos sobre as nossas próprias emoções. A capacidade empática e reflexiva pode reorientar as nossas emoções para que sejam cada vez mais adequadas. Ora, todos esses elementos são direcionados por Alison Jaggar (1997) para o exame do contexto das situações de preconceito, discriminação e intolerância.

Para a filósofa Alisson Jaggar, é possível falar de uma hegemonia<sup>5</sup> emocional que dentro de uma sociedade hierárquica e desigual tende a (re)produzir os valores e normas de grupos dominantes, assegurando a sua perpetuação. Embora essa afirmação não seja tão determinante na constituição da subjetividade dos sujeitos singulares,

540

Seja qual for a nossa cor, é provável que sintamos o que Irving Thalberg chamou de “racismo visceral”; seja qual for a nossa orientação sexual, é provável que sejamos homofóbicos; seja qual for a nossa classe, é provável que sejamos pelo menos um tanto ambiciosos e competitivos; seja qual for o nosso sexo, é provável que sintamos desprezo pelas mulheres. As respostas emocionais podem estar tão profundamente arraigadas em nós, que nos tornam impermeáveis a argumentos intelectuais e podem vir à tona quando dirigimos louvores fingidos e convicções intelectuais diferentes. (JAGGAR, 1997, p. 173)

Decerto, é incontestável que as percepções e valores sexistas ou racistas têm a probabilidade de serem incorporados às nossas emoções, tornando-as, igualmente, racistas e sexistas. O trecho supracitado deixa claro que as nossas respostas emocionais, até mesmo as mais viscerais, por que menos conscientes, estão permeadas pelos valores sociais dominantes; o que, por consequência, pode transparecer como uma “viseira”, na medida em que tende a obscurecer a nossa capacidade de perceber situações de abusos, exclusões e menosprezos. Entretanto, a influência preponderante que a sociedade exerce sobre a nossa constituição emocional não é absoluta. As pessoas podem experimentar emoções convencionalmente inaceitáveis, chamadas por Alison Jaggar (1997, p. 174) de “emoções proscritas” — ou seja, as emoções censuradas e interditas socialmente, tais como a raiva, a indignação, etc., vivenciadas de forma visceral. Essas, para além de atestar uma desordem, confusão ou um distúrbio psíquico podem ser a janela pela qual podemos visualizar o sofrimento ou o coração dilacerado de indivíduos ou de grupos subalternos mantidos à custa da manutenção do *status quo*.



A vivência de uma emoção proscrita, por parte de indivíduos e condições de subalternidade, pode proporcionar a incapacidade de nomear experiências dolorosas e até dúvidas sobre a própria sanidade. Contudo, “quando certas emoções são compartilhadas ou validadas por outros”, essas formam uma subcultura definida por percepções, normas e valores que se opõem às dominantes (JAGGAR, 1997, p.174); daí a relevância e o caráter subversivo que oferecem em termos políticos, epistemológicos e éticos. Evidentemente, as considerações de Jaggar (1997) sobre as emoções proscritas têm um caráter profícuo para a ética e para a educação, uma vez que nos direciona à compreensão de que os sujeitos movidos por emoções estão engajados no que estão fazendo.

Entender “onde aperta o calo do outro”, a dor alheia e os motivos que os(as) levam a tomar certas atitudes nos torna, ou deveria nos tornar, melhores como pessoas. No caso das situações de exclusão, discriminação e intolerância, a violação de direitos só pode ser entendida como fruto de um processo de distorção de “educação” daqueles(as) que deveriam resguardar e lutar pelos direitos fundamentais de todo ser humano, a saber: o(a) docente. O posicionamento ético de todo(a) profissional de educação deve contrariar a toda atitude de indiferença que permeia a educação dominante. Não é possível esquecer que o Brasil é um país que já nasceu com a marca da exclusão e herdamos a insensibilidade diante da miséria alheia. É preciso mexer com a mentalidade que nos priva temporariamente de sensibilidade para com a dor alheia. Isso demanda afeto, no sentido epistemológico de se sentir afetado e responsáveis pelas situações de violação de direitos, bem como compromisso político em prol da modificação das estruturas sociais.

Uma sensibilidade, pautada na consciência do papel da afetividade, conduz-nos a entender, como deixa explícito Bader Sawaia (2008) em seu artigo, que a exclusão não é algo adquirido, pois se trata de um fenômeno complexo de determinações sociais mediadas por marcadores biopsicossociais, tais como raça, classe, idade/geração e gênero. Ora, a depender da combinação das múltiplas opressões resultantes de marcadores sociais negativados pelo contexto societário, e que vão sinalizar os lugares de pertencimento na organização social, as desvantagens resultantes da articulação dinâmica dos eixos de poder podem materializar-se em situações bastante arriscadas e que, em contextos de vulnerabilidades pré-existentes, produzem diferentes efeitos no processo de desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

<sup>5</sup> Por hegemonia, entendemos, tal como Antonio Gramsci, uma combinação entre direção moral, política e intelectual com dominação, exercida através do consentimento e da força, posto que não haja possibilidade de existir um convencimento generalizado ou absoluto por parte de toda a sociedade.



A exclusão não apenas promove o desempoderamento e acentua a vulnerabilização dos indivíduos. Ela, também, envolve um embotamento emocional que afeta a capacidade de julgamento dos indivíduos, as suas relações pessoais, a sua segurança, o seu amor-próprio e a sua autoimagem. Nas palavras de Cecília Pires (2004, p. 26), a carência e as necessidades são vivenciadas de forma trágica por esses sujeitos — a ponto de não só agredirem a subjetividade e o ser social dos indivíduos, mas de aniquilá-la. As pessoas excluídas são conduzidas a um “[...] comportamento em que o negativo do valor configura-se de modo positivo, numa situação de beligerância e de dissimulação” (PIRES, 2004, p.26); ou seja, a um estado em que as potencialidades e direitos são esquecidos, em que uma identidade negativa se cristaliza e a servidão e a miséria são interiorizadas.

Deveras, ao encaminhar as nossas considerações para a finalização desse texto, devemos demarcar que a ética do cuidado argumenta que as emoções e os desejos são imprescindíveis para alcançar a sabedoria moral, bem como aponta para a necessidade de estarmos concernidos em relação a situações de exclusão e discriminação. Quando nos concentramos em nós mesmos, diminuimos a nossa capacidade de compadecer e ter empatia; contraímos o nosso mundo e maximizamos os nossos problemas. Ao voltarmos, ao contrário, a nossa atenção para os outros, avultamos a nossa capacidade de conexão e sintonia; o nosso mundo expande e os problemas parecem mínimos. Já dizia um provérbio sueco que “Uma alegria compartilhada se transforma em dupla alegria; uma pena compartilhada, em meia pena.”

Estudos no campo das neurociências, em especial o novo campo da neurociência social, ao analisarem a compaixão — através de imagens de ressonância magnética funcional e tomografia por emissão de prótons, produzidas durante os relacionamentos sociais —, sinalizam que, por padrão, o cérebro nos ordena a ajudar. Conquanto notemos a outra pessoa em sofrimento, temos empatia; observamos o outro, sentimos o que ele(a) sente e agimos para ajudá-lo(a). No momento em que temos empatia, nossas emoções e pensamentos entram em sintonia com os da outra pessoa. A atenção desempenha um papel primordial para a consciência social e desenvolvimento da empatia e da sintonia com o outro. Como deixa claro Dwight Furrow (2007, p. 87): “[...] estar atento é uma função daquilo que nos preocupamos”. [...] Assim como um elevado estado de medo ajuda a detectar perigos no meio ambiente, um elevado estado de empatia ou compaixão engaja a nossa capacidade de detectar propriedades moralmente relevantes”. A atenção e, em seguida, o estabelecimento de laços empáticos





genuínos, portanto, coloca-nos em um estado psicológico de preparação para notar e responder as necessidades alheias.

Enfim, a ética do cuidado, por certo, não tenta transmitir formas morais valiosas por si mesmas, nem convertê-las em condutas a serem seguidas à risca. A melhor contribuição que ela oferece é apontar a moralidade como algo relacionado ao cultivo de hábitos virtuosos, como modo de ser e de se comportar, e que aqui nesse artigo nos limitamos ao aprendizado da nossa vulnerabilidade e do valor das emoções para os juízos morais.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BENHABIB, Seyla. “O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista”. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 87-106.

CORTINA, Adela. *Ética de La razón cordial: Educar en la ciudadanía en el siglo XXI*. 2. ed. 1ª reim. Madrid: Ediciones Nobel, 2009.

DELGADILLO, Mejía Andrés; MARROQUÍN, Mônica Almanza; LIÉVANO, Betsy Perafán. “Las emociones en el eterno presente de la acción ética”. In: 2º Congresso Latinoamericano de Filosofía de la Educación - La Filosofía de la Educación: Tradición y Actualidad, 2013, Montevideo. *Anais...* Montevideo: Instituto de Educación, Universidad de la República/ ALFE, 2013. 1 CD-ROM.

FARGANIS, Sandra. “O feminismo e a reconstrução da ciência social”. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-240

FURROW, Dwight. *Ética: conceitos chaves em filosofia*. Tradução Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à vida adulta*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GONZÁLEZ, Mariano Rodríguez. *Una introducción a la filosofía de las emociones*. 1. ed. Madrid: Huerga y Fierro, 1999.





JAGGAR, Alison M. “Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista”. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p.157-185. Coleção Gênero; 1.

JAGGAR, Alison. “Ética feminista: algunos temas para los años noventa”. In: CASTELLS, Carme (org.). *Perspectivas feministas em teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996. p. 167-184.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2009, p.77-84.

MATOS, Olgária Chain Féres. *Discretas Esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MATOS, Olgária Chain Féres. *História viajante: notações filosóficas*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NARAYAN, Uma. “O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental”. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-292

NODDINGS. *O cuidado: uma abordagem feminina à ética e à educação moral*. Tradução Magda Lopes. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

PIRES, Cecilia Maria Pinto. *Ética da Necessidade e Outros Desafios*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

REICH, Warren T.. “History of the Notion of Care”. In: REICH, Warren. *Encyclopedia of Bioethics*. 2. Edition. 5 Volumes. New York: Simon & Schuster Macmillan, 1995, p. 319-331. Disponível em: <<http://care.georgetown.edu/Classic%20Article.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SANDER-STAUDT, Maureen. “Care Ethics”. In: *The Encyclopedia Internet of Philosophy IEP*; 2011. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/care-eth/>>. Acesso em: 10 nov. 2014

SAWAIA, Bader. “O sofrimento ético- político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 97-118.

SOLOMON, Roberto C.. *Ética emocional: uma teoria de los sentimientos*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

TORRALBA ROSELLÓ, Francesc i. *Antropologia do Cuidar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (série enfermagem).

TRONTO, Joan C. “Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?”. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p.186-203. Coleção Gênero; 1.

WALDOW, Vera Regina. *Cuidar: expressão humanizadora da enfermagem*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.



## **TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL DOS PROTOCOLOS DE GÊNERO: RAIZ MODELADORA DA EDUCAÇÃO FEMININA DIANTE DA VIOLÊNCIA CONJUGAL**

SCAFFO, Maria de Fátima  
Universidade Federal Rural /RJ  
fatimascaffo@gmail.com

545

### **Resumo:**

Este artigo analisa a maneira pela qual a mulher, historicamente, responde, no cenário familiar, à violência conjugal. O recorte adotado como objeto de estudo consiste em uma modalidade típica de violência perpetrada à mulher no contexto das engrenagens que configuram o encontro homem-mulher. Considerando a questão de gênero, levanta-se a seguinte indagação: a posição da mulher é construída em função dos princípios educativos que condicionam um determinado tipo de papel a ela ou existem outros determinantes? A análise e a discussão dessa temática serão realizadas considerando a transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero de mãe para filha, bem como a constante reedição, que se constitui como raízes modeladoras da dinâmica do feminino nessas relações, nas quais a mulher ocupa historicamente um plano subalterno.

**Palavras-Chave:** Violência. Submissão. Feminina.

### **Abstract:**

This paper analyzes the way in which women historically replies, familiar scenario, marital violence. The clipping adopted as the object of study consists of a typical type of violence the woman filed in the context of the gears that make up the encounter between men and women. Considering the gender issue, rises the following question: the position of women is constructed based on educational principles that determine a particular type of paper to it or there are other determinants? The analysis and discussion of this theme will be carried out considering the psychic generational transmission of gender from mother to daughter protocols, as well as constant reissue, which is shaping as roots of these dynamics of female relationships in which the woman occupies a historically plan underling.

**Keywords:** Violence. Submitted. Women.



## Introdução

A violência é um fenômeno multifacetado que perpassa todo ordenamento social desde que se têm registros da humanidade. Não sendo uma exclusividade da relação entre homens e mulheres, existe em relação às crianças, aos idosos, aos deficientes, aos portadores de traços raciais e àqueles que apresentam uma dada orientação sexual. Em princípio, não se limita propriamente ao uso da força física. Consiste também na potencialidade de uso como forma de ameaça, como imposição da vontade de um sujeito contra outro ou de grupos contra outros que são inscritos, socialmente, como diferentes. Certamente a questão da diferença, seja qual for, tem um peso fundamental no tocante à violência, pois conforme afirma Velho (1996, p. 12), “quando se fala em diferença, nos vários domínios da vida social, lidamos com atores, indivíduos ou grupos que podem ser distinguidos, esquematicamente, como aliados, competidores ou, mesmo, adversários potenciais”.

Também não é um fenômeno restrito ao universo de povos menos esclarecidos e, tampouco, de uma determinada região do planeta. Atinge camadas sociais de alto poder aquisitivo, independente de raça, sexo, escolaridade, estado civil, embora não possamos deixar de considerar que sua incidência esteja voltada para os mais incapacitados, vulneráveis e dependentes.

Entre as várias formas de violência, optamos por nos concentrar em uma de suas modalidades: a violência conjugal contra a mulher. Como é fruto de um processo complexo, de motivação, intensidade e formas variadas, entendemos que a expressão “violência conjugal” deve ser analisada não só se considerando a multiplicidade de dispositivos que levam a sua ocorrência, como também as suas formas de execução: física, psicológica, patrimonial, sexual, entre outras.

Embora a violência física seja, frequentemente, considerada a mais inaceitável por causar debilidade, mutilações e até morte, as agressões morais e psicológicas, mesmo não provocando marcas visíveis no corpo, também acarretam consequências tão graves quanto as físicas. Essas ocorrências destroem a integridade moral e psíquica, resultam em baixa estima, em depressão e em ideações suicidas, entre outras sequelas.

Várias são as dificuldades encontradas quando se analisa o inquietante fenômeno violência contra a mulher. Primeiramente, os atos perversos ocorridos no cotidiano conjugal acabam sendo banalizados, e, se não, a vítima na maioria das vezes sofre em silêncio, aguardando que esses não ocorram mais. Em segundo lugar, algumas mulheres buscam, como objetivo defensivo, subtrair do próprio comportamento ações que acreditam ser causadoras do descontentamento do cônjuge, considerando que sua mudança pode evitar novas agressões, ou seja, a mulher aprende a identificar o processo agressivo, desenvolvendo estratégias para contê-lo. Outra questão é a existência da



difusão crescente da violência que segue as ondas do progresso científico, o qual, ao invés de freá-la, parece produzir meios técnicos de disseminação bem como estratégias de ação. Por outro lado, o aparato legal, em sua funcionalidade, não se tem mostrado eficaz no sentido de minimizar a prática da violência.

Essa triste constatação nos encaminha para uma reflexão. Se o aparelhamento científico, bem como a difusão de normas reguladoras não são em si suficientes para abrandar a violência, então devemos supor que o imaginário humano se encontra “povoado” de intenções de violência, que dificilmente são lançadas para o campo do esquecimento, e, quiçá, transformadas em vetores inoperantes ou que caíam definitivamente em desuso. Essa seria uma esperança, porém não é o que retrata o viver cotidiano, tanto nos grandes centros urbanos quanto em populações que vivem no meio rural.

Em certo sentido, há mais do que se pensa, uma propagação muito forte de violência dirigida à mulher, em contextos como a família, a escola, as empresas e outros espaços de socialização. Esses parecem fortalecer a perpetuação, no imaginário social, da naturalização da existência de certas formas de violência, transmitidas provavelmente na educação familiar, em que a mãe se encarrega de apresentar para a filha um papel identitário de submissão e sujeição ao homem.

Diante de uma questão tão complexa, enfatizamos que, neste estudo, objetivamos analisar a posição da mulher frente à violência conjugal, buscando possíveis articulações com o campo interdisciplinar da memória social, seja pela propagação, seja pela produção de mecanismos que mantenham para ela inalteradas determinadas condições. Tudo acontece como se a mulher já tivesse um destino traçado, em relação ao qual nada pudesse ser feito para mudá-lo. Eis o que se depreende de estereótipos relacionados à maternidade, à condução do lugar, entre outros, que socialmente são pensados como tarefas que deverão ficar ao encargo da mulher. Mas e se ela não se dispuser a representar esse papel que historicamente lhe foi escrito como uma determinação? Quando isso acontece, expectativas são desfeitas, seja em relação ao homem que internalizou um modelo do que deve ser uma mulher, seja da mulher que reproduz as características de sujeição e de submissão sem sequer se dar conta disso.

A história das práticas que caracterizaram, até a atualidade, a condição da mulher tem sido uma história acompanhada de múltiplas formas de violência, a qual conheceu seu apogeu no século XX.

A construção da mulher como um ser que, socialmente, deve submeter-se a determinado tipo de ordenação, e, conseqüentemente, assujeitar-se ao homem, contribuiu para um tipo de



representação dela: houve a sua institucionalização como ser frágil e, portanto, como uma espécie irracional que deve ser constantemente controlada. Isso produziu as formas mais diversificadas de violência tanto no sentido de tornar a mulher um ser dócil e obediente quanto de adequá-la às vontades do homem. Mas se foi essa a representação construída para a mulher, indagamos: por que, então, ela, de certa forma ainda, com raras exceções, se encaixa em tal papel?

Estaríamos diante de uma ordem que se impõe pela força e que como tal é geradora de violência, o que se reproduz no contexto das relações conjugais? Sendo assim, a violência conjugal é fruto de uma ordem social legitimada por uma violência simbólica praticada a partir de parâmetros considerados naturais e universais. Vista por essa ótica, a violência está associada à intolerância com a diferença. E aqui cabe uma indagação: em que a mulher espelha a condição de diferença? Em princípio, poderíamos afirmar que se trata da produção de um arranjo, de cunho subjetivo, que desconhece a aplicação da justiça para quem se encontra em uma posição diferente, seja em termos de superioridade, seja em condições de inferioridades reais ou imaginariamente construídas.

Disso, então, depreendemos que, na violência conjugal, configuram-se estruturas de poder repressivo, utilizadas pelo homem para a manutenção de seu domínio, e que, na prática, vertem-se em exclusão e imposição de uma ordem. Na visão do homem, a mulher que é alvo da violência encontra-se situada no âmbito de uma representação social de um ser que concentra o mal, sendo, por isso, objeto de ódio e maus tratos. Aqui evocamos a reflexão de que “a violência frequentemente advém do ódio. Isto é um lugar-comum, e o ódio pode realmente ser irracional, mas o mesmo vale para qualquer outro sentimento humano. Não há dúvida de que é possível criar condições sob as quais os homens são desumanizados” (ARENDDT, 1994, p. 47). Salientamos que o caráter de desumanização presente naquele que pratica qualquer tipo de violência também se encontra no contexto da violência conjugal. Daí ser importante aprofundar a reflexão no sentido do entendimento dos motivos que ainda servem de suporte, na atualidade, a este tipo de violência.

### **A relação mãe-filha e a transmissão da ordenação de submissão e sujeição femininas**

A discussão sobre essa temática depara-se com muitas construções míticas e preconceitos que devem ser derrubados. Por tal razão, a análise da violência conjugal apresenta contornos próprios. Contudo dar-lhe-emos um recorte ainda pouco explorado nas investigações sobre posição da mulher frente à violência: a transmissão geracional psíquica de protocolos de gênero de mãe para



filha. Eis a nuance que pretendemos focalizar. Ressaltamos que uma das razões que nos levam a trilhar esse caminho é o fato da relação conjugal, no contexto da violência, abrigar fronteiras psíquicas muito tênues no contínuo agressor-agredido; por isso, transforma-se em um campo fértil para várias identificações e reedições que passam despercebidas tanto para a mulher, que reproduz o legado da violência, no processo de educação e constituição de sua filha, quanto para a esta própria, que segue a ordenação apresentada por aquela sem maiores questionamentos, apresentando-se, na maioria das vezes, em uma posição queixosa.

A hipótese lançada nesta discussão, embora a violência seja atualizada pelos atravessamentos sociais, produtores de novas demandas, é a de que a dupla mãe-filha reedita na geração seguinte as experiências de violência que concernem à geração anterior. Portanto, a transmissão de protocolos de gênero de mãe para filha pode se constituir em um forte indicativo para a manutenção da subordinação feminina versus opressão masculina. Sendo assim, configura-se um percurso no qual a mulher passa por diferentes momentos. Em um primeiro tempo, são evocados arquivos que atualizam lembranças potencializadoras de ações nas quais a mulher deixa transparecer o legado de submissão de gerações passadas que lhe foi transmitido. Trata-se de um encontro retrospectivo que reconstrói um cenário no qual a violência impetrada contra a mulher é abordada de forma natural e universal.

A própria mãe, em nome da proteção à sua filha, pode fazer remissão a arquivos da histórica mítica familiar que apregoam a violência contra a mulher. Em geral, a mãe, ao transmitir esse legado à sua filha, desconhece a engrenagem da estrutura de poder a que se submete. Em segundo tempo, esse legado se apresenta como um espelho maléfico no qual mãe e filha se alinham na série da dependência e da submissão. Trata-se de uma continuidade que reflete a realidade de uma configuração de gerações passadas. Em certo sentido, tem-se a atualização de uma imagem que remonta a um tempo imemorial de uma dada conformação social e familiar, decisivo na reconstituição da identidade feminina em termos da condição de sujeição e submissão. Aquilo que a jovem encontra nos protocolos apresentados pela mãe é, na verdade, uma reconstrução, no sentido utilizado por Halbwachs (1994, p.89) ao afirmar que “pela convergência de circunstâncias exteriores e dos acontecimentos da narrativa, recria-se uma impressão original que deve ser bastante vizinha daquilo que sentimos. Porém de toda maneira, isso é apenas uma reconstrução”.

Valemo-nos dessa prerrogativa para tecer uma consideração sobre o processo de construção da identidade de gênero pela menina. Chodorow (1978, p. 152) argumenta que as meninas desenvolvem sua identidade de gênero no contexto da identificação com a mãe, em uma relação





continuada, em que a jovem mulher se capta mediante o olhar rememorado da criança que foi para a mãe e que, de certo modo, tenta conservar. Sendo a educação dos filhos circunscrita ao espaço privado, contexto desvalorizado face ao público, a mãe, responsável pela criação deles, também se torna desvalorizada socialmente. A menina, ao se identificar com o outro (a mãe) desvalorizado, passa a ocupar o lugar da vulnerabilidade, da baixa-estima e consequente dependência. É interessante salientar que, para a menina, seguir outro caminho além daquele apontado pela mãe pode significar desproteção e desamor. Sendo assim, a configuração que é espelhada pela mãe para a filha torna-se bastante consistente para ser rompida ou desfeita, visto que traz a marca de proteção, que, em termos de lembranças, reporta-se à sua própria infância.

Cabe salientar que a mãe tanto pode apresentar uma configuração atrelada ao imaginário de seus ancestrais, quanto um tipo de espelho fixo no qual a filha deverá captar-se. Eis a expressão da identidade de sujeição feminina que se desvela no processo educativo, quando são utilizados, pela mãe, parâmetros diferenciados em relação à educação dos filhos homens e das filhas mulheres. Nesse sentido, um aspecto na relação mãe-filha tem um peso fundamental. Trata-se da transmissão da condição de dependência que a mãe apresenta para a filha em termos naturais. A esse respeito, Vianna et al (2006, p. 14) ressaltam que o conceito de dependência inclui diferentes tipos de fenômenos, entre eles o da a submissão – incapacidade de a mulher se manter. Além disso, o fenômeno da submissão condiciona a mulher em função do outro, e a dependência faz com que se ajuste ao que se espera dela por medo de abandono. Quanto a essa posição, Benjamin (1990, p. 57) argumenta que será refletida em outras relações, em que “a posição do homem é de fazer da mulher um objeto, tanto na sua violência contra ela como no seu autocontrole racional. Já a posição da mulher é de se sentir um objeto passivo e aceitar sua falta de controle”. No que tange ao comportamento da mulher, relegar suas necessidades afetivas a segundo plano, ressalta Vianna et al (2006, p. 16) que: “é exatamente aqui que acontece a vivência do vazio interior como sensação de carência e confusão que as faz sentirem débeis, fracas e tender a estar compulsivamente dependendo de outra pessoa, *terreno fértil para a violência de gênero*”.

A noção de gênero vem muitas vezes sendo confundida com a ideia de sexo feminino, quando, em realidade, aquele surgiu exatamente para destacar essa distinção (SCHRAIBER & D’OLIVEIRA, 1999). Mas não devemos esquecer que gênero é um constructo abstrato, um princípio de classificação que intensifica a apreensão da complexidade das relações sociais. Na opinião de Mead (1979), os conceitos de gênero são, principalmente, culturais e não biológicos, ou





seja, ideias revolucionárias que só recentemente, por meio do movimento feminista, receberam atenção.

No entanto, no campo das relações sociais, em especial nas relações conjugais, em que a violência continua ocorrendo em ampla escala, ainda se constata a universalidade da opressão masculina e a convivência social com a dominação e a violência contra a mulher. Sendo assim, “a violência de gênero decorre da própria forma pela qual se organizam socialmente as relações entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1999, p. 159). Estamos desse modo, sinalizando que a violência de gênero é estruturada em dois âmbitos: no contexto da educação da mulher pela transmissão de valores na família e no padrão das organizações sociais. Compreender o fenômeno violência contra a mulher exige uma análise multifatorial que contemple a diversidade de aspectos estruturais (economia, sociedade, cultura), históricos (grupos sociais e sua localização em um tempo histórico-social) e conjunturais (contexto no qual a violência se expressa).

A violência à mulher é tecida pelas dimensões de gênero, que, por sua vez, encontram-se espelhadas nas formas discursivas e no sistema de valores que circunscrevem o feminino como frágil, com menor capacidade de racionalidade, pertencente a um “plano de fundo”. Essas introjeções não operam apenas na ordem simbólica, mas, sobretudo, estruturam lugares sociais que potencializam relações historicamente marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres, fenômeno que atinge a todas as classes sociais, a todas etnias, a todas religiões e a todas culturas, ocorrendo em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social.

As concepções do que é ser homem ou mulher, cuja transmissão geracional ocorre pela memória, ainda se encontram impregnadas pelo padrão patriarcal, cujo binarismo - virilidade agressiva natural do homem e passividade masoquista da mulher - confere ao amálgama da submissão feminina certa naturalidade.

Retomando a hipótese já apresentada no início de nossa reflexão, discutimos a seguir a transmissão de protocolos de gênero de mãe para filha, considerando tal processo como um indicativo para a manutenção da subordinação feminina frente ao masculino.

### **A construção do ser mulher marcado por memórias ancestrais**

Ser mulher é resultado de uma intrincada rede de significações sociais que remete a inúmeras representações: papéis, modelos de comportamentos, preconceitos, interditos morais, entre outros. Esses protocolos impregnados pela concepção do patriarcado, exercidos primeiramente



no seio familiar, não só reduzem as possibilidades de escolhas de como ser como inculcam modelos universalistas e assimétricos.

Encontramos concordância com esse posicionamento teórico em D'Avilla Neto (1994, p. 39), ao afirmar que “a família, criando diferentes papéis para seus membros, bloqueia as condições necessárias para que se possa assumir livremente a identidade”. A esse respeito vale lembrar que Giffin (1994) identifica a família como a principal instituição que organiza as relações sexuais entre gêneros. Nesse sentido, discutimos o papel dos atores da família na transmissão dos protocolos, bem como a condição restritiva que apresentam.

Como *locus* de controle social, os agentes da estrutura familiar atuam diretamente sobre o corpo da mulher por meio de proibições, de punições e de compensações; demarcam a assimetria de poder entre o homem e a mulher, cuja identidade principal é a de mãe. Nesse espaço privado, a mulher-mãe é responsável pela construção de moldura estreita para as meninas e incentivo à autonomia e à realização profissional para os meninos, repetindo, de forma inconsciente ou não, o discurso ideológico da divisão social de papéis entre o público e o privado.

Tal discurso, carregado de silêncios e ocultações, hierarquiza o lugar da mulher na sociedade, alocando-a na esfera privada como cuidadora dos filhos e do marido, inibe iniciativas de realização profissional, naturaliza as desigualdades entre os gêneros, levando a mulher à marginalidade social.

É importante salientar que o processo de sentimentalização do espaço familiar, que confinou a mulher ao lar, também outorgou a ela uma forma de poder sobre os bens “simbólicos” – os filhos, para quem “ela se torna produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de mandos e dúvidas” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 39). Essa produção, fruto de experiências no lugar de filha, ao ser transmitida, pode ser suavizada em nome do projeto que aprendeu a defender: a manutenção da família unida. Mantê-la é não fracassar diante da própria mãe e da sociedade, é cumprir um papel atribuído a sua natureza: natureza voltada para o Outro.

Presas ao lugar que lhe é destinado pelo discurso da natureza feminista, a mãe-mulher produz e reproduz suas memórias e significações para a filha-mulher: processo que se tornará pilar na subjetivação do feminino. Na transmissão de sua história não há necessariamente a busca do que é verdadeiro, mas a alimentação de estereótipos que visam à localização do homem e da mulher no cenário social. Conforme afirma Hirigoen (2008, p. 58), “as mães contribuem na fomentação desses estereótipos educando seus filhos homens para que sejam valentes, (...) as filhas para serem dóceis (...) e a centrar-se nas necessidades dos outros”.



Dessa forma, observamos que as exigências protocolares relativas ao espaço privado - família - incidem muito mais sobre a mulher. A aderência às normas e aos costumes familiares, organizada em torno da mãe pela dependência, e, em torno do pai pela obediência, tornam a mulher-filha herdeira de uma cultura de subordinação e desvalorização. Ao receber prescrições que atravessam gerações de lugar secundário, a mulher desenvolve altíssimo grau de identificação com um passado formatado por concepções patriarcais, cujo relevo atravessa seu imaginário, não lhe permitindo discernir se o traço identitário é fruto de uma memória herdada. Tal assunção dos protocolos de gênero, transmitidos pela mãe, faz com que seja estabelecido um pacto, por vezes silencioso, entre ela filha, de manutenção do enquadramento comportamental.

Na relação mãe-filha, a mãe é senhora da memória e do esquecimento. Portanto, por meio da produção discursiva materna, na construção do ser mulher da filha, ficam evidentes as escolhas maternas entre os ditos - não ditos, silêncios, esquecimentos, afirmações e negações. Assim, “a função da lembrança é conservar o passado na forma que é mais apropriada a ele, ou seja, só fica o que significa” (BOSI, 1979, p. 384).

Sendo assim, a força discursiva materna inclui a filha em um processo de enquadramento social que transcende a individualidade, e, conseqüentemente, nega a diferença, impondo homogeneidade ao feminino. Essas imposições implícitas ou explícitas regulam a socialização que cada nicho social produz para aquele sujeito. No caso da mulher, a subjetivação das funções é marcada pela ambigüidade do discurso materno, pois, “por um lado, educa-se as meninas para que esperem o príncipe encantado e, por outro, elas são orientadas a se portarem contra todos os demais homens” (HIRIGOEN, 2008, p. 63).

Tal ambigüidade discursiva que, se prepara a mulher para representar a personagem da princesa encantadora, atrativa, amável e compreensiva, também a faz antagonicamente buscar se proteger de um perigo que não aprendeu a reconhecer, mas somente a respeitar. Nessa teia, a autenticidade e a capacidade de filtrar e de reagir aos autênticos e reais perigos ficam minadas, resultando em sublimação de sua assertividade e objetividade. A instrução para desempenhar o papel de viver à espera de alguém e de viver para este Outro faz com que se esqueça de si mesma e que aceite decisões ao invés de tomá-las.

Ressaltamos que ser o Outro, prescrição explícita no discurso materno, envolve não só uma mentalidade casamenteira, a demarcação do lugar feminino e suas atribuições, mas também instala uma concepção de sexualidade que exige “a passividade erótica da mulher na conjugalidade”



(ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 34). Assim, a identidade feminina dá-se por intermédio da construção discursiva materna, que transcende as particularidades das individualidades femininas.

Dessa forma, as heterogeneidades são dissolvidas, e os aspectos singulares passam a integrar um todo generalizado que *consolida a natureza feminina*, cujo eixo básico envolve afetividade, carência, dependência, submissão e intuição. Essa “natureza” é inscrita em processos mais amplos, ou seja, para além do espaço privado familiar, que valorizam essas mesmas qualidades, estabelecendo-as socialmente para a mulher de família. Essa mulher, espelho de sua mãe, tem o casamento e a maternidade como destino. A exemplo de sua mãe, torna-se a primeira educadora de seus filhos, transmitindo-lhes os comportamentos que asseguram a organização social da qual faz parte. Ressaltamos que cada processo de transmissão protocolar aos descendentes evidencia a associação emocional, ou seja, a programação recebida da geração antecedente. Ao ficar, portanto, colada ao discurso materno da geração que a antecede, a mulher abdica de criar sua própria existência.

A submissão à memória herdada da mãe implicará a reprodução do modelo de relacionamento dos pais. Assim, os traços mnêmicos experimentados no lugar de filha interpõem-se ao fluxo do momento presente, impondo a necessidade de elaboração do legado que lhe foi transmitido. A não elaboração das vivências passadas, ou melhor, a não atualização dos *scripts* que constituíram seus traços identitários poderá causar consequências extremamente negativas para si própria, e, conseqüentemente, para o seu relacionamento conjugal.

A seguir apresentamos algumas dessas consequências, entre tantas, ocasionadas pela assunção irrefletida dos protocolos de gênero transmitidos geracionalmente pela dupla mãe-filha.

#### Condicionamento protocolar: algumas consequências

A aprendizagem dos protocolos de gênero transmitidos de mãe para filha forma a subjetividade feminina. Eis um aspecto bastante interessante acerca da construção da identidade feminina, pois conforme assinala Kolbenschlag (1991, p. 61):

(...) sem uma relação íntima, desde o começo da vida, com uma figura materna, não podemos ter identidade, não podemos elaborar nenhuma sensação de nós “mesmos”. Contudo, sempre há o risco da destrutividade inerente a essa relação, que pode aleijar e deformar a próprio self que cria.



As projeções dos pais em relação aos filhos, independente do sexo, são diferentes e têm início antes do seu nascimento. No entanto a restrição e o direcionamento quanto ao papel social que a filha desempenhará no futuro unem os pais nas etapas de seu desenvolvimento. Como administradora dessa educação, a mãe passará grande parte do seu tempo ao lado de sua filha, modelando suas manifestações comportamentais. Essa questão pode ser uma explicação para a mulher apresentar recato e pudor em relação ao seu próprio corpo. Em tal relação, a filha é estimulada desde cedo à simbiose materna, condição que pode perdurar por toda sua existência em função de seu frágil autoconceito.

A permanência nessa condição transforma sua relação com amigos e cônjuge, entre outros, uma forma incessante de obter aprovação ou reconhecimento nos moldes da relação materna. A compulsão em receber aceitação e aprovação, semelhantes à condição de filha, efeito nocivo dos protocolos memorizados, leva a mulher a desenvolver culpa e ressentimento, em especial no âmbito da relação conjugal. Ao abdicar da responsabilidade pela autorrealização, cria um vácuo existencial que procura preencher limitando-se ao papel de reprodutora e guardiã do lar.

Para Kolbenschlag (1991, p. 61), “as filhas repetem a vida emocional das mães e a mãe pode cobrar tributo pela dedicação, educação e proteção da filha: pensar igual a ela, agir igual a ela, ser igual a ela e realizar o que ela não conseguiu”. Essa cobrança explícita ou não tem o mesmo potencial deletério na vida psíquica da filha, que oscila entre o atendimento ao que a natureza lhe destinou ou o pagamento do preço do afastamento do dom inato para ser feliz como mãe de família.

Ressaltamos que as duas condições citadas não escapam à armadilha cultural para a mulher. A dinâmica da perpetuação das características do feminino transmitidas pela educação materna ultrapassa o âmbito da relação primária mãe-filha, e, são efetivamente reforçadas por todas as instituições sociais. Essas instituições solidificam mais a repetição dos protocolos, principalmente em relação à maternidade, freando os possíveis desejos de transcendência pelos de estereótipos de rejeitadas, de incompletas e de desnaturadas.

Assolada pelos desapontamentos familiares e sociais, a mulher vê-se coibida pelas pressões institucionais que negam sua autorrealização por meio da individualidade. A ausência de autodeterminação ocasionada por uma existência de dependência emocional causa efeitos nocivos óbvios na conduta feminina.

É comum o aparecimento de disfunções psíquicas, entre as quais destacamos as depressões, as compulsões alimentares, a insônia, a instabilidade humoral, todas associadas a uma série de



temores. Algumas se tornam comatosas, passivas, apresentando aparente satisfação com seu papel herdado. O caminho que leva ao afastamento dos protocolos de gênero também se apresenta árido e hostil. Lembramos que a internalização dos protocolos transmitidos na relação mãe-filha é oriunda das mensagens anteriormente recebidas e envolvem, no mínimo, três gerações. São transações que tomam por base significados e crenças de uma comunidade, de uma classe social, de uma organização política, de um parentesco e de uma religião.

Portanto, romper com os protocolos é romper com a memória coletiva predominante no qual as memórias fazem referência. Aqui nos reportamos a Halbwachs (1968, p. 21):

556

A concepção da função primordial da memória, enquanto imagem compartilhada do passado que é a de promoção de um laço de afiliação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo, que cristaliza os valores e as aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem.

Retomando a questão do afastamento dos paradigmas e suas consequências impostos à mulher, assinalamos que outros conflitos advindos das pressões externas se instalam. Nessas circunstâncias, a mulher é vista de forma distorcida e negativa. Em decorrência disso, diferentes estratégias de controle são empregadas tanto pela mãe quanto por diferentes instituições, visando a restringir ou mesmo a enquadrá-la em sua posição na ordem social.

Em resposta a essas pressões, a mulher pode desenvolver diferentes atividades compensatórias. Por exemplo, o comportamento de aquisição de bens de consumo como forma de demonstração de autonomia, de tomada de decisão e de poder. O consumismo causando sensação de mobilidade, de exercício de escolha e de gerenciamento econômico provoca a ideia de autossustentação, de sensação compensatória para o baixo nível de autorrealização.

Essas manobras, que visam a assegurar o poder de autorrealização de forma diversa do papel prescrito, são mecanismos de esquiva-desvio do sentimento de opressão e de desproteção, causado pelo seu afastamento do desempenho do papel de mãe de família.

A concepção do que é ser mulher é intuída pela filha por intermédio da aprendizagem, ou melhor, da leitura dos sinais ambivalentes maternos, que a estimulam à autossuficiência, à realização dos projetos da mãe na condição de mulher, à escolha do seu destino, e, antagonicamente, a dar, procriando, continuidade a existência materna.





Fica claro que os protocolos recebidos pela mãe não lhe permitem escolhas. Ao contrário, direcionam-na para gestar um Outro antes de si mesma. Presa a armadilha da repetição protocolar, a mulher abdica de sua realização pessoal, esperando gratificação e reconhecimento do seu sacrifício em favor de um Outro. Essa autoviolência naturalizada pelas prescrições geracionalmente transmitidas a tornam submissa às violências, que lhe são perpetradas por pessoas, com as quais estabelece laços identitários e afetivos para formação de sua família, na qual reinará como mãe.

Como vimos, a construção do ser mulher tem como protocolo principal o espaço privado da família e a maternidade, pela qual a argumentação tradicional tenta explicar a diferença entre o masculino e o feminino, a dependência e os valores domésticos. Diferentemente dos outros fatores, a dependência tem sido identificada como um dos grandes, senão um dos maiores, obstáculos para a autonomia e para o avanço das mulheres. Nessa discussão, a questão econômica é prevalente, uma vez que, baseada na divisão pelo sexo, a sociedade valoriza mais o homem em termos de remuneração salarial ou de cargos de chefia, entre outros benefícios. Podemos, então, inferir que a dependência financeira e a afetiva da mulher se dá em função da baixa-estima, fruto da força social dos protocolos de gênero? Acerca desta questão podemos inferir que, para o alcance da autoestima é necessário a busca da satisfação das demandas individuais afetivas e das que representam autorrealização. Como já aludimos, a educação voltada para o Outro promove autoesquecimento e conseqüente autodesvalorização, o que permite ao Outro se tornar hierarquicamente superior. Essa assimetria característica das relações de gênero afirma dualismos que persistem por diversas gerações.

Pode-se afirmar que até o século XX e até mesmo na atualidade, antes de constituir a família tão idealizada pelos protocolos de gênero, a mulher já apresenta um altíssimo nível de fantasia, estimulada pela concepção romanceada do “e viveram felizes para sempre”, deixando em plano secundário a estruturação de sua independência emocional e financeira. Porém, o que percebe e que nem mesmo a permanência em segundo plano garante a proteção e a segurança tão sonhadas.

Para viver uma relação de conjugalidade, é necessário dispor-se a negociações que possibilitem tolerância à alteridade e à desconstrução das culpabilizações mútuas.

Considerando que, na atualidade, as concepções do que é ser mulher e do que é ser homem sofreram pouquíssimas mudanças, o contrato protocolar do casamento ainda exige que a mulher se submeta e que o homem domine. Dessa forma, a quebra do contrato vigente pela mulher pode dar início ao jogo de manipulações, que, em última análise, culmina em violência entre os cônjuges.





Longe de reafirmar a concepção da vitimização feminina, tão debatida inicialmente pelo movimento feminista, que tem início nos anos 1970, optamos por compreender melhor a conjugalidade violenta e, em especial, a submissão da mulher a tal condição.

Entendemos que gestada na dependência e responsabilizada pelo sucesso do casamento, a mulher atribui sua permanência em relações conjugais violentas aos filhos, à dificuldade financeira, ao alcoolismo e à perda do emprego do cônjuge, para evitar o desapontamento familiar, entre tantas outras questões. No entanto pesquisas relacionadas à temática demonstram que um percentual bastante significativo de mulheres não abandona o cônjuge mesmo não tendo presentes os fatores citados.

Universalmente, a violência conjugal não conhece fronteiras: ocorre em diversas classes sociais, etnias, religiões ou culturas e também em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, causando seu impacto danos não somente à mulher, mas também, como já afirmamos, a toda uma rede de relações. A pluricausalidade da violência coloca-nos frente a um objeto complexo e polissêmico, que dificulta consensos e que polariza diversos debates acerca de suas determinações.

Concordamos em que a organização social permite práticas de poder que sustentam a supremacia masculina e a desvalorização feminina; portanto, mantém um quadro de desigualdades sociais, cuja estrutura hierárquica retém a mulher em posição subalterna.

Assinalamos que a violência conjugal se insere na caracterização de violência doméstica, em que a mulher tem como vetores de sustentação a segurança, a proteção e a afetividade.

Lembramos que o espaço doméstico-lar é para o imaginário da mulher como a casa do pai, diante de quem foi ensinada, na posição de filha, a silenciar, a respeitar, a acatar e a amar a despeito de qualquer coisa.

Essa posição de implicação subjetiva resulta na fantasmática que povoa seu imaginário até a fase adulta e - por que não dizer? - por toda a existência, exigindo elaboração. O lugar subalterno, internalizado desde a família nuclear, dificulta-lhe a clareza quanto aos cenários: casa do pai – casa do marido, paralisando-a entre o sentimento de culpa por acreditar-se errada, merecedora de punição, e o ressentimento por não ter sido atendida em suas expectativas e fantasias românticas.

As nuances da violência, que variam desde estratégias de destruição das suas redes familiares e sociais, subtração de documentos, proibição de qualquer aquisição sem consentimento do cônjuge, imposição para saída do emprego, demonstrações de ciúmes que incluem mudança de trajes e restrições de contato com familiares, com amigos, etc., destroem a mulher psiquicamente,



tornando-a débil e infantilizada. Nesse estado confusional se submete cada vez mais ao seu algoz, o que pode favorecer o *continuum* crescente de condutas abusivas.

A repetição da violência pode estabelecer um padrão cíclico de agressões e sedução visando a amenizar o conflito e garantir a manutenção do silêncio, levando a mulher a estados de oscilação entre frustrações e esperança, tão semelhantes à fase infantil. Talvez isso explique a sua dificuldade de denunciar o cônjuge agressor. Em seu imaginário pode ser desacreditada, perder o amor materno e o paterno, tal como se sentia na infância em relação à sua mãe e ao seu pai, quando desaprovada em público, experiência recalcada, que, face à semelhança de sentimentos, faz com que retorne à cena traumática, exigindo elaboração.

Chamamos a atenção para a presença da memória que atua como dispositivo que traz à tona as experiências traumáticas ao longo do percurso existencial, forçando uma elaboração, a qual a mulher, na posição de filha, ficou impedida de realizar. Esse conflito, que comporta vertentes múltiplas e ambivalentes, tem a presença de *traços mnêmicos fundamentais na subjetivação do feminino*: os protocolos adquiridos na relação mãe-filha. A complexidade e a força dos processos psicológicos presentes nessa situação é de tal ordem que não é possível inferir qual a via de elaboração ou linha de fuga será *escolhida* pela mulher.

Lembramos, porém, a força dos protocolos transmitidos geracionalmente, que a levam a priorizar o Outro. Assim sendo, o temor do julgamento alheio, tão enfatizado pela educação materna, pode levá-la à tradicional expressão: *ele perdeu a cabeça!* Nessa lógica do Outro, pode também se oferecer em holocausto para impedir que a violência física se estenda aos seus filhos.

O processo de mobilização para mudança do padrão relacional torna-se mais complexo ainda se, na posição de filha, foi testemunha silenciada das agressões à sua mãe. Esse silêncio, pleno de ditos e não ditos, pode ecoar por meio do revide da agressão ao homem, que, ao agredi-la, também agride sua mãe, ou pode acontecer a repetição do comportamento na experiência traumática prévia: silenciar usando desculpas, evitações e, como última fronteira psíquica, naturalizações, como podemos depreender na afirmação de Gay (1995, p. 78), para quem, “quando alguma coisa está errada dentro de nós, procuramos a causa do lado de fora e logo a encontramos”.

Entre as estratégias de apaziguamento do conflito interno e externo, a mulher pode entregar-se à religião, doando seu poder de resolução pessoal ao Divino, que solucionará, por seu próprio poder, o destino traçado para ela. Pode também se tornar totalmente submissa às vontades e aos desejos do Outro, sujeitando-se às suas determinações.



Consideramos pertinente levantar duas indagações. A submissão não seria uma forma de não se responsabilizar por si mesma, tal qual na relação mãe-filha? A renúncia à autonomia e à autodeterminação, reconhecendo sua fragilidade psíquica, não seria uma opção pela morte por mãos alheias?

Não pretendemos esgotar as plurais possibilidades contidas no comportamento submisso da mulher frente à violência. Contudo acreditamos que a força dos protocolos do ser mulher transmitidos na relação mãe-filha parece fazer com que seja inerente à natureza feminina o viver para o Outro e, conseqüentemente, abdicar da autonomia e do autocontrole. Esses protocolos são processos construídos por tradições e por valores sociais, que instituem uma hierarquia, na qual a mulher só tem seu reconhecimento e sua identidade se confirmada pelo Outro, sua mãe, seu pai, seu cônjuge, seu parceiro. Em atendimento aos protocolos recebidos, ela deve dar direção e sentido à sua existência na busca de uma relação que a constitua como mulher.

Consideramos importante sublinhar que não há maior submissão e servidão do que repetir, já na idade adulta, a experiência infantil de ter assegurada a existência física, moral e psíquica pelo Outro, mesmo que ele não faça uso dessa apropriação de forma violenta ou perversa.

Especificamente em relação à submissão da mulher à violência, parece haver uma promessa de atendimento aos protocolos transmitidos na relação mãe-filha e, assim, nos reportamos ao pensamento de Arendt (1984, p. 249):

Senão nos obrigássemos a cumprir promessas, jamais seríamos capazes de conservar nossa identidade; seríamos condenados a errar desamparados e desnorteados nas trevas do coração de cada homem, enredados em suas contradições e equívocos – trevas que só a luz derramada na esfera pública pela presença dos outros, que confirma a identidade entre o que promete e o que cumpre, poderia dissipar.

Uma promessa que mantém presente o referencial que educou, cuidou e forjou o ser mulher.

### **Considerações Finais**

Face ao exposto, reconhecemos que a relação mãe-filha se apresenta através dos tempos como um nó de múltiplas e vivas significações. No entanto procuramos elucidar, entre as diversas



resultantes, a possibilidade de implicação na posição de dependência e na fragilidade feminina, que, em última análise, constituir-se-ia na posição de submissão frente ao masculino.

A coesão existente na dupla mãe-filha é de tal ordem que as subjetividades podem fundir-se, levando à reedição de uma história prévia, cuja dimensão transcende o limite espaço-temporal, impedindo que a filha, na idade adulta, alcance condição equivalente ao seu par. Dessa forma, a internalização do lugar de receptáculo de ordenações externas pode provocar a evocação de situações semelhantes à da família nuclear. Os paradigmas que perduram no imaginário feminino produzem um abismo psíquico entre a filha e a mulher, impedindo-a de atuar com autonomia diante das novas demandas sociais que lhe são imputadas.

Regras e protocolos asseguram a hierarquia social, constroem ao longo dos tempos cenários que revelam estratégias de controle das relações de poder legitimados. O uso dessas regras manipulativas, que classificam espaços e pessoas, tem mantido a posição binária homem-público e mulher-doméstico. Como resultado da reedição da condição materna, a mulher, mesmo a despeito da própria inserção no espaço público, mantém profundas raízes no âmbito doméstico, posição oriunda da conservação do aprendizado que lhe foi transmitido. Dessa forma, usa abordagens indiretas e frágeis, limitadas ao papel que a sociedade lhe permite exercer. Tal conduta possibilita a cobrança de obediência e de submissão, condizente com o que se espera dela.

Vemos, desse modo, a força dos papéis geracionais de gênero, que fragmentam relações e potencializam a díade homem dominador – mulher dominada, modelo da velha ordem patriarcal.

Lembramos que esse modelo é atravessado por contradições que envolvem o exercício de poder desigual, no qual o homem ocupa lugar de privilégios naturalizados pela lógica social. Essa lógica tem a participação feminina na transmissão de *script* comportamental, que cria condições para a violência contra a própria mulher.

Ressaltamos que, com essa afirmação, não estamos culpabilizando a mulher pela violência que lhe é perpetrada, mas ratificamos que a não atualização, ou seja, o não questionamento quanto à compatibilidade dos protocolos aprendidos na relação materna às demandas atuais faz com que a mulher se incapacite para trilhar um novo percurso de subjetivação. Manter-se como agente transmissor de protocolos geracionais de forma irrefletida pode significar auxílio inconsciente à naturalização e à universalização da violência.



## Referências

- ARENDDT, H. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BENJAMIN, J., 1990. The bonds of love: rational violence and erotic domination. In: *The Future of Difference* (H. Eisenstein & J. Alice, eds.), pp. 41-70, New Brunswick/London: Rutgers Press.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979.
- CHODOROW, N. The reproduction of mothering. Berkeley: University of California Press, 1978.
- D'AVILA NETO, M. I. O Autoritarismo e a Mulher: O Jogo da Dominação Macho-Fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.
- FAVERO, M. H. Psicologia de Gênero: Psicobiografia, sociocultura e transformações. Curitiba: Ed. UFRJ, 2010.
- GIFFIN, K. Gender violence, sexuality and health. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 1994, pp. 146-155.
- HALBWACHS, M. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Albin Michel, 1994.
- HIRIGOEN, M-F. Mujeres maltratadas: los mecanismos de la violencia em la pareja. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- KOLBENSCHLAG, M. Adeus, Bela Adormecida: a revisão do papel da mulher nos dias de hoje. São Paulo: Saraiva, 1991.
- MEAD, M. Sexo e temperamento em três sociedades primitivas. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. (Org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, PP. 142-163.
- SCHRAIBER, L. et al. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Comunicação, Saúde, Educação*. v.3, n. 5, 1999, pp.15 -25.
- VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, pp. 10-24.
- VIANNA, L. A. C. et al. Autoestima de mulheres que sofreram violência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Set-out; 2006: 14(5). Disponível em: [www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae).



## GÊNERO E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

SCHIMANSKI, Edina

*Professora do Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais Aplicadas-UEPG  
edinaschi@hotmail.com*

PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva Pereira

*Mestre em Ciências Sociais Aplicadas-UEPG  
claudiamoraesuepg@gmail.com*

563

### RESUMO

O presente trabalho objetiva construir uma relação entre família e gênero, o qual observa os processos de transformações históricas intrínsecos a estas duas categorias de análise. Centra-se na família contemporânea, em que se debatem os aspectos de gênero e sexualidade que se modificaram histórica e socialmente, na consolidação de arranjos familiares diferentes, rompendo com a ideia de modelo ideal. Entende-se a família como produto de relações humanas em constantes contradições, que se consolida no processo dinâmico, o que nos faz abandonar a existência de um modelo ideal de família e observar a pluralidade da instituição familiar, rompendo normas de gênero e sexualidade pré-estabelecidas.

**Palavras-chave:** Família contemporânea; Gênero; Contradições.

### ABSTRACT

The present essay aims at building a link between the concepts of family and gender. Both concepts are rooted by historical transformation. The text is centered in the contemporary family in which are present aspects such as sexuality and gender notions breaking with the idea of ideal pattern of family. Here, family is understood as a product from human actions which are permanently in contraction since they are embodied in a dynamic process which rejects the simple idea of a perfect model of family relationships. In this way, there are plural types of family with different sexual and gender relationships. The methodology of this study is framed on bibliographic research about the concepts of family, gender and sexuality.

**Key-words:** Contemporary Family; Gender; Contradictions.

Na contemporaneidade, é possível falar em várias configurações familiares e não em apenas um modelo de família. Embora existam diferentes tipos de famílias, o paradigma da família ideal ronda as famílias contemporâneas. Os estudos sobre família se destacam a partir da década de 70, em função das grandes modificações sofridas e que ainda sofre nas últimas décadas. As transformações existentes mostram a diversidade enquanto formação, número de



membros, organização, renda, o que confirma a plasticidade e pluralidade na organização dos grupos domésticos (BILAC, 1996; SARTI, 2011).

Em paralelo as relações de gênero e sexualidade se modificam. O debate sobre a família e suas diferentes configurações versa por questões de gênero e, por isso, a importância em refletir tais relações dentro de uma compreensão maior. Utilizamos gênero como categoria de análise, no intuito de compreender como são construídas as relações entre homens e mulheres e, conseqüentemente, como culturalmente se constroem essas relações também dentro do universo familiar.

Entendemos gênero como construção cultural e histórica. Não significa debater a diferença sexual ou as características sexuais por elas mesmas, mas como tais características são valorizadas e representadas na construção do que denominamos de masculinidade e feminilidade, em um determinado momento histórico. O que importa é a construção social e histórica de gênero que, por muito tempo, fundamentaram-se no determinismo biológico (LOURO, 1997).

Primeiramente, apresentamos uma discussão em torno ao conceito de família, compreendendo que discursos arraigados tendem a identificar um modelo familiar ideal, almejado e enraizado por valores que denominamos de tradicionais, apesar das mudanças na família contemporânea. Logo após, analisamos brevemente as transformações na concepção de casamento, bem como aspectos simbólicos e legais por ele envolvidos. Por fim, apresentamos uma reflexão sobre família, gênero e sexualidade buscando relacionar com as transformações históricas e sociais em torno à instituição familiar.

Partimos do entendimento de que a família é um produto de relações humanas que se apresenta em constantes contradições. Uma família se consolida no processo, ora ela se constrói, ora se destrói, ora se reconstrói, em um processo dinâmico de relações humanas, o que nos faz abandonar a existência de um modelo ideal de família.

## 1. A FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS

O pensamento tradicional e idealizado é originário da definição da família como instituição social. Entende-se que, historicamente, tentou-se buscar uma função para ela dentro da sociedade, seja como unidade de consumo e reprodução da força de trabalho defendida pelos teóricos marxistas, seja enquanto exemplo e base da sociedade como entendem os fundamentalistas religiosos, ou enquanto célula de transmissão de valores sociais e socialização





como defendem os estudiosos funcionalistas. Bilac (1996, p. 161) afirma que na sociedade existe

[...] um conjunto básico de normas e regras, padronizações de comportamento ou matrizes simbólicas comuns [...]. Por outro lado, nas sociedades contemporâneas estas normas ou matrizes simbólicas têm que ser gerais e flexíveis o bastante para comportarem a mudança, a diversidade e a variabilidade sem que com isso percam o seu poder normativo.

Embora a diversidade na formação familiar esteja clara na contemporaneidade, as normas e regras estipuladas não deixaram de existir. Ao não conseguir encontrar o equilíbrio entre as normas “ideais” e a flexibilidade e mudança, persiste a construção do modelo hegemônico e tradicional de família, bem como a reivindicação social de tal modelo. A instituição familiar está imersa em um processo de normatização que cria um universo simbólico em torno de um discurso hegemônico do que é considerada uma família ideal.

Na sociedade contemporânea, as instituições sociais produzem e reproduzem discursos e todo discurso tem uma história. Aquilo que se aprende é ensinado e construído pelas instituições, e a família como uma delas é responsável por disseminar tais discursos. Pode-se identificar em Foucault (2004) que todo saber é poder e a verdade depende do poder contido nesse saber. Nesse sentido, identificamos que os discursos em torno da família ideal são construídos historicamente e carregam um grau elevado de poder de reprodução no pensamento social. Por outro lado, quando se trata de novas configurações, identifica-se que os discursos podem ser reconstruídos, alimentando novas formas de se pensar a família e quebrando paradigmas estacionados.

Mesmo assim, os discursos e a linguagem determinam um conceito de família que é seguido por uma sociedade baseada na lógica androcêntrica e heteronormativa. Quem tem o privilégio de compor uma família “adequada”, “estruturada”, tem a vantagem de exigí-la de todos. Esse privilégio é uma das condições para acumulação e transmissão de valores econômicos, culturais e simbólicos, que colocam os sujeitos em uma posição de poder favorável. A família, de fato, tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução social, da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é o sujeito principal das estratégias de reprodução, tanto pelo seu comportamento enquanto instituição social, quanto por seu poder e capacidade de transferir pensamentos hegemônicos (BOURDIEU, 1996).



A família contemporânea não deixou de ser entendida como uma instituição social, apesar das mudanças. Valores como amor, cuidado, proteção, investimento, apoio na velhice, afinidades conjugais, sexualidade, intimidade, entre outros, remetem os deveres familiares atuais (SIERRA, 2011). Contudo, a família não possui uma forma apenas de ser reconhecida, haja vista ser uma instituição plural que carrega diversas estruturas organizativas e relacionais que necessitam ser repensadas.

### 1.1. O CASAMENTO E A FAMÍLIA

Casamento e família são palavras que caminham juntas e muitas vezes se confundem. Pelo senso comum, é a partir do casamento que se começa a construir uma família. Ritual presente até os dias de hoje, este passa por modificações históricas importantes que interferem na concepção de família.

No início do estabelecimento da civilização brasileira, a cultura que foi implementada como correta aos povos colonizados foi a cultura europeia. Os europeus objetivavam a reforma dos países colonizados, seguindo o modelo eurocentrista, tanto economicamente, quanto moralmente. Como responsáveis pela construção da moral e dos bons costumes, os missionários cristãos e as autoridades coloniais foram selecionados para a tarefa (STEARNS, 2007).

O pensamento europeu instaurado na América Latina interviu nas culturas locais e na organização da comunidade e da família daqueles povos, e os sistemas patriarcais predominaram como elemento hegemônico de colonização, com grandes desigualdades entre homens e mulheres. Nos séculos XVI e XVII, a família se caracterizava pelo domínio masculino no casamento; nos séculos XVIII e XIX, a relação entre os sexos se modifica para homens trabalhadores no ambiente público e mulheres no ambiente privado, fortalecendo a noção de “sexo frágil”; e, no final do século XIX, foi instaurado o terceiro modelo social e familiar, influenciado pela reivindicação de direitos civis para as mulheres (STEARNS, 2007).

Os líderes cristãos intervieram na prática da sexualidade dos povos colonizados, por meio do discurso e da coerção. Acabaram com valores tribais como a nudez, o sexo antes do casamento, o adultério e a poligamia. Para adequar os povos à tradição cristã, interferiram na escolha de parceiros para o casamento, com a finalidade de fazer com que as famílias permanecessem fiéis. Para os missionários, as mulheres deveriam ser parideiras e agentes



domésticas, pois acreditavam que elas eram irracionais e problemáticas. Ocupavam um lugar de subordinação e não podiam pertencer às posições de poder (STEARNS, 2007).

Especificamente no Brasil, a família patriarcal se constrói como referência de constituição familiar brasileira. Em um sistema patriarcal, como o nome indica, o homem é o chefe da família. É aquele que possui a responsabilidade de manter a família, deixando a esposa e os filhos sob seu comando. Nesse aspecto recebe outorga da sociedade para penitenciar qualquer pessoa que seja contra as regras sociais que garantem a moral da família (SAFFIOTI, 1994).

Como instituição referência, a Igreja, em face de seus interesses em manter a ordem moral e o casamento enquanto sacramento do matrimônio, e o Estado, pelo interesse em controlar os processos demográficos que estavam se materializando na passagem da Colônia para a República, como percebemos na afirmação de Del Priori (1989, p. 43).

Embora não insistam na valorização do casamento, como faz a Igreja, os poderes públicos estimulam o casal monogâmico. Na verdade, tanto a Igreja com seu projeto moralizador, quanto as Câmaras, com seu projeto de organização social, natalista, esbarram em dificuldades que independem das normas que buscam estabelecer.

Isto ocorre em função do casamento ser um elemento em processo de transformação constante, assim como a família, em que não é possível estabelecer um único modelo de casamento, por conta de formas diferentes de organização. Por mais que se tentou implementar um modelo de casamento e família, na realidade outras configurações estiveram presentes.

O casamento, como elemento relacionado à construção de uma família, passa por um processo de transformação simbólica e legal. O casamento torna-se um contrato entre duas pessoas de sexo oposto, que define uma relação de aliança com um caráter de durabilidade. A partir da consumação do casamento, os cônjuges estão submetidos a leis tanto do direito quanto religiosas.

Com o aburguesamento da sociedade, “o *amor* entre o homem e a mulher passou a ser a base ideal do casamento. [...] Com isso mudou muito a escolha do parceiro e a relação homem-mulher” (USSEL, 1980, p. 102, grifo do autor).

Esse amor relacionado ao casamento se tratava de um amor entre companheiros, ligados pelo laço de marido e esposa, com obrigações mútuas para os cuidados da família e da



propriedade. O amor romântico<sup>1</sup> estava intrinsecamente ligado à maternidade, a um futuro previsto, ao casamento enquanto aliança eterna, a uma história compartilhada, que ajuda na organização familiar, dando-lhe uma prioridade especial (GIDDENS, 1993).

O amor romântico e o casamento firmam a aliança entre o casal, não mais entre grupos familiares, como se dava na família antiga. A relação afetiva se sobressai e o casamento passa a ser uma aliança entre dois indivíduos que se amam (ALMEIDA NETO, 1999). Ainda, o amor romântico traz com ele o ideal de amor eterno, a busca do parceiro/parceira perfeito/perfeita, a construção de uma família feliz. Podemos dizer que o casamento é um importante símbolo de manutenção da concepção tradicional de família, colocando-se como uma barreira para a transformação.

Sarti (2011), ao estudar as famílias pobres, afirma que estas estão fundadas em um receber e retribuir contínuos e ligam-se por um vínculo de obrigações, as quais fazem com que as relações de afeto se desenrolem dentro da dinâmica familiar, sabendo com quem podem ou com quem não podem contar. É importante observar que, conforme Sarti (2011, p. 86), a família não se define enquanto instituição, mas, sim, como “um tipo de relação, na qual as obrigações morais são a base fundamental”, tornando-se uma referência simbólica essencial pela linguagem. Por outro lado, ao analisar o casamento nas famílias pobres, a mesma autora assegura que o matrimônio para os pobres é o projeto inicial no qual se começa a se constituir uma família. No casamento vê-se a possibilidade de melhorar de vida, em que há uma complementaridade entre o homem e a mulher. Para a mulher, o casamento é a possibilidade de ter alguma coisa na vida, mas para o homem é a possibilidade de se construir como homem de família e parar de “aproveitar” a vida.

O casamento legal e o religioso são considerados moralmente superiores à união consensual, conferindo maior respeitabilidade ao casal e legitimidade ao lugar de *marido* e *esposa*. A primeira união conjugal é sempre pensada e idealizada como uma união referendada pela lei de Deus e dos homens, enquanto as uniões subsequentes se constituem como uniões consensuais (SARTI, 2011, p. 84, grifos da autora).

O casamento se coloca como uma maneira de consolidar uma união, respondendo aos ideais de uma sociedade que o tem como padrão familiar, com a geração de filhos/filhas. É a

---

<sup>1</sup> Amor romântico: O amor romântico referente ao olhar sobre a família significa idealizar uma família perfeita, sem conflitos e problemas, consolidada no modelo ideal de instituição familiar: a família nuclear heterossexual (GIDDENS, 1993; USSEL, 1980).



forma de aliança que condiciona a construção de um ambiente familiar. Pode ser considerado uma ferramenta para reconhecimento social e reivindicado como elemento simbólico para a estruturação familiar, baseado nos critérios de aliança definidos por determinado contexto social (SARTI, 2011).

O casamento é assegurado pela legalidade. O Estado assegura sua legitimidade, bem como os direitos de cada um dos cônjuges. Para além do significado simbólico, o casamento proporciona seguridade e estabilidade financeira, bem como proteção de direitos como, por exemplo, extensão do plano de saúde ao cônjuge (BRASIL, 1990). Assim, a partir do casamento, a família possui todas as formas de garantias legais para sua sobrevivência, proporcionadas pela união conjugal registrada.

Apesar das transformações no âmbito familiar, o casamento se coloca como um importante elemento na família, horas fortalecendo o pensamento tradicional de construção familiar, horas se construindo como ferramenta de ruptura e proporcionando novas maneiras de se pensar a família.

## 1.2. A FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

De maneira mais assegurada pelo Estado e cada vez mais individualizada, a família contemporânea, entendida como unidade de consumo, se adapta à economia monetária. A cultura do dinheiro coloca um ritmo acelerado na sociedade, que interfere nos relacionamentos em seu interior, os quais também passam por transformações em função do contexto mencionado. Os indivíduos constroem suas próprias trajetórias e cada um se desenvolve conexo ao seu interesse (SIERRA, 2011).

Em conjunto com essa realidade, Hirata e Kergoat (2007) apontam novas formas de se pensar a divisão sexual do trabalho, que aparecem em função das modificações na estrutura social. Na forma burguesa, a mulher se responsabiliza pelo trabalho doméstico, enquanto o homem assume as tarefas relacionadas ao espaço público, como aquisição de trabalho e dinheiro. Atualmente, por influência da perspectiva funcionalista, há o reforço da concepção da complementaridade entre os sexos, o que não deixa de referendar a família tradicional.

A concepção provinda da complementaridade entre os sexos pressupõe papéis sociais naturalizados. Essa complementaridade remete ao conceito de “vínculo social”, que faz parte das novas modalidades de divisão sexual do trabalho. Acentuando a perspectiva, a ideia de “conciliação” indica a necessidade de as mulheres conciliarem a vida profissional com a vida



familiar. A dupla ou tripla jornada de trabalho estimula a submissão da mulher em relação ao poder do homem (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Outra nova modalidade de divisão sexual do trabalho na família contemporânea alude à concepção de parceria, em que o homem e a mulher são vistos como parceiros e as relações entre eles tornam-se mais igualitárias, tanto no ambiente familiar quanto na esfera do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). Contudo, quanto aos dados sobre gênero e trabalho, os salários de mulheres em algumas profissões são menores que os salários dos homens com a mesma função<sup>2</sup>.

E, por fim, a “modalidade de delegação”, em que as mulheres delegam as tarefas domésticas a outras mulheres, em função de sua entrada no mercado de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). Mesmo com as alterações na esfera da divisão do trabalho dentro do ambiente familiar, não observamos uma mudança significativa sobre os valores de feminilidade e o vínculo do ambiente doméstico com relação às mulheres. O homem não se vê responsável por esse espaço e, quando realiza alguma tarefa doméstica, é pela ajuda que proporciona à sua companheira. O fato é reflexo de que a mulher é a principal responsável pelos cuidados e educação dos filhos, ainda que possam contar com a ajuda de empregada, marido e avós disponíveis (ROCHA-COUTINHO; COUTINHO, 2011).

A divisão sexual do trabalho, apesar das novas configurações familiares, ainda é um componente central para a crença da família idealizada com base na oposição dos sexos.

Giddens (1993) aponta para uma transformação da sexualidade e intimidade dentro da família. A diminuição do tamanho das famílias, por exemplo, foi resultado de um processo histórico, mas, também, efeito da contracepção na gravidez. Do ponto de vista do gênero, proporcionou o que pode se chamar de “revolução sexual”, com o desenvolvimento de dois aspectos centrais: a aquisição de maior autonomia sexual da mulher e a possibilidade da vivência da homossexualidade em um contexto de livre-arbítrio sexual.

Giddens (1993) afirma, ainda, que a instituição familiar possibilita a construção de relações mais democráticas dentro do ambiente familiar. O casal torna-se o centro da existência da família, cujo fundamento-base é o amor e a atração sexual. Isso acontece a partir do momento em que a função econômica perde importância para esses dois elementos presentes nos novos laços de matrimônio.

<sup>2</sup> A diferença salarial entre homens e mulher é significativa, embora venha diminuindo no decorrer dos anos (IPEA, 2013).





Com a mudança no caráter da sexualidade nas famílias contemporâneas, as recompensas são a base para a manutenção dos relacionamentos. Baseiam-se na ideia de “relacionamento puro”, em que aparecem as relações de confiança mútua, abertura em relação ao outro, que constrói um relacionamento mais democrático e consiste na combinação entre os parceiros. A relação pura é uma forma de comunicação pela qual a compreensão do ponto de vista da outra pessoa é essencial. O diálogo é o motor que faz funcionar a relação. Não existe poder arbitrário, coerção ou violência (GIDDENS, 1993).

A sexualidade na contemporaneidade adquire um grau de importância nas relações conjugais que antes não era permitido. É um ponto central que faz com que a relação perdure à medida que satisfaça os componentes do casal. Além disso, a possibilidade de construção de outros arranjos familiares, além do tradicional, pode existir, já que a sexualidade é “plástica” e não se define pela diferenciação de sexo ou pelos laços de alianças heterossexuais (GIDDENS, 1993).

As experiências sexuais, a valorização do amor e da sexualidade nos casais são elementos indispensáveis na união entre parceiros. O casamento que nos tempos pré-modernos era feito pelo dote e trocas econômicas, na contemporaneidade torna-se uma escolha que visa à satisfação emocional e sexual. Contudo, os valores tradicionais de gênero se mantêm, principalmente, no que diz respeito à divisão das tarefas do lar (BOZON, 2004).

Por outro lado pensamos que, apesar das mudanças na família, não aconteceu necessariamente uma “revolução sexual” pelo fato de existirem diferenças em termos de gênero e orientação sexual. A mulher, ainda na contemporaneidade, pode ser considerada socialmente inferior ao homem, pois é comum o reforço de valores sexistas. O corpo da mulher possui uma estreita vinculação à maternidade, mulheres recebem menores salários, e a violência contra as mulheres possui índices alarmantes. Bozon (2004) reitera que houve, sim, um processo de individualização dos casamentos e dos ideais.

Em relação aos vínculos familiares, os integrantes de uma família possuem um vínculo familiar conformado no sentimento e na ligação especial entre os mesmos. A partir desses laços que unem a família há o interesse de apoio, proteção e defesa. Contudo, conflitos e tensões também estão presentes, podendo transformar-se em situações de violência (SCHIMIDT et al., 2011). A família está frente a um paradoxo: em um primeiro momento entendida como instituição cada vez mais individualizada, não compreendida como responsável pelo contexto social, fechando-se cada vez mais para a resolução de conflitos no âmbito privado;





posteriormente, é apontada como geradora de conflitos sociais ocasionados pelos indivíduos, por má educação, atendimento ou cuidado em relação à família, ou seja, se coloca como produtora de comportamentos patológicos, conflituosos e violentos (MIOTO, 2003).

Os conflitos dentro da família desvendam que ‘não só de rosas vive uma família’. Como um espaço de relações diversificadas, tende-se a gerar opiniões, conflitos, tensões e ideias variadas. Entretanto, observamos que argumentos são lançados para justificar os comportamentos violentos pelo fato da família não desempenhar sua função institucional como agente de socialização (MIOTO, 2004). A função não cumprida pela família leva a problemas estruturais e sociais, na incapacidade de se auto-organizar enquanto instituição, pensada da maneira idealizada e colocada como correta na sociedade. Qualquer “erro” de estruturação, organização, função que saia do padrão da família ideal é responsabilidade da incapacidade de seus membros de constituir uma família adequada. A concepção da família ideal está presente na justificativa dos conflitos e, principalmente, da sua não resolução.

Para além da tentativa de resolução dos problemas internos por conversas e relações mais democráticas (GIDDENS, 1999) entre os cônjuges e outros membros da família, há a intervenção dos serviços públicos, psicológicos e judiciais no auxílio a conflitos e violências domésticas graves. Não cabe aqui fazer uma análise profunda da aplicação desses serviços ou a capacitação profissional de cada área, mas é importante ressaltar que algumas dificuldades ocorrem em função da concepção reduzida que alguns profissionais carregam sobre a instituição familiar.

Algumas características desses serviços estão fortemente relacionadas aos pressupostos epistemológicos da ciência tradicional, em atitudes de simplicidade, estabilidade e objetividade com que tratam relações de conflitos e violências. O fundamento para tais atitudes deve-se à forma linear como é tratada a violência – descontextualizada e fragmentada. Em “muitas situações o foco de atenção nem é direcionado à pessoa, mas sim, às marcas deixadas pela violência, especialmente aquelas que se caracterizam por serem físicas, como ferimentos, escoriações e hematomas” (SCHIMIDT et al., 2011, p. 333).

Entendemos a família como um espaço de relações diferenciadas que, de maneira interdisciplinar, deve ser trabalhada para a resolução de conflitos tanto internos quanto externos. Em casos de violência, o trabalho deve refletir na vítima e no agressor, rompendo com as barreiras do senso comum e de concepções tradicionais. O mesmo se deve em casos de conflitos, drogadição, vulnerabilidade, mortes, doenças, transtornos, individualização, maus



tratos, infelicidade, tornando a família um espaço possível para relações sociais estáveis e democráticas, a fim de se alcançar a resolução dos possíveis problemas.

Assim, para a regulação das violências dentro da família, a perspectiva jurídica entra em ação com a intenção de regular as famílias sob um mesmo padrão de funcionalidade, independente do lugar que se localizam na estratificação social, padrão colocado em função de influências culturais, sociais e econômicas, sugeridas anteriormente, referente às funções parentais masculinas e femininas (MIOTO, 2004).

Quando se trata de violência doméstica no âmbito da família, a Lei Maria da Penha pode ser acionada. Com o objetivo de proteção às mulheres vítimas de violência, ela cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para punir e erradicar qualquer forma de violência no ambiente doméstico. Vale destacar que, legalmente, é a única lei aprovada em âmbito nacional que refere à orientação sexual e proteção às mulheres lésbicas caso haja violência entre casais homossexuais.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006, p. 1).

Ao refletirmos sobre as transformações sociais e históricas no contexto brasileiro, verificamos que o país passou por um momento de rápido desenvolvimento econômico e social, que acarretou mais alterações no âmbito familiar. Os interesses do casamento se voltam ao prazer, e a sexualidade começa a assumir um lugar importante na relação conjugal. Concomitante a isso, esse século trouxe mudanças significativas nas relações homossexuais, um exemplo de nova configuração familiar que citamos neste momento.



Em 1945, com o fim da guerra, os/as homossexuais lutaram por transformar os valores ortodoxos contra eles e em 1948, com o “Relatório *Kinsey*<sup>3</sup>: o comportamento do macho humano”, veio o encorajamento para superar o preconceito contra a comunidade LGBT. A publicação desse relatório mostrava que 50% dos homens passaram por experiências com pessoas do mesmo sexo; um terço deles teve a experiência na pós-adolescência; 4% tornaram-se exclusivamente homossexuais quando adultos; e, um a cada oito homens tiveram experiências homossexuais por pelo menos três anos (COSTA, 2007).

A Revolução Sexual ou de Costumes contribuiu definitivamente para que ocorressem mudanças nas relações pessoais e na instituição familiar. Os papéis sociais que eram distribuídos para homens e mulheres com base na dicotomia sexual perderam sua força à medida que as mulheres foram ‘liberadas da domesticidade’ e ingressaram no competitivo mercado de trabalho. Junto com isso, a ascensão da cultura *hippie*, que possibilitou uma liberdade maior de expressão e das relações interpessoais, buscando aspectos como o prazer e a quebra de regras estabelecidas (COSTA, 2007).

Casais homossexuais começam a sair da clandestinidade e os guetos transformam-se em lugares de troca de experiências, vivências e reuniões dos que compartilhavam da mesma orientação sexual, ao mesmo tempo em que garantiam proteção a essa população. Inicia-se um processo de valorização da identidade homossexual, a fim de reafirmarem a homossexualidade em uma sociedade que se construía nos pilares da heterossexualidade (COSTA, 2007).

Apesar das mudanças positivas em relação aos casais homossexuais, na década de 1980 aparece o problema da Aids, denominada o ‘câncer *gay*’, que contribuiu para relacionar a homossexualidade à promiscuidade. Esse fato fez com que a discriminação para com os casais homossexuais aumentasse, bem como a violência causada pelo discurso da contaminação dos heterossexuais acreditando ser um mal para a sociedade (COSTA, 2007).

Outro elemento que contribuiu para a existência das novas constituições familiares foi o surgimento da pílula anticoncepcional e, conseqüentemente, a separação da sexualidade à reprodução. A partir disso, a mulher pôde desvincular a sexualidade da maternidade, a qual passa a se tornar uma opção e não um “destino”. A mulher pôde, portanto, utilizar o sexo para sentir prazer, sem ter a obrigação de ter a relação sexual para ter filhos/filhas. Essas mudanças

<sup>3</sup> O Relatório de *Kinsey* foi um estudo elaborado por Alfred Charles *Kinsey*, entre 1938 e 1953, com uma amostra significativa de 11.240 sujeitos. O relatório buscou analisar o comportamento sexual de homens e mulheres, a partir de temas referentes a masturbação, homossexualidade, sexo pré-conjugal e orgasmo feminino. Livre de influência religiosa ou moral, o estudo contribuiu para o debate sobre temas polêmicos na época e é referência nos estudos sobre sexualidade até os dias atuais (SENA, 2010).



contribuíram para a superação de uma estruturação social vigente que tinha como pano de fundo o preconceito e a opressão das minorias, nesse caso, sexuais.

A partir de 1980, o avanço da medicina alavancou as possibilidades de inseminações artificiais e fertilizações *in vitro*, o que dissociou por completo a gravidez da relação sexual entre homens e mulheres. Em 1990, o exame de DNA permite a identificação da paternidade.

Casamentos tardios, maternidade após os 30 anos, redução do número de filhos/filhas, aumento da contracepção em idade precoce, socialização de filhos/filhas transferida também para serviços públicos e privados, aumento da união estável, aumento significativo das famílias monoparentais (chefiadas por pai ou mãe), aumento de famílias recompostas (separação/divórcios), aumento da população mais velha, aumento de pessoas que vivem sós, união de homossexuais e acolhimento de agregados/agregadas são outros fatores sócio-históricos que acabam por influenciar na constituição dessas novas configurações familiares e quebram a concepção tradicional de família.

575

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas 'produções independentes' tornam-se mais frequentes, e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas que compartilham a criação de seus filhos (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Em relação a alguns dados referentes às alterações estruturais que a instituição familiar sofreu, estão presentes no levantamento do último censo do IBGE<sup>4</sup>: a chamada união consensual teve um crescimento na última década, passando de 28,6% para 36,4%. Em contrapartida, a proporção de pessoas casadas no civil e no religioso, no mesmo período, caiu de 49,4% para 42,9%. Mudanças demográficas, como queda da taxa de fecundidade, econômicas, como ingresso crescente da mulher no mercado de trabalho, e mudanças legais, como a diminuição na burocracia para o divórcio, também refletiram nos dados da família brasileira.

Em relação às uniões familiares, do total de 27,4 milhões de casais com filhos/filhas, um sexto (16,3%) vive com enteados/enteadas, além de filhos/filhas, ou só com

<sup>4</sup> Os dados expostos do último Censo do IBGE foram retirados da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Dhesca Brasil. Disponível em: [http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=692:dados-estatisticos-revelam-mudancas-na-situacao-socio-economica-das-mulheres-no-brasil&catid=69:antiga-rok-stories](http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=692:dados-estatisticos-revelam-mudancas-na-situacao-socio-economica-das-mulheres-no-brasil&catid=69:antiga-rok-stories)



enteados/enteadas. Esses casais fazem parte das famílias reconstituídas ou recompostas. Do total de pessoas que declararam ter cônjuges do mesmo sexo (60 mil), 53,8% são formados por mulheres, sendo que um quarto (25,8%) tem curso superior completo, índice bem superior à média nacional, de apenas 8,3%. Além disso, por conta da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, cresce a proporção de casais em que os dois cônjuges têm renda. Em 2010, 62,7% dos casais ambos possuem renda, sendo que em 2000 esse número era de 41,9% (IBGE, 2010).

A família, assim, passa por mudanças significativas, conforme argumenta Almeida Neto (1999, p. 79),

[...] o que se pode constatar é que a generalização do divórcio, da monoparentalidade, da autonomização da sexualidade em relação à conjugalidade e à reprodução, da possibilidade de não coabitação, das experiências de multiplicidade e simultaneidade de parceiros afetivo-sexuais, da redefinição dos papéis de gênero e da secularização dos vínculos conjugais têm proporcionado uma intensa transformação nas representações sociais acerca da família, do casamento e do amor. Vale destacar, porém, que todas essas mudanças, até recentemente, passavam ao largo daquele que parecia ser o único e último consenso acerca das ideias de família, casamento e amor: o heterocentrismo compulsório, ou seja, que a família, o casamento e o amor eram realidades sociais intrinsecamente associadas à vinculação afetivo-sexual entre um macho e uma fêmea.

Compartilhamos da concepção de família de Sarti (2011), em que a família não se apresenta como uma totalidade homogênea, mas como um universo de relações diferenciadas que refletem às mudanças sociais, históricas, culturais e econômicas. Tais mudanças atingem de modo diferente cada uma das relações e cada parte dessas relações. A família se adapta à possibilidade de mudança dos próprios membros contidos nela, no que se refere a cada necessidade enfrentada no cotidiano.

A existência das novas configurações familiares passa por uma linha tênue de análise entre o que se considera politicamente/moralmente correto e a possibilidade da felicidade no rompimento de valores tradicionais construídos em conjunto com a família nuclear tradicional. A busca por novas formas de relações pode ser considerada um tabu. Por outro lado, é fato a existência de novas estruturas familiares, o que confirma a transformação da concepção em relação à instituição familiar e às relações conjugais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho percebemos que a família está envolta a um sistema macro de relações, em que torna-se impossível a existência de um modelo de família. Cada vez mais a sociedade se apresenta de forma plural, admitindo e readequando as relações humanas em busca de uma melhoria na convivência e respeito ao diferente. O conceito de família, no processo histórico, sofre alterações conforma às necessidades do momento. Com a pluralidade, podemos admitir diferentes formas de constituição familiar, parte das transformações contemporâneas.

A família pode ser entendida como um grupo de pessoas que se organizam e reorganizam entre negociações de interesses e defesa de pensamentos e opiniões. A família é um local de trocas, em que as relações humanas se estabelecem em constante contradição. Contudo, uma busca pela família socialmente aceita (nuclear e heterossexual) se apresenta fortalecida nos dias atuais, pelo fato da família não estar isolada de um processo histórico, em que se estabeleceu como modelo de instituição familiar. Tal paradigma só pode ser compreensível se entendermos a família dentro de um processo sócio-histórico, como vimos anteriormente.

Nesse aspecto, encontramos as transformações no casamento e seus diversos contextos. O casamento se coloca como início da construção familiar, contudo é influenciado pelas transformações da contemporaneidade, em que podemos identificar diferentes formas de relações baseadas no casamento sem que necessite da realização do ritual matrimonial.

Por fim, percebemos a existência de uma transformação no contexto de gênero e da sexualidade. Com as mudanças na família, as relações entre os membros da família também se modificam. A divisão sexual do trabalho, elemento histórico na família, se ramifica para novas formas de divisões, mas em essência, a opressão sobre a mulher ainda se mantém. Outro aspecto que refletimos foi sobre a revolução sexual, em que a união conjugal vai além da reprodução e do casamento. A sexualidade está visível e as possibilidades de vivência oportunizadas de diferentes maneiras. A obrigatoriedade e eternização da relação dão vez ao companheirismo e diálogo que Giddens (1993) denomina de relacionamento puro.

Em contrapartida, por se caracterizar como um ambiente de diálogo, conflitos estão presentes, podendo levar a violência e problemas mais graves.

É nesse sentido que afirmamos que a família é um espaço de constantes contradições e transformações. Dependendo do grupo familiar, características específicas podem aparecer,





cabendo aos membros se organizarem para buscar resoluções. Nesse sentido, a família é produto das relações humanas e se constrói a medida que estas relações vão se estabelecendo no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Luiz Mello de. *Família no Brasil dos Anos 90: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual*. 1999. 349f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BILAC, Elisabete Dória. Plus ça change... *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 161-166, jan./jun. 2004. Resenha de THERBORN, Göran. *Between sex and power. Family in the world, 1900-2000*. Londres/Nova York: Routledge, 2004. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol21\\_n1\\_2004/vol21\\_n1\\_2004\\_12resenha\\_p161a166.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol21_n1_2004/vol21_n1_2004_12resenha_p161a166.pdf)>. Acesso em: set. 2012.

BOURDIEU, PIERRE. *Razões práticas: sobre a teoria e a ação*. Tradução de Mariza Correa. 1 ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOZON, Michel. Intimidade, sexualidade e individualização na época contemporânea. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 43-59.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Lei n. 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006*. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: dez. 2013.

DEL PRIORI, Mary. O corpo feminino e o amor: um olhar (Século XVIII, São Paulo). In: D'INCÃO, M. A. et al. (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 31-56.

COSTA, Igor Sporch da. *Igualdade na diferença e tolerância*. Viçosa: UFV, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1993.





HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: dez. 2013.

IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.

IPEA. *Comunicados do IPEA*: Um Retrato de duas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad. n. 160, p. 1-30, out. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007\\_comunicadoipea160.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf)>. Acesso em: nov. 2013

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Para que tudo não termine como um “caso de família”: aportes para o debate sobre violência doméstica. *Revista Katálysis*, UFSC: Florianópolis-SC, v. 6, n. 1, p. 96-103, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7122>>. Acesso em: set. 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. *Textos & Contextos*, Porto Alegre v. 3, n. 3, p. 1-14, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.feac.org.br/download/trabalho com familias - um desafio do servico social.pdf](http://www.feac.org.br/download/trabalho%20com%20familias%20-%20um%20desafio%20do%20servico%20social.pdf)>. Acesso em: set. 2013.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia; COUTINHO, Rodrigo Rocha. Mulheres brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. *Economia Global e Gestão*, Lisboa/Portugal, v. 16, n. 1, abr. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-74442011000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442011000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: dez. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; Posfácio: Conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. *Mulher Brasileira é assim*. Brasília: UNICEF/Rosa dos Tempos, 1994. p. 271-283.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHIMIDT, Beatriz; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; CREPALDI; Mara Aparecida. Abordagem da violência familiar pelos serviços de saúde: contribuições do pensamento sistêmico. *Psico*, UFSC, Florianópolis SC, v. 42, n. 3, p. 328-336, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8411/6988>>. Acesso em: dez. 2013.

SENA, Tito. Os Relatórios *Kinsey*: práticas sexuais, estatísticas e processos de normalização. In: FAZENDO GÊNERO, 2010, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-10. Disponível em:



<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278011145\\_ARQUIVO\\_ArtigoTitoSe naFG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278011145_ARQUIVO_ArtigoTitoSe naFG9.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.

SIERRA, Vania Morales. *Família: teorias e debates*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e transformações da família ao longo da história. In: ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOPEDAGOGIA, 1., 2003. *Anais*. Paraná: ABPppr, 2003. p. 57-66. Disponível em: <[www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf](http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf)>. Acesso em: jul. 2011.

STEARNS, Peter. *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2007.

USSEL, Jos Van. *Repressão Sexual*. Tradução de Sonia Alberti. Rio de Janeiro: Campus, 1980.



## O CINEMA DE PEDRO ALMODÓVAR E A IMAGEM-SOMBRA

FARIAS, Isabela

*Estudante de Mestrado do Programa de Memória Social*  
*isabelagoncalves.f@gmail.com*

581

### RESUMO

O presente artigo pretende analisar novas formas de identificações sociais a partir da cinematografia de Pedro Almodóvar. O cinema é um campo fértil para que representações acerca dos sujeitos sejam desenvolvidas e transmitidas através da linguagem estruturada em torno das construções audiovisuais. Sujeitos marginalizados pela sociedade, remetidos à sombra e ao vazio social conseguem ter um lugar de voz e de formação de suas memórias individuais e coletivas em tramas vistas na cinematografia almodovariana. O reconhecimento do indivíduo em si mesmo é parte fundamental para que este seja trazido à luz nos seios sociais dos quais este pertence.

**Palavras-chave:** Almodóvar, memória, abjeto

### ABSTRACT

This article seeks to examine new forms of social identifications from the cinematography of Pedro Almodóvar. Cinema is a fertile ground for developing representations about the subject and transmitting them through the audiovisual language. Subjects marginalized by society, remitted to the social's shadow and vacuum can have a voice and a formation place of their individual and collective memories in plots seen in almodovarian cinematography. The recognition of the individual in itself is a fundamental part for it to be brought to light at the social places where it belongs.

**Keywords:** Almodóvar, memory, abject

### INTRODUÇÃO

O cinema, assim como as artes plásticas e a fotografia, é uma representação imagética utilizada pelo homem para dar referência ao mundo. Através do audiovisual cinematográfico, nós observamos projetados na tela como em um espelho. Lá estão nossos desejos, medos, entre outras faculdades constituintes dos processos mentais, incluindo como parte fundamental desses processos a formação da memória relacionada ao que nos apropriamos e interpretamos, quando estamos no papel de espectadores.

A obra do cineasta espanhol Pedro Almodóvar é o objeto de estudo deste trabalho. É proposta uma viagem simbólica estética e mnemônica através da análise da



*cinematografia almodovariana*. A partir de um de seus filmes mais primorosos, *Tudo Sobre Minha Mãe* (1999), é proposta uma aproximação com a temática *queer*, abordada na atualidade por diversos teóricos, como a filósofa estadunidense Judith Butler em *Vida Precária: el poder del duelo y la violencia – Buenos Aires* (2006) e *Mecanismos Psíquicos del poder – Valencia* (2011).

O termo *queer* é fruto de abordagens contemporâneas no campo da Filosofia, sendo contextualizado com outras áreas de interesses das ciências sociais, que discutem temas que envolvam questões como: sociedade, identidade, identificação, cultura e que também perpassa pelos estudos acerca da memória. O significado mais amplo para *queer* seria dizer que é algo que define aquilo e aqueles elementos e aspectos característicos do que é rechaçado pelo meio social. Ou seja, o que fica a margem deste e toma forma daquilo que se apresenta como obscuro, o que se representa pelo abjeto em relação aos movimentos de alteridade e de reconhecimento com o outro.

A *cinematografia almodovariana* nos ajudará a perfilar o conceito *queer* inserido nas tramas e histórias criadas por Almodóvar e que são exemplos, de certa maneira, parodiados do que vem a ser os personagens que aludem tal parte da sociedade. Grupos e movimentos sociais, como o movimento *gay*, contra o preconceito racial e outras minorias que anseiam por reconhecimento e estão encobertas nas relações sociais, são os representantes desta parte. Os filmes do cineasta espanhol propõem um lugar de fala para estes excluídos.

Para produzir uma análise acerca da obra de Pedro Almodóvar, é necessário levantar as suas influências. Almodóvar retrata em seus filmes personagens marginais, em cenas que remontam o cotidiano, o que faz o espectador ter contato com os dramas, as faltas e desejos desse “outro obscuro” (explicar o que é isso). Temas como a homossexualidade, a vida performática e artística das *drag queens*, bem como a mulher são marcantes em seus filmes. Através de seus personagens, o cineasta busca a identificação e o reconhecimento de pessoas com estilos de vida esquecidos e malgrado pela sociedade. Sua aproximação com o universo feminino propõe uma estética própria.

Este artigo tem como meta tratar a questão da *diferença* estabelecida na parte de formação do sujeito. Como a identidade coloca-se diante de um seio social que segrega modos de ser? Os meios para se ter o reconhecimento necessário visto pela



sociedade para que não sejamos identificados como sombras sociais se mostram consistentes, eficazes para se alcançar um fim desejado? Em que podemos fundamentar o vazio social vivido por grupos marginalizados? Por que são esquecidos e mortos mesmo fazendo parte de grupos, tribos, clãs e diariamente exercitando experiências com o outro, assim como todos nós?

Diante de tais questionamentos, filmes como *Maus Hábitos* (1983), *Kika* (1993) e *Tudo Sobre Minha Mãe* (1999) (objeto específico do estudo deste trabalho) podem descortinar algumas ações e reações culturais, sócio-políticas e psicológicas que ocorrem mediante os conflitos, preconceitos enfrentados no cotidiano por diferentes pessoas. Tabus que ainda existem na contemporaneidade acerca da significação dos gêneros sexuais, no âmbito da violência e das posturas que se adequam e outras que não à nossa sociedade, são os pilares desta discussão.

Para que se possa fazer uma abordagem mais complexa, é interessante cruzar linhas de pensamento da Sociologia, Filosofia, Psicologia, dentre outros pontos de vista afins. Neste contexto, também servirão como base do trabalho os seguintes autores: Juan David Nasio em *O Prazer de Ler Freud* (1999); Denise Maurano em *A Transferência* (2006), Ana Lucilia Rodrigues em *Pedro Almodóvar e a Feminilidade* (2008) e Michel Maffesoli em *Da identidade à identificação* (2010).

É importante correlacionar os apontamentos dados por esses campos teóricos acima com o fato de ser ter como suporte material e referencial de produção simbólica o cinema, posto que ele é um meio de comunicação audiovisual que intermedia a criação de histórias integradas por impressões da realidade e a sua transmissão para o espectador, que se torna a fonte de interpretação primordial para que tais tramas possam sair do escuro das salas de projeção e ganharem luz. Com isso, atualizadas e debatidas de maneira a terem voz e construïrem seu espaço na sociedade, tendo como fator preponderante os processos mnemônicos que farão com que essas histórias se tornem vivas no real.

Osteóricos da memória também são fundamentais para o entendimento de como a recepção da linguagem (especificamente a cinematográfica) agrega valor para a formação de registros e reminiscências através de movimentos miméticos. Para que



possamos entender tais movimentos e como estes influenciam na dinâmica do poder social, utilizaremos os estudos de Jaques Le Goff em *História e Memória* (1984).

O poder da imagem em conjugar o simbólico, imaginário e o real é algo que se amplia quando nos identificamos com o que assistimos na tela. Nosso arcabouço de memória, nossa bagagem de experiências vividas e o que aprendemos como sendo o aceitável na sociedade formam um filtro a partir do que vemos. Almodóvar parece lidar de maneira eficiente com esse poder e utilizá-lo como superfície de contato entre o que é renegado e o plausível pelos grupos sociais.

É com essa afirmativa que se pretende traçar os objetivos desse artigo. Trazer à tona as características da *cinematografia almodovariana* e a partir dela, começar a entender a multiplicidade de modos de vida. De acordo com Butler (2006, p. 66): “la proximidade de lo no familiar, la proximidade de la diferencia que me obliga a forjar nuevoslazos de identificación y a reimaginarlo que significa pertencer a una comunidad humana en la que no siempre puede presuponerse una base cultural y epistemológica em común.”<sup>1</sup>

## O CINEMA DE PEDRO ALMODÓVAR E A IMAGEM-SOMBRA

Em “*Tudo Sobre Minha Mãe*”, Almodóvar expõe o sofrimento vivido por *Manuela*, mãe que perde o seu filho, atropelado no dia em que completaria dezessete anos, *Estéban*, seu filho único, fruto de uma relação do passado, sendo desconhecido por seu pai, o travesti *Lola*, que *Manuela* havia se relacionado em seus anos como atriz na cidade de Barcelona. Mediante a perda do filho, ela decide voltar à cidade espanhola e procurar por *Lola* para contar o que há anos havia escondido: a paternidade de Estéban.

A tragédia vivida pela personagem assemelhasse ao drama de *Antígona* em *Antígona*, de Sófocles (427 a.C). Assim como Antígona tem a difícil missão fazer com que *Polinice* não seja esquecido pela morte e seja enterrado dignamente, *Manuela* tem o propósito de apaziguar a dor pela perda de seu único filho, aonde vê solução na

<sup>1</sup>A proximidade do não familiar, a proximidade da diferença que me obriga a forjar novos laços de identificação e a reimaginar o que significa pertencer a uma comunidade humana em que nem sempre se pode pressupor uma base cultural e epistemológica em comum.



legitimação de sua vida e morte através do reencontro com seu pai. Durante sua busca, revê o travesti *Agrado*, que irá ajudá-la a buscar informações sobre o paradeiro de *Lola* e acaba por conhecer outras pessoas que serão essenciais para que possa vivenciar o luto e realizar tal propósito, como *Huma*, *Nina* e a *Irmã Rosa*.

A protagonista, em viagem a Barcelona, como se vivesse uma volta ao passado, passará por situações trágico-cômicas. Ao mesmo tempo em que encontra motivações para seguir sua vida, mesmo com a perda do filho, a personagem também viverá momentos-limites. Neste contexto, *Manuela* encontra um grande desafio ao descobrir que *Irmã Rosa*, uma jovem freira, está grávida. Dois fatores irão fazer com que a protagonista zele pela integridade de sua nova amiga: ela descobre que *Irmã Rosa* está grávida de *Lola*, seu antigo companheiro, e que a religiosa é portadora do vírus da AIDS.

A partir destes acontecimentos, *Manuela* lutará para que a amiga consiga chegar até o final de sua gravidez, enfrentando a postura conservadora dos pais. Diante disto, a trama é repleta de elementos conflitantes, muitos deles vividos pelos grupos que desejam ter reconhecimento social. Desta forma, a *cinematografia almodovariana* torna-se exemplo de uma linguagem narrativa e estética que se coloca a favor de um lugar de voz para os excluídos da sociedade.

Seus personagens demonstram a relação entre vulnerabilidade e violência colocada por Judith Butler, na medida em que a autora define tais elementos como preponderantes para uma noção do surgimento de segregações que levam não apenas a significação de sujeitos para o vazio social, mas que também carregam seus corpos como a representação da materialização do abjeto (*queer*). Butler (2006 pag 52) afirma:

*“El cuerpo supone mortalidad, vulnerabilidad, praxis: la piel y la carne nos exponen a la mirada de los otros, pero también al contacto y a la violencia, y también son cuerpos que nos ponen en peligro de convertirnos en agentes e instrumento de todo esto. Aunque luchemos por los derechos sobre nuestros propios cuerpos, los cuerpos por los que luchamos nunca son lo suficientemente nuestros. El cuerpo tiene una dimensión invariablemente pública. Constituido en la esfera pública como un fenómeno social, mi cuerpo es y no es mío.”<sup>2</sup>*

<sup>2</sup>O corpo supõe mortalidade, vulnerabilidade, práxis: a pele e a carne nos expõe a vista dos outros, porém também o contato e a violência, e também são corpos que nos põem em perigo de nos converter em agentes e instrumento de tudo isso. Mesmo que lutemos pelos direitos sobre nossos próprios corpos, os





Desta maneira, ao encararmos nosso corpo como parte do social, sendo mediado por influências das regras socioculturais e políticas da sociedade, podemos observar que a formação do abjeto (*queer*) se dá pelas referências colocadas por uma sociedade heteronormativa e binária em temas de gênero. A imposição cultural do que seria o masculino e o feminino aliena a possibilidade de um reconhecimento de sujeitos que não se enquadram nestes perfis determinados. Para Almodóvar, a paródia desta sociedade cheia de preconceitos e tabus é um meio de reivindicar a existência de tais sujeitos.

“*Tudo Sobre Minha Mãe*” mostra que várias faces do feminino no cinema são configuradas nas personagens. *Huma* é uma atriz madura, de meia idade e que tem uma convivência maternal com *Nina*, sua amiga de elenco no teatro. *Nina* é uma jovem atriz, viciada em heroína, que transparece ser uma pessoa agressiva e rebelde, o que nos remete ao estilo *vamp* do cinema. Sua rebeldia chega ao ponto de ela ser destituída do papel de *Estela*, sendo substituída por *Manuela*, já que esta havia encenado o papel anteriormente. A peça “*Um Bonde Chamado Desejo*” exerce função de pano de fundo do filme, pois *Manuela*, ao assisti-la e depois encená-la novamente, revive acontecimentos passados de sua própria vida.

A *vamp* é o oposto da mulher virginal ou da “mocinha inocente”. *Nina* nos remete às mitologias nórdicas e mediterrâneas, aonde a figura da mulher fatal se origina. *Irmã Rosa* é o exemplo desta *mulher virginal*, inocente, que é movida por sonhos “românticos” e que transparece a pureza da feminilidade. *Agrado* é uma figura que transita na intercessão do masculino e do feminino por ser um travesti, e ao mesmo tempo ser o exemplo explícito da mulher contemporânea, ou seja, “a mulher sexuada”, que é sujeito do seu desejo e que não tem como foco de sua existência apenas o casamento e a maternidade. Esta característica de *Agrado* faz com que a personagem seja personificada como o ponto de equilíbrio para cada uma das outras personagens. Denise Maurano, em *A Transferência* (2006 pag 51), define a posição da mulher e o que é pontuado acerca do feminino no âmbito da Psicanálise. A autora comenta:

---

corpos pelos quais lutamos nunca são suficientemente nossos. O corpo tem uma dimensão invariavelmente pública. Constituído na esfera pública como um fenômeno social, meu corpo é e não é meu.”



*“Se é a relação com o falo que estabelece a distinção sexual, resta numa mulher uma parte que não está submetida ao sexual e que, por isso, faz apelo a outra coisa: ao ilimitado, ao inacessível, em último caso, ao amor, que é o milagre que vem no lugar da impossibilidade de o sexo conjugar tudo, ou de a insuficiência da relação fálica delinear tudo o que interessa na existência. O amor permite uma curiosa conjugação com o Outro, sem que este apareça através de nenhum lugar-tenente.”*

Para a autora, o feminino está no mistério do encontro entre o que não se tem (o falo) e o porquê, ou o fora do sexo. A mulher se posiciona referente tanto à indiferença originária, quanto a uma suplementação imposta pelo universo fálico de representação.

O *cinema almodovariano*, além das buscar ideias nos movimentos feministas da década de 70, também é elaborado através de inspirações oriundas de mulheres presentes na vida do diretor, como sua mãe. O cineasta inclui ainda em suas obras referências a musas do cinema das décadas de 50 e 60 e ao estilo pin-up<sup>3</sup>, marcante na caricata figura de Betty Poppy. A justificativa bem-humorada que o cineasta expõe para sua preferência por personagens femininos resume-se em uma frase: “Os homens também choram, mas as mulheres choram melhor”. Almodóvar é considerado o “diretor de mulheres”, por relatar dramas, desejo e fantasias do imaginário feminino. Ana Lucila Rodrigues (2008 pag 49) contextualiza a evolução da representação da feminilidade no cinema:

*“O cinema começa a ser povoado pelo que muitos chamam de “mulheres reais”. Momento importante que abrirá caminho para as personagens femininas de Almodóvar, que inicia seu cinema influenciado, sem dúvida, pelos movimentos feministas da época, trazendo um perfil feminino mais realista para as telas. Por isso, se entende um conjunto de representações que retratam a mulher em seu cotidiano vivido, com ênfase nos dramas domésticos e com a própria inserção do imaginário que lhe é próprio.”*

<sup>3</sup> O modernismo da pin-up, jovem bonita, cuja profissão é fotografada. É uma jovem desconhecida, tem por existência o anonimato. Matéria plástica para poses. IN:RODRIGUES, Ana Lucilia. *Pedro Almodóvar e a Feminilidade*. São Paulo. Ed: Escuta. 2008. pag 48.



Ao elencar o que entendemos por feminino nos ditames da sociedade contemporânea, o diretor mostra a trajetória de evolução e conquistas atribuídas aos grupos sociais formados por mulheres, sua valorização e inserção na sociedade como um todo.

Seus filmes colocam a feminilidade em questão. Mostram que não só as mulheres representam o feminino, mas que as *drags*, travestis e outros ditos seres andrógenos pela sociedade, também contribuem para elaborações simbólicas de formas diversificadas de expressão do feminino no meio social. É importante frisar que o significado do feminino aqui é abordado de acordo à ótica barroca do que seria o criar artístico. Ou seja, Almodóvar estabelece contato com o dito indiferente em termos sociais e com isso, abre uma “fenda criativa” ao escrever roteiros que buscam a representação imagética desta indiferença nas relações de alteridade.

Neste sentido, o cineasta aposta em personagens caricaturais, como *Agrado* e *Lola*, e promove um processo de inserção destes na realidade, de maneira que possam ser vistos e pensados como sujeitos que possuem sentimentos, emoções como qualquer outro humano. O feminino, que faz parte da lógica binária da ordem sexual da humanidade, segue em paralelo com o andrógino, o ser dúbio e sem um padrão sexual determinado, e com isso, é demonstrado que na formação da *persona*, o movimento de abertura para o outro faz parte da sobrevivência. De acordo com Maffesoli (2010 pag 273):

*“Esse reflexo de autoconservação nos ensina que, levando até ao extremo da dilaceração da abertura, a pessoa pode se tornar o ninguém, o que pode garantir a liberdade essencial. Ser o ninguém pode fazer tomar parte de uma energia vital primordial que escapa as determinações da singularidade.”*

Podemos dizer que é a fomentação deste “ninguém” dito pelo autor que Almodóvar deseja mostrar. Pessoas abertas às relações sociais, que se colocam a



entender as *diferenças* que existem, para que se possa ser um sujeito íntegro através dos movimentos de alteridade e de se “estar-junto”<sup>4</sup> com o outro Maffesoli 2010 pag 243).

As questões que envolvem a sexualidade e gêneros sexuais povoam os roteiros dirigidos por Almodóvar. Diferentemente de outros filmes como “*Ata-me*”, onde existem cenas extremamente eróticas, tal qual a cena em que a protagonista se masturba com um pequeno boneco durante o banho, “*Tudo Sobre Minha Mãe*” não contém em seu roteiro cenas de forte erotização, muito menos de sexo explícito. Mas por outro lado, pode ser notada a presença fundamental de papéis socialmente ditos como andróginos, sendo desempenhados por uma *drag*. É o caso de Lola, por exemplo, que tem características de uma *drag* e ao mesmo tempo é o pai de *Estéban*. Ou seja, para o senso comum, pessoas que não pertençam a grupos sociais pré-determinados, não podem exercer certas posturas sociais, como a paternidade e, por isso, causam estranheza.

É com esta estranheza que se quer trabalhar no filme e através dela, trazer outros conflitos, como a perda e o luto por um ente querido, o vício em drogas e descoberta de ter uma doença incurável. Butler em seus estudos elabora de que maneira isso torna o ser humano vulnerável e alvo da violência. Para a autora, a ordenação binária da sexualidade é um arranjo social. A autora afirma que não existem gêneros sexuais, ou seja, masculino e feminino, e sim que todo tipo de gênero surge por um apanhado performático. Butler (2011) afirma:

*“(...) la interpretación (performance) del género produce la ilusión retroactiva de que existe un núcleo interno de género. Es decir, la interpretación del género produce retroactivamente el efecto de una esencia o disposición femenina verdadera o perdurable y es por ello por lo que no podemos utilizar un modelo expresivo para analizar el género. Argumenté, además, que el género se produce como una repetición ritualizada de convenciones y que este ritual es impuesto socialmente gracias en parte a la fuerza de la heterosexualidad preceptiva (...)”<sup>5</sup>*

<sup>4</sup>Conceito abordado pelo autor que diz respeito a formação de um sujeito fragmentado através da vontade de estar com outras pessoas. Idem Ibedem: Pag 243.

<sup>5</sup>“(...) a interpretação (performance) do gênero produz a ilusão retroativa de que existe um núcleo interno de gênero. É dizer, a interpretação do gênero produz retroativamente o efeito de uma essência ou disposição feminina verdadeira e perturbável e por isso por o que não podemos utilizar um modelo expressivo para analisar o gênero. Argumenta-se que o gênero se produz como uma repetição ritualizada



A vulnerabilidade e a violência projetada em grupos determinados são alçadas em tais práticas ritualizadas que exercem um movimento de isolamento daqueles que não se enquadram em regras definidas sócio-político e culturalmente. Tal isolamento também é gerido por movimentos de memórias com os quais se vê cada vez mais a normatização simbólica do que seria a realidade. Entende-se que se têm modelos sociais pré-estabelecidos uma organização de relações entre eles. Aqueles que militam por algo que ressalte uma *diferença* a esta organização, enfrentaram conflitos e dificuldades para se colocarem frente a uma massa coletiva dogmas e normas arbitrárias.

Muitos desses grupos são silenciados de tal maneira a não terem um lugar de fala. Outros são fadados ao esquecimento, ou seja, postos como seres des-realizados, não somente esquecidos em vida, mas sem direito a uma morte reconhecida. Apenas sobrevivem como espectros sociais, sombras de sujeitos que querem ser apenas em si mesmos e não enquadrados em qualquer norma ou regra.

Em sua análise sobre o conceito de memória, Le Goff trará à tona a questão do esquecimento e como este tem importância na manipulação e no poder exercido por um seio social. Le Goff (1984) afirma:

*“(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos modos fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.”*

A partir da afirmativa do autor, notamos que os ideais de reconhecimento e de identificação seguem em paralelo com jogos de poder, os quais definirão a postura de tal conjunto de sujeitos tem na relação de alteridade com o outro. Conjecturas políticas e econômicas por muitas vezes são mais valorizados do que o processo de formação do “eu” de uma pessoa. A pertinência de que somos constantemente afetados em nossas relações sociais, que este outro nos forma, parece ser esquecida.



“*Tudo Sobre Minha Mãe*” revela em seu desfecho a protagonista cumprindo sua missão inicial. *Manuela* reencontra *Lola* e conta tudo sobre *Estéban*. Além disso, tem o dever de cuidar do filho de *Rosa*, que morre no parto, em uma nova experiência maternal. Esta experiência a faz reviver momentos de sua figura de mãe perdida pela morte do filho. A referência disto é quando *Manuela* batiza o bebê como *Estebán*, em homenagem a seu filho.

O cinema almodovariano utiliza técnicas de enquadramento, som e uso de imagens, assim como outras obras cinematográficas, para transmitir a realidade da sociedade contemporânea com suas nuances. O objetivo é revelar o que há de intrínseco na psique dos personagens da trama de maneira viva e de ser um “simulacro” do mundo real, fazendo com que o espectador se localize como parte integrante daquela história.

A questão da “pregnância” das imagens está fundamentalmente relacionada ao sentido de identificação estabelecido por Freud em seus estudos. Através de um viés freudiano, Juan David Nasio (1999 pag 84) afirma que um sujeito se identifica com outro ao elegê-lo, ou seja, assimilá-lo e deixar-se assimilar por este outro. Segundo o autor:

*“A identificação designa também um processo tão essencial quanto o do amor, isto é, o processo de formação do eu. Explico-me, fazendo uma última pergunta: quem somos nós, do ponto de vista do nosso psiquismo? O que é o eu? Isto é, de que substância é feito o nosso eu? Pois bem, a resposta da psicanálise é muito clara: somos feitos de todas as marcas que deixam em nós os seres e as coisas que amamos fortemente agora ou que amamos fortemente no passado e às vezes perdemos. Então, quem sou eu? Sou a memória viva daqueles que amo hoje e daqueles que amei outrora e depois perdi. A identificação é aquilo que me faz amar e ser o que sou.”*

O autor conclui que falar da identificação do sujeito com o outro é falar de amor. A procura do outro é o princípio de que precisamos deste outro para que possamos constituir o nosso próprio eu. Se esta afirmativa for observada em sua origem, considera-se que este processo de identificação se inicia com as relações do indivíduo com seu núcleo familiar. A família é o referencial inicial de como aquele indivíduo irá arquitetar suas relações com o outro. Em “*Tudo Sobre Minha Mãe*”, o personagem *Estebán*, filho biológico de *Manuela*, formula suas referências iniciais junto à mãe de



forma conflituosa. Por não ter conhecido o pai e por não ter a figura do deste em sua vida, o personagem desenvolveu modos de agir que demonstram sua eterna frustração por conta desta “rachadura”.

O cinema, neste contexto, nos ajuda a relativizar no campo do simbólico aquilo que somos, nossas fantasias e vontades mais íntimas. Este aspecto do cinema, nos faz penetrar em um momento particular com o nosso *eu ideal*, contextualizado por Nasio (1999 pag 24): “O eu ideal é uma expressão ligada ao campo do imaginário (...) está presente na relação do eu com a imagem, por que quando o eu ideal percebe a imagem prenante, essa imagem está carregada de uma idealidade do eu, isto é, daquilo que eu espero”.

Portanto, nosso imaginário parece pulsar e fluir imagens de significação. Através da identificação com as tramas cinematográficas, conseguimos “viajar” pela ficção ou até mesmo por um documentário, gênero fílmico calcado na ligação realista e documental com o mundo. Através deste processo, podemos nos localizar naquela história, identificando-nos e tornando-nos parte dela.

## CONCLUSÃO

A *cinematografia almodovariana* conseguiu ter autenticidade explorando uma estética própria, onde os personagens são “figurados” com detalhes que marcam e tipificam o modo de vida de cada um. Almodóvar também elabora diálogos que de fato complementam as cenas, falas que projetam as emoções e conflitos que se passam com determinado personagem. Podemos observar isso na fala de *Agrado*, quando se dirige a plateia de um teatro e diz: “Se ficarem eu prometo entretê-los com a história da minha vida. Se eu for muito chata, podem roncar. Eu vou ouvir, mas podem deixar que não vai ferir a minha sensibilidade. Me chamo *Agrado* pois passei a vida tentando fazer a vida dos outros agradável”

Diante da fala de *Agrado*, vemos que os afetos, as marcas e conflitos que formam o sujeito perpassam pelas histórias. Intencionalmente, o cineasta quer levar as telas de projeção detalhes do que constitui o íntimo das pessoas sem um véu que encubra as cicatrizes deixadas pelo tempo e com isso, faz transbordar os sentimentos





mais escondidos. Talvez essa seja a justificativa para tratar de tantos temas, tabus que a sociedade tenta por em antros de preconceitos, ou em um vazio sem reconhecimento.

Atualmente surgem cada vez mais diferentes tipos de relações sociais que sugerem modos de se enxergar esse novo homem que se vê fragmentado em vários seios sociais, onde exerce diversos papéis sociais, ou máscaras. Como afirma Maffesoli (2010 pag 281): “Pode-se apresentar essa evolução como sendo uma feminização do mundo social”. É nesta vertente que o cineasta espanhol engendra suas tramas.

A abordagem do feminino em seus filmes afere ao que está além dos rótulos que ganhamos em tais seios sociais. Seu objetivo é mostrar que ao mesmo tempo que somos moldados pela realidade, também inferimos diariamente em seu percurso. Para conseguir passar esse movimento, nada mais exemplificado do que lidar com grupos que fogem das normas. O excesso do que se idealiza ser e o desdém com o que se é impede que muitos possam se libertar de uma identidade dada e “ser” uma real identificação que se personifique nas comunidades, tribos, clãs que frequentados.

Com uma linguagem singular, Almodóvar consegue aproximar dos opostos: o *feminino* e o *abjeto*. Seus personagens marginalizados conseguem expressar uma feminilidade que mostra a tentativa de ser tornar reconhecível, não sendo constituído por um molde social. O cineasta constrói sujeitos andróginos, quase “novos seres” que remetem a ontologia do nada. Ou seja, ser indefinido é ser em si. É entender que o homem é um ser incompleto, não absoluto, que nós somos o reflexo das inúmeras facetas que engendram a nossa realidade. A transgressão da estigmatização e ter um lugar de voz na sociedade parecem ser o que basta para tais sujeitos.

O cineasta com o suporte audiovisual de criação de impressões de realidade (o cinema) tira o abjeto da obscuridade, traz seus contornos à luz e mais que isso, mostra que na vida cotidiana temos múltiplas linhas que nos delineiam ora com um traço mais forte, ora com rabiscos quase invisíveis. Como em uma tela barroca, mesmo o todo sendo algo homogêneo e com partes indissociáveis, é necessário ser reconhecido, pois sem isso, somos apenas telas em branco sem expressão alguma. Somos assim, (des)



sujeitos (des) realizados. “La desrealización del “Outro” quiere decir que no está ni vivo ni morto, sino em una eterna condición de espectro”<sup>6</sup> (Butler 2006 pag 60).

Em um raciocínio amplo, podemos dizer que o *amor* é a base para as relações sociais onde o reconhecer seja valorizado. O amar é a engrenagem para que os movimentos de alteridade aconteçam. Assim entenderemos que somos afetados dia a dia, que *Eros* está tanto em nosso cotidiano, quanto na formação da nossa memória. Emesmo aquilo que mais rechaçamos, odiamos, deve ter seu espaço de existência e quiçá de sobrevivência na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. Violencia, duelo, política. IN: Butler. Vida precária: el poder del duelo y la violencia. Ed. Paidós. Buenos Aires. 2006.
- BUTLER, Judith. Genero melancólico/identificación rechazada In: Mecanismos psíquicos del poder. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011.
- LE GOFF, Jaques. Memória In: Memória –História . Enciclopédia Eiwandi, V1. Portugal. Imprensa 4. Casa da Moeda, 1984.
- MAFFESOLI, Michel. *Da identidade e identificação in: No fundo das aparências*. 2010 RJ.Vozes.
- MAURANO, Denise. *A Transferência*. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar. 2006.
- NASIO, Juan David. *O Prazer de Ler Freud*. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar. 1999.
- RODRIGUES, Ana Lucília. *Pedro Almodóvar e a Feminilidade*. São Paulo. Ed: Escuta. 2008.

---

<sup>6</sup>“A desrealização do Outro quer dizer que não está nem vivo, nem morto, e sim em uma eterna condição de espectro”.



## QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS

SILVA, Eveline Pena da  
*Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC*  
evelinepena@yahoo.com.br

MINELLA, Luzinete Simões  
*Professora no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC*  
simoesluzinete@gmail.com

612

### RESUMO

O presente artigo aborda questões preliminares a respeito do acesso de jovens negras ao ensino superior através das Políticas de Cotas, com o intuito de analisar se e em que medida esse ingresso influencia no processo de (re)significação identitária destas jovens, pertencentes a grupos que trabalham as questões étnicas e raciais através de manifestações artístico-culturais relacionadas à cultura afrodescendente. O texto foi estruturado em dois eixos básicos: o processo de (re)significação identitária, partindo de uma conceitualização inicial a partir da antropologia e da sociologia, e a Política de Cotas e o acesso de jovens negras ao ensino superior, a partir de um resgate histórico das Políticas de Ações Afirmativas e da situação das mulheres negras no ensino superior.

**Palavras-chave:** (Re)significação Identitária. Políticas de Ações Afirmativas. Mulheres Negras.

### BSTRACT

This article discusses preliminary issues regarding access of young black women to higher education through the Quota's Policies, in order to examine whether and to what extent this influences the inflow of (re)signification process these young girls belonging to groups work ethnic and racial issues through artistic and cultural events related to culture African descent. The text were divided into two basic areas: the process of (re)signification, starting from an initial conceptualization from anthropology and sociology, and the Quotas's Politics and access to higher education for black youth, from a historical review of the Affirmative Action Policy and the situation of black women in higher education.

**Key-words:** (Re)signification Identity. Affirmative Action Policies. Black Women.



## Introdução

Este artigo aborda questões preliminares a respeito do acesso de jovens negras ao ensino superior via Políticas de Cotas, com o intuito de analisar se e em que medida esse ingresso influencia no processo de (re)significação identitária destas jovens, pertencentes a grupos que trabalham as questões étnicas e raciais através de manifestações artístico-culturais relacionadas à cultura afrodescendente<sup>1</sup>.

Entende-se que uma perspectiva interdisciplinar, a partir de uma abordagem histórica, sociológica e antropológica, proporcionará resultados mais interessantes para a investigação, uma vez que partimos da compreensão de que cada uma dessas áreas do conhecimento encontra-se em estreita relação com as demais, possibilitando contribuições teóricas e metodológicas mais ricas para análise do tema.

Além disso, a interdisciplinaridade se caracteriza por gerar constantes dúvidas e estar em permanente reelaboração. Atualmente vive-se um momento de reconstrução radical, que apela para a construção de novos paradigmas, novas categorias de pensamento, novas metodologias de pesquisa e novas formas de ensino, que tentam minimizar os efeitos do isolamento e da fragmentação das áreas (RAYNAUT, 2011).

Levando em conta esses pressupostos iniciais, pretendemos realizar um estudo comparativo sobre jovens negras das regiões sul e nordeste do Brasil, vinculadas a grupos que discutem as questões identitárias em suas articulações com a dimensão artístico-cultural, verificando se e em que medida sua inserção no ambiente universitário ocasionou mudanças em suas trajetórias.

Compreendemos que a escolha por grupos comprometidos com a herança cultural afrodescendente através da arte, mas não somente dela, pode também trazer diferentes contribuições ao processo de (re)significação identitária das jovens negras que deles participam, bem como apontar as especificidades das suas escolhas pela formação de nível superior. Pretendemos focalizar dois grupos, nas regiões selecionadas: a Associação Educativa e Cultural Didá<sup>2</sup>, da cidade de Salvador/BA, e a Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras<sup>3</sup>, da cidade

<sup>1</sup> O texto foi elaborado a partir do projeto de tese intitulado “Que negra é essa? Um estudo sobre o impacto do acesso ao ensino superior na trajetória de jovens negras”, apresentado ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa no qual ingressei em março de 2014. Este artigo representa um avanço nas discussões do meu tema de pesquisa durante o doutorado.

<sup>2</sup> A Associação Educativa e Cultural Didá é uma associação cultural e sem fins lucrativos fundada em 1993 e que atua promovendo gratuitamente atividades educativas com base na arte, englobando as manifestações populares criadas e mantidas pelos africanos e por seus descendentes. A base educacional está na transformação através do tambor, mais precisamente do samba reggae. O principal objetivo da Didá é a educação de mulheres e crianças através da arte. (Disponível em: [projetodida.wordpress.com](http://projetodida.wordpress.com), acessado em 14 de julho de 2014.)

<sup>3</sup> A Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras tem uma trajetória de mais de dezesseis anos na cidade de Santa Maria/RS. Trabalha em prol do desenvolvimento e valorização da cultura afro-brasileira, através de atividades artístico-culturais, fazendo parte das oficinas da Associação dos QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS. SILVA, Eveline Pena da, MINELLA, Luzinete Simões



de Santa Maria/RS. No entanto, estas opções estão sujeitas ao desenvolvimento das etapas posteriores da pesquisa. Caso ocorram dificuldades de acesso a esses grupos, outros com perfis semelhantes serão selecionados.

O estudo comparativo sobre contextos distintos, principalmente no que se refere à herança sociocultural, se justifica na medida em que tornará possível refletir sobre o impacto das especificidades dos contextos regionais sobre as escolhas das jovens. Sabe-se, por exemplo, que deve ser muito mais complexo se reconhecer e se constituir como mulher negra no sul do país, onde a população é majoritariamente branca (78,74% segundo o Censo 2010). Daí a importância do trabalho desenvolvido pelos grupos organizados na reconfiguração das identidades das jovens negras, que passam a ter acesso a reflexões mais críticas sobre a sociedade, sobre preconceitos e discriminações. Partimos da hipótese de que a valorização do patrimônio cultural de origem africana pode influenciar também o entendimento destas jovens sobre o acesso ao ensino superior e sobre a Política de Cotas.

Neste sentido, o trabalho de organizações negras é muito relevante, podendo ser considerado um fator decisivo na (re)construção da identidade negra. Essas organizações são bastante relevantes até mesmo em Salvador, onde a maior parte da população é negra, uma vez que sem elas não haveria o mesmo sentido e o mesmo sentimento de negritude.

Para alcançar o objetivo desta investigação pretende-se realizar uma pesquisa etnográfica que, segundo Víctora (2000), consiste em um método de pesquisa que permite ao pesquisador compreender práticas culturais dentro de determinados contextos sociais, possibilitando assim o estabelecimento de relações entre fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo. Em função disso, o método etnográfico tem como base a ideia de que os comportamentos humanos só podem ser entendidos e explicados adequadamente se o contexto social for levado em consideração.

Um dos elementos fundamentais deste método é o trabalho de campo, ou seja, a imersão do pesquisador no universo que deseja compreender. Somente essa imersão permite a construção de um conhecimento, baseado no confronto entre as hipóteses de pesquisa e as observações propriamente ditas.

O interesse pela situação das mulheres se justifica na medida em que elas têm sido relegadas a uma posição de inferioridade em relação aos homens, sendo esta posição defendida

---

Amigos do Museu Treze de Maio. Em sua formação inicial, em 1997, as Dandaras eram compostas única e exclusivamente por jovens negras, mas atualmente, após algumas reestruturações, a Companhia é composta por dezessete bailarinos, de ambos os sexos, negros e não negros, com  
QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS. SILVA, Eveline Pena da, MINELLA, Luzinete Simões



e referendada pela Ciência. Segundo Simone de Beauvoir (2002), a Biologia tem insistido em demonstrar que, em média, a mulher é menor que o homem, menos pesada e seu esqueleto mais frágil, a bacia mais larga, suas formas mais arredondadas, sua força muscular muito menor, sua capacidade respiratória é inferior, os pulmões, a traqueia e a laringe são menores, o peso específico do sangue é menor, são mais instáveis. Muitos desses traços seriam, segundo a Biologia, resquícios da subordinação da mulher à espécie. De acordo com a autora, o termo “fêmea” soa como um insulto, é pejorativo, não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo.

Esses dados físicos, tal como interpretados pela Biologia, são de extrema importância, pois desempenham, na história da mulher, um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Sendo o corpo o instrumento do nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente se for apreendido de uma maneira ou de outra. A ênfase na crítica a uma visão biologistica da mulher constitui uma das grandes contribuições da autora. Através dessa crítica, ela conclui que o corpo é a chave que permite compreender a mulher, mas nem por isso deve-se reforçar a ideia de que este corpo constitui um destino imutável para ela, não bastando para definir uma hierarquia dos sexos, além de não explicar porque a mulher é vista como “o outro” e, principalmente, não a condena a conservar para sempre essa condição subordinada (BEAUVOIR, 2002).

Em termos gerais, pode-se dizer que a mulher sempre foi vista como um sexo frágil e dependente do seu companheiro, independente de sua cor. Mas a situação da mulher negra é ainda pior. Ela é marcada por um contexto histórico de exploração sexual, violência e não permissão do exercício de sua liberdade plena, e acaba vivendo uma situação de dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e negra em uma sociedade racista (MUNANGA, 2006).

Essa discriminação racial na vida das mulheres negras é uma constante e não pode ser tratada como elemento secundário, destacando-se apenas a problemática econômica e social. Ainda há uma grande dificuldade da sociedade brasileira em assumir a questão racial como algo que precisa ser enfrentado diante do discurso dominante de que os combates das desigualdades sociais são suficientes para reparar também as desigualdades raciais.

Exemplo disso são as constantes polêmicas a respeito das Políticas de Cotas nas universidades, principalmente com relação às cotas raciais. De acordo com Messias e Silveira



(2012), essa resistência ocorre em virtude de vários aspectos, desde os ideológicos, que entendem as cotas como uma discriminação que levaria a racialização do ambiente universitário, até aqueles que entendem que as cotas raciais são desnecessárias, pois as cotas sociais já dariam conta de superar as desigualdades existentes, inclusive as raciais, uma vez que a maioria dos negros é também pobre.

Deste modo, percebe-se que vários setores da sociedade ainda não assimilaram a adoção de cotas, principalmente as raciais, como medida necessária de combate ao problema da desigualdade racial. Deve-se considerar que tal política é de caráter restrito, tocando apenas no acesso dos afrodescendentes e dos indígenas ao ensino superior, um instrumento e uma medida emergencial, enquanto buscam-se outros caminhos para confrontar o racismo ainda persistente em nosso tecido social.

Neste sentido, é necessário entender a relação entre as categorias mulher e negro no pensamento acadêmico brasileiro hegemônico. Estas duas categorias são abordadas a partir de um mesmo princípio, referindo-se a uma condição essencial dada pela Natureza, tanto que, na maioria das vezes, as mulheres são vistas como portadoras de uma identidade feminina essencial, sendo, de alguma forma, todas iguais. Do mesmo modo, os negros também são vistos como uma categoria singular, ou seja, todos os negros são um “negro”. Mesmo sendo vistos como categorias unificadas, desnaturalizar a mulher se mostra mais fácil do que desnaturalizar o negro, uma vez que o conceito de gênero permitiu enfatizar os aspectos socioculturais da experiência das mulheres, o que não aconteceu com o conceito de raça (FIGUEIREDO, 2008).

A partir dessas questões preliminares, o texto será estruturado em dois eixos básicos: o processo de (re)significação identitária, partindo de uma conceitualização inicial a partir da antropologia e da sociologia, e a Política de Cotas e o acesso de jovens negras ao ensino superior, a partir de um resgate histórico das Políticas de Ações Afirmativas e da situação das mulheres negras no ensino superior.

## **I. O processo de (re)significação identitária**

Em uma abordagem antropológica, para alguns cientistas sociais brasileiros, como Roberto Cardoso de Oliveira (1976) e Manuela Carneiro da Cunha (1979) a origem moderna da teoria da identidade estaria nas obras de Barth (2000), o qual em 1969 caracterizou os grupos

sessenta anos (SILVA, 2014, p.38).





étnicos como organizações sociais em que as pessoas se incluem ou são incluídas pelos outros. O conceito de grupo étnico, para Barth, não se limitava a uma “unidade portadora de cultura”, mas definia-se, acima de tudo, como “um tipo organizacional”.

Numa perspectiva sociológica, temos as contribuições de Zygmunt Bauman (2005), que define identidade como autodeterminação, revelando-se como invenção e não descoberta, sendo, portanto, um esforço, um objetivo, uma construção, e de Stuart Hall (2011), mais interessado nas identidades culturais, ou seja, nos aspectos que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.

De acordo com Sansone (2008), dentre as várias identidades possíveis está a identidade étnica, na qual podem ser identificadas duas dimensões: os aspectos simbólicos e os aspectos sócio-organizacionais. A primeira delas, de natureza ideológica, consiste no uso simbólico de aspectos de uma cultura. Já a segunda, diz respeito ao fato de que os grupos étnicos procuram intensificar sua coesão interna, bem como reforçar o que o distingue de outros grupos.

Na pesquisa aqui proposta, a identidade em questão é a identidade negra que, de modo geral, transita em dois eixos básicos: a ideia de raça negra, na qual traços, como a cor da pele e a textura dos cabelos, exercem um papel identificador fundamental, e o mito da “Mama África”, que acredita que todos os negros do mundo estariam unidos através de uma essência originada da África (PINHO, 2004).

Para o antropólogo Kabengele Munanga (2009), a identidade negra está associada ao compartilhamento do sentimento de negritude por determinados grupos sociais. Para ele, a negritude é a afirmação e a construção de uma solidariedade entre as vítimas da discriminação histórica que atingiram diferentemente negros e negras. Assim, a identidade negra não está na cor da pele, mas sim em assumir a negritude e reconhecer em características físicas, como o corpo negro ou o cabelo crespo, vistos aqui como sinais diacríticos<sup>4</sup> (CUNHA, 1987), algo que o diferencie de outros grupos sociais, mas que não signifique inferioridade, não se aceitando como inquestionáveis os padrões, estéticos ou não, colocados como ideais em uma sociedade, disseminados através da escola e da mídia.

Cabe aqui fazer uma observação, já que não se pode falar em identidade negra sem falar de raça, devido a seu caráter sociocultural. De acordo com Paixão e Carvano (2008), as primeiras concepções do termo raça dialogam com a variabilidade dos indivíduos em termos físicos, e esta variabilidade gira essencialmente em torno de suas aparências, principalmente

<sup>4</sup> Traços ou características escolhidas por um grupo para identificá-lo e diferenciá-lo dos demais.



com relação ao grau de intensidade de pigmentação de suas peles, os tipos faciais, as cores dos olhos, o tipo de cabelos e a forma corporal.

Essa teoria, que correlaciona formas físicas, atributos culturais e escalas hierárquicas entre os tipos humanos, foi sendo desacreditada com os avanços científicos na área da genética, os quais apontaram para a inadequação da noção de raças humanas, interpretadas a partir de uma dimensão biológica. No entanto, apesar dos avanços, esta noção não desapareceu do imaginário e da ideologia de alguns segmentos sociais e é baseado nessa crença que se fundamenta o racismo e a discriminação sofridos pelos afrodescendentes no Brasil, uma vez que aqui o preconceito é de marca, ou seja, associado a traços fenotípicos, principalmente as feições, tonalidade da pele e tipo de cabelo, diferentemente do preconceito de origem, existente nos Estados Unidos, onde um indivíduo é considerado negro mesmo que não apresente essas características. Basta apenas ser descendente de um negro (NOGUEIRA, 2007).

Por outro lado, o termo raça permeia a perspectiva defendida pelos movimentos sociais de defesa dos contingentes historicamente discriminados. Tal ponto de vista se baseia na noção de raça estritamente como uma variante sociocultural, correspondente a um modo de constituição de padrões de solidariedade entre os discriminados, assim favorecendo sua ação coletiva em defesa da integridade física, legal e territorial.

Sendo assim, quando estes movimentos sociais antirracistas resgatam o termo raça, trata-se da recriação de uma perspectiva de pensamento que é sim racializada, porém não racista. É justamente o contrário, seu objetivo é combater o racismo e suas consequências deletérias. “Se é bem verdade que toda forma de pensamento racista possui uma fundamentação racializada, não necessariamente uma forma de pensamento racializada precisa necessariamente ser racista” (PAIXÃO e CARVANO, 2008, pp. 31-2).

É neste contexto que se inserem as Políticas de Ações Afirmativas. Segundo o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, estas Ações são medidas especiais tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, visando garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, além de compensar perdas provocadas pela discriminação, seja ela por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero ou qualquer outro (BERNARDINO, 2004). Entende-se então que é preciso focar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados a fim de romper com as barreiras impostas pelo racismo e pela discriminação.



Ainda de acordo com a autora, pensar de maneira racializada é resultado de uma consciência racial na sociedade. Para ela, não são as ações afirmativas que farão a sociedade pensar nestes termos, uma vez que este pensamento já está posto na realidade social. O que estas políticas, sensíveis a cor da pele, propõem é desconstruir a atual atribuição de valores negativos à população negra através da desnaturalização do “lugar do negro” como um espaço subalterno.

## **II. A Política de Cotas e o acesso de jovens negras ao ensino superior**

A política educacional brasileira pós-1964 foi marcada por uma forte estagnação da rede de ensino público, associada a uma expansão do ensino privado em todos os níveis de educação, desde a básica até a superior. A partir dos anos 1970, algumas parcelas da população, principalmente a classe média negra, já sentiam os efeitos danosos dessa política. Os jovens negros, para conquistarem um diploma de curso superior, viam-se forçados a recorrer à rede particular de ensino, obtendo diplomas muitas vezes desvalorizados no mercado de trabalho, o que acentuava ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas (GUIMARÃES, 2003).

Deste modo, o método de ingresso – as provas de exame vestibular – para acessar as universidades públicas passou a ser realizado em um contexto de grande desigualdade de formação, motivada principalmente pela renda familiar. Os jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores escolas, no caso as particulares, garantiam a maioria esmagadora das vagas disponíveis nos cursos das universidades públicas e gratuitas.

De acordo com o autor, quem inicialmente levantou a bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como “negros” e se pretendiam porta vozes de uma grande parcela da população, pobre, preta e mestiça, de descendentes de escravos africanos, trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão. A partir de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso passou a dar mais espaço para que essa demanda,



formulada pelos setores mais organizados do movimento negro brasileiro, se expressasse no governo<sup>5</sup>.

Ainda de acordo com Guimarães (2003), razão para tal abertura não foi a sensibilidade sociológica do presidente, ou a relativa força social do movimento, mas, principalmente, a difícil posição enfrentada pela chancelaria brasileira em fóruns internacionais, cada vez mais frequentados por ONGs negras, devido à doutrina da “democracia racial”. O país que ostentava tanto o fato de não ter uma questão racial era repetidamente lembrado de suas “desigualdades raciais”, facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais, sem poder apresentar em sua defesa um histórico de políticas de combate a essas desigualdades. Era em busca de uma saída política que o presidente queria trazer o debate sobre ações afirmativas para perto do governo.

Com esse pequeno resgate histórico, percebe-se que, concretamente, os mecanismos de adoção das chamadas Políticas de Ações Afirmativas no Brasil passam a ser debatidos nos três poderes da república nos anos 1990, constituindo-se como medidas legais apenas no início do século XXI<sup>6</sup>. No entanto, a reivindicação dos movimentos sociais na luta pela redução das desigualdades e o respeito dos direitos das minorias vem de longe, desde os anos 1960. Essa luta foi inspirada no caso dos Estados Unidos que adotaram, nos anos 1950, em resposta aos poderosos movimentos em defesa dos direitos civis, uma política de adoção de Ações Afirmativas, “exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra” (MOEHLECKE, 2002, p. 198).

Segundo Carvalho, Políticas de Ações Afirmativas são aquelas que visam

Corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente. O que motiva essas políticas é a consciência de que essas desigualdades tendem a se perpetuar se o Estado continuar utilizando os mesmos princípios ditos universalistas com que tem operado até agora na distribuição de recursos e oportunidades para as populações que contam com uma história secular de discriminação. Não resta dúvida de que uma superação do quadro atual de racismo no Brasil exigirá a implementação de políticas de ações afirmativas generalizadas: no mercado de trabalho, nos concursos públicos, nas imagens publicitárias e televisivas e até mesmo nas políticas de saúde e moradia (2004, p.1).

<sup>5</sup>Em julho de 1996, o Ministério da Justiça organizou em Brasília um seminário internacional sobre ‘Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos’, para o qual foram convidados vários pesquisadores, brasileiros e americanos, assim como um grande número de lideranças negras do país.

<sup>6</sup>A partir de 2001, vários ministérios determinaram, através de portarias, o estabelecimento de cotas para negros e pardos no serviço público e, em 2003, é aprovada no estado do Rio de Janeiro a primeira lei que estabelece cotas de acesso ao ensino superior (50 % das vagas) para alunos oriundos das escolas públicas.

QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS. SILVA, Eveline Pena da, MINELLA, Luzinete Simões



Tais políticas abrangem minorias étnicas, raciais, mulheres, portadores de necessidades especiais, enfim, grupos desfavorecidos na distribuição do produto social e atingem áreas como o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários, o sistema educacional, especialmente o ensino superior, e a representação política.

Estas ações têm como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Desse modo, o objetivo é fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho.

Para Moehlecke (2002), trata-se de valorização da diversidade, buscando conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização, e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias.

Segundo Messias et al (2007), observa-se no amplo debate que se instituiu em torno da legalidade e legitimidade das Ações Afirmativas que o sentimento racista que encobre práticas discriminatórias assume caráter disfarçado no Brasil, e que a aceitação do negro como sujeito social, com direitos iguais, ainda sofre resistências. O que caracteriza este debate é o fato de os discursos contra as Políticas de Ações Afirmativas colocarem-se explicitamente como não racistas, o que, mais uma vez, demonstra que no Brasil poucos se admitem como racistas, apesar de suas práticas discriminatórias, o que é exemplificado no sistema escolar, onde as imagens que são veiculadas sobre o negro reforçam estereótipos.

Estas ações vêm causando muita polêmica e discussões entre as várias camadas da sociedade. Há os que são favoráveis e acreditam que medidas devem ser tomadas urgentemente, para tentar diminuir as desigualdades existentes entre negros e brancos; e os que são contra, afirmando que tais medidas são uma forma de discriminação, na qual os afrodescendentes são colocados como incapazes de obter “seu lugar ao sol” através do esforço próprio, ou ainda, que esta é uma forma de privilégio.

Um dos exemplos mais utilizados pelos indivíduos que se manifestam contra as Políticas de Ações Afirmativas é o dos Estados Unidos, onde há cerca de cinco décadas havia uma completa segregação entre negros e brancos. O fato é que os Estados Unidos não servem de parâmetro para o Brasil, uma vez que o racismo e o preconceito que lá acontecem são completamente diferentes. Como já dito anteriormente, aqui o preconceito é de marca, ou seja, associado a traços fenotípicos, principalmente as feições, tonalidade da pele e tipo de cabelo,



diferentemente do preconceito de origem, existente nos Estados Unidos, onde um indivíduo é considerado negro mesmo que não apresente essas características, bastando apenas ser descendente de um negro.

Outro exemplo é a Lei das Cotas nas universidades públicas. A maioria da população não sabe do que se trata, estando incluída também grande parcela da população negra. O que acontece na realidade é que as cotas não surgiram com o intuito de diferenciar ainda mais os negros dos brancos, mas propõem, simplesmente, uma disputa entre os iguais, com as mesmas condições e carências. Além disso, os indivíduos esquecem ou desconhecem o fato de que as cotas não são somente raciais, para negros e remanescentes indígenas, existindo também cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e as cotas para deficientes físicos.

O que uma grande maioria declara é que as cotas são outra forma de discriminação, e que o negro seria praticamente posto para dentro das instituições, sem provar méritos e capacidade de aprovação no vestibular através dos estudos somente; ou, ainda, que os critérios de definição de quem é, ou não, negro ou afrodescendente, são falhos.

Entretanto, as pessoas não entendem que a forma de seleção do vestibular atual já é, por si só, desigual e discriminatória. O negro, que desde cedo é obrigado a trabalhar para custear os estudos, não tem as mínimas condições de competir em igualdade, com pessoas que exclusivamente estudam, em escolas particulares. Com relação à autodeclaração, a questão é um tanto lógica. Se a maioria das pessoas tenta mascarar suas raízes afrodescendentes, não terá interesse em se autodeclarar afro-brasileiro para obter “benefícios”. Só fará isso quem realmente assume sua raça e sua cor, e quem acredita que as cotas não são uma forma de discriminação e de favorecimento.

Nesse pressuposto, a proposta de cotas nas universidades públicas, segundo entendemos, visa que os negros concorram com negros, visto que todos terão as mesmas condições de competir e provar seu mérito ao ingressar no ensino superior.

Talvez esta não tenha sido a melhor maneira para diminuir as diferenças, uma vez que se não houver uma educação básica de qualidade, de nada adianta investir no ensino superior. Contudo, devido à emergência da situação, é necessário que seja “construída” uma elite intelectual da raça negra, para que, dessa forma, prossiga-se lutando pela igualdade entre as pessoas. Concordamos com a previsão de Paulo Paim sobre a extinção futura das cotas:

Quando elas não forem mais necessárias [...] não faremos mais uso delas. Quando os espaços forem igualmente distribuídos. Quando os vestígios do preconceito forem extintos. Quando os homens forem valorizados pela sua

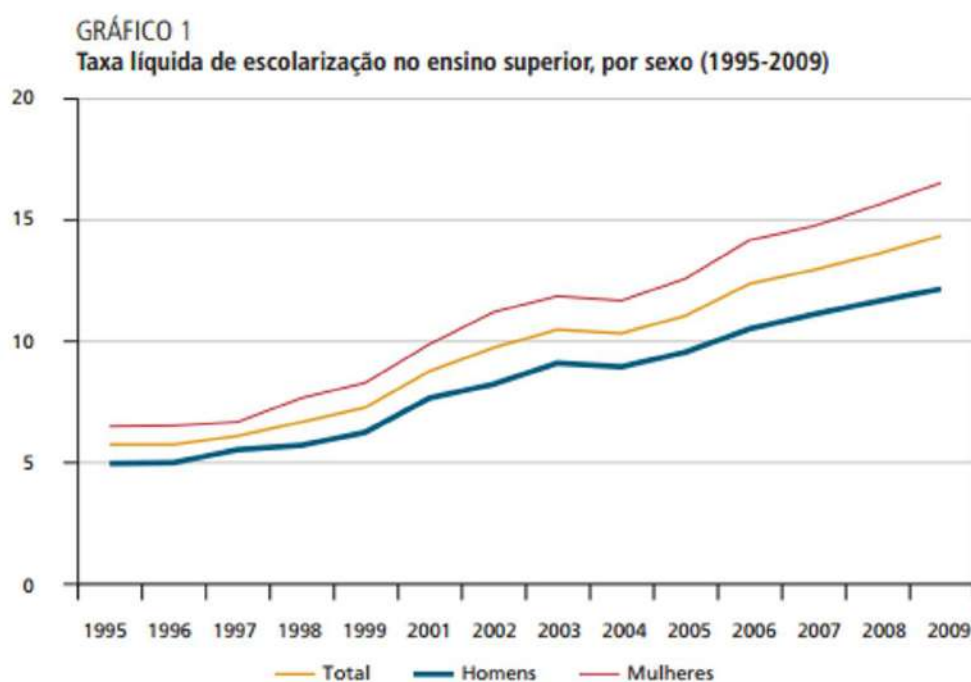




capacidade, pelos sentimentos que levam no coração e nunca pela cor da pele, aí estaremos prontos para uma nova era. Estaremos prontos para vivenciar a verdadeira igualdade (2007, p.1).

De acordo com o Dossiê Mulheres Negras (2013), em função desta Política de Cotas, a partir dos anos 2000, houve um crescimento mais acentuado do acesso de afrodescendentes ao ensino superior público. Ainda que esse crescimento tenha sido para ambos os sexos, e que o percentual para as mulheres tenha sido mais elevado, isto não significou igualdade de presença entre homens e mulheres neste nível de ensino, conforme mostrado no Gráfico 1.

623



Fonte: SOTERO, 2013, pg. 38

De acordo com a autora, a maneira como os dados estão apresentados no gráfico mascara outras formas de desigualdade, uma vez que não leva em conta diferenças raciais, regionais, ou de estratificação social, como os relacionados a ocupação e rendimentos. Ao se fazer uma separação entre mulheres e homens, levando em consideração a classificação racial, passa a haver uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras

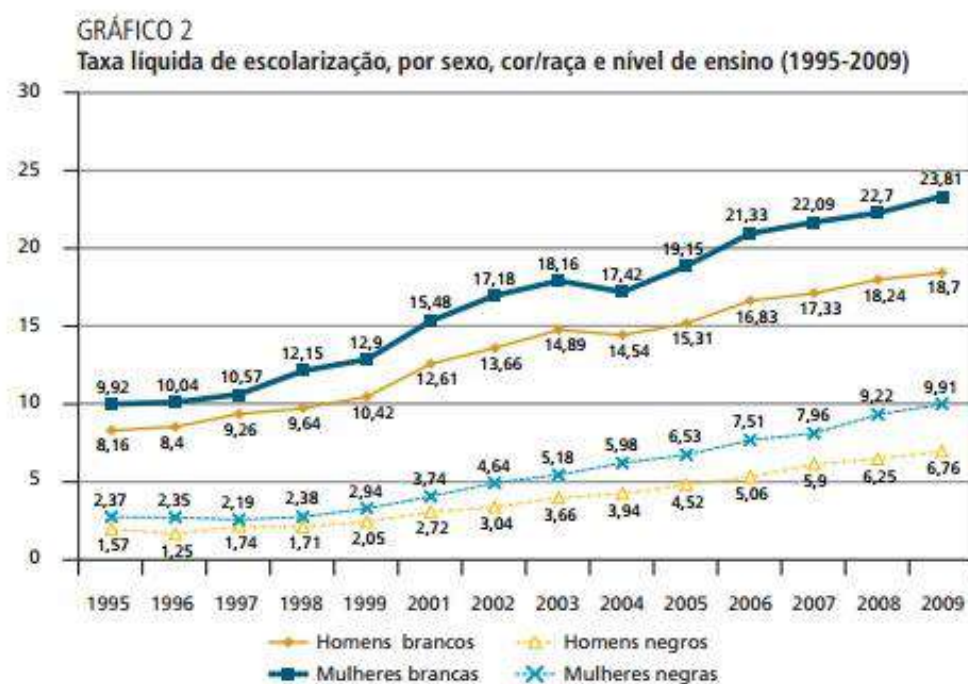




e os homens brancos. Maiores ainda são as distâncias se considerarmos os homens negros em relação aos outros grupos de cor e sexo, conforme mostra o Gráfico 2.

A partir dessa análise, pode-se então perceber que em comparação com os homens negros, as mulheres negras são maioria no ensino superior, no entanto, em comparação com os homens e mulheres brancas, o percentual é muito menor.

De acordo com os dados apresentados por Sotero (2013), em 2009, as matrículas femininas representavam 55,1% do total de matrículas, sendo 51,8% no sistema público e 56,3% no sistema privado. Esta tendência também é verdadeira para os homens, entretanto, se tomado como base o ano 2000, a matrícula destes passou a crescer de forma significativa na rede pública.



Fonte: SOTERO, 2013, pg. 39

No entendimento de Sotero (2013), uma tarefa bastante desafiadora e que está recebendo valiosas contribuições de intelectuais do feminismo negro, consiste em como pensar raça, gênero e classe social conjuntamente. Uma análise da intersecção destas múltiplas dimensões constituiria uma superação no interior do próprio pensamento feminista, que tendia



a invisibilizar os diversos eixos de opressão sexista, racista e classista por se basear em uma abordagem universalizante da experiência de ser mulher ou homem, independentemente da raça ou classe social.

Neste sentido, a autora propõe que para estudos futuros, uma questão que deve ser observada é o fato de que as Políticas de Ações Afirmativas de promoção do ingresso em universidades públicas têm beneficiado mais os homens do que as mulheres, mas ainda falta a associação das variáveis raça/cor e sexo, como frisado anteriormente. Deste modo, salienta-se mais uma vez a importância e a pertinência da investigação aqui proposta, na medida em que pretende-se abordar as escolhas profissionais e os planos das jovens dos grupos analisados em relação ao ensino superior, bem como suas percepções sobre as políticas de cotas das instituições. Nas etapas subsequentes desta pesquisa, serão também levadas em conta as contribuições do campo de Gênero e Ciências para o entendimento da participação das mulheres no ensino superior no país.

## REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. **Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. vol. I. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BERNARDINO, Jorge. **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, Jorge; GALDINO, Daniela (orgs). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas para negros e índios**. nov, 2004. Disponível em < <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/>> Acesso em 15 abr. 2008.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Etnicidade**: da cultura residual mas irreduzível. Revista de Cultura e Política, v. 1, nº 1, 1979.



\_\_\_\_\_. **Antropologia do Brasil. Mito - história - etnicidade.** São Paulo: Brasiliense, 1987, 2ª edição.

FIGUEIREDO, Ângela. **Gênero:** Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas.** Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, Brasília: Ipea, 2013.

MESSIAS, Marta Iris Camargo; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; NASSAR, Carmen Deleacil Ribeiro. **Identidade Negra e Arte-educação em Espaço Não-escolar:** O Caso do Museu Comunitário Treze de Maio. Florianópolis, UFSC, Encontro dos NEABs, 2007 (anais)

\_\_\_\_\_. **Da maioria silenciosa à minoria mobilizada:** as tensões e contradições na implantação das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Maria. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão.** Salvador: CEAO, 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa:** História e Debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197 – 217, Nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. Coleção para entender.

\_\_\_\_\_. **Negritude:** usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:** sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Revista Tempo Social, vol. 19, n. 1. São Paulo, junho de 2007.

PAIM, Paulo. **Cotas nos meios de comunicação.** Mundo Negro, abril de 2007. Disponível em <<http://www.mundonegro.com.br/noticias/index.php?noticiaID=16>> Acesso em 23 set. 2007.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. Censo e Demografia: A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas.** Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia.** São Paulo: Annablume, 2004.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade:** mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimento. IN: PHILIPPI Jr., Arlindo e SILVA NETO, Antonio



J. (editores). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri, S.P: Editora Manole, 2011.

SANSONE, Lívio. **Urbanismo, globalização e etnicidade**. In: Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

SILVA, Eveline Pena da. **Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras: um estudo sobre a (re)significação identitária e étnica em jovens negras na cidade de Santa Maria/RS**. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**, Brasília: Ipea, 2013.

VÍCTORA, Ceres Gomes. **Pesquisa Qualidade em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.



## A IDENTIDADE FEMININA NA VIOLÊNCIA CONJUGAL

SILVA, Vanessa Ferreira Gomes da  
*Mestranda do Programa de Pós graduação em Memória Social*  
*fg.vanessa@gmail.com*

FACEIRA, Lobelia da Silva  
*Professora do Programa de Pós graduação em Memória Social*  
*Lobelia.faceira@unirio.br*

628

### Resumo

A constituição do sujeito se dá a partir do outro e é permanentemente construída na relação de alteridade. Na sociedade ocidental moderna, o pensamento é organizado a partir de sistemas de oposições. A matriz do pensamento lógico é o binarismo em que classificamos o mundo em pares que se contrapõem. É através desta matriz binária que os sujeitos se constituem. O conceito de identidade, para BUTLER (2003), está atrelado ao conceito de identidade de gênero pois só há um reconhecimento social do sujeito quando este adquire seu gênero de acordo com os padrões inteligíveis culturalmente. Porém, na constituição de si, o sujeito acolhe a multiplicidade com seus afetos, emoções e contradições coexistentes. Esta multiplicidade e suas contradições podem ser observadas no relato de mulheres que foram vítimas de violência conjugal no Brasil.

**Palavras-chave:** identidade, mulher, violência conjugal.

### Abstract

The constitution of the subject is formed from the alterity and it is permanently built into the relation of one another. In modern western society, the thought is organized from systems of oppositions. The array of logical thinking is binary and in its way we classify the world in contrasting pairs. It is through this binary matrix that subjects are constituted. The concept of identity, according to Butler (2003), is linked to the concept of gender identity as there are only a social recognition of the subject when it acquires its kind in accordance with the culturally intelligible standards. However, when constituting itself, the subject receives the multiplicity with his affections, emotions and coexisting contradictions. This multiplicity and its contradictions can be seen in the story telling of women who were victims of domestic violence in Brasil.

**KEYWORDS:** identity, women, conjugal violence



## 1. Introdução

A lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, batizada de lei “Maria da Penha”<sup>1</sup>, prevê punições mais severas que a lei 9.099 para os homens que agredem mulheres com as quais têm uma relação marital ou familiar. Além disso, possibilita uma série de medidas jurídicas promovendo a proteção da integridade física e psicológica das mulheres agredidas.

Para que a violência deixe de acontecer, as medidas judiciais adotadas priorizam o afastamento do agressor, com proibição de aproximação, através do abrigo das mulheres ou prendendo os agressores. Porém, o fato de homens e mulheres estarem afastados, não garante que a violência conjugal não tornará a acontecer na vida dessas mulheres. Diante dos olhos da sociedade elas foram vítimas da relação de poder desigual entre os gêneros masculino e feminino, mas como elas se percebem nessa relação? Quais os elementos sobre os quais construiram-se suas identidades e seus papéis sociais?

Pollak (1992), fala de um sentimento de identidade que, segundo ele, pode ser individual ou coletiva. Essa identidade é tratada como a “construção de si”. Aquilo que a pessoa ou o grupo apresenta para os outros ou para si mesmo como sendo o que o define. Neste sentido, a memória seria um dos elementos que constituem este sentimento, e é entendida como um fenômeno construído por fatores conscientes e inconscientes posteriormente organizados. Cada vez que uma memória se constitui, ela busca manter-se em uma organização coerente, contínua e unificada. A contribuição da memória para a construção da identidade se dá na ideia de continuidade e coerência, ou seja, na ideia de que os diferentes elementos que constituem o sujeito, são unificados.

Dentre os elementos constitutivos da memória enunciados pelo autor, destacamos o que ele chamou de “acontecimentos vividos por tabela” definidos como sendo aqueles acontecimentos vividos pelo grupo social e que tornam-se parte do imaginário individual de modo que podem superar limites geográficos e temporais. Este conceito pode ilustrar a

---

<sup>1</sup> A lei 11.340 foi batizada de Lei Maria da Penha para homenagear a farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes que, na década de 80, sofreu várias agressões por parte de seu marido e duas tentativas de assassinato que a deixaram paraplégica. Maria da Penha teve que recorrer a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para lutar por justiça e hoje dirige um Projeto que auxilia mulheres vítimas de violência doméstica. (WWW.mariadapenha.org.br)





transmissão dos papéis atribuídos socialmente como masculinos e femininos e a dinâmica de relacionamento entre estes dois gêneros vivenciados da mesma forma por gerações diferentes.

As atribuições de papéis masculinos e femininos que vão desde obrigações de afazeres domésticos cotidianos ao controle da sexualidade e corpo femininos, têm sido vivenciadas e transmitidas intergeracionalmente e introjetados pelos sujeitos fazendo parte deste processo da construção de si.

O autor também destaca a importância do dinamismo na relação com o outro no processo de formação da identidade. Isto se dá por meio de negociação de critérios de aceitabilidade, credibilidade e coerência. Portanto, esta identidade está em construção permanente pois as possibilidades dessas negociações com o outro nunca se esgotam e sempre podem sofrer transformações.

Maffesoli (2010), faz uma crítica ao entendimento do sujeito através do que ele chama de lógica da identidade. Ele afirma que esta lógica contém a ideia de estabilidade e constância. Por outro lado, ao propor o conceito de lógica da identificação, o autor reconhece a multiplicidade deste sujeito com seus afetos e emoções acolhendo as contradições coexistentes.

A lógica da identificação, assim como também foi apontado por Pollak no processo da construção de si, permite afirmar que a constituição do sujeito se dá a partir do outro e é permanentemente construída na relação de alteridade.

Se a constituição do sujeito, sua identidade, é um processo, ou seja, está sempre em andamento e se dinamiza na relação com o outro podemos supor que não será uma constante. Utilizando o conceito de Maffesoli, podemos encontrar identificações contraditórias em mulheres vítimas de violência conjugal?

## **2. Construção da Identidade feminina**

Na sociedade ocidental moderna o pensamento é organizado a partir de sistemas de oposições. A matriz do pensamento lógico é o binarismo em que classificamos o mundo em pares que se contrapõem. É através desta matriz binária que os sujeitos se constituem.

Para Butler (2003), o conceito de identidade está atrelado ao conceito de identidade de gênero pois só há um reconhecimento social do sujeito quando este adquire seu gênero de acordo com os padrões inteligíveis culturalmente. Segundo a autora, os padrões de nossa cultura ocidental são restritos ao binarismo contraposto e excludente, que classifica o mundo





em pares opostos: O sujeito é mulher porque não é homem ou o contrário. Além disso, a identidade não é um conceito unificado, coerente e persistente ao longo do tempo. A identidade de gênero é constituída e permanentemente afetada pelas expressões performativas do gênero. Ou seja, Butler (2003) afirma que o gênero é uma performance, um papel representado socialmente que, de forma recíproca, é modificado por essa representação.

Com influências históricas e antropológicas, a autora compreende o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, ou seja, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual.

631

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para reproduzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003 p.59)

No pensamento filosófico ocidental, de Platão a Sartre, o dualismo corpo/mente e as associações culturais entre mente e masculinidade e corpo e feminilidade, que segundo Butler (2003), são documentadas no campo da filosofia e do feminismo, têm produzido e mantido por convenções culturais uma hierarquização e relações de subordinação entre os sujeitos pois, essa matriz binária que constitui os sujeitos, também os classifica e desta forma se pode hierarquizar as relações com poderes desiguais.

Para Butler (2003), a cultura hegemônica baseada em estruturas binárias realiza a coerção dos sujeitos através da linguagem. A autora afirma que a dualidade do gênero e sua construção binária também se deu em relação ao sexo. Através desta interpretação, observamos que os fatos relacionados a biologia dos sexos produzidos pelo discurso científico, entendidos como naturais pela nossa cultura, foram criados atendendo a interesses políticos e sociais. “*A estrutura binária para o sexo e o gênero, é considerada uma ficção reguladora que consolida os regimes de opressão masculina e heterossexista*”. (Butler, 2003 p.59). Ou seja, para a autora, da mesma forma que o gênero é uma construção cultural, consequência do pensamento organizado em binarismos, o sexo também é.

Laqueur (2001), afirma que desde a Grécia antiga e durante milhares de anos, na sociedade ocidental com origens galênicas, acreditou-se que os sexos masculino e feminino possuíam uma genitália única, ou seja, que a genitália da mulher era igual à do homem, porém, a feminina era interna ao corpo enquanto que a masculina era externa. Todos os órgãos sexuais femininos eram vistos como um correspondente dos órgãos sexuais masculinos. Porém, os



seres humanos que tinham o pênis interno, as mulheres, eram considerados imperfeitos, pois não tinham recebido calor suficiente durante a gestação para externar seu órgão sexual.

De acordo com Laqueur, as diferenças entre os sexos eram mais sociais que biológicas. O gênero era definido pelo papel na sociedade e não pela anatomia do corpo. Esta afirmação nos remete à visão de Butler (2003), quando propõe que o sexo é tão performativo quanto o gênero e que a visão atual da diferença anatômica e fisiológica entre os sexos não é uma constante histórica e tampouco “natural”.

A construção da realidade de forma homogênea é feita a partir de um poder que legitima posições sociais, atendendo a uma classe dominante que exerce um efeito sobre os dominados. Isto é o que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico. Um dos discursos mais legitimados na ordem social é o discurso científico. O poder simbólico que ele exerce em nossa cultura é tão naturalizado que não se percebe o quanto é arbitrário.

Bourdieu (1989) afirma que, em um conflito de classes sociais, há uma luta simbólica para a institucionalização do mundo social conforme interesses de cada uma. Segundo ele, este conflito pode ser conduzido por especialistas da produção simbólica, representantes das classes dominantes, que impõem instrumentos de conhecimento arbitrários. Esse conhecimento é incorporado à realidade social, aceito como legítimo e sua arbitrariedade é ignorada.

Rohden (2001) verificou que foi no século XVIII, quando iniciaram-se os movimentos sociais em busca de igualdade e liberdade, ameaçando a dominação social masculina. Também foi o século em que ocorreram grandes descobertas com valorização do discurso científico. Na área da biologia, representada pelos médicos, é quando se tentam reafirmar os papéis sociais de gênero, baseando-se em evidências científicas de uma diferença biológica entre os sexos. Essas diferenças biológicas impõem determinados papéis que devem ser seguidos pela sociedade, promovendo o comportamento adequado a cada natureza: feminina ou masculina.

No século XVIII, então, a mulher deixa de ser um homem anatomicamente imperfeito e passa a ser o “sexo oposto” dele. O corpo feminino agora tem características próprias que passam a ser vistas como determinantes do seu papel social e até de suas limitações em relação ao homem. As propriedades deste corpo, mapeado pela medicina, passam a fornecer o padrão de normalidade do comportamento feminino.



Laqueur (2001), afirma que apenas no século XVIII a vagina passou a ser vista como um tubo ou bainha na qual o pênis se encaixa. Aí pênis e vagina passam a ser interpretados como opostos.

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, são de certa forma baseados nesses fatos. (LAQUEUR, 2001, p.18).

Porém, o mesmo autor afirma que, com os avanços científicos no século XIX, mais especificamente na embriologia, os órgãos sexuais masculinos e femininos foram rearticulados como homólogos de mesma origem embrionária. Ou seja, haviam então, evidências científicas para apoiar a visão antiga do isomorfismo galênico. Porém, estes estudos não ganharam relevância na época, pois não atendiam ao interesse político. Por outro lado, o que era culturalmente e politicamente importante eram teorias científicas que legitimassem a diferença entre os sexos, voltando o interesse das pesquisas anatômicas e fisiológicas para encontrar diferenças concretas e inatas entre homens e mulheres.

Segundo Laqueur (2001), no século XIX, após várias revoluções de pensamento, começaram a surgir os movimentos feministas que questionavam exatamente esta desvalorização social da mulher e hoje exerce grande influência em nossa sociedade propondo uma desconstrução dos valores sociais de hierarquização das relações de gênero.

Porém, Butler (2003), afirma que a maioria das autoras feministas não desconstruem o modelo binário de classificação dos indivíduos e baseiam-se em uma universalidade da identidade feminina. Enquanto movimento político, ignoram as diferenças e contradições das identidades ou tentam neutralizá-las. Para a autora, as ações feministas têm a expectativa de instituir-se sobre uma identidade feminina estável e comum a todos os sujeitos classificados como mulheres que exclui o surgimento de novos conceitos de identidade e suas expansões e transformações.

Butler (2003) propõe uma abordagem antifundacionalista sem a instauração de uma definição prévia de identidade. Somente esta visão estaria rompendo com o modelo binário de classificação dos sujeitos e performativo do sexo.



Se as ficções reguladoras do sexo e do gênero são, elas próprias, lugares de significado multiplamente contestado, então a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca. (BUTLER, 2003, p.58)

Butler (2011), em uma interpretação da visão lacaniana, afirma que a identidade nunca é totalizada pois há elementos que não podem ser organizados pelo simbólico e surgem no imaginário como desordem atuando em uma instância de contestação impedindo a construção da identidade sexual de forma coerente e plena. Assim, o sujeito necessita de uma reafirmação constante de si para se manter como sujeito e a repetição é uma tentativa de reelaborar sua normatividade.

Retornando à lógica da identificação em que, na constituição de si, o sujeito acolhe a multiplicidade com seus afetos, emoções e contradições coexistentes, citamos Maffesoli:

O sexo será menos uma entidade estabelecida de uma vez por todas, que uma construção pontual dependente das situações vividas. A partir de então, não haverá mais as funções naturais e eternas a preencher, mas papéis cambiantes segundo as ocorrências do presente (MAFFESOLI, 2010, p. 278).

Para o autor a identidade sexual também não é imutável e constante e, a partir deste entendimento, os papéis de gênero deixam de ser vistos como algo da natureza e podem ser mudados de acordo com as transformações culturais.

No Brasil, ocorreram algumas transformações sociais ao longo da história, porém os papéis sociais atribuídos aos sujeitos ainda estão muito ligados a concepções herdadas do pensamento binário e do poder simbólico do discurso médico-científico.

### **3. A mulher brasileira na violência conjugal**

Em uma pesquisa que ilustra a influência do discurso médico científico a partir do século XIX na constituição da identidade da mulher brasileira, Rohden (2001) realizou uma análise documental, empreendida com base nos arquivos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que contempla, especificamente, as teses sobre ginecologia produzidas no período compreendido entre 1833 e 1940.

Ela afirma que, em teses de medicina, meninos e meninas até a puberdade eram considerados semelhantes em sua constituição física e emocional. Porém, na puberdade, o



organismo feminino precisaria direcionar todas as energias de seu organismo para a boa formação de seus órgãos reprodutivos. Esta teoria era usada como justificativa para desencorajar o desenvolvimento intelectual e a busca pelo conhecimento das meninas.

Segundo Rohden, os médicos afirmavam que a educação exigiria um grande esforço por parte das meninas que, além de não serem dotadas para tal, prejudicariam o amadurecimento de sua capacidade reprodutiva, uma vez que a energia que o organismo deveria despender para os órgãos reprodutivos seria redirecionada para o cérebro.

As consequências para essas meninas, diziam os médicos, seriam a de não terem capacidade de gerar filhos saudáveis e, além disso, também nunca se destacariam intelectualmente, pois não tinham os atributos “naturais” para tanto. (ROHDEN, 2001, p.204).

Caulfild (2000), também aborda esta questão realizando um estudo histórico do Brasil na primeira metade do século XX e afirma que a manutenção da ordem social baseada nas diferenças biológicas entre os sexos masculino e feminino era o principal foco das políticas de intervenção do Estado. Ela afirma que a honra baseada na honestidade sexual das mulheres era o pilar de sustentação de um sistema fundamentado nas diferenças sexuais estabelecidas pela natureza.

A autora retrata uma preocupação com a ordem social, mais especificamente na Cidade do Rio de Janeiro, que é refletida no sistema jurídico das décadas de 1920 a 1940. Havia uma preocupação dos juristas com o comportamento de mulheres tidas como modernas, liberais ou emancipadas. Em um contexto em que as pressões demográficas, políticas, sociais e culturais, como novas concepções de famílias chefiadas por mulheres e relações sexuais antes do casamento, ameaçavam a concepção de família estruturada e representavam um rompimento do modelo das relações de gênero mais tradicional, o judiciário se detinha sobre a regulação da moral sexual.

Caulfild (2000) afirma que os crimes “contra a honra” permitiam uma regulamentação da justiça sobre a sexualidade da mulher que também era controlada pelo Estado e julgada pela sociedade. A ideia propagada pelos intelectuais da época era de que “a massa”, assim como as mulheres, precisava de uma orientação moral que não era capaz de ter por si mesma. Elas eram definidas pelo predomínio da emoção, pela sujeição a influências externas e pela



vulnerabilidade à degeneração. Já os intelectuais eram homens que estabeleciam a ordem social, ditando regras que iam desde a educação moral até a regulamentação do casamento.

De acordo com Caulfield (2000), o corpo feminino foi o objeto de todos os estudos para mostrar sua diferença em relação aos homens e, em países emergentes como o Brasil, foi o meio pelo qual se justificou a necessidade do controle de sua sexualidade pela sociedade, justiça e Estado em nome de uma “ordem social”. Este controle era exercido por um Estado paternalista na primeira metade do século XX e por um poder judiciário que determinava o que era moralmente certo ou errado no comportamento sexual feminino.

Quando menino e menina crescem em uma sociedade em que se valoriza atributos considerados masculinos e desvaloriza os femininos, isto será refletido nas relações futuras de ambos, principalmente na relação conjugal violenta onde a posição do homem é fazer da mulher um objeto na sua violência contra ela e na apropriação de seu corpo, enquanto que a posição da mulher é de se sentir um objeto passivo e aceitar sua falta de controle.

Couto et alii. (2006) afirma que na pesquisa que realizaram com mulheres brasileiras de baixa renda, em situação de violência conjugal, apesar dessas mulheres terem relatado um ideal de igualdade e liberdade, foi observado um esforço em conservar os lugares tradicionais das atribuições de papéis sociais que caracterizam a submissão feminina e legitimam a dominação exercida por seus maridos, muitas vezes, pela agressão física.

Embora essas mulheres também tenham valorizado a ideia da independência financeira e realização profissional, elas também descreveram o excesso de independência como um obstáculo à relação conjugal, pois produziria em seu parceiro um sentimento competitivo relacionado ao questionamento de seu papel de provedor e formador de opinião no espaço doméstico. (COUTO et alii., 2006, p.1327),

Existe nestas mulheres o desejo de uma vida profissional com independência financeira, porém isto é entendido por elas como uma oposição ao seu desejo de ser esposa e mãe. Para elas, estes dois papéis sociais são excludentes entre si embora exista a identificação com ambos.

Em um estudo realizado com mulheres que voltaram atrás após terem denunciado seus companheiros por agressão em comunidades de baixa renda brasileiras, Jong et alii. (2008) afirma que essas mulheres sofrem a tensão entre defender-se e fazer valer sua autonomia ou aceitar a violência e manter seus valores familiares.



As mulheres que continuam com os companheiros valorizam os sentimentos de afeto e expressam sentimentos de arrependimento e culpa por terem “atentado contra sua família” ao registrar ocorrência contra o companheiro. Para várias participantes do estudo, a agressão tornou-se habitual e a mulher, após superar a revolta e o sofrimento, procura entender e justificar o comportamento do companheiro (JONG et alii. 2008, p. 789).

Essas mulheres se identificam com o papel de cuidadora da família, desta forma o fracasso na harmonia do lar também é de sua responsabilidade por não ter administrado corretamente suas qualidades femininas. Elas entendem que falharam enquanto mulher, enquanto sujeito.

Em outro estudo realizado por Souza e Cortez em 2008 com mulheres em situação de violência conjugal que apresentaram queixa contra seus parceiros, os pesquisadores identificam, primeiramente, uma passividade e submissão dessas mulheres, por terem se submetido por longos períodos de tempo à violência. Porém, em um segundo momento, eles identificam também uma insubordinação nas ações dessas mulheres, ao denunciarem seus parceiros; e coragem, ao demonstrarem ter consciência de que estão rompendo limites significativos impostos pelos valores tradicionais, ao fazer valer seus direitos legais (CORTEZ; SOUZA, 2008, p.177).

O mesmo estudo revela que os conflitos conjugais, frequentemente, são desencadeados pela “desobediência” dessas mulheres em relação às exigências do companheiro. Essas desobediências estavam sempre relacionadas a “falhas” no seu desempenho como donas de casa, mães ou esposas e, conseqüentemente, com o que elas entendem como identidade feminina (CORTEZ; SOUZA, 2008, p.177).

Cortez e Souza (2008), concluem que esse comportamento “desobediente” sinaliza um movimento que situa essas mulheres entre a conformação às expectativas tradicionais e o questionamento destas. Elas se encontram em um estado de tensão entre a subordinação a determinadas regras e a insubordinação em relação a diversas outras.

Em todos os estudos expostos acima, foram observados nos relatos destas mulheres afetos, desejos, ações ou identificações contraditórias. Todos fazem parte delas, porém entram em conflito quando são interpretados como indicadores para uma classificação de identidades baseados em uma cultura que constitui os sujeitos através da coerção e arbitrariedade atribuindo-lhes valores hierarquizados.





Para concluir, Butler (2009) propõe que a violência acontece quando os laços sociais são pautados nas relações de poder verticalizadas em que as vulnerabilidades são negadas baseando-se em classificações e atribuições de papéis, ou seja, nas diferenças. Por outro lado, quando esses laços são pautados na vulnerabilidade da perda de algo, ou seja, naquilo que é comum a todos, na igualdade, esses laços tornam-se horizontais. Se todos os seres humanos são vulneráveis, se todos sofrem perdas, este fato deve ser compreendido como um laço que une a todos sem distinções, classificações e hierarquias. Segundo ela, deve-se questionar justamente a classificação dos sujeitos e valorizar as subjetividades utilizando as vulnerabilidades como instrumento de laços sociais.

#### 4. Considerações finais

Tendo como base os estudos apresentados, podemos concluir que a cultura ocidental classifica o mundo e os sujeitos em uma lógica binária e oposicional o que gera uma hierarquização com relações de poder desiguais entre os sujeitos.

As mulheres se constituem em oposição ao homem e se identificam com os elementos culturais que assim as definem.

De acordo com pesquisas realizadas com mulheres em situação de violência conjugal no Brasil, o poder simbólico do discurso médico científico mostrou-se presente na concepção que estas mulheres têm de si mesmas. As construções históricas a respeito do papel feminino fazem parte da identidade destas mulheres e, para elas, determinam seu papel na sociedade, na família e na sua relação com o parceiro.

No que diz respeito à prevenção, a família, a escola e as principais instituições sociais devem combater a retransmissão desses valores na criação das crianças. Assim, as meninas não crescerão acreditando que têm limitações que as inferiorizam em relação aos homens e que essas limitações são determinadas pelo seu corpo.

Se passarem a crescer entendendo que podem escolher seus papéis sociais, que não precisam ser determinados por seu corpo, e que este não deve ser propriedade de outrem, elas terão mais condições emocionais para lidar com a possibilidade de um parceiro que as agrida.

Da mesma forma, laços sociais entre meninos e meninas devem ser fortificados baseados na solidariedade e não na valorização (criação) das diferenças.



## 5. Referências

- BOURDIER, Pierre. *O Poder Simbólico*. Difusão Editorial Ltda. 1989. Lisboa, Portugal.
- BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder*. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Vida Precária*. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CAULFIELD, Sueann *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.
- CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psic.: Teor. e Pesq., Brasília*, v. 24, n. 2, June 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200006&lng=en&nrm=iso)>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000200006>. Acesso em 05 jun. 2014.
- COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas and KISS, Ligia Bittencourt. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. São Paulo, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2006, vol.11, suppl., pp. 1323-1332. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500021>. Acesso em 08/06/2014
- JONG, Lin Chau; SADALA, Maria Lúcia Araújo and TANAKA, Ana Cristina D' Andretta. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2008, vol.42, n.4, pp. 744-751. ISSN 0080-6234. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000400018>. Acesso em 05 jun 2014
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.
- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.



## SAÚDE DO HOMEM E CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES EM ESPAÇOS DE POBREZA<sup>1</sup>

ALVES, Franciele Koehler

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG*  
alvesfk@gmail.com

SCHIMANSKI, Edina

*Professora do Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG*  
edinaschimanski@gmail.com

640

### RESUMO

O presente artigo se propõe a apresentar uma revisão bibliográfica a respeito da saúde do homem, masculinidade e pobreza. Trata-se, portanto, de compreender algumas das contradições presentes na relação entre acesso a saúde primária do homem em espaços de pobreza e a construção da masculinidade. A ideia central do texto está na reflexão de que a doença é considerada como uma fragilidade do homem em dois aspectos principais – o sociocultural e o econômico. No que se refere aos aspectos sociais e culturais, temos uma assimilação simbólica e ideológica do não acesso a saúde que é formada por conhecimentos, valores, atitudes e crenças do imaginário popular, as quais giram em torno da negação da relação saúde-doença. Na esfera econômica, podemos dizer que os determinantes econômicos se expressam na posição do sujeito em termos de classe social. Isto, sobremaneira, vai determinar a capacidade e possibilidade real de acesso (ou não) do homem ao sistema de políticas públicas de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** MASCULINIDADE; POBREZA; SAÚDE DO HOMEM.

### ABSTRACT

This paper aims at presenting a bibliographical revision about the men's health, masculinity and poverty. That is, this paper seeks to understand some contradictions between primary access to health in local of poverty conditions and the construction of masculinity. The main idea is to produce some reflection take into consideration that the illness can represent a damage to men's masculinity in to two principal aspects – sociocultural aspect and economic aspect. In relation to social and cultural aspects, there are symbolic and ideological assumptions related to the idea of no access by men to health treatments, framed on concepts such us knowledge, values, attitudes and popular trusts which determine that men should be strong and they do not need specific health care. In relation to economic aspects, the poverty condition can determine or not the men's access to the health public policies.

**Key-Words:** Masculinity; Poverty; Men's Health.

<sup>1</sup> Pesquisa relacionada a dissertação de mestrado em desenvolvimento junto ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, cuja área de concentração é Cidadania e Políticas Públicas e Cidadania, a partir da ótica interdisciplinar.



## 1. INTRODUÇÃO

Compreender as expressões da questão social e suas contradições, as quais na sociedade atual são as mais diversas, é tarefa fundamental no processo de construção de conhecimento disciplinar e interdisciplinar. Neste sentido, a pesquisa social é fundamental, enquanto “atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados [...]” (MINAYO, 1998, p. 23). Através da pesquisa que se consegue um entendimento mais preciso sobre a questão social. E por meio da interdisciplinaridade, como ponto de partida, é que se pode lidar com a complexidade do conhecimento. (MUNHOZ; OLIVEIRA JUNIOR, 2009).

Iamamoto (2006), ao referir-se sobre as questões sociais, destaca que dizem respeito ao conjunto multifacetado das desigualdades sociais, equivalendo, portanto, às

desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil ao acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2006, p. 17).

O não acesso ao direito à saúde, por exemplo, pode se configurar como uma expressão da questão social. Deste modo, a falta de promoção a saúde em si constitui-se como um fenômeno social que deve ser estudado. Quanto mais, se o não ingresso dos sujeitos a saúde for analisado a partir de uma contradição importante nas chamadas relações de gênero – a construção social da masculinidade do sujeito. Isto é, o não acesso a saúde pelos homens justamente porque são homens.

No cotidiano é comum ouvirmos expressões como “*homem que é homem não fica doente*”, “*homem que é homem deve ser forte*”, “*homem que é homem não sente dor*”, “pai de família não fica doente”, entre tantas outras. A negação da doença pelo homem – ou a negação de cuidados com a saúde preventiva – vai além do imediato. Está relacionada a uma série de fatores de ordem social, cultural e até mesmo sexual. Quantos homens adquirem câncer de próstata pelo puro preconceito de fazer o exame preventivo. Da mesma forma, os fatores econômicos são bastante expressivos quanto se trata da masculinidade do sujeito. Assim, nos espaços periféricos, onde a pobreza é mais acentuada, esta demanda pode ser mais preocupante, pois envolve uma contradição tão grande quanto a primeira: se o homem assume a doença, isto pode ser a admissão explícita de que não quer trabalhar e vai ser sustentado pela companheira.



Como se pode perceber, a seara gênero/construção masculinidade/ saúde do homem/pobreza é complexa e carece de uma aproximação mais crítica, isto é, de um olhar mais aprofundado sobre a temática. Neste sentido, no presente artigo nos propomos a apresentar uma revisão teórica preliminar a respeito da relação existente entre a construção social da masculinidade hegemônica, a condição de pobreza e os cuidados com a saúde masculina no contexto da atenção primária.

Assim sendo, a título de introdução, cabe dizer que pensar saúde coletiva é pensar sobre como as pessoas vivenciam o processo saúde-doença-cuidado e se organizam tanto para enfrentamento, quanto prevenção de agravos e demais vulnerabilidades que interferem na qualidade de vida. A Atenção Primária a saúde (APS) é entendida como a “porta de entrada” para o Sistema Único de Saúde brasileiro, ou seja, palco principal das ações voltadas para a prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde. No entanto, de acordo com o Ministério da Saúde, grande parte dos “[...] homens adentram o sistema de saúde por meio da atenção especializada” (BRASIL, 2008, p.5), o que indica a importância de se pensar a respeito da Saúde do Homem neste âmbito primeiro de cuidado.

O próprio Ministério da Saúde, ao criar a “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Homens” (PNAISH) no ano de 2008, justifica sua importância, dentre outros motivos, na constatação de que há baixa participação dos homens na APS – fato também relacionado com o fato de que as políticas e programas voltados para prevenção e assistência à saúde historicamente favoreciam as mulheres, crianças e por fim, idosos. Outro fator associado à pequena adesão diz respeito ao exercício das masculinidades – especialmente a considerada “hegemônica” (GOMES, 2010; SEPARAVICH; CANESQUI, 2013; FIGUEIREDO, 2008; SCHRAIBER, 2010; COUTO et al., 2010).

O exercício desse tipo específico de masculinidade (ou a aspiração para alcançá-la) pode representar risco a saúde dos homens, visto que estes são vistos culturalmente como “[...] portadores de menos necessidades em saúde do que as mulheres, expressas exemplarmente na figura do chefe de família provedor, dedicado ao trabalho e que raramente adocece, o que os pode levar a negligenciar a saúde” (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013, p.419).

Com o intuito de incorporar a perspectiva relacional de gênero às ações destinadas à atenção à saúde, o Ministério da Saúde afirma através da PNAISH que as intervenções devem “[...] considerar a heterogeneidade das possibilidades de ser homem” (BRASIL, 2008, p.5), compreendendo que



Grande parte da não-adesão às medidas de atenção integral, por parte do homem, decorre das variáveis culturais. Os estereótipos de gênero, enraizados a séculos em nossa cultura patriarcal, potencializam práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino. A doença é considerada como um sinal de fragilidade que os homens não reconhecem como inerentes à sua própria condição biológica. O homem julga-se invulnerável, o que acaba por contribuir para que ele cuide menos de si mesmo e se exponha mais às situações de risco. [...] A isto se acresce o fato de que o indivíduo tem medo que o médico descubra que algo vai mal com a sua saúde, o que põe em risco sua crença de invulnerabilidade (BRASIL, 2008, p.6).

Além disto, há o papel socioculturalmente difundido de que os homens são “provedores” da família e o fato de que, de maneira em geral, os serviços de atenção básica são estruturados em horário de funcionamento que coincide com a carga horária de trabalho. Em complemento, o desemprego também aparece como fator dificultador para o acesso dos homens, especialmente de camadas mais pobres, aos serviços de atenção primária (GOMES, 2008, 2010; FIGUEIREDO; SCHRAIBER, 2008).

Estas são algumas das questões que estão atreladas às relações estabelecidas entre homens, saúde e cuidado – podendo outros recortes como, por exemplo, raça, classe social, condição de pobreza, serem enfatizados como relevantes para manutenção da saúde, estes se configurando (ou não) como fatores de vulnerabilidade que levam à ausência e invisibilidade dos homens na APS (GOMES, 2010; SEPARAVICH; CANESQUI, 2013; FIGUEIREDO; SCHRAIBER, 2008; COUTO et al., 2010).

Neste sentido, o primeiro tópico do presente texto refletirá sobre a associação saúde do homem e a construção social das masculinidades em espaços de pobreza, abordando categorias como gênero, masculinidade e saúde. Em seguida, a pobreza será apresentada enquanto categoria relevante para o não acesso dos homens a saúde. E, finalmente, serão apresentadas as considerações finais elaboradas a partir do desenvolvimento desta pesquisa.

## **2. SAÚDE DO HOMEM E CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES EM ESPAÇOS DE POBREZA**

É de conhecimento comum que os seres humanos se comportam da forma como a sociedade espera, sendo que o “esperado” costuma variar de uma sociedade para outra, assim como pode se modificar na progressão histórica e cultural de um mesmo grupo. Definir o que é ser homem e/ou ser mulher é pensar sobre os papéis de gênero em cada espaço sociotemporal





específico. Isto porque a forma como homens agem é diferente daquela demonstrada pelas mulheres, embora, ambas estejam intrinsecamente relacionadas uma à outra (GOMES, 2010).

Homens e mulheres se comportam de acordo com os modelos que lhes são transmitidos ao longo da vida. Refletir sobre isto nos remete ao conceito de gênero, que conforme Gomes (2010)

Se refere às formas como somos socializados, como nos comportamos e agimos, tornando-nos homens e mulheres; refere-se também à forma como estes papéis e modelos, usualmente estereotipados, são internalizados, pensados e reforçados. [...] não bastam determinadas características corporais, como pênis e vagina, para que as pessoas sejam vistas como homem ou como mulheres. É preciso que pensem e ajam de acordo com os modelos de masculinidade e de feminilidade. Esses modelos são transmitidos por meio da nossa educação, dos veículos de comunicação e da nossa simples convivência com os outros (GOMES, 2010. p.14).

644

Assim sendo, pode-se dizer que masculinidade equivale a forma como homens expressam seu gênero, indicando portanto um modelo que serve para formar (e delimitar) a identidade e a maneira de ser homem, “[...] prescrevendo as atitudes, os comportamentos e as emoções a serem seguidas. [...] um conjunto de características e valores que se espera que um homem tenha em determinada cultura” (GOMES, 2010, p. 18).

Logo, se há uma forma diferente para exercer a masculinidade em cada cultura, devemos nos referir às variadas masculinidades, no plural, para designar as características do que é ser homem e suas relações com os âmbitos da vida cotidiana. E, em havendo tal variedade na expressão das masculinidades, há que se destacar a existência de um modelo que por ser mais valorizado, é considerado “hegemônico” e/ou dominante. A masculinidade hegemônica, segundo Connel (1997 apud GOMES, 2010) procura garantir a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, valorizando

Algumas características que os homens devem ter, como ser forte, corajoso, resistente, invulnerável e ativo (entendido como o contrário de passivo, inclusive na vida sexual), bem como ter poder sobre os mais fracos (que podem ser as mulheres ou outros homens). [...] esse modelo costuma ser considerado normal, levando as pessoas a ver suas características e suas condutas prescritas como ‘naturais’, como se pertencessem a natureza biológica dos homens. Isso faz com que – às vezes – alguns homens que não seguem esse modelo sejam discriminados (GOMES, 2010, p. 18-19).

A construção social dos modelos de gênero interfere também na forma como homens e mulheres pensam e cuidam de sua saúde, causando inclusive comprometimentos diferenciados





para saúde de cada um, que vão além das questões de ordem biológica. Por exemplo, os modelos de gênero

[...] em alguns casos podem ser os principais responsáveis pelo fato de os homens serem mais vulneráveis do que as mulheres a algumas doenças e estilos de vida que comprometem a saúde. Também vale lembrar que os comprometimentos à saúde [...] são influenciados por outras causas que não as de gênero. Nesse sentido, por exemplo, a classe socioeconômica das pessoas, em determinadas situações, pode fazer uma grande diferença entre ter saúde ou seguir acesso a prevenção e tratamento por doenças (GOMES, 2010, p. 36).

645

Em relação à busca por saúde, estudos indicam que na realidade brasileira – embora não apenas nesta – as mulheres frequentam com maior frequência e facilidade os serviços de saúde, inclusive e principalmente àqueles voltados para atenção primária. Diversos são os fatores que para este panorama contribuem, podendo ser citado dentre eles tanto as questões culturais relacionadas aos papéis de gênero, quanto a estruturação dos serviços.

Couto et al. (2010) se debruçam sobre a invisibilidade masculina na atenção primária, discorrendo sobre como historicamente as instituições de saúde tem o poder de reforçar padrões e portanto de (re)produção do imaginário que indica que os serviços de saúde não são destinados à atenção dos homens – exceto no que diz respeito aos aspectos curativos. Logo, entendem que a invisibilidade masculina foi produto da histórica feminilização da Atenção Primária à Saúde, reiterando-a e reproduzindo-a. Relatam, portanto, que

Quando comparamos a presença de homens e mulheres e o uso que fazem dos serviços, percebemos como elas representam melhor do que eles a clientela, tanto em termos de frequência, quanto de familiaridade com o espaço e a lógica de organização [da atenção primária] (COUTO et al, 2010, p. 262).

Gomes et al. (2013) também analisam a ausência e a invisibilidade masculina na atenção básica, concluindo que é necessário que se observe no cotidiano a reprodução de dois aspectos que apareceram na pesquisa como relacionados a esta “invisibilidade”, a saber:

O primeiro diz respeito ao fato de que o sistema de saúde opera segundo uma estrutura preestabelecida em que a oferta se constrói a partir de um não lugar, ou seja, os homens, de um modo geral, não são usuários da atenção primária e, sendo assim, o que lhes é oferecido está bom. O segundo é construído a partir de uma lógica de senso comum que, por falta de investimento do primeiro, pouco viabiliza a presença mais efetiva dos homens nos serviços de saúde (GOMES et al., 2013, p. 991).



Cabe mencionar, que a preocupação em desvelar quais seriam os fatores relacionados à inserção dos homens nos serviços voltados para o cuidado com a saúde, bem como sobre temas que seriam de relevância para este público, ou ainda desvelar as relações entre a construção da masculinidade e o exercício da saúde tem início a partir dos anos de 1980. (GOMES, 2010; FIGUEIREDO, 2008; SEPARAVICH; CANESQUI, 2013).

No Brasil, no entanto, os estudos acerca das masculinidades começam a ter visibilidade a partir da metade da década de 1990. De acordo com Figueiredo (2008), nesta época destacam-se os estudos desenvolvidos por Nascimento (1999) e Sarti (2005) que associam a condição de pobreza com o exercício das masculinidades. Por sua vez a abordagem do gênero em estudos sobre o campo da saúde datam mais recente, preocupando-se principalmente com a questão da sexualidade.

No ano de 2008, Romeu Gomes – principal referência em relação ao estudo da Saúde do Homem no contexto brasileiro – publica um livro chamado “Sexualidade masculina, gênero e saúde”, onde procura demonstrar um panorama sobre a SH e sua relação com o exercício da sexualidade. Este mesmo autor, em parceria com outros pesquisadores colaboradores, edita um livro chamado “Saúde do Homem em debate” no ano de 2011 onde discutem sobre a integralidade em saúde e a perspectiva relacional de gênero; sobre a necessidade de não se reduzir o este homem a determinados aspectos de sua saúde (como, por exemplo, a próstata); as especificidades da saúde do homem jovem e sua relação com a violência, dentre outros.

Gomes e Nascimento (2006) mapearam e analisaram a produção nacional científica sobre saúde do homem e masculinidades no período entre 1998 e 2004, localizando como temas principais: sexualidade masculina, masculinidade e reprodução, masculinidade e poder (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013).

Diante desses dados, Separavich e Canesqui (2013) se propuseram a uma revisão bibliográfica sobre SH e Masculinidades na Atenção Integral a Saúde que contemplasse os anos subsequentes (2005 a 2011) e localizaram 27 artigos científicos veiculados em periódicos de Saúde Coletiva/Saúde pública no período considerado. Tais documentos estão indexados na SCIELO-Brasil e/ou Biblioteca Virtual de Saúde e apresentam como eixo principal de debate sobre o tema:

[...] o acesso dos homens aos serviços de saúde, sexualidade, saúde reprodutiva, violência e os principais agravos à saúde masculina, contextualizados à luz dos determinantes sociais da saúde, que tem por base



um tipo de masculinidade tradicional concebida como hegemônica, que apesar de comprometer a saúde masculina, não é o tipo único de masculinidade existente na sociedade (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013, p. 417).

Os autores concluem reafirmando a importância do desenvolvimento de novos estudos a respeito da associação entre saúde (do homem) e masculinidades de forma a ampliar o debate científico e aprofundar as discussões sobre os entraves do acesso à saúde pelos homens apesar da promulgação da PNAISH. Relatam que todos os documentos estudados demonstram o interesse dos pesquisadores em

647

[...] tornar esse *homem* universal, evocado nas representações sociais como dominador e inabalável, um sujeito de carne e osso, que adoece, morre, que pertence a uma determinada classe social, tem uma cor, faz parte de uma geração, é orientado sexualmente e não detém natural e igualitariamente o poder na sociedade, como invariavelmente é concebido.

Assim, as pesquisas sobre saúde e masculinidades, ao se aproximarem desse homem encarnado em suas vicissitudes concretas, o iluminam, ofertando uma visão não de “grandes” ou “pequenos” homens, mas de homens mais próximos de seu tamanho real (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013, p. 425).

## 2.1 A POBREZA COMO UM AGRAVANTE DO NÃO ACESSO

Enquanto reflete sobre a questão da pobreza durante a Idade Média, Mollat (1989) indica que desde este período a mesma vem sendo associada à noção de carência e que, embora perene durante os séculos, por muito tempo seu enfrentamento permaneceu distante da agenda social. Refere que a palavra “pobreza” tem origem latina, sendo incorporada nas demais línguas a partir do século XII.

O autor defende que a definição de quem é pobre e de seu estado (de pobreza) deve ser ampla. Conceituando, então, que

*Pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enjeitados, todos os associas, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum. Tampouco exclui aqueles que, por ideal ascético ou*



místico, decidiram afastar-se do mundo ou que, por devotamento, optaram por viver pobres entre os pobres (MOLLAT, 1989, p. 5, grifo nosso).

Esta noção foi sofrendo alterações com o passar dos anos e a realização de novos estudos, no entanto o conceito do Mollat (1989) permanece atual por ser tão abrangente. Como mencionado, a pobreza se caracteriza como um estado em que se encontra determinado indivíduo, uma situação que pode ser provisória ou não, e que por sua manifestação lhe deixa vulnerável.

Logo, a pobreza é um dos fatores que podem tornar o homem vulnerável em termos de saúde, sendo inclusive considerada determinante/condicionante para a manifestação de muitas doenças (por exemplo, as infecciosas como: tuberculose, hanseníase e outras). As lutas cotidianas em busca da superação deste estado pauperização podem, inclusive, representar em grau risco para saúde e se configurar como um fator comprometedor do acesso às medidas de atenção primária (prevenção e ações voltadas a promoção principalmente), ou seja, de usufruto dos serviços entendidos como porta de entrada da política de saúde brasileira (BRASIL, 2008).

Cabe mencionar que neste trabalho consideramos a perspectiva defendida por Yazbek (2012) em relação a pobreza, entendendo-a como um fenômeno multidimensional e complexo que expressa a manifestação da questão social e portanto, relaciona-se com as relações de classes vigentes na sociedade em decorrência do padrão de desenvolvimento capitalista que favorece a coexistência entre miséria e acumulação (YAZBEK, 2012).

Complementa que a condição de pobreza não reduz a privações materiais, indicando com base nas reflexões de Maria Ozanira Silva e Silva (2010) que se trata de um fenômeno estrutural,

[...] relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. É não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. (Silva e Silva, 2010, apud YAZBEK, 2012, p. 289).

Logo, não se deve referir à pobreza de forma reducionista e naturalizante, mas sim pensa-la enquanto categoria sócio-historicamente construída, percebendo-a como condição/estado que se relaciona à forma de inserção na vida social e à condição de classe. Desta maneira, os pobres, enquanto produto dessas relações, são muitas vezes desqualificados devido a suas crenças, modos de se expressar, comportamento social e “[...] sinais de



‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social” (YAZBEK, 2012, p. 289).

Ainda segundo a autora, a condição de pobreza tem contornos relacionados à trama social que gera as desigualdades e que se expressa em circunstâncias de ordem econômica, social, política e também cultural das classes subalternas e seus interlocutores na vida social. Enquanto condição vem sendo “medida” por meio de indicadores como renda e emprego, assim como o usufruto de recursos sociais relacionados com a determinação do padrão de vida, a saber: saúde, transporte, educação, moradia, aposentadoria, pensões, entre outros (YAZBEK, 2012).

Dentre as marcas que a situação de pobreza confere a população, Yazbek (2012) aponta

O aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2012, p. 290).

Assim sendo, de acordo com Yazbek (2012) abordar aqueles que são socialmente constituídos como pobres é se deparar com um universo marcado pela “[...] subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade de gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver apesar de tudo” (YAZBEK, 2012, p. 292).

Montaño (2012) indica que em decorrência do modo de produção capitalista (MPC) a pobreza é resultado da acumulação privada de capital

Mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riquezas e usurpadores do trabalho alheio. No MPC não é o precário desenvolvimento, mas o *próprio desenvolvimento* que gera desigualdade e pobreza. No capitalismo, quanto mais se desenvolvem as forças de produtivas, maior acumulação ampliada de capital e maior pobreza (absoluta ou relativa) [...] Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Nesse panorama, cabe mencionar que a pobreza pode ser entendida como parte constitutiva da história do Brasil, sendo ainda hoje insuficientes os esforços voltados para seu



enfrentamento (por exemplo, através do programa de transferência de renda Bolsa Família). Para Telles (1992 apud YAZBEK, 2012), a pobreza é uma condição que é “[...] traçada como uma realidade negativa, uma espécie de limbo para onde são projetadas as carências, as precariedades, as minoridades e os atrasos do país”.

Por fim, é importante destacar que um marco do avanço no sentido do reconhecimento dos direitos sociais dos brasileiros, mas especialmente das classes subalternas, aconteceu com a Constituição Federal (CF) de 1988 – quando foram definidas as bases para o sistema de proteção social brasileiro, baseado no tripé da seguridade social que define a saúde, assistência social e a previdência como direito do cidadão e dever do Estado. A respeito disso, Yazbek (2012) destaca que a Seguridade assegurada na CF “[...] apresenta-a como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente” (YAZBEK, 2012, p. 301).

A relação entre pobreza, construção da masculinidade e falta de acesso a saúde básica se dá pelo viés tanto econômico, quanto pelo sociocultural. Deste modo, a doença é considerada como uma fragilidade do homem. No que se refere aos aspectos sociais e culturais, temos uma assimilação simbólica e ideológica do não acesso que é formada por conhecimentos, valores, atitudes e crenças do imaginário popular, as quais giram em torno da saúde e da doença. Na esfera econômica, podemos dizer que os determinantes econômicos se expressam na posição do sujeito em termos de classe social. Isto, sobremaneira, vai determinar a capacidade e possibilidade real de acesso (ou não) do homem ao sistema de seguridade social e saúde.

A importância de considerar a perspectiva de gênero, bem como a influência da construção social da masculinidade em relação aos cuidados com a saúde do homem, especialmente àquele em situação de pobreza, se revela também no que postula Garcia (1998), em que gênero é visto como uma forma de estruturação das práticas sociais em geral, sendo sua ordenação necessariamente vinculada a outras estruturas sociais.

[...] Interage com raça, classe, etnia, nacionalidade e posição na ordem munda, entre outras. Desse ponto de vista, as masculinidades dos brancos, por exemplo, estariam construídas não só em relação às mulheres brancas como também em relação aos homens negros. Ou ainda, as masculinidades das classes trabalhadoras também deveriam ser concebidas considerando a política de gênero interna a essas classes. *Resumindo, para entender gênero é necessário ir além de gênero e para entender classe, raça e etc., deve-se mover em direção à dimensão gênero.* As relações de gênero se constituem como um dos principais componentes da estrutura social, e a política de gênero está entre os principais determinantes do nosso fato coletivo (GARCIA, 1998, p. 44-5, grifo nosso).





Além disso, podemos dizer que masculinidade(s), pobreza e (cuidados em) saúde são categorias que vem sendo, isoladamente e quando inter-relacionadas, valoradas de forma a pressupor a existência do já referido modelo de homem “ideal” – o qual é “provedor”, “dominante”, “invulnerável”. No entanto, quando não dá conta de atingir este estereótipo, o homem (por exemplo, àquele que vivencia uma situação de pobreza) acaba sofrendo – ainda que psiquicamente – por não conseguir exercer o “papal de homem” de acordo com o modelo ideal/hegemônico difundido socialmente (NASCIMENTO, 2000).

Cabendo, portanto, aos pesquisadores e profissionais, bem como à comunidade em geral quando sensibilizada, contribuir – com base nas contribuições de diversas áreas do saber – para a modificação gradativa desse discurso que instituiu o “super-homem” para àquele que o tratará como ser humano, de carne e osso, suscetível e que por isto precisa cuidar de sua própria saúde.

Por fim, lembramos o que disse Judith Butler em uma entrevista concedida no ano de 1998: “[...] discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso (PRINS; MEIJER, 2002, p.163).

### 3. CONCLUSÃO

Como mencionado, o presente artigo trouxe algumas aproximações teóricas sobre saúde do homem, masculinidade e pobreza. Através dessa aproximação pudemos perceber que os autores que publicam sobre saúde coletiva/saúde do homem entendem que não apenas as características atribuídas ao papel de gênero (construídas histórica e socialmente) influenciam no (não) cuidado masculino em relação a própria saúde, especialmente no que diz respeito as ações de prevenção preconizadas pelo âmbito da atenção primária.

De maneira geral, os autores que fundamentaram este trabalho concordam que, além da construção social da masculinidade, outros aspectos são relevantes e fornecem possibilidade para realização de novas pesquisas que tenha como base outros recortes, como por exemplo, a associação entre masculinidade e pobreza. Tal recorte/associação também se justifica na medida em que, conforme destaca Minayo (1998), ao pensar sobre saúde e toda complexidade que a envolve, estamos invariavelmente nos remetendo à interdisciplinaridade também.

Neste trabalho, por exemplo, partimos do pressuposto de que a interdisciplinaridade promove novas interrogações e possibilidades de olhar para uma mesma situação, a partir





interação entre as visões das várias disciplinas do saber. A interdisciplinaridade possibilita também encontrar “[...] soluções de problemas diante dos quais as demais formas de conhecimento se mostram insuficientes e incapazes” (Sartor, 2005, p. 59, apud MUNHOZ; OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 20), como é o caso do nosso objeto de pesquisa que demandou articulação dos campos do Serviço Social, Saúde Coletiva, Psicologia, Economia, entre outros.

Nessa aproximação foi possível notar que, sendo a pobreza uma condição de precarização, esta favorece àqueles que a enfrentam certa debilidade do estado de saúde, moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente e fome, a fadiga, entre outras situações acabam prejudicando a qualidade de vida em geral e à adoção de medidas de prevenção de agravos e doenças, bem como promoção da saúde. Além disso, quando associada ao desemprego e à crença de que o homem é quem deve ser o provedor da família (ordem sugerida pelo entendimento do que representa a masculinidade hegemônica), o acesso à saúde – ainda que a política preveja a universalidade - fica ainda mais fragilizado.

Corroboramos, portanto, com os autores Separavich e Canesqui (2013) quando afirmam que se deve, seja através de ações no cotidiano, seja através da produção de conhecimento científico, favorecer ao homem a visão de que devem se preocupar em serem “próximos de seu tamanho real” - ou seja, aquele que também adocece, morre e precisa se cuidar, independente de pertencer a determinada classe social, raça, orientação sexual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Princípios e Diretrizes)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

COUTO, M. T.; et al. O Homem a atenção primária à saúde: discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. *Em: Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 14, n. 33, Jun 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832010000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832010000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Mai 2014.

FIGUEIREDO, W. dos S.; Masculinidades e Cuidado: diversidade e necessidades de saúde dos homens na atenção primária, 2008, 278 f. Tese (doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em 25 abr 2014.

FIGUEIREDO, W. dos S.; SCHRAIBER, L. B. Concepções de gênero de usuários e profissionais de saúde de serviços de atenção primária e os possíveis impactos na saúde da população masculina, São Paulo, Brasil. *Em: Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000700025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700025&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 Mai 2014.

GOMES, R. *Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.



- \_\_\_\_\_. *A Saúde do Homem em Foco*. São Paulo: UNESP, 2010.
- GOMES, R. et al. Os homens não vêm! Ausência e/ou invisibilidade masculina na atenção primária. *Em: Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000700030&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700030&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 mai 2014.
- IAMAMOTO, M. V. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. *In: NOGUEIRA, V. (org.) et alli. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Sumário. Julho de 2006. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf)>. Acesso em 13 jul 2014.
- MOLLAT, M. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONTANÕ, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Em: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p.270-287, abr/jun. 2012.
- MUNHOZ, D. E. N.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. de. Interdisciplinaridade e Pesquisa. *In: BOURGUIGNON, J. A. (org.) Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2009. Págs 11-33.
- NASCIMENTO, P. F. G. Gênero e pobreza: o lugar dos homens em famílias de baixa renda. *In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS*, 23 a 27 de outubro de 2000, Petrópolis, RJ. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/encontro/2000/00gt05.htm#23>>. Acesso em 19 jul 2014.
- PRINS, B; MEIJER, I. C.. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, Jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 17 Jul 2014.
- SCHRAIBER, L. B. Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. *Em: Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, núm. 10, outubro, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/13.pdf>> Acesso em: 01 mai 2014.
- SEPARAVICH, M. A.; CANESQUI, A. M. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. *Em: Saude soc.*, São Paulo, v. 22, n. 2, Jun 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-2902013000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-2902013000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Mai 2014.
- VILLELA, W. V.; PEREIRA, P. P. G. Gênero, uma categoria útil (para orientar políticas)? *Em: Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, Out. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012001000006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Mai 2014.
- YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Em: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p.288-322, abr/jun. 2012.



## **SEXUALIDADES E ENVELHECIMENTO: SUBJETIVIDADE, CORPO E RESISTÊNCIAS DE PROSTITUTAS IDOSAS NO CURTA METRAGEM 69 PRAÇA DA LUZ**

ISTOE, Rosalee dos Santos Crespo<sup>1</sup>

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense  
rosaleeistoe@gmail.com*

GOMES, Denise da Silva.<sup>2</sup>

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense  
psidenisegomes@gmail.com*

654

### **RESUMO**

Os recentes estudos sobre o envelhecimento humano costumam abordá-lo a partir de suas fragilidades, declínios e improdutividade. Os discursos da ciência e os meios de comunicação contribuem para a difusão de modelos de envelhecimento e gestão de si baseados em padrões inalcançáveis de juventude, saúde e bem estar. Assim, o presente trabalho propõe discutir as surpreendentes e inusitadas falas apresentadas no curta metragem “69 Praça da Luz”. O filme apresenta depoimentos de idosas prostitutas e sua relação com o corpo, sexualidade, família, trabalho e sociedade. A metodologia da pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo, com ênfase na discussão da interseccionalidade entre as categorias de articulação gênero, geração e classe, abordando o arranjo específico das mulheres idosas prostitutas. Verificou-se a diversidade de concepções e identificação de potencialidades das idosas acerca de seus corpos, bem como sua inter-relação com os aspectos geracionais, sociais, familiares e de trabalho.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Gênero. Interseccionalidade.

### **ABSTRACT**

Recent studies on human aging tend to approach it from their weaknesses, and non-productivity declines. The discourses of science and the media contribute to the dissemination of models of aging and self-management based on unattainable standards of youth, health and wellness. Thus, this paper aims to discuss the surprising and unusual lines presented in the short film " 69 Praça da Luz ". The film features interviews with elderly prostitutes and their relation to the body, sexuality, family, work and society. The methodology of the research is exploratory and qualitative in nature, with emphasis on the discussion of intersectionality between categories of articulation gender, generation and class, addressing the specific arrangement of elderly women prostitutes. It was found the diversity of concepts and identification of potential elderly about their bodies as well as their interrelationship with generational, social, family and work issues.

**Key-words:** Aging. Gender. Intersectionality.



## 1. INTRODUÇÃO

Os modelos de envelhecimento e gestão de si baseados em padrões inalcançáveis de saúde e bem-estar, circulam pela cultura através dos meios de comunicação, práticas em saúde e no cotidiano. Entre eles, o discurso científico possui destaque e, com frequência, aborda como objetivo de estudo apenas as fragilidades, desgastes e impotência vivenciados durante a velhice. Neste sentido, estereótipos negativos e o preconceito geracional são construídos e reforçados produzindo discursos com efeitos de verdade a respeito dessa população.

As normas de conduta sexual, performances de gênero, de geração, da divisão social e sexual do trabalho, da noção de corporeidade, entre outras fundamentam as representações que posicionam diferentemente homens e mulheres frente às possibilidades de adesão aos modelos de gestão do envelhecimento. O gênero, como categoria de articulação, se relaciona a outros marcadores sociais estabelecendo distintos arranjos aos quais emergem as diferenças, singularidades ou desigualdades, opressão.

Na contemporaneidade, diferentes perspectivas cercam a sexualidade do idoso, ora considerada como objeto de intervenção e controle da biomedicina e dos fármacos visando ao alcance de uma suposta virilidade, ora incutida nos papéis de avô e avós assexuados. Nas frestas dessas determinações se apresentam identidades e subjetividades autênticas, vide as mulheres do curta metragem “69 Praça da Luz”.

O curta metragem, produzido por Carolina Markowicz e Joana Galvão em 2007, apresenta relatos inusitados de cinco mulheres que narram suas experiências com o trabalho sexual, percepções acerca da sexualidade, das relações com parceiros e/ou clientes, vivências familiares, afetivas e corporais. Este trabalho tem como objetivo promover a discussão acerca das intersecções dos marcadores sociais/categorias de articulação, gênero, geração e classe, bem como dos relatos das mulheres no filme.

## 2. ENVELHECIMENTO DA MULHER E SEXUALIDADE

A situação demográfica nos aponta o fato de que o envelhecimento é um processo essencialmente feminino. De acordo com o Censo Demográfico 2010, a população idosa brasileira contabilizava 995.662 habitantes, sendo 55% - aproximadamente 546.968 - composto por mulheres com 60 anos ou mais, em sua maioria, concentrada nas áreas urbanas. As regiões



com maiores proporções de mulheres nessa faixa etária são Sudeste e Sul, ambas com 13,1% (IBGE, 2011).

As mulheres que hoje estão com 60 anos ou mais vivenciaram durante sua juventude um contexto sociocultural marcado por normas de controle moral e sexual diferentes. O discurso normativo forjado pelo Patriarcado moldava condutas e comportamentos no desempenho dos papéis familiares, comunitários, religiosos, entre outros, incidindo nos modos de expressão e constituição singularizada do próprio corpo (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O argumento da diferença sexual serviu como base para a produção do pensamento científico moderno, considerando a existência de um biológico universal entre o organismo das mulheres, que definiriam suas competências para o desempenho de papéis na sociedade. A distinção entre as dimensões “naturais”/biológicas e as culturais era realizada de maneira radical. As justificativas científicas que desqualificavam as mulheres (moral e biologicamente) ditaram as regras para sua participação e inserção social, atribuindo somente a elas a responsabilidade pela reprodução sexual, maternidade, educação dos filhos e atividades domésticas (BRITTO DA MOTTA, 1999).

A suposta inferioridade biológica da mulher e os impedimentos às atividades extra-domésticas retiraram-na da vida pública e da participação política. A educação moral reforçava esta perspectiva, direcionando unicamente à mulher, tais responsabilidades, como efeito sua participação cidadã foi oprimida e sabotada, limitando seus espaços sociais ao meio doméstico e religioso.

Segundo Del Priore (2006) o corpo feminino, historicamente, esteve caracterizado pelas práticas de exclusão e desqualificação. A medicina do século XVIII acreditava que o corpo da mulher era menor, seus “ossos pequenos e mais redondos”, suas “carnes moles e esponjosas”, seu caráter considerado “débil” (DEL PRIORE, 2006, p.75).

Nesta direção, evidenciam-se os usos impostos aos corpos e à fisiologia feminina, construído através das relações de poder vigentes numa sociedade de raiz patriarcal. Acerca do preconceito etário associado ao gênero e à corporeidade (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 226) assinala:

(...) apenas o preconceito/discriminação contra a idade se apresenta de forma menos perceptível, mais sutil que o sexismo porque é mais naturalizado pela evidência dos registros da passagem do tempo nos corpos. E os corpos são de várias idades, em suas diferentes transformações e possibilidades, individuais e sociais. (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 226)



A vivência feminina durante o envelhecimento, como pontua Faria (1995 *apud* MORI; COELHO, 2004, p.178) apresenta outros aspectos relevantes, como: “(...) o afastamento dos filhos, dos pais idosos, irmãos, viuvez, culminando com a adaptação à aposentadoria, senão a própria, a do marido, além de certa dificuldade, no que se refere à sobrevivência econômica e a de participação no mercado de trabalho”, são elementos que incluem a temática psicológica e social, para além das questões fisiológicas do processo de envelhecimento.

Acerca da dimensão sexual do envelhecimento, Vasconcellos *et al.* (2004, p. 414) resgata alguns dos fatores que contribuem para a sua estigmatização:

Até recentemente, ainda se acreditava que por volta dos cinquenta anos o declínio da função sexual era inevitável face à menopausa feminina e à instalação progressiva das disfunções da ereção masculina. Além isto, a atividade sexual perdia fatalmente seu objetivo de procriação e, portanto, sua justificativa social. (VASONCELLOS *et al.*, 2004, p. 414)

Deste modo, urge problematizar os conceitos naturalizados acerca do que é ser “mulher” e “velho/idoso”, em seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais, dando visibilidade à diversidade de práticas e comportamentos, visando à superação dos preconceitos e discriminação social.

### 3. RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E GERAÇÃO

O conceito de gênero é utilizado nas ciências humanas e sociais como instrumento de análise de diferentes fenômenos e seus arranjos. As formulações teóricas e os avanços políticos do movimento feminista impulsionaram o desenvolvimento dos estudos de gênero, com o intuito de ultrapassar o enfoque dicotômico entre sexo/gênero pautado numa noção biológica universal e imutável.

Em relação ao conceito de gênero, Scott (1989, p.21) aponta que:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989, p.21)

Assim, a historiadora enfatiza a dependência da idéia de gênero às interações na sociedade e as relações de poder instituídas por práticas de controle ou submissão, refletidas em normas, regras que determinam a pertinência das performances e identidades de gênero dos sujeitos. Para compreender a distinção entre os conceitos de sexo, identidade de gênero e





orientação sexual - cotidianamente utilizados pelo senso comum e ainda mal esclarecidos - Wyllys (2014, p. 24) expõe de maneira simples e didática que:

Nós temos o sexo que a natureza nos dá, que guarda relação com nosso aparelho genital. Dito de maneira biológica: macho ou fêmea, conforme o órgão sexual com que nascemos. A identidade de gênero é a maneira como nos percebemos e nos colocamos no mundo, desempenhando o papel social esperado de cada gênero (homem ou mulher). A orientação sexual, por fim, é o sentido para o qual direcionamos nosso desejo, ou seja, nossa libido, a procura instintiva por prazer erótico. (WYLLYS, 2014, p.24)

658

O avanço nas conceituações, em especial, as desenvolvidas por autoras como, Joan Scott (1989), Judith Butler (1990) e, mais recentemente, Avtar Bhar (2006) ampliaram a definição de gênero afirmando suas possibilidades de interseção a outros marcadores sociais produzindo distintas configurações, singularidades e diferença entre os sujeitos e/ou grupos que compartilham esse campo heterogêneo e relacional. Essas autoras objetivaram desconstruir modelos teóricos totalizantes de significação acerca das relações de gênero, incluindo uma nova compreensão sobre como ocorrem os processos históricos e se formam os distintos arranjos sociais e culturais, assumindo o caráter de descontinuidade das instituições e estruturas naturalizadas.

Assim, a categoria de gênero é considerada a partir da sua articulação a outras categorias/marcadores sociais, como geração/idade, raça/etnia, classe, religião, origem/nacionalidade. O cruzamento entre esses marcadores faz emergir o conhecimento acerca da conceituação sobre as diferenças, as operações/relações de poder e margens de agência (*agency*) que ‘enquadram’ grupos populacionais e podem produzir hierarquização e opressão sobre os mesmos ou, ao contrário, remeter à diversidade, subjetividade, às experiências e/ou formas democráticas de agência política (PISCITELLI, 2008).

Além de gênero, a categoria relacional de geração se articula aos demais marcadores configurando diferenças e vulnerabilidades, evidenciando as condições e posições identitárias em sua diversidade. Segundo Mannheim (1928) citado por Britto da Motta e Weller (2010), geração é definida como uma forma, modalidade, específica do viver e do pensar, de intervir no processo histórico. O sociólogo considera que, além da uniformidade etária, o conceito de geração envolve a percepção semelhante sobre eventos históricos, produtora de uma força social (BRITTO DA MOTTA; WELLER, 2010).

Apesar da constituição histórica dos grupos em faixas etárias/gerações (ÀRIES, 1981), a experiência contemporânea do envelhecer transcender em processos institucionais da





pós-modernidade que apelam para a criação de um todo homogêneo das vivências etárias, tendo por base a juventude como ideário fundamental fortalecendo a criação de perfil de consumidores (DEBERT, 2004).

Deste modo, as idades vêm sendo relativizadas e a vida se tornando descronologizada, produzindo princípios de regulação e gestão do envelhecimento e de si, a partir dos modelos ideais de bem-estar e saúde, baseado na jovialidade (DEBERT, 2004). Segundo Britto da Motta (2002, p.42) “se a formação das identidades de idade ou de geração já é difícil, porque são condições mutáveis rapidamente no tempo – a cada ano se tem uma nova idade; a cada dez ou vinte anos se é classificado numa outra geração”.

Outra posição controversa sobre o conceito de geração é apresentado por Britto da Motta (2004, p. 349-50) onde apresenta duas principais razões para a inconsistência do termo geração:

a) a longa continuidade de uma tradição de escasso trabalho teórico sobre o tema, que só muito recentemente começa a ser superada – principalmente no que se refere às *relações* entre as gerações; b) a polissemia e a polivalência, evidentes e ainda inescapáveis do termo o que, evidentemente, contribui para a sua imprecisão conceitual, porque entre a idéia matriz de *gerar* e as referências atuais a fases ou hierarquias de produção de objetos tecnológicos, alinha-se um extenso rol de significados do termo ‘geração’, perigosamente matizados pelo uso livre no cotidiano. (BRITTO DA MOTTA, 2004, p. 349-50)

Tendo em vista tais colocações, o envelhecimento é um processo que determina a idade como algo pertencente à natureza, como se a maturação e desenvolvimento do organismo devesse responder à evolução cronológica, tida como natural e esperada. Deste modo, reafirmam-se as perspectivas biologizantes sobre o envelhecer, marcando a difusão da idéia de finitude e morte na velhice que desqualificam sua diferença, necessidades, potencialidades e projetos de vida.

#### **4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO TRABALHO SEXUAL**

O tema da prostituição é bastante controverso. Sua complexidade como fenômeno social e diversidade de condições e práticas provocou o interesse das ciências em compreendê-la. Em torno da prostituição se constituíram discursos, entre eles o da ciência moderna positivista fundamentada em parâmetros tradicionais, buscou encontrar verdades universais, generalizáveis, objetivando melhor controlar os sujeitos e as dimensões da sua sexualidade (PINHO, 2011).



Os discursos sanitaristas e criminais deram as bases para a legitimação do controle sobre o trabalho sexual. Acreditavam que a prostituição poderia ser explicada como uma disfunção orgânica ou defeito do “caráter” pelas atitudes de transgressoras (PINHO, 2011). Essas perspectivas ressaltavam o aspecto determinista e de culpabilização individual da mulher como agente de violência e degeneração física e moral. O corpo feminino e daquele que se prostitui se torna objeto de discursos científicos e prescrições.

Segundo Piscitelli (2012), a partir da segunda metade do século XIX, o interesse pelo controle médico/sanitário, policial e religioso, da prostituição se consolida através da proposta de sua regulamentação, entretanto os nascentes movimentos feministas da época, com enfoque abolicionista, se posicionam contrários a tal regulamentação e consideram essas mulheres como “vítimas de um sistema imoral” sendo que a forma de libertá-las dessa vida depravada é realizar “cruzadas de purificação”.

Após a segunda metade dos anos 70, as transformações culturais, sociais e políticas produziram um discurso feminista renovado acerca dos fatores envolvidos na prática da prostituição, convertendo a justificativa anterior de que ela deveria ser enfrentada tendo em vista os valores morais e religiosos, para seu combate baseado no argumento da violência contra a mulher. Deste modo, mantém-se a perspectiva de que elas não possuem autonomia, desconsiderando a diversidade de motivações e interesses envolvidos nessa prática (PISCITELLI, 2012). O cenário atual entre as feministas é heterogêneo, apesar da amplitude das discussões e sua marcante característica da diversidade, não houve avanços significativos entre os movimentos no Brasil que fizesse frente às demandas de combate ao tráfico de pessoas, violência e exploração sexual (PISCITELLI, 2012).

Hirata e Kergoat (2007) definem “divisão sexual do trabalho” em duas principais instâncias, da separação e da hierarquização, a primeira posiciona homens e mulheres, separadamente, em seus campos de trabalho e a segunda se refere à valorização da mão de obra masculina, bem como suas atividades, frente aos femininos, sejam eles desempenhados por homens ou mulheres. A manutenção das desigualdades é sistemática e que com base nelas são hierarquizadas as atividades laborais, criando um sistema de gênero.

A divisão sexual e social do trabalho estrutura os modos de funcionamento do capitalismo. Historicamente, o trabalho feminino esteve vinculado ao âmbito doméstico, as menores oportunidades de acesso à formação profissional e à educação contribuíram para a construção dessa desigualdade. Deste modo, as mulheres não teriam condições de exercer competitivamente seu trabalho e, em muitos casos, acabaram sendo tuteladas pelas ações



sociais. No entanto, a superação dessa divisão sexual do trabalho deve ser almejada, para que todos tenham acesso ao desempenho digno de suas atividades.

## 5. O CURTA METRAGEM “69 PRAÇA DA LUZ”

O curta foi produzido por Carolina Markowicz e Joana Galvão em 2007 na cidade de São Paulo/SP, tem 15 minutos de duração e apresenta depoimentos de cinco mulheres idosas prostitutas que relatam suas experiências com o trabalho sexual, percepções acerca da sexualidade, das relações com parceiros e/ou clientes, vivências familiares, afetivas e corporais. A Praça da Luz se localiza no bairro da Luz, região central de São Paulo/SP, próxima à Estação da Luz que integra os trens metropolitanos e metrô na cidade.

A primeira frase do filme impacta e apresenta diretamente a sua tônica, *“um dia desses tinha um boyzinho de 18 anos de idade, veio até mim e perguntou, ‘quantos anos você tem?’ eu disse, ‘venha cá, você vai foder comigo ou com a minha identidade?’”*. Entre os temas abordados no filme, o valor conferido às experiências de vida e sexuais conquistadas com o trabalho como prostituta, se expressa quando afirmam: *“panela velha é que faz comida boa, não é?”*, ou *“ihh, eu tenho experiência de tudo. Não sou só eu não, todas as meninas, né?”*.

Outro ponto destacado é a singularidade do corpo feminino nesta idade e a atração para seus clientes que buscam nelas suas características, trechos como, *“ele disse, ‘você poderia me dizer se tem alguma mulher aqui do grelo grande?’ eu disse, ‘mas bem, como é que eu vou saber uma coisa dessa?’”*; ou, *“ai mas você é gostosa demais, eu gosto de você, porque seu grelo é grande...eu disse ‘Jesus!’”*. *“Cú incrível e grelo grande, eu acho que ele não quer um grelo, quer um pinto”*. Além disso, afirmam, *“ai vai passando aquele medo, aquele medo de ficar gorda, sabe? Porque eles te elogiam toda. Ah, então tem quem goste... rs. Então deixa eu ficar numa boa”*.

Esses relatos inusitados provocam a desconstrução da noção de assexualidade impregnada na figura da pessoa idosa, como alguém que, por um caminho “natural”, deixou de vivenciar sua sexualidade. De acordo com Risman (2005), a velhice é estimada como período assexual e andrógino do ser humano. Entre os diversos estereótipos negativos atribuídos às pessoas idosas, o estigma da não aceitação da sua sexualidade é bastante permanente.

Neste sentido, se torna arriscado falar sobre a sexualidade no envelhecimento quando são sustentadas mistificações e crenças errôneas que reforçam o estereótipo de que o prazer



sexual está limitado ao período juvenil da vida. Assim, aspectos de gênero estão envolvidos, Negreiros (2004, p.81) afirma:

As idosas de hoje foram educadas num código de sexualidade ainda muito rígido – o que é próprio ou impróprio; o que é natural, agradável, normal, ou ao contrário: danoso, excessivo, insultuoso; aquilo que é passível de admiração, aceitação ou, inversamente, de repulsa, negação. (NEGREIROS, 2004, p.81)

As crenças e valores impostos por esse código definiram a sexualidade e a relação de intimidade com o corpo de maneiras intensas, baseadas nas regras morais do patriarcado e na submissão feminina. Acerca dos estereótipos conferidos à mulher idosa, Johnson (1990) citado por BOTELHO-GOMES *et al.* 2010, p.02) afirma:

O corpo de cada um de nós é um projeto, é o resultado obediente de imposições e imperativos sociais. Assim sendo, mesmo os corpos das idosas não estarão dispensados dessas imposições; a sociedade tende a ter uma visão discriminatória da idade sobre o que é um comportamento “apropriado” para mulheres mais velhas. (JOHNSON, 1990 *apud* BOTELHO-GOMES *et al.* 2010, p.02)

No que tange às distinções no tratamento da sexualidade entre homens e mulheres idosos é que se por um lado existe o apelo pela vivência sexual dos homens através de fármacos para a disfunção erétil, por outro as mulheres são constantemente alvo das biotecnologias de controle das funções corporais, patologizando e medicalizando o envelhecimento feminino, através do apelo à manutenção de um estimado modelo de saúde, bem-estar e qualidade de vida, que não envolve, ao menos, a discussão sobre sua sexualidade.

A imposição da vivência “ativa” da sexualidade como condição para o bom desempenho da saúde incorre em erro ao desconsiderar a diversidade de vivências e valores conferidos a ela. Em alguns trechos, a patologização do envelhecimento da mulher é abordada de maneira fortuita, “*agora na menopausa, agora que eu sinto prazer*”; “*dessas que freqüentam a praça, não tem nenhuma que sofra de depressão*”; “*aqui para mim é uma melhor terapia*”; “*a gente é gente que precisa de gente*”.

A respeito do trabalho sexual, algumas passagens destacam a condição social em que se encontravam, “*eu nem sabia o que era prostituição, eu não sabia na época, se eu soubesse, eu não tinha deixado meus filhos passarem fome jamais*”; “*a gente cobra 20,00 reais*”; “*está com 25 anos que eu venho aqui e não posso reclamar de nada daqui*”.

Abordam passagens das suas histórias pessoais como, “*quando eu tinha 5 anos de idade minha mãe faleceu, nós ficamos em 8 irmãos*”; “*... eu fui abandonada, uma família me criou*”;



*“dizem que praga de mãe não pega, mas pegou (...) Ela me abraçou e disse, você nunca há de ser feliz”*. Os episódios biográficos de cada uma retrata as dificuldades e os (des)caminhos que fizeram-nas transitar por diferentes projetos de vida. A necessidade de trabalhar com prostituição para sobreviver, as dificuldades nos relacionamentos familiares ou conjugais são marcantes nos depoimentos.

A virilidade, o corpo masculino e as diferentes práticas sexuais são abordadas, *“... o mais esquisito que eu vi outro dia, acho que ele era judeu, ele tinha um pênis diferente dos outros”*; *“... a ponta fina ainda, embaixo aquele negócio”*. *“chega lá diz que vai comer cu, vou comer na frente, vou dar duas, três, tudo mentira, eles não agüentam”*; *“toma 10 comprimidos por dia, e quer que levante e você fica naquela agonia...”*; *“o homem só sente tesão se enfia o dedo no rabo”*; *“tem homem que já não gosta que a mulher tome banho”*.

## 6. INTERSECCIONALIDADE

Os relatos inusitados e as experiências surpreendentes das mulheres idosas retratadas no curta metragem promovem a discussão acerca dos estereótipos de gênero, geração e classe, às quais são continentes. Os arranjos específicos que elas comportam configuram diferenças e identidades, no entanto elas não remetem, necessariamente, à desigualdade, opressão, exploração, essa diversidade de modos de ser e estar no mundo é forjada em meio aos contextos específicos e suas relações de poder (PISCITELLI, 2008).

A diferença frente aos padrões normativos de vivência etária da mulher é importante, pois tece conflitos, subjetividades e pontos de resistências construídos sob relações de poder, que se contrapõem à idéia de que poder é somente algo que se detém, como uma propriedade. Nesta perspectiva, ele é construído historicamente (nem sempre apenas em continuidades, mas também por meio de descontinuidades) e se forma através das distâncias, diferenças e oposições existentes que constituem um campo relacional (FOUCAULT, 1977)

A liberdade na vivência das sexualidades apresentada pelas mulheres no filme evidencia práticas de resistências diante da assexualidade conferida à mulher idosa pela sociedade. Segundo Foucault (2004), a sexualidade faz parte da conduta humana e a liberdade em exercê-la é uma criação, não se constituindo como uma “verdade oculta” a ser desvendada pelas ciências ou revelada para o sujeito ou um aspecto secreto do nosso próprio desejo.

Nesta relação de poder, em que mulheres idosas prostitutas estão submetidas, dentro do sistema heteronormativo, sexista e de desqualificação da pessoa idosa. As práticas e relatos



dessas mulheres demonstram a possibilidade de questionarmos a relação entre dominador e oprimido. O entendimento acerca das relações de poder pressupõe que o poder não exprime apenas uma força negativa, a resistência implicada nessas relações se coloca de maneira produtiva e define posições estratégicas nesse campo de forças (FOUCAULT, 2004).

No contexto da articulação das diferentes categorias ou marcadores sociais, algumas configurações produzem subordinação e circunstâncias de singulares de desempoderamento, estabelecendo formas particulares de vivência da opressão. Entretanto, segundo Piscitelli (2008, p. 268):

(...) os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação. (PISCITELLI, 2008, p.268)

Neste sentido, a relacionalidade entre as categorias de articulação é uma questão empírica em aberto considerando os fatores institucionais, a diversidade dos membros das categorias bem como dos demais fatores envolvidos como os econômicos, culturais, políticos, subjetivos e experienciais.

## CONCLUSÃO

A problemática da subjetividade e identidade contribui para a compreensão sobre a dinâmica do poder da diferenciação social. As mulheres retratadas no curta se diferenciam da condição atribuída tradicionalmente às pessoas de sua geração, no momento em que afirmam um posicionamento singular diante do corpo e do trabalho sexual, de maneira autêntica.

Não é possível ignorar os condicionantes sociais, das relações de gênero, geracionais e de classe que influenciam suas condições de vida e subsistência, produzindo opressão, discriminação e desvalorização perante a sociedade em geral. Entretanto é notável a força e potencialidade dessas mulheres no sentido de afirmarem sua posição e múltiplas possibilidades dos modos de vida e existência.





## FICHA TÉCNICA E PREMIAÇÃO<sup>3</sup>

O curta metragem de gênero documentário, 69 Praça da Luz, foi realizado no ano de 2007 em São Paulo/SP, por Carolina Markowicz e Joana Galvão, sua duração é de 20 minutos. Sinopse: Prostitutas de idade avançada ganham a vida na Praça da Luz, em São Paulo. Relatos inusitados e surpreendentes de cinco mulheres que revelam em detalhes suas experiências em todos esses anos de profissão.

Recebeu prêmios em diversos festivais de Cinema, como: Melhor Documentário no Festival do Rio 2008; Melhor Curta - Júri Popular no Festival Mix Brasil 2007; Melhor Documentário no Festival Mix Brasil 2007; Melhor Curta - Júri Popular no Lisbon Gay and Lesbian Film Festival 2008; Melhor Documentário no Vale Curtas 2008; Melhor Filme Nacional no Vale Curtas 2008.

Assim como concorreu nos festivais: Curta Santos 2008; Festival de Havana 2008; Israel Gay and Lesbian Festival 2008; Zinegoak- Festival gay de Bilbao 2009; Athens Gay and Lesbian Festival 2008; Lady Fest 2007; Mostra Diversidade na Mídia 2008.

Filme Mulheres da Boca, de Cida Aidar e Inês Castilho, de 1981; outros filmes de feministas sobre o tema nesse período foi Beijo na Boca, dirigido por Jacira Melo, SP, em 1987 e, na década de 1990, Amores de Rua, Curta-metragem / Sonoro / Documentário, 1994, Rio de Janeiro, Direção: Eunice Gutman.

<sup>3</sup>FONTE: [http://portacurtas.org.br/filme/?name=69\\_praça\\_da\\_luz](http://portacurtas.org.br/filme/?name=69_praça_da_luz)

## REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BHAR, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos pagu*, n. 26. Campinas: Unicamp, jan/jun, 2006, pp.329-376.

BOTELHO-GOMES, Paula; ROCHA, Libânia; CARVALHO, Joana. Os (Re)novados Corpos nas Mulheres Idosas: a influência de um programa de actividade física. In: FAZENDO GÊNERO 9 – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 23 a 26 de agosto de 2010. Florianópolis.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As Dimensões de Gênero e Classe Social na Análise do Envelhecimento. In: *Cadernos Pagu*, n. 13, Campinas: Unicamp, 1999, pp.191-221.





BRITTO DA MOTTA, Alda. Envelhecimento e Sentimento do Corpo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. (Orgs.) *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, Idades e Gerações. In: *Caderno CRH*, v. 17, n. 42. Salvador: UFBA, set/dez, 2004, pp.349-355.

BRITTO DA MOTTA, Alda; WELLER, Wivian. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, Brasília: Departamento de Sociologia da UnB, mai/ago, 2010.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.

DEBERT, Guíta Grin. A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora USP – Universidade de São Paulo. FAPESP, [1999] 2004.

DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 8 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Tradução F. DURANT-BOGAERT. In: *Revista Verve*, n. 5, [1984] 2004, pp. 260-277.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.

MARKOWICZ, Carolina; GALVÃO, Joana. *69 Praça da Luz*. Roteiro, produção e montagem: MARKOWICZ, C.; GALVÃO, J. Fotografia: ZANARDO, Bruno. Gênero: Documentário/Curta metragem (15 minutos). Brasil: São Paulo/SP, 2007.

MORI, Maria Elizabeth; COELHO, Vera Lucia. Mulheres de Corpo e Alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade. In: *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, pp. 177-187, 2004.

NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. In: *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1. Porto Alegre: UFRGS, jan/abr, 2006. pp. 49-55.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. Sexualidade e gênero no envelhecimento. In: *Revista Alceu*, v. 5, n. 9. Rio de Janeiro: PUC-RJ, jul/dez PP. 77-86, 2004.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. Trabalho Sexual e Envelhecimento: trajetórias de vida de prostitutas idosas. CONLAB – CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - XI. 07 a 10 de agosto de 2011, Salvador.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e Prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. In: *Cuadernos de Antropología Social*, v. 36. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires/AR. 2012. pp. 11–31.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. pp. 263-274.



RISMAN, Arnaldo. Sexualidade e Terceira Idade: uma visão histórico-cultural. *In: Textos sobre Envelhecimento*, v. 8, n. 1. Rio de Janeiro: UNATI/UERJ, 2005, pp. 89-115

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Nova York: Columbia University Press, 1989.

VASCONCELLOS, Doris *et alii*. A sexualidade no processo de envelhecimento: novas perspectivas – comparação transcultural. *In: Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 3. Natal [online], 2004, pp. 413-419.

WYLLYS, Jean. Tempo Bom, Tempo Ruim: identidades, políticas e afetos. São Paulo: Paralela. 2014.



## PARA ALÉM DAS ESQUINAS: SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DAS TRAVESTIS BRASILEIRAS

PINHEIRO, Tarcísio.

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação  
em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN*  
[tarccisio@gmail.com](mailto:tarccisio@gmail.com).

668

### RESUMO

O léxico “travesti”, analisado enquanto categoria de gênero, quase sempre esteve inculido em denotações pejorativas. Promiscuidade, desvio, vida fácil e, sobretudo, aproveitamento, foram sinônimos corriqueiramente vinculados a este grupo. Alguns autores, como Benedetti (2005), Kulick (2008) e Pelúcio (2009) salientam que muitos desses adjetivos negativos foram/são atribuídos às travestis como consequência da prostituição. No entanto, estes mesmos autores chamam a atenção para a ideia de que, por mais que estes indivíduos tentassem preencher atribuições sociais que diferissem daquelas alocadas nos *campos de batalha*, a sociedade, que perpetua o discurso heteronormativo, ratificou convenções sociais para impossibilitar a inserção desse grupo no contexto de socialização tido como normatizado. Partindo deste pressuposto, abordar-se-á no presente ensaio os subsídios inerentes ao processo de construção de subjetividades das travestis brasileiras.

**Palavras-chave:** Travestilidade; Subjetividades; Cidadania.

### ABSTRACT

The lexicon "transvestite", considered as a category of gender, almost always instilled in pejorative denotations. Promiscuity, misuse, easy life and, above all, exploitation, synonyms were routinely linked to this group. Some authors, like Benedetti (2005), Kulick (2008) and Pelúcio (2009) point out that many of these negative adjectives were /are assigned to transvestites as a result of prostitution. However, these same authors call attention to the idea that, even though these individuals attempted to fill social roles that differ from those allocated on the battlefield, the society that perpetuates the heteronormative discourse, social conventions ratified to preclude the inclusion of this group in the context of socialization considered standardized. Under this assumption, will be addressing in this essay-subsidies inherent in the construction of subjectivities of Brazilian transvestites process.

**Keywords:** transvestite; subjectivities; Citizenship.



***Gênero e travestilidade(s): Características e aspectos teóricos fundamentais.***

Imaginar práticas tidas como subversivas inerentes ao gênero e as sexualidades deriva um emaranhado de posicionamentos contrários e abusivos, afinal reconhecer tais exercícios de cidadania influi numa possibilidade de desmantelamento e de supressão do modelo binário e heteronormativo vigente.

Na contramão dessa aceção que prescreve a dicotomia macho/homem *versus* mulher/fêmea, são contempladas as análises das/os teóricas/os feministas *queer*. A teoria *queer*, ou *queer theory*, se debruça na discussão de gênero partindo do pressuposto de que a orientação e a identidade sexual manifestam-se em decorrência de uma construção social e, por esse motivo, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente calcados na natureza humana. De acordo com Butler (2010), essa visão binária que prescreve o gênero (cultura) como consequência direta do sexo biológico (natureza) deve ser vislumbrada como um mecanismo de reprodução à qual denomina como “heterossexualidade compulsória”. Com o intuito de desmistificar essa lógica reprodutivista, a autora ressalta a importância de subverter a ordem compulsória, desconstruindo a obrigatoriedade relacional entre sexo e gênero. Para ratificar essa concepção, Butler propõe que

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza (BUTLER, 2010, p.25).

A heterossexualidade compulsória norteia uma estrutura complexa que possibilita, através das instituições escolares, religiosas, tecnológicas, domésticas, médicas, a produção de corpos-homens e corpos-mulheres (BENTO, 2006) que reproduzem práticas que se consolidam ao decorrer do tempo. Essas ações orquestradas são denominadas por Butler como performances de gênero.

A ratificação da cidadania de categorias de gênero que não se adéquam ao viés acima problematizado esbarra, portanto, numa tentativa quase sempre frustrada de desestruturação desse modelo linear.

Aceitar esse processo subversivo acarretaria um desmantelamento da dicotomia sexo/gênero, ocasionando uma ruptura nas normatizações concebidas pelo heterossexismo e



pelo regime do patriarcado. Assim, a opressão sofrida pelas minorias sexuais e pelas mulheres estaria comprometida.

A marginalização das identidades de gênero dissidentes – nas quais a travestilidade está alocada – ocorre pelo simples fato destas supostamente não estarem aptas a reproduzirem o modelo de sistema sexual binário. Por consequência, não estão habilitadas a conviver com aqueles que o reproduzem tal doxa.

670

***Ganhando o dia na escuridão da noite: o paradoxo da cidadania travesti.***

A literatura nacional atinente à temática da travestilidade reverbera uma gama de estudos que declinam suas atenções ao corpo e ao gênero das travestis. O pioneirismo acadêmico inerente a tal abordagem é atribuída ao antropólogo Hélio Silva. Ao etnografar o cotidiano de travestis cariocas, sobretudo daquelas que viviam no reduto boêmio do bairro da Lapa, o autor preconiza o paradoxo vinculado ao grupo pesquisado. De acordo com Silva (1993), “Travestis possuem dupla pele: a de purpurina e a de humilhação”, uma alusão à rotina marcada tanto pela “purpurinização” dos corpos, bem como pela desmoralização advinda da sociedade heteronormativa. Essa desmoralização, acoplada à rotina da prostituição, é imbuída das incertezas da noite, conforme aponta o antropólogo:

Expor-se na calçada a cupidez do cliente é entregar-se ao acaso em um grau não experimentado em zonas, nas boates ou nas casas de massagem, onde a própria instituição já filtra, conduz, inibe. Na calçada, não. O imprevisto desta é o dia-a-dia (SILVA, 1993, p. 66).

É imprescindível pontuar que, embora o trabalho de Silva (1993) seja extremamente salutar para discussão da travestilidade em âmbito nacional, não abrange nem problematiza, entretanto, o gênero enquanto categoria de análise, conforme aponta Peres (2005). Segundo ele,

Entre seus interesses, o autor priorizava preocupações com a construção do feminino sem, contudo, problematizar as relações de gênero. Em seu diário de campo nos contempla com observações etnográficas que revelam o dia-a-dia das travestis, divididos entre experiências ocorridas, pelas manhãs, tardes e noites, mostrando a construção da estética travesti e suas relações com as pessoas, com a comunidade e consigo mesmas (PERES, 2005, p.23).

A etnografia acerca do cotidiano das travestis cariocas possibilitou e serviu de referência para vários trabalhos posteriores. Mesmo aqueles que surgiram com o enfoque demarcado pelos estudos de gênero – Kulick (2008), Benedetti (2005), Pelúcio (2009), Duque (2009) –, utilizaram as acepções de Silva (1993) como elementos basilares na construção de suas respectivas pesquisas.



Em outro estudo etnográfico, realizado na cidade Salvador/BA no final década de 1990, o antropólogo Don Kulick (2008) constrói um arcabouço teórico em que também utiliza como eixo central de investigação o universo travesti. Ao entrevistar treze travestis soteropolitanas, Kulick promove um avanço na investigação de tal categoria, pois, além de descrever e debater as particularidades presentes nas condutas de mudança corporal em detrimento da prostituição, também pondera idiossincrasias pertinentes à vida social, utilizando a categoria “gênero” como viés fundamental de análise, avanço significativo em relação às pesquisas de Hélio Silva.

Assim, tessituras da obra de Kulick registram um reforço importante à antropologia do corpo e de gênero, ao inferir que, embora o “feminino natural” seja admirado pelas travestis, a busca pela identidade própria é latente. Segundo ele,

[...] as travestis desenvolveram maneiras de negar o desejo de adquirir a feminilidade natural das mulheres. A mais evidente é sua afirmação de que não se consideram mulher, nunca desejaram ser mulher e jamais cogitaram a possibilidade de se submeterem a uma cirurgia de mudança de sexo que lhes daria aquilo que é, reconhecidamente, objeto da luxúria dos homens. Elas não precisam de uma “buceta” para atrair os homens, garantem, e respondem em alto e bom som às provocações das mulheres prostitutas que zombam delas. As travestis têm seus próprios encantos (Kulick, 2008, p.212).

Tal ponderação pode servir de base para uma analogia à produção teórica desconstrutivista de Judith Butler, abordado anteriormente, quando esta pontua as ambiguidades do discurso fortemente essencialista presentes no binarismo sexo/gênero. Tanto Kulick quanto Butler vislumbram a performatividade de gênero independente do sexo natural. A travestilidade pode, portanto, ser abstraída como uma categoria autônoma daquelas que foram, ao longo do tempo, naturalizadas: à luz das ideias desses dois autores, travestis não são homens, assim como não mulheres.

Não adequar-se ao papel de gênero pré-estabelecido denota uma série de percalços àqueles que não seguem esta doxa. Dessa maneira, restaram, para aqueles que apresentam performances de gênero dissidentes, práticas sociais escamoteadas tidas como desviantes e o universo noturno das calçadas, no caso específico das travestis, concretizou-se como o principal local para sociabilização e trocas simbólicas.

Num trabalho realizado com travestis da cidade de Porto Alegre, o também antropólogo Marcos Benedetti discute a importância dos espaços de prostituição para a organização social das travestis ao afirmar que

Os territórios de prostituição constituem um importantíssimo espaço de sociabilização, aprendizado e troca entre as travestis. Mesmo aquelas que



exercem a prostituição apenas esporadicamente frequentam esses lugares. Há travestis que tem nas zonas de *batalha* o principal (e às vezes o único) ponto de encontro e convívio social. Assim, esses lugares são muito mais que espaços de trabalho e fonte de renda; é nele que muitas *monas* fazem amizade, compram e vendem roupas, objetos, materiais de *montagem*, perfumes, adornos, drogas, etc. É também nestes lugares que aprendem as técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gastos e preferências (principalmente os sexuais), aprendem o *habitus* travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente (BENEDETTI, 2005, p.115).

672

A destreza do autor é fundamental para que se possa entender como o espaço de sociabilização heteronormativo marginaliza o universo das travestis, aglomerando-as em territórios nos quais suas “práticas” não venham a influir diretamente na dinâmica normatizada e tradicional. O “*habitus* travesti” emerge, principalmente, da impossibilidade de convivência nos demais locais de convívio social.

Para Peres (2005), a supressão social incutida na realidade das travestis apresenta elementos de caráter social, tais como fome, desemprego, condições esdrúxulas de moradia; assim como é igualmente demarcada por premissas de ordem moral que condenam as suas escolhas dos modos de composição existencial, considerando a ousadia que as mesmas apresentam por alterar os limites de seus próprios corpos. A sociabilidade torna-se abjeta.

Essa abjeção faz com que o simples fato de caminhar na rua se torne uma batalha constante, visto que as travestis, em sua grande maioria, carregam em seus corpos a marca da subversão. A não adequação às performances de gênero heteronormativa constitui uma impossibilidade de exercício de cidadania e afirmação identitária. Ao se travestirem, estas assumem o compromisso com diversas incertezas.

Ao discutir o contexto de violência referente às vidas das travestis, os autores são unânimes em inferir que, além da violência simbólica, agressões físicas são constantes. É salutar fazer o adendo de que esses atos ocorrem não somente nas áreas de prostituição e sim no dia-a-dia do grupo em discussão. Kulick (2003), por exemplo, faz algumas ponderações acerca desta dinâmica ao relatar que

Elas (*travestis*) precisam estar preparadas para enfrentar comentários desairosos (que partem tanto de homens quanto de mulheres) e tentativas de agressão física (por parte daqueles). Travestis se veem obrigadas a reafirmar a cada instante seu direito de ocupar o espaço público. Elas sabem que, a qualquer momento, podem se tornar alvo de agressão verbal e/ou física por parte daqueles que se sentem ofendidos pela simples presença de travestis nesse espaço (KULICK, 2008, p.47).





Benedetti (2005) também pontua esse âmbito de violência está presente na convivência das pesquisadas. Discorre:

Aprendi que a violência parece ser um código legítimo (...). Ações violentas, físicas ou simbólicas são dirigidas diariamente contra as travestis. Elas também vivenciam cotidianamente situações de exclusão e estigmatização pautadas pela violência (BENEDETTI, 2005, p.47).

Esses atos de brutalidade são muitas vezes somados a outros estigmas como, por exemplo, o vírus HIV/AIDS. Numa outra pesquisa etnográfica, realizada com travestis de São Paulo, Pelúcio (2009) faz algumas considerações acerca do modelo preventivo de AIDS aplicado à realidade das travestis daquele local, indicando como a doença e os estereótipos relacionados a ela exercem uma função de subjulgamento e funciona como mais um artifício para o impedimento e empecilho da cidadania das travestis pesquisadas.

A grande maioria desses meios de estigmatização pode ser vislumbrada nas mais amplas escalas sociabilizáveis das travestis, podendo ser compreendidas nos vários meandros de relação, tais como a escola, os círculos familiares, assim como as relações entre as próprias travestis.

Um fato grave e preocupante deve ser enfatizado. A literatura que subsidiou os elementos teóricos que constituem este artigo constata que o fator analítico “violência”, além de estar presente na rotina do fazer-se travesti, compõe uma categoria basilar de análise. Esta, em suas mais amplas tipificações, abarca um viés intrínseco a construção da subjetividade das travestis. Em absolutamente todos os ensaios sobre este universo os abusos cometidos passaram, aos poucos, a serem naturalizados. Travestilidade, barbaridades, excessos, violência (inclusive letal) tornaram-se, paulatinamente, sinônimos inseparáveis.

### ***Sobre identidade e valores simbólicos.***

A construção da identidade travesti é perpassada por diversas características distintivas. Ainda na infância o processo de supressão e a impossibilidade de expressar a sexualidade evocam dúvidas e incertezas acerca dos desdobramentos inerentes ao processo de sociabilização.

As construções e os valores simbólicos atribuídos a meninos e meninas logo no princípio de suas vidas são os primeiros componentes das confusões de gênero iniciais. Por mais redundante que possa parecer, as performances esperadas ratificam que homens devem agir e comportarem-se como homens e mulheres precisam agir e comportarem-se como



mulheres. Assim, as instituições familiares, religiosas, educacionais, médicas, sancionam regras e modelos padronizados que suscitam condutas coercitivas a serem obedecidos.

Fora mencionado nos meandros deste ensaio como a linearidade naturalizada a partir da dicotomia sexo (natureza) diretamente proporcional ao gênero (cultura) forneceu os elementos de manutenção dessas conjecturas comportamentais através de sinuosidades e convenções sócio-históricas.

A sistematização e organização das etnografias nacionais acerca da travestilidade denotam como a falta de referências e, muitas vezes, a marginalização das práticas não heteronormativas promovem ainda nos primeiros anos de vida uma gradual sensação de culpa e não pertencimento aos contornos familiares, educacionais, etc. São esses aspectos que despertam o precoce estopim para os casos de evasão escolar e as expulsões de casa.

É notório nas ideias dos autores que servem de base bibliográfica para este estudo que a fase acima citada constitui o primeiro, e talvez principal, momento da construção identitária das travestis. Marginalizadas do convívio genealógico, incompreendidas no entremeio educacional e inadequadas para poderem ir e vir tranquilamente, estas procuram meios em que sua cidadania e seu(s) comportamento(s) não venham a causar nenhuma desestruturação.

Na busca por referências, as travestis encontram no ambiente noturno os principais códigos inclusivos. O primeiro contato, que quase sempre ocorre ainda na adolescência, se faz através de travestis que vivem na noite ou pessoas que convivem com as mesmas. Estas, através de códigos específicos, demonstram os truques e as maneiras de vestir, andar, comportar. As, até então, neófitas vão apreendendo os indicadores comportamentais e, aos poucos, passam a reproduzi-los.

A dinâmica e o processo envolvendo valores simbólicos são progressivamente inculcados à realidade das travestis adolescentes que, para serem e sentirem-se peças úteis no novo espaço de convívio, adotam artifícios de proximidade social com as mais velhas. A consequência deste(s) ato(s) abarcam desdobramentos positivos e negativos, pois, ao mesmo tempo em que agregam novos fatores como gestos e técnicas de enfrentamento sociais e pessoais, podem também incorporar riscos e atitudes danosas como a inserção de silicones industriais e, em casos mais extremos, relações diretas com o uso e tráfico de drogas (BENEDETTI, 2005).

Ao fazerem alusões aos primeiros contatos de travestis com a prostituição, alguns autores reforçam a tese de que este é o mais fácil, e na maioria das vezes o único, meio em que



as jovens travestis encontram para sobreviverem. As correlações feitas entre travestilidade e elementos como sexualidade e luxúria sugerem como o “fazer vida” se torna um local comum. É pontuado por Simpson (2011, p.113) que “falar de trabalho formal ou convencional para travestis é ainda um desafio: enquanto elas forem vistas somente como objeto de desejo sexual não haverá nenhuma mudança nesse quando”. As poucas possibilidades subversão desta representação dificultam a construção de relativizações dessa teoria.

Na construção de uma pesquisa que se abeberou na análise das *montagens e desmontagens* de travestis adolescentes da cidade de Campinas entre os anos 2007 e 2009, Duque (2009) reitera algumas particularidades e generalizações componentes do universo da travestilidade na juventude, salientando que a “plasticidade” social e corporal é uma idiossincrasia cotidiana. Porém, os meandros constituintes desta mesma “plasticidade” não podem/devem generalizados, visto que contam com práticas e discursos amplamente subjetivos e, por vezes, divergentes.

Uma das jovens travestis entrevistadas por Duque defendia vorazmente um discurso, denominado pelo autor como “abolicionista” (DUQUE, 2009, p.37), contra a prostituição. Na ocasião, esta mesma adolescente inferia, inclusive em eventos em que foi convidada para palestrar, que o mais correto seria a promoção de políticas públicas que viessem a amenizar os danos provocados pela “vida de programa” e que respeitassem a identidade de gênero em questão.

Entretanto, é pontuado pelo autor que, em um dos momentos em que a entrevistou, foi revelado pela mesma que ela fazia programa desde o início da puberdade. Houve, inclusive, uma ascensão no patamar hierárquico, tomando por base o fato de que entrevistada já usufruía de benefícios advindos da *batalha*<sup>1</sup>. Sobre esta circunstância Duque (2009) descreve:

Esta adolescente, durante a pesquisa, morava com a mãe, mas atuava no mercado do sexo fazendo programas. Nos primeiros meses deste estudo, Rafaela prostituía-se nas ruas do Bairro Bosque, e, posteriormente, frequentou uma área de prostituição na cidade de Paulínia, próxima a Campinas. No final da pesquisa, Rafaela não fazia mais prostituição de rua, encontrando seus clientes por anuncio de jornal e contatos obtidos por meio do seu blog. Esta mudança se deu por conflitos do mercado do sexo e também por busca de mais segurança e “melhores clientes”. Afinal, como ela relatou, ultimamente ela combina tudo por telefone, acrescenta o valor do taxi no programa, e o cliente a espera direto no motel (DUQUE, 2009, p.37).

<sup>1</sup> Termo êmico utilizado para descrever a prostituição de travestis.



A partir da ambiguidade presente na fala da entrevistada pode-se concluir que, mesmo aquelas que não se prostituem, reconhecem a importância do ato e do ambiente na solidificação da identidade de gênero supracitada. É de suma acuidade e prudência pontuar que a relevância na construção identitária não ofusca outros entraves sociais, políticos e históricos, como a prostituição infantil, a violência anteriormente suscitada, a utilização desses espaços como viés e subterfúgio para tráfico de drogas, entre outros. Contudo, a utilização destes locais como recinto fomentador de trocas de experiência e de transmissão de valores simbólicos é inquestionável.

Neste sentido, são validadas as pesquisas e produções etnográficas mencionadas no decorrer deste artigo, mesmo reconhecendo as vicissitudes e instabilidade do cenário noturno, imputam às esquinas o mérito de sociabilizar corpos, vidas e histórias concebidas como abjetas.

Esta concepção é claramente perceptível nas ideias de Kulick (2008) quando o antropólogo aponta que

A prostituição de travestis não é apenas uma fonte de renda, mas também uma fonte de experiências prazerosas e compensadoras. Ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, as travestis a veem como um trabalho, assim como qualquer outro – com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas – e que lhes garantem acesso a muito mais dinheiro do que conseguiriam em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que elas se sintam sexys e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver ainda mais sua autoestima, valor pessoal, autoconfiança, além de se sentirem objetos de verdadeiros e intensos desejos (KULICK, 2008, p.151).

O bojo discursivo atinente às travestilidade permeia, na contemporaneidade, algumas investigações acadêmicas que questionam esse modelo engendrado conferido à sociabilização de travestis. A elaboração dessa nova problemática aglutina algumas das etnografias aqui apontadas – Benedetti (2005), Kulick (2008), Duque (2009) e Pelúcio (2009) – e é demarcada por um viés sociopolítico. A relevância de tal reside na afirmação que os argumentos descritivos comuns nas etnografias carecem de uma inclinação analítica.

Este exercício propicia a incorporação de temáticas como a militância e a luta política das travestis na atualidade, a introdução das novas modalidades de identidade coletiva



intrínseca à travestilidade, a função e importância de ONGs e associações como a ANTRA<sup>2</sup> nessa dinâmica circunstancial, entre outros.

Em recente dissertação de mestrado, Carvalho (2011) aborda as novas práticas de enfrentamento social e político do movimento de travestis e transexuais brasileiros. Com o intuito de explorar as demandas inerentes à promoção de políticas públicas e identitárias, o autor investiga fatores como a trajetória do movimento, as pautas e agendas das discussões o impacto e o acompanhamento psicossocial voltado para as transformações corporais ligadas ao acesso à saúde no Brasil, dentre outros aspectos.

677

### *Trânsitos sociopolíticos possíveis? As novas nuances da travestilidade no Brasil.*

Em meio ao turbilhão social quase sempre vinculado ao cotidiano travesti, alguns episódios contemporâneos ilustram alguns desdobramentos que, mesmo sendo pontuais, representam uma mudança significativa na construção sociopolítica de tais indivíduos. Paralelos aos assassinatos, aos atos discriminação e transfobia, conquistas expressivas merecem destaque e evidência.

Mesmo sendo o ano em que mais travestis foram assassinadas por transfobia no Brasil, o ano de 2012 foi, sem dúvidas, marcante para o processo de construção de uma nova forma sociabilidade de travestis no cenário nacional. No dia 17 de agosto do ano supracitado a imprensa brasileira borbulhava e compartilhava a seguinte informação: “*Professora defende tese e conquista o título de 1ª doutora travesti do país.*” O portal <g1.globo.com/ceara>, divulgou a notícia:

A professora cearense Luma Andrade defendeu tese nesta sexta-feira (17), em Fortaleza, e se tornou aos 35 anos a primeira travesti a ter título de doutorado no país. A banca de cinco professores que avaliaram o trabalho durante três horas indicou o material à publicação, segundo Luma: “Para além da nota, a indicação para publicação de um livro é ainda mais importante porque mostra que eles consideraram o trabalho de extrema relevância”, disse”. Luma pretende agora continuar a carreira acadêmica e já se prepara para o pós-doutorado.<sup>3</sup>

O feito de Luma, ocorrido na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC suscita uma série de discussões incutidas na tese que corrobora a necessidade de investigações científicas que contemplem a cidadania travesti. Vale ressaltar, como foi citado,

<sup>2</sup> Sigla representativa de Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros.



que existe certa quantidade de produções nacionais envolvendo a travestilidade. Estas, porém, possuem como núcleo de investigação o modelo engendrado que preconiza a dicotomia corpo/clientela, ficando em segundo plano a promoção de políticas públicas (transpolíticas).

No tocante às transpolíticas, deve-se realçar o papel politizador da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). Criada em 2010, a entidade possuía a proposta de criação discutida desde o ano de 1993, durante a realização do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS).

Keila Simpson, presidenta da ANTRA, explica o processo que sucedeu o encontro de 1993 e fomentou a criação da articulação. Menciona:

Começamos a trabalhar em rede as linhas gerais e específicas das propostas que corroborariam as reivindicações que chegaram de diferentes lugares do país. Foi só a partir daí que começaram a serem organizadas várias propostas, em nível nacional, que resultaram em políticas públicas, como a inclusão do nome sócias nas instâncias de saúde. Ainda é pouco, mas é um bom começo. A realização de campanhas de massa, como a “Travestis e Respeito”, marca também uma fase importante da vida dessa população. Atualmente, as forças de travestis estão voltadas para o Plano Nacional para o Enfrentamento da Epidemia de Aids e outras DSTs que os atingem (Simpson, 2011, 116).

Além das campanhas de prevenção à DSTs e Aids, outra pauta de grande discussão da ANTRA é a utilização do nome social por travestis e transexuais. Alguns estados brasileiros já asseguraram tal direito às pessoas trans. A Bahia é um desses exemplos, cujo benefício foi outorgado pela Secretaria da Administração e pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. A portaria conjunta SAEB/SJCDH n° 01 de 06 de setembro de 2012 em seu artigo primeiro infere que “Fica assegurado aos servidores públicos travestis e transexuais o direito à escolha de utilização do nome social nos atos, procedimentos e processos da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional, na forma prevista nesta portaria.”<sup>4</sup>

Outro estado nordestino que também concedeu a utilização do nome social foi o Rio Grande do Norte, conforme prescrito no Decreto Estadual n° 22.331, de 12 de agosto de 2011 que “Dispõe sobre o direito ao uso de nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Norte.”

<sup>3</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/travesti-defende-tese-e-conquista-titulo-de-primeira-doutora-do-pais.html>, acessado em 07 de julho de 2014.

<sup>4</sup> Informações disponíveis em <http://www.doistercos.com.br/governo-baiano-aprova-o-uso-de-nome-social-para-travestis-e-transexuais-veja-aqui-a-portaria/>, acessado em 07 de julho de 2014.





Ao fazer um balanço geral acerca da atual situação do cotidiano trans, Simpson (2011) é categórica “(...) há melhoras evidentes para a população de travestis brasileiras, mas ainda está muito aquém do ideal para o segmento, que ainda vive à custa de portarias para o reconhecimento de sua identidade social” (Simpson, 2011, p.116).

A colocação da presidenta da ANTRA, contrastada com os dados do relatório da violência homofóbica do ano de 2012, demonstram um retrato claro da condição de marginalização, violência, inclusive letal, às quais travestis e os demais elementos que constituem a pluralidade LGBT no Brasil ainda são submetidos.

As dinâmicas abordadas desde os primeiros capítulos denotam que os números aqui apresentados são apenas a face mais visível deste complexo de jogo de construções simbólicas calcadas na dominação.

Neste sentido são validadas as acepções de Keila Simpson, quando esta propõe:

[...] podemos dizer que, por parte das lutadoras, muito se tem feito e pouco se tem reconhecido. Mas as travestis não se renderão jamais, pois sobreviveram à violência e às torturas policiais, quando presas sem terem cometido nenhum crime. Travestis enfrentam uma sociedade machista e preconceituosa, resistem à vida nas ruas após serem expulsas de casa, apenas por não parecerem com os irmãos do sexo masculino; aprendem na escola da vida, porque a escola convencional não está preparada para recebê-las; batalham todos os dias para estarem e permanecerem em uma sociedade transfóbica. Enfim, resistem a todos os percalços e por isso são pessoas vencedoras e especiais (Simpson, 2011, p.117).

O discurso de Keila, travesti e militante, imputa veracidade e corrobora apontamentos teóricos dos autores utilizados na confecção deste ensaio. O fala da presidenta da ANTRA assinala como a produção de autores com Kulick (2008), Benedetti (2005), Pelúcio (2009), delinea uma realidade marcada por idiosincrasias de preconceito, exclusão e segmentação.

O que ambos também partilham é a certeza de que a busca por inclusão e respeito depende da luta, da militância, do duelo diário. Mais do que o reconhecimento da travestilidade enquanto categoria de gênero ou a utilização do nome social, esse indivíduos batalham por um futuro mais justo e menos opressivo. Onde os gêneros e as sexualidades não representem empecilhos para cidadania, onde seja assegurada a dignidade, onde se possa viver de dia.





## Referências

- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção de travestilidades na adolescência*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annabume, 2009.
- PERES, Wiliam Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Tese de Doutorado – PPG em Saúde Coletiva/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 2005.
- SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- SIMPSON, Keila. Travestis: entre a atração e a aversão. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/travesti-defende-tese-e-conquista-titulo-de-primeira-doutora-do-pais.html>, acessado em 07 de julho de 2014;
- <http://www.doistercos.com.br/governo-baiano-aprova-o-uso-de-nome-social-para-travestis-e-transexuais-veja-aqui-a-portaria/>, acessado em 07 de julho de 2014;



## CRISE DE IDENTIDADE: A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NOS QUADRINHOS DE SUPER-HERÓIS

NASCIMENTO JR, Francisco de Assis

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da FEUSP  
francisco.assis@usp.br*

PIASSI, Luis Paulo

*Professor da Escola de Arte, Comunicação e Humanidade da USP  
lppiassi@usp.br*

681

### RESUMO

Como mídia de consumo acessível e de forte aceitação social, as Histórias em Quadrinhos veiculam conteúdos e valores ideológicos que não passam despercebidos pelo seu público-leitor. Neste caminho, apresentamos uma análise sobre as representações de gênero nas Histórias em Quadrinhos de Super-Heróis a partir de um paralelo entre o homem como herói nas aventuras do personagem Capitão Átomo e da mulher nas narrativas da Mulher-Maravilha, ambos pertencentes à editora norte-americana DC Comics e publicadas no Brasil de forma regular. Nosso objetivo é identificar mudanças e permanências em relação à imagem e discurso criados sobre o feminino e a Ciência nos quadrinhos. Mostrada como heroína destemida e independente ou como uma mocinha sempre em perigo, a realidade vivida pelas mulheres nos contextos sociais em que as histórias em quadrinhos foram concebidas e a representação que se deseja fazer delas confirmam a perspectiva de que toda obra é fruto de uma época e um lugar.

**Palavras-chave:** Histórias em Quadrinhos. Gênero. Super-Heróis

### ABSTRACT

As an accessible and widespread media, Comic Books convey ideological values that do not pass unnoticed by their readership. In this way, this paper presents an analysis of gender representations in Super Heroes Comic Books, starting from a parallel between masculine as a hero in the adventures of the character Captain Atom and feminine in the narratives of Wonder Woman, both belonging to the DC Comics and published in Brazil on a regular basis. Our goal is to identify changes and continuities created about the female and its relationship with Science in these comics. Both showed as a plucky, always independent heroine or as a damsel in distress, the roles experienced by women in the social contexts in which these comics were designed and their representation confirm the assertive that all object of art constitutes the result of an era and a place.

**Key-words:** Comic Books. Gender Studies. Superheroes



## INTRODUÇÃO

O leitor das Histórias em Quadrinhos (HQs) norte-americanas é o leitor de um universo narrativo marcado pela supremacia masculina, em que as mulheres são retratadas de forma preconceituosa e estereotipada. Há anos elas vêm sendo retratadas ora como mocinhas indefesas que precisam de heróis para salvá-las, ora como vilãs desprovidas de moral cujo objetivo é provocar o herói virtuoso.

Nos dois casos, sempre saem perdendo, seja pela dependência em relação ao homem, seja por suas roupas decotadas e a falta de pudor ao desfilar aquilo que os autores tencionam transformar a feminilidade. Mas mesmo precisando dos homens, as mulheres dos quadrinhos foram aos poucos ganhando sua autonomia, conquistando seu espaço. Dois exemplos são Diana Palmer, esposa do Fantasma, e Lois Lane, eterna namorada do Superman. Elas são mulheres decididas e arrojadas, que quando surgiram (entre as décadas de 30 e 40) apresentavam uma independência e determinação incomuns para a época.

Diana era uma voluntária da ONU, quase uma diplomata, que viajava o mundo tentando corrigir injustiças. Já Lois Lane era uma repórter que se metia em diversas encrencas para que os seus leitores pudessem saber a verdade (MOYA, 1977).

Apresentadas como heroínas sem superpoderes, sempre dispostas a encarar o perigo, mas sempre esperando serem salvas pelos *verdadeiros* heróis, as mulheres dos quadrinhos assumiram diversos modelos que se modificaram na medida em que as mulheres reais foram conquistando seu espaço na sociedade. De simples interesse romântico, ganharam superpoderes e títulos próprios, mas o poder maior, o de se igualar aos homens, este ainda não foi conquistado pelas mulheres nos Quadrinhos.

Exposto e definido nosso objeto de estudo, buscaremos identificar como as mulheres são retratadas, o que fazem, como são tratadas dentro das Histórias e quem são seus autores cujo discurso acreditamos reproduzir a ideologia cultural dominante, a patriarcal. De acordo com Elaine Showalter, crítica feminista norte-americana:

As muitas diferenças específicas que foram identificadas no discurso, na entonação e no uso da língua dos homens e mulheres não podem ser explicadas em termos de ‘duas linguagens diferentes sexualmente específicas separadas’, mas, em vez disso, precisam ser consideradas em termos de estilos, estratégias e contextos de desempenho linguístico. (...) A língua e o estilo nunca são crus e instintivos, mas sempre produto de inúmeros fatores, de gênero, tradição, memória. (...) Os buracos no discurso, os espaços vazios e as lacunas e os silêncios não são os espaços onde a consciência feminina se revela, mas as cortinas de um ‘cárcere da língua’. A literatura das mulheres



ainda é assombrada pelos fantasmas da linguagem reprimida (...).  
(SHOWALTER, 1994, p. 23-55).

Além de observarmos a linguagem e suas diferenças de gênero, a diversidade de olhares presentes na representação das histórias em quadrinhos também evidencia diferentes aspectos da ideologia patriarcal que constrói uma representação do feminino de acordo com suas necessidades e desejos. Ao trabalhar uma linguagem mista (signos verbais e não-verbais) as Histórias em Quadrinhos, surgidas na imprensa norte-americana do final do século XIX, podem ser entendidas por todos os leitores do jornal: adultos e crianças, letrados e semiletrados pois:

" se você não entende o texto, pode muito bem ler as imagens e se reconhecer nos desenhos/ambiente. E, a partir daí, interpretar o conteúdo da história de acordo com o seu repertório/contexto socioeconômico" (MOYA, 1977).

Dentro dessa perspectiva, os Quadrinhos constituem um espaço de representação social e dos cenários aos enredos, seus constituintes podem ser vistos como apropriações imaginativas de conceitos, valores e elementos capazes de refletir a realidade social do período histórico de sua produção. Nesse campo fértil para a criação, certos conceitos sociais e valores morais acabam sendo perpetuados numa relação paternalista entre produtor e consumidor. Assim, de um lado temos o consumidor que prefere transitar por estruturas conhecidas a ter de se deparar com 'novidades' que coloquem em xeque antigos posicionamentos com os quais está habituado; e, de outro, o produtor da indústria cultural capaz de estabelecer regras/normas de homogeneização para ter uma maior aceitação do produto em diferentes mercados. A relação de cumplicidade entre essas duas pontas da cultura de massas fica mais evidente quando o assunto é a representação do feminino nos quadrinhos que alia idealizações ou caricaturas do que roteiristas e desenhistas, em sua maioria homens, imaginam sobre o feminino.

Dos cenários aos enredos, passando pelos personagens, tudo nas histórias em quadrinhos pode ser visto como uma apropriação imaginativa de conceitos, valores e elementos que foram, são ou podem vir a ser aceitos como reais. (BARCELLOS, 2013)

Neste caminho, buscamos identificar como se representam as relações sociais de gênero em todas as suas dimensões, seguindo a definição explicada pela professora Joan Scott:



(...) Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. (SCOTT, 1995, p.12)

Desde sua origem, as Histórias em Quadrinhos se adaptaram e integraram ao contexto histórico no qual foram produzidas. Seus personagens e enredos podem ser entendidos como expressões dos anseios, valores e preconceitos de seus criadores, eles mesmos produtos de sua época, pois, nos quadrinhos, estão as representações do real ou daquilo que o autor deseja mostrar como realidade.

684

“Protegidos pela tinta e pelo papel, os personagens das histórias em quadrinhos materializam representações que são constantemente retomadas, reatualizadas e normatizadas sob a forma de um simples exercício de leitura; do jogo lúdico entre palavra e imagem, que aparentemente desvinculado do mundo real, retoma, recria e fundamenta modelos e saberes.” (OLIVEIRA, 2007, P. 23).

Iniciaremos nossa discussão com uma leitura crítica da série de Histórias em Quadrinhos do personagem masculino Capitão Átomo, publicado pela editora norte-americana DC Comics entre 1984 e 1987, em um ciclo de histórias fortemente ligado à Guerra Fria por um viés político-militar, cuja leitura traz a tona uma relação entre a política externa imperialista praticada pelos Estados Unidos durante o período histórico conhecido como “Era Reagan” e seu culto ao desenvolvimento armamentista, responsável por apresentar a Ciência como ferramenta no caminho para a supremacia no cenário político mundial.

### **Aventuras Científicas para meninos**

Nossa escolha se justifica também pelo grande sucesso do título na época, responsável pela inserção do personagem em títulos de grande sucesso daquela editora, como "Liga da Justiça" e suas decorrentes adaptações para outras mídias, como os desenhos animados. As Histórias em Quadrinhos do Capitão Átomo eram inseridas em uma ambientação própria, que tratavam de forma explícita muitas questões presentes de forma implícita no cotidiano de um leitor em idade de formação escolar. Embora parte da cronologia do “Universo DC”, seus roteiros seguem uma linha narrativa que aponta para o domínio da Ciência como responsável



por colocar em perigo a população de seu país e de outros, evidenciando um poder que necessariamente deve ser subordinado as Forças Armadas.

Nosso interesse se baseia no fato de que desde a primeira publicação de sua versão original, destinada ao público masculino, a temática gênero-ciência-sociedade é profunda no objeto de estudo: da aquisição de suas habilidades sobre humanas à decisão de seu uso em prol da sociedade americana. Uma análise multicultural das aventuras do Capitão Átomo publicadas na década de 1980 deve abordar a figuração dos elementos relativos à Ciência e sua forma de apresentação ao leitor, em um estudo que vá além da constatação de sua ideologia militarista e imperialista, mas não pertence ao escopo deste trabalho qualquer tipo de discussão ou análise sobre possibilidades conceituais relacionadas às habilidades fantásticas do personagem, que representam o contrafactual necessário à sua composição como personagem de Ficção Científica (Nascimento Jr e Piassi, 2013).

Em seu lugar, voltaremos nossa atenção à expressão artística dos elementos pertencentes à cultura técnico-científica nas Histórias em Quadrinhos do Capitão Átomo e suas representações de gênero, intrinsecamente ligadas e cuja análise pode permitir explorar o potencial didático de sua leitura em uma sala de aula de Ciências: um dos alicerces da chamada "Era de ouro" dos Quadrinhos, iniciada em 1928 com a publicação da primeira tirinha de Tarzan dos Macacos era a ideia de que o desenvolvimento da Ciência seria acompanhado pelo desenvolvimento moral e físico da humanidade: o pai de Superman, Jor El, era o principal cientista de seu planeta natal, Krypton, e foi quem procurou avisar seu governo sobre o fim iminente, sendo ignorado.

Nos Quadrinhos, embora a Ciência se mostre capaz de solucionar quase todos os problemas, ela ainda precisa ser ouvida para que possa ser capaz de cumprir seu papel. A mãe de Kal-El, Lara, nem mesmo articula uma fala de despedida ao filho na versão do Quadrinho original.

### **O Personagem**

Em 1944 uma divisão da Charlton Publications denominada T.W.O. Charles Company foi fundada em Derby, Connecticut, com o objetivo de explorar esse novo filão comercial. Em 1946 a companhia passou a se chamar definitivamente Charlton Comics, nome que manteria até



sua falência em 1985. Foi em 1952 que a editora passou a publicar seu título esporádico *Space Adventures* (também chamado *Science Fiction Space Adventures* e *Space Adventures Presents Rocky Jones*, dependendo da aventura publicada naquela edição), que apresentava histórias com temas variados como *Western*, terror e guerra, produzidas por artistas independentes. Em março de 1960 o número 33 de *Space Adventures* trazia uma história de 9 páginas escrita por Joe Gill e desenhada por aquele que se tornaria o co-criador do Homem-Aranha, Steve Ditko. Essa história introduziu ao público um herói em sintonia com a corrida espacial, o Capitão Átomo, que estrelou as páginas da publicação até o número 42.

686

Em dezembro de 1965, o personagem passou a ser publicado em seu título próprio, que duraria até dezembro de 1967. Após a falência da Charlton no início da década de 1980, o Capitão Átomo teve seus direitos de publicação adquiridos pela editora norte-americana DC Comics, onde ainda é publicado de forma regular. Desde sua primeira publicação, a relação ciência-sociedade ocupa lugar de destaque nas aventuras do Capitão Átomo, maior do que as propriedades científicas envolvidas entre o personagem e sua relação com a teoria atômica. Ao contrário da *Viagem entre os átomos* de Brick Bradford na década de 1930, as aventuras do Capitão Átomo legitimam culturalmente as intervenções militares norte-americanas típicas do período Reagan no Sudoeste Asiático, no Oriente Médio e na América Central. Trata-se de um cenário cultural que Kellner (2001, p. 104) define como:

“A era Reagan foi de intervenção militar agressiva no terceiro mundo, com a invasão de Granada, a guerra da Nicarágua conduzida e financiada pelos Estados Unidos, o bombardeio da Líbia e muitas outras guerras secretas e ações encobertas por todo o Globo. Hollywood alimentava essa mentalidade militarista e punha à disposição representações culturais que mobilizavam apoio a tal política de agressão”.

O autor se refere de forma direta à cultura do cinema de Hollywood e seus filmes de ação militarista que se tornaram célebres durante a década de 1980: a remasculinização ideológica como forma de restabelecimento do poder branco masculino norte-americano após a derrota no Vietnã e dos assaltos ao poder por parte dos movimentos feministas e dos direitos civis pode ser constatada como característica intrínseca dessa produção cultural: embora não tenham obtido a vitória na Guerra, os americanos tencionavam obtê-la na cultura com filmes como *Rambo*, *Comando para Matar* e a trilogia *Missing in Action*, para citar alguns.





Nos Quadrinhos, esse papel coube ao Capitão átomo e seus aliados, que representaram o americano heroico e virtuoso, que reage aos atos viciosos e maldosos perpetrados pelo “inimigo”, em uma metáfora a paranoia branca masculina norte-americana: os homens são vítimas de inimigos externos, de outras raças, do governo e da sociedade em geral (Kellner, 2001). O domínio do poder Quântico é uma tentativa de remasculinização que gera a oportunidade de louvar o comportamento masculino do personagem principal. Em sua análise cultural do período Reagan, Kellen (2001, p.82) continua:

“As representações dos textos da cultura popular constituem a imagem política por meio da qual os indivíduos veem o mundo e interpretam os processos, os eventos e as personalidades políticas. A política da representação, portanto, examina as imagens e as figuras ideológicas, assim como os discursos que transcodificam as posições políticas dominantes e concorrentes numa sociedade”.

Para o autor, numa cultura da imagem, a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, são substituídos a partir das representações nos meios de comunicação em massa, sob um contexto ideológico:

“A ideologia pressupõe que “eu” sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal. Para a ideologia, porém, o “eu”, a posição da qual a ideologia fala, é (geralmente) a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes aos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes” (Kellen, 2001, p. 83).

O Quadrinho Hollywoodiano, como o cinema Hollywoodiano e o então presidente Hollywoodiano não representa, portanto uma forma de entretenimento inocente, mas uma ferramenta a serviço de forças socioeconômicas.

### **A História no Gibi**

Os Quadrinhos contam como na década de 1960, o capitão da força aérea norte-americana Nathanael Adams foi injustamente condenado por crimes cometidos durante a guerra do Vietnã e em uma tentativa de obter o perdão presidencial e provar sua inocência, se oferece como voluntário para uma experiência secreta. Envolto por uma liga metálica alienígena, ele presencia a explosão de uma bomba atômica, sendo desintegrando. Vinte anos depois, ressurgue fundido ao metal alienígena e dotado de superpoderes oriundos de um “campo quântico”, que passa a utilizar. A palavra "quantum" e seus derivativos aparecem mais vezes no



gibi do que qualquer outra que se possa imaginar.

A explicação encontrada pelo cientista militar Dr. Megala é de que Nathanael realizou um salto quântico, ressurgindo 20 anos no futuro durante a década de 1980. Em meio a aparente epidemia de Super-Heróis nos EUA, a Força Aérea decide trocar seu nome para Cameron Scott e infiltrá-lo como espião em meio à comunidade de superseres, apresentando uma farsa em que o nobre Capitão vinha combatendo o crime em segredo há anos, mas só agora havia encontrado coragem para se assumir publicamente como super-herói. A História também apresenta figuras positivas da família, da relação pai-filho e da continuidade de gerações - temas familiares conservadores numa época que sucede à forte contestação desses valores nos anos 1960 e 1970.

688

Neste ponto cabe evidenciar a identificação do Capitão Átomo com a Ciência, com o quadrinho representando o personagem como Superarma da Força Aérea norte-americana: além de voar sem a necessidade de um jato, o ex-piloto é capaz de superar o poder dos jatos inimigos e vencê-los em enredos que costuram a oposição cultural entre a pouca instrução científica do protagonista e a facilidade com que domina fenômenos da natureza, entretendo o leitor com os prazeres do gênero ação-aventura. O personagem define a masculinidade em termos de guerreiro com características de grande força, uso eficaz de seu poderio e como não poderia deixar de ser, heroísmo militar como expressão mais elevada da vida social. São cenas que celebram o papel vital das forças armadas e do heroísmo militar, onde o inimigo “não tem rosto”, mas é perigoso e deve ser destruído. Nosso desejo, ao final desta discussão é mostrar como a Ciência apresentada aos alunos em idade escolar pela cultura de massas está distante de sua identidade como fruto da atividade humana, o que por si já invoca um caráter de ambiguidade ao trazer para este debate as preocupações alimentadas pela sociedade em relação ao progresso técnico-científico, revivendo-as. É nesse caminho que o pedagogo francês George Snyders colabora, considerando importante que tais preocupações sejam abordadas na escola:

Certamente uma imensa ansiedade, a interrogação infinitamente inquieta sobre o balanço benefícios-perigos que o progresso científico faz os homens sentirem, o símbolo universal sendo hoje as bombas atômicas; por outro lado a história das ciências é também ela uma história dolorosa, feita de oposições e de contradições, de modo algum uma subida regular na felicidade simples de avançar continuamente: tantas teorias que acreditávamos sólidas e que não resistiram. E também os limites, todos os males que não sabemos ainda cuidar. (SNYDERS, 1988, p.98)

É interessante que Snyders cite a bomba atômica em seu discurso, uma vez que as



publicações do Capitão Átomo trazem impressa a marca de uma cultura pela supremacia militar norte-americana pelo domínio dessa tecnologia. Embora se tratasse de um tema recorrente na década de 1960 com implicações culturais que se ramificam até os dias de hoje, trata-se de um tema que ainda não é abordado em aulas de Ciências, como observa o professor Luis Paulo Piassi:

Como as questões sociais não estão desvinculadas dos aspectos técnico-científicos é necessário que o professor em formação científica tenha que participar desse debate, que é naturalmente interdisciplinar. A ficção científica, mais do que se fixar no aspecto das leis naturais envolvidas na bomba atômica ou de qualquer outro tema, suscita um debate entre as implicações sociais das possíveis descobertas, invenções e fenômenos concebíveis. Põe em questão a tecnologia, que é fundamental a vida, que está visceralmente ligada à ciência. O uso da ficção científica é um meio de tratar de questões sociais e tecnológicas sem ensinar tecnologia, sem converter o ensino de ciências em um curso de tecnologia, mas enfocando-o como uma reflexão sobre o presente para um pensar-agir no futuro. (Piassi, 2007, p. 143)

689

É justamente por podermos colocar a História em Quadrinhos de Ficção científica em análise, assumindo o distanciamento para desenvolver a reflexão crítica necessária que podemos identificar o conteúdo ideológico das posições assumidas pela narrativa, sejam elas de cunho conservador ou progressista. Caso a leitura da obra fique apenas no nível superficial, seu conteúdo se estabelece no nível inconsciente, podendo passar por verdade. Caso esse debate seja ignorado em sala de aula, será este o conceito que prevalecerá ao aluno e é exatamente contra isso que alerta Snyders:

Queremos tecer em torno de nós uma atmosfera de absurdo, de incoerência; um imenso "non-sense" dos acontecimentos. Uma imensa confusão dos esforços. Impotência, fatalismo, prostração. Se até agora o conjunto dos homens não obteve nada de válido, se cada geração deve retomar tudo do zero e até bem abaixo de zero, que esperança razoável pode se manter? As ideologias propriamente reacionárias vão sustentar que se deve que se pode retroceder no caminho e reencontrar o velho tempo bom. (SNYDERS, 1988, p. 16)

A crítica do pedagogo ao discurso ideológico reacionário que tende a se conservar está de acordo com as posições que encontramos na leitura dos Quadrinhos do Capitão Átomo. Trata-se de levar para a sala de aula uma discussão que não se restrinja à dicotomia entre ciência e tecnologia quando vistas negativamente em contraste ao caminho de evolução humana decorrente do avanço da ciência, mas de enxergar nas narrativas as representações de conflitos sociais decorrentes destes avanços, de forma a compreender a Ciência como possuidora de



valores políticos e ideológicos: o herói capaz de controlar a Ciência sem a necessidade de qualquer instrumento é homem, branco, possuidor de patente das Forças Armadas e indômito, nunca tendo estudado para adquirir a condição de controle que a Ciência exige condição exercida pela afirmação de sua masculinidade pelo uso dos signos discriminados.

## **A Mitologia para Meninas**

A partir daqui voltaremos nossa análise para a Mulher Maravilha, incluindo o histórico da personagem, mostrando seu surgimento, características e as representações nela encontradas. Trata-se de uma personagem de ação, uma heroína cuja aparição causou uma grande euforia na década de 1940 e se tornou um grande ícone da representação feminina nos Quadrinhos no ocidente. A personagem estreou em sua própria revista em quadrinhos no verão de 1942, e seu criador escreveu todas as histórias até sua morte, em 1947.

A Mulher Maravilha incorporou a visão que Marston tinha das mulheres: inteligentes, honestas e gentis. Ela possuía grande força de persuasão. Como amazona, tinha habilidade em combates corpo-a-corpo. Ao contrário dos outros super-heróis, a sua missão não era só acabar com o crime, mas também reformar os criminosos e torná-los cidadãos de bem. (COUSTAN, 2008)

A cultura é uma construção social que dá sentido à realidade de um determinado povo, historicamente datado e localizado. É a tradução da realidade através de formas simbólicas, que dá sentido às palavras, às coisas e às ações, onde é impossível separar o texto (e, portanto, mais ainda das “ideias” do texto) das formas impressas ou manuscritas que lhe servem de suporte. Criada em 1941 por William Moulton Marston, a Mulher Maravilha é a primeira super-heroína das Histórias em Quadrinhos. Vista como fantasia masculina e adotada mais tarde como um ícone pelas feministas, ela sempre foi apresentada como uma mulher marcial e feroz. Originalmente um psicólogo, Marston foi contratado como consultor pela All-American Comics, empresa irmã da editora DC Comics, depois de ter escrito um artigo para a revista Family Circle elogiando os Quadrinhos como mídia de entretenimento. Ele tinha em mente gerar uma versão feminina do Superman - criado há dois anos e um sucesso estrondoso de vendas e desde o início, a Mulher-Maravilha foi moldada de maneira a influenciar um público masculino com a noção de que as mulheres podem ser tão poderosas quanto os homens, pelo uso de seus próprios dons.



Sua origem é baseada na mitologia grega e sua ligação com a deusa Ártemis é facilmente percebida pelo ideal arquetípico da mulher corajosa, que vive em estado selvagem. Não por coincidência, o seu verdadeiro nome (e sua "identidade secreta") é Diana, o nome romano de Ártemis. Ela também é uma princesa amazona, filha da rainha Hipólita. Seu criador usou do que pode ser classificada como *inspiração livre* do mito: em sua primeira história, chegamos a saber que, embora tenham sido derrotadas pela primeira vez por Hércules, mais tarde, a deusa Afrodite ajudou as Amazonas a obter sua vingança. Após derrotar seu opressor, elas fugiram para a "Ilha Paraíso" onde foram presenteadas com a imortalidade, força sobre-humana e inteligência. Elas são informadas pela deusa para manter seus braceletes como um lembrete de seu passado como escravas. Da mesma forma, se elas se deixarem ser algemadas pelos homens, perdem todo seu poder, tornando-se indefesas novamente.

Diana nasceu na Ilha Paraíso, sem pai. Tendo a Rainha Hipólita desejado uma filha, Afrodite ordena que esculpisse um bebê no barro, na qual insufla a vida. Diana cresceu como a única criança em uma sociedade de imortais e sua história começa com o bater de um avião na Ilha Paraíso. Diana salva o piloto Steve Trevor da morte e se apaixona enquanto cuida dele. A rainha lança então um campeonato para selecionar sua mais corajosa guerreira, que será encarregada de ajudar Steve Trevor no mundo dos homens. Ela proíbe sua filha de participar, mas Diana faz uso de um disfarce e ganha os jogos, derrotando as outras amazonas. O prêmio - o nome e uniforme da Mulher-Maravilha - é dado a ela.

William Moulton Marston foi, como dissemos, um psicólogo que, entre outras coisas, foi membro da equipe de cientistas que desenvolveu o primeiro polígrafo - provavelmente não por coincidência, Diana está armada com o Laço da Verdade que obriga alguém que seja preso por ele a dizer somente a verdade. Ele também era um feminista pioneiro, um entusiasta de práticas sadomasoquistas que viveu um relacionamento polígamo com duas esposas simultâneas, sob o mesmo teto. Alguns estudos dizem que ele sugeriu ao cartunista HG Peter que usasse como modelo para a Mulher Maravilha sua esposa mais nova, Olive Byrne. Como observamos, a trajetória editorial da Mulher-Maravilha está de acordo com o que a professora Joan Scott diz sobre a História das Mulheres:

"(...) porque a história das mulheres, enquanto grupo considerado diferente, é uma parte da história da dominação masculina. Porque são os homens que construíram as regras, que organizaram a sociedade etc.. Por outro lado, entretanto, penso que isto conduz a evitar ideias mais complexas como as da subjetividade na história, e também à possibilidade, para as



mulheres, de se organizarem contra as regras e as ideias que as aprisionaram na esfera privada do século XIX em uma história à parte. Sim, poderíamos começar falando disso, da dominação masculina, mas há também uma história a ser escrita. Uma história que toma a noção de dominação, de poder desigual, que continua a analisar a atividade das mulheres entre elas, as ideias políticas das mulheres... É verdade que a estrutura social constrói as relações homens/mulheres e a ideia da mulher, mas, ao mesmo tempo, considero que a subjetividade e a criação do sujeito são algo mais complexo do que a dominação" (SCOTT, 1995, p.14)

Esta argumentação está presente na dicotomia entre "masculino/guerra " versus " feminino/amor", muito presente nas histórias escritas por Marston e cujas implicações das teorias defendidas por Scott poderão ser observadas após seu falecimento.

Quando selecionada pela rainha Hipólita para o cargo de Mulher Maravilha, Diana se transforma tanto em uma guerreira como uma mensageira do amor. É relevante observar que essas histórias foram escritas durante os anos 1940 e a Segunda Guerra Mundial foi o evento mais relevante deste período histórico. Todas as histórias em quadrinhos publicadas nos Estados Unidos naquela época lidaram com a guerra na Europa e muitos heróis foram retratados lutando contra os soldados nazistas, quando não contra o próprio Hitler - que apareceu em Wonder Woman #2, por sinal. Mas, por ser a mulher que luta por trás das linhas inimigas, a Mulher Maravilha tornou-se rapidamente uma referência para as mulheres exercerem um papel ativo na economia e administração do país, enquanto os homens estavam lutando no exterior. Ela era "um símbolo feminista patriótico como Rosie a rebitadora".

O que torna a situação da Mulher-Maravilha tão exclusiva é que, ao contrário do Capitão Átomo ou qualquer outro super-herói masculino, ela deveria lutar por (e com) amor. Afrodite não é só sua padroeira, mas uma convidada freqüentar suas histórias. A Mulher Maravilha sempre tenta o diálogo com seus inimigos antes de lutar e, em alguns casos - como Fausto, o nazista, ela ainda é capaz de convencê-los a mudar de lado e defenderem a América, um país que (segundo ela) tratava melhor suas mulheres. A amizade entre as mulheres é sempre representada de forma positiva em suas histórias e as Amazonas são retratadas como uma sociedade harmoniosa de paz, no lugar da raça bárbara beligerante descrita pelos mitos gregos. Os Nazistas, por outro lado, eram sanguinários, peões desviantes sexuais de Ares, retratados como loucos, desprovidos de moral e ostentando nomes e características estereotipadas. Eles também foram retratados como sexualmente reprimidos e futuros estupradores,





cumprimentando a visão de carne exposta da Mulher Maravilha com ou indignação moral ou exagerada luxúria, e não passando no teste de reagir à aparência de Diana de uma forma bem ajustada.

As armas da mulher-Maravilha são todas defensivas: ela tem seus braceletes capazes de bloquear balas e seu laço mágico, que controla a mente de qualquer pessoa envolta por ele e lhe obriga à sinceridade. Durante seus primeiros anos, a Mulher Maravilha obrigou muitos vilões com a pretensão de ensinar-lhes uma "submissão amorosa". A dominância das mulheres sobre os homens era um motivo recorrente, portanto, é preciso manter em mente que seu criador, Marston, foi um fetichista bastante controverso. Portanto, quando se toma a Mulher Maravilha como arquétipo de Artemis, nos deparamos com algumas incongruências sendo a mais impressionante, talvez, seu envolvimento com o sexo oposto: Diana passa seu tempo inteiro ajudando Steve Trevor, mesmo que seja ao estilo "Superman e Lois Lane". Em sua identidade secreta, era inicialmente uma enfermeira - para cuidar de seus ferimentos do acidente de avião - e, posteriormente, sua secretária no exército

A deusa Ártemis era conhecida por ser uma das deusas virgens - juntamente com Athena e Hestia - portanto, nunca se poderia apaixonar por qualquer homem. A Mulher Maravilha não só se apaixona em sua primeira história, pelo o primeiro homem que vê, mas também tem o "amor" como sua principal arma. Ainda assim, poderíamos dizer que o que marca a Mulher Maravilha como ícone de independência e força é exatamente sua conexão com Artemis - e todo seu fundo mitológico. Enquanto Superman (assim como muitos dos heróis daquela época) foi uma releitura do salvador messiânico da tradição judaico-cristã, "um homem enviado de céus por seu pai a usar seus poderes especiais para o bem da humanidade", a Mulher-Maravilha era uma deusa pagã, uma imortal nascida do barro (portanto, também desprovida do pecado original). Mas, se a Mulher Maravilha pode ser vista como um arquétipo meia Afrodite - meia Artemis durante seus primeiros anos, durante os anos 50 ela percorre todo o caminho de guerreira amazona a donzela inocente: Marston faleceu em 1947 e Os anos 50 da era McCarthy tornaram as revistas de super-heróis tão simples e bobas quanto possível e a publicação de *Seduction of the Innocent* pelo crítico social e psicólogo Dr. Frederic Wertham fez pensar que os quadrinhos poderiam ser corruptores de crianças, começando uma caça às bruxas sobre cada menor sinal de depravação em seu conteúdo e o "bom Dr. Wertham" considerava a Mulher-Maravilha possuidora de um "ideal indesejável para as meninas, sendo





exatamente o oposto do que as meninas deveriam ser." Ele também considerou que o relacionamento de Diana com suas irmãs Amazonas apresentava conotações lésbicas evidentes, então elas tinham que desaparecer.

Os anos 1960 foram pródigos de fortes figuras femininas na ficção e neste cenário, a Mulher Maravilha teve um novo rumo através de um novo escritor, Dennis O'Neil, que mudou drasticamente as Histórias, tornando a Mulher-Maravilha mais uma heroína de ação em vez de uma super-heroína, tornando Diana uma mulher mortal que contava agora com o domínio das artes marciais para combater o crime. Segundo o autor, sua pretensão era transformá-la em uma pessoa normal, um passo mais viável pra que pudesse ser vista como um símbolo feminista.

Essa fase durou entre os anos de 1968-1973, e foi de grande sucesso entre os leitores. Poderíamos dizer que embora tenha roubado todo o contato com a mitologia, esta versão foi a mais próxima da Artemis arquetípica: ela era uma mulher forte, marcial, habil no uso de armas, mas ainda feminina em suas motivações e em sua roupa. Infelizmente, ela não agradou as feministas e em 1986, quando todo o universo editorial da DC Comics passou pela reformulação responsável pela inserção do Capitão Atômico em sua cronologia, entre outros, a Mulher Maravilha foi remodelada por George Pérez, desde sua origem: em Wonder Woman #1, em Janeiro de 1987, o mundo conheceu Diana, mais uma vez, pela primeira vez.

Esta "nova" Mulher Maravilha não tinha identidade secreta, era uma embaixadora, uma figura pública com uma ocupação em tempo integral. Os últimos anos trouxeram um novo rosto para a guerreira Amazona com outros escritores e artistas. Durante os anos 90 a DC Comics se tornou famosa por causar crises pessoais em seus personagens principais: Superman foi morto, Batman foi mutilado e a Mulher-Maravilha foi deposta de seu cargo e substituída por outra amazona, curiosamente chamada Artemis. Muito rapidamente Diana foi transformada em uma pin-up com seios gigantescos, cintura ultrafina e pernas duas vezes o tamanho de seu tronco.

A Mulher Maravilha, no entanto, foi refeita novamente. Na verdade, neste momento todo o universo DC está passando por este processo editorial com novas equipes criativas escolhidas para remodelar os velhos heróis para a próxima geração de leitores. Para a Mulher Maravilha o escritor Brian Azzarello foi contratado e sua abordagem para a Mulher Maravilha



parece estar levando o título novamente de encontro a suas raízes originais.

## Conclusões

Os quadrinhos são um meio de comunicação de massa que vem se expandido cada vez mais, seja em sua forma impressa, seja em sua forma digital, alcançando um número cada vez maior de consumidores. Como qualquer mídia eles podem ser bem ou mal usados, por isto é necessário que se tenha um certo contato com este tipo de fonte como uma forma de entender o que ele pode representar para o universo juvenil e mesmo para o adulto. Saber quem são os heróis e as heroínas de nossas crianças e jovens é tentar entender que valores, que (pré)conceitos, que modelos padronizados estão sendo circulando em nossa sociedade.

Ao demonstrar potencial para chocar os leitores, inovando técnicas narrativas e abrindo espaço para personagens e temas secundários tornarem-se protagonistas, e não o fazendo, os quadrinhos revelam sua face de produto industrial. E, como produto de cultura de massa submetido às leis econômicas que regulam a fabricação, a saída e o consumo, as histórias em quadrinhos devem agradar ao freguês e não lhes trazer problemas. Ao optar pela manutenção de uma estrutura paternalista de comunicação dos valores, onde é dado ao consumidor, com pequenas doses de variação, aquilo que ele tem condições de reconhecer como parte do seu repertório, os quadrinhos desprezam a possibilidade de romper com o *establishment*.

Buscamos aqui focar nossa análise em relação discursos e figuras que constroem a problemática sexual e racial das Histórias em Quadrinhos, mostrando como a representação das mulheres é parte fundamental do universo desta mídia de consumo, onde o domínio da Ciência é um elemento-chave do texto: nas personagens femininas, não há a figura da Ciência sem que concedida e controlada por um homem.

A temática gênero-ciência-sociedade constitui parte importante das publicações em Histórias em Quadrinhos. Porém, essa relação não está presente nas salas de aula por não encontrar espaço no âmbito escolar de um curso tradicional. Considerando que as Histórias em Quadrinhos de Ficção Científica representam as expectativas que a sociedade responsável por sua criação possui em relação a Ciência, é importante que o leitor seja levado a identificar pontos de vista positivos e negativos sobre sua leitura, que apresenta uma postura de entusiasmo e de otimismo em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, sem nenhuma preocupação quanto as consequências éticas ligadas ao seu domínio enquanto rotula e estereotipa as relações de gênero.



Nas aventuras dos personagens masculinos, como observado nas histórias do Capitão Átomo, a Ciência representa apenas um caminho para que seu país prevaleça com líder no cenário político mundial, seu domínio é desconectado do estudo (não é preciso ser cientista para manusear a Ciência) para o homem branco saudável (o único cientista do núcleo dos personagens principais é tetraplégico) educado pelas Forças Armadas.

Como personagem, a Mulher-Maravilha extrapola os limites dos quadrinhos e representa um ícone de cultura popular, conhecida e facilmente identificada por pessoas que nunca leram uma Revista em Quadrinhos, o que reforça sua importância cultural e seu poder de estabelecer representações do feminino, positivas ou não: a facilidade de propagação de informação atualmente permite que mais pessoas venham a questionar a imagem e a representação das heroínas e personagens femininas na cultura de massas e a Mulher-Maravilha, devido a sua importância e constante presença em histórias de outros heróis, torna-se um exemplo claro da diferença de representação entre personagens femininas e masculinas, principalmente no quesito Ciência.

A pretensão feminista da Mulher-Maravilha pode ser questionada, principalmente por conta de sua imagem. Cada roteirista e artista tem sua interpretação pessoal da personagem, cada uma delas com momentos de afirmação feminina e de propagação de valores do patriarcado. De acordo com a evolução dos movimentos feministas e dos direitos alcançados por eles, as histórias se adequam e passam a retratar a personagem de maneira mais condizente com cada época: as primeiras histórias, da década de 40, eram progressistas se levado em conta seu contexto histórico, mas analisadas pelo pensamento atual, mostram que o pensamento entendido como feminista e sua relação com a figura do feminino avançou muito desde então.

A Mulher-Maravilha é relevante porque é mulher. Se fosse homem, seria apenas mais um personagem no meio de tantos outros, mas como personagem feminina se destaca e é este seu diferencial: super-heróis são construídos de forma a representar arquétipos específicos de personalidade - Superman e o bom moço, Batman o anti-herói, Flash o jovem inconsequente. A Mulher-Maravilha poderia ser a figura mitológica, a que inspira, mas acaba sendo considerada sempre como a *mulher*. De certa forma, o fato de ser mulher é ao mesmo tempo um ponto de relevância e limitação, sendo um dos motivos pelos quais a personagem parece menos importante que seus companheiros *homens*.

Não há nenhum personagem masculino mentorado pela Mulher-Maravilha. As teorias feministas permitem entender a princesa das amazonas como uma personagem um pouco paradoxal que pode, ao mesmo tempo, um modelo positivo de feminino e reforçar estereótipos



e ideias do patriarcado. De acordo com o feminismo Radical, por exemplo, ela é apenas um objeto submetido ao olhar masculino e sua única função é reforçar a ideia de que mulheres são naturalmente cheias de compaixão e amor. Já a corrente pós-feminista estabelece que, como toda mulher, ela tem direito de usar as roupas que quiser para expor, ou não, seu próprio corpo, porque ele é propriedade dela e, portanto, caberia só a ela decidir se vai usá-lo como arma de sedução ou de destruição em massa.

Assim, é possível concluir que as visões múltiplas, e muitas vezes paradoxais, derivam da pluralidade de pontos de análise. Da mesma maneira que são diversos os feminismos, são muitas as versões da mesma personagem. Cada época tem uma Diana, uma Mulher-Maravilha e uma Diana Prince diferentes, porque a personagem está em constante evolução, e por isso, versões mais antigas podem parecer tão retrogradadas, mesmo que em sua época fossem progressivas e ousadas. Acima de tudo, no entanto, a princesa das amazonas sempre foi uma personagem inspiradora, tanto dentro do cânone como fora dele. Se nos anos de 1950 e 1960 os quadrinhos faziam circular um modelo feminino padronizado, eles também nos mostram representações masculinas idealizadas, eles refletem os valores sociais de seus autores e mesmo as tendências políticas de toda uma sociedade –mesmo os quadrinhos eram submetidos a censura e obrigados a seguir um rígido código de ética. Uma menina pode se identificar com a Mulher Maravilha por várias razões: por ela ser mais forte que os homens, por ela ser mais inteligente ou por ela ser mais bonita. Uma personagem de papel pode vir a ser o modelo, um mito, que irá guiar as ações de uma criança, que se tornará um adulto e que irá reproduzir de alguma forma estes valores.

## **Bibliografia**

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3a ed, 2010.
- BARCELLOS, Janice Primo O feminino nas histórias em quadrinhos. Parte I: A mulher pelos olhos dos homens. Disponível em [http://www.eca.usp.br/agaque/agaque/ano2/numero4/artigosn4\\_1v2.htm](http://www.eca.usp.br/agaque/agaque/ano2/numero4/artigosn4_1v2.htm), acesso em 18/12/2013
- COUSTAN, Dave. Os segredos proibidos da Mulher Maravilha. Disponível em <http://lazer.hsw.uol.com.br/mulher-maravilha.htm>, capturado em 24/12/2013
- CHARTIE, Roger. Historia Cultural entre Praticas e representações. Lisboa: Diefel, 1990.
- EISNER, Will. Quadrinhos e Arte Sequencial. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ERIC, Hobsbawm. A Era dos Extremos. 2001.



- HAJDU, David. *The Ten-Cent Plague: The Great Comic-Book Scare and How It Changed America*. New York: Farrar, Straus&Giroux, 2008.
- MOYA, Álvaro de, Oliveira, Reinaldo de. História (dos Quadrinhos) no Brasil. In: MOYA, Álvaro de. *Shazam!.* - São Paulo: Perspectiva, 1977 p 197-236.
- MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Film Theory and Criticism: Introductory Readings*. Eds. Leo Braudy and Marshall Cohen. New York: Oxford UP, 1999: 833-44.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia - Estudos Culturais: Identidade Política Entre o Moderno e o Pós-moderno*. EDUSC, Brasil, 2001
- MARANGONI, Angelo. *Angelo Agostini - A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. Editora Devir Livraria, São Paulo, Brasil. 2011
- MCAVENNIE, Michael; Dona, Hanna. "1960s: DC Comics year by year. A visual Chronicle". Editora Dorling Kindersley, 99 pp. 2010
- NASCIMENTO JR, F.A. e PIASSI, L.P. *Quarteto Fantástico: Histórias em Quadrinhos, Ficção Científica e Satisfação Cultural no Ensino de Física*. Tese (Mestrado em Ensino de Física). Instituto de Física da Universidade de São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. *Mulher ao Quadrado - as representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990)*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007
- PIASSI, L.P. *Contatos: A ficção científica no ensino de ciências em um contexto sociocultural*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.
- RUBIN, Gayle. *The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex"*. In: REITER, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.
- SCOTT, Joan. *Genero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995
- \_\_\_\_\_. *Prefácio. a Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu* (3) 1994.
- SHOWALTER, Elaine. *A crítica feminista no território selvagem*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. (org.) *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.23-57.
- SNYDERS, Georges. *A alegria na escola*. São Paulo, Manole, 1988.



## AS PEDRAS NOS CAMINHOS: DESAFIOS DE SE ESTUDAR GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA NUM CURSO DE ENSINO A DISTÂNCIA

LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal  
*Doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC*  
marie.lealozano@gmail.com

SILVA, Izabelle Cristine  
*Mestranda em Letras – UFSC*  
izabelle.letrasport@gmail.com

699

### RESUMO

Neste artigo iremos apontar alguns desafios e obstáculos que ainda devem ser superados no ensino a distância no que se refere aos estudos de gênero e diversidade, procurando ainda traçar algumas das dificuldades apontadas pelas/os desistentes do curso de extensão Gênero e Diversidade na Escola ofertado pelo Instituto de Estudos de Gênero em parceria com a UFSC, demonstrando um pouco sobre o perfil destes/as. A idéia aqui é tentar desvelar as principais dificuldades encontradas por essas/esses profissionais no que se refere à educação inclusiva à distância, construindo assim uma análise que possa ser utilizada em estudos futuros para uma melhor aplicabilidade dessa modalidade de ensino. Como resultados, procuraremos demonstrar o perfil e o motivo de evasão apontados pelas/os cursistas que participaram do mesmo em sua edição 2012.

**Palavras-chave:** Gênero e Diversidade na Escola, Estudos de gênero, Ensino à distância.

### ABSTRACT

This article will highlight some challenges and obstacles that must also be overcome in distance learning regarding the gender and diversity studies, seeking to draw in this way some of the difficulties pointed out by dropouts on Gender and Diversity in the School extension Course offered by the Institute of Gender Studies in association with UFSC, demonstrating slightly their profile. The idea is to try to unveil the main difficulties encountered by these professionals regarding the inclusive education in a distance learning course, thus building an analysis that can be used in future studies to better applicability of this type of education. As a result, we'll try to demonstrate the profile and the dropout reasons pointed out by course participants who attended the same in its 2012 edition.

**Key-words:** Gender and Diversity at the School, Gender Studies, Distance learning.

### 1. Introdução

Esse artigo procura apresentar alguns obstáculos e desafios na formação de profissionais da educação na Segunda edição do curso Gênero e Diversidade na Escola ofertado pelo Instituto de Estudos de Gênero em parceria com a Universidade Federal de





Santa Catarina e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ocorrido entre setembro de 2012 e julho de 2013. Tendo como público-alvo professoras e professores da rede estadual de ensino em cinco municípios catarinenses, Florianópolis, Itapema, Palmitos, Praia Grande e Pouso Redondo, o curso teve como objetivo ampliar a compreensão e o debate acerca de temáticas que abordavam questões relacionadas ao racismo, sexismo, raça-etnia, homofobia e outras diversidades na escola. É importante ainda mencionar que, apesar de ter sido um curso com caráter de extensão ofertado à distância, o GDE/UFSC promoveu seis encontros presenciais em cada polo entre outubro de 2012 e julho de 2013 em quatro dos cinco polos<sup>1</sup>, sendo desenvolvido como trabalho final um projeto de intervenção aplicado nas escolas em que os/as cursistas atuavam, e que foi apresentado no último encontro de cada polo, seguido de uma formatura com homenagens e entrega dos certificados.

Tendo sido incorporado em diversos tipos de estudo em todo mundo, o uso da educação a distância facilita e permite diversos deslocamentos, flexibilizando horários e ambientes de ensino. No entanto, alguns desafios são colocados no que se refere ao acesso às tecnologias utilizadas, assim como na nova maneira de se encarar o estudo enquanto aluno/a cursista. Como as/os cursistas do Gênero e Diversidade na Escola (GDE/UFSC) que superaram diversos desafios para conseguirem concluir o curso, mas nem todos/as assim o fizeram - algumas/alguns acabaram permanecendo no caminho, sem participar das discussões, interrompendo seus estudos em meados do curso, permitindo que os obstáculos realmente tornam-se pedras em seus caminhos. Refletiremos neste texto um pouco sobre as razões destas desistências e abandonos nos focando sobre o desafio de aprendizagem de novas tecnologias de ensino.

## 2. Desafios de se estudar gênero e diversidade à distância

Pensado como um curso a distância que promove a discussão de temáticas de gênero, diversidade, raça e etnia na formação de professores, o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) é replicado nas mais diversas instituições federais do Brasil nas mais variadas formas: existem cursos GDE de extensão, de aperfeiçoamento e, inclusive, de pós-graduação *latu sensu* (como uma especialização nas temáticas do assunto). Segundo o Censo 2013 dos cursos

<sup>1</sup> Sendo que o pólo Praia Grande realizou cinco encontros presenciais.





Ead, feito pela ABED são ofertados aproximadamente 5.083 tipos de cursos livres no país, sendo que 32% são cursos de atualização, 31% são cursos de aperfeiçoamento, 20% são cursos de extensão universitária (caso do GDE na UFSC em 2013), 5% são cursos de iniciação profissional, 3% são cursos de treinamento operacional ou de habilidades sociais, e 1% de cursos de idiomas, tendo ainda 6% de cursos que não foram informados.

Oreste Preti (1998) acredita que ao estarmos falando de educação estamos falando de todos os aspectos da vida que ela abarca, ou seja, as relações pessoais, sociais, políticas com a natureza e com o seu entorno. Caminhando nesse sentido, o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) surge como uma experiência inédita de formação de profissionais de educação à distância nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, procurando tratar dessa variedade de temáticas se utilizando tanto do ambiente virtual de ensino, como também de materiais didáticos gratuitamente distribuídos e de encontros presenciais realizados mensalmente (HEILBORN e ROHDEN, 2012).

Miramar Ramos, Maia Vargas e Suzana Maria Valle Lima (2004), num estudo sobre as barreiras que enfrentam os/as cursistas que participam de treinamentos de educação a distância, perceberam dois tipos de empecilhos que interferem o processo de aprendizagem e a continuidade desse tipo de ensino: as barreiras institucionais e as barreiras pessoais. As barreiras institucionais são definidas pelas autoras como obstáculos relacionados ao domínio macro da organização, associados tanto às questões de tomada de decisão como de gestão de recursos, sejam eles de que ordem for. Ramos, Vargas e Lima categorizam dois tipos de obstáculos neste nível: (a) Infraestrutura organizacional – obstáculos que interferem na implantação de um programa de educação e treinamento a distância vinculados às questões de ordem gerencial, técnica e administrativa (como falta de apoio dos dirigentes das escolas e de recursos físicos, materiais e humanos, por exemplo); e, (b) Infraestrutura instrucional – obstáculos relacionados ao planejamento, desenvolvimento e execução dos eventos instrucionais no polo e virtualmente que integrarão o programa de educação e treinamento a distância.

Mais subjetivos e também responsáveis por grande parte das desistências em cursos de ensino a distância são as barreiras pessoais, obstáculos que se relacionam com certas características que os indivíduos possuem e/ou as situações por eles enfrentadas que podem interferir na eficácia de um evento instrucional. As autoras apontam três tipos de obstáculos pessoais que podem intervir nesse tipo de ensino: (a) obstáculos demográficos, ou ainda,



características pessoais e funcionais dos indivíduos, que podem influenciar no desempenho do evento instrucional, como, por exemplo, gênero e local de lotação profissional, (b) obstáculos motivacionais, relacionados às atitudes dos indivíduos com relação ao evento instrucional, os quais podem influenciar o processo de participação, desempenho e persistência; e ainda, (c) obstáculos tecnológicos, que se referem às atitudes dos indivíduos em relação ao uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, particularmente o computador, na realização de eventos instrucionais.

Ao analisar dados do Censo dos cursos Ead da ANBED (2013), apesar da evasão persistir como um obstáculo na Ead, houve uma redução do nível de evasão a partir de 2010, uma vez que nos cursos livres ofertados a distância até este ano, acontecia uma evasão aproximada de 20% das/os cursistas, e nos dados de 2013 esse índice se aproxima dos 10%. As causas apontadas para a evasão nesse tipo de curso estariam relacionadas à falta de tempo para estudar e participar do curso (21,1%), acúmulo de atividades no trabalho (14,8%), falta de adaptação à metodologia do curso (14,3%), desemprego (5%), viagens a trabalho (4,2%), impedimento criado por chefias (2,6%), entre outros motivos (15,8%).

Tendo em vista este cenário, buscamos no presente artigo investigar qual foi o perfil dos/as cursistas e o motivo da desistência destas/es do GDE UFSC em sua edição 2012/2013 procurando também refletir sobre as dificuldades e os desafios de se estudar temáticas concernentes às questões de gênero e diversidade como modalidade de ensino à distância. Para isto analisaremos também como se deu a implementação do GDE/UFSC nessa edição.

### **3. Estudos de gênero e diversidade a distância: isso funciona?**

Dois textos escritos pelas equipes da primeira edição do GDE UFSC (2008-2009) nos ajudam a refletir sobre as dificuldades de se estudar gênero e diversidade através do ensino a distância vivenciadas em Santa Catarina. Destacamos que nestes textos há uma forte ênfase nas dificuldades de acesso ao ambiente de ensino virtual e de aprendizado com o formato virtual que o ensino a distância exige. Para Tânia Mara Cruz (2009), professora na primeira edição do curso GDE na UFSC em 2009, ao se combinar a formação de gênero com cursos de extensão à distância, vários são os benefícios possíveis de serem atingidos, tais como a ampliação de oportunidades para atualizar habilidades, como também a redução de custos educacionais e a utilização de estruturas educacionais já existentes como os pólos de EAD da



UFSC. Há ainda a oportunidade de se trabalhar com diversos profissionais da educação questões referentes às desigualdades presentes entre os grupos etários, acrescentando novas áreas de conhecimento dificilmente trabalhadas no cotidiano e permitindo às/aos cursistas garantir a formação continuada em um equilíbrio com as jornadas de educação, de trabalho e de família.

A questão do ambiente de ensino virtual é também algo que deve ser configurado de acordo com a demanda do curso, mas respeitando a diversidade de sujeitos que irão se utilizar da mesma, pois as orientações didáticas presentes no ambiente podem tanto negar como reforçar os objetivos de aprendizagem, cabendo então um trabalho integrado entre equipe técnica, professoras/es, tutoras/es e cursistas. Pois, como ressalta Cruz (2009), é a partir do momento em que o curso se inicia que começam a surgir os problemas, sendo o tempo para resolvê-los quase inexistente, na eminência de se perder uma/um cursista por problemas com tal técnica de ensino.

Para Leandro Oltramari, Claudia Regina Nichnig e Maria Aparecida Rita Moreira (2009), professor e tutoras também na primeira edição do curso ofertado pela UFSC, a experiência de se ensinar as temáticas de gênero e diversidade na modalidade EaD era inédita também para eles por ter se realizado virtualmente, utilizando-se uma plataforma própria e um material didático especialmente preparado para o curso, mas também por incluir temáticas pouco abordadas nos cursos de aperfeiçoamento que já haviam oferecido para os/as professores/as da rede pública do Estado em outras ocasiões.

Oltramari, Nichnig e Moreira (2009) acrescentam ainda a importância dos encontros presenciais (ainda que mensalmente) na aproximação das/os cursistas com o próprio curso, assim como da importância do próprio pólo de ensino para o acolhimento das e dos cursistas. Na primeira edição do curso na UFSC foram relatados diversos problemas relacionados à familiarização com o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), que não impediram o sucesso das atividades, uma vez que as redes de ligação do grupo (suporte técnico, tutoras/es e cursistas) foram estabelecidas através do diálogo e das negociações. A questão da evasão no curso GDE foi apontada pelos autores como uma preocupação do curso na primeira edição. Ainda que a evasão ocorra tanto no ensino presencial como no ensino a distância, parece haver na EaD um controle maior da evasão, uma vez que o/a tutor/a estabelece um contato pessoal mais regular com a/o cursista, contato às vezes dificultado na



educação presencial, por exemplo, em turmas grandes que contam com apenas um professor, na maioria das vezes atuando sem monitores.

#### **4. Encontros virtuais e presenciais: algumas pedras no caminho**

Criado como ambiente de ensino, o Moodle é uma plataforma virtual adotada pelos cursos de ensino à distância da UFSC com o intuito de facilitar a comunicação entre as/as cursistas, as/os professoras/es, e as/os tutoras/es, divulgar os conteúdos do curso e interagir mais com a turma. Na edição 2012/2013 do GDE UFSC, houve algumas complicações relacionadas à implementação da plataforma Moodle no curso que foram discutidas nas reuniões entre a equipe do curso. É importante ressaltar que, inicialmente, o fato mais problemático foi relacionado às dificuldades que as/os tutoras/es tiveram para inscrever seus alunos no ambiente de ensino, não conseguindo imediatamente cadastrar seus/suas cursistas na plataforma

Após o cadastramento das/os cursistas no Moodle, outra dificuldade encontrada foi devido à falta de conhecimento prévio que algumas/alguns alunas/os não tinham a respeito do uso desse tipo de ferramenta de ensino, muitas/os cursistas entravam em contato com sua tutoria informando que não sabiam mexer na plataforma virtual. Tendo, inicialmente, as atividades sido postadas pelas/os tutoras/es através do moodle e sendo constatado que poucas/os cursistas estavam acessando e respondendo às mensagens ou enviando suas atividades, as/os tutoras/es acabaram aceitando o envio das tarefas por e-mail, tornando a avaliação um pouco confusão que pode ter ocasionado a desistência de algumas/alguns dessas/es cursistas logo no início do curso. Esses problemas resultaram em várias discussões nas reuniões de equipe do curso, na tentativa de solucionar a questão o mais rápido possível, mas mesmo assim esse problema acabou se prolongando até aproximadamente a data do segundo encontro nos polos, momento em que o problema foi solucionado e o moodle passou a ser de fácil acesso para os/as cursistas e tutoria em geral.

A implementação dos chats de cursistas com professoras/es e tutoras/es também demorou para começar a acontecer nessa edição devido ao desconhecimento da equipe no uso de seus recursos didáticos virtuais, apesar de ter sido proposto para ocorrer no ambiente virtual de ensino. Depois de algumas reuniões da equipe, perto do momento do terceiro encontro nos pólos, o chat foi incorporado aos cronogramas de ensino a partir das agendas da equipe de cada localidade, com o objetivo pedagógico de estabelecer uma maior conexão com



e entre as/os cursistas, bem como como a criação de uma página no facebook do curso como um canal de comunicação e divulgação das propostas do curso. A princípio o chat foi adotado em caráter de teste apenas no Polo Pouso Redondo, com a participação da professora, dos/as cursistas e as tutoras daquele polo. Tendo tido um resultado positivo de participação e interação com as/os cursistas, a ideia foi prontamente adotada pelos outros pólos principalmente a partir da terceira Reunião Geral do Curso, no início de fevereiro de 2013, que contou também com um dia inteiro de capacitação da plataforma moodle voltada para toda equipe do curso.

Os encontros presenciais nos pólos geralmente ocorriam aos sábados das 09:00 horas às 17:00 horas (exceto no polo de Palmitos, onde o encontro ocorria entre as 14:00 horas e 18:00 horas devido ao compromisso do professor com ensino em sua universidade pela manhã). De modo geral, o primeiro encontro serviu para concretizar a matrícula dos inscritos via e-mail no curso. Conforme o edital, as/os cursistas foram instruídos a se inscreverem via e-mail, enviando formulário de inscrição, e trazer a documentação original junto com a cópia das mesmas no primeiro encontro presencial. Como muitas pessoas em todos os pólos acabaram não comparecendo ao primeiro encontro, adotou-se essa dinâmica ainda em parte do segundo encontro, e posteriormente via email.

Como dinâmica prevista para o primeiro encontro, a equipe de cada polo se apresentou às/aos cursistas, introduzindo ainda algumas das principais temáticas a serem discutidas durante o decorrer do curso, explicando a proposta do GDE, e como funcionaria a utilização da plataforma moodle. Cada professor/a foi construindo em seu pólo uma didática com seu/sua tutor/a, estabelecendo um diálogo entre a equipe na sugestão de atividades e metodologias de ensino a serem propostas. Como parte das dinâmicas desses encontros, a coordenadora geral do curso, professora Miriam Grossi, participou de pelo menos um encontro em cada pólo, construindo reflexões e se aproximando da realidade das/os cursistas dessa edição do GDE.

## **5. A evasão na segunda edição do GDE/UFSC**

Procurando desvelar o índice de evasão e os motivos que levaram algumas/alguns cursistas a desistirem dessa edição do curso, fizemos um levantamento que contou com duas etapas distintas: a primeira etapa se preocupou em levantar dados referentes às/aos inscritas/os, utilizando a base de dados, em que estão cadastradas/os todas as fichas de



inscrição arquivadas pela Secretaria do curso para descobrir informações referentes ao gênero, faixa etária e profissão das/os cursistas. Em seguida analisamos o perfil das/os desistentes por pólo com base nas planilhas enviadas pelas/os tutoras/es em que constam os nomes e contatos das/os cursistas desistentes.

A segunda etapa aconteceu após o levantamento dos dados do perfil das/dos desistentes, quando então construímos uma amostragem de um/uma cursista de cada faixa etária dos diferentes pólos, sendo que quando houvesse homens e mulheres na mesma faixa etária, consideraríamos ambos como fonte de pesquisa. Com os dados da amostragem prontos, decidimos entrar em contato via telefone com pelo menos um/a desistente de cada faixa etária por pólo para tentar descobrir suas razões do abandono do curso, a partir de duas perguntas que consideramos breves e essenciais: a) qual era o motivo que as/os cursistas alegavam como responsável pela desistência do curso; e, b) se o fator geográfico ou a interação com o ambiente virtual de ensino foram responsáveis pela desistência. Apresentamos na seção a seguir os resultados que encontramos em nosso levantamento.

### 5.1 Evasões no GDE IEG/UFSC 2012/2013: Resultados Encontrados

Procurando evidenciar o nível de evasão do curso, assim como procurar traçar o perfil da/do cursista desistente dessa edição do GDE IEG/UFSC, levantamos nessa seção alguns parâmetros que nos permitem construir algumas conclusões a respeito da evasão nesse curso em particular. A princípio demonstraremos os dados levantados de modo geral, para em seguida analisarmos a evasão do curso por pólo, tentando evidenciar possíveis particularidades de cada localidade.

Como podemos observar na Tabela 1, nessa edição do GDE, houve 303 inscritas/os, sendo 281 mulheres e 22 homens. Desse total, aproximadamente 69 cursistas desistiram do curso, o equivalente a 19% dos cursistas inscritos, sendo que desistiram 23% das mulheres inscritas (65 cursistas mulheres) e 9% dos homens (dois cursistas) desistiram do curso. Sendo muito maior, 93%, o número de mulheres inscritas no curso.

Pólo	Inscritas/os	Mulheres	Homens	Desistentes	Mulheres	Homens
Florianópolis 1	51	46	5	5	3	2
Florianópolis 2	47	42	5	7	5	2
Itapema	57	54	3	14	14	-
Palmitos	52	51	1	21	21	-
Pouso Redondo	44	42	2	21	21	-
Praia Grande	52	46	6	1	1	-





Total	303	281	22	69	65	4
-------	-----	-----	----	----	----	---

Tabela 1: Número de inscritas/os e desistentes por pólo do curso GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Notamos ainda que a grande maioria das/os inscritas dessa edição do curso na UFSC são professoras e professores da rede pública e particular de ensino regional, totalizando um número de 211 cursistas que atuam nessa atividade profissional, como podemos observar na Tabela 2. Encontramos ainda cursistas que atuam como diretoras/es e coordenadoras/es de ensino, assim como assistentes educacionais e auxiliares de sala nessa edição.

Profissionais inscritas/os	Quantidade de cursistas	%
Professor/a	211	69,6%
Diretor/a / Coordenador/a	20	6,6%
Assistente Educacional / Auxiliar de Sala	49	16,2%
Sem vínculo ou não informado	23	7,6%

Tabela 2: Atividades profissionais das/os cursistas do GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Neste levantamento procuramos, também, identificar em quais áreas profissionais atuavam as/os desistentes. Como podemos observar na Tabela 3, a maioria destas/es são professoras/es (2,3% das/os cursistas), havendo ainda assistentes educacionais e auxiliares de sala (6%), diretoras/es e coordenadoras/es (1,3%), assistentes sociais (1%) e cursistas que no momento da inscrição não tinham nenhum vínculo empregatício (6%), assim como diversas outras funções que juntas não somavam mais de 2,3% das/os desistentes.

Pólo	Professor/a	Diretor/a / Coordenador/a	Assistente Educacional/ Auxiliar de sala	Assistente Social	Sem vínculo ou Não informado
Florianópolis 1	7	-	-	-	-
Florianópolis 2	4	-	-	-	1
Itapema	8	1	2	-	3
Palmitos	15	-	-	3	3
Pouso Redondo	17	2	2	-	-
Praia Grande	1	-	-	-	-
Total	52	3	4	3	7

Tabela 3: Atividades profissionais das/os cursistas desistentes da edição do GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Em relação a quantidade de horas de trabalho semanais, podemos observar na Tabela 4 que a grande maioria das/os cursistas inscritas nessa edição atua 40 horas por semana (184 cursistas, que representa 60,7% dos cursistas inscritas/os nessa edição). Há ainda profissionais atuando 10 horas (1,7%), 20 horas (17%), 30 horas (11%) e até mais de 40 horas semanais (3,6%).

Horas de trabalho / semana	Quantidade de cursistas	%
10 horas semanais	5	1,7%
20 horas semanais	50	17%
30 horas semanais	33	11%





40 horas semanais	184	60,7%
Mais de 40 horas semanais	11	3,6%
Sem vínculo ou não informado	20	6,6%

Tabela 4: Carga horária das/os cursistas GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Outro dado que consideramos relevante ao analisar o perfil das/os desistentes foi a carga horária de trabalho destes. Como podemos perceber na Tabela 5, grande parte das desistentes tem vínculo de 40 horas semanais (16,5%), as/os outras/os cursistas desistentes se dividem em 20 horas (3%) e 2% a 30 horas semanais. Vale ressaltar que, como já descrito nas tabelas 3 e 4, a maioria dessas/es profissionais atuam na rede pública de educação municipal ou estadual de Santa Catarina.

708

Pólo	20 horas	30 horas	40 horas
Itapema	2	-	11
Florianópolis 1	-	1	3
Florianópolis 2	1	2	4
Palmitos	4	1	14
Pouso Redondo	1	2	18
Praia Grande	1	-	-
Total	9	6	50

Tabela 5: Carga horária semanal das/os cursistas desistentes da edição do GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Na Tabela 6, podemos verificar que a maioria das/os inscritas/os do curso GDE nessa edição estão na faixa entre os 30 e 40 anos de idade (117 cursistas estavam nessa faixa etária no momento da inscrição, representando 38,6% da quantidade de inscritas/os no curso). Houve ainda grande participação de pessoas mais jovens entre 20 e 30 anos (25,7%) e entre 40 e 50 anos (23,4%). Apesar de aparecerem em menor quantidade, tivemos ainda cursistas com mais de 50 anos nessa edição (8,9%).

Faixa etária	Quantidade de cursistas	%
20 a 30 anos	78	25,7%
30 a 40 anos	117	38,6%
40 a 50 anos	71	23,4%
Mais de 50 anos	27	8,9%
Não informado	10	3,3%

Tabela 6: Faixa etária das/os cursistas do GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Conseguiu-se perceber ainda (Tabela 7) que, referente à faixa etária das/os cursistas que desistiram do curso nessa edição, a maioria têm entre 20 e 40 anos de idade, 9,2% de 20 a 30 anos, seguido de 8,2% de 30 a 40 anos, e 4% de 40 a 50 anos e apenas 2% das/os cursistas que desistiram estão com mais de 50 anos de idade.

Pólo	20 a 30 anos	30 a 40 anos	40 a 50 anos	Mais de 50 anos
Itapema	7	4	3	-
Florianópolis 01	2	1	1	1
Florianópolis 02	3	1	3	-



Palmitos	5	12	2	2
Pouso Redondo	10	7	3	1
Praia Grande	1	-	-	-
Total	28	25	12	4

Tabela 5: Faixa etária das/os cursistas desistentes da edição do GDE/UFSC 2013. Fonte: As autoras (2013).

Na seção a seguir, apresentamos um pouco do quadro de evasão de cada pólo nessa edição do curso.

### 5.1.1 – A evasão por pólo

#### a) Palmitos

Palmitos é um município brasileiro localizado na microrregião de Chapecó, em Santa Catarina, com um histórico de uma forte colonização européia e contando com uma população de aproximadamente 16.050 habitantes. O curso GDE nesse pólo foi ministrado pelo professor Luiz Henrique Passador, vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul, Doutor em Antropologia Social pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas com tese sobre HIV/Aids no Sul de Moçambique e estágio de doutorado sanduíche no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). A tutoria a distância desse pólo foi realizada por Grazielle Regina de Amorim Arraes, Doutoranda e Mestre em História pela UFSC, estudando em sua tese a questão da prevenção versus a noção de risco a partir da Aids e do comportamento sexual.

Uma das características importantes deste pólo foi o fato da maioria das cursistas viajar de outras cidades para participar do curso, sendo em alguns casos, de viagens de 3 horas de carro, tendo menos que a metade da turma (40%) residentes no município de Palmitos. No pólo de Palmitos das/os 53 cursistas (52 cursistas mulheres e apenas um cursista homem) inscritas/o no GDE, houve evasão de aproximadamente 21 cursistas, o que representa 40% de todas/os cursistas. De modo geral, todas as desistentes do curso nesse pólo são mulheres, que naquele momento atuavam na rede de ensino (28,8% são professoras, 5,8% são assistentes sociais, 5,8% não apresentava vínculo empregatício ou não informaram sobre o mesmo no momento da inscrição) em jornadas de 20 horas (7,7%), 30 horas (1,9%) e 40 horas (26,9%). Em relação a faixa etária das desistentes do curso em Palmitos, a maioria tem entre 30 a 40 anos de idade (23%), havendo ainda desistentes na faixa etária dos 20 aos 30 anos (9,6%), de 40 a 50 anos (3,8%) e outras que não informaram sua data de nascimento nos formulários de inscrição.



Em relação a participação dessas/es cursistas nos encontros presenciais, 43% das desistentes nunca participaram de nenhum encontro no pólo, 33% participaram apenas do primeiro encontro, 19% participaram do primeiro e do segundo encontro, e apenas uma cursista desistente participou de quase todos os encontros (exceto o primeiro) e ainda assim não concluiu o curso. Ou seja, neste pólo, verificou-se uma desistência generalizada antes do início do curso, uma vez que um número significativo dos desistentes (43%) nunca participaram de nenhum encontro.

Quando indagadas a respeito do motivo de sua desistência observamos tanto a alegação de sobrecarga de trabalho quanto de dificuldades no uso do moodle como razões de se afastar do curso, encontramos os seguintes relatos<sup>2</sup>:

*“Desisti por não ter tempo de fazer as atividades do curso e por ter que cuidar dos filhos e trabalhar muito - 40 horas semanais. Não cheguei a acessar a plataforma moodle porque estava esperando a senha ser gerada (Juliana, na faixa etária entre 20 e 30 anos)”.*

*“O motivo de minha desistência é o fato de estar sobrecarregada, pois estudo a noite e trabalho durante o dia, e não tinha tempo para conciliar as atividades do curso com a faculdade e o trabalho. Para acessar a plataforma moodle, tive dificuldade apenas no começo, pois estava aprendendo, depois consegui acessar (Vera, na faixa etária entre 30 e 40 anos)”.*

Os relatos acima mostram que uma das características das desistentes é o excesso de trabalho vinculado a compromissos de ordem pessoal, como a formação universitária e o cuidado dos filhos e família, revelando também valores e atitudes de gênero.

#### **b) Pouso redondo:**

Pouso Redondo está localizado no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e conta com uma população de aproximadamente 14.307 habitantes, tendo uma colonização alemã e italiana bastante representativa na região. O curso GDE nesse pólo foi ministrado pela professora Tania Welter, Doutora e Mestre em Antropologia Social pela UFSC, e também professora da Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó. Professora Tania é também integrante do grupo de pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios (PEST), membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e especialista em Educação Sexual pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Contando com a

<sup>2</sup> Em todos os relatos de cursistas neste capítulo, os nomes foram trocados por pseudônimos, para preservar o anonimato das falas.



tutoria a distância inicial de Isabel Maria Barreiros Luciktenberg, Mestre e Doutoranda em Literatura pela UFSC (estudando em sua tese escritoras brasileiras e suas leituras), as cursistas tiveram sua tutoria substituída em meados de março de 2013 por Izabela Liz Schlindwein, Doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC estudando a produção textual da feminista alemã do século XIX Julie Engell-Günther.

Assim como Palmitos, o pólo de Pouso Redondo apresentou também um alto índice de evasão do curso Gênero e Diversidade na Escola, onde das/os 44 inscritos/as, 48% desistiram do curso, o que representa um total de 21 desistentes nesse pólo. Composto em sua maioria por cursistas mulheres (96%), podemos notar que todas as desistentes do curso nesse pólo também são mulheres. Assim como no pólo de Palmitos entre essas desistentes, 48% desistiram sem nunca participarem de nenhum encontro presencial, tendo o restante participado de ao menos um encontro.

Procurando ainda tentar definir quem seria a cursista desistente em Pouso Redondo, decidimos tentar desvelar a faixa etária em que se encontram assim como em qual área profissional atuavam no momento da inscrição. O que podemos observar é que a grande maioria das cursistas desistentes deste pólo (40,9%) trabalhava 40 horas semanais como professoras (38,6%), em sua maioria são jovens (22,7%) entre 20 e 30 anos, seguida por 16% de mulheres entre 30 e 40 anos, tendo algumas desistentes (6,8%) entre 40 e 50 anos e apenas uma cursista com mais de 50 anos.

Questionadas a respeito do motivo das desistências nesse pólo, obtivemos alguns relatos que buscam retratar um pouco da realidade vivida nesse pólo, observando que também foram alegadas sobrecarga de trabalho e problemas de conciliar a formação universitária, também feita em cursos a distância no mesmo pólo, com o GDE.

*“Curso Letras na universidade e trabalho 50 horas semanais, o motivo de minha desistência foi o fato de estar muito sobrecarregada com as tarefas da faculdade e com o trabalho, não tendo tempo. Quanto à plataforma moodle não tive dificuldades (Mariana, na faixa etária entre 30 e 40 anos)”*.

*“Desisti por falta de tempo e excesso de trabalho, não cheguei a acessar a plataforma moodle (Lolita, na faixa etária dos 40 aos 50 anos)”*.

Destacamos um depoimento que relata o problema de acesso à internet, dado significativo para a frequência em um curso a distância:

*“Minha desistência, foi devido morar longe e minha residência não pegar a internet - eu tinha que ir na casa da vizinha para acessar o moodle e acabei desistindo (Daniela, na faixa etária com mais de 50 anos)”*.

### c) Itapema:



Localizado no litoral catarinense, Itapema contava em 2013 com uma população de aproximadamente 48.000 habitantes. Originalmente povoada por populações indígenas, desde o século XVIII foi ocupada pela colonização açoriana. Nesse pólo, as aulas foram conduzidas pela professora Marivete Gesser, Doutora em Psicologia pela UFSC e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora no Departamento de Psicologia da UFSC. A professora Marivete é ainda pesquisadora do MEC no âmbito da Prevenção às Violências na Escola e integrante do Margens (Núcleo de Estudos Modos de Vida, Família e Relações de gênero) e do NED (Núcleo de Estudos sobre Deficiência). O curso GDE em Itapema foi tutoriado a distância por Soraia Carolina de Mello, Doutoranda e Mestre em História pela UFSC, realizando sua tese a partir do estudo do trabalho doméstico, da Imprensa feminina e imprensa feminista no Brasil e na Argentina entre 1970 e 1989.

O número de evasão do curso GDE no pólo de Itapema também foi alto: da/s 57 inscritas/os, observamos um total de 14 desistentes, o equivalente a 25% dos inicialmente matriculados/as no curso. Nesse pólo houve também a predominância de cursistas mulheres (95%) e todas as desistentes eram mulheres. Em relação à participação dessas cursistas desistentes nos encontros presenciais observamos a ausência de 21% destas já no primeiro encontro, 79% das desistentes participaram apenas de um encontro nesse pólo.

Procurando traçar o perfil das cursistas desistentes do pólo de Itapema, verificamos que metade das desistentes deste pólo estavam na faixa etária dos 20 aos 30 anos (12,3%), havendo ainda desistentes na faixa etária dos 30 e 40 anos (7%) e entre 40 e 50 anos de idade (5,3%). A grande maioria das desistentes desse pólo estavam atuando como professoras (14%) 40 horas semanais (25%), havendo ainda assistentes e orientadoras educacionais (3,5%), e 5,3% em outras funções diversas e outras profissionais sem vínculo empregatício no momento da inscrição. Os principais motivos apontados por algumas desistentes desse pólo foram compromissos particulares e a distancia do pólo:

*“O motivo da desistência é que **moro longe e tinha dificuldades de chegar até o pólo**. Não tive dificuldades de acessar o moodle (Joana, na faixa etária entre 30 e 40 anos)”..*

*“Desisti por **motivos particulares**. Não tive dificuldades de acessar a plataforma moodle (Flavia, na faixa etária entre 40 e 50 anos)”.*

Chama a atenção que entre as cursistas desistentes do Pólo de Itapema não houve queixas em relação ao acesso ao sistema moodle, mostrando que se trata de um grupo que já teve experiências anteriores de ensino a distância e alfabetização tecnológica.



#### d) Florianópolis

Capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis é também a capital brasileira com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além de ser o terceiro município com o mais alto valor do índice no país, segundo os mais recentes dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2010. De acordo com estimativa do IBGE, Florianópolis conta com uma população aproximada de 433.158 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do estado, superada apenas por Joinville. Considerando ainda sua região metropolitana (formada por Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara), a Grande Florianópolis possui uma população de aproximadamente 1.012.831 habitantes. Sendo a capital do estado de Santa Catarina este pólo acabou por concentrar duas turmas de 50 alunos/as, tendo cada uma dessas turmas uma equipe de professoras e tutoras/es distintas. Uma das turmas do GDE em Florianópolis foi ministrada pela também Subcoordenadora do curso, a professora Olga Regina Zigelli Garcia, professora do Departamento de Enfermagem da UFSC, Mestre em Enfermagem e Doutora em Ciências Humanas, tendo estudado em sua tese a questão das sexualidades femininas e prazer sexual. Essa turma foi tutoriada pela Mestre e Doutoranda em Antropologia Social, Anna Carolina Hostmann Amorim, pesquisadora com estudos na questão da homoparentalidade.

Nessa turma foram inscritas/os 51 cursistas, tendo sua composição predominante de mulheres cursistas (90,2%). Do total de inscritas/os foi observado uma evasão de apenas 10% dos cursistas (ou seja 6 pessoas desistiram do curso). Em Florianópolis observamos que a desistência se deu ao longo do curso. Em relação ao perfil das desistentes dessa turma do pólo de Florianópolis, 3,9% estão na faixa etária entre 20 e 30 anos, 2% entre 30 e 40 anos, 2% entre 40 e 50 anos, e 2% têm mais de 50 anos. Destas/es, 13,7% são professoras/es atuando em sua maioria (5,9%) 40 horas semanais na função, e excetuando-se as/os desistentes que não exercem atividade formal remunerada, o restante trabalha 30 horas semanais em sua atividade profissional. Entre os principais motivos de desistência destacamos haviam questões familiares, o fato de já estar cursando faculdade e a questão do deslocamento na Grande Florianópolis:

*“Desisti por motivos pessoais, tinha que cuidar do filho que estava doente e também por morar longe (Palhoça) e o pólo é no centro (de Florianópolis). Não tive dificuldades de acessar a plataforma moodle (lara, na faixa etária dos 20 aos 30 anos)”.*





*“Minha desistência foi devido estar cursando Pedagogia a distância e as provas estavam marcadas todas para sábado, e não tive como continuar o curso. Não tive nenhuma dificuldade de acessar o moodle (Alexandre, na faixa etária entre 20 e 30 anos)”*.

Em Florianópolis foi um dos poucos pólos em que houve reclamação sobre a qualidade e densidade teórica do curso:

*“Desisti devido não ter gostado do curso, pois o curso não tinha um aprofundamento teórico, achei falta de preparo na organização, e estava mais interessado no embasamento teórico que no curso. Não tive dificuldade em acessar a plataforma moodle (João, na faixa etária entre 30 e 40 anos)”*. (OBS: este cursista é mestrando e estuda masculinidades, portanto já têm um conhecimento prévio nas temáticas do curso)

É importante justificar que a outra turma desse pólo surgiu a partir de uma alta demanda por parte de cursistas da Grande Florianópolis procurando o curso para se inscreverem via e-mail e via telefone. Nessa segunda turma, as aulas se iniciaram tardiamente (o primeiro encontro dessa turma aconteceu juntamente com o segundo encontro presencial da primeira turma do pólo Florianópolis), visto que em caráter de exceção a mesma acabou por surgir, dando a oportunidade de mais pessoas se inscreverem dentro do novo prazo que foi aberto. A equipe dessa segunda turma era composta pela professora Regina Ingrid Bragagnolo, professora no Núcleo de Desenvolvimento Infantil NDI/CED (UFSC), Doutora em Psicologia e Mestre em Educação pela UFSC e com a tutoria de Maise Caroline Zucco, professora substituta do Departamento de Metodologia de Ensino, ligada a área de História, da UFSC, Mestre e Doutoranda em História na mesma instituição estudando a questão do trânsito de saberes feministas no Brasil e Argentina.

Na segunda turma do pólo de Florianópolis, dos 47 inscritas/os, 42 cursistas eram mulheres e cinco cursistas homens. Desse total, 15% (ou sete cursistas) desistiram. Nesse pólo, 6,4% das/os desistentes estavam na faixa etária dos 20 a 30 anos, 6,4% entre 30 a 40 anos, e os demais entre 40 a 50 anos (2,1%). Ressaltamos ainda todas/os cursistas desistentes deste pólo atuavam como professoras/es da rede de ensino 40 horas (8,5%), 30 horas (4,2%), e 20 horas semanais (2,1%). Dessas/es desistentes, observamos ainda que 71% destes participou ao menos de um encontro presencial, sendo que 29% participou do primeiro encontro, 43% do segundo e apenas 14% participaram do terceiro encontro, demonstrando que gradativamente iam desistindo do curso.

Quando indagadas/os a respeito da possível causa ou do principal motivo que as/os fizeram desistir do curso, escutamos justificativas similares a de outros pólos, mas chamou a





atenção o fato de que muitas relatavam ter outros compromissos de formação acadêmica nos sábados:

*“Curso Excelente, desisti porque não tinha disponibilidade de horário, pois estudo na UDESC, e me reúno com o meu grupo de estudo todo o sábado e fiquei sobrecarregada, pois também trabalho. Não tive dificuldades de acessar a plataforma moodle porque já conheço e utilizo nas atividades do meu curso (Silvana, na faixa etária dos 20 aos 30 anos)”.*

*“O motivo da desistência foi o fato de estar sobrecarregada e também por ter dificuldades de acessar a plataforma moodle (Thais, na faixa etária entre 30 e 40 anos)”.*

715

#### **d) Praia Grande**

Praia Grande está localizado na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a 280 km de Florianópolis. A cidade foi povoada por descendentes de açorianos, portugueses e italianos, e conta hoje com uma população aproximada de 7.102 habitantes. Em Praia Grande, o curso GDE foi ministrado pelo professor Leandro Castro Oltramari, Mestre em Psicologia e Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC. Nesse pólo, a tutoria a distância foi realizada pela Doutoranda e Mestre em Antropologia Social pela UFSC, Bianca Ferreira Oliveira, estudando em sua tese a religiosidade afro-brasileira.

O pólo de Praia Grande se destaca por ter sido o pólo com a menor evasão do curso GDE UFSC em 2013. Dentre as/os 54 inscritas/os (85% mulheres e 15% homens), apenas uma cursista desistiu do curso, configurando-se como uma desistência de 1,8 % dos cursistas. Essa cursista atuava como professora 20 horas semanais, e estava na faixa etária entre 30 e 40 anos de idade e chegou a participar dos dois primeiros encontros no pólo. Indagada frente ao motivo de sua desistência, a cursista afirma que:

*“Desisti pelo fato de **minha filha ter ficado doente e tive que cuidar dela**. Faltei dois sábados e acabei desistindo, pois não estava conseguindo fazer as atividades pela falta de tempo. Tive dificuldades de acessar o moodle e tive que criar um novo e-mail, pois o meu não estava dando certo para acessar e acabei nunca ter conseguido entrar no moodle (Larissa, na faixa etária entre 30 e 40 anos de idade)”.*

A baixíssima desistência no pólo de Praia Grande nos fez pensar em inúmeros fatores do forte impacto do curso no lugar. Primeiramente, observamos o significativo papel que a coordenadora do pólo e a tutora presencial tiveram no convite e construção de vínculo das e dos cursistas com o curso. Também soubemos, em entrevista com a coordenadora do pólo, que havia uma grande demanda de cursos a distância no pólo mas, este era raramente contemplado com outras ofertas. Por fim, observamos que a maioria dos cursistas deste pólo



viviam na cidade de Praia Grande, sendo muito pequeno o número de cursistas que se deslocavam de cidades próximas para realização do curso. Certamente estes dados apontam para a importância da estrutura do pólo e das relações locais para o sucesso de um curso a distância como o GDE.

## 5. Considerações finais

Estudar a distância implica em muitos desafios, estudar temáticas tão plenas de subjetividades que são tratadas no curso Gênero e Diversidade na Escola torna tais desafios ainda maiores. Descobrir os motivos que fazem as/os mais diversos profissionais da educação se inscreverem e em seguida desistirem do curso, é essencial para tentar criar e planejar metodologias mais inclusivas em cursos que trabalhem a questão da diversidade e de gênero a distância e construir estratégias para a cada nova edição diminuir a evasão de cursistas. Nesse artigo pudemos observar o quadro de evasão da segunda edição do curso GDE UFSC em Santa Catarina em cinco diferentes municípios, demonstrando que, ainda que a grande maioria das/os cursistas que procuram a formação continuada nesta temática seja mulheres, a maioria que desiste do curso também o é. É importante lembrar que, desde que entraram no mercado de trabalho, grande parte das mulheres que trabalham no país exercem jornadas duplas (e até intermitentes) de trabalho ao somar às atividades profissionais e atividades de estudo, as atividades domésticas que muitas vezes elas são responsáveis: seja no cuidado dos filhos, seja no cuidados dos entes queridos mais idosos ou debilitados, seja na própria rotina cotidiana do lar. Nessa edição do GDE, muitos dos relatos das desistentes coincidem com tal demanda, mostrando que parte do abandono do curso está relacionado ao fato destas ainda serem as principais responsáveis pelos filhos e familiares. Todavia também nos chamou a atenção, o fato de que muitas das desistentes destacaram o fato de estarem cursando cursos universitários como a razão da sobrecarga que as levou a desistir do GDE. Este dado nos pareceu significativo do perfil das professoras da educação básica no interior de Santa Catarina e o potencial que um curso como o GDE tem na qualificação profissional destas mulheres.

No conjunto dos motivos apontados pelas cursistas/desistentes a maioria aponta a falta de tempo para se dedicar ao curso como obstáculo decisivo para o abandono do curso, havendo ainda quem se queixasse de problemas pessoais, distância do pólo de ensino, realização de curso universitário. Chamou-nos atenção, que diferentemente da primeira edição do GDE (realizada em 2008-2009) foram pouco acusados os problemas com o ambiente



virtual de ensino como razão do abandono. Observamos também que há também uma demanda de que o GDE seja um curso com conteúdos mais avançados teoricamente, o que mostra a existência no estado de Santa Catarina de professoras e professores já iniciados nas temáticas de gênero e outras diversidades em busca de aprofundamento em sua formação.

Perceber e refletir sobre estas razões apontadas pelas cursistas desistentes são fundamentais na construção de uma nova edição do curso. Constatamos que é importante que se compreendam as diferentes agendas das/os cursistas, que são diferentes no interior do estado e na capital e que também se esclareça desde o início o tipo de compromisso e exigência do curso para evitar a desistência de pessoas já engajadas em outras formações profissionais. Compreendemos ainda que o contato presencial é muito importante para a criação de vínculos entre cursistas e equipe de formadores e que também conta muito para a permanência no curso a forma como a coordenação local do pólo e tutoria atendem e lidam com os problemas das cursistas. Também percebemos, que em alguns pólo é necessário aprimorar o uso do ambiente virtual de ensino como uma ferramenta didática do curso para incorporar a reflexão sobre gênero e diversidade eficiente na formação continuada desses profissionais da educação, tornando assim quem, sabe, a educação mais digna e inclusiva nas diversas escolas do país.

717

## 6. REFERÊNCIAS

- CRUZ, Tânia Mara. A ferramenta diário na construção de percursos formativos na educação a distância. In: CABRAL, Carla G. e MINELLA, Luzinete S. (orgs). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 39 – 66.
- HEILBORN, Maria Luiza; ROHDEN, Fabíola. Gênero e Diversidade na Escola: a ampliação do debate. In: BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.). *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SPM, 2012. p. 11 - 12.
- PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. 79, No 191. 1998.
- OLTRAMARI, Leandro; NICHNIG, Claudia Regina; MOREIRA, Maria Aparecida Rita (2009). Ensino a distância, especificidades da formação e encontros presenciais: o GDE em Itapema. In: CABRAL, Carla G. e MINELLA, Luzinete S. (orgs). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 211 – 220.
- VARGAS, Miramar Ramos Maia; LIMA, Suzana Maria Valle. Barreiras à implantação de programas de educação e treinamento a distância. *XI Congresso Internacional de Educação a Distância: Avaliação - Compromisso para a qualidade e resultados*. Salvador. Abril, 2004.



## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ARACAJU/SE

OLIVEIRA, Catarina Nascimento de  
*Professora do Departamento de Serviço Social/ Universidade Federal de Sergipe*  
*catarinanoliveira1@gmail.com*

SANTOS, Daniela Santana  
*Graduada em Serviço Social/ Universidade Federal de Sergipe*  
*inad.ss@hotmail.com*

718

### RESUMO

O estudo analisa as representações sociais dos autores de violência contra a mulher atendidos pela equipe interdisciplinar da 11ª Vara Criminal de Aracaju/Sergipe e busca compreender a percepção dos mesmos sobre a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Oriundo de prática curricular de estágio em Serviço Social realizado junto a Equipe Interdisciplinar da referida instituição jurídica, constitui um estudo de caso, cujos investigados foram homens denunciados como agressores em processo judicial. Os resultados revelaram que os sujeitos possuem conhecimento limitado sobre o significado da violência contra a mulher, aliada a uma naturalização do problema e também um desconhecimento acerca da referida lei. A pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à questão abordada, mediante criação de mecanismos institucionais enquanto espaços de discussão e intervenção voltados aos homens, a exemplo dos Centros de Reeducação de Agressores.

**Palavras-chave:** Representações Sociais . Violência de Gênero. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

The study analyzes the social representations of perpetrators of violence against women served by the interdisciplinary team of the 11th Criminal Court of Aracaju / Sergipe and seeks to understand their perception of the Law No. 11.340 / 2006 - Maria da Penha Law. Originally stage of curriculum practice in social work conducted with interdisciplinary Team of this legal institution, is a case study, whose subjects were men denounced as aggressors in court proceedings. The results revealed that the subjects have limited knowledge about the meaning of violence against women, combined with a naturalization of the problem and also a lack of understanding of the law. The research points to the need to strengthen public policies to face the question addressed by the creation of institutional mechanisms as forums for discussion and intervention geared to men, like the re-education centers of offenders.

**Keywords:** Social Representations. Gender Violence. Public Policy.



## INTRODUÇÃO

A violência é um problema social complexo que leva ao sofrimento e a destruição de milhões de pessoas em todo o mundo. Desde os tempos remotos o ser humano sofre episódios violentos cotidianamente, situação essa cada vez mais evidente e preocupante na atualidade. De acordo com Odalia (2004), o viver em sociedade sempre foi violento e por mais que recuemos no tempo, a violência mantém-se presente de diversas formas e se caracteriza como uma das principais causas de morte nos dias atuais.

Por ser um fenômeno intrigante, utilizado para inibir os direitos humanos, é uma tentativa de conter a liberdade dos cidadãos sem a utilização do diálogo e do consenso, utiliza-se da violência para causar prejuízos, sofrimento e dor àquele que discorda do poder vigente na vida cotidiana, e por consequência são vítimas de atos repressores.

Essa problemática está relacionada ao uso da força física, psicológica, ou intelectual para obrigar outrem a fazer algo que não tem vontade. Para Teles e Melo (2002, p.15), as práticas violentas consistem em causar constrangimento, privar a liberdade, importunar, impedir outra pessoa de realizar seu desejo, sob pena de ser gravemente ameaçada, espancada, lesionada ou até mesmo morta, em suma, é uma violação dos direitos humanos.

A sociedade passa por constantes modificações, e acompanhando essa dinâmica, a violência evolui assustadoramente tendo como condicionantes diversas questões distintas, como as disputas por territórios, poder e hegemonia entre os povos através de guerras. Os conflitos sociais existentes na atualidade, como lutas por terras, moradia, desavenças entre torcidas organizadas de futebol, e os conflitos existentes na esfera familiar, são considerados como problemas sociais de grandes dimensões e complexidades.

Para o caso brasileiro, o problema da violência foi agravado com o aumento populacional desordenado das cidades, que trouxe consigo várias mazelas como o desemprego, as doenças, a falta de moradia, e conseqüentemente a falta de segurança pública. Essas sequelas sofridas pela população são expressões da questão social existente no país. Sobre esse problema Iamamoto (2001) afirma que a questão social se configura como parte constitutiva das relações sociais do capitalismo, constitui a expressão ampliada das desigualdades sociais e sua



produção/reprodução assumem perfis e expressões particulares no processo histórico da sociedade e na cena contemporânea. Segundo a autora, o enfrentamento do problema social depende de diversos fatores, entre eles a afirmação das políticas públicas de caráter universal.

Numa outra perspectiva, de acordo com Teles e Melo (2002), embora a concepção do termo violência faça parte de uma construção mais ampla, ela pode ser compreendida sobre duas vertentes: uma mais geral onde se expressam as lutas, os conflitos e guerras pelo domínio de espaços e poder na esfera pública de controle e submissão de pessoas, configurada dentro de organizações do Estado vinculadas ao campo político-econômico a exemplo de conflitos históricos como as guerras mundiais; e outra de cunho mais restrito, evidenciada na esfera das relações sociais intrafamiliares, que embora denotem uma falsa impressão de que são mínimas, por serem veladas acarretam em prejuízos gravíssimos.

Ao recuperar a história, Pinto (2003) revela que o início do século XX foi marcado pelo princípio da hegemonia masculina, motivando as mulheres a se unirem e integrar o movimento feminista, para num primeiro momento, dar início à luta pelo direito ao voto feminino, alcançado em 1932. Após adquirirem esse direito, as mulheres buscaram outras conquistas como o ingresso em instituições escolares, a inserção no mercado de trabalho, o gozo à licença-maternidade, atualmente ampliada para 06 meses e outras garantias. Sem dúvida foram conquistas importantes, capazes de levar o público feminino a ter acesso a bens, serviços e políticas antes restritas àqueles representantes do sexo masculino.

Todavia, no trato das relações estabelecidas entre homens e mulheres, especialmente no espaço doméstico, a presença do fenômeno da violência contra a mulher deu o tom sombrio, marcado por episódios de agressão, inferiorização, atos de humilhação e outros desenhos no cenário do ambiente privado. Gradualmente, a luta continuou para que outras metas fossem alcançadas, principalmente com relação à violência doméstica, onde as mulheres passaram a perceber que denunciar as violências sofridas não era motivo de vergonha, mas um momento de dar voz pública em busca de respeito e dignidade, além da superação da opressão.

No âmbito dos movimentos dos anos 1970 e 1980, as feministas reivindicavam assistência jurídica especial e atendimento policial a população feminina, por considerar o Estado como provedor de políticas públicas na tentativa de prevenir a violência contra a mulher. Naquele momento, muitas dificuldades impediam a efetivação em relação à tentativa de aplicação de uma lei contra a violência na esfera das relações familiares.





Após longas décadas de democracia social forjada, a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe alguns avanços, dentre os quais o reconhecimento e garantia dos direitos dos cidadãos e a partir destes a questão da violência passou a ter visibilidade social. O Brasil, através de sua inserção na nova ordem mundial e globalizada foi “convidado” a resolver os problemas da violência tentando eliminá-la, tendo como interesse equiparar-se aos outros países com os quais possui acordos econômicos e políticos.

Diante das mudanças ocorridas no contexto socioeconômico, político e cultural brasileiro, a questão da violência também passou por modificações e encontra-se em gradativa expansão e diante deste dado, a população brasileira através de vários movimentos sociais tem exigido das autoridades e do Estado à formulação de políticas de enfrentamento a violência, cujo exemplo emblemático diz respeito à atuação e articulação dos movimentos feministas, com intuito de tornar cada vez mais visível a violência doméstica praticada contra as mulheres, reivindicando alternativas para a coibição destas práticas.

A violência permeia o indivíduo desde os primórdios da humanidade, enquanto a violência contra a mulher foi legitimada pela sociedade sob o julgo do patriarcalismo, levando o homem a exercer plenos poderes sobre a mulher, inclusive a prática de agressão. Socialmente imposta desde os tempos mais remotos, a divisão sexual do trabalho, destinou ao homem os papéis de provedor, além de força e poder no espaço público e às mulheres reservaram as atividades do espaço privado, além da obediência e submissão, fato que desencadeou também violência de gênero.

Nessa perspectiva de construção social, o termo gênero como indica Scott (1990) contempla além de uma categoria teórica analítica, uma constituição e instituição histórica e cultural das relações sociais entre os sexos, as formas de organização social, discursos e doutrinas, sendo comumente utilizado como modo de aprendizagem dos papéis masculinos e femininos.

O pensamento sobre a dicotomia entre homem e mulher, visto como dois pólos opostos vem revelar a necessidade de superação desses olhares, sua desconstrução, cabendo a ideia de complementaridade de ambos, de modo a tornar possível a desmistificação do conceito do gênero forte, dominador ou do fraco e submisso.

Por meio de estudos e a da própria realidade, fica evidenciado os avanços e conquistas femininas em diversas esferas, não havendo como no passado, um espaço dito masculino que não possa ser ocupado por elas. Todavia, mesmo diante das lutas políticas para a obtenção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, ainda existem muitos obstáculos e preconceitos





a serem desconstruídos para que a mulher possa exercer seus direitos humanos de forma justa e digna.

Quanto à reflexão acerca da violência, em particular, a doméstica contra a mulher, tem-se exigido da sociedade e do estado uma atenção para formular respostas diante desta problemática considerada como uma das mais complexas da atualidade. Como ressaltado anteriormente, avanços de ordem política, foram alcançados acerca dos direitos sociais das mulheres, sob o aporte dos movimentos sociais e das lutas feministas.

Nessa direção, a questão da violência doméstica contra a mulher conseguiu sair do âmbito privado e passou a fazer parte da esfera pública, sobretudo a partir do surgimento da Lei 11.340, sancionada em 07 de agosto de 2006, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecida como Lei Maria da Penha. A realização de estudos sobre esta temática tomou os mais diversos rumos e por se tratar de uma lei recente, contempla uma temática que ainda precisa de análise sobre vários aspectos, não somente de teor jurídico, mas também sócio-familiar.

Apoiada nessas breves considerações, a realização desse estudo consiste em compreender melhor a questão da violência doméstica contra a mulher, por se tratar de uma problemática que acompanha as relações intrafamiliares de parte significativa da população brasileira. Episódios violentos que permanecem velados, sob o julgo da naturalização e da tradição que acompanha o cenário de relacionamento homem e mulher, conduz ainda à ideia errônea, introduzida na família pelos autores da agressão, de que tais ações violentas são normais, irrelevantes, banais e por isso, não carecem punição perante a justiça.

## **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

A escolha de homens como sujeitos da pesquisa, justifica-se pelo fato desses representarem o principal segmento a praticar a violência doméstica contra a mulher. Pesquisas apontadas pelo DataSenado (2013, p.05) revelaram que dentre as mulheres que sofreram violência, 65% foram agredidas por seu parceiro de relacionamento, ou seja, marido, companheiro ou namorado. Também apareceram como agressores os ex-namorados, ex-maridos e ex-companheiros, tendo sido apontados por 13% das vítimas, enquanto os parentes consanguíneos e cunhados aparecem em 11% dos casos.



Diante do exposto e aliada a vivência de estágio curricular Supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, realizado entre os anos de 2012 e 2013 na Vara Especializada na Lei Maria da Penha (11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju) do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, instituição Sócio-Jurídica que trabalha diretamente com a execução da Lei de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei 11.340/2006), foi possível acompanhar, de forma permanente, os protagonistas da violência doméstica, tanto a mulher (agredida) quanto o homem (agressor), além de familiares, fato que possibilitou a realização do estudo.

Embora a população feminina seja o principal alvo da situação de violência doméstica e objeto de várias pesquisas, a focalização da representação social dos autores de violência contra a mulher instigou a investigação, dada a proporção do número de estudos sobre os mesmos.

Nesse sentido, a investigação contemplou um universo constituído por sessenta (60) autores de violência contra a mulher, que responderam judicialmente a processos na referida 11ª Vara Criminal, durante o segundo semestre de 2012. A coleta de dados adotou como instrumento o roteiro de entrevista semi-estruturado, dirigido a uma amostra representativa constituída por seis (06) sujeitos, no qual foi traçado o perfil sócio-econômico dos pesquisados, aliado a técnica da observação participante e sistemática, apoiada em identificações acerca dos comportamentos e das expressões dos entrevistados.

O fato da abordagem do tema com esses sujeitos ser bastante complexa, aliado à resistência dos mesmos em lidar com indagações sobre suas práticas no momento em que respondiam a processo jurídicos, não invalidou a relevância do estudo de caráter qualitativo ora apresentado. Para Martinelli (2005) uma característica marcante da pesquisa qualitativa é trabalhar com pequenos grupos de sujeitos, a densidade da experiência e não a extensão do grupo.

O método de análise utilizado nesse estudo foi o crítico-dialético. O estudo esteve apoiado ainda em pesquisas bibliográfica e documental com apoio de fontes primárias e secundárias que contribuíram para um melhor conhecimento do assunto, como a análise de documentos institucionais do campo empírico investigado como processos, planilhas e instrumentos de trabalho dos Assistentes Sociais.

Face às limitações do presente artigo frente ao arcabouço de dados levantados, foram selecionadas algumas variáveis para ilustrar o perfil dos agressores, como: a faixa etária, estado civil, se possui filhos, escolaridade, profissão e renda salarial.



Em relação à faixa etária dos homens entrevistados, predomina um percentual de 68% com idades entre 40 a 55 anos, contra 32% com idades entre 36 a 39 anos. Esses dados revelam que a maioria dos homens nascidos na década de 1970, integravam a familiar nuclear considerada tradicionalmente pautada no patriarcado, embora já existissem algumas manifestações em relação à emancipação das mulheres.

O patriarcado é identificado como sistema sexual de poder, a hierarquia masculina na sociedade que se propaga através do casamento, da família e da divisão sexual do trabalho e que resulta na opressão feminina. (CRUZ, 2005, p.40).

O quadro de homens apresentando mais idade revela que provavelmente os relacionamentos vividos com a vítima foram duradouros, mas com o avanço do tempo, as manifestações de poder nas relações de gênero deram o tom das práticas de agressão.

Quanto ao estado civil, os resultados indicaram que a maior parte dos usuários são solteiros (67%), no entanto, muitos possuem uma relação afetiva com uma mulher, sem estabelecer união estável. Esses dados levam a compreensão da existência de uma dificuldade momentânea dos homens em se envolver em um novo relacionamento conjugal, fato que pode ser entendido pela desconfiança no cônjuge, devido às situações das práticas violentas realizadas por eles no lar, terem sido denunciadas. Já os casados representaram 33% da amostra, quando então declararam que a violência não foi praticada contra a atual companheira, e afirmaram tentar não reincidir as práticas violentas nessa nova relação.

A respeito da variável filhos, 100% declararam possuir e que em alguns casos os filhos presenciaram cenas de violência. A presença dos filhos, especialmente crianças, enquanto expectadores constitui situação delicada, pelo fato de alguns casos, vivenciarem cenas de violência entre os genitores que marcam, deixam traumas capazes desencadear problemas futuros na formação do sujeito. Assim, conforme aponta Almeida (2011, p.108), infere-se que o ato da violência não gera prejuízos apenas à vítima e ao agressor, mas também aos que presenciaram o episódio.

No tocante a escolaridade, todos os entrevistados tiveram acesso ao sistema educacional de ensino, sendo que se apresenta uma equiparação entre os homens que possuem ensino fundamental incompleto, ou seja, tiveram menos oportunidade de permanecer estudando, interrompendo os estudos durante o curso do ensino fundamental para trabalhar; e os que concluíram o ensino médio, e conseqüentemente tiveram uma possibilidade melhor de incluir-se no mercado de trabalho formal.



Um fator relevante é a representação dos entrevistados que têm o ensino superior incompleto, ainda em processo de formação. Sendo assim, não cabe afirmar que a violência materializa-se naqueles que não possuem maior grau de conhecimento, ou seja, a prática de atos violentos contra a mulher independe do grau de instrução do agressor.

Sobre a interrupção dos estudos, vale ressaltar o que explana Silva (1992, p.64), ao afirmar que os homens, assim como as mulheres, não têm opção, não escolhem o papel a ser desempenhado por eles na sociedade. Em função dos valores patriarcais cabe ao homem ser o provedor do lar, fato que impossibilita desenvolver a sensibilidade e a capacidade em realizar atividades relacionadas ao mundo doméstico.

Os homens, desde cedo, passam a exercer atividades laborativas que garantam recursos financeiros para auxiliar no sustento da sua família, e quando contrai matrimônio passa a ser o provedor da casa, realizando trabalhos apenas fora do lar. Enquanto às mulheres, cabe a realização de tarefas tidas como domésticas, auxiliando a mãe no âmbito do lar, e quando casam continuam a exercer esse papel, juntamente com a criação dos filhos. Sobre a construção destes papéis, Cruz (2005, p. 64) relata que a construção histórica dos espaços público e privado traz consigo a construção das atividades humanas, a delimitação dos espaços de trabalho do homem e da mulher, além da construção dos papéis sociais de gênero masculino e feminino.

Em relação a representação social dos autores sobre a violência doméstica contra a mulher e a Lei Maria da Penha, são apresentados alguns dados, a seguir.

Sobre a opinião dos entrevistados a respeito dos atos cometidos por eles, se eles os consideram como ato criminoso, dois entrevistados disseram que suas práticas se configuram como crime, enquanto que, quatro deles não intitularam seus atos como atitudes criminosas, ou seja, a maioria nega ter praticado um crime. Fato descrito nas seguintes falas:

Hoje em dia tudo é motivo pra morte, agressão. No caso de uma simples palavra, eu ser processado, “vagabunda”, eu acho que não, não é motivo para tanto. Não considero que seja crime chamar alguém de “vagabunda”. (Entrevistado 1)

Não estava querendo matar, nem nada. Marcava comigo e não aparecia. Eu não queria matar nem nada, não queria fazer agressão nenhuma. (Entrevistado 4)

Eu não agredi, não tirei sangue, não matei, tive só uma discussão, um bate boca. Eu sou contra a esculhambação, mas da discussão entre casal, não. (Entrevistado 6)

É crime, até porque ninguém tem o direito de agredir ninguém. (Entrevistado 2)



Os relatos apontam que os homens não consideram crime os atos dotados de violência contra a mulher, identificados no fragmento dos entrevistados (1) e (6). Alguns reconhecem as agressões verbais, como um tipo de violência contra a mulher, conforme identificado mais diante no estudo. Todavia, fica evidenciado a dificuldade dos mesmos considerar este tipo de agressão como crime. Silva (1992, p.60) afirma que,

A expressão violência contra a mulher é geralmente associada à ocorrência de agressões físicas ou sexuais. Cabe lembrar, porém, que essas violências explícitas traduzem atitudes e comportamentos de caráter mais permanente que, mesmo com ausência do ato agressivo propriamente dito, estão impregnados de conteúdo violento, de caráter simbólico, que vão desde a educação diferenciada, a toda uma cultura sutil de depreciação da mulher.

726

Apesar de alguns homens reconhecerem suas práticas como crime, por terem praticado agressão física, existem aqueles que consideram crime apenas as vias de fato e os espancamentos. De acordo com o artigo 7º inciso I da Lei Maria da Penha, toda e qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher é violência física e estes atos, consequentemente, são considerados crime.

Existem obstáculos no âmbito do encaminhamento legal e do registro de ocorrências nos casos em que a violência não é explícita ou não deixa marcas, embora prevista na lei como delito penal, esta não é facilmente comprovável, servindo de justificativa para a negação do delito por parte do agressor. Por não haver provas materiais (lesões) nos episódios de violência simbólica e até mesmo em alguns casos de agressões físicas, (existem agressores que preferem atingir determinadas regiões que não deixam marcas visíveis, como a cabeça, cujos sinais ficam escondidos pelo cabelo) além da dificuldade de existirem testemunhas que visualizem tais práticas, visto que a violência doméstica é comum no espaço do lar, onde geralmente ninguém presencia (SILVA, 1992, p.59).

Um posicionamento interessante se traduz na fala do Entrevistado (2), que pauta seu discurso na perspectiva dos direitos humanos. A Lei Maria da Penha conclama no art.6º que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui violação dos direitos humanos.

Essa violência configura como uma forma de discriminação referente a gênero e, consequentemente, constitui violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo a população feminina de tomar decisões de forma autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades, direitos inalienáveis do ser humano (TELES e MELO, 2002, p.23).



É importante ressaltar que os direitos humanos são destinados a qualquer pessoa humana, mas no caso das mulheres foi preciso surgir em nosso país uma lei específica para reclamar o direito da população feminina. Isso evidencia a relevância social da Lei Maria da Penha quanto ao processo de desconstrução da visão preconceituosa da supremacia masculina ao esclarecer alguns direitos das mulheres que já existiam, porém não estavam sendo respeitados.

Em razão d violência doméstica contra a mulher ser caracterizada por várias atitudes agressivas e ofensivas que atingem as mulheres independente de cor, idade, religião, cultura ou classe social, e por tal fenômeno ter um significado bastante amplo, os entrevistados foram indagados em relação à compreensão que possuíam acerca da violência doméstica contra a mulher. Eis os depoimentos:

Violência física é quando há contato físico, coisa grave. (Entrevistado1)

Eu acho que a violência contra a mulher é tortura, matar, humilhar a mulher, uma série de outros fatores. (Entrevista 2)

Agressão física, xingar, essas coisas. Quando xinguei, revidei, pois ela também me xingou, foi recíproco. (Entrevistado 4)

Diante das respostas fica evidenciado na fala dos sujeitos que a violência doméstica contra a mulher, compreende agressões físicas e as verbais. Não possuem o conhecimento de que a violência doméstica contra a mulher tem um conceito mais abrangente e inclui outros tipos de agressões, como pressões psicológicas, ameaças, imposição de atos sexuais, subtração de bens das mulheres, entre outros. De acordo com a Lei 11.340/2006, em seu artigo 5º, a violência doméstica e familiar contra mulher é aquela sofrida pelas mulheres por meio de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Cabe salientar a predominância do conhecimento das agressões físicas como exemplo de violência doméstica contra a mulher, os entrevistados destacam este tipo de agressão no seu teor mais grave, como torturas e homicídios. A violência doméstica e familiar exerce grande impacto nas taxas de homicídio de mulheres.

Um ponto importante a ser observado quando os homens conceituam violência, é a condição de agressor deles e a situação de vítima da mulher. Esse pensamento é resultado de





uma construção social de gênero interiorizada de forma natural nas relações sociais e comumente permeada pelo poder masculino.

Com relação ao conhecimento, antes do indiciamento, de que a violência contra a mulher é crime, a maioria dos entrevistados responderam que antes de serem processados sabiam que as agressões cometidas contra a mulher são consideradas crime. Já a minoria alegou que não tinha conhecimento sobre o assunto. Esses resultados apontam que mesmo tendo o conhecimento de que a prática de violência contra a mulher é crime, os entrevistados praticaram tais atos, achando que não seriam denunciados. Enquanto outros afirmaram não possuir esse conhecimento, declararam que se o tivessem evitariam tais práticas.

Assim, é possível perceber por meio dos resultados, que os homens consideram a violência contra a mulher algo sem muita importância, e acham desnecessário ser classificada crime, sem a necessidade d vítima recorrer as instituições públicas, principalmente a polícia.

A Lei Maria da Penha veio proteger a população feminina de qualquer forma de agressão, por isso, ela tipifica os atos de violência praticada contra as mulheres em seu artigo 7º. Nesse sentido, os entrevistados foram questionados sobre os tipos de violência contra a mulher que eles conheciam, sendo citados atos como tapas, socos, empurrões, dentre outros que configuram a violência física, além de práticas como ameaças de morte, perseguições, xingamentos que predominaram nos exemplos de violência psicológica, as ofensas caluniosas e a difamação foram citadas como violência moral, e a violência sexual, foi relatada equivocadamente apenas como estupro.

Nesse item, é perceptível a desinformação acerca da classificação dos tipos de violência, principalmente a sexual, compreendida como estupro cometido por estranho, embora este tipo de violência se apresente nas relações conjugais e afetivas e com abrangência. A Lei 11.340/2006 em seu art. 7º, inciso III descreve que:

A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação, ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Outros atos também foram omitidos, como o ato de subtrair bens, destruir objetos e reter documentação das mulheres, que configuram a violência patrimonial, estas práticas de





violência não foram citadas por nenhum dos entrevistados. Essa modalidade é comumente desconhecida pela sociedade, porém a Lei Maria da Penha a classifica no art.7º, inciso IV, como qualquer conduta contra a mulher que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, sendo um aparato legal recente, foi tema de questionamento aos entrevistados, no sentido de saber se os mesmos tinham conhecimento da referida legislação. Os resultados revelaram que 38% dos entrevistados declararam conhecer, sem compreender totalmente o seu teor. Os outros 62% declaram não conhecê-la, apontando o desconhecimento da lei como justificativa para a condição de réus. Alguns revelaram buscar algum conhecimento no início do processo, a fim de saber proceder durante o trâmite judicial.

Embora haja certa familiaridade popular com o nome da Lei Maria da Penha, face a divulgação nos canais midiáticos, grande parte da sociedade desconhece seu conteúdo, possui apenas um entendimento superficial sobre o assunto, razão pela qual muitas mulheres permitem a violação dos seus direitos, face à desinformação, enquanto os homens, incidem e reincidem no enquadramento criminal também por desconhecimento.

Desde a promulgação da Lei 11.340/2006, várias polêmicas surgiram, dentre as quais a sua eficácia, se cumpre seu papel social de inibidora dos casos de violência doméstica contra a mulher. Devido a essa discussão latente foi indagado aos entrevistados se a Lei Maria da Penha está colaborando para a diminuição dos casos de violência doméstica contra a mulher. Os resultados apontaram que 50% dos entrevistados declararam que a Lei está colaborando expressivamente para a diminuição das agressões contra as mulheres. Outros 50% declararam que o índice de violência continua o mesmo, não perceberam nenhuma modificação. Alguns reproduziram um discurso machista de que a Lei Maria da Penha somente beneficia a mulher, pois permite que ela faça o que quiser e esteja amparada pela Lei. Fato demonstrado nas seguintes falas:

Pela quantidade de pessoas que estão sendo presas, eu acho que está né.  
(Entrevistado 2)

É uma Lei justa, está tendo uma diminuição das mortes. (Entrevistado 3)

Permanece o mesmo, não se sabe se a mulher, devido à ousadia por confiar na Lei, desafia mais o homem e os fatos acontecem da mesma forma.  
(Entrevistado 1)



Sobre esse tema, vários estudos estão sendo realizados, porém apresentam resultados divergentes. Após a sanção da Lei Maria da Penha, a maioria das mulheres 66% disse que a proteção melhorou, 28% alegou estar igual e 4,5% declarou que piorou, conforme apurou o levantamento do Data Senado (2013). A pesquisa constatou também que 63% das mulheres acha que nos últimos anos a violência doméstica aumentou, 20% afirma que continua igual e 15,2% disse diminuiu. Por outro lado foi apurado que a proporção das vítimas de agressões está relativamente estável desde 2009, os números da pesquisa demonstram a consciência da população feminina de que as leis por si só não são capazes de resolver o problema da violência doméstica e familiar. Essa foi a opinião de quase 80% das entrevistadas. (DataSenado, 2013, p.03).

Em um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2013), divulgado em setembro de 2013, os resultados apontaram que a Lei Maria da Penha não diminuiu as taxas de mortalidade das mulheres por agressão no Brasil. O levantamento indicou a proporção de feminicídios por 100 mil mulheres em 2011 foi de 5,43% e superou o patamar visto em 2001 que era de 5,41%.

Para finalizar, aos entrevistados foi solicitado a sugerir algumas modificações para a Lei Maria da Penha, cujas declarações foram feitas com um tom de reclamação, reveladas num discurso que evidencia a não aceitação da aplicabilidade da Lei 11.340/2006, e deixa claro o quanto os autores de violência doméstica contra a mulher são contrários à forma de punição que a legislação prevê, pois, segundo eles, a Lei Maria da Penha deveria ser mais branda e a decretação das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, serem instituídas após um estudo prévio da situação conflituosa.

Na amostra ficou aparente que alguns entrevistados acham que a justiça deve intervir apenas em casos de morte iminente da vítima, não cabendo intervenção do sistema judiciário em casos de discussão entre casal.

Esse fato também foi constatado no trabalho de Maciel e Barbosa (2010, p. 378),

Alguns homens consideravam desnecessária a ajuda da Justiça para resolver questões ligadas à convivência familiar, quando estas se referiam a violência entre seus membros. Primeiro, por minimizarem a gravidade dos fatos, banalizando-os (“Foi só uma briga de casal. Que casal não tem problemas?”). Segundo, por tratar-se de um fato que ocorre dentro do espaço doméstico, no qual eles se consideram autoridade máxima.



Essas ações do Poder Público se configuram como respostas às reivindicações da população, dos movimentos sociais, especialmente os feministas, e ao contrário do que almejam os praticantes dessa violência, os mecanismos de defesa da mulher têm sido ampliados, permitindo gradualmente a emancipação e o empoderamento da população feminina, de modo a colaborar para o exercício da cidadania das mulheres de forma livre e igualitária. Embora os preconceitos sexistas ainda se façam presentes no tecido social, romper esse caminho consiste necessariamente conduzir os sujeitos a um processo de desconstrução dos estereótipos históricos e culturalmente constituídos na sociedade.

731

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da violência doméstica contra a mulher conseguiu sair do âmbito privado e passou a fazer parte da esfera pública, sobretudo a partir do surgimento da Lei 11.340, sancionada em 07 de agosto de 2006, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecida como Lei Maria da Penha. A realização de estudos sobre esta temática tomou os mais diversos rumos e por se tratar de uma lei recente, contempla uma temática que ainda precisa de análise sobre vários aspectos, não somente de teor jurídico, mas também sócio-familiar.

Diante do exposto, a pesquisa focalizou as representações sociais de homens autores de violência contra a mulher, tratados em uma Vara Criminal da Comarca de Aracaju/SE e teve como objetivo geral apreender as percepções dos mesmos acerca da violência doméstica contra a mulher, além de identificar como esses sujeitos compreendem essa violência e a Lei Maria da Penha. O estudo buscou conhecer o perfil dos autores de violência doméstica contra a mulher, além de identificar os tipos de violência doméstica contra a mulher, praticados pelos autores da agressão e as motivações para tal prática. Além disso, procurou identificar a compreensão dos autores da agressão sobre a violência doméstica contra a mulher e a Lei Maria da Penha.

Os resultados apontaram, em relação à representação dos entrevistados sobre a violência contra a mulher, um conhecimento restrito e sem definição clara acerca do significado da violência atribuída às vítimas, além de manifestarem tendência à naturalização do problema. Quanto aos tipos de violência contra a mulher praticada pelos sujeitos, teve destaque a violência física, seguida da psicológica. A respeito da Lei Maria da Penha, a maioria dos entrevistados declarou desconhecimento e utilizaram tal argumento para justificar as agressões cometidas e a



própria condição de réu. A conclusão do estudo apontou para a necessidade de fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à questão abordada, mediante criação de mecanismos institucionais que propiciem espaços de discussão voltados aos homens para tratar o tema, a exemplo dos Centros de Reeducação de Agressores, contidos na Lei Maria da Penha, de caráter não somente punitivo, mas educativo na perspectiva da prevenção à prática da violência contra a mulher.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila Monteiro da Silva. *Violência Contra a Mulher: Representações dos Agressores sobre a Reeducação no Centro de Referência Especializado da Assistência Social Maria Pureza em Aracaju/SE*. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social: Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.

BRASIL. *Lei 11.340 de 07.08.2006*. Lei brasileira de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Senado, 2006.

CRUZ, Maria Helena Santana. *Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005, p. 34-76.

DATASENADO. *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/release\\_pesquisa.asp?p=46](http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/release_pesquisa.asp?p=46) Acesso em: 13 de set. de 2013.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis*, ano 2. nº 03. Brasília: ABEPSS, Grafine, Jan/Julho.2001. p. 09-32.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na pesquisa. A pesquisa Qualitativa. In: *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. Ano V, n. Jan/Jan 2005. p. 117-127.

ODALIA, Nilo. *O que é violência*. Coleção Primeiros passos. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.



SAFFIOTI, Heleith. Violência estrutural de gênero: mulher gosta de apanhar?. In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES. *Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres*. Brasília: A Secretaria, 2003. p. 27-38.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em 10 de Julho 2013.

SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: Quem mete a colher? In: *Violência Contra mulher: Quem mete a colher*. Ed. Cortez. São Paulo, 1992.

TELES, Maria Amélia de Almeida, MELO, Monica de. *O que é Violência contra a Mulher*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2002.



## CASAMENTOS DE LONGA DURAÇÃO E DISFUNÇÃO SEXUAL MASCULINA: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS

ROSIER, Mirna Veloso

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea  
*mirosier@hotmail.com*

ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea  
*miria.alcantara@gmail.com*

734

### RESUMO

O presente estudo aborda a temática da sexualidade no casamento contemporâneo, através da análise de uniões de longa duração nas quais o cônjuge masculino possui disfunção sexual. A literatura a esse respeito trabalha com o conceito de satisfação conjugal com foco na avaliação pessoal, apesar de a observação revelar inúmeros casais que mantêm sua união mesmo com queixas de insatisfação sexual. No intuito de explorar a dinâmica conjugal desses casais, pretende-se entrevistar cinco pares que tenham procurado psicoterapia com queixa de insatisfação sexual, selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: casal heterossexual; possuir queixa de insatisfação sexual com disfunção masculina; possuir cerca de dez anos de relacionamento; possuir filhos; nível socioeducacional médio. A pesquisa segue os requisitos éticos da pesquisa com seres humanos e pressupõe que a coleta de informações se dará apenas mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas em profundidade ocorrerão a partir de um temário especialmente criado para esta investigação que versa sobre história conjugal e sexual do casal; avaliação da conjugalidade e expectativas quanto ao futuro. Pretende-se apresentar os resultados sob a forma de estudos de casos múltiplos, a fim de discutir a conjugalidade, papéis desempenhados, o relacionamento sexual no casamento e a satisfação conjugal. Essa discussão tomará como base a visão masculina e feminina em relação à temática, fazendo uma análise investigativa dos dados obtidos com a literatura nacional e internacional.

**Palavra-chave:** Conjugalidade; disfunção sexual; casamento de longa duração, satisfação conjugal.

### ABSTRACT

This study addresses the issue of sexuality in contemporary wedding, through the analysis of long-term marriages in which the male partner has sexual dysfunction. The literature on this work with the concept of marital satisfaction with a focus on personal assessment, despite the observation reveal numerous couples maintain their marriage even with complaints of sexual dissatisfaction. In order to explore the dynamics of married couples, we intend to interview five pairs who have sought psychotherapy complaining of sexual dissatisfaction, selected based on the following inclusion criteria: heterosexual couple; have complaints of sexual dissatisfaction with male dysfunction; has about ten years of relationship; have children; middle social and educational level. The research follows the ethical requirements of research with humans and assumes that the data collection will occur only upon signing the consent form. The in-depth interviews will occur from a syllabus specially created for this research deals with marital and sexual history of the couple; assessment of marital and expectations about the future. It seeks to present the results in the form of multiple case studies in order to discuss the conjugal, played roles, the sexual relationship in marriage and marital satisfaction. This discussion will be based on male and female insight with regard to themes, doing an investigative analysis of data obtained from the national and international literature.

**Keyword:** Conjugal; sexual dysfunction; long marriage, marital satisfaction.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar uniões heterossexuais de longa duração nas quais o cônjuge masculino apresenta disfunção sexual. A dinâmica do casal sofre influência de diversos eventos do ciclo de vida como a inserção no mercado de trabalho, nascimento dos filhos, relação com a família de origem, rede de apoio, dentre outros. Alguns casais interagem com tais eventos e direcionam a vida familiar criando uma unidade conjugal que promove uma relação duradoura. De modo mais ou menos intencional, dentro desta unidade, cada cônjuge avalia como estas dimensões impactam sobre a própria vida.

A família que se constitui na pós-modernidade é marcada pela transformação dos papéis tradicionais atribuídos aos gêneros. O processo de construção dos papéis sociais masculinos e femininos sofre o impacto das mudanças nas relações e nos papéis exercidos pelo homem e pela mulher, em função de forças de natureza sociopolítica que direcionaram o ocidente ao modelo socioeconômico fundado na lógica de mercado que tem na indústria, na produção e na comercialização de bens e serviços seus principais motores. Este processo compeliu a mulher a entrar no mercado de trabalho, no período entre guerras, o que aliado aos avanços da tecnologia, da medicina e de mudanças em diversas áreas do comportamento culminou com a revolução sexual. Maior equilíbrio na relação entre homens e mulheres significou para vida familiar a transformação não apenas das responsabilidades cotidianas, mas principalmente, do nível de satisfação entre os cônjuges.

Em seu estudo sobre a vida sexual do brasileiro, Abdo (2004) pressupõe que a atividade sexual é favorável a harmonia do casal e que entre homens e mulheres brasileiros, cerca de 96% tendem a considerar o sexo muito, e geralmente, importante. Ainda seguindo os registros da autora, a disfunção erétil, definida como incapacidade de obter e/ou manter ereção suficiente para o término do ato sexual com satisfação é apresentada por 45,1% dos homens brasileiros, relatam que a apresentam em algum grau, sendo ele primário, secundário e situacional.<sup>1</sup> Estes atores sociais, referem

<sup>1</sup> Conceitos do DSM IV onde primário (dificuldades sexuais desde a sua primeira relação sexual), secundário (início de vida sexual sem significativas complicações e em seguida aparecimento de complicações) e situacional (as dificuldades sexuais acontecem em um determinado contexto e em outros não).





prejuízos como redução do amor próprio (37,8%) e baixa autoestima (30%) tendo como queixa a interferência no relacionamento conjugal com a parceira.

A literatura médica apresenta os recortes teóricos de Masters e Johnson (1984) e de Kaplan (1977), para conceituar disfunção sexual. Ambos estabeleceram critérios diagnósticos para os transtornos da sexualidade, os quais constam do “Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais” (2002), que definiu a resposta sexual saudável como um conjunto de quatro etapas sucessivas: desejo, excitação, orgasmo e resolução. A disfunção caracteriza-se como quadro clínico de falta, excesso, desconforto e/ou dor na expressão ou desenvolvimento da relação sexual. Ela manifesta-se durante o ato sexual de forma persistente ou recorrente. Entre os homens as mais frequentes são a disfunção erétil (incapacidade de manter o pênis ereto pelo tempo desejado ou até conseguir uma relação sexual satisfatória) e a ejaculação rápida (déficit do controle voluntário sobre a ejaculação). (ABDO, 2000) Embora relacione a disfunção sexual a aspectos psicológicos, sociais e culturais, a abordagem que prevalece é a da medicalização.

Na perspectiva de compreender esse fenômeno que termina por impulsionar a colisão de forças entre o protagonismo do homem e da mulher, justifica-se esta investigação, em que o lugar de construção de sentido dos homens e das mulheres alterna-se e desloca-se revelando diferenças e conflitos que impactam nas tradicionais relações de poder entre ambos com reflexos na própria dinâmica do casal. Este panorama revela que os casais experimentam níveis gradativos de satisfação no convívio com o outro, os quais podem influenciar na decisão pela ruptura do vínculo conjugal ou pela sua continuidade.

Diversos autores atribuem a permanência no casamento de longa duração à satisfação ou felicidade que cada cônjuge sente com a relação. Dentre os conceitos mais estudados sobre o assunto, a satisfação conjugal está definida segundo a avaliação subjetiva dos cônjuges acerca da sua constituição enquanto casal (NORGREN et al, 2004; MOSMANN; WAGNER; FERES-CARNEIRO, 2006; DELA COLETA, 1992; MIRANDA, 1987). Embora não haja um consenso em torno deste conceito, a literatura refere dimensões pessoais, de natureza subjetiva, a exemplo da personalidade, como principal elemento que diferencia casais satisfeitos de insatisfeitos, no que Gottman chama de efeito halo. O cônjuge satisfeito é aquele que reconhece o predomínio de



características positivas em seu *partner*. (GOTTMAN, ) ... Mosmann, (2006) afirma que o casamento durável e de qualidade relaciona-se à capacidade dos cônjuges de comparar aspectos satisfatórios como segurança emocional, realização sexual e formação de uma família com questões desafiadoras como problemas financeiros, preconceitos sociais e religiosos.

No entanto, os autores referem a influência de dimensões mais amplas sobre a definição de satisfação conjugal como sexo, valores, necessidades, presença de filhos, nível de escolaridade, nível socioeconômico, trabalho remunerado, família de origem e reconhecem seu impacto sobre o bem estar dos cônjuges e seus filhos, saúde física do casal, personalidade, variáveis sociodemográficas, depressão, transformações no ciclo de vida familiar como gestação, parto e transição para a parentalidade. Do mesmo modo, as pesquisas que trabalham com o conceito de satisfação sexual apresentam definições variadas, com foco no aspecto psicológico das disfunções sexuais. Nesta vertente, a atividade sexual satisfatória é aquela que corresponde às expectativas, pois o sentimento de satisfação sexual decorre da avaliação da experiência sexual anterior, atual e da expectativa quanto ao futuro, o que implica em considerar a presença de componentes pessoais e interpessoais nesta avaliação. A satisfação sexual abrange a frequência e as práticas sexuais adotadas juntamente com o sentimento que nasce do relacionamento com a parceria conjugal. Portanto, nem sempre o foco na satisfação conjugal e sexual é o mais apropriado para compreender a conjugalidade em casais com disfunção sexual. Apesar da ampla produção de estudos voltados para dimensões da vida conjugal e sexual, investigações mais aprofundadas sobre essas temáticas articuladas à teoria seriam úteis para ultrapassar os limites da discussão em torno do conceito de satisfação, especialmente nos casos em que a conjugalidade se mantém diante de uma queixa explícita de insatisfação. (PECHORRO, 2006)

Diante da diversidade de comportamento e das expressões da sexualidade podemos encontrar pessoas insatisfeitas com sua vida sexual, mesmo que não apresentem qualquer disfunção sexual, por não se sentirem atraídas pelo companheiro ou porque não reconhecem o sentido da união e, conseqüentemente, experimentem indiferença e distanciamento do cônjuge e da relação sexual. Em outros casos, há pessoas satisfeitas com suas vidas sexuais mesmo diante de uma disfunção sexual, pois não conhecem uma prática sexual mais funcional ou porque atribuem maior peso a



outros aspectos da vida conjugal e sexual. A avaliação da sexualidade humana está longe de retratar inteiramente a vida sexual dado estar carregada de simbolismos. (PECHORRO, 2006)

O interesse por pesquisar o tema surgiu na minha trajetória profissional ainda durante a graduação quando fui aluna da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Giovana Perlin em disciplinas que tinham por objetivo discutir assuntos relacionados à conjugalidade e sexualidade. Ainda na formação estagiei com o Ms. Oswaldo Rodrigues no Instituto Paulista de Sexualidade (INPASEX) e durante o período de um mês e meio discutimos casos tendo como queixa principal alguma disfunção sexual. A partir desta experiência escrevemos o artigo “*Desejo sexual: dificuldades e ponderações sobre queixas em consultórios de sexologia.*” publicado na Revista Terapia Sexual – Clínica – Pesquisa e Aspectos Psicossociais. Vol. VI (1), 2003. Editores: Oswaldo M. Rodrigues Jr. – Ângelo A. Monesi. Iglu Editora. Ao terminar a minha graduação, conclui a Formação em Terapia de Família e Casal pelo Instituto Sistemas Humanos em SP com apresentação do artigo “*Sexo, Poder e Conjugalidade.*”, em concomitante realizei um Curso de Especialização em Sexualidade Humana pela Faculdade de Medicina de São Paulo – USP, na qual defendi a monografia: “*Comportamentos Parafilicos na Internet.*” Durante este período dediquei-me ao atendimento de pacientes com disfunção sexual no Espaço Saúde Sexual (ESPASEX) e Projeto Sexualidade (PROSEX) ambos ligados à Faculdade de Medicina de São Paulo (USP) e ao Instituto Psiquiátrico da USP (IPQ), coordenados pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmita Abdo. No ESPASEX, atuei esclarecendo dúvidas sobre sexualidade através de uma linha 0800 que tinha por objetivo registrar as principais demandas para desenvolvimento de trabalhos e pesquisas. O PROSEX possui um formato de atendimento multidisciplinar envolvendo diversos profissionais e um objetivo comum: cuidar dos indivíduos com queixa sexual dentre as disfunções sexuais, transtornos de identidade e parafilias.

Ao buscar aliar o percurso profissional à família, identifiquei o tema da conjugalidade como um contexto propício para investigação. Em revisão da produção do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador no banco de teses e dissertações, acessei algumas pesquisas cujo foco converge com o presente estudo: Maria Angêla Teixeira “*A influência do desejo de unidade nas relações conjugais*” (2005); Vinícius Farani López



“*Vínculo conjugal: entre o individualismo e a busca pelo outro – Um Estudo Qualitativo.*” (2008); Francisco Nacelio Maciel “*Conjugalidade: individuação e pertencimento em casais de movimento católico.*” (2008); Marlene Brito de Jesus Pereira “*Gênero como variante do micro poder familiar*” (2010); Susana Maria Levien Grillo “*Conjugalidade em mulheres da camada popular*” (2011); Juliana Orrico Viana Vilar “*Sexualidade do casal de classe média na gestação e no pós-parto sob a ótica feminina.*” (2011); e Clarissa Fontes Fontoura “*Família Cuidado e Educação de filhos: concepções e práticas de mães inseridas e não inseridas no mercado de trabalho – estudo de caso múltiplo.*” (2014). A contribuição do Programa compõe o estado da arte juntamente com a produção de grupos de pesquisa nacionais e internacionais divulgados em periódicos especializados.

Sobre a arrecadação de material para este trabalho foram utilizadas 4 (quatro) palavras chaves sendo elas: conjugalidade, casamento de longa duração, satisfação conjugal e disfunção sexual no sistema Capes de periódicos. Ao fazer a busca utilizando-se como palavras chave conjugalidade e casamento de longa duração apareceram 8 (oito) artigos sendo úteis para o recorte do trabalho apenas 3 (três) que abordavam o olhar sobre a dinâmica conjugal, ajuste conjugal e revisão nacional sobre conjugalidade. Ao relacionar conjugalidade com satisfação conjugal aparecem 37 (trinta e sete) em sua maioria teses e dissertações de Portugal, dentre as quais 12 (doze) foram selecionados por apresentar relação direta com o tema da dissertação relacionando a satisfação conjugal com alguns eventos do ciclo de vida desses indivíduos como: família de origem, nascimento dos filhos, diferença entre os sexos, escolaridade e trabalho. Com os descritores conjugalidade e disfunção sexual apareceram 4 (quatro) itens, 1 (um) livro e 2 (dois) artigos já selecionados na busca anterior que abrangem as dinâmicas relacionais da conjugalidade. Os termos casamento de longa duração e satisfação conjugal deram acesso a 16 (dezesesseis) artigos, dentre os 14 (quatorze) não preenchiam os critérios de seleção e outros 2 (dois) haviam sido selecionados anteriormente. A busca orientada pelos termos casamento de longa duração e disfunção sexual dá acesso a 3 (três) artigos tendo sido identificado apenas 1 (um) nos selecionados nas buscas anteriores. Por fim, satisfação conjugal e disfunção sexual são termos que conduziram a 9 (nove) artigos dentre os quais 2 (dois) foram selecionados.

A disfunção sexual é uma terminologia médica que foi absorvida por outras áreas profissionais, dentre elas a psicologia. Por se tratar de algo muito específico a



pesquisadora fez uma busca utilizando-se como palavra chave disfunções sexuais masculinas, incluindo na busca a especificidade sobre o tema que abrange o universo do homem. Aparecem 28 (vinte oito) trabalhos científicos, 7 (sete) pré selecionados que abordam questões sobre a psicologia, medicina, sexologia clínica, medicação e psicoterapia sexual.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar uniões heterossexuais de longa duração nas quais o cônjuge masculino apresenta disfunção sexual.

Objetivos específicos:

- Discutir os conceitos de satisfação sexual e conjugal no âmbito familiar.
- Investigar a influência da sexualidade sobre a vida conjugal.
- Identificar dimensões da vida pessoal e da dinâmica conjugal relacionadas à satisfação e a insatisfação conjugal.

Pergunta de pesquisa:

Quais são as motivações apontadas pelos cônjuges para a permanência ou manutenção do casamento de longa duração mediante uma queixa explícita de insatisfação sexual.

A presente proposta de dissertação possui, além desta introdução, um capítulo de fundamentação teórica que versa sobre família, conjugalidade e exercício de papéis, satisfação conjugal e sexualidade, seguido pelo percurso metodológico e finalmente, pelo estudo de caso piloto.



## 2. CAPÍTULO PRIMEIRO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. CONJUGALIDADE

O casamento, leia-se família, caracteriza-se cada vez mais nitidamente como um contrato desejado pelos dois cônjuges, que nele se engajam pessoalmente. Os contratos de casamento fazem o marido e a mulher entrarem em um sistema de deveres e de obrigações que, certamente, não são iguais, mas são compartilhados. (FOUCAULT, 1984)

Para que um casal seja considerado saudável é necessário ter clareza de regras, de papéis e de mensagens. (WALSH, 2002) Por causa da complexidade e ambiguidade da vida contemporânea, os parceiros devem constantemente redefinir e tornar explícitas as suas ideias e expectativas em relação ao casamento, ao companheiro e a si mesmos. Sem clareza e coerência, podem ocorrer muitos mal-entendidos que se somam, produzindo frustrações e conflitos. (ANDOLFI, 2002)

Numa perspectiva histórica, a conjugalidade foi analisada sob o crivo da motivação para união entre os sexos. Retomando a hipótese de Platão apresentada em O Banquete, Musonius (1905) interrogava-se sobre o motivo pelo qual, após ter separado os dois sexos, o criador quis reaproximá-los. Essa reaproximação aconteceu implantando em cada um deles um “violento desejo”, desejo este que é, ao mesmo tempo, de “conjunção” e “união”. O desejo é fundamental e originário do ser humano e se refere tanto a aproximação física quanto ao compartilhar da existência. Esta não é a única hipótese acerca da atração entre os sexos. Outra vertente, analisa a conjugalidade como uma construção sócio-histórica a favor da manutenção do poder entre os gêneros.

Bozon (2003) afirma que os casamentos do sec. XX não dependem mais das negociações entre as famílias, mas da escolha pessoal do cônjuge, que apresenta o sentimento amoroso como a grande razão dessa escolha. As mudanças conjugais contemporâneas traduzem a passagem de uma definição institucional antiga do casamento para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal.

Autores contemporâneos identificam no sentimento familiar burguês a origem da ideia de que a energia fundadora de uma relação de casal seria o “sentimento” (que implicam tanto em amor como erotismo). Nos relatos de casais, o sentido de intimidade





emerge nas narrativas e descrições nas quais prevalecem “sentimentos” referidos à proximidade, ao vínculo e a interdependência (emocional e física), dimensões que fizeram com que a épica romântica reivindicasse a intimidade como a essência do amor (ACKERMAN, 1994 apud Fuks, 1999).

Os casais que conseguem reconstruir sua relação parecem ter desenvolvido um recurso criativo: seu “sentido de intimidade” contém o pressuposto de que não se trata de algo definitivo, um “de agora em diante é para sempre”, sendo vivido como uma tarefa cotidiana plena de encontros e desencontros que desenham a relação como algo vivo, sempre em movimento, que não se sustenta na institucionalidade do vínculo, mas sim, em um compromisso renovável (FUKS, 1999).

Para Fuks (1999) a intimidade é uma forma de se referir à curiosa condição humana de fazer espaço para outro dentro de si mesmo, sem perder a possibilidade de reconhecer os riscos que isso implica. A “construção de intimidade” é um dos núcleos mais relevantes entre os que organizam a vivência de “estes somos nós e esse é o nosso mundo”, que caracterizou a identidade relacional amorosa. A experiência de intimidade não é algo específico do relacionamento de casal, já que é possível viver a intimidade no marco de uma amizade ou de relações familiares; o que singulariza o “tipo” de intimidade que o casal constrói é a dimensão passional: o desejo sexual e o erotismo (GIDDENS, 2000 apud FUKS, 1999).

Féres-Carneiro (1998) aponta a aliança e a sexualidade como sendo duas das mais importantes dimensões da vida conjugal. No que se refere à aliança, Levi-Straus (1968) *apud* Féres-Carneiro (1998) *ibidem*, 1998 remete à intervenção do grupo que para manter, proteger, aumentar ou propiciar os bens considerados escassos e essenciais para sobrevivência firmam alianças entre si, sendo a família representada como um agente mantenedor dessa cultura. Assim, a aliança firmada na união conjugal traz consigo essa intenção bem como simboliza socialmente um pacto de compromisso que envolve a fidelidade e o relacionamento íntimo do casal que será o gerador do bem-estar e da formação de uma nova família nuclear.

O desenrolar da vida cotidiana, os aspectos socioambientais, os padrões econômicos, condições de saúde, níveis de exigência e de expectativas de vida e da relação farão com que a aliança firmada entre o casal passe por momentos de





adequações durante toda a relação. Para Singly (1993) *apud* Féres-Carneiro (1998) a relação conjugal vai se manter enquanto for considerada como sendo prazerosa e “útil” para os cônjuges, e o fortalecimento da conjugalidade é feita de concessões entre os parceiros. (Ibdem)

Na idéia do censo comum, no imaginário social, o casal é concebido como sendo um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável e com compromisso estabelecido, que deseja constituir família, incluindo, se possível, filhos. Segundo Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010), a relação conjugal ocorre dentro de um contexto sócio-histórico e também familiar onde, no ato de socialização, são internalizadas ações psicossociais, onde se cria um universo comum e que também são compartilhadas as experiências, pontos de vistas, comportamentos internalizados que vão norteando as escolhas e manifestações mais significativas do casal.

[...] o aspecto de formação da conjugalidade deve ser visto como contínuo e não meramente envolvendo as fases iniciais de engajamento amoroso, pois são os padrões de relacionamento que mantêm a conjugalidade e sua qualidade, ao longo do tempo, permitindo que esta resista às diversas circunstâncias, às mudanças previsíveis e imprevisíveis do ciclo de vida (Féres-Carneiro, 2003; McGoldrick, 1989/1995; Mosmann, Wagner, & Féres-Carneiro, 2006). Por outro lado, a dissolução da conjugalidade é abordada, na perspectiva sistêmica, como um processo no qual os padrões de manutenção da relação são modificados, até o momento em que a relação não pode ser mais definida, pelos cônjuges, ou pelo menos por um deles, como uma relação conjugal. Assim, a ruptura conjugal pode ser catastrófica, no sentido de que o passar do estado no qual os indivíduos são cônjuges, para o estado no qual não mais se definem assim, é abrupto e descontínuo. Porém, esta mudança envolve um longo e doloroso processo que pode durar muitos anos (FÉRES-CARNEIRO; DINIZ NETO, 2010, p. ). REVER O TAMANHO.

Na literatura são organizados os estudos relacionados com a dinâmica conjugal partindo de dois eixos: o da satisfação/insatisfação conjugal e o da estabilidade/instabilidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO; DINIZ NETO, 2010).

O casamento na modernidade apresenta um estágio onde as relações são marcadas por um aprofundamento do individualismo que funciona como estímulo para a instabilidade do relacionamento íntimo e ocasiona reformulações dos projetos conjugais. (PERLIN, 2006)



Percebe-se que a constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são influenciadas pelos valores individuais, pela busca constante da autonomia e da satisfação de cada conjugue. Vale ressaltar que as relações de dependência também favorecem a manutenção de um casamento que apresenta uma disfuncionalidade.

Cigoli e Scabini (2007) apresentam a busca do ideal de casamento dentro de uma dinâmica que envolve tanto os aspectos relacionados à dimensão ética nas relações quanto a dimensão afetiva, que envolve a confiança, os pactos velados, o fortalecimento de vínculos além do processo de idealização, desilusão, construção e reconstrução de um ideal de casal e de casamento que permeia por toda a relação conjugal e que também perpassa pelos contatos com os diferentes núcleos familiares e histórias de vida de cada cônjuge e o tipo de relação estabelecidas com os filhos.

Muitos fatores interferem e interagem na construção e na consolidação bem como na dissolução dos pactos conjugais firmados pelo casal, visto que cada um carrega consigo os seus traços de personalidade, o componente de sua história geracional o que em conjunto com as necessidades, padrão financeiro, desejos e medos vão constituindo a peculiaridade do casal, conferindo-lhe o título de “inédito”. (CIGOLI; SCABINI, 2007)

## 2.2 SATISFAÇÃO CONJUGAL

Casamento e satisfação se tornaram, ao longo da história do ocidente, interdependentes. Existem diversos trabalhos sobre estas temáticas. Perlin (2006), em sua pesquisa, apresenta uma diversidade de definições para satisfação no casamento. Como satisfação conjugal, satisfação matrimonial, estabilidade matrimonial, qualidade matrimonial, ajuste matrimonial, felicidade matrimonial, sucesso matrimonial, consenso matrimonial, integração matrimonial. A literatura é unanime ao apontar a satisfação no casamento como um fator fundamental na vida de um casal.

A satisfação conjugal é um fenômeno complexo que sofre influencia de diversas variáveis, dentre elas características da personalidade dos cônjuges e as expectativas que eles trazem da sua família de origem e a maneira como eles constroem a relação a dois,



valores, atitudes e necessidades, sexo, presença de filhos, nível de escolaridade, nível socioeconômico, nível cultural, trabalho remunerado e experiência sexual anterior ao matrimônio. O casamento está sujeito a diversas transformações ao longo do ciclo de vida familiar e a satisfação varia com o decorrer dos anos de convívio conjugal sendo necessário se discutir o formato dessas relações contemporâneas. (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt e Sharlin, 2004; Mosmann, Wagner e Feres-Carneiro, 2006; Dela Coleta, 1992; Miranda, 1987)

A ampla utilização do conceito de qualidade conjugal, inclui a falta de clareza conceitual. Mosmann e cols. (2006) em seu trabalho analisa o conceito de qualidade conjugal relacionando com cinco teorias: Troca Social, Comportamental, Apego, Teoria da Crise e Interacionismo Simbólico. As variáveis fundamentais para definição da qualidade conjugal são: recursos pessoais dos cônjuges, contexto de interação do casal e processos adaptativos. A qualidade conjugal é resultado do processo dinâmico e interativo do casal. Outros estudos associam diferentes conceitos a satisfação conjugal. Dentre eles: bem-estar dos cônjuges e de seus filhos, as respostas fisiológicas dos cônjuges, as características sociodemográficas, a saúde física do casal, a depressão, a psicopatologia, as características de personalidade assim como a combinação dessas variáveis.

Pesquisas mostram que a qualidade do relacionamento conjugal estaria relacionada com o bem-estar do cônjuges e seus filhos (Erel e Burman, 1995; Shek, 1998,2001), as respostas fisiológicas dos cônjuges (Gottman, Coan, Carrere e Swanson, 1998), as variáveis sociodemográficas (Perry-Jenkins, Repetti e Crouter, 2000; Cotton, Burton e Rushing,2003), a saúde física do casal (Burman e Margolin, 1992), à depressão (Beach, Katz, Sooyeon e Brody, 2003; Uebelacker, Courtnage e Whisman, 2003) à psicopatologia (Whisman, 1999), às características de personalidade (Ye, We e Wang, 1999), e a combinação entre essas variáveis (O'Leary e Smith, 1991; Neff e Karney, 2003; Kline e Stafford, 2004) APUD MOSMANN. Apesar de existirem vários estudos sobre esse tema, há uma carência de investigações aprofundadas sobre essa temática. Não existe uma única teoria de sustentação para esse assunto, sendo esta uma lacuna conceitual atribuída pelos estudiosos a subjetividade implícita na avaliação de cada participante sobre o que considera satisfatório em seu casamento.



Autores como Menezes e Lopes (2007) enfatizam que a transição para parentalidade acarreta diminuição da satisfação conjugal. Oriá, Alves e Silva (2004) apresenta a gravidez como uma variável relevante que influencia na qualidade percebida da relação conjugal, na visão da mulher.

Miranda (1987) analisou a inter-relação entre satisfação conjugal e três aspectos considerados relevantes em uma relação diádica: comunicação, semelhança de atitudes e percepção interpessoal. A pesquisa identificou a percepção interpessoal e a autoestima com variáveis importantes para a leitura sobre satisfação conjugal. Tema associado ao ajustamento conjugal, expressão de afeto, a coesão, a proximidade, capacidade de resolução de problemas e habilidades de comunicação.

Bradbury, Fichman e Beach (2000) apresentam dados estatísticos norte-americanos em que mais da metade das primeiras uniões terminam em separação ou divórcio. Outras pesquisas trazem registros de que as uniões seguintes são mais motivadas pela sexualidade e bem estar do casal apesar de incorrerem em um risco ainda maior de divórcio. As uniões consecutivas que são mais satisfatórias que a primeira – família reconstituída.

No que tange à permanência ou fracasso do pacto conjugal, alguns fatores estão relacionados. Na permanência têm-se como fatores possibilitantes os comportamentos assertivos que se baseiam nas trocas afetivas equilibradas e demandas reais e possíveis de serem atendidas pelos parceiros, a atenção direcionada à relação e o equilíbrio do relacionamento conjugal com o relacionamento parental. Já o fracasso do pacto pode ser desencadeados pelo reducionismo da relação para um ato formal e contratual, ou por expectativas irreais o que acaba gerando desilusões e frustrações no casal ou em um dos parceiros e até mesmo por comportamentos disfuncionais nas dinâmicas familiares, tanto com os filhos quanto com os demais familiares, outro fator também relacionado é a perda da individualidade e dos “atrativos” que geraram o encontro do casal.

Não se pode unicamente justificar a durabilidade do casamento pela satisfação dos cônjuges. Comparando-se casais satisfeitos e insatisfeitos foi possível identificar que a satisfação aumenta quando há proximidade, estratégias adequadas de resolução de problemas, coesão, boa habilidade de comunicação. (NORGREN, 2004)



Kaslow e Hammerschmidt (1992) e Spanier e Lewis (1980) *apud* Norgren (2004) diferenciam satisfação conjugal de estabilidade conjugal. Eles argumentam que casamentos estáveis não necessariamente são satisfatórios, alguns se mantêm por outras razões: um ou ambos os cônjuges não aprovam a ideia de divórcio, por razões pessoais ou questões religiosas; podem ter medo da mudança ou solidão; não conseguem lidar com a liberdade e autossuficiência; não querem repartir o patrimônio adquirido ao longo dos anos e por fim, estar casado e fazer parte de uma família pode ser menos ansiógeno do que estar descasado.

A durabilidade de uma relação, de um casamento, não significa que o mesmo seja satisfatório para os cônjuges. Relaciona-se conjugalidade com saúde e qualidade de vida. (Scorsolini-Comin, 2010). Levinger (1965, 1976) *apud* Mosmann, (2006) afirma que o sucesso no casamento relaciona-se com a capacidade dos cônjuges de comparar aspectos satisfatórios como a segurança emocional, a realização sexual e a formação de uma família como questões desafiadoras como problemas financeiros, preconceitos sociais e religiosos. O matrimônio termina quando uma conjunção de fatores combina mais desafios e insatisfações que aspectos satisfatórios, poucos impedimentos para separação e muitas alternativas atrativas fora da relação. Enquanto casais insatisfeitos, mas estáveis são aqueles em que as atrações e aspectos satisfatórios derivados do relacionamento são poucos, mas os obstáculos para a separação muitos. Nessa perspectiva, o declínio da satisfação conjugal e a separação seriam reflexos de incapacidades de superar crises. Em geral casais que enfrentam mais situações estressantes podem ser mais vulneráveis a problemas conjugais se não tiverem a quantidade de recursos necessária à superação e adaptação.

Em alguns relacionamentos é possível identificar problemas na dinâmica interacional do casal, problema muitas vezes identificado por um observador não sendo evidenciado por eles. No casamento nem sempre aquilo que é definido por um como problema é percebido por ambos como tal. Na pesquisa de Garcia (2003) observa-se que 77,6% dos problemas familiares envolvem problemas relacionais da díade, o casal, 54,2% dificuldades com os filhos e 23,4% demais membros da família.

Em pesquisa realizada por Lauer, Lauer e Kerr (1990) *apud* Norgren (2004) com casais de 45 a 60 anos de relacionamento identificaram como variáveis importantes para



satisfação conjugal estar casado com alguém que se valorize como pessoa e aprecie estar junto; compromisso com o cônjuge e com o casamento; senso de humor; consenso sobre vários assuntos, tais como objetivos e projetos de vida, amigos e tomada de decisão. Um sentimento comum nas relações duradouras, relações que tendem a ser mais flexíveis e igualitárias na distribuição de poder. Os cônjuges apresentam senso de pertencimento e envolvimento e parecem ser capazes de lidar com as crises e transições que a vida apresenta, estando mais orientados pelo presente e futuro do que pelos fatos passados da vida. Eles gostam de passar o tempo juntos, de se divertir, são bons amigos e valorizam o aspecto sexual do seu relacionamento.

Tanto casais satisfeitos quanto insatisfeitos, desejam evitar a repetição e o tédio nos seus relacionamentos. Pode-se supor que essa questão prescindia do nível de satisfação conjugal e que evitar a repetição e o tédio seja relevante para relações duradouras, nas quais o convívio pode contribuir para aproximar ou distanciar o casal. (Norgren, et al. 2014)

Casais satisfeitos parecem ser funcionais, tendo conseguido manter fortes laços emocionais com seu cônjuge, transformar a estrutura de poder, papéis e regras de seu relacionamento ao longo da vida conjugal e em face de situações de crise, assim como desenvolver padrões de comunicação adequados (Minuchin, 1990; Olson, 1988 *apud* Norgren et al, 2004) o que é considerado por vários autores como essencial para a satisfação sexual.

O Diadic Adjustment Scale – DAS, instrumento elaborado a partir de conceitos sobre satisfação e ajustamento conjugal e utilizado em mais de 1000 investigações. Uma das dificuldades metodológicas do DAS e que a escala combina processos interacionais (desentendimentos, compartilhar ideias, etc) com resultados (avaliações subjetivas do nível de felicidade do casal). (NORTON, 1983 *apud* MOSMANN, 2006)

O ajustamento conjugal possibilita que casais revejam estratégias de resolução de conflito e formas de comunicação que influenciam no padrão de cuidado dos filhos e na qualidade da relação entre os genitores e seus filhos. Ou seja, relações satisfatórias ao serem comparadas com relações insatisfatórias proporcionam maior suporte entre os



cônjuges e este apoio emocional favorece o desenvolvimento saudável dos filhos. (DESSEN E BRAZ, 2005)

Os autores acima citados destacam que uma das consequências das relações conjugais insatisfatórias, o divórcio e a separação do casal, incluem o aumento o risco de um dos cônjuges apresentarem psicopatologias, e se envolverem em acidentes automobilísticos, incidência de doenças físicas, cometerem suicídio, homicídio ou outros atos de violência, de mortalidade em função de outras doenças em geral, dentre outras questões.

Wagner e Falcke (2001) destacam que dificilmente um casal poderá estabelecer uma relação afetiva e sexualmente feliz se não tiver conseguido uma boa independização dos pais, consolidado nos primeiros anos de relacionamento conjugal. FALAR SOBRE DIFERENCIAÇÃO E FASES DO CICLO DE VIDA DO CASAL. As autoras referem que é fundamental a existência de tolerância e respeito pela família do outro. A atitude madura é caracterizada pela capacidade de evitar que as famílias de ambos os cônjuges entrem em conflito, preservando o bom relacionamento entre ambas.

Perlin (2005) afirma que a satisfação conjugal é afetada também por fatores do meio ambiente, tais como: o sexo, o grau de escolaridade, o numero de filhos e a presença, ou não, deles dentro de casa, o nível socioeconômico e o tempo de casamento.

Conceituar cientificamente o que seria um casamento satisfatório tem se mostrado uma difícil tarefa uma vez que os estudos nacionais e internacionais identificam uma série de fatores associados ao conceito de satisfação conjugal. (SCORSOLINI-COMIN, 2010)

### **2.3 PAPÉIS NA CONJUGALIDADE**

Os papéis de gênero masculino e feminino percorreram uma trajetória de mudanças justificadas por eventos políticos e históricos presentes no desenvolvimento das sociedades. O patriarcado, organização social onde o poder masculino era valorizado. Para Therborn (2006) o conceito de patriarcado é limitado às ligações familiares, principalmente ao poder do pai, o que afastaria do debate sobre o gênero, o qual, segundo feministas, indica construções sociais do ser homem e do ser mulher e as





relações entre os sexos e sobre os sexos em várias instituições. HART (2005) apud CASTRO (2009)

O patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. O patriarcado refere-se a s relações familiares, de geração ou conjugais – as relações de geração e de gênero. O núcleo de poder patriarcal consistiu, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e do marido sobre a mulher. A relação entre marido e mulher envolvia a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, as regras diferenciais para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar, ou seja, o dever de obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho. (THERBORN,2006)

O patriarcado, nesse sentido geral de poder assimétrico e masculino do parentesco, tem diversas variantes de organização: descendência, padrões matrimoniais, nomenclatura de parentesco. Muitas mudanças sociais e legais contribuíram para o enfraquecimento do patriarcado dentre elas a industrialização que desafia o patriarcado e qualquer arranjo familiar existente, principalmente pela separação em grande escala entre o lugar de trabalho e a residência, enfraquecendo desse modo o controle paterno. (THERBORN, 2006)

A participação da mulher no mercado de trabalho, o uso de contraceptivos, atribuindo a mulher o domínio sobre o seu próprio corpo e principalmente a decisão sobre o momento da maternidade levando-se em consideração a maturidade e ciclo de vida familiar são reflexos do enfraquecimento do modelo patriarcal.

O controle comunista da Europa Oriental também envolveu uma imediata e radical legislação antipatriarcal de família, enfatizando a igualdade de gênero, a livre escolha do casamento, a secularização do casamento e o direito da mulher trabalhar fora de casa. (THERBORN, 2006, p.115)

O colapso histórico da autoridade patriarcal ocasionou mudanças significativas nas organizações e relações sociais, sendo representada, segundo Therborn (2006) como uma retração do poder masculino refletindo na queda das taxas de natalidade, principalmente em países em desenvolvimento, crescimento do número de pessoas



vivendo sozinha, elevação da faixa etária para o casamento, aumento da escolaridade das mulheres, entre outros indicadores. (CASTRO, 2009)

Um longo caminho foi percorrido ao nos deslocarmos de uma organização conjugal de base patriarcal para uma nos moldes contemporâneos onde homens e mulheres dividem tarefas e responsabilidades.

A leitura sobre o modelo de sociedade e relacionamento modernos de Bauman e Lipovetsky leva à reflexão sobre como homens e mulheres estão revendo os seus papéis tanto na parentalidade quanto na conjugalidade.

Bauman (2004) descreve que no *Líquido Mundo Moderno* os indivíduos vivem a dicotomia do desejo de se relacionarem e a desconfiança por estarem ligados a alguém permanentemente, fortalecendo, com isso, a ideia de que o compromisso a longo prazo funciona como uma armadilha a ser evitada. O relacionamento humano é apresentado como o mais (im)perfeito produto oferecido pelo mercado.

Bauman (2004) compara o relacionamento moderno à lógica das *Ações Financeiras*: mantidas, enquanto o valor cresce; vendidas, quando o lucro cai ou no surgimento de investimentos mais promissores. Nessa perspectiva, os filhos, que em época anterior representavam uma ponte para algo duradouro passaram a ser uma escolha e até mesmo desejo de consumo. Os pais poderão montar seus filhos de acordo com a conta bancária de cada um. O sexo sem reprodução tornou-se o sexo em si, liberto de suas consequências e responsabilidades. O sexo para consumo não se caracteriza pelo acúmulo, mas pelo uso e descarte. Desta forma há uma troca da qualidade pela quantidade, a longa duração é trocada pela fugacidade, a realidade pela virtualidade.

Bauman (2004) apresenta os relacionamentos, de forma geral, onde os indivíduos são tratados como mercadoria, produtos e até mesmo objetos que podem ser substituídos a qualquer momento porém não há garantia de que gostem do novo produto e da nova relação. O consumo exacerbado de produtos devido às ausências e vazios existenciais chegam a gerar a mesma compulsão por consumir relacionamentos como se fossem objetos de compra monetária como os automóveis, computadores em bons estados e em bom funcionamento. Os afetos não são mais valorizados, uma vez que não podem ser comprados. Assim os afetos são dispensados e nos contentamos ligeiramente



com os relacionamentos de bolso, fragilizados e desumanos, do tipo que podem usar e dispor quando for necessário e depois tornar a guardar para utilização em outro momento.

Bauman (2004) e Lipovetsky (1989) apresentam um quadro de fantasia de liberdade. Dentro dessa proposta individualista da sociedade moderna movida pelo capitalismo e consumo o indivíduo acaba se tornado servo do poder e da mídia determinam as ordens de consumo.

Nesse sentido, constatamos o enfraquecimento da sociedade, dos costumes, do indivíduo contemporâneo na era do consumo em massa, enquanto os estímulos da sociedade se baseiam na informação e na incitação das necessidades. O que aparece é menos controle e mais flexibilidade nas relações humanas. No lugar do indivíduo submetido às regras sociais, há um apelo desenfreado ao “direito de ser ele mesmo” em detrimento das relações com o outro e com a sociedade. Na sociedade pós-moderna, os indivíduos querem viver o momento atual, “o aqui e agora”, querem se conservar jovens e não pensam mais em forjar um novo homem. O que se traduz por Modernidade voltada para o aumento do individualismo, diversificando as opções de escolha. Os desejos individuais passam a ter mais valor do que os desejos e interesses de classe, fazendo com que se enfraqueça a perspectiva de movimentos sociais e vida coletiva. (LIPOVETSKY, 1989)

O movimento da sociedade moderna ou pós-moderna se direciona para um isolamento do ser social e valorização do ser individual. Dentro desse processo de busca pelo individualismo as pessoas acreditam que ao realizarem uma escolha se tornam diferentes dos demais quando na verdade fazem uma escolha teleguiadas e orientadas pela ordem de consumo, movidas por um processo de sedução em que ao ter mais opções o indivíduo escolhe melhor. (LIPOVETSKY, 1989)

Monteiro (2001) e Andolfi (2002), afirmam que o modelo de casal mais atual é o casal de dupla carreira. Ambos têm um envolvimento profundo com suas vidas profissionais, preservando o desejo de manutenção de uma vida afetiva a dois. As distribuições das tarefas da casa, bem como os cuidados dispensados aos filhos, são mais compartilhadas entre os homens e as mulheres. Essa diferença reside no fato da



divisão de trabalho em relação às funções familiares serem distribuídas entre os parceiros com base na igualdade de status, e não no sexo dos cônjuges.

Idealmente, homens e mulheres começam relacionamentos com bases igualitárias. Contudo, as pressões sociais os deixam psicologicamente despreparados para enfrentar as críticas que os acompanham quando se atrevem a assumir mudanças em direção a distribuições de tarefas mais equilibradamente (MONTEIRO, 2001).

A vida do casal de dupla carreira significa, além das tarefas e responsabilidades, a administração de múltiplos papéis sociais, diferenciados entre si e modificados pelas inovações produzidas pela própria interação entre os cônjuges. O processo de revisão dos papéis afeta tanto as mulheres, ao contarem com maior participação do homem nas tarefas do lar, quanto os homens, por terem de se adaptar às múltiplas demandas de funções desempenhadas pelas mulheres. (Zedeck e Mosier, 1990 *apud* Monteiro, 2001). Segundo Fleck e Wagner (2003), existe uma associação entre poder e dinheiro e, muitas vezes, isto aparece de forma camuflada.

De acordo com Lipovsky (1997), enquanto nos homens o projeto profissional está sempre em primeiro lugar relativamente ao projeto de paternidade, nas jovens mulheres, ele é frequentemente formulado, integrando os futuros condicionantes da maternidade. Para os homens, segundo Lamela (2009) a interrupção da vida conjugal é enfrentada com maior naturalidade enquanto que para as mulheres é acompanhada de conflitos e interrogações, de uma procura de conciliação que é, frequentemente, fonte de culpabilidade e de insatisfação.

Mesmo nos lares modernos, em que os homens participam ativamente das atividades domésticas, tanto as fricções conjugais como a insatisfação das mulheres continuam a existir (Lipovsky, 1997). Bozon (2003) afirma que o crescimento da satisfação feminina é, sem dúvida, devido a sua posição mais ativa nos relacionamentos amorosos. Assim, a crescente autonomia das mulheres no casal pode se manifestar como uma exigência maior em relação ao parceiro, na medida em que se tornou possível interromper uma relação não satisfatória.



## 2.4 CONJUGALIDADE E SEXO

Na idade média, as mulheres europeias eram propriedade de seus maridos ou pais. A desigualdade entre homens e mulheres se estendia à vida sexual. O duplo padrão sexual estava diretamente ligado à necessidade de assegurar continuidade na linhagem e na herança. Durante a maior parte da história, os homens fizeram um amplo uso, e, por vezes, bastante ostensivo, de amantes, cortesãs e prostitutas. Os mais ricos tinham aventuras amorosas com servas. Mas com relação a suas esposas, eles precisavam ter a certeza de que eram os pais de seus filhos. O que era exaltado nas moças respeitáveis era a virgindade e, nas esposas, constância e fidelidade (GIDDENS, 2000).

Enquanto homens e mulheres assumem uma posição cada vez mais simétrica no mundo do trabalho, já que as mulheres fazem, cada vez mais, trabalhos “de homem”, devem ainda ocorrer mudanças recíprocas dos maridos em casa, mesmo porque essa área sempre foi culturalmente desvalorizada (ANDOLFI, 2002).

Para Gomes e Paiva (2003), na medida em que o homem perde sua condição de provedor da família e este lugar é ocupado pela mulher, ocorre uma expressão de tensão e conflito conjugal, gerando fragilidades na relação.

Os maridos raramente escolhem ficar em casa por mais tempo, uma vez que a identidade masculina e o seu valor são medidos em termos de sucesso no trabalho. Os homens são educados para definir-se a si mesmos em termos de rendimento do seu trabalho (imperativo este que algumas vezes intervêm até mesmo em casos de disfunções sexuais, quando a preocupação com o rendimento interfere com a intimidade sexual) (ANDOLFI, 2002).

Segundo Bozon (2003), a sexualidade que antes era um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência da união.

De acordo com Lipovsky (1997), está ocorrendo o processo de feminização do homem e de virilização da mulher. Bozon (2003) relata mudanças nos comportamentos sexuais de homens e mulheres. Algumas mulheres têm tido experiências sexuais antes do casamento, como também um aumento do número de parceiros sexuais ao longo do



ano. A vida sexual feminina esta mais longa, uma vez que elas têm iniciado mais cedo, além do mais, a menopausa deixou de sinalizar o fim da vida sexual.

Os homens cada vez mais vêm iniciando a sua vida sexual com “namoradinhas” da mesma idade, ao invés de com garotas de programa como era anteriormente. Os rapazes alcançam uma experiência relacional apenas no final de alguns anos de sexualidade de experimentação. Para eles, desde o início de sua vida sexual adulta, a sexualidade é uma maneira de ganhar segurança e confiança em si mesmos, enquanto que para boa parte das mulheres ela é simplesmente parte integrante de relacionamentos que elas querem duradouros.

Em um cenário onde se prega que a sexualidade de efetiva pela atração entre os opostos, a construção da masculinidade é marcada por pontos de insegurança traduzidos principalmente pelo medo da homossexualidade e da impotência.

Beavers (1986) apud Andolfi (2002) destacou que os casais bem-sucedidos (tradicionais) conseguem manter uma complementaridade diante das obrigações e, ao mesmo tempo, um sentido de igualdade e liderança partilhada. Ao contrário, as famílias disfuncionais são caracterizadas por um desequilíbrio de poder no casal: quanto maior é a posição de dominância e de autoridade de um sobre o outro, mais disfuncional e insatisfatório é o casamento.

Luz (1999) afirma que a sexualidade de um casal pode ser a causa de felicidade ou infelicidade, seja ela pessoal ou matrimonial. É tema constante na terapia de casal, esteja ele explícito ou não no processo terapêutico. Com isso, depara-se com uma quantidade de casais que convivem com disfunções ou insatisfações sexuais. Sabe-se que o sexo é um dos fatores importantes de um casamento, porém, ele se eleva a ser considerado o fator primordial quando um dos parceiros ou ambos o considera insatisfatório. É ilusório acreditar que o fato de viver junto conduza os cônjuges a criar um universo comum de sexualidade. (Boson, 2003)

Para Luna et al. (2006), a disfunção sexual é a falta persistente de resposta sexual humana que afeta a um ou ambos os membros do casal. As dificuldades na vida sexual e amorosa, em qualquer uma das formas, acentuam conflitos e temores. Caso o indivíduo não consiga administrar seus impulsos, estará a mercê daqueles que exercem algum tipo de poder.



Andolfi e Angelo (1988) afirmam que em qualquer relação são estabelecidos mitos, pois sempre há uma margem de ambiguidade de algo não expresso. Essas lacunas de informação são preenchidas, então, por meio da criação de estereótipos de comportamentos específicos, visando à manutenção do vínculo. A quebra de mitos e regras se forem considerados expressões de uma estrutura, poderá ter sérias consequências, dentre elas, a ruptura da relação de lealdade construída em torno deles. Essa rigidez inerente gera dificuldade para realizar qualquer processo de mudança, inclusive no processo terapêutico. A satisfação é individual e é essa individualidade que estabelece os limites a serem alcançados.

Cuschnir (2000) apud Nogueira (2003), em entrevista a revista *Veja*, afirma que “o homem é o sexo frágil e está obcecado pelo trabalho e assustado com a obrigação de dar prazer a mulher”. Para o autor, os homens estão atordoados com a “revoada feminina” tornando-os infelizes, vulneráveis, pois sentem o seu papel masculino como desprovido de valor, talvez até, em última instância, falido.

Segundo Gomes e Paiva (2003) o homem se torna frágil perante uma sociedade competitiva e estressante, na qual vai se tornando mais difícil desempenhar o papel de provedor da família, e tendo que disputar com a mulher o espaço público, até então de domínio absoluto seu. A mulher, por sua vez, entra em sérios conflitos na escolha entre maternidade e/ou ascensão profissional, o que permite hoje o estabelecimento de casamentos sem filhos por opção pessoal.

“A sexualidade masculina tende a expressar mais inquietações do que a feminina porque os homens separam a sua atividade sexual das outras atividades da vida, onde são capazes de encontrar um direcionamento estável e integral.” (GOMES, 2003)

As modificações das condições de existência das mulheres, o expressivo desenvolvimento de uma contracepção eficaz e controlada por elas, a elevação maciça de seu nível de instrução e a progressiva generalização do trabalho assalariado aumentaram, consideravelmente, a sua autonomia social em relação aos homens. Atualmente, grande parte dos relacionamentos é formada por casais de dupla carreira, onde supostamente as tarefas e funções deveriam ser melhor distribuídas, compartilhadas e equilibradas. Esse processo de revisão de papéis, como nomeia Monteiro (2001), tem afetado tanto os homens quanto as mulheres, na medida em que





as mulheres contam com a participação dos homens nas tarefas domésticas enquanto os homens se adaptam as múltiplas demandas profissionais das mulheres.

A crescente autonomia feminina dentro da relação conjugal muitas vezes é entendida pelo parceiro como uma exigência. As mulheres, ao definirem e expressarem melhor o que querem e esperam de uma relação, fazem com que o homem, muitas vezes, se sinta ameaçado na sua condição de provedor e “macho alfa”. Daí surgirem demandas relacionadas ao poder de cada gênero dentro dos novos modelos de relacionamentos. Certamente que o domínio masculino perde espaço para uma horizontalidade dos parceiros na relação, relativizando os deveres de cada um para a conquista de um prazer desfrutado por ambos.

Segundo Beavers (1986) apud Andolfi (2002), os casais disfuncionais são caracterizados por um desequilíbrio de poder na relação e, por essa razão, muitas vezes são levados a buscar uma ajuda terapêutica. Tais diferenças acabam sendo muito discutidas e trabalhadas pelos cônjuges com o intuito de tornar a relação mais harmônica e equilibrada.

Nesse sentido, as intervenções terapêuticas visam instrumentalizar homens e mulheres no desafiador exercício de se manterem leais ao gênero a que pertencem, dentro de um relacionamento constituído na contemporaneidade, com todos os contornos por ela expressos. Homens e mulheres precisam garantir uma complementariedade salutar concomitante às suas realizações pessoais.

## 2.5 SATISFAÇÃO SEXUAL

O indivíduo tem a capacidade de integrar a vida sexual com os relacionamentos não sexuais e com as expectativas de vida. As pessoas além de possuírem uma identidade sexual distinta e um corpo que as leva do desejo ao orgasmo também refletem sobre o conforto e a facilidade com os quais conduzem as suas vidas sexuais e o comportamento sexual dos companheiros. (LEVINE, 1992,1998 *apud* PECHORRO, 2006)

Diante da diversidade de comportamento e expressões sexuais podemos encontrar pessoas que estão insatisfeitas com sua vida sexual mesmo não tendo qualquer disfunção sexual, talvez por não gostar mais do companheiro ou porque



sentem um esfriamento na relação sexual. Existem também aquelas pessoas que estão satisfeitas com vidas sexuais disfuncionais, talvez porque não saibam que a sexualidade pode funcionar melhor ou porque dão mais importância a outros fatores na sua vida. A avaliação da sexualidade humana esta longe de retratar inteiramente a vida sexual dado estar carregada de simbolismos individuais. (Pechorro,2006)

Pechorro (2006) em seu trabalho apresenta conceitos sobre satisfação sexual segundo diversos autores. A satisfação sexual para Davis & Petretic-Jackson (2000) é o fator psicológico que mais tem sido avaliado na área das disfunções sexuais. DeLamater (1991) propõe a definição da satisfação sexual com um grau no qual a atividades sexual de uma pessoa corresponde as suas expectativas. Davidson, Darling e Norton (1993) consideram que o sentimento de satisfação sexual está relacionado com experiências sexuais passadas do indivíduo, expectativas atuais e aspirações futuras. Para Pinney, Gerrard e Denney (1991) a satisfação tem um componente pessoal e um componente interpessoal. Inclui a satisfação com a frequência e forma da prática sexual e satisfação com o relacionamento com a parceria conjugal.

Em geral, a satisfação sexual tem sido relacionada com satisfação conjugal. Os homens e as mulheres que relatam estar satisfeitos com os seus relacionamentos sexuais também relatam estar satisfeitos com seus relacionamentos maritais. (DeLamater, 1991 *apud* Pechorro, 2006)

Existem diferenças significativas entre homens e mulheres. O casal normalmente desenvolve um guia sexual, definido como uma sequência de comportamentos específicos que usualmente levam ao coito. Uma vez criado, o guia tende a ser seguido cada vez que o casal mantém uma atividade sexual. Para as mulheres a qualidade emocional das interações sexuais parece ser a influência mais importante nas suas avaliações do relacionamento sexual, indicando que as mulheres que estão insatisfeitas querem mais amor, afeição e carinho, para os homens a quantidade da atividade sexual é o mais importante, dado que os homens que se declaram insatisfeitos querem mais frequência e variedade de atividades sexuais.

Bancroff, Loftus e Long (2003) *apud* Pechorro (2006) evidenciaram que a falta de bem estar emocional e os sentimentos emocionalmente negativos durante a atividade



sexual com o companheiro eram determinantes mais importantes do mal estar sexual que os aspectos fisiológicos da resposta sexual feminina.

Frank, Anderson e Rubinstein (1978) *apud* Pechorro (2006) a partir de uma amostra não representativa de 100 casais americanos analisaram a relação entre a satisfação sexual e a existência de problemas sexuais. Sobre as mulheres pode-se concluir que quanto mais disfunções e dificuldades afirmavam ter seus maridos, mais sexualmente insatisfeitas estavam, no caso dos homens não atingiu resultados significativos.

DeLamater (1991) *apud* Pechorro (2006) encontraram uma associação entre a insatisfação sexual e um aumento de incidência das disfunções sexuais, evidenciando que os casais com disfunção sexual tinham uma maior probabilidade de relatar insatisfação a sua interação sexual que o casais normais. Laumane, Paik e Rosen (1999) *apud* Pechorro (2006), num trabalho sobre os preditores de disfunção sexual nos Estados Unidos, demonstraram uma forte associação entre disfunção sexual e a insatisfação emocional e física, demonstrando que o desejo sexual hipoativo, a perturbação da excitação nas mulheres e a disfunção erétil eram os quadros clínicos mais fortemente relacionados com insatisfação.

Pechorro (2006) em seu trabalho faz uma correlação entre satisfação e maior frequência sexual, foi demonstrado que a insatisfação sexual tende a ser mais alta quando os sujeitos consideravam ter eles próprios problemas sexuais e a ser ainda mais alta quando pensavam que o companheiro tinha um problema sexual.

Hisasue et. al (2005) *apud* Pechorro (2006) numa investigação com 5042 mulheres japonesas dos 17 aos 88 anos encontraram correlação entre satisfação sexual e preliminares, orgasmos e frequência de atividade sexual. A capacidade erétil do companheiro não contribuía para a satisfação sexual da mulher, apesar de contribuir para a frequência sexual, e salientam a importância das preliminares para essa satisfação sexual. Os resultados obtidos por Hulbert et. al. *Apud* Hisasue et. al. (2005) *apud* Pechorro (2006) que demonstraram que 58,2% das mulheres consideravam as preliminares como o componente mais satisfatório do sexo com o companheiro, e apenas 11,2% consideravam o coito como o componente mais satisfatório.



A satisfação sexual tem demonstrado ser um constructo semelhante para homens e mulheres caracterizado por sentimentos positivos e não se define pela ausência de problemas ou sofrimento. Os fatores relacionais, em geral, a intimidade emocional é centrais para satisfação sexual conjugal. O olhar sobre o relacionamento oferece importantes estratégias para intervenção terapêutica. O olhar sobre esta questão tem sido pouco estudado no universo masculino. (PASCOAL, 2012)

### 3. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória, mediante revisão de literatura. Trata-se ainda de uma pesquisa qualitativa, submetida ao CEP, em atenção à resolução 466/2013 que regulamenta a pesquisa com seres humanos e orienta os itens apresentados no termo de consentimento livre e esclarecido (APENDICE A).

#### 3.1 Participantes

Visando alcançar os aspectos da pesquisa pretende-se selecionar 5 (cinco) casais heterossexuais que tenham procurado psicoterapia sexual com queixa de insatisfação devido a disfunção erétil e/ou ejaculação rápida.

Os participantes serão selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: casal heterossexual; possuir queixa de insatisfação sexual com disfunção masculina; possuir dez anos de relacionamento; possuir filhos; nível socioeducacional médio. Os critérios de exclusão são: casais recentes (com menos de dez anos de relação), sem dificuldades sexuais, sem filhos e com nível socioeconômico baixo. Pretende-se acessar estes sujeitos através dos contatos oferecidos pelos mesmos durante o primeiro atendimento para tratamento psicológico. Celular, email e os que ainda permanecem em acompanhamento psicoterapêutico, o informe presencial sobre o formato da pesquisa e seus objetivos.



### 3.2 Instrumentos de coleta de dados

Os dados serão acessados principalmente mediante entrevistas em profundidade (apêndice B), realizadas com cada cônjuge separadamente no mesmo dia. Cada participante responderá de forma independente às perguntas selecionadas pelo pesquisador. A entrevista individual tem o intuito de assegurar que os cônjuges não tenham prévio acesso às respostas do seu parceiro (a) e sobre o conteúdo da entrevista.

Pretende-se aplicar o mesmo instrumento ao casal. A entrevista em profundidade tem base nas perguntas disparadoras investigar a história do relacionamento do casal (namoro, noivado e casamento) incluindo as mudanças que ocorreram durante este processo de amadurecimento da relação. Pesquisar o sentimento desses participantes sobre o relacionamento compondo o temário com assuntos como: sexualidade – vida conjugal; satisfação sexual; influência da família de origem; filhos; trabalho; traição. Estes temas serão abordados de forma aberta sendo possível ao longo da entrevista acrescentar mais perguntas com o intuito de esclarecer possíveis dúvidas sobre os pontos da entrevista.

### 3.3. Procedimentos

Após a identificação dos participantes em potencial da pesquisa, eles serão contatados e orientados quanto aos objetivos e forma como a entrevista será realizada. Após obter anuência de ambos os cônjuges, serão agendados horários consecutivos para cada cônjuge. A entrevista em profundidade requer formação de vínculo com o entrevistador, o que representa um desafio para esta investigação, uma vez que se presume que os cônjuges dialoguem acerca do conteúdo, caso a entrevista não aconteça de forma concomitante ou consecutiva com ambos. A entrevista é definida por Haguette (1997:86) apud Boni e Quaresma (2005) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Diante da relevância do tema abordado, e da prática profissional esta pesquisa visa contribuir para futuros trabalho e publicações. Como etapas do trabalho a pesquisadora realizará uma minuciosa análise bibliográfica para contextualizar o



universo pesquisado, selecionar os sujeitos de pesquisa de modo criterioso pertencente ao seu universo laboral.

### 3.4 Análise de dados

TULL (1976, p 323) afirma que "um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular" e BONOMA (1985, p. 203) coloca que o "estudo de caso é uma descrição de uma situação gerencial".

YIN (1989, p. 23) afirma que "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas". Esta definição, apresentada como uma "definição mais técnica" por YIN (1989, p. 23), nos ajuda, segundo ele, a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade, o método experimental e o *survey*.

Ao comparar o Método do Estudo de Caso com outros métodos, YIN (1989) afirma que para se definir o método a ser usado é preciso analisar as questões que são colocadas pela investigação. De modo específico, este método é adequado para responder às questões "como" e "porque" que são questões explicativas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

O Estudo de Caso se caracteriza pela "... capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações." (YIN, 1989, p. 19)

## REFERÊNCIAS

- ABDO, C. *Sexualidade Humana e seus Transtornos* / Carmita Abdo – 2.ed. ver. e ampl – São Paulo: Lemos-Editorial, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Descobrimto sexual do Brasil: para curiosos e estudiosos* / Carmita Abdo – São Paulo: Summus, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estudo da Vida Sexual do Brasileiro (EVSB)*. São Paulo. Editora Bregantini, 2004.





ANDOLFI, M. *A crise do casal: uma perspectiva sistêmica-relacional* / Organizado por Maurizio Aldolfi; trad. Lauro Kahl e Giovanni Menegoz – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.  
BAUMAN, Z. *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONI, Valdete e QUARESMA, Silvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julh, p. 68-80, 2005.

BOZON, M. *Sexualidade e conjugalidade*. A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. Cad. Pagu, nº 20, Campinas, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Debates sobre gênero e patriarcado em construção de Therborn. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas* / José Euclimar Xavier de Menezes, Mary Garcia Castro, (orgs.) – São Paulo: Paulinas, 2009.

CIGOLI, V. E SCABINI, E. Construcción Del ideal de pareja y procesos de reconciliación. In: GONZÁLEZ, Maria Isabel. El cuidado de los vínculos. Mediación familiar y comunitaria. Facultad de Medicina. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2007.

DELA COLETA, Maria Ferreira. *Locus de controle e satisfação conjugal*. Psicologia, Teoria e Pesquisa, vol.8, nº2, 1992.

DEL PRIORE, M. *Histórias íntimas/ Mary Del Priore: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. *Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa vol.16, nº3, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*. Vol. 11; n. 2, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. Paidéia (Ribeirão Preto), Ago 2010, vol.20, no.46, p.269-278.

FLECK, A. e WAGNER, A. (2003) *A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar*. Psicologia em Estudo, Maringá, vol.8, num. esp., p. 31 – 38.

FOUCALT, M. I. *História da sexualidade I: A vontade de saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

FUKS, S. *A Intimidade nas Relações de Casal*. Desafios para Criação de Mundos Singulares na Pós-modernidade. Pensando Famílias/ Domus Centro de Terapia de Casal e família – Vol.1, n 1 (1999). Porto Alegre: Domus, 11-30, 1999.

GAGNON, John H. *Uma Interpretação do Desejo. Ensaio sobre o Estudo da Sexualidade*. Garamond, Rio de Janeiro, 2006

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Problemas no casamento: uma análise qualitativa. Estudos de Psicologia, 8 (1), 127-133, 2003.

GIDDENS, A. *O mundo em descontrolado : o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record. Família. p. 61-75, 2000.

GOMES, I. e PAIVA, M. *Casamento e família no sec. XXI: possibilidade de Holding?* Psicologia em Estudo, Maringá, vol. 8, num. esp., p. 3 – 9, 2003.

GOMES, ROMEU. Sexualidade masculina e saúde do homem; proposta para uma discussão. Ciência & Saúde Coletiva, 8(3), 825-829, 2003.

LAMELA, D. *Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano*. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Hum. 2009; 19(1): 114-121, 2009.





LIPOVETSKY, G. *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.

\_\_\_\_\_. *A terceira mulher – Permanência e Revolução do Feminino*; tradução de Maria João batalha Reis. Instituto Piaget, 303p, 1997.

LUZ, G. *Vaginismo – Quando o casal sobrevive? Pensando Famílias/ Domus Centro de Terapia de Casal e família – Vol.1, n 1 (1999)*. Porto Alegre: Domus, 31-43, 1999.

MIRANDA, Erice da Silva. Satisfação conjugal e aspectos relacionados: a influência da comunicação, da semelhança de atitudes e da percepção interpessoal. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 39, 1987.

MONTEIRO, A. *Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira*. *Psicol. cienc. prof.* v. 21, nº 3, Brasília, set.(2001).

MOSMANN, Clarisse; WAGNER, Adriana; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paideia*, 16, 2006.

NICHOLSON, L. *Interpretando o gênero*. *Estudos feministas*, vol.8, nº2, 2000.

NOGUEIRA, T. *Mudanças no relacionamento afetivo-sexual / Tânia Glória Nogueira – São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 118p, 2003*.

NORGREN, Maria de Betânia Paes; SOUZA, Rosane Mantilla de; KASLOW, Florence; HAMMERSHMIDT, Helga; SHARLIN, Shlomo A.. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de psicologia (Natal) vol.9 nº3 Natal Sep/Dec. 2004*

PECHORRO, Pedro Fernandes dos Santos. *Funcionamento sexual e ciclo de vida em mulheres portuguesas*. Orientador: Profº Doutor Antônio Diniz. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2006.

PEREL, E. *Sexo no cativo / Esther Perel*; tradução Adalgisa Campos da Silva – Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PERLIN, Giovana Dal Bianco. *Casamentos contemporâneos: um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2006

RICHARDSON, Roberto Jarry e col. *Pesquisa social. Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 2009 (3ª Ed.) – páginas 15-55.

SCOTT, J. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Trad. SOS: Corpo e Cidadania, mimeo, 1995.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, vol. 26, nº3, Brasília, jul./set., 2010.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900 – 2000/ Goran Therborn*; tradução Elisabete Doria Bilac – São Paulo: Contexto, 2006.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin*; Trad. Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena – 4ª Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.



## **SEXUALIDADE, VULNERABILIDADE E GÊNERO: ABORDAGEM SOCIOHISTÓRICA DA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DO HIV/AIDS**

TENÓRIO, Luiza Carla. F. R. M

*Estudante do Programa de mestrado em Cognição e Linguagem  
luizacarlaltenorio@gmail.com*

OLIVEIRA, André Luiz Gomes

*Estudante do Programa de mestrado em Cognição e Linguagem  
andrewlui@ig.com.br*

SOUZA, Carlos Henrique

Medeiros

*Professor do Programa de mestrado em Cognição e Linguagem  
chmsouza@gmail.com*

765

### **Resumo:**

Aborda questões históricas, sociais e culturais presentes nas relações de gênero, analisando a sexualidade feminina em todo seu desenvolvimento etário e os fatores concernentes a vulnerabilidade do gênero no contexto da epidemia de HIV/AIDS. Pois historicamente o governo e os órgãos epidemiológicos brasileiros negligenciaram a contaminação do gênero feminino por quase 10 anos e a partir deste contexto a mulher foi responsabilizada socialmente e culturalmente pela disseminação e controle da doença. A partir da análise do perfil e comportamento sexual da população brasileira pode-se observar os fatores culturais e sociais condicionadores da identidade feminina e dos papéis masculino e feminino. Ressaltando a diferenciação cultural masculino/feminino que repercuti a vulnerabilidade e o tradicional silêncio feminino a cerca da sexualidade feminina, sendo fator dificultador das negociações nas relações gênero e na adoção de práticas sexuais seguras.

**Palavras-chave:** relações de gênero, sexualidade feminina e vulnerabilidade.

### **Abstract:**

Discusses historical, social and cultural issues present in gender relations, analyzing female sexuality in all its development and age factors concerning the vulnerability of gender in the context of the HIV / AIDS epidemic. Because historically the government and the Brazilian epidemiological organs neglected contamination females for nearly 10 years and from this context the woman was socially and culturally responsible for the spread and control of disease. From the analysis of the profile and sexual behavior of the population can be observed conditioners cultural and social factors of female identity and male and female roles. Underscoring the male / female cultural differentiation which has repercussions on the vulnerability and the traditional female silence about female sexuality, being a complicating factor in the negotiations of gender relations and the adoption of safer sexual practices.

**Keywords:** gender relations, female sexuality and vulnerability.



## Introdução

A epidemia da infecção do HIV/AIDS constitui um fenômeno global, dinâmico e instável, resultante das profundas desigualdades da sociedade brasileira. A propagação desta epidemia vem sofrendo transformações significativas, pois inicialmente a infecção pelo HIV era restrita aos grandes centros urbanos e marcadamente masculina sendo atualmente a epidemia do HIV caracterizada pelos processos de heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização. O aumento da transmissão do HIV por contato heterossexual implica no substancial crescimento de casos entre mulheres, a qual tem sido apontada como uma das mais importantes características do atual quadro da epidemia no Brasil.

Compreender o que é HIV/AIDS e sua epidemia vai além de saber conceitos, formas de contágio, comportamento de risco e prevenção. Embora a educação e a informação sejam fundamentais para a prevenção do HIV/AIDS, sendo até uma questão de cidadania, estas não são suficientes para proporcionar imediatamente as mudanças de comportamento necessárias para conter a epidemia. Visto a realidade vivida por mulheres portadoras do HIV ou com AIDS, a partir da análise antropológica do contexto cultural de contaminação da mulher.

Ao tratar das questões que tornam a mulher vulnerável a infecção pelo HIV/AIDS, faz-se necessário elucidar o contexto histórico e social determinante para a naturalização de situações ditas como naturais para a condição feminina e das relações entre os gêneros. Sendo importante ressaltar que as construções históricas e sociais variam em relação a cultura, e dentro desta, em diferentes classes, que se tornam evidentes em seus significados e recursos de enfrentamento.

Historicamente o governo e os órgãos epidemiológicos só reconheceram a mudança do perfil da AIDS no Brasil e sua relevante importância entre as mulheres em 1990. Sendo que a forma de transmissão por relação sexual entre heterossexuais é a categoria que continua a crescer, apresentando um aumento exorbitante na correlação homem e mulher de 24/1 na década de 80 para 2/1 no cenário epidemiológico atual do Brasil. Neste contexto a mulher em seu aspecto biológico é mais suscetível à infecção pelo HIV que o homem, por razões anatômicas e fisiológicas. Por esta razão a mulher corre o dobro do risco de contrair o HIV que o homem. O Ministério da Saúde ainda

**SEXUALIDADE, VULNERABILIDADE E GÊNERO: ABORDAGEM SOCIOHISTÓRICA DA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DO HIV/AIDS.** TENÓRIO, Luiza Carla. F. R. M., OLIVEIRA, André Luiz Gomes, SOUZA, Carlos Henrique Medeiros



aponta como fator da progressão de casos de AIDS entre mulheres, além do anatômico e fisiológico o de gênero (marginalização sociocultural).

Atualmente os portadores de HIV têm uma expectativa de vida maior e melhor qualidade de vida devido os avanços terapêuticos, por isso à preocupação com a qualidade de vida dos contaminados vêm aumentando. Mais ainda é possível observar que as mulheres chegam mais tardiamente aos serviços de saúde ou não são diagnosticadas. Nesta abordagem é possível identificar como as mulheres são negligenciadas pelos que fazem parte de sua vida (família, social, cultural).

767

### **Gênero e epidemiologia do HIV/AIDS**

Segundo a UnaidS em 1999 haviam 34,3 milhões de pessoas vivendo com HIV em todo mundo, sendo que 15,7 milhões eram mulheres, o que correspondia a quase metade das pessoas infectadas pelo vírus. Grande parte das mulheres se contaminou em idade reprodutiva, o que eleva o número de casos em crianças por transmissão vertical. Atualmente as mulheres encabeçam as estatísticas de contaminação, apresentando no período de 1994-1998 um percentual de aumento das notificações de 75,3, enquanto o percentual de notificações no mesmo período em homens apresentou um crescimento de 10,2%. Das mulheres diagnosticadas com AIDS em 2001, 56% não tinham história de múltiplos parceiros sexuais. (SILVEIRA, *et al*, 2002).

A epidemia do HIV/AIDS vem apresentando em sua dinâmica espacial aumento nos últimos anos, entre municípios pequenos, com menos de 50 mil habitantes, nestes municípios podem ser observadas menores proporções nas razões entre os sexos. Os valores da razão entre o sexo masculino e feminino passaram de 24:1 em 1985, para 6:1 em 1990, e para 2:1 em 1997, mantendo esta média de incidência. Neste contexto 57% das mulheres contaminadas são donas de casa com diversos níveis de escolaridade, sendo que mais de 70% destas mulheres apresentavam baixa escolaridade (menos de 08 anos de escolaridade, incluindo as analfabetas) (BRITO, 2000).

Gonçalves (2004) aponta que o gênero feminino encontra-se fragilizado e estigmatizado no contexto do HIV/AIDS, durante todo o percurso epidemiológico da doença onde posteriormente as mulheres que poderiam ser contaminadas pelo HIV/AIDS são as “pertencentes a grupos de risco” como profissionais do sexo e prostitutas (mulheres que se relacionavam com mais de um homem), estando mais uma



vez a mulher como símbolo do contágio. Simbolizando no contexto social a mulher contaminada com HIV/AIDS como imoral, desregrada e/ou prostituta.

Com a feminização da epidemiologia do HIV/AIDS à transmissão vertical do HIV, ou seja, a transmissão do vírus da mulher contaminada para seu filho durante a gravidez, parto ou aleitamento materno levou ao aumento da participação feminina na epidemiologia do HIV/AIDS. Sendo o primeiro registro de transmissão vertical em 1985 e até 2000 notificaram-se 5.409 casos desta transmissão, o que representa cerca de 2,8% do total de casos (BRITO, 2000).

A transmissão vertical do HIV/AIDS é um estigma fortemente vinculado ao gênero feminino, onde a mulher é vista como “vetor” da doença para seus filhos, estando a mulher novamente exposta como responsável pela disseminação e controle da doença. Na assistência a saúde a atenção era voltada para o bebê e a mãe responsabilizada exclusivamente pela transmissão do vírus para o filho, negando neste contexto qualquer responsabilidade da paternidade. Ficando explícita a marginalização da mulher em um período de vulnerabilidade biopsicossocial (gestação/maternidade). A partir do exposto e possível identificar setores de informação e comunicação explorando a vulnerabilidade feminina pela figura e representação social da mulher/mãe em manchetes como: “Mãe amamentando passa AIDS para o bebê”, “Ela tem os olhos do pai e a AIDS da mãe”, comprovando assim a dissociação entre a maternidade e a sexualidade feminina (GONÇALVES, 2004).

Segundo Parker (1996, p.370) a AIDS tem sido considerada uma doença predominantemente masculina, e nem mesmo essa maior visibilidade no gênero feminino mudou esta vinculação. Apresentando a questão do “silêncio” da mulher acerca da AIDS e de questões relacionadas à sexualidade feminina. [...]” Há mais de uma década, as complexas questões que vinculam a epidemia de HIV/AIDS às mulheres vêm sendo envolvidas por um silêncio de proporções inacreditáveis” [...]. Neste contexto o atual discurso que “a AIDS é um risco de todos” contrapõe-se a ausência ou negligência em medidas efetivas ao que diz respeito às mulheres, principalmente as mulheres idosas. Necessitando de políticas sociais atuantes voltadas a população feminina. Outra questão demarcada pelo autor que pouco se sabe no Brasil sobre mulheres usuárias de drogas injetáveis, apresentando uma questão urgente nas



especificidades da mulher usuária, assim como a mulher parceira sexual do usuário de drogas.

### **Perfil sexual Brasileiro: recorte sociohistóricos das relações de gênero**

O perfil e o comportamento sexual da população brasileira apresentam aspectos igualitários e divergentes em relação ao gênero. Ambos os gêneros consideram carinho e afeto os elementos mais importantes num relacionamento sexual, já em relação ao medo o gênero masculino refere como seu maior medo o “mau desempenho sexual”, enquanto o gênero feminino refere à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. As disfunções sexuais mais presentes no gênero masculino são a disfunção erétil e a ejaculação precoce e no gênero feminino a disfunção orgástica e a dor na relação sexual. As mulheres atualmente iniciam a vida sexual 5,6 anos mais cedo que há 40 anos enquanto que para os homens não se observou grande diferença. O número médio de relações sexuais por semana apresentada pelos homens foi de 3,1 e para as mulheres 2,8. As dificuldades sexuais do gênero masculino estão relacionadas a problemas físicos (prostatismo, hipertensão arterial sistêmica) enquanto as dificuldades femininas se relacionam a problemas de ordem psicológica e de relacionamento. Sendo que elementos de ordem psicológica, como conflitos emocionais e estresse podem interferir negativamente na resposta sexual em ambos os sexos. Os homens referem melhor qualidade de vida sexual que as mulheres, e a insatisfação sexual aumenta com a idade para ambos os sexos (ABDO, *et al*, 2014).

O aumento da expectativa de vida e a evolução da biomedicina através das terapias hormonais, medicamentos para libido, pílulas e prótese para disfunções de ereção; possibilitou uma crescente demanda na área da sexualidade na segunda metade da vida, proporcionando visibilidade social desta camada da população. Mesmo com estas evoluções a sexualidade no processo de envelhecimento ainda é um assunto particularmente contaminado com preconceitos. Os estereótipos relacionados à degradação biológica no processo de envelhecimento ainda continuam presentes no pensamento cultural. Até recentemente acreditava-se que por volta dos cinquenta anos o declínio da função sexual seria inevitável, nas mulheres através da menopausa e no homem devido às disfunções de ereção, além da perda do objetivo social da atividade sexual que seria a procriação (VASCONCELOS, 2004).





A autora apresenta que no contexto do envelhecimento a sociedade contemporânea valoriza culturalmente o corpo jovem e deprecia o corpo do idoso (envelhecido) em termos de aptidão e atração sexual, principalmente as mulheres. Outro preconceito social acerca do gênero feminino no processo de envelhecimento se dá acerca da manifestação da sexualidade na velhice que rapidamente é interpretada como sinal de demência senil. Sendo a mulher idosa compelida a suprimir deliberadamente sua sexualidade para evitar conflitos de ordem social afetando neste processo até mesmo sua autoestima. O motivo da cessação das relações sexuais difere em relação ao gênero, os homens deixam de ter relações e tornam-se impotentes por não entenderem as mudanças fisiológicas do envelhecimento, interpretando-as como impotência. Com a autoestima baixa e com medo da frustração acabam por evitar ou cessar as relações sexuais. A limitação ou cessão das relações sexualizadas em mulheres estão relacionadas à falta de um parceiro disponível, visto as condições de oportunidade conjugal (frustração/impotência) e a expectativa de vida superior a do homem/parceiro.

As questões acerca da sexualidade e do comportamento sexual feminino vem se tornando um dos assuntos mais divulgados no mundo atual, devido às profundas mudanças e transformações da sociedade após a II Guerra Mundial, destacando a “liberdade sexual” e social da mulher, visto seu novo papel independente, ocupando terrenos antes exclusivos do homem nas artes, na literatura, na indústria ou nos esportes. Essas transformações culturais e morais acarretaram novos problemas sociais e agravaram outros já existentes como: prostituição, aborto, homossexualidade, desajustes conjugais, divórcio e outros. Com isso, a família como célula de destaque da sociedade sofreu sérios abalos. Nesta forma de organização familiar, o sexo tem objetivo de reprodução, sendo cultural a valorização do casamento, a fidelidade feminina e a infidelidade masculina. A sexualidade na concepção religiosa é carregada de tabus como: o “pecado” de Adão e Eva que apresenta o relacionamento sexual ligado a um sentimento “de vergonha”, que os anjos são assexuados e por isso puros, e que o diabo representa a sexualidade vivida em promiscuidade apresentando esta imagem do sexo e do prazer (CANO, 2000).

O autor expõe que sexualidade foi fortemente influenciada pelas ideias cristãs, culturais, políticas e econômicas, as quais determinam que a iniciação sexual da mulher deveria ser no casamento para fins de procriação, enquanto ao homem são permitidas a





prática sexual e a busca do prazer fora do matrimônio. O patriarquismo no Brasil não foi apenas uma forma de organização familiar e social, mais também uma construção ideológica dos conceitos de homem e mulher em termos de que o homem é um ser forte, superior, ativo, viril e com potencial para violência, e que a mulher é um ser inferior em todos os sentidos fraca, dócil, bela, desejada e sujeita à dominação masculina. Já o erotismo representa uma transgressão às relações morais nos relacionamentos entre homem e mulher a partir de sua categorização de passivo e ativo. Apresentando o corpo feminino como o corpo violado, a partir da análise das relações sexuais onde a dominação sexual constitui o significado social do homem e a condição de subordinação e submissão o significado social da mulher. Estando essa relação de poder e dominação presentes nas relações de gênero.

Neste contexto a liberdade sexual da mulher constitui duas vertentes a do prazer e do perigo, a do perigo pelos aspectos irrefutáveis envolvidos no exercício da sexualidade (estupro, abuso, espancamento) e a do prazer representado pelo erotismo na busca de novas alternativas eróticas para transgredir as restrições impostas à sexualidade como objetivo de reprodução. Não devendo o “prazer” ser tomado como algo simples, pois a ausência do perigo, o consentimento e a vontade não garantem a tradução do prazer. A relação entre o sexo e o feminismo sempre foi muito complexa, isso se justifica também pelo fato da representação de opressão do gênero desde o nascimento até seu desenvolvimento pelas críticas e restrições do comportamento sexual das mulheres. Estando as relações de poder formadas e reguladas pela sexualidade; e a modelação, direção e expressão da sexualidade presentes na organização da sociedade em dois sexos, mulher e homem, sendo que as relações sexuais não podem ser reduzidas a posições de gênero (GREGORI, 2004).

Segundo o autor as práticas e escolhas sexuais modelam um sistema hierárquico de valorização sexual, nela a sexualidade considerada normal é a que se exercita por meio do matrimônio. Estando o escalonamento de valorização sexual distribuídos da seguinte forma: relações heterossexuais firmadas em matrimônio, casais heterossexuais monogâmicos não casados, solteiros com vida sexual ativa, casais estáveis de gays e lésbicas, gays solteiros sem vida promíscua, fetichistas, sadomasoquistas, posições não masculinas ou femininas (travestis, drag queens), sexo pago, sexo inter-geracional (entre adultos e menores de idades quando não são casos de punição judiciária-



pedofilia), sendo esta análise uma associação da escolha sexual à constituição de identidades coletivas. Ao tratar da visão que é apresentada acerca da sexualidade feminina grande parte dos estudos apresenta duas vertentes; a primeira o desejo e a objetivação do corpo feminino e a segunda uma crítica a depreciação/preconceito da sexualidade presente nas relações mulher/mulher.

Neste contexto os contrastes culturais e sociais podem ser vistos até no mercado convencional do sexo, que apesar de possuir um sentido de transgressão de restrições e livre exercício da sexualidade, se apresentam como um “erotismo politicamente correto”. Sendo que a grande maioria dos materiais eróticos visa o público heterossexual, concernentes a um determinado modelo de desejo que pressupõe exercício de fantasias sexuais, sendo estes elementos simbólicos e variáveis historicamente, socialmente geograficamente. Onde os adornos que salientam os aspectos do corpo têm características feminizadas e os adornos masculinizados configuram o lócus do corpo que penetra. Sendo que o exercício da sexualidade do mesmo sexo (mulher/mulher) tem o sentido de aceitação pela lógica de ser um desejo voyeur masculino. Onde a aceitação do corpo que deseja e o corpo do objeto de desejo são demarcados pelo simbolismo masculino (GREGORI, 2004).

### **Vulnerabilidade e gênero**

Historicamente no processo de formação da imagem da mulher e do homem frente à sociedade possibilitou o confronto dos gêneros, no tocante a força, ao comando da vida social e em várias situações como objeto dos desejos masculino, neste sentido a mulher sempre vestida de ternura e representando uma figura vulnerável.

A palavra vulnerabilidade está ligada ao contexto da fragilidade, desproteção, desfavor e abandono sociocultural do gênero feminino. O que demanda a necessidade de proteção das mulheres vulneráveis circunstancialmente, ou seja, a necessidade de utilização de práticas políticas e sociais diretas e duras que efetivem a diminuição da iniquidade em relação a mulher. Pois a desigualdade social, a assimetria de gênero, a falta de acesso à educação, saúde e informação, ainda são fatores de vulnerabilidade para as mulheres. A importância do conceito de vulnerabilidade está em considerar a possibilidade de exposição à infecção, atentando não só para os aspectos individuais mais também coletivos, e as dificuldades na adoção de medidas de proteção. Em outras



palavras estar vulnerável significa não ter meios para se proteger, não ter acesso ao cuidado, é também não ter liberdade para escolher ou propor (GONÇALVES, 2004).

Outro fator relacionado à vulnerabilidade da mulher é a progressiva feminização da pobreza e miséria, pois apesar das mulheres terem sido incorporadas ao mercado formal de trabalho, as que vivem em situação de pobreza tornam-se cada vez mais excluídas, não só pela opressão da classe, mais também pela opressão do gênero. A feminização da pobreza ainda pode ser vista, mesmo após os ganhos importantes do gênero feminino nas conquistas dos direitos civis e políticos adicionais. Sendo os aspectos econômicos e políticos intimamente ligados à organização social e a vulnerabilidade (desigualdade/opressão) a contaminação pelo HIV/AIDS (SALDANHA, 2003).

Estudos sobre a auto percepção das mulheres acerca da vulnerabilidade do gênero ao contágio de DSTs e HIV/AIDS mostram que a prevalência do comportamento de risco é alta na população feminina em geral, e que a percepção da vulnerabilidade do gênero é baixa e frequentemente inadequada. E a maioria das mulheres apresenta um ou dois comportamentos de risco, sendo os comportamentos de risco mais comuns: o início precoce da atividade sexual, o não uso de preservativo e o uso de álcool/drogas pelo parceiro. Constatando assim que a auto percepção da vulnerabilidade feminina não é um bom indicador, já que as mulheres não identificam corretamente seu nível de risco (SILVEIRA, *et al*, 2002).

Segundo Martin (1997) em análise acerca da utilização do preservativo por mulheres antes da contaminação, foi observada a interpretação comportamental que a mulher que pede para um parceiro usar “camisinha” pode condenar a relação em não estável ou sem compromisso. O sexo inseguro neste contexto está longe de ser uma prática de risco e irresponsável pela lógica social e cultural das relações de gênero em relações estáveis que erroneamente se isentam da realidade social do HIV/AIDS e as práticas sexuais de risco. Estando essa não preocupação com a AIDS relacionada a um código moral (casamento, relacionamento afetivo) que parece garantir as mulheres uma imunidade em relação à contaminação, esta despreocupação e garantia acaba por isentar a mulher da sensação de culpa quando contaminada, assumindo assim o papel de vítima, mesmo aquelas que têm conhecimento das práticas de risco do parceiro.

Analisando o conhecimento em relação aos riscos ou perigo de se contaminar



com o parceiro foi apresentada desde desconfianças do comportamento do parceiro até buscas deliberadas por exames, acredita-se que com o conhecimento do risco as pessoas vão se precaver de situações de contaminação, mas mesmo a consciência do risco não proporcionou a desejada mudança da prática sexual segura.

A lógica por traz do conhecimento do risco da contaminação pelas mulheres e a escolha por se arriscar está fortemente ligada à emoção e a afetividade do amor, sendo apresentada a incompatibilidade da prevenção do HIV/AIDS com o relacionamento (representando o amor). Já na contaminação o amor e a doença têm como ponte de mediação a sexualidade. Estando as questões do gênero e da sexualidade presente a todo momento no discurso de prevenção das mulheres infectadas pelo HIV/AIDS, sendo destacado como principal o “diálogo entre os gêneros” acerca do relacionamento aberto, conhecimento real do parceiro (prática sexual insegura, número de parceiros) e acordo quanto ao uso da camisinha. Tornando-se necessário analisar a condição feminina por trás das diferenças de gênero, visto que o amor e a afetividade têm valor privilegiado do ponto de vista social sobrepondo até mesmo o risco de contaminação do HIV/AIDS. Neste contexto as mulheres amam e se arriscam ao mesmo tempo que perdoam, cuidam e suportam situações insuportáveis (violência, desrespeito) por desconhecimento do comportamento do parceiro. (MARTIN, 1997).

## Conclusão

No início da epidemia da AIDS, a doença foi apresentada pela ciência médica e reforçada pela mídia como uma afecção configurada de morte, contágio e sexo. Tais domínios caracterizam os componentes enraizados na cultura que causam enorme impacto no plano simbólico, difundidos pela sociedade de forma intensa e irreversível, demarcando a construção histórica e social da doença. No início da epidemia do HIV/AIDS a degradante vivência dos infectados, o senso comum e a reprodução social delinearão o estigma da doença. Implicando assim na vulnerabilidade, discriminação e preconceito do portador de HIV/AIDS. O discurso do HIV/AIDS transgrediu o campo da ciência, se apresentando como objeto privilegiado do discurso religioso (pecado/castigo) reforçando a vulnerabilidade do gênero feminino com ênfase nas relações sociais (matrimônio/proteção). Assim, o Brasil, um país caracterizado pelas



diferenças geográficas e desigualdades sociais somada as assimetrias de gênero, apresenta um perfil epidemiológico de pauperização, heterossexualização e feminização.

A modificação do perfil epidemiológico de gênero da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) caracteriza-se pelo aumento da epidemia entre as mulheres, principalmente entre aquelas que se encontram em relacionamentos estáveis. Para estas, a principal causa de exposição ao risco ultrapassa os determinantes tradicionalmente considerados pelos formuladores de políticas públicas e sociais. Esta causa está intimamente ligada aos padrões de moralidade vinculada à conjugalidade, à crença na segurança das relações estáveis/efetivas, se revela como fator de exposição permanente ao estado de vulnerabilidade do gênero. A confluência entre valores morais, identidade de gênero construída socialmente e o processo de atenção a políticas públicas e sociais à saúde feminina, transforma as mulheres nessa situação em escravas do risco. Diante dessa realidade, as políticas de proteção à mulher necessitam considerar as crenças morais ligadas às relações afetivo-sexuais como o principal fator de exposição ao risco de contrair o HIV/AIDS.

Os papéis culturais e sociais dos gêneros e seu desenvolvimento nas diversas etapas da vida, marcam as alterações biopsicosociais que caracterizam estereótipos e valores ligados à sexualidade internalizados ao longo da vida. A sexualidade se apresenta como fator de vulnerabilidade do gênero feminino, pois a expressão desta está demarcada pelos papéis e desigualdade de gênero. Sendo o aumento da epidemia do HIV/AIDS um indicativo da dificuldade de oferecer respostas institucionais para a contenção da epidemia e sobre tudo das questões relacionadas à identidade de gênero, que determina os papéis sociais de homens e mulheres, cuja a assimetria aumenta a vulnerabilidade das mulheres. Sendo a desigualdade de gênero um dos fatores estruturais da disseminação do HIV/AIDS, juntamente com o subdesenvolvimento econômico e pobreza; e mobilidade (migração e trabalho sazonal).



## REFERÊNCIA

ABDO, C, H, N; JUNIOR, W, M, Oliveira; MOREIRA, E, D, Moreira; FITTIPALDI, J, A, S. **Perfil sexual da população brasileira: resultado do Estudo do Comportamento Sexual (ECOS) do Brasileira**. Copyright Moreira Jr. São Paulo, 2014.

BRITO, Ana Maria de, CASTILHO, Euclides Ayres de. SZWACWALD, Célia Landmann. **AIDS e Infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2000.

CANO, M. A. T. FERRIANI, M. G. C, GOMES, R. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico**. Revista Latino-americana de Enfermagem. Ribeirão Preto, 2000.

GONÇALVES, Erli Helena Gonçalves, VARANDAS, Renata. **O papel da mídia na prevenção do HIV/Aids e a representação da mulher no contextoda epidemia**. Ciência & Saúde Coletiva. São Paulo, 2004.

GREGORI, M, F. **Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M**. Quaderns-e de InstitutCatalá d' Antropologia. Revistes CatalanesambAccésObert (RACO), 2004.

MARTIN, Denise. **Mulher e Aids: uma abordagem antropológica**. Revista USP. São Paulo, 1997.

PARKER, R, GALVÃO, J. **Introdução – A omissão do Poder Público. Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil**. ABIA-IMS/UERJ- Relume-Duramá, Rio de Janeiro, 1996.

SALDANHA, Ana, A, W. **Vulnerabilidade e construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamentos estáveis**. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2003.

SILVEIRA, Mariângela, F; BÉRIA, Jorge. U; HORTA, Bernardo. L; TOMASI, Elaine. **Autopercepção de vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis e Aids em mulheres**. Revista saúde pública. Rio Grande do Sul, 2002.

VASCONCELOS, Doris, NOVO, R. F, CASTRO. O.P, VION-DURY.K, RUSCHEL.A. COUTO M. C. P. P, GIANE. P. C. A. **A sexualidade no processo de envelhecimento: novas perspectivas – comparação transcultural**. Estudos da Psicologia, 2004.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 8**

**CULTURA MATERIAL E  
PATRIMÔNIO CULTURAL**





**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 8

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 8

### **9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

#### **8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

#### **10h20-10h50 – Intervalo, Café**

#### **10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

#### **Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 8

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.





A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 8

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: ENTRE PRÁTICAS ECONÔMICAS E A HUMANIZAÇÃO DO ESPAÇO - PIMENTEL, Paula .....	1-12
CONSTRUCCIÓN DE UN INSTRUMENTAL DE ANÁLISIS PARA EL CASO DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO (URUGUAY): DISPOSITIVOS MEMORIALES - DALLONA, Laura Ibarlucea .....	13-33
PATRIMÔNIOS CULTURAIS MATERIAIS DE SÃO JOÃO DA BARRA: IDENTIFICAÇÃO E LEVANTAMENTO - ALVES, Mirian Viana; TEIXEIRA, Simonne .....	34-46
PATRIMONIO MATERIAL E CULTURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU EM GUARATUBA-PR - FERNANDES, Rosane Patrícia; BANDEIRA Dione da Rocha; WASILEWSKI, Marcos .....	47-65
O RIO E OS MUSEUS: PERCUSOS PARA DESVENDAR CIDADES MARAVILHOSAS - OLIVEIRA, Renata de Almeida; ABREU, Regina .....	66-81
POR UMA REAPROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL: PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO DO FORTE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – FERNANDO DE NORONHA - BARROS, Carlina Rocha de Almeida; NORMANDE, Maíra Matos .....	82-100
“O PONTO DE VISTA DO NATIVO”: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NA ATIVIDADE PESQUEIRA - ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; SILVA, Queite Marrone Soares da .....	101-118
A HISTÓRIA DO MORRO DO HOSPÍCIO (SÃO FRANCISCO DO SUL): PRIMEIROS PASSOS DO ESTUDO NA PERSPECTIVA DA CULTURA MATERIAL - BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda Mara; ALMEIDA, Graciela Tules de .....	119-136
IDENTIDADES E PATRIMÔNIO CULTURAL: O SABER-FAZER EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COLONIAIS NA QUARTA COLÔNIA-RS - GUIMARÃES, Gisele Martins; PINHEIRO, Rogério Oliveira .....	137-155
AS FACES E INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA BAHIA - PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira .....	156-169
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO EIXO PARA A INTERDISCIPLINARIDADE - MACHADO, Carlos José de Azevedo .....	170-182



COSMOLOGIA MAKUXI: ARTE, MITOS E RITOS - SOUZA, Maria Socorro Alves de; TORRES, Iraídes Caldas .....	183-194
MULHERES NA GESTÃO DE CTG'S: O PERFIL DAS PATROAS NO RIO GRANDE DO SUL - CUNHA, Lília Sabrina; KARAWEJCZYK, Tamara Cecilia .....	195-210
INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM PATRIMÔNIOS COM A BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA: ESTUDO DE CASO DAS UFF E UFPI - NETTO, Marcia Ferreira; SANCHEZ, Marcela Maria Freire .....	211-223
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL FRENTE À URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA – JOINVILLE/SC - FLORES, Maria Bernadete Ramos; KALB, Christiane Heloísa .....	224-239
A CANTAREIRA AINDA É NOSSA? APONTAMENTOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA CULTURA, GENTRIFICAÇÃO E O FIM DAS AREAS DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE URBANO EM NITERÓI – RJ - TERRA, Alessandra Dale Giacomini; MADEIRA FILHO, Wilson .....	240-255
O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS EM DISCUSSÃO: O EMBATE ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O CRESCIMENTO URBANO DESENFREADO - RANGEL, Tauã Lima Verdan; GARCIA, Cláudia Moreira Hehr .....	256-270
ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCATIVO DA ESCOLA PROFISSIONAL NILO PEÇANHA, CAMPOS (RJ) - SILVA, Euza de Souza; MARTINEZ, Silvia Alicia .....	271-285
O QUE, COMO E POR QUE PRESERVAR? O PRINCÍPIO DOS TOMBAMENTOS EM PETRÓPOLIS E A REFUNCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL - MAURÍCIO, Marjorie .....	286-297
PATRIMÔNIO HIDRÁULICO: UMA LEITURA SOBRE A CULTURA MATERIAL - TEIXEIRA, Simonne .....	298-311



## A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: ENTRE PRÁTICAS ECONÔMICAS E A HUMANIZAÇÃO DO ESPAÇO

PIMENTEL, Paula

*Estudante de mestrado do PPG- Memória Social-UNIRIO*  
*pimentel.paula@hotmail.com*

1

**RESUMO:** A cidade de Campos dos Goytacazes situada no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro vem passando por transformações em seu espaço urbano devido ao macro projeto urbano que está atrelado a uma política cultural. Trata-se da revitalização do espaço urbano do centro histórico da cidade aonde a proposta faz parte da criação de uma 'nova economia', já que a indústria petrolífera, hoje, atingiu o seu auge. Nesse sentido, há uma preocupação com o futuro econômico da região e, em consequência, a tentativa de colocar em prática esta 'nova economia' que valoriza o que é local e presente no espaço urbano como pontos turísticos históricos. Desse modo, o ensaio apresenta uma etnografia econômica, e por último, uma discussão sobre o que vem a ser esta 'nova economia' que surge vinculada a relações estratégicas entre atores da esfera política e o empresariado local.

**Palavras-chave:** memória, espaço, economia.

**ABSTRACT:** The city of Campos dos Goytacazes in the North Fluminense State of Rio de Janeiro have been undergoing transformations in its urban space due to macro urban project that is linked to a cultural policy. This is the revitalization of the urban space of the historic center of the city where the proposal is part of the creation of a 'new economy', since the oil industry today reached its peak. In this sense, there is concern about the economic future of the region and, consequently, an attempting to put into practice this 'new economy' that values what is local and present in this urban space as historical attractions. Thus, the test shows an economic ethnography and finally a discussion of what comes to be this 'new economy' that appears linked to strategic relationships among actors in the political sphere and the local business community.

**Keywords:** memory, space, economy.

### Entre o global e o local: Práticas Econômicas na Modernidade Periférica

Este ensaio propõe desenvolver uma análise compreensiva do assunto abordado com intuito de incitar uma discussão sobre as práticas econômicas desenvolvidas no município de Campos/RJ. Nota-se uma articulação estratégica de uma política cultural municipal e o comércio local que investem em um discurso aonde se destaca uma memória regional com a intenção de inserção no contexto nacional econômico, o que leva a suscitar o debate entre o local e o global, visto que tais iniciativas, aqui, se encontram atreladas ao grupo dos



empresários. A pergunta que se pretende responder no final deste ensaio é: de que maneira o local, no caso, Campos/RJ, vem desenvolvendo suas práticas econômicas?

Não se pode deixar de fora desta discussão a problemática que esta região vive nos dias atuais. Campos/RJ sempre esteve envolvida na promessa de um desenvolvimento econômico próspero, durante as três primeiras décadas do século XX chegou ao auge com a produção do açúcar e se destacou nacionalmente. Após a falência dos engenhos de açúcar em 1940, no ano de 1978 se iniciou uma nova atividade econômica graças à descoberta do petróleo, e conseqüentemente o ‘boom’ da indústria petrolífera, porém a cidade perdeu sua posição de destaque para a cidade vizinha, Macaé, que passou a vivenciar o crescimento urbano e econômico inesperado.

A economia petrolífera abriu vagas de emprego na área tecnológica e fez alavancar os cursos técnicos profissionalizantes, mas ainda não foi suficiente para que houvesse grandes mudanças tanto sociais quanto infraestruturais da cidade, se tratando de um modelo econômico excludente. A promessa de um milagre desenvolvimentista permaneceu no imaginário local e hoje se resume em frustração por parte dos habitantes que se encontram sem alternativas no mercado de trabalho. A expectativa da população era com a possibilidade da vinda de grandes indústrias, o que não aconteceu.

O território Norte Fluminense passou por uma rápida mudança que afetou toda a região. A importância econômica do Norte Fluminense é reconhecida nacionalmente, porém a economia local aponta para uma estagnação, mesmo contando com o recurso do *royaltie*<sup>1</sup> em sua receita que possibilita o investimento em outros setores da economia. Ao tomar ciência destes fatores fica claro que existe uma articulação de estratégias entre as elites empresariais e as figuras políticas que possibilitam recentes incentivos a uma ‘nova economia’ que será melhor compreendida a diante.

Nos parágrafos acima, foram ilustradas as tensões que se processam no cenário local e global da região estudada, antes de seguir, necessita-se tornar claros os conceitos teóricos aqui utilizados como ferramentas que ajudam a pensar a realidade. O conceito de globalização,

<sup>1</sup> O *Royalty* é um recurso financeiro destinado aos municípios que possuem plataformas marítimas em operação e tem objetivo compensatório já que se trata de um recurso esgotável e de impacto ambiental.



aqui, se refere à “crescente aceleração da concreta interdependência global e da consciência da totalidade global no século XX” (1999:23). Desse modo, é o que vem buscando Campos/RJ, a possibilidade de um novo cenário político econômico que possa se incluir numa era de sociedades globalizadas.

Para que o leitor compreenda o espaço comercial da cidade ilustro com uma etnografia do comércio da parte central da cidade. O setor comercial desde seu início<sup>2</sup>, em 1953, teve suas dificuldades para se desenvolver e suprir a necessidade básica do mercado interno. Com a decadência do setor açucareiro (1970-1980), a atividade comercial se destaca e surge a ideia de solidificar o setor comercial com a criação da câmara de dirigentes lojistas (CDL) que passam a adotar medidas protecionistas, e assim fortalecer o comércio local.

Antes de dar seguimento à temática proposta, ressalto que esta análise está pautada sob uma perspectiva da antropologia econômica na qual Maurice Godelier lembra na obra *Antropología y economía* (1976) a importância da produção de trabalhos antropológicos<sup>3</sup> de viés econômico. Há uma passagem que nos interessa aonde Godelier reproduz a fala do etnólogo Raymond Firth<sup>4</sup> que chama atenção para a necessidade que teve em sua investigação da organização social através do parentesco ao se debruçar sobre a estrutura econômica e, que, o social e o econômico se encontrariam, muitas vezes, indissociáveis:

Después de haber publicado mi análisis de la estructura social, en especial de la estructura de parentesco (en *We, The Tikopia*, Londres, 1936), he analizado la estructura económica de la sociedad porque hay muchas relaciones sociales que se ponían más de manifiesto cuando se analizaba su contenido económico (GODELIER, 1976, 280).

A seguir, apresento uma etnografia como “descrição densa” (Geertz, 1989) do espaço central da cidade de Campos com intuito de registrar não só as práticas econômicas presentes, mas também a organização física que este espaço possui na cidade. Nesse sentido, a etnografia é o exercício de observar as situações da vida social considerando o ponto de vista dos interlocutores, participando e registrando as interações humanas visando à compreensão e interpretação dos simbolismos, conferindo sentido aos significados existentes na cultura.

<sup>2</sup> Sobre o início da atividade comercial em Campos ver dissertação: *O mapa da migração do capital do setor sucro-alcooleiro para o setor de serviços em Campos dos Goytacazes*. p.101-114.

<sup>3</sup> Cf. MALINOWSKI, B. *The Argonauts of Western Pacific* (1922), MAINE Ancient Law (1961), FIRTH R. *Primitive Polynesian Economy* (1939), entre outras.

<sup>4</sup> Cf. FIRTH, R., Prefácio da segunda edição (1976). *Primitive Polynesian Economy*, pg. XI.





Dessa forma, a observação participante permite a compreensão das experiências vivenciadas e a importância que o lugar tem para os usuários deste espaço.

### **Uma Etnografia do Centro Histórico em Campos dos Goytacazes**

*A cidade moderna, em mudança, é, sobretudo, uma praça de comércio e deve sua existência ao mercado ao redor da qual se desenvolve. A competência industrial e a divisão do trabalho, que com toda a probabilidade tem contribuído em grande medida ao desenvolvimento das energias latentes da humanidade, só são possíveis pela existência dos mercados, do dinheiro e de outros meios que facilitam os negócios e o comércio. (PARK, 1999,57)*

4

A parte central da cidade de Campos, o chamado ‘centro da cidade’ pelos campistas se caracteriza pelo intenso movimento comercial, o fluxo de carros nas ruas e de pessoas, nas estreitas calçadas. Ao caminhar pelo centro de olhos atentos ao que se passa ao redor encontramos uma cidade viva e pulsante, as calçadas estreitas cheias de gente indo e vindo a todo o momento.

As lojas do centro, em geral são lojas mais populares e de preço acessível, com isso atraem uma determinada classe social, em geral, estão distribuídas nessa área central, e abrem suas portas logo pela manhã, entre oito e nove horas.

É bastante comum ir ao centro para resolver problemas rotineiros da vida social, pela facilidade que existe na concentração de diversos mercados numa mesma área: o mercado municipal, o camelódromo e as ruas aos arredores com seus comércios lojistas, todos fazem parte da área central, porém com diferenças pontuais entre os comerciantes “os camelôs se diferenciam dos demais comerciantes da cidade, no caso, os lojistas, pela situação jurídica de sua ocupação, uma vez que não é o dono de seu espaço de trabalho, que é cedido pelo poder público, no caso, municipal” (2011:37).

Ainda pelo centro da cidade na Avenida Alberto Torres está localizado o terminal de parada obrigatória dos ônibus que circulam pela cidade, de um lado a bela paisagem do rio Paraíba, e do outro lado à cinzenta Praça São Salvador que foi reformada entre 2004 e 2005. Antes da reforma a Praça tinha uma paisagem verde da grama e das árvores, a reforma não



agradou a maioria da população que não se identifica com o novo cartão postal da cidade, cinza, sem sombra e escorregadia em dias chuvosos, a nova repaginada custou 46 milhões e provocou indignação a população. A praça se transformou em lugar de passagem, os habitantes lamentam com sentimento nostálgico do antigo espaço que fazia uso frequente, era um ambiente de sociabilidades e hoje apenas palco para shows gratuitos à noite e passagem de pedestres durante o dia.

Em uma conversa informal com o comerciante Mário<sup>5</sup>, 53 anos, em que me relatou que apesar de terem se passado dez anos, ainda sente saudade da antiga Praça:

*Essas obras fizeram do centro uma bagunça, isso tudo pra ganhar as eleições, porque só quem tem o seu comércio no centro sabe os transtornos que passamos, e esta Praça não tem nada a ver com o povo, nem com a cidade. Antigamente víamos a qualquer hora do dia os bancos ocupados, e as árvores dava uma sombra boa. (...) Eu penso também que essa revitalização das ruas, edifícios e estabelecimentos tem a intenção de movimentar mais a economia local, isso é o interesse de algumas pessoas. – Mário.*

Ao recordar Mário chama atenção para a falta de humanização dos espaços, a Praça perdeu significado que lhe conferiam, mas isso não significa que não possam surgir novos significados em decorrência das práticas sociais. Seu relato evidencia a estranheza das recentes obras no centro da cidade, e fica a desconfiança da intencionalidade do projeto urbano que traz a modernidade pros espaços, porém tem de conviver com o tradicional. Assim, as identidades culturais vão se definindo através das novas histórias que podem surgir e conseqüentemente serão conferidos novos significados aos lugares.

Ao caminhar pelo centro de Campos, espaço de atração econômica, social e política, observei não só pessoas apressadas, mas a organização física daquele espaço que foi construído por práticas sociais. As lojas estão organizadas lado a lado, a Praça São Salvador, considerada o lugar de referência da cidade, lugar de memória e espaço simbólico.

A igreja do Santíssimo Salvador está localizada em frente à Praça São Salvador, aos domingos de manhã agrega fiéis para assistirem a missa, Ana Lúcia, 48 anos, moradora e

<sup>5</sup> Com intuito de preservar a identidade dos informantes os nomes foram alterados.



usuária do espaço relata que *“o centro sempre foi visto com maus olhos, pouca pessoa vem pra cá passear a noite, isso fica um deserto, é perigoso”*. Portanto, a utilidade desse espaço é caracterizada pela atividade comercial, a noite há pouca movimentação e dependendo do horário, não há mais ninguém. O Mercado Público acorda cedo, de madrugada para dar início às vendas, é preciso deixar tudo preparado e organizado, os caminhões então descarregam e os feirantes são os primeiros a abrirem.

Próximo à Praça existe uma floricultura aberta durante o dia, mas seu diferencial é que ao entardecer, entre as 5 e 6 horas, se torna um espaço de lazer, homens se reúnem para jogar carta e tomar cerveja. Colocam uma mesa e algumas cadeiras e ali entre um jogo e outro gritam, riem e se divertem como se aquele espaço fosse privado. Nada tira a atenção daqueles que estão jogando nem as pessoas que passam, olham, comentam e seguem.

Às seis da tarde algumas lojas começam a fechar, e as ruas perdem o movimento. O comerciante José, 30 anos, relata que os comerciantes da área têm reclamado, pois o lucro já não é o mesmo e caiu nos últimos anos, isso se deve ao novo shopping construído na cidade, *“alguns clientes passaram a fazer compras à noite, porque o shopping está aberto esse horário e é um lugar seguro e bem cuidado”*.

Os frequentadores do centro de Campos reclamam dos roubos que acontecem frequentemente, o que faz do lugar uma área insegura, com pouco policiamento. Quando indaguei o Senhor José sobre a intencionalidade da revitalização, não se prolongou e disse: *“Querem transformar o centro numa Pelinca, que é muito mais bem cuidada”*. O bairro da Pelinca é considerado de classe média alta em Campos.

### **Por uma economia da cultura**

Nos veículos de comunicação midiáticos como: o rádio, a TV, a internet, e o jornal local nota-se a presença de um discurso que valoriza as ações políticas culturais desenvolvidas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Neste caso, é relevante se atentar também para o envolvimento e apoio que o comércio local dá as ações políticas culturais do município. Na esfera política quando o assunto é a transformação do espaço urbano da cidade o discurso



aparece sempre vinculado a: “tradição”, “modernização”, “desenvolvimento econômico”, “patrimônio cultural” e “memória regional”. Para tanto, durante a exposição da problemática tratada recorro a relatos divulgados na imprensa local, isso não apenas pela influência dos veículos de comunicação na sociedade, mas se faz necessário uma breve análise dos discursos recorrentes sobre a cidade. Nesse sentido, Néstor Canclini (2002) chama atenção para a influência dos relatos apresentados na mídia ao legitimarem os lugares de pertencimento:

Os relatos mais influentes sobre o que significa a cidade emergem agora da imprensa, do rádio e da televisão. No tumulto heterogêneo e disperso de signos de identificação e referência, os meios não propõem tanto uma nova ordem, mas sim oferecem um espetáculo reconfortante. Mais do que estabelecer novos lugares de pertencimento e de identificação de raízes, o importante para as mídias é oferecer certa intensidade de experiências (CANCLINI, 2002:3).

O que se atenta nos discursos é a exaltação de um patrimônio cultural que afirma uma identidade local com a intenção de obterem vantagens econômicas ao investir no mercado turístico. Para tanto, apresento neste último tópico a ênfase dada ao discurso de memória e de como é colocado em prática, visto que estas ações vêm sendo exercidas e compartilhadas com atores de diversas esferas do poder com objetivo de fazer alterações no espaço urbano central, tido como histórico. E com propósito de incitar uma discussão sobre o que vem a ser a ‘nova economia’ e porquê de tal aposta em investimentos em um novo setor econômico, o turismo, que visa expandir os lucros comerciais locais.

A intenção de realizar a revitalização do centro histórico da cidade chama a atenção para pensar na importância do espaço urbano para os habitantes e os comerciantes. Por que conferir importância ao espaço ou lugar? Algumas áreas principais são reconhecidas pelos moradores como áreas tradicionais, ou seja, os lugares são portadores de uma memória<sup>6</sup> que evidencia uma identidade.

<sup>6</sup> Aqui, me aproprio da idéia de que os lugares são portadores de uma memória, como no texto: *Sistemas construídos e memória: social: Uma arqueologia urbana?* (VOGEL e MELLO, 1984) aonde os autores esclarecem que: “As cidades são verdadeiros sistemas de memória, sistema construído e relações que o animam - constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo de modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as idéias e as relações característica de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética”. p.6



O centro da cidade de Campos nos últimos anos vem passando por diversas transformações, a primeira etapa do macro projeto urbanístico foi inaugurada no dia 10 de maio de 2013. Os jornais locais anunciaram o evento como importante passo para a ‘modernização’ da cidade, visto que o projeto de revitalização do espaço central tem remodelado alguns pontos. Dessa maneira, a atividade turística, no momento, está sendo colocada em questão por causa do enfoque dado a uma ‘economia cultural’<sup>7</sup> (YÚDICE, 2006) que se encontra em vigência no município. Assim, chamo atenção ao sentido conferido a *cultura*, que estrategicamente e de modo conveniente é utilizada como recurso a “iniciativas para promover a utilidade sociopolítica e econômica” (34:2006).

É válido pontuar que a revitalização do centro suscita alguns novos problemas aos envolvidos. “O comércio deverá seguir o novo padrão da regulamentação e normatização do Centro Histórico de Campos, que inclui a retirada de marquises e letreiros que agridam a paisagem urbana, recuperando o cenário histórico do local. A beleza arquitetônica dos prédios está escondida atrás dos letreiros. Segundo a nova regulamentação, os prédios não poderão ser envelopados ou escondidos por uma questão técnica, as lojas deverão evitar o gotejamento nas calçadas, a pintura deverá ser em tinta pastel, entre outras normas exigidas. O trabalho está sendo feito junto às lideranças da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Cajorpa e Associação do Comércio e Indústria de Campos – explicou Orávio”<sup>8</sup>.

As normas impostas aos comerciantes parece se tratar de uma cartilha de regras com objetivo de tornar o centro mais atrativo a que vem de fora. Diversas obras já foram realizadas, a reforma da Praça Prudente de Moraes, conhecida como Chá Chá Chá, a reforma da rodoviária do centro, a restauração do Solar do Visconde de Araruama que hoje funciona o Museu Histórico de Campos, a revitalização do Canal Campos-Macaé, mais conhecido como Beira Valão, a recuperação do Monumento ao Expedicionário localizado na Praça São Salvador, a construção da Praça de Alimentação e a quadra de basquete sob a ponte Leonel de Moura Brizola. A prefeitura ainda promete outras obras que incluem: a reforma do Shopping Popular Michell Hadad e do Mercado Municipal, e a recuperação do chafariz belga da Praça Quatro Jornadas.

<sup>7</sup> Termo desenvolvido por George Yudice Cf. *A Conveniência da Cultura* (2006)

<sup>8</sup> [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=18856](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18856)



Mas, o que pensa a população sobre esse novo modelo de cidade imposta? Os habitantes se questionam sobre as intenções das obras, uns dizem que é uma maneira de garantir a próxima eleição, outros relatam que há um único interesse: o econômico, tornar a cidade atrativa para o mercado turístico.

Há uma preocupação estética, de forma que tentam organizar o espaço encobrendo fios e placas de propagandas, “De acordo com o presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (COPPAM), Orávio de Campos, o grupo de trabalho que trata das obras do Centro Histórico está realizando estudos, no sentido de retirar a poluição visual dos prédios localizados no perímetro do centro”<sup>9</sup>. O macro projeto urbano do centro está sendo imposto sem um diálogo com a sociedade, o receio agora é do que está por vir com a reforma do Camelódromo e do Mercado. No entanto, a hipótese de que este novo investimento no mercado turístico é uma maneira de se apegar a uma alternativa de desenvolvimento econômico no Município depois do fracasso do Porto do Açú que era visto como a chegada de um progresso econômico para toda a região Norte Fluminense não deve ser descartada.

No ano passado foi lançado um inventário turístico da cidade que está presente no novo portal turístico, o site possui informações sobre as atividades turísticas, essas iniciativas ressaltam os investimentos visando a intencionalidade de se desenvolver uma nova economia. É evidente o objetivo de tais ações quando a prefeita declarou a imprensa: “*Estamos oferecendo uma gestão mais moderna no turismo. As pessoas vão se surpreender. Vamos criar uma nova economia na nossa cidade, pois o turismo traz recursos*”<sup>10</sup>. Com isso, sem dúvida, se pode ligar o evento das obras do centro ao novo plano econômico cultural que tem objetivo de melhorar o espaço do centro da cidade e conseqüentemente aumentarem os lucros comerciais com o discurso de estar patrocinando a preservação do patrimônio cultural. Também fica evidente o apoio de alguns empresários, o presidente da Carjopa (Associação dos Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências), Eduardo Chacur que se pronunciou dizendo que “*a área central se tornará um shopping a céu aberto*”.

Os apontamentos tratados neste artigo ilustram a temática proposta: a problemática da revitalização do espaço urbano em Campos dos Goytacazes que vem se processando nos

<sup>9</sup> [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=18856](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18856)

<sup>10</sup> [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=18786](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18786)



últimos anos. Este evento envolve diversos atores – os comerciantes, os políticos e os habitantes, cada um com seus interesses específicos.

O macro projeto urbano em desenvolvimento, a todo vapor, tem um custo de quase 65 milhões<sup>11</sup> e ainda é apresentado pelos seus idealizadores como sendo um grande passo para o bem estar da população. Mas, para os habitantes há uma grande controvérsia, se tratando de problemas urbanos a pauta do funcionamento do transporte coletivo<sup>12</sup> há tempos é reivindicada pela população, os ônibus são em sua maioria sucateados e a longa espera no ponto de ônibus comprova a ineficácia do sistema. Isso mostra que os interesses da população e da política local são distintos no que diz respeito à revitalização do centro fica claro que quem impõe este tipo de proposta está zelando por um determinado interesse econômico, político e social.

10

Com tudo, a memória é a questão que permeia o projeto de revitalização presente no discurso de preservação do patrimônio cultural dos bens materiais presentes no espaço central da cidade em que é frequentemente usado para garantir a legitimação<sup>13</sup> das obras, principalmente como justificativa de gastos públicos. Além disso, o espaço, dessa maneira, sofre alterações que nem sempre é pensada em seus usuários, como por exemplo, a Praça principal da cidade em que os habitantes não se identificam, há por trás dessa mudança um processo amplo que resulta em uma crise de identidade, nesse sentido Stuart Hall define a crise como um amplo processo:

A assim chamada “ crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2002:07)

Fica evidente na fala do presidente da Associação dos Comerciantes que o interesse dos comerciantes que apoiam a revitalização anseia por um novo espaço moderno de práticas econômicas. Não há em pauta uma preocupação em relação à identidade que certos pontos simbolizam para os habitantes. A questão chave se apresenta de forma que a identidade local

<sup>11</sup> [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=24415](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24415)

<sup>12</sup> <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/05/licitacao-do-transporte-publico-de-campos-rj-recebe-tres-propostas.html>

<sup>13</sup> <http://portal.iff.edu.br/campus/campos-centro/noticias/revitalizacao-de-centro-historico-e-tema-de-palestra>





está sendo lentamente substituída por uma identidade moderna que transforma o caráter tradicional e oferece a realidade periférica uma modernidade atrasada.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. (2011). *As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

BECKERT, J. (1996) "What is Sociological of about Economic Sociology? Uncertainty and Embeddedness of Economic Action" en *Theory & Society*. Vol. 25, número 6, pp. 804–840.

CANCLINI, Néstor García (2002). *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, pp.40-53

FREITAS, C. R. B. (2006). *O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública*. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

GEERTZ, Clifford (1989). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, p. 13-41.

GONÇALVES, Marco Antonio (2000). "Firth e os Tikopia. Da etnografia como experiência". Novos Estudos. Cebrap. São Paulo.

HALL, Stuart (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A

JACOBS, Jane (1973). *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Madrid: Ediciones Península.

LAMEGO, A. (2007). *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE.

LECLAIR, E. (1976). *Teoria económica y antropología económica*. In: GODELIER, M. (org) *Antropología y Economía. ¿ES POSIBLE LA ANTROPOLOGÍA ECONÓMICA?* Barcelona: Editorial Anagrama.

MARGEM, Frederico Muylaert (2007). *O mapa da migração do capital do setor sucroalcooleiro para o setor de serviços em Campos dos Goytacazes*. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Fevereiro.

PARK, R. E. (1999). *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona: Ediciones del Sebal.



PIQUET, Rosélia, GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves, DE OLIVEIRA, Elzira Lúcia (2006). *A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional*. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez.

ROBERTSON, Roland (1999). *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis, RJ, Vozes.

SIMMEL, G. (2009). *As grandes cidades e a vida do espírito*. Coleção: Artigo Lusofia, Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal.

SZTYTMAN, Renato (1998). Raymond Firth. *Nós, os Tikopias. Um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva*. Prefácio de Bronislaw Malinowski. Apresentação de Marcos Lanna. Edusp, São Paulo, 756 pp. Revista de Antropologia vol.41 n.2 São Paulo

VELHO, Gilberto (1978). “*Observando o familiar*”. In: Nunes, E. (org) *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar.

VOGEL, A. e MELLO, M. A. da Silva (1981) *Quando a rua vira casa, a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: IBAM / FINEP.

VOGEL, Arno e MELLO, M. Antônio da Silva (1984). *Sistemas construídos e memória: social: Uma arqueologia urbana?* Revista de Arqueologia, Belém, v.2, n.2, p.46-50.

YÚDICE, George (2006). *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG.



## CONSTRUCCIÓN DE UN INSTRUMENTAL DE ANÁLISIS PARA EL CASO DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO (URUGUAY): DISPOSITIVOS MEMORIALES

DALLONA, Laura Ibarlucea

*Mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória social e Patrimônio cultural – ICH - UFPEL*  
*libarlu@gmail.com*

13

### Resumen

El artículo propuesto pretende discutir algunos conceptos fundamentales para el desarrollo de una investigación mayor vinculada al análisis de las formas de relación entre las narrativas patrimonial-histórica y la turística, la construcción de identidad y la memoria para el caso del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento (Uruguay). A lo largo del texto se abordan algunos de los conceptos operativos para el desarrollo de esa investigación ulterior. Estos conceptos se construyen a partir de la revisión crítica de algunas de las principales líneas del debate teórico, así como de las formulaciones de las instituciones asociadas a la protección del patrimonio y a la promoción del turismo (UNESCO, ICOMOS, OMT, etc.) y son puestas en acción en referencia al caso particular del Barrio histórico de Colonia del Sacramento en tanto Patrimonio Mundial de la Humanidad. Paralelamente se configura la categoría de dispositivo memorial como instrumento para el análisis y la interpretación del caso.

**Palabras clave:** Patrimonio cultural. Dispositivo memorial. Colonia del Sacramento.

### Abstract

*Construction of an analysis apparatus for the case of Historic Quarter of Colonia Del Sacramento (Uruguay): memorial devices.*

The proposed article aims to discuss some fundamental concepts for the development of further research related to the analysis the forms of relationship between historic heritage and tourism narratives, the construction of identity and memory in the case of Historic Quarter of Colonia del Sacramento (Uruguay). Some operational concepts for developing that further research are discussed throughout the text. These concepts are constructed from a critical review of some of the main lines of theoretical debate, as well as formulations of the institutions associated with the protection and promotion of heritage tourism (UNESCO, ICOMOS, WTO, etc.) and are put into action in reference to the particular case of Colonia del Sacramento historic district as World Heritage Site. In parallel, the concept of memorial device is configured as a tool for the analysis and interpretation of the case.

**Keywords:** Cultural heritage. Memorial device. Colonia del Sacramento.

### Introducción

En este artículo se pretende definir algunos conceptos clave o conceptos operativos indispensables para desarrollar una investigación posterior en torno a las formas en las que las narrativas histórico-patrimonial y turística se relacionan en el caso del Barrio histórico de Colonia del Sacramento (en adelante BH) en tanto Patrimonio mundial de la Humanidad (en



adelante PMH). Este abordaje implica desarrollar como instrumental de análisis varios conceptos, muchos de ellos de amplia circulación pero cuyo sentido estricto es, cuando menos, ambiguo o, incluso, equívoco, en esos usos. Concretamente, se desarrollarán en las páginas que siguen los conceptos de memoria, patrimonio cultural (incluido el Patrimonio Mundial de la Humanidad), turismo cultural; todos ellos abordados en función de la propuesta que guía la investigación.

El repertorio patrimonial en el BH se configura en torno a un conjunto de hitos o marcas, tanto discursivas como materiales, este artículo procura definir esa categoría singular como *dispositivos memoriales*. Para ello se definirá el concepto de dispositivo y se buscará distinguir de qué modo esta categoría se aplica a las formas de acción de la memoria. A fin de aclarar mejor esta reflexión se incluirán algunos ejemplos de lo que se considera cabe incluir en ese conjunto de los dispositivos memoriales, específicamente aquellos que se inscriben en el repertorio físico de la ciudad.

El desarrollo de estos asuntos seguirá el siguiente derrotero: una breve presentación del caso de estudio; una discusión a partir de diversos autores, procurando establecer diálogos entre diferentes aportes teóricos así como un análisis crítico de cómo esos conceptos son asumidos por los organismos internacionales asociados a estos temas (UNESCO, OIT, ICOMOS, etcétera, partiendo del supuesto de que esto es fundamental para analizar su aplicación al caso de estudio), todo lo cual permitirá dar cuerpo a los conceptos clave. En el último tramo del artículo se procurará conformar la noción de dispositivo memorial como categoría para el análisis e interpretación del caso de estudio tal como se describió más arriba.

### **¿De dónde se parte y a dónde se pretende llegar? Pequeña síntesis de un caso**

Como se adelantó, el objetivo de este artículo es definir algunos conceptos o categorías de análisis que se articulan en el abordaje del estudio del BH. En definitiva se busca crear un conjunto de herramientas que permitan responder a la pregunta de cómo se producen los vínculos entre la narrativa del patrimonio -incluyendo la *interferencia* de la agenda internacional-, la historia y la memoria y la narrativa del turismo en el caso particular del BH en la medida que integra la Lista del PMH. Para poder analizar cómo se articulan las narrativas en juego en el BH, resulta necesario definir un conjunto de claves. Si bien estas categorías serán usadas en el proceso posterior de la investigación para procurar entender ¿de qué manera



Colonia del Sacramento narra su historia?, ¿qué aspectos ha elegido Uruguay para dar cuenta de ese relato?, ¿cómo se manifiestan esas ideas en las políticas públicas de patrimonio, memoria y turismo? y ¿qué papel tienen en este juego los organismos internacionales asociados al patrimonio y al turismo?, esto no es posible sin antes responder a preguntas más básicas, tales como: ¿qué es patrimonio cultural en este contexto?; ¿de qué hablamos cuando hablamos de memoria?; ¿de qué se trata el turismo cultural?; ¿qué se entiende y qué supone el concepto de PMH? Intentar definir estas categorías es el objetivo puntual de este artículo. En cierto sentido es un análisis acerca de qué manera asume la circulación de esas narrativas, que pueden calificarse de expertas y no expertas.<sup>1</sup>

Por otra parte, cabe señalar que la elección del caso está relacionada a que esta pequeña área es uno de los espacios patrimoniales más destacados del territorio uruguayo. Esto se debe, en gran medida, a que, hasta el momento, se trata del único bien patrimonial material declarado PMH por la UNESCO del país. Por otra parte, también es indispensable tomar en cuenta el hecho de que Colonia del Sacramento se encuentra a 45 Km. de Buenos Aires y a 180 Km. de Montevideo, lo que la hace uno de los principales puntos de acceso (no solamente de turistas) al país. Cabe entonces, desarrollar brevemente una caracterización de Colonia del Sacramento para comprender un poco mejor el caso.

En primer lugar, se trata de la ciudad más antigua del territorio uruguayo.<sup>2</sup> El BH reúne varios aspectos singulares: la coexistencia de la urbanización colonial portuguesa y española, casi única en el continente (Gutiérrez, 2006); también se trata, del emplazamiento más austral fundado por portugueses en América lo que hizo que su proceso histórico estuviera signado por el enfrentamiento entre los dos imperios ibéricos durante la etapa colonial (Golin, 2002; Reyes Abadie et al., 1974; Williman et al., 1998). Es un conjunto de unas 33 manzanas -aproximadamente 18 hectáreas- ubicadas en una pequeña península que se interna en la costa del Río de la Plata. Se trata de un entorno natural de alto valor estético y a la vez que estratégico por la ya mencionada proximidad con la capital del país y a Buenos Aires.

<sup>1</sup> Es importante aclarar que en este caso se usa la distinción entre un saber experto para la narrativa de la historia y el patrimonio y no experto para la del turismo ya que el objeto es el Barrio Histórico de Colonia del Sacramento en tanto Patrimonio mundial de la Humanidad, esta distinción sería justamente la contraria si se analizara el Barrio histórico como destino turístico, con lo cual queda en evidencia que la experticia es una condición variable y relativa al abordaje que se haga de los fenómenos.

<sup>2</sup> Si bien Villa Soriano fue fundada en 1624 por misioneros franciscanos como Santo Domingo de Soriano, su emplazamiento original fue modificado a comienzos del siglo XVIII.



En épocas recientes, el BH adquirió un particular carácter de interés en la construcción del discurso patrimonial uruguayo. Desde la década de 1960 comenzaron a producirse intervenciones de valorización, nunca exentas de debate (Ponte, C. et al., 2008: 31 y ss.) que concluyeron, primero con su protección por ley de 1969 y la posterior declaración como Monumento Histórico Nacional<sup>3</sup> por el Poder Ejecutivo en 1976 y, en 1995, con su incorporación a la lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO. La solicitud para la declaración se fundamentó en los criterios II, IV y V del Comité del Patrimonio Mundial (asociados a la singularidad arquitectónica efecto de la coexistencia de distintos grupos humanos, la relación de esa arquitectura con el medio natural y de la población con el entorno), en la declaración (UNESCO, 1995: 50) prima el criterio IV. Estas operaciones de valorización suponen transformaciones significativas del discurso (tanto histórico como memorial) y de las políticas públicas asociadas.

### **La memoria y el patrimonio como dos dimensiones de un fenómeno común**

Si se considera, tal como plantea Candau (2011: 16), que el patrimonio es una dimensión de la memoria, algo así como la dimensión pública y política, es indispensable tratar de esclarecer mejor de qué hablamos cuando hablamos de memoria. En este sentido, es necesario considerar el análisis señalando el peso que tiene en la legitimación del concepto de patrimonio cultural la política (como aquello concerniente a la *polis*). Como será desarrollado más ampliamente luego, los procesos de activación de los bienes que los *elevan* a la categoría de patrimonio solo ocurren mediante una operación política, sea a través del aparato político constituido de los Estados o de la acción de grupos de la sociedad civil, aún opuestos a aquél, es indispensable el acto político para dar efectividad al proceso.

Planteado así, resulta claro que toda política patrimonial está asociada a una política de memoria, a una cierta forma como las colectividades (desde las naciones a los grupos minoritarios) pretenden definir su memoria en tanto tales. Esas acciones de carácter político que tienen por intención determinar qué se debe recordar o qué no puede ser olvidado, en todo caso lograrán definir una narrativa de lo que la comunidad *imagina* que es una memoria común.

<sup>3</sup> Con este nombre se designan todos los bienes incluidos en la lista de bienes protegidos por el Estado uruguayo a través de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación, dependiente del Ministerio de Educación y Cultura, ley n° 14.040.





Esa representación que la comunidad tiene de su propia memoria, traducida en narrativas (escritas, metafóricas, simbólicas, materiales, etcétera), como fenómeno colectivo, es lo que Joël Candau (2009, 2011) denomina *metamemoria* colectiva, por tanto es, en realidad, la *metarrepresentación* de una condición compartida de la memoria que tienen los individuos de una comunidad y la reivindicación que de esa condición se hace (Candau 2009: 6), de este modo:

[...] la metamemoria es una dimensión esencial del sentido de intersubjetividad memorial. Esto se debe a que tenemos conciencia de eso que compartimos y, porque hablamos, estamos en condiciones de reivindicar una memoria común. [...] no es necesario que la conciencia del compartir refiera a un verdadero compartir para que nazca esta afirmación. En efecto, si la *reivindicación* de una memoria compartida se sigue basando en la premisa del compartir, ese compartir puede ser real o imaginario, por lo que el *sentimiento* de una memoria compartida es a menudo ilusorio. (Ídem: 6-7, subrayado en el original. Traducción de la autora)

La ilusión de una memoria compartida es entonces una confusión entre lo que se dice acerca de la memoria, el discurso, y lo que efectivamente ella es. En este sentido,

Abordada como la representación que cada sujeto hace de su propia memoria, la metamemoria se vincula a aquello que [... Candau] denomina como "sociotransmisores" tales como la familia, la religión, las narrativas, etc. De este modo, cuando se pasa del individuo al grupo, esta metamemoria es una dimensión esencial de la creencia en una memoria compartida y reivindicada, resaltando aquí la idea de "creer ser", que se diferencia de lo que "efectivamente" se es.

[...] El recuerdo es una experiencia eminentemente individual, pero el hecho de creer en su condición de compartido origina esta memoria compartida, lo que estaría en la base de la función política de la memoria o de aquello que se denomina hoy como "políticas de memoria". (FERREIRA, 2011: 105-106. Traducción de la autora)

En la construcción de esas narrativas metamemoriales, el patrimonio cumple una función muy importante en la medida que es una "dimensión de la memoria", tanto como las narrativas propias de la nación a través de las historias oficiales consolidadas, las tradiciones, los mitos fundadores, etcétera. El patrimonio se constituye en una forma privilegiada de la conmemoración, en *lugares de memoria* de los que habla Pierre Nora (2008) instituidos para evitar el olvido, ante la convicción de que no hay memoria espontánea, son esos

[...] lugares rescatados de una memoria que ya no habitamos, semi-oficiales e institucionales, semi-afectivos y sentimentales; lugares de unanimidad sin unanimismo que ya no expresan convicción militante ni participación





apasionada, pero en los que palpita todavía una suerte de vida simbólica.  
 (NORA, 2008: 25)

Tal como fueron definidos por Nora, los lugares de memoria existen en tanto se produce su institucionalización como tales. Existen por la convicción de que es necesario producirlos, responden a un sentimiento de obligación, de una suerte de militancia en el recuerdo propia de la sociedad contemporánea, lo que Paul Ricœur llama *deber de memoria* (2004: 109 y ss.) cuando reflexiona en torno a los usos y abusos de memoria. En este sentido es posible relacionar lo que Ricœur denomina *memoria manipulada o instrumentalizada*, es decir una memoria “[...] al servicio de la búsqueda, del requerimiento, de la reivindicación de la identidad [...]” (Ídem: 110), y el patrimonio cultural (especialmente cuando este se relaciona con la reivindicación de la nación). Entonces, la *memoria instrumentalizada* está directamente asociada a la identidad, una identidad que es, por definición, frágil, en la medida que se trata de un elemento de carácter imaginado a la vez que constituido en relación a *un otro*. Esa debilidad intrínseca de la identidad hace indispensable, para Ricœur, que la memoria sea movilizada y manipulada permanentemente.

Por otro lado, Ricœur llama la atención sobre el papel de la ideología en esa memoria manipulada o instrumentalizada: “[la ideología ...] se intercala entre la reivindicación de la identidad y las expresiones públicas de memoria” [la metamemoria de Candau...] (Ricœur, 2004: 111). Según el autor, por su relación con la legitimación de los sistemas de autoridad, la ideología es central en la integración comunitaria a través de dos mecanismos fundamentales: las mediaciones simbólicas de la acción y la distorsión (Ídem: 114).

En el plano más profundo, el de las mediaciones simbólicas de la acción, la memoria es incorporada a la constitución de la identidad a través de la función narrativa. [...] la función selectiva del relato [es] la que ofrece a la manipulación la ocasión y los medios de una estrategia astuta que consiste de entrada tanto en la estrategia del olvido como de la rememoración. [...] [...] en el plano aparente [el de la distorsión], la memoria está equipada por una historia «autorizada», la historia oficial, la historia aprendida y celebrada públicamente. [...] (Ídem, p. 115-116)

La memoria es relato, organización narrada y sustento de la identidad. La celebración pública, entre otras cosas, *usa* bienes (materiales o no) para sostener y complementar ese relato, y hacerlo simbólicamente tangible. Constituye un imaginario del recuerdo y el olvido en común (se vuelve así a Candau).



Al patrimonio, como parte de la narrativa memorial, le cabe ser asociado, igual que la historia nacional, a la memoria obligada: la intimación a recordar (a no olvidar) cierto pasado de cierta manera, el *deber de memoria*, “[...] como lo que se impone desde fuera del deseo y ejerce una limitación sentida subjetivamente como obligación.” (Ídem: 119). Parece posible dialogar con la noción de *lugar de memoria* de Nora (2008), en tanto estos son esos vestigios privilegiados donde se materializa y moviliza simbólicamente la memoria. A la vez, ellos configuran un discurso, una narrativa sobre la memoria, sobre lo que la comunidad *imagina* como recuerdos compartidos, es decir una *metamemoria* (Candau, 2009 y 2011).

La activación, el inventario, la selección de vestigios, en síntesis, el patrimonio cultural, constituye así una narrativa o discurso memorial, de modo de configurar un cierto relato del pasado en función del cual los miembros de la comunidad sienten que comparten esa memoria, así se *imaginan* miembros de la comunidad (Anderson, 1983). Esa imagen de lo que son para sí también tiene una función para el otro. El diálogo entre ese *nosotros* y los *otros* se produce todo el tiempo y de formas diversas.

### **El patrimonio cultural, un dispositivo político**

Como se ha dicho antes, el patrimonio es una dimensión de la memoria. En este sentido opera como la enunciación pública y legitimada -condición que comparte con otras narrativas, tal el caso de la historia como disciplina- de una comunidad. Una de las singularidades que distingue al patrimonio cultural de otras enunciaciones públicas de la memoria tiene que ver con su condición intrínsecamente política. En efecto, parece ser un rasgo específico de éste el estar asociado a procesos de legitimación pública que transitan necesariamente por la activación política. A su vez, un elemento que puede haber sido una de sus características identificadoras hasta hace menos de cincuenta años es su fuerte asociación con la materialidad. En este sentido, la ampliación que ha sufrido la definición de patrimonio cultural, particularmente desde la década de 1990, supone un debilitamiento de este carácter material del relato, no obstante lo cual, parece razonable pensar que el patrimonio cultural llamado inmaterial es objeto de una aprehensión distinta de aquel denominado material, en cualquier caso no es posible trazar una línea divisoria inequívoca entre ambos (a pesar de lo interesante que pueda resultar, la profundización de estos asuntos no será objeto de análisis en este artículo). Fuertemente anclado en la concepción material del patrimonio cultural, el Barrio Histórico de Colonia del



Sacramento forma parte desde hace casi 50 años del acervo patrimonial de Uruguay y desde hace casi 20 del de la Humanidad. Carga entonces con el título de patrimonio cultural histórico. Esta denominación connota un conjunto de representaciones simbólicas que es interesante considerar.

En términos generales, la expresión patrimonio cultural (acompañada o no de otros adjetivos) está ampliamente difundida. Se puede decir que opera como una etiqueta de identificación de bienes, materiales o inmateriales, en contextos diversos y les atribuye un valor (o un conjunto de valores) que ellos no tendrían de otro modo. Las activaciones patrimoniales (sean estas locales, nacionales o supranacionales), así como otras actividades que procuran promover el patrimonio,<sup>4</sup> contribuyen a conformar una idea de patrimonio como algo que existe *per se*, como un elemento que deriva de la propia naturaleza de las cosas. Algo así como si la activación fuera una especie de descubrimiento de la condición patrimonial que porta en sí mismo el bien.

Sin embargo, está claro que no es posible asumir la perspectiva del patrimonio como algo dado y natural, por el contrario es un constructo simbólico, históricamente ubicable, variable y dinámico, que responde a los valores propios de cada época y, presumiblemente, de cada comunidad. En tal sentido, entonces, parece indispensable dedicar un tiempo a su análisis y deconstrucción.

Las activaciones son, como afirma Llorenç Prats (2005: 20), discursos y el resultado de la negociación entre el conjunto de la sociedad y el poder político que las formaliza a través de su acción pública. El mismo Prats (1997: 19-20 y 1998: 63 y ss.) recuerda que el patrimonio es una construcción social, una invención, en el sentido que le dan Hobsbawm y Ranger (2002) al concepto de tradición inventada:

[...] La "tradición inventada" implica un grupo de prácticas, normalmente gobernadas por reglas aceptadas abierta o tácitamente y de naturaleza simbólica o ritual, que buscan inculcar determinados valores o normas de comportamiento por medio de su repetición, lo cual implica automáticamente continuidad con el pasado. De hecho, cuando es posible, normalmente intentan conectarse con un pasado histórico que les sea adecuado. [...] Ia

<sup>4</sup> En el caso de Uruguay puede considerarse en esta categoría de actividad al Día del Patrimonio, que se desarrolla desde hace casi 15 –y desde 2010, ya no es un día sino todo un fin de semana– y se ha ido convirtiendo en una especie de fiesta cívica, en la que se movilizan miles de personas para visitar lugares cuyo valor está determinado por ser eso: patrimonio. Con ello el patrimonio (sobre todo cultural, pero también natural, si bien cabe aquí una extensa reflexión acerca de la distinción entre esas dos categorías, excedería ampliamente los objetivos de este trabajo) se ha incorporado a la cotidianidad de la población.



peculiaridad de las "tradiciones inventadas" es que su continuidad con este [el pasado] es en gran parte ficticia.

[...] Inventar tradiciones [...] es esencialmente un proceso de formalización y ritualización, caracterizado por la referencia al pasado, aunque solo sea al imponer la repetición (Hobsbawm et al. :7-10)

De esta forma, resulta oportuno considerar el análisis que ofrece Dominique Poulot (2008: 26-43 y 2009: 9-38) cuando trabaja en torno del concepto de patrimonio. El autor propone una reflexión que desnaturaliza el término e invita a intentar comprenderlo como una configuración discursiva historizable y, en la actualidad, como una construcción que conjuga una serie de valores e ideas propios de la sociedad contemporánea. Para Poulot, tal como se ha configurado, el patrimonio cultural es una forma resumida de expresar un conjunto complejo de conceptos tales como la idea de continuidad generacional, de identidad nacional, de herencia valiosa, de vínculo social, de democratización, todo esto independientemente -incluso en contra si la eficiencia del relato lo requiere- de la verificabilidad histórica. En suma el patrimonio cultural en la actualidad, dice el autor, es una "categoría de acción pública" (Poulot, 2008: 33). Asumido de ese modo el patrimonio cultural define políticas, ordena comportamientos y construye narrativas públicas -lo que Michel Foucault denomina una *tecnología de gobierno* o un instrumento capaz de desarrollar la *gubernamentalidad*.<sup>5</sup>

Considerado en esta perspectiva, se puede plantear de qué modo el concepto de patrimonio cultural determina prácticas sociales, presentes también en el caso del BH. En cierto sentido es posible afirmar que el mero hecho de la designación como tal determina que el bien adquiera una significación nueva. La expresión patrimonio cultural llega cargada de un sentido *per se* que poco importa analizar. A su vez, un conjunto de conductas le son impuestas a los sujetos en relación al bien. Resulta un ejemplo interesante el proceso por el cual la vieja denominación *Barrio Sur* para esa área ha sido abandonada a favor de la actual *Barrio Histórico*, una denominación que fue acuñada en la década de 1990 por la comisión encargada del expediente presentado al Comité del Patrimonio Mundial de unesco para su incorporación a la lista.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Para un mayor desarrollo de los conceptos foucaultianos de tecnología de gobierno y gubernamentalidad cabe referir a: FOUCAULT, M. Clase del 4 de abril de 1979. En: *Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France (1978-1979)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2007. Pp. 331-358 y FOUCAULT, M. La "gubernamentalidad". En: *Estética, ética y hermenéutica: obras esenciales*. Barcelona: Paidós. 1994. Pp. 175-197.

<sup>6</sup> En este aspecto parece posible considerar que se puede establecer un vínculo con la noción de *experticia* manejada por Jean Louis Tornatore, en concreto la influencia del lenguaje de los expertos en la materia (arquitectos, historiadores, responsables de la redacción del informe para el Comité internacional del PMH).



De esta manera, el fundamento del valor patrimonial está asociado al carácter histórico del barrio, de tal modo que este carácter pasa a ser la forma de su identificación, ya no únicamente simbólica sino literal. En todo caso, podría, en este punto preguntar ¿qué barrio o mejor qué ciudad no es histórica? Aún si nos atenemos a la definición que el Comité Internacional de Ciudades y Poblaciones Históricas de ICOMOS hace de ellas, la pregunta no se resuelve:

Las poblaciones y áreas urbanas históricas se componen de elementos materiales e inmateriales. [...] que constituyen la *substancia* (sic) del valor histórico de las poblaciones o áreas urbanas históricas. [...] son estructuras espaciales que expresan la evolución de una sociedad y de su identidad cultural. [...] testigo viviente del pasado que las ha modelado. Estos espacios históricos forman parte de la vida cotidiana de las personas. [...] (ICOMOS, 2011: 2, subrayado de la autora)

En todo caso, toda formación urbana tiene los elementos que se enumeran. Entonces, el asunto, no radica en cuáles son los atributos característicos de un área urbana histórica, sino de lo se entiende que esos atributos quieren decir. En los escasos ejemplos (en términos relativos) de poblaciones o áreas urbanas históricas gestionadas por el Comité, esos atributos peculiares tienen, de alguna manera, una significación de un grado mayor que la que puede tener cada uno de esos rasgos en cualquier ciudad. El énfasis simbólico en los elementos inmateriales que son su *substancia* parece ser la diferencia. ¿Pero qué es esa *substancia*?, tal como está enunciado aparentemente ella *radica* o *habita* en los bienes y solo habría que tener la capacidad de descubrirla. El valor patrimonial entonces es casi inmanente a la cosa. Algo similar puede interpretarse con la noción de *excepcionalidad* que sustenta la tradición de UNESCO (1972), este concepto no deja de ser una atribución externa, históricamente referida, cargada de sentido y de valores. En principio, no es obvio cuándo un bien (material o inmaterial) *es de valor universal excepcional* y menos cuándo *no lo es*.

### **Barrio Histórico de Colonia del Sacramento: Patrimonio Mundial de la Humanidad**

Por una parte, parece razonable considerar que, al igual que el concepto de patrimonio cultural, cuando este constructo se configura como una categoría internacional, es decir como patrimonio mundial, ese carácter no hace más que acrecentarse. La condición construida discursivamente es legitimada a través de organismos supranacionales, pero las dinámicas y sus



efectos sobre el bien son los mismos. La diferencia parece radicar en la capacidad de difusión que estos significados adquieren con la intermediación amplificadora de catálogos de circulación universal.

Por otro lado, si tomamos en cuenta lo dicho para la relación entre políticas de patrimonio y memoria, de nuevo la *interferencia* del orden supranacional y sus agendas de valores e intereses, alterarán la dinámica de la conformación de las prácticas memoriales. ¿De qué modo esa alteración se produce? ¿Qué dinámicas de circulación tiene? ¿Cómo se manifiestan?, son preguntas que derivan de esa reflexión y para cuya resolución estas páginas son insuficientes.

Por último, como ya fue adelantado antes, existe una relación directa, generalmente mensurable, entre los bienes incorporados a los repertorios patrimoniales oficiales nacionales o internacionales y la capacidad de atracción que tienen para los turistas (Bertoncello, 2009: 11). En el caso del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento, una hipótesis posible podría ser sostener que existe un vínculo entre el desarrollo del turismo y la condición de patrimonio mundial que parece traducirse en la consolidación de la ciudad como uno de los cinco destinos más visitados de Uruguay y en el crecimiento sostenido del número de visitantes a lo largo de los últimos años. En efecto, el total de visitantes cuyo destino principal fue el departamento de Colonia prácticamente se triplicó entre 2006 y 2011, pasando de 99.354 a 271.500 (MINTUR, 2012: 25), de ellos alrededor del 70% tuvo por destino la capital departamental según datos de 2010 (MEC-IC, 2012, anexo 14). En cualquier caso, para poder confirmar esa hipótesis, será necesario un desarrollo más profundo del análisis que el que permite este abordaje.

### **Dispositivos memoriales en el Barrio Histórico de Colonia del Sacramento**

Como parte del repertorio patrimonial uruguayo, Colonia del Sacramento, ha configurado su narrativa a partir de un conjunto hitos o, de lo que se puede denominar, dispositivos memoriales. En este sentido se podría explicar la categoría de dispositivo memorial partiendo de la concepción de dispositivo sugerida por Foucault a lo largo de gran parte de su obra y por quienes han interpretado al filósofo francés (Deleuze, 1990 y Agamben, 2011). Así, para Foucault, un dispositivo es

[...] un conjunto resueltamente heterogéneo que compone los discursos, las instituciones, las habilitaciones arquitectónicas, las decisiones reglamentarias, las leyes, las medidas administrativas, los enunciados científicos, las proposiciones filosóficas, morales, filantrópicas. En fin, entre lo dicho y lo no





dicho, he aquí los elementos del dispositivo. El dispositivo mismo es la red que tendemos entre estos elementos. [...] Por dispositivo entiendo una suerte, diríamos, de formación que, en un momento dado, ha tenido por función mayoritaria responder a una urgencia. De este modo, el dispositivo tiene una función estratégica dominante [...]. He dicho que el dispositivo tendría una naturaleza esencialmente estratégica; esto supone que allí se efectúa una cierta manipulación de relaciones de fuerza, ya sea para desarrollarlas en tal o cual dirección, ya sea para bloquearlas, o para estabilizarlas, utilizarlas. Así, el dispositivo siempre está inscrito en un juego de poder, pero también ligado a un límite o a los límites del saber, que le dan nacimiento pero, ante todo, lo condicionan. Esto es el dispositivo: estrategias de relaciones de fuerza sosteniendo tipos de saber, y [son] sostenidas por ellos. (Foucault, M. (1994). *Dits et écrits*. Vol. III. pp. 229 y ss. In: Agamben, 2011).

En tal sentido, los *dispositivos* son instrumentos fundamentales de control de las conductas sociales. Asimismo definen las relaciones entre los sujetos y los objetos, entre los sujetos y lo no dicho, así como las relaciones intersubjetivas. Esenciales para la teoría del poder de Foucault, los dispositivos son los artefactos fundamentales del control: el hospital, la escuela, el hospicio, la cárcel, etcétera, pero también los discursos que los definen, los circulan y los relacionan.

Los dispositivos son respuestas, prácticas o mecanismos (cristalizados en forma de instituciones físicas o de discursos legitimados) para determinar un efecto más o menos inmediato (AGAMBEN, 2011: 254), es decir que son "[...] un conjunto de praxis, de saberes, de medidas y de instituciones cuya meta es gestionar, gobernar, controlar y orientar –en un sentido que se quiere útil– los comportamientos, los gestos y los pensamientos de los hombres" (Ídem: 256).

De este modo, la perspectiva de Giorgio Agamben (2011) amplía el espectro definido por Foucault, e incorpora dentro de la categoría de dispositivo otros elementos además de los incluidos por el filósofo francés. Agamben llama

[...] dispositivo a todo aquello que tiene, de una manera u otra, la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivos. No solamente las prisiones, sino además los asilos, el *panoptikon*, las escuelas, la confesión, las fábricas, las disciplinas y las medidas jurídicas, en las cuales la articulación con el poder tiene un sentido evidente; pero también el bolígrafo, la escritura, la literatura, la filosofía, la agricultura, el cigarro, la navegación, las computadoras, los teléfonos portátiles y, por qué no, el lenguaje mismo, que muy bien pudiera ser el dispositivo más antiguo, el cual, hace ya muchos miles de años, un primate, probablemente incapaz de darse cuenta de las consecuencias que acarrearía, tuvo la inconsciencia de adoptar. (AGAMBEN, 2011: 257-258)





A partir de esa concepción de dispositivo se puede buscar definir los dispositivos memoriales, a efectos de este trabajo, como elementos materiales y discursivos, que configuran la narrativa del BH. Estos elementos, articulados en una red de significaciones, operan como modeladores de gestos, conductas, opiniones y relaciones de los sujetos con el medio. Son memoriales en la medida que el tipo de conductas que modelan refiere a la representación del pasado de una cierta forma prescriptiva, por lo tanto se trataría de una metarrepresentación del recuerdo compartido.

La ciudad es el mayor dispositivo de memoria que ha constituido la humanidad, puesto que es en ese complejo entramado heterotópico (espacial) y heterocrónico (temporal) donde surge la vida colectiva y la cultura, las relaciones y los procesos de subjetivación, la construcción y exteriorización de las memorias, y sus diversas representaciones y encarnaciones.

El espacio público de la urbe, como escenario de confrontación de diversos lenguajes políticos provenientes tanto de las narrativas oficiales de la gubernamentalidad como también de las colectividades y minorías en las cuales se inscribe la ciudadanía, evidencia la construcción y convergencia visual de múltiples dispositivos de memoria. (VILLALBA STORTI, 2012: 212)

En un intento de definir la categoría dispositivo memorial para el BH y limitándose a los elementos materiales, se incluye en este conjunto a los componentes de la semántica urbana y urbanística, que enuncian y articulan una versión entre muchas de lo que Colonia del Sacramento es. En este sentido, operan tanto como instrumentos de activación memorial cuanto de desactivación o, lo que es lo mismo, de olvido.

Estos dispositivos memoriales (a los que se ha denominado provisoriamente, y a falta de una terminología más ajustada, como públicos y privados) contribuyen a dar un carácter peculiar al BH, su singularidad. Esa singularidad del espacio contribuye a constituir a Colonia del Sacramento en un destino turístico interesante, en este sentido entonces los dispositivos memoriales actúan o se convierten en dispositivos turísticos cuando son apropiados por la narrativa del turismo. la pregunta subyacente es ¿dónde está el límite entre dispositivos memoriales y dispositivos turísticos?, es decir ¿a partir de qué momento son los segundos los que configuran a los primeros?

Inicialmente, parece posible distinguir dos tipos de dispositivos memoriales articulados en el caso del BH. De una parte, un conjunto compuesto por bienes y artefactos materiales que tienen una legitimación pública oficial y son el resultado de una acción expresa para su configuración. Entre ellos, a su vez es posible identificar, algunos cuya existencia no es



introducida a partir de la configuración del discurso patrimonial, sino que son resultado del devenir histórico -las distintas capas temporales reconocibles en la ciudad- y otros, en cambio, que son resultado de la acción pública de adecuación de la ciudad una vez que esta se constituye como objeto de apropiación patrimonial (a partir de la década de 1960 fundamentalmente y en relación a las actuaciones de reconstrucción y adecuación de la ciudad vieja por parte del Consejo Ejecutivo Honorario). En principio se incluyen en esta categoría (en una lista amplia pero no definitiva), un conjunto de fenómenos que se ha denominado provisoriamente como *dispositivos memoriales de la acción pública*: la trama urbana, la arquitectura vernácula y sus formas de conservación actual (Fotografía 1), las reconstrucciones de la muralla y la Puerta del Campo (Fotografía 2), el circuito de museos de la ciudad vieja, el equipamiento urbano (bancos, faroles, luminarias, cartelería urbana) y la nomenclatura de las calles y espacios públicos (Fotografías 3, 4 y 5).

26

Fotografía 1: Arquitectura colonial portuguesa, vivienda humilde, actualmente sede del Museo Nacarello. Fotografía de la autora



Fotografía 2: Puerta del Campo o de la Ciudadela y murallas, reconstruidas en las décadas de 1960 y 70. Fotografía de la autora.



Fotografía 3: Monumento a Manuel Lobo (fundador de la ciudad) homenaje del gobierno de Portugal en 1995, plaza de la Iglesia Matriz. Fotografía de la autora





Fotografía 4: Cartelería pública contemporánea cuya estética pretende evocar un cierto estilo portugués. Fotografía de la autora



Fotografía 5. Luminarias urbanas instaladas por la IC. Fotografía de la autora



Fotografía 6: Fachada de una vivienda privada, piedra a la vista. Fotografía de la autora



Fotografía 7: Ornamento vegetal plantado en la acera por los propietarios de la vivienda. Fotografía de la autora



Fotografía 8: Cartelería comercial.  
 Fotografías de la autora

Otro conjunto que es, como se verá, subsidiario del anterior pero diferente a él, está compuesto por las apropiaciones privadas -o no oficiales, aunque exhibidas públicamente- del lenguaje (particularmente visible en viviendas y comercios del BH) que se articulan con las anteriores y recogen, reconfiguran y resemantizan, algunos de los elementos más genéricos de



los dispositivos memoriales de la acción pública, y configuran un cierto *vocabulario típico* de la ciudad. En este rango se inscriben: la opción por la piedra vista en las fachadas (Fotografía 6), cierto tipo de equipamiento doméstico para uso exterior o visibles desde el exterior de las viviendas y comercios (faroles, bancos, plantas ornamentales, cortinas, vehículos, muebles, etc. Fotografía 7), tipografías y cartelera comercial (Fotografía 8), *souvenirs*, etcétera.

El concepto de dispositivo memorial, en el caso de los espacios urbanos supone la confluencia de la memoria pública con la privada. En la construcción de la memoria pública, el PC constituye uno de los componentes fundamentales. El PC es una representación pública, y de pretensiones comunitarias, del pasado y, como tal, configura una metamemoria colectiva, es decir define qué y cómo se debe recordar. Los dispositivos memoriales enumerados antes son objetos cuya función es activar una cierta memoria, en el caso de la memoria pública, son objetos de uso o de lectura pública, que suponen intervenciones materiales expresas para definirlos y determinar las respuestas que deben surgir de ellos. A su vez, son apropiados y refuncionalizados para ser usados de forma variada por agentes no públicos, en este sentido puede darse la reflexión acerca del paso de los dispositivos memoriales de la acción pública a los dispositivos memoriales de carácter privado.

### **Turismo y patrimonio: encrucijada entre consumo y cultura**

Una vez definida la categoría de dispositivo memorial, cabe preguntarse si se produce una transición de los dispositivos memoriales en dispositivos turísticos y de qué manera se produce, el análisis de estas circunstancias será objeto de un trabajo futuro y de mayor alcance. No obstante ello parece importante esclarecer algunos aspectos vinculados al turismo en la medida que se trata de un elemento central en el caso de estudio.

De entre las muchas maneras en que se produce el diálogo entre *nosotros* y los *otros*, el turismo es, en el caso de estudio, posiblemente una de las más intensas. Parece oportuno, entonces, tratar de definir qué se entiende por turismo así como intentar precisar las características peculiares que adquiere cuando se trata de turismo cultural.

De hecho, el carácter intercultural resulta casi inherente al turismo como actividad y suele ser rescatado a la hora de hablar de él como “[...] uno de los medios más importantes para el intercambio cultural [...] una experiencia personal no sólo acerca de lo que pervive del pasado, sino de la vida actual y de otras sociedades” (ICOMOS, 1999). Cuando el turismo tiene





por objetivo explícito adicional el contacto con la cultura (cabe afirmar que todo turismo es cultural, en tanto pone en contacto a sujetos de universos culturales distintos, independientemente del grado de aprovechamiento que de estos encuentros puedan hacer los individuos) entendida en un sentido más o menos restringido, suele hablarse de turismo cultural.

Como es sabido, durante el siglo xx el turismo pasó de ser una actividad limitada a pequeños grupos privilegiados de la sociedad (en particular de los países centrales del sistema capitalista) a transformarse en una actividad de masas de la mano de la expansión de los regímenes de bienestar y la ampliación de la economía de consumo, no obstante lo cual es posible afirmar que la masificación no es sinónimo de democratización (Réau-et al., 2009).<sup>7</sup> En el último tramo del siglo xx ese proceso de masificación del turismo sufrió las mismas transformaciones que el resto de las actividades de la sociedad de consumo, es decir una progresiva segmentación, la acentuación de la especificidad o, al menos, la construcción simbólica de una especificidad. De esta forma, el turismo, en tanto producto de la sociedad de consumo, ha tendido a responder a esas transformaciones mediante la definición de formas específicas y de productos turísticos a medida. Sin llegar a ese extremo, en la medida que turismo cultural es de por sí una categoría amplia (dentro de ella pueden identificarse aún otras más específicas y exclusivas, por ejemplo: turismo gastronómico, de fiestas, de arte, etcétera), hablar de turismo cultural ya supone una delimitación singular del fenómeno.

Esta forma particular de actividad turística (la que se denomina cultural) implica una relación explícita con el patrimonio. En la mayor parte de los casos, es este último el que define como cultural un destino turístico. El patrimonio se configura así en atractivo y, como tal, adquiere un valor económico como recurso, así:

[...] las activaciones patrimoniales han adquirido otra dimensión, han entrado abiertamente en el mercado y han pasado a evaluarse en términos de consumo [... que actúa] como medidor tanto de la eficacia política como de la contribución al desarrollo o consolidación del mercado lúdico-turístico-cultural. (Prats, 2005: 22)

Esta expansión de la explotación del patrimonio por el turismo tiene diversas facetas, por un lado algunos denuncian sus efectos adversos: la *inflación* patrimonial, los procesos de

<sup>7</sup> En relación a este punto, los autores llaman la atención sobre el hecho de que, paralelamente a la expansión de los sectores que acceden al turismo, las clases más altas de la sociedad (aquellas que lo detentaban como un privilegio antes de la masificación) desarrollan prácticas turísticas diferentes que continúan siendo exclusivas de una élite económica y cultural, algunas formas de turismo cultural tienen en estas prácticas su origen pero para masificarse han sufrido procesos de banalización.



espectacularización de los espacios patrimoniales, la trivialización y banalización del patrimonio, sin contar los impactos vinculados a la saturación de las capacidades de carga (CHOAY, 2007: 205 y ss.). Cada uno de los cuales requeriría un tratamiento mucho más profundo que el que se puede pretender en este trabajo.

A pesar del éxito comercial que parece estar asociado a los sitios de valor patrimonial, vale la pena señalar que no todos resultan igualmente atractivos al turismo. Tal como plantea Rodolfo Bertoncetto (2009: 11), hay factores que influyen en que ciertos patrimonios sean más valorados que otros. Por un lado, la valoración tiene que ver con algunas características intrínsecas (*sic* Bertoncetto): singularidad, belleza, genialidad, etcétera; por otro, esa valoración, también deriva de cuestiones externas a los bienes, para el autor, es especialmente determinante que estos estén incorporados a repertorios legitimadores (tanto locales como internacionales). En este último sentido, la inclusión en esos repertorios opera como *oficializador* de la condición patrimonial y su relevancia. Asimismo, al ser incluidos en esos repertorios adquieren una relevancia amplificada (ya sea a nivel de los territorios nacionales, en contextos regionales y hasta internacionales).

### **A modo de conclusión**

A lo largo de este artículo se ha intentado definir y perfilar con una mayor precisión una serie de conceptos centrales para el análisis del caso del BH en tanto PMH. Este instrumental puede sintetizarse en una serie de categorías operativas. El conjunto de estos conceptos define una valija de herramientas que deberá ser puesta en acción en confrontación con el caso particular.

Entre las herramientas definidas resultan centrales las líneas definidas para el concepto de patrimonio, profundamente asociado al de memoria. En efecto, ambos conceptos son concebidos como dimensiones de una misma esencia. El patrimonio como expresión pública y legitimada de la memoria, contribuye a la conformación de la metarrepresentación de una memoria común a la colectividad. En el mismo sentido, ha sido posible asociar esta perspectiva a los casos en que el patrimonio se configura como una categoría supranacional en el caso del PMH. En este último caso, las premisas identificadas para el patrimonio (es decir su historicidad y particularidad social así como el carácter selectivo y la importancia de los procesos de



legitimación política) continúan operando cuando los agentes legitimadores son los organismos internacionales vinculados al patrimonio.

Por otro lado, se ha procurado identificar algunos de los rasgos específicos del turismo cultural, en la medida que este es un vector importante en el desarrollo del caso analizado. A su vez, ha sido posible identificar algunos indicios que confirmarían la estrecha relación que el carácter patrimonial, y particularmente en tanto PMH, tiene con los aumentos en la demanda turística de un sitio. El caso del BH permite suponer que la capacidad de atracción de un lugar se multiplica cuando este cuenta con una condición de *excepcionalidad* certificada.

También se ha tratado de definir una categoría que promete ser especialmente útil, la de dispositivo memorial. Esta categoría de análisis aplicada al caso concreto podría permitir identificar las claves de la narrativa patrimonial (y consecuentemente una de las dimensiones de la narrativa memorial), de este modo parece posible distinguir los rasgos específicos de esa narrativa y el análisis de cómo se articulan las diversas formas de apropiación de ella. La circulación entre un conjunto de dispositivos memoriales de la acción pública y un conjunto subsidiario de dispositivos memoriales de la acción privada parece reconocible. Parece posible suponer que esto daría cuenta de que existe una representación compartida de la memoria entre los agentes públicos y privados.

En última instancia, cabe concluir que el proceso particular del BH podría mostrar que los dispositivos memoriales adquieren una significación diferente cuando son incorporados a la narrativa turística del lugar. Esos dispositivos (tanto públicos como privados) contribuyen a consolidar la imagen de *tarjeta postal* de la ciudad divulgada por los agentes vinculados al turismo, pero también por las autoridades vinculadas a su gestión política y por sus habitantes/usuarios. Por otro lado, la identidad del BH se nutre de esa imagen y ésta tiende a configurarse en parte distintiva de su constitución memorial. El proceso de transformación de los dispositivos memoriales en dispositivos turísticos se produce de forma casi natural en el proceso. En consecuencia parece posible suponer que los dispositivos turísticos modifican en alguna medida las formas en que operan las interpretaciones contemporáneas respecto del pasado y reconfiguran, por lo tanto, la memoria.





## Bibliografía

- ABADIE, W. R., BRUSCHERA, O., MELOGNO, T. (1974). *La Banda oriental: pradera, frontera, puerto* (3a ed.). Montevideo: Ed. de la Banda Oriental.
- AGAMBEN, G. (2011). *¿Qué es un dispositivo?* Sociológica. México: año 26, número 73, mayo-agosto 2011, pp. 249-264. [disponible en línea: <http://www.revistasociologica.com.mx/default.htm>] (consulta: 04/05/2014)
- ANDERSON, B. R. (1993). *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: FCE.
- BAUDRILLARD, J. (1978). *Cultura y simulacro*. Barcelona: Kairós.
- BERTONCELLO, R. (Compilador) (2009). *Turismo y geografía: lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones CICCUS.
- CANDAU, J. (2009). *La métamémoire ou la mise en récit du travail de mémoire*. Paris: Centre Alberto Benveniste.
- CANDAU, J. (2011). *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto. (1ª edición en francés, 1998)
- CHOAY, F. (2007). *Alegoría del patrimonio*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli (1ª edición en francés, 1992)
- DELEUZE, G. (1990). *¿Qué es un dispositivo?*. In: DELEUZE et al. (1990). *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, pp. 155-163.
- FERREIRA, M.L.M. (2011). *Políticas da memória e políticas do esquecimento*. In: Revista Aurora. n.10, 2011 PUC-SP. (pp. 102-118) [disponible en línea: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4500/3477>] (consulta: 14/05/2014)
- FOUCAULT, M. (1994). *La "gubernamentalidad". Estética, ética y hermenéutica: obras esenciales*. (pp. 175-197). Barcelona: Paidós.
- FOUCAULT, M. (2007). *Clase del 4 de abril de 1979. Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France (1978-1979)* (pp. 331-358). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- GOLIN, T. (2002). *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- GUTIÉRREZ, R. (2006). *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*. Madrid: Ediciones Cátedra. (1º ed. 1983)
- HOBBSAWM, E. y Ranger, T. (2002). *La invención de la tradición*. Barcelona: Crítica. (1ª edición en inglés 1983)
- NORA, P. (2008). *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce.
- PONTE, C., CESIO, L., GATTI, MAZZINI, A. (2008). *Arquitectura y patrimonio en Uruguay: proceso de inserción de la arquitectura como disciplina en el patrimonio*. Montevideo, Uruguay: Universidad de la República.
- POULOT, D. (2008). Um ecossistema do patrimônio. En: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (orgs). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. pp. 26-43.
- PRATS, L. (1997). *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- PRATS, L. (1998). *El concepto de patrimonio cultural*. En: Política y sociedad, nº 27, 63-76. Madrid.
- PRATS, L. (2005). *Concepto y gestión del patrimonio local*. En: Cuadernos de Antropología Social, nº



21, 17-35. Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

RÉAU, B. – COUSIN, S. (2009). *Tourisme. Une histoire de pouvoir*. En: EspacesTemps.net. 29.07.2009 [disponible en línea: <http://www.espacestemp.net/articles/tourisme/>] (consulta: 14/05/2014)

RICEUR, P. (2010). *La Memoria, la historia, el olvido*. Argentina: Fondo de Cultura Económica. (1º edición en español 2004)

VILLALBA STORTI, P.A. (2012). *Entre ruinas, lugares y objetos residuales de la memoria*. (Tesis de maestría defendida en la Maestría en Estética de la Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, UNC sede Medellín). Colombia: Universidad Nacional de Colombia [disponible en línea: [http://www.bdigital.unal.edu.co/7032/1/8357603.\\_2012.pdf](http://www.bdigital.unal.edu.co/7032/1/8357603._2012.pdf)] (consulta: 16/05/2014)

WILLIMAN, J. C., PANIZZA PONS, C. (1998). *La Banda Oriental en la lucha de los imperios: 1503-1810*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. (1º edición 1975).

### *Cartas y otros documentos institucionales*

ICOMOS (1999). *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*. La Gestión del Turismo en los sitios con Patrimonio Significativo. México

ICOMOS (2011). *Principios de La Valeta para la salvaguardia y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas*. XVII Asamblea General de ICOMOS. Malta. [Disponible en línea: <http://www.international.icomos.org/fr/chartes-et-normes>] (consulta: 24/05/2014)

MEC-IC (2012). *Plan de gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento*. Ministerio de Educación y Cultura de Uruguay-Intendencia de Colonia. Montevideo.

MINTUR (2012). *Anuario 2012. Estadísticas de turismo*. Ministerio de Turismo y Deporte de Uruguay. Montevideo.

UNESCO (1972). *Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural*. Paris.

UNESCO (1995). *Report of the 19th Session of the World Heritage Committee*. Berlín.



## **PATRIMÔNIOS CULTURAIS MATERIAIS DE SÃO JOÃO DA BARRA: IDENTIFICAÇÃO E LEVANTAMENTO**

ALVES, Mirian Viana  
*UNEF*  
*m.alves.ciso@gmail.com*

TEIXEIRA, Simonne  
*UNEF*  
*simonnetex@gmail.com*

34

### **RESUMO**

Entendendo que o patrimônio cultural atualmente tem assumido um papel fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas, conhecer e preservar o patrimônio cultural tornou-se essencial. Estes bens constituem os valores que compreendem todos os processos de formação da identidade e da tradição de um povo. Portanto, o objetivo do trabalho é identificar alguns patrimônios culturais de São João da Barra, com o intuito de analisar como se dão as ações de preservação dos mesmos. A metodologia utilizada neste trabalho foi: levantamento bibliográfico, levantamento de campo, questionários e entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. São João da Barra apresenta alguns patrimônios importantes para o patrimônio nacional e estadual. São eles: a casa câmera e cadeia e o antigo grupo escolar de São João da Barra, estes foram tombados e constam como registros do patrimônio histórico nacional. Porém outros patrimônios culturais do município apresentam vestígios genuínos como a igreja matriz de São João da Barra, o fórum municipal, o cine teatro, o centro de cultura Narcisa Amália, porém, estes não são alvos das políticas de preservação do governo federal nem estadual, mas recebem ações das políticas municipais. Assim, para compreender as políticas de preservação é fundamental entender os discursos que se constroem entorno do patrimônio, entendido como identidade de um povo.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural, Patrimônio material e São João da Barra.

### **ABSTRACT**

Understanding that cultural heritage currently has assumed a key role for the understanding of contemporary societies, know and preserve the cultural heritage has become essential. These goods are the values which comprise all processes of identity formation and the tradition of a people. Therefore, the objective is to identify some cultural heritages of São João da Barra, in order to analyze how to give actions to preserve them. The methodology used was: literature survey, field survey, questionnaires and semi-structured interviews and photographic records. St. John of the bar has some important assets to the state and national heritage. They are the home camera and chain and the old school group of São João da Barra, these were listed and listed as national heritage records. But other cultural heritage of the county have genuine remains as the mother church of São João da Barra, the municipal forum, cine theater, the center of culture Narcissa Amalia, however, these are not targets of preservation policies of the federal or state government, but receive shares of municipal policies. Thus, to understand the policies of preservation is critical to understand the discourses that are built around the equity, understood as identity of a people.

**Key-words:** Cultural heritage, Heritage Material and São João da Barra.



## DO PATRIÔNIO AO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

Conforme estabelecido na Convenção do Patrimônio Mundial sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o patrimônio cultural pode ser entendido como:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

35

Segundo a UNESCO o patrimônio cultural é uma fonte imprescindível para a inspiração, a referência, a criatividade e a riqueza de um povo. O patrimônio é um legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos ao futuro.

Segundo Françoise Choay (2001), o vocábulo patrimônio deriva de *pater*, pai em latim, e está intimamente ligado à esfera familiar, econômica e jurídica de uma sociedade. Referindo-se principalmente aos recursos moveis e imóveis pertencentes a um indivíduo. No direito romano, o patrimônio significava o conjunto de bens que deveria ser passado, transmitido dos pais para os filhos. O patrimônio passava certa garantia em relação à preocupação ancestral em manter, reformular, guardar, celebrar a simbologia que caracteriza o progenitor. O vislumbre do patrimônio não vinha segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens-a-transmitir (POULOT, 2009).

Assim, os elementos físicos, presente em todas as sociedades e ao longo da história, torna-se marcos de sua herança. Desta forma, a noção do patrimônio foi sendo formada, pois acumular e atribuir valores a objetivo sempre faz parte da cultural dos homens, e isso consecutivamente ajudou a preservar a suas memórias, a suas existências e suas riquezas.

Teixeira (2006) neste sentido vai chamar atenção para o processo de transferência que o patrimônio apresenta ao longo do tempo. E vai afirmar que, o patrimônio foi transcendendo seu sentido, passando de uma concepção familiar para uma ideia de herança coletiva, e mais adiante estatal. Foi a partir do século XIX que o conceito de patrimônio cultural começa a ser gestado.



Segundo Huyssen (2000) esse século foi considerado o tempo da busca pelas origens, que se tornou fatal assim que se iniciou a construção das nacionalidades e dos Estados-nação. As revoluções política, econômica e social começaram a ruir com as certezas do tempo precedente, fazendo com que a oratória da perda das referências fortalecesse a instituição do Estado. Porém para suprir o abandono das tradições, era necessário eleger suportes que assegurassem e localizassem a origem da nação.

Tais suportes foram encontrados nos monumentos, pois através da ritualização e celebração desses elementos os grupos sociais poderiam renovar e solidificar suas raízes (CANCLINI, 2008; HUYSSSEN, 2000). Choay em sua obra, *A Alegoria do Patrimônio* (2001) também vai aproximar o conceito de patrimônio ao conceito de monumento. Para a autora, o monumento é uma prática que subentende a concepção do patrimônio cultural. Pois o monumento é a “garantia das origens”, ele é uma lembrança viva no presente de um passado glorioso, uma segurança para as incertezas da modernidade.

Numa ideia mais materialista, os monumentos passam a se entendido como a materialização do patrimônio cultural, algo papável onde a comunidade poderia se ancorar e fortalecer suas tradições. Os monumentos eleitos eram símbolos coletivos e nacionais, eram lugares seguros em que os sentimentos nacionais, as memórias de um passado longínquo, podem se concretizar eram então construções ligadas à econômica, a política e a religiosidade do país (CHOAY, 2001; POULOT, 2009).

Portanto, os monumentos, as edificações e os objetos passam a caracterizar o patrimônio cultural brasileiro. Estes marcos físicos conservam na sua concretude, mais que a história, que as lembranças, eles guardam as ações, os feitos de homens que foram ilustres para a posteridade tornando-se assim, um suporte por excelência das informações do passado nessa época.

## **SÃO JOÃO DA BARRA: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE**

São João da Barra é um município do interior do Estado do Rio de Janeiro localizado no litoral da Região Norte Fluminense. Com uma população de 32.747 habitantes de acordo com o último censo (2010), São João da Barra ocupa apenas uma área de 455 quilômetros quadrados, sendo uma das menores cidades da região. Seu território corresponde a 4,7% da área total<sup>2</sup> da Região, e tem como limites municipais: São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes e o Oceano Atlântico (Figura 1).



### Mapa de Localização de São João da Barra - RJ

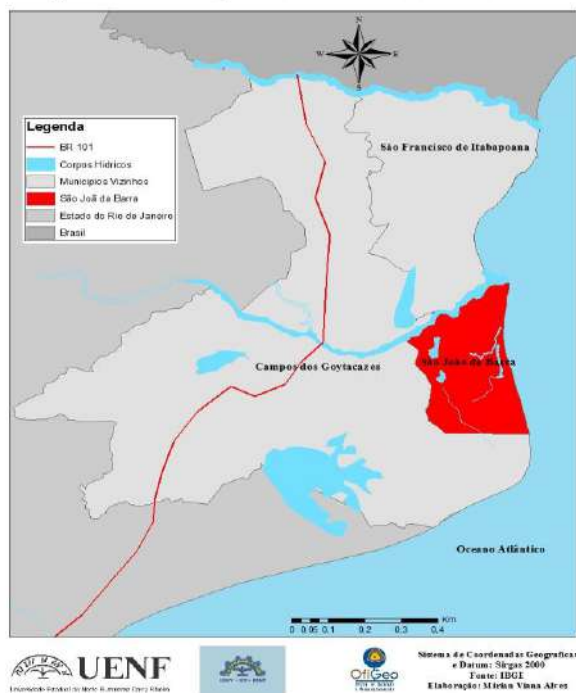


Figura 1: Localização de São João da Barra. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ. Fonte IBGE. Elaboração: Mirian Viana Alves, 2014.

São João da Barra teve um importante papel na história da colonização do Brasil. Seu prestígio teve início com a colonização da foz do Rio Paraíba do Sul e sua extensão. A região era conhecida por causa dos bravos índios Goitacás, e pela dificuldade que os colonos encontravam de povoar a área. Devido às situações ocorrentes, a corte do Rio de Janeiro reuniu sete capitães e os enviou à região com a missão de conter os índios e colonizar o lugar. (FEYDIT, 1900).

Os Sete Capitães chegaram à Vila de São Salvador, atual Campos dos Goytacazes, determinados a criarem vilas e iniciar o cultivo da terra e criação de gado. A região, em tempos remotos, já havia sido preparada para o cultivo da cana-de-açúcar e apresentava pequenas estruturas para a produção. Com o tempo, a produção da vila São Salvador aumentou muito, o gado e a cana-de-açúcar passaram a ser os produtos mais comercializados nas províncias e surgiu a necessidade da criação de um porto, a fim de escoar a produção para a metrópole (FEYDIT, 1900).

Porém a vila de São Salvador localizava-se distante do mar, dificultando o recebimento e envio dos produtos agrícolas e pecuários produzidos por ela. Mas havia um caminho natural, rápido e garantido que ligava a vila até o oceano, o rio Paraíba do Sul. E posicionado





juntamente no limite do rio com o mar, estava à vila de São João da Praia, atual São João da Barra, o lugar ideal para a edificação do porto (FEYDIT, 1900).

A vila de São João da Praia originou-se da construção de uma capela em homenagem a São João Batista erguido por um grupo de pescadores que frequentavam a região. Com o passar dos anos, e o crescimento da produção açucareira, São João da Praia tornou-se um dos mais importantes portos do país. Com o intenso movimento das embarcações, o comércio dos produtos e dos escravos, a vila constrói importantes monumentos, a fim de, consolidar sua cultura. (FEYDIT, 1900; CARVALHO, 1988). A final, formação de uma cultura, com uma tradição, hábitos e visão de mundo própria são elementos fundamentais para a continuidade de uma comunidade.

Segundo Carvalho (1988) o reflexo do desenvolvimento vivido por São João da Barra poderia ser visto através dos patrimônios culturais materiais que a cidade começou a reconhecer como patrimônio coletivo. As igrejas, os prédios governamentais, as inúmeras inaugurações, algumas contando, inclusive com a presença do imperador, Dom Pedro II, passaram a representar a glória da cidade e sua importância para o país, mas também, significava a construção da sua própria cultura e seus ícones culturais.

São João da Barra, embora localiza-se longe da Corte do Rio de Janeiro e de seus atrativos, apresentava importantes eventos que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil. Porém com os avanços tecnológicos e seus investimentos, São João da Barra estaciona no tempo e começa a perder seu espaço dentro a importância nacional. Segundo Freitas (2010), isto se deu em favor da criação das estradas de ferros, construída especificamente para o escoamento da produção, causando assim um abandono para com a navegação e os portos do país.

A partir desde momento, São João da Barra entra numa longa temporada de decadência, que perdura a maior parte do século XX. A cidade só volta a ascender com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos no início dos anos 1970. (CARVALHO, 1988; FREITAS, 2010). Juntos a este novo desenvolvimento, o turismo local tornou-se um ponto marcante para economia da cidade. Suas belas praias, suas paisagens e seu patrimônio cultural material começam a ser vistas como notável patrimônio cultural da região. O patrimônio cultural imaterial de São João da Barra também ganhou destaque, principalmente as manifestações tradicionais como a Festa de São João, a festa de São Pedro e a festa da Nossa Senhora da Penha.





Entendendo que São João da Barra constitui-se como um importante patrimônio cultural, reconheceu-se a necessidade da elaboração de estudos interdisciplinares acerca do seu patrimônio, a fim de, num futuro próximo, proporcionar uma melhor utilização e identificação dos mesmos.

### **A oficialização do patrimônio cultural material de São João da Barra**

Juan Agudo Torrico (2006) vai ressaltar que, o patrimônio cultural deve ser conhecido, valorizado e preservado, pois ele caracteriza as referências culturais que compõem o coletivo de uma comunidade. Para ele o patrimônio cultural precisa ser preservado por que sua proteção tornou-se a própria manutenção da cultura local, regional e numa última escala, humana. Sendo assim, o patrimônio cultural tem um papel fundamental dentro a formação dos Estados-Nação.

Neste sentido, Calabre (2007) vai ressaltar que no Brasil o patrimônio cultural teve uma função essencial, principalmente na década de 1930, com o processo de reforma administrativa desfraldada pelo governo Vargas. O governo de Getúlio Vargas foi muito importante para as políticas culturais brasileiras, pois foi durante este governo que as primeiras políticas foram implementadas no país. Nesse período, foram realizadas uma série de ações, ambicionado prover uma maior institucionalidade para o setor cultural. No entanto, as políticas efetivadas neste momento, concentravam-se no patrimônio cultural material (CALABRE, 2007).

As políticas culturais em torno aos bens da cultura material brasileira têm um histórico bem consolidado, segundo Calabre, isso se deve aos intelectuais modernistas que realizaram uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas do Brasil, em especial, os monumentos pertencentes aos ciclos do café, da cana-de-açúcar e do ouro em Minas Gerais. Neste período a ênfase preservacionista recaía sobre os bens de natureza material ou tangível. (CALABRE, 2007)

O SPHAN, órgão responsável pela identificação e proteção dos patrimônios culturais brasileiros iniciou a aplicação da lei de tombamento no Estado do Rio de Janeiro. Tombar um bem, passava pela simbologia que o mesmo era representativo para a nação, símbolo da identidade nacional, e, desta maneira foco das políticas de preservação. Porém, não era apenas o SPHAN/IPHAN que tombava os patrimônios, o governo estadual também praticava este feito através do INEPAC órgão estadual com a mesma função.



Durante a década de 30, o Estado do Rio de Janeiro teve várias edificações tombadas, tanto pelo IPHAN quanto pelo INEPAN como marco do patrimônio nacional, entre eles: a Casa Câmara e Cadeia e o antigo Grupo Escolar de São João da Barra. Estes bens constam como registros do patrimônio histórico da época colonial devido suas características físicas materiais.



(Figura 2: Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra/RJ – Fonte: Arquivo da pesquisa)

As Casas de Câmeras e Cadeia correspondiam ao poder administrativo e jurídico das colônias. Originada da sociedade portuguesa, estas casas representavam até o início do século XX, a sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos mais distantes povoados brasileiros, ate mesmo nos ajuntamentos localizados no interior. Ocupando um lugar de destaque, geralmente no centro do núcleo populacional, as casas de câmeras e cadeias reuniam a cadeia, sala de guardas e algumas uma capela e um tore com o sino (BARRETO, 1947).

A casa de câmara e cadeia de São João da Barra foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, em 1967. O prédio construído em 1709 para atender as necessidades da região, passou por algumas reformas, a primeira em 1736 e uma segunda em 1794 com a conclusão em 1797. A edificação conta com dois andares, o andar superior abriga a sala de guardas, a sala de jures e uma recepção. No andar do térreo encontra-se a cadeia com paredes de grossura invulgar, com cerca de 1,20m de rochas, as janelas fechadas por grades tramadas em rede e um sistema de esgoto ligado diretamente no rio.



(Figura 3; Casa Câmara e Cadeia de São João da Barra)

Com uma arquitetura bem familiar a todas as demais Casas de Câmeras e Cadeias existentes no Brasil, esta casa é um dos únicos prédios sobrevivente da época da colonização do município de São João, e que ainda matem as características e os materiais utilizados na última reformam sofrida.

O edifício denominado Grupo Escolar, atual Palácio da Cultura de São João da Barra, foi tombado como símbolo do patrimônio estadual pelo INEPAC. A construção é uma característica material do auge da produção açucareira na região, sobretudo ao longo do século XIX. A glória político e social dos senhores de engenho era tanta que seus suntuosos solares, formavam o conjunto de bens que distinguia a época (AZEVEDO, 1990).

Estes patrimônios culturais eram tombados como registros de uma história rica e feliz, ostentando os títulos de nobreza, as riquezas sem igual, tentam reproduzir o mais exuberantes



do que simbolizavam aquele tempo. Assim é o Grupo Escolar, construído para ser residência do Coronel Manoel José Nunes Teixeira, um dos mais ricos coronéis da região e dono da Companhia de Navegação da cidade. Em formato de chalet, o prédio tem uma típica arquitetura do século XIX.



Figura 4: Palácio da Cultura de São João da Barra – Antigo Grupo Escolar

Outros bens culturais do município apresentam vestígios genuínos como a Igreja matriz de São João Batista, o Fórum municipal, o Cine Teatro, o Centro de Cultura Narcisa Amália. Segundo as mesmas linhas de características os prédios apresentam formas da época colonial, porém, estes não são alvos das políticas de preservação do governo federal nem estadual, mas





recebem ações das políticas municipais. Estes patrimônios precisam de estudos a fim de analisar que tipo de contribuição pode ter para a história da nação e estadual.



- **Igreja Matriz de São João Batista**

– Erguida em homenagem a São João Batista em 1630, por Lourenço do Espírito Santo e um grupo de pescadores. Foi a primeira Igreja do município e ainda hoje mantém sua arquitetura original.

- **Fórum Municipal –**

Hoje funciona como fórum da cidade, mas o prédio foi construído no século XIX para ser a residência do rico traficante de escravos, Comendador André Gonçalves.





- **Cine teatro** – remonta os tempos da pequena ermida de São João Batista quando os padres ensaiavam com as crianças da vila, ainda nos séculos XVII, XVIII, Autos Religiosos a fim de melhor ensinar os evangelhos e um rebanho de iletrados.



- **Centro Cultural Narcisa Amália** – o espaço foi inaugurado para ser o mercado municipal no início do século XX, mais precisamente em 1902 e cumpriu esta função até por volta de 1960. Hoje abriga o Centro de Cultura da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que o patrimônio cultural atualmente tem assumido um papel fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas. Conhecer estes patrimônios culturais é buscar uma compreensão em relação ao processo de formação da identidade, das memórias, das representatividades que compõem os grupos sociais de um povo. É entender os valores e signos que constituem estes ambientes.



Mas é fundamental ressaltar que para além do registro de um bem, o mesmo dever ser protegido e preservado. Embora os patrimônios culturais sejam eleitos por uma instituição, a sociedade civil também precisa valorizar estes bens, se identificar com ele, para que então os mesmos tornem realmente um legado coletivo.

Deste modo, a identificação e a divulgação dos patrimônios culturais matérias é algo importante para a sua própria manutenção. Uma divulgação ampla e consciente da à sociedade a oportunidade de estar presente no reconhecimento dos valores e signos que formam sua identidade.

## REFERENCIAS

AGUDO Torrico, Juan. "**Patrimonio etnológico y juego de identidades**" [en línea]. Revista Andaluza de Antropología, Num. 2, marzo de 2012. <http://www.revistaandaluzadeantropologia.org/uploads/raa/n2/jagudo.pdf> [Consulta: 02 de agosto de 2014]. ISSN: 2174-6796

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador – Bahia - Brasil.

CANCLINI, Néstor García. 2008. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé**. Campos: Typ. eLith. de Silva, Carneiro & Companhia, 1988

FREITAS, Carlos; PLUHAR Cristiano. **Patrimônio material, História e cultura**. Anais da III Encontro de Geografia e VI Semana de Ciências Humanas. Campos dos Goytacazes /RJ. 2010

FEYDIT, Julio. **Subsidios para a História dos Campos dos Goytacazes – Desde os tempos coloniais até a Proclamação da Republica**. Campos: Typographia de J. Alvarenga &Comp, 1900.

HUYSSSEN, Andreas. 2000. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro, Aeroplano

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.





TEIXEIRA, S. Educación Patrimonial: **Alfabetización Cultural para la Ciudadanía**. Estudios Pedagógicos, vol. XXXII, núm. 2, 2006, pp. 133-145, Universidad Austral de Chile, Chile. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=173514131007>)

UNESCO. Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Edição 2005. Disponível em: [whc.unesco.org/document/](http://whc.unesco.org/document/) Acesso em: 15 Julho. 2014.



## **PATRIMONIO MATERIAL E CULTURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU EM GUARATUBA-PR**

FERNANDES, Rosane Patrícia

*Estudante do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e sociedade, Docente da  
faculdade do Litoral Paranaense ISEPE – Guaratuba  
rosepati@gmail.com*

BANDEIRA, Dione da Rocha

*Docente do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e sociedade  
dione.rbandeira@gmail.com*

WASILEWSKI, Marcos

*Pesquisador do Instituto Guajú, Educação ambiental, Resgate Ambiental e Desenvolvimento  
Sustentável  
marcos@guaratuba.com.br*

### **RESUMO**

As Áreas de Preservação Ambiental (APAs), além das belezas naturais, também são possuidoras de riquezas patrimoniais e culturais. Nos últimos anos vem se destacando em Unidades de Conservação (UC) estudos sobre a cultura material deixada por sociedades que habitaram estes locais no passado. Na APA de Guaratuba no Estado do Paraná é possível encontrar diversos sítios arqueológicos, pré-coloniais, líticos, históricos e ceramistas. Este estudo trata de dois sítios arqueológicos em especial, localizados no Parque Estadual do Boguaçu uma UC no interior da APA de Guaratuba, um sendo pré-colonial e histórico outro pré-colonial onde são encontrados estruturas e artefatos remanescentes da cultura material desses povos.

**Palavras Chave:** Unidades de Conservação; Sítios Arqueológicos; Cultura Material.

### **ABSTRACT**

The Environmental Protected Areas (APAs) beyond the natural beauties are also places where are patrimonial and cultural heritage. In recent years has been emerging studies on material culture in Conservation Units (CU) left by societies that inhabited these places in the past. In Guaratuba APA, located in Paraná State can be find several pre-colonial, lithic, historical and ceramist archaeological sites. This study uses two special archaeological sites, located in Boguaçu Park, an Environmental Protected Areas in Guaratuba APA, one of them is pre-colonial is historical, and another one is pre-colonial, where are found structures and remaining artifacts of material culture from these people.

**Key words:** Conservation Units; Archeological Sites; Material Culture.



## INTRODUÇÃO

Os seres humanos, ao habitarem determinados espaços, produzem lá suas marcas, deixando-as impressa na paisagem, no espaço ocupado. Convivendo com seus semelhantes, vai tecendo a sua sociabilidade e produzindo sua cultura. O espaço em que o homem vive é marcado e determinado por escolhas, seja no passado, seja no presente, muitas vezes decorrentes de necessidades primárias, abstratas ou simbólicas, que se concretizam em ações sociais. A organização do espaço físico e das estruturas que preenchem este espaço reforça visualmente a ordem social em que o grupo vive ao mesmo tempo em que é o seu produto. Considerando que comportamentos dos grupos humanos deixam evidências físicas no espaço habitado, a arqueologia tem como identificar e estudar estas marcas, buscando compreender as trajetórias culturais que integram a cultura pré-colonial através desses elementos materiais encontrados nos sítios arqueológicos (GODOI, 2003).

A delimitação de espaços para a preservação de certos atributos naturais é uma prática antiga, que se espalhou por todos os continentes, motivada principalmente por razões socioculturais (MILARÉ, 2011, p.196).

A riqueza arqueológica da Baía de Guaratuba, no Estado do Paraná, ficou evidente nos levantamentos de campo e inventários de sítios arqueológicos realizados por estudiosos como Bigarella (1950), Loureiro Fernandes (1955), Orssich (1977), Ângulo (1992), Parellada (1993) e Brochier (2002). Os registros arqueológicos mais conhecidos na região referem-se aos sambaquis. Estes são verdadeiros monumentos construídos por povos pré-coloniais que viveram no ambiente costeiro. Os sambaquis, para De Blasis *et al* (1998) e Bandeira (2005), é um tipo de sítio arqueológico pré-colonial, caracterizado por elevações de conchas em forma de colina com diferentes tamanhos, composição e idade. Em sua maioria são compostos de conchas de moluscos, ossos de animais, artefatos e ossadas humanas decorrentes de sepultamentos ali realizados pela sociedade sambaquiiana, formada por uma população de pescadores-coletores-caçadores que habitavam as regiões litorâneas, que, foram produtoras de determinada cultura.

Embora diversos quanto à composição e tamanho, construídos em encostas, ou planícies, os sambaquis ocorrem no mundo todo, sendo que no Brasil encontram-se distribuídos do Rio Grande do Sul até a Bahia e do Maranhão ao Pará. Além disso, “[...] tais sítios vêm sendo considerados nos últimos anos como estruturas intencionalmente



construídas, plenas de significações simbólicas para seus construtores” (DE BLASIS et al. 2007).

Os sambaquianos são um dos mais antigos povos a ocuparem o litoral brasileiro (GASPAR, 1998 e 2000). Construídos intencionalmente, os sambaquis foram habitados por centenas de anos, em sua maioria em regiões lagunares. Pesquisas realizadas em sambaquis datam atividades humanas no litoral paranaense entre 4.500 e 1.500 anos antes do presente (AP) (LAMING-EMPERAIRE 1968; MARTINS et al. 1988). O sambaqui do Élcio, assim como o sambaqui da Barra velha, são dois exemplares de sítios arqueológicos encontrados no Parque Estadual do Boguaçu, uma Unidade de Conservação (UC) no interior da APA de Guaratuba, um pré-colonial portador de objetos culturais produzidos em rocha e barro, outro também pré-colonial com ruínas de um antigo engenho de farinha nas suas proximidades, que com tais características pode ser considerado como sítio pré-colonial e histórico.

Quanto aos métodos empregados neste trabalho, além da pesquisa bibliográfica e documental, também se realizou a pesquisa de campo, que “é aquela que se faz no ambiente natural da ocorrência dos fenômenos, ou seja, classifica-se como pesquisa de campo porque a coleta de dados é feita no ambiente em que os fatos ou fenômenos ocorrem” (RUARO, 2004, p. 26).

### **UMA IDEIA DE PATRIMÔNIO**

O termo patrimônio, derivativo do latim *patrimonium*, para autores como Choay (2001) e Poulot (2008, p. 36), “está ligado à propriedade herdada do pai, ou dos antepassados, uma herança relacionada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”, hoje denominado por diversos adjetivos como histórico, natural, cultural, genético entre outros, que fazem dele um conceito "polissêmico". Esse conjunto de bens permite articular o legado do passado à espera ou à configuração de um futuro, com o objetivo de promover algumas mutações e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade (FUNARI, PELEGRINI, 2006).

A compreensão desta pluralidade do patrimônio é importante para apontar os caminhos desde suas origens até sua transformação em bens culturais. O conceito de patrimônio não existe isoladamente, ele apenas existe em relação a alguma coisa, ou bem (FUNARI, PELEGRINI, 2006). Assim, patrimônio é o conjunto de bens materiais e, ou



imateriais que contam a história de um povo, ou de uma sociedade e sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações vindouras. Corroborando com esta definição Ghirardello e Spisso (2008) acrescentam que patrimônio, além de um conjunto de bens de natureza material ou imaterial, guarda em si referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais, que podem ser transmitidas pela cultura material, bem como pela cultura imaterial (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 10).

Além disso, as noções de cultura e patrimônio encontram-se associadas à memória social, uma das formas de transmissão da cultura, e à identidade, inerente a identificação. O patrimônio, a memória, a cultura e a identidade sempre remetem a um coletivo, já que todos esses termos envolvem o problema do “nosso”: a nossa história, a nossa memória, a nossa identidade, o nosso patrimônio (ARRUDA, 2009, p.190).

## **CULTURA MATERIAL**

Segundo Le Goff (2001, p 181), “a definição de cultura material é aquela que só se exprime no concreto, nós e pelos objetos construídos.” A cultura material compreende os objetos feitos pelo homem e ela significa que o próprio corpo físico do homem é um objeto da cultura material, assim como as tecnologias, as técnicas, os artefatos. Para Meneses (1994), nós vivemos imersos num mundo de coisas materiais indispensáveis para a nossa sobrevivência biológica, psíquica e social, e a cultura material participa decisivamente na produção e reprodução social. E vem sendo assim desde o surgimento da humanidade, desde que homem começou usufruir da natureza em seu benefício. Neste sentido, acrescenta ainda Meneses (1983, p. 112):

[...] o meio físico é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem [...].

O conjunto de objetos de utensílios, ferramentas, adornos, moradias, armas, meios de transporte, a própria natureza, entre outras coisas, forma o ambiente concreto de determinada sociedade. A cultura material permite o estudo do homem no tempo, através



dos monumentos, restos de moradias, documentos, armas, obras de arte e realizações técnicas que foi deixando no seu caminho enquanto civilizações davam lugar a outras sociedades no curso da História. Funari (2003, p.15) salienta que “o estudo da cultura material busca compreender as relações sociais e as transformações na sociedade”, pois é através da cultura material que entendemos o complexo fenômeno da apropriação social dos segmentos da natureza física (MENESES, 1994).

A arqueologia é a parte da ciência que estuda as culturas a partir do seu aspecto material, construindo suas interpretações através da análise dos artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem. Cultura material neste trabalho é entendida da maneira proposta por Meneses (1983, p.112), como o segmento do meio físico que é socialmente apropriado. Apropriação que não é aleatória, casual ou individual, mas que segue padrões sociais. Assim, a cultura material é o suporte material, físico, concreto da produção e reprodução da vida social (MENESES, 1983, p.113).

Braudel (1952, *apud* FUNARI, 2005 p. 91) em sua obra *Civilização Material* descreve:

Vida material são homens e coisas, coisas e homens. Estudar coisas [...], os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, de aldeia ou cidade [...] em suma de tudo aquilo que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar a existência do cotidiano [...]. De qualquer maneira, proporciona-nos um excelente indicador.

A cultura material, para a Arqueologia, é compreendida como vestígio daquilo que o homem constrói e esse vestígio pode elucidar o funcionamento de determinadas culturas. Funari, Carvalho (2009, p. 5) dizem que cultura neste viés é definida como uma soma de todas as ideias, atividades e materiais que caracterizam a natureza de um determinado grupo humano, sendo uma herança cultural-social que corresponde a um compartilhar de tradições, modo de vida entre outros.

Assim, pode-se dizer que a cultura material está sempre presente na vida humana (FUNARI, CARVALHO, 2009, p. 4). Nascemos, crescemos e morremos interagindo com as mais diversas materialidades, criadas dentro de diferentes propósitos, independente do tempo, ou mesmo do espaço. Neste sentido Gaspar (2011, p. 47) revela:

Cultura material, que era muitas vezes tomada apenas como sinônimo de artefatos, refere-se a um universo muito mais amplo, como o próprio corpo humano, no sentido de que ele também é moldado por cada





cultura, pelos arranjos espaciais e a própria paisagem apropriada por um determinado segmento social, aqui incluída a representação simbólica da mesma. Refere-se também aos sítios arqueológicos discretos, mas que é parte importante de sistemas de assentamento. [...] dessa maneira, abarca os elementos do mundo social que congregam informações e/ou emoções que caracterizam cada sociedade.

Como fonte histórica, a cultura material é fundamentada no conhecimento das sociedades que não escrevem sobre si mesmas, pois ela tem o poder de revelar a cultura de um povo, de uma região. Sua importância reside ainda no fato de ser fonte concreta para o conhecimento de uma realidade cultural (HAIGERT, 2006, p. 151).

## **OBJETOS COMO DOCUMENTOS**

Desde o início da civilização, o homem criou utensílios, ferramentas e implementos produzidos de matéria prima encontrada na natureza. Com o passar do tempo, esses fazeres foram se aperfeiçoando e diversificando-se na medida em que as comunidades foram se transformando (FUNARI, 2006). Deste modo, a cultura material sempre fez parte da dinâmica social e a possibilidade de interpretação desses indícios explica-se pelo fato desses objetos serem produto do trabalho humano e, portanto, por apresentarem necessariamente duas facetas: terem uma função primária prática, útil, e outra função secundária que é a simbólica (FUNARI, 2006).

Os objetos, os artefatos ou outros produtos desta materialidade são tomados como documentação palpável, para a interpretação do modo de vida de indivíduos que vivem em uma sociedade. Por outro lado, não é apenas um indicador das relações sociais, mas, enquanto parte de uma cultura material, atua como direcionador e mediador das atividades humanas. “O objeto apresenta-se como o meio de relação entre os indivíduos que vivem em uma sociedade, como forma peculiar de inter-relação, pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos” (FUNARI, 2001, p 33-34).

Segundo o antropólogo francês Leroi-Gourhan (1945 *apud* FUNARI, CARVALHO, 2009 p. 4), a objetividade desta cultura permitiu que a arqueologia não encontrasse limites espaciais ou temporais em seus estudos, o que permite elaborar sínteses e reconstruções gerais e particulares das sociedades passadas. Visto que os artefatos, ou vestígios arqueológicos, a partir do momento em que são reintegrados num contexto cultural em funcionamento como o nosso, tornam-se novamente mediadores do



que se passou num dado tempo (FUNARI, 2001), fica claro que a apropriação humana da natureza não é a histórica, e sim a sobrevivência que se desenvolve sempre nos quadros de uma determinada organização social com um potencial produtivo definido (FUNARI, 2006). Diante disso, entende-se a validade dos objetos produzidos pelo Homem como ferramenta, como fonte de pesquisa geradora de conhecimento sobre as culturas e tradições passadas.

Renfrew & Bahn (2007, p. 20-21) dizem que,

El hombre siempre há especulado sobre el pasado, y la mayoría de las culturas tienen sus propios mitos y medios de creación para explicar por qué la sociedad es como es (...) La mayoría de las culturas también han quedado fascinadas por las sociedades que las precedieron, que se desarrolló por una curiosidad por las reliquias de las sociedades pasadas en varias civilizaciones antiguas, en que los sabios, coleccionaban y estudaban objetos del pasado (...) para mejor reconocer la actualidad.

Os estudos arqueológicos, e a própria arqueologia, são derivados da história e dos estudos antropológicos. A arqueologia é a compreensão do gênero humano e das sociedades e se constituiu em uma disciplina humanística, isto é, uma ciência humana, que se ocupa do passado do homem. Ela é uma disciplina histórica, surgida em primeira instância “del modos de mirar el pasado, después, del desarrollo de métodos de investigaciones, y del empleo de esas ideas y el análisis de esas cuestiones” (RENFREW ; BAHN, 2007 p. 21). A arqueologia está vinculada com a antropologia, e sendo assim, faz parte da história, na busca da compreensão dos aspectos como os modos de vida e a história dos diferentes povos, sua organização social e dinâmica cultural e a relação com o meio que os cerca.

A partir daí, o que antes era coletado como um objeto de colecionador, de enfeites, indo da estátua a objetos de uso cotidiano, passaria a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos. Vislumbrava-se assim a transformação da cultura material em fonte histórica primária, pela qual foram sendo criados métodos científicos (FUNARI, CARVALHO, 2009, p. 85 - 86).

A cultura material é indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento. Ela está onipresente no mundo, sendo ele mesmo entendido, segundo Miller



(1994 *apud* LIMA, 2011, p. 1) como um artefato. O termo artefato designa, de um modo geral, alguma coisa feita ou transformada pelo homem, “instrumento possuidor de aspectos materiais e simbólicos elaborado para servir a uma determinada necessidade, e que hoje auxilia-nos a interpretar o que já se passou a partir de estudos arqueológicos” (CHIAROTTI, 2005, p. 304).

A Arqueologia é a disciplina que se caracteriza como um projeto de ciência da cultura material (FUNARI, 2003) e que é auxiliada por outras áreas do conhecimento como a Antropologia, a Geologia, a Zoologia, a Botânica, a Etnologia, reunidas com o propósito de compreender o universo material que circunda o homem e que floresceu a partir do estabelecimento de processos de coleta e classificação de vestígios da cultura material de sociedades predecessoras. Pearce (1990 *apud* CANDIDO, 2005) afirma que a Arqueologia é, acima de tudo, uma disciplina ligada à compreensão da cultura material.

### **OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU**

O Parque Estadual do Boguaçu (Figura 1) é uma Unidade de Conservação delimitada dentro da APA<sup>1</sup> de Guaratuba. Foi criado pelo Decreto Estadual 4056, de 26 de fevereiro de 1998, possui área de 6.660,6415 ha, e tem por objetivo assegurar a preservação dos ecossistemas de manguezal e restinga do entorno do Rio Boguaçu e Boguaçu Mirim, bem como proteger os registros culturais (IAP, 2004).

Os Parques Estaduais são sujeitos às mesmas disposições que regem os Parques Nacionais. O objetivo básico destas áreas é a preservação de ecossistemas naturais e bens culturais de relevância social.

<sup>1</sup> A APA de Guaratuba foi declarada área de proteção ambiental em 27 de março de 1992, através do Decreto Estadual n.º 1234, e têm como objetivo resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais de uma extensão aproximada de 199.596,50 hectares de Floresta Atlântica e ecossistemas associados, correspondendo a 1% do território Paranaense.



Figura 1 - Área de abrangência do Parque Estadual do Boguaçu na APA de Guaratuba em vermelho.  
 Fonte: CONSELHO DO LITORAL. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Guaratuba (PDDI).  
 Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002 Adaptado por Travassos 2014.

A APA e o Parque Estadual do Boguaçu preservam os recursos naturais da região costeira do estado, principalmente a rede hídrica, os remanescentes da floresta atlântica, os manguezais, a biodiversidade e os sítios arqueológicos, como os sambaquis que são remanescentes das ocupações antigas que existiram no litoral antes da colonização.

Estima-se que as primeiras ocupações humanas no litoral brasileiro ocorreram a cerca de 12.000 e 7.000 anos antes do presente (AP), onde os grupos construtores dos sambaquis tinham como base de sobrevivência a pesca, a coleta e a caça (GASPAR, 1999). Estes grupos aproveitavam os restos alimentares, normalmente as conchas de moluscos, como material construtivo e os acumulavam próximos à área de coleta, chegando a edificar plataformas que, com o passar do tempo, se destacavam cada vez mais na paisagem costeira (GASPAR 1999). Os sambaquis são um dos registros arqueológicos mais antigos possuidores de informações sobre as populações que habitaram o litoral brasileiro antes da sua colonização. Achados recentes de sítios de pontas aqui na região indicam ocupação mais antiga por grupos produtores de pontas feitas de rocha provavelmente da tradição Umbu.

Segundo Brochier (2009), diversos estudiosos, entre a década de 50 e 80, focaram suas pesquisas nas semelhanças e diferenças encontradas na cultura material dos



sambaquis na busca de entender possíveis agrupamentos regionais que trouxessem informações sobre os movimentos migratórios ocorridos na costa brasileira.

Apesar desses estudos pelo entendimento das unidades culturais e sua dispersão, ao longo da costa, a questão da origem do povoamento costeiro raramente foi debatido (BROCHIER, 2009). No litoral paranaense estima-se que a ocupação humana tenha ocorrido entre 5.500 e 6.000 anos antes do presente (AP), conforme informações contidas nos estudos de Gaspar (1996-2000) e Posse (1996) entre outros, tendo por base informações advindas de datações radio carbônicas, as quais possibilitaram inferir modelos de ocupação de grupos de pescadores-coletores-caçadores no litoral sul-sudeste, indicando que o possível centro de dispersão desses grupos foi entre os estados do Paraná e São Paulo, há aproximadamente 6.500 anos (BROCHIER, 2009). Esses grupos registraram sua presença na região ao construírem montes de conchas conhecidos como sambaquis, quando a paisagem abrangia um extenso sistema lagunar (BIGARELLA *et al.*, 2011).

A Baía de Guaratuba localiza-se no extremo sul da planície costeira do Estado do Paraná dentre as coordenadas 25° 45' e 26°00' de latitude sul e entre 48°34' e 48°50' de longitude oeste, possuindo uma área de 50,15 km<sup>2</sup> e a sua riqueza arqueológica foi se evidenciando a partir de pesquisas de enfoque geo arqueológicos e geológico-evolutivos cujos registros vieram de estudiosos como Krone (1908), Leonardos (1938) e Bigarella (1934). “Esses estudos dos sambaquis auxiliavam na indicação do nível do mar durante o Holoceno no Brasil” (BROCHIER, 2009, p.79). Posteriormente houve os levantamentos de campo e inventários de sítios arqueológicos realizados por estudiosos como Bigarella (1950), Loureiro Fernandes<sup>2</sup> (1955), Orssich (1977), Ângulo (1992) Parellada e Gottardi (1993) e Brochier (2002). Os registros arqueológicos mais conhecidos na região referem-se aos sambaquis, os quais são verdadeiros monumentos construídos por povos pré-coloniais que viveram no ambiente costeiro.

Os sambaquianos são um dos mais antigos povos a ocuparem o litoral brasileiro (GASPAR, 1998 e 2000). Construídos intencionalmente, os sambaquis foram habitados

<sup>2</sup> José Loureiro de Ascensão Fernandes, mais conhecido como professor Loureiro Fernandes teve grande e importante atuação nos estudos arqueológicos do litoral do Paraná e na documentação dos sambaquis do litoral paranaense, sendo Ele o criador do museu de Arqueologia, Etnologia e Artes Populares de Paranaguá - PR.





por centenas de anos, em sua maioria em regiões lagunares. Conforme Brochier (2009 p. 81-82):

[...] no Paraná, os levantamentos [...] indicam a ocorrência de 298 sítios desta natureza, sendo que destes, somente 13 teriam sido objeto de pesquisas sistemáticas com escavações parciais. No litoral sul (que compreende a baía de Guaratuba) são pontuados mais de 99 sambaquis, sendo que apenas três foram escavados [...] entretanto alguns levantamentos identificaram locais com presença de materiais culturais distintos dos sambaquis [...] que incluem sítios líticos, cerâmicos e históricos.

Pesquisas realizadas em sambaquis desta região datam atividades humanas entre 4.500 e 1.500 anos antes do presente (LAMING-EMPERAIRE 1968; RAUTH, 1969, BROCHIER, 2009).

A seguir (figura 2), apresenta-se o perímetro do Parque Estadual do Boguaçu, apontando os sítios arqueológicos visitados neste estudo.



Figura 2 – Mapa do Parque Estadual do Boguaçu com pontos arqueológicos indicados pelas setas onde se encontram os sítios arqueológicos do Élcio e da Barra Velha.

Fonte: IAP (2014) adaptado por Travassos (2014).

O Sambaqui Barra Velha (Figuras 3, 4 e 5) encontra-se preservado e está protegido por espessa cobertura vegetal. Localiza-se afastado do Rio Boguaçu adentrando uma propriedade particular, que anteriormente era produtora de farinha, conforme vestígios de um engenho abandonado. Este local poderia ser considerado, sítio arqueológico histórico (figura 5). O Sambaqui Barra Velha, nos estudos de Parellada e Gottardi (1993), é descrito como bom em 1949 e Bigarella *et al* (2011, p.104) está sob o nº 48 e descrito assim:





O depósito conchífero n° 48 encontra-se no local denominado Barra Velha, cerca de 80m da margem direita do rio Boguaçu. Sua base assenta-se na planície de sedimentos. As dimensões são aproximadamente de 25 x 20m e a altura cerca de 3,5m. Encontra-se ainda intato. A composição malacológica predominante formada por *Anomalocardia brasiliana* e secundariamente por *Ostrea SP.*



Figura 3 - Vista aérea do sambaqui Barra Velha

Fonte: Google Earth, adaptado por Wasilewski (2013).



Figura 4 - Vista da parte frontal do sambaqui Barra Velha

Fonte: Arquivo particular da autora da pesquisa e, Wasilewski (2013).



Figura 5 - Ruínas de antigo engenho de farinha abandonado próximo ao sambaqui  
Fonte: Arquivo particular da autora da pesquisa e Wasilewski (2013).

Segundo Komarchescki e Denardin (2013, p.2), a cultura (material e simbólica) “do cultivo da raiz e do fabrico da farinha de mandioca teve início com os povos indígenas, que já desenvolviam a produção antes da chegada dos colonizadores portugueses em nossa terra” e posteriormente a colonização, esta atividade foi fonte de renda e sobrevivência de diferentes sociedades que foram se formando no litoral Paranaense.

O sambaqui do Élcio (Figuras 6 e7) encontra-se parcialmente destruído, em virtude do plantio de roça feito nele há alguns anos por moradores da região. Atualmente, está em processo de recomposição da vegetação. É um sambaqui de porte médio com dimensões de 30x20 m e altura aproximada de 5 m. Observaram-se buracos cavados no sambaqui, possivelmente feitos por tatus e retirada de raízes.



Figura 6- Imagem aérea do Sambaqui do Élcio  
Fonte: Google Earth, adaptada por Wasilewski (2013).





Figuras 7 - Imagens do Sambaqui do Élcio

Fonte: Arquivo particular da autora da pesquisa e, Wasilewski (2013).

No sítio arqueológico do Élcio, segundo relatos de moradores do entorno, no período dos primeiros plantios sobre o sambaqui, foram encontrados objetos em rocha (figura 8), e outros em barro<sup>3</sup> com furos, que pareciam pesos de usar em rede de pesca (figuras 9 e 10). Relatou-se ainda que é comum encontrar esses artefatos ali na região.



Figura 8- Artefatos de rochas do Sambaqui do Élcio

Fonte: Arquivos da pesquisa de campo, Wasilewski (2013)



Figuras 9- Artefatos em barro do Sambaqui do Élcio

Fonte: Arquivo particular da autora da pesquisa e, Wasilewski (2013).

<sup>3</sup> De acordo com Lima (1999-2000) os sambaquianos não produziam objetos em barro, acredita-se que os objetos em barro encontrados neste sítio correspondam a ocupações posteriores do sambaqui, por grupos que trabalhavam com barro e cerâmica.



Figuras 10 (continuação) - Artefatos em barro do Sambaqui do Élcio  
Fonte: Arquivo particular da autora da pesquisa e, Wasilewski (2013).

Estes remanescentes culturais fazem parte do patrimônio arqueológico existente tanto na APA de Guaratuba, quanto no Parque Estadual do Boguaçu, e, que evidenciam a necessidade de maiores pesquisas arqueológicas nesta região, conforme Oliveira (2004), tais pesquisas possibilitariam a investigação de tópicos de extrema importância além das origens do povoamento do litoral paranaense tais como: as formas particulares de organização social e adaptação cultural a esse ambiente; contatos inter-étnicos entre indígenas europeus e euro-americanos e suas inter-relações; relação entre tradições e estilos tecnológicos com etnicidades indígenas conhecidas historicamente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste estudo possibilitou conhecer com maior propriedade alguns dos recursos patrimoniais e materiais de natureza arqueológica contidos no Parque Estadual do Boguaçu, os sambaquis. Os sambaquis, bem como os demais sítios arqueológicos, nos permitem estabelecer uma relação entre a cultura material e o patrimônio natural, pois as sociedades a que esses registros representam, estavam profundamente integradas a seu meio. Esses sítios permanecem na atualidade como importante registro à compreensão da história e da ocupação humana do ambiente costeiro pelas sociedades do passado, o seu valor como patrimônio torna-se não só inquestionável, como também acentua a necessidade de sua proteção.



Estando estes bens culturais em uma unidade de conservação faz-se necessário que haja efetividade entre os instrumentos de Manejo e Gestão destas áreas, tendo em consideração a inserção de estudos arqueológicos nas diferentes categorias de uso e manejo dessas áreas visando salvaguardar além do patrimônio ambiental, o cultural.

Os testemunhos materiais encontrados nos sítios arqueológicos do Élcio e da Barra Velha no Parque estadual do Bogaçu, dizem respeito ao modo de vida de seres humanos que por ali passaram no passado, com importância ímpar para a compreensão da organização social das sociedades sambaquianas, este conhecimento sobre os sambaquianos, assim como outros povos levam, ou provocam, ou permitem uma reflexão sobre nós mesmos. Informações sobre estes povos podem servir de referências para a compreensão da nossa vida na contemporaneidade. Assim os objetos da cultura material deixados nestes sítios, por exemplo, deixam de ser, simples objetos encontrados no solo, para transformar-se em artefatos que trazem de volta nuances das culturas há muito extintas em toda a sua complexidade social, trazidos à luz e discussão pelo conhecimento que a arqueologia pode proporcionar.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Gilmar. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELI, Gilson (Org.). *Patrimônio cultural e ambiental*. São Paulo: Annablume, 2009.
- BANDEIRA, D. R. Os Constritores dos Montes de Conchas e os Mais Antigos Moradores da Baía da Babitonga. *Joinville Ontem e Hoje*. Ed nº3/março, 2005.
- BIGARELLA, J.J. *Matinho: homem e terra, reminiscências*. 3 ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.
- \_\_\_\_\_. *et al. Sambaquis*, Curitiba, Pr: Posigraf, 2011.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. *Culturamaterial*. In: DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. “*Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia*” In: Cadernos do CEOM, Ano 18 nº 21. Junho, 2005, Chapecó: UnoChapecó, 2005.p.75-90. Disponível em [http://www.academia.edu/2358830/Cultura\\_material\\_interfaces\\_disciplinares\\_da\\_Arqueologia\\_e\\_da\\_Museologia](http://www.academia.edu/2358830/Cultura_material_interfaces_disciplinares_da_Arqueologia_e_da_Museologia). Acesso em 08 de set. 2013.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV a XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 1997, 1998. 3v. In: FUNARI, Os Historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto: 2005.





BROCHIER, Laércio. Loiola. Levantamento de recursos arqueológicos para o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Guaratuba. *Relatório técnico* Curitiba, 2002. 90p.

\_\_\_\_\_. *Controles geoarqueológicos e modelos morfoestratégicos: implicações para o estudo das ocupações pre-históricas na costa sul do Brasil*. 2009. 147f. Tese (Arqueologia) – Museu de Arqueologia, universidade de São Paulo.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações. *Revista HABITUS*. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul./dez. 2005

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

DE BLASIS, P., Sabine Eggers, Marta Lahr, Levy Figuti, Marisa C. Afonso & Maria Dulce Gaspar 1998. Padrões de assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 8: 319-321.

\_\_\_\_\_. *et al. Sambaquis e paisagem dinâmica natural e arqueologia regional do sul do Brasil*. Arqueologia Suramericana. Departamento de Antropología, Universidad del Cauca (Colombia), Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca (Argentina). 3 (1):29-61, 2007.

FUNARI, P.P.A. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. Os Historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto: 2005.

\_\_\_\_\_. Memória histórica e cultura material. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.13, n.25/26, 1992/1993.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural: Ciências Sociais passo-a-passo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. V. *Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais*. In: *II Seminário Internacional - Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia - Mast*, 2009, Rio de Janeiro. *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. v. 1. p. 1-13.

GASPAR, M.D Análise das Datações Radiocarbônicas dos Sítios de Pescadores, Coletores e Caçadores, *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi, série Ciências da Terra* 8. 1996. P: 81-91.

\_\_\_\_\_. Ocupação do Território e Construção de Sambaquis Brasileiro por Pescadores, Coletores e Caçadores, *Resumos do Simpósio Arqueologia de Las "Tierras Bajas"* Uruguai. 1996. P: 25–26

\_\_\_\_\_. *Considerations of the sambaquis of the Brazilian coast*. *Antiquity*, v. 72, p. 592-615, 1998.





\_\_\_\_\_. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In: *Pré- História da Terra Brasilis*. Org. Maria Cristina Tenório. Ed. UFRJ. 1999. p: 159–169.

\_\_\_\_\_. *Os sambaquis: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2000.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio, Sambaquis e Cachimbos*. Cultura Material e Patrimônio de C&T, 2011. Disponível em [:http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/5%20ARQUEOLOGIA,%20CULTURA%20MATERIAL%20E%20PATRIM%C3%94NIO\\_mariadulce.pdf](http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/5%20ARQUEOLOGIA,%20CULTURA%20MATERIAL%20E%20PATRIM%C3%94NIO_mariadulce.pdf) Acesso em 06 set. 2013.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. *Patrimônio histórico: Como e Porque Preservar* - 3ª Ed. - Bauru: Canal 6, 2008.

GODOI, R. *Plano de gestão para o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás/GO*. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Dissertação de mestrado profissionalizante em gestão do patrimônio cultural. 2003.

HAIGERT, Cynthia Gindri. Estado da Arte sobre Educação Patrimonial. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS: UFSM, 2003

KOMARCHESKI, Rosilene, DENARDIN Valdir Frigo. *Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de Mandioca em Guaraqueçaba – PR*. 2ª Jornada. Questões agrárias e desenvolvimento (2013). Disponível em: <http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/komarcheskidenardin.pdf>. Acesso em Junho de 2014.

LAMING-EMPERAIRE, A. *Missions archéologiques françaises au Chili Austral et au Brésil Méridional: Datation de quelques sites par le radiocarbone*. Journal Soc. Americanistes, Paris, n.67, p. 77-99, 1968.

LE GOFF, Jacques. *História Nova*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 2001.

LEROI-GOURHAN, Andre. Milieu et techniques. Paris: Albin Michel, 1945. In: FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. V. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. In: *II Seminário Internacional - Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia* - Mast, 2009, Rio de Janeiro. Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia. Rio de Janeiro: MAST, 2009. v. 1. p. 1-13.

LIMA, Tania Andrade. *Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais* *Material culture: the concrete dimension of social relations*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

MENESES, U. T. A Cultura Material no Estuda das Sociedades Antigas. *Revista de História*, São Paulo, n.115, p.103-117, 1983.

\_\_\_\_\_. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do museu Paulista, São Paulo, v.2, n. ser, p.9-42, jan./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Premissas para a formulação de políticas em Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 37-58, 2007.



- MENEZES, Teixeira. (Org.). *Turismo com ética*. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.
- MILLER, Daniel. Artifacts and the meaning of things. In: INGOLD, T. (Ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1994. p. 396-419. In: LIMA, Tania Andrade. *Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais* *Material culture: the concrete dimension of social relations*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.
- MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- OLIVEIRA, George, Eremites de. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande: Oeste, 2004.
- PARELLADA, C.I.; GOTTARDI NETO, A. 1993. *Inventário de sambaquis do litoral do Paraná*. Arquivos do Museu/ nova série Arqueologia, n.7, p. 1-42.
- PEARCE, Susan. *Archaeological curatorship*. Leicester: Leicester University Press, 1990. In: DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. "Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia". In: *Cadernos do CEOM*, 21. Junho 2005, Chapecó: Unochapecó, 2005. p. 75-90
- POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.
- RENFREW, Colin & BAHN, Paul. *Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica*. Madrid: 3ªed. Ediciones Akal, 2007.
- RUARO, D. A. *Manual de Apresentação de Produção Acadêmica*. Pato Branco: Faculdade Mater Dei, 2004.



## **O RIO E OS MUSEUS: PERCUSOS PARA DESVENDAR CIDADES MARAVILHOSAS**

OLIVEIRA, Renata de Almeida

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
(PPGMS/UNIRIO)*  
*cultura.renata@gmail.com*

ABREU, Regina

*Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO)*  
*abreuregin@gmail.com*

66

### **RESUMO**

O Rio de Janeiro é uma cidade de múltiplas faces. Percorrendo suas ruas é possível perceber mistos de identidades que podem ser vistas somente com olhares profundos, que, buscam em detalhes, conhecer, compreender e analisar a cidade. Este artigo tem o objetivo de apresentar uma experiência no projeto “Museus do Rio”. O projeto vivencia a experiência de percursos de museus realizados em algumas cidades do Rio de Janeiro. Nestes percursos, pudemos encontrar narradores e guardiões de memórias e histórias locais que fazem parte da própria história da cidade.

**Palavras-chave:** Museus, Patrimônio Cultural, Cidades.

### **ABSTRACT**

The Rio de Janeiro is a city of many faces. Walking through its streets you can see mixed identities that can be seen only with “deep eyes”, that look in detail, know, understand and analyze the city. This article aims to present an experience in the project "Museums in Rio." The project shows the experience of “museums pathways” performed in some cities of Rio de Janeiro. In these pathways, there are storytellers and keepers of memories and local stories that are part of the history of the city.

**Key-words:** Museums, Cultural Heritage, Cities.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo inicia seu percurso com a aprovação de um projeto pela FAPERJ e desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) em parceria com o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) denominado “Memória, Cultura, Transformação Social e Desenvolvimento: Panorama Museal do Estado do Rio de Janeiro”.

A idéia inicial do projeto partiu de uma consulta ao Cadastro Nacional de Museus desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus, onde constatamos que há no



estado do Rio de Janeiro mais de 200 museus. A capital abriga quase 50% do total dessas Instituições e as demais se distribuem entre cerca de 40 municípios.

O objetivo é fazer a difusão desta pesquisa através de três instrumentos específicos: um guia analítico; um site contendo todo o material adquirido e estará articulado ao site do Sistema Brasileiro de Museus e uma coletânea de DVDs. Dessa forma foi necessário decidir uma metodologia a ser seguida para a realização do projeto. Foi assim que iniciamos uma “etnografia dos percursos” pelo estado “*onde vivenciamos a experiência do viajante que percorre uma região, buscando exercitar um olhar que estranha, que inquire, que indaga, que procura novos ângulos, novas perspectivas, novas faces de paisagens já vistas e consagradas*”. (ABREU, mimeo). A etnografia é a pesquisa, no sentido de que é a partir do campo, dos agenciamentos que o campo proporciona que o trabalho vai tomar corpo.

Os agenciamentos são datados, transitórios e sempre em relação com um limiar que, atingido, promove uma virada, uma mudança. Deleuze (1977:84) escreve que a única unidade do agenciamento é o “co-funcionamento”, que ele também chama de “simpatia”. Na linguagem e na vida estamos sempre nesse regime de conexão, de falar “com”, agir “com”, escrever “com”. A *simpatia* para Deleuze (1977:66) é essa composição de corpos (físicos, psíquicos, sociais, verbais etc.), essa “penetração de corpos”, essa afecção nos agenciamentos, e não “um vago sentimento de estima”. Pode envolver amor ou ódio, ela é o modo de conexão nos agenciamentos, o “co-funcionamento”. (CAIAFA, 2007, 152)

Consideramos a divisão do Rio pelas suas oito regiões econômicas – Metropolitana, Costa Verde, Costa do Sol, Médio Paraíba, Serrana, Centro-sul Fluminense, Norte Fluminense e Noroeste Fluminense – e, em cada uma dessas regiões, descobrimos identidades diferentes; em cada identidade, uma história; em cada história, uma memória. E assim criamos alguns percursos, filmando, fotografando, observando, “flanando” e descobrindo personagens, que podem ser pessoas, ruas, estradas e, sobretudo, museus, nossos personagens principais, grandes narradores das cidades. Segundo Caiafa (2007:135), “*A etnografia é ao mesmo tempo um tipo de investigação e um gênero de escritura que se desenvolveu na tradição antropológica. Mas ela surge de fato com outras tradições e experiências, sobretudo os relatos de viagem*”.

Esses museus a serem pesquisados nesse projeto, se inserem em múltiplas relações em espaços e tempos diferentes, fazendo parte da própria história da região. São



múltiplas as possibilidades de análise, foco e sentidos a serem atribuídos a essas instituições, que não estão congeladas em blocos de concreto, e, são na verdade, estruturas dinâmicas, tornando-se *“signos de múltiplas narrativas sobre si mesmos e sobre o espaço onde se inserem”*. (ABREU, mimeo)

## ENCONTROS NA CIDADE

A idéia deste trabalho não é descobrir um informante em cada museu, perguntar as mesmas perguntas, buscar cenários parecidos, seguir caminhos que criem uma unidade, mas sim, descobrir narradores, moradores da região, funcionários dos museus que muitas vezes são moradores, que muitas vezes são pessoas que criam os museus na esfera privada objetivando preservar a memória local. São verdadeiros guardiões da memória. Deste modo

na pesquisa etnográfica, a participação do etnógrafo naquilo que investiga produz conhecimento, faz avançar a investigação. Trata-se de um problema muito fértil e que coloca outros também interessantes, como o da relação que o observador-participante estabelecerá com as pessoas que encontra no campo. Estes são chamados “informantes” na tradição antropológica – um tanto inadequadamente, já que tal expressão, ao mesmo tempo que traz uma ressonância policial, dá a entender que aquilo que o etnógrafo coleta é apenas informação. (CAIAFA, 2007,137)

As relações estabelecidas no campo entre o observador-participante e o narrador, então, é diferente da relação com o informante. Neste caso, o intuito não é de simplesmente coletar informações, e sim, intercambiar experiências, afinal, *“a experiência que passa de pessoas a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”* (BENJAMIN, 1993, 198)

A narrativa, na condição de modalidade específica de comunicação humana, floresce num contexto marcado pelas relações pessoais. O narrador é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória; ou que aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. A narrativa sempre remete a uma distância no tempo ou no espaço. Essa distância é mediada pela experiência



peçoal do narrador. Para Benjamin, os grandes modelos de narradores eram o velho artesão que conhecia as tradições de sua aldeia, e o marinheiro, que narrava suas experiências, adquiridas em viagens. (GONÇALVES, 2009, 172)

Deste modo, podemos considerar o velho artesão os narradores que encontramos no caminho, e nós, etnógrafos, o marinheiro, que narra as experiências adquiridas nas viagens. Em muitos museus encontramos a imagem do velho artesão Benjaminiano, pessoas que conhecem a história da cidade profundamente e transformam essa história em suas memórias pessoais, pois fizeram parte da construção da identidade local, ou de alguma forma, consideram importante preservar essas memórias.

Nesses percursos, encontramos os mais diversos narradores, cada um com suas características. No percurso de Cabo Frio (Costa do Sol), visitamos desde o Museu de Arte de Sacra e Religiosa que funciona dentro de um antigo convento de frades franciscanos, onde a narradora se preocupa com dados específicos da história nacional e oficial até o Museu do Surf, que surgiu a partir de um “apaixonado” por surf que transformou uma coleção de particular em um museu privado que conta hoje com uma coleção de cerca de 400 pranchas de diversas épocas de vários campeonatos que ocorreram ao longo dos tempos no mundo, revistas, troféus, camisetas que pertenceram a campeões entre outros objetos que contam a história do surf. Ainda em Cabo Frio, encontramos um ambientalista narrador da cidade que, em discurso, demonstra toda sua paixão pela natureza e preocupação em preservá-la.

Tem coisa melhor que estar na cidade, na praia e na natureza? Cabo Frio tem. É só questão de explorar a natureza de uma forma legal, sem agressão e fazer uma fusão do lado ambiental, da natureza que nós temos com a cultura que nós temos e com a parte barroca, clássica. (...) Crescer com inteligência e não esquecer o patrimônio natural, cultural e histórico que nós temos. (Ernesto Galloto, Cabo Frio, 04/04/2009)

Encontramos narradores que fazem parte da própria história da cidade, como um senhor que fez de uma grande coleção de conchas um “Museu das Conchas” em Mangaratiba (Costa Verde) ou outro que sempre teve interesse em adquirir o prédio onde hoje funciona o Solar dos Mellos em Macaé, mas a proprietária não queria vendê-lo, mas, em um momento em que esteve Prefeito da cidade conseguiu comprá-lo e transformá-lo neste museu que conta um pouco a história da cidade.





Deste modo, colecionamos museus e, encontramos múltiplas vozes e múltiplas possibilidades em um estado que nos mostra a cada ida a campo suas múltiplas identidades nos agenciamentos proporcionados pelo campo<sup>1</sup>.

## **RIO DE JANEIRO: UM “ESTADO” DE PLURALIDADES**

(...) se o flâneur se torna sem querer detetive, socialmente a transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade. Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. Assim, o detetive vê abrirem-se à sua auto-estima vastos domínios. Desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta as coisas em pleno vôo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista. (Benjamin, 1989)

O Rio de Janeiro é uma cidade de múltiplas faces. Percorrendo suas ruas é possível perceber mistos de identidades que podem ser vistas somente com olhares profundos, que, buscam em detalhes, conhecer, compreender e analisar a cidade.

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despachos e ebós, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante. (MAGNANI, 2008, 38-39)

Nos percursos que fazemos pelas cidades, observamos uma pluralidade de cenários e características únicas, que assinalam a identidade de cada região. Ao mesmo tempo em que na região metropolitana do estado podemos perceber de um lado comunidades onde a maioria das pessoas vive em condições absolutamente precárias, do outro, percebemos o oposto. A capital é diversificada, nela encontramos quase 50% dos

<sup>1</sup> “Faltaria agora qualificar esse agenciamento de campo – defini-lo, singularizá-lo, indicando o que está envolvido nesse caso, , mostrando de que tipo de agenciamento se trata. (...) No campo estamos sempre às voltas com estrangeirismos e com a experiência de distanciar-se, nesse sentido complexo de distância como transformação e inquietação. Outra singularidade dos agenciamentos de campo é que envolvem um investimento particular no aspecto de produção coletiva. Como temos visto, é preciso tomar toda a pluralidade de vozes e presenças para entender o que é trabalho de campo, e para realizá-lo.” (CAIAFA, 2007,153)



museus do estado e cada um conta uma parte da história da cidade, guardando sua memória para quem quiser conhecê-la. Assim parte a metodologia da nossa pesquisa:

partimos da noção de que os museus do Rio de Janeiro são signos de múltiplas narrativas sobre si mesmos e sobre o espaço onde se inserem. Por outro lado, estas narrativas revelam um aspecto extremamente fragmentário. São como ruínas no sentido atribuído por Walter Benjamin, sinais de mundos já desaparecidos. Todas as tentativas de estabelecer grandes narrativas que os interligassem em algum sistema comum parecem ter fracassado. (ABREU, *mimeo*)

Deste modo, percebemos na metrópole museus conhecidos e mais tradicionais como o Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional, ou museus que trazem para o cenário oficial da história da cidade uma memória subterrânea<sup>2</sup>, como o Museu do Índio em Botafogo. Ainda na região metropolitana, temos em Niterói o Museu de Arqueologia de Itaipu que também evidencia uma história e uma memória indígena e de sambaqueiros, o Museu de Arte Contemporânea, que em sua própria estrutura física já mostra seu diferencial. Temos ainda na Baixada Fluminense o Museu Vivo do São Bento, um museu criado por um grupo de professores que apresenta como a história do Brasil aconteceu neste local, ilustrando diversas épocas.

Ainda bem próximo a região metropolitana, podemos subir a serra até a região serrana que abriga a Cidade Imperial: Petrópolis. Uma cidade em que a cada passo percebemos vestígios dessa importante época da história do Brasil e que é muito bem relatada no Museu Imperial. Para complementar podemos visitar ainda o Museu Casa de Santos Dumont e o Museu Casa do Colono.

Seguindo nossa viagem pelo estado podemos parar no noroeste fluminense e perceber nas cidades de Campos e Macaé e a vocação pelos museus que são na verdade solares que mostram que essas cidades

...testemunharam os primeiros aldeamentos indígenas, as missões jesuíticas, os ciclos econômicos da cana de açúcar, da transformação da cultura canavieira para a cultura cafeeira e depois para pastos de gado e que agora observam atônitos a transformação da região pela força do petróleo e do pré-sal. São prédios imponentes que abrigaram

<sup>2</sup> POLLAK, M. "Memória, Esquecimento, Silêncio" In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.



originalmente corporações de jesuítas que ali fizeram as primeiras fábricas e empresas lucrativas do país. (ABREU, *mimeo*)

Ainda navegamos por um percurso na Costa Verde, onde vimos em Paraty e Angra dos Reis a importância dos Museus de Arte Sacra. Paraty, que é uma cidade que por si só pode ser considerada um museu por suas edificações históricas, suas pedras, seus vestígios e, principalmente, seu diálogo com os museus de Arte de Sacra, pois nas festas, os objetos dos museus saem e percorrem a cidade. É uma tendência diferente da ideia de outros museus onde os objetos são intocáveis. Angra dos Reis é uma cidade um tanto curiosa. Restaram poucos prédios históricos após uma reforma urbana de um prefeito da cidade que queria que a cidade crescesse ao invés de ser tombada assim como Paraty. Dessa forma, esses poucos prédios históricos que restaram quase desaparecem diante dos grandes blocos de concreto construídos na contemporaneidade. Um dos prédios restantes é a Igreja que abriga o Museu de Arte Sacra da cidade, o qual luta para manter algumas tradições religiosas, como as procissões em que os objetos saem do museu e percorrem a cidade, assim como em Paraty. Finalizando esse percurso encontramos em Mangaratiba um museu que nada tem de religioso: é o Museu das Conchas o qual abriga uma coleção de toda a vida de um apaixonado pelo mar.

Já a região do Médio Paraíba além de ser fundamental para nos contar a história do café, guarda a delícia de apreciar as tradicionais serenatas de Conservatória. A rotina da cidade está voltada para receber turistas que querem apreciar a música de tradicionais seresteiros. Nos finais de semana as serenatas percorrem a cidade e fazem a alegria de quem passa. E é nesse sentido que se inserem os museus da cidade, em homenagem a grandes compositores: Museu Vicente Celestino e Gilda de Abreu, Museu Nelson Gonçalves, Museu Silvio Caldas, Museu da Seresta e da Serenata entre outros. É uma cidade em que podemos apreciar as serenatas e sentir o gosto e o cheiro do café que fazem parte da história e da memória local.

Há ainda o Centro-Sul fluminense que abriga o Museu da Cachaça, um museu que tem seu diferencial pela paixão de um aviador que colecionava rótulos de cachaça. Nesta região, os barões do café também se fizeram presentes: diversas fazendas estão na região e estão abertas para quem quiser conhecer uma Casa Grande ou uma Senzala.

Em nossas viagens encontramos também dificuldades e características indenitárias preocupantes. Enquanto a região metropolitana abriga quase 50% dos



museus do estado, a região norte fluminense é caracterizada pela ausência de museus. A principal questão que nos fazemos quando nos deparamos com esses dados é: Por que essa ausência de museus na região? Sabemos que é uma região afastada da metrópole, mas queremos saber como é o incentivo a cultura nessa região, afinal, todos tem o direito a cultura, ao conhecimento, a valorizar o local em que vivem; papel que os museus muitas vezes podem exercer. Desse modo, a grande questão que fica para pensarmos é: O que este projeto, desenvolvido por um programa de pós-graduação de uma universidade federal em parceria com o instituto Brasileiro de Museus pode fazer para modificar essa realidade? Será que a população e os governantes querem modificar essa realidade da região?

Se toda pesquisa deveria envolver uma dificuldade, o que é específico da pesquisa etnográfica é que esta é trazida para o dia-a-dia e vivenciada pelo pesquisador. É em certa medida uma vida estranha que se constrói, no sentido de que algo se desencaixa do padrão do reconhecimento. E essa construção reúne necessariamente outras experiências, é uma vivência de outros também, envolvendo diferentes afetos e percepções presentes no campo e que o texto etnográfico busca expressar. (CAIAFA, 2007,148)

Para finalizar nossos percursos, paramos na região da Costa do Sol que abriga variados museus, cada um com sua importância e história. Podemos iniciar citando mais museus que valorizam a história indígena, tais como o Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba ou o Museu de Arqueologia de Araruama. Museus mais tradicionais como o Museu de Arte Sacra e Religiosa de Cabo Frio, ou museus mais característicos como o Museu do Surf também localizado em Cabo Frio ou o Museu Oceanográfico de Arraial do Cabo.

Fazer a etnografia dos percursos em museus tem possibilitado que ecoem múltiplas vozes. Os museus são espaços com muitas camadas estratigráficas, que não raro são contraditórias. No caminho da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Araruama na Costa do Sol, um museu apresenta à primeira vista a memória de uma fazenda de café com vestígios do que outrora foi uma casa grande. Na parte de trás, há alguns fragmentos do que teria sido uma senzala. Mas, a grande surpresa é encontrar neste mesmo espaço ossadas e conchas encontradas numa escavação, deixando visível a memória dos sambaquieiros, povos antigos que viveram no Brasil antes do tupi. A memória é assim. Não tem fim. Por debaixo de uma camada tem outra e outra e outra e mais outra. Memórias que nem sempre se encontram



ou se combinam. Memórias que por vezes se contrastam, se enfrentam, se contradizem. O território das memórias não é um território apaziguado, pelo contrário, constitui um campo de disputas e tensões. Não é tudo que fica. Como assinalou Pierre Bourdieu, o campo da memória é um campo de forças. Algumas se agenciam. Algumas se contrapõem. (ABREU, *mimeo*)

Desta forma finalizamos nossos percursos cientes de que as cidades visitadas são dinâmicas e possuem características únicas. Foi importante deixar-nos “impregnar pelos estímulos sensoriais durante o percurso” (MAGNANI, 2008: 37), sobretudo por termos narradores diversificados e, algumas vezes, múltiplos narradores em um único museu que muitas vezes nos levaram muito além do que imaginávamos: nos tiraram unicamente de dentro da instituição museu e nos levaram em percursos pelas cidades a partir das histórias que os museus contam e das memórias que guardam.

## **OS ÍNDIOS E O RIO: UM PERCURSO POSSÍVEL PARA VALORIZAÇÃO DE MEMÓRIAS**

Durante os percursos realizados para o desenvolvimento do projeto, percebemos que alguns museus do estado tinham uma grande preocupação em valorizar a memória indígena do Rio de Janeiro através de exposições, imagens e a preservação de sambaquis<sup>3</sup>. Foi possível observar a criação de novos museus arqueológicos e históricos onde a presença indígena no Estado é enfatizada, movimentos pela preservação de sambaquis ou mesmo a ressignificação de antigos museus e centros culturais. Sendo assim, pretendo apresentar aqui um possível percurso de museus que mescla algumas regiões do estado, interligando características, histórias e memórias. Então, é importante acerca de cinco experiências: o movimento de defesa de sambaqui recém-descoberto no museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias; o museu do Índio, focando tanto a ocupação do antigo Casarão no bairro Maracanã quanto as propostas do atual museu

<sup>3</sup>“Sambaqui é uma palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos horticultores e ceramistas que ocupavam parte significativa da costa brasileira quando os europeus iniciaram a colonização. (...) Os sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30 de altura. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades.” (Gaspar, 2004: 09)



localizado em Botafogo; o museu de Arqueologia de Itaipu; o museu arqueológico de Araruama e o museu arqueológico Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras.

Vamos iniciar nosso percurso no Museu Vivo do São Bento localizado em Duque de Caxias. Quem decide visitar esse museu é recepcionado por um grupo de professores de História que fazem parte do Centro de Referência e Patrimônio Histórico da Cidade e do Centro de Pesquisa em Memória e História da Educação da Baixada Fluminense da Cidade de Duque de Caxias.

No âmbito desses centros está o Museu Vivo do São Bento o qual não é apenas um espaço para a realização de exposições, mas também, é um conjunto de construções históricas que compõem a região. Além disso, é possível localizar no percurso vestígios da presença de diferentes grupos que viveram no local entre os séculos XVII e XIX, tais como: sambaquieiros, grupos Tupinambá, ocupação lusitana e resistência quilombola.

Outro vestígio de ocupação de povos indígenas e sambaquieiros está situado no Sítio Arqueológico encontrado na região. O proprietário do terreno em que o sítio foi encontrado estava reloteando o espaço e vendendo-o. Por sua vez, os compradores estavam construindo suas residências em cima do sítio arqueológico, fazendo com que desaparecesse. Em 2005 o grupo de professores tentou fazer com que o governo retirasse ou remanejasse as pessoas do local, mas não conseguiram, então, os professores que visitavam as terras sugeriram criar uma campanha “SOS Sambaqui do São Bento”. A campanha foi realizada e conseguiram comprar dois terrenos com a contribuição de professores, alunos e sindicatos. No entanto, ainda assim, os terrenos sofrem muita degradação com a ação das pessoas que vivem nos terrenos vizinhos.

Além dos vestígios através dos sambaquis, a presença indígena está relatada também nos vários documentos adquiridos pelos professores-pesquisadores que descobriram que muitos desses indígenas chegaram a trabalhar como capatazes, como administradores e que foram realizados muitos casamentos entre índios e escravos.

Este museu é um exemplo de luta e força de vontade de revalorizar a memória indígena na região, mas, principalmente, de preservar a memória, a história e o patrimônio local, conquistando cada vez mais espaço e interferindo nas políticas públicas do município.

Atravessando a Avenida Brasil e percorrendo a Perimetral e o Aterro do Flamengo até chegar em Botafogo, encontramos o Museu do Índio. Este museu foi





criado por Darcy Ribeiro em 1953 no bairro do Maracanã. Em 1978 o prédio foi desativado e o museu foi transferido para a Rua das Palmeiras no bairro de Botafogo, endereço que abriga o museu até hoje. O atual prédio do Museu do Índio foi construído por João Rodrigues Teixeira, empresário da indústria alimentícia do Rio de Janeiro para sua residência no século XIX. O prédio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e sua construção é um exemplar arquitetônico bastante representativo do período de urbanização do bairro.

O museu é uma Instituição governamental que possui uma proposta de trabalho baseada na parceria com os povos indígenas. Além das exposições realizadas pelo museu, os visitantes podem contar também com ricos acervos: o acervo bibliográfico na Biblioteca Marechal Rondon, o acervo etnográfico, o acervo audiovisual e o acervo textual. Além disso, o museu tem adotado novas formas de fazer contato com o público, disponibilizando informações pela internet, criando espaços alternativos de exposição como o Muro do Museu que sempre abriga uma exposição fotográfica e enfatizando o trabalho com as crianças.

Mas e o antigo prédio do museu, como ficou? No dia 20 de outubro de 2006 – mês de resistência dos povos Indígenas das Américas – cerca de trinta e cinco representantes de dezessete etnias indígenas ocuparam o casarão que estava em ruínas e sob responsabilidade do Ministério da Agricultura. Na ocasião, o grupo reivindicava a recuperação, posse e administração do espaço e afirmavam que deixariam o local somente se o governo federal se manifestasse favorável a proposta.

Pouco mais de três anos se passaram e os grupos indígenas permanecem no local que transformaram em uma espécie de aldeia urbana. O local tem servido como ponto de apoio aos indígenas que saem de seus grupos e mudam-se para a cidade buscando, principalmente, melhores oportunidades de educação e independência financeira. Mesmo após esses anos as questões com o Ministério da Agricultura e o Governo Federal ainda foram resolvidas: os grupos indígenas que vivem no local continuam exigindo a posse definitiva do local e objetivam ter um espaço genuinamente indígena, transformando-o em uma Universidade Indígena que seria administrada pelos próprios Indígenas. A ocupação não conta também com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e seus ocupantes sobrevivem trabalhando com artesanato e ministrando cursos de cultura indígena.



Atravessando a Ponte Rio-Niterói e percorrendo essa outra cidade, chegamos ao Museu de Arqueologia de Itaipu. A Instituição, uma construção do século XVIII, foi fundada em 1716. Era um Recolhimento para mulheres chamado Recolhimento de Santa Tereza e as primeiras chegaram em 1764. Eram mulheres que se recolhiam nesta Instituição para pagar algum tipo de culpa. Funcionou até as primeiras décadas do século XIX, período o qual inicia um processo de decadência e acaba se tornando um asilo para menores. Em 1830 o prédio foi abandonado e se iniciou um processo de ruína.

No início do século XX os moradores da colônia de pescadores passaram a habitar o espaço onde funcionava o Recolhimento construindo pequenas casas. Sendo assim, partiu da própria colônia de pescadores da região o pedido de tombamento do local em 1940. O processo de tombamento foi finalizado em 1955 quando o prédio foi escrito no livro de tomo de Belas Artes e as famílias que viviam no local foram retiradas. Não houve nenhum tipo de problema nem conflito na ocasião e as famílias passaram a viver no entorno do prédio.

Sendo assim, o prédio fica tombado e tem-se o projeto de criar um Museu de Arqueologia considerando os sítios arqueológicos da região sendo concretizado em 1977 quando o prédio virou museu.

Como o museu surgiu a partir de um movimento social, é importante que haja uma conexão com a história da região. Sendo assim, o intuito para as próximas atividades desta instituição é trabalhar não apenas com a ocupação pré-histórica, mas a ocupação da região de uma forma geral. A equipe quer com essa nova exposição construir uma memória local, do prédio histórico, da formação do acervo, da criação do museu, do contato com a colônia, da participação da colônia no processo de tombamento, no processo de construção do acervo entre outros fatores.

Seguindo pelo nosso percurso de Niterói até a Costa do Sol, encontramos o Museu Arqueológico de Araruama localizado na Rodovia RJ 124 Km 27 e é abrigado em uma casa colonial, uma fazenda de café fundada em 1862. Foi fundada por um português que veio para o Brasil chamado Francisco Pereira da Costa Vieira que permaneceu pouco tempo no local.

O museu mostra um pouco a história do café e um pouco da história dos povos indígenas, contando sobretudo de três grupos que viviam na região: os Sambaqui



(Saquarema), os Goitacá (Campos) e Tupinambá (Araruama). É importante ressaltar que não existem objetos expostos e sim quadros explicativos, com fotos dos objetos e dos grupos indígenas, além das escavações realizadas nos sítios arqueológicos da região. Ressalto que apesar de não haverem objetos é um museu muito bem organizado.

Toda a área foi adquirida pelo Governo Municipal que instalou o complexo Cultural e Educacional Leonel de Moura Brizola composto por uma unidade de ensino de tempo integral, uma capela e o museu. É um complexo que faz parte da Prefeitura de Araruama. Tem uma Escola Municipal que funciona em horário Integral, possui 268 alunos do pré-escolar ao 9º ano do Ensino Fundamental I. É um Projeto de Turismo Cultural que não termina no museu, continua em Morro Grande no 2º Distrito como área de pesquisa arqueológica. Na Escola Municipal Honorino Coutinho foi construída uma oca Tupinambá, réplica de uma oca indígena, aliás, o Estudo da Cultura Tupinambá foi inserido na Grade Curricular da escola.

Para finalizar nosso percurso seguimos para Rio das Ostras até o Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba. A casa onde está situado o Museu pertence a Fundação Rio das Ostras de Cultura que é uma autarquia da Prefeitura de Rio das Ostras.

A Fundação Rio das Ostras de Cultura foi criada em 1994 após a emancipação do Município e a sede passou a ser nesta casa. É importante ressaltar que o museu está em processo de tombamento pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

É um dos poucos museus de arqueologia “in situ” do Brasil, ou seja, o material que está exposto permanece da forma como foi encontrado. O Sítio Arqueológico foi descoberto por acaso. Seria construído um palco e os camarins de um Teatro ao ar livre nos fundos da Casa de Cultura e, com as escavações, o sítio foi encontrado.

Na área das escavações pudemos observar que os arqueólogos dividiram o local em quadrantes e cavam o centro destes e analisando o material encontrando e dependendo do que aparecer, aumentam o perímetro. Deixaram alguns quadrantes mais altos para mostrar o tamanho das cascas de Ostras que são muito grandes. No local, existem cinco camadas estratigráficas e a areia encontrada no fundo é parecida com a areia da praia. A argila encontrada foi trazida de outros lugares. Explica que foi



contatado que o povo que habitou o local conhecia o fogo, pois foram encontrados vestígios de fogueira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de campo é talvez o aspecto mais marcante e definidor da pesquisa etnográfica que se desenvolveu no âmbito da antropologia. Dirigir-se a um lugar, ficar, deter-se ali, construir uma vida, mesmo que provisoriamente, entre aqueles sobre quem se vai escrever, cultivar um dia-a-dia com eles, participar em parte do que se observa e se quer elucidar, têm sido atividades inseparáveis do empreendimento etnográfico. (CAIAFA, 2007, 148)

Contemporaneamente, os museus constituem instrumentos de transformação social e desenvolvimento, por sua atuação de preservação da memória e difusão da cultura (local, nacional e universal), e também por suas múltiplas interfaces no âmbito da sociedade. Particularmente no Estado do Rio de Janeiro, é crescente a potencialidade dos museus como estratégias econômicas, políticas e sociais de desenvolvimento e auto-sustentabilidade.

Com o complexo processo de mudanças na sociedade contemporânea, várias questões relativas às “memórias subterrâneas” precisam ser analisadas – particularmente, as indígenas. As memórias subterrâneas conquistaram mais espaço no cenário nacional e como afirma Michael Pollak (1992, 03), “... *uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória...*”.

Este trabalho faz com que possamos vivenciar a experiência do viajante que percorre as cidades em busca de pai, talvez, como diz Deleuze. Entendo que a experiência do trabalho de campo, e, principalmente, de atuar na metodologia da etnografia dos percursos é enriquecedora e, acredito que, o pai que encontramos nessa experiência, é a multiplicidade de informações e identidades das cidades e dos percursos visitados que contam um pouco a história do estado do Rio de Janeiro e da Cidade Maravilhosa em suas diferenças.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *Cartografando o Rio de Janeiro e seus museus: notas sobre a etnografia dos percursos*. 2009(mimeo)

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3.ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994. (1ª Ed. 1989)

\_\_\_\_\_. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze: Transcrição Integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos*.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Museus e a Cidade. *In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (org.) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lílian de Lucca (orgs.). *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.



## VÍDEOS

### **Acervo do Projeto Memória, Cultura, Transformação Social e Desenvolvimento: Panorama Museal do Estado do Rio de Janeiro.**

**Museu Vivo do São Bento:** Fita 9z/A; Fita 6z/B; Fita 6z/C

**Niterói:** Fita 6x/D; Fita 6x/E; Fita 6x/F; Fita 6x/Z

**Baixadas Litorâneas:** Fita 4A - Costa do Sol; Fita 4B - Costa do Sol; Fita 4C- Costa do Sol; Fita 4D - Costa do Sol





## **POR UMA REAPROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL: PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO DO FORTE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – FERNANDO DE NORONHA**

BARROS, Carlina Rocha de Almeida  
*Professora do Centro Universitário CESMAC*  
*carlinarocha@hotmail.com*

82

NORMANDE, Maíra Matos  
*Graduada em Arquitetura e Urbanismo*  
*mairanormande@hotmail.com*

### **RESUMO**

No mundo contemporâneo a sustentabilidade deve ser uma aliada da preservação no que diz respeito à reutilização do patrimônio material, considerando o tripé composto pelas dimensões econômicas, ambientais e socioculturais relativas ao contexto em que se insere o bem. O Forte Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha, sempre foi referencial na paisagem e na comunidade local, sendo parte de um processo resultante de séculos de apropriações segundo necessidades de cada momento histórico, mas apesar disto encontra-se em estado de abandono e desuso ao longo de décadas. Este trabalho discute caminhos para uma reinserção do forte no contexto contemporâneo através de seu restauro e reutilização, tendo como principais condicionantes o tripé da sustentabilidade e um discurso centrado no sujeito, que reconhece o valor cultural, e não apenas no patrimônio enquanto materialidade, entendendo-o como suporte da memória social que dá-lhe sentido e significado.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Patrimônio, Forte Nossa Senhora dos Remédios.

### **ABSTRACT**

In the contemporary world sustainability must be an ally of preservation with regard to re-use material heritage, whereas the tripod consisting of the economic, environmental and socio-cultural dimensions concerning the context in which it operates the heritage. The Fort Nossa Senhora dos Remédios, in Fernando de Noronha, always been reference in the landscape and in the local community, being part of a process resulting from centuries of appropriations according to the needs of each moment in history, but despite this is in state of disrepair and disuse for decades. This work discusses paths to a reinsertion of fort in the contemporary context through its restoration and re-use, having as main conditions the sustainability tripod and a speech centered on the subject, which recognizes the cultural value, and not only in understanding materiality, while heritage as memory support that gives you social sense and meaning.

**Key-words:** Sustainability, Heritage, Fort Nossa Senhora dos Remédios.



## SUSTENTABILIDADE E PATRIMÔNIO

Apesar de remontar ao séc. XVIII, o discurso sobre a sustentabilidade é retomado com maior força a partir do séc. XX, reflexo da crise ambiental decorrente do desenvolvimento econômico e do avanço do modo de vida capitalista, demandando novas formas de interpretação e adaptação à vida contemporânea. Dessas discussões surge o que se chamou de “tripé da sustentabilidade”, que prega uma relação harmoniosa entre as dimensões econômica, social e ambiental para se alcançar um maior equilíbrio entre desenvolvimento, qualidade de vida e meio ambiente.

Condição primordial para a sobrevivência do discurso da sustentabilidade diante do avanço econômico, a dimensão econômica colocada refere-se às atividades formais e informais da economia, ao incentivo e possibilidade de trabalho e renda para as comunidades, e ao lucro que se obtém de forma honesta, não sobressaindo à natureza e à sociedade. A dimensão ambiental, desde sempre o principal enfoque dos discursos acerca da sustentabilidade, deve levar em consideração os impactos dos empreendimentos no meio ambiente, tanto no que diz respeito à implantação quanto ao emprego dos materiais e técnicas construtivas. Por fim, a dimensão social, que por sua vez engloba a questão cultural, tem como preocupação o bem estar do ser humano, considerando-o como componente importante nos processos sustentáveis e elemento a ser considerado no que concerne a definições de impacto no território<sup>1</sup>.

[...] uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento. (JACOB, 1999, p.179)

Buscando fortalecer a cidadania e o sentimento de pertencimento das pessoas em relação aos lugares, os referenciais de memória e identidade devem ser preservados e inseridos no contexto contemporâneo, desenvolvendo a autoestima e o “estar no mundo” do indivíduo. A *rugosidade do espaço* tratada por Milton Santos (2008) encontra-se materializada a partir dos bens culturais que compõem a cidade do presente e que externam o acúmulo temporal da paisagem.

[...] ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significação e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://blog.pucsp.br/educasustentabilidade/2011/08/06/the-triple-bottom-line/>>. Acesso em: 13 de julho de 2014.



experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades [...] e marcos de pertencimento. (ARANTES, 2000, p.53)

Entendendo a cultura enquanto processo e resultado de trabalho, de produção e de pensamento, como afirma Bosi (1987), a memória é componente essencial para a sua manutenção, pois “aprender é lembrar, lembrar é aprender” (BOSI, 1987, p.52). O conhecimento se dá partir da rememoração, e dessa forma o patrimônio cultural<sup>2</sup> se configura como um dos suportes dessa memória, materializando o passado e colaborando para a manutenção de uma determinada cultura. Um povo sem passado é um povo sem referência.

O patrimônio cultural coloca-se como elemento potencial para a concretização do tripé da sustentabilidade, de forma que pode se contextualizar na contemporaneidade. Para isso, o resgate imagético de edificações e espaços memoráveis é uma condição, assim como sua reutilização, aproximando o sujeito do objeto. A restauração do patrimônio material coloca-se como um processo que pode efetivar essa potencialidade dos bens culturais materiais, visto que possibilita a reciclagem de antigas estruturas e seus materiais construtivos (dimensão econômica e ambiental), ao mesmo tempo em que colabora para o resgate e manutenção da história e memória local (dimensão social/cultural).

Diante da sua importância, o processo restaurativo precisa ter diretrizes que norteiem a intervenção com respeito à pré-existência, e que ao mesmo tempo tragam a marca da contemporaneidade. É dessa maneira que surgem novos pensadores acerca do restauro e sua teorização, a exemplo do espanhol Salvador Muñoz Viñas, que defende a reutilização do patrimônio edificado segundo a realidade socioeconômica e cultural hoje existente, construindo um novo discurso preservacionista com base nos mesmos preceitos que marcam a sustentabilidade, porém tendo no sujeito o principal elemento do processo.

No final do séc. XX, com a percepção e o reconhecimento do sentido simbólico e imaterial dos objetos patrimoniais que culminou no conceito de patrimônio cultural, a noção de patrimônio como “obra de arte” perde força. Como determinar o que é ou não arte? O valor atribuído a um determinado bem mostra-se além de sua constituição física e material, e muito mais relacionado à sua representatividade diante de um grupo.

Dessa forma percebe-se uma mudança de direção que aponta não mais para o objeto, mas para o sujeito que contempla e se apropria daquele. Muñoz afirma que o elemento central

<sup>2</sup> O patrimônio cultural, conceito trazido pela Constituição Brasileira de 1988, engloba os bens materiais e imateriais de relevância cultural.



do processo deve substituir o objeto de valor cultural pelo sujeito que reconhece o valor cultural no objeto, “por que a Restauração se faz para os usuários presentes ou futuros dos objetos (isto é, para os sujeitos), e não para os próprios objetos” (MUÑOZ VIÑAS, 2003. p. 176), apresentando uma dimensão simbólica.

Novas reflexões indicam quebras de paradigmas e conduzem cada vez menos aos consensos, considerando as peculiaridades encontradas nos objetos e nos sujeitos que os apropriam, conduzindo a processos mais sustentáveis e que consideram a importância do uso para a completa apropriação do objeto pelo sujeito. As discussões devem ser ampliadas para se pensar nas possibilidades de utilização do bem não só para as gerações presentes como para as futuras, a partir de princípios e soluções que consideram a sustentabilidade do ponto de vista socioeconômico e ambiental.

Assim como o bem cultural relaciona-se com o sujeito, encontra-se relacionado também a um meio que o condiciona e que é condicionado por ele. O Forte Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha, e sua inserção no meio físico natural, construído e social, deverá condicionar sua preservação e seus usos, possibilitando e incentivando a utilização da edificação por uma maior diversidade de grupos sociais e culturais e fortalecendo o sentimento de pertencimento da população para com o bem cultural.

### **FORTE DOS REMÉDIOS: UMA UNIDADE DE MULTITEMPORALIDADES**

A presença de fortificações, fortins e redutos no Brasil, que remonta ao séc. XVI é ainda hoje marcante ao longo de todo o território brasileiro, contando através dessas importantes edificações militares o poder de dominação e controle do território ainda nos primórdios de sua ocupação. A construção de fortificações contribuiu para o início da ocupação e desenvolvimento de inúmeras localidades, especialmente ao longo da costa brasileira e em pontos estratégicos para defesa e controle de acesso, e tinha como uma de suas particularidades a adequação da fortificação à geomorfologia pré-existente.

A disposição das fortificações em locais de grande visibilidade nas cidades, marcando a paisagem ao longo dos séculos, sempre esteve atrelada a uma necessidade estratégica de proteção e melhor visualização do entorno. As fortificações se colocam de forma marcante na paisagem, determinando relações indenitárias e valores que extrapolam a sua materialidade.



A fortificação é um ícone tridimensional – prático e simbólico – cuja mensagem se dirige ao exterior, para receptores que não dominam as técnicas de construção da arquitetura militar, mas que, não obstante, podem receber a mensagem e compreendê-la, segundo um código ideológico-cultural. Na imagem global da fortificação podem ser encontrados elementos de uma linguagem simbólica, que mediante a percepção visual, expressa conceitos e comunica atitudes a um imaginário coletivo. (FUSCO, 1970, apud CRUXEN, 2011, p.8)

E além de sua forte simbologia e importância do ponto de vista militar e de defesa, as fortificações também se destacavam por sua boa arquitetura e simplicidade, exigidas pelo pragmatismo das obras a cargo dos engenheiros militares (OLIVEIRA, 2008). Não por acaso mais de trinta fortificações distribuídas pelo território brasileiro já são reconhecidas como bens culturais brasileiros protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN desde 1938<sup>3</sup>, consideradas testemunhos materiais importantes da história e memória das primeiras ocupações no Brasil<sup>4</sup>.

O arquipélago de Fernando de Noronha, localizado abaixo da linha do Equador, dista 545 km de Recife, capital de Pernambuco e 360 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Tem sua história e ocupação marcada pela presença das fortificações, grande parte ainda hoje existente, especialmente na ilha de Fernando de Noronha, a principal do arquipélago e única habitada. Ocupada inicialmente pelos holandeses ao longo do séc. XVII (SILVA, 2007), a ilha possibilitou sua utilização como local de descanso e provisão, despertando interesse devido à sua localização estratégica.

A ocupação holandesa culminou com a construção de uma pequena fortificação em 1629, descrita por Duarte de Albuquerque Coelho em *Memórias diárias de la Guerra del Brasil, 1630-1638*. Ao que parece, o fortim denominado Seeburgh, também conhecido como *Ancien*<sup>5</sup> e citado por Duarte Coelho, encontrava-se implantado no mesmo local onde hoje se encontra o Forte Nossa Senhora dos Remédios, que pode ser considerado um marco da ocupação de Fernando de Noronha ainda nos primórdios do séc. XVII (Imagem 01). Devido a inúmeras dificuldades a ocupação holandesa durou poucos anos, provavelmente só até meados do séc. XVII, e a ilha só voltou a ser ocupada novamente em 1737, pelos portugueses<sup>6</sup>. A

<sup>3</sup> Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 13 de julho de 2014.

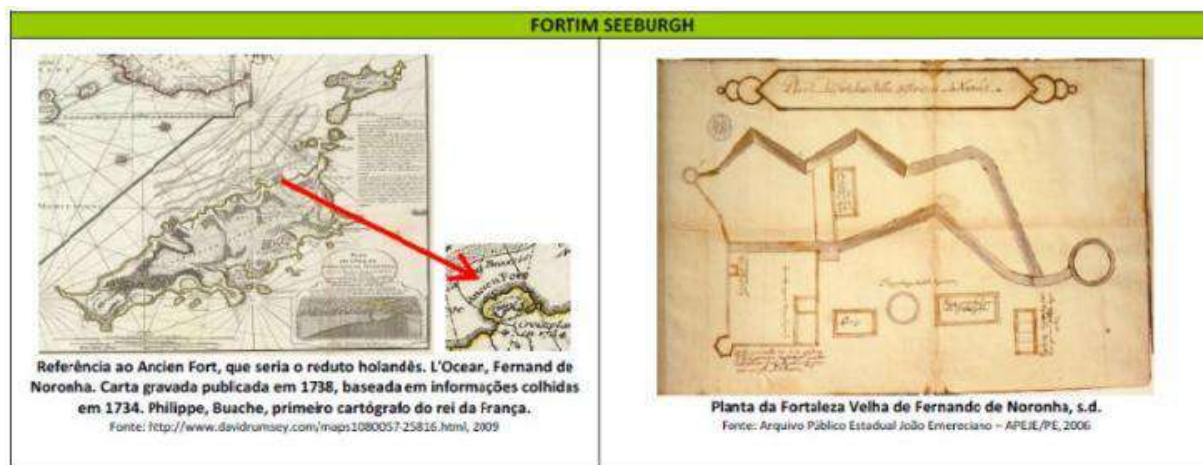
<sup>4</sup> O Forte Nossa Senhora dos Remédios encontra-se tombado pelo IPHAN desde 1961, inscrito como Monumento Nacional no Livro Histórico V.1 (www.iphan.gov.br).

<sup>5</sup> Pereira da Costa (1887, apud DANTAS, 2009) afirma que a primeira fortificação erguida em Noronha foi feita em 1646, e não em 1629, como afirma Duarte de Albuquerque Coelho.

<sup>6</sup> Segundo Dantas (2009), existiu ainda uma breve tentativa de ocupação francesa da ilha entre 1737 e 1738.



intenção de ocupar o local estava diretamente relacionada à sua posição estratégica no oceano Atlântico, passagem de embarcações e alvo de investidas de ocupação ao longo do tempo (DANTAS, 2009).



87

**Imagem 01:** À esquerda, localização do fortim Seeburgh ou Ancien, com sua planta inicial na imagem à direita.  
Fonte: DANTAS, 2009, p.114.

Diante das diversas tentativas de ocupação, os portugueses percebem a necessidade de proteger e ocupar o local. Para isso foi projetado um sistema de fortificações em Fernando de Noronha tendo como engenheiro militar responsável o Tenente General Diogo da Sylveyra Vellozo, a quem ficou a responsabilidade de distribuir as fortificações pelo território e definir os seus esquemas<sup>7</sup>. Ao todo foram erguidas 10 fortificações no arquipélago, duas no Mar de Fora e oito do Mar de Dentro (este mais vulnerável a ataques), conforme Dantas (2009), sendo uma delas o de estudo (Imagem 02).

<sup>7</sup> O sistema foi concluído pelos estrategistas Antonio de Brito Gamacho e o militar João Lobo de Lacerda (SILVA, 2007).





- |  |  |
|--|--|
| A - Forte do Bom Jesus do Leão           | B - Forte de São Joaquim do Sueste         |
| C - Forte de Santo Antonio               | D - Forte de São José do Morro             |
| E - Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios | F - Reduto de Sant'Anna                    |
| G - Forte da Conceição                   | H - Forte de Santa Cruz do Pico            |
| I - Forte de São Pedro do Baldró         | J - Forte de São João Batista dos 2 Irmãos |

**Imagem 02:** Arquipélago de Fernando de Noronha e localização do seu sistema de fortificação, com destaque para o Forte dos Remédios.

Fonte: DANTAS, 2009, p.103.

O Forte dos Remédios, construído em 1737 pelos portugueses sobre as ruínas do antigo fortim holandês, sofreu diversas intervenções e ampliações ao longo dos séculos, adequando-se aos acontecimentos históricos que influenciaram diretamente na sua imagem e apropriação. A edificação se apresenta como uma superposição de épocas, podendo-se afirmar que todas elas encontram-se, de alguma maneira, presentes no forte até os dias atuais, inclusive a fase holandesa, como atestam os antigos tijolos holandeses reutilizados na construção do forte português.

Percebe-se que, apesar dos inúmeros acréscimos que sofreu ao longo de seu percurso histórico, a fortificação preservou sua morfologia geral, que continua prevalecendo enquanto escala e volumetria, o que possibilita afirmar que sua unidade é composta de multitemporalidades que se intercomunicam e recriam a unidade primeira, tendo-a sempre como referência (Imagem 03).



**Imagem 03:** Vista aérea do Forte dos Remédios implantado sobre um promontório rochoso: preservação da morfologia geral.

Fonte: IPHAN, 2013.

O Forte dos Remédios organiza-se a partir de 3 planos distintos: o da Praça d'Armas (o mais baixo, nível 51,50m em relação ao mar); o do terrapleno (nível intermediário – 56m acima do nível do mar); e o do cavaleiro, (nível mais alto da edificação, 62m acima do nível do mar). Essa conformação contribui para gerar diversas perspectivas de apreensão da paisagem e do próprio forte, possibilitando uma grande riqueza de visuais a partir de ângulos diversos possibilitados pelos três níveis (Imagem 04). Não à toa o forte é um dos pontos preferidos da ilha para se visualizar o pôr do sol.



Praia do Cachorro



Vila dos Remédios





**Imagem 04:** O Forte dos Remédios e suas principais visuais.

Fonte: Acervo das autoras, 2013.

Percebem-se as relações visuais e de proteção do forte sobre a Vila dos Remédios, assim como a natureza ainda predominante em seu entorno. A sua volumetria associada à implantação em um ponto estratégico da ilha possibilitou que mesmo após séculos de adaptações de formas e usos, o Forte dos Remédios continue sendo um referencial simbólico na paisagem de Fernando de Noronha. A visualização do forte é possível de vários pontos da ilha, e mesmo à distância é possível identificar o cavaleiro como elemento de destaque, assim como sua muralha (Imagem 05).

**Imagem 05:** A partir do porto de Santo Antônio: vista do Forte dos Remédios em primeiro plano (em destaque), e morro do Pico em segundo plano.  
Fonte: Acervo das autoras, 2013.



À medida que nos aproximamos do forte a partir da Vila dos Remédios, é possível perceber como o mesmo se comunica com a vila, estando sua portada estrategicamente voltada para a mesma, o que remete mais uma vez à sua importância material e simbólica para moradores e visitantes (Imagens 06 e 07).





**Imagens 06 e 07:** Vista do Forte dos Remédios a partir da praça do Cruzeiro (acima); e detalhe do forte (à direita): portada voltada para a vila. Fonte: Acervo das autoras, 2013.

Infelizmente essa comunicação entre o forte e a vila dá-se atualmente apenas visualmente, estando o forte de certa maneira desvinculado da dinâmica urbana atual. Apesar disso, observa-se que é possível resgatar uma ligação entre ambos que extrapole a simples visualidade, considerando que a vila agrega usos de cunho econômico, a exemplo de pousadas e restaurantes voltados especialmente para atender ao turismo; elementos e usos socioculturais, a exemplo do Memorial Noronhense, a Igreja dos Remédios, o Reduto de Sant' Anna e a própria ambiência urbana que se preserva em grande parte (Imagem 08).



LEGENDA:

- A** - Forte dos Remédios
- B** - Centro de Artesanato
- C** - Memorial Noronhense
- D** - Igreja dos Remédios
- E** - Comércio/ Serviços
- F** - Prefeitura

**ETE** - Estação de Tratamento de Esgotos

**Imagem 08:** O forte e seu entorno imediato.

Fonte: Google Earth, 2013 (com adaptações).





O entorno do forte também apresenta elementos ambientais de importância, representados pela enseada de Santo Antônio e praia do Cachorro, estendendo-se visualmente a partir do forte até o porto e o Fortim de Santo Antônio a leste, e o Fortim da Conceição a oeste. Os principais acessos ao forte e à vila dão-se a partir da BR 363, única existente na ilha: um deles através do Parque Flamboyant, sendo o mais utilizado pelos visitantes, e outro a partir da Estrada Velha do Porto (Imagem 09).



A partir da Vila dos Remédios o acesso ao forte só é possível através da inclinada Estrada do Forte dos Remédios, vencendo o promontório rochoso em que se encontra a edificação, a cerca de 50m acima do nível do mar. Percebe-se com maior clareza a relação do forte com a geomorfologia existente a partir da estrada citada, único acesso à edificação e obstáculo a ser vencido por aqueles que desejam conhecê-la de perto. A mata existente ao longo da estrada revestida em pedra cria um túnel vegetado que transporta o visitante através do tempo, dando perspectiva e imponência ao forte a partir de quem chega (Imagem 10).



**Imagem 10:** Perspectiva inicial do forte a partir da estrada.  
Fonte: Acervo das autoras, 2013.

Sem utilização desde meados do séc. XX, o forte foi sofrendo a ação do tempo e da má conservação, o que acarretou em inúmeras perdas materiais que comprometem a sua estabilidade física e limitam o seu uso e apropriação. A restauração do forte potencializará a sua apropriação e uso, o que poderá contribuir para uma maior conservação do bem. O patrimônio só pode ser plenamente “cultural” quando consegue se fazer uno (portanto único), agregando valores materiais e imateriais em sua imagem, onde a devida utilização do bem também contribui para esse objetivo.

## **REAPROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO FORTE DOS REMÉDIOS**

Os bens culturais materiais, através da restauração, se constituem em elementos de fundamental importância na concretização do tripé proposto pela sustentabilidade, segundo as dimensões: econômica, social/cultural e ambiental, como dito anteriormente. A restauração do patrimônio, ao mesmo tempo em que possibilita a reinserção do bem no contexto presente através de sua reapropriação pela sociedade, também promove o reaproveitamento de grandes estruturas ainda passíveis de utilização, diminuindo o desperdício de materiais e a exploração de recursos não renováveis. Como afirmou Viollet-le-Duc (2000, p.64), “Uma vez que todos os edifícios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado prático para se encerrar totalmente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso.” O pensamento tão pertinente ao momento atual reafirma a importância da reinserção e reapropriação do bem restaurado através de um uso condizente com o contexto atual.





O Forte Nossa Senhora dos Remédios, edificação que em tempos remotos contribuiu para a ocupação definitiva da ilha de Fernando de Noronha, passou por sucessivas etapas históricas e conseqüentemente por usos diversos que aos poucos foram contribuindo para a construção da imagem atual que se tem do forte. Inicialmente os usos ligados ao forte sempre estiveram relacionados à sua função enquanto ponto de defesa, e posteriormente enquanto quartel e prisão. A sua sólida volumetria associada à implantação no terreno cria uma posição de destaque e imponência, mas as condições físicas em que se encontra e a ausência de utilização gerou algum distanciamento da população em relação ao bem. Até o presente momento não houve uma utilização efetiva da edificação que a vinculasse mais diretamente à comunidade local, e após a sua última desocupação o forte sofreu com um abandono de décadas, o que contribuiu para sua degradação física e esquecimento.

A restauração do Forte Nossa Senhora dos Remédios deverá buscar o resgate de uma morfologia, sobretudo enquanto estrutura de fortificação, considerando ainda as adições históricas do séc. XVIII e especialmente do séc. XIX. Ao mesmo tempo possibilitará uma nova simbologia para a edificação, atrelada a um uso que reconheça potenciais naturalmente resultantes da sua forma e implantação, assim como do contexto socioeconômico e cultural em que se insere o forte. O discurso da sustentabilidade é incorporado a partir das três dimensões propostas pelo tripé, possibilitando um processo de preservação mais adequado ao contexto contemporâneo de desenvolvimento, qualidade de vida e meio ambiente, conforme indicado no discurso de Muñoz Viñas (2003). A proposição de um novo uso também está atrelada ao discurso de Cesare Brandi (2004) e à importância da idoneidade do uso, que deve adequar-se à edificação evitando grandes transformações/ adaptações físicas no forte e buscando o aproveitamento dos espaços segundo sua historicidade e artisticidade, considerando escala e tipologia arquitetônica existentes.

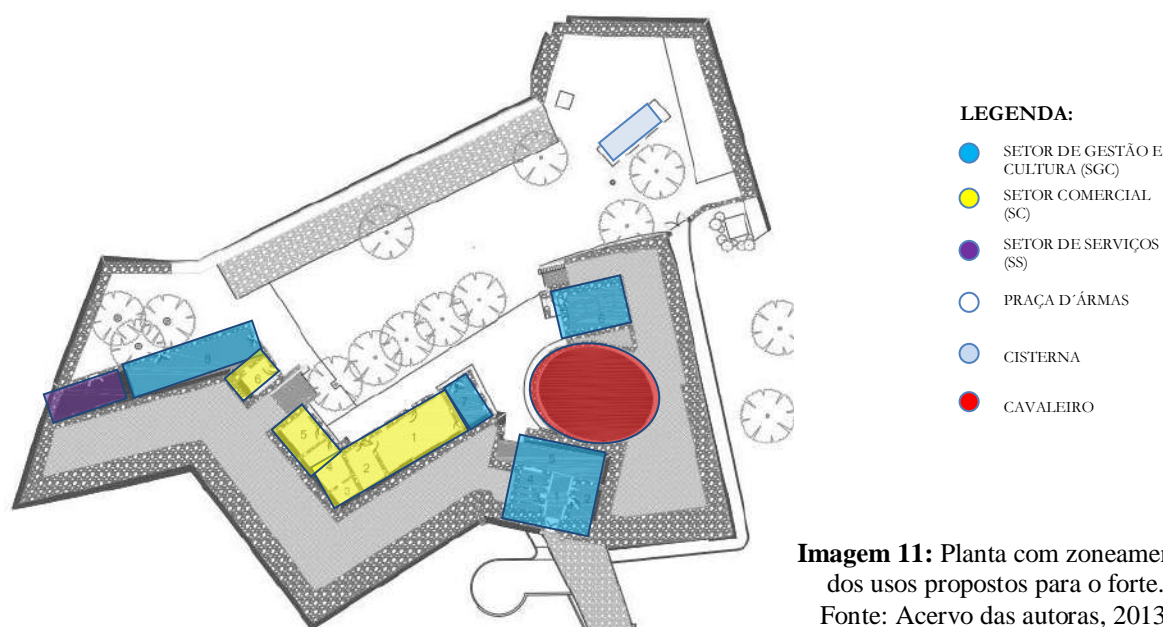
A partir da análise do entorno imediato ao Forte dos Remédios (anteriormente apresentada) observou-se que os usos existentes encontram-se bastante atrelados ao turismo, hoje o principal foco que movimenta a ilha e sua economia. Assim propõe-se a restauração do Forte Nossa Senhora dos Remédios<sup>8</sup> através de seu resgate imagético enquanto principal fortificação da ilha, com a implantação de atividades de caráter cultural e comercial, de forma

<sup>8</sup> Este artigo foi baseado no Memorial Descritivo do Projeto Executivo de Restauração do Forte Nossa Senhora dos Remédios (2014), realizado pelas autoras em contrato com a empresa de arquitetura Vértice Assessoria e Projetos Ltda. A empresa desenvolveu o projeto de restauração do forte, tendo sido contratada pelo IPHAN através de processo licitatório em 2013.



que a edificação possa continuar exercendo o seu papel primordial, desta feita fortalecendo a auto estima da população e sua identidade através de um uso que promova organização social e cultural, e que ao mesmo tempo permita a autogestão do forte a partir de recursos oriundos da nova apropriação. Aproveitando toda a estrutura previamente existente, propõe-se a criação de espaços que possam ser convertidos em lojas, cafés, livrarias e espaços de usos culturais diversos que possam ser arrendados, tendo parte da renda revertida para conservação do bem. A ocupação deverá considerar os espaços previamente existentes, respeitando a espacialidade interna e externa dos ambientes. Para melhor compreensão da proposta o forte foi zoneado em três setores: setor de gestão e cultura, setor comercial e setor de serviços. Todos se localizam no **nível 1** da fortificação, ou seja, o mesmo em que se encontra a Praça d'Armas (Imagem 11).

95



**Imagem 11:** Planta com zoneamento dos usos propostos para o forte.  
Fonte: Acervo das autoras, 2013.

O setor de gestão e cultura é aquele ligado à gestão e conservação do forte, mas também à apropriação sociocultural do bem pelos visitantes e moradores da ilha. Deve gerir as questões de acesso e acessibilidade no forte, assim como facilitar informações a partir de uma proposta de comunicação visual que inclua braile. Os ambientes ligados ao setor de gestão e cultura encontram-se distribuídos de forma equilibrada no forte, e constituem-se nos seguintes: receptivo, livraria do IPHAN, o espaço preservado das antigas solitárias junto ao receptivo, e uma sala de vídeo para exibição de vídeos e palestras. Além disso, a proposição de um Memorial do Forte, localizado na antiga prisão abobadada, visando expor achados arqueológicos resultados das escavações a serem realizadas no forte; e esclarecer o projeto de



restauração, mostrando um pouco da história do forte e de sua evolução até a intervenção. Por fim, a proposição de um espaço multicultural proposto junto aos novos banheiros, que tem como principal objetivo disponibilizar para a população um local de encontros, festas e reuniões. Além disso, o espaço poderá ser alugado para a realização de eventos de instituições privadas e visitantes externos à ilha, tendo sua renda revertida para a conservação do forte.

O setor comercial engloba os espaços a serem arrendados para implantação de lojas, cafés, pequenos restaurantes e afins. A renda resultante disso deverá ser utilizada para a manutenção e conservação do forte. Os arrendatários não poderão alterar os vãos e deverão manter a integridade física da edificação, devendo os usos estarem adaptados ao ambiente. Os ambientes encontram-se voltados para a Praça d'Armas, limitados pelos do setor de gestão e cultura. Dessa forma, há uma maior permeabilidade entre o caráter econômico e sociocultural na utilização do forte.

Por fim, o setor de serviços é composto pelos novos banheiros propostos, adaptados para uso de portadores de necessidades especiais, além de copa e depósito para uso dos funcionários que deverão conviver diariamente no forte.

Para que a plena utilização do forte seja possível e dessa forma traços culturais importantes sejam mantidos através da rememoração possibilitada pelo patrimônio cultural, é preciso que sua unidade potencial seja recuperada. No caso do Forte dos Remédios, a recuperação de sua unidade potencial está vinculada diretamente à legibilidade física do bem, que se encontra comprometida devido a lacunas resultantes de adições como também de ausências de elementos que se perderam ao longo do tempo (Imagem 12). Como dito anteriormente, o forte tem como característica marcante a sua multitemporalidade, resultado de séculos de permanências e transformações, presente nos elementos construídos que foram se agregando ao forte no decorrer do tempo e que corresponde à “autenticidade”<sup>9</sup> que se busca preservar: física e simbólica.

<sup>9</sup> A noção de autenticidade não deve ser entendida necessariamente como aquilo que representa uma concepção primeira do objeto, mas como todas as alterações realizadas ao longo da sua evolução histórica e que agregam valor material e imaterial ao bem cultural. Só se pode preservar a autenticidade do ainda existente no bem, “pois o





**Imagem 12:** Lacunas por ausência (esquadrias) e por adição (entaipamento do vão indicado): presentes em todo o forte.

Fonte: Acervo das autoras, 2013.

97

A reproposição de elementos construtivos essenciais à reutilização do forte, a exemplo de coberturas, esquadrias e pisos será realizada a partir de um discurso sustentável e que preza pela distinguibilidade sempre que possível, além da sustentabilidade dos materiais utilizados. Os novos elementos deverão ser propostos a partir de antigas imagens do forte e de resquícios materiais ainda existentes (Imagens 13 e 14), além de documentos escritos.



**Imagem 13:** Vista parcial a partir da Praça d'Armas, com destaque para a prisão abobadada a esquerda e sua cobertura em telha cerâmica manual.

Fonte: Acervo das autoras, 2013.

**Imagem 14:** Resquícios do caimento de uma das antigas coberturas, lacunadas em quase a totalidade do forte.

Fonte: Acervo das autoras, 2013.



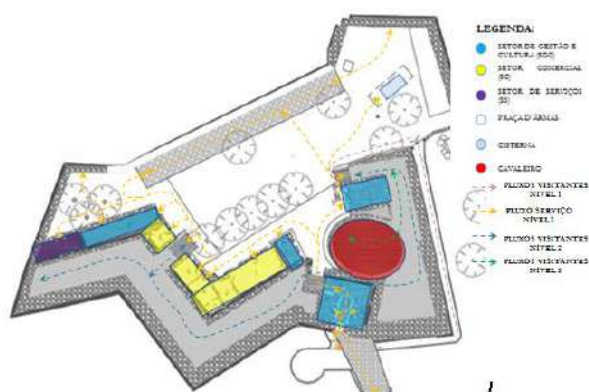
estado autêntico está embutido em cada tempo com a alteração dos materiais e a pretensão do artista” (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p.83).



A Praça d'Armas concentra uma grande área livre permeável com árvores do tipo amendoeiras (castanholas) e a cisterna. A praça continuará como área permeável e a cisterna deverá ser reativada, visando captação e uso de águas pluviais para utilização no forte. Assim, além dos volumes construídos a serem reapropriados por novos usos, elementos já existentes deverão ter seus usos recuperados, como é o caso da cisterna e do sistema de captação e condução de águas pluviais. A água a ser acumulada deverá servir para usufruto das atividades praticadas no forte, como o uso para descargas de vasos sanitários, limpeza e aguação. Dessa forma completa-se o tripé da sustentabilidade a partir do componente ambiental, dentro das possibilidades oferecidas pelo forte e sua estrutura.

Para sua reutilização, também foi necessário pensar na proposição de novos ambientes que viabilizassem sua utilização e permanência dos visitantes no local, como banheiros acessíveis a todo tipo de público. Deverá estar incorporado aos volumes pré-existentes, agregando valor à sua unidade, incorporando-se ao objeto.

A acessibilidade ao forte foi um dos preceitos mais considerados, possibilitando que diferentes tipos de usuários possam acessar o local independente de limitações físicas. Esse acompanhamento se dará a partir do acesso ao forte pela ladeira dos Remédios. O fluxo de veículos até o forte, atualmente de livre acesso, deverá ser restrito a duas situações específicas: carro elétrico e/ou do tipo buggy credenciados e adaptados para transporte de pessoas com mobilidade reduzida e para carga/descarga de mercadorias; e veículos de emergência, como carro de bombeiros ou ambulâncias para atendimento médico em casos extremos<sup>10</sup>. Internamente, uma continuidade de pisos possibilitará a circulação por todo o perímetro interno do forte, e o uso de plataforma elevatória permitirá o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ao terrapleno, nível intermediário do forte (Imagem 15).



**Imagem 15:** Fluxos internos ao forte segundo distribuição dos níveis.

Fonte: Acervo das autoras, 2013.



O preenchimento das lacunas deve ter como objetivo o resgate de uma legibilidade a partir de uma leitura do momento e condições materiais atuais do bem cultural, com vistas à sua apropriação pelos sujeitos que com ele se relacionam. Dessa forma se pretende alcançar o tripé da sustentabilidade, do ponto de vista econômico a partir de um uso que possibilite a conservação e autossustentabilidade do forte; do ponto de vista social e cultural, através da recuperação formal do forte e de sua simbologia, e da possibilidade de apropriação plena do bem pela comunidade e por um maior número de pessoas; e por fim a sustentabilidade ambiental, buscada a partir de alternativas construtivas com menor geração de resíduos e de maior aproveitamento de recursos não renováveis, além do uso de materiais ecológicos.

Assim se buscará restabelecer a conexão entre a edificação e o mundo, pois a integridade física e material do bem é o que possibilita a sua inserção no contemporâneo, possibilitando a comunicação entre sujeito e objeto. Entra aí a importância do uso, que concretiza esse diálogo e gera o valor simbólico que possibilita a real conservação do bem cultural através de sua reapropriação pelo sujeito.

Uma nova proposição de uso aliada à preocupação com a gestão e conservação do objeto marca a questão econômica da sustentabilidade na intervenção. Do ponto de vista ambiental, a preocupação com os novos materiais e com a reutilização de sistemas pré-existentes passíveis de serem recuperados são as principais questões consideradas. O sociocultural é atendido a partir da disposição de usos voltados para a cultura e que acolhem a comunidade local, além da facilitação do acesso ao forte por pessoas com mobilidade reduzida. A própria restauração do patrimônio configura-se como um passo para a manutenção da memória local, colaborando para o fortalecimento cultural da comunidade da ilha. A partir de uma realidade socioeconômica e ambiental existente, os usos propostos visam resgatar material e imaterialmente o Forte Nossa Senhora dos Remédios, reintegrando-o à ilha e ao usufruto da comunidade moradora e visitante.

---

<sup>10</sup> Sugere-se que haja a recuperação dos acessos em maior escala que envolvem o forte, desde a Vila dos Remédios e da Estrada Velha do Porto, e para isso faz-se necessário um planejamento que envolva uma maior restrição ao acesso de veículos a partir desses pontos.





## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da UNICAMP/ Imprensa Oficial, 2000.

BOSI, Alfredo et. al. *Cultura brasileira: tradição e contradição*. São Paulo: Jorge Zahar Editores/ FUNARTE, 1987.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CRUXEN, Edison. A Arquitetura Militar Portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais. In: *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. v.3. nº 9. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/22304>>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

DANTAS, Pedriane de Souza. *Destino da ilha sob a mira do Éden: Fernando de Noronha no percurso do tempo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

JACOB, Pedro. Meio ambiente e sustentabilidade. In: *O Município no séc. XXI: cenários e perspectivas*. Edição especial. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima- Cepam, 1999. p.175-183.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoria contemporânea de la restauración*. Madrid: Síntesis, 2003. 205 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortalezas e a defesa de Salvador*. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Marieta Borges Lins e. Fernando de Noronha: cinco séculos de história. In: *Cadernos Noronhenses*. V.1. Recife: Celpe, 2007.

VIOLETT-LE-DUC, E. E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.



## “O PONTO DE VISTA DO NATIVO”<sup>1</sup>: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NA ATIVIDADE PESQUEIRA

ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social*  
aninha\_rochaaraujo@hotmail.com

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social*  
andreapirapora@yahoo.com.br

SILVA, Queite Marrone Soares da

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social*  
keitymarrone06@yahoo.com.br

101

### RESUMO

O presente artigo tem como foco a análise de um grupo de pescadores no Município de Buritizeiro, Norte de Minas Gerais, e suas conjunturas tradicionais no exercício da atividade da pesca no Rio São Francisco, bem como, compreender as etapas da pesca e quem é o pescador que nas corredeiras do rio construiu histórias de vida através de um saber-fazer. A pesca, sendo uma das artes artesanais mais antigas, se reinventa ao longo das gerações e dos contextos culturais ao que pertence. Neste sentido, a pesca para este grupo de pescadores, para além de uma categoria, se constituiu um modo de vida, que pautado em tradicionalidades possui uma identidade e caracteriza uma comunidade. O estar no rio, o jogar a rede, o esperar o peixe e a partilha dos territórios da pesca descrevem “homens anfíbios” que possuem regras próprias para a gestão do ambiente, que na complexidade da partilha e compartilhamento do território promovem a articulação do grupo e dos saberes tradicionais.

**Palavras-chave:** Rio São Francisco. Território. Pesca.

### ABSTRACT

This article focuses on the analysis of a group of fishermen in Buritizeiro County, North of Minas Gerais, and in the exercise of their traditional fishing activity in the São Francisco River contexts as well, comprising the steps of fishing and who is fisherman on river rapids constructed life stories through know-how. Fishing, one of the oldest craft arts, reinvents itself over the generations and cultural contexts to which it belongs. In this sense, the fishing for this group of fishermen, as well as a category, it was a way of life, which ruled in traditionalidades an identity and community features. The being on the river, the play network, wait for the fish, the sharing of territories fishery describe "Amphibians men" who have their own environmental management for which the complexity of sharing and sharing of territory rules promote joint group and traditional knowledge.

**Key-words:** São Francisco River. Territory. Fishing.

---

<sup>1</sup> O Ponto de vista do nativo é um subtítulo da obra “O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa” de Clifford Geertz, do qual utilizo para caracterizar a forma de pensar e viver ‘das gentes’ do lugar, especificamente do sertão do nortemineiro.



## INTRODUÇÃO

Com mais de 500 anos de história, o Rio São Francisco se faz presente na identidade, na oralidade, na vivência, nas místicas e na vida do povo ribeirinho. É a partir desta “presença” que os escritos abaixo se criam e recriam na compreensão do pescador e da pesca nas corredeiras do São Francisco, na cidade de Buritizeiro, Norte de Minas Gerais.

Abordar um assunto desta relevância, especialmente nos dias atuais em que nos deparamos com uma intensa transformação do espaço natural devido às interferências do homem no ambiente se torna indispensável, principalmente numa discussão sobre o São Francisco.

O viajante inglês Richard Burton no século XIX referiu-se aos homens da beira do São Francisco como “Todos os homens desta região são mais ou menos anfíbios” (BURTON, 1977, p.173).

A canoa do tipo indígena (feita com um único tronco escavado) era a que predominava na região, depois foi substituída pela canoa de origem europeia (construída com tábuas com que formam o casco e as laterais e as fendas são vedadas com resina). As balsas, barcas, gaiolas (vapores) foram sendo incorporadas ao rio ao longo do tempo e de acordo com as necessidades crescentes de transporte de mercadorias, animais e pessoas, do final do século XIX até metade do século XX. (PAULA, 2009, p. 90).

Os camponeses que viviam da pesca e da agricultura de vazante na época dos escritos de Burton tinham a canoa como o seu principal instrumento de trabalho. Sob este objeto, os ribeirinhos encontravam os melhores lugares para a prática da pesca (designados como pesqueiros) e auxiliava no transporte excedente da agricultura e da pesca para as feiras no meio urbano. A canoa eventualmente era utilizada para o transporte de pequenas distâncias no São Francisco, na travessia de suas margens. (PAULA, 2009, p. 90).

O camponês que plantava no “lameiro” utilizava a canoa para, no período de vazante, ir até as ilhas onde fazia o plantio das roças. Em tempo de colheita, a canoa era utilizada para levar o produto à cidade, visando a comercialização – aos mercados, às vendas e às feiras. Vale esclarecer que o “lameiro é uma categoria êmica, pertencente à cultura do camponês ribeirinho, designando o solo das ilhas fertilizado naturalmente pelas enchentes do São Francisco”. (NEVES, 1998, p. 136).

Uma quantidade considerável de camponeses se dedicava à pesca do São Francisco, nos seus afluentes e nas lagoas marginais, Neves (1998) afirma que os pescadores ribeirinhos



eram também os camponeses da agricultura de vazante e das roças de subsistência. Eles se dedicavam a várias modalidades de pesca, herdadas dos índios.

As mais comuns eram a pesca de *chuço*, *arco-e-flecha*, *jequiti* e *tingujada*. A praticada nas lagoas era a *tingujada* que consistia na matança predatória dos peixes através da raspa de tingui uma árvore comum da região. O *jequiti* era um cesto de cipó com boca estreita que era colocado em trechos de correnteza e o peixe que descia o rio entrava no cesto e não conseguia sair. O *chuço* era utilizado para a pesca em lagoas e era confeccionado por uma ponta metálica presa a uma vara. O *arco-e-flecha* era diferente do confeccionado pelos indígenas por possuir uma ponta de ferro.

Para a pesca de peixes maiores como surubim e dourado os pescadores ribeirinhos utilizavam uma corda de onde saiam linhas com chumbadas e anzóis, chamada de *grosseira*. Amarrada em árvores ou arbustos a *grosseira* era colocada nos córregos na margem ou ficava presa a uma cabaça, ou uma pedra grande no São Francisco e nos seus afluentes grandes. Os pescadores pescavam em grupo e quando iam pescar sozinhos utilizavam dois tipos de rede, a *tarrafa* e a *manjubeira*. As duas eram confeccionadas da mesma maneira e se diferenciam no tamanho. O peixe era comercializado nas feiras e nos portos. Muito comum na região era a prática de salgar o peixe e depois colocá-lo para secar ao sol. (PAULA, 2009, p.91).

Vistos como camponeses em épocas remotas, os pescadores se estruturaram em regiões, em identidades e em conhecimentos peculiares, tornando-se uma categoria de autoafirmação. Para Diegues (2001), os pescadores artesanais são uma categoria espalhada pelo litoral, rios e lagos, que sobrevivem da atividade pesqueira, exercendo ou não outras atividades econômicas. Neste sentido, a pesca artesanal pode ser caracterizada como um sustento, que retirado do “rio” alimenta o consumo da família e do mercado consumidor.

*O material do pescador artesão é diferente do pescador profissional. Ele lida com suas coisas da pesca, de forma diferente. Ele lida com a canoa, com a rede, com a vara de pescar. O jeito de pegar, de guardar, de enrolar a rede, a tarrafa de por no saco...eu falo isso por causa do meu filho também né? Que ele é pescador, mais ele não vive da pesca. Porque o rio não tem conseguido oferecer a ele o que ele precisa. Então trabalha de carteira assinada, mais tem aquilo: quem mexeu aqui? Não mexe. Deixa aqui. Isso não ta importando pra ninguém. São minhas coisas. É minhas coisas lá do rio. E eu vejo essa prática, principalmente nos jovens né? Que ainda querem seguir essa tradição da pesca artesanal. As vezes eles jogam o saco assim, nas costas...até o jeito de carregar é diferente. Vai pra beira do rio, abri aquilo ali, mexe, amarra um buraquinho aqui na rede, na tarrafa. Conserta e vai cuidando daquilo com tanto amor, com tanto cuidado, e de repente junta tudo aquilo no saco e volta pra casa. Mais é importante inclusive cuidar daquilo na beira do rio...falar com o rio. E ai vem de novo uma questão muito do ritual. O rio também reconhece as pessoas que tem amor por ele...é uma troca*



*de reciprocidade. (Depoimento de Arlete do Graal em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Janeiro de 2013).*

O cuidado com o material de trabalho, a maneira como tudo na pesca é preparado reforça o que chamamos de identidade, de territorialidade. A reciprocidade persistente na lógica pesqueira se expressa muito além de *dar, receber e retribuir*, mas principalmente do significado que o ato de pescar representa na vida do pescador. Seja uma reciprocidade identificada no *dar* ou vender o peixe, seja uma reciprocidade identificada na relação pessoal entre pescador e rio, seja na relação entre o pescador e outro pescador e a delimitação dos lugares de pesca. Para Marcel Mauss (2003) em sua teoria sobre o princípio da reciprocidade, o efeito da retribuição pode acontecer quando há na coisa dada uma força que obriga o donatário a retribuir.

Nas “teias de significados” dos pescadores há leis e códigos morais, práticas peculiares que são passadas de geração para geração, uma preservação do “espaço-ambiente” e um modo de vida específico. Pode-se compreender que a atividade pesqueira é uma atividade tradicional, pautada em estruturas tradicionais.

Sendo assim, a pesca artesanal nas corredeiras do São Francisco é hoje caracterizada por um grupo de pescadores, que não utilizando mão-de-obra assalariada, capturam o pescado através de técnicas manuais e de baixo custo financeiro. Contudo, com as dificuldades da pesca advindas da devastação do rio, da proibição da pesca nas corredeiras, dos pescadores amadores, existe na atualidade uma necessidade de profissionalização deste pescador. Esta profissionalização se dá com uma carteira de pescador que garante a este, o benefício de um salário mínimo durante toda a época da piracema que vai de 1 de Novembro a 28 de Fevereiro.

*Você tem que registrar como pescador profissional, aí depois de um ano você tira a carteira, aí vêm os benefícios da piracema, começa em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Termina em fevereiro, você ganha um salário mínimo do governo. (Depoimento do pescador Beto, em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo - Abril de 2013).*

*Tem pescador que ainda pesca. Que isso daí já é antigo. Essa lei eles vieram colocar foi agora à pouco tempo, de 1994 parece que saiu essa lei, que não podia pescar no lugar que tivesse corredeiras, então eles colocaram corredeiras pra ninguém pescar por isso, nem um metro abaixo, nem um metro acima. (Depoimento do pescador Beto, em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Abril de 2013).*



*Na verdade... desde 1998 existe a lei de crimes ambientais, onde ela estabelece ali uma medida mínima, de acordo com a largura do rio de área, que é considerada área de preservação permanente. Então você infringir, você intervir nessa área, sem autorização é considerado crime ambiental em todo o território nacional. E em qualquer ambiente aquático, não só o rio São Francisco. (Depoimento de Arlete do Graal em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Janeiro de 2013).*

A pesca nas corredeiras é proibida durante todo o ano devido “o local onde os peixes estão... vamos dizer fáceis de ser apanhados” (Depoimento de Harley – Polícia Ambiental). Para uma maior fiscalização e comprovação desta proibição existe “a lei de crimes ambientais que é a lei 9.605. Ela pega todos os ambientes aquáticos dentro do país” (Depoimento de Harley – Polícia ambiental). Porém, apesar de toda a proibição e fiscalização, a pesca em Buritizeiro – MG é legitimada através da prática diária dos pescadores, que mesmo se expondo aos riscos da atividade e de serem pegos pela Polícia do Meio Ambiente, continuam reproduzindo o seu *saber-fazer*.

É através deste *saber-fazer* dos pescadores que o rito da pesca mostra suas três esferas: Pré-liminaridade, liminaridade e uma pós-liminaridade. Neste contexto, trago a definição de Victor Turner (2005) de ritual para melhor compreensão do que quero demonstrar na pesca das corredeiras. “Por ‘ritual’, entendo o comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas à rotina tecnológica, tendo como referência a crença em seres ou poderes místicos”. O símbolo é a menor unidade do ritual que ainda mantém as propriedades específicas do comportamento ritual; é a unidade última de estrutura específica em um contexto ritual. (TURNER, 2005, pg. 49).

Para Leach (1996)

o ritual em seu contexto cultural é um modelo de símbolos; as palavras com que o interpreto são outro modelo de símbolos composto largamente de termos técnicos inventados por antropólogos – palavras como linhagem, classe, *status*, etc. Os dois sistemas de símbolos têm algo em comum, a saber, uma estrutura comum. De igual modo, uma partitura musical e sua execução têm uma estrutura comum. Isso é o que estou querendo dizer quando afirmo que o ritual torna explícita a estrutura social. A estrutura que é simbolizada no ritual é o sistema das relações “corretas” socialmente aprovadas entre indivíduos e grupos. (LEACH, 1996, pg. 78).

A relação existente entre os símbolos e quem os pratica (pescador) é o que nos permite identificar a representação deste grupo social, uma vez que são as ações destes atores que evidenciam a essencialidade do rito. Por mais simples que seja o sistema que estudamos,





nele encontramos todas as ideias e todas as principais atitudes rituais que estão na base das religiões, inclusive as mais avançadas: distinção das coisas em sagradas e profanas, noção de alma, de espírito, de personalidade mítica, de divindade nacional e mesmo internacional, culto negativo, com as práticas ascéticas que são sua forma exasperada, ritos de oblação e de comunhão, ritos imitativos, ritos comemorativos, ritos piaculares – nada de essencial falta nela. (DURKHEIM, 2003, pg. 98).

Os ritos com frequência dão a impressão de operações puramente manuais – unções, lavagens, refeições. Para consagrar uma coisa, ela é posta em contato com uma fonte de energia religiosa, assim como, atualmente, para aquecer ou eletrizar um corpo, ele é posto em contato com uma fonte de calor ou de eletricidade; os procedimentos empregados num caso e no outro não são essencialmente diferentes. Assim entendida, a técnica religiosa parece ser uma espécie de mecânica mística. (DURKHEIM, 2003, pg. 115).

O ritual forma uma estrutura de símbolos. Os símbolos compõem a territorialidade de um espaço social. É esse compor que caracteriza o rio como um território dotado de valores, de manejos, de vivências, de trabalhos. O fato de o pescador olhar o rio mesmo fora de seus horários de pesca comprova a noção de pertencimento, de ser barranqueiro/pescador.

*Então que território é esse? O rio, o hidro negócio hoje no Brasil é muito forte e cada dia ele fica mais forte. Pra você vê, os mapeamentos dos espelhos d'água aqui em Buritizeiro é uma coisa medonha. Por quê? Porque essa água ela tem um valor econômico para o governo. É aí que eu acredito que essa questão do território vai depender do olhar desses sujeitos do rio. É um território sim. É um território de vivência. É um território de trabalho. É um território de cultura. É um território de lazer, de prazer...isso para o pescador artesanal. E esse pescador considera isso. Tanto é que, aqui em Buritizeiro nós sabemos de morte, de brigas no rio que resultou em mortes, por causa de brigas desse território. Isso é tão forte, que dentro mesmo da lógica dos pescadores, eles dividem os horários pra pesca. Quem desrespeita o horário do outro ele é chamado a atenção...fulano você está pescando de tanto a tanto...mais como se o melhor horário é tal hora? Mais aí eles fazem lá as negociações deles...eles se organizam dentro desses horários de pesca. E enquanto essa outra pesca, reconhecida pelo governo, que é essa pesca profissional ou os turistas que chegam, eles mexem em um acordo que não é documental, mais que as pessoas respeitam. Então é uma invasão de território. E o pescador sabe viver nisso, sem precisar ser violento. (Depoimento de Arlete do Graal em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Janeiro de 2013).*

Os ribeirinhos nesta região, ou como caracterizo neste sertão molhado que é Buritizeiro – MG entre as *travessias* nas margens do São Francisco teceram suas histórias nas tarrafas da vida e do trabalho. As tradições modificadas neste território pela modernidade dos



tempos e espaços de vida e trabalho o tornaram um *território de todos*, onde o mesmo deixa de ser um espaço de *não-lugares*, para ser um espaço de lugar. Lugar este de reprodução, de culturas, de identidades, de vivências, de uma coletividade.

O termo *não-lugar* é uma distinção ou mesmo oposição do lugar ao espaço. É onde não se cria vínculo nem relações sociais, são lugares de passagem. Para Augé Marc (1994) “os não-lugares, contudo, são a medida da época; medida qualificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície” (AUGÉ, 1994, pg. 74). São estes: meios de transporte, aeroportos, estações, parques, dentre outros.

É na pluralidade dos *espaços-lugares* e principalmente do ser deste sertão molhado, que surgem as mais diversas variações simbólicas de modos de vida peculiares, que ainda caracterizam a região, as cidades e os grupos sociais. Ser do sertão compreende a lógica de se por *no* e *do* lugar. De se representar como “ribeirinho”, “pescador”, “barranqueiro”, “sertanejo”, “pessoas do sertão”

## O RITUAL EM TRÊS LANCES

Os ritos estão presentes em nosso cotidiano das mais diversas formas possíveis, juntamente com as práticas simbólicas imbuídas dentro deles. Nascer, crescer, estudar, formar, namorar, casar, morrer, são todos ritos de passagem que realizamos durante as etapas de nossa vida. A distinção entre eles se dá nas particularidades a que pertencem, e ao valor simbólico que lhe são atribuídos. Um rito pode ser caracterizado entre profano e sagrado. Simpáticos ou de contágio. Direto ou indireto. Positivo ou negativo. Dinâmico ou Animista. E enfim, como ritos de passagem, que são divididos em três esferas: ritos de separação, ritos de margem e ritos de agregação.

Para Genep (1978) as três últimas categorias secundárias não são igualmente desenvolvidas em uma mesma população, nem em um mesmo conjunto cerimonial. Os ritos de separação são mais desenvolvidos nas cerimônias dos funerais, os ritos de agregação, nas do casamento. “Quanto aos ritos de margem, podem constituir uma secção importante, por exemplo, na gravidez, no noivado, na iniciação, ou se reduzirem ao mínimo na adoção, no segundo parto, no novo casamento, na passagem da segunda para a terceira classe de idade, etc”. (GENNEP, 1978, pg. 112).

Os ritos de passagem admitem em seu contexto ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação), que atuam como forma de distinção e conexão



entre os símbolos dominantes e instrumentais de determinado rito. O ritual “é uma declaração simbólica que ‘diz’ alguma coisa sobre os indivíduos na ação” (LEACH, 1996, p. 76).

Ao caracterizar a pesca como rito, busquei analisa-la como um rito de passagem, que durante a sua reprodução explicita a conexão de seus símbolos através de uma preliminaridade, uma liminaridade e uma pós-liminaridade, decorrentes da práxis da atividade pesqueira.

As dinâmicas de um ritual ocorrem desde o pensar até a *práxis* de sua reprodução, pois um signo, um símbolo para funcionar deve estar ao mesmo tempo inserido no que ele significa, na sua representação social. A pesca, por exemplo, se inicia desde o saber comprar o nylon para a confecção da tarrafa ou da rede, até o ato em si de pescar. A distinção destes dois instrumentos de pesca só existe em relação ao seu manejo. “*Por que a rede é arrastada e a tarrafa é jogada. Geralmente quem faz a tarrafa e a rede são os próprios pescadores*”(Depoimento do pescador Edim em entrevista – Abril de 2013)..

O ato de fazer o próprio instrumento de trabalho demonstra o cuidado e a dinâmica simbólica presente na identidade deste grupo social. Identidade que foi e é construída no *dia-a-dia* desses pescadores sob a forma de: preparo dos instrumentos, tessitura das tarrafas e redes, o saber “andar” no rio, os locais certos dos lances, as denominações de lances, as relações pessoais e impessoais uns com os outros, o “vigiar” o rio, o pescar, o remendo das tarrafas e redes. Fatores que além de afirmarem a identidade de pescadores deste grupo social, caracterizam a territorialidade construída com os saberes tradicionais.

## **LANCE 1: LANCE FUNDO<sup>2</sup>**

O Ritual da pesca se inicia com os preparativos e cuidados que cada pescador possui com seus instrumentos de trabalho. Instrumentos estes que além de auxiliarem na captura do peixe, representam a identidade de cada pescador. Antigamente a pesca era praticada com uma única modalidade de instrumento, o arpão. Hoje em dia, devido a forte presença do capitalismo e das inovações tecnológicas, juntamente com a demanda de pescadores amadores, existem um maior número de instrumentos que podem ser utilizados na realização da pesca. Contudo, ainda a uma preferência pela tarrafa e pela rede, instrumentais feitos de nylon (plástico resistente), que dão aos pescadores maiores possibilidades de pesca, desde que bem

<sup>2</sup> Os subtítulos que se seguem são fragmentos de falas em depoimentos dos sujeitos deste artigo.



utilizados. Ainda que produzidos pelo mesmo material as tarrafas são diferentes das redes, quanto a sua forma de manejo.

*A tarrafa ela é feita de nylon, nylon que eles falam nylon de plástico. Dois metros e meio mais ou menos, e nove palmos. O peso dela depende da linha. Se for zero oitenta pra cima, coloca aí sete quilos. Se for zero noventa, zero cem, oito quilos e duzentos. Quando é zero cem, é cem milímetro, num é cem centímetro não, é cem milímetro, cem centímetro é um metro. (Depoimento do pescador Beto, em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Abril de 2013).*

*Hoje se pesca mais com tarrafa e rede. Mas a rede num cai nunca igual a tarrafa, que são as duas coisas principais. A tarrafa é mais pesada, mais forte. (Depoimento do pescador Edim, em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Abril de 2013).*

A rotina de um pescador inicia-se muito cedo, mesmo os que não estão em atividade. Ao acordarem e iniciarem seus preparativos, a prioridade se volta sempre para a tarrafa, que é uma rede tecida de nylon, um fio bem resistente que possui uma técnica específica para ser produzida. Atualmente, as tarrafas possuem um raio de 1,2 a 3,6 metros, onde envolvem em sua extensão pesos, que são pequenos chumbos que variam de 1,0 a 1,5 kg. Estes pesos são postos em toda a circunferência da tarrafa nas bordas das malhas, que são formas geométricas regulares ou não, que em conjunto formam o diâmetro de toda a tarrafa. Estas malhas por sua vez, variam de tamanho, principalmente no que diz respeito ao tipo de peixe que se quer pegar.

A institucionalização de prever uma Lei que denomine em qual localidade o pescador pode pescar, e qual o instrumento que ele pode usar, já demonstra uma limitação quanto ao *espaço-território*, e em relação a seus conhecimentos ao longo de suas práticas. Ainda que haja leis e demarcações dentro e fora dos espaços da pesca, há em Buritizeiro – MG um território bem demarcado e vigiado por todos os pescadores que atua como um símbolo maior: o São Francisco. *“Todo dia cedo na hora que eu levanto, eu vou para o barranco do rio olhar. Tenho aquele prazer de ficar olhando” (Depoimento do pescador Edim em entrevista – Abril de 2013).*

Nos dias de hoje, a pesca nas corredeiras é realizada por um grupo de homens mais jovens que possuem ou não ligação com os pescadores tradicionais do passado. Porém, as técnicas e o conhecimento de gerações anteriores, são vistos e vividos durante a pesca.

Remendar a tarrafa como dizem os pescadores é um preparo, uma iniciação para todo homem que queira realizar a pesca. Estes o fazem com uma estrutura de madeira que



desempenha o papel de uma agulha, como se estivessem costurando uma roupa. A agilidade com que descem, sobem, vira e aperta o nylon é impressionante. Por ser algo que está presente no seu cotidiano há muito tempo, as mãos que hoje já expressam a dureza do seu trabalho através dos calos, agem de forma espontânea sem nem precisar da ajuda dos olhos para guiarem sua atividade.

O caminho até se chegar ao barranco é muito curto, e durante o trajeto ainda que pequeno, os pescadores já internalizam suas emoções, seus sentimentos, suas religiosidades, permanecendo calados, como quem se prepara para entrar em um local sagrado ou coisa do tipo. Para os pescadores, o São Francisco é muito mais que um espaço de onde vem o sustento; é um território, uma identidade, um ser, é o Velho Chico.

Durante o pequeno trajeto é visível à mudança de cenário. O destino é um barranco, onde atualmente funciona um quiosque, um bar; que além do entretenimento dos visitantes, cria um cenário de lazer e de observação para os próprios pescadores, que passam o dia inteiro, pescando ou olhando para o rio, ou mesmo para os pescadores que estão na pesca.

Ao se chegar ao quiosque, percebe-se a transição do viver cotidianamente para o viver simbolicamente. É possível apreender toda uma expectativa de quem entra e de quem sai do rio. A primeira vista, o cenário é composto por uma determinada quantidade de mesas e cadeiras espalhadas aleatoriamente, que compõem a estrutura de um quiosque em si. Ao lado tem-se um banco feito de cimento bem antigo, onde vários pescadores se sentam para conversarem, jogarem baralho (buraco) e para observarem o rio. A frente deste banco há uma árvore muito grande e muito antiga, com suas raízes expostas, proporcionando uma sombra e frescor convidativos.

Para quem chega ao barranco, à primeira impressão é que o acesso ao rio é muito difícil. De fato, o barranco é muito inclinado e o espaço feito para passagem é muito estreito. Para facilitar o acesso, foi construída uma estrutura em forma de escada, onde ao certo não se pode confirmar a data de sua construção, mas que em seu trajeto fica evidente ser uma estrutura precária e antiga, pois em determinados espaços da sua base há uma alternância de pedaços de concreto e terra batida simultaneamente. *“Toda vida teve o barranco. Agora fizeram de cimento pra nós descermos. Antes nós descia num tinha... era barranco mesmo, fazia a escada no barranco mesmo e sempre em dupla, só a dupla, de dois, sozinho era difícil.”* (Depoimento do pescador Edim, em entrevista Abril de 2013).



Há também o predomínio de uma vegetação rasteira que completa o cenário da parte de cima (a parte superior do barranco). Nesse lugar os pescadores consideram como lugar de vida, passam horas dentro do rio ou em sua margem, e no ir e vir do rio, e no estar entre outros pescadores constroem relações que são representadas na caracterização de “ser do rio, morar no rio, ter medo do rio, viver no rio”.

Analogias que imbricadas com o ato de pescar, revelam o porquê de se pescar e do como se pescar. Pois, de maneira geral, com a afirmação de uma identidade surge também, um conhecimento local, que envolve o cultivo, o *saber-fazer*, e o *saber-cuidar*.

A parte inferior do barranco ou a “parte de baixo” é composta por uma longa tábua de madeira que liga uma extremidade do barranco para dentro do rio. As pedras nas corredeiras são o território da pesca, os pescadores foram construindo seus territórios, delimitando lugares e propriedades de famílias de pescadores nas pedras que possuem denominações, nomes, que foram dadas pelos próprios pescadores, onde a maior parte faz referência a uma maneira de se lançar a tarrafa (lances).

Com a tarrafa nas costas, os pescadores descem o barranco com muita agilidade e rapidez. Antes de entrarem no rio, estes se benzem com o sinal da cruz, como quem passa diante de uma Igreja. Após as bênçãos divinas, os pescadores atravessam a tábua de madeira e entram no rio. De longe, é possível perceber que o conhecimento do rio enquanto um território é muito grande, os pescadores sabem exatamente onde devem pisar, até onde podem chegar. Se o local de pesca for muito distante, os pescadores utilizam do auxílio dos barcos, e para cada localidade, um nome.

*Nós somos o povo do rio e o povo do mato. E tem os momentos em que a gente não pode mexer nisso, que é sagrado. Quer dizer o rio dorme, as águas dormem. O mato também. E quando o pescador ou a pescadora se benze, na verdade ele está pedindo licença pra entrar num espaço que não é dele. A água do rio, os seres viventes lá do rio. Eles são os donos desse território. Então é preciso pedir licença. Quando você chega na casa de alguém, você espera ser convidado. É...em qualquer espaço que você chega, tem um ritual para você se adentrar. E essa questão de se benzer para entrar no rio; tem a questão de você estar entrando num território que você não domina, por mais que se conheça o rio, ali é um território do desconhecido né? Você reza também, porque o pescador esta indo com um objetivo. O objetivo dele é pescar o peixe. Então ele se benze também pra ele ter acesso a esse produto. Mas ele se benze também em respeito à natureza. Eu vejo muito isso. (Depoimento de Arlete do Graal, em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Janeiro de 2013).*





*Eu me benzo pra Deus evitar de acontecer um acidente no rio. Piranha morder a gente, algum peixe furar a gente e machucar. Mas me benzo também pra pesca ser abençoada e eu conseguir pegar um peixe. (Depoimento do pescador Beto, em entrevista para Ana Flávia Rocha de Araújo – Abril de 2013).*

A religiosidade é muito forte e presente dentro do cotidiano pesqueiro. O corpo dos pescadores atua como instrumento básico de demonstrações religiosas, sentimentos e posições sociais. Benzer-se antes e depois de adentra-se em território sagrado, além de comprovar que o rio é território da magia, da natureza, mostra-nos uma atuação com eficácia simbólica por um único motivo, proteção.

Em se tratando de estruturas estruturadas, o ritual “serve para expressar o status do individuo enquanto pessoa social no sistema estrutural” (LEACH, 1996, pg. 74). Considerando a pesca como um ritual e suas fases, há neste conjunto um sistema de códigos que caracterizam a importância e a necessidade de certos símbolos na atuação de sua eficácia.

## **LANCE 2: LANCE DA PEDRA RACHADA**

Conta à história, de que um velho pescador chamado Barnabé Martins foi quem começou a dar nomes às pedras do rio. Entre suas tradições e seus costumes, acabou em instalar nas corredeiras do São Francisco uma nova maneira de pescar, preservando a essencialidade da pesca, que é o seu *saber-fazer*. Entre os ditos e não ditos, os pescadores são conhecidos como uma lenda viva, daquilo que um dia existiu, juntamente com o estereótipo de grandes contadores de histórias.

A principal rua que dá acesso ao barranco para a pesca é hoje em dia chamada de Barnabé Martins. Todos que nela habitam, conheceram ou já ouviram histórias de quem foi este pescador que mobilizou os homens ribeirinhos e caracterizou a pesca no Município.

Em uma conversa informal com uma moradora da rua, pude compreender que a pesca em Buritizeiro – MG ultrapassa as fronteiras do rio. Por ser ilegal em corredeiras, porém, legítima pelos pescadores e moradores, há neste espaço uma coletividade de reprodução da vida, aonde todos se ajudam, independente de qual o motivo. Entre as correrias das batidas da Polícia Ambiental, a existência de uma rota fixa de fuga. Com muita agilidade e rapidez, os pescadores adentram as casas dos vizinhos, saindo em pontos estratégicos de segurança. Para os policiais responsáveis pela fiscalização nas corredeiras a pesca não é uma forma de sustento, e o pescador é visto como um “*cara manso*”.



Discurso que é discutível, dependendo de cada concepção e visão que se queira conhecer a pesca e os pescadores. Por ser um local proibido, as corredeiras possibilitam diferentes concepções a cerca de quem é o homem pescador. Para os que pescam, estes se consideram homens trabalhadores que veem no São Francisco um caminho de sustento e tradição. Para os que atuam na preservação e fiscalização dos rios, a maioria dos pescadores são homens que gostam de facilidade, de coisas práticas. Para os que possuem ligação direta com os pescadores (famílias, parentes e amigos), estes são considerados homens da natureza, que com sua atividade são capazes de levar o sustento (independente de peixe ou dinheiro) para a casa.

O sistema de territorialidade acontece da seguinte forma, cada pescador tem seu horário para entrar no rio, que no decorrer das semanas vão se intercalando, assim como, todos os pescadores que possuem um horário de pesca possuem alguma ligação com o passado. Herdaram esta atividade dos pescadores de *antigamente*, que eram representados por seus familiares, que na maior parte dos casos, eram seus pais e avôs.

Os horários de pesca não são meras escolhas de cada pescador, mas horários fixos, de onde e quando se podem pescar, fatores que estão representados na territorialidade do São Francisco, que segundo Little (2002), a territorialidade se define como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 3).

O sistema de utilização das pedras para pescar, é complexo e totalmente compreendido pelo grupo de pescadores. Entre eles é possível vender um lugar de pesca, alugar um lugar de pesca e emprestar o lugar de pesca. No entanto entre os horários de pesca já estabelecidos há um rodízio entre as pedras-lances, que segundo os pescadores é necessário para as águas descansarem e o peixe chegar.

Um fator importante, que não devemos negligenciar na formação de um território é a totalidade das relações efetivadas na noção de territorialidade. Para Raffestin (1980) “De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral”. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1980, p. 158).

Deste modo, o território recebe uma identidade, não em si mesmo, mas na coletividade de quem nele vive e produz. Cria um “corpo” concreto, contudo, flexível,



dinâmico, contraditório, mutável, que se realizam nas impressões e especialidades próprias de cada território. Pode-se apreender que o território é a produção humana a partir dos recursos disponíveis para a existência de cada indivíduo, originando assim, o espaço como um dos principais recursos para essa dominação.

De hora em hora há pescadores entrando e saindo do rio, até mesmo de madrugada; onde existem pescadores que passam a noite em cima do barranco esperando sua hora ou viajando o “o rio”. Assim, pode - se dizer que o rio passa a ser considerado um território, que é vigiado e cobijado em todos os momentos.

Importante ressaltar que o São Francisco é um território, um espaço comum que é “dividido ao meio”, podendo haver pesca somente do lado que pertence a cada cidade, no caso das corredeiras de Buritizeiro – MG, a pesca fica restrita ao lado esquerdo do rio. Com as tarrafas sob as costas, os pescadores atravessam a tábua e começam a se deslocarem para os locais de pesca. Dependendo dos lances e das pedras em que vão pescar, estes utilizam o auxílio de canoas para se deslocarem.

Conta à história, de que nos barcos e canoas dos pescadores de antigamente havia carrancas em suas proas com o intuito de afastarem os maus espíritos, imbricando no contexto uma mistura de religiosidades com tradicionalidade.

O jogar a tarrafa ao ar, vai além de uma força braçal necessária. É preciso ter técnica, ter conhecimento, *saber-fazer*. No São Francisco, as técnicas mais utilizadas pelos pescadores são: *terreina* (técnica que utiliza anzol com chumba e linha), *linha e anzol* (linhada), *rodada* (boias de litro de plástico com anzol iscado), *currico*, *currica* ou *colher* (colher com nylon nuns 20 metros de linha), *João Bobo* (É a rodada, põe um anzol numa boia e solta), *Caçador* (uma pedra amarrada numa corda no fundo e coloca uma boia com uma isca), *Canço* (vara simples, sem carretilha), *Pinda* (pode ser solteira ou presa nas costas, é o mesmo sentido que o anzol de galho), *Anzol de Galho* (uma cabaça amarrada num galho com anzol), *Aço* (encosto trilha de dois anzóis em aço, amarrados em um nylon de 30 pra cima), *Grosseira*, *espinhel* (corda com pedra e cabaça e vários anzóis), *corda*, *fisga* (vergalhão), *arrastão* (outra forma de rede), *caceia* (uma forma de rede que não pode passar de 2,0 metros). (THÉ, 2003, pg. 62 a 65).

A liminaridade presente no rito da pesca se dá no processo em que o pescador consegue pegar o peixe. Neste momento, o rito da pesca inclina-se em seu ápice. Ao pegar o peixe, o pescador não só ganha *a luta pela sobrevivência*, mas o seu sustento, seu conhecimento



e sua maior qualidade: saber pescar. O ir ao rio, olhar o rio, entrar no rio, andar no rio, chegar ao seu território de pesca, a pedra, o lance, lançar a rede, aguardar o peixe e pescar o peixe é o que determina a vida desses homens.

### **LANCE 3: ÚLTIMO LANCE DA BERADA**

A pesca em seu âmbito de simbologias possui a capacidade de criar laços, alianças de reciprocidade entre os pescadores e a sociedade, e entre os pescadores e o rio. Pois o rio enquanto um “*ser vivo*”, também cria e recria relações, assim como as criaturas que nele habitam, como é o caso do caboclo d’água que hoje é uma grande estória.

Pescar no *São Francisco* hoje não é como pescar no *Velho Chico* de antigamente. Nos dias atuais, os sistemas da pesca estão mais estruturados em um padrão capitalista; aonde além da práxis permitida na atividade, o lucro passou a vigorar como a única forma de desenvolvimento.

A comercialização dos peixes se intensificou com o passar dos anos. Uma característica desta mobilidade comercial é a Semana Santa no mês de Março. Antigamente durante toda a semana, o que os pescadores pegavam, não eram comercializados e sim doados, pois havia no contexto um respeito e tradição pela religiosidade. Atualmente, nesta semana é onde há uma supervalorização da atividade e dos peixes, e os preços são os mais altos durante toda a época do ano.

Há alguns anos atrás, a pesca era uma atividade de vida e de trabalho nas trocas entre as famílias. Aquilo que não se tinha na dispensa de casa, era legalmente trocado por aquilo que se tinha. O peixe foi uma das trocas mais realizadas, durante as épocas de cheias do Velho Chico. Devido às poluições, ao assoreamento, ao vazamento do rio e principalmente as dificuldades já apontadas no que se refere à pesca, o peixe passou a ser um alimento de luxo. O que antes se encontrava em grandes quantidades e alimentava a todos, hoje quase não se encontra e se tornou restrito a uma parcela da sociedade.

Os pescadores estão mecanizados nas estruturas do capitalismo. Ao adentrarem o rio para a pesca, carregam consigo a necessidade de conseguirem capturar o peixe. O que antes era uma dádiva, hoje se tornou obrigação. Sahlins em seu livro “*Cultura e Razão Prática*” (1979) expõe que a dádiva é percebida como um ciclo e não como um ato isolado. Como um ciclo que envolve três momentos: dar, receber e retribuir.



Ao terminarem os horários de pesca, os pescadores devem sair de dentro do rio para deixar os peixes chegarem aos lances. A saída de cada pescador se dispõe de maneiras distintas durante as *travessias* do rio. Eles não voltam para a superfície pelo barranco em que desceram, ao contrário, eles saem por fora do barranco, na parte inferior, aonde muito deles utilizam para se trocarem, subindo o barranco do outro lado, em cima de outro quiosque.

As estratégias de saída do rio ocorrem devido à fiscalização da Polícia Ambiental, por este motivo, eles nunca sobem por onde desceram no intuito de escaparem da fiscalização e *de não serem presos com o peixe na mão*.

À volta para a casa ou simplesmente a saída do rio, pode ser analisada de acordo com cada pesca. Para os pescadores que não conseguiram pegar um peixe, a saída é simples e direta, sem euforia dos companheiros (pescadores). Para os pescadores que conseguiram pegar o peixe, a saída é vibrante e eufórica, envolvendo no contexto para quem será a comercialização do pescado.

Muitos pescadores quando pescam já possuem um destino fixo para o peixe, que vai diretamente para um atravessador, cuja única função é comprar e vender peixe. Outros pescadores ainda vendem seus peixes para outras pessoas diretamente, para casas comerciais como restaurantes e hotéis ou nas feiras e casas onde oferecem de porta em porta o pescado. Poucos para não dizer raros, são os pescadores que consomem na família os peixes ou doam os pescados para outras pessoas, sem fins lucrativos. Isso geralmente acontece, quando as pessoas são consideradas de alguma forma da família.

Apesar da grande mudança e flexibilização que a pesca sofreu durante os anos, ela ainda é uma atividade pautada nos valores, crenças e tradições familiares. Estes processos de reprodução dentro das sociedades ribeirinhas, não ocorrem somente porque os indivíduos (pescadores) se relacionam e pensam o mundo, mas pelo dinamismo e eficácia de forças sociais ativas, ou seja, “a sociedade não é um ser nominal e de razão, mas um sistema de forças atuantes, e a eficácia das ideias e crenças precisam ser incluídas nas reproduções das sociedades”. (PEIRANO, 2001, pg. 92).

Os gestos, as palavras, os signos e significados geram representações sociais que atuam como forças que dão sentido, identificação, pertencimento, linguagens e códigos morais ao grupo social. Com a pesca, as forças atuantes perpassam os instrumentos utilizados, assim como, o conhecimento adquirido e vivido por cada pescador.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca nas corredeiras do São Francisco ou do Velho Chico como era chamado em tempos de grandes cheias e farturas é uma atividade legítima ainda que proibida. Todos os dias quando os pescadores se arriscam para pescar, eles reafirmam a legitimidade deste “território” através da importância que esta atividade representa em suas vidas.

A pesca como rito pode ser compreendida através de diversas esferas: pré-liminaridade, uma liminaridade e uma pós-liminaridade características da presença de um símbolo dominante.

A pesca por si só, é uma atividade antiga, que em tempos remotos guiava uma economia, o tom de um povo. Uma prática de trabalho das mais tradicionais entre os povos ribeirinhos locais. Atualmente, a pesca continua sendo uma atividade comercial, de vivências, de lucratividade, e também de dificuldades.

Os pescadores não pescam por pescar. *Pescam porque gostam, porque precisam, porque sabem.* Esta seria a maior diferença do grupo social de pescadores de Buritizeiro – MG. Através de saberes como estes, os pescadores construíram uma territorialidade dentro e fora do São Francisco. O fato de cada pedra ter um nome é a maior prova de que o rio se tornou território e territorialidade.

Para quem fica a olhar os pescadores em atividade, a dúvida intrigante de como conseguem *andar* pelo rio, como conseguem se equilibrar dentro das fortes águas que envolvem o São Francisco. Para quem conhece a realidade, *“Eu cresci dentro do rio, sei andar ne tudo. Hoje não pesco mais...mais sei onde fica cada coisa, cada pedra...quando acordo vou olhar o rio todo dia...me acalma”*(Depoimento do pescador Edim em entrevista – Abril de 2013). Conhecimento, estilo de vida.

Cada pescador possui uma história, uma luta, um dilema. Quando entram no rio para pescar, eles vivem intensamente o momento da pesca, independente do que os espera em cima do barranco. Para isso, responsabilidade, representação social.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas; Papyrus, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos..* Editora cidade, 2010.





- DIEGUES, Antonio C; ARRUDA, Rinaldo S.V. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Ministério do meio Ambiente, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 1989.
- GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis. Editora Vozes LTDA; 1978.
- LEACH, Edmond R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LITTLE, Paul. *Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: 2004.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Princípio da Reciprocidade; 2003.
- NOVA, Paulo Bastos Boa. *Guia do Pescador*. CEMIG. Belo horizonte.
- PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. *Travessias – Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas*. Tese de doutorado. UFU, 2009.
- PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A região mineira do Nordeste – Grande Sertão*: Trabalho apresentado no XVIII Nacional de Geografia Agrária – Rio de Janeiro – 06 a 09 de Novembro de 2006.
- PAULA, Andréa Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. *Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil*. In: VII Congresso latino americano de sociologia rural-Associacion latinoamerciana de sociologia rural, Quito: Eguador, 2006, anais.
- PEIRANO, Marisa. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Relume Dumará. Rio de Janeiro; 2001.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*, 1979.
- THÉ, Ana Paula Glinfskoi. *O Conhecimento Ecológico, Regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto Médio São Francisco – MG*. 2004.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.



## **A HISTÓRIA DO MORRO DO HOSPÍCIO (SÃO FRANCISCO DO SUL): PRIMEIROS PASSOS DO ESTUDO NA PERSPECTIVA DA CULTURA MATERIAL**

BANDEIRA, Dione da Rocha

Professora do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Univille  
*dione.rbandeira@gmail.com*

BORBA, Fernanda Mara

*Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Univille*

ALMEIDA, Graciela Tules de

*Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Univille*

119

### **RESUMO**

O sítio arqueológico Morro do Hospício (Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa, São Francisco do Sul, Santa Catarina) foi objeto de uma pesquisa realizada pela Universidade da Região de Joinville (Univille) com o intuito de estabelecer seus limites e as áreas de maior concentração de materiais arqueológicos, bem como produzir informações sobre as ocupações antigas e as mudanças ocorridas ao longo do tempo no local. A partir do diálogo entre a cultura material, os documentos e depoimentos orais foi possível entender de que modo o espaço e suas diferentes funções integrou o território e a paisagem da antiga vila e depois cidade de São Francisco do Sul. Acredita-se que a cultura material revela sentidos, pois é fruto das relações sociais e identitárias, dos significados atribuídos no (ao) tempo e no (ao) espaço pelos indivíduos, a partir de intenções construídas cotidianamente.

**Palavras-chave:** Cultura material, Arqueologia histórica, São Francisco do Sul.

### **ABSTRACT**

The archaeological site of Morro do Hospício (located at Municipal Ecological Park Celso Amorim Salazar Pessoa, São Francisco do Sul, Santa Catarina) was a subject of study in a research conducted by Universidade da Região de Joinville (Univille) in order to establish its limits and the areas of greatest archaeological materials concentration, as well as to produce information about ancient occupations and changes over the time. Based on the material culture, documents and oral testimonials it was possible to understand how the area and its different functions was incorporated in the territory and the landscape of the old São Francisco do Sul town. The material culture is the result of social and identity interactions, revealing the meaning attributed to time and space by individuals from their daily constructed intentions.

**Key-words:** Material Culture, History Archaeology, São Francisco do Sul.

O Morro do Hospício é uma área situada no Centro Histórico de São Francisco do Sul, Santa Catarina, entre as ruas Fernandes Dias, Quintino Bocaiuva, Manoel Lourenço de Andrade e Rafael Pardino (Figura 1) com 16.500 m<sup>2</sup>, aproximadamente. O Centro Histórico, constituído de casario que remonta ao período colonial, foi tombado em 16 de outubro de 1987 pelo Iphan



(processo de tombamento n. 1.163-T-85/SPHAN), inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (fl. 50 à 55, n. 101) e Histórico (Volume II, fl. 2 à 5, n. 518).

Durante o processo de tombamento foram feitos estudos pela historiadora Marcia Regina R. Chuva e pelo arquiteto José Simões de B. Pessoa, profissionais do Iphan na época, a partir dos quais afirmam a importância da pesquisa arqueológica no Morro do Hospício e ainda que os remanescentes presentes no local, naquele momento, seriam do prédio

mais significativo. [...] Só nos restaram fotos antigas de suas ruínas; o crescimento da vegetação do morro nos impede de saber, pelas fotos atuais, o estado em que estão seus vestígios. Deve-se através da necessária **pesquisa arqueológica** conseguir o resgate de maiores informações, pois pertenceria a **tipo mais importante de edificação religiosa denotada pela preocupação de uma implantação que o destacasse do conjunto** (BRASIL, 1986, p. 17-18) [grifo nosso].

Figura 1 – Localização do sítio arqueológico Morro do Hospício (azul) no Centro Histórico de São Francisco do Sul (vermelho)



Fonte: Google Earth adaptado por Alves (2014).

Entre as informações conclusivas, os técnicos inserem o Morro do Hospício, juntamente com os morros do Rádio e da Caixa D'Água, na proposta de tombamento e de delimitação do Centro Histórico (BRASIL, 1986, p. 20).



Devido à antiguidade e presença de ruína de antiga igreja, o Morro é considerado um sítio arqueológico histórico. Com o projeto de criação de Parque Municipal na área, foi necessário realizar prospecção arqueológica cujos objetivos foram: delimitar o sítio e os locais de concentração de materiais arqueológicos, levantar informações históricas, e avaliar os impactos causados pelas obras do Parque, iniciadas antes da finalização dos estudos arqueológicos. As metodologias empregadas no estudo envolveram levantamento de: (1) vestígios arqueológicos acima e abaixo da superfície, valendo-se de caminhamentos e sondagens sistemáticos; (2) informações sobre a história do centro histórico e do Morro do Hospício, a partir da revisão da literatura; (3) documentação textual, iconográfica e oral e (4) topográfico cadastral com a locação das sondagens e evidências identificadas. O mapeamento topográfico foi realizado com escâner a laser, equipamento que permite a projeção de imagem 3D a partir de pontos topográficos registrados. Também se fez análises preliminares de laboratório dos materiais coletados. As fontes documentais (textuais e orais) foram pesquisadas nos acervos do Arquivo Histórico de Joinville, do Museu Histórico de São Francisco do Sul, e do Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul), da Universidade da Região de Joinville, e ainda através de entrevistas com moradores da cidade.

O projeto de prospecção foi realizado pela Univille a partir de contrato de prestação de serviço firmado com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul que prevê ainda a escavação arqueológica do sítio a realizar-se tão logo o Iphan emita parecer sobre o relatório da prospecção. Para além do interesse na caracterização do sítio tendo em vista o empreendimento, o projeto teve como objetivo responder as seguintes questões: quais os tipos de ocupações se sucederam no Morro do Hospício: hospedaria, igreja e cemitério? Como as mudanças ocorreram ao longo do tempo e de que modo o espaço e suas diferentes funções integrou o território e a paisagem da Vila e depois cidade de São Francisco do Sul?

A partir do projeto urbanístico concebido e executado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e Programa Monumenta, do Iphan, foram implantados “passeios, espaços arborizados e vegetação paisagística, decks de contemplação, ilhas de descanso além de um edifício sede de apoio ao receptivo e administrativo do parque” (Memorial Descritivo 3 Cadernos de Encargos – Parque Ecológico Municipal - 2012, p. 2). Além das estruturas citadas, o projeto também contemplou obras de drenagem da elevação e iluminação.

São Francisco do Sul é a cidade mais antiga de Santa Catarina, reconhecida como Vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco em 1660 (PEREIRA, 1984: 43). A despeito de



relatos sobre o povoamento da baía da Babitonga ainda no século XIV, o mais provável é que as primeiras famílias, lideradas por Manoel Lourenço de Andrade, tenham aqui se estabelecido por volta de 1658. De acordo com Cabral, São Francisco foi a primeira fundação estável criada na costa catarinense, limitada ao norte com o *Têrmo da Vila de Paranaguá*, pela parte austral da baía de Guaratuba; e, ao sul, com o *Têrmo da Vila de Laguna*, pela parte norte da enseada das Garoupas (CABRAL, 1968).

Para assegurar a posse da região, foram concedidas sesmarias na ilha de São Francisco e continente, cabendo a Manoel Lourenço de Andrade a área da vila até as Laranjeiras,

ficando-lhes ao lado as de Luis Rodrigues Cavalinho [seu genro], que se alongavam, como aquelas, até o mar grosso, compreendendo a lagoa Acaraí. Neste período, também foram cedidas sesmarias em Iperoba, Península do Saí [para Antônio Francisco Francisques], Rio Parati [para Francisco Alves Marinho], Ilha do Mel [para Vicente Arriolos], Rio Pinheiros - além de outros mais, pelas vizinhanças (CABRAL, 1968, p. 35).

### **Morro do Hospício: a Capela São José, o Hospício e o Cemitério**

Distante da Igreja Matriz 50 braças – cerca de 110 metros –, a história do Morro do Hospício teve início em 1681 com a edificação de uma capela sob a invocação de São José a partir da iniciativa de Isabel da Cunha que, segundo Pereira (2004), era viúva de Sebastião Alves Marinho, um dos povoadores da então Vila de São Francisco. Posteriormente, com a fundação da Ordem Terceira da Penitência do Padre São Francisco, a capela foi requerida, segundo uma certidão de:

10 de setembro de 1751, pelo vigário João Batista de Azevedo, de acordo com o livro de Tombo da matriz e o requerimento da mesma Ordem, – que essa capela não tinha patrimônio e fora feita pela fundadora, à custa de sua fazenda, sem licença do Ordinário; era de pedra e cal, e então só possuía um ornamento usado, sendo os demais roubados pelos piratas [...] (PEREIRA, 2004, p. 131).

A Ordem Terceira da Penitência teria sido fundada em 1221 por São Francisco de Assis, sendo responsabilidade do Papa Leão XIII em codificar seus princípios e regras (ALEXANDRE, 1972). De acordo com o Frei Basílio Rower, a instituição teria chegado no Brasil por volta de 1700 e, em São Francisco do Sul, entre 1733 e 1751, período da concessão do Morro do Hospício (ALEXANDRE, 1972, p. 46). Com a permissão do Ouvidor Geral Porto Carreiro, em 1752, a capela foi incorporada ao patrimônio da Ordem que, dois anos depois, foi





nomeada e instituída sua administradora perpétua. Nesse mesmo ano a Câmara havia concedido o Morro do Hospício, passando à Ordem a carta de data de 1752. Ali “propunha-se reparar e conservar e [...] fazer seus exercícios espirituais e sua festa anual para bem e salvação das almas” (PEREIRA, 2004, p. 131). Três anos depois, em 1755, D. Frei Antônio do Desterro, então Bispo do Rio de Janeiro e membro do Conselho de S. M. Fidelíssima, “fazia graça e doação para sempre de tal capela de S. José” (ALEXANDRE, 1972, p. 46 e PEREIRA, 2004, p. 131) aos religiosos.

Com o tempo, a capela foi destruída para dar lugar à construção de um templo maior, levantando-se apenas as paredes laterais, o arco cruzeiro e a parede do fundo (COELHO, 1877 *apud* PEREIRA, 2004, p. 131). Além da ampliação da igreja, mandada edificar por Isabel da Cunha, a Ordem também teria construído uma residência – em local não especificado – para os religiosos considerando que o Governo da Metrópole não permitia no período a construção de conventos (ALEXANDRE, 1972, p. 46). De acordo com o pesquisador Ozório, em 1783, a Capela ameaçou ruir, fazendo com que os frades mudassem de local: “diz-se que tal mudança [sendo os frades retirados entre 1796 e 1797] gerou certa decadência na instituição em nossa cidade, situação que estendeu-se [sic] até o final do século 18, quando houve uma desestruturação em geral da ordem no sul do país” (OZÓRIO, 2011, p. 18).

Registros sobre o Morro do Hospício no início do século seguinte foram feitos pelo viajante francês Saint-Hilaire, quando visita a região em 1820, percorrendo sobre a vila e mencionando a área:

A vila de S. Francisco tem, mais ou menos, a forma de um quadrilátero, mais largo nas margens do canal que nos outros lados. Ela se acha comprimida entre dois morros de altura desigual: o mais elevado, situado à leste, denomina-se Morro da Vila, e é coberto de mata virgem, e o outro, chamado Morro do Hospício, ao norte da enseada, é revestido de relva e espinheiros, terminando num terrapleno onde existem as rumas de uma igreja e algumas paineiras, cujas folhagens, sacudidas pela mais leve aragem, contrastam com a imobilidade das florestas circunjacentes (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 84).

Anos depois, segundo Alexandre (1972) e Pereira (2004), o Coronel Francisco de Oliveira Camacho, no momento em que era deputado da Assembleia Legislativa Provincial, obteve em 23 de abril de 1839, uma resolução que concedia licença para os devotos do Hospício reedificarem a igreja e reorganizarem a Ordem Terceira com a obrigação de lhe anexar um hospital. Assim





[...] ficariam pertencendo os legados pios não cumpridos, deixados por pessoas do município, e o produto da taxa sobre a matrícula dos marinheiros das embarcações despachadas na mesma cidade (São Francisco do Sul).” Mas “o prestimoso cidadão parece ter se achado só ou encontrou obstáculos insuperáveis para levar a efeito a execução da Resolução, por cuja promulgação se empenhara (PEREIRA, 2004, p. 132).

A Assembleia Legislativa mandou então recolher em benefício do Imperial Hospital da Capital da Província, uma importância já em depósito da arrecadação da taxa dos marinheiros citados e que, pelo documento, se destinava à manutenção do hospital que se fundaria na vila de São Francisco do Sul.

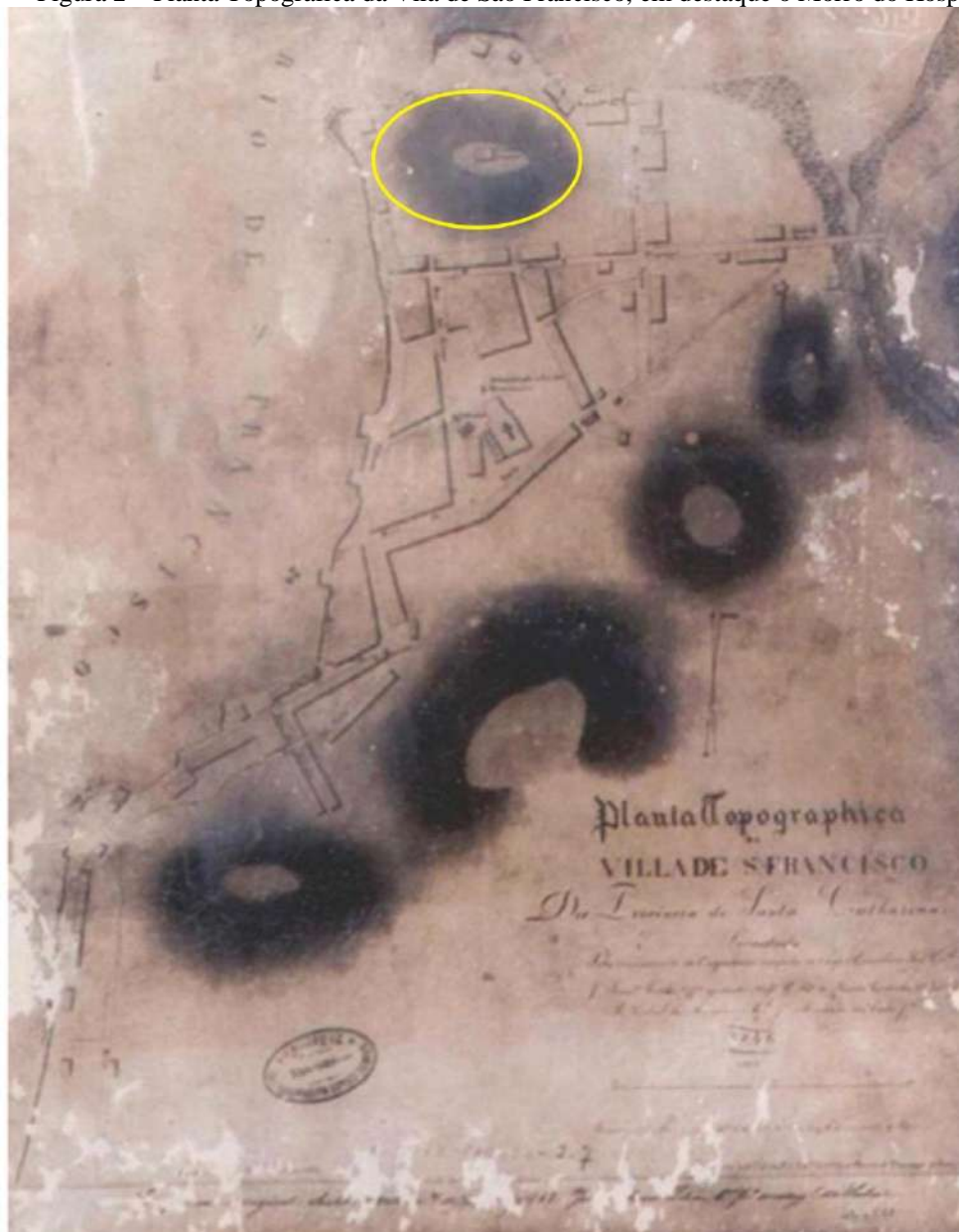
Nesse período, mais precisamente em 1846, é possível visualizar a representação do Morro do Hospício, com indicação das construções na época na planta topográfica de mesma data (Figura 2). De acordo com Pauli (2010), o centro da cidade foi

implantado sobre pequena elevação [apresentando], portanto, uma malha reticulada relativamente regular, mas não de modo ortogonal, em xadrez, característica que se seguiu nas áreas de ocupação mais recentes. A conformação entre morros e o mar deu ao sítio [o Centro Histórico] ambiência excepcional e forte centralidade quanto ao núcleo urbano, que atualmente ainda se faz presente. Essa especificidade é reforçada pela existência do porto, hoje a principal atividade econômica de São Francisco do Sul, ligando todo o desenho da cidade a sua orla marítima (PAULI, 2010, p. 45).

Segundo esta autora, o Morro do Hospício, assim como os demais e o mar, permitiu que essa região fosse resguardada, sendo estes também apontados como elementos importantes no momento do tombamento do Centro Histórico, discutido mais a frente.



Figura 2 – Planta Topográfica da Vila de São Francisco, em destaque o Morro do Hospício.



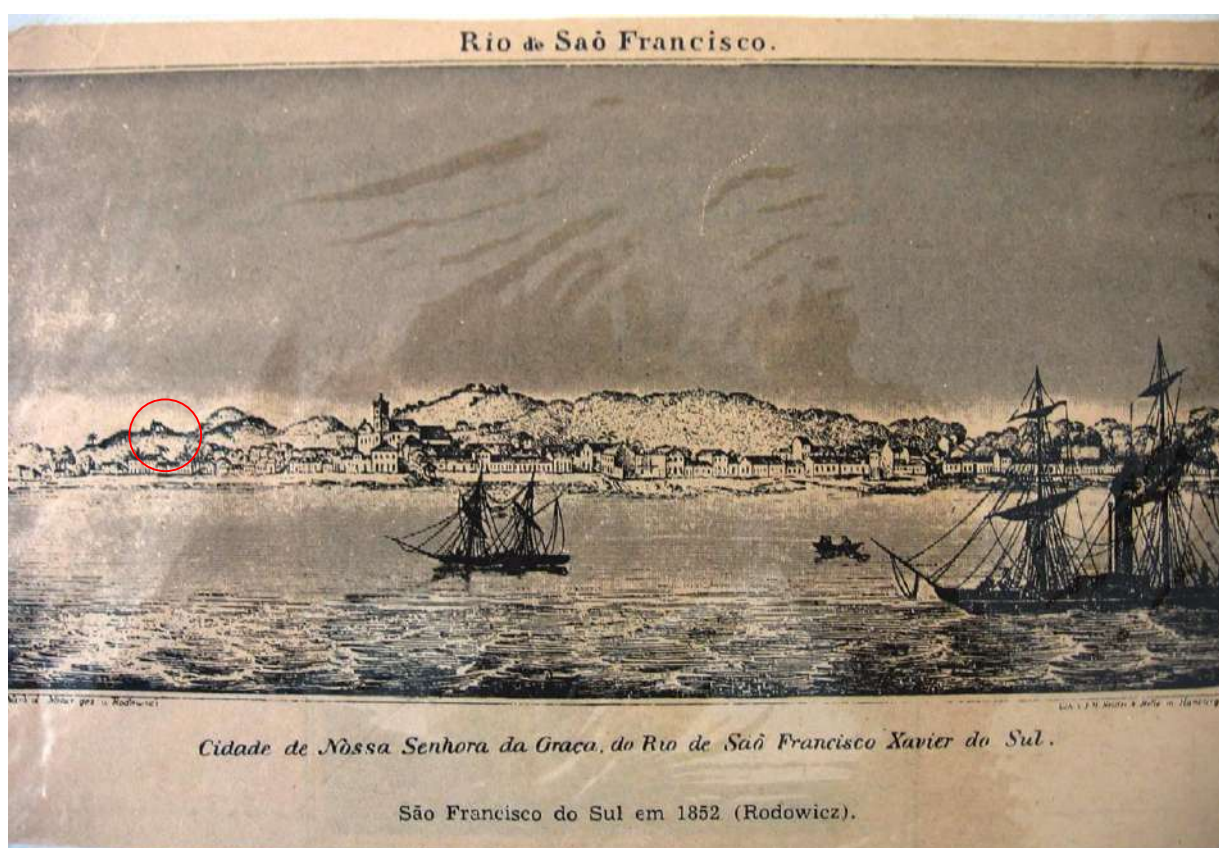
Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul (1846).

A Ordem, responsável nesse momento pelo Morro do Hospício, foi, porém, reorganizada somente em 1859 e quatro anos depois (1863) esta voltou a se interessar pela conclusão da obra. De acordo com Pereira (1984), os estatutos da Ordem foram aprovados em 2 de outubro de 1859, segundo o registro da placa mandada colocar na entrada do novo edifício do Hospital, sendo essa data considerada a da fundação da aludida casa de caridade (PEREIRA, 2004, p. 133).



A respeito da capela, ainda nesse período, tem-se o olhar do imigrante prussiano Theodor Rodowicz-Oswiecimsky que escreveu a obra *A Colônia Dona Francisca no Sul no Brasil*, relatando suas experiências como imigrante da antiga colônia (atual Joinville), local onde aportou em 1851. No relato desse estrangeiro, encontram-se informações e gravuras da Colônia, mas também da Vila de São Francisco, destacando-se na obra a mais antiga paisagem desenhada da cidade, registrada em papel (Figura 3).

Figura 3 – Cidade de São Francisco do Sul e Capela de São José (detalhe) em 1852.



Fonte: Rodowicz (1852).

Na imagem é possível visualizar a pequena capela de São José, com uma torre central e sua abertura principal voltada para oeste, com uma tipologia construtiva bem diversa daquela apresentada em fotografias posteriores. A cidade, de acordo com a gravura de Rodowicz, apresenta igualmente inúmeros prédios, mostrando que naquele momento já passava por um período importante de desenvolvimento.

A Ordem, nesse momento organizada, voltou, em 1963, a se interessar pela continuidade da construção da igreja, porém dada a impossibilidade de tal ação a partir somente de doações,



tomou um empréstimo, deliberado em Assembleia Geral, em juros, ao cofre de Nossa Senhora da Graça, uma quantia de 1: 100\$000 (conto de réis), solicitando ao Dr. Corregedor da Comarca a autorização necessária, justificando:

Que estava a Ordem construindo no Morro do Hospício a sua capela, a qual já se achava em estado de cobrir-se; acontecia, porém, não poder fazê-lo por falta de meios pecuniários; e, como essa demora da cobertura podia trazer graves prejuízos à obra já feita, resolvia, por semelhante motivo, em sessão magna, tomar por empréstimo a importância cima, ficando a Ordem obrigada por seus havidos e por haver (Livro de Atas do Hospital *apud* PEREIRA, 2004, p. 132).

127

No ano seguinte, quando a parede frontal estava quase pronta, sucede a mesma partir-se, bem como a do lado do norte, tendo os pedreiros declarado que era necessário “demolir tudo quanto se achava partido, isto é, a frente e uma parte do lado, para ser edificado de novo, engrossando-se a parede da frente mais do que a que existia” (PEREIRA, 2004, p. 132). As obras foram sustadas até ulterior deliberação da Mesa Administrativa tendo esta, em sessão em 29 do mês de fevereiro, concordado com o parecer dos trabalhadores. Porém, devido a problemas financeiros e com a própria estrutura já feita (que sofreu várias rachaduras), a construção não pôde ser concluída, ficando as paredes preservadas até a década de 1920.

O nome Morro do Hospício, segundo os levantamentos de Alexandre (1972) e Silveira (s.d.), foi adotado em função de que no passado, o termo “hospício” também era utilizado para denominar locais onde se tratavam doentes e necessitados, bem como residências eclesiásticas (que prestavam ações de caridade).

## OS ENTERRAMENTOS

Outro ponto a ser mencionado a respeito do local são os enterramentos de escravos e homens livres feitos na capela entre 1783 e 1825, registrados nos livros de óbitos da freguesia (JOINVILLE, 1783-1825), que totalizam 65 pessoas – 24 cativos e 41 livres.

A prática do enterramento de fieis no interior das igrejas iniciou, na Europa, no século VIII, perdurando até ao século XIX (CARVALHO, 2003 *apud* ALVES, 2013), sendo a religião católica a instituição de regulamentação da vida das sociedades pretéritas. O fiel era a todo tempo lembrado da sua característica finita do ser e do temor do inferno e, segundo Galvão (1995 *apud* MACEDO, 2011, p. 38), com base neste temor, a Igreja determinou o comportamento e a prática cotidiana a ser seguida pelos seguidores. O sepultamento em local





sagrado era considerado condição fundamental para a salvação da alma do indivíduo. Os sepultamentos *ad sanctos* (no interior da edificação, em locais próximos de santos e suas relíquias, altar dos sacramentos, sob as pedras da nave ou do claustro), permitiam que o morto fosse lembrado constantemente em sua comunidade. Porém, a partir da transformação de novas políticas sanitárias e hábitos de higiene, pública e privada, este tipo de prática passou a ser combatida por considerarem os cadáveres como perigosos transmissores de doenças (LIMA, 1994, p. 89).

A respeito dos nomes levantados e das informações associadas, pode-se apontar que, a princípio, não havia uma distinção étnica ou social no enterramento no cemitério da Capela São José, considerando que ali foram alocados escravos e suas parentelas bem como indivíduos de famílias importantes como os Gomes de Oliveira, Oliveira Camacho e Miranda Coutinho. Por outro lado, não se sabe a localização dos sepultamentos desses indivíduos – um dado importante para a tessitura de comentários sobre distinção e *status* social. Os registros-apontam que, entre 1804 e 1806, não houve enterramentos de indivíduos livres, somente de cativos. A única informação recuperada nos registros eclesiásticos é a menção de dois escravos no adro da capela.

## OS OUTROS USOS E A DESTRUIÇÃO

Segundo os levantamentos de Teixeira e Lima (2003), muitas gerações, na sua infância, brincaram junto às ruínas ora desaparecidas, da Igreja de São José. E com o decorrer do tempo, essas ruínas foram se envolvendo em lendas, nas quais figuravam aparições de frades, tesouros enterrados e subterrâneos misteriosos (TEIXEIRA; LIMA, 2003, p. 6). De acordo com Ozório (2011, p. 18), histórias descrevem um longo túnel que ligaria a Igreja Matriz ao local da antiga capela e tesouros enterrados. Existe uma outra que conta sobre um homem negro, chamado Thiago, que juntamente com sua grande família, residia no morro, suscitando dúvidas e temores nas pessoas. Esse,

apesar de ser conhecido como um sujeito de bom coração, Thiago era muito esquisito, a respeito do qual muito se falava, inclusive que o negro velho tinha ligação com os seres das trevas, outros afirmavam que às sextas-feiras, em noites de Lua Nova, Thiago ficava invisível, em frente sua velha cabana o enxergando-se apenas a brasa de seu cachimbo de barro (fato compreensível numa noite escura...). Outros acreditavam que o próprio Thiago que derrubava os arcos, outros achavam que estes acontecimentos eram obras de fantasmas (OZÓRIO, 2011, p. 18).



Em janeiro de 1913, a propriedade passou a pertencer ao Doutor Abdon Batista, comerciante, e sua mulher Augusta de Oliveira Batista, moradores de Joinville pelo valor de 80 contos de réis (Alexandre, 1972, p. 46) (Livro 3-B de Transcrição dos Imóveis). Em março do mesmo ano, o local foi vendido para a Companhia Brazil Railway pelo valor de 80:000\$000 (conto de réis) (Livro n. 3-E de Transcrição de Imóveis) que, naquela época, se referia a um terreno com 42.000 metros quadrados, denominado Morro do Hospício, e suas respectivas faldas e bases.

Naquele período, segundo Silveira (s.d.), era ainda possível visualizar os antigos caminhos do Morro do Hospícios e

Alcançar as largas e vetustas paredes de pedra, sem reboco, entre cujas fendas, grossas raízes de figueiras e aroeira firmavam ramos virentes, em constante fardalhar à passagem da viração. Na encosta do morro se notam ainda vestígios da sinuosa estrada que pela parte sul, conduzia à branca e modesta capelinha. Outra levava em sentido oposto, à fonte, antigamente conhecida por Fonte dos Frades, localizada a margem da hoje rua Quintino Bocaiuva, no lugar onde hoje estão os armazéns da firma Hoepcke (SILVEIRA, s.d.).

Segundo os estudos do Iphan (1986), a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com ramal São Francisco do Sul-Porto União, foi iniciada em 1905, fazendo parte do processo de integração das regiões do norte do Estado. Com isso

a vida econômica do município desloca-se definitivamente para a Baía Babitonga, o porto de São Francisco torna-se o entreposto do “hinterland” norte catarinense e, os remanescentes da agricultura passam a trabalhar na estiva (BRASIL, 1986, p. 10)

A Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande vendeu o imóvel por meio de compra e venda feita para a Superintendência da Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, com sede na Capital Federal, em setembro de 1913 (Livro 3-B de Transcrição de Imóveis). A partir de 1917, a Companhia Brazil Railway e suas subsidiárias entram em regime de concordata, suas atividades são encampadas e passam ao controle da União exceto a Southern Brazil Lumber e Colonization Company, que sobrevive até 1938, quando é finalmente estatizada no governo Getúlio Vargas.





De acordo com Pereira (2004), o arrasamento das velhas paredes da igreja de São José se deu com o pretexto que as ruínas davam à cidade uma impressão de decadência. Foi durante a gestão da Administração Municipal do Superintendente Municipal Dr. Eugênio Muller que, em 1921, foram demolidos os lendários paredões. Nas palavras de Silveira, com a destruição, “privou-se lamentavelmente, às gerações porvindouras, admirar aquele marco, para nós verdadeira relíquia, que bem sintetizava [*sic*] o trabalho, a tenacidade e principalmente, a fé dos nossos avoengos” (SILVEIRA, s.d.) (Figura 4).

Figura 4 – Ruínas da Capela de São José.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul (s.d.).

A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, no momento representada por seu superintendente, Doutor Mario Pires, médico brasileiro que residia na capital, vendeu a área para Roberto Armando Hartmann Robaina, comerciante, e sua esposa Edna Ramos Robaina, do lar, em dezembro de 1957 (Livro 3-I de Transcrições das Transmissões). O local, por sua vez, foi vendido por Roberto Armando Hartmann Robaina, e sua esposa, em outubro de 1966 para Celso Amorim Salazar Pessoa, comerciante brasileiro da cidade (Livro 3-M de Transcrições das Transmissões).

A transformação de área privada para pública iniciou em 2010, quando a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul comprou o terreno do Morro do Hospício da família de



Celso Amorim Salazar Pessoa, a partir de seu espólio. De acordo com o processo, a área se referia, naquele momento a:

uma Gleba de Terras, denominada lote n. 15 (quinze), situada no centro e zona urbana dessa cidade, abrangendo o Morro do Hospício, contendo dita gleba a área total de dezenove mil, oitenta e seis metros e noventa e oito (19.086, 98 m<sup>2</sup>) centímetros quadrados, de forma irregular, e limita-se pelas divisas dos fundos dos prédios situados nas ruas Babitonga, Joinville, Armada, Rafael Pardino, Fernandes Dias e Vigário Benjamin Carvalho, tendo acesso por quatro estradas, indicadas em plantas, conforme se verifica na planta na escala 1:500, que fica fazendo parte integrante desta escritura, a linha poligonal desmembrada de uma área primitiva de (42.000 m<sup>2</sup>), corre praticamente na cota positiva de (10,00 m) metros (SÃO FRANCISCO DO SUL, 2010).

131

A ação de desapropriação da área movida pela Municipalidade foi feita em março de 2010, sendo o local declarado como utilidade pública para fins de desapropriação já em novembro de 2005, conforme Decreto Municipal n. 367/2005, para a implantação de um Parque Municipal Ecológico.

Posteriormente às diversas alterações feitas no Morro do Hospício, a vegetação do local foi restabelecida, não sendo mais possível visualizar nas fotografias aéreas ou ainda feitas a partir da baía as ruínas das antigas construções ali implantadas.

### **Resultados preliminares a partir da análise arqueológica dos vestígios materiais**

O Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral demonstrou que há uma concentração de restos de alvenaria na parte mais elevada da área. Constituída predominantemente de pedras, argamassa, reboco e tijolos é possível, em pelo menos dois pontos, identificar, entre os escombros, alinhamento que pode ser parte do baldrame da antiga construção sugerindo que a sua frente estaria voltada para oeste, em direção à Baía. Planta de 1846 e análise de fotografias acessadas remetem a uma construção retangular, com maior dimensão no sentido oeste-leste. Também a pintura de Rodowicz (apresentada acima) retrata a frente de uma “igreja” voltada para oeste, embora em sua representação da estrutura apareça apenas uma torre central, divergindo de imagens posteriores.

O levantamento também permitiu observar na porção leste da parte mais elevada a ausência destas estruturas e uma área plana que pode ser o resultado de deslocamento de



materiais, possivelmente com maquinários, como preparação da área para outra ocupação ou construção conforme foi levantando em entrevista (MUSSE, 2013).

As prospecções apontaram alguns pontos com concentrações maiores de materiais que podem ser entendidos, num primeiro momento, como locais de descarte (lixeira) ou que sofreram menos intervenções ao longo dos anos. A maioria está para o mesmo lado da área - leste e sudeste. Há um ponto de sondagem, que é um dos que apresentaram mais materiais, que se situa do outro lado da ruína, a noroeste. Esta pode indicar um local de descarte de uma das antigas ocupações da área já que está distante da parte que parece ter sofrido maior intervenção e aos fundos da antiga Igreja.

O material mais abundante nas coletas foi o construtivo, perfaz 81% do total. Isto vai ao encontro dos dados históricos que informam as diferentes construções e reconstruções da capela. Além da função religiosa, as informações remetem à residência de religiosos e hospedaria no local, por um período estimado de 45 anos (entre 1752-1797), o que aponta possibilidade de se localizar vestígios desta edificação bem como materiais associados ao cotidiano doméstico. Os materiais em geral associados a este contexto são louça de barro, louça branca ou industrial (porcelana), vidro, metal, carvão e ossos de animais.

Os fragmentos de louça de barro foram identificados em maior quantidade a sudeste/leste da área, local que acreditamos ser os fundos da ruína. Também ocorrem na porção sudoeste/oeste. A louça branca ou industrial ocorreu em menor quantidade também na parte sudeste/leste da área. Os remanescentes de recipientes de vidro também foram coletados nas duas áreas com maior concentração de vestígios artefatuais.

Os ossos de animais são na grande maioria de peixes e foram identificados em maior quantidade próximo às sondagens em que ocorreram mais vestígios, a leste\sudeste da área. Algumas peças podem ser fragmentos de ossos humanos, análise mais acurada na próxima etapa do projeto deverá esclarecer esta questão. No entanto, dos locais onde estes ossos ocorreram apenas uma sondagem estaria em local plano, propício para enterramentos. Salienta-se, entretanto, que se trata de fragmentos soltos e que não foi identificada nenhuma estrutura funerária/de sepultamento.

Em relação ao carvão, aparece espalhado por toda a área indicando eventos que podem ser relacionados tanto ao preparo de alimento quanto a queima de vegetação do local. As conchas que ocorrem próximas à ruína podem ser de material construtivo, argamassa ou piso, que desagregou, já que era comum seu uso na elaboração destes materiais, ou resto de



alimentação, indicando local de refugio.

Em suma, com base na dispersão de artefatos, ecofatos e estrutura arquitetônica, além das informações documentais, iconográficas e orais, considera-se que a última estrutura com função religiosa teria um formato retangular, com a frente voltada para oeste. Vestígios materiais foram coletados majoritariamente a leste e sudeste da estrutura, tratando-se, provavelmente, de local onde teria existido outra construção e também, local de refugio secundário.

Todos estes dados caracterizam o sítio arqueológico histórico Morro do Hospício. A cultura material aqui apresentada a partir dos dados obtidos durante os trabalhos de Arqueologia, apontam para a intensa relação entre os indivíduos e o espaço ao longo do tempo, especialmente por meio das relações socioculturais que abrangem o cotidiano daqueles que pensaram e organizaram aquele lugar, considerando a cultura material como *produto*, mas também como *vetor* das relações sociais (MENESES, 1983).

Nesse sentido, a cultura material deve ser pensada como parte do universo físico, “apropriado” pelos indivíduos no âmago das relações sociais. Para Meneses (1983, p. 112), a cultura material pode ser entendida como:

aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica).

Ao pensarmos a cultura material do sítio arqueológico histórico Morro do Hospício com destaque para os fragmentos de material construtivo (81% das coletas) e dos outros materiais (louça de barro, louça branca, vidro, metal, carvão e os ossos de animais), e também a estrutura resultante das várias reformas que se deram naquele espaço, estes suscitam algumas indagações, relacionado principalmente, a própria construção da capela, fruto da iniciativa de Isabel Cunha em 1681.

Segundo Pereira (2004) a Igreja Matriz estava localizada a 50 braças, ou seja, 110 metros de distância do sítio. Considerando essa distância como relativamente pequena, nos perguntamos qual a intenção em construir uma capela no alto de um morro, estando próxima a



outra? Uma suposta explicação seria a identidade religiosa do francisquense desde o início da ocupação, de acordo com Pereira (2004, p. 113) “era preocupação máxima dos fundadores de vilas construir primeiramente a igreja, que atestaria os seus sentimentos religiosos e a sua fé ilimitada na Providência Divina, sob cuja proteção esperavam realizar o seu intento”. Atualmente, segundo dados do IBGE (2010), mais de 60% da população se autodenomina participante da fé Católica em São Francisco do Sul.

Além da religiosidade, a ocupação ou utilização de um espaço em detrimento a outro, também poderia indicar questões relacionadas a um possível “conflito social” ou mesmo ao “campo” de interesses desfrutado pelos grupos sociais.

Outra hipótese, estaria relacionada com a ocupação de um ponto estratégico na paisagem. São Francisco do Sul tem como referencial na paisagem a íntima relação com mar, suas ruas e casas foram construídas nessa perspectiva. O Morro do Hospício, faz parte de um conjunto de três elevações (além dele o Morro da Caixa D'água e o Morro do Rádio) que circundam o núcleo inicial de ocupação, podendo ser considerado um ponto estratégico, a partir do momento em que dele podemos avistar o centro urbano, a área portuária e a baía.

O estudo da cultura material e as hipóteses levantadas para desnudar os usos e significados atribuídos ao sítio arqueológico histórico Morro do Hospício, possibilitam a compreensão quanto as ocupações daquele local, que certamente, exerceu forte influência na vida dos francisquenses como marco construtivo para a cidade e também interagindo no imaginário da população local. Acreditamos que o espaço ora habitado e transformado nos fornece o aporte para a reflexão quanto as relações socioculturais, ultrapassando o meio físico e revestindo-se como um lugar simbólico.

Segunda Lima (2011, p. 21)

a cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

Consideramos essencial o aprofundamento na análise da cultura material, no intuito de desvelar as camadas de interesses que delineiam o relevo daquele espaço. Para tanto, a cultura material revela-se como vetor ativo dessa possibilidade, pois estabelece para além do objeto material as nuances no bojo das relações sociais e identitárias, seus significados atribuídos no tempo e no espaço pelos indivíduos, a partir de intenções construídas cotidianamente.



Desta forma, ao investigar o espaço social, palco das atividades humanas e onde encontramos a marca indelével da história cristalizada na espacialidade e na materialidade, teremos acesso ao espaço humanizado e as formas utilizadas para a transformação da natureza pelos indivíduos, revelando sistemas cognitivos e culturais, códigos, cheiros, representações, sabores e saberes, que constituem a nossa existência no tempo, nos espaços e lugares.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, A. *São Francisco do Sul: Ex-ilha. Terra de sonhos e tradição*. São Francisco do Sul: 1972.

ALVES, M. C. *Diagnóstico arqueológico prospectivo no cemitério municipal de São Francisco do Sul, SC*. Joinville, OAP Consultores Associados, 2013. Relatório Final.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). CHUVA, M. R. R.; PESSOA, J. *Centro Histórico de São Francisco do Sul (Estudos de Tombamento)*. Rio de Janeiro: 1986.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/search=santa-catarina|sao-francisco-do-sul>. Acesso em: 06 jul. 2014.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Do Autor, 1968.

GALVÃO, Viviane. *Religiosidade e Morte: Instrumentos do Projeto Colonial Português*. A Series Funded Through a Grant from The Conference on Historic Site Archaeology, Stanley Shouth, Publisher: The University of Shouth Carolina, Columbia, S.C., 1995.

LIMA, T. A. *Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011.

\_\_\_\_\_. *De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 87-150, 1994.

MACEDO, J. *Os nós da arqueologia: leituras da paisagem e memória na igreja de Nossa Senhora da Saúde, Rio de Janeiro – RJ*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENESES, Ulpiano B. *A Cultura Material no estudo das sociedades antigas*. *Revista de*





*História*. São Paulo, USP, n. 115, jul./dez., 1983, p. 103-117.

MUSSE, C. *Carmen Musse: entrevista* [2013]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Prospecção Arqueológica da Área de Implantação do Parque Ecológico Morro do Hospício (São Francisco do Sul).

OZÓRIO, L. A. As lendas do Morro do Hospício. CNCS Revista, São Francisco do Sul, agosto de 2011.

PAULI, R. C. S. *Representações Sociais sobre o Centro Histórico de São Francisco do Sul*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da região de Joinville (Univille), Joinville, 2010.

PEREIRA, C. da C. *História de São Francisco do Sul*. Florianópolis: UFSC, 2004.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Arquivo Histórico de Joinville. Sesmeiros da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul. Coleção Memórias da Cidade – Reprodução Documental sobre Joinville, s.d.

\_\_\_\_\_. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Registro de óbitos da Freguesia Nossa Senhora da Graça. 1781-1831.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. São Paulo: Itatiaia, 1978.

SCHAVELZON, D. *Arqueologia Histórica de Buenos Aires: la cultura material Portena de los siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Corregidor, 1981.

TEIXEIRA, A.; LIMA, P. N. P. *Levantamento Arqueológico no Entorno do Museu Nacional do Mar*. São Francisco do Sul. 2003. Relatório.



## IDENTIDADES E PATRIMÔNIO CULTURAL: O SABER-FAZER EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COLONIAIS NA QUARTA COLÔNIA-RS

GUIMARÃES, Gisele Martins  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM  
giseleguima@yahoo.com.br

137

PINHEIRO, Rogério Oliveira

### RESUMO

Realiza-se uma reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento territorial em curso na Quarta Colônia – RS, estas com ênfase nas identidades socioculturais presentes de forma intergeracional entre os atores sociais, que por meio de “saberes-fazer” específicos, acionam seu patrimônio cultural em atividades produtivas. Estas expressas em atividades de agro industrialização artesanal de alimentos como importante mecanismo de reprodução socioeconômica dos agricultores ali presentes. Por meio de pesquisas bibliográficas, entrevistas e aplicação de questionário semiestruturado aos produtores identifica-se os diferentes sistemas produtivos de alimentos coloniais em curso no território, suas limitações e potencialidades no que se refere a manutenção do *saber fazer* expresso nos produtos como elemento de diferenciação destes, no mercado.

**Palavras-chave:** Identidades. Território. Saber-Fazer.

### ABSTRACT

Carried out a study of the spatial development strategies underway Wednesday in Cologne - RS, with emphasis on these sociocultural identities gifts intergeracional form among social actors, who through "know-how" specific, trigger their cultural heritage in productive activities. Expressed in these handmade industrialization of food activities as an important mechanism for socioeconomic reproduction of farmers present. Through literature searches, interviews and semi-structured questionnaire to producers identifies the different production systems of colonial foods pending in the territory, Strengths and limitations regarding the maintenance know-how embodied in the product as an element of differentiation of these in the market.

**Key – words:** Identities. Territory. know-how.

## IDENTIDADES COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: INTRODUZINDO A ABORDAGEM ANALÍTICA EM QUESTÃO

Em tempos atuais, onde a maioria das pessoas parece fazer e consumir as mesmas coisas, a manutenção da cultura e da história pode ser o diferencial para a identificação dos diferentes grupos sociais. A partir da constatação dessas mudanças comportamentais, que vão



se formando cada vez mais rápido, há um crescimento na busca de informação sobre o passado e sobre os bens que dão condição à existência dos diferentes grupos que compõem a sociedade, fazendo aumentar a lista de patrimônios materiais e imateriais, respectivamente, que representam a cultura.

Neste sentido, buscando dar sentido de especificidade ao lugar, temos o conceito de território, que dentro de seu propósito pode ser considerado uma referência globalizante, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento à pretensão uniforme da ideia de globalização (GEHLEN e RIELLA, 2004).

Cabe ressaltar, que dentre os vários sentidos que o conceito carrega, destacam-se, para este artigo, aqueles auferidos pela Sociologia que o entende como espaço de ação coletiva, construído a partir de seus atores sociais. Sob esta concepção, o conceito de território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir dos indivíduos produz sobre a “base física” em que vivem (SCHNEIDER, 2004). Surge, portanto, como “[...] resultado de uma ação social, que de forma concreta e abstrata, se apropria de um determinado espaço (tanto física como simbolicamente) sendo por isso denominado de construção social.” (FLORES, 2006, p. 4). Assim, o recorte territorial como unidade de planejamento para o desenvolvimento, oferece chances de inclusão do particular no global por meio da valorização e aprimoramento de potencialidades locais e ou regionais, proporcionando apropriação e visibilidade do espaço construído pela ação social dos diferentes atores.

Os atores sociais com base em suas identidades dão sentido às suas vidas, por isso, o cotidiano em que estão inseridos, bem como os significados de suas ações, oferece dinâmicas complexas a serem analisadas, porque, como espaço de construção social, a sua conjuntura é condicionada por uma série de normas e valores culturais que, presentes entre os atores, passam a assumir papel de destaque no âmbito de suas motivações. Nestas, ocorre o sentimento de pertencimento de seus atores ao espaço de ação coletiva, criando-se laços de solidariedade entre eles, por meio de identidades, socioculturais e profissionais, partilhadas (BRUNET, 1990).

As identidades socioculturais remetem o indivíduo a uma condição de existência privada, expressa por relações interativas com o seu universo social, demarcado culturalmente por um conjunto de valores, cultura, hábitos ou condições de semelhanças. Por sua vez, as



identidades socioprofissionais referem-se a um conjunto de significações e interesses atribuídos a fatos ou demandas específicas de grupos de atores sociais que partilham de objetivos em comum. As atividades profissionais, bem como as profissões formalizadas, são exemplos de condições de identidades socioprofissionais estabelecidas entre atores, que se auto reconhecem como semelhantes, a partir do trabalho, partilhando interesses e significações.

Tem-se que as identidades ganham sentido como orientadoras das ações territoriais, mobilizando dinâmicas e resultados em torno de significações, dando, assim, sentido de lugar às comunidades (SANTOS, 2002). Sob este aspecto, materializam-se, por meio de expressões sentimentos, valores, cultura e trabalho, como forma de demarcação de suas experiências.

No entanto, é importante esclarecer que a cultura à qual a identidade se reporta não é algo estanque no tempo, nem marcada exclusivamente pela ideia de se voltar os olhos para fatos ou valores dados somente pelo passado, mas algo que se configura por um processo contínuo de transformações dadas pelas relações sociais e pelas suas significações.

O conceito de identidade, como um código local, material e cognitivo é produto social da territorialização e se constitui no patrimônio cultural de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A ideia de patrimônio cultural remete à riqueza construída e transmitida, de geração para geração, como o legado que influencia a identidade dos indivíduos e grupos sociais. Assim sendo, a identidade surge como uma construção cultural de artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, sistemas de produção, etc, sendo construída a partir de subjetividades individuais e coletivas relacionadas a sentimentos de pertencimento territorial, ocorrendo, aí, um forte vínculo dos atores sociais com o espaço onde estão inseridos, que se reconhecem a partir de sua territorialização num determinado lugar, o que inclui suas atividades produtivas.

Dessa forma, enquanto estratégia para o desenvolvimento, o reconhecimento das potencialidades locais pode maximizar dinâmicas produtivas territoriais específicas dotadas de singularidades, promovendo uma re-localização do lugar e de suas funções, por meio do território e das suas identidades, explicitando uma valorização do cotidiano e de seus significados como forma de viabilização de iniciativas, por exemplo, rurais (SCHNEIDER, 2004), o que inclui a preservação do patrimônio cultural existente e ainda estratégias de valorização de seus produtos, bem como suas formas de fazer, atualmente esquecidas ou substituídas por modelos industrializados de produção, mas que permanecem vivas, como patrimônio cultural de determinados agrupamentos socioprodutivos.



Este artigo realiza uma análise das estratégias de desenvolvimento territorial da Quarta Colônia- RS, pautadas na valorização da cultura de processamento artesanal de alimentos, presente de forma histórica no lugar, expressas no saber-fazer das famílias de agricultores de descendência étnica europeia, que caracterizam o território “Quarta Colônia”.

## **O LUGAR DO SABER-FAZER NOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE ALIMENTOS: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

140

O saber-fazer é uma forma de expressão da cultura local, que estabelecendo relações entre os atores sociais, através de conhecimentos herdados e repassados de geração a geração, são capazes de promover bens e serviços com singularidades específicas que tem o seu sentido dentro do território onde são gerados. Este sentido construído a partir de patrimônios indenitários socioculturais, passados entre as gerações como forma de reivindicação de suas identidades.

O saber-fazer na agricultura familiar<sup>1</sup> está associado a condições de produção historicamente desenvolvidos pelas famílias produtoras como forma de conservação e armazenagem de produtos produzidos ou ainda como práticas alimentares tradicionais carregadas de sentidos, como por exemplo em manifestações culturais (festas, mutirões, etc), comuns em zonas de colonização europeia, principalmente italiana e alemã. Tais conhecimentos específicos, gerados em condições singulares, a partir da arte presente em cada família, impulsiona e orienta atividades de elaboração de alimentos, como um produto único, ligado a um modo de vida que passado de geração a geração entre as famílias, constitui um universo produtivo específico, ancorado em bases técnicas artesanais, mão de obra familiar e formulações (receitas) tradicionais.

Dentro deste contexto, no Rio Grande do Sul, ocorrem os chamados produtos coloniais, associados às formas tradicionais de produzir dos imigrantes europeus, elaborados a partir de tradições associadas às colônias de imigração estabelecidas no Brasil no século XVII e por isso denominados de “coloniais”. Tais produtos, como resultantes de modo de vida de imigrantes italianos e alemães, podem ser considerados como a materialização das identidades da colonização europeia no sul do Brasil, expressas em características identitárias, que

<sup>1</sup> A agricultura familiar é estabelecida como categoria socioprodutiva desde 2006 a partir da Lei 11.326/2006 que a conceitua, esclarece princípios e instrumentos destinados a formulação de políticas públicas destinadas ao seu desenvolvimento. Ver em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm) >



diferenciam os produtos coloniais (ou artesanais como também são chamados) dos convencionais (de processamento industrial).

Os produtos elaborados com base em características artesanais, geralmente processados na cozinha doméstica das famílias, ou em instalações simples, materializam o sentido do saber-fazer como expressão da cultura local, permitindo que os consumidores percebam os sentidos dos produtos. Esta significação pode ser percebida em características tidas como “diferenciais” nos alimentos, como o uso da matéria-prima local, o processamento em pequena escala e ainda o uso de equipamentos tradicionais.

Sob esta racionalidade produtiva, os produtores têm a possibilidade de consolidar novos espaços de mercado por meio de seus conhecimentos e ampla diversidade de oportunidades, a partir da agregação de valor a produtos e serviços por eles produzidos. É o saber-fazer como resultante de um conjunto de elementos socioprodutivos específicos (sistemas de produção, localização, tecnologias próprias e ou adaptadas, etc) que podem conferir especificidade aos territórios, por meio da materialização de suas identidades, expressas em bens e serviços.

É no propósito da valorização do saber-fazer enquanto oportunidade produtiva que surge, a partir da década de 90, uma série de políticas públicas de fomento a agroindustrialização de alimentos como estratégia de reprodução da agricultura familiar<sup>2</sup>. No bojo destas ações encontram-se iniciativas de capacitação dos produtores e de suas estruturas produtivas visando a inserção de produtos processado no mercado, promovendo agregação de valor aos produtos agropecuários por ele produzidos.

No entanto esta alternativa de reprodução socioeconômica apresenta uma infinidade de desafios para que se concretize no universo da agricultura familiar, guiada por racionalidades próprias e no caso de regiões de descendência étnica, por *fazeres*, que muito além de produtos, produzem também significados. Dentre os desafios impostos aos agricultores, destaque para as questões de legalização dos empreendimentos sob a ótica das legislações sanitárias, ambientais, tributárias e fiscais vigentes que regem a atividade de processamento e comercialização de alimentos.

No centro das questões de formalização dos empreendimentos para inserção legal dos produtos no mercado, tem-se que a necessidade de qualificação dos processos produtivos colocados pelos programas de fomento a agroindustrialização (que inclui utilização de

<sup>2</sup> Programas de valorização e incentivos a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, via verticalização da produção, ou seja, processamento e comercialização da matéria-prima produzida. Podemos citar o Programa PROVE de Brasília, O Sabor Gaúcho no RS, etc ...





máquinas, equipamentos e técnicas específicas de produção industrial), afeta diretamente o perfil dos estabelecimentos, colocados no argumento da agricultura familiar como diferenciados dos da indústria convencional pelo uso do saber-fazer a partir de técnicas e equipamentos específicos de produção, no sentido do uso de seu patrimônio cultural.

Como ilustração deste quadro, trabalhos como de Prezzoto (1999), Guimarães (2001), etc, vem demonstrando que para as estratégias de valorização dos produtos indenitários obterem êxito, se faz necessária a articulação entre o saber-fazer local e o saber científico, sendo este diálogo fundamental para inserção destes produtos no mercado consumidor, dotado de normas e regramentos de ordem sanitária, muitas vezes, incompatíveis com os saberes tradicionais. A ideia é a valorização e a capacitação dos saberes e não a padronização destes, sob o viés da especialização produtiva, comum à indústria.

Os autores apontam que tais limites devem ser superados por meio de acordos entre atores e instituições, aliados às iniciativas de geração de conhecimento e qualificação de produtores e consumidores, no sentido de garantir possibilidade de circulação dos produtos, sobre condições de rastreabilidade ou certificações de origem. No entanto, o que vimos acompanhando é o suceder de uma série de iniciativas de viabilização de agroindústrias familiares por meio de programas de fomento a especialização da atividade, objetivando transformar os Sistemas Produtivos Tradicionais (singulares enquanto potencial produtivo calcado em saberes específicos) em Convencionais, similares aos da grande indústria, produzidos e padronizados em consonância com legislações que regem a produção e processamento de alimentos. Pergunta-se: **Qual o efeito das ações de padronização e especialização dos Sistemas produtivos Tradicionais sob o patrimônio cultural do território, expresso no saber-fazer das famílias agricultoras?**

O presente trabalho ambienta-se no universo produtivo da Quarta Colônia-RS, território formado por nove pequenos municípios de colonização predominantemente européia (italiana e alemã), localizados geograficamente na Região Central do Rio Grande do Sul que a mais de vinte anos vem investindo na qualificação das agroindústrias locais como estratégia de agregação de valor aos produtos produzidos, de forma artesanal, pela agricultura familiar, como estratégia de desenvolvimento territorial, aliado ao turismo rural, cultural e gastronômico.

Os dados aqui apresentados são partes resultantes do trabalho de tese de doutorado em Desenvolvimento Rural, de autoria da primeira autora, intituladas “Racionalidades Indenitárias na Produção e Comercialização de Alimentos Coloniais na Quarta Colônia-RS”, onde a partir



de análises documentais e entrevistas semi-estruturadas com trinta famílias produtoras de alimentos coloniais, foi possível a identificação, análise e discussão de uma série de transformações sociais, econômicas e produtivas ocorridas nas famílias produtoras, a partir das dinâmicas produtivas estabelecidas no território, acionadas pelas atividades de especialização dos Sistemas de produção de Alimentos Tradicionais. Tais dinâmicas vêm promovendo transformações nas identidades socioculturais e profissionais dos produtores, frente a um possível processo de “mercantilização” de suas identidades.

### **3. A QUARTA COLÔNIA-RS: DA “TRADIÇÃO” A “ESPECIALIZAÇÃO” DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE ALIMENTOS COLONIAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.**

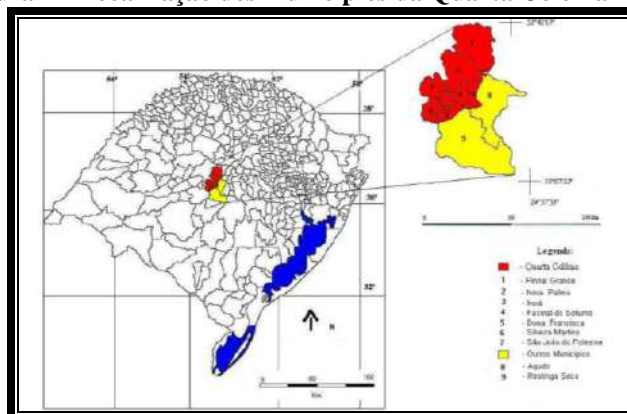
A Quarta Colônia-RS, localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, distante cerca de 30 km da Cidade de Santa Maria e 250 km da Capital, Porto Alegre. Tem seu território formado por nove municípios: Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Dona Francisca, São João do Polêsine, Ivorá, Agudo, Nova Palma e Restinga Seca. Estes possuem, em comum, as suas etnias (predominantemente italiana e alemã), a caracterização de suas dimensões geográficas como “pequenos municípios” e ainda a contextualização de seus processos de emancipação dos maiores municípios da região: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos.

A denominação “Quarta Colônia” deve-se ao fato desta região ter sido escolhida pelo governo imperial brasileiro para receber a quarta “leva” de imigrantes italianos, vindos para o Brasil do norte da Itália. As três primeiras colônias haviam sido Conde D’Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres (atuais, Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente).

Sua economia é predominantemente representada pela agropecuária, com destaque para o arroz (cultivado nas áreas planas), batata, feijão, fumo e bovinocultura de leite (nas áreas “dobradas”) e atividades não agrícolas, como a agroindustrialização dos alimentos (panificados, embutidos cárneos, queijos, vinhos e cachaça).



**Figura 1 - Localização dos municípios da Quarta Colônia**



Fonte: Guimarães, 2011.

Os nove pequenos municípios formadores da Quarta Colônia, objetivando o fortalecimento de suas economias e estratégias de desenvolvimento, em 1996, formaram o CONDESUS - Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, buscando integração de suas esferas políticas, por meio de projetos e ações em comum, tendo como eixo central, em suas iniciativas, o desenvolvimento do turismo.

Importante salientar, que como resultado do processo histórico de ocupação do território, os traços indenitários deixados pelos colonizadores europeus ainda repercutem entre os atores sociais, achando-se expressos no cotidiano das famílias, como formas de vida, agricultura (predominantemente familiar) e gastronomia típica, sendo atualmente acionados em atividades turísticas no campo da gastronomia, cultura e lazer.

Estes traços, somados à beleza paisagística do lugar, fazem da Quarta Colônia um local de particularidades, tendo, de um lado, a singularidade de seus recursos naturais como patrimônio paisagístico e, de outro, as limitações ambientais impostas por esta condição, já que parte considerável de suas terras está localizada em Áreas consideradas de Preservação Permanente – App.

Diante deste cenário, devido as limitações de uso do solo, dados pelas condições ambientais, a agroindustrialização de alimentos aparece como importante alternativa de renda as famílias, sendo esse potencial percebido como impulsionador da economia local, ancorada basicamente na agricultura familiar e nos serviços rurais não agrícolas, com destaque para as Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs).

As AFRs, em sua complexidade de conceitos (Guimarães e Silveira, 2007) e significados, toma como referência para sua caracterização uma série de fatores de ordem específica como mão de obra utilizada, instalações, máquinas, equipamentos e formulações



tradicionais que possuem, em sua essência, significações culturais. É o saber-fazer como expressão da identidade sociocultural de um determinado território que, passado de forma histórica, entre as gerações pode constituir recurso específico a ser ativado como oportunidade produtiva.

As Agroindústrias Familiares, além de oferecerem vantagens competitivas aos produtores, frente à diferenciação de seus produtos perante o consumidor, constituem importantes estratégias de reversão ao quadro de êxodo rural seletivo que caracteriza as atuais pesquisas demográficas do meio rural brasileiro, que evidenciam um processo de envelhecimento e masculinização entre esta população (SPANEVELLO, 2008, FROEHLICH, 2011). Neste sentido, as iniciativas de verticalização da produção no meio rural (produção-processamento-comercialização), podem viabilizar a permanência de mulheres e jovens nos territórios.

Assim, a Quarta Colônia/RS, com um potencial sociocultural instalado de forma intergeracional entre os atores do território, mais as limitações de uso do solo pela localização dos municípios em áreas de App, a partir da criação do Consórcio dos municípios (CONDESUS) passa a promover ações de qualificação dos produtos e serviços de caracterização indenitária (gastronomia italiana e alemã) como estratégia de atratividade turística, no intuito do desenvolvimento territorial.

A partir de uma série de políticas locais e regionais, emerge um mercado turístico territorial gerado pelas ações de visibilidade das identidades socioculturais presentes, possibilitando aos produtores de alimentos coloniais novas oportunidades produtivas oriundas da ressignificação de seu trabalho como patrimônio cultural. No entanto, o turismo entendido como mercado impõe novas necessidades aos produtores de alimentos coloniais, sobretudo, de inovações técnicas exigidas pelo conjunto de leis<sup>3</sup> e normativas que regram o mercado formal.

Tais leis e normativas são, em muitos casos, incompatíveis com a estrutura dos produtores artesanais (instalações e equipamentos) e convertem-se em barreiras

<sup>3</sup>O Conjunto de Leis que rege a produção e comercialização de alimentos no Brasil é composta pela Lei 1.283\50 que dispõe sobre a Legislação Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem animal, composta por uma série de regramentos e exigências em instalações e equipamentos para a produção e processamento de alimentos, que quando aplicados nos empreendimentos de pequeno porte, inviabilizam seu funcionamento frente a investimentos necessários. Esta Lei recebeu modificações significativas em 1989, com a descentralização dos serviços estatais, proposto pela Constituição Federal de 1988. Com as modificações propostas, a responsabilidade dos serviços de fiscalização e controle de qualidade dos alimentos no Brasil, passaram a ser exercidos de acordo com o tipo de matéria-prima: animal ou vegetal. Para fiscalização dos produtos de origem animal, têm-se os serviços de Inspeção Sanitária, ligado aos órgãos de agricultura nos âmbitos Municipal (SIM), Estadual (SIE) e Federal (SIF). Já para os produtos de origem vegetal, têm-se instituído o Serviço de Vigilância Sanitária, ligado aos órgãos de saúde.



mercadológicas a estes, impulsionando a necessidade de adaptações nas dinâmicas produtivas tradicionais, promovendo uma série de rearranjos nos sistemas produtivos, visando a obtenção de certificação da qualidade e em consequência, possibilidade de circulação dos produtos, em caráter formal (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Tais adaptações dão origem a diferentes Sistemas de Produção de alimentos de caracterização colonial, os chamados “produtos típicos da colônia”. Levando-se em consideração a combinação entre os elementos indicadores das dinâmicas produtivas dos estabelecimentos, como origem da matéria prima, mão de obra e tecnologia utilizada, condições de legalização dos estabelecimentos e mecanismos de comercialização dos produtos, observa-se a ocorrência de dois Sistemas distintos e complementares entre si: **o Sistema de Produção Tradicional** e **o Sistema de Produção Transformado**.

**Quadro 1 - Sistemas de Produção de Alimentos Coloniais na Quarta Colônia-RS – 2011.**

Sistemas de Produção de Alimentos Coloniais	Indicadores	Porcentagem de propriedades (%)
<b>Tradicional</b>	<p>Matéria prima produzida pelo produtor.</p> <p>Mão de obra familiar – produção e processamento.</p> <p>Matéria prima adquirida de terceiros em complemento a produzida.</p> <p>Tecnologia artesanal (sem instalações próprias para o processamento, o uso de equipamentos artesanais, a ausência de máquinas modernas).</p> <p>Saber-fazer presente por meio de receitas (formulações) familiares passadas entre as gerações.</p> <p>Empreendimentos sem legalização (sanitária, ambiental e fiscal).</p> <p>Produtos comercializados nas propriedades, feiras de produtores ou entregues a domicílio, por encomenda, e vendidos com bloco de produtor.</p>	43,3 %
<b>Transformado</b>	<p>Matéria prima adquirida em complemento a produzida.</p> <p>Matéria prima toda adquirida de terceiros.</p> <p>Mão de obra familiar com incremento de contratações para o processamento.</p> <p>Tecnologia (instalações próprias, uso de máquinas e equipamentos modernos).</p> <p>Saber-fazer transformado a partir de adaptações ou substituição de receitas familiares, por novas formulações.</p> <p>Empreendimentos legalizados ou em vias de legalização (sanitária, ambiental, fiscal).</p> <p>Comercialização dos produtos em redes de varejo (padarias, médias e grandes redes de supermercados), feiras de produtores.</p> <p>Comercialização dos produtos com nota fiscal ou bloco de produtor.</p>	56,7 %

Fonte: Guimarães, 2011.



**Nos Sistemas de Produção Tradicional** (43,2% dos entrevistados) os alimentos coloniais são processados a partir de formulações ou receitas passadas entre as famílias, de geração a geração, como patrimônio cultural delas, não seguindo padronização, sendo regidos pela arte do saber-fazer presente entre os seus produtores. Como consequência das atividades agrícolas, os produtores não possuem instalações próprias de produção, sendo que o processamento é feito, na maioria das famílias, nas cozinhas das moradias, com utensílios adaptados e equipamentos construídos por eles mesmos, como fornos, cantinas e defumadores. Sob estas condições, os estabelecimentos produtores não possuem certificação legal de seus produtos no que diz respeito aos aspectos sanitário e ambiental.

Destas rotinas produtivas, a comercialização do excedente é feita por encomenda nas casas dos consumidores, entregues em domicílio ou vendidos em feiras, como mais um produto a ser ofertado, junto a outras matérias-primas, como feijão, leite e hortigranjeiros. Para circulação destes produtos, os agricultores utilizam o bloco de produtor<sup>4</sup>.

Os Sistemas de Produção Tradicionais possuem significação de sua produção no contexto da agricultura familiar. Nela, o processamento da matéria-prima produzida aparece como continuidade das atividades exercidas pelos produtores, implicando incremento de renda à economia das famílias, a partir da valorização turística de suas práticas tradicionais, centradas na mão de obra familiar, formulações passadas entre as gerações e tecnologia de caracterização artesanal, conferindo singularidade aos produtos a partir do patrimônio cultural ainda presente entre as famílias.

Destaca-se ainda que a faixa etária dos atores envolvidos com a produção artesanal neste sistema produtivo, encontra-se entre 55 e 70 anos de idade e quando questionados sobre a perspectiva de sucessão familiar de suas atividades, 64% responderam que seus descendentes não pretendem seguir na atividade, elencando a o excesso de trabalho e as dificuldades para manter e/ou entrar no mercado, como as principais razões para a troca de atividade.

<sup>4</sup> Conforme lei 8212/91, redação dada pela lei 8.398/92, o agricultor pode comercializar com bloco de produtor somente produtos *in natura*. Para produtos processados, deve submeter-se aos encargos de Empresário de Pequeno Porte - EPP, com inscrição de CNPJ na receita federal e imposto "simples", instituído pela lei 9317/96. No entanto, no Rio Grande do Sul, desde 2000, foi publicado o Decreto n. 40.248 de 17 de dezembro de 2000, em que fica autorizada a comercialização de produtos das agroindústrias por meio de emissão de nota do Bloco do Produtor, desde que os agricultores estejam devidamente cadastrados no Programa Agroindústria Familiar - SAA-RS e fazendo uso do selo "Sabor Gaúcho", além de estarem cadastrados na Secretaria da Fazenda como microprodutores rurais e produzindo 100% da matéria-prima a ser processada (DILLENBURG; RAUPP, 2009).





**Já nos sistemas de Produção Transformados**, constata-se investimentos em tecnologias distintas das do sistema de Produção Tradicional, a partir do uso de máquinas e equipamentos de caracterização moderna/industrial, como fornos elétricos, uso de aditivos químicos na cura de salames e defumação, prensas de inox na confecção de queijos, tanques de salga, etc.

A utilização destes equipamentos, em substituição aos tradicionais, acarreta modificações nos produtos finais, no que se refere à sua apresentação (formatos, padronização, cor, cheiro, sabor, etc.), onde o saber-fazer presente entre as famílias, como patrimônio sociocultural passa por transformações, impulsionado pelas exigências sanitárias. Conseqüentemente, a formulação desses produtos, ou as receitas familiares passadas entre as gerações, sofrem adaptações ou, em alguns casos, são substituídas.

A perspectiva de funcionamento destes empreendimentos é voltada para o mercado formal, desta maneira, a legalização faz-se presente em parte destes e outra parte está em processo de formalização, sendo que os aspectos legais mais contemplados são o sanitário, com 64,28% dos estabelecimentos, seguido do tributário, em que 28,57% destes comercializa os produtos com nota de produtor e 71,42% com nota fiscal. Neste último caso, o enquadramento jurídico dos empreendimentos, considerados como empresas, acaba por inviabilizar em muitos casos, o funcionamento dos referidos empreendimentos.

A produção e a comercialização dos produtos sob a lógica da empresa implicam readaptações nos sistemas produtivos que acabam por refletir nas identidades socioprofissionais dos produtores. De produtores a empresários (de CPF a CNPJ), a incidência de novos tributos, as exigências legais e as necessidades de adaptações técnicas fazem com que os produtores percam os seus vínculos com as instituições que sempre recorreram como Sindicatos, Emater e secretarias de agricultura.

Percebe-se um desamparo técnico e legal aos produtores, compreendidos como em outra categoria socioprofissional, a de micro ou pequenos empresários. Evidentemente, eles não deixam de “ser” agricultores, mas, por enquadramento fiscal tributário, passam a conviver com novas exigências legais, nem sempre de suas posses de conhecimento.

Como agricultor, as orientações eram buscadas no ambiente da agricultura, por meio das instituições que o compõem, porém, a partir de um novo enquadramento profissional legal burocrático (“empresas”), os órgãos de apoio anteriormente usados não mais servem.



Ainda, considerando-se os elementos dos Sistemas de Produção Transformados, tem-se que, nestes empreendimentos legalizados, os produtos são comercializados em centros convencionais do varejo regional (supermercados, padarias), mas muitos não conseguem acessá-los pela incapacidade de trabalhar com os preços pagos pelas grandes redes, considerados baixos e incapazes de dar conta dos custos de produção gerados pela nova escala.

No que confere a caracterização etária, as famílias são geralmente constituídas por pessoas mais jovens (com média de 30 - 45 anos), que percebem na atividade, oportunidade de empreendedorismo, investindo na agroindustrialização como um negócio e não “apenas” como aproveitamento da matéria prima. Nestas famílias, a perspectiva de sucessão da atividade aparece em 92,8 % das respostas, onde os atores apontam a possibilidade de viverem sua cultura e reproduzirem-se financeiramente a partir desta, como a principal motivação para investimentos na atividade como um negócio, mesmo que tenham que modificar seus *fazeres* por conta das exigências legais sanitárias. Explicam ainda que em muitas vezes o que é feito para o consumo da família é feito de forma tradicional (significando a ação do fazer), enquanto a produção para a comercialização segue os padrões exigidos pela legislação.

Finalizando a apresentação dos dois Sistemas Produtivos de Alimentos Coloniais presentes na Quarta Colônia (o Tradicional e o Transformado), cabe ressaltar que ambos convivem de certa forma, beneficiados um pelo outro. A coexistência destes propicia diferentes redes de abastecimento ao turismo, uma constituída pela oferta de produtos certificados (os Sistemas Transformados) que propiciam a visibilidade da marca “Quarta Colônia” para fora do território, pela capacidade dos produtos serem comercializados formalmente nas redes de varejo, e de outro lado, os estabelecimentos não formalizados, que por ainda preservarem as técnicas tradicionais e comercializar grande parte de seus produtos em suas residências, promovem a atração dos consumidores ao território pela preservação dos estilos de vida e produção herdados dos antepassados, sustentando assim a prática social do discurso do turismo alicerçado na valorização das identidades socioculturais.

Essas trocas e coexistências constituem as dinâmicas do território, sustentadas pelo patrimônio cultural presente entre as famílias e expresso em suas atividades. Ao analisar-se tais dinâmicas percebe-se, de um lado, as identidades socioculturais como base propulsora das atividades e, de outro o saber científico como fomentador de transformações nos “saberes-fazer” resultantes das identidades presentes entre os atores.



Os Sistemas de Produção (Tradicional e o Transformado), devido ao turismo e às exigências legais do mercado de alimentos, são impulsionados a transformações em suas bases produtivas (saber-fazer, tecnologia, mão de obra, matéria-prima), a partir dos processos de qualificação dos atores, seus produtos e serviços por meio de cursos de capacitação em Boas práticas de fabricação (BPF), gestão dos estabelecimentos e informações em marketing.

Assim, têm-se os produtos tradicionais, representando as identidades de origem e os produtos transformados como representação de uma nova identidade em evidência. A relação entre estas representações estabelece o que se chama, aqui, de Redes de Abastecimento ao Turismo - RAT, compreendidas como “redes” por meio de laços identitários tecidos entre os atores, através de sentimentos de pertencimento ao lugar e compartilhamentos de seu patrimônio cultural, expresso em suas identidades socioprofissionais.

### **AS REDES DE ABASTECIMENTO AO TURISMO NA QUARTA COLÔNIA – RS.**

Entre os diferentes Sistemas produtivos são efetuadas relações de troca no que se refere ao abastecimento ao turismo, onde a interação entre os diferentes tipos de empreendimentos é dada pela demanda do consumidor, constituindo as Redes de Abastecimento ao Turismo – RATs.

Essa noção de rede foi explorada por Mior (2005), ao analisar estratégias de desenvolvimento em algumas regiões europeias, identificando os arranjos institucionais territoriais e as relações de cooperação entre os atores como fundamentais para a potencialização dos elementos internos em oportunidades produtivas. Os laços tecidos pela noção de pertencimento dinamizam redes de troca entre os atores no que se refere à partilha de saberes, qualificação e mercado, em que se levando em consideração o papel da legalização dos empreendimentos na estruturação destas redes constatam-se dois tipos: a Rede Estratégica de Abastecimento e a Rede Informal de Abastecimento.

A **Rede Estratégica de Abastecimento - REAT** formada por empreendimentos legalizados ou em vias de legalização é denominada de “Estratégica” por promover visibilidade ao território com produtos de sua marca, comercializados dentro e fora da Quarta Colônia. Com relação aos Sistemas de produção dos atores pertencentes a esta Rede, visualiza-se a predominância de Sistemas Transformados, onde a produção e a comercialização de alimentos



coloniais possuem a sua racionalidade produtiva com foco na legalização dos empreendimentos como uma oportunidade de Negócio.

Já a **Rede Informal de Abastecimento - RIAT** é assim denominada pelas limitações mercadológicas impostas aos estabelecimentos não legalizados sob as normativas sanitárias do mercado. Seus Sistemas de produção apresentam-se como Tradicionais, em que a racionalidade produtiva é guiada pela Tradição com seus conhecimentos e saberes-fazer de origem.

Se, na primeira, a certificação dos produtos dá-se pela legalização dos empreendimentos a partir do uso de mecanismos de regulação a distância (como selos certificadores de qualidade), na segunda, efetiva-se pelas relações de proximidade e vivência, construídas socialmente entre produtores e consumidores.

Considerando-se os elementos produtivos presentes nos Sistemas Tradicional e Transformado, tais como mão de obra utilizada, saber-fazer, equipamentos usados, mais a relação dos empreendimentos com o mercado, evidenciam-se distintas motivações no que se refere às identidades socioculturais como alicerce dos processos produtivos.

**Quadro 3 - Distribuição dos estabelecimentos (%) nas Redes de Abastecimento ao Turismo, segundo motivação dos atores para produção e seus contextos Produtivos.**

Redes de Abastecimento - RAT -	Motivação	Contexto Produtivo	Estabelecimentos %
<b>RIAT</b> (Rede Informal de Abastecimento ao Turismo)	<b>Tradição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aproveitamento da matéria-prima e aquisição de terceiros em caráter complementar;</li> <li>- Mão de obra familiar e contratação eventual de funcionários temporários;</li> <li>- Qualificação da mão de obra (família);</li> <li>- Produtos não legalizados (legislação sanitária);</li> <li>- Produção para o consumo e venda do excedente;</li> <li>- Comercialização direta (encomendas, domicílio, feiras de produtor, entrega em pequenos pontos de venda);</li> </ul>	56,7
<b>REAT</b>	<b>Negócio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção da matéria prima voltada para o processamento e aquisição de terceiros em caráter complementar;</li> <li>- Mão de obra familiar e contratada de forma permanente;</li> <li>- Qualificação da mão de obra (família e</li> </ul>	43,3



(Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo)		funcionários); -Empreendimentos legalizados (legislação sanitária); - Produção para o mercado; -Comercialização direta (estabelecimento próprio, feiras de produtor, redes de supermercados);	
--	--	--	--

Fonte: Guimarães, 2011.

Ao analisarem-se os sistemas produtivos e as relações dos estabelecimentos com o mercado, verifica-se, na Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo, a produção e a comercialização de alimentos coloniais como a atividade principal dos atores, exercida sob a perspectiva de um **Negócio**, perfazendo 43,3% dos empreendimentos entrevistados (Quadro 03). Esta motivação apresenta-se em sentido empreendedor, objetivando produtos certificados pelos processos técnicos de padronização, secundarizando o saber-fazer “tradicional”, na maioria dos casos incompatível com as exigências legais de instalações e procedimentos.

Dado que a racionalidade, com viés na tradição, possui limitações mercadológicas, ora por condições sanitárias dos empreendimentos, ora pela ausência de perspectiva de sucessão, os atores, em consonância com o novo mercado, negociam as suas potencialidades, transformando os seus produtos e os sistemas de produção.

A produção para o mercado exige aumento na escala produtiva das famílias e, consequentemente, descaracterização de receitas tradicionais devido às preocupações com a padronização dos produtos (aparência) e aos riscos de sua contaminação, levando os produtores a exercitarem as suas atividades segundo normas de ciências e tecnologia de alimentos, estabelecidas pelas obrigações legais de sanidade.

Os processos legais de certificação de qualidade, que incluem técnicas, insumos, máquinas e instalações específicas, estão diretamente relacionados ao “tipo” de produto final e, portanto, são considerados fatores determinantes para a compreensão das racionalidades identitárias em evidência. Assim sendo, a produção e a comercialização de alimentos coloniais, embora ainda dotada de sentimentos de afeto por parte de seus atores, dá lugar a uma racionalidade produtiva, pautada pela lógica do negócio, investindo em novos elementos como escala de produção, saber científico e conquista de espaços de mercado.

Já a racionalidade produtiva evidenciada na Rede Informal de Abastecimento ao turismo aparece como **Tradição**, perfazendo 56,7% dos estabelecimentos entrevistados. Neste contexto produtivo, a atividade surge como aproveitamento da matéria-prima produzida e,



portanto, sem escalas de produção pré-estabelecidas, uso de tecnologias artesanais (máquinas, equipamentos e instalações adaptadas pelos próprios produtores), sem certificação legal de qualidade de seus processos produtivos.

Em uma lógica de produção não amarrada às exigências de mercado (escala produtiva e especialização), a comercialização da-se por encomendas (entregas em domicílio ou vendidos na própria Unidade de Produção) e em feiras locais de produtores.

Assim, as atividades de produção e comercialização de alimentos coloniais, como Tradição, aparecem como continuidade e manutenção de conhecimentos herdados de gerações passadas, constituindo uma atividade dotada de significados de valor, como memória e afeto em função de vínculos tradicionais ainda existentes entre as famílias.

### **MANTER OU RECONFIGURAR: O LUGAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO DA QUARTA COLÔNIA – RS.**

O turismo em curso no território (como estratégia de desenvolvimento) consubstanciado pela natureza e patrimônio cultural presente entre as famílias vem promovendo feedback entre as redes a partir de laços identitários firmados entre os atores por sentimentos de pertencimento ao lugar, dando contorno às dinâmicas produtivas estabelecidas pelo patrimônio cultural compartilhado pelos atores.

Neste propósito, tem-se que os diferentes Sistemas de Produção e as Redes de abastecimento ao turismo vem proporcionando a identificação de distintas racionalidades entre os atores acerca da mobilização de seu patrimônio cultural, em oportunidade produtiva. De um lado a tradição como estratégia de diferenciação dos produtos, de outro, a transformação deste como sua viabilização. O que fica para a discussão sobre tal estratégia de desenvolvimento é o lugar do patrimônio cultural como recursos específico a serem ativados na oferta de produtos singulares, manter ou reconfigurar?

Acredita-se que a transformação dos produtos a partir das exigências sanitárias e a secundarização do saber-fazer, pode estar causando o desmonte das especificidades do território, onde a ideologização do lugar e seus atributos históricos de colônia parecem cultivar o patrimônio cultural do lugar, apenas de forma simbólica, promovendo o uso “comercial” das identidades.





No entanto, a racionalidade fundamentada no saber-fazer tradicional é fundamental para a caracterização dos produtos frente aos turistas que buscam “consumir” a cultura do lugar em todas as suas expressões, o que inclui gastronomia típica. Tais saberes, materializados em produtos alimentares de caracterização colonial, valorizados pelo consumidor turista como *típicos do lugar*, podem fazer com que os atores reforcem as suas identidades a partir da valorização de seus produtos por meio de saberes-fazer tradicionais.

Contudo, frente a um quadro de “mercantilização das identidades”, salienta-se que a preservação dos saberes e dos valores “de origem” é primordial para a caracterização do território e que a ausência de estratégias institucionais de preservação das identidades “originais” pode condenar o território, à perda de suas raízes, o que implicaria no “desmonte” de recursos específicos e possibilidades de visibilidade que se dão via saberes enraizados culturalmente entre os atores.

Por fim, sem a pretensão de encerrar conclusões sobre tema tão profícuo e complexo, salienta-se que o processo em curso, ao mesmo tempo em que cria condições propícias para desenvolvimento e valorização das comunidades locais, gera graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural, devido à falta de consciência e meios para protegê-lo no ambiente, sobretudo do mercado de alimentos, talvez um dos mais regrados e regidos por normas industriais. Caminhos que apontem para o reconhecimento legal de saberes tradicionais como riquezas, são emergenciais, visto o patrimônio (material e imaterial) expresso na história de colonização de nosso País e o legado cultural que se expressa nos fazeres de sua gente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNET, R. *Le territoire dans les turbulences*. Paris: Reclus, 1990.

DILLENBURG, E.T.; RAUPP, A.K. A Agroindústria no sistema sindical. In: BARROSO, L.A.; ZIBETTI, D.W. (Org). *Agroindústria: uma análise no contexto socioeconômico e Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2009.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - uma visão do estado da arte. *Série Territórios com Identidade*: São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br>> Acesso em: 3 abr. 2008.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Cienc. Rural*, Set 2011, vol.41, no.9, p.1674-1680.



GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 1, n 11, jan./jun. 2004.

GUIMARÃES, G. M. Racionalidades Identitárias na Produção e Comercialização de Alimentos Coloniais na Quarta Colônia-RS. 208 f. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, 2011.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P.R.C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar Rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., Fortaleza, 2007. CD-ROM.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó-SC: Argos, 2005.

PREZOTTO, L. A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária. 143 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - UFSC, Florianópolis, 1999.

SCHNEIDER, S.A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: *Sociologias*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós graduação em Sociologia, v. 1, (jan.\jun. 1999), Porto Alegre: UFRGS, IFCH, 2004.

SANTOS, B. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SPANEVELLO, R.M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. 223 f. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, 2008.



## AS FACES E INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA BAHIA

PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira

*Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Museólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA  
antonio.passos@ufba.br*

156

### Resumo

Este artigo foi organizado a partir da dissertação *Bordejos, Tensões e Resistências: A Patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua*, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Trata-se de discussão utilizando as lentes da Antropologia sobre o uso da patrimonialização dessa embarcação iniciada em 2010 e finalizada em 2012. As agências analisadas foram a Associação Viva Saveiro, estabelecida em Salvador (BA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e a Associação do Saveiro de Vela de Içar da Bahia, estabelecida em Coqueiros – Maragogipe (BA). Esta demanda tinha como principais argumentos a importância histórica e a originalidade estrutural deste tipo de embarcação. Este processo foi associado ao Projeto Barcos do Brasil do Ministério da Cultura e seu registro foi feito nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

**Palavras-chaves:** Saveiros, Antropologia, Patrimonialização.

### Abstract

This article was organized from the *Bordejos* dissertation, voltages and resistances: patrimonialization the Saveiro Shadow of the Moon, held in 2014, in the Anthropology Graduate Program at Federal University of Bahia. This is discussion using the Anthropology of lenses on the use of patrimonialization this vessel started in 2010 and completed in 2012. The agencies were analyzed Viva Saveiro Association, established in Salvador (BA), the history and Artistic Heritage Institute Nacional- IPHAN and the Association of Schooner Bahia hoist Sail, established in Coconut - Maragogipe (BA). This demand was the main arguments in historical and structural originality of this type of vessel. This process was associated with the Project Boats of Brazil's Ministry of Culture and its record was made in the Books of Tombo History, Fine Arts and Archaeological, Ethnographic and Landscape of the Historical and Artistic Institute (Brazil).

**Keywords:** Saveiros, Anthropology, patrimonialization



Ilustração 01: Saveiro Sombra da Lua



Foto: Antonio Marcos Passos, 2013

## Introdução

No século XVI, Portugal inicia movimentações para defesa de seus territórios, processos que levarão a exploração de sua colônia nas Américas, o Brasil. Acontecimento que estabelece modificações substanciais, pois, são criadas estruturas e infraestruturas para exploração e consequente riqueza da MetrÓpole.

Ilustração 02: Porto da Barra, século XVII.



Fonte: VIANA, 2004, p. 260



Naquele momento, as embarcações eram os grandes meios de transporte para cruzar os mares, entrar e sair pelos rios, trazer e levar objetos, pessoas e informações. Dentre essas embarcações, surgiram os saveiros, que ajudavam no escoamento da cana de açúcar e outros bens para exportação.

Para entendermos esse veículo náutico Smarcevski (2001), apresenta dados sobre a origem do nome Saveiro, que tem conexões com outra embarcação o “saveleiro”, que era utilizado nos rios de Portugal para pescar o peixe "saval". Esse autor traz ainda as seguintes informações:

Saveleiro significa também o barqueiro; por transformação, a cadeia de sucessão fonética: saveleiro, salaveiro, savaleiro, saaveiro, e saveiro... barco estreito e comprido, empregado na travessia de grandes rios e de pesca à linha; embarcação de forte construção, que se emprega na carga e descarga de gêneros; barco pequeno, habitualmente de fundo chato, o mesmo que alvarenga; barco de um ou dois mastros utilizados na pesca e no transporte de mercadorias. (SMARCEVSKI, p. 14-15, 2001)

Ilustração 03: Rampa do Mercado Modelo - Salvador



Fonte: Museu Tempostal - DIMUS/IPAC

Com o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil, especialmente na Bahia, a partir da década de 50, do século XX, há a necessidade de intervenções para potencializar a produção e distribuição desse produto beneficiado e seus derivados. Desta forma, ocorre a estruturação da malha rodoviária e ferroviária. Como consequência as embarcações, que outrora eram importantes meios de transportes,





passam a ser substituídas por veículos automotivos, levando a ruptura do sistema dos veículos náuticos, a exemplo dos saveiros. Agostinho (2011) nos explica esse processo:

Em 1960, há grande afluência de saveiros, barcos, lanchas rabo de peixe e canoas à Rampa do Mercado Modelo e à Feira de Águas de Meninos, mas já então existia uma tendência ao abandono das embarcações de maior tonelagem, isto é, dos barcos e das lanchas. Nisso influía, por um lado, a inflação, aumentando o preço das unidades, e, por outro, a competição crescente do transporte rodoviário, favorecido pela abertura e asfaltamento de novas estradas. À medida que esses progrediram, acentuou-se a tendência, agravada por ações deliberadas, como a remição das barracas da Rampa do Mercado, e por acidentes, como o incêndio do Mercado Modelo e da Feira de Águas de Meninos. Foram rudes golpes para as embarcações que faziam o transporte de cargas no interior da baía, pois removeram o principal motivo econômico da sua existência. Depois, um novo competidor surgiu, representando pelo ferryboat, que, em fins de 1972, integrou as rodovias de Itaparica e do sul do Recôncavo à rede viária de Salvador. E por último veio, em junho de 1973, a proibição de atracar na Rampa do Mercado. (AGOSTINHO, p. 112, 2011)

Ilustração 04: Cais das Amarras - bairro do Comércio / Salvador



Fonte: VIANNA, 2004, p. 32

Na atualidade, existem cerca de vinte e um saveiros de vela de içar na Baía de Todos os Santos, embarcações que estão em pleno processo de extinção. Sendo que em sua maioria estão concentrados no distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe (BA), onde empreendemos o trabalho de campo e consequentemente o método etnográfico.





## **Iniciando as análises: ética, estratégia e tática**

Escolhemos para empreender a pesquisa os conceitos de “ética”, “estratégia” e “tática” trabalhados por Certeau (2012), que permite analisar a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua pelo prisma do discurso institucional de três diferentes agências.

As agências analisadas e seus discursos foram: a proponente para o tombamento, a Associação Viva Saveiro; o órgão oficial de preservação no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e, durante a pesquisa encontramos uma terceira agência, a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, que muito contribuiu para empreendermos uma terceira via de compreensão desse processo de patrimonialização.

Desta forma, essas três agências potencializa a compreensão sobre diferentes posições nas articulações de “poder”, no que tange a autoridade de “apontar”, “reconhecer”, e “buscar posição” do que pode e deve ser patrimônio cultural naval, em um campo de disputa desigual.

## **A Ética do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, criada na década de 30, século XX, estabelece o Decreto Lei nº. 25 de 1937, primeiro instrumento jurídico que organizará a proteção do patrimônio cultural no país. Este documento estabelece no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, Art. 1º)

Desta forma, esta agência oficial de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, estabelecerá a primeira formação dos especialistas em bens culturais do país, fato que produzirá efeitos em longo prazo. Assim, essa Agência estabelece as lógicas de análise,



trâmites e reconhecimento para alguns objetos como patrimônio, em conformidade com os seus parâmetros, muitas vezes ligadas aos contextos internacionais.

Desta forma, a SPHAN cria os procedimentos que estabeleceram as primeiras diretrizes éticas, que foram sendo aperfeiçoadas com o passar das décadas. Percebe-se que nos primeiros quarenta anos do século XX, o Brasil estabeleceu uma ética própria para salvaguardar os referenciais culturais que estavam comprometidos com as classes sociais da elite brasileira, classes essas que estabeleciam os projetos ideológicos hegemônicos, em suas diversas áreas. Fato que repercutiu uma rigidez e distanciamento com os demais processos culturais criados pelas populações tradicionais.

Apenas, a partir da década de 70, fomentado por diversos processos de Cidadania dentro e fora do país, é que o governo brasileiro iniciará o movimento pioneiro de preservação dos referenciais culturais dos diferentes grupos sociais. Destaca-se nesse contexto a criação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, por Aloisio Magalhaes e equipe, que contribuirá para desenvolver ações de salvaguarda dos bens culturais imateriais envolvendo finalmente os grupos sociais outrora esquecidos pelo governo brasileiro.

A partir deste momento, se alarga a responsabilidade do IPHAN para com os referenciais culturais de todos os grupos pertencentes a esta nação. Fato que será consolidado com a Constituição de 1988, nos Artigos nº 215 e nº 216, que traz para a nação brasileira a emergência de compreender novos sujeitos de direito. Ocorre então, juridicamente, a ampliação da noção de patrimônio cultural junto aos especialistas do IPHAN, e conseqüentemente de outras instituições com a mesma função.

Abreu (2008), no contexto de uma nova ordem discursiva analisa o artigo 216 da Constituição brasileira, que prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígena, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro. Abreu (2008) esclarece:

Podemos considerar a Constituição de 1988 um discurso fundador que desencadeia novas possibilidades e novos projetos de lei visando ao reconhecimento e à proteção dos direitos das comunidades locais e populações indígenas de se beneficiarem coletivamente por seus



conhecimentos tradicionais e de serem compensadas pela conservação dos recursos genéticos, mediante remuneração monetária, bens, serviços, direito de propriedade intelectual ou outros mecanismos. (ABREU, 2008, p. 69)

O Decreto-Lei 3.551/2000 é um dos exemplos do aperfeiçoamento técnico e ético do IPHAN, pois este documento permite novas possibilidades de compreender além da materialidade de objetos e manifestações, fator decisivo para a ocorrência de processos de patrimonialização. Fonseca (2003) esclarece a base para criação do Decreto citado e suas repercussões:

No Brasil, a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas em que se incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos dos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim, os “excluídos”, até então, da “cena” do patrimônio cultural brasileiro, montada a partir de 1937. Contribuem, ainda, pra essa reorientação não só o interesse de universidades e institutos de pesquisa em mapear, documentar e analisar as diferentes manifestações da cultura brasileira, como também a multiplicação de órgãos estaduais e federais de cultura, que se empenham em construir, via patrimônio, a “identidade cultural” das regiões em que estão situados. (FONSECA, 2003, p. 62-63)

No século XXI diferentes e ricos processos na área do patrimônio cultural são realizados, provenientes dos reflexos dos movimentos sociais do século XX, no qual são elaboradas e executadas ações de patrimonialização, quebrando velhas e superadas mentalidades.

Logo, os documentos e as ações realizadas, em aproximadamente oito décadas, em defesa do patrimônio cultural de diversificados grupos sociais, nos fazem constatar que há uma Ética no IPHAN. Entretanto, devemos compreender também, que há o jogo de poder, alicerçado em acordos e rupturas de diversas correntes políticas, fato que envolve influencia, autoridade, empoderamento, escolhas políticas e esquecimento.

### **A Estratégia da Associação Viva Saveiro**

O final do século XX e início do século XXI proliferaram organizações não governamentais no ocidente, fato também ocorrido no Brasil. Na Bahia, no campo do



patrimônio naval, foi fundada em 14 de maio de 2008, a Associação Viva Saveiro, sendo os seus membros formados por profissionais liberais, que adquiriram e restauraram o Saveiro Sombra da Lua, dando início às ações de conservação junto a diversas embarcações e posteriormente o pedido de patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua junto ao IPHAN.

Essa Associação usou da estratégia de estabelecer “apadrinhamentos” de diversos profissionais liberais e empresários de dentro e fora da Bahia, para em conjunto restaurar alguns saveiros. Esse processo de apadrinhamento durava aproximadamente cinco a seis meses, período que ocorria doações individuais para arrecadação de recursos que potencializassem a restauração e consertos de saveiros de diferentes localidades da Baía de Todos os Santos.

Em 2010, esse trabalho desenvolvido pela Associação Viva Saveiro trouxe a esta entidade a outorga do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a pedido dessa Associação teve início o processo de tombamento do Saveiro Sombra da Lua como patrimônio cultural.

Em 2013 a Associação continuou suas ações realizando o lançamento do livro “Viva Saveiro” e o “Selo Saveiros” em parceria com Empresa de Correios e Telégrafos. Com objetivo de divulgar a história do Saveiro enquanto bem cultural. Desta forma, constata-se que esta Associação desenvolveu estratégias que lhe permitiram realizar ações técnicas de salvaguarda dos saveiros, por meio do envolvimento de pessoas e empresas, estabelecendo relevante alcance junto aos órgãos de preservação e consequentemente na mídia nacional. Certeau (2012) estabelece o seguinte conceito de estratégia:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa etc.) Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprio. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 2012, p. 99)



Estas estratégias, conforme Certeau (2012) estabelecem um domínio no tempo, uma posição de destaque para ver e ser visto, um tipo de poder do saber, que permite ao grupo ou indivíduo, estabelecer novas trajetórias históricas, configurando o destaque para aquilo que lhe é mais caro e que de certa forma a sociedade reconhece como legítimo.

Logo, podemos constatar que a Associação Viva Saveiro, estabeleceu uma estratégia que inicia com a formação dos membros da diretoria, em sua grande maioria profissionais liberais, que compreendem a importância do saveiro como patrimônio cultural, reconhecem a posição simbólica privilegiada do IPHAN como agência oficial do patrimônio cultural no país e busca também para si a posição de destaque.

Ressalta-se que ações empreendidas por essa agência repercutiram em premiações, mídia espontânea, fortalecimento da imagem dentro e fora da sociedade baiana, como agência responsável pela preservação da memória naval.

### **A Tática da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia**

Em 16 de abril de 2013 um grupo de Mestres Saveiristas do Distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe, liderados pelo Mestre Lourão (Antonio Almeida) e Mestre João Mérico (João Evangelista), interessados em constituir sua própria Associação, convocam outros saveiristas e pescadores para participar de reunião no Sítio Santo Antônio localizado em Coqueiros, de propriedade do Mestre João Mérico, para criar a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia.

Ação impulsionada pela insatisfação destes saveiristas com a Associação Viva Saveiro, que outrora era sua parceira. Conforme os relatos dos dois mestres citados, há críticas àquela Associação, que se afastou dos compromissos firmados, deixando-os a parte dos processos de melhoria dos saveiros e posteriormente da escolha do Saveiro Sombra da Lua como representativo, sem anuência dos citados saveiristas.

Desta forma, a nova Associação dá início a um processo novo para si, no sentido que os mestres saveiristas e seus filhos - sem experiência no campo do patrimônio



cultural - ao criar sua Associação, buscará condições para que os saveiros, saveiristas e demais profissões correlatas possam também sobreviver.

Percebemos que esta Associação e seus associados, por força das circunstâncias, criam suas próprias soluções, que permitem desencadear respostas a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua, abrindo frentes de ações para salvaguardar seus interesses. Fato que se aproxima do que Certeau (2012) compreende por Tática:

Chamo de tática ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar no terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bullow, e no espaço por ele encontrado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumenta a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. E astucia. (CERTEAU, 1998, p. 100)

Logo, compreendemos que a Associação de Vela de Içar da Bahia, desenvolveu e faz uso de sua tática, para estabelecer posição neste jogo de poder, refletindo sobre a patrimonialização de apenas um saveiro. Esta entidade, busca não somente ter voz junto aos órgãos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas compreende que o primeiro passo é a visibilidade, que lhes permitirá assumir o controle dos processos de preservação de seus referenciais a partir das experiências pessoais e coletivas de seus membros, que há muitas décadas participam na produção, uso e reflexão sobre os saveiros, o que envolve seu apogeu e crise, que afetam a comunidade de saveiristas e suas famílias.





## Resultados da Pesquisa

A partir da análise da “Ética” do IPHAN, da “Estratégia” da Associação Viva Saveiro, e da “Tática” da Associação de Vela de Içar da Bahia, nesse momento apresentamos os principais resultados da pesquisa, que contribuem para novos alcances no que tange compreender a importância e implicações desse processo de patrimonialização, são eles:

1. Avaliamos que o IPHAN tem grande importância no cenário da preservação dos referenciais culturais no país, constituindo uma Ética própria que contribui constantemente para o aperfeiçoamento dos referenciais culturais. Entretanto, o processo de patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua foi temerário, pois revelou uma supervalorização dos seus procedimentos institucionais, em detrimento dos conhecimentos dos cidadãos a exemplo dos saveiristas, que ficaram a margem do processo.

2. O IPHAN agiu de forma não articulada, esquecendo-se dos seus próprios documentos de preservação do patrimônio cultural no país, se valendo apenas de informações geradas pelo proponente (Associação Viva Saveiro) e seu senso comum, que apresentava e privilegiava a embarcação Sombra da Lua, por via de um discurso de “autenticidade” e “representatividade”, sem real verificação junto aos agentes saveiristas. Aspecto que destoia dos documentos gerados e as ações atuais que essa instituição esta buscando para contribuir com os processos de diálogo no que tange a preservação da memória e identidade dos brasileiros;

3. O processo empreendido de esquecimento dos sujeitos sociais – os saveiristas – de certa forma contribuiu para que esses formassem sua associação - Associação de Vela de Içar da Bahia -, que tem como objetivo empreender novos processos de preservação dos seus referenciais culturais para as novas gerações, aspecto que contribui para o protagonismo dessas populações e seus patrimônios culturais.



4. Ao refletir sobre este tombamento contribuimos para o exercício etnográfico no que tange observar que em pleno século XXI, momento que se busca a participação popular, especialmente para registros dos patrimônios culturais neste país, ainda temos um abismo entre os aspectos conceituais, o dialogo com os cidadãos e as ações institucionalizadas.

### **Considerações Finais**

A partir dos princípios da Ética, Estratégia e Tática buscamos identificar os agentes que fazem parte dessa patrimonialização a partir de diferentes vertentes. Constatamos que o pedido de tombamento da Associação Viva Saveiro tem seu mérito, que consiste em chamar atenção dos órgãos responsáveis pela salvaguarda da memória e história nacional naval para preservar um bem cultural em processo de extinção, mas também constatamos que a forma de realiza-lo trouxe graves problemas com os saveiristas, pois esses foram excluídos do processo de escolha do bem a ser tombado.

Assim, compreendemos que o “saber”, o “fazer” e o “saber-fazer”, que estão presentes em alguns dos documentos do IPHAN, neste caso, ficaram à margem do processo de tombamento. Verifica-se que, apenas houve a consulta aos documentos oficiais e dos dados enviados pela Associação Viva Saveiro aos técnicos responsáveis do IPHAN, esquecendo-se dos conhecimentos práticos e da ética própria dos saveiristas, que vivem contextos próprios onde o respeito mutuo e a convivência comunitária são sempre exaltados e respeitados.

Nesse caso o IPHAN não utilizou os pressupostos de sua Ética para estabelecer critérios mais consistentes, buscando nos agentes sociais que cotidianamente trabalham, produzem e vivem os saveiros – SAVEIRISTAS - maiores informações para reconhecer um bem como patrimônio. Com este procedimento ocorreram desfechos que mancham os tramites estabelecidos e conseqüentemente à reputação dessa instituição.

Ratificamos que respeitamos a Ética construída pelo IPHAN nesses quase 100 anos de existência e olvidamos que em outras oportunidades o reconhecimento de bens culturais a serem patrimonializado, sejam construídos a partir também da expertise de



homens e mulheres que vivem diariamente a construção dos conhecimentos tradicionais.

Postura que muito contribuirá para a qualificação dos saberes tradicionais, fortalecimento da cidadania e elevação da autoestima dos grupos sociais, especialmente das pessoas que detêm os conhecimentos, mas que para sobreviver desenvolvem e adotam “táticas”.

Assim, refletimos que esse processo de patrimonialização desencadeia novas práticas para as ciências humanas e sociais, oportunizando outras pesquisas, projetos teórico-metodológicos e consequente preservação do conhecimento oficial e tradicional.

Logo, o estudo de caso do tombamento do Saveiro Sombra da Lua, vem contribuir para dar seguimento às reflexões sobre os processos de salvaguarda dos bens culturais, que estão a todo o momento em risco de perda, fruto de séculos de negligência do Estado-Nação. Esperamos que esta pesquisa possa ser discutida em diversos fóruns, contribuindo no fortalecimento da identidade, memória e novas práticas junto aos homens e mulheres que detêm o saber, o fazer e o saber-fazer, tão necessários para aperfeiçoamento da Cidadania em nosso país.

## **Bibliografia**

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva In: BARRIO, MOTTA e GOMES (Orgs.), *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2008, 65-78.

AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens*. Salvador: UFBA, 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei 25*, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Governo do Brasil, 1937.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Editora: UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.



PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira. *Bordejos, Tensões e Resistências: A Patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Orientador Prof. Dr. Carlos Caroso. Salvador, 2014.

SMARCEVSKI, Lev. *Graminho: A alma do Saveiro*. Org. Bruno Furrer, versão para o inglês H. Sabrina Gledhill. 2ª Ed. Salvador: Governo do Estado da Bahia / Odebrecht / Centro Náutico da Bahia – CENAB, 2001.

VIANNA, Marisa. *Vou pra Bahia*. Salvador: Bigraf, 2004.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO EIXO PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

MACHADO, Carlos José de Azevedo

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da  
UFPEL*  
*cjmaninho@gmail.com*

170

### RESUMO

Atividades interdisciplinares são vistas cada vez mais como fundamentais para um trabalho mais eficaz que leve os alunos, bem como os professores, a uma visão mais global do mundo, melhorando suas percepções sobre as relações entre os fenômenos. Pensando nesta possibilidade propomos utilizar o tema do Patrimônio Cultural na perspectiva colocada. A ideia é simples: apresentar um elemento patrimonial da comunidade em questão, através de vídeo, slides, fotografia, ou outra forma multimodal. A partir daí, desenvolver questões conjuntas que envolvam várias disciplinas sobre o tema. O que chamamos atenção é que a ideia de usar um bem patrimonial e cultural do lugar, além de envolver o emocional dos sujeitos em questão e ajudar na ideia de preservação, desenvolve, de forma bem agradável, atividades pedagógicas tão necessárias ao desenvolvimento dos sujeitos da educação.

**Palavras Chave:** Interdisciplinaridade, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial.

### ABSTRACT

Interdisciplinary activities are increasingly seen as key to a more effective job leading the students as well as teachers, to a more global view of the world, improving their perceptions of the relationship between these phenomena. Thinking about this possibility we propose to use the theme of Cultural Heritage placed in perspective. The idea is simple: provide an equity element of the community in question, through video, slides, photography, or other multimodal way. From there, develop joint issues involving multiple disciplines on the topic. What we emphasize is that the idea of using a sheet and cultural and place, and involve the emotion of the subject in question and help on the idea of preserving, developing, quite enjoyable, educational activities as necessary for the development of the subject education.

**Keywords:** Interdisciplinary, cultural heritage, Educação Patrimonial (Brazilian term)

### INTRODUÇÃO

Atividades interdisciplinares são vistas cada vez mais como fundamentais para um trabalho mais eficaz que leve os alunos, bem como os professores, a uma visão mais global do mundo, melhorando suas percepções sobre as relações entre os fenômenos. A ideia vem na tentativa de buscar a totalidade perdida, objetivo presente nas obras "Interdisciplinaridade e



Patologia do saber, de Hilton Japiassu (1976) e "Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro", de Edgar Morin (2005)<sup>1</sup>.

Pensando na possibilidade de trabalhar, preferencialmente sob o prisma interdisciplinar, associado a elementos que provoquem nos sujeitos, uma inquietação ao mesmo tempo que a possibilidade de levar a um sentimento de apego ao lugar trabalhado, é que proponho trabalhar o tema do Patrimônio Cultural. A ideia é simples: apresentar um elemento patrimonial da comunidade em questão, através de vídeo, slides, fotografia, ou outra forma multimodal. A partir daí, desenvolver questões conjuntas que envolvam várias disciplinas sobre o tema.

A atividade pode ser em forma de oficina na escola ou mesmo no local onde se encontra o Patrimônio em questão. O que chamo atenção é que a ideia de usar um bem patrimonial do lugar, além de envolver o emocional dos sujeitos em questão e ajudar na ideia de preservação, desenvolve, de forma bem agradável, atividades pedagógicas tão necessárias ao desenvolvimento dos sujeitos da educação.

### **Desenvolvimento**

Partindo da importância da interdisciplinaridade apresentada a seguir, abordarei o chamado Patrimônio Cultural, as concepções de abordagem do mundo pelos sujeitos da educação, voltando a necessidade de trabalharmos a interdisciplinaridade aproveitando os elementos do Patrimônio Cultural.

O modelo presente na escola hoje, de forma geral, é o Multidisciplinar. Há uma justaposição de disciplinas diversas, sem relação aparente entre elas. Num currículo multidisciplinar, os alunos recebem as informações incompletas e têm uma visão fragmentada e deformada do mundo. Para a maioria dos educadores esta concepção curricular não assegura uma aprendizagem significativa, pois não exige uma interlocução e a experimentação, não exige também a utilização das estruturas mentais para relacionar os estímulos recebidos, formando assim um grupo de conceitos claros.

A questão da transformação curricular não é um problema de fácil resolução, por conta de que a escola é hoje uma das instituições sociais mais resistentes à mudança. Segundo o

<sup>1</sup> Conforme estudo de: Lemos, Getulio Silva, <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/035e3.pdf>





professor Hamurabi Messender (2010)<sup>2</sup>, os paradigmas (modelos de estruturas mentais), que nos imobilizam, condicionando nossa maneira de ver as coisas, é a maior dificuldade para os profissionais da Educação admitir a possibilidade de um novo modelo curricular. Tanto é assim, que as grandes mudanças costumam acontecer a partir de pessoas que atuam ou atuaram também em outras áreas de conhecimento, estando, portanto, de fora do paradigma em questão: Jean Piaget (Biólogo), Paulo Freire (advogado); Darcy Ribeiro (Antropólogo).

Na Pluridisciplinaridade já se justapõem disciplinas mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento, formulando-se as áreas de estudos com conteúdos afins ou coordenação de área, diminuindo a fragmentação. Percebe-se que um passo foi dado a partir da Multidisciplinaridade pois já observa-se sinais de uma cooperação entre os diferentes ramos do conhecimento, não obstante ainda manterem objetivos distintos. Sua finalidade permanece inscrita no quadro de pesquisa disciplinar, as disciplinas continuam em um mesmo nível, com pequenas e raras contribuições, mas sem uma coordenação. Por isso alguns estudiosos não chegam a estabelecer diferença entre a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade.

Para Japiassu a interdisciplinaridade representa o terceiro nível de interação entre as disciplinas, caracterizada pela presença de uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade.

A característica central da interdisciplinaridade consiste no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise afim de fazê-los integrar, depois de havê-los comparado e julgado. Entre outras razões que justificam o empreendimento interdisciplinar, podemos avançar algumas que, reunidas às que forneceremos, mostram outros caminhos que permitem reajustar o ensino universitário das ciências humanas às exigências da sociedade, e proceder uma revisão total dos métodos e do espírito desse ensino. (JAPIASSU, 1976, p.32)

Para ele, este caminho é uma necessidade para melhor entender a realidade que as ciências nos fazem conhecer. Ela se apresenta como o remédio mais adequado à patologia geral do saber.

<sup>2</sup> Professor, Auditor Fiscal, consultor educacional, pedagogo. Seus escritos podem ser acessados no site <http://www.hmconcursos.com.br/blog/author/admin/page/2>. Autor da obra Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/1996 - 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.



Segundo os PCN's, a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Complementando com o texto do PCN:

Interdisciplinaridade e Contextualização formam o eixo organizador da doutrina curricular expressa na LDB. Elas abrigam uma visão do conhecimento e das formas de tratá-lo para ensinar e para aprender, que permite dar significado integrador a duas outras dimensões do currículo, de forma a evitar transformá-las em novas dualidades ou reforçar as já existentes: Base Nacional Comum/parte diversificada, e formação geral/preparação básica para o trabalho. (PCN, 2000, p.85)

## O Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da Identidade de todos nós.

Dialogando com a constituição ela reconhece que o patrimônio cultural (material e imaterial) brasileiro faz parte de sua identidade e de sua diversidade cultural, referindo-se aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, remete-nos a investigar sobre ações inerentes a disseminação da cultura para todos sem discriminação de qualquer espécie, sendo luz para promoção do bem estar social como fator de garantir a cidadania.

Vejamos o artigo 216 na Constituição federal do Brasil:

Patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver;



- III – as criações científicas e tecnológicas;
  - IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais;
  - V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, Constituição Federal, art. 216)

Conforme artigo publicado no 1º Coninter <sup>3</sup>, é fundamental participarmos das escolhas e decisões concernentes ao futuro das políticas culturais em nosso país. Neste sentido afirmamos no referido artigo:

174

Neste processo de desenvolvimento de tais políticas, escolas e universidades governos e autoridades provocam discussões e passam informações de modo a formarem cidadãos brasileiros que valorizam sua aldeia, (re)conhecem sua história, mas sabemos que não atinge a maioria - a **“massa popular”** - o direito ao acesso a cultura de todos, tornando-se assim um desafio para o meio acadêmico essa realidade, e este trabalho contribui para a construção deste processo com ações de **Educação Patrimonial**. Trazendo o conhecimento da comunidade, a diversidade de bens materiais e imateriais existentes na cidade e com as ações de educação que é uma forma de sustentar a produção da memória e estar alicerçada na produção do presente que torna-se passado e produz a construção da sociedade. De acordo com CERQUEIRA (2008, P.13) podemos argumentar que a comunidade é o melhor guardião do patrimônio, *lembrando as palavras de Aloísio Magalhães “(...) Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece (...)”*.<sup>4</sup> Este conhecimento faz parte do cotidiano da comunidade e entre si, através de uma prática contínua de envolvimento onde haja amadurecimento do cidadão. Ao citar a palavra **“desafio”** sobre o direito ao acesso a cultura, cabe lembrar Freire: **“Que a justiça social se implante antes da caridade”(1988)** importante destacar a construção de uma sociedade verdadeiramente humana depende das forças dos brasileiros em relação a lutar por condições mais dignas de bem-estar social, para Freire **“ não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança” ( p.91)**<sup>5</sup>

Importante ainda falarmos da chamada "herança cultural" de nossos antepassados e os significados atribuídos aos mesmos e ao Patrimônio Natural. No primeiro caso, atualmente

<sup>3</sup> Ribeiro, Angela Mara Bento e Machado, Carlos José de Azevedo: Compartilhando os bens de Jaguarão - RS Proposta de Educação Patrimonial. CONINTER 1, 05-09-2012, Universidade Federal Fluminense. Artigo disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONINTER/GT13%20Hist+%A6ria,%20linguagem%20e%20produ+%BA+%FAo%20do%20conhecimento/Compartilhando%20os%20Bens%20de%20Jaguar+%FAo%20%D4%C7%F4%20Rio%20Grande%20do%20Sul%D4%C7%F4%20Trabalho%20completo.pdf>

<sup>4</sup> CERQUEIRA, Fábio Vergara.(org) Educação patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares.Pelotas-RS: Instituto de Memória e Patrimônio e Mestrado em Memória Social e patrimônio Cultural-UFPEL-Editora UFPEL, 2008.

<sup>5</sup> Paulo Freire – Vida e Obra org. Ana Inês Souza- São Paulo : Expressão Popular, 2001.p.11



surgem no campo dos estudos interdisciplinares diversas pesquisas sobre o Patrimônio Cultural de uma forma mais universalizada, ou seja, não somente levando em conta os monumentos de “pedra e cal”, como acontecia até a década de 80 do século XX. Algumas leis e iniciativas vêm contribuindo para fixar a ideia de que o Patrimônio Cultural é formado por um conjunto de elementos que não dissociam patrimônio material e patrimônio imaterial. No que tange ao Patrimônio Natural, lembramos que existe uma legislação<sup>6</sup> própria no sentido de preservá-la para as novas gerações. Assim, podemos apontar vários elementos da Paisagem Natural que se tornam referências pelo uso dado aos mesmos e por isso passamos a denominá-los de Paisagem Cultural.

### **Da multidisciplinaridade para a Interdisciplinaridade: mudando a concepção de analisar os entes**

Voltando aos paradigmas (modelos de estruturas mentais) citados por Hamurabi Messenger, que nos imobilizam, condicionando nossa maneira de ver as coisas, o que vem a ser a maior dificuldade para os profissionais da Educação admitir a possibilidade de um novo modelo curricular. Superar nossa situação dada exige exercício constante, além de uma visão cíclica onde possamos a partir do todo, chegarmos as partes, suas relações, e voltarmos para o todo contextualizado. Isto nos remete ao entendimento do método dialético, utilizando-me para tal o texto de Caio Prado Junior (1973). A forma hegemônica de analisar o mundo, os fenômenos, é historicista, dentro de uma tradição metafísica. Esta prima pela fragmentação, não dando ênfase nas relações entre os entes, e embora reconheça a existência e importância das mesmas, não passa da constatação. Vejamos aí a relação com a educação escolar, conforme Japiassu:

A fragmentação das disciplinas é um fato. Também é um fato, conseqüentemente, a fragmentação do objetivo, vale dizer, da própria experiência. (JAPIASSU, 1976, p.30)

<sup>6</sup> Apontamos, por exemplo, o Código de Águas brasileiro de 1934, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972), o artigo 225 da Constituição brasileira de 1988, a lei 9985/2000 que regulamenta o artigo 225 da Constituição. O Patrimônio Natural se faz importante, numa comunidade carente, uma vez que as pessoas apontam um arroio, um morro, uma árvore, para lembrar acontecimentos.



Figura representativa da compartimentalização entre as disciplinas.

A análise historicista tem-se colocado ao longo da sociedade humana, reforçada com a filosofia cartesiana que sempre foi muito conveniente para a industrialização e para o fortalecimento do capitalismo. Esta análise ajuda a perpetuar a situação dada (statu quo), uma vez, partindo de uma visão fragmentada, dificulta-se a compreensão da "coisa em si", e aí não conseguimos, em geral, chegarmos a raiz dos problemas ou situações, ou superarmos uma dada situação. Se a perspectiva é de superação, fica mais difícil o intento.

Agora entramos na necessidade da análise dialética. Sua ênfase está nas relações entre os entes. Percebe o todo, vai até as partes, observando suas relações, para retomar o todo. Porém, quando buscamos entendê-la, e nos guiar metodologicamente por ela, a dificuldade que poderíamos encontrar seria mais ou menos a do aluno do Ensino Médio que se depara pela primeira vez com a Teoria da Relatividade. Como entendê-la, "se parece não ter lógica". Afinal somos acostumados a ver o mundo pela lógica euclidiana, tridimensional. E Einstein se utiliza de outra geometria, baseado na lógica de Riemann, que prevê mais dimensões. Para quem já está acostumado a trabalhar com esta análise o exemplo citado não caberia, mas isto não é o normal nas escolas. Por isso, mesmo com boa vontade, muitas vezes ao começarmos a trabalhar de forma dialética, do meio para o final já corremos o risco de entramos noutra lógica, o que evidentemente, nos levará a algum lugar. Só que este lugar pode revelar-se não desejável. Assim, a dialética precisa ser exercitada. E para isso é preciso conhecê-la. Da mesma forma como bem coloca Getulio Silva Lemos em artigo publicado:

A interdisciplinaridade não pode ser apenas estudada, para adentrá-la precisa ser exercida. Ela se manifesta na atividade contínua de um grupo de pessoas que, embora diferentes, conseguem consolidar ações de coexistência pacífica e até de laços fraternos podendo criar espaço para surgir a cooperação e a solidariedade. (Lemos, 2006, p,7)



A interdisciplinaridade, como vimos, busca abordar o todo, as relações. Neste ponto é importante a análise de Edgar Morin:

A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. (MORIN, 2000, p.14)

O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. (MORIN, 2000, p.38)

177

É possível perceber uma contribuição importante para a abordagem da interdisciplinaridade, termo que, importante colocar, Morin sequer utiliza, porém apresenta uma ideia abrangente face a uma globalidade contextualizada, superando conforme estudo de Lemos a disciplinarização que Japiassu, três décadas antes (1976), talvez tenha caído:

As partes continuarão sendo partes "costuradas" entre si, o que proporciona certa fragilidade na manutenção do todo." (LEMOS, 2006, p. 7)

No campo da interdisciplinaridade cabe ainda destacar que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), a partir de 2008, passou a designar a Área Multidisciplinar, criada em 1999, como Área Interdisciplinar, compondo a Grande Área Multidisciplinar. O documento de área e Comissão da Trienal 2013, da CAPES, disponibilizado na web em 09-12-2013<sup>7</sup> nos traz alguns elementos que justificam a introdução desta área no contexto da Pós-graduação. Vejamos aqui o que este documento coloca em relação ao desafio para o avanço da ciência e tecnologia:

Na medida em que os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, o desafio que se apresenta,

<sup>7</sup> Disponível em:

[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Interdisciplinar\\_doc\\_area\\_e\\_c\\_omiss%C3%A3o\\_block.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_c_omiss%C3%A3o_block.pdf)





do ponto de vista epistemológico, é o de identificar características e âmbitos de atuação de cada uma dessas modalidades de geração de conhecimento nas diferentes áreas, assim como as suas possibilidades e limites.

A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo porque pressupõe a interlocução de várias perspectivas teórico-metodológicas. Entende-se por Multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.

A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. (CAPES, 2013, P.12)

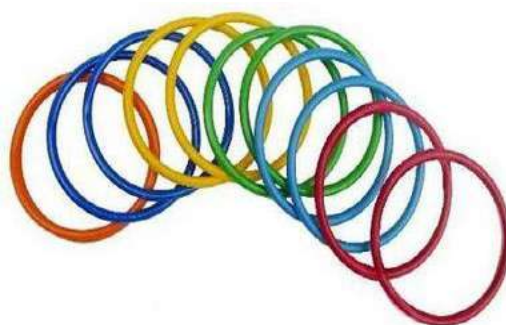


Foto representativa da interação entre as disciplinas.

## Proposta de Oficina

O objetivo da Oficina é desenvolver uma atitude crítica e reflexiva, utilizando-se do Patrimônio Cultural, dentro de um trabalho multidisciplinar na sala de aula e da sala de aula para a comunidade.

Num primeiro momento, escolher um bem que faça parte do Patrimônio Cultural. Como exemplo, na minha cidade, Jaguarão-RS, poderia utilizar a Ponte Internacional Mauá, de 1930, primeiro bem tombado de forma binacional (Brasil e Uruguai). A partir de um vídeo (curta) ou de uma foto, slide, etc. Pode-se dividir em pequenos grupos (isto permite uma participação maior), com possibilidade de citações/percepções por parte dos professores para provocar comentários dos alunos.



No segundo momento, então, abre-se para comentários da turma. Os professores anotam as considerações para serem elencadas no decorrer da atividade. Observemos que há pelo menos dois professores e disciplinas. O ideal é que pudesse abarcar o máximo de professores/disciplinas. Mas o caminho, em geral, começa com pequenos grupos de professores, e conforme o resultado e envolvimento da comunidade escolar, vai "contaminando" outros. Se não começarmos, não há o que se falar em ampliação e continuidade.

Neste terceiro momento, em meio a este trabalho interdisciplinar, os professores proponentes, apresentam uma metodologia comum à turma. A avaliação também deve ser pensada conjuntamente. Um bom exemplo é apresentar um trabalho (envolvendo as várias disciplinas intercaladas e relacionadas) onde envolverá pesquisa e reflexão para a turma, baseando-se nas colocações iniciais, além do envolvimento com a atividade desde os primeiros passos.

Para visualizarmos um exemplo mais prático, apresentarei uma proposta de atividade (roteiro de questões) dentro do terceiro momento, tendo como base a cidade de Jaguarão-RS. Esta atividade, conforme poderemos perceber, envolve diversas disciplinas. A atividade se dá a partir do vídeo "Apresentação para tombamento binacional da Ponte Internacional Visconde de Mauá", produzido pelo IPHAN RS (2010). Após podemos apresentar as seguintes questões (nem todas aqui estão construídas):



Ponte Internacional Mauá. Arte de Leandro Barrios<sup>8</sup>

### Atividade 1:

1. Como visto, a ponte foi construída ao longo dos anos 20, e inaugurada em 1930. Que fenômenos aconteciam no Brasil neste período?

<sup>8</sup> Leandro Barrios, artista plástico da fronteira Uruguai-Brasil. Uruguaio de nascimento, expõe seus trabalhos de forma constante em Montevideo, Rio Branco (ROU) e Jaguarão (Brasil).



2. Jaguarão não era isolada do resto do Brasil (e do mundo). Busque informações em jornais locais da época, além de outras fontes (fotografias, cartas, jornais de circulação regional ou nacional, etc) e traga para a aula.
3. Reflita e discorra. Como você se sentiria, se vivesse numa pequena cidade, e de repente, se visse convivendo com milhares de "estrangeiros". Elabore uma redação a partir desta inferência.
4. Como você encara o diferente? Justifique sua resposta.
5. A partir dos traçados arquitetônicos da ponte, elaborar questões que envolvam geometria e estilo artístico-arquitetônico.
6. Qual seu entendimento da importância, ou não, de preservarmos este bem patrimonial?
6. Elaborar questões que envolvam as substâncias químicas utilizadas no material da ponte;
7. Questões ambientais poderão ser elaboradas, pois um rio passa abaixo e tem uma riqueza muito grande na biodiversidade local.

**Atividade 2:** Para cá, como visto, vieram centenas de trabalhadores de várias etnias. Com as informações conseguidas no item anterior e através de entrevista com pessoas mais idosas (avós, bisavós), propor buscar informações sobre as famílias das décadas de 30, 40, 50. Casamentos, convívio social, etc. A ideia de descobrir informações de como poderia ter sido as relações sociais entre os que aqui moravam e os que aqui chegaram, em função da construção da ponte.

Ainda podemos organizar questões de múltipla escolha, ao exemplo do ENEM. O importante de tudo isto, para garantir a interdisciplinaridade, é a interação entre os professores que devem pensar conjuntamente as atividades bem como a avaliação. E avaliar o próprio trabalho posteriormente.

## Conclusão

Para alcançarmos de forma mais agradável e eficaz um trabalho interdisciplinar, a proposta de um tema como o Patrimônio Cultural, além de envolver o emocional dos sujeitos em questão também ajuda na ideia de preservação, desenvolvendo, de forma bem agradável, atividades pedagógicas importantes para o desenvolvimento dos agentes.



Esta forma de trabalhar, além do exposto acima, ajudará a exercitar a análise dialética. Aos poucos, os sujeitos da educação, em especial os professores, que se encontram no grupo com mais resistência a mudanças, começam a ver com olhos mais livres.

Ainda é importante frisar que quando abordamos o tema Educação Patrimonial de certa forma existe a relutância de incluir elementos que fogem ao currículo do ensino já adaptado aos padrões da educação do ensino fundamental e médio. Há também um caminho para trilharmos aí, embora menos complexo do que conseguir se desprender do chamado Historicismo. Se falarmos em inovar e formar professores cada vez mais capacitados para interagir com a atualidade, a Educação Patrimonial vem contribuir tanto no ponto de vista da educação escolar formal quanto a informal.

Dentro deste panorama, perguntas como "De onde viemos? Onde estamos? Para onde vamos?", levantadas por Morin (2000), com vistas a educação das novas gerações, estarão no centro destes trabalhos, possibilitando uma visão mais global e contextualizada.

Deixo o desafio de cada educador pensar atividades interdisciplinares em seus lugares de trabalho, aproveitando o Patrimônio Cultural como elo de ligação para diversas atividades.

## Referências Bibliográficas

BRASIL, 2000. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Ensino Médio), Parte I /bases legais

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Art. 216. Incisos I, II, III, IV em: [http://senado.gov.br/legislação/cosnt/con1988/CON1988\\_29.03.2012/art\\_216](http://senado.gov.br/legislação/cosnt/con1988/CON1988_29.03.2012/art_216).

CAPES, Documento de área e Comissão da Trienal 2013. Disponível em:

[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Interdisciplinar\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf)

CERQUEIRA, Fábio Vergara, GUTIERREZ Ester Judite Bendjouya, SANTOS Denise Ondina Marroni, MELO, Alan Dutra - *Educação patrimonial: perspectivas multidisciplinares*- Pelotas, RS- Instituto de Memória e Patrimônio e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL - Pelotas: Editora da UFPEL, 2008.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.



LEMOS, Getulio Silva. *Interdisciplinaridade e pensamento complexo: dois caminhos da totalidade perdida*. In: II Seminário Nacional de Filosofia e Educação, 2006, Santa Maria, RS. Anais, 2006 em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/035e3.pdf>

MESSENDER, Hamurábi. *Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/1996* - 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: UNESCO/Cortez, 2000.

PRADO JR, Caio; *Discurso* – Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ano IV, nº 4, PP. 41-78, 1973.

RIBEIRO, Angela Mara Bento e MACHADO, Carlos José de Azevedo: *Compartilhando os bens de Jaguarão - RS Proposta de Educação Patrimonial*. In: **CONINTER 3**, Organizador: ANINTER, 05/09/2013. Encontrado no site:

<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONINTER/GT13%20Hist+%A6ria,%20linguagem%20e%20produ+%BA+%FAo%20do%20conhecimento/Compartilhando%20os%20Bens%20de%20Jaguar+%FAo%20%D4%C7%F4%20Rio%20Grande%20do%20Sul%D4%C7%F4%20Trabalho%20completo.pdf>

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra & LIMA, Andréia Gama. *Cidade, memória e política: Jaguarão RS/ Patrimônio histórico e artístico nacional*, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Ana Inês, Org.: Paulo Freire – Vida e Obra - São Paulo: Expressão Popular, 2001.



## COSMOLOGIA MAKUXI: ARTE, MITOS E RITOS

SOUZA, Maria Socorro Alves de  
*UFAM*  
*socorroalves2000@yahoo.com.br*

TORRES, Iraildes Caldas  
*Professora do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura da Universidade  
Federal do Amazonas*  
*iraildes.caldas@gmail.com*

183

### RESUMO

Este artigo de natureza bibliográfica e documental tem como objetivo refletir sobre a cosmologia do povo Makuxi sua história, arte, ritos e mitos enquanto bens imateriais e patrimônio cultural. A valorização desse patrimônio e sua divulgação se fazem necessário, face ao cenário historicamente marcado por conflitos territoriais, interétnicos e de políticas contrários aos interesses indígenas. Acreditamos ser imprescindível dialogar sobre a realidade indígena, a partir de uma concepção interdisciplinar que tenha como centralidade a discussão sobre a diversidade cultural, considerando as singularidades dos diversos grupos indígenas, memória e identidade étnica. Assim sendo, os ritos, os mitos e celebrações se constituem na presença humana, na história coletiva, herança cultural e patrimônio histórico.

**Palavras-chave:** Cosmologia. Cultura. Makuxi

### Abstract

This article bibliographic and documentary nature aims to reflect on the cosmology of the people Macushi its history, art, myths and rituals as intangible assets and cultural heritage. The appreciation of this heritage and its disclosure, against the backdrop historically marked by territorial, interethnic and policies against indigenous interests conflicts are necessary. We believe it is essential to talk about the indigenous reality, from an interdisciplinary concept that has centered on the discussion on cultural diversity, considering the peculiarities of the various indigenous groups, ethnic identity and memory. Thus, the rites, myths and celebrations constitute the human presence in the collective history, cultural heritage and historical heritage.

**Keywords:** Cosmology. Culture. Makuxi

## INTRODUÇÃO

A formação do atual estado de Roraima ocorreu por meio de disputas entre portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses que data o século XVI. Mas sua ocupação sistemática, ocorreu no século XVIII quando teve início o período pombalino que se instaurou a partir de 1750 com reformas estruturais na economia amazônica, fortemente caracterizada pela atividade extrativista, e utilização da mão de obra





indígena. Essas reformas estruturais ocorreram no governo do meio irmão do Marques de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) com a introdução de escravos africanos na colônia e a retirada do poder temporal dos missionários que atuavam nos aldeamentos indígenas, seguidas da expulsão dos jesuítas.

Nesse cenário, antigos aldeamentos onde viviam grande parte dos indígenas, foi elevada à categoria de vilas com nome de portugueses, brancos e índios, foram chamados a uma “convivência pacífica” e todos deveriam pagar seus dízimos, uma espécie de tributos do qual deveriam reconhecer sua obrigação de vassalo. Nesse cenário a língua portuguesa, passa a ser obrigatória em substituição à língua geral praticada na Amazônia.

De acordo com Farage (1991), a ocupação efetiva, começou somente no século XIX, com o estabelecimento de fazendas de gado ao longo dos rios da bacia do rio Branco. Na sede de uma fazenda, um pequeno povoado começou a se desenvolver, elevado à freguesia com o nome de Nossa Senhora do Carmo em 1858. Após a Proclamação da República em 1880 a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi elevada a categoria de município com a denominação de Boa Vista do Rio Branco instalada em 25 de julho do mesmo ano.

No início do século XX ocorre a definição das fronteiras com a Guiana e a demarcação datada de 1859 da fronteira com a Venezuela, ratificados de 1905 a 1940. Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, o discurso da defesa do território levou o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas a desmembrar os estados áreas de fronteira e colocá-los sob administração direta do governo federal, assim surgiu o território de Roraima, criado em 1943 e posteriormente extintos com a constituição de 1988 que transformou territórios em estados da união (FARAGE, 1991).

## **RORAIMA DAS SERRAS E LAVRADOS**

O Estado de Roraima está situado na região norte do Brasil e ocupa uma área aproximada de 224,228 mil, km<sup>2</sup>. Tem por limites a Venezuela ao norte e nordeste, Guiana ao leste, Pará ao sudoeste e Amazonas ao sul, é o estado mais setentrional da federação, com uma população de acordo com dados do IBGE(2009) de 451.227 mil habitantes. O estado de Roraima se destaca no cenário nacional por possuir maior contingente populacional indígena e um percentual de 48% de migrantes de todo o país, atraídos por concursos públicos, assentamentos e a prática de exploração de minerais.



Roraima em sua distribuição político-administrativa é dividido em 15 municípios e como um todo o estado não possui atividades econômicas expressivas voltadas para a indústria e fabricação de bens de consumo. Atualmente, possui duas áreas de Livre Comércio (ALC) em Bonfim e Boa Vista, constituem-se em áreas de importação e exportação que operam em regime fiscal especial. O estado vive do setor primário do extrativismo e agropecuária, no setor industrial, Boa Vista, a capital de Roraima, destaca-se a produção de refrigerantes, derivados do leite e derivados de cereais, tendo como principais mercados importadores São Paulo, Amazonas e Venezuela.

Na composição étnica e formação histórica tem como característica marcadamente a mistura do índio, do europeu e do negro, resultando no mestiço e/ou caboclo. De acordo com dados do IBGE(2000), a população de Roraima está composta por: pardos (6,55%), brancos (24,78%) indígenas (8,67%), negros (4,23%) e amarelos (0,14%). Os traços culturais de Roraima resultam do processo de miscigenação em que se destaca a presença do índio iniciantes da ocupação humana na Amazônia.

O povo Makuxi está localizado em Roraima e na Guiana inglesa. Estão estimados em cerca de 24.000 habitantes dos quais 16.000 vivem no Brasil, na região do lavrado em Roraima. Em relação à distribuição espacial, observa-se que as fronteiras étnicas são bastante tênues em virtude dos arranjos residenciais entre parentelas integradas por homens de diferentes procedências, principalmente nos agrupamentos compostos por famílias extensas mistas entre Makuxi e Ingaricó; ou entre Macuxi e Patamona, os Makuxi e os Wapichana.

Santilli (2001) ao se reportar a construção social do território Makuxi salienta a diversidade de designações étnicas permeadas de distinções e especificidades existentes em cada grupo constituindo-se em um sistema de identidades que singulariza os índios que vivem na área *circum* –Roraima. Os Makuxi se autodenominam de Pemon e Kapon. Apesar de sua composição e formação histórica ser indígena, Roraima ganhou a fama indecorosa de ser o mais anti-indígena de todos os estados da federação, fato constatado por ocasião, do reconhecimento oficial do território Indígena Raposa Serra do Sol, em que observou-se às pressões políticas e campanhas contrárias a demarcação das terras Makuxi.

De acordo com Melo (2000), no campo político os Makuxi destacam-se no cenário regional, tanto nos aspectos da educação, quanto da saúde, e nos projetos de



produção econômica em agropecuária. Historicamente, o povo em sua organização política, tem se manifestando contrário aos interesses fundiários do estado e dos grupos econômicos do poder. No contato entre índios e não índios a luta pela terra, e o direito ao acesso aos bens e serviços de consumo é uma constante reivindicação desse povo que através de suas representações e visões de mundo expressam sua identidade.

## COSMOLOGIA MAKUXI

As cosmologias revelam formas de significar o mundo, proporcionando sentido as coisas existentes e viventes. Interpretar as formas de representações decorrentes das visões de mundo de diferentes grupos sociais nos parecem ser relevante à compreensão da dimensão espiritual desses povos. Nesse sentido, as práticas ritualísticas e míticas constituem-se em fontes de conhecimentos e de padrões culturais tradicionais e de espaços de múltiplos diálogos e saberes produtores de significados e formas de viver.

O xamanismo, conforme Langdom (1996), não conhece fronteiras nem nacionais e nem tribais. A cultura xamânica, forma parte de um padrão lógico de representações e os papéis sociais desempenhados em uma dada cultura. Daí abranger diferentes práxis, tais como medicinal, mágica, religiosa e filosófica.

O xamanismo, como sistema ideológico [...] inclui a crença em almas, tanto de objetos inanimados e animais, quanto de seres humanos [...] os rituais foram analisados como atos mágicos. A magia é separada da religião, porque em vez de ser um ritual de adoração compreende práticas visando alterar os eventos (LANGDOM, 1996, p. 16-17).

O ritual xamânico necessita da presença do xamã, termo da língua siberiana “*tunque*” que significa o mediador entre o mundo humano e do espírito. A esse propósito, Carneiro (1998), assim se manifesta: os xamãs são viajantes no tempo e no espaço, são tradutores e profetas. Normalmente se apresentam com o estado de consciência alterado em êxtase, comunicando-se com espíritos, plantas, entre outros seres, através dos sonhos, danças, cantos e outras técnicas que podem ser empregadas em conjunto ou em separado para atingir a mediação xamânica.

O xamanismo, como instituição, expressa as preocupações centrais da cultura e da sociedade, como a preocupação com o fluxo das energias e sua influência no bem estar humano. Como visão cosmológica, tenta entender os eventos no cotidiano e influenciá-los. [...] o xamanismo se



preocupa com o bem estar da sociedade e de seus indivíduos, com a harmonia social com o crescimento e a reprodução do universo inteiro. Abrange o sobrenatural, tanto quanto, o social e o ecológico. Assim o xamanismo é uma instituição cultural central, que, através do rito, unifica o passado mítico com a visão de mundo, e os projeta nas atividades da vida cotidiana (LANGDON, 1996, p. 28)

No contexto indígena brasileiro, o xamã corresponde ao pajé que é uma palavra de origem tupi, que designa uma pessoa portadora de poderes ocultos e espirituais. O pajé ou xamã caracterizam-se pelas mesmas práticas, mas com variações culturais. No Brasil a pajelança caracteriza-se por rituais marcados por técnicas de cura e comunicações espirituais.

Cosmologia e xamanismo estão intimamente imbricados como afirma Cesarino (2011, p. 33), “cosmos[...] é uma configuração posicional, uma série infinita de replicações personificadas e não uma redoma perfeita surgida ab ovo.” Nesta perspectiva, o cosmos implica em sociabilidades, deslocamentos, trajetos e posições e isto se traduz como poeticamente destaca o autor, em pessoas múltiplas, singulares, com configurações ou composição específica de elementos que o determinam e o diferenciam.

De acordo com Marques (2013), na cultura Makuxi o cosmos é composto basicamente de três planos sobrepostos no espaço que se encontram na linha do horizonte. O céu que enxergamos da superfície terrestre é base do plano superior, *Kapragon*, povoado por diversos tipos de seres, incluindo os corpos celestes e os animais alados, entre outros, que também vivem, à semelhança dos humanos, da agricultura, da caça e da pesca.

A superfície terrestre, onde vivemos, é o plano intermediário; abaixo da superfície há um plano subterrâneo, habitado pelos *Wanabaricon*, seres semelhantes aos humanos, porém de pequena estatura, que plantam roças, caçam, pescam e constroem aldeias. O plano intermediário, por sua vez, não é o domínio exclusivo de humanos e animais, mas habitam-no ainda duas classes de seres, *Omá:kon* e *Makoi* o critério para essa divisão é o lugartr habitado por cada uma delas.

1.º *Omá:kon* habita preferencialmente as serras, em particular as áreas rochosas e mais áridas da cordilheira, bem como as matas. Sua aparência é marcadamente selvagem, possuem unhas e cabelos longos e fala inarticulada.



Manifestam-se mais comumente sob a aparência de animais de caça, embora sejam eles os caçadores de homens.

2.º Os seres *Makoi* são predominantemente aquáticos, habitando as cachoeiras e poço. Manifestam-se sob a forma de cobras aquáticas e são considerados os seres mais nefastos aos homens, atraindo-os para o seu domínio e devorando-os.

Quando os *Omá:kon* e *Makoi* aprisionam uma alma humana (*Stekaton*), a vítima adoece e acaba morrendo. Somente os xamãs (*Piatzán*) podem fazer face à predação exercida pelo *Omá:kon* e *Makoi*, pois possuem a capacidade de vê-los e sabem como neutralizá-los. A ação terapêutica do xamã consiste basicamente no resgate da alma aprisionada, impedida de retornar ao corpo e que, em uma sessão xamanística, os cantos descrevem à medida que essa ação se desenrola.

Na descrição de Marques (2012), a ação xamânica se desenvolve nos dois mundos e na ação dos espíritos estes assumem diferentes formas e significados. Como observa Townsley (1993, p. 453), os espíritos transitam em dois mundos: o mundo da realidade e o mundo dos sonhos. O xamã do ponto de vista da linguagem expressa um ponto de vista parcial, objetos e coisas vislumbradas e percebidas só se deixam ver de forma parcial. Na cultura Makuxi algo semelhante acontece nas prática xamânica a figura do pajé surge como o detentor do domínio das forças espirituais na relação com dois mundos o real e o sobrenatural, o que lhe confere acesso aos diversos planos cosmológicos. As cosmologias revelam formas de significar o mundo, proporcionam sentido às coisas existentes e viventes (Castro,1986). Traduzem e decodificam perspectivas, conceitos e definições de diferentes percepções no transitar de mundos.

## **ARTE, MITOS E RITOS MAKUXI**

Como salienta Veltheim (1995), no estudo da produção e estética das coisas, a fabricação de um objeto ou artefato é gestada e está intrinsecamente conectado às matérias primas de sua confecção, sendo sob certo aspecto entrelaçadas aos sujeitos produtores. No processo de produção de panelas de barro pelos índios Makuxi, isto se evidencia, na fabricação de objetos artesanais em que, artefato e natureza, mediados pela ação humana exprimem no plano simbólico e existencial conhecimentos e experiências decorrentes de cosmologias e representações de mundo.



De acordo com Marques (2013), a panela de barro na língua Makuxi é chamada de *inî* que é feito de barro, pelos mais velhos submetidos antes ao benzimento pelo pajé da comunidade. A produção da panela obedece a um ritual de retirada do barro da natureza, mediante permissão desta, com a finalidade de evitar a quebra durante a sua confecção. O não cumprimento desse ritual pode acarretar problemas de saúde ao produtor da panela.

[...] durante a sua construção tem que fazer em um lugar bem silêncio onde pessoas não circulem, pois se houver isso a panela pode quebrar. Ainda a panela de barro após ser feita tem que passar três dias em um lugar onde ninguém possa tocar após esse processo tem que queimar com capenga de buriti depois passar o tucupí está pronta a panela de barro.

A produção artesanal de panelas de barro nas comunidades indígenas faz parte de um conhecimento secular transmitido de geração a geração. Como observa Surita (2010) o processo de fabricação é completamente manual. As artesãs utilizam apenas uma cuia de cabaça para raspar o excesso de barro e dar forma à peça. Na última etapa, são feitos os retoques e o polimento (feito com seixos de jaspe-vermelho), aprontando cada unidade para a queima na fogueira, procedimento que garantirá a resistência da panela. A confecção das panelas de barro representa, uma manifestação cultural e na atualidade a obtenção de renda pelas vendas realizadas em feiras de artesanato e eventos indígenas em Boa Vista e outros municípios vizinhos a capital de Roraima.

Nos ritos e celebrações do povo Makuxi se destaca o canto do Parichara baseado no mito de uma aldeia que existiu no passado, mas foi destruída após a ocupação do território entre os Mansipî e Watunau.

Conta o mito que,

O mansipî e seus grupos destruíram aldeia do watunau e apenas ele que sobreviveu porque estava escondido debaixo da panela de barro, então quando o mansipî estava indo embora o watunau pegou o mansipî que era um urubu e levou para casa, deixou ele amarrado e saiu para o trabalho quando o watunau chegou encontrou a mandioca raspada e ralada no outro dia o mansipî saiu para sua roça voltou e encontrou o caxiri feito e sendo assim o watunau não sabia quem estava fazendo tudo isso, e quando descobriu era o urubu que fazia tudo isso e como não tinha mulher e fazia toda atividade em casa decidiu casar. O mansipî queria comer o watunau e levou ele para o céu para conhecer a sua família e logo o pai do mansipî queria comer o watunau e pediu que ele fizesse o que mandasse mandou secar um lago e se não secasse o pai do mansipî comeria o watunau, estava ele





cansado e o carapanã (ma'sa) encontrou o watunau e conseguiu secar o lago para o pai do mansipî comer os peixes, mandou fazer um banco com formato da cabeça do urubu reis e ele nunca tinha visto a cabeça do urubu reis e a Osga encontrou o watuanu e disse vou te ajudar, e durante a noite mijou na cabeça do pai da mansipî e o pai iluminou com o fogo para ver o que era, e assim a Osga desenhou a cabeça do urubu reis, fez o banco e mal feito ,entregou para o pai do mansipî quando o pai dela foi sentar derrubou ele e morreu. Assim o mansipî se livrou do pai dela mas logo ficou ameaçado pelos familiares e decidiu cantar as músicas parixara, tukui, e ximidim e apaixonou toda família, e para voltar para terra encontrou o passarão e no meio da viagem matou o passarão e enfiou o bico do passarão no lago por isso o bico do passarão é preto até hoje, Então essa é a história. (MARQUES, 2013)

Para Marques(2013), o canto do Parixara representa alegria, forma de se expressar e de exprimir sentimentos, mediadas por saberes e experiências da comunidade. A Parixara somente é cantada em celebrações de alegria e em ocasiões de fartura de alimentos combinados a ingestão de uma bebida fermentada o caxiri. As festas tradicionais são marcadas pela vestimenta feita com fibras de buriti, fio de algodão, sementes, e os instrumentos musicais como apito de taboca, e a flauta são feitos com imbaúba e bambu. Nas festas, organizam-se rodas com uma quantidade de pessoas com braços agarrada uns aos outros, todos cantam em voz alta, um passo para frente, ouro para traz e, depois fazem uma dança com pares feminino e masculino. Geralmente são utilizados trajés com saias feitas de fibra de buriti, palha verde ou junco que tingidos com tintas de jenipapo ou uma batata de mangarataia.

O antropólogo e etnólogo alemão Theodor Grünberg (2008), quando esteve numa expedição ao Brasil e na viagem ao rio Orinoco descreveu a dança do “parischerá” (parixara) e suas “vestimentas graciosas tangas de miçangas vestiam as mulheres”, os homens com “adornos na cabeça feitos de folhas de inajá que cobrem parte do rosto[...] longos penduricalhos do mesmo material envolvem o corpo e as pernas” (GRÜNBERG, 2006, p. 76). As danças em sua descrição duravam a noite inteira e estavam relacionadas aos pássaros, aos porcos e aos quadrúpedes. As danças tinham a função de servir como encantações para se conseguir caça e pesca abundantes.

Montardo (2009, p.58), ao falar dos mitos, afirma que “cantar, dançar e executar instrumentos [...] são as ações oferecidas pelos ancestrais míticos como via de reencontro com eles e como condição de sobrevivência na e da terra”. Na cultura Makuxi os mitos e ritos estão permeados de cosmologias e representações de mundo,



muito embora, em seu processo histórico temos uma perda gradativa das manifestações culturais tradicionais, apesar de existirem grupos que na atualidade que buscam significar e manter a memória cultural do universo ritualístico e mítico desse povo.

No contexto das manifestações culturais, o canto exerce um papel importante, como assevera Townsley (1993), “as canções são caminhos que se referem em geral as situações cotidianas em que o yoshi (espírito) exprime e traduz os mitos e situações num contínuo canto metafórico em sua mensagem e forma”. Paralelamente na cultura Makuxi o canto e as danças compõem o universo dos ritos e mitos. As canções narram feitos, histórias, o cotidiano, revelados por meio de metáforas, em que homens e animais tomam parte e personificam-se nesse universo.

São ilustrativas as canções abaixo, “*Uyeseru’kon ta komanto* em sua tradução significa, “vivendo a cultura na língua Makuxi”, corrobora o que poeticamente Townsley afirma sobre o canto em sua dimensão ontológica e expressão de numa polifonia de vozes e linguagem com seus códigos e metáforas”.

**(Maasipî)**

*Eseuruma maasipî ya tawa anunmîpî*

*erenkauya sîrî . Uneepu`ti*

*Ya `rî iku`pîtûya siri.*

*Maasipî tawa anunmî, tawa, tawa anunmî*

*(Eu vou cantar desse Maasipî que juntou caulim para passar nele, pra se pintar).*

**(Wenasenunpai)**

*Pariisara neeserunpai*

*Mariipa yare*

*O pariisara neeserunpai*

*Pariisara neeserunpai.*

*Mariipa yare*

*Maruwa yare xuruwa yare*

*(ao fazer roupa de palha naja para a dança de pariixaara)*

**(Tororonono)**

*Sîrî amookopokon eremuîpî*

*toronokon suwi suwi eporopîman*

*Taátoýeren kauya siri waakau waakau ya.*

*Uyeeporîrî man kaima eserenka sîrî saakîne kaixarî wanî mîrîrî suwî*

*suwî pîtoron pî taiya waakau taiya woro`ke pî kaima eseuruma mîrîrî.*

*(este é canto do momento de início do inverno quando as andorinhas vão buscar a chuva)*

*(Extraído do Cd-rom intitulado “Uyeseru’kon ta komanto, 2005).*



Na cultura Makuxi as festas indígenas se constituem em espaços de encontro que reúne crianças, jovens, adultos e idosos que após as atividades cotidianas entregam-se a momentos de prazer proporcionados pelas músicas, danças e a ingestão de bebidas como o caxiri. Atualmente se observa em muitas comunidades indígenas a substituição dos cantos e as danças tradicionais, por gêneros musicais e ritmos de danças dos não índios, como podemos observar na fala de um Makuxi,

[...] quando começa o forro todos começam a dançar. Ao redor do malocão crianças dormem nas redes, indiferentes ao barulho do som. As pessoas se vestem de diferentes estilos tem parente de óculos escuros, casacos, jeans e vestidos se misturam a pés descalços sandálias havaianas, chapéus de cowboy, bermudas e camisetas em total harmonia. Sem preconceito, há quem dance de mochila nas costas. O que vale é participar da festa (MARQUES, 2012).

As vestimentas também sofrem influencias da absorção de estilos dos não índios. Isto significa que as festas tradicionais estão em processo de novas significações, pois antes as festas eram marcadamente espaços em que os cantos, as danças tradicionais evocavam o cotidiano, as crenças, os mitos que compunham as celebrações e cosmologia Makuxi.

As mudanças e influencias do contato interétnico, podem propiciar à perda da memória do que no passado representou um valor cultural, os cantos, o modo de cantar, vestir, dançar, de ser de um povo em suas manifestações culturais e identitárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização dos conhecimentos tradicionais e suas manifestações simbólicas são imprescindíveis a preservação da memória e história dos povos indígenas da Amazônia. Apesar das mudanças e transformações ocorridas na cultura Makuxi face os conflitos ligados à chamada territorialização, as políticas indigenistas, a ocupação da Amazônia geradores de vulnerabilidade às populações indígenas, observa-se que há uma busca crescente dos grupos indígenas em Roraima em preservar a língua, a cultura e a diversidade de bens imateriais herança cultural e identitária.



## REFERÊNCIAS

CASTRO, Eduardo Viveiros de Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. Mana, volume 2. Rio de Janeiro, 1996.

CESARINO, Pedro Niemeyer de. Oniska: poética do xamanismo na Amazônia. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro. Pontos de vista sobre a Amazônia: xamanismo e tradução. Mana, vol. 4 n 1. Rio de Janeiro, 1998.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra -ANPOCS, 1991.

GENTILLI, Paulo. Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflitos, São Paulo, UNESP, 2001.

GRÜNBERG, Theodor K. Do Roraima ao Orinoco: Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Trad. Cristina Alberto Franco. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

IBGE. Estimativas do IBGE (1º de julho de 2009). Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 2009.

LANGDON, Esther Jean Matesson. (Org.) Xamanismo no Brasil: Novas perspectivas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

MARQUES, Elder S. Cosmologia e Xamanismo. Disponível em <<http://www.p.socioambiental.org.pt/povo/macuxi/739>>. Acesso em: 18.07.2013.

MELO, Maria Auxiliadora de Souza. Metamorfoses do saber Macuxi/Wapichana: memórias e identidade. Manaus: UFAM, 2000. 170 p. (Dissertação de Mestrado).

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. Através do Mbaraka: música, dança e xamanismo Guarani. São Paulo: Editora das USP, 2009.

TOWNSLEY, Graham. Song Paths: The ways and means of Yaminahua Shamanic Knowledge. L'homme, 126-128, avr-dec, 1993. (2-4) p.449-468.

VELTHEIM, Lúcia Hussak Van. O belo e a fera: A estética da produção e da predação entre os wayana. Tese de Doutorado – USP: São Paulo, 1995.

MARQUES, Elder S. Cosmologia e Xamanismo. Disponível em <<http://www.p.socioambiental.org.pt/povo/macuxi/739>>. Acesso em: 18.07.2013.



### **Discografia**

Uyeseru'kon ta komanto (vivendo a cultura makuxi) Yamî' Meruntî'kon taxinpîsa (alegria e força dos avôs) Maturuka 25 de maio de 2005 . Produção CIR. Produção musical: Eliberto Barroncas e Edigard Lippo. Gravação e Mixagem: Claudio Lavor -2005CD-Rom.



## MULHERES NA GESTÃO DE CTG'S: O PERFIL DAS PATROAS NO RIO GRANDE DO SUL

CUNHA, Lília Sabrina  
LA SALLE, CANOAS RS  
lilia.sabrina@hotmail.com

KARAWEJCZYK, Tamara Cecilia

195

### RESUMO

Os Centros de Tradições Gaúchas do Rio Grande do Sul surgiram como uma entidade só de homens como um galpão simbólico, onde inicialmente as mulheres não foram convidadas a participar. Apesar das limitações, as mulheres não só adentraram o espaço dos CTG's como hoje podem ser vistas ocupando a função de patroas. Como objetivo geral, este trabalho tem por finalidade apresentar o perfil das mulheres que ocupam a posição de patroas em CTG, evidenciando resultados como: o fato de terem sido a primeira mulher patroa na entidade em questão, essa entidade ser uma das mais antigas na região em que se localiza. Houve incidência de formação acadêmica para a maioria delas assim como a conciliação dessa função com atividades profissionais. Além desses resultados apresentaram-se também as trajetórias percorridas por essas mulheres dentro do Tradicionalismo como forma de entender o que possibilitou a entrada no CTG de modo que posteriormente obtivessem condições de assumir a função de patroas.

**Palavras-chave:** Centros de Tradições Gaúchas. Mulher. Patroa.

### ABSTRACT

The Centers for Gaucho Traditions emerged as an entity of men as a symbolic shed where women were not initially invited to participate. Despite the limitations, women not only entered the space of CTG's today can be seen as occupying the role of mistresses. As a general goal, this study aims to present the profile of women who occupy the position of mistresses in CTG, showing results as the fact of having been the first woman boss in the entity, that entity is one of the oldest in the region in which it is located. There was incidence of academic training for most of them as well as the reconciliation of this function with professional activities. Beyond these results also presented the paths traveled by these women within the Traditionalism as a way to understand what made possible the entry CTG so later obtain a position to assume the role of mistresses.

**Key-words:** Centers Gaucho Traditions. Woman. Mistress.

### INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, em virtude da globalização, o setor cultural passou a alvo de grandes modificações. Entre elas está o aumento de estudos relacionados aos mais diversos ambientes de cultura. Os Centros de Tradições Gaúchas enquadram-se como instituições culturais porque são caracterizados por sua natureza jurídica, segundo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como “*Associação Privada com atividade principal sempre relacionada à cultura, arte e lazer*” (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).





Ao trabalhar com as manifestações da cultura do Rio Grande do Sul, o CTG possui, como um de seus maiores desafios, a capacidade de atrair cada vez mais pessoas e mantê-las como frequentadoras assíduas, caso contrário não sobrevive. Cirne (2013) enfatiza que, para isso acontecer, é preciso manter o CTG organizado com pelo menos a maioria de seus departamentos funcionando. Conseqüentemente, esse parece estar entre um dos maiores desafios de quem ocupa a função de patrão.

Como objetivo geral, este trabalho tem por finalidade apresentar os perfis das mulheres que alcançaram a função de patroas em Centros de Tradições Gaúchas no Estado do Rio Grande do Sul. Este estudo é o recorte de uma pesquisa preliminar, que faz parte do projeto de dissertação para o Programa de Pós Graduação do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle e pertence a linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural. A abordagem utilizada foi a qualitativa através do instrumento de coleta de dados que consistiu de um questionário com questões qualitativas com o objetivo de adquirir os dados primários da pesquisa, ou seja, o perfil das entrevistadas. Para a análise dos dados, as respostas foram analisadas e descritas de maneira absoluta. Os dados foram tratados quantitativamente através de planilhas no Programa Excel e, por fim, as respostas descritivas, oriundas do questionário, foram agrupadas. Essas respostas compuseram um perfil das entrevistadas.

Esta introdução é seguida de uma seção relacionada ao referencial teórico deste artigo, onde são expressos estudos históricos acerca do surgimento dos primeiros Centros de Tradições Gaúchas a partir do surgimento efetivo de um Movimento Tradicionalista Gaúcho assim como a entrada da mulher no CTG através de sua inserção em atividades no Tradicionalismo de modo geral. Por fim, o artigo discute as implicações preliminares dos resultados encontrados.

## **O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS E O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO**

No final do século XIX, a ideia de mobilização e de união das potencialidades do sentimento nativista gaúcho começou a criar corpo, a tomar formas. Ferreira (2005) afirma que tradição gaúcha existe desde que existe o Rio Grande do Sul, porém salienta que o real desejo de institucionalizar a tradição para transformá-la em Tradicionalismo, que é um Movimento, surgiu somente quando se percebeu a ameaça de abandono dos usos e costumes do Estado Gaúcho.



Segundo Oliven (2006), foram duas as grandes tentativas de se constituir um movimento tradicionalista. A primeira delas ocorreu em 1868, fundada em Porto Alegre por um grupo de intelectuais e escritores. Tratava-se de uma sociedade de homens letrados que tentavam juntar os modelos culturais europeus com a visão positivista do Rio Grande do Sul, exaltando assim a face positiva da cultura do Estado que passou a ser chamada de Partenon Literário.

Na capital Porto Alegre, em 1898, também surgiu a primeira agremiação tradicionalista, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, voltado para a promoção de festas, desfiles de cavalarianos, palestras e outras atividades ligadas ao culto das tradições. O fundador do Grêmio Gaúcho foi o Major João Cezimbra Jacques, um homem modesto que havia sido soldado na Guerra do Paraguai (OLIVEN, 2006).

Tanto o Partenon Literário e Grêmio Gaúcho eram formados por pessoas interessadas em manter as tradições, na época ameaçadas pelo advento da modernidade. O Grêmio Gaúcho tinha como preocupação unificar as comemorações dos acontecimentos grandiosos com os bons traços característicos da época, sendo ele, então, o precursor dos Centros de Tradições Gaúchas. Savaris (2012) afirma que o Grêmio Gaúcho foi uma Entidade criada em 22 de maio de 1898, liderada por João Cezimba Jacques, major do Exército Nacional, com o objetivo de voltar-se às tradições do Rio Grande do Sul.

Para Savaris (2012), essa Entidade marca o início oficial de uma série de ações e posterior criação de outras Entidades voltadas ao mesmo tema. O autor afirma que o responsável pelo surgimento do Tradicionalismo vivido hoje é consequência da criação do Grêmio Gaúcho e lamenta o fim de sua existência anos após.

Em virtude da Segunda Guerra Mundial, o ditador Getúlio Vargas havia proibido no Brasil o uso de símbolos estaduais como o hino, a bandeira e o brasão. Após o final da Guerra, em 1945, com a derrubada de Vargas e com a volta da democracia, os símbolos estaduais gaúchos tardaram a aparecer.

Savaris (2012) afirma que o “35” CTG foi a consequência mais importante das atividades iniciadas em 05 de setembro de 1947, quando o chamado “grupo dos oito” recebeu os restos mortais de David Canabarro – considerado herói da Revolução Farroupilha – trasladados de Santana do Livramento para Porto Alegre. A menos de quatro meses após a criação deste pioneiro, surge, na cidade de Taquara, o CTG Fogão Gaúcho. Dessa data até os



dias atuais, são muitos os Centros de Tradições criados e todos eles seguem o mesmo modelo criado em 1948, onde precisam respeitar desde a estrutura física até a organizacional.

Para organizar a tradição como um Movimento, foi criado o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que funciona como Federação das entidades tradicionalistas, hoje representado por mais de 1500 Centros de Tradições Gaúchas, devidamente registrados (FAGUNDES, 2002). Essas entidades têm como objetivo principal manter acesas as tradições advindas da Revolução Farroupilha, época em que o Estado gaúcho foi criado.

Hoje, portanto, o estado do Rio Grande do Sul é reconhecido como berço do tradicionalismo e, com base nisso, é que Fagundes (2002) embasou sua afirmação de que quando existe Tradicionalismo fora do RS, ainda assim é a atuação propriamente do gaúcho, que estende os braços, a fim de estreitar relações em outros estados e países, a fim de não permitir que a cultura se perca (FAGUNDES, 2002).

Nesse contexto, passou a chamar-se de gaúcho, ou gaúcha, todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul. Para isso, conforme explica Oliven (2006), houve uma readaptação do termo, que antes era sinônimo de um homem desviante e marginal para apropriá-lo a um novo sentido, este positivo, transformado em símbolo de identidade regional e, com isso, o “gaúcho” passou a ser empregado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho com esse forte imaginário.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho, portanto, é um órgão que disciplina e orienta as atividades das entidades associativas, legalmente constituídas, conhecidas como Centros de Tradições Gaúchas (MTG, 2013). Para que o MTG possua informações atualizadas acerca dos CTG existentes, é preciso que cada Entidade direcione suas informações a cada alteração. A exemplo disso, cita-se a mudança de patronagem e a data de fundação de um novo CTG. Sem essas informações, o MTG não possui condições de sozinho administrar todas as Entidades.

Efetivamente, o Movimento Tradicionalista Gaúcho iniciou a partir da criação do “35” CTG, porém foi a partir da criação do segundo CTG que iniciou a extraordinária expansão tradicionalista. Em busca de dar sustentação às Entidades Tradicionalistas que surgiam e as que viriam a surgir, foi realizado o primeiro Congresso Tradicionalista Gaúcho, na cidade de Santa Maria, em 1954 (SAVARIS, 2012).



## **MULHER E O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO: CONTRIBUIÇÕES DE MULHERES QUE LUTARAM PELO DIREITO DE “TORNAREM-SE” TRADICIONALISTAS**

A história do Tradicionalismo do Rio Grande do Sul liga-se diretamente à Revolução Farroupilha, ocorrida em 1893, pois é nesse período que surgiram as primeiras ideias sobre a necessidade de valorizar a cultura, preservar a prática dos costumes típicos e originários da terra gaúcha (SAVARIS, 2012).

Apesar de ser caracterizada como uma história majoritariamente masculina, a Revolução Farroupilha marca o início da atuação feminina na vida social do Rio Grande do Sul. Em virtude disso, para que seja possível pensar sobre a participação das mulheres no tradicionalismo, é imprescindível manifestar um entendimento inicial sobre a trajetória das mulheres gaúchas na Revolução Farroupilha até os dias atuais.

A figura mais citada durante esta Revolução foi a de Anita Garibaldi, que esteve ao lado de seu marido, Giuseppe, durante todo o período da guerra, também conhecida como Guerra dos Farrapos. Inconformada com a limitação do ambiente doméstico, Anita Garibaldi lutou contra o tempo e a espera incansável a qual tantas mulheres eram submetidas enquanto aguardavam seus maridos e filhos retornarem aos lares.

Segundo Ribeiro (1985), somente em relação à Anita Garibaldi pode-se falar em participação direta da mulher na Revolução Farroupilha, pois, segundo o autor, somente a respeito dessa jovem heroína é que existe bibliografia disponível registrando sua breve e apaixonante vida. Outras mulheres também tiveram suas histórias registradas, mas todas elas ligavam-se à literatura da época, participação não condizente com o perfil de Anita (RIBEIRO, 1985).

A respeito das mulheres gaúchas de maneira geral, Del Priore (2004) enfatizava que as mulheres gaúchas eram dotadas de características específicas que, segundo ela, as caracterizava como mulheres fortes. A autora observava ainda que as mulheres do Sul eram, além de donas de casa, estancieiras que tomavam as rédeas das situações e dos negócios que antes eram comandados por homens, pois com o advento das guerras, elas precisaram substituí-los. Esse relato evidencia a atuação de outras mulheres durante a Revolução Farroupilha, porém essas na condição de responsáveis por assumir todas as responsabilidades da vida privada e pública durante a ausência dos homens em período de guerra.



Desviando-se do padrão de comportamento submisso comumente adotado pelas esposas da época, Anita Garibaldi contrariou costumes ao abandonar o primeiro marido, a cidade onde morava e a relativa estabilidade de sua vida simples em busca de um amor que acreditou ser verdadeiro. Apesar de a sociedade criticar e até mesmo desconhecer o direito ao amor espontâneo, Anita libertou-se de preconceitos e partiu para uma nova vida que a levaria à prática dos maiores sacrifícios (RIBEIRO, 1985).

Apesar de escassa, a literatura tradicionalista gaúcha sempre que faz referência à mulher, coloca-a em um lugar privilegiado, justamente por sua atuação no período de guerra, quando foi a responsável pela manutenção da vida privada, até que seus maridos e filhos retornassem aos lares:

As heroínas da resistência gaúcha garantiram, no dia a dia, a perpetuidade da história que o gaúcho construiu. A atuação indireta dessas mulheres também se registrou com sangue e idealismo, aos quais se unia incomparável lealdade (FLORES *et all*, 1985,p. 39).

Por outro lado, mesmo sendo colocada por vezes nesse espaço privilegiado, há forte tendência em abordar a mulher através de uma atuação oculta e sem evidências. Flores *et all* faz a seguinte afirmação quando se refere à missão que a mulher farrapa cumpriu: “[...] a de ser parte fundamental de um todo heroico, pois, ainda que indireto, o papel da mulher na Revolução Farroupilha constituiu-se num dos pilares da vitalidade gaúcha.” (FLORES *et all*, 1985, p. 39).

A Revolução Farroupilha incumbiu-se de colocar as mulheres em um desafio arriscado diante da vida, porém, por mais ameaçadoras que se tenham apresentado as circunstâncias, elas souberam manter-se firme. Mesmo diante de situações adversas, a mulher soube se transformar em benefício das motivações que justificaram a Revolução (FLORES *et all*, 1985).

Durante esse período, o valor da mulher farroupilha foi testado, submetendo-a a necessidades e adversidades, quando não existia nada além da incerteza diante da guerra. Segundo Flores *et all* (1985):

Constituiu-se a mulher farroupilha numa força poderosa, semi-oculta, mas efetiva: um olhar sensível sobre nossa História nos faculta a percepção da mulher como lutadora de valor e companheira de primeira ordem (FLORES *et all*, 1985, p. 46).



Anita Garibaldi não só marca a presença feminina na Revolução Farroupilha, como também representa um marco inicial para uma posterior atuação das mulheres no Tradicionalismo, tendo em vista que, anos após, seriam registradas outras participações, tão significativas quanto essa.

Para entender a entrada da mulher no Tradicionalismo, faz-se necessário entender o que se entende por mulher tradicionalista. Segundo Silva (2007), para os integrantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, a mulher tradicionalista é aquela que compartilha a cultura gaúcha, que participa ativamente do movimento, de um centro de tradições gaúchas. Por outro lado, este autor sustenta que a mulher tradicionalista é toda aquela que participa ativamente do movimento seja de uma forma ou de outra, com o objetivo de valorizar e prosperar a disseminação da cultura do Rio Grande do Sul (SILVA, 2007).

Rastros históricos deixaram evidências de que mulheres gaúchas, de fato, mesmo sendo nascidas no Rio Grande do Sul e terem afinidade com as ideias do Movimento, precisaram batalhar para ter o direito de participar de um Movimento que dizia respeito ao seu Estado de origem e à sua cultura. Lutaram pelo direito de “tornarem-se” Tradicionalistas. O MTG, por sua vez, iniciou com a finalidade de manter e preservar a Tradição do Estado e, mesmo sem que houvesse uma regra de que o CTG serviria somente aos homens, isso prevaleceu por um ano.

De acordo com Dutra (2002), a presença feminina no CTG não era imaginada no início do Movimento Tradicionalista que se estabeleceu a partir do núcleo estudantil do Colégio Júlio de Castilhos e do "35" CTG nos anos de 1947/48. Dessa forma, a estruturação do Movimento que estava surgindo não previa a participação das mulheres, inclusive as reuniões que foram realizadas após as comemorações de 20 de setembro de 1947 foram exclusivamente masculinas.

A partir desses encontros surge, então, o "35" CTG, fundado em 1948 como uma entidade só de homens, um "galpão simbólico", o qual, dentro da unidade econômica da estância, era um espaço masculino, o lugar dos peões. Essa ideia de galpão refletia nos rumos do Movimento, especialmente no que se refere às mulheres, que inicialmente não foram convidadas a participar (DUTRA, 2002).

Ora, mas se hoje é possível falar em mulher tradicionalista referindo-se a toda mulher que compartilha a cultura gaúcha e frequenta ambientes Tradicionalistas, é preciso





entender como de fato ocorreu a entrada das mulheres no CTG, tendo em vista que esse foi um lugar criado para acolher, unicamente, homens.

Segundo Borghetti (2010), em 1947, quando foi criada a primeira ideia de Movimento Tradicionalista, não havia nenhum grupo formado, eram apenas jovens interessados no Tradicionalismo. Eles se reuniam na casa de “*um e de outro*”. Borghetti (2010) cita João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, Luis Carlos Barbosa Lessa, Cyro Dutra Ferreira e Glauco Saraiva como sendo os pioneiros que fizeram praticamente todo o início do Movimento Tradicionalista Gaúcho e que somente dois anos depois é que a primeira prenda pisou junto ao núcleo, onde aconteciam as reuniões que os homens faziam. As mulheres, segundo ele, tardaram a entrar no Movimento Tradicionalista Gaúcho por serem muito vigiadas naquela época, especialmente pelos pais.

Joana Maria Pedro (2004, p. 317) afirmou que, a partir do século XX, as mulheres ganharam destaque em atividades cultural e sócio beneficente. De educadoras e mães passaram, também, a serem transmissoras da cultura, a figurarem como dignas de participar da sociedade civil e a animarem encontros sociais. Essas modificações ocorridas na história da mulher no mundo traduzem também a trajetória da mulher no Rio Grande do Sul, a mulher gaúcha.

Apesar dos estereótipos existentes que determinavam comportamentos e espaços de atuação para as mulheres, Joana Maria Pedro (2004, p. 315) reitera que o que se observou no Rio Grande do Sul foi uma pluralidade de vivências das mulheres que, nas diferentes camadas sociais, impossibilitavam qualquer caracterização.

Cyra Ferreira (2010) conta sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para que tivessem a entrada permitida no Movimento:

A nossa entrada como mulher no Tradicionalismo não foi muito fácil, porque os homens achavam que aquilo era um encontro de homens onde eles diziam palavrões, e as mulheres não estavam bem naquele lugar. Mas, nós, muito teimosas, eu já namorava meu marido (Cyro Dutra Ferreira) e assim foi indo, e nós fomos indo. E o meu pai foi ver aonde que nós íamos sábados à tarde. Aí, ele viu que era um encontro de rapazes com ideias gauchescas, nós ajudávamos no chimarrão, nós enchíamos chimarrão, né. Quando tinha reunião, nós sentávamos na cadeira de trás, mas fomos indo, fomos indo [...] (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

Assim, o grupo foi aumentando e passou a vivenciar situações muito marcantes como, por exemplo, o dia em que elas chegaram ao local da reunião e encontraram Inezita



Barroso, figura importante na sociedade. Segundo Cyra Ferreira, depois disso, “ninguém mais as segurou” (03MIN33).

Sobre os primeiros eventos promovidos pelas mulheres no Movimento, Alda Borghetti relembra:

Nós não tínhamos uma sede, nem dinheiro para construir. Foi aí que nós começamos os jantares, os jantares que nós comprávamos o material [...] nós comprávamos, fazíamos em casa, levávamos para o 35 e pagávamos para comer (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

Cyra Ferreira (2010) atribui à humildade o fato de a participação das mulheres ter se mantido no Tradicionalismo, pois, segundo ela, mesmo participando ao lado dos homens, continuaram cumprindo suas demais atribuições, o que para ela representa algo muito importante. E reafirma que se simplesmente um sentimento de disputa tivesse sido incentivado, o Tradicionalismo não teria se mantido:

Não sei se foi com essa humildade que a gente entrou no Tradicionalismo e frequentou, se foi com essa humildade que a coisa cresceu [...] por que se tivesse subido pra cabeça: ah, ela deve ter sido primeira prenda, não, primeira prenda sou eu! ...Não teria chegado onde está hoje (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS).

Borghetti (2010) afirma que, em termos de história dos Concursos de Prenda, o primeiro deles aconteceu em 1959, fora do Movimento Tradicionalista Gaúcho, por iniciativa da Rádio Gaúcha, do Jornal Última Hora e da Varig, que realizaram o Concurso da Mais linda Prenda do Rio Grande do Sul. Relembra que foi um evento muito prestigiado com 31 candidatas concorrendo e que, através da rádio e dos jornais, foi muito comentado, e a ganhadora foi Marly Guimarães Zwestch.

Ainda segundo Borghetti (2010), o Movimento Tradicionalista Gaúcho começou a pensar com mais seriedade no Concurso de Prendas somente em 1968, quando o primeiro concurso foi promovido pelo Movimento com o nome de Primeira Prenda do Rio Grande do Sul. A vencedora foi Nara Iná Bandeira. O primeiro concurso oficial ocorreu em 1971, na cidade de Quaraí, onde somente cinco candidatas participaram. A partir de 1985, nas convenções realizadas pelo Movimento, criaram-se regras para os concursos, onde foram estabelecidas as idades para cada concurso, sendo hoje os concursos destinados a prendas adultas, jovens e mirins, nos quais participam também as meninas.



Sobre a importância de ser prenda tanto diante da sociedade civil como da tradicionalista, Andressa Pagnussat (2010) fala em seu depoimento para o DVD “40 anos – Ciranda Cultural de Prendas”:

O concurso de prendas valoriza o potencial da mulher, como fonte de sabedoria e conhecimento. E isso basta para ser referência para toda a sociedade, ora a frente de governantes, na realização de eventos, de projetos, apresentando a declamação, o canto, a dança enfim, cultivando as nossas tradições, através da sua raiz, da sua cultura, da sua história. Eu posso dizer que a prenda é uma multimulher por reunir todos esses atributos numa só pessoa, num só momento [...] (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

204

De acordo com registros de Paixão (1995), foi em 1949, um ano após a criação do “35” CTG, que houve uma maior preocupação sobre a ausência das mulheres dentro da entidade. A mulher obteve, de fato, permissão para participar de CTG após a criação da primeira Invernada das Prendas, onde então as irmãs e namoradas dos atuais frequentadores começaram a participar. Alguns anos depois, outras mulheres foram sendo autorizadas por seus pais a também frequentarem o ambiente.

Nora Ferreira (2010) relembra as tentativas de participação das mulheres:

[...] o movimento começou em 48, né?! eles, os homens; e aí em 49 já, o Paixão começou a ensinar as danças ali na minha casa [...] no porão, então ali nós já estávamos participando, só nas danças. Mas aí não tinha sede ainda. A gente ajudava muito na parte da secretaria, na parte da tesouraria, varria, varria, depois quando terminava varria todo o salão... é, éramos nós, né?! Eles ajudavam às vezes, também! (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

A mulher esteve presente no Movimento Tradicionalista Gaúcho desde sua criação, embora sua presença seja mais evidente nos dias atuais. Observa-se que o Movimento Tradicionalista Gaúcho, acompanhando as modificações do cenário mundial, também foi alvo de muitas transformações.

Torna-se importante citar que a denominação “patroa” foi reconhecida no Regulamento Geral do Movimento Tradicionalista Gaúcho, somente em 2008, durante a 73ª Convenção Tradicionalista Gaúcha, quando foi determinado que a mulher, ao tornar-se dirigente máximo de entidade tradicionalista, receberia essa denominação. Até então, a mulher eleita como patroa era chamada de “a patrão”. O substantivo patroa era atribuído somente às esposas dos patrões.



A esse respeito, é conveniente citar o registro de Silva (2007, p. 36), que, em sua monografia, ao explorar referências acerca da mulher tradicionalista citadas no jornal Zero Hora durante o ano de 2006, encontrou a seguinte notícia: “*O patrão do CTG é uma prenda*”, utilizando-se o substantivo ainda no masculino. Além disso, não é possível afirmar a respeito da primeira mulher que ocupou essa função, pois nem mesmo o Movimento Tradicionalista Gaúcho possui tal informação.

Hoje, a atuação das mulheres que se identificam com a cultura gaúcha não se limita a participar dos eventos. Elas também marcam presença e atuam a cada dia em maior intensidade na sua organização, julgamento, coordenação, comissão e tantos outros cargos que existem dentro das entidades tradicionalistas, como, por exemplo, o de patroa, que tem sido muito ocupado por elas.

Paixão (1995, p.41) afirmava que o ingresso da mulher em cargos administrativos dentro do MTG ainda se mostrava muito acanhado, embora se observassem algumas participações como Patroa de CTG, Coordenadora Regional, Conselheira, Diretora de Departamento e Vice Presidente de Eventos. O autor afirma que a mulher de hoje tem mais consciência de seu papel ativo no contexto da sociedade e que, em função disso, possui mais facilidade em conquistar posições antes não atribuídas a ela. É o que se percebe na sociedade Tradicionalista cada vez em maior proporção.

## ANÁLISE DO PERFIL DAS PATROAS

Quinze mulheres responderam ao questionário que foi composto por trinta e seis questões, entre elas, questões objetivas e dissertativas, visando uma primeira aproximação com a realidade das entrevistadas. Foi dividido em sete partes, devidamente separado por diferentes esferas que compõem trajetórias de vida e profissional, tendo sido denominadas: I) Sobre Você; II) Sobre sua Formação Escolar; III) Sobre sua Profissão; IV) Sobre sua Atuação no Movimento Tradicionalista Gaúcho; V) Sobre a Atuação como Patroa; VI) Sobre os Atributos de Competência; VII) Sobre a Continuidade da Pesquisa.

A faixa etária da maioria variou entre 30 a 49 anos, sendo que 40% possuía idade entre 50 e 69 anos, representando 40% delas, e somente uma das mulheres apresentou idade entre 18 e 29 anos.



Os períodos apurados com relação à época em que foram patroas evidenciaram uma maior incidência na década de 2010, encontrando-se dez patroas nesse período. Essa incidência permitiu obter informações bastante atuais, tendo em vista que algumas das entrevistadas exerciam o cargo de patroa no momento da entrevista. As décadas de 2000 e 1990 apresentaram incidência de duas mulheres, em cada uma. E um fato que chamou atenção foi a ocorrência de uma patroa na década de 1980, o que representa um dado importante, tendo em vista que não existe um levantamento prévio de quem tenha sido a primeira patroa mulher no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando questionadas sobre terem sido a primeira patroa da Entidade, a maioria das entrevistadas respondeu que “Sim”, atingindo o percentual de 67%, ou seja, dez participantes. Esses resultados foram desencadeadores de expectativas acerca das experiências dessas mulheres em relação às outras cinco, que se tornaram patroas em Entidades gerenciadas anteriormente por outras mulheres e que representaram 33% do percentual restante.

Estimava-se que o pioneirismo pudesse ser um desafio enfrentado por aquelas mulheres que representaram pela primeira vez o feminino na Gestão do CTG, em relação àquelas que viriam posteriormente.

No aspecto “formação acadêmica” os resultados foram bastante distintos: cinco respostas apontaram formação Superior Completo. Três responderam Ensino Médio Completo. Possuindo Ensino Fundamental Incompleto foram duas as respondentes e três afirmaram possuir apresentaram Pós- Graduação completa. Somente duas formações obtiveram uma incidência cada: Ensino Médio Incompleto e Técnico Contábil, respectivamente.

O questionamento sobre a formação das entrevistadas apresentou resultados diversos. A maioria delas é professora, profissão respondida por quatro representantes. Cada uma das profissões: do lar, bancária e advogada obtiveram três respostas cada. E cada umas das demais: cuidadora de idoso, agricultora, produtora cultural, coordenadora de segurança do trabalho e costureira alcançaram uma incidência somente. Nessa seção, também houve a indicação da profissão Policial Militar, com a incidência de uma patroa que possui e exerce mais de uma profissão.

As entrevistadas foram questionadas sobre a primeira vez que frequentaram um CTG, em busca de obterem-se informações iniciais sobre suas possíveis trajetórias no Tradicionalismo, pois se imaginava que todas fossem participantes do Tradicionalismo.



Os resultados reafirmaram essa expectativa: o mesmo número de mulheres afirmou ter frequentado um CTG pela primeira vez durante a infância e a adultez, fases essas que receberam 40% das respostas cada uma. Somente três responderam ter frequentado pela primeira vez na adolescência.

Com relação às funções exercidas no CTG antes de serem patroas, as respostas mostraram as mais variadas funções, algumas entrevistadas assinalando, inclusive, mais de uma resposta, o que fortalece o discurso de Paixão (1995), quando afirma ser necessário que a mulher tradicionalista possua uma trajetória no Tradicionalismo para alcançar a função de patroa.

A função que recebeu maior frequência, obtendo frequências iguais nas respostas, foram as de Responsável pela Invernada Cultural e Coordenadora Cultural, com seis respondentes, ambas alcançando o percentual de 40%.

O Percentual de 27% prevaleceu nas funções de Vice-patroa e Responsável pela Invernada Artística, com quatro marcações para cada uma. Três afirmaram ter sido Avaliadoras em Concursos, representando 20% da amostra. O percentual de 13% apresentou-se às funções de Agregada das Pilchas, Assessoria Jurídica, Conselho Fiscal e nenhuma função. Aqui, o percentual de respondentes que não exerceu nenhuma função antes de ser patroa foi de duas incidências, diminuindo, em relação às que responderam não ter participado de nenhuma atividade proposta pelo CTG, as quais foram oito.

As funções que ficaram com mais incidências idênticas foram: Capataz, Sota Capataz, Responsável pela Cozinha, Responsável pela Invernada Campeira e Responsável pela Invernada Social, obtendo somente uma frequência de resposta cada, atingindo percentuais de 7%.

Abriu-se, também, a alternativa “Outra(s)”, a qual obteve o maior percentual, de 47% numa frequência de sete respostas. Essa opção trouxe respostas bem diversificadas com duas incidências para “mãe de prenda”. As entrevistadas atribuíram que ser mãe de prenda também significa possuir uma trajetória, pois exige que estudem sobre o Tradicionalismo e a bibliografia exigida nos concursos e que isso permite obter conhecimento.

Outras respostas como: Diretora Cultural de Região Tradicionalista, Capataz Cultural na Entidade, Diretora de Departamento Jovem de Região Tradicionalista, Assessora Jurídica de Região Tradicionalista e Diretora de Cultura do Conselho Leopoldense de Tradições Gaúchas receberam uma indicação, cada.





Devido à imensa variedade de funções existentes no Tradicionalismo de modo geral, optou-se por contemplar no questionário somente aquelas existentes nas Entidades Tradicionalistas, abrindo-se a alternativa “outra(s)” para que fossem indicadas individualmente, evitando um questionário muito extenso e com possibilidades que talvez não seriam assinadas por nenhuma das participantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representou a primeira fase de achados de um estudo que busca aproximar-se da realidade das mulheres que alcançaram a função de patroas, entendendo suas características para posteriormente, evidenciar suas percepções a respeito do que é ser patroa em um Centro de Tradições Gaúchas.

A dissertação terá como objetivo geral a descrição das **trajetórias de vida e de profissão de mulheres que ocuparam a função de patroas em Centros de Tradições Gaúchas no Estado do Rio Grande do Sul** e, durante o desenvolvimento da pesquisa, perpassará pelo entendimento das trajetórias dessas mulheres como patroas bem como identificar os elementos que dificultam e facilitam suas atuações, identificando atributos de competência presentes no exercício da função.

O levantamento teórico evidenciou que os primeiros registros de participação da mulher no Movimento Tradicionalista Gaúcho surgiram em junho de 1949 (FERREIRA, 2005). De lá para cá, as mulheres interagiram, contrariaram e mudaram opiniões através de suas atitudes, já que não mais se conformam com o espaço determinado a elas, até então restrito ao lar, ao privado e aos afazeres domésticos.

Elas mudaram a sociedade e trouxeram suas contribuições para todas as esferas da vida pública, tendo em vista que hoje já não existem mais barreiras consideráveis às suas presenças, exceto nos casos em que sua integridade esteja sob ameaça, conforme previsto na Lei de proteção aos Direitos do Trabalho da Mulher.

Percebe-se que no Tradicionalismo as evoluções não foram diferentes, havendo um salto também nas participações dentro das Entidades Tradicionalistas. De cozinheiras, a participantes de Invernadas, as mulheres mantiveram suas presenças incontestáveis no apoio e manutenção das tradições gaúchas.

Um dado importante em termos históricos foi encontrado nessa pesquisa no que se refere à localização fidedigna de uma das primeiras mulheres a tornar-se patroa no RS. A



entrevistadas com idade superior a todas as demais, foi também patroa antes de todas as outras, na década de 1980, ou seja, quatro décadas após a primeira mulher ter a entrada permitida em um CTG. Essa informação evidencia que menos de meio século após o surgimento efetivo de um Movimento Tradicionalista Gaúcho, as mulheres já adentravam o CTG ocupando uma função sequer imaginada a elas. Analisando a participação da mulher na sociedade de um modo geral e considerando que estamos em um Estado onde tanto os comportamentos masculinos quanto a predominância do homem em diversos contextos ainda é evidente, podemos afirmar que as mulheres Tradicionalistas obtiveram conquistas em um tempo muito menor que o vivenciado em outras esferas da vida pública. A respeito disso, observam-se as evoluções tardias da mulher no mercado de trabalho, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

- BORGHETTI, Rodi Pedro. *40 ANOS – Ciranda cultural de prendas*. IN: DVD. Porto Alegre: Linea Produtora. 2010.
- CIRNE, Paulo Roberto de Fraga. *Ser Patrão e Administração de CTG*. 2ª Edição. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2013.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. *Curso de Tradicionalismo Gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- FERREIRA, Cyra Dutra. *40 ANOS – Ciranda cultural de prendas*. IN: DVD. Porto Alegre: Linea Produtora. 2010.
- FERREIRA, Cyro Dutra. *35 CTG: O Pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG*. Porto Alegre: Edições Renascença, 2005.
- FLORES, Hilda Agnes Hubner e outros. *A mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985.
- GAUCHO, Movimento Tradicionalista. *Alterações 73ª Convenção Tradicionalista Gaúcha*. Erechim, 2008.
- GAUCHO, Movimento Tradicionalista. *Regulamento Geral*. Porto Alegre: MTG, 2013.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.
- PAGNUSSAT, Andressa. *40 ANOS – Ciranda cultural de prendas*. IN: DVD. Porto Alegre: Linea Produtora. 2010.
- PAIXÃO, Darcy. *A Prenda Tradicionalista*. II Edição. Santa Maria: Editora Palotti, 1995.



PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica*. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp). Acesso em: 22 dez. 2013.

RIBEIRO, Niamara Pessoa. *Heroínas da Resistência Gaúcha*. IN: O papel da mulher na Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985, p. 7-12.

SAVARIS, Manoelito Carlos. *Manual do tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho. MTG, 2012.

SILVA, Cláucia Ferreira. *Como a Mulher Tradicionalista é apresentada nas notícias do Jornal Zero Hora*. Monografia de conclusão do curso de Pós- Graduação em História, Comunicação e Memórias do Brasil Contemporâneo. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.



## **INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM PATRIMÔNIOS COM A BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA: ESTUDO DE CASO DAS UFF E UFPI**

NETTO, Marcia Ferreira  
*Universidade Federal do Piauí*  
*marciapessoanetto@gmail.com*

SANCHEZ, Marcela Maria Freire  
*Universidade Federal Fluminense*

211

### **Resumo**

A proposta é a partir do conceito da Educação em Patrimônios usada em Museus, repensá-la nas graduações em Biblioteconomia, Arquivologia e Arqueologia. Como o discente poderá desenvolver estratégias da educação patrimonial nos espaços de educação não formal, as bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos. Esses espaços são lócus de mediações socializadoras dos conhecimentos através das atividades educativas organizadas para esse fim. Nosso desafio é ampliar essa reflexão nos futuros profissionais desses campos epistemológicos distintos, mas que são atravessados pela fronteira tênue da educação em patrimônios.

**Palavras-chaves:** educação em patrimônios, ensino de Biblioteconomia e Arquivologia, ensino de Arqueologia e interculturalidade.

### **Summary**

The proposal is based on the concept of Education for use in Heritage Museums, rethink it in the ranks of Library, Archival and Archaeology. How can the student develop strategies of heritage education in the areas of informal education, libraries, archives and archaeological sites. These spaces locus of socializing mediation of knowledge through educational activities organized for this purpose. Our challenge is to broaden this discussion four future professionals in these different epistemological areas, but which are crossed by fine line of heritage education.

**Keywords:** Heritage educational, teaching of Librarianship, Archivolgy, Archaeology and intercultural education.

## **INTRODUÇÃO**

A estrutura do nosso artigo tem como base os relatos das experiências enquanto docentes do curso de Biblioteconomia e Arquivologia na UFF e Arqueologia na UFPI. No recorte temporal do primeiro semestre de 2013 até 2014. Nas respectivas universidades federais na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, e na cidade de Teresina, no estado do Piauí, implantando em nossos planos de curso, discussões, seminários sobre o tema, Educação em Patrimônios, nos discentes em formação.



Sendo assim nosso texto será dividido em três partes: primeiro o registro da experiência com os discentes da UFF; no segundo momento, as experiências com os discentes da UFPI durante o percurso citado. E por fim, analisaremos nossas ações a partir do embasamento teórico dos seguintes autores e conceitos que serão desenvolvidos: Paulo Freire (2001) educação dialógica; Maria Glória Gohn (2011) educação não formal, Magaly Cabral (2001), e Manuelina Cândido(2001), Maria Cristina Bruno extroversão de saberes de acervos arqueológicos, e Nestor Canclini (1998) interculturalidade e patrimônios.

O aporte metodológico é a socióloga Cecilia Minayo (2001) em que afirma que o problema antes de ser acadêmico, deve partir da inquietação do mundo real. Sendo assim, percebemos a relevância da nossa reflexão sobre o tema em questão, pois permite ser um instrumento nas mãos dos futuros bibliotecários, arquivistas e arqueólogos, de inserir a educação em patrimônios e extroversão de seus saberes dentro e fora de seus espaços de atuação. Despertando na sociedade o potencial dessas instituições, que usualmente são considerados aparelhos de determinados grupos sociais, como pesquisadores e profissionais de determinadas áreas. É necessário estimular o potencial da educação em patrimônios nas bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos, para a inserção dessa práxis, se torna importante construir novas mentalidades, e apropriações sociais partindo da educação formal, nesse caso das universidades. Afinal que tipo de profissionais qualificamos, e inserimos no mercado de trabalho? Ensinando uma prática dialógica e emancipadora, contribuiremos para a formação de jovens críticos de sua atuação social em políticas e ações patrimoniais.

### **Educação em patrimônios no curso de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia na UFF**

Contextualizando, brevemente, o perfil dos discentes nos cursos de graduação, oriundos de classe social proletária, das periferias da cidade de Niterói e Rio de Janeiro, e concomitante para as duas graduações, isto é as disciplinas são oferecidas para os dois segmentos, tornando-se rica a experiência em sala de aula. A partir da disciplina Preservação e Conservação em Acervos, oferecidas no período já citado, foi incluído dentro do plano de curso a temática: Educação em Patrimônios, diante da necessidade de desconstruir e reconstruir as mentalidades, de preservar para não restaurar.

Susan Stewart (1984) afirma que é o distanciamento dos objetos no tempo e no espaço que os transforma em “objetos de desejo”: objetos “autênticos”,



que merecem ser buscados resgatados como parte representativa de um patrimônio cultural ou de uma tradição (...) As práticas de apropriação, restauração e preservação desses objetos são estruturalmente articuladas por um “desejo permanente e insaciável” pela autenticidade, uma autenticidade que é o efeito de sua própria perda.

Não, apenas o especialista no documento bibliográfico, arquivístico e arqueológico, mas toda a sociedade deve construir a mentalidade de preservar os seus patrimônios, em especial aqueles que estão sujeitos a perda de sua memória. Sendo assim a premissa de educar-se em patrimônios é uma tônica constante, porém sabemos que a realidade do conhecimento e apropriação dos patrimônios pela sociedade é outra.

Durante a disciplina além dos recursos pedagógicos das aulas expositivas, reflexões sobre determinados autores, Visitas técnicas e oficinas adaptadas em sala de aula, propomos seminários em que fossem discutidos tais temas, dentro deles Educação em Patrimônios.

A justificativa se deve a pouca publicação na área de Biblioteconomia e Arquivologia de Educação em Patrimônios, primeiramente diante da antiga mentalidade de serem cursos voltados para a técnica de sistematizar acervos bibliográficos e arquivísticos. Diante da consolidação dos campos epistemológicos e relações mais alargadas com a Ciência da Informação, isto é ampliação, em prol da Biblioteconomia e Arquivologia mais social, preocupadas em problematizar as relações das instituições com os seus públicos. Mas é necessário indagar-se: Quem são os públicos das Bibliotecas e Arquivos? O que procuram ler? Indagações complexas, pois dependem de inúmeros fatores, a partir do tipo de vínculo que estabelecem com as instituições que estão inseridas, como por exemplo: Biblioteca Nacional, Biblioteca de museus, Bibliotecas universitárias e escolares. Encontramos o mesmo raciocínio para as tipologias de Arquivos.

Diante do exposto, é relevante repensar as dinâmicas nas instituições Bibliotecas e Arquivos visando ações que as tornam mais receptivas e atrativas para o público do entorno. Algumas das questões prementes são: os transeuntes passam pelas bibliotecas e arquivos no percurso para o local de trabalho, e dificilmente entram nesses espaços sociais? Por que a construção da mentalidade que museus, bibliotecas e arquivos são inacessíveis? Ou, quem são os vizinhos dessas instituições sociais? É necessário romper com os estereótipos e paradigmas e trazer a sociedade para as instituições. Afinal são portadoras de registros, acervos e bens culturais produzidos pela mesma sociedade ao longo da História. Como diria o escritor Luis Carlos Borges, no conto Biblioteca de Babel, cada livro em uma biblioteca, são vozes





polifônicas silenciadas, que trazem as insígnias de dada cultura. E os arquivos são as memórias em silêncio da ação humana. Por que a censura nos arquivos públicos?

Poucos autores brasileiros, oriundos do campo da Biblioteconomia e Arquivologia refletem sobre essa perspectiva mais social, de trazer a sociedade para tais instituições. Destaco a publicação da bibliotecária Karin Carter (2004), a peculiaridade se deve por ser uma das publicações pioneiras, fora do eixo RJ-SP, a refletir sobre a temática, Educação Patrimonial e Biblioteconomia, além de realizar levantamento bibliográfico dos autores que discutem nas áreas. Interessante ressaltar que outras publicações mais recentes, são frutos como a já citada, dos Congressos em Ciência da Informação. Defendo a perspectiva da Educação em Patrimônios, por ser um conceito em disputa no campo da Museologia e Educação, infiro que patrimonial refere-se a uma práxis individual, e educação em patrimônios é uma perspectiva mais coletiva, processual e intercultural. Abrindo espaço para pensar Educação em Patrimônios enquanto uma metodologia gerida na fronteira entre a Museologia e Educação, mas que deve ser apropriada por outros campos epistemológicos para ampliar suas relações com a sociedade.

Durante as aulas apresentei o conceito de Educação em Patrimônios na perspectiva de Canclini, além de ter como apoio teórico, algumas autoras como Ana Paula Carvalho (2013) que defendem o usuário da biblioteca, enquanto a chave para a preservação, quando são estimulados por ações educativas. Outra estratégia foi desafiar o corpo discente para pensar e elaborar ações de educação em patrimônios, em seus estágios. Os resultados foram diversos. Dentro deles destaco a grande dificuldade de pensarem ações de educação patrimonial principalmente nos arquivos, além de relacionarem enquanto potencial de público apenas o escolar, esquecendo enquanto potencial de novos usuários, os segmentos: das associações de moradores, terceira idade, projetos sociais das ONGS.

Mas, como de fato viabilizar ações de educação patrimonial? Como proceder? Por onde começar? Muitos autores apontam, mas são poucos que dizem a metodologia. Diante da experiência de educação patrimonial em museus, e docente, sugiro realizar ações pontuais, como por exemplo: 1. Enquetes sobre o que o público do entorno desejaria conhecer sobre Biblioteca/ Arquivo; 2. Realizar Visitas guiadas abordando a história da instituição, abordando sua relação com o território e com a comunidade local; 3. Convidar a comunidade local a participar enquanto parceira do projeto de educação patrimonial da instituição; 4. Buscar captação de recursos e consolidação da política institucional para que o projeto não se torne



específico de determinada gestão; 5. Procurar elaborar uma divulgação das ações de educação patrimonial a partir da própria ida da instituição nas comunidades locais, além da divulgação formal, via redes sociais e impressos; e por último convidar, os usuários interessados a participarem, ou observarem Oficinas de Pequenos Reparos, dos livros e arquivos; 6. Criar uma biblioteca itinerante e arquivos digitalizados para consulta<sup>1</sup>, a exemplo de atitudes alternativas já aprovadas.

### **Educação em patrimônios no curso de graduação em Arqueologia na UFPI.**

O perfil dos nossos discentes é oriundo de vários municípios do estado do Piauí e de outros estados do país. A partir das disciplinas de Arqueologia Pública e Arqueologia em Museus discutimos a metodologia e reflexões sobre a extroversão dos saberes através de ações na área de Educação Patrimonial de cultura material.

Durante o desenrolar da disciplina, acompanhamos alguns trabalhos de campo e determinados sítios arqueológicos viabilizando a reflexão sobre o passo a passo no campo e a difusão desses saberes como se dá. Optamos por mapear os autores da Arqueologia que dialogam com a Educação Patrimonial. Verificamos que existem, porém, principalmente nos últimos quinze anos, o processo de consolidação desse diálogo no Brasil, principalmente devido à articulação e estímulo das Políticas Culturais na gestão do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, com a criação de leis e ações afirmativas de proteção e difusão dos saberes adquiridos nas pesquisas científicas.

Como referência nessa relação interdisciplinar analisamos o artigo publicado pela historiadora Manuelina Cândido, a museóloga Maria Cristina Bruno e a museóloga Katia Neves, em 2001, sobre a inserção da metodologia da educação patrimonial na Museologia, Arqueologia, Etnologia. Desenvolvemos uma dinâmica em sala de aula através de debates e ações diretas nos sítios arqueológicos e participação na montagem de uma exposição: “Pesquisa e Campo: Ciência entre alunos e professores” no Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI, na ótica de difusão patrimonial.

<sup>1</sup> CORTEZ, Glauco. In Blog Educação Política mídia, economia e cultura – *Ex-morador de rua cria biblioteca ambulante e faz com que os livros cheguem a moradores de São Paulo*. Disponível em: <http://glaucocortez.com/2011/08/02/ex-morador-de-rua-cria-uma-biblioteca-ambulante-que-faz-com-que-os-livros-cheguem-a-moradores-de-rua-do-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em 06 de agosto de 2014



Como referência bibliográfica, destacamos os textos de Manuela Cândido, 2001, escrita em parceria com outros dois autores, intitulada: “A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros”, e da Maria Cristina Bruno, “Estudos de Cultura Material e Coleções museológicas”, ambas com experiência em Museus na área de Arqueologia produzem seus trabalhos através de provocações e discussões essenciais sobre as ações.

216

Verificamos que o abandono dos cursos de formação profissional, como por exemplo, em Antropologia, Arqueologia, História, Sociologia, entre outros, em relação à importância dos estudos de cultura material e, especialmente, no que tange aos princípios e práticas inerentes ao processo curatorial, tem legado novas gerações descomprometidas e despreparadas para o exercício e consolidação de cadeias operatórias de procedimentos técnicos e científicos relativos à salvaguarda e comunicação das coleções museológicas, fragilizando a atuação das instituições. Da mesma forma, a descontextualização dos programas de formação em Museologia no que corresponde, por exemplo, aos conteúdos arqueológicos e etnológicos relativos à história cultural brasileira permite que os profissionais egressos desta formação encontrem dificuldades no trato museográfico das coleções destas tipologias. Como consequência imediata do problema oriundo das formações profissionais, verificamos as dificuldades para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, fundamentais para a implementação de processos curatoriais de extroversão dos saberes desses patrimônios<sup>2</sup>.

Na curadoria museológica de acervos arqueológicos, foram debatidos sobre seus avanços, retrocessos e desafios como missão institucional, inclusive a ampliação de entendimento entre os órgãos, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira), ABRACOR (Associação Brasileira de Conservação e Restauração), entre outras, e a sociedade civil, objetivando uma parceria dialógica em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Destacamos e concordamos com a afirmativa dos autores quando declaram que:

a adoção de métodos e tecnologias não destrutivos nos trabalhos de campo e de laboratório dos projetos arqueológicos, a criação de programas interdisciplinares, como a “Musealização da Arqueologia” e a “Educação Patrimonial” e o estabelecimento de parcerias institucionais que visem aplicar ações educativas e preservacionistas foram propostos por serem notoriamente eficazes. (FORTUNA; POZZI; CÂNDIDO, 2001: 20)

<sup>2</sup> Cultura Material e Patrimônio de C&T. BRUNO, Maria Cristina. Estudos da cultura material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios.



Entendemos que para se dar a ação de extroversão do conhecimento, em forma de educação patrimonial de acervos arqueológicos, não podemos deixar de contextualizar sobre os teóricos que discutem a importância da recuperação e preservação da memória, tais como: Pierre Nora, *Entre História e Memória*, cujo relato trata do conceito de lugar de memória, Maurice Halbwachs, *Memória Coletiva* e Michael Polack, *Memória, esquecimento e silêncio*.

No caso da arqueologia e seus processos sistematizados de trabalho de campo, coleta e pesquisa na maior parte dos casos, os saberes e experiências e memórias não passam dos laboratórios e artigos científicos especializados. Esses procedimentos já tão sedimentados institucionalmente é que procuramos refletir para criar novas ações cuja memória revestida neles seja extrovertida e trabalhada nas ações de Educação Patrimonial.

E por fim, destacamos que a nossa proposta de discussão entre a Educação Patrimonial e Arqueologia, encontra-se no primeiro momento com os discentes das disciplinas do curso de graduação em Arqueologia, no UFPI. Como desdobramento estimularemos a ampliação dessa discussão além muros universitários, trazendo a comunidade local, a participar em aulas abertas, das nossas reflexões. Inclusive, sugerir ações no Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI, que está em fase de Implantação.

### **Entrelaçando as experiências com os referenciais teóricos: É possível educação em patrimônios na perspectiva intercultural com bibliotecários, arquivistas e arqueólogos?**

Diante das experiências narradas e registradas, e iniciando o diálogo com a inquietação proposta. Acreditamos que seja possível a devolução dos saberes nas pesquisas de acervos de cultura material, utilizando metodologias da educação em patrimônios na perspectiva intercultural com os nossos discentes. Para isso é necessário buscar uma prática docente dialógica, pautada em ações pedagógicas, culturais e lúdicas que permitam a troca de experiências entre a teoria e a práxis. Difundir a riqueza do contexto desses patrimônios com seus conteúdos simbólicos e utilitários, materiais e imateriais, permitindo que a devolução dos saberes, intrínsecos em sua memória façam parte do legado identitário das comunidades. Exposições, materiais didáticos, vídeos, Semanas Acadêmicas que divulguem os resultados dessas parcerias, e qualquer ação comprometida com o processo de ensino aprendizagem.

O psicólogo e educador Lev Vygotsky, *Em Pensamento e Linguagem* (1998), ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o



próprio homem: é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição.

Vygotsky considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo, a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância, mediam a vida.

Conforme Freire (2001:6) a “escola não é o único espaço de veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que propiciam a interação de práticas pedagógicas diferenciadas, a modo a possibilitar trocas de experiências”. Portanto, pensemos em ações educativas fora do espaço escolar, nos museus, bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos, como possibilidades de disseminar os saberes. Essas instituições sociais como lugar de memória, de encontro de pessoas, com idades diferenciadas, com histórias de vida e culturas distintas, verdadeiros lócus de educação além dos muros escolares, espaços de educação dialógica, promovendo as trocas dos saberes e experiências. Nesse sentido, o conceito de Freire sobre diálogo corrobora, quando afirma que na relação dialógica entre um e o(os)outro(s) que estabelecemos as bases para a educação libertadora. É na relação pautada na análise da realidade, buscando o debate aberto a críticas e as transformações sociais. Nesta relação o saber, não é uma mera transmissão, mas, um encontro de sujeitos interlocutores que procuram a “significação dos significados”. (FREIRE:2001)

Compreendendo que a educação é um processo contínuo inerente à condição humana, é uma responsabilidade coletiva a ser apropriada pela sociedade como um todo, que possui três dimensões: formal, não formal e informal. Apresentamos o conceito de educação não formal, sob a luz do referencial teórico da educadora Gohn (2011) em que define esse tipo de educação fora do espaço escolar e preocupado com mudanças sociais, apresentando laços de pertencimento, ajuda na construção da identidade coletiva, colabora para o empoderamento do grupo.

Vale ressaltar, a educação como um processo inerente à condição sócio histórica do homem, sabedores de sua inconclusão a sociedade ao longo da sua trajetória, procura saber mais. Essa busca constante é característica essencialmente humana, sobre esse processo de educação contínua do homem, Freire (1996:64) nos alerta “que na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”, isto é, a peculiaridade humana é marcada pela procura incessante de aprender algo mais. O desafio é refletir como



bibliotecas, arquivos e acervos arqueológicos podem contribuir para esse processo? A pista seria a partir da metodologia da Educação em Patrimônios.

Ao examinarmos a trajetória do conceito educação patrimonial no Brasil, autores, já abordaram sobre a temática. Mas, objetivamos ressaltar que o primórdio do termo se deve a Maria de Lourdes Horta, juntamente com Evelina Grunberg, responsáveis pela publicação, na década de 90, do Guia básico de Educação Patrimonial, editado pelo IPHAN, sendo a primeira referência no Brasil, da metodologia. A proposta de apropriação dos objetos dentro da lógica de alfabetização cultural, a partir do modelo de atividades sugeridas. Após 15 anos do Guia, o alargamento dos métodos e verifica-se uma ruptura com a perspectiva de alfabetização cultural, por meio da percepção de que vários sujeitos sociais são agentes legítimos de atribuição do status de patrimônio coletivo aos mais diferentes bens e manifestações culturais.

Nesse sentido, uma nova configuração se desenha, as ações de educação patrimonial se inserem na via de mão coletiva, por um lado fortalecendo o valor de determinados bens e, por outro, sendo instrumento de diálogo entre os profissionais da área e a comunidade local, e os demais segmentos sociais, o que resulta no alargamento do que sejam patrimônios culturais. Conforme as autoras do GUIA de Educação Patrimonial, atestam que:

(...) a educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia. (...) esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e a comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (...).pode ser aplicada a qualquer evidência material, ou manifestação da cultura, seja um objeto, ou conjunto de bens, um monumento, ou um sítio arqueológico (...) e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO:1999:06).

Destacamos, outra perspectiva de educação patrimonial, da especialista Manuelina Duarte Cândido (2009), que a partir dos referenciais teóricos de Cristina Bruno, reflete em seu artigo sobre a experiência de educação patrimonial, no trabalho de Arqueologia de contrato, em Minas Gerais, sobre o alargamento do conceito, ao defender que a educação patrimonial “já parte de um patrimônio dado e pretende estabelecer laços de apropriação (...), embora com uma intenção de estabelecer um olhar crítico sobre o mundo que nos cerca não abre espaço para uma possível negação do que é previamente apontado como patrimônio”, isto os bens culturais apresentados durante as oficinas de educação patrimonial, se detêm para os patrimônios consagrados, ou, como nas palavras da autora “deve ser valorizado”, mas neste





campo de disputa de valorações dos patrimônios, os silenciamentos, e espaços vazios, conforme a autora como de praxe, não são indagados os motivos do abandono. Isto é, concordamos com a autora quando provoca, ao afirmar que “educação em patrimônios deve ir mais além”, esse processo de ensino e aprendizagem, deve ser tomado como educação para a cidadania, em que os excluídos e marginalizados do processo histórico possam ser desvelados, inclusive nas ações de educação em patrimônios. (CÂNDIDO: 2009: 63)

Outra autora, que discute o termo educação patrimonial é a museóloga, Magaly Cabral (2001), em que discute o termo educação patrimonial na perspectiva mais ampliada, apontando que é um mecanismo de proporcionar o indivíduo realizar leitura do mundo que o circunda, o proporcionando o entendimento de uma perspectiva crítica da realidade.

Para entender o conceito de educação em patrimônios como uma metodologia de educação não formal nos: arquivos, bibliotecas e campos arqueológicos, é mister refletir que sociedade atual estamos inseridos. A sociedade contemporânea do século XXI é marcada por quebras de paradigmas, pela globalização, pela multiculturalidade e interculturalidade. E quem nos auxiliará a analisar esse panorama é Canclini (2009:17), apresentando dois modos de produção social, a primeira, nas relações interculturais “admite-se a diversidade de culturas” reforçando as diferenças e construindo políticas de respeito que geralmente estimulam a “segregação” E nas relações interculturais, “os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos”. Inferimos que a interculturalidade é o viés que permitiria estabelecer as ações de educação patrimonial nas instituições sociais referidas. E não podemos deixar de inserir a participação das comunidades de entorno dos sítios arqueológicos que precisam ser incluídas neste processo de difusão dos saberes, oferecendo um diálogo linear entre os projetos de pesquisa, e aqueles que fazem parte da própria história do elemento estudado.

Ainda o autor declara, em *Culturas Híbridas*, “não basta dar oportunidades iguais a todos, se cada setor chega ao consumo, no museu ou na livraria, com capitais culturais e *habitus* dispares” (CANCLINI:1998:156). As instituições com as quais dialogamos devem ser espaços de apropriações sociais e culturais de todos os segmentos, não apenas os segmentos da elite. Para Canclini, o patrimônio existe enquanto discurso e bens culturais que legitimam o mito fundador das elites, mantenedoras da ideia do patrimônio histórico nacional único. A antiga perspectiva escolar era sistematizar de maneira protocolar os saberes, quase positivistas, com a memorização de datas cívicas, sem complexidade crítica do que



significava tais fatos históricos. Segundo o autor, a escola foi “palco fundamental para teatralização do patrimônio”, e o museu sede cerimonial do patrimônio, onde se reproduzia o discurso das elites que o construíram. (CANCLINI:1998:164). Sabemos dessa perspectiva também ampliada para os museus e arquivos, mas a tendência contemporânea e dessacralizar o sagrado, é dialogar com os diferentes e buscar pontos de convergências, tornando-se um interessante desafio para quem decidi trilhar esse caminho ideológico, pois as mudanças de mentalidades são processuais.

Além disso, Canclini salienta que os desafios nas relações sociais altamente ritualizadas, inviabilizam, ou, dificultam os processos de aprendizagens na dimensão intercultural, em que o tradicionalismo não proporciona condições de dialogo para as situações da sociedade contemporânea, marcadas pelas diferenças, diversidade e desterritorialização. E diante da impotência de ligar com a interculturalidade atual, alguns segmentos sociais remontam aos ritos comemorativos como uma prática social compensatória, apartando o estrangeiro. (CANCLINI:1998:167). Ou seja, práticas sociais que exclui o diferente de determinado espaço social. Elaborando uma ponte dessa premissa devemos pensar as bibliotecas, arquivos e campo arqueológicos para todos aqueles segmentos sociais interessados no processo permanente de construção do conhecimento. E, por que não tais instituições sociais acima citadas para todos os interessados, em compartilhar experiências, contribuir para uma educação patrimonial dialógica?

No campo da arqueologia temos autores como Pedro Paulo Funari, Maria Cristina Bruno e Manuela Duarte Cândido que colaboram com questões importantes na área de Arqueologia Pública e educação patrimonial nas pesquisas arqueológicas, que geralmente circulam apenas no universo da academia, em especifico em determinadas faculdades.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto: na Introdução, no primeiro momento da experiência nas graduações da UFF, no segundo momento da experiência na graduação na UFPI, e por fim, no entrelaçamento das experiências com o referencial teórico, compreendemos que possuímos um terreno árduo, complexo e desafiador de propor o conceito e a metodologia de educação em patrimônios patrimonial para nossos discentes, com participação dos docentes. Considerando que não depende apenas da Universidade, mas uma série de fatores. Necessitamos de uma ação conjunta: mudanças de mentalidades de diversos sujeitos sociais, o



futuro profissional em formação, os profissionais consolidados nas instituições a fim de apoiarem novas ações, e tais mudanças de paradigmas e parcerias mais concretas entre a universidade e os espaços de educação não formal: museus, arquivos, bibliotecas e sítio arqueológico.

Além disso, apontamos muitas indagações, que apenas iniciamos o fio dos muitos teceres, que ainda serão entrelaçados.

Por esses motivos expostos, acreditamos na declaração do psicanalista Bruno Bethleim, em que os museus devem ser espaços de assombramento, curiosidade e encantamento das crianças. Ampliando essa ideia para as instituições sociais do nosso recorte, bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos, acreditamos que elas devem ser lócus da curiosidade e encantamento de todos, da humanidade.

### Referências Bibliográficas

- BELTHLEIM, Bruno. *As crianças e os museus*. In: A Viena de Freud e outros ensaios. Rio de Janeiro: Campus, 1991
- BRUNO, Maria Cristina. *Estudos da cultura material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios*. Cultura Material e Patrimônio de C&T.
- CABRAL, Magaly. *O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade*. In: Revista Brasileira de Museus e Museologia. 1ª edição. MUSAS. IPHAN, 2001.
- CÂNDIDO, Manuelina. *Educação patrimonial em variados territórios: relatos de uma experiência itinerante*. In: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Anais XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. CD ROM.
- \_\_\_\_\_; NEVES, Katia. *Musealização, Arqueologia e Educação*. In: Educación y Antropología, jul. 2001. Argentina. CD ROM.
- \_\_\_\_\_; FORTUNA, Carlos; POZZI, Henrique. *A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros*. In: CANINDÉ, Xingó, nº1. Disponível em: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- CARTER, Karin. *Educação Patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável*. In: João Pessoa: Inf. & Soc. v.14, n.2, p.31-52, jul/dez., 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php>>. Acesso em: 7 jul. 2010.
- CANCLINI, Nestór. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GOHN, Maria Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2011.



HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

MEDEIROS, Mércia; SURYA, Leandro. *A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Gilberto. Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2012.

MINAYO, Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: editora Vozes, 18 ed., 2001.



## O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL FRENTE À URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA – JOINVILLE/SC

FLORES, Maria Bernadete Ramos

*Professor do Programa De Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH-UFSC*  
*mbernaramos@gmail.com*

KALB, Christiane Heloísa

*Estudante de doutorado do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas –*  
*PPGICH-UFSC*  
*christianekalb@hotmail.com*

224

### RESUMO

Esse estudo discorre sobre o projeto de pesquisa de tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, do PPGICH, da UFSC, que abordará como a urbanização contemporânea vem produzindo (ou não) implicações sobre o patrimônio histórico-cultural da área central de Joinville, no Estado de Santa Catarina. Como casos específicos, problematiza-se como a urbanização vem afetando o Cine Palácio, a Escola Germano Timm e a Casa Boehm. Esses bens foram objetos de tombamento pela Fundação Cultural (Tombamento Municipal) ou pela Fundação Catarinense de Cultura (Tombamento Estadual), por diversos motivos particulares advindos da vontade da população interessada ou pelo interesse público. A metodologia utilizada até o momento é a revisão bibliográfica, por meio de artigos e livros. Conclui-se de forma incipiente que alguns ícones paradigmáticos da cidade de Joinville vêm sofrendo com as consequências da urbanização.

**Palavras-chave:** Urbanização contemporânea, Patrimônio Histórico-Cultural, Joinville-SC.

### ABSTRACT

This study discuss the research project of PhD thesis in Interdisciplinary Humanities, PPGICH/UFSC will address how contemporary urbanization has produced (or not) implications on the historic and cultural heritage of the central area of Joinville, in the state Santa Catarina. As specific cases, it problematizes how urbanization is affecting the Cine Palace, Germano Timm School and Boehm's House. These assets were objects by tipping (Municipal) Cultural Foundation and the Cultural Foundation of Santa Catarina (State), for various personal reasons arising from the will of the population concerned or the public interest. The methodology used to date is the literature review, through articles and books. It's concluded that some incipient icons paradigmatic city of Joinville are suffering the consequences of urbanization.

**Key-words:** Contemporary urbanization, Historic Cultural Heritage, Joinville-SC.

### INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema está vinculado às relações jurídicas, ambientais-urbanas e políticas do patrimônio edificado joinvillenses. E também surgiram inquietações sobre os problemas urbanos que afetam direta ou indiretamente os bens tombados que iremos estudar, como por exemplo, questões comerciais, midiáticas e especulação imobiliária (sociedade de



consumo), por meio da modernização, e algumas questões memoriais e subjetivas, com base na teoria de Nora (1993) sobre o aparecimento de lugares de memória, aliados ao saudosismo, ao respeito e ao afeto de algumas comunidades.

Nem sempre os proprietários e os usuários dos patrimônios culturais edificados seguem a norma legal para preservar tais bens. Contudo, acredita-se que algumas comunidades têm o desejo de manter a sua memória e a sua identidade vivas, ainda que em forma de memoriais, ou lugares de memória, na perspectiva tratada por Nora (1993). Afinal, o ideário de preservação total não existe, pois não se pode engessar uma cidade. Assim, a sociedade e quem está no poder para tanto escolhem e selecionam certos objetos para manterem *intactos* no tempo e no espaço. Porém, o que vem ocorrendo em Joinville<sup>1</sup> é que certos bens tombados no centro da cidade estão sendo *engolidos* em seus pequenos espaços, sendo abafados pelo desrespeito, muitas vezes, à sua “beleza estética” em detrimento de uma sociedade de consumo e crescimento.

## CONCEITUANDO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para entender o significado de patrimônio cultural, subdivide-se o termo em dois conceitos. “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* famílias, pai de família” (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p.10). As línguas românticas usam tal termo para fazer referência aos monumentos herdados de gerações passadas, vale lembrar que “em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*). Os alemães usam *Denkmalpflege*, o “cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage* [...]” (Idem, p.31), que possui o mesmo significado das línguas românticas.

Vale conceituar, conforme entende Carvalho, *et al* (2008, p.36), que:

a noção de patrimônio envolve, em primeiro lugar, um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis, em seguida, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção, e por fim, um conjunto de valores, políticos no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, como o objetivo de promover algumas mutações e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade.

<sup>1</sup> E também em outras cidades em processo de urbanização.





A palavra cultura, por sua vez, de acordo com Geertz (2008, p.15), é um termo “essencialmente semiótico”. Conceito inspirado em Max Weber, ao afirmar que o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, Geertz assume “a cultura como sendo estas teias e sua análise [...] não como uma ciência experimental em busca de leis, mais como ciência interpretativa, a procura do significado”. Para Hannah Arendt (1972, p. 265), a cultura origina-se de *colere*, cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar e relaciona-se com o trato humano com a natureza. A palavra então indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem. Contudo, cientes das implicações que o conceito abriga, retenhamos por agora o que se lê em Chartier (2008, p.23)

De la proliferación de acepciones de la palabra cultura, retengo una, aunque provisoria: aquella que articula las producciones simbólicas y las experiencias estéticas sustraídas a la urgencia de lo cotidiano, con los lenguajes, los rituales y las conductas gracias a los cuales una comunidad vive y reflexiona su vínculo con el mundo, con los otros y con ella misma.

Dessa forma, tal conceito abrange as escolhas feitas pelas comunidades, onde vivem e se reflete o patrimônio. Assim, o patrimônio cultural de uma sociedade, por sua vez, tem sua importância arraigada no sentido de questionar de onde viemos e para onde vamos, questões estas precípuas para a sobrevivência da humanidade. Afinal, os humanos são produtores de cultura e a identidade cultural circunscrita em determinado espaço-tempo é o meio ambiente onde se vive, por isso o ambiente no seu todo é o patrimônio. O patrimônio cultural de um país, estado ou cidade “está constituido por todos aquellos elementos y manifestaciones tangibles o intangibles producidas por las sociedades, resultado de un proceso histórico em donde la reproducción de las ideas y del material se constituyen em factores que identifican y diferencian a esse país o region” (FERNANDEZ e GUZMAN RAMOS, 2004, p.102).

O art. 216 da Constituição Federal (1988) definiu o que constitui o patrimônio cultural brasileiro: “os bens de natureza material e imaterial que tomados individualmente ou em conjunto são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Os bens culturalmente considerados materiais são os que possuem “valor e significado incorporados ao valor simbólico do bem tal como uma imagem,



uma igreja, uma cidade, uma serra, um jardim, um sítio arqueológico, etc” (MACHADO, 2009, p.50). Já os

bens culturais imateriais são aqueles cujo valor não está especificamente na sua materialidade, na sua matéria prima ou no seu suporte, mas na evocação ou representação que sugerem, caracterizando-se como ritos processuais. São exemplos [...] os saberes enraizados no cotidiano das comunidades, as celebrações como rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, as formas de expressão tais como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, os lugares tais como os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem praticas culturais coletivas (Ibidem).

227

O patrimônio imaterial, ou também conhecido pelos autores renomados de patrimônio intangível, tem sua presença recente na literatura sobre o tema geral (patrimônio cultural). “Em verdade, é motivada pelo interesse em ampliar a noção de “patrimônio histórico e artístico”, entendida como repertório de bens, ou “coisas”, ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz esses bens serem merecedores de proteção por parte do poder público”, conclui Fonseca (2009, p.64).

A questão de um bem cultural ser ou não imaterial, ou seja, ser caracterizado por uma matéria, é considerada controversa, trazendo então uma estabilidade maior no que concerne a expressão dita “intangível”, que “remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis. [...] Trata-se, portanto, de uma prática ritual, cujo valor simbólico só tem sentido num determinado contexto. [...] Mesmo quando a iniciativa parte do Estado, esses valores precisam ser aceitos e constantemente reiterados pela sociedade, a partir de critérios que variam no tempo e no espaço” (Ibidem).

Mas antes do Estado brasileiro deter o poder de cautela dos bens de interesse cultural, a UNESCO, desde 1946, é a organização responsável pela proteção do patrimônio cultural em escala mundial, de acordo com Zanirato (2008). Embora a primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos tenha acontecido em Atenas em 1931, quando reuniu países somente europeus. A segunda conferência deu-se em Veneza, em 1964, e contou com a participação de Tunísia, México e Peru. Por fim, em 1979, 24 países dos cinco continentes participaram do estabelecimento do conceito de um patrimônio mundial, relata Meneguello (2000, p.1).

Essas conferências internacionais têm auxiliado os países a proteger seus bens culturais. Convém lembrar aqui Pierre Nora (1993) que afirma o seguinte: à medida que



desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual “tribunal da história”. Esse sentimento de salvaguardar testemunhos do passado, a UNESCO tem por missão, no que se refere ao patrimônio cultural e natural, “ajudar aos Estados-parte a salvaguardar os lugares do Patrimônio Mundial, fornecendo assistência técnica e formação profissional e assistência de emergência aos lugares em que haja um patrimônio mundial em perigo imediato” (UNESCO, 2005).

Abrindo-se parênteses, dizemos que pesar da cidade de Joinville não ser detentora de nenhum patrimônio considerado mundial, possui o sentimento, por meio de seus cidadãos, de preservar alguns bens que representam a identidade da cidade para o futuro de outras gerações.

Abreu e Chagas (2009) confirmam o pensamento de Nora (1993) e os ditames da Unesco (2005), quando discutem em seus ensaios sobre o patrimônio intangível, aquele no qual compreende as línguas, festas, danças, mitos, saberes, contos, técnicas de fabricação, de cozimentos, de “fazer” algo, que compõem o infinito universo dos bens culturais imateriais. Este patrimônio é protegido por lei no Brasil, pelo Decreto n. 3.551/2000, que instituiu o inventário, quando possível e viável e o registro em livro específico dos bens dessa natureza intangível, como bem a palavra diz, impossível de se tocar, sentir; apenas possível de se perceber, escutando, olhando, fotografando.

Duartes (2009, p.306) complementa as conceituações, dizendo que a memória apesar de não poder ser inventariada nem registrada ela é:

coletiva [...] a memória da sociedade, da totalidade significativa em que se inscrevem e transcorrem as micromemórias pessoais, elos de uma cadeia maior. É esse caráter “encompassador” da memória coletiva que reveste de sacralidade as lembranças míticas e as reencenações rituais, frequentemente associadas à identidade tribal ou clânica (Bateson, 1967), apanágio de um gênero, de uma classe de idade, de uma fraternidade.

Assim, a memória dos bens que aqui se pretende estudar, ou seja, do CinePalácio, da Escola Germano Timm e da Casa Boehm, é de bens imateriais. Trata-se de um “retrato da nação que termina por se identificar à cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantadas” (FONSECA, 2009, p.64). Afinal,



quando a colonização europeia começou a formar o centro de Joinville, traziam sua cultura e meios de construção, o que acabou por identificar a cidade como sendo de origem germânica.

Cabe esclarecer ainda que no entendimento dos legisladores, “o conjunto de bens passíveis de ser tombados (art. 216, incisos IV e V CF/88) constitui apenas parte do que, no texto constitucional, é considerado patrimônio brasileiro”. Fonseca (2009, p.60) cita o depoimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Conselho Federal de Cultura, dizendo que ainda se está longe do ideal esperado pelos profissionais da área do patrimônio cultural. Contudo, entende-se que com o “equacionamento de diversos saberes como os da História, do Direito, da Antropologia, da Arqueologia, da Geografia e da Ecologia, nos possibilitaram explicitar as articulações entre os bens culturais e naturais das mais distintas comunidades, suas histórias, memórias, identidades e as maneiras dessa população se relacionar com o meio” (FUNARI, 2009, p.11).

Funari e Pelegrini (Ibidem) ainda alertam sobre a preocupação que devemos ter com nossas cidades, e concluem que “a valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade”, reabilitando e potencializando os conceitos de identidade coletiva e conservação do patrimônio cultural daquela sociedade, sob os auspícios da representação da cidadania. Meneguello (2000, p.1) descreve essa situação da seguinte forma:

A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade, seja no Brasil ou no exterior, exige a revisão de conceitos fundamentais como a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. Seja pelo fato de estas áreas terem admitido diferentes utilizações em função do crescimento das cidades, seja pelos usos que edifícios tombados assumem dentro da trama urbana hoje, é difícil tratar a questão em toda sua complexidade se optarmos por um olhar nostálgico que valorize apenas a preservação per se.

Partindo dessas premissas que Meneguello, Funari e Penegrini apresentam sobre a preservação não só de bens culturais individualizados, mas também de áreas citadinas, discutiremos agora alguns pontos sobre o patrimônio cultural edificado.



## QUESTÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

Preservar o patrimônio histórico-cultural é tarefa cogente dos profissionais do patrimônio cultural, estudiosos e acadêmicos, uma vez que a destruição do bem imóvel é irreversível.

O patrimônio que queremos aqui discutir e analisar é o patrimônio ambiental urbano. Carlos e Lemos (2005, p. 253) definem esse patrimônio como uma associação de conjuntos arquitetônicos com espaços e equipamentos públicos, além de elementos naturais, detendo certa carga de valor social, cultural, histórico, econômico, técnico, afetivo e estético. O sentido de “ambiental” aqui proposto se refere ao espaço e tempo que nos rodeia. Afinal não se trata de questões meramente ambientais no sentido estrito e ecológico, mas de questões sociais, no sentido de contemplar o econômico, o político, o cultural e o ideológico.

Assim, identificado esse sentimento de pertença pelas pessoas por esses bens “aviltados pela subjetividade, pela condição de eterno provisório, pela exacerbação da publicidade caótica e fora de lugar, pela falta de manutenção, pelo lixo, pelas fiações aéreas e até pela poluição sonora” (Ibidem, p. 254), merecem uma análise mais profunda das consequências que sofrem a partir dessas interferências na contemporaneidade.

Hoje, a sociedade transforma o seu espaço. As praças deixam de ser apreciadas e utilizadas, sendo substituídas pelas praças de shoppings centers. Apesar de não serem usadas para o mesmo fim que em tempos passados, as “pracinhas” ainda detêm um poder de proteção patrimonial, ainda que seja por questões ecológicas e de estética.

Uma das formas de preservação dos bens considerados patrimônio é o tombamento que, por sua vez, é um procedimento jurídico que protege o bem móvel ou imóvel por meio de sua inscrição no Livro do Tombo. Além disso, o tombamento é um ato administrativo quanto à operação de inscrição do objeto em um dos livros: arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico, das belas-artes e das artes aplicadas (SILVA, 2003).

Outra forma de se preservar um patrimônio é por meio da restauração desses bens. Contudo, existem discussões a respeito dessa temática, pois, nem sempre o restauro é adequado e mantém as características identitárias daquele imóvel. Kühl (2006, p.2) explica que a restauração de bens culturais, isto é, os modos de interferir num bem para que transmita suas principais características para as gerações futuras, é um campo disciplinar que começa a adquirir autonomia, mas o desejável é pensar que “não se trata de conservar tudo, nem,



tampouco, de demolir ou transformar radicalmente tudo. É inviável e mesmo indesejável conservar tudo indiscriminadamente, e é necessário fazer escolhas conscientes”.

As escolhas da forma de se patrimonializar (ou não) certos bens são o cerne da questão. Quando as decisões são baseadas em conhecimento técnico e científico do que aplicar naquele bem, pode haver controvérsias, que por outro lado, desagrade a população do entorno. E a perguntas que devem surgir são: *Para quem se preserva?* E *para que preservar?* E ainda mais profundamente: *como preservar, agradando a todos?*

### **A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NAS CIDADES**

As alterações ocorridas em razão do crescimento exacerbado dentro das cidades, e principalmente vislumbradas a partir da década de 1960, tiveram evidentes as consequências, desencadeando uma crise ecológica, que assume implicações não só nas áreas rurais, mas principalmente no ambiente urbano. Tal crise mostrou que a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo marcaram os limites do crescimento econômico (LEFF, 2006). No decorrer dessas alterações, a partir da década de 70, configura-se um processo denominado de democratização do patrimônio, onde as pessoas detêm o poder de escolher o que consumir. Consumo, também no sentido de escolher o que preservar, o que até então era apenas opção exclusiva do Estado.

O mundo pós-moderno<sup>2</sup> confundiu a qualidade de vida, o bem-estar, com o consumismo, com a abundância de bens industriais e o desperdício. Há mais de um século, conforme Leite (2003, p.23), que temos vivido numa civilização industrial, geradora de efeitos ecologicamente depredadores, socialmente injustos e economicamente inviáveis e insustentáveis. E a maior depredação começou no fim do século XIX e início do século XX, em face do crescimento industrial e urbano. Alexandre (2012, p. 44) ainda levanta a questão da crise do meio ambiente, que “constitui um reflexo de uma crise de participação, de sobrevivência e de cultura ou de compromisso civilizatório”.

Aliadas ao crescimento estão as mudanças climáticas, que podem estar gerando impactos ao patrimônio histórico-cultural de algumas regiões. A UNESCO já se pronunciou em 2006 num documento oficial, dizendo que esses impactos não se restringem a ação física do

<sup>2</sup> Lyotard, 1989; Habermas, 1990; Harvey, 1992; Soja, 1993 e Jameson, 1999, autores que discutem a pós-modernidade, indicados por Carlos e Lemos, 2005, p. 323.





tempo. Vai muito além disso, já que não se pode dissociar as mudanças que ocorreram na sociedade, na demografia, no comportamento pessoal, e no impacto dos valores sociais.

Há uma proposta de readequarmos esta situação atual que é a do desenvolvimento durável, sustentável, o eco-desenvolvimento, a ecologia-eficiência nas produções, diversos conceitos já conhecidos internacionalmente que visam ao fim “satisfazer as necessidades do presente sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de terem suas próprias necessidades defendidas” (Relatório Brundtland, 1987).

Porém, a pressão da sociedade vem sendo cada vez maior, cobrando eficiência ambiental das empresas e do governo, o que nem sempre é alcançada. O conceito de desenvolvimento sustentável é talvez o mais polêmico tema que vem sendo discutido na ordem ambiental internacional. Zanirato e Ribeiro (2009) explicam essa questão associando o conceito à uma matriz econômica, ou seja, o desenvolvimento. Outros autores, como Leff (2006) e Sachs (1993) defendem a associação a essa origem biológica, enquanto Martinez-Alier (1990 e 1992) e Gonçalves (1993) desassocia o conceito de desenvolvimento sustentável a uma origem biológica. Ribeiro (1996 e 2001), por sua vez, indica a sustentabilidade como uma alternativa, desde que envolva uma nova ética que desconsidere o fim do capitalismo.

Apesar de todo o interesse que encerra o conceito de desenvolvimento sustentável, o cerne dessa pesquisa se limita a cidade. De acordo com Salgueiro (2005, p.99) “a cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes”. Nesse pedaço de espaço-tempo apropriado por diversos grupos sociais que por ali perpassam há a realização das tarefas diárias, semanais, mensais, por onde correm as expectativas de trabalho e de lazer das pessoas daquele determinado tempo. A cidade é, antes de mais nada, o lugar de encontro, desde a Grécia Antiga, onde ocorriam as votações públicas e as encenações de entretenimento. Esse mesmo espaço, mais tarde, vem se tornar um local de comércio para a troca de mercadorias (Carlos e Lemos: 2005, p.325).

Nosso campo de pesquisa é a cidade de Joinville e o processo de urbanização no Brasil é sintomático, já que nas últimas décadas o crescimento brasileiro populacional foi de cerca de 20%, enquanto que o número de habitantes nas áreas urbanas cresceu 40%, conclui Acselrad (2009, p. 7).

Com a emergência da sociedade de consumo, após as consequências da Revolução Industrial, o crescimento da velocidade das informações e do conhecimento acabaram por valorizar certas áreas em detrimento de outras. Assim, bairros e centros históricos vêm sendo



abandonados em paralelo a outras construções contemporâneas, o que gera um afogamento nos patrimônios edificados dentre essas novas centralidades de serviços, lazer, compras.

## OS ÍCONES PARADIGMÁTICOS DO CENTRO DE JOINVILLE

Esse estudo não poderia se fixar somente sob o olhar das questões culturais relacionadas aos bens imóveis delimitados, mas abrange questões mais profundas que envolvem o entorno e o uso desses bens. Correlaciona-se o desenvolvimento da cidade como um todo às novas discussões que surgem a partir da urbanização, como a paisagem urbana destinada ao turismo, a necessidade de se formar (ou criar) uma identidade e ainda, não menos importante, a discussão do meio ambiente urbano.

Desta forma, verificar a legitimidade das instituições públicas (Fundação Cultural, Prefeitura, Estado, União) envolvidas no gerenciamento desses bens em face da população urbana que vive e usa o entorno do patrimônio, é atitude que faz submergir certos processos políticos de tomada de decisões, nem sempre acessíveis a todos.

Nesse diapasão, estando no momento de escolher três exemplares que representam o patrimônio histórico-cultural edificado da cidade de Joinville, foram selecionados os seguintes bens, em número de três<sup>3</sup>:

O Cine Palácio, conforme figura 1, em dois momentos, no primeiro, uma figura atual, e no segundo, uma foto antiga da década de 1920.

Figura 1: Cinepalácio, 2014. Cinepalácio, déc 20.



Fonte: Disponível em: <[www.ndonline.com.br](http://www.ndonline.com.br)> e <[www.panoramico.com](http://www.panoramico.com)> Acesso em: maio,2014.

<sup>3</sup> Os três bens serão, melhor descritos, durante a tese.



Hoje o CinePalácio é alugado por uma Igreja Evangélica. Deixou de ser teatro/cinema em meados da década de 1990, quando da chegada dos shoppings centers a cidade. Esse ícone possui uma história interessante, uma vez que foi inaugurado em 1917, com o nome de Theatro Municipal Nicodemus. Em 1934, passa a se chamar Palace Theatro. Somente em 1943 muda seu nome para Cine Palácio, como é conhecido até hoje. Foi tombado em 2003, a partir de oito processos administrativos, por um Tombamento Municipal (Guedes (2001).

Entre 1964 a 1984 o Brasil sofreu com a ditadura militar e conseqüentemente com a censura ideológica, o que se refletiu sobremaneira, no cinema. Nesse período, o Cine Palácio destaca-se por exibir filmes pornôns como a única saída para sobreviver ao abandono das telas. A partir da década de 1980, tanto no Brasil como mundialmente os cinemas passam por um período de decadência em razão dos videocassetes, da comercialização massificada de televisores e também com o surgimento (mais a partir da década de 1990) dos shoppings centers. Em 1992, é inaugurado o primeiro shopping de Joinville. No ano de 1995, o Cine Palácio é alugado para a Igreja Universal do Reino de Deus, que utiliza praticamente todo o edifício para seus cultos. Porém, no fim desse mesmo ano o cinema fecha por completo as portas que ainda funcionava numa entrada alternativa à da igreja (Guedes, 2001).

A Escola Germano Timm, o segundo ícone escolhido, na figura 2, é a segunda escola mais antiga da Joinville.

Figura 2: Escola Germano Timm, 2006.



Fonte: Disponível em: <vereadormauriciopeixer.blogspot.com>. Acesso em: maio, 2014.

A Escola Germano Timm foi fundada no dia 30 de maio de 1935, já iniciando com 280 alunos. O nome dado à escola, Germano Timm, foi em homenagem a um antigo professor, ainda vivo à época, em reconhecimento a uma vida dedicada à educação.

Em 2003, correu a notícia de que a Escola Germano Timm, situada à rua Orestes Guimarães, n. 406, e a escola Conselheiro Mafra, situada à rua Conselheiro Mafra, n. 70, seriam



demolidas para dar lugar a edifícios residenciais, conforme notícias veiculadas no Jornal ANotícia (2003a). Imediatamente, houve reação. A resistência à demolição e a defesa da preservação não se fizeram esperar. Queria-se a manutenção das duas escolas mais antigas de Joinville, ameaçadas de virem a baixo. O grupo que defendia a manutenção era formado por ex-alunos, professores e integrantes do Patrimônio Cultural de Joinville que se organizaram para que o Poder Público não aprovasse a tal demolição sem consultar a população interessada (Kalb e Flores, 2014).

As informações das possíveis demolições provocaram a reação dos professores que alertaram os pais, enviando um bilhete nos cadernos dos alunos, diante do risco da perda de um espaço de memória. No bilhete dizia: “Povo sem memória, não terá história”. Após reuniões entre os grupos de defensores da manutenção da Escola e de defensores da demolição (representantes do Poder Público), no dia 29 de maio daquele mesmo ano, foi publicado no mesmo jornal (ANotícia, 2003b), que a 23ª Gerência Regional da Educação e Inovação – GEREI decidiu *transformar* o prédio da Escola em patrimônio cultural do Estado, se o tombamento fosse aprovado, o que ocorreu em 2009.

Contudo, desde o tombamento, em 2009, até a data de hoje ainda não se iniciaram as obras de restauração desse bem patrimonializado, ficando a deriva de vândalos e curiosos que vêm destruindo ainda mais esse patrimônio e das autoridades públicas que nada fazem para protegê-lo.

A Casa Boehm está localizada na esquina da Rua 9 de Março com a Rua Dr. João Colin, no centro da cidade, que mostra as figuras 3 e 4, é o terceiro ícone a ser estudado nessa pesquisa. Hoje a casa é alugada para uma loja de calçados.

Figura 3: Casa Boehm, 2005. Casa Boehm, déc.30.



Fonte: Casa Boehm. Disponível em: < m.ndonline.com.br> Acesso em: maio, 2014.



Figura 4: Casa Boehm, Loja Apolo, 2013.



Fonte: < [www.dascatarinas.com.br](http://www.dascatarinas.com.br)>

Essa casa foi construída em 1927 e tombada em 2009, porém vem sofrendo alterações em sua estética física, principalmente no que se refere às cores de suas paredes externas, como se pode perceber pela figura 4.

As alterações não autorizadas na pintura da casa demonstram a falta de interesse dos locatários em preservar as condições “originais” desse bem. Apesar de haver discussões sobre a originalidade das cores da pintura externa de bens tombados, vislumbra-se claramente a ridicularização que esse bem vem sofrendo em nome de uma sociedade de consumo, que apenas visa lucro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses bens são paradigmáticos, ícones que representam certas discussões por estarem sendo impactados pelas questões do mundo contemporâneo. Todos os três bens vêm sendo influenciados pela urbanização contemporânea.

O CinePalácio teve seu fim totalmente desvirtuado do original. Afinal era inicialmente um teatro, logo se transforma num cinema e em razão da modernidade perde espaço para os shoppings centers, sendo alugado na década de 1990 para ser usado como igreja. A Escola Germano Timm é um caso triste de abandono para a cidade de Joinville, por parte das autoridades públicas e de certa forma, pela população. A escola vem se deteriorando com o tempo, sem data certa para reforma estrutural. Desde 2006, está completamente fechada, porém





vândalos e curiosos continuam a acelerar sua destruição. A UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina vem prometendo há dois anos abraçar a causa e reformar com dinheiro público estadual a escola, contudo até o momento nada se viu de efetivo. E por fim, a Casa Boehm como é conhecida entre os profissionais do patrimônio ou Loja Apolo para a população em geral joinvillense é um caso diferenciado. A casa está em boa conservação, sendo utilizada pelo comércio de calçados, ou seja, não se desvirtuou de seu fim, já que inicialmente quando construída em 1927 já era para uso comercial, porém a sua estética é motivo de piada na cidade. Pode-se observar a diferença discrepante entre as imagens 3 e 4 as quais mostram à direita, em preto e branco uma foto antiga, e ao lado esquerdo, a foto da casa em suas cores originais. As cores roxo e branco destoaram completamente do original, causando alvoroço entre os defensores do patrimônio.

Ainda se está longe de uma preservação ideal dos bens tombados na cidade de Joinville, mas isso não é exclusividade da maior cidade do Estado de Santa Catarina, é uma constante. Diversas cidades sofrem com o descaso das autoridades competentes e da própria população que não se interessa por sua história e memória.

Alguns teóricos da contemporaneidade podem vir a responder algumas das questões que envolvem esses bens correlacionados com o desenvolvimento da cidade como um todo e as novas discussões que surgem a partir da urbanização, como a paisagem urbana destinada ao turismo, ao consumo e a necessidade de se formar (ou criar) uma identidade e ainda, não menos importante, a discussão do meio ambiente urbano são todos temas a se debater, mas que aqui não se encontra mais espaço, porém com certeza serão analisados mais a frente, durante a escrita da tese de doutorado.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (org) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ACSELRAD, Henri (org). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256 p.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. *Práticas ambientais no Brasil: definições e estratégias*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2012. 106p.
- ANotícia, Jornal*. ALBERT, Oliver F. Polêmica na demolição de escolas. 08 maio, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Comunidade se mobiliza contra demolições. 10 maio, 2003b.





- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. *Decreto nº 3551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, ago. 2001. Seção 1, p. 1.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Ines Geraiges. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005. 430 p.
- CARVALHO, Claudia S. Rodrigues, *et alii*. *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- CHARTIER, Roger. *Escuchar a los muertos con los ojos*. (Trad.) Laura Fólica. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. (Relatório de Brundtland, 1987) 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (org) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FERNANDEZ, Guillermina e GUZMAN RAMOS, Aldo. El patrimonio industrial-minero como recurso turístico cultural: el caso de un pueblo-fábrica em Argentin. PASOS / *Revista de turismo y patrimonio cultural*, Buenos Aires, Argentina, v.2, p. 101-109, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (org) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A. e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2009.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre*. São Paulo, n.11/12, p.9-76, 1993.
- GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Cine Palácio Fragmentos da História do Cinema em Joinville*. Joinville: Editora: Univille, 2001.
- KALB, Christiane H., FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A construção de um lugar de memória: a Escola Germano Timm, Joinville-SC*. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de História Oral: Política, ética e conhecimento. (Anais do XII...) UFPI. Teresina-PI, 2014.
- KUHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Revista eletrônica do Iphan*. São Paulo: IPHAN, 2006.
- LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 343 p.
- MACHADO, Jurema. A Unesco e o Brasil: Trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo A; RAMBELLI, Gilson. *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *Ecología y pobreza*. Valencia: Centre Cultural Bancaixa, 1992.
- \_\_\_\_\_. Editorial. *Ecología política*, 1990, vol. 1, p. 7-8.



MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano*. Arqtextos, Texto Especial nº 008. São Paulo, Portal Vitruvius, ago. 2000. In: <[www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp008.asp](http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp008.asp)>. Acesso em: set 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: n. 10, p. 7-28, 1993.

RIBEIRO, W. C. *Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global*. Biblio 3w (Barcelona), Barcelona, v. 312, p. 01-10, 2001.

\_\_\_\_\_, et alii. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? *Terra Livre*. São Paulo, n.11/12, p.91-101, 1996.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Ines Geraiges. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005. 430 p.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Ed Pierópolis, Edusp, 2003.

UNESCO, Centro del patrimonio mundial de la. *Carpeta de informacion sobre el patrimonio mundial*. Paris: UNESCO, 2005.

UNESCO. World Heritage Centre. *Predicting and managing the effects of climate change on world heritage*. Vilnius, 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Desafios para a conservação do patrimônio da humanidade diante das mudanças climáticas*. X Coloquio Internacional de Geocrítica: Diez anos de câmbios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales. Barcelona, Espanha, maio, 2008.

ZANIRATO, Silvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa. O patrimônio natural sob proteção: A construção de um ordenamento jurídico. In: FUNARI, Pedro Paulo A; RAMBELLI, Gilson. *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.



## **A CANTAREIRA AINDA É NOSSA? APONTAMENTOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA CULTURA, GENTRIFICAÇÃO E O FIM DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE URBANO EM NITERÓI – RJ**

TERRA, Alessandra Dale Giacomini

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF) e Professora Substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*  
alessandragterra@gmail.com

MADEIRA FILHO, Wilson

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF)*  
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

240

### **RESUMO**

Trata-se de pesquisa sobre o processo de ressignificação/gentrificação por que tem passado São Domingos e adjacências em Niterói, a conseqüente privatização do espaço público, a redefinição do território e rompimento da identidade coletiva local com a extinção das Áreas de Proteção ao Ambiente Urbano (APAUS). Iremos abordar alguns indicativos de uma mudança funcional dos bairros, em especial o histórico da Estação Cantareira, que conjuntamente com a Praça Leoni Ramos, se destacava como eixo cultural gratuito da cidade. Esta ressignificação do território demonstra a tendência da localidade de perder sua vocação de bairros históricos e culturais para se tornarem bairros residenciais verticalizados. Com base nos dados apresentados e com enfoque no processo de valorização imobiliária da localidade e a conseqüente modificação no perfil socioeconômico dos moradores, tecemos considerações sobre o fenômeno da gentrificação. Analisaremos também as mudanças sofridas pela legislação local neste interím. Por fim, refletimos sobre a importância das APAUS para proteção do patrimônio histórico-cultural e sobre a conveniência da extinção das mesmas para o mercado imobiliário em razão do novo projeto da municipalidade de implementar uma Operação Urbana Consorciada na área central do município, área esta da qual a localidade faz parte

**Palavras-chave:** GENTRIFICAÇÃO; PATRIMÔNIO HISTORICO-CULTURAL;

### **ABSTRACT**

It is research on the process of reframing / gentrification that has gone São Domingos and adjacencies in Niteroi, the consequent privatization of public space, the redefinition of territory and disruption of local collective identity with the extinction of Protected Areas to the Urban Environment (APAUS). We will address some indications of a functional change in neighborhoods, especially the history Cantareira Station, which together with Leoni Ramos Square, stood out as free cultural axis of the city. This reframing of the territory shows the trend of the locality of losing their cultural and historical vocation to become residential neighborhoods upright neighborhoods. Based on the presented data and focusing on the real estate valuation process of the locality and the consequent change in the socio-economic profile of residents, weave considerations on the phenomenon of gentrification. We will also analyze the changes undergone by local law in the interim. Finally, we reflect on the importance of APAUS for protection of historical and cultural heritage and the appropriateness of the extinction of the same for the housing market due to the new design of the municipality to implement an Urban Operation in the central city, this area which the location is part

**Key-words:** GENTRIFICATION; HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE;



## INTRODUÇÃO

Em 1970 o mundo começou a mudar. O mundo visto pelos olhos de um dos autores, posto que o mundo está mesmo sempre a mudar. Falar sobre essa transformação local tem elementos de uma nostalgia do espaço, época em que o território parecia apreensível a um menino de menos de 10 anos de idade. O Campo de São Bento não tinha grades e as turmas de rua, várias, brincavam de escambida ou de polícia e ladrão até anoitecer. Salvo engano, havia um único prédio de mais de dez andares do lado da Av. Estácio de Sá (hoje Av. Roberto Silveira) na direção de Santa Rosa, as ruas eram de paralelepípedo e existiam os bondes elétricos. Roubavam-se mangas nos casarões da Rua Moreira César, pulavam-se os muros nas casas no bairro na luta por pipas cortadas. Ao lado do Cine São Bento, na calçada larga, educou-se uma geração do futebol niteroiense. Mas o melhor baile de carnaval, pelo menos para quem tinha entorno de 10 anos, era o do clube do Gragoatá: os meninos queriam se vestir de super-heróis, mas não existiam na época essas fantasias, então iam mesmo de pirata, ou de xerife ou de Aladim. Lá, vendo ao fundo as águas da Baía, ansiavam, ao som de *Bandeira Branca*, conseguir o primeiro beijo. A praça Leoni Ramos já existia, o busto de D. Pedro II também, o Tio Cotó era um barzinho pequeno, não havia o campus da UFF e se acompanhava o ritmo dos pescadores (que existiam!).

Esse texto fala do sentido dessas mudanças em 2014, quando as memórias ainda veem o que não está mais tão nítido e quando, mais uma vez, propostas de governança municipal apresentam projetos de reformulação do espaço arquitetônico como marca de desenvolvimento.

## RESIGNIFICAÇÃO DOS BAIRRO DE SÃO DOMINGOS, GRAGOATÁ E BOA VIAGEM

O território no bairro do Gragoatá passou por diversas modificações, sendo a de maior impacto a monumental obra de aterro na Baía de Guanabara para criar o campus da UFF, nas décadas de 1970 e 1980. O modelo arquitetônico do final do século XIX, todavia, ainda guardava e guarda todo um conjunto especial de casarios, como o solar do Jambeiro, os casarões da Faculdade de Direito (o da Rua Tiradentes 17 e o da Rua Presidente Pedreira 62), o casarão da Faculdade de Comunicação, o Museu Janete Costa, o Palácio do Ingá (antiga sede do governo municipal), e, próximos, no Centro da Cidade, a Biblioteca Municipal, o Liceu Nilo Peçanha, o suntuoso prédio dos Correios, a Câmara de Vereadores, o Palácio da Justiça, a antiga sede da Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, o Teatro Municipal e tantos outros.



A primeira grande reforma urbanística de Niterói ocorreu em 1903, projetada pelo arquiteto Pietro Campofiorito, acompanhando as alterações na cidade do Rio de Janeiro pelo governo de Pereira Passos. Foi a época que marcou esse estilo clássico (e eclético) que hoje é questionado pelo neourbanismo. Também foram feitos aterros, o Morro do Campo Sujo foi desfeito, foi construído o abrigo de bondes, inaugurou-se a iluminação elétrica, o sistema de esgotos e o Estaleiro Rodrigues Alves, concluiu-se o Campo de São Bento e alguns anos depois o Palácio Araribóia<sup>1</sup>.

Nos anos 1920 a enseada de São Lourenço foi aterrada, nos anos 1930 construiu-se o Trampolim da Praia de Icaraí, nos anos 1940 construiu-se, em estilo *art déco*, o Cinema Icaraí e foi aberta a Av. Amaral Peixoto, novo centro da Cidade. Após a segunda guerra cresceu o fluxo migratório e iniciou-se a ocupação popular do Morro do Estado. No final dos anos 1950 o cargueiro Camboinhas atolou na areia (os escombros estiveram lá por décadas até os anos 1990), ocorreu a Revolta da Cantareira e logo em seguida, em 1961, o incêndio do Gran Circo Norte-Americano, maior tragédia da história de Niterói, que resultou em mais de 500 mortos. No final dos anos 1960 a Reitoria da UFF passou a ocupar o prédio do antigo Cassino. Nos anos 1970, quando, como vimos, o mundo começou a mudar, a Praça da República foi totalmente destruída para dar lugar a um arranha-céu que entretantes, mal projetado, ruiu nos anos 1980, levando à grande vitória política de reelaborar a Praça da República em pleno início do apogeu da era Niemayer em Niterói. Também nos anos 1970 destruiu-se o trampolim de Icaraí, criou-se o mercado de peixe São Pedro, se construiu a Ponte Rio-Niterói e aprovou-se o Plano Estrutural de Itaipu e sucessivos planos urbanísticos. Os anos 1980 promoveram a expansão da verticalização da cidade. Os anos 1990 trouxeram a marca Niemayer, em especial com o Museu de Arte Contemporânea (MAC), que se tornou o cartão postal da cidade, alterando, contudo, significativamente, o modelo arquitetônico<sup>2</sup>.

Paralelo à cidade idealizada, a cidade ocupada revelava-se pelos morros e encostas lotados, sem planejamento, mas com política, de exclusão. A população de pescadores da Cantareira foi retirada por ocasião do Aterro e remetida, junto com o novo Lixão da Cidade, para o Morro do Céu. O local do antigo lixão, o Morro do Bumba, transformou-se em bairro popular, assentado sobre as camadas de lixo, que acabaram, com as chuvas fortes de 2011, por

<sup>1</sup> História de Niterói. Disponível em: <https://pt.wikibooks.org>. Acesso em 24/06/2014

<sup>2</sup> Niterói e sua história. Disponível em [www.niteroitv.com.br](http://www.niteroitv.com.br). Acesso em 26/04/2014





redundar na fragorosa tragédia, com o desmoronamento de diversas residências e o saldo de mais de uma centena de mortos (SOUZA, 2013).

Dado a proximidade e por constituírem bairros pequenos e contínuos, Boa Viagem e Gragoatá historicamente vem sendo um prolongamento do bairro de São Domingos. Contudo, a partir da construção do MAC, inaugurado em 1996, Boa Viagem passou por um processo de intensa valorização imobiliária, que acarretou profundas alterações territoriais.

Contudo, a partir da década de 1970, após a transferência da administração estadual de Niterói para o Rio de Janeiro; a construção da ponte Rio-Niterói (inaugurada em 1974) e o expressivo adensamento populacional decorrente; e a expansão de outras regiões da cidade (em especial para Icaraí e Região Oceânica) e posteriormente a consolidação destes centros urbanos secundários, a região central experimentou sérios problemas urbanísticos e um processo de estagnação no que tange ao uso residencial.

Figura 1- Bairros de São Domingos (incluindo o Gragoatá), Boa Viagem e Ingá



Fonte: Google Earth, acervo de Wagner Morgan





Estes bairros, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem, portanto, perderam com o processo de espraiamento a posição de destaque, sendo, num primeiro momento, menos alvo de investimento da indústria imobiliária do que as regiões sul e oceânica, e com isso sofrendo um adensamento populacional menor.

E justamente por ter sofrido um adensamento populacional menor, os bairros vêm sendo retratados pelo governo municipal e alguns setores do comércio imobiliário como “decadentes” e “degradados”, em uma perspectiva desenvolvimentista que busca utilizar crescimento populacional como indicador no lugar de analisar suas características culturais.

Atualmente, em um contexto de valorização imobiliária pelos grandes eventos a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro, de esgotamento espacial verificado em alguns bairros como Icaraí e Jardim Icaraí (na Zona Sul), de inchaço em Santa Rosa (que ganhou forte impulso e valorização imobiliária), e problemas de tráfego da Região Oceânica, verifica-se que estes bairros, pela infraestrutura existente e localização, vem tendendo a um processo de enobrecimento e resignificação, que vem sendo no mínimo parcialmente patrocinado pelo governo municipal, sob o manto de projetos de “revitalização”, tal como o Caminho Niemeyer.

A questão nos remete ao conceito de gentrificação, cunhado por Ruth Glass na década de 1960, ao analisar o retorno, a bairros desvalorizados da área central de Londres, de famílias de classe média, ocorrendo uma transformação na composição social das camadas sociais (BIDOU-ZACHARIASEN; 2006, p.22). Nesses processos, “a gentrificação não concerne, segundo os que a definiram, à simples revitalização de antigos bairros da elite, mas sobretudo à mudança funcional dos antigos bairros que eram industriais, ou operários, e sua transformação sociológica” (BIDOU-ZACHARIASEN; 2006, p.29). No mesmo sentido, Neil Smith aponta que embora em sua origem gentrificação fosse o termo utilizado para explicar um processo marginal e espontâneo (iniciado por alguns atores privados, em especial os moradores pioneiros), o conceito atualmente também se aplica a um processo de dimensão global e programado (SMITH; 2006; p. 62).

O fenômeno verificado em Niterói, sem dúvida não se deu de forma espontânea. À época de sua divulgação em 1997, o projeto do Caminho Niemeyer previa a construção de 13 obras deste arquiteto, que se estenderiam desde o MAC até o Aterrado Norte, e era defendido pela municipalidade como essencial para a “revitalização” do Centro de Niterói.

A almejada resignificação do Centro de Niterói, contudo, não ocorreu. O altíssimo custo do projeto se contrapôs à baixa utilidade prática que ele representava na vida do



niteroiense, consistindo acima de tudo em uma política pública voluptuária, cujas despesas milionárias serviam mais à consagração de uma fantasia de cidade moderna do que propriamente às necessidades dos cidadãos.

Um destes templos que compõe o Caminho Niemeyer é o Centro Petrobras de Cinema, em formato de rolo de filme e localizado defronte ao campus do Gragoatá da UFF e da Praça da Cantareira (Praça Leoni Ramos). O edifício de 8,3 mil metros quadrados começou a ser construído em 2006, e apesar de ter sido “inaugurado” durante o “Encontro Niterói América do Sul”, continua ainda em obra, já que apenas a estrutura do prédio e a fachada estão prontas.

A obra agora vem causando polêmica, após o anúncio da municipalidade de que a administração do espaço seria entregue à iniciativa privada. Esta decisão da prefeitura não foi bem aceita por alguns setores da sociedade civil, resultando no surgimento do movimento #Cinejá, que defende que o espaço seja totalmente público, que critica que a licitação não foi discutida com a população e requer que seja apresentada uma prestação de contas das despesas gastas nas obras (que teria contado com investimento de R\$ 12 milhões de reais da BR Distribuidora).

O projeto prevê ainda a desafetação da Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis (rua que contorna o campus do Gragoatá) para a construção de uma garagem subterrânea com 220 vagas e de uma praça na superfície, a cargo da vencedora da licitação, deslocando o trânsito do local para a Via 100. Por sua vez, a construção da Via 100, conjuntamente com a Via Orla, necessárias ao Caminho Niemeyer, pois ligariam o MAC ao Centro (onde estão a maioria dos monumentos do arquiteto), é um projeto que em 2011 ganhou o “apoio” da universidade em contrapartida das obras de expansão do campus decorrente do REUNI. A implementação destas vias seria desenvolvida por meio de convênio entre a UFF e a Prefeitura de Niterói, como parte de uma espécie de compensação pelo “impacto de vizinhança” que a as obras de expansão geraria, ou seja, seria realizada uma cessão de terreno pela UFF para construção das vias enquanto contrapartida pelo impacto da edificação de 180 mil metros quadrados em novas instalações. Ora, em maio de 2011, as obras de ampliação dos *campi* da universidade haviam sido embargadas pela Prefeitura, por meio do Departamento de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Urbanismo, por falta do Estudo de Impacto Viário (EIV-RIV). Em entrevista a O Globo (13/08/2011), o então prefeito Jorge Roberto Silveira afirmou que o impacto viário, ambiental e de fluxo de pessoas, resultado da expansão da UFF, era grande, justificando: “Por isso fizemos com a UFF este acordo, que eu prefiro chamar de parceria.



Temos que pensar no crescimento da população, e as vias de acesso no interior do campus vão colaborar para a mobilidade da região”.

Por outro lado, a construção das vias vem sendo alvo de uma série de críticas por parte de diversos seguimentos da sociedade civil, que vão desde estudantes a urbanistas. Primeiro porque a construção implicará na provável remoção de cerca de cem famílias da comunidade (estimam-se 280 pessoas) localizada há anos no Gragoatá, na Rua Projetada, que também ladeia o campus universitário. Segundo, porque apesar das promessas de muro antirruídos, teme-se que o tráfego nas vias provavelmente gere ruídos que atrapalharão as aulas, dada a proximidade dos prédios da UFF com a Via 100. Terceiro, porque muitos urbanistas e a comunidade estudantil defendem que as vias “ligam o nada a lugar nenhum”, e só transfeririam o problema para alguns metros adiante, pois as vias serviriam apenas para criar um gargalo no trânsito próximo do MAC.

*Figuras 2 – Busto de D. Pedro II na Praça Leoni Ramos (Praça da Cantareira); 3 – Antigo bonde e Estação das barcas; 4 – Bares e lojas na Praça da Cantareira*



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cantareira>; <https://mamapress.wordpress.com/2012/vamosalutanacional.blogspot.com.br/2011>

Além disso, foi construído, diante do campus do Gragoatá, o Condomínio Gragoatá Bay, na Av. Almirante Tamarindo (ligando à Praia Vermelha). O empreendimento consiste em sete prédios residenciais com 334 unidades habitacionais, com uma população estimada de 1236 pessoas, e que passou a gerar considerável impacto viário para a localidade.

Outra questão que evidencia esta alteração funcional dos bairros foi a privatização do Espaço Cantareira, contrapondo-se à vocação cultural da Praça Leoni Ramos, que se destacava como eixo cultural gratuito da cidade, sendo inclusive denominada por alguns de “Lapa niteroiense”. A Estação Cantareira consiste em um antigo prédio, construído no início do século XX, na praça Leoni Ramos, onde funcionava a estação das barcas administrada pela Companhia Cantareira e Viação Fluminense. Destruída pelo povo na revolta de 1959 contra o



Grupo Carreiro (sucessor da CCVF na concessão do serviço de barcas), o espaço perdeu completamente sua função inicial de estaleiro com a implementação do Aterro da Praia Grande.

No início da década de 1980, foram concluídas as obras de instalação dos Campus do Gragoatá e da Praia Vermelha, o que contribuiu para a mudança no perfil da região então essencialmente residencial, para um perfil de cidade universitária. Os casarões antigos da praça foram se transformando em bares e restaurantes, ponto de encontro dos estudantes e artistas. A Estação Cantareira, em 1994, foi cedida pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (CONERJ), para a Prefeitura de Niterói, sob forma de comodato com a finalidade de ser instalado um centro de atividades culturais no local e abrir a companhia de Ballet da cidade.

Em 1999, após ficar anos abandonado, o Espaço Cantareira foi palco de um projeto da Prefeitura, eis que o prefeito diversas vezes reeleito fora músico e, em um de seus mandatos, criou o Selo Niterói, com editais que patrocinavam artistas *papa goiabas* (expressão que designa os niteroienses). O Novo projeto, Estação Livre Cantareira, promoveu diversas atividades culturais no local, e trouxe o show de diversos artistas conhecidos para a cidade, em eventos gratuitos, o que proporcionou uma valorização do bairro de São Domingos como espaço cultural e boêmio. Neste contexto, surgiram diversos movimentos culturais niteroienses importantes como Araribóia Rock, Pop Goiaba e Arte Jovem Brasileira.

Posteriormente o Espaço Cantareira passou por uma intensa reforma realizada pelo governo municipal, em meados dos anos 2000, com o objetivo de adequar o espaço para que pudesse abrigar o Centro Cultural. Contudo, a Barcas S.A (que recebeu a concessão do direito de exploração de suas linhas regulares da CONERJ em 1998) requereu o imóvel e alugou o espaço para empresários abrirem uma boate (primeiro funcionou a boate Happy News e atualmente opera o *pub* São Firmino). A própria praça Leoni Ramos passou, entre 2006 e 2008, por um projeto de Intervenção e Qualificação Ambiental, que a deixou fechada por tapumes.

Em 2010, a sociedade civil mobilizou-se com a união dos movimentos Arte Jovem Brasileira, Rádio Pop Goiaba e Araribóia Rock, contra a privatização do espaço, fazendo surgir o Movimento “A Cantareira é nossa”.





Figuras 5 e 6: 2º Ato Show “A Cantareira é Nossa”, 11/08/2011



Fonte: [www.bemtv.org.br/porta/portal/noticias](http://www.bemtv.org.br/porta/portal/noticias); [mandatorenatinhopsol.blogspot.com.br/2011](http://mandatorenatinhopsol.blogspot.com.br/2011)

Um dos comerciantes locais, R., dono de um dos bares na Praça da Cantareira, destacou que “*A Cantareira é uma peça fundamental no que é São Domingos. Mas existem outros interesses. Alguns mandatários acham que a cidade tem que ser toda Jardim Icaraí, onde tudo é sofisticado e caro e que se não quiser caro então tem que ir para São Gonçalo. Querem transformar Niterói em uma cidade de elite.*”

Noutro giro, o atual governo municipal implementou, em 22 de junho de 2013, a Operação Calçada Livre nos entornos da Cantareira. O projeto veiculado como voltado a garantir acessibilidade da população, contudo, vem levantando discussões a respeito de higienização social por pretender a retirada dos ambulantes e população de rua. Isso fica evidente na fala da municipalidade. Em entrevista a O Fluminense, em 01.07.2013, o Secretário de Ordem Pública definiu o projeto como “Combate a ambulantes irregulares, moradores de rua, flanelinhas e ocupação indevida do espaço público pelas mesas dos bares nas ruas do entorno da Praça Leoni Ramos”.

## TUDO NOVO DE NOVO

Muitas outras histórias poderiam estar aqui sendo narradas, os ateliers de arte que existem e os que existiram no local, os saraus de poesia que foram perdendo espaço para igrejas evangélicas, a geopolítica dos bares na pracinha, a chegada e o domínio dos *fast food*, as incontáveis noites de bebedeira e temas intelectuais intermináveis, os campeonatos de jogo de damas dos aposentados pelas manhãs, os shows na praça, as barracas de cachorro-quente, as rodas de capoeira, a afirmação de espaços gay, o maconhódromo no centro da praça, as quintareiras, as rodas de samba, a história do Bloquete. E também a mudança nos hábitos e a permanência dos hábitos. Ainda é possível ver lá a mesa onde sentava Marcos Waldemar com



seus alunos, e a mania que ele tinha de usar pochete! E as disputas partidárias, os bares convertidos em espaços de candidatos, PT, PDT, PSol, raramente algum partido mais à direita.

São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem são bairros antigos que ainda possuem algumas edificações do início do século XIX, e formavam conjuntamente uma APAU (Área de Proteção do Ambiente Urbano), definida como tal pelo Plano Diretor da Cidade, Lei nº 1157 de 29/12/92.

Segundo o Diagnóstico do Projeto Centro Vivo, a implementação das APAUS “demonstrou a mudança da ação de preservação, antes realizada exclusivamente no objeto, o imóvel que era tombado e agora atribuída ao conceito do conjunto e sua relação com o ambiente urbano”. Ora, essa proteção ao conjunto arquitetônico trazida pelas APAUs estaria dificultando a construção de edifícios de maior gabarito e desta forma retardando o processo de adensamento e verticalização nestes bairros.

*Figuras 7 – Projeto Monumental Niemayer e 8 – Morro do Bumba*



Fonte: <https://henriquevierapsol.wordpress.com/2013>

A política desenvolvimentista adotada pela municipalidade, que pauta-se no estímulo a indústria imobiliária com justificativa de estímulo ao desenvolvimento municipal, se enquadra no conceito de governança empreendedora baseada na divisão espacial do consumo, tal como assinala Harvey (2005) uma vez que a atuação da municipalidade aparenta ser direcionada a cumprir o papel de coordenador e de facilitador das atividades e anseios da iniciativa liberal.

Mais especificamente poder-se-ia denominar este modelo de “governança gentrificadora”, dado a primazia do estilo consumerista de urbanização, pautado no estímulo ao turismo e na noção de cidade como mercadoria, mediante uma política desenvolvimentista voltada a atrair classe média (VAINER, 2002).





O Plano Diretor instituirá, em seu art. 57, as APAUS Centro, São Domingos/Gragoatá/Boa Viagem e da Ponta d'Areia, tendo em 1995 entrado em vigor a Lei Municipal nº 1.446, de 20.11.1995, que definiu os Imóveis de interesse para preservação nelas.

Figura 9 - APAUs na região central de Niterói



Legenda: APAU São Lourenço (amarelo), APAU Ponta d'Areia (AZUL), APAU Centro (verde) e APAU Gragoatá São Domingos e Boa Viagem (vermelho). Fonte: <https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=528>

As APAUS visavam proteger o patrimônio histórico-arquitetônico, conservando espaços de ruas, praças e outros logradouros, mantendo as características arquitetônicas e a volumetria dos imóveis, preservando assim áreas com importância histórica da cidade.

Contudo, a lei municipal nº 3.061/2013, que autorizou ao Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada (OUC) da Área Central de Niterói (compreendendo os bairros Centro, São Domingos, Gragoatá, Boa Viagem e Ponta d'Areia e São Lourenço), teria, segundo o poder público municipal, extinguido as APAUS. O projeto de lei fora apresentado sob a justificativa de estímulo ao desenvolvimento econômico, de infraestrutura de turismo local e de reforço para os megaeventos Copa do Mundo de Futebol 2014 e Jogos Olímpicos e



Paraolímpicos de 2016, e fora encaminhado sem nenhuma discussão prévia com a sociedade civil, gerando polêmica pela insuficiência de estudos técnicos.

A Lei que implementa a OUC permite que sejam feitas profundas modificações no desenho urbano, uma vez que institui para a área um zoneamento flexível em termos de limitações administrativas, autorizando o Município a conceder modificações (OLBERTZ, 2011). Contudo, o que se verifica é que a OUC niteroiense vai além e promove inclusive alterações no Plano Diretor, contrariando-o.

Desta forma, tal extinção das APAUS promovida pela lei da OUC niteroiense seria de constitucionalidade duvidosa ou pelo menos não de todo pacífica, por contrariar o plano diretor e, de tal modo, por ofender o Estatuto da Cidade, que seguindo determinação constitucional estabelece diretrizes a serem seguidas pelos municípios. Neste sentido, em artigo pelo tema destacam Madeira e Terra (2013, p. 14-15):

[...] o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, que deve nortear todas as outras legislações vigentes e a serem elaboradas. (...) Além disso, o Estatuto da Cidade estabelece que a lei específica que estabelecer a OUC tem de ser basear no Plano Diretor, sendo, portanto, uma incongruência esta lei seja contrária ao Plano Diretor, e consequentemente uma ilegalidade que ela altere o mesmo.

Entrementes, em 2012, havia sido lançado o projeto imobiliário Niemeyer Monumental, um projeto de autoria de Oscar Niemeyer que consiste em duas torres de 26 pavimentos e que totalizam aproximadamente 800 unidades localizadas no Aterrado Norte, as margens da Baía de Guanabara, no Centro de Niterói.

O projeto é visto pelo governo municipal como estratégico pois supostamente contribuiria para a revitalização do Centro de Niterói, e, pois, incentivaria o turismo e ampliaria a “janela de oportunidades” no campo dos investimentos econômicos, visto que Niterói é o segundo município com mais obras de Oscar Niemeyer perdendo apenas para Brasília.

Tal empreendimento tornou-se também polêmico pois foi licenciado pelo poder público municipal sem oportunizar debate social sobre a viabilidade do mesmo, que situa-se no Centro e tem potencial de causar problemas viários, e sem observar as normas referentes a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Estudo de Impacto no Sistema Viário (EISV). Além disso, o projeto do empreendimento prevê a construção de tem 26 pavimentos apesar de no local o gabarito permitido ser de 6 pavimentos. A municipalidade defende a regularidade do



licenciamento, sob fundamento de que tratar-se de obra de Niemeyer, seria aplicável o art. 2 da Lei Municipal nº 2.647 de 2009:

Art. 2 Os equipamentos, obras, construções, edificações e projeções de concepção artístico-arquitetônica de Oscar Niemeyer, dentro do perímetro do "Caminho Niemeyer" fixado no artigo 1º da Lei nº 1.779, de 05 e publicada em 06 de janeiro de 2000, com a redação dada pelo artigo 1º desta Lei, não se sujeitam aos limites e parâmetros edilícios fixados nas normas legais aplicáveis às correspondentes frações urbanas na parte em que alcançadas pelo perímetro do "Caminho Niemeyer", por se submeterem, unicamente, à concepção artística e plástica de seu autor, por integrarem o "Conjunto Arquitetônico do Caminho Niemeyer" e pela relevância e interesse público de que se revestem suas projeções.

252

Tal lei fere a Constituição da República ao ofender o princípio da isonomia, ao estabelecer uma lei que privilegia a produção arquitetônica de uma pessoa, a colocando acima do ordenamento urbano e também da própria legislação. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro instaurou uma Ação Civil Pública (Processo nº 0099624-94.2012.8.19.0002) apontando diversas irregularidades, em especial a falta de debate popular e o fato de que o empreendimento seria construído além do gabarito máximo estabelecido na legislação urbanística municipal.

O que se percebe é que, inspirada em projetos de revitalização de áreas portuárias (em especial de Barcelona e Baltimore), por meio de OUCs, a municipalidade niteroiense pretende atrair investimentos privados para a Região Central do Município e angariar recursos privados por meio da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs).

O governo municipal defende que o projeto, além de tirar a cidade da inércia e devolver ao povo niteroiense sua autoestima, se faz necessário uma vez que a municipalidade estaria em dificuldades orçamentárias, já que a administração anterior teria deixado os cofres públicos negativos e que a OUC seria uma forma de obter recursos privados para realizar a revitalização da região central. Trata-se, em escala macropolítica, de equalizar administrativamente a gestão municipal no compasso do modelo cidade-empresa.

Segundo a prefeitura, o total de CEPACs a serem emitidas pelo Município será da ordem de 2.003.858 (dois milhões, três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) em títulos, que serão alienados em leilão público, e estima-se que totalizariam R\$1 bilhão de reais. Os recursos provenientes da venda dos CEPACs terão de ser integralmente aplicados na área da OUC, conforme determinação do Estatuto da Cidade. Nesse sentido, torna-se importante destacar a influência da iniciativa privada na definição de políticas públicas e o processo de legitimação destas políticas sob o manto do desenvolvimentismo. O projeto da OUC foi elaborado e financiado por três grandes construtoras (Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez) e promove alterações no Plano Diretor que beneficiariam o



mercado construtor por abrandar o regramento urbanístico, ao passo que permitem profundas alterações na paisagem urbana sem previsão de contrapartida social, acentuando ainda mais problemas sociais e urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo político anterior (PDT/PV, transubstanciado em PDT/PT) a ocupar executivo e legislativo em Niterói imprimiu durante mais de vinte anos no poder um modelo de cooptação política, a partir da noção de renovação urbana e mesmo de uma eventual pauta ambiental e de qualidade de vida. Aos poucos, contudo, aqueles mesmos que se apresentaram como militantes sociais e/ou ambientais, não tardaram a promover a expansão urbana e as políticas de gentrificação.

253

*Figura 10 – Audiência Pública sobre Revitalização do centro de Niterói, Câmara de vereadores, julho de 2013*



Fonte: [showdeborogodo.blogspot.com.br/2013](http://showdeborogodo.blogspot.com.br/2013)

Pretensa alteração viria a ocorrer com as propostas do novo grupo empossado em 2013 (PT/PV), que na prática é o mesmo grupo anterior, com alterações em parte do primeiro e do segundo escalões. Houve a cooptação dos artistas ligados ao movimento “A Cantareira é Nossa” que constituíram a Secretaria de Cultura, assim como de representantes do movimento ambientalista e de lideranças populares. Todavia, o primeiro resultado prático se constatou na 5ª Conferência da Cidade, ocorrida em 2013, quando se aprovou série de projetos urbanísticos estratégicos, com aumento de gabarito dos prédios e ausência de ênfase às políticas de





habitação de interesse social e, em seguida, em diversas Audiências Públicas, se aprovou a OUC e o fim das APAUs, com todos esses ex-militantes artistas votando favoráveis ao desenvolvimentismo.

Os autores do presente texto estiveram presentes em todas ou em praticamente todas as Conferências e audiências públicas ocorridas no Município de Niterói nos últimos dez anos, muitas vezes corroborando com ações civis públicas em prol de maior democratização das decisões relativas ao espaço urbano e em defesa de territórios culturais.

Apenas à guisa de exemplo, testemunhamos, durante a primeira audiência pública relativa à Revitalização do Centro da cidade, ocorrida em julho de 2013, na plenária da Câmara de Vereadores, afirmações como a do Presidente regional do PT de que aquela era “a hora deles” e que os que reclamavam “havia perdido a eleição”. O pressuposto dessa fala, e de diversas falas como essa, que ali ocorreram, seria a interpretação de que não existia nenhuma reivindicação popular contra a OUC, mas apenas a reação de insatisfeitos sem-cargo advindos da gestão anterior que se colocavam, estrategicamente, somados aos “extremistas” do PSol.

Mas, como se diz, isoladamente são todos boa gente. Jogamos bola com uns, tomamos cervejas com outros, alguns conhecemos dos bancos de escola, cidadãos da mesma cidade. Nossa posição, que a eles parece ter ares de nostalgia, contrasta com a deles, que parece ser a dos que acreditam em um Deus, o Desenvolvimento, que seria inexorável. Quiséramos fosse simples assim.

Todavia, o que verdadeiramente se destaca dentre esse aparente embate do “velho” contra o “novo” é que a pseudo percepção macropolítica dos mandatários municipais deixa de enxergar a cidade como *habitat* para mensurá-la em planilhas econômicas, enquanto a micropolítica do social se elabora sobre os cotidianos parcelares e tenta perceber o mesmo fenômeno de baixo para cima. De um lado, a cooptação das percepções individualizadas na estratégia de um mandonismo centralista, com laivos clientelistas, de outro lado ponderações acadêmicas críticas e antidogmáticas que se aliam a inconformismos políticos e sociais.

Tá bom, talvez seja uma ressemantização da escambida e do jogo de polícia e ladrão dos anos 1970, em cenários complexos. Mas a ampliação do gabarito dos prédios na malha urbana já não permite muitas vezes ver o mar na Baía de Guanabara, os bailinhos de carnaval no Clube do Gragoatá já não são referência e, diante da cidade-empresa, fica cada vez mais difícil entoar *Bandeira branca*.



## Referências

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). (2006). “Introdução”. Em: De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume,
- HARVEY, David. (2005) *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume.
- MADEIRA FILHO, Wilson; TERRA, Alessandra Dale Giacomini. (2013) Gentrificação, revitalização ou reestruturação? As diferentes formas de nomear os processos de neocolonização urbana no centro de Niterói RJ. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES: Globalização e Interdisciplinariedade. Belo Horizonte: ANINTER-SH.
- O FLUMINENSE em 01.07.2013. Disponível em <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/projeto-calcada-livre-chega-ao-entorno-da-cantareira> (Acessado em 27.09.2014)
- O GLOBO, 13/08/2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2011/08/13/obras-da-via-orka-comecam-amanha-398444.asp>. (Acessado em 23 de agosto de 2014)
- PROGRAMA VIVA CENTRO. (2006) Diagnóstico e Propostas para o Projeto de Reabilitação do Centro de Niterói. Diagnóstico da sub-região centro – Prefeitura de Niterói.
- SMITH, Neil. (2006) “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia global”. Em: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). (2006). “Introdução”. Em: *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.
- SOUZA, Jamille Medeiros de. (2013) Políticas de habitação popular em “zonas de sacrifício”: análise da tragédia no Morro do Bumba no Município de Niterói/RJ. Dissertação de Mestrado. Orientação do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
- VAINER, Carlos. (2002) Pátria, empresa e mercadoria. In: *A cidade do pensamento único Desmanchando Consensos*. 3ª ed. Petrópolis: Ed Vozes.

## Sítios na internet

- <https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=528>. Acesso em 27/04/2014
- <https://henriquevierapsol.wordpress.com/2013>. Acesso em 27/04/2014
- <https://mamapress.wordpress.com/2012>. Acesso em 27/04/2014
- <https://pt.wikibooks.org>. Acesso em 24/06/2014
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cantareira>. Acesso em 27/04/2014
- [mandatorenatinhopsol.blogspot.com.br/2011](http://mandatorenatinhopsol.blogspot.com.br/2011). Acesso em 27/04/2014
- [vamosalutanacional.blogspot.com.br/2011](http://vamosalutanacional.blogspot.com.br/2011). Acesso em 27/04/2014
- [showdeborogodo.blogspot.com.br/2013](http://showdeborogodo.blogspot.com.br/2013). Acesso em 27/04/2014
- [www.bemtv.org.br/portal/noticias](http://www.bemtv.org.br/portal/noticias). Acesso em 27/04/2014
- [www.niteroitv.com.br](http://www.niteroitv.com.br). Acesso em 26/04/2014





## O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS EM DISCUSSÃO: O EMBATE ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O CRESCIMENTO URBANO DESENFREADO

RANGEL, Tauã Lima Verdan

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
taua\_verdan2@hotmail.com

GARCIA, Cláudia Moreira Hehr

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
claudiaecristiano@hotmail.com

256

### RESUMO

A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Assim, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Neste passo, o presente texto busca analisar o embate entre a preservação do ofício das paneleiras de Goiabeiras e o conflito existente com o crescimento urbano desenfreado, sobretudo em decorrência das consequências produzidas pela ampliação das fronteiras sem planejamento.

**Palavras-chaves:** Patrimônio Cultural. Crescimento Urbano Desordenado. Modos de Fazer.

### ABSTRACT

Brazilian culture is the result of what was proper traditional indigenous populations and the transformations brought about by the various settlers and african slaves groups. Thus, when analyzing the cultural environment, while complex macrosystem, it is apparent that something is intangible, abstract, fluid, consisting of tangible and intangible cultural assets bear reference to memory, action and the identity of the different groups that form the Brazilian society. In this step, the present paper analyzes the clash between the preservation of craft potters Goiabeiras and the conflict with unbridled urban growth, mainly due to the consequences produced by the expansion of the borders without planning.

**Key-words:** Cultural Heritage. Urban Growth Disorder. Making modes.

### PONDERAÇÕES INAUGURAIS: A EDIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO

Em sede de comentários introdutórios, cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura



identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Assim, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. “A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos” (BROLLO, 2006, p. 15-16). Desta maneira, a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade.

Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que se trata de patrimônio incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Meirelles (2012, p. 634), em suas lições, anota que “o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria” ou ainda em razão do proeminente valor artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico e ambiental. Quadra anotar que os bens compreendidos pelo patrimônio cultural compreendem tanto as realizações antrópicas como obras da Natureza; preciosidades do passado e obras contemporâneas.

Nesta esteira, é possível subclassificar o meio ambiente cultural em duas espécies distintas, quais sejam: uma concreta e outra abstrata. Neste passo, o meio ambiente cultural concreto, também denominado material, se revela materializado quando está transfigurado em um objeto classificado como elemento integrante do meio ambiente humano. Assim, é possível citar os prédios, as construções, os monumentos arquitetônicos, as estações, os museus e os parques, que albergam em si a qualidade de ponto turístico, artístico, paisagístico, arquitetônico ou histórico. Os exemplos citados alhures, em razão de todos os predicados que ostentam, são denominados de meio ambiente cultural concreto. Acerca do tema em comento, é possível citar o robusto entendimento jurisprudencial firmado pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar, ao apreciar o Recurso Especial N° 115.599/RS:

**Ementa:** Meio Ambiente. Patrimônio cultural. Destruição de dunas em sítios arqueológicos. Responsabilidade civil. Indenização. O autor da destruição de dunas que encobriam sítios arqueológicos deve indenizar pelos prejuízos causados ao meio ambiente, especificamente ao meio ambiente natural (dunas) e ao meio ambiente cultural (jazidas arqueológicas com cerâmica



indígena da Fase Vieira). Recurso conhecido em parte e provido. (Superior Tribunal de Justiça – Quarta Turma/ REsp 115.599/RS/ Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar/ Julgado em 27.06.2002/ Publicado no Diário da Justiça em 02.09.2002, p. 192).

Diz-se, de outro modo, o meio ambiente cultural abstrato, chamado, ainda, de imaterial, quando este não se apresenta materializado no meio ambiente humano, sendo, deste modo, considerado como a cultura de um povo ou mesmo de uma determinada comunidade. Da mesma maneira, são alcançados por tal acepção a língua e suas variações regionais, os costumes, os modos e como as pessoas relacionam-se, as produções acadêmicas, literárias e científicas, as manifestações decorrentes de cada identidade nacional e/ou regional. Neste sentido, é possível colacionar o entendimento firmado pelo Tribunal Regional Federal da Segunda Região, quando, ao apreciar a Apelação Cível N° 2005251015239518, firmou entendimento que “expressões tradicionais e termos de uso corrente, trivial e disseminado, reproduzidos em dicionários, integram o patrimônio cultural de um povo” (BRASIL, 2014h). Esses aspectos constituem, sem distinção, abstratamente o meio ambiente cultural. Consoante Brollo (2006, p. 33) anota, “o patrimônio cultural imaterial transmite-se de geração a geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente”, decorrendo, com destaque, da interação com a natureza e dos acontecimentos históricos que permeiam a população.

O Decreto N°. 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, consiste em instrumento efetivo para a preservação dos bens imateriais que integram o meio ambiente cultural. Como bem aponta Brollo (2006, p. 33), em seu magistério, o aludido decreto não instituiu apenas o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural brasileiro, mas também estruturou uma política de inventariança, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Ejeta-se, segundo o entendimento firmado por Fiorillo (2012, p. 80), que os bens, que constituem o denominado patrimônio cultural, consistem na materialização da história de um povo, de todo o caminho de sua formação e reafirmação de seus valores culturais, os quais têm o condão de substancializar a identidade e a cidadania dos indivíduos inseridos em uma determinada comunidade. Necessário faz-se salientar que o meio ambiente cultural, conquanto seja artificial, difere-se do meio ambiente humano em razão do aspecto cultural que o caracteriza, sendo dotado de valor especial, notadamente em decorrência de produzir um



sentimento de identidade no grupo em que encontra inserido, bem como é propiciada a constante evolução fomentada pela atenção à diversidade e à criatividade humana.

## SINGELOS COMENTÁRIOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Tal como pontuado alhures, a cultura apresenta como traços estruturantes elementos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, os quais caracterizam uma sociedade ou, ainda, um grupo social determinado, compreendendo, também, as artes e as letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Neste passo, é possível evidenciar que, em sede de meio ambiente cultural, o conjunto de elementos que dá azo ao patrimônio imaterial se apresenta como um dos mais relevantes traços caracterizadores da identidade de uma população, não somente para a presente e as futuras gerações, viabilizando a compreensão da humanidade e toda a sua evolução histórica. Com efeito, é possível trazer à colação, com o escopo de robustecer as ponderações estruturadas, o conteúdo do preâmbulo da Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco:

Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade,

Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção [...]

Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas ideias e valores, [...]

Tendo em conta a importância da vitalidade das culturas para todos, incluindo as pessoas que pertencem a minorias e povos indígenas, tal como se manifesta em sua liberdade de criar, difundir e distribuir as suas expressões culturais tradicionais, bem como de ter acesso a elas, de modo a favorecer o seu próprio desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Ao lado disso, o conjunto de manifestações culturais, enquanto patrimônio imaterial de uma população, encontra-se estritamente atrelado à liberdade e à essência da vida humana, pode ser considerado no plano jurídico como bem cultural que confere concreção aos direitos humanos e como axioma de sustentação do patrimônio cultural. Trata-se de uma estrutura que



robustece os laços de identificação de um determinado grupo populacional. Ora, não é possível olvidar, em razão da dinamicidade da vida contemporânea, tal como a difusão de informações e assimilação de valores diversificados, que o patrimônio cultural imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em razão da influência do ambiente, das interações com a natureza e com a história. À sombra, a utilização da língua consiste no exercício dos direitos culturais linguísticos, contrapartida dos direitos oriundos da liberdade de expressão e comunicação, tal como a substancialização do bem cultural intangível, especialmente por meio das formas de expressão.

Desta feita, em decorrência do assinalado, o patrimônio cultural imaterial se apresenta como elemento estruturante da diversidade característica de uma população. Ora, o Texto Constitucional assinalou que o tratamento da cultura e dos bens culturais deflui dos elementos que sustentam o Estado brasileiro como Estado Democrático de Direito. Em razão disso, é possível afirmar a discussão alicerçada na diversidade cultural, e, por extensão, nos direitos e bens culturais desta decorrentes, tem seu alicerce nos dispositivos constitucionais, já que o sistema jurídico consagra um Estado de direito cultural e indica a construção de um Estado Democrático Cultural. Quadra pontuar que o traço cultural democrático é estabelecido constitucionalmente, notadamente: (i) pelos artigos que versam acerca da cultura, sobre a necessidade de respeito à diversidade cultural brasileira e sobre a importância da tutela dos bens culturais que são bastiões dos grupos formadores da sociedade; e, (ii) pela estruturação do Estado para a tutela dos valores culturais com a colaboração da comunidade. Desta sorte, conquanto o Texto Constitucional não apresenta uma definição estanque do que é patrimônio cultural brasileiro, dispõe que o seu tratamento deve se orientar pelo respeito à diversidade e à liberdade e na busca da igualdade material entre e para os grupos constituintes da sociedade brasileira, maiormente os grupos desfavorecidos histórica, social e economicamente.

## **O INSTITUTO DO REGISTRO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL**

Em sede de anotações introdutórias, cuida anotar que o registro do bem cultural de natureza imaterial, para ser considerado válido e legítimo, reclama harmonia com o ordenamento jurídico vigente. Com efeito, o Texto Constitucional consagra em seu bojo a definição acerca de quais bens constituem o patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo,



por via de consequência, as normas de proteção a esse patrimônio, consoante afixa a redação do artigo 216. É verificável que o dispositivo em comento faz expressa referência aos bens portadores de identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Desta feita, é possível salientar que a Carta de 1988 não estrutura a sociedade brasileira como um todo homogêneo, mas como uma sociedade multifacetada, constituída por diferentes grupos, cada um portador de identidades e de modos de criar, fazer e viver específicos.

Com efeito, o posicionamento é dotado de proeminência na medida em que o Texto Constitucional, com clareza solar, sublinha que o seu interesse não está centrado apenas em proteger objetos materiais que gozem valor acadêmico, mas também os bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade de cada grupo formador da sociedade brasileira. Ora, cada um dos diversos grupos, assim como seus modos de fazer, criar e viver, é objetivo de proteção conferida pelo Ente Estatal. Ao lado disso, a Carta de 1988 apresenta característico forte os ideais republicanos e democráticos, refletindo em todas as matérias nela versadas esses corolários, até mesmo porque estrutura-se como escopo fundamental entalhado na Constituição o de edificar uma sociedade livre, justa e solidária. Desta feita, a concepção em testilha informa a maneira por meio da qual o Estado deve proteger e promover a cultura. Ademais, ao tratar da política cultural e da democracia cultural, José Afonso da Silva assinala:

A questão da política cultural está exatamente no equilíbrio que se há de perseguir entre um Estado que imponha uma cultura oficial e a democracia cultural. A concepção de um Estado Cultural no sentido de um Estado que sustente uma cultura oficial não atende, certamente, a uma concepção de democracia cultural. A Constituição, como já deixamos expresso antes, não deixa dúvidas sobre o tema, visto que garante a liberdade de criação, de expressão e de acesso às fontes da cultura nacional. Isso significa que não pode haver cultura imposta, que o papel do Poder Público deve ser o de favorecer a livre procura das manifestações culturais, criar condições de acesso popular à cultura, prover meios para que a difusão cultural se funda nos critérios de igualdade. A democracia cultural pode-se apresentar sob três aspectos: por um lado, não tolher a liberdade de criação, expressão e de acesso à cultura, por qualquer forma de constrangimento ou de restrição oficial; antes, criar condições para a efetivação dessa liberdade num clima de igualdade; por outro lado, favorecer o acesso à cultura e o gozo dos bens culturais à massa da população excluída (SILVA, 1998, p. 209-210).

Nesta linha, ainda, cuida mencionar que a ação cultural pública se apresenta como absolutamente imprescindível à democratização da cultura, sendo considerada como o procedimento que propicia a convergência e o alargamento do público, tal como a extensão do





fenômeno de comunicação artístico, consoante o ideário de que a política cultural é, juntamente com a política social, um dos modos utilizados pelo Estado contemporâneo para assegurar sua legitimação, ou seja, para oferecer como um Estado que vela por todos e que vale para todos. Ao lado disso, em razão da proteção cultural se fazer conjuntamente com o Estado e a sociedade, pode-se destacar que o Texto Constitucional afixou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, lançando mão, para tanto, de inventários, registros e tombamentos, além de outras formas de acautelamento e preservação.

Infere-se que, dentre os instrumentos previstos para se proteger os bens culturais brasileiros, encontra-se o instituto do registro, o qual se encontra regulamentado pelo Decreto Nº. 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Imperioso se faz assinalar que a criação do instituto do registro está vinculada a diversos movimentos em defesa de uma compreensão mais ampla no que se refere ao patrimônio cultural brasileiro. “No Brasil, a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória a que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas em que se incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos indígenas”, como bem observa Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 62). De igual modo, o instituto em comento reflete as reivindicações dos grupos de descendentes de imigrantes das mais diversas procedências, alcançando, desta maneira, os “excluídos” do cenário do patrimônio cultural brasileiro, estruturada a partir de 1937.

Nesta esteira, evidencia-se que o registro tem por finalidade reconhecer e valorizar bens da natureza imaterial em seu processo dinâmico de evolução, viabilizando uma apreensão do contexto pretérito e presente dessas manifestações em suas distintas versões. Márcia Sant’Anna, ao discorrer acerca do instituto em comento, coloca em realce que “não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este” (SANT’ANNA, 2003, p. 52). Assim, o registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento acerca do bem cultural de natureza imaterial, equivalendo a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas plurais facetas, possibilitando, a partir de uma fluidez das relações, o amplo acesso ao público. Nesta perspectiva, o escopo é manter o registro da memória dos bens culturais e de sua trajetória no tempo, eis que este é o mecanismo apto a assegurar a sua preservação.



Em razão da dinamicidade dos processos culturais dinâmicos, as mencionadas manifestações desbordam em uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser alicerçada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial, a partir do esposado, são emoldurados por uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não pode ser engessado nesses conceitos, sendo mais importante, nas situações concretas, o registro e a documentação do que intervenção, restauração e conservação. Acrescente-se, ainda, que os bens escolhidos para registro serão inscritos em livros denominados: (i) Livro de registros dos saberes, no qual serão registrados os conhecimentos e modo de fazer; (ii) Livro das formas de expressão, o qual conterà as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; (iii) Livro dos lugares, no qual se inscreverá as manifestações de espaços em que se concentram ou mesmo reproduzem práticas culturais coletivas; e, (iv) Livro das celebrações, no qual serão lavradas as festas, rituais e folguedos, consoante afixa o Decreto Nº. 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

## **O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS EM DISCUSSÃO: O EMBATE ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O CRESCIMENTO URBANO DESENFREADO**

Como país dotado de um multiculturalismo ímpar, o Brasil, por meio da Constituição Federal, confere proteção ao pleno exercício dos direitos culturais, garantindo, em consonância com a forma estabelecida no §1º do artigo 215, a tutela jurídica de toda e qualquer manifestação vinculada ao processo civilizatório nacional. Neste viés, essa concepção constitucional de dimensão multicultural na estruturação e tutela do patrimônio cultural brasileiro é sagrada pela manutenção do liame existente entre sociedade-Estado na materialização de tarefas de promovam tanto o exercício dos mencionados direitos, tal como a proteção e fruição dos bens culturais materiais e imateriais que lhe conferem suporte. Neste cenário, “a fabricação artesanal de panelas de barro é o ofício das paneleiras de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário” (BRASIL, 2014d, p. 13).



Cuida reconhecer que o ofício das panelas materializa técnica de cerâmica de origem indígena, cujo aspecto proeminente está assentado na modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. Em que pese a urbanização e do adensamento populacional que passou a submergir o bairro de Goiabeiras, o ofício familiar da feitura de panelas de barro continua substancialmente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade daquela região. É imperioso o reconhecimento do aspecto cultural dos modos de fazer, no tocante ao ofício das panelas de Goiabeiras, tanto assim que tal prática foi o primeiro bem cultural registrado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro dos Saberes, em 2002.



**Figura 01.** Panela de Barro – Ofício das Panelas de Goiabeiras. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/porta>>. Acesso em 09 jun. 2014.

Com efeito, no Estado do Espírito Santo as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. “Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuram, na literatura gastronômica, “a mais brasileira das cozinhas”, por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana”. Ao lado disso, como manifesto patrimônio cultural imaterial do Estado Capixaba, o processo característico da produção das panelas de



Goiabeiras conserva todos os aspectos peculiares e indissociáveis com as práticas dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. No mais, as panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares, preservando, pois, o ofício caracterizador de proeminente patrimônio cultural imaterial, encontrando, assim, respaldo e proteção na Constituição Federal.

Ao lado disso, há que se reconhecer que a forma de preparação das panelas de barro do Bairro de Goiabeiras observa um procedimento secularmente estruturado, sendo que a técnica de cerâmica empregada é reconhecida, a partir de estudos arqueológicos desenvolvidos, como legado proveniente das tribos indígenas Tupi-guarani e Uma, sendo que o maior número de elementos identificados está diretamente associado ao segundo grupamento. Verifica-se, assim, que o saber refletido no ofício registrado foi apropriado dos índios pelos colonos e descendentes de africanos estabelecidos à margem do manguezal, localidade reconhecida historicamente como um local no qual era desenvolvido o ofício.

Depois de secas ao sol, são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, quando ainda quentes. Sua simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações. A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os desse último. O saber foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro. (BRASIL, 2014d, p. 15).

Pontualmente, convém mencionar que, em decorrência do aspecto nos modos de fazer em comento, as paneleiras executam seu ofício nos quintais e no galpão da associação, alimentando, via de consequência, as relações familiares e de vizinhança próprias da atividade. Ao lado disso, percebe-se que os espaços de morar e trabalhar se confundem, pois cada casa é uma oficina, na qual o fazer panelas de barro convive, cotidianamente, com os afazeres domésticos e com a criação dos filhos e netos, nos momentos de festa, de perdas e manifestações de fé. “Em casa como no Galpão, é usual a presença de crianças participando das atividades, tanto modelando a argila em pequenos formatos, como trabalhando no alisamento das panelas”. (BRASIL, 2014d, p. 21).



À luz do exposto, o reconhecimento das panelas de bairro de Goiabeira ultrapassa os limites territoriais do Estado do Espírito Santo, maiormente quando associadas à moqueca e à torta capixaba, expressões típicas da culinária da região, disseminando o aspecto cultural da região. Ora, verifica-se, assim, que, de utensílios domésticos, as panelas passaram a usufruir de categoria de ícone da identidade cultural do estado. Distintamente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados na dinâmica social e econômica hegemônica, o grupo de paneleiras da região de Goiabeiras conquistou, sobretudo a partir da década de 1980, a consciência de sua importância no que tange ao processo de construção da identidade cultural regional. “O trabalho institucional do Iphan em favor da salvaguarda do ofício das paneleiras de Goiabeiras está voltado para o acompanhamento dos processos e das atividades tradicionais, bem como das ocorrências de intervenções nas condições de produção, comercialização e promoção das panelas de barro”. (BRASIL, 2014d, p. 47-48).

É notório, desse modo, que o patrimônio cultural imaterial encerrado no ofício das paneleiras de Goiabeiras reflete a confluência dos pilares que estruturam a constituição e consolidação da cultura brasileira, pautando-se na assimilação de modos de fazer que remontam aos povos nativos anteriores à chegada de europeus e africanos no continente americano. Mais que um singelo ofício suburbano, a confecção de panelas de barro, observado o procedimento estabelecido pelas paneleiras de Goiabeira enseja patrimônio dotado de elevada densidade, desdobrando-se, pois, em singular elemento integrante do cenário complexo e multifacetado que compreende a cultura nacional. Trata-se de apropriação e perpetuação dos saberes assimilados e, até hoje, empregados na subsistência de uma população que nutre um liame identificador, o qual está intimamente atrelado ao ofício desempenhado.





**Figuras 02 e 03.** Panela de Barro – Modelagem. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/porta>>. Acesso em 09 jun. 2014.

Ocorre, contudo, que se verifica, devido ao aumento desordenado e despido de prévio planejamento do núcleo urbano, que o ofício desempenhado pelas paneleiras de Goiabeiras encontra-se em risco, notadamente em decorrência da degradação das áreas de mangue, local do qual é retirada a matéria-prima para a prática do patrimônio cultural registrado. Mais que isso, há que se reconhecer, ainda, que o crescimento urbano da região culminou na profissionalização e concorrência da atividade, objetivando atender um mercado consumidor, a produção que é desenvolvida no galpão passou a gozar de um ritmo empresarial com maior visibilidade publicitária, ao passo que as paneleiras do fundo de quintal foram ofuscadas comercialmente, após a notoriedade recebida pelo galpão. É verificável, dessa maneira, que o crescimento da região trouxe consequências diretas para a atividade desenvolvida, porquanto desvirtuou a essência cultural do ofício, passando a permeá-lo por traços empresariais, fomentado, sobremaneira, pelo Município de Vitória-ES, com vistas a estabelecer um circuito turístico urbano que acaba suplantando as pequenas artesãs, cujo ofício é desenvolvido em seus quintais e que recebem um fluxo menor de visitantes e clientes do que aquele que frequenta o galpão da região. Assim, em razão da renda que não consegue atender os gastos mínimos da população, verifica-se que as paneleiras estão migrando do ofício tradicional em busca de renda fixa e atividades formais.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultural.

O crescimento desordenado da região do Bairro de Goiabeiras, na cidade de Vitória-ES, em conjunto com a degradação acentuada da região de mangue e a publicidade conferida ao ofício das paneleiras daquela região desembocam em um cenário de extremos contrastes. Tal fato decorre da premissa do Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória buscar estabelecerem um circuito turístico urbano, fechando, contudo, os olhos para as consequências produzidas principalmente para as pequenas artesãs, eis que o Galpão das Paneleiras de Goiabeiras recebeu claramente contornos empresariais. Assim, as paneleiras que atuam em seus quintais atendem um público relativamente pequeno, quando comparado com aquele que frequenta o galpão, produzindo, dessa maneira, de acordo com as encomendas feitas pelos clientes, cujo número é inalterado, por consequências, os ganhos financeiros não são tão significativos quanto aqueles recebidos no galpão.

A rentabilidade insuficiente para atender os gastos domésticos cotidianos faz com que muitas paneleiras sejam compelidas a desenvolverem outras atividades no mercado formal de emprego como serviço geral, faxineira, empregada doméstica e outros. Mais que isso, a população mais jovem, ao observar que o trabalho é desgastante e não possui elevada rentabilidade, está cada vez mais buscando postos de trabalho com remuneração fixa, perdendo o interesse pelo ofício desenvolvido. Tal situação, em um futuro breve, associado à falta de argila, poderá comprometer a sobrevivência de tal patrimônio cultural. Diante desse cenário, por perceberem a ameaça à sua tradição, as paneleiras se colocam à disposição para ensinar o ofício aqueles que se interessam, mesmo que não sejam parentes ou não morem no bairro.



## REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 09 jun. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Decreto N° 3.551, de 04 de Agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 09 jun. 2014b.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 09 jun. 2014c.

\_\_\_\_\_. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 09 jun. 2014d.

\_\_\_\_\_. *Lei N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 09 jun. 2014e.

\_\_\_\_\_. *Ministério da Cultura*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 09 jun. 2014f

\_\_\_\_\_. *Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <[www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)>. Acesso em 09 jun. 2014g.

\_\_\_\_\_. *Tribunal Regional Federal da Segunda Região*. Disponível em: <[www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br)>. Acesso em 09 jun. 2014h.

BROLLO, Sílvia Regina Salau. *Tutela Jurídica do meio ambiente cultural: Proteção contra a exportação ilícita dos bens culturais*. 106f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pucpr.br>>. Acesso em 09 jun. 2014.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*:



*ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em 09 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). *Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <[www.tjrs.jus.br](http://www.tjrs.jus.br)>. Acesso em 09 jun. 2014.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ordenação Constitucional da Cultura*. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

THOMÉ, Romeu. *Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011*. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. *Jurid Publicações Eletrônicas*, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 09 jun. 2014.



## **ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCATIVO DA ESCOLA PROFISSIONAL NILO PEÇANHA, CAMPOS (RJ)**

SILVA, Euza de Souza

*Mestranda do Programa de Políticas Sociais - UENF*  
*euzassilva@hotmail.com*

271

MARTINEZ, Silvia Alicia

*Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF*  
*silvia-martinez@hotmail.com*

### **RESUMO**

Nas últimas décadas, a pesquisa histórica vem destacando a relevância das contribuições dos Arquivos Escolares enquanto patrimônio histórico, educativo e cultural para o estudo da história e da memória da Educação. A fim de conhecer e compreender a formação produzida pela Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos (RJ) entre 1930 e 1940, este estudo vem expor, justamente, seu patrimônio educativo e cultural, configurados em seu Arquivo Escolar, tomado aqui como objeto, e ao mesmo tempo, o principal repositório de fontes da pesquisa. Com um perfil educacional bastante peculiar, a Escola, que muito contribuiu para a formação profissional feminina, permanece na memória popular, pela preservação do mesmo prédio, tombado pelo Inepac em 2003, e abrigando hoje o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Neste estudo, o prédio também é entendido como patrimônio de relevância para a compreensão da cultura escolar.

**Palavras-chave:** Arquivo Escolar; Patrimônio cultural; Fontes Documentais.

### **ABSTRACT**

In the last decades, historical research has been giving emphasis to the contributions from School Archives as a historical, educational and cultural heritage for the study of history and memory of Education. In an attempt to get to know and grasp the educational training applied by the school Escola Profissional Nilo Peçanha, in Campos (RJ) between the years of 1930 and 1940, this study comes to explore the educational and cultural heritage set in its School Transcripts, as the object and main repository of sources of research data. With a rather peculiar educational profile, the school, which has contributed a lot for female professional education, remains in the popular memory for its preservation of the same building, which was declared a historical treasure by the Inepac in 2003. The building today hosts the school Colégio Estadual Nilo Peçanha. In this study, the building is considered a heritage of great relevance for the understanding of the school culture.

**Key words:** School Archive, Cultural Treasure, Documental Sources.



## Apresentação

Centramos a atenção neste texto nos arquivos escolares considerados como patrimônio histórico cultural socialmente relevante, mas pouco valorizado. Embora a sua importância já seja indiscutível no campo da História da Educação, no Brasil, ainda carece de uma política nacional ou estadual (no caso do Estado do Rio de Janeiro) de conservação do patrimônio escolar, enquanto paradoxalmente existem normativas indiscriminadas de descarte destes documentos.

Mas afinal, como se constitui um arquivo escolar? No dizer das autoras,

O acervo arquivístico de uma escola é decorrente de suas atividades administrativas e pedagógicas. As atividades administrativas são atribuições específicas da secretaria, do departamento pessoal, da tesouraria e da diretoria. A sala de aula, ao lado da oficina, constituem os principais locais de desenvolvimento das atividades pedagógicas, onde são produzidos materiais relacionados à situação de ensino aprendizagem- materiais de uso didático e artefatos técnicos, além de registros sobre as classes e sobre cada aluno individualmente (MORAES; ZAIA; VENDRAMETO, 2005).

Esses materiais produzidos pela e para a escola, apesar da sua importância, não são valorizados pelos agentes escolares, na maior parte das vezes. A falta de cuidados especiais, a precariedade das instalações dos lugares onde se encontram os denominados “arquivos mortos” (quando existem) e a ausente ou incipiente sensibilização dos atores escolares sobre a necessidade de conservação deste patrimônio são fatores que contribuem a favor do deterioro e/o desaparecimento do mesmo, com a consequente perda de conhecimento histórico irre recuperável.

São os historiadores, geralmente trabalhadores “de fora” da instituição estudada, que localizam, identificam, limpam, guardam, estudam esse valioso patrimônio, quando ainda se conserva.

Por regra geral, valiosos documentos encontram-se nos porões, embaixo de escadarias, em armários esquecidos, a mercê dos cupins e outros predadores de papéis e objetos envelhecidos pelo passo do tempo.

Os materiais que compõem o patrimônio escolar, como lembra Mogarro (2005), não se limitam a documentos impressos, como habitualmente se pensa já que se vive numa sociedade grafocêntrica, sob a hegemonia da palavra escrita. O patrimônio escolar compõe-se pelas fontes escritas que primeiro registraram seu desenvolvimento, mas também nas carteiras escolares gastas pelo uso, nos livros didáticos adotados e apropriados de forma particular por



seus diferentes leitores, no material didático de certa época, nas fotos, nos símbolos, enfim, na interlocução contraditória que faria perceptível, hoje, o conjunto intertextual de vozes do processo educativo. Nesse sentido, pode-se falar em memória material e imaterial da escola.

A pesquisa histórica das instituições educativas, há mais de 20 anos, vem despertando o interesse de pesquisadores da história da educação, pelos novos caminhos apontados pelo estudo do Arquivo Escolar. A união destes dois campos de estudos – história e educação – encerram uma parceria que une a um só tempo o historiador e o educador (MARTÍNEZ, S. A. et alii, 2012).

Nesse sentido, Vasconcelos (2010, p.24), em referência à Antônio Nóvoa, salienta que:

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a educação. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo participando criticamente da escola e da pedagogia.

A investigação do passado institucional ganhou reconhecimento nos últimos anos, em virtude das verdadeiras relíquias encontradas nos acervos de algumas instituições, que serviram de guias para traçar o itinerário cultural e educativo das mesmas. Mas não apenas por isso, haja visto que a produção bibliográfica tem crescido bastante diante das inúmeras pesquisas em fontes documentais, dentre as quais o Arquivo Escolar se destaca.

De acordo com Mogarro (2005, p.79) o Arquivo Escolar é compreendido como

um *microcosmos* com forma e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas) na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola.

Partindo desse “microcosmos”, em meio aos diferentes assuntos possíveis que o tema oportuniza análise, a proposta de estudo neste texto é atentar para as características peculiares do itinerário de vida da Escola Profissional Nilo Peçanha, a partir do Arquivo Escolar e de sua memória, tomando como lapso temporal os anos de 1930-1940.

A pesquisa sobre o Arquivo Escolar remete a um passado da instituição, que permite a compreensão de práticas que nela estiveram presentes, ou seja, da sua cultura escolar própria, enfim, enfatizam a compreensão do perfil da escola e o tipo de educação e profissionalização feminina de uma época. Paralelamente, permite destacar a importância das fontes documentais





e de sua preservação para pesquisas que detém um referencial teórico direcionado à História da Educação.

### **A história das instituições educativas e o Arquivo Escolar como fonte de pesquisa: uma breve contextualização**

O estudo da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” insere-se nas análises a respeito da história das instituições escolares. Pesquisar as instituições educativas, dentro da História da Educação é adentrar numa área de conhecimento que se produz a partir do cruzamento das informações da cultura escolar, quer sejam orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, e ainda fontes originais e secundárias. São registros que possibilitam a renovação da própria educação. São dados complexos, que quando cruzados, permitem uma análise do interior e das relações que envolveram a instituição. (MAGALHÃES, 1999).

A identidade histórica de uma instituição é estruturada, isto é, toma corpo e forma, por meio da pesquisa de suas características, de como e quando existiu. Ainda, conforme Magalhães (1999, p. 64):

Reorganiza-se de fato, dando corpo às características mais genuínas da monografia historiográfica e intenta construir uma identidade histórica, tomando em atenção às coordenadas de tempo e de espaço: quadros de mudança e quadro de permanência; relações entre o local/ regional e o geral/ nacional; relações entre quadros teórico/ conceituais e quadros práticos, seja no que se refere às dimensões pedagógicas e didáticas, seja no que se refere aos objetivos e aos condicionamentos sociais humanos e tecnológicos.

Entretanto, é preciso salientar que estes documentos não são os únicos a contar a história de uma instituição, nem tão pouco se encontram arquivados e organizados em algum lugar, apenas a espera de um pesquisador interessado. Nas palavras de Vasconcelos (2010) entende-se que:

Pesquisar a educação e a sua inserção na história constitui-se em um amplo processo que não pode ser reduzido aos documentos e registros e, particularmente, aos documentos e registros apenas dos momentos vividos pela escola – uma invenção popularizada somente nos últimos dois séculos – desconsiderando outras inúmeras circunstâncias que compõem a história da educação, vividas entre sujeitos, entre sujeitos e instituições, com uma temporalidade muito mais abrangente. (p.24)

Não se trata de uma viagem ao túnel do tempo, para apreciar os contextos, hábitos e estilos de vida sociais que se tornaram ultrapassados do ponto de vista dos novos conceitos que



foram sendo construídos, em parte substituindo os antigos. Contudo, é fato, o poder instigante que desperta a consulta a essa imensa coleção de lembranças.

Barletta (2005), em sua pesquisa sobre os objetos tridimensionais nos arquivos de instituições escolares, pondera a respeito da nova configuração da historiografia educacional, no início da década de 1990, para o estudo das fontes documentais, cujo ponto frágil localizava-se na “não problematização dos seus procedimentos e objetos”.

Ao fazer tal consideração, a referida autora afirma:

os novos interesses do campo de pesquisa escolar estavam agora na organização e no funcionamento das escolas, na construção do conhecimento escolar, no currículo e nas disciplinas, agentes educacionais (professores, alunos) categorias de análise como gênero e temas sobre a profissão docente, formação de práticas de leitura e escrita. Houve um deslocamento da pesquisa: da história das idéias para as práticas educacionais. (BARLETTA, 2005, p. 108)

O encontro do educador/pesquisador com as fontes não se restringe apenas a localizar a fonte documental, ainda que esta não seja tarefa fácil, exige empenho, determinação, e muita disposição para superar obstáculos. Porém, uma atitude que se faz necessária é a contextualização do material arquivado. Este cruzamento de conteúdos é de fundamental importância para a contribuição científica da pesquisa.

Uma pesquisa histórica pressupõe o entendimento do contexto histórico em questão, articulando o fazer educativo com outros movimentos maiores, lutas e conquistas de toda uma sociedade. Ignorando os fatos que simultaneamente ocorrem, dificilmente o pesquisador experiente poderá localizar ou acessar outras possíveis fontes, por saber que a História se faz em meio à uma complexidade de eventos. (VASCONCELOS, 2010)

De posse desta percepção, a análise documental adquire funções como de uma rede de vários outros instrumentos de pesquisa, servindo de referência para a busca de informações sobre outros acontecimentos e processos educativos ocorridos no mesmo tempo e lugar.

A existência, ou mesmo resistência, do Arquivo Escolar tem sido destaque na preservação da memória escolar, e tem criado possibilidades de diversas pesquisas por ser uma das fontes mais acessíveis de informação, as quais podem ser empregadas na reconstrução da história de uma instituição escolar (MOGARRO, 2005), como, aqui, a ela se recorre.

Mas, o que se entende por Arquivo? Qual é o seu conceito? A associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898 criou uma definição que consta no *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, citada em Bonato (2005):



Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (p.13)

A política nacional para os arquivos públicos e privados regula-se a partir da lei brasileira 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que os define como:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação e natureza dos acontecimentos.

Vê-se que a lei brasileira ampliou o conceito de documento na sua relação com o arquivo, porque incluiu os documentos produzidos e recebidos por instituições privadas e por pessoa física, “indo além do domínio da burocracia para o domínio geral da cultura, pois reconhece a necessidade de proteção de documentos não-burocráticos, oficiais” (Bonato, 2005).

Além dos documentos em suporte de papel, também configuram como *documento* todo o espaço físico<sup>1</sup> – igualmente chamado de *patrimônio educativo*:

Os espólios arquivísticos, museológicos e bibliográficos integram os documentos, portadores de informações valiosas e que nos trazem, do passado até o presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição. (MOGARRO, 2005, p. 105)

Assim, como bem ressalta Barletta (2005, p.110):

No caso dos arquivos escolares, o estudo das práticas escolares só será possível se incluirmos os documentos arquivísticos nos mais variados suportes, não somente o papel, mas os brinquedos, os componentes de um laboratório, filmes, fotografias, equipamentos para fins diversos etc.. enfim os materiais didáticos ou pedagógicos.

Quanto ao tratamento dado aos arquivos – de manutenção, preservação e descarte –, importante assinalar que os arquivos das escolas públicas brasileiras, de modo geral,

<sup>1</sup>Importante mencionar o conceito de Patrimônio Cultural enquanto um conjunto social como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, o qual segundo Canclini (1990:99) "não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos, e a experiência vivida condensada em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos.



permanecem nelas ou são entregues aos cuidados dos Arquivos Públicos, ou às Coordenadorias Regionais de Educação; e o destino é decidido pela administração pública à qual pertence. O interesse na guarda de documentos, o Arquivo Escolar, por exemplo, se justifica pelo fato de virem a servir de prova de direito, de pessoas ou da própria administração, e também como fonte de informação (consulta).

Entretanto, para o historiador, os documentos são fontes de pesquisa para a história da educação, porque manifestam ou representam a memória dela. (BONATO, 2005)

Mas o que guardar, no meio de tantas informações que podem gerar grande acúmulo de papel? E guardar por quanto tempo? Como guardar? Não se pode ignorar a ação do tempo no material guardado, expostos aos diversos tipos de contaminação que provocam perdas irreparáveis.

Os estudos desenvolvidos pela Arquivologia estabelecem a chamada Tabela de Temporalidade, devido à necessidade do *descarte documental*, orientando quanto às condições e como fazer. Em 1986, o Arquivo Nacional produziu o *Manual de levantamento de produção documental*, orientando a ação de avaliação feita pelos responsáveis pela análise e seleção de documentos nas instituições, estabelecendo prazos para a guarda ou eliminação, racionalizando os arquivos. (ZAIA, 2006)

Preservar não significa guardar tudo, mas fazer uma seleção, uma análise, procurando conservar, em documentos, a memória daquele momento da vida escolar. Para Bonato (2005), a Teoria das Três Idades da legislação brasileira é válida para os arquivos escolares. Assim o arquivo corrente, ou da *primeira idade*, é constituído pelos documentos em curso; o arquivo intermediário, ou da *segunda idade*, é aquele que não é consultado frequentemente; e o arquivo *permanente* ou da *terceira idade*, composto por aqueles documentos que já perderam seu valor administrativo, porém são conservados definitivamente por causa do seu valor histórico ou probatório. São esses os documentos mais procurados para fins de pesquisa.

Isto posto, o Arquivo Escolar, senão for a principal, é um dos principais repositórios para o pesquisador da história da educação. A análise documental é tarefa do pesquisador, e este se entusiasma quando encontra uma instituição que se preocupa em preservar a própria história, como se deu na Escola Profissional Nilo Peçanha, guardando os seus documentos para o resgate de sua memória.



### **O acervo da Escola Profissional Nilo Peçanha: algumas peculiaridades**

O acervo se constitui no presente trabalho como objeto e fonte de pesquisa, sobre o qual se investigam as práticas educativas da extinta Escola Profissional Nilo Peçanha, uma escola profissionalizante feminina, organizada em 1923, na cidade de Campos, interior do estado do Rio de Janeiro.

Ruy H. Medeiros fala desta articulação do Arquivo Escolar, entre ser objeto e fonte:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias. Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial. (MEDEIROS, 2003, p.6).

Em relação à análise que compreende o presente estudo é feito um levantamento histórico da Escola Profissional Nilo Peçanha, no período de 1931 a 1946, por meio da contribuição das suas fontes documentais – o próprio arquivo escolar da instituição –, também o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, que particularmente contribuiu com a pesquisa, nos jornais da época, que foram encontrados. Fazem parte da metodologia, ainda, os documentos oficiais que regulavam o ensino profissionalizante, sendo o principal o Regulamento do Ensino Profissionalizante disposto pelo decreto-lei nº 2.380, de 14 de janeiro de 1929, vindo depois o decreto estadual nº 129, de 20 de janeiro de 1936, que faz a reforma do Regulamento anterior, e ainda a Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreto nº 4.073 promulgada em 09 de abril de 1942 e que realiza a equiparação, em 1943, pelo decreto nº 11.312, de 30 de janeiro.

Os documentos do arquivo revelam o perfil da escola e enfatizam a compreensão do tipo de educação e profissionalização feminina de uma época. Vale lembrar que a Escola Profissional Nilo Peçanha era de formação pós-primária, de tempo integral, localizada à Rua Lacerda Sobrinho, nº. 119, na área central da cidade de Campos (RJ).

O edifício imponente, sede da Escola, foi construído, originariamente, para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios, que funcionou de 1886 a 1919, patrimônio cultural tombado pelo Inepac<sup>2</sup> em 2003, é possuidor de uma arquitetura que se destacava diante da simplicidade das construções da época da sua inauguração. Não é redundante afirmar a respeito, que o prédio

<sup>2</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Cultural; tombamento provisório em 17/10/2003, registro nº E-18/001.338/2003



constitui uma parte relevante do patrimônio histórico-cultural educativo (MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD, 2005).

Criada com a finalidade de educar meninas pobres da comunidade local, a Escola atuava na formação profissional e atendia as moças, em idade entre 12 e 20 anos de idade, suprimindo a carência de preparo para o trabalho feminino, um trabalho essencialmente manual, desempenhado dentro ou fora de casa. Fora criada em dezembro de 1922, e no ano seguinte, iniciando o seu funcionamento em 1923.

O período compreendido neste trabalho vai desde o ano de 1931 ao ano de 1946 por demarcar o período de 16 anos, tempo da gestão da segunda diretora da Escola, a professora Isaura Lucas dos Santos Cruz. Outrossim, o recorte temporal foi bem recebido, por encontrar-se num importante período histórico da política brasileira, o Estado Novo, da chamada Era Vargas e das inúmeras mobilizações em torno da educação pública, como o início do movimento escolanovista.

A investigação empreendida no Arquivo Escolar permitiu observar que a atual direção do Colégio Estadual Nilo Peçanha decidiu manter os relatórios dos registros das atividades da Escola Profissional Feminina, desde o início de seus trabalhos, da forma como o encontramos: separados por ano, em pastas-arquivo, encadernados como livro.

Os livros de registros apresentam com detalhes um cotidiano escolar, dentro de uma rotina com poucas alterações, uma cultura escolar que tenta ser inflexível, mas capaz de transportar o leitor para a realidade passada, acompanhando os acontecimentos nacionais, respondendo ao chamamento do espírito cívico no interior da comunidade escolar.

À época de sua constituição, os dados foram registrados e arquivados em forma de *relatórios*, e posteriormente, datilografados e encadernados, em forma de livro e identificados com o ano a que se refere, com o mesmo padrão e ordem, conservando no seu interior, praticamente, a mesma sequência de assuntos.

Se fossem organizados por categorias, poderiam ficar, grosso modo: *Assuntos administrativos*: (movimentações trabalhistas da administração); *Corpo Docente* (lista nominal de todas as professoras e a condição profissional de cada uma); *Alunas* (número de alunas matriculadas em cada turma, o número de alunas promovidas, reprovadas, repetentes, formadas, ingressas e o meio pelo qual ingressaram); *Currículo teórico e prático* (os mapas com os horários das aulas teóricas e das aulas nas oficinas; as mudanças ocorridas eram registradas e suas justificativas); *Assuntos Diversos* (registro de pedidos, requerimentos à





direção de Instrução Pública da Província; andamento dos assuntos tratados nos relatórios anteriores); *Mapas quantitativos* (de frequência das alunas, de rendimento escolar, de trabalhos executados nas oficinas, com os percentuais de cada uma, por turma); *Relatórios das visitas de Inspeção*; *Mensagens dos visitantes*; *Informações sobre os cursos oferecidos pela Escola: GERAL, DE APROVEITAMENTO, ESPECIAL E NOTURNO (escola primária)*,

Outra observação interessante é que no início de cada ano letivo, a direção enviava a cada professora uma circular que deveria ser respondida, cujo teor correspondia a uma avaliação das próprias condições de trabalho, do mobiliário, equipamentos e materiais didáticos para o trabalho educativo durante o ano. Algumas professoras faziam deste espaço uma espécie de “tribuna”, já outras, de fato a maioria, se dizia satisfeita com o que tinha disponível e com o trabalho que exerciam.

A presença de um acervo fotográfico neste arquivo sugere uma pesquisa iconográfica de amplo espectro. Só no período estudado foram encontradas mais de 80 fotos, todas legendadas. Algumas marcam a participação das alunas da Escola em eventos públicos, como os desfiles cívicos na área central do município, outras, com imagens internas da Escola, retratam as comemorações cívicas que eram observadas pelo calendário anual da Escola, como por exemplo, o aniversário do Presidente da República Getúlio Vargas.

Há fotos das alunas nas aulas de Educação física, nas apresentações, nas oficinas confeccionando os trabalhos manuais. Depois de prontos, sempre ao final de cada ano, os trabalhos manuais eram arrumados nas salas de aula, dispostos como numa vitrine para serem fotografados, antes da chegada do público à Exposição.

Muitas fotos registram momentos e encontros das professoras e alunas com autoridades políticas locais e estaduais. A presença da Escola nos eventos esportivos, fora da Escola, também foi registrada, além das comemorações do dia da Raça, juntamente com outras escolas, evento importante no calendário estudantil do município.

A direção escolar encaminhava relatórios ao departamento de Instrução Pública, dando conta das condições do prédio, da escassez de material de trabalho das oficinas, da falta de mobiliário, da carência financeira (em alguns períodos), da falta de espaço, enfim fazendo ou reeditando reclamações já feitas às autoridades, sobre os mais diferentes assuntos. A questão da escassez de material didático e da merenda escolar foi o tema mais recorrente neste tipo de documento, no período estudado.



Era uma Escola de referência em toda a região, como Escola de formação profissional feminina, e como formadora de *boas donas de casa*, inclusive para aquelas que não se casariam, e posteriormente, por apresentar à sociedade, mais especificamente, aos Grupos Escolares da cidade e de outras dos arredores, as novas professoras de Trabalhos Manuais.

As discussões, sob forma de reivindicações, aparecem nos relatórios, repetidas ao longo de todo o período desta administração, aparentemente sem nenhuma intenção de confrontar o sistema público, mas de forma insistente.

A compra de um terreno vizinho, que fazia fundo com o prédio da Escola foi um dos assuntos mais presentes, com negociações que se arrastaram por cerca de 9 anos. Finalmente, em 1944, se concretiza esta aspiração da Escola, com a compra do referido terreno, inicialmente para utilização das aulas de Educação Física.

Algumas situações não encontraram bom desfecho. No auge das reformas, especialmente na equiparação da Escola com as Escolas profissionais federais, encontram-se vestígios de um descontentamento sobre o ensino profissional que era praticado, e que parecia não encontrar sentido e sintonia com a realidade local.

Sem citar nomes, algumas vozes (de dentro do corpo docente) concluíram que a primeira Reforma do ensino profissional, em 1936, trouxe grande modificação no plano geral de ensino, entretanto não levou em conta a aplicação imediata desses conhecimentos.

Diversas críticas foram feitas ao aumento do número de disciplinas, programas extensíssimos, equivalentes aos do curso ginásial e contando apenas com a possibilidade futura das alunas diplomadas pelas escolas profissionais ingressarem no magistério, como professoras de trabalhos manuais, cujo número no quadro do ensino primário, ainda era muito reduzido.

Por este motivo, e com o fim de ampliar os horizontes às que pretendiam uma colocação, logo após a conclusão do seu curso, e devido às possibilidades existentes nas Escolas Maternais, creches, Centros de saúde, etc, foi sugerida a inclusão no plano geral de estudos do Ensino Profissional, um curso de Enfermagem, tal como acontecia na Escola Profissional de Artes e Ofícios de São Paulo, onde havia “As Bandeirantes da Saúde”. (1941, p.64)

Pelos três anos que se seguiram após o decreto que concretiza a equiparação, a Escola ainda não havia conseguido fazer a adequação necessária nos programas das disciplinas, efetivamente. Embora se mostrassem desconfortáveis com a falta de orientação oficial quanto aos programas das oficinas, as próprias mestras e professoras desenvolveram seus próprios



programas de ensino, de acordo com a interpretação que cada uma teve dos moldes da nova organização do ensino industrial.

A direção da Instrução Pública do Estado, se fazia representar na Escola pelas visitas de Inspeção, quando estas relatavam as condições da educação na Escola em todos aspectos, conforme as suas atribuições descritas pelo Regulamento. Entretanto, os relatórios destas visitas entram em contradição com os relatos feitos pela administração escolar. A situação que se apresenta sugere um tipo de trabalho, feito pela Inspeção, de preservação da imagem do Estado, perante ele mesmo.

As propostas de reforma do ensino, oficializadas através dos decretos não lograram êxito, não foram levadas a termo; este foi um dos temas que maiores manifestações provocaram nas professoras, por meio de suas respostas à circular enviada a cada ano pela direção, especialmente, depois da chamada *equiparação*.

O engajamento para com o ensino por parte da direção e das professoras, comprometimento com o desempenho, suplantou as dificuldades de infra-estrutura e material didático, e outros elementos fundamentais na construção do conhecimento pretendido. A preocupação não era apenas com as aulas, mas com o compromisso da Exposição dos trabalhos ao final do ano.

O relato histórico da trajetória da Escola, em alguns momentos, provoca no leitor uma imagem de que o trabalho educativo desenvolvido fora sacrificial, uma espécie de doação desinteressada.

Entretanto, a simples observação do resultado, de meninas pobres a professoras formadas em Trabalhos Manuais, e mesmo das inúmeras mães de família e boas donas de casa, com a boa formação escolar, a educação feminina possível e acessível naquela época, seduz à admiração pelo trabalho realizado por essas mulheres: educadoras, professoras, mestras e contra-mestras, auxiliares, substitutas e bem assim as inspetoras, porteiras, secretárias, e em especial a esta diretora valente, que se aposentou depois de 40 anos de trabalho na Educação, dos quais, 25 dedicados à Educação Primária.

O período estudado foi de grande efervescência nas questões políticas, econômicas, educacionais sociais, culturais, enfim. Um tempo de grandes encontros e desencontros, debates e convivência, com a presença dos pioneiros da Escola Nova, não apenas nos cargos da política pública, mas palestrando na Escola, que vivia intensamente uma educação nos moldes do Plano Nacional de Educação do Estado Novo. Em que pesem os anseios dos Pioneiros da Educação



Nova, sente-se uma forte educação patriótica no interior da escola, representando outra linha educacional, com forte presença de símbolos nacionalistas e até religiosos.

### Considerações Finais

A discussão sobre patrimônio histórico-cultural educacional e a sua preservação é de grande importância, e vem sendo cada vez mais valorizada pelos historiadores da educação, por entender que nos dias atuais é comum deparar-se com a quase incontrolável mania que muitos possuem de descartar quase tudo que está sem uso há algum tempo, como se para nada mais servisse.

A escola, permanentemente faz isso com suas produções, sem se dar conta de que está descartando provas raras de sua atuação social. Justificadas pela necessidade de arrumar o escasso espaço para preservação, quase nunca se encontram exemplares originais das produções dos alunos, como os cartazes, trabalhos escritos, maquetes, cadernos, ou os planos de aulas e os diários de classe dos professores. Os exemplares do Diário Oficial, por se tratar de um documento oficial, encontram-se aos montes. Parece que a sala de aula, o *locus* tradicionalmente eleito, mas não único no que se refere ao processo ensino–aprendizagem, fica esquecida.

A presente pesquisa só foi possível pela existência do arquivo escolar, da Escola Profissional, depois Industrial, Nilo Peçanha. Por este estudo vê-se que a Escola deu conta de sua missão, considerando o propósito para o qual foi criada, superando os percalços ao longo do caminho. Por seu desempenho recebera aplausos formalmente escritos pelos visitantes ilustres, que assim registraram, testemunhando este êxito.

Não poderíamos deixar sem registro que esta luta em prol da formação profissional, no município do interior do Estado, portanto, longe da capital, ter se dado, por longo tempo, quase que exclusivamente através do apoio de cidadãos campistas aos quais a Escola recorreu nos momentos mais críticos em busca de apoio financeiro.

Este trecho da história da Escola Industrial, um passado distante há cerca de 80 anos, também nos remete ao presente, guardadas as devidas proporções, evidentemente, uma constatação de que nada ou quase nada mudou, desde o século passado, quanto ao financiamento da educação.

Mesmo uma instituição com uma proposta declarada como sendo de assistência às meninas das camadas populares, garantidas pelo Estado, as condições básicas de sustento para



se manterem na Escola, ficou por tanto tempo desprotegida, dependendo da generosidade dos amigos.

Depois de tantos anos de crescimento tecnológico e de evolução do pensamento social, a educação ainda não ocupou o seu lugar, tão reivindicado e tão negligenciado. Não apenas na esfera estadual, mas principalmente nela; no mesmo município de Campos, e como se não bastasse, a mesma Escola, hoje com outro nome, ainda é o retrato do enorme descaso do governo estadual, registrado pela imprensa local, escrita e televisiva, para quem quiser ver.

Esta é uma discussão sem ponto final, nem é a intenção deste trabalho esgotar tal assunto. A história dos arquivos escolares bem como da Escola Industrial Nilo Peçanha está ainda em processo de estudo, e ela, assim como outras instituições nesta cidade, bem podem ser assunto de outros trabalhos.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. A Lei Orgânica do Ensino Industrial 4.073 de 30 de janeiro de 1942

BRASIL. Decreto-lei 11.316 de 13 de janeiro de 1943.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Regulamento do Ensino Profissional Dec-lei 2.380 de 14 de janeiro de 1929.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Reforma do Ensino Profissional, Decreto-lei 129 de 20 de janeiro de 1936.

BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou Museus? Qual o lugar dos Arquivos Escolares? Revista Brasileira de História da Educação. Nº 10 jul/dez. 2005(p.101-122)

BONATO, N. M. C. Os Arquivos Escolares como fonte para a História da Educação. Revista Brasileira de História da Educação. Nº 10 jul/dez. 2005 (p.193-220)

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. *In*: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23. Rio de Janeiro, 1990, p.99.

DOMINIQUE, Julia. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação - Publicação semestral da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE nº 1 jan./jun. - São Paulo: Autores Associados. Campinas, 2001, p. 9-43.

ESCOLANO BENITO, A. (ed.) (2007). La cultura material de la escuela. Berlanga de Duero -Soria: CEINCE – Centro Internacional de la Cultura Escolar.

FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino. CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS – entre a memória e o arquivo. In Para a História do Ensino Liceal em Portugal. Actas dos Colóquios de I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895) Braga; Universidade do Minho, 1999 (p. 63 – 76)

MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD. Arquitetura, escola e memória: O edifício do Liceu de Humanidades de Campos. Cadernos de História da Educação, v.5, 2006.

MARTÍNEZ, S. A.; PINHO, L.G.; Mesquita, J. S.; Gama, M.; Baldes, M. A. L.; Ribeiro, R. M. PRESERVAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO EDUCACIONAL: O CASO DO



LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS (RJ). Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 14, p. 215-227, 2012.

MEDEIROS, R.H. Arquivos Escolares: breve introdução a seu conhecimento. In Colóquio do Museu Pedagógico, 3; Vitória da Conquista. Anais; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

MOGARRO, Maria João (2005). Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 1, pp. 71-84. Consultado em 09/2012.

\_\_\_\_\_. Os Arquivos Escolares nas Instituições Educativas Portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. Pró-posições, v.16, nº 1 (46)– jan/abr. 2005 (p. 103 – 114)

\_\_\_\_\_. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. Revista Brasileira de História da Educação. Nº 10 jul/dez. 2005 (p.75-99)

VASCONCELOS, M. C. C. Pesquisas na história da educação: sujeitos, fonte e instituições. In: Maria Celi Chaves Vasconcelos, Lia Ciomar Macedo de Faria. (Org.). In Histórias de pesquisa na educação - Pesquisas na história da educação. 1ed.Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2010, v. 1, p. 23-50.

ZAIA, Iomar B. O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos. 2.ed.rev.ampl.-São Paulo, Centro de Memória da FEUSP, 2006

\_\_\_\_\_. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. Revista Brasileira de História da Educação. Nº10 jul/dez.2005 (p. 153-174)





## **O QUE, COMO E POR QUE PRESERVAR? O PRINCÍPIO DOS TOMBAMENTOS EM PETRÓPOLIS E A REFUNCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL**

MAURICIO, Marjorie

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social-UNIRIO*

*mmarjorie@ymail.com*

286

### **RESUMO**

O que podemos considerar patrimônio? Como cuidar daquilo que patrimonializamos? Qual é a necessidade de considerar determinado bem cultural como patrimônio? Essas perguntas já foram feitas inúmeras vezes e comportam as mais diferentes respostas, variando de acordo com a época, a localidade e o contexto social em geral. Na presente comunicação tentaremos entender como se deu os tombamentos na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, e como a cidade se configurou em Cidade Imperial. Através da análise do processo de tombamento 662-T-62 de 1964, referente ao Conjunto Urbano Paisagístico constituído pela Avenida Koeler e de revisão de literatura buscaremos entender melhor a patrimonialização que ocorreu na cidade e, além disso, pretendemos iniciar uma discussão sobre a possibilidade de refuncionalização do patrimônio material, pensando especificamente no caso petropolitano.

**Palavras chave:** Patrimônio. Petrópolis. Uso Compatível.

### **ABSTRACT**

What can be considered cultural or historical heritage? How do we protect which we give such a status? What is the necessity of considering a cultural good heritage? These questions have been asked countless times and supports different answers, changing based on time, place and social context. In the present communication we'll try to understand how the institutional process of naming and protecting historical and cultural heritage took place in the city of Petrópolis, in the state of Rio de Janeiro, and how the town was designed as "Imperial City". Through analysis of an official document, 662-T-62, dated from 1964, regarding the urban landscape ensemble of Avenue Koeler and review of the existing literature we intent to better understand the assortment of historical heritage that occurred in the city and, beyond that, we pretend to initiate a discussion concerning the possibility of giving new uses to this legacy, thinking specifically in the case of Petrópolis.

**Key-words:** Heritage. Petrópolis. Compatible use.

### **APRESENTAÇÃO**

O município de Petrópolis, localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro, possui 295.917 habitantes, segundo o censo de 2010, e sua economia se concentra principalmente no setor de serviços (IBGE). O clima ameno é característico da região e foi o que atraiu seus moradores mais ilustres: a família imperial. D. Pedro I adquiriu as terras as quais compõem hoje



a cidade, entretanto não chegou a viver efetivamente nela. Seu filho, D. Pedro II fez da cidade sua residência de veraneio, levando toda a sua família para a localidade quando desejavam se distanciar das atribuições da capital.

A cidade foi planejada pelo arquiteto alemão naturalizado brasileiro, Júlio Frederico Koeler, através do Plano Koeler, a pedido do Imperador D. Pedro II. A cidade foi desenvolvida a partir de padrões europeus e pensando na qualidade de vida dos seus moradores, impedindo assim construções muito próximas aos rios. Os morros também deveriam ser preservados, portanto, nenhuma construção era permitida neles e, exigia também que as construções tivessem um recuo de onze metros da frente da rua, garantindo um valor estético significativo à cidade, que a população petropolitana fez questão de exigir sua preservação na década de 1960.

Os aspectos estéticos e históricos petropolitanos eram reconhecidos pelos moradores locais e quando estes perceberam que alguns bens culturais da cidade corriam risco de destruição, começaram a se unir para exigir o tombamento e proteção da cidade. A primeira ação nesse sentido ocorreu em 1962 quando o Instituto Histórico de Petrópolis solicita o tombamento do Colégio São José, que se encontrava em um estado extremamente precário. A partir daí começou o processo de tombamento de diversos elementos da cidade, e em 1964, instituiu-se o Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler como patrimônio, garantindo assim que a estética geral da região fosse preservada, além de tomar algumas construções específicas, onde foi percebido maior valor histórico, arquitetônico e estético.

O presente artigo apresenta então algumas discussões sobre o patrimônio, especificamente o material, na figura do hotel histórico Solar do Império, em Petrópolis. A pesquisa aqui apresentada analisa o processo de tombamento de uma região específica do município, a Avenida Koeler, no centro histórico de Petrópolis, nomeada em homenagem ao arquiteto idealizador da cidade, onde se encontra o hotel citado. A partir de revisão da bibliografia e de análise do processo de tombamento da região, 662-T-62, tentaremos entender as decisões referentes aos tombamentos na cidade, buscando responder o que, como e por que preservar no contexto petropolitano. Iniciaremos apresentando algumas ideias e discussões mais gerais sobre o patrimônio para posteriormente abordar o caso de Petrópolis e entender os tombamentos locais e analisar, mesmo que superficialmente, como o hotel Solar do Império se insere nesse contexto patrimonial.



## DISCUSSÕES GERAIS SOBRE O PATRIMÔNIO

Vários são os autores e obras que discorrem sobre o patrimônio, em suas mais variadas formas. Aqueles que mais se relacionam ao que está sendo abordado neste artigo são os que focam mais em questões relacionadas ao patrimônio material. No entanto, de forma geral, todas as discussões, ligadas tanto a aspectos materiais quanto imateriais do patrimônio auxiliam a pensar em sua importância, na necessidade de sua resignificação e, primordialmente, no que se considera o patrimônio e o que pode ser feito para sua sobrevivência.

Atualmente não se costuma atribuir valor a um edifício tombado que não possui nenhuma relevância prática, e as pessoas questionam o engessamento da cidade através do tombamento de inúmeros prédios, limitando o desenvolvimento local. Conferir novas funções a esses edifícios faria com que a cidade não fosse tão limitada, apesar de inevitavelmente haver certo engessamento. É importante entender o processo de tombamento e patrimonialização de uma localidade, pois assim é possível questionar porque determinados bens culturais foram valorizados em detrimento de outros. Outra questão inserida no processo de tombamento e que é de vital importância para a sobrevivência do patrimônio é a educação patrimonial. Percebemos que pouco adianta um bem ser tombado se não houver um processo de educação da população sobre esse patrimônio, fazendo com que mais e mais pessoas entendam sua importância para a sociedade em geral. Esse tipo de atitude fará o patrimônio se perpetuar através dos anos, e não necessariamente o tombamento, pois a política patrimonial brasileira parece ser, na prática, tomar para logo depois, esquecer.

Se pensarmos no caso de um hotel histórico como o Solar do Império, por exemplo, é preciso que ele esteja integrado a cultura de tal forma que a população sinta a identidade de sua cidade representada naquele empreendimento. Isso porque é necessário o entendimento de que aquele não é um meio de hospedagem comum, pois ele tem um valor histórico, artístico e simbólico que o difere dos outros. Se isso não acontecer, a probabilidade do prédio ser completamente descaracterizado com empreendimentos que não respeitam essas características únicas aumenta consideravelmente. Principalmente por ser complexo reformar um prédio histórico, preservando suas características e mesmo assim adaptá-lo para receber hóspedes; os custos são elevados tanto para a reforma de adaptação, quanto para a manutenção e preservação do prédio depois que a adaptação já está concluída. Só se faz esse tipo de adaptação por se valorizar o patrimônio, pois financeiramente é mais vantajoso construir um hotel moderno,



onde não se precisa de nenhum custo maior para conseguir determinados materiais que são imprescindíveis na manutenção de um edifício histórico.

Outra discussão que era frequente e que perpassa todas as pesquisas ligadas ao patrimônio é a questão da construção de uma narrativa, que faz com que determinados aspectos da cultura sejam valorizados em prejuízo de outros. A narrativa nacional, que molda a identidade, é construída então com alguns elementos são escolhidos por serem capazes de melhor ilustrar e tangibilizar essa narrativa. No caso de Petrópolis, por exemplo, vista como a Cidade Imperial, tem todo seu patrimônio reforçando essa identidade de tal forma que fica até difícil discernir narrativas diferentes da oficial. O nome do hotel, Solar do Império, deixa claro a sua posição em relação à identidade da cidade: ele segue a narrativa oficial, reforçando a identidade criada por ela. Mas, normalmente, a narrativa oficial conta apenas um pedaço da história, apropria-se de algumas memórias, consideradas mais interessantes para a construção na narrativa da cidade, segundo as autoridades ligadas ao patrimônio. Em casos como Petrópolis, a identidade criada é tão forte, que pouco ou nada se fala de outras possíveis memórias da cidade. Essa unidade na identidade local é positiva se pensarmos no ponto de vista do turismo, por exemplo, uma vez que mostra o hotel integrado a ela e, além disso, o turismo se beneficia dessa identidade, mas não a agride, principalmente por ser algo tão consolidado e majoritariamente aceito.

### **CONSTRUINDO A CIDADE IMPERIAL**

Gonçalves (2003) em sua obra “Retórica da perda” discutia as diferentes políticas patrimoniais presentes no Brasil da década de 1930 até 1980, mostrando que a resposta à pergunta “o que preservar?” não é necessariamente simples. Existem interesses conflitantes os quais fazem com que em determinado momento se valorize mais determinado aspecto cultural em detrimento de outros. No começo das políticas patrimoniais brasileiras, na década de 30, priorizou-se o patrimônio de “pedra e cal”, pelo estado em que se encontravam algumas construções históricas na época e por se entender como patrimônio elementos ligados a cultura europeia. Entretanto, atualmente a prioridade nas políticas patrimoniais tem sido aspectos imateriais da cultura, pois é recente a implantação da noção de que estes também podem ser considerados patrimônio (políticas oficiais referentes a patrimônio imaterial datam dos anos 2000, entretanto questões sobre a imaterialidade do patrimônio existem desde do projeto de criação do IPHAN desenvolvido por Mário de Andrade, na década de 1930).



Inevitável privilegiar alguns aspectos culturais em prejuízo de outros quando a mentalidade é desenvolver uma resposta simples a “do que é feito o Brasil?”. Uma análise rápida e superficial provavelmente irá se pautar na ideia de que o Brasil é único e por isso possui um tipo específico de patrimônio o representaria, ainda mais se levarmos em consideração a valor dado aquilo que vem de fora em comparação com o nacional/popular. Entretanto, sabemos que país nenhum é único, e o Brasil talvez seja um dos mais plurais. Nosso país é composto de inúmeras culturas, e sua complexidade é tanta que não é possível definir o que é mais caracteristicamente brasileiro e isso não é necessariamente importante, pois ser brasileiro e ser Brasil, é uma questão que vai além de um patrimônio específico, é o conjunto de culturas e patrimônios. Ou seja, nunca haverá um único aspecto cultural que represente um país em sua totalidade, e a busca por esse tipo de patrimônio sempre se mostrará infrutífera, então, assim como a cultura brasileira, as políticas de patrimoniais também precisam ser plurais. Mas isso não quer dizer que tudo deve ser patrimonializado; é preciso que se preservem diferentes aspectos da cultura, mas não devemos entender políticas plurais de patrimonialização como patrimonialização excessiva.

Desde 2001, quando foi institucionalizado o patrimônio imaterial, a prioridade tem sido registrar esse tipo de bem cultural, já que antes eles estavam esquecidos. No entanto, ao invés de equilibrar a balança, patrimonializando tanto bens materiais quanto imateriais, a impressão que temos é que atualmente só se preocupa com o patrimônio imaterial. Muitos bens materiais ficam no esquecimento, mesmo aqueles já tombados, muitas vezes não são preservados, pois os esforços estão concentrados em outras áreas (não necessariamente ligadas ao patrimônio). A expansão da categoria de patrimônio, agregando aspectos imateriais da cultura, reforçou a necessidade de analisar o “como preservar?”.

Discute-se a validade de interferência no processo natural de envelhecimento e deterioração de uma construção; a necessidade do tombamento; o engessamento da cidade, e da cultura devido ao processo de tombamento e registro do patrimônio (material e imaterial). Focando no patrimônio material, Françoise Choay (2001; 2011) e Maria Cecília Londres Fonseca (2009) mostraram em seus textos dois dos principais e primeiros pensadores do tema: John Ruskin e Viollet-le-Duc. Enquanto o primeiro defendia a proteção do patrimônio sem, entretanto, haver restauração, o segundo preferia restauração e entendia que poderia até mesmo modificar o monumento de acordo com a interpretação do restaurador. Quem “resolveu” a questão foi Camillo Boito, quando colocou que as modificações podem ser feitas, mas que



devem ser diferentes do original de tal forma que a mudança seja percebida como tal. Para Choay (2001), Viollet-le-Duc queria devolver o valor de documento íntegro em detrimento da historicidade e do caráter de monumento, enquanto Ruskin priorizava o valor histórico e o monumento em si, que se perderia ao ser feito restaurações. Desde esse período as questões de preservação e intervenção no patrimônio cultural evoluíram significativamente. A partir do meio termo encontrado por Boito, surgiram outras correntes de restauro, como o restauro crítico, que entende o monumento como documento, analisa cada caso individualmente para decidir qual é a melhor opção para o bem patrimonializado e principalmente, entende que é necessário conservar as construções, sendo as intervenções de restauro última opção. As políticas patrimoniais brasileiras seguem a corrente mundial de Restauro Crítico, apesar de muitas vezes parecer não ser adepta da prática de conservação de seus bens culturais, elemento essencial nas políticas patrimoniais ao redor do mundo.

Tem sido mais frequente na verdade, não apenas a restauração, mas a reinserção do patrimônio na vida cotidiana local. Tem-se buscado evitar que prédios fiquem abandonados, transformando-os em centros de cultura em geral, e mais recentemente, meios de hospedagem. Temos a carta do restauro de 1972 onde se coloca:

Sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos, vem-se considerando detidamente a possibilidade de novas utilizações para edifícios monumentais antigos, quando não resultarem incompatíveis com os interesses histórico-artísticos. As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da sequência dos espaços internos. (Carta do Restauro, 1972, p. 8).

A recomendação geral para as políticas patrimoniais é que se faça o possível para garantir a sobrevivência dos monumentos. Então se evita deixar o patrimônio completamente abandonado. É claro que ainda existem construções patrimonializadas que estão abandonadas e jogadas a ação do tempo e do homem (não é como desejaria Ruskin, pois ele não permitiria que se depredasse o patrimônio, como acontece com essas construções no Brasil), mas isso não é uma política patrimonial, é apenas o sintoma do descaso das autoridades (e às vezes da própria comunidade local) em fazer algo pelo patrimônio. Os mecanismos para preservação existem na teoria, mas nem sempre são colocados em prática.

Pensando no caso de Petrópolis, é facilmente notado que o tombamento não é garantia de preservação do bem tombado. Ao analisar o processo de tombamento 662-T-62, referente ao





Conjunto Urbano Paisagístico da Av. Koeler, percebemos que mesmo depois do tombamento havia problemas de manutenção/preservação dos prédios. Em uma carta, a qual integra no volume 01 do processo, a Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica (APPANDE) informa ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) de construções que haviam sido tombadas (individualmente e como integrante do conjunto urbano paisagístico) estavam sendo demolidas, ou a prefeitura havia permitido que se começasse o processo de demolição. Na carta, a representante da associação diz “esse prefeito reina, mas não governa” e deixa bem claro que o poder está na verdade na mão de um dos chefes de gabinete do prefeito, sócio majoritário de uma imobiliária. A APPANDE temia pela descaracterização da cidade e pedia pela interferência do SPHAN, já que o tombamento sozinho não havia sido o suficiente. Fonseca (2009) comenta

A proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, de outros fatores além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico etc., devidamente protegidos em sua feição material. (p. 43)

De pouco adianta tombar se não houver uma fiscalização para garantir a sobrevivência do bem tombado. Outra coisa importante é a reinserção do patrimônio na vida da cidade, não dando margem para a ação destrutiva daqueles que não se importam com o valor histórico de uma construção. Gonçalves (2005) afirma “um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público” (p. 19). Se houvesse esse tipo de iniciativa, seria mais fácil garantir a sobrevivência do patrimônio, pois a própria população se sensibilizaria e lutaria para evitar ações prejudiciais a esses bens.

A última questão, dentre as mais frequentes quando se fala sobre o patrimônio é “por que preservar?”. Por que preservar determinado bem cultural? Por que há necessidade de tombamento? Todas essas perguntas precisam ser feitas e possuem as mais diversas respostas. Maria Cecília Londres Fonseca (2009) coloca que o tombamento e políticas patrimoniais de preservação existem para garantir o direito à cultura (considerada pela autora como valores que indicam a identidade nacional). Se analisarmos os discursos de Rodrigo de Melo Franco



Andrade e Aloísio Magalhães, como fez Gonçalves (2003), vemos que se preserva, pois existe o risco de perda. Patrimonializa-se aquilo que corre o risco de desaparecer e é considerado de grande valor histórico, artístico, cultural, etc. Pode acontecer de um bem cultural ser patrimonializado antes de estar ameaçado de desaparecimento, mas normalmente não é esse o caso.

Voltando ao caso do conjunto urbano paisagístico da Av. Koeler, a iniciativa de procurar o IPHAN para que a área fosse tombada, surgiu devido ao receio de que algumas construções fossem destruídas (ação do tempo e do homem). O primeiro documento que compõe o processo 662-T-62 é uma carta do Instituto Histórico de Petrópolis de 1º de março de 1962, endereçada ao SPHAN, pedindo o tombamento do solar do Colégio São José, que havia sido adquirido por alguém que, segundo corria na cidade, tinha interesse em demolir a construção para construir um conjunto de blocos de apartamentos, como já havia acontecido recentemente na cidade. O Instituto solicitava ao SPHAN que impedisse mais um “ato atentatório a estética petropolitana” e afirmava que a Avenida Koeler, majoritariamente residencial, continha solares e palacetes de alto valor histórico e estético e que se fazia necessário uma providência para garantir que tais locais se mantivessem protegidos de negociantes e imobiliárias. A própria prefeitura de Petrópolis se manifestou contra o tombamento solicitado, enviando ao SPHAN uma carta afirmando não haver risco real de destruição dos valores históricos e estéticos da localidade por existir leis municipais que impediriam a construção de prédios com mais de três pavimentos ou que não respeitassem determinados valores em relação ao recuo (esse recuo exigia uma distância de quatro metros da rua e garantia que todas as casas da avenida tivessem um extenso jardim, melhorando a estética local). Depois de inúmeros debates, o SPHAN decidiu que a única maneira de garantir de fato que a história e a estética da Avenida Koeler fossem preservadas seria patrimonializando a região.

O receio de que algo se perderia fez com que o Instituto Histórico de Petrópolis procurasse auxílio do SPHAN. Entretanto a prefeitura local não entendeu que havia risco de perda de fato, ou se viu, não o considerou como problema da forma vista pelo Instituto. No decorrer do processo notamos que esse receio não diminuiu com o passar dos anos, quando foi solicitada a expansão da área tombada, pois inevitavelmente surgia o interesse de alguma imobiliária de adquirir determinado terreno para a construção de edifícios. Tal temor levou a criação pela deputada Lygia L. Bastos o projeto de lei nº 274/1979, que elevaria Petrópolis a



monumento nacional. O SPHAN criou uma comissão, que foi a cidade e analisou a situação local e deu seu parecer sobre as questões patrimoniais petropolitanas. No relatório de atividades sugere-se, entre outras coisas, a troca do termo “monumento nacional” para “cidade imperial”, pois de acordo com a junta, este era mais adequado a dinamicidade do município. O projeto de lei foi rejeitado em 24/03/1981, no entanto, a partir das discussões iniciadas por ele, Petrópolis passou a ser considerada oficialmente “Cidade Imperial”. Notamos com isso que, na cidade, por mais que se valorizasse o passado histórico local, não se queria ser engessado por ele, o que aconteceria se o município fosse de fato considerado “Monumento Nacional”. Entendeu-se na localidade que aquilo de indispensável preservação era sua identidade, ligada ao seu passado histórico e a família imperial, que era necessário preservar elementos signos dessa identidade, mas não era imperativo que toda a cidade fosse tombada para que a identidade, memória e história locais fossem respeitadas e preservadas.

A iniciativa de Petrópolis de abraçar sua identidade como “Cidade Imperial”, mas não aceitar a de “Monumento Nacional” vai contra a ideia de algumas autoridades que acabam preservando se não a cidade toda, inúmeros aspectos da mesma. Em alguns casos, chega-se ao limite que Hartog (2006) comenta onde tudo é patrimônio e que já é necessário restringir esse excesso de patrimonialização:

No decorrer destes anos, a vaga patrimonial, em sintonia com a da memória, portanto, tomou cada vez mais amplitude até tender para este limite que seria o “tudo patrimônio”. Assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se. A mesma inflação parece reinar. A patrimonialização ou a musealização se aproximando sempre mais do presente, foi preciso estipular, por exemplo, “que nenhuma obra de arquiteto vivo seria legalmente considerada como monumento histórico”. Isto é um indício muito claro deste presente que se historiciza, já evocado. (p. 268)

E, por isso, talvez tenha sido uma decisão acertada por parte das autoridades da época não monumentalizar a cidade como um todo. Principalmente quando vemos a situação que estão determinadas cidades que foram completamente tombadas, onde alguns moradores se colocam contra o tombamento, por ele impedir a construção novos empreendimentos, além de dificultar a realização de obras na localidade, já que estas precisam ser aprovadas e supervisionadas pelo IPHAN e costumam demandar mais verba por exigir atenção, materiais e trabalho de profissionais especializados em construções históricas.



E o caso de Petrópolis, e a construção de sua identidade como “Cidade Imperial” só foi bem sucedido, pois não foi algo completamente inventado, e a comunidade local já se via pertencente de uma cidade com este passado histórico e a valorizava por isso. Mesmo assim houve um trabalho das autoridades do patrimônio para que a identidade, a memória e a história local fossem representadas e reforçadas pelos bens culturais patrimonializados. Gonçalves (2005) coloca:

Os patrimônios podem assim exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes do permanente esforço no sentido do auto-aperfeiçoamento individual e coletivo (p. 28).

A reforma das construções que hoje abrigam o hotel Solar do Império em Petrópolis pode ser entendida como parte desse aperfeiçoamento coletivo comentado por Gonçalves. A escolha de fazer desses casarões, um hotel, ao invés de construir em outra localidade da cidade que não estivesse tombada, mostra o interesse da cidade em se desenvolver respeitando a sua identidade como “Cidade Imperial”. O hotel acaba reforçando a identidade local e fazendo com que essas construções não caiam no esquecimento, garantindo assim a preservação de aspectos tangíveis e intangíveis da identidade e memória local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo apresentar como se deu o processo de tombamento da Avenida Koeler em Petrópolis, que iniciou o processo de tombamento de inúmeras outras regiões da cidade serrana. Como motivador da pesquisa tivemos a figura do Hotel Solar do Império, integrado ao Conjunto Urbano Paisagístico da Av. Koeler, tombado pelo SPHAN como descrito no processo 662-T-62, pois a maneira que foi transformado em meio de hospedagem nos faz considerar se o patrimônio deve ser resignificado e refuncionalizado. Esperamos aqui ter ampliado o entendimento de como transcorreu o processo de tombamento da cidade e, posteriormente, iniciado a discussão em relação a refuncionalização de um prédio histórico como um meio de hospedagem, se é de fato positivo e se respeita a identidade e memória da construção e da localidade onde está inserida.

Pelo o que foi observado no Solar do Império ainda é temerário afirmar que a refuncionalização respeitou de fato a memória e identidade da cidade. Ele está de acordo com a



narrativa de Cidade Imperial, entretanto pouco é feito para integrar esse patrimônio à vida da comunidade. Existem limitações por se tratar de um hotel, possuidor de áreas privadas, onde a visita se torna impossível, entretanto, há iniciativas semelhantes, como Pestana Convento do Carmo, hotel histórico localizado em Salvador (BA), onde são promovidas visitas guiadas por toda a área pública do hotel, contando sobre a importância e história deste bem arquitetônico refuncionalizado. Esse tipo de proposta pode ser transferido e adaptado a realidade do Solar do Império, mas ainda não parece haver tal interesse. Ainda é preciso considerar que memória imperial não é a única na cidade, só é a mais divulgada e reconhecida. Então o Solar do Império tem maior potencial de representar esta memória, em relação às outras, referentes a imigrantes e colonos que habitavam a cidade.

Outro ponto que se faz necessário destacar é a necessidade de avaliar cada caso individualmente. Um meio de hospedagem pode ser considerado uso compatível ao patrimônio a partir do momento que se analisa tanto a construção quanto o contexto urbano que está inserido. Cidades que mal suportam os seus habitantes são necessitam de mais turistas e, portanto infraestruturas ligadas ao turismo não são tão necessárias quanto hospitais e escolas por exemplo. No entanto, se a cidade está verdadeiramente apta a receber visitantes e é capaz de arcar com as consequências de maior fluxo de pessoas em seu território, então instalações para bem receber essas pessoas são imprescindíveis. Nesse caso, o chamado hotel histórico é considerado por nós bem-vindo, pois é capaz de ser feito respeitando os aspectos históricos, culturais e arquitetônicos da construção, além de ter a vantagem de gerar mais capital, facilitando a manutenção e conservação do patrimônio e possibilitar maior controle do fluxo de pessoas, causando menos impactos negativos ao bem tombado.

## REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A construção do patrimônio: perspectiva história. In: \_\_\_\_\_. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p.51-78.



FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. In: \_\_\_\_\_. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p.33-50.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ministério da Cultura – IPHAN, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: MACIEL, Maria Eunice; ALVES, Caleb Faria (orgs). *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n 23, jan/jun de 2005. p. 15-36.

HARTOG. François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, vol 22, n 36, p 261-273. Jul/Dez 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Petrópolis: Histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330390&search=rio-de-janeiro|petropolis|infograficos:-historico>> Acesso em 28 set. 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta do Restauro. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>> Acesso em 9 maio 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo de tombamento 662-T-62: Conjunto urbano paisagístico da Av. Koeler. Arquivo Central do IPHAN. 1964.

MEDEIROS, Josemir. Júlio Frederico Koeler: o major que inventou Petrópolis. Disponível em: <<http://www.petronline.com.br/materias.php?cod=54&mat=1&mes=03&ano=199>> Acesso em 28 set. 2013.

SOLAR do Império. Disponível em <<http://www.solardoimperio.com.br/solar-do-imperio>> Acesso em 14 jul. 2013.





## **PATRIMÔNIO HIDRÁULICO: UMA LEITURA SOBRE A CULTURA MATERIAL**

TEIXEIRA, Simonne

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*

*simonnetex@gmail.com*

298

### **RESUMO**

O conceito de patrimônio hidráulico se encontra bem fundamentado em estudos realizados na Europa e outras partes do mundo. No Brasil, esta categoria de patrimônio ainda não alcançou a visibilidade necessária. Os vestígios materiais relacionados ao uso do recurso hídrico, tais como força motriz, abastecimento e irrigação, estruturas de controle e manejo destes recursos, dentre outros, não tem motivado estudos e pesquisas. Muitos destas estruturas já em desuso, se encontram completamente abandonadas e quase sempre em ruínas. Nossa pesquisa se centra principalmente nos vestígios materiais identificados em trabalho de prospecção. Sobre estas estruturas há poucas ou quase nenhuma menção nos relatos e documentos da época, o que dificulta sua contextualização histórica. Buscamos destacar a importância de se reconhecer estes vestígios, como patrimônio cultural, passível de estudo e proteção.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio hidráulico; bacia inferior do rio Paraíba do Sul; arqueologia; história.

### **ABSTRACT**

The concept of hydraulic heritage is well reasoned in studies conducted in Europe and other parts of the world. In Brazil, this heritage cultural category is not really known and studied. The material remains related to the use of water resources, as the driving force, as supply and irrigation, as structures of control and management of these resources, among others, hasn't motivated studies and research. Many of these structures not used nowadays, are almost always completely abandoned and in ruins. Our research aims on material identified in exploration work. About these structures there is little or no mention in the reports and documents of the time, which makes it difficult to understand it in its context. We seek to understand the importance of recognizing these traces, as cultural heritage, amenable to study and protection.

**KEYWORDS:** hydraulic heritage; lower basin of the river Paraíba do Sul; archeology; history

### **INTRODUÇÃO**

Este texto se relaciona à apresentação do trabalho, *Patrimônio Hidráulico: uma leitura sobre a cultura material*, durante no 3º CONINTER – Interdisciplinaridade e Movimentos Sociais, realizado entre os dias – 08 e 10 de outubro de 2014, na cidade de Salvador – Bahia, na Universidade Católica de Salvador.





Quando falamos em patrimônio cultural, independentemente de sua natureza [tangível/material ou intangível/imaterial] e independentemente de sua tipologia [histórico, artístico, cultural, paisagístico, urbano, rural, etc.], nos referimos a um conceito historicamente construído. Este conceito, inicialmente restrito a um programa nacional, em que se buscava assegurar uma herança comum a todos os cidadãos a partir da seleção de determinados símbolos, tem sido paulatinamente ampliado e, sua concepção vinculada ao nacional, tem sido superada, face às atuais demandas sociais. A emergência de grupos sociais como detentores uma identidade cultural própria, à parte à nacionalidade, impôs uma agenda mais complexa e diversificada para o patrimônio. Esta nova agenda opera em uma perspectiva mais plural, de identidades e memórias culturais, que se inserem num imenso espectro de relações e interpelações sociais, que já não cabem nos espaços demarcados com os quais nos acostumamos. O Patrimônio é cada vez mais diverso e plural.

Os processos seletivos dos bens patrimoniais costumam ter invariavelmente como referência, as identidades. Um grupo social (nacional, estadual, municipal, distrital, etc.) atribui valores (dimensão simbólica) a algum bem material ou imaterial, tornando-o um expressão de sua identidade. Não existe um valor intrínseco de identidade nos bens patrimoniais, senão por meio daquilo que lhe é conferido socialmente.

No Brasil em especial, a partir de meados dos anos 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais, respaldados pela Constituição “cidadã”, vemos emergir diversas tipologias patrimoniais, que defendidas por diferentes grupos e setores da sociedade reivindicam um certo reconhecimento. A reflexão teórica tem ganhado fôlego e as contribuições metodológicas, impulsionada por critérios interdisciplinares (note-se que os programas de pós-graduação no Brasil, relacionados ao patrimônio cultural estão no comitê interdisciplinar da CAPES), tem permitido uma intensa reflexão sobre o patrimônio cultural no Brasil.

Para tanto, muito contribuiu os estudos que se realizaram sobre as instituições responsáveis pelos tombamentos em nível nacional, estadual, e quando existe, municipal. As revisões bibliográficas e a busca por inserir estas questões no contexto da narrativa histórica, favoreceu às nossas reflexões. Se por um lado as demandas sociais forçaram a esta revisão, também o estado, como organizador das políticas culturais relacionadas à preservação, aspirava um melhor conhecimento sobre a matéria. O tímido, mas consistente crescimento dos órgãos públicos de preservação, quando não sua multiplicação com a



implantação órgãos municipais; as exigências legais em processos de licenciamentos; e o estabelecimento de cursos de pós-graduação e linhas de pesquisas em políticas culturais de preservação, a conformação de novos objetos, sinalizam os avanços alcançados neste período.

No entanto é preciso destacar que, as questões que fundamentam o tema do patrimônio como identidade e memória ainda dão substrato aos programas políticos de preservação cultural, assim como, apesar das reivindicações para os reconhecimentos estarem difusas socialmente, atendendo à diversidade cultural, é marcante a alusão ao estado nacional como elemento central. Afinal, somos credores deste passado.

Do ponto de vista da cultura material, para delimitarmos uma categoria de patrimônio cultural, vemos serem alçados do esquecimento em que estavam relegadas, novas tipologias, que tem dado lugar a diferentes e interessantes abordagens sobre o patrimônio cultural. Alguns exemplos podem ser o patrimônio industrial, patrimônio agrário, as paisagens culturais e os bens de natureza material em relação com áreas de preservação natural. Dentre estes se destaca o chamado patrimônio hidráulico, tipologia em permanente diálogo com as enumeradas acima. Este patrimônio tem como elemento de diferenciação paisagística a água, tomada como marca distintiva como fator de identidade no território e na memória.

Desde o princípio dos tempos as sociedades humanas buscam o acesso à água, elemento essencial à própria sobrevivência. Sistemas de captação, condução e armazenamento da água; muros de contenções; diques; portos; pontes, estruturas hidráulicas que foram construídas e aperfeiçoadas ao longo da história. Quando deles não temos os registros textuais, nos chegam os vestígios materiais, deixando-nos entrever as formas em que se concretizam as relações entre os seres humanos e este recurso natural. A água é fonte de vida e de riqueza, elemento de abundância e de escassez dependendo da latitude, elemento essencial na paisagem; litúrgico e profano. Os corpos de água são fundamentais para as culturas humanas. Esta íntima relação entre sociedades e água, gerou um imenso repertório de estruturas, de caráter material e imaterial, ainda não plenamente estudado.

O patrimônio hidráulico nos coloca no limiar de uma relação extremamente complexa, entre a cultura e a natureza. A razão iluminista determinou um lugar para a natureza, distante da prodigiosa criatividade e laboriosidade humana. O que se pretendeu



preservar inicialmente, era justamente o fruto da arte e da técnica de uma humanidade que avançava inexoravelmente sobre uma natureza de inesgotáveis recursos. As estruturas hidráulicas na maioria das vezes expressam esta perspectiva de domínio da natureza, destacando-se como o mais importante elemento no contexto da paisagem cultural. Ao tema do patrimônio cultural se agrega, pois, o tema da água e das paisagens vinculadas ao patrimônio hidráulico.

Este patrimônio (hidráulico) é o que pretendemos destacar, trazendo à luz alguns vestígios materiais relacionados às atividades agrícolas desenvolvidas na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul, fora do contexto da economia canavieira e cafeeira, ao longo do século XIX e início do século XX, e seu eminente desaparecimento, sem um registro adequado.

O patrimônio hidráulico é uma tipologia que dialoga intensamente com outras manifestações culturais. Entendemos que os conhecimentos produzidos por meio da pesquisa histórica e da pesquisa arqueológica, que permitem o desenvolvimento de um campo convergente de reflexão, próprio do patrimônio cultural. Do meu ponto de vista, a história e a arqueologia, assim como outros campos do saber científico, devem ser considerados em uma perspectiva transdisciplinar, equivalente e compatível, permitindo uma intensa e constante interação com outras áreas do conhecimento. Utilizo o conceito de paisagem cultural, como elemento aglutinador e de diálogo entre estes campos, por acreditar que este permite um adequado aprofundamento da interdisciplinaridade.

### **ARQUEOLOGIA ESPACIAL/HIDRÁULICA**

Os conhecimentos gerados pela arqueologia espacial (ou da paisagem, como preferem alguns autores) estão fundamentados, na compreensão da criação dos espaços rurais e dos processos produtivos inerentes a eles. Como desdobramento da arqueologia espacial, a chamada arqueologia hidráulica se define como o estudo das distintas estruturas arquitetônicas, elaboradas para disciplinar a água. Como marco inicial, surgiu como um instrumento que permitiu aceder ao desenho inicial de um sistema de irrigação onde se relacionava o conjunto de espaços camponeses: terras de pasto, terras de cultivo, assentamentos residenciais e todos os diferentes espaços no qual se incluem e, onde, se desenvolvem os diversos processos de trabalho camponês. Consideramos os princípios da



arqueologia hidráulica (Barceló, 1988: 195-196) favoráveis ao estudo dos artefatos de que trataremos nesta apresentação.

George Marsh (MARSH *apud* LOWENTHAL, 2010: 9), principal fonte da consciência conservativa nos Estados Unidos, já advertia na segunda metade do século XIX, sobre a necessidade de se dar mais importância à preservação de objetos relacionados à vida diária, em lugar dos monumentos da antiguidade, por exemplo. Defende a preservação das ferramentas usadas no campo, das oficinas, dos instrumentos domésticos, enfim, daquilo que está mais próximo dos enraizamentos culturais, impulsionando os ideais de conservação não só de vestígios da história, como também da natureza.

A arqueologia hidráulica, se insere no amplo contexto da arqueologia histórica, cujo objetivo é conhecer “através da cultura material, temas que a história, pelos seus próprios meios, não consegue acessar” (NAJJAR, 2005:18). No Brasil esta dá seus primeiros passos nos anos 1960, mas as pesquisas se centravam então em discussões sobre restauração dos monumentos, sobretudo os jesuítas. É somente nos anos 1990, com a consolidação dos cursos de pós-graduação no país que se desenvolve mais amplamente a arqueologia histórica.

É terminante destacar que, do ponto de vista da história e da arqueologia, os registros são desiguais, e o cotejamento se faz necessário para que os resultados da análise sejam consistentes. Os documentos textuais, próprios da história, nos oferece em geral, uma informação desigual e deformante (registros na maior parte das vezes, provenientes de um único grupo social, quase sempre a classe dominante). Além do mais se define como documentação voluntária, isto é sua escrita é intencional.

Os arqueólogos podem— e devem — dispor das fontes textuais, próprias do historiador, mas devem fazer uso destas a partir de uma metodologia própria à arqueologia, como nos adverte Najjar (2005: 16). Esta autora observa que durante décadas a arqueologia ficou confinada a um lugar subsidiário à história, tendo papel quase que ilustrativo, mas posteriormente com o avanço das pesquisas na área, revelou-se que “na cultura material estavam cristalizadas ideias e atitudes de modo mais objetivo que no suporte textual” (*ibidem*, 17). O arqueólogo não deve prescindir da história, e deve recorrer, equilibradamente às contribuições de uma e de outra área do conhecimento.

Já os registros arqueológicos, é a documentação que se encontra nos locais de trabalho, são os restos matérias dos meios de produção e explicam os processos de trabalho.



Contrapondo-se às fontes documentais, os registros arqueológicos compõe uma documentação involuntária, um legado que nos chega sem nenhum tipo de mediação. A cultura material é própria à arqueologia, vestígios de edificações, fragmentos cerâmicos, estruturas relacionadas à atividades produtivas, etc. Quem fala em arqueologia, fala em cultura material (BUCAILLE *et* PERSEZ: 1989:18).

A cultura material possui características que devem ser observadas: **coletividade** (ele nunca se refere a um indivíduo, sempre a uma coletividade); **não-acontecimento** ou **repetição** (concilia-se mal com fatos isolados, procura fatos que se repetem suficientemente para serem interpretados como hábitos e tradições); é um fenômeno da **infra-estrutura** (“estudar a cultura material significa atribuir uma importância casual, nos factos culturais, aos limites materiais que devem ter em conta” – p.23); os **objetos concretos** (estes que são transmitidos e alimentam com regularidade os campos da pesquisa) (BUCAILLE *et* PERSEZ: 1989:20-25).

Para a região que tratamos se evidencia a relativa escassez de estudos, tanto do ponto de vista da História, quanto do ponto de vista da Arqueologia. A historiografia regional se ocupa das áreas de maior visibilidade e das grandes estruturas agrárias escravocratas, pautada nos critérios econômicos (os grandes ciclos econômicos – açúcar e café). A pesquisa arqueológica foi até recentemente, displicente com os dados históricos, considerados secundários com relação à arqueologia pré-histórica. Apesar de, depois da Constituição de 1988, haver a exigência de estudos arqueológicos para os grandes empreendimentos, com a elaboração de EIA/RIMA, para as diferentes fases de execução de grandes empreendimentos (licenciamentos), persiste o problema da invisibilidade destas estruturas.

### **TIRANDO O MANTO DA INVISIBILIDADE**

Em janeiro de 2009, foi realizado como parte de um projeto de pesquisa, um levantamento no arquivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN no Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar os registros sobre os sítios arqueológicos nos municípios de Cambuci, São Fidelis, Itaocara e Santo Antônio de Pádua. Dentre os documentos levantados se inclui o Relatório de Diagnóstico Arqueológico do AHE Barra do Pomba, realizado em 2008, pela HABTEC Engenharia Sanitária e Ambiental Ltda. Com base neste relatório foi realizado um trabalho de prospecção nos municípios supra citados,





em que se buscou percorrer a mesma rota descrita no relatório. O objetivo proposto para esta prospecção, era o de conhecer e documentar *in loco*, os dados registrados pelos pesquisadores, com fins de complementar um banco de dados (um mapa síntese) que vínhamos organizando no âmbito da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA/UENF*, sobre os vestígios arqueológicos na região.

Seguindo nosso objetivo, realizamos visitas nas áreas que continham algum tipo de registro no mencionado relatório; para fins desta apresentação elegemos dois pontos, nos quais fomos surpreendidos no campo, com a identificação de ruínas e estruturas hidráulicas de grande significância relacionadas às atividades agrícolas e industriais. Percebemos nestes locais, que a presença de imponentes rodas d'água e de algumas estruturas de acondicionamento do rio, associadas a estas rodas d'águas não haviam sido adequadamente registrada nos relatórios examinados.

Esta região de que estamos tratando permaneceu até princípios do século XIX com uma população colonial bastante rarefeita e pouca ou nenhuma intervenção do poder colonial. Podemos afirmar que estava marcada ambientalmente por uma densa floresta e pela presença de grupos indígenas que mantinham algum contato com a população colonial<sup>1</sup>. Mais ao leste, onde o rio Paraíba do Sul verte suas águas no Atlântico, na região da baixada campista, começa a se desenvolver a economia agro-açucareira, e mais ao oeste, a cafeicultura<sup>2</sup>. Expressa entre estas duas áreas de intensa atividade econômica, a região objeto de nosso estudo teve um desenvolvimento vigoroso embora mais lento, baseado na produção de açúcar e café e cereais. Além dos produtos agrícolas, apreze ser que a principal produção desta região (São Fidelis – Itaocara) era a “de telhas, tijolos, louças de barro e tecidos de algodão grosso” (De PALAZZOLO, 1963:165). Alguns fornos cerâmicos coloniais, identificados em trabalhos de campo anteriores (TEIXEIRA, 2005), parecem ser os testemunhos materiais desta importante indústria ceramista.

<sup>1</sup> Esta população indígena trabalhava na derrubada da mata nativa, a serviço dos colonos e no transporte da madeira rio abaixo, principalmente no trecho encachoeirado próximo a São Fidelis.

<sup>2</sup> “Nesses cem anos de autonomia viveu São Fidélis surtos de grande prosperidade e fases de decadência. Colocada, pela sua posição geográfica, entre as serras e a planície, assistiu, nos primórdios da sua vida, ao encontro de duas grandes civilizações. Uma Paraíba acima, conduzida pela cultura da cana de açúcar, a outra, Paraíba abaixo, trazido pela cultura do café” (citado em De Palazzolo, 1963: 167) – Texto de Theodoro Gouveia Abreu, escrito no jornal *O Fidelense* por ocasião da comemoração do primeiro centenário de São Fidelis (05.março.1955)



## ESPAÇO RURAL E RACIONALIDADE AGRÁRIA

Como já enunciamos, nosso objeto nesta apresentação, são as duas rodas d'águas e as estruturas associadas a estas, relacionadas às atividades agrícolas, que conformam o que chamamos de *espaço rural*. Entende-se como espaço rural, a articulação entre o assentamento humano e o conjunto de zonas onde tem lugar os processos de trabalho necessários para a sua reprodução social (BARCELÓ, 1988). No caso de sociedades estratificadas e organizadas politicamente entorno a um Estado centralizador, é necessário considerar que o objetivo da produção é superior à subsistência, e os processos de trabalho estão orientados à produção de excedentes. Relações sociais desiguais que se dão sobre um determinado espaço rural, produz desigualdades espaciais que podem ser arqueologicamente detectadas e são passíveis de explicações.

As estruturas em questão, parecem datar de finais do século XIX e/ou início do século XX, e estão relacionadas à uma certa atividade agrícola ainda pouco estudada. Entendemos que sua construção atende a uma racionalidade agrária, que deve ser entendida como um sistema composto de elementos técnicos – as formas de uso da água, o uso adequado dos instrumentos de trabalho, adequado às plantas que se deseja cultivar – e sociais – as relações de produção. No caso, trabalho compulsório/escravismo.

Entendemos que os elementos técnicos (estruturas arquitetônicas e morfologia espacial) são artefatos cujo estudo pode proporcionar informações de qualidade sobre os processos de trabalho manual e intelectual da atividade agrária, sobre o modo de vida nesta região neste período.

## VALE INFERIOR DO RIO PARAÍBA DO SUL

O rio Paraíba do Sul possui destacada importância do ponto de vista histórico no Brasil, pois percorre e ao mesmo tempo delimita três importantes estados da região sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Com um percurso de relevo bastante acidentado, entre a Serra do Mar e a Mantiqueira, possui uma extensão de 1.137 km, sendo que sua bacia abrange uma área de 55.500 km<sup>2</sup>, passando por um total de 180 municípios<sup>3</sup>. A população em torno a esta área chega a quase 5 milhões de habitantes, o que ocasiona inúmeros problemas como, o despejo de esgoto doméstico e as atividades industriais, agrícolas e de exploração de minério em toda sua extensão. Por isso mesmo, é um dos rios



mais poluídos do Brasil com graves problemas relacionados à qualidade da água e ao assoreamento ([http://www.ceivap.org.br/bacia\\_1\\_2.php](http://www.ceivap.org.br/bacia_1_2.php); 20/01/2011)

Para nós interessa uma região específica da bacia no Paraíba do Sul, a **bacia inferior**, que assim definimos: desde a confluência do rio Pomba, a altura de Santo Antônio de Pádua, até sua desembocadura no oceano Atlântico, em Atafona, município de São João da Barra. Se inclui neste trecho, os afluentes da margem direita e da margem esquerda, com suas sub-bacias.

Não é senão, até finais do século XVIII que esta área<sup>4</sup> é efetivamente colonizada, como consequência do declínio na exploração do ouro nas Minas Gerais (LAMEGO, 1950). Até este momento esta região foi propositalmente mantida em condições desfavoráveis para sua ocupação, pelo governo português com fins a um maior controle da população; buscava manter a ligação entre as duas províncias em apenas uma única rota, evitando-se o descaminho e o contrabando (MERCADANTE, 1973: 23).

A política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir que na linguagem da época se chamava “o descaminho do ouro”, isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando as aluviões auríferas das Minas Gerais já estavam esgotadas (VALVERDE, 1958: 26)

Durante o período de exploração do ouro, até finais do século XVII, “o devassamento e conseqüente povoamento não provocaram a profundidade para os vales dos afluentes esquerdos do Paraíba” (MERCADANTE, 1973: 22).

De tal circunstancia resultaria conservar-se convizinha ao litoral fluminense, durante um século e meio, uma floresta virgem habitada apenas por índio e animais. A tira de selva, muito estreita nas mediações de Mar de Espanha, ia sempre alargando-se para o norte, até juntar-se à imensa floresta capixaba. Matas impenetráveis a estender-se por vales e montanhas, cobrindo os flancos e cumes das serras e formando uma barreira natural ao povoamento dos Sertões do Leste (*Ibidem.*, 22).

Com o declínio da mineração “toda a vasta zona dos municípios de Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Carmo, Pádua, Itaocara, Monte

<sup>3</sup> Em Minas Gerais são 88 municípios, no Estado do Rio de Janeiro 53 e no estado de São Paulo 39 municípios.

<sup>4</sup> Trata-se de uma área mais extensa que se inclui a Zona da Mata (médio Paraíba do Sul), chegando até a região do vale do rio Doce.



Verde, São Fidelis, cobriu-se de mineiros que, nos finais do século XVIII e começo do século XIX, abandonaram a mineração” (*Ibidem*,26).

A expansão para o interior, isto é, para o *sertão*<sup>5</sup> da Província do Rio de Janeiro, nestes momentos, é resultado de um projeto econômico de consolidação da posse das terras, empreendido pela população, e incentivado pelo governo português com apoio da burguesia emergente. Os primeiros a chegar foram os missionários capuchinhos, com a incumbência de apaziguar (controlar e domesticar) os índios *tapuias* (purí e coropó), ao mesmo tempo que deviam recordar as normas de condutas da civilização aos poucos colonos que ali viviam, desassistidos pelo governo colonial, abandonados à própria sorte.

É no século XIX que começamos a conhecer melhor esta área, principalmente com os relatos dos cronistas e naturalistas que por aqui passaram. Através destes relatos é que podemos vir a conhecer melhor este território e sua gente (colonos e indígenas). Destacam-se nestas narrativas a impressão causada pela densa floresta; descrevem com evidente fascinação os trechos de selva ainda preservados. Burmeister aprecia o gigantismo das árvores y e a variedade de sons; reflete sobre a sua diminuta dimensão face a grandiosidade da natureza e da floresta, para ele comparável as mais imponentes catedrais da Europa. Em suas palavras, as florestas desta região são

De um lado, temos a natureza verdejante, frágil, graciosa e alegre, que atrai e encanta; de outro, a formação gigantesca, majestosa e serena, que nos enche de deslumbramento e contrição e que convida a meditações serias, como se entrássemos numa catedral gótica de impressionantes proporções. Não ha outro sentimento que se possa compara ao que se apossou de mim, ao atravessar e contemplar a selva brasileira, senão o que me invadiu quando, extasiado, admirei as catedrais de Colônia, Magdemburgo, Notre Dame ou Westminster. Se era a obra do homem que ai me impressionava pela sua perfeição e inspiração, era aqui a natureza viva, que, em sua atividade incessante, produz as maiores maravilhas concebidas pela imaginação humana (BURMEISTER1980: 171).

O memorialista Alberto Lamego, agrega outro fator à incipiente ocupação colonial até princípios do século XIX,

a impossibilidade de navegação foi o principal fator que fez permanecer o rio desconhecido desde a descoberta quinhentista da sua foz e durante o intenso povoamento de Campos a partir do seguinte século. Excetuada esta planície costeira e o médio e alto curso paulistas, com suas vilas

<sup>5</sup> *Sertão* é como é comumente chamada às terras interiores no Brasil.



assentadas num caminho de Bandeiras, quedou-se o Paraíba incógnito até quase o alvorecer do século XVIII (...) (1950:310).

Tendo como referência a bacia inferior do rio Paraíba do Sul, assinalamos que a economia açucareira dava seus primeiros passos na planície aluvionar de *Campos dos Goitacases* e o café ainda não havia alcançado a porção inferior da bacia do Paraíba do Sul. Com o avanço do século XIX, estas duas áreas conhecem grande desenvolvimento econômico. Intensificam-se os desmatamentos para as novas lavouras, onde os índios serão os protagonistas.

Nas áreas desmatadas tem início o cultivo de café, açúcar e cereais, principalmente o arroz. Apesar da produção deste último ter sido significativa, nunca alcançou o êxito das áreas principais de produção. Ao final deste século, mais precisamente na década 1880, temos a crise da economia fluminense do café acentuada pela abolição da escravidão. Configuram-se novas relações campo-cidade, com uma migração massiva para esta última. A intervenção do Estado se fazia necessária para a diversificação da produção econômica (SANTOS e MENDONÇA, 1986). O Almanaque Alvarenga observa uma decadência não apenas dos produtos mais importantes do ponto de vista econômico, como o café, mas também na produção de cereais, especialmente o arroz

ARROZ. O município de Campos já cultivou arroz que sobrelevava de seu consumo para exportação, e hoje, ao inverso, importa quase que a totalidade do que necessita para consumo (ALVARENGA, 1881:99)

Para fins desta apresentação consideramos uma área delimitada pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul, compreendida entre Itaocara e Cambuci, em que se inclui a confluência do rio Pomba com este. Neste trecho de rio encontramos as duas rodas d'água que são os objetos de nossa reflexão. Estas significativas estruturas hidráulicas se encontram hoje, completamente abandonadas e como já dissemos, embora uma delas seja citada nos relatórios arqueológicos que se produzem na área, como parte dos processos de licenciamento ambiental, não foram destacadas como objeto de interesse arqueológico ou histórico. Estas estruturas se vinculam a processos produtivos de menor visibilidade na região, do ponto de vista econômico, e seu desaparecimento certamente comprometerá a compressão adequada de sua importância e significado. A inobservância por parte do arqueólogo de seu real valor, expressa uma visão limitada da cultura material como fonte de pesquisa.



O reconhecimento destas estruturas como marcos paisagísticos poderia significar a preservação de um patrimônio hidráulico, até então abandonado e sua ressignificação, contribuir para o resgate da memória histórica.

## **AS RODAS D'ÁGUA: PATRIMÔNIO HIDRÁULICO E PAISAGEM**

*Fazenda Serraria - S 21° 62' 626", WO 42° 03' 356"*

Trata-se de uma fazenda histórica, situada no município de Cambuci, datada do final do século XIX, situada na beira do Rio Paraíba. Estão plenamente visíveis as áreas relacionadas à atividade produtiva agrária, com o terreiro para secagem do café, uma caixa d'água, um galpão com engrenagens pertencentes a uma roda d'água e um tramo de estrada de ferro.

Segundo informações recolhidas no local, a roda d'água era movimentada por um canal artificial, aberto com trabalho escravo, que devia movimentar o "moinho", que movia uma serraria (para madeira). Servia também como moinho, propriamente dito, ao alambique e ainda produzia energia elétrica para a fazenda. A fazenda produzia principalmente café e arroz. A roda d'água servia para inundar os campos de arroz, que também contava com uma barragem.

A roda d'água já não estava em seu lugar original. As peças que compunham esta roda d'água estavam espalhadas no terreno, ao redor do galpão. Por dentro deste, o canal ainda circulava suas águas. A construção deste galpão pareceu-nos bastante recente, feita em alvenaria. Não vimos a casa principal, e fomos informados, embora não tenhamos tido permissão de ver, que numa elevação próxima se podia ver os restos construtivos do que deveu ser as senzalas.

*Fazenda Quartéis - 21° 63' 625", WO 42° 06' 146"*

Localizada no município de Cambuci, a fazenda Quartéis é também histórica, datada do final do século XIX. Está situada à beira do rio Pomba, muito próximo à sua desembocadura no rio Paraíba do Sul. Há algum caseiro de construção mais recente (século XX), uma bela caixa de d'água de ferro, semelhante às antigas caixas d'água associadas a ferrovias, com uma inscrição na estrutura de suporte com a data – 1920.

Ali também encontramos vestígios de uma unidade produtiva, que inclui uma roda d'água ainda instalada em seu lugar original. As informações colhidas no campo confirmam o uso da roda d'água como serraria, moinho, alambique, energia elétrica e





inundação dos campos de arroz. Esta também está instalada em um pequeno braço natural do rio Pomba. Este braço de rio forma à sua direita uma ilha onde, segundo nos informaram havia uma outra roda d'água, de menor tamanho destinada a inundar os campos de arroz que se encontram nesta ilha. Não há vestígios visíveis (não pudemos atravessar até a ilha). Há uma barragem de pedra no leito do braço de rio.

#### Outras estruturas

Na ocasião deste trabalho de campo, encontramos ainda algumas rodas d'água. Em Itaocara, município vizinho a Cambuci há uma destas rodas d'água junto à estrada, dentro do leito do rio. À ela não se associa nenhuma estrutura atualmente estando como que descolada no tempo e no espaço.

### COMENTÁRIOS FINAIS

O objetivo desta apresentação é o de chamar a atenção sobre um tipo de patrimônio que em geral tem sido negligenciado, e visto como de importância menor. O patrimônio histórico relacionado à esfera do trabalho, o patrimônio agrário e o industrial, como exemplos, somente muito recentemente tornou-se objeto de interesse por parte dos pesquisadores voltados para o estudo da preservação cultural no Brasil. Nos países europeus, notadamente a Espanha, estes patrimônios têm sido identificados, registrados, estudados e preservados já a algumas décadas. Prevalece a ideia de que a melhor maneira de expressar a multiplicidade de identidade e as interações culturais, é valorizar o acervo cultural relacionado às comunidades, e relacionados às diferentes esferas de atuação social, principalmente aquela que se refere à reprodução social.

A água e os usos que se faz deste recurso é universal do ponto de vista das sociedades humanas. Como elemento essencial a vida humana (abastecimento e saneamento), como força motriz ou como forma de aliviar o esforço humano nas atividades laborais, como elemento recreativo ou artístico, a água na maior parte das vezes está associada a estruturas arquitetônicas e de engenharia, muito antes destas disciplinas existirem enquanto tal.

No século XIX, com a forte influência do pensamento progressista, as intervenções em ambientes aquáticos, como correções da natureza, acondicionamento de corpos de água ou como uso para atividades vinculadas a produção, ou como elemento a se evitar para



controle sanitário, a água foi, como ainda é nos nossos dias, um elemento presente na maioria das cidades e no campo.

As rodas d'águas aqui assinaladas passaram, de certo modo, desapercibidas ao olhar do especialista. Não foram consideradas suficientemente importantes, para evitar a inundação de uma área que, sem uma presença indígena marcante, ou na ausência de “monumentos” de maior “significado”, parece despossuído de um significado maior. As rodas e as demais estruturas, permaneceram invisíveis tanto como artefato arqueológico, quanto parte de um patrimônio histórico-cultural. E corre o risco de vir a desaparecer. Felizmente o projeto de instalação de uma PCH, ainda não teve fôlego suficiente para seguir em frente.

### Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, J. de. 1881. *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e Município de Campos*. Campos: Typographia do Monitor Campista.
- BARCELÓ, M. 1988. *Arqueología medieval - En las afueras del <<medievalismo>>*. Barcelona: Ed. Crítica.
- BUCAILLE, R et Pesez, J-M. 1989. “Cultura Material”. Em *Enciclopédia Einaudi (16) Homo-domesticação; cultura material*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BURMEISTER, H. 1980. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP.
- Feydit, J. 1900. *Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes*. Campos: Thypographia a vapor de J. Alvarenga & Cia.
- LAMEGO, A. R. 1950. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lowenthal, D. 2010. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal.
- MERCADANTE, P. 1973. *Os sertões do Leste – Estudos de uma região: a Zona da Mata*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NAJJAR, R. 2005. *Arqueologia Histórica: Manual*. Brasília: IPHAN.
- PALAZZOLO, J. del (Frei). 1063. *História da cidade de São Fidelis*. Rio de Janeiro: Convento dos Padres Capuchinos.
- SANTOS, A. M. et Mendonça, S. R. de. 1986. “Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914)”, Em *Revista do Rio de Janeiro*, 2, Niterói, jan./abr, pp. 7-17
- TEIXEIRA, S. 2005. “Notas sobre as estruturas tipo forno no noroeste fluminense”. Em *ANAIS do XIII Congresso da SAB - XIII/Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia - Arqueologia, Patrimônio e Turismo*. Campo Grande: Editora Oeste.
- VALVERDE, O. 1958. “Estudo regional da Zona da Mata, Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Geografia*, 1; ano 20; jan-mar; pp. 03-81.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 9**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E O  
CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL  
E POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 9

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 9

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 9

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**





### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 9

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3





## SUMÁRIO

ESPAÇO POLITICO E SUJEITOS (DES) POLITIZADOS – JOVENS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE - SILVA, Nelmiros Ferreira da .....	1-14
VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO - SANTOS, Queli; SEVALHO, Gil .....	15-28
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PERIFERIAS CAPIXABAS: UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS DE JORNAIS DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SOBRE A JUVENTUDE DESSAS LOCALIDADES - ARRUDA, Angelo Moreira; SILVA, Renata Charra; SANTOS, Andrea de Fátima .....	29-41
O MOVIMENTO NEGRO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO QUILOMBOLA - FRAGA, Sara Ferreira; LESSA, Simone Narciso; DOURADO, Thays Barbosa .....	42-53
HISTÓRIA, ORALIDADE E MEMÓRIA: DEPOIMENTOS EM TEMPOS PÓS-TRAUMÁTICOS - SILVA, Ligia Lins .....	54-65
A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA NA BOLÍVIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA - SANTOS, Rodrigo de Jesus .....	66-77
TECNOLOGIA SOCIAL E PERMACULTURA: PERCURSO DA TRAJETÓRIA DE UMA FAMÍLIA DE AGROECOLOGISTAS - PRADO, Keyla Cristina Pereira; GONZAGA, Carlos Alberto Marçal; FREITAS, Carlos Cesar Garcia .....	78-95
ALISTAMENTO DE ESCRAVOS NEGROS NO EXÉRCITO BRASILEIRO: GUERRA DO PARAGUAI 1864-1870 - SANTOS, Orlando Bispo dos .....	96-108
REFORMA AGRÁRIA COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DO DESEMPREGO - SILVA, Iracema Maria Vasconcelos .....	109-126
A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA) - CONCEIÇÃO, Verônica Alves dos Santos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha .....	127-147
A DINÂMICA DOS POLOS DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO CONTEXTO DO PNPB - SILVA, Érika Cristine; LORETO, Maria das Dôres Saraiva de; CALVELLI, Haudrey Germiniani .....	148-163
O CONCEITO DE REDES: APONTAMENTOS REFERENTES À IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL - ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino; OLIVEIRA, Adriana Capuano de .....	164-176



- O DIREITO À ÁGUA CONQUISTADO POR MEIO DA LUTA: GUERRA DA ÁGUA EM COCHABAMBA - FREITAS, Luna; BORGES, Júlia .....177-189
- AMÉRICA LATINA: (DES)COLONIALIDADE E REINVENÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL - LAGE, Allene Carvalho; FARIAS, Maisa dos Santos ..... 190-201
- A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO AMBIENTALISMO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA - ALMEIDA, Mariana Eunice Alves de; SERRA, Neusa .....202-217
- A REFORMA DO ESTADO E AS POLITICAS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO - OLIVEIRA, Rafaella Martins de; BOURGUIGNON, Jussara Ayres .....218-236
- MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS: MEMÓRIAS, LUTAS E PRODUÇÃO SUBJETIVA - FARIAS, Francisco Ramos de; OROZCO, Rafael Andres Patino ..... 237-252
- A RUA ORGANIZADA: AÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA - PACHECO, Marina Rute de A. M. ....253-265
- A REBELDIA DAS BASES: AS GREVES QUE ATROPELARAM AS DIREÇÕES SINDICAIS EM 2014 - SILVA JUNIOR, Silvio Borges .....266-282



## **ESPAÇO POLITICO E SUJEITOS (DES) POLITIZADOS – JOVENS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE**

SILVA, Nelmiros Ferreira da

*Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, membro do grupo de pesquisa Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais(UFS)*  
*nelguedes@ig.com.br*

1

### **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar as visões de mundo apresentadas por jovens filhos de assentados de reforma agrária acerca de suas lutas cotidianas, especialmente, na busca pelo acesso aos créditos bancários e aos arranjos de políticas no território sob a perspectiva da qualidade de vida e cidadania no campo. Nessa direção, procura compreender a questão ora expressa na realidade de assentamentos de reforma agrária em Sergipe. Para tanto, adotamos nos procedimentos metodológicos o registro das verbalizações de jovens seguido de reflexões com base na literatura de Bordenave (1994); Groppo (2000); Houtart (2007); Gonh (2007); Iasi (2012), Silva (2014); Gramsci,(2013), dentre outros. Da investigação e analisa compreendemos que, mesmo os jovens vivendo em áreas conquistadas pela luta dos sujeitos políticos organizados e sob continua formação política, há uma (des)politização acerca da luta de classes. Verifica-se a centralidade em projetos imediatos de acesso ao crédito e arranjos de políticas pontuais, marcando um cenário de passivação e transformismo que desqualifica os olhares dos sujeitos políticos.

**Palavras-Chaves:** Sujeitos (Des)Politizados. Jovens. Lutas Sociais.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the worldviews presented by young children of agrarian reform settlers about their daily struggles, especially in the search for access to agricultural credit and political arrangements in the territory from the perspective of quality of life and citizenship in the field. Aiming to understand the issue now expressed in the reality of agrarian reform settlements in Sergipe, methodological procedures adopted in recording the utterances of young followed by reflections on the basis of BORDENAVE (1994) literature; GROPPA (2000); HOUTART (2007); GONH (2007). IASI (2012), among others. Research and analyzes realize that even young people living in areas conquered by the struggle of political subjects organized under the experience of policy formation, there is an (un) about politicization of the class struggle. There is immediate projects in the centrality of access to credit and arrangements of specific policies, marking a scenario passivation and transformismo that disqualifies the looks of political subjects.

**Key Words:** Subjects (Des) politicized. Young. Social struggles.



## 1- INTRODUÇÃO

Este artigo, ora intitulado “espaço político e sujeitos (des) politizados – jovens em projetos de assentamentos de reforma agrária em Sergipe” objetiva analisar as visões de mundo apresentadas por filhos de assentados de reforma agrária acerca de suas lutas cotidianas. Especialmente, focalizamos a contraditória busca pelo acesso ao crédito bancário e aos arranjos de políticas no território sob a perspectiva da qualidade de vida e cidadania no circuito das finanças e da evocação da sociedade civil para a promoção do bem-estar.

A fim de compreender a questão ora expressa na realidade de assentamentos de reforma agrária em Sergipe, metodologicamente apropriamos das verbalizações de jovens da reforma agrária acerca dos aspectos políticos da luta e protagonismo. A partir das discussões elencamos referenciais para nossas análises e reflexões com base na literatura de Bordenave (1994); Groppo (2000); Houtart(2007); Gonh (2007); Iasi (2012); Gramsci (2013); Silva (2014), dentre outros.

A hipótese desse estudo parti da premissa de que, nas áreas assentadas de reforma agrária via aquisição da terra pelo crédito fundiário, ainda que sob a organização dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais (MST) apresentam-se esvaziadas do protagonismo dos jovens. Embora, tal espaço seja parte da longa história de lutas das famílias desses jovens, a ferramenta de acesso à terra pela compra tem induzido a lógica do cidadão consumidor, desfavorecendo a força do coletivo pelo direito à terra, despolitizando e enfraquecendo o enfrentamento as expressões da questão social figurada na expropriação e exclusão social.

Do projeto de construção de sujeitos políticos à formação de grupos associados para obtenção de crédito, verifica-se uma dinâmica no cotidiano de ações focadas no território da chamada nova reforma agrária. Tal realidade nos leva a entender que os territórios marcados por conflitos e lutas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI vivencia uma realidade forjada sob o discurso e diretrizes de políticas orientadas pelo projeto capitalista internacional, daí a ausência da juventude no engajamento e inserção ideopolítica para a retomada e continuidade da luta contra o fim da propriedade privada e defesa do acesso aos direitos universos.

À luz dessa dinâmica as concepções e conceitos de juventude têm passado por revisões e variadas abordagens, dentre as concepções, podemos destacar, àquela em compreende a juventude sob o estigma da rebeldia à compreensão de que os filhos da classe



média passaram a inserir em movimentos de protesto contra ditadura militar em atos revolucionários. Já nos anos de 1980 com o empobrecimento do país marcando o aprofundamento das desigualdades sociais, pós efervescência política, os jovens vão ser taxados como apáticos e apolíticos.

Foi somente entre fins de 1980 e início de 1990 que o debate sobre a juventude foi transpassado para a discussão sobre criança e adolescente pobres que vivem em situação de risco social. Visão que aprofunda na década de 1990 junto com outra característica, como a do jovem violento e vítima da violência.

Ainda, pode-se observar, uma visão otimista acerca da juventude enquanto sujeito estratégico para o desenvolvimento econômico, o chamado “jovem empreendedor”. Todo esse interesse sobre a juventude aliado a aprovação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990, e a mobilização e organização da juventude tem permitido aos jovens começar a romper com esses conceitos que lhe são atribuídos. Portanto, diante dessa nova conjuntura vai sendo construída uma nova concepção sobre o que é ser jovem, buscando compreender a juventude pela sua heterogeneidade, ou seja, entender que não existe apenas uma juventude, mas várias juventudes, que os jovens são sujeitos portadores de direitos.

Nesse ritmo, chega-se nos anos 2000 a visualizar uma crescente organização da juventude que marcam presença nos órgãos colegiados, visibilizando-os enquanto sujeitos políticos. Assim, a participação da juventude na sociedade e, especialmente na esfera estatal, assim como suas demandas, estão intrinsecamente relacionadas com as necessidades de sua classe social, da mesma forma que as respostas dadas pelo Estado às suas necessidades.

A partir desse movimento de mudanças no papel da juventude, alargam-se o universo de concepções, dentre estas destacamos, conforme Groppe (2000), a juventude como uma categoria social. Portanto, esta é uma construção social e histórica, e o direito social de viver essa juventude está relacionado com a classe social a que pertence.

O ritmo desse protagonismo juvenil especializa-se, tornando-se ainda mais perceptível nos dias atuais, mediante a participação dos jovens nas diversas esferas da sociedade, especialmente nas lutas reivindicatórias por direitos (sociais, políticos e civis). Dentre suas bandeiras de luta encontra-se a de pressionar os poderes públicos para que incluam na agenda pública a ampliação dos canais de participação institucional e a melhoria das políticas públicas existentes.



Nesse quadro de efervescentes ganhos podemos citar como exemplo alguns resultados no âmbito do Governo Federal obtidos pelas lutas desencadeadas pelos movimentos sociais e juvenis. Podemos situar a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (em 2005), da realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011 respectivamente), dentre outros, os programas sociais como, Projovem, Prouni, Jovem Aprendiz, Pronaf-Jovem e etc. A luta pela aprovação de um marco regulatório na construção de políticas públicas para juventude que resultou na construção do Plano Nacional de Juventude e a criação do Estatuto da Juventude (2013).

Nesse contexto de emergente visibilidade da participação dos jovens, o IBGE estabeleceu uma faixa etária entre 15 a 24. Para IPEA baseando no PAND,2007, considera o intervalo que vai da faixa etária entre 15 a 29 anos, sob a orientação da proposta do Estatuto da juventude. Ainda, conforme a secretaria da juventude, existem no Brasil rural entre 15 e 29 em torno de 8 milhões de jovens.

Acerca dos critérios etários definidos institucionalmente, Groppo (2000), afirma que este, por si só, não delimita a juventude ao critério cronológico, mas considera as esferas sócio-culturais e econômica.

A partir do século XXI tem sido notória concepções que definem essa massa jovem como sinônimo de rebeldia, transformação ou de desajuste social, acrescentando o debate de que o jovem é apolítico, não tem interesse pelas coisas que acontecem no país, ou como setor estratégico para economia. Dessa polêmica dualiza em dois polos distintos que ora coloca a juventude no auge da força renovada e revolucionária, ora como amorfa, cercada no mundo marginalizado pela violência e omissão.

No debate permeado de leituras pessimistas, entendemos, o qual têm sido, unilateralizada as reflexões que dicotomizam a retomada das mobilização e organização dos jovens sem uma visão crítica de totalidade social mediada nas particularidades históricas contemporâneas. Hoje, a centralidade das lutas juvenis está no questionamento desse modelo de democracia, ao tempo que buscam uma construção de canais para o diálogo entre o Estado e a sociedade civil no espaço dos Conselhos de Juventude.

O evento mais recente, encontra nas Jornadas de Junho, elementos que possibilitaram evidenciar alguns fatos relevantes nesse processo de organização e mobilização juvenil. Vale sublinhar que, as principais formas de organização dos jovens são primárias e se referem a micro participação, como define Bordenave (1994), seguida dos grupos de uma linguagem





própria, métodos horizontais de participação, leitura da realidade conjuntural e pautas específicas.

Atualmente há um crescimento substancial da população juvenil, que a torna o maior segmento populacional do país, conjuntamente ao crescimento populacional vem surgindo uma série de problemas sociais que têm afetado diretamente a vida da juventude, em especial a juventude das classes subalternas. Essa conjuntura tem provocado o interesse por parte dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, ONG's e de alguns governos sobre este segmento, além do interesse da mídia e do mercado.

A ação política constitui assim, uma mediação importante quando se pretende analisar as condições que contribuem para a permanência do jovem em seu espaço, especialmente, no meio rural, conquistas que não depende apenas dos laços identitários, mas da organização e luta política. Assim, a identidade dos jovens nos assentamentos rurais é construída no processo de luta pela terra, na defesa dos interesses coletivos, daí definem-se os interesses e as ideologias que permeiam o pensamento e a ação dos trabalhadores.

Weisheimer mostra em seus estudos que os jovens que vivem no campo estão sujeitos a invisibilidade, expressão da exclusão. Entretanto, a inserção de políticas sociais para juventude tem sido recorrente entre as pautas e agendas dos movimentos sociais, algumas conquistas, a saber: crédito Pronaf Jovem, crédito fundiário para jovens com menores taxas, curso superior em assentamentos. Além disso, ações e projetos são parte da agenda no cotidiano dos jovens assentados, a saber: Feira Sebrae, agroecologia, curso de capacitação, cursos superiores de engenharia agrônômica, história e pedagógica, residência agrária, etc.

È no panorama que se apresenta difuso, a interlocução entre a juventude e o protagonismo em meio a realidades ainda marcada pela despolitização que vamos procurar situar a realidade de jovens em assentamento de reforma agrária em Sergipe. Nesse lócus, chamamos atenção a concomitância da força e mobilização do jovem em assentamentos e ao mesmo tempo a velho parasitismo persistente que travam os avanços e conquistas na atualidade.



## 2- AGORA NÃO É A NOSSA VEZ – O *ETHOS* DA INDIVIDUALIDADE E DO IMOBILISMO DE JOVENS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA

A história da sociedade, conforme Marx (1998), é a história da luta de classes. Nas particularidades da questão agrária, essa traduz-se “no bojo dessa articulação entre o processo desigual do trabalho assalariado e expropriação [...]. Nessa direção, “a origem dos conflitos e da luta pela terra no Brasil têm em sua marca histórica: a violência, configurando tradicionais e emergentes multiplicidades da expressão da questão social no campo brasileiro” (OLIVEIRA,2010, p.126).

Essa realidade traz configurações que embora univeais, particularizam e situam novidades quando apreendidas em sua singularidade. No caso a peculiar questão agrária em Sergipe, o marco das lutas das famílias trabalhadoras organizadas desde 1980 culminam num histórico da organização dos MST que exerceu grande força política no luta e enfrentamento ao latifúndio e Sergipe, marcada pela protagonismo juvenil sob a direção da então Comissão Pastoral da Terra (PCT). Lembrando esse momento, o entrevistado verbalizou,

*Tudo começou com o grupo de jovens da igreja católica (Juventude Católica), a gente, ia para o piquenique no povoado dia de domingo, e lá discutíamos a bíblia e fazíamos reflexões sobre as injustiças no campo. O padre Gregório e Guido (vieram da Bélgica) tinha ideias ameaçadas de sociedade e senso de justiça, o que foi importante para ajudar a gente a ver as injustiças não era coisa de meramente ou castigo de Deus. Até que nos organizamos para apoiar o confronto entre os índios xókos e estado apoiado pela polícia militar no município de Porto da Folha, depois dessa primeira experiência decidimos que a luta não ia mais parar (ENTREVISTAA,2013).*

Cabe observar que, a igreja católica, através da postoral teve um papel importante na politização dos jovens para organização e luta no campo. Com a articulação com os sindicatos e posteriormente, com o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, MST, o protagonismo do jovem do campo em Sergipe, ganhou força e visibilidade, até os dias de hoje, esse movimento é ainda considerado central na formação política de militantes.

Nos dias atuais, o MST tem promovido inúmerass ações mediante diálogo com o governo em busca de editar projetos para o campo, e para isso, promove cursos, qualificações, e capacitações com rigor ideopolítico visando a preparação do sujeito na condução histórica



revolucionária de um projeto societário anticapitalista. No entanto, tal projeto têm sofrido interferência na conjuntura marcada pela passivização das lutas consesudadas pela política de negociação de compra e venda da terra e pelos arranjos de políticas no território da cidadania, cuja lógica assenta sob a perspectiva do consumo em detrimento dos direitos universais, ou seja,

da concepção liberal que atribui ao “mercado” a solução para todos os desequilíbrios e imputa a acausa do desemprego aos elevados salários, justificando as “medidas contra a rigidez”, como solução miraculoso” (IAMAMOTO, 2008,p.126).

A questão que centralizamos nesse debate é a forte presença de jovens em assentamentos adquiridos através do crédito fundiário, compreendendo que em tais projetos, ainda que sob orientação dos movimentos dos trabalhadores, sofrem uma desconstrução identitária da luta, atingindo fortemente a força juvenil.

Durante as visitas as famílias trabalhadoras rurais em assentamentos do território do Alto Sertão, foi possível visualizar que nesse palco de intensas lutas e portagonismo do jovem, a amortização e despolitização verbalizadas estão acima de 80 % entre a faixa etária de 15 a 19 anos de idade. Dentre as expressões, a líder do assentamento,

*eu não vejo muito interesse de nossos jovens ficar aqui na terra. Mas já que compramos, precisam organizar e produzir, mas o que de fato o jovem quer é ir para cidade, pois acreditam que lá a vida é melhor (ENTREVISTADO, 2014).*

A oferta de crédito, a organzição para viabilizar recursos no banco, são parte de uma política de reprodução do capital e das famílias trabalhadoras rurais, que ora fixa no campo,porém com tendências a perda da identidade e esvaziamento do jovem. A política pública orientadora dos interesses do projeto hegemônico, “obviamente o Estado e o capitalismo, usufruíram do processo escolar para obtenção de alguns dos seus objetivos, lançando mãos de recursos incompatíveis com a visão democrática que sustentam (LEITE,1999,p.22), revelando “a preservação de um modelo nacional de educação dentro dos parâmetros urbanos e das classes dominantes,”comprometido com a manutenção do ‘*status quo*’” (MAIA,1982,p.28).

Apesar da retomada da linha essencialmente através do associativismo enormes são as dúvidas e descrença na possibilidade das famílias se manterem associadas após a



conquista da terra... “não dá certo, aqui, a gente só associou porque foi preciso, mas viver assim não dá certo, vivemos um próximo do outro, mas cada um por si”(MUTUÁRIO FAZ.,SANTO AUGUSTINHO). Reforça ainda que,

*todo mundo sabe que não dá certo se associar, as confusões são muitas, pois nem os dedos das mãos são iguais. Então a gente se associa e depois vai cada um pro seu lugar (2012).*

*nós começamos no grupo, depois passamos a ter muitos problemas, porque não tem jeito muita gente não paga, aqui, é claro quem é bom pagador não quer ficar com o nome sujo na praça. Até o pessoal do MST não quer mais ficar no coletivo (2012).*

Entre as lideranças que dialogamos, foi observado até mesmo que o associativismo não tem favorecido a luta, porque este tem sido feito para viabilizar o crédito, e logo após, os sujeitos mantêm segredo em sua área produtiva. Nesse quadro, entre os jovens que entrevistamos, as verbalizações foram de que buscam participar via associação,

*Associações e reunião é coisa para os mais velhos. Nos jovens não temos interesse por roça. Aqueles que já se casaram se preocupam mais porque agora tem família para sustentar, mas os solteiros pensar mais em estudar na cidade.*

*As vezes o movimento traz alguns cursos, mas pouco se interessam, pois se nossos pais já lutaram tanto e pouco ou nada têm, como vamos acreditar nisso. Não sei bem, mas acho que nossa cabeça pesa diferente, dessa coisa de luta, de ocupar terra, com fama de invasor (ENTREVISTADO,2013).*

Vale sublinhar que a medida que favoreceu a individualização foi uma proposta bem aceita por todos, inclusive por membros das associações organizadas pelo MST em Sergipe, cuja filosofia é da ação dos sujeitos coletivos. Daí entendemos que essa linha (CAF) foi um passo importante do ponto de vista político para desmontar as possibilidades de conflitos uma vez que cada vez mais os parcelamentos da dívida anual estão sendo de responsabilidade de cada indivíduo, que se motivou para tomar a causa por interesse particular, daí fragiliza-se a força e luta dos movimentos.

A negação que fragmenta os trabalhadores do campo, reforça a minimização do estado de direito em detrimento do cidadão consumidor (DRAIBE,2006). Nessa mesma direção, ouvimos realidades e situações recorrentes por outras associações,



*acho que se temos apoio do governo, e não tem mais terra para desapropriar é melhor comprar a terra e o governo ajuda a nos pagar. Penso assim, por que não entendo bem, essa coisa de luta é com meu pai e faz parte do movimento, eu moro aqui, mas não faço parte do movimento.*

*Aqui os pais ficam querendo que a gente se organiza, mas nós jovens pensamos deferentes. Queremos uma vida melhor, a roça não tem futuro, muitos escutam os pais, mas outros não, como eu que desejo uma outra vida para mim. Já morei em São Paulo e pretendo ir embora outra vez, acho que muitos.*

Observamos que há uma força-tarefa muito grande em otimizar as ações do crédito fundiário e arranjos de políticas que muitas vezes não atraem aos jovens, ainda que filhos de assentados. No cenário a partir de 2003, o aumento da procura por terras para venda criou uma expectativa e gerou situações que conforme Ramos Filho (2008) em sua tese intitulada *questão agrária atual: sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e eforma agrária de mercado (2003 – 2006)* visualizando haver uma liquidez capaz de proporcionar um ambiente favorável à especulação, ao rentismo fundiário (RAMOS, FILHO,2008).

A inserção na lógica mercantil de acesso a terra tem sido desfavorável ao interesse do jovem em ter a cesso a terra, primeiro pelo receio de não poder honrar os compromisso junto ao banco, depois, pela não preparação para produzir, e por fim, pela pouca vontade de produzir e vive no campo. A perspectiva tem sido a de inserir no mercado formal de trabalho, assinar a carteira e ter acessos aos direitos trabalhistas.

Vale ressaltar que, a realidade acerca da aquisição da terra, com o aumento especulativo do chamado mercado de terras, favorecem enormemente a continuidade do latifúndio porque os jovens não têm condições de adquirir a terra mesmo via crédito. Acerca desse fato, observou o associado: “no município de Glória não tem mais terra para ser comprada pelo crédito fundiário, porque o menor preço da tarefa é 1000,00 e o crédito só paga até 800,00”.

Tais transações comerciais provocaram o que Ramos Filho (2008) denominou de autofagia da linha de crédito (CPR) ainda no fim da segunda fase do crédito fundiário. Assim, os tetos de financiamentos tornam-se insuficientes para a aquisição das terras encarecidas, conforme verbalização,

*esses três assentamentos são vizinhos, cada família pegou 40.000 -. O dinheiro não deu para construir as casas, teve gente que levantou um salão, ou uma casa pequena com recursos próprios. A situação é que todo mundo está devendo, não conseguiu pagar a parcela no final do ano. A sorte é que*



*toda família recebeu 21.000,00 do Pronaf A.. isso foi bom, porque estava todo mundo no sufoco, mais agora estão devendo 61 mil reais (40.000,00 Crédito Fundiário) + 21,000 (Pronaf A). Só tem 10 famílias morando nos lotes, minha filha tem a terra lá, mais não pode construir a casa, aí mora no Araticum, numa casa velha abandonada que eu consegui. A tarefa de terra aqui é 1.100, a Pronese está negociando nova compra por 800,00, mas o fazendeiro só vender no mínimo por 860,00 (LIDER DA ASSOCIAÇÃO PARA O CRÉDITO, FAZENDA ARATICUM, 2012).*

Essa modalidade de reforma agrária, a qual entendemos como descentralização da terra para a compra, tem gerado questionamentos, apesar das famílias afirmarem que esta é a alternativa do momento que se apresenta mais viável. No geral há um forte argumento de que, se não fosse o crédito fundiário, estariam nas ocupações marginalizados pela sociedade que discrimina ou na situação de meeiro, arrendatário nas terras do fazendeiro. Para o imaginário dessas famílias a condição de proprietário de terra, ainda que endividados, é uma condição menos humilhante, e de certa forma gera melhor expectativa e esperança de novas proposta do governo na renegociação das dívidas e incremento com políticas sociais. Sob este ponto de vista, um grupo reunido em diálogo destacou,

*a frase, é fácil falar de nós, mais difícil é ser um de nós, explica bem, pois só a gente sabe o que é não ter um teto, não ter o que comer, trabalhar no alugado, ser humilhado, ser um Zé ninguém. Então, entre esta vida e aquela que o governo empresta o dinheiro para compra a terra, empresta para comprar os equipamentos de produção, depois vem uma ajudinha da assistência social, ...ora, o cara sabe que o governo está sempre negociando para reduzir o débito, então, é melhor arriscar, ou então ficar esperando, vendo sua família passar por necessidades.... só sabe nós o que é melhor para nós e nossos filhos. (ASSENTADA DE REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTO CUIABÁ, 2012).*

De fato, a história de pobreza e conjunto das expressões da questão social vividas por estas famílias, especialmente, os jovens filhos de assentados de reforma agrária, frente às condições materiais e espirituais de vida impostas, possibilitam construir sua própria consciência acerca das contradições da realidade. Tal consciência se restringe aos aspectos materiais de condições humanas mínimas, não os possibilitando ter ou apresentar uma visão mais ampla de cidadania. Conforme Marx (1982) não é a consciência que constrói o ser, mas as condições materiais de vida que formam a consciência e o ser.

Entretanto, entendemos que, essa mesma realidade fornece os elementos dos antagonismos, podendo fortalecer um imaginário capaz de perceber as armadilhas de um estado a serviço dos interesses dominantes ou seja, “Estado comitê da burguesia”. Aqui





sublinhamos que todas as formas de luta são importantes para combater a pobreza, mas não são capazes de levar à emancipação humana. Para isso, exige-se que ocorra a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir. Para efetivar a emancipação humana, portanto, é necessária superação da ordem do capital,

a superação da propriedade privada constitui, desse modo, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas.[...] o comunismo constitui fase de negação da negação, e é, por consequência, para o seguinte desenvolvimento histórico, o fator real, imprescindível, da emancipação e reabilitação do homem (MARX,2001,p.142 e 148).

Entendemos que a “emancipação política” é compatível com a ordem burguesa, a “emancipação humana” supõe sua superação, portanto, conforme Marx (2001), a emancipação política não implica na emancipação humana. Todas as lutas contra formas de desigualdade, de opressão, de exclusão, tornam-se assim, importantes e fundamentais para a conquista da “emancipação política”, mas elas não garantem a “emancipação humana”. Para esta última, essas lutas (necessárias e fundamentais) devem confluir num processo que supere a divisão social em classes e a separação do produtor dos meios para produzir, ou seja, a eliminação da exploração, e com ela, a ordem social burguesa (MONTAÑO E DURIGUETTO,2010), p.131-132).

Verificamos também um certo otimismo presente no Alto Sertão Sergipano, só que cada vez mais centrado nas falas de grupos e lideranças próximas ao governo. Assim, expressa nos depoimentos,

*o governo continua a ajudar agente, se não fosse esse governo do PT que apoiasse nos, a coisa não estaria assim tranquila, não!* (MUTUÁRIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO, FAZ. ARATICUM,2012).

*nos continuamos acreditar que esta tem sido a melhor saída, embora estejamos preocupados com as ocupações que, qualquer hora acredito vão começar a lutar.* (MUTUÁRIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO, FAZ. VÁRZEA GRANDE,2012).

*com a terra nas mãos, agora é só Deus mandar a chuva, se trabalhar direitinho, dá para quitar a dívida, é uma só vez no ano. Guarda uma bezerra, e diz: essa é do banco, não é minha* (MUTUÁRIO DO CRÉDITO FAZ. AGUSTINHO,2012).



Apesar de, ao longo das investigações realizadas neste trabalho termos verificado algumas visões mais acirradas na compreensão crítica acerca dessa nova reforma agrária, o que pudemos perceber é que a referência dessas famílias em sua trajetória de exclusão, a ideia de ser dono da propriedade, associada à própria legitimação das entidades sindicais e movimentos sociais, formatou-se um imaginário que se ergue na compreensão de que esta política é a alternativa mais viável.

O número de famílias, jovens, trabalhadores e agricultores em geral que hoje estão procurando obter o crédito tem crescido, principalmente devido a ser uma política altamente estimulada pelo governo federal e estadual com aprovação dos movimentos sociais, apresentando-se como mais adequada para a realidade de Sergipe. Além disso, as lutas tenderam a se esmorecer mediante apoio que os movimentos sociais deram ao governo PT.

As possibilidades de diálogo à luz da filosofia da negociação dão sustentação a essa política cujo pano de fundo não é o acesso à terra para a reforma agrária, mas acesso à terra para estrategicamente fortalecer a agricultura familiar ou seja, o novo modelo de desenvolvimento, necessário à lógica de mercado. É no cotidiano dessas famílias trabalhadoras e agricultoras rurais, com destaque para os jovens, que passamos a compreender, qual o sentido do crédito fundiário no processo de produção e reprodução capitalista, no panorama conjuntural que desfavorece uma leitura crítica e transformadora dos antagonismos da vida social.

### 3-CONSIDERAÇÕES

Da investigação e analisa compreendemos que, mesmo os jovens vivendo em áreas conquistadas pela luta dos sujeitos políticos organizados sob a experiência de formação política, há uma (des)politização acerca da luta de classes. Verifica-se a centralidade em projetos imediatos de acesso ao crédito e arranjos de políticas pontuais, marcando um cenário de passivação e transformismo que desqualifica os olhares dos sujeitos políticos.

Também, é possível identificar nesse retrato, o sequelamento das expressões da questão social recortadas em problemas da ordem privada que serão solucionados à luz do diálogo e do consenso. Nesse horizonte, ficam obscurecidas a exploração e a subsunção do protagonismo do jovem, que ficam à mercê do rol de políticas assistenciais, especialmente das



transferências de renda, cooptado e vivendo sob o prisma da assistencialização enquanto alternativa ao enfrentamento a pobreza (MOTA,2012).

#### 4-BIBLIOGRAFIA

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã,1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma**, In.: *Contra-corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*- 2 ed. Ver. e atual – São Paulo:Cortez,2008.

GONH, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais** -4 ed. São Paulo: Edições Loiola, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v. 1, Introdução ao Estudo da Filosofia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude: sobre a sociologia e histórias das juventudes modernas*. Rio de Janeiro, DIFEL,2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo:Cortez,2007.

IASE, Mauro Luis. **As metamorfoses da Consciência de Classes – O PT entre a negação e o consentimento**, Ed. Expressão Popular, São Bernardo São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Democracia e o apassivamento da classe trabalhadora**. In.: SALVADOR, Evilásio, BEHRING,Elaine, BOSCHETTI, Ivanete e GRANEMANN, Sara (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. – São Paulo:Cortez,2012.

KARL, Marx. **A Lei Geral da Acumulação Capitalista**, In.: *O capital*. Volume II do Livro I, Capítulo III, 1968.

\_\_\_\_\_. *Acumulação Primitiva*, In.: *O capital*. Volume I do Livro I, Parte VIII, Capítulo XXIV.

LUKÁCS, George, *História e Consciência de Classes –estudos sobre a dialética marxista*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990. Cap. XXV.

MOTA Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**, In.: *Serviço Social :direitos sociais e competências profissionais*; - Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009760p. (Publicação: CRESS, ABEPSS,v.1).



NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social, 3ª Ed. ampliada – São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_ e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica – São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

RODRIGUES. Sâmia. A construção de projetos coletivos: refletivos aspectos do projeto profissional do Serviço Social. *Temporalis*, ABEPSS, n°3, n5(2002). Brasília,2002, 108p.

SANTOS, J.S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese – Escola de Serviço Social, (CAPITULOS I E II - **O debate da “questão social” e sua incorporação pelo Serviço** e as **Particularidades do capitalismo na formação social brasileira**) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

STEIN, Rosa Helena A.(nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. *Revista Ser Social*, Brasília, UnB,2000(Questão Social e Serviço Social, n.6).



## VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

SANTOS, Queli  
*Mestre em Saúde Pública*  
quelilorena@hotmail.com

SEVALHO, Gil  
*Docente no Mestrado em Saúde Pública - ENSP*  
gsev@terra.com.br

15

### RESUMO

O conceito de Vigilância na Saúde Pública evoluiu historicamente após percorrer vários campos da saúde até se estabelecer na atualidade como Vigilância em Saúde. Ao aplicar-se a orientação e aprimoramento das ações em base territorial local, a vigilância em saúde contribuiu para a reorganização do sistema único de saúde e operacionalização de seus princípios básicos, avançando na perspectiva da intersetorialidade e incorporação da participação popular, assim como na relação entre processo saúde doença cuidado e condições sociais. O presente trabalho tem por objetivo estudar os limites e as possibilidades da vigilância em saúde num território em transformação. O estudo teve como foco o olhar do profissional da vigilância em saúde sobre a participação social integrada a vigilância em saúde com base no território. Trata-se de uma abordagem de natureza qualitativa, onde a seleção da amostra é intencional. As técnicas de coleta de dados utilizados foram à análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os dados obtidos com a realização das entrevistas foram analisados pela técnica da análise de conteúdo. Quanto aos resultados encontrados, mostraram que no tocante a vigilância em saúde a prática está distante dos discursos oficiais e uma dificuldade do profissional em saúde de absorver o que é participação social na vigilância em saúde. O estudo reafirma a necessidade da incorporação da participação popular na vigilância em saúde para a aproximação do processo saúde doença as condições sócias.

**Palavras-chave:** Vigilância em Saúde; Participação Social; Território.

### ABSTRACT

The concept of Public Health Surveillance historically evolved after cover various fields. Today, can say there is a new concept, health Surveillance. When applied to guidance and improvement of actions on a territorial basis local, The health surveillance contributed to the reorganization of the unified health system with the operationalization of its basic principles, advancing in the perspective of intersectionality and incorporation of popular participation, as well as the relationship between health-disease process care and social conditions. The present work aimed to study the limits and possibilities of health surveillance in a territory in transformation. The study had as its focus the gaze of the professional of health surveillance on social participation integrated surveillance in health based on territory. It is an approach of qualitative nature, where the sample selection is intentional. The data collection techniques used were the documentary analysis and semi-structured interviews. The data obtained with the completion of the interviews were analyzed by content analysis technique. The study reaffirms the need for incorporation of popular participation in health surveillance for the approximation of the health-disease relationship social conditions. As regards the results found, showed that with regard to health surveillance practice is distant from the official speeches and has a difficulty of the health professional to absorb what is social participation in health surveillance.

**Keywords:** Health Surveillance; Social Participation; Territory.



## APRESENTAÇÃO

O processo saúde doença na população sempre esteve condicionado por várias causas. Historicamente construída, a vigilância epidemiológica não fugiu à regra da relação entre causa, tempo e espaço para o seu desenvolvimento.

Conceitos atuais de Vigilância Pública evoluíram historicamente a partir de atividades de saúde pública desenvolvidas para controlar doenças (THACKER, SB & BERKELMAN, RL, 1998). O conceito de vigilância percorreu vários campos da saúde até se estabelecer na atualidade como vigilância em saúde. Embora suas raízes históricas possam situar-se nas medidas de isolamento e quarentena da peste negra dos séculos XIV e XV, a consolidação da vigilância epidemiológica, como disciplina e conceito, inicia-se com a criação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) em 1902. Em 1923 a Fundação Rockefeller tem uma importante colaboração, pois é através desta que acontece a erradicação da Febre Amarela no Brasil, reforçando a importância da vigilância epidemiológica. Para Romero e Troncoso (1981), o marco da materialidade da vigilância epidemiológica estabelece-se quando o Centro de Controle de Doenças do EUA (CDC), em 1995, propõe um sistema de vigilância que compreende a coleta sistemática de dados.

Segundo Albuquerque et al. (2002), a sistematização da Vigilância Epidemiológica, no Brasil, originou-se com as campanhas de erradicação da malária e da varíola. Com o movimento sanitário e a concretização do Sistema Único de Saúde as ações em vigilância epidemiológica e sanitária foram reorganizadas (ARREAZA & MORAES, 2010). Essa reorganização visou responder questões da saúde que estão diretamente ligadas às condições de vida nas suas múltiplas formas.

Em sua evolução histórica e de acordo com suas diversas concepções teóricas, a vigilância admite uma certa polissemia: vigilância epidemiológica, vigilância em saúde pública, vigilância à saúde, vigilância da saúde, vigilância em saúde. Uma revisão realizada por Faria e Bortolozzi (2009) procura organizar e sistematizar essas diversas concepções unindo epidemiologia, promoção da saúde, informação em saúde. Para as autoras, as diversas noções de vigilância examinadas têm em comum a tentativa de reorganizar e aprimorar as ações no nível local, por meio de propostas que procuram corrigir fragmentações, afastando-se dos modelos assistenciais tradicionais e avançando





na perspectiva do trabalho intersetorial e na incorporação da população no processo, percebendo as relações da saúde-doença com o ambiente e as condições de vida.

Pode-se, nessa evolução prática e conceitual da vigilância, apontar três vertentes: a primeira é a integração entre a vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, com objetivo de eliminar a fragmentação das ações no âmbito local do sistema de saúde; a segunda amplia o escopo da vigilância epidemiológica, unindo registros de agravos e análise de grupos populacionais; e a terceira compreende a vigilância em saúde como um instrumento de transformação dos determinantes saúde e doença, baseado no território, intervindo sobre problemas ao nível da promoção da saúde e da participação popular, considerando-se a estratégia de saúde da família (ESF) (FARIA, R M.; BORTOLOZZI, A, 2009).

O presente trabalho busca estudar os limites e as possibilidades da vigilância em saúde num território em transformação. Tal investigação tem como recorte espacial um município, identificado para efeito do estudo como de médio porte situado na Região Leste do Estado do Rio de Janeiro, na área de influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj).

## **CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO ESTUDADO**

A pesquisa se debruça sobre um município de médio porte, situado no Estado do Rio de Janeiro, na área de influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), um empreendimento de grande porte liderado pela Petrobrás.

O município está localizado em área de baixada litorânea, às margens da Baía de Guanabara.

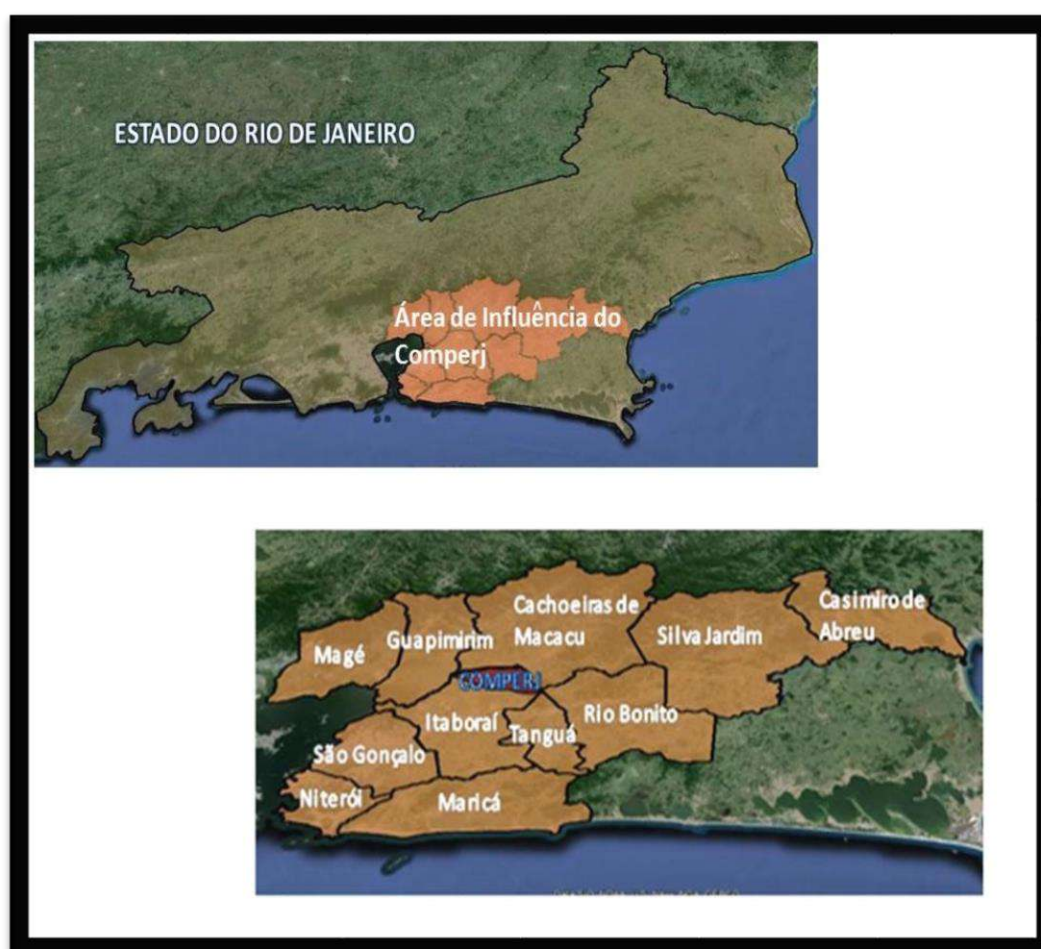
Apresenta um relevo variado, cercado de serras; a vegetação é composta por pastagens, mata de encosta, mangues e brejos; nas serras a mata é tipicamente secundária, resultante da regeneração da exploração de madeira para a obtenção de carvão e lenha. Sua economia gira em torno da manufatura, fruticultura, apicultura, pecuária extensiva, comércio e serviços. O setor manufatureiro é uma importante atividade econômica e foco de conflitos ambientais. É a maior fonte de arrecadação e de geração de empregos locais e, ao mesmo tempo, responsável por um passivo ambiental ligado à degradação dos solos. Cabe ressaltar, que os moradores relatam preocupação com os impactos no solo em decorrência da poluição gerada pela produção local.



A participação social se dá por meio da associação de moradores, entidades religiosas e outras organizações da sociedade civil. A informação sobre os programas existentes, a estrutura e recursos, contudo, não chega à população, o que causa o cerceamento dos direitos, dos deveres e da participação na elaboração de políticas públicas. E o reflexo da desinformação é o não comprometimento do poder público com a participação social em atender às necessidades demandadas. Os moradores se orgulham de sua história, dos patrimônios culturais e artísticos e do poder de suas comunidades, pois as associações de moradores locais são atuantes e têm grande poder de mobilização.

A saúde no Município tem Gestão Plena, dispondo de rede de hospitais conveniados com o SUS e unidades ambulatoriais.

O Município possui cerca de 30 unidades e um número equivalente de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF).



**Mapa da Área de Influência do COMPERJ**

Fonte: Criado pela autora



Hoje, dentro de uma estrutura em desenvolvimento, a Secretaria Municipal de Saúde organiza os serviços de vigilância, contando com a vigilância epidemiológica no nível central e da subsecretaria de vigilância em saúde responsável pelas no nível local. Dados epidemiológicos disponíveis apontam uma tendência de queda dos indicadores de mortalidade, queda das internações hospitalares relacionadas a todos os grupos de causa e aumento de internações por pneumonia e diarreia, ocorrência de casos esporádicos de dengue e redução de registros de tuberculose.

A localização do município na área de influência do Comperj atrairá investimentos e incrementará a geração de empregos e a arrecadação de impostos na região.

Há expectativas da população sobre as mudanças, positivas e negativas, acarretadas com a instalação e o desenvolvimento do Comperj. O receio vem da experiência do município não contar com projetos e programas de reflorestamento e recuperação do solo, nascentes, morros, florestas, margens de rios e áreas de recarga. O que se observa é a falta de um plano de contingência e o pouco envolvimento das comunidades nas questões.

## **VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – BREVE HISTÓRICO**

A evolução do conceito de vigilância epidemiológica está historicamente centrada nos Estados Unidos. Até 1950, o CDC (Centers for Disease Control) ampliou o uso do termo vigilância, abrangendo a doença e uma ampla variedade de condições, e após 1950 liderado por Langmuir, o CDC incluiu as suas atividades a investigação epidemiológica, coleta ordenada e análise de dados de morbidade e mortalidade (Langmuir, 1971). Diferente da “vigilância de doentes” e suspeitos, esta nova prática, uma “vigilância das doenças”, centrou a atenção no comportamento da doença e não do indivíduo (Sevalho, 2000).

Langmuir (1971) destaca que um importante instrumento da vigilância, sobretudo no sucesso contra a poliomielite, foram os relatórios como base para as notícias consistentes para o público, e ressalta que o mais importante é que manteve todos em posição de responsabilidade plenamente informados, desta forma possibilitando decisões a partir de um comum de fato. Sevalho (2000) aponta que deve



ser observado que para Langmuir cabia à vigilância apenas a coleta, a manipulação e a difusão de dados e suas “interpretações”, e que as medidas de controle não eram responsabilidade direta da vigilância. Ressalta Sevalho, porém, que o caráter coercitivo da vigilância não pode ser afastado, pois as transformações nas práticas da vigilância estão intimamente ligadas ao processo histórico, cultural e político de conquista das liberdades civis, superando o domínio restrito do “desenvolvimento tecnológico e científico”.

A expansão do termo vigilância assumiu uma importância internacional, primeiro liderado por Karel Raska e mais tarde pela Organização Mundial de Saúde, que dá destaque para a Vigilância em escala global (Langmuir, 1971). E é na 21ª Assembléia da OMS, de 1968, a vigilância passa a compreender também a pesquisa científica, dada a sua importância como uma função essencial em saúde pública (Arreaza e Moraes, 2010).

Na América Latina, o desenvolvimento da medicina, saúde pública e epidemiologia ocorreu com características diferentes, mas a prática epidemiológica de controle de doenças dos EUA influenciou o México, a América Central e o Caribe Espanhol, e após a II Guerra Mundial também a América do Sul, em especial o Cone Sul (Romero e Trancoso, 1981).

No Brasil, a prática epidemiológica ganhou força com a medicina higienista instituída pelo poder público, voltada para o controle de endemias, o saneamento nos núcleos urbanos e nos portos. Diferente das experiências europeias, que ainda no século XVIII, através da Alemanha, França e Inglaterra, estabeleceram-se a partir de medicinas mais diretamente relacionadas às questões políticas e sociais. Na Alemanha, a medicina de Estado estava voltada para a morbidade, onde saberes e práticas médicas caminhavam juntas e os médicos estavam subordinados a administração central. Na França era a medicina urbana, onde se pautava a medicalização das cidades, através da vigilância e hospitalização representados pelo sistema político-médico da quarentena. E na Inglaterra a medicina caracteriza-se pela assistência e controle autoritário dos pobres, um cordão sanitário para controlar a classe trabalhadora (Monken e Barcellos, 2007). No Brasil, a partir da década de 1990, com a necessidade de reorganizar as práticas de saúde na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), a vigilância epidemiológica passou a integrar as práticas coletivas e individuais com um olhar para as necessidades



sociais de saúde, ampliando-se o seu escopo conceitual e concebeu-se outro modelo de vigilância, a vigilância da saúde (Arreaza e Moraes, 2000).

## DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA À VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O termo vigilância, ao longo da história, tem sido associado a vários conceitos, isso de acordo com o entendimento e concepção do que é designado como área de atuação. Desta forma, tem sido objeto de redefinições com significados internacionalmente reconhecidos, a partir de suas ações (Albuquerque et al, 2002), adquirindo as denominações vigilância epidemiológica ou vigilância em saúde pública, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), passando, no Brasil, por vigilância à saúde, vigilância da saúde e vigilância em saúde.

Segundo Albuquerque et al (2002), foi no contexto da V Conferência Nacional de Saúde, e com a Lei Federal 6.259/75, que ficou definido que a vigilância epidemiológica “compreende as informações, investigações e levantamentos necessários à programação e avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à Saúde” (Brasil. Lei ; 1975: 4433).

Para Arreaza e Moraes (2010), reorganizar o setor saúde em face dos princípios de universalização, integralidade e equidade, incitou a epidemiologia a ampliar os horizontes e perceber várias questões que emergiram com a construção do SUS. Assim, a vigilância epidemiológica transcende o modelo anterior e incorpora na sua essência a importância das condições de vida.

A vigilância em saúde, entendida como uma forma de pensar e agir em saúde, tem como objetivo a análise permanente da situação de saúde da população e a organização e execução de práticas de saúde adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes (Ministério da Saúde, 2007).

As ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde devem constituir um espaço de articulação de conhecimentos e técnicas vindos da epidemiologia, do planejamento e das ciências sociais. A vigilância em saúde é, pois referencial para mudanças do modelo de atenção (Ministério da Saúde, 2007).

Albuquerque et al. (2002) apontam, na evolução histórica conceitual da vigilância epidemiológica, a importância do projeto VIGISUS (Vigilância em Saúde no



Sistema Único de Saúde), que teve como objetivo a construção de um Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, hierarquizado, integrando vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, orientado para uma divisão de atribuições da vigilância, privilegiando pessoas e território.

Para Monken e Barcellos (2007), a vigilância em saúde traz consigo um importante debate sobre a reorganização de secretarias estaduais e municipais, devendo as ações incorporar os conceitos estruturantes, que são o território e população, os problemas de saúde relacionando também os determinantes e condicionantes sociais, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade.

Nessa concepção do discurso oficial a territorialização é base do trabalho para a prática da vigilância em saúde. O fundamental nesse processo é eleger prioridades para o enfrentamento dos problemas identificados nos territórios de atuação, o que se refletirá na definição das ações mais adequadas, contribuindo para o planejamento e promoção local, e isso só é possível a partir de um reconhecimento do território que inclui conhecer as relações existentes e, sobretudo, as condições de vida (Ministério da Saúde, 2007).

## **VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO TERRITÓRIO**

O conceito de território é um dos mais utilizados no processo de reorientação do modelo de assistência à saúde pública no Brasil, e, neste sentido, é ferramenta fundamental para se compreender mudanças de modelo na Estratégia Saúde da Família (ESF), na Promoção da Saúde e na Vigilância em Saúde. A reorganização do SUS com base no território é apresentada como garantia de respostas mais fidedignas para as reais necessidades de saúde da população, por possibilitar uma junção entre população e serviços de saúde, tornando-se ambos responsáveis ou corresponsáveis pelo processo saúde-doença-cuidado.

O reconhecimento do território é a ferramenta para a caracterização da população e de seus problemas de saúde, para avaliação dos serviços sobre os níveis de saúde da população, e para o estabelecimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população. Instituir o território como balizador do novo modelo de vigilância em saúde justifica-se pelo agravamento das desigualdades sociais associado a uma segregação socioespacial que leva à restrição do acesso aos serviços ou até mesmo à exclusão da





população no que concerne às condições de saúde e vida (Monken e Barcellos, 2005). O termo território tem origem no latim, em que *territorium* deriva de terra, significando pedaço de terra apropriada, em sentido mais antigo é uma porção delimitada da superfície terrestre (Godim e Monken, 2009).

Raffestin (1993), um dos principais teóricos da construção desse conceito, aponta que o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, pois não são termos equivalentes, sendo o espaço anterior ao território.

Rogério Haesbaert (2004) dialoga com Raffestin (1993) no sentido do território ser um espaço delimitado, utilizando a vertente jurídica- política, mas acrescenta o poder de controle que o Estado tem sobre esse território.

Milton Santos (2002) entende que o território é um conjunto de sistemas naturais e artificiais, que abriga pessoas, instituições, empresas, sem importar o seu poder. Desta forma, o território deve considerar não só as divisões jurídico-políticas no escopo do espaço físico, mas sobretudo suas heranças históricas e seu conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. Para o autor esse olhar para o território aponta para um quadro de vida pautado na interdependência, constituída pelos lugares, que vai levar à fusão entre o local, o global invasor e no caso do Brasil ao nacional sem defesa.

A categoria território assume, portanto, importante papel para a implementação da reforma democrática na saúde. O território, com sua materialidade histórica, constitui espaço de trocas e pactuações entre população e serviços, sendo o suporte da organização das práticas em saúde, da vida da população, da conformação dos contextos que explicam a produção dos problema de saúde e da responsabilidade de atuação sobre a realidade social (Monken et al., 2008).

## **VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Historicamente a participação social tem início com as lutas que buscaram reorientar o modelo de saúde que privilegia a assistência curativa, individual e a medicina privada. Trata-se, no contexto da reforma sanitária que instituiu o SUS, de lutas da sociedade civil na reivindicação de acesso a serviços de qualidade e direitos que asseguram a manutenção da saúde.

A discussão sobre o conceito de participação, no entanto, é nova nas esferas acadêmica e pública. O debate teórico e político no século XX consistiu em substituir



participação política por participação social, como se as expressões fossem sinônimos, porém no uso clássico o primeiro se refere à participação de todos os membros da polis (condição de direito ou de dever universal) e o segundo se aplica a segmentos específicos da população: os pobres, os excluídos, as minorias (Vianna et al, 2009).

Stotz (2008) aponta que o conceito genérico de participação social usado na sociologia tem o sentido de integração, para indicar a natureza e o grau de incorporação do indivíduo ao grupo e de norma ou valor pelo qual se avaliam tipos de organização de natureza social, econômica, política etc.

Participação social é apontado por Vianna et al (2009) como a intervenção, além da dimensão política pública, na dimensão privada: como morar, como manter a saúde etc, ou seja, trata-se de intervir em processos decisórios que atingem o coletivo. Em uma sociedade privada de seus direitos mais básicos a busca por esses direitos torna-se a expressão legítima do exercício da cidadania e de busca de uma sociedade mais democrática.

Já participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para poder influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas na área social da saúde, educação, habitação, transporte etc (Valla e Stotz,1991). Os autores defendem a participação popular como uma prática capaz de transformar a sociedade, ressaltando, contudo, que exercer tal prática sempre esbarrará no impedimento dos representantes da burguesia, que lutam pela manutenção de seus privilégios, fazendo uso da restrição de acesso às informações, limitando a participação e atribuições, retardando decisões ou até mesmo encaminhando as discussões para instâncias superiores onde o poder de reivindicação perde sua força. Em outra perspectiva, funcionam como bloqueio das manifestações e movimentos populares os atrativos mecanismos da cooptação e do clientelismo.

Em saúde, sobretudo, a participação popular é a garantia da valorização de várias realidades vivenciadas pelo indivíduo e o coletivo que contribuem para a conscientização e, fundamentalmente, para a luta pela mudança rumo à constituição de uma sociedade igualitária em direitos e democracia (Valla, 1993).

Nesse contexto, Victor Valla criou o conceito de Vigilância Civil da Saúde (Guimarães et al., 2011). Ligado fundamentalmente à educação popular em saúde, esse conceito se desenvolveu a partir de um sistema de escuta acerca do saber local, do lugar,



vivido e experienciado, sobre o processo saúde-doença-cuidado e seus determinantes sociais (Valla, 1998).

A vigilância civil da saúde é o processo que privilegia a abordagem qualitativa e a pesquisa participante, enfatizando a prática da educação popular em saúde, destacando-se nessas intervenções a Ouvidoria Coletiva (Guimarães et al., 2011).

Segundo Stotz (2009), para Victor Valla, a Ouvidoria Coletiva era a concretização da Vigilância Civil da Saúde. O projeto da vigilância civil da saúde, centrado na Ouvidoria Coletiva, era uma expressão concreta e frutífera do diálogo entre sociedade civil e os profissionais de saúde. Essa experiência recebeu o Prêmio Antônio Sérgio Arouca de gestão participativa.

A partir desta reflexão podemos compreender cenários prospectivos como estratégia para a vigilância em saúde. Os saberes e práticas locais se encontram com a técnica, por meio de trocas vivenciadas pela população e pelo profissional de saúde. Esse encontro carrega sonhos e esperanças e potencial imaginativo a construção de outra vigilância em saúde onde se façam presentes os movimentos sociais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma abordagem de natureza qualitativa, onde a seleção da amostra é intencional. As técnicas de coleta de dados utilizados foram à análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os dados obtidos com a realização das entrevistas foram analisados pela técnica da análise de conteúdo.

### **Desenvolvimento**

Foram entrevistados quatro profissionais técnicos de nível superior atuantes no serviço de vigilância epidemiológica com tempo de atuação e experiências diferentes. A pesquisa se realizou no período do processo eleitoral do governo municipal o que interferiu no conteúdo, fez com que os profissionais ficassem inseguros e isso teve impacto direto tanto no que diz respeito quanto ao acesso aos profissionais como no teor das respostas.



## Resultado

No tocante sobre Vigilância em Saúde os profissionais entrevistados demonstraram divergências quanto ao escopo da Vigilância em Saúde, superposição de conceitos e o embate entre teoria e prática. A prática que está distante dos discursos oficiais, impacta fortemente no processo de reorientação do novo modelo da Vigilância em saúde e fundamentalmente no tocante a Participação Social na Vigilância em Saúde. Quanto a Participação Social, esta é compreendida desde a participação popular na comunidade local como prática cotidiana até uma dimensão social mais ampla. Contudo, os conselhos e associações comunitárias, são apontados como cenários de cooptação.

O território é reconhecido pela sua materialidade e subjetividade, assim como espaço político-administrativo mais do que espaço do pertencimento e da afetividade.

Quanto a participação social integrada a vigilância em saúde com base no território, não se identificou na fala dos entrevistados uma efetiva participação da população no processo da vigilância em saúde. E mesmo depois da influência de um grande empreendimento industrial nesse território, não surgiu nenhuma proposta de trabalho da vigilância em saúde com a integração da participação da população de nível local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Nunes de; CARVALHO, Eduardo M. Freese de and LIMA, Luci Praciano. Vigilância epidemiológica: conceitos e institucionalização. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. 2002, vol.2, n.1, pp. 7-14. ISSN 1519-3829

ARREAZA, Antonio Luis Vicente and MORAES, José Cássio de. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2010, vol.15, n.4, pp. 2215-2228. ISSN 1413-8123

BRASIL. Ministério da Saúde (2007). Caderno de atenção básica – Vigiancia em saude – 2007



FARIA, R M.; BORTOLOZZI, A . Espaço, Território e Saúde: Contribuições de Milton Santos para o tema da Geografia da Saúde no Brasil. R. RA e GA, Curitiba, n.1, p. 31-41, 2009 Editora UFPR.

GODIM, Graça maria de Miranda; MONKEN, Maurício; 2009 Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

GUIMARAES, Maria Beatriz Lisboa et al. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da Ouvidoria Coletiva na região da Leopoldina, Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2011, vol.16, n.1, pp. 291-300. ISSN 1413-8123.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

LANGMUIR, AD. Evolution of the concept of surveillance in the United States. *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, 1971; 64: 681-689

MONKEN, M. e BARCELLOS, C Vigilância em Saúde e Território Utilizado: Possibilidades Teóricas e Metodológicas. 2005

MONKEN, M. e BARCELLOS, C O território na Promoção e Vigilância em Saúde – Livro O território e o processo saúde doença. 2007

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Ed. Ática, São Paulo. 1993

Relatório de Monitoramento de Indicadores Epidemiológicos dos Municípios das Áreas de Influência do COMPERJ para o Terceiro Quadrimestre de 2009 – 2009.

ROMERO, A & TRONCOSO, MC. La vigilancia epidemiológica: significado e implicaciones en la práctica y en la docencia. *Cuadernos Médico Sociales*, 1981; julho: 17- 28

SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

SEVALHO, G. Farmacovigilância: Bases históricas, conceituais e operacionais-GOMES, M. J. V. M. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. 1ª ed, Editora



Atheneu,SP 2000.

Stotz, E. Verbete Participação Social. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2008

STOTZ, Eduardo. Entre a academia e a rua: Victor Vincent Valla (1937-2009). *Interface (Botucatu)* [online]. 2009, vol.13, n.31, pp. 461-466. ISSN 1414-3283

THACKER, SB & BERKELMAN, RL. Public health surveillance in the United States. *Epidemiologic Reviews*, 1988; 10: 165-190

VALLA Víctor Vincent(coord); Carvalho, Mariângela de; Assis, Mônica de. Participação popular e os serviços de saúde: o controle social como exercício da cidadania / Popular 1993

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1998, vol.14, suppl.2, pp. S07-S18. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000600002>.

VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo. Participação Popular e Saúde. 2ª Edição. Petrópolis, 1991

VIANNA, M. L. T. W.; Cavalcanti, M. L., Cabral, M. P. Participação em saúde: do que estamos falando? *Sociologias*, ano 11, n. 21, p. 218 – 251, 2009.





## **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM PERIFERIAS CAPIXABAS: UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS DE JORNAIS DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SOBRE A JUVENTUDE DESSAS LOCALIDADES**

ARRUDA, Angelo Moreira

*Estudante do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem*  
angelo.usc@hotmail.com

SILVA, Renata Charra

*Psicóloga*  
renata\_charra@hotmail.com

SANTOS, Andrea de Fátima

*Psicóloga, Especialista em Recursos Humanos, Mestre em Sociologia Política (Processos Globais, Sociabilidades e Identidades)*  
andreasantos@saocamilo-es.br

29

### **RESUMO**

Essa pesquisa teve como foco identificar representações sociais sobre a juventude nas periferias capixabas a partir de reportagens de jornais do sul do Estado do Espírito Santo e, por fim, problematizar os discursos produzidos em torno do público alvo. Com tais propósitos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de cunho exploratório, com a base teórica na Teoria das Representações Sociais. Os instrumentos de coleta de dados, por sua vez, foram reportagens de jornais do sul do Estado do Espírito Santo sobre a juventude nas periferias capixabas veiculados no período de 06 de janeiro a 16 de novembro de 2013. Por fim, o material selecionado foi analisado a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2002). A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin na qual foram elencadas as seguintes categorias: Culpabilização da família, Vigilância e controle, Juventude e Delinquência, Juventude e drogadicção e Segmentação de Classes e direitos, que expressam as representações encontradas nas reportagens. Com isso, percebe-se que a sociedade conserva representações sociais cada vez mais enrijecidas frente aos jovens moradores da periferia, e a mídia, por assim dizer, distribui formas de comportamento, exclusão e segregação frente a essas camadas mais empobrecidas da sociedade. Porém, torna-se necessário provocar na sociedade outras formas de olhar tais narrativas e tentar minimamente produzir fissuras nesses discursos que são tão endurecidos para assim produzir, no mínimo, mudanças microscópicas através de micropolíticas sociais.

**Palavras-chaves:** Representações Sociais; Juventude; Periferias;

### **ABSTRACT**

This research focused on identifying social representations about the youth in the suburbs capixabas from newspaper reports of the southern state of Espírito Santo and, finally, problematize the discourses produced around the target audience. With such purposes, a bibliographic research was performed, a qualitative exploratory one, with the theoretical basis of the Theory of the Social Representations. The instruments of data collection, on the other hand, were newspaper reports of the southern state of Espírito Santo about the youth in the suburbs capixabas conveyed during the January 06th to November



16th, 2013. Finally, the selected material was analyzed from the assumptions of the Content Analysis of Bardin (2002). The data analysis was performed based on the content analysis proposed by Bardin in which the following categories were listed: The family culpability, Surveillance and Control, Youth and Delinquency, Youth and drug addiction and Classes and rights Segmentation, which express the representations found in the reports. Therewith, it is noticed that the society retains social representations increasingly tensed against the young residents of the periphery, and the media, as it were, distributes forms of behavior, exclusion and segregation against these poorer layer of the society. However, it is necessary to provoke on the society other ways of looking at such narratives and try to minimally produce cracks in these speeches that are so hardened to thereby produce at least microscopic changes through social micropolitics.

**Key-words:** Social Representations; Youth; Peripheries;

## Introdução

A Psicologia Social busca conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social. Portanto, o indivíduo é visto como sujeito e transformador de sua própria história, como construtor de seus conceitos, que, embora o delimitem, o recortem, não são conceitos fechados, mas históricos, ideológicos, contraditórios, multideterminados, mediados, para que se possa compreender e explicar os fenômenos psicológicos.

Este artigo tem como objetivo discutir as representações sociais sobre a juventude nas periferias capixabas a partir da seleção de reportagens de jornais do sul do Estado do Espírito Santo no período de 06 de janeiro a 16 de novembro de 2013. Verifica-se a importância do tema proposto sobre as representações e significações atribuídas a este assunto, uma vez que as representações que se tem sobre a juventude nas periferias fabrica posturas frente às mesmas repercutindo, assim, no que é compartilhado sobre esta temática.

Optou-se pela Teoria das Representações Sociais por ser uma área relacionada ao campo da Psicologia Social capaz de abranger uma grande diversidade de temas relacionados a pesquisas de diversos campos de conhecimento contribuindo na construção de saberes e reflexões acadêmicas e sociais. Além disso, tal teoria possui seu olhar voltado tanto para a influência dos contextos sociais sobre os indivíduos como para a participação destes na construção de sua realidade social.



As representações sociais têm ocupado um espaço importante e têm sido um instrumento fundamental para a compreensão da complexidade, das aparentes discrepâncias e dicotomias que surgem no processo de conhecimento de um dado fenômeno social, tendo como pressuposto fundamental o efeito do cotidiano em sua construção.

Em relação ao tema proposto nessa pesquisa, podemos destacar duas produções relevantes na construção da nossa proposta de investigação, descritas a seguir.

MENANDRO, TRINDADE E ALMEIDA (2003), desenvolveram uma pesquisa muito pertinente intitulada “Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos” (1968-1974 e 1996-2002), no qual relatam que ao abordar as representações sociais que a mídia jornalística constrói acerca da adolescência/juventude, torna-se possível vislumbrar como ocorre a dinâmica que tanto repercute na vida das pessoas, como também as impulsionam a fabricarem fatos que se tornam reais para elas.

Sob o mesmo aspecto, as pesquisas de ESPÍNDULA et al. (2006), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), resultaram no artigo intitulado ““Perigoso e violento”: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico”, no qual é enfatizado como o discurso produzido pela imprensa escrita repercute diretamente na construção de formas de enxergar tais fenômenos. O objetivo da pesquisa de tais autores foi investigar as representações sociais que são construídas pela imprensa escrita sobre os adolescentes em conflito com a lei.

Inspirados nas pesquisas dos autores acima citados, nosso objetivo foi investigar o olhar de jornalistas sobre a juventude nas periferias cachoeirenses e, a partir disso, problematizar a relação existente entre as representações sociais e o que é divulgado sobre os jovens moradores das periferias.

A Teoria das Representações Sociais foi inicialmente conceituada em 1961 por Serge Moscovici que, grosso modo, caracterizou-a como as definições construídas socialmente por um grupo social, a qual confere significados a todos os acontecimentos, auxiliando, com isso, na construção de um senso comum compartilhado entre os integrantes de tal grupo. As representações que se tem do mundo variam de acordo com a cultura, época, grupo ao qual estão inseridos.



Ao pesquisar o olhar que a mídia jornalística constrói sobre as periferias cachoeirenses, sob o enfoque das representações sociais, é possível compreender como as produções midiáticas sobre este assunto participam de um processo de construção coletiva, tornando-se fatos compartilhados por um grupo social.

## **Representações Sociais e Discurso da Mídia**

A pretensão de tentar articular os discursos da mídia e a Teoria das Representações Sociais se baseia no que MOSCOVICI (2010) relata ser uma das funções de tal teoria, que está relacionada com o ato de convencionalizar os acontecimentos, objetos e pessoas. Neste sentido, elas lhes modelam, as põem em um determinado lugar e as fazem conhecidas por um grupo de pessoas através de um rótulo, uma marca. Segundo ele:

Essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê: uma mudança de direção ou de cor indica movimento ou temperatura, um determinado sintoma provém, ou não, de uma doença; elas nos ajudam a resolver o problema geral de saber quando interpretar uma mensagem como significativa em relação a outras e quando vê-la como um acontecimento fortuito ou casual. (MOSCOVICI, 2010, p. 34)

Portanto, pode-se dizer que ao se convencionalizar, as representações sociais constroem maneiras de se enxergar determinados fenômenos, isto é, postulam padrões específicos para reconhecê-los. Para o autor, tais padrões debruçam sobre o fato de uma sociedade pensar, ou não pensar, pois, isso soa um “tom” de uma melodia que não foi propriamente composta por ela. Dizer que uma sociedade não “pensa”, abre uma via de mão dupla sobre tal problemática. A primeira via diz que vivemos em uma sociedade condicionadora, a fim de dizer que nossas mentes são pequenas caixas-pretas que recebem pensamentos, informações e palavras, para resultar em gestos, julgamentos e opiniões. A segunda, afirma que, o homem, controlado por uma ideologia dominante, não pensa por si só e não produz nada que não seja seu, mas, que a todo o momento, reflete tal ideologia das classes dominantes como o estado, escola, igreja etc. Sem dúvida, o que é produzido pela mídia repercute diretamente em tal processo.



Para MOSCOVICI (2010) é possível questionar, de alguma forma, as convenções compartilhadas e então conseguir enxergar os aspectos que estão por trás de suas imposições. No entanto, isso é realizado parcialmente, visto que não é possível se livrar por completo de todas as convenções ou de todos os preconceitos. Portanto, nota-se que:

Melhor que tentar evitar todas as convenções, uma estratégia melhor seria descobrir e explicitar uma única representação. Então, em vez de negar as convenções e preconceitos, esta estratégia nos possibilitará reconhecer que as representações constituem, para nós, um tipo de realidade. (MOSCOVICI, 2010, p. 36 e 37).

33

Com isso, pode-se supor que ao desvelar uma representação social será possível compreender que grande parte da realidade social não é “tão natural” quanto se pensa, mas faz parte de um emaranhado de construções humanas, de uma teia de convencionalizações.

O autor afirma que, outra função das representações sociais seria a de prescrição, a qual conceitua que as mesmas se institucionalizam por meio de uma força muito atraente. “Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2010, p. 36).

Assim sendo, o homem pensa mediante as representações do seu meio social, e não através de um mero esforço de pensar, ou seja, o homem pensa aquilo que as Representações Sociais lhe possibilitam pensar. É claro que isso não se dá numa mão única, isto é, as representações fabricadas e compartilhadas por um grupo social sempre encontram muitas forças de resistências no ato de pensar e produzir conhecimentos realizados pelo homem. No entanto, não há como negar que as representações sociais desempenham um papel muito importante nesse processo.

De acordo com as pesquisas de ESPÍNDULA et al (2006), como as representações sociais são fabricadas por meio das várias comunhões existentes no contato entre os integrantes de um determinado grupo social circunscrito por uma realidade produzida historicamente, elas passam a gerir as diferentes relações que são estabelecidas nos diversos segmentos vivenciados por tal grupo.

O conhecimento do senso comum, o qual é construído por meio das relações sociais e que passa a fazer parte da dinâmica de conhecimentos comungada entre todos que pertencem à



um grupo social específico, faz parte do arsenal de informações que se forma sócio-historicamente no seio de cada sociedade.

Portanto, entende-se que os discursos midiáticos produzidos em torno das periferias cachoeirenses não é um fenômeno estável, imutável ou “natural”, uma vez que a forma como tal questão é vista na contemporaneidade possui traços que praticamente não existiam antigamente. Sendo assim, pode-se considerar que a concepção que se tem sobre as periferias é marcada pelos diversos fatores sociais, históricos e culturais construídos na atualidade.

## Métodos

Para alcançar os objetivos propostos sobre o tema foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de cunho exploratório (GIL, 1991), com a base teórica na Teoria das Representações Sociais, uma vez que tal tipo de pesquisa visa esclarecer, desenvolver e propor uma visão generalista sobre um determinado tema e, portanto, encaixa-se no objetivo da temática proposta de investigar, verificar e problematizar as representações sociais de reportagens de jornais do sul Estado do Espírito Santo sobre a juventude nas periferias capixabas.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados reportagens de jornais do sul do Estado do Espírito Santo sobre a juventude nas periferias capixaba veiculados no período de 06 de janeiro a 16 de novembro de 2013.

O material selecionado foi analisado a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2002), cujo método tem como objetivo inferir conhecimentos relativos à produção de conhecimento, a fim de comparar os dados obtidos mediante o discurso e símbolos com os pressupostos teóricos até então existentes.

A análise de conteúdo é um recurso metodológico, que de acordo com Minayo (1993), “articula a superfície descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem”.





## Resultados e Discussão

Através da análise das reportagens buscando identificar as representações sociais acerca dos jovens residentes em periferias, observou-se logo de início a escassez de reportagens com uma visão positiva direcionada a tal grupo.

Após a seleção das reportagens e matérias relacionadas ao tema, procedeu-se a leitura flutuante através das quais emergiram algumas categorias de análise que foram abstraídas dos conteúdos e títulos das matérias e foram elencadas algumas categorias de análise.

Para a melhor compreensão, a seguir apresentamos as categorias de análise extraídas e trechos das reportagens que buscam identificar o pensamento coletivo, produzido e/ou reproduzido nos jornais sobre os jovens da periferia. Ao final de cada categoria são tecidos comentários e análises ligando os conteúdos representados nos jornais a teorização sobre o tema.

### Categoria 1: Culpabilização da família

Neste aspecto, observa-se que algumas reportagens indicam que o poder público desqualifica a família e coloca a responsabilidade nos pais. Também é possível notar que há sempre uma percepção de que os jovens não têm perspectiva de futuro e nem responsabilidade por seus atos.

Reportagem: Ela coloca menores infratores na linha.

“A impressão que dá é que famílias e escolas não tem mais controle sobre crianças e adolescentes. Muitas discussões entre pais e filhos vão para a delegacia”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 06 de janeiro de 2013, p. 12).

Reportagem: Toque de recolher para adolescentes

“Estamos fazendo audiências públicas. Estamos preocupados com a mortandade e a falta de perspectiva dos jovens. Quero resgatar e restabelecer a responsabilidade dos pais. Percebo



omissão do poder público e, em alguns casos, da própria família”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 11 de fevereiro de 2013, p.51).

### **Categoria 2: Vigilância e controle**

Observa-se o intuito da sociedade de controlar os feitos dos jovens, vigiando suas “mazelas” e punindo suas ações. Novamente os jovens são percebidos como irresponsáveis, imaturos, perigosos e ainda protegidos pelo Estado.

36

Reportagem: Projeto cria toque de recolher para adolescentes em Aracruz

“O nosso objetivo é estabelecer medidas que protejam e resguardecem as crianças e adolescentes de situações de perigo e vulnerabilidade”. (Jornal: A Tribuna – Vitória – 09 de março de 2013, p. 18).

Reportagem: Revolta e medo durante enterro

“Adolescentes tem direito de votar, roubar e matar, mas não pode trabalhar. A polícia prende e a lei manda soltar”. (Jornal: A Tribuna – Vitória – 06 de abril de 2013, p. 21).

Reportagem: Moradores perseguem e prendem gangue da bicicleta

“Dois adolescentes de 14 anos e um de 15 foram autuados por roubo e levados para a Unidade de Atendimento Inicial (UNAI), em Maruípe”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 16 de julho de 2013, p.24).

### **Categoria 03: Juventude e delinquência**

Nota-se a forma insistente de como a mídia constrói modelos em que os jovens são vistos de forma depreciativa, sendo representados e qualificados em torno de comportamentos delinquentes e estereotipados. Neste sentido, apesar de selecionarmos apenas duas reportagens que ilustram a temática, é possível perceber que esta denominação ou estereótipos de



delinquencia e violência perpassa praticamente todas as reportagens selecionadas, classificadas nas demais categorias.

Reportagem: Moradores perseguem e prendem gangue da bicicleta

“Após assaltar uma cabo do corpo de bombeiros, de 26 anos às 22h20 de quarta-feira, **uma gangue** que agia de bicicleta foi perseguida e detida por moradores, no bairro Jardim Camburi, em Vitória”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 19 de agosto de 2013, p.24).

“Sem reagir, a cabo entregou o celular e uma carteira- que continha documentos e R\$ 215,00 em dinheiro – **para os ladrões**”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 20 de setembro de 2013, p.24).

37

#### **Categoria 04: Juventude e Drogadicção**

Percebe-se a relação direta que a mídia faz dos jovens com o uso de substancias psicoativas. Um outro aspecto que pôde ser observado nessa categoria é o quanto tal relação afeta os processos de higienização dos bairros nobres.

Reportagem: Tráfico na rua em bairros nobres

“O consumo e venda de drogas, sem limites, tomou conta de ruas em bairros nobres de Vitória e Vila Velha”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 12 de agosto de 2013, p.02).

“Jovens de todas as classes sociais, incluindo menores, testam os limites da lei e usam as vias públicas para se drogar e consumir álcool”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 12 de outubro de 2013, p.02).

“Ao lado de um condomínio de luxo, de frente para a Praça do Papa, eles consomem drogas, álcool e amedrontam os moradores”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 12 de outubro de 2013, p.02).

“Em Jardim da Penha, o principal foco de desafio às leis é a Rua da Lama. Na maioria dos casos, jovens de classe média e universitários se aproveitam da aglomeração de pessoas no



local para usar maconha e cocaína”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 16 de novembro de 2013, p.02).

### **Categoria 05: Segmentação de classes e de direitos**

Verifica-se que o poder político e social se encarrega de classificar os jovens repartindo direitos de acordo com a classe social e/ou renda de cada indivíduo. Nesta categoria a divisão socioeconômica é revelada de forma distinta no momento em que se separa estudantes de todas as idades dos jovens de baixa-renda, fazendo uma possível alusão de que os jovens de baixa renda nem sempre são estudantes.

Reportagem: “Lei sendo mal interpretada”

“Esse projeto de lei ainda está passando pela Câmara dos Deputados. Antes disso, vamos regulamentar o Estatuto da Juventude e garantir o mínimo de 40% de ingressos de meia-entrada para estudantes de todas as idades e jovens de baixa-renda”. (Jornal: “A Tribuna” - Vitória - 15 de agosto de 2013, p.18).

Ao analisar as categorias aqui propostas foi possível observar a complexidade que perpassa as representações sociais expressadas pela mídia, as quais participam dialeticamente da construção do senso comum compartilhado por um grupo social.

Tais categorias foram construídas com objetivo de provocar um olhar mais crítico acerca dos jovens residentes em periferias, visto que as representações que são divulgadas tanto na mídia quanto em outros segmentos da sociedade muitas vezes são atravessadas por estereótipos e estigmas.

Portanto, ao explicitar o papel que a mídia exerce na construção de diversas representações sociais, em especial, as percepções voltadas para o grupo de pesquisa desse artigo, torna-se possível enxergar o quanto tal mecanismo não é natural, mas atravessado por diversas questões socioculturais.



## Considerações Finais

A cada dia que passa, a mídia constrói conceitualizações e repassa nomenclaturas e significados a respeito dos jovens moradores da periferia, considerando os mesmos como delinquentes, ladrões, drogados, perigosos, etc. reproduzindo formas de pensar sem dar a chance dos fatos serem problematizados e questionados.

Portanto, se torna possível atribuir um outro olhar sobre tais discursos que já estão prontos e engessados pela mídia e pela sociedade, também, faz-se pertinente pensar sobre como é produzido o conceito de periculosidade e de criminalidade, ou seja, se é que todos os acontecimentos da periferia são dignos de receberem tais rótulos.

Com isso, percebe-se que a sociedade conserva representações sociais cada vez mais enrijecidas frente aos jovens moradores da periferia, e a mídia, por assim dizer, distribui formas de comportamento, exclusão e segregação frente a essas camadas mais empobrecidas da sociedade. Porém, torna-se necessário provocar na sociedade outras formas de olhar tais narrativas e tentar minimamente produzir fissuras nesses discursos que são tão endurecidos para, assim, produzir, no mínimo, mudanças microscópicas através de micropolíticas sociais. Por isso, as práticas *psi* se mostram tão necessárias e emergenciais na sociedade afim de, tocar em pontos que permitam refletir sobre os espaços periféricos e sobre o olhar que a sociedade lança sobre ela, pois são temáticas que se mostram cada vez mais pertinentes ao campo da Psicologia.

## Referencias Bibliográficas

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. **Divulgação do conhecimento científico sobre aids e representações sociais**. In: Scielo. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~ppgp/tese%20Andrea%20Bousfield.pdf> Acesso em: 08 de junho de 2012.



ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira et al. **Perigoso e violento: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico.** In: Scielo. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167673142006000200003&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167673142006000200003&script=sci_abstract). Acessado em: 21 de julho de 2012.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia, Bahia, 2004, v.14, n.28, 139 -152.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed., São Paulo: Atlas, 1991.

MENANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. **Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002).** In: Scielo. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S180952672003000100006&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S180952672003000100006&script=sci_arttext). Acessado em: 21 julho de 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Suely Ferreira Deslandes, São Paulo, Petrópolis, RJ, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 404p.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila L. M. **Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero.** In: Scielo. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?>. Acesso em: 15 Nov. 2011.





**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 9, p. 29-41

SANTOS, M. F. S. **A teoria das representações sociais.** In: Maria de Fátima de Souza Santos e Leda Maria de Almeida. (Org.). *Diálogos com a teoria das representações sociais.* 1 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL, 2005, v. 1, p. 13-38.



## O MOVIMENTO NEGRO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO QUILOMBOLA

FRAGA, Sara Ferreira

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
E-mail (sarinha-fraga@hotmail.com)*

LESSA, Simone Narciso

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
E-mail (monelessa@hotmail.com)*

DOURADO, Thays Barbosa

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
E-mail (douradothays25@yahoo.com.br)*

42

### RESUMO

Esse artigo tem por objetivo mostrar a relevância dos movimentos negros, enquanto movimento social para a institucionalização da questão quilombola no cenário brasileiro. Tendo em vista que os movimentos sociais negros nasceram com o objetivo de reivindicar a inclusão do negro na sociedade brasileira bem como de seus descendentes, pois após a sua libertação da escravidão se viram marginalizados, estigmatizados e discriminados. Assim vários foram os grupos e entidades que se mobilizaram com este fim. E o quilombo em determinado momento passou a desempenhar papel estruturante na luta dos movimentos negros, pois estes tinham os quilombos como referência na luta pela liberdade e resistência das opressões vividas nos tempos da escravidão e remetidas agora a condição em que os negros se encontravam de marginalização e discriminação. Nesse sentido “para o Movimento social negro, Quilombo, passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento negro, de esperança e luta por uma sociedade igualitária.

**Palavras-Chave:** Movimento Negro. Quilombo. Institucionalização

### ABSTRACT

This article aims to show the relevance of the Black movement as a social movement to institutionalize maroon question in the Brazilian scenario. Considering that the black social movements were born in order to claim the inclusion of blacks in Brazilian society as well as their descendants, because after his release from slavery found themselves marginalized, stigmatized and discriminated against. So there were several groups and entities that have mobilized for this purpose. And the Quilombo at one point came to play pivotal role in the struggle of black movements, as they had quilombos as a reference in the struggle for freedom and resistance of oppression lived in the times of slavery and now sent the condition in which blacks were of marginalization and discrimination. In this sense "to the black social movement, Quilombo, became synonymous with black people, synonymous with black behavior, hope and struggle for an egalitarian society.

**Keywords:** Black Movement. Quilombo. institutionalization



## INTRODUÇÃO

A Lei Áurea assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel representou um marco na história do Brasil. Mas, ficou no imaginário brasileiro que a partir daquele momento todos viveram em plena harmonia e tranquilidade. Afinal pessoas não seriam mais tratadas como mercadorias e as violências físicas e emocionais não fariam mais parte da nossa sociedade, pois a escravidão havia sido abolida. Entretanto enquanto existiu a escravidão o negro foi impedido de se desenvolver, pois este era obrigado a doar toda sua vitalidade a fim de movimentar fazendas, engenhos, jazidas de ouro e diamante, plantações, além das cozinhas da casa grande. Porém com o fim do sistema escravista esse quadro não mudou muito, pois como o perfil do negro, sem nenhum tipo de qualificação específica, não atendia as exigências que o trabalho assalariado pedia, este ficou “livre”, mas se viu marginalizado e estigmatizado pela sociedade. O governo não viabilizou nenhum tipo de política, no qual objetivasse a integração do ex-escravo ao mercado de trabalho. Estes foram lançados a própria sorte.

Mas em uma perspectiva de resistência a essa situação de marginalidade e abandono social que o pós-escravismo colocou os ex-escravos, várias foram às entidades e grupos negros de todo país que se associaram a fim de buscar a efetiva integração do negro na sociedade brasileira, sendo os movimentos negros considerados um dos mais relevantes no que tange a movimentos sociais no cenário político-institucional brasileiro.

Para Leite (2008, p. 967) “os negros, como integrantes de um segmento desvalorizado e desqualificado, ficaram à mercê da sazonalidade das ofertas de trabalho nos setores em expansão na construção civil, como bóias-frias, safristas ou posseiros”, e, sobretudo na economia informal. E para reverter esse quadro de desigualdades e marginalização social os movimentos sociais negros nascem.

De acordo com Cardoso (2002) os movimentos sociais tiveram papel essencial na politização do cotidiano brasileiro. Visto que a partir dos anos de 1970 vários foram os movimentos reivindicatórios de alguma causa, que surgiram com autonomia a fim de contestar a ordem vigente. Esses movimentos sociais, também caracterizados como populares tinham características bem próprias, tais como “sua diversidade e as suas formas diferenciadas de expressão, histórias e experiências” (CARDOSO, 2002, p. 14).



Deste modo o Movimento social negro, surge também a partir “das lutas travadas no cotidiano da população negra brasileira” tendo como referência os vários movimentos sociais que se constituíram no final dos anos de 1970. Mas com uma diferença fundamental dos outros movimentos: sua história. Pois “para o Movimento Negro, o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo da sociedade brasileira” que só é possível compreender a partir da história, uma vez que esta é a chave para compreender a realidade da população negra brasileira, que necessita de uma desconstrução da história convencional (oficial) para dar lugar a uma nova interpretação da trajetória do povo negro no Brasil (CARDOSO, 2002, p. 17).

No entanto é relevante destacar o papel emblemático que o quilombo assumiu “nas lutas dos negros e em suas reivindicações por cidadania nos diversos períodos da história” passando o quilombo a significar também a procura pela “valorização das inúmeras formas de recuperação da identidade positiva”, além da busca por tornar essas populações cidadãos de direitos, “não apenas de deveres” (LEITE, 2002, p.975). Assim, esse trabalho tem por objetivo mostrar a importância do movimento negro, enquanto movimento social para a institucionalização da questão quilombola no cenário brasileiro.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO BRASIL**

De modo geral os movimentos sociais podem ser assim descritos “quando exige ao Estado ou ao poder público mudanças no ordenamento social via políticas sociais de acordo com regras consensualmente definidas no âmbito de sociedades democráticas” e se constituem “a partir de pautas reivindicativas ou eixos mobilizatórios específicos” (SANTOS, 2009, p. 229). Assim, “os movimentos sociais constituíram um espaço público além do sistema de representação política. Ao tomar nas suas próprias mãos as decisões que afetam as suas condições de existência, alargaram a própria noção de política e politizaram as múltiplas esferas do cotidiano” (CARDOSO, 2002, p.15).

Nas pesquisas mais recentes os movimentos negros que se formaram a partir de 1930 são colocados enquanto Movimento Negro Contemporâneo, nessa perspectiva Cardoso L. e Gomes (2011, p. 3) pontuam que:



O movimento negro contemporâneo é um movimento social identitário que agrega entidades, associações, organizações não governamentais (ONGs), núcleo de estudos universitários, fundações, associações culturais, agentes pastorais negros (APNs), redes, blocos afros. Esta atuação ocorre em diversas frentes seja nos partidos político, em secretarias da administração em governos municipais, estaduais e federal, através da participação de seus quadros técnicos, tais como: o Conselho do Negro, a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), dentre outros.

E os movimentos negros, enquanto movimento social tem sua singularidade, que para Cardoso (2002) é marcada pela herança histórico-cultural negro-africana, ou seja, está intimamente ligada a sua ancestralidade. Pois a leitura do presente só se torna possível a partir da revisão do passado, uma vez que o presente é reflexo do passado. Tendo em vista que a vida do negro na sociedade brasileira desde os tempos coloniais foi marcada, pela discriminação racial, pela violência, pelo racismo, pelo preconceito e pelas desigualdades econômicas e sociais e os movimentos negros surgiram para tentar reverter esse quadro de marginalização e esquecimento em que o negro foi colocado na sociedade brasileira.

Assim, como maneira de reivindicar a inclusão do negro na sociedade brasileira foi que surgiram as primeiras organizações no sentido de integrar o negro e seus descendentes, que após a sua libertação da escravidão se viu marginalizados, estigmatizados e discriminados. Vários foram os grupos e entidades que se mobilizou com este fim, e essa movimentação se deu tanto nas capitais como nas cidades do interior. De acordo Cardoso (2002), das muitas formas encontradas pelo negro para reagir à situação de abandono social ao qual foi colocado, a imprensa negra foi um veículo muito utilizado, assim como revoltas, com destaque para a “Revolta da Chibata<sup>1</sup>”, bem como A Frente Negra Brasileira enquanto movimento social e o Teatro Experimental do Negro - TEN<sup>2</sup>. E a pauta de reivindicação desse movimento se traduziu nos anos 30 do século XX na Frente Negra Brasileira.

Sendo a imprensa negra que possibilitou mais tarde a criação da Frente Negra Brasileira, pois as discussões que eram pontuadas nas páginas dos jornais que foram criados e

<sup>1</sup> Movimento liderado pelo marinheiro João Cândido que exigia o fim dos castigos corporais com a chibata (prática remanescente da época da escravidão), bem como melhores condições de trabalho e salários dos marinheiros que eram na sua maioria negros, e trabalhavam na Marinha Brasileira (CARDOSO, 2002)

<sup>2</sup> Foi concebido fundamentalmente como instrumento de redenção e resgate dos valores negro-africanos, os quais existem oprimidos ou/e relegados a um plano inferior no contexto da chamada cultura brasileira, onde a ênfase está nos elementos de origem branco-européia. [...] O TEN organizou e patrocinou cursos, conferências nacionais, concursos e congressos, ampliando dessa forma as oportunidades para o afro-brasileiro analisar, discutir e trocar informações e experiências (CARDOSO, 2002).



eram mantidos por negros, traziam os problemas do cotidiano que eram vividos e vivenciados pela comunidade negra, traziam denúncias contra o racismo. Sendo deste cenário de intensa discussão e mobilização social e política que nasce a Frente Negra Brasileira (FNB).

A Frente Negra Brasileira – FNB foi criada no dia 16 de setembro de 1931 em São Paulo e não por acaso na Rua Liberdade, afinal o propósito maior deste movimento com certeza foi a luta pela liberdade plena da população negra no sentido mais amplo da palavra. Liberdade em todas as esferas da sociedade era o propósito do movimento, libertação do negro de todo preconceito racial, social, cultural, econômico e político. A Frente Negra Brasileira teve repercussão nacional e mobilizou todo país e foi a mais relevante organização dentre tantas que existiram na luta contra o racismo. Sendo importante destacar que:

A Frente Negra Brasileira foi um movimento de repercussão nacional. Durante seis anos, manteve milhares de negros e negras mobilizados e em evidência na cidade de São Paulo e em outros estados do país. A Frente Negra Brasileira teve ramificações por todo interior de São Paulo (na época, São Paulo tinha mais de 500 municípios) e em vários estados, entre eles Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (CARDOSO, 2002, p. 31).

Enquanto movimento social a Frente Negra Brasileira foi muito ativa nas suas ações, dentre elas está a edição do jornal “A Voz da Raça” que circulou de 1936 a 1938. Mesmo período em que transformou-se em partido político. No entanto, com o golpe de estado que Getúlio Vargas deflagrou, todos os partidos políticos foram extintos, dentre eles a Frente Negra Brasileira. Mas esta conseguiu associar um número expressivo de pessoas na luta pela efetiva integração do negro a sociedade brasileira, pois “criou uma contra-ideologia racial reafirmando as contribuições da comunidade negra na construção do Brasil” (CARDOSO, 2002, p. 32) buscando conquistar os seus direitos que até então haviam sido negados.–Na fala de um representante da Frente Negra Brasileira, é possível notar a repercussão e a necessidade que se tinha de um movimento da magnitude da FNB, ele pontua que:

Existiam diversas entidades negras. Todas essas entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, teríamos de lutar no campo político, teríamos de ter um partido que





verdadeiramente nos representasse. (Trecho extraído do depoimento de Francisco Lucrécio para o livro Frente Negra Brasileira.

Cardoso (2002) destaca que a principal importância da Frente Negra Brasileira na sua experiência primeiro enquanto movimento político e depois como partido foi a sua articulação política em nível nacional. E o único período que paralisou a luta desse movimento foi no “Estado Novo”. Mas a luta do movimento não ficou totalmente paralisada, alternativas foram utilizadas por vários segmentos da sociedade brasileira, que tinham como intuito a retomada política das lutas da população negra contra o racismo e a favor da integração do negro.

Os movimentos sociais negros ficaram desarticulados por um período, mas em meados dos anos de 1970 “constituído de diversos grupos – e com enormes dificuldades internas, reinicia, penosamente, a construção paulatina de sua articulação” (CARDOSO, 2002, p. 35), baseavam-se na auto-afirmação e na recuperação da identidade étnica e cultural

Mas apesar das várias manifestações no sentido de denunciar as desigualdades sócio-raciais da sociedade brasileira através da arte, da música, da cultura, dentre outras, existia ainda a necessidade de um movimento negro de cunho nacional. E esse desejo foi consolidado com a criação do Movimento Unificado Contra a discriminação Racial – posteriormente, MNU (CARDOSO, 2002).

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial nasceu em 7 de julho de 1978, quando jovens negros e simpatizantes da luta contra a discriminação racial se reuniram em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. A manifestação foi desencadeada a fim de denunciar a discriminação sofrida por quatro atletas negros nas dependências de um clube, e a tortura e assassinato numa delegacia de outro jovem negro. Esta manifestação ocorreu ainda no período da ditadura militar, momento onde qualquer tipo de manifestação pública era duramente reprimida pela polícia, ou seja, além de mostrarem sua insatisfação no tratamento da sociedade com relação aos negros, esse movimento se mostrava contrário à ditadura. Assim, “a formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que depois passou a se intitular apenas Movimento Negro Unificado (MNU), contestava a idéia de que se vivia uma democracia racial brasileira, idéia que os militares adotaram na década de 1970” (CARDOSO, L.; GOMES, 2011, p. 12).

A partir dos anos de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU) “passa tanto a denunciar, de modo mais sistemático, o racismo como parte estruturante da sociedade brasileira



quanto exige políticas de ações afirmativas para um amplo escopo de demandas” (CARDOSO, L.; GOMES, 2011, p.1). Assim, a luta dessa camada da sociedade ganha uma nova roupagem, pois o que era muito restrito ao movimento negro e suas reivindicações começam a tomar novos contornos, uma vez que chamavam a sociedade a lutar contra o racismo e suas mais diferentes formas de discriminação. Desse modo:

O surgimento do MNU redimensionou a militância política naqueles anos de ditadura militar. Coube ao MNU contribuir para uma maior organização da militância e convencer os grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, diversas outras organizações negras foram criadas. Um levantamento feito em 1988 indicou a existência de 343 organizações negras de todos os tipos, 138 delas em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Gerais, 27 na Bahia e as demais espalhadas por outros estados (p.292)

Os militantes brasileiros da causa negra tiveram grande influência das organizações negras norte-americanas e do movimento Black Power, uma vez que estes lutavam em prol dos direitos civis da população negra. No entanto, o Brasil e os Estados Unidos têm perspectivas distintas da questão racial. Pois enquanto no Brasil a negritude é definida pela cor da pele e traços físicos, nos Estados Unidos o modelo é bi-racial, ou seja, uma pessoa é classificada como branca ou como negra, a partir da sua afro-descendência (CARDOSO, L.; GOMES, 2011).

Em 1986 o Movimento Negro (MNU) realizou a 1ª Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, e um dos pontos defendidos pelo movimento que entrou em pauta na discussão desse evento, foi a proposta de uma lei que assegurasse direitos as comunidades negras rurais existentes no território brasileiro (CARDOSO, L.; GOMES, 2011). Essa reivindicação e outras da luta dos movimentos negros no Brasil foram em parte contempladas na Constituição Federal de 1988, pois foi a partir da pressão exercida pelos movimentos negros que se criminalizou a prática de racismo e criou-se a Fundação Cultural Palmares.

## **OS MOVIMENTOS NEGROS E A QUESTÃO QUILOMBOLA**

É importante destacar que a maioria dos movimentos sociais foram constituídos na zona urbana, e não foi diferente com os movimentos sociais negros. No entanto há vertentes desse



movimento na zona rural. Apesar de uma atuação diferenciada, ela existe, no Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, há a participação ativa de negros do campo. Mas a mobilização das comunidades quilombolas é uma das principais novidades do movimento negro contemporâneo. Estes não restringem as formações de quilombo apenas as comunidades formadas originalmente por escravos que fugiram da escravidão, mas contemplam em sua visão também “as que surgiram da ocupação das terras de antigas fazendas escravistas, de terras devolutas e das doações de terras feitas a ex-escravos” (ALBUQUERQUE; FILHO, s/d, p. 292).

O movimento negro tem os quilombos como uma das várias maneiras que foram utilizadas pelos negros escravizados de resistir a sua situação enquanto escravo que foi expropriado da sua pátria e obrigado a produzir riquezas para a coroa portuguesa. Assim, “as organizações em comunidades – sociedades autônomas e independentes: os quilombos” foi uma forma encontrada por este de resistência e foi reafirmado também pelos movimentos negros.

Na perspectiva desses movimentos a abolição do trabalho escravo formal foi resultado das revoltas, rebeliões e principalmente da resistência através da formação dos quilombos do que propriamente da campanha abolicionista. Pois estes estavam mais preocupados com o destino da nação, na perspectiva do desenvolvimento, do que com o destino dos ex-escravos (CARDOSO, 2002). Por essa força que os quilombolas demonstraram na sua luta no decorrer da história os movimentos negros procuraram

Ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, de nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravatura (LEITE, 2000, p. 340).

Então, o quilombo passou a desempenhar papel estruturante na luta do movimento negro da época, pois estes tinham os quilombos como referência na luta pela liberdade e resistência das opressões vividas nos tempos da escravidão e remetidas agora a condição em que os negros se encontravam de marginalização e discriminação. Nesse sentido “para o Movimento social negro, Quilombo, passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento negro, de esperança e luta por uma sociedade igualitária. (CARDOSO, 2002, p. 76).



Especificamente nos anos de 1970 que começa a florescer na luta dos movimentos negros a experiência histórica dos quilombos. Visto que o movimento estava em busca de algo que norteasse e articulasse novamente a sua luta. Pois o que ainda estava presente no cenário social brasileiro era “a fragilidade de uma consciência nacional sobre as questões relacionadas à população negra, ao lado da difusão de uma visão da história extremamente negativa para com os negros e as negras do Brasil” assim o movimento se mobilizou a fim de buscar algo positivo para servir de referência, dirigindo-os então “a historicidade heróica do passado, com as lutas travadas pela experiência dos quilombos (CARDOSO, 2002, p. 35). Nesse sentido;

50

O Movimento Negro contemporâneo foi buscar na literatura e na oralidade histórica sobre quilombos, uma representação vigorosa para o reconhecimento da identidade negra brasileira, para a sua auto-afirmação étnica e cultural, desconstruindo os conceitos pré-conceitos, que via de regra, visavam desqualificar os homens e as mulheres negras... (CARDOSO, 2002, p. 63).

A visibilização da causa quilombola se deu a partir dos movimentos negros e colocou no cenário público brasileiro as demandas dessa população. Tendo em vista que foi de fundamental importância o papel desempenhado pelos movimentos negros nesse sentido, pois envolveu outros atores sociais nessa luta, tais como universidades, ONGs, agentes públicos que de maneira direta e indireta deram e ainda dão contribuição significativa no que tange a resguardar os direitos adquiridos pelas comunidades quilombolas.

Os movimentos negros depositaram muitas expectativas no quilombo, passando o quilombo a ser sinônimo do povo negro, da luta por uma sociedade sem discriminação, passando a ser uma referência na construção da identidade histórica e política dos movimentos sociais negros. Nessa perspectiva cabe salientar a fundação da Escola de Samba Quilombo, no Rio de Janeiro que tinha um cunho cultural no sentido de preservar as raízes da cultura negra. Outro importante acontecimento se deu em Maceió, onde lideranças negras, pesquisadores, representantes do Governo e intelectuais de todo território brasileiro discutiram em um seminário a criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi. Lembrando que este líder negro do Quilombo de Palmares foi também referência para os movimentos negros, pois como líder principal deste quilombo de maior expressão na história brasileira da escravidão, “tornou-se um exemplo para as gerações futuras, um exemplo de luta e de amor à liberdade, imortalizando-se



como um símbolo na luta antiescravista e até hoje, na luta contra o racismo e pela realização da justiça social e política para o conjunto dos negros e negras excluídos da sociedade brasileira” (CARDOSO, 2002, p. 66).

Assim o dia 20 de novembro, dia em que Zumbi foi morto, tornou-se o dia Nacional da Consciência Negra. E não por acaso, mas devido a mobilizações que foram feitas pelos movimentos negros e em especial pelo Movimento Negro Unificado – MNU. Pois estes não aceitaram o dia 13 de maio, data oficial em que o trabalho escravo foi abolido no Brasil, para fazer comemorações da libertação do negro da escravidão (CARDOSO, 2002). Uma vez que para eles a libertação dos negros neste dia foi enganosa. Pois deixou essa população desprovida de meios mínimos para uma sobrevivência digna. Livre das amarras da escravidão, mas amarrado a sua condição de escravo por sua cor de pele, traços físicos, pouca ou nenhuma qualificação para ser inserido na sociedade, assim foi o quadro que se seguiu após o dia 13 de maio de 1888. Essas e outras foram as razões que levaram os movimentos negros a contestarem esse dia como de comemoração e reflexão quanto a vida do negro na sociedade brasileira.

Dentre as muitas mobilizações e articulações que os movimentos negros fizeram, para colocar as demandas da população negra brasileira na Constituição de 1988, situa-se os encontros que estes organizaram a partir de 1985, cujo objetivo central era discutir a participação do negro no processo constituinte. Visando principalmente levar propostas para que fossem contempladas na Constituição que estava em processo de amadurecimento. Os encontros se deram em âmbito municipal e estadual. Destacamos aqui o Primeiro Encontro Estadual denominado “O negro e a constituinte” que foi realizado em 1985 na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Todas as discussões feitas ao longo do ano de 1985 e 1986 se traduziram na realização da Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte” em 1987. Neste encontro de cunho nacional foi que se materializou um documento que abarcava as discussões e sugestões que foram feitas a partir dos encontros regionais que ocorreu em várias localidades do território brasileiro (FERREIRA, 2010). Assim, cabe salientar que

O Movimento Negro mostrou-se atuante durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987, influenciando tanto os parlamentares quanto a opinião pública. Assuntos tomados no palco constituinte, além do racismo e discriminação, foram o racismo disfarçado nas noções de beleza sempre brancas, a esterilização seletiva de mulheres negras, bem como a violência policial contra afro brasileiros. A temática da ação afirmativa floresce, tal



como o sistema de cotas raciais, noções de reparação histórica, melhoria no acesso à educação e demais serviços públicos, noção do multiculturalismo, e ainda a questão do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos: reconhecimento cultural, étnico e fundiário (este último que leva à política). Assim, o reconhecimento de comunidades como remanescente de quilombo cria atores sociais, sujeitos de direitos, de direitos culturais, sociais, coletivos e fundiários; categoria jurídica esta que transforma indivíduos em atores políticos, possuidores de uma série de direitos que extrapolam o próprio artigo 68 (FERREIRA, 2010, p.4)

Portanto, depois de vários embates no cenário político brasileiro o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) foi aprovado, artigo este que determina que as comunidades quilombolas tem o direito a ter a propriedade das suas terras reconhecidas pelo Estado através de títulos. Assim a entrada desse direito na Constituição de 1988 assinala uma vitória das lutas dos movimentos sociais negros no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o movimento social negro teve participação ativa na institucionalização da luta quilombola, principalmente no que tange ao artigo 68 da última Constituição brasileira, que se refere às “comunidades remanescentes de quilombos”. E foi a partir desse empenho dos movimentos sociais que surge no cenário político brasileiro novos sujeitos de direito e agora resguardados por um aparato legal.

Assim uma importante conquista do movimento foi ter conseguido inserir na Constituição Federal de 1988 o Artigo 68 das Disposições Transitórias, que diz: “aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos.”

Em síntese, cabe salientar o papel fundamental que os movimentos negros desempenharam na trajetória de mudanças que ocorreu e ainda estão em um processo contínuo de transformação na vida dos brasileiros, principalmente dos brasileiros negros. É uma das grandes conquistas dos movimentos negros foi inserir as demandas das comunidades quilombolas na pauta política do governo brasileiro. No entanto, muita ainda está para se fazer, quanto a titulação das terras dessas populações. Mas um grande passo foi dado quando se conseguiu a aprovação desse artigo na Carta Magna. Cabendo agora as nossas autoridades





efetivarem principalmente o direito a terra dessas comunidades quilombolas. Direito este adquirido há de 25 anos e que anda a passos vagarosos para sua concretização.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; e FILHO, Walter Fraga. *Uma História do Negro no Brasil*. s/d. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EX003.pdf>. Acesso em 22 de nov. Horizonte de 2014.

CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte:1978-1998*. Belo: Mazza Edições, 2002.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. *Movimento social negro e movimento quilombola: para uma Teoria da tradução*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 7 a 10, 2011, Salvador.

LEITE, Ilka Boaventura. *Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas*. Etnográfica, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. *O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008

FERREIRA, Rebeca Campos. *O artigo 68 do ADCT/CF-88: identidade e reconhecimento, ação afirmativa ou direito étnico?* Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.5-22, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 26. 11. 2010

SANTOS, Marcio André de O. dos. *Política Negra e Democracia no Brasil Contemporâneo: Reflexões sobre os Movimentos Negros*. In: Paula, Marilene de; Heringer, Rosana (Org). Caminhos Convergentes; Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.



## HISTÓRIA, ORALIDADE E MEMÓRIA: DEPOIMENTOS EM TEMPOS PÓS-TRAUMÁTICOS

SILVA, Ligia Lins

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social  
ligialins.rj@hotmail.com*

54

### RESUMO

O regime civil-militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964, deixou uma série de marcas no bojo da sociedade. Considerando que as práticas de violação aos Direitos Humanos cometidas no período devem ser entendidas como parte de uma ação sistemática do Estado. Que caminhos se pode traçar pelo não esquecimento dessas e de tantas outras Histórias traumáticas? Se é impossível representar um trauma, é possível elaborá-lo para que se transmute em potente ferramenta de transformação social. No presente artigo apresentaremos dois estudos de caso em que a História Oral pode ser trabalhada enquanto elemento de sensibilização, importante instrumento para que as gerações que não viveram diretamente o contexto, possam se espelhar e questionar suas próprias continuidades.

**Palavras chaves:** Memória. História Oral. Ditadura Militar.

### ABSTRACT

The Civil-Military Regime which was instituted in Brazil in 1964 left a series of marks in society's core. Considering the proceedings that violated Human Rights were committed in this period, they should be considered as part of a systematic action from the State. Which ways can be set for the non-forgetting of these and many others traumatic Histories? If it is impossible to represent a trauma, it is possible to elaborate it in a manner that it becomes a powerful social transformation tool. In the present article, we are going to present two focal studies in which the Oral History can be worked as an awareness element, as an important instrument so generations that didn't live this context directly can identify themselves and question their own continuity.

**Key-words:** Memory. Oral History. Military Dictatorship.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A História enquanto a “ciência dos homens no tempo” (Bloch, 1941), enquanto construção humana, não pode deixar de se submeter as mais diversas interpretações. Sua relação com a Memória é tão estreita, que por vezes se confundem, não sendo possível distinguir qual serve de referencial a outra.

Entendemos que tanto a Memória, como a História são co-dependentes. A primeira pode se estruturar de variadas formas: Institucionalmente (através de mecanismos estatais, como memoriais, museus, feriados, pela educação formal, etc.), ou oriunda da luta de



movimentos sociais, que representam demandas de segmentos específicos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, o movimento LGBT, grupos indígenas, etc.

As possíveis origens de uma memória são tantas, quanto são as memórias em si. Dessa forma nos parece necessário uma reinterpretação dos quadros sociais da memória que nos oferece Halbwachs (2006). Para ele dentro de um grupo as memórias são executadas em conjunto, o quadro que se forma, não apresenta uma disputa interna, ou seja, se articula um mecanismo que permite concessões entre as diferentes memórias, sem que isso produza embates.

Contudo do momento de formulação desses apontamentos até a contemporaneidade, o mundo se globalizou de tal maneira, que segmentos considerados coesos até então, como as nações, por exemplo, tiveram sua estrutura modificada, não podendo mais responder ao mesmo tipo de representação. Logo entender a memória através de um contexto de disputas se torna um cenário necessário, e a apropriação das teorias de Halbwachs aos dias de hoje requer essa carga de reinterpretações.

A História por sua vez, não está isenta desse panorama de conflitos, pois é ela que oficializa as memórias. Sua principal variação à memória social, se dá pela forma como é constituída, sendo escrita por membros específicos da sociedade, os historiadores, estes influenciados pelas memórias que julgam mais coerentes, criando assim diferentes perspectivas historiográficas para um mesmo tema.

Mas afinal, buscar entender quem influencia quem, nessa linha tênue entre Memória e História, seria a melhor maneira de enaltecer o tema?

O velho dilema de busca por origens se repete aqui em termos acadêmicos, porém para muito além de uma tentativa de esmiuçar essa questão, nos parece interessante entender como ela se dá através de um exemplo real, e é aí que apresentamos a problemática do regime civil-militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964. De acordo com ANSARA (2009 p. 12 - 13), as práticas de violação da última ditadura devem ser entendidas como parte de uma política que além de oficial, se manifestou de forma sistemática pelo Estado. Hoje apesar da não institucionalidade dessas ações, em muitos seguimentos sociais elas seguem presentes como prática por parte de agentes desse mesmo Estado. Podemos concluir que a não elaboração desse período pela sociedade, haja visto que não houve julgamentos para esses crimes, que de acordo com a ONU são considerados além de não passíveis de anistia, imprescritíveis, levou a impunidade dos tantos crimes de lesa-humanidade que acontecem na contemporaneidade.



Dando ênfase aos estudos que se utilizam da psicanálise como caminho de compreensão das ações de violência, entendemos a tortura não pelo eixo torturador-torturado, mas ao contrário, como esquema que engloba o Estado e a sociedade, passível de se estender no tempo e no espaço, produzindo marcas capazes de se transmitir por gerações. Dessa maneira a questão que chegamos foi a de como transformar essas narrativas oriundas do trauma, em elemento de inscrição social (KOLKER, 2010, p. 184), como base para a difusão no pensamento coletivo da bestialidade que tal conjuntura representa.

A História oral entra aí como potente ferramenta de luta pela humanização desse cenário. Se é impossível representar a situação traumática, é possível elaborá-la a ponto de que se transforme em eloquente discurso social.

Dominick La Capra (2005) compara o papel de quem recolhe entrevistas com sobreviventes de situações traumáticas para outros usos que não o acadêmico, como o cinema por exemplo, com a figura do historiador que se concentra na oralidade, pois para ele esses testemunhos servem como complemento para as fontes documentais. (p.105) O que questionamos nesse tipo de explanação é a mirada que cristaliza o documento como fonte de maior veracidade. Ainda que o autor não tire o valor dos depoimentos, os coloca em um papel secundário, de apoio. A gama documental a que temos acesso enquanto historiadores não foi elaborada no intuito de um dia servir a análise, da mesma forma essas narrativas recolhidas por outros, podem ser muito além de meros complementos. Porque não fontes diretas?

Le Goff compreende a História como a forma científica da Memória, tendo como elemento de ação na sociedade os documentos, entendidos aí como as escolhas do historiador. O que buscaremos ressaltar nesse trabalho é o quanto o documento tradicional trás de “verdade estampada em si”, e até que nível não se diferencia dos relatos orais, já que ambos necessitam amplo senso crítico para o encontro com os “não-ditos” presentes.

Esse caráter científico refere-se tanto a valorização das diferenças quanto das semelhanças. Ele é concebido ainda pela crítica aos documentos: “Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é falso, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.” (Le Goff, 1996, p110).



## DEPOIMENTO/DOCUMENTO

Uma das maiores adversidades ao entramos no campo da História Oral é a dificuldade de se estabelecer um aporte que permita o exame adequado a esse tipo de fonte. Dori Laub (*apud* LaCapra ano, p. 106-107) psicanalista que realizou entrevistas com sobreviventes do Holocausto para um projeto da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, aponta a um depoimento específico que gerou bastante debate entre os profissionais envolvidos na empreitada. Tratava-se de uma mulher de quase setenta anos que ao narrar a sua experiência em Aushchitz, trouxe em seu relato, um nível de intensidade e paixão na forma de se expressar que antes não apresentava, “(...) Estaba alli com todo su ser (...)”. A experiência foi de tal forma, que os que a escutavam sentiam como se vivessem aquele drama. Meses depois a equipe se reuniu e pontos incongruentes de sua explanação foram questionados, os historiadores indicavam partes que não se encaixavam com a realidade, como o número de chaminés que explodiram, sendo na verdade apenas uma, contrariando as quatro que foram descritas. A inquietação que esse panorama gerou, é que já que não se podia confiar inteiramente nas lembranças ali apresentadas, seria possível dar crédito ao resto de seu relato?

Laub continua, destacando a fala de outro psicanalista que integrava o grupo, ele aponta que o testemunho da mulher, não é sobre as chaminés que estavam em Aushchitz, mas sim sobre a realidade de uma situação inimaginável, a explosão de uma chaminé aí é tão absurda, como a de quatro, o que valoriza seu depoimento não são os números, ela fala de uma estrutura, um lugar que veio abaixo em certo momento, e isso é uma verdade histórica.

Obviamente entendemos as marcadas diferenças pelas quais se formulam a fonte testemunhal e os documentos escritos. A separação cronológica e em grande parte dos casos espacial, é apenas um exemplo desse distanciamento, contudo em especial ao nos depararmos com temas de caráter sensível a sociedade, parece se criar um abismo em que a confiabilidade dessas entrevistas é colocada a prova em uma espécie de tribunal moral, como se o objeto a ser estudado fosse desconectado do engajamento ético do pesquisador.

No caso Brasileiro nos encontramos imersos em um contexto de transição política muito marcada pela institucionalidade, que acaba por se subordinar a determinados grupos, exemplo disso são as sanções das forças armadas que impedem ainda a abertura dos arquivos. De acordo com Silvana Rubert (2014, p.192), os embates entre as diferentes memórias e desmemórias seguem presentes, e enquanto o Estado não se assumir como o produtor da



repressão a época, abrindo seus documentos mais importantes e revisando as leis que permitem a impunidade dos tantos crimes cometidos em nome da “obediência devida”, não será possível legar as novas gerações o que lhes pertence enquanto herança histórica: o conhecimento sobre o que aconteceu, nomes, dados, em suma um compêndio de memória, verdade e justiça.

Quando compreendemos a prática da tortura e dos assassinatos baseados na perseguição política e cravados pelo aval do governo, podemos concluir que a cada militante “desaparecido”, uma lógica de repressão se apregoava na subjetividade de qualquer possível intenção de manifestação contrária ao imposto pelo Estado. “Toda uma geração foi assassinada em sua capacidade de questionamento e reflexão” (RUPERT, 192). O legado político dessa época se firmou em uma noção de medo, que hoje é combatida pela ação de movimentos sociais que visam dar voz aos discursos que por décadas foram abafados. A partir desse viés propomos a História Oral como um possível meio através do qual o rigor acadêmico seja consonante com o compromisso de uma construção social democrática, na qual os apagamentos impostos possam ser revistos.

58

La importancia de los testimonios se hace más evidente cuando se piensa en que aportan algo que no es idéntico al conocimiento puramente documental. Los testimonios son importantes cuando se intenta comprender la experiencia y sus consecuencias, incluyendo el papel de la memoria y los olvidos en que se incurre a fin de acomodarse al pasado, negarlo o reprimirlo. (LaCapra, 2005, P. 105)

Quando La Capra trás a questão da carga afetiva inerente ao depoimento como um problema metodológico, parece ignorar a natureza de produção da documentação tradicional a que temos acesso enquanto pesquisadores, pois nenhum dos mesmos foi produzido no intuito de exalar neutralidade, ou está claramente isento de intenções, eles são resultantes das realidades as quais estiveram inseridos, sejam elas de cunho afetivo, político, etc. Dessa maneira não negamos a extrema cautela a que as fontes orais devam estar submetidas, apenas refletimos ao excesso de problematização a que as investigações que se baseiam no testemunho são bombardeadas, como se representassem um risco ao comprometimento ético, sendo que na verdade não se trata unicamente de uma busca incessante pela “verdade histórica”, mas como afirma ROVAI (2013) uma verdade da memória, ou nesse caso especificamente do testemunho, que é sempre dinâmica, incompleta e presentificada.





## ESTUDO DE CASO:

Destacamos abaixo dois relatos de militantes durante o período militar:

Fátima de Oliveira Setúbal, professora de História, da rede estadual do Rio de Janeiro, militante política durante a ditadura militar, foi presa duas vezes antes de completar dezenove anos. Nessas prisões foi vítima tanto de torturas psicológicas, como físicas. No ano de 2013 foi convidada a prestar um depoimento escrito a Comissão Estadual da Verdade sobre a Chacina de Quintino, na qual perdeu um de seus irmãos.

59

“(...) Eu tinha dezoito anos quando fui presa pela primeira vez, (...) conversando com o Dorneles da CEV- Rio, eu falei para ele que não conseguia (escrever) e estava buscando o motivo na análise. Ele que é da área jurídica sacou! Não sei porque, mas ele teve a sensibilidade de sacar. Aí ele disse assim: Não será por causa daquela tua primeira prisão, por causa daquele negócio de “escreve, escreve, escreve” aí eu vi... É pode ser...”<sup>1</sup>

O “escreve, escreve, escreve” descrito por Fátima foi a imposição de que ela produzisse um documento em que além de incriminar colegas de militância, assegurasse que não sofria nenhum tipo de maus tratos por parte da equipe que a mantinha ali. Nesse trecho podemos comparar os dois tipos de fontes citadas aqui, o processo de elaboração de um testemunho carregado por inúmeros traços afetivos, o depoimento em si extraído de uma entrevista concedida para a pesquisa, e o procedimento envolvido para a confecção do manuscrito que se não tivesse sido contestado pela “autora” seguiria como referência.

Ana Bursztyń Miranda militante da Ação Libertadora Nacional, presa e torturada entre 1970 e 1974. Apenas em 2001 depois de muita insistência por parte de amigos, procurou o atendimento clínico do Grupo Tortura Nunca Mais. Ao longo dos anos teve que se submeter até mesmo a exames para provar a inexistência de um rim, perdido em consequência das torturas...

“(...) Cada um ainda com as suas marcas. Eu por exemplo... teve um médico militar chamado **Amílcar Lobo** que disse que eu tinha o útero retrovertido e nunca ia poder ter filhos, então isso era um objetivo na minha vida, tanto que eu tive um atrás do outro...O primeiro tinha 9 meses quando eu engravidei de novo(...) por anos eu conseguia esconder debaixo do tapete, eu tinha urticárias todos os dias desde de 2000, e em outras épocas também. Meu marido foi fazer doutorado fora em 84, aí nos preparamos para ir, eu fui com os meninos, eu não consegui visto... Obvio nunca me deram porque pedia

<sup>1</sup> Entrevista concedida no dia 07/04/2014



atestado de antecedentes, então eu entrei como turista e isso me deu diversos trabalhos, montes de problemas lá, os meninos que entraram comigo também ficaram por algum tempo ilegais... Eu tive uma depressão muito grande, foi como voltar de novo a clandestinidade, uma amiga lá quase me carregou para o analista(...)”<sup>2</sup>

No caso do depoimento de Ana, se pode destacar a necessidade por apontar o nome de um torturador específico. A chance de relatar essas memórias é a oportunidade de lembrar coletivamente e responsabilizar individualmente, assegurando, como afirmam os grupos tortura nunca mais e Coletivo-RJ ambos com a presença de Ana marcada em suas Histórias, “que não se pode virar uma página que ainda não foi lida”.

Os dois fragmentos nos fazem refletir sobre como situações traumáticas podem reverberar por diferentes meandros, um processo que se desenvolve por uma estrutura rígida em que “*el pasado se vuelve a vivir sin control, todo ocurre como si no hubiera diferencia entre el pasado y el presente*”. (LaCapra, 2005, P. 108)

O corpo também pode funcionar como um meio em si, (de memória) na medida que os processos psíquicos e mentais de recordação são ancorados de maneira tanto somática, como neuronal. (...) estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder da afecção. A afecção como componente corporal das lembranças possui uma qualidade ambivalente: pode ser vista tanto como indício de autenticidade, quanto como motor de falsificação. Quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência falamos de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência como uma experiência encapsulada corporalmente que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora. (ASSMANN, 2011 p. 25)

Uma memória que vai se descongelando é descrita por Assmann, como exemplo de que algum tipo de botão pode acionar toda uma cadeia de memórias. “(...) à medida que descongela começa a desprender um aroma leve (...)” (ASSMANN, 2011 p. 181). Hegel com o seu “Poço do esquecimento”, elucida esse cenário onde lembranças inacessíveis temporariamente, podem ser recuperadas. (ASSMANN, 2011 p. 181) Dito de outra forma a memória precisa do esquecimento, e esse processo de olvido se dá por diferentes mecanismos, se transmutando novamente em lembrança ainda que nem sempre de forma clara, produzindo assim algum sinal somático - o indivíduo ou o social- passa a cobrar então a elaboração dessa memória.

<sup>2</sup> Entrevista concedida no dia 10/04/2014



O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona (...) Quando o medo não é reprimido, quando nós permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá(...) (ADORNO, 1995, p.119-138)

Como então valorizar esses relatos a ponto de inscrevê-los na sociedade? O uso e difusão da História oral é um caminho possível, em que valorizamos as narrativas em sua íntegra, produzindo inclusive uma lógica de sensibilização, mecanismo importante para que determinadas memórias sejam apreendidas por quem não as viveu de maneira direta, mas precisa lidar com as suas conseqüências no contemporâneo.

61

Hablamos del cuerpo social como dañado por el terrorismo de estado. La metáfora no es fortuita. La referencia al cuerpo señala el núcleo de la identidad, concebida en su aspecto colectivo, alude a un nosotros unitario, que reconoce una estructura de relaciones interna, y una piel común. En ese sentido la traumatización de una parte hace al todo; el desgarrar, la agresión, la fractura pone en crisis a la totalidad. Del mismo modo que la recomposición elaborativa restituye el cuerpo grupal y social como un todo. (KORDON, EDELMAN, 2007, p.60)

Trazendo os apontamentos de Aleida Assmann, Diana Kordon e Lucila Edelman para uma analogia do corpo social, o somático pode ser visto como as marcas que carregamos dessas memórias não elaboradas, e a afecção da mesma forma que no indivíduo, pode representar uma manipulação consciente ou não dos fatos, ou uma veracidade imanente, cabe ao pesquisador aprofundar a sua análise, para que essas memórias que foram cortadas da consciência por caminhos ainda a serem esclarecidos, voltem a fazer sentido, “(...)memória histórica para percibir precisamente todo aquello que há bloqueado oprimido, aplastado a nuestro pueblo”. (MARTIN-BARÓ apud ANSARA, 2009 p.32)

Adquirir consciência da própria memória histórica, é assumir a responsabilidade sobre a realidade em que se está inserido, fugindo dos fatalismos que acomodam o indivíduo no viés de passivo ao que sucede em seu entorno. Regimes ditatoriais, como os que assolaram a América Latina, ou mesmo o III Reich, tiveram como prerrogativa de aceitação popular, a resolução dos problemas em que aquele grupo supostamente estaria acometido. Se assumirmos as rédeas do que almejamos enquanto transformação social, seremos capazes de rechaçar os agentes que emanam idéias de opressão e violência na sociedade, abrindo o leque para novas possibilidades de futuro.



Dentro da trajetória aqui apresentada, a indagação que chegamos, foi a de como fazer com que memórias desse tempo traumático, fossem além da superficialidade, e gerassem ações efetivas no mundo real? (MORAES, p.98, 2011). Como basear a criação, partindo do caráter indizível de algumas experiências? Benjamin (1994) já enunciava o desafio de uma narrativa, ela não impõe um contexto psicológico, mas ao contrario, uma mesma história sempre que narrada, gera uma nova experiência ao narrador e ao público que a recebe, abrindo possibilidades à ação. “Metade da arte da narrativa está em evitar explicações(...). Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que já não existe na informação” (BENJAMIN, p. 203). Ela tem em sua composição básica o preceito de ser útil, de aconselhar, de propor um caminho a continuação da história. Dessa maneira a idéia da narrativa nos induz a questionar, como queremos continuar a escrever nossa História enquanto nação.

“Assim a memória é sempre criação de novos sentidos e não reprodução.” (ANSARA, p. 82)

A história oral tem se mostrado hábil a reconhecer discursos antes subterrâneos, que passam a produzir material a um processo de afirmação social capaz de trazer novas nuances a debates ainda complexos e de difícil ressonância na sociedade brasileira. Como bem aponta Rovai (p.111, 2013), esses indivíduos marcados como subversivos, antipatriotas, aniquilados em sua integridade física e mental pela oposição aos regimes autoritários foram suprimidos em palavras e em existência. Na luta pela validação de memórias diferenciadas, contra os estereótipos criados e principalmente, para trazer a luz do corpo social os traumas sofridos, o testemunho desses que de alguma forma resistiram a opressão e foram silenciados, tenta abrir espaço para ganhar importância como denúncia, responsabilização e reparação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"As lembranças se adaptam ao nosso conjunto de percepções no presente" (HALBWACHS, 1990, p.29).

Longe de tirar a importância dos escritos de Halbwachs a respeito da memória coletiva, pretendemos fugir do anacronismo que seria o uso de suas teorias indiscriminadamente. Entendemos dessa forma, os questionamentos de Pollack (1989) sobre a coesão negociada e conciliatória entre indivíduo e grupo na produção de memórias, uma alternativa viável de se debruçar sobre seus argumentos, através de um olhar atualizado aos conflitos contemporâneos e ao excesso de carga informacional que se movimenta na



sociedade. Ele aponta o quão problemáticas podem ser, análises que sigam enxergando fatos sociais como coisas, e menciona uma mudança de perspectiva em que o construtivismo, realiza uma espécie de dissecação dos caminhos que levaram a formação dessas memórias, propondo um rompimento com o caráter estritamente uniformizador apresentado por Habwachs, mirando sua perspectiva para os conflitos entre as memórias.

A reavaliação aos conceitos apresentados por Habwachs é inerente a qualquer trabalho que tenha como matriz a sociedade contemporânea, considerando que os problemas sociais além de outros se manifestam por meios distintos, o que não questiona seu indiscutível legado, por além de ter cunhado o conceito de memória coletiva, ter apresentado as discussões sobre os quadros sociais da memória. Sua perspectiva a respeito da História é um exemplo disso, ao apontá-la como passado estagnado, em oposição à memória construída pelas experiências do presente, baseia sua teoria na historiografia produzida à época; com a ascensão de práticas e estudos como a história oral e o conseqüente uso da memória como fonte histórica, a História ganha novos matizes que não correspondem em nada ao congelamento de um passado sem força motriz.

Chegamos ao século XXI assumindo novas posturas no que diz respeito as relações produzidas no âmbito da memória. A globalização não apenas encurtou distâncias, mas transformou os referenciais. Como disserta Stuart Hall o conceito de identidade se vê em crise, “a identidade somente se torna uma questão, (...), quando algo que se supõe como fixo, corrente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.” (KOBERNA, apud HALL 2006, p.43). Cabe então, tentar entender qual o papel desse sujeito contemporâneo e de suas memórias, em um mundo que se movimenta cada vez mais rápido, alterando cenários sociais, que por sua vez modificam as identidades ao qual nos reconhecemos. Como lidar com a rigorosidade que exige a pesquisa em meio a tamanhas e intensas transformações?

É exatamente o desenrolar de processos como deslocamentos, exílios, catástrofes, que implicou a formulação deste novo gênero, ou seja, da busca de fundamentos desse novo campo, o da história oral testemunhal. [...] é preciso olhar situações ou de grupos em que o colaborador envolvido participou de forma traumática, como vítima, de alguma circunstância marcante. Não se fala apenas de casos políticos, pois há grupos que sofreram com terremotos, enchentes, pestes, enfim, situações que produziram traumas específicos. Mudanças do comportamento mnemônico em face de tragédias são importantes para a requalificação da identidade e, mais do que isso, do estabelecimento de políticas públicas (MEIHY, 2010).



Dentro da nova realidade que vai se desenhando em comissões da verdade e debates cada vez mais públicos, a História oral ganha um papel de destaque que ultrapassa qualquer excesso de zelo acadêmico, publicizando experiências e tornando-as integrantes de memórias que se coletivizam mais a cada dia. Trazendo Marc Bloch (1993) a nossa discussão: se fossemos antiquários só teríamos olhos para as coisas velhas. Mas somos historiadores, (pesquisadores e porque não exploradores). É por isso que amamos a vida, e na valorização desse sentimento é que nos permitimos ter acesso a toda afetividade presente nas fontes orais, nunca perdendo o senso crítico, mas não deixando de lado nossas paixões pois sem elas seríamos apenas reprodutores de ideias congeladas no tempo.

Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva." (POLLACK, 1989, p.1)

O que tentamos enxergar nesse panorama, é que com as novas teias que foram sendo traçadas no âmbito da memória social, seria sensato entender análises usualmente excludentes umas as outras, em uma proposta de coexistência, ainda que em alguns momentos críticas entre si. A memória é tanto, impositiva, institucional e inscrita na sociedade por meio de mecanismos coercitivos, como pode ser aderida através do afetivo.

Retirar o caráter clandestino das memórias de um tempo sombrio significa recolocá-la no espaço público para as devidas providências, isto é, desclandestinizam-se para não serem esquecidas (...) (CASTRO, 2007, p. 141)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural, Campinas, Editora da UNICAMP, 2011.





- ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. 2ª edição. Curitiba, 2009
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador in Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas, V.1*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, s/d. Coleção Saber. 1993
- BRISOLA E MARCONDES, A *História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos*, Revista de ciências humanas – Universidade de Taubaté Vol.4 N.1, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. **CIDADANIA NO BRASIL**
- CUYA, Esteban. *Justiça de transição*, ACERVO Revista do Arquivo nacional, Rio de Janeiro v.24, n.1, Jan/Jun 2011
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória individual e memória coletiva*. In:\_\_\_\_. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOLKER, Tânia. *Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação*. In:\_\_\_\_ *TORTURA*, (org.) Coordenação Geral de Combate à Tortura.
- LaCapra, D., *Escribir la historia, escribir el trauma* (2005), trad. Elena Marengo, Nueva Visión, Buenos Aires, 2005
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista*. Revista História Agora, São Paulo, 2010.
- MORAES, Nilson. In GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera, *O que é Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PPGMS-UNIRIO, 2011.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.
- RUPERT, Sylvania. “Para reconciliar, É preciso esquecer?”: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In *Entre a memória e o Esquecimento, estudos sobre os 50 anos do golpe civil militar no Brasil*. Gallo, Carlos e Rubert, Sylvania (Org.) Porto Alegre, Ed. Deriva, 2014



## A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA NA BOLÍVIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

SANTOS, Rodrigo de Jesus

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC-UFABC*  
*rodrigossbc@yahoo.com.br*

66

### RESUMO

O objetivo do presente trabalho é identificar, de maneira introdutória, a emergência do movimento indígena na Bolívia, como uma forma de resistência e ao mesmo tempo a busca da afirmação de sua identidade depois de séculos de dominação espanhola. Essa emergência tem se tornado muito evidente nas últimas décadas, sobretudo, a partir da ascensão do primeiro presidente de sua história, oriundo da classe indígena, classe essa, majoritariamente predominante no país. Desse modo, diversos países latino-americanos têm tido a luta indígena boliviana como referência de autoafirmação, resistindo às várias formas usadas pelas elites para neutralizar sua participação nos rumos do país.

**Palavras-chave:** Bolívia; movimento indígena; resistência.

### ABSTRACT

The purpose of this work is to identify, in an introduction way, the emergence of the indigenous movement in Bolivia, as a form of resistance, while they search for affirmation of their identity after centuries of the Spanish domination. This emergence has become very evident in recent decades, mainly from the rise of the first president in the country's history, who came from the indigenous class, which comprises the majority of the country's population. Thus, in recent decades many latin countries have identified with the indigenous struggle that occurred in Bolivia, for their own self affirmation, resisting various tactics used by elites forces to neutralize their participation in the direction of the country.

**Key-words:** Bolivia; indigenous movement; resistance.

### INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido responsáveis pela incorporação de diversas temáticas antes deixadas em segundo plano. As mais diversas questões fazem hoje parte da agenda dos governos e são discutidas pela sociedade civil, instituições e movimentos sociais. Questões de raça, direitos humanos, direito das mulheres e uma série de outras reivindicações. Nesse sentido, Gohn (2008), chama a atenção para os movimentos identitários, que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. Segundo ela, são movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares. Em alguns



países latino-americanos, houve uma radicalização do processo democrático e o ressurgimento de lutas sociais tidas, décadas atrás, como tradicionais, a exemplo de movimentos étnicos, especialmente dos indígenas na Bolívia e no Equador.

Gohn (2008) comenta que, neste novo século, na América Latina, os indígenas estão reemergindo como grande novidade no cenário das lutas e movimentos sociais na região. Sabe-se que a luta dos indígenas, de resistência à colonização europeia e branca, é secular. Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que essas lutas tem assumido, não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua, etc. Ainda segundo ela, deve-se assinalar também que inúmeros territórios indígenas passaram a ser, em vários países, fonte de cobiça devido a minerais e outras riquezas de seu subsolo, assim como seus cursos de água, ou meramente por localizarem-se em rotas onde se planejam gasodutos e outras intervenções macroeconômicas, acirrando assim, tensões sociais.

Nessa mesma perspectiva, Bengoa (2008), aponta que a emergência indígena foi o fenômeno sociopolítico e cultural mais importante nos últimos vinte anos ocorrido na América Latina. O que significou a presença de novas identidades e expressões étnicas e demandas das populações indígenas. O protagonismo indígena é evidente na maioria dos países do continente, tanto onde há uma maioria indígena como também onde os indígenas constituem grupos minoritários da população.

Ainda segundo ele, o caso específico da Bolívia é o de maior impacto e importância na atualidade. Depois de duas décadas de mobilizações e busca de consciência, o movimento indígena assume a condução do Estado, afirmando a etnicidade como um dos elementos centrais da cidadania e nacionalidade bolivianas.

Nesse sentido, percebe-se que a Bolívia tem sido o espelho para onde movimentos sociais e indígenas principalmente, voltaram seus olhares nos últimos anos. Seus reflexos podem ser vistos em vários países do continente latino-americano, onde a temática indígena bem como tantas outras ligadas a setores menores da população tem ocupado um espaço cada vez maior nas discussões e decisões.



## ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Se recorrermos à história da Bolívia, no período que antecede sua independência (que se dá no ano de 1825), seguramente nos depararíamos com uma situação muito diferente da atual. O desenrolar da história nos mostra que com o processo de colonização espanhola, os indígenas são postos a margem, sob um regime de subserviência, ao mesmo tempo que há uma nítida tentativa de instaurar o predomínio da influência colonialista, impondo seus costumes a um povo que ali já se encontrava.

Com o processo de colonização, os indígenas passaram a ser vistos como os "estranhos" dentro de seu próprio território. Recorrendo à análise de Norbert Elias (2000), sobre a relação entre estabelecidos e outsiders, podemos dizer que na Bolívia essa situação se deu de maneira inversa. Visto que seus povos indígenas originários, ocuparam o papel dos "outsiders" sofrendo as mais duras estigmatizações. Já os colonizadores tentaram imprimir para si, o status de "estabelecidos" e de fato, o conseguiram manter por um longo período. Fica claro nesse exemplo, que diferente do que aconteceu no caso de Winston Parva, analisado na obra de Elias, onde, o que definia a superioridade dos estabelecidos sobre os outsiders era o tempo de residência sobre o espaço ocupado, essa questão entre os colonizadores espanhóis e indígenas bolivianos se deu pelo poder muito superior dos colonizadores bem como outras formas de dominação sobre os indígenas.

Evidentemente que esse quadro também poderia ser representado pelos indígenas como sendo os estabelecidos (uma vez que sua presença nesses territórios remete à séculos antes da chegada dos colonizadores), e com os espanhóis como sendo os outsiders, "o outro". No entanto, como será abordado mais adiante, analisando alguns fatores que predominaram no comportamento de ambos os lados, poderá se chegar a conclusão que esse quadro não se efetivou dada as próprias contradições contidas no interior de cada grupo, onde por um lado, a falta de coesão propiciou uma condição inferior de um grupo e por outro o alto grau de coesão possibilitou seu poderio e sua superioridade sobre o outro.

Conforme a análise de Elias (2000), sobre a comunidade de Winston Parva, podemos identificar alguns outros elementos que podem ser aplicados numa comparação com o caso indígena na Bolívia, que constitui a proposta deste estudo. Elias identificou a única diferença entre ambos os grupos como sendo o tempo de estabelecimento nessa comunidade. A questão do contato social também se mostrou bastante presente, já que nessa comunidade, os contatos



se restringiam à práticas profissionais. No caso indígena não foi diferente. A própria condição de submissão da população local fez com que o contato entre colonizadores e colonizados se desse por meio da exploração tanto de suas riquezas como de sua mão de obra, para atender aos interesses da metrópole.

Desde então, ficou muito enraizado na Bolívia, a ideia de que a colonização trazia consigo uma "civilização". Seguiram-se séculos de dominação e exploração de seus recursos. Os indígenas, embora que, resistindo as investidas coloniais, eram postos numa condição de inferioridade, como possuindo um menor valor humano ante os "estabelecidos" colonizadores. O passado de exploração por parte dos espanhóis, levaram toda a prata da região de Potosí, matando milhares de indígenas com o trabalho escravo, deixando para trás um país extremamente pobre.

Essa inferioridade pode ser explicada pela falta de coesão, da qual Elias (2000), atribui aos outsiders na comunidade de Winston Parva. Para ele, os estabelecidos construíram um alto grau de coesão interna entre seus grupos. Já os outsiders não possuíam a menor coesão, fato que contribuiu para que os estabelecidos através da exclusão e estigmatização como armas poderosas reafirmassem sua superioridade no local.

Não se pode, no entanto, afirmar que mesmo sobre uma condição de inferioridade não tenha havido resistência entre os grupos indígenas. Muitos grupos se rebelaram contra as investidas espanholas ou mesmo morreram em conflito com as forças colonizadoras. A resistência indígena esteve muito clara desde sempre. Pode não ter havido essa coesão, o que se explica até mesmo pelas condições da época, mas certamente a resistência esteve presente.

Outra referência no tratamento da relação de poder e subordinação é James C. Scott (2004), que em sua obra identifica o termo "discurso público" como sendo uma forma de manifestação explícita de sentimento diante dos outros, presente nas relações de poder entre subordinados e superiores. Segundo ele, o discurso público quando não é claramente enganador, dificilmente da conta de tudo o que acontece nas relações de poder.

De acordo com ele, os grupos subordinados buscam formas de adaptação a esse cenário de desfavorecimento frente aos detentores de poder. Porém, a percepção desse grupo em relação ao discurso público não reflete propriamente seus desejos e sentimentos, pois buscam se adaptar ao que o grupo superior espera deles. Os superiores por sua vez, enxergam esse "discurso público" como sendo uma "ocultação", o que os leva a ter uma visão de que os



subordinados são falsos. Percebe-se, assim, um cenário de nítida desconfiança entre ambos os grupos.

Scott (2004), também cita o "discurso oculto" que reside no sentimento contido e não explícito, onde a prática de dominação e exploração causa o surgimento de insultos e ofensas à dignidade humana, fazendo emergir um "discurso oculto" de repúdio e indignação. Para ele, o discurso oculto como a conduta fora de cena (oculta) está constituído por manifestações lingüísticas, gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou tergiversam o que aparece no discurso público. Segundo Scott, o discurso oculto possui três características que lhe são peculiares. A primeira é que esse discurso é específico e um espaço social determinado e de um conjunto particular de atores; a segunda, e que nem sempre se dá a devida atenção, reside no fato de que não contém apenas atos de linguagem, mas também um extenso leque de práticas. Assim, para muitos camponeses o furto de caça, a evasão de impostos, o trabalho mal feito são parte integral de um discurso oculto. Para os detentores de poder, essas práticas constituem em luxos e privilégios secretos, o uso clandestino de assassinos pagos, o suborno, a falsificação de títulos de propriedade. Em cada caso essas práticas contradizem o discurso público dos respectivos grupos e se mantém na medida do possível em segredo.

Na análise de ambos os autores é possível perceber que a relação de poder e subordinação traz consigo a idéia de que algumas ações tomadas pelos grupos em questão, legitimam seu status nessa relação. Nesse sentido, os subordinados ao praticarem cada vez mais o ato de submissão em relação aos superiores, propiciam sua própria legitimação. Scott mostra que, os detentores do poder têm o interesse de criar através de um discurso ideológico, uma espécie de hegemonia que busca disseminar sobre seus subordinados. Ainda segundo ele, essa hegemonia existe porque os subordinados são "coniventes" com essa prática.

Esse resgate histórico e esta breve teorização da relação entre dominados e dominadores se faz necessário, na medida em que busquemos compreender os fatos que se desenrolam nas últimas décadas, não só no país andino, mas também na América Latina e em que contexto o movimento indígena se sustenta para legitimar sua reivindicação de construção de uma identidade própria, baseada no seu indigenismo e na sua multiculturalidade, que ao longo de sua história foi interpretada como uma resistência à dominação espanhola.





## O CONTEXTO E O AUGE DAS RESISTÊNCIAS

Na tentativa de uma melhor compreensão sobre os fatores que levaram a onda de resistência dos movimentos sociais na Bolívia, se faz necessário uma breve contextualização em alguns períodos das últimas décadas que caracterizaram essas lutas.

A predominância da ordem capitalista no mundo, surgida com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em fins dos anos de 1989 e início de 1990 prometera aos países um novo curso no seu desenvolvimento, pautado, sobretudo pela paz e pelo progresso econômico e social. Com o decorrer dos anos estas “receitas” apresentadas pelo capitalismo e implementadas por grande parte dos países do mundo mostraram-se incapazes e por vezes responsáveis pelo colapso econômico e social de muitos países, o que contribuiu para que estes ficassem a margem dessas transformações, acarretando atrasos estruturais no seu desenvolvimento enquanto nação.

O início da década de 1980 marca o retorno do poder civil na Bolívia. Esse período foi acompanhado por uma série de distúrbios econômicos, políticos e sociais que agravaram ainda mais sua já precária situação. Mais recente na memória do país, está o projeto neoliberal do FMI e Banco Mundial nas décadas de 1980 e 1990, quando as empresas estatais foram privatizadas e os resultados desastrosos.

O processo de globalização e a onda do neoliberalismo seduziram os governos latino-americanos durante seu apogeu na década de 1990. Nessa perspectiva, a Bolívia foi um dos primeiros países a incorporar essas políticas e conseqüentemente um dos primeiros a sofrer seus efeitos nefastos. Acontece que essas práticas introduzidas atendiam tão somente aos interesses de grupos e corporações estrangeiras, deixando-os em melhores situações, enquanto as demais camadas da população, principalmente as indígenas e as situadas no campo, conviviam com o atraso e a falta de assistência por parte do Estado para suprir suas demandas.

O auge do neoliberalismo no país, que perdurou até meados da metade da década de 2000, implantou uma série de medidas que iam em desencontro com o que demandavam as classes mais baixas. As ondas de privatizações e retração do Estado na economia levaram a Bolívia a todas as intolerâncias sociais. As tentativas de privatização da água em Cochabamba no ano de 2000 e a Guerra do Gás em 2003 propiciaram uma série de confrontos entre governo e população. Seguiram-se paralisações, bloqueio de estradas que tomaram as principais cidades



do país. Esse último episódio, culminou com a renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

Os antecedentes da chamada "Guerra da Água", iniciaram-se em fevereiro de 1996, quando o Banco Mundial faria um empréstimo de US\$ 14 milhões para a prefeitura de Cochabamba para a expansão do serviço de água. Esse empréstimo estaria condicionado à privatização do fornecimento para a cidade. Em junho de 1997, havia uma dívida de US\$ 600 milhões da Bolívia junto ao Banco Mundial, o indulto desta dívida seria a privatização da água de Cochabamba. Em setembro de 1999, a água de Cochabamba foi arrendada até o ano de 2039 para a empresa Aguas del Tunari, um consórcio criado por capitais dos EUA, Espanha, Itália e Bolívia, subsidiária da Bechtel, da Califórnia. Estas medidas faziam parte da Lei 2029 do Serviço de água potável e rede de esgotos sanitários, aprovada no final de 1999, que privatizou ambos os serviços.

A privatização dos serviços de água de Cochabamba ficou a cargo da Bechtel (norte-americana), uma das maiores corporações de engenharia do mundo. O contrato incluiu, além da privatização do fornecimento de água, a privatização da água da chuva e dos poços, proibindo a população de coletá-la. A lei 2.029 previa licenciamento dos serviços de água para empresas privadas em cidades com mais de 10.000 habitantes, a provisão dos serviços de água deveria ser "financeiramente auto-sustentável".

Em setembro de 1999, foram firmados os contratos de privatização e concessão dos serviços de água para a empresa Aguas del Tunari e na ocasião a Central Obrera Departamental e outros movimentos protestaram contra esses contratos. O acordo garantia à empresa o lucro de 16% por cada ano do contrato, e paralelamente, uma lei aprovada no Congresso concedia o controle sobre sistemas de irrigação rurais e poços comunitários, e estes por sua vez eram projetos financiados e construídos pelas comunidades sem apoio do governo. Semanas depois de assumir o controle, a empresa aumentou em 200% a taxa de água.

Em novembro de 1999, antes do estabelecimento da taxa, houve bloqueio das rodovias que dão acesso a cidade. Em seguida, diversos setores urbanos e rurais organizaram o movimento "La Coordinadora para a Defesa del Agua y la Vida", composto por um misto da população, que incluía sindicato dos trabalhadores, grupos ambientais, membros progressistas do Congresso, fazendeiros e irrigadores.

Em janeiro de 2000, após o anúncio da taxa, ocorreu a primeira ação pública, uma greve geral que durou três dias, onde as rodovias foram bloqueadas, o aeroporto e as ruas fechadas, os



cidadãos se reuniram na praça central da cidade e o novo slogan podia ser visto em uma imensa bandeira que dizia: “El Agua es Nuestra, Carajo!”. Diante da situação, o governo assinou acordo em que seria revisto o contrato da empresa de água e a nova lei e os protestos foram suspensos. A revisão não foi feita, sem a mudança na taxa, a população se recusou a pagar as contas e a empresa passou a cortar o fornecimento. Outro protesto foi planejado, com forte repressão por parte do governo. As ruas se tornaram campos de batalha entre manifestantes e polícia por dois dias. O protesto tomou conta das rádios, o apoio da população aumentou, o governo perdeu qualquer legitimidade de argumento com o conflito, e por fim, anunciou um acordo com a empresa recuando a taxa de água por seis meses.

Em abril, o movimento deu início à outra greve, desta vez, só seria encerrada com o cancelamento do contrato e a revogação da lei que permitia o controle sobre poços e sistemas de irrigação rural. A população se reuniu em grande número e após alguns dias, o governador pediu ao presidente que o contrato fosse cancelado para evitar uma guerra da população contra o governo. Após ser declarado o cancelamento, a empresa se negou a acatar a decisão. Mantiveram-se os protestos que se tornaram mais violentos, e a polícia foi chamada para controlar os manifestantes, disparando tiros, e fez como primeira vítima um rapaz de dezessete anos. Deu-se início a uma movimentação internacional de ativistas pedindo o cancelamento do contrato e com a pressão, os diretores da empresa foram embora do país e o governo cancelou o contrato.

Assim, no ano de 2000, a população de Cochabamba, uma cidade de 600.000 habitantes no vale andino, resistiu à lei e aos soldados para expulsar umas das empresas mais ricas do mundo e reconquistar o direito à água. As manifestações da população foram violentamente reprimidas pela polícia, um jovem manifestante foi morto nos confrontos, e a revolta popular levou o governo boliviano a rescindir o contrato com a Bechtel, que foi expulsa do país. O conflito teve o saldo final de dez meses, onze dias de sítio e uma dezena de mortos. A expulsão da Aguas del Tunari foi produto da resistência e defesa, dos movimentos sociais e indígenas pela reivindicação de um direito.

Essas manifestações foram convocadas por várias lideranças indígenas e de movimentos sociais que propunham a resistência à dominação das elites que governavam o país. Neste cenário, a resistência indígena na Bolívia culminou com a ascensão à presidência do país no ano de 2005, de um ex-líder sindical do movimento cocaleiro, Evo Morales. Tal fato representou algo sem precedentes na história desse país, visto que Morales foi o primeiro índio



a ocupar esse posto, num país majoritariamente indígena. Esse acontecimento adquire um caráter de resistência de um grupo majoritário diante de grupos dominantes tradicionais e que representam a minoria. A ascensão de Morales ao poder na Bolívia também se deve ao fato dos partidos tradicionais terem fracassado em suas políticas no que se refere a resolução das questões mais crônicas do país, inerentes ao subdesenvolvimento, como a pobreza e a exclusão social.

Com o movimento indígena, a Bolívia passou por um processo de "refundação" do papel estatal enquanto promotor das transformações às quais demandavam esses grupos antes subordinados à elite do país. Desde a chegada de Morales à presidência, os indígenas e movimentos sociais têm passado por importantes processos os quais denominados por eles com revolução cultural e democrática.

Revolução democrática porque durante décadas o país não elegia um presidente por um sistema de maioria, isso se deu com a ampla participação popular e dos movimentos sociais que elegeram Evo Morales com 54% dos votos (em 2005). Isso evidencia o amadurecimento das forças indígenas no país, já que antes desse processo havia apenas o primeiro turno com participação direta da população, o segundo turno era feito pelo Congresso Nacional do país que elegia segundo os interesses das elites que o compunham.

No âmbito cultural, o reafirmamento do indigenismo, da multiculturalidade, o predomínio de suas línguas (quechua, aymara e guaraní) tem estado presente no atual processo de transformação pelo qual passa o país. A incorporação das demandas vindas dos grupos indígenas e de diversos movimentos sociais fizeram com que o país assumisse um caráter plural em sua composição. Na Constituição, por exemplo, alterou-se o nome do país de República da Bolívia para Estado Plurinacional da Bolívia, como forma de atender aos mais diversos grupos que conformam a população boliviana.

Esses acontecimentos que desencadearam a mobilizações em diversos setores sociais possibilitam entender de forma clara que nos últimos anos os projetos nacionais de governos latino-americanos têm ganhado destaque pela importância crescente que adquiriram, na medida em que passaram a incorporar diversos setores sociais, antes não assistidos pelo Estado, a uma atuação mais participativa e inclusiva na política do país. Nessa perspectiva, os movimentos indígenas passaram a ter voz mais ativa no curso dessas transformações. Cabe lembrar que a chegada de governos com cunho ideológico de esquerda progressista acelerou a incorporação dessa massa que passaram a reivindicar uma maior atenção às suas causas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de poder e subordinação encontra-se cercada de elementos que definem a atuação dos grupos que de um lado buscam a predominância de sua superioridade sobre os demais e de outro por aqueles que buscam valer-se do papel de subordinados para assumir um papel de resistência a qualquer forma de dominação que venha a fazê-los sentir-se em uma posição de inferioridade.

Com Norbert Elias, essa questão esteve representada na forma de estabelecidos e outsiders. O primeiro (de acordo com seus próprios critérios), como sendo o grupo que mais tempo possuía sobre determinado território, o que segundo eles, os tornava superior sobre os demais, no caso, os outsiders, que por sua vez, possuíam um menor tempo de residência sobre esse local. A coesão interna entre esses grupos revelou-se como sendo um elemento que caracterizava o porque dos subordinados serem submetidos a essa posição de inferioridade, já que "os recém-chegados eram desconhecidos não apenas dos antigos residentes, mas também entre eles, não tinham coesão e, por isso não conseguiam cerrar fileiras e revidar (ELIAS, 2000, p. 25).

Com Scott, essa relação se mostrou através dos termos de discurso público, que diz respeito à manifestação explícita de sentimento perante os outros, mas que não necessariamente representa seus desejos e pensamentos. É também um enganador, que dificilmente da conta de tudo que sucede nas relações de poder e o discurso oculto que é o desejo contido e não explícito.

Com este breve estudo, buscou-se discutir e entender o papel desempenhado pelos indígenas como forma de resistência à dominação. Procurou-se ater ao caso específico da Bolívia, tido como referência de luta indígena, após longo período de colonização e subordinação. Em períodos mais recentes da história boliviana, a resistência indígena e dos movimentos sociais possibilitou um revés na estrutura de poder do país. A eleição de Evo Morales, o primeiro indígena a presidir a Bolívia, representou uma conquista desses movimentos bem como possibilitou a refundação do país sobre novas bases. Essa eleição foi acompanhada da reincorporação de valores antes não tão preservados. O domínio cultural dos povos indígenas assumiu uma característica fundamental a partir de então.

Ao longo de sua história, o país sempre esteve muito ligado à instabilidade política, econômica e social. As disparidades em todas as suas esferas demandavam uma reestruturação



da nação, fato por muito tempo deixado a mercê, por não representar o interesses de determinados setores e grupos do país.

Esses episódios conturbados na história recente da Bolívia propiciaram o revés sofrido no país com a eleição de um presidente indígena. A "ascensão dos subordinados" suou como uma resposta dos indígenas e movimentos sociais a uma elite há muito no poder do país. Evidentemente que essa maior presença indígena não pôs fim às diversas formas de estigmatização sofrida por eles, que em muitas situações ainda se faz bastante presentes. De qualquer forma, essa resistência propiciou ganhos significativos para esses grupos no que se refere à maior atenção, agora prestada as suas reivindicações e mais importante que isso, o repúdio a qualquer forma de dominação que coloque indivíduos em condição de inferioridade em relação aos demais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert; SCOTSON, JSOHN L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2004.

BENGOA, José. **Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina?** Cuad. antropol. soc. n. 29, Buenos Aires, ene./jul. 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2009000100001](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2009000100001)>.

Acesso em: 23/05/14.

Instituto Nacional de Estadística e Indicadores Socioeconômicos Del Departamento de Cochabamba. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo>>. Acesso em 13/05/14.





Public Citizen, Bechtel contra Bolívia: a próxima batalha na “Guerra da água”,  
<[http://www.citizen.org/cmep/article\\_redirect.cfm?ID=8910](http://www.citizen.org/cmep/article_redirect.cfm?ID=8910)>. Acesso em 15/05/14.

Resistir.info. Arquivo, Disponível em: < [http://resistir.info/agua/questao\\_agua.html](http://resistir.info/agua/questao_agua.html)>. Acesso em 15/05/14.

\_\_\_\_\_ Arquivo, Disponível em: < [http://resistir.info/agua/donos\\_da\\_agua.html](http://resistir.info/agua/donos_da_agua.html)>. Acesso em 15/05/14.

Scientific Eletronic Library Online, Revista Brasileiro de Política Internacional. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em 10/05/14.



## TECNOLOGIA SOCIAL E PERMACULTURA: PERCURSO DA TRAJETÓRIA DE UMA FAMÍLIA DE AGROECOLOGISTAS

PRADO, Keyla Cristina Pereira  
*Universidade Estadual do Centro-Oeste*  
*keyla\_prado@yahoo.com.br*

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal  
*Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento*  
*Comunitário/Unicentro*  
*gonzaga@unicentro.br*

78

FREITAS, Carlos Cesar Garcia

### RESUMO

Este estudo faz uma leitura da trajetória de uma família de produtores agro ecologistas, sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável. O caminho histórico traçado por esta família, perpassa a agricultura familiar convencional, a fomicultura, até chegar na agricultura orgânica, que por sua vez teve seu momento inviabilizado devido às políticas públicas vigentes. A pesquisa de viés qualitativo possui caráter exploratório-descritivo onde os procedimentos de coleta, interpretação e análise dos dados podem ser construídos ao longo do processo de pesquisa. Este estudo permitiu compreender quão complexo é o processo de escolhas de uma família de agricultores orgânicos, inseridos em um ambiente político e econômico, cujo objetivo anda na contramão da necessidade da agricultura ecológica familiar. A análise mostra que tradição, educação, cultura e significados do trabalho na terra, subsidiam uma consistente base, onde a dualidade TS e agricultura agroecológica fazem elos de ligação entre aqueles que os praticam.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável, agricultura familiar orgânica, Tecnologia Social, agroecologia, comunidade de cultura tradicional.

### ABSTRACT

This study takes a reading of the trajectory of a family of ecologists agro producers, from the perspective of Sustainable Development. The historical path traced by the family, the family goes through conventional agriculture, tobacco farming, until arriving in organic agriculture, which in turn had its moment unfeasible due to current public policy. A qualitative research bias has exploratory-descriptive nature where procedures for the collection, interpretation and analysis of data can be constructed throughout the research process. This study allowed us to understand how complex is the process of choice of a family of organic farmers, inserted into a political and economic environment, whose purpose goes against the grain of the need for ecological farming family. The analysis shows that tradition, education, culture and meanings from the land, subsidize a consistent basis, where TS duality and agroecological agriculture are links between those who practice them.

**Keywords:** sustainable development, organic family farming, Social Technology, agroecology, traditional culture community.



## 1 Introdução

A agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional desprezado pela agricultura moderna, e busca fazer uma nova sistematização científica. Para sua prática é necessário um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza (Altieri, 1989). A agroecologia se apresenta no Brasil como uma forma de resistência contra a devastadora onda modernizadora, integrando propostas agroecológicas voltadas a desenvolver a agricultura familiar.

A situação socioambiental e agrária atual é resultado do modelo adotado pelas economias capitalistas, e remetem à necessidade de profundas reflexões. A pesquisa aqui descrita ocorreu em uma comunidade rural, no município de Irati, estado do Paraná. Na comunidade em questão, moram cerca de 92 famílias. Há pouco mais de duas décadas atrás, fora organizada como um sistema de faxinal, que se extinguiu por ocorrência do sistema predominante de monocultura, que vem totalmente ao encontro do *modus operandis* dos faxinais e pequenas propriedades rurais. Mediante este cenário, pretende-se dialogar a respeito da história da comunidade, enfatizando a história de uma família que passou pelos processos da agricultura familiar tradicional, fumiicultura e, atualmente, agroecologia.

O presente artigo tem como objetivo retratar para a sociedade os resultados obtidos com essa pesquisa. Para tanto, está dividido em cinco sessões além desta introdução: a) fundamentação teórica: destaca os principais aspectos teóricos envolvidos; b) procedimentos metodológicos: explicita os passos adotados na pesquisa; c) resultados e discussão: apresenta o tratamento e análise dos dados e informações obtidas; d) considerações finais: sintetiza as principais conclusões; e) referências: destaca as obras utilizadas no artigo.

Utilizando-se dessas técnicas e procedimentos de pesquisa, buscou-se a aproximação com o objeto de estudo, na tentativa de conhecer e interpretar, para posteriormente, se necessário, realizar algumas sugestões. O estudo situa-se na confluência entre uma abordagem voltada à agricultura como elemento cultural e a perspectiva dos estudos rurais, ou do campesinato, a partir de uma perspectiva antropológica.

## 2 Fundamentação Teórica

### 2.1 Comunidades Tradicionais: os faxinais

A família aqui estudada pertence a uma comunidade que, há pouco mais de duas décadas, organizava-se como sistema agrícola de Faxinal. Nessa contextualização, faxinal se



caracteriza como um território composto e complexo que combina o uso coletivo de recursos e a apropriação privada da terra.

As comunidades tradicionais, constituem um espaço analítico capaz de juntar fatores como: a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia fortalecida no conceito de territórios sociais, mediante esforço coletivo de um grupo social (LITTLE, 2002).

Ainda, segundo Diegues (2004), as comunidades tradicionais apresentam diversas características singulares, sendo as principais destacadas no quadro 1.

Quadro 1 – Características comuns das comunidades tradicionais

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência e até simbiose com a natureza;</li> <li>• Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos;</li> <li>• Emprego de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais;</li> <li>• Transferências de conhecimento de geração em geração por via oral;</li> <li>• Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;</li> <li>• Moradia e ocupação do território por várias gerações;</li> <li>• Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;</li> <li>• Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;</li> <li>• Uso de tecnologia relativamente simples e de impacto limitado sobre o meio ambiente;</li> <li>• Reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal.</li> </ul>
---

Fonte: adaptado de Diegues (2004)

Por sua vez a Constituição Federal (PARANÁ, 1988, p. 124) trouxe, por meio da proteção à cultura, a ligação que faltava para garantir a todos os povos e comunidades tradicionais o direito de se manterem diferentes, onde :

[...] grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar de



forma distinta, ocupar e usar territórios e recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade.

O artigo 215 e 216 da Constituição Federal faz uma abordagem sob aspecto antropológico, de que os modos de vida, os modelos de conduta, criados, adquiridos e transmitidos para outras gerações no âmbito de um agrupamento humano determinado, materializados através de obrigatoriedade de admitir a inexistência de uma cultura superior, ou melhor do que outra, não sendo permitido privilegiar uma em detrimento de outra, pelo menos diante de uma postura democrática e plural. Reconhecendo o Brasil como um país pluriétnico e pluricultural.

Garantido o direito de serem e de se conservarem como povos e comunidades tradicionais, expurgando-se de vez do sistema jurídico brasileiro qualquer tentativa de integração desses povos e comunidades tradicionais à cultura hegemônica.

No Brasil, as comunidades tradicionais, por seu multiculturalismo, compreende um contingente total de 522 etnias, correspondente a oito milhões de pessoas, segundo informações da Defensoria Pública da União (2013). A considerar a população brasileira estimada em 201.032.714 habitantes (IBGE, 2013), a população das comunidades tradicionais representam aproximadamente 4% do total de pessoas do país.

Com já destacado, as comunidades tradicionais, em seu diferencial, possuem capacidade de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo: as diferenciações na fauna e na flora; as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções; assim, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas CASTRO (2000, p. 166).

Praticam o extrativismo, porém ao mesmo tempo em que retiram da natureza os recursos necessários para seu sustento, preservam os ecossistemas, respeitando seus ritmos de renovação e equilíbrio. Conforme Castro (2000, p. 167), “nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, enfim, o simbólico”.

Historicamente as comunidades tradicionais, carregam em sua herança a prática da interação com a natureza, em uma relação simbiótica, e cultiva seus costumes repassando-os de geração em geração, preservando, assim, uma riqueza cultural inestimável.



A valorização das tradições, é defendida por HALL (2003, p. 8) como manutenção do significado de comunidade, pois “a identidade está sempre descentrada, isto é deslocada ou fragmentada” sendo necessário o esforço para sua consolidação e manutenção. Diante do contexto, é importante afirmar, que a identidade se forma a todo instante e constrói-se conforme as forças do local e a interferência das tradições vão sendo “reconstruídas” dentro das comunidades tradicionais. Entre essas, destacam-se os faxinais que foco do presente artigo.

Nos Faxinais estão sedimentados mais de 300 anos da história agrária do Brasil, o que mostra, o quanto eles são dinâmicos e flexíveis, mas também o quanto são integrativos, tendo reagido a diferentes fases e modificações do sistema social e econômico hegemônico (LÖWEN SAHR 2005, p.22).

Os faxinais distinguem-se das outras formas de ocupação e uso da terra pela utilização comunitária da terra e dos recursos florestais e hídricos, onde ocorre o manejo da erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, frutíferas nativas, ervas medicinais e variedades de cultivo agrícolas. É num espaço com estas características que se localizam as moradias, normalmente cercadas em pequenas áreas de terra denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Além do espaço de uso comum há também aqueles de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria lavouras compostas, como milho, arroz, feijão e fumo.

Na década de 60, a forma de apropriação e utilização dos recursos naturais dos territórios faxinalenses entra em crise quando se depara com as representações e formas de apropriação dos recursos naturais implantados pelo modelo de agricultura convencional. O fator fundamental desse conflito está no entendimento do uso da terra: enquanto os faxinais estimam a utilização coletiva, proporcionando renda de maneira sustentável.

## **2.2 Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolvimento sustentável é um conceito indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento. Na visão de Sachs (2006), trata-se de “introduzir uma perspectiva nova para o planejamento econômico. Torná-lo sensível para a adoção de técnicas adaptáveis ao nível cultural das pequenas comunidades rurais do terceiro mundo”.





O conceito de sustentabilidade adquiriu importância chave nas sociedades contemporâneas. O Relatório Brundtland, da ONU, traz uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (ONU, 1987, p. 2)

Embora o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, alguns autores como Veiga (2005) e Ascelard (1999), escrevem sobre o tema afirmando que o conceito ainda está em construção.

A sustentabilidade refere-se sistemicamente a três dimensões interligadas entre si, a ambiental, a social e a econômica (GOMES, 2004). Não se pode alcançar uma sem alcançar a outra. Para Sachs (2008, p. 36), o desenvolvimento sustentável não deve privilegiar nenhuma destas dimensões isoladamente, mas sim privilegiar as diversas dimensões simultaneamente.

O fator econômico, no entanto, tende a ser priorizado em detrimento dos demais, baseado na crença de que o crescimento econômico seria suficiente para atender ou superar as demais demandas e que o desenvolvimento tecnológico resolveria as decorrências das externalidades socioambientais negativas.

O desenvolvimento sustentável requer uma harmonização entre a economia e a ecologia, alicerçado na constante preocupação com as gerações futuras, como expressa o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum” (ONU, 1987), conhecido como Relatório “Brundtland”.

Sachs (2008, p. 31), por sua vez formulou os princípios básicos desta nova visão do desenvolvimento. Integrou basicamente seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: “a satisfação das necessidades básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e programas de educação”. O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. (SACHS, p. 36, 2008)



A maneira natural de definir o desenvolvimento incluyente é por oposição do crescimento perverso, [...] excluyente (do mercado de consumo) e concentrador (de riqueza e renda). (SACHS, p.38, 2008)

Desenvolvimento global sustentável exige que aqueles que são mais ricos adotem estilos de vida dentro dos meios ecológicos do planeta - em seu uso de energia, por exemplo. Além disso, rapidamente crescimento da população pode aumentar a pressão sobre os recursos e retardar qualquer aumento em viver normas; assim o desenvolvimento sustentável só pode ser perseguido se os tamanhos da população e do crescimento estão em harmonia com a mudança potencial produtivo do ecossistema. (WCED, 1987p.16)

Para que a humanidade tenha um futuro promissor, é importante que nossos atos sejam de longo prazo, pois pensar em [...] estratégias de curto prazo levam ao crescimento ambiental benéfico, mas social destrutivo, ou socialmente benéfico e ambientalmente destrutivo. (SACHS, p.14, 2008)

### 2.3 Tecnologia Social

A escolha por abordar a utilização de Tecnologias Sociais nos processos produtivos e organizacionais da agricultura familiar origina-se do interesse em promover melhorias na qualidade de vida dos habitantes de tal sistema de uso e ocupação da terra. A literatura aponta evidências de que um dos entraves ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais deve-se ao descompasso verificado na utilização de tecnologias que maximizem a produtividade dos recursos disponíveis. Dagnino (2009) afirma que a maior carência de tecnologia está nas áreas rurais dos países em desenvolvimentos. Ainda, de acordo com Dagnino (2009), os princípios para utilização de tecnologias nas áreas rurais coincidem com aqueles válidos para outros setores produtivos.

Recentemente, Freitas (2012), conduziu pesquisa em que verificou *feedback* positivo por parte de empresas urbanas que utilizam Tecnologias Sociais. Considerando a afirmação de Dagnino (2009), relativa à similaridade entre urbano e rural quanto aos princípios na utilização das tecnologias, supõem-se que as Tecnologias Sociais possam auxiliar as Comunidades Faxinalenses a alcançarem a sustentabilidade de seu desenvolvimento.

As tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações, fortalecendo a promoção do bem-viver e o cuidado coletivo com a vida na terra e em nosso país. Nesse sentido, o tema Tecnologia Social vem ganhando uma importância muito



grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável.

Temos, hoje, um conjunto de experiências que estão trilhando o caminho de um desenvolvimento alternativo, integral e solidário, com base em uma ética que inclua a responsabilidade e que supere a lógica utilitarista e individualista do lucro acima do ser humano, do econômico em detrimento ao social, cultural e ambiental. São iniciativas espalhadas por esse Brasil afora que se voltam para as necessidades de grupos, comunidades e territórios, que valorizam o saber popular e o integram ao conhecimento acadêmico. Os exemplos de tecnologias sociais são variados e em diferentes áreas, como: comercialização e economia solidária; reservatórios para armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos e consumo humano; intercâmbios para troca de conhecimento; agroecologia; saneamento; energia; meio ambiente; sementes crioulas; segurança alimentar e nutricional; moradia popular; educação; saúde; plantas medicinais; inclusão digital; arte; cultura; lazer; geração de trabalho e renda; microcrédito; promoção de igualdade em relação à raça, gênero, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; comunicação popular e comunitária; entre outras.

Muitas iniciativas têm fortalecido a disseminação e o enraizamento da tecnologia social como base de políticas públicas voltadas para a necessidade concreta das populações. Podemos citar a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), que agrega a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada para pensar ações de fortalecimento e disseminação das tecnologias sociais.

Outra importante iniciativa é a da Fundação Banco do Brasil, que tem pautando as tecnologias sociais como base do desenvolvimento local e sustentável e premiadas diversas experiências de tecnologias sociais no campo e na cidade em todo o Brasil, por meio do Prêmio Fundação Banco de Brasil de Tecnologias Sociais.

Klanovicz (2011) afirma que a dependência em tecnologia tornou-se característica fundamental das sociedades contemporâneas com o status de ser imprescindível para a melhoria da condição humana. Acredita-se até que a solução dos problemas oriundos de seu uso possa ser resolvida apenas com mais tecnologia, o que reforça a crença na própria tecnologia.

Em uma realidade onde o processo de globalização ocorre de modo unilateral no qual acaba por favorecer os maiores detentores de capital nas economias avançadas e penalizar os países menos desenvolvidos, existe uma preocupação eminente de buscar alternativas de ordem social e econômica que procurem amenizar tal discrepância social. Conforme argumenta o



autor, "não estamos apenas uma crise econômica, mas numa crise o compromisso que funda a sociedade, na crise do projeto. O que às vezes é chamado de 'crise de hegemonia', isto é, da capacidade das elites e dos grupos sociais que as sustentam de proporem uma visão de mundo e um modelo de desenvolvimento aceitáveis para toda a sociedade." (LIPIETZ, 1991, p.23).

Num período de um quarto de século, foram criados e divulgados sucessivamente doutrinas e modelos de crescimento econômico, destacando ora a importância primordial do fator K (capital), de matérias-primas ou de recursos humanos (sobretudo o “talento empresarial”) ora culpando o elevado índice de crescimento demográfico ou a falta de motivação (do tipo “ética protestante”) pelos fracassos registrados no chamado “terceiro mundo”. (RATTNER, 1974, p.146). Assim, a última tecnologia (baseada na última descoberta científica) seria a melhor; e todas as outras seriam atrasadas, obsoletas, não valeriam nada. E aquela, por ser a melhor, vai eliminar todas as outras. E quem não se apressasse em utilizá-la estaria condenado ao atraso, não importando os impactos nocivos de qualquer ordem que ela poderia determinar nas sociedades que a adotam. Nessa visão mecanicista, linear, determinista e acrítica que está baseado o conceito de “tecnologia de ponta”, de “alta tecnologia” que muitos endeusam sem entender o que está por trás dele (DAGNINO, 2006, p 13).

O problema parece ser muito mais grave. Não é só a maneira como se organiza o trabalho (*orgware*), mas o substrato tecnológico (*hardware* e *software*), e o próprio substrato científico que de alguma maneira, produzem a tecnologia que vai ser utilizada na empresa o que precisa ser transformado. Não basta que o empreendimento seja de cooperados e nem que adote a autogestão, é necessário que disponha de uma Tecnologia Social (DAGNINO, 2006, p.8)

Diante desse cenário, onde há a existência de uma tecnologia cuja proposta é desenvolver-se para benefício dos mais favorecidos e não ocorre diferente com a globalização, existe uma necessidade emergente de revisão nas concepções de desenvolvimento de tecnologia, e questionar para quem está sendo desenvolvida essa tecnologia.

A aplicação de uma tecnologia adaptada à agricultura apresenta grandes oportunidades para a diversificação e elevação do nível de vida rural. Muitos insumos novos e melhorados - especialmente instrumentos e equipamentos de cultivo, meios de transporte e instalações para o armazenamento das colheitas – podem e devem ser manufaturados no local em número cada vez maior. Entretanto, a tecnologia do desenvolvimento agrícola, - do ponto de vista das necessidades e dos recursos locais, ou seja, aquilo que o agricultor precisa e o tipo de seus



recursos - são muito diferentes do que os peritos estrangeiros pensam que deveria ser. (SCHUMACHER, 1983, p.138).

## 2.4 Agricultura familiar

A agricultura familiar tem como seu principal foco o desenvolvimento rural sustentável, que procura explorar de forma diversificada um conjunto de atividades rurais economicamente viável, socialmente equitativa e ambientalmente sustentável. E segundo estudos da FAO/INCRA (1994):

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (OLALDE, 2004, p. 1).

Segundo dados da EMATER (2014), no Paraná existem hoje 4.331 famílias que desenvolvem a prática de produção de alimentos agroecológicos, com destaque para a região de Guarapuava, Ponta Grossa e Irati.

O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo consumidos no país.

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção agrícola do país (ou R\$ 54,4 bilhões). Mesmo cultivando uma região menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Esses números reforçam os movimentos sociais rurais que advogam em prol de políticas públicas que beneficiem diretamente a agricultura familiar, que não aceitam a tese de Jank (2005), onde afirma que, fatalmente, todos os produtores rurais irão se inserir no modelo do agronegócio. A agricultura familiar, muito mais que um setor social e econômico é um valor: num país com a tradição latifundiária do Brasil.



Claval (1999), aponta a alimentação como um fator mediador das relações que o homem estabelece com o meio: “as relações ecológicas dos homens com seu meio ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares”; no entanto considera a mesma também como uma expressão do social, afirmando que “a alimentação reflete as estruturas da sociedade. Com tantos dados significativos, as diversas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas e difundidas pela agricultura familiar e camponesa têm possibilitado o reforço em favor de uma agricultura que produza alimentos saudáveis, valorizando as sementes típicas de cada bioma, trabalhando a cooperação respeitosa com a terra e a água, criando consciência de solidariedade em relação ao direito de todas as pessoas à alimentação e nutrição, incentivando o consumo solidário e responsável, agregando valor à produção familiar e camponesa, fortalecendo o direito à vida e às condições dignas de existência de todas as pessoas no campo e na cidade.

## 2.5 Tecnologia Social Projeto PAIS

A Permacultura foi desenvolvida na década de 1970, na ilha da Tasmânia, na Oceania, pelo Biogeógrafo Bill Mollison e pelo seu aluno universitário David Holmgren. A ideia foi desenvolvida em resposta a diminuição da fauna e da flora no interior da Austrália em virtude do sistema industrial e agrícola convencional que, naquela época, já se mostravam degradantes e insustentáveis. Através da observação e de intensas pesquisas, os precursores criaram um método para reprodução de florestas naturais altamente produtivas e estáveis.

Os conceitos de agricultura permanente começaram a ser expandidos como uma cultura permanente, envolvendo fatores sociais, econômicos e sanitários para desenvolver uma verdadeira disciplina holística de organização de sistemas (SOARES, 1998, p.5).

A ética permacultural está fundamentada em três componentes básicos:

a) cuidado com a terra: intuito de preservar todos os seres vivos e toda a complexidade de relações entre organismos;

b) cuidado com as pessoas. De acordo com Mollison (1991), esse componente é fundamental, pois os seres humanos, apesar de serem uma pequena parte de todos os sistemas vivos, realizam ações bastante impactantes. Por isso, a qualidade da vida humana é um fator essencial no desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento, pois "se pudermos garantir o acesso aos recursos básicos necessários à existência, reduziremos a necessidade de consumir recursos não-renováveis;





c) redistribuição do tempo, dinheiro e energia excedentes. Segundo Mollison (1991), este terceiro componente significa que depois de tratar das necessidades básicas e desenhados os sistemas com o melhor das nossas habilidades, podemos estender nossa influência e energias em ajudar os outros a alcançar este enfoque com a "criação de métodos de distribuição equitativos, garantindo o acesso aos recursos a todos que deles necessitam, sem a intervenção de sistemas desiguais de comércio ou acumulação de riqueza (SOARES, 1998, p.6).

A Tecnologia Social (TS) PAIS se configura por meio da integração entre processos e artefatos. Tem como principal componente tecnológico um mix de tecnologias voltadas ao processo produtivo de pequenas e médias propriedades rurais. Tais tecnologias buscam manejar os recursos da propriedade de forma sustentável e integrada, segundo os preceitos da Agroecologia. Nesse sentido, o mix de tecnologia é composto por design circular do plantio (horta circular), sistema de irrigação com eficiência de água, adubação verde e composto orgânico e galinheiro central (estrutura circular).

### 3 Procedimentos Metodológicos

Os resultados aqui apresentados são decorrentes de uma pesquisa de viés qualitativo e caráter exploratório-descritivo onde os procedimentos de coleta, interpretação e análise dos dados podem ser construídos ao longo do processo de pesquisa. Segundo Minayo (1999), os estudos qualitativos respondem as questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Isto é, penetram no universo dos comportamentos, atitudes e valores subjacentes ao objeto e ao contexto pesquisado, buscando o significado de variáveis que não podem ser reduzidas à quantificação. Proferindo com Minayo, Richardson (1999, p. 90), retrata que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevista aberta com moradores da Comunidade pesquisada e integrantes da ASSIS (Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis). Foi-lhes assegurado o anonimato, para que não se sentissem expostos ou constrangidos. Desta forma, acredita-se que as perguntas realizadas nas entrevistas foram respondidas de forma mais espontânea e sincera.



Pensando a construção da etnografia, corroborando com Minayo e Richardson, Oliveira (1998) enfatiza as três etapas de “apreensão dos fenômenos sociais”, quais sejam: olhar, ouvir e escrever. Mas, não é um olhar ou ouvir desatento, sim um olhar e um ouvir disciplinados, dominados pelas teorias antropológicas que o precedem. Exercício de pesquisa permanente do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, no qual esta pesquisa tem sido desenvolvida.

#### 4. Resultados e discussão

A família de agroecologistas entrevistada, conta que, começaram muito cedo a acompanhar seus pais na roça, desde os sete anos de idade. Aprenderam a plantar com os pais, e lembram-se que fizeram a policultura durante 20 anos, após esse período, aprenderam a fumicultura.

Narram que passaram quinze anos como fumicultor, do ano de 1983 a 1998. Lembram-se, com um triste sorriso no rosto que começaram a perceber que havia algo muito errado na escolha de cultivo que haviam feito. Pois, já há alguns anos percebiam que adoeciam com bastante frequência. Por volta de meados de 1998, a renda estava muito baixa. O que ganhavam, pagava a farmácia e o mercado ficava devendo, pois já há 15 anos não plantavam mais alimentos, somente fumo.

Contam que além dos problemas sérios de saúde que tiveram, também perderam qualidade de vida e a terra de plantar ficou exaurida de tanto tóxicos e a floresta devastada pela extração da lenha para a secagem do fumo.

Foi então em 2001, que iniciaram um curso que mudaria toda sua história de vida. O curso integrado, de 5ª a 8ª, de Agroecologia, ofertado pelo Estado do Paraná, de 2001 a 2003.

Relatam que este curso proporcionou a toda família, uma visão de mundo diferente. Com grupos de apoio, era possível resgatar também a confiança, autoestima. Porém, quando resolveram voltar a plantar alimentos, já não havia mais sementes, tudo tinha se perdido durante os 15 anos de plantio da fumicultura. Foi aos poucos, que conseguiram fazer o resgate das sementes, através das feiras e encontros da Rede ECOVIDA.

Em 2001, havia na comunidade em estudo, um grupo de 12 família que aderiram a agroecologia. Relatam que o maior desafio com a transição do fumo para outras culturas, foi a recuperação da terra, que como já foi comentado estava desolada. O segundo desafio foi a questão mercadológica: o que plantar e para quem vender?



Relembrem que, quando iniciaram o curso, foi preciso reaprender todo o modo de cultivo, pois a “agricultura convencional”, o modo qual haviam aprendido, que Souza (2005), traz como um modo agrícola onde prevalece a busca da maior produtividade através da utilização intensa de insumos externos, o que a curto prazo traz resultados econômicos visíveis como o aumento da produtividade e eficiência agrícola, já não caberia mais no novo modo de vida. Aprenderam a fazer os adubos e caldas necessários para o cultivo agroecológico. Hoje possuem hortas e pomares de onde vem parte do sustento da família.

Coerente com sua visão de mundo, esta família, utiliza-se da ciência que aprendeu para contribuir para a permanência da família na agroecologia. Porém, por questões de problemas em projetos do governo, principalmente o PNAE, pelo qual garantia a principal renda, ao perder os benefícios e ficar sem renda nenhuma, foram obrigados a decidir, se voltavam ao fumo, ou se trabalhariam de empregados, com a venda da mão de obra. Atualmente, um membro da família está trabalhando em uma empresa madeireira para que não precise envolver novamente, toda a família no cultivo do fumo, algo que considera inadequado.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem princípios e diretrizes determinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, órgão responsável pela assistência financeira do PNAE. Tais princípios e diretrizes garantem o oferecimento de uma alimentação escolar saudável e adequada e estão estabelecidos na Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE, de nº 26 de 17/06/2013, conforme disposto na Lei 11.947 de 16/06/2009. A família dependia totalmente da renda da participação deste projeto, que por sua vez foi inviabilizado por problemas de gestão e ordem política. Desse modo, não estando usufruindo mais do PNAE, pelo qual garantia a principal renda, ao perder os benefícios e ficar sem renda nenhuma, foram obrigados a decidir, se voltavam ao fumo, ou se trabalhariam de empregados, com a venda da mão de obra. Atualmente, um membro da família está trabalhando em uma empresa madeireira para que não precise envolver novamente, toda a família no cultivo do fumo, algo que considera inadequado para o bem da família.

## 5. Considerações Finais

Ainda que, as práticas da família na agroecologia sejam principalmente orientadas por valores associados à saúde, bem estar, autoestima, além de serem permeáveis às relações de parentesco e comunitárias, a dimensão econômica não pode ser ignorada. Assim como se dá entre as demais famílias rurais, também o progresso financeiro está na pauta da família.



Sugere-se, *a posteriori* a inclusão da Tecnologia Social na agricultura da família, foco deste estudo. Observando o uso e ocupação do solo, através de um modo de pensar produtivo, que proporcionem uma melhora na qualidade de vida, buscando um tipo de desenvolvimento que seja eficiente economicamente, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Embora sejam cultivos que podem ser alternados, pois se orgânico, o cultivo do fumo não inviabiliza o plantio de outras culturas, como afirma

A agricultura de base ecológica é constantemente situada como contraponto ao fumo – são produções consideradas pelos mediadores como conflitantes –, porém nas propriedades da rede a presença de um não necessariamente exclui o outro. Pinheiro (2010, p. 147)

Porém, como não é a escolha dessa família em compactuar com o cultivo de fumo e há claramente a necessidade de uma nova alternativa de renda, sugere-se a implantação da Horta Manda-la, do projeto de agricultura orgânica PAIS. De acordo com a Fundação do Banco do Brasil, o Projeto de implantação da Tecnologia Social (PAIS), tem proporcionado excelentes resultados no que se refere a auxiliar a recuperação de comunidades de pequenos agricultores. Como os cultivares propostos são os mesmos que a família estudada está habituada a realizar, há grandes possibilidades de que a implantação da Horta Mandala obtenha os resultados desejados em termos de renda e princípios éticos e morais, visto que o projeto PAIS tem sua base na permacultura.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; LEROY, J.P. (1999); **Novas premissas da sustentabilidade democrática.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

ALTIERI, M. A. (1989); **Agroecologia** - As bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 237p.

CASTRO, E. (2000); **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Anablume.

CLAVAL, P. (1999); **O território na transição da pós-modernidade.** Geographia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, pp. 7-26.

DAGNINO, R.P. (2006); **Ciência e Tecnologia no Brasil:** o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. (2009); **Planejamento Estratégico Governamental.** Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração/UFSC; [Brasília]. CAPES: UAB.

DEFENSORIA PÚBLICA. (2013); **Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares:** novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça . Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda.

DIEGUES, A. C. S. (1999) **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis : da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo. v. 6, n. 1 e 2, p.22-29, jan./jun.

EMATER.(2014) PNAE disponível em <http://www.emater.pr.gov.br>. Acessado em 13 de set. 2014.

EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.(1994); **Levantamento preliminar dos Faxinais do Estado do Paraná.** Curitiba.

FAO/INCRA (1994); **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março.

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. . (2013); **Tecnologia Social:** caracterização da produção científica. *Espacios* (Caracas), v. 34, p. 1-10.

GOMES, I (2004); **Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar.** Revista de biologia e ciências da terra. Volume 5- Número 1 - 1º Semestre.

HALL, S. (2003) ; Da Diáspora: *identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: UFMG.



IBGE. (2013); **Instituto de geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2013. Disponível em: .  
<  
www.cnm.org.br/index.php?option=com...id...ibge... >. Acesso em: 22 nov.2013.

JANK, M. S. (2005); Agronegócio versus Agricultura Familiar ?. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. A-2, 05 de jul.

KLANOVICZ, J.(2013); **Húbris tecnológica e História**: pensando ambientes e desastres. In: XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH),7, 2011, São Paulo, Anais... Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300742739\\_ARQUIVO\\_klanoviczjoanpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300742739_ARQUIVO_klanoviczjoanpuh2011.pdf) , acessado em 10 fev. 2013. p.1-16.

LIPIETZ, A. (1991). **Audácia; uma alternativa para o século 21** . São Paulo: Nobel.

LITTLE, P. E. (2002); **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade.

LÖWEN SAHR, C.L.O (2007); **Pré-Moderno na Pós-Modernidade: refletindo sobre as comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná**. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Eduerg,. p. 207-223.

MINAYO, M. C.S. (2004); **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec.

MOLLISON, B. e SLAY, R. M. (1991); **Introdução à Permacultura**. Tagari Publications.

OLALDE, A.R. & Dias, B.O. (2004); **Agricultura orgânica e agroecologia na Bahia**: Atores e experiências. In Uzêda, M.C. (ed). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, pp. 71-96.

OLIVEIRA, P.de S. (1998); **Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas**. In: \_\_\_\_\_. Metodologia das Ciências *Humanas*. São Paulo: Hucitec,. p. 17-26./UNESP, 1998. ONU [Organização das Nações Unidas]. A/42/427: *Our Common Future*: Report of the World Commission on Environment and Development. Disponível em: <http://www.un-documents.net/ocf-ov.htm#I>. Acesso em: jul/2014.

PARANÁ. (1988) ; **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba:Imprensa Oficial do Paraná,.292p.

PINHEIRO, P.dos S. .( 2010); **Saberes, plantas e caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

RATTNER, H. (1974); Planejamento urbano e regional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 161 p.





- RICHARDSON, R.J. (1989); **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.
- SACHS, I. (2006); **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond.
- SCHUMACHER, E. F. (1983); **O Negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SOARES, A. L. J. (1998); **Conceitos básicos de permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 53 p.
- SOUZA, R. M. (2005); **Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar: Estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.
- VEIGA, J. E. ( 2005); **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond.
- WCED (1987); **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press.



## **ALISTAMENTO DE ESCRAVOS NEGROS NO EXÉRCITO BRASILEIRO: GUERRA DO PARAGUAI 1864-1870**

96

SANTOS, Orlando Bispo dos  
*Mestrando em Sociedade, Cultura e fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná*  
UNIOESTE- Campus de Foz do Iguaçu  
orlando\_bispo@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo trata a respeito do alistamento dos escravos negros no Exército Brasileiro e a sua participação na Guerra do Paraguai que ocorreu no ano de 1864 a 1870. A presença do homem negro na eventualidade da guerra do Paraguai foi primordial nos campos de batalha. Apesar de na época o Exército ser composto de Homens brancos, mulatos e índios, o negro teve maior participação em suas fileiras por ser a principal mão de obra nas atividades das fazendas do Brasil proporcionando-lhes experiências devido à labuta do dia-dia atribuindo-lhes assim condição física favorável para o combate. Inicialmente, o recrutamento foi forçado, causando assim certa resistência por parte dos escravos. Porém, com a promessa do Governo Brasileiro em torná-los homens livres ao findar a guerra, e a premiação oferecida aos seus senhores ao libertarem, houve um aumento significativo de inscritos para o combate no Paraguai.

**Palavras-chave:** Alistamento, Guerra do Paraguai, Negro, Livres.

### **ABSTRACT**

This article is about the enlistment of black slaves in the Brazilian Army and participation in the Paraguayan War that occurred in the year 1864 to 1870 the presence of the black man in the event of the Paraguayan war was paramount in the battlefields. Although at that time the Army is composed of whites, mulattoes and Indians Men, the black had greater participation in their ranks to be the main workforce in the activities of the farms of Brazil providing them experiences due to the drudgery of day-day attributing them so favorable physical condition for combat. Initially, recruitment was forced, thus causing some resistance on the part of slaves. However, with the promise of the Brazilian Government in making them free men to the end of the war, and prize money to their masters to release, there was a significant increase in subscribers for the fight in Paraguay.

**Keywords:** Enlisting, the Paraguayan War, Negro



## 1. INTRODUÇÃO

A guerra do Paraguai foi uma eventualidade que deixou para a humanidade e, mais precisamente para o povo latino americano, lições a ser tomadas para que já mais aconteça em nenhum país do mundo atos tão desumanos capazes de causar danos irreparáveis. O Paraguai gozava de uma hegemonia econômica invejável e tinha propensões em ser o país mais bem sucedido da América do Sul. No entanto, o País crescia para dentro e impedia a entrada de incentivos externos na sua economia. Suas produções abasteciam o celeiro de vários países.

Além de enviar jovens alunos universitários para vários países do mundo a fim de fortalecer suas técnicas de produção industrial, importava mão de obra qualificada da Inglaterra podendo de tal forma manter-se em desenvolvimento constante. Brasil e Argentina tinham sérias complicações econômicas e dependia de capital estrangeiro para desenvolver sua economia e seu crescimento industrial. De acordo com o autor

[...] O Brasil era uma sociedade de senhores e escravos governados pela monarquia portuguesa [...] O governo da Argentina era dominado pelos latifundiários e ambos vendiam seus produtos para o mercado externo e compravam os manufaturados da Inglaterra. O Paraguai constituía-se em uma exceção perigosa aos interesses das potencias capitalistas (PRADO, 2000, p. 130).

Com isso, o domínio inglês sobre Brasil e Argentina, possibilitou a formulação de ataque ao estado Paraguaio. O interesse de Inglaterra em bloquear a expansão econômica do Paraguai, conduziu esses países a lutar por seus ideais capitalistas. Em 1864 ao iniciar a guerra, o Brasil ainda vivia em plena escravização do povo negro africano que era a força de trabalho usada para todas as atividades.

A espoliação dos homens negros trazidos da África começa antes de sua chegada em território brasileiro. Em vários lugares na África, existia a prática da troca de homens por produtos barganhados pelos chefes das tribos, no intuito de escravização doméstica. Havia entre as tribos, disputas que se transformavam em guerras a fim de dominar tanto as partes mais produtivas da região, quanto às estradas e rios. De acordo com Albuquerque (2006) nesses confrontos era comum que os vitoriosos fizessem alguns escravos dentre os membros de um vilarejo vencido em luta armada [...], para utilizar sua força de trabalho [...].”



A partir dessas práticas de captura doméstica, iniciou-se o comércio de escravos para vários países do mundo, no qual o Brasil foi um dos maiores importadores do homem negro como mercadoria. Além de contribuir com sua mão de obra em várias atividades, o negro africano foi importante também na formação cultural, gastronômica e religiosa da sociedade brasileira. Algumas influências que tiveram impacto na sociedade brasileira através do negro africano é a dança como a capoeira, a música como o samba, a religião como o candomblé e os variados tipos de comida como o caruru, o acarajé, o abará, o vatapá. No entanto, sua principal utilidade foi à escravização sendo usado até em campos de batalha pelo Exército Brasileiro.

Diante disso, busca-se entender através de bibliografias de autores e estudiosos que relatam a respeito da presença do negro africano no Brasil e seus conflitos com o sistema de escravização, no qual levou o governo a priorizar o alistamento de escravos negros nas fileiras do Exército Brasileiro no advento da guerra do Paraguai que perdurou desde 1864 até 1870.

## **2. O NEGRO AFRICANO NO BRASIL E SEUS CONFLITOS.**

Na América Latina através das suas riquezas houve a exploração de fortunas por países como Espanha, Inglaterra, Portugal entre outros países do continente Europeu, o qual exigia mão de obra escrava.

A mão de obra indígena não foi suficiente para exploração dessas riquezas, tendo em vista a fragilidade do índio para o trabalho escravo e também por doenças transmitidas pelos europeus. Assim houve a necessidade de mão de obra mais eficaz para o desenvolvimento das atividades nas fazendas, no qual foi inserido o homem negro vindo da África por serem mais resistentes o qual proporcionaram maior produtividade.

Na obra *As veias abertas da América latina*, Galeano (1940) afirma que até meados do século XVII o Brasil era o maior produtor mundial de açúcar. Simultaneamente, a colônia portuguesa na América era o principal mercado de escravos. Diante disso, pode-se afirmar que a produção açucareira marcou o cenário econômico brasileiro. No entanto o desgaste dos escravos negros ocasionou-se proporções assustadoras, deixando marcas negativas na história da sociedade brasileira.



Apesar de existir muitos estudiosos e pesquisas a respeito desta temática, entende-se que vários fatos que ocorreram no interior das senzalas não foram registrados no decorrer da história, para que na atualidade a sociedade brasileira pudesse entender a respeito da escravização de negros africanos no Brasil. Em meados XVIII o sistema escravocrata fazia repercutir no mundo o preceito da destruição de muitas vidas humanas, para o enriquecimento de poucas pessoas que usufruíam do poder econômico. De acordo com Freire *apud* Charles Darwin em sua passagem pelo Brasil no ano de 1832 relatou os seguintes fatos a respeito da escravidão:

No dia 19 de agosto deixamos finalmente as costas do Brasil. Dou graças a Deus, e espero nunca mais visitar um país de escravos. Até o dia de hoje, sempre que ouço um grito distante, lembro-me vivamente do momento doloroso que senti quando passei por uma casa em Pernambuco. Ouvi os mais angustiosos gemidos, e não tinha dúvida nenhuma de que algum miserável escravo estava sendo torturado. (FREIRE, 1966, p. 46) .

Além de o trabalho ser doloroso, forçado era visto como punição, assim o escravo desenvolvia as atividades com pressão e os castigos com chicotadas que certamente rasgavam-lhes a carne de seus corpos. Os maus tratos não eram somente físicos, mas a forma em que vivia no interior das senzalas causava privação de suas famílias, assim os trabalhos excessivos e exigentes causavam-lhes danos psicológicos irreversíveis. A mulher negra além de fazer os serviços domésticos, muitas vezes era forçada a manter relações sexuais com seus senhores, com isso sofriam violência sexual e perseguições das mulheres brancas. O autor ainda relata que:

Estrangeiros que aqui viveram ou estiveram atribuíam a voz alta, esganiçada das mulheres brasileiras, ao fato de viverem a gritar com as negras. [...]. A mulher brasileira [...]. Aos 18 ou 20 anos já eram matronas desleixadas, velhas, desdentadas. [...], a tais trapos os senhores preferiam as negrinhas sadias [...]. Daí os grandes sofrimentos para as mulheres da pobre raça. Olhos arrancados. [...] Corte nas orelhas, fogo no rosto para deformar, dentaduras arrancadas pela violência, seios deformados.” (FREIRE 1966, p. 40).

Diante do sofrimento, seria inevitável o surgimento de conflitos pela liberdade e protesto ao sistema repressivo. As lutas aconteceram de várias maneiras nas fazendas como tentativas de reduzir o trabalho excessivo, e diminuir os castigos físicos que eram praticados



contra os negros para aumentar a produtividade nas lavouras. Em relação às manifestações de protesto realizadas pelos escravos, o autor destaca que:

A desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos. Os cativos fugiam por vários motivos e para muitos destinos. Castigos, trabalho excessivo, pouco tempo para o lazer, desagregação familiar [...] (ALBUQUERQUE, 2006, p. 117).

100

Além dessas lutas, existiram outros movimentos como forma de resistência. Os quilombos, onde aconteciam movimentos de rebeldia organizados e dirigido pelos próprios escravos, o qual foi um dos principais tipos de manifestações que proporcionou resultados positivos como a restauração das famílias e da cultura africana.

Outras manifestações importantes foram a Revolta dos Malês na Bahia, com intuito de liberdade religiosa, também ocorreu a Revolta da Chibata que foi uma luta contra os açoites de chibata nos marujos negros pelos marinheiros nos porões dos navios da Marinha do Brasil. No decorrer da história muitos eventos ocorreram ocasionando ao homem negro a luta pela liberdade. Hoje, a luta é contra o racismo o preconceito de sua aceitação na sociedade como ser humano.

### **3. ALISTAMENTO DE ESCRAVOS NEGRO NO EXÉRCITO BRASILEIRO.**

Em 1822 o Exército Brasileiro que participou da guerra da independência foi formado por pessoas de todos os níveis sociais.<sup>1</sup> De acordo com Richard Civita (1987) a força brasileira para este entrave que resultou na independência do Brasil contava com mais de sete mil homens sendo organizado por Don Pedro I e era constituído de homens livres voluntários tais como, milícias populares, caixeiro viajante, escravos doados por seus senhores, comerciantes e fazendeiros.

Nota-se que nesse ínterim, não existia formalidade para a constituição das forças militares. O Exército Brasileiro surgiu com suas bases como força armada no intervalo de 42 anos entre a independência até a guerra do Paraguai, sob o comando do Duque de Caxias que se transformou posteriormente em patrono da instituição. Antes disso, a força terrestre era

<sup>1</sup> Da independência a república 2ª edição-nova cultural. 1987, p.61.





sucateada e não tinha boas estratégias de guerra. No início da guerra do Paraguai, suas incongruentes táticas de guerra do Exército Brasileiro conduziam seus inexperientes homens a perder suas vidas em combate.

Portando foi depois das lutas da independência que a idéia do povo brasileiro e dos governantes começou a tomar novos rumos, buscando reformular o cenário político e econômico da nação, visando também novas estratégias aos estudos táticos militares para futuros combates armados. Porém a existência de coesão do pensamento no âmbito social no intuito de criação do novo mundo e a reformulação do exército resultou de intensa arbitrariedade ao longo do tempo. Os movimentos sociais que surgiram durante os longos períodos foram repelidos pelo positivismo do <sup>2</sup>aparelho repressor do governo na tentativa de implantar na sociedade as ideologias em que a ele fosse interessante.

O distanciamento social entre as classes, já existente no sistema colonial em que o homem preto era o lixo da sociedade e; na visão de muitos da época não possuía alma, tendo serventia apenas para o trabalho pesado, sendo transformados em verdadeiras mulas de carga. A situação deprimente do homem negro na história do Brasil se arrasta no decorrer da formação das bases sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade do país.

Subjacente a uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação aqui se exacerba para opor, uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distancias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais. (RIBEIRO, 1995, p. 23).

Apesar do discurso do autor não explicitar diretamente, refere-se também ao distanciamento social a partir da cor da pele, tendo em vista que a massa da população brasileira é constituída de índios, mulatos e negros.

O povo negro no Brasil foram os primeiros a praticarem de protestos em busca de melhores condições de vida e aceitação social. A liberdade era o objetivo principal, e logo alcançar novos horizontes na sociedade, como inclusão social. O alistamento do homem negro não tinha de ser simplesmente como soldado de guerra de um exército armado para lutar contra outro exército. Sua luta mais veemente foi contra as condições desumanas em que viviam nas senzalas.

---

<sup>2</sup> Polícia, exército.



Depois de desempenhar multifuncionalidades nas senzalas, o negro é levado aos campos de batalha. A experiência adquirida com as intempéries das fazendas e das senzalas, certamente foram fatores primordiais para suas funções militares partindo do pressuposto que havia intensa disciplina imposta pelos seus senhores em suas atividades diárias.

A participação na guerra do Paraguai causou ao homem negro a possibilidade de ser livre através das forças armadas, tendo em vista a promessa de serem libertos ao voltarem para o Brasil, o que anteriormente nas lutas da independência não havia acontecido.

102

Quarenta anos depois, as forças armadas transformaram-se numa das alternativas de libertação para muitos escravos durante a guerra do Paraguai. (1864-1870). [...] O governo comprou por 1 conto e 200 mil réis cada, a alforria de muitos escravos enviados para servir na guerra. [...] muitos cativos se engajaram nas tropas sem autorização de seus senhores na esperança de conseguirem a liberdade se retornassem vivos do conflito. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 153).

Inicialmente, por não haver um entendimento de que seriam retribuídos, houve resistência por parte dos escravos. Desta forma, o alistamento dos escravos negros para a guerra do Paraguai se dava das seguintes formas: recrutamento forçado pelas forças armadas, doações e venda de escravos pelos fazendeiros ao governo e, posteriormente a formulação de leis para a prática do alistamento na tentativa de torná-lo legal não deixando de ser ditatorial, pois previa multa para os escravos livres que não participassem. Segundo o autor:

[...] O império decidira <sup>3</sup>salomonicamente tornar legal o recrutamento de escravos. Na tentativa de acelerar o alistamento de escravos urbanos, a câmara de deputados resolvera taxar os serviços destes em 30\$000 (trinta mil réis) na corte, e em 20\$000 (vinte mil réis) nas demais cidades do império. Já a falta de matrícula do escravo incidiria em multa no valor de 200\$000(duzentos mil réis) (PRATA (1996, p.68).

Nota-se que apesar de todo esforço de alguns militantes da época, o militar Castro Alves foi impetuoso na defesa dos escravos a fim de amenizar a espoliação. O governo por ser um instrumento de controle social, mantinha o pensamento de que a coerção era a principal forma de conservar intactas as aspirações do pensamento político. Apesar de ser uma forma de assalariar o homem negro, ao entrar nas fileiras do Exército Brasileiro, seus problemas continuaram.

<sup>3</sup> Meios criteriosos e justos para resolver um problema. (Aurélio 2009)



A questão social era fator decisivo tanto ao alistamento e envio para guerra quanto para as condições em que viveriam no pós-guerra, ou seja, se o escravo continuaria excluído socialmente, se era de linhagem rica e de pele branca, continuaria com sua patente de oficial ou ingressaria em cargos públicos do governo.

Terminado o conflito, foi possível, passado o sobressalto do abolicionismo, reconduzir a sociedade aos padrões de exclusão social tradicionais. O lugar social e político destes setores permaneceu basicamente os mesmos; continuaram excluídos dos direitos e da vida pública. ( BARRETO, 1989, p .65).

103

No recrutamento, o escravo negro simplesmente substituía a fazenda pelo campo de batalha, e as ordens a partir de então viriam dos oficiais do Exército Brasileiro. Esse cenário perdurou por muitos anos, pois a massa do contingente da instituição constituía-se de escravos. No entanto, os planos abolicionistas estavam bem avançados ao findar a guerra em 1870, ainda assim, havia intensa coação ao homem negro, todavia existia uma preocupação por alguns oficiais em mudança de atitudes tendo em vista manter a boa imagem da instituição para com a sociedade. *McCann* relata que ainda em 1889, no “Brasil República”:

Ex-escravos e a escória da sociedade compunham grande parte dos praças, recrutados por esquadrões de alistamento compulsório”. [...] o serviço militar era parte do sistema penitenciário do império, e os oficiais ressentiam-se do impacto negativo que isso tinha sobre seu prestígio social e sobre a imagem de sua instituição. (MCCANN, 2007, p. 29).

Com o novo formato ideológico que permeavam o pensamento estratégico dos comandantes e os novos oficiais na busca de uma reformulação do exército, houve engajamento de vários militares e até mesmo de unidades militares inteiras com os movimentos abolicionistas, pois ainda havia a ideologia do governo em usá-los para perseguir grupos de escravos fugitivos. Tais movimentos dentro das forças armadas tinham o princípio reformista contrapondo-se aos parâmetros militares, expressando-se como movimentos sociais a lutar pela causa do povo negro. Apesar de agir como instrumento repressor na maior parte do tempo na história do país não se pode descartar a contribuição do Exército Brasileiro como importante aparelho da construção política dos Estados brasileiros.



#### 4. GUERRA DO PARAGUAI DE 1864 ATÉ 1870.

Neste capítulo serão abordadas as principais causas a respeito do surgimento da guerra do Paraguai e as suas consequências até o término do conflito.

A guerra do Paraguai foi o maior conflito armado já existente na história da América latina. Uma guerra que de acordo com historiadores, delatam que esse conflito causou danos profundos ao Paraguai, o qual exterminou uma grande parte da população e sua economia que foi a mais forjada dos países da América do sul.

A disputa pelas particularidades do país sempre foi motivo das nações travarem batalhas. No entanto, o entrave decorrido no Paraguai foi um fator irrelevante para a causa de tanta violência, houve outros interesses e principalmente por parte da Inglaterra que através do advento usou os países que formaram a tríplice aliança para defender seus interesses capitalistas.

O sucesso econômico do Paraguai foi uns dos fatores que cooperaram para sua invasão pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Segundo o Chiavenato:

Havia questões políticas, estas oriundas ainda das causas primordiais as econômicas. Depois, há o que se poderia chamar vulgarmente de “razões ideológicas”, que serviram para a propaganda, acusando o governo de Lopez de ser uma tirania, uma barbárie que se precisava exterminar para “libertar” o povo paraguaio. (CHIAVENATO, 1979, p. 11).

A guerra provocou verdadeira destruição naquele país, apesar de ser o principal fornecedor de armas para vários países do mundo. Onde não possuía preparos para combater com igualdade seus oponentes. Ao logo dos combates tombaram seus jovens soldados que lutavam sem conhecimentos táticos. Com a baixa incontável, a solução encontrada foi a incorporação de crianças e pessoas idosas nas fileiras do Exército Paraguaio, a fim de prosseguir em batalha.

A autoridade decorrida neste evento quase dizimou toda a população do país. Além disso, Brasil e Argentina apossaram-se de extensas áreas de terra do Paraguai e também houve escravização por parte do Brasil de paraguaios sendo conduzidos a várias fazendas de café. O autor comenta:



A guerra, contudo, durou cinco anos. Foi uma carnificina, executada ao longo dos fortins que defendiam, de tanto em tanto, o rio Paraguai. [...] Lopez, a frente de um exército de espectros, velhos e meninos que punham barba postiça para impressionar de longe, internou-se na selva [...] Quando, finalmente, o presidente paraguaio foi assassinado a bala e lançado na densa mata do Cerro Corá, ainda conseguiu dizer:” Morro com minha pátria. (GALEANO, 1940, p. 256).

Na verdade, a guerra teve vultos ditatoriais mais amplos do que o governo do presidente Lopez, a prisão do povo e a tirania imposta para os mesmos. Certamente foram lutas mais duras tendo em vista que houve um grande genocídio no país.

Enquanto os setores econômicos dos demais países da América do sul passavam por momentos difíceis, pois dependia do capital estrangeiro, principalmente da Inglaterra para desenvolver seus projetos de crescimento, o Paraguai esbanjava em crescimento econômico e em exportação de vários produtos que interessavam a vários países e importava mão de obra inclusive inglesa, no intuito de fortalecer suas produções. Segundo Galeano:

O estado virtualmente monopolizava o comércio exterior [...]. O Paraguai tinha uma moeda forte e estável, e possuía suficiente riqueza para efetivar enormes investimentos públicos sem recorrer ao capital estrangeiro. O país não devia nem um centavo no exterior, e estava em condições de manter o melhor exército da América do sul [...]. (GALEANO, 1940, p. 253).

Por ser o único país independente da América do sul, estabeleceu seu desenvolvimento sem intervenção do capital estrangeiro, assim teve o controle total de suas finanças. O Paraguai causou náuseas aos europeus, pois não se curvava diante de seus poderosos mercados. Com isso, Brasil e Argentina instigados por Inglaterra se voltaram contra a atitude do Governo Paraguaio de Lopez causando-lhes danos que refletem na economia do país atualmente.

A intervenção da tríplice aliança em coibir o modelo econômico em que vivia o Paraguai, foi uma consequência da manipulação de Inglaterra através de sua ideologia política. No Brasil a forte presença inglesa na estruturação da política econômica no período imperial, foi seguramente uma das causas que obrigou sua participação na guerra.

A invasão do Paraguai na verdade foi um jogo, uma verdadeira fraude a fim de deflagrar sua exacerbada ascensão econômica tendo em vista que Lopez foi obrigado pelo próprio Brasil a desfazer o acordo firmado em 1850 onde houve um comprometimento em



defender os países da América do Sul de possíveis invasões. Sobre este episódio Chiavenato relata o seguinte:

A ocupação do Uruguai pelas forças do Brasil ofendiam o tratado de 1850 – não havia outra saída para Solano Lopez, desde que toda uma conjuntura estava armada contra o Paraguai, que fazer cumprir o acordo de defesa mutua com os orientais. Já em 14 de novembro de 1864 a república do Paraguai rompeu relações diplomáticas com o império do Brasil. Nesse mesmo dia foi apresado pelas forças Paraguai o navio brasileiro marques de Olinda que levava ao mato grosso o coronel Carneiro de Campos [...]. Exatamente o que o império do Brasil esperava para denunciar a “agressão” de Solano Lopez e configurar uma guerra de” legítima defesa. (CHIAVENATO, 1979, p. 109).

106

Com esse embate de pura traição que a partir da manipulação inglesa, resultou no encurralamento do Paraguai fazendo-o refém de interesses capitalista, começa a grande guerra da tríplice aliança. Certamente para o povo paraguaio e todos que procuram analisar a questão mais a fundo, a guerra impediu que o país permanecesse seu crescimento e possivelmente o domínio econômico da América latina. Passaram 144 anos desde o fim dos ataques e o país ainda vive os desgastes causados pela guerra. Hoje o país ocupa posições não muito favorável no cenário econômico da América latina.

Os empréstimos financeiros tem sido realidade na atual conjuntura do país. A geopolítica entre Brasil e Paraguai teve novos rumos a partir de 1991 com o tratado do MERCOSUL em Assunção a capital Paraguai. Na atualidade os interesses econômicos entre os dois países aparentemente tem apresentado um acordo a fim de elevar suas economias.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Neste artigo procuramos relatar as causas/conseqüências da guerra do Paraguai tanto para o próprio país, quanto para o povo negro vindo da África para o Brasil para serem aplicados em trabalhos escravo pelos seus senhores e, posteriormente o recrutamento forçado para participarem da guerra.

O governo brasileiro através do Exército cometeu grandes atrocidades ao povo negro para atender interesses do capital de outros países europeus, sem contar com a espoliação





pelos senhores donos de fazendas antes de destinarem seus escravos ao alistamento forçado nas fileiras do Exército.

Apesar de ser um evento decorrido no século passado, as discussões em torno da temática ganham cada vez mais proporções, o qual as descobertas de novos episódios através de investigações de pesquisadores que buscam entender a respeito deste evento que mudou a história daquele país. A guerra do Paraguai de acordo com muitos autores atuais, conceituam como uma guerra de contradições tendo em vista as várias versões que tentam justificar os atos de desordem causados por Argentina, Brasil e Uruguai no mandato da Inglaterra.

Ao elaborar essa pesquisa tivemos a oportunidade de detectar o grau de crueldade causado tanto a nação paraguaia, quanto ao povo negro. Compreender que antes de ser usados forçadamente como soldados inexperientes em uma guerra e foram cruelmente conduzidos da África em condições desumanas nos porões dos navios negreiros ao campo de concentração das fazendas brasileiras.

Diante disso percebe-se que o Paraguai ainda carrega as marcas da contraditória guerra, que além de causar tamanho genocídio a sua população destruiu seu sistema econômico. Na época foi o país mais estruturado da América latina. No Brasil, apesar da existência de programas do governo em busca de beneficiar o negro pelas espoliações causadas no passado, ainda existem fatores como a exclusão social que causam danos ao homem negro.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma História do Negro no Brasil**. Fundação Cultural Palmares 2006.

BARRETO, Otto. 1989. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A guerra do Paraguai**. 1979.

CIVITA, Richard. **Da Independência a República**. Ed. Nova Cultura 1987.



FREIRE, Japi. **Que Sabe Você Sobre o Brasil?** Volume 6º 1966.

GALEANO, Eduardo. **As veias Abertas da América Latina 1940.**

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro 2007.**

RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro. 1995.

PRADRO, Daniel Porciuncula. **Guerra do Paraguai: Duas Vertentes Historiográfica.** Ed. Bibilos. Porto Alegre 2000.

SOUZA, Jorge Prata de. **Escravidão ou Morte: Os Escravos brasileiros na Guerra do Paraguai.** 1996.



## REFORMA AGRÁRIA COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DO DESEMPREGO

SILVA, Iracema Maria Vasconcelos \*

*Doutoranda em Família na Contemporaneidade, linha de pesquisa Aspectos Jurídicos da Família,  
pela Universidade Católica de Salvador (UCSal)*

*iramvs@uol.com.br*

109

### RESUMO

Este artigo busca entender o processo de reforma agrária positivado nas leis brasileiras, mostrando que há uma relação estreita entre êxodo rural e formação de comunidades carentes nas periferias das grandes cidades, razão por que a reforma agrária prevista em lei pode vir a ser um instrumento poderoso na prevenção de novas comunidades carentes e efetividade do princípio do pleno emprego, atuando de forma a minimizar riscos sociais nas famílias pobres e acesso ao emprego, como também ajudando na redistribuição de renda e na desigualdade social. A reforma agrária, ao contrário do que muitos pensam, é um instituto previsto na lei fundamental brasileira e que, se levada a sério, pode trazer melhoras e evitar migrações das famílias pobres da zona rural no estado da Bahia, ajudando numa política de prevenção de populações em risco social. Entretanto, de nada adiantará a distribuição somente de terras; há que se criar instrumentos e instituições tais como postos de saúde, escolas, saneamento básico, boas estradas para que realmente a reforma agrária sirva como amenização do desemprego e contribua para um melhor desenvolvimento humano das famílias carentes da zona rural.

**Palavras-chave:** Famílias brasileiras. Pobreza. Reforma agrária. Desemprego. Constituição do Brasil. Leis agrárias.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa ao entendimento da reforma agrária enquanto instrumento de repartição, instituto estabelecido no Direito Econômico brasileiro. Com a extensão territorial que possui, o Brasil tem condições de destacar-se no agronegócio e na

---

\* Doutoranda em Família na Contemporaneidade, linha de pesquisa Aspectos Jurídicos da Família, pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Mestre em Direito e Instituições Políticas pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), FCH Belo Horizonte. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Ministério Público. Especialista em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Fundação Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Delegada de polícia aposentada. Professora de Teoria Geral do Estado e Ciência Política do Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI).



agropecuária. Estas duas atividades mantêm importante papel econômico e podem ser consideradas como opção contra a desigualdade social brasileira, à medida que cresce a expansão mundial do consumo de alimentos e a busca de maior segurança alimentar.

É preciso então buscar soluções que implementem fatores de investimento. Isto requer uma política agrícola de longo prazo. A reforma agrária é fundamental para que se dê acesso à terra, meio de produção básico de quem vive de agricultura. Aqui se destacam as famílias pobres que habitam na região nordestina brasileira. Enquadra-se também esta questão na política pública econômica situada dentro do instituto da repartição de riquezas, inclusive esta é a ideologia adotada constitucionalmente quando a Constituição Federal Brasileira de 1988 trata da política agrária e fundiária, posto que estabelece a função social da propriedade.

Para Souza (2005), a repartição de riqueza foi objeto de preocupação da Constituição Federal de 1988, tanto que o art. 170 da citada Constituição coloca além da valorização do trabalho humano, a preocupação da redução entre as desigualdades regionais e sociais como princípio assegurado no sistema jurídico brasileiro. Neste sentido, na falta de instrumento jurídico de fomento para a empregabilidade da população brasileira no contexto econômico brasileiro atual, torna-se a reforma agrária fundamental para que se promova o acesso à terra, meio de produção básico para quem vive da agricultura. O que parece ser entrave para a implantação de uma reforma agrária no Brasil é a concepção de que esta implementação não desempenha papel econômico.

Aqui pode-se observar a existência de um problema fundiário brasileiro a ser solucionado, e desta resolução pode também nascer uma via de retomada do crescimento econômico e da produção agrícola. De logo, citamos os movimentos sociais em busca de terra que, embora apontados por alguns como massa de manobra, não se pode deixar de observar que existem efetivamente milhares de pessoas necessitadas de um emprego. Daí constatar-se que a propriedade não pode, no contexto atual, ser utilizada apenas para fins de poder, com propósito de enriquecimento pessoal.

O que é importante observar nesta análise proposta não é a justeza ou não da luta dos movimentos dos trabalhadores sem terra, ou a luta dos latifundiários para continuar de



posse de terras improdutivas. Importa, aqui, o fator reforma agrária enquanto instrumento do instituto de direito econômico de repartição. Se o Estado não pode oferecer meios para obtenção de emprego, que realize uma corajosa redistribuição, incluindo-se terras devolutas, posto que desta política pública econômica poderá advir um caminho rumo a uma redistribuição de renda no Estado brasileiro, que é tão perversa no momento atual.

## **2 FAMÍLIAS POBRES DA ZONA RURAL DA BAHIA**

A realidade das famílias pobres que vivem na zona rural na Bahia é de constante falta de empregos, decorrente também de uma exclusão centrada num histórico reprodutor de miséria rural, em que grandes propriedades improdutivas empurram cada vez mais centenas de famílias que migram para as zonas urbanas, quando tais famílias teriam mais possibilidades de crescimento e desenvolvimento humano se pudessem educar e formar os filhos dentro da própria comunidade rural.

Sabe-se que tais famílias, por falta de educação, saúde, emprego, ao adentrarem no meio urbano, quase sempre engrossam as chamadas comunidades das periferias. Uma das faces mais perversas é a falta de aproveitamento desta mão de obra indispensável no Brasil, que é um país com vocação agrária, dando a chance de trabalharem a terra e o lugar que conhecem, deixando de aproveitar um verdadeiro potencial de força de trabalho.

## **3 A PROPRIEDADE E AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**

Nas Constituições brasileiras de 1824, 1934 e 1937, o direito a propriedade era um direito absoluto à terra adquirida pelo proprietário. A partir da Constituição Federal de 1946, a propriedade começou a ter uma função social. Esta Constituição Federal assegurava que o uso da propriedade seria condicionado ao bem-estar social. Também foi após a



promulgação desta Constituição, por volta de 1950, que começaram as tensões sociais e os movimentos no campo.

Esse fato ocorreu tanto em virtude do capitalismo atingir o meio rural, com a adoção dos novos instrumentos tecnológicos que adentraram no campo, por meio da mecanização das propriedades, como pelo fato dos trabalhadores sem qualificação migrarem para os grandes centros urbanos, onde, sem condições para um trabalho especializado, continuaram em processo de marginalização. É neste exato momento de mudanças e rupturas com os antigos métodos de trabalho que surgem as ligas camponesas no Nordeste do país, procurando uma reforma agrária em busca de posse da terra por elas há anos trabalhadas. “O 1º Congresso de trabalhadores rurais ocorreu em Belo Horizonte em 1961 e logo depois aprovou-se o Estatuto da Terra” (LISITA, 2004). Esta autora afirma que o Estatuto da Terra foi aprovado após o golpe militar de 1964 em razão das revoltas populares e da pressão dos grupos dos trabalhadores rurais que começaram a se organizar.

O Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, de 30 de novembro de 1964, surgiu nesse contexto de tensões e tem como principal fundamento o princípio da função social, que já naquela época permitia ao poder público desapropriar terras com a finalidade de realização da justiça distributiva. Instituída três anos depois, a Constituição do Brasil de 1967 também dispõe sobre a função social da propriedade. Neste período, em razão do chamado “milagre do desenvolvimento econômico” e também da política repressiva da época, que não permitia expressão nas reivindicações sociais, a luta pela terra permanece encoberta. Contudo, já em 1980, a luta dos agora chamados movimentos dos sem terra prossegue em busca ao direito à posse da terra para cultivar. É importante reproduzir-se aqui o conceito de função social do Estatuto da Terra citando o artigo 2º, parágrafo 1º e seguintes como amostragem de que os instrumentos para a reforma agrária estão presentes desde 1964.

Artigo 2º - é assegurada a todos a oportunidade de acesso a propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.  
Parágrafo 1º - a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função quando simultaneamente: oferece o bem estar social dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais





que regulam as justas relações de trabalho entre os que possuem e os que cultivam. (BRASIL, 1964).

Vê-se que as disposições constitucionais e infraconstitucionais asseguram uma redistribuição de terras há muitos anos. A Constituição Federal de 1988, do artigo 184 ao artigo 191, informa que a União é competente para desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social e reafirma a função social da sociedade, confirmando a posição ideológica da propriedade enquanto instrumento de redistribuição de riquezas.

Dos argumentos acima, deflui-se que desde 1950 a reforma agrária tem se constituído numa das questões sociais fundamentais do Brasil, e os expropriados chamados hoje de “Sem Terra” lutam pelo acesso à terra, meio de produção básico para quem vive da agricultura, sendo o instrumento jurídico da reforma agrária colocado como forma de minimizar o desemprego.

Se for analisado o custo social da formação de mão de obra industrial, conclui-se que é mais barato o investimento na agricultura. Rousseau (apud COMPARATO, 2006, p. 236) afirma que:

O primeiro que, havendo cercado um terreno, teve a idéia de dizer isto me pertence, e encontrou gente bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes guerras e homicídios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou aterrando os valados, tivessem gritado aos seus semelhantes: não ouçam este impostor, vocês estarão perdidos, se esquecerem de que os frutos pertencem a todos e de que a terra não pertence a ninguém.

A população do campo no Brasil, formada pelas famílias pobres, não tem qualificação, e a reforma agrária, utilizando os próprios instrumentos jurídicos existentes no sistema jurídico brasileiro, pode minorar a fome e a miséria do meio rural e reintegrar ao sistema produtivo milhares de famílias que hoje se encontram marginalizadas.

Embora existam críticas ao modelo atual de reforma agrária, que é em essência um modelo dotado de ideologia capitalista, o que se percebe de concreto sobre os chamados



assentamentos de famílias é que na prática os que já trabalhavam na agricultura têm maiores chances de obter sucesso nos assentamentos.

Nesse ínterim não se pode deixar de comentar que o aparente sucesso das exportações não diminui a migração dos trabalhadores para os grandes centros urbanos, razão pela qual o que se depreende desse êxodo rural é que esses chamados sucessos do campo advêm dos grandes proprietários com modernas tecnologias, que não absorvem os trabalhadores da área possivelmente beneficiada.

Ora, quando não se implementam medidas políticas públicas para os trabalhadores e pequenos proprietários rurais, estes irão procurar nas cidades melhores condições de vida, perpetuando-se as condições de miséria. Acompanhando o raciocínio acima, se nem os pequenos proprietários, que possuem mais recursos que os assentados, conseguem incentivos para otimização de produção e o suposto sucesso do campo não integra a mão de obra rural, como se pode almejar que a reforma agrária no cenário brasileiro atual dê certo? É verdade que as conquistas realizadas tanto do ponto de vista do *uso* da terra com instrumentos modernos, como do ponto de vista do *acesso* à terra provêm de lutas e movimentos.

Ao longo da história brasileira nenhum governo se colocou de modo favorável à distribuição de terras, ainda que improdutivas e de propriedade da União. Assim, ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha oferecido recursos jurídicos com inteireza e clareza, visando à implementação da reforma agrária, o processo continua lento e, o que é pior, os recursos para que não haja apenas distribuição de terras, mas também que aconteça a infraestrutura para fixar o homem no meio rural, não chegam, criando um círculo em que as famílias de trabalhadores rurais, apenas com a terra, mas sem os recursos necessários e a estimulação correta, retornam à vida urbana.

A Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, traz em seu artigo 2º que o imóvel que não cumprir sua função social pode vir a ser objeto de desapropriação. Ao tempo em que a propriedade para ser considerada produtiva tem que estar sendo explorada, o que equivale a um aproveitamento racional do solo, à utilização adequada dos recursos naturais e à



preservação ambiental, é preciso também cuidar e preservar o bem-estar dos trabalhadores, tanto quanto do proprietário (BRASIL, 1993a).

### 3.1 MODIFICAÇÕES NA LEI CONSTITUCIONAL DE 1988

Houve também modificações em prol da Reforma Agrária pela Lei complementar nº 76, de 06 de julho de 1993. Esta lei oferece certa celeridade ao rito sumário da desapropriação de terras improdutivas. Neste caso, uma das inovações produzidas é a de que o INCRA deverá fazer um depósito com o valor das indenizações para fins de desapropriação, fato que faz com que o juiz defira a imissão na posse do imóvel imediatamente ou em até 48 horas (BRASIL, 1993b).

Outro instrumento que inseriu modificações para a reforma agrária foi a Medida Provisória 1.577, de 11 de junho de 1997, que modificou as leis 8.629/93 e 8.437/92 e aumentou de 2 para 4 anos a revisão judicial de indenizações avaliadas abaixo ou acima do preço da propriedade rural (BRASIL, 1997a). Outro incentivo que merece ser comentado é o acrescentamento do artigo 26 à Lei 8.629/93. Segundo este artigo não serão cobrados custos ou emolumentos para registros de títulos translativos de domínio de imóveis rurais para fins de reforma agrária (BRASIL, 1997a).

Além dos incentivos já mencionados, merece ser citado, pela sua importância para a reforma agrária, o Decreto nº 2.250, de 11 de junho de 1997, que estabelece a faculdade de entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais indicarem áreas para fins de desapropriação pelo INCRA (BRASIL, 1997b). Do exposto observa-se que as leis existem, assim como os instrumentos processuais, as terras improdutivas, as terras devolutas, o efetivo humano formado pelas famílias de trabalhadores rurais, que em parte já estão cadastradas, a espera dos lotes para serem cultivados. Contudo, a reforma agrária não consegue sair de promessas, ainda que legalmente institucionalizada.

Pelos princípios e definições do Estatuto da Terra, considera-se



[...] reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. Já a política agrícola consiste em providências e ajuda aos que detêm a propriedade da terra tanto no que se refere a um emprego seguro, tanto no que diz respeito no processo de industrialização do país. (BORGES, 1992, p. 68).

O que este estudo quer ressaltar é que uma reforma agrária deve estar agregada a uma política agrícola, envolvendo principalmente as famílias que trabalham no campo. Como na realidade brasileira não se pode ter a produtividade como parâmetro essencial, porque, no caso específico, o mais importante é a proteção das famílias e do trabalhador rural com respeito e oportunidade para o homem que queira trabalhar (BORGES, 1982).

Quando a Constituição Federal de 1988 fala em erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades regionais e sociais (art.3º, III) e quando assegura a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, está também considerando a sobrevivência, o bem-estar social e a melhoria de vida de todos, dentro dos instrumentos permitidos em lei, pois a terra não cuidada não servirá a ninguém, e a repartição da riqueza é princípio afixado no sistema constitucional brasileiro.

### 3.2 O INSTITUTO DE REPARTIÇÃO NO DIREITO ECONÔMICO E A REFORMA AGRÁRIA

Souza (2005, p. 548), em *Primeiras Linhas de Direito Econômico*, ensina que “é no instituto da repartição que o direito econômico vai encontrar o terreno para o desempenho de suas características que é a perseguição do objetivo de harmonizar os princípios da justiça distributiva com os da justiça comutativa”. É também neste instituto que se observa que as regras do direito econômico fundamentam-se na preocupação pela qualidade de vida dos componentes da sociedade. Aqui o direito econômico pode combater as exclusões e as discriminações. Neste ponto alinhamos o sentido da propriedade com sua função social



fixada não apenas no Estatuto da Terra, mas também na Constituição Federal de 1988 e leis subsequentes que legislam sobre o assunto.

Para o professor Souza (2005), o fato econômico “repartição” é concebido sobre princípios jurídicos entre os quais se encontra especificamente o direito de propriedade. Este fato econômico está ligado à qualidade de vida de todo e qualquer cidadão, tão somente por fazer parte de uma comunidade. Incluindo-se as famílias pobres que habitam a zona rural. Discorrendo sobre as experiências das crises capitalistas, o citado autor afirma que tanto os ganhos provenientes do trabalho, como os decorrentes de direito de propriedade compõem o instituto da repartição, daí por que

a redução de alguns desses itens, por exemplo do item salário leva o sistema as crises; assim também podem ser considerados como fator de crise os modelos discriminativos com as camadas de baixa renda vivendo as portas da miséria e os de alta renda praticando o luxo e o desperdício (SOUZA, 2005, p. 558).

Aqui se aponta a repartição como traço indispensável para a produção, com ligação forte no fator de consumo, e funcionando como elemento propulsor da circulação. Entende-se também que tanto a produção quanto o consumo giram em torno da repartição, na medida em que se proponha uma utilização justa e participativa da vida em sociedade. Logo, aquele que não participa da formação do produto (visão liberal capitalista) não tem condição de receber a sua quota no sistema de repartição.

A reforma agrária pode significar incorporação das famílias que não estão no sistema produtivo, diminuindo crises, posto que problemas tais como desemprego, baixos valores de aluguéis, valorização de produtos agrícolas e baixos salários decorrem do setor da repartição. Quanto ao Instituto de Repartição de rendas e a utilidade da reforma agrária observamos que a Constituição Federal de 1988 assegura o salário mínimo e também renda para uma vida digna. Para o professor Souza (2005), a renda no início da história econômica era conceituada baseando-se no direito de propriedade, passando tanto a propriedade do fruto, como a renda do dono da terra a ser centrada numa ideologia da propriedade privada em sua manifestação mais pura.



Tempos depois, através da análise de Keynes (SOUZA, 2005), começou a nascer um novo conceito de renda nacional ou ganhos da economia de uma nação. Esclareça-se, portanto, que é na ideia do instituto da repartição que está repousada a proposta do Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, quando trata do acesso à propriedade condicionada à sua função social. Quanto à questão da análise dos artigos 184 a 191 da Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.624/93, na parte que se refere à desapropriação, observa-se que podem ser encontrados os argumentos e as tipificações necessárias, não havendo óbice à efetuação da reforma agrária para que a terra se torne útil a toda a coletividade.

É preferível lotes satisfazendo necessidades básicas de uma família pobre a um latifúndio improdutivo nas mãos de poucos, pois o latifúndio e a falta de incentivos para cultivar a terra provoca o êxodo rural. O cumprimento da função social não pode ser desenvolvido apenas para garantir uma maior produtividade, embora esta não deixe de ser uma forma de desenvolvimento nacional.

Na reforma agrária, o interesse social deve prevalecer sobre o interesse individual, na medida em que existam políticas agrárias para proteger a propriedade familiar e fomentar meios de educação e subsistência em assentamentos ou lotes. Não se estará promovendo apenas a política de desenvolvimento rural, também estar-se-á assegurando distribuição de renda e repartição de justiça, posto que no momento atual não se pode tratar a propriedade imobiliária agrária com o caráter absolutista.

O mal de propriedades latifundiárias que não produzem está na falta de contribuição para uma sociedade mais justa. Ao encarar o problema da reforma agrária não se pode deixar de analisar aspectos da macropolítica mundial, posto que o Brasil atualmente depende de financiamento externo até para obter uma melhoria no campo social. E este endividamento de anos, que limita a capacidade do governo, não pode engessar o Brasil da forma como tem feito. É preciso atentar-se que o Brasil possui terras, riqueza natural, mão de obra barata.

O capitalismo desenvolvido precisa encontrar fórmulas para políticas do bem-estar social. Como as políticas de pleno emprego até mesmo na Europa e em países ricos não vêm dando certo, há que se reverter este capitalismo subdesenvolvido, principalmente dos





grandes latifúndios, das terras improdutivas, que não conduz ao bem-estar social, tornando maior a concentração de rendas. Não se pode deixar de observar que o êxodo rural retira a cidadania. O atraso na agricultura, com as dificuldades para os que lutam pelo acesso à terra, não deve persistir, pois há que se partir para uma tentativa séria de fixar o homem ao campo, levando condições de infraestrutura básica, fornecendo subsídios que permitam aumentar a capacidade econômica.

### 3.3 REFORMA AGRÁRIA: DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO

Entendemos que é preciso retirar as ideologias de força e de luta armada dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra e, no momento atual, concentrar na ideologia da luta pela terra e da reforma agrária, enquanto luta contra o desemprego, como alternativa de reintegração de famílias ao sistema produtivo, através do Instituto da Repartição. É o resgate da dignidade humana e da cidadania da pessoa humana no mercado do trabalho que pode se tornar uma realidade, quando se pensa num processo sério e criterioso, dando passo a passo não só o acesso às terras, mas os instrumentos básicos ao lado de incentivos como escolas, saneamento básico, pois não basta somente o acesso à terra. Uma reforma agrária pode ajudar também aqueles que, originados do meio rural, possuem baixa qualificação.

Em *Lições do Direito Econômico*, Souza (2002) ensina que a norma do Direito Econômico deve estar de acordo com a realidade econômica. Efetivando-se a reforma agrária, nada mais se estará fazendo do que integrar contingentes marginalizados de famílias pobres ao sistema produtivo. A norma jurídica deve estar atenta à realidade econômica e a realidade pode mudar as leis, pois estas leis devem adequar-se à realidade e não o contrário. A decorrência básica do que foi exposto confirma que o pensamento jurídico e político atual devem levar em consideração a realidade social, na qual está inserida a mudança que decorrerá de uma reforma agrária límpida e possível, conforme os parâmetros analisados.



As modalidades jurídicas de propriedade sofreram profunda modificação não apenas no que se refere à função social, que já era estabelecida no Estatuto da Terra, sobretudo porque o conceito do direito à terra evoluiu, e do entendimento de bem econômico e de valor passou a se constituir bem da coletividade, uma vez que não seja terra produtiva, pode ser objeto de desapropriação.

Compreende-se que à medida que a propriedade não cumpre sua função social pode advir um novo redimensionamento desta propriedade. Neste sentido, se a propriedade for tratada no aspecto do instituto de repartição de riquezas, poderá vir a ser alcançado o princípio da justiça distributiva como justiça social.

#### **4 IMPORTÂNCIA DA EFETIVIDADE DO DIREITO AO TRABALHO EM FAMÍLIAS POBRES DA BAHIA**

O trabalho sempre existiu na sociedade humana, iniciando-se com a fabricação de armas e instrumentos de defesa, a seguir usando-se os inimigos como escravos que deveriam fazer os trabalhos impróprios para os homens livres, e por fim com a vantagem de usar os antigos escravos, agora livres, por meio do pagamento de salários, tendo sido estes os primeiros assalariados. Os gregos consideravam o trabalho como tortura. Basta lembrar que o próprio *pónos*, termo que significa “trabalho”, tem a mesma raiz que *poena* (MORAES FILHO; MORAES, 1992).

A tradição da palavra “trabalho” tem conotações depreciativas. Foi a ânsia da satisfação das necessidades materiais que tornou o trabalho valor supremo. Todo o trabalho humano é, desde os tempos primitivos, um fator coletivo, e a cooperação é seu fim principal (MORAES FILHO; MORAES, 1992). O trabalho está intimamente ligado ao homem, aos êxitos e fracassos que obtém.

Quando observamos as famílias carentes no Brasil em sua realidade social e na convivência com os seus membros, o primeiro sentimento que nos vem em mente é a importância do trabalho como eixo para o sustento básico destas famílias, sendo daí



gerados os demais valores. E é neste intento de buscar novos caminhos que possam trazer formas de fomento de trabalho para as famílias pobres que defendemos a reforma agrária, na realidade brasileira e baiana.

Uma família pobre da zona rural, se levada para a área urbana, fatalmente engrossará as estatísticas das comunidades periféricas, aumentando o segmento que fomenta e sofre com a violência urbana das periferias das grandes cidades. Neste caso, pensamos ser menos custoso para o Estado comprar, através de cooperativas, fazendas e distribuir estas terras entre os que já têm costume de trabalhar na zona rural, o que certamente também diminuirá o êxodo rural.

Foi a necessidade de melhorias de condições materiais que empurrou o homem do campo para as grandes cidades. Se os poderes constituídos na realidade brasileira tiverem sensibilidade da necessidade de construção de estradas, escolas, hospitais, postos de saúde nas zonas rurais, além de oferecer terra a quem realmente quer se fixar e já possui experiência no trabalho rural, certamente o quadro de migração do campo para a cidade se reverterá.

Importante trazer para a discussão neste momento histórico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social e político criado em 1984, no Brasil, que fez renascer a luta dos trabalhadores rurais, ampliando o centro político de lutas de classes no país. É bom ressaltar que:

Ainda que o MST encontre sua origem no movimento dos trabalhadores rurais, incorpora crescentemente os trabalhadores da cidade que buscam retornar para o campo depois de expulsos pela ‘modernização produtiva’ das indústrias. Tal processo resulta em uma inversão do fluxo migratório no Brasil e em uma síntese que aglutina e articula experiências e formas de sociabilidade oriundas do mundo urbano e rural. (ANTUNES, 2011, p. 43, grifo do autor).

Quando nos referimos aqui ao MST, ressaltamos mais uma vez que não se trata de refletir sobre a justiça ou não do movimento, mas da constatação de que existem em nosso sistema jurídico leis descumpridas reiteradamente. Existem ainda pessoas cadastradas ou por cadastrar na zona rural, razão pela qual em vez de ficar empurrando indefinidamente as



soluções, o governo deveria tomar para si a responsabilidade de resolução dos conflitos agrários, promovendo uma política mais adequada, que diminuísse as migrações dos trabalhadores rurais.

E que não se diga que estamos na contramão dos ditos países desenvolvidos, porque os verdadeiros produtores são grandes empresas agroindustriais. Tais modelos agrários não se excluem. Podem coexistir lado a lado empresas agrárias e agricultura familiar. Isto se observa em todos os países que enfrentaram a reforma agrária.

Então reforçamos que por conta do seu potencial de empregabilidade, a reforma agrária deveria ter um importante papel no Brasil, misto de pobreza e riqueza que não consegue cumprir o papel de oferecer dignidade às numerosas famílias pobres, esquecidas no contexto atual brasileiro.

Então, sem entrar no mérito das discussões que situam o MST como resultado da esquerda católica (teologia da libertação) com segmentos de seguidores de preceitos marxistas (ANTUNES, 2011), temos para nós que a reforma agrária fixada na Constituição Federal de 1988, projeto do Estado neoliberal, tem todas as condições legais não apenas de efetuar mudanças sociais e uma redistribuição mais justa, mas também atuar de forma decisiva como fomento ao emprego pleno, princípio também assentado constitucionalmente no Brasil.

## 5 CONCLUSÃO

Até evoluir o pensamento jurídico brasileiro para a ideia de que a reforma agrária é um direito dos agricultores brasileiros, passou-se todo o período colonial até 1946. Os 150 primeiros anos de história constitucional referem-se a um direito absoluto de propriedade. Apenas a partir da Constituição Brasileira de 1946 este direito passou a ser visto como um direito do agricultor brasileiro a uma reforma agrária que o contemple.

Entendemos que, no momento atual, esse direito histórico desponta como um direito inserido constitucionalmente no sistema jurídico brasileiro, e ao contrário do que alguns



segmentos apontam, os movimentos sociais que lutam pela posse da terra, quando munidos dos recursos e dos institutos jurídicos legais, estão atuando na mais perfeita ordem jurídica, devendo ser inseridos na luta pela posse da terra, posto que estão respaldados pelos institutos do direito positivo brasileiro.

Assim sendo, é preciso criar-se uma nova visão jurídica implementando-se os institutos já criados na lei, para que permitam a estes movimentos atuarem na mais perfeita ordem jurídica, passando-se a ressaltar este lado pouco citado na mídia, de movimentos legitimados pela lei constitucional brasileira.

Sugerimos ainda a adoção de alguns instrumentos que parecem necessários nesta breve abordagem da questão agrária no Brasil, enquanto instituto do direito econômico de repartição de riquezas. Para que se alcance êxito numa possível redistribuição de terras não se pode deixar de ter em mente os seguintes fatores:

- a) Redução de juros para pequenos proprietários, na realidade brasileira, em áreas problemáticas tais como a lavoura cacaueteira, na região sul da Bahia, e o combate à praga vassoura de bruxa, que dizimou as pequenas propriedades, necessitando-se de subsídios para o soerguimento destas propriedades; subsídios para a soja e a nova praga da ferrugem; também não esquecer as catástrofes naturais, como no Centro-Oeste e Sul, em razão das chuvas, fornecendo-se ao agricultor dos locais afetados meios de subsistência até que o plantio volte à normalidade;
- b) Liberação de recursos que permitam subsidiar cultivos de produtos da cesta básica brasileira;
- c) Melhoria de estradas; incentivos materiais e físicos para que a comunidade rural continue cultivando as áreas, com construções de escola, implementação de política de energia elétrica no campo; oferecimento de água potável, saneamento básico, serviços médicos e odontológicos, construções de postos de saúde em áreas com certa concentração de população; construção de colégios, escolas rurais, com graduação, que



possam estimular os filhos destes agricultores a continuarem no trabalho agrícola;

- d) Apoio a uma política de redistribuição de terra, com os investimentos básicos e incentivos para a permanência daquele a quem foi dada a terra continuar com o compromisso do cultivo, e não para obtê-la com o simples intuito de vender;
- e) Investigação no momento da distribuição de lotes, para que se dê oportunidade de obtenção de lotes de terras àquelas famílias pobres que realmente precisam da terra como forma de subsistência e, mais importante, que já tenham experiência com o cultivo do campo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 1992.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)>. Acesso em: 12 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 1993a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm)>. Acesso em: 12 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Complementar nº 76**, de 06 de julho de 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Brasília, 1993b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp76.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp76.htm)>. Acesso em: 12 maio 2014.





\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Medida Provisória nº 1.577**, de 11 de junho de 1997. Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências. Brasília, 1997a. Disponível em:  
 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1577.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1577.htm)>. Acesso em: 12 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 2.250**, de 11 de junho de 1997. Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado à reforma agrária, e dá outras providências. Brasília, 1997b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2250.htm)>. Acesso em: 12 maio 2014.

126

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LISITA, Cristiane. **Fundamentos da propriedade rural: conflitos agrários e justiça social**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1992.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de Direito Econômico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lições do Direito Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2002.



## **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)**

CONCEIÇÃO, Verônica Alves dos Santos

*Mestranda do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA)*

*veronica.alves604@gmail.com*

127

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha

*Docente do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA)*

*sonia.sampaio@terra.com.br*

### **RESUMO**

Este é um estudo da relação entre qualidade da educação e o movimento estudantil da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) a partir de 1976, ano de sua criação. Visa analisar as principais reivindicações do coletivo estudantil feirense e seu protagonismo nas políticas de avaliação da qualidade do ensino superior, a partir de documentação localizada na própria universidade. Abordo a temática da educação de qualidade como um direito baseado nas necessidades e experiências humanas e não somente nas necessidades impostas pelos interesses do mercado. Dessa forma, entendo que a organização dos estudantes como movimento tem potencial para se constituir como espaço para o debate dos rumos da educação, gerando aprendizado político importante na formação da juventude para que ela participe das questões hoje colocadas para a sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil, Qualidade da Educação, Vida Universitária.

### **ABSTRACT**

This study examines the relationship between the quality of education and the students' movements at Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – State University of Feira de Santana) since it was created in 1976. Resorting to the university's own documents, it aims to analyze the main claims of the university's student body, and students as protagonists in evaluation policies for higher education. Themes related to good quality education as a right based on human experiences and needs and not only on needs posed by market interests are approached. I propose, thus, that the organization of students' movements can potentially constitute a site for the debate on educational pathways, engendering relevant political learning for the education of youngsters as participants in the debate of questions faced by society as a whole.

**Key-words:** Student Movement, Quality Education, University Life.



## INTRODUÇÃO

Ao realizar entrevistas com professores da UEFS para a elaboração da minha dissertação de mestrado sobre a avaliação do ensino pelo estudante despertei para esse tipo específico de participação estudantil, sua organização política, como um dos instrumentos possíveis de garantia da qualidade da educação superior. Ao longo da coleta de dados, observei que os professores entrevistados atribuíam grande importância ao estudante como parte responsável pela avaliação da qualidade da educação e do ensino. Eles são unânimes na compreensão de que os estudantes devem se organizar em coletivos visando a avaliação e a elaboração de propostas para possíveis mudanças necessárias no contexto educativo, pois entendem que iniciativas individualizadas e conversas informais em sala produzem resultados limitados. Mas, apontam, ao mesmo tempo, o distanciamento das reivindicações estudantis em relação à busca pela qualidade na medida em que o suporte financeiro parece ter o valor de principal bandeira dos movimentos que organizam. Estes resultados iniciais, a partir das entrevistas com os docentes, trouxeram, então, a ideia de entender como o movimento estudantil tem se comportado em relação a essa questão. Como base para essa pesquisa utilizei informativos da época encontrados na universidade, notas divulgadas em site oficial da UEFS e noticiários da cidade, bem como, comentários postados em redes sociais utilizadas por estudantes.

Falar de qualidade em educação impõe, em primeiro lugar, admitir a complexidade envolvida na concepção do que vem a ser “qualidade” dada as múltiplas significações que lhe são atribuídas. Assim, considerando os desafios colocados pelo tema, uso, nesse estudo, o conceito de qualidade na educação apresentado pela Unesco/Orealc (2002) que aponta quatro dimensões para defini-la: a dimensão pedagógica, a cultural, a social e a financeira. Nesse sentido, qualidade da educação articula-se à avaliação, pois pode ser aferida a partir dos resultados alcançados pelo desempenho dos estudantes (BRASIL, 2004). No entanto, pensar em qualidade a partir da perspectiva avaliativa é insuficiente se ela não for acompanhada de análises mais exaustivas que ajudem a explicar estes resultados à luz das distintas variáveis que gravitam em torno do fenômeno educativo.

Afinal, como os estudantes se articulam para aferir/intervir a/na qualidade do ensino oferecido na universidade? Essa é uma das questões que norteia a dissertação de mestrado em elaboração e que permitiu estudar a relação entre a qualidade do ensino e o movimento



estudantil organizado da UEFS, como um recorte. Para atingir esse objetivo foi necessário visitar elementos da história dessa instituição e do movimento estudantil que nela se desenvolveu. Além disso, pareceu pertinente trazer algumas informações sobre a relação entre o movimento estudantil e a política educacional do governo brasileiro na tentativa de articular dados nacionais e regionais. Partilho do entendimento de Gohn (2008) quando define o movimento social como expressão de uma ação coletiva que decorre de uma luta sócio-política, econômica e cultural. Organiza-se em torno de demandas que configuram sua identidade, determinam suas redes de mobilizações, práticas comunicativas e a cultura própria nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. O movimento estudantil é então, segundo essa compreensão, um movimento social que se desenvolve no interior da população escolarizada que pretende um diploma de ensino superior, no caso a UEFS, o campo de pesquisa da dissertação em curso.

### **A RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Um olhar sobre os dilemas da educação universitária sugere que as mudanças experimentadas pela sociedade contemporânea modificaram a forma do homem interpretar o mundo, a si mesmo, ao conhecimento e, conseqüentemente, a educação. O contexto sócio-político impõe à universidade a necessidade de redesenhar sua missão e a convida a prestar contas da qualidade dos serviços que oferece à sociedade (SEABRA SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2012), no desenvolvimento de competências para a formação integral e profissional (DIAS SOBRINHO, 2005) ou ainda pela necessidade de melhorar sua eficácia pedagógica frente o crescimento de fenômenos como o fracasso e o abandono dos estudos (PAIVANDI, 2013).

Reconhecer a necessidade de assegurar a qualidade de educação superior nos leva à pergunta: o que é qualidade? Quem determina a qualidade da educação superior? A Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior (RIACES)<sup>1</sup> define qualidade como o

<sup>1</sup> RIACES é uma associação, sem fins lucrativos, que reúne agências de avaliação e credenciamento de dezoito países ibero-americanos e se destina a promover a cooperação e o intercâmbio nesse campo contribuindo para a garantia da qualidade da educação superior nesses países. O INEP está integrado à RIACES.



Grado en el que un conjunto de rasgos diferenciadores inherentes a la educación superior cumplen con una necesidad o expectativa establecida. En una definición laxa se refiere al funcionamiento ejemplar de una institución de educación superior. Propiedad de una institución o programa que cumple los estándares previamente establecidos por una agencia u organismo de acreditación (RIACES, 2009, p15).

A definição consubstancia o compromisso político da gestão universitária, a atuação dinâmica e eficiente dos professores e a responsabilidade compartilhada com toda a sociedade, principalmente com os estudantes, pois uma melhoria na qualidade do processo educativo beneficia a todos os envolvidos conforme sinaliza o Informe Regional da UNESCO ao abordar as metas do Plano de Ação para Educação dos países membros da Cúpula das Américas no que diz respeito à garantia da qualidade da educação,

130

(...) las metas a luz del impacto que éstas tienen en los distintos ámbitos sociales o, dicho de otro modo, por su capacidad de brindar efectivamente un mayor bienestar social [...] no solo son objetivos en si mismos, sino también medios para alcanzar otros fines sociales deseables, como mayores ingresos salariales, mayor desarrollo económico, mejor distribución del ingreso, mayor participación ciudadana em las decisiones políticas, consolidación de valores y normas democráticas, entre otros. Por lo tanto, es fundamental revisar la evidencia disponible para la región a efectos de poder dimensionar el impacto social de la educación (UNESCO, 2003, p. 43).

Retomo as dimensões que a Unesco/Orealc (2002) relaciona à questão da qualidade. Segundo esse documento, o aspecto pedagógico tem um caráter fundamental e se efetiva quando o currículo é cumprido de forma eficaz; a dimensão cultural enfatiza que os conteúdos do currículo partem das condições, possibilidades e aspirações do público a quem é dirigido o ensino. Ao considerar a dimensão social, a educação é de qualidade quando contribui para a equidade, ao passo que, do ponto de vista econômico, a qualidade está relacionada à eficácia no uso dos recursos destinados à educação.

Dada a importância de oferecer formação de qualidade aos estudantes, o Brasil, obedecendo a uma tendência mundial, torna o tema da qualidade como central nas discussões, reformas e documentos de caráter educacional. A Constituição Brasileira aponta, como sendo da competência dos órgãos estatais, garantir que o ensino seja ministrado com base em padrões de qualidade e de igualdade de condições para o acesso aos níveis mais elevados do ensino (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) apresenta qualidade como “a variedade e quantidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, Art. 4º alínea IX, 1996). O



Plano Nacional de Educação (PNE) projeta, entre seus objetivos, elevar a taxa bruta da matrícula na educação superior para 50% da população entre 18 a 24 anos, com expansão das matrículas no setor público em pelo menos 40% e garantir que, pelo menos 75% dos professores no conjunto do sistema de educação superior sejam mestres e 35% doutores para promover a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2014).

É certo que garantir a qualidade da educação e avaliar a efetivação desse compromisso legal não é tarefa fácil, pois, além das dimensões passíveis de quantificação, o que já exige uma competência técnica apurada, há a necessidade de incluir no processo avaliativo um sentido ético, incluindo-a como aspecto da formação para a cidadania. Dessa forma a qualidade da educação articula-se à avaliação formativa, compreendida como algo que ultrapassa os resultados alcançados pelo desempenho dos estudantes (BRASIL, 2004). Para Dias Sobrinho (2008), determinar os níveis de desempenho dos estudantes é insuficiente se essa medida não for acompanhada de análises mais exaustivas que ajudem a compreender os resultados à luz das variáveis que gravitam em torno do fenômeno educativo. Dentre as medidas consideradas pelo autor está a opinião dos estudantes sobre o que ocorre no âmbito da instituição e da sala de aula, seja nos processos de ensino e aprendizagem, nos currículos e nas suas expectativas com relação ao próprio processo educativo.

Para Morosini (2010) a avaliação de qualidade das instituições é potencializada a partir do envolvimento de todos, os gestores e corpo administrativo, os professores e, certamente, os estudantes. Aos primeiros competem administrar recursos, programas, procedimentos, normas e incentivos que contribuam para a aprendizagem e no desenvolvimento do estudante; professores envolvidos e hábeis em boas práticas de ensino estimulam os diferentes talentos e estilos de aprendizagem, desenvolvendo reciprocidade e cooperação entre os estudantes. Por sua vez, o estudante é corresponsável pela qualidade da sua formação acadêmica, influenciada também pelo *o quê faz, como o faz e quanto o faz*, lançando mão dos recursos disponibilizados pelas universidades para esse fim.

Essas considerações iniciais já permitem algumas indagações importantes sobre a educação de qualidade como um direito, tema que faz parte do desenvolvimento desse estudo. Considerar a educação de qualidade como um direito é assumir um princípio ético e moral, baseado nas necessidades e experiências humanas e não somente nas necessidades impostas pelos interesses do mercado. Para Gohn “a óptica dos direitos possibilita-nos a construção de





uma agenda de investigação que gera sinergia, não compaixão, que resulta em políticas emancipatórias, não compensatórias” (GOHN, 2011, p 347). Dessa forma, a organização dos estudantes como movimento tem potencial para se constituir como espaço para o debate dos rumos da educação, gerando aprendizado político importante na formação da juventude para que ela participe das questões hoje colocadas para a sociedade em geral.

Ao considerarmos a relação entre educação e movimentos sociais no Brasil e, dentre eles o movimento estudantil, é possível identificar algumas demandas atendidas e outras que ainda restam como objetivos a alcançar. No primeiro caso, temos a demanda pelo acesso e permanência das camadas populares aos diferentes níveis de ensino. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) voltado para o acesso à rede privada de ensino superior e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que amplia o acesso pela criação de novas instituições públicas, abertura de vagas, cursos noturnos e interiorização de *campi* surgem como respostas a antigas reivindicações dos estudantes e suas famílias.

A escola pública de qualidade, direito legalmente assegurado e uma demanda clássica dos movimentos, continua a se constituir em necessidade cada vez mais inadiável e deve significar formação integral que inclui “pensamento crítico, a capacidade de ler o mundo, de indignar-se com as injustiças, reconhecer e se alegrar com as manifestações de inovação e criatividade dos seres humanos, ou seja, de refletir de maneira autônoma” (Gonh, 2011, p. 349) para isso, como uma expressão do protagonismo juvenil, o movimento dos estudantes pode se constituir uma importante situação educativa.

Pesquisar sobre o Movimento Estudantil Universitário (ME) envolve um labor intelectual semelhante a compor uma colcha de retalhos, na medida em que é necessário relacionar suas ações e desenvolvimento com o contexto sócio-político do país em dado período histórico e, ao mesmo tempo, considerar situações regionais e locais específicas. Tarefa nada fácil dada a multiplicidade de interesses, demandas e reivindicações que circulam no cotidiano da condição estudantil. Essa condição, *ser estudante em uma universidade*, permite conviver com outras relações de interesses e pautas construídas fora da academia, na família, em outras organizações e espaços, que permeiam as relações e reivindicações no interior da universidade. Nessa direção, Sampaio e col. (2011) apontam que o ambiente universitário deveria se configurar, também, como um lugar de convivência onde as relações



entre estudantes extrapolem as relações construídas em sala de aula sendo importante estratégia para a formação psicológica, ética, política e cultural do estudante.

Assim, não existiria um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam como complementares ou em oposição, compondo um matiz singular em relação a outros tipos de movimentos sociais. Há quase quarenta anos Foracchi já afirmava que

Não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que condições se estabelecem a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela (FORACCHI, 1977, p. 230).

Dessa forma, o movimento estudantil reúne participantes vinculados a partidos políticos ou que defendem interesses temáticos e mais localizados como os estudantes negros, os LBGTT, mulheres e outros. Não considerar a diversidade existente no interior do movimento estudantil é pensar essa categoria à parte da realidade, caracterizando-a como imutável e homogênea, além de desconsiderar a presença das tensões internas que contribuem para o desdobramento dos embates dos quais a sociedade participa.

A partir do estudo de Benevides (2006) percebe-se que, até 1968, quando o AI-5 foi promulgado, os protestos estudantis tinham como uma das principais bandeiras as condições de ensino das universidades. Como exemplo, o autor cita a resistência ao acordo MEC-USAID<sup>2</sup>, que propunha um modelo de universidade. Nessa época a defesa da gratuidade e da boa qualidade do ensino marcavam as prioridades dos militantes do movimento estudantil. Para eles, combater este acordo era o mesmo que combater o governo e a influência do imperialismo norte-americano. Havia no meio estudantil, o temor de que, se firmado, ele substituísse gradualmente o ensino público e gratuito, o que fez o combate ao MEC-USAID figurar no rol das lutas pela gratuidade e qualidade do ensino.

<sup>2</sup> Esse acordo, assinado em 1966, resulta de um modelo elaborado por representantes do governo estadunidense. Objetivavam uma ampla reforma no sistema educacional brasileiro com a finalidade de viabilizar a parceria universidade/empresa. O acordo previa, ainda, a privatização do ensino público. As reformas abrangeriam todos os níveis escolares e seriam coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a agência *United States for International Development* (USAID), por isso MEC-USAID.



Outra manifestação que articula o movimento estudantil às questões educacionais foi o protesto contra o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>3</sup> regulamentada pelo projeto da Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia, em meados dos anos 60 que, no entender dos estudantes, reforçaria a extinção da gratuidade do ensino médio, inviabilizando o ingresso do estudante pobre à rede pública. Os protestos iniciaram com uma greve geral dos estudantes secundaristas e ganharam a rua com o apoio dos universitários que, durante uma semana, externaram seu repúdio à Lei Orgânica do Ensino através de passeatas diárias e distribuição de boletins como o publicado em jornal:

Nós alunos não fomos ouvidos, nem sequer os professores a respeito do anteprojeto da lei orgânica. [...] Esse nosso informativo é também dirigido aos pais, pois sabemos o quanto eles se sacrificam para nos manter em colégio (mesmo gratuitos). [...] educação não é negócio. Somos contra essa lei e a tudo que ela representa. O que é público é do povo. Hoje a luta é grátis, pagará caro o estudante que permitir a venda de nosso ensino (A TARDE, 22/08/1967, p01).

Cabe um esclarecimento para não correr o risco de idealizar o ME e fortalecer o que Martins Filho (1987) chama de *mitologia estudantil*, ou seja, desconsiderar o estudante como sujeito social e aplicar-lhe um padrão de intervenção na realidade, constituído de uma essência radical e contestatória. A própria definição das pautas de reivindicações se tornava motivo de divergências entre os estudantes, pois enquanto “uns diziam que as questões educacionais deviam ser prioritárias, outros, discordavam, alegando que a prioridade deveria ser dada às questões conjunturais” (BENEVIDES, 2010, p. 80). Parece claro, ao menos até aqui, o envolvimento do movimento estudantil com a questão da qualidade da educação no período de efervescência do movimento, seja ela apresentada como tema de mobilização ou um subtema presente nas “questões conjunturais” em um tempo de grandes e significativas propostas de reformas nos sistemas educativos, e, de novos projetos políticos e econômicos para o Brasil.

Outra contribuição significativa para o estudo da relação qualidade da educação e ME é a discussão, presente em Muller (2010), sobre os encontros acadêmicos de áreas de

<sup>3</sup> Lei publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Após aprovada consta entre suas características principais que o dinheiro público não seria exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 43 e 79), não prever dotação orçamentária para a União ou os estados (art. 59) e a progressiva substituição do ensino de 2º grau gratuito por sistema de bolsas com restituição (art. 63)



conhecimento ocorridas após o AI-5. Segundo essa autora, essas reuniões começaram a fazer parte da realidade de muitos cursos e serviam para a discussão de temas como currículo, condições físicas de funcionamento, produção do conhecimento e mercado de trabalho. Um exemplo é o Encontro de Estudantes de Ciências Econômicas da Região Sul (UFRGS), ocorrida em 1973, que trouxe *o currículo* como tema central que, na compreensão dos militantes, estava estruturado para mostrar como funcionava o sistema capitalista.

Assim, pode-se considerar que uma das estratégias empregadas pelo ME, como forma de resistência ao regime militar, foi resistir à sua política educacional e, principalmente, à reforma universitária, julgada como parte de uma política de incentivo ao investimento privado nacional e estrangeiro, submissa a esses interesses, em detrimento da produção do conhecimento autônoma como fundante de sua existência. Em contrapartida, apesar dos estudantes canalizarem suas críticas contra a política adotada pelo regime, principalmente no campo econômico e educacional, os documentos do período apresentam uma fragilidade quanto à intervenção positiva e crítica no âmbito das instituições de ensino existentes, mostrando-se uma luta mais contra o regime do que propositiva, visando reformulações no sistema.

Essas análises auxiliam a abordar uma questão importante nesse estudo: como os estudantes da UEFS se articularam/articulam para aferir/intervir a/na qualidade do ensino oferecido na universidade?

## **O ESTUDANTE DA UEFS EM MOVIMENTO**

A universidade, em Feira de Santana, foi autorizada em 1976<sup>4</sup> como resultado de um longo embate político entre os interesses da proposta governamental de formar professores para o ciclo básico em cursos superiores de curta duração e a pretensão dos representantes locais de criar uma instituição realmente universitária. Nasce em um contexto socioeconômico de interiorização das universidades estaduais e de contestação à política ditatorial, o que oportuniza, aos estudantes recém-ingressos, vivenciarem diferentes formas da participação política; desse modo, é iniciado um processo de mobilização que culminou na

<sup>4</sup> A universidade obteve o parecer de autorização de funcionamento pelo Decreto Federal nº. 77.496 de 27 de abril de 1976.



criação posterior das suas entidades estudantis, cujas primeiras mobilizações giraram em torno da melhoria dos cursos e ampliação do acesso à universidade.

A primeira greve geral estudantil na UEFS ocorreu em 1980, um período marcado por variadas e sucessivas reivindicações dos diversos coletivos no município, dentre eles os trabalhadores rurais e os Movimentos de Bairro, que se juntaram aos estudantes nas suas demandas, conforme a manchete,

Gritando slogans [...] cerca de 500 estudantes realizaram ontem uma passeata no centro da cidade, reivindicando ensino gratuito no país e em todos os níveis. Eles saíram do prédio da antiga Faculdade de Educação, e carregando faixas, cartazes, foram até o estacionamento rotativo da Getúlio Vargas, onde realizaram um ato público (FEIRA HOJE, 12/09/1980, p 02).

A greve desencadeou mobilizações posteriores nos cursos da UEFS. Em 1981, os estudantes do curso de Construção Civil, constituído, inicialmente, como uma modalidade do bacharelado em Engenharia de Operações, realizaram forte mobilização que durou sessenta e oito dias, propondo a mudança curricular do curso de Tecnólogos em Construção Civil para um novo curso de Engenharia Civil. Alegavam a necessidade de maior inserção no mercado, embora a pauta de reivindicação tenha se tornado bem mais extensa, com pontos mais politizados como o fim da ditadura militar e eleição direta para reitor em *todas* as universidades. O DA de Ciências Econômicas também organizou, no mesmo ano, uma greve por questões educacionais que durou cerca de dois meses. Os estudantes dos cursos de Administração, Letras e Enfermagem organizaram seus diretórios em 1982.

A partir destas iniciativas e do contexto de reivindicações em torno das liberdades políticas de organização, surgiu a necessidade de formação de uma entidade geral, que unificasse sua atuação. Seria, de certa maneira, o processo de institucionalização da luta geral do ME na UEFS. O DCE foi formado no Congresso Estudantil realizado em meados de 1983, sete anos após a criação da universidade, assumindo um conjunto de proposições políticas, para além das lutas educacionais. Essas bandeiras refletem as orientações que influenciavam a proposição das pautas, pois algumas extrapolavam a luta estudantil, para alcançar uma solidariedade com a luta dos trabalhadores na crise do regime militar.

Fato relevante para esse estudo é a posição assumida pelo DCE - UEFS durante o processo de greve dos professores das universidades estaduais da Bahia em 1987, diferente dos anos anteriores, como a ocorrida em 1985, fruto de tentativas frustradas de negociação com o governador João Durval e, no caso dos professores da UEFS, também com o Reitor José Maria Nunes Marques. Os professores reivindicavam, em 1985, um novo quadro salarial,



melhores condições de trabalho e ensino, democratização da universidade, incentivo à pesquisa e à extensão, dentre outros itens, e contou, no período, com o apoio incondicional dos estudantes feirenses.



Figura 1: Manifestação conjunta de apoio a Greve Docente de 1985 (acervo DCE-UEFS)

Nesse ano o DCE envia documento ao Reitor em apoio ao movimento dos professores

Entendemos que a continuidade da greve não implica em prejuízos maiores para nós, do que aqueles resultantes de um retorno às aulas precipitado e inconseqüente, sem o atendimento às reivindicações dos professores e prevalecendo a intransigência do Senhor Governador [...] (OFÍCIO DCE-UEFS, 14/11/1985)

Já em 1987, apesar de considerarem justas as reivindicações dos professores, a preocupação da entidade estudantil era com o prejuízo que os estudantes iriam arcar devido ao prolongamento da greve. Nessa ocasião, se posicionaram através de documento exigindo da reitoria uma negociação junto ao Governo do Estado,

A comunidade estudantil tem manifestado viva insatisfação com a greve dos professores, por considerá-la inoportuna e prejudicial aos interesses dos estudantes. Ao mesmo tempo reconhece a justeza das reivindicações dos professores uma vez que os seus salários já se encontram bastante defasados. Por isso mesmo, solicita do governo estadual uma aceleração nas negociações a fim de resolver o impasse o mais breve possível, e o atendimento da reivindicação dos professores por um salário emergencial (OFÍCIO, 15/05/1987).





Esta greve durou 60 dias, mas os estudantes retiraram oficialmente o apoio, do DCE, alegando o prejuízo advindo da paralização e perda da qualidade do semestre tendo optado pela anulação do semestre, segundo informação verbal de um militante.<sup>5</sup>

As movimentações estudantis feirenses não pararam por aí, alguns embates tiveram forte repercussão na cidade como foi o caso da visita de Waldir Pires à UEFS, em 1988. Após as mobilizações da greve docente em 1987, quando houve confronto com o Governo do Estado, o governador foi convidado pela reitoria para proferir a aula magna da instituição e teve de enfrentar um ato público organizado na porta do auditório ao som de uma paródia baseada na música *tempo novo*, veiculada à sua campanha<sup>6</sup>, conforme notifica o jornal da cidade e Silveira,

[...] foi saudado por uma estrondosa e constrangedora vaia. Portando cartazes, paródia da música da campanha eleitoral do governador, estudantes universitários criticaram, principalmente, o estado de abandono em que se encontra o setor educacional no Estado (FEIRA HOJE, 15/03/1988).

eu quero ver um tempo novo  
sem crescer nem construir  
a educação parou  
no governo de Waldir (SILVEIRA, 2010, p 100)

Motivos parecem não faltar para essa mobilização contra o governador pela comunidade universitária. Lopes (2010) aponta, dentre eles, a aprovação de novos cursos no ano anterior, 1986, sem ampliação dos espaços físicos, resultando na falta de espaço para as atividades de estudo e pesquisa e a existência de uma biblioteca deficitária.

O poema abaixo, encontrado nos arquivos do DA de História, apresentado por Lopes (2010), ilustra o olhar dos estudantes sobre a qualidade da educação durante a crise,

Quem quiser ser estudante  
Não se engane a vida é dura  
Não tem professor nem livro  
Nem semestre ou formatura

Mas tem cobra, tem buraco  
E o banheiro é bosta pura  
O professor ganha menos  
Que o gari da prefeitura

<sup>5</sup>Informação verbal de WM, militante do movimento em período, emitida no dia 23/10/2014.

<sup>6</sup> Propaganda eleitoral no site <https://www.youtube.com/watch?v=r-d1CKfawEQ>. Acessada em fevereiro de 2014



(...)

Quando não choca o horário  
Falta o mestre ou falta sala  
O difícil na UEFS  
É poder assistir aula

Estudar é uma aventura  
Nessa universidade  
Quem pôde, já foi embora  
Pruma escola de verdade<sup>7</sup>

139

Junto a este poema, Lopes (2010) encontra uma paródia à música de Walmir Lima e Lupa, *Ilha de Maré*, que também apresentava a crise na UEFS do ponto de vista dos estudantes de História. Nela, lê-se:

Ah, eu passei no vestibular minha senhora  
E só Deus sabe o tanto que eu sofri  
Pra vir pros bancos dessa escola, estudar e me formar  
E veja só a arapuca que eu caí.

Refrão: Aí foi que eu sambei Yara<sup>8</sup>  
Aí foi que eu sambei Yara

(...)

Ah, faz tanto tempo que cheguei minha senhora  
Que já não sei mais nem o bê-a-bá  
O tempo passa e mais a gente emburrece na UEFS  
Mas sei que em greve eu vou me especializar  
Refrão<sup>9</sup>

Compreender a vida universitária nesse ambiente específico requer múltiplos olhares, tanto para acompanhar sua dinâmica quanto a diversidade de motivos subjacentes a cada movimento. Fica evidente que a luta estudantil na UEFS tinha forte vinculação política e estava, na maior parte das vezes, voltada para as lutas sociais da cidade, mantendo um constante diálogo com os movimentos classistas organizados no período e constituindo-se um elo identitário com os trabalhadores da região que contribuíram significativamente na formação dos universitários e na própria criação da universidade (SILVEIRA, 2010). Por

<sup>7</sup> Documento caligrafado, sem autor e sem título. Disponível em: Arquivo do D.A. de História Antônio Conselheiro – UEFS. 18 jan.1990, citado por Lopes (2010)

<sup>8</sup> O pronome de tratamento “senhora” e o substantivo próprio “Yara” se referem à reitora em exercício, prof.<sup>a</sup> Yara Maria Nunes Cunha Pires, cuja gestão se estendeu de 1987 a 1991.

<sup>9</sup> Idem nota 08.



outro lado, não deve negar a relação existente entre o movimento estudantil da UEFS e a busca pela qualidade da educação, pois, como se evidenciou, era um tema presente nas pautas de reivindicações, em que pese a pouca centralidade a ela atribuída.

### **O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEFS: A BUSCA DE UM NOVO PROTAGONISMO?**

Para Cancian (2008) o movimento estudantil no Brasil sofreu uma inflexão como consequência de ter sido liderado por militantes das organizações de esquerda que priorizavam as reivindicações políticas em detrimento das demandas educacionais. Segundo esse pesquisador, a subordinação à agenda política conduziu aos protestos de 1977 em defesa das liberdades democráticas, mas provocou um longo refluxo, que persiste até hoje, em razão do distanciamento de parte significativa dos estudantes que demonstra desinteresse pela política nacional. Seguindo a mesma linha, Freire (2008) aponta que esse suposto desinteresse dos estudantes não é casual, a quase ausência de lutas estudantis reflete uma mudança de estratégias e de ações do ME que representa possibilidades de resistência dentro de um novo contexto cujos delineamentos ainda não estão claros.

De acordo com Mesquita (2003) emerge uma sociabilidade militante onde a pluralidade de expressões estudantis, que adota novos formatos, metodologias e pautas indica outros modos de organização desse segmento. Para ele, o movimento estudantil continua como uma possibilidade de inserção e atuação política, porém, diferente das décadas passadas, atualmente os estudantes contam com múltiplos e diferentes canais de expressão política. Sinaliza a emergência de novos atores juvenis que atuam em diversos campos na definição coletiva de políticas públicas que atendam às suas necessidades, a exemplo de organizações não governamentais e movimentos de cunho cultural. Esses formatos trazem consigo elementos, estratégias e repertórios característicos dos Novos Movimentos Sociais (NMS), definidos como,

Um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais organizados sobre outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais clássicos de representação social (partidos, governos, sindicatos, etc), redescobrimo novos modos de intervenção social que exigiam um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum (SOUZA, 1999, p.117)

Nas últimas décadas, a universidade passou por mudanças acionadas pelas políticas educacionais que visavam à reestruturação da educação superior, impondo novas estruturas e



modos de gestão, criando novas demandas e novos modos de mobilização. As políticas públicas passam a pautar questões da cidadania e participação, a educação ganha uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e novos atores políticos, muitos dos antigos militantes estudantis, entram em cena. O leque de propostas se amplia. Surgem coletivos com propostas articuladas e fundadas em projetos sociopolíticos e culturais emancipatórios na mesma proporção que propostas predominantemente integradoras, como as lutas contra o abuso sexual e a discriminação de classes, a favor da igualdade de gênero e raça, etc.

141

A partir das regras básicas de convívio democrático, o jovem vai atuar para “posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade” (COSTA, 2001, p.26). Essa forma de atuação estudantil, baseada mais nas experiências que em ideias, pode abrir espaço para atitudes solidárias ao assumir reivindicações de cunho assistencialista para suprir necessidades imediatas da comunidade universitária. Dessa perspectiva, abordo uma das manifestações que aconteceram na UEFS nos últimos anos: a movimentação do Coletivo Rapinagem em relação ao Restaurante Universitário (RU).

A criação de um restaurante se apresentou como demanda estudantil desde o 1º Relatório Síntese da Avaliação Institucional da UEFS, em 1997. Para os depoentes, as cantinas - único serviço de fornecimento de alimento no campus durante o período - foram descritas como mal estruturadas, sem obedecer a condições mínimas de higiene e ofertando alimentos de baixa qualidade a preços altos (UEFS, 1997). Visando superar os problemas, os estudantes sugerem, durante a avaliação institucional, que as cantinas sejam substituídas ou anexadas a um Restaurante Universitário “edificado para atender à demanda de alunos, professores e funcionários e, também, para viabilizar maior integração dos alunos naquele horário do almoço” (UEFS, 1997, p. 134). Apenas em outubro de 2007, foi inaugurado, após reuniões e consultas à comunidade universitária, o tão almejado restaurante, dividido em dois espaços, um bandejão<sup>10</sup> e outro *self-service*, com um preço acessível, mas diferenciado em relação ao primeiro.

<sup>10</sup> Bandeirão é uma espécie de restaurante popular oferecido como forma de auxílio para os alunos da UEFS. O nome vem do aumentativo de bandeja, porque geralmente a refeição é servida numa bandeja.



A estrutura adotada para o RU parece ter criado ou reforçado uma espécie de separação entre os estudantes, aqueles que podem e aqueles que não podem pagar por um alimento melhor e mais variado e, principalmente, ele irá separar os estudantes dos servidores da UEFS. Essa situação começa a incomodar alguns estudantes e os dois espaços adquirem, com o passar do tempo, rótulos significativos que afirmam a separação de condições entre eles, o bandeirão e o burguesão. Por fim, em 2012, a UEFS testemunha uma das maiores e mais resistentes movimentações de estudantes da década, um coletivo autodenominado Rapinagem ocupa o self-service, o Burguesão, no dia 12 de abril.

As principais reivindicações eram o fim do self-service e a ampliação do Bandeirão, o que resultaria numa melhoria da qualidade do serviço; funcionamento aos fins de semana, garantindo uma alternativa de alimentação para moradores da Residência Universitária e um RU gratuito e público.

Três dias depois da ocupação do RU, professores e funcionários foram surpreendidos por uma “muralha” improvisada no pátio da UEFS. Os manifestantes impediram o acesso de todos e transformaram o pátio em espaço para as reuniões entre o coletivo e os representantes da reitoria ao longo de três dias. Com isso visava fazer-se notar, obter o apoio de eventuais simpatizantes (professores, funcionários e outros estudantes) e criar um campo público de negociação coletiva. Durante essa manifestação os estudantes distribuíram uma carta aberta à comunidade onde esclareciam suas reivindicações e propostas.



Figura 2: O Coletivo Rapinagem impede o acesso de servidores e terceirizados à UEFS, 16/04/2012 e Reitor José Carlos Barreto, Vice-Reitor Genival Correia, representantes da Administração Central e ADUFS apresentam sinais de cansaço (à direita) em 17/04/2012. (fonte <http://pulitzeruefs.blogspot.com.br/>)



Após o terceiro dia de ocupação do acesso, as contrapropostas apresentadas pela reitoria não satisfizeram as demandas dos estudantes que, durante as negociações, ficavam de costas como sinal de repúdio. Apenas após compromisso firmado, pela reitoria, de suspensão dos serviços do restaurante, os estudantes decidiram pelo desbloqueio do pórtico, permanecendo a ocupação do RU ao longo das negociações entre estudantes e administração universitária.

Durante o período da movimentação estudantil o DCE da UEFS, na Gestão OUSAR, foi acusado de compactuar com a Reitoria e instado a manter-se à margem das negociações. Por sua vez, os professores alegaram não reconhecer o Coletivo Rapinagem como porta voz legítimo da vontade dos estudantes, solicitando à Reitoria medidas para responsabilizar os integrantes do grupo pelos prejuízos patrimoniais e eventuais danos morais causados durante a ocupação do RU e do *self-service* e a obstrução da entrada do campus.

Nesse ambiente, aparentemente inóspito, as negociações entre o coletivo Rapinagem e a Reitoria seguiram durante os meses subsequentes sem grandes avanços, deixando o RU em completa inatividade. Em setembro de 2013 o restaurante ressurgiu apenas na modalidade bandeirão com espaço ampliado, custando R\$ 1,00 o almoço para os estudantes matriculados e isenção de taxa para os cadastrados no Programa Institucional de Bolsa Alimentação, com atendimento aos fins de semana, considerada pelo grupo como uma vitória do movimento.

O episódio relatado e que envolve o coletivo Rapinagem nos convida a examinar as novas formas de militância do movimento estudantil distantes da militância tradicional e com estratégias e modo de fazer política diferenciados. São signos dessa nova lógica sua desvinculação de partidos políticos e uma organização menos institucionalizada paralela às entidades representativas tradicionais como o DCE e os DA. Esses movimentos se fortalecem no interior das universidades criando ações coletivas dirigidas a demandas imediatas dos estudantes e parecem estar ligados a pequenos coletivos no campo da cultura, grupos de estudantes negros, de mulheres universitárias ou contra a homofobia. No caso específico do Rapinagem sua movimentação se deu no intercruzamento de pequenos coletivos estudantis da UEFS como o Núcleo de Estudantes Negros da UEFS (NENUEFS) que luta pela igualdade étnica, o coletivo Quitérias de Diversidade Sexual, que defende a causa homossexual, o grupo Levante e Lute e o grupo Lutar e Construir, portanto, formado por estudantes de todos os coletivos.





Assim, é possível afirmar que os grupos temáticos, fortalecidos, pulverizam-se atualmente como alternativa ao movimento estudantil clássico. Eles são capazes de mobilizar e atrair outros estudantes, de atribuir novos significados para suas lutas e criar polêmicas acirradas com possibilidades efetivas de discussão no interior do movimento e da universidade. Além disso, são capazes de desenhar novas estratégias de mobilização impressionando e desafiando tanto as lideranças estudantis quanto a gestão universitária. Mas, até aqui, permanece vago o espaço de reivindicações focadas na qualidade da formação que recebem como estudantes universitários.

Ao analisar o ME da UEFS nesse período recente citando o evento relacionado ao coletivo Rapinagem, fica evidente que o foco dos movimentos estudantis não tem sido a qualidade da educação oferecida na universidade, o que confirma os depoimentos das pessoas que entrevistamos para elaborar a pesquisa de mestrado. Mas, ao mesmo tempo, foi possível identificar uma nova sociabilidade estudantil que se organiza a partir de necessidades imediatas, voltadas para questões relacionadas ao cotidiano desses jovens na universidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988, 292p.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/394.htm>. Acesso: 23/10/14

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: [http://www.portal.inep.gov.br/superior-avaliacao\\_institucional-legislacao](http://www.portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao). Acesso: 23/10/14

\_\_\_\_\_. *Lei 13005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 26 junh. 2014.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantantil*. São Paulo: Annablume, 2006. 130 p.



COSTA, Antônio Carlos. *O protagonismo juvenil passo a passo: uma guia para educador*. Belo horizonte. Universidade. 2011

CANCIAN, Renato. Para Historiador, militância enfraqueceu estudantes. *In: Jornal Folha de São Paulo* em 17 mar de 2008. Disponível no site: [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br). Acesso: 28 de out 2014

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. *In: ECCOS - Revista científica*, [On-line], v. 10, n. especial (julho), p.64-93, 2008<sup>a</sup>. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/.../eccosv10nesp%203c04.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2014

\_\_\_\_\_. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade? *In: Revista Brasileira de Educação*, [s.i], v. 01, n. 28, p.164-173, 01 jan. 2005b. Quadrimestral. Disponível no site < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf> > Acesso em 25 de janeiro de 2014.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: companhia editora nacional, 1977.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. *In: Rhela*. Vol. 11. 2008. P. 131-146.

GONH, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. *In: Revista Brasileira de Educação*, v16, n.47 maio-ago, São Paulo, 2011, p 333 a 513.

\_\_\_\_\_. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: edições Loyola, 2008.

GREVE dos estudantes da UEFS. *Feira Hoje*. Feira de Santana, 12 set. 1980, capa e p. 02

LOPES, Jackeline Silva. *Na sala de espelhos: professores de história entre representações e identificação com a profissão* (Feira De Santana, 1986-1991). 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Feira da Santana, Feira de Santana, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e a Ditadura Militar: 1964-1968*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1987.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais* (online). 66/2003. Disponível no site: <http://rccs.revues.org/1151> Acesso em 02/10/2014

MOROSINI, Marília Costa. Rankings de Desempenho na Avaliação da Educação Superior: tendências da contemporaneidade. *In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al.* (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06102010-161921/publico/2010\\_AngelicaMuller\\_1.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06102010-161921/publico/2010_AngelicaMuller_1.pdf) >. Acesso em: 01/11/14.

OFÍCIO. Enviado a reitoria em 15 de maio de 1987, pelo coordenador geral do DCE, Josmar de Melo Moreira. Acervo DCE-UEFS/ Label

OFÍCIO. Enviado pelo DCE ao Reitor José Maria Nunes Marques em 14 de nov. de 1985. Acervo DCE UEFS/ Labelu

ORGÂNICA ou “inorgânica”. *A Tarde*, Salvador, 22/08/1967.

PAIVANDI, Saeed. A avaliação do ensino pelo estudante, a pedagogia universitária e o ofício de professor. In: SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). *Observatório da vida estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude*. EDUFBA 2013. V3; 388p.

PROFESSORES da UEFS fazem mais uma assembleia hoje. *Feira Hoje*. Feira de Santana, p. 3, 12 abr. 1988.

RIACES – Red Iberoamericana para la Acreditación de la Calidad de la Educación Superior. *Glosario Internacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación*, editado por Agencia Nacional de Evaluacion de Calidad y Acreditacion, Orense, Madrid: 2004

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org). *Observatório da Vida Estudantil: primeiros estudos*. Salvador; EDUFBA 2011. V1; 273p.

SEABRA SANTOS, Fernando; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília; Coimbra: Universidade de Brasília e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 238 p.

SILVEIRA, Jamile de Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: Trajetória Política dos Estudantes na UEFS (1976-1988)*. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, J.T.P. *Reinvenção da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores. 1999.

UNESCO/OREALC. *Cumbre de las Américas panorama educativo de las americas*. Informe Regional, proyecto regional de indicadores educativos, Santiago - Chile, Enero 2002. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/imag>. Acesso:05 /07/ 14

UNESCO, Cumbre de las Américas. *Alcanzando Las Metas Educativas Informe Regional Proyecto Regional de Indicadores Educativos*, Santiago de Chile, agosto de 2003. Disponible em <http://www.prie.cl>. Acesso;10/10/14.



UNIVERSITÁRIOS RECEBEM WALDIR COM UMA GRANDE VAIA. *Feira Hoje*, terça feira, 15 de março de 1988, capa. Museu Casa do Sertão/ UEFS.)



## A DINÂMICA DOS POLOS DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO CONTEXTO DO PNPB

SILVA, Érika Cristine

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica-PPGED  
Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais  
erikaacristine@yahoo.com.br*

LORETO, Maria das Dôres Saraiva de

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica-PPGED  
Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais  
mdora@ufv.br*

CALVELLI, Haudrey Germiniani

*Pós-doutorado Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica-PPGED  
Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais  
haudreyg@hotmail.com*

148

### RESUMO

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) foi criado pelo governo brasileiro visando conjugar eficiência produtiva e inclusão social, ao contemplar a agricultura familiar na cadeia produtiva agroenergética. Para tanto, o PNPB implantou o Programa Pólos de Produção de Biodiesel, que tem por objetivo o desenvolvimento territorial, por meio do aumento das informações, participação e gestão social da cadeia produtiva. Nesse sentido, o presente artigo buscou examinar a realidade do PNPB, em especial as características dos Pólos de Produção de Biodiesel. Metodologicamente, foi feito uso de pesquisa bibliográfica, censitária e documental. Os resultados mostram que a estruturação do programa privilegia a logística da oferta do combustível, sem uma participação efetiva dos agricultores familiares. Conclui-se que os Pólos de Biodiesel têm potencializado maior espaço de adensamento societário, mas apresentam desafios associados à construção e consolidação do capital social e ao processo de governança.

**Palavras-chave:** Arranjos Produtivos Agroenergéticos; PNPB; Pólos de Biodiesel.

### ABSTRACT

The National Program for Production and Use of Biodiesel (PNPB) was created by the Brazilian government to combine production efficiency and social inclusion, to contemplate the family farm in the agro-energy production chain. For this the PNPB implemented Biodiesel Production Poles Program, which aims territorial development through the increase of information, participation and social management of supply chain. In this sense, this article sought to examine the reality of PNPB, in particular the characteristics of Biodiesel Production Poles. Methodologically, was made use of literature, census and documentary research. The results show that the structure of the program focuses on the logistics of fuel supply, without the effective participation of farmers. We conclude that Biodiesel Poles have potentiated more space for corporate consolidation, but presents challenges associated with the construction and consolidation of social capital and governance process.

**Keywords:** Agroenergetic Productive Arrangements; PNPB; Biodiesel Poles.



## INTRODUÇÃO

O paradigma energético atual é uma das marcas da modernidade, em função do esgotamento dos combustíveis fósseis e da preocupação com o desenvolvimento sustentável. O elevado preço do petróleo, a poluição do ar, a exaustão previsível das fontes não renováveis de energia e os impactos dos combustíveis fósseis levaram ao Estado brasileiro a incentivar a produção e a utilização de biocombustíveis, por meio de estratégias e ações que contemplem tanto o crescimento econômico e responsabilidade com o meio ambiente, quanto à redução das desigualdades sociais e de gênero<sup>1</sup>, oportunizando condições mais equitativas entre homens e mulheres.

Nesse contexto, foi criado em 2004 e regulamentado em 2005, mediante lei 11097, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), criado em 2004 e regulamentado em 2005, cujas diretrizes, conforme Vasconcelos (2014), se destacam pela produção da bioenergia por agricultores familiares, a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas; garantia de preços competitivos, qualidade e suprimento, visando conjugar eficiência produtiva e inclusão social.

Segundo Favareto et al (2008), o pilar da inclusão social do PNPB se traduz na combinação de diversos instrumentos para inserir os agricultores familiares na cadeia do biodiesel, dentre os quais destacam-se a concessão do Selo Combustível Social a empresas produtoras de biodiesel, a partir da comprados grãos de oleaginosas da agricultura familiar e das metas produtivas estabelecidas para as empresas vencedoras dos leilões da ANP; além da implementação pelo MDA do “Projeto Pólos de Produção de Biodiesel”.

De acordo com Silva (2012), a implantação do Projeto Pólos de Produção de Biodiesel ocorreu em 2006, com a participação de 30 pólos em todo país, em 313 municípios. Em 2012, o Projeto já contava com 63 pólos, com a participação de 1.078 municípios, realizando importantes ações para o avanço das áreas de produção de oleaginosas, sendo capaz de reduzir os custos da cadeia produtiva e promover a inclusão familiar, através das políticas públicas de acesso à assistência e novas tecnologias, com reflexos na melhoria da renda dos agricultores. A criação de Pólos de Produção de Biodiesel, visando o desenvolvimento de arranjos produtivos locais nas

<sup>1</sup>Gênero é uma expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que parte da ideia de que comportamentos, valores, papéis, identidades e atributos de homem e de mulher se definem dentro de determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é constituída biologicamente, mas construída culturalmente (PASTORE, 2005).





regiões produtoras contribui para melhorar a governança da cadeia produtiva em escala local e incentivar a cooperação entre agricultores familiares e instituições municipais (CARVALHO, 2009).

Os Pólos de Produção de Biodiesel são agrupados segundo características dos arranjos produtivos, em termos dos aspectos culturais, econômicos, sociais e agrônômicos diferenciados, bem como pela maior facilidade logística de coordenação e de monitoramento das ações. Assim, a formação dos pólos leva em consideração a participação dos produtores que detenham aptidão, identidade e presença nas áreas de plantio da oleaginosa adequada ao território, conforme zoneamento agrícola do Ministério da Agricultura (MDA, 2014).

Nesse processo de participação devem ser valorizadas as demandas dos diversos setores e atores sociais, seus conhecimentos, experiências e potencialidades, de forma a fomentar a autonomia e a identidade territorial e de gênero, oportunizando condições produtivas a homens e mulheres, adequadas às dinâmicas políticas, econômicas, socioculturais e ambientais.

Entretanto, como ressalta Guerra (2006), não basta apenas tornar democrático um processo, pois às formas de participação e de governança<sup>2</sup>, está em causa tanto a forma, quem e como se dá a participação dos diferentes atores sociais, de acordo com a realidade vivenciada.

Em face ao exposto, o presente trabalho, que tem como objetivo examinar a realidade do PNPB, em especial as características e desafios do Projeto Pólos de Biodiesel de Minas Gerais, por meio dos Arranjos Produtivos de Biodiesel que são desenvolvidos.

## **INCURSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL**

Procurou-se elaborar um quadro teórico-conceitual sobre aspectos que compõem a temática em estudo, abordando os seguintes assuntos: Gestão Social e Práticas de Governança.

### **Gestão Social e Práticas de Governança**

Conforme Tenório (2005), a gestão social pode ser entendida como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação. Ou seja, o autor defende

<sup>2</sup>A palavra “governança” decorre da tradução direta do Francês, *gouvernance*, ou do inglês *governance*. Porém, “estas palavras não tem hoje nessas línguas existência formal, a não ser na discussão científica do novo contexto em que se processam as novas formas de governo com a participação pública” (GUERRA, 2006, p. 16).



uma nova lógica de gestão que pressupõe a solidariedade nos processos decisórios a serem marcados pelo diálogo e concordância racional.

No entanto, é difícil prever uma situação de ausência de conflito nos diálogos, comuns nas sociedades pluralistas, bem como ter na solidariedade um pressuposto recorrente nos processos de gestão social, quando a prática revela se tratar de um produto eventual. Entretanto, essa nova lógica inverte uma premissa fundamental da gestão organizacional, onde os fins (normalmente econômicos) determinam os meios, para a crença de que os meios (participação e compartilhamento) poderão obter os fins ideais, gerando processos construtivos para uma sociedade participativa e responsável.

A gestão social implica, portanto, em compartilhar os processos de decisão e de gestão propriamente ditos, o que significa que todos os atores deverão preparar-se para assumir as responsabilidades que lhes couber (ROCHA; FILIPPI, 2013, p. 10). Assim, o exercício da cidadania participativa e a indução de políticas públicas descentralizadoras, dependem de iniciativas das gestões sociais inovadoras em torno de uma proposta de boa governança.

A criação de Polos de produção de biodiesel está presente nas principais regiões, onde a agricultura familiar é um importante vetor de apoio ao desenvolvimento regional. Envolve a articulação dos atores locais da cadeia produtiva – produtores, prefeitura, sindicatos e outras instituições locais – e o incentivo às ações de cooperação.

Os Pólos têm buscado melhorar a governança da cadeia produtiva, entendida conforme Dorset e Baker (1979), como sendo o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governar, ou seja, é a maneira como o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país.

“A estrutura de governança de uma cadeia de produção determina consideravelmente a extensão e a forma como os recursos e os resultados são alocados. Em situações onde os preços não são suficientes para definir o que cada agente de um sistema de produção deve fazer, são tradicionalmente adotados mecanismos de controle através de sistemas de integração vertical” (FAVARETTO, 2008, p.4).

De acordo com Dasi (2005), governança é um conjunto de normas, processos e comportamentos, que implicam em uma nova forma de exercer o governo das ações coletivas, por meio da multiplicidade de atores e apelo às parcerias. Pressupõe-se que o estabelecimento de relações de cooperação entre os atores sociais é essencial para a melhoria da competitividade do setor produtivo e constitui um importante ponto de partida para uma melhor articulação entre a cadeia produtiva do biodiesel e as dinâmicas do desenvolvimento local (CARVALHO, 2009).



## **METODOLOGIA**

O trabalho de natureza quanti-qualitativa, do tipo descritivo-exploratório, teve como unidade empírica de análise o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Buscou-se, assim, integrar métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa, para atender Ao objetivo proposto. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa parte da noção da construção social da realidade em estudo, estando interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação à questão em estudo.

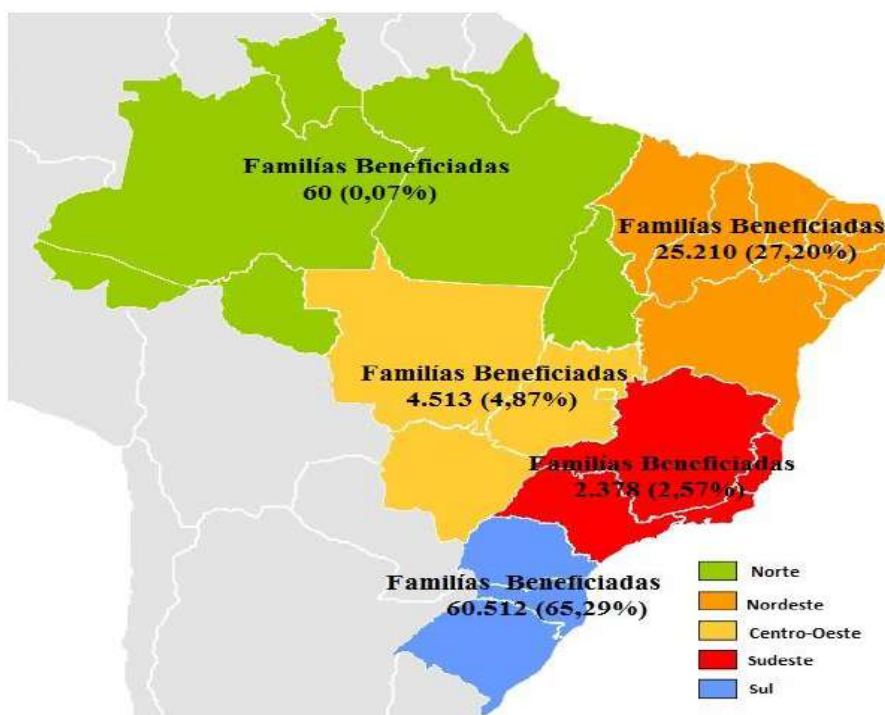
Para a obtenção de uma visão global da realidade foi utilizado como métodos de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, censitária e documental, sobre o processo de construção dos Pólos de Produção de Biodiesel. A busca do referencial para essa pesquisa levou em consideração obras de referência sobre a temática proposta, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES; em Periódicos Científicos de acesso pela Internet, como Scielo, Google Acadêmico; em Anais de encontros científicos (Congressos, Simpósios) e Textos de discussão, dentre outros; tendo como palavra-chave “Pólos de Produção de Biodiesel”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A realidade do PNPB**

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completou oito anos, em janeiro de 2013. De acordo com os dados da Agencia Nacional de Petróleo (ANP), apresentados por Herman (2013), a produção de biodiesel no País, foi de 2,71 bilhões de litros no ano de 2012, representando um crescimento da ordem de 1,72%, comparativamente ao ano anterior, que registrou uma produção de 2,67 bilhões de litros. No período de oito anos, o PNPB não apenas conseguiu atender à demanda antecipada do B5, como alcançou uma capacidade produtiva bem superior à demanda atual; não existindo, portanto, riscos de desabastecimento.

Conforme dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), discutidos por Rodrigues (2012), entre os anos de 2007 e de 2010, o biodiesel foi o produto industrial que mais cresceu em importância comercial em todo o mercado brasileiro, passando da 382ª posição do ranking para a 53ª colocação. Nesses quatro anos, o valor das vendas se multiplicou por oito e um dos estados brasileiros que mais se beneficiou com a venda de biodiesel foi o Rio Grande do Sul, na região com maior número de famílias beneficiadas (FIG. 01).



**Figura 01 – Relação do número de famílias beneficiadas pelo PNPB, 2012.**

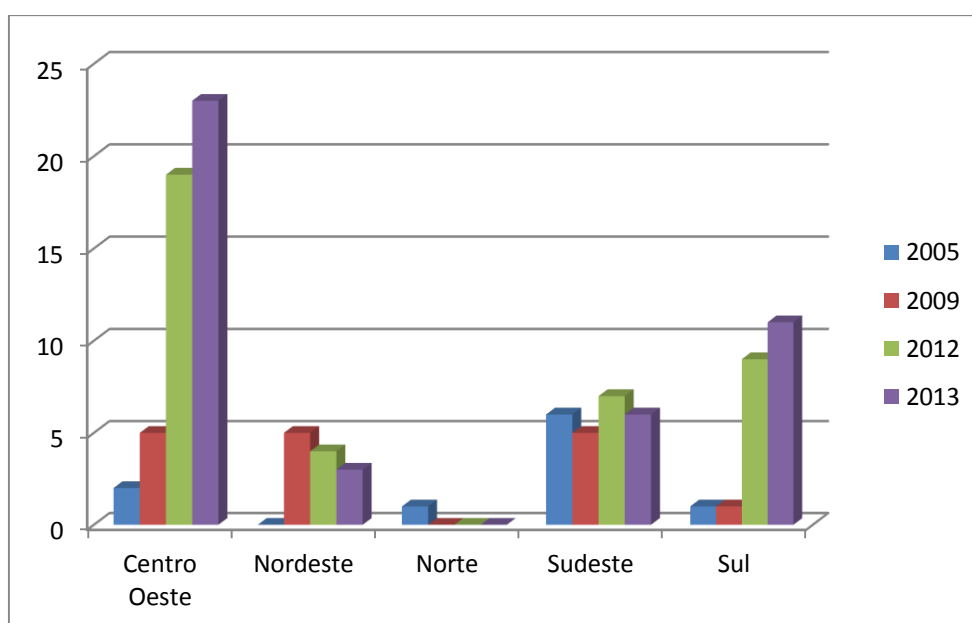
Fonte: MDA, apud Machado (2013b).

De acordo como Abramovay e Magalhães (2007), o crescimento da produção de biodiesel está atrelado à formação e configuração do mercado de biodiesel, com a dimensão da responsabilidade social, resultante da coalizão de interesses de três atores: empresas, agricultores individuais e organizados de forma coletiva, sob a coordenação do governo federal, por meio das seguintes ações: empresas passaram a adotar a responsabilidade social como núcleo dos seus negócios, agricultores e movimentos sociais trocaram a contestação pela parceria com empresas e o governo passou a intervir no formato organizacional e nos incentivos, a partir dos quais se constitui o mercado de biodiesel, cuja existência depende de redes sociais, seja por meio contratos entre as indústrias e os agricultores familiares e concessão do selo social, como também pela formação dos pólos de Biodiesel.

No Brasil, as usinas produtoras de biodiesel e detentoras do Selo Combustível Social têm aumentado paulatinamente, estando concentradas nas Regiões Centro-oeste (48,7%) e Sul (23,1%). Conforme Figura 02, no início do programa, em 2005, as primeiras empresas credenciadas para a produção de Biodiesel eram 4, cujo Selo Combustível Social foi recebido em 15 de novembro de 2005. Após completar 4 anos das primeiras empresas com o Selo Combustível Social, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o número de empresas subiu em relação ao ano de 2005, um crescimento de 60% (2005/2009). No período de 2009/2012, o número



de empresas que se empenharam na busca do Selo aumentou significativamente, passando de 16 empresas para 39. Isso representa quase 73% das indústrias de biodiesel do país, que juntas são responsáveis por 90% da capacidade e produção do total de biodiesel originado no Brasil (MACHADO, 2013). Em contrapartida, o estabelecimento industrial com o certificado recebe incentivos fiscais diferenciados, como o acesso às alíquotas do PIS/PASEP e COFINS, com coeficientes de redução e a participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), conforme explicita MDA (2014a).



**Figura 02 – Relação das Empresas com selo combustível social, por Regiões do Brasil, no período de 2005 a 2013.**

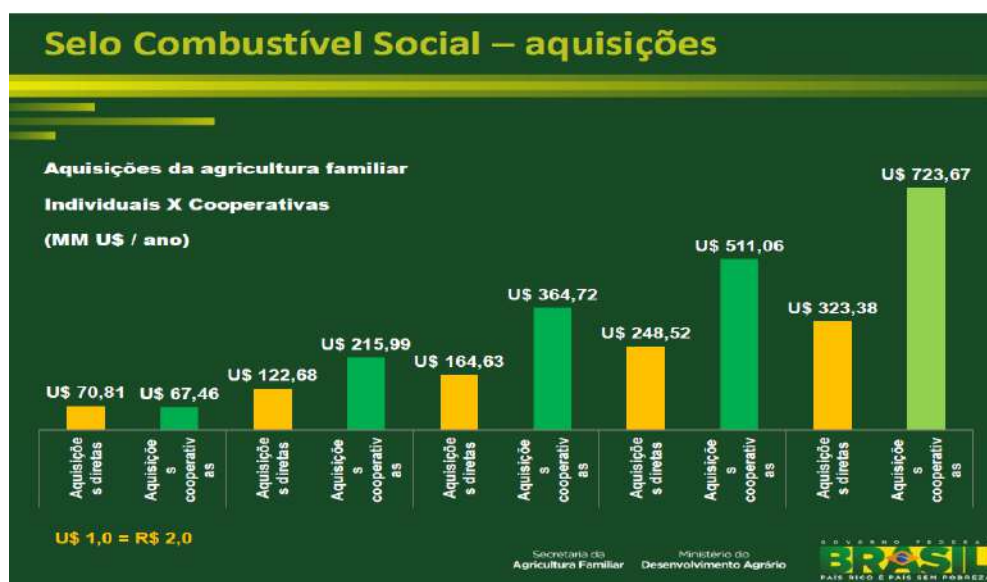
Fonte: MDA (2014b); Machado (2013).

A inclusão do agricultor familiar é pretendida através da produção de oleaginosas que se adaptem ao clima de cada região do país, garantido assistência técnica, qualidade e o mesmo preço. Essa é a orientação do Governo Federal para que se atinja a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável, que são as principais metas do Programa.

Segundo Trentini e Saes (2010), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) pode ser considerado como uma política pública que visa principalmente à inclusão social e o desenvolvimento regional, através da geração de emprego e renda na agricultura familiar, principalmente nordestina; mas sem se descuidar dos outros pilares da sustentabilidade,



considerando a base tecnológica, os aspectos mercadológicos e as dimensões ambientais e sociais. As usinas com o selo podem adquirir o produto diretamente dos agricultores familiares ou de suas cooperativas agropecuárias. Como ressalta SECOM (2011), 70 cooperativas estão cadastradas como fornecedoras para o PNPB, 20% mais do que as 59 de 2010. A evolução, das aquisições, via indivíduo ou de forma cooperada, apresentada na Figura 03, demonstra o cumprimento de uma das metas da política pública de usar a demanda de oleaginosas para combustível como forma de incentivar a capacidade de organização, pois permitem uma participação mais qualificada e sustentável, ao superar os tradicionais gargalos agrícolas, mercadológicos e gerenciais.



**Figura 03 - Evolução das aquisições da agricultura familiar do PNPB via agricultor e cooperativas, no período de 2008 a 2012.**

Fonte: MDA, citado por Machado (2013).

De acordo com Marco Antônio Viana Leite, coordenador de Biocombustíveis da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as cooperativas já representam dois terços das vendas da agricultura familiar. Ressalta que organizados em cooperativa, os agricultores familiares podem produzir o óleo vegetal, vender para empresa de biodiesel e empregar o farelo ou torta, que se obtém na extração do óleo do grão, para produção de ração animal ou de fertilizante. Além disso, com a venda coletiva, em quantidades maiores, é possível negociar melhores preços com as empresas. Há também ganhos com o transporte da matéria prima até o ponto de recebimento de forma coletiva, sendo possível comprar equipamentos





de beneficiamento dos grãos, como debulhador, descascador e secadores, aumentando o valor do produto e melhorando a qualidade (SECOM, 2011).

Para Sepúlveda (2008), a agricultura familiar através de formas associativas e com a adequação da tecnologia de transformação de matérias primas pela agroindústria rural pode ter condições de produzir matérias-primas em maior escala e a preços competitivos. Segundo esse autor, o selo social como um mecanismo de caráter econômico é apenas um dos quesitos de uma rede complexa de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável territorial e deve estar atrelado a outras políticas sociais, tecnológicas e ambientais. Somente assim, a produção do biodiesel pela agricultura familiar pode ser desencadeadora do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, conforme MDA (2014a), além da concessão do selo, foi preciso a implantação do Projeto Pólos de Produção de Biodiesel, que visa o desenvolvimento local dos municípios produtores de oleaginosas, através da inclusão dos agricultores familiares.

Entretanto, como aponta Flexor (2010), apesar dos esforços para ampliar a inserção da agricultura familiar, os resultados do PNPB, do ponto de vista distributivo e da justiça social estão longe de atingir as metas esperadas inicialmente. Segundo dados do MDA, divulgados pela BiodieselBR (2011), apesar de toda a expectativa criada em torno do potencial do biodiesel para a geração de renda entre os agricultores familiares das regiões mais pobres do país, os resultados obtidos têm ficado aquém do esperado. As metas de inclusão social foram revistas para baixo e a iniciativa mais nobre do PNPB, que pretendia incluir 200 mil famílias nos primeiros anos, só alcançou a metade da meta esperada.

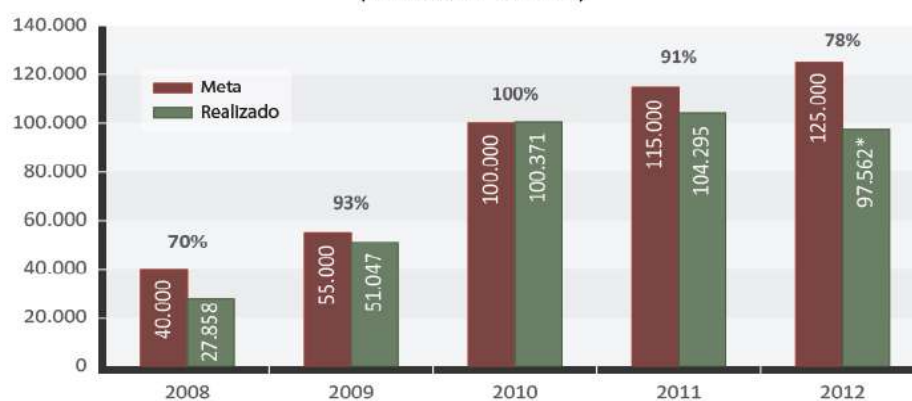
De acordo com o Plano Plurianual 2012-2015, cerca de 200 mil agricultores familiares deveriam ter sido incluídos na cadeia do biodiesel. No entanto, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentados por Rodrigues (2014b), o segmento de agricultores familiares parece ter atingido seu teto em 2010 quando alcançou a marca dos 100 mil produtores incluídos (FIG.04). Desde então, o número absoluto tem permanecido praticamente idêntico a cada safra e vem se afastando de forma gradativa da meta esperada, alcançando, em 2012, 78% da meta esperada.

Além disso, o TCU aponta que o esforço para a regionalização da produção também não tem atingido os resultados esperados. No ano de 2012, 95,5% das aquisições das usinas de biodiesel de matéria-prima oriunda da agricultura familiar vieram da Região Sul (72,1%) e Centro-Oeste (23,3%). A região Sudeste ficou apenas com 3,7%, enquanto o Norte e o Nordeste ficaram



com 0,4% e 0,3%, respectivamente. Esses resultados comprometem dois dos principais objetivos do programa: a inclusão social e o desenvolvimento regional.

### Agricultores familiares beneficiados pelo PNPB (número de famílias)



\* Dados estimados  
Fonte: MDA e TCU / Elaboração: BiodieselBR.com

**Figura04- Número de famílias beneficiadas pelo PNPB, 2008/2012.**

Fonte: TCU, apud Rodrigues (2014b).

Assim, mesmo com todos os benefícios garantidos pelo selo social e da importância da agricultura familiar na produção do biocombustível, vários fatores têm dificultado alcançar a inclusão social. Como destacam Bueno et. al. (2009), a lógica econômica da relação entre aumento da escala e redução de custos gera forte concentração da produção e, mesmo que mercado de biodiesel cresça, não é garantida uma efetiva participação da agricultura familiar, por meio dos Pólos de Produção de Biodiesel.

### Características do Projeto Pólos de Produção de Biodiesel

Segundo MDA (2014), os Pólos de Produção de Biodiesel são agrupados segundo características dos arranjos produtivos, em termos dos aspectos culturais, econômicos, sociais e agrônomicos diferenciados, bem como pela maior facilidade logística de coordenação e de monitoramento das ações e dos procedimentos operacionais necessários. Os Polos de Produção de Biodiesel são espaços geográficos que possuem características específicas, a se destacar: a) presença de agricultores familiares com vocação para o plantio de oleaginosas; b) identidade coletiva territorial; c) presença de áreas consideradas aptas para o plantio com zoneamento agrícola; d) atuação e/ou interesse de atuação de empresas detentoras de Selo Combustível Social;



e) presença de atores sociais políticos e econômicos interessados no desenvolvimento desta cadeia produtiva.

Para Abramovay e Magalhães (2007), os pólos se estruturam por meio da formação de Grupos de Trabalho Gestor, onde participam, além das indústrias de biodiesel, as organizações de representação sindical, agentes financeiros, empresa de assistência técnica, instituições de pesquisa, cooperativas e, em algumas situações, universidades, prefeituras e outras organizações públicas ou privadas. A metodologia de formação dos pólos também se diferencia das formas tradicionais de organização dos fóruns de políticas públicas; pois, enquanto nos fóruns tradicionais, os atores se articulam em torno de estratégias de atendimento de demandas pontuais e desarticuladas, nos pólos de biodiesel, a organização e suas ações se orientam pelas metas estabelecidas nos leilões da ANP e nos contratos entre as indústrias e os produtores.

O primeiro passo na formação dos pólos está associado à realização de um diagnóstico das cadeias produtivas do biodiesel, buscando-se identificar, como destaca BiodieselBR (2014), as oleaginosas promissoras para a produção do biodiesel, suas reais condições de produção, potencialidades técnicas e efeitos secundários, como o aproveitamento dos seus subprodutos, além das ações que vêm sendo implementadas pelas organizações e instituições locais. Em função desse diagnóstico, a produção deve ser modelada, considerando as características da regionalização, como sazonalidade e escala periódica, para definição de qual tecnologia é aplicável, qual o tamanho das unidades produtoras e, principalmente, os aspectos relacionados à qualidade do biodiesel, fatores que implicam na sua aceitação pelo mercado. Uma vez identificados os pontos críticos em cada região, os planos de ação devem ser definidos, envolvendo políticas de crédito, assistência técnica, capacitação e inovação tecnológica, para que as metas de produção sejam alcançadas. Além disso, as organizações reunidas nos Grupos de Trabalho devem monitorar a execução dos contratos e verificar eventuais descumprimentos por parte das empresas ou dos produtores.

Os Pólos de Minas Gerais abrange os seguintes municípios: Serra Geral, Alto Rio Pardo, Entorno do Rio São Francisco, Montes Claros, Noroeste de MG e Vale do Jequitinhonha. Estes são estruturados e agrupados segundo características dos arranjos produtivos (aspectos culturais, econômicos, sociais e agrônômicos), bem como pela maior facilidade logística de coordenação e de monitoramento das ações. Assim, a formação dos pólos leva em consideração a participação dos produtores que detenham aptidão, identidade e presença nas áreas de plantio da oleaginosa adequada ao território, conforme zoneamento agrícola do Ministério da Agricultura (MDA, 2013).



Nesse processo de participação devem ser valorizadas as demandas dos diversos setores e atores sociais, seus conhecimentos, experiências e potencialidades, de forma a fomentar a autonomia e a identidade territorial e de gênero, oportunizando condições produtivas a homens e mulheres, adequadas às dinâmicas políticas, econômicas, socioculturais e ambientais.

Os Pólos até o momento tem se restringido a solucionar os problemas ligados ao cumprimento das metas de produção que são estabelecidas nos contratos com as empresas processadoras. O propósito da ação não é permitir a mobilização de outros atores locais no intuito de construir uma pauta votada ao desenvolvimento local. Para Wathne e Heide (2004) citado por Favaretto (2008), as estruturas de governança permitem esta mobilização, pois apresentam uma flexibilidade de adaptação frente a circunstâncias instáveis de mudança, sendo que essa adaptação em situações de incerteza depende, sobretudo, de como as conexões entre os atores estão organizadas.

A questão das conexões seja por meio das relações de comunicação interpessoal ou de proximidade; relações de solidariedade ou de reciprocidade entre famílias; redes interpessoais, como as de comercialização ou as redes de inovação; além de outras formas integração, como sindicatos, associações e cooperativas, é discutida por Sabourin (2000), ao refletir sobre a viabilidade da agricultura familiar nordestina. O autor acrescenta sobre o papel dos técnicos nesse processo, no sentido de contribuir para identificar as formas de inovação e os atributos específicos das sociedades locais; qualificar as relações de intermediação entre ação individual, ação coletiva e ação pública, de forma a poder desenhar e, conseqüentemente, coordenar e monitorar as políticas, programas e ações de desenvolvimento territorial.

Albuquerque e Cândido (2011) abordam a esse respeito, respeito ao enfatizarem o papel das instituições e organizações diversas no processo de desenvolvimento territorial, incorporando o termo “capital social”, como indicador e atributo, que ao ser somado aos demais capitais (humanos, financeiros, naturais e físicos), podem explicar a possibilidade de sua acumulação, a qual, até determinados limites, promovem a sustentabilidade.

Os referidos autores, citando Novaes (2005), definem capital social, como:

um conjunto de bens sociais, psicológicos, cognitivos e institucionais que possibilitam a produção de comportamento cooperativo mutuamente benéfico, porém ressalta a possibilidade para interpretações e conceitos diversos que permitem dividir, conforme a posição dos agentes envolvidos, em três categorias: comunitária, pontes e institucional, que nesta ordem associam capital social a organizações locais, grupos cívicos e redes informais; passando pela possibilidade dos grupos se interagirem com outros em outras realidades, até a



capacidade de interferência que os grupos sociais têm sobre o governo e outras organizações formais (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011, p.85).

O supracitado autor, baseando-se em Coleman (1998), Putnam (1993), Portes (1998) e Bourdieu (1985), considera que o capital social é uma argamassa que dá sustentação às redes sociais através de normas, costumes, instituições e organizações que promovem a confiança. Depende, portanto, da capacidade de organização e institucionalização de redes de cooperação, no sentido de incentivar as potencialidades locais, por meio da cooperação entre as pessoas nas comunidades e sociedade em seu conjunto. Ou seja, as organizações envolvidas devem ser significativas para os atores sociais, “numa dimensão espacializada de conhecimentos tácitos com base nos quais eles se relacionam mútua e coordenadamente, dando ênfase à ideia de capital social” (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011, p.84). Enfim, citando Franco (2001), os autores consideram que o capital social está associado ao estabelecimento de relações e seus padrões, de forma que quanto mais intensas forem as relações horizontais entre pessoas e grupos de uma coletividade e quanto mais democráticas forem as práticas de governança, mais significativo será o nível do capital social comunitário.

Favaretto (2008), em sua pesquisa sobre os aspectos institucionais e de governança dos arranjos produtivos de biodiesel, mostrou que existem muitos desafios em termos sociais a serem superados, principalmente pela necessidade de uma maior integração da agricultura familiar, desenvolvimento e diversificação de matérias primas alternativos à soja e regionalização da produção.

Carvalho (2009) corrobora com esses resultados, afirmando que há ainda muitos obstáculos a percorrer na consolidação do Projeto Pólos de Produção de Biodiesel, visto que a integração dos agricultores familiares está fora do domínio de atribuição dos Pólos. Estes, quando funcionam bem, podem movimentar os recursos disponíveis e melhorar sua utilização. No entanto, sua ação se torna difícil quando na origem das dificuldades encontradas, está a limitação dos recursos locais.

## CONCLUSÕES

O Programa Nacional de Produção de biodiesel tem tido significativos avanços em relação a sua produção, capacidade instalada e abastecimento. No entanto, as questões referentes ao processo de inclusão social têm sido limitadas, tornando-se necessária a implementação de políticas e estratégias que priorizem a participação dos agricultores familiares na cadeia produtiva



de biodiesel, os investimentos em pesquisas para a diversificação e regionalização dos arranjos produtivos, e a institucionalização de mecanismos capazes de promover a cooperação e a formação de competências, ao nível individual e coletivo.

O Projeto polos de Biodiesel surge para consolidar esse desenvolvimento societário, por meio da articulação dos diferentes atores envolvidos. Isto de certa forma pode facilitar o acesso destes agricultores às políticas públicas, às tecnologias e à capacitação adequada em diferentes regiões com potencial de implantação do projeto. Entretanto, apresenta desafios associados à construção e consolidação do capital social e ao processo de governança, em especial pelas limitações logísticas de coordenação e de monitoramento das ações para o desenvolvimento dos pólos, que leve em consideração os aspectos culturais, econômicos, sociais e agrônômicos diferenciados. É preciso que ocorra uma revalorização dos atores coletivos, em termos de possibilidades de inserção em processos decisórios e de governança, mediante processos participativos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. O Acesso dos Agricultores Familiares aos Mercados de Biodiesel- Parcerias entre Grandes Empresas e Movimentos Sociais. **Textos para Discussão FIPE**, n. 6, São Paulo, 2007.

ALBUQUERQUE, Gilton Carlos Anísio de; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Experiências de Formação de Capital Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Vale do Submédio São Francisco. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**.v. 1, n.1, p.83-100, Mai-Ago/2011

BIODIESELBR. **Sem a Petrobras programa social do biodiesel é um fracasso**. 15 Set 2011. Acesso < <http://www.biodieselbr>> Acesso em: 22/06/2014

BUENO, O. C.; ESPERANCINI, M. S.; TAKITANE, I. C. Produção de biodiesel no Brasil: aspectos socioeconômicos e ambientais. **Revista Ceres**. v.56, n. 4, p. 507-512, 2009.

CARVALHO, R.A **dimensão regional do PNPB**. 2009. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2909.pdf>>. Acesso em: 23/06/2014.

DASI, J. F. Nuevas formas de governanza para eldesarrollosostenibledelespacio relacional. **Eria**. v.67, p. 219-285, 2005

DORSET, P.; BAKER, D. **Webster's new universal dictionary**.London: 1979. Disponível em: <<http://www.webster-online-dictionary.com>>. Acesso em: 19/07/2014.





FAVARETO, A; MAGALHÃES R; SCHRODER M. Dilemas da inovação institucional e governança nos arranjos produtivos de biodiesel. In: **XLVI Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco-Acre: SOBER, 2008.

FLEXOR, G. **O Programa Nacional de Biodiesel: avanços e limites**. 17 Jun 2010. Disponível em <<http://www.biodieselbr.com>>. Acesso em: 05/08/2012

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre. RS: Artmed, 2009.

GUERRA, I. C. **Participação e Acção Coletiva: Interesses, conflitos e Consensos**. Portugal: Princípios, 2006.

MACHADO, A. Selo Combustível Social: Balanço e próximos passos. In: **Congresso Agribio-2013**. São Paulo, Agosto, 2013.

MDA. **Anexo VII. 1. Projeto Polos de Biodiesel**. Disponível em <[portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/.../09-anexo\\_VII\\_-\\_POLOS.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/.../09-anexo_VII_-_POLOS.pdf)> Acesso em 21/06/2014.

MDA. **Congresso debate situação da agricultura familiar na produção do biodiesel**. 04 Jul 2012. Disponível <[www.biodieselbr.com/agribio/](http://www.biodieselbr.com/agribio/)> Acesso em: 21/06/2014a

MDA. **Relações das Empresas com Selo Combustível Social**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/Atualiza%C3%A7%C3%A3o\\_Empresas\\_SCS\\_29.05.2012.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/Atualiza%C3%A7%C3%A3o_Empresas_SCS_29.05.2012.pdf)> Acesso em 21//2014b.

PASTORE, E. **Relação de Gênero na Agricultura Ecológica**. Passo Fundo/RS: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (GIEST), Universidade de Passo Fundo, Texto para discussão nº 06, 2005.

ROCHA, M. R. T.; FILLIPI, E. E. **Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos**. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/494.pdf> > Acesso em 19/07/2014.

RODRIGUES, F. **As melhores culturas para os pequenos agricultores - Manoel Teixeira**<<http://www.biodieselbr.com/noticias/agricultura/selo/melhores-culturas>> Acesso em: 21/06/2014a.

RODRIGUES, F. **Biodiesel foi produto industrial brasileiro que mais cresceu**. Terça - 03 Jul 2012. Disponível em < <http://www.biodieselbr.com>> Acesso em: 21/06/2014.

RODRIGUES, F. **Parecer do TCU diz que objetivos do PNPB estão comprometidos**. Disponível em<<http://www.biodieselbr.com/noticias>>Acesso em 05/07/2014b.

SABOURIN, E. Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização: mitos e desafios. **Revista Política & Trabalho**, v.6, p. 25-39, 2000,



SILVA, M. S.; GUIMARÃES, P. R.B.; ROCHA, G. S.; ANDRADE, P. C. N. **Biodiesel na Bahia: sugestões de ações indutoras**. 2007. Disponível em: <dialogos.ftc.br> Acesso em: 21/06/2014.

SECOM. **PNPB tem hoje 20% mais cooperativas que em 2010**. 28 Nov 2011. Disponível em <<http://www.biodieselbr.com/noticias>> Acesso em: 22/06/2014.

SEPÚLVEDA, S. Trabalho em família. **Revista Biodieselbr**.v.1, p.8-11, 2008.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, ano 3, n. 5, p. 101-124, jan./jun. 2005.

TRENTINI, F.; SAES, M. S. M. **Sustentabilidade – O desafio do biocombustível**. São Paulo: Annablume, 2010. V.1, 192p.

VASCONCELOS, M. **Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel (PNPB)**. Disponível em < [http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/au\\_19\\_marcio.pdf](http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/au_19_marcio.pdf)>. Acesso em: 20/06/2014.



## O CONCEITO DE REDES: APONTAMENTOS REFERENTES À IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

*ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino*

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC  
adriano.daquino@hotmail.com*

*OLIVEIRA, Adriana Capuano de*

*Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC  
adriana.oliveira@ufabc.edu.br*

164

### RESUMO

O presente artigo trata de apontamentos referentes à atuação das redes no fluxo migratório haitiano para o Brasil. Levanta-se a hipótese (não confirmada) de que as redes sociais entre brasileiros e haitianos podem ser muito mais antigas do que se imagina, remontando a imigração de haitianos para a Amazônia brasileira no início do século XX. Este poderia ser mais um dos fatores decisivos para a escolha do Brasil como destino migratório para os haitianos. Os aspectos do fluxo migratório em curso desde 2010 são analisados à luz do conceito de redes em Truzzi, de forma a demonstrar a capacidade de agência dos atores sob suas decisões, o que vai contra as análises econômicas macroestruturais neoclássicas. Por ser um “fato social total”, como apontou Abdelmalek Sayad em seus estudos, uma análise completa do fenômeno migratório deve levar em consideração diversos paradigmas, observando tanto aspectos objetivos quanto subjetivos contidos na dinâmica migratória.

**Palavras-chave:** Redes. Imigração Haitiana. Brasil.

### ABSTRACT

This article deals with notes relating to the performance of networks in Haitian migration to Brazil. Raises the hypothesis (not confirmed) that social networks between Brazilians and Haitians may be older than you might imagine, going back to immigration of Haitians in the Brazilian Amazon in the early twentieth century. This could be one of the most decisive in the choice of Brazil as a migratory destination for Haitians factors. Aspects of migration in progress since 2010 are studied from the concept of network Truzzi, to demonstrate the ability of the agency of the actors in their decision, which goes against the neoclassical macro-structural economic analysis. Being a "total social fact", as pointed out in their studies Abdelmalek Sayad, a complete analysis of migration should take into account different paradigms, noting both objective and subjective aspects contained in the migratory dynamics.

**Key-words:** Networks. Haitian immigration. Brazil.



## INTRODUÇÃO

A partir do início de 2010 os meios de comunicação passaram a noticiar a entrada indocumentada de centenas de haitianos pelas fronteiras Amazônicas do Brasil. A ênfase das matérias era dada à situação de clandestinidade dos imigrantes, bem como as precárias condições que viviam, uma vez que chegavam sem recursos financeiros após a longa viagem desde o Haiti.

Continuou-se a noticiar a situação dos imigrantes a cada novo acontecimento tido como relevante, como quando as prefeituras das pequenas cidades amazônicas declaravam estado de calamidade pública, quando os governos dos estados receptores cobravam do governo federal uma atitude frente à imigração desses cidadãos, quando novas decisões eram tomadas pelo governo do Brasil, quando os números dos contingentes aumentavam e etc.

Um dos estranhamentos maiores que esse novo fluxo migratório pareceu causar, foi a aparente distância simbólica entre o Brasil e o Haiti, apesar da MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti ser comandada desde 2004 pelo Brasil. A explicação do por que os haitianos escolheram o Brasil e como chegaram aqui, pareceu direcionar muitas declarações oficiais. Os órgãos responsáveis pelas políticas públicas voltadas à segurança nacional, bem como seus agentes, pareciam empenhados em encontrar a causa da imigração e os meios pela qual ela se processava.

Já em 2010 declarações oficiais davam conta de que a migração estava sendo processada através de redes criminosas de tráfico de pessoas, os chamados coiotes (atravessadores ilegais de pessoas), que aliciavam os haitianos em seu país de origem e ofereciam o traslado do Haiti ao Brasil mediante pagamento.

Com o passar do tempo, novas hipóteses acerca da decisão de escolha dos haitianos pelo Brasil foram sendo levantadas, como a aproximação entre haitianos e brasileiros empenhados nas missões internacionais no Haiti, a consolidação da imagem do Brasil como país promissor com certa liderança político-econômica na América Latina, a facilidade de entrada via fronteiras amazônicas, diferente de outras potências, somado à imagem já consolidada internacionalmente da hospitalidade do povo brasileiro.

Este artigo pretende lançar um olhar sobre a imigração haitiana no Brasil a partir do conceito das redes sociais, base de sustentação das redes migratórias, buscando no passado uma



história pouco divulgada acerca da imigração haitiana em direção à Amazônia brasileira no início do século XX, como um caminho a ser percorrido em pesquisas futuras, rumo à investigação de laços e redes históricas entre a região norte do Brasil e o Haiti.

Não se afirma que o fluxo migratório atual seja fruto ou continuação da imigração ocorrida no início do século XX, mas levanta-se esta possibilidade dado o escasso controle nas fronteiras amazônicas e a falta de conhecimento acerca do estabelecimento ou não desses pioneiros haitianos no Brasil, bem como de seus descendentes.

Nos tópicos subsequentes, as análises se voltam para os dias atuais, apresentando um breve panorama da imigração haitiana pós 2010 no país e realçando as marcas de atuação das redes sociais na dinâmica deste fluxo migratório, que já passa a ser sustentado – além da influência dos fatores estruturais - por redes migratórias estabelecidas entre o Brasil e o Haiti.

O conceito de redes é apresentado a partir da leitura de Oswaldo Truzzi (2008) que toma o migrante como agente racional, perseguidor de objetivos e mobilizador de recursos para escolher destinos e se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora. Tal ideia opõe-se totalmente aos pressupostos da teoria econômica neoclássica, segundo os quais as redes sociais produzem efeitos nulos ou marginais sobre o comportamento do indivíduo (indivíduo hipossocializado), bem como da teoria sociológica funcionalista, na qual, ao contrário, o indivíduo normativamente orientado (hipersocializado) possui pouca chance para uma ação autônoma.

A perspectiva de analisar os processos migratórios através das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos, mas lança luz às variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico-estrutural (TRUZZI, 2008).

## **A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Segundo Borzacov (2011) apud Cotinguiba e Pimentel (2012) já no início do século XX foi registrada a entrada de imigrantes haitianos em território nacional. Esses imigrantes chegaram ao Brasil como operários da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, cujas obras foram entregues inicialmente a empresas inglesas e posteriormente às norte-americanas.



As empresas buscaram entre o final do século XIX e início do século XX, mão de obra em suas diversas colônias caribenhas, como Trinidad e Tobago, Martinica, Barbados, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente, Guianas e Granada. Estes negros, de hábitos britânicos (como religião e idioma), foram chamados no Brasil indistintamente de barbadianos (FONSECA, 1999).

Juntamente dos barbadianos chegaram os haitianos, ainda que não fossem, nem tivessem sido colonos britânicos. São imprecisos os dados relativos ao estabelecimento destes pioneiros no Brasil. Até 1940 as nacionalidades cuja representatividade numérica era comparativamente reduzida, eram somadas juntas e agrupadas como “outros” nos censos demográficos.

A partir de 1940, todas as nacionalidades passaram a ser especificadas, independente da quantidade de pessoas que compunha o grupo, sendo assim, os haitianos passaram a ser identificados (em 1940 – 16 pessoas; em 1950 – 21 pessoas; em 1960 – 159 pessoas; 1970 – 90 pessoas; 1980 – 127 pessoas; em 1991 – 141 pessoas; em 2000 – 15 pessoas; e em 2010 – 36 pessoas).

A influência desses pioneiros haitianos na Amazônia é pouco estudada. Aparentemente não estabeleceram colônias nem se destacaram como grupo étnico diferenciado. No entanto, não deixa de ser curioso o fato do fluxo migratório haitiano rumo ao Brasil pós 2010 passar pela mesma região dos imigrantes haitianos do início do século XX, ainda que seja atualmente, só de passagem para a maioria, que ruma para outras regiões.

Estariam vivendo imigrantes do início do século XX, bem como descendentes na Amazônia, em contato com o Haiti? O aprofundamento na história desses primeiros imigrantes é essencial para a investigação da gênese do fluxo migratório para o Brasil através das redes sociais, pois elas podem estar operando de formas distintas e desde períodos anteriores ao atual fluxo migratório, ainda que, em escala reduzida.

Tilly (1978) apud Truzzi (2009) estabeleceram categorizações para os fluxos migratórios. Dentre estas categorizações estão as migrações circulares, as de carreira e as de colonização. Sintetizando os conceitos temos que, as migrações circulares são aquelas onde se operam entradas, saídas e retornos entre dois ou mais pontos, as migrações de carreira são aquelas motivadas e sustentadas por questões relacionadas à carreira profissional, geralmente





ligada a empresas ou companhias, e a de colonização que é quando ruma-se em direção à um território a fim de povoá-lo e estabelecer nova sociedade à sua maneira.

A imigração haitiana para a Amazônia brasileira no início do século XX poderia encaixar-se nas categorias circulares, uma vez que não havia um controle sistêmico sobre as entradas e saídas de imigrantes “ainda que pouco provável, dada as precárias condições de circulação entre a Amazônia e o Caribe, além dos dispendiosos gastos para tal” e migração de carreira, uma vez que, os imigrantes da América Central foram escolhidos e contratados pelas empresas, por sua habilidade demonstrada na construção do canal do Panamá, como apontou Fonseca (1999).

## CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO INÍCIO DO FLUXO MIGRATÓRIO PÓS 2010

A partir de 2010, a imigração haitiana passou a ter destaque, quando os números de entradas passaram a ser expressivos no contexto das pequenas cidades fronteiriças da Amazônia. Atualmente o fluxo migratório haitiano possui características de imigração em cadeia, sendo possível perceber a dinâmica migratória se processando através de redes sociais que ligam emigrados e candidatos à emigração, como constatou Silva (2013) em sua pesquisa junto aos imigrantes haitianos nas fronteiras amazônicas e em Manaus.

Para o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) a escolha da entrada sem documentação no Brasil, via fronteiras, está ligada às atividades dos coioetes, que ao perceberem a escassa fiscalização passam a aliciar os haitianos em seu país de origem. As rotas para alcançar o Brasil envolvem percursos a pé, rodoviários, aéreos e hidroviários (COSTA, 2012).

Como o Brasil até então não havia recebido imigrantes haitianos em número significativo (a ponto de serem percebidos pela sociedade nacional) essa nova onda migratória despertou o interesse dos meios de comunicação e da sociedade em geral, ainda mais pelo tom de “invasão” que foi atribuído ao fluxo migratório do povo dessa nacionalidade.

Truzzi (2008) dá conta de que entre os autores que se dedicam ao estudo de migrações contemporâneas é comum se combinarem perspectivas distintas para explicar o processo social das migrações. Massey (1987) sugere, por exemplo, que processos migratórios se iniciam com



desequilíbrios macroestruturais entre regiões de origem e destino, mas são sustentados por fluxos contínuos de trocas, alimentados pelas redes sociais.

## O FLUXO MIGRATÓRIO PÓS 2010 RELACIONADO ÀS REDES

169

Para Massey (1988) apud Truzzi (2008) redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”.

As redes procuram sublinhar o âmbito da migração no qual os sujeitos decidem emigrar após adquirirem informações prévias das oportunidades e dificuldades com emigrantes anteriores. Cabe destacar o protagonismo dos emigrados na sociedade de origem, podendo influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, encorajando ou reprimindo projetos, expectativas e futuros investimentos (TRUZZI, 2008).

As informações disseminam-se por meio de redes cujo grau de abrangência pode variar muito. Existem redes restritas a grupos familiares, outras que se espalham por toda uma aldeia, e outras ainda maiores, que geram impacto sob toda uma região (Ibidem).

Em relação à disseminação das informações, Truzzi (2008) afirma que se aceitou no passado um modelo no qual a variável-chave era a distância. Sendo assim, quanto mais próxima uma localidade de outra da qual haviam partido imigrantes, maior seriam as chances de “contágio” da “febre” emigratória. Contudo, percebeu-se que obstáculos geográficos ou, inversamente, corredores de circulação importantes, influenciavam a morfologia da difusão da informação (OTERO, 1992, apud TRUZZI, 2008).

Truzzi (2008) recorre a autores como Grieco (1987) e Ramella (1995) para corroborar o pressuposto de que os laços sociais fortes baseados na confiança são mais importantes para determinar a decisão de migrar. Segundo esse pressuposto, a disseminação de informações relativas à migração numa região não influenciará necessariamente a decisão de migrar do indivíduo, caso ele não receba essa informação de alguém em quem confia. Conclui-se então, que a informação não se difunde por epidemia, mas sim, seletivamente através das relações sociais fortes.



Silva (2013) aponta que a maioria dos haitianos que chegaram ao Brasil pós 2010 são provenientes da capital, Port-au-Prince, e seus arredores, como Croix-des-Bouquets, Carrefour, Ganthier e Cabaret. Havia também imigrantes de cidades como Gonaives, Cap-Haitien e Port-de-Paix, mais distantes geograficamente e fora da área atingida pelo terremoto. Isso mostra que as razões para a migração interna e externa no Haiti vão além de questões situacionais, como catástrofes naturais.

Embora a capital, Port-au-Prince, apareça como um dos principais pontos de partida para os emigrantes, sendo responsável por 51% dos entrevistados, é logo seguido por Gonaives, que está em outra arondissement<sup>1</sup>, distante cerca de 150km, sendo a origem declarada de 37% dos entrevistados (SILVA, 2013). Isso confirma que a disseminação das informações não se dá necessariamente por proximidade geográfica.

A partir do momento em que os grupos começaram a chegar ao Brasil, no ano de 2010, os haitianos davam entrada nos protocolos de pedido de refúgio junto à Polícia Federal, e aguardavam cerca de três meses até receberem o mesmo. Somente de posse deste, que lhes dava direito a emitir CPF e carteira de trabalho, é que podiam sair em busca de emprego formal.

Após quase dois anos de imigração, na impossibilidade de concessão de vistos de refugiados aos haitianos - por não se enquadrarem nesta situação, mas sim de vulnerabilidade econômica - o CNIg (Conselho Nacional de Imigração) baixou em janeiro de 2012, uma resolução que autorizava a concessão de cem vistos humanitários mensais (1.200 por ano) a haitianos residentes no Haiti que quisessem emigrar à trabalho para o Brasil (GODOY, 2011).

Com isso, o controle nas fronteiras brasileiras foi reforçado e imigrantes sem visto passaram a ser impedidos de entrar no Brasil, ficando estabelecido que o Peru, passaria a exigir o visto para ingresso no país, a fim de inibir as atividades dos coites que atravessavam os haitianos pelo seu território (Ibidem).

Ao longo do ano de 2012, ao contrário do que aparentemente se esperava, as entradas irregulares de haitianos no Brasil não cessaram, sendo constantes as notícias de furo às barreiras policiais nas fronteiras amazônicas, gerando especulações referentes à continuidade das atividades dos coites em solos equatorianos, bolivianos e peruanos.

---

<sup>1</sup> Divisão administrativa



A intenção inicial da concessão de vistos humanitários através do consulado brasileiro de Porto Príncipe era diminuir a entrada de imigrantes indocumentados via fronteiras, dando-lhes autorização para chegar através dos aeroportos, numa viagem que poderia ser menos onerosa do que os valores gastos com os atravessadores. Todavia, as entradas não autorizadas continuaram, revelando que, os vistos ofertados estavam sendo menores do que a demanda, que os interessados não conseguiam cumprir as exigências pré-estabelecidas para a concessão e que as diversas redes continuavam a atuar.

Após o esgotamento da cota de 1.200 vistos humanitários, em dezembro de 2012, o CNIg (Conselho Nacional de Imigração) deliberou a favor da eliminação do limite de vistos e passou a aguardar, a partir de então, consenso por parte dos ministérios envolvidos e da casa civil para oficializar a decisão; o que se deu com a resolução publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2013, que acatou a deliberação do CNIg .

A partir desta resolução não existe mais “teto” para a emissão do documento. Outra mudança estabelecida pelo governo é a autorização ao Itamaraty de habilitar consulados e embaixadas além do consulado de Porto Príncipe a emitir o visto aos haitianos (GIRALDI, 2013).

Segundo Truzzi (2008) as redes podem esclarecer, porque em muitos casos, determinados fluxos migratórios continuam a ocorrer, mesmo quando mudanças nas condições econômicas ou políticas deveriam refreá-los, isso ocorre porque as redes migratórias podem se tornar auto-alimentadoras.

Esse fenômeno é denominado por alguns autores de efeito estoque: mesmo que cessadas as condições estruturais que lhes deram início, a migração persiste porque o estoque de indivíduos de uma determinada origem incentiva e facilita a vinda de parentes ou conterrâneos (TRUZZI, 2008).

## **AS REDES NO DESTINO**

Os vínculos sociais são importantes tanto na sociedade de origem (pré-emigração), quanto na sociedade de recepção (pós-emigração). Portanto, há um valor estratégico nos vínculos comunitários no período de integração à nova sociedade. Esses vínculos podem ser



vigorosos a ponto de influenciar aglomerações espaciais, opções profissionais, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes na sociedade de destino (RAMELLA, 1995 apud TRUZZI, 2008).

Truzzi (2008) complementa que, não são apenas as redes de relações pré-emigração, que estabelecerão os vínculos étnicos na sociedade receptora: a própria experiência migratória por si é capaz de propor e redefinir novas identidades e conhecimentos que podem se traduzir em novas redes e novas sociabilidades.

Segundo Caffeu e Cutti (2012), assim que os haitianos se emancipam das ajudas humanitárias em relação à moradia, procuram se avizinhar uns aos outros, geralmente próximo das entidades que lhes apoiaram quando da sua chegada à localidade, formando uma rede de solidariedade e convívio que perpassa relações de trabalho, ajuda mútua, vivências culturais e religiosas, como se pode perceber nos trechos a seguir.

Em Porto Velho:

É nesse “pedaço” (o autor fala numa área de confluência de três bairros, próximos à região central da cidade) que encontramos mais da metade dos haitianos residentes em Porto Velho, transitando a pé, de bicicleta ou reunidos em grupos de três a cinco, homens e mulheres, às vezes crianças, em frente a suas residências, nos “orelhões” em telefonemas para os familiares no Haiti, ou falando no celular com amigos na cidade ou em outros estados [...]. No âmbito da religião [...] os católicos são em menor número, frequentam as igrejas e mantêm um discurso de boa convivência com os evangélicos [...]. Há duas vertentes de evangélicos, uma que frequenta os templos juntamente com os brasileiros [...] e os que congregam apenas entre haitianos, num misto do que poderíamos chamar de sincretismo evangélico, ou seja, são pessoas que se professam convertidos em diferentes denominações, mas que congregam juntas no mesmo templo (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012, p. 105).

Na capital paulista:

Em São Paulo, nesta cidade imensa, os arredores da Missão Paz – uma periferia social cravada na região central – também vão ganhando ares de referência, [para os haitianos] em termos de moradia, [...] diferentemente de outros imigrantes que por aqui passam e se estabelecem em outros bairros [...]. Desde o começo foram e vão se instalando do jeito que conseguem, em pequenos quartos, pagando aluguéis que oscilam em torno de R\$ 500,00 (quinhentos reais), muitas das vezes com quatro paredes apenas (CAFFEU; CUTTI, 2012).



Os vínculos sociais entre os imigrantes haitianos têm-se mostrado vigorosos. A condição de imigrante haitiano no Brasil configura-se como uma nova identidade partilhada pelo grupo. Os elos entre os mesmos são ainda reforçados pela trajetória de dor, sofrimento e privações partilhados tanto no Haiti, como no trajeto e estabilização no Brasil.

Como estão em fase inicial de integração à nova sociedade, permanecerem juntos funciona como uma estratégia de proteção junto aos seus frente ao desconhecido. Dentro do grupo é possível se comunicar na mesma língua, viver da mesma forma e se auto-ajudar, o que explica a concentração dos haitianos em bairros próximos à área central de Porto Velho e no bairro do Glicério em São Paulo<sup>2</sup>. A preferência por locais de trabalho onde existam mais compatriotas trabalhando também se deve a essa solidariedade formada através da migração.

Com relação às colocações no mercado de trabalho através da Missão Paz, Caffeu e Cutti (2012) afirmam que, dos encaminhamentos feitos, a maioria foi exitosa, tendo a Missão Paz recebido inclusive retorno de que ambos os lados estão satisfeitos, no entanto, como usual em relações trabalhistas, existem casos de descontentamento mútuo, causados geralmente pela barreira do idioma e não adaptação às condições locais por parte dos imigrantes (que gostariam de se manter avizinados) e quando isso não é possível a adaptação se torna mais difícil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo polemizou a questão da possível pré-existência de redes sociais agindo entre brasileiros e haitianos sendo processadas por imigrantes e descendentes dos mesmos, provenientes da imigração ocorrida no início do século XX, rumo à Amazônia, para trabalho na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Não se testou, nem comprovou a hipótese, mas lançou-se olhar sob esta perspectiva como sugestão para pesquisas futuras. O aprofundamento nessa história é tido por nós como essencial para a análise do fluxo atual pela perspectiva das redes, uma vez que as redes

---

<sup>2</sup> Acrescentamos aqui o Núcleo dos Ciganos, distrito de Utinga, município de Santo André, como área de concentração e referência crescente para os imigrantes haitianos na região do Grande ABC Paulista. É nesta comunidade que atualmente desenvolvemos a pesquisa em nível de mestrado intitulada “Trajetórias Migratórias: Haitianos em Santo André – Brasil”, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Ciências Humanas e Sociais da UFABC.





migratórias entre Haiti e Brasil, tidas como um fenômeno recente, poderiam ser mais antigas do que se imagina.

Analisar o fluxo migratório atual a partir das redes, leva em consideração questões menos óbvias, que podem levar ao entendimento da escolha dos haitianos pelo Brasil como destino migratório. O foco da análise procurou mostrar que as redes sociais encontram-se ativas no fluxo migratório atual, configurando-se em bases de sustentação, de redes migratórias que já podem ser observadas, por exemplo, através dos reagrupamentos familiares permitidos pelos vistos humanitários concedidos.

A importância dos fatores estruturais ainda que não aprofundados no texto, não devem ser subestimados nas análises dos fluxos migratórios. Os estudos das migrações devem combinar perspectivas para a explicação do processo social das migrações, como apontado por Truzzi (2008). Sendo assim, adota-se a perspectiva de Massey (1987) apud. Truzzi (2008), de que os processos migratórios se iniciam com desequilíbrios macroestruturais entre regiões de origem e destino, e são sustentados por fluxos contínuos de trocas, alimentados pelas redes sociais.

A perspectiva das redes, no entanto, confere ao migrante o protagonismo sob sua história, tomando-o como agente social ativo o que vai contra teorias macroeconômicas que tomam o sujeito como transeunte sob as estruturas dadas, sem muita opção de tomada de decisão (indivíduo hipersocializado).

As redes sociais influenciam ativamente na manutenção dos fluxos, bem como aumento e diminuição dos contingentes, o que se dá através das trocas de informações a respeito das condições de vida do destino, como ofertas de emprego, moradia, aceitação pela sociedade, além de ser o apoio psicológico, financeiro e afetivo dos novos imigrantes na nova sociedade.

Isso explica a formação de bairros étnicos e a tendência dos imigrantes em manterem-se próximos fisicamente. Essa tendência é inclusive observada entre os haitianos no Brasil, que tendem a se deslocar internamente juntos de seus compatriotas em busca de emprego, costumam optar por trabalhar junto de outros haitianos nas empresas e quando se emancipam das ajudas avizinham-se sempre que possível.

Os imigrantes quando já estabelecidos na nova sociedade enviam remessas financeiras e informações acerca do país, o que pode alimentar o desejo de sua rede social próxima de migrar. As redes pelas quais se processam a migração haitiana para o Brasil continuam ativas



mesmo com as tentativas governamentais de refreá-la, o que comumente vêm se repetindo no espaço e no tempo.

Pode-se dizer que estas redes migratórias estão inclusive se multiplicando, uma vez que no início do fluxo migratório, a maioria era composta de haitianos fugindo da condição calamitosa instaurada no Haiti após o terremoto, contudo, aos poucos foram chegando imigrantes haitianos provenientes de outras partes do Haiti, não afetadas pelo terremoto, bem como haitianos que viviam em outros países, como República Dominicana e mais recentemente Equador.

Reforça-se a ideia de que a disseminação das informações na rede não se dá por epidemia em regiões geográficas próximas, mas sim por laços fortes de confiança, que podem extrapolar todas as fronteiras municipais, regionais e nacionais.

O estudo da imigração haitiana para o Brasil a partir das ciências humanas e sociais se mostra importante para o conhecimento da situação dos atores frente a essa nova realidade. Atores estes provenientes de um país em ruínas, que desde o terremoto está sob tutela de uma Missão de Paz comandada pelo Brasil (MINUSTAH) com o intuito de garantir a ordem e reconstruir o que foi perdido<sup>3</sup>.

A aproximação desta rede migratória poderá lançar novos olhares, tirando-nos do lugar comum daquilo que é noticiado pelos meios de comunicação de massa, cuja oscilação discursiva entre “bem” e “mal”, “bom” e “ruim”, dificulta uma percepção equilibrada da realidade. O conhecimento da rota percorrida por esses imigrantes também pode esclarecer inúmeros questionamentos acerca de possíveis aliciadores, como procedência e formas de atuação, o que é importante no caminho para a proteção dos direitos humanos dos imigrantes, constantemente violados, ao passo que o ato de migrar vem sendo visto cada vez mais como crime.

---

<sup>3</sup> Existe um amplo debate acerca da criação e manutenção da MINUSTAH no Haiti. Ainda que nossa posição aponte para a defesa da retirada das tropas e tome a referida missão como mais um mecanismo de dominação do Haiti através de suas elites e das potências estrangeiras, problematizaremos tal discussão em trabalhos futuros.



## REFERÊNCIAS

CAFFEU, Ana Paula; CUTTI, Dirceu. Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar. In: *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo, n. 70, p. 107 – 113, 2012.

COSTA, Gelmino, A. Haitianos em Manaus dois anos de imigração. In: *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo, n. 70, p. 91 – 97, 2012.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. In: *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo, n. 70, p. 99 – 106, 2012.

FONSECA, Dante Ribeiro da; TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Barbadianos: Os Trabalhadores Negros Caribenhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. Porto Velho: Fundação Universidade de Rondônia/Departamento de História, 1999. Disponível em: <<http://www.pakaas.net/estr1.htm>>. Acesso em: 07. Jan. 2014.

GIRALDI, Renata. Patriota pede apoio ao Equador para impedir ação de coiotes na migração de haitianos. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-03/patriota-pede-apoio-ao-equador-para-impedir-acao-de-coiotes-na-migracao-de-haitianos>>. Acesso em: 12. Maio. 2013.

GODOY Gabriel Gualano de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *60 anos de Acnur: Perspectivas de futuro*. São Paulo: Acnur, p. 15-88, 2011.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. *Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)*. Belém: UFPA, 2006. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/dissertacaoTurma2004-MariaRoseaneCPLi ma.pdf>>. Acesso em: 08. Jan. 2014.

SILVA, Sydney Antonio da. Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The Case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. *Urbanities*. V. 3, 2013. Disponível em: <<http://www.anthrojournal-urbanities.com/current-issue.html>>. Acesso em: 06. Jan. 2014.

TÉLÉMAQUE, Jenny. *Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://oestrangero.org.files.wordpress.com/2012/08/jenny-haitianos-mono.pdf>>. Acessado em 30. Nov. 2013.

TRUZZI, Oswaldo M. S. *Redes em processos migratórios*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. V. 20, 2008.



## O DIREITO À ÁGUA CONQUISTADO POR MEIO DA LUTA: GUERRA DA ÁGUA EM COCHABAMBA.

FREITAS, Luna

*Diretora Geral da Faculdade de Belém*  
*luna\_freitas@hotmail.com*

BORGES, Júlia

*Estudante de mestrado do Programa de Políticas Sociais da UENF*  
*bastosjuliaborges@yahoo.com.br*

177

### RESUMO

Nenhum homem ou civilização poderá sobreviver sem água potável. Propõe-se analisar o conflito conhecido como ‘Guerra da Água’ em Cochabamba na Bolívia, onde após uma batalha entre a população *versus* a política do Presidente Hugo Banzer e da multinacional Bechtel se reverteu o contrato de concessão de água já efetivado. O trabalho foi realizado, documentalmente, por meio de compilação de reportagens provenientes de jornais, internet, livros e revistas baseando-se no método dedutivo, com o objetivo de compreender este conflito e seus resultados a partir de uma perspectiva da garantia do direito à água. Conclui-se que a forma de organização e mobilização adotada pelos bolivianos neste conflito garantiu o direito à água permitindo democraticamente que se apresentasse um projeto de gerenciamento da água na Bolívia.

**Palavras Chave:** Guerra da Água, Direito à água, Mobilizações Sociais.

### ABSTRACT

No man or civilization can survive without drinking water. Proposes to analyze the conflict known as 'Water War' in Cochabamba in Bolivia, where after a battle between the people versus the politics of President Hugo Banzer and the multinational Bechtel has reversed the concession of water already effected. The work was carried out, documentary, through compilation of reports from newspapers, internet, magazines and books based on the deductive method, in order to understand this conflict and its outcomes from the perspective of ensuring the right to water. We conclude that the form of organization and mobilization adopted by Bolivians in this conflict secured the right to democratically allowing water that present a draft water management in Bolivia.

**Key Words:** Water War, Right to Water, Social Mobilizations.

O conflito ocorrido em Cochabamba, no início deste Século, marcou a História recente da humanidade como uma guerra pela sobrevivência. O caso ficou conhecido como “Guerra da Água” e seu processo histórico apresenta inúmeros ensinamentos à comunidade internacional. Jim Shultz<sup>1</sup> aponta de forma resumida o que ocorreu nesta região:

<sup>1</sup> Diretor executivo do The Democracy Center (<http://www.democracyctr.org>) vive em Cochabamba, Bolívia, e é autor do "The Democracy Owners' Manual" (Rutgers University Press). Suas reportagens sobre a revolta pela água em Cochabamba foram honradas entre as melhores histórias do ano do Project Censored.



Antes de abril de 2000 poucas pessoas de fora da Bolívia haviam ouvido falar sobre Cochabamba, uma cidade de 600 000 habitantes cravada em um vale andino a 8 000 pés de altura. Quatro meses após o início do novo século esse quadro mudou. Cochabamba se tornou a linha de frente da crescente batalha internacional contra as regras da globalização econômica. Enfrentando soldados, resistindo à declaração de uma lei marcial e se levantando contra a onda da teologia do mercado econômico, a população mais pobre da América do Sul expulsou uma das empresas mais ricas do mundo e reconquistou algo simples e básico – sua água. (SHULTZ, 2003, p. 1)

Antes do Século XXI, a experiência da Bolívia com o atual modelo econômico globalizante demonstrava aos bolivianos que essa não era uma política solidária e justa. Galeano (1978) expôs que entre 1545 e 1558, os colonizadores espanhóis descobriram as riquezas minerais de Potosi, na Bolívia. A montanha que continha tal riqueza foi denominada de *Cero Rico* e possuía prata suficiente para manter a Espanha como um império. A exploração da prata não trouxe exorbitante lucro ao País e custou aos bolivianos 8 milhões de corpos indígenas - escravos dos mineradores eram mandados em túneis escuros e profundos por seis meses consecutivos. Os que sobreviveram ficaram cegos ao serem re-expostos à luz do Sol.

A primeira lição da Bolívia sobre a política econômica capitalista foi essa: um povo abençoado pela Terra, com uma das maiores fontes de riqueza mineral da história do planeta, encontra-se hoje como uma nas nações mais pobres da América do Sul.

Essa memória de terrível abuso e roubo da riqueza para além mar não foi superada pela alma boliviana quando, em 1980s e 1990s, o Banco Mundial e o Fundo Internacional Monetário (FMI) decidiram tornar a Bolívia um laboratório de seus experimentos modernos em economia global. Fazendo uso das ferramentas contemporâneas de poder econômico-empréstimos, ajuda, e perdão da dívida – o Banco Mundial e o FMI influenciaram e basicamente obrigaram o governo boliviano a vender ou arrendar suas empresas estatais para mãos corporativas.

Uma por uma, o governo boliviano vendeu ou arrendou a companhia aérea nacional, a ferrovia e a companhia elétrica, sempre com mesmo resultado desastroso. A pressão mais agressiva do Banco Mundial por privatização focou-se no sistema público de água da terceira maior cidade da Bolívia, Cochabamba. (SHULTZ, 2003, p. 1)

Vários autores afirmam que a Bolívia seguiu ao pé da letra a receita da globalização para a prosperidade e, segundo Kingsnorth (2006), o país abriu seus mercados a empresas estrangeiras, fez cortes nas despesas do governo e privatizou tudo o que não estava privatizado.



O resultado é que a Bolívia tornou-se o país mais pobre da América Latina, 65% da população vivem abaixo da linha da pobreza (no campo esse número ultrapassa 90%).

Shultz (2003) relata os acontecimentos históricos da guerra da população boliviana para retomar o seu direito a água: em fevereiro de 1996, oficiais do Banco Mundial propuseram, ao prefeito de Cochabamba, um empréstimo de 14 milhões de dólares para expansão do serviço de água, condicionado à privatização do fornecimento para a cidade. Logo em seguida, em junho de 1997, os oficiais ofereceram, ao presidente boliviano, o perdão de uma dívida de 600 milhões de dólares, dependendo também de Cochabamba passar sua água para mãos privadas.

O autor continua relatando a forma como a água foi negociada: o governo boliviano seguiu as ordens do Banco Mundial e, em setembro de 1999, *às portas fechadas com apenas uma concorrente, oficiais bolivianos arrendaram a água de Cochabamba até 2039* para uma misteriosa e nova empresa chamada *Aguas del Tunari* – que depois se mostrou ser uma subsidiária da gigante da Califórnia, *Bechtel*. (SHULTZ, 2003)

A empresa Bechtel, no seu site oficial, descreve-se pontuando os valores que defende, em especial, o de ser uma empresa com *cisão* e valores humanos, como a maior parte das grandes corporações:

### VALORES

Construindo uma herança familiar que se estende por mais de 100 anos, vamos continuar a ser propriedade privada de uma gestão ativa e guiada por valores mantidos com firmeza.

Ética. Intransigente integridade, honestidade e lealdade são o coração da nossa empresa.

Excelência. Nós estabelecemos padrões elevados. Aplicamos avançada tecnologia, e estamos constantemente inovando e melhorando. Nós prosperamos no desafio e realização. [...]

[...] Respeito Mútuo. Trabalhamos pelos nossos Convênios, que incentivam a abertura, o trabalho em equipe e confiança. Nós valorizamos uma cultura inclusiva com base em diversas formações, experiências e opiniões.

Segurança Zero acidentes. [...] a vida das pessoas e a nossa dependem dele.

Sustentabilidade. Nos planejamos agir para o futuro da nossa empresa, nossos clientes, e nosso mundo. (BECHTEL, 2010)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Texto original: “VALUES Building on a family heritage that spans more than 100 years, we will continue to be privately owned by active management and guided by firmly held values. Ethics. Uncompromising integrity, honesty, and fairness are at the heart of our company. Excellence. We set high standards. We apply advanced technology, and we continually innovate and improve. We thrive on challenge and accomplishment. Fair Return. We earn a return that fairly rewards the value we deliver. Mutual Respect. We work by our Bechtel Covenants, which encourage openness, teamwork, and trust. We value an inclusive culture based on diverse backgrounds, experience, and views. Safety. Zero accidents is our unwavering goal—people's lives depend on it.





Entretanto, de acordo com Shultz (2003), apenas poucas semanas depois de assumir o controle da água, a empresa da *Bechtel* apresentou às famílias locais, aumento de 200% na taxa de água. Trabalhadores que viviam com o salário mínimo local de 60 dólares deveriam pagar algo como 15 dólares para continuar com água correndo de suas torneiras.

Uma lei sobre a água, aprovada paralelamente pelo Congresso boliviano, concedeu ao controle privado, centenas de sistemas de irrigações rurais e poços comunitários - projetos financiados e construídos pela população local, sem ajuda do governo:

Entrega de concesiones mineras para la exportación de aguas subterráneas, a favor de la empresa boliviana-norteamericana Corporación Boliviana de Recursos Hídricos (COBOREH), La cual, con el apoyo del gobierno, logro aprobar una norma nacional en el Parlamento: la Ley 2267 de Apropiación y Exportación de Aguas Subterráneas (agua fósil) de la región del sudoeste potosino. (CIDSE, 2009, p. 105)

Barlow e Clarke (2004) mostraram que o acordo realizado entre o Banco Mundial (BM) e o governo boliviano incluía que, na continuação ao processo de privatização das empresas, o BM iria outorgar monopólios a concessionárias privadas. Também exigia que, ao fixar o preço do produto, se levasse em conta todos os gastos, além de instruir o governo a não utilizar o dinheiro do empréstimo para subvencionar água fornecida aos pobres. Preocupados com a privatização da água e a nova lei aprovada, os cidadãos iniciaram um movimento para reivindicar seus direitos, desafiando a política do governo.

O grupo ficou reconhecido como *La Coordinadora* e nasceu tanto do meio rural como urbano, da classe pobre e média. Sua liderança era composta por representantes do sindicato dos trabalhadores de uma fábrica local; irrigadores e fazendeiros; grupos ambientais; economistas locais; membros progressistas do congresso e um vasto grupo de organizações e associações de base.

Depois de verem como a tarifa de água subiu, 35% em janeiro de 2000, os cidadãos de Cochabamba também se lançaram, aos milhares, a mobilizar-se e paralisaram a cidade durante quatro dias, com uma série de greves e barricadas que fechavam as ruas. Barlow e Clarke (2004):

---

Sustainability. We plan and act for the future—for the long-term good of our company, our customers, and our world.”



Em novembro de 1999 a Federação dos Irrigadores, furiosos por causa da entrega de seus sistemas de água, realizou um bloqueio de 24 horas das rodovias que dão acesso a Cochabamba. “Nosso objetivo era testar a capacidade que tínhamos para lutar”, disse Omar Fernandez, líder do sindicato dos irrigadores. “Nós percebemos que nossa base desejava mover ainda mais rápido do que nossa liderança. Na pequena cidade de Vinto eles bloquearam as rodovias por 48 horas”. Depois dos bloqueios os usuários rurais de água formaram uma aliança com os usuários urbanos preocupados com a tomada da Bechtel sobre o sistema de água da cidade e, em 12 de novembro de 1999, nasceu a *La Coordinadora* para a Defesa da Água e da Vida. (SHULTZ, 2003, p. 2)

Foi em janeiro de 2000, após a companhia de água anunciar o aumento na taxa, que *La Coordinadora* ressurgiu com sua primeira ação pública - uma greve geral. Não foi uma tática nova em Cochabamba. Uma ou duas vezes ao ano, os trabalhadores da empresa de transporte local e outros grupos organizam ações que tiram os ônibus de circulação, bloqueiam pontes e vias, fecham comércio e escolas e a cidade vive um dia de feriado para jogar futebol ou andar de bicicleta, enquanto negociadores tentam alcançar um acordo sobre a demanda do dia. A ação de janeiro, de *La Coordinadora*, foi contra a alta do preço da água e foi diferente: por três dias, Cochabamba parou. Bloqueios fecharam as duas principais rodovias de acesso à cidade, eliminando o transporte via ônibus e o carregamento de alimentos. O aeroporto foi fechado, ruas bloqueadas por pilhas de pedras e árvores interromperam todo o trânsito. (SHULTZ, 2003)

Para Kingsnorth (2006, p. 89): foi concedido à *Bechtel*, um arrendamento de longo prazo do sistema de água de Cochabamba, a uma soma não revelada. A *Bechtel* ganhou o controle, não só da distribuição de água da cidade, construída pelo governo, mas também do antigo sistema de irrigação dos agricultores e de poços da comunidade, sendo que nenhum deles podia ser vendido pelo governo. E além de ter seus poços vendidos a uma empresa estrangeira, a população devia pagar e muito caro pela água. Um mês depois da *Bechtel* assumir o controle da água, todas as contas aumentaram, algumas em até 300%. Na prática, a empresa fazia o pobre de Cochabamba pagar mais pela sua água do que alguns economistas do Banco Mundial pagam, em Washington. A revolta da população crescia junto com a impopularidade da corporação internacional e sua política:

Los sondeos de la opinión pública mostraron que el 90% de los habitantes de Cochabamba deseaban que la filial de Bechtel devolviese el servicio del agua al control público. (BARLOW e CLARKE, 2004, p. 242)



O resultado da insatisfação dos cidadãos materializou-se: milhares de cochabambinos ocuparam a praça central da cidade. Em uma esquina, *La Coordinadora* montou sua sede e do outro lado da praça, o gabinete do governador regional de Cochabamba, um cargo nomeado pelo presidente. Um dia depois de se recusar a reconhecer a *La Coordinadora* como uma organização legítima, representativa, o governador concordou em se encontrar com seus líderes e assinou um acordo que iria rever o contrato da empresa de água e a nova lei, se os protestos fossem suspensos. *La Coordinadora* deu prazo de três semanas para o governador cumprir o acordo.

Cuando lo pidieron que diese su opinión a respecto de las protestas de Bolivia, El señor Wolfenshon, director del Banco Mundial, comento que regalar los servicios públicos a la gente conduce inevitablemente al despifarro e que los países como Bolivia necesitan poseer “um sistema apropiado de cobro” del agua. Se estaba haciendo eco de um inform de junio que declaba: “no deberia recurrirse a ningún tipo de subvención para compensar El aumento de las tarifas del agua en Cochabamba”. Es decir, todos los usuarios del agua, incluyendo los más pobres deberían cargar con todos los costes Del servicio Del agua y con la subida propuesta. Sin embargo, Wolfenshonnegaba rotundamente que El modelo de privatización estuviera dirigido contra los mas pobres. (BARLOW e CLARKE, 2004, p. 242)

Sobre essa declaração, o dirigente de *La Coordinadora*, Oliveira<sup>3</sup> respondeu que gostaria muito de convidar o diretor do Banco Mundial a ver a realidade imposta pela privatização em Cochabamba, visto que do seu escritório, em Washington, não poderia ver o que acontecia de fato. (BARLOW e CLARKE, 2004)

Apesar do acordo feito entre o governador regional de Cochabamba e *La Coordinadora*, o governo não cumpriu a palavra. Na passagem de janeiro para fevereiro não houve nenhuma mudança na taxa e o povo de Cochabamba recusou-se a pagar a conta para a *Bechtel*. A empresa, sem saída, ameaçou cortar o fornecimento de água à população e *La Coordinadora* anunciou uma manifestação simbólica, na praça central da cidade, no dia 4 de fevereiro (SHULTZ, 2003).

Segundo Jim Schultz:

Estava planejado um simples protesto no horário de almoço para lembrar o governo que o povo ainda o estava vigiando. Algumas centenas de manifestantes marchariam rumo à praça, ouviriam alguns discursos,

<sup>3</sup> Líder do Sindicato das Fábricas de Cochabamba e uma das lideranças mais visíveis da Coordinadora.



cobrariam o governo para que mantivesse sua palavra e depois retornariam ao trabalho.

O governo anunciou que o protesto não seria permitido e na manhã do dia 4 mais de 1000 policiais pesadamente armados assumiram o controle do centro da cidade, quase todos trazidos de outras cidades (uma vez que o governo não podia contar com a polícia de Cochabamba para bater fortemente de frente contra seus próprios parentes).

Para as pessoas de Cochabamba, mesmo para aquelas que não eram simpáticas à revolta da água, a ocupação da polícia foi vista como uma declaração de guerra. O governo não estava mais apenas se recusando a acabar com o aumento abusivo da empresa, agora ele estava protegendo os lucros da Bechtel com gás lacrimogêneo e armas.

Por dois dias a região central de Cochabamba se tornou uma zona de guerra. [...] Com o conflito persistindo, as portas das casas de classe médias se abriram e comida e água apareceram, como forma de apoio àqueles que estavam lutando contra o governo nas ruas.

Praticamente todas as rádios locais se converteram em discussões telefônicas sobre a batalha no centro da cidade, com ligações atrás de ligações condenando o governo e a empresa. Em dois dias mais de 175 pessoas foram feridas, a maioria vítima do gás ou por apanhar da polícia. Qualquer que fosse sua legitimidade pública na questão, o governo a tinha perdido. Ele anunciou um acordo com a empresa para invocar temporariamente um recuo na taxa de água por seis meses. A Coordenadora teve sua primeira vitória.

(SHULTZ, 2003, p. 3)

A privatização de um dos recursos mais vitais ao ser humano, combinado com a falta de acesso aos habitantes de Cochabamba, onde além de privatizada, a água estava muito cara para os padrões dos cidadãos da região geraram um confronto que há muito a comunidade boliviana não vivenciava.

Após novo compromisso do governo, dessa vez real, os manifestantes comemoraram a grande conquista e partiram para luta maior: expulsar a corporação internacional, *Bechtel*, do território boliviano, sem nenhuma indenização e com a possibilidade de ter que indenizar os cidadãos prejudicados pela falta de acesso à água potável.

*La Coordinadora* passou então por uma mudança estratégica nos seus planos - conseguir uma cópia do contrato que privatizara a água para verificar possibilidades jurídicas de questioná-lo. Após muitas dificuldades, os membros da *Coordinadora* conseguiram o contrato e descobriram uma série de irregularidades no acordo realizado:

[...] a garantia de lucro de 16% para a Bechtel, descobriram também que a empresa ganhou a concessão praticamente sem compromissos de investimento inicial, bem como outras provisões que deixaram claro o quão péssimo foi o acordo que o governo fez. A Coordenadora se convenceu de que eles precisavam mudar seu foco da simples reversão da taxa para o cancelamento do contrato como um todo e colocar o controle da água de



Cochabamba sob controle público direto. [...] realizaram então a consulta popular. Por três dias os ativistas da *Coordinadora* montaram mesas nas praças e em outros locais públicos pelo Vale de Cochabamba para fazer a seus residentes uma simples pergunta – o contrato sobre a água deveria ser cancelado? Mais de 60 000 pessoas participaram, aproximadamente dez por cento da população do vale. A resposta, pela votação de mais de 90% foi um ensurdecido sim. (SHULTZ, 2003, p. 4)

Kingsnorth (2006) afirma que, depois de *La Coordinadora* e seus 10 mil seguidores exigiram o cancelamento do contrato da *Bechtel*, o governo ficou sem saída porque assinara um contrato amarrado, onde a água seria da *Bechtel*, por 40 anos. E a reputação da Bolívia, perante a comunidade internacional, estava apoiada nisso - se o governo permitisse que a pressão popular derrubasse a privatização, tudo poderia acabar em perdas ainda maiores para o governo, mas para a *Bechtel* foi o que aconteceu. Em abril, *La Coordinadora* liderou o que ficou conhecido como *La Ultima Batalla* contra o governo e o consórcio, paralisando a cidade por mais quatro dias. Barlow (2004), conta o quão forte foi a mobilização:

Cientos de miles de bolivianos marcharon sobre Cochabamba para manifestarse contra el gobierno en una huelga general y el paro de los transportes provocó la paralización total de la ciudad. La policía intervino con violencia practicando arrestos y a comienzos de abril, el gobierno declaró la ley marcial. Los activistas fueron detenidos durante la noche y los programas de radio y televisión se interrumpieron en plena emisión. Un joven de 17 años, Victor Hugo Danza, fue muerto por un disparo en plena cara. (BARLOW, 2004, p. 15)

Entre tantos mortos, o jovem Hugo Danza tornou-se um mártir da Guerra da Água. Seu sacrifício foi em um momento crucial, durante o confronto.

Após dois dias do início da batalha no centro de Cochabamba, líderes da *Coordinadora* iniciaram conversas com o governador, o prefeito, o arcebispo e outros oficiais. De uma hora para outra, sob ordem do governo nacional de La Paz, surgiu a polícia e prendeu todos os líderes da *Coordinadora*. O arcebispo Solari se trancou em seu escritório a noite toda, dizendo aos repórteres que se a *Coordinadora* estava presa, ele também estaria. Na sexta-feira, depois que os líderes foram soltos, os habitantes de Cochabamba aguardavam a qualquer momento uma tomada militar da cidade.

A notícia sobre as prisões levou mais de 10.000 pessoas às ruas. Representantes de comunidades foram chegando, carregando bandeiras com o nome de seus povoados. Uma reunião foi anunciada para 16h, entre o governador e a *Coordinadora*, moderada pelo arcebispo Solari, mas o governador não compareceu, novamente, e os manifestantes temeram o pior.



Meia dúzia de adolescentes escalou a torre da Catedral para tocar o sino, caso os soldados invadissem a cidade. Foi ateadado fogo na porta de entrada e no horário que o governador deveria encontrar os líderes da *Coordinadora*, ele não compareceu, preferindo telefonar para seus superiores em La Paz. Explicou que não via alternativa, exceto o cancelamento do contrato, caso contrário, aconteceria mais guerra entre o povo e o governo. (SHULTZ, 2003)

Contudo a guerra ainda não estava terminada. Jim Shultz comenta outras atitudes do governo:

O porta voz de Banzer se recusou a confirmar a partida da empresa. Os representantes locais da Bechtel enviaram por fax à imprensa notas declarando que não estavam indo embora. À meia-noite o Governador Galindo foi ao vivo à TV e disse aos habitantes da cidade que ele não queria ser responsável por um “banho de sangue” e renunciou. Policiais começaram a aparecer na porta dos líderes da *Coordinadora* e de suas famílias, prendendo todos que encontravam. [...]

Dezessete pessoas foram colocadas em um avião e foram levadas para uma prisão infestada de mosquitos na remota floresta da Bolívia. Aqueles que conseguiram escapar da prisão, incluindo Fernandez e Oscar Oliveira, foram se esconder. [...] Às 10 horas o Presidente Hugo Banzer, o ex-ditador, declarou o Estado de Emergência (lei marcial). Os soldados fecharam canais de TV e estações de rádios. Toda uma seção da cidade, o lado das colinas onde as antenas continuavam a transmitir notícias, tiveram corte de energia. Reuniões públicas com mais de duas pessoas foram banidas. Cochabamba estava sob uma ditadura. (SHULTZ, 2003, p. 6)

A resposta do povo foi rápida e furiosa. Mesmo com seus líderes presos ou escondidos, a *Coordinadora* convocou a retomada imediata dos bloqueios.

Jim Schultz, que viveu em Cochabamba naquele período, relata o que viu:

No meu bairro uma senhora idosa deitou sobre as pedras em nossa rua para bloqueá-la. Os jovens, conhecidos por “guerreiros da água” voltaram ao centro da cidade para desafiar as tropas de Banzer. As mulheres bateram de porta em porta para coletar arroz e outros alimentos para cozinhar para os que permaneciam acampados na praça.

Na tarde de sábado o conflito tinha se tornado violento. Manifestantes puseram fogo em um prédio desocupado do Estado, mandando grandes nuvens de fumaça negra pelo céu azul de Cochabamba. Os soldados substituíram o gás lacrimogêneo com tiros. Um canal de televisão local filmou um capitão do Exército, Robinson Iriarte de La Fuente, um graduado pela Escola das Américas dos EUA, disfarçado em roupas civis enquanto ele disparava nos manifestantes. Ao mesmo tempo um garoto desarmado de dezessete anos, Victor Hugo Daza, foi atingido e morto por uma bala em seu rosto. (SCHULTZ, 2003, p. 6)





Apesar de Cochabamba ter atingido situação sangrenta, o presidente Banzer, mesmo enfrentando diversos protestos em outros assuntos, em outras cidades, por toda a nação, deixou claro que não cancelaria um contrato com uma grande corporação internacional. Sua equipe de relações públicas divulgou histórias falsas para os jornalistas estrangeiros, dando conta do aumento no preço da tarifa da água ter sido de apenas 20% e que os protestos em Cochabamba eram orquestrados por narcotraficantes, na tentativa de desestabilizar o governo. (SCHULTZ, 2003)

Uma semana depois, o governo cedeu e preveniu a *Bechtel* sobre a segurança de seu pessoal. Os *homens da água* – vindos do exterior – fugiram sem esquecer o dinheiro da empresa e seus computadores, enquanto o governo anunciava o cancelamento do contrato. Haveria então a Nação mais pobre da América Latina, vencido uma das maiores corporações internacionais e a política capitalista para água. (KINGSNORTH, 2006).

O País começou uma nova forma de gerir a água e Barlow explicita o fato:

La gente se hizo cargo de esta nueva dificultad y eligió un nuevo consejo de administración para la compañía de aguas, desarrollando un nuevo mandato anclado en un firme conjunto de principios. **La compañía tenía que ser eficaz; incorruptible, justa para con los trabajadores, guiarse por su compromiso hacia la justicia social** (abasteciendo primero a los que no tienen agua), **y actuar como catalizador para una mayor participación y organización del movimiento popular.** La primera medida de la nueva compañía consistió en poner en funcionamiento una enorme cisterna de agua en los barrios menos favorecidos del sur, instalando cañerías para el abastecimiento de 400 localidades que se habían visto abandonadas por la antigua compañía. Después, la empresa se preocupó en tener una presencia dinámica en los barrios, escuchando a la gente y trabajando con ella para resolver los problemas. En el verano del 2000, la Coordinadora organizó sus primeras audiencias públicas sobre SEMAPA, con el ánimo de emprender un proceso de consulta sobre el establecimiento de una definición ampliamente consensuada sobre el devenir de la empresa, recibiendo gran número de propuestas de la sociedad civil.

La empresa también ha adoptado **una postura inflexible en lo que se refiere a cualquier indemnización a Bechtel por sus "pérdidas."** Bechtel ha presentado una demanda contra el gobierno boliviano por unos 40 millones de dólares USA ante la Corte Internacional del Banco Mundial para la resolución de conflictos sobre inversiones. Invoca sus derechos de "expropiación" en virtud del Tratado bilateral sobre las inversiones que Bolivia firmó con Holanda en 1992. (BARLOW, 2004, p. 16)

Entender o acesso à água potável como Direito Humano, Fundamental e inalienável é imprescindível para garantir vida a todos os seres humanos. Entretanto, a Guerra da Água



demonstra que corporações internacionais atuam com o objetivo de comercializar a água em um mercado altamente lucrativo, o mercado do “ouro azul”.

Corporações, como a Bechtel, atuam respaldadas por acordos com os governos que transformam a água em item com valor de comércio. A população que não possui dinheiro para comprar sua água potável, não a consome, o que compromete objetivamente o seu direito à vida.

Os Estados, por sua vez, necessitam intervir com coerência para implementar políticas públicas que garantam o direito ao acesso à água potável.

Como definido pela ONU, a água possui um valor econômico, entretanto, nem todos os povos do mundo tem condições de arcar com esse custo, mas mesmo assim, necessitam de água para sobreviver. Dessa forma, propõe-se que os Estados arquem com tal custo, defendendo o direito à vida de seus nacionais. Ressalta-se ainda que tais atos devem ser praticados por interesse dos cidadãos e do Estado nacional, no sentido de proteger os recursos hídricos para não serem alvo da cobiça internacional com destino à especulação e não à garantia do direito ao acesso à água.

A vitória do povo boliviano é um exemplo à comunidade internacional porque demonstrou ser possível, com organização e mobilização popular, mudar a política privatista e consolidar uma nova forma de gerenciamento dos recursos hídricos que seja democrática e eficaz.

A forma dos bolivianos gerirem sua própria água, em defesa da vida de seu povo, sem visar lucro e sim a qualidade e o direito ao acesso à água potável, sem dúvida, é uma iniciativa sem precedentes na América Latina e foi fruto de um educativo e exemplar processo de luta onde os “guerreiros da água” venceram uma das maiores multinacionais do mundo e a política privatista que nega o direito ao acesso à água.

## **BIBLIOGRAFIA**

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução A Ciência Política*. Brasília: Globo, 2008.



AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral Do Estado*. São Paulo: Globo, 2008.

BANCO MUNDIAL. *Capim Vetiver: a barreira vegetal contra a erosão*. Banco Mundial, Washington, D.C., 1990.

BARBOSA, Erivaldo Moreira. *Água doce: direito fundamental da pessoa humana*. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3172](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3172) Acesso em: 5 Nov. 2010

BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. *Oro Azul- Las Multinacionales Y El Robo Organizado de agua en el mundo*. Cochabamba, Bolívia: Paidós, 1ª edição, coleção: Paidós Controversias, 2004.

BECHTEL. *Valoures*. Disponível em: <http://www.bechtel.com/offices.html&anno=2> Acesso em: 22 out. de 2010.

CIDSE-ALAI. *América Latina. Riqueza Privada, Pobreza Publica*. Disponível em: <[http://issuu.com/hansmejiaguerrero/docs/al\\_riqueza\\_privada\\_pobreza\\_publica](http://issuu.com/hansmejiaguerrero/docs/al_riqueza_privada_pobreza_publica)>. Acessado em: 5 de Jun. 2014.

FUNDAÇÃO LUSO. *A importância da água no corpo humano*. s.d. Disponível em: [http://www.fundacaoluso.pt/assets/img/artigos/PDF5\\_A\\_importancia\\_da\\_agua\\_no\\_corpo\\_humano.pdf](http://www.fundacaoluso.pt/assets/img/artigos/PDF5_A_importancia_da_agua_no_corpo_humano.pdf) Acesso em: 13 Ago. 2010.

GILL, Stephen. *Gramsci: Materialismo histórico e Relações Internacionais*. Organizador: GILL, Stephen; trad. AZEVEDO, Dinah – Rio de Janeiro: UFRJ, pensamento crítico; v. 7, 2007.

GUIMARÃES, Paulo; FAVER, Viviane. *Água: O surgimento da commodity suprema*. Disponível em: <http://www.agsolve.com.br/noticia.php?cod=2786> Acesso em: 6 Nov. 2010.

HABERMAS, Jurgen. *Inclusão Do Outro, A*. São Paulo: Loyola Humanística, 2002.

AFP, R7. *ISRAEL ameaça suspender fornecimento de água a palestinos Governo reclama que moradores da Cisjordânia despejam esgoto não tratado em rios*. Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/israel-ameaca-suspender-fornecimento-de-agua-a-palestinos-20100407.html> Acesso em: 15 Set. 2010.

IBGE. *Dia mundial da água*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/agua/home.html> Acesso em: 13 Ago. 2010.

KINGSNORTH, Paul. *Um Não, Muitos Sins - Uma Viagem Aos Centros Da Antiglobalização*, Brasília: Record, 2006.

LAIMÉ, Marc. *Sujeira na água das cidades*. Le Mond Diplomatique Brasil, 2005. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=1268&tipo=acervo> Acesso em: 6 Nov. 2010



LEWIS, Tom; OLIVEIRA, Oscar; *COCHABAMBA! Water war in Bolívia*. Rio de Janeiro: 5ª Edição, Ed. UFRJ, 2004

NETO, Ernesto Roessing. *Responsabilidade internacional dos Estados por dano ambiental: o Brasil e a devastação amazônica*. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/8915> Acesso em: 19 Ago. 2010.

OAB – Espírito Santo. *A OMC e o Mercado Internacional de Água*. Disponível em: [http://www.oabes.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=17](http://www.oabes.org.br/detalhe_artigo.asp?id=17) Acesso em: 19 de Ago. 2010

ONU. *Acesso à água potável é questão de direitos humanos*. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/177824.html> Acesso em: 13 Ago. 2010.

ONU. *Agenda 21*. Disponível em: [http://www.un.org/esa/dsd/agenda21\\_spanish/res\\_agenda21\\_18.shtml](http://www.un.org/esa/dsd/agenda21_spanish/res_agenda21_18.shtml) Acesso em: 19 Ago. 2010.

ONU. *Escasez de água*. Disponível em: [http://www.un.org/spanish/waterforlifedecade/issues\\_scarcity.html](http://www.un.org/spanish/waterforlifedecade/issues_scarcity.html) Acesso em: 13 Ago. 2010.

ONU. *Demanda por água na América Latina cresceu 76% em 15 anos*. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/182372.html> Acesso em: 20 Ago. 2010.

PNUD, 2006. *ESCASEZ DE AGUA*. Disponível em: [http://www.un.org/spanish/waterforlifedecade/issues\\_scarcity.html](http://www.un.org/spanish/waterforlifedecade/issues_scarcity.html) Acesso em: 13 Ago. 2010.

POLÍTICA Nacional de Recursos Hídricos. Legislação Básica, da Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, Brasília: 2009.

POUPEAU, Franck. *E a água foi privatizada...*, Le Mond Diplomatique Brasil, 2002. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=500&tipo=acervo> Acesso em: 6 Nov. 2010.

REY, Alan. *Os nomes da água*. Le Mond Diplomatique Brasil, 2005. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=1244&tipo=acervo> Acesso em: 6 Nov. 2010.

RIBEIRO, Nelson Figueira. *A Questão Geopolítica da Amazônia: da Soberania Difusa a Soberania Restrita*. Belém: UFPA, 2006.

RUTGERD, Boelens. *Water rights and empowerment*. Rio de Janeiro: Van Gorcum Pulb, 2002.

SHULTZ, Jim. *A Guerra pela Água na Bolívia*. Disponível em: [http://www.article.19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/waterwar\\_Por.pdf/](http://www.article.19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/waterwar_Por.pdf/). Acesso em 8 Nov. 2010.



## AMÉRICA LATINA: (DES)COLONIALIDADE E REINVENÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

190

LAGE, Allene Carvalho.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea- UFPE/CAA  
allene Lage@yahoo.com*

FARIAS, Maisa dos Santos.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA  
faramaia@gmail.com*

### RESUMO

O presente artigo faz parte da pesquisa sobre a (des)colonialidade da Educação do Campo em Pernambuco no contexto da América Latina, com um olhar sobre as (des)igualdades históricas entre o rural e o urbano, financiada pela FACEPE. Um dos objetivos do nosso estudo é a análise quali-quantitativa dos resultados da educação no período de 2000 a 2010 no estado de Pernambuco, no contexto da América Latina. Nesse artigo fazemos uma reflexão sobre a invenção da América Latina, a partir do pensamento crítico latino-americano, especialmente o dos Estudos Pós-coloniais, desenvolvido pelo grupo Modernidade/Colonialidade, apontando para a questão da educação do campo, enquanto alternativa política para romper com a formação colonial dos povos do campo. As nossas conclusões apontam para as possibilidades emancipadoras da educação do campo, enquanto educação decolonial.

**Palavras-chave:** América Latina. Colonialidade. Educação Decolonial.

### ABSTRACT

This article is part of the research on the (de) coloniality of Rural Education in Pernambuco in the context of Latin America, with a look at the historical inequalities between rural and urban, funded FACEPE. One goal of our study is the qualitative and quantitative analysis of the results of education in the period 2000-2010 in the state of Pernambuco, in the context of Latin America. This article provides a reflection on the invention of Latin America, from the Latin American critical thought, especially of Postcolonial Studies, developed by Modernity / Coloniality group, pointing to the issue of rural education as an alternative policy to break with the formation of the colonial peoples of the field. Our findings point to the emancipatory possibilities of field education, while decolonial education.

**Key-words:** Latin American. Coloniality. Decolonial education.



A região denominada América Latina, engloba mais de 700 milhões de habitantes envolvendo 33 países que estão distribuídos em sua localização na América do Sul, Central e Caribe, sendo o México o único país da América do Norte. Tendo como superfície total 21.000 quilômetros quadrados onde estão presentes como idiomas principais o português, o espanhol, o inglês e diversas línguas indígenas.<sup>1</sup>

O Conceito de América Latina se revela com limites e ambiguidades, pois não é totalmente um conceito somente geográfico, nem um conceito cultural ou econômico, é antes de tudo um conceito político. O termo foi evoluindo desde a sua criação, passando a designar um conjunto de características culturais, étnicas, políticas, sociais e econômicas<sup>2</sup>. Isso nos leva a buscar compreender como surgiu esse conceito e porque, para situarmos melhor o nosso objeto de estudo tendo em vista que o mesmo tem como contexto a América Latina.

O nascimento de um conceito está revestido de circunstâncias históricas e de condições sociais e políticas permeadas de interesses e percepções de mundo, um conceito pode também ser percebido como algo dinâmico, pois vai no transcorrer da história incorporando sentidos e significados. Esse entendimento nos faz refletir sobre a importância de conhecermos o processo que constituiu o que hoje reconhecemos como América Latina. Este continente surge no contexto da modernidade no âmbito da cultura ocidental, assim, buscamos um melhor entendimento do que representou o aparecimento desse novo continente e o processo que culmina na ideia de América Latina.

Ao imergirmos na história do surgimento da América inserida no conjunto da história geral, nos deparamos com uma historiografia que apresenta como explicação ao acontecimento, uma perceptível predominância da visão colonialista. Isto nos impõe a necessidade de uma visão mais crítica sobre esse fato histórico, vislumbrando que ideologias estão ocultadas pela perspectiva do dominador. Nesse sentido examinamos no intuito de compreendermos as consequências dessa relação colonizador/colonizado para América na contemporaneidade, e seus desdobramentos para a América Latina.

Segundo Mignolo (2007), a América até o século XVI, não figurava em nenhum mapa, muito menos as populações que habitavam esse território existiam para os espanhóis e portugueses,

<sup>1</sup>SOUZA, Ailton. A América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais a UNIFSP. Macapá, n.4, p.29-39, dez. 2011.

<sup>2</sup> Temos como exemplo o que ocorreu ao final da segunda guerra, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina, onde o uso da expressão para esse órgão se consolidou como sinônimo dos países menos desenvolvidos dos continentes americanos.





mas “*El territorio existía y los pobladores también, por supuesto, pero ellos daban su propio nombre al lugar donde vivían*” (Mignolo, 2007, p. 28). Esse território era denominado pelas populações que aqui existiam de Tawantinsuyu referente a região Andina, Anáhuac que é o atual México e Abya-Yala onde hoje é o Panamá.

A partir da relação de conquista que foi desencadeada pelos europeus e com o entendimento de que encontraram novas terras, o termo descobrimento passou a ser comumente usado, sendo essa ideia disseminada pela história oficial, chegando até nossos dias. Essa noção de descobrimento levou o autor mexicano O’Gorman (2003), a partir de uma pesquisa minuciosa nas várias teses que explicariam esse fato histórico, a averiguar a origem da representação do descobrimento, utilizando para tanto documentos escritos por vários historiadores e pensadores ao longo de cinco séculos. O resultado de sua pesquisa encontra-se compilada em seu livro “*La Invención de América*” que tem como 1ª edição o ano de 1958. Sua análise tem como foco as viagens de Cristovan Colombo e os objetivos de tal empreitada, relacionando-as aos acontecimentos históricos com um olhar filosófico do homem e seu tempo. O’Gorman deixa claro na sua pesquisa que não buscou saber se foi ou não Colombo que descobriu a América, pois isso significaria a aceitação do fato que a América teria sido descoberta, e esclarece que:

*No, nuestro problema es lógicamente anterior y más radical y profundo: consiste en poner en duda si los hechos que hasta ahora se han entendido como el descubrimiento de América deben o no deben seguir entendiéndose así* (O’GORMAN, 2003, p. 16).

A farta documentação examinada por O’Gorman o permitiu ter uma visão mais complexa do acontecimento que admite o aparecimento da América na história, o resultado de sua pesquisa o levou a construção de um novo conceito, que o autor julga mais adequado a realidade dos fatos, a de uma América inventada e não descoberta. Pois o conceito de descobrimento, “*se trata de una interpretación que no logra dar cuenta adecuada de la realidad que interpreta, puesto que ella misma se reduce al absurdo cuando alcanza la situación límite de sus posibilidades lógicas*” (O’GORMAN, 2003, p. 52).

Com isso, O’Gorman destaca que a partir da constatação dessa conclusão, coloca-se “*en crisis de sus fundamentos a la totalidad de la historiografía americana, según se ha venido concibiendo y elaborando hasta ahora*” (O’GORMAN, 2003, p. 53). Nessa perspectiva as terras



das quais achou<sup>3</sup> Colombo, não é resultado de uma repentina manifestação de um descobrimento, *“el resultado de un complejo proceso ideológico que acabo, a través de una serie de tentativas e hipótesis, por concederles un sentido peculiar y propio, el sentido, en efecto, de ser la ‘cuarta parte’ del mundo”* (O’GORMAN, 2003, p.136). Essas constatações reveladas pelos estudos de O’Gorman se tornam fundamentais para compreensão do que o autor nomeia *“el ser de América”* possibilitando o acesso ao alcance da sua história e seu destino.

Admitir uma quarta parte do mundo que vai além da Europa, Ásia e África, representou, nas palavras de O’Gorman *“no de una ampliación que agotó sus posibilidades, sino de un primer paso del proceso de apoderamiento del universo por parte del hombre”*. Nessa perspectiva, O’Gorman pontua que há uma ruptura com a visão do mundo antigo, onde o universo era feito e destinado, pela bondade de Deus, ao homem. O mundo passa a ser para o homem algo que o pertence através da conquista e criação. E continua suas considerações destacando que, quando mais tarde aparecem novas terras antes não conhecidas, o processo de inclusão dessas novas terras no mundo se torna automático.

*[...] sin necesidad de repetir el complicado y penoso proceso que fue menester en caso de América, y sin que a nadie se hubiere ocurrido de hablar de nuevos y desconcertantes “descubrimientos” como el que se supone realizó Colón* (O’GORMAN, 2003, p. 141).

A América se torna a quarta parte do mundo, fundamentada na unidade de sua estrutura interna, compleição física, mas como salienta O’Gorman, faltava determinar *“el ser moral o histórico que debería corresponderle como “cuarta parte” del orbe”* (O’GORMAN, 2003, p. 149). Ao passo que os europeus investigavam a forma de existência dos habitantes dessas novas terras, por mais diversas e estranhas que pareciam a sua cultura, não poderiam enquadrá-los fora da condição de pertencentes ao gênero humano e como tal, *“descendían de Adán y podían beneficiar del sacrificio de Cristo”* (O’GORMAN, 2003, p.150). Esses habitantes agora reconhecidos como integrantes da história universal, herdariam sem dúvida a cultura cristã, cultura esta que colocava a Europa, desde a visão cristã tripartida do mundo, em uma posição de verdadeira civilização, representante única, capaz de decidir sobre a forma de ser das outras civilizações.

*El ser concedido a las nuevas tierras, el de la posibilidad de llegar a ser otra Europa, encontro su fórmula educuada en la designación de “Nuevo Mundo”*

<sup>3</sup> Utilizamos aqui o termo “achou” para nos distanciarmos da ideia de descobrimento.



*que, desde entonces, se emplea como sinônimo de América* (O’GORMAN, 2003, p.151).

Nessa direção Mignolo (2007), nos diz que a concepção de descobrimento e a de invenção é, não apenas duas interpretações distintas do mesmo acontecimento, “*son parte de dos paradigmas distintos*” (2007, p.29) e destaca que: “*La Idea de América, entonces, es una invención europea moderna limitada a la visión que los europeos tenían del mundo y de su propia historia*” (MIGNOLO, 2007, p. 33).

Essa visão eurocentrada representa, em suas palavras, a perspectiva imperialista de uma “*Europa triunfal y victoriosa, algo que se conoce como <<modernidade>>*” (MIGNOLO, 2007, p.51). Assim, toda a história, experiências e cultura dos colonizados, foi subtraída, ou melhor dizendo, encoberta pelo “descobrimento”, em nome de uma cultura “superior”, a do colonizador. De acordo com Santos (2010) é preciso ficar atento em relação à reciprocidade do ato da descoberta, pois quem descobre também é descoberto, e questiona:

Por que é tão fácil, em concreto, saber quem é descobridor e quem é o descoberto? Porque sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é descobridor quem tem mais poder e mais saber e, com isso, a capacidade para declarar o outro como descoberto (SANTOS, 2010, p.181).

Esse processo desencadeou uma herança para a América que se configura em consequências de dimensões não apenas concretas, mas simbólicas e subjetivas, é nesse sentido que Quijano (2005) insere a discussão sobre a colonialidade inaugurada com a constituição da “América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 227).

Quijano (2005) narra que dentro dessa nova “matriz” de poder dois fatores se tornaram fundamentais para sua consolidação, a ideia de raça, e a nova forma de controle do trabalho. Esses dois elementos se tornaram essenciais para a consolidação do poder que se configurou com o termo capitalismo mundial.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferentes entre esses grupos. A formação de relação sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras (QUIJANO, 2005, p.227).



A noção de raça legitimou a forma de dominação empregada pelos conquistadores, essa classificação racial se torna posteriormente “no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p. 228).

A forma como se estruturou o processo de colonização na América, iniciada com a classificação racial, inaugurou também novas formas de controle e exploração do trabalho, pois não existia evidências históricas anteriores com tal forma de organização, obedecendo a uma lógica totalmente nova, onde se articulava em torno do capital e do salário, a produção-apropriação-distribuição de produtos numa perspectiva mundial, tendo como centro de controle desse sistema a Europa (QUIJANO, 2005).

Assim, esses dois fatores se complementaram impulsionando o novo circuito comercial que surge com a conquista dessas novas terras e dessa nova configuração de poder, onde “as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle de trabalho” (QUIJANO, 2005, p. 228). Outro teórico que corrobora com a ideia desse “descobrimento” como processo de dominação desencadeada pela civilização europeia, é Caio Prado Júnior, quando discute a formação do Brasil contemporâneo, ao afirmar que:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 11).

De acordo com Caio Prado Júnior, esse é o sentido de ser da colonização, uma vasta empresa comercial. E ao citar como exemplo o Brasil, afirma que o “sentido” da evolução brasileira “ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p.21).

Esse sentido de ser das novas terras desencadeou no decurso da história o silenciamento das civilizações conquistadas, onde as populações que ali habitavam foram envoltas em um processo de colonialidade, que é referente à estrutura lógica de domínio deflagrada com o colonialismo das nações europeias a partir do século XV. Assim, Mignolo (2007) destaca que:



*La, <<colonialidade>>, entonces, consiste em develar la lógica encubierta que impone el control, la dominación y la explotación, una lógica oculta trás el discurso de la salvación, el progreso, la modernización y el bien común (MIGNOLO, 2007, p.32).*

Essa colonialidade se perpetua na história desse novo continente, se revelando mais contemporaneamente no mesmo sentido que nasce o conceito de América Latina, onde o surgimento desse termo está conectado às realidades históricas concretas e circunstanciadas, que não fugiram da raiz de dominação imposta pelo processo do colonialismo.

*La <<Idea>> de América Latina es la triste celebración por parte de las elites criollas de su inclusión en la modernidade, cuando en realidad se hundieron cada vez más en lógica de la colonialidade. La Idea de <<América Latina>> que se forjo en la segunda mitad del siglo XIX dependió de outra Idea, la de <<latinidad>> (<<latinity>>, <<latinité>>), surgida en Francia. El término <<latinidad>> englobaba la ideologia en la que se cifraba la identidad de las antiguas colonias españolas y portuguesas en el nuevo orden del mundo moderno/colonial, tanto para los europeos como para los americanos. Cuando surgió, la idea de <<latinidade>> cumplía una función específica dentro de los conflictos imperiales entre las potencias europeas y en nuevo trazado de la diferencia colonial (MIGNOLO, 2007, p.81-82).*

De acordo com Mignolo (2007), esse conceito de latinidade nasce na Europa, mais precisamente na França na segunda metade do século XIX, e tinha como intenção política, excluir os países de origem anglo-saxônica. Nessa direção Porto-Gonçalves (2012) destaca que a discussão sobre o surgimento da América e posteriormente da América Latina desenvolvidas por Mignolo e Quijano, revelam uma combinação de fatores que denunciam a forma desrespeitosa que abarca a formulação do conceito de América Latina.

A divisão da América em Latina, ao sul, e Anglo-saxã, ao norte, como se vê, encontra-se relacionada, em grande medida, as contradições dos desenhos imperiais traçados pelas potências europeias sobre as colônias em processo de independência e às resistências que no interior dessas relações sociais e de poder que foram engendradas a partir da América que se autodenominaria Latina”. Na perspectiva francesa, o conceito América Latina abriu como horizonte de expectativa a legitimação do projeto imperial de Napoleão III. Pelo lado dos Estados Unidos, houve uma apropriação no sentido de desqualificação e inferiorização do latino (Espanha) e do latino-americano como maneira de justificar seu expansionismo (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.10-11).



Mais uma vez o sentido de ser, como ocorreu com o da América, se configura agora no da América Latina, onde a disputa do controle da região por parte das nações imperialistas é o pano de fundo de um discurso pela unidade da região. Essa foi a estratégia utilizada pela França, que tinha como intenção frear a expansão dos Estados Unidos, para tanto, se serviu das elites crioulas e mestiças da região e do conceito de latinidade, que representava segundo os franceses, a afirmação de uma identidade pós-colonial, se efetivando assim a estratégica inserção na região. (Mignolo, 2007). Portanto, manifesta-se Mignolo, que: “*La matriz colonial de poder cambió de manos pero siguió en pie*” (MIGNOLO, 2007, p. 92).

Nesse caso, não podemos falar da construção da ideia de América Latina deslocando-a do seu passado, reproduzir a história apenas como fatos justapostos, acontecimentos desconectados, é preciso refletir que somos frutos de uma construção que não é nossa.

É com o intuito de mudança dessa realidade que muitos dos movimentos sociais presentes na América Latina têm sua origem na luta pela ruptura do silenciamento histórico que nos foi imposto. É o que, para o autor Celso Furtado pode se configurar nas surpresas que a história nos reserva, ao citar no Brasil o caso do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>4</sup>, onde para o autor:

A única força social nova com grande capacidade de mobilização, entre nós, é o Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra, cujos objetivos são elementares: questionamento da velha divisão patrimonial das terras que atrasou o Brasil secularmente, investimento em pequenas propriedades, no sentido de promover a formação nas áreas rurais de uma sociedade civil mais estruturada (FURTADO, 1998, p. 78-79).

Essas reivindicações, independentemente das suas caracterizações, sejam políticas, sociais, econômicas, culturais, nos remete a perspectiva de ruptura com o enraizamento da colonialidade, onde as experiências vivenciadas por essas populações foram e são imbuídas pela experiência moderno-colonial apresentada por Mignolo (2007).

Em vista disso é que Quijano (2000), assenta que a luta pela desconstrução da colonialidade, passa por um processo de construções coletivas em várias frentes, pois para este autor, “*Eso significa la devolución a las gentes mismas, de modo directo e inmediato, el controle de*

<sup>4</sup> “Desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna”. Excerto do *site* do MST no que se refere aos objetivos do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>.





*las instancias básicas de su existencial social: trabajo, sexo, subjetividade, autoridad*” (QUIJANO, 2000, p.380).

Essas reflexões apresentadas até aqui, reporta-nos ao mencionado no início deste texto, quando destacamos que o termo América Latina se revela com limites e ambiguidades, isso nos permite perceber que tal característica se deve ao fato da consolidação desse termo se dar sobre influências políticas e econômicas das nações imperialistas.

Nesse sentido podemos refletir sobre o que nos fala Mignolo (2007) quando se refere à estrutura lógica de domínio desencadeada pela colonização que deixa um legado negativo para os países colonizados, que não finda após os processos de independência. Essa dominação pode ser percebida na relação de dependência desses países com as nações imperialistas. É nessa direção que o teórico Celso Furtado (1998), nos fala sobre a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, enfatizando a necessidade de “aprofundar a percepção de subdesenvolvimento como um processo histórico específico” (FURTADO, 1998, p. 20). De acordo com o autor nessa nova fase do capitalismo global:

As economias latino-americanas estarão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais (FURTADO, 1998, p. 32).

Ainda segundo Furtado, essa nova fase, a qual se pode nominar de globalização, não conduzirá a adoção de políticas uniformes, como propaga o Fundo Monetário Internacional, pois as desigualdades entre as economias não são resultado apenas de fatores econômicos, estão aliados nesse processo, questões como as diversidades nas matrizes culturais e as especificidades históricas de cada nação. Assim, dentre os desafios colocados por essa nova fase do capitalismo global, destaca a importância do reconhecimento da nossa história como possibilidade de abertura a caminhos que nos façam assumir a nossa identidade.

A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos (FURTADO, 1998, p. 67).

É a partir desse panorama, de algo que é criado por interesses particulares de um grupo(s) ou de uma nação(es), dos quais não correspondem aos anseios e necessidades de sujeitos ou nações outras, que Porto-Gonçalves (2012) salienta a maneira como foi utilizado o conceito de América



latina, não desconectado da colonialidade do poder. Pois marca uma continuidade com o modelo de civilização europeu, como também reproduz a exclusão dos povos colonizados e suas culturas, assim, o conceito de latinidade é parte integrante desse processo de reorganização da colonialidade do poder.

Esse processo de colonialidade vivenciado pelas populações da América Latina pode ser vislumbrado a partir dos muitos problemas da região nos dias atuais. Mesmo autores que não discutem a questão da América Latina a partir do conceito de colonialidade, como é o caso do historiado chileno José del Pozo, reconhece a problemática da região como um processo desencadeado a partir da prática da colonização, como expõe na seguinte explanação:

A principal explicação dos problemas da América Latina reside, a meu ver, nas particularidades sociais e culturais da região. O conjunto da região sofreu, desde 1492, por ter sido uma “sociedade de conquista”, na qual uma minoria branca estabeleceu seu domínio sobre os indígenas, negros e todas as pessoas de cor. Este processo teve graves consequências que mudaram apenas em parte depois da independência. Uma delas tem sido a de dar origem a uma sociedade dividida não só em classes, como também por critérios (ou preconceitos) étnicos (POZO, 2009, p.10-11).

Ainda segundo Pozo (2009), essa problemática se soma outra grande questão na América Latina, que é o controle da terra por uns poucos em detrimento da grande maioria, gerando um afastamento cada vez maior entre a elite e as massas. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários está ligada dentre suas origens, a grande produção açucareira, ficando mais evidente quando da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no atendimento dos interesses da indústria açucareira<sup>5</sup>.

É nessa totalidade de questões que permeia a América Latina que nosso estudo se situa, ao analisar as históricas desigualdades educacionais entre o rural e o urbano, destacando a ação coletiva dos sujeitos do campo e sua luta pela reforma agrária. Reconhecendo essa luta na resistência que se faz presente na história das populações da América Latina, no combate à subalternização que nasce com a prática da colonização e se perpetua, como pontua Quijano (2005) em sua obra, no processo de colonialidade vivenciado pelas populações da América Latina.

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver: MAIA, Nayala de S. Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco 1874 - 1904**. 2ª ed. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.



Dentro desse contexto, a ideia de Educação do Campo que vem sendo construída pelos movimentos sociais<sup>6</sup> a partir da década de 1990, decorrente de formas de enfrentamento à educação colonizada, traz uma característica importante, que é a mudança a partir da prática social coletiva, onde busca uma educação que rompe com o modelo de educação rural, reconhecendo a luta pela terra como parte intrínseca do processo educativo, no qual inclui outras vivências, onde seja possível experimentar relações sociais fora da lógica do capitalista. Nesse sentido Lage (2013) nos diz que:

Lutar por um novo projeto político pressupõe, antes de tudo, lutar pela formação de novos sujeitos políticos capazes de refletir sobre as lutas, questionar os processos geradores de desigualdades e exclusões sociais e inseri-los dentro de um movimento maior de transformação da sociedade (LAGE, 2013, p. 35).

Os movimentos sociais ao levantarem o debate da Educação do Campo, fazem além da questão do conhecimento sistematizado, buscam a significação mais ampla da educação, o seu sentido social, onde a responsabilidade de tal empreitada é compartilhada de forma coletiva. As práticas educativas por eles vivenciadas/experimentadas tem como intenção a alteração da lógica que reproduz o panorama hegemônico e caminha no sentido de politizar a educação, de maneira que seus sujeitos possam reconhecer que as suas subalternidades são construções históricas, decorrente de processos de colonização, até hoje presentes num sentimento de colonialidade (QUIJANO, 2000), que persiste em classificar sociedades, comportamentos sociais, e sujeitos sociais e individuais.

Assim, é fundamental a compreensão e o fortalecimento da Educação do Campo, inserido nesse processo crítico de análise das práticas de colonização da América Latina e a sua herança no contexto atual, onde essa educação possa fazer avançar a ação dos sujeitos coletivos do e no campo no enfrentamento dos desafios políticos da região e na descolonização dos processos sociais, econômicos que continuam reproduzir as desigualdades sociais no Brasil e na América Latina.

## REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>6</sup> Nos últimos anos institucionalizada e apropriada pelas diversas esferas do governo brasileiro, retirando dos movimentos sociais do campo a condução do processo..



LAGE, Allene. *Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MAIA, Nayala de S. Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco 1874-1904*. 2ª ed. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MIGNOLO, Walter. *La Idea de América Latina: La herida colonial y La opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir*. - 3ª ed. – México: FCE, 2003. ISBN: 968-16-6893-6

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araujo. *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina*. *Polis* [online]. 2012, vol.11, n.31, ISSN 0718-6568. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v11n31/art17.pdf>.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe: Dos processos de independência aos dias atuais*. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina*. p. 227-280. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html> Acesso em: 17 janeiro de 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad Del Poder Y Clasificacion Social**. *Journal of Word-Systems Research*, VI, 2, p. 342-386, Summer/Fall, Especial Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I, 2000. ISSN 1076-156X. Disponível em: <http://www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/05/jwsr-v6n2.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Ailton. **A América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais a UNIFSP. Macapá, n.4, p.29-39, dez. 2011.



## **A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO AMBIENTALISMO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA**

ALMEIDA, Mariana Eunice Alves de  
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC)*  
mariana.eaa@gmail.com

202

SERRA, Neusa  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC)*  
neusa88@gmail.com

### **RESUMO**

A luta pela defesa da Mata Atlântica – um dos biomas com maior biodiversidade e também um dos mais ameaçados do mundo – configura-se como um dos eixos principais de atuação do movimento ambientalista brasileiro. No universo de organizações que atuam nesta causa, destaque é dado à Fundação SOS Mata Atlântica, que tem na mobilização social uma de suas formas de atuação mais eficientes. O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da comunicação para a mobilização social da Fundação SOS Mata Atlântica por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva do recente uso das redes sociais digitais como uma de suas estratégias.

**Palavras-chave:** Movimento Ambientalista. Mobilização Social. Fundação SOS Mata Atlântica.

### **ABSTRACT**

The struggle for the defense of Mata Atlântica – one of the biomes with greatest biodiversity and also one of the most threatened of the world – forms one of the main acting points of Brazilian's environmentalist movement. In the universe of organizations that act in this cause, a prominence is given to Fundação SOS Mata Atlântica, which has in social mobilization one of its most efficient forms of acting. This article aims to demonstrate the importance of communication to social mobilization of Fundação SOS Mata Atlântica by an exploratory and descriptive research of the recent use of social networks as a one of its strategies.

**Key words:** Environmental Movement. Social Mobilization. Fundação SOS Mata Atlântica.

### **Introdução**

O movimento ambientalista foi conquistando, ao longo de sua existência, uma grande aceitação no mundo inteiro, e suas demandas, pouco a pouco, foram e estão sendo incorporadas nas decisões políticas. A conquista dessa legitimação decorre, em grande medida, de seu caráter



plural e inclusivo, no sentido de tratar de questões fundamentais a todos, independente de credo religioso, classe social, raça, idade, nacionalidade ou opção sexual.

O ambientalismo tal qual o conhecemos hoje, formado por organizações dos mais diversos tipos e com os mais diversos objetivos, nascidas em sua maioria de movimentos reivindicatórios, teve seu impulso após a Segunda Guerra Mundial, conforme argumentam Bernardes e Ferreira (2012, p. 27):

Um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos, promovendo significantes transformações no comportamento da sociedade e na organização política e econômica, foi a chamada “revolução ambiental”. Com raízes no final do século XIX, a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão do mundo. Pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência.

Desde seu surgimento o movimento ambientalista tem envolvido vários atores – organizações governamentais, organizações da sociedade civil, comunidade científica, setor empresarial e organismos multilaterais – os quais, mesmo mantendo agendas próprias, comungam de objetivos comuns, que podem ser sintetizados em mudanças na relação homem-natureza.

Esses objetivos comuns assumem, entretanto, diferentes interpretações e são perseguidos por meio de estratégias distintas. Leis (2004) apresenta uma categorização do movimento ambientalista que leva em conta diferentes perspectivas: como um grupo de interesse, como um novo movimento social, ou como um movimento histórico.

Como grupo de interesse, perspectiva utilizada sobretudo nos Estados Unidos, o ambientalismo se constitui como *lobby*, com o objetivo de “exercer suas demandas no interior do sistema político” (LEIS, 2004, p. 35). Esse tipo de movimento congrega organizações de diferentes abordagens e campos de atuação, que têm como ponto em comum a defesa das causas voltadas à preservação do meio ambiente de acordo com o que pode ser alcançado nos sistemas econômico e institucional vigentes. As organizações que atuam dentro de grupos de interesse formam *lobbies* com força política, e contam com doações de pessoas físicas e grandes empresas (CASTELLS, 2006).

O movimento como grupo de interesse é capaz de colocar seus objetivos na pauta das decisões políticas e articular coalizões em defesa da causa ambientalista.

Como um novo movimento social o ambientalismo é “percebido como um ator crítico e alternativo em relação à ordem capitalista existente, tendo em suas ações uma orientação fortemente ética e normativa [...]” (LEIS, 2004, p. 35-36). Nesta perspectiva situam-se os





setores mais radicais, identificados como ecologistas, e seu desenvolvimento político está associado à emergência dos partidos verdes.

Na perspectiva do ambientalismo como um novo movimento social é importante compreender o que caracteriza tais movimentos, em especial os considerados novos. De acordo com Gohn (2003, p. 13) não há um conceito único que os defina, mas destaca que são:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

204

Já para Turner e Killian (1957, p. 308 apud GOHN, 2000, p. 43) um movimento social é visto como “a ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistir a ela na sociedade ou no grupo do qual faz parte”. De acordo com esses autores, todos os movimentos sociais podem ser institucionalizados. A institucionalização ocorre quando o movimento alcança estabilidade interna, ganha reconhecimento da sociedade ao mesmo tempo em que passa a ter algumas funções dentro dela, e estabelece áreas de competência.

Os novos movimentos sociais se diferenciam dos tradicionais, como o dos trabalhadores, por exemplo. De acordo com Alonso (2009), os novos movimentos sociais não se organizam em oposição ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo, mas antes recorrem a formas de ação direta, configurando-se como agentes de pressão, “voltados para persuadir a sociedade civil” (p. 60).

Ainda de acordo com Alonso (2009), esses movimentos, em vez de “demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas no dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil” (p. 60).

Os novos movimentos sociais recorrem à ação direta e pacífica, possuem organização não hierárquica, descentralizada e desburocratizada. Dirigem-se prioritariamente à sociedade civil, e não ao Estado, visando a mudanças culturais no longo prazo (ALONSO, 2009). Seus fundamentos assentam-se sobre a urgência da transformação do comportamento do homem em



relação à natureza, o que implica mudanças profundas de valores. Embora se compreenda que tais objetivos são de longo prazo, o processo deve ter início imediato.

O ambientalismo como movimento histórico entende que a sociedade atual é insustentável, dados o modelo de desenvolvimento econômico predominante, as instituições e valores correntes e o crescimento econômico ilimitado. O ambientalismo sob essa perspectiva propõe mudanças em várias dimensões da vida social. Ao valorizar a multiplicidade de expressões e interações do movimento ambientalista, esta perspectiva enfatiza tanto a importância dos setores moderados quanto a dos radicais, dos setores técnicos e dos políticos, dos não governamentais e dos governamentais, dos cientistas e dos empresários (LEIS, 2004).

Tem-se, portanto, nesta abordagem, uma espécie de equilíbrio entre as duas anteriores. Sob esta perspectiva o ambientalismo tanto busca a defesa de seus interesses por meio de negociações e pressão política, atuando como lobby, meios típicos da perspectiva de grupo de interesse, quanto se utiliza de meios típicos do ambientalismo como movimento social. Entendido como um movimento histórico, o ambientalismo almeja mudanças profundas nos valores e comportamentos da sociedade, buscando construir uma relação harmoniosa entre homens e natureza.

De acordo com Sirks<sup>1</sup>, o movimento ambientalista tem como característica de atuação não apenas o protesto e a denúncia de atividades agressoras ao meio ambiente, mas se envolve também na elaboração de leis, na implementação de projetos, soluções e geração de tecnologias alternativas.

O ambientalismo, que teve suas raízes nas campanhas de proteção dos animais e na criação de parques e reservas naturais e tem levado governos e empresas a incorporarem questões ambientais em suas agendas, contou sempre com a atuação de diversos atores. Apresenta, portanto, no início do século XXI, um caráter multissetorial, com estrutura complexa e grande capacidade de ação e comunicação, “características que o habilitam para constituir um eixo civilizatório baseado em maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos” (LEIS, 1993 apud LEIS; D’AMATO, 1994).

As organizações que compõem o cenário do movimento ambientalista buscam cumprir suas missões por meio de diferentes formas, relacionando-se com diferentes atores. Desde a prática de lobby, ações por meio de partidos verdes, desenvolvimento de pesquisas, pressão

<sup>1</sup> In: Apêndice à edição brasileira de McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1992. 224 p.



direta sobre os governantes, até a mobilização da sociedade em geral, prática esta última que compõe o objeto de estudo deste artigo. Para que haja uma mobilização social efetiva, a comunicação torna-se uma ferramenta estratégica fundamental.

Entre as ações do movimento ambientalista brasileiro destaca-se a defesa da Mata Atlântica, sendo a organização Fundação SOS Mata Atlântica o objeto de nosso estudo, focado na comunicação para a mobilização social.

### **O movimento ambientalista em defesa da Mata Atlântica: o protagonismo da Fundação SOS Mata Atlântica**

Uma das ações do ambientalismo que mais se destaca no Brasil é o movimento pela proteção da Mata Atlântica. Esse bioma e a Amazônia constituem as florestas tropicais mais importantes da América do Sul. Nela vivem hoje cerca de 120 milhões de habitantes, em milhares de cidades; é onde se concentra grande parte dos pólos industriais, químicos, petroleiros, portuários e turísticos do Brasil (LINO, 2003).<sup>2</sup>

Na época do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a Mata Atlântica estendia-se por toda a costa do oceano Atlântico que banha o litoral brasileiro, avançando na região sudeste, pelo interior, e chegando às fronteiras com o Paraguai e a Argentina. Com a colonização, a Mata Atlântica foi o ecossistema brasileiro que mais sofreu, tendo sido explorada de forma predatória durante os ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do início da mineração do ouro e do café. Com a concentração da população e das atividades econômicas em regiões próximas ao litoral, essa pressão se manteve mesmo com a industrialização.

Atualmente reduzida a menos de 8% de sua área original, a Mata Atlântica é o segundo bioma mais ameaçado de extinção do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da ilha de Madagascar na costa da África. Mesmo reduzida e muito fragmentada, ela ainda é a floresta mais rica do mundo em diversidade de árvores, abrigando mais de 20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil são endêmicas, ou seja, não existem em nenhum outro lugar do planeta. (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006).

Lino (2002)<sup>3</sup> argumenta que a luta pela conservação da Mata Atlântica tornou-se o maior movimento ambientalista no Brasil a partir da década de 1980 graças à criação de uma Rede Nacional - a Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA - e à ação de universidades e de

<sup>2</sup> In: *INSTITUTO AMIGOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA*. Disponível em: <[http://www.rbma.org.br/anuario/mata\\_01\\_sintese.asp](http://www.rbma.org.br/anuario/mata_01_sintese.asp)>. Acesso em 16 fev 2014.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.rbma.org.br/>>. Acesso em 13 abr 2014.



dezenas de órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal, entre outras entidades.

Criada em 1986, a Fundação SOS Mata Atlântica trabalha com a promoção da conservação da diversidade biológica e cultural do bioma. Dentre as atividades da organização estão: o desenvolvimento de projetos de conservação ambiental, a produção de dados, o mapeamento e monitoramento da cobertura florestal, campanhas, ações na área de políticas públicas, programas de educação ambiental e restauração florestal, voluntariado, desenvolvimento sustentável e proteção e manejo de ecossistemas (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

As ações da Fundação são voltadas aos mais variados públicos, como comunidades, internautas, governos, escolas, empresas, apoiadores, filiados, voluntários, jornalistas, funcionários e sociedade civil em geral. Desde seu nascimento, a Fundação trabalha com parcerias com agências de publicidade, veículos de comunicação, institutos de ensino e pesquisa, iniciativa privada e outras organizações não governamentais (CAMPANILI, 2012).

A Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), por sua vez, nasceu de um debate realizado na Rio-92 entre ONGs que atuavam em sua defesa. Do evento resultou a constatação que faltava às entidades locais apoio e respaldo político para o desenvolvimento das suas ações e que a luta em defesa da Mata Atlântica poderia ser “muito mais efetiva se houvesse um movimento que as unisse, formando uma grande teia de relações entre as organizações” (CAMPANILI, 2012, p. 17). Atualmente, a RMA conta com mais de 300 instituições filiadas, entre organizações ambientalistas, socioambientais e de pesquisa, distribuídas nos 17 estados que se encontram no bioma Mata Atlântica.

Desde sua criação a Fundação SOS Mata Atlântica vem aperfeiçoando a “maneira de envolver a sociedade, aliando mobilização, produção de conhecimento, divulgação, educação ambiental, luta por políticas públicas, além de continuidade e inter-relação entre seus projetos” (CAMPANILI, 2012, p. 88-89).

A SOS Mata Atlântica sempre teve como característica comunicar para mobilizar, utilizando-se de campanhas de grande repercussão, como parte de um esforço permanente de interação com os veículos de comunicação e com toda e qualquer mídia “capaz de manter a população informada e mobilizada em prol de sua causa” (CAMPANILI, 2012, p. 11). O objetivo desta ação é fazer as pessoas repensarem suas atitudes ao considerar a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida de todos.



## **A comunicação para a mobilização social da Fundação SOS Mata Atlântica**

Gohn (2010) argumenta que no século XXI cresce o uso da categoria “mobilização social” dentre as análises sobre movimentos e ações coletivos. A autora aponta que é no campo da ciência política que esta nomenclatura recebeu algum tratamento, como em Bobbio, Matteucci e Pasquino, que classificam a mobilização como política ou social.

Mobilização política indica um processo de ativação das pessoas, ou massas, como preferem os estudiosos que usam o termo. Poderá ser feita tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil. Mobilização social já tem outro sentido: refere-se a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais. Mobilização social, nesta acepção, envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social etc. Apela-se para a adesão do outro numa dada ação social, com um certo sentido já configurado. Nesta acepção, mobilização é uma categoria gêmea da participação. Desmobilização será justamente o bloqueio à participação (GOHN, 2010, p. 65).

Verifica-se, portanto, que a mobilização social diferencia-se da política por ter como objetivo principal a mudança de valores na sociedade, para, conseqüentemente, provocar ações referentes a uma determinada causa. Isto é, a mobilização social requer a adesão e participação das pessoas para a conquista de um objetivo pré-determinado.

Henriques (2005) compreende a mobilização social como uma reunião de pessoas que objetivam resolver problemas e transformar alguma realidade, relacionando-a a alguma causa de interesse público.

A mobilização social não deve ser confundida com manifestações públicas, passeatas ou concentração de pessoas, como apontam Toro e Werneck (2007). Ela ocorre quando “um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (p. 13).

A mobilização sempre busca alcançar um objetivo predefinido. Esse objetivo, para ser útil à sociedade, deve estar orientado para um projeto de futuro. De acordo com Toro e Werneck (2007, p. 14), se o propósito é passageiro, converte-se “em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente”.



Lino (s.d) argumenta que a participação num processo de mobilização deve implicar um vínculo emocional e afetivo com a causa, mas esse vínculo deve incluir também a razão, pois é necessário que as pessoas saibam por que e para que participam de um processo de mobilização.

O ato de mobilizar corresponde a uma convocação de vontades na busca de um propósito comum, que envolve um sentido e uma interpretação compartilhados. A mobilização tem como objetivo estimular a participação social, que se constitui numa escolha. Em um processo de mobilização social, as pessoas “são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um” (TORO; WERNECK, 2007, p. 13).

Para Toro e Werneck (2007, p. 14), convocar vontades significa “convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o quotidiano”.

De acordo com Henriques (2005), a questão da imagem assume uma posição central nos processos de mobilização social, já que buscam a legitimação das causas que defendem. Em um processo de mobilização social há ainda a necessidade da produção de um grande volume de informação, para fazer com que os conhecimentos produzidos e acumulados circulem entre os diversos atores envolvidos, instruindo, desta forma, a ação.

Oliveira (2002) considera que a comunicação não deve ser considerada como um instrumento de entretenimento ou de difusão de conhecimentos. Ela deve ser encarada como uma variável estratégica importante, utilizada nos processos de mobilização social e participação a favor de uma causa específica.

Como a mobilização envolve interpretações e sentidos compartilhados, ela pode ser entendida também como um ato de comunicação. No entanto, ela não se confunde com propaganda ou divulgação; envolve ações de comunicação “enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações” (TORO; WERNECK, 2007, p. 14).

Barreto (2011) defende que o uso da expressão “mobilização social” é alterada com o uso das novas redes sociais digitais. Ela não precisa mais de um espaço físico para ser organizada e mesmo realizada, pois tudo pode ser feito *online*. Desta forma, aumenta o número de pessoas que se envolvem em mobilizações sociais com diferentes causas. “Bastam instantes para atingir um número enorme de pessoas. O custo de participação é menor e o leque de temas e opções é infinitamente maior” (p. 162-163).





A comunicação para mobilização é característica-chave da Fundação SOS Mata Atlântica. De acordo com Campanili (2012, p. 69):

Diferentemente da maioria das organizações não governamentais, que passam a trabalhar a comunicação por perceberem a necessidade de divulgar suas atividades, a SOS Mata Atlântica já nasceu comunicando. Com jornalistas e publicitários conhecidos entres os fundadores, a instituição tinha como uma de suas primeiras e principais missões mostrar aos brasileiros o que era, onde ficava e como estava a situação da Mata Atlântica.

210

A Fundação conta com inúmeras campanhas realizadas em parceria com agências publicitárias e veículos de comunicação que cedem talento, trabalho e espaço para as causas defendidas pela instituição. De acordo com Campanili (2012), a mobilização na SOS Mata Atlântica almeja atingir os mais variados públicos, e é pensada de acordo com o objetivo que se busca. Entre os públicos da Fundação estão formadores de opinião, políticos, patrocinadores, proprietários de terra, professores, famílias, imprensa.

Para a Fundação SOS Mata Atlântica, a interação com a mídia é imprescindível por ser transversal e atingir um público amplo. Dessa forma, a instituição trabalha pautas para veículos e editoriais os mais diversos, como política, economia, infantil, feminino, coluna social (CAMPANILI, 2012).

O processo de mobilização da SOS Mata Atlântica pode ser medido “na participação ativa de cidadãos, seja em eventos, atividades, áreas recuperadas ou ações contra a agressão ao meio ambiente e leis aprovadas” (CAMPANILI, 2012, p. 87), e busca-se sempre, nesse processo, o aumento da mobilização social por meio do desenvolvimento de seus projetos e programas, voltados para diferentes fins.

Um dos mais antigos projetos voltados à preservação de recursos naturais realizados pela Fundação é o “Estrada Parque”, que integra lazer, turismo e desenvolvimento socioambiental. Lançado em 1996, o projeto busca a sensibilização de visitantes que atravessam remanescentes florestais preservados nas cidades de Itu e Guarujá, no estado de São Paulo. Nesse projeto a mobilização social é feita pelos voluntários da Fundação por meio de ações de Educação Ambiental, mutirões ambientais como o plantio de mudas e mobilização dos grupos locais na Serra do Guararu, em Guarujá.

Outra iniciativa da Fundação, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é a produção do “Atlas da Mata Atlântica”, que tem por objetivo mapear e



monitorar a situação do bioma e seus ecossistemas associados. Com sua primeira edição lançada em 1990, o atlas demonstrou a grave situação da Mata Atlântica, que possuía então menos de 8% de sua formação original. As informações sobre alterações na vegetação nativa são sempre atualizadas pelos levantamentos feitos para a construção do atlas, o que permite a monitoramento, controle e definição da necessidade de novas unidades de conservação.

O projeto “Lagamar”, desenvolvido pela Fundação de 1988 a 2012, atuou na região de mesmo nome, localizada entre os municípios de Iguape e Cananéia, no estado de São Paulo, e na Baía do Paranaguá, no Paraná. A mobilização do projeto era voltada para a conservação ambiental em conjunto com a continuidade da presença das populações tradicionais da região, com a valorização de suas culturas. Havia o incentivo ao turismo sustentável, que ocorreu com atividades de sensibilização dos turistas e comunidade local quanto à valorização e conservação dos recursos naturais e culturais (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

A Fundação SOS Mata Atlântica também desenvolve iniciativas de educação ambiental, elaboradas para alcançar diversos públicos para:

[...] compartilhar informação e conhecimento, e sensibilizar a população para seus direitos e deveres ambientais, mostrando que cada um pode e deve fazer a sua parte para que todos tenham uma melhor qualidade de vida e um ambiente mais preservado. Outro objetivo é trabalhar a importância da Mata Atlântica, mostrando que mais de 118 milhões de brasileiros vivem em regiões que fazem parte dessa floresta” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2014, s.p)

Um dos principais projetos de educação ambiental é o “A Mata Atlântica é aqui – Exposição Itinerante do Cidadão Atuante”, lançado no ano de 2009, que consiste num caminhão adaptado, que serve de palco a uma exposição ao percorrer diversas cidades da Mata Atlântica em todo o país, durante todo o ano, levando educação e conscientização ambiental à população local e regional.

O projeto “Viva a Mata”, realizado pela organização desde 2005, promove a troca de conhecimentos e experiências entre aqueles que lutam pela conservação da floresta, além de estimular a celebração do Dia Nacional da Mata Atlântica, a 27 de maio.

Em 2000, a partir da união entre a Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Ambiental Vidágua e o Grupo Abril, o programa “Clickárvore” passou a estimular, pela internet, as pessoas a plantarem mudas de espécies nativas da Mata Atlântica. Durante sua existência o



projeto mobilizou e envolveu milhões de internautas, tendo atingido, apenas no ano de 2012, a marca de 1,3 milhões de mudas doadas.

O Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) da Mata Atlântica foi criado 2003, por uma iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica e da Conservação Internacional (CI). Nasceu a partir da percepção de que havia muito interesse por parte dos proprietários em proteger remanescentes da Mata Atlântica, mesmo com os pequenos incentivos disponíveis. Hoje existem mais de 1.070 RPPNs no Brasil, sendo mais de 730 na Mata Atlântica, que protegem cerca de 140 mil hectares. O programa tem como objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade da Mata, fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as RPPNs existentes, e “fomentar o engajamento de proprietários de terras na criação e implementação das reservas privadas no bioma” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2014, s.p).

O programa de mobilização e monitoramento dos recursos hídricos da Fundação SOS Mata Atlântica “Rede das Águas” dedica-se a promover a mobilização social para a gestão participativa e integrada entre água e florestas, com atuação focada em bacias hidrográficas. “Para isso, dissemina metodologias, promove educação ambiental e reúne os projetos da Fundação relacionados ao tema, além de influenciar políticas públicas” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2014, s.p). O programa nasceu com a criação do Núcleo União Pró-Tietê, a partir da campanha pela despoluição do Rio Tietê, em parceria com a Rádio Eldorado, que no ano de 1991 reuniu 1,2 milhão de assinaturas em um abaixo-assinado entregue ao Governo do Estado de São Paulo. Até hoje, a Fundação monitora a evolução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê, por meio do “Observando o Tietê”.

Uma das ações de mobilização social de grande destaque foi a campanha “Mangue Faz a Diferença”, desenvolvida no ano de 2012 para conscientizar sobre a importância dos manguezais e alertar sobre os riscos que as mudanças no Código Florestal trazem para esses ecossistemas, essenciais para a vida marinha e para atividades econômicas como a pesca. Em um mês e meio, a campanha realizou 37 mobilizações em 13 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Um total de 87 instituições aderiu à iniciativa e as manifestações alcançaram pelo menos 50 mil pessoas em todo o país.

A SOS Mata Atlântica foi pioneira também em utilização de assessoria de imprensa, atendimento direto ao público, realização e participação em eventos, produção de publicações e



material informativo, além de disponibilizar site na internet e trabalhar com as redes sociais digitais. Para tanto:

[...] a organização sempre manteve um departamento de comunicação cuja missão é trabalhar de forma integrada a todos os projetos, interagir com os diferentes públicos de interesse e mantê-los informados de suas atividades e dos assuntos referentes ao meio ambiente, especialmente no bioma Mata Atlântica, facilitando a mobilização (CAMPANILI, 2012, p. 71).

Devido à instantaneidade, baixo custo de utilização e abrangência que a internet proporciona, ela tem se tornado o meio preferencial de comunicação de organizações da sociedade civil, conforme argumenta Machado (2007):

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (MACHADO, 2007, p. 268).

Além do grande alcance de públicos e da interação que o uso da internet possibilita, há também a questão dos custos: a ação por meio da internet é mais barata e rápida, conforme argumenta Pereira (2011, p. 14): “A ação política via novas TICs torna-se mais barata, rápida e por consequência mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado”. A possibilidade de emissão e disseminação de informações, a baixo custo, é apresentada como fator positivo também por Alcântara e D’Andréa (2012, p.9):

Diante da maior facilidade de produção e emissão de conteúdos, da criação e disponibilização de ferramentas e serviços que facilitam e barateiam os processos de produção colaborativa e o compartilhamento de informações, os atores sociais ganham novas possibilidades de ativismo.

Há ainda o caráter de rapidez na comunicação, pois ao possibilitar que se atinja pessoas em locais diversos, de forma instantânea, e construir redes, esta tecnologia torna-se extremamente útil no processo de mobilização (PEREIRA, 2011).

A troca de informações pela internet com o objetivo de mobilizar e influenciar comportamentos das pessoas e decisões governamentais pode ocorrer em qualquer parte do planeta, e ser feita por qualquer pessoa conectada na rede. Tudo acontece em tempo real, com a possibilidade de interação entre usuário e autor do conteúdo publicado, sem a necessidade de



contato físico entre eles. Neste contexto, nasce uma nova forma de atuação na internet, chamada de “ciberativismo, ativismo online ou até mesmo ativismo digital” (PUNTEL, 2013, p. 570).

Este é um tipo de ativismo que:

[...] estabelece como uma tática de luta que dispensa líderes e porta-vozes, organiza-se de forma horizontal, em torno de um objetivo, uma finalidade, tendo no espaço sem fronteiras da internet, com auxílio das ferramentas das TICs, o instrumento para reivindicação, mobilização de diferentes públicos interessados em uma temática em comum, que pode se esgotar no espaço virtual ou partir para uma ação presencial (MIGUEL, 2012, p. 198).

214

Presente na rede mundial de computadores, a Fundação SOS Mata Atlântica apresenta em seu site institucional sua história, seu manifesto de fundação, informações sobre sua equipe, as publicações feitas pela organização e seus parceiros. A descrição e acompanhamento de todos os projetos desenvolvidos pela organização estão presentes, assim como diversas notícias e matérias relacionadas às suas ações.

Presente também nas redes sociais digitais, em 2011 a organização lançou a sua página no Facebook, que atualmente conta com aproximadamente 198 mil fãs; e, no Twitter, mais de 44 mil seguidores acompanham e compartilham seus conteúdos. O canal da Fundação no YouTube conta com mais de 575 seguidores, que geram milhares de visualizações dos mais de 40 vídeos publicados. A organização está presente em outras redes sociais digitais como o Instagram e o Google+.

Com a presença da Fundação SOS Mata Atlântica em diversas redes sociais digitais, conclui-se que a organização apresenta uma forte atuação na internet, marcada por ampla divulgação de problemas e soluções ambientais, tais como denúncias, acompanhamento de fiscalização e legislações ambientais, e possibilita ao público informações sobre os projetos por ela desenvolvidos. A organização utiliza-se do grande alcance que as redes sociais digitais possibilitam para praticar o ativismo *online*, ao incentivar a divulgação de temas ambientais pelos próprios usuários, e solicitar a assinatura *online* de petições para diversos programas que defende. O que se observa das práticas comunicacionais da Fundação na internet é que a organização não apenas divulga suas próprias causas, como também apoia e realiza a promoção de causas defendidas por outras organizações.



## Considerações Finais

Configurando-se como um dos maiores movimentos ambientalistas do Brasil, o movimento de proteção à Mata Atlântica é composto por diversas organizações que conseguiram inúmeras conquistas, mas que ainda enfrentam desafios na luta contra o desmatamento e a extinção de espécies da flora e da fauna. Como protagonista da causa, a Fundação SOS Mata Atlântica atua não somente na esfera política, buscando influenciar decisões governamentais e propondo novas políticas públicas, mas também na mobilização da sociedade. Esta ação é realizada principalmente com a promoção de atividades de informação, sensibilização e conscientização da população.

Tendo a mobilização social como meio para a difusão de novos valores, a mudança de comportamento e a adesão à causa da defesa do bioma, as ações da Fundação SOS Mata Atlântica são dirigidas aos mais variados públicos, de acordo com o objetivo de cada programa e campanha realizados pela organização.

Na mobilização social promovida o papel da comunicação é primordial. Além das práticas comunicacionais “face a face” em programas de educação ambiental, a Fundação busca o envolvimento das comunidades que residem em áreas de proteção e conservação e realiza manifestações com o uso de cartazes e dos mais diversos materiais gráficos. Além disso, veicula temas ambientais nos órgãos de comunicação de massa, o que lhe proporciona grande visibilidade.

Recentemente a organização começou a fazer uso da internet como mais uma ferramenta de mobilização social. Um exemplo de como a internet tornou-se um importante espaço de ativismo é o programa “Clickarvore”, que permitiu que milhares de internautas pudessem colaborar com a causa da Fundação. Com as facilidades de maior alcance, instantaneidade e baixos das redes sociais digitais, a SOS conta agora com um instrumento poderoso de mobilização, que certamente potencializará suas ações.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Livia Moreira de; D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Redes de movimentos sociais e intervenção na esfera pública interconectada: um estudo da campanha pelo limite da terra na internet. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de Lindóia, SP. 21 a 25 de outubro de 2012. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=505%3Aa](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=505%3Aa)





[nais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=161%3A36o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=76>](#). Acesso em 01 fev 2014.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: *LUA NOVA*. N. 76. São Paulo: 2009, pp. 49-86. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 28 fev 2014.

BARRETO, Fernando. Mobilização social. In: BRAMBILLA, Ana (org.). *Para entender as mídias sociais*. Creative Commons, s.l. 2011. 209p. pp 162-165.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 248p. pp 17-42.

CAMPANILI, Maura. *25 anos de mobilização*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2012. 240p.

CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam (orgs.). *Mata Atlântica: uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006. 332p.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 530 p.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2014. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/>. Acesso em 16 fev 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 189p.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 383p.

GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Vozes: Petrópolis, RJ, 2003. 143p.

HENRIQUES, Marcio Simeone. Comunicação, comunidade e os desafios da mobilização social. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Rio de Janeiro: 05 a 09 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/110500648619188691648262921728209604489.pdf>. Acesso em 02 jun 2014.

LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Montevideu, Uruguai: Coscoroba Ediciones, 2004. 131p.

LEIS, Hector Ricardo; D'AMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI (org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas



Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal: Recife, 1994. 262p. pp. 77-103.

LINO, Antonio. Mobilização social. In: *Agência de mobilização social*. s.d, s.l. Disponível em: <[http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13\\_Biblioteca/Textos%20e%20artigos/mobilizacao\\_social.pdf](http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Textos%20e%20artigos/mobilizacao_social.pdf)>. Acesso em 02 jun 2014.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: *SOCIOLOGIAS*, n. 18. Porto Alegre, RS, jul/dez 2007, p. 248-285. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5657>>. Acesso em 01 out 2013.

MIGUEL, Katarini. A experiência comunicativa do movimento ambientalista na esfera pública. In: *CONTEMPORÂNEA*, vol. 10, n. 2. Rio de Janeiro, RJ, 2012, pp. 194-207. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/2173>>. Acesso em 05 fev 2014.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: *IV ENCONTRO DA COMPOLÍTICA*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 abr 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em 03 mar 2014.

PUNTEL, Tanilo Junior. Novas dimensões na comunicação global: o ativismo digital como propulsor de movimentos sociais e o caso da primavera árabe. In: *2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE*. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 04 a 06 de junho de 2013. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/4-8.pdf>>. Acesso em 05 jan 2014.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nilsa Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104p.



## A REFORMA DO ESTADO E AS POLITICAS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO

OLIVEIRA, Rafaella Martins de

*Estudante de mestrado do Programa de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)*  
*rafamartins.oliveira@hotmail.com*

BOURGUIGNON, Jussara Ayres

*Professor do Programa de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)*  
*jubourg@yahoo.com.br*

218

### RESUMO

O artigo coloca em perspectiva o contexto de reforma do Estado em resposta à ideologia neoliberal, posto que se visualizava o combate ao Estado e a valorização do mercado. No entanto, será demonstrado que o movimento reformador não se mostrou apto a beneficiar os cidadãos nem representou uma autonomia em relação às imposições da fase da acumulação de capital. Assim, observou-se que o processo de Reforma do Estado significou uma dificuldade no direcionamento de políticas públicas, como é caso das políticas habitacionais, particularmente no Brasil, razão pela qual, por meio de pesquisa interdisciplinar e baseado em uma análise bibliográfica, objetivou-se analisar o rebatimento do avanço neoliberal na política habitacional brasileira. Partindo-se, então da formação do Estado Moderno, discorreu-se a cerca do Neoliberalismo e seus impactos para a política social, concluindo-se que se faz necessária a ação reguladora do Estado para a criação de padrões sociais de igualdade.

**Palavras-chave:** Estado. Neoliberalismo. Política habitacional.

### ABSTRACT

The article brings up the context of state reform in response to neoliberal ideology, since it is envisioned the fight to State and the market valuation. However, it will be shown that the reform movement was neither able to benefit citizens nor represented an autonomy from the impositions of capital accumulation's phase. Thus, it was observed that the process of reforming the state meant a difficulty towards public policy, so as the case of housing policies is, particularly in Brazil, which is why, through interdisciplinary research and based on a literature review, it was aimed to analyze the questioning of the neoliberal advance in Brazilian housing policy. Starting, then, from the shaping of the Modern State, it was discussed about Neoliberalism and its impacts on social policy, and it was concluded that it is necessary to have the state regulatory action to create social standards of equality.

**Key-words:** State. Neoliberalism. Housing policy.



## 1 INTRODUÇÃO

Os processos de reforma do Estado, contidos nos planos de ajuste estrutural em vários países, têm sua compreensão a partir da análise do contexto em que houve as mais profundas transformações no mundo do capital, sobretudo a partir da década de 1970, época na qual se vivenciou o período neoliberal. Como resposta à ideologia neoliberal, no transcorrer dos anos 1990, assistiu-se a um contexto reformador, concentrando-se no combate ao Estado e na valorização do mercado, tendo em vista que foram privilegiados os aspectos fiscais e financeiros da crise do Estado e sua organização.

No entanto, tem-se que o movimento reformador impossibilitou uma reforma que beneficiasse os cidadãos e que tivesse uma maior autonomia em relação às imposições da atual fase de acumulação do capital. No Brasil, propalou-se a idéia de reforma com vistas a tomar novas providências para que o país fosse integrado à nova ordem econômica mundial, de forma a ajustar sua economia à nova competitividade internacional, por meio de uma operação de reforma intensiva, baseada na dimensão fiscal, organizacional e patrimonial do Estado, posto que, em décadas anteriores, vivenciou-se os auspícios de um Estado gigante, ineficiente e perdulário.

Apesar das importantes conquistas obtidas com a democratização do Estado brasileiro, por meio da Constituição da República de 1988, ainda que se apresentassem como uma importante reforma democrática do Estado e da política social, verifica-se que as condições econômicas internas e externas não eram favoráveis. Ainda que tenha se vivenciado a intensificação das lutas democráticas e dos movimentos sociais, apontando condições políticas e uma forte base de legitimidade para a realização de reformas efetivas, essa possibilidade foi contraposta por muitas contratendências.

Assim, tendo-se passado de uma fase em que ao Estado cabia regular o mercado e promover o bem-estar até se chegar a outra em o Estado se viu atacado pelo mercado e comprimido pela globalização, verifica-se a existência de diversas dificuldades para a reposição e recomposição da ordem social.

Desse modo, tendo em vista o processo de Reforma do Estado e a dificuldade no direcionamento das conquistas brasileiras de 1988, e tendo em vista que a proposta do trabalho de dissertação volta-se à compreensão das demandas socioeconômicas das famílias monoparentais femininas no contexto do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná, objetivou-se o rebatimento do avanço da lógica neoliberal na



política habitacional, o que se fez por meio de pesquisa bibliográfica para que se pudesse fundamentar as reflexões ora postas. Importante que se destaque, ainda, que o estudo foi subsidiado por uma análise interdisciplinar da temática, abrangendo aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais, partindo da abordagem acerca da formação do Estado Moderno até se chegar no que culminou com a denominada “falência do Estado”, para se discorrer sobre o Neoliberalismo e seus impactos mais gerais para a política social. Por fim, analisou-se as características e mudanças ocorridas em reação à política neoliberal, para relacionar essas características à configuração das expressões da questão social no Brasil contemporâneo, especialmente no aspecto concernente à habitação.

## 2 FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

A discussão acerca do papel do Estado é desencadeada por volta dos séculos XVI e XVII, época da acumulação primitiva do capital, quando se verificava a decadência da sociedade feudal e da lei divina como hierarquias políticas. Dessa forma, ao fazer remissão à Maquiavel, pode-se perceber que se tinha uma abordagem racional do Estado em relação ao poder político, sendo o Estado visto como uma espécie de “mediador civilizador” (CARNOY *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 57), cabendo a ele o controle das vantagens materiais dos homens que viviam em estado de natureza.

Thomas Hobbes, em seu *Leviatã*, considerou que ao viver no estado da natureza, o homem seria “o lobo do homem” em razão de agir de acordo com suas ações voluntárias. Assim, tendo em vista a instabilidade nas relações sociais em decorrência da natureza humana, a qual gerava, por consequência, a existência de um ambiente permanente de guerra, Hobbes propõe a figura do Estado como poder de contenção do *bellum omnium contra omnes* para minimizar a insegurança, conter a guerra e criar um ambiente de paz.

Dessa forma, para ele “uma grande multidão institui a uma pessoa, mediante pactos recíprocos uns com os outros, para em nome de cada um como autora, poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum” (HOBBS, 2002, p.131). O Estado, nessa perspectiva, tem objetivos próprios, porém, absorve a vontade coletiva e garante os direitos e deveres de cada indivíduo.

John Locke, por sua vez, preconiza da idéia de Hobbes de que os homens se unem para defender a guerra de todos contra todos. No entanto, a ideia de “Estado Protetor”



apresentou-se mais acentuada, derivada da necessidade de criar o Estado por meio de um pacto com os indivíduos, como forma de assegurar a liberdade e o direito de propriedade, o qual era visto como um direito natural em que os cidadãos consentem em ser governados e aceitam a utilidade do Estado. Dessa forma ao Estado caberia assegurar as liberdades e a propriedade, sob pena de perder legitimidade e abrir espaço para novas rupturas sociais.

Com “O Contrato Social”, Jean-Jacques Rousseau defende que o homem em estado de natureza é naturalmente bom e a sociedade civil seria a descrição de como se dá a vivência em sociedade e não deve ser entendida como uma construção ideal, posto que aquela teria sido corrompida pela propriedade em decorrência da voracidade do homem visando à proteção de seus interesses. Desse modo, infere-se da leitura de Rousseau que, até então, o Estado não se destinava à proteção do bem comum, mas seria uma criação dos mais abastados para propalar a desigualdade e para preservar a propriedade. A solução encontrada para este contratualista para a resolução dessa questão foi, então, a formação de um contrato social, no qual o Estado se configuraria pelo poder residente no povo, na cidadania, tendo em vista a vontade geral. Assim, o pacto envolveria a todos os cidadãos nos moldes de uma democracia direta e não apenas os detentores da propriedade.

Até então, verifica-se que o debate concentrava-se em torno das conseqüências políticas dos interesses. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, a consolidação econômica e a política do capitalismo introduziram outros e duradouros condimentos na relação Estado, sociedade civil e bem-estar. Isso porque, se para os contratualistas no período de formação do estado Moderno, o Estado era entendido como mediador civilizador, para o Estado liberal emergente, o mesmo Estado era visto como um mal necessário.

Assim, ao se tratar da sociedade, do mercado, da economia e das forças de trabalho, verifica-se sempre a presença do Estado. No que tange à política capitalista, esta encontra terreno no combate aos monopólios das guildas artesanais e das corporações comerciais. No entanto, posteriormente, verifica-se que a política capitalista não seria tão resistente aos privilégios econômicos e à regulamentação do mercado por parte do Estado, tal como se percebe ao se tratar da ideologia liberal.

O liberalismo, por sua vez, pautado na expressão “*laissez faire, laissez passer, le monde va de lui memê*” (deixar fazer, deixar passar, o mundo caminha por si mesmo), exigiu o





retraimento do Estado, determinando sua ausência em determinados aspectos<sup>1</sup>. Tal ideologia sustenta “o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado” (BEHRING, 2010, p. 56).

Desse modo, o que se percebe, então, é que o Estado ora se afirma, ora se nega, ocupando espaços maiores ou menores, encontrando-se diante da “necessidade de criar condições para o aumento da taxa média de lucro, alimentando a acumulação de capital, ou então diante de pressões de uma sociedade mais ou menos organizada, capaz de possuir classes sociais com recursos para encaminhar e para impor seus reclamos ao poder político”, formando, de um lado, o que se entende por “Estado Mínimo” e, lado outro, o que se denomina de “Estado Providência” (VIEIRA, 1992, p. 78), como respostas às determinações sócio-históricas.

Os princípios emanados pelo liberalismo – caracterizados pelo predomínio do individualismo; o bem-estar individual como maximizador do bem-estar coletivo; o predomínio da liberdade e da competitividade; a naturalização da miséria; o predomínio da lei da necessidade; a manutenção de um Estado mínimo; as políticas sociais como estímulos ao ócio e ao desperdício; e a política social como um desperdício e amplamente defendidos pelos liberais (BEHRING, 2010, 62) –, visam à reduzida intervenção estatal na forma de políticas sociais. Tais princípios foram defendidos pelos liberais e assumidos pelo estado capitalista, reprimindo as questões sociais incidentes no século XIX, tendo sido incorporadas apenas algumas demandas da classe trabalhadora, “transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social” (BEHRING, 2010, 63).

Desse modo, é de se dizer que não houve ruptura radical entre o Estado Liberal do século XIX e o Estado Social capitalista do século XX, mas uma mudança de perspectiva do Estado, abrandando seus princípios liberais e incorporando “orientações social-democratas

<sup>1</sup> No século XVIII vivenciava-se a doutrina política denominada de Liberalismo, tendo como principal teórico Adam Smith, com seu clássico “A riqueza das nações”. Tendo surgido como uma forma de desafiar as restrições feudais ao comércio e à produção, buscou “minar as bases dos regimes ‘patrimonialistas’ e permitia a livre-troca do trabalho por salários; a conversão da riqueza em capital; a transformação da simples produção em acumulação de capital” (PETRAS, 1999, p. 15). No entanto, a ideologia liberal inicialmente foi seguida por países capitalistas líderes, tendo em vista que eram os mais hábeis para concorrer de forma eficiente no mercado mundial, enquanto os países de “desenvolvimento tardio” mostraram maior resistência ao liberalismo e se dedicaram às políticas populistas e de protecionismo nacional, com vistas a proteção das indústrias emergentes e dos seus mercados internos por meio da expansão do trabalho assalariado, tal qual ocorreu com a América Latina no período de 1930 a 1970. No Brasil, por exemplo, foi adotado o regime capitalista de “Estado”, visando à industrialização e a diversificação das economias, sendo que tal industrialização nacional-populista emergiu das crises e colapso do liberalismo mundialmente na década de 1930 e que persistiu até a década de 1970 (PETRAS, 1997, p. 16).



num novo contexto socioeconômico e de luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais” (PISÓN *apud* BEHRING, 2010, p. 63).

O que se visualiza é que não existe uma linha evolutiva tênue entre Estado liberal e Estado social, mas ambos apresentam em comum a característica de reconhecer direitos, porém, sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. Em razão disso, passam-se a tencionar, de um lado, os princípios econômicos do liberalismo, como a defesa da propriedade privada e a extração dos benefícios gerados pelo trabalho assalariado, e, lado outro, a consolidação dos direitos políticos, resultantes das lutas da classe trabalhadora – desequilíbrio na relação entre patrões e empregados – que contribuiu para ampliar os direitos sociais e mudar o papel do Estado no âmbito capitalista, no final século XIX e início do século XX.

Adveio das lutas operárias a inclusão da proteção social, o que, por sua vez, originou a responsabilidade pública e privada de preservação da sociedade e de sustento ao investimento privado, passando o Estado a regular os desequilíbrios sociais. Ao gerir, então, o patrimônio coletivo e por meio da criação de políticas sociais, o Estado consolidou os fundamentos de uma economia de mercado, por meio da atenuação dos conflitos e estabilidade no que se refere aos investimentos privados, legitimando sua autoridade e aperfeiçoando a subordinação do trabalho ao capital.

Em razão da luta da classe trabalhadora, verificou-se, então, a emergência das políticas sociais, resultando no chamado “Estado de Bem-Estar Social”, passando as políticas sociais a assumir um caráter de regulação do livre mercado, a universalização dos direitos sociais e sua garantia pelo Estado.

O welfare state, “significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política” (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.1), sendo que nessa forma de Estado os direitos sociais deixaram de estar vinculados à relação contratual de trabalho, o que conferiu um perfil democrático ao Estado liberal e a ampliação do direito de cidadania.

No entanto, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, foram muitas as conseqüências sofridas pelas sociedades industrializadas, não somente realçando os aspectos do Estado de bem-estar social, bem como multiplicou as demandas sociais tendo em vista o crescente intervencionismo estatal no campo econômico e social, tanto nos países industrializados como nos não industrializados. Desse modo, tem-se que foram alargadas as



“funções econômicas e sociais do Estado nas sociedades industriais: de um lado, ele procura o controle da produção ou participação nela; de outro lado, toma para si defesas muito mais pesadas e volumosas do que assumira antes”, sendo que a ampliação das chamadas despesas do Estado passa a recair sobre o mercado e a influenciar bastante o valor dos meios de produção. (VIEIRA, 1992, p. 88).

O que se verifica, então, é que nessa fase de intervencionismo estatal os novos campos de emprego ficam sujeitos mais à ação do Estado que à ação privada e isso porque as “transformações do Estado acabam por determinar novas zonas de emprego, que tendem a acompanhar novas prioridades de despesa, em geral relacionadas com a urbanização de seus problemas, com a segurança pública e seus problemas, com a educação e a cultura” (VIEIRA, 1992, p. 88).

Da intervenção do Estado, especialmente na década de 70, visualizam-se, então, empecilhos à continuidade e progressão das atividades estatais, ocasionando no que se denomina impropriamente de “falência do Estado”, e o surgimento de uma nova corrente doutrinária, denominada de Neoliberalismo, conforme se verá na seção que se segue.

### **3 ESTADO NEOLIBERAL: discurso político-ideológico e retaguarda econômica**

Com a crise mundial ocorrida no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, surge uma nova doutrina denominada de neoliberalismo, o qual se diferencia do liberalismo clássico do século XVII, embora existam alguns pontos convergentes entre ambas as doutrinas: no aspecto em que defende a ideia de que o Mercado, e não o Estado, seria o único alocador de salários e capital; a defesa da desregulamentação total, pregando a livre circulação de bens, de trabalho e de capital e a derrubada das barreiras comerciais (PETRAS, 1997, p. 16).

A origem do neoliberalismo remete-se ao momento posterior à Segunda Guerra Mundial, especificamente na região da Europa e da América do Norte, localidades essas onde imperava o capitalismo, tendo surgido como uma veemente forma de reação teórica e política contra o Estado intervencionista e o Estado de bem-estar, sendo marcada pelo texto *O Caminho da Servidão*, de autoria de Friedrich Hayek, escrito em 1944, tendo se tratado de um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também



política”, visando atingir de forma imediata o Partido Trabalhista Inglês, nas vésperas das eleições de 1945 da Inglaterra (ANDERSON, 1996, p. 9).

Enquanto se construía as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós guerra, visualizou-se a ascensão da Nova Direita como força política ideológica, tendo Hayek reunido seus seguidores (tanto aqueles adversários ao Estado de bem-estar europeu, quanto os contrários ao New Deal Norte Americano) visando “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1996, p. 10), propósito este que não era tão simples, posto que vivenciava-se a “idade de ouro” do capitalismo.

Entretanto, a um primeiro momento, não pareceram plausíveis as propostas dos neoliberais no que tange aos perigos de a regulação do mercado continuar a ser exercida pelo Estado. Já no que tange à regulação social, a repercussão foi maior, tendo em vista que Hayek e seus companheiros “argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruí a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” e “que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais” (ANDERSON, 1996, p. 10).

No entanto, com a crise sofrida pelo modelo econômico capitalista em 1973, em razão da combinação de baixas taxas de crescimento com as altas taxas de inflação, as idéias neoliberais passaram a tomar visibilidade. Isso se deu especialmente em razão de as raízes da crise se encontrarem no poder dos sindicatos e do movimento operário, em razão das pressões pela melhoria salarial e dos pleitos voltados para que o Estado aumentasse as despesas com os gastos sociais.

Dessa forma, tais processos foram contundentes para causar uma queda na lucratividade das empresas, gerando altos níveis de inflação e, conseqüentemente, uma crise generalizada das economias de mercado. Assim, tinha-se que a solução seria a manutenção da força do Estado para romper com o poder dos sindicatos e para realizar o controle do dinheiro, mas o mesmo Estado deveria ser bastante modesto em relação aos gastos sociais e nas intervenções econômicas, devendo a estabilidade monetária ser a meta de todo governo (ANDERSON, 1996, p. 11).

Assim, como explicação para a crise, os neoliberais sustentaram que seria o mercado o melhor mecanismo para os recursos econômicos e para a satisfação das necessidades



dos indivíduos, entendendo que todos os processos que significassem qualquer obstáculo, controle ou supressão das forças de mercado teriam efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos (LAURELL, 1997, p.161).

Ainda, em razão de neoliberais defenderem que tais processos negativos derivaram do intervencionismo estatal, expresso na política Keynesiana e nas instituições de bem-estar, sustentam que a política intervencionista seria antieconômica e antiprodutiva, isso porque, além de provocar uma crise fiscal do Estado e a revolta dos contribuintes, desestimularia o investimento do capital e o trabalho dos trabalhadores (LAURELL, 1997, p.162). Além disso, conforme Laurell (1997, p. 162), os neoliberais consideraram ser o intervencionismo estatal ineficaz e ineficiente: ineficaz, por se voltar “ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado”; enquanto seria ineficiente “por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade”, imobilizando os pobres e tornando-os dependentes do paternalismo estatal.

Portanto, para os neoliberais, a solução encontrava-se, por um lado, na reconstrução do mercado, na competição e no individualismo, por meio da total eliminação da intervenção do Estado na esfera econômica, seja nas funções de planejamento e condução da economia, seja na função de agente econômico, devendo, lado outro, reduzir as funções relacionadas ao bem-estar social.

No que tange ao bem-estar social a doutrina neoliberal o considerou como pertencente ao âmbito privado, devendo ser nutrido pela família, a comunidade e os serviços privados, sendo que ao Estado cabia agir de forma mínima a fim de aliviar a pobreza e produzir serviços que os particulares não quisessem ou não pudessem fazer. Nesse sentido, o neoliberalismo rechaçou os conceitos de direito social e a obrigatoriedade de serem garantidos por meio da ação estatal. Almejava-se, portanto, a imposição de uma nova forma de acumulação de capital e de uma nova etapa da expansão capitalista, sendo que a condição política para tanto seria a derrota/enfraquecimento da classe trabalhadora.

Desse modo, embora o neoliberalismo apresente características em comum com o liberalismo, são bastante diferentes os efeitos que refletem sobre a estrutura social e a economia, isso porque quando existe a imposição política de um modelo de economia pré-industrial, como é o caso do neoliberalismo, sobre uma formação social avançada,



visualizam-se efeitos nefastos tanto para a economia quanto para a sociedade, desarticulando os setores econômicos e marginalizando e excluindo as classes produtivas e fundamentais para o mercado nacional.

#### 4 OS PERCALÇOS DO NEOLIBERALISMO

O que se pode inferir do projeto neoliberal, é a tentativa da imposição de um novo padrão de acumulação, a fim de que se desencadeasse uma nova forma de expansão capitalista, especialmente visando a “concentração do capital nas mãos do grande capital internacional”. No entanto, o terreno fértil para isso, seria a derrota ou o enfraquecimento das classes trabalhadoras e de suas organizações reivindicatórias e partidárias (LAURELL, 1997, p. 164). Para isso, seria necessária a destruição das instituições de bem-estar social, “por constituírem uma das bases da ação coletiva e solidária que diminuem a força desagregadora da competição entre os indivíduos no mercado de trabalho” (ANDERSEN *apud* LAURELL, 1997, p. 164), acrescentando-se a isso, o objetivo de destruição das instituições políticas, a fim de que a todas as atividades econômicas rentáveis fossem estendidos os investimentos privados.

Daí se denota a existência das enormes disparidades existentes entre o discurso neoliberal e o conteúdo das políticas sociais dos governos inspirados nessa nova ideologia. Requer-se “mais mercado livre e menos Estado social” (BEHRING, 2003, p. 58). Porém, enquanto se verifica ter sido possível vencer a resistência em relação à retirada do Estado da economia, nota-se não ser possível desmantelar as instituições sociais básicas, posto que uma atitude voltada a abandonar a garantia dos direitos sociais, “transformam o tema numa controvérsia política com implicações eleitorais de primeira ordem”, o que confirma a “irreversibilidade do Estado de bem-estar” (LAURELL, 1997, p. 164).

Ademais, James Petras destaca que a terminologia (linguagem/conceitos) adotada pelos ideólogos do neoliberalismo para descrever as mudanças na política defendida pelos mesmos, como por exemplo “ajuste estrutural” e “reforma econômica”, “não significam o conteúdo da atividade que eles supostamente descrevem” e tomam alguns conceitos-chave utilizados pela esquerda e invertem seus conteúdos essenciais<sup>2</sup>. Destaca Petras, que o objetivo

<sup>2</sup> “Por exemplo, na década de 1960, os analistas de esquerda elaboraram o termo ‘mudança estrutural’ para significar a redistribuição de renda, terra e propriedade de cima para baixo, no sentido da classe operária e dos camponeses sem-terra. Hoje, os neoliberais usam o termo ‘reforma estrutural’ para referir-se às transferências de propriedade pública para as grandes empresas privadas – a reconcentração de riqueza e de propriedade. Antes, a





dos neoliberais em assim procederem se explica pelo contexto político em que se dá a implementação do neoliberalismo: os sistemas eleitoreiros, posto que por meio da manipulação lingüística seria mais fácil de serem atraídos os eleitores (PETRAS, 1997, p. 20-21).

A argumentação da “lógica do capital” defendida pelos neoliberais faz referência à circulação do capital de cima para fora e não leva em conta, também, “a lógica” que se relaciona ao papel da política, da ideologia, da política de Estado e luta de classes para o estabelecimento de parâmetros e condições para a acumulação do capital, sendo que tem suas raízes na “mudança da correlação das forças da classe dentro do Estado, da sociedade e do mercado de trabalho”.

Com o neoliberalismo observou-se ter havido uma vertiginosa queda dos salários e do desemprego na América Latina, bem como em países europeus, tais como Grécia e Portugal, verificando-se, assim, um intenso retrocesso social, tendo em vista que houve o empobrecimento generalizado da massa trabalhadora e foram incorporados novos grupos sociais às condições de pobreza. Simultaneamente, visualizou-se, ainda, uma drástica redução no que tange aos gastos sociais, com a conseqüente redução dos gastos sociais públicos e dos subsídios destinados ao consumo popular, situação essa que contribuiu para a deterioração das condições de vida da maior parte da população, atingindo, inclusive, setores da classe média (LAURELL, 1997, p.151).

Contudo, conforme Petras (1997, p. 25) o que se denota é que os próprios defensores do livre mercado violavam as políticas do regime neoliberal. A uma, porque ao invés de diminuir a intervenção estatal, houve a mudança do tipo e da direção da intervenção: ao invés de nacionalizar, o Estado privatizou. A duas, porque não houve a desregulamentação, mas a regulamentação da economia passou do nível nacional para o internacional, sendo formado por banqueiros estrangeiros, o FMI, o Banco Mundial, elites exportadoras e tecnocratas latino-americanos, “limitando o consumo local dos grupos assalariados para promover o lucro das elites exportadoras”. Desse modo, tem-se que a “retórica da desregulamentação obscurece a verdadeira natureza da mudança da regulamentação”.

Ao serem vivenciadas as novas condições impostas pelos neoliberais, percebe-se que houve a “dissolução da unidade constitutiva do Estado e do capital nacionais”, tendo em

---

esquerda usava o termo ‘reforma econômica’ para descrever as políticas que realocavam os recursos públicos dos mais abastados para a área social. O uso contemporâneo de ‘reforma econômica’ pelos neoliberais significa reduzir o bem-estar social e fornecer mais subsídios sociais aos investidores privados, especialmente para os expostadores” (PETRAS, James. p. 20-21)



vista que os Estados se deparam com dificuldades no desenvolvimento de políticas industriais, limitando-se, então, a tornar mais atrativos os territórios nacionais às inversões estrangeiras. Dentro da lógica neoliberal, os Estados nacionais se restringem à cobertura do custo de algumas infraestruturas, à aplicação de incentivos fiscais, à garantir escoamentos suficientes e à institucionalização de processos de liberalização e desregulamentação, visando à competitividade. Nesse aspecto, “são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho”, o que envolve a “diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade; e do fluxo de capitais”. Desse modo, os processos de privatização ganham destaque e são reduzidas as dimensões do setor público (BEHRING, 2003, 59).

Conforme destaca Hudson (BEHRING, 2003, p. 59), “o Estado, que supostamente representa o interesse geral, dispõe a partir de agora de uma base mais estreita que a empresa mundializada cujos interesses orientam a ação desse mesmo Estado”. Em um contexto em que existe a pressão pelo aumento do gasto em face à pressão para uma queda de receita, verifica-se a intensificação da disputa pelos fundos públicos. Diante da escassez de recursos, da contenção do déficit público e do perigo da inflação, busca-se o corte dos gastos estatais, a fim de que se equilibrem as contas públicas, o que demonstra uma regressão sob o ponto de vista fiscal.

Nesse cenário, tem-se, então, que as políticas sociais não passam de meros discursos ideológicos, posto que são entendidas como “paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado”, sendo que, nesta perspectiva, deixam de ser vistas como direitos sociais, caracterizando a desresponsabilização e o desfinanciamento da proteção social pelo Estado (BEHRING, 2003, 64), ou, diga-se, a configuração de um Estado mínimo para os trabalhadores, enquanto para o capital há a configuração de um Estado máximo.

Por fim, tem-se que o “neoliberalismo, mais que menos Estado, propugna outro Estado. O que pretende é mudar algumas de suas pautas, porém não tem asco da intervenção do Estado quando preserva e garante os privilégios do capital”, considerados de forma coletiva ou individual (MONTES *apud* BEHRING, 2003, 64).



## 5 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

O neoliberalismo levou à globalização, a qual, por consequência, trouxe diferentes repercussões nos Estados nacionais. Assim, no que tange aos Estados periféricos, estes precisaram proceder à abertura de seus mercados ao capital externo, desregulamentando suas economias e favorecendo a remessa de lucros para as matrizes para que pudesse fazer parte do mundo globalizado.

Quando se vivencia a liberalização da economia “o capital especulativo vem para os países em desenvolvimento atraído pelas altas taxas de juros, prejudica as economias endividadas e aumenta a dívida externa”. No entanto, quando se vislumbra o risco, “esse capital sai e gera maior insegurança na economia, sem ter criado novos projetos de investimento e gerado empregos”. Verifica-se aí a nocividade dos interesses nacionais quando é favorecida a entrada de capital a curto prazo pelos governos. “Criar limites para o capital especulativo nos países em desenvolvimento pressupõe um Estado com poder de regulamentar a economia, e não apenas uma política liberalizante e irresponsável que fragiliza o país” (COSTA, 2006, p. 163).

Dessa forma, as altas dívidas dos Estados os tornam dependentes do mercado financeiro, retirando-lhes a autonomia na formulação de sua política econômica, afetando os governos nacionais, inclusive no que tange à questão fiscal, levando à deterioração da capacidade de investimento e dificultando o crescimento econômico.

Tendo em vista a necessidade de serem adotadas medidas para conter o déficit orçamentário, as reformas do Estado foram tomadas como medidas pragmáticas voltadas à dinamização do país para que pudesse haver sua inserção na economia global. Dessa forma, encontrando-se o Estado em crise, suas funções e papéis precisavam ser redefinidos por meio da reforma. Tal situação aconteceu em diversos Estados, mas, tratar-se-á, especialmente, do Estado brasileiro, conforme se passa a discorrer.

Frise-se, inicialmente, que, para que se fale em reforma do Estado brasileiro, não se pode olvidar que tal processo foi permeado por determinações impostas pela conjuntura histórica, devendo-se aclarar que tal processo foi determinado pela junção de fatores externos e opções internas. No entanto, o Estado brasileiro não passou por reformas no sentido social-democrata, mas vivenciou processos de modernização conservadora ou revolução passiva, com um peso considerável do passado no presente, conforme se infere das leituras de



Celso Furtado e Florestan Fernandes. Desse modo, na década de 1990, houve a reformatação do Estado brasileiro para que pudesse haver a adaptação passiva à lógica do capital.

Diante dos fatores históricos, a reforma do Estado foi colocada como condição imprescindível para a retomada do crescimento econômico e a melhoria do quadro social do país, iniciando-se com Fernando Collor, quando da abertura da economia para multinacionais automobilísticas, seguiu-se no governo de Juscelino Kubicheki, no processo de abertura do capital externo, e seguiu com mais força no governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, o processo de abertura econômica no Brasil se deu, sobretudo, na década de 1990, juntamente com a política de câmbio sobrevalorizado – início do Plano Real –, favorecendo uma industrialização velada, fomentada pelas importações. Alguns setores econômicos sofreram com a perda de competitividade, decorrente de medidas de política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, em razão “do longo período de taxa de câmbio apreciada, e da falta de uma política de incentivos para exportação do país” (COSTA, 2006, p. 163-165).

Assim, nesse governo, a reforma do Estado foi associada à crise fiscal, tendo em vista a incapacidade de investimento por parte do Estado e da promoção do processo de desenvolvimento. Em razão disso, conforme Costa, (2006, p. 165) a crise fiscal foi identificada como a crise da administração pública, tendo sido transformada “em discussão técnica, administrativa, sendo esvaziada de conteúdo político a ela inerente e desvinculada de política econômica”.

Observa-se que o Brasil careceu de articulação com a sociedade no seu processo de reforma, posto que muitas decisões se deram por meio de medidas provisórias, submetendo-se o Congresso Nacional ao Poder Executivo. A apresentação da reforma do Estado se deu, então, por meio da mídia, colocando como “imprescindíveis as reformas constitucionais para garantir o processo de estabilidade monetária e o controle do processo inflacionário”. Dessa forma, o “medo da inflação e da ingovernabilidade do estado foi fomentado pelo discurso ideológico, para que a sociedade aceitasse, sem debate, a reforma do Estado, operacionalizada por meio das reformas constitucionais” (COSTA, 2006, p. 166).

O que se verifica, então, é que no governo de Fernando Henrique Cardoso o Estado teve ampliado seu poder de mercado e isso se deu por meio da reforma constitucional. Em 1988, teve-se a promulgação da Constituição da República de 1988, vivenciando-se um avanço nas forças democráticas do país e formando-se as bases legais para um Estado voltado às responsabilidades sociais. A reforma do Estado brasileiro, apresentou-se, então, claramente



oposta à reforma neoliberal, posto que, conforme dito alhures, naquele momento pregava-se uma menor atuação estatal na área social e a maior atuação do mercado e da iniciativa privada na sociedade.

Para Oliveira (*apud* COSTA, 2006, p. 166), a crise do Estado no Brasil pode ser analisada sob dois ângulos. O primeiro se relaciona à “mobilização da sociedade civil na luta contra o Estado ditador instalado em 1964 e que perdurou por mais de duas décadas”, sendo que, com o esgotamento deste modelo, obteve-se como resultado a democratização do país. O outro, relaciona-se à “crise colocada pelo bloco dominante [partidos conservadores PFL e PL] como uma crise da capacidade de sustentação financeira do Estado, exigindo a redução dos gastos sociais”.

Dessa forma, tem-se, então, que a Reforma do Estado foi colocada como um pressuposto para que o país pudesse participar do processo de globalização. Outrossim, a reforma no Estado brasileiro não foi vista como uma forma de se proceder à uma reforma social ou no combate às desigualdades sociais, mas “como um elemento de ampliação da lógica da economia de mercado para o conjunto da sociedade”. (COSTA, 2006, p. 167)

Portanto, ao se adotar o paradigma do Estado Democrático de Direito, pautou-se na emancipação dos indivíduos e na sua habilitação à participação do processo dialógico. Ao se falar em ‘paradigma’, parte-se da concepção adotada na filosofia da ciência de Thomas Kuhn. Nesse sentido, existe, de um lado, a possibilidade de o desenvolvimento científico ser explicado como um processo verificado mediante “rupturas que se dão por meio da tematização e da explicitação de aspectos centrais dos grandes esquemas e pré-compreensões e visões do mundo”, que se consubstanciam no “pano de fundo naturalizado de silêncio assentado na gramática das práticas sociais, que a um só tempo torna possível a linguagem, a comunicação, e limita ou condiciona o nosso agir e a nossa percepção de nós mesmos e do mundo” (CARVALHO NETTO, 2004, p. 29).

Lado outro, o paradigma padece de “óbvias simplificações”, que somente são válidas na medida em que se permite apresentar “grades seletivas gerais pressupostas nas visões de mundo prevalentes e tendencialmente hegemônicas em determinadas sociedades por certos períodos de tempo em contextos determinados” (CARVALHO NETTO, 2004, p. 29).

Desse modo, o paradigma do Estado Democrático de Direito, considerado numa acepção simplista, representaria “a harmonização dos projetos coletivos e individuais, por meio de um sistema de produção de normas jurídicas caracterizado pelo processo democrático, que



limitaria o poder do Estado, conferindo, ainda, aos indivíduos acesso aos bens necessários à sua emancipação social”, representando a compreensão das diferenças entre os diversos agentes (COSTA, 2007, p. 162-163).

Diante disso, em razão das diversas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, é crescente o interesse pelo estudo das políticas públicas, uma vez que o intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo.

### 5.1 Políticas públicas no Brasil: a política habitacional

Política pública na acepção de Potyara Pereira (1996), refere-se à "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei". Di Giovanni (2009), por sua vez, entende que política pública é uma “forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia”. O autor destaca, ainda, que é “exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal”.

Assim, o Estado se apresenta como arena de luta de diferentes interesses e, quando atua na área de da habitação, incorpora “interesses empresariais, mas também assume uma atuação com a lógica de legitimação e neste sentido cria políticas voltadas para os diversos setores, entre estes para os mais precarizados” (SCHEFFER, 2003).

Tem-se, então que o Estado não atua somente em direção aos interesses da classe dominante, mas concilia também os interesses das classes dominadas, sendo sua ação marcada pela correlação de forças sociais. Nesse sentido, “o Estado é percebido como produto das relações sociais, a partir do interior da sociedade civil, apresentando-se, por conseguinte, como uma expressão social histórica”, assim “ao inserir-se no contexto econômico e político, é obrigado a adaptar-se às conjunturas. Além de se encontrar a serviço da manutenção da estrutura social, se coloca como instância contraditória”, assumindo “funções também





contraditórias, conforme a correlação das forças sociais presentes na sociedade” (SILVA E SILVA *apud* SCHEFFER, 2010).

A ação do Estado perpassa, então, as contradições que se passam na sociedade. Por isso, reflete a sociedade de classes e, ao atuar na regulação e uso do espaço urbano, o faz dentro da lógica da sociedade capitalista, visando manter as condições de reprodução do capital e do trabalho.

O espaço urbano pode ser definido como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA *apud* SCHEFFER, 2010). Ou seja, o espaço urbano é o “lugar privilegiado onde as classes vivem e se reproduzem”. Desse modo, sendo o Estado um dos autores da promoção do solo, muitas vezes produz mecanismos que conduzem à segregação residencial, seja por meio de leis e impostos, seja por meio de companhias que se destinam ao atendimento do problema habitacional. Estas companhias, por sua vez, redirecionam seus programas com áreas periféricas para as populações com menor poder aquisitivo, enquanto as áreas mais privilegiadas quanto à infraestrutura e o acesso a equipamento coletivos pré-existentes são direcionados para as classes de maior renda (SCHEFFER, 2010).

A política habitacional, considerada como uma política pública está vinculada ao planejamento urbano, sendo o aumento da demanda habitacional uma das conseqüências do processo de urbanização. Por essa razão, e em virtude do intenso processo de reforma do Estado, as classes populares passaram a se utilizar de diversas formas para resolver seu problema com habitação, seja por meio de programas habitacionais específicos, por meio do mercado privado ou mesmo por meio de ocupações irregulares, visualizando-se, assim, que as determinações econômicas, sociais e políticas caracterizaram a expansão da malha urbana, desembocando em periferias e no crescimento horizontal da cidade.

Assim, ao se tratar da reforma do Estado, visualiza-se as conseqüências de tal processo, especialmente no que tange à operacionalização das políticas públicas, como é o caso da habitação. Desse modo se percebe que a construção do Estado Democrático de Direito brasileiro foi marcado pela política neoliberal, sendo evidente que o conjunto de objetivos apresentados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso propunha o subsídio de ações ofertadas por entidades privadas, devendo a sociedade participar por meio do financiamento e da compra dos serviços necessários. Conforme Costa (2006, p. 227) “o governo chamou de



publicização o processo em que o Estado se fortalece, mas não na prestação de serviços sociais, e sim na transformação de tudo o que antes era serviço público em instituição privada”.

Daí se infere que existe um campo de lutas na sociedade que perpassa o Estado, verificando-se que no governo Lula (2003) teve continuidade a proposta de reforma do Estado e o corte no investimento na área social. Destarte, os segmentos organizados da sociedade civil têm mantido os direitos sociais, procurando evitar a desconstitucionalização da responsabilidade do Estado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar os aspectos do neoliberalismo, constata-se que tal fenômeno é eminentemente político e dependente do Estado. Assim, pelo exposto, pode-se perceber que essa corrente ideológica serviu para justificar e promover a reconcentração de riquezas, reorientar as ações do Estado em favor dos mais favorecidos e foi utilizado como uma forma de transferência de riquezas para o capital estrangeiro.

No entanto, tais políticas voltadas para a implementação da liberdade dos mercados, foi determinante para colocar em risco a economia de diversos países e a qualidade de vida da população, gerando desemprego e inflação bem como o perigo de abandono da democracia.

Assim, num contexto de grande desigualdade social, o pacto democrático encontra legitimidade, posto que o mercado é eficiente no que tange à alocação de recursos, porém, incapaz no desenvolvimento de uma sociedade igualitária. Ao revés, para que se atinja padrões de igualdades, necessária se faz a atuação da regulação do Estado, posto que, para que se atinja padrões de igualdade social é necessária a ação reguladora do Estado, uma vez que o mercado é incapaz de resolver tudo (COSTA, 2006, p. 165).

Nesse contexto, sendo o Estado produto da razão humana e devendo os pactos ser revisados para garantir sua legitimidade, conforme já defenderam os contratualistas, deve ser o mesmo utilizado para a firmação de um novo pacto, baseado na lógica da construção de um mundo democrático, com vistas a promover a igualdade social, a pluralidade política e a autonomia do cidadão. Nesse sentido, necessário se faz que se discorde do processo de naturalização da pobreza e de que o mercado seria a única lógica aceitável para o



desenvolvimento da sociedade, uma vez que a poder de capital não é hábil à produção do bem-estar social, à geração do trabalho e distribuição de riquezas e rendas.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Parte I, p. 09-23.
- BEHRING, Elaine Rosseti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 7. ed. v. 2. Biblioteca básica de serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.
- CARVALHO NETTO, Menelick. *A hermenêutica constitucional sob o paradigma do estado democrático de direito*. In: OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (Org.). Jurisdição e hermenêutica constitucional no estado democrático de direito. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- COSTA, Lucia Cortes da. *Os impasses do Estado capitalista. Uma análise da reforma do Estado no Brasil*. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez.
- COSTA, Igor Sporch da. O urbanismo e o direito por um prisma interdisciplinar: um estudo sobre a produção normativa para a efetivação do direito à cidade. *Revista de direito administrativo – RDA*. Rio de Janeiro. n 255. p. 161 - 192, 2010.
- DI GIOVANNI, Geraldo. *As estruturas elementares das políticas públicas*. CADERNO DE PESQUISA N.º 82, Unicamp: NEPP, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- LAURELL, Asa Cristina (org.). *Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo*. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2. ed. Revisão técnica de Amelia Cohn. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1997.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.) *No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.
- PEREIRA, Potyara A. P. *A Assistência na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- SCHEFFER, Sandra Maria. *Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa – PR*. 2001, 101 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2003.
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. v. 49. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.



## MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS: MEMÓRIAS, LUTAS E PRODUÇÃO SUBJETIVA

FARIAS, Francisco Ramos de  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
frfarias@uol.com.br

OROZCO, Rafael Andres Patino  
*Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
rafael.patigno@yahoo.es

237

### RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os sentidos dos protestos ocorridos no mês de junho de 2013 no Brasil e identificar se esses eventos podem ser considerados produtos e produtores de novas subjetividades. A pesquisa fundamentou-se nos pressupostos da Psicologia Social Crítica, utilizando o método de análise de documentos divulgados pela mídia como aproximação aos testemunhos dos protestadores. A categorização foi feita em uma unidade construída pelo programa Atlas-ti. Conclui-se que os protestos expressam traumas, formas de mal-estar social na contemporaneidade, indignação em relação a eventos considerados moralmente injustos, alternativas de transformação social, formação de grupos radicais que advogam a violência como forma de ação e, enfim, poder e resistência em relação à legitimação de outras formas de participação pública.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, mal-estar contemporâneo, subjetividade

### ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the meanings of protests in June 2013 in Brazil, and identify if such events can be considered as products and producers of new subjectivities. The research was based on Critical Social Psychology. We used document analysis method to approach the testimony of the protesters, reproduced by journalistic website. The categorization was done in a hermeneutic unit builder in the Atlas-ti program. It was identified that the protests may be signs of trauma and contemporary social discontents. Protests express indignation at events considered morally unjust, and motivate the creation of alternatives for social transformation, but also can result in the formation of radical groups that advocate violence as a form of protest. The protests represent forms of power and resistance, toward lack of legitimacy of the rulers and traditional channels of public participation.

**Key-words:** Social movements; contemporary discontents; violence.



## 1. Introdução

A passagem da modernidade à pós-modernidade, considerando que isso de fato aconteceu, caracteriza-se pelo fracasso dos ideais modernos de emancipação, felicidade e prosperidade que a ciência e a razão haviam prometido alcançar. Já se passaram mais de trinta anos desde que Lyotard (1987) proclamasse o fim da Era Moderna. No entanto, para alguns, nem mesmo teríamos alcançado à Era da Modernidade, pois faltaria ao homem da contemporaneidade muita coisa para ser moderno, como bem assinala Latour (2009). Apesar de divergências e concordâncias sobre essa questão, observa-se, cada vez mais, como se produzem transformações sociais e culturais articuladas ao avanço da tecnologia, especialmente da internet, configurando uma época em que as informações são transmitidas em uma velocidade quase incalculável, que atinge praticamente todo o planeta, de tal modo que “nem sempre é possível distinguir as fronteiras, mas podemos nos perguntar sobre os modos implicados nas práticas contemporâneas de registros em *bits*” (DANTAS e DODEBEI, 2012, p. 114). Eis um novo cenário em relação ao qual o homem não pode ser indiferente, nem adotar a postura de desconhecimento, uma vez que é constantemente bombardeado por informações difundidas por diferentes meios em velocidades ínfimas. Estamos diante de um mundo transformado ou nos aproximamos da ideia de progresso?

Pelo menos, no campo da transmissão de informações podemos seguramente atestar a ideia de um considerável progresso. Quanto a isso não pode haver nenhum questionamento, pois o instrumental produzido na última metade do século XX alargou, de forma nunca imaginada, as fronteiras aproximando homens e culturas de diferentes pontos do planeta. Isso funciona tanto para fins pacíficos quanto para fins destrutivos. É com relação a essa segunda possibilidade que a Modernidade é colocada em xeque.

O fracasso anunciado pelos pós-modernos confirma-se na contemporaneidade no novo *status* do terrorismo, nas guerras justificadas com o argumento da justiça e a proteção (que ocultam interesses econômicos) e no auge da sociedade de consumo que se apresenta como a nova portadora da felicidade.

Há sempre em oferta um objeto a disposição do consumidor, na qualidade de um bálsamo para seu sofrimento. Não obstante, a posse desses objetos não é garantia de felicidade, sendo tão somente mais um engodo que faz o homem confrontar com a desilusão inevitável no percurso de sua existência, não tendo meios de evitar o encontro com sua fragmentação. Isso



deve-se ao fato de que “a sensação em nossa pós-modernidade, o gosto em nossa boca, é de mal-estar. O mercado constituiu-se em templo do capital - de meio, de instrumento, causa eficiente para a produção e distribuição de riqueza, tornou-se direção, tendência, causa final da atividade produtiva, além, demasiado além dos valores do humanismo” (OLIVEIRA, 2004, p. 303).

Nisso vê-se perfilar uma verdadeira inversão de valores com banalização tanto da vida quanto da morte, o que produz, no homem contemporâneo, verdadeiros estados de impotência e apatia, porém marcados de sofrimento e revolta. Além dos esforços para conservar as mínimas condições de saúde psíquica, o homem do presente cotidiano tem de se engajar em projetos para resgatar a condição de cidadania, quase sempre, ignorada pelo tecido social, seja pelas transformações que têm lugar no mundo contemporâneo em termos da banalização da dor; seja pela efemeridade das relações sociais face ao consumo exacerbado e ao concentracionismo de bens, pontos que também se encontram inscritos no imaginário do criminoso.

Ao mesmo tempo, a ordem política mundial parece estar se reorganizando com a entrada em cena de vários países chamados emergentes (entre eles o Brasil), com renovado vigor econômico e político, enquanto que a Europa e os Estados Unidos permanecem em uma crise econômica que eles mesmos qualificam como “mundial”, apesar de afetar especialmente os “países centrais” (SANTOS, 1998). Seria a crise mundial uma espécie de racionalização com potencialidades para levar ao delírio, ou é simplesmente o resultado natural do sistema político-econômico imperante, que funciona na lógica de um eterno retorno, no qual os capitais tendem a se acumular apesar das promessas de prosperidade?

Há nessas circunstâncias uma questão que se evidencia: por um lado o homem deve resistir às forças que o oprimem e até mesmo recusar programas compensatórios de assistencialismo; por outro, as expressões opressoras da civilização não podem ser completamente suprimidas.

Nesse sentido, a vivência da condição de submissão segue sendo opressora pelo fato de haver nesse tipo de vivência a constatação de um agente dominante que tanto pode ser a dominação de um homem por outro quando a dominação do estado em relação a determinados grupos sociais, como, por exemplo, no descumprimento de determinadas políticas públicas. Certamente essas condições de submissão podem muito bem funcionar com a possibilidade de emergência do sujeito encarregado de ações reivindicatórias.





Mas, devemos compreender que, no contexto da submissão frente à dominação não pode haver “um sujeito com anterioridade à submissão e sim existe uma necessidade de saber gramaticalmente induzida de quem experimenta a submissão para tornar-se sujeito” (BUTLER, 2011, p. 131).

Com isso queremos assinalar que a submissão produz em um ato de instantaneidade no momento em que a dominação é percebida enquanto tal, sendo portanto duas formas relacionais que produzem sentidos para si próprias, ou seja, na reprodução das relações sociais o par submissão-dominação emergem de forma instantânea, sendo que um é condição para a existência do outro, sendo também a possibilidade de produção subjetiva.

Convém assinalar que a submissão pode ser uma forma de reivindicação pela resistência e poder produzidos para ir de encontro a uma ideologia massificante. Desse modo, os movimentos sociais poderiam ser considerados como desafios pacíficos a uma ordem estabelecida e mantida como estável, mas que escamoteia dinâmicas de desigualdades. Sendo assim, as ações de protestos são a caminhada em busca de reconhecimento, porem em um movimento de diferenciação de condições homogeneizantes e totalizadoras. Poderíamos caracterizá-las como rituais no âmbito das relações sociais.

Trata-se de experiências vividas que se revestem de traços confirmatórios da condição de sujeitos ou de grupos que se lançam projetos para expressarem ideais de transformação, ao mesmo tempo em que sinalizam formas de insatisfação em relação àquilo dado como imutável. Desse modo, são movimentos de não aceitação de dadas práticas sociais.

Então os movimentos de opressão, de dominação fazem parte do processo civilizatório, sendo mesmo uma de suas partes integrantes. Contudo, não devemos ignorar o fato de que os movimentos de resistência podem, em muitas situações, legitimar estados de violência. Desse modo, o mundo atual assenta-se em um cenário bastante movediço, onde há uma marcada descrença nos valores do passado, ou seja nas tradições, e, ao mesmo tempo, uma falta de esperança no futuro. Isso agudiza o estado de desamparo e, conseqüentemente, acirra o individualismo como forma de busca de apoio e de proteção, chegando, às vezes, a posturas negativistas. Certamente, fazemos alusão a diferentes formas de violência.

Por um lado, temos a violência inerente a um sistema que se manifesta como modalidade de dominação física e também como coerção pela opressão que subsidiam formas de exploração. É nesse ponto que reside a violência sistêmica do capitalismo “muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma direta de violência social e ideológica



pré-capitalista: essa violência já não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas más intenções, mas puramente objetiva, sistêmica, anônima” (ZIZEK, 2009, p. 20). Desse modo, propaga-se uma onda na qual determinados grupos viabiliza, de forma cabal, a presença do mal que deve ser combatido. Trata-se do mal relativo à desagregação social, à falta de perspectiva em termos de uma vida futura; bem como a outros possíveis monstros que, imaginariamente, povoam a mente do homem dos dias atuais, fomentando o seu mal-estar e sua insatisfação, de uma forma quase generalizada de individualismo e alheamento.

Por outro, espraia-se um mal-estar que atinge a todos, sejam os consumidores vorazes que, em função do maciço descarte, poluem o ambiente de forma irreversível; sejam aqueles que vivem na mira de ameaças que inviabilizam qualquer possibilidade de manutenção de laços sociais, como os atentados, por exemplo; sejam aqueles que cegam-se propositadamente diante de péssimas condições de vida em determinados setores da população; sejam aqueles que compram, a preço bem oneroso, escudos protetores em condomínios fechados, entre outros.

Nisso temos o confronto entre contrários que, de forma contrastante, alinham-se para dar sustentação a determinadas condições de vidas que ignoram o avançado processo de devastação produzido, bem como suas consequências. Na medida em que esses contrastes de alinham, o resultado é a atualização da ideologia que expressa seu contrário: a segurança deve ser garantida para proteção da violência. Ora, é nesse ponto que a violência simbólica, na sua forma mais pura, manifesta-se em seu contrário: a segurança.

Mas esse alinhamento não acontece sem produzir ruídos pelos efeitos causados. Aqueles que vivem sob a égide da segurança estão inquietos, pois cada vez mais, veem-se obrigados a se protegerem da violência. De igual maneira, aqueles que estão no contexto das práticas violentas de devastação banalizam as suas ações, sem vislumbrarem a possibilidade de ações que sejam fruto de negociações. De certo modo, opera-se radicalizações em formas de individualismo extremado que muito se aproxima de posturas egoístas, nas quais se evidenciam claramente fortes expressões de ódio ao semelhante.

No entanto, apesar do reinado do individualismo, existem expressões coletivas que poderiam ser signos desse mal-estar. Algumas dessas expressões são os movimentos sociais, entendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011), adotando diferentes formas como marchas, mobilizações, passeatas, distúrbios da ordem, entre outras.



O mundo vê surgir hoje movimentos sociais sob a forma de protestos e manifestações localizadas em países separados por milhares de quilômetros, com culturas e com sistemas de governo diferentes, que realizam reivindicações e reclamações a favor de transformações sociais, mudanças de governantes, melhores condições de segurança, entre outras, como nunca se observou desde maio de 1968. Quem são esses grupos que fazem essas reivindicações? Quais seus projetos de vida? O que vislumbram em termos de futuro? Essas são questões intrigantes, pois as pautas de reivindicação, às vezes, são expressões manifestas de um estado latente de insatisfação dificilmente detectável e reconhecido pelo próprio sujeito ou pelo grupo. Indagaríamos: se as reivindicações desses grupos fossem prontamente atendidas, isso aplacaria o mal-estar? Teremos de refletir em uma linha contrária, uma vez que constatamos que mesmo após o atendimento a uma pauta, outra em cena e assim por diante, parecendo que as pautas são verdadeiras desculpas para que determinados grupos sejam reconhecidos e determinados sujeitos se produzam delimitando os territórios que marquem as suas fronteiras subjetivas.

Na Europa tais protestos abrangem países como a Espanha, onde milhares de *indignados* saíram para defender o estado de bem-estar perdido durante a crise que levou os jovens à condição de “nem nem” (*ni ni*), denominação espanhola para os excluídos do mundo do trabalho e da escola.

No Meio Oriente a Primavera Árabe levantou-se contra os regimes totalitários em países como Líbia, Egito e Síria.

Na América Latina os protestos e movimentos sociais abrangem vários países e por motivos diversos: no Chile, as Marchas dos Estudantes pela reforma da educação tiveram eco mundial.

Na Colômbia pululam as manifestações de estudantes, camponeses, agremiações de trabalhadores e vítimas do conflito armado<sup>1</sup>. Na argentina os *piqueteiros*<sup>2</sup> são descritos como movimentos com uma composição heterogênea que afirmam uma radicalidade anticapitalista (SVAMPA, 2008).

Embora em cada país a população tenha motivos e formas diferentes de reclamar, existem elementos em comum que vinculam este fenômeno de forma global. Além da coincidência temporal, a internet facilitou o acesso à informação, antes monopolizada mais

<sup>1</sup> Para um estudo mais detalhado situação das vítimas do conflito armado na Colômbia é possível consultar a tese de doutorado « Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia » de autoria do segundo autor defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em 2013, na Universidade Federal da Bahia.



facilmente pelos donos dos meios de comunicação e os governos, favorecendo a organização dos manifestantes e a demanda de mudanças sociais, culturais, ecológicas, econômicas e políticas.

No Brasil, por sua vez, milhões de pessoas saíram às ruas nas Manifestações de junho de 2013 iniciadas por estudantes em contra do aumento das passagens do transporte público. Apesar de que antes de tais protestos já existiam no país diversos movimentos sociais, entre eles os associados à demanda pela terra e pela habitação como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), nenhum deles logrou convocar à população para participar de protestos como as dimensões das Manifestações de junho de 2013. Como é possível que tais protestos acontecessem em um momento em que o país que se orgulhava ter diminuído radicalmente as taxas de pobreza nos últimos 20 anos, de manter uma taxa baixa de desemprego, de sediar os eventos esportivos mais importantes do planeta e de ocupar um lugar de privilegio no mapa geopolítico mundial?

Reconhecemos que não existe clareza sobre a significação dos protestos no Brasil, porque se na Europa aconteceram durante um período de crise econômica e recorte de privilégios, e na Arábia foram apresentados como a resposta a regimes totalitários; no Brasil é necessário perguntar por que tais protestos surgem durante um período de crescimento econômico e diminuição dos índices de desemprego e pobreza.

Em um artigo publicado antes do início das manifestações brasileiras Cardoso (2013) afirmou que “no Brasil, a recorrência no tempo da taxa “nem nem” de exclusão (que lhe confere um caráter estrutural) não produziu os mesmos protestos que na Europa, em parte porque ela afeta mais as classes subalternas e as famílias mais pobres”<sup>3</sup>. (310)

Por outro lado, apesar da existência de altas taxas de jovens na condição “nem nem”, as condições econômicas favoráveis no Brasil, distintas às da Europa, ofereciam aos jovens melhores “horizontes de expectativa (...) tornando críveis as perspectivas de inclusão no futuro” (CARDOSO, 2013, p. 302), fato que também explicaria que no Brasil não houvessem acontecido protestos da magnitude vista em outros territórios antes de junho de 2013. Esta interpretação concorda com os dados coletados em pesquisa de opinião em realizada em junho e julho de 2013, segundo a qual em junho 39,6% dos entrevistados considerou que a situação do emprego ia melhorar no Brasil, 45,4% acreditou que permaneceria igual e apenas 11,5% acho

<sup>2</sup> Integrantes dos movimentos de trabalhadores desempregados formados durante os anos 90.

<sup>3</sup> Segundo dados de Cardoso (2013), um de cada 10 jovens entre 18 e 25 anos no Brasil não se encontra inserido no mercado de trabalho, nem na escola.



que ia piorar nos seguintes 6 meses. Ao mesmo tempo, 33,1% achou que a educação melhoraria, enquanto só 17% acreditou que iria piorar. (CNT/MDA, 2013)

É lógico então, que nem acadêmicos, nem governantes, esperassem acontecimentos de tal amplitude no Brasil. No entanto, protestos multitudinários começaram em tal contexto de suposto otimismo, e, apesar de serem iniciados por jovens estudantes que não estavam na condição de nem nem, a eles se uniram outras classes sociais, coletivos, organizações e grupos etários. Dadas estas condições particulares, surgem várias perguntas: Como e por que se produziram manifestações multitudinárias que sacudiram todo o território brasileiro? Qual o perfil dos manifestantes, e quais suas motivações para se expressar desta forma?

Os protestos começaram no primeiro semestre de 2013, quando os governos de várias capitais do Brasil decidiram aumentar o preço do transporte público. No Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, o reajuste foi de 20 centavos, efetivo a partir do dia 1º de junho. Ao mesmo tempo, o país se preparava para sediar a Copa das Confederações, evento prévio à Copa Mundial de Futebol programada no Brasil para 2014. Jornalistas do mundo inteiro estavam presentes para acompanhar o evento esportivo.

Como resposta ao aumento das passagens, no início de junho de 2013 o país se deparou com uma série de manifestações inesperadas em várias das capitais do país, protagonizadas por milhões de pessoas<sup>4</sup>. Os protestos chamaram a atenção não só da mídia nacional, mas da mundial, e foram evoluindo criando um clima de reflexão e crítica que foi muito além do preço das passagens.

O Relatório da rodada 114 (junho/julho) da pesquisa CNT/MDA (2013) permite ter um panorama geral dos participantes das manifestações durante o primeiro mês e de suas motivações. Segundo esta pesquisa 11,9% dos brasileiros participaram das manifestações, estimativa que se traduz em 17 milhões de manifestantes espalhados pelo país. A uma pergunta com respostas múltiplas sobre a forma como tomaram conhecimento dos protestos 60,7% dos participantes respondeu que via *Facebook* e 38,5% via sites de notícia. Para 49,7% dos participantes as manifestações estavam dirigidas contra os políticos em geral, ou contra o sistema político do Brasil (21%). A reivindicação mais importante na ótica dos manifestantes era o fim da corrupção (40,3%), seguida das melhoras ao sistema da saúde (24,6%), a reforma

<sup>4</sup> Segundo estimativas publicadas no Correio Brasiliense quase 2 milhões de pessoas, em 438 cidades, participaram das manifestações, apenas no dia 20 de junho de 2013. [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna\\_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml)



política (16,5%) e melhorias na educação (7,8%). Note-se que passado o primeiro mês de manifestações, as melhoras no transporte público apenas apareciam no quinto lugar de prioridade para os manifestantes (4,6%).

A respeito dos motivos das manifestações o primeiro deles foi a insatisfação com a corrupção (55%), o segundo insatisfação com os serviços de saúde (47,2%), e o terceiro os gastos com a Copa do Mundo (47,7%). Mais um dado significativo mostra que 84,3 dos entrevistados aprova os protestos nas ruas.

Sobre o perfil da população que saiu para as ruas, uma pesquisa realizada também durante o primeiro mês de protestos (em sete estados e Brasília) indicou que 63% dos entrevistados tinham entre 14 e 29 anos de idade, 49% tinha ensino médio completo ou ensino superior iniciado e 43% ensino superior completo. 30% deles tinha renda familiar acima de dois até cinco salários mínimos, 26% acima de cinco até dez salários mínimos, 23% acima de dez salários mínimos, e apenas 15% têm renda familiar até dois salários mínimos.

Os dados apresentados permitem inferir que a população que saiu nas ruas pertencia predominantemente à classe média e encontrava-se inserida no sistema educativo ou no âmbito laboral. Não estamos falando, então, de protestos originados pela parcela da população excluída (na condição nem nem), ou sob condições de precariedade.

Serão esses protestos uma forma de crítica, entendida como o “questionamento da autoridade de um sistema de legitimação racional cujos imperativos se tornam absolutos? Seria pertinente perguntar se a corrupção, as condições de desigualdade, opressão e violência, mantidas no Brasil apesar do avanço em termos macroeconômicos, podem configurar um trauma social da forma como é definido por Ortega Martínez (2011, p. 30) como “os processos e os recursos socioculturais por meio dos quais as comunidades encaram a construção, elaboração e resposta às experiências de graves fraturas morais que se percebem como moralmente injustas e que se elaboram em termos coletivos”.

Haveria, nesses protestos, a potencialização de memórias referentes a ações que foram impedidas em outras épocas? Que tipo de voz e visibilidade buscam determinados segmentos da população quando organizam uma manifestação? A quem são dirigidas essas manifestações? São sinais de denúncia social ou advertências? Certamente, difícil seria escolher apenas um caminho para tecer considerações, pois provavelmente há uma imbricação de causas múltiplas que forma uma espécie de teia. Existem ainda outros interrogantes que devem ser considerados: será possível falar de produção de novas subjetividades e respostas





criativas no contexto dos protestos? As manifestações são, ao mesmo tempo, uma forma de poder da população e de expressar desacordo contra o poder estabelecido. Mas de que falamos quando nos referimos ao poder, e quais as implicações de desafiá-lo?

## 2. Os protestos como uma forma de poder e expressão da subjetividade

Os protestos de junho de 2013 chocaram o Brasil e o mundo. Como já foi dito, nem políticos, nem analistas esperavam acontecimentos desse tipo em um país com baixas taxas de desemprego e com um governo que mantinha, até esse momento, altos níveis de popularidade.

Vários governantes expressaram na mídia que desconheciam os motivos das manifestações. Tal desconhecimento é um indício do motivo pelo qual as manifestações se estenderam de tal forma e chegaram a tomar um caráter violento: os cidadãos encontraram nas ruas a forma de levantar a voz, de se expressar, se fazer escutar e se sentir participes. Diante de tais fatos, a primeira resposta das autoridades foi a repressão dos protestos por meio da violência policial. Por que foi essa a resposta governamental e quais os seus efeitos? A análise de 704 matérias<sup>5</sup>, veiculadas pelo site G1 durante o junho de 2013 sobre os protestos acontecidos em todo o território brasileiro, permitiu identificar que uma das motivações dos manifestantes para participar dos protestos foi o uso da violência por parte das forças policiais, embora ao mesmo tempo, parte dos manifestantes também fizessem uso dela. Os episódios de violência e os motivos das protestas tornaram-se durante esse período foco do debate na mídia.

Existem ao menos duas formas de pensar a relação entre violência e poder. Para alguns filósofos e sociólogos<sup>6</sup> a violência é considerada uma expressão do poder; a violência seria, portanto, uma forma legítima do exercício do poder quando exercida pelo Estado. Tal consideração deriva-se da definição do poder como um instrumento de dominação. No entanto nem toda personificação do poder descampa para posturas autoritárias, de modo que a entre as estratégias de planejamento dos movimentos e as ações há um fosso imenso, exatamente pelo fato de ser um empreendimento voltado para a questão do poder, conforme assinalou Arendt (2010). Isso quer dizer que a experiência que, tanto o homem quanto grupos, tem de suas vidas pelo lado de

<sup>5</sup> As matérias foram recuperadas a partir de uma busca avançada realizada com as palavras-chave “protestos e Brasil”, e depois categorizadas usando o programa Atlas-ti, para análise de dados qualitativos. A análise completa faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no programa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. As interpretações desses dados será apresentada na forma de artigo quando finalizada.

<sup>6</sup> Wright Mills, Max Webber, Bertran de Jouvenel e Hobbes, entre outros.



dentro; bem como a história que tecemos sobre nossas vidas, tem como referente a um agente externo em relação às nossas ações. Por esse motivo, qualquer manifestação não pode ser apenas o emprego de meras técnicas de reivindicação e lutas, uma vez que deve ser perpassada por princípios éticos em relação aos quais o direito de uns não pode ser exercido sem considerar o direito de outros, pois “recusar os mesmos direitos fundamentais tanto aos que se encontram fora da comunidade como os que se encontram no seu interior é qualquer coisa que um ser humano não faz naturalmente” (ZIZEK, 2009, p. 50). Disso então depreende-se que essa recusa é uma violação da inclinação ética que deve mediar as negociações e os pactos celebrados entre os homens.

Na segunda perspectiva “o poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (ARENDDT, 2010, p. 36).

Na prática poder e violência aparecem combinados e raramente em estado puro, o que não quer dizer que sejam o mesmo, pelo contrário, “o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja, [enquanto] o poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto” (ARENDDT, 2010, p. 40-41). Em outras palavras o poder é outorgado pelos acordos, e concessões; enquanto a violência depende de instrumentos que são utilizados para aumentar o vigor humano. Com tais instrumentos (armas) é possível conseguir que alguém aja conforme outro quer, mas não é possível adquirir poder.

A violência é normalmente usada pelos Estados naquelas circunstâncias em que o poder se vê ameaçado: quando não se reconhece mais a autoridade de um governo o uso da violência é sempre uma tentação para o governante. No entanto o paradoxo consiste em que tal violência terá o efeito de destruir o poder que tenta defender. Neste sentido Arendt afirma que “é insuficiente dizer que violência e poder não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada ao seu próprio curso ela conduz à desaparecimento do poder” (ARENDDT, 2010, p. 44).

Esta ideia, que pode ser observada de forma radical em contextos de governos tirânicos, serve para interpretar alguns acontecimentos antes narrados: diante das manifestações de junho de 2013 os governantes tentaram manter a ordem e o poder (que viam ameaçado) por meio do



uso da força policial, mas o efeito produzido foi inverso, as manifestações cresceram de tamanho, muitas pessoas se juntaram motivadas pela violência policial que presenciaram e os grupos de manifestantes, que também agrediam e saíam às ruas para quebrar e gerar confusão longe de serem contidos, também aumentaram. A violência, então, tanto policial, como dos manifestantes, cumpriu sua missão de atrair a atenção da opinião pública.

Sem perceber, as autoridades, que inicialmente decidiram reprimir as manifestações, atentaram contra o próprio poder que estava sendo questionado. Os protestos, nesse sentido, dão conta de que certo consenso já estava perdido antes de começarem as manifestações. As protestas em contra do aumento nas passagens apenas funcionaram como um estopim que detonou o restante das inconformidades cidadãs.

Mas este raciocínio também serve para pensar os efeitos do uso da violência por parte dos manifestantes. Qual o fim último dos manifestantes que decidem usar a violência? Tal violência encontra-se justificada e pode ter fim quando alcançado o objetivo?

Para Arendt (2010) a violência nunca é legítima, mas pode ser justificável quando se usa em defesa própria, sua justificativa se desmancha quando o fim distancia-se no tempo e se corre o risco de que a violência se torne o fim em si mesmo. “Ela não promove causas nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública” (p. 58). É o que se observa claramente nas manifestações, a violência foi usada para chamar a atenção, o que de fato aconteceu; a maior parte das matérias veiculadas pela mídia focavam nas ações de destruição e nos confrontos entre manifestantes e policiais. Ao mesmo tempo ela não parou quando as demandas começaram a ser escutadas pelos governantes; não se deteve quando o preço das passagens foi diminuído, nem quando foram propostas melhoras no sistema de saúde e de educação. Apesar dos pedidos de uma parcela dos manifestantes e a mudança aparente nos protocolos de ação da polícia, ela continuou. Uma pergunta permanece aberta, quem foram os participantes dos atos de destruição e qual sua motivação. A resposta freudiana, que explica tais atos pela suspensão da consciência moral nos fenômenos de massa, embora facilite a compreensão, parece insuficiente, dado o fato de que se formaram grupos radicais que defendiam o seu uso continuado durante as manifestações, fato que apoia a ideia de que a violência, mesmo que com um objetivo específico, facilmente se torna fim em si mesma.

A noção de poder construída por Arendt permite pensar as ondas de protestos realizadas no Brasil e em outros países como formas de exercício do poder e da construção da cidadania a



partir de ações da população. Em certo sentido os movimentos de protesto conseguiram mostrar a fragilidade de um aparente conformismo com o estado das coisas e juntar coletivos com demandas e meios diferentes, mesmo que alguns desses coletivos tenham tido como meta a radicalização. Longe de acabarem nesse primeiro mês, continuaram depois do fim da Copa das Confederações e derivaram em reflexões políticas, acadêmicas, mas também na formação de grupos radicais como os *Black Blocks*, que defendem a violência como forma de pressionar mudanças.

Manifestações de tal magnitude, que são explicadas por alguns dos participantes como protesta “contra tudo”, podem indicar a ruptura de um estado de passividade frente condições estruturais de desigualdade (CARDOSO, 2013) ou de subcidadania (SOUZA, 2003) na sociedade brasileira. Os protestos indicam que a desigualdade, a corrupção e a exclusão produziram na população brasileira fraturas morais percebidas como moralmente injustas. Ao mesmo tempo, essas fraturas morais, que podem ser catalogadas como uma forma de trauma social que se expressa na indignação cidadã (ORTEGA MARINEZ, 2011), permitem a formação de mecanismos de criação e demandas de transformação e reconhecimento.

As dificuldades para responder os interrogantes expostos no texto indicam que é necessário indagar de forma mais detalhada o sentido das manifestações no Brasil. Consideramos que as manifestações também são signos do mal-estar e da resistência a respeito dos modos de subjetivação dominantes na contemporaneidade. Devemos assim concluir que os movimentos de resistência podem produzir dobras e, dessas dobras podem decorrer a produção de novas subjetividades como mecanismos de construção de memória e ação, que podem motivar mudanças sociais e culturais.

Apesar das dificuldades podemos nos aventurar a algumas especulações. Quando se trata de situações como as manifestações devemos considerar que, muitos daqueles que se envolvem em movimentos de protestos expressam a necessidade de ação sem que seja considerado um tempo para reflexão, pois partem do pressuposto de que diante de uma dada situação urge agir. Não obstante, se analisarmos a fundo essa possibilidade poderíamos ver que se trata de um falso sentimento de urgência no contexto do mundo pós-industrial cuja lógica é a acumulação de capital para fazer frente ao consumo.

Se consideramos que os jovens encarregados das manifestações pertencem a um segmento da população denominado classe média, sabemos que se trata de pessoas que vivem em um mundo virtual, protegidas por inúmeras barreiras ilusórias como sistemas de segurança



em verdadeiras ilhas de condomínios fechados e que, de certo modo, não têm uma clareza do que seja a realidade exterior. Por isso, salientamos que, embora as manifestações sejam uma forma de resistência e certamente produção de subjetividade, devemos considerar que existem situações em relação às quais a única coisa que pode ser feita é resistir a tentação de uma “ação imediata para esperar e ver por meio de uma análise crítica e paciente. A exigência do compromisso parece exercer sobre nos a sua pressão por todos os lados” (ZIZEK, 2009, p. 14).

Partindo dessa premissa podemos refletir que o jovem das manifestações acreditava ter condições de tomar decisões que respondesse pela sua liberdade, de modo a assumir a responsabilidade pela escolha. Esse jovem não contava com a infiltração de outros grupos, (*black blocks*, mascarados) que se utilizaram da situação para provocar terror. Eis uma via obscena que surgiu no seio das manifestações do que resultou um grande dilema: prosseguir nos movimentos de protestos ou recuar. Quer dizer: resistir ou omitir-se para evitar produzir danos sociais com ação de atores de microgrupos terroristas. Essa situação nos colocam diante de duas possibilidades.

Em primeiro lugar, é preciso resistir as formas de dominação e esmagamento do poder público e, ao mesmo tempo, resistir ao fascínio da violência exercida por agentes sociais cujo fim é a destrutividade e não a reivindicação de direitos, pelo menos no que tange a possibilidade de pensar em uma totalidade e não apenas em células segmentadas representadas por determinadas categorias sociais.

Em segundo lugar, há a questão do pertencimento. A sociedade exige do homem a atitude de pertencer. No entanto essa atitude revela um momento paradoxal, pois há, de um lado, a ordenação social a que o homem deve se submeter, pelo menos, minimamente; por outro, há a questão da escolha que entra em conflito com a ordenação social que é imposta ao homem, como por exemplo, amar ao país ou aos pais. Estamos assim diante de um grande paradoxo: querer escolher e submeter-se a uma ordenação.

Se estamos no contexto do pertencimento não podemos pensar em uma querer pela possibilidade de tudo escolher, pois a livre escolha fora de qualquer princípio de ordenação social não passa de um gesto sem sentido para o homem que levaria ao nivelamento de sua subjetividade, sem possibilidade de expressão de suas singularidades.

Disso então concluímos que a liberdade de escolha, em muitas ocasiões da vida, não passa de um mero gesto formal de consentimento.



## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, A. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder*. Valencia: Edições Catedra, 2011.
- CARDOSO, A. Juventude trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Recuperado em 16 de dezembro, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): [www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- CNT/MDA. *Pesquisa CNT/MDA Relatório Síntese Rodada 114*. Recuperado em 14 de dezembro de 2013, <http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/Relatorio%20SINTESE%20-%20CNT%20JULHO2013%20-%20R114%20-%20FINAL.pdf>
- CORREIO BRASILIENSE. Quase 2 milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades. Recuperado em 12 de dezembro, 2013, de [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna\\_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml)
- DANTAS, C. G. e DODEBEI, V. (2012). Memórias anônimas: uma navegação entre conceitos e artefatos digitais. In: PINTO, D. S. e FARIAS, F. R. (orgs.). *Novos apontamentos em memória Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 113-126.
- FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. In: L. HUBERT e P. RABINOW (Org.), *O sujeito e o poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- G1 VEJA PESQUISA COMPLETA DO IBOPE SOBRE OS MANIFESTANTES. RECUPERADO EM 14 DE DEZEMBRO, 2013, DE [HTTP://G1.GLOBO.COM/BRASIL/NOTICIA/2013/06/VEJA-INTEGRA-DA-PESQUISA-DO-IBOPE-SOBRE-OS-MANIFESTANTES.HTML](http://G1.GLOBO.COM/BRASIL/NOTICIA/2013/06/VEJA-INTEGRA-DA-PESQUISA-DO-IBOPE-SOBRE-OS-MANIFESTANTES.HTML)
- GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47). Recuperado em 15 de dezembro, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): [www.scielo.br](http://www.scielo.br), 2011.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2009.





- LYOTARD, J. F. *Defining the postmodern*. Posmodernism. ICA Documents, 4, 6-7, 1986.
- \_\_\_\_\_. *La condición postmoderna*. Madrid, España: Ediciones Cátedra, 1987.
- OLIVEIRA, L. A. Um corpo estranho: civilização e pós-humanismo. In: Novaes, A. (org.) *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ORTEGA MARTÍNEZ, F. Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio. In: F. Ortega (Org.), *El trauma social como campo de estudios* (p.p. 17-62). Bogota: Universidad Nacional, 2011.
- PATIÑO, R. *Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- SOUZA, J. (2003). A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- RUIZ SILVA, A. Texto, testimonio y metatexto. El análisis de contenido en la investigación en educación. *La práctica investigativa en ciencias sociales*. Jiménez Becerra, Absalón; Torres Carrillo, Alfonso DCS, Departamento de Ciencias Sociales. UPN, 2006. Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá. 2006. Recuperado em 20 de janeiro, 2011, de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/dcsupn/pracinve.pdf>
- SANTOS, B. de S. (1998). *De la mano de Alicia: lo Social y lo Político en la Postmodernidad*. Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes, 1998.
- SVAMPA, M. Cambio de época: movimientos sociales y poder político. Buenos Aires, Argentina: Clacso- Siglo Veintiuno, 2008.
- ZIZEK, S. *Violência*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.



## A RUA ORGANIZADA: AÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA

PACHECO, Marina Rute de A. M.  
*Estudante de mestrado do PPGCS - UFBA*  
*marinarutepacheco@gmail.com*

253

### RESUMO

Os dilemas enfrentados pelo Movimento Nacional População de Rua, que surge como organização política no terceiro milênio, e a mobilização em torno de demandas ao Estado por condições de subsistência imediata, privilegiando a busca pela ampliação da cidadania e dos direitos sociais, são questões centrais que orientam a discussão. O objetivo deste artigo é analisar as práticas políticas tendo por enfoque as articulações com outras organizações da sociedade civil e a participação política institucional. Para tanto, alicerçou-se em três chaves analíticas: “repertório de contestação” de Tilly, “luta por reconhecimento” de Honneth, a noção de “justiça” em Fraser. As considerações trazidas aqui estão baseadas na análise de dados: em matérias jornalísticas sobre o movimento social, em entrevistas semi-estruturadas, nos discursos das lideranças deste movimento, e dos representantes da burocracia estatal, veiculados às mídias, como forma de apreender os caminhos da ação política.

**Palavras-chave:** Movimento Nacional População de Rua. Movimentos Sociais. Luta Política.

### ABSTRACT

The dilemmas faced by the National Movement Homelessness, which arises as a political organization in the third millennium, and mobilizing around demands on the state for immediate subsistence conditions, favoring the search for the expansion of citizenship and social rights are central issues guide the discussion. The objective of this paper is to analyze the political practices by taking the approach links with other civil society organizations and the institutional political participation. Therefore, its foundations on three analytical keys, "defense repertoire" Tilly, "struggle for recognition" of Honneth, the notion of "justice" in Fraser. The considerations brought here are based on data analysis in news stories about the social movement in semi-structured interviews, in the speeches of the leaders of this movement, and representatives of state bureaucracy, conveyed to the media as a way to learn the ways of political action.

**Key-words:** National Movement Homelessness. Social Movements. Politics Fight.



É lugar comum que a emergência de novas organizações em uma conjuntura marcada pela nova morfologia dos movimentos sociais na arena política transformou substancialmente as relações entre a sociedade política e a sociedade civil organizada. Nessa realidade contemporânea, muitos movimentos sociais são fundamentados pela síntese de práticas políticas oriundas de uma conjuntura de reorganização dos movimentos de esquerda de modo generalizado, na qual se verificou a aparição de teorias sobre esse novo fenômeno, em uma conjuntura marcada: pelo fim dos anos dourados do capitalismo nos países desenvolvidos, iniciando um período de economia estagnada; pelo refluxo mundial dos movimentos ou organizações “tradicionais” dos trabalhadores, tais como partidos políticos e sindicatos; declínio dos governos ditatoriais e dos Estados Operários Burocratizados. Assim, tendo em vista tal contexto, que parece reverberar na contemporaneidade, a emergência de novas organizações que centraliza as ações políticas em torno de demandas por participação nas decisões políticas, tem por *leitmotiv* sobretudo a juridicização via poder legislativo, pautando a inscrição em leis, dos direitos sociais.

Nesse ínterim, em 2004, o Movimento Nacional População de Rua<sup>1</sup> (MNPR) foi fundado por grupos da população que viviam nessa situação em São Paulo e Belo Horizonte após o episódio da Chacina da Praça da Sé – em que sete moradores de rua foram assassinados e nove foram gravemente feridos – local este que funciona, ainda hoje, como abrigo de moradores nesta situação na cidade paulista (MNPR, 2010). Isto é senão um prenúncio que a situação de não reconhecimento desse setor social da sociedade capitalista atingiu a negação absoluta, materializando-se, dentre outras formas, por meio da chacina (HONNETH, 2003). O processo de tornar consciente aquela realidade externa e estranhada gerou a necessidade de organização, iniciou-se o processo de formação política e de capacitação dos moradores de rua, e a rua organizada passou a acompanhar as notícias de casos de violência e genocídio à população de rua que continuam sendo realidade na atualidade.

Contudo, a barbárie levou à utopia. Em meio a essa situação, no início do terceiro milênio, as articulações desse incipiente movimento social organizado foram consolidando-se,

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da pesquisa apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, em 2013, sob orientação do Prof. Dr. Alvino Sanches. Agradeço ao Movimento Nacional População de Rua e aos seus militantes e lideranças pela recepção e pelos anos de aprendizado.



principalmente através dos fóruns de debates, das manifestações públicas e da inserção desse sujeito político nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento – se pautava políticas públicas voltadas a esse setor da classe trabalhadora<sup>2</sup>. Ademais, essa organização de sujeitos em situação de rua realiza articulações políticas com as organizações da sociedade civil, tais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e as Pastorais Sociais (MNPR, 2010). Esse processo de tornar consciente aquela realidade externa e estranhada pode ser ainda verificada através da fala da coordenadora do MNPR:

255

Existe algumas entidades e algumas pessoas, por exemplo a Pastoral de Rua, que começaram a perceber a população em situação de rua com um novo olhar, com um olhar diferenciado. E começaram a querer entender, quem era esse fenômeno população de rua? Quem eram essas pessoas? Porque essas pessoas estavam nessa situação? E aí, começaram a perceber também que pra poder acontecer alguma coisa, precisava primeiro ter o protagonismo dessas pessoas. Então começou justamente disso. O movimento dos catadores já estava se organizando, apesar de o movimento dos catadores terem uma pauta mais voltada pro trabalho, sobre os resíduos sólidos, mas sempre tinha uma brecha pra população de rua poder está discutindo, poder está falando, poder está começando a se articular. Em 2004, acontece a chacina na Praça da Sé, em São Paulo e com isso a gente viu que tinha dois caminhos: ou de continuar naquela situação ou de começar a assumir o protagonismo.” (Trecho transcrito da entrevista com a coordenadora do MNPR e do MNPRSA).

A partir desse episódio, as relações externas e materiais foram concebidas como ideias através da percepção, isto é, do vínculo imediato do sujeito com o real. Criou-se uma onda de mobilizações encampadas pelos moradores de ruas de São Paulo e de Belo Horizonte, e a consolidação da organização deste movimento contou com o suporte dessas entidades, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e as pastorais. E o dia 19 de agosto, o dia que ocorreu a chacina na Praça da Sé, ficou marcado como sendo o Dia de Luta da População de Rua. Após a fundação do MNPR, em 2004, em 2005 o movimento participou do 4º Festival de Lixo e Cidadania o que mobilizou vários municípios organizados e corroborou à fundação do movimento em outros estados brasileiro, e nesse processo, atualmente, o MNPR organiza moradores de rua em: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Paraná, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio Grande do

<sup>2</sup> Alguns dados oriundo do trabalho de pesquisa apontou que boa parte desses indivíduos exercem trabalho, ainda que no âmbito da informalidade, através de atividades remuneradas, o que será desenvolvido adiante neste artigo.



Norte e Fortaleza; e na Bahia o movimento completou em março de 2013 quatro anos de sua fundação. A partir de então, iniciou-se o processo de formação política e de capacitação com os moradores de rua, e a rua organizada passou a acompanhar as notícias de casos de violência e genocídio à população de rua que continuam sendo realidade na atualidade. Assim, a situação de não reconhecimento vem atingindo a negação absoluta, por meio da morte, que se objetivam através dessas práticas, como as chacinas, extermínios e espancamentos de indivíduos (HONNETH, 2003). O desenvolvimento do trabalho contínuo desse setor progressista do clero – pastorais da terra, pastorais do povo da rua, etc. – influenciou na constituição de uma identidade desse coletivo que perpassa a relação intersubjetiva de reconhecimento com a sociedade através da luta pela conquista de direitos.

Assim, mesmo antes de sua formação enquanto movimento social, a até então incipiente organização de sujeitos em situação de rua já realizava articulações políticas com as organizações sociais e movimentações por melhorias materiais a sua existência. Ainda nesse período, sujeitos que sobreviviam nessa realidade iniciaram um processo de organização em associações e cooperativas de catadores de resíduos sólidos, as quais culminaram, posteriormente, na formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNPR, 2010). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que na atualidade coaduna com as ações do MNPR, no seu “5º plano bienal dos organismos nacionais 1979/1980” estipulou que evangelizar a partir dos pobres, visar à libertação integral do homem, e construir uma sociedade fraterna, esses são os objetivos da ação pastoral no Brasil. No entanto, ainda hoje, essas diretrizes parecem permanecer conduzindo suas ações. A prática dominante nesse período, caracterizada como “*basista*”, por meio da qual esses setores clérigos mais progressistas partiam à ação direta, sobretudo no que tange a questões que incidem na realidade mais imediata, o cotidiano das classes populares. Para resolvê-las, aproximou-se dos princípios que regem os direitos dos cidadãos, ainda que sejam direitos de ordem cívica e não social, corroborando para o surgimento do campo de organização popular que se efetivava nos trabalhos das pastorais da Igreja junto aos movimentos populares (GOHN, 1991). Ainda na atualidade, o MNPR, vê nesses direitos civis, principalmente à posse e ao abrigo, objetivos a serem conquistados.

Contudo, por mais que houvesse ações de caridade e de organização popular ao longo desses decênios foi em 2000 que, com a realização do 1º Encontro Nacional da Pastoral Social, e em 2001 com promoção do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais



Recicláveis e a 1º Marcha do Povo da Rua, foi fundada a Pastoral Nacional do Povo da Rua, cujos trabalhos cristãos buscam formas de se superar essa realidade, uma delas é o incentivo da luta pelos direitos sociais.<sup>3</sup> As relações estabelecidas entre as pastorais sociais e a população em situação de rua não se constitui somente através de bases que se sustentam por via das ações que possam suprir as necessidades mais imediatas desses sujeitos, porém coadunam aos aspectos de objetividade e subjetividade, as quais se apresentam na luta por reconhecimento.

O desenvolvimento do trabalho desse setor progressista do clero influenciou na constituição de uma identidade desse coletivo que perpassa a relação intersubjetiva de reconhecimento à sociedade, materializada no Estado, através da luta pela conquista de direitos. Essa luta por reconhecimento está em busca dos sentimentos de autoconfiança, autorrespeito, e autoestima que coexistem com formas de desrespeitos que lhes são correspondentes quando o reconhecimento é negado ao sujeito, o que é recorrente à população em situação de rua, e, ainda, através de práticas de tortura ou violação, que são formas de desrespeitos que estão para além da dimensão física do ser, assumindo uma relação de submissão de um à vontade de outro. Manifesta-se como sendo a principal luta do MNPR o terceiro padrão de reconhecimento, que é baseado na autoestima, assentada na estima social, posto que o Movimento Nacional População de Rua luta por um contexto social que permita aos sujeitos nessa situação manifestar suas distintas capacidades e propriedades, de modo universal, contexto cotidiano renegado pelas situações de não-reconhecimento, as quais são evocadas cotidianamente, lhes tratando irrisoriamente, inclusive por meio da repressão estatal, como as humilhações e ofensas, físicas ou psicológicas (HONNETH, 2003), tais como: assassinatos, detenção por vadiagem por meio de jatos d'água, abrigamento obrigatório, coação por parte da polícia, agressões verbais, impedimento de acessar os serviços e espaços públicos, expulsão de regiões centrais da cidade, impedimento de acesso, mobilidade e ingresso nas cidades, cadastramento forçado nas plataformas estatais, apreensão dos documentos civis e retirada dos pertences (MNPR, 2010). Isto é, criminalização da pobreza em sua totalidade.

<sup>3</sup> Informações retiradas da reportagem da página web ADITAL - Notícias da América Latina e Caribe: "Moradores de rua e catadores de materiais recicláveis recebem apoio de Pastoral", disponível em: <[http://www.adital.com.br/site/noticia\\_imp.asp?cod=37956&lang=PT](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=37956&lang=PT)> acesso em: 11 de jan de 2014.





Segundo o primeiro artigo do regimento interno do MNPR (Anexo A), a sua composição é formada por indivíduos que viveram ou que vivem nas ruas, que de acordo com a primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2008), a maior parte desses indivíduos são trabalhadores – exercem alguma atividade laborativa e remunerada –, negros, têm entre 25 e 55 anos, e homens (mas vem aumentando o número de mulheres que pernoitam nas ruas). Somando-se à Pesquisa Nacional sobre a população de rua em situação de rua, desenvolvida pelo MDS em 71 municípios brasileiros, que acusa, através deste censo, um total de 31.922 indivíduos nesta situação, aos resultados das pesquisas desenvolvidas em âmbito municipal em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife<sup>4</sup>, capitais que foram excluídas deste censo, e que apontam respectivamente para: 14.478, 916, 1.203, 1.390 indivíduos em situação de rua, este montante resulta em um total de aproximadamente 50 mil pessoas em âmbito nacional<sup>5</sup>, sendo que neste amálgama, Salvador é a terceira cidade com maior contingente de indivíduos, com 3.289, que fazem dos espaços públicos a constituição de espaços de moradia.

Esta pesquisa foi realizada principalmente pelo fato da população em situação de rua não constar na estatística do IBGE, “com o IBGE a nossa invisibilidade era tão grande, tão profunda, que nem a contagem nos dava o direito. [...] a contagem era muito simples [...], se não existe contagem, não existe população de rua, não precisa políticas públicas.” (SILVA, 2010), fala da coordenadora nacional do MNPR, e ainda assim, sobre este censo, ela defende que: “tivemos em 2008/2009 uma contagem feita pelo Ministério da Assistência Social onde contabilizaram em 71 municípios 50.000 moradores em situação de rua – que sabemos que é muito mais [...]” (SILVA, 2013). Assim, através das normatizações que não são instituídas em direitos é que estes são colocados no lugar de não reconhecimento, estado à margem do

<sup>4</sup>As publicações referentes as capitais são de anos distintos: São Paulo, 2011; Recife, 2005; Porto Alegre, 2008; Belo Horizonte, 1998.

<sup>5</sup> Dados retirados das publicações governamentais: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (Orgs.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. FERREIRA, A. L.; FERREIRA, F. P. M.; COSTA, R. M. V. Prefeitura de Belo Horizonte realiza primeiro Censo População de Rua. Belo Horizonte: *Revista Planejar BH*, fev. 1999. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. *Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife*. Recife, 2005. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua: sumário executivo*. Brasília: MDS, 2008. (versão digital). MNPR. MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*, 2010. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP). *Censo da População em Situação de Rua: principais resultados*. São Paulo: PMSP/ Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2011.



acesso a circunstâncias que corroborariam em condição de acesso aos direitos, no *status quo* de cidadão.

Na cidade de Salvador, os militantes do movimento reúnem-se em uma sede temporária, que se localiza em um salão pertencente à Igreja e Convento de São Francisco, próximo ao Largo do Pelourinho, no centro histórico da cidade. As reuniões abertas acontecem quinzenalmente aos sábados pela tarde, contando com aproximadamente 80 presentes, havendo uma reunião semanal às segundas-feiras restrita às lideranças do MNPRSA, ou seja, aqueles que cotidianamente estão presentes na sede e que são responsáveis por alguma atividade da organização. O movimento não aglutina apenas aqueles que fazem dos espaços públicos locais de ambiente privado, abrigo e moradia, mas também agrega indivíduos de outros setores da sociedade, ou que já viveram naquela situação e que não têm acesso à propriedade privada na cidade, à habitação urbana e ao uso legal do solo: inquilinos, e todos aqueles que são acometidos tanto pela realidade da questão habitacional quanto pela inadequação legal dos domicílios.<sup>6</sup>

Apesar dessas especificidades, a população em situação de rua é o elemento mais genérico do movimento. De forma mais ampla, através do *survey* realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2008), identificou-se que estes indivíduos estão distantes da formalidade do mundo do trabalho e das condições mínimas de sobrevivência, porém 1,9% dos entrevistados relataram, atualmente, ter vínculos empregatícios com carteira assinada, ao passo que 74% desses indivíduos são alfabetizados e somente 17,1% são analfabetos e 8,3% estão na categoria dos semianalfabetos. “Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos)” (MDS, 2008, p. 10). Assim, 70,9 % dessa população exerce atividades laborativas tais como: atividades relacionadas à construção civil (6,3%), limpeza (4,2%), carregador/estivador (3,1%), coletores de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha<sup>7</sup> (14,1%), profissionais do sexo, vendedores no mercado informal (ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos), pequenos serviços, e dentre outros; havendo ainda, um contingente de 15,7% de indivíduos que

<sup>6</sup> Essas descrições da sede do Movimento e da periodicidade das reuniões são resultados de observações feitas no campo, cuja inserção nas reuniões e atividades realizadas pelo MNPRSA fazem parte da minha pesquisa de monografia, que conta com observações diretas durante dois anos de idas ao campo.

<sup>7</sup> Significativamente, o termo flanelinha, ou guardadores de carro, é utilizado para designar indivíduos que são remunerados para assegurar a conservação dos automóveis na rua, de modo informal.



sobrevivem da forma do não-trabalho – a mendicância e os desempregados. Neste censo, a maioria relatou ter algumas profissões (58,6%) ligadas: à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). No que diz respeito a esse cenário, 53% desses indivíduos também constituem a PEA, tem entre 25 e 44 anos (MDS, 2008).

Dentre as principais motivações pelas quais esses indivíduos passaram à situação de rua, a dependência química do álcool ou de outras drogas está entre as principais razões (35,5%); seguida do desemprego (29,8%) e do rompimento com os laços familiares (29,1%) – as razões dos motivos individuais também podem ser verificadas de modo correlacionado –, atualmente, parte dessa população sofre de embriaguez (14,3%) ou são portadores de transtorno mental (14,0%). Isto posto, por falta das condições mínimas de moradia, recorrem às “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos, prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho, ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagens e apoio, igrejas,)” (MDS, 2008, p. 6), pensionatos, repúblicas e cortiços, como forma de abrigo das adversidades e intempéries da natureza ou, ainda, como forma de moradia e, com isso, lócus da reprodução familiar.

O Movimento Nacional População de Rua, apesar de não se impulsionar somente pelas intermediações da questão da moradia em área urbana, tem nesta uma de suas principais pautas de lutas e defendem que esta “[...] população deve participar da construção desta política urbana” (MNPR, 2010, p. 13). Nesse sentido, como evidencia a fala da coordenadora do MNPR, as políticas públicas e sua implementação são estratégias que se almejam alcançar:

A inclusão da População em Situação de Rua nas políticas públicas, a adesão dos estados e municípios ao Decreto 7053/2009. A nossa reivindicação mais urgente são a implantação dos equipamentos do Município. Exemplo: casas de acolhimento, consultórios na rua, casa de cuidados e, principalmente, a não higienização, ou seja, o recolhimento por jatos d’água e abordagens truculentas. [...]. Nós sobrevivemos nas ruas, é muito difícil, pois existe um preconceito muito grande, diversas violações de direitos, falta de equipamentos dignos e, principalmente, a falta de uma *intersetorialidade por parte das diversas Políticas Públicas*. Existe também a falta de desejo político. Infelizmente as pessoas imaginam que a População em Situação de Rua se encontra nessa situação por desejo, como se fosse normal as pessoas desejarem estar nas ruas, no frio, no abandono, sofrendo assassinatos, espancamentos, sendo acordados com violência e truculência. Somos frutos e filhos de um sistema capitalista injusto e desumano.

[...] Porém, nós vemos tantos prédios abandonados que poderiam ser moradias de interesse social. Para mim, além do déficit existente, se tivessem pessoas que realmente fossem comprometidas poderíamos não



acabar com a falta de habitação, mais reduziríamos em muito a desigualdade. (SILVA, 2013) (grifos meus).

Assim sendo, o que se identifica como sendo este movimento social específico, de acordo com o conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010) é expresso por meio do valor, percebido através da influencia das Pastorais Sociais no processo de formação política do movimento, e na realização do que organizações populares chamam de “mística”, isto é, antes de se iniciar as reuniões abertas e no seu encerramento há a leitura de poesias, ou se realiza uma oração a Deus; da unidade, identificada na vestimenta dos indivíduos de camisas com a bandeira do movimento, nos emblemas expostos na sede do movimento, e nas palavras de ordem; dos números da quantidade de envolvidos na mobilização, identificado, principalmente nas reuniões quinzenais públicas, e, por fim, do comprometimento, percebido através da participação de idosos, portadores de deficiências físicas, e mães com bebês de colo e crianças nas reuniões públicas do movimento.

Tal binômio, luta política e por justiça, exige senão as dimensões da luta por reconhecimento e luta por redistribuição, é nessa tonalidade que Fraser (2006) traz ao debate dos movimentos sociais uma dimensão que lhe é essencial: as privações econômicas, dadas em um mundo desigualmente constituído por classes. São circunscritos em um sistema econômico-social de acúmulo material cuja ideologia desenvolvimentista necessária à estrutura que a orienta e aos impulsos contraditórios do sistema capitalista, que traz consigo a primazia da objetivação do sujeito, dominação da natureza e da humanidade na qual uns acumulam a riqueza produzida por outros; dependem sob outros a deterioração da vida e ainda assim estes sobrevivem, e isto é a relação mesma entre a burguesia e a classe trabalhadora, os quais são efeitos contraditórios da concentração do capital na modernidade. E é partindo dessa vivência cotidiana de carências, que as principais questões que mobilizam as ações deste movimento são: habitação, direito à cidade, saúde, trabalho digno e cidadania. Se por um lado o Movimento Nacional População de Rua movimenta-se em torno dessas questões objetivas, o que são reivindicações por justiça econômica – por sofrerem injustiça distributiva – por outro lado, luta também por status e estima social, por reconhecimento em uma sociedade que lhes negam.

As injustiças mais comumente presentes no cotidiano da população de rua são a marginalização econômica (vivem de trabalho indesejável ou são mal remunerados) e a privação econômica (viver em um subpadrão de vida permeados por carências) (FRASER,



2006). É assim que o MNPR atua, organizando estes indivíduos, pautando e participando da construção de políticas públicas redistributivas (FRASER, 2006) cuja finalidade é atender demandas desse setor social, recepcionadas, seja através de conferências, audiências públicas ou conselhos. É nesse sentido que o Movimento Nacional População de Rua (MNPR) se organiza visando, dentre outros objetivos, “combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida, direito de todo o cidadão” (MNPR, 2010, p. 25) e tendo por bandeiras, dentre outras, o “resgate da cidadania por meio do trabalho digno” (MNPR, 2010, p. 30). O trabalho digno aparece nessa cartilha de formação política como uma reivindicação, cuja carga de desejo almeja a resolução de um mal-estar, pretende-se a inclusão daquele outro que vive a margem da formalização do trabalho, si próprios, e que, portanto, genericamente, são privados do acesso às coisas públicas e de ordem privada, como a propriedade privada, e assim trilham a sua luta por reconhecimento (HONNETH, 2008).

Assim sendo, o que se identifica como sendo este movimento social específico, de acordo com o conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010) é expresso por meio do valor, percebido através da influencia das Pastorais Sociais no processo de formação política do movimento; da unidade, podendo ser identificada no fato de os indivíduos usarem camisas com a bandeira do movimento, tanto nas reuniões quanto nas atividades encampadas pelo movimento social; do número da quantidade de envolvidos nas mobilizações, identificado, principalmente nas reuniões quinzenais públicas; e, por fim, do comprometimento, percebido através da participação de idosos, portadores de deficiências físicas, e mães com bebês de colo e crianças nas reuniões públicas do movimento. Através do conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010), identifica-se que o Movimento Nacional População de Rua se articula em torno de uma insatisfação comum, travando um esforço público de elaboração das reivindicações direcionadas a essas determinadas autoridades públicas, como os representantes de burocracias estatais e governamentais, constituindo, desse modo, a sua “campanha”, ratificando um caráter contínuo. Através dessa lógica de ação e de conduta política, o MNPR participa de audiências públicas, nas quais estão representantes do governo e do Estado, de modo que haja a negociação entre ambos. Esta atuação política se torna mais frequente e “vários movimentos sociais passaram a agendar em suas atividades cotidianas reuniões, debates, e seminários para discutir e/ou elaborar subsídios para projetos de leis.” (GOHN, 1991, p. 11).



Nessa nova morfologia dos movimentos sociais, as políticas públicas e a conquista de direitos sociais, assumem lugar relevante nas ações políticas, tornando evidente uma nova refiguração nas ações e práticas dos movimentos sociais contemporâneos, que desta forma passam a disputar espaços de participação institucional. Percebe-se, ainda, que as pautas de luta deste movimento social privilegiam conquistas e garantias de direitos, de um modo geral, o que aponta a uma luta por justiça e reconhecimento. Dentre outros exemplos da luta por políticas públicas está objetivado por meio da criação do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que Institui a Política nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Sobre isto, o MNPR por meio do discurso da coordenadora nacional do movimento ao ex-presidente da república, Lula (PT), expressa o entusiasmo da organização com a conquista.

Agradecer profundamente, porque durante muitos e muitos anos a população em situação de rua ficou invisível, e somente uma pessoa humana, uma pessoa sensível poderia se deixar inclinar e escutar o clamor de um povo. Ano passado quando eu abracei o senhor [...], eu abracei um homem que teve a sensibilidade, que não permitiu de maneira nenhuma que seu coração se endurecesse, mas que não esqueceu as suas raízes, não esqueceu o que prometeu a seu povo. E o senhor com toda a humildade, com toda a alegria, permitiu que nós pudéssemos ter saído da invisibilidade, que nós pudéssemos, conquistar e ter novamente a esperança no olhar. Nosso olhar hoje em dia brilha. Brilha porque somos reconhecidos como cidadãos. [...] Nós do Movimento da População de Rua nos inclinamos diante de ti, pois somente isso pode justamente justificar toda a alegria que nós temos, de ter contato com o seu atual apoio. Mas... a luta continua. A luta continua. Continua agora contigo, presidenta Dilma (TV NBR, 2010).

A conquista da estratégia, a política pública, representou para a coordenadora nacional do MNPR: “[...] um marco para a população em situação de rua, com a implementação das políticas públicas, nós agora temos políticas!” (SILVA, 2010). O conteúdo do que foi dito, acerca do decreto, que dispõe sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua, nos remete a participação dos movimentos sociais na construção das políticas públicas, cujo objetivo estratégico (a política pública) traz consigo a organização política, identificada no seu caráter participativo, mediação da relação entre o governo e a sociedade civil organizada. Porém, observando que o Estado moderno, via governos, elabora políticas públicas e sociais, universalizando as temáticas que são reivindicadas pelos sujeitos coletivos, estimula, segundo Gonh (1991) a desmobilização das lutas políticas. Contudo, ainda que isto seja apontado pela literatura acerca do assunto, percebe-se que o MNPR busca organização, reconhecimento e





voz, apesar das vicissitudes decorrentes das necessidades imediatas pautadas pelas imensas desigualdades das sociedades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

264

*Associação Rede rua*. Disponível em: <[www.rederua.org.br](http://www.rederua.org.br)>. Acesso em: 26 de janeiro de 2014.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós socialista”. São Paulo: *Cadernos de Campo*, n. 14/15, 2006.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. (pp.117-211).

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento. Porto Alegre: *CIVITAS*, v.8, n.1, pp. 46-67, jan./abr. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua: sumário executivo*. Brasília: MDS, 2008. (versão digital).

MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*. 2010.

SILVA, M. L. S. P. Membro da Coordenação Nacional do Movimento da População de Rua acusa Prefeitura de Salvador de praticar ação higienista: entrevista. [29 de outubro, 2013].

Virtual: **Textos ao Vento**. Disponível em:



<<http://textosaevento.blogspot.com.br/2013/10/membro-da-coordenacao-nacional-do.html>>.

Acesso em: 12 de jan de 2013.

TILLY, C. Movimentos Sociais como Política. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, 2010.

TV NBR. Presidente Lula comemora Natal com catadores e pessoas que vivem em situação de rua. **NBR**, São Paulo, 23 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZNHeUaXKOQk>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.



## **A REBELDIA DAS BASES: AS GREVES QUE ATROPELARAM AS DIREÇÕES SINDICAIS EM 2014**

SILVA JUNIOR, Silvio Borges

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Sociedade Cultura e Fronteiras*  
*silviobsjr@hotmail.com*

266

### **RESUMO**

Este artigo faz uma breve análise de três movimentos grevistas que aconteceram no primeiro semestre de 2014, e que tiveram como característica um levante das bases atropelando as direções sindicais: as greves dos garis e dos rodoviários do Rio de Janeiro e a greve dos rodoviários de Salvador. Para compreender alguns determinantes desses movimentos, o texto faz um resgate histórico do sindicalismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, quando os sindicatos passam a ser reconhecidos e regulados pelo Estado; as greves das décadas de 1970 e 1980, organizadas por diversas categorias à revelia das direções sindicais pelegas atreladas aos Governos militares; o refluxo da luta sindical na década de 1990, auge do neoliberalismo no Brasil, que contribuiu para o surgimento das chamadas novas estratégias de ação sindical: o “Sindicalismo de Resultados” e o “Sindicalismo propositivo”; e, por fim, o processo de cooptação política das direções sindicais pelos Governos do PT.

**Palavras-chave:** trabalho; crise do sindicalismo; greves;

### **ABSTRACT**

This article is a brief analysis of three strikes that occurred in the first six months of 2014, and had as characteristic the bases overrunning the unionism leaderships: the road transport and street cleaners workers of Rio de Janeiro and the road transport workers of Salvador. In order to understand some starter determinants of these movements, this text makes a historical flashback on Brazilian unionism, mostly starting on 1930's, when the base unions begun to be recognized and regulated by the State; the 1970's and 1980's strikes, organized by the bases, against the leaderships' will which were coopted by the Military Governments; the reflux on unions fight on 1990's, peak of neo-liberalism in Brazil, contributing to the new strategies of unions' actions: the “Results' Unionism<sup>1</sup>” and the “Propositional Unionism<sup>2</sup>”; and at last the unions leaderships political cooptation process by the PT government.

**Key-words:** work; unionism crisis; strike;

Depois das manifestações de massa que tomaram conta das principais cidades do Brasil em 2013, e que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, o que tem chamado a atenção de militantes e pesquisadores ligados aos partidos de esquerda, movimentos sociais e, principalmente, ao sindicalismo brasileiro, são as greves que têm acontecido à revelia das direções sindicais, isto é, greves e manifestações organizadas por iniciativa dos trabalhadores

<sup>1</sup> Free translation.

<sup>2</sup> Free translation.



que não concordam com os acordos feitos entre as diretorias sindicais, os patrões e/ou governos. Nesse ensaio faremos uma breve análise de três movimentos, com essas características, que chamaram a atenção no primeiro semestre de 2014: a greve dos garis do Rio de Janeiro, que aconteceu durante o carnaval e durou 8 dias; a greve dos rodoviários de Salvador que aconteceu nos dias 26 e 27 de maio, e a greve dos rodoviários do Rio de Janeiro, realizada em dias alternados, também no mês de maio.

A greve dos garis do Rio de Janeiro teve início no dia 1º de março, sábado de carnaval. Segundo escreveu o jornalista Caetano Maneti para o site Sul 21, “*após uma reunião com garis inconformados, o sindicato assinou um documento que comunicava a Comlurb de uma greve de 24 horas, a partir do primeiro minuto do sábado de carnaval, aniversário da cidade.*”<sup>3</sup> Contudo, segundo a mesma reportagem, o sindicato teria voltado atrás da decisão com medo da paralisação ser considerada ilegal, uma vez que não havia sido cumprido o prazo de 72 horas de comunicação da greve, previsto em lei, o que de fato ocorreu. Acionado pela Comlurb, o Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve ilegal e ainda estipulou multa de R\$ 25 mil diários para o sindicato, caso a greve continuasse. No entanto, embora a direção do sindicato já tivesse voltado atrás e inclusive dado declarações à imprensa de que não haveria mais greve, os trabalhadores decidiram manter o movimento e realizaram já neste dia uma grande manifestação próxima ao sambódromo, enfrentando a prefeitura, a justiça e a própria direção do sindicato.

Na segunda-feira, dia 3, houve uma negociação com a presença do sindicato, da Comlurb e de representantes dos grevistas. As principais reivindicações dos trabalhadores eram um reajuste de 50% (Piso Salarial de R\$1200,00), aumento no tíquete alimentação de R\$ 12,00 para R\$ 20,00 e 40% de insalubridade. Na reunião, a direção do sindicato assinou um acordo que reajustava os salários em 9% (de R\$ 802,00 para R\$ 874,00), 40% de adicional insalubridade e aumento do tíquete refeição de R\$ 12,00 para R\$16,00<sup>4</sup>. Contudo, os trabalhadores não aceitaram o acordo assinado pela direção e decidiram manter a greve. O movimento seguiu firme enfrentando inúmeros ataques do governo municipal, como as ameaças de demissões e a cobertura tendenciosa da grande mídia, até o sábado dia 8, quando, em virtude da grande pressão, aconteceu uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre representantes dos grevistas e o governo municipal. A prefeitura concordou em reajustar o Piso

<sup>3</sup> <http://www.sul21.com.br/jornal/garis-usam-os-quatros-dias-do-carnaval-para-movimento-historico-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>4</sup> Idem.



Salarial para R\$1100,00 (reajuste de 37%), aumentar o tíquete alimentação para R\$ 20,00 (conforme proposta inicial dos trabalhadores), adicional insalubridade de 40%, além de se comprometer em não demitir nenhum trabalhador. Como podemos notar, a greve dos garis do Rio de Janeiro foi vitoriosa tanto do ponto de vista das conquistas econômicas para a categoria, quanto do ponto de vista da organização dos trabalhadores.

Em maio foi a vez dos rodoviários, também do Rio de Janeiro, organizarem paralisações por melhores salários e melhores condições de trabalho. E o fizeram, também, sem o apoio da direção do Sintraturb-Rio (Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro), que por várias vezes deu declarações à imprensa dizendo que era contra o movimento que estava sendo organizado por um grupo de “dissidentes” que não haviam aceitado o acordo coletivo aprovado em assembléia. Os trabalhadores que organizaram a greve reivindicavam um reajuste de 40% nos salários, auxílio alimentação de R\$ 400,00 e o fim da dupla função de motorista e cobrador. O acordo coletivo realizado entre o sindicato dos trabalhadores e as empresas de ônibus em março havia contemplado apenas 10% de reajuste e aumento de R\$ 100,00 para R\$ 140,00 no auxílio alimentação. Em entrevista ao G1.com, o presidente do Sindicato afirmou que esse acordo havia sido aprovado em assembléia da categoria no dia 11 de março e que a greve estava sendo organizada por um grupo de dissidentes que votaram contra a aceitação do acordo coletivo<sup>5</sup>. Ainda segundo o presidente do sindicato, os trabalhadores haviam votado por uma proposta de reajuste do Piso Salarial dos motoristas para R\$ 2200,00, contudo o sindicato das empresas não concordou com a proposta chegando apenas ao índice de 10%. A Greve organizada pelos chamados “dissidentes” aconteceu em dias alternados. De acordo com o portal EBC<sup>6</sup>, no dia 07, a noite, os rodoviários realizaram uma passeata e, em seguida, uma assembléia em frente ao Centro Administrativo da prefeitura do Rio, na Cidade Nova, que deliberou por uma paralisação de 24 horas para o dia seguinte, 8 de março. Ainda segundo este portal, durante a madrugada, os grevistas organizaram piquetes nos portões das empresas de ônibus. Embora o Sintraturb-Rio (Sindicato que deveria representar os trabalhadores) tenha afirmado ao portal G1.com que dos 40 mil trabalhadores da base sindical apenas 300 falaram em paralisação<sup>7</sup>, de acordo com notícia do mesmo portal, a frota que

<sup>5</sup><http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/entenda-o-impasse-que-levou-paralisacao-de-rodoviaros-no-rio.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>6</sup><http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/rio-amanhece-sem-onibus-devido-greve-dos-rodoviaros>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>7</sup><http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/greve-de-motoristas-de-onibus-causa-transtornos-no-rio.html>. Acesso em 15 jul. 2014.



circulava no dia da paralisação às 18 horas era de cerca de 24%<sup>8</sup>. Ainda de acordo com a notícia cerca de 500 ônibus teriam sido depredados pelos manifestantes que também organizaram piquetes nas garagens para impedir a saída dos ônibus.

No dia 12 de maio aconteceu uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, porém como não houve acordo, os trabalhadores deliberaram por realizar uma nova paralisação, desta vez de 48 horas, com possibilidade de aprovação de greve por tempo indeterminado. Além dessa paralisação, os rodoviários ainda organizaram uma terceira, no dia 28 de maio. Contudo, alguns sites como o G1.com<sup>9</sup> e Folha.Uol<sup>10</sup> noticiaram que a paralisação teria tido pouca adesão e que cerca de 80% da frota de ônibus estaria circulando normalmente. Em entrevista à Folha.Uol, uma das lideranças do movimento disse que as empresas pagaram R\$ 100,00 para os motoristas tirarem os ônibus da garagem. Já outro grevista afirmou ao G1.com que os trabalhadores estavam com medo de serem demitidos e que as empresas estariam contratando outros trabalhadores para substituírem os grevistas. Além das ameaças dos patrões, no dia 02 de junho, o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve ilegal, autorizando descontos dos dias parados e multa para o sindicato<sup>11</sup>. Diante desse contexto o movimento acabou enfraquecendo. Contudo, embora a greve dos rodoviários não tenha avançado na pauta de reivindicações como no caso dos Garis, ela escancara a situação de exploração desses trabalhadores, seu descontentamento com o sindicato, que deveria ouvir mais a categoria e andar junto à base, e sua disponibilidade de luta e capacidade de organização.

Ainda no mês de maio aconteceu a greve dos rodoviários de Salvador. Segundo o site Passa Palavra<sup>12</sup>, a greve estava marcada para iniciar no dia 27. Alguns dias antes, 22 de maio, foi realizada uma assembléia que aprovou a pauta e deliberou pelo indicativo de greve. Os rodoviários reivindicavam um reajuste de 15% nos salários, 63,5% no auxílio alimentação e redução da jornada de trabalho de 8 para 6 horas diárias. A negociação entre o Sindicato e os empresários aconteceu na manhã do dia 23. Os patrões ofereceram um reajuste de 9% nos salários, R\$ 0,85 no tíquete alimentação e a redução da jornada de trabalho de 8 para 7 horas<sup>13</sup>.

<sup>8</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/rio-teve-531-onibus-avariados-durante-paralisacao-dos-rodoviarios.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>9</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/termina-paralisacao-de-rodoviarios-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>10</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461229-lider-de-greve-admite-que-greve-de-rodoviarios-teve-fraca-adesao-no-rio.shtml>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>11</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/trt-decide-em-audiencia-que-greve-de-rodoviarios-do-rio-e-ilegal.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>12</sup> <http://passapalavra.info/2014/05/95678>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>13</sup> <http://averdade.org.br/2014/05/rodoviarios-decretam-greve-em-salvador-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em 15 jul. 2014.





Às 15 horas estava marcada uma assembléia com os trabalhadores para avaliarem a proposta e deliberarem se mantinham ou não a greve. De acordo com alguns trabalhadores que estiveram no local da assembléia, a mesma teria sido adiantada, não possibilitando a participação de todos os interessados<sup>14</sup>. Outros afirmaram que alguns trabalhadores teriam sido barrados e não puderam participar da assembleia<sup>15</sup>. Os trabalhadores que não concordaram com a proposta dos patrões e com a forma com que o sindicato conduziu o processo resolveram manter a greve e começaram a parar os ônibus já no início da noite em frente ao Sinergia, no bairro Sete Portas, onde estava marcada a assembléia. O sindicato chegou a dar declarações à imprensa dizendo que não haveria greve. No dia 27, após a cidade ter amanhecido sem ônibus, o presidente do sindicato mudou de posição e deu declaração dizendo que apoiava a greve, inclusive admitindo possíveis irregularidades na assembléia que havia deliberado pela suspensão do movimento<sup>16</sup>.

No dia 28 a tarde houve uma nova reunião de negociação e uma assembléia com a presença de cerca 2 mil trabalhadores que acataram a proposta de acordo anterior, com um aumento do tíquete alimentação de R\$ 12,00 para R\$ 14,00 e redução da contrapartida dos trabalhadores de 20 para 5%<sup>17</sup>. A prefeitura também se comprometeu com a gratificação de carnaval, o fim da contrapartida no tíquete alimentação e a implantação da participação nos lucros (PLR)<sup>18</sup>. Em declaração à Folha.Uol, o vice-presidente do sindicato, Fábio Primo, disse que a proposta foi um avanço em relação a original. Sobre o desencontro entre a direção sindical e os trabalhadores, ele disse que o ocorrido serviu de “aprendizado” para o sindicato<sup>19</sup>. Como se pode notar, a greve dos rodoviários de Salvador foi mais um movimento motivado pelo descontentamento da categoria com a forma com que a direção sindical tem conduzido a luta. Se formos observar, os avanços em relação à proposta inicial feita pelos patrões não foram tão grandes, contudo, a mobilização dos trabalhadores fez com que a direção do sindicato mudasse a forma de condução do processo: voltou à mesa de negociação e apresentou a nova proposta em uma assembléia com ampla participação da categoria, ao contrário do que havia feito antes da greve.

<sup>14</sup>Idem.

<sup>15</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/05/salvador-amanhece-sem-onibus-nas-ruas-sindicato-nega-greve.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>16</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/05/sindicato-dos-rodoviarios-muda-de-posicao-e-declara-apoio-paralisa-cao.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>17</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461261-acordo-encerra-greve-de-motoristas-e-cobreadores-em-salvador.shtml>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>18</sup> <http://www.tribunadabahia.com.br/2014/05/28/greve-dos-rodoviarios-chega-ao-fim>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>19</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461261-acordo-encerra-greve-de-motoristas-e-cobreadores-em-salvador.shtml>. Acesso em 15 jul. 2014.



Num primeiro momento, podemos até estranhar tantas greves e paralisações que tem ocorrido, principalmente nesse ano, e que passaram por cima das direções dos sindicatos, organizações que surgiram para defender e organizar a classe trabalhadora na luta contra a exploração. No entanto, se analisarmos um pouco a história do sindicalismo brasileiro podemos observar que esses acontecimentos são muito comuns, principalmente a partir da década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho e expediu a primeira Lei de Sindicalização que obrigava *“os sindicatos a se registrarem no recém criado Ministério do Trabalho e impondo uma série de limitações à sua organização e atuação como contrapartida desse reconhecimento oficial”* (BOITO JR., 2005, p. 47). Em 1943 foi editada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) *“que completou a organização da estrutura sindical corporativa brasileira”* (BOITO JR., 2005, p. 47). Desde então, o sindicalismo brasileiro tem passado longos períodos atrelado ao Estado e, conseqüentemente, à fração da burguesia que o dirige, por isso, nos momentos que eclodem as lutas dos trabalhadores, como aconteceu no final da década de 70, durante a ditadura militar, entre os operários da região do ABC, essas lutas muitas vezes acontecem passando por cima das chamadas direções sindicais pelegas.

Para compreender melhor a atual fase do sindicalismo brasileiro, é importante fazermos um breve resgate histórico da organização sindical em nosso país.

### **Breve histórico do Sindicalismo Brasileiro**

Boito Jr., em seu livro *“O sindicalismo na política brasileira”* lembra que o sindicalismo no Brasil nasce na última década do século XIX, após a abolição da escravidão e a Proclamação da República com o surgimento do trabalhador livre, principalmente o manual, empregado na indústria (BOITO JR., 2005, p. 268). Segundo esse autor, nesse período o movimento sindical era dominado pela ideologia anarco-sindicalista que pregava o abstencionismo político dos trabalhadores. Para Boito Jr., o fato de a ideologia anarcosindicalista ser hegemônica no movimento sindical contribuiu para que as transformações que ocorreram na década de 1920 culminassem com o início do populismo no Brasil, com a chegada de Getúlio Vargas ao Governo.

Como demonstrou de modo pioneiro Virgínio Santa Rosa (1976), a pressão difusa das massas urbanas na década de 1920 é o pano de fundo do movimento de 1930 e, acrescentamos nós, justamente por ter se tratado de uma pressão difusa, isto é sem direção partidária e programa político próprios, o governo Vargas pode implantar direitos sociais e legislação de fábrica limitados, de modo gradativo e segmentado, e, ademais, apresentar essa legislação como se fosse uma doação do Estado aos trabalhadores (BOITO JR., 2005, p. 272).



Segundo Boito Jr., embora o movimento de 30 não tenha realizado a reforma agrária, nem implantado um estado de bem-estar-social, uma vez que os trabalhadores do campo, maioria da população economicamente ativa nesse período, ficaram excluídos dos direitos sociais e trabalhistas, nem tenha rompido com o imperialismo, o sindicalismo dos trabalhadores urbanos, principalmente dos operários, teve uma participação importantes nas transformações ocorridas nesse período (BOITO JR., 2005, p. 272).

Com a crise política e econômica da República velha, mas com a ainda nascente classe trabalhadora, resultado da abolição da escravidão e da recente industrialização do país, e a falta de um Partido Operário que organizasse e conduzisse o proletariado para um patamar superior da luta de classes, acabou-se implantado no Brasil o Governo de Getúlio Vargas, governo de ideologia populista. Boito Jr., fazendo referência a Weffort (1965) afirma que a ideologia populista é uma ideologia pequeno-burguesa.

Essa ideologia possui um conteúdo central que pode ser resumido na expressão “culto ao Estado protetor”, isto é, a expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação política de forças, os trabalhadores da ação predatória dos capitalistas. Nos termos do discurso da ideologia populista, trata-se de proteger os “pobres” e “pequenos” da ação “gananciosa” dos “ricos” e “tubarões” (BOITO JR., 2005, p. 23).

De acordo com Boito Jr. (1991, p. 78) a ideologia populista surge no interior da pequena burguesia, compreendida como os pequenos proprietários independentes e a baixa classe média, composta de trabalhadores que realizam o trabalho não manual. Esses dois setores da pequena burguesia, por serem extremamente afetados pelo individualismo burguês, através de valores, como a meritocracia, não se identificam enquanto classe e por isso tem muito mais dificuldades de organizar ações coletivas em defesa de seus interesses, como ocorre com a classe operária.

O pequeno-burguês, enquanto pequeno proprietário independente, encontra-se numa situação de isolamento econômico, o que reforça nele a tendência a perceber-se como indivíduo portador de interesses singulares, e não como integrante de um coletivo de classe. [...] O trabalhador de classe média vive a ilusão da competência e do mérito individual, o que o torna particularmente receptivo à ideologia da ascensão social pelo trabalho e o desvia da organização e da luta coletivas (BOITO JR., 1991, p. 78-79).

Para Boito Jr., essa falta de identidade de classe, que leva à incapacidade de auto-organização da pequena burguesia e da classe média, é que está na base da tendência ao estatismo, uma vez que essa classe espera que o Estado intervenha na defesa de seus interesses.



Dessa forma, a partir de 1930, a ideologia do estatismo populista assume o Governo com Getúlio Vargas, que em 1931, cria a primeira Lei de Sindicalização que obrigava os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério do Trabalho e impunha uma série de limitações à organização e atuação sindical. Em 1943, foi editada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que segundo Boito Jr., completou a organização da estrutura sindical brasileira.

De acordo com esse autor, o populismo cria uma espécie de fetiche de Estado burguês, uma vez que passa a impressão de Estado livre e soberano, acima das classes e protetor dos trabalhadores contra a exploração capitalista, por isso reconheceu os sindicatos tornando-os um aparelho do Estado. Assim a estrutura sindical criada no Governo Vargas, e que segundo Boito Jr., continua praticamente intacta, passando apenas por algumas reformas,

é um conjunto de relações que tornam o sindicato um órgão oficial dependente do Estado. A necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as taxas e impostos sindicais obrigatórios por força de lei e a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa configuram um sistema que, integra o sindicato ao Estado e o torna, no limite, independente dos trabalhadores (BOITO JR., 2005, p. 54).

A estrutura sindical é então, de acordo com Boito Jr. (2005, p. 86) o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos oficiais às cúpulas do aparelho de Estado (executivo, legislativo e judiciário) e seu elemento principal é a necessidade de reconhecimento legal do sindicato, pois suas demais características dependem desse elemento base, uma vez que para um sindicato representar determinado segmento de trabalhadores nas negociações com o patronato é necessário que o Estado o reconheça oficialmente como único representante dos trabalhadores desse segmento (unicidade sindical); para que o sindicato receba o imposto sindical recolhido dos trabalhadores de sua base, faz-se necessário seu reconhecimento legal. (BOITO JR., 2005, p. 87). Como se pode notar, a estrutura sindical, tendo como elemento base a necessidade do reconhecimento oficial do sindicato pelo Estado desempenha a função de moderar a luta dos trabalhadores mantendo-os sob a hegemonia da burguesia (BOITO JR., 2005, p. 59).

Contudo, Boito Jr. (2005, p. 68) chama a atenção para o fato de que o sindicalismo de Estado enfrentou problemas ao longo de sua história. Segundo o autor,

Os sindicatos oficiais sempre foram sindicatos de minoria, o que já indica sua penetração superficial junto aos trabalhadores. Em diversas conjunturas, os trabalhadores organizaram a sua luta por fora do sindicalismo oficial. Para ser mais exato, essa foi a regra pelo menos até meados da década de 1950 (BOITO JR., 2005, p. 68).



Pesquisa realizada também por Boito Jr. sobre o perfil sócio-econômico dos trabalhadores sindicalizados nos sindicatos oficiais revelou que *“no geral, a propensão à sindicalização (sindicatos oficiais) varia na razão inversa da propensão à ação reivindicativa”* (BOITO JR., 2005, p. 73), isto é, existe maior número de sindicalizados nos setores que há menos mobilização dos trabalhadores. Isso demonstra também, que, considerando que os sindicatos oficiais recebem o imposto sindical ou a contribuição assistencial, que são descontados compulsoriamente de todos os trabalhadores da base sindical, as direções pelegas não vêem necessidade nem obrigação de realizar campanhas de sindicalização. A pesquisa indicou ainda que o índice de sindicalização dos sindicatos oficiais é maior nas cidades pequenas, do interior, e nas pequenas e médias empresas (BOITO JR., 2005, p. 73 apud BOITO JR., 1991, p. 169-219).

Em contrapartida, no final da década de 70, com a crise da ditadura militar, os setores que se mobilizaram e organizaram as greves foram os operários das grandes indústrias do ABC paulista, onde, de acordo com a pesquisa anterior, o índice de sindicalização era baixo. Isso demonstra que muitas greves realizadas no final da década de 70 e durante a década de 80, foram realizadas a revelia das direções pelegas dos sindicatos oficiais.

Durante a ditadura militar foi implantado o que Boito Jr. chamou de modelo ditatorial de gestão dos sindicatos. As direções sindicais que apoiavam as reformas do Governo João Goulart ou que organizavam alguma luta em defesa dos trabalhadores eram depostas pelo Estado. As eleições das direções eram rigorosamente controladas por uma legislação única que garantia a perpetuação das direções pelegas. Em 1978, esse modelo ditatorial de gestão dos sindicatos começa entrar em crise. A classe operária brasileira, principalmente do ABC paulista havia crescido consideravelmente e a política econômica da ditadura estava arrojando os salários dos trabalhadores. Dessa forma tem início um conjunto de greves organizadas pelos trabalhadores sem o apoio das direções dos sindicatos oficiais. Nos lugares onde as direções sindicais apoiavam o movimento, imediatamente o Estado intervinha destituindo a direção.

Os operários estavam se organizando de forma independente através das comissões de fábrica. Essa maior capacidade de organização e de luta estava garantido aos operários das grandes indústrias acordos coletivos muito mais vantajosos do que os assinados pelos sindicatos oficiais da categoria. Outra característica importante desse movimento é que, como ele era independente, não tutelado pela justiça do trabalho, ele não ficava submisso ao calendário oficial de reivindicação e à política salarial do governo (BOITO JR., 2005, p. 98).



De acordo com Boito Jr. (2005, p. 98-99), em pesquisa realizada na cidade de São Paulo entre os operários das indústrias dos setores de plásticos, químicos, metalurgia, marcenaria, de carnes em conserva e frios, considerando os anos de 1985, 1986 e 1987, pode-se constatar que a maioria das greves acontecia nas empresas com mais de 500 operários. Constatou-se ainda, que nas indústrias de plásticos, químicos e frios, os acordos coletivos assinados pelos sindicatos oficiais eram, em diversos casos, inferior à metade do piso pago pelas grandes empresas desses setores.

Nesse período também cresce as greves do funcionalismo público. Esse setor de trabalhadores estava proibido pela ditadura de se organizar em sindicatos, por isso suas greves também eram organizadas por fora da estrutura sindical sem a tutela do Estado ou da justiça do trabalho.

É a partir desses movimentos grevistas do final da década de 70 e início da de 80 que surge a CUT (Central Única dos Trabalhadores), com o objetivo de unificar a luta dos trabalhadores em todo o país. Conforme aponta Ricardo Antunes em seu livro “O novo sindicalismo no Brasil”, duas grandes tendências confluíram para a formação da CUT:

De um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura atrelada. [...] De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações mais adversas, vinham as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical (ANTUNES, 1995, p. 28).

De acordo com Antunes, essas duas grandes tendências são heterogêneas quando contrapostas uma a outra, mas também muito diversas em sua composição, uma vez que aglutinavam diversos agrupamentos políticos. Essas duas tendências realizaram congressos, como o de Poços de Caldas (MG) e o de Lins (SP), que reafirmaram a atuação do novo sindicalismo que questionava a prevalência da burocracia sindical e do peleguismo nos sindicatos oficiais. Também as Oposições Sindicais realizaram seus encontros, como o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que reafirmava a necessidade da luta contra o sindicato oficial. Foi então, da unidade de ação dessas duas tendências do sindicalismo brasileiro da década de 80 que nasceu a CUT.

Como podemos observar, desde sua origem a CUT não tinha um posicionamento definido em relação à estrutura sindical. Mesmo dentro do Novo Sindicalismo haviam aqueles





que defendiam a criação de sindicatos alternativos e os que defendiam a disputa pelas direções dos sindicatos oficiais. Conforme ilustra Boito Jr. (2005, p. 119-120), o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, o qual Lula era um dos dirigentes, chegou a criar uma organização independente, chamada de fundo de greve, na ocasião em que a direção sindical, por estar conduzindo o processo de mobilização da categoria, foi deposta pela ditadura militar. Contudo, essa organização funcionava apenas quando a direção do sindicato oficial era cassada, o que ocorreu por três vezes. Mesmo diante dessa conjuntura adversa, os dirigentes optaram por retornar ao sindicato oficial. Para Boito Jr., se a direção do movimento de São Bernardo, Núcleo mais combativo do operariado brasileiro, tivesse optado por se manter em uma organização independente, como era o fundo de greve, talvez teria iniciado uma crise da estrutura sindical no Brasil.

O exemplo anterior ilustra bem qual será a postura da CUT a respeito da estrutura sindical. No campo do discurso essa Central fez bastantes críticas ao sindicalismo oficial tutelado pelo Estado e defendeu a independência e liberdade de organização. Ao longo dos seus quatro primeiros congressos (Congresso de fundação e três CONCUR's) aprovou resoluções que defendiam o fim da unicidade sindical, o sindicato único imposto por lei, o fim do imposto sindical e propôs a implantação do Contrato Coletivo de Trabalho para substituir a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação sindical (BOITO JR., 2005, p. 122-123). Contudo, esse discurso crítico à ideologia do legalismo sindical aparece em contradição com a prática do sindicalismo cutista. A CUT defendeu, por exemplo, a oficialização dos sindicatos livres dos funcionários públicos, com o argumento do direito à sindicalização desses trabalhadores e para que os mesmos tenham um órgão legalmente reconhecido para representá-los nas negociações. Ora, como vimos, anteriormente, a necessidade de legalização do sindicato é o elemento base da estrutura sindical, uma vez que para um sindicato representar determinado segmento de trabalhadores nas negociações com o patronato é necessário que o Estado o reconheça oficialmente como único representante dos trabalhadores desse segmento, ou seja, a unicidade sindical. Outro ponto contraditório é a defesa da taxa assistencial, pois mantém “*os recursos do sindicato na dependência de um poder tributário outorgado pelo Estado*” (BOITO JR., 2005, p. 124).

Esse posicionamento contraditório da CUT deixou o caminho aberto para a reforma da estrutura sindical, que ocorreu ainda na ditadura militar, quando o governo percebeu que aumentando a repressão ao movimento operário e o controle dos sindicatos oficiais, depondo as diretorias que participavam das greves, nesse momento de grande combatividade da classe



operária, estava levando os trabalhadores para a organização de sindicatos independentes, o que faria com que o Estado perdesse todo o seu poder de controle das reivindicações e moderação das lutas (BOITO JR., 2005, p. 109). Nesse contexto o Ministério do Trabalho define uma política de abertura sindical que consistia em

flexibilizar um pouco o controle do governo sobre os sindicatos oficiais, principalmente implantando uma legislação salarial e relativa à negociação coletiva que ampliava um pouco o papel e a margem de ação dos sindicatos oficiais, em evitar, dentro de limites, a prática de depor diretorias sindicais eleitas e, como é próprio de todo reformismo conservador, em fazer muitas promessa e projetos de reformas de modo a inflar as expectativas e desorganizar o campo inimigo (BOITO JR., 2005, p. 109).

277

É levando em consideração esse e outros aspectos que Boito Jr. afirma que a estrutura sindical esteve em declínio, mas não em crise, o que esteve em crise no período da ditadura militar foi o modelo ditatorial de gestão dos sindicatos pelo Estado.

As reformas na estrutura sindical para adequá-la ao período de abertura democrática e, posteriormente, ao regime democrático de direito continuaram. Durante o governo civil de José Sarney seu ministro do trabalho, acabou com os estatutos padrões para os sindicatos oficiais, suspendeu o controle direto de suas eleições, reconheceu politicamente as centrais sindicais, entre outras medidas (BOITO JR., 2005, p. 113). Por fim, de acordo com Boito Jr. (2005, p. 114), a Constituição de 1988 consolida a estrutura sindical elevando seus principais elementos antes normatizados pela CLT, à condição de normas constitucionais, pois

A Constituição manteve, no seu artigo 8º, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios; nos seus artigos 111º, 112º, 113º e 114º manteve a mesma estrutura básica da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre o movimento sindical (BOITO JR., 2005, p. 114).

### **O sindicalismo na década de 1990 e nos anos 2000**

A década de 1990 se caracterizou por uma crise no movimento sindical brasileiro combativo. Em decorrência das transformações políticas e econômicas causadas pela implementação do neoliberalismo, o movimento sindical entra na defensiva. De acordo com Alves (2000, p. 113), a partir dos anos 90 acontecem transformações organizacionais e tecnológicas nas empresas impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. Esse processo de reestruturação produtiva promovido pelo capital como forma de sair da crise foi



caracterizado por esse autor como sendo um “*toyotismo sistêmico*’ cuja característica é promover a debilidade da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva” (ALVES: 2000 p. 113)

Por um lado a captura da *subjetividade do trabalho* através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégia de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ’s, etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais (ALVES, 2002, p. 113)

A reestruturação produtiva além de modificar as relações de trabalho no interior das empresas também foi uma ofensiva do capital às organizações dos trabalhadores. Os altos índices de desemprego e a precarização do trabalho colocaram o movimento sindical na defensiva. É neste contexto que surge o sindicalismo de resultados, que tem como expressão maior a Força Sindical, central sindical criada em 1991, com o objetivo de disputar as bases sindicais com a CUT, que havia surgido em 1983, resultado do levante operário do final da década de 70 que atropelou as direções dos sindicatos pelegos, atrelados aos governos da ditadura. De acordo com Antunes (1995, p. 38) as características do sindicalismo de resultados é o reconhecimento da vitória do capitalismo, a inserção na lógica do mercado e a restrição da luta sindical que deve preocupar-se apenas em buscar melhorias nas condições de trabalho.

Para Boito Jr. (2005, p. 162), diante dessa conjuntura era inevitável que o sindicalismo adotasse uma estratégia defensiva,

Era necessário resistir, ponto por ponto, à plataforma neoliberal e à política recessiva a ela associada: assumir, acima de tudo, a defesa dos direitos sociais ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e dos setores da economia nacional ameaçados pela desnacionalização. E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes (BOITO JR., 2005, p. 162).

Contudo, a CUT, que havia nascido na década anterior com um caráter anticapitalista, também entrava em crise. Perdia força as concepções socialistas e anticapitalistas e aumentava cada vez mais, dentro da Articulação Sindical, que dirigia a central, a idéia de negociação e acomodação à ordem, dentro daquilo que consideravam o possível, desenvolvendo-se assim um sindicalismo de participação que não questiona o mercado, a legitimidade do lucro a lógica da produtividade e a propriedade privada. (ANTUNES: 1995, p. 53). Surge assim dentro da CUT, defendido pela Articulação Sindical, corrente majoritária dentro da Central, o chamado



“Sindicalismo propositivo” que, *“em vez de ‘apenas se opor e ser contra’, deveria propor ‘alternativas concretas’ para todos os problemas importantes da política de desenvolvimento”* (BOITO JR., 2005 p. 163). Dentro da perspectiva dessa nova estratégia, foram produzidos documentos *“com propostas de políticas setoriais e passou a lutar pela constituição de fóruns tripartites – governo, associações patronais e sindicatos – e, particularmente pela ampliação das câmaras setoriais, caso particular e privilegiado do sindicalismo propositivo”* (BOITO JR., 2005, p. 164).

Conforme aponta Boito Jr. (2005, p. 153), na década de 90 a CUT não se converteu numa Central Sindical Neoliberal. Pelo contrário, as lutas organizadas nessa década contra as políticas neoliberais foram organizadas pelos sindicatos ligados a essa Central, principalmente os sindicatos dos servidores públicos, que foram os que mais resistiram à ofensiva neoliberal, uma vez que essa ideologia, com o objetivo de privatizar e terceirizar o serviço público, identificava esse setor como oneroso e ineficiente. Os funcionários públicos eram considerados privilegiados, por terem estabilidade e não estarem diretamente ligados à lógica neoliberal da produtividade e meritocracia.

Após uma década de ofensiva neoliberal, flexibilização de direitos trabalhistas, desemprego, privatização e terceirizações do serviço público, os anos 2000, mais especificamente 2002, iniciam com a esperança de uma mudança na política e na economia com a eleição de Lula (PT) à presidência da República, contudo, como afirma Boito Jr.,

O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns dos aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (BOITO JR., 2005, p. 223).

A chegada do PT ao governo também gerou um outro tipo de atrelamento dos sindicatos ao Estado, que não só aquele caracterizado pela estrutura sindical. A partir da posse de Lula vemos muitos dirigentes sindicais ligados à CUT e, conseqüentemente, advindos do Novo Sindicalismo da década de 80, ocupando cargos importantes no Governo, conforme demonstra Boito Jr.

*Grande parte da equipe governamental é formada por sindicalista egressos da corrente Articulação Sindical – os ministros do Trabalho, (petroquímico), da Previdência (bancário), da Fazenda (médico), da Comunicação Social (bancário), das cidades (bancário), e o próprio Presidente da República (metalúrgico) (BOITO JR., 2005 p. 231).*



Esse atrelamento fez com que o Governo Lula tivesse amplo apoio da CUT e dos sindicatos a ela filiados, mesmo mantendo grande parte da política neoliberal de FHC e avançando em alguns pontos, como a Reforma da previdência. As direções sindicais passaram a evitar as greves para não desgastar a imagem do Governo, com o argumento de que era um governo dos trabalhadores e encontrava-se em disputa. Por isso, no decorrer dos anos 2000 percebemos um decréscimo no número de greves, permanecendo praticamente no mesmo patamar entre 2002 e 2007 (DIEESE, 2013, p. 33). A partir de 2009 é possível observar a retomada do crescimento das greves chegando a 873 em 2012, maior número desde 1996, auge do governo FHC, quando registrou-se 1228 greve no Brasil (DIEESE, 2013, p. 33).

### **Esboçando conclusões**

Diante dessa retomada histórica do desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, apontamos três possíveis determinações (sem prejuízo de outras que não pudemos analisar neste trabalho) para os movimentos grevistas aqui analisados. Um primeiro determinante para as greves de 2014, que aconteceram à revelia das direções sindicais, ou resultado da forte pressão das bases sobre as direções, é o fato de o sindicalismo brasileiro ser sustentado por uma Estrutura Sindical existente desde 1930, que atrela o sindicato ao Estado, ao exigir o seu reconhecimento oficial para negociar com governos e patrões e ao mesmo tempo controla o movimento sindical, colocando-o sob a tutela da justiça do trabalho que tem poder de selar acordos coletivos e deliberar sobre a legalidade de uma greve. Foi o que ocorreu com as greves dos garis e dos rodoviários do Rio de Janeiro que foram consideradas ilegais, pois as direções sindicais já haviam assinado acordo coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. Contudo, é importante frisar que esses acordos ficam sempre dentro daquilo que é considerado o possível para os empresários (no caso dos rodoviários) ou governo (no caso dos garis). Além disso, a Estrutura Sindical deu origem aos chamados sindicatos de carimbo...

Outro determinante para o aumento das greves a partir de 2009 e que, conseqüentemente, tem influência nas greves que aqui analisamos é o descontentamento dos trabalhadores com o Governo do PT, isto é, durante aproximadamente 6 anos havia uma esperança entre a classe trabalhadora de que haveria uma mudança no Governo Lula, essa esperança era alimentada pelas direções dos sindicatos e das Centrais Sindicais, como a CUT, que, estando atreladas ao Governo, conseguia conter o descontentamento das bases. As mudanças esperadas não se efetivando, ou mesmo ficando muito aquém das expectativas, dão



início a uma pressão sobre as direções sindicais que, mesmo de alguma forma estando atreladas ao Governo, são obrigadas a organizar greves. Ou, no caso das greves aqui analisadas, quando as direções estão muito afastadas da base e por isso, ou por outros motivos, perderam a credibilidade com os trabalhadores, estes, não tendo alternativa para resistir à exploração, acabam organizando movimentos à revelia dessas direções.

Outro fator que pode ser visto como um determinante, mas também como conseqüência desse movimento é o desgaste de duas estratégias de ação adotada pelo sindicalismo a partir da década de 90. A primeira ficou conhecida como “Sindicalismo de Resultados” inicialmente proposto pela Força Sindical, mas que depois passou a ser propagado por outras Centrais Menores, frutos de dissidências internas e de olho, principalmente, no imposto sindical; a segunda ficou conhecida como “Sindicalismo Propositivo”, estratégia criada pela direção da CUT para enfrentar o refluxo do movimento sindical gerado pela reestruturação produtiva, pelas políticas neoliberais e pela concorrência com a Força Sindical.

Compreendemos que os movimentos grevistas da atualidade ainda não têm a mesma dimensão das greves organizadas à revelia das direções pelegas na década de 80, no ABC paulista, o que ficou conhecido como Novo Sindicalismo, principalmente porque a conjuntura política e econômica atual é bastante diferente. Porém, esses movimentos começam a mostrar os limites do “Sindicalismo e Resultados” e do “Sindicalismo Propositivo”. Conforme afirma Antunes, *“a crise do sindicalismo de resultados” será, portanto, em decorrência da própria vigência de um modelo que não permite resultados para os trabalhadores* (ANTUNES, 1995, p. 40).

Com esta breve análise das greves anteriormente citadas, podemos inferir que esse modelo de sindicato adotado desde a década de 90, que reformou, mas não aboliu a estrutura sindical, por isso pode ser considerado um aparelho de Estado, que na seqüência aderiu ao sindicalismo de resultados, proposto pela Força Sindical que defende a inserção do trabalhador na lógica capitalista, e ao sindicalismo propositivo, proposto pela CUT, que como o próprio nome sugere, consiste em propor alternativas para os problemas da política econômica do país, está mostrando seus limites. Contudo, em nosso entendimento, não é possível afirmar que se trata de uma crise dessas estratégias de ação (sindicalismo de resultados e sindicalismo propositivo), nem da estrutura sindical, pois como afirma Boito Jr.,

Uma crise é uma situação de instabilidade características de um sistema, provocada pelo desenvolvimento de contradições internas e externas, que leva tal sistema ao seu limite, colocando-o diante da necessidade de se reformular e





da possibilidade, dadas as condições, de perecer. No caso das crises políticas, diferentemente, por exemplo, das crises econômicas, julgamos ser imprescindível, para sua caracterização, a ocorrência de um elemento característico. No processo político, um sistema – um Estado, um regime político, uma estrutura sindical – está em crise quando, além do desenvolvimento objetivo de contradições pertinente ao sistema, existe uma ou mais força social que lutam pela sua destruição. (BOITO JR., 2005, p. 95)

Com essa argumentação o autor defendeu que a estrutura sindical não entrou em crise durante a ditadura, mas sim o modelo ditatorial de gestão sindical, como vimos anteriormente. Da mesma forma, ainda é cedo para afirmar que o modelo de sindicalismo de resultados ou de sindicalismo propositivo está em crise, pois as greves que vêm ocorrendo a revelia das direções ou empurrando essas direções, como aconteceu com os rodoviários de Salvador, ainda acontecem de forma isolada e espontânea, ou seja, não se verifica, ainda, uma força social consciente que lute pela sua modificação, porém mostram os limites dessas propostas e ações sindicais, abrindo espaço para o questionamento desse modelo de sindicato que temos implantado no Brasil há mais de 80 anos.

## RERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978 a 1998). [on line]. **Revista de Sociologia Política**. n. 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOITO JR, Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas SP: Editora da UNICAMP: São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOITO JR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas SP: IFCH/UNICAMP, 2005.

DIEESE. **Estudos e Pesquisas: Balanço das Greves em 2012**. São Paulo, n. 66, maio 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2014.



# **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 10**

**ENVELHECIMENTO E  
MOVIMENTOS SOCIAIS**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 10

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 10

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 10

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)





### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 10

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

O QUE É UMA BISAVÓ E UM BISAVÔ? CONCEPÇÃO DAS CRIANÇAS BAIANAS - RABINOVICH, Elaine Pedreira; AZAMBUJA, Rosa Maria da Motta; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos .....	1-13
MORTE DIGNA: ASPECTOS SOCIAIS QUE ENVOLVEM A FAMÍLIA E UMA DECISÃO PESSOAL - VIANA, Noemi Negrão .....	14-30
PERCEPÇÃO DE IDOSOS SOBRE NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA: UM ESTUDO COM IDOSOS FREQUENTADORES DO PROGRAMA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE DE VIÇOSA/ MG - FARIAS, Rita de Cássia Pereira; MINÓ, Nádia Marota .....	31-48
A CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA COMO PROTEÇÃO ESTATAL E INCLUSÃO SOCIAL - ROCHA, Sheila Marta Carregosa .....	49-61
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA - ISTOE, Rosalee Santos Crespo; SOARES, Márcia Regina Pacheco; GOMES, Denise da Silva .....	62-74
O RESSENTIMENTO, O ESQUECIMENTO E O RISO: AS METAMORFOSES DA MEMÓRIA DOS IDOSOS NUMA PERSPECTIVA NIETZSCHIANA E SEUS DIÁLOGOS COM A PSICOMOTRICIDADE - CAMPELLO, M. Cristie .....	75-87
VIOLÊNCIA FINANCEIRA E DESAMPARO DOS MAIS IDOSOS - MOTTA, Alda Britto da .....	89-102
AÇÃO COLETIVA DOS APOSENTADOS/AS E PENSIONISTAS: MOVIMENTO SOCIAL OU GRUPO DE INTERESSE? - AZEVEDO, Eulália Lima .....	103-118
A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: PERCEPÇÕES DAS VÍTIMAS ACERCA DOS SIGNIFICADOS, IMPLICAÇÕES E EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS LEGAIS DE PROTEÇÃO - SILVA, Aline Oliveira; LORETO, Maria das Dôres Saraiva de .....	120-134





## O QUE É UMA BISAVÓ E UM BISAVÔ? CONCEPÇÃO DAS CRIANÇAS BAIANAS

RABINOVICH, Elaine Pedreira

*Professora do Programa de Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL*  
*elainepr@brasmil.com.br*

AZAMBUJA, Rosa Maria da Motta

*Estudante de doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL*  
*psicoazambuja@hotmail.com*

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos

*Professora do Programa de Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL*  
*lucivcm@oi.com.br*

1

### RESUMO

Embora os avós tenham sido objeto de estudos já algum tempo, face ao envelhecimento populacional, os bisavós começaram a surgir no horizonte das crianças. Este estudo exploratório é parte de um estudo maior em que se perguntou às crianças baianas sobre sua definição dos membros da família, inclusive de bisavós. Foram entrevistadas cinquenta crianças de seis a doze anos de idade, de ambos os sexos, de classe socioeconômica média e baixa, que responderam às seguintes perguntas: o que é uma bisavó? e o que é um bisavô? Como uma descrição qualitativa, as crianças, disseram: "*eles são o mesmo que avós, mas mais velhos, precisam de mais ajuda e vão morrer mais cedo*". Uma conclusão geral é que ter a experiência de viver com mais gerações pode propiciar a criança uma abordagem diferente à noção de tempo.

**Palavras-chave:** bisavô; bisavó; crianças.

### ABSTRACT

Grandparents have been subject of studies for already some time, but as people are getting older, great-grandparents become to emerge at children lives horizon. This exploratory study is part of a bigger one where children from Bahia were asked about the meaning of their family members, including theirs great-grand-parents. Fifty children, aged 06-12 y.o., from medium and low socio-educational class answered a question about: what is a great-grand-mother? As a qualitative description, children said: "*they are the same as grand-parents but older, need more help and they are going to die sooner*". One general conclusion is that children's experience of living with more generations may give them a different approach to time. The main conclusion points to the need of studying the fourth generation, and even the fifth generation, in relation to children lives.

**Key words:** great-grandfather; great-grandmother; children.



## INTRODUÇÃO

O mundo está envelhecendo. De acordo com estudos efetuados, entre 2000 e 2050, a percentagem de pessoas com mais de 65 anos irá duplicar. Este envelhecimento deve-se a vários fatores, entre eles, à diminuição da taxa de natalidade, à melhoria das condições de vida, à melhor cobertura das necessidades sociais e de saúde e à diminuição das taxas de mortalidade (MARTINS, 2006; FLORES, 2008).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o crescimento do número de idosos no Brasil é cerca de 20.622.19. A esperança de vida aumentou, o que aliado à queda dos índices de natalidade, tem provocado o envelhecimento das sociedades. Em termos demográficos, esse fato tem implicações importantes na tecitura da família e nos papéis dos seus membros.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), divulgou no dia 06/10/2013 o estudo “Projeções Demográficas para a Bahia 2010-2030”, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR), órgão especializado em projeções demográficas, e analisado pela Coordenação de Pesquisas Sociopopulacionais da SEI. A pesquisa aponta, entre outras questões, o aumento da expectativa de vida dos homens de 71 anos (entre 2005-2010) para 76 (entre 2025-2039) e das mulheres de 77 (entre 2005-2010) para 81 (entre 2025 – 2039). Além disso, o estudo também indica a redução do incremento populacional entre 2010 e 2030, o que refletirá em uma diminuição do ritmo do crescimento populacional na Bahia. Até 2030, as projeções apontam que o envelhecimento populacional contribuirá para a tendência de declínio do crescimento da população (SEI, 2013).

Segundo a pesquisa, décadas atrás, o crescimento natural da população brasileira era bastante elevado e relativamente constante e a Bahia não era exceção. Na Bahia, por exemplo, as alterações no perfil demográfico, como redução da mortalidade e maior expectativa de vida, ocorreram de forma bastante acentuada a partir da década de 80. Em anos mais recentes, o acelerado declínio da fecundidade, o avanço na queda da mortalidade, e as mudanças na distribuição espacial da população, alteraram a dinâmica populacional e reforçaram a necessidade de projeções demográficas para os municípios e suas localidades.



Ainda em relação ao envelhecimento e longevidade, o estudo aponta que o declínio da fecundidade influenciará o perfil da população baiana nos próximos anos. Isso porque a população dos grupos etários mais jovens (menos de 15 anos) diminuirá a sua influência na estrutura etária, e aumentará o peso relativo da população idosa (mais de 65 anos). No entanto, é a população das idades intermediárias que permanecerá com o maior peso relativo na estrutura etária, e esse peso será incrementado durante o período. De acordo com a pesquisa, em 2010, o grupo acima de 60 anos de idade era composto por cerca de 1,4 milhões ou 10,3% do total da população. Já em 2030, estes valores serão, respectivamente, 16,7% dos mais jovens?? e 40,7% dos mais de 60 anos?? do total da população, refletindo a redução na base da pirâmide e o alargamento no topo da pirâmide etária.

O diretor-geral da SEI comenta os resultados da pesquisa “O envelhecimento da população e o aumento da expectativa de vida dos homens e mulheres baianos demandará, segundo o estudo, uma forte demanda de serviços ao idoso o que pode mudar o foco das políticas de seguridade social, saúde e educação. Deste modo, iniciativas voltadas à população idosa (acima de 60 anos) serão cada vez mais importantes no âmbito das políticas públicas, enquanto ocorrerá menor pressão para as demandas relacionadas à infância e à adolescência”.

Nesse sentido, há um aumento de número de gerações que convivem (HARPER, 2006) com membros de famílias de três ou de quatro gerações, principalmente as mulheres se tornando longevas (MOTTA, 2004).

Nesse sentido, Harper (2006) assevera que os indivíduos envelhecem tendo na família mais ligações verticais do que horizontais e passam mais tempo a desempenhar papéis intergeracionais do que antes. “Por exemplo, em termos verticais, uma estrutura familiar de quatro gerações tem três níveis de relações pais-filhos, dois conjuntos de ligações avós-netos e uma ligação bisavós-bisnetos” (HARPER, 2006, 26).

As pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Reino Unido fornecidos pelos estudos de ligações intergeracionais da Associação de Reformados dos Estados Unidos (AARP) revelam que mais de metade dos entrevistados eram membros de famílias de quatro gerações. Três quartos dos adultos virão a ser avós e há um estudo que preconiza que um quinto de todas as mulheres que ultrapassem os 80 anos viverão algum tempo numa família de cinco gerações, na qualidade de trisavós. Quase um terço dos avós passarão pela experiência de serem bisavós, em famílias de quatro gerações. O quadro no Reino Unido é semelhante, as estimativas indicando que um terço das pessoas do Reino Unido serão avós, papel que desempenharão em média



durante 25 anos, com algumas previsões a sugerirem que possivelmente três quartos da população ascenderão à condição de avô/avó (HARPER, 2006, p.29).

Uma transição geracional ocorre quando uma pessoa passa da condição de pai para a de avô/avó, ou mesmo de bisavô/avó e leva a mudanças tanto em sua própria identidade como nos papéis e funções que lhe competem; por exemplo, a relação que o neto tem com os avós nos primeiros tempos pode vir a determinar, mesmo que parcialmente, o modo como ele assume o seu papel e como se relacionará mais tarde com os seus próprios netos.

Outro aspecto relevante é que as oportunidades de maior interação entre gerações têm aumentado devido ao crescente número de avós vivos (SOUSA, 2006) devido ao período de velhice saudável e, por isso, é mais provável que os avós construam com os netos uma relação que se prolongue. Por exemplo, o papel de avô/avó surge em média aos 50 e 60 anos de idade, o que possibilita que avós e netos possam esperar viver em comum duas a três décadas, sendo que a terceira década ocorrerá já com os netos adultos e com os bisnetos.

Sousa (2006) chama a atenção que este maior tempo de convivência pode ocorrer em um contexto de dependência ou independência dos avós, donde não apenas os avós cuidariam dos netos, como cada vez mais poder-se-á esperar que também os netos cuidem dos avós. “Assim, emerge uma relação de cuidados recíproca: os avós cuidam (ou ajudam a cuidar) dos netos enquanto estes são pequenos e os netos poderão cuidar dos avós quando estes chegarem a uma fase da vida de maior debilidade” (HARPER, 2006, p.40).

Neste contexto de prolongamento da vida, verifica-se que a atual geração de netos é a primeira que pode esperar conhecer os quatro avós. Há poucas décadas atrás, de esperança de vida mais reduzida, apenas alguns avós resistiam mais anos, por isso o mais natural seria os netos conhecerem um ou outro avô e raramente os quatro.

O aumento da esperança de vida tende, cada vez mais, a adicionar outra geração nestas relações: os bisavós. Verifica-se, atualmente, que 20% das mulheres que morrem com 80 ou mais anos, são bisavós. “Esperamos que os avós vejam os netos crescerem e até ter filhos, por isso a relação bisavós-bisnetos começa a emergir como potencialmente importante. Este laço tem sido pouco estudado, principalmente, pela sua raridade que, com certeza, virá a diminuir nos próximos anos” (SOUSA p. 41).

Nesse sentido, Vicente e Souza (2012) acrescentam que o estudo dos bisavós constitui algo a ser construído para a sociologia e psicologia da família pois que se trata de uma realidade social desconhecida e alvo de pouca investigação.



Outro aspecto salientado pelos autores é que viver numa família com quatro ou cinco gerações é um fenômeno social raro, pois essas famílias tendem a ser entidades sociais fugazes, sendo que os elementos mais idosos (bisavós) tendem a falecer quando os mais novos (bisnetos) estão nos primeiros anos de vida. “Apesar de fugaz, este sistema social revela alguma ubiquidade na contemporaneidade, com uma proporção significativa de indivíduos a exercerem o papel de bisavós e bisnetos, mesmo que por curtos períodos de tempo” (VICENTE; SOUZA, 2012, p.2).

Igualmente para Sousa (2006), o aumento da esperança de vida tende, cada vez mais, a adicionar outra geração nestas relações: os bisavós. “Verifica-se, atualmente, que 20% das mulheres que morrem com 80 ou mais anos são bisavós, por isso a relação bisavós-bisnetos começa a emergir como potencialmente importante a ser investigado” (SOUSA, 2006, p.41).

5

## CAMINHO METODOLÓGICO

O estudo do qual este derivou investigou os significados que 120 crianças brasileiras, de 6 a 12 anos, atribuíam aos pais, mães, irmãos, avós (RABINOVICH; MOREIRA, 2008; MOREIRA, RABINOVICH, SILVA, 2009). Os participantes foram divididos em dois grupos: da capital cujos pais tinham nível sócio-educacional baixo e médio; e do interior com os mesmos níveis sócio-educacionais. Utilizou-se roteiro semi-estruturado de entrevista individual com essas crianças. Dessas 120 crianças entrevistadas, recortamos 50 respostas de crianças baianas referentes aos bisavós. Como instrumentos de coleta da presente pesquisa foram utilizados: (a) um roteiro sobre as concepções de família e de seus membros, respondido pelas crianças contendo as seguintes perguntas: Você tem bisavós? Como é ser bisavó? Como é ser bisavô? Assim, o objetivo da presente pesquisa é identificar o significado que os bisnetos atribuem às bisavós e aos bisavôs.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cinquenta crianças responderam sobre os bisavós. Destas, 31% disseram não saber o que dizer (15 sobre bisavós, 16 para bisavôs), 47% não têm bisavós (20 bisavós para 27



bisavôs) e 22% responderam o que avaliavam ser bisavós (15 respostas para bisavó para 7 para bisavô).

Tabela 1: Categorias das respostas de bisavós, Salvador, 2013.

	Bisavó	%	Bisavô	%	Total	%
Não sei/não perguntado	15	30	16	32	31	31
Não tenho	20	40	27	54	47	47
Resposta	15	30	7	14	22	22
Total	50	100	50	100	100	100

Destes dados, dois aspectos aparecem como relevantes: das crianças que responderam, 30% declararam ter bisavós. Portanto, seja porque são mais presentes ou/e porque vivam mais (“não tem”: 20 bisavós para 27 bisavôs), de modo equivalente às avós e às mães (RABINOVICH; CAMPOS, FRANCO, 2012; RABINOVICH, 2012), as crianças podem contar mais sobre bisavós do que a respeito de bisavôs.

De um modo geral, os bisavós são vistos, pelas crianças, de uma perspectiva da geração e longevidade, qual seja, como anteriores e fundadores da família. Os bisavós fornecem a noção de temporalidade, de início e de fim da vida, relacionado tanto ao seu próprio início como bisneto como à maior proximidade da morte dos bisavós.

*É, quando a gente nasce, aí meu avô me leva às vezes na casa do meu bisavô.*

Assim, os bisavós fornecem uma extensão na noção de tempo, superior à vivência de temporalidade fornecida pelos avós.

*Bisavó é aquela que tem o filho da sua neta, é uma coisa de amar o filho da neta.*

Como são anteriores aos avós, teriam ainda mais responsabilidade para com a família.





*Se avô e avó têm que ter muita responsabilidade, bisavô e bisavó têm que ter o dobro porque são eles que começaram mais pra trás ainda a família. Têm mais responsabilidade ainda, têm que cuidar da família toda. Ao invés de ser o avô que tem que cuidar só dos filhos e dos netos, o bisavô tem que cuidar do filho, do neto e do bisneto.*

A imagem da velhice está ainda associada a seus aspectos negativos, como a dependência, a doença, a debilidade física e mental, a incapacidade produtiva, embora, muitas vezes ele ofereça contribuições financeiras e/ou assistenciais para a família (GOMES; LESSA; Sá, 2006).

A relação das crianças com os bisavós é de ajudá-los. Ajudam carregando coisas, apanhando-as do chão, ajudando a subir degraus. As crianças indicam gostar de poder ajudar.

*É legal porque a gente pode ajudar ele a pegar as coisas, a subir no carro, falar assim “olha o degrau”.*

*É igual ser avó, mas só que não é tão bem assim, porque a mesma coisa de avó, também dá carinho, atenção, brinquedos, balinha. A diferença é que é já mais de idade, né, idosa, aí começa as dores. Minha bisavó não usa óculos, ela sempre viveu numa roça.*

*Um bocado de coisas, carregar as coisas, pegar as coisas, fazer um tanto de coisas.*

Os bisavós são mais cuidados pelas crianças do que cuidam delas, sendo que, em sua maioria, não os conheceram ou pouco sabem dizer deles. No entanto, já aparecem nos horizontes destas crianças (RABINOVICH; MOREIRA, 2008, p. 453).

O cuidado com o idoso praticado pelas outras gerações pode ser uma oportunidade de co-responsabilização (PIRES, 2010). “As gerações mais jovens convivem com os idosos cotidianamente. Nesse sentido, o cuidado intergeracional com o idoso pode ser uma experiência prazerosa, dependendo das particularidades culturais, das relações entre as pessoas, nas quais os significados atribuídos ao idoso e ao cuidado influenciam as atitudes de todas as gerações” (FLORES, 2008, p. 30).

Em certo sentido, a relação com os bisavós aparece invertida, pois são eles que necessitam dos bisnetos e não o contrário. Isto pode se manifestar em uma forma lúdica de relacionamento.

*Ela dá, faz de conta que você está doente, aí ela vai lá dar um remédio pra você, aí fica tudo bem.*



Nesse sentido, a criança oferece sua força e sua fragilidade e o idoso, a experiência transformada em sabedoria e burilada na memória, e a capacidade de unir o começo e o fim da vida. Se o convívio com as crianças anima a vida dos velhos como uma aragem matinal, também o relacionamento com os idosos cria perspectivas inusitadas para as crianças (OLIVEIRA, 1999).

No presente estudo, uma característica importante se refere a uma aparente perda da diferenciação por gênero, provavelmente devido a que os bisavós perderam as funções anteriormente a eles relacionadas. Seria como se a idade “ressignificasse” sexo e gênero.

8

*São diferente dos avôs e das avós. Ela (a bisavó) gosta de mim, eu gosto dela. Aí, ela me dá as coisas e eu dou as coisas a ela. Meu bisavô me dá as coisas e eu dou a ele.*

No entanto, pode-se também observar diferenças associadas a gênero:

*Bisavô é ser legal, muito, conta mais histórias do que o avô, porque viveu muito mais, todo homem conta muitas histórias, só que mulher não tem esse dom de ficar velhinha e contar muitas histórias igual ao homem.*

Contar história de vida para os bisnetos permite aos idosos reviver algumas experiências vividas e revividas de outra forma (SOUSA, 2006). Por exemplo, um avô que esteve na guerra, ao contar aos netos, provavelmente, consegue atribuir-lhe um significado menos negativo; por outro lado, as questões e observações dos netos permitem aos avós dar continuidade às experiências.

Como apontado no estudo sobre os avós (MOREIRA, RABINOVICH, SILVA, 2009), diferenças culturais, principalmente quando há a influência africana associada, nos casos estudados, a segmento sócio-educacional mais baixo, aparece nos discursos das crianças.

*Tem de respeitar a avó e a bisavó, não falar coisas que não a agrade, e também respeitá-la. S tem de fazer as coisas que ela a agrade. Todas as coisas que a ela não agrade, ela fica de mal com a gente.*

Nesse sentido, nas culturas africanas, hispano-americanas e asiáticas (GOMES-PEDRO, 2006), as avós, de um modo geral, exercem um papel fundamental como agentes pessoais de educação e é patente uma relação próxima. Este autor, assim, aponta para a matrilinearidade das relações intergeracionais, em que há um agenciamento de conhecimentos



mediados pela avó. Pode-se supor haver um prolongamento deste papel no caso de existir a bisavó.

*O bisavô tem de sustentar para ajudar a filha, ajudar o filho.*

Embora tenhamos mais relatos sobre bisavós do que de bisavôs, chega a surpreender a positividade dada aos bisavôs, principalmente no segmento sócio-educacional mais pobre.

*Gentil. Ele é muito bom pra mim. Ele me dá dinheiro. Quando eu vou lá, eu dou sempre um abraço nele.*

Na pesquisa de Harper (2006, p.20), os homens são mais propensos à prestação de cuidados com os netos/bisnetos; mais probabilidades de ter contatos frequentes; tendem a desenvolver relações mais estreitas. No entanto, as avós foram consideradas mais influentes do que os avôs, em termos de proximidade e de cuidados (RABINOVICH, 2012). Pode-se colocar a hipótese de que diferenças de papéis referentes a cuidados, geralmente associadas a gênero, possam vir a sofrer mudanças associadas tanto a segmentos sócio-educativos, quanto à idade dos avós/bisavós homens. (MOREIRA, RABINOVICH, SILVA, 2009).

Se os avós já são descritos como velhos, os bisavós aproximam ainda mais a criança da noção de morte através da visão do envelhecimento. Este é percebido como um extinguir da vida, um acabar das energias vitais.

*Porque cada vez a pessoa vai ficando mais velha e depois chega uma hora que a pessoa morre.*

Para Silva, Alves e Coelho (1997), a fase última do ciclo vital familiar é considerada como uma etapa que tem se estendido bastante, dada a maior longevidade humana marcada pela reestruturação de papéis, com a saída física de alguns membros do núcleo familiar, aposentadoria de um ou de ambos os cônjuges, a perda de autonomia e a fragilidade física. O luto pela perda de amigos e parentes trará forçosamente à tona a velhice como a fase que se aproxima da finitude pessoal e da ideia inevitável da viuvez. Nessa fase, há um fechamento de ciclo.

Ante os bisavós, as crianças denotaram experienciar a morte.

*É igual à avó, mas ela não pode trabalhar porque está de idade e quando eu conheci ela, ela já tinha noventa anos.*



Barros (1987) declara que, à medida que a pessoa envelhece, tem consciência do fim da vida. “A presença da morte já faz parte desse momento de vida: vários parentes e amigos de sua geração já morreram, bem como, evidentemente, das gerações ascendentes. Essa presença por si só traz a força da revisão da vida e também a familiaridade com a ideia de fim” (BARROS, 1987, p. 94). Algo equivalente parece ocorrer na compreensão da criança de que a vida se encaminha a um fim.

Portanto, a característica mais evidente da existência de bisavós é a extensão na compreensão infantil quanto à temporalidade e à mudança de sua posição de quem é cuidada para quem é cuidadora.

10

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constatou que, de um modo geral, os legados geracionais transmitidos pelos bisavós fazem parte da memória familiar e contribuem para a vida cotidiana da família.

Os bisavós foram vistos, pelas crianças, de uma perspectiva da geratividade e longividade, qual seja, como anteriores e fundadores da família, fornecendo a noção de temporalidade, de início e de fim da vida, relacionado tanto ao seu próprio início como bisneto como à maior proximidade da morte dos bisavós.

Se os avós já são descritos como velhos, os bisavós aproximam ainda mais a criança da noção de morte através da visão do envelhecimento. Este é percebido como um extinguir da vida, um acabar das energias vitais. Portanto, a característica mais evidente da existência de bisavós é a extensão na compreensão infantil quanto à temporalidade e à mudança de sua posição de quem é cuidada para quem é cuidadora.

Uma característica importante se refere a uma aparente não diferenciação por gênero, provavelmente devido a que os bisavós perdem as funções associadas a gênero anteriormente a eles relacionadas. Seria como se a idade “ressignificasse” sexo e gênero. No entanto, pode-se observar também diferenças associadas a gênero.

Em certo sentido, a relação com os bisavós aparece invertida, pois são eles que necessitam da ajuda dos bisnetos, e não o contrário. Isto pode se manifestar em uma forma lúdica de relacionamento.



Embora tenhamos mais relatos sobre bisavós do que de bisavôs, chega a surpreender a positividade dada aos bisavôs, principalmente no segmento social mais baixo.

Face ao exposto acima, pode-se pensar haver dois tipos de bisavós compreendidos como organizados em torno de núcleos de sentidos: “mais do que os avós” e “no lugar dos avós”. Mais do que avós: seriam mais velhos, precisariam mais ajuda, contariam mais histórias, estariam mais perto da morte. No lugar dos avós: embora este tipo seja muito pouco representado, pode-se perceber a sua existência, como provedor ou cuidador.

A principal conclusão deste estudo, no entanto, refere-se à urgência de mais estudos sobre a quarta geração e mesmo da quinta em sua relação à vida das crianças.

## REFERENCIAS

BARROS, Myriam. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1987.

FLORES, Gisela. Eu cuido dela e ela me cuida: um estudo qualitativo sobre o cuidado intergeracional com o idoso. *Dissertação de Mestrado*. Santa Maria: UFSM, 2008. “Disponível em” <[http://coral.ufsm.br/ppgenf/Gisela\\_Cataldi\\_Flores\\_Dissertacao\\_de\\_Mestrado.pdf](http://coral.ufsm.br/ppgenf/Gisela_Cataldi_Flores_Dissertacao_de_Mestrado.pdf)>. Acessado: 13/09/2103.

GOMES-PEDRO, João. O papel dos avós no século XXI. In: *Revista Povos e Culturas*, n. 10. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006, p. 11-24. “Disponível em” <[http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS\\_10.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS_10.pdf)>. Acessado: 08/09/13.

GOMES, Mariana; LESSA, Jadir; SÁ, Roberto. O papel do idoso nas dinâmicas sociais de realização do ser-no-mundo-com-o-outra. In: *Revista Transdisciplinar de Gerontologia*, v. 1, n. 1. Porto: Universidade Sénior Contemporânea., Dezembro / Maio, 2006-2007, p. 7-12. “Disponível em” < [http://arquivosusc.no.sapo.pt/revista\\_gerontologia.pdf](http://arquivosusc.no.sapo.pt/revista_gerontologia.pdf)> Acessado: 14/09/2013.

HARPER, Sarah. Papéis dos avós nas famílias multigeracionais dos nossos dias In: *Revista Povos e Culturas* n. 10. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006, p. 25-38. “Disponível em” <[http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS\\_10.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS_10.pdf)>. Acessado: 08/09/13.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil*: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.



MARTINS, Aquiles. Envelhecimento, sociedade e cidadania. *In: Revista Transdisciplinar de Gerontologia*, v. 1, n. 1. Porto: Universidade Sénior Contemporânea, Dezembro / Maio, 2006-2007, p.77-78. “Disponível em” <[http://arquivosusc.no.sapo.pt/revista\\_gerontologia.pdf](http://arquivosusc.no.sapo.pt/revista_gerontologia.pdf)> Acessado: 14/09/2013.

MOREIRA, Lúcia Vaz, RABINOVICH, Elaine Pedreira, SILVA, Célia Nunes. Olhares de crianças baianas sobre a família. *In: Paidéia*, v. 19, n. 42. Ribeirão Preto (SP): USPRP, 2009. “Disponível em” <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000100010>>. Acessado: 01/08/13

MOTTA, Alda. Brito da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. *In: PEIXOTO, Clarisse (org.), Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2004, p. 109-142.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

PIRES, Maria de Fátima. *Presença e papel dos avós: estudo de caso*. Viveiro: Universidade de Viveiro, 2010. “Disponível em” <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3601/1/4537.pdf> Acesso: 09/09/13.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Significados de família para crianças paulistas (2008) *In: Psicol. estud.* v. 13, n.3. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008, p. 447-455. “Disponível em” <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n3/v13n3a05.pdf>, Acesso:11/05/13.

RABINOVICH, Elaine; CAMPOS, Lúcia e FRANCO, Anamélia. Papeis, atividades e relações entre membros da família baiana. *In: Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 1. São Paulo: ABRAPSO, 2012, p. 139-149. “Disponível em” <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/16.pdf>, Acesso: 11/05/13.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos. *In: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L.V.C. (orgs.), Dinâmica familiar do cuidado*. Afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 2015-238.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos. *Projeções demográficas apontam mudança de estrutura da população baiana até 2030*. “Disponível em” <http://www.novoeste.com/pages/destaque/pdf.php?id=4697>, Acessado: 09/09/2013.

SILVA, Jair; ALVES, Lourdes; COELHO, Maria Renata. A família em fase última. *In: CERVENY, Ceneide; BERTHOUD, Cristina (orgs.), Família e ciclo vital, nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 123-132.

SOUSA, Liliana. Avós e netos: uma relação afectiva, uma relação de afectos. *In: Revista Povos e Culturas*, n. 10. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006, p.39-50. “Disponível em”





**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 10, p. 1-13

[http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS\\_10.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS_10.pdf)  
Acessado: 08/09/13.

VICENTE, Henrique; SOUZA, Liliana. Relações intergeracionais e intrageracionais: a matriz relacional da família multigeracional. In: *Revista Temática Kairós Gerontologia*, v. 15, n. 1. São Paulo: PUC, fevereiro 2012, p. 99-117.



## MORTE DIGNA: ASPECTOS SOCIAIS QUE ENVOLVEM A FAMÍLIA E UMA DECISÃO PESSOAL<sup>1</sup>

VIANA, Noemi Negrão.

*Estudante de mestrado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea 2014*  
*noemidireito21@bol.com.br*

14

### RESUMO

O presente ensaio trata o tema morte digna e suas conexões com a ciência dentro de uma perspectiva interdisciplinar. É uma revisão bibliográfica no intuito de refletir a problemática para promover o desenvolvimento e enriquecimento das práticas jurídicas na sociedade brasileira, onde ainda é bastante polêmico argumentar a favor ou contra eutanásia ou ortotanásia. Expõe as mudanças sociais na contemporaneidade fragmentadoras de paradigmas na família, bem como nas designações de papéis, onde a ética, sobretudo a do cuidar, é o princípio moral da vontade natural de amparar um familiar debilitado ou moribundo. Não se deseja fazer o leitor mudar de opinião sobre a temática, mas ajudá-lo a compreender melhor sobre decisões pessoais e/ou familiares às quais permitirão uma morte digna e menos dolorosa tanto para quem vai embora quanto para quem fica.

**Palavras chave:** morte digna, ética e família.

### ABSTRACT

This essay treats the theme dignified death and its connections with science within an interdisciplinary perspective. Is a literature review to reflect the case to promote the development and enrichment of legal practices in Brazilian society, where it is still quite controversial to debate in favour of or against euthanasia or orthothanasia. To work up social change in contemporary paradigms shredders in the family, as well as in the names of roles, where ethics, especially the care, is the moral principle of the natural will family protect weakened or dying. Not wish to make the reader change of opinion on the subject, but help you understand better about personal decisions and/or family which will allow a dignified death and less painful for who is going and who stays.

**Key-words:** dignified death, ethic and family.

<sup>1</sup> Texto orientado por: CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon, Professora do Programa de Família na Sociedade Contemporânea, [vanessa.cavalcanti@uol.com.br](mailto:vanessa.cavalcanti@uol.com.br)



*[...] Ora, a morte é a mais temível de todas as coisas, pois ela é o fim de tudo, e acreditamos que para os mortos já nada mais há de bom ou mau. [...]* (ARISTÓTELES, 2001, p.60)

*[...] as informações que deveriam ser refletidas e tomadas como decisão, compartilhadas com as pessoas mais queridas e não somente a mim. Apesar da consciência de que as decisões [...] seriam e o são tomadas por mim. Tal aconselhamento de Machiavelli, escutar, examinar metodicamente as inúmeras influências e experiências, poder investigar os precedentes, não isenta a minha responsabilidade total pela Vida, minha Vida.* (CAVALCANTI, 2013, p.137)

Em regra, planeja-se dar à luz a um filho, uma viagem, a construção de uma casa, um encontro em família, uma surpresa e etc., mas não a morte ou como será o seu processo, seja a escolha de um procedimento menos sofrido para um paciente terminal ou o seu funeral. Refletir sobre a morte enseja entender o que seja morrer com dignidade<sup>2</sup>, o qual denota ser respeitado pela capacidade de pensar e decidir por si só.

Para começar, parece ser uma ideia negativa, ou seja, preocupar-se com ela e planejá-la como se fosse um acontecimento bom e triunfante. Para pessoas que se encontram aparentemente saudáveis não lhes é cabível conceber a morte como um prêmio. Isto de fato é compreensível. Porém, um doente terminal ou com doença crônica que está submetido a uso de medicamentos ou aparelhos os quais sem eles não estaria vivo, de veras pode ser até considerado perverso mantê-lo vivo desse jeito. Falar de morte, neste caso, denotaria descanso a quem padece e à família que acompanha todo este processo de sofrimento.

Certamente, o acima citado é o momento mais difícil da rotina familiar. Ao receber o diagnóstico de uma doença grave, o apoio da família encoraja quem vai enfrentar esta nova jornada. “[...] Quanto é importante neste momento sentirmos o amor e a presença dos familiares [...] de onde provém toda nossa força para lutar e vencer” (CARNEIRO, 2013, p.67).

Neste ínterim, requer cuidados, ou melhor, ética do cuidado. [...] Todo esse processo não teria finalidade alguma senão fossem justamente as pessoas mais queridas e próximas [...]

---

<sup>2</sup> Morte digna – refere-se ao direito de ter a opção subjetiva de poder conduzir a melhor forma possível de morrer com tranquilidade e redução do sofrimento causado pelo adiamento dela conduzido pela medicina moderna.



através do apoio no cotidiano do cuidar [...] Em processos prolongados, as famílias são território de cuidado[...] O deixar-se cuidar, para além da simples menção da economia do cuidar incentiva a ética do cuidar[...] (CAVALCANTI, 2013, p.142,143).

Por que ética do cuidado? Entender seu significado, do ponto de vista conceitual, poderá ajudar ao leitor. “[...] Quando os usos e costumes coincidem com os princípios naturais do certo e errado, aumentam a delicadeza de nossos sentimentos, e intensificam nosso horror a tudo que se aproxime do mal [...]” (SMITH, 1999, 247). A ética é o princípio natural ou o guia do sujeito para cumprir o seu papel moral determinado pelos usos e costumes pertencentes a uma sociedade e a fim de, em tese, torná-la melhor.

Maria Berenice Dias (2014) define a ética e a moral como mediadoras das relações humanas. Destaca que ética vem do grego *ethos* e significa moral. Sendo, moral a conduta real, individual ou coletiva e ética os princípios ou juízos condutores de ações morais.

A ética, portanto, é o estudo dos padrões morais estabelecidos ou ciência da moral. É mais ampla que o Direito e a moral, pois contém uma gama enorme de regras, estabelecidas apenas como deveres. Escapam do universo normativo das leis porque não precisa de qualquer órgão ou poder para lhe dar efetividade e tampouco do poder estatal.

As circunstâncias, o meio social e histórico determinam a maneira de agir. Esses fatores estabelecem limites e inibem o poder de escolha dos indivíduos. “Não há conduta humana [...] que não se desenvolva na condicionalidade de um complexo de fatos (físicos, econômicos, históricos, estéticos, jurídicos, morais, religiosos) [...] a norma representa sempre tensão entre fato e valor, e o sentido concreto e unitário dessa relação” (REALE, 2002, p.392).

Para Miguel Reale (2002), na moral, as atitudes são unilaterais porque expressam a maneira de agir individual. No social, observa-se a conduta regida bilateralmente pelo elo entre dois ou mais sujeitos. No campo jurídico, o Direito regulamenta essas relações humanas fundamentais onde são impostas sanções estabelecidas pelo Estado. Portanto, pode-se afirmar



que a ética engloba a seguinte tridimensionalidade: moral (axiológico<sup>3</sup>), sociológica e normativa.

As normas e condutas, quando moldadas em padrões morais e éticos validados pela sociedade, são legitimados por esta a qual obedecerá pela vontade natural, explica Dias (2014). O tema da discussão contemporânea é a ética como princípio acolhido por todas as culturas, amparado pela visão aristotélica<sup>4</sup> da busca do bem e no respeito à dignidade humana. E o cuidado, onde entra nessa discussão?

Para Vanessa S. Cavalcanti, Claudia de F. Barbosa e Bárbara Maria dos S. Caldeira (2012), prover, cuidar e proteger são ações distintas e tarefas muito mais que de caráter econômico porque reflete a ética do cuidar. Dentro da família, o ambiente não somente está vinculado à formação do próprio indivíduo, mas espelha as práticas que cada grupo na sua peculiaridade constituirá e fomentará. Esta concepção dá a ideia de enraizamento e da dádiva os quais fortalecem os laços afetivos.

Como espaço de sociabilidade e de formação de valores, o círculo familiar pode sinalizar paralelamente mudanças macroestruturais vivenciadas e compartilhadas na atualidade, seja na conexão entre gerações, sejam os serviços remunerados para suprir a atividade de cuidado realizada por parentes próximos e de primeira instância como mães e pais, ou da ampliação da concepção de família (permitindo a irmãs/ãos, tias/os, primas/os, etc. participarem do cuidar cotidiano).

*Como costumavam dizer os Estoicos, todo homem é primeiro e principalmente recomendado a seu próprio cuidado e todo homem é certamente, em todos os aspectos, mais adequado e capaz de cuidar de si mesmo do que qualquer outra*

<sup>3</sup> Axiológico – conceito de valores morais estabelecidos por uma sociedade.

<sup>4</sup> ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco:

Como vimos, há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, de onde o seu nome se derivou, por uma pequena modificação dessa palavra. [...] É evidente, pois, que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, visto que nada existe em nós por natureza pode ser alterado pelo hábito [...] Não é, portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza que as virtudes se geram em nós; antes devemos dizer que a natureza nos dá capacidade de recebê-las, e tal capacidade se aperfeiçoa com o hábito. (ARISTÓTELES, 2001, p.31)



*pessoa... Depois de si mesmo, os membros da família, os que habitualmente vivem em casa, seus pais, filhos, irmãos e irmãs, são naturalmente objetos de seus mais cálidos afetos. São natural e comumente as pessoas sobre cuja felicidade ou desgraça a sua conduta deve ter maior influência. Está mais habituado a simpatizar com elas; conhece melhor como provavelmente tudo as afetará, e sua simpatia por elas é mais precisa e determinada, do que pode ser com a maior parte das outras pessoas. Em suma, é mais próxima do que ele sente por si mesmo. (SMITH, 1999, p.274, 275)*

Para enriquecer o tema central deste texto, Maria Filomena Mónica (2011) escreve um livro intitulado “A Morte”, onde mostra o quão é difícil labutar com a morte de um ente querido, tendo em vista as distintas concepções que cada membro da família, na sua subjetividade, faz sobre o assunto. Considera alguns aspectos relevantes e discute sobre o prolongamento da vida ou não. Segue por acrescentar que na Idade Média, a morte era sagrada e hoje é dessacralizada.

Salienta que mesmo tendo o sentido sacro, no período medieval até o século XIX, a ideia de submissão à passagem final do ciclo vital não é tão absoluta quanto pareça. Ademais disto, um olhar no século XIX e nos dias de hoje faz verificar a mudança no tratamento dado ao enfermo.

No século XIX, a terapia era ministrada por um médico clínico geral onde se possibilitava uma relação de confiança e até de amizade. Atualmente, os grupos são interdisciplinares os quais oferecem uma terapia mais abrangente. Tal método adotado tira a relação médico paciente, destaca a autora. Antes a pessoa morria ao lado da família e, hoje, dentro de uma Unidade de Tratamentos Intensivos (UTI) sem um familiar por perto.

O procedimento, acima mencionado, reflete o distanciamento que a sociedade contemporânea tem dado a temática morte. Denota a lógica contraditória do mercado atual. Ao mesmo tempo em que reconhece o valor social das famílias, investe no desenvolvimento do indivíduo apartado das outras esferas que o compõe. Este fato atribui-se a natureza do afastamento da noção do coletivo e supremacia do “eu”. Daí, morrer ou ficar doente não é problema mais nosso, apenas do outro.

Pierpalo Donati (2008) afirma que por causa das ambivalências mercadológicas, as políticas do século XX, baseadas em leis e intervenções sociais, focalizaram atender às necessidades individuais ignoraram o vínculo de relações estáveis. A modernidade priorizou tanto a subjetividade, por tentar fragmentar o máximo possível o sujeito, que desintegrou o ente





familiar e o indivíduo. Este modelo refletiu no próprio comportamento da sociedade conformada por concordar que um parente termine o ciclo vital em um leito solitário. Porém, este padrão é estabelecido em todos os vínculos familiares?

*[...] Quando falamos de um possível desencontro entre a saúde individual e a saúde da família, de que família estamos falando? As camadas médias, pensando no bem do núcleo pai e filhos, tenderiam a cortar os elementos estranhos e potencialmente perturbadores. Reduzindo “a família” ao número mínimo de indivíduos, há muito mais chance de fazer coincidir “saúde da família” com a “saúde de indivíduos”. Nas famílias pobres, por outro lado, parece que certas pessoas acabam sacrificando seus projetos individuais ou os de seu núcleo familiar para salvar indivíduos problemáticos da rede extensa de parentes. Assim, a relação indivíduo – família não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar, pois a própria noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando. (FONSECA, 2005, p.52)*

19

Ressalte-se que não há um único modelo de família, bem como as atitudes podem ser definidas ou não pelos parâmetros da modernidade. Requer, então, deixar claro que aceitar e permitir a finalização da vida de um ente querido fora do convívio parental não é premissa absoluta.

Outra situação delicada é definir o momento exato da morte. Uma breve análise sobre faz observar que não há um conceito absoluto para tal, ficando sempre aberto a questionamentos. Quando ocorre e o que é a morte? Do ponto de vista jurídico brasileiro, como este assunto é encarado? A seguir, serão feitas algumas considerações a respeito.

Para a ciência, a morte é um fato natural decorrente em qualquer ser vivo. A Filosofia encara como a totalidade da vida. Primeiramente, acreditava-se que a morte ocorresse pela falta de respiração, depois se concebeu ser por meio da interrupção das batidas do coração, e após isto, adotou-se a morte pela parada cerebral (Mónica, 2011). Ainda não sendo pacificado, em 2008, o debate reacende-se diante do quadro de ter que fixar o momento da morte a fim de poder-se usar os órgãos para transplantes.

Mónica (2011) considera ser um questionamento polêmico o momento em que se devem desligar os aparelhos. Fazê-lo logo após a parada do coração, dar o entendimento de que a morte ocorreria não pela impossibilidade de vida, mas pela decisão de não reanimar o indivíduo. A morte era um acontecimento claro e, hoje, com a evolução tecnológica, aparece um problema



moral e psicológico. Traz uma via dupla para as famílias e os médicos decidirem entre: ou desligar os aparelhos antes do tempo, ou permitir a morte natural de um enfermo totalmente enfraquecido pela doença.

Para mencionar a importância de reconhecer a morte como a possibilidade da natureza humana, a autora cita o romano, Cícero, o qual na obra “Senectude” trata da velhice de forma singela a qual é retratada como parte natural do ciclo da vida. Cícero aceita a ideia de que tanto o jovem tenha características de uma pessoa madura quanto um idoso mantenha aspectos juvenis. Concebe a ideia equilibrada de o ser humano morrer ainda em sã consciência, por opção, sem esperar que isto aconteça quando o seu corpo físico esteja completamente desgastado, embora admita não entregar-se à morte facilmente.

Para continuar o debate, convém endereçá-lo ao âmbito legislativo brasileiro. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece a vida como o primeiro direito que não pode ser violado. Porque qualquer outro direito garantido perde seu valor se não há o cumprimento deste. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (CAPUT do art.5º, CF/88)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>5</sup> garante o seguinte: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Deveras nem o Estado e tampouco qualquer pessoa pode decidir sobre a vida de outrem. Paulo Gustavo Gonet Branco (2012) destaca que a titularidade deste direito fundamental é o próprio direito de existir e, por isso, é inalienável e indisponível. Inalienável porque o indivíduo não pode mutilar ou vender parte do seu corpo ou função vital. Indisponível refere-se a ser resguardado sem possibilidade de abdicação.

A respeito da finalização do ciclo vital, determina-se pela parada de todas as funções cerebrais sem nenhuma chance de recuperação e, conseqüentemente, a falta da respiração. Desta maneira, a jurisdição brasileira estabelece o momento certo da retirada dos órgãos para fins de transplante:

<sup>5</sup> Art. 3º, RESOLUÇÃO 217 A, 1948. Disponível em:< [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>.



*[...] Art. 3º A retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.*

*§ 1º Os prontuários médicos, contendo os resultados ou os laudos dos exames referentes aos diagnósticos de morte encefálica e cópias dos documentos de que tratam os arts. 2º, parágrafo único; 4º e seus parágrafos; 5º; 7º; 9º, §§ 2º, 4º, 6º e 8º, e 10, quando couber, e detalhando os atos cirúrgicos relativos aos transplantes e enxertos, serão mantidos nos arquivos das instituições referidas no art. 2º por um período mínimo de cinco anos. [...] (LEI 9.434/97)*

21

Entretanto, quando se pensa que a morte faz parte do processo natural da vida, a Constituição não se posiciona sobre o direito à morte digna como também um aspecto relevante à proteção ao fim da vida digna. Para Branco (2012), o direito à vida impõe ao legislador desenvolver meios de tutelar a vida. A exemplo disto, o Código Civil de 2002 considera a proteção aos direitos de quem vem ao mundo e concede os direitos de personalidade aos que nascem, ou seja, serem pessoas: “Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro” (art. 2º, CC/02).

O Código Penal de 1941, artigo 121<sup>6</sup>, fixa a pena de seis a vinte anos de reclusão para quem tirar a vida de outrem. Fica claro que as leis brasileiras preocupam-se em manter a vida, pois é cláusula pétrea, ou seja, não pode ser objeto de emenda constitucional, conforme § 4º, inciso IV, do art. 60 da CF/88: “A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: [...]§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: [...] IV - os direitos e garantias individuais”.

Mas, até aonde é o limite da proteção ao direito à vida? O cumprimento do direito a vida preserva a integridade física. No entanto, será que uma pessoa em fase terminal, com corpo cheio de escaras de tanto ficar em cima de um colchão, tem verdadeiramente a sua integridade física preservada? Como o suicídio assistido é encarado? Será que a eutanásia pode ser definida como suicídio?

<sup>6</sup> Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. (art.121, CP/40)



Mónica (2011) prossegue por mostrar a evolução dos conceitos sobre morte. O suicídio era considerado por Platão como crime, pois é a perda da essência humana, salvo quando era consentido por autoridades, devido à profunda tristeza e desonra pessoal. Em Roma, a lei condenava o suicídio se fosse para fugir de um castigo imposto, porém era aceito para evitar uma condenação moral ou derrota em campo de batalha como também ordenado por autoridades. Os estoicos também admitiam o suicídio como resultado de infelicidade.

22

*As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente [...] são seguramente razões de suicídio [...] é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável. Madame de Staël [...] tentou demonstrar que o suicídio é uma ação antinatural e que não se deve considerá-lo um ato de coragem; [...] Argumentos como esses afetam muito pouco as almas a quem a infelicidade domina [...] Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...] As sociedades não geram todas, portanto, os mesmos produtos; é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto[...] Não é com insultos aos mortos que se enfrenta uma questão tão controversa (MARX, 2006, p.24,25).*

Percebe-se que o suicídio é uma prática sempre presente entre os humanos. Não há como estranhar ou escandalizar o assunto. Requer entender o motivo que pessoas comuns, independente de classe social, resolvem permanecer vivas ou não. Karl Marx (2006) escreve sobre a temática e critica veementemente a postura da sociedade mediante o fato. Questiona se quem deve ser julgado é o indivíduo pelo ato de tirar a vida ou são os aspectos determinantes para tal atitude.

Mónica (2011) apresenta a definição para eutanásia, do grego *eu* (boa) e *thánatos* (morte), e acrescenta que o suicídio era defendido por Sócrates se fosse para aliviar o sofrimento de doença e impedir ser desonrado pelo inimigo. Os espartanos radicalmente matavam idosos e as crianças débeis. Com o cristianismo qualquer prática desta, inclusive a eutanásia, passou a ser considerada crime pela Igreja Católica. O suicida era excomungado e julgado por homicídio do próprio corpo.

Já no século XVI, católicos como Thomas More e Francis Bacon defendiam o suicídio quando a moléstia não houvesse mais a possibilidade de melhora. No final do século XVII, tal



juízo na Inglaterra perdeu o valor uma vez que fora considerado um absurdo punir mortos. É um tema controverso, porquanto se observa sociedades totalmente contra, bem como aquelas a favor como é o caso de muitas sociedades primitivas.

É premissa neste texto respeitar quem opta por suportar o sofrimento da enfermidade até o fim da vida e quem escolhe não suportar a tortura oferecida por uma enfermidade ao final da vida. Cabe ressaltar que recusar um tratamento e a eutanásia têm conotações diferentes. A recusa leva a uma provável morte e a eutanásia certamente a pessoa morre.

Para um médico é extremamente desafiador enfrentar um quadro mórbido no qual parte da família quer desligar os aparelhos do doente inconsciente e a outra não. Inclui-se, neste contexto, se tiver apenas um aparato hospitalar disponível e o médico fizer a escolha entre um paciente idoso e um jovem. Não tem como se avaliar a atitude pela intenção, ao que, aliás, Mónica (2011) quer saber como classificá-la.

Na maioria dos Estados é proibida a elaboração do testamento vital, a exceção da Espanha onde se permite a elaboração do testamento vital, sedação terminal e a recusa de tratamento através da Lei da Autonomia do Paciente, de 2002. O artigo 11 desta Lei permite que um sujeito, em plena sanidade mental, decida sobre sua vida ou o destino a ser dado aos seus órgãos em caso de óbito, além de designar alguém para representá-lo se não puder falar.

Artículo 11. Instrucciones previas.

*1. Por el documento de instrucciones previas, una persona mayor de edad, capaz y libre, manifiesta anticipadamente su voluntad, con objeto de que ésta se cumpla en el momento en que llegue a situaciones en cuyas circunstancias no sea capaz de expresarlos personalmente, sobre los cuidados y el tratamiento de su salud o, una vez llegado el fallecimiento, sobre el destino de su cuerpo o de los órganos del mismo. El otorgante del documento puede designar, además, un representante para que, llegado el caso, sirva como interlocutor suyo con el médico o el equipo sanitario para procurar el cumplimiento de las instrucciones previas. (LEY 41/2002)*

O testamento vital aceito pela Espanha abre espaço ao direito da recusa ao prolongamento da vida pelos recursos da Medicina. Não admite a eutanásia porque não sucede da natureza, mas é um procedimento induzido. A referida Lei é um grande avanço, pois a falta de um documento de instruções prévias coloca os médicos e os familiares em uma situação



embaraçosa. Se o doente não puder falar e o médico resolver desligar ou manter os aparelhos: será que o enfermo quer ou não continuar a viver mesmo que seja entubado? E se o indivíduo ouvir e tiver consciência de tudo que se passa em sua volta e não conseguir expressar-se?

Se o doente puder manifestar-se, atenua a situação. É bem melindroso caso a pessoa esteja presa entre as ferragens de um automóvel, seja impossível retirá-la de lá com vida e esta pede ao médico ou ao policial que lhe tire a vida. Certamente, o policial não o fará e o médico aliviará a dor da morte com a administração ou retirada de medicamentos.

“Este ato também não é uma eutanásia passiva? Será que a ação de um médico que não dá um medicamento a quem tem uma pneumonia é filosoficamente diversa da de um colega que ministra uma injeção letal (MÓNICA, 2011, p.42)?”. De fato, sabe-se que o médico tem princípios e convicções éticas norteadores da consciência. “Então, no caso de uma pessoa impossibilitada de decidir sobre sua vida quem deverá fazer: o médico, a família ou os juízes?” (MÓNICA, 2011, p.43).

Mónica (2001) prossegue por apresentar que em 2001, na Holanda, uma lei passou a autorizar a eutanásia e o suicídio assistido desde que se cumpram alguns requisitos previstos nela. Os oponentes alegavam a alta procura por um dos procedimentos, porém isto não ocorreu. Na Inglaterra, não é permitida a eutanásia, mas admite-se a retirada da culpabilidade do acompanhante do doente.

O problema já é muito delicado ao estar a pessoa lúcida, pior fica se a eutanásia for utilizada em quem não pediu. Por isso, propõe a legalização do testamento vital, onde os familiares poderão certificar-se da vontade de quem não pode expressar-se. Na França, ainda é





considerado crime a eutanásia ativa. Todavia, a passiva ou ortotanásia<sup>7</sup> (permitir que a pessoa morra naturalmente) foi liberada a partir da Lei Léonetti<sup>8</sup> (lei do deixar morrer) em 2005.

Outro aspecto o aumento da longevidade humana traz outro problema: Quem vai cuidar de membro da família em quadro terminal, principalmente os acometidos de alguma doença mental degenerativa? A partir daqui, far-se-á uma retomada aos desafios atuais no que tange a dádiva do cuidar.

25

Jacques T. Godbout (1999) observa que numa tentativa de formatar o ser humano como ser individual para que este sirva ao mercado por suprir obrigações modernas, o Estado se propõe como responsável em fornecer bens e serviços para cuidar das pessoas, desobriga o indivíduo da afetividade e do cuidado nas relações privadas. Na prática, ou por falta de vontade, ou financeira, ele não constrói locais adequados para atender as famílias de maneira digna.

Este contexto não tem sido verídico pelo fato de que as relações de afeto e de cuidado ao próximo são naturais ao indivíduo, ou seja, este sujeito que é liberto de obrigações, “obriga-se” voluntariamente. Fica evidente quando alguém cuida de um amigo doente no hospital, obriga-se de forma espontânea a cuidá-lo. Sem sombra de dúvida, não há como separar as pessoas que se amam num momento tão peculiar como o fim da vida por exemplo.

*A hipótese que pretendo defender é a avançada por Godbout de que mesmo que o Estado tenha por vezes relações estreitas com o dom, os dois constituem universos distintos, que repousam sobre princípios diferentes. Mais: não só a providência estatal não é sinônimo de dádiva, como pensavam Mauss e Titmuss, como, por vezes, o sistema público pode ter efeitos negativos sobre o dom. [...] Durante os anos dourados o Estado-Providência, o aparelho estatal teve a tendência a ignorar a providência produzida pela comunidade e pela família, negando a realidade da dádiva ou considerando-a como residual e destinada à extinção, acreditando que poderia substituir todas as formas tradicionais de provisão de bem-estar. Hoje, a crise levou o Estado-*

<sup>7</sup> Ortotanásia – permitir o processo da morte natural pela suspensão do esforço ou tratamento terapêutico como também a opção do desligamento de aparelho que mantém o enfermo vivo, em fase terminal, sem chances de cura.

<sup>8</sup> A lei Léonetti, aprovada em 2005, garante apenas o direito de “deixar alguém morrer”, permitindo que o doente seja induzido a coma artificial e morra de fome e de sede, o que pode levar vários dias. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080320\\_eutanasiafranca.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080320_eutanasiafranca.shtml)



*Providência não só a admitir a importância dos pontos informais, como reclamar a sua intervenção (PORTUGAL, 2014, p.42).*

Cabe ressaltar que as mudanças familiares como a saída da mulher para o trabalho secular também é mais um obstáculo para cuidar dos doentes ou moribundos. De acordo com João Carlos Petrini (2013), a realização individual inseriu a mulher no mercado de trabalho e deu-lhe autonomia financeira de mão dupla a mulher porque também aumentam as responsabilidades, cabendo a ela a dura e dupla jornada entre cuidar dos filhos, administrar o lar e o trabalhar fora.

Na família, em regra, espera-se o convívio solidário mútuo entre os componentes respaldado em cuidados recíprocos não fundamentados em comportamentos individualistas. Por isso, é importante manter a identidade da família como pertinente a sociedade e ao Estado.

Portanto, é função do “Estado regulamentar, sustentar, estimular as intervenções a favor das famílias, garantindo que suas necessidades sociais sejam efetivamente enfrentadas e resolvidas, sem substituir-se às pessoas e aos grupos familiares [...]” (PETRINI, 2009, p.118). É dever do Estado laico, sem algum rigor ético ou religioso, abarcar as diversidades familiares que não ferem o bem comum.

A ênfase dada pelo Welfare State<sup>9</sup> na democracia política e no mercado capitalista deixou o legado da perda do objeto (famílias) e de critérios específicos da política familiar. O grande desafio é ajustar os indivíduos e seus agregados (todo contexto e relações afetivas inclusos) se a sociedade parece incapaz de entender a subjetividade social da família. Donati (2008) afirma, assim que a subjetividade remete a questão da alteridade onde a família interage com os outros sujeitos sociais.

Se a família, entendida como sujeito social de direitos e deveres relacionais é protegida pelo Estado, será sólida e capaz de dar assistência aos seus membros mais fracos. Assim, consequentemente, o Estado amparará criança, o idoso, a mulher, o adolescente, não como indivíduos isolados, mas como membros de grupos familiares afetivos e solidários. Esta

---

<sup>9</sup> Welfare State – O Estado do Bem-Estar Social que se propõe a promover políticas sociais para desenvolver o indivíduo e a coletividade.



proteção também resultará no fortalecimento das famílias na difícil batalha travada com o “*Hades*<sup>10</sup>”.

Mónica (2011) considera que o tema morte deveria ser legislado com a finalidade de humanizar a saúde com a legalização da eutanásia e a assistência com cuidados paliativos até o fim da vida do enfermo. Propõe o respeito aos conceitos dos Católicos sobre o assunto sem imposição de valores e crenças a outros, bem como as leis não elaboradas pelos moldes do catolicismo.

As leis ocidentais são baseadas em concepção judaico-cristã que tornam a vida sagrada, por isso inviolável. Quando rejeitam abordar sobre tal sequência factual biológica, distanciam-se de um processo tão comum a todos os seres vivos. Dentro de todas essas considerações sobre a morte, Mónica (2011) sugere a elaboração de leis não só para amparar os que escolherem morrer para aliviar o sofrimento, bem como amparar uma vida digna.

Como a morte faz parte de uma etapa vital, permitir a opção do menor sofrimento ao enfermo significa manter a dignidade deste até o seu final. As leis devem ser bem elaboradas para não se enviesar por um caminho da banalização da morte provocada. Não se trata de obrigar às pessoas a fazerem eutanásia, mas de dar a liberdade de escolha.

Vale ressaltar que as leis devem resguardar aos médicos, à família e à decisão pessoal do enfermo. A legislação brasileira precisa olhar para a morte como a finalização de uma vida digna. Antes disto, requer posicionamento da própria sociedade brasileira, pois as leis não são o marco do começo do comportamento social, mas a fonte reprodutora do que já existe, está pacificado e plenamente aceito em uma comunidade.

Se a morte é o fechamento do ciclo da vida deve ser natural planejá-lo e elaborar um testamento vital. É fundamental que na preparação deste documento haja um acompanhamento de profissionais da área de saúde mental para verificar o estado psicológico da pessoa porquanto, em caso de inconsciência, sua decisão ulterior não será voltada atrás.

---

<sup>10</sup> *Hades* – é o deus da morte, figura da mitologia grega. Sendo assim, ao se perder a luta pela vida, é o local para aonde vão os mortos.



## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. p.31, 60.

BRANCO, Gustavo Gonet. Teoria geral dos direitos fundamentais. In: MENDES, Gilmar.

BRANCO, Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012. 7ª ed.. p.153-288.

\_\_\_\_\_. Direitos fundamentais em espécie. In: MENDES, Gilmar. BRANCO, Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012. 7ª ed.. p.289-675.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Planalto, 2014. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 abr 2014.

\_\_\_\_\_. *Código Civil*. Lei nº 10.406/02. Institui o Código Civil. Brasília, DF, Planalto, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 abr 2014.

\_\_\_\_\_. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848/40. Código Penal. Brasília, DF, Planalto, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 21 abr 2014.

\_\_\_\_\_. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Resolução 217 A, 1948. Brasília, DF, Planalto, 2014. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 21 abr 2014.

\_\_\_\_\_. LEI 9.434/97. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Brasília, DF, Planalto, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9434.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9434.htm)>. Acesso em: 21 abr 2014.

CARNEIRO, Valnêda Cássia Santos. Entre a vida e a vida: vivendo a tempestade. In: CARNEIRO, Valnêda Cássia Santos; SAMPAIO, Daniela Guimarães (Org.). *Entre a vida e a vida: desafios do paciente do câncer*. Salvador: Editora Romanegra, 2013. p.65-76.



CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Pensando na vida. In: CARNEIRO, Valnêda Cássia Santos; SAMPAIO, Daniela Guimarães (Org.). *Entre a vida e a vida: desafios do paciente do câncer*. Salvador: Editora Romanegra, 2013. p.134-144.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; BARBOSA, Claudia de Faria & CALDEIRA, Bárbara Maria dos Santos. Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.17, n.32, p.189-204, 2012.

DIAS, Maria Berenice. *A ética na jurisdição de família*. Disponível em: Mimeo <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6\\_\\_a\\_%E9tica\\_na\\_jurisdi% E7% E3o\\_da\\_fam% E Dlia.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6__a_%E9tica_na_jurisdi% E7% E3o_da_fam% E Dlia.pdf)> Acesso em: 31 jan 2014.

DONATI, Pierpalo. A família como sujeito social. In: *Família no século XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008. p.181-281.

ESPAÑA. *Lei da Autonomia do Paciente*. Lei 41/2002. Madri, ESP, 2014. Disponível em: <[http://www.boe.es/diario\\_boe/txt.php?id=BOE-A-2002-22188](http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2002-22188)>. Acesso em: 21 abr 2014.

FERNANDES, Daniela. *Suicídio reacende debate sobre eutanásia na França*. De Paris para a BBC Brasil. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080320\\_eutanasiafranca.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080320_eutanasiafranca.shtml)>. Acesso em: 21 abr 2014.

FONSECA, Claudia. Concepções de Família e Práticas de Intervenção: UMA Contribuição Antropológica. *soc Saude.*, São Paulo, v.14, n. 2, agosto de 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902005000200006&ng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902005000200006&ng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 abr 2014.

GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.11-61.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. Tradução por: ENDERLE, Rubens e FONTANELLA, Francisco. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÓNICA, Maria Filomena. *A morte*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

PETRINI, Giancarlo. *Significado social da família*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.16, 110-121, 2009.

\_\_\_\_\_. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, João Carlos Petrini; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. (Org.). *Família, sociedade e subjetividade: uma perspectiva multidisciplinar*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.29-53.



PORTUGAL, Sílvia. A família e a dádiva. In: \_\_\_\_\_. *Família e redes sociais: ligações fortes na produção de bem-estar*. Coimbra, 2014. p.13-44.

REALE, Miguel. Tridimensionalidade da conduta ética. In: \_\_\_\_\_. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2002. p.388-393.

\_\_\_\_\_. Modalidades de conduta. In: \_\_\_\_\_. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 394-406.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. Tradução por: LUFT, Lya. São Paulo: Martins Fontes, 1999.





## PERCEPÇÃO DE IDOSOS SOBRE NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA: UM ESTUDO COM IDOSOS FREQUENTADORES DO PROGRAMA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE DE VIÇOSA/ MG

FARIAS, Rita de Cássia Pereira

*Professora do Programa de Pós- Graduação em Economia Doméstica*  
farias.rcp@gmail.com

31

MINÓ, Nádia Marota

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica*  
nadiamino@gmail.com

### RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo mostrar a relevância do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) na vida dos idosos participantes. Buscamos refletir sobre as expectativas e vivências dos sujeitos acerca da aprendizagem proporcionada pelo programa. Em termos metodológicos, foram realizadas oficinas, as quais contaram com apresentações teatrais, apresentações de slides, contos de histórias e notícias relacionadas à velhice. Após as apresentações, foram formadas rodas de conversas para discussão dos temas apresentados. Os dados evidenciaram que as atividades oferecidas pelo PMTI e o envolvimento dos idosos no programa é fundamental para ampliar o convívio social e melhorar a qualidade de vida, além de contribuir para que eles percebam que a velhice pode ser um momento da vida rico em aprendizagem, lazer e sociabilidade.

**Palavras-chave:** Envelhecimento, Núcleo de Convivência, Qualidade de Vida.

### ABSTRACT

This work aimed to show the relevance of the Municipal Program for the Elderly (PMTI) in the lives of elderly participants also sought to reflect on the expectations and experiences of subjects concerning learning provided by the program. For the practice of this research workshops were held, which told with theatrical presentations, slide shows, storytelling and news related to old age. After the presentations wheels conversations to discuss the issues presented were formed. The data showed that the activities provided by PMTI and the involvement of seniors in the program is essential to promote greater social interaction and improve the quality of life, and contribute to make them realize that old age can be a time of life rich in learning, leisure and sociability.

**Keywords:** Ageing; Senior Center; Quality of Life.



## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma análise sobre a importância dos trabalhos oferecidos em um núcleo de convivência de idosos de Viçosa - MG, intitulado Programa Municipal de Terceira Idade - PMTI.

O interesse por essa investigação se deu pela constatação de que a partir da década de 1970, o número de idosos vem crescendo significativamente no Brasil e no mundo. Dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE) apontam que a população brasileira cresceu seis vezes nos últimos 50 anos. Em 1960 havia 3,3 milhões de brasileiros com idade superior a 60 anos (4,7% da população). Em 2010 os idosos representavam 20,5 milhões, ou seja, 10,8% da população, fruto do avanço da ciência, do controle da natalidade e da melhoria na qualidade de vida dos mesmos (IBGE, 2010).

Diante da explosão demográfica do envelhecimento, surge a necessidade de aumento dos estudos visando uma melhor compreensão sobre essa faixa etária, que geralmente é mais longa que as demais.<sup>1</sup> Essa temática adquire relevância considerando que o aumento da população de idosos precisa ser acompanhado de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades desse público, além do envolvimento da sociedade e das famílias, quanto à garantia de melhor qualidade de vida para essa população. Até a década de 1980, as ações voltadas para os idosos se davam no âmbito da família e de instituições filantrópicas, pois pouco se falava sobre medidas governamentais voltadas especificamente para esse público.

Como parte desse processo de resgate da cidadania dos idosos é que surgem os núcleos de convivência, como o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) de Viçosa - MG, implantado em 1994 pela Secretaria de Ação social com o nome de Clube da Terceira Idade que atendia inicialmente 86 idosos. Com a ampliação dos trabalhos, em 1997, ele recebeu o nome

---

<sup>1</sup> A infância, a adolescência e a juventude duram em torno de 10 anos cada fase, a idade madura dura em torno de 30 anos, enquanto a velhice pode durar mais de quatro décadas. A francesa Jeanne Calment, por exemplo, viveu 122 anos, cuja velhice durou 62 anos.



que permanece ainda hoje. Em 31 de maio de 2007 ele foi reconhecido pela Lei Municipal 1.828/2007, e conta atualmente com mais de 2000 idosos cadastrados (FARIAS, 2012).

Nesse núcleo, profissionais de variados campos do saber como advogados, psicólogos, nutricionistas, economistas domésticos, pedagogos, fisioterapeutas, educadores físicos, profissionais da dança oferecem diversos projetos, oficinas e cursos que dão a oportunidade dos idosos de participarem de atividades esportivas, informativas, pedagógicas e recreativas.

Mediante aulas de alfabetização e continuidade no processo de aprendizagem, idosos que não tiveram oportunidade de estudar na infância ou juventude descobrem nos cursos pedagógicos do PMTI uma oportunidade de criar novos projetos de vida, como aprender a ler e escrever, melhorar a escrita e a leitura, ampliar seu leque cultural e trocar informações.

Outra atividade desenvolvida no PMTI é o projeto intitulado “Esta ruga tem história: envelhecimento, memória e transmissão de saberes”. Este trabalho visa compreender como a vida social é produzida e reproduzida pelos idosos que frequentam o PMTI. Busca-se explorar, sob uma perspectiva antropológica, práticas e representações sobre a velhice, além de resgatar saberes, histórias e memórias dos idosos. Estes são estimulados a falar de seus saberes, dos trabalhos que realizaram e que ainda realizam, proporcionando uma rica troca de conhecimentos (FARIAS, 2012). Neste projeto, os idosos têm a oportunidade de mencionar as dificuldades e dilemas vivenciados na velhice, bem como relatar suas experiências, descobertas e conquistas. Dentre elas, citam a relevância do programa em suas vidas e os benefícios que eles proporcionam.

Somam-se a isso a oportunidade que os idosos têm de esclarecer dúvidas e adquirir informações sobre assuntos que eles têm interesse e curiosidades. Diante das demandas que surgem ao longo do projeto, os membros da equipe do “Esta ruga tem história” receberam as sugestões e procuraram os meios de saná-las. Exemplo disso foi relatado por um dos idosos participantes do projeto, que mencionou que tinha dificuldades de compreender mapas e tinha vontade de sanar essa deficiência. Assim, a equipe solicitou a presença de um professor de geografia para dar uma aula sobre mapas, o que foi muito produtivo e interessante. Ações como esta mostram que o projeto envolve uma construção continuada, na qual os idosos atuam como protagonistas da ação informativa e transformadora da realidade.

Dada a relevância atribuída pelos idosos ao programa, o presente trabalho tem como objetivo geral levantar as expectativas e vivências dos participantes acerca da aprendizagem



proporcionada pelo PMTI, bem como discutir a contribuição desse programa para a melhoria na qualidade de vida dos idosos. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a opinião dos participantes acerca do Programa Municipal da Terceira Idade.
- Investigar os aspectos positivos que o Programa proporciona aos idosos.
- Identificar os projetos de vida que são elaborados a partir dos encontros proporcionados pelo núcleo de convivência.

Neste artigo, buscou-se apresentar os resultados de uma pesquisa que se refere aos indicativos que evidenciam o envolvimento dos idosos com as atividades oferecidas pelo PMTI, assim como a importância desse programa na promoção do convívio social e na melhoria na qualidade de vida dos participantes.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Em Viçosa, Minas Gerais, das 72.220 pessoas constantes no Censo 2010, 7.965 delas, ou seja, 11% da população, estão na faixa etária acima de 60 anos, sendo que dessa população idosa, 55,5% são mulheres e 44,5 % são homens (IBGE, 2010).

De acordo com Salgado (2002), evidencia-se em Viçosa-MG o fenômeno da “feminização da velhice”, já que a população de idosos do sexo feminino supera em 11% a masculina. Verifica-se um predomínio de mulheres não só na participação do projeto “Esta Ruga tem História”, mas no próprio PMTI, no município de Viçosa e no Brasil. A autora defende que no mundo contemporâneo e no futuro, as pessoas de idade avançada serão predominantemente do sexo feminino, sendo comum, em uma mesma família, mulheres velhas cuidando de suas velhas mães ou avós.

As mulheres vivem, em média, sete anos mais do que os homens. Soma-se a isso a tradição, na qual as mulheres tendem a se casar com homens mais velhos do que elas. Além disso, destaca que nesse grupo populacional existe maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária. Uma das explicações para isso, segundo Salgado (2002), está no



fato de que “os viúvos voltam, mais do que as viúvas, a se casar depois de enviudar” ou de divorciar.

Acerca do maior número de mulheres nos programas voltados para a terceira idade, além do fator populacional, Cervato et al., (2005) defende que o predomínio de mulheres deve-se à maior preocupação com a saúde em relação aos homens. Motta (2012), por sua vez, defende que as idosas estão saindo da “domesticidade e ampliando sua sociabilidade e iniciando, gradativamente, um processo de consciência de geração”. Dessa forma, os núcleos de convivência de idosos, além de proporcionar lazer, contribuem para ampliar a noção de cidadania entre seus participantes.

O envelhecimento populacional interfere na economia do país, modifica as relações sociais e os planejamentos políticos, desafiando as famílias e a sociedade a encontrarem soluções para estas questões que são de cunho legal e ético. O envelhecimento populacional implica em readaptações no âmbito familiar e privado, além de indicar a necessidade de políticas públicas de seguridade social, políticas urbanas, políticas sociais, políticas de trabalho e emprego, de sustentabilidade do meio ambiente, de mobilidade urbana e de acessibilidade, de ações intergeracionais e pluriculturais, para homens e mulheres, de todas as etnias, orientação sexual e condição social (BRASIL, 2003).

Conforme Oliveira (1999), a educação é de fundamental importância para o idoso, pois contribui para que ele se mantenha ativo e melhor informado. Além disso, a ação pedagógica envolve um compromisso sócio-político, na medida em que proporciona uma formação inclusiva e cidadã, que envolve a conscientização de seus direitos, dentre eles, o de ser tratado com respeito e dignidade.

Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso apregoa a necessidade do governo e da sociedade civil criar mecanismos que impeçam a discriminação e possibilitem a participação do idoso na sociedade. Para efetivação desse processo de inclusão, é necessário ser elaborados critérios que garantam o acesso do idoso à moradia popular, o desenvolvimento de condições habitacionais adaptadas às condições de acesso e locomoção e a diminuição das barreiras arquitetônicas e urbanas (SILVA, 2008).

De acordo com a Política Nacional do Idoso, devem ser criados mecanismos que impeçam a discriminação e possibilitem a participação do idoso no mercado de trabalho. Devem ser elaborados critérios que garantam o acesso do idoso à moradia popular; o



desenvolvimento de condições habitacionais adaptadas às condições de acesso e locomoção (limitada pela idade); e a diminuição das barreiras arquitetônicas e urbanas (SILVA, 2008).

Para garantir de maneira fidedigna os direitos do idoso, além da política nacional, implantada em 1994, em 1º de outubro 2003 foi instituído o Estatuto do Idoso, mediante a Lei nº 10.741, estabelecendo prioritariamente normas de proteção e novos direitos a esses indivíduos (BRASIL, 2003).

Dentre as conquistas advindas do Estatuto do idoso, destaca-se o benefício de um salário mínimo para aqueles que não conseguirem garantir sua subsistência; atendimento preferencial no Sistema único de Saúde; recebimento de remédios gratuitos, principalmente aqueles de uso continuado; proibição de os planos de saúde reajustarem as mensalidades com cobranças diferenciadas por idades; gratuidade nos transportes coletivos para maiores de 65 anos e descontos de 50% em atividades de lazer e cultura. Soma-se a isso a garantia por lei de que nenhum idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência e crueldade, tendo o dever de comunicar essas violações às autoridades. Além disso, as famílias que abandonarem idosos em hospitais e casas de saúde serão sujeitas a condenação que pode variar entre seis meses a três anos de prisão.

Para efetivar essas ações, em 2003, foi instituído o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que oferece serviços continuados de proteção básica e assistência social a indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade, risco social e com seus direitos violados, através de uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores, economistas domésticos e outros profissionais. Mediante o Programa de Atenção Integral à família – PAIF, o CRAS desempenha as funções de gestão da proteção básica (RUSSO, 2006).

No âmbito do CRAS e do PAIF se inserem os serviços de convivência de idosos. Ambos atendem às necessidades dos idosos, articulando políticas sociais públicas e a participação familiar e social, cujo funcionamento é normatizado pela Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009).

No caso de Viçosa-MG, Liboreiro e colaboradores (2004) afirmam que em 1994 a Secretaria Municipal de Ação Social criou o Clube da Terceira Idade visando estimular a participação dos idosos em atividades físicas e recreativas. Em 2002, devido ao aumento nas demandas, o projeto foi ampliado, criando-se o Centro de Atenção Coletiva ao Idoso de Viçosa,





que passou a congregar o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) e seus subprogramas na tentativa de ampliar os trabalhos com a 3ª idade, visando uma política social mais ampla para o idoso.

O PMTI é um serviço de Proteção Social Básica ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que tem por objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários de acordo com as novas orientações do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (CRAS, 2007).

O programa conta com aproximadamente 2000 idosos cadastrados nas diversas atividades: oficinas de coral, artesanato, atividades esportivas, alfabetização, entre outras; estas são orientadas por profissionais e estagiários voluntários que contribuem com suas diferentes formações para o aprendizado e a melhoria da qualidade de vida dos idosos (CRAS, 2007).

Liboreiro e colaboradores (2004) afirmam que as metas gerais do PMTI consistem em fazer a promoção de uma educação preventiva para melhorar a qualidade de vida do idoso tentando diminuir a incidência de doenças e complicações causadas por elas, além da inclusão da educação sanitária e nutricional, visitas em domicílio, entre outras atividades (LIBOREIRO et al., 2004).

A regulamentação do PMTI é feita através da Lei Ordinária Nº 1828/2007 fundada pela Prefeitura Municipal de Viçosa-MG e dispõe sobre o reconhecimento e funcionamento do projeto e das providências cabíveis a ele, sendo esta assinada e registrada pelo Prefeito Raimundo Nonato Cardoso.

Considerando a relevância social dos idosos, profissionais de diversas áreas tem atuado em programas voltados para essa faixa etária, visando assegurar os meios de alcançar uma velhice saudável, com menor dependência e limitações físicas e sociais. No caso do PMTI, este Programa oferece diversas atividades físicas, lúdicas e educativas com o intuito de estimular a participação, a autonomia e a socialização dos idosos que são motivados a falar de seus saberes, vivências e dificuldades enfrentadas no cotidiano. Além de dar a oportunidade a quem nunca pôde frequentar uma escola, de se alfabetizar e de trocar experiências, saberes, aprender e se atualizar, aumentando a autoestima e a autonomia dos idosos.

Fernandes e Oliveira (2011) destacam que a atividade lúdica deve valorizar as vivências, as experiências e as potencialidades do aluno idoso, a fim de se estabelecer redes de



relações sociais e pessoais, além de auxiliar na memorização e no processo criativo. Essa assertiva corrobora as ações do projeto “Esta ruga tem história”, desenvolvido no PMTI, que procura trabalhar com as histórias de vida e vivências dos participantes, contribuindo para que os idosos percebam-se como sujeitos da história, cujas experiências são valorizadas.

Essa transmissão de saberes, mediante a história oral, possibilita dar existência às suas memórias, conferindo à velhice uma dimensão própria que contribui para um envelhecimento mais dinâmico. Resgatar o sentido da velhice e a dignidade ligada à atuação dos idosos como sujeitos da história pode ser compreendido como possibilidade de devolver-lhes a condição de cidadãos. Afinal, quando a pessoa idosa se sente útil, com sua opinião e suas experiências valorizadas, o sentimento de realização pessoal refletirá em melhorias na autoestima do idoso que pode ser visto como uma referência e exemplo de sabedoria para familiares, amigos e para a sociedade (FARIAS, 2012).

38

Conforme Bosi (1994), a memória possui uma função social relevante na vida dos idosos, pois, ao lembrarem, eles se tornam testemunhas vivas da história. A autora defende que a sociedade capitalista ocidental opera uma construção social que motiva o jovem a se inserir no processo de produção de recursos, enquanto dos idosos espera-se as lembranças de uma época muito diferente da atual. O enfoque dado ao trabalho como força dos mais novos contribui para desvalorizar o papel dos idosos, que passam a se sentir excluídos socialmente.

Bosi (1994) descreve que não é só o tempo "socialmente permitido" que os velhos têm para se dedicar às suas lembranças, e que possuem uma memória social atual mais contextualizada e definida, pois são expectadores de um quadro já finalizado e bem delineado no tempo. Aos mais jovens, ainda absorvidos nas lutas e contradições de um presente que os solicita intensamente, falta experiência para lidar com as lembranças. Portanto, a necessidade da criação dos grupos de convivência é fundamental para que os idosos tenham oportunidade de atualizar seus conhecimentos, trocar experiências, reconstruir memórias e ampliar o convívio social.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa mesclou métodos qualitativos e quantitativos, recorrendo-se a entrevistas e realização de oficinas grupais. Como essas metodologias têm natureza diferente, Minayo e



Sanches (1993) consideram que a possibilidade de integração entre métodos quantitativos e qualitativos possibilita trazer um olhar diferenciado sobre uma mesma realidade.

A parte quantitativa foi empregada na caracterização dos sujeitos de estudos frequentadores do PMTI. A parte qualitativa correspondeu à análise das histórias e experiências dos idosos participantes do projeto, relatadas nas entrevistas, oficinas e dinâmicas grupais. Enquanto a pesquisa quantitativa trabalha com a mensuração numérica, o instrumento primordial da pesquisa qualitativa, segundo Minayo e Sanches (1993), é a palavra, cujo material discursivo é capaz de revelar sistemas de valores, normas, símbolos, cuja trama mostra como se dão as relações sociais em dado contexto.

As entrevistas foram realizadas junto a oito idosos, com o intuito de levantar a opinião dos participantes acerca dos aspectos positivos do Programa Municipal da Terceira Idade em suas vidas, buscando identificar os projetos de vida que são elaborados a partir da inserção dos idosos no núcleo de convivência.

As oficinas contaram com o uso de dinâmicas, slides e pequenos textos, que foram conduzidas pela equipe do projeto “Esta ruga tem história”. As oficinas aconteceram no período de abril a junho de 2013, e contaram com a presença de 8 a 12 idosos. Em uma das oficinas foi passado um pequeno vídeo<sup>2</sup> com depoimentos de idosos relatando suas experiências, declarando o sonho de conseguir estudar e até cursar o ensino superior. As outras oficinas abordaram temas como superação dos limites que a sociedade impõe à velhice. Nesta oportunidade, os idosos do PMTI relembrou sua entrada no Núcleo de Convivência e sua trajetória, refletiram sobre suas conquistas e a importância que o programa tem em suas vidas, resultando em uma discussão rica em lembranças e aprendizagem.

A participação nas oficinas foi do tipo “pesquisa ação colaborativa”. Essa modalidade de pesquisa, na qual os pesquisadores participaram efetivamente das atividades envolvidas nas oficinas, embasa-se nos fundamentos teóricos da Pedagogia Crítica de Paulo Freire, que buscam romper com a tradicional visão de dominação no ambiente de ensino aprendizagem. Seu intuito é promover ações dialógicas entre pesquisador e pesquisado, visando favorecer a reflexão crítica e promover mudanças, com emancipação dos sujeitos. “Neste trabalho, todos os

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4hJnBHmpS7Q>>.



membros da pesquisa ocupam posição de protagonistas e, assim, colaboram e aprendem conjuntamente.” (OLIVEIRA, 2012, p.59).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as entrevistas, foi perguntado aos pesquisados quais atividades mais gostavam no PMTI e os motivos que os levaram a frequentar. As respostas foram diversificadas, uma vez que o núcleo oferece várias atividades e cada idoso participa das que são do seu interesse. (colocar nota de rodapé mencionando quais são as atividades do PMTI. Pegar no livreto e citar). Porém, todos concordaram que gostavam muito de participar das aulas e dos exercícios físicos, da alfabetização, das viagens, do forró, das palestras, do artesanato e da dança sênior. A possibilidade de adquirir novos aprendizados, de poder compartilhar a experiência de vida, “reviver” momentos importantes da trajetória pessoal e compartilhar esta sensação com os outros participantes, mediante o projeto “Esta ruga tem história” foi mencionado como motivações para eles, como destacou uma das entrevistadas:

Tudo que essas meninas<sup>3</sup> falam é muito importante e é bom para nós. A tecnologia está muito avançada, as coisas mudaram muito e elas passam muita coisa boa pra gente. [...] E quando elas mostram faz a gente lembrar muita coisa que já passou de bom ou de ruim. A gente lembra o que fez no passado e não vai fazer de novo. [...] Mesmo nesta idade estamos aprendendo muita coisa para passar para os netos da gente e na casa da gente. [...] É muito bom trocar ideia porque ajuda. (João<sup>4</sup>, 65 anos)

Acerca dos benefícios que o PMTI proporcionou em suas vidas, os entrevistados ressaltaram o impacto positivo do projeto em suas vidas. Segundo os entrevistados, o projeto contribuiu para ampliar o conhecimento, adquirir novas aprendizagens, melhorar o convívio social, adquirir novos amigos, realizar o sonho de conseguir a Carteira de Habilitação, além de proporcionar alegria, saúde física e mental. O depoimento dado durante uma das oficinas por uma das idosas é revelador:

<sup>3</sup> O termo “meninas” refere-se às bolsistas do curso de Economia Doméstica, participantes do projeto “Esta ruga tem história”.

<sup>4</sup> Os nomes dos idosos são fictícios.



[...] eu sou uma pessoa super feliz, porque eu encontrei esse grupo maravilhoso né? Esse grupo só traz coisas boas pra gente. Um dia você aproxima de uma amiga, conversa com ela [...] aí vem outra e te dá um abraço! Vai fazer 2 anos que eu estou participando e ele tem me renovado realmente. Quando eu cheguei nos 62 anos, viúva e sem meus filhos, que moram em São Paulo, eu comecei a me sentir só. Olhava-me no espelho e me sentia bem envelhecida! Agora me sinto jovem, uma garota! Já vou ter meu primeiro bisneto. Sou uma pessoa super feliz e gostaria de passar para todos vocês [...] Hoje eu falo mesmo, além das amizades que eu tenho conquistado na cidade, vocês me ajudaram bastante. Porque cada dia que eu olho para a carinha de uma, eu vejo que eu sou uma pessoa super feliz. (Maria, 73 anos).

Outro aspecto ressaltado foi o quanto o projeto *Esta ruga tem história* contribui para ativar a memória e reavivar lembranças que haviam ficado esquecidas, como destacou um dos participantes durante uma das oficinas: “O projeto me trouxe muito conhecimento, aprendo o tempo todo coisas que a gente não sabia ou não lembrava mais” (Joaquim, 75 anos).

É muito bom estar aqui no projeto, a gente aprende muita coisa é sempre bom aprender coisas novas, quando não venho sinto muita falta, gosto de contar minhas experiências de vida que assim revejo o passado. (Ana, 65 anos).

Quando os idosos destacaram a importância da participação na PMTI, por possibilitar exercitar o corpo e a mente e obter novos conhecimentos, foi perguntado se eles fizeram convites a outras pessoas para participar do PMTI. Dois deles alegaram que não convidaram ninguém por conhecer poucas pessoas na cidade. Entretanto, a maioria dos participantes (6), afirmaram ter repassado o convite a outras pessoas para participar do programa.

Outro ponto a considerar sobre o PMTI é a vontade que os participantes demonstraram de participar ao máximo das atividades propostas, o que mostra que o programa proporciona melhor disposição e vigor aos seus usuários, indicando que as propostas são saudáveis à saúde do corpo e da mente, além de aprenderem muito, não só com a alfabetização, mas também com as atividades lúdicas promovidas pelo centro de convivência.

Em função dos benefícios do PMTI na vida dos participantes, eles relataram que procuram ser assíduos nas atividades físicas, de alfabetização e lazer que fazem bem a eles, em termos de saúde, sociabilidade e até em aspectos comunicacionais, como evidencia as participantes durante a entrevista:



[...] o PMTI mudou minha vida, a saúde, participo de tudo que posso, passo grande tempo do dia aqui. Era muito tímida aprendi a me comunicar, a me soltar e tenho grandes amigos aqui. (Clarice, 63 anos).

[...] o Projeto me trouxe muitas alegrias... o prazer de estar aqui não tem preço. Aprendo muito com as palestras e faço amigos, somos como uma família. (Helena, 72 anos).

Uma das idosas destacou que tinha muita vergonha de falar em público. Entretanto, com a participação nas oficinas do Projeto Esta ruga tem história, ela se soltou e perdeu a timidez de se expressar junto aos colegas, como também diante de um público. Inclusive, no lançamento de um livro publicado pela equipe do projeto, ela foi à frente e deu seu depoimento, comprovando sua desinibição, destacando que esse foi um dos aspectos positivos do projeto em sua vida, que contribuiu para que ela assumisse uma postura proativa perante a sociedade. Em uma das oficinas, quando após relatar esse fato, ela destacou:

Agradeço a Deus por conhecer essas meninas do Projeto Esta Ruga tem História, que pra mim foi uma coisa maravilhosa. Eu tenho aprendido muito com elas, sabe? Ajuda a gente a desenvolver, a falar em público, eu não tinha coragem de falar qualquer coisa, nunca tive, hoje graças a Deus estou aqui. Como sou novinha, vou aprender muita coisa ainda. Agradeço a vocês de coração, de coração mesmo. Muito obrigada. (Helena, 72 anos).

Ramos (2003) menciona que para envelhecer de maneira saudável é necessário fazer interagir a saúde física com a mental, buscando a independência no cotidiano. Os depoimentos dos idosos deixaram claro que a vivência dos usuários nas aulas e encontros trouxe um diferencial para a vida deles, tornando-se algo vinculado às suas atividades cotidianas, porém de uma maneira prazerosa e agradável, sem obrigações, cujo compromisso é apenas o de aprender e estar bem consigo mesmo. Como destacou um dos idosos em depoimento dado durante uma das oficinas:

[...] não sei mais como seria minha vida sem o PMTI. Gosto muito de estar aqui, venho de segunda a sexta, mas se funcionasse no final de semana viria também, faço amigos, converso e exercito o corpo e a mente. (Ana, 65 anos).

Esse depoimento corrobora as asserções de Fortes, Sousa e Fernandes (2011) quando afirmam que as atividades fornecidas aos idosos, além de promoverem benefícios físicos, proporcionam um momento de integração e diversão, melhorando a autoestima e as relações sociais.





Acerca da participação dos idosos no PMTI, Silva, Farias e Oliveira (2013) destacam que os idosos sempre mencionam que só agora na velhice, participando do PMTI, puderam ter “tempo para si, para curtir os filhos e netos, viajar e, até mesmo, aprender a fazer diversas atividades físicas, artesanato, além de ler e escrever. Atividades que antes não podiam ser feitas, devido à falta de tempo, não podiam ser realizadas”.

Nesse sentido, percebe-se que os idosos, principalmente as mulheres participantes do PMTI, por terem uma vida de trabalho e dedicação aos outros, encontraram no Programa uma oportunidade para cuidar de si. Assim, experimentam uma liberdade que nunca experimentaram ao longo de suas vidas.

Dentre os benefícios proporcionados pelo núcleo de convivência, destaca-se a oportunidade de estudar que o Núcleo lhes proporciona, mediante o curso de alfabetização. Vários deles tiveram que trabalhar muito cedo e foram privados dos estudos, outros estudaram pouco e perceberam no curso de alfabetização uma oportunidade para lembrar o que foi estudado, como alguns participantes afirmam durante entrevista:

[...] meu pai não me deixava ir à escola, dizia que moça quando inventa de estudar é porque quer escrever cartinha para namorado. (Ana, 65 anos).

[...] parei de estudar porque me casei muito cedo e fui mãe logo, precisava cuidar dos filhos, mas eu não queria (parar de estudar), agora vejo que posso e não vou perder essa chance... (Geni, 56 anos).

[...] estudei muito pouco, parei de estudar porque morava na roça e ficava muito longe, mas não repito o mesmo com minha filha, coloco ela pra frente e sei que vai se formar... (Ana, 65 anos).

Os projetos desenvolvidos nos núcleos de convivência de idosos envolvem atividades dinâmicas que contribuam para ampliar o acesso aos benefícios e serviços dos quais o idoso tem direito. Dentre seus propósitos, deve estar o de ativar nos idosos a consciência de seus direitos e deveres, estimulando-os a serem capazes de assumir uma postura ativa como cidadão, fortalecendo sua atuação social, econômica, política e cultural (PMJS, 2005).

Nesse sentido as aulas de alfabetização e as discussões contribuem para que os idosos descubram em si novos potenciais e tracem novos projetos de vida, favorecendo até mesmo realização de sonhos como relata um dos participantes das oficinas:



[...] tinha um grande sonho, que era tirar a carteira de habilitação e o projeto de alfabetização me ajudou a realizar porque nunca fui à escola, tentei muitas vezes até conseguir, já tinha mais de 60 anos, as pessoas me olhavam estranhas, mas não me importei e realizei meu sonho, devo isso ao projeto. (João, 65 anos).

Os dados da pesquisa também comprovam o fenômeno da feminização da velhice, uma vez que a maioria dos frequentadores do Programa são mulheres. Observando os depoimentos, concluímos que o Programa proporciona oportunidade para que as idosas, que desde cedo começaram a cuidar das atividades domésticas, dos irmãos menores e nunca tiveram tempo para si, pudessem desempenhar algumas atividades que não tiveram oportunidade quando jovens, realizando sonhos, conquistando a independência que nunca tiveram, se sentindo valorizadas e livres. Portanto, a relevância do Programa na vida destas mulheres confirma as assertivas de Brito da Motta (1998):

Os dois sexos podem ter experiências que sejam, ou aparentam ser, comuns, mas a condição geracional enseja também relações, situações e representações distintas. Nesse grupo geracional, as mulheres têm alcançado destaque, mas não simplesmente porque são maioria populacional. Além de mais longevas que os homens (esperança de vida de 77 anos, enquanto a masculina é de 69,4), elas têm se destacado socialmente como apresentadoras de uma nova imagem da velhice, mais dinâmica e mais alegre, participando de grupos geracionais, aprendendo a ser mais “leves” e gregárias. Podendo ter uma perspectiva mais distanciada das lides familiares e cuidando da própria vida; sentindo-se, enfim, mais livres.

A relevância que o PMTI assume na vida dos idosos, mostra que o Programa está de acordo com os preceitos da legislação para os idosos, pois as atividades ministradas em seus projetos despertaram o ânimo de seus participantes, contribuindo para ampliar seu conhecimento sobre seus direitos e deveres, motivando-os a assumirem uma postura proativa perante a sociedade.

O PMTI oferece condições para que os idosos realizem atividades que propiciem o desenvolvimento físico e mental, dando oportunidade para que os participantes possam resgatar suas memórias, relatar seus saberes, ampliar o leque de conhecimento e aumentar o convívio social, afirmando assim sua condição de cidadão e sujeito da sua própria história.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar a participação dos idosos no núcleo de convivência oferecido pelo Programa Municipal da Terceira Idade, evidenciamos que as atividades oferecidas e o envolvimento dos idosos no programa é fundamental para promover maior convívio social e melhorar a qualidade de vida, além de contribuir para que eles percebam que a velhice pode ser um momento da vida rico em aprendizagem, lazer e sociabilidade.

Os participantes do PMTI relataram diversos aspectos positivos do Programa, evidenciaram que os exercícios físicos, os atendimentos relativos à saúde, à alfabetização, à dança e à sociabilidade, em seu conjunto, trazem uma grande contribuição para a vivência de uma velhice saudável, o que confirma a relevância do programa.

Como a maioria dos idosos participantes do projeto “Esta ruga tem história” não puderam estudar ou tiveram que interromper seus estudos por vários motivos, ou não tinham uma educação familiar pautada na importância da educação em suas vidas, até mesmo por uma questão cultural, a troca de informações oferecidas nos projetos constitui algo fundamental para a melhoria da qualidade de vida e realização pessoal dos participantes.

O projeto “Esta ruga tem história”, através das oficinas e discussões, proporciona aos idosos momentos que favorecem a realização de sonhos, a construção de projetos de vida, o estreitamento das relações sociais e a ampliação do conhecimento o que contribui efetivamente para o resgate da dignidade, autonomia e cidadania.

Por fim, cabe destacar que, independentemente da idade, o idoso é um ser humano com anseios, desejos e vontades de experimentar novas possibilidades. Enquanto indivíduo que merece ser ouvido e respeitado, precisa como em qualquer fase da vida, ser estimulado e desafiado, possibilitando assim condições que ampliam o significado da existência. Contribuindo para o resgate da cidadania, sociabilidade e consequentemente melhoria na qualidade de vida.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, p. 17-37. 1994.

BRASIL. **Lei n. 8842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Estatuto do Idoso e normas correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

BRITTO DA MOTTA, A. Chegando pra idade. IN: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** : Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Resoluções Normativas de 2009**. CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/legislacao/resolucoes/arquivos-2009/resolucoes-normativas-de-2009>>. Acesso em: 23/Mai/2014.

CERVATO, A. M. et al. **Educação nutricional para adultos e idosos: uma experiência positiva em Universidade Aberta para a Terceira Idade**. Rev Nutr. 2005; 18(1): 41-52.

CRAS. **Histórico do programa municipal da terceira idade (PMTI)**. Centro de Referência da Assistência Social de Viçosa-MG, 2007. Disponível em:  
<<http://crasvicosa.blogspot.com.br/2010/08/pmti-realiza-festa-em-homenagem-aos.html>>. Acesso em: 11/Mai/2014.

FARIAS, R. C. P. **Esta ruga tem história: Envelhecimento, memória e transmissão de saberes**. Projeto de pesquisa registrado na Universidade Federal de Viçosa. Financiado pela FAPEMIG. 2012.

FERNANDES, A. P. S.; OLIVEIRA, R. C. **O idoso e o lúdico**. II Jornada pedagógica do LALUPE. Olhar multidisciplinar sobre a ludicidade. Anais da II JOPED, 2010. Disponível em:  
<<http://www.joped.uepg.br>>. Acesso em: 08/Mai/2014.

FORTES, L. M.; SOUSA, L. E. N.; FERNANDES, M. A. **Atividade ocupacional como fator de qualidade de vida na terceira idade**. Revista Interdisciplinar NOVAFAPI, Teresina. v.4, n.4, p.49-54, Out-Nov-Dez. 2011.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em 19/Mai/2014.



LIBOREIRO, M. C. et al. **Atenção Integral à Terceira Idade em Viçosa-MG pela parceria UFV e Prefeitura.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte - MG, 2004.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade?** *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MOTTA, A. B. **Gênero na Amazônia.** Entrevista. Belém, n. 2, jul./dez., 2012, pp. 283-287. Disponível em:  
<<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-2/Artigos/Entrevista%20Alda%20Britto%20da%20Motta.pdf>> Acesso em: 20/Mai/2014.

OLIVEIRA, A. L. A. M. A pesquisa-ação colaborativa e a prática docente localmente situada: dois estudos em perspectiva. **Calidoscópio**, Vol. 10, n. 1, p. 58-64, jan/abr 2012. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.101.06/760>>.

OLIVEIRA, R.C. S. **Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis.** São Paulo, Paulinas, 1999.

PMJS (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL). **Histórico.** Centro de Convivência da Terceira Idade (Org.). Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, 2005. Disponível em: <[http://www.jaraguadosul.com.br/modulos\\_externos/convivencia](http://www.jaraguadosul.com.br/modulos_externos/convivencia)>. Acesso em: 26/Mai/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA (PMV). **Lei ordinária N° 1828/2007.** Leis municipais; Viçosa-MG, 2007. Disponível em:  
<<http://www.leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosa/lei-ordinaria/2007/182/1828/lei-ordinaria-n-1828-2007-dispoe-sobre-o-reconhecimento-e-funcionamento-do-programa-municipal-da-terceira-idade-de-vicosa-e-da-outras-providencias-2007-05-31.html>> Acesso em: 23/Mai/2014.

RAMOS, L. R. **Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano:** Projeto Epidoso, São Paulo: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p.793-798, 2003.

RUSSO, O. **O CRAS e a nova assistência social.** 2006. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/artigo/o-cras-e-a-nova-assistencia-social-osvaldo-russo>>.

SALGADO, C. D. S. **Mulher idosa: a feminização da velhice.** Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. Disponível em:  
<<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642>> Acesso em: 26/Mai/2014

SILVA, M. C. **Políticas sociais e a terceira idade no Brasil contemporâneo.** Portal voluntário, 2008. Disponível em: <<https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/233>>. Acesso em: 11/Mai/2014.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 10, p. 31-48

SILVA, R. S. A.; FARIAS, R. C. P.; OLIVEIRA, K. D. **Significados da participação em um núcleo de convivência de idosos.** In: **VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho.** “Envelhecimento: Como Pensar o Trabalho, a Sociedade e as Cidades?” Viçosa-MG: UFV, 2013, pp. 1-10.





## A CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA COMO PROTEÇÃO ESTATAL E INCLUSÃO SOCIAL

## THE CONTRIBUTION OF BOARDS TO PROTECT THE ELDERLY PEOPLE AS A STATE PROTECTION AND SOCIAL INCLUSION

49

ROCHA, Sheila Marta Carregosa

*Estudante de doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea*

[sheilamarta@ig.com.br](mailto:sheilamarta@ig.com.br)

### RESUMO

A população brasileira juntamente com a mundial envelhece. Além da comprovação dos dados estatísticos, observa-se uma mudança gradual e crescente de comportamento social para inclusão dos idosos nas relações sociais. O Estado participa dessa inserção exercendo a competência que lhe é estipulada por lei. E uma dessas proteções é realizada pelos Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Proteção à pessoa idosa. Pretende-se neste artigo discutir a sua participação na efetiva proteção ao idoso, analisando as formas, instrumentos e indicadores de avaliação do planejamento e ações promovidos pelos Conselhos. O corpo responde imediatamente ao envelhecimento; a mente fica ociosa sem o costumeiro trabalho e as redes sociais ficam cada vez mais distantes; como o Estado brasileiro pretende proteger o idoso das consequências naturais do envelhecimento na pós-modernidade? Esta reflexão perpassa pelos diálogos interdisciplinares entre o Direito, a Sociologia e o Serviço Social.

**Palavras-chave:** Conselhos de Proteção. Idosos. Inclusão social

### ABSTRACT

The Brazilian population coupled with the general make old. Besides the evidence of statistical data, there is a gradual change and growing social behavior for inclusion of the elderly in social relations. The State takes part in this insertion exercising the competence stipulated by law. One of these protections is performed by Federal, State and Municipal Councils protection for the elderly. This paper discuss about their participation in the effective protection to elderly, analyzing the way, instruments and indicators for assessing planning and actions promoted by the Boards. The body responds immediately to ageing; the mind is idle without the usual work and social networks become increasingly distant; how the Brazilian government plans to protect the elderly from the natural consequences of ageing in post-modernity? This reflection permeates the interdisciplinary dialogues between Law, Sociology and Social Service.

**Keywords:** Protection Board. Elderly. Social inclusion.



## Introdução

O Estado brasileiro executa a proteção à pessoa idosa, através de políticas públicas que viabilizam a garantia dos direitos fundamentais – Saúde, Assistência Social, Previdência, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Mobilidade, Transporte, Trânsito e Turismo. Neste artigo será abordada uma dessas políticas, os Conselhos Federal, Estadual e Municipal de proteção ao idoso.

Os Conselhos foram efetivamente previstos nas legislações 8.842/94 e 10.741/03, Política Nacional da Pessoa Idosa e Estatuto do Idoso, respectivamente. Sendo em legislações mais específicas, o seu funcionamento, contudo a competência e estrutura estão previstas em normas gerais.

O Poder Público, através do Poder Legislativo, normatiza a composição, estrutura e competências dos Conselhos de Proteção à Pessoa Idosa, e ao Poder Executivo compete viabilizar a execução das políticas públicas criadas pelos legisladores.

O Conselho foi pensado como um órgão que não integrasse quaisquer dos poderes, para que tivesse independência e autonomia em relação à gestão e fiscalização dos demais órgãos, contudo o que se constatou é que há vinculação direta com o Poder Executivo, geralmente a uma Secretaria de Estado, a exemplo da Secretaria de Direitos Humanos, ou de Justiça, ou mesmo de Pobreza e Promoção Social. Sem dúvida é uma questão social, de atuação conjunta, pensando o espaço democrático, de governo e sociedade, mais que isso, é um direito de cada cidadão ter garantido o elenco de direitos que lhe são instituídos pela Constituição da República de e todo um rosário de leis protetoras. Mas o que adianta todo esse conjunto se há franca violação no espaço e tempo de seus efetivos direitos? Qual o papel exercido pelos Conselhos diante das violações aos direitos? Quais as medidas a serem adotadas para garantir esses direitos que foram violados? Há que se discutir aqui a efetividade da competência desses Conselhos, para que se tenha justiça para com os cidadãos brasileiros, que são idosos, e contribuam efetiva e ativamente com a economia de um país, que o trata de forma vilipendiada, quando não cumpre com o seu papel de Estado Protetor.

Pela sua natureza jurídica, o Conselho é um órgão de composição coletiva, para que viabilize as discussões e olhares num diálogo aberto, amplo e equilibrado. Cabe a cada Conselho competências específicas e estrutura que justifiquem a sua atuação. Não é um órgão



correcional nem punitivo, portanto as suas ações são mais preventivas e articuladas com outros órgãos para que se efetivem os direitos fundamentais da pessoa idosa.

As discussões, trazidas à baila neste texto, constituem uma contribuição no sentido de rediscutir as atribuições e a visibilidade de suas ações para os protagonistas desta história: os idosos. Para isto está estruturado em três capítulos: o primeiro discute a atuação do Estado no espaço democrático; o segundo descreve a criação, as competências e estruturas dos Conselhos de Proteção à Pessoa Idosa; e o terceiro, analisa as atividades integradas do Conselho com outros órgãos do Poder Público, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública, trazendo uma experiência da Bahia.

### **O estado e a sociedade no espaço democrático**

Neste capítulo será discutida a atuação do Estado e da Sociedade no espaço democrático voltada para a proteção da pessoa idosa.

A teoria do Estado demonstra que sua composição é integrada pelos elementos humanos, territorial e formal, materializados respectivamente pela população, território e poder político. (MORAES, 2010, p. 303) Acrescenta a essa equação, (Groppalli apud MORAES, 2010, p. 303), o elemento teleológico, visto que “não seria concebível que uma pluralidade de pessoas se organizam, subordinando-se à vontade de um poder supremo, a não ser para a realização de um fim comum a ser perseguido pelo Estado”. Aqui merece desdobramentos no tocante ao conceito de população, povo e nação, que são emanadas da demografia, da ciência política e da sociologia.

Portanto, população, segundo (FIGUEIREDO apud MORAES, 2010, p. 304) “é a expressão numérica da totalidade de pessoas que vivem no território ou permanecem nele temporariamente”. Enquanto que, povo, consoante (REALE, 2000, p.173) “é o composto de pessoas que participam intensamente, enquanto membros da sociedade civil, nos processos decisórios dos órgãos públicos, providas de capacidade eleitoral e eletiva”. (TAVARES, 2012, p. 1049) questiona a ideia de povo, afirmando que “é apenas uma ficção ou, do contrário, um mero agregado numérico politicamente inexpressivo”. Conforme (AMERICANO apud



MORAES, 2010, p.304), nação consiste no “complexo de pessoas que têm origem, tradições e costumes comuns”.

Geograficamente, território é a delimitação do espaço, contudo na teoria território-limite, por León Duguit, (MORAES, 2010, p.305) o Estado “é submetido ao limite de validade dos atos emanados por ele, representado pelo território que o constitui, posto que a esfera de poder público deve coincidir com o espaço sobre o qual se estendem os seus meios de dominação”. Ainda que para Hans Kelsen, (MORAES, 2010, p.305), o território circunscreve “o espaço de validade da ordem jurídica”.

Quanto ao elemento formal, consiste no poder político que é aquele instituído por alguém, que num regime democrático, é competência do povo, e exercido pelos seus representantes, conforme marco legal. Esse poder precisa ter legitimidade, legalidade e licitude, senão o seu exercício não é válido, nem reconhecido pela democracia. O poder, segundo (LOEWEMSTEIN, apud TAVARES, 2012, p.1051) “é uma relação sociopsicológica, baseada num efeito recíproco entre os que detêm e exercem o poder (os detentores do poder) e aqueles aos quais se dirige (destinatários do poder).”

Na perspectiva da tipologia de Estado, o contemporâneo (MORAES, 2010, p. 301) “é caracterizado pelo unilateralismo hegemônico e identificado pelos conceitos de soberania e nação.” Na pós-modernidade, o Estado é percebido como “uma realidade existências co-natural ao homem, como nos ensina Xifra Heras, impossível se configurar uma solução em que o homem não seja colocado como centro das atenções, com o objetivo de aumentar o desenvolvimento de suas potencialidades” (AGRA, 2009, p.11)

A concepção de Estado está diretamente ligada à sociedade, posto que “uma das consequências negativas da sociedade pós-moderna e que em virtude da dessubstancialização, da quebra dos paradigmas ontológicos e da fragmentação do seu tecido social provocada pela diversificação econômica, há uma forte tendência para o afloramento dos conflitos sociais nessas sociedades.” (AGRA, 2009, p.14) Não se pode pensar em um Estado dissociado da sociedade, pois estão umbilicalmente entrelaçados, por causa do ser humano, que ocupa o lugar central dessa discussão, e sua convivência com o(s) outro(s).

É inconcebível pensar num Estado que não envolva as questões sociais e tenha como meta a sua solução. (AGRA, 2009, p.15) “As consequências acarretadas pela pós-modernidade atingiram todas as esferas da sociedade, com abrangência nos campos social, familiar, econômico, cultural, deontológico,



etc.” O Estado é conclamado a remediar situações postas, e garantir, principalmente, o Estado Democrático de Direito.

Quanto ao conceito de sociedade civil, (LOSEKANN,2013, p.1) “foi rearticulado pela Teoria Política nas últimas décadas do século XX, vinculando-se diretamente nos contextos redemocratizados com as noções de espaço público, cidadania, deliberação e participação política”. Logo, a sociedade civil é percebida como aquele conjunto de indivíduos que, coletivamente, agem, participam politicamente das decisões, que exercem os seus deveres e exigem o cumprimento dos seus deveres.

Ainda que os filósofos dos séculos XVII ao XX tenham conceituado a sociedade civil, quer seja influenciados pelo contexto histórico da época, a ideia sobre sociedade se transformou no tempo e no espaço. Os discursos são os mais variados, a exemplo de (HOBBS, 1992, apud LOSEKANN, 2013, p.4) "o começo da sociedade civil provém do medo recíproco" e ainda, “tem-se que "o estado dos homens fora da sociedade civil é um simples estado de guerra." Mais tarde, atrela-se ao conceito de sociedade, a perspectiva de uma civilização, foi o que Locke fez ao criticar a concepção de Hobbes, “diferenciou o estado de natureza ao de guerra - essa por vezes necessária mesmo em um governo civil”. (LOSEKANN,2013, p.5)

Contudo, foi no século XVIII, “que as palavras correlatas "civildade" e "civilização" ganharam força. Ao ultrapassar o sentido da polidez, cortesia e refinamento, a conversão do primitivo às boas maneiras fundamentou o próprio processo civilizatório: coube às civilizações civilizar.” (LOSEKANN,2013, p.5) Sociedade estava sendo transformada em um conceito mais aberto e abrangente, o de civilização, ao mesmo tempo em que retornava a ideia de indivíduo civilizado. O discurso estava sendo posto no sentido de combater as grandes manifestações de violência perpetradas pelo ser humano, que deveria agir socialmente com civildade.

Também ganha força o conceito de (ROUSSEAU, 2007, 62 apud LOSEKANN,2013, p.6), pois “a saída do estado de natureza institui na conduta do homem o instinto pela justiça e moralidade em suas ações, embora os primeiros deveres de civildade fossem observados’ até mesmo entre os selvagens." Que institui mais duas variáveis, como justiça e moralidade, quando admite a possibilidade de que as relações sociais podem ser pautadas no espírito de justiça do homem no convívio social.

Percebeu-se que a distinção entre Estado e Sociedade não poderia somente perpassar pela família, “atribui-se a Hegel o modelo dual de distinção entre a sociedade civil e o Estado,



ambos apartados do espaço familiar. Hegel rompeu, portanto, com o jusnaturalismo anterior fundado no contrato: o estado fundamenta a sociedade e os indivíduos não são anteriores a ele.” (LOSEKANN,2013, p.6) Família, Sociedade e Estado foi o tripé que sustentou a teoria das instituições durante muito tempo, e a proposta de Hegel em separar essas instituições e abandonar a teoria de que ambos se sustentavam na família foi revolucionária, no sentido de que a família era o ambiente em que primeiro se aglutinava socialmente. E a própria instituição familiar irá sofrendo transformações na sua estrutura, adquirindo novos contornos e contextos que urgia essa necessidade a nível conceitual.

A perspectiva de desvencilhar o conceito de homem do instinto ganhou grandes contornos, que possibilitaram inculcar a ideia de civilidade à de não violência. (KEANE 2001, apud LOSEKANN,2013, p.6) “O pressuposto evolutivo está explicitado em outros filósofos escoceses do século XVIII, que tratavam a sociedade civil como antítese da violência. A civilidade era uma convenção artificial para conter a violência natural; a sociabilidade nas relações econômicas e íntimas.” Foi então que, também como uma convenção social, surge a concepção de sociabilidade, traduzida em uma sociedade que age com civilidade, baseada nos ideais de justiça e de moralidade para com o outro.

Assim, o Estado consegue assumir o poder de forma hegemônica em relação ao homem e à sociedade, e mais, passa a controlar as ações do indivíduo e da sociedade, codificando a sua suprema vontade, permitindo, no máximo, que o se abra um espaço, ainda que ínfimo, de diálogo, disfarçado de uma sociedade dialógica e participativa das decisões políticas. (Young 2000; Kaldor 2001; Keane 2001; Cohen e Arato 2001, Losekann,2013, p.8)

“Delinearam-se outras características da moderna sociedade civil, para além do distanciamento da violência e da não-concorrência pela tomada do poder estatal: o modelo tripartite autônomo e autolimitado; as ideias de auto-organização e autodeterminação; a busca pelo consentimento e entendimento pelo diálogo livre e racional; e, finalmente, o círculo virtuoso estabelecido com as práticas democráticas”.

Logo a sociedade civil cria, desenvolve e ampara o surgimento do Estado, consolidando no poder estabelecido por ela própria, “Habermas (2003) salienta que (...) o conceito de sociedade civil hoje adquiriu outra característica: a formação de um núcleo institucional que não se caracteriza pelos atributos econômicos nem pelos estatais e que, por sua





vez, ampara as condições sociais para o surgimento de esferas públicas.” (LOSEKANN,2013, p.9-10)

### **Os conselhos federal, estadual e municipal de proteção à pessoa idosa**

Este capítulo descreve a criação, as competências e estruturas dos Conselhos Federal, Estadual e Municipal de Proteção à Pessoa Idosa, como uma ação integrada entre Estado e Sociedade em atenção ao cumprimento dos direitos fundamentais dos idosos elencados nas legislações especiais.

A lei nº 8.842/94 instituiu os Conselhos Federal, do Distrito Federal, Estaduais e Municipais de Proteção à Pessoa Idosa, (FREITAS Jr, 2011, p.38) preleciona que não seria recomendável a sua vinculação ao poder público, por causa de sua natureza fiscalizatória e para ter mais autonomia no desempenho das missões dos órgãos.

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) foi criado em 2002, sendo vinculado ao Ministério da Justiça, por meio do decreto n. 4.227, a princípio era um órgão consultivo, permanente e sem paridade.

Após o Estatuto do Idoso de 2003, em 2004, o Conselho passa a integrar a estrutura administrativa e com vinculação direta à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), agora com paridade na sua composição de 28 membros, sendo 14 representantes das instituições governamentais e 14 das instituições da sociedade civil organizada.

O Estatuto do Idoso alterou a competência dos Conselhos em seu art. 53: “Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.” (MAIO, 2008, p. 349) ressalta que as funções de formulação e coordenação saíram, e entraram as de acompanhamento e fiscalização, denotando a intenção do legislador em fazer do Conselho um órgão mais voltado para fiscalização do que para formular políticas públicas.

Como norma geral, o CNDI tem competência de elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a política nacional do idoso, observando as diretrizes da Lei n. 8.842/94 e da Lei n.



10.741/03. Também cabe aos conselhos: apoiar e avaliar os conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal; propor modificações nas estruturas públicas e privadas de atendimento ao idoso; promover campanhas educativas; acompanhar a elaboração e a execução das propostas orçamentárias da União; elaborar o regimento interno do conselho.

Há um compromisso do CNDI com a sociedade, estabelecendo parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para identificar um sistema de indicadores e monitorar as atividades de atendimento ao idoso, a exemplo com o serviço de denúncia, através do disque 100, serviço disponibilizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que recebe ligação de qualquer pessoa que denuncie violações de direitos da pessoa idosa, acionando, na Bahia, o Ministério Público, o CREAS, a DEATI e o Conselho Municipal de Proteção ao Idoso, para que providências sejam adotadas, no sentido de investigar, a princípio, a veracidade da denúncia, a oportunização de oitiva dos envolvidos para que apresentem suas versões e comprovem o conteúdo delas; e que providências possam ser tomadas como proteção ao direito do idoso, como o direito à vida, à integridade física e mental; à moradia; aos alimentos, etc...; mas, principalmente ao cuidado.

Outra ação do CNDI é a instituição e funcionamento do Observatório Nacional da Pessoa Idosa, que é um projeto de parceria com o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, criado para acompanhar e analisar as políticas e estratégias de ação de enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

Também são propostos estudos, debates e pesquisas na área do Idoso, para isso foram realizadas três Conferências Nacionais, em 2006, 2008 e 2011. Um dos resultados da Conferência de 2006 foi o Plano Técnico de Articulação de Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa – *PLANTAR*; na II Conferência originou-se o projeto PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro.

Quanto aos Conselhos Estaduais, há 26 Estado e 1 Distrito Federal, totalizando 27 Conselhos Estaduais. Na Bahia, o Conselho Estadual do Idoso foi criado em 8 de setembro de 1994, através da Lei n. 6.675/94, vinculado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com a finalidade de ‘assegurar os direitos sociais do idoso’, criando condições para



promover sua autonomia, interação e participação efetiva da sociedade. A princípio, a estrutura do Conselho é de 12 membros, paritariamente, 6 representantes de órgãos governamentais e 6 representantes de órgãos não-governamentais. Um dos seus objetivos é o cumprimento da Lei n. 9.013/04, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso. Hoje, infelizmente, transformado em Núcleo do Idoso, focando na divulgação de informações sobre o Estatuto do Idoso e demais legislações pertinentes.

Organizações não-governamentais como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Centro de Referência do Envelhecimento - SESC-RS, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas e a Associação Nacional de Gerontologia são algumas das entidades brasileiras que estão voltadas para a pesquisa e estudo sobre o envelhecimento, bem como para a defesa dos direitos dos idosos, principalmente quanto às aposentadorias e pensões, cada vez mais reduzidas em relação aos trabalhadores e servidores ativos, e, por sua vez, mais necessitados em decorrência do aumento do plano de saúde, do aparecimento de doenças pelo desgaste natural do corpo material.

Políticas Sociais, de assistência social, combate à violência, proteção jurídica na defesa dos direitos dos idosos e estímulo à participação social no atendimento do idoso constituem Políticas de Atendimento<sup>1</sup> a serem também executadas pelos Conselhos, consoante o Estatuto do Idoso.

---

<sup>1</sup> TÍTULO IV  
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO  
CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

- I – políticas sociais básicas, previstas na Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994;
- II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;
- V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;
- VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.



A Política Pública de atendimento ao Idoso está estruturada em eixos: Instituições (família, sociedade e estado), que devem se articular de forma integrada, priorizando o convívio familiar e social, demonstrando o idoso como parte integrante dessas estruturas.

O Conselho Estadual tem como política de atendimento a criação, o fortalecimento e a descentralização de programas de assistência aos idosos, para contribuir a sua integração à família e à sociedade e a incentivar o atendimento no seu próprio ambiente.

Visa também executar as diretrizes gerais do Conselho Nacional do Idoso, e apoiar a constituição dos Conselhos Municipais de defesa dos direitos dos idosos; além de apoiar os programas destinados à capacitação de cuidadores de idosos e outros profissionais dedicados ao atendimento ao idoso; promover a remoção de quaisquer obstáculos, barreiras arquitetônicas, ambientais, de transporte e de comunicação para facilitar o acesso e a locomoção de pessoa idosa aos serviços e áreas públicas e aos edifícios comerciais; adotar medidas para promover o atendimento prioritário às pessoas idosas nas instituições públicas e privadas; estimular a educação continuada e permanente de idosos e apoiar a implantação de programas “voluntário idoso”, como forma de valorizar e reconhecer sua contribuição para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade; apoiar programas de estímulo ao trabalho do idoso, inclusive por meio de cooperativas de produção e de serviços; desenvolver programas de habitação adequados às necessidades das pessoas idosas, principalmente em áreas carentes; estimular a adoção de medidas para que o documento de identidade seja aceito como comprovante de idade para a concessão do passe livre nos sistemas de transporte público; estimular o combate à violência e à discriminação contra a pessoa idosa, inclusive por meio de ações de sensibilização e capacitação, estudos e levantamentos estatísticos que contribuam para prevenir a violação de seus direitos; adotar medidas para assegurar a responsabilização de familiares pelo abandono de pessoas idosas; incentivar a criação, nos estados e municípios, de serviços telefônicos de informação, orientação e recepção de denúncias (disque-idoso).

Outra política pública no Estado da Bahia foi a criação da Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa, instituída pela Lei Estadual nº 9.277/2004, com funcionamento desde 2006, e atendimento a mais de 5.000 idosos (DEATI, 2014). A DEATI faz atendimento ininterrupto e também recebe denúncia do disque 100 e dos demais órgãos públicos e instituições privadas, no combate à violência contra a pessoa idosa.



Quanto às políticas públicas promovidas pelo município de Salvador, a Lei nº 4.068, de 19 de dezembro de 1989, destina preferencial de lugares nos ônibus para mulheres em estado de gravidez e idosos; a Lei nº 6.760, de 18 de julho de 2005, dispõe sobre a normatização e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso; a Lei nº 6.979, de 27 de janeiro de 2006, assegura reserva de vagas para idosos, nos estacionamentos públicos e privados. E o Decreto nº 16.860, de 11 de outubro de 2006, aprova o Regimento do Conselho Municipal do Idoso.

#### OS CONSELHOS E O MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFENSORIA PÚBLICA

Este capítulo analisa as atividades integradas do Conselho com outros órgãos do Poder Público, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública.

O Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado são órgãos que integram o Conselho Estadual de Proteção à Pessoa Idosa, no sentido de discutir as ações governamentais que precisam ser realizadas e que garantam os direitos dos idosos. Também são convidados a participar do Conselho Municipal quando reunidos para uma determinada finalidade.

O Conselho Estadual se reúne quinzenalmente na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Atualmente foi transformado em Núcleo do Idoso. As reuniões são consignadas em atas, bem como as discussões e os compromissos firmados pelos seus entes. Atualmente preocupados com a moradia e a saúde do idoso como formas de garantir a dignidade ao envelhecimento. Para isso são fiscalizadas as Instituições de Longa Permanência, pública e privadas, inclusive o Abrigo Dom Pedro II, a parte pública é administrada pela Prefeitura do Salvador, com a fiscalização e apoio diretos do Conselho Municipal do Idoso.

As atividades integradas permitem viabilizar um maior acesso do Idoso à justiça, quer seja através do Poder Judiciário, na proposição, acompanhamento e informações sobre os processos judiciais; quer seja extrajudicial, quando se trata de alimentos ou outros direitos que podem ser assegurados por órgãos que não integram o Poder Judiciário.

As maiores demandas dos idosos no Ministério Público e na Defensoria Pública são pertinentes aos aumentos abusivos dos planos de saúde, bem como aos empréstimos consignados, que muitas vezes, não são realizados pelos idosos; e também quanto à violência sofrida pela sociedade, principalmente nas questões que envolvem transporte coletivo urbano, intermunicipal e interestadual.



Ainda assim, a procura do idoso por esses órgãos ainda é ínfima, e muitos desconhecem os serviços prestados pelo Estado, por falta de informação.

## CONCLUSÃO

O Estado não consegue exercer o seu papel de protetor dos direitos dos idosos, em razão de algumas situações. A exemplo da falta de informação pelos maiores interessados, que são os idosos. Mesmo com publicação de cartilhas, encontros, reuniões, conferências e seminários voltados para os idosos, as ações ainda são incipientes, porque não consegue atingir a totalidade desses idosos.

Outro fator de preocupação é a demora na prestação do serviço público. Os servidores se queixam da quantidade de servidores ser irrisória frente à demanda dos idosos, mesmo assim não consegue prestar um serviço com eficiência. Pleito de dois a três anos fica transitando pelos órgãos públicos sem uma efetividade ou pronta resposta.

Os Conselhos não conseguem chegar ao seu público alvo, porque apenas representantes dos governos se apresentam como debatedores e não como executores de políticas públicas direcionadas e efetivas.

As questões permanecem sem solução: aumento de plano de saúde, empréstimo consignado, violência, etc...Sem que se tenha realmente uma solução para aquele problema daquele idoso que procurou os órgãos do poder público, quiçá para aquele que sequer tem conhecimento da sua existência.

Logo, há que se refletir sobre a efetividade dos Conselhos de Proteção à Pessoa Idosa, para que o Estado possa exercer a sua principal missão, que é servir, com eficiência, à sociedade.

## Referências

AGRA, Walber de Moura. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro:Forense, 2009.

BRASIL, \_\_\_\_\_. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL, \_\_\_\_\_. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

FIGUEIREDO, Marcelo. Teoria Geral do Estado. 2ª. ed. São Paulo:Malheiros, 2001, p.38.





FREITAS Jr., Roberto Mendes de. *Direitos e Garantias do Idoso: Doutrina, Jurisprudência e Legislação*. 2ª ed. São Paulo:Atlas, 2011.

LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A Abertura fazer Conceito de Sociedade Civil: Desencaixes, Diálogos e contribuições teóricas a Partir do Sul global . **Colomb.int** , Bogotá, n. 78 de Maio de 2013. Disponível a partir do <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-56122013000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122013000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 de julho de 2014.

MAIO, Iadya Gama. *Estatuto do Idoso comentado*. Neide Maria Pinheiro (Organizado). 2ª. ed. Campinas, SP: Servanda, Editora, 2008.

MORAES, Guilherme Peña de. *Curso de Direito Constitucional*. 3ª. ed. São Paulo:Atlas, 2010.

REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p.173.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª. ed. São Paulo:Saraiva, 2012.



## **TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

ISTOE, Rosalee Santos Crespo

*Professora do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem-UENF*  
*rosaleeistoe@gmail.com*

SOARES, Márcia Regina Pacheco

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem-UENF*  
*mpachecosoares@gmail.com*

GOMES, Denise da Silva

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem-UENF*  
*denizzz\_gomes@yahoo.com.br*

62

### **RESUMO**

Diante do novo perfil populacional brasileiro, de transformações sociais e de inovações tecnológicas, demandas específicas nos processos educacionais de pessoas envelhecidas são necessárias para que permaneçam como agentes atuantes na sociedade. A partir dos pressupostos que conferem relevância à educação na inclusão social e para a longevidade com qualidade de vida, visamos discutir a relevância da utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no processo de ensino aprendizagem na alfabetização de idosos. Este trabalho, de natureza qualitativa, foi embasado em referenciais teóricos e observações dos participantes do Projeto Terceiro Idade em Ação desenvolvido pela UENF, despontando para a importância de formular propostas educativas incluindo as novas tecnologias digitais como ferramenta didático-pedagógica nos mecanismos de alfabetização e de inclusão da pessoa idosa na sociedade atual.

**Palavras-chave:** Idoso. Analfabetismo. Inclusão.

### **ABSTRACT**

Before the new profile Brazilian population, social transformation and technological innovations, educational processes for specific demands of aged people are necessary to ensure that they remain as active agents in society. From the assumptions which give relevance to education on social inclusion and for longevity with quality of life, we aim to discuss the relevance of the use of new information and communication technologies (ICT 's) in the teaching process learning in literacy for seniors. This work, of qualitative nature, was grounded in theoretical references and comments from participants in the project Third Age in action developed by UENF, emerging to the importance of educational proposals including the new digital technologies as didactic-pedagogical tool in literacy and mechanisms of inclusion of elderly person in current society.

**Keywords:** Elderly. Illiteracy. Inclusion.



## Considerações Iniciais

Novos paradigmas surgem na sociedade em função do envelhecimento populacional e das alterações na distribuição etária com significativo aumento da população idosa no Brasil. A longevidade com qualidade de vida, antes de tudo, pressupõe a superação de estigmas, preconceitos e a concepção de que o envelhecimento estaria associado ao declínio, à incapacidade e à morte. O paradigma da inclusão social ou não exclusão desta parcela populacional, nos remete a pensar em novas práticas pedagógicas que visem promover a interação e a valorização em diferentes formas de construção do conhecimento, eliminando barreiras, questionando os mecanismos de segregação e vislumbrando novos caminhos que possibilitem a permanência ativa da pessoa idosa na sociedade.

Ações educativas para este público pressupõe o desenvolvimento de ações estruturadas que atendam as especificidades do aluno idoso no processo educacional, enfatizando recursos que assegurem a aquisição de novas aprendizagens, do desenvolvimento cognitivo e de inclusão social. A educação nesta fase da vida já não apresenta o mesmo significado da juventude, nem tem a obrigatoriedade legal, mas representa a auto realização, a participação social, a autoconfiança e a autonomia.

Se considerarmos as faixas etárias, a população idosa apresenta a maior taxa de analfabetismo, o que conseqüentemente acarreta maior grau de dependência e exclusão social. Transpor barreiras impostas pelo analfabetismo pressupõe ações estratégicas flexíveis, produtoras de conhecimentos e que abranjam as mudanças oriundas das transformações sociais e tecnológicas.

Discutir e analisar a vinculação da utilização de tecnologias digital na alfabetização de pessoas idosas, visando ao mesmo tempo, possibilitar ou acelerar o seu processo de aprendizado e inclusão social, se faz relevante, visto a exclusão dual vivenciada pelo idoso analfabeto numa sociedade letrada e informatizada.

A introdução da informática como recurso pedagógico na alfabetização de idosos, diante da atualidade, pode se configurar como uma ferramenta de estímulo, motivação e de promoção de oportunidades para a pessoa idosa na sociedade atual.



Tais considerações, preliminares e embasadas em referenciais teóricos, surgiram da percepção do interesse de idosos analfabetos ou analfabetos funcionais, em participar de oficinas digitais oferecidas aos participantes do Projeto de Extensão Universitária “Terceira Idade em Ação”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e da inviabilidade de inserção destes no mundo digital e tecnológico, visto a falta de domínio do uso da leitura e da escrita, o que consequentemente promove uma dualidade de exclusão: a digital e a do letramento.

Outra constatação foi de que tais idosos sentem-se envergonhados em admitir o próprio analfabetismo o que dificulta o processo de ensino aprendizagem da alfabetização convencional.

Diante desses argumentos, este trabalho se apresenta como parte inicial de uma pesquisa de Mestrado que tem como objetivo principal investigar o impacto da utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's), como recurso didático-pedagógico na alfabetização de pessoas idosas, enfatizando os aspectos motivacionais, cognitivos e de inclusão.

### **O “agrisalhamento” da população**

O processo de transição demográfica, relacionado com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, tem provocado uma rápida variação na estrutura etária do Brasil e de todo o mundo. Esta tendência tem se caracterizado pela redução proporcional de crianças e jovens, associado ao aumento da população adulta e da substantiva elevação da população idosa. No Brasil, em relação à população idosa, a previsão, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2011), é que esse número triplique do ano de 2010 até 2050, passando de 21 milhões de idosos em 2010 para 63 milhões, correspondentes a 10% do total da população em 2010 para 29% em 2050. Revela ainda, que em 2025 o Brasil estará mundialmente colocado no sexto lugar em população idosa, com aproximadamente 32 milhões de pessoas com 60 ou mais anos de idade. A tendência de envelhecimento populacional fica ainda mais clara ao se observar que o grupo de idosos de 60 anos ou



mais de idade será maior que o grupo de crianças com até 14 anos de idade após 2030, e em 2055 a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos de idade (IBGE, 2013). Assim, para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), “Uma redução nas taxas de fertilidade e um aumento da longevidade irão assegurar o contínuo “agrisalhamento” da população mundial”. (OMS, 2005, p.8).

Sendo assim, o envelhecimento populacional e as alterações na distribuição etária, acarretam conseqüentemente demandas por políticas públicas específicas, além de servir como alerta para uma sociedade excludente e seletiva do necessário comprometimento com a inclusão das pessoas envelhecidas como agentes atuantes do contexto social. A OMS (2005) considera que qualquer que seja a idade definida dentro de contextos diferentes, é importante reconhecer que a idade cronológica não é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem variações significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas idosas que possuem a mesma idade. Afirma que as autoridades precisam considerar essas variações ao formular políticas e programas para esta população. A longevidade com qualidade de vida, antes de tudo, pressupõe a superação de estigmas, preconceitos e a concepção de que o envelhecimento estaria associado ao declínio, à incapacidade e à morte. O idoso que compõe a sociedade atual está aberto a novos conhecimentos, é produtivo, ativo, autônomo, capaz de ocupar e ter seu espaço reconhecido pela sociedade.

### **Um novo conceito de envelhecimento e o analfabetismo**

A partir das últimas décadas do século XX, o envelhecimento populacional, passou a chamar a atenção de cientistas e pesquisadores de todo mundo, corroborando com a produção científica sobre a velhice, onde estudos e pesquisas de diversas áreas, com abordagens a diferentes temas, passaram a contribuir significativamente na alteração dos conceitos referentes à velhice e suas representações sociais. Tais contribuições, de incontestáveis relevâncias, vêm fortalecendo a superação de estigmas



e preconceitos relativos às pessoas idosas e a inclusão do novo conceito de envelhecimento. Para Lima (2001, p. 51) “A partir do reconhecimento de que a velhice é algo além do envelhecimento fisiológico e psicológico de indivíduos, as práticas de intervenção puderam ser modificadas significativamente”.

Para a OMS (2005), um envelhecimento ativo baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e auto realização; permitindo que essas pessoas percebam o seu potencial para o bem estar físico, social e mental ao longo do curso da vida; e afirma ainda que: “A palavra “ativo” refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho.” (OMS, 2005,p.13).

Partindo desta concepção de envelhecimento ativo, pressupõe-se que preservando o equilíbrio entre as suas potencialidades e limitações, a aquisição de novas aprendizagens se destaca como auxiliar na manutenção de um envelhecimento saudável quer seja nos aspectos físicos, psicológicos ou sociais, visto que, “o desenvolvimento das capacidades cognitivas ocorre durante toda a vida, inclusive na velhice, contrapondo-se à tradicional ideia de que somente crianças e adolescentes poderiam se desenvolver cognitivamente” (SCORALICK-LEMPKE, *et al.*, 2012, p.650).

Como coadjuvantes do funcionamento e fortalecimento cognitivo na velhice, destacam-se, entre outros, a motivação, a autoestima, a satisfação com a vida, a autoconfiança e a segurança de pertencimento a grupos familiares e sociais. Neste sentido, a educação ocupa papel fundamental para os aspectos cognitivos durante o processo de envelhecimento, favorece a formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e com maior inserção social, com consciência de seus valores, com potencialidade de articulação, de exigir mais respeito, dignidade, reivindicar os seus direitos e maior percepção de suas próprias competências. A OMS (2005) acrescenta que:

Apoio social, oportunidades de educação e aprendizagem permanente, paz e proteção contra a violência e maus-tratos são fatores essenciais do ambiente social que estimulam a saúde, participação e segurança, à medida que as pessoas envelhecem. Solidão, isolamento social,





analfabetismo e falta de educação, maus-tratos e exposição a situações de conflito aumentam muito os riscos de deficiências e morte precoce. (OMS, 2005, p.28).

Além de ser agente da ação que transforma, a educação é um direito elementar de todo ser humano, independente da idade. O idoso tem direito à educação, não somente como compensação, mas enquanto espaço de questionamento, decisões, capacitação e inclusão. Assim, as atividades educacionais eficazes que são direcionadas a este público, devem possibilitar o equilíbrio entre os declínios inerentes ao envelhecimento e os benefícios proporcionados por essas atividades.

Assim, a educação pode estimular o crescimento e a aquisição de novas competências, fomentando possíveis ganhos durante toda a vida. Além disso, ela representa uma via de remediação e retomada dos níveis de funcionamento anteriores, tendo três diferentes funções: 1) oferecer recursos àqueles que, por circunstâncias pessoais, não tiveram oportunidades educativas em etapas anteriores; 2) auxiliar os idosos quanto à prevenção e à solução de déficits associados a essa fase, na medida em que novos aprendizados propiciam significativos benefícios sobre o funcionamento cognitivo; 3) facilitar a retomada de papéis sociais, bem como potencializar as atividades e os relacionamentos interpessoais, evitando as perdas dos vínculos que parte da população idosa experimenta. (SCORALICK-LEMPKE, *et al.*, 2012, p.6510).

Para a UNESCO (2009, p.11) “a educação é um direito fundamental, uma chave que permite o acesso aos direitos humanos básicos, tais como saúde, habitação, trabalho e participação, entre outros”. No entanto, o nível educacional da parcela populacional referente aos idosos no Brasil é considerado muito baixo pelas estatísticas publicadas pelo IBGE (2011), segundo censo de 2010, é a maior taxa de analfabetismo, segundo os grupos de idade, apesar de ter havido redução entre os anos de 2000 e 2010, para justificar este fato, considera-se que a falta de oportunidade de acesso às instituições escolares nas décadas de 1930 a 1950, seja um dos fatores relevantes a essa realidade, como demonstrado a seguir:

No caso da população idosa, o indicador de alfabetização é considerado um termômetro das políticas educacionais brasileiras do passado. Nas décadas de 1930 até, pelo menos, os anos 1950, o ensino fundamental ainda era restrito a segmentos sociais específicos. Nessa



medida, o baixo saldo da escolaridade média dessa população é um reflexo desse acesso desigual. (IBGE, 2002, p.20).

Para a OMS (2005, p. 30) “os baixos níveis de instrução e o analfabetismo estão associados a maiores riscos de dependência e morte durante o processo de envelhecimento”. De acordo com a UNESCO (2009) uma oferta educativa ampla que inclua o ensino deve ao mesmo tempo reconhecer e validar as aprendizagens realizadas pelas pessoas, não somente na idade adulta, mas ao longo da vida, na família, na comunidade, no trabalho, pelos meios de comunicação de massa, na participação social, no exercício da própria cidadania.

Romper a marginalidade do analfabetismo na terceira idade pressupõe ações estratégicas de transformação e de produção de conhecimentos, dentro do contexto histórico, cultural e social. Para Tajra (2013, p. 11) “os analfabetos são aqueles que não sabem relacionar, criticar, interpretar e interagir com o seu meio”, Transpor barreiras impostas pelo analfabetismo carece ações estratégicas flexíveis, produtoras de conhecimentos e que abranjam as mudanças oriundas das transformações sociais e tecnológicas.

Na concepção de Paulo Freire, citado por Gadotti (2011, p. 13) a alfabetização vai além do domínio do código linguístico, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”.

Nessa perspectiva Bagno, *et al.* (2005) ressalta que:

Letrar não é simplesmente “ensinar a ler e a escrever”, mas criar condições para que o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de maneira a se inserir do modo mais pleno e participativo na sociedade tipicamente letrada que é a nossa, (...) uma vez que a inserção na sociedade letrada é requisito indispensável para a construção da cidadania e de uma sociedade democrática, além de constituir direito inalienável do cidadão. (BAGNO, *et al.*, 2005, p.69).

Na concepção de Soares (2002), indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita têm habilidades e atitudes necessárias para a participação ativa e competente de interação com os outros e com o mundo que os cerca, têm



atitudes e competências discursivas e cognitivas que lhes conferem estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada.

### **Inclusão: Social e Tecnológica**

Contudo, novos paradigmas emergem na sociedade contemporânea, estamos vivendo um período revolucionário, de transformações sociais e de inovações tecnológicas, e, “é diante de todas essas mudanças, oriundas das transformações sociais e do avanço das tecnologias, que percebemos as mudanças que estão ocorrendo com o comportamento dos homens e das mulheres, os quais são ingredientes dessas mudanças.” (TAJRA, 2013, p.21).

Assim, vislumbrar novos caminhos que favoreçam a inclusão social de pessoas idosas, demanda, inclusive, possibilitar que o aluno/idoso desenvolva habilidades com as novas ferramentas tecnológicas disponíveis na atualidade. “Porque o uso das tecnologias, principalmente da informação e comunicação, é inerente à sociedade em que vivemos atualmente. Não estarmos incluídos nela é no mínimo um fator de exclusão digital e, se analisarmos mais amplamente, uma exclusão social.” (TAJRA, 2013, p. 37). Então, diferentes formas de construção do conhecimento, novas percepções e possibilidades pedagógicas se fazem necessárias diante da presença crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

Nessa perspectiva, articular, discutir e analisar a vinculação dessas diferentes realidades: a utilização de tecnologias digital e a alfabetização de pessoas idosas, visando ao mesmo tempo, possibilitar ou acelerar o processo de aprendizado e inclusão social, é um desafio, visto que, esta conjunção é uma possibilidade ainda bastante nova e pouco investigada, principalmente porque ainda é muito limitado o acesso aos recursos tecnológicos pelos idosos. Apesar das limitações, o idoso da atualidade busca a permanência da sua autonomia, é aberto a novos conhecimentos, é produtivo, ativo, e capaz de ocupar e ter seu espaço reconhecido pela sociedade.

As limitações diárias afrontadas pelos idosos, uma vez analfabetos e por conseguintes excluídos digitais, além das inerentes ao analfabetismo como ler e escrever se configuram ainda em atividades que envolvem tecnologias, tais como: uso de



aparelho telefônico celular, consultas a caixas eletrônicos de bancos, uso de computador e acesso a redes sociais, entre outras. “É que estamos vivendo, hoje, a introdução, na sociedade, de novas e incipientes modalidades de práticas sociais de leitura e de escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica, o computador, a rede (a web), a Internet” (SOARES, 2002, p.146).

A inclusão das TIC's no processo de alfabetização de idosos visa conciliar enfoques pedagógicos e sociais, possibilitando além da “aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico (...) e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2004, p.16), aprender a utilizar o computador e softwares, e relacionar à utilização da informática com suas atividades cotidianas, promovendo autonomia e participação ativa no contexto social contemporâneo. Na concepção de Tajra (2013):

O aprendizado, além de ser um processo em contínua mudança, é coletivo. Negar o contexto no qual se vive é se transformar numa “caixa-preta”; é não querer perceber o que está ao redor; é desprezar uma característica típica do ser humano: a capacidade de aprender. Aprender é mudar. Aprender significa romper constantemente para que possamos nos posicionar como seres autônomos e transformadores diante do ecossistema no qual estamos inseridos. (TAJRA, 2013, p.112).

A utilização da informática como recurso pedagógico, possibilita atividades interativas e motivadoras, podendo ser incorporados ao computador vários recursos tecnológicos, Tajra (2013) cita que ele funciona como um grande aglutinador das várias tecnologias existentes, nele é possível fazer pesquisas na internet, ouvir rádio, ver fotos e filmagens, ler jornais e revistas, conversar com pessoas distantes, etc.

A informática utilizada como ferramenta no processo de ensino aprendizagem no ambiente educacional, além de favorecer o desenvolvimento de comunicação e socialização, estimular à escrita e à leitura, a curiosidade, ao raciocínio lógico e a autonomia, apresenta frequentemente as seguintes situações positivas:

- Os alunos ganham autonomia nos trabalhos, podendo desenvolver boa parte das atividades sozinhos, de acordo com suas



características pessoais, atendendo de forma mais nítida ao aprendizado individualizado.

- Em função da gama de ferramentas disponíveis nos softwares, os alunos, além de ficarem mais motivados, também se tornam mais criativos.
- A curiosidade é outro elemento bastante aguçado com a informática, visto que é ilimitado o que se pode aprender e pesquisar com os softwares e “sites” da internet disponíveis.
- Os alunos se autoajudam. Os ambientes tornam-se mais dinâmicos e ativos. Os alunos que se sobressaem pelo uso da tecnologia costumam ajudar àqueles que estão com dificuldades.
- Os alunos com dificuldades de concentração tornam-se mais concentrados.
- Esses ambientes favorecem uma nova socialização que, às vezes, não conseguimos nos ambientes tradicionais.
- As aulas expositivas perdem espaços para os trabalhos corporativos e práticos.
- Estímulo a uma forma de comunicação voltada para a realidade atual de globalização.
- Além de a escola direcionar as fontes de pesquisas para os recursos já existentes, como livros, enciclopédias, revistas, jornais e vídeos, ela pode optar por mais uma fonte de aprendizagem: o computador.
- A informática contribui para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e de estrutura lógica do pensamento. (TAJRA, 2013, p.53- 54).

Neste sentido, diante desta nova realidade revolucionária de inovações tecnológicas, incumbe uma revisão nos conceitos, valores, hábitos e paradigmas referentes às práticas educacionais e de inclusão a fim de que não se alargue a estratificação social que vive o idoso analfabeto em nosso país. Partindo destes pressupostos, acreditamos que as novas tecnologias digitais podem se tornar ferramentas aliadas à educação na promoção de oportunidades nos mecanismos de alfabetização e de inclusão da pessoa idosa na sociedade atual.

### **Considerações finais**

A alteração na configuração etária e a substantiva elevação da população idosa configuram a nova estrutura da população brasileira e mundial, diante desta realidade, se faz necessário à inclusão das pessoas envelhecidas como agentes atuantes do contexto social. Tal ação reflete a necessidade de mudanças nas demandas por políticas



educacionais específicas, e acarretam implicações e adaptações, para que essa população viva com melhor qualidade de vida. O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC, 2012), considera a alfabetização uma das prioridades no contexto atual, apesar de considerar que a alfabetização na idade certa ocorre até os oito anos de idade, fato evidenciado através do “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” que é um compromisso de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade. Entendemos que não há idade errada para se aprender, e a idade certa de ser alfabetizado é a que possibilita aprendizagens potencializadas pelas oportunidades oferecidas e pautadas ao contexto sociocultural, e quando tais aprendizagens, servem como ferramenta nos processos de transformações desse indivíduo, e o conduz às mudanças vinculadas aos domínios da vida social e cotidiana. Conferir prioridade à escolarização e alfabetização de pessoas idosas é uma postura plausível em um país com elevado analfabetismo e uma população pouco instruída, mas a hegemonia da concepção restrita de educação de pessoas idosas dificulta explorar este potencial formativo e inibe a adoção de políticas educacionais que articulem a formação para a cidadania e para inclusão no contexto atual da sociedade.

Conhecer os interesses da população idosa, assegurar seus direitos e viabilizar programas que sejam acessíveis e significativos é de imprescindível relevância. O envelhecimento populacional e a irrefutável contribuição de atividades educacionais para a manutenção de um envelhecimento saudável, nos aspectos físicos, psicológicos e sociais, se constituem em justificativas categóricas para que sejam promovidas iniciativas efetivas de educação e de alfabetização na velhice. Contudo, é entre a população idosa a maior taxa de analfabetismo, segundo os grupos de idade, mesmo sabendo-se que os baixos níveis de instrução e analfabetismo, estão associados a maiores riscos de dependência e de morte durante o processo de envelhecimento.

Vivemos numa sociedade imersa em inovações tecnológicas e constantes transformações sociais, o analfabetismo, ainda imperativo entre pessoas com idade acima de 60 anos, ocasiona não apenas limitações e exclusão social frente à hegemonia do letramento, mas também a exclusão do mundo digital e tecnológico.





A introdução da informática como recurso didático-pedagógico na alfabetização de idosos, pode se configurar, diante da atualidade, como uma ferramenta de estímulo, de motivação, de elevação da autoestima no processo de ensino aprendizagem, além de favorecedora no desenvolvimento cognitivo, na autonomia, na descoberta de capacidades e potencialidades e como promotora de interação e participação da pessoa idosa na sociedade atual, visto que as novas tecnologias despertam curiosidades atreladas ao interesse em conhecê-las e utilizá-las, apesar de ser um universo ainda cercado de mistérios e de limitações para o idoso analfabeto.

Nosso interesse neste trabalho foi provocar uma reflexão, no que diz respeito, às estratégias educacionais utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de idosos, ressaltando a necessidade de adequações frente à nova realidade social, sem, no entanto, potencializar as ações educativas como assistencialistas, mas, como direito constitutivo, direito à aquisição de novas competências e habilidades que favoreçam ao prolongamento da independência e da inclusão ou “não exclusão” do idoso do contexto social.

## Referências

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da Educação Linguística no Brasil. In: Revista Brasileira de Linguística Aplicada. V. 5, n. 1, 2005.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: MEC, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação e aprendizagem para todos: um olhar dos cinco continentes. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009.

GADOTTI, Moacir. Prefácio: Alfabetização e Letramento: Como negar nossa história. In: Alfabetização e Letramento: o que muda quando muda o nome. Org. ZACCUR, Edwiges. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2013.



Sinopse do censo demográfico 2010. 2011. Disponível em [www.igbe.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf](http://www.igbe.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf), acessado em 13/03/2013.

LIMA, Marcelo Alves. A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: A UNATI/UERJ. In: Velhice numa perspectiva saudável. Organização VERAS, Renato Peixoto. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2001.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Envelhecimento Ativo: uma política de saúde. Tradução CONTIJO, Suzana. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

SCORALIC-LEMPKE, Natália Nunes; BARBOSA, Altamir José Gonçalves. Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span. In: Estudos de Psicologia. Campinas, 2012.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: Revista Brasileira de Educação. N. 25, 2004.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 30/07/2014.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na Educação: Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor na Atualidade. 9ª ed. rev., atual e ampl., 4ª impressão. São Paulo: Érica, 2013.



## O RESENTIMENTO, O ESQUECIMENTO E O RISO: AS METAMORFOSES DA MEMÓRIA DOS IDOSOS NUMA PERSPECTIVA NIETZSCHIANA E SEUS DIÁLOGOS COM A PSICOMOTRICIDADE\*

CAMPELLO, M. Cristie

*Professora da UnATI/UERJ e COART/UERJ, Mestre em Memória Social, Especialista em Gerontologia UnATI/UERJ, Psicomotricista  
 cristie.campello@ig.com.br*

75

### RESUMO

Partindo de uma experiência com idosos, na oficina de psicomotricidade, cinema e memória da UnATI/UERJ, durante 16 anos e, atualmente, na COART/UERJ, pretendemos, com este trabalho, percorrer as transformações ocorridas em sua maneira de lidar com suas memórias, tendo, como eixo conceitual as três metamorfoses nietzschianas e o encontro das imagens nietzschianas com o cinema. Assim, as imagens do camelo, do leão e da criança, desdobradas nas três metamorfoses, nos servirão de guia para analisarmos os diversos momentos dos idosos na oficina. O momento de chegada dos idosos, na oficina, será, então, permeado pela imagem do camelo, nos remetendo a análise da noção de ressentimento que, por sua vez está atrelado ao peso. Nesse momento, discutiremos o efeito do cinema clássico na trajetória destes idosos na oficina. Num segundo momento, a noção de força, nos guiará para um primeiro desdobramento da memória, chamado “momento leão”, no qual o idoso descobre a sua potência a partir de uma relação ativa com o passado, enfrentando a mágoa e o ressentimento e finalmente, o esquecimento atrelado ao riso, tendo como aliado o cinema chapliniano. Por fim, a relação do riso e do esquecimento nos permitirá analisar o momento mais criativo, ativo e alegre desses idosos, quando entregues ao riso provocado pelos filmes da chanchada, pelas experiências em grupo e pelo esquecimento de experiências amargas e dolorosas, constroem, em conjunto, uma memória nova, criativa, afirmativa.

**Palavras chave:** ressentimento, esquecimento, riso

### ABSTRACT

Starting with a vast experience with older people in the UnATI's/UERJ workshop of body, cinema and memory, during 16 years and, actually, in the COART's/UERJ we intend, with this work, to pass through the changes in its own way of dealing with their memories and, as conceptual axis, the three Nietzschean metamorphoses and the meeting of the Nietzschean's images with the cinema, and, as the axis methodology, a fieldwork which focused on an action-research by collecting eighteen statements, which resulted in a video and that will illustrate our conceptual bet. This methodological tool gave us freedom to break up with a neutral and directive model of fieldwork, providing a way of affecting and being affected by the chance of forces that emerged from (and during) the meetings, opening path “to the voice and to the turn” of what was muted by the elderly and the researcher, producing in this way, metamorphosis in writing, in image and in action. Thus, the images of the camel, the lion and the child, unfolded in the three metamorphoses, serve as a guide in reviewing the various moments of the elderly in the workshop. The time of arrival of the elderly in the workshop, will then be permeated by the image of camel, referring to the analysis of the concept of resentment, which in turn is tied to the weight. At that point, we will discuss the effect of classic cinema in the path of the elderly in the workshop. Secondly, the notion of strength will guide us for a first deployment of memory, called “lion moment”, in which the elderly find its power from an active relationship with the past, experiencing the bitterness and resentment and finally, the forgetfulness coupled to laughter, having the Chaplin's films ally. Finally, the relationship of laughter and forgetting will allow us to analyze the moments that are more creative, active and happy of these elderly, when delivered to the laughter provoked by the chanchada films, by the experiences in group and the oblivion of bitter and painful experiences, build on together a new memory, creative and affirmative.

**Key words:** anger, forgetfulness, laughter



## 1. Introdução

Este é um artigo que vem apresentar uma prática, a Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória que atuou, durante 16 anos na UnATI/UERJ (Universidade Aberta da Terceira Idade) e que, há 1 ano, migrou para a COART/UERJ (Centro Cultural da UERJ) que dá origem a esse artigo é, até este momento, uma experiência de 17 anos com o trabalho da psicomotricidade para idosos. Observamos, durante esse tempo, o quanto essa ciência pode proporcionar de qualidade de vida a pessoas que já se sentiam no ocaso da vida, pensando na sua finitude, cansados e desistindo de viver e se perguntando: “Qual é o sentido de tanto empenho para viver aos 80, 90 anos ou mais?” Os alunos que freqüentam esta Oficina podem responder com seus corpos saudáveis, sua alegria conquistada, seu riso liberto, sua espontaneidade de movimentos, seus talentos expressados, etc...Para eles, a juventude deixou de ser uma fase da vida para ser uma meta a ser alcançada, ou seja, é algo do espírito e não do calendário. Observando esses idosos podemos perceber que a velhice ficou velha, o que importa é esse momento da vida como um novo tempo, propício a novas conquistas e a busca de satisfação pessoal. Propomos com este trabalho a busca de um novo papel social para o idoso e, com isso, podemos perguntar: “Quem são os novos idosos?” São aqueles que pensam que o mais importante não é o viver mais e, sim, colocar maior qualidade de vida aos anos que restam. Esses são os idosos que freqüentam a nossa Oficina.

Disse um idoso: “Envelhecer é uma arte, escolha as suas tintas. Está na nossa mão optar por um jardim colorido ou por um borrão acinzentado”.

O que nos interessa na Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória é a imagem que cada idoso tem do seu próprio corpo quando chega ao seu primeiro encontro e como que essa imagem imprime nesse corpo suas marcas, suas memórias, seus ressentimentos. O que vamos trabalhando, ao longo da Oficina, é essa imagem corporal. Vamos percebendo que é, através de um corpo vivido, imaginado e, não, de um corpo visto e real que a imagem corporal se apresenta. Buscamos com o trabalho da imagem do cinema, das cenas de filmes, que essa imagem corporal vá se aproximando, cada vez mais, do seu caráter de realidade, vá deixando para trás seus fantasmas, seus espectros e que, através das expressões simbólicas que as cenas vão inspirando, os verdadeiros talentos, sufocados por esse dilacerante imaginário e pela aproximação,



cada vez, mais angustiante da morte, que o corpo se façam presentes e atuais pela potência da alegria.

Um trabalho de Psicomotricidade com idosos é, hoje, desafiador, revolucionário e, totalmente, necessário e obrigatório, numa sociedade que está envelhecendo com muita rapidez, onde o número de nascimentos está diminuído, onde crianças, adolescentes e jovens estão desaparecendo prematuramente, portanto, esta é uma demanda, não, apenas, social, política, educativa, mas, acima de tudo, clínica e terapêutica.

O autor que privilegiamos para nosso suporte teórico, nesta prática, é o filósofo F. Nietzsche.

O riso é um dos principais eixos deste trabalho, conforme a proposta de Nietzsche que o valorizou, ao longo de sua obra. Para ele, o riso, o jogo e a dança são aspectos da vida que estão ligados à arte e à criação em geral. Através destas ações, podemos re-encontrar a potência criativa, aprender a jogar com a vida e nos expressar através de experiências e afetos não através de lembranças dolorosas.

O estilo nietzschiano de expressão artística, inaugurado na sua obra *Assim falou Zaratustra*, inspira o trabalho que realizamos com idosos, na oficina de psicomotricidade, cinema e memória que desenvolvemos, há dezesseis anos, na UnATI/UERJ e, há um ano, na COART/UERJ. A identificação com o autor e, especificamente, com o texto “Das três metamorfoses” foi imediata a ponto de, ao ser trabalhado em sala de aula, influenciar profundamente os alunos no que tange a relação que eles estabeleciam com a vida. Este encontro não é uma identificação apenas porque a linguagem do *Zaratustra* seja poética, mas sim, porque ela nos convida a sair da linguagem convencional para nos encontrarmos no registro dos afetos, que são, para Nietzsche, forças (Marton, 1990, p. 50-7) Esses idosos são afetados, no trabalho realizado na oficina, através de propostas artísticas.

Um método fundamental empregado é o *encontro* na arte. Principalmente, assistimos filmes - muitos deles cômicos, outros dramáticos -, que nos colocam diante de situações afetivas, de idéias, sensações e percepções que levam os idosos a refletir sobre suas vivências, seus anseios, decepções, alegrias, isto é, diante das suas memórias (Ecléia Bosi, 1999) e, para nossa surpresa, diante da possibilidade de construção de outras memórias. Assim, neste trabalho ecoa a inspiração nietzschiana, pois a arte serve



como veículo privilegiado para aprofundar nos próprios afetos, no percurso singular de cada idoso.

Quando o velho procura a oficina, ele chega com um peso, carregado, ressentido. Embora nem todos os idosos procurem a instituição por conta própria, pois na maioria das vezes eles conhecem o espaço por indicação dos familiares, um primeiro movimento se inaugura, quando eles tentam superar experiências negativas. O velho vai a oficina em busca de uma transformação e, durante o seu percurso, importantes mudanças terão impacto no seu modo de ser. Poderíamos sintetizar esse processo, assinalando que o idoso deixa de agir como “o espírito que suporta” para tornar-se um homem que busca “encarar” o próprio peso, para, mais tarde, abandoná-lo, ultrapassá-lo. *Isso não seria justamente o percurso das três metamorfoses: camelo, leão e criança?* (Fink, 1983, p. 76-80) Consideramos que sim, principalmente, a partir da análise da experiência dos próprios idosos.

O valor do riso, ligado à experiência com o cinema, fica claro na fala de um aluno: “Quando se vê um filme se tem permissão para rir”. O cinema torna-se uma possibilidade de estimular uma vida mais leve e saudável, como convite à alegria e à risada espontânea. O cinema mexe com imagens, lembremos que a proposta fundamental do estilo de *Assim falou Zaratustra* consiste em elaborar uma filosofia artística, povoada de metáforas e símbolos, como podemos ver na comentada passagem “Das três metamorfoses”.

Queremos frisar a importância de interpretar Nietzsche e suas idéias no campo da memória e apontar as metamorfoses ocorridas na memória dos idosos em seu percurso junto à oficina de psicomotricidade, cinema e memória. As imagens do camelo, do leão e da criança nos servirão de guia para analisarmos os diversos momentos dos idosos na oficina. Por este motivo, analisaremos a noção de ressentimento, vinculado ao peso e ao “momento camelo”: a chegada dos idosos na oficina, a noção de força, que apontaria para um primeiro desdobramento da memória, chamado “momento leão”: quando o velho descobre a sua potência a partir de uma relação ativa com o passado, enfrentando a mágoa e o ressentimento e finalmente o esquecimento atrelado ao riso. A questão da memória e do esquecimento é abordada desde o início da obra nietzschiana. Lembremos que, na *Segunda Consideração Intempestiva*, Nietzsche vai problematizar a utilidade e desvantagem da história para a





vida. Em *Assim falou Zaratustra* são valorizados o riso, a dança e o canto como eixo de uma filosofia afirmativa. Já em *Genealogia da moral*, o autor focaliza o fenômeno do ressentimento, da memória e sua gestação, do esquecimento como atividade fundamental para uma vida afirmativa, saudável. A relação do riso e do esquecimento nos permitirá analisar o momento mais criativo, ativo e alegre desses idosos, quando entregues ao riso provocado pelos filmes, pelas experiências em grupo, pelo esquecimento de experiências amargas e dolorosas, construindo em conjunto uma memória nova, criativa, afirmativa.

No início do trabalho, a proposta consistiu em que os alunos assistissem às cenas dos filmes que suscitassem algum vínculo com um momento de suas vidas, por isso escolhemos filmes que eles conheciam bem, que faziam parte de suas memórias. O objetivo era que, ao verem os filmes, eles trouxessem lembranças daqueles momentos e, transportando-os para o presente, estivessem prontos para transformá-las. Em outras palavras, visávamos a que as imagens evocassem o passado dos idosos, que diante dessas lembranças tivessem uma atitude diferente: uma postura nova, criativa, face ao passado, proporcionada pela leveza da obra de arte que eles estavam presenciando.

Após assistir a uma cena com Oscarito e Grande Otelo, um idoso pronunciou a frase: “Professora, acabei de oxigenar meu cérebro”. Quando ele acabou de proferir a frase e, após rir, perguntamos como ele estava se sentindo e ouvimos: “Estou me sentindo leve”.

A partir desta cena, pudemos perceber que o cinema do riso poderia ter uma importância fundamental para influenciar as memórias dos velhos, pois foi a partir desse momento que o idoso pode, após assistir um filme cômico, *digerir* as mazelas de sua vida, se *oxigenar* e ficar leve.

Esta experiência foi um marco inicial para percebermos a importância de estudar questões que apareciam ao longo de nosso trabalho com os idosos e que poderiam contribuir para melhorar sua relação com a vida. Temas como memória, ressentimento, esquecimento e riso poderiam tornar-se relevantes e serem aproveitados para suscitar uma reflexão mais abrangente sobre a relação do homem com seu passado, principalmente com experiências *negativas*, com *lembranças* desagradáveis, dolorosas. Esses relatos podem ser aproveitados para indicar uma postura mais saudável perante a vida. Não é possível ignorar essas vozes de indivíduos experientes, vividos, próximos



do final das suas existências. Muito pelo contrário, torna-se imprescindível deixá-las falar; através dessas vozes podemos refletir sobre questões fundamentais, não só dos idosos, mas válidas para todos: crianças, jovens, adultos. Será mister refletir sobre como lidar com as experiências do passado, como posicionar-nos diante das lembranças: o que devemos acolher, o que devemos rejeitar, o que devemos *eliminar, deixar para trás?* O que devemos lembrar? O que devemos esquecer?

## **2. Oficina de psicomotricidade, cinema e memória da UNATI/UERJ e da COART/UERJ: uma experiência e um processo de vidas**

O objetivo deste estudo é analisar as percepções e sentimentos manifestados por alunos idosos, na prática da Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória da UnATI/UERJ e da COART/UERJ, à luz de conceitos filosóficos nietzschianos de memória, ressentimento, força, esquecimento e riso. Focaremos também as vantagens e desvantagens do uso da memória para a vida e, para isso, analisaremos, na vivência com os idosos, como se processa o despertar para outras memórias que não mais aquela que intoxica a vida. Visamos mostrar que a memória tem metamorfoses. Eis o convite feito por eles a nós e eis a potência do encontro deles com Nietzsche.

A elaboração, a estruturação e a compreensão dos relatos dos idosos foram inspiradas pelo percurso das mudanças do espírito, relatado em “Das Três Metamorfoses”, de *Assim Falou Zarathustra*. Essas imagens tornam-se a coluna vertebral do trabalho, que é estruturado em três cenas. Cada cena vai focalizar uma das figuras de “Das Três Metamorfoses”, a saber: o camelo, o leão e a criança. A proposta de empregarmos este texto como eixo do nosso trabalho não decorre de uma escolha impensada e, sim, porque o seu conteúdo e a expressividade de suas imagens, conforme propomos neste artigo, permite iluminar o trabalho que realizamos com os idosos.

O primeiro momento intitulada “A memória e o ressentimento” analisa a cena da chegada do velho à Oficina, entendido como um “carregador de pesos”: trata-se do momento do camelo e dos efeitos da exibição de filmes clássicos. O segundo momento intitulado “A memória e a força” enfoca a cena do velho descobrindo sua potência: trata-se do momento do leão e da análise da exibição de filmes de Charles Chaplin. O terceiro momento, intitulado “O esquecimento e o riso: para além da criança



nietzschiana”, traz a cena do velho (re) encontrando o riso e o efeito dos filmes de chanchada na sua relação com a memória. Neles, como as figuras do Zaratustra, percebemos um momento de peso (como o do camelo), outro de reação (como o do leão) e finalmente uma instância leve e afirmativa, como a da criança, mas, conforme vemos, esta instância estaria mais ligada ao riso do que à criança nietzschiana.

Convém salientar que esses “estágios” podem exprimir as mudanças de um único idoso (ou de vários), não sendo, portanto, modelos de existência, formas definitivas porque isso remeteria ao plano das essências e não ao plano da potência. Nietzsche não afirma a existência de oposições, dicotomias excludentes, por este motivo ele falará de um “não” que deriva de um “sim” e de um “sim” que deriva de um “não”. Lembremos que, em *Além do bem e do mal*, aforismo 2, o autor sustenta que é possível algo surgir do seu oposto, que num mundo em devir são inúmeras as perspectivas, as mudanças de posição, as contradições. Nesse livro, quando Nietzsche questiona os metafísicos que sustentam a oposição de valores; ele valoriza os filósofos que enxergam as contradições, as nuances no devir, o “talvez”, a indefinição que é própria do vir-a-ser: “Talvez! – Mas quem se mostra disposto a ocupar-se de tais perigosos ‘talvezes’? Para isto será preciso esperar o advento de uma nova espécie de filósofos, que tenham gosto e pendor diversos, contrários ao daqueles que até agora existiram – filósofos do perigoso ‘talvez’ a todo custo”.

Destacamos que o fato do trabalho estar estruturado em *cen*as, não se dá como uma licença poética ou um deslize no trabalho argumentativo, mas de uma escolha por um discurso que trabalha com imagens, que emprega imagens para apoiar a argumentação. As imagens podem estruturar um discurso. É possível *mostrar* o percurso dos idosos como um *filme*, que retrata cenas de vida. Idosos que são ora camelo, ora leão e que finalmente re-encontram a sua criança. Trabalhamos com filmes na oficina, então, também é possível *re-ver* o percurso desses idosos como um filme que retrata a passagem do ressentimento, do peso, à alegria, ao esquecimento, ao riso criador.

Com isso estamos dizendo que houve deslocamento de perspectivas, fazendo-os deslizar do camelo para o leão, do leão para a criança e algumas vezes retornar para o camelo, outras ir da criança para o leão etc. Estas oscilações só comprovam que tais momentos não são estanques porque, nascidas de um processo, são atravessadas por



forças que não se reduzem a uma interpretação evolutiva para a vida, mas que constroem a vida o tempo todo. Com isso, novas memórias se instalam a partir de novos encontros que, por sua vez, possibilitam a criação de novos sentidos. Neles, não há uma prioridade em que se atinja a “perfeição”, como se a perfeição fosse o momento criança, mas talvez a perfeição seja a possibilidade de afirmação da força que se tem.

Descobrimos, também, que, criança eles já foram; a cultura, muitas vezes, os infantiliza, e, isto, eles não querem, então resistem a esta imagem. Isso nos parece saudável. O leão é o que os faz estar vivos na vida. Estes velhos nos mostram que o Leão para eles, é vida, é força. Com a imagem do leão, eles identificam o esquecimento que, para Nietzsche, está na figura da Criança. Na figura do Leão, eles encontram a potência e esquecem suas mazelas.

Criança, no entendimento deles, já foram e, não querem voltar a sê-lo; retornar à criança, para eles, é um retrocesso. Esquecer, para eles, é perder as lembranças dos amigos, dos companheiros, enfim, lembranças da vida. Esquecer, para eles, é adoecer, é demenciar. Com isto, observamos como é difícil, para muitos deles, a abstração e, chegarem à compreensão destas três imagens nietzschianas exatamente como o filósofo nos apresenta no seu Zaratustra. É mais fácil, escutando estes idosos, eles entenderem a imagem do Camelo como carga e peso e a do Leão como força, poder e resistência à imagem que a cultura constrói do velho. Então, podemos perceber que a saúde, para eles, encontra-se na força do Leão. A auto-estima é chegar a tornar-se Leão. Criança é, como já dissemos, retroceder na vida, é deixar de lado tudo aquilo que já conquistaram, é perder o seu chão. Até porque eles já vêem na família, a presença dos netos e bisnetos, as crianças da família, que, por muitas vezes, são eles próprios que os cuidam. Portanto, na sua ótica, seria como voltar à infância, se igualarem a seus netos e bisnetos. E, sob este aspecto, podemos dizer que a perspectiva que criam, neste momento, está para além da criança nietzschiana.

Quando encontramos o riso e o esquecimento na experiência com os idosos, o que observamos foi que aquilo que estava em jogo era à busca da saúde. Esta foi representada por intermédio da imagem do leão. Foi através do leão que a vida deles se fez arte, foi através do encontro com esta potência possibilitada pelo encontro com outros idosos e com o cinema de Chaplin e da Chanchada que eles puderam olhar para a vida desde um outro lugar. Não mais eles ocupam o lugar do peso, mas o da própria



vida, com suas dores e alegrias, suavizadas pela construção de uma visão estética da existência.

Para que essa nova saúde surja, o esquecimento precisa estar atrelado à alegria e é este exercício que a Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória proporciona aos idosos. Nela, não se suspeita da alegria porque as pessoas não se encontram mais magoadas com a vida, abandonam ressentimentos e, podem, finalmente saborear a embriaguez da vida, sem medo e preconceitos. Podemos dizer que a proposta da Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória consiste em que, apesar de toda dor, todo sofrimento, todo preconceito que eles viveram ao longo da sua vida, eles construam algo decisivo, que é “agarrar” a vida em sua totalidade, com todas as suas tonalidades e transformar cada instante em algo extraordinário, no qual o riso seja o estímulo fundamental dessa metamorfose, desse encontro com a grandeza de viver.

A maioria dos idosos consideram a figura do leão como a sua metamorfose mais significativa e importante. O leão como a sua última metamorfose. No leão, eles encontram a sua criança. Pois, com o leão, encontram a sua força, a sua potência e a sua alegria. Com o leão eles esquecem que já foram camelo. O leão é a volta à vida, é a sua possibilidade de sair do camelo. O leão os arranca do corpo encurvado do camelo e os coloca eretos, com força nas pernas, para caminharem pela vida. Portanto, o leão, é, para eles, o salto para a vida. É o rugido, o seu grito de liberdade. É a terra, o seu chão, pois a figura do leão está fincada ao solo. É a conquista da autonomia e da liberdade e, a partir desta conquista, a alegria e o riso os invade. Com o Leão eles atingem o esquecimento que, para Nietzsche, está ligado à figura da Criança.

### **3. Considerações finais**

Então, posso afirmar que, a partir das aulas, venho observando que, para a maioria dos idosos, chegar ao leão é a última metamorfose e a mais importante mas, para outros atingir a criança é fundamental para as suas vidas. Como, para Nietzsche, a metamorfose na criança está ligada à criação do novo, observo que, quase todos os idosos, procuram a oficina para esta transformação, de uma vida que não suportam mais, para uma nova vida, introduzindo novos valores ao seu viver.



Observamos, também, que alguns idosos chegam a uma leveza na vida que é, exatamente, o que pertence à criança nietzschiana. O que Nietzsche propõe nesta metamorfose é o esquecimento ativo e afirmativo, em absoluto o esquecimento negativo que o velho tem tanto medo de viver.

Portanto, o que está em jogo aqui é a vida sem roteiro, com seus vícios, suas perdas, seus encontros e desencontros, enfim, a vida que pulsa e expulsa qualquer previsão.

O trabalho continua...

Caminhamos para a sua aurora: o devir – envelhecimento. Para refletirmos sobre este pensamento trago citação dos filósofos G. Deleuze e F. Guattari: *saber envelhecer não é permanecer jovem, é extrair de sua idade as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos que constituem a juventude desta idade* (ano 1980; pág. 73).

\*Este artigo apresenta as idéias principais da dissertação em Memória Social, defendida por Cristie de Moraes Campello no PPGMS, na UNIRIO, em 2008 sob a orientação do professor Miguel Angel de Barrenechea e do trabalho final da Especialização em Geriatria e Gerontologia da UnATI/UERJ sob a orientação da professora Célia Pereira Caldas.

## Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a JK*. São Paulo: Cinemateca Brasileira: Companhia das Letras, 1989.

BARRENECHEA, Miguel Angel. *Tragédia hoje: a contemporaneidade do arcaico*. In: *Assim falou Nietzsche II: memória, tragédia e cultura*, organizadores Charles Feitosa, Miguel A. Barrenechea. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e a Liberdade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche: a memória, o esquecimento e a alegria da superfície*, in: *Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação: Assim falou Nietzsche V*. Ângela Maria Souza Martins...[ et al.]; Charles Feitosa, Miguel Angel de Barrenechea; Paulo Pinheiro 9orgs)]. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: UNIRIO; Capes, 2006.

BERGSON, Henri. *O riso*. Trad. Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2001.





BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade*. Lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CALDAS, Célia Pereira. *Memória, Trabalho e Velhice. Um Estudo das Memórias de Velhos Trabalhadores*. In: *Memórias de Velhos trabalhadores*. Dissertação de mestrado em saúde coletiva, Rio de Janeiro, 1993.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Ed. Rio, s/d.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, s/d.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, vol. 4*. Editora 34, São Paulo, 1980.

FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. *Nietzsche. O bufão dos deuses*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *Nove variações sobre temas nietzschianos*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. *Teatro e máscara no pensamento de Nietzsche*. In: *Assim falou Nietzsche II*. Organizadores: Miguel Angel de Barrenechea e Charles Feitosa. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000, p. 37-48.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche, a negatividade e a antropofagia: do cordeiro e da ave de rapina ao jabuti*. In: DIAS, Rosa; PAZ, Gaspar; OLIVEIRA, Ana Lucia. (Org.). *Arte brasileira e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UAPÊ, 2007, v. , p. 302-312.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche, O bufão dos deuses*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FINK, Eugen. *A filosofia de Nietzsche*. Lisboa: Presença, 1983.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Zarathustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MARINHO, Flávio. *Oscarito: o riso e o riso*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MARTON, Scarlett. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MATTOS-CRUZ, José de. *Charles Chaplin: a vida, o mito, os filmes*. Ed. Veja, Lisboa, data?

MENDONÇA, Paulo. *Carlitos: um menino pobre cria uma arte nova*. Ed. Três. Coleção Hoje, 1975.

ROSSET, Clément. *Alegria: a força maior*. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SUAREZ, Rosana. *Nietzsche comediantes: a filosofia na ótica irreverente de Nietzsche*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.



THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1988.

#### OBRAS DE NIETZSCHE:

NIETZSCHE, F. W. . *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, trad. Paulo César de Souza.

\_\_\_\_\_. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, trad. Mário da Silva.

\_\_\_\_\_. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, trad. Paulo César de Souza

\_\_\_\_\_. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, trad. Paulo César de Souza.

\_\_\_\_\_. *Genealogia da Moral*. S. Paulo: Brasiliense, 1987, trad. Paulo César de Souza.

\_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos Ídolos ou como filosofar com um martelo*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. trad. Marco Antonio Casanova.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da tragédia*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992, trad. J.Guinsburg.

\_\_\_\_\_. *Ecce Homo: Como alguém se torna o que se é*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1995, trad. Paulo César de Souza.

\_\_\_\_\_. *Segunda Consideração Intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, trad. Marco Antônio Casanova.

#### OBRAS DE PSICOMOTRICIDADE E ENVELHECIMENTO:

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

CABRAL, S. V. *Psicomotricidade Relacional – Prática Clínica e Escolar*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

FERREIRA, Carlos Alberto Mattos (org.). *Psicomotricidade – Da educação infantil à gerontologia – Teoria e Prática*. São Paulo: Lovise, 2000.

GOLDENBERG, Miriam. *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAPIERRE, A; AUCOUTURIER, B. *A Simbologia do Movimento – Psicomotricidade e Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LEVIN, E. *A Clínica Psicomotora – O corpo na linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1995.



MACHADO, Dulcinéa da Mata Ribeiro (org.). *Espiritualidade e finitude – aspectos psicológicos*. São Paulo: Paulus, 2006.

NETTO, Matheus Papaléo. (org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2ª. Ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

VERAS, RP; CALDAS, Célia Pereira. UnATI/UERJ – *10 anos: um modelo de cuidado integral para a população que envelhece*. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ, 2004

\_\_\_\_\_. *A promoção de saúde de uma população que envelhece. Envelhecimento humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva*. Ijuí, RS: UNIJUI, 2009.

VERAS, RP (org). *Terceira Idade – Alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ: Relume Dumará, 1999.



## VIOLÊNCIA FINANCEIRA E DESAMPARO DOS MAIS IDOSOS

MOTTA, Alda Britto da  
Professora do PPGCS/UFBA e do PPGNEIM/UFBA  
aldamotta01@hotmail.com

88

### RESUMO

Entre as grandes questões da contemporaneidade, o envelhecimento vem sendo o de expressão social e analítica mais tardia. No Brasil, a atuação política dos velhos deu-se na década de 80, com o movimento dos aposentados, responsável pela construção de uma nova imagem social dos velhos, que, entretanto, jamais deixou de coexistir com a representação clássica do “velhinho coitadinho”, inativo. Com a correspondente postulação política dos velhos como *problema* – “perigo” que a crescente longevidade representaria para o equilíbrio do sistema previdenciário e a própria reprodução social – o envelhecimento entra na agenda política do país, porém ainda guardando zonas de invisibilidade. Uma dessas é a violência, que em relação ao segmento idoso assume múltiplas formas. Entre elas, a espoliação financeira. Pela família que, nada raro, se apossa de proventos e bens, ou pressiona o idoso(a) a contrair empréstimos bancários de difícil ressarcimento. Principalmente os consignados em folha de pagamento. Também por instituições de crédito que trazem um novo tipo de problema, os empréstimos fraudulentos.

**Palavras-chave:** Idosos (as). Violência financeira. Crédito consignado.

### ABSTRACT

Among the major contemporary issues, aging has been the one with the most delayed social and analytical expression. In Brazil, political agency on the part of the elderly only began in the 1980s with the movement of the retired, responsible for the construction of a new social image of the aged which, nevertheless, always coexisted with the classic representation of the inactive, “poor little old man (woman)”. With the corresponding political postulation of the elderly as a *problem* – a ‘threat’ which longer longevity could bring to the equilibrium of the social security system and to social reproduction itself – aging becomes part of the country’s political agenda, although still hiding some invisible zones. One of them is violence, which assumes multiple forms in relation to the elderly. Among them, financial plunder. Be it by the family which, not rarely, takes possession of their pensions and assets, or pressures them into getting bank loans, always difficult to be repaid – particularly the so-called ‘consigned loans’, discounted directly from their monthly pensions. Or be it by credit institutions, which bring to them a new type of problem – the fraudulent loans.

**Keywords:** Elderly. Financial violence. Consigned loans

### Introdução

Como já tive ocasião de discutir, entre os grandes temas e questões da contemporaneidade o envelhecimento, e sua personificação nas figuras da idosa e do idoso, vem sendo o de expressão social e analítica mais tardia. (Britto da Motta, 2009)



Ainda sem configuração pública possível no grande momento de eclosão dos amplos movimentos sociais da década de 60 (movimentos estudantis, hippies, feminista, negro), a atuação política dos velhos no Brasil parecia inimaginável (“Nós é que temos que lutar por eles”, conclamava Bosi, em 1973, no seu belo e pioneiro livro).

A partir dessa década de 70, mas sobretudo na de 80, se começa a contar com os primeiros trabalhos teóricos no campo das ciências sociais sobre a velhice, no Brasil. Também na década de 80, aí já no contexto da retomada democrática, conta-se com um eficiente movimento de aposentados, principalmente na luta por direitos na Constituinte, diretamente objetivados na Constituição de 1988.

Visibilizam-se socialmente velhos e velhas, afinal, nos anos 90, em decorrência não apenas do seu evidente crescimento demográfico, mas também, a exemplo de outros segmentos sociais, etários inclusive, através da participação em movimentos: o político, em sua persistência pela manutenção da previdência pública e outros direitos sociais dos aposentados e demais idosos, que adiante iria frutificar no Estatuto do Idoso (2003), e o cultural/consumista dos programas e universidades “para a terceira idade”, afirmativos de um “novo tempo” de atividade e “juventude”, que daí em diante seriam seguidamente cobrados a todos os idosos – principalmente às mulheres.

Ambos os tipos de movimentos foram positivamente responsáveis pela construção de uma nova imagem social dos velhos – como, aliás, foi claramente percebido na época (por exemplo, Debert, 1994; Britto da Motta, 1998). Nova imagem, dinâmica e “leve” que, entretanto, jamais deixou de coexistir com a representação clássica do “velhinho coitadinho”, inativo, só processo de perdas, empecilho para a família ou simplesmente chatinho. Com a correspondente postulação política dos velhos como *problema*, – problema social e não questão – objeto central de discussão das sempre alegadas necessidades de “Reforma da Previdência” e sobre o “perigo” que a crescente longevidade representaria para o equilíbrio do sistema previdenciário e até para a própria reprodução social.

(Dando pequeno exemplo, ainda esta semana recebi, para avaliação e parecer para periódico nacional, um texto que começava exatamente assim: “O elevado número de idosos revela-se alarmante...” Não foi o primeiro, foi apenas dos mais enfáticos... )



Como “problema”, o envelhecimento entra, definitivamente, na agenda política do país – não se restringindo mais à produção científica/acadêmica – porém ainda guardando, inclusive nesta, zonas de relativa invisibilidade. Uma dessas é a violência.

Em um país historicamente proclamado como *cordial*, mas hoje, enfim reconhecidamente ambivalente, porque também violento (Adorno e Cardia, 1999) e que na atualidade dá continuidade crescente a esse recurso à violência como forma de solução de conflitos, os abusos e maus-tratos aos “desimportantes” idosos passam quase despercebidos. No cotidiano, na pesquisa acadêmica e na política; Inclusive ao movimento feminista. (Britto da Motta, 2009.) Não obstante o crescimento da atenção pública, teórica e política para a própria banalização da violência (como já acentuavam Adorno e Cardia em 1999), nos casos relativos ao segmento idoso “cai uma sombra”.

Omissão social que podemos atribuir à inessencialidade humana atribuída aos velhos. Que vem muito menos pela dificuldade de reconhecimento (ou visibilidade) social deles produzida pela sua organização relativamente tardia em movimentos, mas sobretudo por uma rejeição social e ao mesmo tempo individualizada, que é histórica, e se constitui, como já tive ocasião de discutir (Britto da Motta, 1998;2009), em negação literal do passado, mas também do futuro: “Rejeição a uma figura de certo modo ambígua, que remete, ao mesmo tempo, ao passado (ao que já passou e se tornou “superado”, “inútil” e oneroso) e ao futuro; o futuro que se afigura à espera de cada um – doenças, dependência e fealdade; senilidade e proximidade da morte.” (Britto Da Motta, 2009, p.11)

Pode-se talvez desvendar melhor a problemática da violência ao idoso, analisando como essa dimensão subjetiva pode se fortalecer quando a ela se acopla aquela outra, material/objetiva, da divisão social dos bens e dos poderes, nunca deixados de ser afigurados como escassos ou limitados.

Por isso, já concluía, na referida discussão anterior: “Afinal, entre o descarte, real ou simbólico, dos velhos no passado (Rifiotis, 1998; Seeger, 1980) e o apossamento atual das suas aposentadorias e pensões por filhos e outros parentes, e por empréstimos consignados fraudulentos, deixando-os (ações públicas e privadas) à míngua, há diferença apenas de tempo social e geografia.” ( Britto da Motta, 2009, p. 11).





## Descobrimo o prejuízo

Foi preciso que uma instituição governamental, “descobrisse” e apregoasse publicamente sua surpresa com o crescente endividamento dos idosos brasileiros com o famigerado crédito consignado, para que ele aparecesse publicamente. Assim é que no dia 22 de junho passado a Folha de São Paulo estampou, em sua primeira página, e desenvolveu em matérias internas mais longas, a notícia de que **Aumenta o endividamento de idosos com consignado**. De logo, expondo estatísticas e aventando razões, uma das quais seria “o abuso financeiro por familiares”. As matérias se desdobrando em questões, como a dos abusos e o crescimento, também, de casos (300%) de violência financeira. A denúncia ainda ecoava, dois dias depois, em editorial de A Tarde, o principal jornal do estado da Bahia, sob o título **Idosos Explorados**.

Os termos e os números são bastante expressivos. Entre outros:

**O endividamento dos idosos com o crédito consignado cresceu 27%**” Os benefícios pagos pelo INSS tiveram reajuste real de 5,2% (p. 1)

**Violência financeira representa 21% das denúncias de abusos contra idosos** (p. B1)

**Denúncia de violência financeira contra idosos cresce mais de 300%** (p. B3)

Crescem também os casos de negligência e violência psicológica, informam adicionalmente.

É importante pensar-se o que poderá significar esse reconhecimento dos malefícios do crédito consignado na vida dos idosos. Ensejaria um redirecionamento de atuação institucional, governamental, alguma tomada de providências para proteção a eles? Uma correção de rumos...? Improvável, por enquanto. (Ainda mais que as “facilidades” para pagamento do empréstimo seriam logo “generosamente” estendidas, como veremos adiante). Porque além de toda uma máquina político/administrativa em movimento, em direção ao crédito, aí trata-se apenas de uma notícia, ainda que meio bombástica, mas sem qualquer promessa ou referência de correção futura. Além disto, as informações ou percepções de “culpados” estampados nas notícias dirigem-se apenas a personagens e situações da vida cotidiana sobre os quais não se tem alcance direto: a família e o grau de lucidez ou informação atribuídos aos idosos.



De imediato é aí referido o “abuso financeiro por familiares”, designando as já sabidas pressões, exigências ou tramoias familiares para que o crédito consignado seja solicitado pelos idosos ou impingido a eles. Ao mesmo tempo fica implícita uma lamentação pela “ingenuidade” ou desinformação dos “pobres velhinhos” que adeririam ao crédito sem conhecer-lhe as reais condições e, conseqüentemente, as conseqüências...

Estes são apenas dois dos caminhos reais para a percepção dessa situação, mas há outros igualmente pressionantes e tocando a desonestidade mais abrangente e pesada: o assédio cerrado de bancos, de seguradoras e seus sapeadores, os corretores de seguros, com promessas ilusórias; e, sobretudo, as fraudes cometidas por esses mesmos personagens, que falsificam assinaturas e forjam dados cadastrais, a fim de cobrarem empréstimos que os idosos atingidos por eles jamais tomaram ou tomariam. Esta é, atualmente, a mais contundente das violências financeiras de que os idosos vêm sendo objetos. Institucionalmente desassistidos e praticamente ignorados nos meios de comunicação.

Ao mesmo tempo, nada ausente de todo o processo da consignação, está o Estado. Que desde a instituição dessa forma de crédito (em 2004) a incentivou ativa e decisivamente e ainda enseja que as fraudes se concretizem em toda linha, porque facultou que os bancos ou seguradoras credores (reais ou falsos, não se apura isso) tenham acesso direto à folha de pagamento dos servidores e estes já recebam seus proventos com os descontos indevidos realizados, registrados nos contracheques.

Veja-se, como reforço a tantas facilidades, a recente ampliação, pelo Conselho Nacional de Previdência, do prazo máximo para a quitação de empréstimos consignados. Para aposentados e pensionistas do INSS há um aumento de 60 para 72 parcelas e para servidores públicos federais que fazem parte do sistema SIAPE, o limite alcança 96 parcelas. (A Tarde, 26 de setembro e 9 de outubro de 2014)

A Folha de São Paulo termina a longa matéria referida indicando “canais de ajuda” para quem se sentir lesado em uma operação de crédito: banco e sua ouvidoria, ou o próprio Banco Central, a Defensoria Pública, delegacias de idosos, tribunais de



pequenas causas e procons. Ora, tenho acompanhado, através de pesquisa<sup>1</sup> sobre modos de vida dos mais idosos, alguns casos de fraudes e raríssimas vezes observei uma instituição dessas revelar-se capaz de ajuda para a resolução do problema. Há, sobretudo, omissões, jogos de empurra e ineficácia de atuação.

Tive oportunidade de relatar mais extensamente práticas como essa em artigo anterior (Britto da Motta, 2013), concentrando-me em dois casos de mulheres – as vítimas preferenciais – aposentadas, octogenárias, vítimas de fraude, que irei ilustrar adiante; atualizando aqui suas ainda inconclusas histórias. Inconcluídas exatamente pela ineficácia de atuação ou morosidade desses meios e instituições citados como “canais de ajuda”.

Antes de prosseguir nos relatos dos casos, apontaria algo talvez novo: a positividade que pode representar a existência da referida nota em meio de comunicação pública – significando talvez o acolhimento (ou pelo menos o ter levado em conta) às denúncias de abusos contra idosos através de um serviço institucional, o Disque 100.

### **O abuso a idosos**

O abuso ou espoliação financeira a idosos, assim como outros abusos, ocorre em todas as instâncias da vida social – a começar da família. Apesar de toda a contribuição que, é sabido, os idosos dão para o orçamento doméstico, filhos, netos e outros familiares nada raro se apossam de seus documentos e cartões bancários, o que significa, dos seus proventos de aposentadoria e pensões. Ou os pressionam a vender ou lhes ceder a casa de morada, ou ainda, mais recentemente, a contrair empréstimos bancários de difícil ressarcimento. Principalmente os consignados em folha de pagamento.

Estes são, como venho discutindo, uma arma de dois gumes. (Britto da Motta 2009, 2013). Programaticamente expostos como vantajosos por apregoados juros baixos e garantia direta aos credores, propostos para valer aos idosos em momentos difíceis, facilmente redundam em prejuízo. Não apenas porque em grande parte são realizados

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa “Tempo geracional: acompanhando centenários e pivôs” (2011-2013) realizada com apoio do CNPq.



para atender a pressão familiar e não ao próprio desejo ou necessidade reconhecida do idoso, mas também porque continua a haver escasso acesso a informação fidedigna sobre as reais condições de realização dessa operação, tais como o percentual total dos juros a serem pagos, o cálculo possível do montante dos descontos em relação ao orçamento doméstico e, inclusive, sobre os prazos reais para os pagamentos. A referida matéria da Folha de São Paulo trás o exemplo ilustrativo da senhora Judith, 63, que mora em São Paulo e procurou ajuda de uma ONG “para lidar com sua dívida”. (p. B1). Tendo contratado, além do crédito consignado, também seguro prestamista (o que garante o pagamento da dívida no caso de morte do devedor), acumulou dívidas: “Eu não tinha noção de quanto pagava só de seguro.” (Folha de São Paulo, pág.B3).

Pior ocorre com aqueles seguros que “de repente aparecem”, os fraudulentos. Realmente sub-reptícios, de ocorrência individualizada, e por isso mesmo socialmente invisibilizados, significam prejuízo emocional e privação traumática dos meios de subsistência do idoso.

### **O crédito consignado e alguns de seus efeitos**

Mas, que é o crédito consignado e que contexto tem sido propício para a sua instituição?

Em um país em que o Estado realiza, cada vez com mais empenho, uma gestão de caráter privatizante, reduzindo a proteção social pública e atribuindo à família a responsabilidade total, nem sempre viável, dos seus idosos mais fragilizados; e que vem realizando seguidos ajustes e reformas da previdência social que têm sido objetos de insatisfação social, não surpreende, nesse quadro pouco nítido, que tenha instituído o crédito consignado e o recomende como solução pública para atender às carências financeiras dos aposentados – na verdade, atendendo aos interesses de instituições financeiras privadas. O que vem ocorrendo desde 2004.

O crédito consignado, expõe Furlan (2009, p. 65),

[...] é um contrato de crédito pessoal, de prestações sucessivas, em que o devedor (no caso o servidor público) admite que as prestações sejam descontadas diretamente dos seus subsídios (pelo órgão administrativo



pagadora, que esteja vinculado) e remetidas diretamente à instituição financeira credora (bancos, cooperativas ou financeiras).

Essas prestações, programaticamente, podem atingir até 30% do salário ou pensão do aposentado, considerada a margem consignável, o que significa que os bancos e seguradoras não têm como temer a inadimplência nessa operação, porque já entram na operação com essa garantia legal. Principalmente porque, contando com uma rubrica fornecida pelo Ministério do Planejamento, têm acesso direto aos contracheques dos servidores e descontos na folha de pagamento, a título de amortização de empréstimo (real ou forjado!) – o que agride o direito à privacidade dos cidadãos.

Enquanto isso, os idosos frequentemente entram nessa operação – seja por iniciativa própria, por incitamento de familiares ou sendo objeto de fraude – completamente desarmados. Não existem garantias nem vigilância protetora para eles. Há casos em que o desconto “em folha” excede a margem consignável de 30% dos rendimentos (salário ou pensão), assim como há casos de desconto mensal do empréstimo muito tempo a mais do que estabelece a lei. E até casos mais esdrúxulos, como o da senhora Adelina, 79 anos, que há 2 anos quitou o empréstimo em sua totalidade e continua sofrendo o desconto mensal no seu contracheque, embora esteja com processo na justiça contra essa cobrança indevida. Um caso menos comum, também coletado na minha pesquisa<sup>2</sup>, é o da senhora Antônia, que sofreu dois “empréstimos” fraudulentos simultâneos e teve seus proventos seriamente comprometidos, como iremos ver adiante..

De qualquer sorte, analisa Rigo (2007), mesmo para os empréstimos regulares, legais, embora os juros a serem pagos pelo consignado sejam apregoados como os mais baixos do mercado, o ressarcimento a ser feito ainda é relativamente alto para as modestas condições financeiras de grande parte dos idosos, que, em maioria, têm uma média de 2 salários mínimos de rendimentos mensais. E mais: segundo o IBGE (2010) os que passam de 2 salários mínimos são apenas 22,9%.

Já para as instituições financeiras as taxas de juros, lembra Furlan (2009, p. 65, grifo do autor),

<sup>2</sup> O mesmo projeto 2011-2013.



[...] apesar de mais baixas, não são irrisórias, pois servem ao mesmo tempo para remunerar o capital investido e assumir o risco, devidamente calculado, de ocorrerem situações imprevistas no contrato, tais como: *diminuição da margem consignável, exoneração do servidor, decisões judiciais suspensivas ou impeditivas do desconto em folha, etc.*

Rigo (2007, p. 79), que realizou pesquisa diretamente com idosos que recorreram ao crédito consignado, registra como “A primeira impressão que a população retém sobre o empréstimo consignado é de que seria uma forma de quitar suas dívidas fugindo de juros altíssimos impostos pelos bancos e financeiras”. Sem saber que há outros juros embutidos na operação que comprometem ainda mais as condições financeiras do idoso. (Revista do Idec, 2005, p. 15)

A propósito, Rigo apresenta dados do IBGE (2005) sobre os gastos médios das famílias brasileiras, analisando:

[...] se somarmos a parcela gasta com habitação (35,5%), alimentação (20,75%), transporte (18,44%), saúde (6,49%) e educação (4,08%) o que se constata é que 85% das rendas das famílias já está comprometida com gastos essenciais; assim, permitindo o comprometimento de 30% com empréstimo consignado pode se entender que este se torna um fator contribuinte para a inadimplência do idoso.

Situação que se repete em 2009 de forma quase idêntica – e, portanto, com a mesma possibilidade analítica. Se não, vejamos: gastos com habitação (35,9%), alimentação (19,8%), transporte (19,6%), saúde (7,2%) e educação (3,0%). Total do comprometimento da renda 85, 5%. (IBGE)

Impressionante nesta questão é o assédio contínuo, inesgotável, mesmo, do marketing financeiro. Se nos primeiros tempos (2003/2004) a própria Previdência incentivava essa operação financeira, hoje cada instituição de crédito individualmente mantém uma inundação publicitária quase ofensiva de tão repetidas, ou diárias, as mensagens de “oportunidade imperdível”, individualizadas através da internet, dos celulares, mas ao mesmo tempo também por via postal e da telefonia fixa, para aposentados e pensionistas. Além disso, há temporadas de comerciais na televisão, com figuras públicas falando da “boa qualidade de vida” possível e há folhetos e cartazes





sempre, além dos folders veiculados diretamente por bancos e seguradoras. Todos enfatizando o bem da “tranquilidade econômica”...

Os resultados dessa avalanche de assédios têm sempre correspondido às expectativas das instituições financeiras, tendo o empréstimo consignado alcançado o primeiro lugar entre as operações de crédito popular, como registra habitualmente a própria imprensa diária. Exemplo: “Somente em 2013 o valor dos novos contratos de consignados contraídos por aposentados e pensionistas dobrou, de acordo com o INSS, atingindo R\$ 31 bilhões”. (Folha de São Paulo, 2014, p. B1). A questão é que os casos de arrendimento dos financiados são também abundantes, porém difíceis de sanar. De resolução quase impossível, os que acontecem devido a fraude.

Registra, por exemplo, Azevedo (2010, p.166) o desabafo de alguns dos seus entrevistados. Ainda que não realizando pesquisa específica sobre operações financeiras, nem sobre consignados, as queixas aparecem como problemas do seu cotidiano de vida:

[..] foi a maior burrice da minha vida. Tomei empréstimo justamente para comprar o terreno para tentar fazer uma casa. Foi burrice, não deu certo. O terreno tá lá em Terra Nova. Comprei no interior por R\$ 2.000,00 para pagar R\$ 10.000,00, praticamente. Eu deveria ter pensado antes. Eu via aquelas propagandas e, como todo mundo, fui lá. Vi a propaganda e vi que tudo era maravilhoso na hora de tomar o empréstimo, aí eu disse: Ah, meu Deus, é agora que eu vou ter a minha casa! Eu vi um horizonte maravilhoso! Peguei R\$ 2.000,00, comprei o terreno, não deu pra comprar os blocos, eu só adquiri o terreno. Não deu pra fazer a casa. Não deu pra fazer nada. Me atrapalhei toda. Atrapalhou a minha vida inteira. Agora tá muito mais difícil porque todo mês desconta na folha e eu... mas agora eu prometo a mim mesma que eu vou passar longe... (Anália, 2008). (In AZEVEDO, 2010, p. 166)

É também o caso de outros entrevistados:

Tomei R\$ 7500,00 para ajeitar minha vida. Não consegui fazer a reforma na casa, nem pagar o cartão de crédito e agora estou endividado. Dificultou minha vida. Você pega o dinheiro e depois vê que não tem condições de fazer o que precisava [...] me endividei de novo e ficou mais difícil pagar as contas”. (Walmon 2007, p.165)

Tomei R\$1.000,00, esse empréstimo piorou a minha vida. [...] Aconselho a qualquer pessoa para não tomar esse dinheiro emprestado [...] a pessoa só toma porque está passando necessidade e acaba se



apertando. Não é vantagem [...] esse empréstimo não beneficia ninguém... (Leandro 2007). (In AZEVEDO, 2010, p.165)

Rigo, por ter estudado especificamente os empréstimos, encontrou inúmeros casos de resultado negativo. Por exemplo: além de desapontamento pela impossibilidade de alcance do objetivo pretendido, chega também a dura percepção da extensão do tempo de pagamento:

Gastei o dinheiro em dois dias e vou levar três anos pra pagar [...] não vale a pena. (FS, 64 anos). (In RIGO, 2007, p. 107)

Demora muito pra passar, aí falta dinheiro para outras coisas. (D.T.S., 71 anos). (In RIGO, 2007, p. 111)

Há quem tempere a queixa com algum humor:

A gente pega, né, e depois pede pra morrer logo para não ter que pagar por três anos tudo de novo. (In RIGO, 2007, p. 119)

Mesmo os ingênuos, percebem quando há fraude. Problema é nem sempre ter como reagir satisfatoriamente:

Queria há muitos anos comprar um fusquinha, tinha um vizinho vendendo baratinho [...] aí resolvi pegar um empréstimo pra realizar esse sonho [...] depois de tudo, vi que o crédito foi negado porque no extrato da minha aposentadoria já tinha um empréstimo de R\$ 4 mil em uma agência de Brasília pra pagar em 36 parcelas R\$ 206. [...] Não sabia o que fazer, liguei pra ouvidoria da Previdência, procurei informação no Banco Central, liguei pra Brasília [...] não conheço a cidade, deveria ao menos haver uma desconfiança do banco. Por que eu pediria para um empréstimo ser liberado em Brasília se moro aqui? Nem sei como conseguiram meus dados. (J.A.M., 67 anos). (In RIGO, 2007, p. 113)

Mas há também os casos de desconsolo ou conformidade:

[...] se fosse pra escolher, eu não queria. [...] Como vou comprar os remédios que tomo...? (RIGO, p. 119)

E um certo desalento:

Nem sei mais o que é receber meu salário inteiro. (M.C.S., 69 anos). (In RIGO, 2007)



No caso da minha pesquisa, que tem como centro de preocupação os modos de vida dos idosos e suas relações de família, sem preocupação específica com procedimentos econômicos/ financeiros, formas de violência são registradas – e o crédito consignado aparece, por ser uma delas: seja pela pressão familiar sobre o idoso(a), seja por meios fraudulentos. Entre estes achados de campo, acompanhei, mais detidamente, como estudos de caso de fraude, a trajetória sofrida de duas mulheres, que já tive oportunidade de apresentar – uma delas em suas próprias palavras – em artigo anterior (Britto da Motta, 2013).

Aqui, relato o geral das suas questões, como exemplos de acompanhamento mais detalhado e consistente de casos, e finalizo com a notícia do estado atual delas<sup>3</sup>.

O caso de Anita, 79 anos agora, ocorreu primeiro, há quatro anos atrás. O de Antônia, 81 anos, há dois anos e meio. O início do “ataque” foi idêntico para as duas e é típico: um depósito, geralmente não identificado, aparece, sem aviso, na conta corrente da pessoa idosa. Enquanto ela se debate na procura da identificação do depositante e na via-crucis de apelo a várias representações institucionais para uma solução, um desconto mensal começa a ser feito em seus proventos. E a trazer dificuldades à sua vida.

A notícia de juros baixos do consignado é difícil de acreditar: no caso de Anita, para um depósito de trinta e poucos mil reais lhe seriam cobrados R\$ 1.700, 00 durante sessenta meses; descobriu depois, entre susto e indignação, que isto iria significar um pagamento final de R\$ 104.000,00.

Tão pesado quanto as cobranças indevidas feitas a essas mulheres foi, e em parte continua sendo, o seu sofrimento e tensão emocional. Anita registrou um momento dos seus sentimentos.

“Sentia-me indefesa, invadida, sem qualquer privacidade na minha vida! Acordava no meio da noite, angustiada: ‘Então, qualquer um inventa uma solicitação, invade sua vida, seus proventos, lhe deixa com dificuldades e nada pode sustar isso!’ ” (Britto da Motta, 2013, p. 80)

<sup>3</sup>Projetos e personagens estudados têm continuidade nas minhas pesquisas. Fase atual: Longevidade e Tempo Geracional: idades e vicissitudes. (2014-2016) Apoio CNPq



Também Antônia sofreu e assustou-se ainda mais com o fato de ter sido duplamente prejudicada, com a cobrança simultânea de dois falsos empréstimos de dois grandes bancos privados, além de um seguro de vida. O “baque” em seus proventos foi atordoante, revela, e ela teve que recorrer a uma liminar na Justiça, para sustar esse verdadeiro assalto. Conseguiu, mas enquanto o processo ainda corre, obteve um outro resultado particularmente chocante: um dos bancos fraudadores, reativamente, incluiu seu nome no cadastro de inadimplentes do SERASA. Onde ela permanece até agora, não obstante estar o processo de denúncia em andamento na Justiça.

O estado atual dessas questões: no caso de Anita, em seu depoimento/desabafo, ela já noticiava, três anos após a fraude ocorrida:

Venci essa batalha, me livre da “dívida”. Mas até hoje não recebi a totalidade da mais que justa indenização por danos morais, pela grande fragilização e sofrimento que vivi, atingida pela desonestidade dos outros. O banco pagou a parte dele da indenização, mas a seguradora, nunca! (Britto da Motta, 2013, p.81)

Mais um ano transcorrido, coincidentemente a este relato recebo a notícia de que a seguradora recém pagou afinal a indenização. Surpreendentemente módica, e injusta, ela avalia, pensando em todas as dificuldades e tensão emocional por que passou. Porém esse capítulo doloroso na vida de Anita é tentativamente encerrado. Quanto a Antônia, a luta continua. Com bastante tensão. O processo na Justiça corre muito devagar, mas o banco que a inscreveu no SERASA vive a assediá-la – e a familiares seus! – com telefonemas constantes de cobrança daquilo que ela não lhe deve! Confessa-se revoltada.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa “Tempo geracional: acompanhando centenários e pivôs” (2011-2013) realizada com apoio do CNPq.

<sup>2</sup> O mesmo projeto 2011-2013.

<sup>3</sup> Projetos e personagens estudados têm continuidade nas minhas pesquisas. Fase atual: Longevidade e Tempo Geracional: idades e vicissitudes. (2014-2016) Apoio CNPq



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.). Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.
- AZEVEDO, Eulália. Um palco de múltiplas vozes: a invenção dos idosos em luta pela cidadania. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010, 281 F.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Violências específicas aos idosos. *Revista Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v.8, n. 22, p. 63-85, maio-ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. Violência contra as mulheres idosas, questão feminista ou questão de gênero? Trabalho apresentado no Congresso da LASA, Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. Chegando pra Idade. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 223-235.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1973.
- DEBERT, Guita Grin. Gênero e Envelhecimento: Os Programas para a Terceira Idade e o Movimento dos Aposentados. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n.3, p. 33-51, 1994.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Aumenta o endividamento de idosos com consignado. São Paulo, 1ª folha, 22 de jun. de 2014.
- FRAGA, Érica. Denúncia de violência financeira contra idosos cresce mais de 300%. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. B3, 22 de jun. de 2014.
- FRAGA, Érica; COLLUCI, Cláudia. Idoso se endivida mais e sofre com abusos. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. B1, 22 de jun. de 2014.
- FURLAN, Rodrigo Cardoso. A evolução do crédito consignado no Estado de Roraima: aspectos econômicos e jurídicos. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, 172 F.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2010*. Acesso em: 18 de jul. de 2014 Disponível em:



[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2010/SIS_2010.pdf)

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Acesso em: 18 de jul. 2014 Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/POFpublicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf)

JORNAL A TARDE. Idosos explorados. Editorial, p. 3, Salvador, 24 de jun. de 2014.

\_\_\_\_\_ Aposentado terá até 6 anos para pagar consignado, pg. B7. Salvador, 26 de set. 2014

\_\_\_\_\_ Servidor terá até 96 meses para pagar consignado, pg. B6. Salvador, 4 de out. 2014

RIFIOTIS, Theophilos. O ciclo vital contemplado: a dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 85-110.

REVISTA DO IDEC, Empréstimo, prudência e caldo de galinha. Maio 2005, p. 15-18.

RIGO, Juliana Ravedutti. Empréstimo consignado: repercussões sociais relacionadas à vida dos idosos no município de Palhoça/SC Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SEEGER, Anthony. Os velhos nas sociedades tribais. In: SEEGER, Anthony. Os índios e nós: estudo sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro, Campus, 1980, Cap. 3.





## **AÇÃO COLETIVA DOS APOSENTADOS/AS E PENSIONISTAS: MOVIMENTO SOCIAL OU GRUPO DE INTERESSE?<sup>1</sup>**

AZEVEDO, Eulália Lima  
*Pesquisadora associada do NEIM*  
*/Universidade Federal da Bahia – UFBA*  
*eulaliaazevedo @uol.com.br*

103

### **RESUMO**

Neste trabalho busco discutir como nominar o movimento dos/as aposentados/as e pensionistas, se como movimento social, grupo de interesse, ou outra categoria, visto que há muitas divergências quanto a elaboração conceitual de uma ação coletiva. Parto da concepção de vários autores sobre o tema, inserido no debate sobre o conceito de novos movimentos sociais, esse novo fenômeno histórico concreto que entrou no cenário internacional, bem como no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970 do século XX. Com esses aportes teóricos procuro embasar a análise da trajetória política, dos/as idosos/as aposentados/as com vistas a fundamentar a categorização do movimento desses/as atores/as sociais, que desde a década de 1980 vêm reivindicando seus direitos enquanto cidadãos, mediante organização própria, independente das estruturas sindicais, que até então abrigavam suas demandas.

**Palavras – chave:** Previdência Social; luta política; idoso(a)

### **ABSTRACT**

In this work I discuss how to properly denominate the movement of retirees and pensioners, that is, whether they constitute a social movement, an interest group or some other category, given that there are diverging conceptual elaborations regarding collective action. I begin by looking at the conceptualizations of different authors regarding the theme, particularly those expressed in the debates on ‘new’ social movements, that historical phenomenon that emerged in the international scene, Brazil including, from the 1960s, 1970s onward. With these theoretical tools in hand, I then analyze the political trajectory of the retired aged as a means of categorizing their movement. Since the 1980s, they have been demanding their rights as citizens through their own organization, independent of the labor union structures which, until them, housed their demands.

**Key words:** Social Security; political struggles; the aged

### **Apresentação**

A necessidade da categorização do movimento dos aposentados/as e pensionistas surgiu durante a pesquisa para elaboração da minha tese de doutoramento, a partir de

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos da tese de doutoramento, “Um palco de múltiplas vozes: nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e defendida em março de 2010 (AZEVEDO, 2010)



estudo qualitativo com detalhamento etnográfico, pautado na observação participante desse movimento. No processo de teorização dos dados dessa pesquisa, uma dúvida sobre a inadequação do termo – movimento social - para nomear a ação coletiva do grupo estudado me inquietava. Tomei o Fórum Permanente em Defesa da Pessoa Idosa em Salvador-Bahia, como campo empírico desse estudo. Um cuidadoso registro em diário de campo, acompanhado por diversas entrevistas semiestruturadas, confrontados com a visão de vários autores sobre o tema, me trouxeram dados consistentes para nominar a ação coletiva dos(as) velhos(as) trabalhadores(as)

Proponho de início o distanciamento deste trabalho de uma visão impregnada de certa dose do otimismo teórico que caracterizou os primeiros momentos da literatura sobre os novos movimentos sociais que de forma paradigmática tomou as mentes de estudiosos e muitos interessados na sua dinâmica sociopolítica. Esse otimismo trazia para alguns a suposição de que a sociedade civil autonomamente organizada era capaz de reapropriar-se do Estado e promover a transformação social; para outros a possibilidade de se construir uma sociedade radicalmente democrática, ou ainda outros vislumbravam como possível a formação de uma lógica alternativa ao Estado capitalista por meio do incremento de uma força sociopolítica constituída em “duplo poder” (CARDOSO, 2004; DOIMO, 1995). Prefiro me aproximar de uma perspectiva crítica à atribuição do “novo” aos movimentos sociais, levando em conta que o que se apresenta como novidade não é tão novo assim, mas traz em seu seio sob uma nova roupagem organizativa, parte das reivindicações que constituíram as velhas ideologias defendidas pelos movimentos sociais tradicionais. Acredito, assim, não dever negar ou absolutizar o novo e o velho, inserindo-os numa lógica dicotômica, na medida em que o novo se constitui como síntese no processo de uma relação dialética na qual o velho lhe serve de tese, como bem sustentado por Santos

[...] dialeticamente, esta novidade nas estruturas organizativas e no estilo de ação política é o elo que liga os NMSs aos velhos movimentos sociais. Através dela continuam e aprofundam a luta pela cidadania, não sendo por isso correto justificar com ela um pretense desinteresse pelas questões da cidadania nos NMSs [...] (SANTOS, 2008, p. 264).

O mesmo autor, com quem concordo, assinala também a não recusa do Estado pelos novos movimentos sociais, mas a defesa do alargamento da política para além dos limites deste em direção à sociedade civil, como novidade nos Novos Movimentos



Sociais (NMS). O diálogo com vários autores sobre os elementos necessários para definir uma ação coletiva como movimento social confrontado com a trajetória da ação coletiva dos(as) velhos(as) ativistas que reivindicam seus direitos de cidadania, me permitiu nomear essa ação coletiva como movimento social.

### **A emergência de um novo fenômeno social...**

Movimento social é uma categoria que do ponto de vista teórico, na contemporaneidade, encerra inúmeras controvérsias, compondo assim um dos campos com maior dificuldade de se alcançar conceitualmente. Seu uso original para significar o movimento operário em seus primórdios, evoluiu posteriormente na perspectiva marxista para designar a marcha da classe trabalhadora determinada a superar as estruturas de produção capitalista por meio da sua organização racional em sindicatos e partidos políticos de orientação socialista e comunista (DOIMO, 1995). Afora esse período, não há consenso quanto ao seu emprego para nomear a diversidade de experiências participativas não originárias das relações produtivas, organizadas espontaneamente no âmbito da cultura e da reprodução.

A esse novo fenômeno histórico concreto que entrou no cenário internacional, bem como no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970 do século XX, convencionou-se chamar, na Europa, de novos movimentos sociais. Interpretado teoricamente como protagonizados por indivíduos articulados num processo dinâmico de (re) invenção de formas autônomas de ação coletiva em sistemas complexos, fora das instituições estabelecidas e apresentando-se em oposição às organizações burocráticas formais. Nessa dinâmica produziam reivindicações e demandas e se constituíam em novos atores sociais, inserindo num mesmo campo teórico um sem número de situações centradas em conflitos geradores de experiências de mobilização de novo tipo. A ação desses sujeitos constituiu um novo agente coletivo que emergiu, colocando no centro de sua enunciação os aspectos até então invisíveis da vida cotidiana, isto é, as experiências individuais e íntimas da vida humana em oposição ao padrão clássico de ação coletiva concentrada na esfera econômica e de confiança na racionalidade de Estado. Esse novo agente coletivo desenvolveu uma crescente autonomia em relação aos partidos políticos, pela ausência do centralismo e pelo crescente distanciamento das formas tradicionais de mediação política.



Priorizava a ação direta em nível local, e a forma de organização oposta ao modelo dos partidos políticos, assumindo uma postura de hostilidade em relação ao Estado e de desconfiança na racionalidade instrumental (CARDOSO, 2004; DOIMO, 1995; MELUCCI, 1989; SANTOS, 2008; TOURAINE, 2002, 2007).

A discussão sobre o que teoricamente é caracterizado como movimento social é fundamentalmente útil neste estudo, no esforço de situar melhor o movimento estudado. Touraine (1988) vai dizer que na diversidade das ações reivindicativas os movimentos sociais constituem uma categoria muito particular, cujo desejo de conquista de novos direitos define-os como tais. Para ele um movimento social situa-se num nível mais elevado que uma simples reivindicação, por exemplo, pela mudança favorável da relação entre contribuição e retribuição de um grupo, como aumento de salário ou a reivindicação por uma maior participação de um grupo nas decisões que lhe afetam.

Ele é o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como o outro, uma importância central [...] Na sociedade industrial os atores em conflito, empregadores e assalariados, referem-se aos mesmos valores: o trabalho, a economia ou poupança, a técnica, o progresso, mas se opõem quanto ao uso que deve ser feito das riquezas criadas. (TOURAINE, 2007, p. 175).

Touraine (2007) assegura, ainda, que um movimento social tem como principal objetivo a realização de si mesmo como ator, capaz de transformar sua situação de vida e seu ambiente e ser reconhecido como sujeito. Isto ocorre sempre que o ator reconhece que sua capacidade de agir livremente sem as amarras das produções sociais definidas à sua revelia e, por conseguinte, ele não domina, depende da solução de um conflito no qual ele investe. Os movimentos sociais sustentam até o fim reivindicações bem construídas, mas eles se afirmam, sobretudo, na relação dos indivíduos envolvidos que os constituem. Eles reivindicam respeito e não negligência, indiferença ou desprezo, na condição de atores que se definem pela atividade ou origem.

O mesmo autor (2002) vai afirmar, também, que na sociedade contemporânea, diferentemente da forma tradicional, o sujeito não pode alienar-se num poder político, numa comunidade, numa ordem; ele deve revelar-se diretamente na sua luta contra poderes, por meio de valores morais que se opõem àqueles que o adversário social tenta impor. Por conseguinte, referências morais e consciência de um adversário social, ao qual



se opõe, são duas faces inseparáveis que configuram um movimento social no esforço infundável de articular a defesa dos direitos culturais e sociais com a luta contra esse adversário em constante ameaça. A ausência de uma perspectiva triunfante que marca a contemporaneidade conduz a múltiplos debates, tensões e divisões no interior dos movimentos sociais do novo tempo, expressão de suas ambiguidades, contradições e fragmentação.

As novas formas de agregação social nas sociedades complexas contemporâneas trouxeram a público conflitos em áreas não pensadas até então, levando, nos anos 70, à evidência da inadequação conceitual vigente, marcada pela visão centrada nas contradições ou crises das estruturas econômicas, o que impulsionou a redefinição das categorias analíticas com vistas a alcançar o conhecimento desses novos campos empíricos. Melucci (1989) apresenta um balanço das elaborações teóricas dos anos 70 para o entendimento dos movimentos sociais então emergentes, na busca de um conceito para responder a essa realidade. Vai dizer que nas sociedades complexas contemporâneas as novas formas de ação agregativa em função do seu caráter permanente e não conjuntural, em coexistência com outras mais usuais, compõem os sistemas sociais, ainda que se manifestem empiricamente de variadas maneiras. Constituem, por assim dizer, uma redefinição nas formas tradicionais de socialização política a partir da expressão de situações novas de solidariedade conflitual. Requerem, por isso também, a criação de novos canais de participação e organização política, redefinindo os tradicionais sistemas institucionais de representação, nos quais as decisões são tomadas. Tudo isso implica na elaboração de uma nova estrutura teórica de análise que leve em consideração a ação como um sistema de relações. No entanto, tal esforço teórico na década de 1970, na opinião do autor, ora tomava a ação como algo dado sem examinar seu significado e orientação, ora a analisava apenas como elemento das contradições estruturais, por meio da análise dos sistemas, enfocando apenas o “por que”; deixava de ressaltar o “como”, ou seja, a orientação intencional da ação coletiva sujeita às possibilidades e limites dentro de um sistema; nesse caso, o conflito é tratado apenas do ponto de vista potencial.

Para contribuir no avanço teórico dessa temática Melucci, na obra citada, procura concentrar na análise do “como” sem perder de foco o “por que”, isto é, direcionar o vetor dessa análise, partindo da ação coletiva concreta e dos atores, para os sistemas dentro dos quais a ação está condicionada a oportunidades e coerções; nesse sentido, a ação deve ser



entendida como o entrelaçamento de objetivos, recursos e obstáculos. Partindo da análise do conceito de “estrutura de oportunidade política” considerando-o como um “paradigma de interação múltipla” de determinações nos estudos sobre movimentos sociais, assinala que as motivações dos participantes da ação coletiva não se detêm apenas ao nível político de troca de bens nesse mercado; eles não estão interessados somente nos custos e benefícios da ação, como também buscam solidariedade e identidade. Os conflitos sociais contemporâneos apresentam orientações de antagonismo à totalidade do sistema para além da esfera política no sentido da transformação das sociedades complexas. Tais orientações articuladas com significados plurais operam no sentido de mobilizar recursos internos e externos com vistas a convergir para a construção da estrutura organizacional e consolidação de lideranças. Sem o entendimento desses mecanismos não é possível explicar a natureza de qualquer ação coletiva.

Seguindo a argumentação referente à pluralidade das orientações, muitos estudos procuram se distanciar das abordagens que supõem os movimentos sociais como uma unidade de consciência. Nessas discussões alertam sobre o cuidado na utilização da noção de novos movimentos sociais, visto correr o risco de recuperar o velho desejo de homogeneidade, ressuscitando o potente sujeito social capaz de realizar a grande transformação social que marcou a entrada da classe trabalhadora no cenário político no século XIX (DOIMO,1995; MELUCCI, 1989; dentre outros).

Nesse debate, evidencia-se uma crise do conceito de movimento social em que muitas proposições não estabelecem distinções entre definição analítica e generalização empírica, de modo a conceber os movimentos sociais dentro da mesma estrutura teórica de qualquer forma de protesto, ou ação política não institucional. As palavras “movimento social” são tomadas, muitas vezes, como sinônimos de tudo o que aparenta reivindicar mudança. Melucci (1989, 2001) assegura que um movimento social se constitui em um sistema de ação e destaca três elementos como constituintes da definição de uma ação coletiva como tal: solidariedade; um conflito; ruptura dos limites de compatibilidade do sistema no qual a ação ocorre. A solidariedade entendida como o reconhecimento recíproco dos atores como ocupantes de um mesmo lugar social, desenvolvendo a capacidade de compartilhamento de uma identidade coletiva. O conflito refere-se à luta entre atores opostos disputando os mesmos recursos valorizados por ambos. A ruptura dos limites significa extrapolar a aceitabilidade das variações pelo sistema.





A crise conceitual no campo de estudo dos movimentos sociais, no Brasil, tem, segundo Doimo (1995, p. 50), retardado o avanço teórico nessa temática e dificultado o reconhecimento de que “a marca comum desses novos impulsos participativos encontra-se, na verdade, na ação-direta”, e que a novidade fundamental desses impulsos movimentistas da sociedade contemporânea se assenta “no fato de se originarem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, em espaços fortemente marcados por carências referidas ao vertiginoso crescimento e crise do estado capitalista”. Nesse sentido devem ser questionados, não como “novos sujeitos” ou “nova identidade”, mas como dimensão do fenômeno da socialização da política. Salienta que a categoria “novos movimentos sociais” foi cunhada pelos intelectuais europeus para designar as ações coletivas que se desenvolveram no contexto das mudanças da sociedade industrial que levaram à crise do padrão assistencial-previdenciário do *welfare state* a partir da década de 1970, sendo, portanto, uma categoria européia. Do mesmo modo, falar de “movimento popular” significa referir a uma categoria latino-americana cunhada para responder teoricamente aos diversos “movimentos reivindicativos de ação direta” que a partir de carências imediatas direcionou o foco de suas reivindicações contra a tradição política dos regimes autoritários então vigentes no continente sul-americano.

Todavia, para Doimo (1995, p. 68), a conduta dos dois tipos de movimento referidos está assentada em ações-diretas sobre o sistema de decisões e se inserem na categoria de “campos ético-políticos,” visto que “para além das reivindicações locais e pontuais, influíram nos padrões de convivência política”. Ao usar o termo “campo” ela está admitindo a existência de um senso de pertencimento a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais como códigos, crenças, signos determinantes de uma sociabilidade comum. Doimo (1995) vai buscar na categoria “campos ético-políticos” uma saída para a polêmica conceitual sobre movimentos sociais. Distingue os conflitos de ação-direta que se esvaziam assim que se esgota o próprio circuito reivindicativo, daqueles que se fortalecem e criam forças sociopolíticas e recursos de poder capazes de influenciar os padrões culturais e as formas de convivência política. Estes, sim, se constituem em campos ético-políticos propriamente ditos ou redes sociais, marcando presença no espaço público, diferentemente daqueles que não transpõem os limites de meras ações-diretas. No entanto, destaca também elementos comuns, quando reflete sobre a ambiguidade do perfil dos movimentos reivindicativos de ação-direta que



além de oscilar tanto em defesa do estatismo ou das vantagens do mercado, ora se orientam para condutas “expressivo-disruptivas” mediante manifestações de deslegitimação e negação do Estado, ora para condutas “integrativo-corporativas”, quando buscam acesso a bens e serviços por meio dos quais se alcançam condições melhores de vida, promovendo uma maior integração social e assim afirma o papel provedor do Estado.

Essa questão dos elementos que definem a natureza de uma determinada reação coletiva, caracterizando-a como movimento social ou como ação coletiva de outra ordem é trabalhada por Scherer-Warren (1999), ao elencar variadas formas de manifestação dos grupos em movimento, agrupando-as em três dimensões: contestadora, solidarística e propositiva<sup>2</sup>. Defende que todas podem ser desenvolvidas simultaneamente em um mesmo movimento, “de acordo com seu projeto civilizatório que inclui oposições ao *status quo* e orienta-se para a construção de identidades sociais rumo a uma sociedade melhor”. Destaca ainda duas categorias “sujeitos sociais” e “associativismo civil” como constituintes da categoria movimento social e que confere a esta um caráter de maior amplitude. Sujeito social está referido às relações sociais nas quais o indivíduo constrói um compromisso de responsabilidade consigo mesmo e com a sociedade onde vive, incluindo aí a autonomia, o respeito e reconhecimento do outro na mesma condição de sujeito e com quem interage no processo de criação individual e coletiva de si e da sociedade, cujos valores nos quais se referenciam fundamentam a identidade grupal, sem violentar a diversidade. As associações civis são ações coletivas organizadas pelos sujeitos sociais, movidos por identificações de interesses comuns relativos aos direitos de cidadania, às condições de vida, dentre outros, empiricamente delimitadas e observáveis.

A partir dessas considerações, Scherer-Warren (1999, p. 15-16) assinala que

[...] movimento social é um conjunto mais abrangente de práticas sóciopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória) resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas. Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz,

<sup>2</sup> Formas de manifestação das ações coletivas: dimensão contestadora (denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas); dimensão solidarística (cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade); dimensão propositiva (Construção de uma utopia de transformação com a criação de projetos alternativos e propostas de mudança).



ecológico, feminista, negro, de direitos humanos, de democratização da esfera pública, de combate à pobreza ou exclusão social e assim por diante. Portanto, movimento social é a síntese de múltiplas práticas, produto das articulações de sujeitos e associações civis.

Dessas contribuições podemos deduzir que um movimento social na acepção de Scherer-Warren (1999) tem como distintivo no seu corolário de orientações uma utopia de transformação. Não obstante, o entrelaçamento desta orientação com formas comuns de manifestação prática a outras ações coletivas não o descredencia enquanto movimento social.

Uma vez destacados da literatura alguns estudos que ancoram a reelaboração conceitual sobre ações coletivas, torna-se possível levantar elementos que credenciam tais ações como movimento social, reafirmados por várias análises, na tentativa de estabelecer diferenciações entre as diversas formas coletivas de expressão. Nesse sentido um projeto de mudança ou de resistência à mudança, de amplo alcance, marcado por situações e experiências de conflito social constitui-se nos fundamentos característicos de um movimento social, não raro categorizado também por suas ações diretas no âmbito local, organizadas de forma não hierárquica e fluida, por fora da institucionalidade estabelecida, com relativa distância das instituições convencionais de mediação política e em oposição às organizações burocráticas formais. Evidencia-se na literatura certa convergência no que diz respeito à orientação estratégica da ação e a relação com as instituições políticas como parâmetros para a análise e categorização das práticas sociopolíticas e culturais coletivas.

Não obstante todas estas contribuições há de se convir, analisando de outro ângulo, que a distinção conceitual entre as mais variadas maneiras de um grupo manifestar coletivamente suas demandas não se constitui em tarefa simples. A diferença entre tais fenômenos não se apresenta tão nítida. Ao contrário, deparamos com muitos aspectos semelhantes, por exemplo, ao pensar movimentos sociais e uma forma de associação civil cujo conceito lhe é muito próximo – “grupos de interesse”. Estes são pensados como organizações voluntárias, circunscritas a reivindicações muito específicas, cujas práticas, no sentido de alcançar suas demandas, são voltadas para influenciar por dentro do sistema político. No entanto, na ausência do agenciamento de “fundadores” ou “organizadores” e condições favoráveis à formação da consciência, dos valores partilhados, do sentimento de pertencimento ao grupo, nem os movimentos



sociais, nem os grupos de interesse se definem como tais. Não se estruturam ainda se o contexto não favorecer o desenvolvimento da rede de relações sociais, das especificidades culturais, da disponibilidade de condições políticas, que permitam às suas lideranças e organizadores coordenar a ação dos seus membros. Ademais, até mesmo o protesto coletivamente organizado enquanto forma deliberada de ação política é utilizado como orientação estratégica da ação por ambas as formas de ação coletiva, na condição de atores perante a esfera político-institucional (SIMÕES, 2000a).

Levando em conta as similitudes desses agentes concordamos com este autor, quando considera pertinente conceber situações específicas como modalidades de ação que podem ser desenvolvidas por qualquer ator coletivo; a categorização deste se faz possível ao pesquisador no curso da análise dos processos políticos, nos quais participa como sujeito coletivo numa determinada conjuntura. Essa postura interpretativa é preferível àquela que toma tais atores como entidades claramente distintas.

### **E os(as) velhos(as) em movimento?**

Esse debate posto nos permite situar o movimento dos aposentados/as e pensionistas nesse campo, tendo em vista o esclarecimento da categorização que comporta sua análise.

A geração de aposentados/as e pensionistas que a partir de 1980 organizou em todo o país uma ação reivindicativa, foi protagonista da luta pela ampliação dos direitos previdenciários constantes das pautas de reivindicações nas negociações sindicais no período pré-64, ora na condição de dirigentes sindicais, ora na de militantes de base ou simplesmente membros de determinados ramos de atividade. Foram membros ativos nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), estrutura previdenciária de então, fragmentada por categoria profissional. Muito do poder político dos líderes sindicais advinha dessa participação na estrutura desses Institutos, com a qual articulavam as demais questões trabalhistas tratadas no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Assim os líderes sindicalistas assumiam a luta pelos direitos previdenciários que se dava no seio do movimento sindical como um todo (AZEVEDO, 2005a; SIMÕES, 2000a).

Com a unificação dos vários Institutos por categoria no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, pelo regime militar, e a emergência do “novo



sindicalismo”, que assumiu a hegemonia do movimento sindical a partir da década de 1970, os aposentados/as e pensionistas se viram na condição de abandono político, visto que suas demandas deixaram de ser pautadas pelas lutas dos jovens trabalhadores/as. O *habitus* nos termos de Bourdieu (2003) apresenta-se como um referencial explicativo dessa questão bastante útil, como já tivemos oportunidade de discutir (AZEVEDO, 2005). Os protagonistas do campo sindical têm aí seu *habitus* estruturado por meio de relações que se dão no seu interior; como em qualquer campo as posições sociais são aí demarcadas conforme a correlação de forças em permanente tensão inerente às relações de poder. A ordem do lugar ocupado por cada agente ou grupo de agentes é definida pela valoração social do capital simbólico de que cada um dispõe (BOURDIEU, 2003).

No referido campo, as tensões entre seus protagonistas deixam como saldo reduzidos recursos de poder aos aposentados/as e pensionistas, considerando o desvalor do seu capital simbólico, vez que a aposentadoria é vista como um rito de passagem para a velhice (HAREVEN, 1999) e esta foi quase sempre representada como um momento de incapacidade, decadência da existência humana e ausência de perspectiva de futuro. Esta é a marca da ideologia da velhice, especialmente numa sociedade pautada em valores sociopolíticos de acumulação de riqueza. Dado que, de um modo geral, os velhos/as não participam mais do processo produtivo, até porque não lhes oportunizam isso, eles perdem por consequência não só seu lugar social, mas também seu valor simbólico (BIRMAN, 1995), num mundo encantado com o paradigma da eterna juventude, haja vista a grande corrida aos recursos da tecnologia da juvenilização, não importando os custos, perdas e danos nela implicados.

Para responder à negligência dos jovens sindicalistas quanto a suas demandas, os aposentados/as não se deram por rogados e organizaram-se em Associações, Federações por Estado e uma Confederação a nível nacional, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP); armados com esses instrumentos organizativos se jogaram em campo, assumindo como sujeito social a defesa de seus direitos<sup>3</sup>. Num processo perpassado por tensões, divergências, rivalidades, competitividades, negociações e alianças foram delineando sua identidade coletiva, ancorada na definição jurídico-legal de quem compunha a categoria de aposentados/as e pensionistas. A partir

<sup>3</sup> Sobre a estrutura do sistema previdenciário no Brasil e o movimento dos aposentados ver Azevedo (1995), Hadad (1991) e Simões (2000a, 2000b).



desse dado objetivo os velhos/as trabalhadores/as imaginaram uma “comunidade” de milhões de brasileiros/as – cunhada na expressão, “somos a maior categoria deste País” (SIMÕES, 2000a, p. 163) – que fazia jus à aposentadoria por longos anos de trabalho, produzindo riquezas para toda a Nação e contribuindo para o sistema previdenciário; entretanto, o contrato que sustentava tal acordo dava sinais de ruptura, considerando os baixos valores dos benefícios, as dificuldades na concessão dos direitos, as filas torturantes nos postos do INSS e assim por diante, situação que permanece cada vez mais crítica.

Na primeira fase da mobilização reivindicativa dos aposentados muitas das suas associações (em número ainda reduzido em seu total) não gozavam de autonomia, visto que se subordinavam politicamente aos sindicatos das suas respectivas categorias, que lhes cediam espaço em suas sedes para seu funcionamento e, não raro, apoio financeiro, na medida em que seus associados, ainda um pequeno contingente, não ofereciam condições de fazer frente aos custos das mobilizações.<sup>4</sup> Naquele momento, eles priorizavam a luta judicial ajuizando processos contra a Previdência Social, buscando corrigir as perdas nos valores de seus benefícios acumuladas ao longo do tempo, em função de falhas no cálculo do reajuste dos benefícios de aposentadoria, desde o final da década de 1970, ao tempo em que atuavam junto aos parlamentares no Congresso Nacional.

Sob a influência do ideário dos movimentos sociais no cenário da abertura política do pós-70, segundo Simões (2000a), as frequentes vitórias alcançadas no campo jurídico transformaram-se num recurso estratégico para aumentar a receita das associações, para atrair os associados, e propiciar uma maior visibilidade da ação coletiva dos aposentados, que movidos pelo entusiasmo acorriam às Associações e Federações em cada Estado. É nesse momento que, segundo o mesmo autor, se expressa um programa de atuação próprio de um grupo de interesse, na medida do destaque em reivindicações específicas de um determinado grupo particular e estratégias de ação focadas na articulação parlamentar e na luta judicial.

Com a estrutura organizacional que se estendia por todo o território nacional a ação coletiva dos aposentados/as e pensionistas foi conquistando cada vez mais

<sup>4</sup> Ainda hoje persiste essa realidade, embora em pequeno número e sob o foco da crítica das associações autônomas.





autonomia em relação aos sindicatos. Assumindo voz própria, chegavam a Brasília caravanas de idosos/as beneficiários de aposentadorias e pensões, sob a coordenação da COBAP, e frente a frente com os agentes públicos protestavam contra a política de previdência que atentava contra a dignidade dos que envelheceram trabalhando e contribuindo para o desenvolvimento do país e do sistema previdenciário. Nesse processo esses idosos/as foram promovendo mobilizações sempre mais expressivas e ganhando espaço na mídia. O maior destaque nesse período fica por conta da grande atuação no Congresso Constituinte para defender suas reivindicações sem temer o desconforto das péssimas condições de alojamento enfrentadas na capital política do país.

Um padrão de mobilização revelado por dupla face, ora como grupo de interesse, ora como um grupo de protesto coletivo organizado, característico de outras formas de ação coletiva, descortina-se aos olhos do analista. Essas mobilizações tiveram como resposta grandes avanços no corpo da Constituição de 1988 (BRASIL, 2000), que instituiu a garantia de direitos constantes da maioria das reivindicações dos aposentados/as e pensionistas. Trouxe ainda pela primeira vez o conceito de seguridade social como orientação do sistema de proteção social brasileiro, ancorado em três pilares das políticas públicas: Saúde, Assistência e Previdência. As vitórias assim conquistadas trouxeram mais munição à disposição dos idosos/as. Num crescendo, suas lutas iniciadas nos anos 80 passaram pelo Congresso Constituinte, extrapolaram as fronteiras deste, para fazer cumprir as conquistas inscritas na Constituição. Tais lutas atingiram seu ápice nos primeiros anos da década de 1990, culminando com a histórica mobilização pelos 147%, até agora só discutida nos trabalhos de Hadad (1991), Simões (2000b) e Azevedo (2005) já citados.

### **A título de conclusão**

O que merece ser destacado com referência à mobilização pelos 147%, é que com ela culminou o desvelar da ação coletiva dos aposentados para além dos limites restritos de um grupo de interesse circunscrito ao âmbito apenas de vantagens específicas de um setor social. Pelo contrário, os aposentados/as, nesse processo de afirmação de sua identidade coletiva, acreditando no “somos a maior categoria deste país”, interpelaram a sociedade, todos os trabalhadores/as da ativa, os sindicalistas, os jovens e mobilizaram a opinião



pública em geral a favor da Previdência Social Pública, entendida como uma instituição que, nos termos de Cabral (2002, p. 65), “[...] influencia no ordenamento da sociedade brasileira” principalmente porque “[...] ela está associada à história de milhões de brasileiros de gerações passadas e presentes, que contribuíram para construí-la e dela dependem para assegurar ou completar meios de sobrevivência”. Desse modo, ela é pensada com referência não só aos seus beneficiários, mas como um direito de cidadania que diz respeito a toda a sociedade (SIMÕES, 2000a).

O caráter privatizante embutido nas propostas de reforma do sistema previdenciário, apresentadas e aprovadas, em um primeiro momento, no governo Fernando Henrique Cardoso e num segundo, no governo Luis Inácio Lula da Silva, tem sido veementemente denunciado pelos velhos/as trabalhadores/as como um atentado à solidariedade entre as gerações, princípio moral que sustenta, desde o final do século XIX, os primeiros contratos sociais de proteção social pública. A ruptura desse princípio, de acordo com os próprios discursos dos aposentados/as militantes, trazia e traz incertezas para aqueles que já se aposentaram, mas as gerações jovens e a sociedade como um todo figuram como os maiores perdedores, visto que o que aparece ameaçado é o futuro do direito a se aposentar um dia. Nesse sentido, percebemos, como Simões (2000a), que a ação coletiva dos aposentados/as vem legitimando suas reivindicações, na medida em que a aposentadoria pela qual eles lutavam e ainda continuam defendendo passou a ser representada como um direito universal.

Ficou patente o caráter universal conferido à política previdenciária que acabava de se constituir em um dos pilares da seguridade social ao lado das políticas de saúde e assistência social, das quais nenhum/a cidadão e cidadã pode prescindir, mormente com o avançar da idade. Além disso, uma proposta de mudança cultural orientadora da ação coletiva dos aposentados/as se configura, quando, corajosamente, em ruidosas manifestações públicas pelas ruas e praças do país inteiro, surpreendendo os agentes do Estado e toda a sociedade brasileira, desmontaram os pressupostos da ideologia da velhice, cujo suporte está fincado na imagem de todo aposentado como aquele velho dependente, que não tem mais controle sobre seu corpo e suas emoções, com suas habilidades mentais e intelectuais comprometidas, incapazes, portanto, de assumirem decisões sobre suas vidas. Ademais, imbuídos do espírito de seguridade social e de “reinvenção da velhice” (DEBERT, 1999) os/as velhos/as trabalhadores/as em



movimento, ao lado de outros agentes sociais, pensaram e apresentaram novas regras tanto do ponto de vista do sistema organizativo, quanto do sistema político da sociedade, enfeixadas na proposta de um *corpus* normativo de garantia de direitos daqueles/as que continuam vivendo acima dos sessenta anos de idade. Após mais de dez anos de efetivas lutas, discussões e modificações, tal proposta foi aprovada no Congresso Nacional na forma da Lei nº 10.741 (BRASIL, 2007) que instituiu o Estatuto do Idoso no dia 1º de outubro de 2003.

A análise da participação dos aposentados/as e pensionistas como sujeito social nos processos políticos, como apresentado acima, nos permite categorizar tal ação coletiva para além do âmbito restrito de um grupo de interesse, ou grupo de pressão política, na medida em que não se ateuve apenas às reivindicações por melhorias dos valores dos benefícios de um setor social específico da sociedade. Ao contrário, no processo de suas mobilizações, as pessoas de mais idade, ao afirmarem a imagem do aposentado ativo, reivindicaram-se portadores dos atributos básicos ao homem e à mulher para lograrem o status de cidadão pleno e confiável. Assim, questionaram a imagem tradicional da velhice, inserindo esta em outra dimensão, cujos valores se opunham àqueles comumente aceitos; contribuíram, desse modo, para a construção de representações novas e positivas sobre esta etapa da vida, cuja experiência todos/as viverão. Basta não morrer na juventude. Ademais, nos constantes apelos aos/às trabalhadores/as da ativa, aos/às jovens, aos/às demais idosos/as e à sociedade em geral, tomaram a defesa da aposentadoria num sentido muito além dos seus interesses particulares e de grupo imediato, colocando-a como direito universal de cidadania na perspectiva de seguridade social. Atualmente, aqui na Bahia, através do Fórum Permanente em Defesa do Idoso, o movimento põe raízes para além dos limites do direito à aposentadoria, no sentido da defesa dos direitos à vida digna para todos/as que transpõem, no tempo, o marco dos 60 anos, como direito universal. Desse modo, a ação coletiva desses velhos e velhas pode ser entendida como um processo que transitou de um grupo de interesse à uma forma de ação coletiva, com demandas de âmbito universal que pode ser categorizado como movimento social.



## Referências bibliográficas

AZEVEDO, Eulália Lima. **Aposentados em movimento**: tensões e convergências com o movimento sindical. 2005.190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, Renato (Org.). **Terceira idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UnATI/UERJ, 1995. p. 29-48

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BRASIL. **Constituição** (1988). Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, contendo as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs. 1/92 a 30/2000 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs. 1 a 6/ 94. Brasília: Imprensa Nacional, Divisão de Editoração, 2000.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei N.º 10.741/2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 19 set. 2007.

CABRAL, Benedita Edina da S. Lima. **Recrutar laços**: estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas. 2008. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.81-90.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. Universidade de São Paulo: São Paulo Press, Fapesp, 1999.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós/70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

HADAD, Eneida. **A velhice de velhos trabalhadores**: o cenário, o movimento e as políticas sociais. 1991. 440f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção do curso da vida. In: DEBERT, Guita (Org.). **Gênero em gerações**. Campinas, SP: Cadernos Pagu, 1999. n. 13, p. 11-35.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova, Revista Cult. e Pol.** São Paulo, n. 17, p. 48-66, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.



SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SIMÕES, Júlio Assis. **Entre o lobby e as ruas**: Movimento de aposentados e politização da aposentadoria. 2000. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000a.

\_\_\_\_\_. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam M. Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000b. p. 13-34.

TOURAINÉ, Alain. **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.



# A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: PERCEPÇÕES DAS VÍTIMAS ACERCA DOS SIGNIFICADOS, IMPLICAÇÕES E EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS LEGAIS DE PROTEÇÃO

**SILVA, Aline Oliveira**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica - PPGED  
Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais  
E-mail: aline.o.silva@ufv.br*

**LORETO, Maria das Dôres Saraiva de**

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica - PPGED  
Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais  
E-mail: mdora@ufv.br*

120

## RESUMO

O presente artigo objetivou investigar as percepções das mulheres idosas acerca dos significados, implicações da violência e efetividade dos dispositivos legais de proteção. Metodologicamente foi feito uso da pesquisa documental, o TALP e a entrevista semiestruturada. Os resultados mostraram que a violência contra a mulher, preferencialmente psicológica e física, ocorre no ambiente familiar, sendo o agressor alguém da sua confiança. O significado da violência estava relacionado às palavras: agressão, raiva e humilhação. No que se refere às implicações da violência, as entrevistadas consideram-se prejudicadas em relação a alguma coisa/direito que o agressor as privou, sendo que a denúncia implica em uma vida melhor, com o término da agressão. Conclui-se que a violência contra a mulher idosa é um fenômeno oculto e multideterminado, que implica em perdas, principalmente afetivas, estando a efetividade dos instrumentos legais associada a melhorias da vida feminina.

**Palavras-chave:** Violência, Mulher idosa, Percepções.

## ABSTRACT

This article aimed to investigate the perceptions of older women about the meanings, implications of violence and effectiveness of the legal devices of protection. Methodologically was made use of document research, TALP and semi-structured interview. The results showed that violence against women, rather psychological and physical, occurs in the familiar environment, being the aggressor someone you trust. The meaning of violence was related to the words: aggression, anger and humiliation. With regard to the implications of violence, the respondents consider themselves disadvantaged in relation to something / law that deprived the aggressor, being that the complaint involves a better life, with the end of aggression. We conclude that violence against older women is a hidden and multidetermined phenomenon, which implies losses, mainly affective, with the effectiveness of legal instruments associated with improvements in female life.

**Key - words:** Violence, Older women, Perceptions.





## Introdução

A violência doméstica é um fenômeno que vem se tornando cada vez mais comum em nossa sociedade, não atingindo somente as mulheres, mais também as crianças, as pessoas idosas e os deficientes, fazendo-se cada vez mais presente nos lares.

Apesar de existirem diversos estudos sobre o perfil das vítimas da violência doméstica, o que poucas vezes nos é mostrado é sobre a percepção dessas vítimas a respeito dos significados e implicações da violência em suas vidas, bem como sobre a efetividade dos instrumentos legais de proteção. Compreender a visão dessas pessoas acerca dessa temática é de grande importância, pois a partir daí é possível ter um maior conhecimento sobre o fenômeno da violência e suas consequências.

A questão da Violência Doméstica<sup>1</sup>, apesar de ter sido relatada há muito tempo, ganhou reconhecimento e entrou na agenda das políticas públicas brasileiras há pouco mais de duas décadas, pela crescente divulgação na mídia dos atos de violência, principalmente contra mulheres, além do avanço das pesquisas acadêmicas nessa temática. A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993, definiu oficialmente a violência contra as mulheres, como: *Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, que ocorra em público ou na vida privada*” (DAY et al. 2003).

Motta (2009) destaca que a violência contra as mulheres não se restringe à vitimização daquelas em idade jovem, no período reprodutivo, como retrata a grande maioria dos trabalhos. Ao contrário, essa violência continua e assume novas formas, velhice adentro, como uma expressão das relações intergeracionais, em função das relações e desigualdade de gênero.

Pesquisa realizada por Araújo e Lobo Filho (2009) revelam que, no geral, há uma construção psicossocial da violência contra a pessoa idosa, embasada nas suas relações intrafamiliares, na qual os agressores são pessoas de confiança, que mantêm uma relação íntima com as vítimas, em sua maioria os filhos.

No trabalho, “A construção social da violência contra idosos” os autores Santos et. al. (2007) ressaltam que esse tipo de violência, que se desenvolve principalmente no espaço intrafamiliar, é um fenômeno complexo, multifacetado, dinâmico e de difícil controle, pois a

<sup>1</sup> Segundo Romeiro (2008), a violência doméstica pode ser definida como qualquer tipo de abuso físico, sexual ou emocional praticado não só pelo parceiro íntimo mais também por outros membros, como filhos e netos, contra membros vulneráveis do sistema familiar, como mulheres, crianças e/ou idosos.



insegurança e o medo de represálias oriundos do conflito da consanguinidade, da proximidade, do afeto, do amor, do instinto de proteção em defesa do agressor, muitas justificam a omissão dos idosos, quando violentados por seus familiares. Além disso, o fato de um número elevado de vítimas pertencerem ao sexo feminino mostra a forte influência da violência de gênero que ocorre dentro da sociedade em diversos níveis, classes e faixas etárias. Ou seja, na escala social do exercício da dominação-exploração por legitimação do poder ou imposição através da violência, o homem adulto, branco e de classe alta tem predominância sobre as mulheres, crianças, velhos, pobres e negros.

Em face ao exposto, esta pesquisa teve como objetivo investigar as percepções das mulheres idosas acerca dos significados e implicações da violência, além da efetividade dos instrumentos legais de proteção. Acredita-se que esse tipo de pesquisa possa contribuir para um maior conhecimento sobre as percepções das vítimas acerca do fenômeno da violência, além de subsidiar as políticas, programas e ações de combate à violência contra a mulher.

### **Incursão teórico-conceitual**

A Rede Internacional para a Prevenção ao Abuso do Idoso, apud Araújo e Lobo Filho (2009, p.154), define a violência contra o idoso como *“um ato único ou repetido, ou a falta de uma ação apropriada, que ocorre no âmbito de qualquer relacionamento onde haja uma expectativa de confiança, que cause dano ou angústia a uma pessoa mais velha”*.

Na visão de Faleiros (2007), a violência contra as pessoas idosas possui três grandes dimensões: a) violência sociopolítica, referente às relações sociais mais gerais de exclusão/exploração; b) violência institucional, relacionada às ações ou omissões dos serviços prestados por instituições privadas ou públicas, como hospitais, clínicas e Instituições de Longa Permanência, que negam ou atrasam o acesso, hostilizam o idoso e não respeitam sua autonomia; c) violência intrafamiliar, que possui como agressoras pessoas mais próximas, como familiares (filhos, netos, noras, cônjuges), além de vizinhos e cuidadores.

Pesquisas, como a da OMS (2005), mostram que há um predomínio da violência intrafamiliar ou doméstica contra os idosos; pois o abuso ou maus tratos ao idoso são cometidos predominantemente por familiares ou cuidadores formais/informais, que possuem estreita relação



sócio-afetiva com a vítima. Minayo (2003) mostrou que 90% dos atos de violência acontecem nos lares dos idosos e que 2/3 são praticados por seus filhos, genros e cônjuges.

Conforme Souza e Minayo (2010) e Sanches et. al. (2008), as distintas formas pelas quais a violência contra a pessoa idosa se expressa são: a) Abuso Físico: uso de força física que pode resultar completamente em dano, dor ou prejuízo físico; b) Abuso Sexual: contato sexual não consensual de qualquer pessoa com um idoso; c) Abuso Emocional ou Psicológico: definido por momentos de angústia ou dor emocional, impostos aos idosos; d) Exploração Financeira ou Material: que consiste na exploração imprópria, ilegal ou não, de bens financeiros e patrimoniais do idoso; e) Abandono: deserção do idoso por um indivíduo que tenha custódia física ou responsabilidade por prover cuidado pelo mesmo; f) Negligência: recusa/omissão de cuidados devidos e necessários ao idoso, por parte de responsáveis familiares ou institucionais; g) Autonegligência: caracterizada como o comportamento de um idoso que ameace sua própria saúde ou segurança.

Estudos parciais feitos no país mostram que as denúncias dos idosos, principalmente das mulheres idosas, enfatizam, em primeiro lugar, os abusos econômicos ou a violência patrimonial, como tentativas dos familiares (filhos, cônjuges, genros e noras) de se apoderarem de forma imprópria ou sem consentimento das fontes de renda, da casa ou de outros bens e economias do idoso, além do abandono material cometido contra ele. Em segundo lugar, destacam-se as agressões físicas, seguidas pela recusa dos familiares em dar-lhes proteção (SILVA et. al., 2007; FLORENCIO, et. al., 2007).

Estudos realizados por Freitas et. al. (2006), citado por Portela et. al. (2008), mostram que o perfil da vítima de agressão é, basicamente, constituído por mulheres, com 75 anos ou mais, viúvas, física ou emocionalmente dependente e que residem, na maioria das vezes, com familiares, sendo que um desses é o seu agressor. Já o agressor apresenta o seguinte perfil: é um adulto de meia idade, geralmente é um filho, financeiramente dependente da vítima e pode apresentar problemas mentais ou ser dependente de álcool ou drogas.

Denota-se que a violência contra a pessoa idosa é tida como uma das mais severas e desiguais formas de agressão, posto que com o processo de senescência há uma desigualdade de fatores físicos e psicológicos, sem falar do constrangimento familiar da quebra de confiança estabelecida entre a vítima e o familiar/cuidador- agressor (FALEIROS, 2007). Assim, mesmo que alguns idosos sejam provedores de suas famílias, ainda são vítimas de agressão, pelos seguintes



fatores de risco: o ciclo de violência intergeracional; o alto grau de dependência em todos os sentidos (psicológico, físico, econômico); o estresse do cuidador pela dependência do idoso e pela limitada rede de suporte familiar, além do isolamento social do idoso (MACHADO; QUEIROZ, 2006).

Pesquisa realizada por Rodrigues et. al. (2010), em João Pessoa- PB, evidenciou que as palavras que os idosos associam à violência sofrida são: vida, triste, consequências, filho, impotente, situação, sofrido. Os significados da violência para os idosos estão ligados a conteúdos semânticos em que os sujeitos fazem alusão à violência como uma “situação” que acarreta na “vida” do idoso “consequências”. O idoso fica “triste” por ser muitas vezes agredido pelo “filho”, o que o deixa “impotente” e “sofrido”.

As implicações que podem ocorrer na vida do idoso, após vivenciar episódios de violência são: o idoso pode demonstrar passividade, resignação, tristeza, desesperança, falta de defesa, ansiedade, agitação, medo, exacerbação de quadros depressivos, relatos contraditórios, receio de falar livremente, relutância de manter qualquer contato verbal ou físico com o cuidador, busca ou mudança frequente de profissionais ou centros de atenção médica. Ainda existem os indicadores sexuais, que se constituem em conduta sexual incompatível com a personalidade prévia; comportamento diferente e inapropriado diante da presença de certas pessoas; conduta agressiva, isolamento e autoagressão; presença de sinais e sintomas, tais como, infecções recorrentes, dor, hematomas, sangramentos na região anal ou genital, dificuldade para marcha e dor abdominal sem causa aparente, vestuário íntimo rasgado ou manchado de sangue, conforme Guccione (2000), citado por Elsner et. al. (2007).

Nesse sentido, apesar do avanço no que se refere à disponibilidade de dispositivos legais de fiscalização/punição dos casos de maus tratos e violência na velhice, como o Estatuto do Idoso, em 2003, a instalação de Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso, de Delegacias de Proteção à pessoa Idosa, dentre outros, ainda não há uma notificação efetiva dos casos de violência contra pessoa idosa no âmbito familiar, devido ao fato dos agressores em geral fazerem parte do núcleo familiar. O silêncio frente aos maus-tratos está apoiado nos sentimentos de família idealizada internalizada pelos idosos e no amor dos pais pelos filhos. Ancora-se também no medo de viver novas situações de maus-tratos e na desigualdade de poder dos idosos em relação aos jovens.



## Metodologia

Em termos dos procedimentos metodológicos, procurou-se delimitar a natureza da pesquisa e local do estudo; população e processo de amostragem, técnicas de coleta de dados e variáveis analíticas, além dos procedimentos de análise.

## Natureza da Pesquisa

Este estudo caracteriza-se como sendo de natureza exploratório-descritiva<sup>2</sup>, uma vez que busca explorar melhor o tema a ser estudado, buscando proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa.

## Local de Estudo

O estudo foi realizado no município de Viçosa/MG, localizado na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, situado a 225 km de Belo Horizonte, capital do estado, com uma área territorial de 299 Km<sup>2</sup>.

O desenvolvimento do município se dá pela presença da Universidade Federal de Viçosa, com uma economia centrada no setor de comércio e serviços. Em virtude da universidade, o município conta com uma população flutuante de aproximadamente 12 mil habitantes, somados a uma população estimada de 72.244 habitantes, conforme a contagem populacional feita pelo IBGE (2011), no ano de 2010, sendo que 67337 pessoas residem no meio urbano e 4907 no meio rural.

## População e Amostra

A população estudada foi constituída de mulheres, residentes no município de Viçosa/MG, que passaram pelo processo de violência doméstica no ano de 2010, com idade igual ou superior a 60 anos. Para a identificação dessas mulheres foram coletadas informações junto a Polícia Civil,

---

<sup>2</sup> Como destaca Gil (2005), que a pesquisa exploratória tem como objetivo de explicar e proporcionar maior entendimento de um determinado problema, por ser realizada numa área na qual há pouco conhecimento científico acumulado ou sistematizado. Por outro lado, a pesquisa descritiva se faz presente nesse estudo uma vez que ela se destaca por expor características de determinada população ou determinado fenômeno.



onde se constatou 306 casos de ocorrências de violência doméstica contra a mulher no município de Viçosa/MG, no ano de 2010.

Dessa população, foi selecionada uma amostra com o objetivo de examinar as percepções sobre a violência. Esse tipo de amostra, definida por tipicidade<sup>3</sup>, foi composta de mulheres, que, de alguma forma, acionaram os instrumentos legais de proteção a mulher e ao idoso, como a lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso.

De acordo com os dados coletados junto à Delegacia e Fórum da Comarca de Viçosa/MG, no ano de 2010, tiveram 17 idosas na delegacia, que registraram queixa de violência na polícia Militar ou Civil da cidade. Deste total foram entrevistadas cinco mulheres idosas. O número da subamostra foi definido em função da possibilidade de contato e consentimento da entrevista.

### **Técnicas de Coleta dos Dados e Variáveis de Análise**

A coleta de dados é a forma como se obtém os dados necessários para responder ao problema da pesquisa (VERGARA, 2005). Assim, as técnicas de coleta dos dados foram: pesquisa documental, o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP)<sup>4</sup> e a entrevista semi-estruturada<sup>5</sup>.

Primeiramente foi realizada uma consulta nos registro de eventos de defesa social (REDS), antigo boletim de ocorrência, da Delegacia de Polícia Civil de Viçosa/MG, do ano de 2010, para verificar o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica e sua tipificação. Foi possível verificar que foram registrados 1044 casos, onde a vítima era mulher, porém nem todos os casos eram de violência doméstica. Foi observado que do total de 1044 notificações, 306 eram de violência doméstica, sendo que os outros casos eram principalmente de furto, estelionato, estupro, ameaça, lesão corporal, entre outros, que eram realizados fora do ambiente familiar e por pessoas que não faziam parte do convívio familiar.

<sup>3</sup>O processo amostral por tipicidade é definido por Lakatos e Marconi (1991, p. 224), como uma amostra representativa de um subgrupo da população estudada, que, de acordo com as informações disponíveis, fazem inferência a uma população em geral.

<sup>4</sup> O TALP que é uma técnica bastante difundida no âmbito da Psicologia Social, uma vez que possibilita acesso aos conteúdos periféricos e latentes.

<sup>5</sup>A entrevista semiestruturada serve de guia para trazer uma série de questões específicas, sendo que muitas contêm partes mais estruturadas, permitindo obter detalhes, como também questões mais abertas, onde o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento (LAVILLE; DIONNE, 2008).





Em um segundo momento, procurou-se identificar o tipo de violência sofrida e o perfil das mulheres idosas vítimas de violência. Assim foi possível observar que dos 306 casos de violência doméstica, 17 eram contra mulheres idosas.

No terceiro momento, foram feitos contatos com as possíveis pesquisadas (idosas), verificando-se a possibilidade de participação. As mulheres idosas entrevistadas assinaram o termo de consentimento livre, após receberem os esclarecimentos acerca dos objetivos e aspectos éticos da pesquisa, garantindo-lhes o sigilo. Em seguida, foram coletadas as informações por meio das entrevistas semiestruturadas, que possuíam questões abertas e fechadas.

Para verificar o significado da violência para as entrevistadas foi aplicado o TALP, perguntando-se: “o que lhe vem à mente (cabeça) quando digo a palavra violência?” Fale as primeiras palavras que para o Sra. lembra violência”. Posteriormente, indagou-se sobre a efetividade dos dispositivos legais de proteção à mulher e Idoso, bem como sobre as implicações da violência em suas vidas.

### **Procedimentos de Análise dos Dados**

As entrevistas foram aplicadas na casa da entrevistada e duraram, em média, uma hora, sendo gravadas, quando consentidas pelo sujeito da pesquisa, ou escritas, no momento da entrevista. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e ou reescritas, para que não fosse perdida nenhuma informação.

As questões subjetivas associadas aos motivos e implicações após terem sido transcritas, foram analisadas categoricamente, por meio do tratamento qualitativo dos dados. Desse modo, após sucessivas leituras das entrevistas transcritas e dos dados obtidos foram elaboradas categorias analíticas para o estudo, com base nos objetivos proposto. Assim, as entrevistas foram organizadas de modo a aprofundar a compreensão das questões investigadas.

O agrupamento das informações foi feito por meio da construção de tabelas, onde foram colocadas todas as informações referentes à categoria em questão, facilitando a visão global das informações a respeito do tema determinado. Após o agrupamento das informações, iniciou-se a fase de descrição dos dados, que, de acordo com Gil (2005), tem o objetivo de descrever, interpretar e explicar os dados coletados, de forma a responder as questões formuladas no estudo.



## Resultados

Os resultados foram discutidos considerando os seguintes tópicos: Percepções das Vítimas sobre os Significados e Implicações da Violência e Visão das Vítimas sobre a Efetividade dos Instrumentos Legais de Proteção a Mulher e ao Idoso.

128

### Percepções das Vítimas sobre os Significados e Implicações da Violência.

Na aplicação do Teste da Associação Livre das Palavras foi perguntado às mulheres idosas quais eram as primeiras palavras que lhe vinha na cabeça, quando ouviam a palavra violência, sendo que as palavras ditas com maior frequência por elas foram: agressão, dor, tristeza, raiva e humilhação.

A palavra agressão foi citada por todas as mulheres idosas, e isso se deve ao fato de que a violência para elas vai muito além da violência física, pois traz o sentimento de dor, que é uma dor psicológica que vai ficar marcada para sempre em suas vidas. O sentimento de raiva está ligado à revolta que elas têm por terem sofrido a violência por agressores em que elas depositavam confiança. Já a dor e a tristeza que elas mencionaram estão associadas às consequências que a violência acarretou em suas vidas. A raiva, contudo, é um sentimento de revolta que a mulher idosa carrega consigo. E o sentimento de humilhação aparece pela impotência frente à violência sofrida.

Os resultados acima corroboram com a pesquisa realizada por Rodrigues et. al. (2010), na cidade de João Pessoa- PB, onde ele evidenciou que os significados da violência para os idosos estão ligados a conteúdos semânticos em que os sujeitos se referem à violência como uma situação que acarreta na vida do idoso, muitas consequências, como por exemplo, a tristeza e o sofrimento.

No que se refere às implicações da violência, procurou-se investigar sobre a violação dos direitos da vítima em face à agressão, constatando-se que 60% das mulheres idosas entrevistadas disseram se sentirem prejudicadas com relação à privação de algumas coisas ou de algum direito que antes julgava ter e que o companheiro ou a pessoa que a agrediu a privou, como exposto nas seguintes falas:

[...] Antes eu trabalhava fora de casa, tinha o meu emprego depois que casamos, ele me proibiu, dizendo que lugar de mulher é em casa. Ele não me deixa sair pra



nada, não posso ir à casa das minhas irmãs, nem cortar o cabelo eu posso, ele não me deixa sair de casa pra isso. (Entrevistada 5).

[...] Meu marido me proibia de conversar com vizinhos de ir a casa deles e até de ir à igreja. (Entrevistada 2).

As declarações acima indicam que o marido quer sempre estar controlando as suas companheiras, impedindo que elas tenham atitudes que o contrariem. Garcia-Moreno et. al (2005), citados por Frank (2009), confirmam essas atitudes esclarecendo que em seu comportamento controlador o agressor tenta evitar que a vítima veja amigos, tenta restringir o contato dela com sua família de origem, insiste em saber onde ela está em todos os momentos, a ignora ou a trata indiferentemente, fica bravo quando ela fala com outro homem, frequentemente suspeita que ela o traia, espera que ela peça permissão antes de procurar um serviço de assistência à saúde para si mesma.

No que tange ao tipo de violência sofrida pelas mulheres idosas entrevistadas, três delas disseram ter sofrido mais de um tipo de violência, ou seja, a violência caracterizava-se como sendo múltipla e facetada. Elas responderam ter sofrido violência física, psicológica, moral/verbal e patrimonial. Já as outras duas, responderam ter sofrido somente a violência física.

Neste estudo foi possível observar que todas as mulheres idosas foram vítimas da violência física, que é caracterizada pela violação da integridade corporal, podendo se manifestar através de agressões físicas, com uso ou não de objetos: tapas, murros, chutes, facada e tiro. Na fala abaixo, é possível verificar o relato da vítima sobre esse tipo de violência:

[...] me agrediu sem motivos, pois não fiz nada contra ele, ele bebe muito e também era muito mulherengo, depois que começou a beber ele passou a me agredir. (Entrevistada 2).

A fala acima confirma os estudos realizados por Freitas et. al. (2006), destacados por Portela et. al. (2008), onde se evidenciou que o agressor pode ser dependente de álcool ou drogas e, por esse motivo, começa a agredir a sua vítima.

A violência patrimonial, também foi relatada pelas mulheres idosas, sendo reconhecida como casos de retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, documentos pessoais, bens, valores ou recursos econômicos. O depoimento abaixo mostra como esse tipo de violência foi vivenciado pela entrevistada:



[...] ele quis que eu saísse da minha casa pra colocar a “outra” pra morar na minha casa. Eu não aceitei ai deu confusão ele me tirou a força da minha casa que eu ajudei a construir. (Entrevistada 5).

A fala acima retrata a violência patrimonial que a mulher idosa entrevistada sofreu, pois, mesmo sem saber que se tratava de um tipo de violência, ela relatou tais fatos, enquanto falava sobre os tipos de violência que havia sofrido.

No que se refere à violência moral/verbal, que se trata de qualquer conduta que se configure em difamação, calúnia ou injúria, também pode ser observada na fala da mulher, entrevistada como mostrado abaixo:

[...] ele me “xingava” muito de todos os nomes e no meio da rua, todos os vizinhos escutaram. (Entrevistada 5).

Assim, pode-se verificar que a violência moral atinge a saúde mental das mulheres, tendo relação direta com a violência psicológica, a qual pode ser identificada quando o indivíduo tem seu comportamento controlado pela ação do outro, seja por meio de ameaça, manipulação, exploração, constrangimento, humilhação, insulto, chantagem, perseguição, vigilância constante, isolamento ou limitação do direito de ir e vir, ou mesmo, qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da vítima (BRASIL, 2006).

As falas foram usadas para evidenciar os diferentes tipos de violência, apesar de que o cotidiano das mulheres idosas vítimas de violência era marcado por mais de um tipo de violência.

### **Visão das Vítimas sobre a Efetividade dos Instrumentos Legais de Proteção**

Neste tópico buscou-se verificar a percepção das mulheres sobre a efetividade dos instrumentos legais de proteção aos direitos femininos, ou seja, de que forma a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso teriam contribuído, ou não, para o enfrentamento da violência, questionando-se a respeito das formas de acionamento da lei e suas resoluções.

Foi indagado a todas as entrevistadas se elas conheciam a lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso. Considerando às constantes divulgações na mídia acerca da violência contra a mulher e ao idoso, 100% das entrevistadas responderam conhecer a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso, e, dentre os principais meios que elas tiveram acesso para conhecer esses instrumentos, se destacaram, principalmente, a televisão, os jornais, os amigos e a delegacia. Esse resultado contrapõe o estudo realizado por Mafra e Guimarães (2012) com 26 idosos, que evidenciou que a



maioria deles não conhecia seus direitos e muito menos o Estatuto do Idoso, comprometendo assim, as diretrizes e os direitos assegurados pelo Estatuto.

Apesar de todas as vítimas terem feito Boletim de Ocorrências na Delegacia de Polícia, quando perguntado se já haviam acionado a Lei Maria da Penha, quatro afirmaram não ter acionado, o que confirma que não sabiam que, ao fazer a queixa, estavam acionando a lei. Também foi perguntado se já haviam acionado o Estatuto do Idoso, e todas disseram não. Apesar do Estatuto do Idoso ser um instrumento útil para a prevenção e o combate à violência contra o idoso, a sua divulgação carece de mais investimentos no que se refere à sua utilização.

Para duas mulheres idosas entrevistadas, a lei Maria da Penha contribuiu para que elas não mais fossem vítimas de violências, pois se sentiam mais protegidas depois que foram à Delegacia. Elas relataram que, se não fosse pela lei, continuariam sendo agredidas. Entretanto, para a maioria, a lei não atendeu as suas expectativas, principalmente no que diz respeito à impunidade.

No que diz respeito às influências que tiveram para tomarem coragem de fazer a ocorrência policial, todas as mulheres idosas disseram terem sido influenciadas por outras pessoas, como amigos, família e vizinhos. Para Souza et. al. (2007), a divulgação da problemática da violência e dos maus tratos contra os idosos pode ajudar no aumento das denúncias, à medida que as pessoas que passam pela mesma situação em suas casas sentem-se motivadas a procurar ajuda.

Na tentativa de indagar a respeito do motivo que as levaram a recorrer à delegacia ou acionarem a lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso, apenas uma relatou o fato, como mostra a fala abaixo:

[...] eu não aguentava mais, estava sendo muito “judiada”, estava apanhando muito, ai depois dele ter me batido dado socos e ponta pé em mim minha vizinha conversou comigo e me disse que eu deveria chamar a polícia e eu chamei. (Entrevistada 5).

Como é possível observar no relato acima, o que motivou a entrevistada a procurar a Lei Maria da Penha foi querer acabar com as agressões sofridas, principalmente as de natureza física.

Na percepção das idosas vitimizadas, após a revelação e denúncia de agressão na delegacia, todas disseram ter havido melhorias em suas vidas, que estavam associadas ao término da agressão, como pode ser visto na fala abaixo:

[...] melhorou muito, depois que tivemos no juiz ele me pediu perdão, também o juiz contou uma prosa pra ele e ainda teve a mãe dele que falou bastante. Depois disso ele melhorou acho que tomou jeito. (Entrevistada 5).



Como é possível ser observado existe uma tolerância por parte da vítima ao agressor, que o perdoo e aceita a negociação e mediação dos instrumentos legais de proteção. Contudo, para Hanada (2007), a banalização da violência contra a mulher se expressa no aparato jurídico-policial pelos arquivamentos de processos, aplicação de penas mínimas, absolvição do agressor, além das tentativas de conciliação jurídicas.

## Conclusões

Na sociedade brasileira a violência doméstica contra a mulher idosa é um fato real, onde a tolerância a esse tipo de violência pode ser visto como uma ofensa aos seus direitos de liberdade, saúde, segurança e sua proteção. Frente a esse contexto, surge a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso a fim de minimizar a violência contra a mulher e o idoso, e conscientizar o agressor de que ele deve ser punido uma vez que seus atos não são considerados normais.

As percepções das vítimas acerca da violência sofrida está ligada a palavras como: agressão, dor, tristeza, raiva e humilhação, o que expressa as múltiplas implicações dessa violência em suas vidas por terem os direitos privados e por sofrerem perdas financeiras e principalmente afetivas. No imaginário feminino, as palavras que expressam o significado da palavra violência são: agressão, dor, tristeza, raiva e humilhação.

Os instrumentos legais de proteção a mulher e ao idoso, principalmente a Lei Maria da Penha, embora não tenha correspondido às expectativas das vítimas em termos de punição, contribuíram para melhorar suas vidas, pelo fato de darem um basta nas agressões sofridas.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, L. F.; LOBO FILHO, J. G. Análise Psicossocial da Violência contra Idosos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. vol.22, n.1 p. 153-160, 2009.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: [http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP\\_web.pdf](http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf). Acesso em: 17/06/2014.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H. *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**.v. 25(suplemento 1), p. 9-21, 2003.





ELSNER, Viviane Rostirolla; PAVAN, Fábio; GUEDES, Janesca Mansur. **Violência Contra o Idoso: Ignorar ou Atuar?** 2007. Disponível em: <http://www.upf.com.br/seer/index.php/rbceh/article/view/139/111>. Acesso em: 19/06/2014.

FALEIROS, V. P. **Violência contra a pessoa idosa ocorrências, vítimas e agressores**. Brasília, DF: Universa. 2007.

FLORÊNCIO, Márcia Virgínia Di Lorenzo; FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira; SÁ, Lenilde Duarte A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão. **Revista Eletrônica de Enfermagem**.v. 9, n.3, p. 847-57,2007.

FRANK; Stefanie. **A violência contra a mulher por parceiro íntimo em artigos científicos: uma revisão sistemática do período 2003-2007**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93305/272104.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17/06/2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HANADA, Heloisa. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/HeloisaHanada.pdf>. Acesso em: 15/06/2014.

IBGE. **Cidades@**, Brasília: IBGE, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 01/06/2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas** / Christian Laville, Jean Dionne; revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara SimanPorto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 340 p.

MACHADO, L.; QUEIROZ, Z. V. **Negligência e maus-tratos**. Tratado de geriatria e gerontologia, Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006, p. 1152- 1159.

MAFRA, Adriana Luiz S; GUIMARÃES, Janaína dos Reis. **Conhecimento dos idosos sobre seus direitos garantidos no estatuto do idoso - estudo comparativo entre idosos institucionalizados e não institucionalizados**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/938-1870-1-SM.pdf>. Acesso em: 17/06/2014.

MINAYO, M. C. S. Violência contra idosos: Relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**.v. 19, n.3 p. 783-791, 2003.

MOTTA, Alda Brito da. **Violência contra as mulheres idosas- Questão feminista ou questão de gênero?** 2009. Disponível em:



[http://www.interativadesignba.com.br/III\\_SPSC/arquivos/sessao8/225.pdf](http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao8/225.pdf). Acesso em: 20/06/2014.

OMS. **Envelhecimento ativo: Uma política de saúde**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf). Acesso em: 17/06/2014.

RODRIGUES, Tatyanni Peixoto; MOREIRA, M. A. S. P.; SILVA, Antonia Oliveira; SMITH, A. de A. F.; ALMEIDA, José L. T. de; LOPES, Manuel José. Sentidos Associados à Violência para Idosos e Profissionais. **Esc Anna Nery (impr.)**.v.14, n.4, p. 772-778, 2010.

PORTELA, Katrinna M.P; BARRETO, Luciana S.; TORRES, Maria M. S. M. **Violência contra o idoso: Um mal que cresce a cada dia na sociedade**. Disponível em <http://www.webartigos.com>. Acesso em 10/06/2014.

ROMEIRO, J. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero: “Construindo novas relações de gênero: a presença feminina nos territórios do saber”**. Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Julietta\\_Romeiro\\_42.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Julietta_Romeiro_42.pdf). Acesso em: 17/06/2014.

SANCHES, Ana Paula R. Amadio; LEBRAO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. **Violência contra idosos: uma questão nova?** 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/10.pdf>. Acesso em: 15/06/2014.

SANTOS, Ana Carla Petersen de Oliveira; SILVA, Cátia Andrade da; CARVALHO, Lucimeire Santos; MENEZES, Maria do Rosário de. A construção da violência contra idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**v.10 n.1, p. 129-140, 2007.

SILVA, L.L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu) [online]**. 2007, v..11, n.21 p. 93-103, 2007.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Inserção do tema violência contra a pessoa idosa nas políticas públicas de atenção à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 15 n.6, p. 2659-2668, Set. 2010.

SOUZA, Jacy Aurélio Vieira; FREITAS, Maria Célia de; QUEIROZ, Terezinha Almeida de. Violência Contra os Idosos: Análise Documental. **Revista Brasileira de Enfermagem**.v.60, n.3, p.268-272, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 11**

**DEMOCRACIA, CIDADANIA E  
CONSTITUCIONALISMO  
LATINO-AMERICANO**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 11

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 11

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 11

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**





### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espriam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 11

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3





## SUMÁRIO

EVOLUÇÃO COMUNICACIONAL E DO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA: OS REFLEXOS DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS NO VETO DA PEC 37 - SOUZA, Carlos Henrique Medeiros; MARQUES, Bruna Moraes; MÜLLER, Paula Alice Dodó .....	1-13
O PROCESSO CIVIL POR ENTRE O DISCURSO E A POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA A PARTIR DA ATUAL REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NOBLAT, Francis .....	14-30
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS OU CONFORMAÇÃO DE INIQUIDADES? - STEVANIM, Marley Aparecida de Paula; MARQUES DA SILVA, Vera Lúcia .....	31-47
CAPITAL SOCIAL E A REALIDADE DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS MUNICÍPIOS NORTE-MINEIROS COM BAIXO IDHM - PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho; NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e SILVA, Tathiane Paraiso da .....	48-64
O IMPACTO DOS SISTEMAS ELEITORAIS NO PARLAMENTO: REFLEXÕES SOBRE DEMOCRACIA E POLÍTICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE BRASIL E ARGENTINA - NUNES, LÍlian Cazorla do Espírito Santo .....	65-78
ESPAÇO URBANO E PLANOS DIRETORES “ESTRATÉGICOS” - GUIMARÃES, Catarine Elaine de Sousa Amaral .....	79-96
NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E A FORMA FEDERAL - BASTOS, Thiago Guerreiro .....	97-114
QUANDO O ESTADO AMEAÇA A CIDADANIA: A QUESTÃO DA RELIGIÃO E SUA LEGITIMIDADE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 - PERES, Catharine Vanessa Silva .....	115-131
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS OCIDENTAIS E O PARALELO BRASILEIRO: INCLUDENTE, PORÉM DESIGUALITÁRIO - ALMEIDA, Luis Gustavo Blaskesi de .....	132-151
A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA CIDADANIA E PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS FAMÍLIAS - ALMEIDA DA SILVA, Ramón Jorge .....	152-174



PARTICIPAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO - MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; SOUZA, Jaqueline P. S. ....	175-191
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: POSSIBILIDADE DE MEDIAÇÃO ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA - LONGHI, Armindo José .....	192-207
NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: DINAMISMO E AUTO-CONSTRUÇÃO PARA ALÉM DO NEOCONSTITUCIONALISMO - FEITOSA, Heloisa de Carvalho; MENDES, Eric .....	208-225
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADANIA PELA “NOVA CLASSE MÉDIA”: PROPOSTA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR - SODRÉ, Diego Azevedo .....	226-244
CIDADANIA, IGUALDADE E JUSTIÇA EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS - OLIVEIRA FILHO, Gabriel B. G. de .....	245-257
MOVIMENTO E DEMOCRACIA: UMA LEITURA EM TORNO DO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO - PACCELLI, Gustavo .....	258-273
OS SIGNIFICADOS DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA - MELO, Bruno Henrique Rodrigues; MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues .....	274-288
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: ALINHAMENTOS E (DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; BARBOSA, Ana Patrícia; MARQUES, Douglas .....	289-304
AGÊNCIAS REGULADORAS E CONTRATOS DE GESTÃO: AUTONOMIA CONTROVERTIDA - MIRANDA, Bárbara Leonora Souza de; DALTRO, Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias .....	305-320



## **EVOLUÇÃO COMUNICACIONAL E DO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA: OS REFLEXOS DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS NO VETO DA PEC 37**

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros

*Professor do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF*  
*chmsouza@gmail.com*

MARQUES, Bruna Moraes

*Mestra em Cognição e Linguagem- UENF*  
*brunatombo@hotmail.com*

MÜLLER, Paula Alice Dodó

*Estudante de mestrado do Programa de Cognição e Linguagem - UENF*  
*paulatombos@hotmail.com*

1

### **RESUMO**

Este artigo visa destacar a evolução comunicacional no exercício da democracia, ao enfatizar o resultado da votação da Proposta de Emenda Constitucional 37, a qual visava retirar o poder investigacional dos Ministérios Públicos da União e Estaduais. A PEC 37 foi rejeitada de forma quase unânime na Câmara dos Deputados, motivada em grande parte pela insatisfação dos usuários de redes sociais digitais, pois visava acobertar a criminalidade e corrupção no Brasil. Como embasamento teórico, foram usadas as orientações de estudiosos da Linguagem e Novas Tecnologias da Informação. O *corpus* foi constituído por publicações contra a PEC postadas no *facebook*, notadamente nas duas semanas anteriores a sua votação, em 25 de junho de 2013. As análises apontaram para o fato de que o uso das redes sociais digitais destaca-se no exercício moderno da democracia, capaz de obter resultados de forma mais rápida e abrangente em todo o território nacional.

**Palavras-chave:** Evolução da Comunicação; Redes Sociais Digitais; PEC 37.

### **ABSTRACT**

This article aims to highlight the communication evolution in democracy exercise, with emphasis on the vote of the Proposed Constitutional Amendment 37, which aimed to withdrawal investigational power of Prosecutors of Union and States. The PCA 37 was rejected almost unanimously in the House of Representatives, driven largely by dissatisfaction shown by users of online social networks, as this legislative proposal aimed at covering up the crime and corruption in Brazil. Taken as theoretical foundation, especially the guidance of scholars of Language and New Information Technologies. The corpus of the study was composed by publications against PCA-37 posted on *facebook*, notably in the two weeks before the proposal vote, on June 25, 2013. The analyzes pointed to the fact that the use of online social networks, among many other functions, can highlight how the modern democracy is able to get results more quickly throughout national territory.

**Keywords:** Communication Evolution, Social Digital Networks, PCA 37.



## 1. Introdução

Inicialmente, faz-se necessário o entendimento da sigla tão usada no cotidiano, nos mais diversos ramos, a TIC, ou seja, a Tecnologia da Informação e Comunicação, que pode ser definida como o conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. É fato que vivemos na chamada sociedade de informação.

Houve uma verdadeira “revolução” causada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, resultado dessa longa transformação, levando-se em conta o surgimento da linguagem humana, a criação de símbolos gráficos para registrá-la, a imprensa, e finalmente, a moderna geração de meios eletrônicos e de digitalização.

O mundo atual, cada vez mais voltado para o compartilhamento célere de informações, acaba por valer-se dos recursos comunicacionais que alcançam grande parte da população a fim de buscar seus ideais. Para os serem que vivem em sociedade, destaque deve ser dado à forma do exercício da soberania popular, os tópicos seguintes trazem uma forma clara do exercício moderno e eficaz da democracia participativa.

## 2. Evolução da Comunicação

Os avanços constantes da tecnologia de informação e comunicação, conforme destacam Souza e Alvarenga (2004) acerca da troca de informações no panorama mundial, são de extrema importância para a evolução dos indivíduos e organização da sociedade em geral.

Assim, pode-se categoricamente afirmar que as novas tecnologias trazem um impacto político-econômico-social. No âmbito político-econômico proporcionam mudanças na relação entre sociedades, capitais e mercados fortalecendo o modelo econômico vigente com o surgimento de um capital unificado e global. No âmbito social, contribuem para a promoção de integração reduzindo a distância entre as pessoas e proporcionando mais uma forma de acesso à informação.

Portanto, necessário apontar um breve histórico da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação com o merecido destaque à evolução humana, desde o surgimento dos primeiros homídeos, ressaltando o desenvolvimento da linguagem.

Vale destacar que desde a pré-história, as fases do conhecimento são marcadas evolutivamente por medo, mito e ciências. Os primatas tinham medo originariamente de



conhecer o mundo e encontrar novas oportunidades, vez que não conseguiam compreender nem mesmo os fenômenos da natureza, havia um desconhecimento generalizado. Desta feita, não lhes restava outra alternativa senão temer o que presenciavam.

Em um segundo momento, o ser humano passou a tentar explicar aquilo que o cercava através do mito, das crenças. A realidade era fruto da troca entre o humano e o mágico.

No entanto, quanto mais pensante o homem se tornava, mais insatisfeito com as explicações supersticiosas ele ficava. Passou então a procurar soluções passíveis de comprovação, de lógica. Assim, nascia a ciência metodológica, a qual nunca mais parou de evoluir. Nos dias atuais esta ciência ganhou tamanha importância no conhecimento humano, a ponto de se afirmar que somente é verdade o que pode ser cientificamente comprovado.

A evolução humana também está atrelada à necessidade de comunicação, sendo as formas iniciais manifestadas através da arte rupestre, a chamada fase pictográfica.

Os pictogramas mantinham uma semelhança figurativa com os objetos representados. A intenção de tal arte era de propagação da informação, passando a surgir uma crescente necessidade de aprimoramento da comunicação.

A palavra comunicação deriva do latim *communicare*, que significa: tornar comum, partilhar, conferenciar. Para atender inicialmente tal necessidade de propagação informativa, os homínídeos passaram a se valer de gestos e grunhidos.

No entendimento do grande filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a primeira linguagem do homem foi o “grito da natureza”, que era usado pelos primeiros homens para implorar socorro em situações de perigo ou como alívio de dores violentas, mas não era manifestada de forma comum. (SILVA, 2007)

A comunicação dos homens é apresentada pelo citado filósofo, o qual supôs que a linguagem humana teria evoluído gradualmente, a partir da necessidade de exprimir os sentimentos, até chegar às formas mais complexas e abstratas que hoje nos circundam.

Ressalte-se que antes de desenvolver uma linguagem verbal, o ser humano já entendia seu mundo através dos signos visuais que observavam. Conforme ressalta HOLLIS (2005), “quando o homem primitivo, ao sair à caça, distinguia na lama a pegada de algum animal, o que ele via ali era um sinal gráfico. O olho do seu espírito avistava na pegada o próprio animal.”

A linguagem oral propriamente dita só teria começado, segundo Rousseau, “quando as ideias dos homens começaram a estender-se e a multiplicar-se, e se estabeleceu entre eles uma comunicação mais íntima, procuraram sinais mais numerosos e uma língua mais extensa;



multiplicaram as inflexões de voz e juntaram-lhes gestos que, por sua natureza, são mais expressivos e cujo sentido depende menos de uma determinação anterior”. (ROUSSEAU, 1989)

Assim, com o surgimento desta linguagem oral possibilitou-se a transmissão de experiências entre gerações, vez que facilitou o desenvolvimento da memória criando condições para o estabelecimento de uma base para a transferência cultural. Essa fase foi marcada pela existência dos grandes “sábios”, ou seja, aqueles responsáveis em repassar o conhecimento por meio da tradição oral. No entanto, a integridade da informação acabava sendo comprometida pela falta de registros, e pela diversidade de suas interpretações.

O grande passo seguinte foi a criação da escrita, que também viabilizou a melhoria e manutenção da cultura a longo prazo, forçando assim o desenvolvimento de habilidades para a compreensão de uma linguagem mais abstrata do que a oral. Com tal forma de comunicação, surge a possibilidade de registro e transmissão da própria história, organizada no tempo e no espaço, fazendo surgir ou marcando o surgimento das mais variadas civilizações.

A escrita é um sistema de representação simbólica de continuidade do mundo. É notável que os signos alfabéticos têm surgimento nas escritas pictográficas, constituídas por imagens esquematizadas de objetos reais que foram ganhando abstração.

Com o surgimento da escrita tornou-se possível o registro dos diferentes domínios do saber, o que propiciou o aparecimento e conseqüente avanço das tecnologias, fundamentais ao desenvolvimento do ser humano.

No entanto, vale destacar que a propagação da informação por meio de livros, até então escritos manualmente, era tido como ostentação e luxo, pois eram apenas encontrados em palácios e templos, unicamente utilizados por sacerdotes ou reis, pois poucos eram os privilegiados que sabiam ler.

A descoberta do papel, associada à posterior invenção da imprensa por Gutenberg, fizeram com que a informação se difundisse ainda mais pelo mundo, de forma padronizada e alcançando todas as classes.

### **3. Algumas considerações sobre as redes sociais digitais**

Com o passar dos anos e com o desenvolvimento tecnológico, surgiram o rádio, o telefone, a televisão e tantos outros meios comunicacionais. No entanto, pode-se afirmar que





nenhuma descoberta foi tão enfática para a comunicação como a *internet*. Este recurso tornou-se em pouco tempo um dos meios mais utilizados e expandidos globalmente. O acesso a este recurso é de crescente necessidade para a população mundial, nos mais diferentes níveis e áreas. Pode ser compreendida como a rede das redes.

Segundo KERCKHOVE (1997), “com o advento da Internet temos o primeiro meio que é oral e escrito, privado e público, individual e coletivo ao mesmo tempo. A ligação entre a mente pública e a mente privada é feita através das redes abertas e conectadas do Planeta.”

A internet tem o condão de promover as mais diversas conexões linguísticas, geográficas e interpessoais, além de proporcionar fontes inesgotáveis de pesquisas.

A história da internet remete os estudiosos à Segunda Guerra mundial, onde seu foco inicial era pautado no rastreamento de informações e destruição de pontos inimigos, apenas posteriormente é que foi descoberta a importância no âmbito universitário.

O marco temporal e geográfico do surgimento da Internet pode ser firmado em 1969, nos Estados Unidos, sendo que interligava laboratórios de pesquisas e se chamava ARPAnet (Advanced Research Projects Agency Network), sigla da língua inglesa que significa Agência de Pesquisas em Projetos Avançados. Esta rede do Departamento de defesa norte-americano, ressalta mais uma vez o já citado interesse bélico de sua criação.

A denominação *Internet*, somente veio à tona quando a tecnologia da ARPAnet estendeu-se à pesquisa universitária norte-americana, expandindo-se, posterior e rapidamente a diversos países.

Cerca de 20 anos após sua criação, a *Internet* ainda restringia-se ao âmbito das universidades. Entretanto, por de estar presente no mundo capitalista, ganhou maior notoriedade a partir de 1987, quando houve sua liberação para o setor comercial, finalidade esta que nunca mais deixou de crescer. A partir de 1992, surgiram nos Estados Unidos diversas empresas provedoras de acesso à Internet, sendo que tal uso mercantil foi apenas liberado no Brasil, três anos após o citado marco.

Nos dias atuais, a *internet* integra, de forma essencial, a vida das pessoas, seja no ambiente de trabalho, estudo, nas mais diversas esferas, nos mais variados relacionamentos sociais.

Este ambiente totalmente livre que a internet proporciona, possibilitou o surgimento do que hoje se conhece por Redes Sociais Digitais. Vale ressaltar que o conceito de redes sociais não é recente, sendo desde os primórdios caracterizada como uma estratégia para o



compartilhamento de informações e conhecimento, mediante as relações entre os componentes que interagem em uma determinada sociedade.

As pessoas se inserem na sociedade através das relações que desenvolvem no decorrer de sua existência, inicialmente no ambiente familiar, logo após na escola, no trabalho, mantendo, modificando e fortalecendo assim a esfera social. O ser humano é gregário por natureza, ou seja, liga-se a outros por sua própria condição.

Vários estudiosos dedicaram-se em conceituar as Redes, dentre estes, destacam-se MUSSO (2004), cuja ideia liga-se à figura de labirintos, ao afirmar que “(...) todas as veias se comunicam e se escoam de umas para as outras; com efeito, umas entram em contato com elas mesmas, outras estão em comunicação pelas vênulas, que partem das veias e que nutrem as carnes”. Com o passar do tempo, a ideia interiorizada de rede, passou a ganhar um caráter exterior, deixando ainda de ser natural, podendo ser moldada.

Destaque deve ser dado a CASTELLS (1999), ilustre estudioso de redes, o qual à relaciona com sociedade na Era da Informação, sendo definidas como “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”. Ressalte-se que tais organizações podem ser de cunho formal, informal, lícito, ilícito, e os nós podem também representar indivíduos ou grupos de indivíduos.

No que tange às redes sociais, MARTELETO (2001) destaca que as redes sociais representam “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Essas conexões podem ocorrer de forma presencial ou pelo contato indireto, em que os atores permanecem ligados entre si. Com o surgimento da Internet, tais conexões ocorrem independentemente do espaço físico e geográfico, constituindo um importante recurso profissional e pessoal.

O presente artigo tem como objeto de estudo analisar uma das possíveis redes sociais, qual seja, as redes sociais digitais, que são um poderoso meio de comunicação interpessoal.

DE acordo com SCHELP (2009), o Brasil é um dos países em que as pessoas mais acessam as redes sociais digitais, com cerca de 29 milhões de usuários, em um total de 67,5 milhões de internautas em âmbito mundial, ou seja, no território brasileiro, a cada 10 pessoas conectadas, oito fazem parte de alguma rede social virtual.



As redes sociais digitais vêm modificando as formas de comunicação e relacionamento entre as pessoas, pautadas nesta maior liberdade gerada pelo novo mundo criado pela a *internet*. Grande destaque deve ser dado às redes sociais digitais no que tange à nova maneira de manifestar a soberania popular.

#### 4. O Exercício da Democracia contra a PEC 37 através das Redes Sociais Digitais

7

O termo *democracia* ganhou maior destaque na Grécia antiga, sendo desde aquela época, a mais avançada forma de governo, em que as pessoas participavam diretamente das decisões políticas do estado.

De forma expressa, a fim de atualizar e conceituar o termo Democracia, o artigo primeiro da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu parágrafo único concretiza que “*todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*”

O enfoque maior do artigo em epígrafe, pauta-se nas manifestações dos usuários das redes sociais digitais, notadamente no mês de junho de 2013, pleiteando entre tantos anseios, pelo veto da PEC 37, além de analisar como essa nova forma de exercício da democracia por meio das redes sociais digitais refletiu em sua votação, resultando em sua queda e arquivamento.

Ainda que alguns desses milhões de usuários brasileiros de rede social digital não compreendessem exatamente o conceito da PEC 37, tinham a consciência de que sua aprovação respaldaria a corrupção e a criminalidade, tão combatidas nos últimos tempos em território nacional.

Abaixo, na Figura 1, pode-se perceber um exemplo de como essa demonstração de democracia foi exercida na rede social *facebook*:

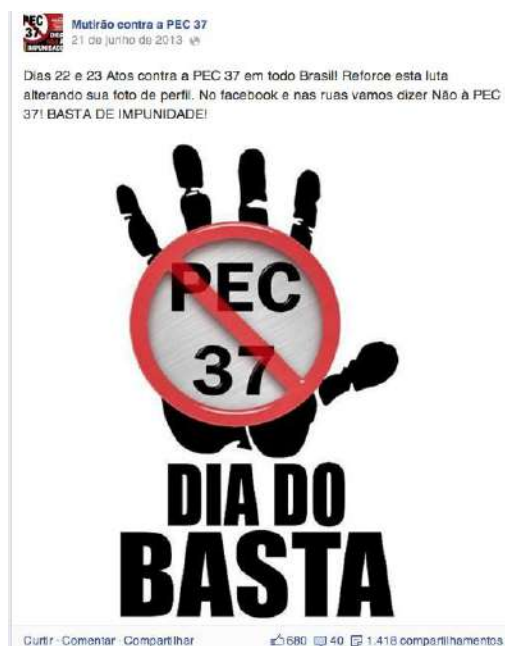


Figura 1 – Recorte da fanpage no facebook: *Mutirão contra a PEC 37*  
Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Mutirão-contra-a-PEC-37/467162370067559>

O Brasil até então conformado com aprovação de leis às escuras, acordou através das redes sociais digitais, para tantas questões, dentre elas, merecido destaque deve ser dado à votação da PEC 37. A sociedade, pela primeira vez, teve a possibilidade de visualizar seu poder manifestando-se inicialmente no ciberespaço.

Foi através das redes sociais digitais, notadamente, do *Facebook*, que a tão comentada PEC 37 foi colocada em pauta nos noticiários e nas manifestações do povo nas ruas, sendo fundamental para seu veto.

Vale ressaltar que PEC é a sigla que representa, Proposta de Emenda Constitucional, ou seja, um projeto que visa modificar a Constituição da República Federativa do Brasil, lei maior de nosso Estado Democrático de Direito. Pretendia incluir na Magna Carta o parágrafo 10º ao artigo 144 que definiria que o órgão somente poderia apurar infrações penais cometidas pelos seus membros.

A PEC 37 especificamente, visava retirar o poder de investigação dos Ministérios Públicos da União e Ministérios Públicos Estaduais, ou seja, crimes como o desvio de verbas, abusos cometidos pelos agentes do estado, crimes organizados, dentre outros, não poderiam ser alvo de investigação do Ministério Público, deixando qualquer tipo de investigação sob a responsabilidade das Polícias Civil e Federal.



Há ainda que se enfatizar a existência de uma série de argumentos a favor e outras tantas contra a possibilidade de que o Ministério Público venha a investigar crimes. As argumentações contrárias sustentam que a Investigação do Ministério Público atenta contra o sistema acusatório, vez que cria um desequilíbrio entre a acusação e a defesa. Há quem diga que a Constituição Federal dotou o Ministério Público do poder de requisitar diligências e a instauração de IP, mas não possibilita que o MP realize e presida um Inquérito Policial. Além do mais, ressalta-se que a atividade investigatória é exclusiva da Polícia Judiciária. Argumenta-se a falta de previsão legal e de instrumento para a investigação.

No entanto, pautados na luta contra a corrupção e ainda respaldados Democrática que deve envolver o Estado Democrático de Direito, há, notadamente, argumentos favoráveis à investigação pelo *Parquet*, relatando seus pontos positivos, dentre os quais se destaca a Teoria dos Poderes Implícitos, que tem origem norte-americana, e reza que a Constituição Federal ao conceder determinada atividade fim a órgão ou a instituição implícita e simultaneamente também concede a ele todos os meios necessários para atingir aquele objetivo.

Reforça tal justificativa o fato de que se o Ministério Público é titular da ação penal deve-se garantir a ele os meios para firmar seu convencimento. Não há ainda que se falar em violação do sistema acusatório uma vez que nada impede que a defesa também contribua para as investigações.

Para finalizar os argumentos contrários à PEC 37 e favoráveis à investigação pelos Ministérios Públicos, não há como se ignorar os milhares de Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC's) que tramitam nas secretarias dos Ministérios Públicos da União e Estaduais, ou seja, são uma realidade efetiva e eficaz no combate ao crime e à corrupção no território nacional

É de se ressaltar que tal entendimento favorável, já havia sido alvo de Súmula do Superior Tribunal de Justiça, com o número de ordem 234, ao afirmar categoricamente que “*a participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia*”. Corroborando assim o juízo de que ainda que o órgão do Ministério Público participe da investigação, não fica suspeito ou impedido para atuar em juízo, oferecendo denúncia.

Ignorando todos os argumentos acima elencados, surgiu a PEC 37, a qual ficou conhecida popularmente como a “PEC da Impunidade”, (em grande parte por conta de sua grande difusão nas redes sociais digitais).



Nascia uma nova forma de exercer e manifestar a democracia, vez que o povo, de fato, influenciou na votação, de forma consciente, através das manifestações nas ruas e nas redes sociais digitais, fazendo com que o projeto fosse derrubado, demonstrando assim o novo poder descoberto pelos usuários das redes sociais digitais, contra a corrupção, os corruptor e principalmente contra os corruptores, conforme percebe-se na Figura 2 abaixo:

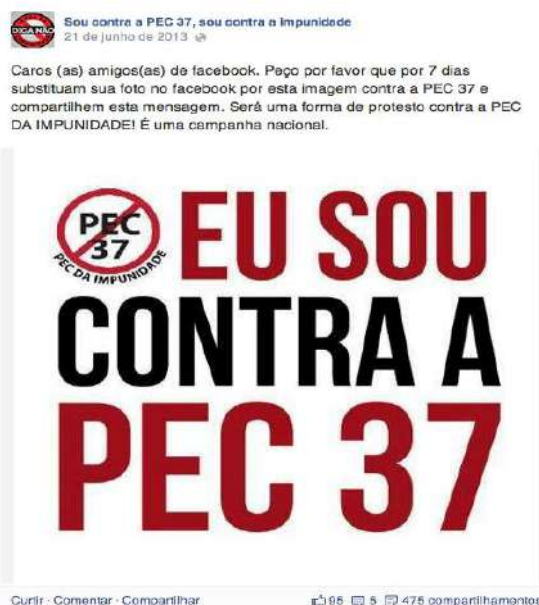


Figura 2 – Recorte da fanpage no facebook: Sou contra a *PEC 37*, sou contra a *impunidade*.  
Fonte: <https://www.facebook.com/SouContraAPec37SouContraAImpunidade?fref=ts>

Na noite de terça-feira, dia 25 de junho de 2013, por decisão quase unânime, a PEC 37/2011, de autoria do deputado federal e delegado Lourival Mendes (PT do B – MA) foi derrubada. Dos 441 deputados presentes ao plenário, 430 parlamentares decidiram derrubar a proposta, 9 votaram a favor e 2 se abstiveram, o que refletiu que o assunto que liderou grande parte das pautas de discussões nos ambientes virtuais surtiram o efeito esperado, ou seja, a queda da PEC 37, com seu conseqüente arquivamento.

Demonstrando desta forma que o povo percebeu que detém o poder, e encontrou uma nova e eficaz maneira de exercê-lo, retratando-o aos políticos eleitos. É notável que houve a necessidade de toda uma evolução nos meios de comunicação até chegar à era das manifestações através das redes sociais digitais, que são, sem dúvidas, a forma mais rápida para que o povo obtenha resposta de seus anseios sociais.

A queda da PEC 37, de forma quase unânime na Câmara dos Deputados foi a vitória do povo em uma guerra que teve como uma das principais armas, o exercício da democracia





através das redes sociais digitais, ou seja, é a evolução dos meios comunicacionais lutando contra o retrocesso no regime democrático.

## 5. Considerações Finais

As análises realizadas durante a produção deste artigo apontaram para a seguinte questão: a população brasileira passou a beneficiar-se da evolução comunicacional, especificamente, das redes sociais digitais a fim de exercer a soberania. Tal afirmação pôde ser sobretudo comprovada com a análise da votação da PEC 37, resultando em seu veto por quase unanimidade dos parlamentares presentes na Câmara dos Deputados.

O povo brasileiro, descontente com a situação da criminalidade e corrupção no território nacional, e até então acostumado a se surpreender por conta de projetos legislativos constituídos à sombra de seu conhecimento, pode compartilhar de uma consciência de âmbito nacional para lutar contra uma proposta que suprimiria o poder de investigar dos Ministérios Públicos da União e Estaduais.

A votação ocorrida em 25 de junho de 2013, a qual obteve como resultado o arquivamento do projeto em epígrafe, refletiu um exercício eficaz e célere da Democrática, manifestado através das Redes Sociais Digitais, notadamente através do *facebook*, em que milhões de usuários compartilharam sua insatisfação com o citado projeto.

Essa insatisfação generalizada inicialmente nas redes sociais digitais, acabou por eclodir em manifestações nas ruas de diversas cidades brasileiras, demonstrando que a evolução da comunicação perquire incessantemente por demonstrações de sentimentos cada vez mais abstratos e complexos. É o que revelou essa busca de exercício da soberania popular, pautada em uma das mais modernas formas de comunicação atual.

## 6. Referências Bibliográfica

ABRANET. **A História da Internet**. Disponível em <http://www.abranet.org.br>. Acesso em 02 de agosto de 2013.

ALVES, Sabrina Aparecida Carneiro. **Reflexões sobre os fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro e as recentes propostas de emendas à Constituição PEC 33 e PEC 37**. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



BETINI, R. C., Rezende, D. A., Frey, K. **Desenvolvendo portais para municípios**. In: VI Simpósio Internacional Sobre Gestão do Conhecimento, 6., 2003, Curitiba. Anais. Curitiba: ISKM2003, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 21 de julho de 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOLLIS, R. **Design gráfico: uma história concisa**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2000

KERCHOVE, Derrick de. **A Pele da Cultura**. Trad., Lisboa: Relógio d'Água.1997.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Papel constitucional do Ministério Público: instituição e processo**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação aos estudos de transferência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MUSSO, Pierre. **A Filosofia da Rede** in PARENTE, André (org). *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Editora Sulina, 1a Edição, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ática, 1989.

SCHELP, D. **O poder das redes sociais da internet**. Revista Veja, Especial, v. 2120. SÃO Paulo: Abril. 2009.

SILVA, Josué Cândido da. **Filosofia da linguagem: da torre de Babel a Chomsky**. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros e GOMES, Maria Lúcia Moreira. **Educação e Ciberespaço**. Brasília. Editora Usina de Letras, 2009.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Ed. FAFIC. Rio de Janeiro 2003.

SOUZA, Renato Rocha; ALVARENGA, Lídia. **A web semântica e suas contribuições para ciência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 1, p.132-141, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id> – Acesso em: 15 de julho de 2013.



TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil livro verde**. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia, setembro 2000.



## **O PROCESSO CIVIL POR ENTRE O DISCURSO E A POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA A PARTIR DA ATUAL REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

NOBLAT, Francis\*

*Mestrando em Ciências Jurídicas e Sociais pelo programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense/PPGSD-UFF*

14

### **RESUMO**

No momento em que as deliberações sobre a reforma Código de Processo Civil aproximam-se de sua conclusão, a despeito de promover a idéia da construção de um Código democraticamente elaborado ao longo de sua edição, o que se pode observar com o progresso de seu processo legislativo é a recrudescência, ao se ensaiar a positivação de entendimento jurisprudenciais consolidados e institutos que limitam a capacidade dialógica no âmbito do processo em detrimento de sugestões socialmente efetivas. Partindo de uma reflexão sobre o conteúdo comunicativo-deliberativo que deve permear a participação política em um regime democrático e que, portanto, define o processo legislativo, o presente ensaio busca, a partir de uma reflexão sobre como se desenvolveu a atual reforma do Código de Processo Civil, ponderar o atual estado da democracia em nosso país.

**Palavras-Chave.** democracia deliberativa; processo legislativo; reforma do Código de Processo Civil.

### **ABSTRACT**

As the deliberations about the current reform of the Brazilian Code of Civil procedure come to an end, despite promoting the idea of a Code democratically elaborated, what can be observed out of the progress of its legislative process it is the backwardness, with the soon-to-be regulation of cemented jurisprudence and that of institutes which limit the parties' warranties within the process, in lieu of others socially effective answers. Starting with a discussion about the communicative-deliberative process that must follow political participation in a democratic regime, and that defines the legislative process, this essay intends discussing the present status of the Brazilian democracy as it considers how the current reform of the Brazilian Code of Civil Procedure took place.

**Keywords.** deliberative democracy. legislative process. reform of the Brazilian Code of Civil Procedure

### **Introdução**

No momento em que nos aproximamos de sua fase final de seu processo legislativo, com o retorno do Projeto de Lei à casa iniciadora, após as deliberações na Câmara dos Deputados, a aprovação de um novo Código de Processo Civil impõe-se cada vez mais como uma realidade.

---

\* Mestrando em Ciências Jurídicas e Sociais, e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense — PPGSD/UFF. Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense — UFF. Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. Pesquisador em formação do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos — INCT-InEAC. Membro do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais — LAFEP/UFF.



Desde a convocação da Comissão de Juristas responsável pela edição do Anteprojeto de Código, em meados de 2009, a comunidade jurídica tem acompanhado, com maior ou menor interesse, a construção de um novo Código de Processo Civil.

Esta ação legislativa, optando por dar fim ao movimento de reformas pontuais ao texto do Código<sup>1</sup> — “sessenta e quatro normas legais alterando-o de alguma forma”<sup>2</sup> (BRASIL, 2009a, p. 19), como mesmo enuncia o senador presidente quando da edição do ato que debuta a reforma — concebe a edição de um novo Código que consolidasse a profusão de alterações realizadas ao texto da legislação processual, dando-lhe coesão e sistematicidade<sup>3</sup>; enquanto atualizasse a disciplina

<sup>1</sup> Cujas modificações se deram mais expressivamente a partir da promulgação da Constituição da República de 1988, e as reformas do Estado durante os anos 1990. Neste sentido, constam, desde a promulgação da Constituição da República de 1988, as alterações pelas Leis Ordinárias de n. 8.038, de 25/05/1990; n. 8.079, de 13/09/1990; n. 8.455, de 24/08/1992; n. 8.637, de 31/03/1993; n. 8.710, de 24/09/1993; n. 8.718, de 14/10/1993; n. 8.898, de 29/06/1994; n. 8.950, de 13/12/1994; n. 8.951, de 13/12/1994; n. 8.952, de 13/12/1994; n. 8.953, de 13/12/1994; n. 9.028, de 12/04/1995; n. 9.040, de 09/05/1995; n. 9.079, de 14/07/1995; n. 9.139, de 30/11/1995; n. 9.245, de 26/12/1995; n. 9.280, de 30/05/1996; n. 9.307, de 23/09/1996; n. 9.415, de 23/12/1996; n. 9.462, de 19/06/1997; n. 9.649, de 27/05/1998; n. 9.668, de 23/06/1998; n. 9.756, de 17/12/1998; n. 9.868, de 10/11/1999; n. 10.173, de 09/01/2001; n. 10.352, de 26/12/2001; n. 10.358, de 27/12/2001; n. 10.444, de 07/05/2002; n. 11.112, de 13/05/2005; n. 11.187, de 19/10/2005; n. 11.232, de 22/12/2005; n. 11.276, de 07/02/2006; n. 11.277, de 07/02/2006; n. 11.280, de 16/02/2006; n. 11.341, de 07/08/2006; n. 11.382, de 06/12/2006; n. 11.418, de 19/12/2006; n. 11.419, de 19/12/2006; n. 11.441, de 04/01/2007; n. 11.672, de 08/05/2008; n. 11.694, de 12/06/2008; n. 11.965, de 03/07/2009; n. 11.969, de 06/07/2009; n. 12.008, de 29/07/2009; n. 12.122, de 15/12/2009; n. 12.125, de 16/12/2009; n. 12.195, de 14/01/2010; n. 12.322, de 09/09/2010; n. 12.398, de 28/03/2011; ainda, pelas Medidas Provisórias de n. 1.997-37, de 11/04/2000; e n. 2.180-35, de 24/08/2001; pela Exposição de Motivos ao Despacho do Ministério da Justiça n. 87, de 06/07/2006; e, pela Ação Direita de Inconstitucionalidade 2.652-6 (BRASIL, 1973); correspondendo, neste total, por mais de uma centena de alterações tópicas no corpo do texto do Código de Processo Civil.

<sup>2</sup> “[...] Considerando que o vigente Código de Processo Civil data de 17 de janeiro de 1973, e que desde então já foram editadas sessenta e quatro normas legais alterando-o de alguma forma; Considerando que, à época da edição do Código de Processo Civil, em 1973, os instrumentos processuais de proteção dos direitos fundamentais não gozavam do mesmo desenvolvimento teórico que desfrutavam modernamente, e que desde então se deu uma grande evolução na estrutura e no papel do Poder Judiciário; Considerando que tanto o acesso à justiça quanto a razoável duração do processo adquiriram novo verniz ao serem alçados à condição de garantias fundamentais previstas constitucionalmente; Considerando que a sistematicidade do Código de Processo Civil tem sofrido comprometimento, em razão das inúmeras modificações legislativas aprovadas nos trinta e cinco anos de sua vigência, e que a coerência interna e o caráter sistêmico são elementos fundamentais para irradiar segurança jurídica à sociedade brasileira; Considerando a experiência bem-sucedida na Comissão de Juristas encarregada de elaborar anteprojeto de Código de Processo Penal; Considerando que as contribuições oriundas da Comissão de Juristas terão, indiscutivelmente, grande valor para os trabalhos legislativos do Senado Federal, resolve: Art. 1º Instituir Comissão de Juristas com a finalidade de apresentar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código de Processo Civil. [...]” (BRASIL, 2009a, p. 19).

<sup>3</sup> “O enfraquecimento da coesão entre as normas processuais foi uma consequência natural do método consistente em se incluírem, aos poucos, alterações no CPC, comprometendo a sua forma sistemática. A complexidade resultante desse processo confunde-se, até certo ponto, com essa desorganização, comprometendo a celeridade e gerando questões evitáveis (= pontos que geram polêmica e atraem atenção dos magistrados) que subtraem indevidamente a atenção do operador do direito. Nessa dimensão, a preocupação em se preservar a forma sistemática das normas processuais, longe de ser meramente acadêmica, atende, sobretudo, a uma necessidade de caráter pragmático: obter-se um grau mais intenso de funcionalidade.” (BRASIL, 2010a, p. 12).



processual em nosso país, a partir das contribuições advindas das reflexões teóricas jurídico-processuais e na interpretação jurisprudencial nestas últimas décadas<sup>4</sup>.

A então apontada comissão de juristas responsável pela elaboração do Anteprojeto de Código, usando de suas atribuições, decide guiar-se em seu plano reformatório para a solução das “mudanças necessárias, porque reclamadas pela comunidade jurídica<sup>5</sup>, e correspondentes a queixas recorrentes dos jurisdicionados e dos operadores do Direito, ouvidas em todo país<sup>6</sup>” (BRASIL, 2010a, p. 13).

Atendendo à parte das críticas aos sistema processual em vigor, a comissão veio a eleger determinados pontos do atual sistema processual<sup>7</sup> os quais mais urgentemente demandavam emendas<sup>8</sup>, e assim, concentrou o esforço da edição do Anteprojeto gravitando em torno destes que se tornaram as características distintivas daquele que se pretendia o novo Código de Processo Civil.

Como resultado, se basearmos-nos na leitura do Anteprojeto, este traz uma proposta de vertente *garantista*<sup>9</sup> para a compreensão do Processo Civil.

<sup>4</sup> “Nessas quase quatro décadas, o país e o mundo passaram por inúmeras transformações, sendo certo se afirmar que praticamente muitos paradigmas inspiradores do CPC de 1973 foram revistos ou superados, em razão de mudanças nos planos normativo, científico, tecnológico e social.” (BRASIL, 2012, p. 5).

<sup>5</sup> Apesar de se utilizar a expressão ‘comunidade jurídica’ como sendo um conjunto homogêneo de interesses compartilhados, é mais certo que “[...] [a] ação política baseada na sociedade civil trouxe consigo uma enorme amplitude de atores sociais e grupos de interesse. Dada essa diversidade, não é surpreendente que os comentaristas tenham percebido que o termo ‘sociedade civil’ mascara uma massa heterogênea de interesses pessoais e políticos frequentemente conflitantes [...]” (OTTMAN, 2004, p. 67).

<sup>6</sup> Em oposição, podemos refletir que “[...] [u]ma opinião pública não é representativa no sentido estatístico. Ela não constitui um agregado de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas privadamente; por isso, ela não pode ser confundida com resultados de pesquisa de opinião. A pesquisa de opinião política pode fornecer um certo reflexo da ‘opinião pública’, se o levantamento for precedido por uma opinião através de temas específicos num espaço público mobilizado” (HABERMAS, 1997, p. 94).

<sup>7</sup> Neste sentido, como mesmo colocam na exposição de motivos do Anteprojeto de Código, “poder-se-ia dizer que os trabalhos da Comissão se orientaram precipuamente por cinco objetivos” (BRASIL, 2010a, p. 14): “1) estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal; 2) criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; 3) simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal; 4) dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado; e, 5) finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão.” (BRASIL, 2010a, p. 14).

<sup>8</sup> Usando das críticas de NUNES & BARROS, e antecipando nossas próprias críticas, para a realização de uma efetiva reforma, mais do que identificar os pontos que mais urgentemente precisariam de emendas, seria “[...] preciso realizar uma pesquisa prévia que busque elementos acerca do funcionamento dos institutos processuais e das mazelas de que padecem, a fim de garantir a manutenção de técnicas processuais que funcionam bem e sugerir novas técnicas — inclusive mediante análise do direito comparado — que permitam uma melhoria prática e institucional do sistema.” (2010, p.32).

<sup>9</sup> “No Estado Democrático Contemporâneo, a eficácia concreta dos direitos constitucional e legalmente assegurados depende da garantia da tutela jurisdicional efetiva, porque sem ela o titular do direito não dispõe da proteção necessária do Estado ao seu pleno gozo. A tutela jurisdicional efetiva é, portanto, não apenas uma garantia, mas, ela própria, também um direito fundamental, cuja eficácia irrestrita é preciso assegurar, em respeito à própria dignidade humana. O Direito





No conjunto global das inovações pretendidas para o Código com as ideias da inclusão expressa de princípios constitucionais, em sua versão processual; do estabelecimento da ordem cronológica dos julgamentos; da possibilidade de flexibilização do procedimento; da mudança no regime das preclusões; de simplificação dos ritos e procedimentos especiais; acompanhada das ideias de um processo construído através da cooperação dos diversos sujeitos processuais (BRASIL, 2010a); faz transparecer a intenção de se normatizar um processo que pugne por uma efetividade garantidora<sup>10</sup>.

Se, contudo, a proposta de elaboração de um novo Código traz consigo a qualidade de incitar mudanças na ordem jurídico-processual — na tentativa de aperfeiçoar a jurisdição civil em

---

Processual procura disciplinar o exercício da jurisdição através de princípios e regras que confirmam ao processo a mais ampla efetividade, ou seja, o maior alcance prático e o menor custo possíveis na proteção concreta dos direitos dos cidadãos. Isso não significa que os fins justifiquem os meios. Como relação jurídica plurissubjetiva, complexa e dinâmica, o processo em si mesmo deve formar-se e desenvolver-se com absoluto respeito à dignidade humana de todos os cidadãos, especialmente das partes, de tal modo que a justiça do seu resultado esteja de antemão assegurada pela adoção das regras mais propícias à ampla e equilibrada participação dos interessados, à isenta e adequada cognição do juiz e à apuração da verdade objetiva: um meio justo para um fim justo. Afinal, o processo judicial de solução de conflitos ou de administração de interesses privados se insere no universo mais amplo das relações entre o Estado e o cidadão, que no Estado de Direito Contemporâneo deve subordinar-se aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (GRECO, 2006, p. 369).

<sup>10</sup> “[...] Cumprido, portanto, não se pugnar pela efetividade do processo como se ela fosse um ‘fim’ bem determinado e valioso a ser alcançado. Prévia é a questão de definir-se, inclusive, qual é a função social do processo, o seu valor. Se por efetividade traduzirmos a pura e simples solução do conflito, logrando-se a pacificação social (péssimo modo de se dizer, pois em verdade o que há é a sujeição do vencido mediante a chamada violência simbólica, não necessariamente o seu convencimento, que pacificaria), pouco importando a que preço e com quais consequências essa efetividade está maculada em sua origem e em sua destinação. Jamais pode ser vista como um valor. Essa crítica perdura se associarmos a efetividade do processo à efetividade do que foi decidido pelo magistrado, enquanto agente de poder político. Teríamos, aqui, retrocedido no tempo, revalorizando um decisionismo da pior espécie, reentronizando o déspota que se pretendeu banir. Se o parâmetro for a efetividade da decisão justa, teremos que definir, antes, o que seja decisão justa. Sem essa imprescindível determinação prévia, falar-se em decisão justa é pura e simplesmente dizer-se nada sobre nada, com manifesta intenção manipuladora. Se decisão justa é aquela que mantém exata correspondência entre o pretendido e o decidido, o contraditório, inerente ao direito, impossibilita qualquer resposta, pois há pretensões contrapostas e sempre apenas uma delas é tutelada, obtendo o usuário efetivamente o que postulou. Sem esquecer que incidiríamos, assim dizendo, em tautologia ou no círculo vicioso de afirmar que qualquer decisão é justa porque decisão. Se decisão justa é a que guarda perfeita correspondência com a verdade dos fatos e traduz exata aplicação a esses fatos do prescrito pelo ordenamento jurídico, a justiça do decidido é totalmente dependente do procedimento que a precedeu e da qualificação dos operadores que decidiram. Destarte, por mais que se pretenda mascarar, efetividade é algo de todo dependente do que precede a decisão, vale dizer, da cognição e da certificação que a antecederam. Nessas é que cumpre colocar a ênfase. A efetividade do injusto é, na verdade, a consagração da inefetividade do processo e da tutela jurídica. Caso nosso exacerbado pragmatismo pretenda transpor para o direito a lógica da avaliação pelo resultado, no processo, este resultado tem que se submeter ao controle de valiosidade, inferível necessariamente da avaliação de quanto o precedeu no processo de sua produção. [...] Enfim, e para concluir, propugnar trombeteando a efetividade do processo como valiosa por si mesma é usar uma palavra equívoca, carregada de emocionalidade [sic] que simplesmente mascara o propósito, consciente ou inconsciente, de se recuperar o exercício antidemocrático do poder político na sua dimensão jurisdicional.” (PASSOS, 1999, p. 35).



funcionamento no país, a partir da retificação de problemas engendrados pelas constantes reformas ao longo da vigência do atual código —, o modo de fazê-lo não deve ser olvidado<sup>11</sup>.

Neste sentido, ao observarmos como se desenvolveu o processo legislativo do futuro Projeto de Código, ainda se levarmos em conta as fases que precederam a apresentação do Anteprojeto, é possível notar incongruências no que tange aos discursos propugnados — de promoção à um processo democrático de reforma definido e construído pela ampla participação popular (BRASIL, 2010a; 2010b; 2012) — e os produtos das deliberações parlamentares<sup>12</sup>.

Ainda que adotemos a perspectiva da “[...] política como uma arena, no qual se desenrolam processos de poder, [...] [e] controvérsias estratégicas guiadas por interesses ou por operações sistêmicas” (HABERMAS, 1997, p. 9), não podemos, contudo, excluir que os processos que se desenrolam em seu âmbito são decorrentes de processos sociais, aos quais aqueles deveriam (co)responder<sup>13</sup>.

Partindo desta afirmação, em se contrapondo a retórica de uma “reforma democrática” aos efetivos produtos do processo político de construção do novo Código de Processo Civil, o presente ensaio busca, a partir de uma reflexão sobre o conteúdo de uma democracia dialógico-deliberativa, problematizar este que se impõem como o atual processo de construção do futuro Código de Processo Civil.

<sup>11</sup> Se a proposta de reforma global tem como aspecto positivo a definição de um texto de coesão sistêmica, ela traz a lume uma discussão mais complexa, que exige a definição das bases estruturantes da reforma, bem como, exige maior respeito ao devido processo legislativo, próprio do Estado Democrático de Direito, que garante aos cidadãos, e em especial a sociedade civil organizada a possibilidade de participação. (NUNES, BARROS; 2010, p. 17).

<sup>12</sup> Podemos perceber um assepticismo em relação às demandas sociais — contraditoriamente estimuladas pelo próprio Congresso Nacional —, especialmente nas últimas versões do Projeto de Lei (Cf. BRASIL, 2013), quanto, ao tempo em que se propugna uma maior participação popular, as propostas com maior adesão, e menos emendas, são aquelas tomadas por decisões coletivas, resultantes de compromissos, ou sobre a base do princípio majoritário, ou como resultado de acordos públicos entre as diferentes bancadas partidárias, e não, decorrentes de sugestão ou deliberação popular.

<sup>13</sup> “[...] o poder político e administrativo constituem apenas formas diferentes de manifestação do poder social [...]. O poder social vale como medida para a força de imposição de interesses organizados. Através de eleições gerais e da concorrência entre partidos, ele se transforma cada vez mais em poder político, distribuído entre o governo e as oposições. E este, por sua vez, é aplicado no quadro de competências distribuídas segundo a constituição, a fim de implementar políticas nascidas do jogo de forças sociais, transformando-as em decisões obrigatórias. Numa linha descendente, o poder administrativo também é empregado para influenciar a formação da vontade parlamentar e o jogo de forças regula os interesses organizados. Esses têm a chance de exercer influência direta na formação da política e no emprego do poder administrativo. Este modelo introduz um processo circular, que liga o poder social dos clientes aos partidos que conseguem o poder político, o processo de legitimação às operações e realizações do Estado e, por último, fechando o círculo, liga esse processo de implementação às pretensões dos clientes. Para avaliação normativa do processo descrito, é decisiva a idéia de que o poder social encontra-se distribuído de modo mais ou menos igual entre os interesses sociais relevantes. Somente então o equilíbrio de forças sociais pode manter em movimento o fluxo do poder político permitindo que o sistema político elabore efetivamente as pretensões introduzidas e satisfaça os interesses sociais de forma simétrica.” (HABERMAS, 1997, p. 59).



## I. Sobre construção do processo político e do direito em uma democracia.

Em termos gerais, podemos compreender o processo político, “[...] como um processo que envolve negociações e formas de argumentação” (HABERMAS, 1997, p. 9). Em sua compreensão clássica, “o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático” (HABERMAS, 1997, p. 18), definido pela ampla possibilidade de participação dos interessados — e, em última instância, afetados —, de modo a gerar decisões através deste processo comunicativo-deliberativo.

A formação democrática da opinião e da vontade depende de opiniões públicas informais que idealmente se formam em estruturas de uma esfera pública política não desvirtuada pelo poder. De sua parte, a esfera pública precisa contar com uma base social na qual os direitos iguais dos cidadãos conseguiram eficácia social.<sup>14</sup> (HABERMAS, 1997, p. 33).

Mesmo compreendida através de diferentes perspectivas, a democracia e o processo democrático mantém como núcleo duro a idéia da deliberação-diálogo na construção do processo decisório, na construção de decisões que virão influenciar seus participantes.

Na perspectiva liberal, o processo democrático se realiza exclusivamente na forma de compromissos de interesses. E as regras da formação de compromisso, que devem assegurar a equidade dos resultados, e que passam pelo direito igual e geral ao voto, pela composição representativa das corporações parlamentares, pelo modo de decisão pela ordem dos negócios, etc. são fundamentadas, em última instância, nos direitos fundamentais liberais. Ao passo que a interpretação republicana vê a formação democrática da vontade realizando-se na forma de um auto-entendimento ético-político, onde o conteúdo da deliberação deve ter o respaldo do consenso entre os sujeitos privados, e ser exercido pelas vias culturais; essa compreensão socialmente integradora pode renovar-se através da recordação ritualizada do ato de fundação da república.<sup>15</sup> (HABERMAS, 1997, p. 19).

<sup>14</sup> “Para desenvolver-se plenamente, o potencial de um pluralismo cultural sem fronteiras necessita desta base, que brotou por entre barreiras de classe, lançando fora os grilhões milenares da estratificação social e da exploração, e se configurou como um potencial que, apesar de seus inúmeros conflitos, produz formas de vida capazes de gerar novos significados. No entanto, numa sociedade secularizada, que aprendeu a enfrentar conscientemente a sua complexidade, a solução comunicativa *desses* conflitos forma a única fonte possível para uma solidariedade entre estranhos — entre estranhos que renunciam à violência e que, ao regularem cooperativamente sua convivência, também se reconhecem mutuamente o direito de *permanecerem* estranhos entre si.” (HABERMAS, 1997, p. 33, grifos no original).

<sup>15</sup> “Para quem adota a premissa questionável de um conceito de Estado e de sociedade delineado a partir do todo e de suas partes — onde o todo é constituído pela cidadania soberana ou por uma constituição — o republicanismo e o liberalismo constituem alternativas completamente opostas. Todavia, a idéia de democracia, apoiada no conceito do discurso, parte de uma imagem de uma sociedade descentrada, a qual constitui — ao lado da esfera pública política — uma arena para a percepção, a identificação e o tratamento de problemas de toda a sociedade. Se prescindirmos dos conceitos oriundos da filosofia do sujeito, a soberania não precisa concentrar-se no povo, nem ser banida para o anonimato das competências



As duas abordagens à democracia, apesar de sua compreensão dos agentes e dos papéis que cada um pode — que cada um poderia ou deveria — assumir em relação ao processo de construção de consensos, ou na assunção de compromissos, na constituição do conteúdo deliberativo, gravitam em torno do processo dialógico-comunicativo para a efetivação das decisões coletiva e comunicativamente elaboradas.

Inobstante, independentemente da matiz de democracia da qual se parta, deve-se ter em conta uma compreensão de que seus agentes — sejam singulares, sejam coletivo-institucionais — eventualmente possuem, no momento em que lhe é exigido manifestar-se — ou, ainda, formular opiniões —, divergentes compreensões sobre aquilo que constituem as possibilidades de decisão.

Deverá haver, portanto, uma mediação daquilo que seriam os interesses individuais, ou, individualmente considerados, e a construção de uma opinião coletiva de modo a converter-se em diretrizes para a atuação da administração pública, do Estado.

Neste sentido,

[...] a força social e integradora da solidariedade, que não pode ser extraída apenas de fontes do agir comunicativo, deve desenvolver-se através de um amplo leque de esferas públicas autônomas e de processo de formação democrática da opinião e da vontade, institucionalizados através de uma constituição, e atingir os outros mecanismos de integração social [...] através do médium do *direito*. (HABERMAS, 1997, p. 22, grifos no original).

Caberá, então, ao *direito* exercer este papel de mediação entre as diferentes possibilidades de discurso dentro da sociedade.

Simultaneamente produto e produtor do processo comunicativo-deliberativo<sup>16</sup>, o direito, tanto em seu processo de elaboração, quanto em como mediador do processo de produção de

---

jurídico-constitucionais. A identidade da comunidade jurídica que se organiza a si mesma é absorvida pelas formas de comunicação destituídas de sujeito, as quais regulam de tal modo a corrente da formação discursiva da opinião e da vontade, que seus resultados falíveis têm a seu favor a suposição da racionalidade. Com isso, não se desmente a intuição que se encontra na base da idéia de soberania popular: ela simplesmente passa a ser interpretada de modo intersubjetivista. A soberania do povo retira-se para o anonimato dos processos democráticos e para a implementação jurídica de seus pressupostos comunicativos pretensiosos para fazer-se valer como poder produzido comunicativamente. Para sermos mais precisos: esse poder resulta das interações entre a vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente, as quais encontram, por seu turno, uma base das associações de uma sociedade civil que se distancia tanto do Estado quanto da economia.” (HABERMAS, 1997, p. 24).

<sup>16</sup> “A produção do direito legítimo através de uma política deliberativa configura, pois, um processo destinado a solucionar problemas, o qual trabalha com saber, ao mesmo tempo em que o elabora, a fim de programar a regulação de conflitos e a persecução de fins coletivos. De um certo modo, a política tapa buracos funcionais que se abrem devido à sobrecarga advinda de outros mecanismos de integração social. Nisso ela se utiliza da linguagem do direito. Pois o direito



diálogos interinstitucionais, intersistêmicos, pode assumir este papel — mesmo em detrimento da política — posto que,

[...] o processo democrático condiciona a criação do direito legítimo a um tratamento presumidamente racional de problemas<sup>17</sup>, cujo modo de integração corresponde aos problemas que sempre foram elaborados de forma quase inconsciente. Pois o âmago da política deliberativa<sup>18</sup> consiste precisamente numa rede de discursos e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas — que são precisamente os problemas acumulados de uma fracassada integração funcional, moral e ética da sociedade. (HABERMAS, 1997, p. 47).

21

Apesar de realizar este papel integrador, o direito, assim como a política, possuindo o caráter de mediador na construção de consensos — de modo a permitir a socialização essencial à formação de um patamar discursivo mínimo para a existência de fóruns deliberativos —, não lhes é possível substituir à própria socialização, da qual tiram sua legitimidade. (HABERMAS, 1997).

---

é um médium que possibilita o traslado das estruturas de conhecimento recíproco — que reconhecemos nas interações simples e nas relações de solidariedade natural — para os complexos e cada vez mais anônimos domínios de ação de uma sociedade diferenciada funcionalmente, onde aquelas estruturas simples assumem uma forma abstrata, porém impositiva. Internamente, porém, o direito se estrutura de tal forma que um sistema político, configurado juridicamente, só pode continuar as realizações naturais de integração — que se realizam sob o nível de articulação do direito formal — num nível reflexivo. Ou seja, a integração social, realizada politicamente, tem que passar através de um filtro discursivo. Onde os reguladores fracassam — como é o caso dos padrões de coordenação que se apoiam em valores, normas e rotinas convencionais — a política e o direito conseguem elevar, de certa forma, os processos solucionadores de problemas acima do limiar da consciência. O processo político soluciona o mesmo tipo de problemas enfrentados pelos sobrecarregados processo sociais que ele substitui. Isso se torna claro quando [...] escolhermos as medidas de avaliação para problemas gerais de integração social de acordo com aspectos de validade da verdade, da justiça das normas e da autenticidade, isto é, adotando pontos de vista sob os quais as forças de engajamento ilocucionário, próprias do agir orientado pelo entendimento, se distinguem entre si.” (HABERMAS, 1997, pp. 45/46, grifos no original).

<sup>17</sup> “De minha parte, pretendo interpretar o procedimento que legitima as decisões corretamente tomadas como estrutura central de um sistema político diferenciado e configurado como Estado de direito, porém, não como modelo para *todas* as instituições sociais (nem mesmo para todas as instituições do Estado). Se a política deliberativa assumisse os contornos de uma estrutura capaz de abranger a totalidade social, o esperado modo discursivo de socialização do *sistema jurídico* teria de se alargar, assumindo a forma de uma auto-organização da *sociedade*, e penetrar a sua complexidade. Ora, isso é impossível, pelo simples fato de que o processo democrático depende de contextos de inserção que fogem ao seu poder de regulação.” (HABERMAS, 1997, pp. 28/29, grifos no original).

<sup>18</sup> “[...] ‘Deliberation... refers to a certain attitude toward social cooperation, namely, that of openness to persuasion by reasons referring to the claims of others as well as one’s own. The deliberative medium is a good faith exchange of views — including participant’s reports of their own understanding of their respective vital interests —... in which a vote, if any vote is taken, represents a pooling of judgments’ [Deliberação... refere-se a uma certa atitude em relação à cooperação social, qual seja, a abertura à persuasão por argumentos emitidos por outros que não o próprio emissor. O médium deliberativo é a troca bem-intencionada de opiniões — incluindo as manifestações do participante em relação à sua compreensão de seus principais interesses —... no qual o voto, no caso de uma votação, representa uma reunião de compreensões] Portanto, o embate de opiniões ocorrido na arena política tem força legitimadora não apenas no sentido de uma autorização para que se ocupem posições de poder; mais que isso, o discurso político ocorrido continuamente também apresenta força vinculativa deste tipo de exercício de dominação política. O poder administrativo só pode ser aplicado com bases políticas e no limite das leis que nascem do processo democrático.” (HABERMAS, 2002, pp. 275/276).





Assim,

O sistema político fracassa em sua competência reguladora quando os programas jurídicos implementados ficam sem efeito, quando as realizações de orientação e de ordenação desencadeiam efeitos desintegradores de sistemas de ação carentes de regulação ou quando os meios utilizados sobrecarregam o próprio médium do direito e, com isso, a constituição normativa do próprio sistema. Em casos de regulação complexa, a irrelevância, a orientação errônea e a autodestruição podem acumular-se, assumindo a forma aguda de um “trilema regulatório”. De outro lado, o sistema político fracassa em sua função de lugar-tenente da integração social, quando suas decisões, não importa o quão sejam efetivas, se distanciam do direito legítimo. O fluxo do poder regulado pelo Estado de Direito é anulado quando o sistema administrativo se torna independente em relação ao poder produzido comunicativamente, quando o poder social de sistemas de funções de grandes organizações, inclusive dos meios de comunicação em massa, se transforma em poder ilegítimo ou quando as fontes do mundo da vida, que alimentam comunicações públicas espontâneas, não são mais suficientes para garantir uma articulação livre de interesses sociais. A emancipação do poder ilegítimo e a fraqueza da sociedade civil e da esfera pública política podem configurar um “dilema legitimatório”, o qual pode combinar-se com o trilema da regulação, formando um grande círculo vicioso. A partir daí, o sistema político é absorvido por déficits de legitimidade e regulação que se reforçam mutuamente. (HABERMAS, 1997, pp. 120/121).

22

Não é possível, portanto, e nem desejável, que o direito, e a política — mesmo se se levar em conta as dificuldades que lhe são inerentes<sup>19</sup> —, se furtem ao seu papel de *médium*, em detrimento do próprio desenvolvimento dos processos sociais que devem traduzir e (res)significar, sob pena de ambos perderem conexão com aquilo mesmo que lhes dá sentido.

Se a construção e efetivação de uma democracia imprescinde da existência de um espaço comunicativo-deliberativo — da independência e informação de seus atores, da mútua consideração, e da possibilidade de influência e diálogo na construção de consensos —, é necessário ter em conta que este arcabouço teórico, apesar de nos permitir refletir sobremaneira acerca do ideal exercício de uma democracia deliberativa, a realidade se nos impõe de divergentes formas.

<sup>19</sup> “No mundo em que nós conhecemos, as comunicações e decisões ocupam normalmente seções próprias de espaço e de tempo, consomem energia própria, exigem investimento próprio em termos de organização, etc. A escolha de temas e de contribuições, que acontece sob a pressão de tempo, implica, além disso, custos em termos de decisões proteladas ou perdidas. Além disso, a produção do saber, organizada conforme uma divisão de trabalho, gera uma distribuição desigual de competências e de conhecimentos. E os meios de comunicação, dotados de uma seletividade própria, também se imiscuem. De outro lado, as estruturas da esfera pública refletem assimetrias inevitáveis no tocante às informações, isto é, quanto às chances desiguais de intervir na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens. E é preciso acrescentar a essas limitações sistêmicas a distribuição casual e desigual das capacidades individuais. As fontes de participação em comunicações políticas são geralmente escassas, ou seja: o tempo do qual cada indivíduo dispõe é exíguo; a atenção prestada aos temas, que tem sua própria história, é episódica; a disposição e a capacidade de dar contribuições próprias para esses temas é pouca; finalmente, existem enfoques oportunistas, afetos, preconceitos, etc., que prejudicam uma formação racional da vontade.” (HABERMAS, 1997, p. 54).





No caso, quando nos voltamos à realidade da sociedade brasileira, podemos perceber melhor a discrepância que impossibilitaria o exercício pleno deste modelo ideal de democracia.

Ora, [...] a sociedade civil brasileira não se aproxima nem remotamente [...] da sociedade civil ideal: no Brasil, práticas autoritárias e violentas continuam a minar as instituições, a cultura e os processos democráticos [...]; antigas e retrógradas forças de direita continuam presentes no sistema político redemocratizado [...]; corrupção e clientelismo reemergem num contexto político definido por baixa lealdade partidária e instituições frágeis, no qual a transferência condicionada de recursos públicos é o ingrediente básico da formação de consenso [...]; tais práticas clientelistas permeiam o campo do suposto jornalismo "independente", que opera numa mídia cuja propriedade é altamente concentrada [...]; persistentes estigmas raciais e socioeconômicos perpetuam a exclusão social [...]; sentimentos de rejeição e ambições econômicas frustradas geram violência ritualizada entre adolescentes num meio social fragmentado e tribalizado [...]. Até mesmo a imprensa popular e as telenovelas dão a idéia de que na sociedade civil brasileira o espírito da religião voluntária de Tocqueville deu lugar à hipocrisia e à amoralidade. (OTTMAN, 2004, p. 67).

Por certo, diante das contingências que a realidade nos impõe, temos de assumir que devemos agir com as ferramentas que nos estão disponíveis, evitando a imobilidade em razão da ausência das condições para aquilo que se tem como ideal.

E, no caso, o atual processo legislativo de reforma do Código de Processo Civil não poderia ser diferente.

Certamente, as reformas macroestruturais exigem mais que a atuação de diversas fases do processo legislativo brasileiro que começa com o Projeto de Lei, análise pela comissão de Constituição e Justiça, votação nas duas casas do Congresso e sanção presidencial. Pelo âmbito de generalidade e abertura dos Códigos de Processo torna-se necessário que se agregue aos atos e fases do processo legislativo definido constitucionalmente outras fases que permitiriam a maior legitimidade das reformas, pois serão reconhecidas em razão da participação que exige a preparação técnica e metodológica adequada para se evitar que a legislação processual seja vista como adesão a compreensões pessoais sobre o direito processual. (NUNES, BARROS; 2010, p. 32).

Quando nos voltamos, contudo, a analisar como se conduziu, e se segue conduzindo a atual reforma do Código — principalmente se compararmos os discursos dos membros da Comissão de Juristas, e dos parlamentares responsáveis pela edição do Código — podemos perceber incongruências, que se potencializam se levarmos em conta as bases para a constituição de uma efetiva democracia.



## II. O processo civil por entre o discurso e a política

Jamais na história um projeto de Código passou por tamanha consulta popular. Nunca um Código foi construído de maneira tão aberta. Do cidadão mais simples ao mais prestigiado e culto jurista, todos puderam opinar. Quem quis falar foi ouvido, e, o que é principal, a ponderação de todos — na medida do possível — foi *efetivamente* considerada. Foram comissões e mais comissões em todas as regiões do país, de todos os segmentos, que estudaram o projeto e nos remeteram sugestões. Não poderia ser diferente! É o primeiro Código estrutural brasileiro que é integralmente construído sob o regime democrático. (BRASIL, 2010b, p. 32, grifos no original).

É com estas palavras que o Senador Valter Pereira apresenta seu relatório final ao Projeto de Lei do Senado de nº. 166, de 2010, antes da aprovação do Projeto, e posterior remessa à Câmara dos Deputados, de onde muito recentemente retornou após as deliberações da casa revisora.

No que tange ao nível discursivo, a fala do senador traz um projeto de reforma que se aproxima do ideal da democracia deliberativa. No entanto, como antecipado, a discrepância entre os discursos parlamentares — quase sempre auto-referentes — e os efetivos produtos da reforma, é suficiente para descreditar as assertivas do parlamentar.

O discurso, neste sentido, irá se repetir ao longo de toda a reforma,

A legitimidade democrática adveio do desprendimento com que ouvimos o povo, a comunidade jurídica e a comunidade científica. O volume das comunicações fala por si só: foram 13 mil acessos à página da Comissão, audiências públicas por todo o Brasil, no qual recebemos duzentas e sessenta sugestões e manifestação da Academia, aí compreendidos todos os segmentos judiciais; da Associação Nacional dos Magistrados à Ordem dos Advogados do Brasil, perpassando os institutos científicos e faculdades de direito, as quais formularam duzentas proposições, a maior parte encartada no anteprojeto. Em suma: a sociedade brasileira foi ouvida. (BRASIL, 2010a, p. 9).

Em tratando sempre a uma “esfera pública abstrata” (HABERMAS, 1997, p. 107), os membros da Comissão de Juristas, em um primeiro momento, e os próprios parlamentares, nas fases que se sucederam no processo legislativo, em uma busca de legitimação de seu discurso



reformatório, se esbarravam sempre em um público virtual<sup>20</sup>, expectador, mas alvo — e, segundo este mesmo discurso, adepto, participante.

No entanto, se alterava a cada fase a intenção de reforma desta “comunidade jurídica”, com as sucessivas versões deste mesmo discurso, e as diferentes alterações — muitas vezes contraditórias entre si — no corpo do Projeto, que se agrava intensificam com o avançar do processo legislativo.

À título de exemplo, na última versão do Projeto de Lei do Senado, na Câmara dos Deputados, de nº 8.046, de 2010 (BRASIL, 2010b) — versão votada e aprovada como Emenda Aglutinativa Substitutiva Global de nº. 6 (BRASIL, 2013), apresentada após a conclusão das deliberações em plenário, e publicizada apenas no momento da votação — se lia na breve justificativa:

A presente emenda aglutinativa substitutiva global do Plenário é o resultado de uma revisão aprofundada que fizemos logo após a aprovação do substitutivo da Comissão Especial, reunindo as partes de emendas apresentadas ao longo da discussão e excertos de projetos de lei apensados, visando o aperfeiçoamento do texto que será submetido ao plenário, seja através da compatibilidade lógica entre os dispositivos que o compõem, seja pela busca da harmonia com o texto constitucional. (BRASIL, 2013, p. 331/332).

A então Emenda Aglutinativa Substitutiva Global de nº. 6 possuía como artigo primeiro a seguinte determinação:

Art. 1º. O processo civil será ordenado e disciplinado conforme as normas deste código. (BRASIL, 2013, p. 1).

Quando, a seu turno, o que se lia na versão do Anteprojeto de Código,

Art. 1º. O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

<sup>20</sup> “Se as tecnologias de participação social são também tecnologias de formação de consenso, resolução de conflitos e legitimação política, [...] é crucial saber mais sobre os processos democrático-participativos de tomada de decisão. Em que medida eles levam a uma real partilha de poder e reforçam as noções-chave de democracia e cidadania e em que medida produzem legitimação política ao desarticular grupos de pressão política? Certamente, há um *trade-off* entre deliberação participativa e legitimação política, de modo que o papel definidor do Estado não pode ser ignorado. Se disso decorre que o Estado assume um papel cada vez mais dominante na estruturação dos debates e que as decisões importantes ocorrem fora dos fóruns deliberativos, os processos participativos podem se tornar espetáculos de legitimação que dissimulam uma carência de conteúdo democrático.” (OTTMAN, 2004, p. 71).



Em se tratando da “busca da harmonia com o texto constitucional” (BRASIL, 2013, p. 332), foi excluído do corpo do texto do então Projeto de Código a menção expressa à Constituição da República — parte das “correções e adaptações redacionais e, em alguns aspectos, meramente gramaticas, que não alteraram em nenhum aspecto o conjunto da obra aprovada pelo Colegiado da Comissão Especial” (BRASIL, 2013, p. 332).

Em semelhante modo, substantivas alterações — ou mesmo, supressões — à institutos propostos com o Anteprojeto — e que de certa forma caracterizavam a realização da atual reforma, como a efetiva reforma de um Código de Processo Civil, em oposição a uma microreforma (NUNES; BARROS, 2010) — ocorreram durante a tramitação do Projeto pelas diferentes casas do Congresso.<sup>21</sup>

Apesar de todas as alterações realizadas, se manteve constante o discurso de legitimação pela participação<sup>22</sup>.

A participação desborda dos limites estritamente políticos para se projetar em todas as manifestações da vida em comunidade. É pela participação que se legitima a conduta dos agentes de Estado que implementam o quanto deliberado nas instâncias próprias. Em outras palavras, a atuação do Estado, para ser legítima, há de decorrer das deliberações democráticas. (BRASIL, 2010b).

“Entretanto, até que ponto efetivamente houve substancial contribuição de diversos segmentos para a redação?” (MEIRELLES, 2012, p. 2).

### **Considerações finais**

Como pudemos observar, o processo legislativo da atual reforma do Código de Processo Civil, bastante representativo do estado da democracia e da política em nosso país, tem-se imposto

<sup>21</sup> Não que se pugne, com isso, que as deliberações legislativas mantenham incólume o texto das proposições apresentadas com o Anteprojeto. No entanto, é de se estranhar que as argumentações acerca das modificações gravitem em torno do “aperfeiçoamento dos dispositivos”, quando, em realidade, todas as versões foram editadas por profissionais do ramo jurídico — e, portanto, supostamente técnicos especializados.

<sup>22</sup> “Foram realizadas 15 audiências públicas na Câmara dos Deputados e 13 Conferências Estaduais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, João Pessoa, Campo Grande, Manaus, Porto Alegre, Fortaleza, Cuiabá, São Paulo, Vitória da Conquista e Macapá. Nessas foram ouvidos aproximadamente 140 palestrantes especialistas em processo civil, além dos participantes das mesas redondas também realizadas. Foram apresentadas 900 emendas pelos Deputados à Comissão Especial e apensados 146 projetos de lei que já tramitavam nesta Casa e tratam de modificações ao atual CPC [...], foi disponibilizado no sítio da Casa, no Portal e-Democracia, a versão do projeto aprovada pelo Senado Federal (PL n.º 166, de 2010), oferecendo a possibilidade a qualquer brasileiro participar e oferecer sugestões. O Portal e-Democracia registrou 25.300 acessos, 282 sugestões, 143 comentários e 90 e-mails.” (BRASIL, 2010b, pp. 2/3).



como produto de um discurso auto-referente de uma comunidade político-jurídica, que não busca respaldo nos processos sociais aos quais deveriam representar.

Usando da

[..] autocompreensão normativa da política deliberativa promove um modo discursivo de socialização *para a comunidade jurídica*, o qual, porém, não se estende à totalidade da sociedade, no qual o sistema político, estruturado sob uma constituição, está *imbutido*. (HABERMAS, 1997, p. 25).

Neste sentido, sendo certo que “[s]ociedades funcionalmente diferenciadas não se esgotam, de maneira nenhuma, numa variedade de sistemas auto-referenciais fechados” (HABERMAS, 1997, p. 85), a elaboração legislativa ascética, que se utiliza apenas de um espaço deliberativo potencialmente, de modo a legitimar a produção legislativa — o que, no entanto, não se mostra como excessão na realidade política brasileira — é distorção da democracia, um vazio discurso descolado de real identificação com as manifestações sociais dos quais estes deveriam ser resultado.

Nos processos públicos de comunicação não se trata, em primeiro lugar, da difusão de conteúdos e tomadas de posição através de meios de transmissão efetivos. A ampla circulação de mensagens compreensíveis, estimuladoras da atenção, assegura certamente uma inclusão suficiente de participantes. Porém, as regras de uma prática comunicacional, seguida *em comum*, têm um significado muito maior para a estruturação de uma opinião pública. O assentimento a temas e contribuições só *se forma* como resultado de uma controvérsia mais ou menos ampla, no qual propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de forma mais ou menos racional. Com esse “mais ou menos” em termos de elaboração “racional” de propostas, de informações e de argumentos, há geralmente uma variação no *nível discursivo* da formação da opinião e na “qualidade” do resultado. Por isso, o sucesso da comunicação pública não se mede *per se* pela “produção de generalidade”, e sim, por critérios formais de surgimento de uma opinião pública qualificada. As estruturas de uma esfera pública encampada pelo poder excluem discussões fecundas e esclarecedoras. A “qualidade” de uma opinião pública constitui uma *grandesa empírica*, na medida em que ela se mede por qualidades procedimentais de seu processo de criação.<sup>23</sup> (HABERMAS, 1997, p. 94, grifos no original).

<sup>23</sup> E, continua “[...] Vista pelo lado normativo, ela fundamenta uma medida para a legitimidade da influência exercida por opiniões públicas sobre o sistema político. Certamente, a influência fática e a influência legítima não coincidem, assim como a legitimidade e a fé na legitimidade. Porém, esses conceitos permitem abrir uma perspectiva, a partir da qual torna-se possível pesquisar empiricamente a relação entre a influência real e a qualidade procedimental de opiniões públicas” (HABERMAS, 1997, pp. 94/95).



Não se trata, portanto, de apenas permitir a participação pela manifestação; o processo comunicativo-deliberativo de construção decisória — condição essencial para a criação de um espaço democrático — deve ter em conta a capacidade de diálogo na elaboração de enunciados normativos os quais influenciarão sobremaneira todos os envolvidos.

Se utilizar de um discurso inclusivo, em se absorvendo a capacidade de influência daqueles generalizados<sup>24</sup> — jurisdicionados, comunidade jurídica, etc. —, reduz-se os demais sujeitos a meros argumentos, para legitimar este processo quase auto-referente.

Em se tratando de um Código de Processo Civil, principal regulamentação da jurisdição civil no país — não que todas as demais instâncias de decisão não se mostrem como igualmente significativas —, a aproximação entre os diretamente influenciados — toda a sociedade brasileira — e aqueles responsáveis pelo processo político seria imprescindível, mesmo se se desconsiderasse o exigido nível técnico que perfaz o diploma legislativo.

[...] é preciso se reconhecer que o ideal da tutela jurisdicional mais ampla e efetiva dos direitos subjetivos por parte do Judiciário, na realização de uma justiça ao mesmo tempo processual e substantiva, está cada vez mais distante, na medida que se aprofunda a crise de eficiência dos serviços judiciários e que soluções em geral aviltradas, na tentativa de dar vazão ao volume insuportável de processos e de recursos, degradam seu desempenho, sacrificando irremediavelmente não apenas a qualidade dos meios, mas também a dos resultados. Em lugar de prosseguir com reformas de eficácia duvidosa e francamente nocivas à boa administração da justiça<sup>25</sup>, é preciso reagir, desfraldando a bandeira da plena efetividade do processo justo, e, ao mesmo tempo, encontrar solução para a quantidade do planejamento e da implementação de uma política pública de prevenção e solução de conflitos, capaz de abortar os bolsões de litigiosidade no seu nascedouro, de compartilhar a reponsabilidade pelo reconhecimento de direitos dos cidadãos com os demais poderes do Estado, nas respectivas esferas de atuação, e de mobilizar a sociedade a engajar-se nos aparelhos oficiais e promover

<sup>24</sup> Onde, ao contrário, deveria-se levar em conta “[...] [o] fato de esses públicos não terem capacidade decisória não significa que eles não tenham influência. Esta última está baseada na necessidade de superposição de resultados entre o processo administrativo de tomada de decisões e o resultado das discussões em uma esfera pública capaz de envolver novos atores e mudar a agenda temática do processo de tomada de decisões. Desse modo, públicos informais passam a democratizar as formas existentes de exercício do poder.” (AVRITZER, 1999, p. 185).

<sup>25</sup> “[...] [a] perspectiva garantística do processo civil contemporâneo vem sendo profundamente ameaçada ultimamente pelos movimentos de reformas processuais desencadeados em vários países, entre os quais o Brasil, ditados preponderantemente pela necessidade justificável de debelar a crise do Judiciário resultante do excesso de processos e de recursos, mas que relegam a segundo plano a função tutelar dos interesses dos jurisdicionados e dos direitos subjetivos agasalhados pelo ordenamento jurídico, de que decorrem a inafastabilidade do contraditório participativo e da mais ampla defesa, e sufocam estas garantias e a preocupação com a qualidade das decisões, em benefício da produção em massa de decisões padronizadas, pouco refletidas, pouco debatidas e com reduzida probabilidade de serem acertadas, tanto do ponto de vista da justiça processual, quanto da justiça substantiva, ou seja, tanto do ponto de vista do respeito às garantias fundamentais do processo, entre as quais avultam o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, quanto do ponto de vista do resultado, a correta reconstituição dos fatos e a adequada tutela dos direitos subjetivos das partes, através da aplicação da lei ao caso concreto.” (GRECO, 2008, p. 43). *Cf.*, ainda, GRECO, 2004.





a sua criatividade no desenvolvimento de mecanismos extrajudiciais de pacificação de conflitos. (GRECO, 2008, p. 56).

Se se espera a efetivação de uma democracia, de um processo comunicativo-deliberativo que atenda a todas as premissas de empoderamento dos participantes, e se se espera a implementação de uma reforma processual que dê as efetivas respostas aos problemas que impedem a efetivação de uma justiça civil em toda sua extensão de garantias, é pela construção do diálogo e da consideração do outro que se deve iniciar (ou, ao menos, não desprezar).

## Bibliografia

- AVRITZER, Leonardo. Teoria crítica e teoria democrática: do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.º 53, mar. 1999, pp. 167/188. Disponível em <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/87/20080627\\_teor%C3%ADa\\_critica\\_e\\_teor%C3%ADa\\_democratica.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/87/20080627_teor%C3%ADa_critica_e_teor%C3%ADa_democratica.pdf)>. Acesso em 13. out. 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil” (revogam a Lei n.º 5.869, de 1973). Projetos de Lei nos. 6.025, de 2005, e 8.046, de 2010. *Código de Processo Civil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1037367&filename=SBT+3+PL602505+%3D%3E+PL+6025/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1037367&filename=SBT+3+PL602505+%3D%3E+PL+6025/2005)>. Acesso em 05 Jan. 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil” (revogam a Lei n.º 5.869, de 1973). *Emenda Aglutinativa Substitutiva Global n.º 6*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1176221&filename=Tramitacao-PL+6025/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1176221&filename=Tramitacao-PL+6025/2005)>. Acesso em 12 mar. 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Código de Processo Civil: anteprojeto*. Brasília/DF: Senado Federal, Presidência, 2010[A]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Temporária da Reforma do Código de Processo Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) n.º 166, de 2010, que dispõe sobre a reforma do Código de Processo Civil, e proposições anexadas. *Parecer n.º ., de 2010*. Brasília/DF: Senado Federal, 2010[B]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=83984>>. Acesso em: 05 Jan. 2014.
- GRECO, Leonardo. As garantias fundamentais do processo: o processo justo. In: PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firlly (orgs.). *Os princípios da Constituição de 1988*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, pp. 369/406.
- \_\_\_\_\_. Publicismo e privatismo no processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 33, n. 164, out. 2008, pp. 29/56.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II, trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A inclusão do outro – estudos de Teoria Política*, trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MEIRELLES, Delton R. S. Corporações, globalização, cultura legal: advogados e juizes na elaboração do Código de Processo Civil. In: *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política — ABCP*, 8º, Gramado/RS. Anais... São Paulo: ABCP, 2012. Disponível em: <[http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/29\\_6\\_2012\\_10\\_20\\_54.pdf](http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/29_6_2012_10_20_54.pdf)>. Acesso em 13 jul. 2014.
- NUNES, Dierle; BARROS, Flaviane. As reformas processuais macroestruturais brasileiras. In: BARROS, Flaviane de Magalhães; BOLZAN DE MORAIS, José Luis (org.). *Reforma do Processo Civil: Perspectivas constitucionais*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pp. 15/53.



- OTTMANN, Goetz. Habermas e a esfera pública no Brasil: considerações conceituais. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.º 68, mar. 2004, pp.61/72, tradução do inglês Heloisa B. de Almeida. Disponível em <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/102/20080627\\_habermas\\_e\\_a\\_esfera.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/102/20080627_habermas_e_a_esfera.pdf)>. Acesso em 27 out. 2014.
- PICARDI, Nicola; NUNES, Dierle. O Código de Processo Civil Brasileiro: origem, formação e projeto de reforma. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal, ano 9, n. 34, vol. 190, abr./jun. 2011, pp. 93/120.



## JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS OU CONFORMAÇÃO DE INIQUIDADES?

STEVANIM, Marley Aparecida de Paula

*Estudante do Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)/Campos dos Goytacazes.  
marleystevanim@hotmail.com*

MARQUES DA SILVA, Vera Lúcia

*Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)/Campos dos Goytacazes  
veramarquesfmc@bol.com.br*

31

### RESUMO

O direito a saúde apesar de ter sido estabelecido constitucionalmente, frequentemente seu acesso, principalmente a medicamento, é assegurado pelo setor judiciário. Conforme literatura, esse fenômeno denominado por “judicialização da saúde”, embora seja uma alternativa de acesso as políticas públicas, face a negativa ou ausência dos órgãos executores, chama atenção como esse fenômeno tem se intensificado, e, provocado efeitos à gestão da política. As decisões judiciais redirecionam a gestão da política com condenações ao poder público para custear medicamentos, que na maioria das vezes, não condizem as normas do SUS, conduzindo os gestores a responsabilidade de decidir pela realocação de recursos, e, fazer distribuições que burlam o princípio da equidade, e, compromete o acesso a saúde. Por isso, baseado nas pesquisas já publicadas, objetivou-se aprofundar a análise desse fenômeno e contribuir para o debate.

**Palavras-chave:** Recursos, Justiça e Saúde.

### ABSTRACT

The right to health despite having been established constitutionally frequently access that right, especially medicine, is ensured by the judiciary. As literature, this phenomenon referred to as "legalization of health", although an alternative access public policies, from negative or absence of executing agencies, draws attention to this phenomenon has intensified, and the effects caused management policy. Judgments redirecting the management of political convictions with the government to pay for medicines, which in most cases do not match the standards of the SUS, and condemn the managers responsibility to decide the reallocation of resources, and to make distributions circumvent the principle of fairness, and compromise access to health care. Therefore, based on published research aimed to further analyze this phenomenon and contribute to the debate.

**Keywords:** Resources, Justice and Health.

### Introdução

Com a Constituição Brasileira de 1988, conquistou-se, normativamente, o direito à saúde. Este envolve, dentre outros, o acesso à assistência farmacêutica, através da execução da



política nacional de produção de insumos e equipamentos para a saúde. As responsabilidades da gestão desta política são respectivamente da União, Estado e Municípios (art. 16, Lei Orgânica da Saúde nº 8080/90) (BRASIL, 1990), contudo, ao que se observa é que há um distanciamento entre o “texto legal e a realidade institucional” (FLEURY, 2012), pois, na maioria das vezes, o acesso aos medicamentos não se efetiva nas instituições de saúde, e, sim por meio das instâncias jurídicas (VIEIRA e ZUCCHI, 2007; CHIEFFI e BARATA, 2009; PEPE et al., 2010).

A este fenômeno da ação do judiciário sobre as políticas, denominou-se ‘judicialização da saúde’ ou ‘judicialização de medicamentos’ (PEPE et al., 2010). Conforme ressalta Sierra (2011) o acesso às aos insumos e serviços de saúde por meio da Justiça no Brasil não perpassa apenas pela proteção do poder judiciário contra os abusos do poder Executivo, mas, principalmente, pela cobrança pelo acesso aos serviços públicos em função da escassez de políticas que assegurem a efetivação dos direitos de cidadania.

Entretanto, o protagonismo dos operadores do direito no âmbito da saúde tem provocado controvérsias (SIERRA, 2012) pois, por um lado, comemora-se o ingresso de ações judiciais que exigem a garantia de direitos, “ainda mais quando esse direito se encontra ameaçado com constantes investidas de interesses privados no interior do sistema público” (FLEURY, 2012, p. 161). Por outro lado, as ações judiciais podem causar esgotamento da capacidade de resposta nas instituições públicas e estar gerando ainda mais iniquidades de acesso ao privilegiar o atendimento aqueles que tem acesso à justiça, em detrimento daqueles que adentram apenas pelas instâncias operativas da assistência ao SUS (SANTOS, 2014; CHIEFFI e BARATA, 2009), além de estar, indiretamente, beneficiando as indústrias de insumos (CHIEFFI e BARATA, 2010).

A sustentação dos direitos sociais de caráter público e universal como o explícito na política de saúde, depende de uma reserva do possível que define a existência ou ausência de recursos indispensáveis ao cumprimento do direito pelo Estado (MEDICI, 2010). Em princípio, não há como ofertar os insumos e serviços de saúde existentes a todos, principalmente no campo da assistência terapêutica, nesse sentido, os limites para as ações dos atores envolvidos (operadores do direito – advogados, juízes, e, promotores; Operadores da saúde – médicos, gestores e farmacêuticos) (PEPE et al., 2010), tem sido o que está balizado em lei (SANTOS, 2014).



O acesso aos bens e serviços de saúde sob tutela judicial, embora soe garantia de direito, tem disseminado iniquidades da atenção em âmbito coletivo tanto pela interpretação do caráter difuso que abrange a atenção integral a saúde pública constituída e instituída, como pela ruptura do financiamento público às prioridades epidemiológicas de saúde (MEDICI, 2010)<sup>1</sup> ao deixar se envolver pelos interesses do mercado<sup>2</sup>, por isso, requer respostas e estudos. Expõe-se as reflexões acerca do fenômeno da judicialização da saúde - com ênfase no acesso a assistência farmacêutica - resultantes da revisão bibliográfica realizada para análise da pesquisa do Mestrado em Políticas Sociais Universidade Estadual Norte Fluminense/Campos dos Goytacazes.

## Método

Tendo o fenômeno “judicialização da saúde” como objeto de estudo, cumpre mencionar que o artigo ressalta os resultados dos referenciais teóricos analisados para a pesquisa empírica analítica, que apropria-se da abordagem metodológica weberiana para interpretar as decisões tomadas pelo Poder Executivo (Operadores da saúde) e do Judiciário (Operadores do direito), tendo como referência os princípios doutrinários de universalidade/equidade/integralidade do Sistema Único de Saúde, enquanto modelo ideal.

Resultantes da análise dos artigos científicos que tem como tema a Judicialização da Saúde a partir do acesso à assistência farmacêutica, esse artigo deteve aos que se referem a pesquisas empíricas já concluídas sobre a temática em estudo. O manual de “Indicadores de avaliação e monitoramento das demandas judiciais de medicamentos” (PEPE, 2011) está sendo utilizado como o principal instrumento para avaliação dos processos judiciais. Nesse sentido, as variáveis que nortearam as análises dos artigos são: As decisões judiciais; as origens das prescrições médicas, a representação judicial; os medicamentos mais solicitados; os réus citados.

A análise aprofunda os estudos já realizados acerca do objeto (ALVES, 2013; (CHIEFFI & BARATA, 2009) a partir da análise dos discursos, as práticas, os agentes e os documentos normativos e processos judiciais buscar-se-á compreender as tomadas de decisão

<sup>1</sup> Ver: MEDICI, A. C. Judicialização, integralidade e financiamento da saúde. Disponível em: <http://monitordesaude.blogspot.com.br/2010/04/judicializacao-integralidade-e.html>. 18/07/2014.



dos operadores do direito e da saúde, se são norteadas pelos princípios doutrinários do SUS (universalidade/integralidade e equidade) e/ou por outros fatores, como a influência da indústria de insumos e/ou dos próprios profissionais envolvidos na ação. A principal hipótese é: os operadores do direito ao garantir o direito a saúde, não atende o princípio da equidade do SUS. No discernimento de algumas questões que ainda não foram evidenciadas e que demandam respostas. Esse artigo adentra, principalmente no que se refere aos limites institucionais para atender todas as demandas de saúde.

## Discussão

### Do direito à saúde constituído ao instituído

O direito a saúde foi legalmente reconhecido como um “direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988) a partir de intensas reivindicações de grupos pluralistas pertencentes ao movimento da reforma sanitária na segunda metade da década de 70. Ressaltou-se na Constituição Federal de 1988, “como um direito fundamental, cujo imperativo é a prestação positiva do Estado no sentido de concretizá-la e ampliá-la a todos os cidadãos” (ASSENSI, 2010: 36), ou seja ressaltou se a dimensão universalizante desse direito.

Para Cecílio (2008: 113) “a saúde como direito de todos e a superação de injustiças resultantes de nossas estruturas sociais estão implícitas no tríplice conceito-signo” de universalidade, equidade e integralidade, sendo uma forma viva do projeto de reforma sanitária. O autor (CECILIO, 2008: 113) ainda destaca que os conceitos de equidade e integralidade vão muito além do simples consumo ou acesso a determinado serviço ou bem de saúde, pois implica em repensar aspectos importantes de organização no processo de trabalho, gestão, planejamento e construção de novos saberes e práticas de saúde.

Contudo, é notório que as políticas sociais brasileiras passaram a ser executadas coadjuvantes com a adoção do projeto neoliberal. Esta, ora favoreceu o Estado Social, com a provisão social de políticas sociais universais e de fomento às famílias, como composto na Seguridade Social; ora fortaleceu o Estado liberal, ao articular o econômico ao social, comprometendo a efetivação e execução das políticas de cunho democrático. (VIANA &

<sup>2</sup> De acordo com Ocké-Reis (2013) o Estado fortalece o crescimento do mercado desde 1968. Nesta época, estes patrocinam o mercado de planos de saúde, hoje (a partir de 1988), o SUS socializa os custos deste mercado. Este vínculo do Estado com o mercado compromete a qualidade da atenção em saúde pública.





MACHADO, 2012). Estes autores avançam quando afirmam que “a política social não foi criada para fincar a base do Estado Social” com objetivo de “criar uma sociedade de iguais protegida das forças do mercado” e sim, para “operar políticas focalizadas de combate à desigualdade, de forma mais rápida e impactante no consumo das famílias” (VIANA & MACHADO, 2012, p. 4).

O próprio texto Constitucional apresenta algumas contradições, devido à polarização da discussão da saúde em dois blocos antagônicos: um, Plenária Nacional de Saúde, que defendia os princípios da Reforma Sanitária, e outro, representado pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e a Associação das Indústrias Farmacêuticas, que estavam diretamente ao setor privado (BRAVO & MATOS, 2007). Essa contradição pode ser visualizada no artigo 199 que previu a assistência à saúde como livre à iniciativa privada de forma complementar ao Sistema Único de Saúde.

Essa contradição é devida mediante as tensões sociais, políticas e econômicas advindas do processo de implementação do projeto neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990. A Lei Orgânica da Saúde nº 8080/90, também, passou pelo mesmo processo, quando o presidente Fernando Collor de Melo vetou 22 alguns artigos para institucionaliza-la. Esses artigos foram aprovados após três meses, com a lei nº 8.142/90. Essa lei normatiza o exercício do controle social e a transferência intergovernamentais dos recursos financeiros destinados à saúde. Mesmo assim, essas leis apenas são efetivadas com o processo de descentralização, ao definir as formas e critérios de financiamento destinados aos setores, conforme ressaltado pelas Normas Operacionais Básicas (BRAVO e MATOS, 2007).

Através da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº8080, artigos 6º e 7º) o Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado e estabelecido constitucionalmente, afirmando os princípios a universalidade, equidade e integralidade de acesso aos serviços de saúde, e, atribuindo-lhe a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive a assistência farmacêutica. Contudo, a assistência farmacêutica, também, foi prevista nas regulamentações do Sistema Único de Saúde, mas não foi regulamentada, somente em 1998 é que foi publicado o documento da Política Nacional de Medicamentos (VIEIRA E ZUCCHI, 2007) e, em 2004, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (CHIEFFI e BARATA, 2009).

Sendo a Política Nacional de Medicamentos (PNM) formulada com a finalidade de garantir o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. As diretrizes dessa



política foram, posteriormente, reafirmadas pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), destacando:

A adoção da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), a regulamentação sanitária de medicamentos e a promoção do seu uso racional, a reorientação da assistência farmacêutica, o desenvolvimento científico e tecnológico, a promoção da produção de medicamentos, a garantia da segurança, a eficácia e qualidade dos medicamentos, o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos (VIEIRA E ZUCCHI, 2007, p. 215).

36

A preocupação dos gestores da saúde nessas políticas, além de, corresponder à necessidade de promover ações estruturantes da assistência farmacêutica para a execução das ações e serviços de saúde, situa-se os nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, fixados na LOS (SANT' ANA et al, 2001a: 139). Segundo Sant' Ana et al (2001a) o RENAME foi criado como “um dos eixos estratégicos da PNAF” (SANT' ANA et al, 2001a: 139), haja vista que ela é também “um instrumento racionalizador das ações no âmbito da assistência farmacêutica, nos três níveis de complexidade — desde a atenção básica até o nível terciário” (SANT' ANA et al, 2001a: 139).

Também, ressalta-se que em função do fenômeno da judicialização da saúde, as legislações que foram incorporadas ao arcabouço normativo do SUS, no decorrer dos anos como: A Lei Federal 12401/2011 que dispõe sobre assistência terapêutica integral e incorporação tecnológica no âmbito do Sistema Único de Saúde, e, a Lei Complementar n. 141/2012, que regulamenta a Emenda Constitucional n. 29/2000, conduzindo a regulamentação orçamentário-financeiras, transferências dos recursos entre os entes federativos, controle e fiscalização dos recursos do SUS (BRASIL, 2011; 2012).

A coexistência do segmento privado ao sistema público no Brasil tem provocado efeitos deletérios na eficiência geral do sistema de saúde, com a tendência da incorporação tecnológica controlada pelas empresas, que visam apenas lucro e estímulo ao mercado de consumo, o financiamento com duplicidade de procedimentos médicos hospitalares e renúncia na arrecadação fiscal e socialização de custo com o setor privado (VIANA e MACHADO, 2012). Além disso, ressalta-se, neste mix público-privado, a organização dos recursos humanos e materiais com o estímulo à contração de Organização Social, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e das Parcerias Público-Privada (PPP) (FLEURY, 2012). Tem havido, também, interferência na equidade do acesso às ações e serviços, em que a utilização e a qualidade dos serviços têm sido segundo a capacidade de pagamento e usufruto da atenção



disponível a determinados segmentos (VIANA e MACHADO, 2012). Estes fatores têm interferido no ideário do direito à saúde no país.

### **O fenômeno da judicialização da saúde no Brasil**

A Constituição Federal de 1988 regulamentou o direito à saúde como um direito social de todos e dever do Estado, ao mesmo tempo possibilitou o acesso aos tribunais como forma de legitimação desse direito, caso os órgãos executores falhe na elaboração e implementação como uma política pública de saúde” (CHIEFFI & BARATA, 2009: 1842). O acesso aos tribunais com criação das ações diretas de inconstitucionalidade, a ampliação da autonomia do Ministério Público e a criação da assistência pública à justiça (SANTOS, 2011) possibilitou a intervenção do poder judiciário nas questões sociais, e, por conseguinte a interferência na atuação dos demais poderes, a esse fenômeno denominou-se por judicialização.

A legitimação da demanda judicial nas questões políticas expande-se a partir da década de 1990, quando o Estado Brasileiro passa pelo processo de contra-reforma, com rígidos critérios de elegibilidade em relação ao acesso aos direitos sociais (KRUGER, 2010), precariedade de recursos humanos e repasse dos bens e serviços públicos para empresas terceirizada e/ou com fins lucrativos. Nota-se que o Brasil, que um processo de Constituição de direitos tardio em relação aos demais países, e a reivindicação por esses direitos à justiça, também, acontece posteriormente, diferente desses países que dispunham de políticas baseadas no Estado de Bem Estar Social, e, já desfrutaram desse acesso à justiça (JUNQUEIRA, 1996).

Nestes termos, para o cidadão que não consegue acessar os serviços sociais, via as instituições de políticas sociais, a possibilidade de recorrer à Justiça representa um recurso à efetivação do direito à saúde e, no limite, à sobrevivência (SIERRA e REBOUÇAS, 2011). Como exemplo, tem-se os pacientes com HIV/AIDS, mediante a negativa ou ausência da atuação dos poderes executores e legislativos, passaram a reivindicar medicamentos e procedimentos médicos via processo judicial (VENTURA et al, 2010) tendo, hoje, incorporado uma lei infraconstitucional que possibilita o acesso a qualquer tipo de medicação e tratamento prescrito (SANTOS). Essa ação impulsionou os pacientes com outras enfermidades, atualmente o perfil das ações judiciais é bem mais diversificado, principalmente no que se refere a medicamentos que abrange variadas indicações terapêuticas (SANT’ANA et al., 2011, p. 138-144).



Assim, fundamental como primeiro entendimento do fenômeno ‘judicialização da saúde’ é que a sua expansão decorre da própria constituição jurídico-institucional do Estado democrático ao possibilitar ao judiciário o direito de intervir sobre as questões políticas de outros poderes, seja cumprindo as regras do mercado e os contratos privados, mediante o modelo de desenvolvimento social baseado no mercado, seja como instância protetora dos direitos econômicos e sociais precarizados, devido ao desmantelamento do Estado Social (SANTOS, 2011).

Nesse sentido, Fleury (2012) defende que a judicialização da saúde devido e mediante a preponderância do Estado liberal sobre o Estado social, pode salvar o SUS das ameaças ao retrocesso. Um retrocesso que, segundo esta autora, implicará na perda da garantia do direito universal a saúde, caso continue deixando ao setor privado a gestão pública. O acesso à saúde via instâncias jurídicas, neste sentido, representa uma cultura democrática, mesmo que estando exercidas em condições desfavoráveis de forma ampla, pois requer uma real democratização do Estado e da sociedade (SANTOS, 2011).

Contudo, baseado em algumas pesquisas (SANT’ANA et al., 2011a; CHIEFFI & BARATA, 2009, MACHADO et. al., 2011) que tiveram acesso a processos judiciais nas instâncias jurídicas evidenciam os efeitos negativos sobre essa forma de acesso ao direito à saúde, na medida em que os operadores do direito, ao considerar a universalidade e a integralidade da atenção à saúde, fazem mesmo tratamento a todas as matérias e casos julgados (WANG, 2008). Esses autores identificaram que a maioria dessas ações judiciais referentes aos medicamentos tem liminar/concessão de tutela antecipada ou até mesmo a sentenças favoráveis ao autor, sem analisar a real eficácia terapêutica demandada, tendo como única exigência as prescrições médicas (CHIEFFI e BARATA, 2009). Em outras palavras, as decisões judiciais têm sido tomadas por meio de procedimentos comuns, sem exigência de maiores informações e provas documentais para terem a sentença favorável (BORGES & UGÁ, 2009).

No que se refere às prescrições médicas, apontadas nos processos judiciais, foram apresentados insumos que abrangem os medicamentos para as mais variadas indicações terapêuticas (MESSEDER et al., 2005), não estando os medicamentos inseridos na lista oficiais do SUS (protocolos clínicos, lista de seleção ou financiamento), ou com indicação de uso off label<sup>3</sup> ou desprovido do registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou

<sup>3</sup> Indicação de uso off label se refere aos medicamentos que são prescritos para uma indicação diferente daquela que foi autorizada pelo órgão regulador de medicamentos em um país (PAULA, 2010).



que estão sendo testados em ensaios clínicos (SANT'ANA et. al., 2011), mesmo tendo o SUS um número considerável de alternativas terapêuticas<sup>4</sup> (MACHADO et. al., 2011). Nesse sentido, essas decisões judiciais individuais movidas para fornecimento de medicamento têm, indiretamente, afetado toda a coletividade, já que o bem adjudicado é de provimento do Estado, e, envolve recursos públicos (BORGES e UGÁ, 2009).

Conforme ressalta as pesquisas de Viera e Zuchi (2007), Chieffi e Barata (2010) a maioria dos impetrantes das ações judiciais eram de advogados particulares, o que sugere que as pessoas em condições para custear os honorários dos advogados poderiam adquirir os medicamentos solicitados. Outra sugestão é que os serviços do SUS, talvez, estejam sendo usados para transcrição de prescrição que tenham sido inicialmente feitas por serviço privado com o propósito de impetrar a ação judicial contra o órgão público. Essas ações infringem a diretriz integralidade das ações e serviços do sistema, pois o fornecimento de medicamentos estaria garantido apenas para prescrições originadas pelo SUS, excluindo os serviços de saúde que livres à iniciativa privada (CHIEFFI & BARATA, 2009).

Já nos estudos de Messeder et. al. (2005), no Estado do Rio de Janeiro, e de Romero (2008), no Distrito Federal, a maioria dos impetrantes possuem representação judicial pela Defensoria Pública, sendo comprovação da hipossuficiência da pessoa um requisito para ser atendido. Ainda que não pode-se inferir necessariamente que aquele que for beneficiado com a gratuidade de justiça e representado pela Defensoria Pública não possui condições para arcar com os custos de seu tratamento, considerando que as despesas judiciais em geral são pontuais e bem menores do que as de despesas com alguns tratamentos de saúde (PEPE et al, 2010), os trabalhos trazem questionamentos com relação ao estabelecimento de critérios para o alcance da equidade no acesso ao SUS e ao sistema de justiça, passível, inclusive de análises.

Outro fator que tem influenciado a geração de demandas judiciais para obtenção de medicamentos, de acordo com Chieffi e Barata (2010), é a pressão das indústrias de insumos que, objetivando a inserção no mercado incentivam a judicialização do acesso aos seus produtos. Em suas análises, identificou-se que as indústrias farmacêuticas comandam os processos judiciais por meio das propagandas com os produtos exclusivos e com estímulo à prescrição médica para que o paciente tenha que requerer o produto ofertado por elas. Ajuizada

<sup>4</sup> Alternativa terapêutica corresponde aos medicamentos pertencentes às listas de financiamento público que possam ser intercambiáveis com os medicamentos demandados judicialmente. Sendo recomendável considerar alternativa terapêutica, os medicamentos de mesmo subgrupo farmacológico do Sistema de Classificação ATC, para a mesma indicação terapêutica (MACHADO et al., 2010).



uma ação, os gestores do SUS são obrigados a efetuar a compra no laboratório indicado, sem nenhuma possibilidade de negociação de preços, já que pertencem a um único laboratório.

Autores como Messeder et al. (2005) e Machado et al. (2011) visualizam que o aumento de ações judiciais por determinado tipo de medicamento conduz sua incorporação pelo SUS. Tendo sido identificada a incorporação dos medicamentos de AIDS, em 1997, na Secretaria do Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (MESSEDER ET AL, 2005), e dos medicamentos de insulina glargina, em 2005, adalimumabe e etanercepte, em 2006, bosentana e sildenafil 1, em 2009, foram sucessivamente sendo inclusos nos programas da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, após passarem por processos judiciais (MACHADO et. al. 2011).

Também observou-se que as ações judiciais têm tendência a uniformizar as responsabilidades dos entes federativos, decorrente da interpretação legal que refere as competências e atribuições comuns relativas ao cuidado da saúde estabelecidas constitucionalmente (Art. 23º da Constituição Federal) e na Lei Federal nº. 8.080/90 (Art. 15º) (PEPE et. al., 2010). Ocorrendo, na maioria das vezes, a isenção dos municípios das responsabilidades, principalmente em se tratando de município habilitado na Gestão Plena do Sistema Municipal, com a alocação indevida de recursos da assistência farmacêutica na esfera estadual, também compromete outras ações programadas pela gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) (MESSEDER et al., 2005). Da mesma forma, ocorre no inverso, quando o município é obrigado a fornecer medicamentos do Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional que são de responsabilidade da gestão estadual, em detrimento dos Medicamentos da Atenção Básica (VIEIRA e ZUCCHI, 2007).

O aumento exponencial com os gastos públicos gerados pela judicialização da saúde, muitas das vezes estranhos à lista do SUS, conduz a uma situação de insegurança para os gestores municipais, intitulados como “potenciais réus de toda a falha no sistema” (FLEURY, 2012, 161). Conforme o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, ressaltado por Teixeira (2011, 13), os operadores do direito na busca de cumprimento do direito à assistência das ações e serviços de saúde, em diversas ocasiões, tem tomado medidas como os sequestros de verba pública, o bloqueio de verba pública, e, até a prisão dos operadores da saúde pelo não-cumprimento de liminares.





Os operadores da saúde ao atender em caráter emergencial as liminares judiciais<sup>5</sup>, na maioria das vezes individuais, não consegue programar a aquisição e distribuição de determinados medicamentos e corre “o risco de fazê-lo de forma que não atenta a critérios com eficácia, segurança e prioridades sanitárias da população” (MACHADO et. al., 2011). Pode, neste caso, até por em risco a saúde do paciente, dado à circulação de produtos que não foram reconhecidos cientificamente pelos órgãos oficiais, assim como, as inadequadas prescrições médicas (PEPE et al., 2010).

### **Em nome do direito fundamental de saúde de todos: alguns apontamentos**

O posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando a obrigatoriedade do fornecimento estatal de recursos destinados a garantir o direito à saúde foi o mesmo até o ano de 2007, conforme os estudos de Filho (2013)<sup>6</sup>. Após este período, a partir do julgamento monocrático da SS 3.073 RN, em 09/02/2007 da Ministra Ellen Greice considerou que não era obrigação do Estado do Rio Grande do Norte em fornecer medicamentos (Mabithera (Rituximabe) + Chop) para paciente portador de câncer causaria lesão à ordem pública, na medida em que abalaria a organização do sistema público de saúde (FILHO, 2013). Sua argumentação principal foi que:

A gestão da política nacional de saúde, que é feita de forma regionalizada, busca uma maior racionalização entre o custo e o benefício dos tratamentos que devem ser fornecidos gratuitamente, a fim de atingir o maior número possível de beneficiários. Entendo que a norma do art. 196 da Constituição da República, que assegura o direito à saúde, refere-se, em princípio, à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo, assegurando-lhe acesso universal e igualitário, e não a situações individualizadas. A responsabilidade do Estado em fornecer os recursos necessários à reabilitação da saúde de seus cidadãos não pode vir a inviabilizar o sistema público de saúde. No presente caso, ao se conceder os efeitos da antecipação da tutela para determinar que o Estado forneça os medicamentos relacionados “(...) e outros medicamentos necessários para o

<sup>5</sup> Os processos de compra de bens e serviços no setor público que obriga a licitação e estabelece critérios para sua inexigibilidade, como no caso de calamidade pública ou urgência de atendimento, nas três esferas de governo, são disciplinados pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (PEPE et al, 2010)

<sup>6</sup> O autor Filho (2013) analisou as decisões do Supremo Tribunal Federal Brasileiro no período entre novembro de 1999 e agosto de 2013, tendo as decisões quase sempre embasadas no art. 196 da Constituição Federal, o qual aduz que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”.



tratamento (...)” (fl. 26) dos associados, está-se diminuindo a possibilidade de serem oferecidos serviços de saúde básicos ao restante da coletividade (BRASIL, 2007 *apud* FILHO, p. 2013)

Esse argumento protagonizou a tentativa de mudança de entendimento da Corte Brasileira, contudo, de acordo com as pesquisas supracitadas no item anterior e os estudos do autor (FILHO, 2013) os operadores do direito permanecem reiterando o posicionamento tradicional com decisões favoráveis à concretização do direito à saúde, sendo raras as exceções. O STF considera lícito ao Judiciário intervir em matéria de políticas redistributivas, por isso, guia-se pelo princípio de que Estado deve fornecer gratuitamente medicamentos ou tratamentos médicos aos cidadãos carentes. E, por se tratar de um direito à vida e à saúde as questões orçamentárias são quase que irrelevantes (FILHO, 2013).

Em 2009, após a audiência pública, ocorrida entre 27 de abril e 07 de maio de 2009, o entendimento do STF enfatizou o papel do Poder Judiciário na concretização de direitos relacionados à saúde pública. Nas palavras do relator Ministro Gilmar Mendes:

Esse foi um dos primeiros entendimentos que sobressaiu nos debates ocorridos na Audiência Pública-Saúde: no Brasil, o problema talvez não seja de judicialização ou, em termos mais simples, de interferência do Poder Judiciário na criação e implementação de políticas públicas em matéria de saúde, pois o que ocorre, na quase totalidade dos casos, é apenas a determinação judicial do efetivo cumprimento de políticas públicas já existentes (STF, 2009)

O Poder Judiciário atua mediante a omissão indevida dos órgãos executivos, em que não garante os medicamentos que estão inseridos nas normas técnicas citadas anteriormente (Incluindo a lista do RENAME, Portarias, e Programas de Assistência Farmacêutica) (BORGES & UGÁ, 2009). Entretanto, os insumos de saúde requeridos judicialmente não correspondem apenas aos medicamentos inseridos normas técnicas do SUS, a população tem objetivado uma saúde mais que perfeita (SFES, 1996), são diversos os tipos de medicamentos requeridos. Os operadores da saúde em recurso atentam os pelas normas técnicas e se isentam da responsabilidade. Como os operadores do direito deveram agir nessas circunstâncias? Os operadores do direito deveram se ater outros critérios como: observar os fatores como a indispensabilidade do medicamento para a manutenção da vida do indivíduo, e, adicionalmente, a opção pelo medicamento nacional, e, ainda, se possível, a opção pelo medicamento genérico, de menor custo e eficácia comprovada (BORGES & UGÁ, 2009).



Como também, observar se a prescrição médica é de origem do SUS, a fins de não inverter a lógica do sistema ao privilegiar outros interesses (como os da indústria farmacêutica e da medicina privada), e, aumentar ainda mais as iniquidades presentes no sistema (BORGES & UGÁ, 2009).

Por isso, uma vez que os conflitos sociais têm sido levados a apreciação do poder judiciário, principalmente no que se refere a saúde, implica em uma difusão e absorção dos direitos e princípios constitucionais pela sociedade, uma facilitação do acesso à justiça no país, e, um papel indispensável a indução do processo político (BORGES & UGÁ, 2009). Embora, em termos de gestão e planejamento, face os limites orçamentários e o volume de ações judiciais individuais de medicamentos, cobra-se aos operadores do direito que “trate o tema com a devida precaução, respaldando suas decisões em critério que vão além da simples fundamentação no dispositivo constitucional e na Lei nº. 8.080/90” (BORGES & UGÁ, 2009, 67).

### **Considerações finais**

A revisão bibliográfica supracitada anuncia como o fenômeno da Judicialização da Saúde tem “provocado desconforto e está cada vez mais distante da solução para a questão” (DAVID e COELHO, 2014: 2). De acordo com Cidadino (1999) os operadores do direito fundamentam uma cultura jurídica comprometida com as medidas do liberalismo, ou seja, menos participativa do que representativa da democracia. Fundamentam suas decisões baseada na Constituição Alemã. Em outros termos, o pensamento jurídico brasileiro se posiciona como positivista e comprometido com a defesa de um sistema voltado para a garantia da autonomia privada dos cidadãos (CIDADINO, 1999). Um posicionamento contrário ao sistema de direito fundamentados na Constituição, em que tem como base o idealismo do pluralismo com justiça distributiva (CIDADINO, 1999). Essa contradição pode ser observada desde a constituição dos direitos no Brasil, em que, a partir da década de 1990, as medidas neoliberais adotadas pelos governos fornecem barreiras a institucionalização dos mesmos (SIERRA, 2011).

O Judiciário ao atender as demandas de medicamentos por prestações provoca dúvidas se realmente sua contribui para consolidação do SUS, uma vez que alcança apenas o resultado originado pela falha dos poderes executivo e legislativos, e, não as condições que impossibilitaram a oferta da prestação demandada em juízo (DAVID e COELHO, 2014). É



certo que a atuação dos operadores do direito não irá solucionar o grande problema do SUS: o subfinanciamento, que aliado ao mercado produz desigualdades no acesso as ações e serviços. Até por que a assistência à saúde foi regulamentada como livre à iniciativa privada em normas (artigo 199 da Constituição Federal e art. 21 da lei n. 8.080), para a intervenção seria necessário alteração dessas normas no Congresso Nacional (OCKE-REIS, 2013).

Mediante a esses argumentos é possível entender que o problema do acesso e distribuição dos medicamentos no SUS é histórico e vem sendo cobrados nas instâncias legitimadoras de direito. O sistema público de saúde desde sua constituição tem “o desafio de ser único” (OCKE-REIS, 2013), mas hoje, conforme ressalta Ocké-Reis (2013) o SUS não teria condições de substituir o mercado na cobertura dos trabalhadores do núcleo dinâmico da economia e do Estado. Nesse sentido, este autor sugere, embasados ao preceito da reforma sanitária, que a ‘saúde suplementar’ seja regulada como atividade privada de interesse público, mediante o regime de concessão de serviços públicos (PIERRO, 2014)<sup>7</sup>.

Baseado nesses argumentos, é que a gestão da política de saúde frente ao aumento da demanda por medicamentos, a pressão da indústria farmacêutica e da população pela incorporação tecnológicas exigem-se uma iniciativa dos operadores da saúde, e fundamentalmente, dos operadores do direito, para que compreenda-se “o papel de corresponsável pela consolidação do SUS” (DAVID e COELHO, 2014: 2), e que, possa intervir nos “aspectos que determinam as possibilidades do Estado estruturar um Sistema de Saúde conforme prometido pela Constituição” (DAVID e COELHO, 2014: 2).

## Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei Orgânica da Saúde, Lei n.º. 8080*. Brasília, 19 de setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar. Nº 141. BRASILIA, DE 13 DE JANEIRO DE 2012.*

\_\_\_\_\_. *Lei 12.401, de 28 de abril de 2011*. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no

<sup>7</sup> Ver: PIERRO, B. "O problema não é o SUS, e sim o mercado", diz pesquisador do IPEA. Disponível em: <http://advivo.com.br/materia-artigo/o-problema-nao-e-o-sus-e-sim-o-mercado-diz-pesquisador-do-ipea.20/07/2014>.



âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 abr. 2011a.

BORGES, D.C.L.; Ugá, M.A.D. Conflitos e impasses da judicialização na obtenção de medicamentos: as decisões de 1ª instância nas ações individuais contra o Estado do Rio de Janeiro, Brasil, em 2005. *In: Cad Saude Publica*;26(1): 59-69, jan. 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurilo Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. *In: Saúde e Serviço Social*. Ed. Cortez, Rio de Janeiro, 2007.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. Rio de Janeiro: ENSP, 2004. Disponível em: <[www.lappis.org.br](http://www.lappis.org.br)> Acesso em: 20 out. 2008.

CHIEFFI, Ana Luiza; BARATA, Rita de Cássia Barradas. Judicialização da política pública de assistência farmacêutica e equidade. *In: Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(8):1839-1849, ago, 2009.

CIDADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

CHIEFFI, Ana Luiza; BARATA, Rita de Cássia Barradas. Ações judiciais: estratégia da indústria farmacêutica para introdução de novos medicamentos. *In: Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 44, n. 3, jun. 2010.

DAVID, G. C.; COELHO, T, L. Novos caminhos para a judicialização da saúde no Brasil? Disponível em: <http://cebes.com.br/2014/07/debate-novos-caminhos-para-a-judicializacao-da-saude-no-brasil/> . 19/07/2014.

FILHO, Marcio Camargo Cunha. Qual é a justiça da justiça brasileira? Uma análise das decisões do supremo tribunal federal em matéria de direito à saúde à luz das teorias políticas de R. Nozick, J. Rawls e R. Dworkin. *In: Revista Direito e Práxis*. Vol. 4, n. 7, 2013, pp. 172-195.

FLEURY, Sonia. Judicialização pode salvar o SUS. *In: Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 93, p. 159-162, abr./jun. 2012.

MACHADO, M.A.A. et al. Judicialização do acesso a medicamentos no Estado de Minas Gerais, Brasil. *In: Rev Saude Publica*;45(3): 590-598, jun. 2011.

MESSEDER, A.M.; Osorio-de-Castro, C.G.S.; Luiza, V.L. Mandados judiciais como ferramenta para garantia do acesso a medicamentos no setor público: a experiência do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *In: Cad. Saude Publica*;21(2): 525-534, mar.-abr.2005.

MEDICI, A. C. Judicialização, integralidade e financiamento da saúde. Disponível em: <http://monitordesaude.blogspot.com.br/2010/04/judicializacao-integralidade-e.html>. 18/07/2014.



OCKÉ-REIS, C. O. *SUS: O desafio de ser único*. 2.Ed.Rio de Janeiro: Políticas Públicas e Saúde, 2013. 180 p.

PAULA, CS. *Uso Off Label de Medicamentos: Análise das Demandas Judiciais no Cemepar e Conduta dos Farmacêuticos no Paraná*. [Dissertação] [Curitiba] Universidade Federal do Paraná; 2010. 145p.

RAWLS, John. *Justiça como Equidade: uma reformulação*. 1ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma revolução democrática da justiça. *In: Revista dem. Just.* 2011. 3º Ed. Revisada e ampliada.

SANT'ANA, J.M.B; Pepe VLE, Osorio-de-Castro CGS, Ventura M. Essencialidade e assistência farmacêutica: considerações sobre o acesso a medicamentos mediante ações judiciais no Brasil. *In: Rev Panam Salud Publica*. 2011a;29(2):138-44.

SANT'ANA, J.M.B. et al. Racionalidade terapêutica: elementos médico-sanitários nas demandas judiciais de medicamentos. *In: Rev Saude Publica*;45(4): 714-721, ago.2011b.

SANTOS, Lenir. SUS: contornos jurídicos da integralidade da atenção à saúde. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/multimedia/documentos/sus-contornos-juridicos-da-integralidade-da-atencao-saude>. 19/07/2014.

Supremo Tribunal Federal. Audiência pública – saúde. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaSaude>. Acesso 13/08/2009.

PIERRO, B. "O problema não é o SUS, e sim o mercado", diz pesquisador do IPEA. Disponível em: <http://advivo.com.br/materia-artigo/o-problema-nao-e-o-sus-e-sim-o-mercado-diz-pesquisador-do-ipea>.20/07/2014.

SCAFF, Fernando Facury e Nunes, Antônio José. *Os tribunais e o direito à saúde*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2011.

SFEZ, L. *A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia*. Volume 7. Edições Loyola, 1996.

SIERRA, Vânia Morales; REBOUÇAS, Ramiro Carlos Rocha. Judicialização das políticas públicas no Rio de Janeiro. *In: Revista Consultor Jurídico*, 2011.

VIANA, A. L. d'AVILA; MACHADO, C. V. Capitalismo e Estado Social: qual o sentido do SUS? <http://www.politicasocial.net.br/index.php/105-caderno/caderno-saude/208-cad-saude-analuzacristiani.html>.





VIEIRA, F.S.; ZUCCHI, P. Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil. *In: Rev Saude Publica*;41(2): 214-222, abr. 2007.



## **CAPITAL SOCIAL E A REALIDADE DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS MUNICÍPIOS NORTE-MINEIROS COM BAIXO IDHM**

PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho

Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

*E-mail: wesleyrcp@gmail.com*

NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e

Professora Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; pesquisadora do Projeto 10envolver.

*E-mail: geusisocial@yahoo.com.br*

SILVA, Tathiane Paraíso da

Professora Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; pesquisadora do Projeto 10envolver.

*E-mail: tatymoc@hotmail.com*

48

### **RESUMO**

Cinco municípios norte-mineiros estão entre as localidades brasileiras com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM. Incitado por essa realidade desfavorável, que provoca substanciais impactos na qualidade de vida das pessoas, e em observância às possibilidades de fortalecimento das instâncias de participação popular, analisa-se o Projeto 10envolver da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social – CIMOS, do Ministério Público. Tendo como referência o estudo dos relatórios produzidos, entre 2013-2014, por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, parte-se, neste trabalho, das vivências e dificuldades das instâncias de participação popular dos municípios de Bonito de Minas, Gameleiras, Pai Pedro, Indaiabira e Fruta de Leite, para melhor compreensão das estratégias de fomento ao empoderamento social e de incremento desse Índice.

**Palavras-Chave:** Capital social. Projeto 10envolver. Ministério Público.

### **ABSTRACT**

Five north-miners among Brazilian municipalities are localities with low Human Development Index - IDHM. Prompted by this unfavorable fact that causes substantial impacts on quality of life, and with respect to the possibilities of strengthening the opportunities for citizen participation, analyzes the design 10envolver the Coordination of Social Inclusion and Mobilisation - CIMOS, the Public Ministry. With reference to the study of the reports produced between 2013-2014, by researchers at the Federal University of Minas Gerais - UFMG and the State University of Montes Claros - UNIMONTES if part of this work, the experiences and difficulties of opportunities for citizen participation the municipalities of Beautiful Mine, Gameleiras, Father Peter Indaiabira Fruit and Milk, for better understanding of strategies to promote social empowerment and increment that index.

**Key-words:** social capital. Project 10envolver. Public Ministry.



## 1. Introdução

Ao contextualizar o IDH dos 05 municípios norte-mineiros (Bonito de Minas, Gameleiras, Pai Pedro, Indaiabira e Fruta de Leite) com a realidade nacional tem-se uma expressiva disparidade socioeconômica e política: eles também se situam entre os territórios com os mais baixos índices de desenvolvimento humano de todo o país. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, entre os Estados situados nas posições extremas tem-se o Distrito Federal no 1º lugar, com IDH de 0.824, e o de Alagoas, no 27º lugar, com IDH de 0.631. No ano de 2010, em relação ao IDH dos 5.565 municípios do Brasil, Gameleiras/MG ocupava a posição 3.115ª, Indaiabira/MG a 3.902ª, Pai Pedro/MG ocupava a 4.395ª posição, Fruta de Leite/MG a 5.277ª e Bonito de Minas/MG, quase no final do ranking, ocupava a 5.345ª posição.

Estes municípios, por sua vez, estão assim situados no ranking das 853 localidades mineiras com maior e menor IDH:

**Quadro 1 – Posição dos municípios com menor IDH no Estado de Minas Gerais**

Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
545 °	Gameleiras (MG)	0.650	0.559	0.796	0.618
747 °	Indaiabira (MG)	0.610	0.575	0.804	0.490
791 °	Bertópolis (MG)	0.594	0.576	0.799	0.455
801 °	Pai Pedro (MG)	0.590	0.520	0.760	0.520
806 °	Crisólita (MG)	0.585	0.579	0.799	0.432
842 °	Novo Oriente de Minas (MG)	0.555	0.568	0.754	0.400
845 °	Fruta de Leite (MG)	0.544	0.548	0.792	0.370
847 °	Setubinha (MG)	0.542	0.536	0.743	0.400
848 °	Monte Formoso (MG)	0.541	0.523	0.765	0.396
851 °	Bonito de Minas (MG)	0.537	0.514	0.776	0.388

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (2013)

Sabe-se que entre os ditos 853 municípios mineiros, Nova Lima/MG ocupa o 1º lugar, tendo o melhor IDH (0.813) e, São João das Missões/MG o de pior IDH mineiro (0.529). Entre os municípios norte-mineiros, Gameleiras/MG se destaca pelo seu IDH-M de 0.650 e, na posição mais desfavorável, identifica-se Bonito de Minas/MG com IDH-M de 0.537. Em



termos gerais, das 27 unidades da Federação, Minas Gerais ocupa a 9ª posição entre os de melhor IDH, justamente por este se equivalente a 0.731.

A vulnerabilidade existente nos territórios norte-mineiros se mostrou nítida a partir do conhecimento público sobre os indicadores de saúde, educação, renda, entre outros. Ao mesmo tempo suscitaram-se alguns questionamentos sobre a capacidade da gestão local e das instâncias de participação popular (associações comunitárias, conselhos, colegiados e movimentos sociais diversos) em construir estratégias efetivas para o incremento do referido IDHM.

Estudos como o de Putnam (2000), ao investigar as desigualdades de desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália, por cerca de vinte anos, avaliaram os impactos da descentralização administrativa dos governos para a diminuição das desigualdades, analisando a relação entre o desempenho observado e a "natureza da vida cívica" das pessoas. Há uma reflexão acerca dos motivos que levam uma região a se desenvolver mais do que outra apesar de possuírem, na ocasião da pesquisa, os mesmos mecanismos e moldes institucionais.

Por meio desse intenso processo de verificações apreendeu-se que as diferenças na vida cívica se tornam fatores determinantes do desempenho das instituições e na obtenção de qualidade de vida. Assim sendo, o contexto histórico o qual se estabeleceram o sul e o norte da Itália, até a sua unificação, remontam diferenças nos regimes políticos, bem como nas tradições de engajamento cívico. Um indicativo importante é a existência de capital social, que acontece na dimensão dos relacionamentos, na relação de confiança geral e interpessoal, na capacidade de associatividade para a produção de bens coletivos. Certamente, a qualidade do capital social construído produz efeitos favoráveis ao desenvolvimento local.

Para autores como Kliksberg e Rivera (2007), sociedades com alto grau de capital social positivo tendem a investir em capital humano. Quando capital social e capital humano se combinam há uma forte tendência de gerar capital construído e logo um melhor proveito dos recursos naturais. A confiança entre os membros da comunidade, ou o modo como os indivíduos se percebem, trata-se de um elemento importante, pois o baixo ambiente de confiança mina as possibilidades de um governo democrático. A participação social se torna muito mais um discurso ideológico do que uma ação prática. Certamente, a maneira como as pessoas se comportam perante interesses públicos tem repercussão na economia, na sociedade e, porque não dizer, nos valores éticos.

A compreensão dos resultados desse estudo, contextualizados à realidade sócio-histórica, política e econômica de 10 (dez) municípios mineiros com baixo IDH oportunizou a



construção de uma ação intersetorial para análises e possíveis intervenções nesse contexto. Diante desse contexto de fragilidades locais é que os primeiros esboços do Projeto 10envolver foram formatados e apresentados dentro do Ministério Público, para apreciação, mobilização e envolvimento dos seus profissionais, principalmente dos promotores regionais que fazem parte da CIMOS, da Escola Institucional do MP, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e das promotorias locais situadas nessas regiões.

A partir de uma rede que desencadeia várias ações é que foi elaborado o Projeto 10envolver. O seu embrião primeiro, pode-se dizer, está ligado aos estudos de Lima (2009) e da sua atuação enquanto pesquisador, Promotor de Justiça, Coordenador Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco, Sub-bacia Rio Verde Grande e Pardo e, mais recentemente, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).

Indicativos sobre a questão ambiental, socioeconômica, cultural e política de alguns municípios influenciaram a decisão de se construir uma proposta de pesquisa-ação que, de certa forma, instigasse outros sujeitos, entidades e instituições sobre a necessidade de transformação social das localidades degradadas e pauperizadas que, por sua vez, tinham em 2010, indicadores de desenvolvimento humano fragilizados.

Outra questão passível de investigação é a pouca mobilidade sócio-política das entidades e organizações sociais, tais como conselhos, associações, colegiados escolares e movimentos religiosos existentes nessas localidades, apesar do significado dessas instâncias de participação popular para a efetividade do controle social. De acordo com Lima (2009), “o capital social e o fortalecimento institucional são pontos favoráveis ao maior desenvolvimento” (LIMA, 2009). Baseando-se nesses entendimentos procura-se compreender os motivos da permanência desses municípios entre aqueles de menor IDHM do Estado de Minas.

Reconhece-se, social e historicamente, que o Ministério Público é uma instituição importante não apenas para a esfera criminal, mas para a defesa dos direitos humanos no seu sentido mais amplo. Enquanto defensor desses direitos também pode agir preventivamente, mas, por conta da diversidade de demandas, recursos, possibilidades, especificidades e complexidades, o MPMG não consegue enfrentar, e/ou resolver sozinho, grande parte dos problemas sociais identificados a partir das demandas recebidas.

Com base nesses indicativos é que o Projeto 10envolver se propõe a conhecer, diagnosticar, analisar a capacidade institucional e acompanhar a dinâmica de dez municípios



de Minas Gerais, com essas mesmas características referenciadas: Bonito de Minas, Fruta de Leite, Pai Pedro, Indaiabira e Gameleiras (pertencentes à mesorregião do norte de Minas); Crisólita, Setubinha, Novo Oriente de Minas e Bertópolis (inseridos no Vale do Jequitinhonha), e Monte Formoso (no Vale do Mucuri). O desejo é que o Projeto 10envolver se desdobre em ações exitosas por um período mínimo de 05 anos. Assim, buscam-se plantar a semente e já perceber os seus frutos e a sustentabilidade do que foi construído nessas localidades.

Ao ser compartilhado, outros saberes, olhares e contribuições teórico-metodológicas foram agregadas ao escopo do Projeto. Ampliou-se a participação e envolvimento com algumas instituições de ensino do Estado, tais como a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, a Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM; a Universidade Federal de Viçosa e Fundação Universidade de Itaúna. Na medida em que é executado, o Projeto 10envolver incorpora novas demandas e, para tanto, sinaliza a necessidade do envolvimento de outros parceiros como do Poder Executivo e Legislativo de Minas Gerais, do apoio financeiro do Fundo especial do MPMG e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP.

Foi por considerar o seu papel social e o reconhecimento das ações até então desenvolvidas que a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES foi convidada a participar desse processo de implementação, execução e acompanhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos em 05 dos 10 municípios com baixo IDH (Bonito de Minas, Fruta de Leite, Pai Pedro, Indaiabira e Gameleiras), justamente por estes se situarem no norte de Minas, principal área de abrangência dessa instituição de ensino superior. Na oportunidade, destacam-se as contribuições relacionadas ao ensino, à pesquisa e extensão desenvolvidas em toda a mesorregião, pelo Mestrado em Desenvolvimento Social dessa universidade. Potencialmente, os trabalhos de pesquisa-ação nos outros 05 municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri passaram a ser coordenados pela UFVJM, até pela sua localização sócio-espacial.

Nesse ínterim, as ações desenvolvidas no Projeto 10envolver se desdobraram em três etapas que vai desde a produção de conhecimentos sobre a dinâmica socioeconômica, política, cultural e ambiental dos territórios e das instâncias de participação popular existentes nesses municípios até a construção coletiva de planos de intenções e projetos a serem executados para promoção do empoderamento popular e para melhoria da qualidade de vida de todos os municípios. Aqui se legitimam os discursos de Japiassu (1976, p.74) ao dizer que a





interdisciplinaridade revela “a intensidade das trocas entre os especialistas” e a interação entre as disciplinas e a comunidade, a fim de alcançar determinado resultado.

Cabe ainda dizer que as instâncias de participação popular, historicamente, são as principais referências frente à operacionalização do controle social, enquanto conquista da sociedade civil e instrumento da democracia que se opõe às formas de governo não democrático (BOBBIO, 2000). É pelo exercício e efetividade do Controle Social que se legitima “a participação dos cidadãos no exercício do poder colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito de algumas políticas públicas” (FONSECA, 2009). A integração da sociedade com a administração pública se dá através dessa forma de controle a fim de solucionar os problemas sociais locais com maior eficiência.

## **2. Olhares sobre as percepções e as ações realizadas pelo projeto 10envolver: alguns resultados preliminares**

O Projeto 10envolver se desdobra, no ano de 2013, em três etapas cruciais: de aproximação e apresentação; de produção de conhecimentos e intervenção; de trocas a partir da socialização dos resultados dos trabalhos até então desenvolvidos e construção de planos de intenções e projetos de ação para cada um desses territórios.

A primeira etapa se orientou pela apresentação da proposta às instâncias de participação e ao Poder Público local. Nesse momento inicial foram realizadas aproximações entre universidades e a comunidade, o percorrimento por toda a extensão territorial dos municípios bem como diagnósticos sociais com o intuito de produzir mais conhecimentos sobre a realidade sócio-espacial de cada localidade. Foi a partir dessa fase que as concepções de empoderamento social ficaram mais nítidas e fortalecidas.

O empoderamento social, nesse contexto, não é entendido como o simples ato de “dar” poder a outrem. Os profissionais externos à realidade local não são agentes desse empoderamento e nem os sujeitos mais importantes desse processo de mudança. Pelas experiências advindas das ações realizadas pelo Projeto 10envolver nos 05 municípios do Norte de Minas tem-se a certeza de que esse entendimento, além de claro, deve compartilhado amplamente, até porque, no contexto sócio-econômico, político e cultural dessas localidades, muito se espera da “ajuda” assistencialista de outros sujeitos e instituições, que porventura irão trazer o “desenvolvimento” que almejam.



O ideal é que o empoderamento tenha uma dimensão comunitária, principalmente, quando se considera que múltiplas formas de dominação verticalizada se fizeram presentes na trajetória sócio-histórica e política do Brasil. Deseja-se que os indivíduos tenham a capacidade de decidir e participar democraticamente sobre as questões que lhes dizem respeito. Reforçam Horochovski e Meirelles (2007, p.486) que empoderar “é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”. Portanto, são sujeitos ativos e não passivos desse processo.

Ao priorizar tais discussões, não se descarta, por exemplo, a necessidade de empoderamento individual, por este resultar “da percepção que os sujeitos têm de/em suas interações com ambientes e pessoas”. Segundo Baquero (2012, p.176-177), esse tipo de autonomia socialmente construída fortalece as habilidades dos indivíduos “de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. Diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas”. Assim sendo, pode os seus resultados podem ser medidos pelos indicativos de aumento da autoestima e da autoconfiança das pessoas.

Isso quer dizer que o empoderamento deve articular dimensões individuais com coletivas, até porque, argumenta a autora supracitada esse ato de empoderar “envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influência nas ações do Estado” (BAQUERO, 2012, p.177-178). Significa potencializar as estratégias de mobilização popular, fortalecer as instâncias existentes e qualificar as políticas e serviços públicos que atendam as mais distintas especificidades locais e necessidades sociais.

Todo esse entendimento se faz necessário quando se percebe, de fato, a necessidade de aglutinar ideias e ideais em municípios com pequeno contingente populacional (todos com menos de 10.000 habitantes); com fortes características rurais e com graves situações de risco e vulnerabilidade social em toda a sua extensão territorial. Por meio do Projeto 10envolver já se percebeu, inclusive, a influência político-partidária nas decisões e na execução das políticas públicas locais, além da carência do acesso aos bens, serviços públicos e oportunidades sociais para melhoria da condição de vida de toda população.

Ainda nos trabalhos iniciais de campo, os profissionais das universidades visitaram grande parte das comunidades rurais de cada um dos 05 municípios com menor IDH do Norte



de Minas. A intenção era de perceber as disparidades existentes no território, principalmente frente ao acesso aos bens e serviços públicos, além de aproximar da cultura local e dos modos de vida dos munícipes. Foi por meio dessa ação que um fato curioso foi trazido à tona: municípios como o de Pai Pedro/MG que, aparentemente, possui pior condição de vida até pelas consequências dos períodos de estiagem, de “seca” e das escassas oportunidades de geração de emprego e renda existentes, supera o IDH de Bonito de Minas/MG, cujas veredas, potencialidades e acesso a recursos naturais como a água são notórias.

Isso quer dizer que o olhar sobre a condição de vida nas regiões centrais de um município deve se estender para a apreensão dos modos de vida de toda a população em todo o território. A qualidade, frequência e acesso aos serviços públicos, por exemplo, não é o mesmo entre a zona urbana e a zona rural de um mesmo lugar. Deste modo, por mais que a aparência da vida urbana indique melhoria de vida, deve-se analisar a realidade das extremidades municipais que podem, inclusive, provocar efeitos negativos frente à mensuração do IDH-M.

Dentre as possíveis justificativas para tal disparidade tem-se a precária condição de vida dos bonitenses que residem há mais de 130 km da sede municipal, não contando o pouco acesso destes aos seus direitos sociais básicos. Tal percepção pode ser reforçada pela exposição das seguintes figuras (imagens) dessa realidade local:

**Figura 1** – Residência situada na extensão territorial do município de Bonito de Minas/MG



Fonte: foto tirada pelos profissionais da CIMOS em junho de 2013.



**Figura 2** – Sanitário de uma residência no município de Bonito de Minas/MG



Fonte: foto tirada pelos profissionais da CIMOS em junho de 2013.

As figuras 1 e 2 apresentadas acima sinalizam parte dos contrastes existentes dentro de um mesmo município, considerado como de pior IDH entre os territórios Norte Mineiros. Foram justamente por meio dos trabalhos de campo, de visitação e percorrimto territorial que se pôde verificar que muitas famílias ainda se encontram em situa es de pobreza extrema, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela falta de acesso às condi es dignas de sobrevivência.

Em Bonito de Minas/MG, muitas famílias situadas nas suas extremidades territoriais, moram em casa de adobe, com piso de areia, sem acesso a alimenta o adequada, aos serviços públicos com a frequência e qualidade necessária; não têm acesso a sanitários (muitos tomam banho e fazem as suas necessidades nas proximidades do rio); se deslocam muito pouco para o centro da cidade, por conta da falta de recursos, da distância e das condi es arenosas das estradas. Até a sensibiliza o e articula o das associa es comunitárias se torna complicada considerando a sua dispersão sócio-espacial nas comunidades rurais e as escassas fontes de recursos e apoio motivadores de uma efetiva e maior participa o popular.

Em todos os municípios atendidos, vê-se a pouca existência de espaços públicos para a prática de esporte, do lazer e de atividades culturais. Potencialmente, constatou-se que grande





parte das famílias, até pela falta de emprego e/ou qualificação, sobrevivem dos benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família. Mesmo assim, de forma preconceituosa, este é acusado de provocar “comodismo” nessas famílias que, por inúmeras razões, são privadas do acesso às políticas públicas e às oportunidades sociais que poderiam promover o bem estar e maior autonomia dos sujeitos.

Assim, se a ideia de empoderamento sustentada pelos profissionais partícipes do Projeto 10envolver fosse verticalizada, os resultados obtidos tenderiam para uma maior centralização das ações e decisões além do fomento de uma grande passividade dos envolvidos e possíveis beneficiários. Deste modo, acredita-se que todo o processo educativo, cujo principal objetivo seja a transformação social, se dá numa lógica relacional, de autogestão, em que os envolvidos se percebam como sujeitos de sua própria história e da mudança social que aspiram.

Na literatura teórico-crítica brasileira vislumbra-se que ninguém “dá” autonomia a ninguém, do mesmo modo que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1981, p.27). Trata-se de um processo de construção, de conscientização e de “passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica”. E isso só acontece no ato de ação-reflexão humana, motivada pela análise de suas causalidades e finalidades. Assim, deseja-se que essa liberdade, oposta aos estados e situações de privação, amplie a participação social e contribua para a promoção de uma maior autonomia dos indivíduos.

Ao primar pela descentralização das discussões, pela ampliação da participação popular e pela horizontalidade das ações, enquanto princípios legitimadores buscam-se, a partir da interação dos profissionais do NEPISS no Projeto 10envolver, promover uma sinergia entre as instituições parcerias e os sujeitos locais para o alcance do empoderamento local. Até porque, expectativas estão sendo geradas pela observância das possibilidades de transformação social a serem conquistadas por meio desse envolvimento popular a ser operacionalizado num período mínimo de 05 anos.

A segunda etapa do Projeto 10envolver, de produção de conhecimentos e intervenção social, aconteceu entre os meses de junho e julho de 2013 e se destaca pelo seu significado e pelos resultados até então obtidos. Em parceria com o Poder Público local, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a EMATER foram mobilizados vários representantes das associações comunitárias, dos conselhos municipais, do colegiado escolar e lideranças religiosas para o desenvolvimento de um trabalho mais intenso, em local de referência no



município, para a discussão e análise dos principais problemas enfrentados por essas instâncias de participação popular na realização dos seus trabalhos.

São ínfimas as instâncias de participação popular que não carecem de uma melhor estrutura e condição de funcionamento. As associações comunitárias, em sua maioria, não têm sede própria e, as que possuem, não têm condições de funcionamento (cita-se o exemplo de duas associações de pequenos produtores rurais de Pai Pedro que possui uma beneficiadora de arroz, mas não têm acesso à energia elétrica suficiente para a sua operacionalização. A outra possui sede, mas não possui assentos para os associados participarem das reuniões).

A realidade vivenciada pelos conselhos ainda é mais complicada. Além de não terem sede própria, e mesmo sinalizando a importância da criação de uma “casa de conselhos”, até para maior legitimidade da instância frente à população, necessitam de condições de funcionamento que vai do acesso a um telefone, um computador com impressora, até a carência de um carro para atendimento das inúmeras demandas cotidianamente identificadas. Cabe aqui ressaltar que, um Conselho Tutelar, por exemplo, na falta de um papel, de condições dignas de trabalho e de um carro, pode violar outros direitos e/ou pode não desenvolver o trabalho que lhe compete enquanto “zelador” dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em caso de denúncia ou situação de violências, essas necessidades se tornam ainda mais críticas.

Até as lideranças comunitárias também sinalizam a necessidade de uma estrutura de referência para qualificação das ações empreendidas. Este é o caso de todas as Pastorais da Criança, de todos os 05 municípios atendidos pelo Projeto 10envolver e, especificamente, da paróquia de Pai Pedro que possui uma matriz em situação de risco infra-estrutural, além de não possuir o próprio documento que comprove a posse do terreno. Essa também é a grande dificuldade de várias famílias residentes nesses territórios. Muitas são privadas do acesso a projetos e benefícios sociais, como da aposentadoria rural, por não terem os documentos que comprovem a regularidade fundiária do imóvel que residem.

Grande parte das associações também não é regularizada, quanto às exigências legais para o seu funcionamento. Muitos presidentes desconhecem as exigências, outros (que é a maioria) não possuem os recursos financeiros e nem o apoio institucional para o pagamento de taxas e demais tributos imprescindíveis para o seu registro. Acusam que os únicos recursos das associações são dos próprios associados que, em média, contribuem com cerca de R\$ 1,00 a R\$ 2,00 para o pagamento das despesas dessa instância. Os associados, por sua vez, não vêm





muitos benefícios em ser um associado, frequente e participativo, a não ser quando precisam da organização para encaminhamentos junto à previdência social.

Os colegiados escolares, quando existentes, sinalizam as dificuldades vivenciadas pelas escolas no desenvolvimento dos seus trabalhos. Para começar destacam-se as comunidades de abrangência dessas escolas que, em sua maioria, podem ser consideradas em situação de risco e vulnerabilidade social. Representantes de uma escola de Gameleiras/MG, a esse exemplo, incisivamente destacam o alto indicativo de adolescentes grávidas e o uso abusivo de álcool pelos alunos e familiares de uma determinada região.

Poucas escolas possuem estrutura nova, adequada e em condições de oferta de um ensino público de qualidade. Em algumas delas, o acesso à comunicação é quase impossível pela falta do acesso à linha telefônica. Em outras, as principais dificuldades se relacionam com a pouca legitimidade do regimento escolar e a pouca adequação do currículo escolar nacional, ou estadual, à realidade de municípios tão carentes, com poucos recursos e baixo IDH.

É comum, em todas as instâncias de participação popular dos municípios de Gameleiras/MG, Indaiabira/MG, Fruta de Leite/MG, Pai Pedro/MG e Bonito de Minas/MG, o pouco entendimento das lideranças sobre o objetivo de constituição de cada associação, conselhos, colegiado e movimentos religiosos bem como as suas próprias competências e responsabilidades perante a organização. A falta de informação, de assessoria técnica, por exemplo, tem induzido à manipulação popular, principalmente, no que diz respeito às questões político – partidárias.

Em Fruta de Leite/MG, de forma mais nítida, se percebe como os interesses e discursos político-partidários incidem sobre a vida cotidiana de sua população. Indícios dessa mesma influência são percebidos na gestão das políticas públicas e sociais que poderiam contribuir, indistintamente, para o bem estar e melhoria da condição de vida de todos os munícipes. Essa questão é tão séria e tão explícita que, no âmbito escolar, vê-se a dificuldade de educadores em realizar atividades tão simples como a comemoração de dias festivos e cívicos sem, com isso, ser “rotulada” como beneficiadora de um ou outro partido político.

Há, em todas as instâncias e na própria população residente, um frágil entendimento sobre cidadania, democracia, sobre os direitos e as legislações sociais. Por conta disso, atuam em inúmeras situações de forma paliativa, resignada, com pouco conhecimento e/ou de forma equivocada. Em termos gerais têm a dificuldade de refletir sobre as principais causas e efeitos



dos problemas que eles próprios vivenciam e, por isso, tendem a procurar os “culpados” exclusivos pela situação em que vivem.

Não percebem que as respostas públicas para o enfrentamento das expressões da questão social são de ordem macroestrutural sob uma forte influência das lógicas neoliberais. Consequentemente, culpabilizam as famílias, as populações tradicionais, os mais pobres e os beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família pela sua precária condição de vida.

O Projeto Neoliberal, segundo autores como Montañó (2002),

(...) confecciona esta nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). Cria-se, em substituição, uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópico/voluntária ou um serviço comercializável assim como a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua.

Ao individualizar os problemas sociais e a destacarem “os méritos” daqueles que alcançaram uma melhoria de vida (até mesmo no frágil, mas principal vínculo empregatício local que é a prefeitura), não percebem que as respostas para o enfrentamento das expressões da questão social são de ordem macroestrutural sob uma forte influência das lógicas neoliberais em detrimento da omissão estatal. Consequentemente, culpabilizam as famílias, as populações tradicionais, os mais pobres e os beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família pela sua precária condição de vida e até pelo baixo IDH referenciado.

Dentre as legislações sociais pouco conhecidas e compreendidas tem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O conhecimento errôneo a seu respeito faz com que a evasão escolar, a indisciplina, o ato infracional e o bullying sejam tratados da mesma forma e sob o mesmo crivo analítico. Também culpabilizam o ECA por “tirar” a autoridade dos educadores e dos pais, justamente por não apontar “penas” mais duras e rígidas para o segmento infanto juvenil. Desconhecem o processo de construção sócio-histórica desse documento e, substancialmente, a necessidade da mudança de conteúdo entre as legislações que ora puniam e violentavam os filhos de famílias pobres ou monoparentais, e ora os viam como sujeitos de



“dó” e piedade, portanto, de carências, a serem atendidas e tuteladas de forma assistencial pelo Estado e pelo mundo jurídico.

Esse é um campo identificado para o início de um longo processo de formação, educação permanente e intervenção social. Não significa conduzir ou manipular o pensamento das pessoas nessas situações adversas, mas, contribuir, por meio de ações específicas como cursos, oficinas e capacitações, para que os sujeitos sociais “tomem posse do real, constituindo-se um olhar mais crítico possível da realidade” (BAQUERO, 2012). Como sinalizar Freire (1987, p.207) só “mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história”. Essa ação já começou a ser realizada coletivamente em cada município. A informação e o conhecimento enquanto “instrumento de poder” já faz parte do processo de intervenção social realizado por meio do Projeto 10envolver.

A priori, sobre a necessidade de formação permanente e capacitação, já se indicou a importância dos regimentos e estatutos das associações, conselhos e colegiados demarcarem a sua exigibilidade e frequência. Não obstante, foi demandado nos trabalhos em grupo que esses ciclos formativos sejam adequados às realidades locais, sejam realizados nos próprios municípios de forma a envolver o maior número de pessoas possível. O fomento às atividades intersetoriais e em parceria também foram pontuado em todos os momentos.

Por fim, a terceira etapa do Projeto 10envolver se sustenta nos resultados das duas fases anteriores. Todo o conhecimento produzido, todas as análises feitas, todo o material coletado e intervenções sociais realizadas serão apresentados à população e às instâncias de participação popular de cada localidade. Intenta-se, por meio disso, criar espaços para apreensão, discussão, manifestação de opiniões e de trocas sociais.

A ideia é superar o “localismo” e o “isolamento” desses territórios, a fim de construir redes sociais “em torno de temas comuns – questão urbana, meio ambiente, gênero, desenvolvimento local, cooperação, cidadania, segurança alimentar, entre outros – fortalecendo-se com a troca de experiências, informações e, em alguns casos, ações conjuntas” (TEIXEIRA, 2001, p.72). Com isso, construir-se-ão os planos de intenções e os projetos de ação adequados para as necessidades de cada um desses territórios mineiros com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.



### 3. Considerações finais

Apesar de o termo “desenvolvimento” permitir uma gama de aplicações e entendimentos, soando muitas vezes como uma “promessa” de um dado futuro necessário, demarca-se o seu significado, enquanto instrumento de promoção da melhoria da condição de vida, e do bem estar, de todos os munícipes situados em cada um dos 05 municípios do Norte de Minas com menor IDH. Trata-se de qualificar esse substantivo evidenciando a necessidade do desenvolvimento humano e social adequado para essas localidades.

O projeto 10envolver, coordenado pela CIMOS em parceria com as instituições de ensino superior, como a UNIMONTES, não é apresentado, nos espaços de sua disseminação, como uma “promessa”, e sim, como uma possibilidade de ação coletiva com vistas a contribuir para o fortalecimento das instâncias de participação popular, para articulação dos movimentos existentes e para a promoção do empoderamento social.

Compartilha-se dos argumentos de Baquero (2012, p.184) para quem o empoderamento se relaciona com as noções de cidadania, democracia, direitos humanos e participação. No entanto, este não se limita apenas a essas noções preliminares por envolver “o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica política e cultural – que conformam a realidade, incidem sobre o sujeito”. É um esforço coletivo para mudanças de percepções, mentalidades e ação que, portanto, se inicia.

É também por meio do Projeto 10envolver que a interdisciplinaridade se legitima fortalecendo às nuances do ensino, pesquisa e extensão universitária atendida com as demandas, necessidades e dinâmicas institucionais e das comunidades. É a partir dos resultados apresentados, e da percepção comum que se tem o indicativo da construção de uma mesma “axiomática” de trabalho.

Por sua vez, o NEPISS, enquanto núcleo de extensão da UNIMONTES, ao ter os seus profissionais inseridos no Projeto 10envolver, cumpre os seus objetivos de construir um centro de referência com fins de estudos, pesquisas, capacitações técnicas e profissionais, assessorias a projetos e às instituições públicas e órgãos da sociedade civil que atuam no campo das Políticas Públicas e Sociais. Acrescenta-se o objetivo de identificar, através de pesquisas, as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.



Tais anseios são condizentes com a dimensão ético política do Serviço Social, em especial, por essa profissão reconhecer a liberdade como valor ético central e como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí a emancipação, a autonomia, a necessidade de melhoria das condições de vida e a plena expansão dos direitos sociais, numa nova ordem societária que não fomente nenhum tipo de discriminação, principalmente quanto às questões de classe, etnia ou gênero.

Como visto, este é o início de um longo processo de conscientização crítica que se inicia envolvendo os principais beneficiários de quaisquer ações, a partir de um objetivo e Projeto comum intitulado “10envolver”.

#### 4.Referências

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. In: *Revista Debates*, v.6, n.1. Porto Alegre: UFRGS, jan.-abr. 2012. p. 173-187.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1981.

\_\_\_\_\_. *Ação cultural para a libertação e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FONSECA, K. N. *O que é controle social?*. In: webartigos. “Disponível em” <http://www.webartigos.com/articles/23288/1/O-que-e-Controle-ocial/pagina1.html>>. Acesso em 28 de maio de 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. *Problematizando o conceito de empoderamento*. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007. p.485 – 506.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLIKSBERG, Bernardo; RIVERA, Marcia. *El Capital Social Movilizado contra la pobreza: La experiencia del Proyecto de Comunidades especiales en Puerto Rico*. 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2007.

LIMA, Paulo César Vicente de. *O Ministério Público como instituição potencializadora do desenvolvimento sustentável: reflexões a partir de experiências na Bacia do Rio São Francisco-*



MG. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In: *Revista Lutas Sociais*, n. 8. São Paulo: Pulsar, 2002. p. 53-64.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, João Paulo. A Crítica conservadora a Reconceituação. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 5. São Paulo: Cortez, 1981.

POMBO, Olga; LEVY, Teresa Levy; GUIMARÃES, Henrique. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In.: *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência*. Lisboa: Texto, 1993. p.8-14.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano 2013*. PNUD. “Disponível em” <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso no dia 13/05/2014.

PUTNAM, Robert D. et al. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª ed. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2ª ed. São Paulo: Cortez: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.





## **O IMPACTO DOS SISTEMAS ELEITORAIS NO PARLAMENTO: REFLEXÕES SOBRE DEMOCRACIA E POLÍTICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

NUNES, LÍlian Cazorla do Espírito Santo,  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal  
Fluminense (PPGDC/UFF)*  
*lilian\_cazorla@hotmail.com*

65

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem por objetivo uma análise comparada das experiências políticas de Brasil e Argentina, no que diz respeito aos seus sistemas eleitorais e como eles se refletem na postura geral dos políticos e, especialmente, em relação aos cargos legislativos estaduais. Pretende-se assim, auferir o impacto que os sistemas eleitorais têm para o exercício da cidadania e para a democracia. Este artigo parte da preocupação com o intercâmbio de idéias entre os países latino-americanos – que guardam tantos elementos de identidade entre si –, bem como da recente perda de prestígio do Parlamento enquanto instituição política, com vistas à melhor compreensão e aprimoramento de nossa política.

**Palavras-chave:** DEMOCRACIA; LEGISLATIVO; SISTEMA ELEITORAL

### **ABSTRACT**

This research aims at a comparison of the political experiences of Brazil and Argentina, analysis with respect to their electoral systems and how they reflect the general attitude of the politicians, and especially in relation to state legislative office. It is intended thereby obtaining the impact that electoral systems have for citizenship and democracy. This part of the article concerns the exchange of ideas among Latin American countries - that keep many elements of identity with each other - as well as the recent loss of prestige of Parliament as a political institution, with a view to better understanding and improvement of our policy.

**Key-words:** DEMOCRACY; LEGISLATIVE; ELECTORAL SYSTEM

### **1. Introdução**

A presente pesquisa parte da preocupação com o isolamento do Brasil em relação aos demais países da América Latina, com os quais guardamos forte identidade histórica, cultural, geográfica e política. O estudo comparado das experiências latino-americanas é bastante enriquecedor. Aqui se privilegia esta perspectiva em detrimento do tradicional estudo do eixo euro-americano – de onde é importada a maioria das teorias e institutos aplicados ao Direito pátrio – à medida que ela é capaz de agregar novos elementos ao nosso ordenamento, tendo em vista haver grande compatibilidade entre o processo de formação da sociedade política e a evolução do estado nestes países e no Brasil.



Sobre o direito comparado, cumpre destacar que a disciplina, que só tardiamente passou a ser considerada ramo do saber<sup>1</sup>, na atualidade tem sua relevância cada vez mais reafirmada diante dos movimentos de globalização, em que as relações se entrelaçam, não havendo mais que se cogitar de noções outrora centrais, como a própria soberania dos estados nacionais. Comparar significa estabelecer confronto entre objetos, cotejar, examinar simultaneamente a fim de conhecer as semelhanças, diferenças e relações. Cuida-se de confrontar as instituições, buscando semelhanças e diferenças em nível normativo e jurisprudencial, entre as práticas, usos e costumes políticos, com a finalidade de avaliar quais podem auxiliar no fortalecimento de um sistema constitucional específico, tendo em conta a evolução jurídico-política e a realidade do país (CARPIZO; 2014).

No contexto da América Latina, contudo, observa-se uma falta diálogo e integração entre os países que não se coaduna com os inúmeros elementos de identidade por aqui verificados. Embora não se possa afirmar que existe uma homogeneidade latino-americana, são evidentes as semelhanças entre os países da região, que possibilitam elaborar uma comparação e encontrar traços de generalidade que justificam um tratamento conjunto, como a geografia, as raízes jurídicas comuns, a evolução histórico-política similar, a tendência à reprodução do modelo presidencialista norte-americano, a precariedade dos sistemas democráticos e a coincidência dos ciclos democráticos (ACKERMAN; 2014).<sup>2</sup>

Nesta sede, foram selecionados para exame os sistemas eleitorais de Brasil e Argentina, em suas características, aspectos institucionais e organizacionais relevantes. O objetivo é identificar como o comportamento político é determinado pelas regras eleitorais, quais as ambições de carreira dos legisladores e a postura geral dos parlamentares – sempre reflexos do sistema. Boa parte dos dados aqui trabalhados se baseiam em estudo elaborado pelo cientista político argentino Germán Lodola, em que o autor investigou a relação entre os políticos e os partidos e como aqueles se comportam diante dos cargos legislativos estaduais.

<sup>1</sup> René David, em obra sobre a história do Direito Comparado, analisa que muito se evoluiu em relação à disciplina, mas que ainda há muito a fazer. O autor observa que no início do século passado, a disciplina não era oferecida nos cursos de nível superior, sendo considerada apenas para fins de cultura geral, e que a situação ainda permanece, com algumas ressalvas nos dias atuais. Por outro lado, observa uma vasta produção antes inexistente no ramo, o que denota o crescimento da matéria. Para ele, o avanço do estudo comparado demanda uma mudança de mentalidade dos juristas em relação à interdependência entre as nações e a solidariedade entre os homens.

<sup>2</sup> Mario ACKERMAN, se dedica ao estudo das relações sociais do trabalho na América Latina, em seu trabalho “*El constitucionalismo social en latinoamérica*” deixa claro que está a tratar dos aspectos sociais em sua explanação.



Outro importante aspecto norteador deste artigo são os movimentos de judicialização da política observados mundo afora na atualidade<sup>3</sup>, e a evidente diminuição política do Parlamento, enquanto o Judiciário assume o papel de superego da sociedade<sup>4</sup>, abraçando cada vez mais demandas políticas. Diante disto, mais instigante se torna o estudo das Casas Legislativas, suas relações com os outros Poderes e a postura de seus membros.

Sendo assim, este trabalho tem por escopo elaborar estudo comparado das experiências eleitorais de Brasil e Argentina, com foco nos Poderes Legislativos estaduais e provinciais, sem perder de vista a busca de uma perspectiva crítica sobre o assunto, que deve partir do viés do eleitor, além da observação institucional.

67

## 2. Os sistemas eleitorais

Antes de mencionar o caso específico dos dois países, cumpre tecer breves apontamentos sobre os sistemas eleitorais mais tradicionais, orientados pelo *princípio majoritário* e pelo *princípio proporcional*. Os sistemas majoritário e proporcional são definidos pelas regras de apuração, contagem, agregação de votos e sua conversão em mandatos.<sup>5</sup> Alguns estados adotam sistemas mistos, que agregam elementos dos sistemas mencionados sistemas de votação.

O sistema majoritário, também chamado de distrital, é aquele pelo qual os candidatos mais votados são eleitos. Trata-se de sistema de tradição histórica que se preocupa com a formação de maiorias significativas no corpo de representantes, vistas como indispensáveis para haver governo (CINTRA; 2006; p. 128-136). Este sistema também comporta algumas variantes. Em alguns casos, a eleição se dá por maioria simples (como nos países em que vigora

<sup>3</sup> Em diversas partes do mundo, os Tribunais vem assumindo papel de destaque no cenário político, decidindo sobre temas não usualmente submetidos ao seu crivo. A eleição de 2000, nos Estados Unidos, foi decidida pela Suprema Corte, no caso *Bush X Gore*. Em Israel, foi também a Suprema Corte que deu a última palavra sobre a construção de um muro na divisa com o território palestino. Na França, o Conselho Constitucional legitimou a proibição de burca. Estes exemplos são citados pelo professor e Ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Roberto Barroso no artigo *Direito e política: a tênue fronteira*. Disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/direito-e-politica-a-tenue-fronteira>. Acesso em 07.12.2013.

<sup>4</sup> A alusão do Judiciário como superego da sociedade foi trabalhada pela cientista política alemã Ingeborg Maus, que se valeu da psicologia para descrever como o Poder assume papel relevante na construção do consenso, ascendendo como *locus* onde se centraliza a noção de consciência social. Ver em MAUS, Ingeborg. *O judiciário como superego da sociedade – a jurisdição na “sociedade órfã de pai”*. In: MAUS, Ingeborg. *O judiciário como superego da sociedade*. Trad. Geraldo de Carvalho e Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



o bipartidarismo) e noutros, funciona sistema de segunda votação, para a formação de maioria absoluta, ou como no caso de alguns países que determinam a percentagem de votos que algum partido/candidato deve atingir para que vá a segundo turno. O sistema majoritário também admite o estabelecimento de outras regras como a eleição de um único ou de alguns representantes por distrito (voto uninominal e plurinominal).

Em contraposição, o sistema proporcional é aquele pelo qual a decisão sobre uma eleição deve atender às proporções dos votos conquistados pelos vários competidores (CINTRA; 2006; p. 128-136). São eleitos múltiplos representantes por distrito, e a proporção de cadeiras ocupadas por cada partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtida por ele. Ou seja, nem sempre o candidato mais votado é eleito. Este sistema normalmente é praticado por meio de listas de partidos, que podem ser fechadas, abertas ou mistas, que representam esforços de mesclagem dos dois sistemas, conforme as estabelecerem as regras eleitorais da localidade.

Pelo sistema da lista fechada, os partidos elaboram previamente uma lista de candidatos, ordenados conforme a preferência do partido, com o número correspondente ao círculo eleitoral. Neste caso, o eleitor vota na legenda, e a escolha dos candidatos seguirá a ordem de preferência do partido, de acordo com o número de votos que este receber, proporcionalmente. Desta maneira, quanto mais próximo do topo da lista, mais chances tem o candidato de ser eleito. Já pelo sistema da lista aberta, os eleitores podem votar no partido ou no candidato, individualmente. Neste caso, a lista de candidatos só é definida após a apuração dos votos. São eleitos os mais votados do partido, sendo que a proporção de cadeiras que o partido irá ocupar depende, também, do número de votos que este receber. No caso específico da lista aberta, a quantidade de votos obtida individualmente pelo candidato pode ter reflexos para a eleição de outros candidatos menos votados (em relação a outros candidatos de outros partidos), já que garante maior número de cadeiras para seu partido.

## 2.1. Os sistemas eleitorais do Brasil e da Argentina

Brasil e Argentina são países cujos sistemas eleitorais são bastante semelhantes. Ambos são federações fortes, no sentido de que a principal base de poder da política reside nos Estados,

<sup>5</sup> Ver texto da Comissão de Reforma Política do Senado Federal disponível em



ou seja, o *locus* da política está descentralizado (LODOLA; 2009; p. 413)<sup>6</sup> As unidades federadas consubstanciam, assim, efetivos atores políticos, que dispõem de poderes, recursos e assentos nas instâncias constitucionalmente estabelecidas (GROHMANN; 2009. p. 447). Os dois países adotam o regime presidencialista combinado com um legislativo bicameral forte<sup>7</sup>. Ambos também operam suas políticas através de um regime de representação proporcional, baseado em listas de partidos políticos, dentre os diversos existentes (o pluralismo partidário também é marca das formas políticas).

No que pertine à organização institucional, a Argentina é uma república formada por 23 províncias, uma capital federal autônoma e cerca de 1.000 municípios.<sup>8</sup> É característica do federalismo forte argentino que cada província tem autoridade para determinar suas próprias constituições e sistemas eleitorais. Isto gera para o país um dos mapas eleitorais mais complexos do mundo (LODOLA; 2009; p. 414). Para as eleições para os cargos dos legislativos estaduais, existe uma diversidade marcante de regras eleitorais (LODOLA; 2009; p. 415). Estas regras incluem distritos de membro único, membros múltiplos, membros mistos, além de fórmulas majoritárias de maioria simples, D'Hont<sup>9</sup> e Hare<sup>10</sup>, diferentes combinações de regras de representação proporcional majoritária, limiars eleitorais e Lei de Lemas<sup>11</sup>. Vale ressaltar,

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=86989>

<sup>6</sup> Lodola denomina tais federações de “robustas”.

<sup>7</sup> Afirma-se que o bicameralismo de Brasil e Argentina, assim como outro nas América Latina, estão entre as legislaturas mais simétricas (forte, segundo classificação de Lijphart) do mundo. Ver em LLANOS, Mariana. SÁNCHEZ, Francisco. O bicameralismo em perspectiva comparada. In AVRITZER, Leonardo. ANASTASIA, Fatima (org.) *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 161.

<sup>8</sup> <http://www.argentina.gob.ar/>

<sup>9</sup> O método D'Hont tem este nome em homenagem ao seu idealizador, o jurista belga Victor D'Hont. Trata-se de uma fórmula matemática para distribuição dos mandatos políticos entre as listas concorrentes de partidos, com o objetivo de reproduzir, nas cadeiras a serem ocupadas na Casa Legislativa, a proporcionalidade dos votos obtidos pelas listas. Consiste na divisão do número de votos obtidos por cada partido ou coligação sucessivamente por uma unidade mais uma, até ao número limite de mandatos do respectivo círculo eleitoral, e na distribuição dos mandatos pelos valores assim obtidos, em ordem decrescente.

<sup>10</sup> O método Hare-Niemeyer tem este nome em homenagem aos seus idealizadores, Thomas Hare, e Horst Friedrich Niemeyer. Este é também conhecido como método do resto maior e considerado oposto à fórmula D'Hont. Trata-se de método mais trabalhoso, que segue algumas etapas: i) obtenção do quociente eleitoral pela divisão do total de votos válidos no círculo eleitoral pelo número de mandatos estabelecido para o círculo; ii) divisão do número de votos alcançados por cada partido pelo quociente eleitoral, a fim de obter o número de mandatos obtidos pelo partido em causa; iii) caso restem mandatos não preenchidos após a aplicação da fórmula sobre todos os partidos, estes deverão ser distribuídos, em ordem decrescente, para os partidos que obtiveram votação superior ao quociente eleitoral.

<sup>11</sup> A *Ley de Lemas* foi adotada no bojo de uma reforma política argentina e prevê que: i) cada partido político constitui um Lema; ii) cada facção interna dos partidos pode apresentar-se nas eleições com candidatos próprios (constituindo um Sublema); iii) o total dos votos do partido (Lema) é a soma dos votos obtidos por todos os seus Sublemas e isto determina o número de cadeiras que terá o Lema; iv) as cadeiras são distribuídas proporcionalmente entre os Sublemas através do método D'Hont. O sistema foi pensado para garantir a efetividade da representação, no entanto, aponta-se que em vez de promover a cidadania, o sistema acaba promovendo o



ainda, que os governadores podem escolher livremente a data das eleições do Legislativo estadual e para governador, de modo que o calendário eleitoral também é bastante flexível.

No caso do Brasil, a federação é formada por 27 estados e aproximadamente 6.000 municípios. Por aqui, os membros das Casas legislativas federais também são eleitos em distritos eleitorais estaduais. Uma diferença entre Brasil e Argentina é que as eleições brasileiras para a Câmara dos Deputados utilizam sistema de representação proporcional de lista aberta, em que os eleitores votam em um candidato individual ou em uma legenda partidária, sendo que a maioria vota em candidato individual. O tamanho das delegações varia de acordo com a população eleitoral de cada estado e a distribuição dos votos é feita pela soma dos votos obtidos por todos os candidatos do partido, acrescentados aos da legenda, dividido pelo quociente eleitoral, que é o total dos votos válidos dividido pelo número de vagas. O resultado é a cota do partido. Os que não alcançam este quociente são eliminados e as vagas realocadas de acordo com o método D'Hont. (LODOLA; p. 416)

Como se pode observar, os sistemas eleitorais de Brasil e Argentina são bastante semelhantes. No entanto, as sutis diferenças são suficientes para definir perfis políticos consideravelmente distintos. Na Argentina se observa maior controle dos partidos sobre os parlamentares, enquanto no Brasil é maior a independência do titular de mandato eletivo. Isto se deve, sobretudo, por conta do que é umas das principais diferenças entre os países: enquanto a Argentina adota o sistema de lista fechada, o Brasil opta pela lista aberta de votação. Os sistemas se diferenciam, ainda, pelo fato de que os regimes eleitorais brasileiros tem se mantido estáveis ao longo do tempo, sendo hoje idênticos em todos os estados, enquanto na Argentina se percebe intensa movimentação nas regras eleitorais e profundas diferenças entre as províncias.

Nos sistemas de lista fechada, em que os eleitores votam em listas de partidos, a carreira dos políticos tende a estar mais atrelada às lideranças partidárias, enquanto no sistema de lista aberta, há o estímulo ao voto pessoal e à competição entre e dentro dos partidos. Os candidatos, neste sistema concorrem sem informação sobre a parcela de votos necessária para ganhar a eleição e precisam maximizar seus próprios votos para assegurar o sucesso eleitoral. Um traço importante nesta dinâmica são as regras de nomeação partidária, distintas em ambos os países. Na Argentina, são os estatutos partidários regionais que determinam quem pode ser candidato, como se dará a formação de coalizões, os limiares eleitorais para as listas minoritárias, as

---

fracionamento de partidos e atentando contra a governabilidade. O sistema não é utilizado por todas as províncias argentinas. Ver em <http://www.reforma-politica.com.ar/index.php?pagina=ART-13>.





formulas de alocação utilizadas para distribuir posições nas listas fechadas, entre listas concorrentes dentro do partido, e entre candidatos masculinos e femininos (LODOLA; 2009; p. 418). Isso demonstra que as decisões estão bastante centralizadas na organização regional dos partidos.

No Brasil, o processo de nomeação partidária é regido por um único diploma normativo, a Lei nº 9.504/1997. Somente os partidos podem apresentar candidatos (são vedadas candidaturas avulsas) e o estatuto de cada partido deve indicar como são selecionados os candidatos e formadas as coalizões. Insta ressaltar que nosso sistema se baseia na soma dos votos dentre dos partidos, pelo que se torna interessante “lançar” um candidato popular – que beneficia, em números, todo o partido/coalizão<sup>12</sup>. Nestes termos, a seleção de candidatos pelos partidos não costuma ser restritiva, mas, ao contrário, tende a ser um processo aberto em que os próprios políticos podem escolher o partido pelo qual concorrerão (LODOLA; 2009; p. 419).

Outra diferença marcante entre os sistemas eleitorais de Brasil e Argentina concerne ao financiamento de campanhas. Os dois países admitem o financiamento misto, combinando recursos públicos e privados. Todavia, enquanto na Argentina esta é uma questão dos partidos, à medida que os recursos privados são obtidos pelas elites partidárias, no Brasil, trata-se de aspecto trabalhado individualmente, não pelos grupamentos políticos. Os partidos não financiam campanhas individuais, o que gera uma perda de controle sobre os candidatos (LODOLA; 2009; p. 419-420).

O que se pode concluir a respeito da conformação dos países estudados é que na Argentina as preferências dos líderes partidários provinciais e o desempenho eleitoral dos partidos definem o futuro dos políticos, e estes cultivam lealdade com as lideranças regionais e procuram o sucesso eleitoral do partido. Já no Brasil, as carreiras políticas dependem de escolhas e desempenhos individuais, e os candidatos se articulam com redes municipais e estaduais para somar forças à sua campanha (LODOLA; 2009; p. 420).

<sup>12</sup> Tal foi o que aconteceu quando das eleições do “palhaço” Tiririca, em 2010, e de Enéas Carneiro, em 2002, ambos para a Câmara dos Deputados. Os candidatos que tiveram votações absolutamente expressivas, com mais de um milhão de votos cada, e angariaram, assim, mais algumas cadeiras para suas legendas no Congresso. Recentemente, tem se observado o assédio de celebridades, dentre atores, cantores e atletas, para lançarem candidaturas e servirem de “vitrine” para os partidos políticos. Ver em <http://noticias.r7.com/brasil/partidos-politicos-assediam-artistas-para-multiplicar-votos-e-eleger-candidatos-parceiros-24112013>. Acesso em 02.02.2014.



### 3. As ambições políticas e percursos de carreira no Brasil e na Argentina

Segundo o cientista político argentino Germán Lodola, a maioria dos estudos sobre as carreiras do Legislativo são dominadas por um “viés da nação”, sem preocupações em observar outras experiências próximas, o que acaba limitando o entendimento da estrutura completa dos elementos que moldam as metas de cargos políticos e os padrões de comportamento (LODOLA; 2009; p. 411). As razões pelas quais alguém ingressa na carreira política e os perfis dos candidatos eleitos são questões mais profundas que somente podem ser analisadas casuisticamente, num universo pequeno de indivíduos, e não é o que se propõe a estudar nesta sede. Trata-se, aqui, de um exame de perspectiva macro, a fim de verificar como os aspectos institucionais e organizacionais da política de cada um dos Estados selecionados sinalizam importantes pistas sobre a postura geral dos parlamentares e os rumos da política do país.

Analisando o comportamento pessoal dos políticos brasileiros e argentinos no que diz respeito aos cargos do Legislativo, em níveis nacional e subnacional, o autor destacou que a literatura sobre o desenvolvimento das carreiras políticas na América Latina ainda é escassa e que o estudo comparativo é inexistente (LODOLA; 2009; p. 421-422). De fato, a obtenção de tais informações é um trabalho delicado, que se depara com elementos mais profundos e de difícil verificação, mas Lodola buscou contornar esta situação por meio da pesquisa empírica comparativa. Sendo assim, como metodologia de trabalho, o autor dividiu os campos de observação conforme a estrutura federativa dos Estados, que permite a conformação das carreiras políticas em duas dimensões territoriais: vertical, entre níveis diferentes de governo (nacional, estadual e municipal), e horizontal, quando a ascensão de cargos se dá no mesmo nível. Por outro lado, Lodola identificou duas formas primárias de ambição de carreira<sup>13</sup>: a ambição progressiva, quando políticos buscam ocupar cargos cada vez mais altos, e a estática, quando pretendem manter o cargo a longo prazo.

A hipótese de que se parte é que a brevidade caracteriza as carreiras dos legisladores provinciais na Argentina e a longevidade as caracteriza no Brasil (LODOLA; 2009; p. 425). Mas Lodola desconfia da afirmativa devido às limitações que não possibilitam a comprovação da hipótese. Analisando a taxa de reeleição para estes cargos na Argentina, no período entre

<sup>13</sup> As ambições progressivas e estáticas são estudadas por Lodola com base em Schlesinger. Ver em SCHLESINGER, J. A. *Ambition and politics*. Chicago: Rand McNally. 1996.



1985 e 2007, identificou-se que a média variou entre 14,8% e 27,7%. Tais taxas são relativamente baixas e denotam a ideia de que os cargos legislativos subnacionais não têm grande expressão política (LODOLA; 2009; p. 426). Por outro lado, a rotação observada pode ser interpretada à luz do controle que os partidos detêm sobre os políticos, relacionando-se ao fornecimento de incentivos partidários para assegurar a lealdade dos membros – já que a eleição é por lista fechada, a cada eleição, os partidos preenchem as listas conforme seus interesses de modo a “dar oportunidade a todos” para mantê-los alinhados às lideranças do grupo.

Já no Brasil, o percentual de políticos que conseguem se perpetuar nas Assembleias Legislativas é consideravelmente alto. Manter um cargo desta categoria, por aqui, é bastante interessante. A porcentagem de candidatos que tentaram novo mandato no período observado, entre 1986 e 2007, variou entre 64% a 72,8%, e destes, quase 62% conseguiram ser reeleitos. Neste sentido, pode-se afirmar que o cargo de legislador estadual é um importante passo na ascensão dos políticos regionais brasileiros (LODOLA; 2009; p. 428). Sendo assim, nos termos da classificação descrita acima, no que diz respeito às ambições políticas horizontais estáticas, os brasileiros tem maior êxito na permanência nos cargos legislativos subnacionais e tais cargos representam mais politicamente do que na Argentina, cujo sistema político confere menor relevância a tais cargos e a rotatividade dos membros nas assembleias é maior.

Quanto às ambições subnacionais horizontais progressivas, os dados levantados na pesquisa demonstram que o cargo de deputado estadual é utilizado com certa frequência como trampolim para cargos mais altos dentro da mesma esfera de governo pelos políticos brasileiros, ao contrário do que ocorre na Argentina. Em um universo de 180 políticos analisados, entre 1982 e 2006, 50,5% dos governadores de Estados brasileiros haviam ocupado cadeiras legislativas estaduais anteriormente. Tal representa o dobro do que pôde ser observado na Argentina, em que dentre 110 políticos, no período de 1983 a 2007, somente 26,6% dos governadores tinham experiência prévia como legislador provincial (LODOLA; 2009; p. 432).

Na perspectiva vertical, de câmbio entre as esferas de governo, esta tendência se repete. Em ambos os países, é relativamente baixa a média de políticos que deixam os cargos legislativos estaduais para se candidatarem ao executivo municipal. No entanto, isto acontece com mais frequência no Brasil, onde a taxa de sucesso nas eleições é também mais elevada. Isto aponta que os legislativos estaduais brasileiros servem de base mais sólida para a construção de carreiras políticas do que na Argentina (LODOLA; 2009; p. 435), o que se coaduna com os outros apontamentos já traçados acima.



O último aspecto analisado por Lodola pertence à ambição subnacional vertical progressiva. Os dados coletados permitiram verificar que os deputados provinciais argentinos não buscam tanto a ascensão à carreira de legislador nacional como no Brasil. Naquele país, entre 1985 e 2007, somente 6,4% dos parlamentares provinciais se candidataram à Câmara dos Deputados e apenas uma média de 1,5% deles teve sucesso na passagem entre os legislativos subnacionais e nacional. Neste sentido, em geral, pode-se afirmar que as Assembleias provinciais comportam cargos intermediários e de menor interesse por parte dos políticos (LODOLA; 2009; p. 436). Já no Brasil, tanto as taxas de candidatura quanto as de reeleição são mais elevadas. Entre 1986 e 2006, uma média de 10,9% dos deputados estaduais buscaram cargo na Câmara dos Deputados. Deles, 60% obtiveram êxito nas eleições. Por aqui, um dado interessante é que as elites estaduais das regiões pobres tendem a ser orientadas localmente, enquanto as dos Estados mais desenvolvidos buscam com mais expressividade a nacionalização das carreiras políticas (LODOLA; 2009; p. 438-439).

#### **4. Crise e reforma política**

O comportamento dos políticos brasileiros e argentinos também pode ser analisado sob viés ainda mais macro. Basta lembrar que se tratam de duas democracias jovens, restabelecidas em meio à desigualdade social, crises econômicas e do próprio aparelho do Estado. Como também ocorreu com outros países da América Latina a partir da década de 1980, foram encampadas reformas nos sistemas eleitorais, de modo que os próprios políticos tiveram de se adaptar às novas regras do jogo e recriar a forma de fazer política a partir de então.

Neste cenário, verifica-se que as reformas ocorrem quando se observa que os resultados obtidos pelos arranjos eleitorais vigentes não são satisfatórios. A percepção sobre a indesejabilidade dos resultados pode estar restrita à elite política ou disseminada pela sociedade (MELO; 2006; p. 45-61). No primeiro caso, sendo débil a pressão advinda da sociedade, a liberdade de ação das elites políticas aumenta e estas, sempre que se sentirem ameaçadas, procurarão desenhar as instituições de modo a se beneficiarem.

Por outro lado, quando a indesejabilidade dos resultados políticos se espalha pela sociedade, como em situações em que a opinião pública forte articula movimento para exigir reformas políticas, a margem de manobra dos representantes diminui. Mas é possível também a ocorrência de um terceiro quadro, de ausência de pressões sociais – embora em casos em que se



possa verificar a insatisfação popular em relação à política –, em que os atores políticos se mostram incapazes de se articular para levar a cabo as mudanças políticas e a agenda reformista se mantém na pauta sem que as reformas de fato se viabilizem, ou se dêem de forma muito pontual.

Dentre deste panorama, o cientista político Carlos Ranulfo Melo enquadra a Argentina dentre os países em que, por sua história, as reformas eleitorais se dão a partir das elites políticas, e o Brasil, dentre os Estados em que a agenda política encontra dificuldade para ser implementada, por conta de uma falta de mobilização social<sup>14</sup>, bem como ausência de consenso entre os atores políticos envolvidos (MELO; 2006; p. 45-61). Estas conclusões se coadunam perfeitamente as estruturas dos sistemas eleitorais descritos para os dois países, que incentivam as lideranças partidárias no comando da política e o individualismo político, respectivamente.

Quanto ao Brasil, embora após análise comparada se possa identificar que o Poder Legislativo não é frágil em termos institucionais, é inegável a debilidade da política desempenhada pelo nosso Parlamento. Estudo realizado pelo *Ipsos Public Affairs – The Social Research and Corporate Reputation Specialists*, por encomenda do Tribunal Superior Eleitoral, analisou a campanha Voto Limpo do TSE para as eleições de 2012, tendo por objeto o voto e o processo eleitoral, a Lei da Ficha Limpa, entre outros. Foram colhidos dados nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Salvador e Manaus, dentre eleitores homens e mulheres, de 16 a 60 anos de idade, pertencentes às classes sociais A, B, C e D e E.<sup>15</sup>

Os eleitores entrevistados, de modo geral, demonstraram a percepção de que o Brasil mudou nos últimos anos e que isto se deu a partir do voto. De acordo com a pesquisa, o ato de votar é permeado por fortes sentimentos ambivalentes como noção de cidadania e participação política *versus* profunda descrença, desconfiança e desânimo; responsabilidade social *versus* impotência, forte angústia e medo de errar *versus* culpa. Para os brasileiros *acreditar* faz a diferença no exercício da cidadania, na diminuição mercantilização do voto e no estímulo à participação social e política. No entanto, haveria a necessidade de minimizar os sentimentos

<sup>14</sup> As manifestações ocorridas por todo o Brasil a partir de junho de 2013 representam importante iniciativa popular em busca de reformas políticas. No entanto, até a presente data não se observam mudanças relevantes no sistema. É exatamente por isso que Carlos Ranulfo Melo enquadra o Brasil nesta categoria.

<sup>15</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-relatorio-executivo-qualitativo-campanha-voto-limpo-2012>. Acesso em 04 out. 2013.



negativos com informação confiável sobre os candidatos, bem como pela criação de canais de participação popular.

A pesquisa concluiu que os eleitores valorizam menos os votos para cargos do Legislativo (em todas as esferas), e que a população percebe alto clientelismo por parte dos eleitores em relação a estes cargos, acerca dos quais aparecem com maior recorrência relatos sobre compra de votos e troca de favores, especialmente pelas classes menos abastadas (D e E). Ao contrário, valorizam mais os votos para os cargos do Executivo, em que apontam forte presença da mídia na divulgação do passado e feitos do candidato. Fica evidente a fragilidade política do Parlamento, que indubitavelmente atravessa momento de crise, não sendo capaz de desempenhar seu principal desiderato, representar. Por outro lado, tal crise acaba por se refletir sobre todas as demais esferas estatais, abrindo espaço a um agigantamento do Poder Judiciário, com quem passa a travar embates a fim de recuperar terreno político.

76

## 5. Conclusão

A partir do exposto, pode-se verificar que o Brasil e a Argentina possuem estruturas eleitorais bastante semelhantes. A conjuntura histórica e política dos dois países coincide, sobretudo no que diz respeito aos ciclos democráticos. Ambos os Estados também guardam semelhanças culturais e geográficas. Tudo isto possibilita o estabelecimento de paralelos entre as nações com vistas a uma investigação comparada capaz de fazer refletir sobre os sistemas, em busca do aperfeiçoamento destes.

O estudo das experiências políticas brasileira e argentina aponta que, embora ambos adotem estruturas semelhantes (forma federativa de Estado, bicameralismo, sistema proporcional de votação), sutis diferenças como a adoção de listas abertas e fechadas e a unificação ou descentralização das regras eleitorais já bastam para determinar maneiras distintas de fazer política pelos dois países. A conclusão a que se chega é que na Argentina, a política está mais centrada nos partidos, enquanto no Brasil há maior estímulo ao individualismo político. Lá, as regras partidárias reforçam o controle firme que os líderes provinciais exercem sobre as carreiras dos políticos. Aqui, a natureza do recrutamento de candidatos tende a reduzir a influência do partido no avanço da carreira (LODOLA; 2009; p. 418).





À luz destas ideias, centrando a discussão nos Poderes Legislativos estaduais e provinciais, pode-se observar que os políticos brasileiros não raro buscam a consolidação na carreira parlamentar e valorizam mais os cargos legislativos estaduais, que servem de trampolim para outros cargos, como Deputado Federal e até mesmo Chefe do Executivo. Na Argentina, as cadeiras legislativas provinciais têm menos expressão política, servindo aos incumbentes apenas como incentivos oferecidos pelos seus partidos, razão pela qual se observa grande rotatividade dentre os membros das Casas Legislativas.

Por fim, vale ponderar que, embora em perspectiva comparada se verifique que o Brasil não tem um Legislativo fraco em termos institucionais, a fragilidade política fica evidente, por exemplo, ante as últimas manifestações populares ocorridas pelo país inteiro em 2013. Por certo, há necessidade de uma reforma política. Talvez nos seja necessário encontrar um meio termo entre o sistema de voto por virtude (do candidato) e o controle da política pelas elites partidárias – que deve passar pela politização do povo e por uma política educacional de base voltada para tal.

O próprio incentivo ao individualismo político denota nossa descrença nos partidos, que acabam funcionando com “máquinas eleitorais” ou meras “legendas de aluguel”. Não por acaso, fala-se em certa demonização da política em nosso país. Como bem constatou Maria Victoria Benevides, não consolidamos a democracia porque nos faltam verdadeiros partidos, e não temos partidos porque nos falta a verdadeira democracia (BENEVIDES, 2003).

### **Referências bibliográficas**

- ACKERMAN, Mario. *El constitucionalismo social en latinoamérica*. Disponível em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rlds/article/view/21320>. Acesso em 02.02.2014.
- BARROSO, Luis Roberto. *Direito e política: a tênue fronteira*. Disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/direito-e-politica-a-tenue-fronteira>. Acesso em 07.12.2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Nós, o povo. Reformas políticas para radicalizar a democracia. In: BENEVIDES et. al. *Reforma Política e Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.



- CARPIZO, Jorge. *Derecho constitucional latinoamericano y comparado*. Disponível em <http://www.ejournal.unam.mx/bmd/bolmex114/BMD11401.pdf>. Acesso em 26.01.2014.
- CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Eleitoral. In: In AVRITZER, Leonardo. ANASTASIA, Fatima (org.) *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DAVID, René. *El derecho comparado en el siglo XX, balance y perspectivas*. Disponível em <Http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/3/1018/5.pdf>. Acesso em 26.11.2014.
- DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA.
- GROHMANN, Gustavo. Comparando os legislativos subnacionais da Argentina e do Brasil. In: INÁCIO, Magna. RENNÓ, Lucio (org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- LLANOS, Mariana. SÁNCHEZ, Francisco. O bicameralismo em perspectiva comparada. In AVRITZER, Leonardo. ANASTASIA, Fatima (org.) *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LODOLA, Gérman. Ambições políticas e percursos de carreira em federações “robustas” – legisladores subnacionais na Argentina e no Brasil. Trad. Mariana Escosteguy Cardoso. In: INÁCIO, Magna. RENNÓ, Lucio (org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MAUS, Ingeborg. *O judiciário como superego da sociedade*. Trad. Geraldo de Carvalho e Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MELO, Carlos Ranulfo. Reforma política em perspectiva comparada na América do Sul. In: AVRITZER, Leonardo. ANASTASIA, Fatima (org.) *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SENADO FEDERAL. <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=86989>
- SILVA, Virgílio Afonso. *Integração e diálogo constitucional na América do Sul*. Disponível em: [https://www.teoriaedireitopublico.com.br/pdf/2010-dialogo\\_e\\_integracao.pdf](https://www.teoriaedireitopublico.com.br/pdf/2010-dialogo_e_integracao.pdf). Acesso em 26.01.2014.



## ESPAÇO URBANO E PLANOS DIRETORES “ESTRATÉGICOS”

GUIMARÃES, Catarine Elaine de Sousa Amaral

*Estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado)*

*Universidade Federal do Piauí (UFPI)*

*catarine.guimarães@gmail.com*

### RESUMO:

Este artigo se propõe a uma reflexão acerca das implicações dos planejamentos estratégicos no espaço urbano. O Planejamento Estratégico (VAINER, 2000) tem sido um dos principais modelos de planejamento urbano e tem sido cada vez mais utilizado para implantação de políticas urbanas nas cidades. Entretanto, cabe analisar quais os riscos que se têm de aceitar acriticamente os ideais deste padrão de planejamento, ignorando que toda discussão política e social está inserida em um campo de conflitos e disputas, não sendo, portanto um campo neutro, especialmente de ideologias e valores (SERAFIM; DIAS, 2012). Utilizaremos como ilustração a constituição do Plano Diretor de Teresina que teve como característica a metodologia do planejamento estratégico.

**Palavras-chave:** Planejamento Urbano, Planejamento Estratégico, Plano Diretor.

### ABSTRACT:

This paper proposes a reflection on the implications of strategic planning in the urban space. The *Planejamento Estratégico* (VAINER, 2000) has been one of the main models of urban planning and has been increasingly used to implement urban policy in cities. However, we need to analyze what risks have to uncritically accept this ideal standard of planning, ignoring that all political and social discussion is embedded in a field of conflicts and disputes, thus not being a neutral field, especially ideologies and values (SERAFIM; DIAS, 2012). Use as an illustration the constitution *Plano Diretor de Teresina* had characterized the methodology of strategic planning.

**Key-words:** Urban Planning, Strategic Planning, *Planos diretores*.

### 1. Introdução

Ao pensarmos em planejamento urbano, prontamente nos vem à mente a imagem de arquitetos e técnicos reunidos com o objetivo de pensar a cidade *física*, onde é possível direcionar o crescimento urbano, reduzindo problemas geográficos, sociais e ambientais. Entretanto, essa imagem de planejamento, essencialmente técnico, já está há muito tempo sendo questionada e substituída por outras concepções de urbanismo. Especialmente a partir dos anos de 1980, com as intensas exigências da sociedade por uma reforma urbana, a temática dos problemas urbanos consolidou-se como uma reflexão importante e necessária na agenda política brasileira. Seja pela influência de debates globais, seja pela conjuntura interna do país à época, a política urbana passou a ser regulamentada pelo



Estatuto da Cidade – como norte para os Planos Diretores dos municípios. Assim, as cidades poderiam refletir suas maiores necessidades e traçar meios, junto à sociedade e outros setores, para o melhor desenvolvimento do município.

A elaboração de cada plano diretor ficou por conta dos governos locais, que escolheriam a melhor forma de aplicar as diretrizes do Estatuto da Cidade. Em Teresina utilizou-se da metodologia do planejamento estratégico e da técnica de planejamento SWOT59, que visa identificar os pontos fortes (*strengths*), os pontos fracos (*weaknesses*), as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*theaths*) do objeto de estudo (CAMPOS, 2011).

Neste artigo pontuaremos as implicações de aceitar acriticamente o planejamento estratégico como forma de planejamento urbano, ressaltando seus riscos para a problemática urbana. O artigo será desenvolvido em quatro itens, no primeiro item é realizada uma retomada da reflexão do planejamento urbano no Brasil, apontando as apreciações de alguns teóricos (Rolnik, Maricato, Burnett, Lima, Façanha e Viana) sobre a situação atual dos debates. No segundo item é recapitulada a conjuntura de elaboração da Lei nº 10.252/2001 (Estatuto da Cidade) e dos Planos Diretores, ressaltado a experiência de Teresina; no terceiro item, será analisado o planejamento estratégico e seus impactos no espaço urbano, e por fim, encerramos este trabalho com algumas considerações finais.

## 2. Implicações do planejamento urbano

O novo sistema federativo desenhado pela Constituição de 1988 modificou muitas relações intergovernamentais, especialmente devido à descentralização, vista como incentivadora do poder local. Durante a década de 1990, muitos foram os esforços a fim de efetivar os dispositivos constitucionais, em especial, na definição do pacto federativo. Conforme Lima (2010, p. 22) há divergências na forma de conceber o federalismo brasileiro, enquanto alguns autores afirmam que as mudanças no país não estão indo em direção à descentralização, outros afirmam que o sistema se tornou “menos cooperativo e mais competitivo”. O que acaba ocorrendo como consequência da descentralização é uma disputa entre os municípios para alocação e rateio de investimentos e fundos. Assim,



os municípios assumem novas responsabilidades, ganham maior autonomia e capacidade de auto-organização.

Após a década de 1990, a temática da governança urbana se mostrou presente nos debates de agenda pública, devido ao aumento considerável dos problemas urbanos e a dificuldade de resposta a tais mazelas. A Constituição de 1988 é consensualmente considerada um marco que fixou novas diretrizes para a administração pública, tendo instituído a descentralização e a participação da sociedade civil como princípios norteadores das políticas públicas (LIMA, 2012). Dos instrumentos estabelecidos pela Constituição a Lei Complementar n. 10.256, de 2001 (Estatuto da Cidade) que veio reafirmar a participação social no direcionamento das políticas urbanas. É um documento que reúne importantes elementos urbanísticos, tributários e jurídicos que garante a efetividade ao Plano Diretor (FAÇANHA; VIANA, 2012). Assim, propôs-se “o Plano Diretor como principal instrumento de planejamento urbano, adotando-se uma nova concepção de gestão pública, que apontava para a possibilidade de ruptura com uma tradição de formulação distanciada das necessidades reais de cada cidade” (LIMA, 2012, p. 20).

Entretanto, a descentralização não teve resultados tão rápidos na realização de gestões mais eficientes e participativas como esperado devido à baixa capacidade institucional que acaba gerando um círculo vicioso onde os municípios possuem poucos recursos humanos, financeiros e operacionais, pouca capacidade de captação de recursos e muita dependência das transferências federais. Rolnik alerta:

Diante de uma situação de fragilidade institucional, marco regulatório excludente e sobreposição de competências e esferas de gestão, é a intermediação política que entra em campo, definindo quem tem acesso aos recursos ou à palavra final na definição do que pode ou não ser feito no território municipal (ROLNIK, 2008, p. 5).

Esse caráter arbitrário de decisão foi reforçado diante da situação criada pela descentralização que aumentou a responsabilidade dos governos locais, mas, não aumentou as condições de governabilidade. Outro ponto chamado atenção por Maricato (2003) é que a lei acaba servindo como mantenedora do poder concentrado e de privilégios, promovendo mais ainda a desigualdade social, e isso se torna bem visível diante de análises empíricas de políticas urbanas. Nesse sentido, Ronik (2008) afirma que



temos a chamada lógica da desordem ao pensar as políticas urbanas, onde a maior dificuldade é integrar a política nacional com a local e a local com a mundial, diante das limitações dos governos municipais.

Essa lógica foi iniciada entre as décadas de 1940 e 1980, com o rápido processo de migração, e o ideal da vida na cidade. Isso gerou não apenas exclusão social como também concentração da população, formando de um lado aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes, é ainda mais sério quando se percebe que um fenômeno acompanha outro, pois, à medida que algumas regiões sofrem um esvaziamento, outras concentram setores como moradia, negócios e consumo, e se tornam áreas “de mercado” (ROLNIK, 2008) que são reguladas por leis, contratos. Estas áreas normalmente excluem parte da população que vive em condições precárias, que não possuem condições para cobrir o custo da moradia, tendem a procurar as terras rejeitadas, vetadas. A lógica é exatamente a de que ao se produzir cidade se reproduz também desigualdades.

Durante o século XIX, mesmo com a existência de grandes metrópoles, parte da população permaneceu no campo. No início do século XX as cidades passaram a ser vistas como possibilidade de avanço, com empregos, melhores oportunidades, condições de saúde, educação; e no final do mesmo século, as cidades já passaram a ser vistas como centro de mazelas, com poucas oportunidades, crescimento de periferias urbanas com dificuldades de infraestrutura, como transporte, saneamento, drenagem, creche, abastecimento, e mais uma lista interminável (MARICATO, 2003).

É preciso lembrar a intensidade do processo migratório campo-cidade que configura uma reversão demográfica: se aproximadamente 10% da população era urbana no final do século XIX, no final do século XX aproximadamente 20% dela é rural. Essa grande massa que se instalou nas cidades, o fez por sua própria conta e risco (MARICATO, 2003, p. 158).

Essa superlotação das cidades não levava a outro fim: o problema da moradia. Durante as décadas de 1980 e 1990, a moradia tornou-se um fenômeno presente nas lutas e debates: havia muita dificuldade em conseguir com os salários mínimos moradias o que levava ao “produtivo excluído” a buscar favelas. O ambiente urbano revela-se como uma “simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso” (MARICATO, 2003, p. 153), justificada pelos altos índices de exclusão sócio-territorial. Outro fator importante





que amplia o índice de exclusão são as áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, que se tornam regiões desvalorizadas e que a população trabalhadora decide se instalar, sofrendo todas as inconveniências dessas regiões: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas ou áreas de proteção ambiental” (MARICATO, 2003, p. 154).

O processo de urbanização trouxe sérias consequências, levado a modernização da miséria, com o novo regime de desigualdade e marginalidade urbana (ROLNIK, 2008). Isso é notável especialmente nas metrópoles, onde foi mais forte a luta pelo direito à cidade, à moradia e reforma urbana. Em decorrência, o espaço urbano se modificou, expandiu-se, definiu fronteiras urbanas e intraurbanas, construiu enclaves como condomínios, hipermercados, *shoppings centers* (ROLNIK, 2008; MARICATO, 2003), agora a dualidade não se restringe apenas a relação centro-periferia e sim à relação lugares seguros - lugares violentos.

Exatamente por envolver questões da gestão do território é que o planejamento urbano não pode ser apenas técnico, conforme Rolnik (2008) é preciso um pacto social-territorial, o estabelecimento de regras claras capaz visualizarem o espaço tanto ambiental como cultural, que considere como princípio a inclusão de todos os moradores. No que diz respeito ao planejamento urbano, Rolnik (2008) percebe um padrão voltado ao mercado imobiliário que dita a lógica de produção, a expansão e os limites das cidades. Essa engenharia urbana mecanicista tem como ideal de cidade uma máquina de produção e circulação, onde a geografia natural é vista como obstáculo ao desenvolvimento e deve ser superada, terraplanada, aterrada, a fim de não prejudicar o mercado de solos (ROLNIK, 2008, p. 4). O planejamento técnico burocrático foi um dos responsáveis pela reprodução da desigualdade, além de não ter dado conta do desenvolvimento desigual, o intensificou.

Burnett (2012) ao demonstrar as consequências socioespaciais e os efeitos político-ideológico do processo de urbanização capitalista, ressaltou a necessidade de se compreender o espaço pelas relações de produção, pois, assim como o sistema capitalista é produtor do espaço, a lógica urbanística será voltada ao interesse privado na produção de terra e à privatização do espaço coletivo. Essa percepção se torna mais clara a medida que reconhecemos que na cidade moderna há, fundamentalmente, duas forças: os interesses privados e os interesses coletivos. O Estado é teoricamente o elemento e dentro



do âmbito do Estado temos os técnicos planejadores, responsáveis por projetos de desenvolvimento urbano, que aparentemente, trabalham de forma neutra. Burnett (2012) não afirma que todo técnico segue interesses privados, mas levanta a questão de que não existe essa aparente neutralidade vinda do Estado pois, todo processo de urbanização moderna tem como base a reprodução do sistema capitalista. Até porque o Estado passa a ser indutor do desenvolvimento urbano (BURNETT, 2012, p. 106), após a lógica fordista, o que leva a dirigir-se a grupos influentes, envolvidos com a construção civil, então “a produção do espaço passa a ser determinada não apenas pelas contradições e interesses de classe, mas principalmente pelas decisões quando à localização espacial dos investimentos públicos e ao jogo dos interesses privados” (BURNETT, 2012, p. 106).

Isso reforça a divisão da cidade em espaços de interesse e outras em que a regra é a omissão (Burnett, 2012). As pessoas que vivem nas periferias vivem com necessidades urgentes, pois, não contam com políticas coerentes, lineares e constantes, sendo vistos praticamente em períodos eleitorais. O Estado absorveu o discurso sistêmico, a favor do desenvolvimento econômico, considerando o planejamento urbano como apenas um programa com metas a serem alcançadas, moradia, investimentos para qualificar e valorizar os bairros. A preocupação de Burnett (2012) é que tais processos extremamente segregacionistas, excludentes, tendem a ameaçar as cidades.

A segregação socioespacial da cidade capitalista (...) atinge seu ponto culminante com a negação do espaço público e a constituição de lugares controlados de convivência e encontro, essencialmente classistas. Destruindo a cidade enquanto espaço de todos os cidadãos, o capitalismo não apenas destrói a ilusão da cidade com principal construção civilizatória da humanidade (BURNETT, 2012, p. 118).

Quando Burnett (2012) ressalta a existência de áreas de interesse, e outras de “omissão”, essa “não ação” deve ser compreendida como política pública (SERAFIM; DIAS, 2012), partindo do pressuposto que em algumas situações é mais conveniente uma “não tomada de decisão”.

A exaltação do planejamento técnico não conseguiu se sustentar após a forte mobilização por parte dos movimentos sociais urbanos para a elaboração do projeto de reforma urbana, que teve como resultado o Estatuto da Cidade (AVRITZER, 2010), sendo considerada uma das maiores conquistas sociais, envolveu diversas esferas da sociedade que elaboraram uma emenda popular pela reforma urbana e foi submetida à Assembleia



Nacional Constituinte em 1987-1988, entretanto, somente após 13 anos o projeto foi aprovado.

### 3. **Do estatuto da cidade aos planos diretores: o caso de teresina**

A elaboração de Planos Diretores existe desde a década de 1930, com o Plano Agache no Rio de Janeiro, mas somente após a promulgação da Constituição de 1988, e posteriormente com a instituição do Estatuto da Cidade em 2001, é que os Planos Diretores ganharam mais espaço, passando a ser vistos como instrumentos de desenvolvimento urbano municipal responsável por pensar o solo urbano e definir a função social dos espaços das cidades.

O processo de elaboração do Estatuto da Cidade foi bastante conturbado e reflete a intensa disputa política entre vários setores da sociedade, especialmente o incômodo da ala conservadora. O projeto de reforma urbana foi levado pelo Movimento pela Reforma Urbana no Brasil (MRUB), associação que surgiu dentro do contexto de redemocratização, período de reconstituição da sociedade civil brasileira e atuou até a aprovação do Estatuto da cidade, de 1982 até 2001. Foi formado com o propósito de elaborar uma legislação sobre a reforma urbana para apresentar à Assembleia Nacional Constituinte, “a sua composição inicial envolveu movimentos populares, associações de moradores, organizações não governamentais e sindicatos” (AVRITZER, 2010, p.206), e conseguiu mobilizar uma ampla diversidade de atores sociais, desde engenheiros, arquitetos à atores envolvidos na política urbana. A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada pelo presidente José Sarney logo após a redemocratização em 1985, diversas emendas foram recebidas e o MNRU enviou uma proposta com base em alguns princípios como o direito à cidade e democratização da cidade. A proposta foi enviada à Assembleia com 31 mil assinaturas, desencadeando a preocupação dos setores conservadores e os interesses imobiliários. Conforme Lima (2012), foi o caráter legal que levou o tema do planejamento urbano a ser colocado na agenda pública.

A maior parte das propostas do subcomitê de assuntos urbanos não foi alterada, mas passou a estar subordinado ao requisito de as cidades possuírem um Plano Diretor Urbano. Assim, o parágrafo 1º artigo 182 da Constituição de 1988 torna obrigatórios Planos Diretores Municipais



em todas as cidades com mais de 20 mil habitantes (AVRITZER, 2010, p.208).

O Estatuto da Cidade incorporou a gestão democrática da política urbana e realçou a função social da propriedade como princípio básico. O projeto foi aprovado somente 13 anos depois devido a diversas disputas políticas e ideológicas, algumas propostas de cunho mais participativos não foram aceitas, ficando apenas ideias mais progressistas. Isso não agradou nenhuma das alas, os setores conservadores estavam incomodados com a reinserção do tema da reforma urbana na agenda e os setores da sociedade civil, não ficaram felizes com a retirada das formas democráticas de gestão urbana das cidades (AVRITZER, 2010).

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.252, de 10 de julho de 2001, tornou obrigatória a existência do Plano Diretor em municípios que possuíssem mais de vinte mil habitantes, este sendo considerado um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Neste sentido, a lei nº 10.252 traça uma série de orientações de cunho metodológico e operacional para construção deste instrumento. Destaca-se, a seguir, o artigo 42 referente ao Plano Diretor e o artigo 43 sobre a Gestão Democrática da cidade:

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I - a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II - disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei;

III - sistema de acompanhamento e controle.

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II - debates, audiências e consultas públicas;

III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV - iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V - (VETADO) (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

(CAMPOS, 2011, p. 51).

O Ministério das Cidades desenvolveu uma campanha em 2005 estimulando a criação de Planos Diretores (“Plano Diretor Participativo” – Cidade de Todos). Mas,



segundo Lima (2012) a formulação de Planos diretores não deveria ser apenas por necessidade de cumprir uma norma, e sim pela consciência de que a intervenção no planejamento urbano por diversos setores contribui para se pensar a cidade, e não apenas os interesses dominantes dela, que na maioria das vezes não são interesses da maioria da população e nem das classes mais “carentes” economicamente. Foi estipulado um prazo de cinco anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos para que os municípios elaborassem seus Planos Diretores.

Ainda com todo incentivo do Ministério das Cidades, a elaboração dos planos diretores não demonstraram um processo reflexivo, de debates com a sociedade, visto que há “generalizada incorporação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade pelos municípios” e que “nem todos os planos diretores são efetivamente resultado de um pacto social para a gestão do território municipal” (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, p. 29, 2011). Nota-se também que muitos planos apenas transcrevem trechos do Estatuto, isso remete a falta da realização de um diagnóstico local capaz de articular as demandas próprias do município. Santos Junior e Montandon (2011) apontaram alguns problemas na análise de alguns planos diretores, entre eles, a falta de uma demarcação clara do território, e a designação de suas devidas funções sociais, assim como a regulação do solo, das ocupações e de investimentos públicos. Mas, ainda assim, o maior problema é, seguramente, a promoção do direito à cidade, pois sem um verdadeiro pacto social (Rolnik, 2002) não é possível sair da lógica vigente de exclusão, perpetuação das desigualdades e privilégios e nem as políticas urbanas conseguiram reduzir as desigualdades existentes. É preciso olhar além da simples caracterização de que as desigualdades sociais e de renda são as causas de áreas com condições precárias. É exatamente o contrário, a política urbana situa-se como responsável pela segregação, pela exclusão territorial. Interessante perceber o que Ronik (2002, p. 54) coloca quando retrata que a cidade é dividida basicamente entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre e precária. Conforme autora, efeitos nefastos já foram produzidos pelas políticas urbanas.

Ao concentrar todas as oportunidades em um fragmento da cidade, e estender a ocupação a periferias precárias e cada vez mais distantes, esse urbanismo de risco vai acabar gerando a necessidade de levar multidões para esse lugar para trabalhar, e devolvê-las a seus bairros no fim do dia, gerando assim uma necessidade de circulação imensa, o que



nas grandes cidades tem gerado o caos nos sistemas de circulação. E quando a ocupação das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental provoca as enchentes ou a erosão, é evidente que quem vai sofrer mais é o habitante desses locais, mas as enchentes, a contaminação dos mananciais, os processos erosivos mais dramáticos, atingem a cidade como um todo. Além disso, a pequena parte melhor infraestruturada e qualificada da cidade acaba sendo um objeto de disputa, de cobiças imobiliárias, o que acaba também gerando uma deterioração dessas partes da cidade. A escassez de áreas de maior qualidade leva às alturas os preços de terra dessas áreas, mas os preços de terras periféricas sobem também, pois coloca-se em curso um motor de especulação imobiliária que não existiria com essa força se a qualidade urbana fosse mais distribuída pela cidade. E, logicamente, quanto maior o preço da terra, menor a capacidade de o poder público intervir como agente no mercado” (ROLNIK, 2002, p. 55)

O desafio dos planos diretores é grande, especialmente no Brasil, onde as cidades brasileiras não tiveram seu desenvolvimento pautado no planejamento urbano, gerando uma urbanização desigual, déficits habitacionais e de infraestrutura de nossas cidades (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, p. 48, 2011). A pressa na elaboração dos planos fizeram com que estes se tornassem mais uma ação pontual, pragmática, visando uma resposta rápida quando o que deveria existir era uma mudança estrutural de cultura na gestão das cidades. Mas, tal mudança parece distante diante das respostas que os governos precisam dar e mostrar à população. Isso demonstra que não há de fato um pacto para o desenvolvimento urbano, correndo-se o risco de planos de gestão e não um plano da cidade como um todo. Dai a importância do controle social e da participação associada ao plano diretor, desde a elaboração até sua implementação. O Plano Diretor é peça fundamental para a administração, não deve ser visto como secundário e sim como uma ferramenta útil capaz de dialogar com a cidade real, com os problemas urbanos e com a efetiva capacidade de gestão do município (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, p. 48, 2011).

O Planejamento Urbano é um processo de diálogos sobre as direções e objetivos que devem ser seguidos na condução do desenvolvimento da cidade. Não diz respeito apenas aos aspectos físicos e espaciais, mas também sobre a produção social do espaço urbano, as relações sociais, o valor de uso e valor de troca, relações de trabalho. Parte-se do pressuposto que a ação social influi diretamente sobre o espaço. (VILLAÇA, 1999; HARVEY, 1980).





Campos *apud* Façanha e Viana (2012) ilustra algumas visões distintas do planejamento urbano: a técnico-setorial, a visão do urbanista político-globalizante e o político urbano militante. Segundo essa tipologia/classificação, o urbanismo técnico-setorial “é um instrumento de melhoria da racionalidade da organização do espaço urbano e, também, das qualidades estéticas, ou seja, o moderno planejamento das cidades ocorre com a ação prática governamental sobre as cidades” (FAÇANHA; VIANA, 2012, p. 65). A limitação desta análise é não perceber a natureza do conflito. Já o urbanismo globalizante e político busca analisar a sociedade como um todo “Esses urbanistas destacam o estabelecimento dos planos de organização da estrutura e tecido físico da cidade, a exemplo dos Planos Diretores no Brasil” (FAÇANHA; VIANA, 2012, p. 60).

O que se pretende é que seja percebida a dimensão política do Plano Diretor, pois, olhar apenas pelo eixo técnico deixa-se passar o “não dito”: aspectos políticos e ideológicos implícitos no processo de elaboração do Plano. Como toda política social e pública possuem essencialmente um traço ideológico marcante em seu desenho inicial, é preciso perceber bem isso no processo de formulação. Daí volta-se a questão da importância da participação e do controle social, do discurso aberto, onde várias esferas da sociedade podem participar. Volta-se a dificuldade de se introduzir uma nova cultura política, mais participativa na gestão das cidades. Não se refere apenas à questão dos gestores e sua vontade, nem a questão dos cidadãos não participarem, é maior, está arraigado no tecido social.

Mas, ainda com toda dificuldade, houve de fato um salto importante, pois até então, não se tinha planejamento com base na participação e isso faz com que o planejamento urbano seja mais voltado às necessidades de cada município. E não baseado em planos urbanísticos elaborados de outros lugares, com outros contextos. Agora, com a elaboração dos planos diretores, podiam-se debater as demandas de cada local, pensar a cidade como um todo.

Em Teresina o plano diretor foi formulado entre 2001 e 2002 conhecido como “Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável”, em atendimento as exigências do Estatuto da Cidade e as diretrizes do tema nacional da Agenda 21 Brasileira – Cidades Sustentáveis. Antes disso, Teresina já possuía experiências de planejamento urbano. Sua primeira proposta de planejamento data do ano de 1969, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, nesse período surgiu a Lei de Zoneamento Urbano e se estruturaram



alguns projetos de infraestrutura. No final da década de 1970, um novo plano foi desenvolvido, o Plano Estrutural de Teresina, nesse plano instituiu-se algumas leis e normas como parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e o código de edificações. Em 1983, a prefeitura fez um diagnóstico a fim de elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina, porém, a elaboração do plano não ocorreu e somente em 1988, que devido as pressões dos movimentos sociais, conflitos de ocupação de solo é que se instituiu o Plano Estrutural de Teresina que sofreu diversas alterações nos anos 90. Após o Estatuto da Cidade tornar necessário a criação de um plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes, foi realizado na cidade de Teresina o Congresso da Cidade, convocando a sociedade para a elaboração do atual plano diretor.

Segundo Lima (2012), “o processo foi alvo e severas críticas de representantes dos movimentos sociais, que alegaram o não cumprimento dos princípios do Estatuto no que respeita à participação popular e ao acesso democrático dos distintos segmentos da sociedade às esferas de discussão do Plano” (LIMA, 2012, p. 28).

A cerca da Agenda 21, para melhor entender o sentido da Agenda 2015 de Teresina como plano diretor da cidade, “resultou de um processo de planejamento participativo que diagnosticou e analisou a situação do País, das Regiões, dos Estados e dos Municípios, para, em seguida, planejar seu futuro de forma sustentável” (FAÇANHA; VIANA, 2012, p. 72). Refletiu-se sobre alguns temas entre eles, a “cidade sustentável”, em outras palavras, a sustentabilidade não deveria ser pensada apenas a nível global ou nacional, deveria ser local, municipal. Segundo Bezerra (2005) *apud* Façanha e Viana (2012), a Agenda 21 local foi importante para associação entre as políticas públicas urbanas com a participação e o meio ambiente, ela se propunha a ser promotora do desenvolvimento sustentável e da gestão democrática na cidade.

Devido às diversas discussões e debates globais rumo a uma nova gestão pública que favorecesse maior desenvolvimento, temos um período de valorização da democracia participativa como alternativa para a democracia; chegou-se a relacionar que os países mais desenvolvidos eram os que possuíam regime democrático, e mais ainda, aqueles que tinham maior abertura à participação. Nisso resultou o incentivo à participação por diversos países e algumas agências de financiamento como o Banco Mundial, na gestão pública como uma característica da boa governança. Logo, o modelo adotado pela Agenda 21 tinha um teor participativo, daí, era necessária algumas mudanças para operar



nesse sentido, a fim de possibilitar o desenvolvimento sustentável. Assumindo este debate, a administração de Teresina elabora seu plano diretor com bases nas propostas da Agenda 21, criando assim a Agenda 2015, um plano estratégico de desenvolvimento local sustentável. Mas o que se presenciou foi uma série de discussões superficiais, sem aprofundamento. Façanha e Viana (2012) ao analisarem a elaboração da Agenda 2015 em 2001, perceberam que o processo se deu de forma fragmentada e centralizada, em outras palavras, a população era convocada apenas para tomar conhecimento do conteúdo da Agenda.

Em Teresina, como em muitos municípios brasileiros, a elaboração do Plano Diretor, a despeito do discurso que evocava a participação da sociedade, teve um caráter mais consultivo, pois, de fato, não houve uma intervenção direta dos distintos segmentos sociais, nem sequer de todas as representações dos movimentos sociais” (...) “o processo restringiu-se a especialistas e representantes de categorias profissionais e empresariais ligadas às atividades urbanas” (LIMA, 2012, p. 37).

O que se evidencia é a apropriação dos técnicos, e a manutenção de uma postura autoritária, visto que houve resistência das elites políticas e técnicas de assimilarem as novas regras do jogo (Lima, 2012).

De modo geral o processo de discussão e elaboração do Plano Direto ocorreu de forma muito rápida devido aos prazos reduzidos, até 10 de outubro de 2006, e somente em setembro de 2006, que o poder público municipal convocou outro Congresso da Cidade para iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor. Apesar de em todos os informativos do “Teresina Agenda 2015” incentivar a participação da sociedade, o processo foi pouco participativo e com limitados canais de discussão, exemplo disso foi no Congresso da Cidade, o fato da sociedade não poder opinar sobre a condução dos trabalhos, não teve suas demandas ouvidas, e não tinham muitas chances de modificar o diagnóstico e não tiveram amplo acesso às informações e aos textos produzidos pelos técnicos e especialistas (Façanha; Viana, 2012; Lima, 2012).

O seu encerramento final foi à tentativa de efetivar a sua legalização, em caráter de urgência, através de um parecer da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2002, através do Projeto de Lei Nº 148/02 que institui Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 como Plano Diretor da capital. O projeto contou com apenas nove artigos, inclusive um em que “revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei Nº 1.932, de agosto de 1988”, o que demonstra a



enorme falta de atenção com as políticas urbanas (FAÇANHA; VIANA; 2012, p. 75).

A metodologia deixou parte da população participante decepcionada, dando a entender que estavam ali apenas para legitimar decisões previamente discutidas. Assim, a realização da Agenda 2015, deixou questões muito vagas, debates infrutíferos e diversas críticas sobre a superficialidade do documento, dando vazão a diversos “casos omissos”, ao mesmo tempo em que temos um plano diretor abrangente, deixa-se muitas questões de fora e abre espaço para a aplicação arbitrária da lei.

#### 4. O canto da sereia: planejamentos estratégicos

É de Ermínia Maricato esta afirmação de relacionar o canto enganador das sereias com os planejamentos estratégicos, isso porque, estes prezam por um *marketing* urbano a fim de tornar a cidade atrativa aos olhos dos outros, e “ignora” ou “embaça” as condições precárias ou subjetivas inerentes ao processo de urbanização.

O modelo de planejamento estratégico surgiu como uma alternativa ao padrão tecnocrático-centralizado-autoritário (VAINER, 2000), seus defensores percebem a cidade como uma empresa e “a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana” (VAINER, 2000, p. 76). Nesse sentido, a cidade é vista como mercadoria e deve ser atrativa.

A venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança... (VAINER, 2000, p. 70).

Transformada a cidade ela não deve ser vista apenas com uma mercadoria qualquer, mas uma mercadoria de luxo, que serve à elite, aos visitantes e usuários solváveis. A ideia é que as cidades possam atrair investimentos, tecnologia, aumentar sua capacidade produtiva, nesse sentido, como ilustração presente na cidade de Teresina, nota-se o polo cerâmico, um projeto em parceria com o SEBRAE, de capacitar os artesãos de uma zona da cidade tradicionalmente conhecida por seus artefatos de argila e cerâmica, para serem empreendedores, aprimorando suas técnicas e desenvolverem artigos mais



refinados, “de luxo”. Outra característica do Planejamento Estratégico elencada por Vainer (2000) é a formalização de parcerias público-privadas.

O urbanismo nessa concepção foca em resultados, eficácia e prazos. O risco é despolitizar o discurso e termos o olhar apenas sobre as questões técnicas, ignorando o social presente, o conflito, as classes, as desigualdades que estão inseridas e “embaçadas” com o planejamento estratégico. A despolitização planejada utiliza-se do argumento de termos cidades acima de questões ideológicas.

Tendo invocado em sua origem a necessidade de descentralização do poder, e sua conseqüente democratização na esfera municipal, o planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalidade e carismática (VAINER, 2000, p. 98).

Além do risco da despolitização, há também a condição de ao se considerar a cidade como empresa e mercadoria, tem conseqüentemente, a necessidade de abertura às negociações. Nesse sentido, não se deve levar a risca o plano diretor ou zoneamento, ele deve ser flexível, pouco rígido em suas leis, normas, deixar algumas coisas como “casos omissos”, pois no mundo globalizado, o que se precisa é competir com outras cidades, ser ágil e flexível com as oportunidades que se chegam. Essa concepção é ressaltada por Vainer (2013) como *neourbanismo*, que preza a negociação em detrimento da lei.

No caso brasileiro, essa concepção foi entronizada pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, artigo 32), com o nome de “operação urbana consorciada”, que permite a aprovação de projetos que contrariem a legislação urbana vigente (VAINER, 2013, p. 38).

Vainer (2013) preocupa-se, pois a cidade neoliberal somente intensificou os problemas urbanos como favelização, degradação ambiental, desigualdades, problemas de mobilidade, violência urbana e espaços urbanos segregados.

#### 4. Considerações finais

Ao falar do urbano estamos inserindo nos discursos questões ideológicas. Pensar a reforma urbana é refletir sobre qual cidade se refere os urbanistas e planejadores. O



planejamento estratégico – ao menos da forma como foi realizado na cidade de Teresina – não demonstrou grandes diferenças do planejamento técnico no que diz respeito ao diálogo com os diversos setores da sociedade e já vem com o diagnóstico pronto. Assim como o modelo de planejamento técnico burocrático foi responsável pela reprodução da desigualdade, é possível que o planejamento estratégico se torne tal qual o burocrático.

O receio é que seja apenas mais um modelo nos moldes neoliberais, que de alguma forma não irá à fonte da problemática urbana e não modificará a realidade de exclusão e desigualdade existente. A forma como foi trabalhada a política urbana no Brasil acelerou a máquina de produção da exclusão territorial, a questão é, este modelo estratégico possui estratégias de quem? Para quem? Se a lógica é mercadológica, é possível que essas respostas estejam óbvias.

O Planejamento Estratégico tende a espacializar a cidade em zonas de interesse e zonas excluídas, ilegais, que não estão presentes no planejamento. A cidade se divide na parte que recebe as ações políticas de desenvolvimento, mercado, consumo e está é a cidade visível aos olhos dos visitantes, dos outros países. A cidade oculta continuará com as mesmas lutas por calçamentos, iluminação, mobilidade, transporte... Gerando um círculo vicioso de desigualdade, dominação e segregação.

Há riscos e pouca esperança que esta seja a via que dará saltos no planejamento urbano no Brasil. O que se propõe mais uma vez é um planejamento urbano incluyente, onde seja possível urbanizar e legalizar a cidade informal e democratizar a moradia. É claro, que não há ilusão de acreditar que resolvendo a questão da habitação e da urbanização desigual se terá resolvido todas as questões urbanas, mas tem-se assim um verdadeiro passo rumo a construção de políticas urbanas contra a exclusão.

Até lá, ficamos com as “estratégias” nas quais os casos omissos tomam de conta, maquiando a cidade, embelezando-a e vendendo-a, mas mantendo paralelamente uma cidade invisível aos olhos de seus visitantes.

## Referências

AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], 91, 2010.





BURNETT, Frederico Lago. Tragédia urbana neoliberal: fim da ilusão civilizatória da cidade capitalista? In: COUTINHO, Joana Aparecida. LOPES, Josefa Batista. (Org) *Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas*. São Paulo: Xamã, 2012. p. 101 – 120.

CAMPOS, Letícia Ferro Gomes Madeira. *Da unha de gato ao florescer do caneleiro – análise do processo de elaboração da Agenda 21 Local: Teresina Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/mestambiente/arquivos/files/DISSERTACAO\\_LETICIA.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/mestambiente/arquivos/files/DISSERTACAO_LETICIA.pdf)>. Acesso em 17 de Março de 2014.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. VIANA, Bartira Araújo da Silva. Planejamento e Gestão Urbana em Teresina (PI): notas da Agenda 2015 como Plano Diretor. *Revista Equador* (UFPI), Vol.1, nº 1, p. 60-78 (Junho/Dezembro, 2012).

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

LIMA, Antônia Jesuíta. *Gestão urbana e políticas de habitação social: análise de uma experiência de urbanização de favelas*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

LIMA, Antônia Jesuíta. Plano Diretor Participativo e os desafios da governança urbana no Brasil. In: LIMA, Antônia Jesuíta. FERREIRA, Maria D’Alva Macedo. VIANA, Masilene Rocha. (Org). *Políticas Públicas e cidadania: temas em debate*. Teresina: EdiUFPI, 2012.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*. n. 17. v. 48. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013)>. Acesso em 13 de Março de 2014.

ROLNIK, Raquel. Pactuar o território - desafio para a gestão de nossas cidades. Princípios: *Revista teórica, política de informação* [Online], 2008. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/>>. Acesso em 15 de Março de 2014.

ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/>>. Acesso em 15 de Março de 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. In: *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UF RJ, 2011.

SERAFIM, Milena Pavan. DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão de literatura. *Cadernos Gestão Social*. v. 3. n. 1. jan/jun. 2012. Disponível em: <



<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/213/147>>. Acesso em 16 de Março de 2014.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. MARICATO, Ermínia...[et al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de... [et al.]. *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999. p. 221 – 236.



## NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E A FORMA FEDERAL

BASTOS, Thiago Guerreiro  
*Estudante de Mestrado do PPGDC/UFF*  
*thiagoguerreirobastos@gmail.com*

97

### RESUMO

O artigo aborda o surgimento de uma nova espécie de constitucionalismo surgido na América do Sul conhecido pela doutrina como Novo Constitucionalismo Latino-Americano. As características desse constitucionalismo permite supor que a adoção da forma federativa será o próximo passo a ser dado. O artigo também diferencia esse movimento tipicamente latino-americano do Neoconstitucionalismo.

**Palavras-chave:** América Latina, Novo Constitucionalismo Latino-Americano, Federalismo.

### ABSTRACT

This paper aims to discuss a new kind of constitutionalism developed in South America and that is known as “New Latin American Constitutionalism”. The basic characteristics of this kind of constitutionalism implies that the adoption of the federalism would be the next level of the development of this theory. The paper also emphasizes the differences between the “new” and neoconstitutionalism.

**Key-words:** Latin America, New Latin America Constitutionalism, Federalism.

### Introdução

A constituição é uma foto que representa o momento de um país; é um texto preso no tempo/espaço que dá corpo a uma sociedade e reflete suas aspirações e ideologias, em outras palavras, é uma compilação que reverbera ao longo dos anos o momento constituinte. Contudo, a captura de um dado momento histórico não significa aprisionamento a preceitos e dogmas de outrora, pois há mecanismos institucionais para modelar e adaptar a “foto” às necessidades contemporâneas (seja por emenda à constituição ou pelo fenômeno da mutação).

As constituições do século XXI representam o ápice do desenvolvimento constitucionalista iniciado no século XVIII. Cabe ressaltar que no período posterior à II Guerra Mundial houve uma forte agitação social que trouxe como consequência a positivação de valores nos textos (virada kantiana) e maior intervenção estatal.

O início dos anos 80 marca uma nova postura econômica dos países centrais que traz consequência para os demais estados periféricos na ordem global. Em razão disso, estados latinos reagem ao modelo econômico imposto, dando início, assim, a uma



agitação social que culmina com a criação do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Nesse sentido<sup>1</sup>:

A modernidade trouxe consigo as concepções de estado-nação e monismo jurídico, que foram respaldadas por políticas de homogeneização cultural e centralização político-jurídica. No entanto, as disputas sobre direitos dos imigrantes, dos indígenas e de outras minorias culturais estão gerando questionamentos a respeito destes pressupostos que têm governado a vida política mundial durante décadas.

O movimento iniciado na América Andina não representa apenas um ato contra a lógica neoliberal, mas também se levanta contra a imposição monista do direito e a homogeneização da cultura que tem como principal efeito assimilar e exterminar povos originários.

### **Novo Constitucionalismo**

Afirmar que algo é “novo” significa dizer que ocorreu ou que está havendo a superação daquilo que pode ser visto como “antigo”. A agitação social que gerou o novo constitucionalismo propôs maior integração das parcelas marginalizadas (com a ruptura do monismo) e maior presença do Estado na economia.

É preciso frisar que mais de três décadas separam **neconstitucionalismo** do **novo constitucionalismo latino-americano**, sendo, por isso, movimentos díspares e que não podem ser usados como sinônimos. De acordo com Martín Dalmau<sup>2</sup>, enquanto o neoconstitucionalismo é fruto de teorização acadêmica, o novo constitucionalismo é fruto de movimento social, sendo esta, portanto, a principal diferença entre as duas espécies.

A los efectos de lo que aquí se pretende defender, lo más relevante es que el neoconstitucionalismo es una corriente doctrinal, producto de años de teorización académica mientras que, como vamos a ver a continuación, el nuevo constitucionalismo latinoamericano es un fenómeno surgido en el extrarradio de la Academia, producto más de las reivindicaciones de los movimientos sociales que de los profesores

<sup>1</sup>PINTO, Simone Rodrigues. **Reflexões sobre pluralismo jurídico e direitos indígenas na América do Sul**. Acessado em: 17.06.14. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-6/253-reflexoes-sobre-pluralismo-juridico-e-direitos-indigenas-na-america-do-sul-simone-rodrigues-pinto>>.

<sup>2</sup>PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz. **Se puede hablar de un nuevo constitucionalismo latinoamericano como corriente doctrinal sistematizada?** Acessado em: 14.06.14. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/wccl/ponencias/13/245.pdf>>.



de Derecho Constitucional. Y consiguientemente, carece de una cohesión y una articulación como sistema cerrado de análisis y proposición de un modelo constitucional.

A diferenciação apontada é importante porque este é o mote do novo constitucionalismo, ou seja, é a partir disso que se extrai suas principais características. O fato de não ser um movimento elitizado, ao menos inicialmente, evidencia o resgate do poder constituinte originário de fato, poder este que tem o condão de quebrantar a ordem vigente para refundá-la. O novo constitucionalismo ainda não é, mas busca ser uma corrente doutrinária de refundação latina (é um movimento em consolidação). Além disso, o fenômeno é original e típico da região, pois não se vale de transplantes de soluções europeias ou estadunidenses, mas cria respostas para suas próprias mazelas.

É preciso esclarecer que o novo não rompe com o neo. Desse modo, há um novo estágio de evolução do constitucionalismo que se origina, pela primeira vez, na América Latina. Não há ruptura porque o novo constitucionalismo mantém a estrutura da divisão de poderes, constituição rígida e escrita, positivação de direitos e valores, isto é, assegura a estrutura racional-normativo das constituições (texto escrito, ordenado e articulado), **mas propõe um resgate e aprofundamento da dimensão política e democrática da constituição**. Neste sentido, Dalmau<sup>3</sup> afirma:

El nuevo constitucionalismo mantiene las posiciones sobre la necesaria constitucionalización del ordenamiento jurídico con la misma firmeza que el neoconstitucionalismo y plantea, al igual que éste, la necesidad de construir la teoría y observar las consecuencias prácticas de la evolución del constitucionalismo hacia el Estado constitucional. **Pero su preocupación no es únicamente sobre la dimensión jurídica de la constitución, sino, incluso en un primer orden, sobre la legitimidad democrática de la constitución.** (grifos acrescentados)

O novo constitucionalismo latino-americano marca a preocupação em tornar o Estado não apenas democrático, mas também acessível àquelas parcelas da população que estavam alijadas do processo decisório. Nesse sentido, para incluir as parcelas que sempre estiveram marginalizadas e dominadas (econômica ou culturalmente), reestrutura o Estado e o direito para se pautar em preceitos pluralistas, ou seja, rompe com o monismo jurídico típico do neoconstitucionalismo e ruma para o pluralismo jurídico através da criação de um estado plurinacional. Por isso, o Novo Constitucionalismo fornece

<sup>3</sup> PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz, Op. Cit., p. 4.



mecanismos institucionais para dar voz aos oprimidos (principalmente parcelas indígenas que compõe grande parte das sociedades andinas), resgatando e valorizando, como consequência, a cultura pré-hispânica. Essa mudança somente foi possível por causa da refundação imposta por meio do resgate do sentido histórico do Poder Constituinte Originário - PCO.

A activación do poder constituínte, neste sentido, garda relación directa con carácter revolucionario da súa orixe. En efecto, a reivindicación do poder constituínte que está expondo o novo constitucionalismo latinoamericano volve a formas primeiras de exercicio deste poder. Fronte ás transición pactadas, o poder constituínte -que entra plenamente en vixencia cando xa non é necesaria só unha transición política, senón tamén xurídica -expón a fôrma orixinal de democracia e dá forma ao constitucionalismo.<sup>4</sup>

Importante ressaltar que a América Latina teve inúmeros processos constituintes, mas nenhum teve o condão de romper a ordem vigente para refundar o Estado porque sempre houve cooptação do PCO pela elite dominante, ou seja, pouco avanço em termos sociais, estagnação diante da tentativa de manter a estrutura de poder intacta (*status quo*), afastamento da camada popular das instâncias decisórias e direcionamento do Estado para atender ao interesse dos grupos econômicos no poder. O fato de a América Latina ter se tornado independente não fez com que isso se refletisse em independência social, pois aqueles que assumiram o controle do Estado recém formado passaram a manter a lógica de dominante/dominado onde para os primeiros se dá tudo, enquanto que para os demais não se dá quase nada.

Desde las constituciones fundacionales latinoamericanas - que, por otro lado, fueron más cercanas al liberalismo conservador que al revolucionario- América Latina había carecido de procesos constituyentes ortodoxos -esto es, plenamente democráticos- y, en cambio, había experimentado en multitud de ocasiones procesos constituyentes representativos de las élites y alejados de la naturaleza soberana esencial del poder constituyente.<sup>5</sup>

A insurgência que eclodiu nos anos 80 gera seus primeiros efeitos na década de 90. Contudo, a evolução do movimento persistiu e chegou aos anos 2000.

<sup>4</sup>DALMAU, Rubéns Martínéz. **Asembleas Constituíntes e novo Constitucionalismo en América Latina** In El Nuevo constitucionalismo latinoamericano y el proyecto de Constitución del Ecuador, Alter Justicia nº 1, outubro de 2008, páxinas 17-27.

<sup>5</sup>PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz, Op. Cit., p. 8.





(...) una característica de los recientes cambios constitucionales en la región es que han sido llevados a cabo mediante asambleas constitucionales y ya no por los Congresos o por equipos de elite. Y quizá por primera vez es posible hablar de poder constituyente.<sup>6</sup>

O primeiro resultado surge na Colômbia em 1991 quando se supera a Constituição de cunho liberal de 1886. Posteriormente houve a Constituição de 1998 do Equador, seguida pelo Texto venezuelano de 1999. Finalmente se chega ao atual ápice da evolução desta teoria com o advento do estado plurinacional por meio das constituições equatoriana de 2006 e boliviana de 2009. A linha do tempo que vai de 1991 a 2009 representa estágios evolutivos diferentes do novo constitucionalismo que rumam até o surgimento do estado plurinacional. Pesquisadores do novo constitucionalismo latino-americano identificam ao menos **quatro** elementos em comum a todos os processos constituintes citados acima:

1) Originalidade – No tocante às inovações institucionais trazidas; o fato de ser um constitucionalismo pensado por latinos e para latinos.

2) Prolixos – São textos longos com média de ao menos 300 artigos. A extensão das constituições tem dois motivos: a) São extensos porque buscam ser capazes de dar respostas às necessidades que o povo solicita; b) São extensos porque buscam **frear a atuação do Congresso e das Cortes Supremas em dar interpretação em sentido contrário aos anseios populares.** Foi o meio encontrado para manter a vontade constituinte e evitar que a elite usurpe o movimento popular legítimo por meio de interpretações diversas.

(...) la extensión considerable en el nuevo constitucionalismo latinoamericano es debida a la necesidad del poder constituyente de expresar claramente su voluntad, lo que técnicamente puede desembocar en una mayor cantidad de disposiciones, cuya existencia busca limitar las posibilidades de los poderes constituidos - en particular, el parlamento, que ejerce la función legislativa, y el Tribunal Constitucional, que desarrolla la máxima función interpretativa- de desarrollar o desentrañar el texto constitucional en sentido contrario a la que fue la voluntad del constituyente.<sup>7</sup>

3) Complexidade - O texto de uma constituição mexe com temas complexos principalmente quando trabalha com questões econômicas, fiscais, macroeconômicas, tributárias e monetárias. Contudo, dificuldade técnica não pode ser sinônimo de linguagem ou construção textual difícil. A complexidade técnica deve vir acompanhada

<sup>6</sup> MONCAYO, Héctor-León. **Las nuevas Constituciones em América Latina: Algunas reflexiones de contexto.**

<sup>7</sup> PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz, Op. Cit., p. 17.



de uma linguagem simplista para permitir que a população entenda o documento que estrutura seu país; foi a forma encontrada para romper com a dominação do direito promovida pela elite, pois facilitar a linguagem significa que qualquer um do povo pode ler e compreender a mensagem sem precisar de intermediários ou “tradutores”. A linguagem acessível retira a opacidade do direito.

Los nuevos textos proponen, en este sentido, la utilización de un lenguaje asequible que ofrece facilidades para su comprensión en el marco de la complejidad mencionada anteriormente. Se trata, por lo tanto, de textos técnicamente complejos y semánticamente sencillos.<sup>8</sup>

4) Rigidez na ativação do poder constituinte derivado – Tentativa de impedir que os poderes constituídos disponham da capacidade de reformar a constituição por eles mesmos. A rigidez não busca a fossilização da constituição, mas somente admitir a modificação mediante consulta popular prévia. É preciso que o povo admite a reformar constitucional. O mesmo vale para o poder constituinte originário.

5) Participação popular – Não há superação ou descrédito da democracia representativa, mas esta deve complementar a democracia direta e não substituí-la. Por isso, nestes países as constituições tratam de temas como “formas de participación democrática”, “gobierno participativo”, “democracia participativa” e “participación democrática”.

6) Inclusão das camadas marginalizadas – São textos que são fruto de movimentos sociais, motivos pelos quais, há previsão expressa de inclusão das parcelas segregadas como **indígenas, mulheres e negros**.

7) Relação com natureza – Há destaque à Mãe Terra em uma tentativa de resgate de ancestralidade e da íntima relação dos povos originais com a *Pacha Mama*; é uma relação que se pauta na horizontalidade entre homem-terra e não na verticalidade como é a visão ocidental por meio da exploração desenfreada dos recursos naturais. A terra faz parte da identidade do indígena; a cosmovisão indígena traça uma relação diferente com a terra, pois não a vê como meio de produção e exploração a qualquer custo. Cabe frisar que a relação de ancestralidade com *Pacha Mama* é difícil de ser captada pelo pensamento ocidental eurocêntrico por possuírem lógicas bastante diferentes quando se trata da terra. Ao fim, há a lógica do *Suma Qamaña* ou Bem-viver que direciona os novos Estados; são

<sup>8</sup> PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz. Op. Cit., p. 17.



preceitos que passam a fazer parte do *ethos* desses estados refundados, evidenciando, assim, um projeto constitucional de alto **cunho descolonizador**.

8) Presença do Estado – Porque se trata de um movimento fruto de um levante contra o neoliberalismo. Contudo, o retorno do Estado pode ser o tradicional (Venezuela e Colômbia) ou um Estado mais arrojado institucionalmente como é o Plurinacional (Bolívia e Equador).

Sob a ótica dos países que mais avançaram no novo constitucionalismo é válido indagar acerca da profundidade real desta mudança e até que ponto aquilo que foi pleiteado se efetivou. Héctor-León Moncayo, ao abordar a questão, indica que apesar de ter havido movimento social iniciador de uma revolução, a elite não ficou refém e conseguiu contra-atacar arrefecendo as mudanças pensadas inicialmente. Para comprovar sua dedução Moncayo traz os seguintes fatos:

A) No caso boliviano a Assembleia Constituinte deixou de ter sua representação oriunda dos movimentos sociais e dos povos indígenas como se queria inicialmente para ter uma representação com origem em representantes eleitos. A dificuldade em dar prosseguimento ao projeto fez com que este ficasse parado por sete meses. Buscando contornar os impasses surgidos foram realizados “encontros territoriais” para destrancar a elaboração do novo Texto o que demonstra a perda de força da Assembleia fruto de uma reação dos poderes constituídos. No delicado equilíbrio das forças, apesar desta ter rumado momentaneamente a favor dos povos indígenas e populares, não foi algo estável e definitivo em razão da reação das estruturas de poder existentes. Moncayo afirma, inclusive, que esse foi um período de racismo exacerbado por parte da elite (reflexo das tensões sociais existentes). A mudança constitucional ocorre, mas não da forma desejada e pleiteada na origem do poder constituinte originário. O texto aprovado teve que passar por um ajuste final no Congresso mediante negociações com o Executivo que geraram a alteração de 144 artigos contra aspirações do movimento indígena e campesino. Portanto, é importante questionar até que ponto o projeto inicial (fruto de um legítimo movimento popular) foi afetado e como essas contenções enfraquecem o texto final.

Ainda sobre a Bolívia, a questão da plurinacionalidade tem duas facetas: territorial e estrutura do Estado. A primeira implica em reconhecer e assegurar direitos aos povos indígenas (terra e recursos naturais) enquanto que a segunda está atrelada à participação efetiva nos poderes (co-governo). Contudo, de forma habilidosa, as oligarquias



conseguiram destorcer o campo jurídico da transformação que se desenrolava por meio de um terrorismo separatista ao afirmar que dar plena autonomia às regiões ricas em recursos naturais poderia incentivar a secessão. Isso culminou em um regime de descentralização e autonomias nas formas tradicionais de Departamentos e Municípios nos territórios indígenas em detrimento de uma descentralização mais profunda e eficaz.

B) No caso equatoriano o hiperpresidencialismo afetou a constituinte. Por mais que referendo de 2007 tenha sido aprovado para a convocação da Assembleia Constituinte, a despeito do apoio popular, quem promoveu a iniciativa foi o próprio presidente Rafael Córrea. Houve atuação intensa por parte do Presidente ao ponto de **opor resistência** a temas como autonomia indígena, proteção da natureza e direitos sexuais. A intervenção chegou a níveis tão alarmantes que o presidente da Assembleia Constituinte renunciou antes de terminar os trabalhos. No entanto, apesar das intervenções a Constituição equatoriana conseguiu manter o perfil nacional e redistributivo.

A inovação extremamente relevante no constitucionalismo equatoriano está no amplo e inovador rol de direitos. À luz do bem-viver se tratam dos direitos econômicos, sociais e culturais. Há uma forte tutela do meio ambiente ao ponto de se reconhecer que este é titular de direitos: *“La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución”*. A inovação é um resgate cultural (giro descolonial em oposição ao eurocentrismo) em razão do novo valor dado a natureza que em nada se confunde com ideais eurocêntricos, pois assegura-se o direito de “restauração” do meio ambiente em um giro biocêntrico sem precedentes em uma constituição.

Independente das críticas existentes, o novo constitucionalismo é um movimento que trouxe mudanças na região andina. A valorização do indígena, a busca pelo diálogo com os povos originários, a reconexão com a natureza e a busca pela participação popular são realidades constitucionais que produziram efeitos sociais e trouxeram melhorias. É um movimento constitucional, como já dito anteriormente, que está em efetivação, possuindo, portanto, arestas a serem aparadas até mesmo por ser um movimento popular e não eminentemente acadêmico.



## Plurinacionalidade

A plurinacional é fruto da evolução do novo constitucionalismo latino-americano. De acordo com Raquel Yrigoyen Fajardo, a plurinacionalidade é resultado de um processo ao qual a América Latina está inserida e que se desenvolveu em três etapas sucessivas onde a grande maioria dos países está envolvida em algum estágio. Portanto, enquanto uns estão no primeiro, outros foram ao segundo e apenas dois (Bolívia e Equador) atingiram o terceiro patamar.

A autora afirma que constitucionalismo pluralista pressupõe rupturas paradigmáticas em relação ao constitucionalismo monista do século XIX e do constitucionalismo social integracionista do século XX. Em um contexto de cunho descolonizador, a identidade pluralista busca questionar a herança colonial imposta pelos conquistadores assim como papel de subserviência imposto aos povos originários. A lógica implementada tanto no período colonial quanto no período de independência da América Ibérica se baseou na expropriação das terras indígenas, assim como a exploração de seus recursos e exploração de sua mão de obra (muitas vezes em regime de escravidão). O estado independente que surge reforça os conceitos de inferiorização indígena construída no período colonial. O fato de taxar diversas etnias sob o rótulo “indígena” identifica uma tentativa de homogeneização com fins de eliminar as culturas ancestrais e originárias. Nesse sentido<sup>9</sup>:

La ideología de la inferioridad natural de los indios y la figura jurídica de la tutela indígena permitieron estabilizar a lo largo del tiempo el modelo de subordinación indígena. La independencia política de las colonias americanas respecto de las metrópolis no significó e fin de esa subordinación. Los nuevos estados latinoamericanos se organizaron bajo flamantes Constituciones liberales, pero con proyectos neocoloniales de sujeción indígena.

Além da prática de inferiorização, houve a imposição de um direito monista que impediu as práticas culturais existentes no seio dos povos originários, em outras palavras, existia apenas um sistema jurídico e uma lei geral para todos, sendo, portanto, o pluralismo inadmissível dentro do Estado-nação. Desta forma, o Estado ao mesmo tempo

<sup>9</sup> **FAJARDO, Raquel Yrigoyen.** El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización *In* El Derecho en América Latina: Um mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Coordinador: César Rodríguez Garavito. Ed: Siglo veintiuno. 1ª ed. 2011.



que rotula e classifica diversas etnias sob a “etiqueta” indígena também impõe a cultura monista eurocêntrica; os Estados surgidos negavam a existência dos povos originários, pois não reconheciam suas peculiaridades, culturas e hábitos e lhes imputava novos hábitos sob a visão europeia.

El pluralismo jurídico, como forma de coexistencia de varios sistemas normativos dentro de un mismo espacio geopolítico, aun en su forma colonial subordinada, no era admisible para la ideología del Estado-nación. El Estado-nación monocultural, el monismo jurídico y un modelo de ciudadanía censitaria (para hombres blancos, propietarios e ilustrados) fueron la columna vertebral del horizonte del constitucionalismo liberal del siglo XIX en Latinoamérica. Un constitucionalismo importado por las elites criollas para configurar estados a su imagen y semejanza, con exclusión de los pueblos originarios, los afrodescendientes, las mujeres y las mayorías subordinadas, y con el objetivo de mantener la sujeción indígena.<sup>10</sup>

Os Estados latinos não se preocuparam em dialogar ou incluir os povos originários porque o intuito era assimilá-los ou promover o extermínio a exemplo do que ocorreu em países como EUA e Austrália. Nessa lógica, a dominação cultural ocorrerá em três etapas de acordo com Raquel Fajardo: 1) assimilação ou conversão dos indígenas em cidadãos detentores de direitos civis e conseqüente dissolução de comunidades indígenas; 2) Redução, civilização e cristianização dos indígenas vistos como “selvagens” (os não dominados) com fins de expandir a fronteira agrícola e; 3) Promoção de guerras ofensivas e defensivas contra os povos indígenas com fins de anexação de seus territórios. Em outras palavras, era um Estado que buscava excluir e dizimar os povos originários; apagar qualquer vestígio do passado pré-hispânico.

É importante frisar que o constitucionalismo social iniciado pelo México em 1917 promove uma reflexão crítica sobre o constitucionalismo liberal e propõe uma melhor integração entre indígenas e conquistadores, porém sem romper com o monismo existente. O neoconstitucionalismo também não irá cogitar ou admitir a pluralidade de produção jurídica. A mudança da forma de se pensar o Estado e o direito se inicia com o **constitucionalismo multicultural** (1982-1988), passando pelo **constitucionalismo pluricultural** (1989-2005) até chegar no atual estágio que é o **constitucionalismo**

<sup>10</sup> Id., p. 139-140





**plurinacional** (2006-2009). Essas mudanças institucionais têm como características básicas e comuns seu aspecto descolonizador.

Las reformas constitucionales expresan antiguas y nuevas demandas indígenas, las que a su vez les dan impulso. Sin embargo, las reformas constitucionales también permiten expresar la resistencia proveniente de los antiguos y los novos colonialismos. Los contextos complejos donde se gestan las reformas imponen sus tensiones y sus contradicciones (aparentes o reales) a los textos constitucionales, lo que exige una interpretación pluralista para salvar sus limitaciones y resolver las tensiones de manera favorable a la realización de los objetivos y principios del proyecto constitucional pluralista. Esse ejercicio de interpretación es un ejercicio de poder y, por ende, un ejercicio ahora también compartido por los pueblos indígenas en el marco del Estado plurinacional.<sup>11</sup>

No período do **multiculturalismo** há a inclusão de demandas indígenas e é incluído em algumas constituições questões atreladas a diversidade cultural, reconhecimento da configuração multicultural e multilíngue da sociedade, direito individual e coletivo da identidade cultural e alguns direitos indígenas específicos. A Constituição brasileira de 1988 adota, por exemplo, preceitos existentes na convenção nº 169 da OIT sobre direitos indígenas um ano antes do surgimento da convenção. O reconhecimento de direito, no entanto, não traz o reconhecimento do pluralismo jurídico, mas esse é o primeiro passo do movimento: reconhecimento do indígena (ainda que sob a “etiqueta” e não como múltiplas etnias).

O **pluriculturalismo** trabalha a ideia de nação pluriétnica ou pluricultural. É o início do processo de ruptura do monismo jurídico, pois reconhece a autoridade e costumes indígenas. A Constituição da Colômbia de 1991, do Equador de 98 e a venezuelana de 99 são exemplos claros dessa corrente. Inicia-se, também, os primeiros conflitos entre a multiplicidade de fontes normativas.

Los nuevos derechos conquistados y la atribución de potestades que antes eran privativas de los órganos del Estado a los indígenas han provocado un sinnúmero de disputas legales y políticas, aún no resueltas. Así, por ejemplo, el Poder Legislativo en varios países sigue reclamando atribución soberana para promulgar leyes sin estar condicionado o limitado por el derecho de consulta de los pueblos indígenas. Hasta ahora, ni las leyes ni las Cortes han logrado especificar la extensión de este derecho. Lo mismo pasa con el tema de la jurisdicción indígena o los conflictos sobre la interpretación de los

<sup>11</sup> FAJARDO, Raquel Yrigoyen. Op. Cit., p. 140.



derechos humanos. Es estos campos hubo grades avances, pero también quedan numerosas preguntas pendientes.<sup>12</sup>

Contudo, os povos originários ainda eram vistos como “estranhos” ou “culturalmente diversos” que compunham o todo.

El multiculturalismo favoreció el reconocimiento de derechos de grupo para los colectivos indígenas, incluyendo el derecho a su propio derecho y justicia, en tanto los indígenas eran concebidos como grupo culturalmente diversos. La diversidad cultural sirvió de fundamento, pero también de límite para el reconocimiento del derecho indígena.<sup>13</sup>

Essa nova dinâmica põe fim ao monismo imposto, mas o reconhecimento do pluralismo ainda não está organicamente disseminado pelas constituições e ainda gera conflito com o direito estatal (com a prevalência deste na maioria dos casos).

O **plurinacionalismo** busca romper de vez com a herança colonial e aprofundar o espírito descolonizador existente no movimento latino ao proponer una refundación do Estado a partir do reconhecimento de seu passado pré-hispânico com o objetivo de reconhecer e resgatar as heranças indígenas renegadas e sufocadas desde o período colonial e republicano. Portanto, os povos indígenas não são mais vistos como culturalmente diversos, mas como nações originárias que compõe o Estado.

(...) sujetos políticos colectivos con derecho a definir su destino, gobernarse en autonomías y participar en los nuevos pactos de Estado, que de este modo se configura como un Estado plurinacional. Al definirse como un Estado plurinacional, resultado de un pacto entre pueblos, no es un Estado ajeno el que reconoce derechos a los indígenas, sino que los colectivos indígenas mismo se yerguen como sujetos constituyentes y, como tales y junto con otros pueblos, tiene poder de definir el nuevo modelo de Estado y las relaciones entre los pueblos que lo conforman. Es decir, estas Constituciones buscan superar la ausencia de poder constituyente indígena en la fundación republicana y pretenden contrarrestar el hecho de que se las haya considerado como menores de edad sujetos a tutela estatal a lo largo de la historia. (...)

Luego de la crisis del modelo de ajuste estructural y de las políticas neoliberales, la población en general reclama al Estado derechos sociales y un papel activo frente a las transnacionales y los poderes materiales. Esta demanda se traduce en nuevos derechos sociales que incorporan la perspectiva indígena, como el derecho al agua, al buen vivir y a la seguridad alimentaria, entre otros. Y asimismo reconocen el ejercicio del derecho propio en el marco de la cosmovisión indígena.

<sup>12</sup> FAJARDO, Raquel Yrigoyen. Op. Cit., p. 143.

<sup>13</sup> Id., p. 145.



Adicionalmente, la Constitución de Ecuador incorpora derechos para nuevos sujetos, como la naturaleza (la Pachamama, los cursos de agua), por fuera de la sistemática homocéntrica occidental.<sup>14</sup>

O cunho descolonizador trazido pelo constitucionalismo do século XXI promovido por Bolívia e Equador é bastante profundo porque parte do pressuposto de nação originária indígena, ou seja, há igualdade formal e material em níveis nunca atingidos. O pluralismo jurídico e a igualdade dos povos são conquistas atuais que buscam sedimentação, pois o constitucionalismo latino está vivo e em pleno desenvolvimento (não é um movimento terminado). As constituições da Bolívia e do Equador não encerram esse movimento, mas inauguram um novo patamar. Para que a haja manutenção e aprofundamento do que foi atingido pelos textos é preciso que as ferramentas hermenêuticas também sejam pluralistas para viabilizar e superar inconsistências de um movimento genuinamente popular e não acadêmico. O fortalecimento da jurisdição indígena é importante porque promove diálogo entre a jurisdição comum e a indígena o que assegura troca intercultural e a construção de espaços plurinacionais efetivos. No caso da Bolívia existem, ainda, metaconceitos atrelados a ideia de Estado plurinacional com a existência de autonomia indígena e pluralismo jurídico. Essas características são asseguradas por meio de uma jurisdição indígena sem relação de subordinação com a jurisdição ordinária (de herança colonial e europeia) e também por meio da criação de um Tribunal Constitucional Plurinacional com a presença da jurisdição indígena.

(...) el nuevo constitucionalismo latinoamericano plantea un compromiso con una determinada integración, la latinoamericana, más amplia que la puramente económica, que plantea posibilidad reales de integración de los pueblos y que, en definitiva, intenta compatibilizar la necesidad de integración con un concepto recuperado de soberanía.<sup>15</sup>

### **Forma Federativa**

A formação de um estado é fruto de aspectos históricos e culturais cuja centralização vem a ser arrefecida, em alguns casos, com a adoção do federalismo para atender aos interesses da própria diversidade.

(...) la idea de nación es una construcción histórica, resultado en todos los casos de una imposición cultural y étnica y que la centralidad ha

<sup>14</sup> Id., p. 149.

<sup>15</sup> PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz, Op. Cit., p. 23.



sido matizada, em alguns casos, por diversas formas de federalismo, atendendo, ocasionalmente, a la propia diversidad.<sup>16</sup>

Portanto, falar de forma federativa à luz do Novo Constitucionalismo Latino-Americano é extremamente pertinente. Fatores como maior participação popular, aproximação do poder político do povo, reconhecimento da diversidade étnica e cultural, superação do monismo por um direito pluralista e advento de um estado plurinacional direcionam para a autonomia política. Ao falar em plurinacionalidade é natural pensar em pluralidade de centros decisórios. O contexto de admissão e valorização das diferenças, característica típica de um Estado Federal, clama por autonomia política para possibilitar que cada entidade subnacional possa compatibilizar e adotar as melhores medidas de acordo com sua realidade regional. Diante de uma proposta de giro descolonial, o federalismo propiciaria o reconhecimento e a valorização da pluralidade étnica. As diferenças culturais entre os diversos grupos étnicos são imensas, e é por isso que a pluralidade política (federalismo) poderia propiciar e fortalecer a identidade de cada grupo existente (Quechua, Tacana, Mosestén, Mataco, Guarani, Aymara e etc). O novo constitucionalismo não se pode ater somente à autonomia administrativa, mas deve aprofundar ao ponto de se atingir a autonomia política.

Apesar de haver fortes indicativos a favor da mudança na forma do estado, as constituições dos países envolvidos mantêm o unitarismo com adoção de certos graus de autonomia. Há uma certa desconexão entre realidade implementada e vontade popular (que indica apelo ao federalismo ainda que sem identificar o nome deste sentimento). Por mais que a forma federativa esteja extremamente atrelada com a questão histórica e cultural dos países (no caso da América Latina com preceitos implementados durante o período colonial como é o caso de Brasil, Argentina e México) não se pode esquecer que a lógica do movimento constitucionalista andino se pauta na refundação e ruptura com o passado; o novo constitucionalismo prega a inovação e a experimentação, portanto, a adoção da forma federal não seria absurda ou incoerente. Se se parte do pressuposto que o novo constitucionalismo tem como características básicas a inovação, pluralidade cultural e étnica, pluralidade jurídica e uma jurisdição indígena<sup>17</sup>, por qual motivo não se

<sup>16</sup> **MONCAYO, Héctor-León.** Las nuevas Constituciones em América Latina: Algunas reflexiones de contexto.

<sup>17</sup> Art. 246 da Constituição colombiana; Art. 191 da Constituição equatoriana; Art. 260 na Constituição venezuelana; Arts. 199 e 200 na Constituição boliviana.



implementa a pluralidade política? Em termos de participação popular e aproximação com os representantes a forma federal é muito mais eficiente.

Em relação às críticas promovidas na Bolívia por possíveis movimentos separatistas, estas não devem prosperar. Apesar do federalismo promover a autonomia de entidade subnacionais não significa que incentive a secessão, pois autonomia não se confunde como soberania. Se por um lado há espaços institucionais para o desenvolvimento das peculiaridades, por outro há uma uniformização mínima promovida pela União.

Choudry e Hume<sup>18</sup>, teóricos do federalismo de pós-conflito, sustentam que os países que adotam a forma federal no século XXI estão buscando apaziguar tensões existentes entre regiões dotadas de divergências econômicas e culturais (assimetrias) com fim de manter a integridade territorial. Diante desta lógica, um federalismo de pós-conflito poderia ser utilizado nos países andinos, pois atuaria em duas frentes distintas: 1) Por não serem países com tradição federalista, a adoção desta forma de estado seria lenta e gradual (em razão da experimentação de maior descentralização e autonomias existentes), ou seja, são países unitários que possivelmente adotariam a forma federal no futuro; 2) As assimetrias culturais e econômicas que antes eram sufocadas passam a ser incentivadas o que gera disputa com o centro para que cada ente subnacional possa ser diferente naquilo que lhe compete. Logo, a forma federal apaziguaria tensões que seriam desenvolvidas como consequência do processo implementado. Nesse sentido, Choudry e Hume sustentam:

To transform an unitary, devolved or classical federal state into a post-conflict federation entails more than changes to it's constitutional structure. It requires a new understanding of the state as the institutional compromise required to preserve a composite or layered political community in which the basic question of constitutional politics is what the terms of political association should be among the constituent nations.

O desenvolvimento e a refundação desses novos estados latinos tende ao fracasso caso o centro (capital) não saiba dialogar com as entidades subnacionais. É preciso que se amplie a descentralização política para completar o projeto iniciado. Não se pode

<sup>18</sup> CHOUDRY, Sujit; HUME, Nathan. Federalism, devolution and secession: from classical do post-conflict federalism. **Comparative Constitutional Law**. Ed. GINSBURG, Tom. & DIXON, Rosalind. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Inc., 2011, p. 356/387.



pensar em estados plurinacionais sufocando a pluralidade política, pois seria uma forma de refrear e impedir o avanço plurinacional. A pluralidade de centros decisórios é mero desdobramento do que se está implementando nos países citados. É preciso que o centro saiba ceder poder para permitir que o projeto pensando não seja esmagado por uma uniformização imposta pela capital.

(...) federal failure is the consequence of (a) the failure of the centre to respond to the demands of national minorities for constitutional self-defence with suficiente legislative and fiscal autonomy or (b) the failure to reduce the demand for secession by inhibiting the rise of regional parties through electoral engineering. (...) Although it is accepted that central government policies may fuel secession mobilization, little thought has been given to how constitutional design may increase or reduce that risk.<sup>19</sup>

Assim sendo, a forma federativa é a melhor solução existente para equilibrar as forças entre centro / periferia que tendem a ser desenvolvidas diante da lógica plurinacional.

### **Rumo ao Estado Federal?**

Boaventura de Souza Santos defende a ideia de um “Estado Experimental Latino-Americano” o que é bastante coerente com o movimento surgido. O novo constitucionalismo pensa uma nova forma de Estado, pois há uma refundação. Contudo, antes de se aprofundar nas mudanças ou entrar na “*engine room*”<sup>20</sup> para abalar os pilares que sustentam o Estado, é preciso ter certeza de que as inovações atendem aos anseios e permitem que o Estado funcione de forma adequada. Em uma lógica experimental, manter o mínimo (divisão dos poderes, texto escrito e todo o escopo racional-normativo) funciona como um “*no-break*” institucional, pois mantém o Estado em funcionamento caso a inovação não seja interessante ou não funcione como se imaginou.

O “Novo Constitucionalismo Latino-Americano” é um movimento de transição para algo ainda mais profundo no futuro. Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia

<sup>19</sup> CHOUDRY, Sujit; HUME, Nathan, Op. Cit., p. 366.

<sup>20</sup> Termo utilizado por Gargarella na obra Latin American Constitutionalism 1810-2010: The engine room of the Constitution para designer o processo constituinte originário de cunho revolucionário que adentra na estrutura do poder existente e o remodela, ou seja, o poder que consegue reordenar a “caixa de máquinas”.





mantiveram o mínimo conceitual/tradicional de um Estado moderno e inovaram em outros temas e áreas. Por isso, é preciso acompanhar o movimento para saber como se dará a sedimentação do novo constitucionalismo e qual será seu futuro. Como sustentando anteriormente, é possível que haja adoção da forma federativa o que garantiria não apenas pluralismo jurídico, mas também político. Os preceitos teóricos para um pluralismo político já existem, faltam apenas serem efetivados.

### **Conclusão**

Diante de todo o exposto é possível afirmar a forma mais atual do constitucionalismo, pela primeira vez, deu-se na América Latina através do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. O constitucionalismo latino tem evoluído ao longo das décadas e encontra na Bolívia e Equador seu patamar mais avançado. Cabe salientar que o nível que estes dois países atingiram é extremamente propício para implementação de autonomia política, pois admitir que populações indígenas façam parte de forma originária do Estado exige o reconhecimento das peculiaridades e necessidades desses povos. A forma plurinacional é o último patamar de três estágios de distintas dimensões: Multiculturalismo, Pluriculturalismo e Plurinacionalismo. A terceira dimensão do Novo Constitucionalismo exige autonomia política, pois esta é essencial para que a estrutura plurinacional possa funcionar sem ser sufocada pelas tendências de centralização que um governo unitário emana. Portanto, cogitar a forma federal significa refinar a terceira dimensão do Novo Constitucionalismo. Se um dos objetivos do resgate cultural é reinserir aqueles que estavam alijados do processo de tomada decisões, nada mais efetivo do que dar voz e autonomia política às partes que constituem o Estado Plurinacional.

Por fim, é possível concluir que:

- 1) O Novo Constitucionalismo Latino-Americano é um movimento legítimo, original e em processo de efetivação.
- 2) O estágio da plurinacionalidade é o terceiro nível de desenvolvimento do novo constitucionalismo e representa significativa evolução dos dois níveis antecedentes (multiculturalismo e pluriculturalismo).



3) A forma federativa seria o próximo passo a ser dado nos Estados Plurinacionais a título de refinamento institucional para melhor exprimir a refundação traçada pelo Poder Constituinte Originário.

## Bibliografia

**CHOUDRY, Sujit; HUME, Nathan.** Federalism, devolution and secession: from classical to post-conflict federalism. **Comparative Constitutional Law**. Ed. GINSBURG, Tom. & DIXON, Rosalind. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Inc., 2011, p. 356/387.

**DALMAU, Rubéns Martínéz.** Asembleas Constituintes e novo Constitucionalismo en América Latina *In* El Nuevo constitucionalismo latinoamericano y el proyecto de Constitución del Ecuador, Alter Justicia nº 1, outubro de 2008, páxinas 17-27.

**FAJARDO, Raquel Yrigoyen.** El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización *In* El Derecho en América Latina: Um mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Coordinador: César Rodríguez Garavito. Ed: Siglo veintiuno. 1ª ed. 2011.

**MONCAYO, Héctor-León.** Las nuevas Constituciones em América Latina: Algunas reflexiones de contexto.

**PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rúbens Martínéz.** Se puede hablar de un nuevo constitucionalismo latinoamericano como corriente doctrinal sistematizada? Acessado em: 14.06.14. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/wcc/ponencias/13/245.pdf>>

**PINTO, Simone Rodrigues.** Reflexões sobre pluralismo jurídico e direitos indígenas na América do Sul. Acessado em: 17.06.14. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-6/253-reflexoes-sobre-pluralismo-juridico-e-direitos-indigenas-na-america-do-sul-simone-rodrigues-pinto>>



## **QUANDO O ESTADO AMEAÇA A CIDADANIA: A QUESTÃO DA RELIGIÃO E SUA LEGITIMIDADE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.**

PERES, Catharine Vanessa Silva  
*CPGESS, Universidade Federal Fluminense*  
*catharineperes@gmail.com*

115

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo central desenvolver uma análise sobre Cidadania, Estado e a atual Constituição Federal a partir de uma pesquisa participativa realizada na favela da Rocinha no Rio de Janeiro, no ano de 2014. Divido-o em quatro partes. Na primeira, ilumino a noção de Cidadania e Estado; na segunda; baseando-se na Constituição Federal de 1988, problematizo o Capítulo III, Seção IV, por acreditar ser a educação, base para a conquista de outros direitos; na terceira, analiso as informações da pesquisa realizada com moradores da favela da Rocinha, com foco no Art. 210, § 1º, que oferece ensino religioso de matrícula facultativa para crianças e jovens do ensino fundamental; e, por fim, desenvolvo considerações finais. Qual o papel do Estado? Qual o papel do ensino religioso nas escolas públicas do Rio? Qual sua influência no Estado? Qual sua influencia na e para a Cidadania? Esse trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em conclusão.

**Palavras-chave:** Cidadania, Estado, Ensino Religioso;

### **ABSTRACT**

This work is mainly aimed to develop an analysis of Citizenship, State and the Federal Constitution from a participatory survey in the Rocinha slum in Rio de Janeiro, in the year 2014 I divide it into four parts. At first, enlighten the notion of Citizenship and State; the second; based on the Federal Constitution of 1988 and questioning Chapter III, Section IV, believing that education, the basis for the achievement of other rights; in the third, analyze the information of research conducted with residents of Rocinha, focusing on Article 210, § 1, which provides religious education optional enrollment for children and young elementary school.; and finally, develop final considerations. What is the role of the state? What is the role of religious education in public schools in Rio? What is their influence in the state? What their influences and Citizenship? This work is part of a Master thesis in conclusion.

**Keywords:** Citizenship, State, Religious Education;

### **1. Noção de Cidadania e Estado**

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pelo surgimento e o fortalecimento de diferentes grupos e movimentos sociais que lutaram por seus direitos após duas décadas de ditadura militar. Por isso também ficou conhecida como o período de (re) democratização do país. Historicamente, já não era a primeira vez que a democracia estava sendo “perseguida”.



O pensamento liberal, sempre a combateu, passando a defendê-la apenas, após a Revolução de Outubro de 1917, também por receio ao socialismo, com um conceito bem a quem do defendido por Karl Marx. Para Marx a verdadeira democracia seria como uma ditadura permanente do proletariado, capaz de colocar em suas mãos, o poder político, apropriando-se dos seus bens de produção e mais valia e direcionando o fruto desse trabalho para o coletivo. Mas a ditadura militar de 64 chegara ao fim e o sentimento de retomada de poder, para as mãos do povo, trouxe o entusiasmo com a “reconstrução” do governo democrata e com ele os sentimentos de liberdade e de direitos antes vedados. Com eles a palavra cidadania ganhou um papel de sujeito, assim também como o termo empoderamento, que vibrava com as massas antes sufocadas pela repressão militar. Assim todo discurso contrário à opressão passou a usar o termo empoderamento e/ou cidadania. Segundo Carvalho (2003, p.7) a Cidadania substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isso ou aquilo” diz-se, “a cidadania quer”. Cidadania virou gente, sendo empregada em discursos que retratavam a ideia de um país civilizado.

Mas a cidadania é um processo muito complexo e mesmo com a vitória do direito político, apenas a liberdade partidária e institucional, culminando com eleições para governantes, não seria capaz de alterar os rastros de desigualdade fomentados pelo capitalismo que desafiava, e ainda o faz, na conquista dos direitos sociais, civis e políticos. Ademais, o processo de construção histórico da cidadania foi diferente em cada país.

A construção da cidadania em um país como a Inglaterra, por exemplo, segundo os estudos desenvolvidos por Marshall (1967), teve seu início marcado pela luta dos direitos civis em um primeiro momento para depois alcançar o direito político e por fim social, e isso se deu principalmente pelo forte desenvolvimento da educação popular, que construía o pensamento político vivo nas massas.

Já no Brasil tivemos um movimento inverso com a conquista primeiro dos direitos sociais, com avanços trabalhistas, após a luta do povo. Essas lutas são descritas na pesquisa de Gomes (1979), que busca desmistificar a “ideologia da outorga” onde o Estado brasileiro estabeleceria uma legislação moderna e precoce em termos mundiais, na época, em favor da classe trabalhadora. Entre essas conquistas, estava a diminuição de carga horária de trabalho (8h), férias, aposentadoria (ainda que sob um modelo corporativista). Entretanto, esses direitos entravam em contradição, por exemplo, com direitos políticos uma vez que o direito ao voto,



por exemplo, limitava-se aqueles que exerciam determinadas profissões reconhecidas por lei. Esse modelo de cidadania foi chamado por Santos (1980) de cidadania regulada.

O segundo direito foi o político que durante décadas permaneceu sob os mandos da oligarquia, em um regime escravocrata renegando a participação do povo, ao mesmo tempo em que fomentou neste, lutas revolucionárias e sociais, que foram eclodindo em diversas regiões do país. Mais uma vez desmistificando a ideia de que os direitos no Brasil foram dados ou simplesmente transmitidos. E por último os direitos civis que iluminam e desafiam de forma obtusa o processo democrático, uma vez que, baseando-se na liberdade individual, muitas vezes, dificulta a construção de uma unidade na luta pelos direitos coletivos e uma cidadania mais plena.

De acordo com Coutinho (1994) a prática de apropriação dos bens socialmente criados e a utilização de todas as potencialidades de realização humana abertas para a vida social é o que caracteriza cidadania. Mas a ideia da conquista de direitos sociais, políticos e civil e o sentimento de pertencimento a um Estado-nação, nos tempos atuais, abrange proporções variadas, influenciadas principalmente pela questão econômica, com a formação de blocos, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o desenvolvimento das tecnologias que diminuem o poder do Estado, afetando principalmente o direito político e social. Mas então o que seria esse Estado hoje?

Na perspectiva de Hegel, conforme apontado por Frederico (2009) o Estado seria a representação máxima da sociedade civil, defendendo os interesses universais, através da burocracia, controlando e organizando tais interesses e ao mesmo tempo estabelecendo, por meio de seus braços burocráticos, uma mediação com a sociedade. Esse conceito de Estado, que vivemos na contemporaneidade, entretanto, na crítica de Marx, e que aqui compartilho, estaria a serviço de uma determinada classe apenas, e por isso, seu aparelhamento burocrático, longe de mediar qualquer relação com a sociedade, corrobora como empecilho a cidadania, além de ser um instrumento de alienação, conceito utilizado por Marx a partir da reflexão de Feuerbach sobre a religião. Segundo Frederico:

A crítica da alienação religiosa é o caminho para “mostrar o tesouro escondido do Homem”: a universalidade de sua essência, o caráter infinito do gênero humano. A projeção efetivada na religião nada mais é do que uma forma de consciência, e a consciência, para Feuerbach é definida como “o ser-objeto-de-si-mesmo de um ser”. Por meio da religião, o homem toma consciência de si mesmo... Mas o problema principal é que o homem não consegue reconhecer o objeto religioso como a sua própria essência



objetivada... Na religião o homem relaciona-se com a sua essência como se ela fosse uma outra essência que não mais lhe pertence. E isso ocorre porque a religião esvazia o homem e transfere para Deus toda a sua riqueza. (2009, p. 43)

Assim, o Estado que na década de 1920, no Brasil, fora pressionado pelo movimento Reformista a fortalecer-se contra o modelo federativo que criava vários “Estados” no país, hoje se expressa de forma esvaziada, diante da pressão econômica sofrida por interesses globais.

Certamente isso não apaga as conquistas que tivemos, e conseqüentemente o avanço da cidadania, advindas das lutas históricas sociais, que se legitimaram através da Constituição Federal de 1988. De certo, a mesma expressa claramente um espaço de disputas, através de textos que se mostram muitas vezes antagônicos, possibilitando interpretações bem divergentes. Entretanto, o maior desafio para o enfrentamento dessa questão, hoje, está na promoção de políticas sociais que possibilitem práticas que materializem as diretrizes da Carta Magna, e o Capítulo que expressa o caminho da educação é uma chave mestra nesse processo.

## **2. A Constituição de 1998**

Não é pretensão neste artigo desenvolver uma análise de toda a Constituição Federal de 1998 (CF/88). Entretanto, pensá-la como fruto de uma luta histórica social, uma conquista da cidadania após um período de ditadura militar, nos remete a sua concretização e os impeditivos à sua materialização.

Assim, seleciono aqui a Seção IV o Capítulo III, a fim de promover através dele um debate com as lutas sociais, uma vez que acredito ser a educação do povo fundamental para o pleno exercício da cidadania. Ademais, dentro desse Capítulo, o Art. 210 é para mim um impeditivo nessa conquista pois legitima a oferta (ainda que facultativa) do ensino religioso nas escolas públicas do Brasil como garantia de uma educação básica comum. Importante lembrar que os espaços escolares e as práticas educativas são fundamentais na formação do homem e na construção crítica da prática cidadã, em seus direitos e deveres. Assim, em um cenário de luta que se pretende garantir não só uma educação universal, mas também de qualidade, questiono a presença do ensino religioso e seu papel nesse processo.





Partimos aqui da perspectiva da educação, e de um modelo de escola, como parte de um processo preparatório do homem na luta contra sua opressão, ganhando consciência crítica com a prática para a transformação de sua realidade.

Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação, a mover-se por um caminho cuja meta seja pré-fixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. (GRAMSCI, 2004 pg.75)

Um dos grandes desafios para conquista desse direito social, está no crescente desenvolvimento do capitalismo, que movimenta e fomenta cada vez mais a questão social, em sua relação capital e trabalho, fazendo do homem, um sujeito cada vez mais individualizado e distante do seu papel político. Netto, em sua leitura marxiana sobre a expressão da questão social afirma que:

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potencia social dominante. (2001, p.45)

A universalização da garantia do direito à educação, assim como sua qualidade, destaca-se nos debates calorosos, presentes em diversos fóruns acadêmicos, congressos, seminários, assim como nas disputas políticas e agendas governamentais. Entretanto, sua conquista continua sendo um grande desafio. Ainda que seja possível reconhecer o avanço da universalização da educação, a qualidade da mesma parece um nó górdio, que atravessa vários segmentos e gestões educacionais. Para além da questão social já discutida anteriormente nesse trabalho, é possível elencar alguns desafios que implicam na qualidade do ensino como: ausência de professores e de docentes muitas vezes qualificados para o exercício da profissão, uma vez que muitos se encontram em desvio de função pela ausência de concursos públicos; demandas sociais de todas as ordens que são direcionadas para o espaço escolar, comprometendo muitas vezes o ensino aprendido, ou por esvaziar os currículos com suas demandas ou por sobrecarregá-los; dificuldade de acesso às escolas por estarem localizadas em áreas de difícil acesso, ou com alto índice de violência; pouco investimento orçamentário; materialidade precária (mesas, cadeiras, quadro negro, biblioteca, locais de higiene, refeitório...); má gestão e/ou utilização de recursos públicos; horizontalidade nos programas e



políticas governamentais que deslegitimam o protagonismo dos atores envolvidos nas práticas escolares; diversos níveis e modelos de violência.

Esses são alguns dos vários reflexos da política econômica contemporânea e que corroboram para a dificuldade em construir uma educação de qualidade em termos universais. Ademais para, além disso, as ausências econômicas e submissões culturais que se refletem na sociedade, afetam principalmente as famílias de baixa renda, contribuindo para o hiato da relação com a educação. Para Bourdieu:

...cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados para definir entre coisas, as atitudes frente ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (1998, p 41)

Assim, diante de todos esses desafios e disputas de poder, com contradições e lutas de classe, a qualidade de educação, e sua práxis, torna-se um desafio ainda maior que nos faz mais uma vez questionar a presença da religião, dentro desse contexto, nas escolas públicas do Brasil.

Certo de que cabe a União, de acordo com Art. 205 da CF/88 o dever de garantir uma educação que promova o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho, o Governo Federal, também pressionado pela sociedade educacional, vem nos últimos 30 anos desenvolvendo projetos e programas de avaliação que objetivam a qualidade da educação pública. Em 20 de dezembro de 1996, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, após anos de embates protagonizados, de um lado, pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e, de outro, pelos governos Collor, Franco (e Cardoso em 1995 e 1996), promulga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394), um texto legal, distinto daquele defendido pela maior parte dos educadores organizados no FNDEP.

Um dos maiores diferenciais entre os projetos da Câmara (apoiado pelo Fórum) e o de Cardoso diz respeito ao tratamento da questão nodal “Sistema Nacional de Educação”, imprescindível para viabilizar a educação como um direito universal de qualidade assegurado pelo Estado. Segundo Saviani (2008, p 79), “sistema implica organização sob normas próprias (o que lhe confere um elevado grau de autonomia) e normas comuns (isto é a todos os seus



integrantes).” Importante lembrar que em nossa sociedade contemporânea, a instância legitimada para organizar, definir e estipular essas normas comuns é o Estado.

Um desafio na construção de um SNE está na própria CF/88. O seu Art. 23 não estende aos municípios a competência para legislar, ou seja, baixar normas próprias sobre a educação de ensino, impedindo, assim, o ente federativo, de instituir sistemas próprios de educação. Entretanto, no Art.30 a Carta admite a autonomia dos municípios de legislar de modo suplementar. No Art. 211, a CF/88 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino (admitindo, por conseguinte, a existência de um SME) e, em seu Art. 214, aponta:

O estabelecimento de um plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas que conduzam a: I- erradicação do analfabetismo; II- universalização do sistema escolar; III- melhoria da qualidade de ensino; IV- formação para o trabalho; V – promoção humanística, científica e tecnológica do país”.

O mencionado Art.214 sugere que ao mesmo tempo, que o sistema nacional de educação já esta previsto na Carta, ele ainda não é uma realidade já estabelecida, devendo ser objeto de um plano capaz de promover a sua “articulação” em “regime de colaboração”.

Como tentativa de promover essa articulação, o FEDEP reforça a articulação e coesão do SNE, expressão institucional integradora do Estado e da sociedade brasileira, num esforço autônomo e permanente de construção de uma educação de qualidade e padrões unitários para as instituições educacionais públicas e privadas em todo território nacional abrangendo as instituições, organizando, financiando e administrando sua rede de ensino, prestando assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios, com simplificações das estruturas burocráticas, descentralizando os processos de decisão e execução, valorizando o processo de avaliação institucional.

Entretanto um dos debates atuais mais importantes está na implementação do ensino religioso nas escolas públicas do país que ameaça a democracia, o pensamento crítico e a laicidade do Estado. O Art. 210 da CF/88 oferece o ensino religioso de matrícula facultativa como disciplina dos horários normais no ensino fundamental. Baseando-se nessa lei, nos últimos dez anos, uma série de concursos estão ocorrendo para professor de ensino religioso



no Brasil deslocando verba pública para pagamento de professores de ensino religioso e ameaçando gravemente a laicidade conquistada no período Republicano.

Ainda que a laicidade do Estado não apareça de forma explícita na CF/88, a Carta nos mostra parâmetros que consolidam seus princípios, por exemplo, na legitimidade e na garantia da igualdade e liberdade, inclusive religiosa, como podemos observar em seu Título II que trata Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I. Dos Direitos e Deveres Individuais:

Art.5 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Este artigo amplia a defesa na luta travada há anos por movimentos sociais ligados ao enfrentamento da intolerância religiosa, como é o caso da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR) do Rio de Janeiro, e o Movimento Inter Religioso (MIR), deslocando o foco do enfrentamento a intolerância para o patamar de direito, à crença, à expressão religiosa, ao exercício da democracia.

Brandão (1993, p. 122) em entrevista realizada pelo Instituto de Estudo da Religião (ISER), sugere que em cada um de nós reside o direito e, ao mesmo tempo, a consciência responsável de nos sentirmos criadores de sentido, dos termos e da prática de nossa própria fé, de nossas crenças e de tudo que deriva dela.

Entretanto, para isso, esse direito torne-se de fato visível e materializado em sua prática, é necessário que o Estado e seus entes federativos, criem mecanismos que validem esses direitos. Por exemplo, em seu Art.19, que trata da Organização Político-Administrativa a CF/88a garante:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.



Em verdade, esse artigo também nos direciona à separação do Estado com a religião. Entretanto mais adiante, na seção que contempla a educação, em seu Art. 210 a legitimidade dessa prática, perde seu direcionamento, uma vez que inclui como disciplina facultativa o ensino religioso nas escolas, de caráter não confessional:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Interessante observar que como forma de assegurar a formação básica comum, o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, a única disciplina contemplada na Constituição é a de ensino religioso. Até mesmo o ensino da língua portuguesa aparece apenas para indicar em qual língua o ensino deve ser ensinado.

Partindo do princípio de laicidade segundo Zylbersztajn (2012, p. 3) “como um princípio com diferentes graus de efetivação... sendo sua prática que efetiva o seu princípio.”, o Art 210, caminha na contramão da construção de um Estado laico, uma vez que reforça práticas religiosas em um espaço público de responsabilidade da União e seus entes federativos.

Essa prática ainda assim é regulamentada pelo Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EB 9394/96) que após embates em sua resolução, defendidos por diferentes ideologias, partidos e expressões da sociedade civil, ganhou a seguinte atribuição:

Art.33 O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Este modelo de ensino religioso na interpretação de Zylbersztajn (2012, p.152) indica que as religiões teriam lugar no ensino público enquanto tratadas sob a perspectiva fenomenológica e antropológica, a partir do ensino objetivo das religiões como fenômeno histórico, cultural das sociedades, uma vez que não aparece o ensino confessional, assim também como veda expressamente o proselitismo nas salas de aula das escolas públicas.



Contudo, na prática, não é bem isto que está acontecendo, uma vez que diversos Estados vêm inserindo o ensino religioso confessional no currículo escolar como programa de seus governos, de forma inconstitucional.

No Rio de Janeiro a implementação do ensino religioso ocorreu a partir da lei 3459, promulgada em setembro do ano de 2000, pelo então Governador Anthony Garotinho, fomentando uma série de debates que envolveram a sociedade civil e diferentes forças políticas. Isso porque essa lei, além de agregar o ensino religioso confessional nas escolas, segundo Novaes (2004, p. 11):

...ela implica em mudanças importantes no cenário educacional, particularmente no dispor sobre: o perfil dos professores que poderão ministrar essa disciplina, o conteúdo do ensino religioso, indicando que isto é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, e, também quanto ao papel do Estado, que passa a ter o dever de apoiá-lo e custeá-lo integralmente.

Ademais a proposta que deu origem a lei 3459 de autoria pelo então deputado Carlos Dias, vedava o proselitismo, mas determinava o apoio do Estado junto às entidades religiosas quanto suas definições sobre o ensino religioso.

De fato o ensino religioso confessional já existia sob a forma de um Plano Básico de Educação Religiosa em estado experimental, norteado pelos credos católico, evangélico e judaico através da Coordenação da Educação Religiosa, com maior direção do catolicismo.

No sentido oposto ao movimento que defendia o ensino religioso confessional na educação pública do Estado Rio de Janeiro, o deputado Carlos Minc. levantou a bandeira em defesa de um estado laico, encaminhando à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o projeto de lei 1840 que atribuía ao Sistema Estadual de Ensino, o poder de estabelecer normas para a habilitação e admissão de professores de ensino religioso bem como definir e regulamentar os procedimentos para definição dos conteúdos de cada ciclo.

Ainda que o projeto do deputado Carlos Dias tenha saído vitorioso, reforçando o modelo confessional do ensino, diferentes setores da sociedade civil se mobilizaram a favor do projeto de lei 1840, como é o caso do (ISER) e do MIR que passaram a fazer parte do debate.

Foi após a aprovação da lei 3459 que o MIR passou a debruçar-se mais na temática da educação realizando manifestações na ALERJ, em escolas e buscando apoio de diferentes deputados, além de aliar-se ao Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)





criado no ano de 1995, que ainda que descendente de movimentos da igreja católica, hoje, agrega diferentes tradições religiosas, trabalhando e defendendo a ideia de um prática com foco em valores que vão para além do modelo confessional, ligados a dignidade e a ética.

Apesar das parcerias e da mobilização dos movimentos sociais que passaram a engrossar os debates a favor do projeto de lei do deputado Carlos Minc, bem como o posicionamento de religiosos de diferentes credos (inclusive católicos) contra o ensino religioso confessional, a Igreja Católica permaneceu ao lado do deputado Carlos Dias, assim também como a União dos Juristas Católicos, favorecendo a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a favor do projeto que defendia a educação religiosa confessional nas escolas públicas.

Foi a partir daí que no ano de 2004, o Rio de Janeiro tornou-se o primeiro Estado brasileiro a realizar concurso para professor de ensino religioso de caráter confessional, ferindo gravemente a CF/88.

Ao Estado, definiu-se a presença de no mínimo três professores de religião por unidade de ensino a fim de contemplar o maior número de credos. É claro que em uma realidade que falta professores de disciplinas historicamente legitimadas pelo saber escolar, seria no mínimo estranha, a presença de mais professores de religião do que dessas disciplinas.

De acordo com a secretária estadual de educação da época (2004), Ediléia da Silva Santos, para que o professor pudesse assumir a disciplina, deveria antes apresentar o CNPJ da instituição religiosa, o que já eliminaria várias tradições, como é o exemplo das matrizes afro-brasileiras, espalhadas pelo centro e periferia, não possuem em sua maioria esse cadastro, ou por não saberem de sua importância ou mesmo por não terem essa intenção.

Ao município definiu-se que teria apenas um professor de cada credo e para isso a então secretaria justificava-se da seguinte maneira:

Antigamente, tinha professor de espanhol, de inglês, de francês; só que agora, a gente sabe que a maioria das escolas só tem uma língua, ou inglês, ou francês, ou espanhol. Não tem essa questão de escolha, goste ou não goste, só tem aquela. Mas se a aula é de língua estrangeira o aluno vai, fica e tem um peso, queremos o mesmo critério para o ensino religioso... não posso ter uma turma de um aluno só, tem que ter um grupo significativo.  
Ediléia (2004. p.73)

Fica claro na fala da então secretária, o valor dado ao ensino religioso como disciplina defendida como tão ou mais importante que as demais matérias, historicamente legitimadas e



também presentes no currículo escolar. Impondo inclusive um caráter obrigatório do ensino religioso, independente de qual religião se esteja falando e de qual credo o aluno siga, ou não.

Mais adiante, a secretária de educação aponta o ensino religioso como fator de qualidade para a educação pública. Mas de qual qualidade se está falando? Como mensurar qualidade na educação? Seria a reprodução de valores morais religiosos? Seria o apoio a práticas que corroboram à cidadania e a identidade crítica?

Na fala da então secretária de educação, bem como no projeto do deputado Dias e seus apoiadores é que o ensino religioso é construído no Rio de Janeiro legitimando práticas que reforçam o capital cultural de um grupo religioso que historicamente se faz presente através do poder simbólico que exercem socialmente, fazendo da escola um campo de reprodução desse capital que longe de construir uma consciência crítica, reforça a exclusão social, através da legitimidade desse capital que para Bourdieu (1998, p.53), pauta a prática pedagógica que serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor, dizendo exigida.

O conceito de capital cultural, de Bourdieu, nasce como uma hipótese, na tentativa de entender as desigualdades no desempenho escolar dos alunos de diferentes classes sociais, rompendo com a ideia de que uma criança, ou adolescente, teria uma aptidão nata para desenvolver melhor ou mais rápido algum tipo de conhecimento, destacando-se assim dos demais. Esse capital na descrição do próprio autor (1998, p. 74), pode existir em um estado incorporado onde um ter, se torna um ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte “integrante” da pessoa, um “habitus”. Herdado quase que naturalmente, mas mantido como uma moeda que lhe permite acesso a locais restritos, mesmo quando não se tem o capital econômico.

No ano passado (2013) o Estado do Rio de Janeiro realizou outro concurso para professor de ensino religioso e mais uma vez a comunidade acadêmica, grupos sociais organizados e religiosos voltaram a desenvolver debates sobre o tema. Pensando em aprofundar o tema na construção de uma prática democrática, realizei uma série de entrevistas na favela da Rocinha, dando espaço de voz aos líderes religiosos, presidentes de associação de moradores e os jovens moradores da favela, que são os mais atingidos nesse processo.



### 3. O ensino religioso na favela da Rocinha

Também por perceber uma presença maior da religião em regiões economicamente mais afetadas, escolhi a favela da Rocinha como campo delimitador de minhas entrevistas.

Nos estudos de Valladares, (2009) o germe de criação das favelas está nos cortiços, descrito por jornalistas, engenheiros, higienistas, médicos e literários, como um local onde viviam trabalhadores, mas também “malandros” e “vagabundos” em situações insalubres e de violência, que então, passavam a representar ameaça à ordem social e moral. Após uma intensa campanha para acabar com esses cortiços os olhares passaram a se debruçar às favelas, que ganhavam as mesmas características. Uma das mais importantes, por ter sido ocupada estrategicamente pelos ex-combatentes da guerra de Canudos na Bahia estava localizada no Morro da Favella, também conhecido como Morro da Providência. Com o tempo, o uso da palavra favela passou a ser extensivo aos conjuntos de barracos aglomerados que não tinham traçados nas ruas, nem acesso aos serviços públicos, estigmatizados por memórias associadas à criminalidade e a violência.

Ainda hoje, nessas regiões, os seus habitantes, vivem em situações limite, pelas tensões permanentes, representadas desde por problemas de circulação de ar, insolação, acessibilidade precária com ruelas e becos construídos em encostas, dificuldade de abastecimento de água, falta de saneamento básico em vários domicílios, até as diversas modalidades de violência, e conflitos, que iluminam o retrato da questão social e da opressão que desafia a política social no Brasil. Entretanto, um árduo trabalho vem se desenvolvendo nessas regiões, na tentativa de resgatar a história que está por trás desse rótulo.

Na década de 50, 60 e 70 o grande número de migração nordestina, com as crescentes obras de desenvolvimento da cidade, aumentou o número da população na favela. Grosso modo, com o crescente populacional, sem estrutura mínima para moradia, e a dificuldade de emprego, seus moradores ficaram segregados, desenvolvendo comércios paralelos, inclusive o tráfico de drogas.

E esse é um reflexo que até hoje observamos na Rocinha. A ausência do número de escolas para a quantidade de jovens foi uma questão levantada em todas as entrevistas. Tanto com os jovens, quanto com seus familiares e presidentes das associações de moradores. Mas quando perguntei sobre o ensino religioso nas escolas, a adesão foi unânime com exceção dos jovens. Para os pais e presidentes das associações de moradores (existe ao todo três) o ensino religioso seria muito bom para “educar” os jovens, com valores morais, ensinando respeito e



educação. Alguns jovens concordam com o ensino religioso nas escolas, mas muitos não aceitam a religião do outro. Alguns são mais tolerantes e outros acham que não deveria ter porque acabam frequentando a religião mais porque seus pais os obrigam e isso gera muita briga entre eles.

Quando fizemos a mesma pergunta aos líderes religiosos, as reações foram as mais diversas. O pastor da igreja universal mostrou-se veemente contra o ensino de qualquer outra religião que não a deles, uma vez que está em sua Bíblia a única verdade. O padre da igreja católica achou importante o ensinamento de valores às crianças e jovens nas escolas, entretanto questionou a forma como ele deve ser dado. Para ele, mesmo dentro de uma religião, dependendo da pessoa que dará o ensino, ele pode ser algo moralizador ou mesmo de caráter intolerante. O pai de santo mostrou-se favorável ao ensino religioso nas escolas principalmente se for para acabar com o preconceito e a intolerância religiosa, o representante da religião espírita, disse que não concorda com o ensino religioso nas escolas que essa deveria defender a laicidade, embora a religião esteja presente nas pessoas e isso é um desafio para o professor na sala de aula. Ele acha importante a educação religiosa como um compromisso da família.

#### **4. Conclusão**

A escola de hoje, ainda apresenta-se como impotente na resolução de tantas demandas, que refletem sobre ela, em especial a violência, fruto de uma prática de opressão histórica sob as massas sufocadas, em seus espaços de marginalização.

O alto índice de violência contra as mulheres e crianças, a violência armada, a disputa animalizada pelo poder local, a violência policial, a ausência da práxis dos direitos humanos, fomentam a ferocidade dos sujeitos que permeiam a Rocinha.

Os direitos civis e a prática da cidadania é constantemente negado não só às crianças e jovens como também a todos os moradores da favela vivendo em situações desafiadoras.

A escola ainda dialoga muito pouco com os interesses da comunidade, o Estado não está presente na favela, atuando com políticas sociais de enfrentamento das demandas da Rocinha e o espaço vazio deixado por ele está sendo ocupado pelo tráfico de droga e a religião. Esta última pode exercer dois papéis. O de promover a esperança e o resgate da humanidade que parece ter se deslocado da Rocinha, incentivando a melhoria de vida tanto no sentido



material como espiritual. O outro papel é o de promover a dependência, a submissão e a intolerância naquilo que é diferente as suas convicções e crenças, muitas vezes equivocadas.

Os jovens também não se identificam com o modelo de educação que está imposto nas escolas da favela e também por isso a evasão nas escolas, o número de repetência é cada vez maior. Sem perspectiva de trabalho são ainda mais facilmente cooptados a viver na ociosidade, na drogadição ou nas. Também a população jovem da Rocinha é hoje muito maior o que a relatada pelos dados do IBGE.

Ao invés de construir novos espaços educacionais, o Estado legitima a presença da religião nas escolas, sendo a única alternativa que a comunidade enxerga para diminuir a violência, encobrendo a grande questão que está por trás de suas demandas que é o desenvolvimento do capitalismo e seu espírito consumista e individualista, que desloca a importância do humano, a mais uma mercadoria comercializável de acordo com seus interesses.

Ainda assim espera-se que a escola, a educação, seja um instrumento capaz de enfrentar essa escuridão, acendendo a luz do conhecimento, com e em cada sujeito, senhor de sua própria história. Mas acredito que esse modelo de educação esteja ultrapassado e cooptado a fracassar por um sistema que insiste em criar padrões de qualidade com base em números estabelecidos de acordo com parâmetros internacionais, sem privilegiar as características regionais e locais em que cada escola está localizada e que precisa ser enxergado pelos próprios professores, para que retomem seus papéis de seres humanos mediadores de pensamentos críticos e não mais de mercadoria, ajudando as crianças e jovens a também enxergarem esse humano neles. Para Gamsci, (2004, p.43) o homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretende controlar suas ações e seu pensamento.

Por fim defendo aqui a ideia de que cabe ao Estado promover mecanismos e estrutura que possibilite que a escola seja um espaço privilegiado de uma educação crítica que garanta a cidadania social, retirando a religião desse local que não lhe pertence enquanto instituição, sob grave ameaça à democracia. Assim, defendo ainda a ideia de que o Art. 210 deva ser retirado da CF/88 que acaba por legitimar essas práticas. O ensino de valores como o respeito, a tolerância, a verdade e outros mais, independem das religiões, podendo ser praticados e ensinados na família e nas disciplinas pelos próprios professores.



## Bibliografia

- ABREU, Aroldo. Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno. 1.Ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 7 Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2004.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O Longo Caminho. 4 Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.
- COELHO, Glauci. As várias fases da Favela da Rocinha. Disponível em < <http://www.rocinha.org> > Acessado em janeiro, 2014.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. 1 Ed. Paz e Terra, 2002.
- DURIGETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia. Um debate necessário. 1.Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- FERNANDES, Clemir, CONRADO, Flávio, WIJK, Flávio, NASCIMENTO, Maria das Graças. Memórias, ações e perspectivas do Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro.. Comunicação do ISER. n.63, 2009.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil em 1917-1937. Editora Campus LTDA. Rio de Janeiro, 1979.
- MARX, Karl. Crítica da Filosofia do direito de Hegel. 2. Ed., São Paulo, Boitempo, 2010.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviços Social – ABEPS ano 3. Janeiro a Junho, 2001.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. A Política Recente de Fundos para o Financiamento da Educação e seus efeitos no Pacto Federativo. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 877-897, out. 2007
- Plano Nacional de Educação – A Proposta da Sociedade Brasileira Disponível em: < [www.fedepsp.org.br](http://www.fedepsp.org.br) > Acesso em Julho 2011.
- POGREBINSCHI, Thamy. O enigma da democracia em Marx. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 22 n. 63. P.55 – 68, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.
- SAVIANI, Dermeval. Historia das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3.Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.





Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, IBGE, 2010

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Rocinha. Disponível em < . <http://ipprio.rio.rj.gov.br/>> Acessado em janeiro, 2014.



## A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS OCIDENTAIS E O PARALELO BRASILEIRO: INCLUDENTE, PORÉM DESIGUALITÁRIO

ALMEIDA, Luis Gustavo Blakesi de  
*Estudante de mestrado do PPGSD da UFF*  
*E-mail guztavo@terra.com.br*

132

### RESUMO

A cidadania brasileira é peculiar. Ao mesmo tempo em que desencadeou um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional, também repôs incivildades nas relações sociais. O eixo central desse paradoxo está justamente no descompasso entre a existência formal de direitos e a realidade da destituição das minorias; um modelo de cidadania que proclama a justiça como dever do Estado, mas desfaz os efeitos igualitários dos direitos e repõe na esfera social desigualdades, hierarquias e exclusões. Assim, tendo como pano de fundo as noções de igualdade formal e substancial, este artigo visa identificar, a partir do processo histórico de positivação dos Direitos do Homem e do Cidadão, algumas das razões pelas quais a sociedade brasileira ainda se ressentida de um amplo reconhecimento de direitos de cidadania, independentemente de elementos diferenciadores.

**Palavras-chave:** Cidadania. Igualdade. Direitos Humanos

### ABSTRACT

The Brazilian citizenship is peculiar. In the same time it initiated a vigorous process of economic, social and institutional modernization, restored incivilities in social relations. The central axis of this paradox lies precisely in the gap between the formal existence of rights and the reality of the dismissal of minorities; a model of citizenship that proclaims justice as a state's duty, but undoes the effects of parity rights and resets in the social sphere inequalities, hierarchies and exclusions. Therefore, having as background the notions of formal and substantive equality, this article aims to identify, from the historical process of positivization of Human Rights and Citizenship, some of the reasons why Brazilian society still resents from a large recognition of citizenship rights regardless of differentiating elements.

**Key-words:** Citizenship. Equality. Human Rights

### 1. Considerações introdutórias

O termo cidadania é polissêmico, pois resulta de uma disputa entre conceitos não estáveis, resultantes das mais diversas experiências históricas. Nas sociedades modernas ela tem sua formação a partir de uma identidade social politizada, isto é, envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e um sentimento de pertencimento, surgidos de variadas mobilizações, conflitos e negociações, muitas delas práticas, outras de natureza simbólica.



Esses vários significados gravitam, conforme aduzem Botelho e Schwarcz (2012, p. 11), em torno do universo de valores e práticas de direitos e do reconhecimento dos direitos, os quais fornecem os conteúdos e os limites da cidadania. Por exemplo, em uma primeira aproximação, ela nos remete a interpretá-la como um mecanismo de inclusão/exclusão, de forma a estabelecer uma linha demarcatória de quem faz ou não parte de uma determinada comunidade nacional. Nesse sentido, ser membro de uma sociedade politicamente organizada, por si só, significa ser cidadão. A cidadania, por esta via, faz as vezes de um filtro que define quem poderá participar do sistema de direitos político e sociais de cada nação, pelo menos no plano jurídico-normativo. Nesse conceito, o bilhete de ingresso é obtido, geralmente, por critérios de nascimento ou de família.

Em outro sentido, dentro de uma comunidade nacional, pode-se diferenciar em termos de acesso à cidadania, os cidadãos ativos daqueles considerados passivos, no que tange ao exercício de alguns direitos. Mesmo que considerados membros de uma determinada comunidade nacional, alguns cidadãos não são qualificados a exercer certos tipos de direitos, como, por exemplo, o direito político ao voto universal. Nesta situação, alguns cidadãos, embora coparticipantes da cidadania lato senso; em sentido estrito, possuem uma limitação em termos de participação em âmbito da sociedade.

Dentre outros significados, ainda, pode-se cogitar na diferenciação entre cidadania formal e cidadania substancial. Esta talvez seja a diferenciação ou antinomia mais importante a ser analisada, sobretudo, pelo prisma empírico. A cidadania além de refletir o dado de pertencimento, deve ser aferida quanto ao efetivo grau de exercício pelos cidadãos dos direitos ofertados no âmbito normativo. Vale apontar que o metafundamento da cidadania moderna é justamente a dualidade indivíduo-nação. A cidadania, portanto, é o ponto de encontro ou de ebulição do indivíduo com a comunidade; um mecanismo, noutro sentido, que permite ao indivíduo em um só tempo reivindicar sua liberdade pessoal e afirmar seu pertencimento a um grupo (SORJ, 2004, p. 23-4).

Esse dualismo, nas sociedades capitalistas, entretanto, deve ser apurado segundo a ótica da formação dos direitos (civis, políticos e sociais). Do ponto de vista sociológico, essa dinâmica de formação de direitos é fundamental para mapear os fundamentos da cidadania, pois representa um processo de integração daqueles grupos sociais que o capitalismo, inicialmente,



subjugara ao ostracismo. A constituição da cidadania e a sua pretensa universalidade, no sentido de Marshall (1967) – enquanto direito a se ter direitos – está baseada em inúmeras antinomias decorrentes da passagem da cidadania civil à política e da política à social, cujos resultados trouxeram verdadeiro terror, por exemplo, às classes dominantes, que imaginavam que o voto universal ou até mesmo a institucionalização de novos direitos sociais representariam o fim da propriedade privada.

O grau de cidadania de uma sociedade moderna capitalista é aferível, portanto, do caráter antinômico da dupla reivindicação dos valores que sustentam os diversos direitos. De um lado, o pleno exercício da liberdade individual; de outro, a igualdade entre todos os cidadãos dentro de uma comunidade nacional. A primeira pressupõe valores individualistas e um Estado que vele apenas por garantir a liberdade e a igualdade de cada um perante a lei; enquanto a segunda, valores supraindividuais solidários, bem como um Estado que assegure o acesso dos mais desfavorecidos a condições máximas de integração à cidadania substancial.

## **2. Os alicerces da cidadania na modernidade, a partir da tradição democrático-liberal**

A origem da cidadania na era moderna, dentro da perspectiva democrático-liberal, deve ser estudada a partir de dois eixos principais. O primeiro diz respeito à formulação da ideia dos direitos naturais, enquanto o segundo tem suas bases nas teorias contratualistas e na função política dos direitos.

O pressuposto teórico do primeiro elemento é a igualdade natural de todos os homens. Esta ideia tem a sua origem no estoicismo, o qual influenciou largamente os juristas da Roma antiga, como também representou um renovado interesse na Europa da Idade Média e no Renascimento (FREITAS, 1986, p. 26-7)<sup>1</sup>. O sobressalto, entretanto, da completude do significado do conceito em tela teve seu auge no jusnaturalismo moderno e na desvinculação do conceito do direito natural de sua origem religiosa.

A percepção da existência de tais direitos, na Idade Moderna, portanto, está intimamente ligada aos seus pressupostos individualistas e racionalistas. Há, noutro sentido, a elaboração do

<sup>1</sup> Ressalte-se ainda que ela também fez parte das bases teológicas do cristianismo, cuja visão da humanidade sempre teve como pressuposto o reconhecimento de igual dignidade entre os homens (FACCHI, 2011, p. 28).



*ius* como uma pretensão legítima de que é dotado um sujeito, em detrimento de sua vertente apenas objetiva.

Facchi (2011, p. 32), apoiando-se na doutrina de Ugo Grozio, assim explicita a noção intrínseca aos direitos naturais:

No *De iure belli ac pacis* (1625) Grozio qualifica o direito natural como um ‘complexo de normas que o homem consegue descobrir por meio da razão’. Essas normas são válidas por si mesmas, independentemente da vontade divina, ‘ainda que admitíssemos – coisa que não pode ser feita sem impiedade gravíssima – que Deus não existe ou não se ocupa da humanidade’. Com esta conhecidíssima afirmação se faz coincidir o início do processo de laicização do direito; ela é, na verdade, um momento do longo percurso através do qual o direito natural passa progressivamente do fundamento divino ao fundamento humano, e, mais precisamente, ao da razão humana.

Os direitos naturais passaram, assim, a ser concebidos como direitos que o homem tem por natureza, todos identificáveis por intermédio da razão, cuja existência independe da vontade de seus próprios titulares, do soberano ou de Deus e, sobretudo, de sua realização por meio de normas jurídicas positivadas.

Por outro viés, os direitos naturais passam igualmente a ser entendidos como fundamentos políticos na modernidade, a partir do entrelaçamento do jusnaturalismo com as teorias contratualistas. Em suas variadas versões, as teorias que trataram do contrato social, em suma, preocuparam-se em explicitar a transição ideal de um estágio a outro; a hipótese em que a humanidade, mediante um ou mais pactos, passaria de um estado de natureza a um estado civil.

O contrato assim, segundo Althusser (2007, p. 282), tem a função de pôr fim ao estado de guerra, que decorre do desenvolvimento do estado de natureza. Ele, além disso, é responsável, não somente por constituir uma sociedade, mas também por expressar uma ruptura com a tradição da desigualdade natural dos homens, cujo princípio passa a se sobrepor ao *status quo* vigente, qual seja, ao princípio da legitimidade dinástica de tradição medieval (VIEIRA, 1997, p. 19).

Em que pese a formulação mais ampla, é possível observar na história da filosofia política pelo menos três outros conceitos que surgiram da evolução do pacto social. O primeiro deles é a noção que espelha um contrato firmado entre sujeitos jurídicos iguais, mediante a doação do poder em benefício de um terceiro. Esta primeira concepção, personificada em



Thomas Hobbes, pressupõe que os homens vivem em um estado de natureza em que não há relações políticas ou jurídicas, apenas relações humanas. Entretanto, o referido estado reflete a liberdade, no sentido de que não há empecilho ao movimento, assim como de igualdade; no sentido material, isto é, em relação às faculdades do corpo e do espírito. Os homens são iguais em suas desigualdades físicas, na medida em que a todo homem é facultado eliminar todo homem. Na mesma proporção em que o direito natural é a essência, a sociedade se mostra selvagem, sendo que o homem é visto como *homo homini lupus*, ou seja, para todo homem, um outro homem é um concorrente (CHAVALIER, 1993, p. 70).

Ao mesmo tempo em que o homem é livre para se desenvolver ele sofre o revés da concorrência. Há por consequência uma predisposição à guerra, seja por concorrência, seja pela desconfiança de um mal iminente. Nesse estágio, por óbvio, não existe possibilidade para a economia e a cultura; a liberdade natural acaba por se voltar contra si mesma, donde exsurge a necessidade de se buscar a paz.

Ocorre que a reflexão aposta sobre o próprio estado de guerra determina as condições de possibilidade de uma lei, dessa vez de natureza positiva, no sentido de reestruturar a relação do homem com o homem. Interessante que a lei natural surge de um cálculo utilitário ditado pela razão; é resultado, em outras palavras, de uma reflexão sobre o estado de miséria, na qual as paixões são subjugadas a fim de que reine a paz (Althusser, 2007, p. 292).

A essência deste pensamento foi bem condensado por Chevalier (1993, p. 70-1):

Sob pena de destruição da espécie humana, é preciso que o homem abandone tal estado, nisso consiste realmente a sua libertação, a sua salvação. A possibilidade de abandonar tal estado, o homem a possui. Consiste parcialmente em suas paixões, parcialmente em sua razão. Algumas de suas paixões o inclinam à paz: em primeira linha: o temor da morte. A razão, que é apenas um cálculo, sugere-lhe convenientes artigos de paz, que lhe permitem entrar em acordo com outros homens. Hobbes chama a esses artigos de paz, a esses preceitos racionais: leis da natureza; define-as como conclusões ou teoremas concernentes 'ao que conduz à nossa própria conservação e defesa'; [...] Ele mesmo simplifica-nos a tarefa, confiando-nos que essas leis se acham resumidas numa fórmula 'simples e inteligível até para aqueles de mais medíocre capacidade'. Ei-la: não façais aos outros o que não quereis que vos façam. Concordai, portanto, em renunciar ao direito absoluto sobre todas as coisas, direito que cada um de vós, igual aos outros, possui no estado de natureza ('direito natural', na linguagem de Hobbes), e tende a vontade de observar esse acordo de renúncia.





A lei natural, entretanto, recai num vazio, sem o que lhe possa emprestar efetividade. Hobbes então preenche esse espaço com a teoria do poder. É no estado civil que ele então encontra as condições de realizabilidade da lei natural. Deve-se procurar algo que dê garantia, que obrigue os homens a observarem as leis naturais no nível das próprias condições materiais. Uma simples união voluntária entre os homens é logo rejeitada por Hobbes, pois é necessário, para além do acordo a ser realizado entre os participantes, um ente externo, um juiz, que lhes imponha um temor tal capaz de dissuadi-los de violar o pacto.

Esse contrato então se apresenta, como bem deduz Althusser (2007, p. 300), na forma de um acordo dissimétrico, ou seja, a reciprocidade tem como conteúdo um terceiro que está fora do contrato e que recebe uma doação de direito, decorrente de uma renúncia. Desta renúncia decorre assim uma irrevogabilidade do poder dedicado ao terceiro; o poder nesse caso torna-se absoluto. Outra consequência: a essência da soberania não é a vontade geral, mas a vontade do próprio terceiro, do Estado, assim as (pre)condições da guerra estariam derribadas, na medida em que o soberano tem para si todos os poderes.

Logo, da união proposta por Hobbes surgiria o grande Leviatã, visto que armado do direito de representar cada um dos membros do *Commonwealth*, pela força e poder, torna-se capaz, em face do temor que inspira, de conduzir as vontades de todos à paz (CHEVALIER, 1993, p. 72).

A segunda concepção pode ser associada a John Locke. Assim como Hobbes, Locke parte do estado de natureza e do contrato original para ancorar a sua tese no governo civil. A diferença marcante entre os referidos filósofos, no entanto, reside no fato de que Locke, ao contrário do Estado absoluto e de certa forma arbitrário, conforme proposto por Hobbes, afirma que são os direitos naturais do indivíduo no estado de natureza que proteger-lhe-ão contra os abusos do poder, enquanto indivíduo participante do estado de sociedade. No estado de natureza, o *status* dos homens se divide em três categorias: liberdade (disposição dos bens nos limites da lei natural), igualdade (representada pela reciprocidade de direitos) e fraternidade (utilizada no sentido de que a justiça e a caridade são deveres que os homens devem promover uns para com os outros). Contrariando Hobbes, Locke propõe que os direitos naturais, longe de representarem objeto de absoluta renúncia pelo contrato social, subsistem no estado de sociedade para justamente consagrarem os direitos fundamentais dos cidadãos (CHEVALIER,



1993, p. 108). A lógica de Locke é, portanto, oposta a de Hobbes, na medida em que tanto a liberdade, quanto a igualdade compartilhadas pelos homens no estado de natureza tem justamente uma função de promover a alteridade entre os homens e não o contrário. A lei natural, inversamente à concepção de Hobbes, em Locke, além de coincidir com a razão, surge desde o estado de natureza, como uma lei moral eterna. Por óbvio que se existente no estado de natureza, a lei natural é aplicada, mas a sua aplicação consiste no poder que cada um tem de julgar os atos alheios.

Se de um lado Locke não projeta o estado de natureza como um estado de guerra hobbesiano (total, perpétuo e universal), ao mesmo tempo concorda que naquele estágio há inconvenientes, já que cada um é juiz em causa própria e por isso suscetível a observar com pouca exatidão a equidade e acabar infringindo a lei natural.

Althusser (2007, p. 314) esclarece que esse estágio da não-razão que precede o estado civil, decorre da violação da lei natural pelos homens, ou “[...] porque são loucos, ou a conhecem, mas lhe preferem o desagregamento das paixões. Neles a luz da razão é combatida pela confusão dos instintos”.

Deste modo, como não há no estado natural um meio imparcial para sua aplicação, a lei natural se torna vã em vista de sua finalidade (que é a preservação da humanidade) e motivo de conflitos intermináveis. Por isso, a vantagem do estado de sociedade está nas leis estabelecidas, conhecidas, introjetadas, aprovadas por meio de comum consentimento, juízes imparciais; enfim, um poder coercitivo capaz de assegurar a conservação, a segurança mútua e o gozo sereno da propriedade (CHEVALIER, 1993, p. 110).

Por evidente, o contrato social de Locke acaba por se diferenciar do contrato social de Hobbes; enquanto aquele se trata de um pacto de consentimento, em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para consolidar a preservação dos direitos que já detinham no estado de natureza, este é tido como um pacto de submissão pelo qual se troca voluntariamente a liberdade pela segurança do Estado-Leviatã (MELLO, 2006, p. 86).

Vale dizer que Locke inclui um elemento angular no conceito do contrato, isto é, o reconhecimento de que as decisões são tomadas por maioria, que acaba por ser constituir em uma comunidade. O primeiro ato pelo qual o contrato é manifestado é a constituição de uma



comunidade, a qual é senão a própria materialização da lei natural ou do poder supremo do qual todo o resto nada mais é que fenômeno.

Não obstante as contribuições encetadas na história do pensamento político, tanto por Hobbes, quanto por Locke, como se tivessem produzido um desanuiamento de um elo perdido da era moderna, a marcha da evolução política liberal ainda reservava em Rousseau as bases filosóficas de resistência, as quais *a posteriori* foram usadas como verdadeiros manuais práticos de ação política, sobretudo, na Revolução Francesa – eis, a partir daí, a terceira noção acerca do contrato social.

Rousseau se propõe a responder à seguinte interrogação: se os seres humanos são naturalmente livres, como poderão ser livres em sociedade, já que esta implica perda de liberdade? A resposta a esta pergunta viria por meio de uma troca, isto é, por meio de um pacto associativo, no qual todos cedem direitos e, ao mesmo tempo, adquirem direitos, mas agora na condição de cidadãos e participantes do corpo soberano (ADAMS; DYSON, 2006, p. 72).

Leia-se, nesse sentido, o que professa Rousseau:

Mudança bem notável produz no homem a passagem do estado natural ao civil, substituindo em seu proceder a justiça ao instinto, e dando às suas ações a moralidade de que antes careciam; é só então que a voz do dever sucede ao impulso físico, e o direito ao apetite; o homem que até ali só pusera em si mesmo os olhos vê-se impelido a obrar segundo outros princípios, e a consultar a razão antes que os afetos. [...] Cifremos todo este paralelo em termos de fácil comparação: o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito sem limites a tudo que o tenta e pode atingir; ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para não vos enganardes nessas compensações, cumpre distinguir bem a liberdade natural, que só tem por termo as forças do indivíduo, da liberdade civil, que é limitada pela vontade geral; e a possessão, que é só efeito da força, ou o direito do primeiro ocupante, da propriedade, que não pode ser fundada a não ser num título positivo (2012, p. 28-9).

Rousseau demonstra que do corpo soberano que surge após o contrato estariam dadas as condições para a realização da liberdade civil, pois o povo soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, ou seja, agente de elaboração das leis e aquele mesmo que as obedece, teria todas as condições necessárias a fim de se constituir enquanto um ente autônomo (NASCIMENTO, 2006, p. 196). Em outro sentido, um povo só desfruta da verdadeira liberdade, segundo Rousseau, quando obtém o direito de produzir suas leis em um ambiente de igualdade, de tal modo que ao exercer obediência às próprias leis que criou, age sob submissão



a suas próprias regras e de cada cidadão, como parte do corpo soberano. O elemento central de sua teoria, portanto, está em se considerar a vontade geral<sup>2</sup>, em detrimento do interesse particular.

Com efeito, a liberdade desnaturada é precisamente a faculdade, como explica Chevalier (1993, p. 167), que possui cada um de fazer predominar, sobre a sua vontade particular, a sua vontade geral, cuja função é apagar o amor de si mesmo em proveito do amor do grupo. Por esse estreito caminho, Rousseau acreditava em uma troca de liberdades, uma simples (natural) por outra mais elevada (civil).

### 3. A mudança de paradigma: da parte dos governantes à parte dos governados

A dualidade expressada pela relação política fundamental, isto é, soberano-súditos ou Estado-cidadãos, considerada que é uma relação político-social específica entre dois sujeitos, dos quais um tem o direito de ordenar e o outro o dever de obedecer, pode ser tratada sob um ou outro ponto de vista, *ex parte principis* ou *ex parte populi*.

Ressalvada uma concepção democrática mais radical em que governantes e governados confundem-se, ao menos no plano ideal, em uma só pessoa e o governo acaba por ser resolvido no autogoverno, houve durante a história do pensamento político uma tendência, conforme explica Bobbio (1987, p. 62), de estudar a problemática do Estado, sobretudo, sob a ótica dos governantes; suas virtudes, seus direitos, seus deveres, seus poderes, a arte do bem governar, a fenomenologia da tirania, enfim, uma ideologia representativa daquele que está no alto e que passa a ser o verdadeiro sujeito ativo da relação; enquanto o outro, quando presente ao debate, é lembrado apenas como sujeito passivo.

<sup>2</sup> A vontade geral pode ser considerada uma das maiores contribuições de Rousseau para a o iluminismo. A ideia central é a de que cada um deseja ou empreende esforços para obter uma parte de bens, porém dentre esses bens também se deve levar em conta o bem da comunidade/coletivo na qual se vive. Depreende-se disso que, caso uma lei seja aprovada, isso por si só significa que está concordante com a vontade geral; deste modo, quando se obedece a tal lei, está-se obedecendo à coletividade. Em sentido inverso, uma vez que o indivíduo obedece a si próprio quando obedece à vontade geral e continua livre, desobedecê-la é o mesmo que negar a sua própria liberdade (Adams; Dyson, 2006, p.72). No plano de Rousseau, vontade geral e vontade de todos são elementos diferentes, conforme ele mesmo expõe: “[...] esta só fita o interesse comum; aquela só vê o interesse privado, e não é mais que uma soma de vontades particulares; porém, quando se tira dessas vontades os mais e os menos, que mutuamente se destroem, resta por soma das diferenças a vontade geral” (2012, p. 35).



A reviravolta, entretanto, ocorre no romper da Idade Moderna por intermediação da doutrina dos direitos naturais, os quais pertenceriam, a partir de então ao indivíduo singular e somente a ele. Os direitos naturais, porque precedentes a qualquer formação política, limitariam e restringiriam a esfera do poder político. A partir disso, a sociedade política começa a ser entendida, não só como prevalente, mas como um produto voluntário dos indivíduos, que decidem mediante um pacto recíproco viver em sociedade e instituir um governo.

Tratou-se de uma alteração dos centros de decisão, da passagem do consenso tradicional para outro que Bobbio (1987, p. 64) bem sintetizou:

O que comporta esta inversão do ponto de partida [...]? Comporta o relevo dado a problemas políticos diversos daqueles tratados habitualmente por quem se põe *ex parte principis*: a liberdade dos cidadãos (de fato ou de direito, civil ou política, negativa ou positiva) e não o poder dos governantes; o bem-estar, a propriedade, a felicidade dos indivíduos considerados um a um, e não apenas a potência do Estado; o direito de resistência às leis injustas, e não apenas o dever de obediência (ativa ou passiva); a articulação da sociedade política em partes inclusive contrapostas (os partidos não mais avaliados unicamente como facções que dilaceram o tecido do Estado), e não apenas a sua compacta unidade; a divisão e contraposição vertical e horizontal dos diversos centros de poder e não apenas o poder na sua concentração e na sua centralidade; o mérito de um governo devendo ser procurado mais na quantidade de direitos de que goza o singular do que na medida dos poderes dos governantes.

Em que pese na atualidade não se possa mais confundir sociedade com Estado, onde prevalece a ideia de sociedade civil como anteato do Estado (*machina machinarium*), ao contrário daquilo que procedeu da tradição jusnaturalista, cuja relevância maior estava em ver o Estado como comunidade política – associação voluntária para a defesa de alguns direitos preeminentes, tais como a propriedade e a liberdade; é inquestionável, como afirma Vieira (1997, p. 21) que o mesmo paradigma serviu para que o ser humano passasse a ser visto como portador de direitos universais, servindo assim de substrato para as revoluções burguesas e, mais uma vez, no sentido emprestado por Bobbio, como evento inaugural da denominada “Era dos Direitos”.



#### 4. A etapa de positivação dos direitos do homem e do cidadão

O projeto civilizatório instaurado na Idade Moderna significou, como se observou alhures, um verdadeiro levante contra um mundo de verdades reveladas, assentado em um trinômio particularismo, organicismo e heteronomia, que culminou no estabelecimento de uma pauta fundada em outro trinômio, qual seja: universalidade, individualidade e autonomia. Implicou, inexoravelmente, uma nova visão questionadora dos princípios norteadores do sistema estamental de privilégios, pela qual se descortinou a ideologia jacente junto à concepção da desigualdade preexistente entre os homens; ou como fato natural, ou determinado por origem divina. Percebeu-se, contrário senso, que a diferenciação natural entre os homens em nenhuma medida poderia ser referendada por uma desigualdade natural entre eles. Não por outro motivo que a historicização da desigualdade ter sido a mola propulsora de uma das mais relevantes transições ocorridas na trajetória da humanidade: a do cidadão/súdito para o cidadão/cidadão.

A “Era dos Direitos”, permeada de intensos conflitos sociais, desenvolve-se, consoante a lição de Mondaini (2008, p. 116), há pelo menos três séculos e fora responsável por desencadear a conquista de pelo menos três espécies de direitos: os civis, os políticos e os sociais.

O caminho, dentre dois possíveis, em que foi erigida a cidadania no Ocidente, deu-se primordialmente de “baixo para cima”, em expressão utilizada por Carvalho (2001, p. 08), por ele assim comentada:

Simplificando muito, pode-se dizer que o processo histórico de formação da cidadania no Ocidente seguiu dois caminhos, um de baixo para cima, pela iniciativa dos cidadãos, outro de cima para baixo, por iniciativa do Estado e de grupos dominantes. Exemplos do primeiro caso são as experiências históricas dos países anglo-saxões, marcadas pela luta para arrancar ao Estado absolutista os direitos civis e políticos. Marcos desse percurso foram a Guerra Civil inglesa do século XVII, ao fim da qual decapitaram um rei, e a guerra de Independência dos Estados Unidos, que afirmou os princípios da igualdade (dos brancos) e do autogoverno. A França com sua Revolução do século XVIII é outro exemplo de cidadania de baixo para cima. Nela outro rei perdeu a cabeça, agora na guilhotina. Respeitando as diferenças entre os casos, pode-se dizer que a cidadania de baixo para cima coincidiu com a revolução burguesa em que a sociedade de mercado irrompeu na política e a moldou à sua imagem e semelhança. A ênfase da cidadania nesses casos é posta no cidadão como titular de direitos, sobretudo dos direitos que o garantem contra





a opressão (civis) e lhe dão controle sobre o Estado (políticos). É uma cidadania marcada por seu caráter ativo.

Os revolucionários ingleses, nesse sentido, foram os pioneiros a utilizar, em termos práticos, as orientações teóricas dos contratualistas, com as quais foram capazes de afirmar um novo sistema político, baseado, mormente, na valorização do trabalho e na frugalidade econômica. Nesse contexto, a ética protestante exerceu um papel fundamental para criar as condições necessárias para a implementação da racionalidade econômica capitalista, a qual impulsionou a classe emergente inglesa a desatar as forças da tradição. A execução do trabalho passou a ser considerado a partir de então como uma “vocação”, um fim em si mesmo. Max Weber, ao descortinar o “espírito do capitalismo” (moderno), demonstrou como a concepção puritana (calvinista) na Inglaterra, de vocação profissional e a exigência de uma conduta de vida ascética houve de influenciar o desenvolvimento do estilo de vida capitalista moderno. De um lado, a ascese protestante intramundana agiu com veemência contra o gozo descontraído das posses, anulou o consumo, principalmente o de luxo; de outro, teve o efeito psicológico de liberar o enriquecimento das amarras da ética tradicionalista, que cercavam a ambição do lucro, não só ao legalizá-lo, mas também a anunciá-lo como um querer divino (WEBER, 2004, p. 155). Em um de seus aspectos, a ascese puritana, portanto, cumpriu, além de permitir a acumulação de capital, a função de lutar ao lado da produção da riqueza privada contra a improbidade, do ócio e do gozo irracional dos prazeres da vida. O ganho, em termos de direitos humanos; em que pese as classes subalternas tenham ficado, após a última etapa da revolução, afastadas do processo político-social que se seguiu, em face da predominância dos interesses da classe burguesa emergente, foi contabilizado pelo fato de que as ideias liberais prevaleceram e com elas houve a consagração de uma Carta de Direitos (*Bill of Rights*, 1689), que pautou incipientemente as “liberdades civis” dos indivíduos.

O *Rule of Law* dos ingleses não foi um estado de plena liberdade para todos, mas um processo histórico em que o direito se afirmou como um conjunto de normas, valores e procedimentos para legitimar o poder das classes dominantes; por outro lado, é forçoso reconhecer que esse mesmo direito elevado à condição de regra máxima da sociedade ganhou autonomia suficiente para prestar-se também ao papel de salvaguarda da cidadania, impondo limites ao poder destas mesmas classes dominantes (COMPARATO, 2013, p. 61-2).



A independência americana, no século XVIII, por seu turno, teve a sua gênese em uma nítida mudança de comportamento da coroa inglesa em relação às treze colônias, impingindo-as leis mais restritivas, ao que tudo indica, como conclui Karnal (2008, p. 138), decorrentes de novas necessidades incrementadas pela Revolução Industrial, bem como pelos gastos bélicos adquiridos durante a denominada Guerra dos Sete Anos travada contra a França, entre 1756 a 1763. Os confrontos armados, a partir desse contexto, não tardaram a ocorrer.

O movimento levado a efeito pelos contestadores, no ano de 1776, acima de tudo, teve em Locke a base intelectual necessária para a proclamação da independência. A Declaração de Independência, desta forma, não tardou em afirmar que os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis; como vida, liberdade e busca de felicidade, sendo que em passo seguinte, a Constituição Americana, de 1787, tratou de fixar a esfera do privado como espaço do cidadão, em detrimento da tirania externa. De qualquer forma, é de se concluir que as mesmas restrições presentes nas revoluções inglesas, foram percebidas na Independência e na Constituição Americana, isto é, os ideais de liberdade ainda conviviam com a escravidão, mulheres e pobres não dotados de direitos políticos.

Mesmo assim, considerando-se que o movimento de independência tenha favorecido mais ao grupo composto por brancos, anglo-saxões e protestantes, por outro lado,

[...] os princípios de liberdade expressos na Declaração e na Constituição passaram a ser invocados exatamente pelos que não se sentiram beneficiados na prática. Assim, não deveria ser desprezado o caráter revolucionário da expressão ‘todos os homens foram criados iguais’, pois foi em busca do aspecto concreto desse princípio que os movimentos de ampliação da cidadania passaram a ocorrer. A Declaração de Independência seria usada como ‘escudo de cínicos e acicate de tiranos’ (KARNAL, p. 145).

A democracia que ressurgiu a partir dessa revolução, em contraste com aquela vivenciada na Grécia antiga, conforme conclui Comparato (2013, p. 63), cujo poder supremo pertencia ao *demos* que era exercido diretamente sem representantes, sendo também observado que o *demos* ateniense era composto por grupos de baixo nível econômico, apresenta-se como o meio de que lançou mão a burguesia a fim de extinguir os privilégios dos dois principais estamentos do *Ancien Régime* e limitar o atuar de um governo irresponsável, negando, entretanto, o intuito democrático de ampla defesa do povo em face do regime absolutista.



Quanto à Revolução Francesa, foi a que causou maior frêmito na história contemporânea. Ao cabo, representou o fim de uma época e o início de outra; representou a elevação dos direitos naturais ao patamar almejado pelos filósofos contratualistas, sobretudo, naquilo que Kant (*apud* Bobbio, 2004, p. 80), previu como o ideal de liberdade jurídica, a faculdade de só obedecer a leis externas às quais pude dar o meu assentimento. O princípio da liberdade, estendido à vida cultural durante os séculos XVII e XVIII, conforme arremata Bobbio (2004, p. 86), apoiando-se em Rosselli, atingira o seu ápice na *Encyclopédie*, culminando por triunfar politicamente com a revolução que se seguiu no ano de 1789, juntamente com Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão.

A Declaração francesa, além de prever a igualdade substantiva entre os homens – os quais “... nascem e são livres e iguais em direitos”, enumerou quatro direitos básicos, como sendo naturais e imprescritíveis ao homem, quais sejam: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (COMPARATO, 2013, p. 170). O direito à liberdade veio definido no artigo 4º, constituindo-se em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. A máxima aqui estabelecida distanciou-se, na visão de Bobbio (2004, p. 88), daquela propugnada, *e.g.*, por Hobbes a Montesquieu, segundo a qual consistiria em fazer tudo o que as leis permitam que se fizesse. A segurança, ulteriormente, foi conceituada no artigo 8º da Constituição francesa de 1793, como sendo a proteção concedida pela sociedade a cada um dos seus membros para a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades. A propriedade, por seu turno, obteve o *status* de direito inviolável e sagrado, remetendo-se às mais sólidas convicções do liberalismo Lockeano, assim como o direito de resistência à opressão.

Mais uma vez, agora com um tanto de clareza, pode-se anotar que, não obstante as críticas filosóficas lançadas sobre esse momento histórico revolucionário, seja em razão de uma possível abstratividade do pensamento iluminista, seja por ter a Revolução Francesa priorizado não a defesa do homem em geral, mas aos direitos do homem burguês, parece difícil negar, como frisa Bobbio (2004, p. 93), o fato de que houve uma solução concreta para o eterno problema das relações entre governantes e governados, cujo ponto de partida foi o indivíduo singular, considerado portador de um poder soberano.

Acrescente-se ainda que, dessa inversão radical do pensamento político é, portanto, de onde debuta o Estado moderno; primeiro o liberal, centralizado nos interesses de parte da



sociedade; após, o democrático, no qual todos, pelo menos potencialmente, possuem o direito de reivindicar o poder soberano; e, por último, o social, em que todos os indivíduos, tidos como soberanos, sem distinções de classe, demandam esforços no sentido de fazer valer, além dos direitos de liberdade, igualmente, os direitos sociais.

### 5. O status de cidadania na modernidade e o paralelo brasileiro

O conceito de cidadania traz consigo duas dimensões que podem ser avaliadas tanto em razão do *status*, que produz/forma o cidadão, quanto ao papel que é exercido pelo mesmo, enquanto detentor de direitos de cidadania. Essas duas dimensões, conforme informa Marshall (1967, p. 151), confundem-se na medida em que o papel representa o aspecto dinâmico de um *status*, sendo que o *status* social é concebido como uma posição no sistema social, que somente pode ser imaginado em termos de relações sociais, cuja substância é o comportamento esperado, ou seja, abrange todo comportamento que a sociedade espera de uma pessoa na sua capacidade de ocupante da posição e, também, todo comportamento recíproco adequado dos outros para com ela.

Essa concepção, segundo o autor, é diversa daquela de *status* legal posição caracterizada por direitos e obrigações, capacidades ou incapacidades, que são relevantes para a posição e suas funções na sociedade. Por exemplo, um pai, por certo, é portador de alguns direitos e obrigações reconhecidos pelo sistema legal, porém há igualmente outras formas de ações importantes para o seu *status*, as quais, muito embora não estejam prescritas por lei, são socialmente aguardadas. Nesse sentido, o termo *status* social se refere a uma posição na hierarquia social ou ao fato de se pertencer a um estrato social.

O pensamento, então, pode ser sintetizado, da seguinte forma, como expõe Marshall (p. 151-2):

Por status social, então entendemos a posição geral de um indivíduo com relação aos outros membros da sociedade ou de algum setor dela. A expressão geral é inserida para indicar que nos referimos a algo mais globalizante do que uma posição especializada, como a de um especialista em alguma coisa, tal como mecânica de automóvel, embora tal especialidade possa contribuir de algum modo para o status social. Em segundo lugar, o status social, como estratificação, traz consigo a ideia de superior e inferior. Se comparamos o



status social de duas pessoas, perguntamos se são iguais ou desiguais e, caso desiguais, qual o mais alto e qual o mais baixo. E, em tal comparação, nos preocupamos não somente com os fatos objetivos, tais como direito, renda ou educação, mas também com o modo pelo qual as duas pessoas se consideram.

A retomada da discussão acerca do termo em realce é de suma importância quando transportamos a sua análise para o contexto da construção da civilização periférica ocidental moderna, da qual faz parte o Brasil. Pode-se subsumir que o *status* de cidadania dos cidadãos brasileiros se desenvolve sobretudo em âmbito do segundo nível, dentre os enumerados por Marshall.

Para tanto, as conclusões de Holston (2013) decorrentes de seus estudos realizados junto às periferias urbanas da cidade de São Paulo, em parte, dão-nos o suporte necessário para assim concluirmos. Segundo ele, as pesquisas por ele realizadas, sobretudo, nas periferias onde se deram as análises, demonstraram que grande parte dos moradores se consideravam brasileiros, enquanto membros do Estado-nação. O pertencimento nacional no caso não consistia em uma dúvida. A autoanálise aí partia de uma posição legal, na qual a maioria, senão todos Estados-nações regulam a permeabilidade da identidade nacional, seja pelos critérios de nascimento ou de ascendência. Contudo, os mesmos moradores se sentiam como cidadãos discriminados; nacionais, porém, de segunda classe. A cidadania assim parecia-lhes incluída de um lado, na medida em que faziam parte do Estado brasileiro; porém, desigualitária de outro, sobretudo, na distribuição e no exercício dos direitos. Essa visão, por mais simples que possa transparecer, impõe considerar que a trajetória histórica da cidadania brasileira dimensiona-se em formal, que vem fundada em princípios de incorporação ao Estado-nação e em uma perspectiva substancial, a qual está relacionada com a distribuição dos direitos, deveres e recursos.

Desta forma, a cidadania brasileira, desde o século XVIII, é baseada em uma formulação específica, cujo esquema engendra um mecanismo de distribuição de desigualdades:

A formulação brasileira iguala as diferenças no que se refere à afiliação nacional, porém legaliza algumas dessas diferenças como bases para distribuir de maneira diferenciada direitos e privilégios entre cidadãos. Assim, no início da República, ela negava educação como um direito do cidadão e usava o alfabetismo e o gênero para restringir a cidadania política (HOLSTON, 2013, p. 28).

Interessante perceber que ao legalizar essas diferenças, as desigualdades, ao decorrer do tempo, foram sendo consolidadas, muito embora a trajetória da cidadania brasileira jamais



tenha adotado vias de retrocesso em termos de inclusão. Ao contrário, o percurso da cidadania erigida pelo Estado brasileiro tem se baseado em um processo democrático incluyente, mas não igualitário. É curioso, por exemplo, que ainda hoje persista no Brasil uma diferenciação quanto ao acesso à justiça; alguns acessam-na pela porta da frente; outros, pela dos fundos, sobretudo, naqueles casos que envolvem a Justiça Criminal.

Nesse sistema, a lei não pode ser considerada inoperante, bem pelo contrário, ela opera de forma a diferenciar. Ser “abraçado” pela lei penal, por um lado, é sinônimo de ser considerado, na hierarquia social, como cidadão inferior. De outro lado, quando a lei traz vantagens, ela é vista como uma benesse direcionada a alguma categoria específica de cidadãos, através da qual o Estado regula, diferencia e recompensa<sup>3</sup>. A cidadania, nesse caso, significa privilégio e imunidade (HOLSTON, 2013, p. 45).

Essa dualidade constatada na atual cidadania brasileira predomina, em regra, desde as Constituições de 1824 (Imperial) e de 1891 (Republicana), cujos textos foram importados da Declaração de Direitos francesa, a fim de regularem os Direitos do cidadão no Brasil.

A Declaração dos Direitos francesa mencionou a igualdade em duas de suas passagens (no primeiro e no sexto artigo). Nelas vieram previstas tanto a igualdade material, como a igualdade perante a lei ou formal. Na primeira, restou prevista a igualdade natural substantiva, em que a condição natural do povo (em razão do nascimento) é o que basta para a configuração da igualdade universal entre todos os homens. De outro lado, a igualdade processual veio estabelecer uma exceção, baseada na utilidade pública e no mérito individual.

Significava dizer que a associação política poderia fixar distinções legais entre os cidadãos desde que fundadas na utilidade pública e nas virtudes e talentos individuais. As Constituições brasileiras, entretanto, optaram por não mencionar a igualdade substantiva de direitos, reservando destaque apenas para a igualdade perante a lei<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Um exemplo que ajuda sustentar o argumento pode ser encontrado no Código de Processo Penal Brasileiro, em seu artigo 295. Da referida norma procede a prisão especial destinada a autoridades e réus que possuam curso superior, entre outros, quando presos provisoriamente. Tal privilégio leva em conta o cargo exercido, o grau de estudo e até mesmo os serviços prestados para a coletividade, como é o caso dos jurados.

<sup>4</sup> Destaque-se o inciso XIII do artigo 179 da Constituição brasileira de 1824, “A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um”, bem como o artigo 72 e parágrafo segundo da Constituição brasileira de 1891, “A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 2º Todos são iguais perante a lei”.





As constituições brasileiras, ao adotarem apenas a igualdade formal, passaram a institucionalizar um mecanismo normativo em que um tratamento desigual é um meio justo de produzir igualdade nivelando ou ajustando desigualdades preexistentes. Vale dizer que a justiça (enquanto axioma) passa a atuar como meio de compensar as diferenças e não como meio de trazer efetivas soluções práticas a fim de se diluírem as desigualdades substanciais.

De forma a esclarecer o equívoco, Holston (2013, p. 56) explica que:

A lei permite às mulheres se aposentar cinco anos antes dos homens. Essa discriminação é considerada justa porque, ao longo de uma vida normal, as mulheres que trabalham ‘tem mais serviço’ do que os homens que trabalham, pois além da jornada fora de casa elas precisam cuidar da casa e dos filhos, ‘pouco ajudadas pelo marido’. [...] A solução para os fatos sociais de desigualdade neste caso – que as mulheres que trabalham são iguais porque trabalham mais – não é propor uma mudança nas relações sociais de gênero e trabalho, mas sim produzir mais desigualdade, na forma do privilégio legal compensador de uma aposentadoria precoce.

Ocorre que a cidadania não pode ter como fonte apenas a igualdade formal, na medida em que, se se presta a compensar uma desigualdade dos não privilegiados legalizando um privilégio, na maioria das vezes, em face de outras determinantes; como renda, cultura, educação, ocupação e família – acaba compensando uma desigualdade de privilégio ao legalizar mais privilégios.

De fato, conforme se observou, ao contrário da ideia jusnaturalista de igualdade universal que equipou as declarações das grandes revoluções e, *a posteriori*, a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, em 1948, nos países periféricos e sobretudo na realidade brasileira, tal princípio passou ao largo. As elites brasileiras buscaram um outro tipo de liberalismo descompromissado com uma democracia substancial, da qual a cidadania é parte fundante. Era liberal, sim, consoante a tese de Holston, mas apenas no sentido de que os direitos dependiam da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, sem igualdade ou justiça substantivas.

Desta forma, é possível concluir que a cidadania brasileira, ainda nos dias atuais, manifesta a sua face includentemente desigualitária, promovendo um *status* de cidadania baseado na hierarquização, segundo a igualdade formal, e não na distribuição substancial dos recursos disponíveis, segundo o qual permita que a lei reconheça o cidadão, não pela diferença, mas pela equiparação.



### Referências bibliográficas

- ADAMS, Ian; DYSON, R.W. *Cinquenta pensadores políticos essenciais. Da Grécia antiga aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. *Política e história. De Maquiavel a Marx*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estado, governo, sociedade, para uma teoria geral da política*. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Cidadania, um projeto em construção*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- BRASIL. Constituição (1824) *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 02 jul. 2014.
- BRASIL. Constituição (1891) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 02 jul. 2014.
- BRASIL. *Decreto-lei n. 3.689 de 3 de outubro de 1941*. Código de Processo Penal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm)> Acesso em: 10 jul. 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania, estadania e apatia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jun. 2001.
- CHEVALIER, Jean Jaques. *As grandes obras políticas de Maquiavel há nossos dias*. Trad. Lydia Christina. 6.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Afirmção histórica dos direitos humanos*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FACCHI, Alessandra. *Breve história dos direitos humanos*. Trad. Silvia Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2011.
- FREITAS, Juarez. *As grandes linhas da filosofia do direito*. Caxias do Sul: UCS, 1986.



- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. Rosina D'Angina. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Trad. Claudio Carina. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- KARNAL, Leandro. Estados unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. Volume 1. 14.ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 79-89.
- MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NASCIMENTO, Milton Meira. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. Volume 1. 14.ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 187-200.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social*. Trad. Pietro Nasseti. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Trad. Neil Ribeiro da Silva. 4.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.



## **A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA CIDADANIA E PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS FAMÍLIAS**

ALMEIDA DA SILVA, Ramón Jorge

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal*

*ramonjorge@oi.com.br*

### **RESUMO**

Este artigo, elaborado por meio de revisão de literatura e pesquisa documental, tem como objetivo apresentar e analisar os principais eixos, técnicas e ferramentas da inteligência econômica e propor sua aplicação à atividade de proteção social das famílias. O trabalho justifica-se na necessidade de o Estado Social ser pró-ativo na identificação das necessidades sociais da população, sobretudo no que se refere aos direitos previdenciários, e introduz o conceito de inteligência social em função das variáveis territorial e cultural. Inteligência social é a que procura o maior número possível de informações para a correta alocação de recursos voltados para a proteção social da cidadania. Inteligência cultural é a atividade que objetiva conhecer a cultura da comunidade local para, a partir das potencialidades regionais, oferecer-lhe benefícios e serviços mais adequados às suas necessidades. Sob o ponto vista científico, ambas derivam da inteligência econômica e também estão interligadas.

**Palavras-chave:** Inteligência econômica. Proteção social. Família.

### **ABSTRACT**

This article, prepared by means of literature review and document research, aims to present and analyze the main axes, techniques and tools of business intelligence and suggest their application to the social protection of families. The work is important because the welfare State needs to be proactive in identifying the social needs of the population, especially those related to social security, and introduces the concept of social intelligence concerning territorial and cultural variables. Social intelligence is based on specific and adequate information for the proper allocation of resources aimed at the social protection of citizenship. Cultural intelligence is the activity that aims to know the culture of the local community and its regional potentials, offering benefits and services best suited to its citizens' needs. Considering a scientific view point, both derive from business intelligence and are also linked between themselves.

**Keywords:** Business intelligence. Social protection. Family.

### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais eixos da inteligência econômica e propor sua aplicação na atividade estatal de proteção social. Para tanto, será feita uma revisão de literatura sobre tal inteligência, bem como o exame de documentos sobre a matéria.

A partir da premissa que a República Federativa do Brasil é um Estado democrático de direito e possui uma constituição cidadã, este artigo justifica-se na necessidade de o Estado Social ser pró-ativo na identificação das necessidades sociais da população, sobretudo no que se refere aos direitos fundamentais de segunda dimensão, os quais, por serem direitos sociais, importam em prestações estatais e necessitam, para além do adequado planejamento, de fontes



de custeio suficientes. Para melhor garantir a proteção e o bem-estar das pessoas, cabe agora apresentar um novo modelo organizacional de Estado que o permita desempenhar o seu papel num mundo globalizado. Esse modelo é o de um Estado que se afasta cada vez mais do assistencialismo e do populismo e procura cumprir bem as suas funções sociais por meio de ações de inteligência. Mas o que é a inteligência social? Esta é a pergunta a que se pretende responder nestas linhas.

Inicialmente, cumpre dizer que a inteligência social é um conjunto de práticas que deriva da inteligência econômica, também conhecida como inteligência empresarial (*business intelligence*) ou inteligência competitiva (*competitive intelligence*), a qual tem sido bastante desenvolvida em países como o Brasil, a França, o Reino Unido, a Espanha e os Estados Unidos da América, entre outros. Portanto, faz-se necessário mergulhar no estudo da inteligência econômica para depois extrair os conceitos, técnicas e ferramentas que orientam a inteligência social, tudo com vistas ao emprego desta nas ações de proteção das famílias, mormente no campo previdenciário.

É bem verdade que a inteligência social pode ser usada em qualquer ramo dos direitos e garantias sociais (assistência aos desamparados, educação, saúde e outros). Contudo, não seria metodologicamente viável estudá-la sem um foco. Por isso, o convite que é feito ao leitor volta-se para a abordagem da inteligência social aplicável à proteção previdenciária das famílias.

A área previdenciária foi escolhida porque a Previdência Social tem caráter contributivo. Assim, apesar de ser imprescindível tangenciar os conceitos de inteligência territorial e inteligência cultural, pretende-se evitar qualquer apelo à inteligência emocional que se aproxime do clientelismo.

## **1 A inteligência econômica e social**

Ao menos no sentido nobre, a inteligência econômica é uma disciplina essencialmente política, aperfeiçoada em grandes firmas como a norte-americana *International Business Machines – IBM*. De fato, num terreno concorrencial agressivo em que as relações de força de potências econômicas são próximas, os atores devem adotar estratégias inteligentes antes de operar ou sentar à mesa de negociações. No sentido técnico, a inteligência econômica é uma atividade de vigilância de comportamentos, busca e tratamento de informações para a tomada



de decisões. Esses são, portanto, seus principais eixos, a partir dos quais devem ser criadas técnicas (influência, contrainfluência e outras) e ferramentas (aplicativos de informática por exemplo) para operacionalizá-los.

A palavra “estratégia”, do grego *strategía*, significa “Arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas [...] visando a alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas [...]” (FERREIRA, 1975, p. 586). Por sua vez, o vocábulo “inteligência”, do latim *intelligentia*, representa a “Qualidade ou capacidade de compreender e adaptar-se facilmente; [...] penetração, agudeza, perspicácia. [...]” (FERREIRA, 1975, p. 774). Associando os dois substantivos femininos, passando o segundo a funcionar como um adjetivo, acaba-se em “estratégia inteligente” ou “inteligência estratégica”. No caso, o interesse repousa na última combinação, mais especificamente na parte “inteligência”, aqui tomada como conhecimento ou informação útil para alguma ação eficiente.

A eficiência é um conceito da Física e também da Economia que pode ser entendido como a obtenção do melhor resultado com o menor dispêndio de força e tempo ou, economicamente, com o menor custo. Na economia globalizada, a inteligência é essencial para o aumento da produtividade e da eficiência e também para a eficácia da conduta, quer esta seja privada ou pública.

Mas o que é economia globalizada? Segundo Giraud (2012, p. 11), engana-se quem pensa que a globalização econômica é um fenômeno atual. Na verdade, hoje, a globalização ou mundialização é mais percebida e conhecida em função do rápido avanço das telecomunicações e também do veloz e avassalador desenvolvimento da Informática ou Tecnologia da Informação – TI. Porém, segundo o citado autor, a globalização econômica começa quando os primeiros navios mercantes europeus dão a volta pela terra (GIRAUD, 2012, p.11).

Concordando com a opinião do mencionado autor, é forçoso afirmar que os empreendedores sempre visaram ao maior lucro possível. Assim, desde os comerciantes e também navegadores fenícios, os quais já praticavam, talvez intuitivamente, a inteligência econômica, já se buscava comprar o melhor produto pelo menor preço; identificar as necessidades das pessoas; expandir os mercados consumidores e vender as mercadorias com a maior vantagem possível. Para tanto, os fenícios tinham representantes locais nos diversos entrepostos comerciais em que atuavam, tudo com a intenção de obter as melhores informações sobre os mercados e realizar uma comunicação eficiente. De fato, os representantes comerciais eram pessoas locais que também falavam a língua dos fenícios e interagem bem com estes e





com o mercado em que operavam. Além disso, sabe-se que os capitães de embarcações das mesmas regiões fenícias, barcos à vela e remo conhecidos como galés, trabalhavam de modo coordenado para evitar a concorrência entre elas. Portanto, a economia globalizada ou globalização da economia é a extensão territorial das transações econômicas, em busca de maior rentabilidade negocial, e está diretamente ligada à inteligência econômica ou empresarial.

Escrevendo artigo sobre a inteligência empresarial, Cavalcanti e Gomes defendem:

[...] a idéia de que os modelos econômicos baseados nos três fatores tradicionais de produção devem ser revistos no sentido de incorporar o *Conhecimento* como fator essencial da produção econômica. [...] o conhecimento é algo que alguém pode absorver somente com o aprendizado e a experiência. [...] (2001, p. 53-54)

A partir do artigo em referência, parece fácil entender que os projetos *Prism* e *Echelon*, muito comentados em função do vazamento de informações sobre o modo de operação da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, têm tudo a ver com a inteligência econômica. Realmente, da mesma maneira que a inteligência, o *global positioning system - GPS* e a *internet*, que possuem origem militar e são massivamente empregados no meio civil, os projetos em apreço também podem ter se voltado para fins privados, com base no que se pode chamar de tecnologia dual, ou seja, com possibilidade de emprego civil ou militar.

Em verdade, a tese dos citados autores é no sentido de que o conhecimento tem grande valor no mercado. Logo, os fatores tradicionais de produção (terra, capital e trabalho) cederam espaço para a tecnologia ou conhecimento sistematizado e perderam valor relativo (CAVALCANTI; GOMES, 2001, p. 53-54).

O Estado Social surgiu, dentre outras coisas, para evitar o caos social. Contudo, as crises do capitalismo invariavelmente trazem a lembrança desse fantasma. Neste particular, é importante mencionar que a inteligência econômica ou empresarial tem levado muitos grupos econômicos a procurar países em que é mais barato produzir.

Por consequência, o deslocamento da produção industrial para esses lugares, em regra com mão-de-obra, energia, água e outros fatores com preços mais baixos, tem gerado desemprego, recessão e problemas sociais nos locais que sofreram desindustrialização. Por esta razão, a inteligência social e também as inteligências territorial e cultural têm função importante no contra-ataque do Estado Social com vistas a proporcionar respostas adequadas a



certos mecanismos de inteligência econômica e a preservar o nível de proteção social sem estourar os limites orçamentários dos entes públicos.

Logo, inteligência social é a atividade que procura o maior número possível de informações para a correta alocação de recursos voltados para a proteção social do cidadão. Inteligência cultural é a atividade que objetiva conhecer a cultura da comunidade local para lhe oferecer bens e serviços mais adequados às suas necessidades. Sob o ponto vista científico, ambas derivam da inteligência econômica e, a par de estarem ligadas entre si, também estão conectadas àquela. De fato, algumas prestações sociais e culturais, a exemplo da saúde e do lazer respectivamente, podem ser privadas e precificadas empresarialmente. Além disso, o afeto, a cultura, a religião e outras manifestações são expressados no seio da sociedade. Se uma firma faz propaganda de um produto para crianças, pode direcioná-la, via inteligência afetiva, a um adulto que tenha laços com o infante. Se uma pessoa empresária vai vender trens para um país que, em razão da religião dominante, costuma separar homens e mulheres nos meios de transporte coletivos, a inteligência cultural e religiosa orienta que ofereça vagões apropriados. Destarte, atender a necessidades sociais, culturais, religiosas e afetivas da comunidade, dentre outras, é preparar o terreno para oferecer os bens e serviços adequados ao mercado que dela emerge. Aqui é necessário introduzir um outro conceito, isto é, a inteligência territorial, a qual será visitada mais adiante. Por ora, vale lembrar que toda atividade de inteligência abarca a vigilância de comportamentos, a busca e o tratamento de informações para a tomada de decisões, os quais são seus principais eixos.

### **1.1 Inteligência econômica e governança competitiva**

Segundo a Confederação Geral das Pequenas e Médias Empresas da Região Ilha de França, onde está situada a capital Paris, *“L’intelligence économique peut être définie comme la maîtrise autant que la protection – en clair la gestion – de l’information stratégique.”* (CGPME ÎLE-DE-FRANCE, 2008, p. 11).

A partir da definição da citada CGPME (*Confédération Générale des Petites et Moyennes Entreprises*), pode-se afirmar que a inteligência econômica é uma atividade que reúne saberes e tecnologias voltados para a governança competitiva, isto é, para a administração de firmas empresárias ou a gestão pública de excelência. Por sua vez, a condução de negócios ou da coisa pública em níveis de ponta significa não só a preservação das instituições operativas, mas o desenvolvimento destas de modo que sejam respeitadas e



admiradas no território em que atuam – e até mundialmente. Isso leva à melhoria da competitividade das firmas e da governabilidade.

Nos anos 80, os Estados Unidos da América e suas empresas multinacionais dominavam, ao menos no que se refere à parte ocidental do globo terrestre, o mercado mundial. Foi naquela década que ocorreu o chamado “Pearl Harbor econômico”, expressão que faz referência ao ataque japonês ocorrido no Havaí durante a Segunda Grande Guerra e significa a “invasão” do mercado mundial pelas grandes empresas japonesas. A hegemonia norte-americana – iniciada no final do século XIX e consolidada após as duas grandes guerras que assolaram o continente europeu no século XX – continuava, mas as ameaças mercadológicas não mais se restringiam à competição entre firmas americanas e algumas outras gigantes internacionais não japonesas, em regra europeias.

Os nipônicos chegaram para ficar e vieram agressivos. Tinham plena capacidade de competição: produtos com alto valor agregado, tecnologia de ponta, tamanho, peso e preço menores – e quase perfeitos eis que, se usados adequadamente, não costumavam apresentar qualquer defeito. Foi o momento em que os norte-americanos reagiram e sistematizaram a inteligência econômica. Para tanto, criaram, em 1993, o *Advocacy Center* (UNITED STATES OF AMERICA, 2013) e engajaram-se diplomaticamente e militarmente com as doutrinas do *soft power* e do *smart power*, tudo em nome do nivelamento das condições competitivas no mercado internacional.

O *Advocacy Center* é uma unidade estratégica do Departamento de Comércio norte-americano que, como antes indicado, adota concepções militares na competição econômica internacional. De fato, *soft power* e *smart power*, respectivamente “poderio leve” e “poderio inteligente” são táticas militares que objetivam promover a resolução de conflitos sem a infantaria, a cavalaria e a artilharia pesada – entre outras armas, isto é, sem “*boots on the ground*” (coturnos no chão). Portanto, o *soft power* e o *smart power* lançam ações diplomáticas e intervenções cirúrgicas ou pontuais, mais econômicas e precisas e com menos externalidades negativas ou efeitos colaterais. Hoje o *smart power* é bastante conhecido em função dos *drones* ou, em Português, VANTs – veículos aéreos não tripulados, muito usados pelo governo do Presidente Barack Obama (EUA) na denominada “guerra contra o terror”. Contudo, este subitem do trabalho interessa-se apenas pelo lado econômico do *soft power* e do *smart power*.

Em termos econômicos, o *soft power* e o *smart power* perpassam as barreiras alfandegárias, humanitárias e sanitárias, a espionagem (ilegal), os embargos econômicos, a



pirataria (ilegal), a quebra de patentes, subsídios e outras ações. No caso, não serão abordadas a espionagem e a pirataria eis que se tratam de condutas consideradas ilegais ou, pelo menos, antiéticas. No mais, cabe destacar que todos esses expedientes econômicos antes mencionados podem consubstanciar o que se tem classificado como instrumentos de guerra econômica (DELBECQUE; HARBULOT, 2010, p. 3).

As barreiras alfandegárias (tributos, cotas de importação e outras) visam, dentre outras coisas, à proteção das empresas locais que não têm condições de concorrer no mercado em igualdade de condições. Portanto, qualquer excesso na sua instituição caracterizará protecionismo do mercado e, para os países que são membros, poderá ser sancionado no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC.

As barreiras humanitárias têm relação direta com a influência, com a proteção dos direitos humanos e até com a garantia dos direitos dos animais. Assim, são bem-vindas as campanhas que alertam a população para não comprar mercadorias de firmas que compactuam com a mão-de-obra escrava e o desrespeito dos direitos trabalhistas e previdenciários. De igual modo, não é politicamente correto adquirir produtos elaborados a partir da matança indiscriminada de animais. Por outro lado, os empreendedores costumam se socorrer de mecanismos da influência para incentivar a compra de bens orgânicos, livres de agrotóxicos; de animais criados sem a ingestão de hormônios; de mercadorias sem substâncias químicas tóxicas (a exemplo do bisfenol A); de alimentos sem gordura “trans”; e desestimular a aquisição de produtos transgênicos e falsificados (carne de cavalo comercializada como se fosse bovina); de produtos que implicaram a morte de animais e outros bens com algum complicador (ou facilitador – dependendo do ponto de vista). Obviamente, o contrário também é verdadeiro e os concorrentes adoram denunciar essas práticas para provocar a rejeição dos produtos de seus adversários no mercado – influência negativa, contrainfluência e guerra econômica.

As barreiras sanitárias objetivam proteger a saúde da população do Estado. Naturalmente, qualquer excesso, tal como a exigência de padrões acima do normal ou a imposição de regras burocráticas desarrazoadas – o que também pode ocorrer no desembaraço alfandegário, tal como o fez a Argentina com o Brasil recentemente, poderá caracterizar protecionismo.

Os embargos econômicos costumam advir de questões internacionais – conflitos militares, querelas políticas ou geopolíticas. Às vezes, funcionam como ato de inteligência econômica inversa porque prejudicam as exportações dos próprios embargantes e seus aliados.



A quebra de patentes (propriedade industrial) é assunto delicado. A princípio, só deve ocorrer, a partir de uma ponderação de valores, para proteger outros direitos humanos e se não houver outras alternativas. Por isso, sempre deve ser precedida de tentativas de licenciamento a preços justos ou de produção compartilhada, inclusive com transferência de tecnologia.

Por último, os subsídios constituem ponto bastante sensível da inteligência econômica porque são de difícil detecção. Por isso, pressupõem a necessidade de vigilância avançada por parte dos concorrentes. Afinal, aqueles podem ser mascarados no sistema tributário e na manipulação do câmbio, sendo que este último caso constantemente figura como acusação à China, novo e forte inimigo das potências industriais do ocidente.

Após a derrocada da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e a queda do muro de Berlim, marcos históricos do fim da guerra fria (PECEQUILO, 2010, p. 13), a doutrina de defesa norte-americana encampada pela CIA (Central de Inteligência Americana) deixou de rotular os Estados estrangeiros como amigos, inimigos ou neutros e passou a adotar o lema “A missão determina a coalisão.”. Logo, sob o ponto de vista estratégico, isso significa que para os Estados Unidos da América o papel de cada Estado alienígena será definido em função do momento, do espaço geopolítico e dos interesses norte-americanos, inclusive os econômicos. Além disso, parece que rótulos como “eixo do mal” para indicar países como o Irã, e outros politicamente assemelhados, restam ultrapassados e residem apenas no imaginário individual ou da mídia.

Por essa e outras razões, a paz econômica depende de cooperação internacional e a inteligência econômica orienta quais são os setores de segurança nacional (água; energia; indústria aeronáutica, de base e naval; informática; material bélico; mineração; telecomunicações e outros). Apesar de tal enumeração parecer evidente, ela é proveitosa no sentido do desenvolvimento da argumentação sobre a inteligência econômica. De fato, o mais apropriado é como fazem os Estados Unidos da América, país no qual os interesses da segurança nacional não estão exaustivamente escritos em algum lugar. Lá é o presidente da nação que, segundo a conveniência nacional, define o que é importante. Porém, o simples controle de investimentos estrangeiros em alguns setores (Estados Unidos da América) ou a proibição de venda de empresas com contratos com a área de defesa nacional para estrangeiros (França) dá pistas do que é considerado de interesse da segurança do Estado, mesmo que isto não esteja formalmente escrito (caso norte-americano) ou ainda que esteja (França).



A inteligência econômica é uma atividade bastante promissora. Uma de suas vertentes atuais é a pesquisa do que será necessário no mundo nos próximos anos. Portanto, para além das patentes e outros elementos da propriedade industrial, a inteligência econômica estimula que os seus agentes imaginem o futuro e até criem necessidades vindouras a partir da técnica da influência. Por outro lado, a inteligência econômica também tem que buscar novos mercados e isso impõe, de certo modo, o dever de responsabilidade social a partir da redistribuição de riqueza e renda para a formação e consolidação dos mesmos. Neste ponto, a inteligência econômica aproxima-se da inteligência cultural e da inteligência social. No entanto, antes da análise dessas inteligências, convém perquirir o que fundamenta cada eixo da inteligência econômica contemporânea.

Outrora o domínio naval dos fenícios – com seus representantes locais espalhados no mercado; de Veneza – com a coleta massiva de informações comerciais – e, mais recentemente, do Reino Unido (século XIX) eram peças chaves na inteligência econômica. De fato, na época das Rainhas Elizabeth e Vitória, o Reino Unido aperfeiçoou os conhecimentos de Veneza e dominava o mundo (Austrália, Índia, Nova Zelândia e outros entrepostos coloniais) com sua marinha. Toda força naval do Reino Unido era dual, pronta para se defender dos piratas que tentavam atacar os galeões comerciais e com comando militar, o qual era ligado diretamente ao poder central do Estado: navios de guerra e conquista; barcos de escolta; naves de colonização e embarcações de transporte de carga.

Ainda que o transporte marítimo continue a ter grande relevância na inteligência econômica, sobretudo em razão do seu baixo custo e grande capacidade de movimentação de cargas, hoje os trunfos empresariais são outros. É claro que a infraestrutura de transporte e demais componentes da logística são essenciais para a economia de um Estado. Entretanto, os objetos centrais da inteligência econômica são a vigilância do mercado, a busca e o tratamento da informação e a influência.

Destarte, hoje a vantagem competitiva está com quem tem os programas de vigilância mais avançados, a maior capacidade de armazenamento de dados e os melhores aplicativos de informática para tratar a informação bruta e transformá-la em conhecimento ou tecnologia. Está também com quem tem meios mais eficazes de proteger suas redes de computadores e dispositivos de estocagem *off line*. Além disso, a influência ou capacidade de influenciar as preferências dos consumidores, mais recente técnica da inteligência econômica, tem alcançado papel relevante no mercado e impulsionado os negócios de comunicação social. Aliás, a





influência vai além da propaganda e tenta criar padrões de desejo e rejeição, quase robotizando o seu público alvo. Para tanto, costuma usar formadores de opinião (celebridades e outras personalidades), mascotes, marcas, aromas e até mensagens subliminares, atitudes que, ao menos nos dois últimos casos, são constantemente questionadas.

Sob outro prisma, convém acrescentar que alguns aplicativos de informática disponíveis no mercado podem ser instrumentos indiretos da inteligência econômica à medida que colham informações para firmas e Estados. Após o caso Edward Joseph Snowden e os projetos Prism e Echelon, resta saber quem acredita nas declarações de privacidade dos fornecedores dos programas de TI.

Ainda quanto à influência, há que se dizer que a guerra econômica muitas vezes leva à contrainfluência, ou seja, a informação divulgada sobre determinada pessoa, natural ou jurídica, pode ser para promover ou denegrir sua imagem. Além disso, há notícias de que grupos de pressão e ONGs exerçam influência em redes sociais e em outros meios mediante remuneração.

De acordo com Coelho (2013), a inteligência econômica pressupõe, dentre outras coisas, o planejamento e a coordenação; a coleta de dados; o processamento destes; a análise da informação e a disseminação da inteligência. Acompanhando a explanação da citada autora, ela menciona que o planejamento e a coordenação devem ser estratégicos, em função das estratégias competitivas e das hipóteses ou perspectivas; a coleta de dados precisa observar os sistemas e as fontes de informação, bem como as patentes e a propriedade intelectual; o processamento de dados engloba o gerenciamento do conhecimento, bancos de dados, armazenamento massivo destes e mineração ou depuração de textos; a análise da informação pressupõe o esquadramento das oportunidades tecnológicas, o estudo dos competidores e a busca das melhores práticas e, por fim, a disseminação da inteligência preconiza a existência de sistemas de comunicação eficazes.

Atento à lição da autora, pode-se concluir que realizar inteligência econômica é imaginar quem pode vir a ser um concorrente e executar, além de uma atividade de tratamento da informação (para transformá-la em conhecimento ou tecnologia), uma atividade de comunicação – interna ou externa – e também de interceptação de comunicações. Contudo, convém alertar que a interceptação de comunicações (de dados, telefônicas ou outras) pode violar indevidamente o sigilo e a privacidade das pessoas e constituir crime.



Sobre os procedimentos de inteligência econômica, deve-se concluir que realizá-la é, dentre outras coisas, criar vantagens estruturais e logísticas; avaliar a relação custo-benefício de uma ação e fazer bom uso da informação estratégica. Essas ações contribuem para a governabilidade do Estado e a competitividade empresarial de suas firmas.

Os atores da inteligência econômica são o Estado e, sobretudo, as firmas, seus colaboradores e também as entidades sindicais. Todos esses têm suas prioridades e estratégias. Portanto, é necessário ser pró-ativo porque os orçamentos são finitos e os investimentos precisam ser bem direcionados. Dentre esses atores, aqui se deseja por em relevo o Estado e seu papel de regulador econômico e garantidor da segurança nacional. De fato, ele é deveras importante por essas razões e também porque é o gestor oficial das vias e outros espaços públicos, fazendo com que tenha grande importância na inteligência territorial e na inteligência social.

### **1.2 Segurança econômica e social: vigilância e *open data***

Do mesmo modo que até concorrentes podem trocar informações de inteligência econômica (otimização de procedimentos de produção, melhoria da qualidade dos produtos e outras) para ter segurança e sobreviver num mercado concorrencial agressivo, o Estado democrático de direito tem o dever da transparência<sup>1</sup>, sobretudo com relação aos seus dados – *open government data*. A partir desse dever e por meio do *open data*, o Estado pode ser, além de ator, um grande fornecedor de fontes no sistema de vigilância da inteligência econômica, especialmente no que se refere às inteligências territorial e social.

O *open data* (dados abertos) é uma política conduzida por algumas firmas e também por certos Estados que entendem que a divulgação de estatísticas e outras informações que detêm (cadastros públicos, por exemplo) é, antes de tudo, um sinal positivo para o mercado, uma demonstração de boa vontade e transparência.

Segundo o governo francês:

French Open Data policy was enhanced with the **creation of task force Etalab (data.gouv.fr)** by Prime Ministerial decree of 21 February 2011. Attached to the Secretariat General for the Modernization of Public Action,

<sup>1</sup> Ressalvadas as informações imprescindíveis para a segurança nacional.



under the authority of the Prime Minister, taskforce Etalab is responsible for coordinating public administrations — and supporting other entities with a public service mission — in order to release their public data; developing the national Open Data platform [data.gouv.fr](http://data.gouv.fr) to that effect; and encouraging the reuse of public data by government itself as well as the private sector. (FRANCE, 2013)

À luz da citação em referência, observa-se que o *open data* é, além de uma política institucional, uma nova filosofia de reutilização de dados com licença aberta (*open licence* ou *licence ouverte*). Como a inteligência econômica – e também a territorial e social – depende da coleta e do tratamento de informações por meio de um sistema permanente de vigilância e esta, por sua vez, deve ser gradativa e o menos invasiva possível (para evitar rejeição), nada melhor do que a possibilidade de se servir de dados abertos.

Considerando que a vigilância é fundamental para qualquer sistema de inteligência econômica, inclusive para prevenir ou responder a uma situação de influência negativa ou contrainfluência, a exemplo da veiculação de informações falsas relacionadas a determinada instituição, uma de suas tarefas iniciais é o acompanhamento dos meios de comunicação – inclusive redes sociais como o *Facebook* – e a pesquisa em fontes abertas de dados. Para tanto, podem ser usadas ferramentas que vão desde resenhas de jornais a aplicativos de informática sofisticados. De fato, os quatro elos fundamentais para um sistema de vigilância são as pessoas, as fontes, as ferramentas e a organização.

Com pessoas sensibilizadas para cuidar bem das informações estratégicas, fontes suficientes, TI de ponta e organizações baseadas na hierarquia e na conscientização das missões individuais e institucionais, far-se-á um bom sistema de vigilância para a tomada de decisões estratégicas e a antecipação de desastres.

Como se vê, a inteligência econômica e especialmente seu eixo de vigilância têm grande importância para a economia de um Estado. Por seu turno, a segurança econômica é fundamental para as seguranças nacional e social. Bandeira, discorrendo sobre dimensão estratégica e política exterior dos Estados Unidos da América, demonstra que há uma segunda guerra fria, agora entre aquele Estado e a Rússia, em razão de interesses diversos, dentre eles o desejo de influência regional e a salvaguarda de fontes de energia – a exemplo do petróleo:

Os objetivos estratégicos dos Estados Unidos e da União Europeia, na Ásia Central, colidem com os interesses geopolíticos da Rússia, que se sente gravemente afetada com o avanço da OTAN. E o duro ataque militar desfechado em agosto de 2008 contra as forças da Geórgia, que invadiram a região separatista da Ossétia do Sul, constituiu séria advertência de que aquela



região, no Cáucaso, à Margem do Mar Negro, está na sua esfera de influência e não permitirá maior penetração dos Estados Unidos e das potências industriais do Ocidente. [...] (BANDEIRA, 2009, p. 25-28)

A partir da citação do mencionado autor, sustenta-se que a inteligência econômica, derivada da inteligência militar, precisa ser apoiada por forças armadas capazes de garantir aquela. Caso contrário, o mercado pode criar situações que dificultem ou impeçam as necessidades de consumo. Isto pode ocorrer de várias maneiras. Porém, a mais comum é a restrição da oferta de determinado bem ou serviço para forçar a alta de preços. Se essa restrição prejudica sobremaneira a economia ou a defesa de um Estado, ele atuará diplomaticamente e até militarmente para preservar seus interesses, principalmente se o bem ou serviço for essencial e/ou se a oferta for integralmente cessada. Por outro lado, os interesses podem ser diretamente militares (defesa nacional, nela englobada a preservação da soberania e a manutenção da zona de influência) ou sócio-econômicos com risco para a segurança nacional.

Nesta esteira de raciocínio, afirma-se que a Previdência Social brasileira é uma instituição de segurança econômica, social e segurança nacional propriamente dita porque assegura, por meio do pagamento dos seus benefícios, o giro econômico de milhares de localidades. Para corroborar este entendimento, é conveniente trazer à colação a informação de França:

Um estudo do [...] Ministério da Previdência mostra o impacto do pagamento dos benefícios nas pequenas cidades. O Brasil tem 5.561 municípios<sup>2</sup>; em 3.546 deles o valor das aposentadorias e pensões é maior que o repasse do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, os aposentados têm mais dinheiro do que estas prefeituras recebem [...] (2004, p. 14)

A partir da citação em referência, é interessante mencionar que dos aproximadamente 200 países existentes no mundo, 150 são mais pobres do que as 150 firmas mais ricas do globo (DELBECQUE, 2013, p. 2). Por esta razão, conclui-se que muitos grupos econômicos têm finanças mais fortes do que muitas nações e o comportamento desses grupos em alguns lugares, inclusive com o fechamento de fábricas e a retirada de investimentos, pode gerar insegurança

---

<sup>2</sup> Segundo o IBGE, atualmente o número de municípios brasileiros é de 5.570 – PORTAL BRASIL: banco de dados. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>>. Acesso em: 27 jun. 2013.



econômica e caos social. Destarte, reitera-se a importância da vigilância e do *open data* em matéria de inteligência econômica, territorial e social, sobretudo para prevenir situações como essas.

## 2 Inteligência territorial e social

No item anterior, foi estudado o que é a inteligência econômica e introduzido o conceito de inteligência social. Contudo, apesar de apresentada, não foi analisada a expressão “inteligência territorial”. Neste particular, é importante mencionar que esta última foi deixada para agora porque está bastante ligada à inteligência social. Afinal, é no terreno em que vive uma determinada comunidade que devem ser detectadas suas necessidades sociais. Por isso, entende-se que é preciso perquirir o que é inteligência territorial antes de aprofundar a tese da inteligência social e aplicá-la à proteção previdenciária das famílias. Por outro lado, vale lembrar que a inteligência social é a atividade de vigilância, busca e tratamento de informações sobre os indicadores sociais de uma população para melhor planejar e implementar políticas públicas adequadas à sua proteção em matéria de direitos fundamentais de segunda dimensão – saúde, educação, previdência social e outros direitos prestacionais.

Segundo Clerc (2012, p. 10-12), a inteligência territorial é uma nova política pública nacional que tem por finalidade contribuir para a definição e o gerenciamento de estratégias regionais de desenvolvimento econômico sob a autoridade do dirigente político competente e em coordenação e cooperação com outras instituições parceiras (câmaras de comércio e indústria, agências de desenvolvimento, organizações profissionais, universidades e outras). No entanto, a identificação e a implementação de tal estratégia são sobremaneira difíceis em razão da multiplicidade de atores.

A partir do texto do citado autor, observa-se que a inteligência territorial é a aplicação dos fundamentos da inteligência econômica mediante a adaptação destes às peculiaridades regionais de determinada localidade. Além disso, a inteligência territorial pressupõe o engajamento de diversos atores regionais, quer se tratem de empresários ou de pessoas que, ainda que afastadas da linha de frente negocial, orbitam e operam em prol da mesma.

A inteligência territorial é bastante importante porque em tempo de crise econômica, como é o caso (Os efeitos nefastos do estouro da bolha imobiliária norte-americana detonaram grande parte das finanças mundiais a partir de 2008, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América.), é necessário ser criativo para manter determinados negócios funcionando.



Realmente, nota-se que, além da crise, muitas economias regionais já vinham sofrendo com a desindustrialização ou o deslocamento da produção para praças onde o custo dos insumos e da mão-de-obra é mais baixo.

Sobre os arranjos produtivos locais – APLs, não há dúvida que funcionam muito bem na promoção da microeconomia e na proteção das famílias rurais. Isso pode ser evidenciado a partir do artigo de Prado (2013). Entretanto, a mencionada autora aponta como ponto fraco dos APLs a falta de crédito rural específico (ou o seu desconhecimento) e a atuação de intermediários, o que aumenta o valor final do produto e reduz a margem de lucro do produtor. Além disso, a diminuição da produção dos segurados especiais impacta diretamente na receita do RGPS brasileiro, o que mais adiante pode significar menos e menores benefícios previdenciários.

Concordando com o texto de Prado, convém acrescentar que, em termos territoriais, a falta de mais propriedades rurais com tamanho adequado é, entre outras coisas, mais um ponto fraco para o desenvolvimento dos APLs rurícolas. Aliás, se a região tem aptidão para a pequena agricultura, mas está dominada por latifúndios, isto pode ser chamado de desinteligência econômica com grande potencial de miséria social.

De acordo com Clerc (2012, p. 10-12), “*C’est bien dans nos territoires [...] que nous trouverons les racines mobilisables d’une nouvelle compétitivité destinée par ailleurs à préserver notre identité industrielle [...] au coeur de la mondialisation.*” Analisando a opinião esboçada no texto do autor em referência, verifica-se que, num mundo plenamente globalizado, as coletividades locais têm mais aptidão para identificar os problemas econômicos que lhe afligem com a necessária urgência. Afinal, cada um quer proteger o seu terreno. Por esta razão, a França tem diversos polos de competitividade espalhados pelo seu território, visando ao máximo aproveitamento das vocações regionais.

Para concluir este subitem, sustenta-se que o diferencial da inteligência territorial é o conhecimento do terreno. Em verdade, tal como no militarismo, é preciso que as pessoas saibam operar no campo de batalha – ainda que esta seja puramente econômica, tenham a instrução adequada e estejam motivadas para que possam executar uma boa defesa. Na inteligência econômica não é diferente, ou seja, defender-se de crises a partir dos potenciais locais é ser mais competitivo e prevenir o desemprego e outros problemas sócio-econômicos na comunidade.





## 2.1 Inteligência social e o papel do Estado na antecipação das necessidades das famílias

Seja num Estado unitário ou federal, a inteligência social assemelha-se à inteligência territorial e à inteligência cultural porque as políticas públicas voltadas para área social devem aderir ao território e respeitar a cultura do seu povo. De fato, ao contrário do que costuma ocorrer na inteligência econômica, a qual pode ser considerada transnacional em virtude da globalização econômica, a eficácia da inteligência social depende de uma profunda avaliação dos indicadores locais, inclusive os culturais – aqui abrangida a religião.

Tendo em vista que a proposta deste artigo é desenvolver o conceito de inteligência social a serviço do Estado, distanciando-o das relações interpessoais, da Psicologia e da tão falada “inteligência emocional” (muito usada na publicidade e também no populismo), ela é aqui estudada sob o pálio da Ciência Política e do Direito Público.

Detalhando o que é inteligência social, pode-se afirmar que o parágrafo anterior retrata a mesma como uma atividade, isto é, o que ela significa sob o enfoque prático, operacional. Sob o ponto de vista puramente teórico, a inteligência social é uma política pública e deve compreender diretrizes, metas, normas, projetos e programas.

Segundo a Delegação Interministerial de Inteligência Econômica do governo francês, lastreada no Decreto nº 2013-759, de 22 de agosto de 2013 (FRANÇA, 2013), a inteligência econômica possui quatro eixos: o pedagógico; o de antecipação e acompanhamento das evoluções; o da segurança econômica por meio da prevenção de riscos e o do trabalho da influência de longo termo sobre o ambiente econômico.

Ainda de acordo com a Delegação Interministerial de Inteligência Econômica do governo francês, a faceta pedagógica da inteligência econômica visa a sensibilizar os atores envolvidos sobre os seus objetivos e metas; a antecipação consiste na vigilância estratégica para que os mencionados atores possam tomar as melhores decisões; a segurança objetiva proteger os saberes e a reputação e, por fim, a influência almeja criar um ambiente favorável às orientações escolhidas. Comparando os eixos ora apresentados com os indicados na obra *Le dirigeant de PME-PMI et l'intelligence économique* (a vigilância das ações ofensivas e defensivas; a verificação de ameaças e fontes de informações interessantes e a influência), constata-se que, sob o ponto de vista público, é bastante importante que a inteligência econômica tenha uma cultura de formação. Afinal, como defensor maior do interesse público, o



Estado tem a obrigação de disseminar os conhecimentos sobre inteligência econômica para toda a sociedade.

Apesar de ser próxima à inteligência econômica, a inteligência social parte de uma outra premissa: a determinação da metodologia dos indicadores sociais a serem considerados. Sem isto, haveria o risco de se fazer uma aferição insegura dos mesmos e, por conseguinte, gerar um vácuo de parâmetros, o que poderia acarretar o descontrole da superestimativa e da subestimativa. Além disso, tal inteligência precisa de indicadores sociais apropriados. No mais, ao contrário do que ocorre na inteligência econômica, na qual o papel do Estado é principalmente o de regulador e difusor de conhecimentos, aqui a área pública tem papel preponderante. De fato, apesar de haver prestações sociais por parte de agentes privados (igrejas, ONGs e outros), a maior carga social recai sobre os orçamentos públicos. Por essa e outras razões, o Estado Social tem papel fundamental para antecipar as necessidades das famílias e garantir a segurança de sua proteção social. Para tanto, há de ter suas finanças organizadas e políticas fiscais coerentes.

Para Aglietta (2013, p. 252), um dos problemas do modelo social europeu, especialmente nos países da zona do euro, é que, como o ouro, o euro não é uma moeda nacional, mas sim oriunda do Banco Central Europeu - BCE, estranho a todos os países que a utilizam, o qual determina a taxa de câmbio. O autor em consideração acrescenta também que o euro é pior do que o ouro porque nem todo país precisa ter sua economia atrelada a este metal precioso, podendo sair de seu sistema de acumulação ou se desvincular dele, mas aquele que está na zona do euro está aprisionado a esta moeda e não pode se desvencilhar dela sem grandes prejuízos econômicos. Ainda segundo Aglietta, não é a dívida pública de cada país, mas sim a sua fiscalidade que, somada à pouca margem de manobra do BCE, gera grande dificuldade para a Europa para sair da crise que eclodiu em 2008. Assim, aponta a necessidade de aperfeiçoamento do sistema fiscal da zona do euro eis que esta funciona como se fosse uma federação e não o é porque cada Estado tem soberania e um sistema fiscal peculiar.

Analisando os aspectos da economia da zona do euro trazidos por Aglietta, sustenta-se que o euro tem um sério problema “genético” porque foi concebido para a utilização de países com economias com graus de competitividade, desenvolvimento e sistemas de preço muito desiguais. Tudo isso torna praticamente inviável a economia de alguns países (Espanha, Grécia, Itália, Portugal e outros) porque a taxa de câmbio é fixa, ou seja, é a do euro. Por sua vez, o problema da fiscalidade antes indicado é agravado pela globalização econômica e pelo



deslocamento da produção industrial (ação de inteligência econômica) e, mormente em decorrência dos resultados desfavoráveis da balança comercial – principalmente em função da taxa de câmbio, torna a zona do euro muito vulnerável a crises econômicas internacionais.

## 2.2 Inteligência social e proteção previdenciária das famílias

Tomando como base o subitem 2.1, defende-se que a inteligência social deve ser operada mediante os seguintes passos estratégicos, todos girando em torno da vigilância social: determinação da metodologia dos indicadores sociais; coleta e processamento das informações sócio-econômicas; planejamento, implementação e coordenação das políticas sociais e formação continuada.

169



Olhando para o esquema anterior, ressalta-se que a pedra angular da inteligência social é a vigilância. De fato, o Estado (sobretudo o Poder Executivo e seus órgãos e entidades encarregados de promover ações, prestar serviços e pagar benefícios sociais) e os demais atores coadjuvantes (Igrejas, ONGs e outros) devem estar atentos para os comportamentos e necessidades sociais para poderem antecipar sua atuação. Um bom exemplo de vigilância social



é a observação de que a taxa de fecundidade no Brasil vem caindo (UNFPA; IBGE, 2013, p. 42). Tanto é assim que, em breve, a janela do bônus demográfico será fechada e o país não tem perspectiva de ter outra daqui a quarenta ou cinquenta anos. Pelo contrário, os dependentes previdenciários do tipo “criança ou adolescente” diminuirão bastante nos próximos anos. Sobre “[...] a razão de dependência dos mais idosos: projeta-se um crescimento de um nível de oito pessoas dependentes para 38, em 2050.” (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010, p. 19). Por isso, a Previdência Social poderia, observadas as devidas fontes de custeio, aumentar o valor do salário-família e também estendê-lo para outros beneficiários, estimulando, assim, o aumento daquela taxa; poderia também criar o salário-paternidade, o que, além de promover o estímulo antes indicado, pode ajudar a minorar a discriminação da mulher no mercado de trabalho. Além disso, a regulamentação da licença-paternidade, prevista no art. 7º, XIX, da Constituição da República, também seria uma boa ideia. No momento, esta licença é de cinco dias apenas, graças a uma regulamentação provisória – art. 10, § 1º, do ADCT da Constituição da República. Como não existe o benefício previdenciário correspondente (salário-paternidade), os dias de afastamento devem ser custeados pelo empregador. Logo, a princípio só restam duas opções ao cidadão que trabalha por conta própria: ou não se afasta para acompanhar os momentos imediatamente após o nascimento ou adoção de um filho ou suporta o ônus financeiro do afastamento.

Além da vigilância para a antecipação de ações, a inteligência social pressupõe, em primeiro lugar, a instituição de indicadores sociais metodologicamente corretos para se descobrir as reais necessidades das pessoas. Naturalmente, esses indicadores têm que considerar os diversos tipos de família sem qualquer preconceito. Eles devem levar em consideração também o espaço territorial em que estão inseridas porque as carências sociais variam em função do espaço geográfico. Eles devem se preocupar ainda com o meio ambiente. Verdadeiramente, concorda-se com a opinião de Faria (2011, p. 86-98), o qual, discorrendo sobre a inteligência econômica, sustenta que se esta tiver foco na gestão de risco, “[...] surge também como técnica de suporte para um desenvolvimento tecnológico em harmonia com o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico e social sustentável.”

Em segundo momento, as grandes linhas das políticas públicas contemporâneas – entre outras a Demografia, a Economia Política, a Estatística, a Sociologia e, mais recentemente, a inteligência econômica, orientam que o Estado necessita estar atento aos termômetros sociais. Realmente, é a partir da vigilância social e da coleta, processamento e securitização dos dados



sócio-econômicos de sua população que ele pode passar a planejar, executar e coordenar inteligentemente suas políticas sociais. Neste particular, cabe ressaltar que a legislação brasileira protege os sigilos bancário e fiscal. Logo, informações pessoais dessas naturezas não podem ser reveladas no *open data*. Por outro lado, de nada adiantam as ações de vigilância e tecnologia da informação se as políticas sociais não são planejadas, executadas e coordenadas de modo inteligente. Por isso, aqui se considera que este conjunto de ações também é uma atividade de inteligência social. Aliás, vale dizer que ação inteligente é aquela que tem a melhor relação custo-benefício, gera menos ou nenhuma externalidade negativa e incentiva comportamentos cooperativos.

Por último, aponta-se a formação como o derradeiro passo do esquema de inteligência social. Sem dúvida, esta inteligência só pode ser alçada ao nível de política pública e estratégia de Estado se houver a sensibilização dos agentes públicos e dos particulares que agem em colaboração com a Administração pública. Neste momento, é mister recorrer à inteligência cultural, e citar sua indústria como uma potência, para reforçar a ideia que a cultura de uma instituição, sua ética, sua missão, suas práticas e seus valores são, dentre outras coisas, deveras importante para a produção e a disseminação do conhecimento.

### **Considerações finais**

É interessante que este artigo seja fechado com outro exemplo recente de inteligência social. Apesar de ser na área de assistência social, é possível vislumbrar sua aplicação e até mesmo sua extensão legislativa, num futuro próximo, à Previdência Social. No caso, trata-se da ampliação do conceito de família para o fim da fixação do divisor da renda familiar com vistas à obtenção do benefício de prestação continuada (BPC) da Assistência Social federal, que tem o valor de um salário-mínimo – art. 20 da Lei 8.742/93 (BRASIL, 1993). Assim, antes da edição da Lei 12.435/2011 (BRASIL, 2011), o conceito de família não abrangia padrasto e madrasta nem o irmão, filho ou enteado solteiro maior de 21 anos e capaz para o trabalho. Hoje “[...] é composta pelo [...] cônjuge [...], os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados [...] sob o mesmo teto.” Com efeito, enquanto, no Brasil, assistência social é gratuita para os necessitados, a previdência tem caráter contributivo e está longe de ser um “favor” do Estado, o que leva a crer que, uma vez constituída a renda necessária para o custeio da prestação previdenciária, o instituidor do



benefício não deveria sofrer qualquer discriminação ou restrição com relação a quem pode ser admitido como membro de sua família. Além disso, parece antieconômico restringir o conceito de família e negar a proteção social do Estado se isso potencialmente gera externalidades negativas, a exemplo da judicialização e perda da causa na Justiça ou até mesmo da marginalização social do indivíduo.

Sob outro prisma, a persistência de crises econômicas aumenta a vulnerabilidade social e os Estados precisam investir mais em seguro-desemprego, aluguéis sociais e outras prestações congêneres. Para tanto, repita-se, precisam utilizar a inteligência social para antecipar as necessidades das famílias e, principalmente, ter suas finanças organizadas para socorrê-las.

Por fim, a vigilância social e o acompanhamento de índices adequados e confiáveis (como os da ONU e de organismos privados independentes) sobre o desenvolvimento humano de populações regionalmente consideradas permitem a antecipação das necessidades sociais das famílias e o planejamento estatal para garantir-lhes o nível de cidadania preconizado pela Constituição da República.

## REFERÊNCIAS

### a) Livros e dicionários:

AGLIETTA, Michel. Crise de l'euro et crise de la compétitivité. *In: BAROU, Yves (Org.). Le modèle social européen.* Paris: Ilots de Résistance, 2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz; VASCONCELOS, Daniel de Santana; CARVALHO, Angelita Alves de. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. *In: Textos para discussão CEPAL – IPEA.* Brasília: CEPAL/IPEA, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CGPME ÎLE-DE-FRANCE. *Le dirigeant de PME-PMI et l'intelligence économique.* Paris: CGPME, 2008.

DELBECQUE, Éric; HARBULOT, Christian. *La guerre économique.* Paris: PUF, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.





FRANÇA, Álvaro Sólon de. *Previdência Social e a economia dos municípios*. 5 ed. Brasília: ANFIP, 2004.

GIRAUD, Pierre-Noël. *La mondialisation: émergences et fragmentations*. Auxerre: Sciences Humaines, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Política internacional*. Brasília: FUNAG, 2010.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA; IBGE. *Indicadores sociodemográficos prospectivos para o Brasil 1991-2030*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

b) Artigos em periódicos:

CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth. Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. *In: Produção*, v. 10, n. 2, mai. 2001, p. 53-64.

CLERC, Philippe. L'intelligence territoriale et l'apprentissage de la stratégie. *In: Archimag*, Paris, n. 47, p. 10-12, 2012.

FARIA, Maurício Marques de. Contribuições da Inteligência Empresarial para o desenvolvimento tecnológico numa sociedade sustentável. *In: Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 86-98, jan./jun. 2011.

c) Apresentações e artigos em Congressos e Seminários:

COELHO, Gilda Massari. *La prospective stratégique: un outil important dans la planification stratégique à long terme*. *In: COLLOQUE LES SCIENCES DE L'INFORMATION ET LEURS IMPLICATIONS GÉOPOLITIQUES*. Ajaccio: 2013. 1 CD-ROM.

DELBECQUE, Éric. *L'intelligence économique et stratégique: quelles perspectives?* *In: PROGRAMME DU CYCLE INTERNATIONAL SPECIALISE D'ADMINISTRATION PUBLIQUE*. Paris: École National d'Administration, 2013, p. 2.

d) Legislação:

BRASIL. *Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 31 dez. 2012.

BRASIL. *Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011*. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1)>. Acesso em: 28 nov. 2013.

FRANÇA. *Decreto 2013-759, de 22 de agosto de 2013*. Relativo ao delegado interministerial de inteligência econômica. *In: Legifrance*. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000027886761>>. Acesso em: 30 dez. 2013.



e) Artigos na internet:

FRANCE. Premier Ministre. Action plan for France: G8 open data charter. *In: Etalab.* Disponível

em: <<http://www.etalab.gouv.fr/article-french-prime-minister-releases-the-g8-open-data-charter-action-plan-for-france-121016042.html>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

PRADO, Marlene Heidrich da Silva. Os arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional do Brasil. *In: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.* Disponível em:

<<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/100/Arranjos%20Produtivos%20Locais%20-%20Marlene%20H%20da%20Silva.pdf>>.

Acesso em: 30 dez. 2013.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Commerce. *In: The Advocacy Center.*

Apresenta textos sobre exportação. Disponível em:

<<http://export.gov/%5C/advocacy/index.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2013.



## **PARTICIPAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO**

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais*  
*gabriela.marinho@ufabc.edu.br*

SOUZA, Jaqueline P. S.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais*  
*souza.jaqueline@ufabc.edu.br*

175

### **RESUMO**

O artigo analisa a mobilização social que resultou na criação do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste e sua inserção no programa de expansão das universidades federais a partir da articulação com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A Zona Leste do município de São Paulo é uma área de intensa concentração populacional com cerca de quatro milhões de habitantes e um histórico consistente de mobilização social e organização popular. A região abriga diferentes ações e movimentos sociais voltados para demandas nos campos da saúde, transporte, moradia, creches, segurança pública, entre outros, não se restringindo a luta pela educação. A instituição dos programas de expansão universitária representou oportunidade de retomada do movimento pela universidade pública na região e o artigo analisa as articulações das lideranças locais com o Ministério da Educação, Prefeitura de São Paulo e UNIFESP para a viabilização de um campus da Universidade na região. O artigo discute as tensões em torno do movimento que reivindica uma administração pública democrática, com participação popular no ciclo de formulação e implementação de políticas públicas, e as dificuldades e resistências encontradas na implementação destas práticas. A análise foi construída a partir da sistematização dos dados coletados na pesquisa documental, além de depoimentos de lideranças e representantes do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste e de levantamento bibliográfico.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Universidade Pública. Participação Popular.

### **ABSTRACT**

The article analyses the Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste, a kind of social activism created by Brazilian activists of the city of São Paulo. Zona Leste is a large region of São Paulo, with a high populational density – about four million of people – and a very strong experience in social activism for many goals like Education, Health, Public Security. However, in this case, the focus is the higher education and the article argues how this experience can be denominated unique in reason of the popular participation. The institution of university expansion programs represented an opportunity to resume the movement for public university in the region and the article analyzes the articulations of local leaders with the Ministry of Education, Government of São Paulo and UNIFESP, to the viability of a University campus in the region. The article discusses the tensions involving the movement that claims a democratic public administration with popular participation in the formulation and implementation of public policy cycle, and the difficulties and resistances encountered in implementation these practices. The analysis was built from the systematization of data collected in documentary research, plus testimonials from leaders and representatives of the Movement and a literature review.

**Keywords:** Social Movements. Public University. Popular Participation.



## 1. Introdução

O artigo recupera a trajetória dos movimentos sociais pela universidade pública na região da Zona Leste da cidade de São Paulo como parte de um processo maior e mais abrangente da mobilização popular que se organiza em torno de demandas permanentes por saúde, moradia, transporte, creches, segurança pública, entre outros itens da extensa agenda local. Região de alta densidade populacional e oferta deficiente e precária de serviços públicos, a Zona Leste de São Paulo registra um longo histórico de mobilização social. A luta específica para instalação de uma universidade pública e gratuita pode ser localizada entre as décadas de 1980 e 1990. Contudo, somente ao longo dos anos 2000, a mobilização obteve mais repercussão, resultando na criação de duas instituições estaduais de ensino superior, a Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (FATEC-ZL), em 2002, e o campus da chamada USP Leste, uma unidade da Universidade de São Paulo instalada em 2005.

O reduzido escopo de cursos e o forte viés profissionalizante dessa oferta frustraram a população local, que passou a perceber as soluções do governo estadual como resultado da indiferença pelas demandas da região. Essa percepção alavancou a continuidade da luta pela universidade pública, como relataram as lideranças locais, depoimentos que serão detalhados mais adiante.

Por outro lado, o cenário nacional para ensino superior se alterou a partir de 2003, com a ascensão do Governo Lula e a criação dos programas de reestruturação e ampliação do sistema federal<sup>1</sup>. Desse modo, colocou-se nova oportunidade para implantação de uma universidade pública plena na região, cuja população soma desde então cerca de quatro milhões de pessoas. Neste contexto, estruturou-se o Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste que passou a tratar diretamente com o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal de São Paulo, responsável por implantar os programas

---

<sup>1</sup> Os programas foram criados como parte do redirecionamento do Estado brasileiro que ampliou no Governo Lula a abrangência e a profundidade das políticas governamentais, em especial as políticas sociais, em contraponto ao esvaziamento promovido na década 90 e início de 2000. Especificamente par ao ensino superior, foram instituídos os Programas de Expansão e de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais pelo Governo Federal entre 2003 e 2007.



na região metropolitana de São Paulo, e também com a Prefeitura de São Paulo, em busca de se implantar um campus da UNIFESP na Zona Leste.

## **2. A luta dos movimentos sociais pela educação superior na zona leste da cidade de São Paulo**

Para Gohn (2011), os movimentos sociais existem em razão de sua capacidade para reunir as pessoas em um campo de experimentação social e também por representarem forças sociais organizadas. Para a autora, a mobilização popular como forma de expressão confronta situações e sistemas vigentes a partir de diagnósticos sobre a realidade social, sendo capazes de produzir novas pautas, mudanças conjunturais e estruturais e ações coletivas de resistência à exclusão e promover a luta pela inclusão social (BENINCÁ, 2011; GOHN, 2011).

No que tange a Educação, Benincá (2011, p.37) explica que as lutas sociais e políticas no Brasil durante o século XX contribuíram para que elas passassem a ser compreendidas:

(...) como constitutivas da cidadania, ou seja, como direitos do cidadão. Desse modo, a universidade começou a ser vista como instituição inseparável da idéia de participação e democracia.

A universidade e os movimentos sociais possuem seus respectivos contextos, limites e perspectivas, com inserções e funções distintas. Contudo, Benincá (2011, p.49) ressalva que isso

(...) não significa que não possam e não devam construir relações entre si. Antes, ao contrário, é absolutamente essencial que mantenham estreitos vínculos, intercâmbios de saberes, de idéias e de experiências que permitam aprendizados e ganhos mútuos.

Nessa perspectiva, o caso em análise é bastante elucidativo. Em sua origem, por exemplo, a mobilização pela universidade pública da Zona Leste está associada ao episódio que se tornou conhecido pela população local como a luta contra a construção do “cadeião” na Avenida Águia de Haia no começo da década de 1990. Os moradores organizados se mobilizaram para que ao invés da construção de duas penitenciárias na região fosse criada uma universidade pública. As penitenciárias teriam a capacidade para



900 presos e seriam construídas em um terreno na Avenida Águia de Haia, no bairro de Ermelino Matarazzo. Os movimentos sociais apontaram que em um raio de 5 km do local projetado para instalar as penitenciárias estavam presentes mais de 30 escolas.

A resistência por cinco anos contra o “cadeião” barrou sua construção e possibilitou a implantação da primeira instituição pública de ensino superior na região, a Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (FATEC-ZL), aberta em 2002 (FATEC, 2014). Contudo, os moradores consideram que a conquista dessa instituição foi o resultado da mobilização e dos debates sobre a universidade pública que se prolongaram ao longo dos anos da década de 1990 e que redundaram na criação do Fórum de Educação da Zona Leste em 1993. O Fórum tinha por objetivo discutir um plano local de desenvolvimento da educação que incluísse em sua maioria a participação de professores das redes municipais e estaduais de ensino (COSTA, 2014).

Para Valter de Almeida Costa (2014) a implantação da FATEC-ZL não correspondeu ao que era pretendido pela população, mantendo-se a expectativa por uma universidade pública, e não apenas uma faculdade de tecnologia. O projeto das Fatecs paulistas estão baseados na oferta de cursos tecnológicos de viés profissionalizante, organizados por áreas específicas e de curta duração, formando os chamados tecnólogos.

Portanto, manteve-se a mobilização no Fórum de Educação da Zona Leste em busca de uma universidade pública de fato. Uma das mais conhecidas lideranças locais, Antônio Luiz Marchioni, ou Padre Ticão, representante do Movimento, lembra que se organizou um abaixo-assinado dirigido ao governador do Estado com essa reivindicação específica. Após reunião realizada na cidade de Piracicaba com a presença da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de São Paulo (USP), tendo como pauta a expansão das universidades no Estado, Padre Ticão recebeu uma ligação do governador Geraldo Alkmin: “Padre Ticão será na Zona Leste”.

Desse modo, a criação em 2005 da chamada USP Leste, com a implantação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) no bairro de Ermelino Matarazzo e apesar de ser uma vitória considerável para a região significou, ainda assim, avalia Padre Ticão, o modo como o projeto foi definido e implantado revela o distanciamento nas relações entre a universidade e a comunidade local. Como resultado, aponta a liderança,





estabeleceu-se uma relação de distanciamento da população local pelas ações da USP Leste.

A frustração e o distanciamento dos moradores do entorno pela USP Leste favoreceu a continuidade da mobilização por universidades públicas na região, e novos contatos foram estabelecidos, primeiro com a UNESP e posteriormente com a UNIFESP (COSTA, 2014). A UNESP manifestou interesse inicial na aproximação, mas distanciou-se em seguida por razões que não ficaram claras, explicam as lideranças. Com esse afastamento, a participação da UNIFESP tornou-se mais efetiva em 2009, sobretudo com a presença de dirigentes do campus de Guarulhos, como Marcos Cezar Freitas (COSTA, 2014).

O processo de aproximação com a UNIFESP coincide com a instituição dos Programas de Expansão das Universidades Federais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Padre Ticão e o deputado estadual Adriano Diogo (DATA, 2012), ambos representantes do Movimento, reconhecem nesses programas a inspiração para uma nova etapa da mobilização em torno da criação de uma Universidade Federal na Zona Leste.

### **3. Os programas de expansão das universidades federais**

Os programas de expansão das universidades federais tiveram início em 2003, como parte de um conjunto de novas políticas de governo focalizadas na educação superior, após um período de redução da participação governamental na promoção do ensino superior.

Nos anos 90, em um cenário em que as políticas neoliberais eram adotadas na maioria dos países em desenvolvimento, as práticas intervencionistas perderam espaço para o chamado Estado mínimo, assentado no modelo do *laissez-faire* e na abertura internacional (CHANG, 2004).

No caso brasileiro, o processo neoliberal configurou-se com a eleição de Fernando Collor de Melo, com restrições às políticas sociais, promoção da desregulamentação e plena autonomia do mercado, política que intensificou-se durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995 (NOGUEIRA, 2012; CHANG, 2004).



Fernando Henrique Cardoso promoveu ajustes estruturais, fiscais e reformas orientadas para o mercado. Nesse bojo, implanta a reforma administrativa que visava instituir um novo modelo de gestão, a chamada “administração pública gerencial”, que deveria diminuir as funções do Estado (FERREIRA, 2012; PAES DE PAULA, 2005).

Com a reforma administrativa, as universidades foram alocadas como serviços não exclusivos do Estado, com profundas implicações políticas e sociais, como pontua Marilena Chauí (2003, p.6):

a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

A mercantilização do ensino superior no período acompanhou as orientações dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), cujas premissas foram discutidas em eventos como a *Conferência Mundial de Educação para todos* (1990), *Encontro de Nova Delhi* (1993), *Reunião de Kingston*, na Jamaica (1996), assim como nos debates realizados na *Conferência Mundial sobre Ensino Superior* (1998 e 2009) e na *Declaração de Bolonha* (1999). Ao término daqueles encontros, as recomendações formuladas visavam orientar os países signatários a adotarem medidas para adequar a educação superior aos novos processos econômicos e sociais, oriundos da reestruturação produtiva e da globalização (SANTOS, 2010; LIMA, 2013).

No caso do Banco Mundial (BID), Altmann (2002) afirma que suas propostas influenciariam fortemente a política macroeconômica do Brasil, além de políticas setoriais, como a Educação. Desse modo, as ações da gestão Fernando Henrique Cardoso convergiram claramente para a proposta do Banco Mundial que estabeleceu como prioridade o ensino fundamental (ALTMANN, 2002). Em consequência, a redução de investimentos nas instituições públicas de ensino superior durante a segunda metade da década de 90 demonstrava o “(...) indício da disposição do governo federal de deixar para o setor privado o atendimento da maior parte da demanda por educação superior.” (CORBUCCI, 2007, p.19).



Em 2002, no final do governo Fernando Henrique, para Dantas e Sousa Júnior (2009) evidencia-se o agravamento das distorções educacionais, apesar da ampliação do acesso no nível fundamental. No governo subsequente, as distorções começariam a ser enfrentadas de modo mais sistemático, contexto no qual se instituiu o Programa de Expansão I das Universidades Federais, logo no início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os objetivos centrais do programa, estavam a interiorização do ensino superior federal e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE: 2001-2011) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

A partir de 2005, o Estado brasileiro readquiriu suas funções públicas do Estado com ampliação de sua capacidade de investimento, promovendo um novo dinamismo nas políticas sociais e econômicas (IPEA, 2010; DANTAS e SOUSA JUNIOR, 2009). Especificamente para as políticas para o ensino superior, Ferreira (2012, p.466) aponta que após 2005 houve:

(...) uma significativa expansão da educação superior como política pública e, no caso das universidades federais, uma expansão inicial com a interiorização dos campi. Em seguida, houve a transformação e/ou criação de novas universidades e campi, que também foram instalados na sua maioria no interior do país, tendo como um dos objetivos o impacto na economia local e regional.

Nesse sentido, a partir de 2007, a educação assumiria uma nova dimensão política com a instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estruturado como um conjunto de programas que deveriam viabilizar as ações previstas no PNE, promulgado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Dentre as metas previstas para o ensino superior no PNE estavam:

(...) 1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; (...) 3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País; 4. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada. (BRASIL, 2001).

Por outro lado, no PDE, a educação superior deveria seguir como princípios norteadores aspectos tais como:



a) a expansão da oferta de vagas; b) garantia de qualidade; c) promoção da inclusão social; d) promoção do acesso ao ensino de qualidade nas regiões mais remotas do país; e e) desenvolvimento econômico e social. (HADDAD, 2008).

Desse modo, para cumprir com os objetivos do PDE, o Ministério da Educação formulou um conjunto de programas específicos, entre eles, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Por meio do Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa definia como sua finalidade:

(...) criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007).

De acordo com o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual referente ao período de 2008/2011, caberia também ao REUNI

(...) a elevação gradual dos concluintes e da relação aluno/professor dos cursos de graduação presenciais; articular-se com a educação básica, na medida em que possibilitaria a formação de docentes; e a expansão das universidades públicas visando o aumento do número de vagas.

Para Ferreira (2012), o REUNI foi e continua sendo uma opção governamental, para ampliação do acesso a educação superior, constituindo-se, portanto, como um programa de Estado. Para o autor, sua continuidade na gestão de Dilma Rousseff significa:

(...) expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa receita per capita; promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função e o engajamento dos institutos e universidades como expressão das políticas do governo na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais (FERREIRA, 2012:466).

Na gestão Dilma Rousseff, o Programa adquiriu nova configuração, em especial pela organização e gestão das universidades, desenvolvendo *campi* com formatação temática e *multicampus*, adotando parâmetros internacionais para comparação do nível de qualidade e financiando de acordo com a eficiência e a presença de grandes universidades (FERREIRA, 2012).



Na região metropolitana de São Paulo, a implantação tanto do REUNI como do Programa de Expansão tornou-se responsabilidade da UNIFESP. Instituída em 1933 por um grupo de 33 médicos como Escola Paulista de Medicina (EPM), a faculdade seria federalizada apenas na década de 1950 e funcionou por muitos anos como instituição especializada no ensino médico. Na década de 1990, a escola foi transformada em universidade quando recebeu sua atual denominação (SPDM, 2013).

No período de 2003 a 2012, a UNIFESP vivenciou uma conjuntura inédita de expansão institucional, com a implantação de novos *campi* e unidades nas cidades de São Paulo, Santos, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco, todos construídos em decorrência das articulações entre municípios interessados na implantação dos Programas de Expansão e por tratativas com o Ministério da Educação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014).

Em 2009, a proposta do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste de implantar um campus da UNIFESP na região foi vinculada ao Programa REUNI, mais especificamente, na 3ª fase da expansão que teve início em 2011, juntamente com a construção de um campus da UNIFESP nos municípios de Osasco e Embu das Artes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013).

#### **4. O movimento pela universidade federal na zona leste**

O Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste na cidade de São Paulo atua há cerca de seis anos, composto por membros de outros movimentos locais e específicos, como os movimentos de moradia, de saúde, de educação, donas de casa, professores, comerciantes, entre outros. Trata-se de uma composição bastante diversificada que expressa os diferentes segmentos da população e dos bairros da Zona Leste. Os movimentos específicos apoiam a implantação da Universidade Federal na região, por considerarem que essa presença poderá representar a democratização do acesso ao ensino superior com a inserção da universidade nos bairros periféricos (COSTA, 2014).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> As atividades são coordenadas por diversas lideranças, entre elas, Luís França, Valter de Almeida Costa, a ex-deputada estadual Ana Martins, o deputado estadual Adriano Diogo e a vereadora da Câmara Municipal de São Paulo Juliana Cardoso, sendo atribuído ao Padre Ticão, o papel de coordenador geral (CARDOSO, 2014).



Após a negociação do Movimento com o poder executivo federal e o anúncio da implantação de um campus da UNIFESP na região em 2009, teve início a questão da localização do campus. Segundo o Padre Ticão (2014), o Ministério da Educação só poderia iniciar a implantação do campus Zona Leste, após a cessão do terreno pela Prefeitura do Município de São Paulo. Para viabilizar a concessão, ampliam-se as articulações e a mobilização dos envolvidos. Entre as ações desenvolvidas, constituiu-se a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Federal na Zona Leste, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo. A UNIFESP, por sua vez, implantou o Observatório de Políticas Públicas e começou a ofertar cursos de extensão certificados pela instituição na Escola de Cidadania da Zona Leste.

No bojo dessas ações, ampliou-se o debate sobre os cursos a serem implantados, o que resultou na criação da Comissão Mista de Implantação do Campus Zona Leste, mediante a Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013 do Conselho Universitário da UNIFESP. Em decorrência, da intensa mobilização, o projeto pedagógico do Instituto das Cidades e Assentamentos Humanos foi discutido entre os dias 13 e 14 de fevereiro de 2014, em seminário promovido pela UNIFESP (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014).

O Instituto das Cidades e Assentamentos Humanos prevê uma base pedagógica interdisciplinar, composta inicialmente por cursos de Engenharias relacionadas à produção do urbano, Arquitetura e Urbanismo, Design, com ênfase nos serviços públicos, Geografia e Turismo e Gestão de Políticas Culturais. Contudo, apesar das ações realizadas em seu nome, o campus Zona Leste de São Paulo ainda não foi implantado. Ainda assim, desempenha um papel relevante no processo de expansão da UNIFESP, em particular pelo fato de ter sido a única proposta de criação de campus que resultou das articulações populares oriundas dos movimentos sociais.

---

A presença de políticos e religiosos nos movimentos sociais remonta, conforme Padre Ticão (2014), à atuação do Partido Comunista do Brasil entre os anos 1950 e 1960, e a participação do Bispo Dom Angélico que, inspirado pela Teologia da Libertação, atuou na região a partir de 1970.





## 5. Participação popular e implantação de políticas públicas

O ciclo de políticas públicas resulta de um “ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado.” (SOUZA, 2006, p.29), composto pela identificação do problema, formulação de soluções, tomada de decisões, implantação e avaliação (DIAS e MATOS, 2012). Dias e Matos (2012, p.64) explicam que, “na realidade, cada etapa envolve seus próprios atores, restrições, decisões, desenvolvimentos e resultados que estão em constante interação recíproca e, portanto, se afetam mutuamente”.

A implantação das políticas públicas, portanto, constitui um dos estágios desse ciclo (SOUZA, 2006), sendo essa etapa na visão de Dias e Matos (2012, p.79):

(...) fundamental porque é nela que a política, até então quase feita exclusivamente de discursos e de palavras, se transforma em fatos concretos. A implementação da política é a continuação da luta política com outros meios e cenários diferentes.

No momento de implantação, os diversos interesses estão presentes e não existe uma nítida separação entre as técnicas administrativas a serem aplicadas e o processo político que gira em torno do ciclo (DIAS e MATOS, 2012). Dessa forma, existe a possibilidade da etapa de implantação das políticas públicas não se constituir apenas de questões administrativas da burocracia, mas assumir também uma forte conotação política. Ou seja, os problemas nem sempre são decorrentes de técnicas de gestão pública ou de falhas administrativas. Portanto, considerar os problemas que afetam a implementação “(...) como principalmente técnico é de uma simplificação ingênua, pois deixa de lado o caráter conflitivo do processo, ou seja, sua dimensão política” (DIAS e MATOS, 2012, p.79).

Nesse sentido, Dias e Matos (2012) expõem que separar a administração pública de sua dimensão política pode ser considerada como sendo um mito, tendo em vista que:

Todas as instituições envolvidas em um processo de política pública – a administração, o parlamento (desde a câmara de vereadores até o Congresso nacional), Executivo, sindicatos, ONG’s, Oscips – têm características sociais, políticas e interesses que as tornam, cada uma delas, um ator a mais do jogo político-administrativo. (DIAS e MATOS, 2012, p.79).



A dimensão política é abordada por Paula (2005) como uma das três dimensões fundamentais para a construção de uma administração pública democrática, que compreende os direitos dos cidadãos e a participação na gestão, dimensão que se encontra inserida nos problemas decorrentes da relação entre Estado e sociedade. Diante da crescente insatisfação social com a administração pública, a participação popular passa a expressar “práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários.” (NOGUEIRA, 2011, p.125)

Quanto à participação dos cidadãos nos processos decisórios das instituições políticas, corresponde ao projeto democrático de viabilização do governo do povo mediante regras e procedimentos que o validam para todos (NOGUEIRA, 2011), uma vez que:

A política democrática dispõe-se a criar condições – institucionais, políticas e associativas – para que os cidadãos organizados controlem seus governos e participem deles, cobrem responsabilidades dos diferentes atores do jogo social (...). (NOGUEIRA, 2011, p.94)

Paula (2005) explica que o último modelo de gestão aplicado na administração pública - ou seja, “nova gestão pública” ou “administração pública gerencial”, como ficou conhecida no Brasil, não apresenta envolvimento com a dimensão sociopolítica da gestão, que permitiria que questões de cunho técnico e político pudessem interagir, dificultando o aumento de atividades de interlocução, negociação e participação social pelo Estado.

Nesse contexto, Avritzer (2008) afirma que as instituições políticas não tratam das práticas participativas, mas apenas das normas e regras que estruturam a ação social e política, ocorrendo uma oposição entre participação e institucionalização. Valla (1998) ressalta que enquanto a participação popular for apresentada mediante uma normatização frágil em textos oficiais, que tornam a sua proposta vaga e difusa, estará centralizada nos técnicos e na burocracia do Estado.

Portanto, a participação popular durante a implementação de políticas públicas pela administração pública é fundamental, para a consolidação dos preceitos democráticos e da dimensão política da administração pública, pois isso permitiria a colaboração dos interessados pela política a ser implementada, os quais poderiam expor:

(...) necessidades, prioridades e capacidades das comunidades, adequando os programas às demandas locais, promovendo uma melhor



utilização dos recursos; os serviços podem ser melhorados; recursos locais podem ser mobilizados; as instalações, equipamentos, e a sua manutenção podem ser melhorados. (DIAS e MATOS, 2012, p.161).

## 6. Considerações finais

O Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste nasceu como resultado da mobilização social da região em torno de uma universidade pública e gratuita - e pelo reconhecimento dos programas de expansão do governo federal como uma nova oportunidade para conquistar mais instituição com perfil e relação mais próximos e afinados com a população local.

A participação do Movimento na implementação dos programas de expansão do Governo Federal pela UNIFESP demonstra a possibilidade da administração pública viabilizar a participação da população ao longo da implementação de programas governamentais. A UNIFESP continua a implantar o REUNI em articulação com o Movimento e com o Ministério da Educação, inserindo o campus Zona Leste nas ações que a serem realizadas na terceira etapa. Antes das manifestações do Movimento, não há indícios de que isso ocorreria. Desse modo, o campus Zona Leste passa a se constituir na primeira unidade a ser implantada pela UNIFESP a partir de tratativas e ações realizadas em conjunto com movimentos sociais locais. Portanto, “a universidade e os movimentos sociais precisam agir com liberdade e autonomia, também se acredita indubitável o ganho de ambas as instâncias ao estabelecerem parcerias e articulações efetivas e qualificadas.” (BENINCÁ, 2011, p.49).

Isto posto, o artigo procurou apontar a possibilidade de participação popular na implantação dos programas governamentais, oferecendo a oportunidade de refletir sobre a construção de uma administração pública democrática, capaz de equacionar a participação com a burocracia, de modo a favorecer ambos e superar as dificuldades que administração pública gerencial nos ofertou ao desconsiderar a dimensão política da gestão pública.



## Referências

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. In: *Educação e Pesquisa*, v.28, n.1. São Paulo: jan./jun. 2002, p. 77-89.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: *Opinião Pública*. v.14, nº 1. Campinas: Junho, 2008, p.43-64.

BENINCÁ, D. *Universidade e suas fronteiras*. São Paulo: Outras expressões, 2011.

BRASIL, 2001. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001* - Aprova o Plano Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_, 2007. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007* - Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

CARDOSO, J. Continua a expectativa pela compra do terreno para Unifesp Leste, São Paulo, 2010. Disponível em < <http://www.julianacardosopt.com.br/noticias/continua-a-expectativa-pela-compra-do-terreno-para-unifesp-leste->>. Acesso em 24 mar. 2014.

CHANG, Há-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. In: *Brasileira de Educação*, n. 24. Rio de Janeiro: set/out/nov/dez. 2003, p. 5-15.

COSTA, V. A. Valter de Almeida Costa: depoimento. São Paulo: 20 mar. 2014. Entrevista concedida a dissertação de mestrado de J. P. S. Souza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais.



CORBUCCI, P. R. Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil. In: Repositório IPEA. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1887/1/TD\\_1287.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1887/1/TD_1287.pdf)>. Acesso em: 18 out.2013.

DANTAS, E; SOUSA JÚNIOR, L. Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior. In: 32ª reunião anual da ANPED - GT 11 - Política de Educação Superior. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf>> Acesso em: 6 jan. 2014.

DATA. 3. Abraço, São Paulo, 20 mar.2012. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1445>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

DIAS, R; MATOS, F. *Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

FATEC. História da FATEC. Disponível em: <[http://www.fateczl.edu.br/crbst\\_5.html](http://www.fateczl.edu.br/crbst_5.html)>. Acesso em 14 abr. 2014.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). In: *Linhas Críticas*, n.36. Brasília: maio/ago. 2012, p. 455-472.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47. Rio de Janeiro: maio-ago. 2011, p. 333-361.

HADDAD, F. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. In: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Brasília: 2008.

IPEA. *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Livro 10. Brasília: 2010.



LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. In: *Avaliação da Educação Superior*, v. 18, n. 1. Campinas; Sorocaba: mar. 2013, p. 85-105.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Disponível em: < [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1361475592UFMT\\_-\\_Maria\\_Lucia\\_Neder\\_-\\_Relatorio\\_REUNI.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf)>. Acesso em 22 nov. 2013.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática*. 3. Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, P. S. Reuni - Um Programa de Expansão das Universidades Federais: o caso da UFMT. Dissertação (Mestrado em Educação). Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. In: *Administração de Empresas*, v. 45, nº 1. São Paulo: jan/mar. 2005, p. 36-49.

SANTOS, S. L. O. As Políticas Educacionais e a Reforma do Estado no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010.

SPDM. *80 anos Escola Paulista de Medicina e SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina*, 24 edição. São Paulo, 2013.

TICÃO, Padre. Antônio Luiz Marchioni: depoimento. São Paulo: 20 fev. 2014. Entrevista concedida a dissertação de mestrado de J. P. S. Souza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Ata da reunião do Conselho Universitário realizada no dia 10 de abril de 2013. Disponível em: < <http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/10-04-13.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Atas das reuniões do Conselho Universitário. Disponível em: < <http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/atas.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Comunidade acadêmica discute diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da Unifesp na Zona Leste, São Paulo, 26 fev.2014. Disponível em: < <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/index.php?c=Noticia&m=ler&cod=4d91de03>>. Acesso em 26 fev. 2014.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. In: *Caderno de Saúde Pública*, v. 14. Rio de Janeiro: 1998, p. 7-18.



## ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: POSSIBILIDADE DE MEDIAÇÃO ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA

LONGHI, Armindo José

*Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento -*

*PPGSeD*

*armindolonghi@gmail.com*

192

### RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar o Estado democrático de direito como categoria de mediação social entre o mundo da vida e o mundo sistêmico. Ao captar a fluidez entre os dois mundos, Habermas inovou, pois superou o isolamento que tradicionalmente existia entre o mundo da vida e o mundo sistêmico. Abordando assim os referidos conceitos foi possível inferir que o método habermasiano não é artificial, mas está sustentado em práticas sociais. Dois livros de Habermas foram centrais para o estudo: “*Teoria do agir comunicativo*” e “*Direito e democracia*”. Conclui-se que a teoria habermasiana necessita de constante confrontação entre a teoria e o sistema social para garantir que a teoria tenha capacidade para representar os componentes sociais do mundo da vida.

**Palavras-chave:** Estado democrático de direito. Política. Direito.

### ABSTRACT

The present study aimed to analyze the democratic rule of law as a category of social mediation between the worlds of life and the systemic world. To capture the fluidity between the two worlds, Habermas innovated since surpassed the isolation that traditionally existed between the worlds of life and the systemic world. Addressing these concepts so we could infer that Habermas' method is not artificial, but is sustained by social practices. Two books were central to Habermas's study: "Theory of communicative action" and "Law and democracy." We conclude that Habermas's theory requires constant confrontation between the theory and the social system to ensure that the theory is able to represent the social components of the living world.

**Key-words:** Democratic rule of law. Policy. Right.

Este texto reúne reflexões sobre o Estado democrático de direito enquanto categoria de mediação entre o direito e a política nas sociedades complexas. Nossa tese consiste em mostrar que o caminho proposto por Habermas para interpretar o processo de mediação entre o mundo da vida e o mundo sistêmico implica em manter-se entre as fronteiras dos dois mundos. Para habitar esse novo mundo antes é precisa incorporar termos disciplinares originários dos dois mundos com a finalidade de alimentar o processo de mediação geradora de novos conceitos, de esquemas teóricos, de teorias, de metodologias ou tecnologias necessárias para dar suporte ao mundo interfronteiras.

Diferente de outros filósofos da teoria crítica, no livro *Direito e democracia* Habermas defende que existe no espaço entre o mundo da vida e o mundo sistêmico um



mecanismo cuja finalidade é produzir fluidez, plasticidade ou permeabilidade entre os dois mundos. Tanto o *status* de ser o ponto de convergência entre a teoria política e a teoria do direito quanto a dinamicidade do processo são atribuídos precisamente ao Estado democrático de direito.

Em decorrência dessa fluidez o sistema político não pode ser entendido unicamente em termos instrumentais. Em determinados momentos a política absorve elementos instrumentais originários do mundo sistêmico e em outros é invadida por elementos comunicativos oriundos do mundo da vida. A intensidade maior ou menor do intercâmbio entre a política e os elementos comunicativos depende da intensidade periférica da própria atividade política. O fluxo da mediação entre as demandas comunicativas e o sistema político se completa quando o movimento é realizado em ambos os sentidos e orientado pelo eixo centro-periferia.

A mediação exercida pelo Estado democrático de direito resulta da sua capacidade de transitar por entre os compartimentos e territórios estanques. Enquanto alternativa de organização do conhecimento político, a plasticidade do mecanismo de mediação rompe com os esquemas interpretativos disciplinares fechados em si mesmos e, por vezes, desligados da realidade social. A proposta habermasiana não tem a pretensão de refutar ou destruir o modelo disciplinar. O que pretende é reconhecer a pertinência e a relevância de outro modo de fazer ciência política, de gerar conhecimento político, sobretudo porque, nos servindo das palavras de Alvarenga *et alii* (2011, p. 32), a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro do universo do domínio disciplinar.

Diante da insuficiência dos conceitos disciplinares estanques do direito, da política, do mundo da vida e do mundo sistêmico Habermas rompe com as fronteiras fechadas em si mesmas ao reconhecer a pertinência da experiência política resultante do processo de mediação no momento em que o mundo da vida encontra o mundo sistêmico. Reconhecer a pertinência significa aceitar a existência de algo novo anteriormente desconhecido pela teoria política. A fronteira entre o mundo da vida e o mundo sistêmico não é uma linha imaginária, é o espaço onde ocorre a mediação política, metaforicamente dito é a morada do Estado democrático de direito.

Ao avaliar os aspectos ainda válidos da Revolução Francesa (1789), Habermas afirma que a utopia da sociedade do trabalho esgotou-se, o aparelho do Estado burocrático nem chegou a ser um impulso inovador e a contribuição original do Estado nacional



perdeu eficácia diante do surgimento da sociedade pós-nacional. As ideias-força herdadas da Revolução Francesa fracassaram. Porém, segundo Habermas, um elemento ainda é válido: o Estado democrático de direito. Isso porque afirma Habermas “a democracia e os direitos formam o núcleo universalista do Estado constitucional” (1997b, p. 252), ou seja, o Estado democrático de direito possui a força de institucionalizar universalmente as liberdades iguais. Para que isso ocorra é necessário dois elementos: sociedade democrática e direitos iguais.

A razão comunicativa não é apresentada por Habermas enquanto fonte de normas do agir, não está vinculada a um ator específico ou a um macro sujeito sociopolítico. O suporte da razão comunicativa é fornecido pelas interações linguísticas que interligam e estruturam as formas de vida na sociedade. Ela possui um conteúdo normativo, porém sua legitimidade advém do seu modo de operar, ou seja, a razão comunicativa é legítima só na medida em que o seu agir estiver apoiado em pressupostos pragmáticos do tipo contra factual. No dizer de Habermas, o agir da razão comunicativa “é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, a levantar uma pretensão de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários imputáveis, isto é, autônomos e verazes consigo mesmos e com os outros”. (1997a, p. 20)

Como entender a relação entre razão comunicativa, sociedade democrática e igualdade de direitos? Historicamente a sociedade europeia deixou de interpretar a si mesma como uma sociedade formada com base numa monocultura. Ao superarem lentamente a interpretação da formação da identidade como resultado direto da descendência étnica, tornou possível o surgimento de novas condições sob as quais o sujeito privado é retomado enquanto cidadão. Agora, mais do que em épocas passadas, ser cidadão europeu significa pertencer a um Estado-nação ou a uma comunidade formada por um conjunto de Estados-nações. O fenômeno do ingresso e permanência de imigrantes nos países europeus mudou a percepção da formação da identidade nacional. Anteriormente a identidade era fornecida naturalmente pela descendência étnica do novo indivíduo. Mais do que em outras épocas, contemporaneamente a identidade é forjada cada dia mais a partir da relação entre o indivíduo e o Estado-nação Constitucional ou a “comunidade” de Estados-nações constitucionais.



Segundo Habermas essa retomada da ideia de cidadão é tipicamente francesa e reafirma ainda no presente a importância da Revolução de 1789. Habermas vai mais longe ao perceber no valor da Revolução a presença de um sentido específico e próprio da tradição republicana, ou seja, a ideia de cidadão pertencendo a um Estado-nação cria um elo entre direitos civis e participação. (1997b, p. 252)

A retomada da ideia de cidadão não é um fenômeno político só da Comunidade Europeia. Mantidas as devidas diferenças, esse fenômeno também ocorre em outros países. Habermas afirma que “as diferenças internacionais da história da recepção nada revelam sobre a verdade de uma tese; sabe-se que a mesma tese adquire sentidos diferentes em contextos distintos”. (1997b, p. 250)

O esforço teórico depreendido por Habermas poderia ser uma tentativa de elaborar artificialmente a existência de um espaço político democrático e igualitário? Se a resposta for afirmativa, então Habermas poderia ser acusado de usar o Método Procrusteano. Procrustes<sup>1</sup> é um personagem mítico, cujo nome significa aquele que fere, mutila ou transforma a vítima em pedaços. Depois de prender suas vítimas na cama, Procrustes cortava as pernas se fossem mais compridos do que a cama. Porém, se o corpo do indivíduo fosse mais curto do que a cama, então a vítima era esticada até atingir o exato tamanho da cama.

A mitologia grega possui versões distintas. A primeira variante interpretativa sugere que Procrustes possuía duas camas com tamanhos diferentes. Dependendo da altura da vítima Procrustes ordenava que a vítima se deitasse numa ou na outra cama. A segunda variante interpretativa apresenta a cama numa versão tecnológica mais avançada. Ela vinha equipada com um mecanismo oculto que permitia aumentar ou diminuir seu comprimento.

O método de amputar ou esticar buscava igualar todos pela dimensão física. A consequência era sempre a mesma: a morte das vítimas. O mito de Procrustes ilustra a atitude de alguém que obriga o outro a seguir exatamente o seu padrão. Se agir diferente, imediatamente sua ação é modificada até ela se enquadrar dentro do molde.

<sup>1</sup> “Procrustes – também conhecido por Damastes, Polypemou ou Procaptos. Filho de Posêidon, vivia entre a estrada que ligava Atenas a Elêuris. Costumava pôr os viajantes que assaltava num leito: se eles fossem muito grandes [...], cortava-lhe as pernas; se, no entanto, fossem menores, esticava suas vítimas para igualar sua altura ao comprimento do leito”. (VIZENTIN, 2005, p. 211) Segundo a mitologia Procrustes foi morto por Teseu perto de Cefiso, tendo sua cabeça cortada em sua própria cama. Teseu usou o mesmo *modus operandi* de Hércules, que derrotava seus inimigos com suas próprias armas.



Analogamente, o sistema eleitoral procura ajustar os indivíduos a um padrão, produzindo uma participação artificial e burocratizada. Os efeitos são percebidos nos processos eleitorais. O sistema eleitoral brasileiro encontra-se narcotizado e impotente para responder a seguinte questão: se o voto é obrigatório, então o que fazer com o cidadão que não quer votar? A obrigatoriedade acaba produzindo efeitos negativos no sistema político, por exemplo, os políticos são desvalorizados e acusados dos males da política. Ao perder legitimidade o sistema político torna-se incapaz de enfrentar os desafios e os políticos são obrigados a se encaixar no mesmo caminho onde Procrustes massacra as suas vítimas.

Tal fenômeno não é exclusividade do sistema eleitoral brasileiro. O mesmo fenômeno se repete no sistema educacional quando procura ajustar o aluno e o professor a um molde predefinido, produzindo uma padronização burocratizada e centralizada. O sistema educacional impõe ao professor tarefa altamente complexa. O docente, dependendo da ocasião, é espichado ou amputado para que se encaixe dentro de um modelo exemplar, ou seja, ele deve cumprir perfeitamente e ao mesmo tempo diversas tarefas: professor, assistente social, pai, mãe, amigo, conselheiro, etc. Por sua vez, o aluno é submetido a uma escolaridade obrigatória por lei, independente das suas condições socioeconômicas, culturais, psicológicas e afetivas.

A escola, como espaço de interação de diferentes grupos sociais, passa a ser um espaço potencialmente explosivo e gerador de distorções na organização escolar, na sala de aula, no relacionamento dos professores entre si, com os alunos e com os agentes administrativos. O conflito produz diversos efeitos. Entre os mais visíveis estão a indisciplina e a precarização das condições de trabalho dos professores. De modo análogo ao sistema eleitoral, a escola também se encontra paralisada e impotente para responder a seguinte questão: sendo a escolaridade obrigatória por lei, o que a escola pode fazer com um aluno que não quer estudar e, por isso, dificulta a aprendizagem dos colegas ao perturbar o ambiente da sala de aula?

Os docentes são responsabilizados e a pena é encontrar soluções individuais para os problemas cuja origem não está nele. São dificuldades sistêmicas originadas na própria estrutura do sistema educacional. Com isso a escola vai perdendo força para enfrentar as novas dificuldades. A consequência recai sobre o professor que, assim como o político, também é condenado a percorrer o caminho que o leva à casa de Procrustes.





É correto afirmar que tanto o processo eleitoral quanto a escola são alvos de críticas originadas da mesma base argumentativa. O professor, o aluno, o político e o eleitor são impelidos a se adequarem a um sistema uniformizado e burocratizado. O sistema eleitoral ou sistema educacional são os sistemas procrusteanos contemporâneos: se o professor, aluno, o eleitor ou o político não se encaixarem nos padrões, o sistema amputa o excesso ou os estica até atingirem o padrão exigido. Se o sistema determina o padrão e se o padrão for refratário às mudanças, então a consequência será a violência sobre todos os indivíduos da comunidade que forem maiores, menores, diferentes.

O resultado do ‘procrustianismo’ é sempre a deformação do Eu (amputado ou esticado). O motivo da deformação não interessa. Tanto pode ser ajudar quanto dominar. Nos dois casos o Eu perde sua identidade. Aluno, professor, eleitor e político, ao se submeterem ao tamanho da cama, igualmente perdem o seu Eu ao aderirem ao Outro.

Porém, mesmo que o efeito percebido pelo aluno, professor, eleitor e político seja análogo sob certos aspectos não significa que o processo político e o processo educacional sejam idênticos entre si. Tanto um processo quanto o outro possuem características genuínas ressaltadas resumidamente a seguir.

O sistema escolar organiza-se a partir de elementos específicos. Na educação básica a relação entre professor e aluno é assimétrica. Mesmo existindo diferenças entre os personagens envolvidos, o tipo especial de relação desenvolvida entre o professor e aluno possibilita a incorporação progressiva de conhecimentos úteis para qualificar as condições de vida ao desenvolver novas estratégias cognitivas. O acréscimo de novos saberes permite que a humanidade responda positivamente aos sucessivos problemas presentes na agenda. Essa capacidade da espécie humana para aprender possibilita o seu deslocamento vetorial mediante sucessivas etapas, da mais simples para as mais complexas. O estudo histórico das formas de organização social proporciona argumentos para sustentar o pressuposto da ocorrência da aprendizagem entendida enquanto deslocamento evolutivo.

Piaget apresentou no livro *Biologia e conhecimento* o conceito de deslocamento vetorial para descrever a dinâmica do caráter sequencial dos estágios do aparelho cognitivo. Piaget denomina de sequencial “uma série de estágios cada um dos quais é necessário, por conseguinte, e resulta forçosamente do precedente (exceto o primeiro), preparando o seguinte (exceto o último)”. (1973, p. 26-27) Assim, a mudança interna



realizada pelo indivíduo ocorre quando este passa de um estágio para o outro mediante a internalização de novos elementos. Nos processos sociais o deslocamento vetorial ocorre com a institucionalização de novos elementos não contidos na fase anterior. As características da fase seguinte incluem as características da fase anterior mais às características da fase em que a pessoa se encontra. Piaget utiliza o conceito de deslocamento vetorial com a intenção de manter afastadas as implicações ideológicas e valorativas contidas em determinadas expressões, por exemplo: progresso, crescimento, evolução e desenvolvimento. Piaget utiliza-se da expressão deslocamento vetorial para referir-se ao processo de aprendizagem produzido no decorrer da história individual do sujeito ou na história coletiva da sociedade.

Porém a capacidade racional dos seres humanos não avança de forma espontânea, é necessário que o indivíduo incorpore sucessivamente novas aprendizagens. Isso permitirá o exercício de sua racionalidade de forma cada vez mais complexa, atendendo não somente aos aspectos instrumentais da razão, enquanto adequação de meios aos fins, mas também aos aspectos morais, enquanto seleção dos melhores fins para todos. No desenvolvimento das aprendizagens necessárias para que, primeiro como indivíduo, e depois, como grupo social, o ser humano possa atuar com um nível maior de racionalidade, a instituição escolar possui importância central. Por isso é aceitável afirmar que até o presente nenhuma outra organização conseguir superar a escola desempenhando legitimamente suas funções. Se tal fato tivesse ocorrido, então a escola teria se transformado numa instituição obsoleta.

Diferente da relação assimétrica estabelecida no processo educacional é a relação simétrica praticada nas estruturas políticas. Enquanto naquela participam sujeitos que se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo e/ou psicológico, para participar da relação política a condição básica é que os sujeitos sejam iguais.

Antes de discutir a problemática da simetria no sistema político faz-se necessário comentar o significado atribuído à palavra ‘diferença’ quando utilizada para se referir a seres humanos. No século XVIII, nos discursos conservadores da Revolução Francesa, a palavra diferença foi utilizada como “recusa a aceitar e mesmo a conceber [...] uma nova sociedade civil” (PEIRUCCI, 1999, p. 22) emergente. Os críticos da revolução de 1789 reclamavam e exigiam a manutenção da diferença entre nobres e servos. Naquela época diferença significava “um recurso imagético muito expressivo para uso do pensamento



conservador” (PIERUCCI, 1999, p. 24) e uma forma de combater o ideário da Revolução Francesa assentado na liberdade, igualdade e fraternidade. A nobreza prisioneira sob os escombros da Queda da Bastilha não admitia ser tratada politicamente igual aos demais cidadãos. Por isso reclamavam um tratamento diferenciado, exigiam reconhecimento da diferença, apontavam as limitações política da igualdade.

Pierucci constrói sua argumentação a partir do livro *Reflexões sobre a Revolução de França* de Edmund Burke exatamente porque esta obra foi “de longe a que maior atração e influência exerceu sobre as correntes contrarrevolucionárias no mundo todo”. (PIERUCCI, 1999, p. 22) No tempo presente o senso comum nos impele a aceitar tacitamente o racismo, em sua essência, como rejeição da diferença. Esta evidência definicional do racismo como rejeição fóbica da diferença não diz toda a verdade, apenas meia verdade, semelhante a qualquer outra verdade do senso comum. Porém, com um apelo carismático ao agilizar a adesão a causas da diferença como algo novo, criativo, humanitário, progressista e inovador. Por outro lado, negar a diferença implica em ser racista, conservador, antidemocrático. Ao perceber a presença desse fenômeno no senso comum Pierucci nos adverte: “a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da diferença”. (1999, p. 27, grifo do autor)

Ao descrever o contexto escolar, a assimetria entre o professor e aluno não é o mesmo tipo de assimetria reclamada pelas figuras presentes no livro de Burke. No seu livro Burke requeria um tipo de diferença que fora destruída pela Revolução Francesa e cujo lugar fora ocupado pela igualdade. A diferença reclamada por aquela nobreza é a diferença que, por exemplo, sustenta o preconceito racial depois de afirmar que uma raça é superior a outra raça, ou seja, depois de hierarquizar as raças.

De forma distinta do sistema escolar ou da nobreza deposta pela Revolução Francesa, o sistema político pressupõe uma relação essencialmente simétrica entre os sujeitos envolvidos. Dentro do contexto social os indivíduos estabelecem relações a partir de uma base comum: igualdade de direito e de fato. Quando esse princípio comum se rompe significa que a relação política democrática tornou-se impossível. No entender de Habermas a partir da modernidade “a disputa gira em torno do modo como a igualdade pode ser combinada com a liberdade, a unidade com a pluralidade, o direito da maioria com o da minoria”. (1997 b, p. 258)



Habermas forneceu respostas para essa questão no livro *Direito e democracia*. A solução habermasiana consistiu em realizar um movimento que aproximasse a teoria do direito da teoria política. Na avaliação de Nobre (2008, p. 84) Habermas promoveu essa mudança ao adotar o Estado democrático de direito como o ponto de convergência entre a teoria do direito e a teoria política. Por que abandonar o direito racional clássico em favor da ideia do Estado de direito democrático? O abandono tornou-se evidente porque no entender de Habermas (1997 b, p. 240) a dinâmica de uma sociedade que se torna cada vez mais complexa “não cabia mais nos conceitos normativos no quadro de um sistema jurídico desenvolvido aprioristicamente”.

Outro fator que leva Habermas a incorporar a ideia de Estado de direito é a sua pretensão de verter tal ideia numa teoria do discurso com a finalidade de medir a autonomia do sistema jurídico. A autonomia do sistema jurídico não pode mais trilhar o caminho do direito racional clássico ou uma teoria sistêmica do direito. Pois no entender de Habermas o sistema jurídico:

só é autônomo na medida em que os processos institucionalizados da legislação e da jurisdição garantem uma formação imparcial da opinião e da vontade, abrindo assim o caminho para a entrada da racionalidade moral procedimental no direito e na política. E não pode haver direito autônomo sem a consolidação da democracia. (1997 b, p. 247)

Ao abdicar do direito racional clássico e da teoria sistêmica do direito, Habermas optou por um sistema jurídico composto por caminhos procedimentais e institucionalizado juridicamente.

Habermas elaborou a teoria do agir comunicativo com o objetivo central de explicar o funcionamento das sociedades complexas. A tese central dessa teoria afirma que a dinâmica da sociedade moderna obteve equilíbrio a partir da diferenciação e separação entre racionalidade instrumental (lógica instrumental) e racionalidade comunicativa (lógica comunicativa). Além do isolamento das formas de racionalidade, o equilíbrio da sociedade depende de outro fator: a segunda racionalidade deve orientar a primeira tendo como princípio o entendimento comunicativo. O êxito da orientação esta sujeito à existência de uma comunicação não distorcida e suficientemente competente para intervir inclusive nas distorções cotidianas presentes nos processos de entendimento coletivo realizados na comunicação.



Nas sociedades tradicionais o mundo sistêmico e o mundo da vida se encontravam imbricados de forma intrínseca. Com o advento das sociedades complexas, fenômeno conhecido pelo nome de modernidade, ocorre o desacoplamento do mundo sistêmico do mundo da vida. A partir da desconexão cada um dos mundos passa a ser regido pelas respectivas lógicas, agora autônomas. A separação no nível macro provocou rupturas no mundo micro: o saber se dividiu em conhecimentos, o conhecimento se especializou, as disciplinas se diferenciaram, cada objeto passou a necessitar de um método próprio, a linguagem científica rompeu com a linguagem comum etc.

Na modernidade cada uma das lógicas passa a habitar um mundo próprio. A partir do momento em que a lógica instrumental invade o espaço da lógica comunicativa ocorre o processo de colonização. O efeito colateral é o surgimento do conflito e da violência. A colonização ocorre quando a lógica do mundo da vida sofre interferência resultante da invasão da lógica do mundo sistêmico. A interferência é percebida pela distorção no processo de comunicação, ou seja, a lógica instrumental passa a determinar por si só o sentido de uma ação ao excluir ou impedir que os sujeitos participem da lógica comunicativa.

Quando a lógica comunicativa está livre de coerções externas significa que a comunicação encontra-se no seu estado ideal. Habermas chama de ideal:

[...] una situación de habla en que las comunicaciones no solamente no vienen impedidas por influjos externos contingentes, sino tampoco por las coacciones que se siguen de la propia estructura de la comunicación. La situación ideal de habla excluye las distorsiones sistemáticas de la comunicación. Y la estructura de la comunicación deja de generar coacciones sólo si para todos los participantes en el discurso está dada una distribución simétrica de las oportunidades de elegir y ejecutar actos de habla. (1989, p. 153)

A ação emancipatória ideal é aquela ação livre de coerções internas e externas. Se uma ação comunicativa se submeter ao imperativo instrumental (mundo sistêmico), então sua racionalidade corre o risco de se perder ao se submeter à coerção externa.

Dessa afirmação surge uma questão interessante. A ação instrumental também corre o mesmo risco de perder a identidade quando é orientada pela ação comunicativa? Existe a possibilidade de a ação comunicativa desestruturar a ação instrumental? Qual é o tipo de comunicação que o mundo da vida utiliza para orientar o mundo sistêmico sem



destruí-lo? Enfim, dito de uma forma genérica, como o mundo sistêmico e o mundo da vida se relacionam entre si?

O mundo da vida possui mecanismos de autodefesa que são mobilizados diante da necessidade de preservar os espaços específicos responsáveis pelas ações comunicativas orientadas eticamente, por exemplo, ações voltadas para a emancipação da sociedade (processos coletivos democráticos). Como as ações emancipatórias, originadas da esfera política (mundo da vida), entram no direito, terreno dos sistemas administrativos (mundo sistêmico)? Para responder a questão Habermas se utiliza de uma teoria política baseada na circulação do poder.

O mundo da vida possui mecanismos capazes de se comunicar com o mundo sistêmico. Por um lado, esses mecanismos cumprem a função de defesa quando se trata de impedir que os processos colonizadores próprios do mundo sistêmico invadam o mundo da vida e, por outro, esses mecanismos se mobilizam ofensivamente com a finalidade de orientar os processos sistêmicos. “[...] a teoria do agir comunicativo concede um valor posicional central à categoria do direito e [...] ela mesma forma, por seu turno, um contexto apropriado para uma teoria do direito apoiada no princípio do discurso”. (HABERMAS, 1997a, p. 24)

Ao utilizar a metáfora do sistema de eclusas organizadas segundo centro-periferia, Habermas (1997b, p. 86) afirma: “os processos de comunicação e de decisão do sistema político constitucional são ordenados no eixo centro-periferia, estruturados através de um sistema de comportas”. Agora é necessário interpretar o sentido das expressões ‘centro-periferia’ e ‘sistema de comportas’.

O centro do sistema jurídico é formado por três complexos institucionais interligados: poder administrativo (incluindo o governo), poder judiciário e formação democrática da opinião e da vontade (incluindo as corporações parlamentares, eleições políticas, concorrência entre partidos, etc). (HABERMAS, 1997b, p. 87) Esse núcleo central possui ramificações por meio das quais interage com a periferia através de competências formais de decisão e de prerrogativas reais. O centro de decisão política sofre a influência do movimento periférico cuja atividade seja tão intensa que consiga suplantar as atividades geradas pelos movimentos periféricos concorrentes. É um movimento duplo: o centro absorve o movimento periférico mais intenso e rechaça o movimento cuja atividade possua menos energia.





A expressão ‘sistema de comportas’ representa o longo caminho a ser percorrido por uma demanda comunicativa. Depois de gerada nas redes periféricas a demanda comunicativa necessita acumular energia suficiente para encher as diversas eclusas do sistema de comportar até chegar ao nível superior e influenciar o sistema político central. “No interior do núcleo, a ‘capacidade de ação’ varia, dependendo da ‘densidade’ da complexidade organizatória”. (HABERMAS, 1997b, p. 87) A complexidade organizatória é maior ou menor em função da densidade do debate ou do número de indivíduos mobilizados dentro do movimento periférico. A regra é válida para todos os movimentos periféricos. O movimento periférico vinculado ao complexo administrativo é assim definido por Habermas:

Nas margens da administração forma-se uma espécie de periferia *interna*, que abrange instituições variadas, dotadas de tipos diferentes de direitos de autoadministração ou de funções estatais delegadas, de controle ou de soberania (universidades, sistemas de seguros, representações de corporações, câmaras, associações beneficentes, fundações, etc.). (1997b, p. 87, grifo do autor)

As diversas comportas representam os diferentes filtros que uma demanda jurídica precisa percorrer para atingir o centro do poder jurídico. A demanda jurídica necessita superar todos os obstáculos (eclusas). Ultrapassar cada uma das eclusas depende da energia acumulada e da capacidade da demanda se adaptar aos novos contextos presentes em cada nova eclusa (obstáculo ou filtros).

Os filtros (obstáculos) cumprem um duplo papel. Por um lado, eles moldam as demandas a partir das próprias especificidades e, por outro, fazem parte do processo de formação da opinião pública e da formação da vontade dos sujeitos políticos. O sucesso de uma demanda jurídica será maior ou menor em função da profundidade obtida nos debates políticos desencadeados em cada um dos níveis. Habermas denomina esses filtros de esfera pública (1997b, p. 92) que é definida como um fenômeno social elementar e pode ser descrito como uma rede adequada para filtrar os conteúdos, tomadas de posição e opiniões geradas na sociedade civil. Essa rede é uma estrutura comunicacional com a função de filtrar e sintetizar os conteúdos gerados no espaço social orientado pelo entendimento.

Diferente da esfera pública, para Habermas o núcleo institucional da sociedade civil (1997b, p. 99) é formado por associações e organizações livres, não estatais e não



econômicos, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil tem a função de captar os problemas sociais presentes na esfera privada, transforma-los em questões de interesse geral e transmiti-los para a esfera pública política.

Após especificar como o poder circula dentro das estruturas sociais pela mediação da esfera pública ou da sociedade civil é necessário caracterizar o processo pelo qual o poder comunicativo se transforma em poder administrativo. A primeira característica a ser apresentada é que esse caminho só pode ser de mão única, ou seja, do poder comunicativo para o poder administrativo. Se o fluxo do poder político seguir o caminho contrário, do mundo sistêmico para o mundo da vida, então a consequência seria a instauração de processos colonizadores típicos da lógica instrumental do mundo sistêmico regido pelo dinheiro (mercado) e pelo poder administrativo (Estado).

Habermas procura uma instância intermediária que mesmo pertencendo ao mundo sistêmico não esteja encapsulado nele e por ele. Habermas acredita que o direito seja a categoria da mediação social posicionada entre a facticidade e a validade. Ao interpretar o livro *Direito e democracia*, Nobre afirma:

[...] el derecho desempeña una función de ‘bisagra’, de articulación entre el mundo de la vida y el sistema, por un lado, el derecho desempeña funciones sistémicas como las que desempeña el dinero o el poder administrativo y, por esa razón, es un *medium* como ellos, sin embargo, es al mismo tiempo un *medium* especial: el derecho tiene la capacidad de traducir en términos de dinero y poder administrativo (o sea, en términos instrumentales) los influjos comunicativos, dinero y poder son sordos al lenguaje cotidiano y disponen de códigos altamente especializados y funcionales. Para que sea posible dirigirlos en un sentido determinado, es preciso que el derecho traduzca las pretensiones comunicativas cotidianas en los términos especializados de cada uno de esos *media* sistémicos. (2008, p. 86-87, grifo do autor)

Nobre, ao permanecer dentro da arquitetura habermasiana, argumenta que o direito desempenha o papel de transformar o poder comunicativo em poder administrativo por duas razões que são específicas do próprio direito. Primeira, cumpre a função de ser uma dobradiça entre a facticidade e a validade. O direito possui fluidez, flexibilidade ou plasticidade suficiente para, sob determinadas condições, permitir a passagem de um impulso comunicativo de um ambiente para outro, do mundo da vida para o mundo sistêmico. Essa primeira razão coloca o direito dentro da esfera pública caracterizada por



Habermas (1997b, p. 92) como uma rede capaz de filtrar as mais diversas demandas geradas na sociedade civil.

Segunda, por possuir uma dupla constituição interna o direito torna-se capaz de traduzir os impulsos comunicativos para a linguagem do dinheiro (mercado) e do poder administrativo (Estado). Essa segunda razão aloca o direito dentro da sociedade civil que para Habermas (1997b, p. 99) possui a função, num primeiro momento, de apreender os problemas sociais existentes na esfera privada, num segundo momento, transformá-los em questões de interesse geral e, finalmente, transmiti-los para a esfera pública política.

Nobre assim se expressa acerca da dupla capacidade exercida pelo direito: “Esa vía de doble mano es la del derecho como *medium*, vale decir, al mismo tiempo, como mediador y como portador de lógicas diversas y, muchas veces, antagónicas”. (2008, p. 87) O direito assume a dupla função de ser ao mesmo tempo, por um lado, porta voz da administração e do sistema, espaço em que a norma e a sanção são inseparáveis (facticidade) e, por outro, expressão do processo de formação coletiva da opinião e da vontade da sociedade (validade).

Essa dupla função produz forte tensão interna possibilitando três interpretações do direito. Primeiro, se o interpretarmos unilateralmente, compreenderemos o direito com a única finalidade de servir de instrumento para que o sistema colonize o mundo da vida. Se o interpretarmos de forma mais ampla, a compreensão será oposta. O direito cumpriria a função de ser o portador dos impulsos comunicativos contra os processos de colonização e, ao mesmo tempo, ser a reação contra os processos sistêmicos orientando-os para um sentido específico.

Segundo, a dupla função também manifesta um deslocamento da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Tal passagem implica no abandono da fundamentação transcendente do direito e a incorporação de elementos imanentes. Esse processo social faz com que o direito carregue junto de si, na sua imanência, dois momentos não só diferentes, mas muitas vezes antagônicos: a imanência da norma (facticidade) e a transcendência da sua legitimação (validade).

Terceiro, Habermas sugere que a análise interna do direito e do sistema de direito é capaz de revelar a tensão entre facticidade e validade, entre a tensão interna e a externa, ou seja, uma tensão presente no interior do próprio sistema jurídico (facticidade) e uma tensão mais ampla, dilatada para fora do direito, entre direito e os espaço sociais



(validade). Do ponto de vista interno da tensão, a questão de discutir qual é a compreensão que tem de si mesmos os ordenamentos jurídicos, na dimensão de sistema de direitos, da jurisprudência e da jurisdição. Do ponto de vista externo da tensão, a questão é confrontar as pretensões da auto compreensão interna do direito com a realidade dos contextos sociais que eles representam. Isso significa que é necessário avaliar permanentemente os temas discutidos na esfera pública e nos modelos sociais sobre os quais se apoiam os paradigmas jurídicos em vigor.

Ao concluir retomamos o título do texto por meio de duas perguntas: o Estado democrático de direito é a categoria de mediação entre o direito e a política ou entre a facticidade e a validade? Habermas estaria construindo o Estado democrático de direito como um espaço político artificial? Sendo a resposta positiva significaria que Habermas estaria usando o método procrusteano, ou seja, para cada situação específica ele cria uma cama com um tamanho especial.

Depois de realizada a análise da teoria política habermasiana concluímos que Habermas não está construindo artificialmente para o espaço político a categoria do Estado democrático de direito. A negatividade da resposta se justifica porque a tensão produzida pela dupla natureza do sistema de direito requer uma verificação a partir da análise do próprio sistema de direito, ou seja, se a análise interna do sistema de direito mostrar que não existe uma dupla natureza dentro dele, então a teoria habermasiana estaria refutada ou necessitaria ser refeita. A necessidade de fazer a análise interna do sistema de direito significa que a teoria habermasiana requer confrontação empírica. Portanto, a teoria política habermasiana não é uma construção artificial que se encerra nela mesma. Para refutá-la é necessário realizar uma análise pragmática.

O método habermasiano se afasta completamente do método procrusteano. Procrustes construiu secretamente a armadilha, ocultava seu interesse e o objetivo final resumia-se em enganar os convidados. Por sua vez, a tensão interna e externa presente na teoria habermasiana não pode ser ocultada. Ela requer uma constante e pública confrontação entre o sistema jurídico e o modelo social presente na sociedade.

O sucesso da confrontação é obtido quando a esfera pública filtrar e sintetizar os conteúdos gerados no espaço social orientado pelo entendimento. Quando a estrutura comunicacional da esfera pública obtiver sucesso significa que o sistema jurídico foi



capaz de representar os componentes sociais do mundo da vida gerados na sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Augusta T. de. “*et alii*”. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR; Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (ed.) *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social* (1). Tradução: Paulo A. Soethe. São Paulo: Martins Fonte, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista* (2). Tradução: Flávio B. Siebeneichler. São Paulo: Martins Fonte, 2012b.

\_\_\_\_\_. *Direito e Democracia I: entre a facticidade e validade*. Tradução: Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia II: entre a facticidade e validade*. Tradução: Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução: Manuel J. Redondo. Madrid: Catedra, 1989.

NOBRE, Marcos. Teoría crítica de la Sociedad: derecho y democracia. In: SGRÓ, Margarita R. (org.) *Teoría crítica de la sociedade, educación, democracia y ciudadanía*. Tandil: Univ. Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2008, p. 73-96.

PIAGET, Jean. *Biología e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognitivos*. Tradução: Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP, 1999.

VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2005.



## NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: DINAMISMO E AUTO-CONSTRUÇÃO PARA ALÉM DO NEOCONSTITUCIONALISMO

FEITOSA, Heloisa de Carvalho  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.  
Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela  
Escola Superior de Advocacia de Pernambuco.*

MENDES, Eric  
*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em  
Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.*

208

### RESUMO

O presente artigo tem por objeto o estudo justaposto dos fenômenos constitucionais do neoconstitucionalismo e do novo constitucionalismo latino-americano. Buscamos analisar cada uma dessas vertentes e suas principais características a fim de estabelecer os traços que distinguem essas teorias do Direito e do Estado. Para tanto faremos uma breve exposição sobre o neoconstitucionalismo e sobre o novo constitucionalismo latino-americano, seguida da análise de institutos da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, destacando os aspectos históricos e conjunturais que originaram a formação de um novo desenho institucional. O estudo da constituição boliviana será feito com vistas a relacionar problemas vividos pelo povo com as respostas dadas pelo poder constituinte, ilustrando de forma concreta a diferença entre o neoconstitucionalismo e o novo constitucionalismo latino-americano. Por fim, faremos um confronto entre os dados obtidos na pesquisa encaixando a Constituição brasileira de 1988 em uma das vertentes teóricas.

**Palavras-chave:** neoconstitucionalismo; novo constitucionalismo latino-americano; Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

### ABSTRACT

This article aims for the joint study of the phenomena of constitutional neoconstitutionalism and the new Latin American constitutionalism. We analyze each of these aspects and their main features in order to establish the distinguishing traits of these theories. For this we will make a brief presentation on the neoconstitutionalism and on the new Latin American constitutionalism, followed by the analysis of institutes of the Constitution of the Plurinational State of Bolivia, highlighting the historical and economic factors that led to the formation of a new institutional design. The study of the Bolivian constitution will be made with a view to relate problems faced by the people with the answers given by the constituent power, illustrating concretely the difference between neoconstitutionalism and the new Latin American constitutionalism. Finally, we make a comparison between the data obtained in the study by fitting the Brazilian Constitution of 1988 in one of the theoretical aspects

**Key-words:** neoconstitutionalism; new latin american constitutionalism; Constitution of Plurinational State of Bolivia.





## 1- Introdução

O mundo contemporâneo é marcado por grandes transformações que levaram as sociedades a se questionarem acerca de todos os âmbitos componentes da vida social. Assim como a diversificação e dicotomias sentida nas artes, filosofia, economia e ideologias, entre outros campos da vida social, o Direito também se reforça como cenário de intensos questionamentos atuais. Diversas teorias, escolas e correntes são produzidas, recuperadas ou rechaçadas nas ciências jurídicas a fim de captar e responder juridicamente a autêntica crise instalada no ramo científico em questão.

Especificadamente, o Direito sente uma necessidade inerente de responder as ansiedades sociais que, até então, permanecem frustradas. Em meio ao aprofundamento das violações à humanidade – que fazem com que o ser humano seja tratado como mero objeto dentro de uma perspectiva liberal ou militar dos poderosos – a falência da representatividade democrática também leva a questionamentos acerca da finalidade das ciências jurídicas. Deve o direito representar a proteção de um *status quo*, impedindo que as sociedades alcancem novos patamares ou deverá assumir um protagonismo nas mudanças, comportando-se como veículo motriz para transformações?

Neste diapasão, podemos ver na América Latina, região marcada por densas desigualdades sociais, intensos desrespeitos aos direitos humanos e fragilidades de representação democrática, a manifestação de duas grandes teorias do Direito, forjadas a partir da necessidade de satisfação dos anseios por transformações. De um lado, sob forte influência das tradições europeias e norte-americana, encontramos o neoconstitucionalismo, que busca, a partir da superação do positivismo clássico, referendar um novo sistema jurídico protetivo, cujo cerne se encontra na nova ótica normativa ensejada pela Constituição e sua preponderância. Por outro, buscando maior representatividade de sociedades marcadas pela desigualdade e assim superar o domínio histórico de elites abastadas, vemos o novo constitucionalismo latino-americano, que por via de percepções sociais e do respeito à diversidade, procura estabelecer novos caminhos jurídicos e políticos não alcançados materialmente pelo neoconstitucionalismo.

É justamente este debate entre propostas jurídicas tão divergentes que pretendemos realizar. Primeiramente, verificaremos os principais delineamentos de cada teoria, compondo suas proposições, de acordo com seus juristas mais eminentes, para



então estabelecermos o contraste, reforçando diferenças e limites. Em momento posterior, analisaremos alguns institutos inovadores da Constituição Boliviana de 2009, com a finalidade de exemplificar a diferença entre as constituições do Neoconstitucionalismo e as constituições do Novo Constitucionalismo Latino-americano.

Nosso intuito é possibilitar novas reflexões acerca da Teoria do Direito contemporânea, demonstrando que o experimentalismo e abertura à originalidade institucional também podem ser enriquecedores para a ciência jurídica e, meio hábil à capacitação para o pensamento e elaboração de um novo patamar normativo, frente à crise jurídica instaurada.

## 2- O neoconstitucionalismo e a constitucionalização do Direito

### 2.1- A superação do positivismo e a viragem jurídica

O fim da segunda guerra mundial, em meados da década de quarenta do século passado, representou uma viragem jurídica no cenário europeu. Os traumas trazidos pelas experiências fascistas levaram os países a se questionar quais os limites da democracia e dos poderes representativos, uma vez que em nome das “maiorias ocasionais” e com a benção destas as minorias foram violadas em seus direitos mais elementares, como a vida. Era necessária uma nova estratégia jurídica para proteger o ser humano e assim garantir a integridade de sua dignidade, sob todas as perspectivas e quaisquer ameaças.

Neste contexto, a constituição ganhou uma nova receptividade, sendo o grande instrumento de proteção das minorias e dos direitos humanos. Não mais tratada como documento meramente político, no qual sua importância era apenas programática e não vinculativa, a Constituição ganhou o reconhecimento de principal elemento jurídico dos ordenamentos políticos, gerando plena subordinação a seus preceitos e uma nova era de “reconstitucionalização”. Foi a tentativa de apaziguar os possíveis conflitos entre democracia e constitucionalismo, que tanto afetou o continente europeu e fez repensar a necessidade de construção não de meros Estados democráticos, mas sim Estados democráticos de Direito.



A principal referência desta nova fase constitucional foi dada pela Lei Fundamental de Bonn em 1949 e a sucessiva criação do Tribunal Constitucional Federal em 1951, na Alemanha Ocidental. Esse foi o estopim para o desenvolvimento de uma jurisprudência riquíssima de redimensionamento da superioridade da Constituição e seu advindo resguardo pelo Poder judiciário. Além, é claro, de ter sido o próprio fecundo teórico da disciplina de direito constitucional nos países de tradição romano-germânico.

Guastini adverte que o processo de constitucionalização para a conformação de uma constituição intensamente valorativa, preconizada pela defesa dos direitos fundamentais e por isso fundamentalmente invasora de todo o ordenamento jurídico e político de um país enseja a observação de certos parâmetros. Sete seriam as condições imprescindíveis para a observação do grau de constitucionalização de uma dada realidade e seu compromisso satisfatório com a concordância e impregnação do sistema jurídico com os preceitos normativos constitucionais.

Os primeiros preceitos são a existência de uma constituição escrita e rígida, com poder vinculativo de seu conteúdo. Esta é a formulação básica do direito constitucional contemporâneo, uma vez que uma constituição sintetizada em um único documento com meios de alteração de sua normatividade mais dificultosos que os previstos para o direito ordinário e dotada de normatividade plena ( e não mais como mera carta política como outrora) favorece a estabilidade. A constituição é potencializada como regra jurídica máxima de um Estado, sendo o principal elo conformador de sua qualificação como democrático de direito, portanto onipresente e com força irradiante de máximo efeito jurídico sobre todo o sistema.

Complementando tais previsões, se observa a necessidade de garantia jurisdicional da Constituição. Isto denota a realização de um controle de constitucionalidade que sempre assegure que toda produção normativa esteja em acordo com os preceitos constitucionais. Pela via reflexa, representa a proteção da hegemonia dos direitos fundamentais em qualquer perspectiva jurídica do Estado, sendo pra tanto, exigido que as normas constitucionais sejam interpretadas sempre da forma mais extensível possível ao ponto de se identificar normas implícitas que também são vinculativas. Um verdadeiro arsenal protetivo do homem, estabelecendo a prevalência da constituição em relações públicas e privadas, além do controle da discricionariedade na produção legislativa e de maus intentos na condução política dos poderes subordinados.



Em seu aspecto filosófico, o neoconstitucionalismo pode ser definido, como bem aponta Luís Roberto Barroso, um dos principais acadêmicos defensores deste projeto no Brasil, por via do que se convencionou como pós-positivismo. Novos paradigmas são expostos, em que se buscou concordar correntes de pensamentos opostas, que até então se encontravam irreconciliáveis. Reconheceu-se as limitações práticas e teóricas do positivismo, predominante até meados do século passado, que procurou trazer a neutralidade objetiva para a ciência do Direito, afastando todas as influências que não resultariam na cientificidade almejada, pois consideradas metafísicas e anti-científicas.

O Positivismo jurídico capitaneado por Hans Kelsen, filósofo do círculo neopositivista de Viena ou do positivismo lógico, procurou construir bases científicas para o Direito. Em seu pensamento, era necessário afastar todas as considerações valorativas do conteúdo das normas, revelando uma neutralidade que referido autor via como essencial para a reflexão sobre elas, objeto precípua das ciências jurídicas. Em resumo, o Direito nada mais seria que o conhecimento dos sistemas normativos, restando excluídas todas as influências indiretas que não prejudicam a validade da norma, como discussões da eticidade, sua realização concreta (fática), seus dados histórico-culturais ou mesmo seus objetivos. Não se nega a importância destes fatores basilares do positivismo, no entanto, para a revelação da ciência jurídica tais preceitos devem ser desconsiderados. Tratando-se da teorização de uma pureza metodológica fundamental, tais apontamentos revelam-se mais propícios para outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a ciência política ou mesmo a história.

Esse é o cerne para a “Teoria Pura do Direito”, que diferencia o ser, o mundo por qual tudo se realiza e o dever-ser, preceitos descritos da norma que revela intenções que, caso não sejam seguidas, expõem a possibilidade da coercitividade também preceituada na norma. O que centraliza o operador do Direito não é a eficácia da norma, mas sim sua validade perante a hierarquização preceituada (que tem a norma fundamental como estrutura jurídica máxima e subordinante de todo o ordenamento) e o delineamento válido ou inválido de uma norma, desde que de acordo com o procedimento formal também normativamente instituído. Afasta-se de preposições ideológicas ou reflexivas quanto à produção e eficácia da norma, sendo sua validade o único conteúdo capacitado de verificação pelo jurista. Assim relata o destacado filósofo:



( ... ) o fundamento de validade de uma ordem normativa é ( ... ) uma norma fundamental da qual se retira a validade de todas as normas pertencentes a essa ordem. Uma norma singular é uma norma jurídica enquanto pertence a uma determinada ordem jurídica, e pertence a uma determinada ordem jurídica quando a sua validade se funda na norma fundamental dessa ordem ( KELSEN, 2009, p.33).

Claramente a perspectiva de Kelsen quanto ao direito não era a única visível dentro da corrente identificada como juspositivismo. Outras abordagens foram concretizadas, cujos autores, assim como Kelsen, foram reverenciados pelo Direito. Dentre estas, podemos citar o Positivismo de Norberto Bobbio, eminente jurista italiano.

Para Bobbio, a apresentação do positivismo pode se dar por três acepções distintas: como método, teoria ou ideologia. Seus três significados resultam compreensões distintas entre si, que não obrigatoriamente estão correlacionadas. Quer dizer, é possível a adoção do método positivista, sem a imprescindibilidade de recepção da ideologia e\ou teoria positivista.

O método positivista implica na premissa da consideração do direito como ciência, que resulta na definição do direito como fato e não como valor. Neste ponto, como já anteriormente abordado, o Direito busca sua estabilidade, já que o que está em discussão em seu cerne não é o conteúdo da norma, ou seja, o juízo moral de seus ditames, mas sim o meio pelo qual se faz observável – que é sua validade e coercitividade inerente. Logo, há uma explícita e desejável separação entre o Direito e a moral, não se exigindo a justiça da norma ou qualquer outro questionamento axiológico para comprovar sua legitimidade.

Como teoria, Bobbio aponta sete preceitos fundamentais para a configuração do positivismo. Combinados, as características fundamentais do positivismo jurídico podem ser resumidas, para o jurista, nas seguintes diretrizes:

**1.1)** O direito deve ser visto como um fato e não como um valor. O que preceitua a consideração do direito como um conjunto de fatos, de fenômenos ou de dados sociais estáveis que em tudo se assemelha ao mundo natural; objeto científico das ciências físicas e da natureza. O termo “direito”, assim, não expressa qualquer opinião, mas se detém por ser absolutamente avalorativo, não importando ser bom ou mau; representativo de valor ou um mero desvalor. A validade do direito se estabelece por critérios, unicamente, correlacionados a sua estrutura formal.



**1.2)** Quanto à definição do direito, o juspositivismo a entoa por via de seu elemento coativo, no qual as normas deverão ser observadas, sob pena da utilização força. Todo este aparato intimidativo da norma forma a base do que se convencionou como “teoria da coercitividade do direito”.

**1.3)** Em referência às fontes do direito, a lei se comporta como fonte primeira. Importante ressaltar que tal teoria coloca as demais fontes em nível hierárquico subordinadas à lei, mas não faz com que estas desapareçam completamente. Exemplo desta continuidade pode ser representado pelas relações entre a lei e o costume que se mantém (excetuando o costume que é contra a lei ou ab-rogativo, porém se admitindo aquele segundo a lei ou complementar à mesma).

**1.4)** Em referência à norma, o positivismo jurídico considera a mesma um comando, que deve ser obedecido pelos destinatários. Esta qualificação se correlaciona com a coercitividade, uma vez que a imperatividade da norma se realiza, justamente, pela existência da coerção em caso de descumprimento ou inobservância.

**1.5)** O ordenamento jurídico é visto como um sistema coerente e em plena completude. Pela característica da coerência se nega a possibilidade de duas normas regerem o mesmo fato, gerando inconsistência na aplicação da lei. Isto porque, sempre uma ou ambas as normas serão inválidas, sendo um princípio inerente de todo ordenamento jurídico. Já a ideia de completude estabelece que o juiz sempre extrairá normas para decisão de qualquer caso apresentado, seja pelas normas explicitamente legisladas ou implicitamente reconhecidas como parte coerente do sistema. Com isso, nega-se a possibilidade de lacunas do direito e a necessidade da capacidade interpretativa no silêncio da lei, já que não há silêncios.

**1.6)** Quanto ao método da ciência jurídica, o positivismo jurídico esclarece a importância da interpretação mecanicista do Direito. Esta defesa se dá pela consideração de que a separação dos poderes impede a função criativa do Judiciário, que tem a obrigação institucional de decidir de acordo com os ditames e nos limites da norma. Isto





é, cabe ao juiz apenas realização a declaração do comando normativo no caso concreto e estabelecer, enfim, a mera subsunção.

Por fim, temos o positivismo como ideologia. Bobbio afirma que o positivismo não é apenas uma forma de se entender o direito, mas também de desejar que assim ele seja. Isso reflete o reconhecimento do juspositivismo não como uma doutrina neutra, mas uma autêntica defesa de uma maneira de recepcionar o direito. Contrapõe-se exatamente com outras propostas, como o realismo jurídico (jurisprudência sociológica), que acusa o positivismo de se desvincular da realidade social na qual o direito é posto; o neojusnaturalismo, pelo qual prevê o quão nefastas são as imposições juspositivistas, assim como o neoconstitucionalismo.

Para o neoconstitucionalismo, toda a referência exclusivamente positivista dos principais países precisa ser superada. Era preciso retomar discussões filosóficas, reflexões acerca da legitimidade e justiça da lei como variantes científicas imprescindíveis para a concretude do direito, como assim era no jusnaturalismo, predominante até o século XIX. O reencontro definitivo do direito com a ética e os valores, que, emblematicamente ficaram afastados pela predominância do positivismo e, como recorrentemente acusado, principal colaborador teórico das atrocidades do fascismo e nazismo que agiram sobre a proteção da legalidade.

O pós-positivismo não enseja um retorno ao jusnaturalismo, historicamente ultrapassado, nem a superação exata do positivismo. Na verdade, procura avançar nas concepções deste, trazendo elementos importantes daquele, dando maior densidade ao Direito além da legalidade estrita, ao procurar uma leitura moral, porém sem entrar em discussões metafísicas. É a atribuição de normatividade aos princípios e a definição de suas relações com valores e regras; a reabilitação da sua razão prática e da argumentação jurídica; a formação de uma nova hermenêutica constitucional (BARROSO, 2007, p.5).

O neoconstitucionalismo reivindica o Estado de Direito em seu significado último. Pretende converter o Estado de Direito em Estado Constitucional de Direito (afastando os esquemas do positivismo teórico). Possui como traço marcante a existência de constituições “invasivas”, com uma ampla gama de direitos positivados, onipresença de princípios e regras, sendo ambos dotados de normatividade.



O novo constitucionalismo, tratado a seguir não representa corrente oposta ou alijada do neoconstitucionalismo, não sendo equivocado dizer que está nele contido. Porém, representa um passo adiante, no sentido de prezar pela busca de concretização dos direitos elevados ao status constitucional e pela manutenção da legitimidade do texto constitucional (anseio de que o texto traduza a vontade real do povo, titular do poder constituinte). Ademais, preocupa-se mais com a questão do pluralismo e elaboração de modelos institucionais mais adequados à realidade latina, abrindo-se ao experimentalismo e originalidade no que toca as instituições. Trataremos com mais vagar dessa vertente do constitucionalismo a seguir.

### **3- Constitucionalismo latino-americano: um resgate da identidade**

Após longos anos de tentativas de dar seguimento aos modelos de Estado Democrático e Social de Direito difundidos na Europa (desencadeadas no contexto de pós - ditaduras militares), inicia-se um movimento pela busca de respostas constitucionais condizentes com a realidade latino-americana. Observa-se que o fracasso dos modelos importados se deu justamente pela sua inaplicabilidade ao contexto do Sul, uma vez que os processos constitucionais conservadores foram presididos pelas elites, e desprovidos de medidas de redistribuição da riqueza, em desconsonância com a proposta constitucional forânea incorporada.

Em inovador afastamento do padrão constitucional vigente na América Latina até então – caracterizado por Clóvis Beviláqua (1897, p. 33-34) como preponderantemente “imitador”, em confronto com o perfil de países do Norte, citados pelo autor como “criadores” – começa com a Constituição Colombiana de 1991 (PASTOR, 2011) um processo de construção constitucional autônomo e inventivo, imbuído de propósito descolonizador e com objetivos de promoção da “refundação” do pensamento constitucional. Esse processo rendeu como frutos as assembléias constituintes da Venezuela (1999), da Bolívia (2006-2008) e do Equador (2008).

A esse novo constitucionalismo, marcado pela ruptura com o que estava posto, denominou-se Novo Constitucionalismo Latino-americano ou Constitucionalismo Andino. Desde a nomenclatura torna-se evidente que não se confunde com o neoconstitucionalismo, caracterizado e esmiuçado no capítulo anterior. Entretanto, faz-se



necessária a apresentação de características e elementos do constitucionalismo andino, a fim de particularizá-lo.

### 3.1 – Características do novo constitucionalismo latino-americano

Trata-se de vertente de pensamento e prática constitucional diferenciada, desenvolvida mais intensamente a partir de 2006. Os processos constitucionais citados como fruto do constitucionalismo andino possuem como denominador comum o nascimento de baixo para cima, forjado e empurrado pela pressão das classes médias e baixas.

É fenômeno deflagrado pela vontade, ou melhor, pela necessidade inadiável de criar algo novo, que propicie a simbiose entre democracia e constitucionalismo e se preste a cumprir as promessas da Carta Constitucional. Traduz a mais recente manifestação da busca de um modelo democrático de constituição inclinado a ser real, que se aproxime o quanto possível da constituição ideal (BOBBIO, 1986), e a convicção de que as constituições importadas não são adequadas para o contexto vigente.

Um fator empírico que contribuiu para seu nascimento foi a existência de uma classe média forte, capaz de promover crítica à situação de dissociação entre o texto constitucional e a sua efetividade, e pensar modelos diferentes que possuam o potencial de sanar essa ineficácia constatada.

Entre as características formais do novo constitucionalismo latino-americano estão: a legitimidade (verificada pelos procedimentos democráticos de construção dos textos constitucionais); a necessidade (deflagração de esforços suplementares pela busca de elementos úteis para a mudança estabelecida como objetivo do processo constituinte); a substituição da continuidade constitucional (as constituições do novo constitucionalismo latino-americano representam um rompimento com uma ordem posta, ruptura com o sistema constitucional anterior); a originalidade (trazem conteúdo inovador); a amplitude (as constituições possuem textos mais extensos e articulados); a complexidade (revelada pela capacidade de conjugar elementos tecnicamente complexos com uma linguagem acessível); e a rigidez (aposta na ativação do poder constituinte do povo em face de qualquer alteração do texto constitucional).



Assim, as constituições do constitucionalismo andino se afastaram dos modelos prévios, baseados em enxertos e transplantes, e se apoiaram em atividade criativa sem medo de se entregar ao experimentalismo e à originalidade. Dessa forma, as novas constituições são essencialmente articuladas por princípios implícitos e explícitos que abundam em seus textos, em detrimento de regras que ocupam lugar limitado.

Seus textos são prolixos e extensos (pormenorizados), devido à necessidade do poder constituinte de expressar claramente sua vontade, o que tecnicamente pode desembocar em uma maior quantidade de disposições, cuja existência busca limitar as possibilidades dos poderes constituídos (em particular do poder legislativo).

No que tange a complexidade de suas previsões, nota-se que esse caráter se limita às inovações institucionais que traçam. São marcadas, ao revés, pela simplicidade da linguagem, motivada pela vontade de transcender o constitucionalismo das elites, criando um constitucionalismo popular, acessível ao entendimento de todos. Propõem, portanto, a utilização de linguagem de fácil compreensão, resultando em textos tecnicamente complexos e semanticamente simples.

Haja vista que um dos seus objetivos é a garantia de que os processos de reforma constitucional serão legítimos e para tanto intimamente ligados à soberania e feitos pelo povo, seu titular, há a proibição de que qualquer dos poderes constituídos disponha da capacidade de reforma constitucional. Trata-se de forma que visa preservar a conexão entre o conceito de constituição e o exercício do poder constituinte. Um dos intuitos do novo constitucionalismo latino-americano é a recuperação da participação popular de forma ampla, aproximando o povo da política e das decisões fundamentais do Estado, em teoria, alargando a representatividade e a legitimidade do governo.

Dessa forma, segundo Roberto Viciano Pastor<sup>1</sup> atribui-se ao constitucionalismo andino os seguintes objetivos: a substituição da democracia representativa pela democracia participativa; a garantia efetiva dos direitos e do cumprimento da Constituição (a partir da possibilidade de impugnação de inconstitucionalidade por iniciativa dos cidadãos); a ampliação dos direitos (individuais, políticos, econômicos e sociais); o pluralismo jurídico; a preocupação ambiental tendo a natureza como detentora de direitos; a promoção da sustentabilidade ecológica; e o controle da economia e dos

<sup>1</sup> Objetivos apontados em palestra ministrada em julho de 2013 na Pós-graduação da Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro.



seus atores pela Constituição e pelo Estado (normas de intervenção no domínio econômico).

Assim, vimos que o novo constitucionalismo latino-americano é um fenômeno surgido fora do âmbito acadêmico, produto de reivindicações populares e dos movimentos sociais com pensamento teórico desenvolvido. Dessa forma, carece de articulação como sistema fechado de análise e proposição de um modelo constitucional. Apesar de apresentar traços comuns em todos os países em que se manifestou, o que permite afirmar que se trata de corrente teórica em construção, não defende a existência de soluções extrapoláveis a qualquer país latino-americano. Trata-se da conversão em prática da teoria produzida pelo novo constitucionalismo, através dos processos constituintes vividos por alguns países da América Latina.

As condições sociais na América Latina demandam um constitucionalismo comprometido, que possa romper com o que se considera posto e imutável, e que possa avançar pelo caminho da justiça social, da igualdade e do bem-estar dos cidadãos. Os processos constituintes do novo constitucionalismo latino-americano surgiram como resultado direto dos conflitos gerados pela aplicação de políticas neoliberais (em especial na década de 80). A inscrição das necessidades dos movimentos sociais e populares que se insurgiram contra essas políticas se deu através de mudanças constitucionais e se traduz no ápice de um caminho progressivo de lutas que confluíram no novo constitucionalismo latino-americano.

#### **4- A Constituição da Bolívia de 2009:**

A fim de tornar evidentes as distinções entre os tipos de constitucionalismo em questão, propõe-se o estudo de alguns institutos da constituição da Bolívia, aprovada em 2009 e exemplo mais robusto de transformação institucional experimentado nos últimos tempos nos países do novo constitucionalismo latino-americano. Representa avanço rumo ao Estado Plurinacional, trazendo a simbiose entre os valores liberais e os indígenas.

Aprovada em um referendo ocorrido em janeiro de 2009, por um quórum de 61% dos votos, a constituição boliviana representa o fruto de longas lutas de movimentos sociais e de uma conjuntura de grave crise do Estado, e marcada pelo seu afastamento da sociedade (muitos autores utilizam a expressão “divórcio” entre sociedade e Estado, para



explicitar a situação de ingovernabilidade e ilegitimidade vivenciada). É considerada instrumento fundamental para a necessária refundação da Bolívia e inclusão da população indígena que representa cerca de 70% do total de habitantes. Para entendermos melhor os dispositivos inovadores que a Carta Magna em questão traz, necessário fazer uma breve digressão histórica da situação de crise citada.

Desde a sua independência em 1825, promovida pela ação de elites criollas, a Bolívia se desenvolveu como Estado oligárquico e excludente, centrado nas elites e nos seus interesses imediatos, demonstrando incapacidade e ausência de vontade de promover uma integração de toda a população (importante frisar que os indígenas sofriam com a imposição de uma cultura hegemônica ocidental, que era ratificada e protegida constitucionalmente, estando desprovidos do direito de manifestar suas crenças e particularidades culturais, bem como alijados de participar ativamente da vida política do país) e o empreendimento de atividades que viessem a beneficiar a todos em longo prazo.

Em 1952 acontece uma revolução nacional, repleta de expectativas em relação a possibilidade de homogeneização cultural e reforma institucional. E de fato originou algumas importantes reformas, como a garantia de alguns direitos sociais, antes não reconhecidos, tais como a implantação de educação pública obrigatória e a instituição do sufrágio universal, entretanto não prosperou a contento por contradições entre seus condutores. O fracasso dessa revolução se deu em grande parte pela adoção dos programas desenvolvimentistas neoliberais, que resultou em drásticas conseqüências sociais.

Em que pese ter havido um crescimento macroeconômico e a redução da inflação a partir da implementação das diretrizes neoliberais, a desregulamentação da economia nacional motivou a alienação de empresas estratégicas e dos principais recursos naturais, aprofundando o subdesenvolvimento e a situação de dependência do país. Ademais, a flexibilização do regramento das relações de trabalho agravou a exploração das camadas mais pobres da população. Arelado a esse quadro, entre as reformas, a descentralização do poder a partir de dotação de certo grau de autonomia regional foi campo fértil para o fortalecimento de movimentos sociais locais que passaram a contestar as regras postas.

La reivindicación de la convocatoria a una Asamblea Constituyente, levantada por primera vez por los pueblos indígenas amazónicos en la década de los noventa, se convirtió en la herramienta finalmente usada para emprender una transformación estructural del Estado. Cuando en diciembre de 2005 Evo





Morales y Movimiento Al Socialismo (MAS) vencieron em las elecciones presidenciales por um histórico 54% de la votación popular, habían asumido como programa político las reivindicaciones principales de los movimientos sociales y las organizaciones sindicales-indígenas. Entre ellas, además de la nacionalización y recuperación de los hidrocarburos – que actualmente representan un 50% de las exportaciones de Bolivia – o la reforma agrária em el oriente del país, figuraba la convocatoria a uma Asamblea Constituyente que “refundara Bolivia”. (GALVAN, p. 119).

Assim, em 2006, mais precisamente no dia seis de agosto, começou a funcionar a Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição de 2009. O processo constituinte que se seguiu foi bastante conflituoso, dada a resistência das elites que se mantiveram na oposição e tentando desarticular as inovações, porém amplamente democrático e popular. E o caráter democrático não se deve somente ao fato de os componentes da Assembleia terem sido escolhidos por sufrágio universal, mas também pela ampla participação e colaboração de diferentes comissões na elaboração do texto, comissões essas que colheram propostas das organizações da sociedade nos diferentes departamentos do país. A forma com que se conduziu a conformação da Constituição boliviana de 2009 a tornou marco da ruptura com o Estado Colonial liberal e refundação de um novo Estado, voltado à resolução do divórcio que o separava da sociedade.

Como o principal intuito das reformas é a resolução das fraturas que permeavam a história do país, destacaremos os dispositivos que demonstram o rompimento com a lógica de colonialidade do poder, fenômeno pelo qual a posição de dependência dos países periféricos não aboliu os elos de racialização do poder, com o afastamento dos povos nativos do governo.

Sendo assim, para sanar essa primeira e principal fratura de desarticulação entre os povos indígenas e o Estado a Constituição de 2009 instituiu um “Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário” em seu artigo 1º. Tal estado tem por base o reconhecimento da nação indígena e a garantia de direitos coletivos como a autodeterminação, a garantia de preservação da sua territorialidade em regiões de ocupação originária (artigos 289 a 296), a eleição de representantes de acordo com seus usos e costumes, o reconhecimento da justiça comunitária originária em pé de igualdade com a justiça ordinária, de base européia (artigos 190 a 192).

O reconhecimento desses direitos mencionados leva a uma profunda alteração estrutural do Estado que volta a ser oficialmente plurinacional e a admitir diferentes



formas e lógicas de produção de representação e de tomada de decisões democráticas, com a instituição de um inovador sistema judiciário e de diferentes formas de ocupação do espacial. Há uma guinada da figura de reprodutor de modelos importados, para a posição de produtor de um desenho institucional que tenha pertinência e adequação com as demandas e particularidades do povo boliviano.

Com fulcro na integração e no aumento da representatividade e legitimidade das instituições, a constituição criou o primeiro Tribunal Constitucional Plurinacional eleito diretamente pelos cidadãos do país, que conta com a presença de representantes indígenas (além do reconhecimento da autonomia da jurisdição indígena, já citada, conforme artigo 199). A eleição direta também é a regra para a composição do Tribunal Agroambiental e para os membros do Conselho da Magistratura. O sufrágio universal é precedido da aprovação por dois terços dos membros da Assembleia Legislativa Plurinacional de uma lista de candidatos. O artigo 207 trata das regras eleição dos magistrados do Tribunal Constitucional Plurinacional.

Uma segunda fratura era a que se dava entre o Estado e as regiões. Isso porque a ocupação do território se deu segundo a lógica de exploração colonial, o que levou a um maior desenvolvimento e preocupação com os centros de extração de minério da parte andina do país. As demais regiões não exploradas ocupavam lugar de periferia, o que levou à proliferação de um sentimento de abandono, que motivava insurgências hostis contra o Estado Andinocentrado, por não haver sentimento de pertencimento e integração. O grau de descaso com essas regiões periféricas era tão marcante que os seus habitantes se viam privados não só dos serviços estatais, como também da oportunidade de participação política. A essa questão a constituição respondeu com o estabelecimento de uma modelo territorial com o objetivo de descentralizar o poder, a fim de facilitar a democracia participativa, o controle social dos recursos empregados pelo Estado e o seu manejo eficiente. São reconhecidos quatro tipos de autonomias: departamental, regional, municipal e indígena originária camponesa.

Para assegurar os interesses de todo o povo boliviano, sem favorecimento de determinadas classes ou grupos, a Constituição estabelece que os recursos naturais possuem caráter estratégico e são essenciais para o desenvolvimento do país. Dessa forma, estabelece que esses bens são de propriedade e domínio social, direto, indivisível e imprescritível do povo boliviano, sendo o Estado o proprietário de toda a produção e o



único facultado para a sua comercialização (artigos 348 e 349). Ademais, a sua exploração tem que se dar de forma a garantir a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico (artigo 342). Sendo orientada pela preocupação com a preservação de ecossistemas das regiões, deverá ser precedida de consulta à população afetada (artigo 352). Observamos três princípios orientadores da exploração dos recursos naturais: a propriedade social, a gestão sustentável e a administração pública (submetida ao controle e participação social, conforme preceitua o artigo 351).

A terceira fratura dizia respeito à reprodução da lógica de exploração colonial pelas elites dominantes, sem observância de interesses gerais pela falta de consciência territorial-nacional. Aliada a essa lógica estava a falta de concessão de direitos sociais para as classes trabalhadoras, que fazia com que o país vivesse uma constante guerra entre o Estado (dominado pelas elites), os trabalhadores e camponeses, culminando na instabilidade permanente. Além disso, nunca havia sido colocada em prática qualquer forma de integração da classe explorada na socialização da riqueza extraída.

A essa fratura a constituição respondeu com a ampliação do rol dos direitos sociais, além da regulamentação da exploração dos recursos naturais abordada anteriormente. Sendo assim, foram assegurados direitos de acesso à água e à alimentação foram convertidos em obrigação estatal (artigo 16), bem como à saúde e à educação (artigos 17 e 18), à moradia, à eletricidade, ao saneamento básico (artigos 19 e 20), antes não reconhecidos. Ademais, o reconhecimento de uma economia plural, permeada por variadas formas de organização econômica, quais sejam, estatal, comunitária, privada e social cooperativa (artigo 306), indicam para a socialização do excedente econômico compatível com o desenvolvimento soberano em harmonia com a natureza.

## 5- Conclusão

Com o presente estudo pudemos observar que o novo constitucionalismo e o neoconstitucionalismo são vertentes da Teoria do Direito e do Estado que se aproximam, tendo origem comum. Ambos são deflagrados pela insatisfação com a ausência de constitucionalização de direitos tidos com essenciais para o povo e pela falta de uma eficácia horizontal de tais direitos, como forma de torná-los oponíveis também ao particular, ampliando sua potencialidade. O que diferencia as vertentes em estudo é o grau



de preocupação com a concretização do que foi constitucionalizado e de ousadia quanto à adequação do desenho institucional às necessidades particulares do povo.

O novo constitucionalismo é um movimento mais dinâmico e aberto ao experimentalismo. Ao propor o estabelecimento de Democracias Participativas, submetendo todas as decisões fundamentais do Estado ao sufrágio popular, estimula a aproximação do povo em relação ao Estado e à política; bem como oportuniza o controle sobre os atos dos governantes, obstando o crescimento de poderes invisíveis atuando na esfera estatal (BOBBIO, 1986).

Ante as características explicitadas do neoconstitucionalismo e do novo constitucionalismo latino-americano resta claro o caráter neoconstitucional da Constituição Federal do Brasil de 1988. Embora o processo constitucional brasileiro tenha gerado um texto mais aproximado do que almejava a minoria progressista presente na Assembleia Constituinte brasileira, o resultado obtido não foi de um modelo consciente de ruptura com o constitucionalismo do estado social de vertente européia, mas sua adaptação forçada ao contexto latino-americano.

A constituição brasileira é repleta de mecanismos elitistas de reforma, que acabam por manter o cidadão distante do Estado e do governo. Não vislumbramos também formas de inovação institucional com vistas a aumentar a representatividade e legitimidade estatais. Dessa forma, ela reproduz a lógica hegemônica e colonial de estabelecimento de leis.

Há no novo constitucionalismo uma ousadia criadora de novas realidades, sob a égide de novos paradigmas. Uma pulsante necessidade de ruptura com a lógica colonial hegemônica e de refundação, através da quebra de conceitos e modelos impostos e disseminados. A busca de estabelecer uma unidade na diversidade, sem que isso represente ameaça à existência do Estado, com maior sensibilidade em relação à cultura e valores dos povos nativos, convivendo em harmonia com os valores instituídos pelo processo de colonização. Trata-se de um passo além em relação ao neoconstitucionalismo, com vistas não a dar melhores condições de vida, mas sim de estabelecer parâmetros para que seus nacionais vivam bem, de forma plena.



## Referências:

AIVES, Marina Vitório. **Neoconstitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano: características e distinções**. Revista SJRJ, Rio de Janeiro, nº34, 2012.

BARROSO, Luis Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalismo do Direito (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil)**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/7547/neoconstitucionalismo-e-constitucionalizacao-do-direito>. Acessado em 04/05/2014.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Resumo das Licções de Legislação Comparada sobre o Direito Privado**. Bahia, J. L. Fonseca Magalhães, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOLÍVIA, Constituição (2009). **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**.

GALVÁN, Íñigo Errejón. **La constitución boliviana y la refundación del Estado. Um análisis político**. Papeles de relaciones ecosociales y cambio global, Madrid, ISSN 1888-0576, nº. 107, 2009, PP. 117-127.

GOMES, Nestor Castilho. **Neoconstitucionalismo, Hermenêutica e Pós-positivismo: Uma Crítica a partir da Teoria Estruturante do Direito**. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Anais do X Simpósio de Direito Constitucional, 2012.

MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Ed. Saraiva, 2011.

PASTOR, Roberto Viciano (org.). **Estudios sobre el nuevo constitucionalismo latino americano**. Valencia: editora Tirant Lo Blanch, 2011.

ROSSI, Amélia Sampaio. **Neoconstitucionalismo e Direitos Fundamentais**. XV Congresso Anual do CONPEDI, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La reinvenção del Estado y el Estado Plurinacional**. Santa Cruz da Serra: Alianza Interinstitucional CENDA/CEJIS/CEBID. 2007.

STRECK, Lenio Luiz. **Contra o Neoconstitucionalismo**. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, nº 4, Jan-Jun, 2011.



## A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADANIA PELA “NOVA CLASSE MÉDIA”: PROPOSTA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR

SODRÉ, Diego Azevedo

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito*

*cs.sodre@msn.com*

### RESUMO

O artigo busca, num diálogo entre a teoria social de Pierre Bourdieu e as pesquisas históricas de E.P. Thompson, além da teoria jurídica, lançar luzes sobre o maior fenômeno social da história contemporânea do Brasil: o surgimento de um grupo social, classificado inicialmente como “nova classe média”. Debruçando-se sobre a literatura relativamente recente dada a historicidade do acontecimento, o autor propõe um novo enfoque interdisciplinar sobre o fenômeno. Após realizar a revisão de literatura, desde aqueles que argumentam a favor do surgimento de uma nova classe média, até aqueles que discordam e afirmam ter surgido, na verdade, uma nova classe trabalhadora, o autor levantará a hipótese de que, estudando uma possível construção social da cidadania por este grupo social, seria possível entender melhor este fenômeno social enquanto fazer-se de uma nova classe social.

**Palavras-chave:** Nova Classe Média. Nova Classe Trabalhadora. Cidadania.

### ABSTRACT

The article seeks a dialogue between the social theory of Pierre Bourdieu and the historical research of EP Thompson, in addition to legal theory, shed light on the biggest social phenomenon of the contemporary history of Brazil: the emergence of a social group, initially classified as "new middle class." Leaning over the relatively recent literature given the historicity of the event, the author proposes a new interdisciplinary focus on the phenomenon. After conducting a literature review, from those who argue for the emergence of a new middle class, even those who disagree and claim have arisen, in fact, a new working class, the author will address the hypothesis that studying a possible social construction of citizenship by this social group, it would be possible to better understand this social phenomenon as the making of a new social class.

**Key-words:** New Middle Class. New Working Class. Citizenship.

Durante a assim chamada “era de ouro” do capitalismo, dos anos 40 aos 70 do século XX, houve grande crescimento econômico aliado a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em geral, no 1º mundo – um dos grandes motivos para este fenômeno foram demandas históricas conquistadas pelo movimento operário. Inspirado por um modelo de cidadania universal, o Estado de Bem-estar Social ou *Welfare State* trouxe também amplos direitos para a maioria das pessoas, sem necessariamente ter que se trabalhar para tê-los (FRANÇA *et alii*, 2008; ANTUNES, 2000).

Entretanto, no Brasil, apesar de muitos benefícios trabalhistas e sociais típicos do *Welfare State* terem sido implantados, um sistema universal de proteção social nunca se efetivou. Mesmo com tantas vitórias que os trabalhadores arrancaram dos patrões com leis de regulação do trabalho (por exemplo, a proibição do trabalho de menores de 12 anos [1891], a





primeira lei de férias [1925], a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [1943] e o décimo-terceiro salário [1962]), os direitos cívicos quanto políticos eram fraquíssimos: os períodos em que mais se avançou em benefícios sociais e trabalhistas também foram aqueles marcados por ditaduras (FRANÇA *et alii*, 2008).

Por conseguinte, Marília Medeiros (2009), ao analisar o processo histórico de reestruturação produtiva no Brasil, afirma que, apesar dos direitos trabalhistas conquistados, muitas pessoas pertencentes à classe trabalhadora não foram beneficiadas pela legislação trabalhista:

Como o desemprego faz parte da estrutura produtiva brasileira, não se conseguiu como nos países centrais, o pleno emprego. Isto é, a integração de grandes parcelas de trabalhadores ao trabalho industrial, resultando com isso, amplas parcelas da população, fora das benesses que do desenvolvimento, incluídas nos setores tradicionais da economia. Estes trabalhavam sem vínculo formalizado e sem salários definidos. O setor industrial no Brasil, não foi suficiente para incorporar todos ao modo de produção fordistas, gerando uma estrutura produtiva e uma gestão da classe trabalhadora bem diferentes dos países centrais. Sabe-se que o salário desempenhava uma função fundamental, na medida em que funcionava também como elemento de persuasão da classe trabalhadora e permitia sua integração ao consumo de massa. (MEDEIROS, 2009, p. 62)

Por conseguinte, desde a crise do taylorismo-fordismo e a reorganização do capital em torno de da experiência neoliberal – que se iniciou a partir da década de 70, o mundo do trabalho sofreu mudanças profundas. A queda das taxas de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State*, devido aos enormes gastos públicos incapazes de serem suportados pela máquina pública; o incremento acentuado das privatizações; etc, foram fatores para o desenvolvimento de um projeto político-econômico de acumulação flexível, que desmantelou diversas conquistas da classe trabalhadora (ANTUNES, 2000).

Por conseguinte, a grande mobilidade e fluidez de capitais por todo o mundo influenciou um movimento político chamado de *neoliberalismo*, o qual fez com que muitos trabalhadores que antes gozavam de direitos historicamente conquistados se juntassem aos outros que desde antes estavam impedidos por marcadores sociais de diferença a usufruir plenamente dos direitos sociais e cívicos fordistas. A incerteza quanto às condições de vida, que

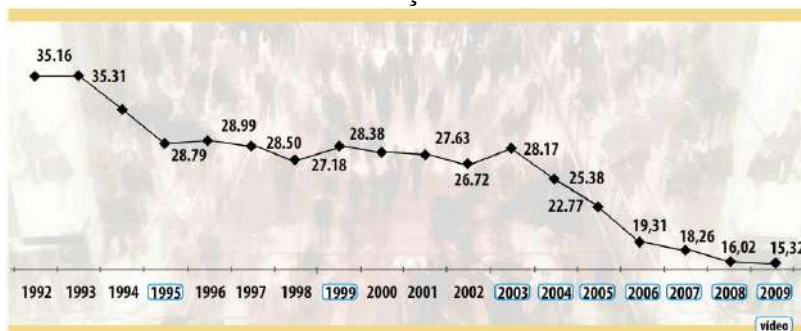


antes era para alguns grupos, hoje é construída no cotidiano da maioria dos trabalhadores pelo mundo também sob a forma de uma nova cultura inerente a um novo capitalismo.

De acordo com Richard Sennett (2006), esta série de transformações econômicas ao final do século XX, no que tange à revolução das forças produtivas – a 3ª revolução industrial – e a uma política conservadora, que entende o Estado como um mero administrador, tendo que cortar gastos supérfluos como a seguridade social, abrangendo um novo marco legal nas relações de produção, só foi possível de alcançar tamanha amplitude no mundo do trabalho hoje porque teve o amparo de uma nova cultura pautada em indivíduos, nas palavras de Sennett (2010), “desenjaulados”, mas, ainda sim, presos.

No entanto, apesar de hoje o trabalho formal, condição importante para o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora (sintetizado no sonho da carteira de trabalho) estar, para muitos, incerto, já que, no Brasil e no mundo, o trabalhador hifenizado, informal, e flexível se torna regra (FISCHER & TIRIBA, 2009; FRANÇA *et al*, 2008), não podemos ignorar que, ao mesmo tempo, a sociedade brasileira passa por uma grande transformação em sua estrutura social, no que tange, como veremos adiante, em aspectos econômicos e culturais. Como podemos ver no gráfico abaixo, na primeira década do século XXI, cada vez mais pessoas estão saindo de um estado de miséria no Brasil:

*Tabela 1 Evolução da miséria:*



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Por conseguinte, mesmo que o Brasil continue sendo um país extremamente desigual, as políticas públicas postas em prática pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nas figuras dos presidentes Lula e Dilma, em 10 anos de governo, melhoraram consideravelmente a vida de milhões de brasileiros, aumentando o poder de compra de uma grande parcela média da população em geral: em 2009, a classe C era composta de 50,5% (94,9 milhões de pessoas) em termos absolutos, além de possuir o maior poder de compra em relação às outras classes (de E a A) (em 2008, de 45,66% também em termos absolutos) (NERI, 2010). Marcelo Neri (2008),



neste sentido, ao estudar as mudanças econômicas do país nas últimas décadas, propõe um conceito para compreender este segmento populacional em ascensão social que será popularizado pela mídia e usado pelo governo federal para justificar seu slogan de “país sem miséria”, enquanto se tornará objeto de uma celeuma acadêmica: a **nova classe média**.

### **O debate sobre o surgimento de uma nova classe média brasileira**

Neri (2012) sustentará, com ênfase, que este grupo de trabalhadores que ascendeu socialmente pode ser chamado de “nova classe média” porque, no passado, estavam de fora da sociedade de consumo de massas, ao qual antes estava reservado à classe média tradicional. Na “pequena grande década”, entretanto, a geração de empregos com carteira de trabalho assinada, aliada com as políticas públicas distributivas, fizeram com que milhões de trabalhadores saíssem da extrema pobreza e outros milhões pudessem, agora, consumir bens de consumo duráveis que, antigamente, só podiam ser adquiridos pelas classes B e A, como carro, domicílio, geladeiras, DVDs, televisores, fogões, entre outros. A classe C, inclusive, pode viajar de avião e fazer turismo, outrora algo que estava fora de cogito, no máximo frequentar rodoviárias. Estes bens e os novos espaços de interação social proporcionam a esta camada social criar novas experiências de vida, que, outrora, só faziam parte do cotidiano das classes B e A – símbolos de ostentação da classe média tradicional agora são portados pela classe C:

O que é ser de Classe C? Computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada, plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas, a volta da carteira de trabalho, talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. (NERI, 2008, p. 41)

Para corroborar sua argumentação, Neri dialogará com Friedman, afirmando, com base no alto índice de felicidade futura (IFF) do brasileiro (média de 8,78) (NERI, 2012, p. 73), que este grupo social tem “um plano bem definido de ascensão social para o futuro” (NERI, 2012, p. 80), ao investir no ensino técnico e superior, por exemplo.

O economista acredita, enfim, na sustentabilidade do crescimento da mobilidade social e permanência dos que já melhoraram de vida se as políticas públicas distributivas continuarem, além de um ambiente de trabalho e negócios favoráveis, dada as experiências de fomento ao



empreendedorismo (microcrédito) do Crediamigo e do Banco do Nordeste (NERI, 2012, p. 261).

A seguir, Souza & Lamounier (2010), dialogam com Neri, indagando sobre as condições de sustentabilidade da classe C como classe média. Além dos fatores econômicos – 1) a distribuição de renda, 2) as reformas trabalhistas e tributárias e 3) a mobilidade ter dependido mais do consumo que de novos padrões de organização ou desempenho na produção, os autores levam em questão os recursos “weberianos”, i.e. educação, empreendedorismo, atitudes produtivas em relação ao trabalho, etc., e os recursos políticos, ou seja, a “capacidade de articular seus interesses, de pressionar o sistema político e, no limite, de projetar uma visão da sociedade consentânea com seus objetivos e valores” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 4).

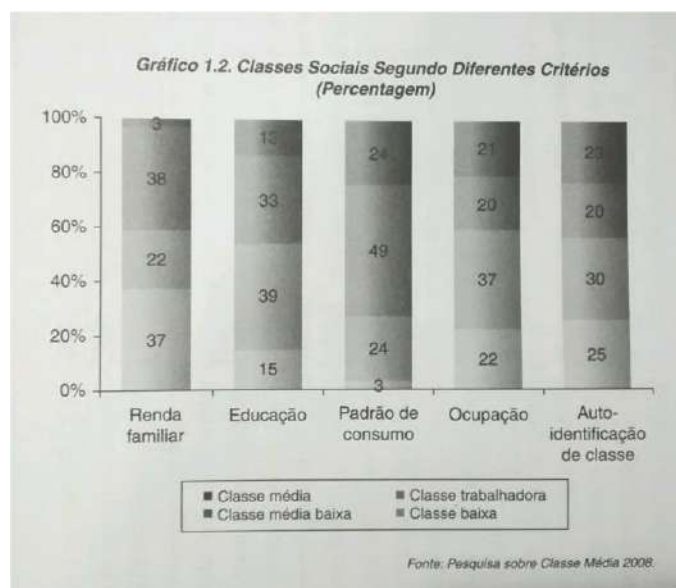
Realmente, os autores apresentam alguns critérios utilizados na literatura para identificar a classe média: critérios objetivos (educação, renda e ocupação) e subjetivos (identidade de classe). Os cientistas sociais argumentam que cada vez mais diminui o grau de disparidade educacional no país, aliada à queda da desigualdade de renda, “sendo [a educação, portanto] erodida como marca de classe” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 14). A renda é, a seguir, outro critério, utilizado; entretanto, os autores apresentam uma variante à análise que, ao invés de se basear diretamente no rendimento, classifica as classes sociais pelo poder de consumo. Por fim, enfatizam a importância de levar em consideração nas pesquisas o conjunto de ocupações dos grupos sociais, a partir de um comportamento econômico que busca uma renda permanente, ou seja, ocupações “apropriadas” para manter, na média o mesmo padrão de vida, ao longo dos anos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 16).

Souza & Lamounier, portanto, defenderão que a classe média brasileira deve ser compreendida, principalmente, por critérios subjetivos, dado que “a definição econômica de classe muda ao longo do tempo”, enquanto “os significados morais e culturais da vida de classe média” são estáveis. (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 16). De acordo com o modelo de democracia contemporânea trazido pelos autores,

ser de classe média significa valorizar a competição e o mérito, o respeito à liberdade individual e a igualdade perante a lei. Mais democrática e aberta a processos graduais de mudança, a classe média também tende a ser mais avessa a riscos e a reagir conservadoramente sempre que se sente ameaçada. (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 16-17)



Sob os aspectos subjetivos e objetivos citados há pouco, com efeito, os pesquisadores verificaram a porcentagem de entrevistados classificáveis como classe média, classe média baixa, classe trabalhadora e classe baixa. Com a ressalva que, no caso subjetivo, os entrevistados se definiram enquanto classe social. Abaixo, um gráfico resumindo esta etapa da pesquisa, excluindo-se aqueles que não sabiam responder (5%):



De forma arbitrária, com efeito, os autores, afirmando estarem apenas simplificando a interpretação (para quem?), associam classe média a classe A/B, média baixa a C, trabalhadora a D e baixa a E (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 19). Este exercício parece complicado, pois não leva em consideração, a princípio, os valores compartilhados por cada entrevistado com seu cotidiano.

Os cientistas políticos, no entanto, justificam esta atitude, chamando a atenção, para a questão da cultura e valores, a partir de grupos de discussão integrados por homens e mulheres das classes A, B, C e D. Seus temas de entrevista foram consumo, empreendedorismo, busca por qualificação, capital social, valores sociais, projetos de vida e disposições políticas para a democracia. Vamos focar nossa análise, entretanto, numa interpretação jurídica da pesquisa.

A partir da coleta de dados sobre a nova classe média no que tange a sua visão sobre direitos sociais, individuais e políticos, os autores, concordando com Neri, enfatizarão na existência de uma grande classe média brasileira (classes A, B e C), a qual teria “indignação moral”, i.e., aversão à transgressões como corrupção, drogas e violência (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 120) e nem tanto a não pagar passagem ou comprar produtos



pirateados (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.119) dada às carências sociais. Isto demonstraria seu interesse em “preservar a ordem social, sobretudo, por meio da legislação penal, criminalizando comportamentos transgressivos” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 102).

Entretanto, a classe média, num todo, possui baixo capital social, ou seja, por suas relações sociais não serem diversas, por não estarem associadas a quase nenhuma organização, restringindo seus contatos à família e amigos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 111). Sendo assim, a falta de confiança para fora dos círculos da família e amigos constitui, segundo os autores, empecilho para a democracia, além de colocar em cheque a sustentabilidade do crescimento da classe média brasileira.

Finalmente, os cientistas sociais afirmam que existe um consenso sobre a democracia como a melhor forma de governo entre os entrevistados de classe média, mas, ao mesmo tempo, existe uma profunda desconfiança em relação a suas instituições (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 133-134), por exemplo, os partidos políticos. A falta de compreensão e interesse no jogo político; a associação direta da atividade política com corrupção; a má compreensão de conceitos-chaves da ideologia; tudo isto caracteriza a natureza ambígua da cultura política da classe média brasileira.

Entretanto, junto com estas pesquisas, existem autores que possuem uma interpretação contrária sobre o mais recente fenômeno de mobilidade social no Brasil. Primeiramente, Pochmann (2012) realiza uma pesquisa sobre as transformações na economia brasileira desde os anos 70 até o início do século XXI, enfatizando as mudanças na base da pirâmide social. Argumenta ele que, do surto industrial dos anos 70-80, com forte inflação e arrocho salarial, passando pelo período de relativa estagnação nos rendimentos nos anos 90, pelo controle da inflação e a baixa geração de empregos, até os anos 2000, a economia brasileira se transformou consideravelmente, desde a expansão relativa do setor terciário, até a produção de diversos novos postos de trabalho (principalmente neste setor), os quais incluíram milhões de brasileiros que estavam na informalidade, fora do amparo das leis trabalhistas.

Percebendo a grande expansão do setor de base da estrutura social, no entanto, alerta o autor, que não se pode considerar que houve a formação de uma nova classe média, por conta da baixa remuneração de até 1,5 salário mínimo dos 2 milhões de empregos gerados, em média, ao ano, na primeira década do século XXI (POCHMANN, 2012, p. 19). Além disto,

um em cada dois chefes de família sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto é incluído na condição de “nova classe média” ou,





ainda, na mesma classificação social da metade das famílias que mora em favelas no país. (POCHMANN, 2014, p. 16)

Segundo o economista, o que, na verdade, ocorreu foi que,

Por intermédio de significativa expansão do nível de emprego com remuneração levemente acima do valor do salário mínimo e garantia de renda aos segmentos empobrecidos da população, ocorreu a incorporação de quase um quarto dos brasileiros no mercado de consumo de massa. (POCHMANN, 2014, p. 71)

O autor, conclui, assim, que o “superdimensionamento” do conceito de nova classe média, massificado midiática e governamentalmente (apesar de Pochmann referir-se somente a “alguns”, provavelmente, por motivo partidário), é sintomático de uma “miragem” a favor da substituição de políticas sociais universais pelas soluções do mercado, baseada, por exemplo, em microsseguros:

Se um país assume a condição majoritária de classe média, mesmo que na condição de mito, abre-se a possibilidade de ser vista até como natural a defesa de serviços ofertados exclusivamente pelas forças do mercado. A partir do rendimento de “nova classe média”, o projeto político da liberdade de comprar o que melhor convier se expressaria pelo meio propagandístico da justiça social, ainda que falsa. (POCHMANN, 2014, p. 16)

Posicionamentos mais críticos, entretanto, são apresentados numa coletânea de artigos organizados por Bartelt (2013). Nela, pretende-se pensar e indagar, além dos significados para o conceito de classe média, os impasses e possibilidades para um projeto político nacional em que a sociedade seja majoritariamente formada por uma grande classe média.

Na introdução, o organizador e editor afirmará que está presente hoje na sociedade uma narrativa construída pelos Governos Lula e Dilma de criação de uma nova classe média, “que se trata menos de um fato sociológico e mais de um projeto de estratégia e marketing políticos” (BARTELT, 2013, p.4). O pesquisador enfatiza que, apesar dos ganhos reais do salário mínimo, classificar como “classe média” este fenômeno é errôneo, visto o custo de vida nas cidades:

De fato, não fosse a força propagandística do governo e suas instituições publicitárias e científicas incumbidas para tal fim, este livro talvez nem precisasse ser publicado, de tão óbvio e evidente é a crítica que constata: uma classe que dispõe de entre 1.200 e 5.174 R\$ de renda familiar, visto o nível de custo de vida nas grandes cidades, não constitui uma nova classe média (BARTELT, 2013, p. 6)



Assim, sendo, Sonia Fleury (2013), a seguir, lembra aos leitores do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que afirma ser objetivo do Estado “a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades” (FLEURY, 2013, p. 71) Entretanto, defende que está em curso no país a substituição da “fetichização do poder de Estado”, correspondente ao projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas à Ditadura civil-militar (Estado como sócio estratégico), à “fetichização da eficiência do mercado” em dar conta das necessidades de reprodução social, ao invés do fortalecimento do Estado de Direito:

234

A fetichização do poder do Estado que correspondeu ao projeto nacional desenvolvimentista ao invés de dar lugar ao Estado democrático fortalecido foi substituída pela fetichização da eficiência do mercado, agora concebido como o que é suficiente para atender de forma satisfatória às necessidades de reprodução social. Em ambos os casos, desconsidera-se a sociedade, as relações e correlações de forças, os valores compartilhados, os conflitos social e o aspecto relacional de classes, que por fim é a essência da relação de poder. (FLEURY, 2013, p. 71)

Uma outra consequência da privatização é, paradoxalmente, a sobrecarga dos serviços públicos estatais, porque os planos e seguros privados de saúde se tornam cada vez mais precários, ao mesmo tempo em que aumentam os preços. (BARTELT, 2013, p. 10)

Por conseguinte, usando as considerações sobre a cultura de Bourdieu a partir dos capitais simbólicos, quanto de Charles Taylor sobre hierarquias morais, Jessé Souza (2010) coordenou uma ampla pesquisa para compreender a nova classe média, a qual ele defende que deveria, na verdade, ser classificada como nova classe trabalhadora, devido às longas jornadas de trabalho que se resumem, geralmente, em dois ou três empregos, até mesmo aliados aos estudos em busca de melhor remuneração.

Por que não podemos, defende o autor, conceitualizar o grupo de brasileiros que ascenderam socialmente da miséria para uma condição de melhor renda no início do século XXI, como nova classe média? A classe média (e nenhuma outra classe) não pode ser caracterizada apenas por critérios econômicos como de renda, usado pela análise “conservadora”, nem pela sua posição dentro da produção social, como o marxismo clássico. O autor compreende a classe média dentro de uma classe maior, porém a menor das classes, que se chama a “classe dos privilégios no Brasil” (SOUZA, 2013, p. 61). Esta classe é formada por aqueles que possuem mais capital econômico e cultural, de forma a se distinguir, a partir do seu estilo de vida, dos não-privilegiados. Seu privilégio, na verdade, reside no fato de serem os



únicos a terem as pré-condições de aprenderem a acumular estes tipos de capital, reproduzindo sua condição de classe ao longo das gerações:

[...] mesmo nas classes mais altas, que monopolizam o poder econômico, os filhos só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem também o “estilo de vida”, a “naturalidade” para se comportar em reuniões sociais, o que é aprendido desde tenra idade na própria casa com amigos e visitas dos pais, ao aprender o que é “de bom tom”, ao aprender a não serem “over” na demonstração de riqueza como os “novos ricos” e “emergentes” etc. Algum capital cultural é também necessário para não se confundir com o “rico bronco”, que não é levado a sério por seus pares, ainda que esse capital cultura seja muito frequentemente, mero adorno e culto das aparências [...] É a herança imaterial [...] na verdade, que vai permitir casamentos vantajosos, amizades duradouras e acesso a relações sociais privilegiadas que irão permitir a reprodução ampliada do próprio capital material. (SOUZA, 2009, p.19)

235

Apesar, entretanto, de possuir menos capital econômico, a classe média

[...] ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural. O filho ou filha da classe média se acostuma, desde a tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho que ensino os segredos do computador brincando com jogos. (SOUZA, 2009, p.19)

Se as classes dominantes são as que possuem maior capital econômico e cultural e, primordialmente, as condições para apreendê-los e torná-los corpo, ou seja, incorporá-los a sua vida cotidiana, quem são os “desprivilegiados”? O sociólogo os conceitua, provocativamente, como “ralé estrutural”:

O processo de modernização brasileiro constitui [...] também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político [...] de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. (SOUZA, 2009, p. 21)

A relação, por conseguinte, entre estas duas classes sociais é marcada por uma exploração sistemática dos dominadores. No entanto, esta relação social não se restringe à renda ou à posse (ou não) dos meios de produção. Tanto a nível simbólico quanto a nível moral,



o autor analisa que este grupo social possui baixo capital cultural e econômico, em relação às elites, dado que, como vimos acima, estes possuem o privilégio de, além de herdar a riqueza dos pais, herda também seus conhecimentos e possuem condições privilegiadas de reprodução de sua classe, tudo em cima do não-privilégio das classes mais precarizadas. O fato da classe média e da elite não precisar trabalhar para estudar só é possível porque há quem trabalhe para eles, por exemplo, a doméstica e a família para a qual trabalha:

236

Se pensarmos nas empregadas domésticas, temos uma idéia de como a classe média brasileira, [...] tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa. Como não pensar também nos serviços sexuais de baixo preço – não só de prostitutas, mas de todos os indivíduos em situação de dependência – de uma classe a outras? Como não pensar também na “naturalização” de serviços de saúde de primeira qualidade para as classes privilegiadas – classe média e alta – e de segunda qualidade para os mais pobres? O mesmo acontece com a escola, com o acesso à justiça etc. Essa é a nossa verdadeira “luta de classes” intestina, cotidiana, invisível e silenciosa, que só ganha as machetes sob a forma “novelizada” da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa [...] o que temos aqui [...] é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas. (SOUZA, 2009, p. 24-25)

Além disto, há uma hierarquia moral que é inculcada em cada indivíduo de dignidade/indignidade, que serve de referencial para nossas ações cotidianas. Segundo o sociólogo, este binômio

não é um valor moral específico mas um conjunto de características psicossociais incorporadas, emocionais e cognitivas que fazem com que tanto a autoestima pessoal, quanto o reconhecimento social sejam possíveis. É essa seleção prática que qualquer entrevista de emprego no mercado ou qualquer prova de concurso público procura fazer. É a mesma seleção que fazemos todos os dias acerca de quem apertamos a mão ou de quem evitamos até usar a mesma calçada. Essa dimensão é tão encoberta e escamoteada quanto a dimensão dos capitais não econômicos. (SOUZA, 2013, p. 64)

Aqueles que são, na verdade, privilegiados pela lógica descrita acima, vêem seu sucesso a partir de valores ditos “consensuais” da meritocracia: a igualdade de oportunidades, a isonomia dos processos de escolha, deixando vencer aquele com mais competência, aquele que possui **mérito**. Os que não possuem privilégios se culpam por não terem vencido a luta por recursos econômicos e culturais escassos, que estão praticamente monopolizados pelas elites. Opera-se, assim, a violência simbólica, que separa a sociedade entre dignos e não-dignos:



O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como inferiores, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas – precisamente o que reencontramos em todas as nossas entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível. (SOUZA, 2013, p. 63)

Sendo assim, se na sociedade brasileira, temos classes sociais que reproduzem indefinidamente sua situação de classe, como explicar o atual processo de mobilidade social, em que milhões de brasileiros têm acesso hoje a bens de consumo duráveis, entre outros, ou seja, a uma vida melhor? Souza explicará, então, que na ralé formou-se uma elite que ascendeu socialmente por desenvolver as pré-condições necessárias para trabalhar dentro do sistema competitivo e capitalista.

Este segmento da classe trabalhadora, na verdade, ascendeu socialmente, como um dos principais motivos, pela criação de empregos formais; só que, para ingressar e permanecer no mundo do trabalho de carteira assinada é necessário aos batalhadores ter e conservar “dignidade”, como especificado acima.

Mesmo não tendo capital cultural e capital econômico igual a às elites econômicas e culturais, a dignidade, portanto, é o sentido da ação que permite aos batalhadores ascenderem socialmente, aliada às mudanças econômicas. O que a efetiva é o que falta à ralé, além de alto capital familiar, ou seja, “possuem família estruturada, com a incorporação dos papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados” (SOUZA, 2010, p. 50), que se substancializa efetivamente na transmissão de uma ética do trabalho específica:

É importante perceber a diferença com relação às classes médias, em que a “ética do trabalho” é aprendida a partir da “ética do estudo” como seu prolongamento natural. Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido toda uma etapa importante da vida dividida entre brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média. [...] Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, escolhas “pré-escolhidas” pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental (SOUZA, 2010, p. 51).

Entretanto, o que diferenciará a nova classe trabalhadora da ralé é a “possibilidade da incorporação pelos batalhadores dos pressupostos para o aprendizado e o trabalho” (SOUZA, 2013, p.62):



A nova classe trabalhadora parece se definir como uma classe com relativamente pequena incorporação dos capitais pessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural – o que explica o seu não pertencimento a uma classe média verdadeira –, mas, em contrapartida, desenvolve disposições para o comportamento que permitem a articulação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. Essa tríade motivacional para o trabalho e disposicional conforma a “economia emocional” necessária para o trabalho produtivo e útil no mercado competitivo capitalista. Seja por herança familiar, [...] seja como resultado da socialização religiosa, ou seja por ambos, o fato é que existia um exército de pessoas dispostas a trabalho duro de todo o tipo como forma de ascender socialmente. As novas formas de regime de trabalho do capitalismo financeiro em nível mundial encontraram nelas [...] sua “classe suporte” típica para possibilitar o novo regime de trabalho do capitalismo financeiro. [...] essa nova classe logrou ascender a novos patamares de consumo a custo de extraordinário esforço e sacrifício pessoal. (SOUZA, 2010, p. 367)

Portanto, além de estar ligada a suas origens, sendo comunitária, ela possui

[a] capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no trabalho. (SOUZA, 2010, p. 50)

Por conseguinte, outro trabalho interessante no qual se dialoga economia e cultura constantemente foi realizado por Leticia Veloso (2011). Nele, a autora, procura compreender como aqueles que estão sendo chamados de “nova classe média” produzem a si mesmos durante o cotidiano. Seu foco será o que está no imaginário deles de “classe média” como uma situação “normal”, ou, nas palavras de Bourdieu, *taken for granted*: sua prática cotidiana se trata em domesticar bens de consumo tidos como pertencentes à classe média em existentes rotinas da classe trabalhadora. O objetivo disto é a busca destes que sempre foram marcados socialmente de maneira negativa por inclusão social.

Em outras palavras, para a pesquisadora, as práticas desta parcela da classe trabalhadora tidas moralmente como “consumistas”, ou seja, “superficiais”, tem um profundo sentido: a busca por reconhecimento como pessoas de valor num universo simbólico marcado pela aparência de igualitarismo, mas essencialmente racista e determinado por relações de classe.

Veloso demonstra, portanto, que o trabalhador da nova classe média tem consciência, dentro da sociedade de consumo brasileira, da sua situação contraditória: possui os mesmos bens de consumo que a classe média tradicional, mas ainda sim é vista negativamente como inferior em relação à classe média e às elites. Veloso afirma, então, que a entrada da nova classe





média na sociedade de consumo é a forma possível no momento para ela **afrontar e mudar** a hierarquia social do Brasil:

By looking closely at what people actually do with their money, and then with the objects they have bought, I suggest that what becomes visible is a changing mode of negotiating difference and hierarchy in Brazilian society, where both these notions have highly peculiar meanings. The new middle class, through its imaginations and practices, and through its consumption, upsets this logic of hiding the latter to express the former. Hence, on one level, it seems to at the very least be making a (symbolic) stand against such ingrained privilege and differentiation, by “stirring up” a very hierarchical and differentiated society. In this light, such practices are both expressing an underlying symbolic logic (of egalitarianism and difference), and trying to change it (VELOSO, 2011, p.13).

### **A construção social da cidadania: uma contribuição interdisciplinar ao debate**

Vimos, portanto, que, atualmente, o fenômeno social mais impactante na história recente do Brasil é o surgimento de um grupo de indivíduos, outrora marginalizados, que adquiriram pelo suor do trabalho e/ou dos estudos, uma melhor renda e qualidade de vida, a partir, principalmente, do poder de consumo, dentro de um contexto político-econômico de retomada do crescimento econômico, com abertura de novos postos de trabalho, em maior parte do setor de serviços, e de políticas públicas sociais distributivas, como o bolsa-família. O aumento real do salário-mínimo, com efeito, criou as condições para um conjunto de pessoas, outrora excluído da sociedade de consumo de massas, ter a propriedade de bens que faziam parte, outrora, somente do universo social da classe média e da elite econômica, desde eletrodomésticos até planos de saúde e a casa própria.

Entretanto, o grande debate, analisado acima, que se trava na academia não é sobre a real mobilidade social e suas características econométricas, mas sim a sua interpretação, enquanto transformação da estrutura social. Qual é a forma “correta” ou “mais verdadeira” de conceituar este grupo social ascendente? Uma nova classe média que aspira realizar seus sonhos de consumo? Um novo segmento social de uma grande classe média, que apesar de ter menos renda, se caracteriza, essencialmente, pela defesa dos valores democráticos compartilhados? Uma nova classe trabalhadora que se distingue da classe média por critérios econômicos de vulnerabilidade, como saúde e educação, moradia, habitação e transporte público de má-qualidade? Que se encontra nas ocupações de baixa renda, na base da pirâmide social? Uma nova classe trabalhadora que não participa das lutas por distinção e possui valores



diferentes das elites econômicas e culturais? Uma classe social que busca ser inserida pelo consumo na “boa” sociedade?

Portanto, todas estas interpretações possuem, na minha análise, uma lógica razoável, dados os valores orientadores e metodologias utilizadas, que deveriam ser levados em consideração e não serem meramente deixados de lado. No entanto, a interpretação e sua argumentação lógica são também, em todas as pesquisas, uma tentativa ideológica e valorativa, seja mais claro ou disfarçado “cientificamente”, de orientar para onde vai resultar este processo social ao longo das próximas décadas. Quando os autores pensam nisto, realmente, pensam que tipo de mercado, que tipo de regime político, que tipo de direitos, que tipo de justiça social, ou seja, que tipo de sociedade eles defendem ser o melhor para o país.

Apesar, no entanto, de Neri querer “tranquilizar os sociólogos”, referindo-se à nova classe média como conceito apenas econômico, e não social, dado estar a classe C na média das classes sociais, ele se contradiz ao defini-la a partir de critérios subjetivos e valorativos. Souza & Lamounier irão justamente seguir esta abordagem, com a diferença de complexificá-la com questões políticas. Tanto a classe A, quanto a B e C, compartilham, segundo sua pesquisa, tanto os tipos de bens de consumo duráveis (econômico) quanto possuem valores políticos muito parecidos (cultura política). Suas perguntas têm como referencial seu modelo de democracia contemporânea, em que possui uma grande classe média que valoriza a iniciativa privada e possui indignação moral com o patrimonialismo e a transgressão das leis mais essenciais para a manutenção da ordem social. Nossa classe média, entretanto, não se encaixa “perfeitamente” neste modelo. Os autores defenderão, assim, medidas políticas dos governos e maior organização política da classe média, com ênfase na menor participação em organizações da nova classe média, para por em pauta seu projeto político pautado nos seus valores políticos. Concluem os autores que somente estando de acordo com o modelo dos países de primeiro mundo, o desenvolvimento sócio-econômico, com a ampliação da classe média, será sustentável.

Afinal de contas, de que democracia os entrevistados pensam na hora de responder, por exemplo, se é favor deste regime? Democracia não é somente aquela oferecida pelas soluções do mercado para consumo, mas também existem aquelas que se pautam pelo respeito, tanto a direitos individuais, quanto os sociais e políticos. Será que os valores compartilhados pelos “emergentes”, enriquecidos pela sua experiência de vida, são todos iguais aos da classe média,



ou será que possuem uma característica específica, influenciados por um modo de vida da classe trabalhadora?

Vários autores trarão críticas a interpretação de Souza & Lamounier, levando em consideração, por exemplo, a classificação de classe média pelo lugar na produção, como faz Marcio Pochmann, ou pela análise de outras formas de acumular poder (não meramente econômico) que não estão disponíveis (ou são impensáveis) às classes populares, como afirma Jessé Souza e outros. Para estes, o *habitus* desta classe é diferente do das classes altas, possuindo características únicas, se orientando mais por uma certa ética do trabalho ou pela maneira de navegar pelo universo social e domar seus símbolos.

Diferentemente da maioria, que compreende o consumo somente pelo seu lado negativo, ou seja, parte de um conjunto de características disposicionais que excluem a ralé da batalha por uma vida mais digna, excluindo-se dos batalhadores, poupadores e parcimoniosos na hora de consumir, Letícia Veloso procura ver o consumo como a ponte para a vida digna (a vida da classe média) e como uma forma de abalar as estruturas sociais de hierarquização, que dividem brasileiros entre gente e não-gente. Pode ser que esteja sendo construído aqui, sendo assim, pelas práticas inventivas e cotidianas de uma fração da classe trabalhadora, uma cidadania de baixo para cima, por mais limitada que seja pela sociedade de consumo, já que estes também querem ser tratados com reconhecimento social, lugar somente reservado pelas elites sociais.

Minha hipótese principal, portanto, é a de que está se formando uma nova classe trabalhadora brasileira. No entanto, suspeito que esta formação não acontece como é corriqueiro na historiografia inglesa: a formação da classe trabalhadora como resultado das máquinas a vapor e da dominação burguesa, sendo a putrefação do modo de vida camponês. Defendo que é possível analisar a formação deste novo segmento social pelo método histórico de E.P. Thompson, i.e., a história vista de baixo (pra cima) (THOMPSON, 1981). Podemos comparar o processo de formação da classe trabalhadora inglesa (THOMPSON, 1987) com a “nova classe média”, no que tange a interpretação das leis de acordo com sua experiência de vida e seus valores. Além deste autor, sugiro também analisarmos a partir das contribuições de Bourdieu, não só dos capitais simbólicos (BOURDIEU, 2008), como já fazem Jessé Souza e outros, mas também pelo conceito de *habitus* (BOURDIEU, 2011). Sigo, portanto, uma orientação teórica (e, inevitavelmente, política) que analisa a luta de classes, além de ser uma



luta por recursos econômicos e culturais, uma luta de valores antagônicos, valores estes que podem ser de justiça e cidadania.

No entanto, por fazer uma pesquisa, de cunho científico, não posso transformar os meios em resultados, como erroneamente fazem Souza & Lamounier, ao confundirem seus valores democráticos como “os” valores democráticos. Isto acontece porque, assim como os marxistas ortodoxos que criticaram por querer “educar as classes”, caem no mesmo erro ao encaixar forçosamente na realidade social brasileira o modelo (neo)liberal de democracia e classe média. Nem sequer suspeitam os autores que, ao contrário, dentro desta “grande classe média” recortada por eles podem existir os mais antagônicos valores morais.

Se, portanto, não existe uma cultura política, mas *culturas* em conflito, sustento a hipótese de que há também culturas jurídicas em conflito na sociedade brasileira. A maneira de ver o mundo jurídico, pode se basear num consenso geral; entretanto, como este mundo é construído cotidianamente por este grupo potencialmente classificável de nova classe média? Como veem as instituições públicas e quais são suas expectativas em relação a elas, tendo como base seu modo de vida distinto da “classe média tradicional” e que deve se assemelhar mais aos mais pauperizados da sociedade. Como a classe C incorpora direitos políticos sociais e individuais? Para eles, o que é cidadania? Assim como o trabalhador se apodera pelo consumo dos bens de consumo duráveis com um *habitus* de classe trabalhadora (VELOSO, 2011), ele deve se apoderar também dos bens jurídicos, i.e. das condições de exercício da cidadania, pertencentes ao mundo social da classe média e elite, sob a mesma lógica. Pode ser que o que esteja acontecendo, hoje, seja, paulatinamente à formação de uma nova classe trabalhadora, a construção social de sua cidadania, de forma ativa, por este setor em ascensão social.

De forma interdisciplinar, às luzes das teorias social e jurídica, propomos compreender o fenômeno de atual mobilidade social no Brasil hoje pela produção da cidadania de baixo para cima, questão que, quando não é negligenciada, no caso da grande maioria dos trabalhos sobre o tema, encara a questão da cidadania pela produção de políticas públicas de cima para baixo. O que foi feito até agora, em geral, dentro da literatura específica, foi uma sociologia da marginalidade e exclusão social, vista de cima para baixo, ou seja, uma sociologia da **dominação** (SOUZA, 2012). Cabe a nós, portanto, contribuímos para o debate invertendo os pólos da metodologia, i.e. realizando uma sociologia da **resistência**, e da transformação.



### Considerações finais

O fenômeno atual de transformação da base da pirâmide social brasileira, por mais impressionante que seja e benéfico ao desenvolvimento social do país, não pode ser levado apenas pelo lado positivo. Há diversos problemas para a consolidação de uma cidadania plena no país, como por exemplo, os déficits nas áreas sociais. Empurrar este dever constitucional para o mercado já se provou, como em outros países, não ser a melhor solução. Inclusive, na nossa experiência, os próprios serviços contratados por parcelas cada vez maiores de pessoas possuem baixa qualidade. Tudo isto torna difícil afirmar que existe hoje uma nova classe média, se a entendermos para além de uma definição subjetiva/objetiva de um grupo de pessoas que querem crescer na vida e possuem determinada faixa de renda.

Sendo assim, propomos neste artigo um enfoque interdisciplinar para compreendermos este fenômeno tão debatido hoje: como este grupo potencialmente classificável de “nova classe média” constrói sua cidadania? Temos a hipótese que esta construção se opera a partir de um modo de vida característico da classe trabalhadora brasileira, marcado pela experiência compartilhada com setores mais pobres de má prestação de serviços públicos na área social e, diferentemente daqueles, maior poder de consumo, possuindo bens de consumo, outrora pertencentes somente à classe média e à elite econômica.

Desejamos contribuir, portanto, qualitativamente tanto para a Academia quanto para a sociedade em geral, ao estudar a nova classe média não como o partido X ou o intelectual Y diz que ela deveria ser, mas a partir do que de fato ela é e como se vê, tentando aprender com ela o que sabe, mas não sabe que sabe, sobre si e o mundo no qual trava suas lutas diárias por reconhecimento num universo simbólico, no que tange à economia, cultura, política e direito.

### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BARTELT, Dawid Danilo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 4-13.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk/Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Outline of a theory of practice*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- FLEURY, Sonia. A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 69-83.



- FRANÇA, Bárbara *et alii*. *Guia de Economia Solidária* – ou porque não organizar cooperativas para comunidades carentes. Niterói: EdUFF, 2008.
- MEDEIROS, Marília S. F. Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva no Brasil. *Latitude*, vol. 3, n°1, p.55-75, 2009.
- NERI, Marcelo Cortes. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008. Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>>. Acesso em 20 nov 2013.
- \_\_\_\_\_. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.com.br>>. Acesso em 20 nov 2013.
- \_\_\_\_\_. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média* – capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier/CNI, Brasília, DF, 2010.
- SOUZA, Jessé *et alii*. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania – para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.
- \_\_\_\_\_. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p.55-68.
- THOMPSON, Edward P. \_\_\_\_\_. *A Formação da classe operária inglesa*. 3 Vols. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da Teoria* – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- VELOSO, Letícia. *Class as Everyday Imagination and Practice in Brazil*. Artigo apresentado à Environmental Awareness and Mobile Lifestyles Conference, Universidade de Lancaster, Fevereiro, 2011.





## CIDADANIA, IGUALDADE E JUSTIÇA EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS

OLIVEIRA FILHO, Gabriel B. G. de  
*gabrielbarbosa@id.uff.br*

245

### RESUMO

Nos últimos anos, vivenciou-se no contexto brasileiro uma valorização de sua diversidade cultural e de suas identidades coletiva, paralela à crescente positivação de tratamentos jurídicos diferenciados. Cada vez mais surgem ações afirmativas que preveem acesso diferenciado a garantias e direitos para grupos sociais específicos, como os quilombolas, indígenas e populações tradicionais, mas também por recorte de gênero e faixa etária. Entretanto, essas políticas enfrentam dificuldades em serem traduzidas para nosso plano jurídico. A lógica da desigualdade e o monismo jurídico brasileiro demonstram que o “direito à diferença” somente será reconhecido através da via da tutela.

**Palavras-chave:** Cidadania; Multiculturalismo; Jusdiversidade

### ABSTRACT

Over the past years, Brazil has experienced an appreciation of its cultural diversity and its collective identities, parallel to the increasing positivation of distinct legal treatments. More and more affirmative actions emerge providing differential access to rights and guarantees for specific social groups, such as the *quilombolas* (or maroons) and indigenous and tribal peoples, but also by outline of gender or age. However, such policies face difficulties when translated into our legal terms. The logical of inequality and the Brazilian legal monism shows that the "right to difference" is only recognized through the pathway of tutelage.

**Key words:** citizenship; multiculturalism; Legal pluralism

O mundo ocidental contemporâneo pode ser compreendido como um emaranhado de “arquipélagos culturais”, que abrange a coexistência de uma pluralidade e diversidade de modos de pensamento e ação, interconectados e atravessados por múltiplas redes de significados (GLISSANT *apud* MOTA, 2009). Na perspectiva do multiculturalismo, como fenômeno, é possível constatar a enorme diversidade cultural presente em todos os Estados independentes do mundo: Will Kymlicka (1995) estimava que dentre os 184 países à época, encontravam-se “mais de 600 grupos de línguas vivas e 5.000 grupos étnicos”. Ou seja, o ser humano se organiza a parte de um enorme apanhado de cosmologias, formas de ver o mundo, contrariando o ideal de uma sociedade moderna hegemônica. Isso implica em perceber que há uma pluralidade e diversidade de modos de compreender justiça e de administrá-la.

O Brasil, também, desenha-se como um país pluriétnico e multicultural, em que as teorias pluralistas devem ser tratadas com especial atenção pelas ciências jurídica e política. Nos últimos anos, vivenciou-se no contexto brasileiro uma valorização de sua



diversidade cultural e de suas identidades coletiva, paralela à crescente posituação de tratamentos jurídicos diferenciados. Cada vez mais surgem ações afirmativas que prevêm acesso diferenciado a garantias e direitos para grupos sociais específicos, como os quilombolas, indígenas e populações tradicionais, mas também por recorte de gênero e faixa etária. Entretanto, essas políticas enfrentam dificuldades em serem traduzidas para nosso plano jurídico. De modo que o reconhecimento da diversidade, nesse cenário, vai ocorrer pela “incorporação subordinada da diferença” (SIMIÃO, 2013).

Na gramática brasileira, há uma complementaridade entre os segmentos desigualmente constituídos e uma naturalização da ordem hierárquica excludente (KANT DE LIMA, 2009), inclusive com instrumentos legais que atribuem tratamentos desiguais. O resultado disso é que as políticas de reconhecimento vão possuir outras implicações no país. A lógica da *desigualdade* e o monismo jurídico brasileiro demonstram que o “direito à diferença” somente será reconhecido através da via da tutela. Resultando em uma reposição das desigualdades de fato: apesar dos sujeitos serem formalmente iguais, a desigualdade revela-se em diferentes dimensões do processo de constituição de direitos e na administração de conflitos. Um exemplo disso são os casos de tratamentos diferentes de pescadores tradicionais reconhecidos e dos não reconhecidos (LOBÃO, 2010), quilombolas titulados e não titulados, indígenas em terra indígena ou em espaço urbano.

Dessa forma, esse trabalho vai se debruçar sobre duas hipóteses que derivam do estudo do multiculturalismo. A primeira é que a valorização - e o reconhecimento - da diversidade cultural, no âmbito do multiculturalismo, vai ser sempre limitada quando aplicada em contextos plurais derivados de uma tradição colonialista, como são os países da América Latina. A segunda hipótese é que uma verdadeira opção *intercultural* implicaria em uma transformação das nossas concepções dogmáticas eurocentradas, em especial quanto às questões como as da cidadania, igualdade e justiça na coexistência de distintas culturas. Da mesma forma que estamos em movimento, transformando-nos, assim também estão os distintos portadores de especificidades culturais e aí está presente a possibilidade de enriquecimento mútuo e, portanto, devemos passar do “del reino de las seguridades al reino de la ambigüedad” (JULIANO, 1997, 36). A partir deste entendimento, o objetivo é observar quais experiências e aprendizados podem auxiliar na compreensão específica do contexto brasileiro que, como será demonstrado, possui uma cidadania características próprias.



## A volta da cidadania

Um dos principais temas da atualidade, a cidadania passou por um apagão ao longo do século XX, tornando-se um conceito ausente da gramática política e acadêmica dos anos 60 e 70. Desde a década de 80, tem ocorrido um resgate de sua importância política e teórica: o “retorno do cidadão” (SABATO, 1999). A categoria cidadania pode ser dividida em ativa, enquanto participação ativa e direta de cidadãos na política da comunidade; e cidadania passiva, enquanto *status* concedido a todos os membros de uma comunidade. Essa última funcional como titularidade de direitos e deveres, sendo a concepção que prevalece na era moderna. A diferença entre os dois aspectos já se encontrava entre a compreensão de cidadania greco-romana e romano-imperial (BELLO, 2012), estando presente desde a Constituição Francesa de 1791, que separava os cidadãos entre ativos e inativos - ou simples. Os primeiros eram aqueles que podiam votar e ser votados, e inativos todos os demais que somente se beneficiariam da nacionalidade francesa (CARVALHO, 2001).

A cidadania dos Estados modernos é atribuída a indivíduos a partir de sua nacionalidade, dentro de determinado território. Thomas Marshall pode ser apontado como o principal codificador do conceito moderno de cidadania (“democrática liberal”). A partir da realidade inglesa, seu trabalho abordar a cidadania e a classe social olhando para a sociedade capitalista em formação e sua desigualdade econômica inerente. Dessa forma, aponta que a igualdade formal servia com uma compensação das desigualdades que imperavam na realidade: “a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida” (MARSHALL, 1967, 62). Na busca por conciliar a sociedade de mercado com a democracia, deu um enfoque maior aos direitos sociais (CARVALHO, 2001).

A cidadania marshalliana é vista como constituída por homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento se deu a partir da luta para adquirir tais direitos e pelo gozo do mesmo, e caracterizou-se pela inclusão gradativa de novos direitos a um mínimo comum existente. Um importante momento histórico para sua constituição foi o das Revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII, que buscaram superar o Antigo Regime a partir da crítica à sua ideologia de desigualdade natural no âmbito político e social. Segundo Mota (2009, 243), elas “introduzem uma nova gramática das relações cotidianas, com o pressuposto de que todos são diferentes individualmente, porém iguais em termos de seus direitos”. Nas sociedades ocidentais modernas a cidadania assume essa



característica de laço político entre os indivíduos, fundando a ideia das relações humanas serem definidas a partir de uma igualdade de dignidade entre todos.

Observando o desenvolvimento histórico do conceito na Europa, Marshall propôs uma divisão da cidadania em três partes: a primeira refere-se aos direitos civis obtidos no século XVIII, que correspondem aos direitos de liberdade, à vida, à propriedade, à igualdade jurídica; a segunda é a cidadania política, conquistada no século XIX, que corresponde ao direito de votar, ser eleito, de organizar partidos políticos, o sufrágio universal e o Parlamento; e a última refere-se à cidadania social, elaborada no século XX, que assegura o direito à educação, trabalho, saúde. Embora na realidade esses avanços não alcançassem todos e, para citar alguns exemplos, a igualdade formal não foi garantida aos escravos das colônias francesas, nem aos estadunidenses; os direitos políticos baseavam-se em critérios censitários e não alcançavam as mulheres.

Mota (2009) alerta que conceitos como cidadania, igualdade, justiça, etc., vão sempre depender do contexto em que se inserem: *citoyenneté*, *ciudadania* e *citizenship* serão qualificadas de modo diverso de acordo com as gramáticas que as informam. A construção da cidadania tem a ver com a relação dos indivíduos com o Estado e com a nação; logo, a forma da constituição do Estado-nação vai influenciar o tipo e natureza da cidadania. Na Inglaterra, a cidadania se desenvolveu lentamente, passo a passo, a partir de um processo de luta para adquirir os direitos e pelo seu pleno gozo que durou pelo menos um século. Porém, na América Latina – e no Brasil, vai possuir outro desenvolvimento histórico que levará a distintas acepções do conceito, como será exposto a seguir.

### **A cidadania na América Latina**

A noção de cidadania latino-americana vai assumir peculiaridades, uma vez que a própria modernização do continente assumir características específicas em relação aos modelos supostamente universais que lhe foram aplicados. Vamos observar que ao longo da história, diferente do modelo do constitucionalismo liberal europeu e estadunidense, calcado nas vertentes da cidadania civil e política, preponderou na América Latina a dimensão da cidadania social. Com a independência e a instauração de repúblicas representativas na maioria das antigas colônias, inicia-se um processo de substituição da economia de subsistência, fundada no trabalho coletivo, por um incipiente capitalismo periférico. Diferente do modelo europeu, a implementação do capitalismo se deu a partir das oligarquias locais, sem abandonar a



escravidão ou a servidão da *encomienda*; e, com o liberalismo econômico, formou-se um modelo censitário e restrito de cidadania, moldado por esses Estados oligárquicos.

A origem do conceito na região deu-se no México com a Constituição de Cádiz (1812) que, embora espanhola, era imposta às colônias. Além disso, conformavam o chamado mundo ibérico, vez que era impossível nessa época fundadora separar a América Latina das metrópoles ibéricas<sup>1</sup>. Nessa constituição já estão presentes elementos que determinam o cidadão moderno: previa uma nação composta por indivíduos, sujeito de direitos civis e titulares de direitos políticos; e também elementos da soberania, como quando trata o nacional - “natural” - em oposição ao estrangeiro (GUERRA, 1993). A *vecindad* - aquelas casas coloniais de pátios internos, comuns no México - é o genuíno critério fundador da cidadania, atribuindo direitos políticos a certos indivíduos em razão da condição de *vecinos*. A cidadania assumiu uma conotação orgânica, que representa o pertencimento a um território e ser *vecino* significava possuir e gozar de um estatuto particular, em meio ao contexto plural mexicano, conhecido como uma “sociedade de sociedades” (*ibid.*).

A explícita seletividade dessa cidadania não produziu um processo de aumento gradual desses direitos, restringindo-se aos homens, adultos, livres, não dependentes. Em alguns países como Brasil e México, a amplitude do direito de voto era subordinada a um sistema indireto, com restrição de propriedade e capacidade. E, geralmente, quem votava estava envolvido com alguma das forças eleitorais, mobilizados pelas facções ou partidos, para participar das eleições, freqüentemente marcadas pela violência (inclusive guerra civil, como na Colômbia), manipulação, etc. (SABATO, 1999). Pode-se afirmar que uma minoria da população participava, Sabato estima que na maioria dos casos, votavam ao redor de 5% da população.

Desde sua forma inicial, a categoria de cidadão não aponta na América Latina a uma comunidade de iguais, mas para um campo de privilégios, de vínculos corporativos e, portanto, de hierarquias. A cidadania era um atributo da cidade, concebida como centro do poder político, monopolizado pelas elites. Guerra (1993) explica que com a dissolução da “Nação Espanhola”, pela ausência de um governo central legítimo, os povoados tornaram-se verdadeiras cidades-Estado e conformaram-se como ponto de partida para a construção de uma nação.

---

<sup>1</sup> Quando a Revolução Portuguesa de 1820 adotou provisoriamente a Constituição de Cádiz, até as eleições de 1821 para as Cortes constituintes de Lisboa. Assim, o sistema eleitoral e o conceito de cidadão de Cádiz foi a primeira expressão de modernidade política também em Portugal e Brasil (GUERRA, 1993).



Daí a que, na gramática latino-americana, vai prevalecer a tradição da “estadania”, ou seja, a construção da cidadania a partir do Estado. Nessa matriz político-cultural fortemente estatal, a construção do cidadão é parte da própria construção do espaço público e do Estado. Diferente da cidadania como resultado de afirmação do indivíduo frente ao Estado, ao modelo francês, é este último que vai figurar como elemento central na composição da identidade política e da formação da nacionalidade, salvo raras exceções como na Argentina.

Na história brasileira houve uma centralização precoce e a monarquia construiu um estado central que serviu para articular os poderes regionais (SABATO, 1999). Murilo de Carvalho (2001) sintetiza a situação, explicando que, no século XIX, o Brasil era um Estado em busca de uma nação. A apropriação da ideologia presente nos países liberais, concomitante a manutenção de práticas e estruturas monárquicas e ibéricas imprime um cenário paradoxal no Brasil. A tradição portuguesa, patrimonialista e clientelista, engendrou uma cidadania passiva que, construída de cima pra baixo, resultou no predomínio do tipo de cidadão súdito (DA MATTA, 1997). O processo de difusão de direitos se deu a partir da ação estatal, considerando-se os direitos dos cidadãos não como frutos de conquista, mas da outorga. A cidadania regulada, que decorre desses processos históricos, vai chocar-se com a proposta da agenda do multiculturalismo canadense de uma cidadania diferenciada.

Governo e o Estado aparecem neste cenário, não como compensadores das desigualdades por ele engendradas, mas como tutelador das relações sociais, econômicas e políticas, cujas consequências deste processo histórico de tutela serão sentidas até os dias de hoje. Kant de Lima (2008) observa que, na sociedade em que vivemos, com o mercado produzindo constantes desigualdades econômicas em tensão com o princípio da igualdade, a desigualdade é vista como natural. O mundo jurídico deve, portanto, reproduzir essa desigualdade para, eventualmente, distribuir desigualmente o acesso aos bens jurídicos e, assim, “fazer justiça”. Um exemplo decorre dos privilégios previstos no código penal que desigalam o tratamento de autores de um mesmo crime. Nessa gramática, os direitos da cidadania estão ligados a essa concepção hierárquica sendo disponibilizados conforme a categoria ou status dos indivíduos ou grupos. Ele aponta o paradoxo entre duas lógicas: uma que concebe a igualdade jurídica e outro que pressupõe a desigualdade, aplicando particularizadamente as regras.

Como ressalta Ronaldo Lobão (2010), as identidades desses grupos ganham aspectos legais e administrativos adquirindo legitimidade pública através de leis, decretos, instruções normativas, etc., estabelecendo uma hierarquia entre as identidades. O que ele determina como





construção legal de identidade vai substituir a cidadania regulada a partir da ocupação/função (MOTA, 2009). Essa conjuntura traz implicações paradigmáticas sobre a noção de equidade, ao reconhecer as especificidades culturais dos indivíduos e dos grupos, e colocar em prática um tratamento diferenciado dos membros dessas coletividades. Diferente das acepções das gramáticas americana e francesa, as reivindicações à diferença e a demanda de direitos diferenciados no Brasil são associadas à noção de privilégio e a ideia de distinção. O reconhecimento da cidadania diferenciada configura-se como uma cidadania tutelada: ser reconhecido legalmente, ou seja, pertencer a certas categorias identitárias legais, permite que o Estado e seus agentes intermediários destinem a estes atores políticas públicas diferenciadas (LOBÃO, 2010).

### **A cidadania, igualdade e justiça no multiculturalismo**

Em *Multiculturalismo e a política do reconhecimento*, o filósofo canadense Charles Taylor afirma que a modernidade trouxe, com o fortalecimento das ideologias igualitárias e individualistas, duas grandes modificações no Ocidente (QUINTANA, 2014). Uma delas diz respeito à noção de honra, própria do Antigo Regime e correspondente ao status de cada membro, que foi substituída pelo princípio da dignidade, igual e inerente a todos os cidadãos e base dos direitos humanos usufruídos nas democracias modernas. Como tal princípio abrange a *igualdade de status de todas as culturas* vão surgir demandas por um igual reconhecimento das diferenças. O segundo movimento é essa constituição de uma noção moderna de identidade atrelada à noção de autenticidade, gerando uma política da diferença, ao qual seguiram as demandas por reconhecimento de uma identidade autêntica ou, no plano coletivo, de identidades nacionais ou culturais. Ele afirmava a necessidade inerente ao homem de ver plenamente reconhecida sua dignidade pela cidadania, mas também sua autenticidade (MOTA, 2009).

Outra contribuição relevante, pautada no entendimento de que a individualidade precede a igualdade universal, é a de Will Kymlicka. O também filósofo canadense aponta que o debate entre liberais individualistas e comunitaristas decorre de uma noção clássica da constituição do Estado-Nação, onde tradicionalmente a heterogeneidade corresponderia a um perigo à consolidação da Nação (*ibid.*). Para tanto a democracia é representada como o governo pelo “povo”, que deveria ser necessariamente uma “nação”; e os direitos de cidadania de um cidadão estariam vinculados ao seu pertencimento a uma comunidade comum nacional.



Portanto, a política da diversidade, que valoriza a diferença cultural e ou étnica, contrasta-se à noção de uma Nação homogênea. É nesse âmbito que, numa tradição liberal multicultural, os instrumentos legais surgem para a proteção externa de determinadas minorias étnicas, linguísticas e/ou culturais.

Segundo Kymlicka, sendo o propósito da democracia a garantia dos direitos individuais, deve-se pressupor que tais garantias devem contemplar as diferenças entre os recursos que cada grupo possui para se fazer representar ou manter suas fronteiras e identidades. O autor propõe a constituição de *cidadanias diferenciadas* de modo a garantir a proteção externa dos grupos com relação às majorias. Sendo assim, as minorias passam a dispor de garantias legais diferenciadas para a proteção de um estilo de vida autêntico. Dentro da ótica liberal, o autor opõe-se ao multiculturalismo sem um controle democrático, em decorrência dos riscos às liberdades individuais como uma fragmentação social ou a etnização das populações minoritárias. As condições para instauração da cidadania diferenciada englobam que os indivíduos não sejam forçados a fazer parte de um grupo particular, eles devem ser livres de entrar e sair; que as tradições dos grupos culturais diferenciados devem estar em consonância com os valores democráticos; e que os grupos diferenciados sejam iguais em direitos. Dessa forma, os direitos culturais devem imperativamente estar vinculados aos indivíduos e não aos grupos (MOTA, 2009).

Álvaro Reinaldo de Souza (2002) relaciona esse entendimento com o de Habermas, que reconhece a tensão entre o universalismo de uma comunidade legal igualitária e o particularismo de uma comunidade cultural, que teria sua resolução calcada nos princípios constitucionais dos direitos humanos e da democracia, entendendo a nação como uma nação de cidadãos, em detrimento de uma interpretação etnocêntrica da nação como uma entidade pré-política. E prossegue, exemplificando a partir de um ianomâmi que ao mesmo tempo é brasileiro, ou seja, que se identifica com uma identidade cultural e outra institucional. Nesse caso, se tomamos a cidadania como única, “seu exercício pelos povos indígenas passa pelo cumprimento das garantias constitucionais de que são portadores, assim como os demais cidadãos brasileiros”. Por outro lado, em um Estado pluriétnico e multisocietário, que reconheça plenamente o pluralismo jurídico, “o indivíduo pode ter uma lealdade para com o Estado sem prejuízo de possuir duas nacionalidades: aquela que o Estado atribui-lhe legalmente e aquela resultante de uma construção jurídico-antropológica” (*ibid.*)

Para além da gramática da tolerância, comumente usada pelos autores, a *coexistência* de distintas culturas em um mesmo território se choca com a ideia de cidadania e de igualdade



desenhada pelas revoluções burguesas do século XVIII. O Estado-Nação clássico desconsidera a realidade desigual socioeconômica e releva as distintas culturas, religiões, etc., em prol de uma igualdade formal que atingiria a todos. Ocorre que, como demonstrado anteriormente, a cidadania trata-se de uma construção histórica, ligada às lutas pela conquista dos direitos dos cidadãos em determinado local. Nesse sentido, atenta para que não seja confundida cidadania com nacionalidade; e que além dessa identidade cívica, há outras possíveis identidades dentro de um território nacional, como a supranacional, a étnica, a religiosa, etc. A cisão que se pode verificar entre nacionalidade e cidadania, “confere a esta última uma dimensão puramente jurídica e política, afastando-a da dimensão cultural existente em cada nação” (VIEIRA *apud* SOUZA, 2002). É a partir deste entendimento, que podemos apontar caminhos para a participação em uma dada comunidade política, ainda que não se trate de um “nacional” da mesma.

Todavia, são muitos os obstáculos ainda encontrados para um modelo que permita aportar a contribuição tanto de direitos ditos universais quanto dos valores locais. A tensão entre os valores culturais locais e os direitos humanos parece permanente, mas há autores que se dedicam a busca um ponto de encontro entre ambos. O filósofo brasileiro Sérgio Paulo Rouanet aponta o igualitarismo concreto, ou *transculturalismo*, como um possível distensionamento entre o universalismo e o pluralismo cultural. Em primeiro lugar, ele reafirma a indivisibilidade dos direitos humanos; e que não se deve tomar como oposto de homogeneização uma possível retribalização dos grupos. Para Rouanet (1999), um projeto constitucional democrático em comum, com normas e princípios transculturais seria capaz de garantir a diversidade de grupos culturais em uma mesma sociedade. Bem ao estilo do novo constitucionalismo latino-americano, a exemplo da Bolívia e do Equador que prevê uma só constituição regulando e garantido a diversidade cultural em uma mesma sociedade, dispondo de normas para deslinde das competências entre as múltiplas camadas de autoridade.

Fernando Quintana (2014) aponta uma resolução a partir do nebuloso ponto de interseção do modelo do universalismo concreto e do particularismo crítico, ou seja, não aceitar princípios universais sem considerar a ideia de pertença ou lealdade particular. Segundo o autor, dentro desse universalismo concreto e particularismo crítico caberia tanto o “inclusivismo” quanto o “paralelismo”. É uma mediação, vez que o primeiro colabora a tornar os aportes mais “palatáveis, assimiláveis”, permitindo a comunicação; enquanto o último reconhece a incompletude das culturas, que faz com que nenhuma seja perfeita, e, dessa forma, permite a relação com o diferente, não para alterá-lo, mas para compreender a si mesmo. À



questão dos direitos humanos é necessário encontrar um mínimo de significado comum entre distintas culturas. O que remete à necessidade, ainda, de uma tradução cultural entre as distintas gramáticas, linguagens (QUINTANA, 2014).

Em seu trabalho comparativo entre a igualdade nas gramáticas francesa e brasileiras, Mota (2009: 279) conclui que nesta última “a equidade sem igualdade de direitos” faz com que as ações de compensação se apliquem a situações particulares, impedindo sua universalização a todos os atores no espaço público. Segundo o autor, é importante que as particularidades não impeçam os laços e misturas entre as diferentes culturas, valorizando nossas universalidades. Essa seria a forma de coexistirmos enquanto “arquipélagos culturais”, sem tornar-nos “ilhas isoladas”. É importante ressaltar que a luta dos grupos identitários, como os indígenas, não se trata apenas de reconhecimento, mas por mais espaço político, participação nas decisões, empoderamento. Ou seja, de fato garantir os direitos de cidadania à todos, de forma igual, mas valorizando as diferenças entre os grupos.

### **Conclusões**

Como se viu a agenda do multiculturalismo não conseguiu lidar com a plena manutenção das práticas, costumes e procedimentos próprios desses grupos étnicos e sociais. Ao longo do trabalho foi estabelecido, ao menos, dois dilemas da recepção dessa contribuição na realidade pluralista da América Latina: primeiro, as implicações da cidadania tutelada quando da adoção da cidadania diferenciada de Taylor; e segundo, a questão da tolerância aos particularismos locais frente ao universalismo proposto pelo direito “nacional”. E, a partir desse mesmo cenário, que está se desenvolvendo o chamado “novo constitucionalismo latino-americano” e a refundação do Estado colonialista. Essa mudança de paradigmas, calcada na coexistência e valorização da (jus) diversidade, demanda a presença de diversas sensibilidades jurídicas em um mesmo território, amparadas por um sistema de deslinde em comum, que garanta um acesso realmente para todos.

As nações e povos originários, as comunidades tradicionais e grupos culturalmente distintos já vivem em plenitude, ainda que graças à sua própria resistência, a realidade de sua diversidade cultural. Por tal motivo não buscam o mero “reconhecimento” de que são culturalmente distintos, ou seja, os limites dos objetivos propostos no âmbito do multiculturalismo. As heranças coloniais, como as da América Latina, vão impor uma realidade que confronta com essa diversidade e um Estado nacional que tradicionalmente almejava a



supressão de grupos distintos na tentativa de criar uma sociedade a partir do zero. Nesse contexto, vão demandar o desenvolvimento de uma teoria a partir dessa realidade, ao contrário de importar de outros países com distintas formas de interpretar a cidadania, a igualdade e a justiça.

Há exemplos latino-americanos da tentativa de superar o caminho multicultural: ao depararem com esse mesmo conflito durante a Assembléia Constituinte, o movimento indigenista boliviano – palavra que, diferentemente do Brasil, não assume caráter pejorativo – apostou na superação do multiculturalismo já experimentado naquele países desde a década de 90 (SCHAVELZON, 2010). Como não obtiveram transformação concreta da situação de povos subordinados, ainda que “reconhecidos”, à uma Nação oficial, romperam com as concepções dogmáticas eurocêntricas estabelecendo o plurinacionalismo. Ou seja, se reafirmam enquanto nações originárias, de tradição milenar, pautando a relação intercultural a partir da superação do monismo pelo pluralismo jurídico; afirmando seus direitos políticos (representatividade, autonomia, autogoverno); e, principalmente, os direitos territoriais sobre a terra da qual dependem. Nas mãos dos povos originários, o projeto colonial de um Estado moderno europeu no continente latino-americano sofreu seu maior revés; e junto com ele conceitos e paradigmas que, embora superados na prática, ainda seguem sendo utilizados para explicar a realidade.

## REFERÊNCIAS

- BELLO, Enzo. A cidadania no constitucionalismo latino-americano. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.
- BOLIVIA. Constituição (2009). *Nueva Constitución Política del Estado*: promulgada em 9 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.diputados.bo/index.php/institucional/constitucion>> Acesso em: 29. Agosto. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



- DA MATA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.
- EQUADOR Constituição (2008). *Constitución de la República del Ecuador*: promulgada em 28 de outubro de 2008. Disponível em: <[http://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](http://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf)> Acesso em: 29. Agosto. 2014.
- FAJARDO, Raquel Yrigoyen. *Hitos del Reconocimiento del pluralismo jurídico y el derecho indígena en las políticas indigenistas y el constitucionalismo andino*. In: BERRAONDO (coord.): *Pueblos Indígenas y derechos humanos*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006
- GUERRA, Francisco Xavier. *Modernidad e independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993
- JULIANO, Dolores. *Universal/ Particular*. Un falso dilema. In: BAYARDO, Rubens e LACARRIEU, Mónica [org.]. *Globalización e Identidad Cultural*. Buenos Aires: Ciccus, 1997.
- KANT DE LIMA, Roberto. [Prevenção e Responsabilidade ou Punição e Culpa? Uma Discussão Sobre Alguns Reflexos Da Ambigüidade De Nossos Modelos de Controle Social e Produção da Verdade na Administração da Burocracia Oficial Brasileira. In Ensaios de Antropologia e de Direito. Ed. Lúmen júris. Rio de Janeiro. 2008. pg. 261-289. Disponível em: <\[http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/prevencaoeresponsabilidadeoupunicaoeculpa\\\_robertokantdelima.pdf\]\(http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/prevencaoeresponsabilidadeoupunicaoeculpa\_robertokantdelima.pdf\)>](#)
- \_\_\_\_\_. *Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada*. In. *Anuário Antropológico/2009 - 2*, 2010: 25-51. Disponível em: <<http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/02-anuarioantropologico-robertokant0.pdf>>
- KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship*. New York: Oxford University Press, 1995
- LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Niterói: EdUFF, 2010.
- MARSHALL. T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.





- MOTA, Fábio Reis. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- QUINTANA, Fernando. *moral universal e valores particulares*. In: *Ética e política: da antiguidade clássica à contemporaneidade*. São Paulo: Atlas, cap. 11, 2014.
- ROUANET, Sergio Paulo. *A Latinidade entre a Universalização e a Pluralização*, Rio de Janeiro, Rev. TB, 13: 133/148, jan./mar. 1999.
- SABATO, Hilda. (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SCHAVELZON, Salvador Andrés. *A Assembleia Constituinte na Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. *Igualdade jurídica e diversidade: dilemas brasileiros e timorenses em perspectiva comparada*. In: *Sensibilidades Jurídicas e Sentidos de Justiça Contemporânea: interlocução entre antropologia e direito/ Kátia Sé Mello, Fabio Reis Mota e Jacqueline Sinhoretto (org.)*. Niterói: EdUFF, 2013.
- SOUZA, Álvaro Reinaldo de. *Povos indígenas: minorias étnicas e eficiência dos direitos constitucionais no Brasil*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- VENEZUELA Constituição (1999). *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela: promulgada em 20 de dezembro de 1999*. Disponível em: <<http://www.tsj.gov.ve/legislacion/constitucion1999.htm>> Acesso em: 30. Agosto. 2014.



## MOVIMENTO E DEMOCRACIA: UMA LEITURA EM TORNO DO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO

PACCELLI, Gustavo

*Estudante de mestrado*

*Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*

*Universidade Federal de Juiz de Fora*

*gustavoufff@gmail.com*

258

### RESUMO

Os arranjos democráticos atuais buscam dar relevância ao aspecto participativo da política na medida em que há uma necessidade dos cidadãos atuarem, com seus valores, interesses, reivindicações e direitos. Entretanto, por mais que se acredite que o sistema político seja o mais amplo possível, ele nem sempre garante a representação de todas as vozes da sociedade. Quando se inicia um ciclo de confronto, uma manifestação ou então um protesto os atores sociais acabam colocando suas pautas a público uma vez que boa parte do sistema político institucionalizado não canalizou suas demandas. Neste sentido, a discussão que se coloca em pauta sobre o ativismo social contemporâneo em relação ao sistema político é: a ampliação da participação da sociedade civil em instituições participativas teria minado a capacidade dos movimentos sociais de se manifestarem nas esferas públicas? Assim, o presente trabalho tem como pretensão discutir os problemas do nosso tempo no que tange à relação entre sociedade civil e Estado, procurando fazer uma leitura de como tem se comportado o ativismo social perante a democracia.

**Palavras-Chave:** Movimentos sociais; Ação Coletiva; Democracia.

### ABSTRACT

The current democratic arrangements seek to give relevance to the participatory aspect of the policy to the extent that there is a need for citizens act, with their values, interests, claims and rights. However, no one believes that the political system is as broad as possible, it does not always guarantee the representation of all voices of society. When it starts a cycle of confrontation, a demonstration or a protest, social actors end up putting their agendas to the public since much of the institutionalized political system not channeled their demands. In this sense, the discussion that brings forth about contemporary social activism in the political system is: the expanding role of civil society in participatory institutions would have undermined the ability of social movements to express themselves in public spheres? Thus, this work has the intention to discuss the issues of our time regarding the relationship between civil society and state, looking to do a reading of how it has behaved social activism towards democracy.

**Key-words:** Social Movements; Collective Action; Democracy



## Introdução

Nas democracias atuais a ocupação do espaço público é uma, dentre várias maneiras, de participar da política. Os protestos, os ciclos de confronto, os movimentos sociais e as indignações são maneiras comumente utilizadas pelos atores para tornar pública suas reivindicações frente ao sistema político. À política institucionalizada é reservada o papel de congregar demandas provenientes da sociedade civil, decorrentes das diversas formas de participação política. Se na democracia atual a necessidade de ir às ruas demonstra uma ação orientada em torno de reivindicações que possam ser atendidas pela política institucionalizada, essa necessidade tem causado preocupação às elites políticas na construção de suas agendas. O ato de ir às urnas demonstra uma participação formalizada em um sistema democrático, mas ao mesmo tempo não significa a única forma de participar da política. Para compreender essa situação, o presente artigo procura fazer uma discussão em torno de elementos norteadores do arranjo institucional da democracia moderna e sua relação com a questão da participação e da ação coletiva. Acredita-se que um fator contemporâneo teria um peso explicativo para a ação dos atores e movimentos sociais na esfera de reivindicação pública: a possibilidade de participação que caminha à margem dos mecanismos institucionais formais, a qual é fundamental na construção das redes de solidariedade que se formam comunicativamente entre os atores e movimentos sociais. O recurso digital como mecanismo de organização e ação política vem possibilitando a mobilização de diversos atores com perspectivas e visões de mundo diferentes que se encontram na arena pública apresentando suas propostas e reivindicações ao sistema político formal. Além do mais, a luta política que é travada leva em consideração uma crítica profunda aos mecanismos de reprodução da sociedade tanto quanto aos modelos de gestão e participação do Estado.

### 1. Do instituído ao público na democracia

A democracia não é a mesma em todos os lugares. Melhor dizendo, o processo político democrático é sempre diferente nas democracias de diversos países. Isso tanto na história quanto no presente momento. A democracia dos antigos gregos não é a mesma que atualmente temos contato. No mundo grego o processo democrático de participação tinha um limite e era restrito somente a determinada classe da população. Entretanto, apesar do caso grego ser bastante elucidativo para a compreensão dos processos democráticos, o que se pretende desenvolver adiante retoma duas discussões sobre a proposta moderna do contrato social. Por



mais que se acredite que tais formulações carreguem um grau de impossibilidade de existência em termos reais, ao serem compreendidas como tipologias ideais, no sentido weberiano, nos dão base para a compreensão do sentido filosófico da relação entre Estado e sociedade civil no que tange aos processos de consolidação da democracia atual. Neste sentido, pretende-se colocar em discussão dois modelos de fundamentação do estado democrático que têm sua gênese na modernidade: os modelos contratualistas liberal e republicano.

Digamos que um dos maiores expoentes de explicação do modelo liberal está em Hobbes<sup>1</sup>. O ato fundacional do Estado liberal para ambos tem uma explicação pautada no individualismo metodológico. O postulado de sua formação é operado pela simples soma das partes que compõem a sociedade civil. Todo o princípio de representação e participação da sociedade diz respeito à instituição da liberdade através da consagração pelos instrumentos jurídicos, esses associados à defesa do indivíduo. Neste sentido, a função a qual o Estado deve cumprir é organizar a vida social através de um aparato jurídico-administrativo estruturado em termos de uma economia de mercado, da relação entre pessoas privadas e do seu trabalho social. O jogo político se restringe na imposição de interesses coletivos baseados na agregação desses mesmos interesses no âmbito privado. Observa-se, portanto, que toda estrutura política tem sua gênese na concepção de indivíduo que demanda interesses particulares que, na união com seus semelhantes, instituí normas coletivas garantidas por um aparato jurídico.

De acordo com Jürgen Habermas, no ponto de vista liberal

“[...] a política é essencialmente uma luta por posições que assegurem a capacidade de dispor de poder administrativo. O processo de formação da opinião e da vontades políticas na esfera pública e no parlamento é determinado pela convergência entre atores coletivos, que agem estrategicamente com o objetivo de conservar ou adquirir posições de poder.”  
(HABERMAS, 1995, p. 42).

Adquirir posições de poder é a capacidade com a qual nós, enquanto pactuantes, podemos entregar ao outro nosso direito de ser representado por ele. Conferir força e poder a um homem ou a uma assembleia de homens é fazer com que esses possam representar os demais em seus interesses. Com efeito, os homens unidos por intermédio da instituição do Estado pactuam entre si e todos sem exceção, tanto os que votaram contra quanto os que votaram a favor, deverão autorizar os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens.

<sup>1</sup> De fato, John Locke encarna o pressuposto liberal de forma mais pujante do que Hobbes uma vez que a defesa da propriedade é para ele, Locke, o princípio norteador do contrato social. Ver LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. IBRASA, São Paulo, 1963.



O postulado da representação dos interesses caracteriza-se principalmente pela exigência de presença. No ato fundacional do Estado o sentido dado pela representação é tornar publicamente presente uma totalidade a qual os indivíduos cedem seu direito natural. Neste primeiro momento aparece, portanto, a noção de representação eminente. Como o aparato institucional é garantir, antes de tudo, os direitos individuais subjetivos perante a coletividade, a fundação de um Parlamento exige também uma representação-mandato, devido ao fato de que é impossível que todos os eleitores se reúnam simultaneamente no mesmo lugar. Esta representação se compõe segundo a “ideia da representação de um interesse particular, tal como ocorre no direito privado: o representante é concebido como um delegado que se encarrega dos interesses de seus eleitores por razões práticas.” (SCHMITT, 1993, p.351 *apud* LEYDET, 2004, p.69).

O modelo democrático republicano, de tradição rousseauiana, nadou contra a corrente do liberalismo ao firmar o pressuposto do ato fundacional do Estado como fruto da vontade geral. O sentido da representação toma dentro desse modelo o viés de totalidade baseando-se não na representação de interesses particulares, mas institucionalizado, primeiramente, numa Assembleia nacional onde o interesse comum pode se formar e se dizer. O ato da representação é elencado como uma verdadeira vocação moral: ao invés de representar os interesses, o representante debate, em nome de todos, as grandes questões que interessam ao conjunto da nação (LEYDET, 2004, p. 71). A política, no modelo republicano, é compreendida como uma forma de reflexão sobre um complexo de vida ético. De acordo com Habermas,

“Ela constitui o meio em que os membros de comunidades solidárias, de caráter mais ou menos natural, se dão conta de sua dependência recíproca, e, com vontade e consciência, levam adiante essas relações de reconhecimento recíproco em que se encontram, transformando-as em uma associação de portadores de direitos livres e iguais.” (HABERMAS, 1995, p. 40).

Neste sentido, há uma contestação no ato representativo que diz respeito à questões valorativas, e não meramente questões preferenciais. Assim, a prerrogativa do modelo republicano se caracteriza pela representação de cidadãos totalizados e eticamente envolvidos com a política através de uma virtude cívica. Esse pressuposto entra em conflito com o modelo liberal na medida em que a exigência de uma virtude cívica se confunde com o problema da participação cidadã, pois pressupõe uma eticidade que as vezes não consegue ser operada nas democracias atuais inseridas no sistema capitalista.



As noções de representação e participação elencadas pelos dois modelos guardam uma estreita relação com a questão da liberdade. Todavia, o ponto em comum nos dois princípios é atrelar toda a ideia do ato fundacional com o problema da liberdade. No primeiro caso, o liberal, a noção de liberdade fundamentada no indivíduo. No segundo caso, o republicano, pauta sua noção de liberdade na coletividade. O problema instaurado com o advento da modernidade, principalmente sob influência do sistema capitalista durante o século XIX, é tentar dar conta das liberdades, sejam elas individuais ou coletivas, perante a questão da igualdade. O movimento em direção ao sufrágio universal propôs sanar essa dicotomia a partir do pressuposto da elegibilidade. O povo deixa de ser, neste momento, o referencial simbólico da ação política e passa a ser um ator político determinado, o qual deve ser integrado em um sistema representativo formal.

O processo de expansão do sufrágio deu a possibilidade de articulação da sociedade civil perante o Estado. Apesar do sistema representativo ainda ser um elemento importante para a democracia, ele se restringe muito ao aspecto formal da participação. Em contrapartida, os problemas decorrentes do fato de que a formalidade institucional não consegue dar conta das demandas da sociedade civil manifestam-se principalmente através de dois sintomas: o primeiro consiste na garantia de direitos específicos de representação em favor de grupos historicamente marginalizados; o segundo, se concentra na pretensão de grupos provenientes da sociedade civil em representar, de forma mais autêntica, a vontade popular. O que temos, então, são associações civis de base juntamente com movimentos sociais que disputam lugar na esfera pública em prol de garantia tanto da representação quanto da participação na condução das políticas em torno das minorias.

Necessariamente, passa a ser importante pensar a sociedade civil como um ser publicamente presente no sentido que as assembleias e os parlamentos são nos outros dois modelos. Esse fenômeno decorre principalmente pelo fato de que as atividades públicas das associações de base e dos movimentos sociais começam a ganhar espaço na esfera pública como representantes da sociedade civil demandando direitos e políticas sociais. Significa dizer, de acordo com Leydet, que esses grupos participantes

“[...] pretendem ser a voz da sociedade civil, seu representante no sentido eminente, e que por isso pretendem ser igualmente o representante autêntico da vontade popular, na medida em que a sociedade civil, e não o sistema político formal, é considerada o lugar em que pode-se expressar tal vontade.” (LEYDET, 2004, p. 82).





Dentro dessa perspectiva observa-se um deslocamento do centro de gravidade da democracia, em torno da assembleia representativa, para a sociedade civil. O espaço público passa a ser o local de debate e influência da população no sistema político. A legitimidade da participação dos diversos setores da sociedade civil no debate público não pretende ser fundamentada somente na eleição, antes, há a necessidade de incluir os diversos discursos da sociedade civil em torno de consensos intersubjetivamente construídos (HABERMAS, 1995).

A preocupação habermasiana está, sobretudo, em como garantir que os direitos formalmente instituídos tenham correspondência com o mundo da vida. Seu pressuposto é promover um processo deliberativo na esfera pública<sup>2</sup> em que o Estado consiga canalizar as demandas do mundo da vida. Neste sentido, afirma Habermas,

“A geração informacional da opinião desemboca em decisões eleitorais institucionalizadas e em decisões legislativas por meio das quais o poder gerado comunicativamente se transforma em poder passível de ser empregado em termos administrativos.” (HABERMAS, 1995, p. 48).

A perspectiva de Habermas é pensar a soberania como um processo, ou seja, um poder comunicativamente produzido (REESE-SCHÄFER, 2009). A referência política do sistema em relação a toda população não passa a ser, obrigatoriamente neste caso, a sociedade civil, mas sim a esfera pública através dos seus fóruns, arenas, palcos, conselhos. A deliberação, processo consequente do agir comunicativo<sup>3</sup>, oferece a oportunidade de envolver, além de dinheiro e poder<sup>4</sup>, um terceiro recurso: a solidariedade que se forma comunicativamente. Os movimentos sociais apareceriam, neste contexto, como elementos portadores de uma nova imagem de sociedade civil. Suas ações demandariam a democratização do social contra a colonização do mundo da vida (operado via Estado). Como afirma Habermas,

“Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos [...]” (HABERMAS, 1981, p. 33 *apud* ALONSO, 2009, p. 62).

<sup>2</sup> “Esfera pública é um conceito para a descrição do espaço comunicativo entre a esfera civil privada e o Estado. Ela é caracterizada pelo acesso livre, universal, desimpedido do público, pela publicidade e, com isso, pela possibilidade da crítica ao Estado [...]” (REESE-SCHÄFER, 2009, p. 175).

<sup>3</sup> O “agir comunicativo” tem como ideia uma noção de consenso como processo que se forma no entendimento livre de dominação. Neste sentido, ele se difere do agir normativo e finalista, os quais, respectivamente, exigem um parâmetro e um interesse (fim racional) para a ação.

<sup>4</sup> Características intrínsecas aos outros modelos normativos de democracia, a saber, o liberal e o republicano.



Decerto, o que se coloca em questão, no caso da ideia de Habermas remete ao pressuposto de tornar público as reivindicações dos cidadãos por intermédio das ações desenvolvidas na esfera pública. O eixo de rotação das questões democráticas passa a ver nessa esfera um componente essencial de organização sociopolítica. Os movimentos sociais carregam parte deste conteúdo levando as pautas e reivindicações através das ações, protestos, conflitos e demais formas de organização da ação coletiva. Apesar de sua fluidez perante o sistema institucionalizado, os movimentos sociais passam por processos de institucionalização sendo abarcados pelo sistema político na medida em que espaços de participação institucionais vão sendo ocupados por eles. O que se coloca, neste sentido, é a possibilidade de diálogo entre o mundo institucional e a sociedade civil, vista sob o ângulo da capacidade dos movimentos sociais em traduzir reivindicações da esfera pública.

## 2. Ação coletiva e confronto político na contemporaneidade

É preciso deixar claro que a definição de um conceito sobre movimento social nunca foi consenso na literatura sobre movimentos sociais<sup>5</sup>. Isso devido ao fato de que movimentos sociais são explicados, principalmente, pelo grau e tipo de mudança que pretendem provocar no sistema. Como propõe Alain Touraine (1996), à ideia de movimento social tem que ser reservada a problemas realmente centrais na sociedade. Problemas que são “resultado de relações conflituais entre forças sociais que lutam para garantir o controle dos modelos segundo os quais a colectividade organiza, de maneira normativa, as suas relações com o seu meio ambiente” (TOURAINÉ, 1996, p. 47). Sendo assim, a noção de movimento social tem seu fundamento dentro de um processo dinâmico de lutas definidas em termos de normas culturais/sociais gerais e relações de dominação, as quais são transformadas em formas de organização social que são base para a ação coletiva.

A maneira de compreender a noção de ação coletiva está em não reduzir o conteúdo interpretativo dessa mesma ação à consciência do ator ou à “situação” social do mesmo (TOURAINÉ, 1996, p. 75). É preciso levar em consideração que uma interpretação que preconize a ação coletiva tem que se respaldar na relação que os diversos atores têm entre si.

<sup>5</sup> Para melhores explicações ver: ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp. 49-86; GOHN, M. da Glória. **ABORDAGENS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**. Cad. CRH[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455; GOHN, M. da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2011, vol.16, n.47, pp. 333-361.



Relações essas de poder, pois toda relação social comporta uma relação de poder (TOURAINÉ, 1996, p. 78). A leitura através da qual podemos nos dirigir à sociedade leva em conta encará-la como relações de conflito entre atores, grupos, instituições e Estados. Melhor dizendo, ainda que as teorias dos movimentos sociais se debrucem em dar contribuições relevantes ao que se entende sobre o conceito como tal, existe o consenso de compreender os movimentos sociais como fluídos, formados a partir de espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais (RICCI, 2010, p. 168).

De acordo com Sidney Tarrow, o ato irredutível que está na base dos movimentos sociais, protestos e revoluções é a ação coletiva de confronto (TARROW, 2009, p. 19). A maioria das ações desempenhadas pelos movimentos sociais têm uma relação estreita com a forma através da qual se organiza um Estado. Em Estados mais repressivos a política autoritária coíbe a ação coletiva na medida em que o reconhecimento institucional por direitos sociais não pautam as orientações e valores coletivos da sociedade. A negação de determinados direitos desarticula a possibilidade de formação de um confronto político contra o mundo institucionalizado, pois o ônus gerado por tal confronto pode ser enorme para as pessoas. Entretanto, quando a ação coletiva irrompe ela passa de um gotejamento para uma torrente à medida que as pessoas percebem pela primeira vez que outras como elas foram para as ruas (KURAN, 1991 *apud* TARROW, 2009, p. 114).

De acordo com Castells (2013), as relações de poder como algo intrínseco da sociedade é o mecanismo pelo qual as pessoas constroem e se apoderam das instituições, seja por intermédio da coerção ou pela construção de significado de manipulação simbólica. Assim, as relações de poder estão embutidas nas instituições e se manifestam uma vez que as sociedades são conflitivas e contraditórias. Conflitivas pela luta a respeito do significado que os atores, grupos e instituições dão sobre o mundo. E contraditórias pela dinâmica de sobreposição dos discursos. Desta maneira, se existe um poder capaz de dominar em uma dada sociedade existe também um contrapoder, que se manifesta na capacidade dos atores sociais desafiarem o instituído com o objetivo de reivindicar a representação de seus valores e interesses, em busca do controle do conjunto de modelos culturais que comandam as práticas sociais, demandam diretos e políticas.

Na sociedade atual o poder se manifesta de forma dispersa e ocupa as diversas esferas da vida social. As diferentes experiências de participação dos sujeitos nesta sociedade não os remete para um ponto central. As participações estão envolvidas em centros de decisão



separados na forma de um mosaico, mais do que uma pirâmide. Nas sociedades onde os meios massivos de comunicação e transmissão de informações não existiam na mesma amplitude que a atual, as mensagens e a comunicação estavam atreladas à troca regulada e ritualizada entre os atores. Suas mensagens tinham uma relação direta com a função social a qual cumpriam. O reconhecimento, na atual sociedade, da dissociação entre comunicação e troca deu à informação um aspecto de emissão ainda maior: a informação se tornou “cada vez mais ligada à decisão, isto é, ao poder, à capacidade de programar (...)” (TOURAINÉ, 1996, p. 157).

Conseqüentemente, a formação de aparelhos de produção e gestão da informação na maioria dos domínios da vida social leva a uma nova concentração do poder. Se o papel intermediário da *intelligentsia* era primordial na mediação entre categorias excluídas e o sistema político, na sociedade atual, que tende a ser uma sociedade cada vez mais de massas, a mobilização aparece de forma mais generalizada de acordo com o desenvolvimento rápido das informações e das comunicações. O conflito não pode ser mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social. Ele se manifesta por toda a parte. Envolve categorias social e culturalmente excluídas, movimentos de libertação ou de afirmação reformista, grupos marginalizados e/ou extremistas, instituições do terceiro setor, sindicatos e partidos, movimentos sociais tradicionais, redes de movimentos sociais e até movimentos globais. Por isso não podemos falar em um aspecto libertador sobre os diversos movimentos sociais que se apresentam na cena pública sem deixar de nos referir também aos movimentos que lutam pela manutenção do *status quo* da sociedade, tanto quanto de movimentos em que a ausência de ação coletiva é uma ação em torno da luta por determinado reconhecimento.

Em termos categóricos, os processos de barganha entre os diversos discursos provenientes da sociedade detêm uma relação intrínseca com as instâncias institucionais. Se, de um lado, temos um mundo institucionalizado nos termos da lei e das regras que fazem com que a vida social possa se perpetuar por intermédio das estruturas. Por outro, temos um mundo permeado por relações sociais amplas que existe em um domínio público para além da comunicação interpessoal. Como afirma Castells (2013), é nesse domínio público onde também existem relações de poder que se manifestam nos meios de comunicação de massa, nas redes sociais formadas pelos diversos grupos, na autocomunicação<sup>6</sup>, na internet, nas redes sem fio e nas plataformas da comunicação digital. Ora, se as relações de poder se apresentam nesses

<sup>6</sup> “(...) uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital” (CASTELLS, 2013, p. 11).



diversos mecanismos de comunicação, o conteúdo da ação coletiva sofre uma mudança substancial no que tange à diversidade e amplitude do ato. Por um lado “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 11). Se outrora a adesão a determinado conteúdo reivindicativo ocorria devido a uma ação orientada por valores ou convicção, onde as relações de poder tinham respaldo, por vezes, em um ícone carismático. Agora, elas ocorrem em um contexto capilarizado e tolerante, na medida em que a autonomia do sujeito se dá pelo consumo de ideias de extrações distintas. Por outro lado, sua amplitude se dá devido à mesma capacidade horizontal e capilar de fazer das tecnologias da informação e comunicação (TICs) instrumentos potenciais para a expansão dos acontecimentos nas manifestações.

Dentro deste contexto, “o confronto político surge como uma reação a mudança nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos” (TARROW, 2009, p. 27). Esses incentivos são de ordem material ou ideológico, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. Embora boa parte dos incentivos ocorram de forma esporádica, os atores utilizam-se de repertórios conhecidos de ação para agir de forma contenciosa: uso da imprensa, ou de mecanismos que ampliam o acesso à informação, performances, violência, boicotes, petições, barricadas e até repressão. Geralmente, o confronto pode ocorrer quando cidadãos comuns, aliados a pessoas influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores (TARROW, 2009, p. 18). O que torna uma ação coletiva de confronto também é a sua própria capacidade de ser empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições. Entretanto, em boa parte dos confrontos são as oportunidades e restrições políticas em mudança que criam incentivos para atores que não têm recursos próprios conduzirem-se a uma interação sustentada com opositores. Essa interação será cada vez mais forte na medida em que for apoiada por densas redes sociais e estimulada por símbolos culturalmente vibrantes orientados para a ação (TARROW, 2009, p. 18).

### **3. PARA PENSAR O PRESENTE**

#### **3.1 A institucionalização das reivindicações**

Desde a promulgação dos mecanismos de participação vigentes na constituição de 1988, a literatura especializada depositou entusiasmo nos arranjos participativos provenientes da



sociedade civil como formas autênticas de participação política (AVRITZER, 2008, 2007; SANTOS, 2005; GOHN, 2004; LUCHMANN, 2010). Além do mais, a congregação da sociedade civil em torno dos arranjos de participação híbridos (Conselhos Gestores e Orçamento Participativo) propiciou o que Leonardo Avritzer chamou de “desenhos de participação e representação operados de baixo para cima” (AVRITZER, 2008, p. 44). Esses arranjos possibilitaram o aprofundamento democrático através de um contexto marcado pelo processo de descentralização das políticas sociais juntamente com a gestão e o controle por parte da sociedade civil.

É visível, em termos democráticos, que o teor com o qual as reivindicações foram incorporadas ao sistema político, devido aos arranjos participativos, obteve bons resultados na direção e descentralização das políticas sociais no Brasil<sup>7</sup>. Em contrapartida, a lógica de burocratização das reivindicações diluiu a capacidade dos movimentos sociais serem anti-sistêmicos. A consequência desse processo foi a transposição de uma ação questionadora por parte dos movimentos sociais brasileiros em direção a uma ação prioritariamente focada na agenda do Estado. Como afirma Rudá Ricci,

“ONGs e movimentos sociais ingressaram, pouco a pouco, no mundo das técnicas e tecnicidades da administração pública. Saberes específicos, como acompanhamento e execução orçamentária, elaboração de projetos assim como de indicadores de monitoramento de execução de políticas públicas, produção de leis de iniciativa popular foram alguns dos novos temas da pauta das organizações populares do país. Obviamente que o impacto sobre as lideranças sociais foi imenso. Passaram a adotar um discurso mais técnico, a se debruçar sobre a lógica errática do orçamento público e da execução de ações governamentais.” (RICCI, 2010, p. 172).

Essas mudanças deram a possibilidade de representação dos movimentos sociais perante ao Estado, mas, ao mesmo tempo, as mudanças de rumo geraram alterações como a aproximação de muitos movimentos sociais com as Organizações Não Governamentais (ONGs). De fato, tal relação não significa um problema para a ação dos movimentos sociais. Entretanto, o discurso passou a ser mais tecnicista e ocorreu um abandono da formação fluída, da livre organização e autogestão associadas à liberdade individual e coletiva. Muitos movimentos sociais caminharam na direção contrária de seu projeto de gestão. Em termos

<sup>7</sup> A literatura desenvolvida durante a primeira década do século XXI é extensa sobre o tema, ora apontando os efeitos sociais de tais formas de participação através da autonomia e hegemonia dada às populações locais na condução das políticas sociais; ora fortalecendo o sistema político no sentido de uma democratização plena e participativa a nível institucional.





habermasianos, o Estado engoliu o mundo da vida sem canais de interlocução com a sociedade civil. No Brasil dos últimos anos esse movimento vem demonstrando a capacidade de agendas políticas se respaldar nas pautas institucionalizadas de diversos movimentos sociais em forma de clientelismo político. Assim, como afirma Marco Aurélio Nogueira,

“(...) atraídos pelo grandiloquente e hiperbólico discurso oficial, a sociedade civil, os movimentos sociais e a opinião pública foram se acomodando ao ritmo governamental. As oposições desorientadas e sem capacidade organizacional, recolheram-se à retórica e ao controle dos governos regionais. As vozes das ruas e das urnas de algum modo ecoavam as demandas sociais, mas não conseguiam inscrevê-las na agenda política.” (NOGUEIRA, 2013, p42).

### 3.2 Junho de 2013: o retorno do anti-institucionalismo?

As manifestações de Junho de 2013 foi um fenômeno atípico na sociedade brasileira dos últimos anos. O estopim de todas as manifestações foi a questão urbana, mais especificamente, o transporte urbano. Está certo que, à medida em que os ciclos de protestos foram se intensificando as reivindicações exigiam saúde, eficácia governamental, educação e menos corrupção. A mobilização em massa teve como principal agente de expansão o uso intensivo das redes sociais. Seu foco foi o governo representativo tal como estruturado no Brasil: um sistema que promove, nos últimos anos, um divórcio entre sociedade civil e Estado. Esse divórcio, como ficou elucidado acima, ocorre por intermédio da captura de boa parte dos movimentos sociais, colocando-os dentro do Estado em uma condição de meros arquétipos na conduta das políticas programáticas dos partidos. Se se esperava que a abertura de canais de interlocução com a sociedade civil significasse uma melhoria na formação cidadã dos diversos atores sociais, o que, de fato, ocorreu foi a minguada na capacidade crítica dos movimentos perante o sistema político.

O presidencialismo de coalizão dos últimos tempos tem deixado a população à mercê de conteúdos programáticos pouco consistentes. As alianças políticas sem critérios bem definidos não contribuíram para transferir maior politicidade à sociedade civil. O cidadão comum constatou a ruindade do debate público democrático e das disputas eleitorais. A fragmentação ideológica e a captura dos movimentos sociais da arena pública transformaram-nos em instrumentos partidários. Os partidos, por sua vez, demonstraram sua incapacidade de



aproximação da sociedade civil em termos de comunicação e diálogo com a população. A consequência foi a fragmentação da política instaurando uma crise em torno do sistema.

A faceta da crise política instaurada foi a ponta do iceberg. Juntamente com ela vinham outros problemas históricos: a desigualdade, o abismo entre as classes sociais, a persistência da corrupção, o desperdício público e a má qualidade das respostas governamentais. Esse contexto foi o pano de fundo para o início de um confronto político. De fato, poderíamos dizer que o atual ativismo retoma a capacidade anti-sistêmica da década de 1970<sup>8</sup>. Pelo menos em forma, mas diferente em conteúdo. Ao contrário dos movimentos dos anos 70, os quais buscavam sua capacidade anti-sistêmica negando o espectro político por intermédio de um fundo ideológico que tinha respaldo nas organizações da sociedade civil (sindicatos e partidos). A negação da política e o anti-partidarismo que aparecem nos dias atuais é consequência de uma crise na capacidade dessas organizações da sociedade civil em representar o conjunto dos atores sociais. Elas perdem, atualmente, seu papel de interlocutores na construção de projetos mais programáticos ao mundo da política institucionalizada.

Como afirma Marco Aurélio Nogueira (NOGUEIRA, 2013, p. 51), se podemos acreditar em uma virtude na maneira com a qual os protestos e movimentos sociais são conduzidos atualmente podemos observar que ao se afastarem de partidos, esses movimentos recebem forte adesão popular não podendo ser instrumentalizados politicamente. Por outro lado, o turbilhão de vozes da rua não se conduz a uma agenda política programática comum. Por isso, se se acredita que as novas formas de ação coletiva fornecem uma participação política ela oferece no sentido de uma negação da política institucionalizada com um teor de afirmação e garantia de direitos como a igualdade e a liberdade de expressão. A participação em moldes deliberativos se transforma e um ato intempestivo e numa maneira peculiar de ação coletiva. Como argumenta José Eisenberg,

“(...) estes modos de quase-participação geram exatamente isto: quase ação coletiva. No entanto, a partir do momento em que se deflagram iniciativas de levar estas agendas múltiplas para um mesmo contexto e local de mobilização, o que antes era precário do ponto de vista da participação torna-se surpreendentemente potente. Munidos de celulares que funcionam como verdadeiros rádios para comunicação instantânea, de mapas que organizam o território, e de informação jornalística em tempo real, os novos atores sociais encontram-se no local proposto quase de súbito, quase sem querer, sem sequer um carro de som, e ali cada agenda se faz vocalizar no gesto intempestivo de

<sup>8</sup> Ver Renato Raul Boschi, BOSCHI, Renato R. **A ARTE DA ASSOCIAÇÃO: Política de Base e Democracia no Brasil**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1987.



escrever sua reclamação em um pedaço de cartolina. O coletivo reunido da praça pública descobre, ali e na hora, que não tem pauta unificada. Não consegue decidir se isto é bom ou ruim. E desta mobilidade ideológica emerge um sem número de líderes pontuais e enfraquecidos pela sua agenda localizada, que não necessariamente transforma as mobilizações em manifestações acéfalas.” (EISENBERG, 2013, p. 11-12).

Dentre tudo, a capacidade de se manifestar contra o sistema demonstra um grito de angústia contra a vida de hoje. Um grito anti-sistêmico que não deriva do autoritarismo de outrora, mas é ressentido pelo mau funcionamento do Estado de bem-estar. O que se coloca em voga neste momento, e por isso a retomada dos modelos democráticos acima descritos, é uma crítica profunda ao pacto social: pois seu fundamento reside na possibilidade de dar concretude a um projeto coletivo e democrático.

### 3.3 À guisa de conclusão

Os modelos normativos de democracia apresentados durante o texto demonstraram as convergências e dissonâncias no que tange a proximidade das relações entre Estado e sociedade civil. Como todo sistema político seu colapso é inevitável na medida em que as sociedades modificam sua forma de lidar com a política durante o tempo histórico. O que se coloca em questão ao comparar os modelos normativos de democracia é a incapacidade de, por um lado, um modelo não dar conta de representar todas as vozes da sociedade e, por outro lado, a concatenação de um número infinito de vozes se tornarem em um projeto coletivo de sociedade. Delega-se, portanto, que os canais de interlocução entre sociedade e Estado sejam os intermediadores desse processo coletivo. Os partidos, sindicatos e movimentos sociais chamam para si essa responsabilidade.

Entretanto, da mesma forma que os arranjos institucionais sofrem modificações, o ritmo com o qual a sociedade executa essas transformações acaba ocorrendo de forma mais rápida, pressionando o sistema político em direção ao atendimento das necessidades e reivindicações da população. O paradoxo instaurado reside onde formas de ação coletiva e participação política não são canalizadas num curto e médio prazo pela política institucionalizada. A consequência é o início e intensificação de um ciclo de confrontos entre Estado e sociedade civil. Aquele, juntamente com a elite política, procurando ouvir as vozes da sociedade. E esta manifestando-



se e reivindicando mudanças imediatas na maneira de condução e gestão da vida social como um todo.

Assim, o cenário intensificado das manifestações contemporâneas coloca na pauta de discussão as maneiras através das quais o pacto social está sendo gerido pelo Estado. De maneira radicalizada, à medida em que o sistema político recua em suas respostas à sociedade civil, essa caminha na confrontação de um discurso cada vez mais radical, imbuído numa modernidade virtual onde a confrontação das vozes permite tornar pública sua indignação, mas, em contrapartida, dificulta a possibilidade de criação de um projeto comum de sociedade.

272

### Referências bibliográficas:

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp. 49-86.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, n° 1, Junho, 2008, p.43-64.
- AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, n° 3, 2007, pp.443 a 464.
- BOSCHI, Renato R. *A ARTE DA ASSOCIAÇÃO: Política de Base e Democracia no Brasil*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1987.
- CASTELLS, Manuel. *COMUNICATION POWER*. Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- EISENBERG, José. A Crise da Mobilidade Social Brasileira. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 10-13.
- GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago. 2004.
- GOHN, Maria da Glória. ABORDAGENS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. Cad. CRH[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Rev. Bras. Educ. [online]. 2011, vol.16, n.47, pp. 333-361.



HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria de sociedade burguesa*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. TRÊS MODELOS NORMATIVOS DE DEMOCRACIA. Lua nova [online], 1995, n. 36. pp 39-54.

HARVEY, D; *et al.* *OCCUPY: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. Boitempo: Carta Maior. São Paulo, 2012.

JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio [et al]. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

LEYDET, D. *Crise de Representação: o modelo republicano em questão*. In: CARDOSO, S. (org.) *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. IBRASA, São Paulo, 1963.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn and ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Rev. katálysis* [online]. 2010, vol.13, n.1, pp. 86-94.

MARICATO, Ermínia; [et al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RICCI, Rudá. *LULISMO: Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. Fundação Astrojildo Pereira. Brasília, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA*. 3 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do actor: ensaio sobre sociologia*. Lisboa. Instituto Piaget, 1996.



## OS SIGNIFICADOS DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA

MELO, Bruno Henrique Rodrigues

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação  
– PPGDSCI/CEAM/UnB.*

[bhr.melo@gmail.com](mailto:bhr.melo@gmail.com)

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação –  
PPGDSCI/CEAM/UnB*

[fatima.makiuchi@gmail.com](mailto:fatima.makiuchi@gmail.com)

274

### RESUMO

Este artigo analisa a Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014) enquanto esforço de aproximação entre Estado e sociedade para o reconhecimento e garantia dos direitos culturais, a partir dos debates da teoria social sobre as grandes questões e os desafios da passagem (ou não) da modernidade para a pós-modernidade. À luz desse debate, aborda as relações entre os indivíduos (ou a sociedade civil) e o Estado no contexto das políticas de cidadania cultural, analisando os principais aspectos da política cultural brasileira inerentes ao programa Cultura Viva (2004-2014), em especial no que tange às suas narrativas, discurso oficial, relações de poder, valores, objetivos e arranjo institucional. Aponta os desafios de se lidar com a pluralidade de narrativas e novos atores, sugerindo reflexão mais aprofundada sobre os instrumentos de que o Estado dispõe (ou deve dispor) para lidar com essa complexidade.

**Palavras-chave:** Cultura. Cidadania. Modernidade.

### ABSTRACT

This article analyses the Living Culture National Policy (Public Law Nr. 13.018/2014) as an effort to connect State and society aimed at the recognition and assurance of cultural rights, from the perspective of social theory debate on the big issues and challenges of the transition (or not) from modernity to post-modernity. In the light of this discussion, it addresses the relations between individuals (or the civil society) and the State within the context of cultural citizenship policies. It does so by analyzing the main aspects of Brazilian cultural policy inherent to the Living Culture programme (2004-2014), particularly in what regards their narratives, official discourse, power relations, values, goals and institutional arrangement. It points out the challenges of dealing with the plurality of narratives and new actors, suggesting further reflection on the instruments that are (or should be) available to the State in order to deal with this complexity

**Key-words:** Culture. Citizenship. Modernity.

As políticas voltadas para a cidadania cultural no Brasil têm no Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, um exemplo de esforço continuado de aproximação entre Estado e sociedade para o reconhecimento e garantia do exercício dos direitos culturais. Este trabalho





tem como objetivo correlacionar alguns aspectos desse esforço com as mudanças recentes e as grandes questões que emergem dos debates sobre a passagem (ou não) da modernidade para a pós-modernidade, em especial no que se refere às relações entre os indivíduos (ou a sociedade civil) e o Estado no contexto das políticas de cidadania cultural. Mais especificamente, à luz desse debate, pretende-se fazer uma análise da Lei nº 13.018/2014 –que institui a Política Nacional de Cultura Viva.

O debate da teoria social sobre a transição da modernidade para a pós-modernidade (HARVEY, 1992; BAUDRILLARD, 1991; BAUMAN, 2010; entre outros) já levantou exaustivamente os aspectos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos implicados nas mudanças ocorridas desde fins do século XIX até as décadas mais recentes. Em uma reflexão mais atualizada das implicações dessa transição para o mundo das relações sociais e econômicas nos dias de hoje, Zygmunt Bauman (2001) cunhou o termo “modernidade líquida” para expressar a sua principal característica, que seria a fluidez e o estado de constante mudança, de liquefação, de derretimento da sociedade, em seus conceitos e práticas cotidianas.

Independentemente da nomenclatura que se use, a condição pós-moderna implica a incredulidade em relação às metanarrativas (D’ANGELO, 2002) e a percepção da realidade como colagem, onde tudo é efêmero e pode ser justaposto (compressão espaço-tempo), onde a rapidez dos deslocamentos e a comunicação instantânea colocam novos desafios para a subjetividade, a individualidade e o mundo do trabalho (BAUMAN, 2001).

Se considerarmos as idéias de Foucault, muito utilizadas na argumentação pós-moderna (Harvey, 1992), veremos que enfatizam a relação entre poder e conhecimento como tema central. David Harvey (*ibidem*, p. 50) aponta por exemplo que, para Foucault, há uma íntima associação entre os discursos (enquanto sistemas de conhecimento) adotados em contextos particulares para o exercício do controle e do domínio sociais e a lógica da dispersão e não integração nos ambientes institucionais repressores. Essa lógica só poderia ser enfrentada pelo exercício da resistência, intervindo na maneira como o conhecimento é produzido e constituído nessas instâncias onde há um discurso de poder localizado, observando as nuances da micropolítica das relações de poder. Isso explica, segundo Harvey, a simpatia e adesão dos movimentos sociais surgidos a partir da década de 1960 (grupos feministas, gays, étnicos e religiosos, etc.) às idéias de Foucault e vertentes de pensamento pós-modernistas.



Para Lyotard (citado em Harvey, 1992, p. 51), o vínculo social é repleto de jogos de linguagem e o próprio sujeito social está envolvido na disseminação desses jogos, podendo recorrer a distintos códigos a depender do contexto. Nesse sentido, admitindo o conhecimento como principal força de produção, uma questão crucial é como identificar o lugar desse poder “disperso em nuvens de elementos narrativos” e em jogos de linguagem heterogêneos.

As instituições seriam, para Lyotard, o local onde se observa uma aparente contradição entre a flexibilidade dos jogos de linguagem e a rigidez do discurso do poder, onde se define o que pode ser dito e como pode ser dito. Atenção deve ser dada, portanto, às instituições enquanto espaços de poder heterogêneos que abrigam jogos de linguagens igualmente heterogêneos e, assim, suscetíveis a determinismos locais.

Segundo Baudrillard, (1991) “é a simulação que é eficaz, nunca o real”. A simulação de catástrofe nuclear, por exemplo, é o meio estratégico de dissuasão para adestrar os povos na ideologia e na disciplina da segurança absoluta. Pensando ao revés desta afirmação de Baudrillard, pode-se inferir que a ideia de uma política que garanta a sobrevivência e a manutenção de expressões ou grupos sociais minoritários em situação de risco de extinção funciona no campo da simulação, permitindo que a ideia própria da ameaça de sua extinção não passe de um simulacro necessário para garantir a sua permanência. A simulação torna-se nesse caso uma “necessidade” e tende a ter efeitos positivos sobre a elaboração de políticas públicas de garantia de direitos culturais e de cidadania.

Outras perspectivas da teoria social, como a abordagem dos hiperglobalistas neoliberais ou a dos neopluralistas também enfocam as mudanças nos padrões de consumo e de comportamento no contexto da globalização e do livre mercado (ACCO, 2009). Embora essas abordagens (especialmente a neopluralista) também investiguem os efeitos do que chamam de “globalização da cultura”, há uma preocupação mais detida nos seus efeitos e desafios para os Estados nacionais e suas variações em termos de forma e de governança democrática. Em tese de doutorado defendida na Unicamp, Marco Antonio Acco (*idem*) explora de maneira bastante abrangente esses aspectos, contrastando tais abordagens com as abordagens dos neoinstitucionalistas históricos e neomarxistas, e chegando a conclusões relevantes sobre os novos papéis do Estado e os desafios de coordenação política e governança inerentes.

O presente trabalho, no entanto, tem um olhar mais centrado no impacto dessas mudanças recentes –em especial as elencadas pelos autores citados acima– nas relações entre



os indivíduos (ou a sociedade civil) e o Estado. Não serão enfocadas, portanto, as implicações desse contexto ao nível das macro instituições estatais ou nacionais, mas sim ao nível da interação entre as micro instâncias de gestão cultural, participação social e garantia dos direitos de cidadania.

### **Uma Breve Contextualização...**

A partir dos anos 2000, a economia mundial apresenta novas complexidades, pressionada pela alta tecnologia, pelo deslocamento da noção de valor e pela busca de maior acesso ao conhecimento e à capacitação – motivos que impulsionam os governos a encarar a cultura e os cidadãos como o que Gilberto Gil chama de “ponto de partida e de chegada do crescimento e da distribuição de riqueza” (MINC, 2006: prefácio). Daí advém, no Brasil, a partir de 2003, toda uma gama de políticas e programas culturais que privilegiam o acesso à cultura e aos meios de produção cultural como um dos elementos norteadores da política nacional de cultura.

O conceito de cultura que o Ministério da Cultura - MinC passa a utilizar a partir da gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008) e nas gestões subseqüentes é abrangente e considera suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. No campo simbólico, para o MinC, cultura representa as possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. A dimensão cidadã ressalta a cultura como um direito básico do cidadão, o que reflete a necessidade de políticas culturais voltadas para a garantia do acesso universal aos bens e serviços culturais, à memória e ao patrimônio artístico e histórico. No campo econômico, por sua vez, a cultura apresenta-se como parte constitutiva de um novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável, constituindo importante fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda. (MINC, 2006)

O setor cultural no Brasil é reconhecidamente fruto de uma constante interlocução entre as diversas matrizes culturais, as linguagens do campo artístico, as dinâmicas territoriais locais e as demandas dos cidadãos. Ademais, o impacto desses movimentos é cada vez mais ampliado pelas oportunidades e implicações do uso das novas tecnologias de comunicação e informação.



O discurso do MinC, a partir de 2003, passa a defender a necessidade do reconhecimento da política cultural como política estratégica de Estado, que diz respeito ao modelo de desenvolvimento do país, onde a sociedade civil e os setores culturais devem ser protagonistas, pois são eles que produzem a diversidade de expressões culturais e os conhecimentos e formas de viver que constituem a dinâmica cultural. Além disso, defende que o Estado tem grande papel de promover meios e equipamentos para universalizar a todos os brasileiros o acesso a uma cidadania plena. Nesse sentido, combina-se a afirmação do protagonismo da sociedade com o fortalecimento do Estado em seu papel garantidor de direitos culturais e gestor da política cultural do país. (Fonte: MINC, documentos institucionais diversos).

Para efeitos deste trabalho, portanto, parece-nos apropriado considerar também um conceito mais resumido, porém assertivo, formulado por Labrea e Barbosa (2012, p. 2) com base nos estudos de Nestor Canclini (2001), Isaura Botelho (2001) e Albino Rubim (2006), entendendo políticas culturais como *“formulações ou propostas cujo objetivo é promover mudanças na sociedade através da cultura”*.

### **O Programa Cultura Viva e suas implicações na relação Estado-Sociedade-Indivíduo...**

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania –que congrega a rede nacional de Pontos de Cultura– foi criado em 2004 e já completou dez anos de implementação, estando em vias de institucionalização sob a égide da Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018/2014, aprovada em junho de 2014 pelo Congresso Nacional e sancionada em 22 de julho do mesmo ano. O programa assume que o Estado deve financiar a produção de conteúdos culturais, com forte ênfase no resgate e proteção das culturas orais e do patrimônio cultural imaterial, bem como no fomento à utilização de novas tecnologias como base para a produção de conteúdos e expressão da diversidade cultural brasileira. O programa tem execução descentralizada e grande enfoque na mobilização social e na participação cidadã.

Identifica-se como seu espírito maior a necessidade de promover a democracia cultural, substituindo a promoção do acesso a bens e serviços –que caracteriza uma democratização da cultura– pela ampliação do acesso aos meios de produção e a incorporação de novos atores



(BARROS e ZIVIANI, 2011). Nesse sentido, um dos principais focos do programa é o estímulo à criatividade e à produção cultural já existente.

O programa Cultura Viva é marcado por uma memória discursiva que enfatiza a importância das redes no programa. Esse discurso compõe o que Foucault (1969:65, in LABREA e BARBOSA, 2012, p. 1) classifica como domínio de memória, formado por enunciados que *“já estão postos mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade, descontinuidade histórica”*.

Segundo Labrea e Barbosa (ibidem, p. 2), os Pontos de Cultura, Pontões e gestores do Cultura Viva construíram uma narrativa sobre o programa, refletindo os lugares sociais e ideológicos de cada sujeito, bem como os interesses sobrepostos, os jogos políticos e a disputa pelo sentido. Vale lembrar, aqui, a advertência de Lyotard sobre as instituições enquanto espaços de poder heterogêneos que abrigam jogos de linguagens igualmente heterogêneos e, assim, suscetíveis a determinismos locais.

Desde os documentos de criação do programa (Cultura Viva. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania: 2005), o reconhecimento de um Ponto de Cultura representa muito mais que o mero apoio estatal ao fomento a determinada atividade cultural. Busca ser a *“síntese da gestão compartilhada entre governo e sociedade”*. Ao reconhecer uma iniciativa ou grupo cultural como Ponto de Cultura, busca-se reconhecê-los como os próprios sujeitos da cultura e, portanto, sujeitos da ação cultural.

O reconhecimento do gestor cultural ou do artista como sujeito da sua própria ação rompe com a suposição *“moderna”*, ainda comum, de que a consciência supõe apenas dois estados – o sujeito alienado e o sujeito consciente/lúcido (D’ANGELO, 2002), permitindo ainda a construção de novas subjetividades e novas possibilidades de democratização da sociedade. Ao reconhecer esses sujeitos provenientes de grupos sociais minoritários, marginais ou até mesmo excluídos – comparáveis ao que Bauman (2010) chama de *“pessoas redundantes”* – os mesmos saem da condição de *“reprimidos”* e passam a ser (ao menos no discurso) sujeitos partícipes do processo democrático. Nesse sentido, o Cultura Viva pode ser entendido, ainda, como uma iniciativa contra-hegemônica (LABREA e BARBOSA, 2012).

A constituição de uma rede de Pontos de Cultura visa a fortalecer especialmente a troca de informações entre os Pontos e a potencialização da ação de cada Ponto e da rede como um todo. Essas duas ênfases estão consubstanciadas nas diversas iniciativas de interação entre os



Pontos (intercâmbios, colaboração online, eventos, debates, etc.), bem como no financiamento de aquisição de equipamentos e kits digitais (câmeras, computadores, hardware e software de gravação de áudio e vídeo), com o objetivo de “ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural”.

A ênfase na cultura digital como ferramenta privilegiada para comunicação entre os Pontos da rede parece ter sido uma solução para lidar com a questão da compressão espaço-tempo. O domínio do cyber espaço representa, para os Pontos de Cultura, uma fonte de poder social (HARVEY, 1992). Na era do upload instantâneo, a apropriação do espaço na rede mundial de computadores através da arte abre novas possibilidades os indivíduos antes “marginalizados” e desconhecidos dos Pontos, que passam a tomar parte na luta incessante por espaço no contexto hegemônico. O esforço de ampliar o acesso às tecnologias digitais para produção e difusão de conteúdos pode ajudar enfrentar, por meio da cultura, um dos maiores desafios no mundo líquido moderno (BAUMAN, 2013): como atender às necessidades dos indivíduos e atender à liberdade individual de escolha.

Não entraremos aqui, entretanto, na discussão sobre a pertinência do termo “rede” para configurar os diversos arranjos de interação dos Pontos de Cultura entre si, dos Pontos com o governo e dos diversos atores imbricados nesse emaranhado de relações que se estabelece no âmbito do programa e fora dele. Não o faremos pois seria demasiado complexo para o contexto deste trabalho. Partiremos diretamente para a análise da chamada “Lei Cultura Viva” (Lei nº 13.018/2014), que institui a Política Nacional de Cultura Viva.

### **Possíveis significados da aprovação da Lei Cultura Viva...**

Apenas para pontuar alguns antecedentes da “Lei Cultura Viva”, cabe lembrar que desde o seu início o programa Cultura Viva possui base legal, regulamentada pelas portarias do Ministério da Cultura nº 156, de 06 de julho de 2004; e nº 82, de 18 de maio de 2005. Sob essas bases, o instrumento de parceria entre o Estado e a sociedade foi tradicionalmente a celebração de convênios. Por sua vez, toda a lógica de conveniamento com os Pontos de Cultura está sedimentada na realização de seleções públicas. Em 2008, diante da incompatibilidade entre o limitado aparato estatal (gestores, gestão e recursos financeiros) e a crescente demanda por novos editais, o programa muda sua sistemática para descentralizar a seleção, implantação e





acompanhamento dos Pontos de Cultura. Governos estaduais e Prefeituras municipais passam a participar e lançar editais regionalizados para o conveniamento de novos Pontos.

Em 2010, o Ministério da Cultura firmou parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com vistas à realização de estudos e pesquisas sobre temas concernentes às políticas públicas de cultura. O resultante Acordo de Cooperação nº 32/2010 viabilizou não apenas atividades para subsidiar, institucionalizar e aprimorar as ações de continuidade do Programa Cultura Viva, como também resultou na criação de um grupo de trabalho (posteriormente instituído pela Portaria MinC n.º 45, de 19/04/2012), para discutir e elaborar o redesenho do Programa Cultura Viva.

Em 2011, ao mesmo tempo em que o programa passa por uma revisão, a partir das conclusões de avaliação conduzida pelo IPEA no ano anterior (BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010), enfrenta crises internas na sua gestão e financiamento. É nesse contexto que o Projeto de Lei 757/2011 é apresentado na Câmara dos Deputados, em março daquele ano, pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ). Após tramitar por 3 anos, o PL é finalmente aprovado em junho de 2014, com substitutivo do Senado aprovado sem emendas na Câmara, e sancionado em seguida pela Presidente da República sob a forma da Lei nº 13.018/2014.

Apenas a título de contextualização (pois uma análise política mais aprofundada requer um maior distanciamento no tempo, e não é objeto deste *paper*), vale destacar que o projeto foi aprovado sob forte pressão dos Pontos de Cultura, gestores e artistas envolvidos, que conquistaram o comprometimento político (em público) de parlamentares da Câmara e do Senado durante cerimônia de encerramento da Teia Nacional da Diversidade 2014.

Cabe aqui pontuar, entretanto, que este não foi um acontecimento isolado, pois deve-se admitir que há uma posição de governo que permite a criação de uma agenda de cultura e cidadania que inclua a diversidade cultural. Ou seja, o programa Cultura Viva faz parte de uma dinâmica histórica, constituindo uma narrativa que se instala não por acaso, mas porque coaduna com aquilo que está sendo dito e repetido em toda a esfera governamental. (LABREA e BARBOSA, 2012)

Como bem diz Pêcheux, os sujeitos sociais só dizem aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma conjuntura social e ideológica. Esse é o discurso que tem adesão tanto do governo quanto da sociedade civil porque é o discurso possível. Nesse contexto, o Governo Federal também se apropria de elementos de articulação próprios dos movimentos sociais [...], a partir da criação de uma agenda política comum, e permite que os grupos sociais que dialogam com o



governo se organizem coletivamente a partir das questões identitárias, trazendo a ideia de redes sociais solidárias para o âmbito do Governo Federal. (Ibidem, p. 16)

Apesar disso, não se pode ignorar que, assim como as lutas sociais do movimento operário foram em um dado momento cruciais para a obtenção de concessões do Estado capitalista e as conquistas relacionadas à cidadania social (SANTOS, 1999), as pressões dos Pontos de Cultura, grupos culturais, e movimentos sociais também foram importantes para a obtenção de avanços e conquistas ligados à cidadania cultural, como a aprovação da Política Nacional de Cultura Viva.

Feitas essas considerações, passaremos a uma breve análise da Lei nº 13.018/2014, em especial quanto aos seus objetivos, valores e instrumentos.

São objetivos da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014, com grifos deste autor):

I – garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, gerir e difundir iniciativas culturais;

II – estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas;

III – promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;

IV – consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;

V – garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;

VI – estimular iniciativas culturais já existentes, por meio do apoio financeiro da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão culturais;

VIII – potencializar, com educação, iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação;

IX – estimular a exploração, uso e apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Uma primeira análise dos objetivos acima elencados nos leva a inferir que esta Política Nacional nada mais é do que a institucionalização do discurso e das narrativas e metanarrativas que vêm sendo consolidadas durante os últimos dez anos na implementação do programa Cultura Viva. Numa análise mais detida, entretanto, podemos observar que a redação



dos objetivos tem caráter generalizante e elenca amplas responsabilidades para o Estado, a começar pela garantia do pleno exercício dos direitos culturais, uma quase-utopia almejada.

Existe, porém, um problema anterior. Ao adotar (implicitamente) um conceito demasiado amplo de cultura, torna-se difícil delimitar o campo de ação da política e os critérios para definição das linhas de financiamento. Ademais, o texto do projeto de lei carece de indicações sobre os mecanismos de controle e monitoramento da política, deixando a cargo do Ministério da Cultura a posterior regulamentação dessas questões, que constituem o centro dos embates entre os Pontos de Cultura já contemplados pelo programa e o próprio MinC. Fica em aberto, portanto, essa discussão.

De todo modo, apesar da amplitude conceitual, fica evidente que esta política é centrada em segmentos da população de certa forma excluídos da participação na dinâmica da relação Estado-Sociedade. São segmentos para os quais o Estado brasileiro não tem tradição de destinar programas. O próprio esforço do Estado de construir um novo olhar sobre esses segmentos pode significar a consequente retomada de consciência da sociedade como um todo sobre essa ausência histórica. Podemos dizer, portanto, que a mudança de postura do Estado e a concretização disso no seu quadro normativo conferem ainda maior legitimidade ao movimento da sociedade civil na luta pela garantia do pleno exercício dos direitos culturais.

Observa-se, ainda, que se trata de uma política cujos valores estão assentados no diálogo, na cooperação e na solidariedade, sob os pressupostos democráticos de diálogo com a sociedade civil e participação social. O princípio da gestão pública compartilhada e participativa confere aos Pontos de Cultura –enquanto agentes mediadores de cultura (Ipea, 2011)– um papel essencial nas mediações nas diferentes instâncias do espaço público, entre Estado e sociedade civil ou no próprio âmbito da sociedade civil. Esse aspecto é crucial, na medida em que rompe com a ideia marxista da existência de um corte ou cisão entre o Estado e a sociedade, onde “o Estado é o mediador entre o ser humano e sua liberdade, confisca a força da sociedade, aliena-a e se torna autônomo” (ACANDA, 2006: p. 138).

Há que se lembrar que a base e a sustentação para a implementação de ações voltadas para a garantia de direitos culturais e valorização da diversidade é a noção de que a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos da pluralidade da criação cultural. O desafio maior é fazer da cultura o elemento central na experiência do sujeito enquanto cidadão, para garantir o acesso equitativo à cultura em todas as suas dimensões – criação, fruição, difusão, produção,



consumo, participação e criação de laços de identidade. (Ipea, 2011: p. 51)

De maneira mais ampla e de forma complementar, considerando a evolução dos direitos civis, políticos e sociais elencados por T.H.Marshall (COUTINHO, 1999 e SANTOS, 1999), adotaremos o seguinte conceito de cidadania:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 1999)

284

Um aspecto aparentemente contraditório na redação da Política é que a garantia do pleno exercício dos direitos culturais fica de certa forma condicionada à disposição pelo Estado (Ministério da Cultura e entes federativos integrantes do Sistema Nacional de Cultura) dos meios e insumos necessários à produção, gestão e difusão cultural. Se por um lado essa lógica parece óbvia sob a perspectiva da retomada do papel do Estado na política cultural, característica muito enfatizada na história recente do Brasil; por outro lado, observa-se aí uma inversão da lógica natural da garantia de direitos, que fica em princípio condicionada à existência dos recursos necessários para sua plena consubstanciação.

Ora, se a perspectiva da garantia de direitos leva os indivíduos (agentes culturais) a se sujeitarem ao escrutínio do Estado quanto à “disponibilidade” de recursos e aprovação de projetos submetidos às regras de controle do próprio Estado, há que se considerar a forte carga de poder inerente aos atores governamentais na relação com os agentes culturais dos Pontos de Cultura. O (des)conhecimento das regras burocráticas continuará a ser, neste caso, um fator de exercício do poder no nível micro, onde se dão as relações entre burocratas e responsáveis pelos Pontos de Cultura.

O maior destaque, porém, no que tange à análise das relações de poder no âmbito dessa Política, parece ser a mudança de uma postura proselitista do Estado (aquele que indica e determina o que é cultura) para um reconhecimento explícito da importância dos diferentes grupos sociais, manifestações culturais e saberes tradicionais. O poder proselitista pressupõe a existência de um modo de viver superior a outro, como se os súditos fossem incapazes de se elevarem por si mesmos a esse plano superior (BAUMAN, 2010). Uma Política Nacional de Cultura Viva, enquanto lei, representa um avanço nesse sentido, ao reconhecer a possibilidade de contribuições de várias culturas, com igual validade. Isso reforça e consubstancia, no plano



legal, a mudança de visão preconizada no discurso da política cultural no Brasil a partir de 2003, onde o Estado passa a reconhecer que não há uma cultura superior a outra, nem a necessidade de adotar um modo de viver "salvador". O Estado reconhece ainda, explicitamente, que o saber formal não se sobrepõe aos saberes tradicionais.

"O poder necessita do saber; o saber empresta legitimidade e eficácia (não necessariamente desconectadas) ao poder. Possuir saber é poder" (BAUMAN, 2010: p. 75)

285

No plano administrativo, há que se apontar dois aparentes avanços da Política Nacional de Cultura Viva: a instituição de um Cadastro Nacional de Pontos e Pontões e a instituição de um "Termo de Compromisso Cultural". O primeiro permitirá a economia de tempo e recursos na realização de editais de seleção, mantendo cadastro permanente de instituições elegíveis para parcerias. O segundo, pode significar um avanço na atualização dos instrumentos de parceria entre governo e sociedade.

Ambos, entretanto, correm o risco de constituírem apenas mais uma etapa burocrática a ser cumprida, caso não sejam acompanhados de uma mudança de postura das autoridades públicas. Uma mudança que signifique a passagem do papel de "legislador" – baseado em regras de procedimento e no conhecimento objetivo, ao papel de "intérprete" – que consiste em traduzir afirmações feitas em um contexto para outros, objetivando facilitar a comunicação e impedir distorções de significado (BAUMAN, 2010).

A adoção de modelos simplificados de seleção e de contratualização entre os entes estatais e os Pontos de Cultura (organizações da sociedade civil) não significa que os processos serão automaticamente executados de maneira mais simples. A excessiva cobrança de requisitos formais, a obsessão pelo controle e pela detecção de irregularidades, a lentidão burocrática e a morosidade de respostas são regras e valores informais que podem atravancar os processos e "contaminar" a relação entre o Estado e os beneficiários da política. São atitudes que reforçam a autoridade do burocrata e lhe conferem um poder típico da atuação do "intelectual legislador".

A ideia de interpretação, pelo contrário, pressupõe que a autoridade reside no autor ou no texto, e o papel do intérprete é extrair o significado (BAUMAN, 2010):

O bom intérprete é aquele que lê o significado da forma adequada – e não há necessidade (ou assim se pode esperar) de alguém para atestar as regras que



orientaram a leitura do significado e, deste modo, tornar a interpretação válida ou competente; alguém que peneire as boas interpretações, separando-as das ruins. A estratégia de interpretação [...] difere de todas as estratégias de legislação de um modo fundamental: ela abandona abertamente, ou deixa de lado como irrelevante para a tarefa em questão, a hipótese da universalidade da verdade, do juízo e do gosto; ela se recusa a estabelecer diferença entre comunidades que produzam significados; aceita os direitos de propriedade dessas comunidades, e estes como o único fundamento de que os significados comunalmente baseados possam necessitar. (Ibidem, p. 266-267)

Frente ao desafio de lidar com a pluralidade de narrativas (intérprete), em contraposição às metanarrativas (legislador), a formalização de uma Política Nacional de Cultura Viva – calcada no respeito aos direitos culturais – sugere uma reflexão mais aprofundada sobre os instrumentos de que o Estado dispõe para lidar com o que se propõe na Lei. Em que medida os instrumentos previstos no art. 4º da Lei 13.018 (Pontos de Cultura, Pontões de Cultura e Cadastro Nacional de Pontos de Cultura) são efetivamente capazes de propiciar o alcance dos objetivos da Política? Que mecanismos de monitoramento o Estado é capaz de propiciar para dar suporte à implementação das ações estruturantes dos Pontos e Pontões de Cultura, conforme previstas no seu Art. 5º? Esses e outros questionamentos sobre a capacidade Estatal de desdobrar a política em ação são cruciais e devem constituir objeto de novos estudos, mais aprofundados, sobre as condições determinantes para o sucesso e/ou efetividade dessa política, para além do discurso.

Há que se questionar, por fim, a semelhança entre o texto da Política ora aprovada e os textos que deram origem ao Programa Cultura. A dinâmica de gestão compartilhada no programa aparenta cumprir um papel dúbio, e talvez contraditório, ao servir como simulacro da participação social, onde os mesmos sujeitos que reclamam direitos são os que se apoiam no discurso do Estado (opressor?) e se sujeitam, portanto, às manobras burocráticas e condições possíveis dentro de uma democracia participativa ainda incipiente.

Ao mesmo tempo, a perpetuação desse processo parece ser imprescindível para a afirmação da identidade dos pontos de cultura enquanto processo político. Eis que os dilemas enfrentados pelo Cultura Viva podem significar apenas mais uma representação dos dilemas da “pós-modernidade” ou “modernidade líquida”, onde novas formas de agir e de viver surgem a cada instante e são substituídas, na batalha constante e mortal travada contra todo tipo de paradigma (BAUMAN, 2010).

Ao que tudo indica, depois de dez anos, com a formalização do Cultura Viva em política





nacional permanente, pelo menos uma das batalhas está vencida: a superação da dicotomia alta cultura – cultura popular, que segundo Boaventura de Sousa Santos (1999) constitui o “núcleo central do ideário modernista”. Essa superação traz consigo o desafio de lidar com novos atores que demandam cada vez mais voz, espaço e protagonismo na complexa teia da participação social. São aspectos que ficam em aberto para uma análise crítica mais aprofundada, especialmente a partir do início da vigência e regulamentação da Política Nacional de Cultura Viva.

### Referências bibliográficas

- ACANDA, Jorge Luis. Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ACCO, Marco Antônio de Castilhos. Para onde vão os Estados Nacionais? – Abordagens da teoria social contemporânea sobre as pressões para a transformação dos Estados nacionais na virada para o Século XXI. Tese de Doutorado Unicamp. – Campinas-SP: [s.n.], 2009, 391p.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. e ARAÚJO, Herton E., Orgs. . Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania. - Brasília: Ipea, 2010. 148p.
- BARROS, José Márcio e ZIVIANI, Paula. “O Programa Cultura Viva e a Diversidade Cultural”. In: Frederico Barbosa e Lia Calabre (Orgs). Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011: pp.61-88
- BAUDRILLARD, J.. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio D’Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. A Cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. Legisladores e Intérpretes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. Volume 15; 02. Abril a Junho, 2001. São Paulo.



- CAMARA DOS DEPUTADOS. Redação Final Projeto de Lei n. 757-F de 2011. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível online: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1264479&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+757/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1264479&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+757/2011)
- CANCLINI, Nestor García. *Definiciones en transición*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cidadania e Modernidade*. Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59, 1999.
- CULTURA VIVA. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. MinC: Brasília, 2005.
- D'ANGELO, Martha. Pós-modernidade: subsídios para refletir sobre educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 83, jan/dez 2002. Brasília
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IPEA. *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*. Ipea, Coordenação de Cultura. – Brasília, 2011. 261p.: il
- LABREA, Valéria Viana e BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto. *A rede imaginada e as redes vividas do Cultura Viva: a tensão entre o dizer e o fazer*. 2012. Disponível online: <http://participatorio.juventude.gov.br/file/download/219188>
- Lei nº 13.018/2014, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Presidência da República. Disponível online: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm)
- MINC– Ministério da Cultura. Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. Brasília: MinC, 2006.
- RUBIM, Albino. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 7ª edição, 1999.



## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: ALINHAMENTOS E (DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>1</sup>**

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da

*Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e  
Inclusão Social – Universidade FEEVALE  
miriabilis@gmail.com*

BARBOSA, Ana Patrícia

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e  
Inclusão Social – Universidade FEEVALE – Bolsista CAPES  
as.anapatricia@gmail.com*

MARQUES, Douglas

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e  
Inclusão Social – Universidade FEEVALE  
douglas.sersocial@gmail.com*

289

### **RESUMO**

O presente trabalho se propõe a analisar a gestão pública, pós-constituente, do Estado brasileiro correlacionando à observação empírica de uma política pública, voltada para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é explicitar lacunas e conflitos entre as práticas institucionais e o modelo de administração pública gerencial do Estado, operacionalizado por meio das políticas públicas. O estudo, fruto das pesquisas em nível de Mestrado, no campo interdisciplinar dos autores, busca correlacionar os conceitos teóricos sobre a administração pública brasileira com as práticas profissionais, por meio de pesquisa etnográfica junto a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE/RS. O estudo sugere que o modelo de administração pública estatal e as práticas institucionais configuram uma relação, ora de alinhamento, ora de (des)continuidade.

**Palavras chaves:** Reforma do Estado. Administração Pública Gerencial. Práticas Institucionais.

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the post-constitutional, public management of the Brazilian state correlating to the empirical observation of a public policy, focused on the care of adolescents in conflict with the law in the State of Rio Grande do Sul. The goal is explicit gaps and conflicts that Institutional practices in the model of gerencial public management of the state. The study, based on research of Masters, in the interdisciplinary field of authors, seeks to correlate the

<sup>1</sup>O artigo é fruto de parte das dissertações dos autores, defendidas em 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, intituladas: **Ecos do passado: DNA da situação irregular ressoando na proteção integral**, de autoria de Ana Patrícia Barbosa e **Sistema Único de Assistência Social e descentralização político-administrativa: desafios da modernização do Estado**, de autoria de Douglas Marques.



theoretical concepts the Brazilian management public that Institutional practices by ethnographic research conducted at an institution of care for adolescents in conflict with the law. The study suggests that the model of state governance and institutional practices constitute a relationship, sometimes alignment, sometimes (dis) continuity.

**Keywords:** State reform. Gerencial. Public Administration. Institutional practices.

## INTRODUÇÃO

As reformas do Estado brasileiro não são recentes, tendo início da década de 1930, no século XX. No entanto, para os limites desse artigo vamos nos ater a chamada Reforma Gerencial 1995/98 (BRESSER-PEREIRA, 2005), propondo uma maior modernização e eficiência na gestão, bem como uma reengenharia administrativa nas instituições do Estado, sendo denominada na literatura especializada como *Administração pública gerencial* (DE PAULA, 2005).

Nesse intuito, o artigo propõe um debate sobre o modelo hegemônico de gestão pública do Estado brasileiro, pós-constituente e, em que medida esse modelo avança na formulação e desempenho das políticas públicas. Paralelo à proposta, nós lançamos à análise empírica de uma política pública voltada ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, no Estado do Rio Grande do Sul, evidenciando as tensões e conflitos das diferentes práticas institucionais.

As problematizações que impulsionaram o artigo advêm da pesquisa etnográfica realizada junto a Fundação de Atendimento Socioeducativo – Fase/RS, instituição responsável pela execução da medida socioeducativa de internação e semiliberdade, aplicada aos adolescentes em conflito com a lei.

Para tal propósito, sugerimos um estudo de caráter interdisciplinar, com vistas mais do que descrever as transformações propostas pelo modelo gerencial, capturar no cotidiano, as tensões e as dinâmicas temporais, por meio das práticas profissionais que acompanham a ação do Estado por meio das políticas públicas.

Assim, constitui-se a problemática desse artigo explicitar sentidos, lacunas e conflitos entre as práticas institucionais e o modelo de administração pública gerencial do Estado, operacionalizado por meio das políticas públicas. Esse modelo de gestão, embora fomente o caráter moderno na gestão do Estado, não escapa os desafios de matrizes culturais-institucionais que mesclam discursividades tecnocratas e neopatrimonialistas (SCHWARTZMAN, 1982), sugerindo um hibridismo no ordenamento institucional.



O artigo está dividido em duas partes: a primeira traz o debate da gestão pública, pós-constituente, do Estado brasileiro; a segunda, o debate sobre o alinhamento e as (des)continuidades desse modelo de gestão nas instituições implicadas no atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

## 1. METODOLOGIA

A fim de atingirmos o objetivo deste trabalho, nos utilizamos da metodologia de pesquisa bibliográfica Gil (2010), resgatando historicamente os diferentes modelos de gestão pública pelo Estado brasileiro e enfatizando a abordagem gerencialista atual (BRESSER-PEREIRA, 2005). Os conceitos teóricos apresentados foram colocados em evidência, a partir da relação entre a estrutura do Estado brasileiro e as diferentes práticas institucionais dos profissionais da Fundação de Atendimento Socioeducativo.

Com a proposta de explicitarmos as dimensões do nosso universo de pesquisa, a Fase/RS, aproximamo-nos do método etnográfico, considerado uma metodologia qualitativa de pesquisa, que permite ao pesquisador a interação com seu objeto de estudo por meio de sua participação efetiva na realidade investigada (ROCHA e ECKERT, 2008). A escolha da etnografia, enquanto metodologia que apoia e direciona o presente estudo, nos permitiu analisar e interpretar os significados das interações no nosso campo de pesquisa.

Nossa intenção com o uso do método etnográfico é estabelecer um diálogo com as técnicas e os procedimentos da pesquisa Antropológica, proporcionando uma perspectiva interdisciplinar para o estudo do tema proposto no presente artigo. Tendo em vista que nossa problematização teórica e conceitual, aponta para as práticas profissionais, a partir do cotidiano vivido, das experiências de indivíduos e grupos sociais, pretendemos, com o auxílio do método etnográfico, evidenciar as tensões dessa realidade.

Na aplicação do método etnográfico utilizamos instrumentos de pesquisa tais como a observação participante, as entrevistas não diretivas e o diário de campo.



Ossujeitos participantes compreenderam uma parcela do corpo profissional da Comunidade Socioeducativa<sup>2</sup>(CSE), totalizando onze entrevistados<sup>3</sup>.

## 2. REFORMA DO ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL

Os debates sobre as reformas do Estado brasileiro não são recentes. Por outro lado, analisá-lo do ponto de vista da sua função de formulador das políticas públicas e dos diferentes modelos de gestão pública que engendram as suas ações, sugere estudos que possam descrever as diferentes estruturas (estatais) e a sua relação com as dinâmicas (institucionais), por onde tem se dado os processos sociais.

### 2.1 Estado e Estado-nação

Numa retrospectiva histórica sobre a formação do Estado brasileiro, conforme nos situa Bresser-Pereira (2005), a primeira reforma fora à patrimonialista, na tentativa da apropriação privada da sua função pública. Ao longo do século XX, contemplamos duas importantes reformas no Estado Brasileiro, ocorridas na década de 1930 e 1980. A primeira, de caráter profissionalizante das ações, em sintonia com os processos de industrialização dos setores produtivos no Brasil. A segunda, de caráter burocrático, tornava o acesso ao Estado por meio do mérito, e a gestão pautada pela tradição, numa perspectiva *weberiana*, a crença nas regras e normas institucionais.

Contudo, a mais significativa reforma do Estado, e que será objeto nesse artigo, se refere à Reforma da Gestão Pública de 1995/98, encaminhada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado-MARE, pelo então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.

<sup>2</sup>A pesquisa junto a Fase/RS teve como principal lócus de observação uma de duas unidades, a Comunidade Socioeducativa (CSE), destinada a execução da medida socioeducativa de internação, que tem suas instalações na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Estas informações foram tratadas no capítulo 3 da Dissertação: Ecos do passado: da situação irregular à proteção integral (BARBOSA, Ana Patrícia, 2013).

<sup>3</sup>O corpo profissional entrevistado constitui-se por: quatro agentes socioeducadores, quatro técnicos (assistente social, psicólogo, educador físico, enfermeiro), um assistente de direção e o diretor da instituição. Além dos profissionais que compõem o corpo funcional, a pesquisa contou com dois parceiros, um sociólogo que ex-funcionário da Fase e uma assistente social que pertence a outra unidade, o CASE POA 1.





Para clarear nossa análise, vamos tratar a gestão do Estado, por duas perspectivas: a análise do Estado do ponto de vista da organização e administração e o Estado-nação, como *uma instituição que organiza a ação coletiva dos cidadãos por meio das instituições legais ou jurídicas* (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Parafraseando Bresser-Pereira (2005), o surgimento do Estado moderno-racional está relacionado com o seu aspecto organizativo e estrutural, sendo necessário ao oferecer as condições para o desenvolvimento da sociedade (capitalista). Cronologicamente falando, o primeiro é um fenômeno dos últimos 250 anos. Por outro lado, nas sociedades como a brasileira, o debate político sobre o Estado-nação, não ultrapassa os últimos 30 anos. O aspecto *meta* econômico e estrutural e, portanto, de justiça social e democracia, passa ser vislumbrado no Brasil somente após a Constituição Federal de 1988.

Bresser-Pereira (2005) ao analisar as funções do Estado moderno, com as quais a sociedade busca alcançar os seus objetivos, cita: a ordem, a liberdade, o bem estar social e a justiça social. Esse Estado do ponto de vista da organização e gestão, ou em um termo mais atual, por meio da *administração pública gerencial* (DE PAULA, 2005), tem priorizado a primeira função. Os demais aspectos, de ordem sócio-política, ficam suprimidos por esse primeiro, sob a discursividade da garantia da própria existência do Estado, de fornecer subsídios à crítica a sua incapacidade de dar respostas e o entendimento da sua função mínima. Nas palavras de Bresser-Pereira (2005), constatamos:

(...) Sua função que é mínima, que é de garantir a ordem e manter o país sob o império da lei. Os demais objetivos – liberdade e justiça social – são ignorados ou mantidos em segundo plano. O fato que a racionalidade dos cidadãos muda historicamente, na medida em que alcançam seus objetivos, é esquecido porque não há espaço para a história nesse tipo de raciocínio (BESSER-PEREIRA, 2005, p.4).

Partindo dessa concepção, a reforma da administração pública gerencial tem como condição a existência de um Estado democrático. Nesse sentido, os estudos no período da sua implantação, sugeriam uma correspondência com a realidade brasileira (BRESSER-PEREIRA, 2005). Esse modelo de gestão pública propõe, entre outros: 1)



forte controle fiscal e controle da inflação; 2) A divisão das ações o Estado entre as exclusivas e não exclusivas; 3) Autonomia e responsabilização dos gestores públicos; 4) A criação de grupos de ‘altos funcionários públicos’, para gestar as decisões políticas; 5) A descentralização de políticas públicas, como os serviços sociais, deveria ser executada por organizações não estatais e, em parceria com mercado.

De forma ainda preliminar, sugerimos que a gestão pública que está posta, restringe sua função ao primeiro objetivo do Estado, esse de estabelecer a ordem coercitiva e jurídica, pouco avançando nos processos de bem estar social e justiça social. Conforme já sugerido por outros autores (DE PAULA, 2005; CUNHO, 2006), muito pouco a reforma do Estado tem dialogado com uma perspectiva de uma administração pública societal (DE PAULA, 2005), no fortalecimento da participação da sociedade nos processos de gestão do Estado, por meio das instituições, com vistas o aprofundamento da democracia e a justiça social.

## **2.2 Estado-nação e os desdobramentos da administração pública gerencial**

Na modernidade, estudos sobre as instituições do Estado, ganham fôlego em relação à abordagem sobre os aspectos da cultura e da estrutura social. Percebeu-se, guardado as proporções e complexidades, que as instituições poderiam contribuir para a sociedade atingir seus objetivos políticos – a liberdade e justiça social – já que a cultura e as estruturas exigem transformações a longo prazo (BRESSER-PEREIRA, 2005).

A complexidade dos estudos que envolvem o tema das instituições (BRESSER-PEREIRA, 2005; NORTH, 1995), tem no bojo da relação entre Estado e sociedade civil, mediada pelas instituições, um dos pontos de colisões. Inicialmente, as instituições ganham sua legitimidade, quando correspondem as estruturas econômicas e sociais e, portanto, se reproduzem nos limites do ordenamento societário vigente. Também, as instituições não transformam a estrutura nem a cultura, mas quando não ignoradas, podem influir sobre elas. Ademais, as instituições não podem ser exportadas, mas numa realidade nacional, a incorporação das diversidades territoriais e culturais bem como a qualidade do seu desempenho dependerá da apropriação de quem a importou.

Avançando no debate, as políticas públicas e as instituições do Estado, mesmo ‘operando’ com as diretrizes da ‘nova administração pública’ e, portanto, sendo



fomentada a eficiência e funcionalidade eficaz, não escapam um hibridismo nas suas práticas institucionais, entre neopatrimonialismo e tecnocracia. O paradoxo entre o arcaico e o moderno que engendrem o primeiro está imbricado com o contexto de uma nova ordem institucional de caráter ‘despolitizado’ e de “competência” do segundo, nas decisões do Estado.

A formação neopatrimonial das instituições do Estado conflita entre o caráter da impessoalidade e moderno e o pessoal e tradicional. Ao passo que a gestão do Estado se ‘moderniza’ e busca a eficiência, não escapam as práticas institucionais marcadas por discursividades clientelistas, assistencialistas, totalitárias, entre outras.

Paralelo ao tema, Bobbio, Matteucci, Pasquino (1998), sugere a *tecnocracia* na gestão do Estado, como sendo um regime social caracterizado pela emancipação do poder das suas tradicionais conotações políticas e pela tomada de uma configuração diferente, despolitizada e de “competência”.

Os mesmos autores ao explicarem o surgimento das primeiras análises sobre o conceito evidenciam o seu elemento estrutural que tensiona para uma nova ordem. Por primeiro, remontamos o período da primeira revolução industrial onde a técnica deveria prevalecer (no sentido de apropriação) sob a natureza, visto as exigências do acelerado desenvolvimento produtivo.

Complementar, as decisões motivadas pela estatística e pelo cálculo (e, portanto pela técnica) poderiam ser uma resposta eficiente diante do ordenamento capitalista permeado por crises e recessões. Ademais, o conhecimento passa a ser estratégico nesse ordenamento, ficando submetida à política a racionalidade técnica (BRESSER-PREREIRA, 2005).

Na operacionalização desse ordenamento, temos a chamada “classe teórica” (BOBBIO, 1988), que se desmembra nas mais variadas categorias (profissionais) sócio-políticas. *O poder dos peritos toma o lugar dos “políticos”* (BOBBIO, 1988: 1244), passando as decisões e ações do Estado tensionadas por resultados de cálculos e previsões científicas.

Diante do exposto, nos lançamos a correlacionar o modelo de gestão pública do Estado brasileiro com as discursividades das práticas institucionais junto a Fundação de Atendimento Socioeducativo–Fase/RS. Nosso intuito é evidenciar as diferentes dinâmicas e tensões das práticas profissionais e, em que medida essas encaminham um



alinhamento e/ou (des)continuidades com o atual modelo de gestão do Estado.

Sugerimos uma sinergia entre os fenômenos neopatrimonialista e da tecnocracia que sedimentam um ordenamento social legal-racional que está imbricado com as relações patrimonialistas, e, portanto, pelo atraso, engendradas num chamado “poder dos peritos” que desloca a cidadania para uma ‘cidadania ralé<sup>4</sup> (SOUZA, 2005), na operacionalização das instituições do Estado.

### **3. PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: ALINHAMENTOS E (DES)CONTINUIDADES**

No que se refere a operacionalização das instituições do Estado, nossa análise perpassa pela existência de um predomínio institucional sobre a vida dos sujeitos, bem como da influência do sistema sobre os atores institucionais, do instituído sobre o instituinte, que age não só sobre os grupos, como também sobre os valores e práticas cotidianas. Conforme Faleiros (2007), as instituições se constituem como um espaço político, implicando relações de poder e saber, que se expressam no cotidiano, na burocracia, no trabalho dos profissionais que ali se inserem e evidencia uma abordagem tecnocrata, alinhada ao de modelo de gestão pública gerencial, objeto de análise do presente artigo.

#### **3.1 Entre conflitos e tensões: as práticas institucionais no contexto da privação de liberdade**

Direcionamos a segunda parte de nosso estudo para o debate sobre os alinhamentos e as (des)continuidades do modelo de administração pública gerencial e seus rebatimentos nas instituições do Estado. Sendo assim, ao analisarmos os sentidos, lacunas e conflitos que permeiam os espaços de ampliação da cidadania e o modelo de administração pública gerencial do Estado, abordaremos a Fase/RS.

Durante nosso trabalho de campo, tivemos a oportunidade de observar o cotidiano dos profissionais da Comunidade Socioeducativa e acompanhar, através de suas

<sup>4</sup> Souza (2005), ao analisar sociedades inseridas nos processos de modernidade periférica, como a brasileira, sugere a constituição de *ethos precários e secundários* que operam no cotidiano dos sujeitos uma cidadania derivada de critérios funcionais ora do Estado, ora do mercado, ensejando assim uma subcidadania ou uma *cidadania ralé*.



narrativas, seus dramas, conflitos, tensões. A riqueza do trabalho de campo e dos dados coletados, acerca da vida institucional e seus profissionais, diante a passagem da Doutrina de Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral, nos permitiram dar visibilidade a realidade estudada.

Neste sentido, ao analisarmos instituições voltadas à privação de liberdade de adolescentes, apontamos para os contextos de Situação Irregular e Proteção Integral, marcados quer seja por práticas de cunho moralizante, com abordagens paliativas, quer seja ao incorporar aos discursos das instituições a discussão de Direitos Humanos. Em ambos os contextos, estamos tratando sobre a institucionalização de adolescentes em conflito com a lei, onde as mudanças nos aparatos legais, introduzidas no Brasil após a Constituição de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>5</sup>, pressupõem mudanças nas práticas político-institucionais e onde as novas formas de produção de sentidos se inscrevem no contexto da Proteção Integral.

Porém, cabe refletirmos sobre como produzir novos sentidos em uma sociedade que ainda mantém ativa suas instituições totalitárias, sobreviventes de contextos sóciohistóricos, que não condizem com a realidade atual. É preciso lembrar que o sistema legal busca considerar cada adolescente em sua trajetória específica, impedindo um tratamento burocrático e massificado aos moldes de uma instituição total, como aquele que era desenvolvido pelas antigas FEBEM's – Fundação de Bem Estar do Menor<sup>6</sup>. Assim, podemos sugerir que esse dilema institucional persiste, na medida em que as práticas profissionais estão voltadas para uma eficiência de caráter racional e 'ajustadora', em contra partida de um trabalho pedagógico e emancipatório.

Tendo em mente a permanência temporal dessas instituições é que embasamos estudos de Michel Foucault (1987 e 1979) e Irving Goffman (2001), para compreendermos o funcionamento institucional em suas formas totalitárias e nos meios coercitivos e punitivos adotados para o tratamento aos adolescentes privados de liberdade.

<sup>5</sup>BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. São Paulo: Saraiva, 2000.

<sup>6</sup>O reordenamento institucional previsto no ECA extinguiu as FEBEM's. No Rio Grande do Sul, a FEBEM é extinta através da Lei nº 11.800, de 18/05/2002, e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Estadual de 06/06/2002, que também cria a Fundação de Atendimento Socioeducativo - Fase.



Irving Goffman (2001), ao introduzir o conceito de instituição total refere que estas se caracterizam por serem estabelecimentos fechados, simbolizadas pela barreira à relação social com o mundo externo. Para o autor “toda a instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda a instituição tem tendências de fechamento” (2001, p.16). Estes locais também se caracterizam por atividades rotineiras, com horários preestabelecidos, práticas ordenadas por regulamentos ou planejadas burocraticamente. Neles, a vida cotidiana é homogeneizada.

Ao analisarmos as Unidades de Socioeducação, tais como a Comunidade Socioeducativa, verificamos que estas possuem muitas das características apontadas por Goffman (2001), como a barreira em relação ao convívio externo, o fechamento, o isolamento e a vigilância, o monitoramento, a rotina, as revistas e o emprego da ordem e da disciplina. Fatos estes evidenciados na Comunidade Socioeducativa, conforme as narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa:

A rotina, fim de semana como não tem aula, então eles descem, assistem tevê, vão para o pátio jogar bola e depois eles sobem para, se recolhem para o horário do silêncio, que inicia às dez e meia e vai até às oito horas da manhã do outro dia. Às oito horas começa a aula. Então, quinze para as oito, vinte para as oito...descem para o café (trecho extraído do diário de campo do dia 29/04/2013).

A comparação entre as instituições de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei e as instituições totais se fazem presentes em diversos estudos que tratam da temática. Para a autora Carmem Craidy (2004), as instituições de privação de liberdade de adolescentes se assemelham às instituições totais, fato que nos remonta a função restritiva de coerção e ordenamento jurídico do Estado, em detrimento de sua função de justiça social.

As instituições ditas socioeducativas de privação de liberdade em pouco se distinguem dos presídios tradicionais e abrigam procedimentos simplesmente punitivos, tais como a submissão a regras não discutidas nem compreendidas pelos adolescentes, a imposição de celas de isolamento (proibidas no SINASE/2012, art. 15/IV e na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes/1989) por qualquer desrespeito às regras, muitas vezes por comportamento tipicamente juvenis, como brigas ou desrespeito verbal aos educadores (CRAIDY, 2004, p. 51).





Outro aspecto característico das Unidades de Socioeducação é o do controle. Porém, cabe ressaltar que as medidas de segurança, o controle, as contenções e as punições, não podem sobrepor-se as ações socioeducativas. Estas serão adequadas quando voltadas à proteção da integridade física, moral e psicológica dos adolescentes.

Ocorre que as medidas socioeducativas não garantem o desaparecimento puro e simples das práticas de punição, de controle e disciplina, conforme evidenciamos na pesquisa realizada junto aos profissionais da CSE, implicados no atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Sabe-se que o reordenamento institucional, ocorrido a partir do ECA, visou materializar mudanças paradigmáticas. Porém, questiona-se se ele é suficiente para superar a ordenação legal anterior, ainda tão presente nas instituições de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

Tais apontamentos nos levam a refletir sobre o hibridismo temporal e sociopolítico, onde a modernidade e os direitos se confundem com o tradicional e o 'disciplinamento', no bojo do gerencialismo estatal, evidenciando assim, a sinergia entre os fenômenos neopatrimonialista e da tecnocracia que sedimentam um ordenamento social legal-racional que está imbricado com as relações patrimonialistas e funcionais. No que se refere à Fase, evidencia-se a presença de cargos políticos onde a complexidade dos problemas dos jovens em conflito com a lei e a dimensão desses às injunções políticas e as relações de poder se sobrepõe a propostas pedagógicas adequadas a esta realidade e conduzem a ações fragmentadas e dissociadas. Em vista disto, a instituição é marcada por continuidades e rupturas, evidenciadas nas narrativas dos profissionais da CSE:

Normalmente a direção geral é oriunda de outras áreas e não conhecedores dos fenômenos institucionais. Rechaçam o que chamam de métodos antigos e propõem novos projetos, não levando em conta a falta de estrutura para colocá-los em prática. O governo é um órgão político, as escolhas da direção geral se dão por questões políticas e não por questões técnicas, ou seja, não conhecem nada daquela realidade. Isso causa muita insegurança nos funcionários. Quando a direção não consegue colocar suas ideias em prática, começa a culpabilizar o corpo funcional. Para se manter no poder, quando existe uma crise institucional, abrem sindicância para encontrar os possíveis culpados, não analisando de forma técnica as razões da existência da crise. Os funcionários são punidos, criando um ambiente de tensão entre o corpo funcional e a direção geral, aumentando assim a crise, pelo fato dos funcionários se sentirem inseguros em relação a direção geral (trecho extraído do diário de campo do dia 30/05/2013).



Podemos refletir também, sobre as políticas públicas pautadas por ideários democráticos, de igualdade e de garantia de direitos, pois estas precisam de uma revisão nas categorias que embasam sua criação, de forma que não sejam mais pautadas por teorias que não respondem a realidade atual, por ideários positivistas de ajuste e controle social.

Conforme refere Martins (2008), elas não podem ser apenas políticas sociais compensatórias, que confirmam e legitimam a exclusão social, sendo apenas débito a fundo perdido. Além disso, o preço a pagar pela sustentação de uma economia cuja dinâmica bane e destitui parcelas da população. Dessa forma, que o ECA não apenas enfatize os direitos de crianças e adolescentes como prioridade absoluta, mas que normatize as condições de fato para a sua garantia material, por aqueles que têm o dever para com esse público.

Não se trata aqui de menosprezar os aparatos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para a garantia de direitos aos adolescentes em conflito com a lei, mas de compreender que junto a estes se somam uma série de outros reguladores sociais que atuam em esferas de poder alternativas e que refletem diretamente nas práticas institucionais.

### **3.2 Práticas institucionais: dilemas temporais e culturais**

Nesse interjogo de forças para garantia dos direitos dos adolescentes privados de liberdade, destaca-se o papel que os profissionais vêm ocupando e de que forma executam suas práticas cotidianas nas instituições voltadas ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, dado o reordenando institucional previsto no ECA. Nossa análise caminha na direção da compreensão de que não existe um ideal ao remodelar estas instituições, tal como a passagem da FEBEM para a Fase, mas sim o que o Foucault (1979) coloca como uma realidade das ações dos sujeitos, das instituições e dos mecanismos sociais.

Segundo Costa, as ações dos profissionais que atuam nesses espaços são caracterizadas por:

Eivada de uma concepção assistencialista, disciplinadora, heterônoma e burocrática (onde a reflexão e a ação encontram-se amiúde



dissociadas); reprodutora das relações de dominação e, portanto, mantenedora da ordem instituída; alheia à dinâmica social mais ampla e defasada em relação aos avanços técnicos e teóricos das ciências que lhe dão suporte; ao mesmo tempo, uma prática que oprime e é crivada pela opressão dos dispositivos de poder que operam numa instituição total: “abandonados”, pois seriam, além das crianças e adolescentes, os agentes por eles responsáveis (COSTA, 1998, p. 30-31).

No que se refere à Comunidade Socioeducativa, evidenciam-se práticas de isolamento, contenção, bem como a aplicação de rotinas como forma de manter a ordem e a disciplina, assim narradas pelos sujeitos da pesquisa.

301

No atendimento especial, também a gente conversa sobre...para ver como é que vai ser o retorno. Esse aí veio para ficar sessenta dias, a gente não sabe se ele vai descer para uma unidade ou não [...] é no máximo quinze dias, que seria no máximo quinze, podendo ser prorrogado. A gente já teve caso aí que o guri ficou três meses [...] Eles saem para ir no pátio. E daí pro banho seis horas da manhã, agente dá uma ducha. As sete já é o café, dentro da ‘cela’. Depois a gente tem livros que a gente dá para eles ler. Até é bom, porque muitos não leem nada. Pelo menos aqui, como eles estão trancados, eles não podem conversar nada, aí pelo menos eles pegam o hábito da leitura (trecho extraído do diário de campo do dia 01/05/2013).

Tais relatos nos levam a refletir sobre os meios coercitivos e punitivos adotados para tornar os indivíduos dóceis e disciplinados, ou seja, sobre a forma de controle e poder exercida sobre os corpos desses sujeitos (FOUCAULT, 1987).

Mary Douglas (2012) contribui com essa discussão ao acrescentar que para garantir a ordem se aplicam técnicas disciplinares, que se preocupam não apenas com a sujeira e doenças, mas também com formas de expressão do comportamento que não se adequam a ordem social preestabelecida. Ainda para a autora, a modernidade disciplinou não só os homens, mas tudo que representasse uma ameaça à ordem e à segurança, varrendo toda a sujeira e evitando contaminações.

Ao relacionarmos com as práticas institucionais aplicadas aos adolescentes privados de liberdade, evidencia-se, por parte dos diferentes profissionais, a tendência de perpetuar e reproduzir abordagens de cunho moralizantes, a partir de uma lógica de controle social, com o propósito de manter a ordem e o ajuste. Estas são baseadas em modelos funcionalistas e positivistas, que embasavam a Doutrina de Situação Irregular.

Embora o momento de transição e mudanças em relação ao Código de Menores e ao ECA, as práticas institucionais ainda estão sendo aplicadas muito mais, através de leis



instituídas do que de seu potencial instituinte. Essa realidade evidencia uma abordagem tecnocrata, revelando um poder ‘a cima’, que desconsidera os processos sociais e políticos, reduzindo a realidade institucional a adequação as normas.

No que se refere às instituições de privação de liberdade de adolescente, tais como a CSE, tornam-se óbvios que estes são espaços contraditórios e em descompasso temporal. O que se percebe nessas instituições com características muito mais carcerárias do que socioeducativas, é que funcionam como espaços de poder e controle, desrespeitando a integridade física, psíquica e moral de adolescentes, conforme previsto no ECA.

A partir das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, é possível traçar algumas considerações em relação à implantação do novo padrão previsto no ECA, tais como uma forte presença de um discurso repressivo do Código de Menores. Embora tenha havido mudanças conceituais do ECA ainda permanecem estratégias de atendimento embasadas em moldes antigos, voltadas aos disciplinamento e controle sobre os internos.

Neste sentido, cabe refletirmos a respeito do objetivo principal das instituições para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que é de reinseri-los socialmente e que deveria ser o foco principal dessas instituições. No entanto, o presente estudo evidencia o descompasso entre o Estado-organização e o Estado-nação, onde o disciplinamento e a coerção se sobrepõem os propósitos do avanço da democracia e a modernização das instituições, sendo esses objetivos da reforma da administração pública gerencial.

### **Considerações finais**

O presente estudo procurou discorrer sobre os modelos de gestão pública do Estado brasileiro, ao longo do século XX, dando ênfase à reforma administrativa denominada de administração pública gerencial, proposto durante a década de 1990, ainda em processo de discussão e implantação.

Segundo a divisão gerencial proposta por Bresser-Pereira (2005), o Estado brasileiro se constitui por duas matrizes: o Estado-organização e o Estado-nação. O primeiro, enquanto aparato jurídico-coercitivo constituiu-se anterior no Brasil,



respondendo as demandas do desenvolvimento industrial, a internacionalização da economia e a ideologia de intervenção mínima.

Já o segundo, tem apresentado limites no que se refere à sua função sociopolítica de ampliação da justiça social e o bem estar social, necessitando o aprofundamento dos estudos sobre a administração pública societal e a abordagem de gestão social (DE PAULA, 2005).

Esses dilemas na gestão pública do Estado têm encaminhado ordenamentos institucionais que versam entre o neopatrimonialismo e a tecnocracia, que nos processos de implantação vão amalgamando suas práticas profissionais. Essas práticas, no seu bojo, carregam discursividades permeadas por modelos assistencialistas, disciplinadoras, heterônomas e burocráticas.

Em relação às políticas públicas, conforme demonstrado por meio da realidade institucional da FASE/RS, sugerimos um alinhamento com os pressupostos da reforma gerencial do Estado, quando reproduzem práticas culturais disciplinador-coercitivas e burocrático-normativas, numa perspectiva weberiana, a crença na racionalidade.

Paralelamente, essas políticas tensionam descontinuidades com os aspectos da modernidade e eficiência, na medida em que persistem práticas profissionais clientelistas e heterônomas. A construção da cidadania passa assim, pelo 'crivo' dos derivativo-funcionais, encaminhados pelo mercado ou pelo Estado, produzindo uma subcidadania.

## Referências

- BARBOSA, Ana Patrícia. *Ecos do passado: DNA da situação irregular ressoando na proteção integral*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade FEEVALE, 2013.
- BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB. 11ª ed. 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. *Revista Interesse Nacional*. São Paulo, ano 5, n. 17, abr./jun., 2011, p. 76-85.



- COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. *Subjetividade e menor idade:acompanhandoodevir dos profissionais do social*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria daCultura e Desportos, 1998.
- CRAIDY, Carmem Maria; GONÇALVES, Liana. *Medidas socioeducativas:darepressão à educação*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004.
- DE PAULA, A.P. Administração Pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas-ERA*, v.45, n. 1, p. 36-49, jan./mar., 2005.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. “Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”.(trad. por Mônica Siqueira Leite de Barros e ZuldaZakia Pinto) 2ª ed. São Paulo:Perspectiva, 2012.
- GIL, Antônio, C. *Como elaborar projetos de pesquisa*.5ª Ed. São Paulo: Atlas,2010.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*.São Paulo: EditoraPerspectiva, 2001.
- FALEIROS, V.P. *Saber profissional e poder institucional*.São Paulo: Cortez,2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir:nascimento da prisão*. Petrópolis. Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*.Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MARQUES, D. *Sistema Único de Assistência Social e descentralização político-administrativa: desafios da modernização do Estado*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade FEEVALE, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo:novos estudos sobreexclusão, pobreza e classes sociais*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NORTH, D.C. *Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- ROCHA, A. L. C. ; ECKERT, Cornelia . *Etnografia:saberes e práticas*. IluminurasRevista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 31, p. 1, 2008.
- SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Campos. 1982.





## AGÊNCIAS REGULADORAS E CONTRATOS DE GESTÃO: AUTONOMIA CONTROVERTIDA

MIRANDA, Bárbara Leonora Souza de  
*Professora do Instituto Federal da Bahia-IFBA*  
*Mestre pelo PPGA da Universidade Salvador*  
*barbaramiranda01@yahoo.com.br*

305

DALTRO, Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias  
*Auditora na Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus*  
*Mestre em pelo CIAGS da Universidade Federal da Bahia*  
*lelledaltro@msn.com*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é suscitar o debate acerca do grau de autonomia das Agências Reguladoras fazendo um contraponto quanto à imparcialidade desejada para as Agências e o risco de ingerências de Governos diante das cláusulas contratuais impostas a estas pela Administração Pública Direta. Este trabalho está organizado em quatro partes. Na primeira será apresentada de forma genérica a abordagem teórica do Novo Gerencialismo e algumas considerações sobre o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro que fundamentam as instituições do Contrato de Gestão e das Agências Reguladoras. Na segunda serão apresentados alguns conceitos, objetivos, origem e desenvolvimento do Contrato de Gestão, a qual será sucedida por alguns apontamentos a respeito das Agências Reguladoras, seus conceitos e desenvolvimento. Finalizando este ensaio, a quarta e última parte apresenta indícios que fundamentam a proposição do debate acerca da real autonomia das Agências Reguladoras.

**Palavras-chave:** Agências Reguladoras. Contrato de Gestão. Administração Pública.

### ABSTRACT

The objective is to prompt a debate about the degree of autonomy of regulatory agencies as a counterpoint to the required impartiality for the Agencies and the risk of interference of governments on the contractual terms imposed on these by Direct Public Administration. This paper is organized into four parts. The first will be presented in a general way the theoretical approach of the New managerialism and some considerations on the Master Plan of the Brazilian state apparatus reform in support of the institutions of the Management Agreement and the Regulatory Agencies. In the second we introduce some concepts, goals, origin and development of the Management Agreement, which will be followed by some notes about the regulatory agencies, their concepts and development. Completing this test, the fourth and last part presents evidence that support the proposition of the debate about real autonomy of Regulatory Agencies.

**Keywords:** regulatory agencies. Contract Management. Public Administration.



## 1 Introdução

As Agências Reguladoras são ferramentas utilizadas pelo Estado para intervir no mercado, na busca de se garantir o atendimento dos interesses sociais pela aplicação de políticas econômicas e alcance de resultados predeterminados.

O Contrato de Gestão é um acordo de vontades, celebrado pelo poder público com órgãos e entidades da administração direta, indireta e entidades privadas, qualificadas como Organizações Sociais (OS) como meio de formalizar o compromisso entre as partes. São exemplos desta relação jurídica, os contratos existentes entre a Administração Pública e as Agências Reguladoras.

Dentre os compromissos firmados por meio dos Contratos de Gestão (que antes era um instrumento utilizado apenas pelas Agências Executivas) está o da Contratada cumprir objetivos fixados em planos nacionais ou em programas pré-definidos. Hoje as Agências Reguladoras, consideradas como entes autônomos, estão sujeitas a este modelo, daí este trabalho apresentar como pressuposto que a autonomia da AR é relativa (ARAGÃO, 2004). Isso decorre da atuação diante das metas e critérios políticos que lhes são impostos.

## 2 Novo Gerencialismo, Contrato de Gestão e Agências Reguladoras

Nas últimas décadas do século XX os serviços públicos tentaram abandonar os sistemas baseados na hierarquia burocrática em busca da adoção de sistemas gerenciais eficientes. Nessa perspectiva o Novo Gerencialismo desponta como uma tendência hegemônica que influencia as concepções e as práticas organizacionais dos serviços públicos incorporando a lógica concorrencial com ênfase no mercado, estímulo a realização de parcerias públicas e privadas (MENDES; TEIXEIRA, 2000).

Para Hood (1991 apud MENDES; TEIXEIRA, 2000) o surgimento do Novo Gerencialismo deve-se a tentativa de reverter o crescimento do governo (gastos e expansão do quadro de pessoal), ao movimento em torno da privatização, a automação na produção e distribuição de serviços públicos e a existência de uma agenda internacional centrada no gerenciamento público, estilos de decisão e cooperação intergovernamental. Já para Osborne e Gaebler (1994), o Novo Gerencialismo é a “reinvenção do governo” consistindo na aplicação,



pelo setor público, de idéias gerencialistas consideradas transformadoras, quando aplicadas no contexto dos serviços públicos norte-americanos.

Na literatura sobre as dificuldades na implantação das idéias propostas pelo Novo Gerencialismo, a administração pública pautada na lei é aprontada como um dos principais limites, principalmente no que se refere a “marketização” e a administração de contratos (HUGES, 1998).

No contexto das mudanças, o discurso desenvolvimentista é substituído pelo discurso da eficiência, enfatizando o Estado Empresa ou Estado Gerencial. Enquanto que no campo das práticas, o objetivo do setor público é atender às necessidades do cidadão. Isso significa que, além da eficiência, busca-se a efetividade de suas ações.

No caso brasileiro, a ênfase ao gerencialismo no âmbito da administração pública se iniciou com implantação, pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, responsável pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) e que defendeu a segunda reforma administrativa do Estado, ensejada em um documento intitulado Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, regulamentado pela Emenda Constitucional n°. 19/98. O Plano Diretor apresenta a sistematização dos conceitos, diretrizes, objetivos e estratégias que seriam responsáveis por empregar a lógica gerencialista à administração pública, proporcionando ao gestor público maior autonomia e maior responsabilização do gestor por meio dos controles.

O gerencialismo pretendido pela reforma estava alicerçado numa cultura voltada para o atendimento das necessidades do seu “cliente”, o cidadão e no resultado e não nos processos, na descentralização por meio de uma maior flexibilidade e desconcentração da gestão, em contraposição a rigidez da burocracia, exigindo um maior controle sobre as ações desenvolvidas, além da implantação de sistemas de avaliação de desempenho. Percebe-se ainda uma nova forma de gestão dos recursos humanos, exploração da tecnologia da informação e fortalecimento das áreas estratégicas do governo (MIRANDA, 2011).

A estrutura criada a partir do gerencialismo possibilitou esboçar novos contornos para a administração pública por meio de ações tais como: 1) descentralização política pela transferência de recursos e atribuições para níveis políticos regionais e locais; 2) descentralização administrativa pela transformação dos administradores públicos em gerentes com autonomia crescente; 3) achatamento da pirâmide hierárquica; 4) controle de resultados a



posteriori; 5) administração voltada para o atendimento do cidadão, contrária a auto-referida entre outras (BRESSER-PEREIRA *apud* MIRANDA, 2011). Tais ações possibilitariam em curto prazo o ajuste fiscal e em médio prazo a modernização pelo aumento da eficiência administrativa, em busca do fortalecimento do núcleo estratégico o Estado, ou seja, (evitar) da administração pública direta e descentralização da administração pública indireta pela implantação de “agências autônomas” e de “organizações sociais” controladas por Contratos de Gestão.

### 3 Contratos de Gestão

Discorrer sobre Contratos de Gestão (CG) apresenta dificuldades. Há cerca de dez anos, Di Pietro (2001) argumentava ser este um assunto novo no direito brasileiro, pouco tratado pela doutrina e praticamente inaplicado no âmbito judicial; além disso, não está disciplinado de forma genérica no direito positivo ou mesmo em leis esparsas (contratos específicos com entidades determinadas), assumindo assim, diferentes contornos conforme os interesses da Administração Pública, além disso, por ter sido inspirado no direito estrangeiro, adapta-se mal a rigidez do nosso direito positivo. Contudo, com o avanço da reforma administrativa do Estado e o crescimento da função reguladora, este assunto vem se tornando cada vez mais aprofundado.

#### 3.1 Definindo Contrato de Gestão

Contrato de Gestão é o ajuste celebrado pelo poder público com órgãos ou entidades da administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais, de forma a ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira ou para lhes prestar auxílios variados, além de fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos (GASPARINE, 2002).

Para Siqueira (2003), o Contrato de Gestão é um instrumento de planejamento que pode ser utilizado pela administração pública para formalizar os compromissos das partes contratantes. De forma a complementar esse entendimento, para Look (2005), trata-se de um instrumento facilitador para execução de atividades de gerenciamento no setor público, ferramenta alternativa de planejamento e controle, que tem como característica a autonomia



com relação à gestão dos recursos. Para Modesto (2004) é ato ou condição que desloca a entidade ou órgão para o campo de incidência de norma legal específica, previamente estabelecida pelo legislador.

Conforme a Lei nº 9.649 de 27.05.1998 o Contrato de Gestão é um instrumento formador de parceria entre o poder público e as organizações sociais para a prestação de serviços não exclusivos do Estado, como forma de garantir maior autonomia às fundações e autarquias, qualificando-as como Agências Executivas.

Quanto à aplicabilidade do vocábulo Contrato pelo serviço público existe questionamento. Alguns autores afirmam que esse vocábulo só é utilizado pela inexistência de um mais adequado, visto que Contratos de Gestão muitas vezes são firmados entre o poder público e órgãos sem personalidade jurídica própria.

Isto posto, observa-se que não há unanimidade quanto ao entendimento sobre a definição de Contrato de Gestão, sendo este utilizado por Agências Executivas e também por Agências Reguladoras.

### **3.2 Objetivos**

Na tentativa de modernizar a administração pública, buscou-se uma alternativa a administração burocrática. Assim, os Contratos de Gestão objetivam facilitar o desenvolvimento das atividades de gerenciamento dos recursos disponíveis no setor público, de forma racional e transparente. Por meio destes, são fixados compromissos bilaterais, cabendo ao ente contratado cumprir objetivos fixados em planos nacionais ou em programas pré-definidos e a administração pública flexibilizar os meios de controle sobre a entidade, conferindo-lhe maior grau de autonomia.

Outro objetivo relevante do CG é estabelecer vínculo entre programas governamentais e determinadas empresas privadas, que recebem auxílio por parte do estado e estabelece metas com a administração direta (centros de responsabilidade, programas de qualidade), o que em tese confere maior autonomia de gestão.

### **3.3 Origem e evolução**

O CG teve origem na França no final da década de 60, do sec. XX com vistas a aumentar a eficiência das empresas públicas e manter a presença do Estado na economia. Foi



adotado por países de influência francesa e posteriormente na Argentina, México, Índia, Coréia e Grã-Bretanha. O direito francês, que segundo Aguilar (2004) é muito mais flexível do que o direito administrativo brasileiro, o CG apareceu sob denominações diversas objetivando o saneamento financeiro do estado.

Quadro 1 - Tipologia do CG no Direito Francês

<u>DENOMINAÇÃO</u>	<u>OBJETIVO</u>
<b>Contrato de Programa</b>	Voltado para recuperação financeira de empresas públicas deficitárias. Vincular ações aos planos nacionais.
<b>Contrato de Empresa</b>	Voltado para atividades industriais ou comerciais, modernização das empresas públicas, reduzir pessoal, competitividade.
<b>Contrato de Plano</b>	Voltado para empresas públicas de caráter concorrencial e industrial. Renovação da tradição de planos nacionais, assegura os objetivos prioritários: políticas de emprego, investimento, novas tecnologias e formação profissional. Maior autonomia para as empresas. Flexibilizar controle administrativo. Foco nos resultados.

Fonte: Di Pietro (2001).

Entre outras experiências francesas destacam-se: o Relatório Nora, de abril de 1967 (Grupo de Trabalho do Comité Interministerial de Empresas Estatais); os Contratos de Programa, entre os anos de 1969 e 1972, nos quais participaram a empresa ferroviária (SNCF), eletricidade (EDF) e rádio e televisão (ORTF). Na crise de 1973 houve a suspensão dos contratos vigentes e a não realização de novos acordos. Novas experiências foram tidas com o Relatórios Vedel (12/10/76) e Renaud de la Genière, com a retomada do sistema contratual e a criação do Comité Interministerial de Orientação das Empresas Públicas. No período entre 1981 a 1985 foram assinados 13 contratos com empresas recentemente estatizadas e renovados contratos com a Air France, a SNCF e a EDF. Novas renovações foram feitas em 1989. Em 1982 os Contratos de Plano foram formalizados ainda que de forma genérica pela Lei Nacional de Planificação. A partir de então, em 1988 teve-se os “Contratos de Objetivos” para empresas sujeitas à concorrência (CGE, Pechiney, Rhône- Poulenc, Bull) e, em 1991 na Empresa de telecomunicações France Télécom.





Outras experiências internacionais citadas são: **Itália** com os “acordos de programa”, na década de 90: Ente Ferrovie dello Stato; **Espanha** com a Lei Geral de Orçamento de 1979, primeiro acordo celebrado: Red Nacional Ferroviaria (RENFE); **Países Africanos**, nos Estados de Benin, Burundi, Congo, Costa de Marfim, Gâmbia, Madagascar, Mali, Marrocos, Nigéria e Senegal. Podemos citar ainda a **Índia** com o "memorandum of understanding"; a **América Latina** no Uruguai, Venezuela, Bolívia em 1991 com 15 "contratos de rendimento".

No caso brasileiro, teve-se em 1983 a Proposta da Rede Ferroviária Federal; em 1991 o Governo Collor, através do Decreto nº. 137 de 27/05/1991 criou o Programa de Gestão das Empresas Estatais com previsão de contratos de gestão entre poder público e empresas estatais. Além disso, outros exemplos foram: o “Convênio de desempenho” da CVRD (Ministério da Infraestrutura); o Serviço Social das Pioneiras Sociais (Hospital Sarah Kubitschek); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Foi a partir de 1995, com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado e, em 1998, com a Emenda Constitucional nº 19 de 1998 que se deu uma melhor sistematização dessa ferramenta de gestão. No art.37º, XIX, § 8 da EC 19/98 afirma-se que:

“a autonomia [...] dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho [...], cabendo à lei dispor sobre:

- I – o prazo de duração do contrato;
- II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;
- III – a remuneração do pessoal. (BRASIL, 1998).

Assim, em 1999 os Contratos de Gestão passaram a ser utilizados como instrumento da supervisão ministerial das Agências Executivas. Nos anos de 2004 e 2005, reabre-se a discussão sobre os benefícios do CG, sua aplicabilidade em outras áreas do poder executivo e a necessidade de regulamentação prevista pelo § 8, art. 37 da Constituição Federal.

Pelo direito brasileiro é possível firmar-se contrato de gestão com empresas estatais, entidades parastatais (serviços sociais autônomos) e Organizações Sociais. Dentre as várias fases seguidas para efetivar-se a contratualização destacamos, para fins deste ensaio, **a fase de negociação** na qual são estabelecidos os termos do instrumento de contratualização.



No instrumento de Contrato de Gestão são obrigatórias cláusulas que assegurem o alinhamento da ação da entidade à política setorial definida pela administração pública, a saber:

- a. obrigações e responsabilidades das partes;
- b. plano de ação, com descrição das metas, respectivos indicadores e cronograma de execução;
- c. especificação do programa de trabalho e do elemento de despesa, onde devem ser enquadrados os recursos orçados para a contratada (LOA);
- d. estimativa dos recursos orçamentários e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários ao alcance dos compromissos pactuados;
- e. critérios e prazos a serem observados na elaboração do relatório de gestão e/ou de desempenho da contratada;
- f. mecanismos de monitoramento e avaliação, contendo critérios, parâmetros e prazos a serem observados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação;
- g. autoridade e competências da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, bem como medidas aplicáveis em caso de descumprimento injustificado das metas e obrigações pactuadas;
- h. vigência do Instrumento de Contrato.
- i. condições para a prorrogação, renovação, revisão ou rescisão do IC e
- j. cláusula que estabeleça a obrigatoriedade de publicação no DOU do IC e/ou dos resultados alcançados, com fixação de prazos.

O instrumento de contratualização deve estabelecer ainda que a alteração dos valores estabelecidos implicará na revisão das metas pactuadas, assim como a revisão das metas implicará alterar o valor global pactuado, tendo como base o custo relativo. Esta singularidade do instrumento de contratualização – que prevê a repactuação de metas para aplicação do recurso – o diferencia dos instrumentos utilizados nos convênios públicos, nos quais o recurso não aplicado deve ser inteiramente devolvido.

A autoridade responsável pela supervisão dos CG é a administração pública por meio do órgão que o assina. Nesse contexto surge a Comissão de Acompanhamento e Avaliação como uma instância de apoio ao processo de supervisão. Esta Comissão tem a função de monitorar o cumprimento das obrigações e metas pactuadas e recomendar o realinhamento,



quando necessário. É composta por representação da contratante e da contratada visando assegurar a isenção da avaliação.

### **3.4 Considerações gerais sobre Contratos de Gestão**

No cenário da segunda Reforma Administrativa do Estado e com o avanço das Agências Reguladoras, os Contratos de Gestão tornam-se aplicáveis à administração pública, pois protege o usuário contra decisões arbitrárias do Estado e induzem a austeridade na gestão de recursos e estimulam o aumento da produtividade. Há quase duas décadas de sua utilização no Brasil, os Contratos de Gestão suscitam debates e são ainda, matéria polêmica pela divergência de opiniões sobre a natureza dos arranjos institucionais criados.

Por sua natureza, os CG obrigam a adoção de indicadores de desempenho quantificáveis e mensuráveis, exigem implantação de mecanismos de acompanhamento, conferindo a programação de investimentos maior transparência e segurança, de modo a favorecer a continuidade administrativa. Além disso, os CG visam atribuir autonomia gerencial às contratadas pela administração pública, no entanto, os privilégios concedidos a entidades por efeito do CG devem observar os limites constitucionais e legais.

A realização de estudos sobre o tema Contratos de Gestão pode contribuir para agregar melhorias na qualidade dos serviços públicos, por meio do uso racional de recursos, controle e transparência dos atos administrativos.

## **4 Agências Reguladoras**

O cenário posto pela forma gerencialista de administração pública, exigia do estado uma estrutura administrativa que pudesse alinhar a necessidade da oferta de serviços exclusivos do estado de forma a atender as necessidades dos cidadãos, por meio de uma gestão flexível e descentralizada, aumentando a participação das Agências Reguladoras na estrutura do estado brasileiro.

### **4.1 Conceitos**

Entre os vários conceitos e posicionamentos de autores sobre Agências Reguladoras (ARs), o texto destacou alguns como forma de rascunhar este que é uma tema ainda em



consolidação no Brasil. Iniciamos com a Alketa Peci (2007), para a qual o conceito de agências reguladoras significa a materialização de duas das suas dimensões: **agências** – um conjunto de medidas que visam a flexibilização da administração pública; enquanto que **regulação** – papel do estado no contexto pós-privatização.

Já para Abranches (1999), a regulação é uma forma de controle, que atinge não somente o agente/setor controlado, mas também os seus usuários. Esta forma de controle representa o controle de relações, de forma que ao governo impor determinados padrões para um determinado produto, força os consumidores a aceitarem um produto que provavelmente não consumiriam se tivessem liberdade de escolha.

A Lei 9.472/97 – Lei Geral de Telecomunicação instituidora da ANATEL traz em seu texto referências às agências como autarquia especial, caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira, atuando como autoridade administrativa independente, assegura nos termos da citada Lei, com prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

Por fim o posicionamento de Nunes (2001) é de que as Agências Reguladoras constituem-se em um aparato regulatório criado para sanar imperfeições do mercado, assumindo distintos estatutos jurídicos, desde sua participação na administração direta, até sua existência autárquica e independente, de forma a comportar as funções do Executivo, tais como a concessão e a fiscalização de atividades e direitos econômicos, e lhes são atribuídas funções do Legislativo, como criação de normas, regras, procedimentos, com força legal sob a área de sua jurisdição. Ademais, ao julgar, impor penalidades, interpretar contratos e obrigações, as agências desempenham funções judiciárias.

## 4.2 Objetivos

Consideram-se como objetivos precípuos a serem alcançados por meio das Agências Reguladoras a promoção de uma maior flexibilidade administrativa na estrutura do serviço público, adquirida pós reforma administrativa; incentivos aos reguladores para que eles se especializassem e diminuíssem as incertezas de mercado; busca do *blame-shifting*, a transferência às agências à culpa por medidas e políticas impopulares tomadas pelo governo;



além da necessidade de credibilidade regulatória, ou seja, a estabilidade das regras, resguardando o mercado de ações oportunistas de políticos.

Quando analisados os objetivos das Agências por setor regulador percebem-se algumas distinções. De acordo com Pacheco (2006) nas áreas de infraestrutura, que se constitui em monopólios naturais, a regulação visa promover a universalização do acesso aos serviços e a competição em áreas de monopólios naturais, corrigindo falhas de mercado, enquanto que, a regulação na área social abrange os direitos do usuário e a qualidade dos serviços.

Para Salgado (2003), o grande desafio a ser alcançado pelas Agências é encontrar o ponto equilíbrio que viabilize a lucratividade, de um lado (e, portanto, a operação e o investimento das empresas), e o bem-estar dos consumidores, de outro, na forma de disponibilidade de bens e serviços de qualidade e a preços razoáveis. O que significa incentivar os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, promoção do bem-estar, além de propiciar a eficiência econômica.

### 4.3 Origem e evolução

Criadas no Brasil a partir de 1996, após o início de período de privatizações das estatais, as ARs visavam criar um ambiente propício à atração de investidores pela redução das incertezas de mercado, mas também proporcionando ao consumidor o atendimento de padrões mínimos de qualidade dos serviços prestados pelas reguladas. A existência de tais organismos vem ocupar uma lacuna criada pela nova estrutura administrativa implantada pelo MARE, na qual as atividades exclusivas do estado como policiamento, fiscalização e regulação, deveriam ser desenvolvidas pelas esferas subnacionais e pelo o setor público não-estatal, por meio de uma administração gerencial focada na eficiência e nos resultados.

Em resumo, o processo iniciado pelo MARE visava à descentralização da prestação de serviços públicos e ao fortalecimento no núcleo estratégico do Estado, responsável pela formulação das políticas públicas e pelas novas funções de regulação. Nesse sentido, o Plano Diretor da Reforma do Estado afirma que a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser “o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via de produção de bens e serviços, para fortalecer-



se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.” (MARE apud PACHECO, 2006).

Conforme Salgado (2003), a regulação objetiva reproduzir as condições de competição, para que os consumidores tenham acesso a produtos e serviços com a qualidade e os níveis de preços que obteriam em um ambiente competitivo. A ação regulatória busca atuar em três dimensões: preços, qualidade e condições de entrada e saída, por meio de normas específicas sobre estrutura de mercado, tarifas e regras de interconexão ou acesso.

Vale lembrar que apesar da recomendação em 1996, por parte do Conselho da Reforma do Estado, para a construção do Marco Legal dos Entes Reguladores, que indicava diretrizes mais específicas para esses órgãos, não houve um processo coordenado de mudanças do aparelho estatal, da reforma regulatória e das privatizações que gerasse uma concepção explícita da natureza e da operacionalidade do Estado Regulador. Cada área iniciou as discussões sobre processo de privatização e de regulação, com pouco ou nenhum diálogo com o MARE. Isso acabou por tornar o processo fragmentado, sendo fortemente conduzido pelas concepções dos ministérios e pela burocracia de cada setor, e não por uma diretriz orientadora geral, o que impactou o formato e o funcionamento das Agências criadas (ABRANCHES apud PÓ ; ABRUCIO, 2006).

A revisão da literatura indica que a criação do modelo regulador brasileiro na década de 90 se deu em três momentos ou gerações: a) no primeiro momento foram criadas as Agências consideradas de 1ª Geração, no biênio de 1996/1997, com a finalidade de obter recursos para o pagamento da dívida pública. Ex: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), estas ligadas à área de infraestrutura do Brasil. b) no segundo momento, deu-se a criação das Agências da 2ª Geração, entre 1999 e 2000 com o objetivo de assegurar o interesse do cidadão em relação aos setores do mercado. Ex: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e -Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ambas voltadas para a área social. c) o terceiro momento se deu nos anos de 2001 e 2002 com a criação das agências de 3ª Geração, que foram um misto dos objetivos dos dois momentos anteriores, voltadas aos setores de infraestrutura e social. Assim foram criadas a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Transportes Aquáticos (ANTAQ), a Agência Nacional das Águas (ANA) e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE).





Mesmo não tendo havido uma sistematização quanto ao desenho institucional das Agências Reguladoras no Brasil, como afirma Pacheco (2006), foi no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que se iniciou o processo de criação de um desenho institucional visando uma autonomia em relação ao poder Executivo Federal. No governo do presidente Lula foram feitas algumas tentativas de reforma e aperfeiçoamento do modelo institucional das ARs, o qual não conseguiu muitos avanços, apesar dos dois projetos discutidos no Congresso Nacional.

Para Peci (2007), o modelo regulatório brasileiro esta assentado em um triângulo isósceles, no qual em cada vértice se encontra um polo de interesse: o concedente (governo), o concessionário e o usuário do serviço público, na busca de se obter uma equidistância entre o órgão regulador e os seus agentes.

Q modelo de Agências adotado no Brasil (Quadro 2):

Tabela 2 - Desenho institucional das Agências Reguladoras

<b>DESENHO INSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS</b>	
<b>Autonomia e estabilidade dos dirigentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mandatos fixos e não coincidentes</li> <li>- estabilidade dos dirigentes</li> <li>- aprovação pelo Poder Legislativo, mediante arguição</li> <li>- pré-requisito quanto à qualificação dos dirigentes</li> </ul>
<b>Independência financeira, funcional e gerencial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- autarquia especial sem subordinação hierárquica</li> <li>- última instância de recursos no âmbito administrativo</li> <li>- delegação normativa (poder de emitir portarias)</li> <li>- poder de instituir e julgar processos</li> <li>- poder de arbitragem</li> <li>- orçamento próprio</li> <li>- quadro de pessoal próprio</li> </ul>
<b>Transparência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ouvidoria com mandato</li> <li>- publicidade de todos os atos e atas de decisão</li> <li>- representação dos usuários e empresas</li> </ul>
<b>Procedimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- justificativa por escrito de cada voto e decisão dos dirigentes</li> <li>- audiências públicas</li> <li>- diretoria com decisão colegiada</li> </ul>

Fonte: Melo (apud PÓ ; ABRUCIO, 2006).

#### 4.4 Qual o nível de autonomia das Agências Reguladoras?

É consenso entre os estudos realizados sobre o papel e o funcionamento das ARs, que uma das características necessárias a estas instituições é a autonomia. Como discutido ao longo deste trabalho, o elo de ligação entre as Agências Reguladoras e o Estado é o Contrato



de Gestão, no qual as cláusulas contratuais integrantes dos CG são firmes em alinhar as metas da entidade contratada aos planos e objetivos do Estado, o que pode ocasionar perda de autonomia das entidades para definição de metas individuais e acarretar a utilização de critérios políticos para aferição dos resultados.

A autonomia referida está ligada a independência funcional face ao Governo, mais precisamente a sujeição a ordens, instruções e orientações governamentais precisas ou ainda a dependência de recursos financeiros ou meios operacionais. Na prática, o que se busca é impedir que os objetivos das funções regulatórias sejam postos em causa pelos efeitos decorrentes da instabilidade política, da gestão política dos ciclos eleitorais ou da “governamentalização” das maiorias parlamentares, além de se buscar a credibilidade dos agentes reguladores. Entretanto, nas atuais circunstâncias, o que se percebe é que as Agências Reguladoras se mantêm sujeitas à tutela governamental (CARPINTEIRO; ALVES, 2010).

Para Abdo (apud LOCK et.al., 2005), o contrato de gestão compromete a independência das Agências Reguladoras, uma vez que indica para os investidores e consumidores a captura das Agências pelo governo. O referido autor lembra ainda que somente dois países adotam o modelo de contrato de gestão: a Tanzânia, onde está em lei, mas nunca foi aplicado e no Peru, onde está sendo questionado por sua real relevância e eficiência. Para o autor a própria redação do substitutivo, que tenta propor a melhoria indicada, deixa evidente a vinculação entre metas e liberação de recursos, o que fere gravemente a autonomia das Agências.

Os Contratos de Gestão mesmo sendo uma ferramenta de planejamento e controle, que pactua as metas a serem atingidas, as ações e recursos necessários ao cumprimento da missão a que se destina, possuem como desvantagem a perda de autonomia das Agências para definição de metas, devendo limitar-se sob o risco de sofrer penalidades, a execução das metas estabelecidas pelo governo, metas essas que poderão ser impostas ao órgão ou entidade, com base em critérios políticos (LOCK, 2005).

No Brasil a criação das Agências Reguladoras seguiu uma longa tradição de intervenção estatal na economia e no mercado, em um estado vigoroso e frequentemente politizado de forma a influenciar as decisões (PACHECO, 2006). A autonomia das Agências Reguladoras, requer uma regulação independente, a partir do desenvolvimento e da



adaptação de mecanismos de responsabilização e controle democrático das instituições, pela utilização da *accountability* e do controle social.

## Referências

- ABRANCHES. Sérgio Henrique Hudson de. Reforma regulatória: conceitos, experiências e recomendações. **Revista de Serviço Público**, Ano 50, n.2, abr.-jun. 1999.
- AGUILAR. Ana Patrícia. Contratos de Gestão. **Jus Navigandi**, 2004.
- ARAGÃO. Alexandre Santos de. **O contrato de gestão e a ouvidoria no anteprojeto de lei sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR, 2004.
- CARPINTEIRO, José António Palma ; ALVES, André Azevedo. O Papel do Estado Social e a Regulação Independente. **Revista Liberdade e Cidadania**, Ano3, n. 9, jun. / set. 2010.
- DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. **Contratos de Gestão**. Contratualização do controle administrativo sobre a administração indireta e sobre as organizações sociais. 2001. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2014.
- FREITAS. Carlos Alberto Sampaio. A implementação do government performance and results act na administração pública dos EUA. **Revista do Serviço Público**, Ano 50, n.3, jul.-set. 1999.
- GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.
- HUGHES, Owen E. **Public management and administration: an introduction**. 2nd ed. Austrália: Macmillan, 1998.
- LOCK. Fernando do Nascimento et al. Vantagens, desvantagens e Limitações dos Contratos de Gestão. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, v .1, n.2., dez. 2004 – fev./2005.
- MARINI, Caio. Contratualização na Administração Pública: como definir metas e indicadores de desempenho. In: FÓRUM BRASILEIRO SOBRE A REFORMA DO ESTADO, 5., 2006, Belo Horizonte-MG. **Anais...** 2006.
- MEIRELLES, Hely Lopes et al. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MENDES, Vera Lúcia Peixoto S. ; TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. O novo gerencialismo e os desafios para a administração pública. In: ENANPAD, 2000. **Anais...** 2000.
- MIRANDA, Bárbara Leonora Souza de. **O controle interno no âmbito do poder executivo: um estudo de caso múltiplo das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado da Bahia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – UNIFACS Universidade Salvador. Laureate International Universities, Salvador, 2011.



- MODESTO, Paulo. Contrato de gestão instrumento de programação do controle administrativo, 2004. Disponível em: <[http://www.ans.gov.br/portal/site/eventos\\_forum\\_agencias/trabalhos/Paulo\\_Modesto.pdf](http://www.ans.gov.br/portal/site/eventos_forum_agencias/trabalhos/Paulo_Modesto.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2004.
- NUNES, Edson. Quarto Poder - **gênese, contexto, perspectivas e controle das agências regulatórias**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGÊNCIAS REGULADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 2., 2001. Brasília. **Anais...** Brasília: Instituto Hélio Beltrão, 2001.
- OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Uma reflexão sobre o papel da ANS em defesa do interesse público. **RAP – Revista de Administração Pública**, v. 39, n.6, nov/dez. 2005.
- OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo. In: ENANPAD, 1994, Brasília. **Anais...** Brasília: ENAP, 1994.
- PACHECO, Regina Silva. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. **RAP – Revista de Administração Pública**, n. 40, v.4, jul./ago.2006.
- PECI, Alketa. Reforma regulatória brasileira dos anos 90 à luz do modelo Keber Nascimento. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 1, jan./mar. 2007.
- PÓ, Marcos Vinicius; ABRUCIO, Fernando Luiz. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. **RAP – Revista de Administração Pública**, v. 40, n.4, jul./ago.2006.
- SALGADO, Lucia Helena. **Agências Regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional**. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2003.
- SIQUEIRA. Uma ferramenta gerencial para o setor público o contrato de gestão. 2003. Disponível em: <<http://.milenio.com.br/siqueira/tr028.htm>>. Acesso em: 21ago. 2014.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 12**

# **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**





## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFS)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.





A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

UMA RELEITURA SOBRE O FOMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS À LUZ DA JUSTIÇA AMBIENTAL - PREZOTTI, Nathalia Thami Chalub .....	1-19
PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL E CAPITAL IMOBILIÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJETO DE OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DA ÁREA CENTRAL DE NITERÓI – RJ -TERRA, Alessandra Dale Giacomini; SOUZA, Jamille Medeiros de; MADEIRA FILHO, Wilson .....	20-37
OS IMPACTOS DO ANÚNCIO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE SALVADOR – ILHA DE ITAPARICA NO TERRITÓRIO DA ILHA - BALTRUSIS, Nelson; MACHADO, Camila Brandão; JESUS, Dayanne Almeida de; ROQUE, Alessandro de Alcântara .....	38-56
POLÍTICAS E TENSÕES NA PRESERVAÇÃO DO PARQUE VALE ENCANTADO - SALVADOR/BA - BORGES, Ricardo Henrique de Jesus .....	57-78
CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS 'DESVIANTES' DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ONDE SE ESPERAVA ENCONTRAR O SIMPLES, DEPARA-SE COM O COMPLEXO - MEDEIROS, Monique; CAZELLA, Ademir Antonio .....	79-96
BAIXADA DE JACAREPAGUÁ E BARRA DA TIJUCA: PLANO PILOTO, URBANIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS - SILVA, Tatiana .....	97-110
POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E EXCLUSÃO: O PROCESSO DE DESATIVAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE JARDIM GRAMACHO, BAIXADA FLUMINENSE - OLIVEIRA, Rosane Cristina de .....	111-125
O IMPACTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO ESPAÇO RURAL: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS AGROPECUÁRIAS EM QUISSAMÃ/RJ - NEVES, Rafael Moreira; CAETANO, Rodrigo da Costa .....	126-141
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CARAPEBUS: ESPAÇO, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS - CASTRO, Camila Cabral de; CAETANO, Rodrigo da Costa .....	142-159
A CARAVANA DA CIDADANIA INDÍGENA EM MANAUS - ONETI, Maglúcia Izabel de Assis; MOREIRA, Vanessa Cristine Praia; FARIAS, Luciana Maria Verçosa .....	160-175



CONFLITOS NA CONCEPÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E RESSONÂNCIAS NA DEFINIÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AVENTUREIRO - SIMON, Alba .....	176-195
ICMS VERDE NO RIO DE JANEIRO: UMA PROBLEMATIZAÇÃO À LUZ DA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - THIBES, Carolina Weiler; AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti; SANTOS, Bianca Borges Medeiros .....	196-214
A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR NA LAVOURA DE CAFÉ - MIRANDA, Napoleão; FIGUEIRA, Thatiana de Andrade .....	215-232
ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NÃO REPRESENTADOS PELA BASE CARTOGRÁFICA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS SC - SILVA, Carlos Roberto Rodrigues da .....	233-249
OS PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL - RENNÓ, Marcelo Scarpa; MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de .....	250-268
MORADORES DE RUA EM COPA DO MUNDO: PRESENÇA CRIMINALIZADA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE - TULLER, Pamela Daniele Ramos; FERREIRA, Maria da Luz Alves .....	269-287
MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SOUSA, Edimar Ribeiro; TEIXEIRA, Daniela Rocha .....	288-300
A CIDADE DE SENTO-SÉ E A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO SOBRADINHO: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO (1970-1990) - BRAGA, Ana Catarina Sento-Sé Martinelli .....	301-320
(IN)JUSTIÇAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO QUE VIVEM NO ENTORNO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - PUGGIAN, Cleonice; RAULINO, Sebastião Fernandes; SILVA, Ana Cristina Pereira da .....	321-339
TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM CAMPOS – RJ - FALCÃO, Daiana de Azevedo; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto .....	340-357
O PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI E A COMUNIDADE DO SEU ENTORNO - MAURÍCIO, Kamila Brant de Araújo .....	358-373
ZONAS DE SACRIFÍCIO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI RJ - TERRA, Alessandra Dale Giacomini; SOUZA, Jamille Medeiros de; MADEIRA FILHO, Wilson .....	374-389



- O DIREITO ÀS TERRAS INDÍGENAS À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS - THOMPSON, Mariana de Medeiros; COSTA, Livia Gonçalves da .....390-406
- REGIÃO CAPARAÓ. TERRA DAS ÁGUAS CRISTALINAS QUE DESCEM AS MONTANHAS - GARCIA, Cláudia Moreira Hehr; MADEIRA FILHO, Wilson .....407-427
- DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS ILÍCITOS AMBIENTAIS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA - MIRANDA, Napoleão .....428-451
- ENTRE LUHMANN E BOURDIEU: POR UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DO DIREITO COERENTE COM AS DISPUTAS JUDICIAIS RELACIONADAS AOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO DA BAHIA - SOUZA, Maria José Andrade de .....452-471
- DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE PIRANGUINHO, MG - BERNARDES, Elizabete Aparecida; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo .....472-485
- PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA E A EXPANSÃO DA PERIFERIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: O PROGRAMA MORAR FELIZ - POHLMANN, Maria Alice; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto .....486-502
- MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE NO BRASIL: CONFLITOS E MEDIAÇÃO JUDICIAL - SILVA; Rogerio Borba da; BARRETO JUNIOR, Francisco Ubiratan Conde .....503-514
- A MINERAÇÃO COMO ATIVIDADE DESESTRUTURADORA DAS REGIÕES-ALVO: O NORTE DE MINAS COMO UMA NOVA FRONTEIRA MINERAL - FONSECA, Graziano Leal .....515-530
- EMPODERAMENTO SOCIAL COMO CATEGORIA NAS METODOLOGIAS DE DIAGNÓSTICOS DE INJUSTIÇA AMBIENTAL NO BRASIL: UM PANORAMA DO ASSUNTO - RODRIGUES, Wagner de Oliveira; LIMA, Roberta Oliveira; MADEIRA FILHO, Wilson .....531-551
- A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MACHADINHA EM QUISSAMÃ/RJ A LUZ DO IMPACTO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; GANTOS, Marcelo Carlos .....552-571
- OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ORDEM DO DIA: UMA ANÁLISE, A PARTIR DA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA AMBIENTAL, ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE UBÚ – MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES - RANGEL, Tauã Lima Verdan .....572-590



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12

**REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS: O CASO DO CARLOS DIAS EM VIÇOSA-MG**  
- SILVA, Maristela Siolari da; FIGUEIREDO, Ana Luísa Silva; FARIA, Jansen Lemos  
.....591-609





## UMA RELEITURA SOBRE O FOMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS À LUZ DA JUSTIÇA AMBIENTAL

1

PREZOTTI, Nathalia Thami Chalub  
*Mestranda do PPGSD-UFF*  
*natchalub@gmail.com*

**Resumo:** A política pública de fomento às associações e cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis está consolidada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Um de seus fundamentos é a integração dos catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, embora a própria PNRS atribua toda a responsabilidade pela destinação final dos resíduos e rejeitos aos seus respectivos geradores. Por outro lado, o atual modelo do trabalho dos catadores legitima o trabalho desprovido de proteção trabalhista e previdenciária, na maioria das vezes em condições degradantes e em ambiente insalubre, violando, assim, o direito a um trabalho digno e decente. Ambos, portanto, merecem ser revisitados à luz da justiça ambiental, e repensados os modos de se proceder à efetiva inclusão social e emancipação econômica desses trabalhadores.

**Palavras-chaves:** Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Trabalho digno e decente. Justiça ambiental.

**Abstract:** The public policy of promoting associations and cooperatives of reusable and recyclable materials is consolidated in the National Policy of Solid Waste (PNRS). One of its foundations is the integration of gatherers in actions involving the shared responsibility for the life cycle of products, despite assigning all responsibility for waste and tailing disposal to the respective generators. On the other hand, the current gatherers work model legitimizes the work devoid of labor and social security, most of the times in degrading conditions and unhealthy environments, violating the right to a decent and dignified job. Therefore, both must be analyzed under the environmental justice perspective, in order to think about how to carry on an effective social inclusion and economic emancipation of these workers.

**Keywords:** Gatherers of reusable and recyclable materials. Decent work. Environmental justice.



## 1. JUSTIÇA, INJUSTIÇA E RACISMO AMBIENTAIS

Cabe uma breve colocação acerca do que venha ser entendido como justiça e injustiça ambiental, bem como racismo ambiental, pois são termos relativamente novos, inseridos no contexto acadêmico nacional há aproximadamente uma década, embora sejam oriundos de movimentos norte-americanos dos anos 70.

Primeiramente, pois, entende-se por Justiça Ambiental:

[...] o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2008, p. 2).

Como conceito complementar ao de Justiça Ambiental, entende-se por Injustiça Ambiental: “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008; p. 2).

Como dito, foi nos Estados Unidos da América que tais conceitos surgiram e se consolidaram, como resultado da constatação de que efetivamente os riscos ambientais não eram (e continuam não sendo) democraticamente impostos à população. As populações pobres e etnias socialmente discriminadas, como negros, índios e latinos, suportavam uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas, por habitarem nas vizinhanças de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes.

Verificou-se, portanto, que embora os fatores raça e classe de renda tenham se mostrado fortemente interligados, a raça apresentou-se como um indicador de maior peso na imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos (ASCELRAD et al., 2009; p. 19).



"Racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como 'não-semelhante' "; pela qual "naturalizamos tais diferenças, imputando-as a 'raças' ", "culpadas biologicamente pela própria situação", com o quê "nos eximimos de efetivar políticas de resgate, porque o desumanizamos" (HERCULANO, 2008, p. 17).

“O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem” (HERCULANO, 2008, p. 16).

Robert Bullard é um dos mais proeminentes nomes na área da justiça ambiental e a define como a “busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais” (HERCULANO, 2008. p. 2).

As lutas norte-americanas por justiça ambiental são, portanto, antigas. No caso do Brasil, bem recente, embora nosso campo seja extremamente fértil para o movimento contra o racismo ambiental, porquanto o país é caracterizado por grandes injustiças e desigualdades na distribuição de renda e acesso aos recursos naturais, e por uma elite governante descompromissada com a legalidade e extremamente arraigada aos favores e ao clientelismo, tanto quanto à impunidade de seus desmandos.

Embora de menor incidência, os impactos nos territórios urbanos se evidenciam em questões como poluição, enchentes, *formação de lixões e aterros*, acidentes ambientais e regulação fundiária (PORTO et al., 2013, p. 62). “[A]s estruturas de poder dominante são majoritariamente brancas, quer no que se refere ao Estado, quer no que se refere às empresas e empresários, identifiquem-se ou não seus agentes como tais” (PORTO et al., 2013, p. 83).

E o racismo fica evidenciado nas áreas urbanas onde a maioria absoluta dos atingidos nos conflitos são negros ou "não brancos", aí incluídos os índios urbanos, nordestinos e nortistas (PORTO et al., 2013, p. 104) "e sobre eles recaem mais diretamente as injustiças ambientais nas cidades, como é o caso, por exemplo, dos moradores das periferias, *do entorno dos aterros sanitários* e das demais áreas de risco" (PORTO et al., 2013, p. 84). Ainda que a implementação de projetos e políticas de desenvolvimento econômico venha acompanhada do discurso da



melhoria da qualidade de vida, "essa suposta melhoria está atrelada à aceitação subordinada dos interesses e modos de vida dos agressores" (PORTO et al., 2013, p. 91).

O Projeto Brasil Sustentável e Democrático (BSD), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) foi criado nos fins dos anos 90. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi lançada no I Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2001. Em 2005 foi realizado o I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Tudo muito recente, portanto. O próprio Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) existe há somente doze anos<sup>a</sup>, mesma época em que a "categoria" foi oficialmente reconhecida ganhando sua inserção no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) (IPEA, 2013, p. 42).

A Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental conceitua a injustiça ambiental, a justiça ambiental e estabelece os objetivos da RBJA, dentre os quais *produzir metodologias de avaliação de equidade ambiental e estimular o desenvolvimento de novas metodologias científicas* e de novas tecnologias que ajudem a promover a luta contra a injustiça ambiental (HERCULANO, 2008, p. 10).

No I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, realizado 2005, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, foram ouvidos alguns depoimentos de representantes de grupos vitimizados pelo racismo ambiental, num total de 16. Desses, somente dois diziam respeito ao problema do lixo, ambos no estado do Rio de Janeiro, e somente esses dois problemas relativos ao lixo constaram do Mapa de Conflitos Causados por Racismo Ambiental no Brasil, levantamento inicial, feito em junho de 2007.<sup>b</sup>

O primeiro conflito foi mobilizado *contra* a instalação da empresa CTR (Centro de Tratamento de Resíduos), no qual os envolvidos constituíam um grupo social de baixa renda habitante de Paciência, apoiados pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Pastoral do Trabalhador, Fórum Comunitário de Campo Grande, Fórum de Defesa do Meio Ambiente e Qualidade de Vida do Trabalhador da Zona Oeste; o segundo, envolvendo "catadores de lixo", no emblemático caso de Jardim Gramacho, onde os envolvidos, na maioria

<sup>a</sup> Informação disponível em [www.mnrc.org.br/box\\_1/o-que-e-o-movimento](http://www.mnrc.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento). (Acessado em 17/07/2014).

<sup>b</sup> Informação disponível em [www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Mapa-do-Racismo-Ambiental-no-Brasil.pdf](http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Mapa-do-Racismo-Ambiental-no-Brasil.pdf). (Acessado em 16/07/2014).



negros, lutavam pelo do *não* fechamento do aterro, apoiados pela Associação de Catadores da Região Metropolitana de Jardim Gramacho e pelo Fórum do Lixo e Cidadania.

Atualmente, no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil organizado por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy, através da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)<sup>c</sup>, de um total de 343 casos há o registro de 16 conflitos envolvendo lixões, aterros e catadores (1,01% da população atingida por conflitos ambientais mapeados no país), sendo que em somente *cinco* os catadores aparecem como *protagonistas*, reivindicando a manutenção de seu “emprego” e melhorias nas condições de trabalho. Os outros *onze* dizem respeito a lutas *contra* a instalação de aterros e pelo fechamento de lixões, aparecendo os catadores como *antagonistas* nos conflitos.

Em se tratando de conflitos que envolvem injustiça ambiental *e saúde* julgamos desnecessário ressaltar que *todos* envolvem situações críticas de doenças infectocontagiosas, inclusive hanseníase e leptospirose, doenças não transmissíveis ou crônicas, trabalho e mortalidade infantil, condições de trabalho insalubre, contaminações e acidentes com pessoas e danos ao meio ambiente, como podemos ver, inclusive no seguinte registro:

No caso dos moradores urbanos, entretanto, são as doenças não transmissíveis que lideram, com 65 casos. O que também é lamentável, mas facilmente explicável, se considerarmos que 38 desses 65 casos são de "moradores de aterros e/ou terrenos contaminados". E, nessa categoria específica, elas estão presentes em 100% dos conflitos (PORTO et al., 2013, p. 108).

O trabalho de Martín Medina, doutor em estudos ambientais pela Universidade de Yale, Connecticut, EUA, e professor no *Colegio de Frontera Norte*, Tijuana, México, foi objeto de matéria no portal do Ecolnews. Ele tem estudado a atividade dos catadores de lixo no mundo inteiro e é ferrenho defensor da “profissão”. Na matéria em destaque, em defesa dos catadores, o Prof. Martín tenta desmistificar vários estigmas que acompanham a categoria, contudo, *reconhece que nos países desenvolvidos não há trabalho para catadores de lixo*, atividade típica da América Latina (ECOLNEWS, 2005).

Ainda assim, os catadores organizados insistem em manter "seus postos de trabalho" que chamam de "emprego" a despeito não terem contrato de trabalho algum. A visão do problema

<sup>c</sup> Informação disponível no site <http://conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/>. (Acessado em 17/07/2014).



está invertida. O verdadeiro problema, fruto do racismo ambiental, está fora de foco. Esses conflitos têm como base, na verdade, a sonegação de direitos e a omissão das autoridades, em garantir a esses trabalhadores a cidadania a que têm direito. Garantem "melhoria de condições" para que permaneçam no lixo através de associações ou cooperativas, enquanto deveriam garantir que de lá possam sair com dignidade.

O MNCR é um movimento politicamente organizado<sup>d</sup>. E sua politização não foi uma criação autônoma. Veio de uma construção de segmentos externos da sociedade, "solidários" e bem intencionados, com o propósito de criar uma consciência política, construir a autoestima e despertar a cidadania desses trabalhadores.

Em seu depoimento no I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, Sebastião Carlos dos Santos (da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho) afirmou que foi a empresa S.A. Paulista que "fundou" a CooperGramacho (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 221), o que confirma que o movimento não é genuinamente "de base", mas, sim, formado "de cima para baixo", repetindo a história dos sindicatos no Brasil. O depoimento mostra a dificuldade de mobilização que a categoria teve para se firmar como categoria propriamente dita devido à falta de informação e de coalizão (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 221).

O exercício da cidadania no Brasil é precário. A identidade das minorias vítimas do racismo ambiental é, no caso dos catadores, mais uma criação heterônoma do que autônoma, o que retira sua legitimidade. A questão da abordagem do racismo ambiental e das soluções propostas para a pacificação desses conflitos merecem, portanto, uma releitura; um novo enfoque.

## 2. RACISMO AMBIENTAL, CIDADANIA E IDENTIDADE

O sentido de cidadania, de racismo e de direitos é tão multifacetado quanto o sentido de "justiça ambiental" na sociedade brasileira e a violência imposta pelo racismo é, no mais das vezes, velada na nossa realidade:

<sup>d</sup> Informação obtida no site [http://www.mnccr.org.br/box\\_4/formacao-e-conjuntura](http://www.mnccr.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura). Acessado em 18/07/14.





Há graus maiores na violência quando a sua vítima fica despojada da sua identidade e da sua dignidade. É a naturalização pela vítima da sua condição de dominada, que passa a aceitá-la como má fortuna, atribuindo-a à má sorte, ao destino terrestre, aos desígnios de Deus ou à sua incapacidade (LEROY, apud HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 9) .

A percepção das injustiças ambientais perpetradas é dificultada pela própria visão das vítimas, que "in casu" são consumidos pela ideologia do "ambientalismo", tanto quanto os operários são consumidos pela ideologia do produtivismo. Registre-se aqui que a partir de meados dos anos 1990, houve profundas mudanças nos campos político, social e econômico, com o acirramento das políticas neoliberais, a globalização financeira e a redução da antiga força do Estado-Nação. Muitos direitos até então considerados universais e imutáveis começaram a desaparecer.

No mundo do trabalho, por exemplo, o crescente desemprego favoreceu a precarização do emprego, bem como o aumento do mercado informal e da terceirização e, assim, o foco passou a ser não só o produtivismo, mas igualmente o "aqui e agora", que torna a massa trabalhadora resignada com a luta pelo "pão nosso de cada dia", sem espaço ou ocasião para pensar nos problemas ambientais que costumam ser vistos como problemas de longo prazo.

Por outro lado, há, ainda, os ambientalistas conservadores, sem uma visão macro do que venha a ser o problema ambiental, pois acreditam que sejam problemas que atingem a todos democraticamente, o que, como visto, não corresponde à realidade (HERCULANO, 2008, p. 7).

Dessa massa de trabalhadores, operários que perderam seus postos de serviço, negros descendentes de escravos que habitam as favelas e periferias e retirantes em busca de oportunidades (frustradas) formou-se o "contingente" de *agentes ambientais*, mais conhecidos como "catadores de lixo" (agora organizados sob a alcunha de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis), que sequer se dão conta da violência a que estão sendo submetidos ao consumirem a ideologia da natureza *ecosustentável de seu ofício*.

No já referido I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, Josiel da Silveira Pimentel (representante do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida do Povo Trabalhador da Zona Oeste e Baía de Sepetiba, RJ) em seu depoimento *contra* a instalação de um CTR em Paciência, afirmou que "segundo informações que nós temos hoje, no mundo já tem local em que,



com a tecnologia que já existe, o lixo vem a zero, não sobra nada para o despejo final" (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 217).

Já Sebastião Carlos dos Santos (da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, RJ) afirmou que dos 45 mil habitantes de Jardim Gramacho, na ocasião, um terço, ou seja, 33,33%, 15 mil, viviam do "lixo" e desses, um terço, ou seja, 33,33%, 5 mil, eram catadores. Disse que *toda* a economia do bairro era fundamentada no trabalho da reciclagem e dos catadores (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 220).

Como visto, contudo, se os catadores eram apenas 11,11% de toda a população do bairro, eram os depósitos, bares, mercearias, oficina mecânicas, borracharias e fábricas de beneficiamento de materiais reciclados mencionados no depoimento que, na realidade, faziam girar a economia do lugar e não os catadores propriamente ditos; que faziam o serviço sem receber pelo mesmo, pois quem recebia eram as empresas coletoras de resíduos, segundo o próprio Sebastião Carlos dos Santos declarou (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 223).

A base da argumentação da importância da categoria, no depoimento acima referido, é que se não houvesse o trabalho dos catadores, o material reciclável e reutilizável não encontraria o caminho da reciclagem sozinho e que a Lei Estadual de Resíduos Sólidos seria apenas mais uma lei que não funcionava (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 221).

Resta claro pelo referido depoimento que a percepção do catador é de que seu trabalho deve ser valorizado, porque a lei não é cumprida, embora demonstre ter pleno conhecimento dos graves e frequentes acidentes nos quais catadores são mutilados (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 221) e das doenças graves, já controladas de modo geral, mas que acometem os catadores como a hanseníase; reclama da falta de saneamento básico no entorno dos aterros, dos aterros clandestinos e menciona a destruição de manguezais por catadores para a construção de suas casas (o próprio lixão foi instalado onde antes havia um manguezal) (PORTO et al., 2013, p. 166), com o pesar de quem conhece o transtorno ambiental que disso resulta (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 224).

Todos esses problemas permanecem atuais, conforme demonstra o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil; assim como atuais permanecem as reivindicações da categoria, embora ciente de que não haverá em médio a longo prazo, espaço



para sua atividade.<sup>e</sup>

Como visto, com a educação ambiental, a coleta seletiva (uma das bandeiras do MNCR) (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 224), assim como com a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, não haverá material reutilizável e reciclável nos aterros.

Com efeito, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, não haverá *aterros controlados, espaçados ou lixões*, mas tão somente *aterros sanitários* que só receberão *rejeitos*, uma vez que a destinação final de materiais reutilizáveis e recicláveis inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes. Para tanto, cabe a responsabilidade compartilhada de todos os geradores de resíduos e logística reversa no ciclo de vida dos produtos, no qual os consumidores são considerados *geradores de resíduos sólidos* (BRASIL, 2010, art. 3º, incisos VII, XVII, XII, IV e IX).

Esse material deverá ter destinação própria antes de chegarem aos aterros, logo, não haverá "catação". Então, qual a identidade e a utilidade da categoria dos catadores? Creemos que há a necessidade de uma análise, pela "categoria" e pelo poder público, do seu verdadeiro espaço no ciclo de vida dos produtos.

Consta dos anais do já mencionado I Seminário contra o Racismo Ambiental, nos comentários feitos pelo Sebastião Carlos dos Santos no decorrer dos debates, que a conquista decisiva para o processo associativo da categoria foi seu reconhecimento como tal e que a *criação da sua identidade* partiu desse reconhecimento.

O que influenciou muito a questão da formação foi o fechamento do aterro em fevereiro pelo prefeito. Porque, até antes, a discussão sobre o fechamento e a discussão da organização dos catadores estavam muito na questão de que íamos continuar trabalhando no aterro, de que todo aterro vai ter catador e de que isso ia ser assim para o resto da vida. A partir do momento que o aterro fechou, que a discussão foi parar na mídia, que os catadores começaram a ver que os próximos aterros serão sanitários... O promotor deixou bem claro: não haverá catadores. Então, o que fazer? Vamos nos organizar, vamos formar associação, vamos lutar pela implantação da coleta seletiva e pelo nosso trabalho (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 290).

<sup>e</sup> Informação contida no site [www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br](http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br). Acessado em 27/07/2014.



A "economia do lixo" e a indústria da reciclagem, do beneficiamento de materiais reutilizáveis e recicláveis, necessariamente, permanecerão e despontarão e é nesse quadro que devem ser inseridos os catadores.

O World Watch Institute, através de seu pesquisador Michael Renner, elaborou em setembro de 2000 o texto "Working for the Environment: a Growing Source of Jobs", em que demonstra o quanto se pode gerar em postos de trabalho através da redefinição de uma política ambiental, do uso de energias alternativas, de novas formas de extração de recursos naturais, da ampliação da vida útil dos produtos, da ampliação dos serviços relativos a consertos desses produtos. Várias centrais sindicais vêm refletindo sobre essa questão, propondo novas formas de organizar a produção, novas tecnologias, que proporcionem elevado nível de uso da força de trabalho e preservação do meio ambiente. Esse é o caso do trabalho organizado por Jorge Riechmann e Francisco Fernandes Buey, intitulado *Trabalhar sin Destruir – Trabajadores, sindicato e ecologismo* (HERCULANO, 2008, p. 7).

A luta dos catadores pelo trabalho junto aos aterros/lixões, no meio dos rejeitos não é o meio de garantir sua cidadania, nem sua identidade. A reivindicação e a própria identidade dos catadores encontram-se obliteradas e desmerecem a dignidade a que fazem jus. Sua organização em cooperativas e associações não garantirão sua inclusão social nem sua emancipação econômica se não for repensada a atividade em si. Nos moldes propalados não passa de mais uma manifestação do racismo ambiental manifestado nas próprias entranhas da categoria.

### 3. DADOS CONSTANTES DE PESQUISAS OFICIAIS

Com efeito, há o registro de estudos levados a efeito pelo Governo, que dão subsídios à conclusão de que o fomento às associações e cooperativas em questão não é justificável ou recomendável técnica, econômica ou financeiramente, nem mesmo socialmente.

Quanto à reciclagem, no 10º Produto do Relatório Final de Avaliação Técnica, Econômica e Ambiental das Técnicas de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos - da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisa realizada entre 2011 e 2013 e publicada em 2013 (FADE, 2013a) - constatou-



se que os valores comercializados com as indústrias da reciclagem são 225% maiores que os comercializados com as associações e cooperativas, que estão no início da cadeia da reciclagem e, pior, chegou-se à conclusão de que os gastos decorrentes da implantação, operação e manutenção de centrais de triagem ainda são superiores às receitas auferidas com a venda do material beneficiado.

Outrossim, comprovado ficou que os custos unitários de operação das unidades de triagem são superiores aos de implantação, independentemente do porte; que a aquisição de terreno, construção de galpões, unidades administrativas e baias de armazenamento, além da mecanização, conforme seu porte, implicam em custos superiores aos de implantação, independentemente do porte e que a implantação dessas unidades de triagem, portanto, só se mostra viável nos municípios que possuem programas efetivos de coleta seletiva e mercado de venda de materiais recicláveis (FADE, 2013a, p. 31 e 85).

Por fim, constatou-se, ainda, que a mão de obra é o elemento mais significativo na composição dos custos de operação. Ela varia de 90%, nas unidades que usam catação manual, a 60% naquelas mecanizadas, *de modo que a viabilidade de implantação de unidades de triagem em municípios de pequeno porte só é possível ao se excluir os gastos com a mão de obra e encargos, relacionando-se a remuneração dos catadores exclusivamente à sua produção.*

No que tange aos países desenvolvidos, com base no 7º Produto do Relatório Final sobre as Principais Rotas Tecnológicas de Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos no Exterior e no Brasil, da FADE da UFPE (FADE, 2013b), foi apurado que, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, as principais tecnologias de tratamento e disposição de resíduos existentes são a reciclagem, a compostagem, a digestão anaeróbia, o tratamento mecânico biológico, a incineração com geração de energia e o aterro sanitário; a população limpa e seleciona os resíduos recicláveis e reutilizáveis e fica sujeita a sanções se não cumprir suas obrigações (FADE, 2013b, p. 27).

Não há, pois, nos países desenvolvidos, espaço para catação de lixo, justamente devido à coleta seletiva, à responsabilidade compartilhada e à logística reversa, bem como ao sistema de tarifação e às parcerias dos setores público e privado, na gestão dos RSU.



Assim sendo, fica patente a inviabilidade econômica e financeira de tais “empreendimentos” senão nos municípios de médio e grande porte e metrópoles (onde se concentram as indústrias – 5% dos municípios brasileiros), bem como sua desnecessidade.

Em centrais de triagem, a despeito de sua inviabilidade econômica e financeira, o lixo já chega limpo, segregado e beneficiado, sendo uma estação intermediária entre a coleta seletiva e a reciclagem propriamente dita. As unidades de triagem participam da cadeia produtiva, fornecendo às indústrias recicladoras um resíduo já segregado, limpo e beneficiado (FUNASA, 2006). Contudo, essa é a obrigação dos consumidores, produtores, fabricantes, importadores, distribuidores e todo e qualquer produtor de lixo, a correta destinação dos resíduos. Ao governo incumbe a fiscalização do cumprimento da PNRS e a implementação da coleta seletiva e da educação ambiental.

Como situar a atividade da *catação* sem que haja uma *reciclagem* do que constitui a identidade da *categoria* e do seu espaço no “mercado do lixo”?

#### 4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES

Sob a ótica sociojurídica o fomento às associações e cooperativas de catadores é igualmente injustificável na medida em que o trabalho dos associados e cooperados é, no atual modelo, levado a efeito sem vínculo de emprego, ou seja, sem qualquer direito trabalhista e de forma precária. São trabalhadores sem qualificação profissional e com baixo nível educacional, sem função real na cadeia da responsabilidade compartilhada e da logística reversa, estabelecidas na PNRS.

O IPEA levou a efeito uma pesquisa que resultou no Relatório sobre a Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reutilizável e Reciclável, publicado em 2013, que utilizou como base entre outros, o CENSO 2010, publicado pelo IBGE em 2012, e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2012. Sendo ambas as pesquisas autodeclaratórias, não há dados sobre os catadores sem domicílio definido, de modo que não abrange a real totalidade da categoria. Ainda assim, nessa pesquisa foram apurados dados





importantes, a saber: é uma categoria fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho e constitui o elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem (IPEA, 2013, p. 65).

Somente 38,6% possuem relação contratual, seja com carteira de trabalho assinada, seja pelo Regime Jurídico Único, concentrados na região sudeste, com 45%. Apenas 10% são associados ou cooperados (IPEA, 2013, p. 51). Auferem uma média mensal remuneratória de um salário-mínimo-nacional (mas não foi abordado na pesquisa *qual a carga horária semanal e as jornadas* necessárias para atingirem tal média remuneratória). E para tal fato há um registro interessante:

13

[...] dadas as especificidades que caracterizam a cadeia de valor da reciclagem, dificilmente os catadores conseguirão auferir melhores remunerações e maior poder de negociação, seja com outras empresas na comercialização, seja com o poder público na formação de parcerias, sem que antes consigam alcançar um maior grau de organização interna de sua força de trabalho (IPEA, 2013, p. 52).

A maioria está concentrada na região sudeste, é constituída de homens, negros, analfabetos ou semianalfabetos, entre 40 anos de idade, baixa cobertura previdenciária e residentes em áreas urbanas com deficiências de infraestrutura domiciliar graves e sem esgotamento sanitário adequado em suas residências” (IPEA, 2013, p. 65).

Sem educação e saúde não há coalizão, não há informação, não há profissionalismo bastante para sustentar maior “grau de organização”, como sugerido na pesquisa.

E daí surge a pergunta chave: se tivessem educação, saúde e informação, escolheriam livremente tal ofício como “profissão”? Ou a visão de “categoria” é, em si, fruto de um racismo ambiental às avessas?

A PNRS impôs a extinção dos lixões, aterros controlados ou espaçados; deveria, portanto, dar *destinação* a esse extransumerário e a solução é a tentativa de sua proletarização, mas sem vínculo empregatício ou estatutário, em benefício de um poder público e de uma sociedade irresponsáveis ambientalmente.

Continuarão a ser os únicos responsáveis pelos seus destinos, sem terem a quem e de quem reclamar, pelas suas doenças ocupacionais, pela exaustiva jornada, pelo ambiente insalubre, alijados de seu direito de ação, constitucionalmente garantido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.



A indústria do lixo (da reciclagem) possui um próspero mercado, no qual os catadores de lixo de países subdesenvolvidos são os “cabeça de bagre”. São a mão de obra gratuita para o trabalho *sujo*. Ou seja, análogo ao da escravidão. São os escravos modernos. Inseridos em uma logística *perversa* no ciclo de vida dos produtos e da *irresponsabilidade* compartilhada dos geradores de lixo.

O incentivo às associações e cooperativas de catadores de lixo pode, portanto, ser comparado ao incentivo a *sweatshops*, nos quais o explorador do trabalho degradante é o próprio Poder Público, que sabe das precárias condições de trabalho dos catadores e do insucesso a que estão fadadas suas associações, mas que fomenta tal trabalho, por custo zero, sem quaisquer garantias trabalhistas e ao relento da seguridade social. Sabido é que o *sweat system*<sup>f</sup> vem sendo combatido duramente pelas autoridades nacionais e internacionais, por tratar-se de trabalho em condições análogas à de escravidão no meio urbano, isto é, *trabalho degradante*.

E tal fato fica muito claro no depoimento de Sebastião Carlos dos Santos, no emblemático I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, do qual nos valemos mais uma vez:

Mais uma: "a valorização e o reconhecimento da autogestão". Valorização por quê? Pelo trabalho que prestamos à sociedade, ao poder público, ao meio ambiente, às empresas geradoras, porque todo detrito, todo o lixo gerado, as empresas recebem para coletar. E o catador que faz o trabalho certo, que dá destino aos resíduos, que move esse grande ciclo econômico que é a reciclagem dentro do país, não recebe pelo serviço prestado. As empresas recebem. Nós que fazemos o trabalho correto, que destinamos corretamente, não recebemos (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 223).

A Lei nº 12.690/12, por sua vez, dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e estabelece como princípios e valores a *adesão voluntária e livre*; a *educação, formação e informação*; a preservação dos *direitos sociais*, do *valor social do trabalho* e da *livre iniciativa*; e a não *precarização do trabalho* (BRASIL, 2012, incisos I, V, VIII e IX), o que incorre “in casu”.

<sup>f</sup> Exploração de mão de obra em lugares (*sweatshops*) e condições socialmente inaceitáveis para os trabalhadores, sujeitos a trabalhos extenuantes, em condições precárias de salubridade e segurança, mediante pagamentos irrisórios que os obrigam a manter-se vinculados aos contratantes em troca de abrigo e comida, sem qualquer proteção trabalhista e previdenciária. Normalmente acontece com estrangeiros ilegais em grandes fábricas e indústrias. <http://en.wikipedia.org/wiki/Sweatshop>.



## 5. REVENDO MATRIZES

Os conflitos que se darão, doravante, terão mais a ver com a própria categoria propriamente dita e com o que entendem por “coleta seletiva” (uma de suas *bandeiras*) e pelo seu ofício em si, pois é fato que o que pretendem é que a “coleta seletiva” continue sendo feita dentro dos aterros ou no seu entorno. Trabalhando nos lixões e aterros controlados e espaçados, têm entrada garantida aqueles catadores organizados e são naturalmente excluídos os “forasteiros”, no espaço cognitivamente demarcado.

Os catadores podem ser de “todo tipo”, a saber: (1) *Trecheiros*: que vivem no trecho entre uma cidade e outra, catam lata pra comprar comida; (2) *Catadores do lixão*: catam diuturnamente, fazem seu horário, catam há muito tempo ou só quando estão sem serviço de obra, pintura etc.; (3) *Catadores individuais*: catam por si, preferem trabalhar independentes, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador que é o sucateiro ou depositista e (4) *Catadores organizados*: em grupos autogestionários onde todos são dono do empreendimento, legalizados ou em fase de legalização como cooperativas, associações, ONGs ou OSCIPs. E temos a seguinte definição do catador:

O Catador é um sujeito que, historicamente, tira do lixo o seu sustento. Seja através da prática da coleta seletiva junto a alguns parceiros que doam o seu lixo ou, melhor ainda, seus recicláveis selecionados na fonte; seja caçando recicláveis pelas ruas e lixões, sacando os recicláveis do lixo misturado que o gerador não teve a decência de separar e colocou no mesmo saco o que pode e o que não pode ser reaproveitado. Com esse “trabalho” a companhia de limpeza urbana deixa de pagar inúmeros kilos que seriam coletados e dispostos em aterro ou lixão. Na pior das hipóteses é uma economia. É um serviço a população já que esses materiais coletados pelos catadores vão evitar o consumo de matéria prima virgem – recursos naturais esgotáveis – além da economia com coleta e disposição final.<sup>§</sup>

Ou seja, se definiram e criaram sua identidade com base em premissas ilusórias, pois são sabedores de que os “geradores” de lixo *devem* segrega-lo, sabem que fazem o trabalho sujo da população que não segrega seu lixo e que trabalham de graça para companhia de limpeza urbana. Não obstante, querem crer e fazer crer que são *necessários* à população.

<sup>§</sup> Informação disponível em <http://www.lixo.com.br/content/view/133/240/> (Acessado em 27/07/2014).



Sucedem que sem o espaço social cognitivamente delimitado, o dos lixões e aterros controlados, os catadores passarão a disputar entre si o mercado, pois os “independentes” poderão recolher o material antes que os organizados o façam. Formalizada a terceirização da coleta seletiva com associações e cooperativas de catadores, incumbirá aos próprios administrarem os postos e locais de coleta e a concorrência com os demais tipos de catadores “independentes”, não organizados.

16

Vale notar, ainda, que dentre os catadores organizados ou “em organização” há as *fraudoperativas* (*coopergatos* e *cooperativas de sucateiros*) em que os trabalhadores são explorados pelos “donos” da cooperativa, que podem ser empresas ou grupos que atuam no mercado da reciclagem sem garantir cobertura trabalhista e previdenciária à mão-de-obra que necessitam contratar para operarem, o que é incentivado pelo fato de, em inúmeros artigos, a PNRS impor como condição para repasse de verbas públicas federais destinadas ao saneamento, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, elencando tal “integração” como um dos objetos para sua consecução (BRASIL, 2010, art. 7º, inciso XII). E fica pior, como incentivo, chega a *liberar de licitação* a contratação de tais associações pelos Municípios tendo prioridade no repasse de verbas federais para saneamento aqueles que assim o fizerem (BRASIL, 2010, art. 36, §§ 1º e 2º).

É a própria identidade dos catadores que fica comprometida nesse processo, pois de indigentes passaram a obter sua sobrevivência a partir do lixo. Independentemente de viverem, de fato, em condições de miserabilidade, foram levados a crer que estão sendo inseridos na cadeia do ciclo de vida dos produtos, como “agentes ambientais”. A pequena melhora em suas condições de vida foi rotulada pelo governo como “emancipação econômica” e “inclusão social”.

Embora sendo uma tarefa individual, a identidade é também um fenômeno social. Identidade é o que *se reconhece socialmente* como identidade: está fadada a continuar uma ficção da imaginação individual a não ser que se comunique a outros em termos socialmente legíveis, expressa em símbolos socialmente compreensíveis.

Sob esse aspecto, a PNRS faz crer que está a fornecer meios e modos dos catadores reforçarem sua identidade, a de *agentes ambientais*, e que esta seja firmada socialmente; contudo,



na inviabilidade econômico-financeira das associações e cooperativas cujo incentivo fomenta, legará a tais indivíduos nada mais que a própria sorte, para continuarem suas trajetórias de vida, como “João-Ninguém”, lutando uns contra os outros e todos contra os donos do capital, pois a realidade discrepa dos conceitos criados pelos legisladores e estudiosos.

Na verdade, o racismo cria barreiras e escalas porque se alicerça na violência: seja na violência física das chibatadas, seja na violência simbólica que se expressa na criação e no uso de conceitos científicos ou de políticas explícitas ou implícitas pelos quais os formadores de opinião – jornalistas, juízes, professores, policiais, políticos, artistas, etc. – criam e disseminam para o senso comum “verdades gerais concebidas a partir das suas visões e versões. (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 21).

17

O meio de vida significa muito mais do que a simples sobrevivência do indivíduo e de seus dependentes. Constitui a diferença entre viver para trabalhar e trabalhar para viver. Sem essa tranquilidade não há liberdade nem vontade de autoafirmação, não há, portanto, autonomia ou identidade.

A flexibilização das relações de trabalho implica em flexibilização da própria identidade. E a identidade dos catadores foi uma criação da flexibilização do mercado. Agora essa identidade está comprometida. O manancial dos conflitos está no âmago dessa identidade coletiva e em sua exploração pelo poder público e pela indústria da reciclagem.

A etnia vitimizada *in casu* é representada por um modo de vida e é, mais uma vez, vítima de racismo, pois se inicialmente foi obrigada a criar seu nicho no lixo e daí extrair uma identidade; agora, está com sua própria identidade comprometida, pelas mesmas forças que lhe segregaram ao lixo.

Racismo ambiental é um conceito pertencente ao campo da justiça ambiental, da luta contra injustiças sociais que se mesclam com as injustiças ambientais da estrutura produtora e reprodutora das vulnerabilidades sociais. Dito de outra forma, é o exame da dimensão ambiental das desigualdades sociais (ou da dimensão socialmente desigual da deterioração ambiental) pelo ângulo da crítica ao racismo. É um olhar sobre um tipo de conflito socioambiental entre partes muito desiguais, conflito que se caracteriza pela disputa por diferentes usos da natureza e sobre a apropriação de espaços de vida (HERCULANO, 2006 apud HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 320).



Importante denunciar e mapear os conflitos oriundos do universo dos catadores fruto de racismo ambiental *interna corporis* (catadores x catadores) e dos catadores como vítimas dos tubarões do mercado da reciclagem e do próprio poder público. Mister ajudá-los a se reconhecerem sem seu habitat, com novas funções sociais e novas posições no mercado de trabalho, a fim de que possam exercer concretamente de sua cidadania, construir suas verdadeiras identidades, a de seres humanos. Nisso implica sua inserção em um mercado de trabalho digno e decente, seja ou não no mercado da reciclagem.

18

É o que propomos com esse trabalho: uma revisão da ótica pela qual vem sendo enfrentada a questão do racismo ambiental nos conflitos que envolvem os catadores de lixo, quer como protagonistas quer como antagonistas dos conflitos, mercedores que são de um resgate social.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD; H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Diário Oficial da União. Brasília: Diário Oficial da União. Seção 1, p. 2.

ECOLNEWS. Milhares de latino-americanos ganham a vida catando lixo: agora querem que seu trabalho seja legalizado e se torne mais seguro. 2005. Disponível em: [www.ecolnews.com.br/w\\_w\\_01.htm](http://www.ecolnews.com.br/w_w_01.htm). Acesso em: 17 maio 2014.

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco.





Pesquisa Científica BNDES FEP nº 02/2010. Tema: análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão. Produto 10: relatório final de avaliação técnica, econômica e ambiental das técnicas de tratamento e destinação final dos resíduos. FADE; 2013a. Disponível em: [www.tecnologiasresiduos.com.br/secao/publicacao](http://www.tecnologiasresiduos.com.br/secao/publicacao). Acesso em: 17 maio 2014.

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa Científica BNDES FEP nº 02/2010. Tema: análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão. Produto 07: relatório final sobre as principais rotas tecnológicas de destinação de resíduos sólidos urbanos no Exterior e no Brasil. FADE; 2013b. Disponível em: [www.tecnologiasresiduos.com.br/secao/publicacao](http://www.tecnologiasresiduos.com.br/secao/publicacao). Acesso em: 17 maio 2014.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde). Manual de saneamento. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em: [www.interfacehs.sp.senac.br](http://www.interfacehs.sp.senac.br). Acesso em: 20 julho 2014.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. Racismo ambiental: I seminário brasileiro sobre racismo ambiental. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE; 2006.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reutilizável e Reciclável. Brasil. Brasília: IPEA; 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf). Acesso em 17 julho 14.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. e LEROY, J. P. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2013.



## OS IMPACTOS DO ANÚNCIO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE SALVADOR – ILHA DE ITAPARICA NO TERRITÓRIO DA ILHA

BALTRUSIS, Nelson

*Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e  
Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.  
nbaltrusis@hotmail.com*

MACHADO, Camila Brandão

*Bolsista do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e  
Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.  
camilabrandaom@gmail.com*

JESUS, Dayanne Almeida de

*Estudante da graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador.  
dayanneaj@hotmail.com*

ROQUE, Alessandro de Alcântara

*Estudante da graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador.  
alessandro578@hotmail.com*

38

### RESUMO

O anúncio da construção da Ponte Salvador - Ilha de Itaparica vem influenciando o cotidiano dos moradores dos municípios de Vera Cruz e Itaparica. Além de gerar diversas discussões, por conta dos impactos ambientais, no patrimônio material e imaterial, no desenho e formas urbanas, econômicos e gestão. O artigo tem como objetivo refletir sobre o desenvolvimento que a Ponte Salvador - Ilha de Itaparica pretende alavancar, como também, verificar os efeitos causados por seu anúncio no território da Ilha, pontuando algumas das transformações espaciais que já estão acontecendo. Para entender melhor estes impactos, o trabalho em questão, primeiramente analisa as informações referentes à Ponte – propostas e objetivos. Em seguida, faz uma caracterização geral da Ilha, a partir de dados socioeconômicos. E, por último, faz uma reflexão sobre como a construção da Ponte vem transformando a dinâmica socioespacial da Ilha de Itaparica, e constata a falta de planejamento urbano e regional.

**Palavras-chave:** Ponte Salvador – Itaparica, desenvolvimento urbano, grandes projetos viários.

### ABSTRACT

The announcement of the construction of the bridge Salvador - Itaparica Island has influenced the daily life of the residents of the cities of Veracruz and Itaparica. In addition to generating several discussions, on account of the environmental impacts, the tangible and intangible heritage in the design and urban forms, economic and management. The article aims to reflect on the development that the Savior Bridge - Itaparica Island intends to leverage, but also verify the effects caused by your ad in the territory of the island, emphasizing some of the spatial transformations that are already happening. To better understand these impacts, the job in question, first analyzes the information regarding the Bridge - proposals and objectives. Then, a general characterization of the island, from socioeconomic data. And lastly, is a reflection on the construction of the bridge has transformed the socio-spatial dynamics of Itaparica Island, and notes the lack of urban and regional planning.

**Key-words:** Salvador – Ilha de Itaparica's bridge, urban development, major road projects.



## 1. INTRODUÇÃO

A Ilha de Itaparica é dividida em dois municípios: Vera Cruz e Itaparica. Estes fazem parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS). São municípios muito pobres, além de possuírem muitas carências de serviços e infraestrutura.

O deslocamento feito entre Salvador e a Ilha através do *ferry boat* ou lanchas, conecta, ou pelo menos deveria conectar, mais rapidamente, a capital aos municípios do Recôncavo Baiano. Visando o desenvolvimento econômico, o Governo do Estado propôs a construção de uma Ponte entre Salvador e a Ilha.

O objetivo alegado da atual gestão do Governo do Estado é promover o desenvolvimento da Bahia, lançando propostas como o Sistema Viário Oeste (SVO), que se trata de um complexo de obras viárias que visa melhorar a mobilidade na Região Metropolitana de Salvador, bem como em outras regiões do Estado. A construção da Ponte Salvador-Itaparica encurtará a distância e o tempo gasto entre a capital baiana e as cidades do Recôncavo, além disso, a grande expectativa do Governo do Estado é que o SVO alavanque o desenvolvimento socioeconômico e urbano nas regiões beneficiadas pelo projeto.

Contrariando a ideia central apresentada pelo Governo do Estado, vários especialistas dizem que não haverá uma revitalização do Recôncavo, além da destruição de manguezais e cidades históricas como Cachoeira e São Félix. Acreditam que a construção da Ponte afetará a economia local e a oferta de empregos, diminuindo o turismo e serviços náuticos na baía e ilhas.

O artigo tem como objetivo refletir sobre o desenvolvimento que a Ponte Salvador - Ilha de Itaparica pretende alavancar, como também, verificar os efeitos causados por seu anúncio no território da Ilha, pontuando algumas das transformações espaciais que já estão acontecendo.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho acontecem mediante três etapas. Na primeira, foi realizada uma revisão da literatura relacionada à temática levantada, bem como o levantamento de dados socioeconômicos da região. Na segunda etapa, haverá um estudo de caso, analisando notícias nos meios de



comunicação, pesquisa em campo e entrevistas; e, na terceira, foi feito o tratamento de todos os dados adquiridos.

A partir das informações referentes à Ponte, analisaremos o desenvolvimento que o Governo do Estado da Bahia pretende alcançar. Em seguida, com base nos dados do IBGE, elaboraremos uma caracterização socioeconômica dos municípios de Vera Cruz e Itaparica. Ao confrontarmos estas informações, refletiremos sobre como a construção da Ponte influenciará nas dinâmicas socioespaciais da Ilha, de acordo com os princípios de desenvolvimento sócio espacial e urbano autêntico de Marcelo Lopes de Souza. Por último, realizaremos uma breve conclusão.

40

## 2. O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

“Uma Ponte para o desenvolvimento”, é deste modo que é anunciada a Ponte que será construída na Baía de Todos os Santos, conectando a cidade de Salvador a Ilha de Itaparica. O Governo do Estado da Bahia, em seu discurso, afirma que “o projeto de construção da Ponte Salvador - Ilha de Itaparica faz parte de um plano de *desenvolvimento socioeconômico* da Bahia, ambientalmente responsável, que deve alavancar o crescimento do Estado por vários anos e melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas” (SEPLAM, 2013a, *frisos nossos*).

O paradigma do desenvolvimento tem sua origem no período da Segunda Guerra Mundial e se estabelece como um desenvolvimento estritamente econômico, em muitos países. Segundo Anete B. L. Ivo (2013, p.102),

A noção de desenvolvimento aparece no horizonte da sociedade e política como um “mito fundador” da noção moderna, na ordem urbano-industrial capitalista. A noção refere-se a um regime econômico de crescimento e bem-estar e implica um repertório de problemas relativos a um projeto de mudança social via crescimento econômico, progresso técnico, modernização das relações econômicas e superação da tradição, como “solução deliberada” pelo agenciamento do Estado nacional, via planejamento a longo prazo.

E, Marcelo Lopes de Souza (2005, p.94) apresenta, em linhas gerais, como o desenvolvimento econômico interfere nas dinâmicas sociais.



Em uma sociedade capitalista, muito principalmente em um país periférico ou semiperiférico, a riqueza material e cultural gerada é apropriada muito seletivamente, os impactos ambientais são de difícil domesticação e resultam de uma necessidade de produzir cada vez mais (pois, sob o capitalismo, o crescimento econômico é um imperativo, e não crescer é, a longo prazo, fatal, para empresas assim como países) e a diversidade cultural e sócio-espacial é, com frequência, vista antes como um estorvo pelas elites econômicas do que como um bem a preservar (afinal, a diversidade cultural pode ser um obstáculo para a difusão de gostos padronizados, e a preservação da beleza cênica da natureza e do patrimônio histórico-arquitetônico, que pode ser considerada como útil para os interesses do próprio capital imobiliário no longo prazo, pode ser um simples detalhe a ser convenientemente ignorado a curto prazo).

Entretanto, Souza (2005, p.96) afirma que, “sob um ângulo social abrangente, ou seja, que leve em conta os interesses legítimos de toda a sociedade, o desenvolvimento que importa não é ou deva ser meramente econômico, mas sim sócio-espacial”. Que o autor apresenta como “uma mudança social positiva que é, simultaneamente, uma transformação das relações sociais e do espaço” (2005, p.101).

Para o desenvolvimento urbano, Souza (2005, p.101) apresentar a seguinte definição:

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais de justiça social.

Sobre a Ponte Salvador – Ilha de Itaparica, Aras (2013) acredita que a construção da mesma é visto como algo essencial ao desenvolvimento econômico da Ilha, além de considerar a mesma como uma alternativa ao *ferry boat*, que tanto castiga a população local.

Enquanto isto na Bahia, ainda há quem acredite ingenuamente que não precisamos da Ponte sobre a baía descoberta por Américo Vespúcio. Querem até que o debate fique restrito aos especialistas, olvidando que quem mais entende de uma cidade são os seus moradores. Os refratários à Ponte não sofrem por horas à espera do *ferry boat* ou não precisam fazer o contorno rodoviário pelo Recôncavo para alcançar outras paragens. Milhares de baianos precisam e fazem isto todos os dias. Atualmente, os atletas da travessia Mar Grande/Salvador chegam mais rápido a este lado da baía, a nado, que os



sofredores usuários do terminal de São Joaquim. A coisa está tão feia que nem um bom despacho resolve.

A população dos municípios de Itaparica e Vera Cruz encontra-se dividida no tocante a construção da Ponte, para alguns a Ponte trará muito mais impactos negativos que positivos. Segundo João Ubaldo Ribeiro (2010):

[...] esse progresso é na verdade uma face de nosso atraso. Atraso que transmutará Itaparica num ponto de autopista, entre resorts, campos de golfe e condomínios de veranistas, uma patética Miami de pobre. E que, em lugar de valorizar o nosso turismo, padroniza-o e esteriliza-o, matando ao mesmo tempo, por economicamente inviável, toda a riqueza de nossa cultura e nossa História. Quem não é atrasado sabe disso. Para não cometer esse tipo de atentado é que, em Paris, por exemplo, não se permite a abertura de shoppings onde isso possa ferir o comércio de rua tradicional. Tampouco, em Veneza, as gôndolas foram substituídas por modernas lanchas. Num país não submetido a esse estupro socioeconômico e cultural, os saveiros seriam subsidiados, as antigas profissões, o artesanato e o pequeno comércio também. Exercendo a vocação turística de toda a região, teríamos razão em nos mostrar com tanto orgulho quanto um europeu se mostra a nós. Mas nosso destino parece ser acentuar infinitamente a visão que enxerga em nós um país de drinques imitando jardins, danças primitivas, pouca roupa e nativas fáceis.

Em meio a tantas opiniões divergentes, se faz necessária a reflexão sobre qual o desenvolvimento que o Governo do Estado busca na prática. E como a população da Ilha será inserida neste desenvolvimento para que alcance a qualidade de vida. Não apenas a atração de investimento e empreendimentos para região realizará o desenvolvimento dos municípios de Itaparica e Vera Cruz.

### **3. SISTEMA VIÁRIO OESTE (SVO): A CONSTRUÇÃO DA PONTE SALVADOR – ILHA DE ITAPARICA**

O Sistema Viário Oeste (SVO) é um complexo de obras que pretende melhorar a mobilidade na RMS e demais regiões do estado, visando incentivar a atração de investimentos. O SVO faz parte de um conjunto de propostas que a atual gestão do Governo do Estado tem para o desenvolvimento da Bahia, através de obras de infraestrutura viária, a exemplo da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), a Via Expressa Baía de Todos os Santos e a





Hidrovia do São Francisco. As obras do SVO integrarão diversas regiões do estado. A Ponte Salvador - Ilha de Itaparica é a mais importante intervenção do sistema.

A Ponte Salvador - Itaparica encurtará a distância entre a capital baiana e as demais cidades do Recôncavo e, conseqüentemente, o tempo gasto para os deslocamentos e o fluxo de automóveis que é polarizado todos os dias para a BR-324. Toda a infraestrutura viária projetada se fecha em um anel viário que, segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, dará maior eficiência logística e integração com os portos da Baía de Todos os Santos. O Jornal da Ponte (2013a) pontua as obras a serem realizadas:

Para viabilizar e ter condições de atender o crescimento acentuado do fluxo de veículos de passeio e de carga, um anel viário foi formatado, com melhoria ou criação de novas vias. Estão previstas a duplicação da BA-001 na Ilha e da Ponte do Funil e a ampliação da BA-028, de Nazaré para Santo Antônio de Jesus, que ganhará uma ligação com Castro Alves. Este município, por sua vez, terá melhorias na conexão com a BR-116.

Contudo, para que o SVO realmente alcance sua eficiência, os problemas de mobilidade urbana na cidade de Salvador têm que ser solucionados. Nestes últimos anos, vêm ocorrendo várias intervenções na cidade, como a construção de novas avenidas e viadutos e a inauguração do Metrô. Todos esses eixos estruturantes e o sistema metroviário facilitarão a vazão do fluxo vindo da Ponte.

A decisão da construção de grandes eixos viários e/ou de transporte coletivo deveria ser tomada através da elaboração de um Plano de Mobilidade de forma participativa envolvendo todos os atores da região.

A expectativa do Governo é que com a implantação do SVO ocorra o desenvolvimento socioeconômico e urbano nas regiões beneficiadas, com a ampliação do número de empregos, renda e melhoria da qualidade de vida.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macro Área de Influência da Ponte Salvador – Itaparica, apresentado pelo secretário do Planejamento do Estado, José Sérgio Gabrielli, serão dois os elementos que contribuirão para a obtenção do resultado esperado: a consolidação da Baía de Todos os Santos como complexo industrial e portuário, tornando-se o maior complexo portuário do Norte e Nordeste; e a criação do novo



polo industrial e logístico no Recôncavo.

Entretanto, qual serão os efeitos sobre a população residente? A mão de obra local será absorvida pelas vagas criadas por este desenvolvimento?

Especula-se que as regiões do Recôncavo e Baixo Sul passem a concentrar os investimentos turísticos da Bahia, que nas últimas décadas foi absorvido pelo Litoral Norte. Um dos primeiros empreendimentos que se pretende se instalar na região é o Projeto Turístico-Imobiliário Fazenda Ponta dos Castelhanos, que prevê a ocupação de 20% da Ilha de Boipeba, no Baixo Sul.

A Ilha de Boipeba que está integrada numa Área de Proteção Ambiental – APA, onde seus moradores, que são em grande maioria pescadores, marisqueiras e extrativistas, retiram da biodiversidade de Boipeba sua subsistência, será preservada? Como se dará a inclusão desta população neste desenvolvimento socioeconômico? Quais serão os impactos ambientais causados pela implantação deste novo sistema viário?

A despeito de todos os benefícios do projeto apresentado pelo Governo do Estado, a Ponte e todo o complexo viário complementar criarão uma série de outros impactos no cotidiano da população e incentiva a especulação imobiliária. Para tanto, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia - SEDUR vem desenvolvendo um estudo para elaboração do Plano Urbanístico Integrado para a Ilha de Itaparica e dos planos de habitação, saneamento e mobilidade para os municípios que serão influenciados pelo SVO, bem como revisando os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios de Itaparica e Vera Cruz. Estes ficarão prontos ao mesmo tempo que a Ponte?

O Jornal da Ponte ao tratar sobre a situação habitacional na Ilha de Itaparica, afirma que parte dos investimentos será aplicada em melhorias e construções de novas residências, o que nos faz constatar a necessidade da elaboração e revisão desses planos, visto que Itaparica elaborou o plano de habitação simplificado.

Como o acesso entre ilha e capital será facilitado com a Ponte, haverá também aumento, a médio prazo, na quantidade de habitações. Atualmente a região já enfrenta problemas de infraestrutura básica, e parte do investimento é designada para melhorar essas condições para quem já mora e quem vai morar lá (SEPLAM, 2013a).



O fato é que para o Governo do Estado a Ponte gerará grande desenvolvimento socioeconômico. Contudo, para a população da Ilha de Itaparica, a Ponte é uma realidade que já interfere na dinâmica espacial, visto que a população já sofre com a especulação imobiliária, com a expectativa das desapropriações e através das novas ocupações dos terrenos.

#### 4. ILHA DE ITAPARICA: UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL

45

A Ilha de Itaparica é composta pelos municípios de Itaparica e Vera Cruz e integra a Região Metropolitana de Salvador (RMS). A Ilha fica distante da capital baiana cerca de 12 km. Itaparica é a maior das 56 ilhas da Baía de Todos os Santos, são mais de 40 quilômetros de praia, onde a vegetação é abundante e tropical.



Fonte: CONDER/INFORMES, 2009. Elaboração: MACHADO, C.B..

O processo de ocupação da Ilha de Itaparica pelos colonizadores portugueses se iniciou com a doação das terras como sesmaria<sup>a</sup> ao Conde de Castanheira, em 1552, e, posteriormente, se intensificou com a emergência de pequenos núcleos de povoamento constituídos pelos jesuítas na contra costa, onde hoje se encontra a localidade de Baiacu. Entretanto, o território da Ilha já era habitado por índios tupinambás.

A emancipação da Ilha em relação a Salvador ocorreu em 8 de agosto de 1833, mas só

<sup>a</sup> As sesmarias consistiam em doações de terras que pertenciam a Coroa aos seus súditos, visto que toda terra que não pertencia a nenhuma pessoa, fazia parte das propriedades da Coroa.



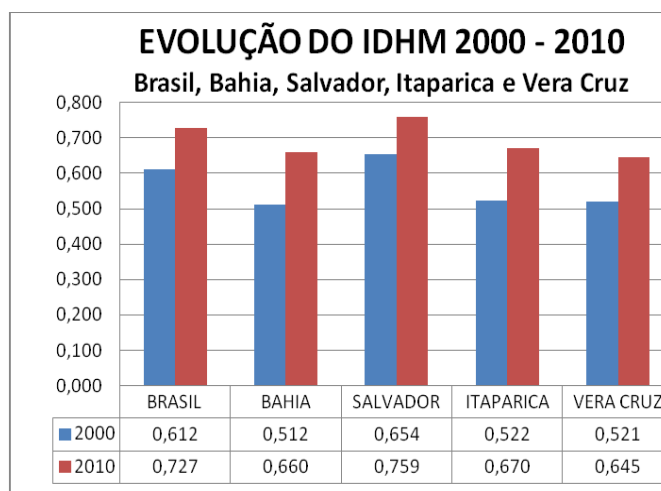
foi elevada a cidade em 30 de julho de 1962. Na mesma época, a Ilha foi dividida em dois municípios, Itaparica e Vera Cruz, isso por conta do “crescimento da cidade, o aumento do turismo e frente as dificuldade administrativas” (SEPLAM, 2013a).

A economia da Ilha, até o século XVI, era baseada nas plantações de cana-de-açúcar e trigo e criação de gado. Nos séculos seguintes, a atividade que predominou foi a pesca de baleias. A partir da segunda metade do século XX, a Ilha de Itaparica tornou-se o destino de turistas oriundos de todo o Brasil e inclusive de outros países.

Porém, essa intensa exploração destruiu mananciais aquíferos, espalhados pelo território. A paisagem natural da Ilha foi degradada através de várias práticas predatórias, como, por exemplo, a pesca com explosivos, as queimadas e o desmatamento pela expansão desordenada dos condomínios.

Atualmente, com 58.292 habitantes, sendo que o município de Vera Cruz possui 37.567 habitantes e o município de Itaparica possui 20.725 habitantes (IBGE, 2010). Em Vera Cruz, cerca de 13% desses habitantes são extremamente pobres e 30,59% são considerados pobres. Já em Itaparica encontramos um percentual de 28,32% de pobres e os extremamente pobres chegam a 13,55%. Vera Cruz tem uma renda *per capita* de R\$408,64. Enquanto que a renda *per capita* em Itaparica chega a R\$476,99 (IBGE, 2010).

Esses números mostram o grau de desigualdade da Ilha, para constatar apresentamos alguns dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>b</sup>. Em Vera Cruz, o IDHM (2010) é de 0,645. Já Itaparica possui 0,670 de IDHM (2010). Os dois municípios ficam abaixo da média



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

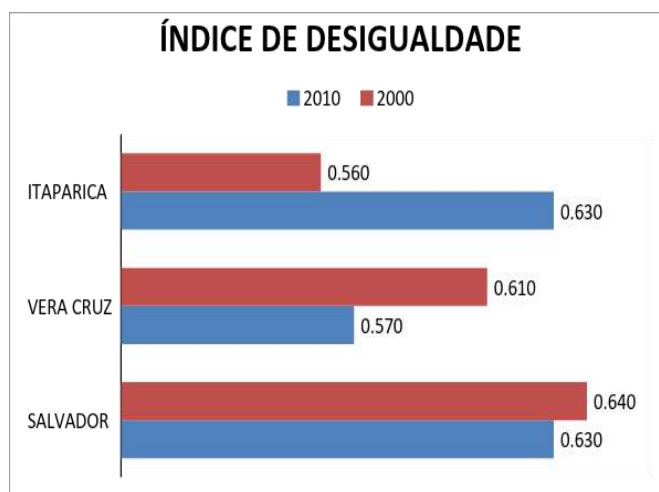
nacional, porém ainda na faixa de IDHM médio. Observa-se um aumento do IDHM nos

<sup>b</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é formulado a partir do Censo do IBGE, com “mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise do IDHM e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal” (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).



municípios da Ilha, esta melhora é menor que a média nacional, porém, muito próxima da média estadual. Tanto Itaparica com 0,670 e Vera Cruz com 0,645 possuem um indicador inferior ao da capital.

Quando observamos o índice Gini<sup>c</sup> constatamos que em Itaparica a desigualdade de renda aumentou entre os anos de 2000 e 2010, passando de 0,56



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

para 0,63. Enquanto que em Vera Cruz diminuiu. De acordo com esses dados, podemos dizer que houve uma melhora em Vera Cruz, enquanto que em Itaparica se nota um aumento da desigualdade no município, aproximando-se do indicador de Salvador.

Em 2010, somente 4% da população com 25 ou mais anos de Vera Cruz possuía o curso superior completo, em Itaparica essa taxa é de apenas 3,33%. Para os outros períodos escolares tem-se que 11,03% dos jovens entre 18 e 20 anos tem ensino médio completo e 35,71% dos jovens entre 15 e 17 anos tem o ensino fundamental completo, no município de Vera Cruz. Da população na faixa etária com 18 ou mais anos são 44,46% com o ensino fundamental completo. No município de Itaparica, 26,44% dos jovens entre 18 e 20 anos tem ensino médio completo e 35,40% dos jovens entre 15 e 17 anos tem o ensino fundamental completo. Para a população na faixa etária com 18 ou mais anos são 51,43% com o ensino fundamental completo.

Esta condição escolar se reflete no tipo de ocupação e renda. Em Vera Cruz, 62,94% da população dessa faixa etária (18 ou mais anos) está trabalhando. Destes, 29,04% tem ensino médio completo, 48,08% tem o ensino fundamental, 86,87% tem rendimentos de até 2 salários mínimos, sendo que 47,60% trabalha no setor de serviços. Visto que, em Itaparica 62,94% da

<sup>c</sup> Índice Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).



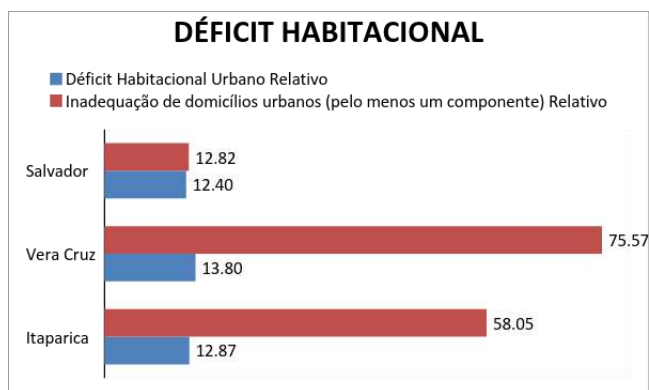
população desta faixa etária está trabalhando, destes, 42,83% tem ensino médio completo, 59,44% tem o ensino fundamental, 86,89% tem rendimentos de até 2 salários mínimos e 54,47% trabalha no setor de serviços.

Apesar de ter uma taxa de urbanização alta, segundo os dados do IBGE (2010) Vera Cruz e Itaparica possuem 100% de urbanização, entretanto, a Ilha de Itaparica possui características rurais. A isto, levantamos algumas hipóteses e concordamos com Marcelo Lopes de Souza (2005, p.27-28) que afirma que esse aspecto rural é

48

Uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendimentos urbanos; são, assim, terras para a especulação, “em *pousio social*”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo da localização.

No âmbito dos problemas habitacionais, os municípios da Ilha apresentam um Déficit Habitacional Relativo<sup>d</sup> baixo. Em Vera Cruz o déficit é de 13,80 e em Itaparica é de 12,87. Enquanto que o Déficit Habitacional Urbano Relativo, se comparado com outros municípios, é muito próximo do índice de Salvador, a Inadequação dos Domicílios<sup>e</sup> na Ilha é muito alta, chegando a 58,05% em Itaparica e 75,57% em Vera Cruz.



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2014.

<sup>d</sup> O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados.

<sup>e</sup> Para o cálculo da Inadequação de domicílios são consideradas as habitações que “não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Esta inadequação ocorre devido à deficiência de infraestrutura e/ou adensamento excessivo de domicílio próprio.





A partir desta caracterização socioeconômica da população da Ilha de Itaparica podemos refletir sobre como a construção da Ponte influenciará nas dinâmicas socioespaciais deste território. Bem como, entender, talvez em virtude deste panorama apresentado, o porquê a crença da população de que a implementação de um equipamento de infraestrutura viária, como a Ponte, é algo benéfico e visto como a única opção ao tão ansiado desenvolvimento.

Sem dúvida este empreendimento trará o desenvolvimento: novos empregos, desenvolvimento econômico e turismo. Entretanto, quem serão os beneficiários deste desenvolvimento?

Desde a década de 1960 existem discussões a respeito de uma Ponte ligando Salvador a Itaparica, mas até então, nada muito efetivo, apenas especulações. Porém, em 2010, o Governo do Estado dá o primeiro passo, faz um primeiro anúncio dirigido a empresas, para aquelas que possuíssem interesse em apresentar um projeto de viabilidade da Ponte, que o fizessem em 2011. Pode-se dizer que tal ato gerou alterações significativas na dinâmica sócio espacial, principalmente da população mais carente, que é maioria no território.

Não é necessário muito para identificar estas modificações no cenário atual de toda Ilha: novas ocupações de terras e novos condomínios residenciais de alto padrão. Em um futuro próximo a expulsão de moradores tradicionais, por conta das desapropriações que devem ocorrer em devido redefinição do traçado da BA-001 na Ilha de Itaparica e pela própria especulação imobiliária.

Estas transformações no território da Ilha são uma consequência da falta de planejamento do Governo do Estado, que se encontra mergulhado em um deslumbre por conta da magnitude da obra, que parece não querer enxergar os impactos desastrosos e quem sabe até irreversíveis ocasionados pelo empreendimento.

## 5. OS IMPACTOS DA PONTE SALVADOR- ITAPARICA

Com a construção da Ponte a população da Ilha, tanto em Itaparica quanto em Vera Cruz, crescerá consideravelmente, como bem salienta o secretário do Planejamento do Estado, José Sergio Gabrielli:

[...] o estudo é fundamental, pois dados preliminares apontam que nos próximos 30 anos, com a construção da Ponte, a Ilha terá entre 60 e 80 mil



novas residências, o que significa que a população saltará de aproximadamente 60 mil para 360 mil pessoas (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014).

Esse aumento populacional ampliará a demanda por habitação, infraestrutura (sanitária, viária, iluminação e etc.) e equipamentos públicos e privados, causando impacto urbano - ambiental, com a forte possibilidade de precarização nas condições de moradia em toda a Ilha, tendo em vista que as políticas urbanas, principalmente as voltadas para a habitação e regularização fundiária tem pouca efetividade, isso poderá dar início a uma destruição das comunidades tradicionais ali existentes, vilas de pescadores, marisqueiras, rendeiras e a destruição de uma diversidade natural, como os manguezais e boa parte da mata atlântica remanescente.

Desde 2010, quando o Governo do Estado apresentou a intenção da construção da Ponte, novas dinâmicas socioespaciais aconteceram. As quais, podemos ilustrar através das colocações em público do atual prefeito de Vera Cruz, Antônio Magno, que afirmou que o desafio enfrentado pela sua administração se dá pelo alto índice de invasões em áreas privadas, sem mencionar ainda construções desordenadas, que dão início a um processo de favelização. Em Itaparica também é visível a migração de populações que estão sendo atraídas pela promessa da Ponte.

As ocupações desordenadas que vêm surgindo por conta do anúncio da Ponte, se proliferam em ambientes frágeis, dificultando mais ainda a implementação de infraestrutura urbana, bem como, contribuindo para o aumento do déficit habitacional. O que se tem é um quadro de proliferação de pobreza e miséria, pessoas vivendo em casas inadequadas e na maioria das vezes insalubres a moradia.

Podemos comparar esse processo de migração, em sua grande maioria, de cidades do Recôncavo Baiano para Itaparica, com o êxodo rural na década de 60, no governo de Juscelino Kubitscheck, onde o Brasil, depois de abrir sua economia para o capital internacional, e a instalação de varias industrias no país, localizadas na região Sudeste, para onde muitos trabalhadores e suas famílias, do Norte e Nordeste migraram em peso para região, em busca de empregos, educação e melhor qualidade de vida. Infelizmente a história se repete, e a grande maioria destas famílias acabam por se estabelecer em áreas precárias, impróprias para



habitação como encostas, barrancos e, na maioria das vezes, distantes do centro. O que se pode observar nestas ocupações irregulares é uma completa ausência do Estado em todas as suas modalidades.

A exemplo, as ocupações na localidade do Pedrão, Vera Cruz, começaram a cerca de quatro anos. Os terrenos têm sido ocupados por pessoas vindas de outras cidades do Recôncavo Baiano. No Pedrão existem, atualmente, casas de alvenaria, mas há também casebres em taipa. Os serviços de água e luz são utilizados informalmente. E não há infraestrutura para o esgotamento sanitário, tampouco para drenagem das águas pluviais.

Ao se observar a paisagem dos núcleos urbanos da Ilha, fica evidente sua carência em planejamento urbano, isso, por falta de técnicos, vontade política e desenvolvimento da cidade. Esses fatores contribuem para a formação de periferias sem infraestrutura que se espalham pelo município. São locais onde prevalece às construções irregulares sob o aspecto legal e inadequadas sob o âmbito técnico da construção, tal como acontece nas grandes cidades.

Outro aspecto a se considerar é a especulação imobiliária que já se tornou visível. Enquanto a Ponte não sai, novos investimentos começam, aos poucos, a aportar na Ilha. Nos próximos oito anos, cerca de R\$ 100 milhões serão aplicados na construção do empreendimento Viver Bem Itaparica, um condomínio fechado e localizado a 10 minutos do Terminal Marítimo de Bom Despacho. A previsão é de que sejam construídas cerca de 1.160 unidades residenciais, entre casas duplex e apartamentos.

Segundo o Jornal da Ponte (2013),

[...] é importante lembrar que apenas uma parte menor do território da ilha será destinada à ocupação urbana. Muitas áreas continuarão destinadas a uso rural e/ou preservação ambiental e não devem ser, portanto, alvo de especulação imobiliária. O decreto que torna áreas de utilidade pública também tem como objetivo conter estas especulações.

A preocupação com o tema é relevante porque o imóvel, seja urbano ou rural, deve ter seu uso demarcado no plano diretor. A demarcação de áreas especiais de proteção ambiental, de interesse social ou do patrimônio seria um indicador para que a propriedade pudesse cumprir a sua função social, e são instrumentos importantes para combater a especulação imobiliária. Para que o município se beneficie com esses instrumentos, basta os implantar nos seus planos



conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que regulamentou os artigos 82 e 83 da Constituição de 1988 sobre a função social da propriedade e da cidade, estabelecendo limites à especulação imobiliária e condicionando o direito de propriedade ao interesse coletivo, entendendo a cidade como produção social, logo direito de todos os cidadãos.

### **5.1. As ocupações no Pedrão, Vera Cruz**

52

Para verificar a transformação das dinâmicas socioespaciais na Ilha, identificamos, através de conversas com moradores, casos de ocorrência de ocupações de terrenos. Bem como, após conversas com os moradores da Ilha constatamos a ocupação recente de terrenos na localidade do Pedrão. Após as visitas de campo e aplicação do questionário traçamos um perfil socioeconômico e da situação habitacional do local.

O Pedrão, localizado no município de Vera Cruz, foi ocupado inicialmente, a cerca de 40 anos, por uma população que construiu suas moradias as margens da BA-001 (Rodovia que atravessa a Ilha de Itaparica). Entretanto, mais recentemente, ocorreram novas ocupações em áreas mais distante da rodovia.

O Pedrão, como a maioria das localidades do município de Vera Cruz, apresenta-se com vias sem pavimentação, logo sem sistema de drenagem urbana, gerando inúmeros problemas nos períodos chuvosos aos moradores. Para a infraestrutura de saneamento básico encontramos duas situações: as das habitações antigas, servidas com água encanada e esgotamento sanitário; e as habitações recentes, com encanamentos clandestinos para água e fossas para a eliminação dos dejetos. Não há iluminação pública em todas as vias e muitos moradores fazem “gato” da energia elétrica, devido à ilegalidade das ocupações.

A tipologia das moradias no Pedrão é homogênea. Em visita de campo, encontramos casas em construção e materiais, como bloco cerâmico, em todas as novas vias do local. O que indica a melhoria no padrão construtivo das moradias que se faz devido à obtenção de crédito e/ou a ampliação da renda da população. 86% das casas dos moradores entrevistados são em alvenaria de bloco cerâmico, 7% em taipa e 4% em madeirite. São moradias com apenas um pavimento - apenas 3% tem mais de um pavimento-.

Para o perfil socioeconômico se tem que 81 % dos chefes de família dos entrevistados



são homens, logo, apenas 19% são mulheres. 66% dos chefes de famílias tem o 1º grau incompleto, 7% tem o 2º grau completo e apenas 4% concluíram o 3º grau. A renda mensal das famílias de 88% dos entrevistados varia de 0 a 1 salário mínimo. 4% recebem de 1 a 3 salários mínimos, assim como, apenas 4% recebem entre 3 e 6 salários mínimos. Nenhum entrevistado informou receber mais de 6 salários mínimos. As ocupações dos chefes de família são as mais variadas, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

53

Os imóveis no Pedrão são predominantemente para uso residencial, 89%. 7% têm uso misto (residencial e comercial) e 4% dos imóveis são para uso comercial. Para a situação dos imóveis temos: 46% dos entrevistados alegam ter comprado o imóvel e destes 69% possuem contrato de compra e venda, 16% não possuem e 15% não informaram. 43% ocuparam os terrenos e autoconstruiu suas habitações. Para 7% dos entrevistados foram cedidos e apenas 4% aluga os imóveis.

A situação fundiária no Pedrão se caracteriza por 61% dos lotes não terem sido regularizados, 28% os entrevistados afirmarem a regularização e 11% não soube informar. Dos entrevistados que informaram ter regularizado a situação de suas habitações, as respostas para o questionamento sobre que órgão realizou a regularização foram: a Prefeitura, o Cartório de Imóveis, Fórum, a Justiça e muitos não souberam informar. Estas respostas demonstram medo e insegurança, visto a necessidade de afirmar de alguma forma o direito de propriedade, ressaltando ainda mais a importância e a necessidade de políticas habitacionais no município.

Os motivos para a mudança para o Pedrão foram para 42% dos entrevistados a melhor condição de vida, 19% alegaram ser mais seguro, 12% pelo lazer, 11% devido à oportunidade de trabalho e 4% não tinham moradia. Dois dos 28 entrevistados são nativos do Pedrão.

Segundo 64% dos entrevistados, o poder público não realizou nenhuma ação do tipo de urbanização ou regularização fundiária ou implementou infraestrutura ou equipamentos públicos que beneficiasse aos moradores do Pedrão. Apenas 4% informaram a construção de uma creche – escola, os demais não souberam informar. 93% destes entrevistados não conhecem qualquer tipo de projeto que possam vir a ser implementado na localidade por parte da Prefeitura ou Governo do Estado.

Sobre a construção da Ponte Salvador – Ilha de Itaparica, 96% afirmaram já conhecer



esta informação. Quando questionados sobre as possíveis melhorias trazidas pela Ponte, 78% dos entrevistados acreditam que a Ponte irá melhorar suas vidas, 18% afirmaram que não e 4% não souberam informar. Sobre o que acontecerá após a construção da Ponte, 75% opinaram que serão beneficiados com melhorias, principalmente, no transporte e ampliação das vagas de trabalho, 25% acreditam que a violência e o tráfico de drogas aumentarão e que os benefícios serão aproveitados apenas por poucos.

São muitas as externalidades negativas que se podem observar num projeto grandioso como este, visto que sua complexidade e ambição causarão grandes impactos ambientais, no patrimônio material e imaterial, no desenho e formas urbanas, econômicos e gestão.

Muita gente acredita que o projeto da Ponte não saia do papel e, de acordo com Paulo Ormino (AZEVEDO, 2013), “o mais provável é que ele [o projeto da Ponte] não passe de alguns pilares perdidos na baía, enfeitando e atrapalhando a navegação”. Contudo, enquanto a Ponte não sai, a população já sofre.

## 6. Considerações finais

O fato de que a Ponte Salvador - Ilha de Itaparica fomenta, desde que o Governo do Estado apresentou intenção de construí-la, modificações na dinâmica socioespacial, nos obriga a constatar a falta de planejamento. Podemos observar isto, desde a ausência desse empreendimento nos planos diretores dos municípios de Vera Cruz e Itaparica, visto que estão sendo revisados atualmente, bem como do Plano de Mobilidade, que deveria existir e constar o SVO, e dos planos de habitação e saneamento que, por conta do aumento populacional e alteração da dinâmica territorial, deveriam se antecipar aos problemas que vem ocorrendo.

Sendo o planejamento uma atividade de pensar e imaginar o futuro, que neste caso são os impactos da implementação dessa grandiosa infraestrutura viária, o Plano Urbanístico Integrado e os planos de habitação, saneamento e mobilidade que serão concluídos junto com a construção da Ponte, não evitarão os problemas com a inadequação das habitações, em áreas sem nenhum tipo de infraestrutura urbana e a degradação ambiental que já estão ocorrendo, como visto nesse artigo. Não permitirão a efetividade das gestões municipais atuais e futuras, devido aos inúmeros problemas que estas terão que lidar.





Do ponto de vista econômico, podemos constatar que a população da Ilha, devido ao baixo nível de escolaridade, encontrará problemas para ser absorvida pelas novas vagas de empregos que pretendem ser gerados. Possivelmente, o setor da construção civil se aquecerá, por conta da construção dos condomínios e *resorts* na Ilha, tornando-se um setor de grande atração dos trabalhadores da Ilha. Porém, contrariando a expectativa do Governo do Estado, "a Ponte do desenvolvimento" não irá ampliar a renda da população.

Deste modo, o desenvolvimento social que proporciona a melhor qualidade de vida para a população também não será alcançado. O aumento populacional esperado ampliará os problemas urbanos existentes, no âmbito da habitação, saneamento e meio ambiente. A especulação imobiliária expulsará as populações minoritárias da Ilha e, portanto, concluímos que a Ponte Salvador - Itaparica não gera o desenvolvimento urbano autêntico.

55

## REFERÊNCIAS

ARAS, Vladimir. **Pontes alavancam o desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <<http://www.Pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br/duas-visoes-sobre-a-Ponte/>>. Acesso em: Junho de 2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. IDHM. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)>. Acesso em: Junho de 2014

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Perfil municipal. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/>>. Acesso em: Junho de 2014

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Um presente de grego. IN: **Artigos de Paulo Ormino sobre a ligação Salvador Recôncavo**. 2013. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=162612>>. Acesso em: Junho de 2014.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Itaparica e Recôncavo já! IN: **Artigos de Paulo Ormino sobre a ligação Salvador Recôncavo**. 2013. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=162612>>. Acesso em: Junho de 2014.

FERRARI, Walter Junior. **A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon – PR: a produção da cidade a partir do campo**. Dissertação (Mestrado). Dourados, MS: UFGD, 2009.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional municipal no Brasil. Belo Horizonte, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Publicado o edital de estudos urbanísticos para construção da Ponte.** 2014. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/noticias/publicado-edital-de-estudos-urbanisticos-para-construcao-da-Ponte-salvador-itaparica.html>>. Acesso em: Junho de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Série Estatísticas: Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: Julho de 2014.

IVO, Anete Brito Leal. Desenvolvimento e atores sociais. IN: IVO, Anete Brito Leal (Coord.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas.** São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Adeus, Itaparica.** [S.I.]: Terra Magazine, 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4223867-EI6578,00-Adeus+Itaparica.html>>. Acesso em: Junho de 2014.

SANTOS NETA, Maria da Paz; SANTOS, Miguel Cerqueira. **Dinâmica espacial e condições de vida na cidade de Itaparica: Implicações para o desenvolvimento.** In: Simpósio de cidades médias e pequenas da Bahia, 2, 2011, Vitória da Conquista. Disponível em: <[http://www.uesb.br/eventos/simposio\\_cidades/anais/artigos/eixo1/1c.pdf](http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo1/1c.pdf)>. Acesso em: Junho de 2014.

SEPLAM. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA. **Jornal da Ponte.** Edição 01, 2013a. Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/jornal\\_Ponte\\_ed01.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/jornal_Ponte_ed01.pdf)>. Acesso em: Junho de 2014.

SEPLAM. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA. **Apresentação do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macro Área de Influência da Ponte Salvador – Itaparica.** 2013b. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/romeutemporal/Ponte-itaparica-e-sistema-irio-oeste>>. Acesso em: Junho de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



## **POLÍTICAS E TENSÕES NA PRESERVAÇÃO DO PARQUE VALE ENCANTADO - SALVADOR/BA**

BORGES, Ricardo Henrique de Jesus  
*UNEB*  
*rhjborges@hotmail.com*

57

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo analisar as políticas e tensões envolvidas na manutenção do Parque Ecológico Vale Encantado, Salvador – BA. Ele buscou entender como tem se processado a interação entre o poder público, sociedade civil e iniciativa privada na preservação das áreas verdes diante do crescimento urbano na Av. Luis Viana Filho (Paralela). Desenvolveu-se a partir de informações coletadas em documentação cartográfica, censitárias, cadastrais e textos, disponibilizados em internet e publicações que serviram como suporte teórico ao estudo. O trabalho mostrou que a participação do poder público na manutenção desta área tem contribuído para agravar os problemas correntes em áreas verdes de Salvador. Assim, planejamento e participação social tornam-se estratégias prioritárias para garantir a manutenção do Parque a fim de elevar a qualidade ambiental das áreas urbanas de Salvador.

**Palavras-chave:** Áreas verdes. Qualidade ambiental. Vale Encantado.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the policies and tensions involved in maintaining the Enchanted Valley, Salvador Ecological Park - BA. It has sought to understand how processed the interaction between government, civil society and private sector in the preservation of green areas on urban growth in Av. Luis Viana Filho (Parallel). Developed from information collected in mapping, census, registration and texts available on the internet and publications that served as theoretical support to the study documentation. The work showed that the participation of the government in maintaining this area has contributed to aggravating current problems in green area of Salvador. Thus, planning and social participation become priority strategies to ensure maintenance of the Park in order to raise the environmental quality of urban areas in Salvador.

**Key-words:** Green areas. Environmental quality. Enchanted Valley.



## INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em um estudo desenvolvido na disciplina Direito Ambiental, do mestrado em Geografia no Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia- UFBA. Ele teve por objetivo analisar a dinâmica da Implantação do Parque Ecológico Vale Encantado, Salvador –BA a fim de entender com se processa a interação entre o poder público, sociedade civil e iniciativa privada frente ao manejo das áreas verdes no processo de expansão urbana na Av. Luis Viana Filho (Paralela).

Assim buscou-se levantar os principais impactos do crescimento urbano sobre o Vale encantado e suas consequências nos aspectos socioambientais da área; estabelecer breve retrospectiva entre as políticas das áreas verdes adotadas em Salvador através de suas últimas legislações vigentes; caracterizar a tensão que se assentam sobre a implantação do Parque Vale Encantado, destacando os diversos interesses e políticas conflitantes na área, discutindo e avaliando a postura do governo e da sociedade municipal diante do processo de implantação do parque.

Ao se analisar a tensão que se travou entre a sociedade civil do entorno do Parque Ecológico do Vale encantado Salvador/BA e a Prefeitura municipal a cerca das políticas conflitantes travadas no uso do solo daquela área, questionou-se qual o interesse que tem preponderado na gestão do Parque Vale Encantado. Assim, além de entender como os moradores veem as influências dela e o seu processo de degradação desta localidade, discute-se a importância das áreas verdes como elemento necessário para a qualidade ambiental desfrutada pelos moradores das áreas residenciais de Salvador.

A temática proposta por este trabalho surge em um momento em que o crescimento urbano de Salvador tem trazido uma série de transformações espaciais para a cidade, sobretudo a supressão das áreas verdes no entorno da Av. Luiz Viana Filho (Paralela) acirrando tensões entre diferentes segmentos da sociedade soteropolitana. Assim, esta é mais uma contribuição ao estudo deste evento, pois investiga aspectos específicos sobre a relação da comunidade urbana e essas áreas tão importantes para a promoção da qualidade ambiental.



Desta forma, essa discussão se justifica pelo fato de levantar propostas de gestão das áreas verdes, a partir das investigações realizadas em instituições oficiais como Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAM, Superintendência de Conservação e Obras Públicas de Salvador- SUCOP e na comunidade. Cabe dizer que, dado a dimensão do tema e sua complexidade, o conceito de qualidade ambiental referiu-se aos benefícios apontados pelos moradores que geram conforto, segurança e bem-estar físico e mental. Além disso, foi considerado Área Verde todo e qualquer conjunto de vegetação (herbácea, arbustiva e arbórea) identificada na área de estudo.

Os resultados das investigações foram estruturados em três capítulos. No primeiro consta uma breve releitura da história da área estudada proveniente de levantamentos cartográficos, de fotografias áreas de 2006, obtidas da Prefeitura Municipal de Salvador, observações de campo e levantando as causas dessa distribuição e sua importância ambiental, social e econômica, enfatizando os processos de degradação ambiental da área. No capítulo 2 são caracterizadas as etapas do conflito analisando a distribuição e intensidade dele. Aqui são ressaltadas as principais indagações dos moradores em relação à vegetação da localidade e também suas sugestões para um planejamento dessas áreas.

Além disso, na última parte do trabalho foram reavaliadas as constatações feitas a partir do objetivo investigado e dos instrumentos usados durante as etapas da pesquisa.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

A Av. Luis Eduardo Magalhães, uma importante área de crescimento da cidade do Salvador, tem registrado um acelerado processo de supressão das áreas verdes, proveniente da liberação de obras públicas e privadas, com graves desdobramentos no meio ambiente e em outros aspectos sociais e econômicos dessa localidade. Precisa-se analisar à luz da ciência, e a partir das impressões do homem urbano a importância de se preservar essas áreas, que tendem a ser cada vez mais privatizadas e escassas; não somente suas estruturas físicas como os aspectos climáticos e biológicos, mas, também, suas funções sociais, culturais e estéticas como discute os autores a seguir.



A poluição dos rios, e do ar, o manejo desordenado do solo são exemplos clássicos que evidenciam a forma, muitas vezes, irracional como são tratados os elementos que garantem a nossa sobrevivência (ANGELIS, 2005; ARAUJO, 2005). Angelis (2005, p. 01) critica esse fenômeno dizendo que no decorrer do processo de expansão dos ambientes construídos pela sociedade, não se tem dado a devida atenção à qualidade, sendo as questões ambientais e sociais relegadas ao esquecimento:

O momento de crise estrutural das cidades em decorrência dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural, tem conduzido o fenômeno urbano em seu ritmo acelerado a um destino incerto e, cada vez mais, transformando as ciências em força produtiva, e o espaço urbano em mercadoria.

Para Alva (1996, p.39),

As cidades são cristalizações da sociedade humana. São produtos coletivos, resultantes de um complexo polígono de forças sociais, econômicas, políticas e culturais que, atuando num determinado espaço geográfico e num tempo histórico dado, produzem estruturas materiais e institucionais que geram uma qualidade ambiental característica. Assim, dificilmente poderão existir duas cidades iguais.

Para Oliveira (2002, p. 40) e Leite (1995, p.21) a preocupação com a qualidade ambiental e a ação do homem sobre o meio ambiente não é tão recente, mas somente nas últimas décadas é que a questão ambiental vem sendo encarada com mais abrangência, interessando a todas as classes sociais (LEITE, 1995; GUIMARÃES, 1995). Assim sendo, todos os aspectos que perpassam a questão ambiental desempenham papel importante para seu entendimento e devem ser buscados.

Para Ferreira (1996, p. 74) não é mais possível compreender nenhum dos grandes temas nacionais sem os relacionar com a questão urbana: “desenvolvimento econômico, justiça social, democratização, meio ambiente, qualidade de vida” qualquer um desses temas terá necessariamente que ser relacionado com a temática das cidades para adquirir profundidade e abrangência. O estudo de todas as esferas presentes no espaço urbano é a condição básica para a prática de ações mais eficazes e para o alcance de uma melhor qualidade ambiental urbana.





Sewell (2004, p. 277) destaca a importância de inserção da comunidade nos debates a cerca da gestão ambiental quando fala que ela desperta a conscientização, cria atitudes que influenciem ações na resolução de problemas. Nesse contexto a sociedade civil, ao longo dos anos, passa assumir papel fundamental na estrutura das relações estabelecidas nesse ambiente de maneira cada vez mais intensa. Alva (1996) comenta que se tem reconhecido em diversos segmentos sociais amplamente que o exercício da cidadania é indispensável para a solução dos problemas urbanos.

As áreas verdes estão intimamente relacionadas com a qualidade ambiental e também é um dos elementos naturais mais visíveis, exercendo uma influência direta, tanto estética, como ambiental e psicológica. Por esse motivo Angelis (2005) analisa a importância de cada momento histórico cultural para configuração desses espaços formadores da estrutura urbana. A sociedade, em constante desenvolvimento, tem conferido feições diversas às áreas verdes urbanas ao longo do tempo. Para Malavasi (1993, p. 157) os benefícios de árvores e de outros tipos de vegetação dentro ou perto de cidades e vilarejos foram reconhecidos há muito tempo atrás:

Os egípcios, persas, gregos, chineses e romanos tinham as árvores como símbolos, eles usavam árvores para enfeitar, adornar, e completar o ambiente ao redor de estátuas. [...] Jardins botânicos começaram a parecer na Idade Média com particular ênfase em plantas com propriedades medicinais. Com o período Renascentista, o Homem embarcou em novas aventuras no campo científico e do comércio; como consequência, plantas de outras regiões foram introduzidas e disseminadas.

Assim, o uso das áreas verdes urbanas está profundamente enraizadas na história e constitui em um reflexo do modo de viver dos povos que o preservaram nas diferentes épocas e culturas. Os significados espiritual, religioso e mesmo cultural, dados desses espaços, conferem a cada elemento que o compõe um significado simbólico próprio (ANGELIS, 2005). Evidencia-se então que as áreas verdes são vistas como um produto da construção cultural e econômica da natureza e estão intimamente ligadas à vida cotidiana das cidades, aliadas ao seu processo de produção visando o resgate, não só do bem-estar da população



dentro do ambiente urbano, mas também outros interesses de cunho capitalista (FEIBER, 2004).

A partir dessas considerações, são apresentados a seguir os parâmetros metodológicos utilizados para a investigação da situação do Parque Vale Encantado como um dos mais expressivos casos para entender como essas questões sem sendo tratadas em Salvador atualmente.

62

## 2 METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa diversas atividades foram realizadas as quais foram sintetizadas em três etapas distintas com o objetivo de associar investigação teórica a informações fornecidas por diferentes fontes. Tornou-se assim apropriado o procedimento do trabalho empírico e descritivo, partindo de bases teórico-conceituais e do conhecimento e interpretação das informações em publicações especializadas e em reportagens de jornais e estudos acadêmicos.

Na primeira etapa se buscou os fundamentos que deram sustentação aos procedimentos seguintes. Nessa fase foram levantadas informações em bibliotecas públicas e universitárias, sites, incluindo levantamento cartográfico, estatístico, censitário e cadastral, nestes órgãos. O levantamento bibliográfico buscou documentos que possuíssem interesse ao tema discutido, partindo dos textos em livros e internet, artigos, dissertações, monografias e dicionários especializados para facilitar a compreensão das ideias trazidas, como propõe Severino (2000).

Na segunda etapa se processou a observação direta da área de estudo em julho de 2012, incluindo conversas informais, em diferentes espaços. A terceira etapa referiu-se aos procedimentos de análises das informações e produção do texto final.

Assim, esse trabalho se constituiu em um estudo de caso com a preocupação de não incorrer no erro de transferir conclusões para outras áreas residenciais diferentes de onde elas foram derivadas (GERARDI, 1981, p. 5). Para poder entender o contexto em que se deram as



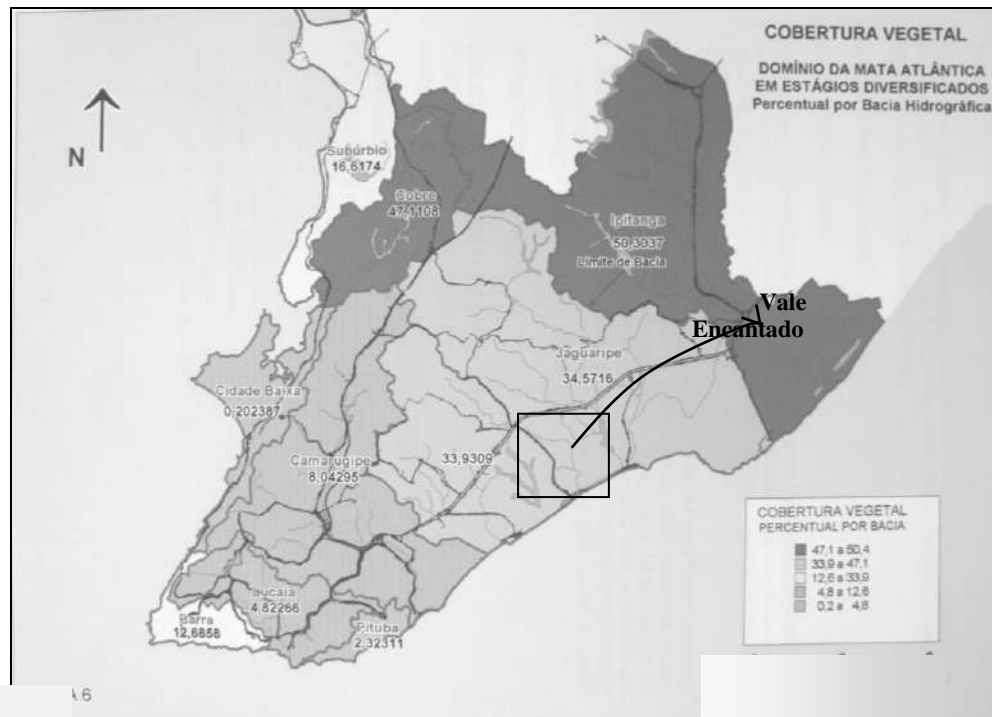
tensões e os conflitos cabe fazer uma breve retrospectiva histórica do Parque Vale Encantado e estabelecer sua localização e caracterização geral.

## 2.1 Área de Estudo

O Parque Ecológico Vale Encantado foi criado pela Prefeitura de Salvador em 2007, com 280 mil m<sup>2</sup> de área remanescente de Mata Atlântica, a partir da doação ao município, obrigatória por lei, de 35% do terreno de cada um dos condomínios. Corresponde a uma área de Mata Atlântica Litorânea composta por um vale e corpos d'água associados ao rio Trobogy, no bairro de Patamares, área urbana da cidade do Salvador, Bahia (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).

63

**Figura 1 - Cobertura Vegetal e localização**



Fonte: PMS, 2004



Toda a área do Parque está ilhada entre condomínios residenciais como o Greenville, Alphaville, Colina C, Colina E e outros, além da Avenida Pinto de Aguiar, os motéis, o Shopping Paralela, a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e outros empreendimentos. Representa, pois uma grande importância ecológica, não só pelos corpos d'água nele existente, a vegetação do parque que se caracteriza como mata ciliar devido a sua proximidade com os corpos d'água e por atuar como um corredor ecológico de dispersão ligando alguns dos fragmentos existentes nas proximidades, Áreas de Proteção Permanente (APP) e o Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP). Tem uma flora exuberante, onde Sucupiras e outras árvores ultrapassam 20m de altura e até 4m de perímetro. A fauna também ainda está preservada, onde entre outras espécies pode-se ver o socó-boi, ave que somente sobrevive em ambiente de água limpa (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).

O Parque foi previsto no PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), decreto 7.400/2008, assinado pelo Prefeito João Henrique em Jul/08, ficando pendente a consolidação, ou seja, regulamentação, demarcação da poligonal, fechamento com cerca ou muro, manutenção e vigilância com Guarda Municipal. Por esse motivo, tensões e conflitos se concretizaram na cidade no tratamento dessas questões como reflexos de interesse diversos sobre o uso do solo na cidade, cabendo aqui analisá-los.

### **3 A PRESERVAÇÃO DO VALE ENCANTADO COMO DIREITO AO VERDE: A TENSÃO E O CONFLITO**

Em sua grande maioria, as cidades brasileiras estão passando por um período de acentuada urbanização, fato este que reflete na qualidade de vida de seus moradores. Nesse contexto, a preservação das áreas verdes tornou-se um dos principais símbolos de defesa do meio ambiente pela degradação que vem sofrendo, pelo espaço cada vez menor que lhes são destinados nos centros urbanos e principalmente, pelos efeitos na qualidade ambiental.

O crescimento sem planejamento do espaço urbano em Salvador, como em grande parte das cidades brasileiras, e as consequências advindas desse processo, tem despertado a



atenção, de planejadores e da população, no sentido de se perceber as áreas verdes como componente necessário a esses espaços.

### 3.1 Para quê o “direito” ao “verde”?

Aquele segmento da Mata Atlântica que se encontra na Av. Paralela, já foi no passado antropizado por pequenas plantações e pecuária e encontra-se em grande parte, com adiantado estado de regeneração, guardando um potencial ecológico e paisagístico de grande relevância. “Poucas metrópoles brasileiras têm o privilégio de abrigar em si, uma área de tantos atributos ambientais como esta” (BRITO, 2002, p.101). Atualmente, os remanescentes mais significativos dessa vegetação localizam-se na área cortada pela Avenida Paralela, nas Unidades de Conservação e em algumas poucas áreas espalhadas pela mancha urbana e estão permanentemente ameaçadas pelas atividades humanas principalmente pela especulação imobiliária.

Os desdobramentos da supressão das áreas verdes vão desde alterações microclimáticas, deterioração da qualidade do ar, poluição sonora, deterioração da qualidade hídrica, alterações físico, químicas e biológicas do solo, redução da biodiversidade vegetal e da fauna, destruição de habitats naturais, desconforto ambiental das edificações, poluição visual, redução da sociabilidade, aumento o consumo de energia refrigeração (LOMBARDO, 1985, p. 22 e MALAVASI, 1993, p.158).

A partir disso, conclui-se que cada modalidade de área verde exerce um papel importante na qualidade ambiental das cidades trazendo expressivos benefícios para seus habitantes como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 1 - Principais Benefícios das Áreas Verdes (Vegetação) no espaço Urbano**

Fatores Urbanos		Principais Benefícios das Áreas Verdes Urbanas
Ambiental Físico Biológicos	Clima/ar	Conforto microclimático Controle da poluição atmosférica Controle da poluição sonora Melhoram o clima em escala local, Proporcionam conforto climático pela sombra que produzem,



		Retiram calor do ar através da evapotranspiração Servem de barreira contra o vento. Ajudam a controlar a poluição atmosférica agindo como filtros de ar.
	Água	Regularização hídrica Controle da poluição hídrica
	Solo/subsolo	Estabilidade do solo Controle da poluição edáfica Colaboram com a drenagem das águas pluviais e com a recarga da água do solo.
	Flora	Controle da redução da biodiversidade Protegem a biodiversidade Atuam no controle de pragas e doenças urbanas.
	Fauna	Controle de vetores
Territorial	Uso/ocupação do solo	Conforto ambiental nas edificações Controle da poluição visual
	Infraestrutura/serviços	Racionalização do transporte Saneamento ambiental Conservação de energia Embelezam as cidades, Servem para organizar espaços e esconder certos elementos urbanos desagradáveis (como aterros sanitários).
Sociais	Demografia e Equipamentos e serviços sociais	Conscientização ambiental Atendimento das necessidades sociais Combatem a poluição sonora, reduzindo os ruídos. Podem permitir melhor convívio social, lazer, educação e prática de esportes.
Econômicos	Setores produtivos Renda/Ocupação	Valorização das atividades e propriedades Amenizações dos bolsões da pobreza
		Apoio à capacidade de gestão urbana Instrumento de regulamentação específica
		Geração de renda (frutíferas, ornamentais e medicinais)

Fonte: Adaptado de AMBIENTE, 2009; DE OLHO, 2000

Como tem sido visto, a vegetação tem influenciado diretamente os diversos elementos naturais (relevo, rios, fauna, clima) o que vem a ter rebatimentos diretos sobre a qualidade ambiental desfrutado pela população vizinha ao parque.

As adversidades que surgem como ampliação da infraestrutura de saneamento, acrescido à redução da capacidade de gestão urbana pela insuficiente instrumentação, tem estimulado a supressão da vegetação às margens da Av. Paralela. Em contrapartida a natureza, aí, reage violentamente às manipulações do homem e, nessa contradição de forças, provoca problemas ambientais que podem ocasionar elevados custos sociais, na medida em que interferem diretamente na qualidade de vida dos habitantes:





Fenômenos inter-relacionados, como ilha de calor, poluição do ar, chuvas intensas, inundações, desabamentos passam a fazer parte do cotidiano urbano, sobrepondo mais um fenômeno aos demais, fazendo com que a população se defronte com essa natureza alterada e conviva diariamente com os problemas dela decorrentes (LOMBARDO, 1985, p.15).

A degradação ambiental ocorreu de maneira diversa e em vários níveis temporal e espacial no Brasil (TEIXEIRA, 1998). Assim, em Salvador foram devastadas extensas áreas de floresta que apresentavam grande diversidade biológica. Em algumas partes da cidade, as áreas verdes são subutilizadas, não existindo integração com a população residente, resultando que estas áreas acabam abandonadas ou transformadas em depósitos de lixo. Em outros, as áreas verdes nem existem mais. Desta forma, a degradação da vegetação em Salvador, como em outras áreas, se destaca como assunto público, comum a todo o município.

Diante do crescimento urbano de Salvador, proliferação dos problemas ambientais e seus rebatimentos na qualidade ambiental e de vida das pessoas, o Estado passou a intervir mais solidamente nos diversos aspectos de planejamento a fim de amenizar e evitar novos desdobramentos negativos para o município. Com as construções de novas vias de circulação, o acesso a essa área foi facilitado enfraquecendo as barreiras naturais e aumentando a especulação imobiliária que se apropria desses lagos e riachos como recurso de valor desses empreendimentos. É importante nesse contexto buscar entender a serviço de quem se assentam os principais esforços de preservação dessas áreas.

### 3.2 Para quem o “direito” ao “Verde”?

Com o aumento da população e expansão urbana de Salvador, um grande número de loteamentos foi aprovado, consolidando a ocupação da área, pela venda dos terrenos municipais no final do período (1945-1969) (VASCONCELOS, 2002, p. 341); com as novas avenidas, a paisagem urbana de Salvador foi transformada. Desta forma, com a abertura de importantes vias de acesso e a instalação do Centro Administrativo estadual, começou a se processar a transformação do uso e ocupação na área, manifestada através da corrida



imobiliária e da construção de vários conjuntos habitacionais e abertura dos primeiros loteamentos, ambos sem preocupação com a preservação dos valores ambientais pré-existentes (TEIXEIRA, 1998). Assim tornou-se urgente a necessidade de medidas institucionais para controlar o uso dessas áreas não edificadas com a destruição das áreas verdes e grande estímulo do Poder Público, com a abertura de novas vias, possibilitando a ocupação de áreas antes sem acesso (VASCONCELHOS, 2002, p. 344-348).

Desse período em diante, a utilização de uma área cada vez maior de Salvador para atender as necessidades que surgiam potencializou a retirada de praticamente grande parte da vegetação de Mata Atlântica, das quais só restam apenas vestígios em alguns espaços que foram preservados da ocupação urbana intensiva.

Moradores dos condomínios vizinhos ao Parque Vale Encantado se mobilizaram em manifestações contra os planos da Prefeitura Municipal de Salvador e realizando denúncia de crimes ambientais (aterro de lagoas, supressão durante embargo) cometidos na região por parte das empreiteiras que estão instalando condomínios residenciais na região. Biólogos, médicos veterinários e profissionais de diversas áreas do conhecimento se uniram e criaram o Programa Vale Encantado com a finalidade desfazer um diagnóstico independente dos meios biótico, físico e socioeconômico da área do Parque e adjacências. Eles realizaram diversos estudos que além de caracterizar a fauna e flora do Parque, realiar trabalhos de mapeamento e georeferenciamento, estudos das relações ecológicas e do uso da área por comunidades tradicionais adjacentes. Eles estão servindo de subsídio tanto para a preservação e conservação deste Parque, quanto fornecendo informações técnico-científicas de qualidade para compor Planos de Manejo e de Uso do Parque a fim regularizar a sua situação (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).

Assim a inserção da comunidade nos debates fez parte de uma estratégia de inclusão estendendo a responsabilidade do problema para todos e não desprezando o dever dos governantes, a fim de se promover a educação ambiental dos moradores, sua conscientização e a ampliação da preservação das áreas verdes e, conseqüentemente, do meio ambiente como um todo. Rappel (1996, p. 67) completa essa ideia afirmando que:



Por ser também a qualidade de vida uma questão de Sustentabilidade Cultural e Social, é preciso que se consolide uma cultura urbana pautada no exercício da cidadania, de participação, sem o que todos os esforços de planejamento e intervenção tendem ao insucesso.

Um novo padrão de relação com a natureza passou a ser estimulado desafiando mudanças de valores que extrapolam iniciativas individuais, através tomada de consciência coletiva por meio de mobilizações.

As políticas comunitárias têm esbarrado em obstáculos por ser criadora de novos valores que muitas vezes criticam os padrões e comportamentos estabelecidos potencialmente antagônicas com o nível institucional (GUIMARÃES, 1995, p. 21). O manejo e o planejamento da vegetação da localidade tornaram-se uma discussão dos usos e do benefício levando em consideração prioridades muitas vezes conflitantes, pois estas áreas verdes podem ser usadas pelas escolas de bairro para estudos ambientais e educação ambiental.

A inexistência de vias fez com que a localidade constituísse, até pouco tempo atrás, em um dos poucos remanescentes de vegetação, na parte oriental do município, pois ainda não tinha sido usada pelo intenso processo de especulação imobiliária. As maiores transformações foram causadas pela implantação do sistema de avenidas, que revolucionaram a cidade desprezando, entretanto, as necessidades da população local.

Assim, garantir o equilíbrio dessas áreas é defender o interesse da população vizinha, mas também de toda a cidade por ser uma ação promotora de qualidade ambiental benéfica a toda os indivíduos que residem em Salvador. Por esse e outros fatores estabeleceu-se a luta pela garantia de preservação das áreas verdes.

### 3.3 A luta pela garantia do Direito ao Verde

Com o crescimento da cidade as áreas verdes começaram a sofrer grandes mudanças de caráter e a ocupação do solo assumiu proporções ameaçadoras em diversos níveis e em diversas áreas. Isso sem instrumentos legais, decisão administrativa e conscientização populacional, suficientemente eficazes para deterem este processo predatório de urbanização (SALVADOR, 1978a).



A partir de novembro de 1973, após ter sido inventariado e identificado o que ainda restava, o Governo Municipal, com base na Lei nº 2.549/73 e através do Decreto nº 4.524/73, 4.551/73 e 4.766/75, incorporou ao Sistema de áreas Verdes do Município todo o remanescente do acervo que Salvador já possuía, estabelecendo três categorias de áreas, sob dois graus de preservação: Área de Domínio Público – de propriedade de órgãos e entidades públicas dotadas de características paisagísticas peculiares; Áreas não edificáveis – De propriedade particular, de interesse paisagístico ou cultural ou aquelas estratégicas para eventual intervenção pública de interesse comunitário; e por fim (ROSS, 2006. p. 2003) e Áreas Urbanizadas – áreas de propriedade particular dotadas de recobrimento vegetal significativo.

O Parque foi previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) em 2007, porém desde então nada foi feito para a sua regularização. Em agosto de 2009, uma audiência foi convocada para debater o impacto ambiental gerado por obras de construção da via Leste-Oeste, promovida pela Prefeitura no Parque do Vale Encantado, em Patamares (CMS, 2012). Interditada pelo IBAMA, a obra visava à construção de uma avenida de ligação entre a Paralela e a Orla, mas não dispunha de licença ambiental. Na abertura da audiência pública foi apontado como um “propósito e ação de má fé” o fato de o Executivo Municipal não ter viabilizado a definição da poligonal do Parque do Vale Encantado, considerada a ação mais significativa do PDDU aprovado em 2007(CMS, 2012).

Segundo o economista Elói Lorenzo, residente em Patamares, da área de 11 milhões de metros quadrados, nove milhões foram liberados e apenas dois milhões destinados como Área de Preservação Permanente (APP). Salientou, contudo, que “no entorno, cresce a ocupação de novos e antigos loteamentos implantados em torno do vale do Rio Trobogy, em Patamares (CMS, 2012). Em julho de 2011 a Prefeitura de Salvador foi multada em R\$ 2,5 milhões pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) devido ao descumprimento do embargo determinado pelo órgão e a retomada do aterro de parte das lagoas e áreas úmidas do Parque Ecológico do Vale Encantado.



Além da multa, o IBAMA embargou novamente a obra, realizada em área de preservação permanente (APP) das lagoas do parque. A fiscalização do IBAMA encontrou ainda uma segunda área onde estava sendo feito um novo aterro, que poderia servir para a construção de novas vias, segundo avaliação dos técnicos. No período a Secretaria de Comunicação da prefeitura não comentou sobre a multa afirmando que o município ainda não tinha sido notificado oficialmente.

Em março de 2012, dois meses depois de o prefeito João Henrique sancionar a Lei de Ordenamento do Uso do Solo (LOUS) que extinguiu o Parque do Vale Encantado para regularizar e retomar a construção da via, a Prefeitura de Salvador informou que pretendia transformar a área em zona de proteção ambiental. Em nota enviada pelo secretário de Comunicação, André Curvello, a prefeitura argumentou que, por conta do plano de criar a área de conservação, o prefeito João Henrique (PP) tinha optado por não vetar a emenda que previa a extinção do parque.

Sancionada pelo prefeito em fevereiro deste 2012, a LOUS retirava da região do Vale Encantado a condição de Parque Urbano com a justificativa de que “a caracterização da área como parque impedia implantação de importante ligação viária”. A prefeitura pretendia erguer no local a chamada Via Atlântica, avenida entre a orla e a avenida Paralela que prevê uma ponte pênsil sobre o Parque de Pituçu.

Em entrevista, o prefeito João Henrique afirmou que a construção da Via Atlântica “iria passar por uma parte muito pequena do parque”, mas negou que o Parque do Vale Encantado deixaria de existir. Segundo a prefeitura, a criação da zona de proteção ambiental tornaria mais rigorosa a legislação de proteção do local. Nesse contexto se comprometeu a realizar estudos até o final da gestão para concretizar a medida.

Na avaliação do presidente do Grupo Ambiental da Bahia (Gambá), Renato Cunha, a construção da avenida Via Atlântica deveria sim, afetar o ecossistema do Vale Encantado. “Para passar uma avenida do porte que está sendo pensada, será preciso aterrar grande parte do vale”, afirma, destacando a necessidade de se debater a proposta com a sociedade (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).



Em 14/08/2012, o Ministério Público Estadual (MP-BA) acionou os 30 vereadores que votaram a favor da LOUOS, além do presidente da Câmara, Pedro Godinho, por improbidade administrativa no mês de dezembro de 2011. O MP alegava que os principais itens polêmicos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da Copa do Mundo foram adicionados, por meio de emendas, no texto final da LOUOS. Entre os dez artigos considerados polêmicos pelo MP-BA estão aqueles que alteraram o PDDU de Salvador com a supressão do Parque Ecológico do Vale Encantado, dentre outros (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).

A votação na Câmara dos Vereadores foi tida como irregular porque a tramitação do PDDU foi suspensa no dia 21 de dezembro, vigorando em caráter temporário, por liminar judicial expedida pelo juiz Gilberto de Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública, após Ação Civil Pública enviada pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Com a decisão, o presidente da Câmara e o prefeito de Salvador, João Henrique, ficaram impedidos de levar o projeto de lei à deliberação no plenário (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).

No início de agosto de 2012 o Supremo Tribunal Federal negou o pedido da prefeitura de Salvador de suspensão dos efeitos da liminar que suspendia a eficácia de vários dispositivos da LOUOS (Lei Municipal nº 8.167/2012) aprovados em caráter inconstitucional, suspendendo, inclusive, eventuais concessões para construção já expedidas e pedidos de autorização em processamento.

A prefeitura de Salvador alegou a existência de “grave lesão à ordem e economia públicas”, e que liminar de suspensão dos artigos da LOUOS “criou um verdadeiro vácuo normativo no ordenamento do solo soteropolitano”, ficando paralisadas “todas as análises de licenciamentos de usos e atividades, projetos e empreendimentos em trâmite na cidade”. Segundo a própria Prefeitura, “apenas no segmento da construção imobiliária, a persistência da decisão liminar ora atacada acarretará a postergação ou o cancelamento de 11 (onze) empreendimentos de grande porte”.

Assim, o que pode ser diagnosticado mais uma vez pelos críticos e diversos representantes da sociedade civil é que o argumento da prefeitura revela o compromisso apenas com alguns poucos empresários do ramo imobiliário atuante na cidade, únicos





afetados com a ação do Ministério Público nesse momento. Eles acreditam que a decisão do Supremo Tribunal Federal reforça a pertinência do Ministério Público e a atuação do Tribunal de Justiça da Bahia na defesa do interesse público em detrimento do interesse privado do capital imobiliário. Explicam ainda que as modificações que foram feitas à lei atendem apenas aos interesses dos gananciosos grupos imobiliários que atuam na cidade, facilitando a construção de enormes empreendimentos, o que tem gerado uma verdadeira crise na mobilidade urbana, sem que os empresários ofereçam contrapartidas satisfatórias.

Em síntese, a Nova LOUOS promove a produção de espaços urbanos precários e homogêneos, priorizando empreendimentos do porte de grandes shoppings e condomínios de luxo, que exploram áreas de proteção ambiental e de moradia, segregando as pessoas em função das classes sociais, minando a diversidade das ruas e a vida na cidade (PARQUE VALE ENCANTADO, 2012).

A maior divergência ocorrida durante a audiência pública envolveu representantes das entidades ambientalistas presentes e a chefe de gabinete da Superintendência de Ordenamento e Uso do Solo (SUCOM), Maria Constança Braga. Ela não dispunha de documentos ou informações que indicassem sequer a emissão de alvará para início da intervenção urbana ou a instalação do canteiro de obras. Constança alegou a falta da definição da poligonal do Parque para as ações de fiscalização da SUCOM, além da falta de recursos que garantam a preservação do local (CMS, 2012).

Na ocasião, Alberto Guimarães Júnior, do Iamba, que tinha assento nos conselhos municipal e estadual de meio ambiente, declarou que “Salvador não dispõe de legislação ambiental e, portanto, não tinha critérios que dessem sustentabilidade aos licenciamentos emitidos”. Guimarães disse ter protocolado pedido de audiência com o prefeito João Henrique, em nome das entidades ambientalistas da cidade, em dezembro de 2008, sem nenhum retorno do Executivo (CMS, 2012).

A vereadora Vânia Galvão (PT) questionou a ausência, dos secretários, da Sucom e da Sedam na audiência. Disse que eles “detêm as informações sobre questões que estão sendo demandadas pela população e têm deixado de comparecer às atividades da Câmara sem



apresentar justificativas plausíveis”. O ex-vereador José Carlos Fernandes discorreu amplamente sobre a importância do parque (CMS, 2012).

Dessa forma, diante de tantos debates, impasses e triocas de acusações verificou-se que a emergência da temática ambiental na atualidade e a evolução de seu tratamento precisam ser priorizadas considerados quando a intenção é promover a ampliação das políticas em prol da sociedade e do meio ambiente. A degradação e a perda das áreas verdes em diversos pontos da cidade significam um impacto, não só para a comunidade local, mas para todo o entorno urbano.

A participação ativa da comunidade é garantida e os reais interesses de promoção da qualidade ambiental são atingidos ao se o fornecer uma oportunidade que a comunidade expresse e selecione as questões prioritárias, especialmente quando a sua participação pode efetivamente influenciar um resultado. As discussões do planejamento ambiental destas áreas serviram, pelo menos para estimular a reflexão no intuito de repensar e refazer o crescimento de Salvador, de acordo com seu potencial e sustentabilidade, ou seja, valores importantes, como os da qualidade do ambiente em sua base física e social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana de Salvador tem se caracterizado por intensa degradação ambiental que gerou a destruição de importantes recursos naturais da cidade. Nesse contexto, as áreas verdes, elemento de suma importância para esse equilíbrio, tem sido maciçamente afetada. A redução destas é um dos mais sérios problemas ambientais, e vem merecendo poucas soluções efetivas pela prefeitura municipal de Salvador.

Para que “o direito ao verde” possa ser efetivamente exercido e as medidas dele decorrentes possam ser implantadas, é necessário, basicamente, que a ação ambiental não seja compartimentalizada e isolada. Se a comunidade local participa efetivamente do processo de decisão para introduzir, renovar ou modificar parcial ou globalmente a área em que moram, trabalham ou se divertem, torna-se muito mais eficiente a ação das autoridades.



Evidencia-se assim que, devido à supressão da vegetação nos diversos espaços urbanos torna-se necessária novas estratégias de conservação, pois somente desta forma pode-se conseguir garantir o mínimo de qualidade ambiental a ser desfrutada pela população. As normas de ocupação do solo precisam ser revistas frequentemente a fim de atender aos novos desafios colocados pelo crescimento populacional. Pensar num desenvolvimento urbano com a otimização de todo potencial ambiental das áreas verdes, estimula a sua preservação, criando espaços de equilíbrio entre áreas construídas e preservadas, questão essa primordial dentro das políticas públicas e privadas na atualidade.

Como a degradação nas áreas verdes tem se tornado um fato constante, as pressões para ocupação e uso do solo deveriam ser reguladas de maneira mais eficiente pelo poder público municipal de modo a garantir a qualidade ambiental, que pode ser obtida com soluções adequadas no âmbito econômico e social. O que se constatou é que a qualidade ambiental tem evoluído a status de uma das metas prioritárias para a comunidade, o que em muitos casos não é tão simples de ser efetivado, em função da complexidade que rege os múltiplos interesses soteropolitanos, o que coloca a qualidade ambiental para segundo plano.

Desta forma, as iniciativas voltadas para frear a degradação que as áreas verdes vêm passando ainda se dão de maneira muito tímida no espaço soteropolitano. É preciso reorientar as perspectivas de urbanização, levadas a termo pelos investidores privados para essa parte cidade levando em conta que existem restrições ambientais a essa urbanização. Torna-se necessário estabelecer padrões de ocupação e fiscalização mais eficientes para área onde situa-se o Parque Vale Encantado, com mais informações, pesquisas, investigação para levantar e avaliar os problemas emergentes. O trato eficiente dessas tensões e conflitos que se assentam na preservação do parque só poderá ser devidamente equacionado quando tivermos uma posição pública coerente e a tomada de consciência de que a qualidade ambiental deve ser acessível a todos.

Além disso, para garantir um comportamento mais adequado em torno da proteção ambiental requer uma concepção desalienante, para o surgimento de novos valores onde a participação é o princípio fundamental. A qualidade ambiental que a sociedade soteropolitana necessita requer o engajamento pessoal e coletivo no processo de transformações sociais e a



participação social efetiva nos debates e propostas para a cidade. Assim faz-se necessário a comunicação entre os diversos segmentos da sociedade civil a fim de mobilizar, sensibilizar a participação. Com esse envolvimento social garantido torna-se possível a ação governamental para políticas mais apropriadas de gestão de áreas verdes na cidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVA, Eduardo Neira. *Metrópole da América Latina: Processos e Políticas*. In: MELLO, Syvio Bandeira de; GMUNDER, Silva Ulrich (Org). *Metrópoles e desenvolvimento sustentável*. Salvador: ICBA, 1996.
- ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de; LOBODA, Carlos Roberto. *Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções*. *Ambiência*, Guarapuava, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun., 2005.
- ARAÚJO, Gustavo Henrique de Sousa; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; GUERRA, Antonio Teixeira. *Gestão Ambiental de áreas degradadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRITO, Ronan R. C. de. *Salvador: crescer ou desenvolver?* Brito In: MELLO, Syvio Bandeira de; GMUNDER, Silva Ulrich (Org) *Metrópoles e Desenvolvimento Sustentável*. Salvador: ICBA, 1996.
- FEIBER, Simara Dias. *Áreas Verdes Urbanas: Imagem e Uso – O caso do Passeio Público de Curitiba-PR*. *RA E GA*. Curitiba, UFPR, n. 8, p. 93-105, 2004.
- FERREIRA, Juca. *Qualidade de Vida e Cidade Sustentável*. In: MELLO, Syvio Bandeira de; GMUNDER, Silva Ulrich (Org) *Metrópoles e Desenvolvimento Sustentável*. Salvador: ICBA, 1996.
- GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SILVA, Bárbara Chistine M. Nentwing. *Quantificação em geografia*. São Paulo: DIFEL, 1981.
- GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. 2.ed. Campinas.: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico)
- LEITE, Joaquina Lacerda. (Org.) *Problemas-chave do meio ambiente*. 2.ed. Salvador: Instituto de Geociências da UFBA: Espaço Cultural EXPOGEO, 1995.



LOMBARDO, Magda Adelaide. *Ilha de calor nas metrópoles: O exemplo de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

MALAVASI, Marlene de Matos. *Implantação de florestas urbanas nos municípios do estado do Rio de Janeiro: censo sobre a implantação de viveiros florestais*. Revista Brasileira de Geografia v. 55, n. 1/4 p.158-161, jan/dez, 1993 Ubirajara Contro Malavasi e Marlene de Matos Malavasi.

PARQUEVALE ENCANTADO. Salvador. Disponível em:  
<http://parquevaleencantado.wordpress.com/about/>. Acesso. Em 10.fev.2014.

OLIVEIRA, Livia de; MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. *Percepção, Cognição, Dimensão Ambiental e Desenvolvimento com Sustentabilidade* In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; VITTE, Antonio Carlos (orgs.) *Reflexões sobre Geografia Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Percepção da qualidade ambiental*. Caderno de Geografia. Belo Horizonte: PUC Minas, Fumarc. V., 12, n. 18. p 40-49, 1º semestre, 2002.

RAPPEL, Eduardo. *Estrutura de Planejamento e Ações Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável de Salvador*. In: MELLO, Syvio Bandeira de; GMUNDER, Silva Ulrich (Org) *Metrópoles e Desenvolvimento Sustentável*. Salvador: ICBA, 1996.

ROSS, Jurandy. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamentos ambientais*. São Paulo: Oficina de Texto, 2006.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. OCEPLAN. PLANDURB. *Áreas Verdes e Espaços Abertos*. Salvador, 1978a. (Planejamento Paisagístico – Salvador).

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. OCEPLAN. PLANDURB. *Estudo do Sítio do Município de Salvador*. Salvador, 1978b.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *Uma Abordagem Ambiental para o Manejo do Entorno da Avenida Luiz Viana Filho*. Prefeitura Municipal do Salvador, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino. *Metodologia do trabalho científico*. 21.ed. Rev. . e Ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SEWELL, Granville Hardwich. *Administração e controle da qualidade ambiental*. Tradução Gildo Magalhães dos Santos Filho; São Paulo: EPU; CETESB, 1978.

TEIXEIRA, Fernando S. B. *Retrospectiva do planejamento urbano de Salvador- 1976 a 1996*. Salvador: SEPLAM, 1998.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de  
2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 57-78

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e Nos últimos anos a permanências (1549 -1999)*. Ilhéus: Editus, 2002. Disponível:

<<http://www.ufrpe.br/deolho/2000/deolho-005.html>>. Acessado e 15/08/2009





## CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS 'DESVIANTES' DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ONDE SE ESPERAVA ENCONTRAR O SIMPLES, DEPARA-SE COM O COMPLEXO

MEDEIROS, Monique

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas/UFSC*  
mmedeiros@ymail.com

CAZELLA, Ademir Antonio

*Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas/UFSC*  
acazella@cca.ufsc.br

79

### RESUMO

Percebendo as limitações de um modelo de desenvolvimento pautado na lógica da 'Revolução Verde', nas últimas décadas, pesquisas e ações de diversas organizações vêm enfatizando a importância da interação do conhecimento local com os conhecimentos advindos da tecnociência, o que vem possibilitando um novo olhar sobre a atuação de distintos atores sociais em rearranjos nas relações socioeconômicas e em reinvenções técnicas no rural. Esse olhar, orientado por uma tomada de consciência da complexidade epistemológica dos processos de aprendizagem e de ação social, é o que direciona o objetivo desse artigo que é discutir a importância da interdisciplinaridade e da compreensão de complexidade na construção de uma pesquisa em andamento no Sul do Brasil, a qual vem indicando transformações sociotécnicas que estão desencadeando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural que inter-relaciona múltiplos conhecimentos na construção de redes de cooperação.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Inter-relação de conhecimentos. Novas dinâmicas de desenvolvimento rural.

### ABSTRACT

Realizing the limitations of a development model founded on the logic of the 'Green Revolution' in recent decades, research and activities of various organizations have emphasized the importance of the interaction of local knowledge with the knowledge derived from technoscience, which has enabled a new look about the performance of different social actors in rearrangements in socioeconomic relations and techniques reinventions in rural. That look, guided by an awareness of the epistemological complexity of the processes of learning and social action, is what drives the objective of this article which is to discuss the importance of interdisciplinarity and understanding of complexity in building an ongoing research in South Brazil, which is indicating socio-technical transformations that are causing a new dynamic of rural development that interrelates multiple expertise in building networks of cooperation rural.

**Key-words:** Interdisciplinarity. Interrelatedness of knowledge. New dynamics of rural development.



## BREVE INTRODUÇÃO

O acelerado progresso tecnocientífico que vem sendo desencadeado no mundo, mais intensamente a partir do século XX, resulta gradativamente em uma maior fragmentação e especialização do conhecimento científico e da sua aplicação. Tal fragmentação favorece um preocupante distanciamento entre tecnociência<sup>a</sup> e filosofia, o que resulta em significativos problemas éticos para a sociedade. Esses problemas ocorrem, na maioria das vezes, por não serem indagados racionalmente os fins que uma determinada tecnologia ou ciência se propõe a alcançar. Com o distanciamento entre a filosofia e a tecnociência, corre-se o risco de pensar unicamente em eficiência e produtividade como fins, desconsiderando-se aspectos imprescindíveis à sociedade, como a ética, a moral e a política (AGAZZI, 1996).

As transições tecnológicas pelas quais estamos constantemente passando, são muito mais direcionadas por interesses, criatividade e poder humanos do que imagina o senso comum, entretanto, as tecnologias vêm alterando, de maneira ambígua, o modo de viver da nossa sociedade. Tais transições não se referem simplesmente a mudanças nas estruturas técnicas, mas sim nas estruturas sociotécnicas como um todo, que inter-relacionam realidades materiais, sociais, simbólicas e institucionais inseridas em padrões que abrangem distintos níveis (PLOEG *et al.*, 2004). Dessa forma, as novas oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento tecnológico à humanidade podem tanto favorecê-la em seu desenvolvimento, quanto prejudicá-la.

Na busca por respostas cada vez mais detalhadas e específicas voltadas à eficiência, a tecnociência acabou rotulando os saberes “não científicos”, como saberes não ajustáveis às normas paradigmáticas da ciência moderna (POMBO, 1993). Mais especificamente no espaço rural, o pacote tecnológico difundido juntamente com o avanço do processo de modernização

<sup>a</sup> Conceito utilizado na comunidade interdisciplinar de estudos de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência. De acordo com Latour (1987), a tecnociência desenvolve-se pela progressiva construção de fatos científicos cuja verdade ou adequação é dada como certa para os que as utilizam como ponto de partida para outros estudos. Este termo "tecnociência" foi criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois em fins dos anos 1970 e é bem usual nos textos do filósofo francês Bruno Latour.



da agricultura, bastante associado à chamada ‘Revolução Verde <sup>b</sup>’, foi formulado em centros de pesquisa onde as prioridades eram definidas sob a influência de interesses das corporações e do setor agroindustrial, privilegiando métodos e critérios de validação que se restringiam a situações de laboratório. Isso, ao mesmo tempo em que favoreceu um número diminuto de famílias do campo, resultou em intensas desigualdades sociais e regionais nos países em desenvolvimento.

À medida que os pacotes tecnológicos foram valorados como único caminho eficaz para o desenvolvimento no campo, o mundo foi sendo explicado por respostas que esquecem ou negam que os valores e verdades se multiplicam, sobrepõem-se uns aos outros, se relacionam todos ao mesmo tempo, em um todo multifacetado (COSTA e TAINO, 2011).

Como contraponto à crença em uma verdade absoluta, nas últimas décadas, tem proliferado e ganhado espaço a ideia da valorização dos conhecimentos locais como parte das estratégias para o desenvolvimento social. Essas mudanças, nem sempre consensuais, podem ser verificadas nos campos de pesquisa das ciências humanas, assim como na ação de diversas entidades ligadas ao desenvolvimento social (organizações governamentais e não governamentais, agências nacionais e internacionais de fomento e de financiamento).

Esse contraponto surge do reconhecimento de que não existe uma verdade que explique todas as questões do mundo e que cada ser percebe o mundo de um modo diferente e reage a ele de sua forma, reivindicando uma “reconciliação epistemológica” entre os distintos conhecimentos fragmentados pelos processos tecnocientíficos (MORIN, 1996).

Tal reivindicação fundamenta-se na percepção de que o todo não é somente a soma das partes, mas que cada parte contém em si mesmo o todo, a complexidade (MORIN, 1996). E compreende que, dessa maneira, a especialização deve ser complementada, ou mesmo em alguns casos substituída por uma compreensão interdisciplinar capaz de dar conta das configurações, dos arranjos, das perspectivas múltiplas que a ciência tem que convocar para o conhecimento mais aprofundado dos seus objetos de estudo. É nessa nova situação

<sup>b</sup> Revolução Verde refere-se a um conjunto de tecnologias disseminadas a partir da década de 1950-60, que permitiu um aumento na produção e produtividade agrícola com base no uso crescente de insumos modernos, com destaque para variedades vegetais de alta produtividade, fertilizantes químicos e agrotóxicos, além da intensificação da mecanização.



epistemológica que se têm construído novas práticas e ações de investigação interdisciplinar. Nessas novas construções, a interdisciplinaridade se apresenta como uma tomada de consciência da complexidade epistemológica dos processos de aprendizagem e ação social (POMBO, 2007).

Tais práticas, que dizem respeito, mais especificamente, a um conjunto das relações epistemológicas entre as ciências humanas, configuram não uma teoria ou um método novo, mas uma articulação estratégica de várias disciplinas voltada à compreensão, interpretação e explicação de temas complexos (MINAYO, 2010).

A interdisciplinaridade e a complexidade nos desafiam para o exercício de um olhar diferenciado que compreende que o conhecimento se edifica de maneira intersubjetiva na leitura de problemas complexos. Isso ratifica a necessidade da reaproximação entre tecnociência e filosofia, através de uma reflexão crítica sobre os marcos conceituais e as bases epistemológicas que podem impulsionar a prática da interdisciplinaridade não somente em princípios teóricos mais aprofundados e mais bem fundamentados, como também em princípios metodológicos e práticos (PHILIPPI JR, 2000).

Direcionadas por essas preocupações, propostas recentes, que objetivam desencadear novas dinâmicas e processos de desenvolvimento de sociedades, vêm sendo construídas em oposição às ideias fragmentares de tecnociência. Com isso, têm ganhado espaço investigações e projetos interdisciplinares que enfatizam a necessidade de valorização dos conhecimentos locais, como parte das estratégias para compreensão e melhoria de problemas sociais complexos.

Pesquisas e ações de diversas organizações vêm enfatizando, gradativamente, os resultados da interação do conhecimento local com os conhecimentos advindos da tecnociência. Esse processo possibilita um novo olhar sobre a atuação de distintos atores sociais na transformação de realidades desde a esfera local à internacional, bem como do espaço rural ao urbano. Esse olhar abrange o surgimento de adaptações e rearranjos em relações sociais e de trabalho, de novas formações de sentido e de reinvenções de técnicas e tecnologias.



Neste âmbito, esse artigo reúne algumas reflexões em torno da importância da interdisciplinaridade e da compreensão da complexidade na construção de uma pesquisa essencialmente qualitativa que vem se desenvolvendo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Ele se enquadra no bojo de uma tese de doutorado que vem sendo construída, desde agosto de 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Essa tese busca identificar e analisar dinâmicas sociotécnicas que fortalecem ou atravancam a 'produção de novidades' na agricultura, envolvendo aspectos relacionados à participação dos atores sociais e à governança dos processos de transição em curso. Para tanto, evidencia-se as capacidades e prioridades dos agricultores familiares da região, colocando os conhecimentos locais entre os elementos-chave na formulação de alternativas produtivas sustentáveis ao meio onde as comunidades estão inseridas.

Este artigo apresenta delineamentos da pesquisa, bem como alguns apontamentos de resultados preliminares, oriundos também de análises prévias ao início da construção da tese, que foram possibilitadas pelas atividades desempenhadas pela autora durante seu vínculo como extensionista rural na Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR – RS) na região pesquisada, entre agosto de 2011 e agosto de 2013.

Além desta introdução, o artigo compreende cinco partes. Na primeira, são enfatizadas as potencialidades da 'produção de novidades' na condução de transições sociotécnicas orientadas ao desenvolvimento sustentável; na segunda, são apresentadas as perspectivas teóricas interdisciplinares que vêm possibilitando um melhor entendimento das realidades complexas compreendidas na pesquisa; a terceira parte expõe as escolhas metodológicas do trabalho; na quarta parte são mostradas algumas percepções e resultados preliminares da investigação em andamento; e por fim, na quinta parte, algumas conclusões do artigo indicam que, por meio de um olhar interdisciplinar que compreende a complexidade das realidades analisadas, verifica-se a construção de trajetórias 'desviantes' de desenvolvimento rural na região analisada.



## A IMPORTÂNCIA DA 'PRODUÇÃO DE NOVIDADES' NA CONDUÇÃO DE TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS

A chegada da modernização ao campo é vivenciada diferentemente pelos diversos grupos sociais ali presentes. Os conhecimentos autóctones, que pareciam fadados ao desaparecimento em função da especialização tecnocientífica proposta pelo processo modernizante transformam-se, acomodam-se e geram heterogeneidades importantes. Os agricultores, nos mais variados contextos, criativamente dão forma aos padrões de desenvolvimento. Isso implica que, ainda contando com recursos restritos e opções limitadas, eles não são simplesmente receptores passivos de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica. Abre-se com este pressuposto a possibilidade de considerar que diferentes agricultores, ou categorias de agricultores, orientam-se por diversos interesses, objetivos e experiências para desenvolver tais projetos.

O repensar do papel dos agricultores, tanto na pesquisa quanto na experimentação prática, bem como na criação de políticas públicas, passa pelo entendimento de que são relevantes suas iniciativas, muitas vezes autônomas, que acabam por incidir diretamente na configuração do espaço social e material, provocando readaptações, recriações e transformações no espaço rural. Esse cotidiano de trabalho, que coloca diversos saberes e conhecimentos em 'situações de interface'<sup>c</sup>, provoca o estabelecimento de processos de negociações e adaptações de significados, gerando conhecimentos diferenciados resultantes de acomodações entre os diferentes 'mundos' dos atores envolvidos, sejam eles mediadores sociais, agricultores, gestores públicos, dentre outros.

Considerando a riqueza e dinamismo destes processos, cria-se um cenário onde estão imersas constantes transformações do espaço rural e das práticas nele desenvolvidas. Assim, é esperado que haja condições sociotécnicas favoráveis à "Produção de Novidades"<sup>d</sup> na agricultura. Este termo-chave foi proposto a partir da necessidade de particularizar ou

<sup>c</sup> As situações de interface são definidas como pontos críticos de intersecção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais, nos quais tendem a se encontrar descontinuidades segundo diferenças de valores e interesses (LONG e PLOEG, 1989).

<sup>d</sup> Originalmente denominado *Novelty Production*.





evidenciar fenômenos ‘inovadores’ em curso nos espaços rurais, que designa que uma novidade pode ser entendida como uma modificação ou uma quebra em rotinas existentes, assim como pode consistir em uma nova prática ou modo de fazer, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes (PLOEG *et al.*, 2004). A produção de novidades não representa apenas aquelas relacionadas ao processo produtivo, pois pode estar relacionada com formas de organização da produção e com a criação e consolidação de dispositivos coletivos e arranjos institucionais.

A produção de novidades que vem ocorrendo com distintos graus de suporte institucional, pública ou da sociedade civil organizada comumente não é percebida pelo regime sociotécnico<sup>e</sup> hegemônico. Significativa parte da diversidade de trajetórias que se opõe ao modelo predominante, construída por ações e práticas de diferentes atores, ainda necessita ser mais estudada e analisada. O conhecimento aprofundado de sua expressão social, ambiental e econômica é capaz de promover a compreensão de suas potencialidades nas transições sociotécnicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. Essencialmente entendida como um processo sequencial de aprendizagem, a transição está relacionada à ação social e às práticas dos atores construídas ao nível local. Todavia, nas interfaces com níveis intermediário e macro é que residem os maiores desafios, inclusive, os analíticos.

Tendo claro que essas dinâmicas são fundamentalmente dependentes das condições do meio físico e dos repertórios culturais associados, a elaboração deste trabalho tem por base um recorte empírico que compreende o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente os municípios de Três Forquilhas, Terra de Areia, Itati, Osório, Maquiné e Dom Pedro de Alcântara. Nessa região é possível analisar transformações sociotécnicas que estão desencadeando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, que busca desconstruir o ‘convencional’ na medida em que inter-relaciona diversos atores sociais na construção de redes de cooperação.

<sup>e</sup> Entende-se por Regime Sociotécnico o conjunto de regras, pactuadas por um segmento social, que orienta todo um complexo do conhecimento científico, instituições, infraestruturas e organização social envolvido em práticas tecnológicas (KEMP, *et al.* 1998).



## A ABORDAGEM MULTI-NÍVEL, MULTI-ATOR, MULTI-ASPECTO E A COMPREENSÃO DE REALIDADES COMPLEXAS

A análise de inter-relações em diferentes níveis da ação social costuma focar apenas regras e procedimentos, expondo, por exemplo, as maneiras pelas quais elas moldam o trabalho das organizações (LONG, 2001). Para além do estudo dos desenhos organizacionais, a interação entre tecnologia e sociedade será melhor analisada se for tomada uma abordagem multi-nível, multi-ator e multi-aspecto, sendo que o nível micro (ou nicho) é considerado o *locus* principal da mudança de regime (MOORS *et al.*, 2004) A Perspectiva Multinível corresponde a uma abordagem interdisciplinar, influenciada pelos evolucionários da teoria econômica, pela teoria institucional e pela teoria da estruturação de Giddens (1984).

A essência dessa abordagem parte do pensamento de que os diversos processos de inovação e as escolhas tecnológicas do nível local acumulam-se de tal forma que acabam por constituir-se como desenvolvimento tecnológico ao nível de sociedade. É nesse sentido que compreender melhor as dinâmicas ao nível local se torna promissor, pois essas dinâmicas podem transformar os regimes quando redes sociais crescem o suficiente para pactuar regras estáveis e restritivas (GEELS e SCHOT, 2007). No entanto, Moors *et al.* (2004) chamam a atenção para o fato de que as ações locais estratégicas, mesmo considerando que haja um ativo processo de gestão em andamento, não provocarão, sozinhas, mudanças no regime como um todo.

Assim, simultaneamente, considerando realidades materiais e técnicas locais, interações entre os distintos níveis de ação social e os impactos de ação coletiva nas transformações sociotécnicas é que uma visão complexa se apresenta como abordagem robusta para estudos sobre transformações nos perfis técnico-institucionais em direção a novas formas de desenvolvimento rural.

De forma complementar a essa abordagem e com o intuito de focalizar o estudo nos diversos aspectos do que é caracterizado como ‘vida social’ do desenvolvimento rural e dos processos cognitivos nela envolvidos, a pesquisa em andamento contará também com o aporte teórico da Perspectiva Orientada ao Ator. Elaborada por Norman Long e posteriormente



desenvolvida por Jan Douwe Van der Ploeg e outros autores, essa teoria procura avaliar as vantagens e os limites analíticos no estudo de processos de formação da diversidade (emergência de processos de construção social de novos sistemas de produção em uma determinada localidade) no espaço rural.

Essas abordagens teóricas possibilitam a percepção de que a construção de alternativas por agricultores e outros atores sociais vem transformando o processo de produção agrícola e, com ele, as relações sociais e econômicas interconectadas, o que parece estar potencialmente contribuindo para transições a padrões aceitáveis de sustentabilidade no desenvolvimento. Todavia, ainda não está claro como será possível estabelecer novos arranjos de governança para as transições e como eles terão inserção em relação às instituições políticas, científicas e tecnológicas prevaletentes. Dada as ambições da gestão da transição em transformar as estruturas, não está suficientemente evidente como articular ‘outros’ atores, processos políticos e instituições, visto que a relação do nível micro com o regime prevaletente apresenta significativas desconexões de interesses e prioridades (SMITH e STIRLING, 2008).

87

## **CONTRAPONDO A FRAGMENTAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA**

Os estudos que se referem às transições sociotécnicas constituem perspectivas em aberto, visto que representam um debate recente. Compreendendo que temáticas que englobem discussões sobre a base para a legitimação e a responsabilidade nos processos de governança da transição são caminhos complexos ainda inexplorados e que devem ser trilhados pela comunidade acadêmica, esta pesquisa busca se aprofundar nessas questões e, a partir da adoção de métodos e técnicas qualitativos, privilegiar a análise de microprocessos através do estudo das ações sociais individuais e de grupos.

A escolha metodológica deu-se principalmente devido ao fato das perspectivas teóricas adotadas na investigação combinarem um marco teórico sociológico amplo com pesquisas empíricas, sobretudo de caráter etnográfico, realizadas em países da América



Latina, América Central e Europa. Tais métodos integram caminhos voltados à compreensão do significado e a intencionalidade das falas, vivências, valores, percepções, desejos, necessidades e atitudes dos atores sociais envolvidos na pesquisa.

Com a preocupação concentrada em atribuir ‘voz’ aos dados da forma mais completa possível, utilizou-se as seguintes ferramentas metodológicas: observação participante, diário de campo, entrevistas conversacionais livres focalizadas, fotografias e pesquisa documental; enquanto que nas fases seguintes de trabalho a campo serão utilizadas as entrevistas semi-estruturadas. A fim de mapear relações entre os recursos linguísticos usados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere, pretende-se utilizar também a análise de discurso crítica como abordagem teórico-metodológica.

Nas primeiras inserções em campo, com o intuito de compreender a relação entre os diferentes elementos da vida social, enfatizando a experiência pessoal de cada indivíduo e como esta adquire um sentido nos grupos com os quais ele se relaciona, foram acompanhadas cerca de 100 famílias de agricultores em atividades cotidianas, como o trabalho nas feiras livres, os encontros e reuniões entre agricultores, as atividades nas lavouras, na produção agroindustrial, e em sua relação com diversos mediadores sociais atuantes na região.

Durante essas atividades foi utilizada a prática de observação participante, a qual consiste em um método de coleta de dados em que o observador é parte do contexto observado, selecionando fatos a serem documentados e observados, sem que sejam negligenciados procedimentos sistemáticos de pesquisa, ao mesmo tempo em que é modificado pelo contexto no qual está inserido. Esse método requereu um compartilhar consciente e sistemático da pesquisadora nos contextos pesquisados, bem como nos interesses e afetos dos indivíduos e grupos envolvidos (BABBIE, 2001). Com o auxílio dessa observação, foi possível captar valores dos indivíduos e grupos presentes nos discursos e nos múltiplos atos do cotidiano, além de identificar discrepâncias entre discursos e práticas realizados pelos atores sociais envolvidos com a problemática.

As informações obtidas através desse exercício foram registradas em um diário de campo. Anotações referentes às observações do cotidiano dos sujeitos pesquisados foram



úteis como registro de informações, como oportunidade de reflexão sobre o andamento da pesquisa e, até mesmo, para repensar os rumos da investigação (SILVA, 2009). O diário de campo não apenas vem recuperando os fatos marcantes vivenciados como também o desenvolvimento cronológico dos eventos.

As entrevistas realizadas foram as conversacionais livres focalizadas. Essas entrevistas seguiram um roteiro de tópicos relativos ao problema estudado que não obedeceu a uma estrutura formal e foram direcionadas a quarenta famílias de agricultores familiares e quinze mediadores sociais. As questões foram formuladas aos entrevistados a partir do contexto imediato em que ocorreu a entrevista. As respostas espontâneas dos entrevistados fizeram surgir questões inesperadas que se mostraram de grande utilidade no andamento do trabalho. Conforme discutido por Godoi e Mattos (2006), esse método de construção de dados foi utilizado como "evento de intercâmbio dialógico", pois promoveu, além de reformulações metodológicas capazes de enriquecer a pesquisa, a construção de novas situações de conhecimento.

Como complemento às demais ferramentas mencionadas, foram registradas imagens através de fotografias e realizadas pesquisas de documentos contemporâneos obtidos de fontes secundárias escritas como revistas, panfletos e jornais, e não escritas, como fotos e audiovisuais. Os documentos analisados eram arquivos particulares de posse dos agricultores e mediadores sociais e de instituições e organizações envolvidas com a problemática da pesquisa.

Durante as primeiras experiências em campo, observou-se que outras ferramentas metodológicas deverão complementar a investigação. Dessa maneira, pretende-se realizar também entrevistas semi-estruturadas com agricultores e mediadores sociais, combinando perguntas abertas e fechadas em um roteiro pré-determinado, proporcionando aos informantes discorrerem sobre os tópicos propostos. Tais ferramentas trarão acréscimos importantes à observação e, para facilitar as análises das entrevistas, elas serão redigidas, gravadas e transcritas podendo ainda ser úteis na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes, pois permitirão captar significados pessoais de suas atitudes e comportamentos.



Para melhor compreender os discursos proferidos, tanto nas entrevistas conversacionais livres focalizadas, quanto nas entrevistas semi-estruturadas, a análise de discurso crítica irá integrar o quadro teórico-metodológico dessa investigação. Tal abordagem será importante na investigação, visto que poderá mostrar conexões e causas que estão ocultas nas situações analisadas e favorecer formas de intervenção social para produção de mudanças que favoreçam aqueles que possam se encontrar em situação de desvantagem (RESENDE e RAMALHO, 2006). Nessa abordagem, o discurso é considerado uma forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos (FAIRCLOUGHT, 2001). Ao mesmo tempo em que estruturas organizam a produção discursiva nas sociedades, cada enunciado novo é uma ação individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade, quanto para a transformação de formas recorrentes de ação. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas concomitantemente constitutivo da estrutura social (RESENDE e RAMALHO, 2006).

Ainda de acordo com essas autoras, no enquadre de análise do discurso crítica de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough, toda análise parte da percepção de um problema que, comumente, baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares ou universais, dado o caráter crítico da teoria. Posteriormente, são identificados os elementos da prática social que sustentam o problema verificado e que constituem obstáculo para mudança estrutural.

Nessa etapa, há três tipos de análise que atuam conjuntamente: i) a análise da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte das práticas sociais relacionadas ao problema ou das quais ele decorre; ii) a análise da prática particular, com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos; iii) e a análise do discurso, orientada para a estrutura do discurso em si e para a sua relação com a prática social. Após essas etapas, para além da descrição dos conflitos de poder em que a instância discursiva se envolve, deve-se também avaliar sua função nas práticas discursiva e social. Como etapa conclusiva sugere-se a identificação dos





possíveis modos de ultrapassar os obstáculos, explorando as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, por meio das contradições das conjunturas.

Em uma primeira aproximação dessa abordagem teórico-metodológica com a pesquisa em questão, destaca-se que, partindo da problemática de que durante significativo tempo a lógica da intensificação da produtividade a qualquer custo foi vista como referência daquilo que era ‘convencional’ e que processos de mudanças tecnológicas e adaptações produtivas, devido à questão ambiental, tornaram-se problemas cada vez mais complexos, as dificuldades de acesso a mercados e as burocracias na formalização de organizações sociais que os agricultores familiares enfrentam, bem como as necessidades de adaptações de políticas públicas destinadas ao público específico da agricultura familiar, são identificados como elementos da prática social que sustentam o problema verificado. Com base nas pesquisas realizadas até o momento, acredita-se que os conflitos de poder nos quais a instância discursiva está presente na problemática referem-se a apropriação de determinados discursos e práticas sociais por apenas alguns grupos de agricultores, enquanto que os segmentos mais empobrecidos da agricultura familiar são inviabilizados de participarem nos processos de desenvolvimento rural mais sustentáveis.

Entretanto, quanto à identificação de possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, as pesquisas preliminares indicam que, mesmo com limitações, transformações no modo de enxergar e praticar a agricultura estão sendo realizadas por grupos de agricultores familiares e mediadores sociais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Com isso, uma nova dinâmica de desenvolvimento rural vem se desencadeando, tendo como elemento de base a busca da desconstrução do ‘convencional’ na medida em que inter-relaciona distintos atores sociais na construção de redes de cooperação, que articulam processos de aprendizagem coletiva, otimização no uso de recursos sociais e naturais, ampliação das relações sociais e da capacidade organizativa nessa região.



## MUITAS PERCEPÇÕES, ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES

Utilizando-se os métodos e abordagens teóricas apresentadas anteriormente para a construção e a análise de dados, a pesquisa indica que agricultores familiares do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, direcionados pelos ideais de uma agricultura mais sustentável e apoiados por projetos de assistência técnica e políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>f</sup> e o Programa de Aquisição de Alimentos<sup>g</sup>, vêm executando ‘práticas desviantes’. Tais práticas representam formas inovadoras de organização e combinação de recursos e, ao mesmo tempo em que resgatam antigos costumes e tradições dos processos agrícolas, inovam na articulação entre atores, em sua relação com os mercados e mesmo na criação de novas organizações. Isso retroalimenta a ideia de que a criação de vínculos entre esses agricultores familiares e organizações da agricultura familiar se estabelece para além da obtenção de melhoria de renda. Ela se constrói baseada em princípios de proximidade e reciprocidade entre os agricultores familiares, resgatando, com isso, a localidade.

Neste caso, agricultores espalhados pela região, oriundos de diferentes etnias, descendentes de açorianos, portugueses, africanos, alemães, italianos, poloneses e japoneses, embora mantenham distintos costumes e tradições, se reúnem em função das proximidades de objetivos e ideais em organizações comuns. Dessa forma, o vínculo, que seria puramente econômico, traz consigo uma diversidade de conhecimentos e culturas, técnicas e práticas, assim como valores que geralmente são desenvolvidos e direcionados por determinados costumes.

<sup>f</sup> Esse Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. O Programa segue a Lei nº 11.947/2009 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE, 2011).

<sup>g</sup> Este Programa tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar (FNDE, 2011). No PAA parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.



Essas diversas relações entre esses agricultores também são facilitadas pelo fato deles possuírem vínculos com mais de uma organização, que envolvem diferentes atores sociais. Foi possível verificar, com auxílio das abordagens teórico-metodológicas utilizadas, que essas múltiplas ligações constituem estratégias coletivas na busca por autonomia. Os vínculos criados para dar forma a esse processo de participação em vários tipos e níveis de organizações colocam os agricultores em contato com outras associações e cooperativas, fazendo com que as inter-relações sejam cíclicas e frequentes.

Essa dinâmica, que amplia horizontes vem na contramão do processo modernizante da agricultura e possibilita a uma parcela dos agricultores familiares que vivem nos municípios analisados, em conjunto com mediadores sociais de diferentes instituições atuantes nessa região, reagir criativamente aos desafios aos quais se deparam e construir, sobretudo coletivamente, uma novidade: as redes de cooperação, as quais se referem a um conjunto de processos organizativos ligados à agricultura familiar, colocados em marcha por agricultores individuais e organizados coletivamente em cooperativas, agroindústrias familiares, associações, grupos informais, Organizações Não-Governamentais (ONG's), instituições que trabalham com assistência técnica e extensão rural e instituições de pesquisa.

Essas redes, que foram criadas a partir da necessidade de melhoria de condições de inserção socioeconômica dos agricultores familiares nos mercados, atualmente estão propiciando nessa região a otimização no uso de recursos sociais e naturais, a ampliação da capacidade organizativa, bem como o estabelecimento de vínculos, fundamentalmente geradores de fluxos de conhecimento, informação e aprendizagem, que promovem a transposição das fronteiras das unidades de produção e da ação individual dos agricultores e de outros atores envolvidos.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Por trás das escolhas teórico-metodológicas do pesquisador situa-se sua visão de mundo, sua ideologia, crenças que fornecerão substrato para seu olhar voltado à forma com



que a sociedade se mantém, ou, à possibilidade, e mais ainda, à necessidade de uma transformação. A escolha de seguir pelos caminhos de postura epistemológica como a da interdisciplinaridade tem como consequência o avanço das diversas formas de interpretar as realidades que nos rodeiam, através do reconhecimento de que a sociedade é uma estrutura que se movimenta mediante a força da ação social individual e coletiva, de maneira complexa.

Nesta pesquisa, a opção por olhar a realidade através de 'lentes' capazes de respeitar a multidimensionalidade da problemática, a riqueza das relações sociais, o mistério do real com suas conexões e causas ocultas aos olhos do pesquisador, e de considerar que as determinações socioculturais, históricas, econômicas que são intrínsecas a todo o pensamento, codeterminam sempre o objeto de conhecimento e estão possibilitando compreender que as iniciativas, amplamente relacionadas com o compartilhamento de conhecimentos, especificidades locais, heterogeneidade e dinamismo da ação social, postas em marcha por alguns atores sociais na região analisada parecem indicar uma alteração nas trajetórias locais de desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Esse olhar, orientado pela interpretação da necessidade de uma transformação significativa nas realidades constituídas por desigualdades socioeconômicas que assolam o País, em especial o espaço rural, vem identificando que esse grupo de atores sociais, através de constantes transposições de fronteiras rumo a processos mais sustentáveis de agricultura, compartilham experiências, avançam na articulação de conhecimentos e fazem germinar redes de cooperação, tão caras aos processos de desenvolvimento rural que se distanciam do padrão 'modernizante'.

## REFERÊNCIAS

AGAZZI, E. Racionalidad teórica y racionalidad práctica. In: **El bien, El mal y La Ciencia**. Madrid: tecnos, 1996, pp. 201-227.

BABBIE, E. A ciência e as ciências sociais. In: **Métodos de Pesquisas em Survey**. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG. 2001 (2003).



COSTA, D. C. C.; TAINO, A. M. R. A perspectiva da interdisciplinaridade brasileira na efetivação do professor-pesquisador na educação básica. In: **Revista Ciências Humanas**: Universidade de Taubaté (UNITAU). Brasil – Vol. 4, N. 1, 2011.

FAIRCLOUGHT, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Conceito. Disponível em: <  
<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 18 de outubro de 2011.

GEELS, F. W.; SCHOT, J. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research Policy**, n. 36, p. 399-417, 2007.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. Cambridge, Polity Press. 1984.

GODOI, C. K., MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico (p. 301-323). In: GODOI, C. K. *et al* (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of Strategic Niche Management. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 10, n. 2, p. 175 – 196, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LATOUR, B., **Science in Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.3/4, 1989.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

MINAYO, M. C. S. Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e Complexidade. In: **Revista Emancipação, Universidade Estadual de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, (10) 2, 2010, pp. 435–442.

MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (org.) **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, pp. 274-289.



MOORS, E.; RIP, A.; WISKERKE, J. The dynamics of innovation: a multilevel coevolutionary perspective. In: Wiskerke, J. S. C.; Ploeg, J. D. van der. **Seeds of Transition**. Assen: Royal van Gorcum, 2004. p. 31-56.

PHILIPPI JR., A. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

PLOEG, J. D. *et al.* On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. (Ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004. p. 1-30.

POMBO, O. A interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular. **Revista Inovação**. CFCUL. V.6, n.2, 1993. Disponível em: <  
<http://cfcul.fc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/interdisciplinaridadeproblema.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2014.

POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. Conferencia proferida no Colóquio "**Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade**", promovido pela Cátedra Humanismo Latino. Porto, 2007. Disponível em:<  
[http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia\\_interdisciplinaridade.pdf](http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf)>. Acesso em 23 jul.2014.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SMITH, A.; STIRLING, A. **Social-ecological resilience and sociotechnical transitions: critical issues for sustainability governance**. Brighton: STEPS Centre, 2008.





## **BAIXADA DE JACAREPAGUÁ E BARRA DA TIJUCA: PLANO PILOTO, URBANIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS**

SILVA, Tatiana

*Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais – Universidade Federal Fluminense e  
Professora do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA)*  
tfdsilva@gmail.com

97

### **RESUMO**

O artigo analisa o processo de urbanização e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1969, suas alterações normativas e a realidade atual da região. Para tanto teve por base teórica o Plano Piloto elaborado pelo arquiteto, o Decreto-lei 42/1969, que aprovou o planejamento urbanístico da localidade e normas posteriores. O objetivo é demonstrar que a urbanização da forma como foi gerida pela administração pública, levou a um elevado crescimento demográfico, segregação social e territorial, precários serviços públicos e degradação ambiental. Por fim, conclui-se que a urbanização da região tem se processado em descompasso com importantes leis federais, o Plano Diretor Municipal, não atende à população de baixa renda e continua a degradar o ecossistema local.

**Palavras-chave:** Barra da Tijuca. Plano Piloto. Urbanização.

### **ABSTRACT**

The paper analyzes the process of urbanization and zoning of Baixada de Jacarepagua and Barra da Tijuca, west of the city of Rio de Janeiro, designed by architect Lucio Costa, in 1969, its regulatory changes and the current reality of the region. For both had theoretical basis for the master plan prepared by the architect, the Decree-Law 42/1969, which approved the urban planning of the locality and later standards. The goal is to demonstrate that the urbanization of the way it was managed by the government, led to high population growth, social and territorial segregation, poor public services and environmental degradation. Finally, it is concluded that the urbanization of the area has proceeded in step with important federal laws, the Master Plan does not meet the low-income population and continue to degrade the local ecosystem.

**Key-words:** Barra da Tijuca. Plano Piloto. Urbanization.



## **BAIXADA DE JACAREPAGUÁ E BARRA DA TIJUCA: PLANO PILOTO, URBANIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS.**

O presente trabalho pretende mostrar o processo de urbanização e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca desde a criação do Plano Piloto elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1969, até a atualidade, agosto de 2014. Para tanto irá analisar o projeto de Costa e a realidade atual da região, destacando as principais normas jurídicas envolvidas neste processo e as inúmeras transformações de ordem espacial, urbana e ambiental.

A urbanização e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca teve início em 23 de junho de 1969, através do Decreto-lei n. 42, sancionado pelo governador do então Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima. O artigo 1º da norma determinava que a elaboração e apresentação do Plano Piloto para a região seria elaborado por Lúcio Costa.

O objetivo precípua estabelecido por Costa para a localidade era controlar a expansão urbana e preservar a ecologia do lugar, já que a área era uma das últimas disponíveis para onde a cidade poderia se expandir. Nas palavras de Lúcio Costa, ia “perdendo muito do ar agreste que ainda é seu maior encanto”, sendo necessário estabelecer “determinados critérios de urbanização” [...] “para o desenvolvimento ordenado da região” (COSTA. 1969, p. 03).

Ainda, segundo o arquiteto, era conveniente “encarar o futuro provável dessa área no quadro geral do destino urbanístico da Guanabara” (COSTA. 1969, p. 04).

Nesta época o município do Rio de Janeiro crescia rapidamente, dominando os espaços naturais. As autoridades locais acharam necessária a expansão da cidade para uma área ainda muito pouco habitada, a Baixada de Jacarepaguá, já que “derramava-se como um líquido pela Zona Norte e se comprimia contida entre vales e as praias da Zona Sul” (COSTA. 1969, p. 03).

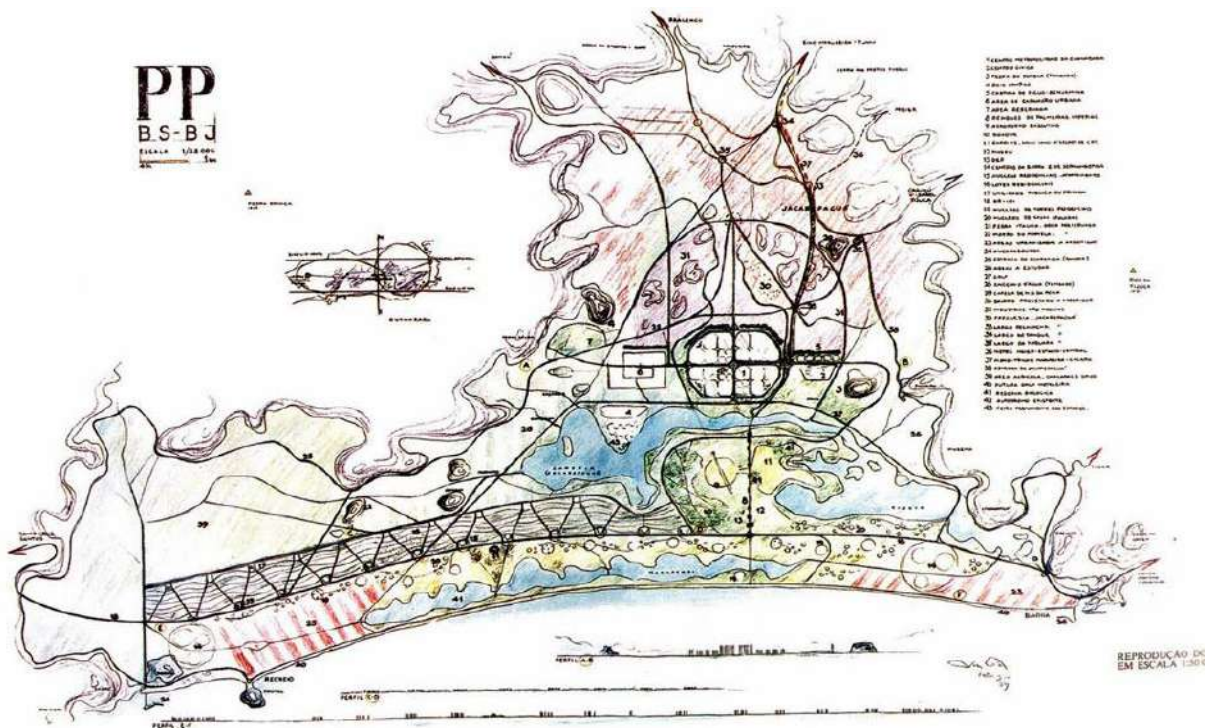
A ocupação, que era irreversível, foi conduzida com o intuito de dar continuidade a orla da Zona Sul, expandindo a área residencial mais valorizada do Rio de Janeiro.



O projeto, modernista, utilizou conceitos estabelecidos na Carta de Atenas pautado na corrente do pensamento de Le Corbusier, que acreditava que a arquitetura deveria ter uma visão social, baseada nas essencialidades humanas, na felicidade do homem. Costa projetou a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca dividindo-as em áreas onde os habitantes pudessem circular, morar, trabalhar e recrear. Para isso criou núcleos residenciais espaçados e avenidas largas, sem sinalização. O principal meio de transporte seria o automóvel que iria trafegar livremente, sem trânsito. Elaborou-se um mapa (desenho, foto abaixo) com 43 itens que entendeu essenciais para a urbanização e zoneamento da área.

99

Figura 1: Plano Lúcio Costa: Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá



(Projeto Lúcio Costa. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/urbanismo-para-quem>. 1> Acesso em: 10 ago. 2012. Centro Metropolitano da Guanabara; 2. Centro Cívico; 3. Pedra da Panela (tombada); 4. Dois Irmãos; 5. Cortina de Ficus – Benjamina; 6. Área de expansão urbana; 7. Área Reservada; 8. Renques de Palmeiras Imperiais; 9. Aeroporto executivo; 10. Bosque; 11. Expo -72 –



Universidade vinculada a secretaria de C & T<sup>a</sup>; 12. Museu; 13. DER; 14. Centros da Barra e de Sernambetiba; 15. Núcleos Residenciais – apartamentos; 16. Lotes residenciais; 17. Utilidade pública ou privada; 18. BR – 101; 19. Núcleos de torres residenciais; 20. Núcleos de casas isoladas; 21. Pedra Itaúna – Área preservada; 22. Morro do Portela; 23. Áreas urbanizadas e arborização; 24. Ancoradouros; 25. Entrada de Guaratiba (Bandeirantes.); 26. Área a estudar; 27. Golf; 28. Engenheiro D Água (tombado); 29. Capela N. S. da Pena; 30. Bairro Proletário a arborizar; 31. Indústrias não nocivas; 32. Freguesia de Jacarepaguá; 33. Largo Pechincha - Jacarepaguá; 34. Largo do Tanque - Jacarepaguá; 35. Largo do Taquara - Jacarepaguá; 36. Metrô - Espaço Central; 37. Mono - Trilho Madureira - Galeão; 38. Estrada de Jacarepaguá; 39. Área agrícola – Chácaras e Sítios; 40. Futura orla hoteleira; 41. Reserva biológica; 42. Autódromo existente; 43. Feira Permanente dos Estados.)

Lúcio Costa não queria que a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca tivessem uma urbanização igual a que foi feita no bairro de Copacabana, onde houve o bloqueio da vista e a circulação da brisa marítima entre a praia e a baixada. Para isso, a Avenida deveria ser mantida ao natural e sem pavimentação para se incorporar ao ambiente agreste das dunas ao longo das praias e para não bloquear a vista do mar dos demais quarteirões. Jamais seria uma rua de mão dupla, com retorno e construção de canteiro central, como na verdade é nos dias de hoje. Na urbanização da orla, também estava prevista a edificação de hotéis nos dois extremos da faixa litorânea.

As edificações já existentes nos loteamentos Tjucamar, Jardim Oceânico e Recreio dos Bandeirantes, como possuíam terreno arenoso, deveriam plantar amendoeiras que não poderiam ser podadas. Essa mesma determinação também deveria ser seguida pela Cidade de Deus.

Inadmitia o posteamento em toda a área do Plano, mesmo que fosse a título precário, uma vez que todas as instalações deveriam ser subterrâneas. As terras de Vargem Grande, Vargem Pequena seriam áreas de cultivo, destinadas a sítios, granjas e chácaras, assim como os campos de Sernambetiba. Seria criado nestas localidades um plano paralelo que teria toda a infraestrutura e seria construído com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1976, na gestão de Marcos Tamoyo, chegou-se a pensar na construção desse projeto. Contudo, como esclarecem Gerônimo Leitão e Vera Rezende, a região possui solo “inadequado (turfa), que encarece o seu aproveitamento para construções de baixo preço” (LEITÃO; REZENDE. p. 05).

<sup>a</sup> Universidade vinculada ao secretariado de Ciências e Tecnologia.



O plano determinava que a reserva biológica de Jacarepaguá se mantivesse protegida bem como a área do Bosque da Barra. Ele expressava a preservação do meio ambiente (utilizando-se a palavra *agreste*) e ainda, monumentos naturais e a criação de parques públicos. O arquiteto queria abundância de áreas verdes contínuas e sempre que possível, *in natura*, tinha o compromisso em manter a vegetação original até o limite que considerava possível para uma área urbanizada.

Numa visão socialista Costa acreditava que aquilo que projetou seria para todos, mas, na prática, o que ocorreu foi que a Baixada de Jacarepaguá e a Barra da Tijuca não foram pensadas para a classe de baixa renda que precisa do transporte público para se locomover, houve uma urbanização sem transporte de massa, pois pouco foi pensado nela.

Para colocar em prática o projeto elaborado por Lúcio Costa, foi criado no mesmo dia da promulgação do Decreto-lei n. 42, o Grupo de Trabalho para a Baixada de Jacarepaguá (GTBJ), órgão do qual o arquiteto foi consultor, que ficou encarregado de coordenar e dirigir a implantação do plano, com isso, os proprietários de lotes, com o objetivo de definir os aproveitamentos de suas áreas, passaram a procurar o GTBJ que, junto com Costa, determinavam os projetos que seriam aprovados para a região, uma vez que o plano urbanístico apenas traçava diretrizes gerais, que deveriam ser detalhadas na medida em que os projetos eram apresentados.

Em 05 de março de 1976, o prefeito Marcos Tamoyo, que sucedeu Negrão e Lima, promulgou o Decreto nº 322 que instituiu que a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca seria considerada Zona Especial – 5, no mesmo dia foi sancionado o Decreto n. 324, que determinou, em seu artigo 1º, a aprovação das instruções normativas de uso, sua intensidade e parcelamento de toda esta Zona Especial, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral (SUDEBAR) e dividiu a área em 46 subzonas. Para cada uma dessas 46 subzonas teriam criados características, limites, parcelamento do solo, uso, intensidade, tipos de edificações e gabaritos próprios. O objetivo era priorizar obras de implantação da subestação de gás, duplicação da Via 11 (atual Avenida Ayrton Senna), Via 9





(hoje Avenida Salvador Allende) e a extensão de toda a rede de abastecimento de água, pela Companhia Estadual de Água e Esgoto.

Com o objetivo de atender aos interesses do setor imobiliário o decreto incluiu índices urbanísticos mais atraentes para a construção civil. Começam assim, as primeiras grandes modificações no plano urbanístico do arquiteto.

Com a edição desta norma o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER) duplicou a Via 11, a prefeitura finalizou as obras do autódromo, na península de Itapeba, abriu as obras para a construção do Riocentro, duplicou e iluminou a Avenida Sernambetiba (atual Avenida Lúcio Costa) e a Estrada dos Bandeirantes, foi construído o condomínio Nova Ipanema, Novo Leblon, Atlântico Sul, Barramares e Riviera Del Fiori (todos dentro do conceito de cidades–torres criados por Le Corbusier), hipermercado Carrefour (1978), *Shopping Barra Shopping* (1981).

Em 1980, a prefeitura da cidade constatou que os custos para a implantação da rede de água e esgoto eram extremamente elevados e, diante de outras prioridades do governo não tinham sido, até aquela data, efetuados. Nesta época já se constatava elevado grau de poluição das lagoas e do lençol freático da região.

Entre 1974 até 1980 pequenos decretos de urbanização da área foram sancionados, até que em, 27 de abril de 1981, na gestão do prefeito Júlio Coutinho, foi sancionado o Decreto n. 3.046 que revogou o Decreto n. 324/76 e criou novas regras de zoneamento, parcelamento e edificações para cada uma das 46 subzonas que compõem a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, delimitou de acordo com a função de cada uma, as suas características de modo a propiciar um racional parcelamento do território. Os traçados iniciais do Plano Piloto foram expressivamente alterados, admitiu-se um novo aproveitamento da região o que gerou um contraponto aos ideais modernistas de Costa.

As mais flagrantes mudanças do traçado original elaborado pelo arquiteto foram nas condições de uso e parcelamento do solo que refletiu no micro zoneamento de cada subzona e nos gabaritos das edificações, permitindo o aumento dos gabaritos da região como um todo e a autorização para a construção de hotéis residências também com maior número de





pavimentos na orla da praia, que passaram a ser de, no mínimo, de oito e, no máximo, quinze andares. A norma permitiu que o setor imobiliário explorasse a verticalização da área e sua variedade funcional.

As alterações no número de pavimentos dos *apart-hotéis* representavam atrativos especiais ao setor imobiliário pela permissão de maiores índices construtivos, podendo-se construir 15 pavimentos em locais onde o gabarito máximo permitido era até então de apenas 5.

O Decreto n. 3.046/81 foi de encontro a uma das principais metas de Lúcio Costa ao elaborar o Plano Piloto de urbanização e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca que era impedir a construção de gabaritos altos e germinados que formassem verdadeiras barreiras de cimento.

Ressalta-se que, diferente do que foi determinado para a localidade, a urbanização não iniciou pela infraestrutura, o que seria o mais correto e praticado pela maioria dos países desenvolvidos.

Durante os anos 80, a Barra da foi marcada por um forte crescimento imobiliário na região, principalmente com a construção de grandes condomínios residenciais, supermercados, *shoppings centers* e a duplicação e sinalização de avenidas.

A especulação imobiliária anunciava a região como o novo eldorado. Morar na Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca era morar em condomínios fechados, seguros, com conforto, segurança, lazer e natureza.

Começa a se ver nitidamente uma urbanização por exclusão, onde a classe média e alta habita cercada por muros e a população de baixa renda começa a se aglutinar nas margens das lagoas, iniciando o processo de favelização.

Em 1983, a prefeitura criou o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), que reuniu informações sobre os assentamentos precários e informais cariocas, com o objetivo de apoiar a construção de políticas públicas, destinadas à urbanização e desenvolvimento social.



O Instituto Pereira Passos, com base nas informações do Censo de 2010, anunciou que a população residente em favelas no município do Rio de Janeiro, representava 23% do total da população carioca, correspondendo a 1.443.773 habitantes.

A Barra da Tijuca e Jacarepaguá registraram uma enorme ampliação de sua população favelada nos últimos dez anos, 53%. Já o crescimento da população não-favelada foi de apenas 28%.

Segundo os dados do Instituto, em 2010, dos 909.368 moradores, 236.834 residiam em favelas, isso corresponde a 26% da população total dessas localidades. Esse dado constata que o maior crescimento das favelas foi justamente na área que mais se expandiu na cidade, não só demograficamente, mas também em geração de empregos, uma vez que na Barra da Tijuca e Jacarepaguá existem muitas atividades empregadoras de mão de obra não especializada, como a construção civil, comércio e serviços gerais.

Assim, fica cristalino que a infraestrutura da região não acompanhou o seu crescimento urbano, existe um precário sistema de saneamento ambiental para coletar e tratar os efluentes domésticos contribuindo para o surgimento de problemas ambientais e conflitos socioambientais. Considerada como o principal obstáculo ao desenvolvimento sustentável da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, a falta de saneamento ambiental resulta em problemas ecológicos de poluição hídrica do complexo lagunar e impactos ambientais urbanos advindos pela rápida ocupação e especulação imobiliária voltada para as altas classes de renda que resultou em aterros indiscriminados e com a ocupação (ir)regular das margens de lagoas e rios.

Ao longo da década de 90, ano 2000 até a atualidade a localidade continuou com seu intenso processo de ocupação. Mesmo em 1988 com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) em seu Título VII, Capítulo II, Da Política Urbana (artigos 182 e 183), estabelecer, constitucionalmente, normas gerais para a política urbana do país, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deixando sua execução a cargo do poder público



municipal através da elaboração o Plano Diretor, sendo a norma ratificada pelo artigo 231 da Constituição Estadual, de 1989, e com posterior publicação, em 1992, do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (PDDCRJ, Lei Complementar nº 16, de 04 de junho de 1992), que estabeleceu regras para a política urbana e o processo contínuo de planejamento do município, continuaram as alterações urbanísticas ao Plano Piloto de Lúcio Costa. Essas alterações, sem sua maioria, tinham o condão de promover ajustes necessários aos interesses do setor imobiliário, alterando gabaritos e o uso e parcelamento do solo.

Em 2001, foi sancionado o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, que tinha o objetivo de criar diretrizes para o crescimento urbano. Com a edição da norma, acreditava-se que o município do Rio de Janeiro fosse elaborar um novo Plano Diretor, uma vez que o sancionado em 1992 iria completar 10 anos. Com o Estatuto da Cidade em vigor, só em 2011 o poder público municipal instituiu o novo seu novo Plano de urbanização, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, Lei Complementar n. 111, sancionada em 01 de fevereiro de 2011. Esperava-se que com esse novo Plano Diretor fosse estabelecido critérios mais rigorosos para o uso e ocupação do solo, respeitando as preservações ambientais, e ainda, que fosse determinado a forma de e o tratamento de esgoto, saneamento, habitação, infraestrutura de serviços e urbana além da cidade sustentável. Porém, isso não aconteceu. Da forma como a norma foi elaborada necessitará de outras legislações para organizar a cidade.

Hoje, o novo Plano Diretor municipal tem pouco mais de três anos e o que se vê na Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca são obras destinadas a adequar a região as exigências do Comitê Olímpico Internacional fruto da escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Com isso a prefeitura pretende melhorar o transporte viário, despoluir as lagoas e canais, melhorar o sistema de saneamento e infraestrutura dos bairros que compõem as regiões administrativas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, uma vez que nessas áreas acontecerá grande parte dos jogos (cerca de 50% das competições) e instalará a Vila Olímpica.



Assim, obras de estruturação com investimentos em transportes públicos de massa, duplicação de vias, despoluição de lagoas e praias e saneamento, que desde o início do Plano Piloto elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa deveria existir, apenas agora, após a cidade ganhar o direito de sediar os Jogos Mundiais de 2016, estão saindo do papel.

Deseja-se que o poder público do município do Rio de Janeiro se aprofunde mais nas questões ambiental, habitacional, urbanística e social para a região da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca e que o governo desenvolva uma política democrática do poder público, com efetiva participação popular, para que os anseios da sociedade sejam ouvidos e implantados, pois o que se vê na prática é um real distanciamento deste e das leis perante os anseios da população, uma vez que o interesse do cidadão é deixado à margem dos interesses privados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 10 de jun de 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar n. 10.257, 10 de jul de 2001*. Instituiu o Estatuto da Cidade. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html>> Acesso em: 10 de jun de 2013.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: Entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: O registro de uma vivência*. São Paulo: Ed. Empresas das Artes, 1995.



\_\_\_\_\_. *Plano Piloto para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Estado da Guanabara. 1969.

\_\_\_\_\_. *Plano – Piloto para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, Sernambetiba e Jacarepaguá*. Estado da Guanabara: Ed. Agência Jornalística Imagem Ltda, 1969.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de out. de 1989*. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: [www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao\\_rj](http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rj). Acesso em: 10 jun. 2013.

FERNANDES, Edésio. “Cidade legal x cidade ilegal”. *Em: Cidade (i)legal*. Organizado por Marcio Moraes Valença. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008, p. 20 - 41.

\_\_\_\_\_. “Do Código Civil ao Estatuto da Cidade”. *Em: Cidade (i)legal*. Organizado por Marcio Moraes Valença. Rio de Janeiro: Ed. Mauad. 2008, p. 44 - 62.

LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida. *A construção do Eldorado Urbano. O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarépaguá – 1970/1988*. 1º Edição. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1999.

LEITÃO, Gerônimo e REZENDE, Vera F. *Planejamento e Realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. UFF.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. *A cidade do pensamento único*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 2007.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. “O que esperar dos planos diretores?” 2005. Disponível em: [http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_esperarplanodiretor.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_esperarplanodiretor.pdf). Acesso em: 12 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. *Metrópoles brasileiras. 2006*. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textoerminiamaricato.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. “Metrópole, legislação e desigualdade”. *Estudos Avançados*. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.



\_\_\_\_\_. “Conhecer para resolver a cidade ilegal”. Disponível em:  
[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf).  
Acesso em: 12 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. “Nossas cidades estão ficando inviáveis”. 2007. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2508%3Acategoria%3D28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508%3Acategoria%3D28&Itemid=23). Acesso em: 12 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral. *O Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá e a expansão Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral. *Baixada de Jacarepaguá*, 1980..

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Pereira Passos. Diretoria de Informações Geográficas. *Plano Diretor Decenal de 2002. Subsídios para a sua Revisão 2005*. Disponível em:  
<[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1653\\_planodiretor.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1653_planodiretor.PDF)>. Acesso em: 10 de jan de 2013.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em  
<<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas>> Acesso em: 20 de out. de 2012.

\_\_\_\_\_. Prefeitura. da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:  
<[http://obras.rio.rj.gov.br/index2.cfm?sqncl\\_publicacao=264](http://obras.rio.rj.gov.br/index2.cfm?sqncl_publicacao=264)> Acesso em: 20 de dez. de 2012.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Endereço eletrônico: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu>. Acessos contínuos no mês de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Disponível em: <[http://www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/ev\\_planos.asp](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/ev_planos.asp)> Acesso em: 25 de abr. de 2013.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:  
<<http://www.rio2016.com.br/noticias/noticias/prefeito-do-rio-garante-numero-suficiente-de-quartos-de-hoteis-para-os-jogos-ja-em>> Acesso em: 30 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto- lei n. 42, de 23 de jun. de 1969*. Aprova o Plano Pilôto de urbanização e zoneamento para a Baixada de Jacarepaguá. MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Disponível





em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/DL42E.PDF>> Acesso em: 10 de jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 322, de 03 de mar. de 1976.* Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.afaerj.org.br/legiszon/D322/D322.htm>> Acesso em: 10 de jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 324, de 03 de mar. de 1976.* Aprova o regulamento e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá. Disponível em:

<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D322M.PDF>. Acesso em: 10 de jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 3.046, de 27 de abr. de 1981.* Consolida as Instruções Normativas e os demais atos complementares baixados para disciplinar a ocupação do solo na área da Zona Especial 5 (ZE-5), definida e delimitada pelo Decreto nº 322, de 03/03/1976. Disponível em:

<<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D3046M.PDF>> Acesso em: 10 de jun. de 2013.

REZENDE, Vera F. “O jogo de verde com o branco, Lúcio Costa em defesa do Plano Piloto da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá”. Disponível em:

<http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Vera%20Rezende.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. *O Planejamento urbano e Ideologia.* 1982. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1982.

REZENDE, Vera F.; LEITÃO, Gerônimo. *O Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá. Interações e realizações após três décadas.* Rio de Janeiro. Ed. UFF. CREA-RJ, 2004.

\_\_\_\_\_. “Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a Avaliação dos ideais modernistas Após Três Décadas”. Disponível em:

<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/148R.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. *Planejamento e Realização da Barra da Tijuca como Espaço Residencial, Evolução e Crítica de um Projeto para uma área de Expansão da Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro. UFF.

REZENDE, Vera. F. M.; LEITÃO, Gerônimo; SAMPAIO, M.; CAVALCANTE, André. “A Barra da Tijuca como espaço residencial e de serviços: Uma nova Centralidade em uma área de expansão na cidade do Rio de Janeiro” *In: A arquitetura da cidade contemporânea:*



*centralidade, estrutura e políticas públicas (no prelo)*. Vol I. Rio de Janeiro: Ed. Univali, 2011, p.171-191.

REZENDE, Vera. F. M.; SILVA, F. F. O.; OLIVEIRA, M. T. C.; YORGENSEN, P. A. *outorga onerosa do Direito de construir e o solo criado: Uma necessária avaliação das matrizes Conceituais*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR). V.11 n.2, 2011. p.51-71.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Santa Catarina: Ed. Argos, 2003.

SILVA, Gabriela. "Processo de ocupação urbana da Barra da Tijuca (RJ): Problemas ambientais, conflitos sócios-ambientais, impactos ambientais e urbanos". 2006. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~parc/vol1/n1/parc01silva.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Ed.Malheiros, 2012.

SILVA, Luciana Araújo da. "Barra da Tijuca: O Concebido e o Realizado". Revista geopaisagem (on line). Ano 3, n. 06, 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/barra.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.

VILLAÇA, Flavio. "As ilusões do plano director". 2005. Disponível em: [http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao\\_pd.pdf](http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. *A segregação social da metrópole brasileira*. 1998. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/anpocs1.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

ZEE, David. *Barra da Tijuca: Natureza e Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Andréa Jakobsson Estúdio, 2012.



## **POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E EXCLUSÃO: O PROCESSO DE DESATIVAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE JARDIM GRAMACHO, BAIXADA FLUMINENSE**

OLIVEIRA, Rosane Cristina de

*Professora do Programa de Pós-graduação em Letras e Ciências Humanas*

*Universidade do Estado do Rio*

*rosanecrj@hotmail.com e rosane.oliveira@unigranrio.br*

111

**Resumo:** A questão ambiental ganhou visibilidade, do ponto de vista político, especialmente a partir dos anos 1990. Entretanto, podemos perceber que ao longo da segunda metade do século XX surgiram inúmeros movimentos e debates sobre os problemas ambientais: a questão da poluição do solo, a problemática em torno do lixo, resíduos químicos, entre outros. Neste sentido, a proposta deste trabalho é discutir as políticas públicas em relação ao meio ambiente, mais especificamente àquelas direcionadas aos aterros sanitários, com o intuito de analisar as discussões impressas em jornais e revistas de grande circulação por parte da sociedade civil e a resposta dada pelo poder público no que concerne o processo de transferência do aterro sanitário de Jardim Gramacho, localizado em Duque de Caxias, para o município de Seropédica, ambos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense.

**Palavra-chave:** Políticas Públicas, meio ambiente, conflitos sociais.

**Abstract:** The environmental issue gained visibility, the political point of view, especially from the 1990s, however, we can see that throughout the second half of the twentieth century numerous motions and debates about environmental problems have emerged: a. Issue of soil pollution, around the problematic garbage, chemical waste, among others. In this sense, the purpose of this paper is to discuss public policies in relation to the environment, specifically those directed to landfills, in order to analyze the discussion printed in newspapers and magazines of general circulation by civil society and the answer given by the government regarding the transfer process of the Gramacho Garden landfill, located in Duque de Caxias, in the municipality of Seropédica, both in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, the Baixada Fluminense.

**Keyword:** Public Policy, environment, social conflicts.



## INTRODUÇÃO

A questão ambiental ganhou visibilidade, do ponto de vista político, especialmente a partir dos anos 1990. Entretanto, podemos perceber que ao longo da segunda metade do século XX surgiram inúmeros movimentos e debates por parte da sociedade civil sobre os problemas ambientais. Em 1962, a bióloga Rachel Carson publicou o livro *Primavera Silenciosa*, alertando para o desaparecimento dos pássaros de seu *habitat* natural. Este livro foi importante e, de certa forma, inaugurou uma sucessão de movimentos por parte da sociedade social com a finalidade de debater e chamar a atenção do Estado para os problemas ambientais. Ainda na década de 1960, os movimentos ambientalistas cresceram e, rapidamente, passaram da esfera do debate local para a discussão global.

No início dos anos 1970, a organização civil internacional Clube de Roma, que reunia especialistas respeitados, publicou um relatório em 1972 apontando sinais estarrecedores, que a Terra poderia entrar em colapso, botando em risco a vida dos animais no planeta, incluindo o homem, se nada fosse feito. No mesmo ano, em Estocolmo, Suécia, a ONU organizou sua primeira conferência para debater problemas ambientais. Naquele momento, o crescimento econômico ainda visto como o principal artífice da destruição do meio ambiente. A solução dos problemas sugeria diminuir o ritmo do crescimento. O saldo positivo desta reunião foi a criação, em vários países, de estrutura organizacional e política para gerir os problemas ambientais, como leis e Ministérios do Meio Ambiente.<sup>a</sup>

Diante desses aspectos, a ONU criou uma comissão permanente de estudos sobre a questão ambiental com mais de 40 especialistas de vários países. Em 1987, esta comissão

<sup>a</sup> No Brasil, o Estado reconheceu a necessidade de criar um órgão para o meio ambiente no início dos anos 1970. Em 1973, a questão ambiental foi atribuída à Secretaria Especial de Meio Ambiente, como uma pasta do Ministério do Interior. Em 1985, no Governo de José Sarney, a secretaria deixa de existir em decorrência da criação Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. No Governo de Fernando Collor de Mello, o Ministério do Meio Ambiente foi transformado em Secretaria do Meio Ambiente, diretamente vinculada à Presidência da República. Esta situação foi revertida pouco mais de dois anos depois, em novembro de 1992, no governo de Itamar Franco. Em 1993, foi transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e, em 1995, em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, adotando, posteriormente, o nome de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (conforme era denominado no governo de José Sarney). Em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, retornou à denominação de Ministério do Meio Ambiente.



formulou um novo relatório intitulado “nosso futuro em comum”, com observações diferentes das que foram lançadas em Estocolmo, em 1972. Neste relatório, foram apresentadas basicamente 3 questões: a) Crescimento econômico e proteção ambiental não são incompatíveis. b) A pobreza e as questões sociais devem ser incorporadas ao debate ambiental. c) Devemos levar em conta nas consequências das nossas ações, também as gerações futuras.

Em 1992, a ONU organizou sua segunda conferência global, a Rio-92. Da conferência saíram vários documentos importantes: as convenções das mudanças climáticas e da diversidade biológica foram as mais importantes em termos de legislações e avanços institucionais. Outros documentos importantes: o Protocolo de florestas, a Carta da Terra e a Agenda 21. Em 2002, líderes mundiais e organizações da sociedade civil reuniram-se em Johannesburgo para avaliar o que foi conseguido após a Rio-92. A conferência foi chamada de Rio+10. Chegou-se à conclusão que apesar dos avanços institucionais, os resultados mostravam uma situação agravante, com pioras dos problemas debatidos na Rio+92. Afirmar-se a questão da pobreza como problema global fundamental e outros temas são incorporados ao debate: degradação dos recursos hídricos, a questão dos oceanos, os poluentes orgânicos persistentes (POP).<sup>b</sup> Em 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, sediada na Cidade do Rio de Janeiro, reafirmando a necessidade de erradicação da pobreza, atenção aos recursos naturais e elegeu a economia verde como uma das principais alternativas para o futuro, pois o “redirecionamento dos investimentos públicos, cortando inclusive subsídios irracionais e promovendo políticas de sustentabilidade, tanto quanto investimentos privados em reciclagem e construções sustentáveis, são janelas que se abrem rumo a uma economia mais verde e menos perdulária” (Camargo, 2012, p. 15-16).

Neste sentido, é importante chamar a atenção para o impacto das políticas públicas direcionadas para o meio ambiente, tendo em vista a dificuldade em pensar teoricamente e

<sup>b</sup> É importante destacar que, do ponto de vista político, geralmente as questões ambientais são debatidas a partir de acordos internacionais, liderados pela ONU. Entre os tratados, acordos e protocolos mais recentes, podemos citar o Protocolo de Quioto, agora Tratado de Quioto, que entrou em vigor em 15/02/2005, estabelecendo metas de redução de emissões aos países desenvolvidas a serem atingidas no período de 2008 a 2012.



implantar soluções políticas em se tratando dos grandes centros urbanos. As questões que envolvem o destino do lixo produzido em escalas crescentes nas metrópoles tornaram-se um grave problema, de difícil análise para poder público e a sociedade. Ao longo do processo de industrialização, iniciado em fins do século XVIII, o descarte daquilo que o indivíduo julgava desnecessário era direcionado para os espaços naturais sem tratamento ou preocupação de qualquer magnitude. Durante o século XIX e início do século XX, esta prática intensificou-se e os problemas em decorrência desta dinâmica começaram a ser discutidos.

Na atualidade, é destacamos o papel dos os aterros sanitários<sup>c</sup>, criados para alocar o lixo, com o intuito de manter o equilíbrio do ponto de vista urbano. No entanto, ao redor destes espaços, formaram-se comunidades, cuja principal atividade econômica é proveniente dos resíduos alocados nos aterros sanitários. Recentemente, a desativação do aterro sanitário localizado no bairro de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, promoveu inúmeras discussões e apresentou conflitos de ordem social, pois, há décadas, cresceu no entorno uma comunidade, cuja atividade econômica estava atrelada ao lixo. Portanto, este artigo apresenta uma breve análise do material midiático produzido em torno da desativação do aterro sanitário de Jardim Gramacho, bem como, o discurso proferido por alguns moradores sobre os rumos da comunidade que habita aquele espaço, seus conflitos, dúvidas e recepção em relação à política pública implantada pelo Estado.

O artigo está organizado em duas etapas: a primeira, apresentando a discussão teórica em torno da questão ambiental e as políticas públicas que envolvem esta temática; e, a segunda, destacando/apresentando o estudo de caso da desativação do aterro sanitário de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, atrelando a questão teoria e prática, com o intuito de verificar o processo de elaboração da política pública destinada àquela comunidade.

<sup>c</sup> Os aterros sanitários, também chamados de lixão, apresentam uma conceituação diferenciada. Os lixões são espaços de descarte de resíduos sólidos, sem preparação do solo, a céu aberto e responsável pela maior parte de poluição dos lençóis freáticos e disseminação de doenças diversas e com incidência de pessoas (catadores) trabalhando ausente de qualquer tipo de orientação coletando materiais recicláveis ou para seu próprio sustento. Os aterros sanitários são lugares adequados para o depósito dos resíduos sólidos urbanos, com devida preparação do solo com argila e mantas PVC, com o intuito de impedir a contaminação da área e com os devidos cuidados para evitar proliferação de doenças, mau cheiro e poluição visual. (<http://www.lixo.com.br/content/view/144/251/>)





## O DEBATE TEÓRICO EM TORNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL

Os estudos desenvolvidos na área de políticas públicas surgiram nos EUA, na década de 1930, como disciplina constitutiva da ciência política, cuja ênfase está nos estudos sobre a ação dos governos.<sup>d</sup> De acordo com Souza (2006),

115

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes.

A conceituação de política pública mais usual foi desenvolvida por Laswell (1958), que diz respeito a análises e decisões governamentais sobre as políticas públicas elaboradas a partir das respostas direcionadas a três questões: Quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz? Alguns autores, apresentaram críticas a estas indagações por seu tom minimalista e por negligenciar os debates em torno dos interesses e ideias no ato da formulação, análise e implementação de uma política pública, bem como o foco somente nas decisões governamentais, ignorando conflitos e “os limites que cercam as decisões dos governos”.

Assim, conceitualmente, podemos resumir política pública

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Souza, 2006, 26)

Os debates acadêmicos sobre as políticas direcionadas à questão ambiental foram foco das ciências sociais (sociologia, antropologia, ciência política, geografia e economia). Ângela

<sup>d</sup> As questões que envolvem políticas públicas também têm sua gênese de estudos na Europa, entretanto, a ênfase estava pautada nos estudos teóricos sobre o Estado e suas instituições. No caso dos EUA, a importância está no estudo do governo, sem preocupação com bases teóricas sobre o Estado.



Alonso e Valeriano Costa (2002) delinearão uma análise da produção intelectual internacional e nacional sobre o meio ambiente. Do ponto de vista internacional, as análises até início dos anos 1970 pautavam-se na teoria clássica cuja finalidade era a separação entre sociedade e natureza para demarcar com maior facilidade seu campo de estudos em relação à biologia. Desse modo, os fenômenos culturais e sociais seriam analisados independentes do mundo natural e, portanto, as questões ambientais não seriam inseridas com fenômeno a ser investigado pelas ciências sociais.<sup>e</sup>

Nos 1970, alguns autores<sup>f</sup> propuseram o distanciamento da teoria clássica, alicerçada na ideia de que o desenvolvimento da vida do homem não estava condicionado por limites biofísicos, e defenderam a noção de que existe influência entre o ambiente biofísico e as sociedades humanas<sup>g</sup>. Embora Dunlap e Catton (1979), defensores desta nova vertente de análise das questões ambientais, tenham realizado inúmeras pesquisas de opinião ao longo dos anos 1970 e 1980, o “paradigma” não se concretizou, mas sim gerou algumas subáreas de estudos, distribuídas entre várias linhas teóricas.

A questão ambiental tornou-se um elemento de análise importante e, segundo Hannigan (1995), entrou no centro de estudos da Teoria Social e é a ambição de vários teóricos. Os Neomarxistas<sup>h</sup>, por exemplo, apropriaram-se desse tema e o interpretaram do ponto de vista da economia política, defendendo a tese de que o capitalismo é o grande artífice que provoca inúmeros problemas sociais, tais como: crescimento demográfico desenfreado, esgotamento dos recursos naturais em larga escala e “alienação” dos indivíduos no que concerne o mundo natural.

Apesar das críticas ao “marxismo ecológico”, podemos chamar a atenção para outra linha teórica: a modernização ecológica. Esta linha propõe mudanças no modelo econômico através da alteração dos padrões de consumo. No Brasil, a proposta de maior impacto foi o

<sup>e</sup> Ver as seguintes referências: GOLDMAN, M. & SCHURMAN, R.A. (2000) e BUTTEL, F. (1996)

<sup>f</sup> Entre eles DUNLAP, R.E. & CATTON Jr., W. (1979)

<sup>g</sup> Esta proposta significou um novo paradigma: *new ecological paradigm*.

<sup>h</sup> Os autores mais influentes entre os neomarxistas que abordam a questão ambiental são: Schnaiberg (1980) e James O'Connor (1994).



“ecodesenvolvimento”, defendida por Igacy Sachs (1986). Esta proposta baseia-se na conciliação entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Outras teorias sociais, entre elas a questão do “risco”, também merecem comentários. A problemática do “risco” diz respeito à sociedade pós-moderna sob o medo do “paradigma da escassez”, afirmando que a sociedade industrial criou elementos que constituem os problemas ambientais numa proporção global e, por este motivo, as consequências negativas atingem também os produtores de risco.

As demais abordagens, como o construtivismo ecológico, cujo autor de maior impacto é Hannigan (1995), defende a necessidade de produção acadêmica que possa analisar os problemas ambientais criticamente, pois algumas questões só chegam ao cidadão comum depois de serem devidamente decodificadas pela comunidade científica. Em seguida, uniu-se à esta perspectiva a questão cultural. Assim, a percepção e a análise do problema ambiental na sociedade de risco, mais do que necessitem de uma produção acadêmica densa, os fatores sociais observados seriam um produto cultural. A abordagem construtivista/culturalista estaria voltada para a dimensão simbólica da vida social e, por este motivo, recebem inúmeras críticas, pois deixaram para “segundo plano a política institucional, os conflitos concretos por poder e as motivações para o engajamento em mobilizações ambientais”. (Alonso & Costa: 2002, p. 4)

Além da dimensão da teoria social e os estudos sobre a relação entre sociedade e natureza, conforme exposto acima, é interessante chamar a atenção brevemente para outra linha de estudos voltada para a análise de atitudes valores e ativismo ambientalista. Do ponto de vista político, esta produção é composta por trabalhos que demonstram desde uma preocupação coletivista com o meio ambiente a uma mudança estrutural no repertório de valores da sociedade ocidental.

Sem negligenciar a gama de estudos que compõem estas análises, destacam-se àqueles direcionados para o movimento ambientalista e seu impacto político. Um dos aspectos interessantes é a institucionalização desses movimentos através da criação de partidos verdes. Alguns autores, entre eles Lowe e Rüdig (1986) e Rootes (1997), “relacionam a emergência



desses partidos ao contexto político nacional e procuram explicar seu desempenho pela maior ou menor permeabilidade da estrutura de oportunidades políticas – especialmente os sistemas eleitoral e partidário – à representação formal das demandas ambientalistas”. (Alonso & Costa: 2002, p. 5)

No Brasil, a literatura sobre o tema ambiental ainda é simplória. Enquanto que nos anos 1960 e 1970, o meio acadêmico internacional produziu um volume de trabalhos significativos sobre a questão ambiental, no Brasil a produção mais significativa aparece somente a partir do processo de redemocratização nos anos 1980. O interesse pelo tema cresceu efetivamente no Brasil após a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, entre os quais merece destaque os trabalhos de Eduardo Viola, que aborda meio ambiente e política na área de sociologia e ciência política no Brasil. Estes estudos dividem-se em três pontos de vista: movimento social; como parte de um processo político global; e como foco de conflito social. Se observarmos os rumos das discussões sobre os problemas ambientais, conforme se chamou a atenção brevemente nesta exposição, podemos perceber que, no caso brasileiro, a problemática do ponto de vista político encontra entraves na produção de políticas públicas para a área. As análises sobre econdesenvolvimento, baseada na ideia de que é possível crescimento econômico desde que unido à preservação do meio ambiente, foram mais bem aceitas no Brasil.

Alguns analistas de políticas públicas, entre os quais destaca-se Frey (1995), compreende os motivos pelos quais determinadas políticas públicas, viabilizadas para a resolução de problemas de caráter imediatista (como a questão ambiental, a exclusão social do ponto de vista educacional, entre outros), por vezes não alcançam o êxito esperado. Em geral, o processo de avaliação dos resultados e reorganização dessas políticas ainda são embrionárias e, de certa forma, inadequadas. Um bom exemplo é o caso das políticas ambientais que, por mais que as empresas estejam atentas aos procedimentos exigidos pelo Estado (adequação às normas e selos de controle e qualidade), os mecanismos de controle de execução dessas políticas são precários e pouco funcionais. No caso dos aterros sanitários, a problemática que aparece com ênfase é a dimensão social conflituosa que se estabelece em



seu entorno geograficamente definido: exclusão social, violência, ausência de perspectiva são as principais dimensões que atingem esta população.

## **POLÍTICA PÚBLICA E EXCLUSÃO: OS RUMOS DA COMUNIDADE DE CATADORES / TRABALHADORES E MORADORES DO ATERRO SANITÁRIO DE JARDIM GRAMACHO:**

119

O aterro sanitário de Jardim Gramacho foi idealizado em 1976 pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem) e inaugurado em 1978. Tornou-se, ao longo de pouco mais de 30 anos, o maior “lixão” a céu aberto da América Latina, e já atingiu a quantidade de 6.000 catadores de lixo exercendo atividade diária. Em 2011, o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade divulgou resultados de pesquisa, apontando que Jardim Gramacho possuía renda domiciliar per capita de R\$ 370,00, 43% dos residentes estavam abaixo da linha pobreza e 16% em situação de pobreza extrema.

Inicialmente, Gramacho era concebido como um “lixão legítimo”, ausente de qualquer tipo de controle acerca dos resíduos que recebia (tóxico, inflamável, metais pesados, hospitalar, entre outros). Em pouco tempo de funcionamento, um número considerável de famílias fixou residência dentro do lixão e em suas imediações, com todos (ou quase todos) os membros exercendo atividade de “catador de lixo” e responsáveis pela orientação dos caminhões que chegavam para depositar os resíduos de origens diversas. O funcionamento do aterro sanitário iniciou-se sem que fosse realizado estudos sobre o impacto ambiental e demais questões que poderiam ser geradas em torno de seu funcionamento.

Recebia lixo de diversos municípios, entre eles Rio de Janeiro, Petrópolis, Teresópolis e Nova Iguaçu, sem controle. Com a extinção da Fundrem, equipamentos como tratores e caminhões ficaram sem verba para manutenção e os municípios, que continuavam enviando seu lixo, não cumpriram o acordo estabelecido de destinar uma verba para o funcionamento do aterro. O quadro só veio a sofrer alterações em 1996, quando os recursos começaram a chegar.



A poluição ambiental não foi a única forma de degradação do Aterro de Gramacho. Todos os dias, desde sua inauguração, centenas de pessoas esperavam avidamente pela chegada dos caminhões de lixo para dali tirarem seu sustento. Os catadores tornaram-se praticamente parte da paisagem local, transformando o aterro em um local de miséria também humana.<sup>i</sup>

Esta reportagem demonstra a fragilidade em pensar, organizar e implementar políticas públicas que possam responder às demandas sociais e ambientais, conforme enfatizou Frey (2000). A avaliação prévia, o acompanhamento e a discussão acerca dos resultados em torno de uma determinada política pública compõe o montante de condição *sine qua non* para que a iniciativa atinja êxito. Em 1996, algumas medidas para minimizar os problemas ambientais gerados pelo chorume e gás metano advindo do lixão foram implementadas: foram cercados 1,3 milhão de m<sup>2</sup> por uma estrada periférica de 5 km e construído barreiras para evitar o desabamento do lixo; definidos critérios de classificação dos resíduos na entrada, contenção do chorume e realizado uma série de medidas para controlar os “vetores” (ratos, baratas e demais pragas em decorrência da poluição). Além disso, o espaço de despejo do lixo foi redefinido e coberto com terra. Aparentemente, a política de controle ambiental obteve êxito. Entretanto, poucos anos depois, o acúmulo de lixo atingiu estatísticas além do esperado e, por este motivo, optou-se pelo encerramento do uso do aterro de Gramacho.

Em 2010/2011, estudos elaborados pela Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB), demonstraram que o aterro sanitário de Jardim Gramacho estaria prestes a desabar dentro da Baía de Guanabara e este desastre ambiental atingiria proporções desastrosas para a região. Em 3 de junho de 2012, teve suas atividades encerradas, após relatórios e estudos realizados pelos órgãos públicos.<sup>j</sup> Além disso, esta medida fez parte de uma política pública institucionalizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, intitulada “Pacto do Saneamento”. O Pacto do Saneamento foi instituído em abril de 2011, através do

<sup>i</sup> Ver: <http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/meio-ambiente-aterro-de-gramacho-chega-ao-fim-apos-34-anos-de-atividades/>. Esta reportagem fez parte de uma série de notícias sobre o aterro sanitário de Jardim Gramacho, produzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Acessado em: 14/4/2014.

<sup>j</sup> O fechamento do aterro sanitário de Jardim Gramacho, inicialmente estava previsto para 1998, foi prorrogado para 2004 e, somente em 2011 o processo de desativação começou.





Decreto n. 42.930 e abrange três programas: Lixão Zero (em parceria com as prefeituras e a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA), O Rio + Limpo (em parceria com a Companhia Estadual de Água de Esgotos – Cedae, Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e prefeituras) e o Plano Guanabara (em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, prefeituras, Cedae e Governo Federal). Os dados apresentados pelo Governo do Estado mostram avanço na área de recuperação e fechamento dos lixões, entretanto, não se verificou, efetivamente, políticas direcionadas à população residente ou trabalhadores destas áreas.<sup>k</sup>

121

Entre as inúmeras matérias publicadas em redes sociais, jornais de grande circulação, sites oficiais, blogs, sobre o fechamento do aterro sanitário de Jardim Gramacho, observou-se que a dimensão da política ambiental que envolvia a discussão foi fundamental para as medidas que foram institucionalizadas. Para minimizar o impacto social dos catadores / moradores do aterro sanitário e mediações, a prefeitura do Rio de Janeiro determinou que cada catador (totalizando 1.719 catadores), devidamente cadastrado, receberia R\$ 14.000,00, além de treinamento em profissões diversas<sup>l</sup>. No entorno do aterro sanitário inúmeras famílias, há pelo menos três gerações, residiam e sobreviviam do trabalho realizado no lixão (seja como catadores devidamente cadastrado em cooperativas ou trabalhadores independentes). Esta realidade, sem exageros, cria uma cultura local, baseada nos valores e formas de sociabilidade típicas daquele lugar e transmitidos de geração em geração. Assim, a perspectiva de mudança foi assimilada negativamente por parte significativa de moradores:

“Trabalho desde os 13 anos no lixão. Sempre vivi da catação, nunca fiz outra coisa. Não tenho profissão e 12 filhos para criar. Estou com muito medo de não conseguir manter minha família daqui para frente”.<sup>m</sup>

<sup>k</sup> Para leitura completa das análises e resultados obtidos a partir dos estudos elaborados pela Secretaria de Estado do Ambiente, consultar os sites: <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=926885> ; <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=330838> Acesso em: 2/4/2014.

<sup>l</sup> A FIRJAN organizou algumas iniciativas para oferecer cursos profissionalizantes aos ex-catadores / trabalhadores que atuavam no aterro de Gramacho. (Ver: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01235BBC84F6042F.htm>) Acesso em: 2/4/2014.

<sup>m</sup> Mara Lucia, 37 anos, moradora do lixão de Jardim Gramacho. Este trecho foi extraído de reportagem disponível em: <http://www.tvcanal13.com/noticias/lixao-fecha-as-portas-e-catadores-buscam-alternativas-20193.html>. Acesso



“Antes eu trabalhava de manhã e de tarde já estava com o dinheiro na mão. Não tinha dia que eu voltasse para casa com a mão vazia... Eu olho para o terreno e só lamento. Era lá que eu tirava meu ganha-pão”<sup>n</sup>  
“Tia, eu não sei o que vai ser porque eu nasci lá no lixão... minha mãe disse que vai ficar lá mesmo porque só sabe catar lixo...”<sup>o</sup>

No caso brasileiro, a busca por soluções políticas, em geral baseado em exemplos de localidades que não se assemelham à realidade que se pretende promover a mudança (Frey, 2000), ou a negligência ao modo de vida e cultura construída por um determinado grupo social e perpetuada através da socialização / reprodução cultural (Berger, 1973), pode significar um erro na elaboração de uma determinada política e seu consequente fracasso.

Ao longo do processo de desativação do aterro de Gramacho, poucas iniciativas foram discutidas acerca da reinserção dos trabalhadores / catadores que tinham no lixão sua principal ou única fonte de renda. Embora o Estado, algumas ONGs e a iniciativa privada (entre os quais destacou-se a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN), tenham elaborado estratégias para minimizar o impacto social negativo em decorrência da desativação do aterro sanitário, a morosidade em iniciar os programas foi um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores / catadores.

A grande queixa dos ex-catadores é de que todas as políticas de reinserção social só começaram a ser desenvolvidas a partir fechamento do aterro. De imediato, só os R\$ 13.980 depositados para os catadores cadastrados, motivo de polêmica até hoje. Segundo a ACAMJG, ainda há cerca de 160 trabalhadores que não receberam a quantia devido a problemas de documentação, mas ex-catadores acusam a associação de ter beneficiado pessoas que não trabalhavam no aterro e deixado outras de fora da listagem. As seis pequenas cooperativas de reciclagem que existem no local recebem material de grandes produtores, como empresas e condomínios residenciais, mas conseguem absorver no máximo 60 trabalhadores.<sup>p</sup>

em 9/5/2014.

<sup>n</sup> Morador e ex-catador das proximidades do Lixão, pai de 13 filhos, dois anos após o fechamento do aterro sanitário. Reportagem disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2014/06/11/em-gramacho-2-anos-apos-fim-de-lixao-20-mil-pessoas-vivem-sem-saneamento.htm#fotoNav=4>. Acesso em 9/5/2014.

<sup>o</sup> Larissa, 10 anos, moradora das imediações do aterro sanitário de Gramacho.

<sup>p</sup> Barbara Marcoline. Um ano após fechamento de Gramacho, promessas ainda no papel (No maior Lixão da América Latina, histórias de quem precisou reaprender a viver. (Globo.com, 14/06/2013). <http://oglobo.globo.com/rio/um-ano-apos-fechamento-de-gramacho-promessas-ainda-no-papel-8689935#ixzz377oHjyIP> Acesso em: 8/6/2014.



A exclusão social, conceitualmente, diz respeito ao indivíduo que, além da pobreza, encontra-se em situação de miserabilidade, não fazem parte do mercado formal de trabalho e sobrevive somente da informalidade (Oliveira, 2002). Neste contexto, os catadores / trabalhadores do aterro de Gramacho, de acordo com Bastos (2008, P. 139),

Embora sejam desnecessários ao mercado formal, estes trabalhadores, dentro dos limites impostos pela natureza do trabalho com lixo, ainda conseguem, mesmo de forma perversa, ser incluídos em algumas situações de vida que por vezes leva ao entendimento de que não são pobres, conforme socialmente o imaginam, pois conseguem adquirir bens comuns como qualquer trabalhador brasileiro, embora para isto tenham que dispor de um esforço dobrado, subumano. Além deste fator outro dado de realidade, é o fato de que mesmo que adquiram estes bens e até percebam maiores quantias, há uma dificuldade, quanto ao processo de mobilidade social, pois os catadores não conseguem migrar de uma classe social para outra, permanecendo sempre no mundo desenhado pelo território de Jardim Gramacho, onde as oportunidades de acesso são reduzidas.

123

Após o fechamento do aterro de Gramacho, os conflitos sociais e violência continuaram a fazer parte daquele cenário. Mesmo desativado formalmente, alguns lixões clandestinos continuaram em funcionamento no entorno, e, por conseguinte, alvo de inúmeras incursões do Estado com o intuito de desarticular tais espaços. Em janeiro de 2014, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), divulgou um mapeamento indicando a existência de cinco lixões clandestinos em atividade na região e estima-se que aproximadamente 30 caminhões depositem lixo cotidianamente, e o controle destas atividades seriam realizados por traficantes que atuam na localidade.<sup>9</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se demonstrar, brevemente, a problemática em relação às políticas públicas, meio ambiente e exclusão social, tendo como foco de análise e estudo de

<sup>9</sup> Ver reportagem completa no site: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/traficantes-transformam-antigo-aterro-sanitario-de-gramacho-em-lixao-clandestino-08012014>. Acessado em: 10/5/2014.



caso o processo de desativação do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, situado no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A discussão teórica acerca das políticas públicas, em especial àquelas destinadas ao meio ambiente, foi fundamental para a compreensão, ainda que preliminar, das dificuldades em implementar uma determinada política pública. No caso dos problemas de ordem social que acompanham a população residente do entorno do “lixão de Gramacho” ou os trabalhadores que sobreviviam sejam como catadores cooperativados ou não, o fechamento do aterro sanitário configurou para estes sujeitos acirramento dos problemas sociais que sempre estiveram inseridos. Para o Estado, a morosidade em gerar soluções que possam minimizar o aumento da exclusão social para a comunidade, corroborou para afirmar a dificuldade em gerar políticas públicas consistentes e que, de fato, possam atingir as finalidades para as quais foram idealizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALONSO, Ângela e Costa, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. N. 53, 1º. Semestre de 2002, p. 35.78.

BASTOS, Valéria Pereira Catador: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – 2008.

BERGER, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMARGO, Aspásia. New Deal verde e desenvolvimento sustentável: um novo ciclo virtuoso para o desenvolvimento? In VELOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE,



Roberto Cavalcanti de. (org). *A questão ambiental e a Rio+20: a economia verde como oportunidade global para o Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier: INAE, 2012.

GOLDMAN, M. & SCHURMAN, R.A. Closing the 'Great Divide': New Social Theory on Society and Nature. *Annual Review of Sociology*, 26, 2000.

BUTTEL, F., Environmental and Resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. *Rural Sociology*, vol. 61, no. 1, spring, 1996.

DUNLAP, R.E. & CATTON Jr., W., Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, 5, 1979.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*. N. 21, junho de 2000. (p. 211- 259)

LASWELLLaswell, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

O'CONNOR, J., Is Sustainable Capitalism Possible? In M. O'CONNOR (ed.), *Is Capitalism Sustainable?*, New York: Guilford, 1994.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos "existem"? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. n. 33. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002.

SACHS, I., *Ecodesenvolvimento – Crescer sem Destruir*. São Paulo, Vértice, 1986.

SCHNAIBERG, Allan., *The Environment: from surplus to scarcity*. New York: Oxford University Press, 1980.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literature. Ano 8, n. 16, Porto Alegre: *Sociologias*, jul/dez, 2006, p. 20-45.



## O IMPACTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO ESPAÇO RURAL: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS AGROPECUÁRIAS EM QUISSAMÃ/RJ

NEVES, Rafael Moreira  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*  
rafaelmneves@hotmail.com

126

CAETANO, Rodrigo da Costa

### Resumo

Procura-se analisar nesse trabalho a produção agropecuária em Quissamã/RJ, município que apresenta fortes raízes com meio rural, em um recente contexto de urbanização e sobrefinanciamento da receita orçamentária local, graças ao recebimento dos *royalties* e participações especiais da exploração do petróleo. Assim, pretende-se ampliar o debate sobre a aplicação das rendas petrolíferas e seus impactos socioespaciais, observando de que forma ocorre, ou não, a participação social na formulação, no planejamento e no acompanhamento das políticas públicas agropecuárias municipais, com ênfase nas políticas direcionadas para o pequeno produtor rural. Este trabalho constitui um desdobramento das informações e reflexões obtidas na pesquisa em andamento sobre as políticas públicas agropecuárias em Quissamã, os impactos da indústria do petróleo e suas consequências no espaço agrário local.

Palavras-chave: Quissamã, petróleo e política pública.

### Abstract

It seeks to analyze this paper the agricultural production at Quissamã/RJ, a city that has strong roots in the countryside, in a recent context of urbanization and overfunding of local budget revenues, due to the receipt of royalties and special participation of oil exploration. Thus, it is intended to broaden the debate on the application of oil revenues and their socio-spatial impacts, observing in which way the social participation in the formulation, planning and monitoring of municipal agricultural policies occurs or if it does not occur, with emphasis on policies towards the small farmer. This paper constitutes an extension of the information and reflections obtained on research in progress on agricultural policies at Quissamã, the impacts of the oil industry and its impact on the local agrarian space.

Keywords: Quissamã, oil and public policy.





## AS “OPORTUNIDADES” DO PETRÓLEO: BREVES REFLEXÕES SOBRE O RECEBIMENTO DOS *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS.

Nos últimos anos o Brasil presenciou calorosos debates acerca do Projeto de Lei nº 2565/2011<sup>a</sup>, que propõe a alteração das diretrizes atuais de regulação e distribuição dos *royalties* e participações especiais da exploração petrolífera<sup>b</sup>. Entre os argumentos que embasam a proposta de alteração, destacam-se a concentração desses recursos em apenas alguns municípios e estados produtores e a "ineficiência" no uso de tais recursos, uma vez que os indicadores sociais dos entes federados beneficiados por essas compensações financeiras pouco evoluíram, mesmo com o incremento de suas receitas orçamentárias (SERRA, 2007).

Em um país onde a desigualdade de renda é uma das maiores do mundo, onde os gargalos em setores estratégicos como saúde, educação, infraestrutura e energia fazem parte do cotidiano, a disponibilidade das rendas petrolíferas abre novas possibilidades no desenvolvimento de políticas públicas visando o enfrentamento dos problemas citados.

Quintas (2006) relaciona as dificuldades e as oportunidades do meio natural e do meio social, já que meio ambiente e sociedade são indissociáveis – a sociedade é parte integrante do meio ambiente, espaço de suas ações e realizações – quando expõe que:

Afirma-se que meio natural e meio social são faces de uma mesma moeda e assim indissociáveis. Na medida que o ser humano é parte integrante da natureza, e ao mesmo tempo ser social e, por consequência, detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos ao longo do processo histórico, tem ele o poder de atuar permanentemente sobre sua base natural de sustentação, alterando suas propriedades, e sobre o meio social provocando modificações em sua dinâmica (QUINTAS, 2006, p. 20-21).

a Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha (BRASIL, 2011).

b Compensações financeiras atribuídas à exploração do petróleo e gás natural destinada à União, aos estados e aos municípios produtores.



Dessa forma, as oportunidades econômicas proporcionadas pelo recebimento dos *royalties* do petróleo, um recurso natural, devem ser direcionadas para o atendimento das demandas sociais, uma vez que, por si só, a exploração do hidrocarboneto traz riscos ao meio ambiente, tanto em seus aspectos técnicos – a exploração em si; como em seus aspectos demográficos – crescimento do contingente populacional; que repercutem na vida das pessoas inseridas direta e indiretamente na cadeia produtiva do petróleo.

Nesse contexto, destacam-se os municípios litorâneos das Regiões Norte e Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, territorialmente inseridos na Bacia de Campos, que concentra 84% da produção nacional de petróleo e 42% de gás natural (ANP, 2014), despontando como maior e mais importante área de exploração de hidrocarbonetos do país e, conseqüentemente, maior recebedora das compensações financeiras. Refletindo a importância da atividade petrolífera para tais municípios, esses fundaram em 2001 a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO), que tem como objetivo a defesa dos seus interesses como produtores de petróleo e gás natural.

As vultosas compensações financeiras proporcionadas pelo “ouro negro” possibilita, ao menos em teoria, ações por parte do poder público na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Entretanto, estudos relacionados aos impactos da atividade petrolífera investigam a coerência na aplicação dessas compensações, cujo objetivo visa mitigar os impactos ambientais, considerando os riscos concernentes à exploração do petróleo, como também o conseqüente aumento demográfico nas áreas produtoras, exigindo maior investimento em serviços públicos.

Shultz (2005) analisa os desdobramentos da produção petrolífera na Holanda, onde a oferta dos petrodólares gerou um quadro de desestímulo à economia nacional, principalmente nos setores industrial e agrícola. A dependência cada vez maior dos orçamentos públicos aos *royalties* e participações especiais, em detrimento das atividades econômicas locais “desestimuladas” pela cadeia produtiva do petróleo, pode ser considerada um sintoma da chamada "Maldição dos Recursos Naturais" (ROMÃO; SOARES, 2013). Esse conceito será



melhor compreendido no decorrer desse trabalho, junto a análise dos dados concernentes à realidade de Quissamã.

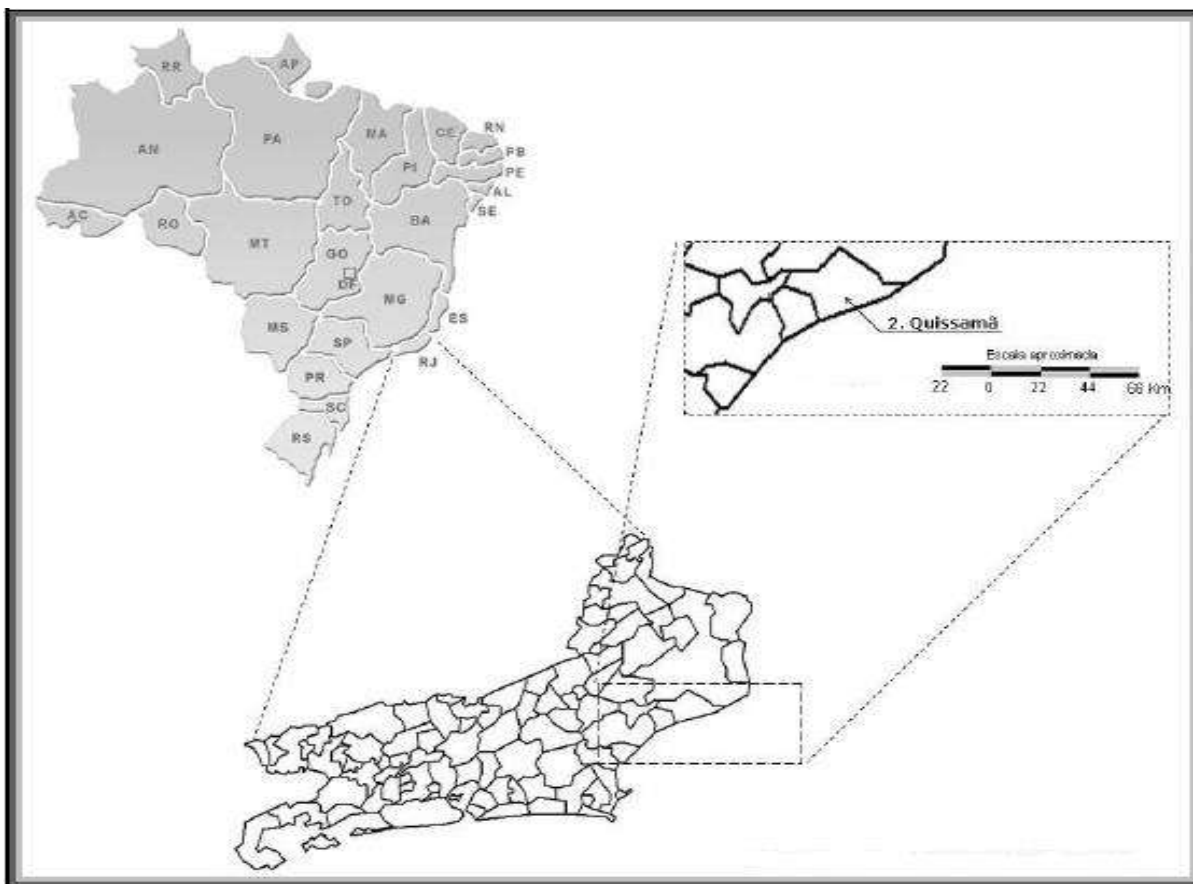
## **DO RURAL AO URBANO: NOVOS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS EM QUISSAMÃ**

129

Com histórica ligação com as atividades agropecuárias, Quissamã, objeto de estudo desse trabalho (cartograma 1), apresenta fortes laços com o meio rural, sendo a criação de gado e, principalmente, a monocultura da cana-de-açúcar um dos vetores de ocupação do território no século XVI, como afirma Rua (2000):

O município de Quissamã não foge à regra da região (norte fluminense). Situado na Baixada Campista, num ambiente costeiro, fortemente marcado pelos processos geológicos e geomorfológicos ligados à evolução do litoral e da foz do rio Paraíba do Sul, que criaram condições especiais para o desenvolvimento da atividade agrícola no município, desde o final do século XVIII vem sendo marcado pela monocultura canavieira e pelos desdobramentos sociais, e econômicos decorrentes do predomínio dessa atividade (RUA, 2000, p. 15).

O recebimento das compensações financeiras modificou significativamente a economia local, engendrando impactos na sua estrutura social e territorial (SOUZA, 2003). Entre a década de 1990 e a primeira década do século XXI, a população de Quissamã cresce de forma exponencial, refletindo um novo ciclo econômico, o do petróleo.



Cartograma I - Localização do Município de Quissamã/RJ. Fonte: LEMOS, 2008.

No período de 20 anos a população local quase dobrou, saindo de 10.467 habitantes em 1991 para 20.747 habitantes em 2010. Dentre esses municípios, 7.246 estão estabelecidos em áreas rurais (IBGE, 2010), fazendo de Quissamã um dos dez municípios com menor índice de urbanização do Estado do Rio de Janeiro (tabela 1).



<b>TABELA 1 – RANKING DOS MUNICÍPIOS MENOS URBANIZADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2010</b>		
1 º	3 7%	Sumidouro
2 º	4 4%	São José de Ubá
3 º	4 4%	São José do Vale do Rio Preto
4 º	4 6%	Trajano de Moraes
5 º	5 1%	São Francisco de Itabapoana
6 º	5 2%	São Sebastião do Alto
7 º	5 7%	Santa Maria Madalena
8 º	6 0%	Bom Jardim
9 º	6 1%	Varre-Sai
<b>1 0º</b>	<b>6 4%</b>	<b>Quissamã</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

No que tange aos indicadores sociais, comparando o IDH-M<sup>c</sup> dos municípios integrantes da OMPETRO, Quissamã apresenta o segundo menor índice, inferior, inclusive, à média estadual. Todavia, no que diz respeito à sua evolução, observa-se um crescimento percentual de 73% no período de 1991 a 2010.

<sup>c</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Este índice foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar o desenvolvimento social e econômico em escala local. Leva em consideração o índice de alfabetização, a renda per capita e a expectativa de vida dos municípios.



<b>TABELA 2 – EVOLUÇÃO IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA OMPETRO E MÉDIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1991 a 2010</b>			
<b>Cidade</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Arraial do Cabo	0,513	0,632	0,733
Búzios	0,489	0,604	0,728
Cabo Frio	0,515	0,614	0,735
Campos dos Goytacazes	0,505	0,618	0,716
Carapebus	0,412	0,579	0,713
Casemiro de Abreu	0,491	0,619	0,726
Estado do Rio de Janeiro	0,573	0,664	0,761
Macaé	0,534	0,665	0,764
Niterói	0,681	0,771	0,837
<b>Quissamã</b>	<b>0,406</b>	<b>0,561</b>	<b>0,704</b>
Rio das Ostras	0,445	0,62	0,773
São João da Barra	0,484	0,548	0,671

Fonte: Elaboração própria a partir Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

## **RENDAS PETROLÍFERAS E A RECEITA ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL: UMA NOVA REALIDADE ECONÔMICA PARA QUISSAMÃ**

Dentre os municípios que mais recebem *royalties* da exploração petrolífera, nove são fluminenses, que constituem a OMPETRO. São estes os municípios integrantes da organização: Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casemiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Dentre eles, Quissamã apresenta a maior receita orçamentária per capita da organização, superior ao índice médio do Estado do Rio de Janeiro (tabela 3).





<b>TABELA 3 – RELAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA X POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA OMPETRO – 2010</b>			
<b>Cidade</b>	<b>Receita Total (R\$ milhões)</b>	<b>População</b>	<b>Receita per capita</b>
Arraial do Cabo	R\$ 91.000.000	28.010	R\$ 3.248,84
Búzios	R\$ 161.356.372	28.279	R\$ 5.705,87
Cabo Frio	R\$ 610.972.877	190.787	R\$ 3.202,38
Campos dos Goytacazes	R\$ 2.044.461.698	468.087	R\$ 4.367,70
Carapebus	R\$ 80.236.161	13.697	R\$ 5.857,94
Casemiro de Abreu	R\$ 218.093.488	36.360	R\$ 5.998,17
Macaé	R\$ 1.604.548.765	212.433	R\$ 7.553,20
Niterói	R\$ 1.223.828.678	489.720	R\$ 2.499,04
<b>Quissamã</b>	<b>R\$ 212.608.348</b>	<b>20.747</b>	<b>R\$ 10.247,67</b>
Rio das Ostras	R\$ 602.864.574	110.992	R\$ 5.431,60
São João da Barra	R\$ 339.231.831	33.136	R\$ 10.237,56

Fonte: Elaboração própria a partir do Inforoyalties, IBGE Cidades e Tesouro Nacional.

Uma das características da chamada “Maldição dos Recursos Naturais”, já citada neste trabalho, diz respeito ao desestímulo econômico de outros setores produtivos frente às dinâmicas do setor petrolífero. Tal característica é identificada em Quissamã, quando observado o resultado produtivo das principais atividades agrícolas locais, verificando-se a estagnação da produção no período concomitante ao recebimento das compensações financeiras<sup>d</sup>.

<sup>d</sup> Produção de cana de açúcar, coco e gado analisada no período correspondente ao anos de 1998 a 2012 (IBGE, 2014).



Outro dado relacionado ao marasmo do setor agropecuário refere-se a evolução dos postos de trabalho no período compreendido entre 1998 a 2013. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (MTE, 2014), a administração pública local responde pelo maior crescimento na criação de postos de trabalho, sendo o setor que mais emprega no município. Já o setor agropecuário representa apenas 8% dos empregos locais, sendo o setor econômico com menor crescimento entre os que apresentaram evolução positiva (tabela 4).

134

<b>TABELA 4 – EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS POR SETOR PERÍODO 1998 A 2013</b>				
<b>Atividades</b>	<b>1998</b>	<b>2008</b>	<b>2013</b>	<b>Em relação ao total (%)</b>
Extrativa Mineral	0	7	7	0%
Indústria de Transformação	517	162	240	7%
Serv. Ind. de Utilidade Pública	1	1	0	0%
Construção Civil	214	63	23	1%
Comércio	75	307	416	13%
Serviços	175	275	339	11%
Administração Pública	931	1757	1901	60%
<b>Agropecuário</b>	<b>191</b>	<b>228</b>	<b>261</b>	<b>8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2104</b>	<b>2800</b>	<b>3187</b>	<b>100%</b>

Fonte: MTE (CAGED – Perfil dos Municípios) e PINTO, 2006.

Outro sintoma da “Maldição” pode ser observado quando analisada a evolução da receita orçamentária de Quissamã. O município apresentou no período de 1999 a 2011 mais de 56% de suas receitas oriundas das indenizações petrolíferas (tabela 5), evidenciando importante dependência econômica aos *royalties* e participações espaciais.



<b>TABELA 5 – DEPENDÊNCIA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS INDENIZAÇÕES PETROLÍFERAS – MUNICÍPIOS DA OMPETRO – MÉDIA 1999 a 2011</b>		
1º	65,5%	Rio das Ostras
2º	63,0%	Campos dos Goytacazes
<b>3º</b>	<b>56,3%</b>	<b>Quissamã</b>
4º	55,7%	São João da Barra
5º	52,7%	Carapebus
6º	48,3%	Casemiro de Abreu
7º	45,0%	Macaé
8º	44,6%	Búzios
9º	39,1%	Cabo Frio
10º	16,1%	Arraial do Cabo
11º	3,8%	Niterói

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios Socioeconômicos TCE/RJ.

Tal dependência orçamentária reflete a urgência na diversificação da economia local, uma vez que, a condição finita do petróleo, ou ainda, a mudança das regras de distribuição dos *royalties* e participações especiais poderão tirar de Quissamã a sua maior fonte financeira. Assim, as atividades agropecuárias poderiam ser mais efetivas, tanto como possibilidade econômica para o município, quanto por sua importância histórica e cultural ora citada. Para tanto, a ação das políticas públicas agropecuárias mostra-se como possibilidade de mudança do quadro exposto.

Ressalta-se a necessidade de analisar de quais formas as demandas populares são consideradas pelo poder público local na formulação de tais políticas públicas, resultando no controle e no acompanhamento social na aplicação dos *royalties* e participações especiais do petróleo no espaço agrário.



## **POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO COLETIVA NA REALIDADE**

As políticas públicas ganham importância no contexto nacional nas décadas de 1980 e 1990, em meio ao processo de redemocratização e de inserção do modelo neoliberal no país, onde o Estado passa a conceber ações pontuais frente as mazelas sociais inseridas no bojo do sistema capitalista. Pode-se dizer que as políticas públicas como um conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público - nas suas diferentes escalas de atuação (local, regional e nacional) - visando à implementação de programas por meio da intervenção do Estado, promovendo alterações econômicas, geográficas e sociais (LEMOS, 2008, p. 66).

Em outras palavras, pode-se afirmar que as políticas públicas são ferramentas que permitem ao Estado desenvolver medidas sócio-políticas e administrativas a partir do reconhecimento das demandas da sociedade (FRAGA; LEMOS, 2006, p. 12). Ainda sobre as definições de políticas públicas, sintetiza Souza (2006):

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

As demandas sociais dos grupos mais vulneráveis devem ser priorizadas pelo poder público. Para tanto, é fundamental que essa parcela da sociedade seja ouvida, uma vez que, a criação de políticas públicas é, antes de mais nada, um ato político em resposta a um conflito, passivo de subjetividade e de interferência dos mais diversos setores da sociedade. Desta forma, não se pode analisar as ações governamentais apenas como iniciativa do poder público, mas também, como forma de atender aos interesses de grupos sociais. Essa relação é chamada de “questões de fundo” das políticas públicas (Hofling, 2001).



Inserir as demandas das camadas sociais mais carentes no âmbito da agenda governamental é a forma pela qual a política pública pode, de fato, alterar a realidade dos grupos mais vulneráveis, criando condições para que se construa a cidadania na vida dos beneficiários. Parente (2006) resalta a importância da participação cidadã:

Essa participação cidadã se transforma em ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares aos atos de gestão, segundo uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, e contribui para garantir a execução eficiente dos programas de compensação social. (PARENTE, 2006, p. 11).

137

A participação social na formulação e na implementação das políticas públicas podem ocorrer de diversas formas, dentre elas, por meio de projetos de lei de iniciativa popular, criação e participação de conselhos setoriais de gestão de políticas públicas, além de instrumentos jurídicos, como a Ação Civil Pública, a Ação Popular e o Mandato de Segurança Coletivo.

Nesse contexto, busca-se observar as formas pelas quais ocorre, ou não, a participação social na formulação e acompanhamento das políticas públicas agropecuárias implementadas pelo poder municipal. Considerando os conflitos de interesses e a correlação desigual de forças inerente ao espaço agrário quissamaense, os pequenos produtores rurais emergem como grupo vulnerável, desprovidos muitas vezes de força econômica e política frente aos grandes latifundiários que, em Quissamã, sempre apresentaram estreita relação ao poder público local.

## **RESULTADOS PRELIMINARES**

O presente ensaio insere-se no âmbito do Programa de Mestrado em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É fruto das



pesquisas e reflexões proporcionadas no bojo da orientação acadêmica, que serão aprofundadas ao longo do curso.

A partir de dados obtidos em visitas à Prefeitura de Quissamã, especificamente na Secretaria de Agricultura, observou-se a existência de políticas públicas voltadas para as atividades agropecuárias do município, com destaque para o “Programa de Revitalização da Lavoura Canavieira”, o “Programa de Incentivo à Pecuária”, a “Patrulha Agrícola” e o “Programa de Apoio à Cultura de Coco”. Tais programas procuram atender às demandas das principais atividades econômicas rurais, porém, ao se analisar os resultados da produção dessas culturas no período compreendido entre 1998 e 2010, verifica-se o quadro de relativa estagnação nos últimos anos.

Em informações levantadas junto aos pequenos produtores atendidos pelas ações do poder público local, diagnosticou-se descontentamento nessas ações, porque as políticas para o setor pouco reverberaram na produtividade, também associada à baixa oferta de mão de obra atuante no trabalho agropecuário, correspondendo apenas a 8% do total de empregos do município.

Outra informação obtida até o momento, já exposta no presente trabalho, relaciona-se aos dados secundários adquiridos por meio de pesquisa ao IBGE, ao Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013), dentre outros. Os dados quantitativos mostram a posição privilegiada do município como receptor das rendas petrolíferas, contrastando com o modesto avanço nos seus indicadores sociais.

Considerando o espaço rural quissamaense, como um território de possibilidades econômicas e como lugar de vivência de pelo menos 30% da população local, é relevante o aprofundamento das pesquisas relacionadas às políticas públicas agropecuárias do município, esclarecendo de que maneira os pequenos produtores exercem participação social e quais são os benefícios sociais coletivo no direcionamento dessas políticas públicas.





## BIBLIOGRAFIA

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural*. Ed. fevereiro 2014. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=6970>>. Acesso em 06/08/2014, às 09h 30min.

BRASIL. Lei nº 2565/2011. *Dispõe sobre a determinação das novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 17/06/2014, às 14h 38min.

FRAGA, Renata de Oliveira. LEMOS, Linovaldo Miranda. Migração cidade-campo e o capital social: estratégias para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo. In: *Anais do III SIDR - Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional*. Outubro de 2006, UNISC. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In: *Caderno Cedes*, ano XXI, nº 55, nov. 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema IBGE de Recuperação Integrada*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 21 de maio de 2014, às 20h e 56min.

LEMOS, Linovaldo Miranda. *O Papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios “novos ricos” fluminenses: o programa “saúde da família” de Quissamã e o orçamento participativo de Rio das Ostras*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências da UFRJ, 2008.

MARIANI, Alayde Wanderley. Quissamã, história e sociedade. In: MARCHIORI, Maria Amélia Prado (org.). *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró Memória, 6ª. Diretoria Regional, 1987.

OMPETRO - ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO. *Institucional: Missão e Objetivos*. Disponível em: <<http://www.ompetro.org.br>>. Acesso em 16/06/2014, às 16h 30min.

PARENTE, Lygia Bandeira de Mello. *Participação social como instrumento para a construção da democracia: a intervenção social na administração pública brasileira*. Brasília: UNB, 2006. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054994.PDF>. Acesso em 22/07/2014, às 21h 42min.



PINTO, Ana Beatriz Manhães. *Desemprego e políticas sociais em Quissamã: o desafio do desenvolvimento com cidadania*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Candido Mendes, 2006.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 21/05/2014, às 19h e 30min.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à gestão ambiental pública*. 2º ed. revista. Brasília: IBAMA, 2006.

ROMÃO, Frederico Lisbôa; SOARES, Josi. Pré-sal e desenvolvimento sócio-ambiental no Brasil: notas sobre suas contradições. In: *Anais do 37º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 23-27 de setembro de 2013, Águas de Lindóia, São Paulo.

RUA, João. Implicações territoriais do processo de modernização no município de Quissamã (RJ). In: RUA, João (org.). *Quissamã em busca de novos caminhos*. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 2000.

SERRA, Rodrigo. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SHULTZ, J. *Seguindo a pista do dinheiro: um guia para monitorar orçamentos e receitas do petróleo e do gás natural*. Open Society Institute. New York, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, José Luiz Amado de Menezes. Reestruturação do espaço agrário do município de Quissamã e a inserção de novas atividades agrícolas. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). *Revisando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

STN – SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Contabilidade Pública*. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em 21/05/2014, às 22h 10min.

TCE – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudo sócioeconômico de Quissamã*. Rio de Janeiro: TCE. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em 21/05/2014, às 21h 25min.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de  
2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 127-141

UCAM – Universidade Cândido Mendes. *Inforoyalties*. Disponível em:  
<<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em 21/05/2014, às 19h 55min.



## DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CARAPEBUS: ESPAÇO, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

CASTRO, Camila Cabral de  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*  
*milinhapitanga@hotmail.com*

CAETANO, Rodrigo da Costa

142

### RESUMO

O presente trabalho visa estudar a valorização do turismo por meio dos *royalties* e da educação ambiental a partir da estruturação espacial e da possibilidade de implantação de programas voltados para o meio ambiente e melhor qualidade de vida da população. Concentraremos o estudo de caso em Carapebus, município no qual será realizado um levantamento sobre como o seu espaço está preparado para receber o turismo, pois apesar de apresentar atrativos naturais e culturais, não dispõe de um destaque em relação aos outros municípios litorâneos da região Norte Fluminense. Dessa forma, será visto como se encontra a relação oferta-procura para os visitantes e como se tem planejado efetivamente o turismo na região de estudo, levando em consideração o espaço, o ambiente e as políticas públicas.

**Palavras-chave:** Turismo, Ambiente, Carapebus.

### ABSTRACT

The present research aims to study the enhancement of tourism through royalties and environmental education from the spatial structure and the possibility of implementation of programs for the environment and better quality of life. Concentrate on the case study Carapebus, municipality in which a survey about how your space is ready to receive tourism will be realized, for although present natural and cultural attractions, does not have a standout compared to other coastal counties of North Fluminense. Thus it will be seen as is the relationship between supply and demand for visitors and how they have effectively planned tourism in the region of study, taking into account the space, the environment and public policy.

**Keywords:** Tourism, Environment, Carapebus.



## 1 – APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento turístico com base somente nos recursos pode representar uma ameaça à conservação dos mesmos, pois os turistas além de usufruírem dos serviços oriundos do município, gerando “emprego” (trabalho) e renda, também provocam impactos, ainda que mitigados, ao ambiente local.

Desenvolvimento está intimamente relacionado à valorização de recursos, tanto naturais (paisagem) quanto econômicos (*royalties*), estes devem ser conservados para as futuras gerações. Para tanto, tem que haver um ordenamento (territorial e ambiental) das ações humanas (política – planejamento) sobre o turismo.

Assim, propõe-se um estudo sobre as políticas públicas voltadas para promoção do setor no município de Carapebus, que conta com uma proximidade estratégica junto a Macaé e Quissamã. Os municípios de Carapebus e Quissamã foram desmembrados de Macaé, destacando a influência dos *royalties* para as respectivas emancipações. Segundo Becker (2001), o turismo apresenta uma hibridez, ele é considerado propulsor de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo pode ser caracterizado como fator responsável sobre o ambiente, por isso políticas públicas voltadas para o beneficiamento do turismo são extremamente necessárias.

O turismo surgiu no século XIX com recentes tecnologias de transporte, ferrovias e navegação a vapor. Com isso, grupos (restritos) de indivíduos começaram a investir na atividade turística. Somente no século XX, com as mudanças na sociedade capitalista, que o turismo passou a ser uma atividade significativa. Os indivíduos passam a ter salários menos injustos, redução da carga horária de trabalho, aposentadoria, e a possibilidade do transporte aeroviário; surge, então, o turismo de massa (BECKER, 2001, p. 3).

Muitas medidas ainda precisam ser tomadas, priorizando cada vez mais a população menos favorecida, pois é a que mais necessita da intervenção do poder público municipal, sendo a mais atingida pelos impactos do turismo local e a que menos usufrui, em geral, das vantagens do empreendimento e até mesmo das possibilidades de viajar turisticamente para



outras localidades.

A união entre os vários setores do governo, instituições de regulamentação do turismo, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada são responsáveis pelo desenvolvimento do setor turístico a favor do bem-estar dos indivíduos. As leis já existentes devem se fazer presentes no cotidiano desse território litorâneo (RJ). Dessa forma, saberemos se as políticas públicas que visam ao desenvolvimento do turismo contribuíram para um crescimento econômico.

Os turistas usufruem de certa infraestrutura quando viajam, sendo levados por algum motivo, seja ele por saúde, negócios ou mesmo descanso. Fazem uso do setor de serviços em geral, consomem e levam consigo lembranças pertencentes ao local. Assim, é necessário um estudo sobre a temática que se apresenta na perspectiva de políticas públicas voltadas para promoção, desenvolvimento e ordenamento do turismo no município de Carapebus.

Alguns dos municípios litorâneos das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas têm no seu interior um forte estímulo para o turismo, inclusive Macaé conta com uma gama bastante fortalecida de elementos essenciais como infraestrutura e rede de serviços, com o intuito de atingir os que encontram no município chances de crescimento e desenvolvimento profissional.

Entretanto, Carapebus possui uma situação bastante difícil dentre os demais municípios litorâneos das regiões supracitadas. Isso porque não possui uma rede integrada e muito menos consolidada de serviços de suporte para o turismo no local, o que se reflete em menor rentabilidade e níveis de progresso turístico.

Vale ressaltar que a atenção e as ações dos últimos governos para o turismo serão levantadas, inclua-se a questão dos *Royalties* que perpassa as políticas públicas constituídas com o objetivo de melhorar a vida das pessoas, já que o município recebe uma compensação financeira (de alto valor econômico, proporcionalmente à população e à área) a qual possibilita o incremento dos recursos e suportes básicos para os municípios.

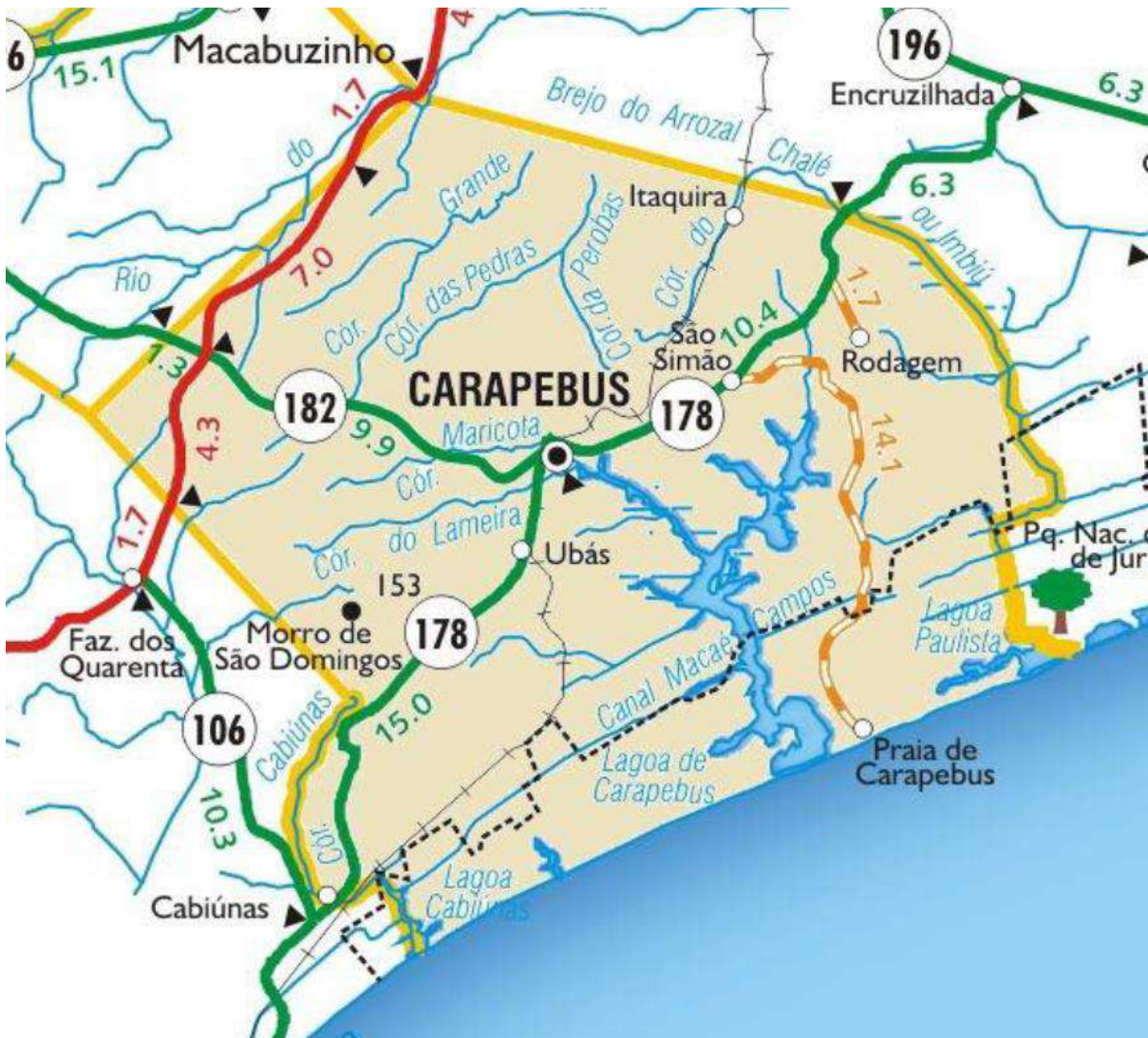
O valor arrecadado pelos *royalties* municipais no último ano (2013) está em torno de R\$ 1.334.171.754,00 de Reais segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), possibilitando





políticas públicas importantes para o desenvolvimento da sociedade, destinadas, por exemplo, às melhorias da educação, da saúde e dos transportes públicos, bem como da infraestrutura básica para o bom funcionamento da cidade.

### 1.1 – Caracterização da Área de Estudo



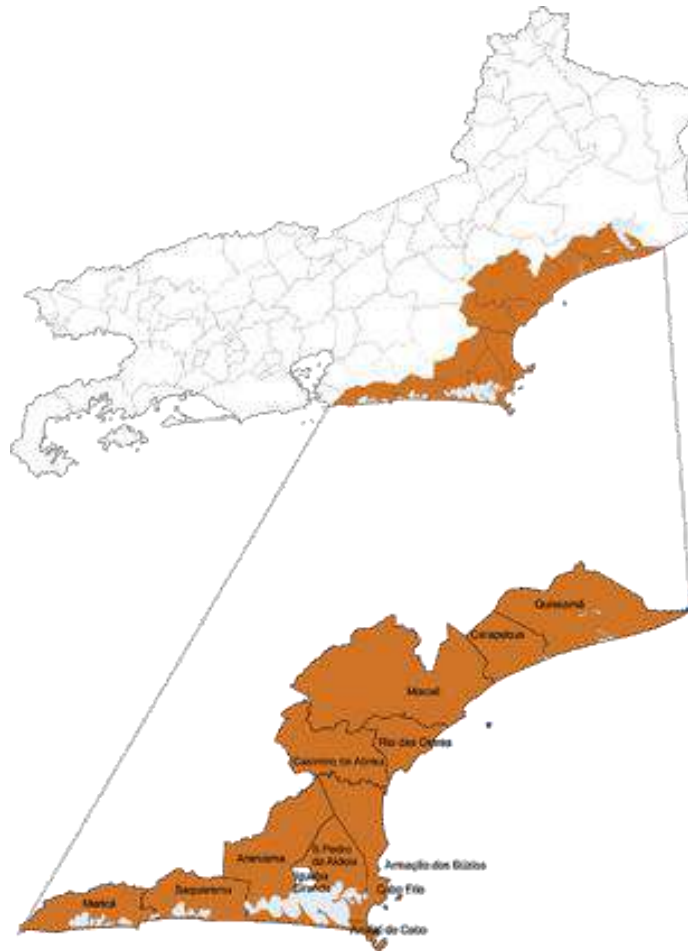
Fonte: DER (2006) adaptado pelo TCE (2013).



A Região Norte Fluminense está localizada no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das seis mesorregiões do estado. Os municípios que compõem o Norte Fluminense são: Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Conceição de Macabu, São Fidélis e Cardoso Moreira (IBGE). Os seis primeiros estão inseridos na extensão litorânea da região.

Sobre a perspectiva estadual para a região, observa-se que existe regionalização turística específica (Costa do Sol, vide mapa na próxima página), com um respectivo planejamento para o setor. Segundo a Fundação CEPERJ (2014), a região Norte Fluminense conta com os setores industrial, agropecuário e de serviços relevantes para a economia.

146



Mapa da mesorregião turística: Costa do Sol Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/costadosol.asp>. Acessado em 08/08/2014.



Nesse estudo, foi percebido no que diz respeito ao turismo e suas atividades, que os mesmos estão ligados ao litoral, pois com ele ocorre o turismo de veraneio, partindo do pressuposto dos atrativos praieros e ecológicos (parques). O agroturismo também tem potencial nesses municípios, que contam com uma agropecuária tradicional.

Com relação aos recursos, destacamos que Carapebus é o segundo menos abastado em Royalties. Todavia, quando analisamos a relação entre população e área territorial, concluímos que se trata de um valor em *royalties* significativo proporcionalmente (vide tabela a seguir).

147

Tabela

Municípios	Território	População	Royalties
Macaé	1.216,846 km <sup>2</sup>	224. 442	466.531.575,5 2
Quissamã	1.216,846 km <sup>2</sup>	21.8 06	85.684.414,46
<b>Carapebus</b>	<b>308.130 km<sup>2</sup></b>	<b>14. 408</b>	<b>35.784.883, 44</b>
Campos dos Goytacazes	4.026,696 km <sup>2</sup>	477. 208	630.384.833,22
São Francisco de Itabapoana	1.122,438 km <sup>2</sup>	41.3 97	8.292.812,42
São João da Barra	455 km <sup>2</sup>	32.747	107.493.237,46

Território, população e royalties dos municípios litorâneos do Norte Fluminense.

Fonte: Dados do IBGE e Info Royalties, 2013. Organização própria.

Os municípios litorâneos da Região Norte Fluminense apresentam suas particularidades e potencialidades. Dessa forma, tornam-se destacáveis algumas variações em suas respectivas atratividades turísticas.

Carapebus possui poucas atividades conhecidas enquanto fatores de atração turística que levem pessoas a conhecerem e visitarem o município. No setor cultural, destaca-se a



Estação Cultural municipal, e no segmento natural, a Praia e a Lagoa de Carapebus. Entretanto, não conta com de rede hoteleira, dificultando a permanência de visitantes no município (Estudo Socioeconômico 2013 – TCE).



Fotos 1 e 2 (autoria própria): Estação Cultural de Carapebus (02/05/2014).

A partir das experiências vivenciadas no município de Carapebus, percebe-se uma despreocupação em relação às questões básicas de cidadania. A população local e os possíveis visitantes precisam se conscientizar sobre a importância de um suporte municipal. Muito mais do que um turismo de eventos, necessita-se apontar para o turismo ecológico.

Segundo o Programa de Economia do Turismo (2003-2009), é necessária como vertente (investimentos) de políticas públicas e sociais para o desenvolvimento local: redes de esgoto e saneamento básicos adequados, serviços de transportes regulares, comércio varejista etc. A associação dos serviços somada à sensibilização dos munícipes, possibilitará um crescimento turístico em Carapebus.

## 1.2 - Objetivos

Compreender como se caracteriza o turismo do município de Carapebus e como se organiza o espaço em questão para a respectiva função. A partir das potencialidades municipais e dos investimentos utilizando os *royalties* (petróleo e gás) voltados para a população, refletir sobre as possibilidades políticas e econômicas para o setor turístico.



## 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2011) o turismo é:

(...) o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual, por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

149

Portanto turismo e mobilidade de pessoas estão intimamente relacionados. Os chamados turismos de veraneio e rural apresentam suas especificidades. Em Carapebus, ambos não têm eficiência e o devido aproveitamento.

O turismo de veraneio é baseado na alta temporada (verão para o litoral). Elementos como praia, campeonatos esportivos, concursos de beleza, apresentações musicais etc., fazem parte do imaginário local - regional.

Para Saquet (2013), as residências de veraneio são chamadas de "residências secundárias", já que representam a segunda opção de domicílio do indivíduo, e essa opção é para passar pouco tempo, como um fim de semana ou ainda somente um dia, por algum motivo, usufruindo muitas vezes do calendário de eventos.

Já o turismo rural teve seu início com a prática de hospedagem em propriedades rurais para abrigar viajantes oriundos de outras regiões (PORTUGUEZ, 2002). Com o passar do tempo, as propriedades passaram a oferecer uma maior estrutura, dando origem aos *resorts* e hotéis-fazenda (PORTUGUEZ, 2002, p. 82). O modelo de turismo rural estimulou a reestruturação de algumas áreas caracterizadas pelas atividades agropecuárias por conta da geração de renda.

As paisagens naturais e culturais, compõem os aspectos materiais e não-materiais (YÁZIGI, 2002, p. 89), os quais se relacionam a valor e sentido. Transitam brevemente entre a paisagem e o lugar pelas questões simbólicas, percepções, subjetividades, como veremos a seguir.





A paisagem é um dos elementos principais como atrativo turístico. Segundo Pires (2001, p. 235) “a paisagem, como expressão espacial e visual do ambiente, sintetiza todas as dimensões implicadas na sua formação e transformação, seja por força da própria natureza, seja pelas interferências humanas”. O mesmo ressalta a importância de se conhecer diversos lugares e principalmente as suas particularidades.

Com isso, a paisagem passa a ser um “ponto de referência”, já que viajando por distintos lugares será possível visualizar diferentes paisagens. Pires (2001, p.235) afirma que, “a paisagem torna-se um indicador privilegiado de como o turista está realmente mudando de lugar, pois é ela (...) um produto da sociedade e da cultura que se desenvolve em toda parte”. Percebe-se que paisagem e turismo são dois elementos que se relacionam. Caso o local não possua uma paisagem que cativa, o turismo não será valorizado.

O conceito de paisagem pode ser modificado dependendo dos interesses turísticos em questão. Porém, existem três aspectos ou dimensões que permanecem, Pires (2001):

Dimensão estética ou visual: de acordo com o que o ser humano sente, reage e a sua percepção diante tal paisagem.

Dimensão cultural: a cultura neste caso é o ponto de partida, ditando emoções que se tornam muito mais importante que qualquer conceito “material” de beleza.

Dimensão ecológica (ou ecológico-geográfica): é o que pode ser visto como consequência de elementos físicos e biológicos que fazem parte do processo de formação da paisagem.

A paisagem possui algumas características que aumentam a sua qualidade visual. Tanto de origem natural, como: florestas; montanhas; fauna e flora; praias; rios, lagos e lagunas, quanto de origem antrópica, como: parques e igrejas; lixo exposto, pouco “verde” na área urbana; rios e lagos degradados ambientalmente etc.

Com o aumento das discussões em relação ao meio ambiente, o termo Ecoturismo é cada vez mais empregado. A sua base está “nas características da natureza e o turismo ao ar livre”. (FERRETTI, 2002, p. 116).

Um dos termos relevantes para o turismo e que contribui para melhor organizar suas atividades é a percepção ambiental. Para Okamoto (2002, p. 27),





Temos a sensação do ambiente pelos estímulos desse meio sem se ter consciência disso. Pela mente seletiva diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado a atenção, e só aí é que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento.

Cada pessoa tem sua própria percepção, ou seja, um aspecto pode ser visto diferentemente por várias pessoas. A cultura e os interesses dos indivíduos que vivem e visitam o lugar influenciarão na percepção. Por outro lado, o turismo depende do dinamismo de elementos que o favorecem no espaço proposto, tais como: transporte, infraestrutura, gestão e *marketing* etc.

Além das belezas naturais (cênicas), dos aspectos culturais etc., há uma necessidade de observação e análise dos possíveis potenciais para o desenvolvimento turístico do litoral Norte Fluminense, como poderá ser visto a seguir.

## 2.1 – Potencialidades Turísticas do Município de Carapebus

O município de Carapebus possui praia e lagoa (vide fotos 3 e 4) não muito conhecidas na região, e poucos serviços para atender aos seus visitantes, diferentemente de Macaé (conhecida como a “princesinha do atlântico”), que possui toda estrutura com calçadão em sua orla marítima, presença de hotéis e restaurantes.

A lagoa de Carapebus, segundo o Mapa de Cultura do Rio de Janeiro (<http://mapadecultura.rj.gov.br/carapebus/lagoa-de-carapebus>, acesso em 24/04/2014).

Com uma área aproximada de 10 km<sup>2</sup> – é formada por vários córregos e ligada ao canal Macaé-Campos. A microbacia Lagoa de Carapebus localiza-se no centro do município, com uma parte na Restinga de Jurubatiba. Seu principal curso d’água, com 5 km de extensão, é o córrego da Maricota, totalmente inserido no município.



Fotos 3 e 4 (autoria própria): lagoa de Carapebus (02/05/2014)

152

Carapebus possui uma praia de características rústicas. Com um mar e uma espaçosa faixa de areia fina de coloração avermelhada, possui ainda diversas árvores em sua extensão. Com muitas residências próximas, costuma ser mais frequentada por moradores da região. É indicada para surfe, além de outros esportes como vôlei, futebol e frescobol. Alguns visitantes aproveitam a praia para a prática da pesca, por sua tranquilidade; é indicada para os que desejam descansar.



Fotos 5 e 6 (autoria própria): praia de Carapebus (02/05/2014)

Cabe destacar que no viés ambiental também sobressai o Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba (Unidade de Conservação Federal), que está presente nos municípios de Carapebus, Macaé e Quissamã.



## 2.2 – Possibilidades de investimentos turístico-ambientais em Carapebus

O maior valor arrecadado dentre os municípios do litoral Norte Fluminense está concentrado em Campos e Macaé (considerado o município com maior desenvolvimento nas últimas décadas do estado do Rio de Janeiro), os quais no último ano (2013) obtiveram algo em torno de R\$ 630.384.833,22 e R\$ 466.531.575,52 respectivamente.

Já os municípios que menos arrecadam com os *royalties* são Carapebus, com R\$ 35.784.883,44 e São Francisco de Itabapoana, com R\$ 8.292.812,42. Dessa forma, nota-se que o município de Carapebus possui um valor de arrecadação significativo comparado a São Francisco (considerando-se o tamanho do município e número de habitantes). Entretanto, o que é feito com esse investimento em benefício da população local? Outro questionamento que nos leva a reflexão é quanto e de que maneira parte desse valor recebido é revertido para o turismo local? É preciso levantar quais políticas públicas (ou programas de governo) foram incrementadas utilizando os *royalties*.

O município de Carapebus mantém uma “desordem” com relação ao turismo local no que cerne aos aparatos básicos para sua base de desenvolvimento. Sabendo que os municípios se encontram no interior do estado do Rio de Janeiro, questiona-se a possibilidade de haver atividades turísticas, pois a maior parte das áreas possui como uma das principais atividades econômicas a produção agrícola (SAQUET, 2013).

O turista que conhece bem os atrativos existentes, assim como o morador, se identifica com o lugar, os seus atrativos, o espaço natural, ou seja, tem uma relação de valor. Vale salientar que ocorre interação entre residente e turista, a partir das interferências e modificações do visitante sobre o local visitado; eles compartilham experiências, interesses, costumes e valores.

Para outros autores, como Portuguez (2002), durante um bom tempo o turismo foi um segmento para poucos, e o mesmo chega a essa conclusão baseado na ínfima parcela da população que possui um maior poder aquisitivo. Atualmente, a atividade turística está massificada em consequência de sua excessiva popularidade, ocupando uma posição de



destaque no cenário mundial e atingindo a todos os tipos de público (PORTUGUEZ 2002, p. 21).

O turismo, com o passar dos anos, tornou-se tão importante que representa uma das maiores fontes de renda e geração de emprego, superando até mesmo outros segmentos econômicos. A partir disso, os investimentos no turismo tiveram seu início.

Os autores Saquet (2013) e Portuguez (2002, p. 23) concordam que a estrutura montada para a efetivação do turismo não suporta a demanda dos turistas, neste caso no município de Carapebus. O ambiente é o maior prejudicado, havendo a perda da biodiversidade. Mais uma vez o saneamento básico é citado por Portuguez (2002), sendo um dos maiores problemas encontrados no setor turístico.

### 2.3 - Índices de violência como expressão do Impacto Ambiental

Para a região litorânea do estado do Rio de Janeiro há um deslocamento constante das pessoas em finais de semana, feriados prolongados e férias de verão relacionado às amenidades ambientais. Essa concentração gera impactos profundos no que cerne ao espaço turístico, modificando-o e levando problemas para a população, como a violência.

No período do calendário de eventos, principalmente nas férias de verão, tem acontecido vários homicídios noticiados pela imprensa local e regional. Essas tensões vêm preocupando tanto a população residente, quanto os visitantes.

Segundo consta nos sites de notícias da região, as informações do aumento da violência na região fluminense são surpreendentes. Nos vinte primeiros dias deste ano, ocorreram homicídios nas praias de Grussaí, Atafona e Chapéu do Sol (São João da Barra - Jornal Terceira Via, Janeiro de 2014). A prefeitura admitiu a carência na segurança pública e prometeu criar uma Companhia de Polícia Independente e um Posto de Policiamento na Rodovia RJ-240.



Campos dos Goytacazes tem crescentes índices de violência. Assaltos à luz do dia e com mão armada estão sendo mais recorrentes. Na alta temporada (férias de verão) os problemas aumentam e as atenções são voltadas para Farol de São Thomé, incluindo assassinatos.

Macaé é mais um município que possui altos índices de violência, atribuído ao repentino crescimento demográfico e à fuga de traficantes que atuavam em comunidades do Rio que foram pacificadas. (Jornal O Globo de 22/03/2011). O tráfego é bastante intenso, considerado como caótico, há um grande fluxo de pessoas (trabalhadores) na cidade durante a semana, e o transporte público utilizado não comporta toda a demanda.

São Francisco de Itabapoana ficou marcado por notícias sobre assassinatos por tomada e/ou expulsão da terra, e a respeito de apreensão de drogas etc. Em Quissamã, policiais fizeram patrulhamento e buscas pelos bairros atrás de informações e pistas de quadrilha de assaltos a postos de combustíveis na região Norte Fluminense (site paparazzo Macaé, Maio de 2014).

Carapebus até o presente momento não passa por muitos problemas de criminalidade e violência, comparado aos outros, mas caso seja difundida a atividade turística no referido município, projetos de segurança deverão ser implementados. Portanto, demonstra ser um município calmo para morar e visitar. Este fator (positivo) é um dos mais relevantes, atualmente, para ir a um lugar. A sociedade se defronta constantemente com a situação de criminalidade e tem procurado mais opções de lazer associadas com tranquilidade.

## 2.4 – Metodologia

A pesquisa é norteadada por uma revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo em questão. Artigos científicos relacionados ao assunto, a pesquisa por dados e documentos altamente relevantes, sendo feita por um levantamento atencioso e observador,



pois as leituras são parte integrante do processo. Entrevistas semiestruturadas serão feitas oportunamente junto aos principais agentes do estudo, tornando-se importantes instrumentos analíticos, bem como a aquisição de fotografias locais, conforme observadas neste trabalho.

## 2.5 – Resultados Preliminares

156

Muitos municípios não dispõem de renda suficiente para manutenção e promoção do turismo, além da falta de conhecimento técnico, ou seja, com trabalhadores sem qualificação sobre o assunto. Nota-se a necessidade de regulamentação das atividades e dos setores que integram os turismos ambiental, litorâneo e cultural.

Carapebus ainda não se encontra numa posição privilegiada acerca de valorização de imóveis, pois os preços para aquisição são estimados entre R\$ 50.000 e R\$ 150.000 Reais (Classificado online OLX, 2014), valor considerado baixo para um município com a localização (proximidade a Macaé e Quissamã) e os atrativos (praia, lagoa, parque de Jurubatiba) que possui. Portanto, esses atrativos precisam ser bem trabalhados para tornarem o município valorizado turisticamente.

Como a atividade turística é grande geradora de “emprego” (trabalho) e renda, devem ser buscadas alternativas para solucionar os possíveis problemas gerados pelo setor. Além do planejamento de governo para infraestrutura, investimentos em qualificação profissional e educação ambiental precisam ser realizados.

Importa ressaltar a aproximação com o imaginário local, seus anseios e a falta de perspectiva quanto às possibilidades econômicas ainda não exploradas. Para que o turismo de base local na região se torne um instrumento de promoção de sustentabilidade econômica, cultural e ambiental há necessidade de um conjunto de investimentos da administração pública para que as atividades turísticas possam ser “incorporadas” pela comunidade local e se tornar perenes.





### 3 – REFERÊNCIAS

BARBOSA, Flávia Fonseca. Programa de Pós-graduação em Geografia – **O Turismo como um fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional** – Caminhos de Geografia: revista on line, 2005.

BECKER Bertha K. **Políticas e Planejamento do turismo no Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ªed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Legislação do Turismo n.º1.771/08, de 17 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Site oficial do Ministério do Turismo, Brasília, DF, 23 abr. 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cassia Ariza; YÁZIGI, Eduardo (Organizadores). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. Editora Hucitec, São Paulo, 2002. (Terceira Edição).

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do Turismo à Economia Brasileira. Piracicaba** – Estado de São Paulo: USP, 2002.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas do Estado. Estudos Socioeconômicos de Carapebus (2013) – TCE. In: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudossocioeconomicos1> Acesso em 07/08/2014.

FERRETI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente – Uma Abordagem Integrada** – São Paulo: Editora ROCA, 2002.

FUNDAÇÃO CEPERJ – [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br) acesso em: 14 de Abril de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mesorregião turística: Costa do Sol <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/costadosol.asp>. Acesso em 08/08/2014.

INFO ROYALTIES: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acessado em 14 de Abril de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)- **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php uf=rj>>



LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo** – São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica** 5.<sup>a</sup> edição, São Paulo. Editora: ATLAS S.A. – 2003.

LOBO, Yure. **Planos Diretores para Municípios Inseridos em "Área de Especial Interesse Turístico"**. Revista Turismo, 7.<sup>a</sup> ed. 2005.

MAPA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ), acessado em 24/04/2014 - <http://mapadecultura.rj.gov.br/carapebus/lagoa-de-carapebus>.

MINISTÉRIO DO TURISMO – Portal: [www.turismo.gov.br/](http://www.turismo.gov.br/) Acesso em 14/04/2014

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação**. Editora Mackenzie, São Paulo: 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) - <http://www2.unwto.org/> Acesso em 14/04/2014

PIRES, P. S. **Interfaces Ambientais do Turismo** – In: Trigo, L. G. G. T. (Org.). Turismo: Como aprender, como ensinar, volume 1, São Paulo: Editora SENAC, 2001.

PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007/2010 – **Uma viagem de inclusão**.

POLONI, Juliana Azevedo. **As Formas de Sociabilidade de um casa de veranistas de Campos dos Goytacazes-RJ em Grussaí**. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Sociais – CCH/UENF, Campos dos Goytacazes, Março de 2012.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. Editora Hucitec, São Paulo, 2002 (Segunda Edição).

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes: <http://www.campos.rj.gov.br/> Acesso em 14/04/2014.

Prefeitura Municipal de Carapebus: <http://carapebus.rj.gov.br/> Acesso em 14/04/2014.

Prefeitura Municipal de Macaé: <http://www.macaerj.gov.br/> Acesso em 14/04/2014.

Prefeitura Municipal Quissamã: <http://www.quissama.rj.gov.br/> Acesso em 14/04/2014.



Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana: <http://www.pmsfi.rj.gov.br/> Acesso em 14/04/2014.

Prefeitura Municipal de São João da Barra: [www.sjb.rj.gov.br](http://www.sjb.rj.gov.br) Acesso em 14/04/2014.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica**. Caderno Virtual de Turismo - Vol. 3, N° 4 (2003).

SAQUET, Marcos Aurélio (Organizador). Estudos Territoriais na Ciência Geográfica - In: **Residências Secundárias Rurais: Modalidade de Atividade Turística e os Múltiplos Territórios nestes Espaços**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SITES de notícias acessados: Jornal Folha da Manhã.

<http://www.blogs1.fmanha.com.br/bastos/2014/03/11/show-de-luan-santana-custou-r-2337-mil/> Acesso em 24/04/2014. Site de notícias da cidade de Macaé:

<http://www.paparazzomacae.com.br/> Acesso 16/05/2014. Jornal o Globo

online:<http://oglobo.globo.com/rio/coronel-diz-que-violencia-em-macae-ficou-insustentavel-2807134> Acesso em 07/08/2014.



## A CARAVANA DA CIDADANIA INDÍGENA EM MANAUS

ONETI, Maglúcia Izabel de Assis  
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS)  
*magizabelsupernova@hotmail.com*

MOREIRA, Vanessa Cristine Praia  
Assistente Social, Gerente de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas  
(SEMASDH/DDH)  
*vcristine@hotmail.com*

FARIAS, Luciana Maria Verçosa  
Socióloga, Analista Municipal (SEMASDH/DDH)  
*luciana.farias@pmm.am.gov.br*

160

### Resumo

Este trabalho pretende fazer um relato sobre as ações sociais para os povos indígenas na cidade e entorno de Manaus, realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), por meio do Departamento de Direitos Humanos (DDH) e Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GPDPNPI/DDH) nos anos de 2012 a 2014. A ação chamada "Caravana da Cidadania Indígena" está de acordo com o modelo em que órgãos e secretarias se unem em um evento para facilitar o acesso a serviços básicos, criando um momento para que diferentes comunidades e etnias indígenas possam trocar informações e ter acesso a estes serviços.

**Palavras-chave:** Caravana da Cidadania Indígena, Indígenas, Direitos, Atendimentos.

### Abstract

This paper intends to make a report on the social actions for indigenous people in the city and around Manaus, conducted by the Municipal Social Welfare and Human Rights (SEMASDH), through the Department of Human Rights (DDH) and Management of Promotion rights of Indigenous Peoples and Black Populations (GPDPNPI / DDH) in the years 2012 to 2014 the action called "Caravan of Indigenous Citizenship" is in accordance with the model in which agencies and departments come together at an event to facilitate access to services basic, creating a moment for different communities and indigenous groups to exchange information and to access these services.

**Keywords:** Indigenous Caravan of Citizenship, Indigenous, Rights, Consultations.



## Apresentação

Este trabalho pretende fazer um relato sobre as ações sociais de cidadania indígena, oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), por meio do Departamento de Direitos Humanos (DDH) e Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas<sup>1</sup> (GDPNPI/DDH), com intuito de levar informações, orientações, encaminhamentos e serviços socioassistenciais aos povos indígenas do município de Manaus, por meio dos atendimentos da Caravana da Cidadania Indígena, entre os anos de 2012 e 2014.

161

## Caravana da Cidadania e as populações indígenas

O termo “Caravana da Cidadania” surgiu como uma proposta de debate, estudo, pesquisa, informação e elaboração de políticas públicas a partir da realidade encontrada pelo ex-presidente Lula, nos anos 1990, quando formou uma comitiva que percorreu 369 cidades dos 26 estados, em 5 caravanas. A equipe era formada por lideranças políticas e sindicais, técnicos, especialistas que elaboraram relatórios sobre a situação das comunidades visitadas. Posteriormente a empreitada ficou conhecida como “viagem ao Brasil esquecido” ou “viagem ao Brasil profundo” (INSTITUTO LULA, 2013).

Ainda nos anos 1990, com a experiência de outros estados em prestação de atendimentos descentralizados ou itinerantes, surgiu o serviço conhecido como “Balcão de Direitos”, que oferecia documentação básica e orientação jurídica entre outros serviços à população nos bairros, *in loco*. Ambas experiências foram absorvidas pelo Governo Lula, desenvolvidas com a estruturação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH), responsável pela implantação e execução do Plano Nacional de Direitos Humanos no

<sup>1</sup> A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH) criou a Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GDPNPI), pela Lei nº 1.604 de 09 de novembro de 2011, Decreto nº 1.412, de 19 de dezembro de 2011, com as seguintes competências: **a)** planejamento, organização execução e avaliação do desenvolvimento de ações específicas, para atender essas populações ou comunidades étnicas, cujo reconhecimento de suas identidades ou necessidade de se organizarem estejam limitadas, discriminadas ou obstaculizadas de alguma maneira. **b)** exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza.



território brasileiro. Assim, a SEDH disponibiliza recursos e estabelece convênios para o desenvolvimento da atividade pelos órgãos municipais e estaduais.

As primeiras atividades do Balcão de Direitos/Caravana da Cidadania no município de Manaus foram realizadas no âmbito da Secretaria Municipal da Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), criada em 2009, como órgão integrante da administração direta do Poder Executivo, com atribuições de formular, coordenar, executar e avaliar as ações relacionadas as Políticas da Assistência Social e Direitos Humanos no Município de Manaus.

As atividades foram possíveis por meio de captação de recursos e estabelecimento de convênio entre SEDH e SEMASDH, sob coordenação do Departamento de Direitos Humanos desta última. O grupo que estava a frente do Departamento, por haver realizado pesquisa acadêmica e de extensão entre comunidades indígenas de Manaus, detectou que poucos indígenas detinham o registro civil, certidão de pessoa física entre outros documentos que os impediam de acessar os programas sociais disponibilizados pela SEMASDH, como o Programa Bolsa Família.

Entre 2009 e 2010 foram realizadas ações do Balcão de Direitos/Caravanas da Cidadania Indígenas na área rural do Município. O procedimento para a solicitação destes atendimentos consistia em encaminhamento de demanda das associações à secretaria, com documentação protocolada; o protocolo seria encaminhado ao Departamento de Direitos Humanos, para análise da situação; articulação entre SEMASDH e as outras secretarias municipais relacionadas a saúde, educação, esporte para disporem de serviços no dia escolhido em comum acordo. Todavia, devido ao término do convênio, o Balcão de Direitos/Caravanas da Cidadania foi finalizado, sendo realizadas apenas as Caravanas da Cidadania nos bairros, com recursos das próprias secretarias municipais.

Com a reestruturação do DDH/SEMASDH em 2011, foram criadas gerências para tratar de temas específicos, como a Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GPDPNPI), que disponibiliza atendimento a essas populações e comunidades étnicas, a fim de contribuir com suas organizações e atenção a questão de violações de direitos.

Desde quando se iniciou os atendimentos da GPDPNPI destacaram-se as etnias: Miranha, Tariana, Kokama, Tikuna, Tukano, Uanano, Kaixana, Apurinã, Karapaña, Dessana,





Arara, Munduruku, Mura, Kambeba, Maraguá, Guarani, Tapuia, Baré e Piratapuaia. As etnias que mais recorrem aos atendimentos são Kokama, Sateré-Mawé e Tikuna, com uma demanda maior sobre educação e saúde (GPDPNPI, 2012, 2013, 2014). Nos atendimentos revelaram não somente a dificuldade ao acesso aos benefícios mais também sobre o difícil acesso das comunidades e aldeias que estão no entorno de Manaus, sendo que este é um ponto importante para se compreender a organização espacial dos povos indígenas na cidade, ou seja, a articulação entre os indígenas que estão na capital e os que estão nas comunidades, o que dificulta a contagem exata de quantos indígenas residem em Manaus.

Segundo Mainbourg *et al.* (2002), o IBGE contava com 952 indígenas em Manaus no ano de 1991. De forma geral, percebeu-se nos dados que havia a presença da população indígena em todos os bairros de Manaus, alguns concentrando algumas etnias e outros não. O CIMI em 2000 estimava em torno de 8.500 indivíduos aproximadamente. A COIAB (Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) estimava entre 15.000 a 20.000 indígenas em Manaus, com uma proporção considerável das etnias do alto Rio Negro (Tucano), assim como das etnias Ticuna e Sateré-Mawé (MAINBOURG, 2000).

Várias situações caracterizam a migração dos indígenas para as cidades, desde a expulsão dos indígenas de suas terras de origem, até a opção de viver na cidade por não haver oportunidades relacionadas a educação, atendimento adequado nas comunidades. Este processo tem se intensificado pela crescente facilidade de locomoção da área indígena para as cidades e os meios de comunicação de massa, que tornam a cidade atraente para satisfação de antigas e novas necessidades (TEIXEIRA *apud* BAINES, 2009).

Dados apontam que em Manaus, uma casa abriga mais de uma família indígena, onde os chefes da casa não têm uma renda assalariada fixa, trabalhando geralmente em serviços informais. As famílias residem em áreas com precário saneamento básico, quando é inexistente. Alguns adultos e jovens ainda não possuem carteira de identidade, somente o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), impedindo o cadastramento no CadÚnico, para o acesso aos programas federais.

Sendo assim, a Caravana da Cidadania Indígena, organizada pela GPDPNPI tenta corresponder a garantia dos direitos fundamentais aos povos indígenas da cidade e no entorno, previstas na Constituição de 1988, Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e no III Plano Nacional de Direitos Humanos (2010), que sugere que as ações



para os povos indígenas estejam voltadas para a política pública de acesso à educação, à saúde, à habitação, à assistência social e direitos humanos, ao trabalho, o acesso a documentação, conscientização ecológica, inclusão nos programas de governo, atentando para as suas especificidades, conforme prevê o eixo orientador III do PNDH.

Descreveremos a seguir os eventos ocorridos durante a Caravana da Cidadania Indígena, entre outros eventos que demonstram a relação entre os grupos indígenas e os agentes do poder municipal.

### **Caravana da Cidadania Indígena: de 2012 a 2014.**

Em 2012, as primeiras articulações foram feitas em reuniões para levantar as demandas dos povos indígenas em Manaus, com lideranças indígenas e com a FUNAI, a fim de divulgar os atendimentos que a Gerência disponibilizaria. Sendo assim, famílias e grupos organizaram-se e procuraram a Gerência para encaminhamento para inserção no CadÚnico, para inclusão no Programa Bolsa Família entre outros serviços. As famílias repassavam umas as outras que existia este tipo de atendimento no âmbito municipal.

Em uma destas reuniões, um dos caciques de localidade indígena no bairro da zona oeste de Manaus, explanou sobre os problemas enfrentados pelos indígenas relacionados a saúde, educação, moradia e sobre o acesso aos serviços socioassistenciais. Segundo o cacique<sup>2</sup> (da etnia Miranha), em seu bairro havia aproximadamente quatrocentas famílias (de 10 etnias de diferentes regiões do estado do Amazonas e de Roraima) e em sua responsabilidade, estariam cem famílias; enquanto trezentas famílias estariam em responsabilidade de outro cacique<sup>3</sup>. Por ser um bairro mais próximo da área rural da cidade, tornava-se caro o deslocamento de todas as famílias para o atendimento na secretaria, localizada no centro de Manaus.

<sup>2</sup> Se reconhecem e são reconhecidos como cacique pelos outros grupos indígenas.

<sup>3</sup> Segundo o cacique, o bairro estaria dividido em duas partes: a “parte de cima” com cem famílias e uma liderança (cacique) e, a “parte de baixo” com outra liderança, responsável por trezentas famílias. Esta divisão elaborada pelos indígenas refere-se a parte mais alta da entrada do bairro e a uma ladeira que leva as demais moradias, na parte de baixo. Em cada “parte” há um chapéu de palha, onde ocorrem os eventos. Os caciques estabeleceram os seus limites territoriais. No entanto seria um estudo mais detalhado sobre a relação das lideranças. Sobre o bairro, ver artigo < <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/primeiro-bairro-indigena-de-manau-rompe-invisibilidade-9385.html>>.



Sendo assim, elaborou-se o projeto Caravana da Cidadania Indígena, nos moldes das ações sociais itinerante nos bairros realizadas pela SEMASDH, prevista para ocorrer no mês de abril, com a participação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL). Os serviços oferecidos foram à inclusão nos programas Bolsa Família, PROJOVEM Adolescente, emissão de documentos, atendimentos sociais e cortes de cabelo, por meio do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Nesta caravana registrou-se um total de cento e oitenta atendimentos, com a participação em maior número das famílias residentes na “parte de cima” do bairro. Informaram-nos posteriormente, que as outras famílias não participaram devido à proibição da outra liderança, deixando latentes os conflitos internos entre as lideranças.

Em 2013 a SEMASDH participou de três ações voltadas para as populações indígenas, organizando duas e atuando como participante em uma. Logo no início do ano, promoveu o atendimento do itinerante móvel, oferecendo o serviço da secretaria (acesso ao Programa Bolsa Família, emissão de carteira de identidade (RG), atendimento jurídico) nos bairros mais distantes da sede, além de ser oneroso o deslocamento das famílias.

A representante da GPDPNPI contactou as lideranças indígenas das comunidades para fazer um levantamento prévio das famílias e de quais serviços seriam mais solicitados. De posse destas informações, formaram-se equipes dos departamentos da SEMASDH (servidores do Departamento de Proteção Social Básica, Departamento de Proteção Social Especial, Departamento de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica) para realizar o atendimento nas comunidades indígenas localizadas no Vale do Sinai (62% dos atendimentos), João Paulo II (23% dos atendimentos) e Ramal do Brasileirinho (15% dos atendimentos), na zona Leste de Manaus (RELATÓRIO GPDPNPI, 2013).

A ação do itinerante teve uma aceitação considerável entre os grupos indígenas. Um dos servidores da SEMJEL, que se reconhece indígena, externalizou em uma conversa informal a representante da GPDPNPI se a secretaria poderia realizar os atendimentos do itinerante móvel e/ou Caravana da Cidadania Indígena dentro do evento “Jogos Interculturais Indígenas”, em decorrência da Semana dos Povos Indígenas. A Secretaria de Esporte e Lazer (SEMDEJ) já havia realizado algumas reuniões com grupos indígenas, devido as modalidades



deste evento onde são realizadas competições em esportes que os indígenas já praticam culturalmente como o arco e flecha, natação, peconha<sup>4</sup>, assim como futebol.

Posteriormente, três caciques das etnias Tikuna, Munduruku e Maraguá da Associação POTERIKARÃ procuraram o DDH, apresentando-se como coordenadores do projeto “Jogos Interculturais Indígenas”, solicitando da secretaria o apoio para a realização da Caravana da Cidadania Indígena junto com os “Jogos”, aproveitando o local e o público do evento. Relataram dificuldades em conseguir um local para a realização do evento e logística.

Num outro momento foi realizada uma reunião na SEMJEL, com a participação dos coordenadores e instituições responsáveis pelo evento, entre outros grupos indígenas que se fizeram presente. Na pauta seriam discutidos os pontos principais para a realização dos “Jogos” e “Caravana”, como a data, local, horários, instituições participantes. A gerente da GPDPNPI expôs os serviços que poderiam ser oferecidos com a Caravana. A secretaria de esportes informou aos presentes que o evento não poderia ocorrer na data solicitada anteriormente, pois o secretário não se fazia presente na época, o que gerou um conflito entre representantes institucionais e coordenadores, mas conseguiram pensar em outra data e uma nova reunião foi agendada.

Nesta reunião ampliada, com a presença dos três coordenadores, representantes das secretarias e um número expressivo de participantes. Foi informado que deveria mudar novamente a data dos “Jogos” devido ao local solicitado estar ocupado com outro evento, causando insatisfação nos coordenadores e participantes, que informaram que iriam se manifestar na mídia e na SEMJEL, pois se os jogos não fossem realizados, impossibilitaria a ação social planejada. A representante da GPDPNPI reafirmou que mantivessem as datas antes acordadas, devido o planejamento da Caravana já ter sido realizado na SEMASDH. Os coordenadores decidiram em votação com os participantes indígenas a manter a data e mudar o local de realização do evento, parte seria na área urbana (Caravana da Cidadania Indígena) e outra na Comunidade Nossa Senhora do Livramento (Jogos Interculturais), localizado a margem direita do rio Tarumã-Mirim zona rural de Manaus.

A Caravana da Cidadania Indígena ocorreu em fins do mês de abril de 2013, no Parque Municipal do Mindú, zona centro-sul de Manaus, registrando um total 3.376 atendimentos, em torno de vinte etnias entre as quais destacaram-se os Sateré-Mawé,

<sup>4</sup> Utensílio similar a um cinto, tecido com fibras de palmeiras utilizadas para escalar árvores, como exemplo, o açazeiro.



Munduruku, Kokama, Tukano, Dessano, Piratapuia, Miranha, Baré, Maraguá, Mura, Tikuna. Houve a participação das Secretarias Municipais relacionadas a Saúde; Educação; Esporte e Lazer; Meio Ambiente; Defesa Civil; Limpeza Pública; Trabalho e Desenvolvimento; Habitação e Assuntos Fundiários; Cultura, Turismo e Eventos; Planejamento Urbano; Feiras, Mercados, Produção e Abastecimento; Secretaria de Segurança Pública, via Projeto Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, PREVINE uso de drogas, tabagismo e álcool para menores e; Instituto Amazônia de Ensino Superior – IAES.

Na abertura do evento, as lideranças indígenas reforçaram algumas reivindicações, atentando também para as que são latentes para os indígenas na cidade, como a criação de feiras de exposição de artesanato em pontos turísticos; legalização de títulos definitivos de moradias; inclusão em programas sociais, promoção de cursos e oficinas de direitos humanos para lideranças; exposição para pintores, escultores, cantores e grupos de danças tradicionais; eventos esportivos indígenas, afirmando assim, a importância de discutir com a Prefeitura Municipal os principais problemas enfrentados pelos indígenas na cidade (D24AM, 2013).



Foto: Caravana da Cidadania Indígena, 2013.  
Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.

Ao término do evento, os coordenadores e os grupos indígenas agradeceram a presença das secretarias, a presença do prefeito por ter dançando com eles. Um dos coordenadores comentou que apesar das dificuldades e a falta de atenção dos órgãos estatais, algumas iniciativas, como o apoio da GPDPNPI/DDH/SEMASDH nos eventos indígenas





significa outro meio com que os povos indígenas podem recorrer para atender as suas demandas e tornarem-se “visíveis” aos olhos do Estado.

Em 2014, um mês anterior a Semana dos Povos Indígenas, um dos caciques da Associação POTERIKARÃ, procurou novamente a GPDPNPI a fim de solicitar que a Caravana da Cidadania Indígena fosse realizada juntamente com os Jogos Interculturais, na mesma comunidade onde foram realizados os jogos de 2013. O desafio seria a logística para transportar servidores, gastos e mobilização para convidar a zona ribeirinha para participar dos jogos interculturais<sup>5</sup>. Mesmo assim, a Caravana foi realizada, agregando atendimentos da assistência, saúde, esporte/lazer.



Foto: Abertura dos Jogos Interculturais Indígenas, abril de 2014.

Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.



Foto: Jogo de abertura, abril de 2014.

Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.

Observamos que a pouca participação das famílias indígenas na Caravana poderia ter sido, segundo relatos dos comunitários e de alguns indígenas, devido a um possível “boicote” das outras lideranças indígenas, que têm uma relação conflituosa com o líder comunitário, que não concordava com as festas promovidas pelos indígenas na comunidade. Além disto, o local era distante das outras comunidades do entorno.

A estratégia utilizada foi a mobilização da comunidade, de “porta em porta”, convidando a comunidade a comparecer na Escola onde seriam realizados os atendimentos. Pelas conversas com os comunitários, percebemos que havia muitas pessoas idosas; a comunidade vive ainda da troca de trabalho por alguma alimentação, de suas criações de

<sup>5</sup> Os Jogos Interculturais Indígenas deste ano apresentaram as seguintes modalidades: futebol, zarabatana, natação no rio, peconha, lutas corporais entre outras.





galinhas, patos e outros para consumo próprio, de plantações frutíferas e de legumes para também consumo próprio e/ou troca. Em relação aos atendimentos da Caravana, houve uma queda de 20% em relação ao ano de 2013, devido aos problemas acima relatados, também ao difícil acesso, a mobilidade fluvial e a articulação com as comunidades adjacentes.

Podemos observar que os maiores atendimentos se relacionavam aos serviços de saúde, não pela falta de compromisso aos indígenas ou por atendimentos precários, mais pela dificuldade de acesso, quando estão nas comunidades rurais; e quando se encontram na área urbana, possuem limitações orçamentárias para deslocamento. Outro desafio seria assegurar o respeito a diferença e especificidades culturais indígenas, pois qualquer decisão tomada sobre o evento tinha um impacto na comunidade, que participou ativamente da programação, incluindo lideranças tradicionais e comunitárias, homens, mulheres, jovens e crianças.

Ainda que tenham ocorrido alguns percalços durante a realização das caravanas, houve de certa forma, um processo de fortalecimento das instituições presentes, surgindo uma possibilidade para que o evento fizesse parte do calendário de eventos da Prefeitura Municipal, um ponto que ainda está em discussão.

### **Relato do conflito em um “bairro” indígena**

Em 2013, em meio as preparações para realização da Caravana da Cidadania Indígena, um grupo de indígenas residentes no bairro onde foi realizada a Caravana em 2012, compareceram a GPDPNPI para relatarem sobre problemas enfrentados com uma das lideranças e possíveis providências. E ainda, aproveitaram a oportunidade para convidar informalmente a gerente a participar da sua programação da semana dos povos indígenas, contudo, sem realizar algum tipo de ação.

Nas conversas informais com os indígenas, durante a preparação da Caravana, estes relataram a insatisfação de um de seus caciques com a gerência, devido as reclamações feitas contra ele.

No dia 19 de abril de 2013, a SEMASDH foi convidada a participar de uma ação social, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e neste evento iriam oferecer serviços de atendimento médico, odontológico, palestra, enquanto a primeira ofereceria o cadastramento no Programa Bolsa Família, orientação jurídica, oficina de artesanato, levantamento socioeconômico.



Pelo dia alusivo, toda a comunidade estava em festa. Alguns participantes estavam vestidos com cocares, homens e mulheres ainda estavam fazendo as pinturas, enquanto os servidores se posicionavam para o atendimento. O evento começou em torno de nove as dez da manhã, no chapéu de palha na parte de cima do bairro. Uma das lideranças, da etnia Tikuna, fez a abertura do evento com a presença dos servidores e subsecretaria da SEMASDH, com uma apresentação de dança e início dos atendimentos.

Durante os atendimentos, as crianças participavam massivamente da oficina de artesanato; as mulheres participavam do cadastramento do Bolsa Família e demais serviços e, enquanto isto, duas servidoras realizavam um levantamento socioeconômico da comunidade. Entre as conversas durante o preenchimento, homens e mulheres respondiam reafirmavam sua etnia e comentavam que na “parte de baixo” havia mais indígenas do que na parte de cima.

Num outro canto do evento, algumas lideranças se reuniram informalmente com a responsável pela GPDPNPI e discutiram alguns assuntos de seus interesses quanto a contratação de pessoas indígenas na esfera pública; melhoria na saúde indígena; atendimento nas aldeias rurais; melhoria na infra-estrutura da comunidade; melhoria na educação indígena, entre outras pautas.

Enquanto se desenrolava a conversa, uma das lideranças informava a gerente sobre a insatisfação da liderança da parte de baixo do bairro, que indagava porque os atendimentos não haviam sido direcionados para sua parte também, já que também estavam em comemoração e que muitas famílias indígenas precisavam de atendimento. E queria saber porque a gerente não havia descido para conversar com ele.

Um dos “guerreiros” da parte de baixo veio dar o recado para que a gerente descesse para falar com o cacique deles. Então, as lideranças da “parte de cima”, temendo algum tipo de retaliação, orientou a gerente para que ficasse ali mesmo e não descesse. Responderam que a gerente já havia se retirado do local.

A situação foi se intensificando, quando pediram que alguém que representasse a secretaria, além da gerente, descesse para dar satisfações sobre porque não realizaram o evento na parte de baixo. A subsecretária da SEMASDH e secretário da SEMSA que estavam presentes enviaram duas servidoras das respectivas secretarias para conversar com o cacique e perguntar se podiam fazer os atendimentos em seu espaço.



Ao chegar no chapéu de palha, na parte de baixo do bairro, estavam presentes o cacique da etnia Kokama e seus *guerreiros*<sup>6</sup>, fazendo os preparativos para iniciar a festa: caixa de som, microfone, cadeiras. O cacique recebeu as servidoras afirmando que estava a espera de conversar com os responsáveis do evento para questioná-los porque também não iam atender na parte de baixo, pois haviam muitas famílias precisando daqueles serviços. Afirmou que aquele era um dia muito especial para todos os presentes, além de ser o dia dos índios era o dia em que eles adquiriam aquele espaço, por um processo conflituoso com os antigos proprietários. Afirmou que ele e os outros indígenas iriam receber os servidores de braços abertos, assim que terminassem os preparativos.

A servidora da SEMSA subiu e informou que o cacique havia dado permissão para a realização do evento na parte de baixo da comunidade. Ficou definido que os atendimentos seriam pela manhã na parte de cima e à tarde, na parte de baixo. A servidora da SEMASDH permaneceu por um tempo maior e ao conversar com uma senhora indígena, que estava de saída para retornar a comunidade no Alto Rio Negro, afirmou que estava na casa de seus parentes, observando que a maioria dos indígenas estava na parte de baixo da comunidade. Os que estavam na parte de cima “não eram tão indígenas assim”, pois os poucos que tinham eram casados com não indígenas.

O chapéu de palha dali parecia ser utilizado para as atividades escolares, já que havia uma biblioteca e quadro branco. Neste espaço, estava posicionada a caixa de som, que tocava músicas indígenas, destacando as músicas sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Um dos guerreiros ao microfone relembra a história de luta deles para conseguir a terra, enquanto dava-se a abertura do evento com as danças. Até aquele momento, não se havíamos percebido que o cacique e os outros indígenas participantes estavam totalmente pintados com tons fortes de vermelho e preto, lembrando as guerras, com palavras escritas em suas costas.

<sup>6</sup> No relato dos comunitários, descrevem que a liderança é exercida pelo cacique e seus homens de confiança, os “guerreiros”.



Foto: Abertura do Evento do Dia do Índio, abril de 2013.

Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.



Foto: Pintura dos guerreiros, abril de 2013.  
Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.

No início das atividades das secretarias, os servidores foram recebidos com uma mesa farta com comidas típicas e frutas, recebendo o agradecimento do cacique e dos demais indígenas presentes. As pessoas encantavam-se e por ser um momento único e providenciavam em registrar cada detalhe importante aos seus olhos, assim como também a presença de emissora de televisão que cobria o evento.

Enquanto ocorriam os atendimentos, a servidora se deslocou para parte de cima, onde estavam as lideranças e a gerente do GPDPNPI, que aguardariam o término do evento, previsto para as dezesseis horas. Nesse ínterim, ambas servidoras foram convidadas para um almoço com as lideranças, que conversavam sobre a suas origens, suas famílias, suas trajetórias até chegar naquele lugar.

Às dezesseis horas, a gerente entrou em contato com os outros servidores do DDH, a fim de saber o horário da partida do ônibus, ao qual foi informada que os ônibus já estavam de saída e que não poderiam retornar para buscá-la, já que ao fundo do bairro havia uma rua que levava a avenida principal, sem a necessidade de retorno.

Ao discutir a situação, uma das lideranças decidiu acompanhar as servidoras até a parte de baixo da comunidade para que pudessem tomar o ônibus. Ao chegar próximo ao chapéu de palha onde estavam ocorrendo o evento, a gerente ficou aguardando a outra



servidora procurar os demais para se retirarem do local. Enquanto isto, quando a liderança de cima caminhava para subir a ladeira, os guerreiros saíram do chapéu de palha armados, com arco e flecha, e expulsaram a liderança de cima, desferindo empurrões e socos e por fim, quebraram um arco e flecha em suas costas, enquanto o restante dos outros guerreiros procurava pela gerente.

Os outros servidores levaram a gerente com urgência para o ônibus e pediram para se retirar do lugar. Demais servidores e público em geral observaram a conflito e a finalização efetiva do evento, saindo em seguida os outros ônibus com os servidores das secretarias alocados.

Soube-se posteriormente via contato telefônico, que a liderança que sofreu as agressões não denunciou a polícia o ocorrido, pois não gostaria de causar mais problemas dentro da comunidade. As agressões ocorreram devido a liderança de cima não haver respeitado os limites de território entre os caciques de “baixo” e os de “cima”, conflito potencializado pela presença de servidores naquele local. O incomodo com a gerente se deveu as orientações ao grupo de indígenas descontentes com o cacique da parte de baixo da comunidade, sobre o direito a denúncia e a garantia dos seus direitos. Ao demonstrar um ato de violência aberta reforçava a todos os presentes quem daria as ordens no lugar, ou seja, os próprios indígenas.

No ano seguinte, este cacique compareceu ao GDPDPNPI para apresentar um documento solicitando melhorias para a comunidade, para a criação de posto de saúde, de uma escola entre outros equipamentos sociais. Segundo consta no documento, a comunidade somente gostaria que seus direitos fossem garantidos conforme prevê a legislação vigente, estando eles cansados de serem tratados como “caso de polícia”.

A relação conflituosa entre indígenas e órgãos dos poderes públicos demonstra o longo caminho a percorrer enquanto aos atendimentos dos direitos destes povos, que buscam formas não somente de conseguir benefícios, mais de garantir seu acesso a cidade a partir de sua própria visão de mundo. As secretarias, ao adequar os serviços para este público-alvo, tem tido um desafio macro, pois entre os grupos indígenas há interesses divergentes que desafiam a ideia do “universal” e da equidade de direitos que os órgãos do poder municipal tentam realizar.



## Considerações Finais

Este trabalho pretendeu fazer um relato sucinto sobre as ações sociais de cidadania indígena, oferecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), por meio do Departamento de Direitos Humanos (DDH) e Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GPDPNPI/DDH), entre os anos de 2012 e 2014.

A ideia da Caravana da Cidadania Indígena se deu pela demanda do acesso aos serviços socioassistenciais pelos indígenas que estão na cidade e no entorno de Manaus. Com isto, a Prefeitura Municipal levaria a atuação de seus órgãos e secretarias, facilitando o acesso a serviços básicos, criando um momento para que diferentes comunidades e etnias indígenas pudessem trocar informações e ter acesso a direitos e serviços.

Alguns percalços durante o evento são levantados, assim como uma situação de conflito num bairro indígena, para pensar que a relação com os órgãos públicos pode potencializar os conflitos já existentes entre os comunitários e lideranças indígenas, ainda que sua presença seja desejada por estes últimos agentes. O que se pode observar a partir destas experiências, seria o processo de visibilidade dos povos indígenas na cidade; tornarem-se visíveis tanto em direito, quanto em liderança, tentando pleitear os mesmos direitos de todos os cidadãos junto aos órgãos do poder público, ainda que tenham uma identidade diferenciada.

## Referências

D24AM. Disponível em: <<http://new.d24am.com/amazonia/meio-ambiente/caravana-cidadania-indigena-primeira-edicao-parque-mindu/85345>> Acesso em: 28 de abril 2013.

GERÊNCIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES NEGRAS E POVOS INDÍGENAS, Departamento de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH). *Relatório da Caravana da Cidadania Indígena*, 2012, 2013, 2014.

INSTITUTO LULA. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/historia/#caravanas>> Acesso em: 25 de abr. 2013.





MAINBOURG, Evelyne M. T; ARAÚJO, Maria Ivanilde; Almeida, Iolene C. de. Populações Indígenas da Cidade de Manaus: Inserção na Cidade e Ligação com a Cultura. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4 a 8 de novembro de 2002, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_IND\\_ST6\\_Mainbourg\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_IND_ST6_Mainbourg_texto.pdf)> Acesso jan. 2014.

PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH III), 2010.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne M. T; BRASIL, Marília. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. In: *Caderno CRH*, v.22, n. 57, Salvador: UFBA, Set./Dez. 2009, pp. 531-546.



## ICMS VERDE NO RIO DE JANEIRO: UMA PROBLEMATIZAÇÃO À LUZ DA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

THIBES, Carolina Weiler

*Estudante de doutorado Programa PPGSD/UFF*  
*carolinathibes@yahoo.com.br*

AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti

*Estudante de doutorado do Programa PPGSD/UFF*  
*thaislutterback@gmail.com*

SANTOS, Bianca Borges Medeiros

*Mestre pelo Programa PPGG/UFRJ*  
*medeiros.biancab@gmail.com*

196

### RESUMO

O advento da Lei 9.985/2000 tornou possível a gestão integrada das UCs e as áreas de relevante interesse natural passaram a ser diligentemente demarcadas. Ocorre que as políticas de governo têm decretado a criação de áreas protegidas sem a devida cautela e em desconformidade com os requisitos elencados na Lei 9.985/2000, se voltando mais para a decretação das áreas do que para sua efetiva consolidação. No esforço por incrementar a verba destinada à preservação ambiental e como forma de incentivar os municípios à gestão sustentável, foi instituído na década de 1990, o ICMS Ecológico. No Rio de Janeiro, o ICMS Ecológico é regulado pela Lei Estadual 5.100/2007, em que quase 50% deste imposto é calculado de acordo com a extensão que os municípios dispõem de área protegida. O artigo pretende analisar se o aumento do número de UCs criadas nos últimos cinco anos no estado do Rio de Janeiro está relacionando ao incremento na arrecadação do ICMS Ecológico nos respectivos municípios.

**Palavras-chave:** ICMS Ecológico. Unidades de Conservação. Áreas Protegidas

### ABSTRACT

The enactment of Law 9.985/2000 made possible the integrated management of the protected areas and the areas of relevant ecologic interest became diligently marked. However, government policies have been decreed the creation of protected areas without sufficient care and disagreeing with the requirements listed in Law 9.985/2000, turning more to the enactment of areas than for its effective consolidation. In an effort to increase the allocation for environmental protection and in order to encourage municipalities to sustainable management, in the 1990s it was established the ICMS Ecológico. In Rio de Janeiro, the ICMS Ecológico is regulated by the Law 5.100/2007, which establish that almost 50% of this tax must be calculated according to the extent that the municipalities have of protected areas. The article intend to analyze if the number of protected areas created in the last five years in the state of Rio de Janeiro is related to the increasing of the collection of the ICMS Ecológico in the respective municipalities.

**Key-words:** ICMS Ecológico. Conservation Units. Protected Areas.



## INTRODUÇÃO

A conservação da natureza representa um dos maiores desafios deste início de século, especialmente face às crescentes iniciativas de promoção de desenvolvimento e crescimento econômico ao longo do mundo, as quais nem sempre estão alinhadas com estratégias e metodologias ditas “sustentáveis”.

A ideia do progresso embala a humanidade (ocidental) há quase quatro séculos, consolidando uma revolução paradigmática na cosmovisão humana. O autor aponta que superada certa visão romântica e simplista, foi gerado um novo ideal, envolto na perspectiva de desenvolvimento, com todos os desdobramentos conceituais e operacionais que estas políticas implicavam.

O paradigma desenvolvimentista arrebatou-se de modo acentuado ao longo do século passado e até a década de 1970 era visto pela maioria dos especialistas do campo científico de modo atrelado ao conceito de crescimento econômico. As questões relacionadas ao nível de renda, produção e consumo ganharam destaque primordial neste cenário, com implicações nas políticas públicas e no gerenciamento de índices como a renda per capita e o Produto Interno Bruto (PIB) dos países.

Ocorre que a crise deste “modelo de desenvolvimento”, com o panorama de esgotamento dos recursos ambientais, a disparidade dos níveis de vida e consumo entre os países, o aumento crescente da poluição ambiental, entre outros fatores, favorecera o repensar em torno do mundo. Em 1972, ocorre a Conferência de Estocolmo, em uma primeira tentativa planetária de organizar as relações entre o homem e o meio ambiente (com a Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente). Foi necessário perceber que a equação desenvolvimento = crescimento econômico, em visão linear e limitativa, representava uma perda substancial em relação a fatores que tangenciam o modelo, como qualidade de vida e sustentabilidade, o que ensejou uma crítica consolidada a esta visão economicista.

Nesta esteira, vale destacar que vinte anos após essa primeira Conferência (o que sucede a publicação do Relatório Brundtland, em 1987), se visualiza uma discussão consistente que interliga conceitos com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (no Rio de Janeiro, em 1992), provavelmente a maior, mais importante, influente e reconhecida conferência internacional ambiental, com alta carga principiológica e a



formação de uma agenda em torno da temática (Agenda 21) com uma preocupação ampliada em torno dos direitos humanos em geral. A Rio+20 vem no bojo desse quadro.

Assim, cada vez mais, ganha ênfase um conceito-chave, mas, muitas vezes transformado em discurso vazio, denominado desenvolvimento sustentável, e que permeia uma série de políticas públicas e privadas em seu bojo. A expressão significa o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações. Mas, como alcançá-lo?

Em uma linha preservacionista, dentre as principais estratégias utilizadas para o equilíbrio ambiental, a criação de áreas protegidas tem se destacado, em decorrência da eficiência que o fomento desses espaços significa na promoção da preservação dos remanescentes de ecossistemas presentes nas mesmas. O que representa, em verdade, um modelo de compensação, com a criação de áreas especialmente preservadas cercadas por um modelo insustentável ambientalmente.

O Brasil apresenta planos e estratégias nacionais na promoção da conservação da natureza e com alguns expressivos resultados, além de ser signatário de convenções que prezam pelo acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, dentre as quais pode ser destacada a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Cumpre mencionar que o acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é previsto na Constituição Federal de 1988, art. 225, bem como a criação de áreas protegidas, previsto no art. 225, § 1º, inciso III.

Dentre as principais estratégias de preservação, a criação de Unidades de Conservação (UCs) se destaca no país. A definição atual de Unidades de Conservação é prevista no art. 2º da Lei nº 9.985/2000, contudo, estes espaços protegidos vêm sendo criados anteriormente à promulgação desta lei, os quais já eram previstos no Decreto nº 4.421/1921, conforme assinala Antunes (2014).

Além da criação das UCs, no esforço contínuo por incentivar a preservação e a conservação da natureza, foi instituído nos anos 1990, o ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços) denominado Ecológico ou Verde. Este imposto é calculado a partir de 25% do ICMS destinado aos municípios, sendo que o repasse de ICMS Ecológico para cada município ocorre mediante consideração do desempenho ambiental municipal. A legislação que regula e estabelece critérios para este repasse é de nível estadual.



No Rio de Janeiro, o ICMS Verde é regulado pela Lei Estadual nº 5.100/2007, que estipula o cálculo do repasse dos recursos da seguinte forma: 45% para a existência e efetiva implantação de áreas protegidas; 30% para a qualidade ambiental dos recursos hídricos e 25% para a coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos. Ou seja, quase 50% do ICMS Verde é calculado de acordo com a extensão que o município dispõe de área protegida. A iniciativa tem dois objetivos principais: (i) ressarcir os municípios pela restrição ao uso de seu território, notadamente no caso de Unidades de Conservação da natureza e mananciais de abastecimento; (ii) recompensar os municípios pelos investimentos ambientais realizados, uma vez que os benefícios são compartilhados por todos os vizinhos, como no caso do tratamento do esgoto e na correta destinação de seus resíduos.

O artigo 22, caput, da Lei nº 9.985/2000, positiva que as UCs são criadas por ato do poder público e seu parágrafo segundo, condiciona sua criação formal à realização de estudos técnicos e consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a Unidade. Ocorre que as políticas de governo têm decretado a criação de áreas protegidas sem a devida cautela e em desconformidade com os requisitos elencados na Lei nº 9.985/2000, se voltando mais para a decretação das áreas do que para sua efetiva consolidação, tentando passar uma imagem positiva de atuação. Como consequência, verifica-se a proliferação de UCs, que, sem gerenciamento ou gestão, são caracterizadas por muitos autores como “ficções jurídicas” ou ainda, “parques de papel”.

Tendo em conta esta realidade, o presente artigo busca problematizar o aumento do número de UCs criadas nos últimos cinco anos no estado do Rio de Janeiro, relacionando este crescimento com o incremento na arrecadação do ICMS Verde nos respectivos municípios. Para tal discussão serão analisadas a criação de UCs de gestão municipal no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1996 a 2009 e a implementação do ICMS Verde nos noventa e dois municípios presentes no estado nos últimos cinco anos.

## 1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O modelo de Unidades de Conservação adotado no Brasil foi fortemente inspirado na iniciativa dos Estados Unidos em 1872, quando foi criado o Parque Nacional de *Yellowstone*. A criação deste parque resultou de ideias preservacionistas, objetivando manter os remanescentes



de ecossistemas com atributos ecológicos importantes e com belezas cênicas naturais intocados, de maneira que esses fragmentos permanecessem como testemunhos para as gerações futuras (DIEGUES, 2004).

O primeiro parque brasileiro somente foi criado em 1937, mas foi nas últimas duas décadas que se verificou o aumento significativo no número de UCs no país. Após a promulgação da Lei nº 9.985/2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), se tornou possível a gestão integrada das UCs e as áreas de relevante interesse natural passaram a ser diligentemente demarcadas.

A Lei nº 9.985/2000 vem a auxiliar o ordenamento das inúmeras leis e atos normativos dispostos sobre as diversas categorias de manejo, como também vem a definir critérios para o estabelecimento e gestão das áreas protegidas, sejam estas federais, estaduais ou municipais. O SNUC é composto por doze categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. Estas categorias estão divididas em dois grandes grupos: 1) Unidade de Conservação de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais; 2) Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que se caracterizam pelo uso direto de uma parcela dos seus recursos naturais, visando compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável, permitindo a exploração do ambiente.

Em 2011, quase 1,5 milhões de km<sup>2</sup> ou aproximadamente 17% do território continental brasileiro estava protegido por UC. Considerando em números absolutos, o Brasil ocupa o quarto lugar em quantidade de área continental destinada a Unidades de Conservação. Entretanto, estes números não refletem os problemas de ordem qualitativa enfrentados pelas administrações locais (CHAPE *et al*, 2008).

Questões como falta de infraestrutura para implementação das Unidades (recursos humanos e financeiros, capacidade de gestão, elaboração e execução de planos, fiscalização, etc), indefinição quanto à propriedade das terras e desapropriações, conflito com populações (do interior e entorno) são frequentes na gestão destas áreas protegidas. De acordo com o *World Conservation Monitoring Center*, os gastos médios anuais federais com UCs no Brasil são muito baixos em relação aos demais países, inclusive quando comparado com países da América do Sul. O número médio de funcionários também é bastante reduzido (3,5 profissionais/1.000 km<sup>2</sup>), cerca de oito vezes menor que a média mundial.





A configuração jurídico-ecológica de uma Unidade de Conservação depende da existência de relevância natural, caráter oficial, delimitação territorial, objetivo conservacionista e regime especial de proteção e administração. No entanto, conforme já mencionado, no Brasil as UCs vêm sendo criadas em abundância, muitas vezes desrespeitando os requisitos fundamentais para sua criação, como por exemplo, a própria consulta pública através da realização de audiência pública com a população do entorno ou interior da UC a ser criada.

Com a promulgação da Lei do SNUC, as Unidades de Conservação são entendidas a partir da sua delimitação territorial e dos recursos ambientais e águas jurisdicionais que as constituem. Pode-se dizer que essa interpretação possibilita um entendimento das UCs como um “objeto dado”, sendo estas concebidas como mero espaço de perpetuação dos processos ecológicos, não sendo abarcada nesta definição a complexidade da construção do seu significado.

As UCs adquirem diferentes compreensões nos diversos contextos em que se situam, os quais variam face às transformações que ocorrem nas diferentes escalas, seja local ou global (COELHO; GUERRA, 2009). A sua criação implica não só na sua delimitação, mas também a sobreposição de múltiplas territorialidades, nas quais os diferentes interesses e práticas são envolvidos e afetados pela sua delimitação, sejam essas práticas de uso direto ou indireto dos recursos ambientais contidos no mesmo recorte territorial.

Desta ordem, acabam por carecer de infraestrutura e recursos humanos para um manejo eficiente, especialmente quando a criação destas áreas afeta diretamente a população local e, por vezes, habitantes que vivem dentro da própria área protegida.

## **2. O ICMS ECOLÓGICO: UM INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA NATUREZA?**

A criação do ICMS Ecológico, por sua vez, foi estabelecida objetivando uma forma de compensação aos municípios por manter suas áreas preservadas, haja vista que os municípios possuem diversas restrições legais para expandir suas atividades econômicas face à necessidade de conservação ambiental. O ICMS Ecológico pode ser entendido como uma ferramenta de



Direito Financeiro vinculado ao Direito Ambiental, cujo repasse de verbas dos estados aos municípios é calculado por critérios ambientais. Nesta leitura:

A ideia de pagamento por serviços ambientais é remunerar aquele que, direta ou indiretamente, preserva o meio ambiente. Isso significa recompensar quem ajuda a conservar ou produzir serviços ambientais mediante a adoção de práticas que privilegiem a manutenção de biomas. Para que esse novo mercado faça sentido, naturalmente a preservação do meio ambiente deve gerar mais benefícios econômicos do que a sua destruição. Nesse contexto está o ICMS Ecológico (ICMS ECOLÓGICO, 2014).

202

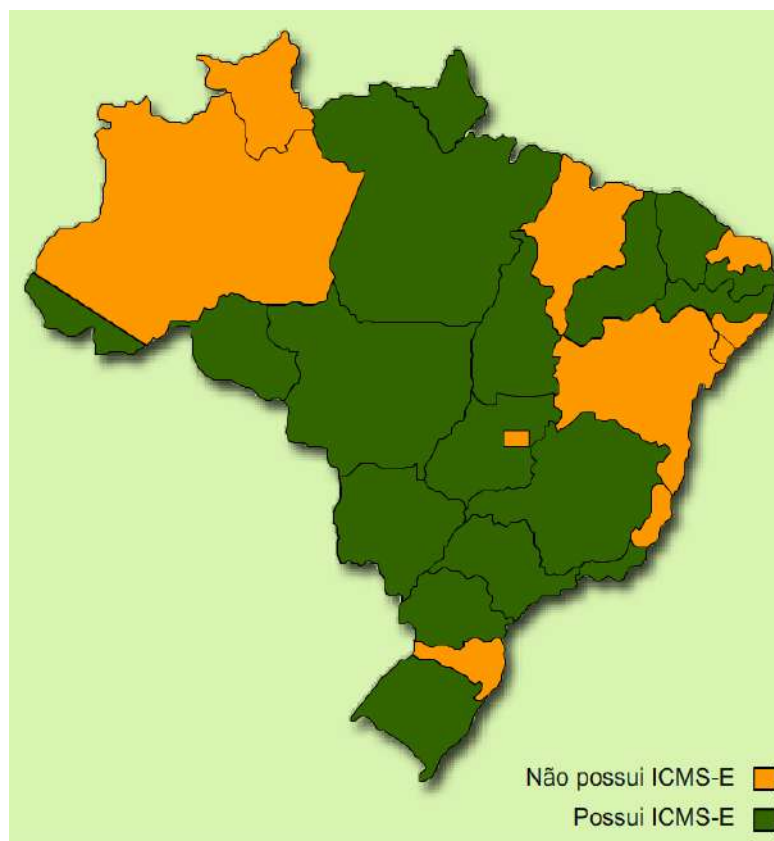
Assim, o ICMS Ecológico é um mecanismo que possibilita aos municípios acessarem recursos financeiros arrecadados pelos estados por meio do ICMS, a partir da definição, em leis estaduais, de critérios ambientais para a partilha de um percentual da “quota-parte” que os municípios têm direito de receber como transferências constitucionais. Esta oportunidade aproveita o disposto no inciso II, do artigo 158 da Constituição Federal, que concede poder aos estados para legislar sobre até ¼ do valor a que os municípios têm direito de receber do ICMS, regulamentado pela Lei Federal Complementar nº 63/90. Vinte e quatro Estados brasileiros já aprovaram ou estão debatendo a inserção do ICMS Ecológico em suas legislações (ICMS ECOLÓGICO, 2014).

A primeira experiência a respeito do ICMS Ecológico no Brasil ocorreu no estado do Paraná, no qual o conceito de compensação passou para o real incentivo econômico, premiando municípios que tivessem uma gestão efetiva de suas áreas naturais. Neste estado foram inseridos critérios qualitativos na avaliação para a pontuação do município face ao cálculo da sua parcela a ser recebido do total do estado. Para melhor entender a origem do instituto:

Em 1991, o critério ecológico passou a ser utilizado para distribuir parte destes recursos no estado do Paraná. Esta experiência pioneira originou-se da reivindicação dos municípios que sentiam que suas economias eram prejudicadas pelas restrições de uso do solo, originadas por serem mananciais de abastecimento para municípios vizinhos ou por integrarem Unidades de Conservação. Dessa forma, o poder público estadual sentiu a necessidade de reformular os critérios de distribuição do ICMS, favorecendo estes municípios com recursos adicionais. Apesar de o ICMS Ecológico nascer sob a égide da compensação, sua característica mais importante é constituir-se num mecanismo de incentivo à conservação ambiental, representando uma promissora alternativa na composição dos instrumentos de política pública para a conservação ambiental no Brasil (ICMS ECOLÓGICO, 2014).



Assim, em seguida ao estado do Paraná, vieram os estados de São Paulo (1993), Minas Gerais (1995), Amapá (1996), Rio Grande do Sul e Rondônia (1997), Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Mato Grosso (2000), Tocantins (2002), Acre (2004), Rio de Janeiro e Ceará (2007). No ano de 2013, dezessete Estados brasileiros já possuíam o ICMS Ecológico. O mapa retrata a realidade do instituto no Brasil:



**Implementação do ICMS Ecológico (ano de 2013) nos estados brasileiros**

Fonte: ICMS ECOLÓGICO (2014). Disponível em:  
<http://www.icmsecologico.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2014.

Para entender o cálculo do valor, temos que:

O ICMS Verde é repassado aos municípios dentro do repasse semanal do ICMS integral. Para calcular a parcela repassada a determinado município a título de ICMS Verde, primeiro é necessário saber quanto o município recebeu do ICMS integral; informação que pode ser obtida nas secretarias municipais de Fazenda ou na pasta responsável pelas finanças municipais ou junto à Secretaria de Estado da Fazenda.

Em seguida, basta verificar na tabela IFCA no IPM 2013 o indicador Percentual do ICMS Verde e aplicá-lo sobre o valor repassado do ICMS integral.



Por exemplo: no Município de Miracema, o Percentual do ICMS Verde para o ano de 2013 é de 14,3310%. Se em determinada semana o repasse de ICMS para este município for de R\$ 600.000,00, a parcela correspondente ao ICMS Verde será de R\$ 85.986,00 (SEA, 2014).

O Índice Final de Compensação Ambiental (IFCA) é assim composto:

O Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), que indica o percentual do ICMS Verde que cabe a cada município, é composto por seis subíndices temáticos com pesos diferenciados:

- Tratamento de Esgoto (ITE): 20%
- Destinação de Lixo (IDL): 20%
- Remediação de Vazadouros (IRV): 5%
- Mananciais de Abastecimento (IrMA): 10%
- Áreas Protegidas – todas as Unidades de Conservação – UC (IAP): 36%
- Áreas Protegidas Municipais – apenas as UCs Municipais (IAPM): 9%

Cada subíndice temático possui uma fórmula matemática que pondera e/ou soma indicadores. Após o cálculo do seu valor, o subíndice temático do município é comparado ao dos demais municípios, sendo transformado em subíndice temático relativo pela divisão do valor encontrado para o município pela soma dos índices de todos os municípios do Estado. Exceção feita ao índice de mananciais de abastecimento cuja fórmula já indica o índice relativo.

Após a obtenção dos subíndices temáticos relativos do município, estes são inseridos na seguinte fórmula, gerando o Índice Final de Conservação Ambiental do Município, que indica o percentual do ICMS Verde que cabe ao município:  $IFCA (\%) = (10 \times IrMA) + (20 \times IrTE) + (20 \times IrDL) + (5 \times IrRV) + (36 \times IrAP) + (9 \times IrAPM)$

O Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA) é recalculado a cada ano, dando uma oportunidade para os municípios que investiram em conservação ambiental de aumentar sua arrecadação de ICMS. Para aumentar seu IFCA, o município precisará saber como o IFCA é calculado e, principalmente, quais variáveis são consideradas (SEA, 2014).

### 3. ICMS VERDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O ICMS Ecológico é denominado no estado do Rio de Janeiro de ICMS Verde, sendo regulado pela Lei Estadual nº 5.100/2007, que elenca critérios para que o município possa se beneficiar deste recurso. Seu artigo 3º positiva que:



Para beneficiar-se dos recursos previstos nesta Lei, cada município deverá organizar seu próprio Sistema Municipal do Meio Ambiente, composto no mínimo por:

- I - Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- II - Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- III - Órgão administrativo executor da política ambiental municipal;
- IV – Guarda Municipal ambiental (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Lei nº 5.100/2007, art. 3º).

Cumpra mencionar, que as UCs abarcam os quatro elementos mencionados neste artigo. Vejamos: a) Conselho Municipal de Meio Ambiente: a Lei do SNUC positiva em seu artigo 22, §2º, que a criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de **consulta pública** que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. (grifo nosso). O Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta a Lei do SNUC, esclarece em seu artigo 5º, § 1º, que “a consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas”. Ou seja, o Conselho Municipal de Meio Ambiente pode ser um veículo apropriado para intermediar estas deliberações; b) Fundo Municipal do Meio Ambiente: a Lei Federal nº 9.605/1998, Lei de Crimes Ambientais, em seu artigo 73, legitima a instituição dos Fundos Municipais, a serem geridos pelo próprio município, para os quais devem ser carreados os valores dados em pagamento de multas por infração ambiental; c) Órgão administrativo executor da política ambiental municipal: para uma gestão eficaz das Unidades de Conservação se faz necessário um órgão administrativo atuante, além do fato de que o mesmo disponha dos instrumentos necessários para a promoção da gestão de eficaz dessas áreas. O artigo 25, da Lei nº 9.985/2000, positiva que as UCs devem dispor de zona de amortecimento e que compete ao órgão responsável pela administração da Unidade estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos, e, d) Guarda Municipal ambiental: A fiscalização ambiental é uma das atividades mais relevantes para a proteção do meio ambiente, pois é por meio dela que danos ambientais podem ser evitados e, se consumados, reprimidos. No caso das UCs tipificadas na categoria de proteção integral, a atividade de fiscalização se faz ainda mais relevante, haja vista que são listados várias restrições de usos nesses espaços.

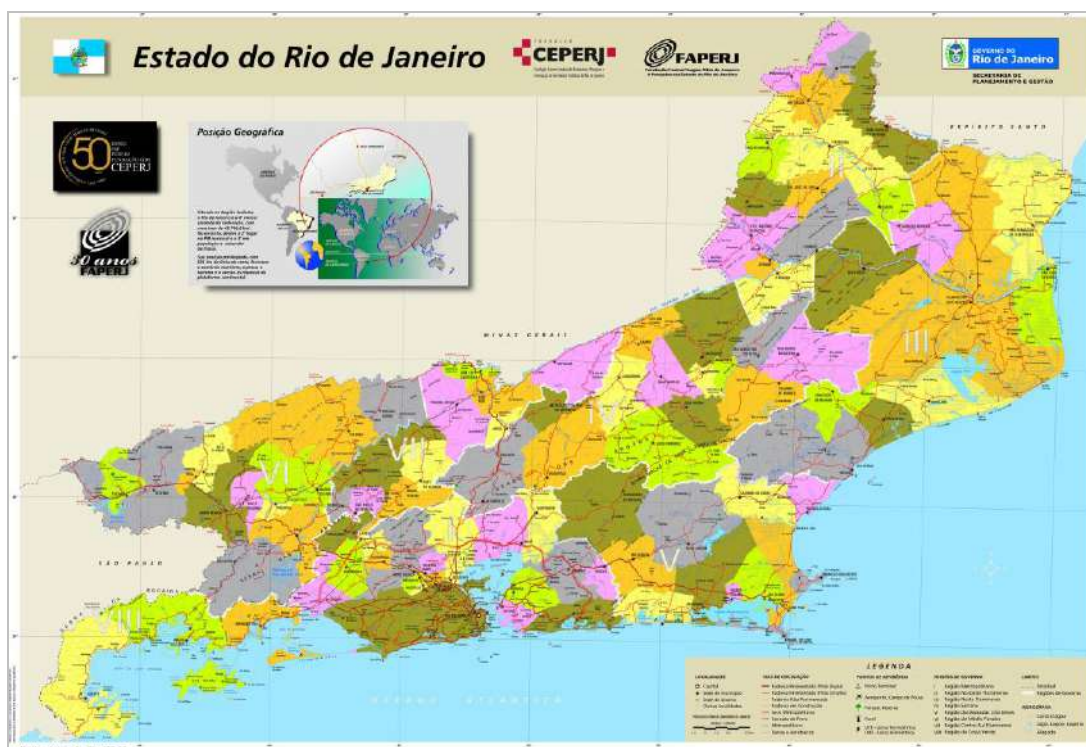
No que tange ao conceito de áreas protegidas aplicável pela legislação referente ao ICMS Ecológico, temos que é considerada a parcela da área municipal ocupada por Unidades





de Conservação (Lei Federal nº 9.985, SNUC), a categoria de manejo da Unidade de Conservação, um fator de conservação e um fator de implementação. As UCs municipais são as maiores beneficiadas, uma vez que 9% dos recursos são destinados exclusivamente a elas.

O estado do Rio de Janeiro tem noventa e dois municípios, localizados em oito regiões distintas:



**Mapa do estado do Rio de Janeiro**

**Fonte:** CEPERJ (2014). **Disponível em:**

[http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/div\\_poli/Estado\\_RJ\\_2010\\_Jubileu.jpg](http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/Estado_RJ_2010_Jubileu.jpg)

## 5. A IMPLEMENTAÇÃO DO ICMS VERDE NO RIO DE JANEIRO E O INCREMENTO DA CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Buscando problematizar a discussão sobre o ICMS Verde no estado do Rio de Janeiro e a criação de áreas protegidas, especialmente as áreas de gestão municipal, foi realizada uma análise sobre a distribuição do ICMS Verde no estado nos últimos cinco anos (2013-2009), a partir dos dados disponibilizados no sítio oficial da Secretaria do Estado de Ambiente (SEA/RJ).

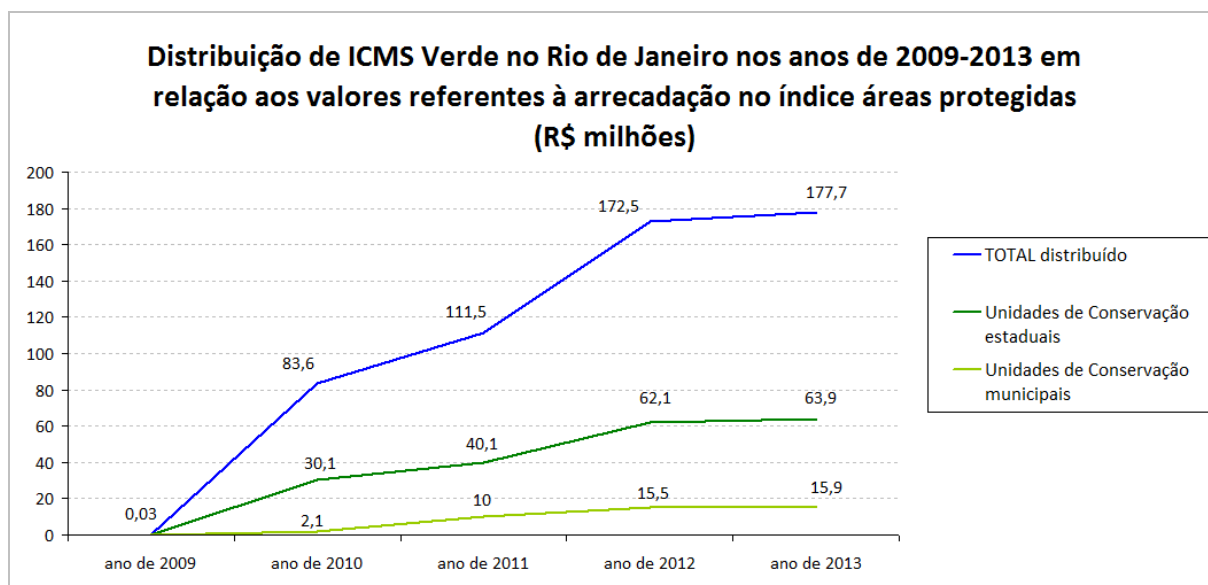




Dessa forma, buscamos realizar inferências sobre a contribuição do índice áreas protegidas no cálculo de repasse do ICMS Verde para os municípios, que se refere às Unidades de Conservação existentes nos estado e o incremento de áreas protegidas criadas nos últimos anos.

O gráfico a seguir apresenta o valor total de ICMS Verde arrecadado nos últimos cinco anos no estado e os valores referente à arrecadação a partir de Unidades de Conservação cuja gestão é competência estadual, seguido da apresentação do valor referente às Unidades de Conservação cuja gestão é de competência municipal.

207



**Distribuição de ICMS Verde no Rio de Janeiro nos anos de 2009-2013 em relação aos valores referentes à arrecadação dos índices de áreas protegidas (R\$ milhões)**

**Fonte:** Dados extraídos de Secretaria Estadual do Ambiente (SEA, 2014).

Em termos de valores gerais, houve um significativo aumento no valor arrecadado através do ICMS Verde no estado, passando de um pouco mais de R\$ 30 mil para R\$ 177,7 milhões em cinco anos. De maneira genérica, é possível atribuir este incremento no valor do ICMS Verde arrecadado na melhoria dos instrumentos e condições de gestão ambiental do território. A contribuição das Unidades de Conservação estaduais e municipais variou uma média de 35% do valor total arrecadado para as UCs estaduais e 8 a 10% do valor referente a UCs municipais.

Contudo, realizando uma análise sobre os dez (10) municípios que mais receberam ICMS Verde no estado nos últimos cinco anos (2009-2013), é possível perceber que a



contribuição do índice referente a áreas protegidas, representa em alguns casos, mais de 45% do valor total arrecadado (o qual é previsto na Lei nº 5.100/1997).

<b>Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2009)</b>						
Municípios	Ranking	Valor TOTAL arrecadado (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (%)	Unidades de Conservação municipais (R\$)	Unidades de Conservação municipais (%)
Cachoeiras de Macacu	1	1.961.681	1.027.525	52%	0	0%
Iguaba Grande	2	1.495.852	78.135	5%	31.512	2%
Nova Iguaçu	3	1.439.304	786.622	55%	326.523	23%
<b>Mesquita</b>	<b>4</b>	<b>1.376.240</b>	<b>381.768</b>	<b>28%</b>	<b>855.645</b>	<b>62%</b>
<b>Resende</b>	<b>5</b>	<b>1.374.934</b>	<b>596.879</b>	<b>43%</b>	<b>778.055</b>	<b>57%</b>
Niterói	6	1.353.414	314.864	23%	1.085	0%
<b>Guapimirim</b>	<b>7</b>	<b>1.294.862</b>	<b>844.786</b>	<b>65%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Petrópolis	8	1.288.826	546.642	42%	4.872	0%
Rio Claro	9	1.271.076	6.878	1%	0	0%
Rio de Janeiro	10	1.259.274	433.952	34%	217.262	17%
TOTAL	–	37.934.827	13.656.538	–	3.409.195	–

**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2009) (grifo nosso).**

Fonte: Dados extraídos de Secretaria Estadual do Ambiente (SEA, 2014).

<b>Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2010)</b>						
Municípios	Ranking	Valor TOTAL arrecadado (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (%)	Unidades de Conservação municipais (R\$)	Unidades de Conservação municipais (%)
Cachoeiras de Macacu	1	3.590.430,74	2.045.477,36	57%	0	0%
Resende	2	3.570.627,29	1.171.263,89	33%	1.291.027,59	36%
Rio Claro	3	3.487.682,62	681.037,37	20%	344.463,45	10%
Silva Jardim	4	3.347.370,43	1.689.282,73	50%	0	0%
Nova Iguaçu	5	3.279.518,51	1.542.571,44	47%	541.058,54	16%
Mesquita	6	3.134.192,79	748.650,22	24%	1.417.832,04	45%
Niterói	7	2.490.645,34	752.278,01	30%	1.797,70	0%
<b>Angra dos Reis</b>	<b>8</b>	<b>2.483.854,08</b>	<b>2.120.247,75</b>	<b>85%</b>	<b>72.164,12</b>	<b>3%</b>
S. F. de Itabapoana	9	2.383.863,50	667.934,23	28%	0	0%
Rio de Janeiro	10	2.334.121,12	850.455,96	36%	366.701,22	16%
TOTAL	–	83.651.342,73	30.114.483,37	–	1.291.027,59	–

**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2010). (grifo nosso).**

Fonte: Dados extraídos de Secretaria Estadual do Ambiente (SEA, 2014).



**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2011)**

Municípios	Ranking	Valor TOTAL arrecadado (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (%)	Unidades de Conservação municipais (R\$)	Unidades de Conservação municipais (%)
Silva Jardim	1	5.298.749	2.349.432	44%	30	0
Rio Claro	2	4.931.430	775.370	16%	328.288	7
Cachoeiras de Macacu	3	4.539.744	2.480.455	55%	0	0
Nova Iguaçu	4	3.920.766	1.746.933	45%	515.653	13
Resende	5	3.769.633	1.375.692	36%	1.261.822	33
<b>Mesquita</b>	<b>6</b>	<b>3.629.947</b>	<b>1.059.610</b>	<b>29%</b>	<b>1.753.200</b>	<b>48%</b>
<b>Itatiaia</b>	<b>7</b>	<b>3.170.134</b>	<b>3.025.251</b>	<b>95%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Angra dos Reis</b>	<b>8</b>	<b>3.123.305</b>	<b>2.909.798</b>	<b>93%</b>	<b>68.624</b>	<b>2%</b>
<b>Teresópolis</b>	<b>9</b>	<b>3.056.652</b>	<b>2.098.097</b>	<b>69%</b>	<b>234.137</b>	<b>8%</b>
Rio de Janeiro	10	2.969.016	965.193	33	347.310	12
TOTAL	–	111.499.998	40.140.001	–	10.034.999	–

**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2011). (grifo nosso)**

Fonte: Dados extraídos de Secretaria Estadual do Ambiente (SEA, 2014).

**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2012)**

Municípios	Ranking	Valor TOTAL arrecadado (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (%)	Unidades de Conservação municipais (R\$)	Unidades de Conservação municipais (%)
Silva Jardim	1	7.936.767	3.524.489	44%	38	0%
Rio Claro	2	7.223.883	1.170.452	16%	422.556	6%
Cachoeiras de Macacu	3	6.925.681	3.737.418	54%	1.311	0%
Nova Iguaçu	4	5.984.527	2.853.019	48%	1.024.207	17%
<b>Angra dos Reis</b>	<b>5</b>	<b>5.922.986</b>	<b>4.383.385</b>	<b>74%</b>	<b>88.329</b>	<b>1%</b>
Resende	6	5.598.818	2.073.789	37%	1.624.156	29%
<b>Mesquita</b>	<b>7</b>	<b>5.484.813</b>	<b>1.596.220</b>	<b>29%</b>	<b>2.256.634</b>	<b>41%</b>
<b>Teresópolis</b>	<b>8</b>	<b>5.093.950</b>	<b>3.160.621</b>	<b>62%</b>	<b>301.370</b>	<b>6%</b>
<b>Itatiaia</b>	<b>9</b>	<b>4.737.994</b>	<b>4.557.306</b>	<b>96%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Carapebus	10	4.364.037	1.125.887	26%	0	0%
TOTAL	–	172.557.142	62.120.566	–	15.530.142	–

**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2012). (grifo nosso).**

Fonte: Dados extraídos de Secretaria Estadual do Ambiente (SEA, 2014).



<b>Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2013)</b>						
Municípios	Ranking	Valor TOTAL arrecadado (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (R\$)	Unidades de Conservação estaduais (%)	Unidades de Conservação municipais (R\$)	Unidades de Conservação municipais (%)
Silva Jardim	1	8.476.466	3.401.331	40%	31	0%
Cachoeiras de Macacu	2	6.927.458	3.609.712	52%	2.123	0%
Rio Claro	3	6.923.791	1.494.641	17%	342.034	5%
Miguel Pereira	4	5.697.504	2.291.744	23%	969.067	17%
<b>Angra dos Reis</b>	<b>5</b>	<b>5.267.705</b>	<b>4.301.701</b>	<b>80%</b>	<b>71.497</b>	<b>1%</b>
Resende	6	5.194.181	3.317.822	39%	1.314.660	25%
Nova Iguaçu	7	5.161.103	3.582.354	53%	829.036	16%
Teresópolis	8	4.803.509	3.297.311	64%	243.941	5%
Mesquita	9	4.731.315	3.367.053	33%	1.826.614	39%
<b>Itatiaia</b>	<b>10</b>	<b>4.539.983</b>	<b>4.398.047</b>	<b>97%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>177.717.799</b>	<b>63.978.407</b>	<b>–</b>	<b>15.994.601</b>	<b>–</b>

**Distribuição de ICMS Ecológico no estado do Rio de Janeiro em relação ao percentual arrecadado por Unidades de Conservação – (ano de 2013). (grifo nosso)**

**Fonte:** Dados extraídos de Secretaria Estadual do Ambiente (SEA, 2014).

Observa-se a partir das tabelas apresentadas que a contribuição da existência de áreas protegidas na arrecadação de ICMS Verde tem sido um fator de relevância em pelo menos um ou dois municípios nos últimos cinco anos analisados. Diante dessa perspectiva, buscamos consultar dados sobre o número de Unidades de Conservação municipais no estado, de maneira a fundamentar a argumentação de que a distribuição de ICMS Verde pode ser elemento importante no fomento à criação de novas áreas protegidas nos municípios.

Em relação ao número de Unidades de Conservação no estado, apresentamos a seguir duas tabelas referentes ao número de Unidades de Conservação nos anos de 1996 e 2009.



Categoria de Manejo	Federais		Estaduais		Municipais		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Á. Proteção Ambiental	4	10	9	26	21	66	34	31
Área de Tombamento	1	2	7	20	1	3	9	8
Estação Ecológica	4	10	1	3	1	3	6	6
Floresta Nacional	1	2	0	0	0	0	1	1
Flor.Prot. da União	22	52	0	0	0	0	22	20
Parque	4	10	6	17	0	0	10	9
Reserva Ecológica	1	2	3	9	1	3	5	5
Reserva Biológica	2	5	5	14	2	6	9	8
Outras	1	2	4	11	6	19	11	10
Áreas Indígenas	2	5	0	0	0	0	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>100</b>	<b>109</b>	<b>100</b>

Número de Unidades de Conservação municipais no estado do Rio de Janeiro por categoria de manejo e regiões administrativas – ano de 1996

Fonte: MENDONÇA FILHO *et al.* (1996).

Região Administrativa	Total de municípios	Total de municípios com UCs	Total de municípios sem UCs	Total de municípios sem informação	Total de UCs
Metropolitana	17	12	5	0	69
Noroeste Fluminense	13	1	12	0	1
Costa Verde	4	1	2	1	1
Norte Fluminense	9	3	5	1	8
Serrana	14	6	6	2	12
Baixadas Litorâneas	13	6	6	1	19
Médio Paraíba	12	8	4	0	12
Centro-Sul Fluminense	10	3	7	0	5
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>40</b>	<b>47</b>	<b>5</b>	<b>127</b>

Número de Unidades de Conservação municipais no estado do Rio de Janeiro por regiões administrativas – ano de 2009

Fonte: CLARE *et al.* (2009).

É possível perceber que em três anos (1995 – 2009) o número de Unidades de Conservação municipais aumentou de 32 (trinta e duas) para 127 (cento e vinte sete) UCs. Esse número representa a criação de 95 (noventa e cinco) UCs municipais nos últimos 13 (treze anos), o que significa uma média 7,3 (sete virgula três) UCs criadas por ano. Notadamente, não é possível promover análises aprofundadas sobre a relação destas duas variáveis apresentadas somente a partir dos dados, haja vista que a problematização da criação de novas áreas protegidas deve abranger aspectos relativos à estrutura dos órgãos ambientais de competência



municipal, bem como a disponibilização dos instrumentos necessários para o manejo dessas áreas.

Contudo, entendemos que a partir dos dados apresentados, novos caminhos analíticos são propostos a respeito da problematização do debate sobre o ICMS Verde e a necessidade crescente de conservação e preservação da natureza, de maneira a se discutir se essas melhorias representam de fato uma gestão ambiental do território mais eficiente.

## **CONCLUSÃO E NOVAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE**

A discussão sobre o ICMS Ecológico tem ganhado relevância tanto nos trabalhos acadêmicos como nas iniciativas da administração pública brasileira. Esse advento pode ser relacionado a dois elementos principais: (i) é um instrumento de potencial relevância para a melhoria da gestão ambiental, especialmente em um momento que o discurso da sustentabilidade vem ganhando destaque; (ii) incrementa a receita dos municípios brasileiros através da vinculação de uma receita tributária à preservação ambiental.

O artigo buscou apresentar certa problematização a respeito da criação desta nova ferramenta, o ICMS Ecológico, e sua possível relação com as áreas protegidas, haja vista que compõe parte representativa do seu cálculo de repasse. A partir dos dados sistematizados, é possível observar que um número relevante de UCs Municipal foi criado entre os anos de 1996 e 2009 (dois anos após a implementação do ICMS Verde no estado). Sobre estes dados se faz necessário um olhar criterioso, como no estado do Rio de Janeiro, em que nos últimos anos, a arrecadação do ICMS Verde esteve vinculada a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor total ao índice de áreas protegidas, chegando, em alguns casos à 80% (oitenta por cento) do valor arrecadado.

Entendemos, assim, que essa problemática necessita ser aprofundada e discutida. O artigo buscou trazer luz sobre esse tema de forma a fomentar futuros debates e análises mais detalhadas sobre a criação de UCs em função da arrecadação do ICMS Verde.





## REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. de B. Código Florestal e Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: normatividades autônomas. In: *Revista de Direito Administrativo*, v. 265. Rio de Janeiro: Editora FGV, jan./abr. 2014, 87-110.

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III E VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CHAPE, S., SPALDING, M., JENKINS, S. The World's Protected Areas: Status, Value and Prospects in the 21st Century. Published in association with UNEP-WCMS by University of California Press. 2008. Disponível em: <https://archive.org/stream/worldsprotecteda08chap#page/n5/mode/2up> Acesso em: 20/04/2014.

CLARE, V. N. *et al.* Ocorrência e distribuição de Unidades de Conservação municipais no estado do Rio de Janeiro. *Floresta e Ambiente*, v. 16, n. 1, p. 11- 22, 2009.

COELHO, M. C. N.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, C. A. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Lei nº 5.100, de 04 outubro de 2007. Altera a Lei nº 2.664, de 27 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/0/edd5f699377a00078325736b006d4012?OpenDocument>> . Acesso em: 03 ago. 2014.

ICMS ECOLÓGICO. *Sítio Oficial*. Disponível em: <<http://www.icmsecológico.org.br/>>. Acesso em 10 jul. 2014.

LEONARDO, V. S.; OLIVEIRA, A. C. ICMS Ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental. *Cont*, Paraná, v. 26, n. 2, p. 40-56, mai./ago, 2007.

MENDONÇA FILHO *et al.* Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro. *Floresta e Ambiente*, ano 3, p. 190-199, 1996.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em Foco*. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE:  
[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap/\\_publicacao/149\\_publicacao05072011052951.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao05072011052951.pdf). Acesso em: 20/04/2014.

MORSELLO, C. Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense. In: *Ciência Ambiental* – Os desafios da interdisciplinaridade. Pedro Roberto Jacobi (oeg.). Programa de Pós-Graduação da USP. São Paulo: Annablume. p. 333-358.

VALLEJO, L. R. *Políticas Públicas e Conservação Ambiental: territorialidades em conflito nos Parques Estaduas da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

RYLANDS, A.B. & BRANDON, K. Brazilian protected areas. *Conservation Biology*, V. 19, n. 3, p. 612-618, jun. 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA). *Sítio Oficial*. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea>>. Acesso em 10 out. 2014.

THE NATURE CONSERVACY (TNC). *A Genuine Brazilian Incentive for Conservation*. [s. d.]. Disponível em: <[http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58&Itemid=68](http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=68)>. Acesso em 15 ago. 2014.



## A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR NA LAVOURA DE CAFÉ

MIRANDA, Napoleão  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)*  
*napomir@gmail.com*

FIGUEIRA, Thatiana de Andrade  
*Doutoranda do PPGSD-UFF*  
*thatianafigueira@yahoo.com.br*

215

### RESUMO

Pretende-se com este estudo, analisar a condição dos trabalhadores rurais volantes que se dedicam à colheita do café no interior do estado de Minas Gerais, com o objetivo de enriquecer a discussão sobre o entendimento do processo de trabalho desses indivíduos e a relação com o contexto em que estão inseridos. Para tanto, faz-se necessário refletirmos primeiramente sobre o processo histórico do advento da cultura do café no estado de Minas Gerais e o surgimento da categoria de trabalho volante no meio rural, como também sobre as mudanças que surgiram na agricultura mineira. Como procedimento metodológico reuni todos os dados referentes ao cotidiano dos trabalhadores rurais que se dedicam a colheita do café para aproximar o entendimento em relação aos vários aspectos que levam ao consumo de drogas, especificamente o crack. Além da pesquisa de campo que foi realizada nos municípios da Zona da Mata Mineira, municípios com vocação agrícola cafeeira.

**Palavras-chave:** trabalhador volante, agricultura, café.

### ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the condition of rural workers engaged in the flywheels coffee harvest in the state of Minas Gerais, with the goal of enriching the discussion on the understanding of the process of work of these individuals and the relationship with the context in which they are inserted. Therefore, it is necessary first to reflect on the historical process of the advent of the crop in the state of Minas Gerais and the emergence of the category of wheel work in rural areas, as well as on changes that have emerged in the mining agriculture. As a methodological procedure gather all data concerning the daily life of rural workers engaged in the coffee harvest to bring understanding in relation to various aspects that lead to drug use, specifically crack. In addition to the field survey that was conducted in the municipalities of Zona da Mata Mining, coffee municipalities with agricultural vocation.

**Key-words:** wheel worker, agriculture, coffee.



## INTRODUÇÃO

Pretende-se com este estudo, analisar a condição dos trabalhadores rurais volantes que se dedicam à colheita do café no interior do estado de Minas Gerais, com o objetivo de enriquecer a discussão sobre o entendimento do processo de trabalho desses indivíduos e a relação com o contexto em que estão inseridos.

Para tanto, faz-se necessário refletirmos primeiramente sobre o processo histórico do advento da cultura do café no estado de Minas Gerais e o surgimento da categoria de trabalho volante no meio rural, como também sobre as mudanças que surgiram na agricultura mineira.

Muitas são as questões e, também, as contradições que permearão este trabalho, mas uma delas considero a mais representativa: trata-se da modernização e pobreza que envolvem os aspectos históricos e sociais da mão-de-obra na cultura do café. No que tange a questão da modernização, refiro-me a toda tecnologia empenhada na agroindústria cafeeira. Em relação à pobreza, penso nos trabalhadores rurais que são submetidos a uma ordem de exploração da força de trabalho e de suas terras, que vem desde o Brasil colonial, contribuindo na construção desse império e no não reconhecimento de sua importância nesse processo.

Observa-se que pela complexidade do tema a pesquisa possui caráter multidisciplinar. E pode ser encarada pelo viés da economia, da sociologia, da antropologia, talvez da história. Essas disciplinas traçam uma análise do meio rural, principalmente tratando-se de trabalhadores volantes de uma área determinada, e uma cultura específica, neste caso o café. Mas o eixo principal desse trabalho será pela ótica da sociologia, devido ao contexto do consumo de drogas por parte dos trabalhadores, abordará, portanto, os aspectos sociais inseridos nesse fenômeno.

Com relação aos procedimentos metodológicos, e para o desenvolvimento deste artigo, inicialmente procurei reunir todos os dados referentes ao cotidiano dos trabalhadores rurais que se dedicam a colheita do café para aproximar o entendimento em relação aos vários aspectos que levam ao consumo de drogas, especificamente o crack.

Além da pesquisa de campo, denominada enquanto primária, que foi realizada nos municípios da Zona da Mata Mineira, municípios com vocação agrícola cafeeira. A pesquisa secundária também foi realizada com a busca de artigos e teses que trabalham essa temática.

## UM BREVE PRELÚDIO

Um dos objetivos aqui é a análise de entrevistas gravadas e transcritas, reunindo depoimentos que permitam conhecer:



- O cotidiano do trabalhador;
- O significado que atribui ao trabalho;
- A sua história de vida;
- A expectativa de vida em relação ao trabalho, profissão e família;
- Os sonhos/desejos que possui;
- As diferentes versões que circulam em relação ao crack;
- Os porquês da droga.

O referencial metodológico de análise será baseado na fenomenologia social, que constitui formas de conhecimento prático socialmente construído. Esta construção é estabelecida com influências da sociedade, por meio de valores, conceitos, idéias construídas entre diferentes grupos sociais que explicam a realidade da vida cotidiana. O estudo dos fatos sociais a partir da fenomenologia social, da etnometodologia, do interacionismo simbólico e do construtivismo tem suas raízes na ruptura dos modelos tradicionais da pesquisa sociológica construída na visão durkheimiana de ignorar o senso comum, apesar de tais correntes não estarem desvinculadas das ciências sociais. Nas ciências humanas, Alfred Schutz é o representante mais significativo do pensamento fenomenológico, sendo considerada essa corrente como a sociologia da vida cotidiana. Apesar de suas elaborações terem influências do pensamento weberiano, é na filosofia de Edmund Husserl que Schutz recebe a maior influência em relação à fundamentação metodológica.

O argumento de Husserl é o mesmo de Dilthey e Weber, isto é, os atos sociais envolvem uma propriedade que não está presente nos outros setores do universo abarcados pelas ciências naturais: o significado<sup>1</sup>. Desta forma, a fenomenologia social contribuirá nas questões que surgirão no decorrer da pesquisa em relação a vida cotidiana desses trabalhadores e suas relações sociais, como também o entendimento do referido fenômeno estudado, pois o mundo para ele está relacionado com a vida cotidiana, o mundo da vida, ou como ele mesmo diz: “o mundo da rotina”, no qual as pessoas não teorizam sobre suas práticas. Um mundo real e intersubjetivo, em que as pessoas interagem umas com as outras naturalmente, ou seja, a partir do senso comum, os homens vão interagir com seus valores, culturas, crenças, etc.

A fenomenologia social apresenta, em relação à pesquisa, as seguintes características:

- Uma crítica radical ao objetivismo da ciência, na medida em que propõe a subjetividade como fundante do sentido;

<sup>1</sup> Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 55.



- Uma demonstração da subjetividade como sendo constitutiva do ser social e inerente ao âmbito da autocompreensão objetiva;
- A proposta da descrição fenomenológica como tarefa principal da sociologia.

Alfred Schutz traz para o pensamento da fenomenologia social o mundo da *vida cotidiana*, no qual o homem situa-se em meio a suas angústias e preocupações em intersubjetividade com os semelhantes do grupo em que vive no tempo presente, ou seja, a relação face a face. Referente a presente pesquisa, buscou-se exatamente essa relação: conhecer o cotidiano dos trabalhadores rurais da colheita do café a partir da pesquisa de campo, buscando ouvir suas histórias de vida no tempo passado, presente e perspectivas futuras. Parte disto centrou-se na questão da vida cotidiana, como: que horas começam suas trajetórias de trabalho, como é o dia na lavoura de café, os intervalos para o almoço e os cafezinhos, o retorno para casa, etc., além da questão da droga, tão presente em suas vidas.

Sobre o conhecimento, Schutz o divide em três categorias:

- 1) A do vivido e experimentado no cotidiano;
- 2) Da epistemologia que investiga esse mundo vivido;
- 3) Do método sociológico para a investigação.

Num primeiro momento, o mundo social apresenta-se aos indivíduos como o mundo da cotidianidade, tal como é experimentado pelo homem, “atitude natural” e aceito da forma que é. Nesse sentido, “o homem não questiona a estrutura significativa do mundo, mas age e vive nela”. Esse mundo cotidiano apresenta-se por meio de tipificações construídas pelos próprios atores sociais, de acordo com suas histórias e relevâncias. Segundo Schutz, essas tipificações possuem em si “o universal e o estável, o específico e o mutável”<sup>2</sup>. Nesse ponto observa-se uma das diferenças do pensamento de Schutz em relação a Weber. Enquanto para Weber o tipo-ideal “é uma construção analítica criada pelo cientista, para Schutz, o ator social, não apenas o cientista, tipifica o mundo para compreendê-lo e comunicar-se com seus semelhantes”<sup>3</sup>. O ponto inicial para a fenomenologia social são os “construtos de primeira ordem”<sup>4</sup> usados por toda a sociedade, isto é, o senso comum, mesmo que se tenha idéias vagas, limitadas e/ou fragmentadas, e com emoção. Schutz não tem interesse em comparar ou questionar se o senso comum é superior ou inferior à construção científica, pois o propósito de um

<sup>2</sup> Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 56.

<sup>3</sup> Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 56.

<sup>4</sup> Idem, pg. 56.





cientista/pesquisador social é descobrir e revelar os “significados subjetivos implícitos” que circundam o universo dos atores sociais estudados:

o cientista social cria um saber diferente a partir do conhecimento de primeira ordem, por meio da elaboração de modelos do ator social, de tipos ideais, para explicar os significados da realidade social e para descrever os procedimentos dos significados.<sup>5</sup>

De acordo com Schutz, a partir do mundo da vida cotidiana o cientista construirá modelos distintos do senso comum. São construídos:

- Pela consistência lógica, isto é, pela possibilidade de escrever o vivido, buscando trazê-lo para a ordem das significações;
- Pela possibilidade de interpretação;
- Pela adequação à realidade<sup>6</sup>.

E o modelo científico para a compreensão do mundo social tem os seguintes princípios:

- A intersubjetividade: estamos sempre em relação uns com os outros;
- A compreensão: para atingir, penetrar o mundo do vivido, a ciência tem que aprender as coisas sociais como significativas;
- A racionalidade e a internacionalidade: o mundo social é construído sempre por ações e interações que obedecem usos, costumes e regras ou que conhece meios, fins e resultados<sup>7</sup>.

Sobre a compreensão empírica da realidade, Schutz elabora alguns conceitos em relação ao ato social, como o de *situação*. Este conceito diz respeito ao lugar que a pessoa ocupa na sociedade, o papel que desempenha e suas posições ético-religiosas, intelectuais, políticas, etc. A esse respeito diz que o homem está biograficamente situado no mundo da vida, agindo de acordo com este papel social que desempenha. Outro conceito que Schutz elabora é o *estoque de conhecimento* dos atores sociais, que seriam as referências com as quais interpreta-se o mundo e estabelece-se as ações. Outros conceitos com que Schutz trabalha são os *termos de relevância e estrutura de relevâncias*, que significa a importância dos objetos e os contextos que estes possuem para os sujeitos, relacionados com sua história de vida e bagagem de conhecimento que possuem.

<sup>5</sup> Idem, pg. 56.

<sup>6</sup> Idem, pg. 56.

<sup>7</sup> Idem, pg. 56.



Esses conceitos desenvolvidos pelo autor são de grande importância para a pesquisa empírica, passando do contexto individual para o grupal e comunitário, que o autor denomina *reciprocidade*<sup>8</sup>, seja de comunicação, sentido de comunidade, de objetivos e de interpretação intersubjetiva, visto que, segundo ele, a maior parte de nosso conhecimento vem de nossos pais, familiares, professores, grupo comunitário, etc. Recebemos formas de classificar e tipificar, criando o nosso universo e colocando-nos na vida prática em relação com o mundo.

Outro elemento fundamental para a fenomenologia social é a linguagem, pois para o autor “a vida humana é essencialmente diferente e só pode ser compreendida através do mergulho na linguagem significativa da interação social”<sup>9</sup>. A linguagem, práticas, coisas e acontecimentos são inseparáveis. E a “linguagem é essencial para que a realidade seja do jeito que é, isto é, a realidade é a própria vida cotidiana nos indivíduos onde eles se comunicam, concordam, discordam, justificam-se, negam ou criam”<sup>10</sup>. Para Schutz, a linguagem cotidiana ocupa todo um universo rico e inexplorado da essência social. Nesse sentido, a intercomunicação e a linguagem são fundamentais uma vez que “a linguagem cotidiana esconde todo um tesouro de tipos e características pré-constituídas de essência social que abrigam conteúdos inexplorados”<sup>11</sup>.

A fenomenologia social diz que só há conhecimento subjetivo, e não objetivo ou neutro, pois é “o homem que imprime leis ao real, e o ato de conhecimento reúne o observador e o observado, ambos possuidores de significados atribuídos pelo próprio homem”<sup>12</sup>. A partir da *tese geral da reciprocidade das perspectivas*, formulada por Schutz, marca-se o “caráter social da estrutura do mundo da vida de cada um”<sup>13</sup> baseado na idéia de que cada indivíduo tem sua experiência particular e subjetiva, sua visão de mundo é diferente do outro em relação ao mesmo fato, mas em contrapartida, todos, de certa forma, fizeram ou fazem parte daquela ação, porque há duas idealizações usadas pelas pessoas: a possibilidade de troca em relação aos pontos de vista e a “conformidade do sistema de pertinência”. Por exemplo: todas as pessoas que foram a uma partida de futebol supõem que foram assistir pelas mesmas razões, apesar das diferenças em relação ao modo de vida, ao ponto de vista, etc., mas o que as une é a mesma razão, a intenção, a situação, ou seja, suas experiências.

<sup>8</sup> Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 57.

<sup>9</sup> Idem, pg. 58.

<sup>10</sup> Idem, pg. 58.

<sup>11</sup> Coulon, A. Etnometodologia. Ed. Vozes, 1987, pg. 11.

<sup>12</sup> Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec – Abrasco, 1992, pg. 58 e 59.



As correntes teóricas, como a fenomenologia social – Schutz, a etnometodologia – Park e Garfinkel, o construtivismo – Berger, Luckman e Goffman, e o interacionismo simbólico – Mead, como já foi mencionado, têm suas semelhanças ao romper com os moldes tradicionais de pesquisa das ciências humanas, que consistiam em ignorar o senso comum e suas representações sociais, além da contribuição e influência que a fenomenologia social possibilitou servindo de base para essas correntes posteriores.

Para tanto são necessárias algumas considerações. O berço da etnometodologia foi a Universidade de Chicago, e Robert Park seu arquiteto principal. As idéias de Park foram teoricamente desenvolvidas por Harold Garfinkel na década de 30. Garfinkel, na sua célebre obra cujo título é “Studies in Ethnomethodology”, tem como fontes principais dois autores: Talcott Parsons, sociologia americana, e Alfred Schutz, que funda a fenomenologia social.

A partir da fenomenologia, Garfinkel desenvolve sua teoria em relação à etnometodologia, dizendo que, mais que uma teoria, ela é uma perspectiva de pesquisa que trabalha com uma abordagem qualitativa do social, organizando-se segundo a idéia de que todos nós somos pesquisadores sociais em estado prático, ou, de acordo com a formulação de Schutz, “o real já se acha descrito pelas pessoas”<sup>14</sup>.

Garfinkel postula que:

o fato social não é um objeto estável, mas o produto da contínua atividade dos homens, que aplicam seus conhecimentos, processos, regras de comportamento, em suma, uma metodologia leiga cuja análise constitui a verdadeira tarefa do sociólogo.<sup>15</sup>

Desta forma, a etnometodologia abarca o estudo das atividades cotidianas, sejam elas “triviais ou eruditas”<sup>16</sup>, partindo da pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar suas ações cotidianas. Diferentemente dos sociólogos tradicionais, que consideram os aspectos do saber do senso comum uma categoria residual, a etnometodologia trabalhará na contra-mão desse conceito, analisando as crenças e os comportamentos desse senso comum como base constituinte de “todo comportamento socialmente organizado”<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> Coulon, A. Etnometodologia. Ed. Vozes, 1987, pg. 13.

<sup>14</sup> Coulon, A., Etnometodologia. Ed. Vozes, 1987, pg. 7.

<sup>15</sup> Idem, pg. 27.

<sup>16</sup> Idem, pg. 30.

<sup>17</sup> Idem, pg. 30.



Na Inglaterra, os dois representantes da etnometodologia foram Harrison e Madge (1937), que tentaram aplicar os procedimentos metodológicos para compreender melhor o dia-a-dia do homem comum em uma sociedade complexa. Apesar do espírito inovador, Harrison foi criticado dentro e fora do âmbito científico por sua falta de “rigor metodológico”<sup>18</sup>. Assim, os movimentos etnometodológicos decaíram nos Estados Unidos e, na Inglaterra, sua influência acabou sendo pequena. Porém a partir da década de 50, a tradição etnometodológica tem sido retomada com vigor e é evidente a sua grande contribuição para as ciências humanas<sup>19</sup>.

Esta breve introdução em relação à etnometodologia justifica-se por ter semelhança com a fenomenologia social na sua formulação do senso comum e do mundo cotidiano, que Schutz elaborou com maestria em sua obra: “Fenomenologia e Relações Sociais”.

A contribuição do construtivismo, que tem afinidades com o marxismo, vai aparecer tanto na fenomenologia social como na etnometodologia, nas idéias de *Peter Berger* e *Thomas Luckman*<sup>20</sup> ouvintes das palestras de Schutz, que trabalham com a relação indivíduo-sociedade. A esse respeito, os autores vêem a sociedade como uma realidade objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, o indivíduo, neste contexto, exterioriza o seu próprio ser no mundo social interiorizando esse mesmo mundo como realidade objetiva.

Esse processo dialético é composto de: exteriorização, objetivação e interiorização, interligados um ao outro. Para que isso ocorra, é necessário compartilhar e participar do mundo do outro, só depois desse processo de interiorização é que o indivíduo se torna um ser social. Assumir o mundo do outro é torna-lo o seu próprio. Esse processo de socialização do indivíduo é dado pela literatura através de vários percursos. Nós nos deteremos aqui em duas etapas: socialização primária e secundária.

A socialização primária ocorre na infância e em uma estrutura social objetiva, proporcionando um aprendizado cognitivo. É uma relação dialética entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade objetivamente apropriada. A socialização secundária é uma continuidade da primária, responsável pela identificação na comunicação entre os seres humanos, por isso a linguagem é tão importante. Nas sociedades conhecidas há sempre alguma distribuição social do conhecimento, tanto o universal quanto o conhecimento especial que está relacionado ao conhecimento de funções específicas resultantes da divisão social do trabalho,

<sup>18</sup> Mynaio, M. C. de Souza. O Desafio do Conhecimento. Ed. Hucitec – Abrasco, 1999, pg.52 e 53.

<sup>19</sup> Idem, pg. 55.

<sup>20</sup> Berger, P. & Luckmann, T. A Construção Social da Realidade. Ed. Vozes, 1966.



assim a socialização secundária passa a ser importante para a aquisição desses novos conhecimentos<sup>21</sup>.

Em relação ao trabalho dos “apanhadores” de café no período de colheita, podemos verificar que não possuem conhecimentos universais somente em alguns casos possuem conhecimentos específicos sobre o seu trabalho. No geral, desempenham suas funções mecanicamente, visando garantir sua sobrevivência. O resultado desse processo é a alienação, pois não se apropriam de outros mundos.

Berger e Luckman salientam que a realidade subjetiva tem uma relação socialmente definida com a realidade objetiva. O papel da conservação da realidade subjetiva é muito importante para a confirmação dessa identidade. O fator mais importante na conservação da realidade é o diálogo, porque tem como função manter, modificar e reconstruir constantemente a realidade subjetiva do sujeito. A realidade é interiorizada tanto na socialização primária como na secundária por processos sócias, sua manutenção depende desse processo, embora com características diferentes<sup>22</sup>.

No que tange à questão dos trabalhadores rurais, em geral, eles possuem um referencial histórico e social não apenas em relação à luta pela posse da terra para realizarem seus trabalhos, como também são caricaturados como seres desprezíveis tanto no aspecto cultural como no social, não obedecendo aos padrões estabelecidos e determinados pelo modo de vida das cidades.

A literatura aponta que o trabalho é onde se dá a emancipação do sujeito, onde ele pode realizar uma atividade criativa e livre, satisfazendo suas necessidades básicas e atingindo uma ascensão social. A impossibilidade de emancipação acaba por gerar a alienação do sujeito, tornando-o escravo de seu trabalho, como de si mesmo, não o reconhecendo como fator importante na relação social.

Em relação aos trabalhadores rurais, especificamente os “apanhadores” de café, podemos dizer que a morte simbólica está relacionada a sua baixa autoestima, não constituindo um personagem. Uma outra característica da identidade é sua temporalidade: passado, presente e futuro<sup>23</sup>. Na mesmice da identidade há a exclusão da temporalidade, tornando-se abstrata, perdendo sua capacidade de transformação<sup>24</sup>. O tempo dos “apanhadores” de café está completamente ligado às suas atividades profissionais, faz-se apenas para o trabalho.

<sup>21</sup> Vários Autores. *Interacionismo Simbólico e Teoria dos Papéis*. Ed. EDUC, pg. 179.

<sup>22</sup> Idem, pg. 181.

<sup>23</sup> Ciampa, A. C., *A Estória do Severino e a História de Severina*. Ed. Cortez, 1998, pg. 198.

<sup>24</sup> Idem, pg. 198.



O estigma é outro ponto fundamental, incorporado à cultura do homem do campo desde sua descrição literal, como pessoas sem bom trato, broncos e sem educação. E, além desse fator, atualmente este estigma é agravado pelo fato de muitos serem dependentes químicos. Erving Goffman diz que o conceito de estigma está ligado a pessoas portadoras de características físicas, morais ou grupos determinados, promovendo o descrédito das pessoas “normais”. A esse respeito, diz:

quando normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos de estigma.<sup>25</sup>

224

O indivíduo estigmatizado sente-se completamente inseguro frente aos “normais”, que no caso, representam um tipo de sociedade perfeita. Almeja um modelo que todos gostariam de ser tanto no aspecto moral como social. Essa insegurança dos estigmatizados é relacionada à possibilidade de os “normais” identifica-los com determinado tipo de caráter e ao modo como serão recebidos pela sociedade.

Estigma para os gregos constituía sinais corporais feitos para evidenciar o que a pessoa fez de mau em relação ao status moral<sup>26</sup>. Na era cristã o estigma possui duas concepções diferenciadas: uma em relação a graça de Deus e a outra às marcas de distúrbio. Atualmente, a concepção de estigma é similar ao significado dos gregos, como aponta Goffman, embora esteja mais ligada à desgraça do que à marca corporal. A esse respeito o autor diz:

o termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.<sup>27</sup>

Os tipos de estigma que Goffman exemplifica são: as abominações do corpo, as culpas de caráter e, finalmente, os estigmas tribais de raça, nação e religião. No caso dos “apanhadores” de café, o tipo de estigma que mais se aproxima é o de caráter, duplamente caracterizado. Primeiro em relação ao tipo de trabalho que exercem: são trabalhadores volantes, não possuem emprego fixo, sendo a grande maioria autônomos, não atingindo um status social

<sup>25</sup> Goffman, E. Estigma. Ed. Guanabara, 1988, pg. 23.

<sup>26</sup> Idem, pg. 23.

<sup>27</sup> Goffman, E. Estigma. Ed. Guanabara, 1988, pg. 23.





conquistado. O outro aspecto diz respeito à dependência química: no caso, alguns são usuários de crack. A este tipo de estigma, Goffman diz que:

são percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, **vício**, **alcoolismo**, homossexualismo, **desemprego**, tentativas de suicídio e comportamento político-radical.<sup>28</sup>

O ser estigmatizado acaba não desenvolvendo uma relação social cotidiana. Desse modo, afasta de si os “normais”, destruindo os outros atributos que ele possui ou conquistou.

225

## A LAVOURA E O TRABALHO COM O CAFÉ

As experiências com o trabalho livre na cafeicultura foram introduzidas por fazendeiros paulistas, na segunda metade do século XIX, para substituir ou suplementar o trabalho escravo, pois, a cafeicultura exigia muita mão-de-obra e de forma intensiva durante todo o ano (STOLCKE, 1986). A escravidão só foi abolida em 1988, mas os cafeicultores paulistas já trabalhavam com a mão-de-obra imigrante desde 1847.

O café se desenvolveu como cultura de exportação, no interior de formações estruturais socioeconômicas já existentes no Brasil, sob um modelo marcadamente mercantilista (CANCIAN, 1977), como continuidade à expansão comercial da Europa no Brasil. Nesse sentido, a agricultura brasileira se intensificou com a vinda desses imigrantes, tanto da Europa, quanto da Ásia, passando a se caracterizar como uma atividade empresarial que conferia riqueza, prestígio político e autoridade aos cafeicultores. Nas palavras do presidente Epitácio Pessoa: “o café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil.

No caso do Brasil, especificamente, o país é tradicionalmente o maior e mais importante produtor de café do mundo. A produção de café aqui começa em meados do século XVIII, e desde essa época vem exercendo influência direta e positiva no que tange à geração e distribuição de empregos e riqueza em diversas regiões do território nacional onde as lavouras estão instaladas (Martins e Castro Junior, 2006). A cafeicultura está consolidada como um Complexo Agroindustrial (CAI), o complexo cafeeiro, cujo peso, na economia nacional, é

<sup>28</sup> Idem, pg. 14.



expressivo: 2% do total das exportações brasileiras e 40% da produção mundial (SANTOS, GOMES, BRAGA E SILVEIRA, 2009: 364). De acordo com dados da Cepea/Esalq e Conab, atualmente temos, aproximadamente, 390 mil estabelecimentos produtores no país, em 1,9 mil municípios, que geram 8,4 milhões de empregos e uma receita anual média de US\$ 3,5 bilhões.

A cafeicultura chegou a Minas Gerias pela margem norte do Rio Paraibuna, em 1809. A partir daí os fluxos migratórios aumentaram sensivelmente, se dirigindo diretamente para a Zona da Mata, sem passar pelo Rio de Janeiro. Em 1822, a população da Mata girava em torno de 20 mil habitantes e, em 1870, ultrapassava os 250.000, chegando a 548.000 em 1890, quando contribuía com cerca de 7% da população do estado de Minas (BLASENHEIN, 1982).

Segundo o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), o café representa cerca de 55% do valor total da produção agrícola na região e, cerca de 96% de todas as atividades de agricultura das lavouras permanentes da região. Nos terrenos mesmo muito inclinados e, as vezes, em pouca quantidade, ao andar pela zona rural da região, sempre se encontra plantação de café.

## A COLHEITA

A colheita do café, nesta região de estudo, é realizada de maneira dependente da mão-de-obra humana. Os terrenos são acidentados por demais impedindo assim a inserção de maiores tecnologias nesta fase de safra. Portanto, no período da colheita a família se envolve, os compadres da região também e, dependendo do tamanho do cafezal, trabalhadores boias-frias<sup>29</sup> também complementam esse quadro de trabalho. A *apanha* é uma atividade que movimentam a economia da região. São homens e mulheres que são trabalhadores rurais e abrem mão de suas demais atividades para o envolvimento com a atividade da colheita. Alguns pedem demissão de seus trabalhos regulares, porque alegam que nesta época conseguem “*fazer um pé de meia*”.

A locomoção dos trabalhadores até às lavouras é por conta dos proprietários. Neste período do ano, eles disponibilizam ônibus, vans e até carros pequenos para buscar os trabalhadores nas cidades no início da manhã e devolvê-los ao final da tarde. Os pontos de espera pelos transportes já são conhecidos pela cidade. Qualquer um pode perguntar e logo encontrar uma parada típica de trabalhador que vai para a colheita. Como responsabilidade (exigida pelo ministério do trabalho) do proprietário do cafezal, ele disponibiliza luvas e botas aos trabalhadores. O ministério exige ainda que tenha banheiro químico nas lavouras e locais



cobertos para que os trabalhadores realizem suas refeições, além da carteira assinada por tempo determinado. Os banheiros e os locais cobertos para as refeições não são encontrados pelos cafezais, quando percorremos a região. A questão da carteira assinada varia muito de proprietário para proprietário. Como a fiscalização anda crescendo e as denúncias também, muitos cafeicultores com medo das sanções, acabam assinando as carteiras. Outros as recolhem no início da colheita, ou no início que o sujeito começa a participar da colheita e só devolvem no final, mas sem qualquer registro.

Essa questão de registro é imensamente discutida e conflituosa na fala tanto de cafeicultores quanto na fala dos trabalhadores temporários. Existe algo introjetado em ambas as partes que é o esquema do não compromisso. O ônibus, a van, o carro, etc., estará lá no ponto às 6h da manhã, mas vai quem quer. Se, por exemplo, foi dia de chuva os pontos encontram-se vazios matinalmente. Se o sujeito gostar do pedaço da lavoura onde o encarregado o colocou no dia anterior, ele provavelmente volta no outro dia. Se a incidência de cobras no cafezal for grande, ele normalmente não volta. Se a turma for de *bagunça*, a manhã seguinte é comprometida quantitativamente. E assim por diante. Por este não compromisso, que podemos também chamar aqui de autonomia, a carteira assinada é algo de discussão.

No relato do senhor J.C., cafeicultor, ele assina carteira de muitos, que não completam uma semana de trabalho. A maior dificuldade que ele vê é a devolução dessas carteiras, uma vez que nem sempre os trabalhadores da colheita são oriundos do município, existe forte migração nesta época do ano. Na fala dos trabalhadores, eles são sempre passados para trás e ter carteira assinada para a colheita tolhe o sujeito do “*ir e vir*”, ou seja, de não querer ir, se assim o desejar.

Como responsabilidade do trabalhador rural, ficam ao seu encargo as roupas próprias para este momento de trabalho, que normalmente são roupas em cima de roupas. O trabalhador geralmente usa mais de uma calça e várias camisetas de manga comprida para aliviar a intensidade do sol e chapéu. Além disso, a alimentação é por conta dos trabalhadores, que levam suas quentinhas em marmitas, panelinhas de alumínio e água, café com leite e alguns casos sucos em garrafas térmicas. Há, para muitos, também a garrafa própria para a cachaça, que levam amarrado à cintura.

Existe um *comércio* nas lavouras. Normalmente os agricultores conhecem e permitem a entrada de pessoas que sobem as lavouras com o intuito de vender alguma coisa. No geral, são bolos, cafés, sucos, *merenda* como dizem os trabalhadores. Além desses vendedores de gêneros

<sup>29</sup> Ou, trabalhadores volantes.



alimentícios, existem também pessoas que vendem drogas (lícitas e ilícitas) nas lavouras. A chegada e a saída destes é mais rápida, porém eles já têm seu público cativo.

Uma vez embarcados nos veículos, os trabalhadores são levados para as lavouras. Normalmente o encarregado, que é um funcionário de confiança do cafeicultor – geralmente membro da família, direciona a turma para qual parte da lavoura eles devem desbravar naquele dia de trabalho. Em conversa com um encarregado de lavoura, filho de um cafeicultor, ele me disse que normalmente divide a turma em grupos de no máximo 15 pessoas, *“para não dar confusão”*, diz o encarregado. *“Muita gente junta não dá certo, sempre sai briga, um acaba desrespeitando o outro, então é sempre melhor separar”*, complementa.

A escolha pelo pé do café normalmente é aleatória, e o trabalho deles é puxar com as mãos os grãos de café dos galhos das plantas. Lavouras muito novas não costumam agradar os trabalhadores, pois na fala de uma apanhadora *“judia muito da coluna”*. Enquanto lavouras de plantas muito altas impossibilitam as mulheres de apanharem no topo, pela estatura normalmente menor que a dos homens. Além da mão, enquanto instrumento de trabalho, os que investem na atividade – e isso é exclusivamente iniciativa dos trabalhadores rurais- possuem uma **mão mecânica**, que é um instrumento bem parecido com uma mão humana, mas que agiliza, e muito, o trabalho na apanha do café.

A apanha é feita por balaio de café. Ou caixa. Esses balaies, ou caixas, possuem capacidade para 60 litros de café, que na conversão para quilos aproximam-se de 48kg cada um. Não é possível marcar um valor médio para a produção diária, até porque a média é uma medida que evidencia, dentre outras coisas, a discrepância. Mas, um adulto normalmente com mão humana e em condições favoráveis de trabalho, colhe por dia de quatro a cinco balaies de café. Já com a mão mecânica, nas mesmas condições de trabalho, chega a colher de dezoito a vinte balaies de café. O preço pago para cada balaio também é variável. Fica a cargo de cada cafeicultor estipular este valor, que acaba determinando também a quantidade de trabalhadores que acabam se interessando ou não, pelo trabalho temporário.

No caso do senhor J.C., com quem tive a oportunidade de conversar, pela safra deste ano ele paga dez reais o balaio de café. Após o dia de trabalho, é responsabilidade do trabalhador, carregar seus balaies até o pé da lavoura, onde encontra-se o encarregado com a caminhão e a balança que fará a marcação da quantidade ao final do dia trabalhado. Por volta das quatro e meia da tarde os trabalhadores já começam a descer a lavoura e se posicionam para a pesagem. A balança de pesagem fica em cima do caminhão, pois após a pesagem o grão já é jogado no caminhão que fará o transporte dele para as instalações apropriadas na propriedade. Nem todas



as propriedades possuem, por exemplo, máquinas para despolar o café. Neste caso, os grãos são levados para os terreiros de café, que podem ser tanto de cimento quanto de chão batido, suspensos ou não, para a revira e a secagem do café.

No momento da pesagem, é também de responsabilidade do trabalhador, levantar o balaio para que o encarregado o pegue para a pesagem. As mulheres, neste caso, embora nem todas, contam com a solidariedade de outras mulheres que se juntam para erguer os baldios, ou com os homens que prestam esse auxílio. Uma vez pesados, individualmente os trabalhadores recebem um vale diário, contendo o nome do trabalhador, a quantidade de café colhida e o valor correspondente a esta quantidade. No fim, o trabalhador assina. Fica com o vale enquanto o encarregado acumula os canhotos, que mais tarde serão entregues ao cafeicultor – que normalmente é o responsável por toda a contabilidade.

Perguntei a ambas as partes se existe algum questionamento sobre a pesagem. Da parte dos trabalhadores, eles relatam que queriam ver a pesagem, que por ser feita em cima do caminhão, sempre “*rola uma pulga atrás da orelha*”. Por parte de um cafeicultor, ele me disse que não costuma conferir os canhotos quando para pagar os trabalhadores. Ao menos que desconfie. “*No olho*”, ele afirma saber se tem, por exemplo, menos caixas de café sejam na quantidade que for.

Os vales são acumulados pelos trabalhadores e nas Sextas-Feiras, após o expediente, o cafeicultor acerta o valor com os trabalhadores. É, então, dia de festa. As biroscas da rua e das vilas ficam mais cheias, com gente falando alto, bebendo e comendo. O que exemplifica a força que o café exerce na economia tanto local, quanto na economia da região. Segundo relatos, trabalhadores contam com a atividade da colheita para realizarem algo grande, materialmente falando. Muitos constroem casa, outros compram carro, moto, reformam casas, mobíliam o que falta, tudo com o dinheiro do café. É comum nas sedes dos municípios plantadores de café que após esses meses de colheita e uma vez que o café já esteja pronto para ser comercializado, o comércio da cidade e os negociantes, façam sua base na arroba do café (que corresponde a 30kg) e que, muitas vezes, aceitam como moeda o próprio café.

## **O TRABALHADOR VOLANTE**

Não se pode resumir o homem apenas como um organismo que interage com seu meio físico. Ele transcende a esfera biológica, pois é no processo histórico que adquire a verdadeira condição humana, interagindo na sociedade (SASS, 1982). Em relação aos trabalhadores



volantes, eles possuem uma característica peculiar na agricultura: o trabalho descontínuo e sazonal. Isso significa que eles são contratados em alguns meses do ano para plantação ou colheita de determinada cultura. No caso do café, como se trata de uma cultura perene, são contratados para a colheita, que normalmente abrange os meses de abril a julho, com pequenas variações. Nos outros meses do ano, esses trabalhadores migram para conseguir trabalho em outras culturas ou fazem “bicos” nas periferias das cidades.

O trabalhador volante possui uma caracterização singular, de acordo com Silva (1982) “a caracterização singular do volante é que, apesar de ser um assalariado rural, tem seu custo de reprodução ao nível do setor urbano”. Essa definição de trabalhador volante deve-se ao processo de proletarização, que deu origem a essa modalidade de trabalhador rural. Ele interioriza e personifica a união entre o trabalhador rural e o urbano, fazendo com que reproduza a sua mão-de-obra entre o setor agrícola e industrial.

Os trabalhadores volantes vivem um processo de proletarização advindo da penetração do capitalismo no campo. A separação entre produtor, propriedade e meios de produção gera um processo de transformações que não ficam apenas no âmbito econômico, mas modificam valores culturais, como dissemos anteriormente, sociais e políticos, afetando o modo de compreensão de suas vidas. Fragmentada a relação com a terra, esses trabalhadores passam de produtores a consumidores, e suas necessidades básicas tornam-se regidas pelos valores desenvolvidos na vida urbana. Por fim, esses volantes não conseguem perceber que a miséria, sofrimento e exploração não são condições dadas e sim resultado de todo um processo histórico que permeia a relação assalariada.

A lógica que prevalece na estrutura do trabalho volante é desvinculada do local e da família. Desenraizados da construção social pela própria lógica do trabalho, não possuem lugar definido, portanto, não criam vínculos sociais. Caminham de acordo com o trabalho. A relação predominante que permeia suas vidas é a relação com trabalho. A lógica do capital faz com que sejam espremidos e excluídos, construindo suas vidas nas periferias das cidades e entrando na lógica de consumo das áreas urbanas. Com isso, seus valores são descaracterizados e assumem outros aspectos não adquiridos conforme sua origem.

O ato de migrar a procura do trabalho, seja ele no campo ou na cidade, em virtude de expulsão, pressupõe o abandono do espaço social de origem, o que gera sérias implicações em relação à adaptação ao novo meio, inclusive de moradia. Andrade (2003) explica que o lugar (moradia) para essas populações não se limita a um teto que dê proteção ou conforto (espaço público e privado). A autora vai além, e diz que a importância cerca o campo psíquico, uma vez





que o lugar está associado ao desejo de transformação, subsistência e sociabilidade. Na sua análise, a autora afirma que pelo histórico de lutas, conflito e expulsão das terras em que eram donos de seu trabalho, temem ser expulsos da mesma forma como ocorreu em seu lugar de origem. Desse modo, sujeitam-se a morar em lugares inadequados, muitas vezes em troca de trabalho, recebendo por isso pagamentos bem inferiores, submetendo-se à subordinação de regras de controle moral e disciplinar de seus empregadores.

### **PARA CONCLUIR**

Nesse cenário, surgem diversas denominações estigmatizadas do trabalhador rural, quais sejam: boia-fria, trabalhador volante, eventual, etc., excluindo-os das leis que deveriam garantir sua qualidade de vida e protegê-los nas questões trabalhistas. Além da dupla negação – trabalho e direitos – são ridicularizados pelo termo boia-fria. Em nome da modernização, a sociedade assistiu ao desaparecimento da roça de subsistência, dos contratos de parceria (ou pelo menos a diminuição deles), da indústria doméstica e da produção de consumo pessoal, quebrando não somente os laços da estrutura familiar, mas também os laços de solidariedade existentes nas comunidades rurais. Muitos são expulsos de suas terras por este processo de modernização e são obrigados a viver nas periferias das cidades, com outros valores e modos de vida, participando da “lógica” de um espaço que não lhes pertence. Desenraizados do lugar, da cultura, como se não bastasse, o contexto social produz uma representação negativa, interferindo em sua vida cotidiana, nas relações sociais.

Enfim, a modernização na lavoura cafeeira intensificou o mercado interno e externo, propiciou o avanço tecnológico por meio de pesquisas científicas em maquinarias e insumos químicos, beneficiamento na qualidade dos produtos, expansão do mercado de trabalho técnico, entre outros. As contribuições que a modernização ofereceu não podem ser negadas.

A questão a ser discutida é, em nome dessa modernização, as relações sociais de trabalho foram sacrificadas, contradizendo esse avanço no campo pelo empobrecimento das populações rurais, a devastação ecológica, a quebra, muitas das vezes, dos vínculos culturais e sociais, a desvalorização da mão-de-obra, a expulsão de pequenos proprietários, a exclusão dos direitos trabalhistas, adjetivações negativas atribuídas a esses trabalhadores, menosprezando seu modo de vida e conhecimento em trabalhar e usufruir da terra.



## REFERÊNCIAS

- BLASENHEIN, Peter Louis. A regional history of the Zona da Mata em Minas Gerais, Brazil:1870-1906. 1982. 372 f. Tese (PhD em História) – Departamento de História, Stanford University, Stanford.
- CANCIAN, N. A. Cafeicultura paranaense 1900 – 1970: estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. 497 p. Tese (Doutorado em História Social) – USP.
- CIAMPA, A. da C. **A Estória do Severino e a História da Severina**; Ed. Brasiliense, 1998.
- COULON, A. A Etnometodologia; Ed. Vozes, 1987.
- GOFFMAN, E. **Estigma**; Ed. Guanabara, 1988.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2009.
- MARTINS, C.M.F.; CASTRO JUNIOR, L.G. de. **Volatilidade no mercado futuro do café brasileiro**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. Anais...Salvador/BA: ANPAD, 2006.
- MINAYNO, M. C. de Souza, **Pesquisa Social**; Ed. Vozes, 1992.
- SANTOS, V. E. DOS, GOMES, M. F. M., BRAGA, M. J. e SILVEIRA, F. R. **Análise do setor de produção e processamento de café em Minas Gerais: uma abordagem matriz insumo-produto**. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, vol. 47, n.2, p. 363-388, abr/jun, 2009.
- SASS, O. Fragmentos sobre a vida na roça – estudo psicossocial com pequenos proprietários rurais. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1982.
- SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**, Textos escolhidos; Ed Zahar, 1979.
- SILVA, J. G. da, **A modernização dolorosa**; Ed. Zahar, 1982.
- STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)**. São Paulo: Brasiliense. 410 p. 1986.



## **ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NÃO REPRESENTADOS PELA BASE CARTOGRÁFICA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS SC**

SILVA, Carlos Roberto Rodrigues da  
Mestre em Desenvolvimento Regional. Pesquisador  
*crrdasilva@yahoo.com.br*

233

### **Resumo**

Este artigo aborda a verificação da base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerando a hidrografia do Município Irineópolis SC. Com objetivo de atualizar as informações, possibilitando os gestores públicos contar com uma ferramenta de controle para futuras tomadas de decisões. O município tem crescimento, tanto demográfico quanto agro florestal, o qual contribui na supressão das matas nativas em busca de novas áreas para se estabelecer plantios, prejudicando as nascentes e rios. Com a intenção de comprovar que o mapeamento do (IBGE) não apresenta qualidade suficiente para nortear as políticas públicas relacionadas aos corpos hídricos no município. Vislumbrando que pode ter havido a supressão de algumas nascentes e rios nesses últimos 45 anos.

**Palavras Chave:** Sensoriamento Remoto. Cartas topográfica. Corpos hídricos.

### **Abstract**

This paper addresses the verification of cartographic base of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) considering hydrography Municipality Irineópolis SC. In order to update the information, allowing public managers rely on a control tool for future decision making. The municipality has growth, both demographic as agroforestry, which contributes to the suppression of native forests in search of new areas to establish plantations, damaging the springs and rivers. Intending to prove that the mapping (IBGE) lacks sufficient to guide public policies related to watercourses in the municipality quality. Envisaging that may have been the deletion of some springs and rivers over the past 45 years.

**Key-words:** Remote Sensing. Topographic charts. Water bodies.



## INTRODUÇÃO

O Código Florestal brasileiro prevê as áreas de preservação permanente para nascentes, rios e florestas de galeria, mas para criar algumas políticas públicas torna-se necessário conhecer e obter informações precisas do espaço a ser estudado. Tais informações são capazes de auxiliar na fiscalização por parte de órgãos governamentais e monitoramento de possíveis irregularidades dos agentes sociais que fazem uso dessas premissas para intervirem no meio ambiente.

Neste contexto, busca-se avaliar fontes primárias de dados cartográficos, do mapeamento sistemático do território, disponibilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considerando a localização dos recursos hídricos no município de Irineópolis SC. Os sistemas de coordenadas utilizados para georreferenciação podem classificar-se em quatro classes fundamentais: astronômicos, cartesianas, tridimensionais, elipsoidais e cartográficas (MATTOS, 2001, pg. 11).

Contudo, estes dados estão desatualizados, sendo que os mapas disponibilizados foram gerados a partir de imagens aéreas obtidas no ano de 1966. Soma-se a este fato o pouco detalhamento oferecido, com uma escala de 1/100.000.

Este estudo justifica-se pelo fato de que a base cartográfica disponibilizada pelo IBGE foi gerada na década de 60, onde tecnologia nos aparelhos para obtenção de dados com precisão não existiam, sendo assim faz-se necessário que os dados como: Rios; e nascentes sejam atualizados.

É claro que a população cresceu consideravelmente nas últimas décadas e desta forma a fronteira agroflorestal também aumentou. Portanto, a pressão por novas fronteiras agrícolas fez ocorrer à supressão das formações naturais em busca de novas áreas para se estabelecer plantios, prejudicando as nascentes de rios, resultado do desrespeito relacionado ao meio ambiente.

A justificativa do estudo soma-se também ao fato das cartas do IBGE apresentarem uma escala de 1/100.000 o que significa que o detalhamento das mesmas equivale a 100 metros no terreno para cada 1 milímetro na carta. O Datum Córrego Alegre foi utilizado como sistema de referencia para trabalhos geodésicos e cartográficos da década de 1950 até fins da década de 1970, quando foi adotado oficialmente o SAD – 69 (IBGE,2006). Demonstrando a necessidade da confecção de mapas temáticos criados a partir de imagens do satélite japonês Alos que possibilitam a geração de produtos cartográficos em escala 1/10.000 o que é 10



vezes superior aos mapas oferecidos pelo IBGE, em um SIG podem-se fornecer novas informações ou dados por meio da integração de diferentes níveis de informação existente, o que permite que os dados originais sejam visualizados e analisados com uma perspectiva mais ampla e completa. Já a exatidão indica se os valores estão próximos ao valor real (ANDRADE, 1998). Tornando-se uma fonte de informações confiáveis aos gestores públicos, por contar com uma base de suporte para tomadas de decisões técnicas relacionadas ao meio ambiente, possibilitando ainda a verificação da legislação ambiental vigente. Além de contribuir com a diminuição dos desmatamentos em torno dos rios e nascentes, fortalecendo o uso racional do solo.

Para calcular a área e o perímetro do limite do município de Irineópolis SC, das nascentes e rios, foi utilizado o programa Arc GIS 9.2 no qual são confeccionados os mapas temáticos através das imagens de satélite. Segundo NOVO (1998), no sensoriamento remoto, a transferência de dados do objeto para o sensor é realizada através de energia. Basicamente, o Sensoriamento Remoto é composto por quatro elementos fundamentais, que são o sensor, o alvo, a fonte e a radiação eletromagnética, (NOVO, 1989). A informação no Sensoriamento Remoto é representada sob forma de imagem, podendo ser uma imagem fotográfica, de radar ou então uma imagem obtida usando laser. Um conjunto de coeficientes polinomiais é computado acuradamente a partir dos modelos rigorosos do sensor e fornecido pelo vendedor das imagens de satélite (YAMAKAWA e FRASER, 2004).

A análise realizada no ano de 2011 do sistema hídrico, mediante dados de sensoriamento remoto, constitui uma técnica útil ao planejamento e administração da ocupação de forma ordenada e racional do meio físico ambiental, além de permitir avaliar e monitorar o surgimento de novas nascentes e rios, como o seu desaparecimento.

As informações hidrográficas existentes para o município de Irineópolis estão defasadas e também omitem a existência de rios de menor porte.

## **PLATAFORMAS DE SENSORIAMENTO REMOTO**

As plataformas de Sensoriamento Remoto são responsáveis por determinar o nível de alcance dos dados. Esses níveis podem ser terrestres (torres e sistemas radiométricos de campo), orbitais (plataformas espaciais), e aéreos (aeronaves e helicópteros). Para isso faz-se necessário contar com um sistema capaz de medi-la a uma distância considerável. Para capturar imagens de sensoriamento remoto dois contextos são importantes: o sistema sensor e



a plataforma. O sistema sensor é o meio encarregado de medir a radiação eletromagnética e motivar um valor digital ou analógico.

O resultado eletromagnético quase sempre é representado sob a forma de imagens. A plataforma é o componente de apoio usado como base para o sistema sensor e é incumbida do transporte do mesmo.

As plataformas espaciais de Sensoriamento Remoto podem ser classificadas em plataformas tripuladas ou não tripuladas. Ainda podem ser classificadas em função do tipo de órbita em satélites geoestacionários e satélites em órbita polar. Os satélites em órbita geoestacionária são satélites localizados em órbitas altas (a pelo menos 35.000 quilômetros acima da superfície da Terra) no plano do Equador, os quais se deslocam à mesma velocidade e direção do movimento de rotação da Terra, fazendo com que o satélite permaneça estacionário em relação à superfície, observando sempre a mesma região. Já os satélites de órbita polar são síncronos com o Sol, ou seja, sua velocidade de deslocamento perpendicularmente ao plano do Equador é tal que sua posição angular em relação ao Sol se mantém constante ao longo do ano. Um satélite de órbita polar completa, em média, 15 órbitas em torno da Terra por dia, sendo que cada órbita é completada em cerca de 100 minutos (INTRODUÇÃO AO SENSORIAMENTO REMOTO, 2001, pg. 45.).

Existem três tipos de plataformas que são: 1- Plataformas Terrestres são as que se deslocam na superfície do terreno utiliza-se este tipo de plataforma quando se deseja fazer medições a curta distância do objeto.

2- Plataforma aérea diz respeito ao transporte do sensor a bordo de uma aeronave. Utilizando este tipo de plataforma pode-se fazer o levantamento de uma área maior em menor tempo, quando comparado ao uso das plataformas terrestres, isto ocorre porque a aeronave é capaz de sobrevoar a área mais rapidamente. O grau de detalhes nas imagens coletadas é determinado pela altura do vôo.

3- Plataformas espaciais, neste caso o sensor é transportado a bordo de satélites ou transportadores espaciais em órbita em torno da Terra. A altura da plataforma, é dada pelas características da órbita da nave espacial.





## CONCEITOS DE CARTOGRAFIA

Cartografia é a ciência que trata dos estudos e operações tanto científicas e técnicas, quanto artísticas, relacionadas à elaboração e utilização das cartas (ou mapas) de acordo com determinados sistemas de projeção e uma determinada escala. Segundo Associação Cartográfica Internacional 1966 cartografia:

Conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base o resultado de observações diretas ou da análise da documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão e representação de objetos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização. (ACI, 1966, pg. 102).

Independente de como a informação geográfica é estruturada ou apresentada, a atribuição de coordenadas a pontos é indissociável do processo de representação geográfica. Os sistemas de coordenadas utilizados para geo-referenciação podem classificar-se em quatro classes fundamentais: astronômicos, cartesianas, tridimensionais, elipsoidais e cartográficas (MATTOS, 2001, pg. 11).

Os referenciais astronômicos são utilizados para definir a posição dos astros na esfera celeste. Com base na posição aparente dos astros e em observações astronômicas é possível obter três grandezas fundamentais no contexto da geodésica: latitude, longitude e azimute astronômico. Os sistemas de coordenadas cartesianos tridimensionais geocêntricos baseiam-se em sistemas de eixos com origem próxima ao centro de massa da Terra e com um dos eixos orientado segundo o eixo de rotação da Terra, sendo a posição de um ponto definida por três coordenadas (X, Y, Z).

Com recurso a uma superfície auxiliar elipsoidal, posicionada em função de um sistema de coordenadas cartesiano tridimensional ou de coordenadas astronômicas, é definido um sistema de coordenadas, ditas geodésicas ou elipsoidais: a latitude (definida relativamente ao plano equatorial do elipsóide), a longitude (definida relativamente a um meridiano convencional) e a altitude elipsoidal (medida segundo a normal ao elipsóide). As coordenadas elipsoidais transformam-se em coordenadas planas através de um sistema de projecção cartográfica, ao qual se associa um sistema de coordenadas cartesianas bidimensionais.



A precisão é o grau de dispersão de um grupo de valores em relação à média, sendo uma medida de espalhamento. Já a exatidão indica se os valores estão próximos ao valor real (ANDRADE, 1998). Na avaliação de produtos cartográficos a média dos erros dos pontos de checagem representa a exatidão e o desvio padrão representa a precisão. O Padrão de Exatidão Cartográfica é um conjunto de critérios e normas estabelecidas e que norteiam os processos de determinação e quantificação da exatidão de um documento cartográfico (ISHIKAWA, 2001).

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**

O SIG pode ser definido como coleções de subsistemas integrados, em que dados espaciais passam por uma sequência de processos de conversão, coleta armazenamento e manipulação. Apoio para tomadas de decisões ou para a análise de dados geográficos. *Um SIG integrado ao GPS pode caminhar. O GPS integrado ao SIG pode pensar. Um pensador andarilho não conhece limites.* (WELL E LEE, 1992 citado por MONICO, 2008, pg.406).

A tecnologia SIG abrange um campo amplo e complexo, envolvendo entrada, armazenamento, recuperação, análise e representação da informação geográfica, que depende do conceito de posicionamento.

Em um SIG podem-se prover novas informações ou dados por meio da integração de diferentes níveis de informação existente, o que permite que os dados originais sejam visualizados e analisados com uma perspectiva mais ampla e completa. Os dados são elementos essenciais de um SIG. Simplesmente sem uma base que sustente a aplicação para a qual ele foi concebido, não haverá nenhum tipo de resposta, nem geração de qualquer informação. (MONICO, 2008, pg.408).

Uma das características básicas de um SIG é tornar viável a integração dos mais variados tipos de dados, coletados das mais diversas forma e instantes.

## **SATÉLITE ALOS / DAICHI**

O ALOS é um satélite japonês lançado em 2006 pela Agência Espacial Japonesa (JAXA), com a missão de obter imagens de todo o planeta. O satélite carrega a bordo dois



sensores ópticos: PRISM (*Panchromatic Remote-sensing Instrument for Stereo Mapping*) e AVNIR-2 (*Advanced Visible and Near-Infrared Radiometer – Type 2*). O sensor PRISM possui uma banda pancromática na região do visível, resolução espacial de 2,5 m e resolução radiométrica de 8 *bits* (IBGE, 2010). O nome ALOS significa Advanced Land Observing Satellite. Este satélite foi lançado por um foguete H-IIA a partir do centro espacial de Tanegashima pela Agência de Exploração Aeroespacial Japonesa em 24 de Janeiro de 2006. O seu nome original em idioma Japonês é "DAICHI". O satélite ALOS tem 3.5m de largura por 4.5m de comprimento e 6.5m de altura, os seus painéis solares medem 22m x 3m, o seu peso bruto é de perto de 4 toneladas, o que faz dele um dos maiores satélites de Observação da Terra.

## LEIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A legislação brasileira prevê a proteção ambiental a partir da CFB de 1988 até a legislação exclusiva com intenção preventiva e/ou reparadora; entretanto, de tal maneira, a que mais se destaca dentre as leis ambientais, é encontrada no texto da constituição federal.

Oposto ao que muitas pessoas pensam, o IBAMA (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis), a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), o DEFAP (Departamento de Florestas e Áreas Protegidas) e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente não fazem leis ambientais. No máximo, estes órgãos podem publicar portarias e instruções normativas que têm a função de especificar procedimentos relacionados às leis já existentes. O Ministério Público também não faz leis; a ele cabe, entre outras ações, fiscalizar e garantir que os órgãos ambientais façam cumprir as leis vigentes.

Com o intuito de proteger o meio ambiente, existe a necessidade da criação de leis para orientação e penalização dos responsáveis pela degradação do sistema ambiental. Para isto foram criadas as seguintes leis:

Lei – Nº 6.902/1981<sup>1</sup>, criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as "Áreas de Proteção Ambiental" (APAS), áreas

---



que podem conter propriedades privadas, e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental;

- Lei de Crimes Ambientais – nº 9.605/1998. Reordenou a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou coautora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta, caso se comprove a recuperação do dano ambiental. As multas variam de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões de reais.

Lei da Fauna Silvestre – nº 5.197/1967. Esta lei classificou como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA. Criminaliza, também, a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto.

- Lei das Florestas – nº 4.771/1965. Determinou a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do país preservem 20 % da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis.

Lei da criação do IBAMA – nº 7.735/1989. Criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA, compete executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais.

- Lei do Parcelamento do Solo Urbano – nº 6.766/1979. Estabeleceu as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológica, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços.

- Lei da Política Agrícola – nº 8.171/1991, introduziu a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas; desenvolver programas de educação ambiental; fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.



- Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – nº 6.938/1981. É a lei ambiental mais importante, que definiu que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

- Lei de Recursos Hídricos – nº 9.433/1997. Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê, também, a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

- Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – nº 6.803/1980. Atribuiu aos por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

- Lei de Recursos Hídricos – nº 9.433/1997. Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê, também, a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

- Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – nº 6.803/1980. Atribuiu aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). (BRASIL, 1988).

- Além destas leis, existe o **Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes (INPRA)**. Este é uma organização não governamental sem fins lucrativos, de personalidade jurídica e direito privado. O Instituto tem por objetivo desenvolver ações que contribuam com a conservação e a proteção ambiental, promoção



humana e inclusão social, por intermédio de geração de renda, difusão de técnicas e conhecimentos, eventos, pesquisas e projetos de ação. Este instituto inexistente em Santa Catarina e Irineópolis.

## LEIS AMBIENTAIS

As leis ambientais brasileiras são consideradas bastante avançadas e bem organizadas, no que diz respeito ao objeto proposto. O problema está na aplicação destas, que por fatores diversos, inviabiliza e torna falha a sua execução. Um exemplo pode ser retratado quanto a fauna brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), a exploração crescente e desordenada destes recursos tem gerado um processo intenso de extinção de espécies, seja pelo avanço da fronteira agrícola, perda de *habitat*, caça esportiva, de subsistência ou com fins econômicos, como a venda de pelos e de animais vivos. Este processo cresceu nas últimas duas décadas, à medida que a população cresce e os índices de pobreza aumentaram.

Com a criação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), entendida como um conjunto de métodos e procedimentos que, aplicados a um caso concreto, permite avaliar as consequências ambientais de determinado plano, programa, política, assim, “[...]aproveitando o máximo possível suas consequências benéficas e diminuindo, também ao máximo possível, seus efeitos deletérios do ponto de vista ambiental e social” (MACHADO, 2004, p. 257).

A Lei 4.771/1965, que estabelece o código florestal, protege não exclusivamente as florestas, mas qualquer forma de vegetação, como por exemplo, morros, mangues, dunas, encostas, rios e nascentes. Além disso, a simples localização de determinadas áreas é a garantia de sua proteção ambiental, como acontece com áreas que se incluem próximas as águas correntes como rios, córregos, dormentes que seriam lagos e reservatórios, também aquelas em altitude superior a 1.800 metros. Sendo assim, observa-se que a proteção pelo código florestal é ampla e não se restringe somente às florestas.

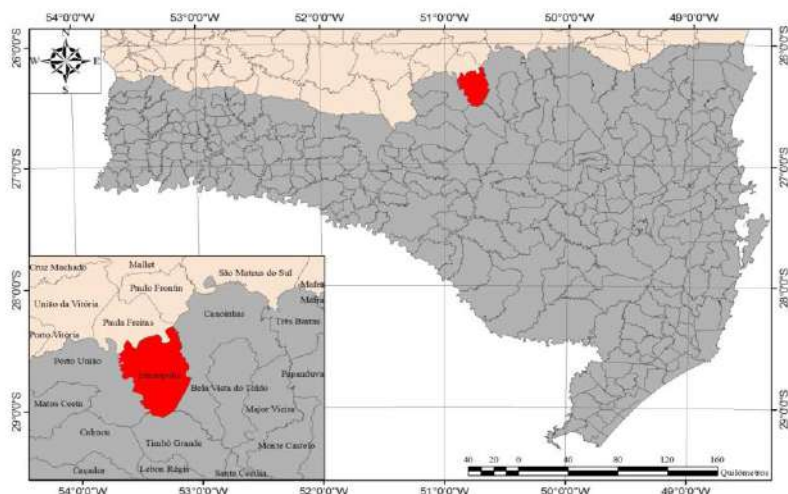
## MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado no Município de Irineópolis, situado no planalto norte de Santa Catarina, tendo divisas com seguintes municípios: a norte divisa com o estado Paraná,





município Paula Freitas, a leste Porto União–SC, a oeste Canoinhas–SC e ao sul Timbó Grande–SC. Como e representado no mapa a seguir.



**Figura 01 – Mapa de Localização do Município de Irineópolis-SC**

Fonte: (IBGE 2010). <http://www.mapas.ibge.org.br/> acessado em 20/03/2013.

Para o desenvolvimento do estudo foram obtidas junto ao IBGE as cartas topográficas relativas ao município de Irineópolis e Lebon Regis - SC, as cartas topográficas estão referidos ao Datum Córrego Alegre que foi utilizado como sistema de referencia para trabalhos geodésicos e cartográficos da década de 1950 ate fins da década de 1970, posteriormente as mesmas foram convertidas para o programa Arc GIS 9.2.

Os rios e nascentes foram vetorizados em cima da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso, os elementos Dúvida Nascente e Dúvida Rio referem-se às nascentes e rios detectados visualmente na imagem de satélite e que não constam do mapeamento do IBGE. Para o estudo, foram adquiridas imagens Prism, do satélite Alos de junho de 2008, com resolução espacial de 2,5 metros. Os softwares utilizados foram o Arc GIS 9.2, LEICA Geo Office 5.0 e ERDAS. Sequencialmente foi realizada uma transformação dos dados para SIRGAS2000 (Sistema de Referencia Geocêntrico para as Américas) o qual é o novo referencial geodésico oficial para o SGB (Sistema Geodésico Brasileiro) conforme a publicação da resolução 01/2005 do IBGE.



Com as imagens satelitais retificadas, utilizando o programa Arc GIS 9.2 e dados obtidos junto ao IBGE, iniciou-se a vetorização da imagem onde consiste basicamente em contornar as áreas de cada atribuição.

O processamento dos dados ocorreu no Laboratório de Geoprocessamento da Universidade do Contestado Campus de Marcílio Dias cujas coordenadas são 26°05'27.78'' S e 50°23'13.49''

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos no mapa temático confeccionado através das imagens do satélite Alos são condizentes com os dados do mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -1966. Totalizando assim:

- 51 nascentes;
- 323,375 km de comprimento de Rios internos;
- 36,995 km de comprimento do Rio Iguaçu, o qual faz divisa com o Município de Paula Freitas no estado do Paraná;
- 51,558 km de comprimento do Rio Timbó o qual faz divisa com o Município de Porto União no estado de Santa Catarina.

A figura 02 mostra a vetorização de rios e nascentes condizentes com a base cartográfica do IBGE.

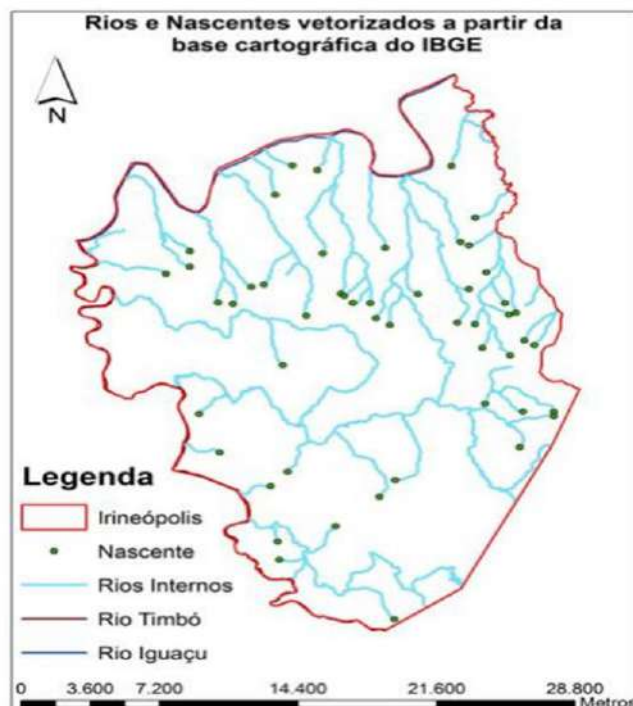


Figura – Rios e Nascente vetorizados a partir da base cartográfica do IBGE.

Fonte: (SCHIMALSKI, 2011).

A identificação de novas nascentes e novos rios justificam-se ao fato de que o mapeamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1966 utiliza-se de uma escala de 1/100.000. Portanto se ocorreu um erro na identificação das imagens e este erro seja de um milímetro, o mesmo resultará na perda de informações de aproximadamente ou superior a 100 metros na superfície terrestre. E

as imagens do satélite Alos permite que se trabalhe com uma escala de 1/10.000 o que permitiu um melhor detalhamento e identificação nas imagens. Identificando assim a presença destes novos rios e nascentes no município, totalizando assim:

- 164 Dúvidas Nascentes;
- 69,98 km de comprimento dos Rios Dúvidas identificados.

A figura 03 mostra a vetorização de rios e nascentes através das imagens do satélite Alos.

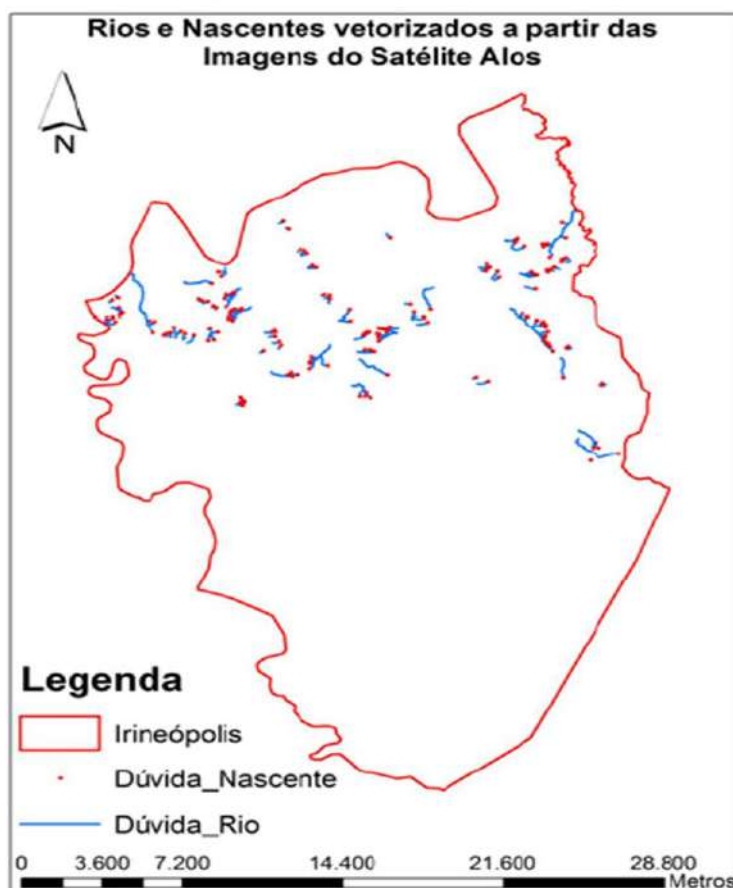


Figura – Rios e nascentes através de imagens do satélite Alos.

Fonte: (SCHIMALSKI, 2011).

O mapa 04 já atualizado mostra os rios e as nascentes demonstradas pelo mapa do IBGE de 1966, e as dúvidas de nascentes e rios que aparecem nesta atualização realizada em 2011.





municipal poderá contar com uma base de suporte para o planejamento e tomadas de decisões futuras.

Ainda com a realização deste estudo pode-se comprovar que a base Cartográfica do IBGE, não apresentou qualidade suficiente para nortear as políticas públicas relacionadas às dos corpos hídricos, no município de Irineópolis – SC. O fato está relacionado à justificativa de que as cartas topográficas disponibilizadas pelo IBGE apresentam uma escala de 1/100.000, o que representa que a cada milímetro impresso no mapa, representa 100 metros de área na superfície terrestre, confrontando-as com as do Satélite Alos o qual permite trabalhar com uma escala de

1/10.000, o que representa que um milímetro impresso no mapa representa 10 metros de área na superfície terrestre, sendo este 10 vezes superior aos produtos oferecidos pelo IBGE. Portanto, permite que se tenham mapas temáticos com maiores precisões, auxiliando no planejamento e controle do município.

Com o maior detalhamento oferecido pelas imagens do satélite Alos, os mapas temáticos elaborados tornam-se uma fonte de informações confiáveis aos gestores do município, no que diz respeito a sustentabilidade.

Com às informações hidrográficas de nascentes e rios existentes para o município de Irineópolis estarem desatualizadas, o estudo da verificação da base cartográfica do IBGE no município permitiu identificar novos corpos hídricos, não representadas pela base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas realizadas no ano de 1966.

Os Rios e nascentes quantificados pelo mapeamento através do satélite Alos totalizaram de Rio 69,98 km de perímetro juntamente com 164 Nascentes não existentes no mapeamento do IBGE, o que demonstra a necessidade de dar continuidade ao estudo mesmo após ter alcançado o objetivo proposto, que foi realizar a verificação da base cartográfica do IBGE do Município de Irineópolis – SC considerando a hidrografia. O fato se justifica devido ao grande número de elementos (nascentes e rios) não representados no mapeamento e detectados na interpretação das imagens do satélite Alos. O que demonstra a necessidade de um estudo detalhado também a campo para verificar a veracidade das nascentes e rios detectados e atualizados, pois os mesmos na identificação realizada encontram-se em áreas de conflito com agricultura o que acarretará na necessidade de iniciar nestas áreas um PRAD – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. B. **Fotogrametria**. Curitiba: UFPR, 1998

INTRODUÇÃO ao **sensoriamento remoto**. São José dos Campos. 2001

MATTOS. J.L. **Fundamentos de informação geográfica**. 2001

NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. 2 ed, Edgard Blücher LTDA, 308p, 1998.

NOVO, E.M. L.M. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. São Paulo:Edgard Blücher LTDA, 1989.

YAMAKAWA, T., FRASER C.S. **The affine projection model for sensor orientation: experiences with high-resolution satellite imager y**. International Archives of Photogrammetry and Remote Sensing, Volume 35 parte 1, Istambul, Turquia, 2004 p. 142-147.

[www.mapas.ibge.org.br/](http://www.mapas.ibge.org.br/) acessado em 20/06/2014.

[www.ebah.com.br/content/.../codigo-florestal-lei-4771-1965](http://www.ebah.com.br/content/.../codigo-florestal-lei-4771-1965). Acessado em 30/07/2014.



## OS PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

RENNÓ, Marcelo Scarpa

*Bacharel em turismo e mestrando em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento local pelo Centro Universitário UMA. Consultor no desenvolvimento e de programas de responsabilidade social de empresas*  
*marcelo\_renno@yahoo.com.br*

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de

*Professora do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UMA*  
*profa.edimeiamaria@gmail.com*

250

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo buscar ampliar as discussões sobre programas de responsabilidade social desenvolvidos por empresas de mineração em comunidades de suas áreas de influência. Altas demandas de capacitação técnica e de recursos econômicos das localidades, associadas ao baixo grau do capital social estabelecido, exigem, na perspectiva da sustentabilidade dos programas e do desenvolvimento local, a organização e a implementação das iniciativas e de suas avaliações sob a ótica da gestão social. No contexto das avaliações, destaca-se a importância na composição de indicadores específicos para o comprometimento dos programas não apenas com as demandas internas das empresas de resultados econômicos e de exclusivo cumprimento de obrigações legais, mas com resultados efetivos na promoção do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** responsabilidade social; gestão social; desenvolvimento local

### ABSTRACT

This article aims to increase the discussions on social responsibility programs by mining companies in communities of their influenced areas. High demands for technical training and economic resources of the communities associated with the low degree of social capital established require, in view of the sustainability of programs and local development, organization and implementation of the initiatives and their evaluations from the perspective of social management. In the latter, we highlight the importance of the composition of specific indicators for the commitment of the programs not only with the internal demands of economic results and exclusive fulfillment of legal obligations of the companies, but with effective results in promoting local development.

**Key words:** corporate social responsibility; social management; local development



## Introdução

Este artigo proporciona uma reflexão sobre a efetividade das ações de responsabilidade social corporativa sobre comunidades impactadas por empresas mineradoras. Seu foco principal são as avaliações dos programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), segundo o ponto de vista da gestão social, modelo de gestão considerado efetivo para fins de desenvolvimento local. Esta reflexão contribuirá para a construção de um projeto de pesquisa, requisito do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, cuja finalidade é identificar e definir indicadores para avaliação de projetos de cunho social implementados no âmbito da RSC de empresas mineradoras nas comunidades impactadas por elas.

A sensibilidade dos autores para esta questão decorre da experiência com projetos de responsabilidade social realizados em municípios mineradores e estudos sobre atividades mineradoras e seus efeitos de encadeamento de desenvolvimento econômico regional. Percebe-se que os efeitos desenvolvimentistas destas atividades muito raramente se circunscrevem às comunidades residentes no entorno das minerações. Por este motivo, estas comunidades carecem de ações destinadas a elas, capitaneadas por agentes, em geral, externos, em virtude da ausência de capital social necessário para a sua gestão.

Neste sentido, propõe-se o debate sobre a responsabilidade social corporativa, com destaque especial para a de origem em empresas mineradoras, com vistas em verificar o seu comprometimento com o desenvolvimento local das comunidades da mineração. O artigo considera como requisitos do desenvolvimento local a apropriação da intersetorialidade e dos conceitos da gestão social para o desenvolvimento sustentável. Com vistas em contribuir para aprimorar a efetividade dos programas de RSC, esta reflexão alcança os indicadores para a avaliação de programas de RSC e os analisa com base nos fundamentos da gestão social.

A pesquisa proposta elegeu Brumadinho, município minerador localizado no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, como um campo de alta qualidade para que sejam buscados indicadores que mensurem ou diagnostiquem se as intervenções realizadas por programas de RSC teriam promovido o protagonismo das comunidades



em ações promotoras de desenvolvimento local. Como público de pesquisa, pretende-se entrevistar gestores de empresas mineradoras locais, membros da comunidade local dos grupos diretamente envolvidos nos projetos, além de gestores do executivo municipal.

### **Responsabilidade Social Corporativa, mineração e enclave**

252

São muitas as discussões e críticas no campo acadêmico sobre o significado da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e, sobretudo, o propósito do desenvolvimento de ações desta natureza por empresas nas localidades onde atuam. Apesar de ainda não se apresentar a RSC como um conceito consolidado, percebe-se nas duas últimas décadas um crescimento abrupto tanto do número de programas desenvolvidos pelas empresas quanto de trabalhos e pesquisas sobre o termo. (DIALE, 2014).

O termo Responsabilidade Social Corporativa foi inicialmente trabalhado na publicação de Bowen, no livro “Social Responsibilities of the Businessmen” de 1953 (BASSEN; JASTRAM; MEYER, 2005 apud THAUER, 2013). No Brasil, segundo Melo e Gomes (2006), as discussões afins ao tema da RSC começaram com a criação, na década de 60, da ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas). Esta entidade, sob a perspectiva da religiosidade e de princípios cristãos, foi organizada com a proposta de estabelecer, no nível empresarial, a preocupação e o comprometimento das empresas com a promoção de justiça social.

Embora, na década de 1970, alguns economistas liberais liderados por Milton Friedman tenham defendido como única responsabilidade social das empresas a geração de lucro para assegurar os ganhos dos acionistas (THAUER, 2013), a partir de então, as discussões começaram a abordar questionamentos sobre a proposta desta exclusividade. (VASCONCELOS; ALVES; PESQUEX, 2012)

Assim, começaram a surgir novos entendimentos da RSC. Carroll (1979) definiu-a a partir de quatro fundamentos, quais sejam: responsabilidade econômica para a geração de lucro; responsabilidade legal pelo atendimento à legislação vigente na sociedade onde se encontra; responsabilidade ética de agir de forma justa e honesta; e



responsabilidade filantrópica de contribuir para as questões sociais, educacionais e culturais locais.

A partir do final da década de 1980, em função da nova agenda de discussões globais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento introduzida em duas oportunidades mais relevantes, marcadas pelo Relatório Brundtland (1987) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), quando cerca de 180 países se comprometeram com a Agenda 21, o conceito de RSC incorporou novas perspectivas relacionadas ao propósito da sustentabilidade ambiental: incluiu a responsabilidade com a qualidade de vida das comunidades onde as empresas estão inseridas (THEUER, 2013). A partir de então, novas premissas conceituais começaram a ser adotadas para a RSC, associando-a diretamente ao conceito de desenvolvimento sustentável. (VASCONCELOS; ALVES; PESQUEX, 2012).

O conceito do Instituto Ethos de Empresas e de Responsabilidade Empresarial é um exemplo desta associação. Este Instituto descreve a RSC como...

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2013, p.16).

Nesta definição, a RSC está inserida na gestão do negócio empresarial, de forma diferente do que ocorre com o desenvolvimento de ações filantrópicas. O que a RSC difere aqui é o fato de alterar/promover mudanças na estrutura de gestão da empresa. (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Desde o início das discussões sobre sustentabilidade das atividades econômicas, a indústria extrativa é um dos principais focos dos debates sobre o tema, seja na perspectiva ambiental, seja na social. (COWELL *et al*, 1999, *apud* JENKINS; YAKOVLEVA, 2006). Neste sentido, destacam-se alguns fatores que reforçam a importância da RSC no contexto das atividades de mineração (JENKINS; YAKOVLEVA, 2006): (1) a forte opinião pública contrária à atividade minerária, em função de seus impactos ambientais e sociais; (2) a intensa pressão de grupos ambientalistas locais e globais sobre a atividade, questionando a legitimidade das ações



das empresas mineradoras; (3) a maior importância dada pelo mercado financeiro sobre o gerenciamento de riscos sociais e ambientais das empresas mineradoras; (4) o desafio da manutenção da “licença social” de operação.

Neste último item, apesar da legislação brasileira já exigir a obtenção da licença ambiental de operação dos empreendimentos minerários, (IBAMA, 2014), não se apresenta ainda no contexto da legislação a ideia de “licença social” de operação dos empreendimentos. Este conceito está baseado na ideia de que, para a mineração, não basta o cumprimento das exigências legais e das permissões governamentais na condução dos negócios, mas também necessária a obtenção de uma “permissão social” junto aos públicos interessados no desenvolvimento de suas atividades (BOUTILIER; BLACK; THOMSON, 2012). Isto significa estabelecer procedimentos no sentido de reduzir riscos associados à atividade relacionados a fatores como opinião pública, a existência de conflitos sociais e a imagem institucional da empresa. (FRASER INSTITUTE, 2012).

Além da magnitude dos impactos ambientais e sociais relativos à mineração, outro fator se destaca no contexto da atuação das empresas mineradoras que determinam a importância especial de seus programas de RSC, comparados ao de empresas cujas atividades econômicas são de outra natureza. A vida útil de um empreendimento minerário é limitada. Por mais que ocorram avanços tecnológicos em termos de produtividade dos processos e aproveitamento de recursos, a produção mineral acaba quando se esgotam as jazidas. Isso determina o fim das operações e, por consequência, a cessão da atividade econômica que, em alguns casos, se estabelece nas comunidades impactadas de forma hegemônica, como principal fonte de receita de municípios, ilustrando a situação de enclave minerador.

Mello e Paula (2000, p. 614) delimitaram um enclave exportador, decorrente da extração do minério de ferro, em Itabira, definido como uma consequência...

[...] do estabelecimento de ligações em cadeia entre uma atividade exportadora e os outros setores da economia na qual está inserta, furtando-se a promover um desenvolvimento autossustentado, o qual poderia decorrer da introdução de uma estrutura econômica diversificada, que, com sua evolução, reduziria a dependência da economia local da atividade exportadora.





Esta definição caracteriza o enclave do ponto de vista econômico e demonstra que minerações de grande porte tendem a constituir enclaves exportadores, especialmente em municípios cujo crescimento populacional foi muito acelerado pela introdução da atividade mineradora, ou em regiões anteriormente desabitadas. Nestas localidades o futuro, posterior ao final da vida útil da mineração, certamente proporcionará o esvaziamento da parte da população composta pelos cidadãos dotados de competência a ser aproveitada em outras minas ou em outros endereços profissionais, atingindo especialmente os moradores mais dinâmicos das localidades.

Neste horizonte, pode-se pensar em dois cenários alternativos de longo prazo, legados da mineração: um futuro de pobreza e carências diversas, no qual a comunidade remanescente perde os benefícios decorrentes das demandas centrais de uma economia dinâmica; ou um futuro autossustentável se se obtiver a implantação local de atividades econômicas independentes da mineração protagonizadas pelas comunidades e relacionadas a uma economia que articule ofertas potenciais e demandas locais.

Brumadinho é um dos municípios onde se verifica o enclave minerador/exportador. Com dados de 2012 obtidos junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), apresenta-se na tabela a seguir o volume de receitas de Brumadinho e o volume arrecadado neste apenas com o imposto do CFEM retido na localidade<sup>1</sup> (Contribuição Financeira pela Extração Mineral).

### A importância econômica da mineração na arrecadação de Brumadinho (2012)

Volume de Receitas Municipais (R\$)	Arrecadação CFEM local (R\$)	Percentual (%) CFEM/Receita Municipal
59.618.764,13	29.959.938,46	50,25%

Fontes: DNPM e SEF

<sup>1</sup> Considera-se como valor retido do CFEM na localidade 65% do valor total arrecadado do imposto, conforme a legislação brasileira (DNPM, 2014)



A partir da leitura dos dados, infere-se que programas de RSC de mineradoras ganham notoriamente um apelo especial, que pode ser traduzido em alguns questionamentos:

- Como será o futuro das localidades que hoje “vivem” da cadeia produtiva da mineração?
- Hoje, a mineração gera riquezas, impostos, emprego. E amanhã, quando o minério acabar?
- Quais são as reais possibilidades alternativas à cadeia produtiva da mineração de desenvolvimento local e de, portanto, promover a sustentabilidade destas localidades?
- Os programas de RSC das empresas mineradoras já trazem estas preocupações no sentido de buscar alternativas de desenvolvimento sustentável para as localidades?

Em função destes questionamentos, a RSC na mineração começa a ser encarada como um meio concreto de promoção de alternativas de desenvolvimento local, independentes da cadeia produtiva mineral. Neste sentido, podem ser citados alguns programas de RSC realizados por empresas mineradoras em Brumadinho, que têm como objetivos o fomento da atividade turística e também do artesanato local. Porém, é válido destacar que, apesar do crescente número de iniciativas de RSC de empresas mineradoras, de forma geral, percebem-se poucas evidências em nível mundial de como as ações, assim como as desenvolvidas em Brumadinho, possam estar promovendo a sustentabilidade das localidades. (JENKINS; OBARA, 2006).

Dessa forma, entende-se que outras questões devem ser consideradas na organização e implementação destes programas, sobretudo com o intuito de estabelecer processos, pautados nos conceitos da gestão social, que possam traduzir os anseios locais de desenvolvimento e, de fato, promover a sustentabilidade das localidades. São elas:

- Existem articulações ou políticas intersetoriais para a formulação de propostas alternativas do desenvolvimento local?
- As comunidades estão preparadas ou estão se preparando para promover o desenvolvimento local para além da mineração?



- As comunidades são ouvidas na concepção e desenvolvimento dos programas de RSC?
- As comunidades são protagonistas ou meras “coadjuvantes” no desenvolvimento desses programas?
- Os programas de RSC são concebidos e avaliados sob essas perspectivas?

Diante destas prerrogativas busca-se ampliar a discussão sobre os programas de RSC de empresas de mineração e como esses poderiam ser orientados para superar as consequências futuras do enclave minerador nas localidades. Acredita-se, a priori, que três pressupostos poderiam nortear o desenvolvimento de programas de RSC visando contribuir para o desenvolvimento local sustentável:

- A articulação de programas de RSC sob uma visão intersetorial alinhada ao interesse público e às potencialidades locais;
- A necessidade de promover a gestão social das iniciativas nas localidades como estratégia de emancipação comunitária e de desenvolvimento local por meio do despertamento do protagonismo comunitário na condução das iniciativas;
- O estabelecimento de processos avaliativos que considerem a proposição de indicadores da gestão social dos programas de forma a comprometê-los com o desenvolvimento local.

### **Desenvolvimento local nas comunidades da mineração: intersetorialidade e gestão social para o desenvolvimento sustentável**

Independentemente do contexto de ações e programas estarem atrelados ou não à RSC de empresas mineradoras, quando se pensa na organização de propostas de desenvolvimento e na construção de alternativas socioeconômicas locais, a complexidade é inerente ao contexto dessas ações. A partir das proposições de Morin (2010), pode-se inferir que o conjunto social de uma determinada localidade se expressa pela interdependência, interação e a inter-retroatividade entre os seus diversos setores e o todo e vice-versa. (MORIN, 2010).



Reconhecer a complexidade no desenvolvimento de uma localidade seria, portanto, entender a necessidade de articulação dos diversos setores na composição de uma proposta integrada e intersetorial de desenvolvimento local. “A vida em sociedade é a expressão do axioma de que *a vida está tecida em conjunto*. As necessidades e expectativas das pessoas e dos grupos sociais referentes à qualidade de vida são integradas”. (INOJOSA, 2001, p.103).

A partir desse pressuposto, ao se pensar o desenvolvimento de programas de RSC, a intersetorialidade torna-se fundamental na concepção, organização e implementação deles. Segundo Inojosa (2001), a intersetorialidade pode ser entendida como “a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos” (INOJOSA, 2001, p.102), possuindo papel estratégico nos programas de desenvolvimento local. Isso remete à ideia de que não basta o desenvolvimento de ações sociais pelas empresas dentro de uma perspectiva e de um entendimento unilateral, como muitas vezes se percebe em iniciativas desta natureza.

No caso de empresas mineradoras, em função dos conflitos sociais e ambientais intrínsecos ao desenvolvimento da atividade, é comum que se tenha maiores dificuldades de relacionamento, de diálogo e de confiança entre empresas e grupos sociais de uma localidade, o que por muitas vezes determina uma postura mais resistente, por parte das empresas, à composição integrada de ideias e propostas de seus programas de RSC. Entretanto, percebe-se que essa postura pode restringir não apenas o envolvimento e a participação dos demais setores sociais, mas os próprios resultados dos programas. Reforça-se então que, mesmo em um contexto de conflitos e de resistência das localidades às atividades minerárias, é fundamental que os processos sejam dialogados intersetorialmente e que proponham o entendimento integrado, legitimado e alinhado com o seu conjunto social.

Esses adjetivos do entendimento dos processos poderiam ser, portanto, prerrogativas para a apropriação das iniciativas pelas comunidades beneficiadas e também instrumentos da promoção sinérgica de esforços setoriais para a superação do enclave minerador e para evitar que comunidades periféricas atraídas e formadas em decorrência da atividade mineral se transformem em bolsões de pobreza após encerrada a extração do minério.



Pensando no contexto de programas sociais e não apenas da mineração, acredita-se que a emancipação comunitária para a condução do desenvolvimento local seja um dos principais desafios para o êxito nos processos. Cattani e Ferrarini (2010) destacam como critério e diretriz fundamental de políticas emancipatórias de desenvolvimento a ideia de **sustentabilidade** dos programas sociais, sendo essa entendida como “a necessidade de aquisição de condições de autonomia da população ao término do programa, permitindo-lhe prescindir dos recursos materiais e técnicos”. (CATTANI e FERRARINI, 2010, p. 166).

Neste sentido, a sustentabilidade das ações e projetos de RSC “anda de mãos dadas” com a capacidade dos grupos sociais beneficiados se apropriarem dos processos, de forma a se estabelecerem como protagonistas e condutores das ações em prol do desenvolvimento local, caracterizando assim o que se denomina como gestão social dos programas de RSC.

Segundo Tenório, a gestão social pode ser definida como:

[...] o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação. (TENÓRIO, 2005, p.102).

A gestão social se apresenta também como uma proposta para se repensar, no aspecto gerencial, as relações de poder em escala e hierarquização das tomadas de decisão pela ótica da descentralização, do maior poder às localidades e da participação popular. (DOWBOR, 2008).

No caso de programas de RSC de empresas de mineração, entende-se que o protagonismo comunitário na condução dos processos ganha maior relevância, haja vista, entre outros fatores, a condição temporal restrita do desenvolvimento da mineração nas localidades. Deste modo, pode-se inferir que a sustentabilidade das iniciativas dos programas de RSC da mineração está diretamente associada com a gestão social destes processos.

Mas como promover a gestão social e a sustentabilidade nos programas de RSC da mineração para superar o enclave minerador com vistas ao desenvolvimento local? Como saber se as comunidades beneficiadas estão preparadas para a condução dos



processos desencadeados pelos programas? Como preparar as comunidades beneficiadas para gerirem os processos desencadeados pela RSC, após a saída da companhia mineradora?

Segundo alguns autores, as atividades de mineração ocorrem geralmente em locais onde se percebem maiores lacunas no desenvolvimento, onde o alcance das políticas públicas governamentais, voltadas para melhoria das condições de vida da população, é menos acessível. (HAMANN, 2004; HOOGE, 2010; KAPELUS, 2002, *apud* DIALE, 2014). Isto sugere uma tendência a que os grupos sociais destas localidades disponham de menos recursos, tanto em termos técnicos quanto materiais e pessoais para conduzir os processos de forma autônoma.

Neste contexto, faz-se valer a ideia de que nos programas de RSC na mineração sejam priorizadas ações para o fomento da gestão social das ações, considerando as carências comunitárias, e se empenhando pela promoção do capital social das localidades, síntese do recurso estratégico para transformá-las em protagonistas do seu desenvolvimento. Este aspecto é aqui entendido como balizador da proposta para a superação do enclave minerador.

Muls (2008) apresenta várias concepções do termo capital social presentes na literatura, entre as quais se destacam, para o presente trabalho, as obras de Putnam (1993, *apud* MULS, 2008) e Fukuyama (2005, *apud* MULS, 2008). O primeiro define capital social como sendo “características das organizações sociais tais como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação em vista de um benefício”. (PUTNAM, 1993, *apud* MULS, 2008, p 37).

Altos “estoques” de capital social podem ser entendidos como o engajamento cívico de uma comunidade, traduzindo “[...] uma condição necessária tanto ao desenvolvimento econômico quanto à eficácia dos governos” (*idem*) e, portanto, fundamentais para promoção do desenvolvimento local. Para Fukuyama (2005, *apud* MULS, 2008), o capital social está associado à capacidade de cooperação coletiva de uma comunidade formada por uma construção coletiva e histórica fundamentada em hábitos, tradições e normas.

Essas preocupações com a necessidade de avanços de recursos técnicos e do capital social de comunidades beneficiadas por programas de RSC na mineração já fazem parte de discussões sobre RSC na mineração, inclusive respaldadas por





instituições como o Banco Mundial. Na publicação “Mining Community Development Agreements”, é proposto um modelo genérico de orientação estratégica para implementação de “acordos locais de desenvolvimento comunitário” entre as empresas mineradoras e as comunidades sob influência de seus impactos.

É válido destacar que o texto ressalta a importância concedida a processos de capacitação local, mobilização e envolvimento sinérgico das comunidades na condução dos processos sociais vinculados aos “acordos” estabelecidos como estes sendo condições estruturais para o êxito das ações e alcance dos objetivos propostos. “[...] a implantação de um acordo de desenvolvimento comunitário requer uma participação informada e significativa de comunidades qualificadas e das demais partes interessadas.” (BANCO MUNDIAL, 2012, p.31)<sup>2</sup>.

### **Indicadores para a avaliação de programas de RSC fundados na gestão social**

Outra discussão relevante no contexto dos programas de RSC da mineração e também de outras empresas está relacionada com os processos avaliativos desses programas. Como são avaliados os programas de RSC? Quais indicadores são e quais deveriam ser utilizados, considerando a perspectiva e a importância da gestão social para a sustentabilidade dos processos?

O que se percebe é que medir e avaliar os programas são práticas comuns aos programas de RSC devido ao fluxo de investimentos realizados pelas próprias empresas, as quais buscam mapear o retorno obtido com os mesmos.

A avaliação do impacto e dos resultados de projetos sociais, conduzidos por organizações sociais locais que visam ao bem-estar, é frequentemente considerada requisito das agências financiadoras, com o objetivo de monitorar a efetividade dos resultados alcançados ou a eficiência de sua relação custo-benefício. (CABRAL, 2011 p. 1918).

Porém, ressalta-se nas discussões a limitação dos processos avaliativos desenvolvidos e a mensuração de resultados efetivos dos programas, mesmo com a

<sup>2</sup> Texto original em língua inglesa



adoção de procedimentos quanti-qualitativos da economicidade e dos impactos dos programas. (CABRAL, 2011).

No caso de programas de RSC de mineração, segundo o Banco Mundial, são exemplos de indicadores utilizados: “cálculos sobre o percentual de investimentos realizados em relação aos ganhos obtidos pela atividade minerária local; o volume de investimentos realizados nos programas; e a quantidade de iniciativas realizadas”. (BANCO MUNDIAL, 2012, p.57-58)<sup>3</sup>.

Mesmo assim, a instituição ressalta que tais indicadores são insuficientes para avaliação dos resultados dos programas sobre as comunidades locais. A grande importância das avaliações quantitativas possibilita desconsiderar os ganhos qualitativos necessários à efemeridade das iniciativas no médio longo prazo. Por exemplo, a representatividade, o volume dos valores investidos e o número de iniciativas não informam sobre a participação da população e o desenvolvimento de capital social local. Há uma diferença considerável, em termos de avaliação de intervenções, entre os conceitos fato e valor. A apuração dos fatos, muito frequentemente, não permite captar os aspectos qualitativos indispensáveis para autossustentabilidade das ações de RSC. A sustentabilidade, neste caso, esta qualificada na capacidade da própria comunidade assumir o processo desencadeado e fazê-lo evoluir favoravelmente ao seu desenvolvimento.

A elaboração de ferramentas apropriadas para capturar esses aspectos peculiares da gestão social mostra-se relevante para o desenvolvimento da cultura pública por meio da comunicação dos achados avaliativos que informam os atores associados a esses projetos, dando publicidade à representação valorativa dos fatos no espaço público. (CABRAL, 2011, p. 1917).

Neste sentido, é sugerida como possível referência na composição de indicadores a utilização do IDH<sup>4</sup> (Índice de Desenvolvimento Humano), proposto pelas

<sup>3</sup> Texto original em língua inglesa

<sup>4</sup> Três pilares do IDH e indicadores utilizados para o cálculo: (1) saúde, com base na expectativa de vida; (2) educação, com base na: “i) média de anos de educação de adultos [...]; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar[...]; e (3) renda “[...] medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita [...]”. (PNUD, 2014).



Nações Unidas, geralmente utilizado como parâmetro para avaliação do desenvolvimento de localidades (BANCO MUNDIAL, 2012). Porém, observa-se que, além de genérico, este indicador não necessariamente traduz mudanças decorrentes dos programas de RSC em si, mas sim, das varias circunstâncias que podem promover alterações dos índices das comunidades. Além disto, pensando em sustentabilidade do desenvolvimento, os componentes do IDH não medem a densidade do protagonismo comunitário sobre as iniciativas de desenvolvimento local.

Segundo Cabral (2011), a insuficiência das metodologias de avaliação de programas sociais pode estar associada à limitação das adaptações de técnicas tanto da área privada, quanto da área pública. A autora também destaca que é recente a cultura da avaliação no contexto de organizações e programas sociais.

As adaptações de técnicas de monitoramento da área privada (NEF, 2008; IBASE, 2009) valorizam a perspectiva econômica ou mesmo contábil, oferecendo instrumentos importantes em relação ao aspecto da sustentabilidade financeira, que apreendem nessa ótica os esforços das mudanças sociais contidos nesses programas. As adaptações das técnicas oriundas da área pública sugerem, por outro lado, indicadores sociais mais gerais, às vezes insensíveis às escalas locais dos projetos. Em ambos os casos, o que se verifica é a captação de um aspecto pelo exercício avaliativo, comprometendo, por um lado, a capacidade de informação da avaliação de comunicar seus achados a públicos tão diversos como aqueles acessados nos projetos sociais e, de outro, desencadeando uma reação adversa e de desconfiança dos gestores. (CABRAL, 2011, p.1919).

De forma geral, acredita-se que esses indicadores, apesar de importantes para a avaliação da viabilidade econômica dos processos, não expressam, a priori, o alcance de resultados dos programas em relação aos objetivos de promover o desenvolvimento local. Isto reforça a necessidade de se ampliar as discussões sobre como avaliar os programas de forma a permitir a mensuração de seus efeitos e de seus resultados. De forma específica, avaliar como e se esses programas estão promovendo ou não, condições de superação do enclave minerador nas localidades.

Neste sentido ressalta-se a importância de que outros indicadores mais específicos e com forte caráter qualitativo sejam desenvolvidos, sobretudo, para avaliar a sustentabilidade e os resultados dos programas de RSC destinados às comunidades.



Tomando-se como base a condição de que o modelo de gestão destes programas incorpore os aspectos autênticos da gestão social, a tendência é de que alcancem sustentabilidade operacional e de que originem outros programas voltados ao desenvolvimento local. Neste caso, os indicadores que proporcionariam a sua melhor aferição seriam aqueles que avaliem a presença dos conceitos afinados com a gestão social. Se utilizados, tais indicadores permitiriam uma maior qualificação das avaliações, na direção de contribuírem para tornar os programas mais efetivos com respeito ao desenvolvimento local.

Acredita-se que os indicadores ideais devam focalizar a mensuração do desenvolvimento do capital social das localidades e também outros aspectos associados à gestão social dos programas. Em relação à mensuração do capital social, a literatura já apresenta trabalhos com este propósito tais como o índice de comunidade cívica (ICC) de Putnam (PUTNAM, 2006) e uma metodologia do Banco Mundial - Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) - desenvolvido por Grootaert *et al* (2003). Destacam-se ainda os trabalhos específicos de avaliação de programas de RSC, em especial, os trabalhos desenvolvidos por Macke e Carrion (2006), no qual é sugerida a avaliação do capital social local envolvido em projetos de RSC. Porém, entende-se que na metodologia desenvolvida não se define, de forma objetiva, a composição de indicadores de gestão social que permitem aferir a sustentabilidade dos programas de RSC em si, sendo este o aspecto enfatizado nos objetivos da pesquisa aqui proposta.

Enfim, este trabalho pretende ressaltar que a avaliação da incorporação da gestão social em programas de RSC, bem como a do desenvolvimento de capital social nas localidades por meio das ações de RSC, serão alvos de novas reflexões teóricas e práticas. Estas contribuirão para a concepção e definição de novos indicadores, introduzindo uma inovação metodológica em avaliação de programas de RSC na perspectiva da sustentabilidade.

## Conclusão

Diante das discussões e das reflexões apresentadas, entende-se que existem grandes lacunas estruturais e metodológicas na organização e implementação de



programas de RSC de empresas de mineração, sobretudo para a superação do enclave minerador das localidades. As dificuldades de promoção de alternativas de desenvolvimento neste contexto são mais restritas do que em outras localidades com maior diversidade de cadeias produtivas locais, mesmo com a preocupação ressaltada na proposição de ações de RSC das empresas mineradoras.

Acredita-se que as altas demandas de capacitação técnica e de recursos econômicos das localidades, associadas ao baixo grau do capital social estabelecido, exigem, na perspectiva da sustentabilidade dos programas e do desenvolvimento local, a organização e implementação das iniciativas sob a ótica da gestão social. Além disto, o conjunto avaliativo dos programas também deve ser organizado sob a perspectiva da gestão social, e, de fato, comprometer os programas não apenas com as demandas internas das empresas de resultados econômicos e de exclusivo cumprimento de obrigações legais, mas com resultados efetivos na sustentabilidade dos programas e na promoção do desenvolvimento local.

Neste sentido, a continuidade destas reflexões associada a uma pesquisa junto a gestores de responsabilidade social de empresas minerárias, membros comunitários diretamente envolvidos nos programas e gestores públicos deverão contribuir para a proposição de uma metodologia de avaliação de programas de responsabilidade social para empresas de mineração, na perspectiva da gestão social, com vistas no desenvolvimento local. Esta metodologia pretende se comprometer com a identificação de indicadores que possibilitem aferir a formação de capital social local engajado em ações de desenvolvimento local.

A pesquisa será realizada junto ao município de Brumadinho, no qual foram implantados diversos programas de RSC e onde foram realizadas várias intervenções, carentes de avaliação do ponto de vista do desenvolvimento local sustentável. A metodologia desta pesquisa elegeu um campo muito rico para as análises pretendidas, concernentes à identificação de indicadores eloquentes em sua capacidade de informar o poder das intervenções transformarem as comunidades atingidas pela mineração em protagonistas do seu próprio desenvolvimento.



## Referências

BANCO MUNDIAL (World Bank). *Mining Community Development Agreements: Source Book*. Washington, DC. 2012. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/12641>. Acesso em 09 julho 2014

BOUTILIER, R. G.; BLACK, L.; THOMSON; I. From metaphor to management tool: How the social license to operate can stabilise the socio-political environment for business. *International Mine Management Proceedings*. Australian Institute of Mining and Metallurgy. Melbourne, 2012. p. 227-237. Disponível em: <[http://stakeholders360.cl/Boutilier\\_Black\\_Thomson\\_From\\_metaphor\\_to\\_mgmt\\_tool\\_w\\_AUSIMM\\_permission.pdf](http://stakeholders360.cl/Boutilier_Black_Thomson_From_metaphor_to_mgmt_tool_w_AUSIMM_permission.pdf)>. Acesso em 22 julho 2014

CABRAL, E.H.S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. In: *RAP*, Rio de Janeiro, 45(6):1915-41, nov./dez. 2011.

CARROLL, A. A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *The Academy of Management Review*, v. 4, n. 4. 1979. p. 497-505. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/257850>>. Acesso em 24 setembro 2014.

CATTANI A.D.; FERRARINI A.V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. In: *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 164-172, jul./dez., 2010.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) - **Agenda 21** - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472p. - (Série ação parlamentar; n. 56). Disponível em <[www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)>. Acesso em 19 maio 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). Disponível em

<[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao\\_cfem\\_muni.aspx?ano=2012&uf=MG](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2012&uf=MG)>. Acesso em 27 maio 2014.

DIALE, A.J. Corporate social responsibility in the South African mining industry: necessity, conformity or convenience? In: *International Journal of Business and Economic Development*. Vol. 2, Number 1, mar. 2014. P.16-26.

DOWBOR, L. O Que é Poder Local? Coleção Primeiros Passos. Brasília: Editora Brasiliense, 2008. 29p.

FRASER INSTITUTE. What is the social license to operate? 2012. Disponível em <[www.miningfacts.org/Communities/What-is-the-social-licence-to-operate](http://www.miningfacts.org/Communities/What-is-the-social-licence-to-operate)>. Acesso em 08 julho 2014.

INOJOSA, R.M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. In: *Cadernos FUNDAP*, nº 22, 2001, p.102-110.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis (Glossário), 2013. Disponível em: <[www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf](http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf)>. Acesso em 17 julho 2014.





\_\_\_\_\_. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis, 2014. Disponível em: <[www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Indicadores\\_Ethos\\_20141.pdf](http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Indicadores_Ethos_20141.pdf)>. Acesso em 17 julho 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Disponível em <[www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/processo-de-licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/processo-de-licenciamento)>. Acesso em 09 julho 2014

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. In: *Journal of Cleaner Production*, 14, 2006, p. 271-284.

JENKINS, H.; OBARA, L. Corporate Social Responsibility (CSR) in the mining industry – the risk of community dependency. 2006. p.1-23. Disponível em <[www.crrconference.org/downloads/2006jenkinsobara.pdf](http://www.crrconference.org/downloads/2006jenkinsobara.pdf)>. Acesso em 09 julho 2014

MACKE, J.; CARRION, R. Indicadores e Metodologia para a Avaliação de Programas de Responsabilidade Social Empresarial: Foco no Desenvolvimento Local In: XXX ENANPAD: *Anais...* Salvador. 2006. p.1-17. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-eorc-0627.pdf>>. Acesso em 18 julho 2014

MELLO, E. M. R.; DE PAULA, G. M. Mineração de ferro e enclave. Estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce. IX Seminário sobre a Economia Mineira. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000.

MELO, C.M.; GOMES, E.R. NBR 16001: A Norma Brasileira de Gestão da Responsabilidade Social. In: III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. *Anais...* 2006. p.1-12. Disponível em: <[http://xrepo01s.inmetro.gov.br/bitstream/10926/1461/1/2007\\_NBR\\_16001\\_artigo.pdf](http://xrepo01s.inmetro.gov.br/bitstream/10926/1461/1/2007_NBR_16001_artigo.pdf)>. Acesso em 06 agosto 2014

MORIN, E. *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 128p.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. *Revista Economia*. Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nosso Futuro Comum**: Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, 1987. Disponível em <[www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)>. Acesso em 19 maio 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH)> Acesso em 15 julho 2014.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna* Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 260p.

SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA DE MINAS GERAIS. Disponível em <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita\\_estado/evolucaoreceita/2012/receitaco\\_nsolidadamunicipio/icmsoutrasreceitas/dezembro-pagprincarrec12.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita_estado/evolucaoreceita/2012/receitaco_nsolidadamunicipio/icmsoutrasreceitas/dezembro-pagprincarrec12.htm)>. Acesso em 31 maio 2014.



TENÓRIO, F.G. (Re)visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*. jan.jun, ano/vol. 3, n. 005. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, pp. 101-124, 2005.

THEUR, D. Public Administration and Corporate Social Responsibility: How the State Can Promote Better Social Bonds? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo, v. 18, n. 63, Jul./Dez. 2013.

VASCONCELOS, I.F.F.G; ALVES, M.A.; PESQUEUX, Y. Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento Sustentável: olhares habermasianos – In: *RAE*, São Paulo, v. 52, n. 2, mar /abr, 2012, p.148-152.



## MORADORES DE RUA EM COPA DO MUNDO: PRESENÇA CRIMINALIZADA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

TULLER, Pamela Daniele Ramos  
*UNIMONTES*  
*pamellatuller@yahoo.com.br*

FERREIRA, Maria da Luz Alves  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES*  
*mariadaluz@oi.com.br*

269

### RESUMO

O trabalho objetivou refletir sobre os conflitos pela utilização dos espaços urbanos públicos que envolveram moradores de rua e o município de Belo Horizonte/MG, às vésperas da Copa do Mundo da FIFA de 2014. Pretendeu-se compreender como foram realizadas as ações voltadas a coibir a presença dos primeiros nos apontados espaços, que relação elas mantiveram com o assinalado evento e no contexto de que discursos foram justificadas e praticadas. Estudaram-se aspectos legais desses atos e, ao mesmo tempo, os conflitos subjacentes, isto é, as disputas pelos espaços. Percebeu-se que o morador de rua é uma figura contrastante com a prosperidade que tentam exibir as cidades-sedes de tais eventos. A prática de eliminação dessa população, avaliada como excluída e socialmente inútil, é comum e foi observada nas ações, rotuladas como de gestão do espaço público, perpetradas pelo município estudado, em especial na forma de deslocamento forçado (através da desconstrução de seus espaços de sobrevivência).

**Palavras-chave:** Morador de rua. Copa do Mundo da FIFA. Conflitos urbanos.

### ABSTRACT

The study aimed to rethink the conflicts the use of public urban spaces involving the homeless and the city of Belo Horizonte/MG, on the eve of the World Cup 2014. Was intended to understand how actions were taken to inhibit the presence of appointed former in spaces that relationship they had with the event and noted that in the context of discourses were justified and practiced. We studied legal aspects of these acts and at the same time, the underlying conflict, that is, the spaces disputes. It was noticed that the homeless is a contrasting figure with prosperity trying to display the host cities such events. The practice of eliminating this population, as assessed excluded and socially useless, is common and has been observed in practice, labeled as management of public space, perpetrated by the city studied, especially in the form of forced displacement (through the deconstruction of their spaces survival).

**Key-words:** Homeless. FIFA World Cup. Urban conflicts.



## INTRODUÇÃO

A prática de atos de natureza higienista (como vêm sendo rotulados os deslocamentos compulsórios de moradores de rua, dentre outras populações marginalizadas) em períodos precedentes à, e em locais onde são realizados, eventos como a Copa do Mundo da FIFA (CMF), apresenta-se, para diversos organismos internacionais, como já conhecida, notadamente em países nos quais as desigualdades sociais são evidenciadas a olhos nus, seja por meio da presença de aglomerados subnormais (favelas) ou de moradores de rua.

Em 2012, por ocasião da Revisão Periódica Universal (RPU)<sup>1</sup> da ONU relativa à observância dos Direitos Humanos, o Brasil foi advertido da necessidade de respeito aos Direitos Humanos nos preparativos da CMF de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. O relatório atestou que a reestruturação urbana decorrente desses megaeventos deveria ser regulada de modo a prevenir deslocamentos ou despejos forçados, ademais de incidentes de execuções extrajudiciais pela polícia.

Na medida em que se aproximaram os preparativos para CMF, inclusive com a ocorrência da Copa das Confederações em 2013, intensificaram-se práticas de violências contra os moradores de rua, tais como a apreensão de pertences, a proibição de trânsito ou fixação em determinados locais, a internação institucional e remoção forçadas, conforme relatório da Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua (CNDDH).

As denúncias reiteradas conduziram ao ajuizamento de ações judiciais contra diversos municípios: em 2014 a defensoria pública do estado da Bahia, em virtude de recolhimento institucional forçado, sobretudo de moradores de rua que se fixavam nas proximidades do estádio Arena Fonte Nova, em Salvador/BA; já em 2012, uma ação popular foi movida contra o município de Belo Horizonte/MG, acusado de apreensão irregular de pertences e de promover o deslocamento forçado desse segmento<sup>2</sup>.

Acredita-se que, desde 2012, o município de Belo Horizonte venha praticando reiterados atos voltados à remoção forçada dessas populações. Ele foi, ainda, um dos primeiros, ou quiçá o primeiro, município a ser judicialmente condenado a se abster de continuar na prática dos atos narrados. Contudo, apesar da condenação, os atos não cessaram de ser praticados, dessa vez travestidos de legais, o que, segundo propomos como hipótese, significou a adoção de

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.onu.org.br/revisao-periodica-universal-da-onu-questiona-direitos-humanos-na-preparacao-para-copa-de-2014>. Acesso em 30 de junho de 2014.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/orgaos-publicos-atuam-contra-violacao-de-direitos-de-moradores-de>. Acesso em 26 de junho de 2014.



instrumentos legais para criminalizar a presença dos moradores de rua e provocar o deslocamento forçado das áreas públicas de interesse da CMF.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os conflitos pela utilização dos espaços urbanos públicos que envolvem, de um lado, moradores de rua e, de outro, o Poder Público. Especificamente, pretende-se compreender como este último vem implementando ações, legalizadas ou clandestinas, para coibir a presença dos primeiros nos apontados espaços de cidades que sediaram jogos da CMF, particularmente, a de Belo Horizonte.

Espera-se conjugar as abordagens sociológica e jurídica, visto que serão tratados aspectos legais dos atos administrativos realizados em confronto com os direitos pertinentes aos moradores de rua, ao mesmo tempo em que estudados os conflitos subjacentes aos atos normativos, noutros dizeres, as disputas pelos espaços e consequências de determinadas políticas, sobretudo de cunho econômico, para os mais vulneráveis dos habitantes das cidades, os moradores de rua.

Para tanto, num primeiro momento, alguns aspectos atinentes aos moradores de rua serão apresentados, em especial sua caracterização, como são representados, condição e modos de vida genéricos. Conseqüentemente, serão estudados os atos, encabeçados pelo município de Belo Horizonte contra os moradores de rua, no sentido de promover a remoção forçada dos mesmos. Almeja-se analisar notícias veiculadas nas mídias, inclusive oficiais, o enfrentamento judicial da questão e as formas através das quais o Poder Público continuou a perpetrar os mesmos atos através de instrumentos legais, bem como os discursos encobertos.

## **MORADORES DE RUA**

Organismos internacionais como a ONU e a FEANTSA conceituam os moradores de rua a partir da conexão dos mesmos com a falta de alojamento, daí serem denominados de “sem-abrigo”. Entretanto, no universo institucional brasileiro, registra-se certa preocupação em desconectar do conceito de moradores de rua a negação do acesso à moradia adequada. Ele será elaborado, deste modo, tendo a palavra “rua” como um de seus componentes indissociáveis. Falava-se em moradores de rua; hoje, em população em situação de rua.

Os dois últimos mencionados substantivos utilizados para conceituar esse segmento populacional centram atenções na pessoa conceituada, isto é, em suas características. Eles buscam estabelecer uma relação primordial com a rua, enquanto cenário onde a vida se processa.



O morador ou pessoa em situação de rua é, acima de tudo, quem utiliza a rua como espaço para moradia e a partir de onde é possível obter o sustento.

O conceito de pessoa em situação de rua, constante do Decreto 7.053/2009, parece distinguir o viver na rua como uma estratégia de sobrevivência frente às situações de extrema pobreza e de não inserção no mundo normal do trabalho. Diante da falta de emprego, por exemplo, isto é, de mecanismos convencionais de promoção do sustento, a rua pode ser uma alternativa para não sucumbir aos infortúnios da vida.

Entretanto, apresentar os moradores de rua como envolvidos em uma situação, a situação de rua, apresenta-se menos adequado do que supor estarem eles dentro de uma condição, a condição de rua. A palavra situação remete à ideia de posição e transitoriedade, como também ao efeito de dispor algo dentro de um todo, de um espaço. Trata-se, outrossim, de algo que está. Condição, por outro lado, carrega a noção de característica imanente, de qualidade, enfim, ela remete ao ser: maneira de ser, estado de uma pessoa ou de uma coisa; base fundamental, qualidade requerida; cláusula; requisito.

A predileção pela segunda em lugar da primeira é justificada no fato de que, ao tratar os moradores de rua como uma população em situação de rua, subsiste um prejulgamento implícito, qual seja, o de se tratar de uma posição que não pode ser duradoura. Simplificando ao extremo, os moradores de rua estão na rua, foram posicionados como viventes e sobreviventes na rua, mas devem obrigatoriamente ser reintegrados aos modos de vida convencional. A longa permanência na rua é, praticamente, negada. De outra face, afirmar se tratar de uma população em condição de rua permite compreendê-la à partir do elemento diferencial na construção de seus modos de vida: a própria rua.

Pesquisas capazes de abranger a totalidade dos moradores de rua existentes são escassas. Não é possível, deste modo, precisar quantos eles são, como também atestar suas características. Somente em 2008 foram divulgados os resultados de uma pesquisa de abrangência nacional, a PNPS. Elaborada pela UNESCO e o MDS, ela foi realizada em 71 municípios brasileiros com população superior a 300 mil habitantes.

A PNPS (BRASIL, 2008) identificou 31.922 pessoas adultas (com mais de 18 anos) vivendo nas ruas. Essa população foi descrita como majoritariamente masculina, com idade entre 25 e 44 anos, negra (de cor parda e preta), advinda de áreas urbanas e vivendo na rua há mais de 02 anos. Ela possui nível de escolaridade baixo (mais da metade possuem apenas o ensino primário e cerca de 15% nunca estudou), desenvolve alguma atividade remunerada





(70,9%), embora perceba entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 a título de rendimentos semanais, e pouco praticam a mendicância. A quase totalidade dos entrevistados que trabalham atuam em economias informais e cerca da metade jamais trabalhou com carteira assinada. A maioria mantém contato frequente com familiares e 88,5% não recebem quaisquer benefícios governamentais.

O recenseamento realizado, em 2013, pelo município de Belo Horizonte identificou 1.827 pessoas como moradoras de rua. O perfil encontrado é bastante semelhante ao constante da PNPS, mas aponta uma população mais envelhecida e com índices superiores de pessoas trabalhando com carteira assinada (12,5%, contra os 1,9% alcançados na pesquisa nacional).

Embora o morador de rua possa trabalhar (no sentido amplo da palavra e, de fato, trabalham) ele é referenciado, no senso comum, como entregue ao ócio e à vagabundagem. Ele é representado como quem rejeita “voluntariamente” o trabalho e, através deste, integrar-se à sociedade. Daí porque são culpabilizados pela ida para a rua e, assim, por todos os seus fracassos e destinos, destacam Mattos & Ferreira (2004).

Para esses autores, o comportamento desviante também pauta a representação do morador de rua como sujo ou louco. Ele subverteria os principais hábitos de higiene, de preservação da saúde e outros comportamentos minimamente conformes aos praticados pelas demais pessoas. Logo, é associado à figura do maltrapilho, de aparência repugnante ou portador de problemas psiquiátricos. Enquanto a caracterização do morador de rua como vagabundo desperta sentimentos anti-solidários (afinal, estar na rua decorre de uma falta pessoal), identificá-lo como louco tende a provocar sentimentos de temor frente a sua presença.

Para Kasper (2006), todas essas representações podem ser sintetizadas na figura do mendigo. Ele distingue o mendigo como quem pratica a mendicância e, para além disso, como o indivíduo demarcado pelo estereótipo do sujo e maltrapilho, doente, louco e perigoso.

Segundo a definição institucional de moradores de rua, eles têm em comum a extrema pobreza. Todavia, em lugar de absolutamente pobres, assumem a posição de excluídos, quando, entre os anos 1970 e 1990, a noção europeia de pobreza cede espaço para a ideia de exclusão social: o pobre é o indivíduo excluído dos modos de vida, hábitos, e atividades normais do Estado onde vive, pelo motivo de não possuírem recursos bastantes para lhes permitir a participação. (KASPER, 2006)



A temática da exclusão social encobre uma compreensão da sociedade como dual e os indivíduos como incluídos e excluídos. Embora ambos coexistam, somente os primeiros ocupariam alguma posição, participação e utilidade social.

Castel (2009) analisa a exclusão social a partir da ideia de coesão e tendo o emprego como principal mecanismo de integração (a abordagem aqui é estrutural e de cunho economicista). Nos contornos de uma sociedade salarial, o emprego, a “posição no salariado”, mais do que o trabalho em si, torna-se o grande responsável por promover a inserção social dos sujeitos. Essa posição congrega uma renda, um status, proteções e identidades pertinentes.

A acumulação de bens e riquezas vincula-se, nesse tipo de sociedade, ao salário. Ele referencia o modo de consumo, assim como, e a partir dele, o estilo de vida dos salarizados. Simplificando ao extremo, pode-se dizer que o salário determina o consumo, que determina um lugar social, por conseguinte, um estatuto jurídico específico e, finalmente, quem os sujeitos representam ser em termos identitários (as características particulares dos indivíduos não são consideradas na mesma proporção que sua identidade, isto é, vale mais quem se representam ser no jogo das posições sociais).

Paradoxalmente, o apogeu do salariado, enquanto organizador quase absoluto da vida social, marcou o quão forte e frágil é sua capacidade de integrar a todos, de manter coesa a sociedade, pois, uma vez alijado do salariado, afastado estará da vida social. As reestruturações advindas ao mundo do trabalho pela empresa vêm tornando o desemprego crônico, o trabalho instável e o trabalhador sempre vulnerável, quando não excluído. O problema de o desemprego buscar raízes cada vez mais profundas na sociedade decorre de que, com o passar do tempo, os sistemas de seguridade social, notadamente os recursos para mantê-los, tornam-se escassos. Como consequência, a proteção social pode se tornar insustentável, e o indivíduo inempregável (embora protegido – vulnerável), tornar-se-á inempregável e desprotegido. Ele perde definitivamente sua posição no salariado, participação no consumo e utilidade social, logo, tornam-se inexistentes. Esses “inúteis para o mundo” (na exata expressão de Castel, 2009) estão presentes, mas não podem provocar implicações: “ocupam uma posição de *suprenumerários*, flutuando num espécie de *no man’s land* social, (...) [a inutilidade] desqualifica-os no plano cívico e político, (...) [eles] não estão ligados aos circuitos de trocas produtivas” (p. 530).

Essas análises foram construídas pelo autor principalmente a partir da experiência europeia, particularmente a francesa. O Brasil, ao contrário da França, nunca experimentou o pleno emprego. Não se pode afirmar, com segurança, que a sociedade brasileira tenha se



consolidado, em algum momento, como salarial, tampouco que a exclusão nela observada tem como origem o fim (ou a crise, que seja) da sociedade salarial e do enfraquecimento do Estado Social. É que também não se pode garantir haver sido o Estado brasileiro um típico Estado Social.

A existência de uma integração, embora transversal, dos moradores de rua ao sistema capitalista, à empresa, e, por consequência, a negativa de se tratarem eles de pessoas excluídas foi proposta e verificada a partir de pesquisas realizadas junto a esse segmento na cidade de Montes Claros/MG (TULLER, 2003). Trata-se de uma população heterogênea que congrega grupos, em sua maioria, dedicados ao desenvolvimento de atividades remuneradas com regularidade. Por conseguinte, eles ocupariam um lugar na produção, desenvolvendo ocupações que possibilitam, ao contrário do defendido por Castel (2009), a exploração, acumulação capitalista e produção de renda. Assim, eles não seriam tão excluídos como proposto.

No apontado estudo foi identificada a presença dos moradores de rua na cadeia produtiva da reciclagem e de gêneros alimentícios comercializadas no mercado municipal. Em geral eles realizam pelo ao menos duas atividades econômicas distintas; praticam jornadas de trabalho superiores à máxima determinada pela legislação e auferem baixos rendimentos, mas que podem ultrapassar ao salário mínimo nacional, sem estarem acolhidos por quaisquer tipos de assistência. Essa constatação torna insustentável a afirmação de que, uma vez expulso do emprego ou do mundo normal do trabalho, não haverá renda, e, por consequência, acesso ao consumo de bens e serviços mínimos.

Oliveira (1997) afirma que o sistema capitalista não é excludente. É de sua natureza reservar um lugar para todos, embora com desproporcionais distribuição de vantagens e imposição de cargas. A exclusão, em si, não existe para este autor, porque não é possível existir indivíduos presentes e ausentes da esfera social. Não existiriam, aliás, duas sociedades ou esferas sociais.

De fato, não é possível explicar a subcidadania (estatuto inegável aos moradores de rua) unicamente a partir da desconexão dos indivíduos com uma posição no salariado (formal), até pelo motivo de que o mundo dito normal do trabalho, notadamente no Brasil, é aquele que integra um setor formal e um setor informal, imbricados numa relação simbiótica.

Concluir pela inexistência de exclusão (ninguém está excluído), entretanto, não permite constatar o inverso da “máxima” casteliana, segundo a qual, a inutilidade econômica equivale à inutilidade social, isto é, à invalidação social. A participação dos moradores de rua na produção,



ormente em situação “normal” (já que dentro de setores atrelados à própria dinâmica da economia), atesta se tratar de sujeitos importantes à produção, logo economicamente úteis. Contudo, eles podem não gozar de utilidade social na mesma proporção em que revelam alguma utilidade econômica.

Os estudos pouco centrados em aspectos estruturais e, sobretudo, pouco focados numa compreensão social unicamente a partir da “acumulação global” extrapolam o conceito de vida social, revolvendo-lhe o senso puramente economicista. A tendência é de cair no dualismo (existem indivíduos presentes e ausente da vida social), mas nesse ponto eles possibilitam avançar sobre as limitações da abordagem antidualista. (OLIVEIRA, 1997)

Os modos de vida praticados pelos moradores de rua são considerados destoantes do inscrito naqueles dispostos numa socialização dita normal, de tal maneira que por vezes são considerados como “perversos”. A rua, tradicionalmente considerada como espaço para a prática de atos da vida pública, é por eles utilizada com a dupla finalidade de desempenhar os atos da vida pública e os atos mais íntimos da vida privada. É aqui que eles se desconectam de um dos princípios elementares da vida social humana. Segundo Oliveira (1997)

do ponto de vista do processo global da acumulação, essa especificidade não tem nenhuma importância. (...) Para que ela seja considerada um efeito perverso do sistema, é preciso ter uma resposta para a seguinte questão: perverso em relação a quê? A resposta não pode ser outra senão: em relação a um ponto de vista valorativo acerca do que seja um modo de viver humano. No âmbito deste, por mais que seja possível encaixar os nossos indigentes - como nos exercitamos em fazer -, resta sempre a ‘impressão’ de que existe um abismo entre quem, no fim da tarde, tem uma casa para voltar, ainda que humilde.

A ausência de integração para Castel (2009) conduz ao isolamento social. Através de sucessivos processos de rupturas (do emprego principalmente), por ele chamados de processos de desfiliação, os sujeitos podem se desconectar da órbita social. Falar em desfiliação para este autor é mais adequado do que falar em exclusão por fatalmente ela designar um apartamento social semelhante ao vivenciado pelos judeus apátridas, por exemplo. Oliveira (1997), por outro lado, utiliza justamente essa concepção de exclusão, formulada por Hannah Arendt, para explicar como os grupos tradicionalmente considerados excluídos (não da vida econômica, mas da vida social humana) são percebidos.

Os moradores de rua definitivamente não são considerados como pertencentes à vida social humana. Suas condições de vida, tanto no que pertine às múltiplas carências suportadas,



quanto no que toca às práticas consideradas “perversas”, denotam isso. Para o último autor mencionado, esse não pertencimento revela uma profunda desconexão da vida social, em maior intensidade (é possível supor) que as desfiliações castelhanas, por referenciarem esquemas valorativos: os moradores de rua são “avaliados” como expulsos da vida social humana. Eles são invisíveis e inexistentes socialmente, todavia eles estão lá. E a tensão entre a visibilidade de sua invisibilidade nutre sentimentos hostis e por vezes exterminatórios.

As abordagens da pobreza e dos afastados de forma duradoura do mercado de trabalho carregam, na medida em que os chamavam de excluídos, o discurso da inclusão. É preciso integrá-los aos modos de vida, hábitos e atividades normais do Estado onde vivem. Existe um consenso, segundo Kasper (2006), entre os governos, defensores das políticas de integração ou entre os que se incomodam com a presença dos moradores de rua, qual seja, o de que eles, definitivamente, não podem habitar as ruas. Para este autor, é por este motivo que “de vez em quando aparece um fulano que se sente perfeitamente legitimado em incendiar um ‘mendigo’, pensando [estar] assim ‘limpando a cidade’” (p. 193).

As violências perpetradas contra moradores de rua não são restritas às esferas não governamentais. O recenseamento feito pelo município de Belo Horizonte identificou os agentes públicos como principais autores (quase 50 %) das violências às quais são submetidas. De modo semelhante, elas não estão adstritas a Belo Horizonte, ou ao Brasil.

Particularmente na esteira dos jogos olímpicos ou mundiais futebolísticos, a figura do morador de rua contrasta com a imagem da cidade próspera, digna, portanto, de acolher os aludidos megaeventos, motivo pelo qual a visibilidade desse segmento tende a ser evitada, como será visto no tópico a este subsequente.

## **O ESPETÁCULO DEVE CONTINUAR**

O jogo e o esporte foram associados, desde a Antiguidade, ao entretenimento, significando isso se tratarem de atividades desinteressadas, opostas ao trabalho e de agradável realização. No entanto, ao longo da trajetória das competições desportivas, é possível perceber o agregar de diversos outros elementos a essa função entretenedora, vindo a prática do desporto a assumir funções outras tais como a de carregar discursos políticos, simbolizar disputas ideológicas, bem como, e por fim, a de constituir não mais que uma mercadoria. (MINUZZI, MARIN & FRIZZO, 2013).



O uso político dos jogos legou à utilização econômica a dimensão espetacular das competições, em especial as olímpicas. Desde esse período, coincidente com o da Guerra Fria, a realização dos eventos demandava alta performance governamental e elevados investimentos financeiros, seja na elaboração dos igualmente espetaculosos conjuntos arquitetônicos, seja na preparação dos atletas envolvidos.

Quando confederações desportivas como o Comité Olímpico Internacional (COI) e a FIFA experimentaram severas crises financeiras oriundas da diminuição dos investimentos governamentais, a admissão do capital privado, como também a ingerência do empresariado na satisfação de seus interesses, foi pensada como única solução possível para continuar a promover os campeonatos, pelo ao menos em dimensões espetaculares. Para o setor privado, sob outro enfoque, significou uma oportunidade de investimento.

A COI e a FIFA foram, nesse empreendimento, exitosas graças à adoção de pesadas estratégias de *marketing*. Fazia-se imprescindível aos investidores “vender” as competições como megaeventos. As imagens dos, e associadas aos jogos, poderiam, agora, ser economicamente exploradas.

A participação das cidades e países anfitriões dos campeonatos foi preponderante para conferir dimensões colossais aos eventos e demarcou o uso político-ideológico do desporto. Os governos eram os principais fomentadores e o sucesso dos mundiais representaria o sucesso do país realizador do evento. Na atual fase, por assim dizer, neoliberal (de gestão empresarial) dos campeonatos, os Estados continuaram a se submeter às exigências (de mercado) da COI e FIFA. Enquanto no primeiro momento assinalado essa atuação poderia resultar na apresentação de um país forte e poderoso, no segundo ela objetiva exibir cidades cujos padrões coincidam com o ostentado por cidades globais, em termos de infraestrutura, educação, trabalho etc., que atendam aos interesses do capital, conforme assinalam Minuzzi, Marin & Frizzo (2013).

Os aludidos autores enfatizam ser característica a tentativa de exibir as cidades-sedes de semelhantes eventos como lugares adequados para os negócios, para se investir economicamente (e gerar renda, incrementar o emprego...), além de seguro para habitar, fazer turismo e consumir.

O empenho conjunto das cidades e empresas, noutros dizeres, a parceria público-privada, para conjugar os diversos interesses envolvidos, conseguiu, de fato, promover verdadeiros espetáculos. É o que se percebe desde os jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona. Por outro lado, as estratégias adotadas são por vezes atentatórias aos direitos humanos, como as já citadas práticas de higienização urbanas, cujo objetivo é de literalmente maquiagem o que pode afetar





negativamente a imagem do país e cidades-sedes como desenvolvidas. Daí porque tudo o que for associável à pobreza ou à insegurança são passíveis de eliminação: nos Jogos Olímpicos de 1992, por exemplo, os profissionais do sexo suportaram deslocamentos forçados para que não se fizessem uma associação do evento à prostituição (legalizada na Espanha); já em Atlanta, nas vésperas dos de 1996, mais de 20 mil moradores de rua foram reprimidos para desvincular da cidade uma imagem de não-prosperidade.

É evidente que políticas higienistas hoje não podem ser sequer pensadas pelos Estados, ainda mais pelos signatários da Declaração dos Direitos Humanos, todavia, diversas são as estratégias empreendidas para burlar possíveis “entraves” à perfeita realização dos megaeventos. A presença desses segmentos é indesejada e inúmeros subterfúgios são engendrados para criminaliza-la. A título de exemplo: visando eliminar a presença dos moradores de rua na cidade de Atlanta, foi aprovada uma lei determinando a proibição do *camping* urbano, concebido, de acordo com Kasper (2013, p. 204), citando E. Hopkins e L. Nackerud, como o ato de “erguer tendas ou qualquer estrutura oferecendo abrigo, fazer preparativos para dormir, guardar possessões pessoais, acender um fogo, cozinhar regularmente ou preparar refeições, ou viver num veículo estacionado”. A tentativa, como se percebe, é de criminalizar a permanência nas ruas e, a partir disso, coibir, agora sob os auspícios da lei, a presença dos moradores de rua.

No Brasil, os preparativos para a CMF e Jogos Olímpicos de 2016 já provocaram o deslocamento de grupos também associados à pobreza e à falta de segurança. Áreas identificadas como favelas foram destruídas e houveram muitos despejos. No que pertine aos moradores de rua, foram diversos os deslocamentos forçados e destruição de pertences sob a justificativa de vedação da obstrução dos espaços públicos, como no município de Belo Horizonte, desde 2012.

A CNDDH afirma haver recebido diversas denúncias de violência patrimonial (com a apropriação e posterior ou concomitante destruição de bens), além de subtração, invalidação ou ocultação de documentos de identificação. As apreensões aconteceriam de forma violenta, vindo delas a participar a Guarda Municipal e a Polícia Militar de Minas Gerais. O caso chegou ao judiciário através de Ação Popular ajuizada contra o Estado de Minas Gerais e o anotado município por uma testemunha que havia presenciado uma dessas apreensões.

Segundo informou o autor da ação judicial, as apreensões foram realizadas de modo ilegal: os objetos apreendidos incluíam cobertores, roupas, alimentos e documentos de identificação e os moradores de rua não recebiam nenhum auto de apreensão, necessário nesse tipo de ato. Ele apresentou farta documentação, dentre vídeos, reportagens, fotografias e



depoimentos que, embora não tenha convencido o juiz em primeira instância, foram suficientes para demonstrar a veracidade das afirmações em segunda, por ocasião do deferimento de recurso. A desembargadora relatora do recurso, Teresa Cristina da Cunha Peixoto, julgou procedente o pedido formulado pelo autor da ação, consistente em determinar a abstenção, por parte dos réus, de promover apreensões ilegais em especial dos pertences pessoais e documentação dos moradores de rua na capital mineira.

Foi considerado, ademais, como prova de que o município adotou a apreensão como prática constante, o depoimento do prefeito Márcio Lacerda, segundo a qual “*o morador de rua não pode se estabelecer na via. Ele pode, no máximo, ficar com o cobertor. A prefeitura tem a obrigação e o direito de recolher todos os utensílios que ele estiver carregando*”. Para os réus, que não negaram os fatos, as apreensões se limitavam à recolha de entulhos. Não se tratavam de violação a coisas referíveis como bens.

Os objetos apreendidos, conforme a desembargadora, eram os necessários à sobrevivência na rua, incluíam cobertores, papelões e outros materiais ou objetos utilizados como proteção e isolamento térmico. Além disso, os locais nos quais os moradores de rua se fixavam eram molhados em períodos nos quais as temperaturas mais baixas ou as chuvas são registradas. Por tudo isso, ela compreendeu que os atos perpetrados tinham com finalidade última a remoção forçada de moradores de rua de determinados locais: “[é] incontroversa a colocação de obstáculos múltiplos com o intuito de retirá-los desses locais e impedir que ali se estabeleçam, tendo repercutido nessa cidade, negativamente, à evidência, a colocação de pedras e objetos pontiagudos debaixo de viadutos”. Finalmente, a decisão não admitiu fossem considerados os pertences que trazem consigo os moradores de rua como lixo ou entulhos, mas de seus bens, portanto protegidos pelo direito à propriedade privada.

A discussão acerca da natureza dos objetos mantidos pelos moradores de rua havia, no entanto, apenas registrado o seu termo inicial. O município elaborou, após a proibição judicial de recolha, a denominada Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 02 de dezembro de 2013, na qual determinava o que e em que quantidade poderiam os moradores de rua portar, vindo todo o resto ser passível de eliminação.

No seu artigo 5º, a instrução estabelece a proibição de apreensão dos pertences pessoais, desde que essenciais à sobrevivência dos moradores de rua. Foram discriminados como essenciais à sobrevivência os bens lícitos capazes de serem portados pelos moradores de rua,



“em um só deslocamento e sem auxílio de veículos transportadores (...) e os materiais essenciais ao desenvolvimento do serviço/trabalho”.

A instrução foi considerada como um suplemento à decisão judicial, tendo em vista definir do que se tratam os bens que não podem ser apreendidos. Segundo a coordenadora do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, em entrevista concedida ao jornal Estado de Minas, a decisão é acertada ao delimitar os bens inapreensíveis, e completou: “*o que o poder público não pode é assistir ao sujeito colocar um fogão ou uma geladeira na rua, ocupando o espaço público indevidamente*”. Fizemos a desobstrução. A lei determina que o viaduto não pode ser usado por particulares”<sup>3</sup>. Quando se fixa (e transforma a rua em espaço de moradia) o morador de rua transgrediria regras constantes do código de posturas da cidade, impeditivas da manutenção de objetos e materiais considerados obstrutivos do acesso livre ao público em espaços concebidos sob essa insígnia.

Com o respaldo da instrução, o município vem promovendo diversas atividades de (para utilizar a exata expressão) gestão do espaço público. O morador de rua é aqui considerado como elemento componente do (ou intruso ao) espaço público, pelo que sua presença será gerida. A rua, aquilo que o caracteriza e conforma sua identidade, será desproporcionalmente disputada com o poder público. Enquanto aquele compreende a rua como sua “casa”, lugar de moradia e sustento, este compreenderá todos os meios que proporcionam a habitação dos moradores de rua como ilegítimas composições do espaço público.

Em janeiro e fevereiro de 2014, o município divulgou diversas notas informando a realização constante das atividades de desobstrução dos espaços públicos:

a fim de garantir segurança ao trânsito e aos pedestres. (...) Foram **recolhidos detritos** como tábuas, papelões, chapas e latas, tijolos, madeiras (...). As abordagens foram realizadas pelos fiscais (...) que **informaram aos moradores em situação de rua dados sobre a legislação municipal vigente**.<sup>4</sup> todo e qual qualquer material **inutilizável** que impeça o tráfego de pessoas nas ruas e calçadas da cidade, evitando, assim, possíveis acidentes. (...) Ao todo, já foram recolhidos cerca de 12 toneladas de **materiais inservíveis**. (...) ‘A pessoa em situação de rua tem o direito de ir e vir. O que ela não deve é impedir que outro cidadão possa exercer o mesmo direito’<sup>5</sup>. O foco é a gestão correta do espaço público, de forma a coibir a construção de moradias e acampamentos no logradouro público. (...) **o objetivo é desocupar**

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna\\_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml), acesso em 05 de maio de 2014.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1114193>, acesso em 04 de junho de 2014.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115681>, acesso em 04 de junho de 2014.



**o logradouro público e não fazer a retirada de moradores de rua. Portanto, foram removidos apenas materiais que caracterizavam moradia e ocupavam o espaço público.**<sup>6</sup>

A utilização dos adjetivos inútil e inservível, como se percebe, são utilizados para qualificar os materiais apreendidos. É interessante que, embora haja a menção expressa à inexistência de deslocamento forçado, o município afirma que os objetos que caracterizam moradia foram recolhidos: eles seriam impeditivos do direito de ir e vir das demais pessoas, assim, não seriam os moradores de rua, mas suas barracas, os objetos que promovem a sobrevivência, o habitar as ruas, o alvo das atividades do município. O problemático nesse discurso é que os objetos dejetados como lixo são reapropriados como bens pelos moradores de rua. Pedacos de pau, papelões, lonas e sacolas plásticas viram casas e uma lata velha de tinta, uma panela ou um fogão.

A recolha e a proibição de portar (implícita naquela) objetos que proporcionem o habitar as ruas reduz as possibilidades de sobrevivência e força o deslocamento. A procuradora-geral de justiça, que interveio na Ação Pública acima citada, interpretou as apreensões como uma estratégia higienista, “cuja pretensão é a de forçar essas pessoas a buscarem os serviços que a municipalidade lhes oferece (deficitários, frise-se), a exemplo dos abrigos, através do desfazimento de seus espaços de sobrevivência em grupo”.

O habitar as ruas, embora guarde correlação com a falta de moradia e outras questões estruturais, é visto por Kasper (2006) como um gênero de vida. Para este autor, os moradores de rua se inserem no espaço público urbano de um modo peculiar e inovador. Eles adaptam as formas de utilizar este espaço com o intuito de promover a subsistência e, mais do que isso, facilitá-la. Os moradores de rua, desta forma, praticam ações voltadas para a subsistência pessoal (ele luta por sobreviver), mas transforma a rua na medida em que emprega técnicas, cria instrumentos e artefatos facilitadores dessa existência. É por isso que ele avalia o conjunto dessas práticas como uma forma de inserção no espaço urbano.

A destruição dos espaços ocupados pelos moradores de rua não vai determinar, forçosamente, o retorno do morador de rua para a casa (as razões para a saída dela podem não haver desaparecido), ou o acolhimento institucional, em abrigos, por exemplo. Via de regra, as disputas por determinados espaços ocasionarão a adoção de novas estratégias, como a fixação em diferentes locais. Prates, Prates & Machado (2011), aliás, explicam o constante movimento

<sup>6</sup> Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115685>, acesso em 04 de junho de 2014.



das populações de rua (erroneamente caracterizadas como nômades) em face de que a fixação nem sempre é permitida pelos demais sujeitos que disputam os espaços públicos. O “nomadismo”, assim, seria resultante da expulsão dos moradores de rua dos locais nos quais intentam se fixar.

Em setembro de 2013, antes de a instrução entrar em vigor e estando proibida de promover apreensões, o município não havia obstado as práticas de “desobstruções e limpeza” de determinados locais. O jornal Estado de Minas<sup>7</sup> divulgou a recolha de barracas de papelão, lona e madeira erguidas ao longo dos viadutos do Complexo da Lagoinha e Avenida Antônio Carlos. Foram removidas, na manhã do dia 23, 17 barracas. No mesmo dia houveram novas tentativas de cobrir com lona os locais de pernoite e novas barracas foram erguidas, vindo, no entanto, a ser imediatamente retiradas pelo município. Nota-se que muitos persistiram nos mesmos locais onde se fixam, a despeito das constantes remoções.

Pesquisas realizadas com moradores de rua na cidade de Montes Claros vêm demonstrando que a permanência nas ruas pode se ligar ao desenvolvimento de um modo de vida peculiar e distinto dos predispostos numa socialização reputada normal. Eles, mormente quando “estabilizados” nas ruas após longo tempo, compreendem e se apropriam dos logradouros públicos como espaço para o desenvolvimento dos atos da vida privada e pública. Não existe a clássica separação entre um agir público e um privado, herdados no modo de vida legado das gerações passadas. Além disso, muitos dos locais escolhidos guardam relação com as ocupações remuneradas desenvolvidas e deixa-los pode comprometer a obtenção de rendimentos. Sobremais, muitos moradores de rua afirmaram ser importante a fixação em único lugar como forma de obter uma referência “residencial”, um local onde eles possam ser encontrados.

Em diversas outras notícias publicadas na imprensa, inclusive a oficial do município, restou notório o desígnio de promover o deslocamento forçado. A intenção de impedir a permanência dos moradores de rua em certos locais foi desejada e reivindicada ao município pelo CDL, por moradores de diversos bairros. Campanhas proibitivas de ofertar donativos aos moradores de rua e manter esguichos de água em jardins e praças forma incentivadas, exemplificativamente, no Bairro de Lourdes. A medida conseguiu, segundo informaram, reduzir essa presença que causava mal-estar: *“eles tomavam banho de balde na calçada, pediam*

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna\\_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml), acesso em 17 de maio de 2014.



*dinheiro no ponto de ônibus, cercavam fiéis na saída das igrejas e faziam sexo a qualquer hora do dia”<sup>8</sup>.*

Nessa direção, as remoções forçadas poderiam não guardar correlação com a realização da CMF, já que esse comportamento intolerante seria enraizado e generalizado: ninguém quer pessoas morando nas ruas. Para Kasper (2006), os modelos de inserção estão cada vez mais esgotados e a solução seria a eliminação, a exclusão definitiva frente às impossibilidades de integração.

As remoções forçadas, no entanto, foram intensificadas nos últimos anos (todo o imbróglgio narrado se passa entre 2012 e 2014), sobretudo nas cidades-sedes da CMF. O município de Belo Horizonte divulgou no mês anterior ao de abertura da CMF o incremento das ações de atendimento aos moradores de rua. O discurso sustentado ao longo dos últimos meses, a relembrar, o de gestão dos espaços públicos, suporta modificações e, agora, teria como alvo coibir violências possivelmente perpetradas contra os moradores de rua.

O município estaria preocupado com a segurança dos moradores de rua durante os dias de jogos. A afirmativa foi de que esse segmento populacional é bastante vulnerável e poderia sofrer violência em especial por parte dos turistas. Assim, as abordagens foram intensificadas **para retirar das ruas** (como expressamente afirmaram) e conduzir os moradores de rua a instituições de acolhimento. O jornal da Câmara Municipal informou, aos 03 de junho, que “durante a Copa do Mundo serviço especializado de abordagem social da prefeitura vai intensificar os trabalhos, os moradores de rua serão encaminhados para repúblicas e abrigos”. Foi enfatizado que as abordagens se dariam no sentido de estabelecer com o morador de rua “uma nova dinâmica que não seja a vida nas ruas, nós temos várias ofertas, seja acolhimento institucional, seja o retorno para a família”. Foi anunciado um aumento de 30% no número de profissionais para atuar em jornada estendida, entre 8:00 horas e 24:00 horas.<sup>9</sup>

Outros jornais, como o Aqui e Agora da emissora Rede TV, divulgaram a mesma notícia de que o município intensificaria a **retirada** dos moradores de rua durante a realização da CMF. Representantes do município, nessa oportunidade, reiteraram se tratarem essas medidas de tentativas de coibir violações aos direitos humanos dessas populações e que em nenhum momento a remoção se daria de forma compulsória. Entretanto, não lhes seria permitido ocupar o espaço público de maneira irregular, pelo que seus pertences (quando não constantes do rol

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fQsPO4syOI8>. Acesso em 30 de junho de 2014.





descrito na instrução normativa) seriam recolhidos: *“A ordem, portanto, é recolher caixotes, latas, colchões e cobertores. Quem quiser ficar onde está só pode manter objetos de uso pessoal. (...) Os que aceitam sair são levados para os albergues da capital mineira, que não têm capacidade para receber todos os moradores”*<sup>10</sup>.

A mudança no discurso e a urgência com que as medidas de retirada (não porque obstruem e utilizam como privados os espaços públicos, mas porque são vítimas em potencial dos turistas) deveriam ser praticadas exatamente durante os jogos, entre junho e julho de 2014, além da ocorrência concomitante dessas ações em outras cidades-sede, conduzem ao entendimento de que o objetivo, desde o início foi a remoção forçada dos moradores de rua da cidade de Belo Horizonte.

## CONCLUSÕES

É possível sugerir haver sido a presença dos moradores de rua, no município estudado, criminalizada, na medida em que vedada sua fixação. Esse segmento foi concebido como um elemento, um objeto disposto no espaço, pelo que deveria ser gerido.

A rua (o espaço, para o município considerado público e, para os moradores de rua, também como privado), por sua vez, foi desproporcionalmente disputada entre os que a utilizam para viver e sobreviver e entre aqueles que reúnem recursos (e talvez o monopólio) para determinar de modo imperativo como utilizá-la. Foi, aliás, sob o rótulo de gestão do espaço público, que o município implementou mecanismos formalmente legais para obstaculizar a fixação e promover o deslocamento forçado dos moradores de rua, através da desconstrução de seus espaços de sobrevivência.

A justificativa foi de que eles ocupam indevidamente o espaço público, obstruindo calçadas e praças, devendo, diante disso, suportar sanções consistentes na perda, em favor do município, de seus pertences. Mas a intensificação das atividades e a mudança no discurso político evidenciaram sob que título as ações estavam sendo perpetradas, qual seja, a de eliminar a visibilidade, durante a Copa, dos moradores de rua.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xYkKSxp-Emk>. Acesso em 30 de junho de 2014.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Sumário executivo da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília: UNESCO/ MDS, 2008.

\_\_\_\_\_. *Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009* - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em 03 de março de 2014.

BELO HORIZONTE. *Instrução normativa conjunta de 01 de dezembro de 2013* - disciplina a atuação dos agentes públicos junto à População em Situação de Rua, no Município de Belo Horizonte. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1112251>, acesso em 07 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Trabalho de gestão de espaço público são realizados na região leste. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115681>, acesso em 04 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Atividades e serviços realizados pela PBH na região noroeste são apresentados em balanço. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1114193>, acesso em 04 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Ação conjunta na região noroeste promove desobstrução do logradouro na lagoinha. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115685>, acesso em 04 de junho de 2014.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FERREIRA, Juliana. Prefeitura de BH endurece fiscalização aos moradores de rua. *In: Estado de Minas*. Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna\\_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml), acesso em 05 de maio de 2014.

KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

MARTINS, Helena. Órgãos públicos atuam contra violação de direitos de moradores de rua na Copa. *In: Agência Brasil*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/orgaos-publicos-atuam-contraviolacao-de-direitos-de-moradores-de-rua>. Acesso em 26 de junho de 2014.

MATTOS, R. M & FERREIRA, R. F. *Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_arttext). acesso em 03 de dezembro de 2013.

MINAS GERAIS. 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Agravo de Instrumento Nº 0024.12.135523-4/001. Desembargadora Relatora Teresa Cristina da Cunha Peixoto.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.



ONU. Revisão periódica universal da ONU questiona direitos humanos na preparação para a Copa de 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/revisao-periodica-universal-da-onu-questiona-direitos-humanos-na-preparacao-para-copa-de-2014>, acesso em 30 de junho de 2014.

SARAUPU, Paula e KIEFER, Sandra. CDL quer retirar moradores de rua da zona sul de Belo Horizonte. *In:* Estado de Minas. Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna\\_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml), acesso em 17 de maio de 2014.



## MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SOUSA, Edilmar Ribeiro  
*Universidade Católica do Salvador*  
*auditoria.agro.ambiental@gmail.com*

TEIXEIRA, Daniela Rocha

288

### RESUMO

Este artigo pretende abordar e discutir alguns aspectos envolvidos na seara ambiental, dentre eles, os resíduos sólidos urbanos (RSU), as questões de saúde pública, a legislação pertinente e sua aplicação. Bem como, refletir sobre o planejamento ambiental e a participação da sociedade, enquanto agente ativo, considerando que esta problemática não pode excluir a abordagem sobre as relações entre sociedade e meio ambiente. Observando que em alguns processos evolutivos, pelos quais o meio ambiente vem passando, principalmente em função da degradação ambiental de uma forma geral, suas adaptações e pela antropização severa, nas mais diversas escalas de gravidade e efeitos, é que se enfatizou a questão dos resíduos sólidos urbanos, suas atenuantes e alguns pontos causadores de impactos como: Aterros sanitários e lixões a céu aberto.

**Palavras-chave:** meio ambiente; participação social; resíduos sólidos.

### Abstract

This article aims to address and discuss some aspects involved in environmental harvest, among them the municipal solid waste (MSW), public health issues, relevant legislation and its application. As well as reflect on environmental planning and participation of society as active agent, considering that this problem can not exclude the approach on the relationship between society and environment. Noting that some evolutionary processes by which the environment comes through, mainly because of environmental degradation in general, their adaptations and the severe human disturbance, in various scales of severity and effects, it is emphasized that the issue of waste municipal, mitigating their causes and some points of impact such as: Landfills and open dumps.

**Keywords:** environment; social participation; Solid waste.



## 1. INTRODUÇÃO

O texto, elaborado a partir do *devenir* do surgimento e da natureza do Direito Ambiental, consiste em um artigo, com exposição lógica e técnica, orientado por uma metodologia dedutiva, com base qualitativa, tomando como elemento orientador da discussão os fundamentos e a tutela do meio ambiente, a relevância da participação social nesse contexto e a discussão político-legislativa dos resíduos sólidos, utilizando-se, para a sua confecção, leituras e fichamentos de livros.

O trabalho divide-se em cinco tópicos, sendo que o primeiro e o último são compostos por disposições introdutórias e considerações finais, respectivamente.

O segundo item traça um breve histórico do Direito Ambiental, sua recente relevância no cenário de discussões mundiais, remontando ao século passado (séc. XX), bem como a conceituação doutrinária do instituto.

O terceiro expõe uma discussão teórica acerca de dois elementos, que da seara desse ramo do Direito, são extremamente relevantes, quais sejam, a tutela do meio ambiente e a participação comunitária ou cidadã.

O quarto discute um dos aspectos de grande preocupação no cenário ambiental, como reflexo do modo de produção capitalista, que cria uma massa de consumidores, independente de classe social, ou qualquer elemento discriminador. Todos, em um dos eventos mais democráticos da atualidade, são consumidores. Assim, essa produção e consumo desembocam na grande quantidade de resíduos sólidos, provenientes dessa relação, cuja preocupação em onde ou como serão depositados é cada vez mais importante para a sociedade e o Poder Público. Por isso, no Brasil, em 2010, entra vigor a Lei Federal 12.305, como estratégia de planejamento ambiental, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Com todos os instrumentos de defesa, tutela do meio ambiente, a busca da qualidade de vida, associada ao desenvolvimento socioeconômico, é uma matéria a ser perseguida.

O Meio Ambiente ecologicamente equilibrado é hoje um direito fundamental, diretamente ligado à própria dignidade humana e tem que ser resguardado pela coletividade e pelo Poder Público.



## 2. HISTÓRICO E CONCEITOS AMBIENTAIS

Do final do século XIX ao início do século XX, o cenário mundial, no que se refere ao meio ambiente, era de inegotabilidade dos recursos naturais. Além da forte industrialização e do período positivista, em que imperava o lema “ordem e progresso”, no século passado ainda se destacaram as Duas Grandes Guerras, devastadoras, quanto à parcela da humanidade e do meio ambiente, com armas químicas e atômicas, que possuem um potencial lesivo geracional nunca antes visto.

Após esses eventos, com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e a Declaração dos Direitos do Homem<sup>1</sup> e do Cidadão, os grandes líderes mundiais passaram a relevar e observar o problema dos recursos naturais. Em 1968, a ONU entendeu ser necessário um encontro mundial para discutir o tema “meio ambiente” e no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, realizou-se a Conferência de Estocolmo, da qual se pode extrair como reflexão e normatização mais importante a Declaração, que inseriu o meio ambiente entre os direitos humanos (AMADO, 2011, *passim*).

Desde então, outras conferências ocorreram no mundo, aprimorando a discussão sobre aspectos mais práticos, cunhando-se termos como desenvolvimento sustentável (no Relatório Brundtland, na década de 80) e economia verde (na Rio+20, no séculos XXI).

A expressão meio ambiente (*milieu ambience*) foi utilizada pela primeira vez pelo naturalista francês Geoffrey de Saint-Hilaire em sua obra *Études progressives d'un naturaliste*, de 1835.

*Milieu* significa o lugar onde está ou se movimenta um ser vivo, e *ambience* designa o que rodeia esse ser.

O termo meio ambiente, para boa parte da doutrina, é redundante, mas é interessante destacar alguns apontamentos de Édis Milaré, a esse respeito:

Tanto a palavra meio quanto o vocábulo ambiente passam por conotações, quer na linguagem científica quer na vulgar. Nenhum destes termos é unívoco (detentor de um significado único), mas ambos são equívocos (mesma palavra com significados diferentes). Meio pode significar: aritmeticamente, a metade de um inteiro; um

<sup>1</sup> Hoje, entendido como melhor termo, “Direitos Humanos”.





dado contexto físico ou social; um recurso ou insumo para se alcançar ou produzir algo. Já ambiente pode representar um espaço geográfico ou social, físico ou psicológico, natural ou artificial. Não chega, pois, a ser redundante a expressão meio ambiente, embora no sentido vulgar a palavra identifique o lugar, o sítio, o recinto, o espaço que envolve os seres vivos e as coisas. De qualquer forma, trata-se de **expressão consagrada** na língua portuguesa, pacificamente usada pela doutrina, lei e jurisprudência de nosso país, que, amiúde, falam em meio ambiente, em vez de ambiente apenas (2004, p. 63). (**grifo nosso**).

O conceito é interdisciplinar ou multidisciplinar, pois se enobrece e se condensa através de diversas áreas do conhecimento: biologia, química, direito, ecologia, etc.

Desde 1981, com a Lei 6.938, art. 3, I: “é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, rege e abriga a vida de todas as suas formas”.

Tal conceito, criticado pela doutrina em certo aspecto, pois é muito fechado, foca muito na vida, entretanto, há que se observar que hoje a uma divisão didática em categorias e modalidades, havendo a inclusão de elementos sem vida, que, sabidamente, também fazem parte do meio ambiente.

É possível dividir o conceito de meio ambiente em 4 categorias<sup>2</sup>:

- natural: mais relevante e comum no imaginário geral, formado por elementos com vida ou sem vida, que para existirem independem de interação com o homem. Seres bióticos e abióticos, com vida e sem vida. Ex. fauna, flora, solo, ar, recurso hídricos, recursos minerais, etc.
- artificial: é o meio ambiente criado pelo homem; classificação por exclusão. José Afonso da Silva (1998, *passim*) classificando-os em espaços urbanos abertos (equipamentos públicos) e fechados (edificações).
- cultural: bens tombados; integra o patrimônio cultural brasileiro. Elementos culturais, históricos, paleontológicos, artísticos. É também artificial, porém, impregnado por valor especial representativo de e para uma sociedade ou civilização.
- do trabalho: local onde se desenvolve a atividade laborativa remunerada. Visa garantir que o trabalhador desenvolva uma atividade digna.

<sup>2</sup> Essa divisão é meramente didática, uma vez que o meio ambiente não se divide, ele está integrado.



Para regular as condutas humanas que podem afetar o meio ambiente, surge a tutela específica do Direito Ambiental, ou seja, esse é o ramo do direito composto por princípios e regras que regulam as condutas humanas que afetam, potencial ou efetivamente, direta ou indiretamente, o meio ambiente, quer seja natural, cultural, artificial ou do trabalho.

É um Direito multidisciplinar, pois busca, também, conhecimentos nas ciências não jurídicas (Ciências Naturais, Biologia, Física, Química, Ecologia, etc) e transversal, considerando que há normas ambientais inseridas no Código Civil Brasileiro, na Lei de Licitações, na Constituição Federal, em normas específicas ambientais, no Direito Penal, etc).

### **3. A TUTELA DO MEIO AMBIENTE E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

No que se refere aos direitos humanos e sociais, é importante ressaltar que a Constituição Federal Brasileira de 1988, academicamente conhecida como “Constituição Cidadã”, em diversos artigos (5º, 14, 129, 225), bem como, na Lei nº 9.790/99, institucionalizam as organizações sociais, e com isso, as insere como entidades representativas, como parte integrante e essencial para a sociedade.

Na tutela do meio ambiente, tais circunstâncias também se verificam, uma vez que é possível extrair a preocupação e elevação do princípio democrático ou princípio da participação cidadã ou comunitária, permitindo que os indivíduos possam participar das decisões políticas ambientais, uma vez que o meio ambiente pertence a todos e os seus danos, conseqüentemente, são transindividuais.

Apesar do direito a participação efetiva, estar assegurado ao cidadão, por muitas vezes faz-se necessário, a união de força de uma entidade social para impulsionar o objetivo da coletividade, conforme afirma Amado (2012, p. 69):

Essa participação popular no processo de formação da decisão política ambiental poderá também se dar por meio de associações ambientais, pois vozes isoladas normalmente não têm o mesmo eco que um conjunto de pessoas que criam uma pessoa jurídica para realizar em conjunto o que seria mais árduo promover individualmente.



Considerar e estimular a participação social, é tratar dos direitos garantidos em lei à sociedade civil que, por sua vez, pode ser definida como uma “esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado” (BOBBIO, 2012, p. 33), e, por vezes, é entendida como um agrupamento de pessoas com poder coativo junto aos poderes público e privado.

Segundo Teixeira (2002, p. 45):

A sociedade civil institucionaliza-se mediante três complexos de direitos fundamentais que concernem: à reprodução cultural – liberdade de pensamento, imprensa, expressão e comunicação; à integração social – liberdade de associação e de reunião; socialização – privacidade, intimidade, inviolabilidade; aos direitos relacionados com a economia – propriedade, trabalho, contrato, e ao Estado – direitos políticos e sociais.

Para Paulo de Bessa Antunes (2006), o que está assegurado aos cidadãos e previsto no princípio democrático do Direito Ambiental, enquanto participação na elaboração de políticas públicas: é o dever jurídico de proteger e preservar o meio ambiente; opinar sobre as políticas públicas, através de audiências públicas com participação em órgãos colegiados; e a utilização de diferentes mecanismos judiciais (ação popular e ação civil pública) e administrativos (direito a informação, direito de petição e estudo prévio de impacto ambiental) de controle dos diferentes atos praticados pelo executivo.

A valorização da participação dessas instituições está na essência de um dos mais bem elaborados e mais fortes documentos oriundos das Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente, neste caso a Agenda 21 (oriunda da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-RIO92), da ECO 92, que segundo Furriela (2002, p. 37), nesse plano de ação, encontram-se dispositivos sobre a participação pública na gestão do meio ambiente em pelo menos 20 dos seus 40 capítulos, que propõem a ampla e equitativa participação de todos os setores da sociedade.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da



terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**, 1991).

Em termos gerais a Agenda 21 prevê a mais ampla participação pública, principalmente através do envolvimento ativo das organizações não governamentais e todos os grupos relevantes na tomada de decisão.

#### **4. PLANEJAMENTO E GESTÃO: A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) E A QUALIDADE DE VIDA**

De acordo com Sousa (2013), para compreensão macro e identificação de estratégias de gestão, o planejamento é um importante instrumento para a tomada de decisão. Pois, potencializa a consecução do plano a ser implantado, a condição de repetibilidade com vertentes de sustentabilidade, a redução de consumo e de geração de resíduos, e o alívio da destinação final no aterro sanitário.

Sousa (2013, p. 55), ainda cita:

[...] O planejamento estratégico é um processo contínuo de tomada de decisões estratégicas. Não se trata de antecipar decisões a serem tomadas no futuro, mas de considerar as decisões que devem ser tomadas hoje [...] (CHIAVENATO, 1987, p. 451).

Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2012), a Lei nº 12.305/10, que institui a PNRS, está atualizada e oferece instrumentos importantes para o enfrentamento necessário do País. Permitindo o avanço em relação aos principais problemas ambientais, sociais e econômicos em função do manejo inadequado dos resíduos sólidos. A lei acima promove a prevenção e prevê a redução na fonte geradora de resíduos, tendo como proposta o incentivo a prática do consumo sustentável, utilizando um conjunto de instrumentos que propicia o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Para melhor entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário entender que é eminente a relação com a qualidade de vida do cidadão como



representante inequívoco da sociedade. Fato que remete a busca constante pela qualificação do meio em que vive.

A relação existente entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, pode ser percebida da seguinte forma: pela melhoria do nível econômico de uma comunidade e pelo crescimento econômico local. Ressaltando-se, que requer o fomento e a elevação dos fatores de produção, dos recursos naturais, do capital e do trabalho (SANTOS, 2002).

Mas o progresso social implica “a satisfação de necessidades básicas, tais como nutrição, saúde, habitação, acesso universal à educação, liberdades civis e participação política” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Tais noções acima citadas, revelam também a constante reflexão do "custo/benefício". Como a expressão bem traduz, não há benefício sem haver custos! E, esta mesma reflexão, permite avaliar que tal conflito, implica no pensamento da busca pela sustentabilidade. Pois, os prejuízos causados ao meio ambiente, pela ânsia de satisfazer as necessidades da sociedade, podem resultar em custos incalculáveis e muitas vezes impagáveis, para o futuro do meio ambiente.

De acordo com Sirvinskas (2011), é importante frisar que: o artigo 64 da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), é um dispositivo legal que proíbe a construção de moradia em solo não edificável ou suas imediações, redigido da seguinte forma:

[...] Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa [...].

Sirvinskas (2011) também destaca a importância da Lei nº 10.257/01, em seu artigo 2º, inciso XIV, quando diz que:

[...] a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...] regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso, ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população e as normas ambientais [...].



Ressalta ainda que, no inciso VI prevê:

[...] ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental [...], este é um importante passo para o controle das áreas de entorno dos lixões (Sirvinskas, 2011).

Para Amado (2012), tentar resolver o problema da grande produção de lixo nas cidades, que chegam à soma de 150 milhões de toneladas/dia, onde 59% têm como destino final os lixões e apenas 13% são destinados de forma correta, para os aterros sanitários. Impondo que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Colocando o Brasil em situação de igualdade com os principais países desenvolvidos no que diz respeito à legislação, inovando com a inclusão de catadoras e catadores tanto na Logística Reversa quanto na Coleta Seletiva. Além disso, os instrumentos da PNRS ajudarão o Brasil a atingir uma das metas do Plano Nacional para Mudança do Clima (PNMC), que prevê o índice de reciclagem de resíduos de 20% em 2015.

A infinidade de nocividade à saúde, potencialmente existente nos RSUs, pode ser evitada através de uma coleta eficiente e de uma adequada disposição final. Esse acúmulo de resíduos sólidos, quando não tratados de forma adequada, pode causar e/ou provocar de forma direta ou indireta, danos à higidez humana.

Por exemplo, a deficiência de coleta leva a população a procurar uma maneira de se livrar dos RSUs, descartando os mesmos em rios, terrenos baldios, beiras de ruas e avenidas entre outros, formando grandes montes a céu aberto, que servem como habitat adequado atraindo e promovendo a proliferação de vetores (insetos, roedores, urubus e etc.), o que muitas vezes se traduz em casos de doenças como cisticercose, leptospirose, teníase, toxoplasmose, triquinose e outras que acometem com grande frequência a população. Isso ocorre quando há um déficit de coleta, tratamento e disposição final,





ambientalmente adequados. Atualmente, esta é uma característica bastante evidente na maioria dos municípios brasileiros.

Ficam evidentes os problemas de cunho socioambiental pelos quais o planeta vem passando, a exemplo da degradação dos recursos naturais renováveis, impedindo muitas vezes que a natureza coloque em prática o seu poder de resiliência, causados pelo consumo desenfreado desses recursos não renováveis. Aliado a este cenário percebemos uma dicotomia entre ecologia, ética e ambientalismo, demonstrando precariedade nas condições de saúde, educação, emprego ou moradia.

Seguindo esse contexto, torna-se claro que o direcionamento destes aspectos para a mudança de atitude, terá como consequência a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a contribuição de forma objetiva para a construção de um futuro ambientalmente mais planejado e efetivamente mais protegido.

## CONCLUSÃO

Os conflitos socioambientais, considerando as articulações que visam resguardar interesses privados, acabam por interferir diretamente nas questões de preservação e conservação do meio ambiente.

Saliente-se que a manutenção e a preservação do meio ambiente estão intimamente ligadas a questões de consumo e de desenvolvimento, sendo estas últimas medidas, as que devem ser utilizadas com responsabilidade e moderação. O consumo e o desenvolvimento devem existir assim como os avanços tecnológicos, porém, não adianta ter um desenvolvimento avançado e um consumo desordenado que gerem a degradação ambiental. O desenvolvimento assim como o consumo, devem ser equalizados de forma simétrica com o meio ambiente, na busca pela sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável faz com que o uso dos recursos naturais seja utilizado de forma racional, como consequência do preceito constitucional de garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, é que, a gestão pública deve introduzir critérios de ordem socioambiental. Ou seja, as gestões devem ser compatíveis com as



políticas e voltadas para mudança nos padrões de consumo, objetivando à sustentabilidade do desenvolvimento e a manutenção do equilíbrio ecológico.

Vale ressaltar, que o desenvolvimento, o fomento da economia e consequentemente o consumo, vão refletir diretamente no aumento vertiginoso da geração dos resíduos urbanos, e que, dessa forma estarão contribuindo de maneira negativa com impactos ambientais muitas vezes de cunho irreversível para a conservação e preservação do meio ambiente, sendo necessário haver a preocupação com a destinação final adequada em aterros sanitários, como prevê a legislação vigente.

Embora aparente que a legitimidade, visando uma gestão compartilhada dos resíduos sólidos, conferida pela legislação, possa trazer a construção de um mundo mais consciente do seu papel socioeconômico e ambientalmente sustentável, na prática não figura tão cristalino.

As conjunturas sociais, as políticas econômicas e os interesses privados, influenciam diretamente nas decisões de planejamento e gestão ambientais e, consequentemente, no ativo/passivo ambiental de um país.

Concluiu-se neste estudo a necessidade real de efetivamente fazer a legislação ser cumprida. Haja vista, que para as questões de geração e controle de resíduos e a quantidade de normas legais existentes, já fariam grande diferença se passassem de fato, pelo rigor da lei. Além de identificar o esforço feito até agora através das políticas públicas (PNRS) em pauta, que reforçam as possibilidades de conservação e preservação do meio ambiente.

Dentre os mais diversos problemas existentes nas questões ambientais, especificamente o dos RSUs tornou-se um dos grandes desafios a ser enfrentado na atualidade, devido ao crescimento populacional associado à crescente produção de bens e serviços. Esta produção de bens e serviços, por sua vez, acarreta, após o consumo, a geração de RSUs cada vez maior, e quando, coletados ou dispostos inadequadamente, trazem consequentemente, impactos à saúde pública e ao meio ambiente.

É sabido que a natureza e junto com ela os seres vivos sem exceção do homem, pedem socorro. É de crucial importância entender que o processo de degradação ambiental caminha a passos largos, enquanto observamos pouca mudança no comportamento predatório do homem e sua filosofia socioeconômica conflitante.



Abordar estas questões que são de interesse mundial, não torna o choro em fraqueza. Muito pelo contrário, faz, de uma simples lamentação, um grito para o infinito, com a intenção de fazer do verdadeiro clamor, a firmeza para transformar o cenário atual, em um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquemático**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2011.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquemático**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2012.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 8 ed. São Paulo: Lumen Juris, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm)>. Acesso em: 15 de mai. de 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.305/2010**. VADE MECUM, 5ª edição, rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em: 20 de jun. de 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. Abordagens prescritivas e normativas da administração. Ed. 3. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.487p.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**, 1991.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2004.



OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ª ed. Salvador, UFBA, 2002.

Santos, Edvalter Souza. **Educação e sustentabilidade**. In: REVISTA DA FAEEDBA - **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 259-279, jul./dez. 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1998.

SOUSA, Edilmar Ribeiro. **Resíduos sólidos na construção civil: Plano de Gestão**. Dissertação de Mestrado. Planejamento Ambiental - UCSAL. Salvador, 2013.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 9ª ed. Revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2011.



## **A CIDADE DE SENTO-SÉ E A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO SOBRADINHO: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO (1970-1990)**

BRAGA, Ana Catarina Sento-Sé Martinelli<sup>1</sup>

*Mestranda em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC*  
anacatmartinelli@gmail.com

301

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar os conflitos em torno da questão da divisão de terras identificados frente a relocação da população da cidade de Sento-Sé, atingida pela barragem do Rio Sobradinho, na década de 1970. A construção desta barragem culminou com a inundação de quatro cidades do sertão nordestino. Dentre estas, estava Sento-Sé, ou, “terra dos carnaubais”, com aproximadamente 7.000 habitantes. A população da cidade foi expulsa de suas casas com a promessa de novas perspectivas de vida. A Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (CHESF), representante do governo federal responsável oficialmente pela obra e transplantação dos moradores, e os ribeirinhos relocados ainda hoje discutem os interesses que fundamentam os conflitos envolvendo as relações de poder e dominação em torno da terra daquele município. Neste contexto, as memórias dos que viveram este processo histórico possuem um papel fundamental na investigação do objeto em análise, principal fonte deste artigo acadêmico.

**Palavras-chaves:** Sento-Sé, Barragem do Sobradinho, território, poder e relocação.

### **1. Introdução**

“Naquela época eu possuía entre 7 e 8 anos... Meu avô era prefeito da cidade de Sento-Sé e neste período existiam 8 cidades no país chamadas municípios de Segurança Nacional, que era, o prefeito indicado pelo governador. Sento-Sé era um desses municípios de Segurança Nacional.”<sup>2</sup>

A história de Sento-Sé, cidade de clima semiárido, pertencente a zona do Baixo Médio São Francisco, desde a década de 40, entrelaça-se com a de uma família, cuja linhagem teve origem neste local. A família Sento-Sé, mesmo nome da cidade em que governavam estes indivíduos, já possuía o nome forte e de governança, a mais de três gerações. A senhora Vera Rita Sento-Sé representa, dentre essas, a sexta geração de







comportas da barragem passaram-se cinco anos. O que só ocorreu em 1977, já no governo ditatorial do Senhor Ernest Geisel.

Nas perspectivas do governo federal o pacote de obras públicas que incluía o projeto de Sobradinho fazia parte do Plano de Desenvolvimento Nacional (que se estendeu de 1969 a 1973). Plano que compreendeu uma tentativa do governo de promover o crescimento econômico no Brasil e reduzir a inflação, conhecido como Nacional Desenvolvimentismo. A execução do “PROJETO SOBRADINHO” foi decidida em 1971, porém os serviços de construção da barragem só foram iniciados em Junho de 1973. A inundação de fato iniciou-se em fevereiro de 1977, sendo que o represamento total começou no dia quatro de Dezembro de 1977, enquanto o processo de execução completo de abertura das comportas iniciou-se no dia dois de Julho de 1978. Neste ano a barragem atingia sua cota máxima de cheia: O NA (cota de cheia) de 392, 50,<sup>2</sup> como mostra as figuras abaixo:

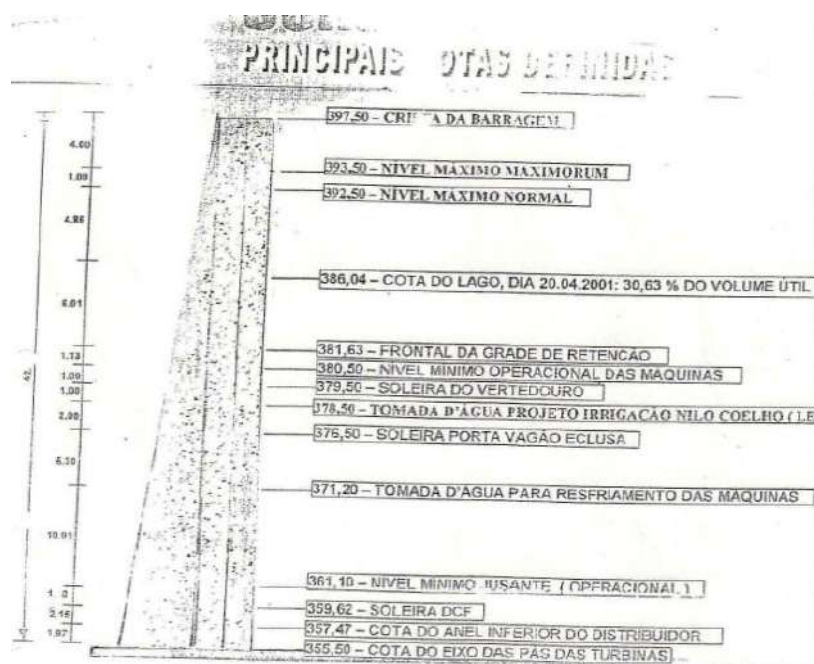


Figura 2: Documento que demonstra a cota do Lago do Sobradinho em sua totalidade. Arquivo Sindicato dos Trabalhadores de Sento-Sé, 1977.

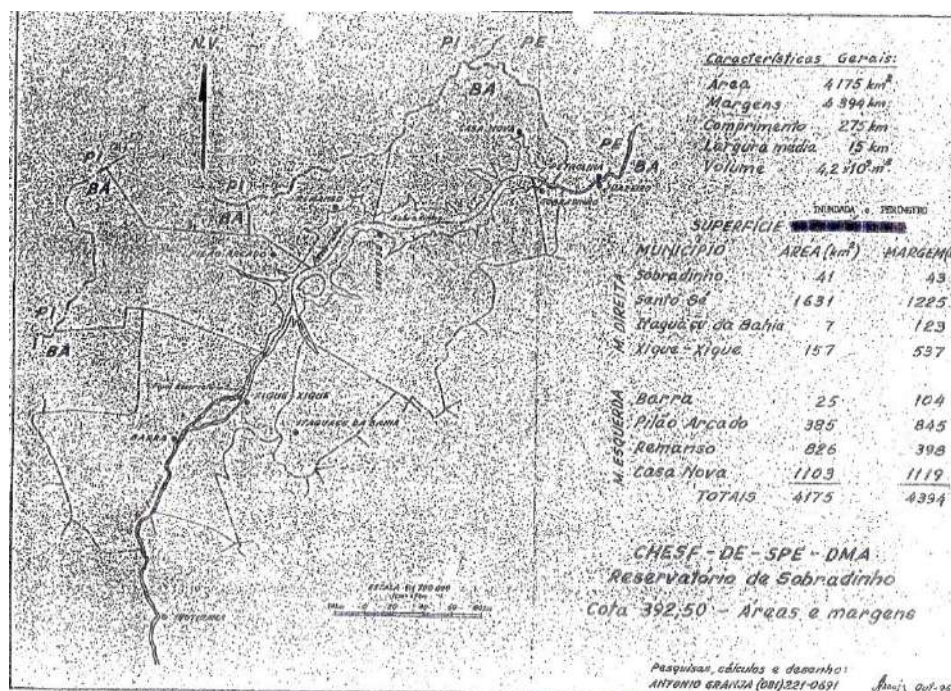


Figura 3: Dimensão da Barragem do Sobradinho e superfície atingida pelo mesmo em cada cidade afetada pela inundação. Arquivo Sindicato dos Trabalhadores de Sento-Sé, 1977.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF era a responsável pela obra e também pela remoção das famílias para a nova localidade que seria construída pelo Governo Federal. As duas figuras acima explicam os objetivos da CHESF ao construir a barragem, na medida em que proporcionam uma dimensão fluvial e espacial da área atingida pela mesma. Possibilitam um diálogo com o território e uma dimensão dos impactos causados.

É importante ressaltar que a CHESF teve que reassentar cerca de 11.853 famílias que viviam as margens do Rio São Francisco, além das 70.000 pessoas que viviam em pequenas comunidades quilombolas e nas sedes dos municípios. Estes são os dados presentes nos relatórios elaborados pela HIDROSERVICE, companhia de engenharia contratada pela CHESF para realizar o levantamento da região onde seria construída a barragem. Para justificar a obra a CHESF, em relatórios oficiais, pontua a necessidade da obra do Lago do Sobradinho da seguinte forma:

O Projeto Sobradinho, além de geração local de energia elétrica, Eclusa para navegação e Tomada d' Água para Irrigação, contemplou a formação de um lago com espelho d' água de 4.214 Km<sup>2</sup> na sua cota máxima total (392,50) que proporciona regularização plurianual das vazões do Rio São Francisco, garantindo um valor de defluência



mínima da ordem de 75% da vazão Média de Longo Termo (MLT) do rio, considerado o histórico de vazões a partir de 1929. (...) O reservatório também proporciona controle parcial das cheias, através de volume de espera disponível, ou criado artificialmente, antes do início de cada período úmido.<sup>4</sup>

Para além dos dados oficiais, que analisam as melhorias de forma distanciada das perspectivas sociais e apenas demonstram as melhorias da Barragem em uma dimensão de abrangência macro com linguagem técnica, há uma serie de sujeitos históricos que efetivamente constituíram a história que legitimou o funcionamento da Barragem do Sobradinho.

Os sujeitos, diminuídos em suas necessidades para abarcar as justificativas de obras de grande porte, são aqueles atingidos por barragem que comumente perdem seus territórios em detrimento dos discursos progressistas. Assim, a Barragem do Sobradinho transformou a relação dos moradores de Sento-Sé e de vários outros municípios, análise que pode ser percebida por meio do relato oral da Senhora Vera Rita Sento-Sé

“(...) E, em um determinado ano, nós fomos, a cidade estava muito triste quase ninguém estava mais lá... Porque tava todo mundo já se mudando para a cidade nova, Sento-Sé nova. E depois da inundação, eu me lembro, nós fomos dar um passeio de barco pela cidade inundada pelo São Francisco, pela barragem do Sobradinho (pausa e lágrimas)”<sup>5</sup>

Esta evidência oral leva-nos a compreender o encrudescimento das relações sociais formadas e ressignificadas devida a construção da Barragem do Sobradinho. Esta obra que afetou a mentalidade daqueles que viveram o trauma de serem relocados. Desta forma, este artigo busca entender, além dos conflitos sociais que envolvem o território, os mecanismos da memória que revelam a necessidade de preservação do local de origem do sujeito histórico para constituição de sua trajetória social. Em seu livro *Memória e Sociedade*, Ecléa Bosi (1994) diz que a lembrança é a sobrevivência do passado e que o passado, como memória, conserva-se no espírito de cada ser humano. Logo a lembrança, ou a memória, é parte constituinte da história e da vivência das sociedades, mesmo aquelas inundadas por barragens como no caso dos moradores da cidade de Sento-Sé.



## 2. Sento-Sé e o Projeto Sobradinho: Onde tudo começou.

Sento-Sé surgiu no século XVIII após a posse da família Garcia D' Ávila, que adquiriu as terras onde posteriormente se localizaria a cidade, terras que foram doadas pelo sistema de sesmarias.

A família Garcia D' Ávila fundou a cidade em homenagem a um chefe indígena, de nome Centossé, da comunidade que vivia naquele território. No século XIX duas famílias de renome na região, famílias Valverde e Sento-Sé passou a coabitar nas propriedades agrícolas ao redor da sede do município. E, por consequência, passaram a exercer um poder hierárquico sobre Sento-Sé. Uma das famílias tinha o sobrenome com o mesmo nome da cidade e eram descendentes dos Garcia D'Ávila com os índios que habitavam a região. A outra família era a Valverde que tinha origem na cidade de Juazeiro, polo comercial mais próximo da cidade neste período. As duas famílias, Sento-Sé e Valverde, casavam-se entre si e, desta forma, governaram o município por mais de três gerações. Este tipo de governo é comumente conhecido no Brasil como coronelismo.

O coronelismo era um sistema político e social que envolvia tanto os “donos da terra” como os agricultores que necessitavam de terra e mecanismos para desenvolver a agricultura, onde lhe era concedido pelos grandes fazendeiros. Em Sento-Sé a história se dava desta mesma maneira desde o século XIX até a implementação da democracia. No período de ditadura militar, em que “nasce” o Projeto Sobradinho, o coronelismo no Nordeste ainda era um sistema forte onde as grandes famílias governavam e passavam o poderio público de geração em geração. Este sistema funcionava da seguinte maneira:

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel”, como que resume em uma pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, as vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam ( LEAL, 1997).

Na época da construção da Barragem o voto já era livre, porém ainda sobre forte influência do poder local. O então prefeito de Sento-Sé o Senhor Demóstenes Sento-Sé, filho de um dos ex-coronéis. Este acabou por exercer seu mandato por cerca de dez anos, pois em 1970 Sento Sé passou a ser considerado Município de Segurança Nacional. Este decreto, feito pelo Governo Federal, concedia ao prefeito um longo





mandato para organizar a cidade. O que foi feito devido à transição e migração da população. Não só em Sento-Sé como em outros municípios que seriam atingidos por Sobradinho. Acordo assinado juntamente com o Governador do Estado da Bahia, Roberto Santos.

No contexto de afirmação da Barragem no território a CHESF, além de ter indenizado, transferiu as novas sedes municipais e os loteamentos rurais para novas cidades que foram construídas pela mesma. Para a escolha da nova localidade foi realizada em uma espécie de Assembleia entre as autoridades locais e os moradores de cada um dos municípios atingidos. No caso do município que aqui será analisado (Sento-Sé), a escolha da nova localidade ocorreu nestes termos: O prefeito Demostenes Sento-Sé reuniu os moradores e todos os interessados para uma reunião com a CHESF na prefeitura de Sento-Sé. Dados que constam no relatório da própria CHESF:

“A escolha dos sítios foi feita de comum acordo com o Governo da Bahia e as decisões quanto às novas Sedes Municipais foram oficializadas junto às autoridades e lideranças locais, com os habitantes inteiramente informados e participando inclusive da escolha do local das novas residências obedecidos critérios que contemplavam parentesco e vizinhança na antiga cidade.”<sup>6</sup>

Na perspectiva da versão oficial da CHESF fica claro que o ocorrido aconteceu da forma descrita, e ao menos neste ponto, quando se compara a versão “oficial” com a fala de um dos colaboradores da pesquisa, entrevistado para a elaboração deste artigo, pode-se identificar uma confluência de entendimento acerca da mudança da cidade para uma nova localidade. O colaborador aqui mencionado é o Senhor José Gomes, líder do movimento de trabalhadores rurais afetados pela construção desta barragem, e que há cerca de doze anos luta para que todas as terras e subseqüentes indenizações sejam pagas pela CHESF aos interessados. Em sua fala ele diz:

“Teve uma reunião com o prefeito e os engenheiros da CHESF para decidir a nova localidade sim. Os moradores estavam presente. O Senhor Jayro Sento-Sé foi quem deu a idéia do município ser reconstruído um pouco mais afastado dos grandes centros devido a melhor qualidade da terra e aproveitamento do lugar. Todo mundo concordou com ele e ficou assim acertado que iríamos para mais perto da Serra do Ramalho.”<sup>7</sup>



Além da questão da organização urbana, referente à nova localidade e sua transplantação faz-se necessário aqui, para que se possam compreender as reais dimensões urbanas e sociais de Sento-Sé, e assim entender o quanto a barragem atingiu deste município, ter uma noção geográfica e espacial da divisão urbana de sua população antes da construção da barragem. Em primeiro lugar é importante determinar que a área atingida pela barragem abrange toda a comunidade sentosensesense. Esta se dividia em dois núcleos: A comunidade urbana, com cerca de cerca de 4.000 mil habitantes e, a comunidade rural, com cerca de 10.000 mil habitantes, constituindo um total de 14.000 pessoas, e suas respectivas famílias, pertencia a todo o perímetro territorial de Sento-Sé.

Vale ainda salientar que por atingir tanto a área rural quanto a área urbana, é que neste artigo buscou-se definir Sento-Sé enquanto cidade e não apenas “município” de Sento-Sé. A municipalidade é um termo relativo às questões políticas como também as particularidades geográficas e espaciais. Caso o segundo termo fosse empregado, em seus sentidos, estaria referindo-me apenas a sede política da cidade como região afetada pela barragem, e restringindo o foco da análise apenas a população urbana. Assim, o termo “município” não corresponderia à realidade dimensional dos impactos que se buscam entender neste trabalho. Para compreender as dimensões destes impactos faz-se necessária trazer a referência de Sento-Sé enquanto cidade. Isto é, dentro dos conceitos históricos, possibilitou estender a percepção deste lugar não só levando em conta as dimensões político-sociais, mas também analisar a cidade enquanto palco de representações simbólicas, culturais e de disputas e construções de memórias (coletiva e individual).

Paralelamente há neste contexto a casa, o lar, de cada um que é um lugar por excelência da memória. E de uma memória essencialmente emocional. Desta maneira os membros desta cidade não deixarão de viver a dor daqueles que perderam suas casas, inclusive a sua própria saudade daquele lugarejo. Muitos membros que moravam em Sento-Sé deixaram seu patrimônio para trás e escreveram palavras de saudade nas paredes de suas casas:

“(…) E chamou minha atenção às casas com água pela metade ou acima da metade, e nelas, quase em todas, as que ainda estavam de pé, possuíam lembretes e frases saudosas: “ Sento-Sé amada fui muito feliz aqui” ou “Adeus minha cidade querida”. (...) A minha irmã Maria América Sento-Sé deixou nas paredes de sua casa frases e





poemas que queriam dizer a sua saudade que ela ia sentir do seu antigo lar. “<sup>8</sup>



Figura 3: Fotos da cidade de Sento-Sé poucos dias antes da inundação.  
Arquivo Pessoal da Família Sento-Sé.

Nestes dois depoimentos percebe-se a relação pessoal dos moradores com a história que norteia a inundação de Sento-Sé. Sendo assim, após a inundação, muitos mitos e histórias foram passados de geração em geração sobre este episódio. Em todos eles, entretanto, o senhor Demóstenes, prefeito da cidade no ano da inundação e membro da família Sento-Sé, era visto como um visionário, um líder que guiou a sua população para uma vida melhor. Desta maneira os moradores, mesmo sacrificando suas casas, o que subentende-se sua memória, e lares, acreditavam que este “sacrifício” deveria ser feito em detrimento do que o seu líder político considerava como certo para a melhoria de “todos”. Não há nesses dois depoimentos um sentimento de posse ou do poder de um clã sobre a cidade e sim, um mito, um herói político, tornado verdade dentro da memória. Isto pode ser constatado por Alistar Thompson quando este diz que:



(...) Os mitos de minha família sobre a guerra também mostram como apenas algumas experiências são enfocadas na lembrança, enquanto outras são reprimidas ou silenciadas, e como algumas recordações “pessoais” alcançam significado “coletivo”, tanto dentro da família como fora dela (THOMPSON, pág 100. 2001).

Se por um lado havia os interesses do Governo Federal pela construção da Barragem há também aqueles motivos da liderança local sobre esta obra, ainda que sobre uma memória construída. Desta maneira fica clara a intenção das esferas do poder, através do que seus representantes chamam de “progresso”. Por outro lado, nesta cidade sente-se uma participação do poder como parte do privado e do intrincado pessoal de cada cidadão. É importante salientar como os alcances da memória possuem papel fundamental no que está silenciado e no que pode tornar-se verdade neste contexto.

### **3. Sento-Sé, fio condutor da memória: Os sujeitos, o cotidiano e as relações sociais**

As representações do poder fazem parte da memória e da cultura da população de Sento-Sé. Uma forma de representação da política conhecida como coronelismo esta participação dos momentos da cidade que o prefeito possuía, revela uma estratégia política de enraizamento do poder local na intimidade dos cidadãos, característica típica do “coronel”, na vida dos cidadãos:

“(...) Era um político a moda antiga. Não era a relação de eleitor e de prefeito, como hoje, baseado no capitalismo. Era uma confiança, uma amizade. Tipo assim, casal brigava, meu avô é que ia fazer, reconciliar o casal. Menino caía quebrava a perna, meu avô, o prefeito, que ia mandar comprar o remédio. Acabava a verba da prefeitura meu avô colocava do dinheiro dele.(...)”<sup>9</sup>

Uma “intimidade” que adentrava a própria casa do prefeito e suas relações familiares. Este tipo de “líder” é visto como monumento histórico da memória coletiva. Um mito que perdura mesmo após a sua morte ou perda do cargo público. Demóstenes Sento-Sé foi prefeito da cidade, incluindo antes, durante e depois da construção da barragem. Antes dele, a família Sento-Sé já governava, foram três coronéis: Juca Sento-



Sé, Tonhá Sento-Sé e Janjão Sento-Sé, chegando, finalmente, a Demóstenes, não mais como coronel, oficialmente, e sim, como prefeito nomeado.

O depoimento da Senhora Vera Rita Sento-Sé demonstra que a ação das autoridades diante do patrimônio e das relações sociais possuem uma estratégia política de atuação para permanência da soberania de uma elite local. Para o intrincado dessas relações vale citar o historiador José Murilo de Carvalho que em seu texto: *Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo – Uma discussão conceitual*, diz o seguinte:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral da posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas (CARVALHO, Pág. 9. 2003).

Em Sento-Sé o mandonismo fica bem presente e destacado na figura de vários atores políticos que exerceram o poder na cidade antes do mandato do Senhor Demóstenes Sento-Sé, prefeito durante a construção da Barragem do Sobradinho. Estas autoridades locais constituídas cediam suas terras para roceiros e trabalhadores rurais morar em troca de tributos e favores políticos. Esta época era quando ainda o coronelismo existia enquanto sistema político e forma de dominação social, século XIX. No início do século XX, as marcas do coronelismo, porém, ainda permaneceram vivas nas atuações políticas e nas tradições sociais da cidade. Agora não mais como um sistema político, mas sim com as características deste sistema, o mandonismo (já explicado) e mais recentemente o clientelismo. Esta segunda característica da política local se fazia forte na época de construção da Barragem, 1970. E pode ser explicada da seguinte forma:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (CARVALHO, Pág. 4, 2003).

Com o passar do tempo e as trocas de sistema políticos, o mandonismo foi decrescendo e o clientelismo tomando lugar no cenário político local. Isto se deve no que o próprio José Murilo de Carvalho explica enquanto um fenômeno que:



Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. As relações clientelísticas, nesses casos, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo (CARVALHO, Pág. 7. 2003).

Neste sentido é importante identificar as características da política local para que então se possa entender o valor da atuação destes políticos no momento de construção da Barragem do Sobradinho. Muitos eram os interesses e histórias que se ouvia em relação a barragem. O que se sabe, porém, de acordo com as entrevistas dos colaboradores, é que em relação à chegada da barragem este poder local sempre foi bastante passivo, acatando todas as decisões da CHESF e do Governo Federal. Na tentativa de compreender o que ocorria por trás destes motivos nas entrevistas os entrevistados foram questionados sobre a atuação dos políticos da família Sento-Sé no período de construção da barragem. O senhor José Gomes em uma de suas respostas disse:

“Na verdade quando nós fomos pedir ajuda ao seu Deni e ao seu Jairo Sento-Sé para as indenizações e acordos que a CHESF se recusava a cumprir e pagar fiquei bastante descontente. O senhor Jairo Sento-Sé que sempre esteve a frente das reuniões, e que me parecia sempre defender a população em seus discursos políticos me disse que não poderia me ajudar. Ao perguntar o porque, ele me respondeu que, mesmo antes da construção da barragem, já advogava para a CHESF e não poderia ficar contra a sua contratante. Naquela hora percebi que essa luta era nossa mesmo. E então tomei a frente disso tudo até hoje. Até pensei comigo: Pegaram ele pelo pé.”<sup>10</sup>

Além das questões relacionadas ao trauma da relocação e transferência da população há ainda outras tensões em torna da construção da Barragem. Das indenizações concedidas pela CHESF, enquanto direito a terra dos agricultores que mesmo relocados precisavam ter suas vidas e atividades refeitas, o que inclui condições de vida e mecanismos necessários para produzir nas terras. Após a transferência, em 1977, boa parte da população que solicitou a indenização não havia recebido o combinado por contrato junto ao Governo Federal.



Assim, o sindicato dos trabalhadores de Sento-Sé deu início a uma longa jornada judicial em uma ação coletiva junto ao Ministério Público para que os valores referentes a indenização fossem devidamente pagos. Na década de 1980 o fórum da cidade de Juazeiro, onde circulavam todas as ações, inclusive a ação contra a CHESF pelas terras de Sento-Sé, sofreu um grande incêndio. Neste ocorrido a ação citada se perdeu junto a uma série de outros documentos. Após o incêndio as lutas dos agricultores e suas famílias não se deram por finalizadas, a Pastoral da Terra, junto com o sindicato dos trabalhadores contratou advogados para acompanhar o referido processo, e solicitou a restauração dos autos da ação:

“JOSÉ DOMINGOS CORDEIRO, JOSÉ JOAQUIM CORDEIRO, brasileiros, casados, agricultores, residentes e domiciliados no Povoado de Pascoal e por ultimo, DALVA SANTOS, brasileira, casada, lavradora. Residente e domiciliada no Povoado de Aldeia, neste município, vêm, por seus advogados subassinados constituídos mediante procuração, anexa (...). propor AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS, em face da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco.”<sup>11</sup>

A tensão social em torno da posse da terra fica clara nesta ação judicial. É sabido que o valor das indenizações, mediante revisão dos bens e terras dos agricultores, ficou em torno de dois milhões de reais (valor revisado para a moeda brasileira em vigência), porém a população transferida, de número extenso, como já citado, não recebeu o repasse de forma proporcional ao que possuíam nas terras alagadas.

A CHESF transferiu boa parte dos agricultores para uma região de clima e solo pouco conhecida por parte do cultivo dos agricultores outro problema a ser enfrentado, sem dinheiro para cultivo eles ainda não estavam familiarizados ou possuíam qualquer traquejo de produção da lavoura nas novas terras cedidas. Antes a maioria dos agricultores habitavam em uma região de vazante e cheia do Rio São Francisco, agora se localizavam próximo a Serra do Ramalho, local de predominância da caatinga nordestina. Um relatório da HIDROSERVICE, empresa contratada pela CHESF, para avaliar a região afirma:

A lavoura é praticada em dois tipos fundamentais: o de vazantes e o de chuvas. Predominam os cultivos de subsistência, conduzidos pelas próprias famílias. (...) a lavoura é tão insegura nas ilhas e nas vazantes quanto na caatinga. Enquanto nas ilhas e vazantes as culturas são



prejudicadas pelas enchentes do rio, na caatinga elas são prejudicadas pela escassez de chuvas; porém nas vazantes sempre há colheita e na caatinga as perdas podem ser totais (HIDROSERVICE, Pág. 3).

Assim, era de responsabilidade da CHESF dar meios de plantio e instruções de como lidar com as novas terras e com o sistema de plantio na caatinga. O que, segundo depoimento dos agricultores e jornais da época, não ocorreu:

Ainda tem uma ocupação econômica, a maioria da população rural da Região do Sobradinho queixa-se da falta de terra ou da qualidade da terra que a CHESF está lhes dando. Em alguns lugares a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco já fez a distribuição de alguns lotes e dá uma ajuda financeira para aqueles que já cercaram e começaram a explorar o seu terreno. Entretanto, esta ajuda dificilmente ultrapassa a casa dos 500 cruzeiros e muitos pequenos agricultores não têm acesso ao dinheiro porque lhes falta condição financeira para iniciar o beneficiamento das roças que receberam, já que, devido as suas precárias condições de vida tiveram que gastar a indenização recebida da CHESF antes mesmo de ganharem um novo terreno (JORNAL DA BAHIA, 1977).

Esta declaração do Jornal da Bahia de 17 de março de 1977 demonstra as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, sendo que as condições precárias que os mesmos já viviam antes das relocações e da inundação era de conhecimento da CHESF. E Em um dos relatórios da HIDROSERVICE, a mesma refere-se sobre os moradores da seguinte forma:

São, na maioria, analfabetos e vivem em baixos padrões de conforto dos domicílios e em precários níveis de saúde, instrução e alimentação. (...) Quase não penetram na caatinga, desconhecendo-a e temendo-a, mas dela também tiram elementos para sua sobrevivência, como lenha, caça e frutas silvestres, explorando-a, ainda, como pastagem para a criação e nela fazendo cultivos eventuais (HIDROSERVICE, Pág. 2).

No relatório da HIDROSERVICE ainda consta um quadro explicativo onde a situação das famílias transferidas fica clara e é subdividida entre aquelas que possuíam solução própria de transferência relativa e as que não possuíam. Analisando os dados desse quadro pode-se perceber que apenas 17% da população possuía solução própria para transferência enquanto os 83% restantes não possuíam, o que totalizava, em Sento-Sé, 5.837 famílias (HIDROSERVICE, pág. 92). Isto é, a maioria da população da cidade ficou a espera de acordos do Governo Federal para ter como ocupar o novo território na Serra do Ramalho.





**QUADRO 4.1**

**SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS FACE À TRANSFERÊNCIA**

Especificação	Nº Famílias	%
Com solução própria de transferência <sup>(1)</sup>	1.159	17
Sem solução própria de transferência	5.837	83
<b>Totais</b>	<b>6.996</b>	<b>100</b>

**QUADRO 4.2**

**SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS SEM SOLUÇÃO PRÓPRIA DE TRANSFERÊNCIA**

Especificação	Nº Famílias	%
Incapacitadas para colonização e não agricultores <sup>(2)</sup>	1.284	22
Incapacitadas para qualquer atividade produtiva <sup>(3)</sup>	384	10
Capacitadas para colonização	3.969	68
<b>Totais</b>	<b>5.837</b>	<b>100</b>

(1) Saída por conta própria, tendo definidos local e época da transferência.

(2) Inclui: aposentados, famílias cujos membros não estão juridicamente capacitados para participação do projeto de colonização (menores de 18 anos e maiores de 60 anos) ou não possuem atividade agropecuária.

(3) Famílias ou elementos sociais que dependem do auxílio de vizinhos e parentes.

Figura 4: Quadro do Relatório da empresa de engenharia HIDROSERVICE intitulado: “Situação das Famílias face a transferência

O presente artigo demonstra, por meio dos documentos e depoimentos orais que as autoridades, estaduais, municipais e a CHESF, em nome do progresso e do desenvolvimento técnico e econômico acabaram por negligenciar, não só patrimônios pessoais, e sim 400 anos de história de uma cidade que conta a história não apenas da Bahia mais como do Nordeste e do Brasil e nem mesmo o monumento de fundação da cidade foi poupado:

“O Rio engoliu tudo, vi minha vida sendo deixada para trás, e meus bens sendo levados de caminhão para um lugar que mesmo que passem anos nunca será o meu verdadeiro lar. Depois disso, minha filha, só Deus pode nos salvar”.

Assim resumiu a antiga habitante Hildene Sento-Sé, representando o real sentimento daquilo que a natureza transformou em seu habitat natural. Atualmente, a cidade de Sento-Sé possui um pouco mais de 9.000 habitantes; foi relocada em 1977, mas nunca esqueceu as marcas que a inundação deixou. Além do que, fica provada hoje, o quão estreita são as relações de poder e memória que norteiam e são capazes de reconstruir e desconstruir as concepções dos sujeitos da história.

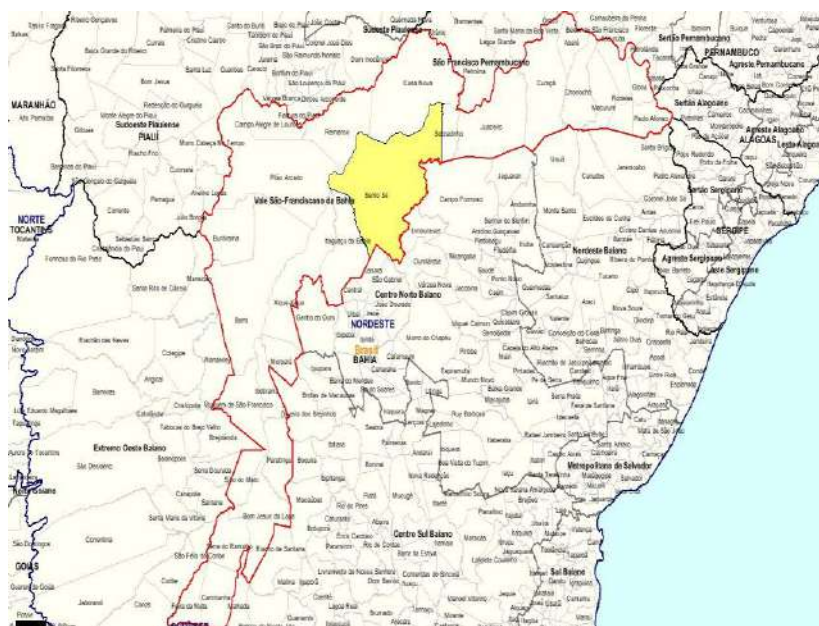


Figura 5: Mapa da cidade de Sento-Sé em sua localização atual.

#### 4. Considerações Finais

A partir dos documentos pesquisados, dos depoimentos dos habitantes e antigos moradores da cidade de Sento-Sé, pôde-se perceber que a abordagem de um conceito de memória pré-moldado de nada serve. A população local, através daquilo que considera como sua memória e identidade é que constrói o significado desta memória. Uma memória povoada não só por emoções e lembranças, mas também por momentos de esquecimento. Jerusa Pires Ferreira, historiadora dos conceitos de memória e tradições populares considera que não só a memória mais também o esquecimento estão presentes na história das pessoas. Nesta cidade, principalmente nos depoimentos coletados, os vestígios do esquecimento se fazem recorrentes.

Eles estão no momento de pausa da senhora Vera Rita, nas palavras que a Senhora Vera Sônia não permitiu que fossem gravadas, e nos momentos em que Hildene muda de assunto, ou retruca que a pergunta feita não “representa algo de importante a ser lembrado”. A tradição é feita de esquecimento e memória, e, se a história possui bases nestes dois elementos, a tradição também é parte importante para a construção, e rearrumação dos caminhos da história. E para se compreender o fio condutor de toda narrativa oral é necessário a interpretação do esquecimento, elemento essencial do que foi lembrado e transformado pelo depoente em história. Nesta cidade



ainda há muitos esquecimentos, e muitas memórias a serem resgatadas. A cidade de Sento-Sé é contada pela sua sociedade, que sofre pressões, influências sociais e culturais capazes de pincelar sua memória e representação histórica:

A dupla esquecimento e memória, portanto, é apenas uma aparente oposição. Numa grande medida, estas oposições são instrumentos conjuntos e indispensáveis em projetos narrativos que dão conta de eixos do conflito. Há também o caso de, no corpo da própria narratividade, formarem-se núcleos em que lembrar é um fluxo, um processo, uma razão de ser e o ato de esquecer se faz o pivô daquilo que se desenvolverá, detonando uma série de transformações ou a transformação (FERREIRA, 1991).

Ao buscar compreender as tensões e o contexto relacional entre a elite local e os moradores (e depoentes) foi possível entender uma dimensão histórica ainda pouco discutida na academia, a história das elites. Sobre a perspectiva das representações simbólicas ela é totalmente viável e inclusive inovadora. Apesar de ser ainda hoje uma forma um pouco diferenciada dentro do fazer historiográfico. Analisar a construção da barragem e as consequências da mesma para a população de dentro tendo laços tão afinados com a elite local permitiu-me elaborar uma rede de colaboradores diferenciada. Além de trazer a perspectiva da família, com a escolha dos membros da mesma como depoentes, tive, por meio dela, acesso a outros entrevistados que fizeram parte deste momento do município e que de algum modo tinham laços com a mesma.

Um deles foi o fotógrafo Dermeval Bezerra Magalhães, também conhecido como “Maranhão”. Este acompanhou toda a carreira política do Senhor Demóstenes Sento-Sé estando presente em todos os atos oficiais não só como fotógrafo, mas também como motorista e amigo íntimo. O senhor Maranhão era considerado um filho adotivo para a família Sento-Sé, segundo seu próprio relato. E em sua entrevista o mesmo garantiu que a família sofreu bastante com a mudança da cidade para uma nova localidade, afirmando que:

“Havia disputa política entre os familiares. Não existia ninguém que pudesse se candidatar de fora da família e que ganhasse a eleição. Então a disputa era interna. Entre os membros da família. Para que não houvesse divisão de poder. E mesmo assim havia.”<sup>13</sup>



Isto, porque a população acredita, pelo menos boa parte dela, que alguém que se envolve tão intimamente com suas vidas não poderia exercer qualquer abuso de poder ou ato que venha trazer prejuízo para a cidade.

Foram deixados para trás, sonhos, esperanças, vidas e desejos, elementos que fizeram parte da memória de uma população, que vivia de sua economia local, sofrida e apegada a terra. Tanto que, muitos resistiram a efetivação do projeto. Um deles foi um homem, na época com 92 anos, o senhor José Nunes ou como era chamado, “Seu Zé”. Ele disse aos habitantes da cidade<sup>11</sup> que não iria deixar sua casa para trás, uma casa que levou anos para ser construída e que fez parte de tudo aquilo que ele considerava como seu patrimônio e identidade de vida.

Assim, o passado faz parte do presente de cada um, enquanto produtor de sua própria história. E a memória do município de Sento-Sé é produzida, concebida e preservada pelos seus próprios habitantes e seus imaginários ideológicos. Bem como os elementos que estes reproduzem em seus depoimentos e lembranças do passado. Vivo em suas vidas no momento presente. A construção da Barragem do Sobradinho aguçou nos moradores a necessidade de preservação de toda uma memória perdida na inundação. Este discurso se faz presente no depoimento da habitante Hildene Sento-Sé quando disse

“A gente se apega àquilo que é nosso, porque de alguma forma faz ^ parte da construção de uma vida, que queira ou não, naquele momento, estava sendo deixada para trás. Mas que para sempre vive na minha memória...”<sup>14</sup>

## NOTAS

1. Autora, graduada em História Licenciatura e Bacharelado (Universidade Católica do Salvador- UCSAL-BA) e mestranda em Planejamento e Gestão do Território (Universidade Federal do ABC – UFABC).
2. Depoimento concedido pela Senhora Vera-Rita Lins de A. Sento-Sé em 12 de junho de 2008, às 14h e 36 min.
3. Idem
4. Relatório da CHESF, “Informações relevantes a respeito da eletrificação da borda do Lago do Sobradinho (1985,2004) e controle de cheias (1978- ano em que foi completado o enchimento



- do reservatório – 04.12. 1977 a 02.07.1978. In: Relatório de Sobradinho, 2ª edição, fevereiro de 2004. Pág. 4.
5. Depoimento concedido pela Senhora Vera-Rita Lins de A. Sento-Sé em 12 de junho de 2008, às 14h e 36 min.
6. CHESF- Reservatório de Sobradinho. Pág. 3. 2ª. Edição. Fevereiro de 2004.
7. Depoimento do Senhor José Gomes cedido em 15 de outubro de 2011.
8. Depoimento concedido pela Senhora Hildene Sento-Sé, no dia 25 de novembro de 2007.
9. Depoimento concedido pela Senhora Vera-Rita Lins de A. Sento-Sé em 12 de junho de 2008, às 14h e 36 min.
10. Depoimento do Senhor José Gomes, cedido em 15 de outubro de 2011
11. Processo n. 0000012-70.2005.0245. Vara dos Feitos Cíveis da Comarca de Sento-Sé no Estado da Bahia. Sento-Sé, Bahia, 4 de janeiro de 2005.
- 12 Depoimento cedido pelo Senhor Dermeval Bezerra Magalhães em 15 de outubro de 2011.
- 13 Depoimento concedido pela Senhora Hildene Sento-Sé, no dia 25 de novembro de 2007.

## Bibliografia

- BARROS, Henrique. *Avaliação dos impactos sócio-econômicos da implantação do projeto Sobradinho*. Recife: FUNDAJ/ IPS/Departamento de Economia, 1983.
- BOMFIM, Juarez D. *Movimentos sociais de trabalhadores do Rio São Francisco*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, N°. 45 (30). Barcelona: Espanha, Agosto-1999.
- CERTAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. PETRÓPOLIS-RJ. Martins Fontes, 1991.
- FERRARA Lucrecia D'Allessio. *As Máscaras da Cidade*. São Paulo-USP.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória (conto e poesia popular)*. Salvador-BA. Casa de Jorge Amado, 1991.
- LANNA, Ana Lucia. *Uma Cidade em transição: Santos: 1870-1913*. Santos-SP. HUCITEC, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto de História, São Paulo, Fevereiro de 1997.
- SILVA, Bárbara-Cristine Nentwing. *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador, BA, EDUFBA, 1991.
- SIQUEIRA, Ruben. *O que as águas não cobriram*. João Pessoa: Mestrado em Ciências Sociais/UFPB, Dissertação de Mestrado, 1992.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Zahar. Rio de Janeiro.
- THOMPSON, Alistair. *Quando a memória é um campo de batalha: Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional*. Projeto de História, São Paulo, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e cidade*. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 1989.



Arquivo pessoal Família Sento-Sé. Sento –Sé- BA. 1974 – 1979.

Diário e Anotações pessoais do Sr5. Demóstenes Sento-Sé. Salvador-BA. 1974- 1979.

Fontes iconográficas: Fotos do Arquivo Pessoal da Senhora Vera Sônia Lins D' Albuquerque Sento-Sé. Salvador - BA. 1974 – 1979.

Fontes Orais (Depoimentos): Senhora Vera Sônia Sento-Sé no dia 22 de novembro de 2007 às 15h; Senhora Hildene Sento-Sé (participantes de todo o processo histórico da cidade de Sento-sé, desde a inundação a construção da nova cidade) no dia 25 de novembro de 2007 às 17h; e Vera-Rita Lins de Albuquerque Sento-Sé, no dia 12 de junho de 2008 às 14horas e 36 minutos.

[www.pmsentose.com.br](http://www.pmsentose.com.br): Consultado às 10h do dia 10 de outubro de 2007.

[www.sentoseonline.com.br](http://www.sentoseonline.com.br): consultado às 9h do dia 9 de setembro de 2007.





## (IN)JUSTIÇAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO QUE VIVEM NO ENTORNO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS

PUGGIAN, Cleonice  
*UNIGRANRIO*  
*cleo.puggian@gmail.com*

321

RAULINO, Sebastião Fernandes

SILVA, Ana Cristina Pereira da

### RESUMO

Este artigo descreve os resultados de uma investigação qualitativa, do tipo documental, que analisou desenhos de alunos do ensino médio que vivem no entorno da Refinaria Duque de Caxias. O corpus do estudo constituiu-se de 50 desenhos produzidos pelos alunos durante uma oficina de educação ambiental, através dos quais retratam pontos negativos e positivos da comunidade onde vivem. Os desenhos foram numerados, escaneados e classificados de acordo com os pontos positivos e negativos retratados. Desenhos representativos foram selecionados e são apresentados neste artigo. Resultados indicam que os alunos que vivem naquela região sofrem de forma desproporcional os impactos das indústrias de petróleo e petroquímica, sendo também afetados pela falta de serviços públicos e infraestrutura urbana.

**Palavras-chave:** Injustiça ambiental. Educação Ambiental Crítica. REDUC. Desenhos.

### ABSTRACT

This article describes the results of a qualitative research, which examined drawings of high school students that live around the Refinery Duque de Caxias. The corpus of the study consisted of 50 drawings produced by students during a workshop of environmental education, through which they portrayed negative and positive aspects of the community where they live. The drawings were numbered, scanned and sorted. Representative drawings were selected and are presented in this article. Results indicate that students who live in that region suffer disproportionately from the impacts of oil and petrochemical industries and are also affected by the lack of public services and urban infrastructure.

**Key-words:** Environmental Injustice. Critical Environmental Education. REDUC. Drawings.



A pesquisa que descrevemos neste artigo foi realizada com alunos do ensino médio de uma escola pública do entorno Refinaria Duque de Caxias (REDUC) durante uma oficina sobre Justiça Ambiental e Educação no mês de novembro de 2013. Durante esta oficina cerca de 60 jovens foram convidados a desenhar o que gostavam e não gostavam no bairro em que viviam. Os desenhos deveriam retratar aquilo que queriam manter, melhorar ou mudar em sua comunidade. Os alunos receberam folhas de papel A3, canetinhas e lápis de cor para fazerem os desenhos. A oficina foi realizada no auditório do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP). Embora o ambiente não fosse muito confortável, os alunos se organizaram em três mesas distribuídas pela sala e também usaram livros e fichários como base de apoio. Desenharam livremente por cerca de 45 minutos, contando com o auxílio dos coordenadores da oficina, monitores e professores da própria escola, que foram esclarecendo as dúvidas sobre o trabalho e auxiliando na distribuição do material. Os coordenadores da oficina foram os Professores Sebastião Fernandes Raulino (FEUDUC/SME-Duque de Caxias) e a Professora Cleonice Puggian (UERJ/UNIGRANRIO), ambos membros do Fórum dos Atingidos pelas Indústrias de Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG). Os bolsistas de iniciação científica Jeferson Lima e Manoella Ribeiro também participaram da atividade, prestando auxílio aos alunos. É oportuno assinalar que este trabalho foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa “Relações Raciais, Desigualdades Sociais e Educação” (CNPq), estando ligado ao projeto “Injustiças Ambientais, Tecnologias e Culturas Juvenis”, financiado pela FAPERJ e FUNADESP/UNIGRANRIO.

Ao concluírem os desenhos, os alunos foram convidados a relatar suas produções, dialogando com os coordenadores da oficina sobre as injustiças ambientais que afetavam suas comunidades, tais como a poluição do ar produzida pela REDUC, a precariedade da coleta de lixo e a falta de água. Como eram muitos alunos e tínhamos apenas duas horas para realizar a oficina, pedimos aos alunos que nos doassem os desenhos. Nossa intenção era realizar um exame detalhado de cada produção, buscando conhecer a visão dos jovens sobre as injustiças ambientais em suas comunidades.

Recebemos um total de 52 trabalhos, que foram examinados individualmente, numerados e escaneados. Dada a riqueza do material, decidimos classificar as produções, agrupando-as em categorias que nos auxiliassem a reconhecer os desenhos e suas representações. Auxiliou-nos neste processo a aluna Ana Cristina Pereira da Silva, graduanda em Pedagogia. Criamos, a partir do exame dos desenhos, a seguinte lista de categorias:



**Tabela 1 – Categorias identificadas durante a análise dos desenhos dos alunos.**

COISAS BOAS	Número de desenhos	COISAS RUINS	Número de desenhos
Amigos	10	Tráfico/drogas/boca de fumo	11
Família	6	Violência	4
Igreja	8	Assalto	7
Ônibus/transporte	1	Assassinato	4
Natureza	6	Morte	1
Praça	3	Criminalidade	1
Lazer	4	Ladrão	1
Casa/moradia	4	Bandidos armados/armas	5
Escola/estudar	13	Péssimo ensino	1
Campo de futebol	3	Hospital/falta de atendimento médico/sem médicos	8
Árvores	3	Poluição	7
Não há animais abandonados	1	Poluição de rios	3
Saneamento básico	2	Lixo nas ruas	11
Comércio/Promoção mercado	2	Valões/valas	3
Ar puro	1	REDUC/Petrobrás	3
Programas de assistência social	1	Desmatamento	1
Orar	1	Falta d'agua	12
Comer	1	Esgoto a céu aberto	3
Animais	1	Asfalto/ruas mau asfaltadas/buraco nas ruas	6
Livros	1	Escuridão/iluminação pública	3
Musica	2	Balão	1
Cursos	1	Policiais corruptos/polícia	3
Andar de bicicleta	1	Corrupção	1
Jogar vídeo Game	1	Falsidade no meu bairro	1
Asfalto	2	Lazer/acabar com a área de lazer/sem praças e sem bons brinquedos	3
		Transporte/demora na condução	2
		Pessoas sem moradia	1
		Preconceito	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe observar que nosso objetivo ao identificar estas categorias era visibilizar a produção dos alunos, ajudando-nos a reconhecer suas preocupações mais frequentes e também os aspectos positivos que valorizavam em suas comunidades. Percebemos, como resultado



deste exercício de categorização, que os desenhos sobre aspectos positivos retratavam, principalmente, relações pessoais, oportunidades de lazer, recursos naturais e aspectos da infraestrutura urbana. Reagrupamos as categorias iniciais segundo estas tendências, como pode-se observar na Tabela 2.

**Tabela 2 – Aspectos positivos da comunidade onde vivem os alunos.**

<b>Relações pessoais e socialização</b>	Família	6
	Casa/moradia	4
	Amigos	10
	Igreja	9
	Escola/estudar	13
	Cursos	1
<b>Lazer</b>	Lazer	4
	Praça	3
	Campo de futebol	3
	Andar de bicicleta	1
	Jogar Video Game	1
	Musica	2
	Livros	1
<b>Recursos naturais</b>	Natureza	6
	Árvores	3
	Ar puro	1
	Animais/Não há animais abandonados	2
<b>Infraestrutura urbana</b>	Saneamento básico	2
	Comércio/Promoção mercado	2
	ônibus/transporte	1
	Programas de assistência social	1
	Asfalto	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que 43 desenhos retrataram como pontos positivos elementos que fazem parte das relações pessoais, como a família e amigos, e também espaços de socialização, como a escola e cursos. É interessante observar que a comunidade, para estes alunos, é constituída pelas relações, pelas pessoas, pelo espaço e pelos sentidos a eles atribuídos. Segundo Tuan (1983, p. 387), geógrafo humanista,



[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.

Neste estudo procuramos buscar indicações para entender esta relação dos alunos com o lugar e, conseqüentemente, com as injustiças que impactam suas comunidades. Compreendemos por justiça ambiental “o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16). Esta noção destaca que todo trabalhador tem direito a um meio ambiente sadio e seguro, que devem possuir um local adequado para viver e um emprego que lhes dê uma vida digna. Enfatiza ainda que as pessoas devem habitar locais livres da poluição causada por indústrias e outros empreendimentos. Já por injustiça ambiental, noção diretamente relacionada à de desigualdade ambiental, entende-se o:

[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001 apud ACSELRAD; HERCULANO, PÁDUA, 2004, p.14).

Segundo estes autores, a luta contra as injustiças ambientais depende de elementos reguladores das ações dos grandes empreendimentos mercantis, os quais os impeçam de instalar indiscriminadamente empreendimentos poluentes nos locais onde vivem as populações mais pobres e etnicamente marginalizadas.

Procuramos compreender, através dos desenhos, como os jovens percebem as marcas indeléveis da exploração do território e da exposição desproporcional das pessoas aos efeitos das atividades industriais e da poluição nos bairros que estão no entorno da Refinaria Duque de Caxias e do Pólo Petroquímico. Surpreendeu-nos que, apesar dos graves problemas, os jovens ainda destacam como fatores positivos em suas comunidades os espaços de lazer, a escola e a arborização (que chamaram de “natureza”).



**Tabela 3 – O que os jovens gostam na comunidade onde vivem.**

Coisas que gosto no local onde moro	Quantidade de respostas
Lazer	15
Escola	13
Natureza	12
Meus amigos	10
Igreja	9
Infraestrutura do lugar	8
Minha família	6
Minha casa	4
Curso	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que apesar da precariedade das praças, das áreas verdes e da escola, estes espaços são valorizados pelos jovens e representados em vários desenhos. Segundo Carrano (2005, p. 157) “os conflitos que envolvem a juventude não são marcados por adesões ou contraposições a utopias e ideologias sociais distantes”. As questões que preocupam os jovens “relacionam-se ao nascimento, à morte, à saúde, à sobrevivência imediata, ao prazer e ao divertimento e colocam em primeiro plano as relações com a natureza, a identidade sexual, os recursos comunicativos e a estrutura do seu agir individual”.

Assim como assinala Carrano (2005, p. 158), nota-se através dos desenhos que os jovens fazem um esforço para contornar a precariedade material, “elaborando alternativas culturais nos múltiplos e também conflituosos territórios da cidade. Ao atribuírem novos sentidos a esses espaços, os jovens os transformam cultural e simbolicamente em lugares marcados por suas próprias identidades”. Através da análise do desenho dos jovens, vê-se que um desafio para a educação é compreender os sentidos atribuídos pelos jovens aos territórios onde vivem e aos conflitos socioambientais, compartilhando dos sentidos culturais. Apresentaremos a seguir, exemplos dos desenhos dos alunos que correspondem ao que gostam na comunidade onde vivem.

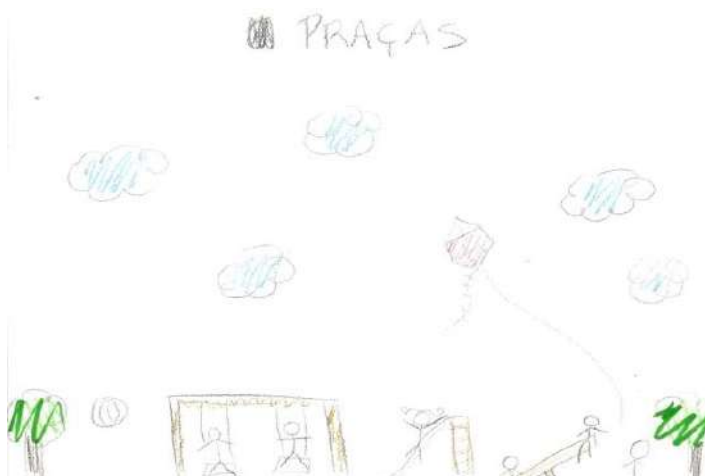




**Figura 1-** Desenho da praça e da quadra.



**Figura 2 -** Desenho de crianças brincando na praça.



**Figura 3 –** Desenho de crianças nos brinquedos e da quadra.

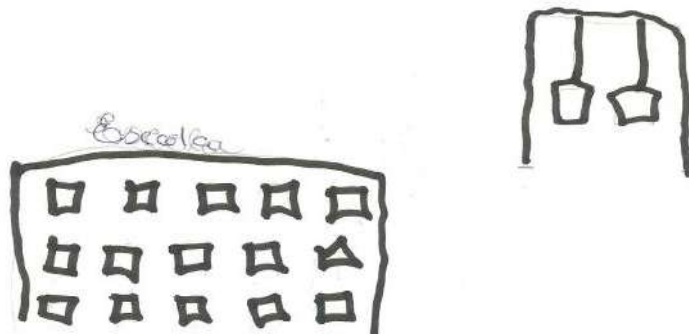


LAZER

327



**Figura 4** – Desenho da escola entre as coisas boas da comunidade.

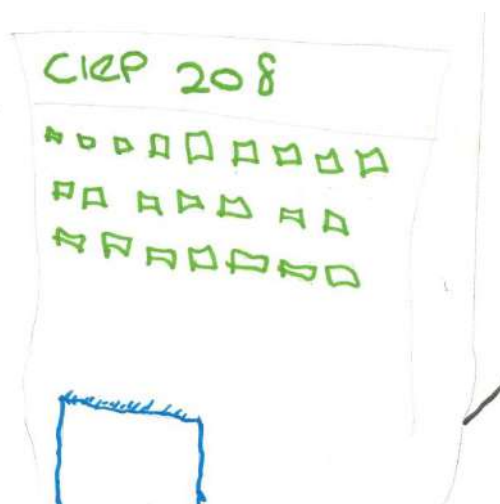


**Figura 5** – Desenho da escola e educação: coisas boas na comunidade.

ESCOLA



**Figura 6** – Desenho do CIEP.





**Figura 7** – Desenho da “natureza” segundo um dos alunos.



329

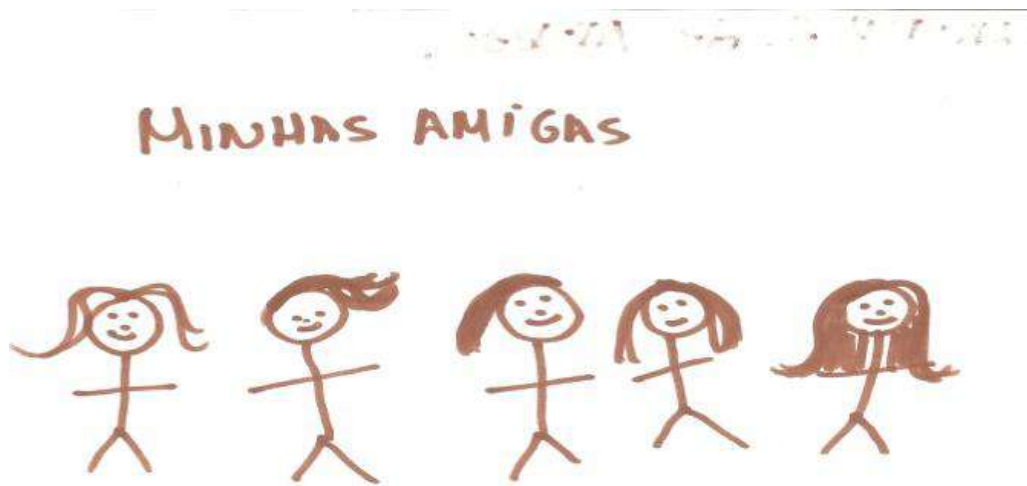
**NATUREZA**

**Figura 8** – Desenho da “natureza” com a Refinaria ao fundo.





**Figura 9** – Desenho das amigas.



**Figura 10** – Desenho dos amigos.



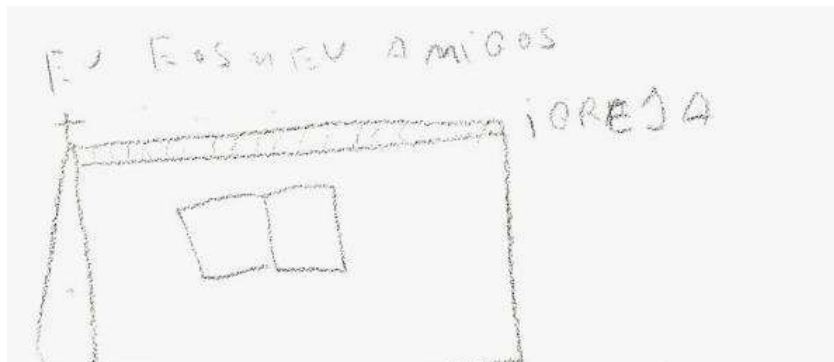
**Figura 11** – Desenho de amigos e amigas.



AMIGOS



**Figura 12** – Desenho da igreja com referencia aos amigos.



**Figura 13** – Desenho do sino da igreja.



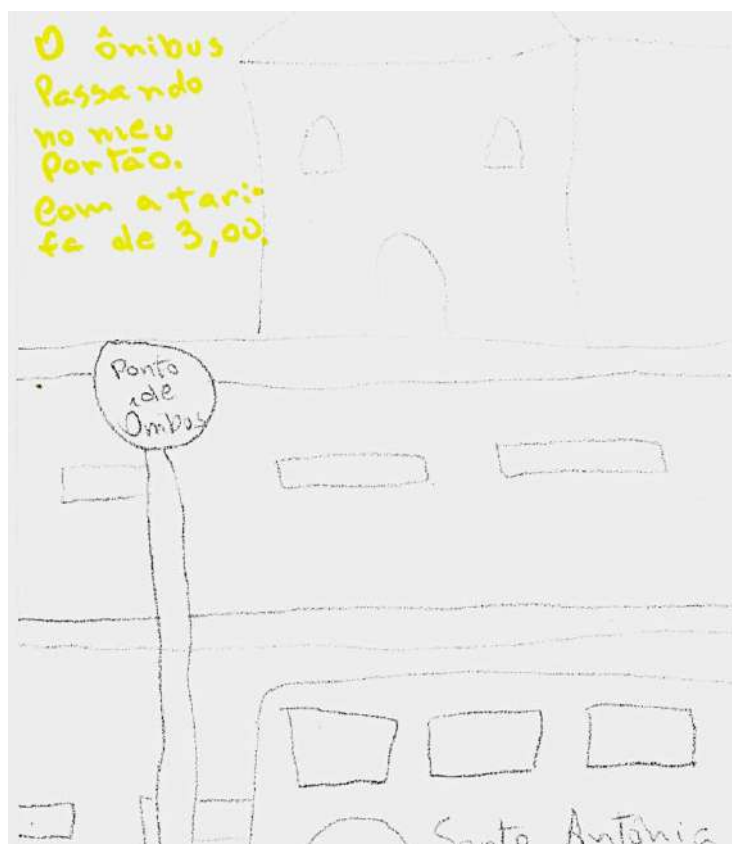
**Figura 14** – Desenho do jovem na Igreja Batista.



IGREJA



**Figura 15** – Desenho do ônibus passando no portão da casa do aluno.



332

**Figura 16** – Desenho da casa do aluno servida por saneamento básico.

SERVIÇOS







Destaca-se no desenho dos jovens a presença dos amigos, da família e dos espaços de sociabilização, como a escola, a praça e a igreja. Nota-se também a importância que atribuem às áreas verdes da comunidade, às quais chamam de “natureza”. Também valorizam os serviços públicos, como o transporte (“ônibus na porta”) e o saneamento básico.

Percebemos, entretanto, a ausência de desenhos que representassem o envolvimento dos alunos com a prática regular de esportes e participação em atividades culturais. Por exemplo, nenhum aluno desenhou quadras de voleibol ou basquete, apenas as quadras de futebol. Também não desenharam teatros, cinemas ou museus. Notamos ainda a ausência de referências a atividades musicais. Nenhum aluno desenhou instrumentos musicais ou espaços onde ocorra a formação para a música. Suspeitamos que isto aconteça nas igrejas, o que também justifica sua presença entre os desenhos analisados.

Apesar dos problemas que atingem a comunidade, como a falta de serviços públicos e a poluição causada pelas indústrias ligadas à cadeia do petróleo, os alunos gostam do local e identificam vários pontos positivos em suas comunidades.

Durante o estudo também identificamos o que os jovens consideram como aspectos negativos das comunidades onde vivem, os quais são apresentados na Tabela 2.

**Tabela 4 – Aspectos negativos da comunidade retratados pelos jovens que vivem no entorno da REDUC.**

Violência	41
Poluição	27
Falta de infraestrutura urbana/serviços públicos	49
Falta de áreas de lazer	3
Outros problemas sociais	3
Outros crimes ambientais	2

Dentre os aspectos indicados pelos alunos, destacam-se a violência, principalmente os assassinatos (5), bandidos armados (5), armas de fogo e assalto (12) e tráfico de drogas (14). No desenho a seguir o jovem retrata um assalto seguido de morte e um assalto à mão armada. Seu desenho permite-nos supor que “A violência de modo geral” é o aspecto mais negativo da vida em sua comunidade.



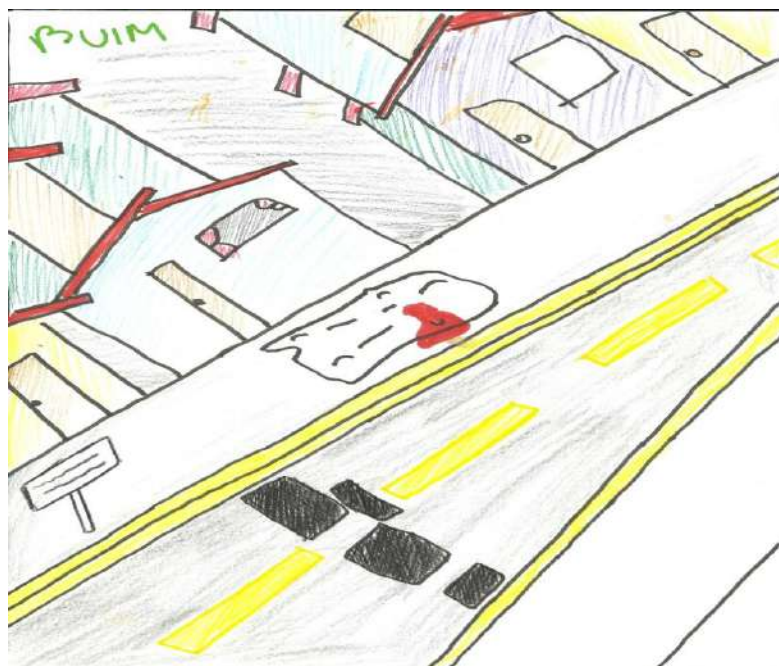
**Figura 17** – Desenho da violência no bairro: assalto e assassinato.



Destacamos ainda dois exemplos de desenhos que retratam homicídios na comunidade onde vivem os jovens, revelando o perigo a que estão expostos. Nota-se através dos desenhos a falta de uma política de segurança pública, assim como o envolvimento crescente de jovens com a violência urbana, seja como vítimas ou como vitimizadores. Segundo o Mapa da Violência 2014 (2014), apesar das melhorias econômicas e dos avanços sociais nas últimas décadas, “a taxa de mortalidade juvenil manteve-se estagnada, e até teve um ínfimo aumento ao longo do período (1980-2012), passando de 146 mortes por 100 mil jovens, em 1980, para 149, em 2012”. Destacam-se “novos padrões da mortalidade juvenil”, marcada principalmente por causas externas, como homicídios e acidentes de transporte. Segundo o relatório, em 2012, os jovens de 15 a 29 anos de idade representavam 26,9% do total dos 194,0 milhões de habitantes do País, mas foram alvo de 53,4% dos homicídios.



**Figura 18** – Desenho de um corpo deixado no chão após assassinato.



335

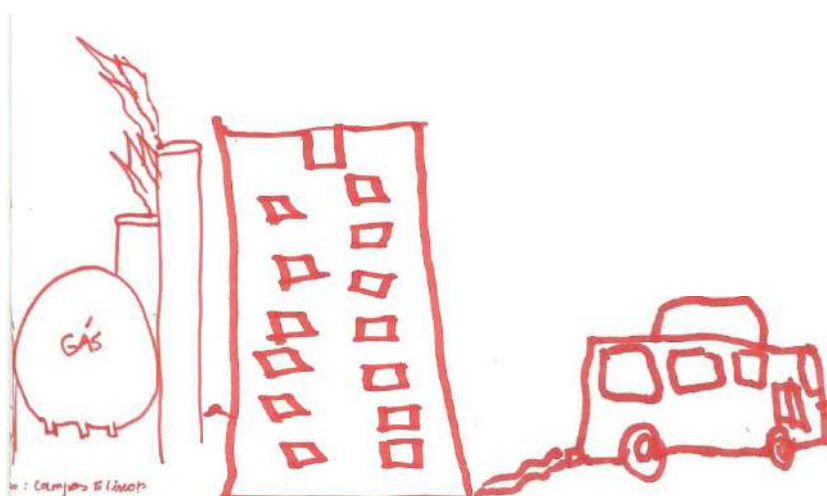
**Figura 19** – Desenho da sequencia de um assassinato.





Outro aspecto negativo apontado pelos alunos foi a poluição. Vários desenharam a Refinaria Duque de Caxias, assim como a exposição ao gás e a outros poluentes que as indústrias petroquímicas emitem diariamente, além da descarga dos caminhões que fazem o transporte de cargas perigosas na região e do trânsito de veículos na BR 040, que cruza o bairro.

**Figura 20** – Desenho de fontes de poluição na comunidade.



**Figura 21** – Desenho da poluição emitida pela REDUC.





Os alunos também indicaram como pontos negativos a poluição dos rios que cruzam a comunidade, assim como o despejo indiscriminado de lixo nas ruas e terrenos baldios. A falta de infraestrutura urbana também é um grande problema para essa comunidade. O desenho dos jovens indica que não há coleta regular de lixo, falta transporte público, assistência de saúde, escolas com boa infraestrutura e professores qualificados. Outro problema grave apontado pelos alunos foi a falta de abastecimento de água.

É possível perceber através dos desenhos que uma comunidade impactada por empreendimentos poluentes, como a Refinaria Duque de Caxias e o Pólo Petroquímico, tende a sofrer com outros problemas estruturais e sociais, como a falta de abastecimento de água tratada, a falta de transporte público, a coleta seletiva de lixo e a violência urbana. Uma descrição do bairro de Campos Elíseos, que fica no entorno da REDUC, pode ser encontrada no trabalho de Irigarau, Vergara e Santos (2013, p. 1):

Campos Elíseos da Baixada Fluminense, um lugarejo-dormitório, extremamente quente, sem emprego, sem saneamento básico, sem escolas, sem hospitais, sem água encanada e, ameaçadoramente, próximo da refinaria. Um lugar poluído, esquecido pelos poderes oficiais (mas não pelo quarto poder, nomeadamente o tráfico de drogas) e onde os moradores recorrem à ajuda divina, que se manifestam por meio de igrejas (católicas e evangélicas), outras manifestações religiosas e suas obras humanitárias.

Nota-se que a descrição dos autores é coerente com o desenho apresentado pelos alunos. Revela-se, portanto, através destas ilustrações, a situação de precariedade socioambiental associada aos impactos negativos da exploração e degradação do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo exploramos a percepção dos jovens que vivem no entorno da Refinaria Duque de Caxias sobre as injustiças ambientais que afetam sua comunidade. A metodologia adotada foi qualitativa, do tipo documental, tendo como principal fonte de dados 50 atividades desenvolvidas pelos alunos do ensino médio de uma escola pública, nas quais retrataram pontos negativos e positivos da comunidade onde vivem.

Argumentamos neste texto que as situações retratadas podem ser compreendidas como de desigualdade ambiental e apontadas como “injustiças ambientais”, entendendo-se





“desigualdade ambiental” como não apenas a exposição de indivíduos e grupos sociais a riscos ambientais diferenciados, pois todos, de alguma maneira, sofrem algum tipo de desigualdade ambiental, mas uma forma mais específica, que é sua relação com outros tipos de desigualdades presentes na sociedade, tais como as desigualdades entre raças, sexos, grupos de renda, etc. Considerando a natureza das injustiças enfrentadas pelos jovens, este trabalho indica a importância de pensarmos uma educação que conheça a “posição ocupada pelos educandos na estrutura econômica, da dinâmica da instituição escolar e suas regras e da especificidade cultural do grupo social com o qual se trabalha” (LOUREIRO, 2009, p.67). Concordamos com Carrano (2005, p. 161, grifo do autor), segundo o qual “uma das tarefas mais urgentes de todos os educadores é a *descolonização* ou *desaprendizado* da sensibilidade educada para a sociedade de consumo”. Escolas situadas próximo a empreendimentos poluentes, ou em locais impactados por graves injustiças socioambientais, devem considerar o espaço-tempo cultural dos alunos, assim como as condições materiais e simbólicas de opressão em que vivem. “A racionalidade das nossas pedagogias quer nos fazer crer que a aprendizagem restringe-se apenas a saberes situados fora de nosso corpo. Quantas vezes nos importamos mais com o que o nosso aluno sabe sobre os conhecimentos científicos do que sobre o seu conhecimento de si?” (CARRANO, 2005, p. 161). Enfim, procuramos através deste artigo visibilizar as perspectivas dos alunos que vivem no entorno da REDUC sobre os conflitos socioambientais presentes em sua comunidade, destacando a necessidade de ações integradas para o enfrentamento das injustiças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2004. p.14.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 65-71.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades juvenis e escola. In: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/SECAD E REDE DE APOIO À AÇÃO





ALFABETIZADORA DO BRASIL. **Construção coletiva:** contribuições à educação de jovens. Brasília: UNESCO, MEC, RAAB, 2005. p. 153-164.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** *A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: UNESP, 1983.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014:** os jovens do Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.



## TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM CAMPOS – RJ

FALCÃO, Daiana de Azevedo  
*UENF*  
*daiana.azevedo@hotmail.com*

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto  
*Dr<sup>a</sup> em Estudos Urbanos*  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense/CCH/LEEA*  
*teresapf@uenf.br*

340

### Resumo

Com a criação do programa habitacional “Morar Feliz”, diversas favelas de Campos dos Goytacazes foram demolidas, sendo a população removida para conjuntos habitacionais construídos pelo programa. Ocorre que remoções forçadas constituem violação a uma série de direitos humanos, e podem provocar efeitos profundos e duradouros sobre aqueles que as vivenciam. Assim, este artigo<sup>1</sup> visa investigar se a política remocionista adotada pelo Morar Feliz na Favela Inferno Verde pode provocar um processo de desterritorialização, a partir do deslocamento forçado dessa população, que foi obrigada a abandonar suas casas, deixando para traz seus referenciais socioespaciais. As análises se sustentam em pesquisas exploratórias, por observação participante e por entrevistas com a população alvo do processo de intervenção.

**Palavras-chave:** Campos dos Goytacazes. Política pública de habitação. Territorialidade

### ABSTRACT

With the creation of the housing program "Live Happy", several Campos dos Goytacazes were demolished, and the population removed for housing estates built by the program. Occurs that forced evictions constitute a violation of a series of human rights, and can cause deep and lasting effects on those who experience them. Thus, this paper aims to investigate whether the policy adopted by remocionista Living Happy Favela Green Hell may cause a process of dispossession, forced displacement from this population, which was forced to abandon their homes, leaving behind their socio-spatial references. The analyzes are supported by exploratory research, by participant observation and interviews with the target population of the intervention process.

**Key-words:** Campos dos Goytacazes. Public housing policy. Territoriality

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa que vem sendo realizada no curso de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Os dados coletados, via trabalho de campo, por observação participante e por entrevistas com a população-alvo do processo de intervenção serão usados, posteriormente, de base para análise, a fim de responder as indagações propostas na dissertação.



## Introdução

Atualmente observa-se no espaço urbano brasileiro uma atuação do Estado no que tange à remoção de habitações consideradas irregulares e impróprias a moradias, especialmente as favelas, que desde sempre foi marcada pelo preconceito, decorrente, dentre outros fatores das condições sociais de seus habitantes.

O que define a favela é a ocupação ilegal da terra (PERLMAN, 1977, p. 40). Essa ocupação irregular se dá, de maneira geral, pela falta de capacidade financeira da população em sanar sua necessidade de moradia por meio da compra. Segundo Canettieri (2014) as ocupações surgem como resposta ao mercado de moradia, que é restrito e excludente.

As favelas configuram-se enquanto encraves no espaço urbano, ocupando áreas consideradas de risco ambiental e social, e, geralmente, em áreas de grande valorização imobiliária, por estas sediarem a maior parte dos equipamentos públicos. Assim, são encaradas como um problema urbano a ser resolvido, devendo ser erradicadas ou, ao menos, removidas para áreas “invisíveis” no espaço, não interferindo na lógica espacial das cidades.

O processo de remoção de favelas não é novo, e marcou fortemente as políticas urbanistas das cidades brasileiras, a partir da década de 1960, no contexto ditatorial, perdurando até o início dos anos 1980, após a redemocratização do país, quando o discurso remocionista enfraqueceu.

Atualmente a remoção voltou a ser encarado pelo Estado como solução para resolver a questão habitacional das favelas, especialmente após a entrada do país no circuito dos megaeventos (sediando a Copa do mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016). De acordo com Rolnik (2012), a liberação de terra bem localizada para empreendimentos e grandes negócios tem levado a um aumento exponencial de remoções forçadas de assentamentos populares, muitos com décadas de existência, vários destes, já regularizados.

Essa forma intervencionista sobre as favelas também tem sido adotada na cidade de Campos dos Goytacazes, na região norte do estado do Rio de Janeiro. Desde 2009, com a criação do programa habitacional “Morar Feliz”, destinado a construir e ofertar 10.000 casas populares a famílias e indivíduos que vivem em áreas consideradas de



risco, diversas favelas foram demolidas, e sua população removida para conjuntos habitacionais construídos pelo referido programa, quase sempre, em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados social e espacialmente (AZEVEDO et al 2013, p. 7).

Em alguns casos, a entrega das moradias não ocorre concomitante ao processo de remoção, forçando a população, além de passar pelo difícil processo de remoção, de verem suas casas serem demolidas, a vivenciar um período de incertezas e tensões, inserido na espera pela moradia, conforme ocorrido com a população da favela Inferno Verde, localizada no bairro da Lapa.

Remoções forçadas constituem violação a uma série de direitos humanos, e possuem efeitos profundos e duradouros (guia direito à moradia da ONU). Podem provocar uma ruptura entre o homem e seu habitat, um desenraizamento entre os habitantes e o seu espaço, seus referenciais espaciais e simbólicos, suas territorialidades. Assim, este trabalho se destina a analisar o processo de remoção/reassentamento no programa Morar Feliz na favela Inferno Verde, buscando investigar se essa política remocionista pode provocar um processo de desterritorialização, a partir do deslocamento forçado da população, que é obrigada a abandonar suas casas, deixando para traz seus referenciais socioespaciais.

A escolha da área de estudos se deve ao fato de sua população ter recentemente passado pela remoção, e se encontrar em situação de espera pela moradia, uma vez que as casas prometidas estão sendo erguidas no mesmo local das antigas habitações, o que parece romper com a lógica até então predominante neste programa, que é de construir os conjuntos em áreas distantes dos centros urbanos.

As análises se sustentam em pesquisas exploratórias, que vêm sendo realizadas via trabalho de campo, a partir de observação participante, nas áreas adjacentes à antiga favela, onde está concentrada grande parte da população que foi removida e vivencia a expectativa da construção e entregas das moradias prometidas, bem como por entrevistas, que vêm sendo realizadas com a população atingida.



## **Políticas públicas de habitação em Campos**

Com a promulgação da constituição Federal de 1988, as políticas públicas brasileiras passaram a ser descentralizadas, o que significa dizer que o poder decisório sobre as esferas financeira, administrativa e programática foi transferido aos municípios ou entidades e órgãos locais (MELO, 1996), delegando, assim, maior autonomia, poder de decisão e responsabilidade com as questões sociais.

Nesse contexto, a questão habitacional passou a cargo de Estados e Municípios, sendo estes responsáveis em criar e gerir seus próprios programas habitacionais. Assim, o processo de descentralização política foi uma mola propulsora para o surgimento de diversos programas municipais de habitação social no Brasil, inclusive em Campos dos Goytacazes, que, desde então, vem elaborando ações para o enfrentamento da problemática habitacional, por meio de programas, dentre os quais se destaca o Morar Feliz, objeto de análise do presente trabalho.

Até a criação do Morar Feliz, diversos programas habitacionais foram instituídos pelo poder público local. São esses: “Pode entrar que a casa é sua” (1989); “Vale construção” (1991); “Cada família tem seu lote” (1991); “SOS habitação” (1993); “Comunidade Legal” (2000) e “Casa Nova” (2007).

O “Pode entrar que a casa é sua”, foi instituído em 1989, a fim de atuar na construção de moradias para famílias que viviam em situação crítica, e tinham renda mínima de três salários mínimos, por meio de recursos próprios e de parcerias com Estado e a União. O programa entregou 1839 casas, entre os anos de 1990 e 2008 (DUARTE, 2008, p. 61), período em que atuou.

Os Programas “Vale Construção” e “Cada família tem seu lote” foram lançados em 1991. O primeiro tinha, por objetivo, atender a casos emergenciais, doando materiais de construção às famílias com renda de até 1 salário mínimo. A partir de 1998, o programa teve sua atuação ampliada, pois passou a contar com a parceria da Caixa Econômica Federal, no financiamento de materiais de construção para reformas e ampliação de casas. Entre 1998 e 2001 cerca de 550 famílias foram atendidas pelo programa. (CORDEIRO, 2004, p. 57). Já o programa “Cada família tem seu lote” esteve voltado à doação de lotes urbanizados para famílias com até três salários mínimos. Sua atuação se restringiu ao projeto Terra Prometida, onde 80 casas foram construídas, em



regime de mutirão. De acordo com Duarte (2008, p. 68), o local, desprovido de qualquer assistência e infraestrutura básica, rapidamente passou a ser conhecido como favela, representando um fracasso do programa.

Em 1993, o Município de Campos lança o programa “SOS Habitação”, um auxílio financeiro concedido por um período de seis meses às famílias que fossem atingidas por catástrofes naturais, e estiverem suas casas condenadas pela defesa civil. Atualmente, o município adotou a política do Aluguel Social, o qual concede auxílio financeiro para pessoas que foram removidas de áreas de risco, de vulnerabilidade social ou que tiveram suas casas condenadas pela Defesa Civil Municipal. As famílias são assistidas com este programa até que seja providenciada a reforma da casa, ou ainda beneficiadas com uma moradia do programa Morar Feliz.

Em 2000, o programa “Comunidade Legal” atuou na construção, reforma e ampliação de casas, além da implantação de infraestrutura em áreas de favelização, como na Favela Tamarindo e na Favela do Matadouro. Esta última, além das obras de infraestrutura, teve também a construção de um conjunto habitacional para abrigar as famílias que estavam vivendo em situação crítica no prédio do antigo matadouro existente na favela.

O programa “Casa Nova”, instituído em 2007, foi uma ação implementada pelo poder público municipal, a fim de recuperar as casas atingidas pelas enchentes que afetara a cidade nesse período.

Cabe ressaltar também as ações implementadas pelo programa “Bairro Legal”, que atua no município desde 2009, urbanizando os bairros da cidade, o que inclui a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação e sinalização de trânsito. Em alguns casos, ele atua na remoção de favelas, sendo a população removida para conjuntos habitacionais. O programa atuou em 18 bairros da cidade, está em andamento em mais três bairros e já tem aprovação orçamentária para atender mais 5 bairros. A verba para as obras são, em parte, provenientes de recursos próprios, e parte, do Governo Federal, pelo Programa Aceleração do Crescimento (PAC).





## O programa Morar Feliz

Lançado em 2009, o programa Morar Feliz<sup>2</sup> tem, como meta, construir 10.000 casas populares, com recursos próprios, provenientes dos royalties do petróleo<sup>3</sup>, sendo, por isso, propagandeado como o maior programa já desenvolvido no setor habitacional por um município no Brasil (AZEVEDO et al, 2013, p.2).

O objetivo do programa é realocar as famílias que vivem em área de risco ambiental e/ou vulnerabilidade social, garantindo moradia digna para a população pobre, e atuando na reorganização da ocupação do solo no Município de Campos. Suas ações são encaradas, pelo poder público municipal, como socioassistenciais, por promover, além de moradias, acesso aos serviços públicos, combate à pobreza e promoção da cidadania, através da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social.

As atuações do programa Morar Feliz são realizadas através de parcerias estabelecidas entre as diversas secretarias do município: Secretaria de obras, atuando na licitação e fiscalização do projeto; Defesa Civil, atuando na remoção das famílias; EMHAB, atuando na localização das áreas para construção dos conjuntos; Secretaria de Família e Assistência Social, atuando no cadastramento e avaliação social das famílias. A empreiteira responsável pelas obras é a Norberto Odebrecht Brasil. A PCE Projetos e Consultorias, do Rio de Janeiro, assina os serviços de gerenciamento, assistência técnica, planejamento e orçamento.

No projeto apresentado pela prefeitura<sup>4</sup>, os conjuntos habitacionais construídos pelo Morar Feliz contam com drenagem, abastecimento de água e esgoto, iluminação, telefonia, arborização, calçadas com acessibilidade e transporte público. As casas possuem 43, 08 m<sup>2</sup>, e são compostas de 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, e área de

<sup>2</sup> O programa foi uma promessa de campanha política da prefeita Rosinha Garotinho, durante as eleições de 2008, que fora assentada numa forte publicidade de programas estratégicos, de grandes impactos sociais e políticos, como o referido programa. A promessa era de que as 10.000 casas fossem construídas e entregues ao final de sua gestão (2009-2012). Entretanto, nesse período, foram entregues somente 5.426 unidades habitacionais. Ao ser reeleita, em 2012, prometeu construir as 4574 casas restantes, até o final de 2016, quando termina o seu segundo mandato.

<sup>3</sup> O Município de Campos dos Goytacazes arrecadou R\$ 575,1 milhões em royalties de petróleo, no período de janeiro a novembro de 2013 (blog economia do norte fluminense, em 02/12/2013).

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>



serviço, em construção de alvenaria e laje, com paredes com acabamento em pinturas e revestimento no banheiro, cozinha e área de serviço.

Das 10.000 casas prometidas, até o final de 2012 foram entregues 5.426 unidades, distribuídas em 14 conjuntos habitacionais, construídos em 10 bairros<sup>5</sup> da cidade. Na segunda etapa, iniciada em 2013<sup>6</sup>, a previsão é que se construa mais 4.574 unidades habitacionais, em diferentes bairros da cidade, inclusive na baixada campista e na zona rural do município, totalizando 10 mil casas populares entregues, todas financiadas com recursos municipais, provenientes dos royalties do petróleo.

Desde o lançamento do programa, muito tem se especulado sobre seu planejamento e sua execução. Por diversas vezes ele foi alvo de críticas e questionamentos. Um dos motivos para tais, refere-se a desconsideração do programa quanto às áreas destinadas a construção dos conjuntos habitacionais, que estão assinaladas no Plano Diretor. De acordo com Soffiat (2012), o programa tem edificado conjuntos em áreas contíguas a lagoas, como nas de Maria do pilar (Brejo Prazeres), do Taquaruçu (Lagoa dos Prazeres), da Olaria, do Fogo e das Pedras. Segundo ele, as lagoas envolvidas pela malha urbana devem ter uma faixa de 30 metros nas margens a contar do seu leito mais alto, o que se denomina Área de Preservação Permanente (APP). Das lagoas escolhidas para núcleos do Morar Feliz, todas têm, automaticamente, APP.

Outro questionamento feito ao programa refere-se ao fato de que os conjuntos têm sido construídos em áreas periféricas da cidade, distantes da área central, criando assim, outros dois problemas: a falta de mobilidade da população, pois, em muitos conjuntos a falta de transporte público é uma realidade, e o reforço da segregação socioespacial, uma vez que o programa tem expulsado a população pobre das áreas centrais e alocando-a nesses conjuntos. Segundo Azevedo et al (2013, p. 7), a lógica imposta pelo programa Morar Feliz tem repetido o erro já demonstrado em inúmeros outros assentamentos sociais construídos no país, que é promover a construção de

<sup>5</sup> Parque Prazeres, Aldeia, Tapera, Eldorado, Lagoa das Pedras, Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Travessão e Esplanada.

<sup>6</sup> As 900 primeiras casas estão sendo construídas no subdistrito de Ururaí, em 3 conjuntos diferentes.



conjuntos habitacionais em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados social e espacialmente.

A falta de qualidade das construções é outro ponto passível a críticas. Em diversas unidades do programa apareceram rachaduras e deteriorização. De acordo com Faria (2012, p. 14), por conta das rachaduras, duas unidades do Morar Feliz da Penha foram interditadas, e os moradores, removidos para o conjunto habitacional do Novo Jockey, sendo, inclusive, motivo de protestos.

Outra questão levantada é que o processo de reassentamento não tem sido acompanhado por uma política pós-ocupação, que possibilite reintegrar os indivíduos em seus novos espaços de vivência, o que tem resultado num processo de favelização dos conjuntos, pois muitos acabam por modificar a fachada original das construções, criando “puxadinhos”, para aumentar o tamanho das casas, ou para servir de comércio, e até mesmo descuidando das casas, que, ao longo do tempo, acabam deterioradas.

Merece destaque nesse artigo, a política remocionista adotada pelo programa, pois, ao invés de optar pela urbanização e a revitalização das favelas, opta pela demolição destas e pela remoção da população para os conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes do centro urbano, desprovidos de infraestrutura e serviços sociais básicos, como escolas, postos de saúde, transporte público, praças.

### **As concepções de território, territorialidade e desterritorialização**

Discutir sobre território implica, antes, em distingui-lo do conceito de espaço, tendo em vista que ambos, conforme indica Raffestin (1993, p. 143), têm sido alvo de confusões teóricas em suas análises, isso porque há uma forte associação entre eles. No entanto, não são termos equivalentes. Cada qual possui sua definição, no campo analítico das correntes de pensamento.

Henri Lefebvre compreende o espaço enquanto um “espaço social” (2006, p. 4), produto das relações sociais. Para o autor, o espaço não é um fato da natureza, mas sim um produto, “efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza” sobre os dados sensíveis, a matéria e a energias” (idem, p.4). Nesse sentido, a natureza passa a ser



apenas uma matéria-prima, sobre a qual operam as forças produtivas de diferentes sociedades para produzir seu espaço (idem, p. 34).

Entender a noção de espaço como um produto, segundo o referido autor, não é compreendê-lo como uma coisa ou objeto, algo sem significância, mas sim como um conjunto de relações. Ele contém as relações sociais de produção (as relações biofisiológicas) e as relações de produção (as funções sociais hierarquizadas) (p. 45).

Para o geógrafo Milton Santos (1978), a análise acerca do espaço deve abarcar quatro categorias que, tomadas em conjunto, possibilita compreender os fenômenos espaciais em sua totalidade. São elas a forma, a função, a estrutura e o processo. A primeira compreende o aspecto visível, o conjunto dos objetos que compõem o espaço, tais como uma casa, um bairro, uma rede urbana. Função designa o papel desempenhado pelo objeto; são as funções associadas a uma determinada forma, como habitar (função) a casa (forma) e comprar (função) numa loja (forma). A estrutura, por sua vez, indica a “natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2000, p. 29); é a base na qual as formas e funções acontecem. Por fim, o processo diz respeito a uma ação que se realiza no espaço, a partir de uma estrutura social e econômica.

Raffestin (1993, p. 143) compreende o espaço como

local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto, a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar”.

Nesse sentido, o espaço é a base indispensável para a vida do homem, uma vez que ele expressa as relações sociais e de produção. Como tal, seu domínio torna-se elemento crucial, sendo apropriado por um determinado grupo, estabelecendo, assim, relações de poder. E é exatamente essa apropriação que transforma o espaço em território, ou seja, “o território se forma a partir do espaço (...). Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p 143).

Assim, o território pode ser definido como



um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas por poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p 143).

Ratzel, ao propor o conceito de espaço vital<sup>7</sup>, evidenciara a importância do território para um grupo social. Para este autor, “o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade” (MORAES, 2005, p. 19).

Haesbaert (2010, p. 40) enfatiza que o conceito de território pode ser compreendido a partir de três vertentes básicas, a saber: jurídico-política, simbólico-cultural e econômica. A primeira ver o território como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”, geralmente associado ao Estado-Nação. A segunda abordagem entende o território como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A terceira, por sua vez, “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e nas relações capital-trabalho”.

O referido autor também apresenta uma dimensão analítica acerca do território fundamentada numa interpretação naturalista, “com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico” (idem). Ressalta ainda a interpretação do conceito de território, a partir de uma visão integradora, “que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico e cultural.” (p. 74). Esta dimensão concebe o território através das diferentes dimensões sociais.

Apesar das diferentes noções de território apresentadas, Haesbaert enfatiza que o território, “define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e o contexto histórico em que está inserido” (p. 78). Assim, ele evidencia que a conceituação de território irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Contudo, o autor enfatiza que o território, em qualquer

<sup>7</sup> O conceito de espaço vital significa “uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2005, p. 19).



acepção, tem a ver com poder, tanto ao sentido mais concreto, de dominação, quanto ao seu sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Outra análise acerca do conceito de território é elaborada pelo geógrafo Milton Santos. Para o autor “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 255), pois, segundo ele, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (idem). Por território usado compreende-se “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al 2000, p. 2 apud HAESBAERT, 2010, p. 59).

Dado o exposto, depreende-se que o conceito de território pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas, sob variadas óticas, entretanto, em sua construção, a territorialidade é uma “qualidade necessária” (Sack, apud Haesbaert, 2010, p. 86).

Uma das definições de territorialidade é expressa por Raffestin (1993, p. 160) designando “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Assim, para o referido autor, o sentido de territorialidade abarca mais do que a relação homem-natureza, pois congrega também as relações sociais estabelecidas entre os homens.

Haesbaert (2010), ao propor uma discussão sobre as diferentes concepções de território, apresenta a visão de Robert Sack sobre a questão da territorialidade. Segundo Haesbaert, a concepção de territorialidade proposta por Sack é baseada numa visão eminentemente humana, compreendida a partir de dois atributos fundamentais: a fronteira e controle de acesso (HAESBAERT, 2010, p. 86). Assim, ela pode ser definida como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986, p. 6 apud HAESBAERT, 2010, p. 86).

Ainda de acordo Haesbaert (2010), em sua abordagem acerca da territorialidade, Sack reconhece também a dimensão econômica e cultural da territorialidade, estando ligados ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam e como dão sentido ao lugar (p. 86).





Para Soja (1971, p. 19 apud SANTOS, 2009), a territorialidade é entendida como

um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam.

Santos (2009) evidencia que a territorialidade é o controle, enquanto o território é a delimitação. Nesse sentido, o território se expressa pelo espaço delimitado, onde é exercido um controle, a territorialidade.

Para Haesbaert (2010), a delimitação de um território tende a criar um tipo de padronização e classificação, à medida que

todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (HAESBAERT, 2010, p. 89).

Nesse contexto, os indivíduos pertencentes a um território tendem a estabelecer uma relação de identidade, a partir do instante em que fazem parte de uma dinâmica social e espacial específica, dentro de um território, ou seja, criam territorialidades.

A crescente mobilidade de pessoas, bens, capital e informações (mobilidade material e imaterial), propiciado pelo avanço nos transportes e das comunicações, tem levantado questionamentos acerca de processos de desterritorialização, caracterizados como “o movimento pelo qual se abandona o território” (HAESBAERT, 2010, p. 127).

O conceito de desterritorialização, assim como o de território, pode ser abordado sob diferentes perspectivas. Haesbaert (2010) apresenta três dimensões, a partir das quais a desterritorialização é tratada. São elas a dimensão econômica, política e simbólica ou cultural.

A primeira compreende os processos voltados para as relações econômicas, enfatizando a globalização, que propicia a destruição das barreiras ou a fixação dos territórios, através da formação de um mercado mundial, cada vez menos dependentes



de bases territoriais, do caráter multilocal das empresas (forte tendências das multinacionais) e da instantaneidade das transações financeiras (HAESBAERT, 2010, p. 173).

A dimensão política aborda a desterritorialização, a partir da diminuição ou enfraquecimento do controle das fronteiras nacionais, dado o crescente fluxo de mercadorias, informações e pessoas no espaço geográfico. Essa dimensão propaga a discurso do “fim do Estado”, em detrimento do “mundo sem fronteiras” (HAESBAERT, 2010, p. 200).

A dimensão simbólica ou cultural compreende o processo de desterritorialização a partir da “desvinculação cultural de espaços específicos e a mescla de identidades ou o hibridismo como norma cultural dominante” (HAESBAERT, 2010, p. 221), ou seja, seria o hibridismo cultural a base da desterritorialização, uma vez que este tende a dissolver os elos entre um determinado território e sua identidade cultural.

Apesar da distinção apresentada por Haesbaert acerca das dimensões da desterritorialização, o referido autor compreende que este processo apresenta-se enquanto mito, tendo em vista que, para ele, é possível criar territorialidades na mobilidade.

Talvez seja essa a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer (HAESBAERT, 2010, p. 279).

Assim, o autor compreende que a questão da territorialização deve envolver o enraizamento, a partir da criação de referenciais simbólicos, também na mobilidade, pois, para o autor, tratar do território, hoje, é falar de movimento, de fluxo, de rede. Um movimento “dotado de significado, de expressividade, isto é, quem tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui” (HAESBAERT, 2010, p. 281).



### **Política habitacional em Campos: caminhando para a desterritorialização?**

Em 2012, em função das obras realizadas pelo programa “Bairro Legal”<sup>8</sup>, moradores da Favela Inferno Verde, na cidade de Campos dos Goytacazes, tiveram suas casas demolidas, sendo obrigados a abandoná-las. Para realocar essa população, a prefeitura está erguendo um conjunto habitacional no mesmo local de suas antigas habitações, através do programa “Morar Feliz”.

Enquanto aguardam a construção e entrega das moradias prometidas, a população está vivendo em habitações provisórias, subsidiados pelo Aluguel Social, um programa de transferência de renda concedido pela prefeitura às famílias e indivíduos que não possuem casa, até que seja providenciada uma moradia em um dos conjuntos do programa “Morar Feliz”.

Ocorre que o processo de remoção instituído pelo programa, bem como a espera pela moradia envolve muitas questões, que vão desde o enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores da comunidade a ser removida, a partir da resistência em deixar suas casas, à perda da relação de vizinhança, à ruptura entre o homem e seus referenciais sociais, espaciais e simbólicos, suas territorialidades.

Relatos de diversos moradores demonstram que, a política implementada na favela Inferno Verde tem afetado consideravelmente as relações sociais e espaciais da população, interferindo numa lógica social até então existente na comunidade, conforme mencionado pela senhora Sônia (71 anos), que vivia naquele território há mais de 50 anos. Segundo ela, depois que saíram da favela, os vizinhos foram se afastando, apesar de muitos estarem morando nas áreas adjacentes. Ela que gostava de encontrar os amigos para bater papo na frente de casa e jogar vispa aos domingos no bar de seu Giovanni (que ficava na favela e também fora demolido), acabou tendo sua rotina modificada.

Ela afirma que perdeu contato diário com muita gente. Alguns ex-vizinhos ela até vê; passam na frente da casa dela, alguns param para conversar. Mas, para ela, as coisas mudaram bastante, a relação com eles mudou. Inclusive, sua filha, que morava no andar de cima de sua casa, mudou-se para um local mais distante. Ela, que tanto a

<sup>8</sup> O programa “Bairro Legal” tem, por objetivo, urbanizar os bairros da Cidade de Campos, efetuando a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação, paisagismo e sinalização de trânsito.



ajudava com os afazeres da casa, agora tem contribuído menos, devido o distanciamento. Ela espera que, com a reintegração da comunidade, após a entrega do conjunto, essa situação se modifique, e todos possam voltar a ter a mesma relação de antes, todo mundo morando próximo, podendo contar uns com os outros.

Em alguns casos, a população removida da favela Inferno Verde, além de terem perdido seus lares, construídos com o sacrifício de uma vida inteira, de terem de se distanciar de seus referenciais espaciais, seus amigos e vizinhos de anos, ainda tem seus laços familiares rompidos. Esta é uma realidade vivenciada pela secretária Diana (27 anos), que, desde que saiu da favela está morando numa república de estudantes, enquanto sua família está residindo em outro município. Como ela trabalha em Campos, teve que ficar e encontrar uma solução para sua questão de moradia.

Desde que tive que sair dali, nunca mais voltei, nem mesmo para ver meus amigos e familiares. Agora só vejo meus parentes em reuniões de família, ou em alguma festa. A minha mãe, eu vou na casa dela nos fins de semana. Meus vizinhos, eu quase não tenho contato (Diana, 27 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde).

Casos conforme os citados neste trabalho são exemplos que demonstram que a política implementada na Inferno Verde, pelo Morar Feliz, tem impactado diretamente sobre as práticas cotidianas da população removida, sobre os laços familiares, sobre a relação de vizinhança, sobre suas territorialidades, que engloba a noção de pertencimento do indivíduo, de se sentir parte integrante de uma dinâmica social e espacial específica, rompida no momento em que foram expulsos de seu território e reafirmada durante toda a espera pela moradia.

Neste contexto, a expropriação territorial ocasionada pela política habitacional na população da favela Inferno Verde, é passível de desenvolver um processo de desterritorialização, tanto se considerarmos a definição do conceito, como “o movimento pelo qual se abandona o território” (HAESBAERT, 2010, p. 127), ainda que este abandono tenha sido compulsório, como pela perda dos referenciais espaciais e sociais da população que habitava o território.

Contudo, durante a espera pela moradia, atividades sociais se desenvolvem, e identidades sociais e espaciais podem ser construídas. Essas identidades construídas não apagam necessariamente as identidades anteriores. “Elas são um recurso suplementar do



qual os indivíduos se apoderam em função das suas necessidades, e das estratégias sociais que definem para fazer face à este tempo incerto” (VIDAL; MUSSET, 2011). Nesse contexto, os indivíduos ou grupos em situação de espera são capazes de tornar os espaços provisórios em familiares, de se apropriarem dele, criar identidades sócio-espaciais, produzir territorialidades. Nesse sentido, os indivíduos ou grupos podem se re-territorializar, pois conforme afirma Haesbaert (2010, p. 131), toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização.

## CONSIDERAÇÕES

O histórico das políticas de habitação no Brasil tem mostrado que a remoção de favelas tem sido a opção preferencial dos órgãos públicos no tratamento das questões habitacionais urbanas, em detrimento da provisão de melhorias e instalação de infraestrutura e serviços nesses espaços. O Programa Morar Feliz não se faz uma exceção. Ele acompanha essa lógica de intervenção, sendo responsável pela extinção de diversas favelas na cidade de Campos, alocando a população removida em conjuntos habitacionais construídos nas áreas periféricas da Cidade.

Entretanto, a política instituída pelo Morar Feliz na favela Inferno Verde parece romper com a lógica predominante, de construção de casas populares nas áreas periféricas das cidades, uma vez que as casas prometidas estão sendo construídas no mesmo local das antigas habitações.

Contudo, a remoção instituída pelo programa, bem como o período de espera vivenciado pela população da antiga Favela Inferno Verde, conforme constatado na pesquisa, tem ocasionado uma série de impactos a essa população, dentre estes, a perda da identidade social e espacial. Nesse contexto, essa política acaba por criar novos problemas para a população, além de agravar ainda mais as condições de vida desta, que encontrou na favela uma forma de garantir seu direito básico de cidadania: ter um lar para viver.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. TIMÓTEO, Geraldo Márcio. ARRUDA, Ana Paula S.N. Habitação social e segregação espacial: Implicações do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. *37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2013.

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *Em: e-metropolis*. nº 17. ano 5 – julho de 2014. p. 22-29.

CORDEIRO, Martha Eleonora Venâncio Mignot. *O sonho da casa própria na Terra Prometida: políticas habitacionais em campos dos Goytacazes (1989- 2004)*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e gestão de cidades da universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. *Em: Castro et al. Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

DUARTE, Danielle Barros. *A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes*. Dissertação de Mestrado em políticas Habitacionais da Universidade estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes/RJ, 2008.

FARIA, Teresa P. *Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil?* Estágio pós-doutoral na França, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 5ª ed.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Em: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina- 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo*.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

MELO, Marcus André. *Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”:* efeitos perversos da descentralização. *São Paulo em Perspectiva*, 10(3), 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena historia critica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. *Habitação no centro é um problema de justiça e política pública*. Entrevista concedida a rádio CNB no dia 31/03/2012.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. *Revista Zona de Impacto*, ISSN 1982-9108, v. 13, ano 11, set-dez de 2009.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1978, 142p.





\_\_\_\_\_ O retorno do Território. *OSAL: OBSERVATÓRIO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA*. Ano 6. nº 16, 2005.

SOFFIATI, Arthur. *Morar Feliz?* Matéria publicada no Jornal *O Rebate* em 09/08/2012. Disponível em: <http://www.jornalrebate.com.br/site/colunistas-249/arthur-soffiati/9125-morar-feliz>. Acesso em: 05/02/2014.

VIDAL, Laurent. MUSSET, Alain. VIDAL, Dominique. *Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje)*. Confins, 2011.



## O PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI E A COMUNIDADE DO SEU ENTORNO

MAURÍCIO, Kamila Brant de Araújo

*Estudante de mestrado do Programa em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável  
kamiladtna@yahoo.com.br*

358

### RESUMO

O presente estudo aborda uma contextualização do tema Unidade de Conservação (UC), o Parque Estadual do Biribiri (PEBI) e o Bairro Cidade Nova, localizados na cidade de Diamantina, MG. Teve como objetivo analisar a visão da comunidade residente neste bairro em relação à implantação desta área de proteção ambiental. Realizou-se uma pesquisa de campo através de questionários com os moradores deste bairro que situa no entorno do parque. O estudo retrata a importância da real efetivação da abertura desta unidade de conservação para o desenvolvimento da prática do ecoturismo e a importância de infraestrutura deste espaço para a sensibilização ambiental. O dialogo entre a iniciativa pública, privada e a população é extremamente importante. A comunidade se atuante e responsável pelos espaços pode ser um elo propulsor para a conservação e salvaguarda do patrimônio natural e cultural. A intenção deste trabalho é possibilitar uma discussão a esse respeito e gerar questionamentos para outros estudos.

**Palavras-chave:** Comunidade; Parque Estadual do Biribiri; Ecoturismo.

### ABSTRACT

The present study addresses a contextualization of the theme a conservation unit (CU), the Biribiri State Park (PEBI) and the Cidade Nova neighborhood, located in the city of Diamantina, Minas Gerais. Aimed to analyze the vision of the host community in this district regarding the implementation of this protected area. We conducted a field survey through questionnaires with the residents of this neighborhood that is located around the park. The study portrays the importance of proper enforcement of the opening of this protected area for the development of ecotourism practice and the importance of this space infrastructure for environmental awareness. The dialogue between the public initiative, private and the public is extremely important. The community is active and responsible for the spaces can be a propellant link to the conservation and protection of the natural and cultural heritage. The intention of this work is to enable a discussion about it and generate questions for further studies.

**Key-words:** Community; The Biribiri State Park; Ecotourism.

### INTRODUÇÃO

A primeira Unidade de Conservação (UC) surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, o Parque Nacional de Yellowstone, com área de 8.991 km<sup>2</sup>, criado com a finalidade de proteger as belezas naturais da região. Posteriormente outros países foram adotando a mesma prática como Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, México, etc. No Brasil a



primeira UC foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, embora a prática de preservação de áreas naturais existe desde o Brasil Colônia<sup>1</sup>.

No Brasil, o conjunto de Unidades de Conservação constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC,<sup>2</sup> que foi a primeira normatização nacional das áreas naturais protegidas por lei, aprovado em 19 de julho de 2000, mediante a Lei nº. 9.985. Dentre suas regulamentações, estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das UCs. Em seu artigo 2º, define Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000. Lei 9.985, 18 de julho de 2000, artigo 2º, inciso I).

Assim, pode-se dizer que as Unidades de Conservação são áreas delimitadas para a conservação dos recursos naturais, ecossistemas, garantindo a proteção e uso controlado desses recursos. Essas áreas dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais e são compostas de: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável a conservação da natureza ocorre em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais e são compostas por: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Na região do Alto Vale do Jequitinhonha se encontra o Parque Estadual do Biribiri, localizado no complexo da Serra do Espinhaço, no município de Diamantina. Possui uma riqueza de atrativos naturais e culturais exuberantes, diversas nascentes de rios, fauna e flora diversificada, plantas medicinais e ornamentais.

Este Parque além de contribuir para a preservação ambiental pode trazer importantes utilidades para a comunidade local, como a utilização do espaço para o lazer, geração de emprego e renda produção de conhecimento através de pesquisas científicas, desenvolvimento do turismo e ecoturismo, dentre outros.

<sup>1</sup> Trecho baseado em COSTA (2002, cap. 01 e 02)

<sup>2</sup> Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



Tendo como foco o espaço urbano social e o espaço natural, o presente trabalho trás uma reflexão do “espaço” Parque Estadual do Biribiri e sua proximidade com o Bairro Cidade Nova, localizados na cidade de Diamantina, MG.

## **O POTENCIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ALTO JEQUITINHONHA**

As Unidades de Conservação na região, além de contribuírem para a manutenção dos ambientes naturais, podem proporcionar maior desenvolvimento econômico, através do incentivo da atividade turística e a conservação do meio ambiente, cujo gerenciamento, sendo efetuado de forma, contribui para a geração de empregos. Há que se levar em consideração também as variadas opções de lazer, que possibilitam à comunidade um maior contato com a natureza.

Vilhena (2009) ao discutir sobre a criação das Unidades de Conservação menciona que:

Muitas vezes as UC's são vistas como empecilhos para o desenvolvimento econômico, uma vez que privam certas localidades de determinadas atividades econômicas incompatíveis com a conservação da biodiversidade local. No entanto, o foco das UC's não deve ser as proibições e limitações da degradação, mas sim a proteção e, mais importante ainda, a essência em que elas se inserem como meio em busca da mudança de paradigmas na construção de um mundo melhor. (VILHENA 2009, p. 264-265)

A demora na estruturação das áreas protegidas muitas vezes faz com que os benefícios trazidos por elas ocorram em longo prazo, não sendo tão perceptíveis aos olhos da população local. Outro fator de grande relevância é o envolvimento dos moradores nas decisões de planejamento e gestão da UC, cuja participação ativa no processo contribui para maximizar os resultados positivos e minimizar as resistências quanto ao desenvolvimento e a não preservação da área.

A concentração de UC's na região do Alto Jequitinhonha tem incentivado o desenvolvimento da atividade turística, embora a maioria não se encontre com infraestrutura de acesso ao visitante. É possível destacar o Parque Estadual do Rio Preto, MG que já se encontra aberto ao público e possui infraestrutura turística e de apoio, sua criação partiu de uma demanda comunitária pela preservação de uma área de grande riqueza ecológica.

Estas UCs podem contribuir para o desenvolvimento científico, turístico e econômico do Vale do Jequitinhonha se planejadas de forma integrada/articulada. Há projetos sendo desenvolvidos com o intuito de melhorar a qualidade ambiental. Um exemplo é o Projeto



Estruturador 'Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica', coordenado pelo mesmo IEF, com apoio do Governo de Minas. A meta é ampliar as áreas de vegetação nativa do Cerrado e da Mata Atlântica e prevê a criação e implantação de Unidades de Conservação e ampliação das áreas de reflorestamento no estado de Minas.

O Parque Estadual do Biribiri possui um rico ecossistema, fauna e flora, tendo diversos atrativos, culturais e naturais, dos quais se pode destacar a Cachoeira da Sentinela, dos Cristais e o Caminho dos Escravos. Um dos motivos do maior fluxo de visitação nas cachoeiras é a sua localização na estrada principal do Parque que também dá acesso a Vila do Biribiri.

O Caminho dos Escravos é um percurso de 20 km que liga Diamantina ao distrito de Mendanha, caracterizado por trechos de pedras calçados pelos escravos do qual maior parte localiza-se no interior do PEB. O trecho possui sinalização indicativa e interpretativa, diversas cachoeiras e paisagens, além de ruínas da época em que era a principal ligação a Diamantina.

A Vila do Biribiri, localizada no entorno do Parque era uma antiga Fábrica de Tecidos criada em 1976, constituída também de um conjunto arquitetônico formado por uma igreja barroca, refeitório e casas do século XIX. Hoje é um relevante atrativo turístico de Diamantina por sua beleza cênica. A Vila não esta dentro da área delimitada pelo Parque, porém pela proximidade e atratividade acaba chamando a atenção de muitos turistas e curiosos locais, sua entrada esta localizada dentro do Parque.

Há ainda, no Parque, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e diversos vestígios da exploração de ouro e diamante.

## **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ECOTURISMO**

A prática de Ecoturismo em Unidades de Conservação pode ser uma ferramenta de grande utilidade e importância para a conservação dessas unidades. Pautado na conservação, na conscientização dos turistas, no envolvimento da comunidade e no desenvolvimento local e regional (MACEDO *et al*, 2010).

De acordo com o MINISTÉRIO DO TURISMO (2010) o Ecoturismo é:

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e



preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras. (Ministério do Turismo 2010, p.12)

Desta forma, o Ecoturismo utiliza-se da interpretação ambiental, para sensibilizar os turistas e despertar nos agentes locais (poder público e iniciativa privada) a importância da conservação e preservação do meio ambiente. Como foi enfatizado por MACEDO (*et al*, 2010) “o Ecoturismo pode proteger o meio, uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente”.

Essa preocupação do Ecoturismo pela conservação ambiental é justificada pela sua dependência do ambiente natural. É notório o crescimento desse segmento nos últimos anos e o aumento dessa prática em áreas de proteção ambiental. A educação ambiental ocorre por meio de palestras, trilhas interpretativas, gincanas ecológicas, conhecimento das espécies vegetais e animais do parque, dentre outras. Segundo BUENO (2008):

Isso se justifica principalmente pela Educação Ambiental proporcionar aos seus envolvidos uma compreensão crítica da realidade ambiental que os cercam, a partir do momento em que possibilita uma nova visão do mundo permeada por valores e por atitudes em benefício da conservação da natureza. (Bueno, 2008)

A importância do entendimento e interpretação torna-se relevante para que a corresponsabilidade entre os visitantes para com os espaços facilitando, auxiliando na manutenção, sobrevivência e valorização local.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho parte da exploração de bibliografias referentes às Unidades de Conservação, dentre elas o Plano de Manejo<sup>3</sup> do Parque Estadual do Biribiri elaborado em 2004.

Teve como propósito entender a relação do Parque Estadual com o Bairro Cidade Nova, tendo em vista que essa comunidade está localizada no entorno do PEBI, a fim de identificar a percepção dos moradores em relação a criação da UC e as políticas ambientais para sua conservação.

<sup>3</sup> Documento que estabelece as diretrizes para gestão das Unidades de Conservação.





Surgiu após aplicação de trinta e dois questionários no dia 20 de junho do ano de 2009, como uma atividade de campo na área de entorno do Parque Estadual do Biribiri, no Bairro Cidade Nova em Diamantina<sup>4</sup>.

A pesquisa teve caráter quali-quantitativa na qual os moradores foram abordados de forma aleatória. Consistiu-se na aplicação de um questionário, a partir das quais as questões fechadas foram tabuladas e as questões abertas interpretadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### ENTENDENDO OS ESPAÇOS

A cidade de Diamantina está localizada no Estado de Minas Gerais, inserida no alto vale do Jequitinhonha, é uma região rica no quesito cultural e ambiental. Cercada pela Serra do Espinhaço, monumento tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no ano de 2006, com o título de Reserva da Biosfera.

O centro Histórico da cidade no ano de 1938 recebeu o tombamento nacional através do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, IPHAN, e em 1999 teve o reconhecimento como patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO.

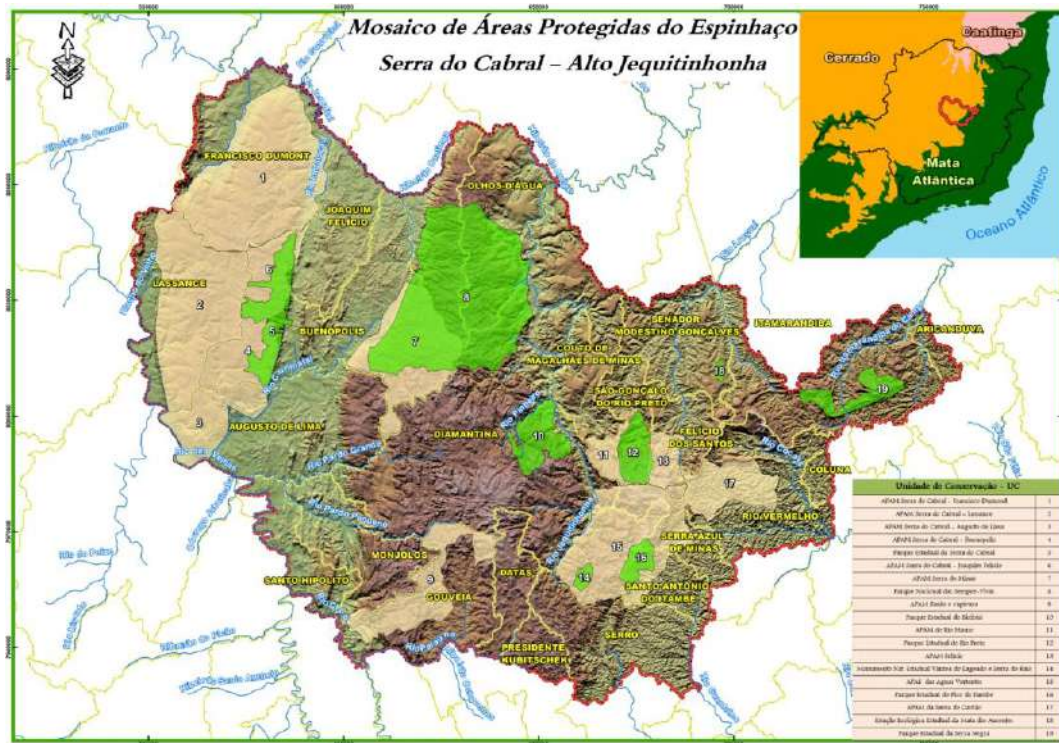
Possui ao seu redor um Mosaico de Unidades de Conservação, denominado “Mosaico de Áreas protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral” (Figura 01). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação considera um Mosaico quando:

(...) existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (BRASIL, 2000)

<sup>4</sup>Participaram da coleta de dados de campo 05 discentes para desenvolvimento das atividades da disciplina de Ecoturismo do curso de turismo, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.



**Figura1: Mosaico de Áreas protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral.**



Fonte: IEF (2013)

A área do “Mosaico de Áreas protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral”, atualmente abrange: 01 APAE; 10 APAM; 01 Parque Nacional; 05 Parques Estaduais; 01 Estação Ecológica; e 01 Monumento Natural. Totalizando 19 Unidades de Conservação diversificadas, denominadas como:

1. APAE das Águas Vertentes
2. APAM Serra do Cabral - Francisco Dumond;
3. APAM Serra do Cabral - Lassance;
4. APAM Serra do Cabral – Augusto de Lima;
5. APAM Serra do Cabral – Buenópolis;
6. APAM Serra do Cabral – Joaquim Felício;
7. APAM Serra de Minas
8. APAM Barão e Capivara
9. APAM DO Rio Manso
10. APAM Felício
11. APAM da Serra do Gavião
12. Parque Nacional das Sempre-vivas
13. Parque Estadual da Serra do Cabral

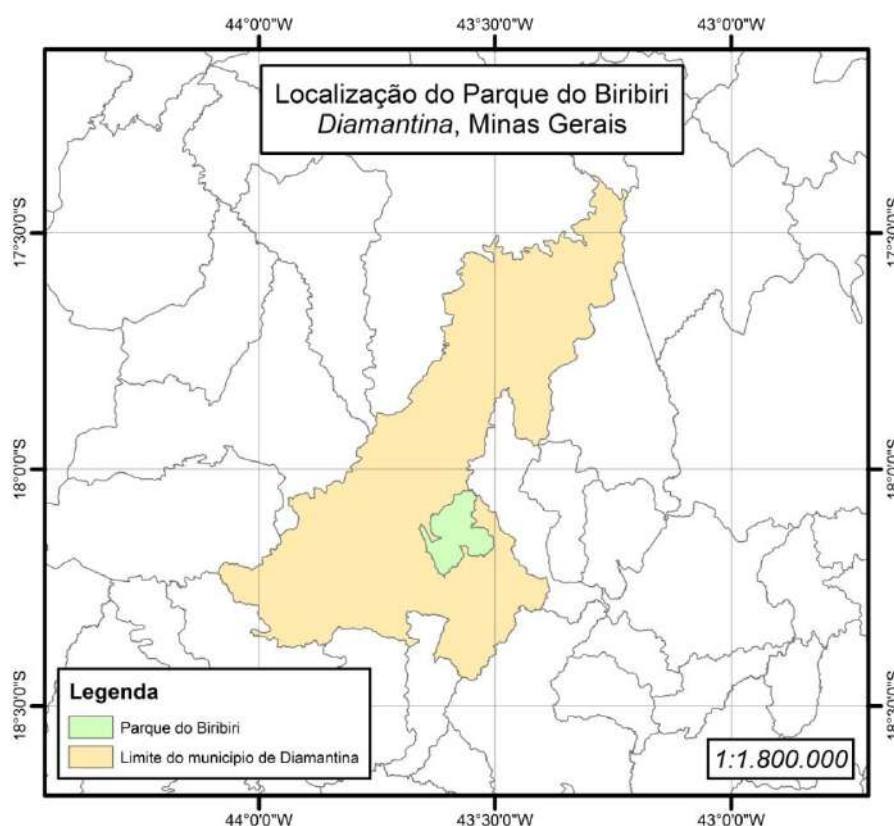


14. Parque Estadual do Biribiri
15. Parque Estadual do Rio Preto
16. Parque Estadual do Pico do Itambé
17. Parque Estadual da Serra Negra
18. Estação Ecológica Estadual da Mata dos Ausentes
19. Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio

A criação de Áreas Naturais Protegidas tem sido umas das relevantes ações desenvolvidas por governos e entidades ambientalistas para a manutenção e conservação dos seus recursos naturais.

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) como já mencionado encontra-se no Município de Diamantina (conforme Figura 02), tendo em seu entorno as comunidades de Pinheiros, Maria Nunes, Mendanha. A portaria principal de entrada ao Parque encontra-se a aproximadamente 200m do Bairro Cidade Nova, área pertencente a zona urbana da cidade de Diamantina.

**Figura 2 – Mapa: Área e localização do Parque Estadual do Biribiri**



**Fonte: Elaborado por Iago Rios (2013) para este trabalho**



Essa localização espacial diferencia o PEBI de outros parques, um dos exemplos é a pressão do crescimento urbano desordenado no município e conseqüentemente nos arredores do Parque.

## O “PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI” E O “BAIRRO CIDADE NOVA”

O Parque Estadual do Biribiri foi criado em 1998, pelo Decreto nº. 39.909. Possui uma área de 17.000 hectares e faz parte do Regional Alto Vale do Jequitinhonha. O Plano de Manejo foi elaborado em 2004 e a partir de então foram proibidas práticas de garimpo, extração vegetal principalmente de sempre-vivas, criação e caça de animais, dentre outras. Instituto Estadual de Florestas (IEF) denomina que;

Os parques são criados com a finalidade de preservar a fauna e flora nativa, principalmente as espécies ameaçadas de extinção, os recursos hídricos (..), as formações geológicas; conservar valores culturais, históricos e arqueológicos e promover estudos e pesquisas científicas, educação e ambiental e turismo ecológico <sup>5</sup>.

Inserido dentro do bioma do Cerrado, possui fauna e flora bastante diversificada, muitas de suas espécies estão entre as consideradas ameaçadas de extinção, tais como: Lobo-guará, Sussuarana, Veado, Sempre-Vivas, Orquídeas, Bromélias, Canelas-de-ema, dentre outras. Possui vários sítios arqueológicos pré-coloniais como os painéis de pinturas rupestres, e pós-coloniais, tais como o “Caminho dos Escravos”. Em seu interior há diversos córregos e cachoeiras, sendo este espaço um forte atrativo natural da região.

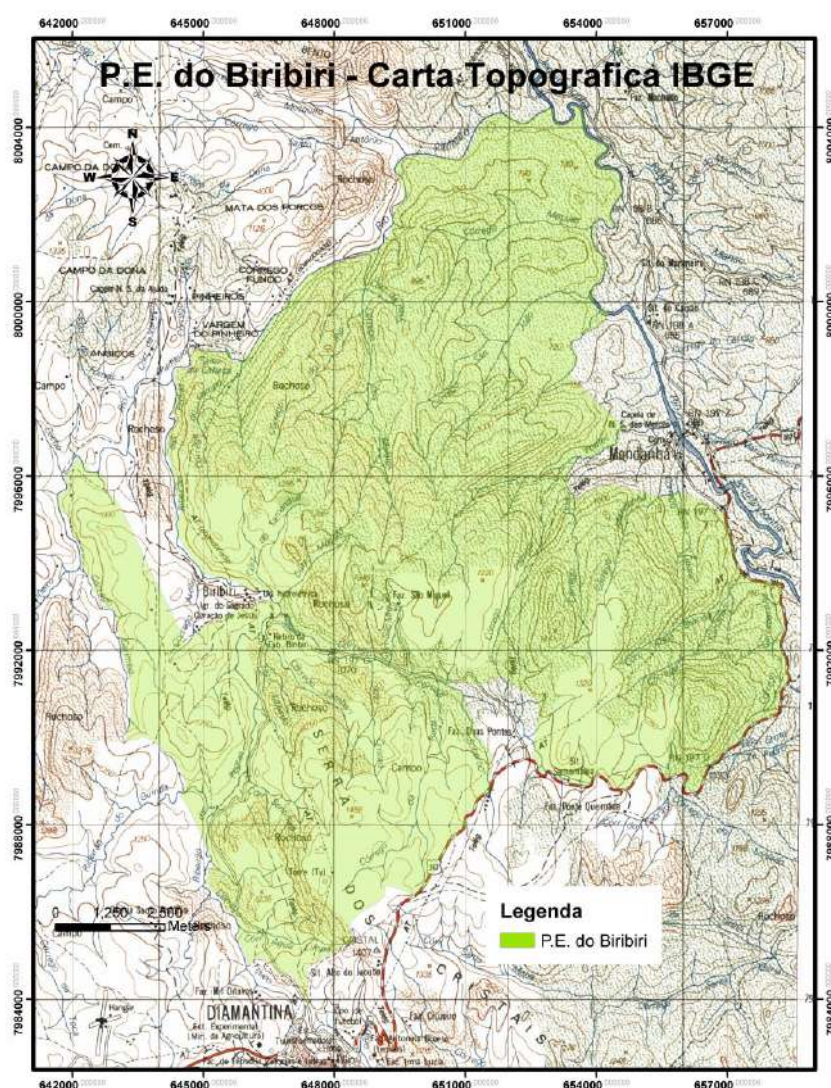
Um dos conflitos existentes na criação das Unidades de Conservação (UC’s) diz respeito às comunidades residentes na proximidade e no entorno destas áreas, que na maioria das vezes não participa dos processos de implementação das mesmas e quando há a participação, a discussão sobre o tema é quase que totalmente inteligível para essas comunidades. Essa falta de envolvimento gera um distanciamento e uma resistência por parte das comunidades provocando muitas vezes um entendimento conflituoso sobre esse espaço.

<sup>5</sup> IEF. Parque Estadual. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/114?task=view> . Acesso em 20 de novembro de 2013.





**Figura 03 – Área do Parque Estadual do Biribiri**



**Fonte: Carta topográfica IBGE, Disponível no Plano de Manejo, IEF**

No intuito de responder a estas lacunas referentes a relação Parque do Biribiri e Bairro Cidade Nova, a análise dos questionários demonstrou que 69% dos entrevistados possuíam consciência que residiam em uma área de Unidade de Conservação e 31% não sabiam desta informação.

Através da análise dos impactos sócio-ambientais, gerados pela instalação do Parque Estadual do Biribiri, pôde-se identificar que a comunidade considera o Parque como um atrativo, no entanto foram apontados mais malefícios do que benefícios advindos do mesmo.

De acordo com as informações obtidas 72% dos moradores frequentam os atrativos do Parque e 28% não frequentam. Dentre os atrativos mais visitados estão os que se localizam



mais próximo do Bairro Cidade Nova, sendo os mais citados: a Cachoeira da Sentinela, dos Cristais, Poço da Água Limpa e com menos incidência de visitação o Poço do Chinelo e Poço do Estudante.

Os benefícios diretos e indiretos mais citados foram: preservação e conservação da natureza, maior reconhecimento do Bairro Cidade Nova, mais opções de lazer, mais limpeza, diminuição da queimada e do desmatamento.

Já os malefícios apresentados consistiram em: proibição da retirada de lenha para uso próprio e comercial, extrativismo de plantas medicinais e ornamentais, criação de gado que também servia como fonte de renda através da venda do esterco, suspensão da lavagem de roupas nos córregos e rios. Todas essas restrições foram impostas para a comunidade sem que houvesse inicialmente informação ou trabalhos de conscientização.

Em relação à importância do Parque, 75% consideram-no importante, mesmo não tendo conhecimento do que se constitui aquela unidade. Alguns relatos tratavam sobre a instalação da UC, que além de maior conservação e preservação da natureza, evita queimadas e desmatamentos e propiciou a geração de recursos e atração de turistas para a cidade, limpeza dos mananciais e da área geral do parque.

Os entrevistados relataram ter pouca informação e participação em reuniões, ações e cursos desenvolvidos pela Gestão da Unidade de Conservação. Assim ficam fora de todo processo de construção do Parque, o que acaba gerando descontentamento da maioria.

Faz-se necessário que haja maior integração entre o Parque e a Comunidade para que esta participe das discussões e planejamento. Através do turismo podem ser criadas fontes alternativas de renda, permitindo que a população usufrua do espaço sem comprometê-lo.

Para que os parques nacionais possam se tornar um pólo de desenvolvimento regional, é imprescindível que haja planejamento participativo e integrado regionalmente. O Órgão administrador da unidade não pode fazer muito sozinho e deve ser cobrado no sentido de abrir a guarda em relação às comunidades e incentivar sua participação. (KINKER, 2005)

Tais resultados levaram a pensar sobre a importância do envolvimento da comunidade do Bairro Cidade Nova na gestão desse patrimônio natural, facilitando todo o processo de implantação e desenvolvimento do mesmo. O SNUC define que para criação de uma Área de Proteção Ambiental a comunidade deve ser consultada, porém essa lei não tem sido observada na prática.





A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

No processo de consulta de que trata o § 2o, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas. (BRASIL, Lei nº9.985, 2000, Cap. IV. art.22).

Alguns questionamentos surgiram ao trabalhar esta área, dentre eles: “será que as normas advindas da implantação do Parque respeitaram a cultura da população que ali reside?”, “o que a criação deste pode ter gerado de expectativas naqueles moradores?”, qual o conhecimento e participação eles obtiveram? Como as imposições da criação de uma UC têm influenciado na vida daquela comunidade?

A noção de identidade apresenta dois níveis: o pessoal (ou individual) e o social (ou coletivo), interconectados e vistos como dimensões de um mesmo fenômeno. O nível individual refere-se à identidade pessoal e o nível coletivo ao “plano em que a identidade social se edifica e se realiza. (Araújo e Almeida, 2007, p.9 *apud* Oliveira 2003),

Diversos quesitos precisam ser regulamentados para a real abertura do Parque, desde a efetivação de aquisição governamental das terras utilizadas para implantação de fato dessa Unidade de Conservação, como confirmado no “Relatório anual do Parque Estadual do Biribiri 2012” através do Instituto Estadual de Florestas:

O Parque Estadual do Biribiri não possui regularização fundiária, ou seja, a sua área não é de posse e domínio público. Isso inviabiliza ações, por parte do Estado, de construção de infra-estruturas de apoio aos trabalhos da equipe e para os seus milhares de visitantes. No entanto, algumas melhorias são realizadas, por iniciativa dos funcionários, obviamente com a permissão dos proprietários, a fim de oferecer condições salubres ao trabalho da equipe do Parque e de atrair e sensibilizar os visitantes quanto à importância do local. (IEF, 2012).

O Bairro Cidade Nova localiza-se na área periférica da cidade e a entrada principal do PEBI encontra-se no seu entorno, ou seja, bem próximo na zona urbana da cidade.

O Bairro Cidade Nova é uma das comunidades que se encontram no entorno do Parque Estadual do Biribiri. Situado na divisa da região Sul da Unidade, é um bairro que enfrenta vários problemas, como falta de coleta de lixo, saneamento básico e tráfico de drogas. Por se encontrar há apenas 200 metros do Parque, muitos moradores deste bairro utilizavam a UC de maneiras distintas, e após o Decreto de criação, gerou-se um conflito com essa população, que já não poderia mais utilizar os recursos do local de forma direta, como era feito antigamente.



Com o intuito de minimizar esses conflitos, a equipe do PEBI realiza mensalmente atividades de Educação Ambiental no entorno da Unidade, como uma maneira de informar a população sobre o que é uma Unidade de Conservação e sua importância. Apesar da Educação Ambiental realizada, há uma grande dificuldade em atingir toda a comunidade, uma vez que as atividades acabam se restringindo, em sua maioria, às crianças e adolescentes. (BRAGA *et al* 2013)

Diamantina vem se desenvolvendo bastante. Nas proximidades do Bairro Cidade Nova, estão sendo construídos condomínios e a edificação da moradia estudantil da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM. Tal situação gera dúvidas quanto a salvaguarda do Parque Estadual do Biribiri e o uso futuro deste patrimônio natural e cultural.

A falta de estrutura vem gerando alguns conflitos ambientais e sociais. Um exemplo é a interdição da cachoeira dos Cristais que passou a ser aberta para visitação somente nos finais de semana e feriados devido aos frequentes furtos ocorridos no local.

De acordo com o Relatório de Atividades do PEBI (ÁVILA e PAULA, 2010), somente durante o Carnaval de 2010, o PEBI recebeu 10.000 visitantes, sendo 3.600 em um só dia. Ainda no ano de 2010, o PEBI recebeu um total de 52.138 visitantes. Esse trabalho de contabilização de visitantes do Parque é realizado pelos funcionários da Unidade de Conservação na entrada da mesma. Os moradores da zona rural que passam pela estrada não são contabilizados. Esse montante representa então, os visitantes do Parque e da Vila do Biribiri. (Souza, 2011, p. 32)

Em períodos como carnaval e feriados essas áreas ficam bem cheias, provocando diversos impactos negativos no ambiente, como o excesso de lixo e pisoteio da vegetação. O IEF realiza blitz educativas a fim de conscientizar os visitantes. É importante planejar e estruturar o local tendo em vista a ampliação do turismo e desenvolver um plano de visitação que minimize os impactos negativos sobre o ambiente e maximize a educação ambiental e patrimonial.

Neste contexto de conflitos o turismo pode ser prejudicado, devido à insatisfação dos moradores que acabam tendo uma visão do turista como um invasor e causador de conflitos. Por isso é de extrema importância o desenvolvimento de ações educativas, que promovam o entendimento do meio ambiente e despertem a consciência ambiental.

A WWF-Brasil defende que “o turismo deve respeitar as culturais locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais.” Portanto a comunidade deve estar ciente dos possíveis benefícios advindos do Turismo, bem como as oportunidades de



engajamento dessa com a atividade. Mas o turismo somente poderá trazer benefícios se ocorrer de forma planejada, respeitando as limitações do meio ambiente e a culturas locais.

O relacionamento do turismo com o meio ambiente está longe de ser simples. Numerosas situações de conflito são registradas e, diante de sua fragilidade, cada medida ou precaução pode gerar um efeito perverso, difícil de controlar. O desafio reside em encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade e a proteção ambiental. Para (RUSCHMANN, 2006, p 82)

371

O Parque Estadual do Biribiri e o Bairro Cidade Nova, são lugares distintos tendo um ambiente natural e o outro urbano social, porém são provedores de recursos necessários para desenvolvimento de uma sociedade e deve ser pensados e trabalhados da melhor forma para o desenvolvimento socioambiental, desde o viés do parque enquanto salvaguarda do meio ambiente quando a utilização destes espaço para interação do homem com a natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso do Parque Estadual do Biribiri procurou levantar uma discussão acerca da interpretação feita pelos residentes do Bairro Cidade Nova, localizados no entorno da Unidade de Conservação. Mesmo não sendo dotado de infraestrutura, o parque recebe muitos visitantes. Portanto a sua efetiva implantação servirá como impulso para o crescimento do turismo na área, uma vez que ele possui uma riqueza natural diversificada, além da possibilidade de aproveitamento das áreas desta unidade para a prática do ecoturismo de forma planejada.

Diversas ações de conscientização ambiental estão sendo realizadas, mas pode-se perceber que não há um envolvimento total da comunidade do entorno, que acaba ficando alheia a parte do processo de gestão, sofrendo diretamente com as decisões tomadas pela gestão. Como foi analisado, apesar da comunidade não estar “totalmente” envolvida na gestão da unidade, parte dos moradores usufrui desse espaço como alternativa de lazer.

Como o Parque ainda não é considerado aberto à visitação pelo Instituto Estadual de Florestas, sua visitação ocorre de forma irregular e ainda sem o devido acompanhamento, desta forma deixa a desejar quanto aos benefícios do desenvolvimento do ecoturismo e suas contribuições para a sensibilização ambiental.



O processo de ecoturismo reunido com a educação ambiental, aliados à interpretação do ambiente é imprescindível na visita às Unidades de Conservação. As diversas atividades de interpretação enriquecem a experiência turística, uma vez que os visitantes passam a conhecer melhor o local e contribuem para a sua preservação. Ações criativas podem ser desenvolvidas no âmbito da educação, levando-se em consideração as características da Unidade de Conservação.

Há necessidade de a comunidade compreender a Unidade de Conservação como um benefício e interagir com esse espaço, como um instrumento de proteção e auxílio a fiscalização e conservação deste patrimônio natural, defendendo e contribuindo para a sua preservação.

Este estudo é parte da realização de entrevistas que ocorreram durante a graduação do curso de turismo e de atuais estudos em relação ao Parque Estadual do Biribiri e seu entorno que estão sendo desenvolvidas durante o processo de pós-graduação e ainda encontra-se em andamento. O tema é amplo e por este motivo procurou-se aqui discutir o assunto possibilitando futuros estudos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Márcia de; ALMEIDA, Maria Geralda de. **O patrimônio e a paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: uma interface com a cultura e identidade**. II Colóquio Nacional do NEER, 2007. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/autor\\_m.html](http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/autor_m.html)>. Acesso em 13 de setembro de 2011.

ÁVILA, C. G., PAULA, V. C. **Relatório de Atividades Realizadas no Parque Estadual do Biribiri**. IEF.Diamantina. Dezembro de 2010.

BRASIL 2000. **Lei Federal Nº 9.985** de 18/07/2000. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da outras providências. Disponível em: [http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/snuc\\_sistema%20nacional%20e%20unidades%20de%20conservacao.pdf](http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/snuc_sistema%20nacional%20e%20unidades%20de%20conservacao.pdf) . Acessada em 30/04/2014

BRAGA, Pilar Louisy Maia; PAULA, Viviane Cristina de. **Levantamento qualitativo do perfil dos moradores do bairro cidade nova - Entorno do Parque Estadual do Biribiri, e suas contribuições para gestão da unidade de conservação**. Trabalho apresentado no X



congresso Nacional de Meio ambiente de Poços de Caldas, 2013. Disponível em:  
<<http://meioambientepocos.com.br/portal/anais/>> Acessado em 25 de novembro de 2013.

BUENO, Fernando Protti. **Educação Ambiental Aplicada ao Ecoturismo nas Unidades de Conservação do pólo de Ecoturismo da trilha de Santa Catarina**. SP: UNESP, 2008.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de Conservação: Matéria-prima do Ecoturismo**. Série Turismo. SP: Aleph, 2002.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. 2. ed. São Paulo: Papirus. 2005.

MACEDO, Sâmara Borges; MACEDO, Renato L. Grisi; VENTURIN, Nelson; ANDRETTA, Vanessa; AZEVEDO, Felipe C. Scalia. **Importância da ética ambiental para a consolidação do ecoturismo**. UFLA. Disponível em  
<<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo27.pdf>> Acesso em 02/06/2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília, 2010.

Disponível em:

[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf) . Acesso em 30/04/2014

PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI. Encarte 3 - **análise da Unidade de Conservação**. Curitiba/PR: julho de 2004.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.html)>. Acesso em 14/06/2010.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2006, 13º ed.

SOUZA, Daniella Eloi, de. **As implicações da criação do Parque Estadual do Biribiri para a comunidade e para o desenvolvimento do turismo** – Diamantina: UFVJM. Monografia. 2011.

TURISMO RESPONSÁVEL: **Manual para Políticas Locais**. (Org. Sérgio Salazar Salvati). Brasília, DF, WWF Brasil, 2004. 220 p.



## O DIREITO ÀS TERRAS INDÍGENAS À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS

THOMPSON, Mariana de Medeiros

*Mestranda do Programa do Curso de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF – Niteroi - RJ*  
marianthb@yahoo.com.br

390

COSTA, Livia Gonçalves da

*Mestranda do Programa do Curso de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF – Niteroi – RJ*  
livia\_gcosta@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho visa à exposição de abordagem normativa a respeito da demarcação das terras indígenas no Brasil que é amplamente tratado tanto na jurisprudência dos Tribunais Superiores, quanto na seara governamental, mas também no meio acadêmico. Nesse viés, busca promover revisão bibliográfica doutrinária com exposição das principais legislações esparsas vigentes, ressaltando a importância da Constituição Federal e das Convenções Internacionais acerca do tema. O andamento deste artigo tratará dos povos indígenas, sem privilegiar, contudo, análises de estudos de casos particulares. Posteriormente, cuidará de colacionar os entendimentos mais recentes da Suprema Corte, objetivando identificar possíveis avanços e/ou retrocessos na luta pela consolidação desse Direito por esses povos tradicionais, o que provocará, via de consequência, inquietação no leitor proporcionando sua reflexão sobre o real alcance da norma.

**Palavras-chaves:** Constituição. Indígenas. Terras.

### ABSTRACT

The present work aims to exhibit normative approach regarding the demarcation of indigenous lands in Brazil that is widely treated both in the jurisprudence of the Superior Courts, as the government harvest, but also in academia. This bias, seeks to promote doctrinal literature review of the main exposure sparse existing laws, stressing the importance of the Constitution and International Conventions on the subject. The progress of this article will deal with indigenous peoples, without privileging, however, analyzes of studies of particular cases. Subsequently, take care of collate the most recent understandings of the Supreme Court in order to identify possible improvements and / or setbacks in the struggle for consolidation of this law by those traditional peoples that will result, as a consequence, player unrest in providing its reflection on the actual range the norm.

**Keywords:** Constitution. Indigenous. Lands.





## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade trazer à tona discussão pulsante e constantemente veiculada nos principais meios de comunicação, sendo pauta de debate na seara governamental e no meio acadêmico, ou seja, o Direito às Terras Indígenas e a sua demarcação no Brasil.

Para tanto, a metodologia escolhida busca fontes de dados com base em pesquisa bibliográfica dos principais livros doutrinários, de dados estatísticos, da legislação em vigor, de artigos científicos recentes e de material pesquisado em “sites” acadêmicos e de entidades governamentais.

Nesse viés, abre-se o desenvolvimento com o especial interesse didático de situar o leitor na identificação inicial do protagonista e ator social neste cenário escolhido que é o povo indígena e, assim, traçar a diferença essencial entre os conceitos de terra e território indígena.

Em seguida, os contornos desta proposta de trabalho se tornam mais evidentes com a exposição da Constituição Federal, principal alicerce desse Direito, sem, deixar de levar em conta a gama dos demais diplomas legais pertinentes.

Em momento posterior, abordam-se as principais legislações esparsas, a citar a Lei Ordinária: Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) e o Decreto 1775/1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

O ponto máximo deste arrazoado está na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas para revelar sua importância nas questões aqui tratadas, em cotejo, obviamente, com a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos Indígenas.

Por fim, diante da revelação de todo o acervo legal sobre a matéria e cientes das normas nacionais e internacionais vigentes, são trazidos à baila os julgados do STF, visando à provocação de reflexão entre o Direito posto e o Direito efetivo, materializado, concretizado ou não, a fim de verificar possíveis evoluções e/ou retrocessos na luta desse Direito pelos povos tradicionais.



## 2. O CONCEITO HISTÓRICO DE TERRAS INDÍGENAS

Nesta abertura, é apropriada a conceituação de indígena, na visão de SILVA<sup>1</sup>:

O Índio seria aquele ser pertencente a uma comunidade indígena, sendo esta, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, um grupo local pertencente a um povo que se considera segmento distinto da sociedade nacional, por conta da consciência de sua continuidade histórica em sociedades pré-coloniais.

392

Há séculos as terras indígenas são protagonistas no palco das discussões jurídicas no Brasil e que, inicialmente, foram protegidas desde o período colonial. A esse respeito, dirá o professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho<sup>2</sup> que:

O Brasil colonial conheceu normas jurídicas que garantiram este direito, como o Alvará de 1º. de abril de 1680 que declarava que as sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa não poderiam desconstituir os direitos dos índios sobre as suas terras, que possuíam como ‘primários e naturais senhores delas’. É que as sesmarias eram concedidas sempre ressalvado o direito de terceiro, e, dizia o Alvará, com muito mais razão o direito dos Índios.

Não obstante isso, durante muitos anos, este país alimentou a mentalidade colonialista de que os índios deveriam ser expulsos de suas terras, o que gerou inúmeros casos. No entanto, com o advento do Estatuto do Índio (Lei n.6.001/1973) e depois com as mudanças provocadas pela CRFB/1988 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais conhecida como Constituição Cidadã, os Direitos Indígenas ganharam novas feições.

Para que se possa entender com exatidão a concepção do que seja terra indígena, é necessário buscar na antropologia a essência desse conhecimento nas palavras de Dominique Tilkin Gallois<sup>3</sup>:

Como expuseram vários estudos antropológicos, a diferença entre ‘terra’ e ‘território’ remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

<sup>1</sup> SILVA, Winicius Faray da. O árduo processo de demarcação de terras indígenas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3952, 27 abr. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27934>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

<sup>2</sup> SOUZA FILHO, C.F.Marés de. O renascer dos povos indígenas para o direito. 1ª. ed. 8ª.reimpressão. Paraná: Juruá, 1998, p.124

<sup>3</sup> Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In Fany Ricardo. (Org). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. 1 ed.São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v., p.37-41



Nesse passo, o Procurador da República, Edilson Vitorelli<sup>4</sup> dirá: “*A relação do índio com a terra é uma relação de vida, de cultura, que deságua em agricultura extensiva, na coleta dos frutos da terra e no respeito*”. Mais adiante, o autor ainda tratará da problemática que gira em torno do tema, trazendo à lúmen a seguinte reflexão:

O problema é que a manutenção dessa relação cultural com a terra exige uma dimensão territorial considerável. Não é possível caçar, pescar ou praticar o extrativismo em uns poucos hectares. Todavia, a incompreensão dessa especial relação do índio com a terra, assim como de que ela é essencial para a manutenção da cultura indígena e, logo, para permitir a continuidade de sua existência como índio, tem feito com que índios continuem, inclusive com o beneplácito do Poder Judiciário, sendo expulsos das terras que ocupam.

393

### **3. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E AS TERRAS INDÍGENAS**

Quando se trata de abordar a extensão do conceito de território indígena, automaticamente, recorreremos à CRFB/1988<sup>5</sup> que discorre no Capítulo VIII especificamente sobre os Direitos Indígenas em geral, nos artigos 231 e 232, os quais são transcritos parcialmente abaixo:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (...)

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Dessa forma, a Constituição de 1988 admitiu que os índios são, reconhecidamente, os primeiros povos no exercício de posse da terra muito antes da colonização, logo, devem ser considerados os senhores originários dessa terra, advindo daí o nascimento do Direito de uso e gozo de seu território com o objetivo de sua preservação física e cultural, protegendo, ademais,

<sup>4</sup> VITORELLI, Edilson. Estatuto do Índio Lei n.6.001/1973:Dicas para realização de provas de concurso artigo por artigo.2ª.ed.rev.atual.ampl. —Bahia: JusPodivm, 2013.p.116



seus costumes, tradições, o que pode ser compreendido como a própria sobrevivência de um povo. Em razão disso, é possível constatar que os índios são destinatários do Direito de ocupação de suas terras de forma permanente, exclusiva e vitalícia.

O Direito às terras indígenas consagrou-se antes da CRFB de 1988, sendo tratado na Constituição de 1934, considerada o marco da constitucionalização das garantias às terras indígenas que trazia no artigo 129 o seguinte comando: “*Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se acharem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las*”.<sup>6</sup>

Entretanto, destaca-se que a Constituição de 1988 afirma categoricamente que apesar do usufruto vitalício das terras concedidas às populações indígenas, essas mesmas terras são de propriedade da União, conforme apregoa o art.20, XI<sup>7</sup> que dispõe que: “*São bens da União: XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios*”.

Por fim, vale citar os outros artigos da CRFB/1988 referentes aos demais Direitos Indígenas: 20, XI; 22, XIV; 49, XVI; 109, XI; 129, V; 176, §1º; 210, §2º; 215, §1º; 231; 232 e art. 67 do ADCT.

#### **4. O TRATAMENTO DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS**

Como já dito, o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19 dezembro de 1973), apesar de trazer em seu bojo conceitos ultrapassados, ainda se mostra vigente e é tido como um dos instrumentos de regulamentação dos Direitos Indígenas no Brasil.

No entanto, é preciso ter em mente uma visão avançada a respeito do entendimento mais atual acerca dos povos indígenas, pensamento que colide com a terminologia empregada no Estatuto e com suas ideias centrais estagnadas no tempo e, portanto, entremeada de termos obsoletos, conforme nos ensina Edilson Vitorelli<sup>8</sup>:

<sup>5</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Cláudio de Oliveira Brandão. 13.ed. Rio de Janeiro: Lei Nova Edições, 2012

<sup>6</sup> VITORELLI, Edilson. *Estatuto do Índio Lei n.6.001/1973:Dicas para realização de provas de concurso artigo por artigo*. 2ª.ed.rev.atual.ampl. —Bahia: JusPodivm, 2013, p.113.

<sup>7</sup> BRASIL. *Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Cláudio de Oliveira Brandão. 13.ed. Rio de Janeiro: Lei Nova Edições, 2012

<sup>8</sup> VITORELLI, Edilson. *Estatuto do Índio Lei n.6.001/1973:Dicas para realização de provas de concurso artigo por artigo*. 2ª.ed.rev.atual.ampl. —Bahia: JusPodivm, 2013, p.23.



o primeiro alerta para quem inicia os estudos se dirige para questão da terminologia. Expressões como silvícola, tribo, aldeia, integrado, não integrado ou em vias de integração devem ser evitadas. O melhor é utilizar apenas o termo índio ou indígena e as designações comunidade indígena ou grupo indígena.

Dito isso, o esforço da sociedade não-indígena deve buscar ampliar os seus horizontes para desenvolver mentalidade aberta, respeitando o auto-reconhecimento, a autodeterminação, a jusdiversidade, a cultura e os costumes indígenas. Por essa razão, nascerá reflexão de clareza solar que entende que a cultura indígena não deve ser considerada inferior, mas que os índios têm o direito de mantê-la ou mesmo de incorporar a ela novos elementos à sua livre escolha.

Nesse passo, a Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário, assim como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a serem introduzidas no capítulo subsequente, são consideradas documentos inovadores de visão profundamente humanística sobre os reais direitos indígenas e que devem ser considerados instrumentos norteadores de toda e qualquer discussão no tocante a esse tema.

Neste momento, passe-se à exposição do elenco de dispositivos atinentes ao Direito às terras indígenas, regulamentado no Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19 dezembro de 1973)<sup>9</sup>.

A pertinência temática no estatuto encontra guarida a partir do Título III: “Das Terras Indígenas”, que está estruturado em cinco importantes capítulos normativizados pelos artigos 17 ao 37.

Vale ressaltar que muito embora, cronologicamente, o Estatuto tenha sido criado anteriormente à CRFB/1988, o referido diploma foi recepcionado pela Constituição Cidadã, motivo pelo qual vige normalmente produzindo seus efeitos legais.

Trata o Capítulo I das “Disposições Gerais”, que é constituído pelos artigos 17 ao 21. O art.17 e seus incisos têm por função descrever as terras indígenas, afirmando que são aquelas habitadas ou ocupadas por “silvícolas”; as áreas reservadas (Capítulo III deste Título) e as de terras de domínio das comunidades indígenas.

Em seguida, o art.18 traz vedação quanto à possibilidade de que essas terras sejam objeto de arrendamento ou negócio jurídico que obste o exercício pleno da posse. Nesse

<sup>9</sup> BRASIL, *Lei 6.001, de 19 dezembro de 1973*. Dispõe sobre Estatuto do Índio. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dez. 1973



diapásão, é proibida, inclusive, a pesca, a caça, a coleta de frutos e as atividades da agropecuária ou a extrativa por pessoas estranhas a esses povos tradicionais.

O art.19 determinará que o processo de demarcação das terras indígenas será regulado pelo Decreto 1775/96 e orientado pelo órgão de assistência ao índio.

Encerrado o primeiro capítulo, o art.21 fará referência à possibilidade de intervenção da União, em caráter experimental, em áreas indígenas, por meio de decreto do Presidente da República, cujas condições constam no elenco dos parágrafos desse artigo.

Mais adiante, o Capítulo II: “Das Terras Ocupadas”, lastreado pelos artigos 22 ao 25, fundamentalmente discorrerá sobre a posse permanente das terras indígenas pelo usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades dessas terras que por serem de propriedade da União são inalienáveis. Além dessas determinações, conceitua-se o que é posse indígena e a ocupação efetiva da terra, na prática dos usos, costumes e tradições, sendo indispensável a posse da terra para sua subsistência ou utilidade econômica.

O usufruto, dessa maneira, também abrangerá os acessórios e seus acréscidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais existentes nas terras ocupadas, garantindo-se a exclusividade da caça e da pesca à população tradicional.

Por fim, o art.25 esclarece que o direito ao reconhecimento da posse permanente às comunidades indígenas independerá de sua demarcação nos termos do art.198 da CRFB/1967, inserido pela EC 01 de 17/10/1969, sendo assistidos pelo órgão federal de assistência aos índios, observado o consenso sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Já o Capítulo III: “Das Áreas Reservadas”, composto pelos artigos 26 a 31, os quais determinam que a União estabelecerá, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e à ocupação pelos índios, sendo possível a sua organização nas seguintes modalidades: de reserva indígena, parque indígena, colônia agrícola indígena ou território federal indígena.

O art. 27 conceitua Reserva Indígena como sendo área destinada a servir de habitat a grupos indígenas, com os meios suficientes à sua subsistência.

Quanto ao art.28, este traz a definição de Parque Indígena que deve ser compreendido como a área contida em terra para posse dos índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.





Por último, o art.29 define Colônia Agrícola a partir de uma área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, em que convivam comunidades indígenas e membros da comunidade não-indígena. Em seguida, o art.30 explica que o Território Federal Indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formada por índios, sendo certo que as demais disposições deste Capítulo são jungidas ao art. 198 da CRFB/1967, inserido pela EC 01 de 17/10/1969.

Quando se fala no Capítulo IV: “Das Terras de Domínio Indígena”, formado pelos artigos 32 a 33, o conteúdo dos dispositivos adentra a seara do Código Civil Brasileiro de 1916, à época vigente, cabendo-lhe dizer que as terras havidas pelos meios de aquisição da propriedade seriam de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena.

Enquanto que o art.33 revela a possibilidade de exercício de instituto similar ao da usucapião, pois afirma que o índio que ocupe como próprias terras inferior a cinquenta hectares terá adquirida a propriedade plena, ressalvadas as terras de domínio da União, ocupadas por comunidades indígenas de que trata esta Lei.

O Capítulo V é o último e possui o seguinte título: “Da Defesa das Terras Indígenas”, disciplinado pelos artigos 34 a 37, cujo rol evidencia conteúdo de proteção e concretização do Direito à terra às comunidades tradicionais.

Assim, o art.34 afirma que o órgão federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e auxiliares da Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas.

No tocante aos aspectos jurídicos e extrajudiciais, o objetivo do art.35 se mostra inequívoco, ao conferir a garantia do exercício do direito à defesa indígena pelo órgão federal de assistência, um dos legitimados para esse mister.

O art.36 é categórico ao dizer que competirá à União adotar as medidas administrativas ou propor, através do MPF, as ações judiciais apropriadas à proteção da posse dos “silvícolas” sobre as terras que habitam, ressalvadas as medidas judiciais previstas neste artigo, caso sejam propostas pelo órgão federal de assistência, ou contra ele, a União será litisconsorte ativa ou passiva.

Sobre o art. 37, este se refere à hipótese de que as comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, com a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio.



Ao final, o art.38 dirá que as terras indígenas são inusucapíveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, com exceção do previsto neste artigo.

## 5. A CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

Os dados estatísticos e os demais termos a seguir foram extraídos do “site” do IBGE, baseado em informações concedidas pela FUNAI<sup>10</sup>, em 19 de julho de 2014, com alicerce legal no Decreto 1775/96<sup>11</sup> e em comunhão como o Estatuto do Índio em que é possível constatar a classificação das Terras Indígenas.

Desse modo, as Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas são aquelas examinadas no art. 231 da CRFB de 1988, em que se reconhece o direito originário desses povos tradicionais, cujo processo de demarcação vem a ser disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Diferentemente, as Reservas Indígenas possuem origem na doação de terras por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, destinadas à posse permanente dos grupos indígenas. Nesse sentido, importante observar que são terras que pertencem ao patrimônio da União, todavia não se confundem com as terras de ocupação tradicional.

Sobre as Terras Dominais, elas realmente são de domínio/propriedade das comunidades indígenas, adquiridas com base na legislação civil.

No tocante às Terras Interditadas, elas podem ser compreendidas como extensões de terras interditadas pela FUNAI em caráter protetivo aos povos e grupos indígenas isolados, com proibição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada simultaneamente ou não com o processo de demarcação, regida pelo Decreto n.º 1775/96 que expõe as fases do Processo Administrativo, em resumo, conforme se vê a seguir:

Inicialmente, o órgão de assistência ao índio designará grupo formado pelos servidores do quadro funcional, coordenado por antropólogos para realização de estudos, quais sejam: históricos da etnia local, cartográficos, jurídicos, sociológicos, ambientais e de cunho fundiário

<sup>10</sup> <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>, em 19/07/2014, às 14h27min

<sup>11</sup> BRASIL, *Decreto 1.775 de 08 de janeiro de 1996*. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 09 de jan. 1996.



que embasarão a identificação e a delimitação da terra indígena, com a participação, em todas as fases, do grupo indígena envolvido devidamente representado.

Posteriormente, uma vez finalizados os trabalhos de identificação e de delimitação, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à presidência do órgão federal de assistência para aprovação da terra indígena demarcada.

Em seguida, a conclusão dos estudos será publicada no Diário Oficial da União e do Estado, juntamente com o memorial descritivo e o mapa da área, cuja publicação deverá ser afixada na sede Prefeitura da situação do imóvel. Cabe esclarecer que essa também vem a ser a fase do contraditório administrativo, em que facultará aos Estados e aos municípios e demais interessados, manifestarem-se apresentando suas defesas munidas de provas, enviando-as ao órgão federal para decisão da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Uma vez encerrado o prazo, o órgão de assistência encaminhará o procedimento ao Ministério da Justiça, que, em 30(trinta) dias, no caso de decisão positiva acerca da demarcação, declarará os limites das terras demarcadas mediante portaria, exigindo as diligências necessárias que deverão ser cumpridas em noventa dias. Nessa fase, serão colocados os marcos e o georreferenciamento que é a atribuição das coordenadas geográficas. A partir daí, inicia-se a fase de homologação das terras cuja demarcação administrativa foi homologada por meio de decreto Presidencial.

Em consequência disso, passa-se à fase da regularização após o decreto de homologação, as terras são registradas em Cartório em nome da União, ente que realmente detém o seu domínio e também na Secretaria do Patrimônio da União e, desse longo processo, poderá haver áreas interdidas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

Importante observação encontra-se na constituição das Reservas Indígenas que obedece às seguintes etapas do processo de regularização fundiária:

São encaminhadas como RI (Reserva Indígena) as áreas que estiverem em fase de procedimento administrativo com finalidade de sua aquisição (compra direta, desapropriação ou doação).

Uma vez regularizadas as áreas adquiridas, resguardadas pela providência do registro em nome da UF, tem-se a destinação plena da posse e do usufruto exclusivos aos povos indígenas, incluindo-se, neste item, a área dominial.



Abaixo o quadro demonstrativo, extraído do site do IBGE com dados fornecidos pela FUNAI que dimensiona em hectares as terras sujeitas ao processo administrativo.

O Estado brasileiro tem 8.515.767 km<sup>2</sup> de extensão territorial, o que equivale a 851 milhões de hectares. A parcela destinada às terras indígenas no Brasil ocupa uma área de aproximadamente 1.100.000 km<sup>2</sup> de extensão, o que seria comparado a um espaço territorial maior do que a França e do Reino Unido juntos.

A seguir também é possível examinar tabela extraída do site do IBGE<sup>12</sup> com base nos dados concedidos pela FUNAI a respeito da situação da regularização das terras indígenas.

400

Grandes Regiões	Nº de Terras	Superfície (ha)
Em estudo	115	0
Delimitada	30	2 024 366
Declarada	51	2 679 132
Homologada	12	513 762
Regularizada	428	104 616 529
Reserva Indígena	36	44 358

Fonte: Tabela: IBGE – Terras (FUNAI dezembro de 2013).

## 6. AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Como mencionado anteriormente, é inegável a relevante contribuição para os Direitos Indígenas da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos Indígenas, entendidas as referidas normas como as atrizes principais da valorização e do reconhecimento dos direitos desses povos tradicionais.

Sobre a Convenção 169 da OIT, o professor PRETTI<sup>13</sup>, em sua compilação normativa, expõe literalmente o que foi discutido na Conferência Internacional do Trabalho.

Nesse sentido, o texto preambular da convenção reúne as razões que motivam os anseios desses povos tradicionais, conforme se observa adiante:

<sup>12</sup> Disponível em:

<http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/ptecoao-ao-meio-ambiente-unidades-de-conservacao-e-terras-indigenas>, às 6h40min

<sup>13</sup> PRETTI, Gleibe. *Direito Internacional do trabalho e convenções da OIT ratificadas pelo Brasil*. São Paulo: Ícone, 2009, p.538.



(...) a evolução do direito internacional desde 1957 e as mudanças sobrevindas na situação dos povos indígenas e tribais em todas as regiões do mundo fazem com que seja aconselhável adotar novas normas internacionais nesse assunto, a fim de se eliminar a orientação para a assimilação das normas anteriores. Reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram.

Diante disso, necessário transitar pelo art. 14, 1 da Convenção 169 da OIT que trata especificamente do reconhecimento dos direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam os povos indígenas. Ademais, também é resguardado o direito dos povos indígenas de utilização das terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas das quais possam se servir em razão de sua sobrevivência, assim como para desenvolver suas atividades tradicionais. Ao lado da Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos Indígenas<sup>14</sup>, em seu Anexo, fortalece as disposições constitucionais pátrias, senão vejamos o que dispõe o seu anexo:

(...) Preocupada com o fato de os povos indígenas terem sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e da subtração de suas terras, territórios e recursos, o que lhes tem impedido de exercer, em especial, seu direito ao desenvolvimento, em conformidade com suas próprias necessidades e interesses,  
Reconhecendo a necessidade urgente de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, que derivam de suas estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e de sua concepção da vida, especialmente os direitos às suas terras, territórios e recursos(...)

Além do anexo, outros artigos regulam o direito às terras indígenas ao longo da Declaração das Nações Unidas, quais sejam, o art.8º, 1, b em que se apregoa o direito dos grupos indígenas de não sofrerem assimilação forçada ou destruição de sua cultura, nem a subtração de suas terras, territórios ou recursos, nem de serem forçados a deixarem suas terras ou territórios nos termos do art.10.

Vale dizer ainda que todos os três itens (1, 2 e 3) do art. 26 comungam dos mesmos preceitos para dizer que os povos indígenas têm direito às terras, aos territórios e aos recursos que possuam e ocupem tradicionalmente ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido. Do mesmo modo, têm direito a possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e



recursos, sendo certo que os Estados, por sua vez, serão os reconhecedores desses direitos, conferindo proteção jurídica a essas terras, territórios e recursos, respeitando os costumes, as tradições e os regimes de posse da terra dos grupos indígenas.

O art.28, por sua vez, prevê a possibilidade de reparação de danos aos povos indígenas quando violados os seus direitos, figurando a possibilidade de indenização por meio da concessão de terras, territórios ou outros recursos de igual qualidade.

Encontram-se no art.29, no mesmo diploma, medidas de proteção do meio ambiente e de conservação relativos à capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos, sendo de responsabilidade do Estado adotar medidas efetivas para evitar o armazenamento de materiais perigosos em suas terras ou territórios, sem concordância prévia, livre e informada.

A partir do art.30 verifica-se a proibição de atividades militares em suas terras, a menos que essas atividades sejam justificadas por um interesse público relevante ou decididas com os povos indígenas interessados. No mesmo bojo, exige-se a consulta aos grupos indígenas interessados em particular ou por meio de suas entidades representativas.

Por fim, o art.32 privilegiará o direito de que os povos indígenas possam decidir sobre as estratégias relativas ao desenvolvimento do uso de suas terras, territórios e recursos naturais.

Com isso, é de se perceber a autonomia concedida pelos diplomas internacionais a essas populações tradicionais no sentido de avocarem para si o direito ao rumo que darão sobre própria condição cultural, de subsistência e demais aspectos de vida em suas terras.

## 7. O POSICIONAMENTO ATUAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Quando se fala em “Demarcação de Terras Indígenas”, vem à tona rica discussão existente na doutrina nacional e internacional sobre o conceito de território e de como ele influencia na vida e na própria definição de uma comunidade tradicional.

A respeito disso, não se pode deixar de citar caso emblemático, o mais importante precedente sobre a “Demarcação de Terras Indígenas” que vem a ser o famoso caso Raposa Serra do Sol, em que o Supremo Tribunal Federal espelhou sua total falta de conhecimento

<sup>14</sup> BRASIL, *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.*, Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008, p.4-5.





interdisciplinar no tocante às ciências sociais como a antropologia e a sociologia, o que culminou com o insucesso do julgado e ausência do olhar voltado para os Direitos Indígenas.

Apesar disso, não há dúvidas de que deve ser considerado julgado capaz de influenciar todos os demais casos semelhantes por ter sido o de maior repercussão.

Em síntese, o caso Raposa Serra do Sol descrito por VITORELLI<sup>15</sup> trata de ação popular ajuizada por indivíduo do Estado de Roraima com base na declaração de nulidade da Portaria do Ministro da Justiça 534/2005, que demarcou de modo contínuo a terra indígena, e do decreto presidencial homologatório atinente a ele. A nulidade, portanto, decorreria de vícios do processo administrativo de demarcação a citar: insuficiência da oitiva dos interessados, parcialidade da perita etc. Sustentou ainda que a demarcação contínua geraria efeitos econômicos desastrosos para o Estado de Roraima, pela restrição de grande extensão de suas terras, invadidas e utilizadas por produtores rurais. O STF, por sua vez, devido ao julgamento proferido na Reclamação 2.833 já havia decidido que a solução do caso estaria afeta a si, de modo que a ação popular passou a tramitar diretamente naquela corte. Após a contestação, a PGR se manifestou pela improcedência do pedido, não vislumbrando vícios na demarcação, sendo certo que a defesa do ato foi efetuada apenas pela União, tendo a FUNAI, curiosamente, requerido seu ingresso na lide, na qualidade de interessada, apenas depois de encerrada a instrução. Da mesma maneira, procedeu o Estado de Roraima, entretanto, ao lado do autor. Ambos juntaram, a destempo, inúmeros documentos, que acabaram sendo aceitos pelo STF. O Estado chegou a requerer estapafúrdio pedido de que o STF expedisse ordem para que a União se abstivesse de afetar quaisquer terras em sua área, independentemente da finalidade da afetação (indígena, ambiental, etc).

VITORELLI<sup>16</sup> ainda arrematou tecendo exame sobre o julgamento do caso dizendo que:

**“Boa parte dos direitos indígenas reconhecidos em norma já internalizada, a Convenção 169 da OIT, se viu reduzida a quase nada. Isso para sequer mencionar o estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, sobre a qual tanta tempestade se fez, embora ela própria tenha tido o cuidado de expressamente vedar as interpretações separatistas. Perderam os índios o direito de consulta prévia em diversas hipóteses; o direito de construção da decisão no caso da**

<sup>15</sup> VITORELLI, Edilson. Estatuto do Índio Lei n.6.001/1973:Dicas para realização de provas de concurso artigo por artigo.2ª.ed.rev.atual.ampl. —Bahia: JusPodivm, 2013,p.214-216, 247.

<sup>16</sup> VITORELLI, Edilson. Estatuto do Índio Lei n.6.001/1973:Dicas para realização de provas de concurso artigo por artigo.2ª.ed.rev.atual.ampl. —Bahia: JusPodivm, 2013, 247-248.



**unidade de conservação, mantendo apenas o direito de opinar; o direito de se opor a empreendimentos públicos realizados em suas terras, que, na maioria dos casos, causam efeitos deletérios a sua organização; o direito de se opor ao livre trânsito policial e militar em suas áreas, o que pode ser perversamente utilizado contra seus costumes(...)**” (grifo nosso)

Em sintonia com VITORELLI, é imprescindível também trazer à baila o artigo científico: “O Supremo tribunal federal e a diversidade social: estudo do caso raposa serra do sol”, no qual é feita análise detalhada sobre o caso, cujo resultado observou a insuficiência da perspectiva de representação argumentativa para legitimar as decisões do STF, conforme dirá SOARES<sup>17</sup>:

404

**“(...) Registre-se que a existência de ‘poucas vozes’ foi superada nas condições citadas, ao ser estabelecido um diálogo institucional com segmentos do Estado brasileiro e a interferência nos direitos fundamentais das sociedades indígenas.** Vale ressaltar que essa forma de ‘diálogo institucional’, com o seu sentido limitador, foi utilizada como instrumento na decisão do caso Raposa Serra do Sol por meio das aludidas condições, trazidas no voto do Ministro Menezes Direito. (...)”

**Para tanto, apesar dessa frágil representação argumentativa decorrente da limitação da participação efetiva das sociedades indígenas no universo demarcatório, viabilizou-se o denominado ‘estatuto demarcatório’, o qual firma o desenho institucional do Tribunal como protagonista e limita as possibilidades de mecanismos de diálogo institucional e da própria diversidade social.**

Prova evidente disso está nas liminares concedidas com relação a atos demarcatórios recentes nos Estados de Mato Grosso do Sul e Roraima, nos quais, por meio dos Mandados de Segurança números 28555, 28567 e 28574, em sua decisão monocrática, **o Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Gilmar Ferreira Mendes consolidou a noção clássica de posse como aquela existente efetivamente data da promulgação da Constituição Federal de 1988, desconhecendo o universo antropológico da posse indígena.**” (grifo nosso).

Os fragmentos acima representam a confirmação da falta de observância da normatividade da Convenção 169 da OIT da qual é signatário o Brasil, em razão de que seus preceitos nem de longe foram observados, ainda mais por ser ela o acervo normativo mais próximo da realidade e dos anseios das populações indígenas, o que revela retrocesso no *decisum* em análise.

Do mesmo modo, o Informativo n.: 625 do STF remete à posição conservadora emanada do STF:

<sup>17</sup> SOARES, Bernardo et al. “O Supremo tribunal federal e a diversidade social: estudo do caso raposa serra do sol. In: *Confluências*, volume 12, número 2. Niteroi: PPGSD, outubro de 2012, p.01-31



**“Lei 9.784/99 e demarcação de terras indígenas**

A 1ª Turma desproveu recurso ordinário em mandado de segurança interposto de acórdão do STJ, que entendera legal o procedimento administrativo de demarcação de terras do grupo indígena Guarani Nandéva. Ao rechaçar a primeira alegação, aludiu-se à jurisprudência pacífica do Supremo no sentido de que o prazo de 5 anos para a conclusão de demarcação de terras indígenas não é decadencial, sendo a norma constante do art. 67 do ADCT meramente programática, a indicar ao órgão administrativo que proceda às demarcações dentro de um prazo razoável. **No tocante à aplicação subsidiária da Lei 9.784/99, asseverou-se que o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) seria legislação específica a regulamentar o mencionado procedimento administrativo.(...)”** RMS 26212/DF, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 3.5.2011. (RMS-26212)(grifo nosso)

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância deste trabalho teve o propósito de examinar a normatividade da legislação internacional e pátria acerca do Direito às Terras Indígenas para expô-las da forma que são.

A partir disso, evidenciou-se que as normas internacionais devem ser consideradas as mais atuais e melhor elaboradas, pois foram insculpidas no espírito da proteção de direitos aos seus destinatários, as populações indígenas. Entretanto, sequer são utilizadas como razões de decidir nas oportunidades em que os interessados buscam a prestação da tutela jurisdicional.

É de se notar a falta de aplicabilidade pelos juristas de uma consciência pautada na interdisciplinariedade das ciências que tocam Direito, no caso em comento: a antropologia, a sociologia, a história, dentre outras que possibilitem atingir a elaboração de uma decisão judicial mais adequada buscando a concretização do princípio da justiça, preservando a jusdiversidade e o multiculturalismo indígenas.

Assim, não é difícil entender que pela inobservância das normas internacionais, a sociedade indígena, real jurisdicionada carecedora do reconhecido desses direitos postos, ao final, é relegada à própria sorte, ao sabor da maré dos acontecimentos e obrigada a conviver sem proteção do Estado do qual faz parte. Desse modo, aos olhos dele são invisíveis.

Por tudo isso, é que o objetivo central deste artigo foi o de ressaltar a importância de provocar o leitor e a comunidade jurídica para o conteúdo das decisões judiciais brasileiras envolvendo o Direito às Terras Indígenas a partir do exame crítico da legislação vigente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem. *A Conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil Contemporâneo*. In: Alcinda Rita Ramos. *Constituições Nacionais e Povos Indígenas*. Belo Horizonte: UFMG; 2012, p.206 e 207

BRASIL. Constituição(1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Cláudio de Oliveira Brandão. 13.ed. Rio de Janeiro: Lei Nova Edições, 2012

BRASIL, *Lei 6.001, de 19 dezembro de 1973*. Dispõe sobre Estatuto do Índio. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dez. 1973.

BRASIL, *Decreto 1.775 de 08 de janeiro de 1996*. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 09 de jan. 1996.

BRASIL, *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008, p.3-4.

PRETTI, Gleibe. *Direito Internacional do trabalho e convenções da OIT ratificadas pelo Brasil*. São Paulo: Ícone, 2009.

RICARDO, Fany. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. 1 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v., p.37-41

SILVA, Winicius Faray da. O árduo processo de demarcação de terras indígenas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3952, 27 abr. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27934>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

SOARES, Bernardo et al. "O Supremo tribunal federal e a diversidade social: estudo do caso raposa serra do sol. In: *Confluências*, volume 12, número 2. Niteroi: PPGSD, outubro de 2012, p.01-31

SOUZA FILHO, C.F. Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. 1ª. ed. 8ª. reimpressão. Paraná: Juruá, 1998, p.124

VITORELLI, Edilson. *Estatuto do Índio Lei n.6.001/1973: Dicas para realização de provas de concurso artigo por artigo*. 2ª. ed. rev. atual. ampl. —Bahia: JusPodivm, 2013, p.03-04, 113 e 214-216.

Disponível: em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>, em 18/07/2014, às 18h10min

Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>, em 19/07/2014, às 14h27min

Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/protecao-ao-meio-ambiente-unidades-de-conservacao-e-terras-indigenas>, às 6h40min

Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo625.htm>, às 2h, em 04/08/2014



## DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS ILÍCITOS AMBIENTAIS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

MIRANDA, Napoleão

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
napomir@gmail.com

428

### RESUMO

O enfrentamento dos diversos problemas ambientais vividos pela sociedade brasileira passa, entre vários outros fatores, pela discussão acerca de a quem cabe a responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente, de um ponto de vista jurídico, o que, considerando o amplo processo de judicialização das relações políticas e sociais por que passa o país, assume uma centralidade única no que refere ao objetivo de minorar os problemas do meio ambiente brasileiro. O artigo busca exatamente discutir como se dá a abordagem jurídica do fenômeno da responsabilidade civil nos casos de danos ambientais, desde a perspectiva da experiência brasileira pós-Constituição de 1988.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade Civil. Danos Ambientais. Modelo Brasileiro.

### ABSTRACT

The confrontation of various environmental problems experienced by the Brazilian society passes, among many other factors, by the discussion about who is responsible for the damages caused to the environment, from a legal point of view, which, considering the broad process of judicialization of political and social relations in the country, assumes a centrality in regard to the objective of alleviating the problems of the Brazilian environment. The article search exactly discuss the legal approach of the phenomenon of civil liability in cases of environmental damage, since the prospect of Brazilian experience after the Constitution of 1988.

**Key Words:** Civil Liability. Environmental Damages. Brazilian Model.

### 1. O Conceito de Responsabilidade Civil

Para efeitos de desenvolvimento do tema do presente artigo, o conceito de Responsabilidade refere-se, para Sérgio Cavalieri Filho (2010, pg. 2), ao “dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de outro dever jurídico”. Ou seja, do ponto de vista jurídico, a Responsabilidade se configura como um “*dever jurídico sucessivo*” (ou “*secundário*”) vinculado à noção de indenização ou reparação de um prejuízo causado a um Terceiro – seja um indivíduo, a coletividade ou o Poder



Público. Neste sentido, a responsabilidade se estabelece a partir do momento em que uma Obrigação – considerada aqui como o “*dever jurídico originário*” (ou “*primário*”) – deixa de ser cumprida de forma satisfatória, gerando o direito daquele que foi lesado em seu direito a exigir uma compensação pelo prejuízo sofrido em razão da *inadimplência* ou *inobservância do dever de cuidado* daquele que é o responsável pelo cumprimento desta obrigação. Assim, configurado o ilícito pelo descumprimento da obrigação, surge a responsabilidade, para aquele que incorreu neste descumprimento, de reparar o dano causado a outrem, configurando, dessa forma, a responsabilidade civil no plano jurídico.

Portanto, sempre que houver violação a um direito ou dever jurídico pré-existente – a Obrigação -, pode-se falar no surgimento de outro dever jurídico: a responsabilidade de reparar o dano causado. Daí a definição sugerida por Sergio Cavalieri Filho (*op. cit.*, pg. 2), de que,

responsabilidade civil é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário.

Só se cogita, destarte, de responsabilidade civil onde houver violação de um dever jurídico e dano. Em outras palavras, responsável é a pessoa que deve ressarcir o prejuízo decorrente da violação de um precedente dever jurídico. E assim é porque a responsabilidade pressupõe um dever jurídico preexistente, uma obrigação descumprida.

Esta definição traz, em si, uma série de elementos que precisam ser devidamente deslindados e caracterizados para melhor compreensão do instituto da Responsabilidade Civil, tal como a doutrina jurídica contemporânea a entende.

## 2. Componentes da Responsabilidade Civil

Um dos princípios mais relevantes da Responsabilidade Civil está relacionado à ideia de que o objetivo buscado com sua afirmação, não é o de punir aquele que descumpra uma obrigação, mas o de indenizar ou reparar o dano sofrido pela vítima do comportamento inadequado do agente, ao contrário do que ocorre no âmbito da responsabilidade penal, onde, aí sim, o que se pretende é punir o transgressor de uma





regra de comportamento legitimada pela sociedade. Ou seja, o que se busca é, na medida do possível, restabelecer o *status quo ante* vigente no relacionamento entre distintos sujeitos de direito por ocasião do descumprimento de uma obrigação que deu origem à responsabilidade civil de um ou mais destes sujeitos.

O propósito de se restabelecer o *status quo ante*, tem uma importante aplicação no Direito contemporâneo, particularmente em razão do fato de que a noção de culpa do agente, embora ainda central para certas situações em que se define a responsabilidade daquele que descumpra um contrato ou que não observa o respeito adequado no tocante aos direitos de terceiros, não é mais o único fundamento da responsabilidade civil, a qual passará a estar também alicerçada em outros componentes que não a culpa *stricto sensu*, isto é, em uma conduta marcada pela imprudência, pela negligência, por ação ou omissão voluntária<sup>1</sup>, ou pelo simples descumprimento de um contrato entre as partes. Neste caso, a responsabilidade poderá estar também fundada em elementos como o fato da coisa e no próprio exercício de uma atividade de risco e ou perigosa, os quais dão origem a responsabilidades fundadas no risco-proveito, no risco criado, no risco profissional, no risco econômico, no risco derivado da prestação de um serviço (Gonçalves, 2008, *op. cit.*, pg. 8), e que têm, entre outras, ampla aplicação no âmbito do Direito do Consumidor<sup>2</sup>. A responsabilidade fundada nestes componentes – denominada responsabilidade *objetiva* – será objeto de análise detalhada em breve. No momento, cabe esclarecer melhor a relação existente entre responsabilidade e culpa, de forma a poder demarcar adequadamente o campo da responsabilidade civil que interessa ao presente estudo.

### 3. Responsabilidade Subjetiva e Responsabilidade Objetiva

Um dos aspectos mais relevantes da responsabilidade civil tem a ver com a determinação de **quem** tem a obrigação de reparar o dano causado e **por que**, ou seja, se a responsabilidade deriva de culpa subjetiva do agente ou se ela é derivada de alguma determinação **independente** da culpa, isto é, derivada do ordenamento jurídico. Esta distinção, importantíssima nos dias de hoje, dá origem à responsabilidade **subjetiva**,

<sup>1</sup> Conforme definição prevista no Art. 186, Código Civil de 2002.

<sup>2</sup> O Código de Defesa do Consumidor (CDC) abraçou, como norma, a perspectiva da “responsabilidade objetiva”, que independe da existência e/ou da comprovação de culpa por parte do agente econômico para ser caracterizada e servir de base à defesa do consumidor. Cf, especialmente, os Arts. 12 e 14, CDC.



quando fundada na culpa, e à responsabilidade **objetiva**, quando o seu fundamento **prescinde da existência de culpa do agente**, devendo esta, no entanto, estar prevista na norma jurídica, pois é nela que se encontra sua razão de existir.

### 3.1. Componentes da Responsabilidade Subjetiva

Embora a responsabilidade subjetiva se fundamente na culpa do agente – entendida em sentido amplo, já que abrange também o **dolo**, ou a vontade consciente de provocar a lesão a direito alheio -, ela se estrutura em torno a uma tríade:

- a um elemento **formal**, representado pela violação de um dever jurídico previamente estabelecido no ordenamento jurídico;
- um elemento **subjetivo**, expresso no comportamento culposo ou doloso do agente; e,
- um componente **causal-material**, manifesto na existência de um dano comprovável e na respectiva relação ou nexos de causalidade entre o comportamento do agente e o dano existente (Idem, *ibidem*, pgs. 17-18). Em síntese, na responsabilidade civil *subjetiva*, temos a presença de quatro componentes a defini-la: a conduta (ação ou omissão), o nexos causal, o dano e a culpa (ou dolo) do agente.

Estes componentes se aplicam tanto à responsabilidade contratual, quanto à extracontratual, com a diferença de que, no primeiro caso, basta àquele que tem seu direito violado demonstrar o descumprimento ou inadimplência do que foi contratado para reivindicar seus direitos, ao passo que, no segundo caso, aquele que teve seu direito violado deverá demonstrar o nexos de causalidade existente entre o comportamento do agente e o dano causado a seu(s) direito(s).

A responsabilidade **subjetiva**, portanto, de acordo com a Teoria da Culpa, demanda que a obrigação de reparar o dano somente surge se o agente agiu com dolo ou culpa, sendo necessária a prova da culpa, pela vítima, para que o dano se torne indenizável.

### 3.2. Responsabilidade Objetiva.

Entretanto, nem toda obrigação de indenizar, ou seja, **nem toda responsabilidade civil deriva, necessariamente, da culpa do agente.**



O ordenamento jurídico impõe, em certas situações, a obrigação de indenizar mesmo àquele que não é diretamente responsável pelo dano reclamado pela vítima. Nestas situações, estamos diante da responsabilidade objetiva ou *legal*, isto é, de uma obrigação de indenizar que prescinde da noção de culpa, tão importante para a responsabilidade subjetiva, mas que, aqui, deixa de ser o fundamento desta obrigação, podendo ser satisfeita somente com a demonstração do nexo de causalidade existente entre determinada conduta e o dano causado. Nestes casos, não é necessária a prova de culpa do agente, porque ou ela é **presumida** por lei, ou esta prova é **prescindível** (Gonçalves, 2008, pg. 30), ocorrendo a **inversão do ônus da prova**, ou seja, cabe ao agente imputado, e não mais à vítima, provar que não é dele a culpa ou responsabilidade pelo dano, de forma a evitar a obrigação de indenizar, como ocorre, no caso brasileiro, no âmbito do Direito do Consumidor ou no caso dos ilícitos ambientais.

Dessa forma, cabe à vítima provar somente a ação ou omissão do agente e o dano resultante de qualquer destas condutas, pois a culpa do agente é, nestes casos, presumida. O agente imputado, no entanto, pode arguir, para livrar-se desta responsabilidade, a **culpa exclusiva da vítima**, a **força maior**, e o **caso fortuito**, ou seja, lançar mão das **excludentes de responsabilidade**, cabendo a ele provar não ser o responsável pelo dano causado, mas sim a vítima, ou mesmo ter o dano ocorrido em razão de forças não previstas ou controláveis pela vontade humana, como no caso dos fenômenos naturais extremos (enchentes, maremotos, raios, etc.).

Situações de responsabilidade objetiva ocorrem, por exemplo, no caso dos danos causados por filhos menores de idade sob a guarda dos pais (valendo também para eventuais tutores), por animais sendo responsáveis seus donos, por empregados cabendo a responsabilidade aos empregadores, etc., conforme previsto, por exemplo, nos Artigos 932 e 933 do Código Civil brasileiro. Aqui, estamos diante da chamada **Responsabilidade por Ato ou Fato de Terceiro**, situação na qual **o agente que responde pelo dano causado não é o agente causador do dano**, mas aquele que, por lei, deve se responsabilizar pelos atos deste último. Ela se manifesta ainda em várias outras circunstâncias, como no caso das relações de consumo, nas quais se presume a hipossuficiência do consumidor frente ao empresário e seus empregados ou representantes. Em todas estas situações, ainda que por razões diversas, a culpa dos responsáveis é definida por lei, sendo, portanto, considerada *objetiva*.



Na moderna doutrina sobre o tema, a responsabilidade objetiva encontra seu fundamento na assim chamada **Teoria do Risco**, pela qual, segundo Carlos Roberto Gonçalves (Ibidem, pg. 31),

...toda pessoa que exerce uma atividade cria um risco de dano para terceiros. E deve ser obrigada a repará-lo, ainda que sua conduta seja isenta de culpa. [Neste caso] a responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a idéia de risco, ora encarada como 'risco-proveito' que se funda no princípio segundo o qual é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (*ubi emolumentum, ubi onus*); ora, mais genericamente, como 'risco criado', a que subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo.

Cabe também menção à definição de José Cretella Junior (*apud* Sérgio Cavalieri Filho, *op. cit.*, pg. 142) no que tange à caracterização e diferenciação entre culpa e risco:

a culpa é vinculada ao homem, o risco é ligado ao serviço, à empresa, à coisa, ao aparelhamento. A culpa é pessoal, subjetiva; pressupõe o complexo de operações do espírito humano, de ações e reações, de iniciativas e inibições, de providências e inércias. O risco ultrapassa o círculo das possibilidades humanas para filiar-se ao engenho, à máquina, à coisa, pelo caráter impessoal e o objetivo que o caracteriza.

É importante deter-nos um momento sobre outros desdobramentos ou modalidades da Teoria do Risco já anunciadas, em parte, na citação de Carlos Roberto Gonçalves mencionada acima. Além das teorias do risco-proveito e do risco criado, já relacionadas, é possível destacar as teorias do *risco profissional*, do *risco excepcional* e do *risco integral*, como complementos à Teoria do Risco na sua acepção mais ampla.

De acordo com Sérgio Cavalieri Filho (*op. cit.* pg. 143), para a teoria do **Risco Profissional**,

... o dever de indenizar tem lugar sempre que o fato prejudicial é uma decorrência da atividade ou profissão do lesado,[...], tendo sido desenvolvida para justificar a reparação dos acidentes ocorridos com os empregados no trabalho ou por ocasião dele, independentemente de culpa do empregador.

Por sua vez, a teoria do **Risco Excepcional** argumenta que,



a reparação é devida sempre que o dano é consequência de um risco excepcional, que escapa à atividade comum da vítima, ainda que estranha ao trabalho que normalmente exerça, [como nos casos] de rede elétrica de alta tensão, de exploração de energia nuclear, de [uso de] materiais radioativos, etc. Em razão dos riscos excepcionais a que essas atividades submetem os membros da coletividade de modo geral, resulta, para aqueles que as exploram, o dever de indenizar, independente de indagação de culpa (Ibidem, pg. 144)

Por último, a teoria do **Risco Integral**, considerada uma vertente mais radical da Teoria do Risco, defende

o dever de indenizar até nos casos de inexistência do nexos causal. [...] Pela teoria do *risco integral*, todavia, o dever de indenizar se faz presente tão só em face do dano, ainda nos casos de culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito ou força maior. (Ibidem, pg. 145)

De qualquer forma, cabe destacar, na análise da Teoria do Risco como fundamento da Responsabilidade Objetiva, a vinculação que ela estabelece entre o risco da atividade e o *dever de segurança* estabelecido por lei para aquele que desenvolve uma atividade que cria, de forma implícita ou explícita, risco para terceiros. O dever de segurança seria, nesta leitura, o *dever jurídico violado* nos casos de responsabilidade objetiva, como preleciona Sérgio Cavalieri Filho:

Risco e segurança andam juntos, são fatores que atuam reciprocamente na vida moderna, cuja atividade primordial é **driblar riscos**. Onde há risco tem que haver segurança; há íntima relação entre esses dois fatores, como vasos comunicantes. Quanto maior o risco, maior será o dever de segurança.

A responsabilidade objetiva exsurge quando a atividade perigosa causa dano a outrem, o que evidencia ter sido ela exercida com violação do *dever de segurança*, que se contrapõe ao risco. (Ibidem, pg. 145-146)

Embora a teoria do risco tenha aplicação em vários ramos da atividade humana, como nas relações de consumo, nas relações de trabalho, nas relações envolvendo o transporte de pessoas e bens, na aviação civil, nas atividades de responsabilidade do Poder Público (segurança pública, saúde, educação, etc.), entre outras, ela é



particularmente importante para o estudo dos ilícitos ambientais e a responsabilização dos agentes envolvidos, com ou sem culpa direta pelo fato, como teremos oportunidade de desenvolver ainda neste capítulo.

#### 4. Responsabilidade por Ato Próprio e Responsabilidade por Ato de Terceiro

Por último, nesta rápida revisão do tema da Responsabilidade Civil em razão do objeto deste artigo, é importante fazer menção à manifestação da responsabilidade em sua relação com o agente ou autor do fato causador de lesão ao direito de terceiros. Referimo-nos à *responsabilidade por ato próprio* e à *responsabilidade por ato de terceiro*, tema central para nossa análise.

A responsabilidade civil é, inicialmente, uma consequência – um “*dever jurídico sucessivo*” – decorrente da inobservância, por parte do agente responsável, de uma obrigação derivada de um contrato, ou do devido cuidado com um direito alheio, dando origem à obrigação de indenizar o dano causado a terceiros. Ela é, portanto, na sua origem, vinculada a uma ação ou omissão de um agente determinado, ou seja, a um *ato próprio* deste, que pode ser de natureza **legal** (avanço de sinal vermelho com conseqüente abalroamento ou atropelamento), **contratual** (venda de mercadoria defeituosa, entrega de mercadoria fora do prazo convencionado, etc.), ou **social** (resultante do abuso de um direito: denúncia caluniosa, por ex.) de acordo com Carlos Roberto Gonçalves (2010, pg. 30). Neste último caso, o agente pode cometer o *abuso de direito* mesmo em casos nos quais age de acordo com a lei, excedendo, no entanto, seus direitos e ferindo direitos alheios, sejam eles individuais, coletivos ou mesmo difusos, como no caso da perturbação ao sossego por parte do dono de uma boate ou bar, ou dos ilícitos ambientais.

Por sua vez, a responsabilidade por ato de terceiro deriva, não de uma ação ou omissão própria do agente que é responsabilizado, mas de um terceiro agente que se encontra sob a guarda, a responsabilidade ou o cuidado daquele que é chamado a assumir o ônus de indenizar o dano causado. Enquadram-se, nesta categoria, por exemplo, a responsabilidade dos *pais* pelos atos dos filhos menores ou incapazes; dos *tutores* e *curadores* por aqueles sob seu cuidado; dos *empregadores* pelos atos dos seus empregados enquanto no exercício da atividade correspondente; dos *donos de hotéis*,





*hospedarias e albergues* onde se hospede por dinheiro, entre outros, como acima mencionado. Nestes casos, vige a *presunção de culpa* por parte destes agentes, obrigando-os a indenizar o dano causado pelos terceiros aqui mencionados.

Vinculada à responsabilidade por ato de terceiros, é importante mencionar ainda a **responsabilidade solidária** que se apresenta sempre que houver **concurso de agentes na prática do ato ilícito**. Embora a responsabilidade do pai pelos atos do filho menor possa ser considerada como responsabilidade solidária (*culpa in vigilando*), ela não traz, necessariamente, um benefício para ele. Por essa razão, interessa-nos aqui a responsabilidade que deriva do fato de diferentes agentes produzirem o dano que demanda indenização, ou, embora não participando diretamente da sua produção, dele se beneficiarem. Neste caso, havendo concurso de agentes uma ação de indenização pode ser ajuizada em face de qualquer um dos mesmos, já que, em razão da responsabilidade solidária existente entre eles, a ação permite que seus efeitos.

## 5. A Responsabilidade Civil no Ordenamento Jurídico Brasileiro

O ordenamento jurídico brasileiro adota, essencialmente, a teoria da *Responsabilidade Civil Subjetiva*, embora também incorpore, em alguns de seus códigos e leis, a noção da *Responsabilidade Civil Objetiva* como fundamento para a demanda de indenização por danos causados a terceiros.

O Código Civil Brasileiro de 2002 – Lei 10.406/2002 –, por exemplo, no seu Artigo 186 é claro ao afirmar que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (2009).

Dessa forma, fica evidente a noção de que a culpa do agente é condição *sine qua non* para que o mesmo seja obrigado a reparar o dano causado, sendo necessária, neste caso, a existência da *ilicitude* do ato praticado para que o agente possa ser demandado a indenizar o sujeito lesado.

Por sua vez, no seu Artigo 187, o Código Civil vai fixar a noção de que a obrigação de indenizar não decorre somente da *culpa* do agente, mas também do exercício incorreto de um direito que é seu, por lei, configurando o que a doutrina define como *abuso de direito* (Gonçalves, 2008, pg. 31, e Cavalieri Filho, 2010, pgs. 155 e ss.): “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede



manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.””(2009)

Ou seja, embora o agente esteja atuando dentro dos limites do que a lei lhe confere, o exercício do seu direito pode tornar-se *irregular*, independente deste exercício vir a causar dano a outrem; neste caso, o abuso do direito obriga também a indenizar o terceiro atingido por ele, prescindindo da noção de *culpa* como fundamento para tal demanda. Exemplos de abuso ocorrem, entre muitos outros, no “exercício abusivo do direito de propriedade que perturbe o sossego, a segurança ou a saúde do vizinho” (Art. 1277, Código Civil); na “execução de serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor” (Art. 39, VI, Código de Defesa do Consumidor); e na “litigância de má-fé” (Arts. 16 a 18, Código de Processo Civil, 2009)).

A responsabilidade civil decorrente dos atos previstos nos artigos 186 e 187 do Código Civil está prevista nos seus artigos 927 a 943. A indenização pretendida está, por outro lado, prevista nos artigos 944 a 954 do mesmo diploma legal. Neles estão disciplinadas as diferentes situações e seus respectivos agentes tornados responsáveis por atos ilícitos próprios ou de terceiros, obrigados a indenizar os danos causados a terceiros. Destacamos, para os efeitos deste artigo, os princípios consagrados nos seguintes artigos:

**Art. 927:** Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

**Parágrafo único.** Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (2009)

Este artigo é importante, pois nele se consagram tanto a perspectiva da responsabilidade civil *subjetiva (caput)*, quanto a noção da responsabilidade civil *objetiva* (Parágrafo Único), a qual, se não é a vertente dominante no Código Civil, é por ele reconhecida e validada, permitindo sua aplicação nas situações nele previstas, além daquelas reguladas pela legislação específica presente no nosso ordenamento jurídico.



**Art. 932:** São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

**Art. 933:** As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos. (2009)

Ambos os artigos consagram a teoria da responsabilidade civil *objetiva* dos agentes neles indicados, deixando claro não ser necessária a culpa para que sua responsabilidade possa ser determinada.

Cabe menção, ainda, ao artigo:

**Art. 942:** Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

**Parágrafo único.** São solidariamente responsáveis com os autores os co-autores e as pessoas designadas no art. 932. (2009)

Com ele fica claramente estabelecida a noção da responsabilidade *solidária* na hipótese de concurso de agentes causadores do dano, podendo a ação de indenização ser proposta em face de qualquer um deles.

No tocante à indenização devida pelo dano causado, importa destacar:

**Art. 944:** A indenização mede-se pela extensão do dano.

**Parágrafo único.** Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização. (2009)

Este artigo permite ao juiz, ao fixar o montante da indenização devida, ajustá-la à gravidade da culpa do agente, já que uma pequena culpa pode levar a um dano



desproporcional, o que representaria uma punição excessiva ao agente causador do mesmo.

É ainda relevante para nossos propósitos:

**Art. 945:** Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano. (2009)

Neste artigo destaca-se uma das possibilidades de diminuição da responsabilidade do agente causador do dano, caso o mesmo tenha ocorrido, no âmbito das relações civis privadas, com a participação da própria vítima, em cujo caso a indenização devida deverá levar em conta, proporcionalmente, a contribuição da vítima para o dano em questão.

O tema da responsabilidade civil é ainda componente importante de vários outros códigos e conjuntos de normas do nosso ordenamento jurídico. Um dos mais relevantes é o Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei 8.078/90 -, o qual consagrou, de maneira significativa, a centralidade da responsabilidade civil *objetiva* no âmbito das relações entre consumidores e fornecedores de produtos e serviços, em particular nos seus artigos 12 a 17 (que tratam da “Responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço”), e nos seus artigos 18 a 25 (que tratam da “Responsabilidade por vício do produto e do serviço”). O CDC afirma, ademais, o princípio da “desconsideração da personalidade jurídica”, no seu artigo 28, quando “houver abuso de direito, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social” (CDC, 2009) em detrimento do consumidor, considerado a parte a ser protegida nesta relação, por ser hipossuficiente, técnica e economicamente.

Também o Código de Mineração – Decreto-lei 227/67 – no seu artigo 47, VIII, vai definir a responsabilidade objetiva daqueles que se dedicam à lavra de minerais, impondo-lhes o dever de “responder pelos danos e prejuízos a terceiros, que resultarem, direta ou indiretamente, da lavra” (Cavaliere Filho, *op. cit.*, pg 153).

Encontramos também disciplinada, na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 37, § 6º, a responsabilidade civil *objetiva* do Estado, ao dispor que “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos



responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa” (CF/88, 2009).

Por último, para o interesse desse artigo, encontramos disciplinada, no ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade civil por ilícitos ambientais, cujo detalhamento e análise serão realizados a continuação.

## **6. Responsabilidade Civil por Dano Ambiental: Da Teoria Subjetiva à Teoria Objetiva**

Como detalhado acima, o fundamento básico da responsabilidade civil consiste no **Princípio da Responsabilidade Subjetiva**, baseado na Teoria da Culpa, originada, sobretudo, da *Lex Aquilia* romana. Para os autores dessa corrente, o dever de indenizar só se verifica quando é aferida a culpa da pessoa pelo evento danoso, ou seja, se for demonstrado que esta agiu em conformidade com uma das modalidades de culpa (negligência, imperícia ou imprudência). Este é o princípio básico do Código Civil de 2002, consubstanciado no seu art. 927, como viemos de analisar.

No entanto, apesar da importância da Teoria Subjetiva, a evolução dos fatos demonstrou não ser ela suficiente para tratar dos casos específicos relativos a danos ecológicos, os quais, dadas suas peculiaridades de difícil e custosa comprovação, aliadas à gravidade e extensão dos prejuízos causados, não podem ficar restritos, no seu enfrentamento, a tal modalidade de responsabilidade. A Teoria Subjetiva representa, desta forma, um limite à tutela ambiental, sobretudo pela dificuldade de produzir-se a prova da culpabilidade do agente, a qual depende dos resultados de complexas perícias, além do fato de que é habitual que o dano venha a se concretizar no futuro e seja causado por diversos fatores.

Desta forma, como afirma Édis Milaré (2005, pg. 826),

A expansão das atividades econômicas da chamada sociedade de risco – marcada pelo consumo de massa e pela desenfreada utilização dos recursos naturais - haveria de exigir um tratamento da matéria com o viés de um novo Direito, e não pelos limites da ótica privada tradicional.



Passou-se então a adotar a Teoria Objetiva no caso de ajuizamento de ações de responsabilidade civil no âmbito da proteção ao meio ambiente, atribuindo-se a responsabilidade ao agente que causa a degradação ambiental, sem que, nonexo causal, fosse preciso aferir-se a existência de ato ou omissão culposa. Esta teoria foi adotada, no Direito brasileiro, originalmente, pelo Dec. 79.347/77, que promulgou a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, e pela Lei 6.453/77, em seu art. 4.º, que tratava da responsabilidade civil por acidentes nucleares. Posteriormente, foi consagrada pela Lei 6.938/81, no corpo do art. 14, § 1.º, que estabelece:

Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente.<sup>3</sup>

Com a adoção da responsabilidade objetiva nestes casos, fica o agente prejudicado desobrigado da obrigação de comprovar a culpa do responsável pelo dano ambiental. Bastam à configuração da hipótese indenizatória a ocorrência do dano e a demonstração da existência de umnexo de causalidade entre este dano e a atividade do responsável pelo mesmo.

### 6.1 - A Teoria do Risco

Dentre as várias razões aduzidas para sustentar a Teoria da Responsabilidade Objetiva, no âmbito do Direito Ambiental, encontra-se a Teoria do Risco, a qual consiste na imposição da responsabilidade ao poluidor em consequência do risco inerente à sua atividade, ou seja, se ele é beneficiado por um lado, deve ser responsabilizado por outro, quando ocorre o dano ambiental. Esta teoria se subdivide em Teoria do Risco Integral e Teoria do Risco Criado, detalhadas a seguir.

<sup>3</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei 6.938/81, disponível na página: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>; acesso em 06/07/09.





### 6.1.1 - Teoria do Risco Integral.

A Teoria do Risco Integral pode ser considerada a mais radical das suas derivações. Por ela, a indenização é devida tão somente pelo fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo, independentemente da análise da subjetividade do agente, sendo possível responsabilizar todos aqueles aos quais possa, de alguma maneira, ser imputado o prejuízo. Esse posicionamento não admite excludentes de responsabilidade tais como o caso fortuito, a força-maior ou a ação de terceiros ou da própria vítima (Milaré, *op. cit.*, pgs. 834-836).

442

### 6.1.2 - Teoria do Risco Criado.

Por sua vez, a Teoria do Risco Criado entende que, sendo a responsabilidade do poluidor atribuída por sua atividade, não podem lhe ser imputados prejuízos que não decorram dela. Dessa forma, esta teoria admite as excludentes do caso fortuito, da força-maior e da ação de terceiros (Machado, 2007, pgs. 331-333).

### 6.1.3 - O Princípio Poluidor–Pagador

Advindo, sobretudo, da influência francesa, temos o princípio do "poluidor-pagador", adotado em diversos países após a Declaração de Estocolmo de 1972. Este princípio consiste, basicamente, na idéia de que o dano deve ser ressarcido por aquele que foi beneficiado pela atividade causadora deste, ou seja, quem de alguma forma contribuiu para a degradação ambiental, deve responder por ela na exata proporção de sua contribuição.

Neste sentido argumenta Édís Milaré (*op. cit.*, pg. 829), quando afirma que,

... o princípio 'poluidor-pagador' que está sendo introduzido no Direito Internacional não visa a coonestar a poluição, mas evitar que o dano ecológico fique sem reparação, [impondo] a internalização dos custos decorrentes das externalidades negativas ambientais.

Este princípio é utilizado, especialmente, nos casos em que o responsável pelo dano ecológico é o industrial, quando esse dano será imputado ao produtor que o



inserirá como custo de produção, o que acabará por elevar o preço final do produto ao consumidor, e, por consequência, implicará em uma diminuição da demanda, podendo constituir-se, também por esta via, em mais uma penalização ao agressor.

## **6.2. Consequências da Adoção da Responsabilidade Objetiva para a Tutela Ambiental**

A adoção do fundamento da responsabilidade civil, por dano ecológico de natureza objetiva, acarretou algumas consequências básicas no enfrentamento dos Ilícitos Ambientais.

Em primeiro lugar, torna-se irrelevante a subjetividade da conduta, não havendo mais a necessidade de intenção danosa ou de verificação de culpa por parte do agente, bastando a mera configuração de um prejuízo ao meio ambiente para aplicação da sanção correspondente.

Em segundo lugar, também se torna irrelevante a mensuração do subjetivismo, com a existência ou não de muitos agentes passíveis de responsabilização. Desde que algum deles seja alcançado pela responsabilização, não há porque não se efetuar a reparação, não importando o montante de sua contribuição ou benefício auferido com o evento danoso.

Em terceiro lugar, de particular importância para a definição da responsabilidade pelo dano ambiental, ocorre a inversão do ônus da prova, partindo-se de uma presunção de causalidade entre a atividade do agente e o prejuízo; sendo sua a incumbência de desfazer esta presunção. Dessa forma, demonstrado que houve o dano ecológico, presumida está a causalidade e o dever de indenizar, cabendo ao acusado providenciar, na produção de prova negativa, a excludente de sua responsabilização, não sendo aceitos como tal os eventos da natureza, caso fortuito e força-maior, a ação de terceiros ou a licitude da atividade, isto é, sua conformação às normas gerais estabelecidas pelo Poder Público.

Por último, ocorreu uma atenuação da importância atribuída ao nexo de causalidade, bastando definir a potencialidade da atividade do agente para produzir o dano para que se presuma a responsabilidade deste, invertendo-se o ônus probatório.



### **6.3 - Solidariedade dos Responsáveis por Ilícitos Ambientais**

Desta forma, e considerando-se o caráter de ordem pública de que goza a proteção do meio ambiente, foi instituída a solidariedade passiva pela reparação do dano ecológico, com duplo significado: por um lado, em um distrito industrial onde seja impossível individualizar-se o responsável pelo dano ambiental, todos poderão ser solidariamente responsáveis; por outro, em uma determinada cadeia produtiva, todos aqueles que se beneficiarem das atividades que causam danos ambientais, poderão ser responsabilizados solidariamente pelo dano causado.

Neste sentido, a definição da responsabilidade passiva solidária procura tornar possível a reparação integral do prejuízo causado pelo dano ambiental, em atenção ao interesse público, constituindo-se em uma faculdade da vítima da poluição – seja ela um indivíduo, uma comunidade ou a sociedade como um todo -, a escolha de mover o processo contra este ou aquele devedor, podendo escolher todos ou aquele que goza de melhor situação financeira para tal. Portanto, a delimitação da proporção da responsabilidade de cada um dos devedores solidários correrá "à revelia" do credor, já que isso não lhe importa, devendo os devedores "brigarem entre si" para fixar qual a sua real responsabilidade pela condenação. É, sobretudo, o interesse público que faz com que haja a solidariedade entre os degradadores do ambiente, a fim de garantir uma reparação integral do dano real, mais eficaz e mais rápida. É esse o sentido das normas que tratam da proteção do meio ambiente e da punição aos danos causados, em especial o Art. 14, §1º, da Lei 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (Machado, 2007, *op. cit.*, pgs. 325-328).

### **6.4 - A Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público**

Considerando o papel central do Poder Público na proteção do meio ambiente e no combate aos ilícitos ambientais, conforme prevê a Constituição Federal no seu Artigo 225, *caput*, necessário se fez disciplinar sua responsabilidade, e dos agentes a ele vinculados, nesta matéria. Com este propósito, a Lei 9.605/98 consagrou, em cumprimento ao disposto no art. 225, § 3º, da Constituição Federal, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, o que pode ser considerado um grande avanço do Direito Brasileiro na luta contra a impunidade diante de Ilícitos Ambientais.



#### **6.4.1 - Evolução Histórica da Responsabilização Estatal**

A lógica da responsabilização objetiva discutida anteriormente, também se aplica tanto às Pessoas Jurídicas, quanto ao Estado, em relação ao qual houve uma histórica evolução, passando-se da Teoria da Irresponsabilidade Estatal, até o oposto extremo com a Teoria do Risco Integral.

Sob o domínio do absolutismo, vigorava a Teoria da Irresponsabilidade do Estado e de seus agentes, consubstanciado no ditado inglês “The King can do no wrong”, mas que, felizmente, veio a ser abandonada totalmente em nossos tempos, graças, respectivamente, ao Crown Proceeding Act Inglês de 1947 e ao Federal Tor Claim Act Norte-americano de 1946.

Posteriormente, influenciado pelo pensamento liberal, o Estado passou a ser comparado ao indivíduo comum, sendo-lhe imputada uma responsabilidade de caráter civilista, podendo ser responsabilizado pelos atos culposos de seus agentes. Porém, esta perspectiva foi posteriormente abandonada, eis que não se pode equiparar o Estado ao cidadão comum, que não goza da autoridade e das prerrogativas que possui a entidade estatal.

Passou-se então a pretender imputar ao Estado uma responsabilidade de caráter objetivo, onde não houvesse necessidade de culpa, ou que houvesse uma espécie de modalidade especial de culpa. Surgiram três posicionamentos doutrinários visando justificar tal responsabilização.

#### **6.4.2 - A Teoria do Risco Administrativo**

Segundo esta teoria, a obrigação de reparar o dano independe de qualquer ato culposos, sendo vinculado à lesividade e injustiça do dano provocado por ato da Administração, sendo bastante, para isso a verificação da ocorrência de lesão sem que tenha havido concurso do prejudicado. A base desta teoria encontra-se no risco que a atividade pública gera para os administrados, e na possibilidade e probabilidade de prejudicar algumas pessoas da comunidade, às quais seria imposto excessivo e desigual ônus, que não seria àqueles que não sofreram danos. Ou seja, não se pode, em razão do princípio de equidade e igualdade, admitir-se que seja imposto aos prejudicados pelo



dano ambiental o dever de submeter-se a isso, quando não seria aplicável àqueles que não foram atingidos; haveria, neste caso, uma carga excessiva sobre os prejudicados.

Assim, foi estendido o ônus a todos os indivíduos formadores da sociedade, que respondem por tais encargos através da Fazenda Pública. Aqui, prescinde-se da prova de culpa do Estado, mas a este é garantido o direito de tentar provar a existência, total ou parcial, de uma das causas excludentes da responsabilidade que, neste caso, seriam: a) força-maior; b) culpa da vítima; c) dano eventual, incerto, decorrente de caso fortuito; d) dano que não é direto.

#### **6.4.3 - Teoria do Risco Integral**

Como posição extrema da Teoria do Risco Administrativo, temos ainda a chamada "Teoria do Risco Integral", segundo a qual a Administração seria obrigada à reparação de todo e qualquer dano, ainda que resultante de dolo do agente ou por ação da vítima. Esta posição não admite qualquer excludente de responsabilidade para o Estado, como já mencionado.

#### **6.4.4 - Responsabilidade Solidária da Administração Pública**

Dessa forma, é instituída a responsabilidade solidária da Administração Pública pelos danos causados ao meio ambiente a fim de garantir a efetividade da reparação do dano ao agredido. Esta solidariedade é devida em razão da necessidade de prudência e rigor que deve ter o Estado na fiscalização e no impedimento de atividades potencialmente danosas à Natureza. Neste sentido, Paulo Affonso Leme Machado (*op. cit.*, pg. 320) afirma:

Para compelir, contudo, o Poder Público a ser prudente e cuidadoso no vigiar, orientar e ordenar a saúde ambiental nos casos em que haja prejuízo para as pessoas, para a propriedade ou para os recursos naturais, mesmo com a observância dos padrões oficiais, o Poder Público deve responder solidariamente como particular.

Considerando que todas aquelas atividades que possam causar danos ao meio ambiente estão sujeitas ao império do Poder Público, seja sob fiscalização, vigilância ou



controle, este deve, nesta perspectiva, ser responsabilizado solidariamente com o agente poluidor ou o depredador do meio ambiente sempre que haja dano a este.

Neste sentido, também argumenta Paulo de Bessa Antunes (2006, pgs. 207-212), ao comentar a responsabilidade solidária das instituições financeiras públicas, como o BNDES, e das instituições de crédito imobiliário, como a Caixa Econômica Federal, pelos danos ambientais causados por aqueles que se beneficiam dos créditos proporcionados por estas instituições.

Em geral, as destruições e danos causados ao meio ambiente são causadas por ações, atos e atividades dos particulares, ou pela própria administração e seus agentes, através de atividades sujeitas a licença do Poder Público, estando sujeitas a seu poder de polícia; ações de particulares que, embora sujeitas à aprovação ou fiscalização da Administração Pública, são exercidas em caráter clandestino; acidentes ecológicos decorrentes de causas múltiplas com culpa ou dolo; danos ocasionados por fatos da natureza, dando ensejo, assim, à possibilidade de responsabilização solidária da Administração Pública nos Ilícitos Ambientais, ocorrendo, entre outras:

- nas atividades que dependem de autorização do poder público;
- nas ações clandestinas de particulares, quando da omissão da fiscalização e do exercício do poder de polícia que lhe é próprio;
- nos acidentes ecológicos, se estes tiverem por causa a omissão injustificada no exercício do poder de polícia do Estado, ou a aprovação legal ou ilegal da qual decorra dano especial e que exceda as margens do tolerável, por lei. No entanto, se o acidente não tiver como causa determinante um ato comissivo ou omissivo do Poder Público ou de seus agentes, não se ocorre a hipótese de responsabilização estatal.

#### **6.4.5 - Excludentes da Responsabilidade do Estado.**

Tendo sido admitida a responsabilidade do Estado baseada na teoria do risco administrativo, consagrada no art. 37, § 6.º da CF, a Administração Pública não responde por danos ocorridos por culpa da vítima (sendo excluída total ou parcialmente, conforme a gradação da culpa) ou por motivo de força-maior.

Assim, por exemplo, nos casos em que o poluidor cause dano agindo clandestinamente, sem que haja culpa omissiva grave por parte do Poder Público, bem como quando a licença fornecida é ilegal, mas não houve culpa, sendo funcionamento





normal do serviço público, sem que se verifique dano especial, ou, ainda, quando o acidente ocorre independentemente do comportamento, quer omissivo, quer comissivo, da Administração Pública.

A possibilidade de responsabilização do Poder Público face às agressões sofridas pelo meio ambiente – seja na qualidade de responsável direto ou indireto por elas, seja por omissão na fiscalização das atividades capazes de produzir danos ambientais –, representa, portanto, um avanço importante, do ponto de vista jurídico, para a tarefa de tornar efetiva a proteção do meio ambiente prevista no Artigo 225 da CF/88, particularmente atribuída ao Poder Público pelo texto constitucional.

É esta possibilidade, cremos, junto com os elementos relativos aos Direitos Fundamentais e à interpretação constitucional, desenvolvidos no capítulo anterior, que permitem compreender porque o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), juntamente com o IBAMA, propuseram, em paralelo às ações civis públicas ambientais em face dos agentes econômicos da cadeia produtiva da carne e do couro no estado, vários Termos de Ajustamento de Conduta, um dos quais foi dirigido especificamente ao Governo do Estado do Pará, já que sobre ele recai a obrigação de fiscalizar e licenciar a atividade pecuária em seu território, o que não vinha sendo feito a contento, de forma a evitar a agressão à floresta amazônica, como resultado da expansão desta atividade na região.

No próximo capítulo, os elementos teóricos e formais relacionados com o tema dos Direitos Humanos, dos Direitos Fundamentais, da constitucionalização da proteção ao meio ambiente, e com a responsabilidade civil nas suas diversas variantes, serão trazidos a colação para a compreensão dos fundamentos das ações civis públicas ambientais propostas pelo MPF/PA-IBAMA, em face dos agentes da cadeia produtiva mencionada, visando parar as agressões à floresta amazônica e à responsabilização civil pelos danos causados ao meio ambiente do estado.

## CONCLUSÃO

Ao longo do presente artigo dois temas foram por nós intensamente explorados: em primeiro lugar, a importância da proteção ao meio ambiente, considerado um dos mais importantes direitos humanos na contemporaneidade. Tal relevância o fez ser



recepcionado como um direito fundamental, chancelado e protegido pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 225, assim como na legislação infraconstitucional pertinente, tornando-o uma componente central nas relações dos diversos agentes, públicos e privados, na sociedade brasileira demandando, por essa razão, a necessária vigilância e contribuição de todos – Poder Público e coletividade – no combate aos danos ambientais derivados das nossas atividades.

Em segundo lugar, por conseguinte, foi dada grande atenção ao tema da responsabilidade civil por danos ambientais, considerado um instituto da maior importância na tarefa cotidiana e profundamente complexa de não só se fazer cumprir a lei, mas, especialmente, de se atuar no sentido de adequar as diversas atividades dos membros da sociedade às exigências contemporâneas de um uso sustentável dos recursos naturais que, ao mesmo tempo, proteja o meio ambiente e assegure qualidade de vida para a população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **“Direito Ambiental”**. Rio de Janeiro, Lumen Juris Editora, 2006, 9ª Edição.

BARROSO, Luís Roberto. **“Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo”**, São Paulo, Editora Saraiva, 2009a, 1ª Edição.

BARROSO, Luís Roberto. **“Interpretação e Aplicação da Constituição”**, São Paulo, Editora Saraiva, 2009b, 7ª Edição revista.

BENJAMIN, Antonio Herman V. **“Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental”**, São Paulo, Revista de Direito Ambiental, nº 9, 1998.

BRUNDTLAND, H. **“Nosso Futuro Comum”**. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1987.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **“Direito Constitucional e Teoria da Constituição”**, Coimbra, Almedina, 5ª ed., 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **“Cidadania no Brasil. O Longo Caminho”**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.



FILHO, Sérgio Cavalieri. **“Programa de Responsabilidade Civil”**, São Paulo, Editora Atlas, 2010, 9ª edição.

GOMES, Orlando. **“Introdução ao Direito”**, Rio de Janeiro, Editora Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **“Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil”**, Vol. IV, São Paulo, Editora Saraiva, 3ª edição, 2008.

\_\_\_\_\_. **“Direito Civil. Parte Geral”**, São Paulo, Editora Saraiva, Sinopses Jurídicas, 14ª Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. **“Direito das Obrigações. Parte Especial: Responsabilidade Civil”**, Rio de Janeiro, Editora Saraiva, Sinopses Jurídicas, Vol. 6, Tomo II, 2010.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **“Direito Ambiental Brasileiro”**. 10 Edição. São Paulo, Malheiros Editores, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira *et alli*. **“Curso de Direito Constitucional”**. São Paulo, Editora Saraiva, 3ª Edição, 2007.

MILARÉ, Edis. **“Direito Ambiental”**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 4ª Edição.

MORAES, Alexandre de. **“Direito Constitucional”**, São Paulo, Editora Atlas, 20 Edição, 2006.

MORAES, Marcus de. **“Roma Antiga e seu Direito”**, Niterói, Parceria Editorial, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **“Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional”**, São Paulo, Max Limonad, 5ª edição, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **“A Eficácia dos direitos fundamentais”**. 6ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2006.

SECONDAT, Charles-Louis de, Barão de Montesquieu. **“Do Espírito das Leis”**, São Paulo, Editora Abril, Coleção “Os Pensadores”.

SILVA, José Afonso da. **“Curso de Direito Constitucional Positivo”**, São Paulo, Malheiros Editores, 15ª Edição Revista, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck, *et alli*. **“A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil”**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1999.

- LEGISLAÇÃO:

**Código Civil Brasileiro**. Lei 10.406/02. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais. **“Vademecum 2009”**.



**Código de Defesa do Consumidor.** Lei 8.078/90. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais. “**Vade-mécum 2009**”.

**Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vade Mecum Universitário, 2009.

Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais). São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vade Mecum Universitário, 2009.

Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), disponível na página:  
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>.

Lei Complementar 75/1993, disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm)

Lei 7.347/85, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7347orig.htm>.



## ENTRE LUHMANN E BOURDIEU: POR UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DO DIREITO COERENTE COM AS DISPUTAS JUDICIAIS RELACIONADAS AOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO DA BAHIA

452

SOUZA, Maria José Andrade de

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
mariasouza19@hotmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar duas teorias sociológicas sobre o direito - a *teoria dos sistemas* de Niklas Luhmann (1983/1985) e a teoria do *campo jurídico* de Pierre Bourdieu (2010) – no sentido de refletir sobre a viabilidade dessas proposições para a compreensão de decisões judiciais que expressam múltiplas tensões entre direitos divergentes. No primeiro momento, apresentamos as referidas teorias, tentando trazer os principais argumentos e ressaltando seus pontos de divergências. Em seguida, demonstramos de maneira sintética resultados parciais da pesquisa desenvolvida pela autora, que objetivou analisar as lógicas argumentativas que orientam as decisões judiciais referentes às disputas pela posse da terra e direitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais de fundos de pasto da Bahia. Por fim, a partir da leitura de teorias críticas do direito e de concepções teóricas que partem do pressuposto de que a fronteira entre o direito e as relações de poder na sociedade são bastante tênues, apontamos a necessidade de conceber o Estado e o seu direito correspondente como uma síntese contraditória, e por isso um local estratégico para as lutas de classes nos termos proposto por Nicos Poulantzas (2000).

**Palavras-chave:** *Teoria dos Sistemas; Campo jurídico; Decisões Judiciais*

### ABSTRACT

This paper aims at analyzing two sociological theories of law - the *systems theory* by Niklas Luhmann (1983/1985) and the *juridical field* by Pierre Bourdieu (2010) - to reflect about the viability of these propositions for understanding of judgments that express multiple tensions between conflicting rights. At first, we present these theories, trying to bring the main arguments and highlighting their points of difference. Then we'll demonstrated succinctly partial results of research conducted by the author, which aims to analyze the argumentative logic that guide judicial decisions related the disputes over land ownership and land rights involving traditional communities "fundos de pasto" of the Bahia. Finally, from the reading of critical theories of law and theoretical concepts that depart from the assumption that the boundary between law and power relations in society are quite tenuous, pointed the need to conceive of the State and its corresponding right as a contradictory synthesis, and therefore a strategic location for the class struggle in terms proposed by Nicos Poulantzas (2000).

**Keywords:** *Systems Theory; Juridical Field; Judicial Decisions*



## 1. A teoria dos sistemas: um direito que reflete seu próprio fundamento

A teoria sociológica do direito desenvolvida por Niklas Luhmann pode ser melhor compreendida se partimos do interesse fundamental desse autor na elaboração de uma teoria dos sistemas sociais (comunicações), que se distingue dos sistemas psíquicos (indivíduos) e biológicos (operações vitais). Desse modo, duas categorias são caras a essa teoria: a dupla contingência e a complexidade.

Uma vez que estamos imersos numa ordem social que oferece múltiplas possibilidades de experiências e ações não conseguimos apreender a realidade de modo a vivenciar concretamente as possibilidades disponíveis. Por esse motivo, estamos a todo momento lidando com mais opções do que podemos abarcar e também com os riscos e as incertezas das escolhas. Em outras palavras,

Com complexidade queremos dizer que sempre existem mais possibilidades do que se pode realizar. Por contingência entendemos o fato de que as possibilidades apontadas para as demais experiências poderiam ser diferentes das esperadas; ou seja, que essa indicação pode ser enganosa por referir-se a algo inexistente, inatingível, ou a algo que após tomadas as medidas necessárias para a experiência concreta (por exemplo, indo-se ao ponto determinado), não mais lá está (LUHMANN, 1983, pp. 45-46).

O problema da complexidade e da dupla contingência se relaciona diretamente à organização social, pois, “onde tudo é possível; não há expectativas, não há comunicação” (AMADO, 2004, p. 302). Diante disso, Luhmann se interessa em compreender o que garante a previsão de nossas próprias ações e do comportamento alheio, ou seja, o que permite que as expectativas sejam compartilhadas. Esse raciocínio leva a sua definição de sistema social e a relação entre esse com os indivíduos e o ambiente.

Por esse raciocínio, Luhmann parte do pressuposto de que “o sistema social, enquanto sistema estruturado de ações relacionadas entre si através de sentidos, não inclui, mas exclui o homem concreto” (LUHMANN, 1983, p.169). Dito de outra maneira, a estruturação do homem e da própria sociedade se estabelece a tal ponto que não pode ser reconhecido um corpo social, uma conjunção de indivíduos, mas um sistema estruturado de comunicações (ibidem, p.169), local onde se afinam e se conectam as ações, propiciadas pelas expectativas sociais. Em síntese, é nesse sentido que “homem e sociedade são reciprocamente ambiente” (ibidem, p.169), pois a sociedade é formada por sistemas sociais comunicativos, não exatamente por pessoas (AMADO, 2004, pp. 305-306).





Dada a multiplicidade de comunicações e dos comportamentos possíveis, o sistema social geral reduz a complexidade na medida em que cria novos sistemas sociais ou subsistemas, dotados de funcionalidade. Estes subsistemas estão interrelacionados com o seu meio envolvente, mas mantém uma autonomia em relação a esse. Em outras palavras, embora sejam abertos cognitivamente para se relacionar com o meio que os circunda (mesmo que de maneira indireta), são operacionalmente fechados em relação àquele, por isso funcionam como “sistemas operacionais fechados”, “autopoiéticos”.

Essa leitura pode ser melhor visualizada se concebemos o direito como subsistema social. Dito isto, esse subsistema tem como função justamente reduzir a complexidade ao limitar o número de possibilidades, apontando previsões e consequências para as ações. O direito aparece, portanto, como uma necessidade social na definição de previsões normativas para que os indivíduos orientem suas ações e, conseqüentemente, diminuam o grau de complexidade e contingências a partir de expectativas compartilhadas.

Assim como os demais sistemas sociais, o direito é concebido como autopoiético. A esse respeito, embora esteja se referindo à Teubner<sup>1</sup> e não a Luhmann, Martins (2001) traz uma consistente definição do que venha a ser um sistema auto-referencial:

Como vemos, a auto-referencialidade dá conta de uma dinâmica circular, onde os processos vigentes no interior de um sistema conseguem referir-se à própria lógica interna do sistema, e não mais a uma determinação exógena. O passo seguinte de *Teubner* será afirmar que é possível estabelecer-se uma analogia entre esta formulação teórica com o que ocorre no sistema jurídico, que passa a ser entendido então como um subsistema social de segunda ordem (o de primeira ordem seria a própria sociedade abrangente) que ganha progressiva autonomia em face do meio que originalmente o gerou (MARTINS, 2001, p. 47).

O conceito de autopoiese foi formulado originalmente por Francisco Varela e Humberto Maturana para se referir aos seres vivos que conseguiam produzir-se, mantendo interações com seu meio, mas distinguindo-se desse a partir de uma dinâmica própria de funcionamento. Segundo os formuladores,

Nossa proposta é que os seres vivos se caracterizam por, literalmente, produzirem-se continuamente a si mesmos – o que indicamos ao chamarmos a organização que os define de organização autopoiética (MATURANA; VARELA, 1995, pp. 84-85 –

<sup>1</sup> Segundo Ziegert, “o acolhimento, de longe, mais exitoso da abordagem de Luhmann aconteceu na teoria jurídica, principalmente, através do trabalho de Gunther Teubner” (ZIEGERT, 2007, p. 30).



grifo no original apud MARTINS, 2007, p. 46).

A transposição do conceito para explicar os sistemas sociais se dá com ajustamentos, mas mantendo certos equívocos. Ainda assim, importa levar em conta os esforços para reconhecer a especificidade de um subsistema social como o direito que, de fato, tem uma lógica própria de funcionamento<sup>2</sup> no sentido de que dispõe de uma linguagem singular na relação com o mundo social e adota procedimentos específicos para tal. Nesse sentido, de acordo com Neves (2006) “o direito positivo estatal reproduz-se autônoma e generalizadamente com base no código de preferência “lícito/ilícito” e nos seus respectivos programas e critérios” (NEVES, 2006, p. 150). Com isso, não esquece de dizer que:

De fato os fatores externos condicionam a reprodução do sistema jurídico também no Estado Democrático de Direito. Mas eles passam por comutação discursiva de acordo com o código diferença “lícito/ilícito” e os respectivos critérios ou programas jurídicos generalizados. A pluralidade de discursos é processada internamente, ganhando unidade sistêmica (ibidem, p. 151).

A unidade sistêmica é garantida através da estabilização de um quadro de referências que, por sua vez, implica em decisões judiciais previsíveis mesmo diante de projeções normativas divergentes (LUHMANN, 1983, p.178). Na leitura luhmanniana, essa auto-referência e a abstração do direito resultam na autonomização do sistema jurídico em relação à moral, à política e aos demais sistemas sociais. Para Neves (2006), Luhmann não pressupõe um consenso como condição da validade jurídica; muito pelo contrário. Trata-se de uma teoria que concebe a existência dos antagonismos de interesses e da diversidade de valores e expectativas existentes no sistema jurídico, mas essa pluralidade é garantida quando há um consenso procedimental, esse sim, um pressuposto imprescindível (NEVES, 2006, p. 147).

Nesse ponto, reconhecer que o sistema jurídico lida com os antagonismos e as relações externas através de seus próprios referenciais<sup>3</sup> é o mesmo que sustentar uma fronteira muito demarcada entre o sistema e o seu meio, entre o direito e o poder. Como inúmeras experiências

<sup>2</sup> Isso remete à perspectiva bourdieusiana de campo jurídico, mas com a diferença de que a lógica interna a que Bourdieu se refere é construída também a partir das relações externas ao campo, como se verá adiante.

<sup>3</sup> É preciso também indagar essa auto-referência quando existem situações de alterações abruptas dos próprios procedimentos. Em outras palavras, “de que maneira o sistema seleciona e reduz aquilo que é direito e o que não é; aquilo que pode e não pode ser recepcionado, nos casos em que o sistema passa por mudanças significativas?”. A título de exemplo, a ditadura civil-militar do Brasil estabeleceu uma nova ordem jurídica sem que o sistema contivesse em si o princípio da sua transformação. Como não podemos negar o *status* jurídico da ordem social originada, é difícil sustentar um direito imune à sociedade, às relações de poder.



comprovam, custa a acreditar que mesmo no campo da pesquisa sociojurídica,

esta abordagem torna possível iniciar uma pesquisa de baixo para cima, e olhar o direito nas irritações que ele imputa às famílias, aos negócios/empresas, aos partidos políticos; ou olhar a prática dos advogados separando o que é “jurídico” e protegendo o direito contra a contaminação do “lixo social” (ZIEGERT, 2007, p. 31).

Assim, procurar no sistema o seu próprio fundamento é o mesmo que destitui-lo de seu significado histórico, desconsiderando suas próprias contradições. Nesses termos, a título ilustrativo, vale destacar o trecho de uma entrevista do jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, José Francisco Rezek, concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 23 de setembro de 2013, quando se refere à polêmica votação do STF sobre a validade dos embargos infringentes relacionado ao “caso do Mensalão”. Nas palavras de Rezek,

O que ficou claro na última sessão foi que era possível costurar, com técnicas jurídicas, qualquer uma das duas posições. [...] Eu não conheço o processo e o meu conhecimento é o mesmo que todo brasileiro tem. Mas como disse uma vez: todos os membros do STF têm como justificar, perante a história, o que decidiram. Há um modo de explicar juridicamente”, ressalta o jurista<sup>4</sup>.

Essa perspectiva não se distancia da proposição luhmanniana se consideramos que, mesmo na divergência, as decisões se amparam em uma forma de proceder reconhecida. Por outro lado, essa conformação deixa algumas questões em aberto, pois, nunca é demais indagar “qual a funcionalidade de procedimentos que comportam decisões tão contraditórias a ponto de se anularem?”. Sendo redundante, “não haveria um fator mais decisivo nas decisões judiciais e no próprio modo de funcionamento do sistema jurídico que está para além dos próprios procedimentos seguidos?”. E se afirmamos que o consenso dos procedimentos garante o dissenso de conteúdo não seria o caso de nos perguntarmos “se o consenso procedimental é, de fato, um consenso?”.

Ao que parece, o direito na teoria luhmanniana aparece como uma necessidade social de tal modo que não precisaríamos nem questionar porque esse direito e não outro, uma vez que a sua teoria não precisa observar as condições materiais concretas, e se ampara em hipóteses que não são amplamente verificadas. Como ele mesmo sustenta:

<sup>4</sup> <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roda-viva-entrevista-francisco-rezek>> Acesso em 18 de julho de 2014.



O objetivo é mais modesto: tornar razoavelmente plausíveis as hipóteses gerais da teoria sociológica da sociedade e do direito. Mas já avançaremos muito com a constatação de que tais conceitos e hipóteses podem ser transpostos às mais diferentes culturas jurídicas – do direito arcaico ao direito positivo – e de que com eles as diferenças entre essas culturas tornam-se mais compreensíveis (LUHMANN, 1983, p. 181).

Assim, pode ser uma conclusão equivocada<sup>5</sup>, mas a impressão é que Luhmann fala de um direito que poderia/deveria ser, sem dar conta de dizer exatamente como é, pois poder político e direito são relações imbricadas. Diante disso, resta perguntarmos: “é mesmo possível um direito autorreferente?”. A essa pergunta, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que também escreveu uma teoria sociológica do direito, referindo-se diretamente ao Luhmann, afirma:

[...] em nome da recusa perfeitamente legítima, do reducionismo, a teoria dos sistemas põe “auto-referência” das “estruturas legais”, confundindo neste conceito as estruturas simbólicas (o direito propriamente dito) e as instituições sociais que as produzem; compreende-se que, na medida em que a teoria dos sistemas apresenta com um nome novo a velha teoria do sistema jurídico que se transforma segundo as suas próprias leis, ela forneça hoje um quadro ideal à representação formal e abstrata do sistema jurídico (BOURDIEU, 2010, p. 211).

Por tudo isso, refutamos a leitura de Ziegert (2007), sendo mais coerente concluir que “a construção teórica de Luhmann é um mero exercício pelo interesse da construção teórica em si” (ZIEGERT, 2007, p. 12). Para tanto, dialogaremos com a leitura de *campo jurídico* de Bourdieu e com outras perspectivas teóricas que situam o direito no seio do Estado, isto é, nas contradições sem as quais não encontraríamos seu fundamento.

## 2. As contribuições de Pierre Bourdieu na construção de uma teoria sociológica do direito

Assim como Luhmann, Bourdieu também se interessou em compreender os mecanismos de funcionamento da sociedade, mais precisamente, procurou elaborar a complexidade implicada na relação entre os sujeitos e as estruturas sociais ao romper com proposições mecanicistas e voltar-se para os condicionantes materiais e simbólicos que agem sobre os sujeitos e “modelam” as suas possibilidades de ação, de uma maneira dialética.

Para explicar a mediação entre os indivíduos e a sociedade, Bourdieu nos fornece o conceito

<sup>5</sup> Afirmamos de uma maneira reticenciosa porque não conhecemos amplamente a obra desse teórico alemão.



de *habitus*, que é 'um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações [...]' (BOURDIEU, 2010, p. 65). Este saber prático adquirido permite ao agente agir num universo social particular, mas dentro de certos limites da estrutura, do campo onde está inserido. Nesse sentido, *habitus* e *campo* são conceitos complementares. No *campo* os agentes estabelecem relações e atuam conforme a dinâmica e as leis próprias desse universo particular (estruturas estruturadas), sendo que a ação está em consonância com o *habitus*, a sua preparação específica, o conjunto de conhecimentos que dispõe para disputar o jogo.

Assim, um campo é um sistema estruturado de forças objetivas em que os agentes têm possibilidades fixadas de ação, pois, embora compartilhem de interesses comuns, não dispõem dos mesmos recursos para disputarem entre si, uma vez que uma das marcas desses espaços sociais são justamente suas assimetrias, o fato de serem estruturados a partir de certas regras e de uma maneira hierárquica, uma relação entre dominantes e dominados. Desse modo, o que define as chances que cada agente dispõe para disputar o *campo* é o seu acúmulo de capital<sup>6</sup>, que de acordo com a teoria bourdieusiana, pode ser de diferentes espécies – social, simbólico, cultural. Segundo Bourdieu,

Para que um campo funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que estejam motivados a jogar o jogo, dotados de *habitus* implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo (idem, 2003, p. 120).

A concepção de campo também pressupõe que a sociedade não pode ser concebida em termos de totalidade, mas composta de diversos espaços de jogos sociais. Por isso, podemos falar de *campo jurídico*, *político*, *artístico*, dentre outros, sendo que se diferenciam de acordo com seus objetos de disputas. O *campo jurídico* que é nosso objeto de interesse:

[...] é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (nomos) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre e autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (idem, 2010, p. 212).

Bourdieu analisa o campo jurídico como um espaço de luta simbólica onde permanentemente está em disputa a visão mais autorizada para dizer o direito, que está relacionada

<sup>6</sup> Capital, *habitus*, campo e poder simbólico são categorias que constituem a espinha dorsal da teoria bourdieusiana.



ao acúmulo do capital jurídico. Mesmo funcionando a partir de sua própria lógica, pois delimita a todo momento “quais conflitos merecem entrar nele e forma específica como devem se revestir” (ibidem, p. 233), esse *campo* não dispõe de uma autonomia absoluta, pois também está relacionado ao “campo do poder e, por meio dele, o campo social no seu conjunto” (ibidem, p. 241).

Nessa perspectiva, Bourdieu se encontra a meio caminho entre as visões antagonistas sobre o direito: a internalista (formalismo jurídico) que sustenta um direito dotado de autonomia absoluta, totalmente ileso frente aos interesses externos; e a externalista (instrumentalismo) que considera o direito um reflexo direto das relações de força externa, das determinações econômicas (ibidem, pp. 209-210). Sem anular essas perspectivas, mas apontando as suas insuficiências, Bourdieu entende que

é preciso levar em linha de conta aquilo que as duas visões antagonistas, internalista e externalista, ignoram uma e outra, quer dizer, a existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado, e que se pode combinar com o exercício da força física [...] (ibidem, p. 211).

Para tanto, o *campo jurídico* delimita uma fronteira entre aqueles que estão autorizados a dizer o direito, os *professionais*, e os que dele estão excluídos porque não estão preparados para entrar no jogo, não são dotados da competência jurídica e, por isso, operam no campo na posição de *profanos* (ibidem, pp. 225-226). Isso ocorre, principalmente, porque o monopólio do saber e da prática jurídica se estabelece, sobretudo, em torno da linguagem, que ainda que compartilhe das expressões correntes, possui diferentes significados, estabelecendo uma distinção entre o uso jurídico e o uso vulgar.

Nesse sentido, para que a dominação simbólica se exerça faz-se necessário apelar para uma retórica de *neutralidade* e *impersonalidade*. Por esse motivo, são comuns as expressões impregnadas de um senso de universalidade e que pressupõem um consenso ético. Isso reforça um outro consenso, o de que o funcionamento do *campo jurídico*, a sua função para resolução dos conflitos é um dado inquestionável porque, afinal, procura garantir uma certa ordenação social que está acima de qualquer interesse específico, em outras palavras, anuncia uma ordem universal.

Como a judicialização do conflito significa a pretensão de fazer prevalecer uma única decisão - a judicial -, conformar-se<sup>7</sup> com o Direito para resolução dos conflitos implica uma

<sup>7</sup> É sempre bom lembrar que existem situações de judicialização dos conflitos que escapam às possibilidades de





renúncia à solução dos próprios problemas, a aceitação das exigências específicas da construção jurídica do objeto (ibidem, p. 229). Os conflitos saem do discurso dos particulares e passam para a palavra autorizada, pública, oficial dos mandatários autorizados a expressar a visão soberana do Estado, garantida pelo Estado (ibidem, p. 236-237).

Nunca é demais lembrar que nesse *campo* a atividade interpretativa é tão contraditória quanto os conflitos sobre os quais se debruça, uma vez que, em muitos casos, é predominantemente influenciada pelas forças externas. Por esse motivo, para Charvet (1977), “o judiciário é um compromisso instável: instituição semi-pública, semiprivada e tem por missão integrar o conflito relativo às normas fundamentais a um registro suportável” (CHARVET, 1977, p. 244).

No *campo jurídico*, os juízes - não sendo um simples executante das leis e decidindo conforme interesses diversos - encontram legitimidade em suas decisões, pois sob a forma específica do discurso jurídico, apresentam-se como o “produto de uma aplicação neutra e objetiva de uma competência especificamente jurídica” (BOURDIEU, 2010, p. 231). Com isso, não se pode perder de vista que “as atribuições da instituição judiciária têm mais a ver com o poder do que com o Judiciário no sentido de uma instância técnica” (CHARVET, 1977, p. 244), por isso, no momento em que seus agentes – investidos de competências específicas – “dizem o Direito”, anunciam sua leitura acerca do conflito, pois,

[...] o juiz, ao invés de ser sempre um simples executante que deduzisse da lei as conclusões diretamente aplicáveis ao caso particular, dispõe antes de uma parte de autonomia que constitui sem dúvida a melhor medida da sua posição na estrutura da distribuição do capital específico de autoridade jurídica; os seus juízos, que se inspiram numa lógica e em valores muito próximos dos que estão nos textos submetidos à sua interpretação, têm uma verdadeira função de invenção (BOURDIEU, 2010, p. 223).

Vê-se que a lei, na teoria bourdieusiana, adquire um sentido instrumental, sua eficácia está diretamente relacionada às disputas no interior do *campo jurídico* que se dão também a partir das relações de forças externas. Isso pode parecer óbvio, mas não é um consenso para uma determinada tradição jurídica que insiste na existência de um direito puro ou mesmo de normas puras de direito. Aceitar que a letra da lei não é um lugar de consenso, mas de contradições, ambiguidades e interesses inconciliáveis é partir do pressuposto que “a significação prática da lei não se determina

---

escolha das pessoas. A pretensão que o Estado tem de monopólio da violência autoriza a tornar público determinados conflitos ainda que os sujeitos não queiram.



realmente senão na confrontação entre diferentes corpos animados de interesses específicos divergentes” (ibidem, p. 217).

Isso é possível porque a lei não tem um caráter objetivo e fechado, muito pelo contrário. “Dada a extraordinária elasticidade dos textos que vão da indeterminação ou ao equívoco, a operação hermenêutica de *declaratio* dispõe de uma imensa liberdade” (ibidem, p. 223 – *grifos do autor*). Essa indeterminação garante, sobretudo, aos juízes, maior liberdade para decidirem conforme os seus *juízos*<sup>8</sup>, como bem explicita Bourdieu, que vai ainda mais longe quando afirma que há uma maior propensão entre os juízes para “o papel de *lector*, de intérprete que se refugia na aparência ao menos de uma simples aplicação da lei e que, quando faz obra de criação jurídica, tende a dissimulá-la” (ibidem, p. 219).

Com isso, não se pode negligenciar o fato de que a atividade judicial se dá no âmbito do instituído e agir no instituído significa também subjugar-se a determinados ritos e procedimentos. As disputas no *campo jurídico*, como bem lembrado por Bourdieu, atravessam toda a cadeia hierárquica que restringe as possibilidades interpretativas de modo que a autonomia dos juízes e do próprio *campo jurídico* são relativas.

De tudo exposto, é possível reconhecer que essa linha de raciocínio abre muitos pontos de interrogação, pois se estabelecendo mais pela mediação e menos pela arbitragem (o que não quer dizer que não existam decisões arbitrárias no *campo*, embora não reconhecidas como tal) é preciso questionar: “por que o direito funciona? De que maneira estabelece o consenso em torno da sua imprescindibilidade? Como naturaliza a sua eficácia de modo a se apresentar como uma força legítima?”. Para Bourdieu, ao reduzir à realidade a uma definição jurídica, mesmo em se tratando de uma ficção, o direito produz uma eficácia (ibidem, p. 233). Isso ocorre porque “o direito é a forma

<sup>8</sup> Tem causado muita polêmica nas redes sociais o trecho de uma sentença proferida por um juiz de direito de Porto Alegre em que cita trecho de uma entrevista de uma atriz da Rede Globo de Televisão, concedida à Revista Marie Clarie, que coaduna com a fundamentação da sua decisão. Sem adentrar a polêmica, interessou particularmente o trecho em que se refere à liberdade do juiz, quando diz: “O Juiz é o Estado na busca da verdade-real, que efetivamente tem que se manifestar, é uma garantia do cidadão brasileiro. Meu pai, Abel Custódio, Promotor de Justiça Jubilado, sempre me diz isso, em nossas conversas sobre Justiça e Verdade, citando o Padre Antônio Vieira: Juiz sem liberdade é como a noite que não segue a aurora. É a própria contradição”. Nessa passagem encontramos muitos elementos interessantes que podem ser bem compreendidos a partir da teoria de Bourdieu. Embora o magistrado utilize seus próprios referenciais de mundo - refere-se diretamente aos ensinamentos e valores de seu pai-, reivindica um lugar de fala neutro para justificar a sua liberdade decisória, pois antes de ser um sujeito com suas motivações particulares, é a própria encarnação do Estado. O que se pode esperar do Estado senão que diga somente a verdade-real? O comentário geral em torno da decisão se refere à ausência de técnica na fundamentação das decisões judiciais. Acrescentamos a essa observação, a reprodução de um senso comum na atividade judicial, pois, revela o quanto o *campo jurídico* carece de cientificidade, embora queira mascarar que tem esse estatuto. <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/08/juiz-de-porto-alegre-cita-atriz-em-sentenca-e-cao-polemica-na-web.html>> Acesso em 31 de agosto de 2013.



por excelência do discurso atuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele *faz* o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este [...]” (ibidem, p. 237).

A eficácia do Direito se relaciona não somente à sua natureza decisória, mas também à sua pretensão *universalizante*. A realidade social no “universo das soluções propriamente jurídicas” é um esforço de “arrumação” das condutas em um quadro que tem a lei como moldura. Nisso consiste a diferença entre o *mundo do ser* e o *mundo do dever ser*. Assim,

Compreende-se que, numa sociedade diferenciada, o efeito de universalização é um dos mecanismos, e sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica ou, se se prefere, a imposição da legitimidade de uma ordem social” (ibidem, p. 246).

Essa ordenação social é naturalizada porque as leis passam a ser incorporadas nas práticas sociais de tal maneira que se perde de vista as suas origens no sentido de identificar os reais interesses a que corresponde. Isso é tão significativo que mesmo um conjunto de regras aplicadas por coerção um certo tempo nunca deixa o corpo social intacto, pois que criou um certo número de hábitos jurídicos ou morais (ELLUL, apud BOURDIEU, 2010, p. 245).

Como isso, Bourdieu destaca que “o *selo de universalidade*” que reforça um ponto de vista sobre o mundo social em nada de decisivo se opõe ao ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2010, p. 245). Nesse ponto, embora reconheça que o *campo jurídico* é a todo momento permeado por reivindicações, pressões e interesses os mais diversos, tende a aceitar a criação jurídica mais como um produto dos interesses dos dominantes. Ilustrativo dessa concepção é quando afirma que:

Há pois um efeito próprio da oferta jurídica, quer dizer, da “criação jurídica”, relativamente autônomo que torna possível a existência de um campo de produção especializado e que consagra o esforço dos grupos dominantes ou em ascensão para imporem, sobretudo graças a situações críticas ou revolucionárias, uma representação oficial do mundo social que esteja em conformidade com a sua visão do mundo e seja favorável aos seus interesses (ibidem, p. 248).

Ao ressaltar a face da dominação, a leitura de Bourdieu não contradiz o caráter de disputa que é intrínseco ao direito nesse modelo social, inclusive, porque se refere a um *campo jurídico* nos termos explicitados. Isso deve ficar claro porque o direito não pode ser considerada como um bem ou um mal em si, mas no conjunto das contradições que o Estado procura dar unidade e coesão



através das normas.

Nesse ponto, não se pode perder de vista que a universalização de um estilo de vida dominante não se estabelece sem tensões. O *campo jurídico* funciona como uma arena de disputas, orientada por regras, que não seriam funcionais se apenas mascarassem uma determinada forma de dominação. Conceber que o “domínio da lei” (THOMPSON, 1997) é um espaço estratégico das lutas de classe é considerar que os dominados também inscrevem suas lutas no escopo da lei. Essa leitura aponta mais possibilidades de realizar concretamente a “disputa do direito” mesmo limitadas pela estrutura do *campo*. Para ilustrar essa perspectiva, apresentaremos resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida no âmbito dos conflitos fundiários na Bahia.

### **3. As decisões judiciais no contexto dos conflitos fundiários envolvendo comunidades tradicionais de fundos de pasto da Bahia**

Esta pesquisa se interessou em analisar a lógica argumentativa<sup>9</sup> das decisões judiciais nos conflitos pela posse da terra e território envolvendo comunidades tradicionais de fundos de pasto (FFP) do Estado da Bahia, na perspectiva de reconhecer a maneira como os juízes decidem diante da tensão entre direitos divergentes em torno do acesso e uso da terra.

Os fundos de pasto constituem um sistema de ocupação coletiva de terras por comunidades, com certo grau de parentesco, que compartilham pastagens e outros recursos básicos. Esta forma tradicional de ocupação da terra garante a sobrevivência de mais de 25 mil famílias dos sertões semiáridos, notadamente nas zonas dos biomas caatinga e cerrado.

Essas comunidades têm uma trajetória de luta por seu reconhecimento no âmbito político e jurídico que começa ainda no final da década de 70, como forma de enfrentamento ao avanço da grilagem de terras. Nesse contexto, “fundo de pasto” passa a ser mais do que a designação de um espaço territorial comum, e sim uma referência ao território, pois está associada aos sujeitos, integrantes dos fundos de pasto, com suas histórias, que conquistaram reconhecimento na Constituição Baiana de 1989 e mais recentemente, na Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal n.º 6.040/2007) e na Comissão Estadual para Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia (Decreto Estadual n.º 12.433/2010).

Mesmo com esse reconhecimento formal e considerando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referente aos direitos dos povos tribais, e os arts. 215 e 216 da

<sup>9</sup> Nesse trabalho, “lógica argumentativa” se refere aos argumentos que os juízes mobilizam para fundamentar suas decisões no processo.



Constituição Federal que se referem à proteção estatal aos modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, essas comunidades ainda não tem garantido o direito à propriedade de suas terras, bem como o direito à proteção dos seus elementos sociais, culturais e econômicos. Por isso, continuam expostas às ações de grileiros e de empreendimentos econômicos que movem ações judiciais com o propósito de expulsá-las.

No âmbito desses conflitos fundiários, as ações judiciais cumprem um papel central; o juiz torna-se um ator importante, pois determina qual é o direito que irá prevalecer para o caso concreto: constata-se que entre a lei, suas lacunas e a decisão judicial existe uma imensa liberdade interpretativa que comporta decisões diferentes e até contraditórias, marcadas por lógicas e conjunturas peculiares. Assim, partimos da hipótese de que:

**H1:** O reconhecimento dos argumentos que orientam as decisões judiciais contribui para a análise do fenômeno jurídico na sua complexidade, ao tempo em que favorece a compreensão da expressão das lutas pela posse da terra no seio do Estado.

**H2:** A forma de pensar do juiz reflete nas suas decisões no processo, uma vez que a tomada de posição é influenciada e modelada por sua visão de mundo. A forma de pensar está relacionada aos valores, à formação acadêmica, profissional e política dos magistrados.

**H3:** A decisão judicial, como instrumento de decisão (não exatamente decisivo) sobre a permanência das comunidades nas terras ocupadas, torna-se um importante referencial do Direito e manifesta-se fundamentalmente pelo que fazem seus sujeitos, independentemente da retórica da *neutralidade*, da *impessoalidade*, da *decisão justa* e mesmo do que está legislado.

**H4:** A prevalência da noção de propriedade como direito absoluto não anula necessariamente a coexistência de lógicas complementares e contraditórias, uma vez que para além das concepções do magistrado, existem as influências e pressões no bojo do processo judicial.

Pela proposição, vê-se que partimos do pressuposto de que as decisões judiciais não se orientam apenas pelas regras e procedimentos relacionados ao *campo* ou ao *sistema*, como diria Luhmann. O sistema jurídico é continuamente permeado por diversos interesses e visões de mundo, tanto daqueles que na linguagem de Bourdieu ocupariam o lugar de *profanos*, quanto dos *profissionais*, especialmente, os juízes porque decidem no processo. Em outras palavras, são sujeitos que se movimentam a partir de concepções de mundo, mesmo quando consideram as regras do espaço instituído. Nesse sentido, com a pesquisa procuramos aprofundar a compreensão das



maneiras diversificadas dos juízes formarem suas decisões, para além do reconhecimento da tendência favorável aos grupos de poder. Através da análise qualitativa de sete ações possessórias e uma Ação Civil Pública referente a diferentes comarcas do Estado da Bahia, buscou-se formular uma hipótese geral acerca de diversos padrões de decisão judicial diante desse tipo de conflito no *campo jurídico*, apresentados a seguir de uma maneira sintética.

### ***Decisão apoiada em parâmetros objetivos, conforme as concepções políticas e ideológicas***

A primeira modalidade formulada é aquela na qual os juízes, em suas decisões, deixam transparecer suas convicções políticas e ideológicas, embora se refiram igualmente a parâmetros objetivos para decidir sobre os interesses em disputa. Não emitem juízos de valor sobre o comportamento das partes, são decisões menos adjetivadas em relação às segundas. Em alguns casos, remetem a orientações de outros órgãos estatais para respaldarem suas posições, a exemplo dos documentos produzidos pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), antigo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), das solicitações feitas por esta secretaria, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) e as próprias alegações do Ministério Público, que é autor de uma Ação Civil Pública em favor das comunidades.

Todas as decisões que legitimam a posse das comunidades de fundos de pasto estão mais associadas a esse padrão. Um bom exemplo da caracterização desse padrão de decisão é a apreciação do agravo de instrumento em um dos processos:

Inobstante estar sensível à questão agrária do nosso País e reconhecer as condições precárias dos “sem-terra” não se pode violar normas materiais e processuais, em especial o direito à propriedade, sob pena de se criar uma instabilidade no ordenamento jurídico em prejuízo de toda a população. O governo dispõe de meios para solucionar o impasse, enquanto a Justiça se obriga a cumprir a lei editada pelo próprio governo. Assim sendo, merecem ser cessadas as decisões agravadas, restituindo-se a posse do imóvel aos agravantes, mantidos os termos da sentença de mérito, bem como o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo. Em harmonia com o exposto, **DÁ-SE PROVIMENTO AO AGRAVO**, para cassar as decisões recorridas, restabelecendo o status quo, definido na sentença de mérito (Decisão Monocrática – Agravo de Instrumento Casa Nova, grifos do autor).

O desembargador reconhece a problemática social ao tempo em que a secundariza em favor da lei por entender que “ao Judiciário não cabe a realização da reforma agrária”, mas deve sempre





pautar suas decisões na lei. Em outras palavras, todos os parâmetros alegados são “objetivos”, isto é referendados em lei, mas não deixam de imprimir às decisões uma visão de mundo e uma concepção ideológica e política, a exemplo daquela pela qual o Poder Judiciário seria desincumbido da efetivação da justiça social.

### ***Decisão passional/subjetiva***

Como o próprio nome sugere, uma decisão passional/subjetiva é aquela que conta com o envolvimento pessoal e explícito do julgador. Nas decisões associadas a esse padrão está em questão a assunção de uma posição no conflito em favor de uma parte para insurgir-se contra a outra. As representações sobre o conflito e as partes são substancialmente impregnadas de juízos de valor, ligado à visão moral do magistrado, muitas vezes associável a uma leitura de senso comum sobre a realidade social. Para exemplificar, apresentamos duas passagens de processos judiciais distintos onde os juízes emitem suas opiniões sobre a (i)legitimidade das formas de luta dos movimentos sociais pela terra:

Vale salientar ainda que é de pleno conhecimento deste MM Juízo a forma de atuar dos chamados movimentos dos sem terra, onde os mesmos se utilizam de diversas pessoas que aproveitam a movimentação no intuito de lograrem vantagens e benefícios. Não se diga, desta feita que o movimento pela terra não seja justo, mas convenhamos que, em um Estado Democrático de Direito, não se parece correto a forma de agir de tais movimentos, com a utilização de formas às vezes violenta de ocupação, inclusive de órgãos públicos, a exemplo do que ocorreu recentemente na Prefeitura Municipal de Casa Nova-Ba, não obedecendo ainda os requeridos as ordens judiciais emitidas durante o trâmite do feito, conforme se denota das certidões de fls. 134, 135 e 255. Para tais movimentos, ao que parece, a Justiça não tem voz, bem como as autoridades constituídas (Decisão interlocutória – Processo Casa Nova).

Enfim, não assiste razão aos que querem se locupletar, valendo-se de alguns incisos que integram a Constituição Estadual, sem atentar à continuidade dos artigos para fazer reforma agrária à sua maneira e ao bel-prazer de organismos e instituições que *tentam patrocinar a intranquilidade e insegurança social*. (Sentença – Jabuticaba, grifo nosso).

Com essas considerações, constatou-se que nas decisões analisadas, todas aquelas associadas a esse padrão – pelo menos cinco – são desfavoráveis às comunidades de fundos de pasto. Nessas decisões, embora os juízes se refiram ao instrumento legal para respaldarem suas posições, eles restringem sua análise basicamente à interpretação das provas do autos, orientadas por suas pré-



concepções sobre o conflito e as partes.

Esse padrão de decisão configura o processo judicial como uma verdadeira “queda de braços”, pois a disputa política para fazer prevalecer a sua interpretação sobre o conflito e os interesses em jogo é acompanhada da *desqualificação* do outro (as comunidades) e da *desconfiança* sobre suas ações. Nesse caso, constrói-se a imagem do comportamento inaceitável, tendo como referência o comportamento aceito, valorizado, da outra parte. Em algumas situações, colocando em xeque a idoneidade das decisões de outros magistrados, como se depreende pela leitura dos trechos que seguem:

Estranhamente e sem qualquer fundamentação aparente, conforme notícia a certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 305V, o MM Juiz Substituto, **de forma verbal**, determinou a retirada dos autores do local, inclusive os seus funcionários e vigilantes (Decisão Interlocutória – Casa Nova).

[...] constituindo-se a presente ação de reintegração de posse, numa ação aventureira, sem respaldo legal, que de forma lamentável, lastreados em depoimentos testemunhais vazios, inclusive, uma delas declarou solenemente ter interesse no julgamento do feito, mesmo assim, *foi-lhe deferido o compromisso e mereceu a concessão da liminar de reintegração em prejuízo de quem se encontrava na posse da área demandada.*” (Sentença - Jabuticaba, grifo nosso)

Nesse padrão, as convicções do magistrado são construídas a partir de suas (pré)compreensões, apoiadas em noções midiáticas, a respeito da luta pela terra e seus sujeitos. Nesse sentido, utilizam de forma generalizada expressões genéricas tais como “o movimento pela terra” ou “os sem-terra”, como se referissem a uma mesma realidade, única e indiferenciada. Em certos casos, a qualificação negativa se expande para alcançar os profissionais que assessoram esses movimentos, que também têm suas ações explícita e abertamente repudiadas pelo magistrado. Nesses casos, os juízes evocam situações que não estão presentes nos autos para ressaltar sua desaprovação moral e/ou política a respeito de ações e movimentos – de luta pela terra – entendidos como intoleráveis pelo Estado.

### ***Decisões objetivas e estritamente vinculada aos requisitos legais***

Embora todas as decisões se fundamentem em requisitos legais para deferir ou indeferir os pedidos de liminares ou para posicionar-se sobre os agravos de instrumento, nem todas as decisões restringem sua fundamentação nesses requisitos. Para este terceiro padrão, os interesses das partes e



o próprio problema social são secundarizados em favor de uma leitura estritamente em conformidade com a lei.

É sabido que o juízo para apreciação da medida liminar é ténue e superficial, realizando o Magistrado uma análise provisória do alegado pela parte autora. Entretanto a prova carreada aos autos pelo demandante demonstra-se por demais frágil para fundamentar uma decisão liminar. Considerando o ato de esbulho requisito imprescindível para concessão da liminar, e uma vez que da justificação prévia não restara evidenciado, entendo ausente requisito para concessão da liminar (Decisão liminar – processo Baixa do Saturnino).

Nesse sentido, as decisões não emitem qualquer opinião sobre as alegações apontadas e posicionam-se apenas a respeito do cumprimento dos requisitos legais. Note-se que a referência legal encontrada nesses pronunciamentos é dada apenas pela legislação civil, não havendo qualquer menção à Constituição Federal, nem mesmo à função social da propriedade, princípio fundamental inscrito na mesma. Contudo, é interessante que, de acordo com esse padrão de decisão, existiram decisões favoráveis e contrárias aos direitos das comunidades de fundos de pasto.

### 3.1. Conclusões parciais

Por tudo isso, essa breve exposição só vem confirmar o pressuposto que defendemos. Trazer para o centro da discussão os argumentos dos juízes como possibilidade analítica e de interpretação das lutas pela posse da terra e território pelas comunidades tradicionais da Bahia permitiu compreender também as disputas judiciais pela apropriação territorial enquanto um processo onde se movimentam sujeitos, relações sociais e conflitos. Por esse motivo, vê-se que a teoria luhmanniana não consegue dar conta de responder às tensões em torno do direito e a influência das relações de poder nesse campo porque o concebe nos termos de uma “evolução” social, sem considerar os mecanismos de dominação, que implicaria em pensar esse sistema social como uma resposta, não exatamente à complexidade e à contingência, mas às relações de poder que modelam a nossa sociedade.

Por esse motivo, seria um contrassenso pensar na formulação de qualquer teoria explicativa sobre os sistemas sociais que possam servir a toda e qualquer realidade, ou seja, sem pensar na materialidade das relações sociais e com isso o papel preponderante da ação do sujeito na reprodução e transformação das próprias estruturas.

Nesse sentido, é necessário inserir o direito num jogo de relações sociais mais complexas, no



espaço estratégico de lutas - o Estado de Direito que, como bem lembra Poulantzas (2000), é uma síntese contraditória, pois condensa em seu seio os conflitos entre os grupos dominantes e os subalternos.

#### 4. Algumas considerações finais: o direito e o Estado como uma relação

Neste trabalho, vimos que a leitura do direito enquanto sistema social, nos termos luhmanniano, é insuficiente para sabermos “que tipo de direito produz tal tipo de sociedade e porque é que esse direito corresponde a essa sociedade” (MIAILLE, 1989 p.68). Para decifrar o seu lugar e a sua função no modo de produção da vida social faz-se necessário analisá-lo como uma instância de um “todo complexo com dominante”, no sentido proposto por Mialle (1994), a fim de relacioná-lo com as demais instâncias que estruturam o aparelho Estatal, sem perder de vista as suas particularidades enquanto um campo que tem uma lógica específica e mecanismos próprios de funcionamento.

Reconhecer o *campo jurídico* como um produto das relações sociais significa não ser possível compreendê-lo por si, nem mesmo enquanto um reflexo direto das relações de forças, uma vez que opera com uma autonomia relativa frente ao conjunto social. Em outras palavras, existem especificidades que tornam possível a construção de “um *corpus* jurídico relativamente independente dos constrangimentos externos”, como observa Bourdieu. Uma boa síntese para compreender essa perspectiva é afirmar que,

de fato, a força relativa das diferentes espécies de capital jurídico nas diferentes tradições tem, sem dúvida, que ser posta em relação com a posição global do campo jurídico no campo do poder que, por meio do peso relativo que cabe ao “reino da lei” (*the rule of law*) ou à regulamentação burocrática, determina os seus limites estruturais pela eficácia da ação propriamente jurídica (BOURDIEU, 2010, p. 219).

Assim, a compreensão das tensões e contradições expressas pela decisão judicial, a exemplo do que procuramos apresentar, perpassa por uma leitura que possa considerar o sistema jurídico, o Estado e o sistema social geral com fronteiras bastante tênues. Exige concebê-los como uma relação porque expressam as relações de força entre as classes sociais (POULANTZAS, 2000), mas com as devidas mediações. Para ser exemplificativa, o consenso procedimental a que se refere Luhmann (NEVES, 2006) pode ser visto de diferentes formas. Se partimos do entendimento que ele é forjado



e não construído, iremos reconhecer nele a dominação de uma classe pela outra. Por outro lado, se consideramos que a existência de critérios estabelecidos possibilita o questionamento de decisões que não preencham esses requisitos<sup>10</sup>, a relação do direito com o campo do poder torna-se bastante contraditória. Nesse sentido, o historiador marxista E. P. Thompson considera o domínio da lei como um bem indispensável, pois, é diferente do poder arbitrário<sup>11</sup>. Em poucas palavras, “[...] *O direito importa, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história*” (THOMPSON, 1997, p. 359).

Dito isto, para Thompson, a lei, o direito e a justiça, inegavelmente, são parte das estruturas de poder da sociedade, mas se concebermos que “os dominantes não precisam da lei para oprimir os dominados, ao passo que os dominados não tinham necessidade de lei alguma” (ibidem, p. 351) existe uma especificidade na mediação das relações de classe através da lei, que deve ser considerada se nos propusermos a compreender a dominação dentro de um campo de fronteiras muito porosas.

Essa perspectiva é crucial para compreensão sobre o papel do sistema jurídico no nosso modelo social, pois, não pode ser compreendido nem a partir da visão instrumentalista, no sentido de ser um instrumento puro e simples da classe dominante; nem como uma instância dotada de uma autonomia frente aos diversos interesses sociais. Por esse motivo, a compreensão das decisões judiciais nos conflitos de terra envolvendo as comunidades tradicionais de fundos de pasto, não é possível separando o que é “jurídico” daquilo que seria o “lixo social”, como sustenta Ziegert (2007), mas com a inserção em um palco de lutas abertas e indefinidas (THOMPSON, 2007) porque operam se referindo a seus instrumentos, mas também a uma série de interesses inconciliáveis.

## Referências

AMADO, J. A. G. A sociedade e o direito na obra de Niklas Luhmann. In: ARNAUD, A; LOPES JR., D. (Orgs.). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, pp. 301-311.

<sup>10</sup> Dentre as decisões judiciais analisadas no trabalho empírico, duas tiveram como resposta Exceções de Suspeição submetidas ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no sentido de questionar a falta de fundamentação legal da decisão em favor de um suposto favorecimento da parte contrária.

<sup>11</sup> Thompson chega a essa conclusão, na obra “Senhores e Caçadores” quando faz um estudo sobre a Lei Negra, na Inglaterra do séc. XVIII, que fora considerada uma lei “má”, mas que permite esse tipo de constatação porque o domínio da lei requer a consideração a padrões de universalidade e igualdade que, de certa maneira, balizam uma percepção e aceitação daquilo que é tido por “justo” (THOMPSON, 1997).



BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CHARVET, Dominique. Crise da Justiça, crise da Lei, crise do Estado?. In: POULANTZAS, Nicos (org.) **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, pp. 240-272.

LUHMANN, N. **Sociologia do Direito**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1983 e 1985, pp. 45-53 e 167-181 (Vol. I) e pp. 7-17 (Vol. II).

MARTINS, M. V. É o direito um sistema autopoietico? Discutindo uma objeção oriunda do marxismo. In: MELLO, M. P. (Org.). **Revista Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. São Paulo: Editora LTr, 2001, pp. 44-68.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Lisboa: Ed. Estampa, 1994, pp. 63/103.

NEVES, M. **Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 123-213.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. \_ São Paulo: Paz e Terra, 2000.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZIEGERT, K. A. A descrição densa do Direito – uma introdução à teoria dos sistemas operacionais fechados de Niklas Luhmann. In: **Revista Confluências/ Revista do PPGSD/UFF**. Nº 9/1, 2007, Ed. PPGSD/UFF, Niterói, RJ.





## DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE PIRANGUINHO, MG

BERNARDES, Elizabete Aparecida

*Estudante de Mestrado do Programa Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*b\_bitencourt@hotmail.com*

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo

*Professor do Programa de Mestrado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*  
*carlospimenta@unifei.edu.br*

472

### RESUMO

Este trabalho estuda o tema do desenvolvimento sustentável, por meio de estudo de caso, especificamente sobre os discursos e a prática da administração municipal de Piranguinho, município de pequeno porte, no sul de Minas Gerais. Proposta desenvolvida a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores públicos e autoridades municipais que trabalham o tema desenvolvimento e sustentabilidade, com recorte temporário de 2005 a 2014. Objetiva-se verificar a existência de projetos institucionais para o desenvolvimento sustentável com potencial de formar um conjunto articulado de práticas sustentáveis. Aponta-se que as perspectivas de incorporação de políticas públicas sustentáveis, além de não incorporar atores sociais no processo, demonstram incapacidade de apresentar aspecto integrador da transformação na organização urbanística.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas de Desenvolvimento. Piranguinho.

### ABSTRACT

This paper studies the issue of sustainable development, through case study, specifically by speeches and practice of Piranguinho's municipal administration, a small town in southern Minas Gerais. The proposal was developed from semi-structured interviews with public officials and local authorities who works with the theme, development and sustainability, with a temporary record from 2005 to 2014. The objective is to verify the existence of institutional projects for sustainable development with the potential to form an interconnected set sustainable practices. It is pointed out that the prospects of incorporating sustainability of public policies, and do not incorporate social actors in the process, demonstrate inability to provide integrative aspect of transformation in urban organization.

**Key-words:** Sustainable Development. Public Policy Development. Piranguinho.



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Este trabalho estuda o tema do desenvolvimento sustentável, por meio de estudo de caso, especificamente sobre os discursos e a prática da administração municipal de Piranguinho, município de pequeno porte, no sul de Minas Gerais.

O conceito de desenvolvimento, mediante a diversidade de visões, sejam elas positivistas que o aliam à ideia de crescimento econômico ou socialistas que destacam a qualidade de vida, demanda a necessidade de reflexão quando o ligamos ao conceito de sustentabilidade.

Refletir como esses fenômenos ocorrem ou são planejados em uma cidade pequena justificam as intencionalidades da pesquisa que ora se apresenta, objetivando-se verificar a existência de projetos institucionais para o desenvolvimento sustentável com potencial de formar um conjunto articulado de práticas sustentáveis.

Enfatiza-se que as discussões a respeito da temática desenvolvimento sustentável depara-se muitas vezes, segundo Marconatto et al (2013, p. 15) no embate entre os “antropocentros” que creem que a natureza existe para servir ao homem, defendendo a ideia de que crescimento dos mercados e avanços tecnológicos garantem a sustentabilidade e de outro lado, os “biocentros” que divulgam a ideia da necessidade da preservação dos recursos naturais sobre os sistemas econômicos. Eis a tensão que norteia os discursos dos gestores públicos entrevistados.

Dentro dessas perspectivas, a pesquisa foi desenvolvida a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores públicos e autoridades municipais que trabalham o tema desenvolvimento e sustentabilidade, com recorte temporário de 2005 a 2014.

Parte-se da ideia de que o desenvolvimento sustentável proposto por uma cidade pequena se faz necessário quando se tem a urgência de tal concepção, pois evidencia a falta de planejamento em relação a esses instrumentos que permeiam políticas sustentáveis, o que caracteriza momentos de crises institucionais, sociais, econômicas e políticas, do ponto de vista do município.

Faz-se imprescindível um percurso teórico a respeito dos conceitos utilizados na pesquisa, dentro das visões históricas, sociológicas e antropológicas, além da compreensão de

---

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



planejamento urbano, desenvolvimento e sustentabilidade, bem como as repercussões do poder local, em contraposição ou não à lógica globalizadora que se impõe de forma nada dialógica. Essas repercussões têm fundamentação nos campos ideológicos e políticos, campos esses férteis nas possibilidades de compreensão dos caminhos já trilhados. Levam-se em consideração as possibilidades de cidades pequenas realizarem um percurso diferenciado frente aos desafios do mundo contemporâneo.

A ideia inicial é de que há a possibilidade de se pensar o desenvolvimento local de uma forma diferenciada, tendo-se como pressuposto a qualidade de vida. Porém, é necessário compreender a visão da administração municipal, a esse respeito, assim como as atitudes direcionadas a esse fim.

474

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL: EM QUESTÃO, O MUNICÍPIO DE PIRANGUINHO**

A história registrada da ocupação do Sul de Minas, por ser fragmentada, nem sempre obedecendo a critérios científicos, baseando-se muitas vezes em relatos, sem uma busca por comprovação documental acaba por produzir lacunas, que só serão preenchidas com o tempo.

A cidade, local de estudo, tem em comum com as cidades vizinhas, a Serra da Mantiqueira que serve como uma barreira que, segundo Faria (2007, p. 142) “confina, separa, e surpreendentemente protege, em alguns pontos, o ambiente natural, por longos anos”. A história da região é, como também a de outras, única, portanto, precisa ser compreendida dentro de suas especificidades.

Devido às suas particularidades e à história recente, é possível que haja um movimento de reflexão e análise a respeito dos modelos de desenvolvimento implementados no município destacado.

As pequenas cidades são bastante diferenciadas entre si. Esse fator ocorre tanto pela própria diversidade da formação espacial do país, bem como pelos processos locais de cada espacialidade, pela atuação dos agentes sociais e do Estado e pelas particularidades sócio-culturais, assim como pela sua localização geográfica, suas condições de acessibilidade, bem como pela maior ou menor inserção dos lugares na economia globalizada, entre outros. (ALVES et al, 2009, p. 8)



Para que o equilíbrio seja possibilitado, tendo como fundamentação a sustentabilidade da vida, o bem-estar da população aliada aos novos paradigmas sociais contemporâneos, é importante que haja uma retomada de decisões e ações visando à posteridade, aliada à permanência da qualidade de vida e de relações intrínsecas ao desenvolvimento humano e ambiental.

A apropriação do solo de maneira particularizada, a sua importância para a sobrevivência de sociedades inteiras, seja para a produção de alimentos, garantia de moradia ou também para a proteção de civilizações, vem se mostrando como forma de estratificação social, garantindo a uns a propriedade, e a outros, a falta de possibilidade de uma vida digna. Percebe-se isso estudando a história do urbanismo, tendo-se aqui como referência o trabalho de Goitia (1992) e as implicações políticas do Planejamento Urbano, abordadas na obra de Souza (2008).

Também é posto em discussão o planejamento do desenvolvimento, suas bases de fundamentação e alternativas para novas concepções. Toda essa discussão é permeada pelas relações de poder, intimamente ligadas à concepção de espaço, de sua apropriação, utilização e posse.

Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, os recursos, os meios de subsistência, o território e suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir e pensar etc. (FOUCAULT, 1979, p. 282).

Tendo em vista a região a ser estudada, há a possibilidade de se afirmar que o local apresenta a possibilidade de uma nova visão em relação ao desenvolvimento. A serra da Mantiqueira impõe magnitude, envolvendo as cidades num clima de aconchego e proteção. Esse clima muitas vezes é interpretado como fator de isolamento. Portanto, pode ser determinante para novas estruturas de desenvolvimento, tendo como foco a sustentabilidade, o bem-estar, a partir da valorização das características locais.

## **PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO**

Torna-se pertinente a compreensão de que como se articula o poder local, tendo em vista os diversos atores políticos envolvidos nas decisões e pensar na possibilidade, segundo Maricato (2002, p.72), de “construir um espaço de participação social, que dê voz aos que



nunca a tiveram, que faça emergir os diferentes interesses sociais”, ela acrescenta ainda que “é uma tarefa difícil em um país de tradição autoritária como o Brasil, mas altamente transformadora”.

Dowbor (1994) destaca que “a questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade”. Segundo o autor:

Hoje já não há dúvidas de que precisamos de mecanismos muito mais ativos de intervenção organizada para enfrentar os desequilíbrios herdados, envolvendo todos os atores sociais – Estado, empresa e sociedade civil – na luta por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável (Dowbor, 1994, p.6).

Dentro das especificidades, necessário se faz devolver às cidades o seu protagonismo nas diversas esferas em que atuam, ou seja, nas várias instituições e também na sociedade civil (Castells e Borja, 1996), criando espaço de debate democrático (Maricato, 2002).

A construção do sujeito político passa pela compreensão de si como alguém capaz de criar e transformar as situações, que não se deixe transformar em simples espectador da História da formação da cidade, que afinal é fruto de seu trabalho. Tarefa nada fácil, principalmente quando se leva em conta a análise sobre o processo político para além das ações que repercutem em bem-estar da população, mas que vai além, ao proporcionar-lhe a melhoria na qualidade de sua reflexão política. É o avançar da mentalidade para além do “eu”, chegando a “nós”, sem os meandros da troca de favores ou de interesses particulares sobressaindo aos coletivos.

Nas lacunas deixadas pelos registros históricos convencionais, despontam atores diversos, mesmo não sendo reconhecidos oficialmente, participaram de maneira ativa dos vários processos. Estes são encontrados em jornais da época, semanários, arquivos da paróquia e na história oral.

Como é possível verificar, a história, apesar de ser contada na maioria das vezes, a partir do olhar masculino, dos que detêm o poder, seja no campo político ou religioso, é protagonizada por aqueles que por mais que se tenha tentado excluí-los, insistem em se fazerem presentes, como é o caso das mulheres, dos negros, índios, pobres e demais marginalizados da sociedade excludente.

Em Piranguinho essa realidade não foi diferente, as mulheres aparecem em diversos momentos e situações, como protagonistas de sua história que é a história do lugar. Tanto no



campo da educação, quanto na religião e na política, elas destacam-se. Renó, Lima e Passaro (2011) destacam que no período anterior à emancipação do Distrito:

[...] pode-se acompanhar o protagonismo das mulheres no campo da educação, atividade essa que dependia de ações políticas de convencimento, de apelos ao poder público, de uso da fala e da festa para chamar a atenção sobre as necessidades da escola e do povoado. A religião é percebida como elemento aglutinador e articulador de ações que deram forma à vida social local, pautando condutas, ritmando o tempo do trabalho e das festas, revelando a costumeira sintonia entre a autoridade religiosa e o poder local. O futebol foi a outra força mobilizadora, capaz de quebrar a rotina do pequeno distrito. [...] Diferentes atividades configuraram-se em lugares da prática política em seu sentido de ação para o bem-estar da comunidade (RENÓ et al, 2011, p. 72).

477

As práticas políticas são, desde o início, permeadas pela participação de pessoas que não concordam com a ideia de que apenas um grupo teria o privilégio de tomar as decisões, assim, nos diversos momentos da história do município é possível verificar a presença de atores, que à primeira vista não teriam a possibilidade de participarem de forma efetiva das diversas decisões.

## **PIRANGUINHO E A VISÃO DE DESENVOLVIMENTO: A questão do desenvolvimento e da sustentabilidade**

Esta análise pretende descrever a visão de desenvolvimento presente na mentalidade de pessoas ligadas à administração pública em Piranguinho, na atualidade e em tempos anteriores. Para isso foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que terão aqui, partes reproduzidas. Estas entrevistas foram filmadas e tiveram seus conteúdos totalmente transcritos posteriormente.

Para iniciar essa descrição é necessário que se compreenda qual a concepção de desenvolvimento que esses gestores têm e qual o seu entendimento em relação à ideia de sustentabilidade.

Entre as concepções desenvolvidas em meio às pessoas que estiveram ou estão na atualidade, como gestoras da administração pública, pode-se encontrar visões que não são bem delimitadas em relação ao tema desenvolvimento, que geralmente aparece aliado à ideia de crescimento econômico e às formas de se buscar um alinhamento com as visões já





pré-estabelecidas do mundo contemporâneo, visões essas que impõem às cidades um patamar ideal, que estaria no âmbito da urbanização, da industrialização, do crescimento comercial. Isso fica claro na fala de um dos entrevistados: “a gente liga desenvolvimento com riqueza, com geração de riqueza [...]”. Outro entrevistado afirma que “a gente tinha a ideia de que havia que preocupar um pouco com o crescimento da cidade, o crescimento econômico [...]”.

Portanto, à primeira vista tem-se a ideia de que desenvolvimento na visão dessas pessoas está diretamente ligado à criação de um distrito industrial, uma maneira de proporcionar empregos à população e gerar mais riquezas à cidade.

Ao mesmo tempo a preocupação com a qualidade de vida aparece como item essencial para que o desenvolvimento seja considerado pleno. Portanto, apesar de ser uma pequena cidade, ainda muito jovem, Piranguinho não possui especificamente, um planejamento que englobe as noções de desenvolvimento, nem mesmo a determinação de que modelo de desenvolvimento seria o ideal para o local. Há a reafirmação por parte dos gestores que as características do município não são próprias para a industrialização, tanto pela questão espacial, quanto devido à proximidade de polos considerados industriais, em Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, cidades vizinhas.

Em relação à sustentabilidade, os entrevistados fazem a sua ligação à questão social, à valorização das pessoas, à qualidade de vida, bem como às sensações de “estar bem” ou “sentir-se bem” no local em que se vive. Acrescentam a isso a ideia de que esses parâmetros somente serão atingidos a partir do oferecimento de serviços públicos de qualidade destinados à população e a valorização da cultura local.

Para o ex-prefeito do município, que também foi entrevistado, o turismo aparece como uma opção ao desenvolvimento local e como forma de valorização do município, além de estar aliado à questão de sustentabilidade, aqui entendida como algo além da preservação da natureza, ou seja, a sustentabilidade aliada às melhores condições de vida. Para ele era necessário “ir formatando o município, ir preparando [...] pra ser um município que atraísse do ponto de vista turístico [...]”. E acrescenta:

Nós temos o potencial nesse sentido de eventos, de localização e outros aspectos, que falta ainda serem bem mais explorados, mas demos o início, demos o pontapé inicial e avançamos nesse sentido [...] esse desenvolvimento aí, na minha concepção, ele é sustentável nesse aspecto.



A esse respeito, Pimenta e Frugoli (2004) salientam que é interessante ver o turismo aliado ao desenvolvimento econômico, “para além de um modelo industrial e tecnológico”, pensamento esse que figura “na mentalidade dos homens públicos e no imaginário dos munícipes”. Portanto, o turismo pode ser apontado como uma forma de levar o município a uma nova forma de desenvolvimento, que não necessita da criação de indústrias ou de polos tecnológicos.

Outro aspecto que pode ser destacado nas falas dos entrevistados é a associação do desenvolvimento à capacidade de agregar e promover os diversos agentes sociais, no sentido de coletividade, de pensamento de cooperação entre eles.

### **PIRANGUINHO: A participação popular em questão**

Entre os entrevistados ficou clara a ideia de que a participação popular nos processos decisórios é de suma importância, sendo por isso valorizada enquanto construtora de uma nova sociedade baseada em ideais democráticos.

A administração é caracterizada como colegiada, tendo-se como ponto de partida a tomada de decisões, que são feitas após discussões, defesa de pontos de vista diversos, análises das consequências. Por isso mesmo é defendida como a melhor forma de gerir as questões políticas no município. Uma das entrevistadas destaca que cada secretário tinha voz e vez nos processos de decisão e ainda reforça a ideia de que esta prática era reproduzida dentro de cada secretaria, ela afirma “a gente tinha vez, tinha voz e conseguia se fazer presente, sem dúvida, dentro de cada secretaria era essa dinâmica também que foi levada”.

Os entrevistados destacaram a forma colegiada de se fazer política de forma bastante positiva, o que de acordo com a opinião deles, imprimia e imprime um caráter democrático à administração, bem como ajuda na tomada de decisões, que sendo partilhada, ganha a força necessária para seu desfecho.

Essa forma de encarar a política é vista como um diferencial para o município que ganha um caráter mais democrático e participativo.

A formação dos funcionários da prefeitura, enquanto grupo também foi destacada como fato relevante e justificada através do argumento de que quando o grupo que estava na administração, por não fazer parte de um quadro permanente na instituição, saísse, teria seu



trabalho de coletividade em continuidade a partir dos funcionários concursados. A ideia de que a capacidade de tomar decisões em conjunto, dialogar, defender pontos de vista e assumir as responsabilidades pelo andamento dos diversos projetos permaneceria entre os que ficariam na instituição, porque têm um vínculo permanente com ela. Uma entrevistada reflete:

[...] a gente entendia que naquele momento a gente tava gerenciando a secretaria, mas que em algum momento a gente não estaria mais e as ideias e o que permeavam as diretrizes colocadas não podiam ir embora com a gente, elas tinham que permanecer com quem ficasse, então os secretários tinham também como obrigação, como item, como objetivo, formar pessoas que pudessem dar continuidade a esse modo de fazer, que a gente tava colocando. E um modo de fazer que passava por... Pela questão da participação, de ouvir, de dar sempre essa oportunidade.

480

Esse “jeito de fazer” política foi o ponto forte das duas últimas administrações (2005 – 2012), segundo os entrevistados, porque havia a preocupação com a participação de todo o grupo envolvido na administração, mas também estendia-se aos outros funcionários e à população como um todo. Segundo o ex-prefeito, um dos entrevistados:

[...] o tempo todo havia uma preocupação com o aspecto participativo, uma participação onde a gente chamava as pessoas para as diferentes reuniões, né? A gente tentava ser participativo dentro do gabinete, dentro das secretarias, dentro do conjunto dos cargos que faziam parte da equipe de trabalho do governo, e nós fazíamos especialmente o orçamento participativo, que foi aqui em Piranguinho uma inovação completa [...] penso que esse foi o diferencial, o como foi feito, com a participação e com a população, de forma colegiada e internamente.

Destaca-se nesse cenário, a participação popular a partir dos Orçamentos Participativos, realizados anualmente, convocando a população a decidir junto à administração quais obras devem ser privilegiadas no município, tendo-se como premissa que o município é pequeno, ficando por isso, limitado em algumas decisões. Os entrevistados destacaram o Orçamento Participativo como marca importante das administrações do ex-prefeito e do atual.

O Orçamento Participativo como “proposta, no sentido de valorização daquilo que o cidadão, que a população também pensa ou reivindica”, de acordo com um dos entrevistados, é um atributo que traz uma forma diferenciada de se fazer política, porém reclama que ainda não há “uma participação maciça” por parte da população e que a visão de quem participa desse tipo de atividade nem sempre é coletiva, há ainda um olhar individualizado por parte das pessoas em



suas reivindicações, quando se preocupam com problemas próximos e não os do município como um todo.

A participação popular foi ganhando qualidade com o tempo, à medida que as pessoas iam compreendendo os objetivos dos Orçamentos Participativos e percebendo a importância de se ter um olhar coletivo, mas também dentro das possibilidades que o município poderia oferecer. Um dos entrevistados destaca que o ganho foi além da atitude política, da participação, foi se estabelecendo um processo de formação, ele relata que:

A visão de conjunto, ela foi amadurecendo a cada orçamento [...] No primeiro orçamento, a coisa era muito própria, cada um via só o que estava à frente do seu bairro, até porque havia muitos problemas no começo, muita coisa a ser resolvida [...] as pessoas demandavam coisas muito próximas à sua realidade e algumas coisas que elas pediam que o município não tinha condição de atender em hipótese nenhuma [...] a questão da participação não estava só no ato político, participativo em relação ao orçamento em si, mas estava em todos os cantos [...]

A qualidade esperada é a que se relaciona à capacidade de se vivenciar o verdadeiro significado de comunidade, oportunizando às pessoas a experiência da empatia através da participação efetiva nos processos decisórios, isso abstraído como ganho social, pois garante o exercício da coletividade, da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar a existência de projetos institucionais para o desenvolvimento de uma forma endógena, particularizada, se comparada aos padrões já estabelecidos histórica, social e culturalmente e se esses projetos teriam potencial de formar um conjunto articulado de práticas sustentáveis no município de Piranguinho, especificamente sobre os discursos e a prática da administração municipal, a partir de estudo de caso. O recorte temporário foi estabelecido entre os anos 2005 a 2014.

As entrevistas realizadas com os administradores e autoridades municipais que trabalham o tema desenvolvimento e sustentabilidade permitiu verificar que a visão deles a respeito do tema não é bem delimitada e aparece, na maior parte das vezes, enquanto sinônima de crescimento econômico e a busca por formas de alinhar-se às visões pré-estabelecidas do mundo capitalista contemporâneo.



Essa ideia de desenvolvimento alinha-se à premissa de que para desenvolver-se é necessário crescer economicamente, de forma a possibilitar a urbanização, a industrialização e o crescimento comercial. Portanto, essa forma de desenvolvimento não seria condizente com as características de um pequeno município, situado entre dois polos considerados industriais e tecnológicos (Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, ambas situadas em Minas Gerais).

Essa lógica contraria a hipótese inicial do trabalho de que haveria a possibilidade de Piranguinho contrapor-se a esse tipo de desenvolvimento mais próximo do crescimento econômico, propondo novas formas de desenvolver-se aliando a sustentabilidade e a qualidade de vida como parâmetros para a plenitude do processo, com planejamento e organização, garantindo com isso uma urbanização mais eficiente e humana.

Fica claro na fala dos entrevistados que a qualidade de vida é característica primordial para que o desenvolvimento sustentável seja efetivado no município. Por isso, ficou evidenciado que há uma preocupação em relação à garantia de serviços públicos de qualidade, bem como a necessidade na manutenção das práticas que se mostram efetivas nesse sentido, como educação, saúde, obras e a coleta seletiva que foi implantada nesse período e tem se fortalecido.

Há um consenso entre esses administradores e autoridades municipais responsáveis por essa temática, que a participação popular é extremamente necessária para a criação e manutenção de políticas públicas eficientes que garantam o desenvolvimento sustentável no município, apesar de não haver uma sistematização delas.

Piranguinho é um município de pequeno porte, com uma população de 8.016 habitantes e por isso não tem a obrigação da criação de um plano diretor, que é indicado a municípios que tenham população acima de 20.000 habitantes. O município também não se enquadra em nenhum dos outros critérios que visam a sua obrigatoriedade. Porém, os administradores públicos salientam a importância da sistematização de políticas públicas que visem o desenvolvimento, avaliam, portanto, que há uma falha nesse sentido.

Eles preocupam-se com a falta de empregos oferecidos no município e com a identificação de cidade dormitório, julgam necessário encontrar uma forma de geração de riqueza que possibilite a transformação dessa realidade. Ao mesmo tempo admitem a dificuldade em mudar essa realidade, devido às particularidades locais.

Para Arrighi (1997), Sachs (2008), Morin e Kern (2005), a noção de desenvolvimento ultrapassa os parâmetros meramente numéricos e alcança níveis sociais, ambientais, territoriais,



econômicos e políticos. Esses conceitos estiveram, todo o tempo, atrelados à análise das respostas dos entrevistados, tendo em vista a necessidade de se determinar os diversos pontos de vista sobre o assunto, para que se chegasse ao conceito de desenvolvimento que a pesquisa trata. Portanto, foi importante fortalecer o lugar do pesquisador, sua capacidade de análise e a percepção de que desenvolvimento cada pessoa estaria se referindo.

A pesquisa de campo possibilitou a verificação de que em Piranguinho a participação social nas decisões políticas tem sido praticada como forma de democratização do poder instituído e o processo de formação dos cidadãos enquanto atores no processo também tem ganhado destaque, nas últimas administrações públicas. Maricato (2002) defende a ideia da participação social, que entre seus principais objetivos, destaca que é necessário dar “voz aos que nunca a tiveram”, fazendo com que surjam aí, os diferentes interesses sociais.

Todos os entrevistados destacaram a importância do Orçamento Participativo e da administração colegiada, que privilegiam a participação e o envolvimento nos processos políticos de decisões.

Através da pesquisa também se pode perceber que esse processo não é tranquilo, pois à primeira vista, há um interesse por parte da população, em particularizar as questões que deveriam permanecer no campo mais amplo, ou seja, o que engloba a sociedade como um todo, tendo em vista os interesses da coletividade.

Romper com a lógica capitalista é caminho pouco provável, nem está entre os interesses dos administradores municipais, que na verdade, pensam numa adequação ao sistema, mesmo quando se tem o discurso e a prática voltados para uma sociedade mais igualitária e participativa.

Portanto, apesar dos requisitos caracterizados no início da pesquisa em relação à extensão territorial e idade cronológica de emancipação política do município, a preocupação política não está voltada para novas formas de desenvolvimento, com características próprias, o que seria uma forma de fortalecimento local ou de apresentação de uma forma de diferenciada de desenvolvimento frente à lógica globalizadora do mundo contemporâneo.

Destaca-se como fator importante na concepção dos administradores atuais e também dos anteriores, o grande número de loteamentos privados em pleno desenvolvimento em Piranguinho. Para eles, esses loteamentos representam expansão urbana, que possibilitará a ascensão do município no quesito desenvolvimento. Pois esse estaria atrelado ao aumento de





moradias e até mesmo populacional, tornando-se um fator a mais para atrair novos moradores para a cidade.

Não há, portanto, uma discussão crítica a respeito da especulação imobiliária que tem provocado ou aumento abusivo dos valores de venda de lotes, casas ou os preços de aluguéis.

Além disso, essa expansão urbana é vista positivamente, pois de acordo com a interpretação desses gestores, Piranguinho oferece boa qualidade de vida e isso tem atraído a vinda de novos moradores para a cidade.

O turismo, visto como alternativa para o desenvolvimento além do industrial é uma alternativa ainda em processo de adequação e expansão, tendo festas populares como o Carnaval e a Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo como “carros-chefes” e ainda o turismo de aventura. Esse processo foi iniciado e pela análise dos entrevistados, precisa ser ampliado.

Aponta-se que as perspectivas de incorporação de políticas públicas sustentáveis, além de não envolverem atores sociais no processo, demonstram incapacidade de apresentar aspecto integrador da transformação na organização urbanística.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Priscilla; MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Cidades da Microrregião de Catalão (GO): Reflexões sobre os municípios de Corumbaíba e Ouvidor (GO)*. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/3942/2936>

Acessado em 01/11/2012.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 6ª Ed, Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP nº45, julho/1996. pp.152-166.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* São Paulo, Brasiliense, 1994.

DOWBOR, Ladislau. *Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços*. Revista Pesquisa e Debate, PUC – SP, vol. 7, nº 1, 1996.

FARIA, Helena Mendonça. *Alto e Médio Sapucaí: cenários para o planejamento ambiental*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.



GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história o Urbanismo*. Lisboa-Portugal: Editora Presença, 1992. (Introdução- Lição 1).

MARCONATTO, Diego A. Bittencourt, et al. *Saindo da trincheira do desenvolvimento sustentável: uma nova perspectiva para a análise e a decisão em sustentabilidade*. Revista de Administração Mackenzie, 2013, vol. 14 (1), p. 15.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

RENÓ, Zaluar Martins; LIMA, Rosana Meire; Passaro, Rosimeyre Maria dos Santos. *Piranguinho: tempos e lugares da cidadania*. Vol. II. Itajubá, 2011.

RODRIGUES, Jorge Luiz Knupp (org.). *Turismo o negócio do novo milênio*. Taubaté – SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Cidade: Lugar e Geografia da Existência*. Disponível em:  
[http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA\\_DA\\_EXISTENCIA\\_TEXTO\\_MARIA\\_ADELIA.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA_DA_EXISTENCIA_TEXTO_MARIA_ADELIA.pdf) [Acessado em 15/01/2013].



## PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA E A EXPANSÃO DA PERIFERIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: O PROGRAMA MORAR FELIZ

POHLMANN, Maria Alice

*Msc em Políticas Sociais*

*TCT/FAPERJ*

*CCH/LEEA/UENF*

*oliveira.pohlmann@gmail.com*

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto

*Dr<sup>a</sup> em Estudos Urbanos*

*Universidade Estadual do Norte Fluminense/CCH/LEEA*

*teresapf@uenf.br*

486

### RESUMO

Poucas paisagens urbanas são mais dinâmicas do que as periferias urbanas, áreas que funcionam como uma interface de paisagem entre a cidade e o campo. Com o intenso processo de urbanização, no século XX, percebemos que a separação entre cidade/ campo ficou muito tênue, uma vez que a cidade cresce transformando as terras rurais mais próximas em solo urbano, alterando a morfologia existente entre cidade e campo. Campos dos Goytacazes/RJ a partir de 1990 iniciou vários investimentos imobiliários nas terras rurais no entorno da malha urbana. Em 2009 esta área passa a ter a construção de conjuntos habitacionais do *Programa Morar Feliz*, cujo objetivo é garantir moradia digna para a população pobre e periférica da cidade. O propósito do artigo é compreender de que forma a produção dessas moradias contribui para a expansão e reconfiguração da periferia, construindo novos territórios e transformando a paisagem da cidade.

**Palavras-Chaves:** Moradia, periferia, segregação socioespacial.

### ABSTRACT

Few cityscapes are more dynamic than urban peripheries, areas that act as an interface between the city landscape and countryside, where urban and rural uses often mingle and collide. The process of urbanization, in the twentieth century, was more intense and the separation between town and country became much more tenuous, since the city grows up changing, mainly, rural lands closer to the city, establishing them as urban soil, transforming, therefore, the existing morphology between town and country. Thus, in 2009, the government of Campos dos Goytacazes launched the “Morar Feliz” Program, whose target is to ensure decent housing for the poor and peripheral population of the city. The purpose of this study is to bring an understanding of how the production of housing contributes to the expansion and reconfiguration of the periphery, building new territories and transforming the landscape of the city of Campos dos Goytacazes.

**Key Words:** Housing, periphery, socio-spatial segregation.



## Introdução

Poucas paisagens urbanas são mais dinâmicas do que as periferias urbanas, áreas que funcionam como uma interface de paisagem entre a cidade e o campo. A separação entre cidade e campo ficou muito tênue, uma vez que a cidade cresce transformando, principalmente, as terras rurais mais próximas da cidade, passando a constituí-las como solo urbano e alterando, com isso, a morfologia existente entre cidade e campo.

Na atualidade os interesses da especulação imobiliária, algumas áreas periféricas têm apresentado na sua ocupação uma fragmentação devido à construção de condomínios de alto luxo. Estes diferentes grupos sociais e suas práticas sócio-territoriais ratificam a fragmentação do espaço e sua auto-segregação. As periferias urbanas possuem o estigma negativo porque sua representação social é estigmatizada, é o lugar da exclusão, da segregação social.

Desta forma percebe-se que de um lado temos a segregação forçada e de outro, a auto segregação. A dinâmica territorial se torna complexa e contraditória e seu conteúdo social se expressa concretamente na periferia expandida, na proliferação de conjuntos habitacionais, na formação de suntuosos condomínios fechados, dentre outras possibilidades. Essa dinâmica territorial da cidade que consiste em um conjunto de transformações que a sociedade vivencia passará do período em que predominam “as questões de crescimento e de industrialização, ao período onde a problemática urbana prevalecerá; em que a busca das soluções e das modalidades próprias da sociedade urbana passará ao primeiro plano” (LEFEBVRE, 1993). São inúmeras as necessidades e carências enfrentadas pelos grupos sociais envolvidos na busca por melhores condições de vida e trabalho, sob efeito das contradições expressas na relação capital e trabalho, que abrange o modo de produção e institui as contradições no interior dos aparelhos do Estado (BEGA SANTOS, 2008).

Os novos sistemas territoriais passaram a serem denominados pelos conceitos de cidade-região, cidade-território, cidade-difusa. Houve, portanto, não apenas a expansão dos limites urbanos, mas da dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e campo. Esse termo cidade difusa se originou na Europa na década de 1970, se define pela



dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que estejam vinculadas com atividades agrícolas.

Sposito (2010) reconhece que uma das formas de expansão territorial urbana ocorre pela associação entre proprietários de terras localizadas no entorno das cidades e incorporadores urbanos os quais elaboram o projeto de parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano. Outra forma de expansão urbana ocorre por meio do processo de expulsão dos pobres das áreas centrais ou dos bairros para áreas mais distantes e periféricas, favorecendo os surgimentos de favelas e expansão das mesmas, assim como loteamentos clandestinos.

Kowarick (1979), num estudo sobre a urbanização na Grande São Paulo, demonstra como ocorreu a distribuição espacial da população, segundo uma lógica que vai além dessa região, dizendo respeito, de modo geral, às cidades sob a economia capitalista do século XX: acumulação e especulação estão ligadas, de modo que a localização da classe trabalhadora segue o fluxo dos interesses imobiliários, com retenção de terrenos por grupos privados capitalistas e atuação tardia do poder público.

Para Rolnik (2002) uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independente de sua região ou história, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, com infraestrutura completa e outra parte, normalmente de duas a três vezes maiores do que a primeira, cuja infra-estrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que aproxima-se muito mais da idéia de um acampamento do que propriamente de uma cidade.

O quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdade, correspondendo a uma situação de *exclusão territorial*. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade.

Assim, enquanto terrenos ociosos aguardam valorização e os espaços mais valorizados são ocupados pelos grupos mais capitalizados, os grupos populacionais de mais baixa renda se espalham pela periferia e por terrenos irregulares.



Segundo Maricato (1994), a ilegalidade em relação à propriedade da terra, tanto em área rural quanto urbana, tem sido um fator importante de segregação, entrelaçando aspectos diversos da subordinação social: a ilegalidade da área de moradia repercute em outras relações sociais, seja porque seus moradores têm medo de procurar a justiça e reagir

Na produção brasileira, sobre o tema – segregação – não é possível encontrar uma posição única sobre o problema, sendo a expressão utilizada tanto para designar separação quanto desigualdade de acesso.

Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferenciado desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas conseqüências negativas para os grupos sociais segregados. Os processos parecem ser mais dinâmicos, e os diferenciais de acesso também são causa da separação. Isso ocorre porque, em um espaço urbano marcado pela escassez de amenidades, os grupos sociais de menor renda se dirigem de forma maciça para espaços destituídos de serviços, pois estes são os de menor renda da terra, o que leva a uma elevação da concentração e da homogeneidade social. Portanto, não é apenas a separação que especifica acesso desigual, mas também a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a separação.

A falta de moradia para uma parcela significativa da população urbana força a organização de movimentos pró moradias, por meio de ocupações de terras urbanas ociosas, seja pública ou privada, por meio de casas improvisadas, muitas vezes em áreas de risco, como encostas, fundos de vale, antigos aterros sanitários ou lixões. E ainda, a ocupação se dá em prédios condenados pela defesa cível e que oferecem risco de morte para os ocupantes.

Para Lefebvre (1999), a questão da habitação popular pode ser apreendida à luz do desenvolvimento capitalista, que materializa na cidade os processos de trabalho e tem implicações severas na dinâmica territorial urbana.

No processo de política habitacional no Brasil ocorreu várias tentativas de intervenção do Estado, mas com um papel centralizado e a maioria destas intervenções





teve como alvo os grandes centros urbanos, onde a escassez de habitação era vista como um elemento que ameaçava a estabilidade social.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão habitacional foi descentralizada e passou a ser da corresponsabilidade dos estados e municípios, que passaram a criar e a gerir os seus próprios programas habitacionais. Como resultado desta mudança de ordem constitucional, diversos programas para o setor habitacional foram desenvolvidos fora da esfera federal. (Oliveira & Pedlowisk, 2012 )

A cidade de Campos dos Goytacazes, historicamente, é cercada por canaviais e usinas de açúcar, tanto que, no PDUC (1979) a expansão territorial urbana direciona o parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano. O Plano Diretor Participativo de 2008 as áreas destinadas para moradia da população pobre urbana denominada por AEIS (Áreas de Interesse Social) são terras que pertenciam as usinas ou canaviais, como está demonstrado no mapa abaixo.

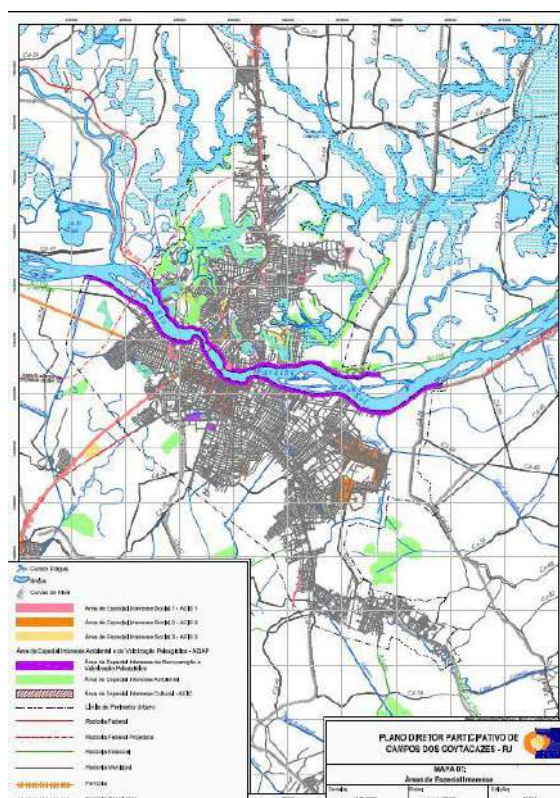


Foto 01 – Mapa as Áreas de Interesse Social – Plano Diretor Participativo de Campos dos Goytacazes.  
 Fonte arq. LEEA-CCH/UENF



Os conjuntos habitacionais do **Programa Morar Feliz**, encontram-se nas AEIS, iniciando uma expansão da periferia e trazendo uma mudança na morfologia e na paisagem deste território e ao mesmo tempo percebemos que ratifica o processo de segregação de uma parcela significativa da população da cidade de Campos dos Goytacazes que foram transferidos para áreas mais distantes e devido à precariedade da mobilidade encontram-se isolados

O Programa Morar Feliz implantado na cidade de Campos dos Goytacazes, na primeira gestão da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012) tem como principal objetivo garantir moradia digna para a população pobre e periférica da cidade, que residem em área de risco ou são atendidas pelo Programa Aluguel Social<sup>1</sup>.

Vale lembrar que inicialmente seriam entregues 10.000 moradias durante a gestão de 2009/2012, mas na realidade foram entregues 4.496 casas distribuídas entre os quatorze conjuntos habitacionais localizados em dez bairros diferentes da cidade, sendo eles: Tapera, Eldorado, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Parque Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Esplanada e Travessão, todos localizados na periferia urbana de Campos.

O interessante é que o programa inicia com a proposta de 10.000 casas a ser construídas, mas segundo Conti<sup>2</sup> (2013) em 2005 Campos dos Goytacazes registrava um déficit habitacional de 11.511 moradias<sup>3</sup>, o que demonstra uma defasagem de 1.511 moradias e o problema habitacional da cidade não será sanado como é dito pelos seus representantes nos comícios e na imprensa local.

As casas são do tipo padrão, cada uma com área edificada de 43,08 metros quadrados em um lote de 140 m<sup>2</sup>. As 510 restantes são no padrão acessível, com área edificada de 51m<sup>2</sup> em um lote de 160 m<sup>2</sup>. Cada casa possui dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Além de área de serviço com tanque. As instalações eletro

<sup>1</sup> O Programa Municipal “Aluguel Social”, beneficia famílias removidas de áreas de risco ou que tiveram suas casas condenadas, pela Defesa Civil Municipal, ou conforme a situação de vulnerabilidade e risco social, são encaminhadas por técnicos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou pela Defensoria Pública ao setor de Habitação da Família e Assistência Social.

<sup>2</sup> Eliane França Conti defendeu dissertação de mestrado intitulada “*Os vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade: o papel do Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes/2008*” no PPGPS/UENF.

<sup>3</sup> Dados da Fundação João Pinheiro



hidráulicas seguem os parâmetros das normas de edificações. Não tem muro e são de cores diferentes para “quebrar” aquele aspecto repetitivo de conjuntos habitacionais.



Foto 2 – Moradias e planta do Programa Habitacional Morar Feliz da PMCG- fonte Secretaria Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento – PMCG( Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes)

Conforme uma análise preliminar, verificamos que todos os conjuntos habitacionais foram implantados na periferia da cidade, criando uma expansão da mesma, formando novos territórios, a medida que estes conjuntos foram planejados e seguem um padrão de arruamento, largura de calçadas, local para construção de escola, creche e praça poliesportiva, as casas não podem fazer puxadinhos, pois a estrutura não permite.





Foto 3- Malha Urbana de Camposdos Goytacazes e os conjuntos habitacionais do PMF-  
 Fonte Google Maps – LEEA/CCH/UENF - 2011



Foto 4 – Conjunto Morar Feliz Esplanada, o Bairro Esplanada e Condomínio Nashville.  
 Fonte Google Maps 2012

Este artigo vai analisar o conjunto Morar Feliz Esplanada está localizado em uma área que chamamos de expansão periférica multifacetado, pois este conjunto foi construído numa área rural após o término do bairro Parque Esplanada e neste mesmo território temos o Condomínio de alto-luxo Nashville. A separação entre os dois territórios é um canal que em um determinado tempo irrigava o canavial que existia nessa grande extensão de terra. Na atualidade o canal é o local de despejo clandestino de esgoto assim como, um elemento que demarca de um lado, a segregação forçada e de outro, a auto segregação. É uma opção de se viver junto aos iguais, indiferentes à



periferia dos pobres, onde milhares de famílias se reproduzem em exíguas moradias, sem escolas, unidades de saúde, e, distantes dos centros comerciais.

## O processo da expansão urbana de Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes, localizada na região norte do estado do Rio de Janeiro historicamente o seu espaço urbano foi cercado por áreas rurais, devido a monocultura açucareira que durante séculos era a sua principal atividade econômica. Estudar a produção do espaço urbano de Campos é interessante, pois o limite entre o urbano/rural é muito tênue, principalmente a partir da década de 1980, que devido a profunda e acelerada crise açucareira, levando muitas usinas a falência.

Como é preciso morar e os espaços já constituídos na malha urbana encontram-se ocupados, as grandes faixas de terras rurais que margeiam o Perímetro Urbano tornaram-se áreas de interesse para expansão da malha urbana da cidade. Tanto que a partir de 1990 iniciam os empreendimentos imobiliários e comerciais nas antigas áreas rurais, principalmente da Usina de Queimado cujo limite com a malha urbana é muito tênue.

Nos estudos sobre a configuração da malha urbana de Campos dos Goytacazes, segundo Faria (2001) até meados das décadas de 1920 e 1930, as ações na estrutura física da cidade atendiam a critérios exclusivos de saúde, higiene, embelezamento e ampliação dos espaços centrais. Mas a partir de 1940, os critérios de uso e funcionalidade do espaço urbano foram revistos e presenciou-se o advento de critérios racionais e científicos na configuração do espaço urbano.

O Plano de 44 foi um estudo mais detalhado já realizado na história urbana de Campos que embora não tenha sido colocado em prática na sua totalidade, foi responsável pela definição das linhas de ação adotadas posteriormente, pelas subseqüentes administrações da cidade. Este plano ao privilegiar uma organização da cidade aliando beleza e funcionalidade orientou o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas, a partir da separação dos usos do solo urbano, estabelecido pelo Plano de Zoneamento crescendo o processo de divisão e diferenciação dos espaços, e, conseqüentemente, de segregação urbana (Faria 2001).



Durante as décadas de 50 e 60, intensifica-se o processo de parcelamento da terra e a ocupação ultrapassa os leitos das ferrovias, expandindo-se em todas as direções. Com o Golpe Militar (1964) iniciou um processo de “modernização tecnocrática” difundida pelos diversos setores do regime militar, os quais repercutiram sobre o espaço urbano, culminando com a proposta de elaboração de planos urbanísticos e diretrizes técnicas para normatizar as condutas na ocupação do espaço das cidades brasileiras (Moreira, 2010).

Neste contexto, em 1978 uma equipe técnica juntamente com o Prefeito e arquiteto Raul David Linhares elaboram o PDUC<sup>4</sup> (Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos). Este foi o primeiro plano que materializou-se em leis e documentos técnicos que serviam de respaldo à ação de fiscalização e controle do espaço pela municipalidade, sem, contudo, culminar em intervenções e melhorias necessárias para equalizar e democratizar o acesso à cidade (Zacchi, 2012).

Maricato faz críticas aos Planos Diretores deste período da ditadura militar, ela afirma que os planos se resumiam a um diagnóstico exaustivo e pouco operacional; eram produzidos por empresas privadas, eram tecnocráticos, excluindo a política de sua concepção e horizontes; não contemplavam os interesses da sociedade local, os planos se resumiam basicamente ao zoneamento e uso da ocupação do solo. O PDUC não fugiu a estas características.

Já no Plano Diretor Urbano de 2008 seguindo o que determinava o Conselho das Cidades, teve a função de definir o que vem a ser a função social da propriedade e da cidade, deixando claro que elas “serão definidas a partir da destinação de cada porção do território do município bem como da identificação dos imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados. Porém Conti (2013) em sua pesquisa afirma que na prática isso não ocorre da forma que ficou estabelecida no plano. As habitações de Interesse Social são implantadas através do PMF, mas estes não fazem a inclusão social

<sup>4</sup> O PDUC (1979) foi desenvolvido através do convênio FNDU nº 13/78, celebrado entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas – CNPU, outros órgãos do governo federal, o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretária de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado. O referido convênio atribui ao Município de Campos a execução do PDUC com recursos próprios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. Assim, a prefeitura, através do convênio existente com a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR – contratou a execução dos trabalhos que foram realizados com bases nos termos de referência elaborados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado – SECPLAN.





destes moradores à cidade, apenas os removeu das áreas de risco, mas não dá as outras condições necessárias do processo de inclusão social.

### **Habitar é preciso..... da Ilha do Cunha para o Morar Feliz Esplanada**

A função primordial da habitação é de abrigar, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos. Como obra arquitetônica, segundo Rapoport (1984) a função de abrigar não é sua única nem a principal função da habitação. O autor observa que a variedade observada nas formas de construção, num mesmo local ou sociedade, denota uma importante característica humana: transmitir significados e traduzir as aspirações de diferenciação e territorialidade dos habitantes em relação a vizinhos e pessoas de fora de seu grupo.

Santos (1999) afirma que a habitação é uma necessidade básica e uma aspiração do ser humano. A casa própria, juntamente com a alimentação e o vestuário é o principal investimento para a constituição de um patrimônio, além de ligar-se, subjetivamente, ao sucesso econômico e a uma posição social mais elevada (Bolafi, 1977).

No Brasil o modelo de produção habitacional pelo poder público é por meio da aquisição de terras longínquas e baratas e produção em larga escala, sob a justificativa de diminuir custos para permitir o acesso à casa própria. Isto contribui para a expansão da periferia e o agravamento do processo de periferização.

Para Vainer (2010), além de segregados e distantes do mercado de trabalho, os grandes conjuntos habitacionais se degradam, agudizando o empobrecimento de seus moradores.

O conjunto habitacional Morar Feliz Esplanada é um dos 14 conjuntos construídos e entregue pelo poder público municipal de Campos dos Goytacazes, em julho de 2012 para as 189 famílias que foram removidas da Ilha do Cunha, área de risco de enchente localizada no rio Paraíba nas proximidades do bairro Pecúria.

O território no qual foi construído este conjunto habitacional inicialmente pertencia a Usina do Queimado que em certo momento deu essa considerável faixa de terra para a Igreja Nossa Senhora do Rosário do Saco. Mas o que importa é o fato que



essas terras durante muito tempo eram canaviais ou área de pastagem no em torno da malha urbana da cidade de Campos dos Goytacazes.

Com o crescimento urbano acelerado, principalmente a partir da segunda década de 1980 as periferias iniciam o processo de fragmentação na ocupação do solo, sendo que esse processo se acentua no final de 1990 e início de 2000. Desta forma Spósito (2004) em seus estudos assume que o conceito de periferia urbana no Brasil precisa ser revisto, tendo em vista que esses espaços vêm passando por profundas transformações no seu conteúdo socioespacial, tais como, os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de auto-construção, e condomínios fechados para grupos de maior renda e a implantação de *shopping's centers*. Assim o autor considera que a “pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade”. (SPOSITO, 2004).

A área periférica que este artigo analisa enquadra-se no contexto acima, pois a partir de 1990 foi construído um conjunto habitacional pelo Estado recebendo alguns serviços como calçamento, galerias pluviais e mais tarde então a prefeitura dando a criação do bairro Parque Esplanada fazendo limite com uma grande fazenda. Esta fazenda foi comprada pelo empresário Lulu Aguiar em por volta de 2004 transformou esta fazenda em um grande empreendimento imobiliário de alto luxo, o condomínio Nashville.

Percebe-se que este território é multifacetado, pois temos o bairro Esplanada que fazia limite com áreas rurais até a segunda metade de 1990, pois no final de 90 uma antiga e grande fazenda á transformada em um grande condomínio de alto luxo. Tanto o bairro quanto o condomínio são tangenciados por um canal que recebe o esgoto produzido por esses lugares. Em 2012 as terras após o canal é o local de construção de mais um conjunto habitacional do programa Morar Feliz, cujas moradias foram doadas pela prefeitura para as famílias removidas da Ilha do Cunha.

Com o processo de remoção das 189 famílias do Ilha do Cunha observamos que houve um processo de desterritorialização no bairro de onde os moradores foram removidos e, conseqüentemente uma reterritorialização do no bairro onde foi



implantado o conjunto habitacional alterando assim a configuração espacial de ambos os bairros. A desterritorialização se configura tanto pela desocupação espacial dos então moradores como pela dissolução das relações e ligações sócio-espaciais ao demolir casas, comércios e antigos referenciais, como por exemplo, igrejas tradicionais dos bairros, lugares de sociabilidade e de convivência social.

A remoção das famílias que estão na área de ação do PMF realiza-se com um cadastramento das famílias realizado por assistentes sociais, que mantém o diálogo permanente com o intuito de convencer as famílias de saírem do local levando apenas seus pertences. Mas como em todo processo de remoção existe algumas divergências entre os moradores e a ação do poder público. É neste exato momento que se inicia o primeiro enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores de uma dada comunidade afetada através da resistência de deixar a casa que construiu (autoconstrução) ao longo do tempo.

No caso dos moradores da Ilha do Cunha o problema maior está na distância da escola dos filhos, do trabalho, na falta do posto de saúde, na ausência de transporte, mas em relação à vizinhança eles estão satisfeitos porque não houve a perda da relação de vizinhança. A moradora Helena (56 anos) durante a aplicação do questionário fez a seguinte observação: *“Doutora, a prefeita deu descarga na Ilha do Cunha e nos jogou aqui”*

O problema da mobilidade é muito sério neste conjunto, os moradores têm que andar uns 500m para chegar a um ponto de ônibus que passa de dois em 2 horas. Tudo no entorno é muito caro e no conjunto não pode ter comércio, mas alguns transformam a sala em armazém, quitanda, bar ou fazem um puxadinho na frente da moradia. Mesmo assim os moradores preferem comprar no centro, no mercado municipal devido os preços serem mais baratos.

O programa habitacional é mal visto e repudiado por grande parte dos moradores do bairro Esplanada e dos moradores do condomínio de alto luxo. Os moradores do bairro devido à presença do tráfico de drogas. Além disso, o bairro tem carência de serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto, asfaltamento, etc. “conquistas” essas já implementadas na área do conjunto habitacional, gerando conflitos, pois estes serviços eram reivindicados pelos moradores



do bairro e até então não foram atendidos pela prefeitura. Já os moradores do condomínio Nashville não gostam também da presença do conjunto habitacional Morar Feliz Esplanada por considerar seus moradores “favelados” que na visão deles constituem uma grande ameaça, tanto que aumentaram os muros, bem como a segurança do condomínio. Mas apesar destes conflitos as três áreas possuem um problema em comum que é o canal, pois além do mau cheiro, tem problemas com a presença de muitos mosquitos roedores e cobras.

Durante um período de chuva em dezembro de 2013 este canal transbordou e as duas ruas do conjunto ficaram alagadas gerando problemas materiais e de saúde entre os moradores. A prefeitura enviou funcionários ao local para resolver o problema, que teve uma solução de emergência e precária, isto significa que em uma forte chuva o problema voltará a afligir os moradores de conjunto que foram removidos justamente por viverem em área de risco.

No conjunto Morar Feliz Esplanada os moradores estão satisfeitos com o fornecimento de água e o esgotamento sanitário, comparado ao imóvel anteriormente ocupado, mas em relação aos serviços de transporte público, escola pública e creche demonstraram piora, em virtude da distância do conjunto ao ponto de ônibus do bairro, da irregularidade no horário e do número da frota utilizada no bairro, bem como da falta de vagas em escolas e creches.

## **Conclusão**

O processo de formação e desenvolvimento das grandes e médias cidades brasileiras é marcado por um profundo processo de diferenciação, pois uma forte segregação socioespacial foi imposta às camadas mais empobrecidas da população, especialmente no que se refere à existência de infraestruturas e acesso a serviços públicos. Uma das formas mais evidentes desta segregação é a diferenciação no acesso à habitação. A crise da falta de habitação que aflige os setores mais pobres da sociedade brasileira impede que parcelas significativas da população tenham acesso mínimo às condições de higiene, conforto e segurança. Em função desta situação, o Estado



brasileiro formulou diversas soluções cujo objetivo manifesto era o de minimizar os problemas associados à falta de habitação.

Na cidade de campos dos Goytacazes a partir de 2009 o poder municipal implanta o Programa Morar Feliz iniciando o processo de resolução do problema do déficit habitacional, mas ao mesmo tempo observamos em que há destruição de um território periférico e a estruturação de outro, criando um novo território ocorrendo uma dinâmica no espaço periférico. Concordo com Ritter e Firkowski (2009) quando nos seus estudos dizem que ao urbanizar áreas tidas como “periféricas”, por motivações diversas, principalmente econômicas e políticas, o Estado e os agentes privados fazem com que elas deixem de ser periféricas, gerando o que o autor chama de “desperiferização”.

É importante ressaltar que a moradia não se restringe mais á abrigar de forma isolada, mas inserida num ambiente dotado de serviços e equipamentos públicos, que proporcionem a inclusão social da comunidade ao espaço da cidade formal. Mas percebemos com alguns problemas nestes conjuntos pois estes suprem todos os serviços necessários para se ter uma boa qualidade de vida. O conjunto Esplanada não teve e edificação dos espaços de lazer, praças, ou centros comunitários. Também não foi ponderado um espaço específico para o comércio, o que tem dificultado o cotidiano das famílias nos conjuntos, que se localizam distantes do centro da cidade. Alguns moradores vêm construindo pontos comerciais em suas moradias, o que infringe a destinação residencial instituída pela Prefeitura, embora este fato seja extremamente explicável quando pensamos na apropriação social deste novo espaço.

Estes novos territórios que são novas periferias, pois mesmo havendo o planejamento do conjunto, deste ter a instalação de infraestrutura, outras deficiências continuam existindo e principalmente o estigma que estes conjuntos sofrem nos bairros em que estão inseridos. A inclusão das famílias no espaço urbano, assim como, sua visibilidade continua da mesma forma. Mas apesar dos problemas existentes nos conjuntos do programa Morar Feliz recebeu o Premio Selo de Mérito da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação. Esta premiação foi devida o grande impacto regional, pois é o primeiro grande programa criado e realizado para minorar o problema do déficit habitacional. Além de tirar as famílias das áreas de risco,



mesmo que essas remoções tenham problemas, como já foi mencionado acima. Esta premiação aconteceu no dia 15 de maio do corrente ano durante a sessão solene de abertura de 60º do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, em Brasília, DF.

## Referências Bibliográficas

- BEGA SANTOS, R. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.
- CONTI, E.F. – **Os vazios Urbanos e a Função Social da Propriedade: O Papel do Plano Diretor de Município de Campos dos Goytacazes/2008-** Dissertação do Mestrado em Políticas Sociais - PPGPS- UENF, 20013.
- FARIA, T.P. “**Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infra-estrutura Urbana**”. (In) *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, vol.2*, pp785-796, maio/jun.de 2001.
- \_\_\_\_\_. “**Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil?**” In. *Anais do III Congresso Internacional Poderes, territórios, identidades*. UFES, Vitória, 07 e 10 de novembro de 2011.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1999.
- MARICATO, E. **Exclusão social e reforma urbana**. Proposta, n.62, p.51-56, set.1994.
- MOREIRA JÚNIOR, O. **Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana**. Caminhos de Geografia. Uberlândia. V.13, n.33. março/2010
- OLIVEIRA, J.C.P & PEDLOWSKI, M. A – Estado e Programas Municipais de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes. Lisboa. Revista Análise Social, nr. 204 – Vol. XLVII. Terceiro Trimestre. 2012.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.
- RITTER. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Novo conceitual para as periferias urbanas**. Revista Geografar. Resumos do VII Seminário interno de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2009
- ROLNIK, R. **É possível política urbana contra a exclusão?** . Serviço Social e Sociedade, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 01016628.
- SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1988.





SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo**, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, Cidade do México, n. 54, 2004.

\_\_\_\_\_ **A Questão Cidade-Campo: Perspectiva a partir da Cidade. In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** SPOSITO, M.E.B; WITACKER, A.M. (orgs). 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

VAINER, C. **Habitação social: a solução existe e está ao alcance da cidade.** Disponível em: <<http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/4/>> Acesso em: 25 abr. 2010.

ZACCHI, C.R- **O Papel dos Proprietários Fundiários e do estado no Processo de Conversão de Terras Rurais em Urbanas e na Produção de Loteamentos Fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980/2011)-** Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais - PPGPS- UENF, 20012.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 486-502



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 486-502



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 12, p. 486-502



## **MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE NO BRASIL: CONFLITOS E MEDIAÇÃO JUDICIAL**

SILVA; Rogerio Borba da  
Universidade Candido Mendes  
*rogerioborba@gmail.com*

BARRETO JUNIOR, Francisco Ubiratan Conde

503

### **RESUMO**

Os conflitos sociais emergentes se apresentam de uma forma mais complexa, propondo-se, então uma tipologia dos conflitos sociais, de forma a se confrontar com os mecanismos de funcionamento do Judiciário, percebendo-se que nem todos os conflitos sociais são absorvidos pelo Poder Judiciário, devido às limitações dos mecanismos processuais impostos. A Mediação se apresenta como uma forma alternativa de resolução de conflitos em relação ao Poder Judiciário, com princípios, propósitos e instrumental próprio, propondo um diálogo entre disciplinas, de forma a permitir a construção pró-ativa da solução dos litígios em todos os níveis de complexidade. O presente trabalho buscará discutir tal possibilidade sob a ótica da justiça ambiental, com suas críticas e contribuições, de maneira a proporcionar a resolução de conflitos sem a desconstrução dos direitos já conquistados e reconhecidos na Constituição da República e legislação infraconstitucional.

**Palavras-chave:** Mediação; Conflitos Ambientais; Justiça Ambiental.

### **ABSTRACT**

Emerging social conflicts present themselves in a more complex way, suggesting, then a typology of social conflicts, in order to confront the workings of the judiciary, realizing that not all social conflicts are absorbed by the Judiciary due to limitations of the tax procedural mechanisms. Mediation is presented as an alternative form of dispute resolution in relation to the judiciary, with principles, purposes and instrumental itself, proposing a dialogue between disciplines, to enable the proactive construction of the settlement of disputes at all levels of complexity. This paper aims to discuss such a possibility from the perspective of environmental justice with their criticisms and contributions in order to provide conflict resolution without the deconstruction of rights already earned and recognized in the Constitution and constitutional legislation.

**Key-words:** Mediation; Environmental Conflicts; Environmental Justice.

### **INTRODUÇÃO**

Na história da separação de poderes no ocidente, temos três momentos fundamentais que representaram, cada um, mudanças funcionais no Poder Judiciário: o momento de concepção da separação clássica – o Estado Liberal clássico; a instituição do Estado de



Bem-Estar Social – com agigantamento das atribuições do Executivo – o que acarretou a falência desse modelo; e, atualmente, o Estado Democrático de Direito que busca conciliar a garantia ampla de direitos sociais (herança da fase anterior) com a legalidade de acesso e exercício desses direitos e garantias .

Originariamente, no século XIX, o judiciário fora desenhado como poder constituído do Estado Liberal, no qual as instituições de justiça, política e direito tinham características próprias e independentes entre si. A justiça era concebida formalmente, de forma que os indivíduos que dela quisessem dispor para resguardar interesses pessoais teriam acesso a instituições de justiça que olhariam para a relação de direito discutida e não para as partes ali envolvidas. Peculiaridades dos sujeitos de direito não eram consideradas; tampouco o interesse secundário presente na relação jurídica em discussão. Daí afirmar-se que havia uma isonomia formal: a expressão “dar a cada um o que é seu” significava, nessa época, que as instituições de justiça olhariam para a distribuição de bens considerando apenas os bens e não quem os estaria recebendo; as instituições de justiça não se preocupavam com circunstâncias, tampouco, com peculiaridades dos sujeitos de direito: não havia preocupação com o momento anterior à distribuição desses bens, que seria o de analisar a posição econômico-social de quem está recebendo tais bens.

A crise desse quadro sócio institucional transformou a concepção de justiça para a material, esta sim considerando aspectos subjetivos das partes da relação jurídica. Através da caracterização de circunstâncias econômicas, culturais e políticas, as instituições político-sociais passaram a incluir critérios de avaliação diferenciados para as classes de pessoas que seriam seus “clientes”, como por exemplo: reconhecer a existência de vulnerabilidade técnica para aquisição de bens de consumo levou a criação de uma categoria chamada “consumidores”, que tem lógica própria de aplicação do direito e acesso a justiça; reconhecida a impossibilidade/dificuldade de acesso a instituições de saúde, de ensino e de moradia para pessoas com características específicas e correlatas a questão, fez-se mister atribuir-lhes acesso à justiça para fins de acesso a tais bens. Esse modelo de justiça institucional se firmou no séc. XX, no modelo de Estado de bem-estar social.

No século XX e XXI, a justiça material se apresenta, então, mais claramente, como a concepção jus-filosófica que, aplicada à realidade político-social vigente, reproduz as “disfunções” políticas e econômicas decorrentes da falência do estado de bem-estar social:





retrata-se, dessa forma, a “funcionalidade” distributiva de bens e de expectativas e não apenas a “funcionalidade” de composição de conflitos jurídicos.

A função política do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito, instaurado no século XX no Brasil, vem sendo muito discutida por teóricos de diversos ramos das ciências humanas, como a Sociologia, a Ciência Política e o Direito.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, chamada de “constituição cidadã”, trouxe credibilidade ao sistema jurídico nacional, principalmente no que concerne ao exercício de direitos fundamentais (liberdades individuais e direitos sociais); o Poder Executivo, entretanto, não possuía estrutura administrativa suficiente para disponibilizar os institutos e instituições jus-políticos previstos na Carta Constitucional de forma a garantir o exercício desses direitos fundamentais. (SANTOS, 1994)

O Poder Judiciário, então, foi o poder estatal acionado para concretizar o acesso ao exercício desses direitos fundamentais: o legado formalista e legalista que o regime anterior deixara ao Executivo e ao Judiciário, fazendo com que este último adotasse novo posicionamento jurídico-político em nome da positivação/efetivação dos direitos fundamentais: o de conhecer, processar e julgar causas de cunho estritamente administrativo, que, no contexto político anterior restringiam-se ao Executivo. (BASTOS, 2001)

No mesmo período, os conflitos sociais emergentes se apresentam de uma forma mais complexa, propondo-se, então uma tipologia dos conflitos sociais, que se refere à infraestrutura, de forma a se confrontar com os mecanismos de funcionamento do Judiciário, chamada de superestrutura, de acordo com a teoria de Marx. Nas palavras de Bastos (2001, p. 157):

Para o conhecimento da infraestrutura impõem-se “técnicas empíricas e experimentais de coleta e mensuração de dados, tais como, questionários, entrevistas etc.”, assim como instrumentos teóricos para a percepção, compreensão e tratamento das situações conflituosas; para o estudo da superestrutura, impõe-se a “percepção lógica, ou seja, a apreensão da realidade através de instrumentos teóricos de dedução axiomática ou de dedução dialética”

## **1. A NATUREZA DOS CONFLITOS E SUA ABSORÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO**

Observe-se que conflitos sociais não são enfermidades, mas constituem o próprio modo de ser das sociedades. A não compreensão de tal fato leva a uma busca utópica na análise da



realidade, conforme pensamento de Dahrendorf. Os conflitos são indispensáveis como fator do processo universal de mudança social. (BASTOS, 2001)

Tais conflitos são, em regra, absorvidos pelo Poder Judiciário; em termos processuais, temos a ação, também chamada de demanda, como input, e a sentença como output. Mais uma vez ensina Bastos (2010, p. 158):

Os conflitos absorvidos pelo sistema judiciário põem em funcionamento mecanismos de correção, cuja racionalidade sistêmica manifestada nos enunciados normativos reduz as partes conflitantes a certas formalidades e a uma linguagem estritamente técnica, que elimina toda a possibilidade de o Poder Judiciário viver a dimensão total do conflito.

Por consequência, percebe-se que nem todos os conflitos sociais são absorvidos pelo Poder Judiciário, devido às limitações dos mecanismos processuais impostos. O Judiciário limita sua capacidade para determinados tipos de conflitos sociais. Conflitos não absorvíveis podem gerar mudanças deslegitimadoras do Poder Judiciário, quando as respostas às demandas não acompanham o processo de mudança social. A sua fragilização pode provocar, em última análise, crises sociais mais profundas.

O Poder Judiciário funciona como um órgão limitador de demandas e regulamentador da velocidade e da profundidade dos conflitos sociais, onde são absorvidos apenas conflitos onde a complexidade e velocidade se adequam aos parâmetros, sendo absorvidos e decididos. Numa ordem crescente de complexidade, os conflitos podem ser assim classificados, como nos ensina Bastos (2010, p. 182):

- I- Conflitos interindividuais de iguais (ex. cônjuges) e desiguais entre si (ex. credor/devedor, patrão/operário)
- II- Conflitos de grupos de iguais (ex. empresa A x empresa B) e desiguais entre si (direção x acionista de empresa)
- III- Conflitos de setores de iguais (ex. produtos comerciais x produtos industriais) e desiguais entre si (ex. sindicato patronal x sindicato operário; monopolista x não monopolista)
- IV- Conflitos de poder de iguais (ex. partido político x partido político) e desiguais entre si (ex. situação x. oposição)
- V- Conflitos internacionais de iguais e desiguais entre si.

Os conflitos sociais simples, existentes em grande quantidade, e os conflitos sociais mais ou menos complexos, que aguardam encaminhamento judicial, podem levar o Poder Judiciário a uma total disfuncionalidade, inviabilizando o cumprimento de suas funções sociais. Nestes casos, o alcance da ação do Poder Judiciário se torna impraticável, colaborando para o



seu enfraquecimento institucional. Por consequência, este movimento provocou uma sobrecarga do Poder Judiciário, estimulando a prática de meios alternativos de solução de conflitos, especificamente a mediação, em conflitos de repercussão coletiva, como os conflitos ambientais.

A Mediação se apresenta como uma forma alternativa de resolução de conflitos em relação ao Poder Judiciário, com princípios, propósitos e instrumental próprio, propondo um diálogo entre disciplinas, de forma a permitir a construção pró-ativa da solução dos litígios em todos os níveis de complexidade. Baseia-se na autonomia da vontade das partes, onde a figura do terceiro facilitador – o mediador – existe apenas para permitir um ambiente que permita a construção pelas próprias partes da solução do litígio.

Justamente na neutralidade do mediador, que não decide nem opina, bem como na autonomia das partes, é que surge o problema em discussão. Isto porque, principalmente em conflitos de maior complexidade, onde envolva uma pluralidade de partes, questiona-se a plena capacidade de populações vítimas de danos ambientais em seus ambientes de, primeiro se organizarem e, segundo, de decidirem de maneira coletiva, sem que haja interferência em sua autonomia.

Durante o processo de construção de consenso e entendimento, a capacidade de mobilização, de compreensão e de manifestação de ideias, há uma série de obstáculos e de armadilhas que podem comprometer o processo decisório de múltiplas partes hipossuficientes, tanto do ponto de vista econômico quanto técnico. Tais processos, conduzidos pelas partes, não passam pelo controle estatal jurisdicional, provocando, muitas vezes, o direcionamento dos atores melhor estruturados, para legitimar injustiças, e não a resolução de conflitos e efetivação da justiça social. Os movimentos de justiça ambiental vêm justamente questionar o processo de mediação entre os atores – população lesada e empresas poluidoras – além de outros expectadores – prefeituras, sindicatos, associações – colocando em xeque tais processos que, embora reconhecidos, não atendem aos objetivos traçados.

## 2. O PAPEL DO MEDIADOR

Mediar conflitos consiste em um ato pacificador, estruturado pelos norte-americanos, na década de setenta, como um método de autocomposição que denominaram de Mediação de



Conflitos, possibilitando às pessoas a retomada do exercício de sua autoria e capacidade decisória.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 prevê, logo em seu preâmbulo, a solução pacífica das controvérsias como um compromisso da sociedade brasileira. O instituto da Mediação de Conflitos implementa esse norteador, eis que tem por objetivo facilitar a comunicação entre os mediandos, a fim de que possam negociar soluções de benefício mútuo. A autoridade do Estado-Juiz fica como uma possibilidade seguinte, para a hipótese de não se conseguir alcançar uma composição que congregue todos os interesses e, ao mesmo tempo, atenda suficientemente às necessidades e possibilidades de cada um dos envolvidos. Por consequência, a Mediação faz diminuir o fluxo de demandas perante o Poder Judiciário e, portanto, contribui para que a dedicação dos Juízes se volte para os processos, nos quais o diálogo efetivamente não seja possível ou a matéria não admita negociação.

No âmbito da Mediação, eventual desequilíbrio de natureza econômica, comportamental ou de conhecimento é balanceado para que se possa garantir a todos voz e vez, ou seja, oportunidades iguais de manifestação e de escuta das considerações um do outro, em concretização do princípio da igualdade. Pensada como um procedimento, a estrutura da Mediação se utiliza de um terceiro na sua condução, norteado pela tarefa de auxiliar as pessoas envolvidas no processo a resgatarem o diálogo entre si. Essa tentativa de reprodução de uma conversa direta com o objetivo de encontrar soluções de mútua satisfação conferiu ao instituto o sinônimo de negociação assistida.

Quem assiste a Mediação é o mediador, na qualidade de facilitador do diálogo entre os mediandos. Sua atuação deve ter como característica a qualificada condução do diálogo, sem, entretanto, apresentar solução para a discordância. Eleito por todas as pessoas envolvidas no conflito, esse terceiro habilitado deve atuar com imparcialidade e independência com relação aos mediandos e ao tema que os traz à Mediação, assim como com diligência, credibilidade e competência na condução do diálogo. Para atuar como mediador não há restrições quanto à profissão de origem ou formação acadêmica.

Assim sendo, a escolha de um mediador não precisa estar baseada em seu especial conhecimento na matéria que motiva a Mediação, pois a ele não cabe deliberar e nem opinar. No entanto, algum conhecimento é necessário, de forma a viabilizar questionamentos pertinentes e adequada visão diagnóstica sobre a necessidade de informação das partes a respeito do que estão deliberando.



### 3. A QUESTÃO AMBIENTAL E O OLHAR DA JUSTIÇA

Percebe-se que a preocupação com a preservação do meio ambiente adquire amplitude mundial. Desde a metade do Século XX, a humanidade tem se conscientizado da necessidade da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável das nações. Tal fenômeno não foi diferente no Brasil, quando da participação da diplomacia brasileira no primeiro evento mundial que discutiu a preservação da natureza em âmbito global, ocorrida em Estocolmo, realizada em 1972.

A partir daí o Brasil passou a desenvolver uma preocupação com a preservação do meio ambiente. Por isto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 225, estabeleceu o direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado, atribuindo a todos o dever de proteção da natureza. O direito ao meio ambiente é um direito de terceira geração, que consolida poderes de titularidade coletiva e o consagra como um direito fundamental, em nome das futuras gerações e tido como cláusula pétrea. Ressalta-se que a ordem social, juntamente com os direitos fundamentais, forma o núcleo do regime democrático de direito e objetiva o bem-estar e a justiça social, de maneira a assegurar a todos uma existência digna. Desta forma, o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado consiste em um princípio derivado do direito à vida, seja pelo enfoque da saúde dos seres humanos, seja pelo enfoque da dignidade dessa existência. Por isso se considera o meio ambiente sadio e equilibrado como integrante do conjunto de direitos fundamentais a serem tutelados, implicando proibição de retrocesso da norma, na sua indisponibilidade e na sua constante exigibilidade.

Deste modo, o direito ambiental consiste num conjunto de normas, que buscam a coexistência do ser humano com o meio ambiente e devem estar voltadas para o bem comum, isto é, “complexo de princípios e normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações.” (BORBA, 2009, p. 27), em consonância com a ideia de Justiça Ambiental.

### 4. A JUSTIÇA AMBIENTAL

O conceito de justiça ambiental surge em consequência da luta de movimentos sociais na defesa do meio ambiente, originando-se nos Estados Unidos da América do Norte. O Movimento de Justiça Ambiental dos EUA define Justiça Ambiental como:



a condição de existência social configurada) através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda, no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais.

Por tratamento justo entende-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais e municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.

Os movimentos de justiça ambiental vêm questionar o processo de mediação entre os atores – população lesada e empresas poluidoras – além de outros expectadores – prefeituras, sindicatos, associações – pois são baseados na teoria da Sociedade de Risco (BECK, 2011), que defende a ideia de exposição igual de riscos, partindo do falso pressuposto de igualdade entre as partes. Tal processo, conduzido pelas partes, por não sofrer controle estatal jurisdicional, pode provocar, muitas vezes, o direcionamento pelos atores melhor estruturados a resultados ambientalmente prejudiciais, com o propósito de legitimar injustiças, fugindo da finalidade de resolução de conflitos e efetivação da justiça social. (ASCELRAD, 2009).

A intenção é a de proteger o homem comum de atividades econômicas que lhes resultem prejuízo, evitando a chamada injustiça ambiental, entendida como a exposição de qualquer indivíduo a um meio ambiente que não permita o seu pleno desenvolvimento. Daí derivou a ideia de racismo ambiental, que consiste na ideia de as pessoas de áreas mais pobres serem mais afetadas por acidentes ambientais, porque o custo de uma eventual indenização seria menor do que em uma área mais nobre, em consequência de sua expectativa de vida reduzida, resultando em uma não percepção dos danos ambientais. Percebe-se que há uma clara intenção de proteger o homem comum das atividades econômicas que resultem prejuízo àqueles. É a ideia contraposta de injustiça ambiental, que é a exposição de qualquer indivíduo a um meio ambiente que não permita o seu pleno desenvolvimento, proveniente das reações físico-químicas da atividade produtiva, ou seja, a maior parte dos danos ambientais.

O referido movimento apresentou a ideia de racismo ambiental, onde as pessoas de áreas mais pobres e, conseqüentemente, de menor renda, seriam mais afetadas por acidentes ambientais. Isto porque, entre outros fatores, o custo de uma eventual indenização seria menor do que em uma área mais nobre, ocupada por pessoas mais cultas e abastadas. Da mesma forma,





apresentam o raciocínio que, como a expectativa de vida nas áreas mais pobres é menor, os danos ambientais não seriam percebidos da mesma forma que em uma área mais valorizada.

## **5. NECESSIDADE DO ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS NORMATIVOS E PROCEDIMENTAIS**

Os conflitos sociais emergentes se apresentam de uma forma mais complexa, propondo-se, então uma tipologia dos conflitos sociais, que se refere à infraestrutura, de forma a se confrontar com os mecanismos de funcionamento do Judiciário, chamada de superestrutura, de acordo com a teoria de Marx.

Observe-se que conflitos sociais não são enfermidades, mas constituem o próprio modo de ser das sociedades. A não compreensão de tal fato leva a uma busca utópica na análise da realidade, conforme pensamento de Dahrendorf. Os conflitos são indispensáveis como fator do processo universal de mudança social. Por consequência, percebe-se que nem todos os conflitos sociais são absorvidos pelo Poder Judiciário, devido às limitações dos mecanismos processuais impostos.

O Judiciário limita sua capacidade para determinados tipos de conflitos sociais. A Mediação se apresenta como uma forma alternativa de resolução de conflitos em relação ao Poder Judiciário, com princípios, propósitos e instrumental próprio, propondo um diálogo entre disciplinas, de forma a permitir a construção pró-ativa da solução dos litígios em todos os níveis de complexidade. Justamente na neutralidade do mediador, que não decide nem opina, bem como na autonomia das partes, é que surge o problema em discussão. Isto porque, principalmente em conflitos de maior complexidade, onde envolva uma pluralidade de partes, questiona-se a plena capacidade de populações vítimas de danos ambientais em seus ambientes de, primeiro se organizarem e, segundo, de decidirem de maneira coletiva, sem que haja interferência em sua autonomia.

Durante o processo de construção de consenso e entendimento, a capacidade de mobilização, de compreensão e de manifestação de ideias, há uma série de obstáculos que podem comprometer o processo decisório de múltiplas partes hipossuficientes, tanto do ponto de vista econômico quanto técnico. Tais processos, conduzidos pelas partes, não passam pelo controle estatal jurisdicional, provocando, muitas vezes, o direcionamento dos atores melhor



estruturados, para legitimar injustiças, e não a resolução de conflitos e efetivação da justiça social. Os movimentos de justiça ambiental vêm justamente questionar o processo de mediação entre os atores – população lesada e empresas poluidoras – além de outros expectadores – prefeituras, sindicatos, associações – colocando em xeque tais processos que, embora reconhecidos, não atendem aos objetivos traçados.

## CONCLUSÃO

Abordou-se os conceitos de mediação, sociedade de risco, justiça ambiental, conflitos sociais, de forma a permitir a compreensão da importância tanto dos conflitos quanto da sua solução. Diante da institucional limitação do poder judiciário em solucionar determinadas espécies de conflitos ambientais, em especial àqueles que têm maior tempo de duração e maior complexidade, a sociedade vem buscando soluções que permitam a sua solução. Não que a existência de conflitos seja prejudicial, como já visto, mas a sua manutenção e a possibilidade de escalada de violência levam a sociedade a buscar soluções.

Neste sentido vislumbra-se a mediação como método eficaz de juridificação dos conflitos ambientais, onde as múltiplas partes são convidadas a assumir um papel de protagonismo na negociação, assistidas por um terceiro mediador (ou mediadores), que viabilizarão o diálogo e a construção do consenso. Mas um perigo se apresenta: a dominação dos grupos atingidos em um processo onde não há a atuação das instituições públicas, permitindo-se a legitimação extrajudicial de ações prejudiciais àqueles que sofrem as consequências do conflito ambiental, crítica essa feita pelos movimentos de justiça ambiental.

Para não ocorrer tal possibilidade, deve-se verificar se o processo de mediação de conflitos ambientais serve como alternativa de efetiva solução de conflitos ou como legitimação de dominação de grupos empresariais agressores do ambiente sobre população local diretamente afetada, usualmente mais pobre, bem como de seu consequente afastamento dos órgãos jurisdicionais para ponderação (redução/limitação) de seus direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Da mesma forma, deve-se estabelecer critérios de identificação dos atores que tem capacidade de participação em processos de mediação ambiental, bem como definir condições de qualificação de atores para participação em processos de mediação ambiental.



Neste sentido, a mediação surge como alternativa à morosidade do Poder Judiciário, conferindo, em tese, maior efetividade nos resultados obtidos, pois os mesmos são obtidos pelo protagonismo dos atores, que tem papéis e posições diferentes, participam da mediação com capacidades desiguais, sendo tal fato ignorado pelo processo, colocando em risco a legitimidade do mesmo; A mediação entre atores em condições desiguais, grupos empresariais que geram o impacto ambiental e a população afetada, moradora, em regra, de áreas mais pobres e, conseqüentemente menos valorizadas, resultaria na legitimação da dominação de um sobre o outro.

Por isso se torna imprescindível o estabelecimento de critérios normativos e procedimentais na perspectiva da justiça ambiental, de maneira a permitir a efetivação do instituto e, conseqüentemente, a solução dos conflitos ambientais de maneira a permitir o protagonismo dos atores, sempre primando pela igualdade entre os participantes.

## REFERÊNCIAS

### a) Livros:

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.

ASCELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

BASTOS, Aurélio Wander. *Conflitos sociais e limites do poder judiciário*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BORBA, Rogerio. *O princípio da fundamentação das decisões judiciais na esfera ambiental: o caso do derramamento de petróleo na baía de Guanabara em janeiro de 2000*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Campos. Campos dos Goitacazes. Policopiado, 2009.

BOURDIE, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CONTI, Laura. *Ecologia. Capital e trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1991.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.



CUNHA, Jose Ricardo; Noronha, Rodolfo. *Mediação de conflitos comunitários e facilitação ao diálogo: relato de uma experiência na maré*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica. a árvore, o animal e o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1994.

LOVELOCK, James. *As eras de Gaia*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso. a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e política no brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

PERLIN, John. *A história das florestas*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de alice: o social e o político na pós-modernidade*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social da ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

b) Artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo sem aspas. Termo *In* ou *Em*, dois pontos, *Título do periódico em itálico*, Volume, número. Cidade: Editora, mês e ano, páginas inicial e final do artigo

DRUMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos históricos. História e natureza*, v. 4, n° 8, RJ: FGV, 1991.

VIOLA, Eduardo J. A problemática ambiental no Brasil (1971-1991): da proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável. In: *Pólis. Ambiente urbano e qualidade de vida*, N° 3, 1991.



## A MINERAÇÃO COMO ATIVIDADE DESESTRUTURADORA DAS REGIÕES-ALVO: O NORTE DE MINAS COMO UMA NOVA FRONTEIRA MINERAL<sup>1</sup>

515

FONSECA, Graziano Leal  
UNIMONTES  
*grazianolf@yahoo.com.br*

### Resumo

Nesse início de século a indústria extrativa mineral brasileira vem passando por um processo de adensamento. Nesse sentido, os olhares do capital mineral se voltam para as grandes jazidas de minério de ferro existentes no Norte de Minas. Em 2011 a Sul Americana de Metais – SAM –, elaborou para a microrregião de Grão Mogol o Projeto Vale do Rio Pardo, um megaempreendimento de mineração. No entanto, a área pretendida para a instalação desse empreendimento constitui o território das comunidades geraizeiras Lamarão e São Francisco. Diante do exposto, a operacionalização de tal empreendimento só se viabilizará em detrimento dessas duas comunidades. A partir desse viés, este artigo lança a luz sobre as contradições do contexto da expansão da mineração, partindo da perspectiva de que essa atividade é desestruturadora das formas tradicionais de organização social existentes nas regiões-alvo. Dessa forma, interessou-me nesse processo compreender as consequências do Projeto Vale do Rio Pardo, no modo de vida local.

**Palavras-chaves:** Mineração. Desestruturação. Geraizeiros.

### Abstract

In this beginning of century Brazilian mineral extraction industry has been undergoing a process of consolidation. In this sense, the looks of the mineral capital turn to large deposits of iron ore in the existing North of Minas. In 2011 the South American Metals - SAM - developed for micro-Mogol Vale do Rio Pardo Project, a mega mining project. However, the target area for the installation of this venture is the territory of the communities geraizeiras Lamarão and San Francisco. Given the above, the operationalization of such a venture will enable only at the expense of these two communities. From this bias, this article sheds light on the contradictions of the context of the expansion of mining, from the perspective that this activity is desestruturadora traditional forms of social organization existing in the target regions. Thus, interested me in this process understand the consequences of the Project Vale do Rio Pardo, in the local way of life.

**Keywords:** Mining. Breakdown. Geraizeiros.

<sup>1</sup> Este artigo é produto de uma pesquisa realiza em 2012 e 2013 que culminou na dissertação de mestrado de Graziano Leal Fonseca, que teve Ana Thé e Andréa como Orientadora e Coorientadora respectivamente e foi defendida em maio de 2014. Este constitui um resumo dos resultados deste trabalho.



## INTRODUÇÃO

Nos momentos atuais, a mobilidade do capital diante da nova conjuntura econômica mundial remodela suas formas de atuação no Norte de Minas. Se o desenvolvimento econômico regional sempre esteve predominantemente vinculado às atividades agropastoris, nos momentos atuais, dada a decisão política de exploração mineral, as potencialidades não propriamente vinculadas àquelas tradicionalmente manuseadas passam a ser objeto de atividade econômica.

O novo projeto para redenção do Norte de Minas se vincula à implantação de empreendimentos minerários. Apoiando-se no discurso de desenvolvimento regional, a Sul Americana de Metais S.A. (SAM) – empresa de mineração criada em 2006, controlada pela Votorantim Novos Negócios em parceria com a chinesa Honbridge Holdings Limited – desenvolveu o Projeto Vale do Rio Pardo. Trata-se de um megaempreendimento de mineração de ferro com um complexo minerário que demandará uma área de cerca de 1.957 hectares, encravada na Serra Geral, na confluência dos municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho. Essa área está localizada próxima à Serra da Bocaina, nas vizinhanças do distrito de Vale das Cancelas, às margens da BR-251, distante 51 km da sede de Grão Mogol por acesso de terra e a 101 km por acesso com pavimentação asfáltica.

É comum nos casos de grandes empreendimentos mineradores o deslocamento compulsório dos habitantes da área diretamente afetada pelo complexo industrial. Nesse processo, as minorias étnicas regionais locais são quase sempre ignoradas e solapadas em prol de um modelo de desenvolvimento<sup>2</sup>, que, conforme Sevá (2010, p.115), é norteado pela “acumulação de capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos”. Para esse autor, falar em desenvolvimento equivale a falar no conceito de crescimento econômico, que tem como *fim* a acumulação de capital, alimentado pelo modelo consumista da sociedade moderna, utilizando como *meio* a exploração incessante dos recursos naturais através de uma “expansão da infraestrutura e do capital fixo [que] sempre se faz à custa dos recursos naturais locais e da renda dos países e das regiões onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas”. (SEVÁ, 2010, p.115-116).

<sup>2</sup> O desenvolvimento econômico e a globalização são molas entendidas como propulsoras do capitalismo, desde o último quartel do século XX. Tais definições na atual perspectiva da sociedade capitalista moderna estão totalmente imbricadas com as necessidades de se criarem condições para a reprodução ampliada do capital. Esta perspectiva foi bastante difundida a partir da década de 60, momento em que as economias mundiais davam sinais de parcerias.





Nesses casos muitas vezes os afetados são desconsiderados pela empresa e pelo Estado, sendo vistos apenas como obstáculos a serem manejados para dar viabilidade à operacionalização do empreendimento. Diante desse cenário, o presente estudo se prenderá a perscrutar a problemática que envolve o processo de implantação do Projeto Vale do Rio Pardo, fazendo um diagnóstico de como este empreendimento tem desestruturado – e vai desestruturar – o modo de vida nas comunidades geraizeiras Lamarão e São Francisco que se encontram dentro a área pretendida para a implantação de sua infraestrutura.

No cumprimento do escopo desse artigo tenho como objetivos: analisar como a mineração desestrutura os ambientes e as populações locais, partindo de uma literatura específica que avalia os projetos de mineração e diagnosticar o processo de desestruturação do modo de vida dos geraizeiros da região de Vale das Cancelas, caso o projeto de mineração da SAM seja implantado.

### **As Contradições da Mineração**

A expansão da mineração sobre novas fronteiras do território brasileiro é, por um lado, uma demanda do capitalismo atual, que tem na sua essência a busca frenética pelo lucro e a tendência à globalização. De outro lado, muitas das reservas minerais que já estão sendo exploradas há décadas começam a se exaurir, justamente num momento em que vivenciamos um *boom* na demanda por recursos minerais, principalmente o ferro. Diante deste contexto, “o sistema tem também que ampliar a produção, e por isso fareja dia e noite, por todo o globo, as oportunidades e as garantias de lucros bem maiores para os novos investimentos, para a sua reprodução ampliada”. (SEVÁ, 2012, p. 3).

Diante da intensificação da demanda e produção de matéria-prima de origem mineral vivenciada pelo mercado internacional nas últimas décadas, principalmente por parte das “chamadas economias asiáticas emergentes, combinado à presença de abundantes depósitos de minerais descobertos entre 1990 e 2000, converteram a América Latina no destino de importantes investimentos dirigidos especialmente ao Peru, Chile e Brasil”. (SCOTTO, 2011, p. 4). Com o aumento da demanda por matéria-prima de origem mineral no mercado internacional e a constatação do grande potencial de produção mineral da América Latina,



tivemos em diversos países do continente a partir dos anos 2000, números recordes de investimentos e arrecadações do setor. Consolidando um novo modelo extrativista, chamado por Gudynas (2012), de “neoextrativismo progressista”.

No Brasil, a administração do PT consolidou o país como uma potência em mineração, além de manter os empreendimentos já existentes. A atividade foi e continua sendo ampliada. Porto e Milanez (2009, p. 1986) informam que o país se destaca hoje como um dos principais países produtores de *commodities* do mundo. A produção mineral brasileira teve um crescimento de 550% no período de 2001 a 2011. Atualmente, o país se consolida como um dos maiores produtores de ferro, aço, alumínio e petróleo, além de produtos do setor agrícola.

A tendência de crescimento da indústria extrativa mineral segue no curso de sua efetivação, tendo em vista que ela se transformou em um instrumento fundamental de política econômica para o Estado brasileiro. No entanto esta atividade apresenta uma relação contraditória entre crescimento econômico e desenvolvimento social com qualidade vida nas regiões mineradoras.

O professor Bruno Milanez<sup>3</sup>, afirma que, no Brasil essa política de incremento ao setor da mineração, e que se insere num modelo "neoextrativista", apresenta como principal contradição uma série de impactos sociais negativos de âmbito local gerados pela mineração. Ao mesmo tempo, o discurso do Estado e das empresas capitalistas é operado sempre sob o argumento da distribuição de riquezas e de que é preciso fazer caixa exatamente para reduzir os problemas sociais. Esta política cria, portanto, um círculo vicioso.

Segundo Santos (2013), o *boom* do setor minerário configura um jogo de soma positiva para os governos recentes, que têm aproveitado esta temporalidade levando ao extremo a exploração de tais recursos e o “aproveitando ao máximo no mais curto espaço de tempo”. Em meio a essa ampliação do setor, os danos ambientais e sociais da mineração têm sido tratados como um mal necessário ao desenvolvimento. Desta forma, os governos progressistas Latino-americanos declaram que o balanço final do modelo econômico extrativista seria positivo: “chega-se a admitir que este possa produzir danos sociais e ambientais, mas imediatamente se responde que estes são gerenciáveis ou compensáveis, ou que, no fim das contas, devem ser aceitos à luz do benefício geral de toda a nação”. (GUDYNAS, 2012, p. 313).

<sup>3</sup> Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, no dia 10 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514383-plano-nacional-de-mineracao-o-mito-da-mineracao-entrevista-especial-com-bruno-milanez->.



No entanto o que se observa na prática é que, as riquezas geradas pelo grande capital do setor minerário não se traduzem em qualidade de vida para a população dos municípios onde se instala o empreendimento, e tampouco para as localidades onde as minas estão inseridas. Fernandes, Lima e Teixeira (2011) apresentam os resultados de um estudo de avaliação da atividade de mineração como importante indutora do desenvolvimento social de municípios<sup>4</sup> do semiárido brasileiro, que têm como atividade única ou principal a mineração em larga escala. Estes pesquisadores partiram do pressuposto de que os municípios mineradores dessa região “deveriam apresentar melhores indicadores de bem-estar e de desenvolvimento humano do que a média da região nordeste, uma das mais pobres do Brasil”. No entanto, a conclusão a que chegam a partir dos dados analisados é que

os municípios sede das grandes minas do semiárido, embora com alguma variação relativa, perpetuam o baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Também o nível de retorno da atividade mineral para cada município, onde se localiza a grande mina, expressa pela CFEM per capita, está muito longe de um padrão de justiça socioambiental. (p. 110).

Neste mesmo sentido, Enríquez, Fernandes e Alamino (2011), Milanez (2012), Sevá (2011 e 2012), Wanderley (2009) e Gudynas (2011 e 2012), apresentam um conjunto de dados e argumentos que demonstram as contradições do modelo extrativista mineral no Brasil. Para estes autores, o desenvolvimento econômico brasileiro tem sido conduzido à custa de danos sociais e ambientais das regiões mineradoras, deixando claros os efeitos danosos desta atividade para as populações das áreas receptoras de empreendimentos minerários.

Os danos da mineração são sentidos principalmente nos municípios e localidades onde os empreendimentos são instalados, sendo observados aí seus efeitos mais danosos ao ambiente – nas suas dimensões físicas (clima, qualidade do ar, relevo, solo e água), biológicas (fauna e flora) e sociais (econômicos e culturais). O aparato estatal-empresarial atua nesse tipo de empreendimento como agente expropriador e desestruturador de paisagens, biodiversidades, territórios, formas de organizações sociais tradicionais e identidades. “Com base em um

<sup>4</sup> Este estudo foi realizado com dados de nove municípios em três estados diferentes, sendo sete na Bahia (Jaguarari, Jacobina, Barrocas, Andorinha, Brumado, Campo Formoso e Caetité), um na Paraíba (Boa Vista) e um em Minas Gerais (Araçuai). Foram “analisados os nove municípios-sede das grandes minas no semiárido, no período de 10 anos, entre 1990 a 2000, através de indicadores sistematizados em 2003 no Atlas do Desenvolvimento Humano pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [o estudo teve] indicadores estatísticos, que retratam a dinâmica populacional, o retorno da atividade para a comunidade através dos *royalties* e as questões de bem-estar e desenvolvimento humano, nas facetas sociais, longevidade, educação e renda”. (FERNANDES, LIMA e TEIXEIRA, 2011, p. 104 e 105).



pretensão "interesse nacional" há o deslocamento e desestruturação social de assentamentos rurais, comunidades quilombolas, de outros grupos tradicionais bem como a destruição de importantes ecossistemas". (MILANEZ, 2012).

Vários pesquisadores que se debruçam no estudo desta temática têm mostrado os impactos de grandes projetos de mineração sobre as regiões mineradoras. Wanderley (2008), que toma os impactos da atividade mineradora na região amazônica como objeto de estudo, informa que a exploração mineral vem deixando um legado de pobreza, impactos socioambientais e subdesenvolvimento nas áreas onde se instala. Rothman (2007, p. 373) lembra que "a expansão da mineração ameaça o tipo de ocupação histórica da região pela agricultura familiar, suas formas de apropriação e uso material e simbólico do espaço".

A pesquisa realizada por Enríquez, Fernandes e Alamino (2011), revela, a partir de relatos de moradores de comunidades afetadas por grandes empreendimentos de mineração, que frequentemente a instalação de uma mina provoca descaracterizações e rupturas irreversíveis que afetam as crenças, tradições, valores, manifestações artísticas e o modo de vida da população impactada.

Os aspectos econômicos, reconhecidos como um dos impactos positivos da mineração, também geram impactos negativos, deixando "explícito que a conquista da sustentabilidade requer bem mais do que a elevação do PIB municipal". (ENRÍQUEZ, FERNANDES e ALAMINO, 2011, p. 9). Os dados da pesquisa apresentada por estes autores demonstram que, em Crixás – GO, apesar da mineração ter promovido uma dinamização do comércio local, houve um aumento nos preços das mercadorias e serviços. Observou-se também a elevação dos preços dos aluguéis, terrenos e imóveis devido à especulação imobiliária, processo que conduziu à elevação do custo de vida no município.

No caso do Norte de Minas Gerais, a valorização do ferro no mercado internacional, impulsionada pela alta demanda por essa matéria-prima e pela existência de uma grande jazida de minério de ferro na região, fez com que o Estado e grandes corporações capitalistas novamente voltassem seus olhos para o polígono da seca mineiro, atraindo as decisões de investimentos de grandes corporações mineradoras que assinaram, com o Governo do Estado de Minas Gerais, contrato de intenção para a exploração mineral de ferro e ouro nas microrregiões de Grão Mogol e Salinas



Neste contexto, a Sul Americana de Metais S.A. (SAM) adquiriu direitos minerários abrangendo áreas com alvarás de pesquisa outorgadas principalmente nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta-de-Leite, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Rio Pardo de Minas. Dentre estas áreas, duas denominadas de “Bloco 8” através do programa de pesquisa mineral, indicaram uma grande jazida de minério de ferro, que tem a estimativa de uma mina com vida útil de, no mínimo, 25 anos.

Com base nos indicativos do potencial minerário do “Bloco 8” foi elaborado o Projeto Vale do Rio Pardo, que se constitui como um

empreendimento integrado de mineração, beneficiamento e transporte de minério de ferro, com previsão de produção de 25 milhões de toneladas por ano (Mtpa) de concentrado do tipo *pellet feed*. O modal de transporte a ser utilizado [...] é o mineroduto, que terá uma extensão aproximada de 482 km, iniciando-se na área do complexo minerário, também denominado Bloco 8, no município de Grão Mogol (MG) e finalizando-se na estação de desaguamento da polpa, localizada no município de Ilhéus (BA), adjacente ao Porto Sul, [...]. Faz parte ainda do projeto uma adutora, com aproximadamente 57 km de extensão, ligando o lago formado pela barragem de Irapé, em Grão Mogol (MG) e o complexo minerário. (EIA, Projeto Vale do Rio Pardo, Módulo 2, 2012 p. 18).

O anúncio desse projeto em 2011 trouxe para os habitantes da região, de um lado, a expectativa de uma nova era de desenvolvimento econômico para a região norte do estado e, de outro, preocupações e incertezas quanto ao risco de desestruturação dos sistemas ecológicos, produtivos e culturais das comunidades rurais locais. As novas demandas do capital colocam em xeque o *mundus* geraizeiro. Tal população se encontra em risco de ver o desmantelamento de sua lógica tradicional de vida a partir da possibilidade de operacionalização de desse empreendimento. A área do Projeto Vale do Rio Pardo é povoada por dezenas de famílias que estão estabelecidas nesse lugar há gerações. Dessa forma, o que está proposto é a total desterritorialização de duas comunidades, a saber, Lamarão e São Francisco.



## Projeto Vale do Rio Pardo: desestruturação e desterritorialização

Na região de Vale das Cancelas<sup>5</sup>, desde o momento em que o governo de Minas Gerais e as mineradoras decidiram pela implantação de projetos de mineração, iniciou-se um ambiente de expectativa, medo e incertezas. Esse ambiente ganha contornos mais dramáticos com a chegada dos funcionários da SAM e Mineração Minas Bahia (MIBA)<sup>6</sup>, que passaram a circular diariamente pela região, divulgando informações desconhecidas durante os trabalhos de pesquisa geológica.

522

Dizendo eles que a coisa era muito boa; ainda falaram assim que aquilo ali era uma pesquisa [...] para ver se tinha minério, para ver se o governo com as empresa entrava em negócio, que eles nem podiam falar que compravam terra de ninguém, por isso podia ser para cinquenta anos e aí só foi metendo a ripa, ó!” (Marcelo<sup>7</sup>, agricultor, morador da Comunidade de Lamarão).

O anúncio de investimentos na exploração mineral trouxe, inicialmente, grande expectativa de desenvolvimento para toda a população. Segundo uma liderança local de Vale das Cancelas, o “boato” da chegada da mineração à região é antigo, mas foi a partir de 2006 que as mineradoras (MIBA) e SAM, de fato, começaram as visitas. “O comentário chegou antes, o vai comprar as terra do pessoal pelo valor bom, se não comprar, mais é... fica pagando uma renda, chegou com isso aí, rapaz”. (Carlos, localidade de Batalha na comunidade de Lamarão, maio de 2013). No começo, a proposta teve aprovação geral na região.

Todos acreditaram que a atividade iria promover a melhoria na qualidade de vida da população como um todo. No entanto, a partir de 2010, diante da forma com que a essas empresas passaram a conduzir suas atividades de pesquisa e o acesso dos moradores à informações sobre os impactos produzidos pela atividade mineradora fez com que surgisse uma nova percepção sobre as mudanças que poderiam ocorrer em seus modos de vida. Assim, as famílias rurais da área de influência do empreendimento da SAM passaram a desacreditar nas

<sup>5</sup> Esta região é constituída pelas comunidades próximas ao distrito de Vale das cancelas, além de Lamarão e São Francisco estão inseridas ainda as comunidades de Bocaina, Diamantina, Morro Grande, entre outras.

<sup>6</sup> A Mineração Minas Bahia (MIBA) do grupo cazaquistânês *Eurasian Natural Resources Corporation*, detém direitos minerários entre os municípios de Grão Mogol e Rio Pardo de Minas e desenvolve o Projeto Jibóia, na bacia do rio Jibóia, que hoje se encontra estagnado.

<sup>7</sup> Como forma de preservar a identidade do moradores de Vale das Cancelas, Lamarão e São Francisco que se encontram em um contexto de conflito ambiental em torno do processo de licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo, os nomes dos mesmos ouvidos durante a pesquisa serão substituídos por nomes fictícios.





promessas de desenvolvimento, sendo tomadas por um sentimento de incerteza sobre o futuro. A partir desse momento, os moradores passaram a se posicionar contra a chegada do Projeto Vale do Rio Pardo. Uma liderança da região relata o momento e as circunstâncias que os levaram a uma mudança de opinião sobre o empreendimento:

o momento que começamos a perceber que [a mineração] iria ser ruim, foi de 2010 para cá, porque a gente viu que as empresas não estavam assim respeitando os direitos das famílias tradicionais, né. Começaram a entrar na propriedade das pessoas pegando assinaturas, medindo as propriedades, dizendo que iriam dar documento para o pessoal [...]. [os funcionários das mineradoras] chegavam dizendo que já tinham autorização do governo, que de qualquer maneira o dono, querendo ou não, a empresa iria explorar. (Odair, liderança da região de Vale das Cancelas, maio, 2012),

523

No início os moradores autorizaram os trabalhos de pesquisa nas suas propriedades, mas aí começaram a ocorrer diversas situações de depredação ao patrimônio dos comunitários e uma série de problemas ambientais.

Primeiro eles vieram assim, pediram a gente liberdade para que eles fizessem uns testes só com uns martelinhos nos rios, né. Nós vamos só quebrar umas pedras aí, dar uma analisada, não tem problema? Não, se for só isso não tem problema. Aí eles chegaram pelos rios, né, nos corguinhos. Quando passou, nós queremos que vocês... para mim foi assim, né. Queremos que você autorize, nós vamos fazer um teste, uns pequenos furos... Mas a gente não sabia, a gente nunca tinha visto mineração, né. É uns pequenos furos, não prejudica, a gente luta para não arrancar árvore, nem tampouco quebrar uma cerca, às vezes a gente até faz um pedaço de estrada para vocês, se precisar, arruma as estradas. Tudo bem! Só que não foi assim. Quando a coisa começou eles não falaram os furos como que eram a procedência, aí eles já começou furando logo lá na cabeceira, né. (Carlos, Comunidade de Lamarão, 2013).

Várias situações de desrespeito foram relatadas pelos moradores na audiência pública realizada pela SAM, em Grão Mogol, no dia 20 de janeiro de 2013. Árvores nativas, como pequizeiros e mangabeiras, foram derrubadas; cercas foram cortadas para abrir picada até os pontos de perfuração para os estudos geológicos; córregos foram contaminados com a água que escorria dos furos durante a perfuração. Em outras situações, os funcionários entraram nas propriedades sem pedir autorização. Segundo Seu Nicolau (78 anos, morador da localidade de Córrego da Batalha, Comunidade de Lamarão), sua propriedade foi invadida sem que ele tomasse conhecimento: “para abrir o limpo eles não falou nada, não, aquele buraco de fora, quando eu dei por fê já tava aberto”.



Seu José, morador da localidade de Córrego da Batalha, contou que funcionários da SAM estiveram em sua casa e o orientaram a não fazer novas benfeitorias na propriedade. “Eles só vieram aqui, ‘mediram’, tiraram retrato de tudo e falaram comigo: ó, é bom que o senhor não aumenta mais o serviço de cerca não, que isso aqui vai ser negociado, isso aqui já tem uns quatro ou cinco anos” (maio de 2013).

De repente, o discurso dos funcionários da SAM começou a mudar, deixando os moradores assustados e com medo de perderem suas propriedades.

524

Eles falaram com o povo que não queriam nada não, só para fazer uma pesquisa para ver se tinha... se tivesse, aí eles comprariam a terra na mão do povo para quem quisesse vender. Agora depois saiu o boato aí que eles falaram que não, que o documento já tá feito e que agora é o seguinte: eles tem que destruir. (Marcelo, 47 anos, Lamarão, novembro de 2013).

As notícias que circulam na comunidade são muitas. No começo, as informações passadas aos moradores davam conta de que a empresa iria comprar as propriedades. Em outras vezes, a notícia corrente dizia que as famílias seriam reassentadas em outro lugar. Por ultimo, o que tem chegado aos ouvidos dos moradores é que a empresa não pagará pela terra de ninguém e que apenas as benfeitorias serão ressarcidas. Segundo Marcelo (morador de Lamarão), a informação é de que a SAM

não tem combina de terra com ninguém não. O que pode pagar aí é, no caso, caso tenha um pé de manga aí, os pés de plantas, capim, isso aí nós vamos avaliar e vai... mas, agora, nós não estamos comprado terra na mão de ninguém, não. Então, no caso dele, se eles não estão comprando terra na mão de ninguém, então no caso dele os moradores que moram no lugar vão dar ele a terra dada pra ele?

Diante do cenário em tela, os moradores, com medo de perderem suas terras, já não assinam mais nenhum documento solicitado pela empresa e não permitem que sejam feitos novos estudos em suas propriedades. No entanto, esse posicionamento não tem impedido a continuidade dos trabalhos da empresa – que, em muitas das vezes, continua entrando nas propriedades sem a permissão do proprietário.

O medo de serem lesados pela mineradora é generalizado entre os comunitários.

O projeto a gente está vendo aí, é de a gente ser passado para trás. O projeto da empresa é de passar para trás, porque em todo o lugar nós conhecemos histórias reais... a gente já teve em diversas reuniões, né. A gente conhece histórias reais dessas empresas mineradoras, ninguém conta vantagem, dono



de terra nunca contou uma sequer vantagem, os vantajosos são deputados, é... governo do Estado e outros órgãos da lei. A gente mesmo, só ruína, né. [...]. Mas no momento aqui para nós está sendo de terror. (Carlos, Comunidade de Lamarão).

Os moradores se mostram inconformados com a convivência do Estado em relação às intervenções no ambiente feitas pela SAM.

Nós aqui estamos precisando aqui é de justiça, você sabe por que está precisando de justiça? Nós aqui que mora nessa comunidade, se nós tira um pau para fazer uma cerca, nós vamos fazer um roçado para poder plantar um capim, para poder plantar qualquer coisa, um mantimento, qualquer coisa, o meio ambiente sabe, eles já vai chegando vai descendo do carro [...]. Eles vai descendo logo é com mapa e caneta na mão, logo é pra multar. E com o povo do minério eles deixam eles fazer tudo nessa beira de rio aí pra “riba”. É cabeceira de rio, eles não respeitaram beira de rio, córrego, eles não respeitaram córrego e fez a maior “sacanagem”, ali em cima na cabeceira do rio ali, eles pegaram pau é de caminho e jogaram dentro da cabeceira. O povo do minério quer vir para acabar com a própria reservinha que tem uá! Então não existe justiça aqui no Estado de Minas não, uá? [...] Nós que somos nós aqui do lugar, nós que somos nós, respeitamos certas coisas e esse povo desconhecido de fora chega e num quer respeitar, uá! Então aqui no Estado de Minas não tem justiça não, uá! (Dário, Comunidade de Lamarão, novembro de 2013).

Carlos (maio de 2013) teme pelo que pode acontecer no futuro, pois sente que eles, os comunitários, estão perdendo o poder sobre seu próprio território. “A gente vê assim, que a gente não ‘tá’ mandando mais nas coisas, né? Então hoje já vem a lei do país, alguém assina um decreto, uma lei, vai chegar um tempo que se eles pagam a gente tem que sair, né?”. A situação de perda da autonomia sobre a propriedade cria um sentimento de indignação. “Você não ‘tá’ vendendo e chega gente para comprar... Que “diabo” de trem errado é esse, vender o que você não está de cálculo vender?” (Adélia, novembro de 2013).

Todo esse contexto de especulações, desrespeitos vinculados às atividades da SAM modificam a rotina do lugar. As pessoas são incomodadas, a propriedade privada é, muitas vezes violada e crimes ambientais são cometidos. Tudo muda e a rotina pacata do lugar cede espaço para um ambiente tumultuado, com um clima de instabilidade.

No caso da operacionalização do Projeto Vale do Rio Pardo, a tendência é que a situação se agrave. Iremos vivenciar um processo de desestruturação do universo geraizeiro nas duas comunidades em questão e na região de Vale das Cancelas como um todo. Para as comunidades geraizeiras de Lamarão e São Francisco a desterritorialização e a devastação do seu território significa a perda do conhecimento acumulado através do tempo, sobre o uso



medicinal da biodiversidade local, do extrativismo de alimentos nativos, as classificações do solo, etc.. Há também, nesse processo desestruturador, a perda das referências simbólicas inscritas na paisagem carregada de significados qualitativos para os habitantes locais.

Os danos socioambientais desse empreendimento afetarão toda a região de influência do ecossistema que será destruído, mas, para famílias das duas comunidades que se encontram na área do complexo minerário, esse empreendimento irá significar o desmantelamento do seu sistema de organização social, cultural e material. As informações do EIA identificam a remoção de diversas famílias das comunidades de Lamarão e São Francisco<sup>8</sup>. Atualmente estas comunidades são compostas por 50 e 8 famílias respectivamente. Conforme consta no RIMA, “a remoção populacional compulsória ocorrerá com as famílias inseridas na área diretamente afetada pelo projeto e com algumas famílias da comunidade Lamarão (essas a partir do 10º ano de empreendimento)” (RIMA, Projeto Vale do Rio Pardo, p. 85).

Na análise da abrangência dos efeitos danosos desse projeto é possível evidenciar que, além dos atingidos identificados no EIA/RIMA, outras comunidades também serão afetadas, uma vez que São Francisco e Lamarão são partes de um todo no universo geraizeiro local. Estas duas comunidades estão entrelaçadas com outras por uma teia de relações de reciprocidade, parentesco e vizinhança. Há que se considerar, também, que os territórios dessas comunidades estão conectados e que parte desse território é de uso comum (como no caso das áreas de eucalipto utilizadas para “solta” do gado). Há ainda o fato de toda a região estar sensível às alterações dos recursos hídricos e a interferência no lençol freático, poderá gerar problemas de escassez de água.

Compreender os múltiplos aspectos do impacto da mineração sobre o sistema sociocultural da região afetada implica em entender que as perdas não são simplesmente materiais ou econômicas. “Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)”. (VAINER, 2003, p. 5)

[...] Mesmo se a região é desse jeito, mas nós já estamos acostumados a, sabe, como diz, a viver, né, assim o lugar com menos desenvolvimento a gente já está, né? Hoje o que você perde é igual, é... você vende, é... principal é difícil, é igual é... terreno, lugar que você vive é igual a pessoa ter um gosto pessoal, né, igual vamos supor, tem muita gente idoso que nasceu na região e está nessa idade, eles nunca vão chegar num lugar para eles ter a paz que eles tem aqui, sabe... Se

<sup>8</sup> O Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo não informa a quantidade e quais são as famílias que serão removidas do seu território.



eles comprar outra terra noutra canto não é o mesmo lugar, né, vai ser uma terra, mas não é, eles não vão ter os mesmos amigos, a terra não vai ser aquela mesma, não vai ter os rios, os córregos, aquela tranquilidade da região, não vai ter mais. Então é assim, vendeu, jogou em risco, é só mesmo para não dizer assim: ah, não, eu perdi tudo, sabe? Hoje não adianta, se você mora numa região é impossível você ter a tranquilidade em outro lugar, principalmente aquelas pessoas mais velhas que acostumou. (maio de 2013).

Para essas comunidades tradicionais os recursos necessários para sua reprodução estão embutidos no território, extrapolando as formas funcionais de apropriação do espaço para produção de mercadoria. Nesses casos o território é simbólico e, mais que a reprodução material, ele é elemento central da reprodução sociocultural.

Há que considerar ainda que, se a SAM e os agentes do Estado levarem a cabo a operacionalização desse empreendimento, levará as famílias da área da mina a uma ruptura completa e definitiva com seu território (em toda complexidade que recai sobre esse conceito) vai significar o etnocídio<sup>9</sup> dos geraizeiros de Lamarão e São Francisco. Esse processo vai criar um vazio cultural e paisagístico na região de Vale das Cancelas que afetará outras comunidades, uma vez que estas são partes de um sistema sociocultural mais amplo e complexo, distinguido pela identidade territorial geraizeira. Como exemplo, posso citar aqui as comunidades de Morro Grande e Diamantina, conectadas a elas por relações de parentesco e vizinhança e, ainda, por ecossistemas que estão interligados.

A partir da possibilidade do desmantelamento do território geraizeiro, os próprios comunitários prevêm as consequências para a população rural local.

Então o movimento, até agora para nós, a gente está vendo que aqui na região vai ser um desastre, porque muitas vezes, às vezes vem um dinheirinho, um empregozinho para alguma pessoa porque nem toda pessoa é qualificada, porque é uma região muito sem desenvolvimento, então a empresa traz só as pessoas de grande nível, né [...]. Nós que somos trabalhador rural, que nasceu na roça e está até hoje e... nós num olha o lado do dinheiro, nós num olha é o presente, nós olha é o futuro, o futuro da nossa região [...]. Então, uma região, um arraial próximo, a tendência da água aí desse jeito, o pessoal vai ter que sair, largar isso aqui, não leva tempo nenhum. Uma poluição de uma empresa dessa, tão grande. (Carlos, Comunidade de Lamarão, maio de 2013).

No que se refere ao caso tratado neste trabalho, ao passo que segue o processo de licenciamento do Projeto Vale do Rio Pardo e a relação estabelecida entre a SAM e a população

<sup>9</sup> “O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento diferentes [dos] daqueles que empreendem essa destruição”. (CLASTRES, 2004, p. 83).



local evidenciada aqui, esse empreendimento tem seguido a cartilha dos projetos mineradores desenvolvidos no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação da mineração desencadeia efeitos positivos e negativos, os quais respectivamente se referem, de um lado, ao crescimento econômico nacional e, de outro, aos danos sociais e ambientais gerados em escala local nas regiões mineradoras. Deduz-se, desse cálculo, que o desenvolvimento econômico promovido pela mineração tem sido gerado à custa do equilíbrio ambiental das regiões hospedeiras do empreendimento. O legado da atividade para municípios e comunidades rurais onde se instalam esses projetos é a desestruturação das relações sociais, econômicas, culturais e da biodiversidade.

As análises conduzidas neste artigo possibilitaram observar que mesmo antes de sua operacionalização o Projeto Vale do Rio Pardo já se mostra desestruturador do modo de vida nas comunidades geraizeiras de Lamarão e São Francisco. Este estudo mostrou ainda que as consequências desse projeto levarão a uma violenta e definitiva desestruturação do modo de vida nessas comunidades. E ainda, esta ação afetará outras comunidades geraizeiras do Vale das Cancelas, que também serão desestruturadas em função da ruptura de relações historicamente construídas e desenvolvidas entre as diversas comunidades e pela degradação do ambiental da região.

O conteúdo apresentado não encerra um tema de investigação – ele é simplesmente o produto de um ciclo determinado de pesquisa –, mas, ao contrário, os resultados revelados geram inquietações em torno da disputa pelo poder de apropriação do ambiente norte-mineiro, expondo as múltiplas interações socioambientais que entram em concorrência a partir de um novo cenário de apropriação capitalista proposto para esta região. A leitura da ocorrência de lógicas e racionalidades diferenciadas, onde se apresentam dois projetos distintos e antagônicos em disputa de um mesmo espaço, suscita novas perspectivas de investigação para que se possa desvelar o entendimento sobre as particularidades que envolvem os processos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais no Norte de Minas.





## REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia, FERNANDES, Francisco Rego Chaves e ALAMINO, Renata de Carvalho Gimenez. A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves, ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva, ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial**: grandes minas/ – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 01-18.

Estudo de Impacto Ambiental. Projeto Vale do Rio Pardo, 2012. (Módulos, 2, 9, 10 e 11).

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; LIMA, Maria Helena M. Rocha e TEIXEIRA, Nilo da Silva. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves, ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva, ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial**: grandes minas/ – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 01-18.

**Grandes minas do semiárido brasileiro e o desenvolvimento local**. In: Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas/ Francisco Rego Chaves Fernandes, Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, Renata de Carvalho Jimenez Alamino (Eds.). – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011, p. 97-112.

GUDYNAS, Eduardo. **O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões**. In: LÉNA, Philippe e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). "Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade". Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012. P. 303-318.

GUDYNAS, Eduardo. Rotas de Saída. **Democracia Viva 46**: IBASE. Rio de Janeiro. Abril 2011, p. 33-35. Disponível em: [issuu.com/ibase/docs/democraciaviva\\_ed46\\_web/33](http://issuu.com/ibase/docs/democraciaviva_ed46_web/33). Acesso em: 20 abril 2014.

MILANEZ, Bruno. O mito da mineração: entrevista especial com Bruno Milanez. Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, no dia 10 de outubro de 2012. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514383-plano-nacional-de-mineracao-o-mito-da-mineracao-entrevista-especial-com-bruno-milanez-](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514383-plano-nacional-de-mineracao-o-mito-da-mineracao-entrevista-especial-com-bruno-milanez-). Acesso em: 13 fev. 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 14 (6): 2009. (p.1983-1994). Disponível em [www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf), acesso em 23/08/2012. Acesso em: 20 fev. 2013.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, A; LASCHFSKI, K. (Orgs.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. Décima primeira carta às esquerdas: extrativismo ou ecologia? In: Carta Maior. 17/12/2013. Disponível em [www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Decima-primeira-carta-as-esquerdas-extrativismo-ou-ecologia-/29748](http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Decima-primeira-carta-as-esquerdas-extrativismo-ou-ecologia-/29748). Acesso em: 01 mar. de 2014.

SEVÁ FILHO, Arsênio O.. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A; LASCHFSKI, K. (Orgs.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.114-145.

SEVÁ Filho, Arsênio Oswaldo. **“Mina Grande Conflitos Gerais”**. Texto analítico integrante do projeto “Mapeamento dos Conflitos Socioambientais em Minas Gerais”, GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas



Gerais. 2011. Disponível em: [www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/?pg=txtAnalitico](http://www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/?pg=txtAnalitico). Acesso em: 20 de fev. 2013.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: notas sobre a espoliação e a luta política. In: 28ª Reunião anual da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 2012, São Paulo (SP). **Anais do 28ª Reunião anual da ABA.**

SCOTTO, Gabriela. Estados nacionais, conflitos ambientais e Mineração na América Latina. In: 4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense – UFF, realizado em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, em março de 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/ivspesr/artigos.html>. Acesso em 20 Jul. 2012.

VAINER, Carlos. O Conceito de Atingido: Uma revisão do debate e das diretrizes. In **Observatório Sócio-ambiental de Barragens**, 2003. Disponível em: [www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes](http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes). Acesso em: 7 set 2013.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. Disponível em [www.ppgg.igeo.ufrj.br](http://www.ppgg.igeo.ufrj.br). Acesso em 23 Agos. 2012.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração**: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. Revista IDEAS, v. 3, n. especial, 2009. p. 475-509.



## A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MACHADINHA EM QUISSAMÃ/RJ A LUZ DO IMPACTO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO

NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida  
*Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*  
*rafaelapaneves@hotmail.com*

GANTOS, Marcelo Carlos

552

### RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa preliminar de mestrado que visa analisar uma dimensão do impacto dos *royalties* de petróleo no município de Quissamã, Rio de Janeiro. Destaca-se aqui o impacto indireto na Comunidade Quilombola de Machadinha promovido pela valorização da paisagem através do fomento de uma política municipal de turismo cultural e suas conseqüências. Embora esse processo gere transformações sociais parciais para aquele grupo, a preocupação deste ensaio está focada no estudo da eficiência e legitimidade dessa política. O debate se centra em entender se a promoção e investimento de recursos provenientes da renda do petróleo no turismo cultural promove efetivamente uma riqueza “alternativa” aos royalties que garanta sustentabilidade e processos de dinamização econômica e social no seio da comunidade quilombola.

**Palavras-chave:** Comunidade Quilombola de Machadinha, royalties e paisagem

### ABSTRACT

This work is a preliminary research masters which aims to analyze a dimension of the impact of oil royalties in the municipality of Quissamã, Rio de Janeiro. Here we highlight the indirect impact Quilombo Community of Machadinha promoted by enhancing the landscape through the development of a municipal policy of cultural tourism and its consequences. Although this process generates partial social transformations for that group, the concern of this essay is focused on the study of the efficiency and legitimacy of that policy. The debate focuses on understanding the promotion and investment of proceeds of oil income on cultural tourism effectively promotes an "alternative" to wealth royalties that ensures sustainability and processes of economic and social dynamics within the quilombo community.

**Key-Words:** Quilombo Community of Machadinha, royalties, landscape



### **Comunidade Quilombola de Machadinha a luz do conceito de paisagem**

Este trabalho compõe uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), por meio do Projeto Territórios do Petróleo. O projeto estabelece como recorte espacial dez municípios petrorentistas, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Ele propõe uma descrição e análise da situação nestes territórios derivada dos macro impactos oriundos da indústria de petróleo ponderando seus efeitos nos segmentos desfavorecidos da sociedade.

A discussão desse texto, no entanto, envolve duas dimensões, uma referida a análise do impacto indireto dos *royalties* na Comunidade Quilombola de Machadinha em Quissamã, município localizado ao norte do estado do Rio de Janeiro. A outra trata de uma proposta de gestão pública ambiental em fase de implantação inserida no marco do PEA-BC direcionada a gerar processos educativos eminentemente políticos no intuito de mitigar as assimetrias evidenciadas, tanto materiais quanto simbólicas, nos grupos sociais afetados<sup>1</sup> pelo empreendimento em Quissamã. Este território se destaca atualmente no cenário da BC pelos *royalties*, que representam um fator crucial na receita municipal e pela emergência das populações quilombolas como novos atores sociais.

Quando se fala em educação no processo de gestão ambiental, deseja-se a promoção do controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (IBAMA, 2002, p.9).

A Comunidade Quilombola de Machadinha, nesse contexto, exemplifica tal discussão, porque trata de um espaço onde se insere impactos provenientes da indústria petrolífera, dentre eles os *royalties*, que impulsionaram o desenvolvimento de uma política de turismo cultural, a qual se estabelece sobre a base da configuração da

<sup>1</sup> Quintas, J. S; GOMES, P. M; UEMA, E. E. Pensando e praticando a educação no Processo de Gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2005.



paisagem e seus possíveis significados. Todavia, o que se questiona é a eficiência dessa política, inclusive no que se refere ao déficit na promoção do controle social, tendo em vista de que se trata de volumosas receitas, que podem e devem ser geridas de forma a mitigar as assimetrias geradas pelos impactos do empreendimento petrolífero.

Ampliando o debate, a forma como os fixos estão estabelecidos na paisagem da Comunidade Quilombola de Machadinho influencia diretamente na formação de uma identidade cultural dos negros que ali residem. Contudo, ao se fazer tal postulação não se pretende negar que essa tradicional configuração da paisagem possa ser “inventada”, como bem demonstrou Hall (2006), de forma a servir aos interesses da manutenção do poder de uma elite política que se perpetua no poder (no caso grosso modo, desde o período imperial). Na primeira visita ao campo, constatou-se que a paisagem, remontando ao período da escravidão, gerava na comunidade uma identidade cultural, uma vez que todos ali tinham um passado – real ou imaginado - e um presente em comum.

Nesse caso, o passado é lembrado por meio dos casarões e das senzalas do período colonial que ainda se mantêm erguidas. No entanto, para Hall (2006) a tradição inventada é um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HALL, 2006, 54).

Essa constatação nos levou a enfrentar diversas questões teórico-conceituais sobre a própria constituição deste caminho, problemas que foram abordados a partir de (questões) como: o que explica que a Casa Grande da Fazenda Machadinho se encontre em ruínas e, concomitantemente, as senzalas se mantenham erguidas e acaloradas. Numa ideia dedutiva poder-se-ia dizer que há a queda do poder político local e a vitória dos negros que sobreviveram a um período “flagelante”, (como afirmou a Secretária de Cultura Rossana Vieira e também os próprios moradores).

Amadurecida essa reflexão, diria mais. No processo trajetivo<sup>2</sup>, (incluir na citação o sentido desse neologismo como conceito) a casa grande em ruínas e as antigas senzalas reformadas, hoje, determinam a paisagem-matriz mais marcante da região, de

<sup>2</sup>HOLZER, 2008.



onde se constituem novas paisagens-marca, como por exemplo, a criação da Casa de Artes, o Memorial e as novas casas populares na mesma arquitetura das antigas senzalas.

Propôs-se que esse recorte espacial fosse observado como um lugar, onde a tessitura das relações sociais, econômicas e culturais, expressas pelas relações de vizinhança e de parentesco, pelas crenças, pelos mitos, pelo sincretismo religioso, pelas tipologias habitacionais, pela prestação de serviço para a prefeitura, entre outras, refletem uma paisagem cultural. O espaço físico da Comunidade Quilombola de Machadinha, com o casarão em ruínas, as tipologias habitacionais em forma de senzalas, o armazém, a capela, gerou um grupo humano que ainda hoje se apropria de referências físicas e simbólicas derivadas do período da escravidão.

Essa paisagem cultural foi definida a partir dos conceitos propostos por Berque:

A paisagem é uma *marca*, porque exprime uma civilização, mas também é uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – isto é, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno (Berque, 2004, 85).

Esse questionamento nos direcionou ao estudo, inicialmente, da arquitetura produzida na área em questão, que tem suas características vinculadas ao período escravocrata. Tais características são geradas por uma paisagem e também a geram, exatamente como Berque propôs em seu sistema marca-matriz.

Buscou-se, então, uma aproximação com o estudo de Philippe Pelletier *in* Holzer (2008) que usou os conceitos de paisagem-marca e paisagem-matriz para entender a modificação da paisagem japonesa com o advento da industrialização. Para ele, a paisagem-marca é sinônimo de paisagem-produto, ou seja, resultado da intervenção humana no ambiente. A paisagem-matriz é sinônimo de paisagem-substância, em outras palavras, é a herança desta paisagem, seu produto nas mentes e nas estruturas espaciais. Nesse sentido, a imagem juntamente com a percepção das imagens presentes no inconsciente coletivo têm um papel importante na formação de novos assentamentos (PHILIPPE PELLETIER *apud* HOLZER, 2008, 57).





A paisagem está carregada de sentidos e investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem. Então, a questão que se coloca não diz respeito à maneira como as paisagens originais nasceram, mas à maneira como são percebidas e valorizadas hoje. Como adverte os autores abaixo:

A complexidade do significado ligado às paisagens que observamos para incorporar as expressões dos modos de vida do passado, assim como do presente, exige estudo empírico detalhado [...] Os meios de incorporação do espaço aos códigos simbólicos através da produção cultural também constituem tarefas para a geografia cultural. Como poder simbólico na sociedade de classes, a ideologia se apropria e reproduz o espaço para legitimar e sustentar a dominação de classes. (COSGROVE e JACKSON, 2011, 128).

556

O complexo de Machadinho um conjunto que envolve o casarão em ruínas, as antigas senzalas reformadas, a capela, o armazém reformado, a Casa de Artes, o Memorial – propiciam uma discussão sobre a paisagem e a cultura, envolvendo a relação entre arquitetura e paisagem que expressa o que Berque denominou de “a natureza trajetiva do meio”, no qual onde diversas escalas temporais coexistem metaforicamente em toda a realidade, onde a paisagem é a manifestação sensível de uma determinada escala do espaço. Esta relação estabelece uma unidade entre sujeito e objeto, unidade na qual a realidade não pode ser pensada nem como objeto nem como sujeito, mas como trajeto perpétuo entre os dois termos, trajeto implicando concomitantemente uma causalidade sequencial (objetiva) e uma qualidade projetiva (metafórica) (BERQUE apud HOLZER, 2008, 162).

Dentre os múltiplos olhares que se voltam para a transformação da paisagem, processo que ocorre na Comunidade de Machadinho, a perspectiva da natureza trajetiva do meio permite um ponto de vista que se utilize com rigor do método fenomenológico. Esse enfoque nos remete para o seguinte aspecto:

O passado pode ser inventariado a partir dos vestígios arquitetônicos. A paisagem está repleta de artefatos. Ela própria é uma composição, e justaposição, de artefatos, que são repositórios de história e memória. A paisagem pode nos informar sobre a paleopaisagem, cuja estrutura se matem, ajudando-nos a identificar os vestígios materiais que fazem parte da memória local. Aqui a história cumpre seu papel de nos



informar no momento atual as principais referências que o passado nos legou (HOZER, 2008, 162).

Ao observar as imagens da paisagem de Machadinho (Imagem 2), sublinha-se que o estudo dos artefatos edificados, ou seja, da arquitetura, era insuficiente para a compreensão do relacionamento intersubjetivo desta com outros elementos (por exemplo, – o sincretismo religioso, o terreiro de umbanda em frente a capela de Santo Antônio e Nossa Senhora do Patrocínio, o jongo<sup>3</sup>, as festas da comunidade). – sendo estes confrontados com os fixos (pré)estabelecidos: o casarão, as antigas senzalas, a capela, uma vez que foram criados com finalidades diferentes das que possuem hoje, em alguns casos, com finalidades contrárias.

Trata-se da paisagem vernacular, da qual Lewis *apud* Holzer (2008) define como “a das pequenas ocorrências, do cotidiano, dos fatos guardados na memória, das versões, dos vestígios, que vão permitir uma aproximação com a paisagem onde palpita o mundo vivido dos que lá estão e dos que lá estiveram. Ele nos fala da trajeção” (HOLZER, 2008, 163).

As diretrizes propostas para análise enfatizam a descrição das trajeções que podem ser observadas na paisagem. Nesse percurso, entende-se trajeção como apreensão das concepções relativas aos lugares onde as pessoas vivem, a natureza da qual são familiares e as paisagens que observam e modelam. Ela – a trajeção - se refere ao constante movimento, à dialética entre a ação humana e o ambiente, enfocada a partir da produção dos edifícios e dos assentamentos na paisagem. Essa dinâmica é tida como o movimento reversível de dar forma ao mundo, na apropriação recíproca de um povo e um país, da humanidade e da Terra (HOLZER, 2008, 164)

Um primeiro momento de trajeção pode ser apontado no período da escravidão, no qual as atividades econômicas<sup>4</sup> estavam concentradas na produção agrícola, sobretudo, da cana-de-açúcar. Herdeiros de uma elite agrária constroem em Machadinho um engenho de açúcar junto com a residência dos senhores e as senzalas. Nesse período,

<sup>3</sup>O jongo é percebido como uma forma de expressão poética, musical e coreográfica, praticado por comunidades localizadas na Região Sudeste que se identificam como herdeiras dos negros escravos. Na realização do jongo forma-se uma roda de dançarinos e em seu centro um solista (jongueiro) puxa os cantos (pontos), respondidos em coro pelos participantes.

<sup>4</sup>Refere-se as atividades econômicas porque elas permitem que se observe momentos em que ocorreram sucessivas trajeções.



as senzalas – moradia dos escravos – representavam um lugar de dominação, de desconforto, sendo apreendida como o símbolo da escravidão. Em contrapartida, o casarão – moradia dos senhores de engenho – representava o poder de uma elite agrária, que mantinha o seu status por meio do trabalho escravo. A capela, o símbolo do catolicismo, era uma forma de catequizar os escravos.

Com o passar do tempo, o engenho é desativado no ano de 1877, por ter entrado em funcionamento o Engenho Central. Em 1936 a, então, Fazenda Machadinho é vendida para o dono do Engenho Central e a casa grande passa a ser a casa do administrador e as senzalas servindo de moradia para os trabalhadores da usina.

Ainda hoje, convivem naquele mesmo espaço esses mesmos fixos citados acima, juntamente com outros objetos criados. Contudo, a funcionalidade e a intencionalidade não são as mesmas. Mas a antiga matriz e suas marcas persistem numa paleopaisagem e numa arquitetura vernacular que mantêm graças a identidade cultural que a comunidade possui com relação aquele espaço. Tanto a paisagem quanto as edificações, consideradas aqui como as antigas senzalas, o casarão em ruínas, a capela, são relíquias que expressam mais do que o modo de vida dos que ali habitavam. Elas expressam o modo como essas pessoas pensavam, se relacionavam com o seu mundo, como se comunicavam entre si e com outros assentamentos. Permite que, a partir da descrição e análise dos artefatos, se observe a natureza trajetiva da paisagem.

Compartilha-se do ponto de vista de Hall que a identidade:

[...] plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, 13).

Em outras palavras, a identidade é algo formado, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. Nesse



sentido, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento (HALL, 2006, 38).

A paisagem cultural que se tem no século XXI em Machadinha manifesta a identidade de um grupo humano e isso se ratifica por meio dos tipos de casas, pela predominância da etnia negra, pelas danças, pela culinária típica como o “mulato velho” - a feijoada dos escravos - e até mesmo pelo sincretismo religioso e o bater de tambores nos terrenos e, enfim, pela identidade cultural presente na população.

Um dos trabalhos de campo realizou-se no dia da festa de Preto Velho que ocorre no dia 13 de maio. Pode-se perceber toda dinâmica da comunidade para a elaboração da festa. Cabe ressaltar que não houve interferência da Prefeitura, era uma festa simples e organizada totalmente pelo grupo humano residente na área. Preparou-se uma culinária típica, chamada de feijoada dos escravos, que foi distribuída para todos que quisessem e comparecessem na festa a noite. Trata-se de uma festa tradicional em Machadinha, que vem ocorrendo ao longo do tempo, o que expressa mais uma vez a identidade com a cultura negra.

Essa [identidade cultural] é sublinhada ao conversar com os moradores<sup>5</sup> desta comunidade, uma vez que expressam o orgulho de sua cultura, de seu modo de vida, o sentimento de pertencimento pelo lugar de origem, o sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade, que se contrapõe ao espaço indiferente, abandonado à medida do geômetra. Os lugares vividos e do bem-estar são abrigos, aposentos e refúgios. Comumente, as pessoas tendem a entender o canto do mundo no qual habitam como o único favorável, sem pretensão alguma de adotar um estilo de vida pós-moderno. Neste sentido, com aspectos positivos e negativos, o que está distante de seu espaço vivido tem pouco ou nenhum valor (MELLO, 2001, 88).

Isso faz da Comunidade de Machadinha um lugar único, onde as pessoas se orgulham de um passado opressor e dolente, que cantam nos jongos a força de seus antepassados de lutar e expressar os valores culturais trazidos de seus países de origem e

---

<sup>5</sup>Esse sentimento de pertencimento ao lugar se revela a cada discurso dos moradores, como se observa na frase de Seu Ignácio da Silva “Machadinha é a minha vida, daqui só saio *pro* cemitério [...] amo esse lugar e já estou aqui por volta dos trinta anos e nunca tive vontade de sair, quando os homens da prefeitura reformam aqui, quiseram botar a gente lá pra Penha, mas a gente não aceitou não, nem sair daqui por uns tempo” (Entrevista aos moradores).



até mesmo contra um sistema devastador como o da escravidão. Com o decorrer dos séculos, suas heranças culturais se mantêm presente, a peculiaridade de conservar o patrimônio material e imaterial do período da colonização regional do município de Quissamã. Cosgrove sublinha que:

Nos estudos culturais, a história é substituída pelo *passado*, pela *memória*, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como os fenômenos vividos e significativos. Uma série de estudos recentes, tanto na geografia cultural quanto na própria história, revelou o grau em que a memória é social, tanto quanto individual: “as relações sociais da memória [são] a memória das relações sociais”, e são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar. [...] então os momentos do tempo têm uma flexibilidade e arbitrariedade similares, alcançando uma significação e uma conexão através dos espíritos que os habitam (COSGROVE, 1999, 23 e 24)

560

Essa discussão nos mostra que a paisagem é um gênero de espaço produzido, representado e vivido e que a produção da paisagem não pode ser divorciada do modo e do objetivo da representação desta (SARMENTO, 2008, 132). Logo, esse exercício de interpretar a paisagem-marca e a paisagem-matriz torna-se fundamental para entender como se delineou o modo de vida num determinado lugar em cada período de tempo, como salienta Paulo César da Costa Gomes:

As representações criam seus sistemas, quadros próprios, carregados das tintas de cada momento e embebidos nos contextos de cada lugar ou grupo social. As representações expressam escolhas a partir de princípios de significação que lhes são próprios e também transitórios, ambíguos e polimorfos, ou, como gostamos de dizer atualmente, complexos. Quando discutimos a partir de obras de arte, sejam elas pinturas, mapas, fotografias etc., devemos indagar o universo mesmo dessas representações e não nos voltarmos para uma pretensa realidade da qual essas representações se aproximariam ou se afastariam (GOMES, 2008, 193), (grifos nossos).

Dessa forma, enquanto as marcas visíveis representam o objeto da geografia e precisam ser descritas sob critérios fisionômicos para o registro, os elementos culturais



invisíveis, como a cultura e a religião (que não pertencem à natureza da paisagem), apenas serão contemplados para explicar e analisar a paisagem (SEEMANN, 2004, 68).

### **Breve histórico dos royalties e da Participação Especial**

Este estudo se dispõe a analisar as implicações da indústria do petróleo relacionadas às perdas e ganhos na Comunidade Quilombola de Machadinho, no município de Quissamã, por abrigar tais investimentos. Este município apresenta uma súbita riqueza originada pelo pagamento volumoso de royalties e participações especiais.

Este estudo embora pouco explorado no conjunto da literatura voltada ao setor petrolífero, tem se manifestado como uma preocupação cada vez em maior número das solicitações ao corpo técnico das administrações públicas locais e de institutos de pesquisa para a realização de estudos e diagnósticos sobre os impactos provocados pela implantação das atividades do setor que possam subsidiar políticas de desenvolvimento local (PIQUET, 2007, 15).

Os *royalties* são uma compensação financeira prevista em lei, a Lei 7.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, que revoga a Lei 2.004/53 e cria a Agência Nacional do Petróleo (ANP), aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos de administração direta da União, pelo resultado da exploração de petróleo e gás natural, pelas empresas. É uma remuneração feita mensalmente à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não-renováveis.

A participação especial, prevista no artigo 50 da Lei do Petróleo, é uma participação adicional aos royalties incidente sobre os campos com grandes volumes de produção ou grande rentabilidade. Diferentemente dos royalties, cuja base de cálculo é a receita bruta e a periodicidade mensal, a Participação Especial incide trimestralmente sobre o lucro do campo, sendo permitido deduzir, na apuração de tal lucro, os itens previstos no parágrafo primeiro do artigo 50 da Lei do petróleo (GUTMAN, 2007, 38).

As normas de distribuição das rendas petrolíferas demonstram que em função da presença de um forte determinismo físico nas regras de rateio dessas rendas vem sendo forjado um quadro de elevada concentração espacial de receitas públicas nas regiões petrolíferas nacionais. A Lei 7.523 de 22 de julho de 1986 define com maior precisão a





categoria de beneficiários confrontantes. Estes seriam os estados, territórios e municípios contíguos à área marítima delimitada pelas linhas de projeção dos respectivos limites territoriais até a linha de limite da plataforma continental, onde estiverem situados os poços (SERRA, 2007, 78 e 86).

O autor critica a ausência de critérios para rateio dos royalties, constituindo-se num desafio imposto aos municípios impactados pela atividade petrolífera é aplicar suas rendas advindas do petróleo em investimentos que minimizem a tendência de esvaziamento econômico, quando do esgotamento das jazidas. Desafio que, por mais condicionado que esteja a determinações políticas, pode ser minimizado a partir da introdução de critérios para rateio dessas rendas entre os municípios que, em algum grau, sejam subsidiados por avaliações periódicas sobre a efetiva aplicação desses recursos (SERRA, 2007, 103)

Seguindo mais de perto as contribuições de Serra:

Observa-se que das extremidades de cada município litorâneo partem dois pares de retas. Esses pares representam dois tipos distintos de projeções marítimas dos limites municipais: as projeções ortogonais e as paralelas. O par de retas representando as projeções dos limites ortogonais que partem de determinado município garante geometricamente que os poços localizados em seu interior tenham o mesmo município como o território continental mais próximo. Tal solução não atende, absolutamente, a qualquer fundamento econômico para repartição das indenizações entre os municípios. Isto porque não há, a princípio, qualquer relação entre a distância física que separa o poço petrolífero e o município confrontante e a intensidade da presença de capitais petrolíferos nos municípios beneficiários (SERRA, 2007, 86).

Dessa forma, a legislação brasileira referente à distribuição dos royalties se apresenta extremamente generosa com os municípios que abrigam empreendimentos do setor. Os cofres públicos desses municípios nada têm a reclamar, pelo contrário, têm a agradecer. A questão que se levanta é em relação às demandas e exigências dirigidas às administrações públicas locais que aplicam de modo inadequado esses fartos recursos que lhes são repassados, sem que representem melhorias para a população e sem um efetivo controle quanto ao meio ambiente.

Ampliando essa discussão, Piquet (2012) salienta que:



Há também um baixo grau de interesse sobre a importante questão da distribuição das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais). Se entre 1986 e 1997 esse debate não despertou interesse, ficando restrito às regiões produtoras, por ser diminuta a ordem da grandeza das cifras envolvidas, com a lei do Petróleo de 1997 o panorama foi radicalmente alterado. A multiplicação das rendas petrolíferas, patrocinada pelo novo dispositivo legal, praticamente “inundou” certos municípios com os pagamentos de *royalties* e *participações especiais*. Mesmo assim o tema continuou a não receber atenção proporcional a sua importância, indicando haver grande distância entre a relevância da matéria e o alcance do debate. A indústria de petróleo e gás, entretanto, é capaz de produzir alterações significativas na especialização da riqueza nacional e deflagra dois tipos de impactos nos territórios em que se localiza: os diretamente ligados à atividade industrial e os que decorrem do recebimento das compensações financeiras pagas, pois a legislação brasileira define como “produtor” todo município que seja confrontante com poços em operação no mar, mesmo que não tenha em seu território nenhum equipamento da indústria do setor. Contudo, a natureza de seus impactos será distinta caso a exploração seja desenvolvida em terra ou no mar, em regiões ínvias ou já ocupadas; se pertencentes ao segmento de exploração e produção (E&P) ou do refino (PIQUET, 2012, p. 247 e 248).

Os *royalties* são tidos como um impacto positivo, para dotar os orçamentos públicos com recursos passíveis de serem destinados a um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento de problemas gerados pela indústria e ao desenvolvimento do Estado e municípios. Por se tratar de volumosos recursos financeiros, uma destinação feita de forma incorreta pode gerar sérios impactos, como cooptação, clientelismo, corrupção e cultura provinciana (GUTMAN, 2007, p. 36). Serra e Gobetti (2012) corroboram essa discussão:

É possível, contudo, considerar alguns argumentos em favor de algum benefício especial às unidades da Federação onde estão concentradas as atividades petrolíferas: a maior parte dos impactos imediatos (socioeconômicos e demográficos) do desenvolvimento da atividade petrolífera são sentidos pelas regiões produtoras, embora também haja impactos positivos, como a ampliação do emprego e da base tributável local; as regiões produtoras podem enfrentar maiores necessidades de investimento em infraestrutura ou incorrer em custos ambientais decorrentes das atividades petrolíferas (SERRA E GOBETTI, 2012, p. 175 e 176).



Considerando a legislação petrolífera, há critérios intergeracionais para a aplicação dos royalties, o que gera a necessidade de colocar o assunto em evidência e promover espaços de discussão do tema. Esses devem ser aplicados em projetos de três dimensões, que preparem o município e as gerações futuras para quando o petróleo terminar, que gerem riqueza alternativa de modo sustentável para substituir a riqueza exaurida e que contribuam para a justiça intergeracional (PETROBRÁS, 2012, 50).

Serra (2007) concorda esses critérios:

Nossa posição culmina na defesa de uma interpretação desses instrumentos como financiadores de políticas de promoção da justiça intergeracional, dado que sua incidência recai sobre a extração de um recurso finito. Sendo este nosso posicionamento, a esfera central de governo seria aquela capaz de coordenar e operar, com vantagens em relação às esferas de governo subnacionais (GSNs), políticas de promoção de justiça intergeracional, como, por exemplo, a montagem de um fundo para financiamento de P&D no campo das fontes alternativas de energia (SERRA, 2007, 78).

### **A Comunidade Quilombola de Machadinha a luz dos impactos da indústria do petróleo**

A Comunidade Quilombola de Machadinha passa a ter visibilidade e assim ser denominada com o advento dos royalties do petróleo no município de Quissamã. Todavia a questão intrigante era se usar os royalties para forjar uma identidade cultural quilombola é uma forma de emancipação ou de torná-la ainda mais subserviente ao poder público local (família Carneiro da Silva), que como já foi dito anteriormente, se mantém no poder, grosso modo, desde o período colonial.

A paisagem, então, se torna uma acumulação material, o que está relacionado a uma nova visão de cultura. A cultura não constituiria um domínio fechado, mas uma indústria. É no campo do dinheiro e das mercadorias e na circulação do capital que devemos tentar desvelar a complexidade da cultura. Embora, ela não se reduza ao dinheiro e ao capital, apenas, é considerada um sistema de poder. (SARMENTO, 2008, 133). As palavras abaixo de Cosgrove evidenciam uma possibilidade que representa a questão da elite Carneiro da Silva:



O estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, às vezes, é chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade, etnicidade (COSGROVE, 2004, 105).

Nesse contexto, Mello explana que os agentes do poder, em detrimento de seus próprios interesses, eriam símbolos ou mesmo apropria-se daqueles já existentes, para legitimar novas vias de compreensão de um passado triunfante ou a reconstrução de lendárias geografias:

o Estado e os grupos dominantes constroem artérias, parques e monumentos em diversas escalas, bem como inventam rituais que possam perpetuar sua relevância e um passado de glórias. Esses e outros emblemas manifestam-se como veículos de ações do poder constituído e manutenção do *status quo*, contribuindo, igualmente, para legitimar novas vias de compreensão de um passado triunfante ou a reconstrução de lendárias geografias. Trata-se, por seu turno, de uma maneira de as elites ratificarem o papel dos símbolos por elas criados ou mesmo apropriados. A memória pública, por sua vez, impregnada pela ideologia oficial, envolve-se em meio à emoção, aderência e posse, assimilando e comungando com os símbolos impostos. Mas as determinações oficiais do capital não restringem as nossas experiências no espaço e no lugar. Nesse contexto, os indivíduos e os grupos sociais, por vezes, reagem, recriando com sabedoria, simplicidade ou mesmo galhofa novos significados. A academia tem negligenciado esse canal relevante para a compreensão do entendimento desse saber popular, no qual os mundos vividos surgem dessa construção intelectual que deriva de nossas relações de posse com os artefatos. Mas a força vernacular floresce e ecoa, consagrando a memória simbólica dos lugares (MELLO, 2008, 174).

Mello salienta alguns símbolos da cidade do Rio de Janeiro, como o Corcovado, o Cristo Redentor, os Arcos da Lapa e Copacabana, analisando-os enquanto símbolos oficiais e vernaculares. Mostrando que manter os símbolos, significa manter o poder. O Cristo Redentor, por exemplo, deriva de uma ambição da Igreja Católica, temendo perder privilégios políticos, revela a “legitimação para o fortalecimento da Igreja na



República”. Mas para o senso comum é um símbolo do Rio de Janeiro que de braços abertos parece abençoar a cidade, configurando fraternidade e amparo (Mello, 2010, 268).

Assim acontece com as antigas senzalas e o papel das elites Carneiro da Silva e Queirós Matoso em Machadinho/Quissamã, aproveitando-se destas (paisagem-marca) um símbolo da escravidão para servir aos interesses da manutenção do poder de uma elite política que perpetua-se hegemonicamente, grosso modo, desde o período imperial. As posições adotadas pela Prefeitura - tê-los deixado ali mesmo com o fechamento da usina, uma vez que as antigas senzalas eram usadas como casas para os trabalhadores da usina juntamente com seus familiares; reformar as senzalas e ainda oferecer benefícios financeiros e serviços prestados a Prefeitura Municipal de Quissamã, além de fazer dessa paisagem um atrativo para o turismo cultural – ratificam esse ponto de vista.

Em 2008, a Prefeitura reformou as senzalas, ampliou alguns cômodos e até construiu banheiros, porque até este marco os moradores faziam suas necessidades fisiológicas no canal da antiga usina de Quissamã. Além disso, contrata os dançarinos de jongo para apresentarem o ritual em eventos públicos ou até mesmo fora do município. Sem contar, com a criação de uma empresa de limpeza de rua, do restaurante, do armazém e do memorial com o intuito de não se ter naquele espaço um elevado índice de população economicamente inativa como em pouco tempo atrás, com o fechamento da usina<sup>6</sup>.

Fala-se então em uma tradição inventada, normalmente regulada por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tentasse estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBOWN, 1994, 10).

Nesse contexto, a configuração da Comunidade Quilombola de Machadinho é bastante curiosa: ela se implanta sobre duas matrizes. Encontra-se na paisagem uma antiga casa de fazenda em ruínas que simboliza a (aparente) queda do poder da elite

<sup>6</sup> Informações obtidas através das entrevistas realizadas aos moradores da Fazenda Machadinho e a Secretária de Cultura, Rossana.



agrária local. Ao mesmo tempo em que se têm ali, as antigas senzalas reformadas e acaloradas devido, sobretudo, a identidade dos negros com aquele lugar.

Dessa forma, não se pretende negar neste ensaio que há uma cultura peculiar que a faz diferente do município como um todo. Mas a forma que se tem gerido os processos políticos de desenvolvimento local, a hipótese defendida é de que essa comunidade possui baixo nível de organização, de informação e de autonomia política, razão pela qual é presa de um discurso clientelista e paternalista proveniente do poder público local que bloqueia o discernimento desses sujeitos políticos e o acesso às instâncias e processos democráticos de participação cidadã e controle social dessa renda. Procura-se assim contribuir a elucidar o problema e, por meio da educação ambiental crítica, contribuir a mitigar os impactos negativos da aplicação da renda petrolífera no território Quilombola de Machadinho.

Acredita-se que para reverter a situação acima é necessário um maciço trabalho educativo apoiado numa intensa reflexão republicana que destaque a importância da participação social qualificada como movimento que permite fazer com que a comunidade avance no exercício democrático das formas instituídas de controle social, ou seja, que colabore para que a comunidade se qualifique e integre politicamente e participe de forma mais ativa na vida pública dos municípios.

Isso pode ser potenciado fortalecendo estratégias de educação ambiental aplicadas à gestão pública local. Uma proposta de intervenção educativa que se caracteriza, nesse aspecto, como uma influência do movimento que vê a educação como elemento de transformação social, inspirada no fortalecimento do exercício da cidadania, voltada para a superação dos conflitos ambientais mediante o exercício crítico e ampliado da cidadania como princípios fundamentais para a superação dos diversos problemas decorrentes do impacto ambiental da indústria do gás e petróleo na Bacia de Campos.

A opção política pela aplicabilidade dos royalties levou a um conjunto de transformações nesse objeto de estudo, destacando-se a restauração e ampliação das senzalas, implementação de alguns projetos, como o “Raízes do Sabor”, a formação de um grupo de jongo e fado para as apresentações públicas. Lifschitz (2011) afirma que:





O projeto [Raízes do Sabor] consistiu em “recriar” a comida típica dos escravos. Partindo de uma bricolagem em que se combinavam algumas receitas simples [...] foram-se incorporando ingredientes e temperos de geografia local até conseguirem elaborar um verdadeiro “repertório da gastronomia dos escravos”. As comidas que resultaram dessa colagem cultural podem ser degustadas na própria Machadinho, em visitas de turismo cultural, festividades e eventos organizados pela Prefeitura. O projeto foi eleito pela UNESCO um dos dez melhores do estado. [...] Em 2005, a Prefeitura contratou uma ONG para preparar um grupo de fado e jongo da comunidade para as apresentações públicas. O grupo tinha sido organizado pela própria ONG a partir dos saberes de alguns moradores, como dona Cheiro e seu Tidio. [...] Surge assim o jongo de Machadinho, com aproximadamente 30 componentes, três tambores e uma clivagem geracional significativa: do grupo fazem parte a antiga geração e um conjunto de aproximadamente quinze adolescentes. (LIFSCHITZ, 2011, p.130, 131).

Quissamã apresenta algumas nuances obscuras ao se tratar da administração dos *royalties* de petróleo. Embora a receita orçamentária renda per capita de Quissamã seja a mais alta dos municípios petrorentistas abordados pelo Projeto NEA-BC (Tabela 1), a realidade econômica dos moradores de Machadinho se distancia abruptamente desse montante. Além da concentração de terras e renda serem fatores comuns ao município.

<b>TABELA II - RELAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA X POPULAÇÃO X RECEITA PER CAPITA - 2010</b>			
<b>Cidade</b>	<b>Receita Total (R\$ milhões)</b>	<b>População</b>	<b>Receita per capita</b>
Arraial do Cabo	R\$ 91.000.000	28.010	R\$ 3.248,84
Búzios	R\$ 161.356.372	28.279	R\$ 5.705,87
Cabo Frio	R\$ 610.972.877	190.787	R\$ 3.202,38
Campos dos Goytacazes	R\$ 2.044.461.698	468.087	R\$ 4.367,70
Carapebus	R\$ 80.236.161	13.697	R\$ 5.857,94
Casemiro de Abreu	R\$ 218.093.488	36.360	R\$ 5.998,17
Macaé	R\$ 1.604.548.765	212.433	R\$ 7.553,20
Quissamã	R\$ 212.608.348	20.747	R\$ 10.247,67
Rio das Ostras	R\$ 602.864.574	110.992	R\$ 5.431,60
São João da Barra	R\$ 339.231.831	33.136	R\$ 10.237,56

Fonte: elaboração própria.

Destaca-se ainda que a receita orçamentária quissamaense possua uma dependência de aproximadamente 56% (Tabela 2), no período entre 1999 e 2011, dos recursos provenientes dos *royalties* de petróleo.



<b>TABELA III– DEPENDÊNCIA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS INDENIZAÇÕES PETROLÍFERAS – MUNICÍPIOS DA OMPETRO – MÉDIA 1999 a 2011</b>		
1º	65,5%	Rio das Ostras
2º	63,0%	Campos dos Goytacazes
3º	56,3%	Quissamã
4º	55,7%	São João da Barra
5º	52,7%	Carapebus
6º	48,3%	Casemiro de Abreu
7º	45,0%	Macaé
8º	44,6%	Búzios
9º	39,1%	Cabo Frio
10º	16,1%	Arraial do Cabo

Fonte: elaboração própria.

Os dados acima apenas reflete a necessidade de diversificação econômica e a ineficiência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de riquezas que gerem uma alternativa aos petrodólares, como é o caso da política de turismo cultural explorada na Comunidade Quilombola de Machadinha.

## BIBLIOGRAFIA

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, 84-91.

COSGROVE, Denis. Geografia cultural do milênio. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, 17-48.

\_\_\_\_\_, A geografia está em toda parte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, 92-106.

COSGROVE, D. E. e JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 135-146.

GOMES, Paulo César da Costa. Cenário para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 187-210.



GUTMAN, José. Participações governamentais: passado, presente e futuro. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. (orgs). *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 35-76.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Erick; RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. A trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 155-172.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. *Como o Ibama exerce a educação ambiental*. Coordenação geral de educação Ambiental – Brasília: edições IBAMA, 2002.

LIFSCSHITZ, Javier Alejandro. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MELLO, João Baptista Ferreira de. “Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, 87-101.

\_\_\_\_\_. Simbólicas datas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL; Zeny. (orgs.). *Temas e caminhos da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 261-276.

PETROBRÁS, *Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC*. Rio de Janeiro: SOMA, 2012.

PIQUET, R. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs). *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 15-34.

Quintas, J. S; GOMES, P. M; UEMA, E. E. *Pensando e praticando a educação no Processo de Gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento*. Brasília: IBAMA, 2005.

SARMENTO, João. “Temas diversos David Harvey e a geografia cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 107-154.



SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis na geografia cultural? In: *Espaço e Cultura*, v.1, n. 17-18. Rio de Janeiro: UERJ, jan-dez 2004, 65-75.

SERRA, R. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobre financiamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs). *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 77-110.



## **OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ORDEM DO DIA: UMA ANÁLISE, A PARTIR DA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA AMBIENTAL, ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE UBU – MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES**

RANGEL, Tauã Lima Verdan

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*

Bolsista Capes

*taua\_verdan2@hotmail.com*

572

### **RESUMO**

Verifica-se, sobretudo nas últimas décadas, o desenvolvimento de um discurso pautado na preocupação com o esgotamento e exaurimento dos recursos naturais, em especial aqueles dotados de valor econômico, a exemplo das matrizes energéticas (petróleo). Em um cenário de achatamento da população, sobretudo aquela considerada como vulnerável, diante das ambições de desenvolvimento econômico, constrói-se um ideário de justiça ambiental, buscando, a partir de um crescimento que conjugue anseios econômicos com preservação socioambiental, assegurar a conjunção de esforços a fim de minorar os efeitos a serem suportados. Justamente, nesta delicada questão, o presente debruça-se, ambicionando explicitar o fenômeno da industrialização vivenciada pelos pequenos e médios centros urbanos, alçado à condição de agravamento da injustiça social, aguçando, ainda mais, os passivos socioambientais a serem suportados pelas populações diretamente afetadas pelo empreendimento.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Econômico. Meio Ambiente Urbano. Justiça Ambiental.

### **ABSTRACT**

There is, especially in recent decades, the development of a speech grounded in concern for the depletion and exhaustion of natural resources, especially those endowed with economic value, like the energy matrices (oil). In a scenario of flattening of the population, especially those considered vulnerable, given the ambitions of economic development, is constructed an ideology of environmental justice-seeking, from a longing that combines economic growth with environmental preservation, ensure the combined efforts to alleviate the effects to be supported. Precisely, this delicate question, this focuses, aiming to explain the phenomenon of industrialization experienced by small and medium-sized urban centers, raised to the condition of worsening social injustice, sharpening, even more, the social and environmental liabilities to be borne by the population directly affected by the project.

**Key-words:** Economic Development. Urban Environment. Environmental Justice.



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decorrer das últimas décadas, em especial a partir de 1980, os temas associados à questão ambiental passaram a gozar de maior destaque no cenário mundial, devido, em grande parte, com a confecção de tratados e diplomas internacionais que enfatizaram a necessidade da mudança de pensamentos da humanidade, orientado, maiormente, para a preservação do meio ambiente. Concomitantemente, verifica-se o fortalecimento de um discurso participativo de comunidades e grupamentos sociais tradicionais nos processos decisórios. Observa-se, desta maneira, que foi conferido maior destaque ao fato de que a proeminência dos temas ambientais foi içada ao *status* de problema global, alcançado, em sua rubrica, não apenas a sociedade civil diretamente afetada, mas também os meios de comunicação e os governos de diversas áreas do planeta. Tal cenário é facilmente verificável na conjunção de esforços, por partes de grande parte dos países, para minorar os impactos ambientais decorrentes da emissão de poluentes e os adiantados estágios de degradação de ecossistemas frágeis.

Nesse passo, a industrialização de pequenos e médios centros urbanos, notadamente nos países subdesenvolvidos, encerra a dicotomia do almejado desenvolvimento econômico, encarado como o refulgir de uma nova era de prosperidade em realidades locais estagnadas e desprovidas de dinamicidade, e a degradação ambiental, desencadeando verdadeira eco-histeria nas comunidades e empreendimentos diretamente afetados. Por vezes, o discurso desenvolvimentista utilizado na instalação de indústrias objetiva, em relação à população diretamente afetada, expor tão somente os aspectos positivos da alteração dos processos ambientais, suprimindo as consequências, quando inexistente planejamento prévio, socioambientais. Ora, os conflitos socioambientais, advindos do agravamento da injustiça ambiental experimentada por comunidades, dá ensejo à discussão acerca do embate entre os princípios constitucionais do desenvolvimento econômico e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, ambos alçados à condição de elementos para materialização da dignidade da pessoa humana.





## 2 O ESPAÇO URBANO EM UMA PERSPECTIVA AMBIENTAL: A AMBIÊNCIA DO HOMEM CONTEMPORÂNEO EM ANÁLISE

Inicialmente, ao adotar como ponto inicial de análise o meio ambiente e sua relação direta com o homem contemporâneo, necessário faz-se esquadrihar a concessão jurídica apresentada pela Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (2013), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Aludido diploma, ancorado apenas em uma visão hermética, concebe o meio ambiente como um conjunto de condições, leis e influências de ordem química, física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Nesse primeiro momento, salta aos olhos que o tema é dotado de complexidade e fragilidade, eis que dialoga uma sucessão de fatores distintos, os quais são facilmente distorcidos e deteriorados devido à ação antrópica.

José Afonso da Silva (2009, p. 20), ao traçar definição acerca de *meio ambiente*, descreve-o como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2012, p. 77), por sua vez, afirma que a concepção definidora de meio ambiente está pautada em um ideário jurídico despido de determinação, cabendo, diante da situação concreta, promover o preenchimento da lacuna apresentada pelo dispositivo legal supramencionado. Trata-se, com efeito, de tema revestido de maciça fluidez, eis que o meio ambiente está diretamente associado ao ser humano, sofrendo os influxos, modificações e impactos por ele proporcionados. Não é possível, ingenuamente, conceber, na contemporaneidade, o meio ambiente apenas como uma floresta densa ou ecossistemas com espécies animais e vegetais próprios de uma determinada região; ao reverso, é imprescindível alinhar o entendimento da questão em debate com os anseios apresentados pela sociedade contemporânea. Nesta linha, o Ministro Luiz Fux, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº. 4.029/AM, já salientou que:

[...] o meio ambiente é um conceito hoje geminado com o de saúde pública, saúde de cada indivíduo, sadia qualidade de vida, diz a Constituição, é por isso que estou falando de saúde, e hoje todos nós sabemos que ele é imbricado, é conceitualmente geminado com o próprio desenvolvimento. Se antes nós dizíamos que o meio ambiente é compatível com o desenvolvimento, hoje nós dizemos, a partir da Constituição, tecnicamente, que não pode haver



desenvolvimento senão com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. A geminação do conceito me parece de rigor técnico, porque salta da própria Constituição Federal. (BRASIL, 2013b).

Pelo excerto transcrito, denota-se que a acepção ingênua do *meio ambiente*, na condição estrita de apenas condensar recursos naturais, está superada, em decorrência da dinamicidade da vida contemporânea, içado à condição de tema dotado de complexidade e integrante do rol de elementos do desenvolvimento do indivíduo. Tal fato decorre, sobretudo, do processo de constitucionalização do meio ambiente no Brasil, concedendo a elevação de normas e disposições legislativas que visam promover a proteção ambiental. Ao lado disso, não é possível esquecer que os princípios e corolários que sustentam a juridicidade do meio ambiente foram alçados a patamar de destaque, passando a integrar núcleos sensíveis, dentre os quais as liberdades públicas e os direitos fundamentais. “Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as normas de proteção ambiental são alçadas à categoria de normas constitucionais, com elaboração de capítulo especialmente dedicado à proteção do meio ambiente” (THOMÉ, 2012, p. 116).

Diante do alargamento da concepção do meio ambiente, salta aos olhos que se encontra alcançado por tal acepção o espaço urbano, considerado como a ambiência do homem contemporâneo, o qual encerra as manifestações e modificações propiciadas pela coletividade no habitat em que se encontra inserta. Trata-se, doutrinariamente, do denominado meio ambiente artificial ou meio ambiente humano, estando delimitado espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações e congêneres, denominado, dentro desta sistemática, de espaço urbano fechado, bem como pelos equipamentos públicos, nomeados de espaço urbano aberto, como salienta Fiorillo (2012, p. 79). Extraí-se, desse modo, que o cenário contemporâneo, refletindo a dinamicidade e complexidade do ser humano, passa a materializar verdadeiro habitat para o desenvolvimento do indivíduo. Neste sentido, inclusive, Talden Farias descreve que:

O meio ambiente artificial é o construído ou alterado pelo ser humano, sendo constituído pelos edifícios urbanos, que são os espaços públicos fechados, e pelos equipamentos comunitários, que são os espaços públicos abertos, como as ruas, as praças e as áreas verdes. Embora esteja ligado diretamente ao conceito de cidade, o conceito de meio ambiente artificial abarca também a zona rural, referindo-se simplesmente aos espaços habitáveis pelos seres humanos, visto que neles os espaços naturais cedem lugar ou se integram às edificações urbanas artificiais. (FARIAS, 2009, p. 07).



É possível, assim, caracterizar o meio ambiente artificial como fruto da interferência da ação humana, ou seja, “aquele meio-ambiente trabalhado, alterado e modificado, em sua substância, pelo homem, é um meio-ambiente artificial” (BRITO, 2013). Neste cenário, o proeminente instrumento legislativo de tutela do meio ambiente humano, em um plano genérico, está assentado na Lei Nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, conhecido como “Estatuto da Cidade”, afixando os regramentos e princípios influenciadores da implementação da política urbana, de maneira que a cidade extrapole sua feição de apenas um grupamento de indivíduos em um determinado local, passando a desempenhar a função social. Fiorillo (2012, p. 467), ao tratar da legislação ora mencionada, evidencia que aquela “deu relevância particular, no âmbito do planejamento municipal, tanto ao plano diretor (art. 4º, III, a, bem como arts. 39 a 42 do Estatuto) como à disciplina do parcelamento, uso e ocupação do solo”.

Com efeito, um dos objetivos da política de desenvolvimento urbano previsto no artigo 182 da Constituição Federal, são as funções sociais da cidade, que se realizam quando se consegue propiciar ao cidadão qualidade de vida, com concretização dos direitos fundamentais, e em consonância com o que disciplina o artigo 225 da Carta Magna, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. E as funções sociais da cidade se concretizam quando o Poder Público consegue dispensar ao cidadão o direito à habitação, à livre circulação, ao lazer e ao trabalho. Ora, “dado ao conteúdo pertinente ao meio ambiente artificial, este em muito se relaciona à dinâmica das cidades. Desse modo, não há como desvinculá-lo do conceito de direito à sadia qualidade de vida” (FIORILLO, 2012, p. 549), tal como o direito à satisfação dos valores da dignidade humana e da própria vida.

O meio ambiente humano passa a ser dotado de uma *ordem urbanística*, consistente no conjunto de normas, dotadas de ordem pública e de interesse social, que passa a regular o uso da propriedade urbana em prol da coletividade, da segurança, do equilíbrio ambiental e do bem-estar dos cidadãos. “A ordem urbanística deve significar a institucionalização do justo na cidade. Não é uma ‘ordem urbanística’ como resultado da opressão ou da ação corruptora de latifundiários e especuladores imobiliários, porque aí seria a desordem urbanística gerada pela injustiça” (MACHADO, 2013, p. 446). Nesta perspectiva, está-se diante de um nível de planejamento que objetiva estabelecer patamares mínimos de organização do uso dos diversos



fragmentos de um determinado recorte espacial, atentando-se para as potencialidades e capacidades inerentes aos sistemas ambientais desse espaço, sobretudo na ambiência urbana que, devido à complexidade a população, apresenta interseções peculiares. Ao lado disso, não é possível deixar de destacar que os ambiente urbanos tendem a ser diretamente influenciados e modificados pela realidade social.

Trata-se de uma significação em busca por uma *ordem* na utilização do espaço sob planejamento, de maneira que assegure a integridade ambiental, a manutenção dos serviços ambientais, a reprodução de seus recursos e “a manutenção dentro de uma trajetória evolutiva ‘estável’ (o que significa não criar um desequilíbrio irreversível que leve à degradação da paisagem). Enfim, é a busca pela sustentabilidade na utilização do espaço” (VICENS, 2012, p. 197). Ultrapassa-se, diante do painel pintado, a concepção de que os centros urbanos, por sua essência, são apenas aglomerados de indivíduos, por vezes, estratificados em decorrência de sua condição social e econômica. Absolutamente, ainda que esteja em um plano, corriqueiramente, teórico, é possível observar que a preocupação em torno das cidades foi alçada à condição de desenvolvimento de seus integrantes, passa a sofrer forte discussão, em especial quando a temática está umbilicalmente atrelada aos processos de remoção de comunidades ou, ainda, alteração do cenário tradicional, a fim de comportar os empreendimentos industriais.

### **3 O FENÔMENO DA INDUSTRIALIZAÇÃO COMO ELEMENTO AGRAVADOR DA INJUSTIÇA AMBIENTAL: O EMBATE ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

O modelo de desenvolvimento liberal, estruturado no de individualismo econômico e mercado, consistindo na confluência de articulações entre a propriedade privada, iniciativa econômica priva e mercada, passa a apresentar, ainda na década de 1960, os primeiros sinais da problemática socioambiental. “Esse modelo de crescimento orientado por objetivos materiais e econômico puramente individualista, regido por regras jurídicas de natureza privada, dissociou a natureza da economia, alheando desta, os efeitos devastadores dos princípios econômicos na natureza” (FRAGA, 2007, p. 02). Entre o final da década de 1960 até 1980, o discurso, envolvendo a questão ambiental, explicitava a preocupação com o esgotamento dos recursos



naturais que eram dotados de maior interesse econômico, sobretudo no que se referia à exploração do petróleo. Verifica-se, neste primeiro contato, que a questão do meio ambiente estava cingida à preocupação com a sobrevivência da espécie humana, num aspecto puramente econômico.

Diante da possibilidade do exaurimento dos recursos naturais dotados de aspecto econômico relevante, é possível observar uma crise civilizatória advinda não apenas da escassez daqueles, à proporção que são degradados, mas também em decorrência do modelo econômico adotado, o qual, por seu aspecto, desencadeou um desequilíbrio ambiental maciço colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, assim como, na trilha dos efeitos produzidos, o aumento do desemprego pela mecanização dos meios de produção, a miséria e a marginalidade social. O processo predatório ambiental potencializa um cenário caótico urbano, verificado, sobretudo, nos grandes centros, com formação de comunidades carentes e favelas, reduto da população marginalizada, constituindo verdadeiro bolsão de pobreza.

Conforme Lester R. Brown (1983, p. 05), as ameaças à civilização são provocadas pela erosão do solo a deterioração dos sistemas biológicos e esgotamento das reservas petrolíferas, além do comprometimento de elementos essenciais à existência humana, como, por exemplo, acesso à água potável. Aludidas ameaças desencadeiam tensões ambientais que se concretizam em crises econômicas, causadas pela dependência de alguns países dos produtos alimentícios oriundos de outros países, bem como das fontes de energia produzidas pelos combustíveis fósseis. É possível, neste cenário, verificar que a crise socioambiental, surgida nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, devido à mecanização dos meios de produção e a dependência de recursos naturais, em especial matrizes energéticas (petróleo), de outros países, forneceu o insumo carecido para a construção da justiça ambiental, advinda da criatividade dos movimentos sociais forjados pela luta da população afrodescendente que protestava contra a discriminação causada pela maior exposição desta população aos lixos químicos, radioativos e indústrias geradoras de poluentes. Selene Herculano coloca em destaque:

Por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas [...] Complementarmente, entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa



renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis. (HERCULANO, 2002, p. 03).

Pela moldura ofertada pela justiça ambiental, infere-se que nenhum grupo de pessoas, seja em decorrência de sua condição étnica, raciais ou de classe, suporte ma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. “Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedade desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 09). Diante do exposto, o termo *justiça ambiental* afigura-se como uma definição aglutinadora e mobilizadora, eis que permite a integração de dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, corriqueiramente dissociados nos discursos e nas práticas. “Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente ao processo de globalização e reestruturação produtiva que provoca perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como todo” (ACSELRAD; HERCULANO, PÁDUA, 2004, p. 18).

Neste quadrante, mais que uma expressão do campo do direito, *justiça ambiental* assume verdadeira feição de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeito e entidades, ais como associações de moradores, sindicatos, grupos direta e indiretamente afetados por diversos riscos, ambientalistas e cientistas. Joan Martínez Alier (2007, p. 35) colocou em destaque que, “até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem”, conquanto o ecologismo popular, também denominado de ecologismo dos pobres, constituam denominações aplicadas a movimentos populares característicos do Terceiro Mundo que se rebela contra os impactos ambientais que ameaçam a população mais carente, que constitui a ampla maioria do contingente populacional em muitos países. É aspecto tradicional dessas movimentações populares, a base camponesa cujos campos ou terras destinadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra os barcos de alta tecnologia ou outras foram de pesca industrial que impacta diretamente o ambiente marinho em que desenvolve a atividade; e, ainda, por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades diretamente atingidas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo das instalações industriais poluidoras.





Ao lado disso, em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem peculiares, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente, passando a configurar os anseios da população diretamente afetada, revelando-se, por vezes, ao pavilhão que busca minorar ou contornar um histórico de desigualdade e antagonismo que se arrasta culturalmente. Trata-se, pois, de um discurso pautado na denúncia de um quadro de robusta injustiça social, fomentado pela desigual distribuição do poder e da riqueza e pela apropriação, por parte das classes sociais mais abastadas, do território e dos recursos naturais, renegando, à margem da sociedade, grupamentos sociais mais carentes, lançando-os em bolsões de pobreza. É imperioso explicitar que os aspectos econômicos se apresentam, no cenário nacional, como a flâmula a ser observada, condicionando questões socioambientais, dotadas de maior densidade, a um patamar secundário.

A partir das ponderações articuladas, verifica-se, no território nacional, o aparente embate entre a busca pelo desenvolvimento econômico e o meio ambiente ecologicamente equilibrado torna-se palpável, em especial quando a questão orbita em torno dos processos de industrialização, notadamente nos pequenos e médios centros urbanos, trazendo consigo a promessa de *desenvolvimento*. Neste aspecto, a acepção de “desenvolvimento” traz consigo um caráter mítico que povoa o imaginário comum, especialmente quando o foco está assentado na alteração da mudança social, decorrente da instalação de empreendimentos de médio e grande porte, promovendo a dinamização da economia local, aumento na arrecadação de impostos pelo Município em que será instalada e abertura de postos de trabalho.

“O grande atrativo aos centros urbanos faz com que o crescimento se dê de forma desordenada, gerando diversos problemas cuja solução passa pela implementação de políticas públicas, necessariamente antecedidas de um planejamento” (ARAÚJO JÚNIOR, 2008, p. 239). Constata-se, com clareza, que o modelo econômico que orienta o escalonamento de interesses no cenário nacional, sobrepuja, de maneira maciça, valores sociais, desencadeando um sucedâneo de formas de violência social, degradação ambiental e aviltamento ao indivíduo, na condição de ser dotado de dignidade e inúmeras potencialidades a serem desenvolvidas. Todavia, não é mais possível examinar as propostas de desenvolvimento econômico desprovida de cautela, dispensando ao assunto um olhar crítico e alinhado com elementos sólidos de



convicção, notadamente no que se refere às consequências geradas para as populações tradicionais corriqueiramente atingidas e sacrificadas em nome do desenvolvimento econômico.

Não é mais possível corroborar com a ideia de *desenvolvimento* sem submetê-la a uma crítica efetiva, tanto no que concerne aos seus modos objetivos de realização, isto é, a relação entre aqueles residentes nos locais onde são implantados os projetos e os implementadores das redes do campo do desenvolvimento; quanto no que concerne às representações sociais que conformam o *desenvolvimento* como um tipo de ideologia e utopia em constante expansão, neste sentido um ideal incontestável [...] O *desenvolvimento*— ou essa crença da qual não se consegue fugir —carrega também o seu oposto, as formas de organização sociais que, muitas vezes vulneráveis ao processo, são impactadas durante a sua expansão. É justamente pensando nos atores sociais (KNOX; TRIGUERO, 2011, p. 02).

É imperioso conferir, a partir de uma ótica alicerçada nos conceitos proporcionados pela justiça ambiental, uma ressignificação do conceito de desenvolvimento, alinhando-o diretamente à questão ambiental, de maneira a superar o aspecto eminentemente econômico do tema, mas também dispensando uma abordagem socioambiental ao assunto. A reestruturação da questão “resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010, p. 108). Salta aos olhos que o processo de reconstrução de significado está intimamente atrelado a uma reconstituição dos espaços em que os embates sociais florescem em prol da construção de futuros possíveis. Justamente, neste espaço a temática ambiental passa a ganhar maior visibilidade, encontrado arrimo em assuntos sociais do emprego e da renda.

Tal fato deriva da premissa que o acentuado grau de desigualdades e de injustiças socioeconômicas, tal como a substancializada política de omissão e negligência no atendimento geral às necessidades das classes populares, a questão envolvendo discussões acerca da (in)justiça ambiental deve compreender múltiplos aspectos, dentre os quais as carências de saneamento ambiental no meio urbano, a degradação das terras usadas para a promoção assentamentos provenientes da reforma agrária, no meio rural. De igual modo, é imperioso incluir na pauta de discussão o tema, que tem se tornado recorrente, das populações de pequenos e médios centros urbanos diretamente afetados pelo recente fenômeno de industrialização, sendo, por vezes, objeto da política de remoção e reurbanização. Ora, é crucial reconhecer que os moradores dos subúrbios e periferias urbanas, nas quais os passivos



socioambientais tendem a ser agravados, em razão do prévio planejamento para dialogar o desenvolvimento econômico e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É mister que haja uma ponderação de interesses, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, conversando com os interesses econômicos e a necessidades das populações afetadas de terem acesso ao meio ambiente preservado ou, ainda, minimamente degradado, de modo a desenvolverem-se, alcançando, em fim último, o utópico, porém sempre recorrido, conceito constitucional de dignidade humana. O sedimento que estrutura o ideário de desenvolvimento sustentável, como Paulo Bessa Antunes (2012, p. 17) anota, busca estabelecer uma conciliação a conservação dos recursos ambientais e o desenvolvimento econômico, assegurando-se atingir patamares mais dignos e humanos para a população diretamente afetada pelos passivos socioambientais. Paulo Affonso Leme Machado destaca, ao esquadrihar o conceito de desenvolvimento sustentável, que:

O antagonismo dos termos – desenvolvimento e sustentabilidade – aparece muitas vezes, e não pode ser escondido e nem objeto de silêncio por parte dos especialistas que atuam no exame de programas, planos e projetos de empreendimentos. De longa data, os aspectos ambientais foram desatendidos nos processos de decisões, dando-se um peso muito maior aos aspectos econômicos. A harmonização dos interesses em jogo não pode ser feita ao preço da desvalorização do meio ambiente ou da desconsideração de fatores que possibilitam o equilíbrio ambiental (MACHADO, 2013, p. 74).

De outro modo, denota-se que o fenômeno de industrialização, em especial atividades mineradoras e petrolíferas, nos pequenos e médios centros urbanos tem apresentado um discurso pautado no desenvolvimento. Trata-se, com efeito, de uma panaceia, na qual a possibilidade de injeção de capital na realidade local, proveniente da ampliação do aumento de arrecadação de tributos, tal como a *disfarçada* promessa de geração de postos de emprego e dinamização da economia, tem afigurado como importante pilar para o apoio de tais processos. “É assim que a força econômica das grandes corporações transformou-se em força política – posto que eles praticamente habilitaram-se a ditar a configuração das políticas urbanas, ambientais e sociais” (ACSELRAD, 2006, p. 31), obtendo o elástico das normas com o argumento de sua suposta capacidade de gerar emprego e receitas públicas.

Neste aspecto, ao suprimir variáveis socioambientais, em especial a remoção de populações para comportar a instalação de empreendimentos industriais, tende a agravar, ainda mais, o quadro delicado de antagonismos sociais, nos quais a vulnerabilidade das populações



diretamente afetadas agrava o cenário de injustiça ambiental. A população, sobretudo aquela colocada à margem da sociedade, constituinte das comunidades carentes e favelas que materializam os bolsões de pobreza dos centros urbanos, é desconsiderada pela política econômica, alicerçada na atração do capital que, utilizando sua capacidade de escolher os locais preferenciais para a instalação de seus investimentos, forçando as populações diretamente afetadas a conformar-se com os riscos socioambientais produzidos pelo empreendimento instalado na proximidade de suas residências, alterando, de maneira maciça, o cenário existente. Tal fato decorre, corriqueiramente, da ausência das mencionadas populações de se retirarem do local ou “são levadas a um deslocamento forçado, quando se encontram instaladas em ambientes favoráveis aos investimentos” (FRAGA, 2007, p.08).

A atuação das empresas é subsidiada pela ação do governo, no sentido de apresentar ações e conjugação esforços para o denominado *desenvolvimento sustentável*, agindo sob o argumento do mercado, objetivando promover ganhos de eficiência e ativar mercados, ambicionando evitar o desperdício de matéria e energia. Concretamente, a lógica em destaque não prospera, mas sim padece diante de um cenário no qual, devido à industrialização e instalação de empreendimentos, sem o prévio planejamento, há o agravamento da injustiça ambiental, em especial em locais nos quais a vulnerabilidade da população afetada é patente, havendo o claro sacrifício daquela em prol do desenvolvimento local. “A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 10).

#### **4 IMPRESSÕES ACERCA DA INSTALAÇÃO DA INDÚSTRIA MINERADORA NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES: UM DIÁLOGO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INJUSTIÇA AMBIENTAL**

As consequências advindas da instalação de indústrias e empreendimentos econômicos, sobretudo nos pequenos e médios centros urbanos, não produzem efeitos tão somente com a ampliação econômica dos Municípios, mas também desencadeia uma sucessão de consequências socioambientais, em razão do aumento dos bolsões de pobreza e do



agravamento da questão ambiental. Diante deste cenário, no qual o agravamento da injustiça ambiental é observável, volta-se um olhar examinador para a realidade vivenciada no diminuto Distrito de Ubu, Município de Anchieta-ES, que já apresenta aspectos característicos próprios de um desenvolvimento econômico sem planejamento, produzindo questões socioambientais dotadas de complexidade. Tal fato decorre da premissa que o desenvolvimento econômico conjugado ao crescimento urbano desordenado, sobretudo nas comunidades periféricas, produz um cenário caótico, em virtude da ausência de políticas públicas e de infraestrutura.

A situação encontrada, atualmente, nas grandes cidades decorre da adoção de um modelo urbanístico vigente no Brasil, o qual se divide em duas searas distintas, a saber: a cidade oficial, que compreende as áreas, devidamente, registradas em órgãos municipais, e a cidade periférica, que alcança os territórios ocupados de maneira desorganizada, nos quais se observa a concentração das populações periféricas e o inchaço dos bolsões de pobreza. Nos pequenos e médios centros urbanos, a população oculta tende a florescer nos locais em que o Poder Público tem sua atuação mais frágil, notadamente nos distritos afastados e comunidades tradicionais. Assim, verifica-se que a população do distrito de Ubu, quando comparada à população que se encontra localizada na sede do Município de Anchieta-ES, desenvolve-se à margem daquela. Constata-se, justamente, nos núcleos urbanos periféricos, à margem dos padrões estruturados pelos núcleos urbanos convencionais, o confronto entre a preservação ambiental e a urbanização; o desenvolvimento econômico e a estruturação de políticas públicas afirmativas; a exploração dos recursos naturais e a recuperação da dignidade/identidade das comunidades diretamente afetadas pelos passivos socioambientais produzidos. Defronta-se, no caso concreto, o voraz embate entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, sendo que aquele, impulsionado por declarado apoio dos Administradores Público, tende a ser privilegiado.

Ao lado disso, “não é possível tomar a "comunidade" como uma entidade homogênea, mas é preferível interpretá-la como um agregado dinâmico de atores submetidos a pressões sociais e ambientais semelhantes, com recursos e motivações diversas” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013). Existe uma relação direta entre as comunidades periféricas, estruturadas a partir do fortalecimento econômico dos núcleos urbanos, e as áreas ambientais consideradas como frágeis, tais como a beira de córregos, rios e reservatórios. Ora, não é possível olvidar que as áreas consideradas mais frágeis, tanto no que se refere à questão ambiental, como no que tange à problemática social, são ocupadas pelos fluxos migratórios desprovidas de condições econômicas mínimas, os quais tendem a se acomodar à margem do



centro urbano oficial. Floresce, com efeito, uma cidade oficiosa, à margem da cidade oficial, constituída por indivíduos atraídos pelo discurso desenvolvimentista propiciado pela instalação de indústrias e empreendimentos econômicos, que, não tendo mínimo apoio do Poder Público, passam a desenvolver uma regulamentação pautada em aspectos próprios.

No mais, áreas ambientais passam a ser diretamente afetadas pela instalação humana desordenada, o que, com efeito, acarreta uma série de complicadores, atrelados diretamente à degradação ambiental. Ilustrativamente, como bem informa o Mapa da Injustiça Ambiental, fomentado pela Fundação Oswaldo Cruz (2013), no distrito de Ubu, o progresso decorrente da instalação do mineroduto estava afetando diretamente as áreas de apicuns, que são terrenos formados por sedimentos arenosos margeando as áreas do ecossistema manguezal, podendo aparecer em variadas dimensão e desempenham, ecologicamente, papel importante, eis que são os locais em que se verifica a ocorrência de guaiamuns e outras espécies animais. Outro exemplo de deterioração ambiental é a Lagoa Mãe-Bá, já extremamente afetada pela atividade minerária desenvolvida pela Samarco Mineradora, instalada no distrito de Ubu, e que, em razão da instalação dos novos empreendimentos industriais, apresenta prognósticos pessimistas.

585

A lagoa Mãe-bá é um exemplo desse processo, já que outrora era responsável por parte significativa do abastecimento da sede municipal, e hoje está quase que completamente inviabilizada para consumo humano devido a despejo de rejeitos do processo de pelletização desenvolvido pela Samarco. [...] O Fórum Permanente de Defesa de Meaípe é uma dessas entidades que se caracterizam pela luta contra a expansão da Samarco em Anchieta e pela mitigação dos impactos socioambientais da empresa ao sul capixaba. Apesar de Meaípe se situar em Guarapari, os municípios desta também sofrem as consequências das externalidades do processo de pelletização e do incremento do tráfego costeiro. Em 07 de março de 2005, por exemplo, a entidade encaminhou denúncia ao Ministério Público Estadual (MPE/ES), solicitando que este agisse contra a instalação da 3ª usina de pelletização da Samarco. Entre as irregularidades apontadas pelo Fórum estavam: (1) a contaminação da lagoa Mãe-Bá por metais pesados, inclusive alta concentração de mercúrio; (2) a utilização do braço norte da referida lagoa como parte da barragem de rejeitos da empresa, inviabilizando-a para outros usos, como o abastecimento de água à população, ou para a manutenção da fauna lacustre; (3) impactos indiretos sobre o bairro anchietense de Maimbá - segundo a entidade, as atividades da Samarco contribuíram para o crescimento desordenado do local com reflexos sobre os índices de violência, criminalidade, incremento do tráfico de drogas e poluição; (4) emissão descontrolada de material particulado - segundo o Fórum, esta estaria acima dos índices permitidos pelo CONAMA. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013)





Trata-se de situação agravada pela ausência de planejamento urbano, eis que os pequenos e médios centros não estão adaptados ao surgimento de comunidades à margem da cidade oficial. As consequências dessa desorganizada ocupação dos núcleos urbanos ocultos são conhecidas: enchentes; assoreamento dos cursos de água, em decorrência do reiterado desmatamento e ocupação das margens; desaparecimento das áreas verdes para atender o fluxo migratório que se instalar nas áreas periféricas; desmoronamento de encostas, em razão da instalação não planejada. Meirelles (2000) frisa que a situação tende a piorar com o surgimento de epidemias sazonais, como as que ocorrem durante o verão. Ora, há que se reconhecer que o processo de industrialização não se dá em regiões no qual a elite social esteja instalada, mas sim em locais que a vulnerabilidade da população local é algo patente. No mais, a situação descrita no distrito de Ubu, Município de Anchieta-ES, retrata, em uma escala local, a variável que se repete em outras regiões que vivem o fenômeno da industrialização, qual seja: o discurso do desenvolvimento econômico como o único mecanismo de melhoria da situação apresentada pelo município afetado. Selene Herculano, com bastante pertinência, destaca que:

586

Os desastres ambientais não se resumem, porém, à dita fúria dos elementos da natureza. Há aqueles causados pela ação humana direta: vazamentos de produtos tóxicos e explosões, tanto em processos industriais quanto em operações de transporte. Estes desastres ambientais da ação humana direta também podem assumir tanto a forma aguda, abrupta, de algo que ocorre de repente, quanto a forma gradual, continuada, como, por exemplo, o envenenamento de trabalhadores agrícolas pelo manuseio constante de agrotóxicos e pesticidas. O lançamento e o abandono propositais de resíduos tóxicos e perigosos em terrenos baldios, nas margens de estradas vicinais de áreas pobres, são outros exemplos de um verdadeiro processo de construção social gradual e paulatina de catástrofes (HERCULANO, s.d.).

Guerra & Cunha (2006 p. 39) <sup>destacam que</sup>, nas situações em que o crescimento urbano não é acompanhado pela ampliação equitativa dos investimentos em infraestrutura e democratização do acesso aos serviços urbanos, é uma tendência que as desigualdades socioespaciais sejam produzidas ou, quando existentes, se agravem. Essa realidade é, facilmente, verificável nos centros urbanos em que há exploração de empreendimentos econômicos de grande porte, eis que, embora haja um aumento significativo da arrecadação, inexistente planejamento que dialogue o desenvolvimento econômico com as questões socioambientais. A busca é o aumento da arrecadação e a promessa do desenvolvimento da economia local pelo Município, sem que haja qualquer atenção aos impactos socioambientais a



serem produzidos. Neste aspecto, a recente onda de industrialização dos pequenos e médios municípios, sobretudo nas regiões sul e sudeste tende a agravar, ainda mais, o quadro de disparidade social, tornando crônico o quadro de injustiça ambiental.

“O governo capixaba e a administração municipal de Anchieta tendem a priorizar o desenvolvimento econômico e social em detrimento das condições de equilíbrio e justiça socioambiental” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013). Dessa forma, a instalação de novas plantas logísticas e industriais é prioridade, independente dos custos socioambientais e das externalidades que gerem. Por isso, há constantes críticas por parte das organizações sociais quanto ao modo como se conduz o processo de licenciamento ambiental destes empreendimentos e no desempenho do papel fiscalizador e ordenador do espaço que estaria reservado ao Estado. Diante deste painel, é observável que o emblemático exemplo da situação apresentada pelo Distrito de Ubu, no Município de Anchieta, ilustra, com bastante pertinência. Ora, o desenvolvimento econômico, em um cenário caracterizado pela inexpressividade de receita, floresce como a panaceia de desenvolvimento do Município, tanto no que se refere ao crescimento almejado, sobretudo na ordem econômica, como em criação de postos de emprego.

587

## 5 CONCLUSÃO

Ainda incipiente, a discussão consciente dos processos de industrialização e instalação de empreendimentos econômicos com potencial poluidor elevado, à luz de uma moldura caracterizada pela justiça ambiental, faz-se necessária. Em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem caracterizadores, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente. Ao lado disso, em um território dotado de uma intrincada e complexa realidade social, na qual a segregação advinda da constituição de populações carentes, renegadas à margem da sociedade, formando bolsões de pobreza, é algo cada vez mais corriqueiro, salta aos olhos que o agravamento da injustiça social é uma realidade tangível, fruto da concentração histórica de renda e a suplantação de um contingente populacional robusto, atraído por promessas de desenvolvimento econômico, por meio da geração de postos de emprego e o aumento na



arrecadação de tributos. Sobretudo nas áreas urbanas mais frágeis, despidas de planejamento urbano, as quais passam a ser ocupadas desordenadamente por aqueles atraídos pela esperança de melhoria nas condições sociais vivenciadas. Ao dispensar uma análise para o paradigmático caso retratado, pelo mapa da injustiça ambiental, atinente ao Distrito de Ubu, Município de Anchieta-ES, verifica-se que o papel desempenhado pela Mineradora Samarco, em relação à população diretamente afetada, retratada, de maneira emblemática, os episódios de injustiça ambiental, eis que a busca pelo desenvolvimento econômico é tendencioso em agravar a peculiar situação vivenciada pela população diretamente afetada, sacrificando-os em prol do desenvolvimento local.

Em que pesem os discursos favoráveis e contrários ao desenvolvimento econômico propiciado pela Mineradora Samarco, não é possível esquecer que os passivos ambientais, tal como se observa na degradação da Lagoa Mãe-Bá e nos apicuns da região, reflete diretamente o crescimento desmedido, com ausência de planejamento. Tal cenário tende a desdobrar consequências, inclusive, para a população da região afetada e que, devido a práticas de agricultura e pesca, dependem diretamente da manutenção do equilíbrio meio ambiente. O apoio apresentado pelo Poder Público, aos mencionados empreendimentos, tão somente potencializa um cenário caótico de desigualdades, conferindo ao capital valor supramonetário, passando, inclusive a nortear os interesses políticos em detrimento do espectro social suportado pela população atingida. Neste sentido, diante dos aportes utilizados para subsidiar a argumentação em tela, verifica-se que os quadros de injustiça ambiental encontram sedimento amplo no território nacional, motivado, sobretudo, nos pequenos e médios centros urbanos, cujo histórico de concentração de renda e de inchaço da população menos abastada é algo característico da formação local, agravando, ainda mais, com a promessa de desenvolvimento e dinamicidade da economia.

## REFERÊNCIA

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 103-119. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em 30 ago. 2013.



\_\_\_\_\_. Território, localismo e política de escalas. In: \_\_\_\_\_; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra (orgs.). *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. WALDMAN, Maurício (trad.). São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ANTUNES, Paulo Bessa. *Manual de Direito Ambiental*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger de. Meio Ambiente Urbano, Planejamento e Cidadania. In: MOTA, Maurício (coord.). *Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 30 ago. 2013a.

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 30 ago. 2013b.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves. A hodierna classificação do meio-ambiente, o seu remodelamento e a problemática sobre a existência ou a inexistência das classes do meio-ambiente do trabalho e do meio-ambiente misto. *Boletim Jurídico*, Uberaba, ano 5, n. 968. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br>. Acesso em 30 ago. 2013.

BROWN, Lester R. *Por uma Sociedade Viável*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

FARIAS, Talden. *Introdução ao Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

FRAGA, Simone de Oliveira. *Justiça Ambiental como Espaço para Concretização da Cidadania*. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/download/7055/5031>. Acesso em 30 ago. 2013.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Mapas de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>. Acesso em 30 ago. 2013.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.3, n.1, Artigo 2, jan./abril 2008, p. 01-20. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod\_artigo=113>. Acesso em 30 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Desastres Ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. *Revista Nova América*, n. 111, s.d. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br>. Acesso em 30 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: *In: I Encontro Nacional da Anppas. ANAIS...*, 2002, Indaiatuba-SP, p. 01-15. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro\_anual/encontro1/gt/teoria\_meio\_ambiente/Selene%20Herculano.pdf>. Acesso em 30 ago. 2013.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. Quando o desenvolvimento *outsider* atropela o envolvimento dos *insiders*: um estudo do campo de desenvolvimento no litoral do ES. In: *I Circuito de Debates Acadêmicos. ANAIS...*, 2011, p. 01-20. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 30 ago. 2013.



MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 21 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MEIRELLES, Sérgio. A Explosão Urbana. *Revista Ecologia e Desenvolvimento*, 2000, ano 10, nº 85, p. 12-19. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br>>. Acesso em 30 ago. 2013.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. *Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011*. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

VICENS, Raúl Sanchez. Geografia da Paisagem e ordenamento ambiental. In: BARBOSA, Jorge Luiz; LIMONAD, Ester (orgs.). *Ordenamento Territorial e Ambiental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012.



## **REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS: O CASO DO CARLOS DIAS EM VIÇOSA-MG**

SILVA, Maristela Siolari da

*Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo DAU/UFV*  
siolari@ufv.br

FIGUEIREDO, Ana Luísa Silva

*Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo DAU/UFV*  
figueiredo.aluisa@gmail.com

FARIA, Jansen Lemos

*Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo DAU/UFV*  
jansenfaria@hotmail.com

591

### **RESUMO**

A segregação urbana fica nítida quando essas diferenças sociais são colocadas em primeiro plano: ela acontece por conta das disparidades e o resultado palpável são os bairros periféricos e comunidades de baixa renda, mais conhecidas como *favelas*. É possível entender a favela Carlos Dias como um território específico da cidade de Viçosa-MG, cujo histórico de formação é de conflitos com o poder público e privado. O trabalho foi desenvolvido através das metodologias de Pesquisa-Ação e Observação Participante. Pela análise das demandas e potencialidades do local foram definidos três eixos de trabalho: 1) Vias, Acessibilidade e Relação com o entorno; 2) Espaços de lazer e convívio e 3) Requalificação da Creche.

**Palavras-chave:** Favela, urbanização, cidade de médio porte.

### **ABSTRACT**

Urban segregation is clear when the social differences are placed in the foreground: it happens because the disparities and the results are the peripheral neighborhoods and low-income communities, better known as slums. It is possible to understand the slum Carlos Dias as a specific territory in Viçosa-MG, whose history is full of conflicts with the public and private. The work was developed through the methodologies of Action Research and Participant Observation. For the analysis of the demands and potentials of the local three areas of work were defined: 1) pathways, accessibility and relationship with the environment; 2) social and leisure spaces and 3) Rehabilitation of the Pre-School.

**Key-Words:** Slum, urbanization, medium cities.





## APRESENTAÇÃO

*Território* pode ser entendido como a apropriação de um espaço geográfico por um indivíduo ou um grupo de pessoas; estas barreiras e estes territórios podem ser físicos ou não. Quando é falado das diferenças sociais presentes na cidade, a noção de território é de suma importância. A segregação urbana fica nítida quando essas diferenças sociais são colocadas em primeiro plano: ela acontece por conta das disparidades e o resultado palpável são os bairros periféricos e comunidades de baixa renda, mais conhecidas como *favelas*.

Localizado na região central de Viçosa, a *favela* Carlos Dias está próximo a serviços essenciais como educação e saúde. Apesar disso, dados relacionados ao índice de desenvolvimento humano são muito baixos. As características físicas da comunidade foram norteadoras do projeto, bem como a implantação das habitações e traçado das vias já existentes. Como se trata de uma área com relevo acidentado há preocupação com a acessibilidade nas vias, drenagem urbana e qualidade das fundações das habitações. Este último fator exige outros processos de pesquisa, como coleta de amostras do solo para análise em laboratório e inspeções em obras que não foram realizadas neste trabalho.

Este trabalho teve como objeto de estudo as ocupações urbanas ilegais em cidades de médio porte, com recorte em Viçosa, Minas Gerais. A área de estudo é o bairro Carlos Dias, ou Sagrados Corações, popularmente chamado de *Rebenta Rabicho*. Como já apresentado, o nome que será utilizado ao longo deste trabalho será Carlos Dias. É possível entender o bairro Carlos Dias como um território específico da cidade, cujo histórico de formação é de conflitos com o poder público e privado, gerando grande segregação urbana e transformando-o em um bairro que gera má impressão por parte dos moradores de demais bairros da cidade.

## METODOLOGIA

Foram realizadas as seguintes atividades: revisão bibliográfica acerca dos temas *cidades, segregação urbana, identidade cultural, favelas, requalificação urbana*, relevantes para o estudo; observação das dinâmicas sociais *in loco* do Carlos Dias; estudos de caso para identificar propostas interessantes – soluções para problemas de áreas de construção irregular e o modo como as intervenções foram trabalhadas: arte urbana, praças de esportes e demais áreas de convívio e elaboração das diretrizes para a proposta de intervenção



Em vez de realização de entrevistas e aplicação de questionários com a população do bairro, foi desenvolvida através das metodologias de Pesquisa-Ação e Observação Participante e proposta da realização de conversas com moradores.

De acordo com a Pesquisa-Ação deve-se partir de algum ponto ou um projeto já em desenvolvimento na área de estudo e buscar aprimorá-lo. Desta forma, houve a inclusão dos projetos da Casa Cultural do Morro nestas práticas. O projeto *Um Bom Lugar* deu início a requalificação urbana do bairro. Ao longo das atividades do projeto vem havendo participação de outras pessoas – como as Crianças Arteiras e demais moradores do bairro – além da autora, esta que fica com a função de coordenar e analisar posteriormente o que foi realizado. Para o levantamento de dados serão utilizados dados levantados pelo *Projeto Memórias do Morro*, também desenvolvido na Casa Cultural do Morro, bem como a documentação deste processo.

A Observação Participante complementa a metodologia da Pesquisa-Ação, pois trabalha alguns aspectos que são pertinentes, devido ao envolvimento da autora com a comunidade Carlos Dias. Segundo Licia Valladares, é uma metodologia de trabalho que exige tempo e interação entre o pesquisado e o pesquisador. Foi desenvolvida por William Foote Whyte em seu trabalho *Sociedade de Esquina*, que trata da análise sociológica de um bairro degradado de Boston, chamado *Cornerville*. O autor percebeu que para realizar o estudo que desejava, deveria se tornar parte daquela comunidade para identificar as relações sociais de forma verdadeira e assim mudou-se para o local e realizou a pesquisa durante três anos. Retirou-se somente para redigir o livro supracitado, pois era necessário afastar-se, mudando-se para Chicago.

A pesquisa que originou este artigo tem caráter exploratório. E, para que fossem cumpridos os objetivos determinados, foram realizadas as seguintes atividades:

- Revisão bibliográfica acerca dos temas *idades, segregação urbana, identidade cultural, favelas, requalificação urbana*, relevantes para o estudo;
- Observação das dinâmicas sociais *in loco* do Carlos Dias;
- Estudos de caso para identificar propostas interessantes – soluções para problemas de áreas de construção irregular e o modo como as intervenções foram trabalhadas: arte urbana, praças de esportes e demais áreas de convívio.



## CIDADE, FAVELA E INTERVENÇÕES

### Cidade

*A cidade provém simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É ao mesmo tempo objeto da natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo, vivida e sonhada; a coisa humana por excelência.*  
(LÉVI-STRAUSS em Tristes Trópicos de 1955)

594

A síntese realizada por Lévi-Strauss acima responde a pergunta-título de Rolnik – o quê é cidade? – e abarca o que nela consiste. É possível entender as cidades a partir de cada ponto que foi elencado e que passa a ser uma interessante forma de análise para este trabalho. É importante ressaltar a presença do homem, que enquanto agente, está em todos estes pontos.

A cidade está sempre em transformação. Segundo Benevolo ela “não existiu sempre, mas teve início num dado momento da evolução social, e pode acabar, ou ser radicalmente transformada, num outro momento. Não existe por uma necessidade natural, mas uma necessidade histórica” (BENEVOLO, 2011, p.9). Com isso conseguimos entender que os processos históricos de criação, urbanização e transformação das cidades estão intrinsecamente vinculados à sua própria existência, e às condições de relação com o homem.

Mumford coloca que, antes de pensar em alguma ordenação urbana, o homem já se organizava em sociedade. “Situaremos em bases falsas todo o problema da natureza da cidade, se procurarmos apenas estruturas permanentes, amontoadas por trás de uma muralha” (MUMFORD, 2004, p.11). Desta forma, a relação de sociedade é o elemento fundamental. Porém, sempre foi importante ter um local de referência para o grupo, sejam nas cavernas, ou em abrigos, posteriormente. A cidade nasce do processo de sedentarização do homem, a partir do domínio permanente do território.

Com o desenvolvimento das grandes sociedades surgiram outras necessidades para os espaços, como louvar os deuses – que levou a criação de templos na antiguidade clássica – bem como a criação de espaços de debate como a *ágora* e o *fórum* romano. A necessidade de demonstração do poder, tanto da igreja como dos impérios, fez a cidade barroca organizar-se em espaços geometrizados. (BENEVOLO, 2011, p.9) Padrões geométricos também foram utilizados no planejamento e execução de cidades da América Espanhola.

O crescimento das cidades – por conta do aumento populacional e também êxodo rural – ocasionou, ao longo do tempo, mudanças estruturais que, devido pressão da economia,



tecnologia e cultura de massas somado a falta de planejamento e trocas de governantes, geraram problemas de transportes e fluxos. As cidades modernistas – muitas vezes só existentes enquanto projetos – vieram como resposta a estes problemas, tendo a setorização das principais atividades como base. Em seu livro *Pensando o Espaço do Homem*, Milton Santos faz uma reflexão sobre as concepções modernistas de cidade, dizendo: “era a glorificação do repetitivo, do feio, a serviço de uma reprodução mais rápida do capital” (SANTOS, 2009, p. 36). Sendo o modernismo o movimento que tratava a habitação como *máquina de morar*<sup>1</sup>, a cidade também ficaria à mercê do capital. Brasília foi construída de acordo com estes parâmetros, mas destratou dos trabalhadores que a construíram e que a mantêm alocados em cidades-satélite, muitas vezes construídas sem qualquer planejamento.

Apesar da tentativa de planejamento de cidades modernistas, Benevolo coloca, também, que partes das pesquisas modernistas foram aceitas pela sociedade contemporânea, e partes rejeitadas. As cidades que começaram a realizar projetos de planejamento urbano passaram a utilizar alguns desses pressupostos. Assim, se manteve a separação de zonas para cada função, reduzindo os inconvenientes que derivam da mistura das funções na cidade. Porém, o domínio das moradias individuais prevaleceu às grandes unidades de habitação propostas pelos modernistas, pois estas definem de modo forçado novas maneiras dos indivíduos se relacionarem. (BENEVOLO, 2011, p.657)

A preocupação com a desorganização das cidades gera a proposição de leis e projetos diferentes em cada país. No Brasil, o *Estatuto da Cidade* está em vigor desde 2001 e prevê, dentre 58 artigos, que todo município com mais de 20.000 habitantes deve realizar seu plano diretor, bem como aqueles que forem turísticos ou serão local de implantação de grandes empreendimentos. Mesmo assim, a maioria dos municípios brasileiros ainda não realizou o plano – mesmo com prazo de implantação de todos os instrumentos até 2006 – e grande parte dos que realizaram o fizeram de forma inadequada e não conseguiram realizar sua implementação. Desta forma há um ambiente propício ao crescimento da cidade de forma irregular e sem fiscalização. Assim:

<sup>1</sup> “Le Corbusier afirmou no começo do século passado que uma casa é uma máquina de morar. Ele exaltou as virtudes da máquina a vapor, do aeroplano, do silo. Pensem sobre isso: uma casa é uma máquina de morar. Um escritório é uma máquina de trabalhar. Uma catedral é uma máquina de orar. A perspectiva é aterradora, porque os arquitetos estão agora projetando para a máquina e não para as pessoas.” (MCDONOUGH, 2008 p.430)



Enquanto os urbanistas modernos consideravam essas manifestações do atraso, do irregular, do improviso, como “excepções” a serem suplantadas pelo progresso, o que se viu foi o contrário. A cidade planeada e a habitação regularmente projectada são minoria. Há uma expansão do ilegal sobre o legal, do informal sobre o formal, da exceção sobre a regra. Na urbanização desurbanizada, a exceção é a cidade, a norma é a emergência de um “planeta de favelas”. (ARANTES, 2008, p.5)

Quando Benevolo sugere uma transformação da cidade pode-se interpretá-la como a transição de cidade regular para cidade irregular. Segundo Carlos Leite “as pessoas nunca buscaram tanto se aglomerar. Em um planeta cada vez mais digital e virtual, nunca se buscou tanto o encontro físico, e as cidades foram tão atrativas” (LEITE, 2010, p.104).

Chegamos a outra questão abordada por Lévi-Strauss: a simultaneidade da cidade. Ela é simultânea porque é local onde tudo acontece ao mesmo tempo. É onde são feitas as trocas, dos grandes e pequenos negócios à interação social e cultural. (LEITE, 2010, p.104) A cidade oferece oportunidades que não existem no campo criando a ilusão de que são iguais as oportunidades para todos e todas. O sujeito que trabalha na terra vê a possibilidade de ascensão social de forma mais fácil na cidade do que no campo e se muda em busca desta melhora econômica. Porém, o que acontece na maioria dos casos é a alocação destas pessoas em subempregos e, por consequência, fixam residência em assentamentos irregulares e, muitas vezes, ilegais.

A população urbana aumentou significativamente ao longo do século XX: há 100 anos, apenas 10% da população mundial viviam em cidades. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, nos últimos 50 anos, o número de habitantes do mundo mais que duplicou, passando de 2 bilhões e 500 mil em 1950 e atingindo 7 bilhões em 2011. Atualmente, mais de 50% da população mundial moram em zonas urbanas. Em 2050, os dados apontam para que 75% vivam nas cidades. Além disso, nas próximas décadas as cidades de países em desenvolvimento concentrarão 80% da população urbana do planeta (LEITE, 2010, p.104). Para concluir os dados, em 2001 Os moradores de favela constituem espantosos 78,2% da população urbana dos países menos desenvolvidos e o total de um terço da população urbana global. (DAVIS, 2006, p.198)

Desta forma, o planejamento urbano municipal e regional se fazem importantes para resolver problemas e evitar com que outros se perpetuem. Os responsáveis pela ordenação do espaço são arquitetos e arquitetas.



O desenvolvimento das cidades ao redor do mundo se deu e continua ocorrendo de formas diferentes, muito por conta destes atores que se relacionam e vivem de acordo com suas respectivas culturas. Nos Estados Unidos e na Europa, como exemplifica Benévolo em seu *História da Cidade* (2011), há uma associação entre a administração tradicional e as concepções modernas que permitem um desenho urbano e de edificações razoavelmente acessíveis. Já nos demais países do mundo, esse desenvolvimento acontece de forma tão ou mais rápida que no exemplo anterior, mas, com uma diferença: a cidade ilegal já sobressai a legal.

O espaço urbano já não está restrito a imagem de um conjunto denso e definido de edificações. Pode ser entendido de maneira mais ampla como a predominância da cidade sobre o campo. (ROLNIK, 2004, p.11) A paisagem que era bem definida: aqui núcleo urbano e ali a natureza, agora já não é tão clara. A modificação desta paisagem está intrinsecamente ligada às mudanças socioeconômicas.

Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo (ROLNIK, 2004, p.11)

De acordo com dados do IBGE, em 2010 a população rural brasileira era de 29.821.150 habitantes e a população urbana era de 160.934.649 habitantes. Em termos de porcentagem, destes mais de 190 milhões de habitantes, apenas 15% residem na zona rural. Além disso, neste censo foi constatado que mais da metade dos brasileiros são negros ou pardos.

A realidade social enfrentada por trabalhadores rurais e suas famílias é diferente em muitos aspectos daquela enfrentada pelos operários dos setores industriais de ponta, ou então dos comerciários. Há diferenças de renda, de estilos de vida, de acesso às instituições públicas tais como escola, hospital, centros de lazer. (SANTOS, 2006, p.51)

É neste contexto que se faz importante o planejamento urbano e regional, sendo que muitas cidades partem para o *planejamento estratégico*<sup>2</sup> para sua execução.

<sup>2</sup> “Apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos ‘planos estratégicos’, vendidos às municipalidades latino-americanas, combinaram-se perfeitamente com o ideário neoliberal que orientou o ‘ajuste’ das





A cidade compreende diversas cidades, baseadas na ideia de centros. Ângelo Serpa argumenta: “todos os lugares, ao menos potencialmente, podem se constituir centros, por outro lado, uma hierarquia de centros – que pode ser lida nas mais diversas escalas – vai mostrar que há sempre lugares mais centrais que outros” (SERPA, 2011, p.98-99). Essa hierarquia pode ser produtora do conflito social.

Além do mais, as distinções entre as classes sociais nem sempre são tão nítidas na vida cotidiana como podem ser na definição acima. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que as grandes concentrações urbanas costumam registrar uma larga faixa de camadas sociais intermediárias, de limites imprecisos e características variadas, as quais são rotuladas de classes médias. (SANTOS, 2006, p.52)

598

Assim há uma grande camada da população que também acaba por ser excluída de serviços por conta das distâncias entre pontos da cidade. As dinâmicas urbanas atuais acarretam e intensificam os processos de segregação e exclusão das periferias e sua população. A dificuldade na locomoção urbana dos habitantes das comunidades periféricas, explicada pela geografia e pela falta de disponibilidade de serviços de ônibus intensificam a segregação urbana de acordo com a classe social.

## Favela

*Favela* é o nome dado a aglomerados urbanos irregulares em cidades. Para o IBGE, o conceito de favela se aplica a aglomerados subnormais com no mínimo 51 domicílios em situação fundiária de risco, com falta de infraestrutura básica e urbanista. (COSTA; NASCIMENTO, 2005, snp) E, segundo Benevolo, “cada nação chama de modo diferente estes bairros irregulares: *ranchos* na Venezuela, *barriadas* no Peru, favelas no Brasil, *bidonvilles* nos países de língua francesa, *ishish* no Oriente Médio” (BENEVOLO, 2011)<sup>3</sup>.

Além de fazer parte do nosso patrimônio cultural e artístico, as favelas se constituem através de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo

---

políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington” (MARICATO, 2008, p.57-58) que dentre outros abrangia os tópicos de priorização/racionalização dos gastos públicos, liberalização financeira e privatização.

<sup>3</sup> Grifos nossos.



singular, que não somente difere, ou é o próprio oposto, do dispositivo projetual tradicional da arquitetura e urbanismo eruditos, mas também compõe uma estética própria, uma estética das favelas, que é completamente diferente da estética da cidade dita formal e possui características peculiares. (JAQUES, 2001, snp)

Quando pensamos no Brasil, o imaginário nos leva aos complexos das grandes cidades, com a presença em massa das *favelas*. As primeiras ocupações urbanas em áreas ilegais registradas no país ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Podemos utilizá-la como exemplo para entender as grandes transformações urbanas que aconteceram no Brasil, observando o que a cidade sofreu para análise do processo de favelização nas demais cidades brasileiras.

No início do século XX, no mandato do prefeito Pereira Passos, foi proposto refazer o traçado de vias, alinhamento de fachadas e organização do transporte público coletivo, sendo necessária a demolição de muitas edificações e habitações. A partir desta situação os antigos moradores dessas edificações demolidas começam a se instalar em seu próprio local de trabalho, nos subúrbios ou – a alternativa para os menos favorecidos, nas encostas dos morros – formando as primeiras favelas (VAZ, 1994, p.588). Este processo não foi e nem é diferente em outras cidades. Desde os grandes centros urbanos como São Paulo e Brasília, como as inúmeras cidades do interior dos estados, cada qual com sua especificidade. Geraldo Browne, em sua dissertação de mestrado, comenta:

O processo acelerado de urbanização das cidades brasileiras é um fato, principalmente a partir da década de 50, contribuindo para formar e agravar um quadro de urbanização segregadora e excludente, existente desde os tempos coloniais. Em um curto espaço de tempo, novas áreas são incorporadas ao espaço urbano em forma de loteamentos – legais ou ilegais, clandestinos ou irregulares; mudanças de usos e formas de ocupação do solo urbano ocorrem nos diferentes espaços da cidade; e edificações são construídas, demolidas e transformadas a todo momento. (RIBEIRO FILHO, 1997)

Como resultado desses processos de territorialização, e pela disputa de poder – devido ao domínio de algum território – a cidade contemporânea pode ser caracterizada pela segregação. (NOVY, 2002). A desigualdade social muitas vezes é evidenciada pela qualidade das habitações encontradas em áreas de ocupação ilegal, sendo que por priorizar a construção



de um abrigo, o acabamento é deixado em segundo plano. A estética da favela é a *bricolagem*<sup>4</sup>.

### Intervenções

As intervenções nas cidades podem ocorrer de formas permanentes ou não. São resultantes de interesses de cunho cultural, social, sanitário, econômico ou político motivadas por referências e identidade, história urbana, sociabilidade e diversidade, infraestrutura inexistente e mudanças nos padrões sociodemográficos. (VARGAS, 2009)

No tópico *Cidades* deste trabalho foram elencados os processos de urbanização e crescimento das cidades. É interessante aqui fazer um resgate da preocupação com a elaboração de projetos expostas naquela parte. Como aponta Davis (2006), em 2001 os moradores de *favela* constituíam um terço da população urbana global. Com as projeções de crescimento das cidades também é de se esperar que esta razão cresça – e no Brasil isso não é diferente.

Quando se tratam de intervenções urbanas é importante “não ignorar nenhum grupo social, nenhuma forma de morar. A favela representa mais de 3% da população brasileira” (PASTERNAK, 2008, p.75). Além disso, as práticas e relações sociais ali existentes são fundamentais para o sucesso de qualquer operação.

O fenômeno do crescimento das cidades gera uma deterioração de muitas áreas urbanas. Do centro às periferias, a falta de planejamento urbano provoca ondas de valorização e desvalorização de certas áreas que determinam mudanças de fluxo e ocupação – o esvaziamento do centro e inchaço das periferias é o resultado deste processo. (ROLNIK, 2006, snp)

Segundo Raquel Rolnik, quando se tratam de áreas centrais, que apesar de serem dotados de infraestrutura básica, com ampla acessibilidade por transporte coletivo, acabam

<sup>4</sup> Aquele que "bricola", ao contrário do arquiteto, não vai diretamente ao objetivo, nem busca uma unidade, ele age de forma fragmentária através das idas e vindas de uma atividade não planejada, empírica. A bricolagem seria uma arquitetura do acaso, uma arquitetura sem projeto. A forma final é resultado do próprio processo construtivo, o objetivo principal do construtor é criar um abrigo. (JACQUES, 2001, snp)



por ser abandonados em prol da procura de novos lugares *em voga*, ficando desvalorizados pela lógica do mercado e pelo imaginário de nossa cultura urbana. E continua:

Reabilitar os centros [e outras áreas], segundo a estratégia de ampliar o espaço de urbanidade para todos, é, como sabemos, desafio de enorme complexidade. (...) Significa romper o paradigma de que requalificar é sinônimo de excluir qualquer traço da presença dos mais pobres – a não ser como garçons, porteiros ou artistas envolvidos em espetáculos que compõem o cenário, pessoas que evidentemente viverão bem longe dali, em alguma favela ou periferia precária. (ROLNIK, 2006, snp)

601

O espaço urbano deve ser de todos e para todos. Porém, negar a favela como parte da cidade é *invisibilizar* seus moradores.

Por isso, o histórico de intervenções urbanas em favelas mostra que por muito tempo o as ações eram voltadas para a sua extinção ou adequação formal ao padrão de habitação e modos de vida partilhados pelos espaços legitimados da cidade. Isso ocorreu porque a favela era entendida como um problema urbano que afeta o desenvolvimento e compromete a ordem social vigente.

Diante dessa expansão descontrolada da pobreza urbana, a tradicional política de remoções, ainda persistente, parece fazer cada vez menos sentido: no lugar da favela que sai, em dias forma-se outra. As iniciativas para tornar invisível a pobreza são, hoje, tecnicamente inócuas. Sem ter como varrê-la definitivamente para longe, mesmo os políticos conservadores perceberam que não se pode mais ignorá-la (ARANTES, 2008, p.3).

Assim, percebe-se que neste processo de urbanização os enfrentamentos e as formas organização de vida cotidiana dessa população não são contabilizadas. Os moradores da favela vêm historicamente se mobilizado no sentido de buscar melhorias de suas condições de moradia e, tem resistido a propostas com fins de acabar com a favela e degradar as condições de vida sob um discurso de melhorias dessas populações. As propostas desconsideram também os movimentos e as lutas dos favelados sem encontrar soluções para os problemas enfrentados.

## PROPOSTA E RESULTADOS

Para pensar a proposta de trabalho foi necessário o entendimento do papel do arquiteto em propostas de reurbanização de favelas. O arquiteto é o profissional que reorganiza espaços, melhora fluxos e trabalha a estética. Quando se trabalha com reurbanização de



favelas surgem inúmeros problemas que devem ser levados em consideração, mas que não são de responsabilidade do arquiteto. Para que uma ação de reurbanização seja eficiente devem ser pensadas propostas por uma equipe interdisciplinar – de médicos a arquitetos passando por geógrafos e cientistas sociais.

No âmbito da arquitetura é impensável projetar, nos dias de hoje, seja na escala urbana ou no nível arquitetônico, sem considerar as mudanças urbanas que ocorrem de forma, cada vez mais latente, com o planeta. William McDonough coloca que “se compreendermos que o projeto manifesta a intenção humana e se o que fazemos com as nossas mãos deve ser sagrado e honrar a terra que nos dá a vida, então as coisas que fazemos não devem apenas erguer-se do chão, mas retornar a ele” (MCDONOUGH, 2008 p.429). Desta forma, tudo o que for projetado deve ser pensado para as pessoas e de forma sustentável.

## **O Carlos Dias**

Localizado na região central de Viçosa, o Carlos Dias está próximo a serviços essenciais como educação e saúde. Apesar disso, dados relacionados ao índice de desenvolvimento humano são muito baixos. A população é estimada em 600 habitantes.

As características físicas da comunidade serão norteadoras do projeto, bem como a implantação das habitações e traçado das vias já existentes. Como se trata de uma área com relevo acidentado há preocupação com a acessibilidade nas vias, drenagem urbana e qualidade das fundações das habitações. Este último fator exige outros processos de pesquisa, como coleta de amostras do solo para análise em laboratório e inspeções em obras que não cabem a este trabalho.

A área a ser trabalhada compreende aproximadamente 315.000m<sup>2</sup>, medido através de ferramentas do Google Earth. Grande parte está ocupada, mas ainda há grandes espaços vazios. Ao norte há um talvegue, com a presença de um curso d'água natural que é formado em ocasião de chuvas.

Entre os estabelecimentos do bairro há três bares, uma igreja evangélica, a Pastoral da Criança, da igreja católica, e a Casa Cultural do Morro.



## Histórico

Registros oficiais não datam a criação da comunidade, mas é dito que aconteceu em meados da década de 1970. Sabe-se que sua história está diretamente relacionada ao êxodo rural, pois os primeiros moradores do morro foram trabalhadores oriundos das zonas rurais, que sem condições de comprar terras no centro ou proximidades, se instalaram no Pasto do Manoel Coelho, local que não oferecia atrativos econômicos para a população mais abastada. Além disso, moradores comentaram que parte da área era de propriedade da UFV, que doou para antigos funcionários fixarem residência. Isso ocorreu – também explicitado em conversas – pois aqueles que moravam em habitações dentro do campus da universidade foram retirados por conta da chegada de novos funcionários devido a expansão da mesma, fato reiterado por Ribeiro Filho:

Parte desta população, ou por não encontrar colocação no mercado de trabalho local, ou por não receber salário suficiente para ter acesso às áreas urbanizadas da cidade, foi levada a buscar soluções informais para seus problemas de habitação na favela “Rebenta Rabicho” e em áreas periféricas da cidade, onde construíram suas casas de baixo padrão construtivo, em sua maioria, e em sistema de autoconstrução ou de mutirão, à revelia das leis existentes. (RIBEIRO FILHO, 1997, p. 142)

De acordo com a moradora Dilza, na década de 1980 foi construído um muro, criando o bairro Vereda do Bosque, fazendo divisa com o Carlos Dias. O bairro que já era estigmatizado passou a ter uma fronteira física, reiterando a segregação social. Dilza coloca, também, que na década de 1980 foi, com incentivo de alunos da UFV, iniciado o processo de criação de uma Associação de Moradores no bairro, mas não chegou a se estabilizar.

A comunidade sofria com a falta de infraestrutura, pois não havia água, luz, rede de esgoto e colheita do lixo que mesmo sendo pouco, pois, os moradores não tinham acesso a bens de consumo ainda assim causava danos a aquele meio.

Na década de 1980 foi desenvolvido um projeto em sistema de apadrinhamento das crianças do bairro. Os doadores eram estrangeiros e faziam as doações em nome de cada criança. Foi decidido entre os moradores – através da Associação de Moradores - que a melhor forma para gastar o dinheiro do projeto seria na construção de casas de alvenaria, pois a grande maioria era de barro e sapé. Mas, antes era necessário melhorar a infraestrutura: calçamento de ruas, água encanada, luz e rede de esgoto. Para a realização das obras foi feita





uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Viçosa e os moradores, sendo que a primeira doaria os materiais e os moradores a força de trabalho. Tanto a abertura de valas para encanamento de esgoto, quanto das casas foram realizadas em mutirão. O acesso ao morro tinha sido fechado e para a realização destas obras foi reaberto, sendo os donos das terras indenizados. (SILVA, 2011, p.)

Em conversa com Carla Rosa foi abordada as dificuldades de construção das moradias no bairro, o que é reiterado por Arantes:

No lote ilegal, a casa é construída pelo esforço dos moradores que, nos seus dias de folga, ou mesmo à noite, erguem o abrigo que o seu pequeno salário não lhes permite comprar. A técnica é a mais rudimentar, os materiais, os mais baratos. O que é para ele a produção de um valor de uso, entretanto, representa socialmente uma economia para o capital. A fuga ao aluguer reduz o custo de reprodução da força de trabalho e a sua pressão pelo aumento de salários. Nas favelas, ironicamente, quase todos são “proprietários”. (ARANTES, 2008, p.5)

## O Nome

O Carlos Dias é popularmente conhecido como Rebenta Rabicho, mas já foi identificado como Levanta Saia e Pendura Saia. Estes nomes remontam ao histórico de prostíbulos na comunidade, que de certa forma criaram uma imagem negativa do local. Outra questão relevante é a utilização da comunidade como álibi. Segundo Dilza, muitos casos extraconjugais da sociedade viçosense foram abafados com a mudança das amantes e filhos bastardos para a comunidade.

Já o nome *Rebenta Rabicho* é proveniente de uma história que é sempre contada pelos moradores. Dizem que em certa data, um padre chegou a comunidade em sua carroça, vindo pela antiga estrada que ligava a comunidade ao Pau de Paina, bairro que hoje é o atual Nova Era. Após realizar visitas e conversar com os moradores para pregar a fé cristã, subiu em sua carroça para retornar a cidade. Porém, nisso o cavalo que o levava se assustou com algum barulho ou movimentação e saiu em disparada, arrebentando os rabichos da carroça. O evento ficou marcado na memória da população e acabou se tornando referência para o local. É interessante, porém, que alguns moradores refutam essa ideia, dizendo que foi criação de algum morador que continua perpetuando.



Há, no entanto, uma placa na Creche – inaugurada durante o mandato do prefeito Antônio Chequer entre os anos de 1989 e 1992 – localizada na principal rua da comunidade, Rua Cimba Trigueira Jaceba, que a nomeia como Sagrados Corações. As diferentes nomeações fazem com que exista uma falta de identidade entre os próprios moradores, que ora falam Carlos Dias, ora Sagrados Corações e, muitas vezes, somente Rebenta.

## Moradores

A população de Carlos Dias é, predominantemente, de baixa renda. A maior parte da população economicamente ativa trabalha vendendo sua mão de obra em empregos braçais, atuando como pedreiros e serventes na construção civil; como repositores e empacotadores em estabelecimentos comerciais da região, entre eles, o Supermercado Bahamas; como garis do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE; como empregadas domésticas em casas de famílias ou em repúblicas de estudantes e em bares e restaurantes na cozinha ou como serventes. Outros adultos não têm ocupação formal, trabalhando em suas casas ou vivendo da aposentadoria.

Destes, ainda, a maioria é negra. Ser negro ou pardo no Brasil ainda é ter que enfrentar problemas cotidianos de racismo. Carla Rosa destaca que a maior dificuldade que enfrentou foi com a questão do emprego. Ela e outros moradores quando chegaram “na idade de arrumar serviço” só conseguiam em casa de família e, segundo ela, isso é humilhação e continua destacando que “eram dois preconceitos: da cor e da onde (sic) você mora”. Hoje em dia já são os moradores negros que trabalham no varejo, em lojas de informática e de bijuterias, conta.

Os primeiros moradores do Carlos Dias eram, como já mencionado, ex-funcionários da UFV e trabalhadores rurais – que historicamente tem nível escolar baixo. Assim, muitos moradores mais velhos são analfabetos ou analfabetos funcionais. São poucos, como Dilza, que conseguiram concluir um curso superior, técnico ou até mesmo o Ensino Médio.

Muitos adultos – como Arlindo, que organiza o samba – estudaram na Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Começou a funcionar nas dependências da Escola Agrícola Arthur Bernardes, no distrito de Silvestre, em 1964 com o objetivo de formular e implantar a política do bem-estar do menor. A maioria dos alunos era ou vindos das camadas populares de baixa renda das periferias do Rio de Janeiro ou menores



desamparados da microrregião de Viçosa. Eram oferecidos cursos profissionalizantes em paralelo ao trabalho agrícola e noções de agricultura. (PANIAGO, 1990, p.145-146)

Atualmente, a grande maioria das crianças e adolescentes em idade escolar só tem acesso a colégios públicos. Dentre as Crianças Arteiras temos matrículas na Escola Estadual Madre Santa Face, Escola Estadual Coronel Antônio da Silva Bernardes – CASB e Escola Estadual Raul de Leoni, no centro. Somente uma das quase 60 crianças estuda em escola particular, o Centro Educacional Gênese. Outras que por ventura possam estudar em algum colégio particular conseguem bolsas.

## O Samba

Assim como muitos aspectos da cultura brasileira, o samba tem início de forma confusa e propagada em focos no Rio de Janeiro e Bahia, no início do século XX. Tiago Gomes aponta que dentro da bibliografia existente sobre o tema, o livro de Hermano Vianna é pertinente, pois o autor se propõe a discutir o que o samba teria sido elevado ao status de símbolo nacional favorecido por um contexto cultural – aparentemente delimitado entre as décadas de 1910 e 1930 – em que ganhava força o interesse por coisas nacionais. Beneficiando-se deste interesse, o samba teria chegado à sua condição atual, o que teria sido possibilitado na prática pela ação de mediadores culturais, que levariam fragmentos da cultura popular a uma cultura de elite que desconheceria em boa parte os elementos desta cultura popular. (GOMES, 2001, p.525)

O samba é uma importante característica da cultura negra no Brasil. As letras trazem sempre temáticas de luta por direitos e resistência. Os ritmos africanos também são relacionados ao surgimento do samba e disseminação do samba enquanto representante cultura de massas vem do interesse desta com ritmos que agregassem a dança à música. (GOMES, 2001, p.528)

No Carlos Dias existe o grupo Beba do Samba, formado em sua maioria por moradores da comunidade, mas que agrega alguns membros da rua. Com apenas homens – mas sem restrições a participações especiais femininas, ensaiam e tocam no Bar do Negão com grande frequência, sendo que o Samba no Rebenta, aos sábados, já tem certo prestígio na cidade – principalmente entre os estudantes da UFV. Em algumas oportunidades o grupo se apresenta no Bar do Marcelo, no bairro de Lourdes, também em Viçosa.



## O Projeto

A partir destas noções teóricas foi possível pensar o que deveria ser feito, de fato, neste *projeto* de reurbanização de favelas. Através da análise das demandas e potencialidades foram definidos três eixos de trabalho: 1) Vias, Acessibilidade e Relação com o entorno; 2) Espaços de lazer e convívio e 3) Requalificação da Creche.

No primeiro eixo foram desenvolvidas possibilidades de alargamento de vias para o acesso de ônibus e facilitar o deslocamento de ambulâncias ou caminhões, quando necessário. Ao sul o escadão foi reformado acoplando-se um elevador em prol da acessibilidade. Também foi aberto o acesso ao bairro pelo Beco Carlos Dias através da criação de patamares de acordo com as cotas das casas existentes. Foi necessária a remoção de seis famílias para a criação destes, sendo que uma área foi destinada a realocação destes moradores. Para trabalhar a questão da relação com o entorno foi criado o Espaço Múltiplo com área para a realização do Samba do Rebenta e para a nova creche – no terceiro eixo. Além disso a área de lazer da creche se estendeu formando um *pipódromo*, para as crianças soltarem suas pipas em segurança.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro F. O lugar da arquitectura num "planeta de favelas". **Opúsculos - Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura**. Editora Dafne: Porto, 2008. Vol.11. Disponível em: <[http://dafne.pt/conteudos/livros/o-lugar-da-arquitectura-num-planeta-de-favelas/opusculo\\_11.pdf](http://dafne.pt/conteudos/livros/o-lugar-da-arquitectura-num-planeta-de-favelas/opusculo_11.pdf)> Acesso em 9 de janeiro de 2014.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GOMES, Tiago de Melo. Hermano Vianna O Mistério do Samba. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Versão On-line, v. 21, n. 42, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a14v2142.pdf>> Acesso em 3 de fevereiro de 2014.

JACQUES, Paola B. Estética das favelas (1). **Arquitextos**, 2001. Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>> Acesso em 7 de novembro de 2013.



LEITE, Carlos. Cidades 2010+25. **aU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, ano 25, n.197, p. 104-107, agosto 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. 1955. Trad. Wilson Martins, revista pelo autor. São Paulo: Editora Anhembi LTDA

MCDONOUGH, William. Projeto, Ecologia, Ética e a Produção das Coisas. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia teórica 1965-1995**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. Cap. 8. p. 428-438. Tradução: Vera Pereira.

608

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Suas origens, transformações e perspectivas. Martins Fontes, 1982.

NOVY, Andreas. **A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil**. Tradução: Peter Naumann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa - Mudanças Socioculturais: Evolução histórica e tendências**. Viçosa: Ufv, 1990.

PASTERNAK, Suzana (Org.). A Favela que virou Cidade. In: VALENÇA, Márcio Moraes. **Cidade (I)legal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. Cap. 4. p. 73-108.

RIBEIRO FILHO, Geraldo B. **A formação do espaço construído: cidade e legalização urbanística de Viçosa-MG**. 1997.247p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. Prefácio. In: **Território: Globalização e Fragmentação**. Organização: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. 5ª Edição, São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 90p.

SERPA, Ângelo. Lugar e Centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-108.



SILVA, Maria Dilza. **O acesso de jovens da Comunidade Carlos Dias a Universidade Federal de Viçosa**. 2011. Monografia (Graduação em Pedagogia – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG)

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Disponível em:  
< <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf> > Acesso em 31 de outubro de 2014.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2007, vol.22, n.63, pp. 153-155. ISSN 0102-6909. Disponível em:  
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>> Acesso em 31 de outubro de 2014.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (Orgs.). **Intervenções em centros urbanos. Objetivos, estratégias e resultados**. 2ª edição, Barueri, Manole, 2009.





## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 13**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 13

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 13

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 13

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)





### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 13

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

A EDIFICAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UMA INICIAL ABORDAGEM DA RECONSTRUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS A PARTIR DE UMA ÓTICA DA POBREZA SUBJETIVA - MADEIRA FILHO, Wilson; RANGEL, Tauã Lima Verdan .....	1-20
SEGURANÇA ALIMENTAR COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti; LOBATO DA COSTA, Rodolfo Bezerra de Menezes; CLEMENTE, Bernardo Raphael Bastos de São .....	21-34
ALEITAMENTO MATERNO EM PREMATURO: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR – OLIVEIRA, Gislaine de Fátima; FUJINAGA, Cristina Ide; PAULA, Gabriele Alves de .....	35-47
DISCUSSÃO EM TORNO DE UM CONCEITO PROPOSITIVO: ECO-SEGURANÇA ALIMENTAR - OLIVEIRA, José Carlos de; DIAS, Juliana; CHIFFOLEAU, Monica .....	48-69



## **A EDIFICAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UMA INICIAL ABORDAGEM DA RECONSTRUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS A PARTIR DE UMA ÓTICA DA POBREZA SUBJETIVA**

MADEIRA FILHO, Wilson

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
*wilsonmandeirafilho@hotmail.com*

RANGEL, Tauã Lima Verdan

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
*taua\_verdan2@hotmail.com*

1

### **RESUMO:**

Ao se tentar afixar uma comparação entre os indicadores e a população que a emprega, em especial a massa populacional originada de diversos segmentos verdadeiramente pobres, constatou-se que há uma distinção entre os parâmetros empregados pelas instituições oficiais e pela população em geral, maiormente pelas pessoas integrantes ao segmento descrito como *pobre*. Os indicadores sociais são descritos como instrumentos de operacionalização do monitoramento da realidade que a formulação e, quando necessário, a reformulação de políticas públicas. Consiste, deste modo, em uma medida, geralmente quantitativa, dotada de significado social substantivo, empregado para substituir, quantificar ou mesmo operacionalizar um conceito abstrato, que goza de interesse teórico para formulação de pesquisa acadêmica ou mesmo desenvolvimento de políticas. Ora, esta parcela populacional comumente entrevistada, tal como ocorre com as pessoas citadas acima, apresenta um novo critério de definição da condição social, notadamente em relação à *pobreza*, o qual afigura cotidianamente no discurso popular, que é o de considerar a existência de um comportamento ou uma cultura de pobre.

**Palavras-chaves:** Indicadores Sociais. Alimentação Saudável. Direitos Humanos.

### **ABSTRACT:**

When trying to post a comparison between the indicators and the population that employs, especially originated populace of many truly poor segments, it was found that there is a distinction between the parameters used by official institutions and the general population in mostly by people included the segment described as poor. Social indicators are described as operational instruments monitoring the fact that the formulation and, where necessary, the reformulation of public policies. Is thus in a measure, usually quantitative, endowed with substantial social significance, used to replace, quantify or operationalize an abstract concept, which has a theoretical interest for academic research formulation or development policies. Now this population parcel commonly interviewed, as with the persons mentioned above, presents a new definition of criteria of social status, especially with respect to poverty, which appears daily in popular discourse, which is to consider the existence of a behavior or poor culture.

**Keywords:** Social Indicators. Healthy Eating. Human Rights.





## 1 INTRODUÇÃO

De início, a construção da condição social a partir de parâmetros racionalistas e cientificistas de instâncias burocráticas do Estado se consubstancia, no meio social, pela construção de identidades coletivas, observando-se os moldes elaborados por Manuel Castells (1999, p. 22-25). Ao lado disso, a instância burocrática do Estado poderia determinar a construção da condição social da identidade legitimadora, estabelecida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de alargar e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. No território nacional, os indicadores empregados para a efetivação do cálculo da diferenciação social são praticamente os mesmos utilizados por outras organizações sociais, examinando os índices de saúde, educação e renda *per capita*.

Nessa linha, denota-se que os indicadores sociais personificam uma medida geral quantitativa, responsável por assumir uma significação social, empregado para quantificar, substituir ou operacionalizar um conceito abstrato, dotado de interesse teórico ou programático. É conveniente, ainda, salientar que os indicadores sociais são empregados para sedimentar as atividades de planejamento público e a edificação de políticas sociais, nas distintas esferas do poder público, permitindo, dessa maneira, que haja o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população. É possível, também, mencionar que os indicadores sociais assumem especial relevância na investigação acadêmica, notadamente para aquilatar as modificações dos fenômenos sociais. Neste sentido, Santagada (2007, p. 135) explicita que os indicadores sociais devem responder às preocupações quanto à dinâmica social, ou seja, as mudanças significativas que estão em curso na sociedade capitalista atravessada pelo conflito de classes; elucidar as questões que não se atenam somente ao que pode ser mensurado, mas ir além da informação quantitativa e desta forma aproximar-se, dos conflitos de interesse que são o motor do processo social. Mais que isso, os indicadores sociais são responsáveis por estabelecer um liame entre o pragmatismo da teoria desenvolvida e os dados concretos encontrados no desenvolvimento da pesquisa empírica.



## 2 A PROEMINÊNCIA DOS INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA REALIDADE SOCIAL VIGENTE NO TERRITÓRIO NACIONAL

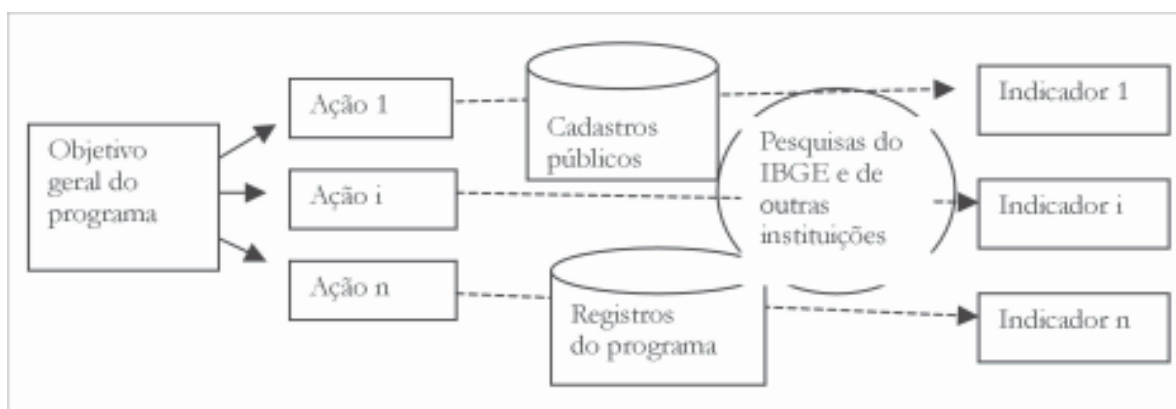
Em sede de campo aplicado das políticas públicas, é possível evidenciar que os indicadores sociais possibilitam a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda dotada de interesse programático. Com efeito, esse plexo de indicadores aponta, indica, aproxima, traduz em termos operacionais as dimensões sociais de interesses conceituadas a partir de escolhas de cunho teórico ou políticas realizadas preteritamente. Assim, os indicadores são empregados para subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diversas esferas do governo, permitindo o monitoramento das condições de vida e de bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil. Igualmente, os indicadores proporcionam o aprofundamento da investigação acadêmica a respeito da mudança social e acerca dos determinantes dos distintos fenômenos sociais.

O indicador social tem importante função exploratória no diagnóstico de situações concretas, na definição de metas prioritárias e no direcionamento das ações contínuas, na medida em que, com o uso constante de indicadores adequados, estes oferecem informações concretas para o conhecimento da realidade e orientam as ações, dando sustentação ao processo de gestão. Com a falta desse trabalho, ou do uso adequado dos indicadores, corre-se o risco de ignorar ou encobrir as projeções ideológicas e as ambições políticas subjacentes a muitos tipos de planejamento. Em outros termos, os indicadores sociais atuam na mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, direciona as prioridades sociais e aponta aos erros e acertos das políticas públicas. É um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação das políticas sociais (GIROTO et all, s.d. p. 07).

O processo empregado na edificação de um sistema de indicadores sociais, utilizado no ciclo de políticas públicas, inicia-se a partir da explicitação da demanda de interesse programático, a exemplo do que ocorre com a proposição de um programa voltado para a ampliação do atendimento à saúde, a redução do déficit habitacional, a melhoria do desempenho escolar ou o aprimoramento das condições de vida de uma comunidade específica. “A partir da definição desse objetivo programático, busca-se, então, delinear as dimensões, os componentes ou as ações operacionais vinculadas” (JANUZZI 2005, p. 138). Com destaque, para o acompanhamento das ações em termos de eficiência no uso dos recursos, da eficácia no cumprimento de metas e da efetividade dos seus desdobramentos sociais mais abrangentes e perenes, buscam-se dados de cunho administrativo, produzidos no âmbito dos programas ou em



outros cadastros oficiais, e estatísticas públicas. A reorganização na forma de taxas, proporções, índices ou mesmo em valores absolutos, converte-se em indicadores sociais. Desta feita, os indicadores guardam, portanto, relação direta com o objetivo programático original, na forma operacionalizada pelas ações e viabilizada pelos dados administrativos e pelas estatísticas públicas disponíveis.



**Figura 01:** Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas. **Fonte:** JANUZZI, 2005, p. 139.

Não é possível esquecer, conforme aponta Santagada (2007, p. 135), que a sociedade civil, o meio acadêmico e os movimentos sociais responsáveis pela construção de indicadores sociais para promover a instrumentalização de suas análises e qualificar as suas lutas por melhores condições de vida e participação cidadã, alcançaram um grande avanço na seara da disputa ideológica ao fazerem uso dos indicadores sociais e os seus distintos índices sociais. A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser alicerçada na aderência de tal conjunto a um arquétipo de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, responsável por definir a tipologia de indicadores mais adequados. Para tanto, cada indicador social deve reunir uma série de atributos imprescindíveis (conforme quadro 01), os quais colaboram para a confiabilidade da pesquisa levada a cabo, refletindo, de maneira fidedigna, o cenário objeto da investigação.

A primeira propriedade fundamental a ser considerada está assentada na *relevância para a agenda político-social*, devendo, pois, serem escolhidos em um sistema de formulação e avaliação de programas sociais específicos. Nessa linha, são considerados indicadores como a taxa da mortalidade infantil, a proporção existente entre crianças com baixo peso ao nascer e a proporção de domicílios com saneamento adequado. Ora, há que se reconhecer que



mencionadas variáveis gozam de proeminência para a promoção do acompanhamento de programas no campo da saúde pública e desenvolvimento social no Brasil, na proporção que buscam trazer respostas à demanda de monitoramento da agenda governamental das prioridades definidas. O critério em comento inspira que o indicador social a ser construído deve refletir diretamente questões proeminentes da realidade concreta, capaz, inclusive, de influenciar a formulação e a avaliação de programas sociais a serem aplicados.

Outro critério para a elaboração escolha dos indicadores sociais está assentado na *validade de representação do conceito*, porquanto é carecido que se disponha de medidas que se aproximem do conceito abstrato ou da demanda política que lhes deram origem. “A validade de um indicador corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a ‘substituir’ ou ‘operacionalizar’”(BRASIL, 2014, p. 13). Assim, cuida assinala que o critério em comento estabelece que os indicadores sociais reclamem o estabelecimento de um liame entre o plano abstrato e a realidade concreta, a fim de refletir o cenário pesquisado.

**Quadro 01:** Avaliação da aderência dos indicadores às propriedades desejáveis

Propriedades	Indicador 1	Indicador 2	Indicador 3
Relevância para agenda política			
Validade de representação do conceito			
Confiabilidade da medida			
Cobertura populacional			
Sensibilidade às ações previstas			
Especificidade do programa			
Transparência metodológica na sua construção			
Comunicabilidade ao público			
Factibilidade operacional para a sua obtenção			
Periodicidade na sua atualização			
Desagregabilidade populacional e territorial			
Comparabilidade da série histórica			
Total de propriedades (+)			

Obs.: Atribuir (+) quando a propriedade for verificada para o indicador. **Fonte:** JANUZZI, 2005, p. 140.

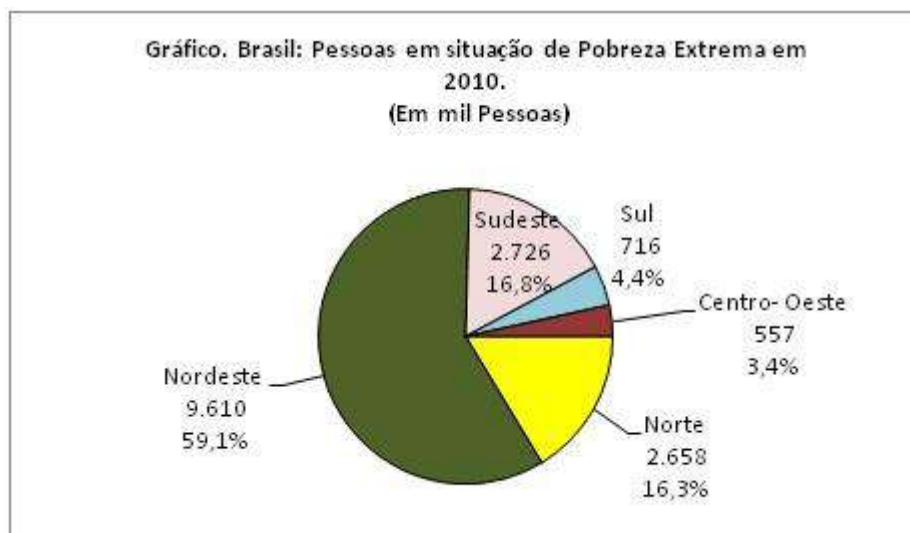
A *confiabilidade da medida* é outra propriedade importante para influenciar a legitimação do uso do indicador, estando relacionada à qualidade do levantamento dos dados



empregados na computação final. Ao lado disso, sempre que for viável, o indicador social a ser empregado deve possuir boa *cobertura populacional ou territorial*, a fim de que os dados colhidos, durante a realização da pesquisa, sejam representativos e reflitam o cenário empírico. Tal aspecto caracterizador é intrínseco nos indicadores sociais produzidos a partir dos censos demográficos, o que os reveste de importância, em sede planejamento público no território nacional. “Sensibilidade e especificidade são propriedades que também devem ser avaliadas quando da escolha de indicadores para a elaboração de um sistema de monitoramento e avaliação de programas públicos” (JANUZZI, 2005, p. 141). Afinal, há que se reconhecer a importância de dispor de medidas sensíveis e específicas às ações previstas nos programas, que possibilitem avaliar, de maneira rápida, os efeitos de determinada intervenção. “Especificidade do indicador corresponde a sua propriedade em refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse” (BRASIL, 2014, p. 16). Exemplificativamente, é possível trazer o gráfico 01, responsável por retratar pessoas em situação de pobreza extrema, no Brasil, no ano de 2010.

6

**Gráfico 01:** Pessoas em situação de pobreza extrema em 2010 (em mil pessoas)



Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25 mai. 2014.

*Transparência metodológica* é um atributo fundamental pra que o indicador usufrua de legitimidade nos meios técnicos e científicos, caractere indispensável para sua legitimidade política e social. Mais que isso, a boa prática da pesquisa social orienta que os procedimentos de



construção de indicadores sejam claros e transparentes, bem como as decisões metodológicas adotadas sejam justificadas e que as escolhas subjetivas sejam explicitadas de forma objetiva. Outra propriedade importante é a *comunicabilidade*, eis que tem a finalidade garantir a transparência das decisões técnicas tomadas pelos administradores públicos e a compreensão delas pela população, pelos jornalistas, pelos representantes comunitários e pelos demais agentes públicos.

7

Na discussão de planos de governo, orçamento participativo, projetos urbanos, os técnicos de planejamento deveriam valer-se, tanto quanto possível, de alguns indicadores sociais mais facilmente compreendidos, como a taxa de mortalidade infantil e a renda familiar, ou que o uso sistemático já os consolidou, como o índice de preços e a taxa de desemprego. Nessas situações, o emprego de indicadores muito complexos pode ser visto como abuso tecnocrático dos formuladores de programas, primeiro passo para o potencial fracasso na sua implementação (JANUZZI, 2005, p. 141).

A periodicidade com que o indicador pode ser atualizado e a factibilidade de sua obtenção a custos módicos são outros aspectos imprescindíveis na construção e seleção de indicadores sociais para a promoção do acompanhamento de qualquer programa público. Com o objetivo de acompanhar a mudança social, avaliar o efeito de programas sociais implantados, corrigir eventuais distorções de estruturação, é carecido que se disponha de indicadores levantados com regularidade, evitando, dessa maneira, que eles não se tornem ultrapassados para a intrincada realidade que buscam retratar. É carecido, ainda, que os indicadores, tanto quanto possível, façam referência aos grupos sociais de interesse ou à população alvo dos programas, possibilitando, dessa maneira, a construção de indicadores sociais referentes a espaços geográficos reduzidos, grupos sociodemográficos (crianças, idosos, homens, mulheres, brancos, negros) ou grupos vulneráveis (famílias pobres, desempregados, analfabetos).





### **3 A GÊNESE DOS PARÂMETROS DE DELIMITAÇÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL: EXPLICITANDO AS CONCEPÇÕES DE POBREZA OBJETIVA E POBREZA SUBJETIVA**

Há uma pluralidade de sugestões de indicadores de pobreza, os quais podem ser classificados em três categorias distintas. O primeiro critério é denominado absoluto, segundo o qual “o indivíduo é pobre se possuir menos que o mínimo objetivo e absolutamente definido como necessário” (MAIA; BUANAIN, 2011, s.p.). O segundo critério é relativo, sendo que o indivíduo é considerado *pobre* se possuir menos que os demais na sociedade. Por fim, o critério subjetivo está estruturado em uma ótica analítica do indivíduo é pobre se julgar que não tem o suficiente para viver. Verifica-se, assim, que o último critério parte de uma premissa inculcada na definição apresentada pela massa populacional entrevistada e não em critérios objetivos previamente delineados. Neste passo, é necessário assinalar que:

A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência. A medida subjetiva de pobreza é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. Segundo especialistas, a percepção de bem-estar de um indivíduo sofre influência de acordo com sua posição em relação aos demais indivíduos de um determinado grupo de referência. Em termos teóricos, não se espera que os dois indicadores sejam coincidentes, mas a expectativa é de resultados próximos (BRASIL, 2003, s.p.).

As três principais abordagens de mensuração da pobreza têm vários aspectos comuns, que devem ser analisados antes de se manifestar pelo emprego do método, a fim de definir a linha de pobreza. São aspectos não-consensuais, com prós e contras entre as opções disponíveis e que levam os pesquisadores a fazerem escolhas, corriqueiramente com elevado grau de arbitrariedade, seja por ausência de informações estatísticas disponíveis, seja por ausência de metodologias específicas. É curial pontuar, ainda, que “a mensuração da pobreza é instrumento indispensável para orientar políticas sociais e acompanhar seus impactos” (ESPÍRITO SANTO, s.d., p.17). Com efeito, tais abordagens, em razão da polissemia do vocábulo *pobreza*, influenciam diretamente na construção de um perfil capaz de refletir, fidedignamente, a realidade social existente. Tal fato deriva da premissa de que a *pobreza* é passível de uma interpretação plural, atentando-se, o presente, na concepção de pobreza a partir de um discurso



entre os aspectos objetivos e subjetivos dessa, a fim de traçar um paralelo entre o cenário descortinado por índices previamente elaborados e a percepção da população sobre a realidade em que está inserida.

Dessa maneira, a avaliação objetiva da pobreza, comumente, é estruturada a partir da distribuição dos rendimentos *per capita*. Os rendimentos, por seu turno, compreendem valores brutos anuais e são divididos por doze, com o objetivo de se alcançar valores mensais. São considerados, para fins de rendimento, os valores oriundos do trabalho, aposentadorias e pensões, tal como transferências e outras fontes. “O rendimento do trabalho refere-se tanto ao rendimento da ocupação principal quanto ao de outras ocupações que a pessoa possa exercer no período de referência” (MAIA; BUAINAIN, 2011, s.p.). As rendas são advindas de aposentadorias ou pensões, pagas pelo instituto de previdência pública para o indivíduo aposentado ou beneficiário. O rendimento de transferências é constituído, em sua maioria, pelas provisões de programas de transferência de renda, tal como ocorre com o Programa de Bolsa-Família e Benefício de Prestação Continuada. Os rendimentos de outras fontes fazem alusão àqueles habituais (aluguéis, pensão alimentícia, fundos privados de complementação do salário, pensão, doações, mesadas ou abono permanência) ou esporádicos (décimo terceiro, férias, saques do FGTS, aplicações ou ganhos de jogos) percebidos no decurso de doze meses.

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los (CRESPO; GUROVITZ, 2012, p. 04).

A título de exemplificação, o acesso de alimentos não depende apenas da renda monetária das famílias, mas também de uma série de benefícios, condições e estilos de vida das pessoas. Ademais, deve-se pontuar que as condições de vida dependem, também, do conjunto de ativos que a família e seus membros acumularam em um período de tempo, os quais não se refletem, de maneira direta, no rendimento corrente captado pelas pesquisas domiciliares. Em que pese os indicadores objetivos e relativos, fundamentados em rendimentos per capita, sejam utilizados com frequência em análises de pobreza de desigualdade, é carecido, porém,



considerar que as condições de vida de famílias com rendimentos relativamente homogêneos podem ser profundamente diferentes.

Quadra destacar, ainda, que a qualidade de vida engloba não somente os domínios objetivos (pobreza objetiva) da condição de vida, mas alcança os domínios associados às percepções subjetivas (pobreza subjetiva) dos indivíduos, ou seja, como se sentem a respeito de suas próprias vidas e, em um aspecto mais estreito, à avaliação e à percepção subjetiva das pessoas sobre suas condições de vida. Assim, avaliar as percepções das pessoas acerca do ambiente em que estão inseridas apresenta novas e relevantes informações para permitir a compreensão dos padrões de qualidade de vida, tal como enriquece as possibilidades analíticas de estudos sobre a temática.

10

A conceituação de pobreza é categorizada como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza (CRESPO; GUROVITZ, 2012, p. 03.).

Conquanto a qualidade de vida seja robustamente afetada por múltiplos fatores, é ofuscante a importância da suficiência dos rendimentos e dos alimentos na determinação da qualidade de vida das famílias. Há que se ter em análise, ainda, que, “enquanto o rendimento refletiria e, ao mesmo tempo, determinaria, em grande medida, a inserção dos indivíduos no mercado de bens e serviços, a alimentação está associada à disposição para ofertar trabalho, bem como à saúde e bem-estar dos integrantes familiares” (MAIA; BUAINAIN, 2011, s.p.). Ora, as consequências do consumo insuficiente de alimentos (desnutrição), consumo excessivo (obesidade) ou inadequado de alimentos (aspectos característicos inadequados da dieta) são essenciais na definição do estado de saúde das pessoas. Mais que isso, como a massa populacional, sobretudo as camadas menos abastadas, costuma privilegiar o consumo de alimento em detrimento de outros itens, a fome acaba materializando a manifestação mais crítica da falta de renda.

No que tange ao bem-estar físico, são de grande importância para os pobres a boa saúde, a força e a aparência. O corpo é o principal ativo das pessoas pobres e ele não está seguro. Se ele se deteriora, a fome e a pobreza se seguem. As péssimas condições de vida aliadas à pobreza material tornam uma pessoa extremamente vulnerável à doença pela fraqueza, à deficiência física permanente ou à morte por doença ou acidente. A restrição alimentar e a doença não só causam dor, mas



enfraquecem e desvalorizam o “ativo”. As pessoas pobres estão mais sujeitas a ficar doentes por um período maior de tempo e têm menos condições de arcar com os custos de um tratamento, quando comparadas aos mais ricos. As mulheres, pelo fato de estar, cada vez mais, com uma sobrecarga maior devido aos seus múltiplos papéis (mãe, mulher, dona-de-casa, assalariada), são as mais suscetíveis à exaustão completa. Portanto, a doença pode levar uma família imediatamente à pobreza (CRESPO; GUROVITZ, 2012, p. 10.)

É imperioso reconhecer que uma das vantagens dos indicadores de qualidade de vida autodeclarados é que são responsáveis por promover a incorporação, concomitantemente, das percepções subjetivas e objetivas. Verifica-se uma inclusão de uma avaliação global de outros aspectos da vida da população entrevistada, dentre os quais é possível pontuar sentimentos de felicidade, prazer e satisfação. “Representam, de forma acurada, as condições de vida das famílias captadas por diagnósticos objetivos mais custosos e difíceis de realizar” (MAIA; BUAINAIN, 2011, s.p.). Trata-se, dessa maneira, de informação extremamente importante para instruir políticas públicas que se debruçam sobre o dilema de definir a cesta de bens a ser oferecido ao contingente populacional pobre. Assim, o emprego de indicadores subjetivos possibilitaria a redução do descompasso entre a oferta e as necessidades subjetivas, isto é, aquelas medidas pela população beneficiada.

Ora, há que se destacar que a utilização de medidas como linhas de pobreza, conquanto sejam importantes, apresenta limitações em relação à conceituação contemporânea de pobreza. “Uma primeira limitação desta medida está no fato de que a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de um indivíduo ou família” (ROLIM *et all*, 2006, p. 515). Outra limitação a ser apontada repousa na inexistência de um critério para afixar a linha de pobreza, porquanto esta definição está calcada na ideia do nível de renda que possibilita à pessoa ter uma vida digna. Em se tratando de pesquisa que envolve comparações ao longo do tempo, a situação torna-se ainda mais complexa, uma vez que o acervo de bens considerados *essenciais* é passível de mudança e estão alcançados problemas com a forma de deflação de dados. Nesta linha, é possível verificar a aferição de pobreza a partir de uma multifacetada realidade, a exemplo da retratada no quadro 02, em que a dicotomia quantitativo/qualitativo, confundindo as concepções de pobreza objetiva e pobreza subjetiva.



**Quadro 02:** Características das concepções de pobreza

Concepção de Pobreza	Indicador predominante	São pobres:	Principais índices
Renda (income)	Meio	Os que têm uma renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível.	Renda per capita; deriva de 1 linha de pobreza; incidência de pobreza ( <i>headcount index</i> ); <i>poverty gap</i> ; <i>squared poverty gap</i>
Necessidades básicas ( <i>basic needs</i> )	Meio	Os que não têm condições, em especial, materiais, de atingir as necessidades humanas básicas.	IDH <sup>1</sup> , IPH <sup>2</sup>
Capacidade Humana ( <i>Human capability</i> )	Fim	Os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável dentro de uma sociedade. (ênfase nas capacidades e oportunidades para ter uma vida longa e saudável, ser alfabetizado e participar livremente na sociedade).	<i>Capability poverty measure</i> ; IPH
Acesso ao meio (ativos, equidade, governança) ( <i>Empowerment</i> )	Meio	- Os sem acesso aos ativos (produtivos; infraestrutura física e social etc.).  - Equidade  - Governança	Coef. Gini; circulação de informações; regulamentações, descentralização.

Fonte: ROLIM *et al*, 2006, p. 515.

<sup>1</sup> CÂNDIDO, Helena Hinke Dobrochinski. **Avaliação subjetiva da qualidade de vida como indicador de desenvolvimento regional**. 329f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010. Disponível em: <<http://proxy.furb.br>>. Acesso em 25 mai. 2014, p. 114-115. O IDH tem como objetivo o ordenamento dos países segundo valores obtidos para os indicadores selecionados – expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, paridade do poder efetivo de compra da renda interna e, mais recentemente, condições culturais prevaletentes, relação entre trabalho e lazer e liberdade política. A construção do índice geral deriva das médias de índices parciais, construídos para cada indicador. Cada índice parcial reflete a posição relativa dos resultados observados para o indicador no universo pesquisado, variando no intervalo entre zero (0) e um (1). A proximidade de um (1) indica alto desenvolvimento humano, enquanto que o IDH próximo de zero (0) corresponde a um maior afastamento em relação aos padrões mais altos aferidos de desenvolvimento humano.

<sup>2</sup> ROLIM *et al*, 2006, p. 517. O Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1997 introduziu o índice de Pobreza Humana, IPH, que é uma medida da pobreza, país a país, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano baseada em três variáveis: vulnerabilidade à morte prematura; analfabetismo; e padrão de vida abaixo do aceitável, o que compreende a falta de acesso a serviços de saúde, água potável e alimentação adequada [...]. Esta medida difere das medidas convencionais de pobreza baseadas exclusivamente no rendimento.







social, proporcionalmente maiores serão as necessidades de renda e consumo para garantir uma condição de vida considerada normal por seus membros na sociedade.

#### **4 INDICADORES SOCIAIS E A PERCEPÇÃO POPULACIONAL: O REDIMENSIONAMENTO DO VOCÁBULO *POBREZA* EM UMA PERSPECTIVA SOCIAL**

14

Ao se tentar afixar uma comparação entre os indicadores e a população que a emprega, em especial a massa populacional originada de diversos segmentos verdadeiramente pobres, constatou-se que há uma distinção entre os parâmetros empregados pelas instituições oficiais e pela população em geral, maiormente pelas pessoas integrantes ao segmento descrito como *pobre*. Os indicadores sociais são descritos como instrumentos de operacionalização do monitoramento da realidade que a formulação e, quando necessário, a reformulação de políticas públicas. Consiste, deste modo, em uma medida, geralmente quantitativa, dotada de significado social substantivo, empregado para substituir, quantificar ou mesmo operacionalizar um conceito abstrato, que goza de interesse teórico para formulação de pesquisa acadêmica ou mesmo desenvolvimento de políticas, como bem observa Azevedo (AZEVEDO, 2006, p. 79).

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANUZZI, s.d., p. 02).

Os indicadores oficialmente estabelecidos pressupõem resultados: rendimento mínimo, mortalidade mínima, analfabetismo mínimo, esperança de vida, capacidade de consumo etc. Os indicadores empregados pela população *pobre* são alicerçados sobre o acesso: ao trabalho, à



educação, aos serviços de saúde. As instituições públicas, exemplificativamente, emprega o indicador de saúde e não a condição de acesso da população a esse serviço, mas somente um resultado final desse serviço, consistente nos índices de mortalidade infantil. Em mesmo discurso, o indicador de educação é aferido por um dos seus resultados finais produzidos, qual seja: o analfabetismo. A renda *per capita* é outro indicador empregado pelas instituições oficiais e não pelo segmento pobre da população corriqueiramente entrevistada. É fato que, para a população entrevistada, não importa o quanto ganha, mas sim ter acesso a algum tipo de atividade que lhe renda qualquer coisa para ganhar a vida. Ora, a lógica da população pobre é a da inclusão, ter acesso assume significação de ter possibilidade de ser incluída.

15

O rendimento familiar é outro indicador utilizado pelas instituições públicas e pelas pessoas entrevistadas pertencentes das classes média e alta, o qual não é utilizado pela população considerada realmente pobre. Para estas pessoas o montante do ganho não identifica a condição social, mas o acesso a algum tipo de atividade que resulta em sustento, mesmo de pouco valor, retira as pessoas da condição de pobreza. Em síntese, a lógica da população pobre é que o acesso (ao trabalho, aos serviços sociais básicos etc.) é o que determina a condição social (BONETI, s.d., p. 06).

O primeiro aspecto verificado em relação à temática do ser *pobre* é que há uma diferença fundamental no discurso referente ao *ser pobre*, variando da condição social do entrevistado<sup>3</sup>. A parcela da população entrevistada encontra-se alocada em uma melhor estratificação de vida, fora da faixa da condição de pobreza, sobretudo a parcela dotada de maior qualificação e instrução acadêmica, como é o caso de professores, estudantes de pós-graduação, dentistas, médicos, advogados, engenheiros etc., “demonstram a tendência de analisar a pobreza em todos os seus aspectos, utilizando parâmetros semelhantes àqueles utilizados pelas instituições públicas” (BONETI, 2001, p. 126.). Comumente, o segmento da população entrevistada adota parâmetros quantitativos e os da sobrevivência física, a exemplo do que ocorre com o rendimento mínimo, como parâmetro de pobreza.

<sup>3</sup> JANNUZZI, s.d., p. 03: Para seu emprego na pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de políticas públicas o indicador social deve gozar uma série de propriedades. Além da sua relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, um indicador social deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta, deve ser sensível a políticas públicas implementadas, específico a efeitos de programas setoriais, inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas, atualizável periodicamente, a custos factíveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.



Ora, esta parcela populacional comumente entrevistada, tal como ocorre com as pessoas citadas acima, apresenta um novo critério de definição da condição social, notadamente em relação à *pobreza*, o qual afigura cotidianamente no discurso popular, que é o de considerar a existência de um comportamento ou uma cultura de pobre. “Trata-se portanto de uma ‘racionalidade’ utilizada pelas pessoas pobres, uma racionalidade de pobre não homogênea e não condizente com a racionalidade dominante” (BONETI, s.d., p. 07.). Proença (2005, p. 12) acrescenta que a pobreza está relacionada com os juízos de valores sobre os padrões de vida e as normas sociais numa perspectiva espaço-temporal.

As implicações da pobreza sobre a cidadania são avaliadas, pelas pessoas consideradas pobres, como a geração dos próprios problemas que dão origem à pobreza. A falta dos serviços sociais básicos, como é o caso dos serviços de saúde e educação, a falta de trabalho e o abandono pela família ou pelas autoridades são sinais de pobreza e, ao mesmo tempo, geram pobreza. Isso significa dizer que na perspectiva do pobre a pobreza se auto-recria, porque ela gera os mesmos males que a geram. O próprio fato de ser pobre tem significado sobre a condição do ser cidadão (BONETI, 2001, p. 127.).

É importante, igualmente, assinalar que para as pessoas consideradas *pobres*, em alinhamento aos parâmetros oficiais estabelecidos, além do critério do acesso ao trabalho e aos demais direitos sociais fundamentais, empregado por essa parcela para definir a condição social, é o da ocupação. Com destaque, a ocupação é empregada como parâmetro de estar ou não na condição de *pobreza*, em que pese esta não implicar nos rendimentos suficientes para uma existência digna. Denota-se, desse modo, que *ser pobre* está atrelado a uma dimensão de “inutilidade” social, ou seja, para a parcela considerada *pobre*, a ocupação é elemento que permite a efetiva participação na sociedade, substancializando elemento de integridade e dignidade.

Assim, a *pobreza* baseia-se na acepção de necessidades fundamentais, estando em debate várias dimensões inerentes à noção de recursos, abarcando rendimentos, bens de capital, benefícios em espécie associados ao trabalho. Nesta perspectiva, pode-se considerar como *pobre* aquele que não tem o que comer, ser analfabeto, não ter moradia, viver em condição precária de higiene, ou seja, não ter acesso a condições mínimas de uma existência digna. “No caso da pobreza, o núcleo central de significado associado a este conceito é a ideia de escassez de recursos” (DIOGO, s.d., p. 03). Tem-se, assim, que em um cenário de construção de indicadores e parâmetros, a acepção de pobreza sofre maciça oscilação, impulsionada sobremaneira pela amostragem empregada na pesquisa, sobretudo quando a parcela



entrevistada não tem acesso aos ditos direitos essenciais e imprescindíveis para uma existência digna. Ao lado disso, ao se considerar o acesso e o seu caráter como parâmetro responsável pela definição da condição social culmina no deslocamento das justificativas da gênese e da permanência da condição de pobreza na individualidade, a exemplo do que ocorre com os parâmetros oficiais e os estruturados pelas classes sociais média e alta, com o escopo de assegurar a eficiência das políticas públicas, para a eficácia dos serviços públicos e para a manutenção do monopólio do acesso aos bens e serviços sociais exercidos pela classe dominante.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 13, p. 1-20



## 5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, v. 05, p. 75-93, 2006. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/revibec/13902776v5p75.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

BONETI, Lindomar Wessler. **Educação Inclusiva ou Acesso à Educação**. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/indexatual.html>>. Acesso em 23 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Ser ou Estar Pobre? A Construção Social da Noção de Desigualdade. **Revista Contexto e Educação**, a. 16, n. 62, p. 115-134, abr.-jun. 2001. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br>>. Acesso em 22 mai. 2014.

BRASIL. **Escola Nacional de Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **IBGE lança mapa de pobreza e desigualdade 2003**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1293>>. Acesso em 25 mai. 2014.

CÂNDIDO, Helena Hinke Dobrochinski. **Avaliação subjetiva da qualidade de vida como indicador de desenvolvimento regional**. 329f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010. Disponível em: <<http://proxy.furb.br>>. Acesso em 25 mai. 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 01-12, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2014,.

DIOGO, Fernando. **Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português**. Disponível em: <<http://www.fdiogo.uac.pt>>. Acesso em 23 mai. 2014.

GIROTO, Ana Paula Santana *et al.* **Indicadores Sociais: Um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br>>. Acesso em 25 mai. 2014.

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista de Serviço Público**, n. 56, v. 2, p. 137-160, abr.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas**. Disponível em:





<<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZ ZI.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2014.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antônio Márcio. Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 13, 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7301>>. Acesso em 25 mai. 2014.

PROENÇA, Carlos Sangreman. **A exclusão social em Cabo Verde**: uma abordagem preliminar. Lisboa: ACEP, 2005.

ROLIM, Cássio *et all.* Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 4, p. 512-529, out.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em 25 mai. 2014.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores Sociais: Uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, n. 1, p. 113-142, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br>>. Acesso em 25 mai. 2014.



## SEGURANÇA ALIMENTAR COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

21

AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti

*Estudante de doutorado do Programa do PPGSD/UFF*  
*thaislutterback@gmail.com*

LOBATO DA COSTA, Rodolfo Bezerra de Menezes

*Estudante de doutorado do Programa do PPGSD/UFF*  
*rodolfolobato@hotmail.com*

CLEMENTE, Bernardo Raphael Bastos de São

*Estudante de doutorado do Programa do PPGSD/UFF*  
*bernardosaoclemente@yahoo.com.br*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre o debate da Segurança Alimentar (SA) e, assim, investigar como esse conceito é trabalhado historicamente pelos movimentos sociais e governos para, finalmente, se formalizar numa política pública que tem a pretensão de universalizar um direito: o direito humano à alimentação adequada (DHAA), com foco específico no estado brasileiro de Minas Gerais. É importante evidenciar que o conceito de segurança alimentar já chega ao Brasil com um grande acúmulo internacional de interpretações e disputas que pretendemos investigar. Do ponto de vista metodológico, utilizamos algumas tipologias de modelos de análises de políticas públicas desenvolvidos por Dye (2010). Ao introduzir o direito humano à alimentação adequada, questionamos sobre os parâmetros de análises de políticas públicas combinadas à reflexão sobre a implementação de biotas portáteis que historicamente vinculam-se a processos colonizadores na América Latina.

**Palavras-chaves:** Segurança Alimentar. Políticas Públicas. Direito à Alimentação.

### SUMMARY:

This paper aims to conduct a literature debate on Food Safety (SA) and thus investigate how this concept is worked historically by social movements and governments to finally formalize a public policy that has the intention to universalize one right: the human right to adequate food (DHAA), with specific focus in the Brazilian state of Minas Gerais. It is important to highlight that the concept of food security has arrived in Brazil with a large accumulation of international disputes and interpretations that we intend to investigate. From a methodological standpoint, we use some types of model analyzes of public policies developed by Dye (2010). By introducing the human right to adequate food, inquired about the parameters of public policy analysis combined with reflection on the implementation of mobile biota which historically are linked to colonizing processes in Latin America.

**Keywords:** Food Security. Public Policy. Right to Food.



## **Introdução: Segurança Alimentar, um conceito em disputa.**

*A obtenção de comida percorre, do esforço físico ao rito, uma gama vastíssima em que alguns têm querido buscar a gênese de quase todas as instituições sociais. Um antropólogo fantasista como Elliot-Smith não encontra dificuldade em mostrar que técnica, arquitetura, calendário, religião, governo (civilização, numa palavra) derivam diretamente das progressivas invenções ligadas ao plantio, armazenagem da colheita, regulamentação do trabalho agrícola, todas originadas no Egito...*  
(CANDIDO, Antonio.2001: p 36-7)

22

Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento sumário do debate da Segurança Alimentar (SA) e, assim, investigar como esse conceito é trabalhado historicamente pelos movimentos sociais e governos para, finalmente, se formalizar numa política pública que tem a pretensão de universalizar um direito: o alimento saudável em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Nesta introdução procuraremos mostrar como o conceito de SA já chega ao Brasil com um grande acúmulo internacional de interpretações e disputas.

Quando colocamos no título a SA como “um direito entre o mito apocalíptico, a caridade e o clientelismo”, queremos expressar: de um lado o mito de que a falta de alimentos causará uma forma de consequências catastróficas, criando bases para fomentar uma produtividade de alimentos em escalas infinitas, refinando os paradigmas da Revolução Verde; de outro, a repetição de fórmulas informais, personalistas ou institucionais (públicas e privadas) de caridade e distribuição de alimentos a partir da concepção de um “bom” humano ou de um homem rousseauiano; e, por fim, a reedição do clientelismo na política sob um viés do toma-lá-dá-cá, através da apropriação do discurso de um direito justificando práticas da antiga política brasileira em nível municipal historicamente identificado como práticas clientelistas.

A descentralização de tomadas de decisões forneceu maiores chances de participação de movimentos organizados e sociedade civil, assim como de agências internacionais. A partir deste processo, novas demandas e formas de se reconhecer a especificidade da insegurança alimentar em distintas regiões surgem aliadas à reflexão sobre uma SA mundial sustentada nos ideais de Direitos Humanos, sendo específico o Direito Humano para uma Alimentação Adequada (DHAA). Dessa maneira começa uma reflexão sobre a vulnerabilidade à insegurança alimentar, reconhecendo que o DHAA não é somente um problema individual, ou produtivo, ou



apenas de demanda, mas a existência de uma série de fatores (políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais entre eles), reflexão elaborada ainda na década de 50 por Josué de Castro<sup>1</sup>.

Segurança alimentar (S.A.) é um conceito usado por diversos grupos sociais, desde instituições internacionais de ajuda humanitária a grupos econômicos, nações, movimentos sociais de inúmeras características e, por isso, possui diversas definições e compreensões. Esse conceito é centrado na necessidade humana de acesso ao alimento. Mas o acesso à alimentação não é uma necessidade em si. Trata de questões que vão desde condições humanas e ambientais de produção, regulação do mercado internacional, a democratização da terra e da riqueza, o direito ao lazer e o respeito às tradições culturais, enfim, o direito de produzir e ter condições de alimentar-se no sentido pleno da reprodução social.

A noção de S.A, inicialmente foi associada à segurança do Estado e seus habitantes devido ao contexto conflitivo de alcance internacional e recessão que marcou a primeira metade do século XX. A iniciativa de tratar do problema da falta de alimentos ganhou contorno mundial, e englobou muito além de reflexões de expansão agrícola para alimentar uma população crescente. Mesmo assim esta concepção se mostra bastante presente, principalmente em períodos de crise e grande aumento no preço dos alimentos, conforme ainda vivenciamos os efeitos do início deste século.

É possível identificar em época não muito distante políticas sociais de abastecimento alimentar e aumento de produção agrícola em épocas de crise. Nas décadas que iniciaram o século XX existe o célebre exemplo da crise econômica de 1929, em que o governo dos EUA presidido por Franklin Roosevelt iniciou uma série de medidas denominadas *New Deal*, que incluíam, além de tudo o protecionismo da produção agrícola do país, expansão de colônias agrícolas pelo interior e transferência de desempregados urbanos para a ocupação rural.

Apesar da incorporação cada vez maior de outras bandeiras sociais dentro do conceito de S.A., ele ainda continua um conceito em disputa. Isto é explicado pela diversidade de enfoques através dos quais o tema é tratado. Embora o ponto de vista inicial que a FAO (Food and Agriculture Organization) seguiu era de que a pobreza era principal causador da fome e desnutrição, sua atuação durante a década de 50 foi focalizada no enriquecimento vitamínico de alimentos básicos, que se seguiu durante a década seguinte adicionado à programas de

<sup>1</sup> “Não é esse tipo de fome [individual], simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo. O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas.” (CASTRO, Josué de.1957: p. 26)



educação e nutrição infantis (MALUF, Renato Sergio. 2009: p. 7). Durante essas décadas a produção mundial de alimentos, principalmente dos países mais ricos, assume um modelo fordista, baseando a padronização de alimentos no trigo e no leite:

O modelo fordista baseava-se numa agricultura e uma distribuição de alimentos intensamente reguladas em nível nacional e pelo Estado, organizadas por um comércio implicitamente gerenciado dos excedentes assim produzidos. Vários aspectos desse modelo mudaram em conjunto com o desenvolvimento do regime internacional de alimentos. (FRIEDMANN, Harriet. 2000: p. 7)

24

A FAO, devido aos prognósticos alarmistas da década de 70 e certa crise na oferta de alimentos que ocasionou a elevação no preço, incorporou o objetivo de aumentar a produção mundial de alimentos para combate à fome e paralelamente a formação de um sistema alimentar de ajuda e uma coordenação da reserva mundial grãos. Durante a década de 70, essas políticas de SA tinham como maior preocupação resolver o problema de abastecimento, já que era entendido o problema da fome como uma produção insuficiente e instável em nível mundial (BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da.; TAKAGI, Maya. 2001).

A partir da inclusão da reflexão sobre os males da pobreza e fome para o desenvolvimento das nações, principalmente das mais necessitadas economicamente, o debate sobre SA se distancia um pouco sobre a ótica produtivista para uma reflexão sobre a acessibilidade aos alimentos por grupos sociais em situações vulnerabilidade social. Abramovay aponta no sentido que a fome contemporânea somente pode ser compreendida a partir do quadro de abundância que a cerca, pois, os famintos passaram a viver em um mundo de fartura, o qual não tem acesso. O autor assinala que esse é o dado mais importante e, ao mesmo tempo, o mais intrigante no estudo da situação agrícola e alimentar. Neste período, identificado entre os anos 80 e a virada do século, o problema passa da oferta para a demanda (ABRAMOVAY, Ricardo. 1985: p. 54).

Na década de 80, o padrão de alimentação norteamericano, muito dependente do consumo de carne bovina, torna-se padrão principalmente dos países mais ricos do hemisfério norte. Incentivos econômicos passaram cada vez mais a investir na pecuária e ao cultivo de grãos destinados à alimentação dos animais. Paralelamente, as indústrias transnacionais processadoras de alimentos desenvolveram novos tipos de alimentos derivados de grãos



básicos, carne e leite, e ganham espaço importante no contexto mundial tanto na discussão sobre a S.A como no fornecimento de alimentos.

A produção monocultora industrial expandida nas décadas anteriores já vinha causando danos ao meio ambiente<sup>2</sup>. A monocultura se sobressaiu tanto para a criação de grãos quanto para pecuária, enquanto que o último dependia do primeiro para abastecimento de seu produto, em que as empresas transnacionais de ração se transformaram no canal principal entre as duas atividades. É preciso destacar:

Nos países desenvolvidos, o gado já quase não pasta, as galinhas não ciscam e os porcos não fuçam. Vem todos de ração: milho, soja, mandioca, trico, enfim, boa parte de tudo que poderia servir para atenuar a fome dos homens vai para os animais. Até poderíamos dizer “suas majestades, os animais”, se o destino das pobres bestas não fosse fatalmente o abatedouro e as nossas mesas. (ABRAMOVAY, Ricardo. 1985: p. 86)

Além disso, o crescimento das corporações agroalimentares além dos limites fronteiriços do seu surgimento favoreceu a desorganização dos agricultores, principalmente pequenos e médios de países pobres como setor produtivo, estimulando-os ao atrelamento ao então atraente processo competitivo de mercado, a utilização de insumos industrializados dependentes de combustível fóssil e a vinculação fiel ao ideal de desenvolvimento agrícola divulgado pelas corporações, inclusive à base de auxílio governamental.

Na FAO, no decorrer das transformações econômicas no mundo e seus efeitos sobre a agricultura, estava se desenvolvendo a noção que a produção de alimentos seria suficiente para eliminar a fome no planeta. Instituições internacionais passaram a adotar outra reflexão no combate à fome, em que a questão de acessibilidade ao alimento passou a ter destaque e ser considerada imprescindível à S.A de uma comunidade, cidade ou país. Este processo demonstrou-se como uma vitória para o reconhecimento da S.A como um direito fundamental, no entanto mesmo se iniciando um novo modo de pensar, o foco principal ainda se manteve na

2 Outros cultivos alimentares seguiram o fluxo de se subordinarem como fornecedores para a indústria processadora de alimentos. A mecanização e utilização de elementos químicos e artificiais não se limitavam somente ao cultivo, mas também no processamento do alimento pela indústria com a adição de conservantes e outros aditivos químicos afim de maquiagem sabores ou adiar a pericuidade. Existe o agravante para o cultivo com a introdução, o estímulo e a padronização do uso de sementes geneticamente modificadas associado à utilização de insumos industrializados, quando ainda hoje não há uma regulação e fiscalização efetiva na maioria dos países e muito menos pesquisas suficientes sobre os efeitos da utilização desse padrão de produção sobre o ser humano e o meio ambiente.





“estrutura produtiva dos sistemas alimentares e à disponibilidade agregada dos alimentos” (MALUF, Renato Sergio.2009: p. 61).

A erradicação da miséria e o combate a fome foram incorporados como primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e posteriormente, em 2002, estabeleceu-se a estratégia de geração de empregos através do incentivo à produção agrícola como forma de combate à pobreza, e a acessibilidade aos alimentos através de programas sociais governamentais e redes internacionais de ajuda humanitária. O DHAA, de acordo com as Nações Unidas, tem como bases a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Esse último foi aberto a adesões em 1966, porém passou a vigorar somente em 3 de janeiro de 1976. (CUSTODIO, Maria Battaglia. 2011: p. 01)

## 1- Segurança alimentar no Brasil

*O Brasil fez a escolha de gerir políticas públicas por meio de sistemas integrados e participativos, cujos exemplos mais conhecidos são o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). [...] a abordagem sistêmica permite a construção coletiva por meio da participação social e da concertação entre governos e sociedade.*

(Maya Takagi e Renato Maluf<sup>3</sup>)

Neste tópico pretendemos levantar os principais eventos e marcos fundamentais para a constituição da SA em direito. Nesse sentido faz-se necessário compreender toda a mobilização da sociedade civil, seu histórico, e seus efeitos traduzidos em marcos regulatórios e a institucionalização de políticas sobre a temática.

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra-se o direito à alimentação como parte de um padrão de vida adequado, mas apenas em 1986 ocorreu a VIII Conferência Nacional de Saúde, deliberando sobre a realização da 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, realizada ainda em 1986 em que já apontava a criação de um Sistema Nacional sobre o tema.

Paralelo aos movimentos sociais, um conjunto de entidades governamentais são criadas com o objetivo de fornecer alimentos, sem que suas ações e objetivos institucionais sejam

**3 História da segurança alimentar - documento referência: estruturando o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional - SISAN.** Cadernos Sisan, nº 01/2011, p. 07.



planejados de forma sistêmica. Assim, podemos citar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), formalizado em 1983, mas cuja origem data do ano de 1954<sup>4</sup>; ou, outra iniciativa através do Serviço de Abastecimento da Previdência Social (SAPS), de 1955, que entre as suas ações distribuía alimentos básicos aos inscritos na Previdência Social<sup>5</sup>; em 1962 foram criadas três entidades nacionais de armazenamento: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEN).

A partir de 1964 a fome sai da agenda política brasileira e Josué de Castro é considerado subversivo, exilando-se na França, onde morre em 1973. No Brasil, em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), de onde foram criados dois programas nacionais que abordavam a desnutrição como doença social. Em 1986 o INAN promoveu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que delibera pela construção do SISAN. Ainda em 1976 foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que em suas ações focava: a suplementação alimentar; a racionalização dos sistemas de produção e comercialização de alimentos; e atividades de complementação e apoio à oferta e demanda de alimentos.

Em 1987 são criados comitês permanentes de combate à fome com participação de instituições de saúde pública, associações diversas, Igreja Católica e agências governamentais. É preciso perceber que "a alimentação deixa de ser encarada como benefício e passa a ser compreendida como direito"<sup>6</sup>.

Com a Constituição de 1988, e o fim do período militar, os movimentos sociais voltam à vanguarda do movimento da SA como bandeira política. Nos anos 90 foi criado o Movimento pela Ética na Política, com destaque para a participação do sociólogo Herbert de Souza, Betinho e o surgimento de ONGs como o COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida, de 1993). Outras ONGs destacaram-se nesse momento, como: Fase Nacional, Ibase, Assessoria em Projetos de Tecnologias Alternativas (ASPTA), Centro de Assessoria e Apoio a Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA). Época em que:

4 CUSTÓDIO, Marta B; et all. **Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica.** Download no dia 19/06/2014 pelo site:

[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/volume\\_13\\_6\\_2011/1-Seguranca-alimentar\\_13-06-2011.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_13_6_2011/1-Seguranca-alimentar_13-06-2011.pdf)

5 Idem.

6 **História da segurança alimentar documento referência**, p. 17.



O conceito de segurança alimentar, em processo de formulação, estava estreitamente ligado à necessidade de mudança do modo de produção baseado na Revolução Verde para um modo de produção economicamente e ambientalmente sustentável, socialmente e culturalmente justo, na discussão que ocorria no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS).<sup>7</sup>

Em 1993 um novo marco, o então Presidente Itamar Franco recebe de lideranças dos movimentos sociais uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (Vasconcelos, 2004). E, ainda em 1993, é criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), como órgão de aconselhamento da Presidência da República, composto por 8 Ministros, 21 representantes da Sociedade Civil, sendo 19 indicados pelo Movimento pela Ética na Política. Assume a Presidência do CONSEA o Bispo da Igreja Católica Dom Mauro Morelli.

Em julho de 1994, realiza-se a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, com 1.800 delegados, que aponta as seguintes diretrizes para orientar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional:

- i) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar;
- ii) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados;
- iii) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento biológico estimulando práticas alimentares e estulo de vida saudáveis.<sup>8</sup>

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) à presidência da república, assistimos a extinção do CONSEA e do INAN como estratégia de redução do estado, seguindo a cartilha neoliberal. Em resposta à demanda, cria o Comunidade Solidária, deslocando o debate sobre a fome e a segurança alimentar para a questão da pobreza. Apesar de críticas sucessivas ao modelo neoliberal implantado vale a consideração de que neste momento inicia a implementação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. De uma perspectiva legislativa vale citar a Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999<sup>9</sup>, em que destaca-se: a garantia da qualidade dos Alimentos colocados para o consumo no País; a

7 Idem, p. 18.

8 **História da segurança alimentar documento referênci**a, p. 19.

9 Publicada no D.O.U de junho de 1999.



Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis; A Prevenção e o controle dos Distúrbios Nutricionais.

A derrota eleitoral do projeto neoliberal, e a vitória do projeto petista com a eleição Lula (2002-2010), a fome reaparece como problema fundamental de atenção do Estado, e adotado o projeto Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2003 surge, a partir do Instituto da Cidadania, uma proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional e, ainda nesse ano, é recriado o CONSEA. Já em 2004 Chico Menezes<sup>10</sup> assume a presidência do Conselho. Ainda em 2004, a instituição do Programa Bolsa Família (Lei n 10.836/2004) unifica os programas de transferência de renda, e destacamos a realização da II Conferência de SAN (II CNSAN). A Conferência foi realizada em Olinda, onde foi aprovada a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), aprovada em 2006 sob o número 11.346, nascendo assim o SISAN.

Decretos posteriores regulamentaram o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)<sup>11</sup>. Em 2010, o Decreto 7.272 instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

## 2- Segurança alimentar em Minas Gerais

*“Roma somos todos nós, latinos e cristãos; e pela amplitude imaterial não desnacionaliza a quem com ela se identifica.”*

*Afonso Arinos*

A institucionalização da Segurança Alimentar está ligada a um movimento que se personificou em uma figura pública católica, Dom Mauro Morelli. Se o histórico literário e político tem como referência propostas políticas assistenciais, socialistas ou sociais-democratas, a história da relação da fome para a Igreja católica é milenar.

Na história de vida dos organizadores tanto da secretaria executiva do CONSEA MG, quanto da secretaria executiva do CAISAN MG (que se autodenominaram Comitê Temático de

10 Desde 1989, coordenava a linha programática de Segurança Alimentar dentro do IBASE. Mestre formado no CPDA/UFRRJ, coordenador também do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

11 Decretos n. 6.272 e 6.273, ambos de 2007.



Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CTSANS), é marcante a passagem pelas pastorais, tanto da terra quanto da criança.

Indagados sobre a operacionalização do tema de SANS no estado vale um estudo mais pormenorizado sobre o Programa Estruturador “Cultivar, nutrir e educar” (PECNE). Programa que procura uma integração das políticas públicas estaduais com o foco no tema. Esse documento tem como marcos de referência o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2011-2030) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Este programa trabalha com a noção de que há um binômio indissolúvel entre educação e nutrição, com caráter intersetorial entre as áreas de agricultura, saúde e educação. A secretária executiva do CTSANS chegou a revelar, em conversa, que a união entre essas áreas é tão forte na mente de Dom Mauro que ele já propôs que as escolas se responsabilizassem na oferta de alimentos para toda a comunidade escolar, para além dos alunos, querendo mostrar uma transversalidade da noção de alimentação presente no PECNE, de acordo com seu manual de operacionalização:

Vale lembrar que a saúde é resultante de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho e transporte, emprego e lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde.<sup>12</sup>

Para tal o PECNE apoia-se na Lei Federal nº11.947/2009 que determina o mínimo de 30% da merenda escolar um mínimo para compra de produtos oriundos da agricultura familiar. De acordo com o objetivo geral do programa:

O Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar visa garantir o direito humano à alimentação saudável, adequada e solidária, contemplando o binômio educação e nutrição para os alunos das escolas públicas estaduais da educação básica, potencializando a alimentação escolar, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a educação alimentar nutricional.<sup>13</sup>

Um detalhe a observar é que não consta a “assistência social” no objetivo geral do programa, mostrando, talvez, uma diferença de concepção do conceito em relação ao federal.

Durante as reuniões foi possível notar nos discursos a constatação de que há um baixo nível de participação da sociedade civil organizada nas atividades programadas. E uma grande

<sup>12</sup> Manual de operacionalização: PECNE. Belo Horizonte, MG, 2014. Governo do Estado de Minas Gerais, p. 14.

<sup>13</sup> Idem.



participação de órgãos relacionados à saúde, educação e agricultura – objetivos centrais do PECNE.

Na plenária do Consea houve queixas de alguns participantes que tentaram mostrar que a falta de recursos para a mobilização impediam a participação da sociedade civil. Em resposta, Dom Mauro enfatizou que a sociedade civil deveria se organizar melhor para não depender do Estado na sua organização, e que essa demanda significa uma confusão de atribuições.

Diante de um cenário em que o CTSANS possui em seu orçamento uma quantia de apenas R\$ 4.000,00 até o final de 2014, a oferta pelo MDS de um edital no valor de R\$ 400 mil para o fortalecimento do SISAN em MG aparece como uma grande oportunidade, aparentemente. Esse fato apareceu como ponto de pauta na reunião do CTSANS e em conversas paralelas à mesma reunião. Questão que por si só aparece como um sintoma sobre os desafios de fortalecimento do SISAN. O lançamento de um novo edital pelo MDS, com uma exigência de contrapartida de dois mil reais aparentemente não apresentaria impedimentos. O edital e a respectiva resposta do governo de MG com uma proposta poderia acontecer apenas após a Copa do Mundo, e o recurso só estaria disponível para o ano de 2015, sob uma possível nova administração estadual. A Secretaria de Assistência Social do Estado, aparentemente mais apta para captar o recurso, alegou dificuldades administrativas decorrentes do seu vínculo com o governo federal respeitar as lógicas de outro sistema, SUAS (Sistema Unificado da Assistência Social). Nesse momento encontramos um outro desafio para a institucionalização de uma questão (a SAN) que envolve a interação, de uma perspectiva administrativa, entre dois sistemas (SUAS e SISAN).

Em conversas paralelas com a secretária executiva do CTSANS ficou evidente que há uma indisposição por parte do governo estadual em dividir os “louros” dos avanços conquistados na Segurança Alimentar com o governo federal, que de um lado pode ser interpretado como uma trajetória política diferente (PSDBxPT), ou, para não simplificarmos o problema, podemos também interpretar como diferenças de concepções sobre a própria operacionalização do tema no organograma do estado e, assim, suas concepções fundadoras.

Nas intervenções de Dom Mauro há uma nítida crítica à organização institucional da Segurança Alimentar quando aloca-se em um Ministério em que as ações orbitam na assistência social, com ênfase em seu caráter “assistencialista”, perdendo sua concepção de uma conquista ou luta por “direitos”.





A ida de Dom Mauro para Minas Gerais pode explicar o avanço do estado, mas, ao mesmo tempo pode significar também um determinado formato de um subsistema de SAN diferente do SISAN proposto pelo Governo Federal. Sistema esse que possui traços muito característicos e relacionados com a força carismática em torno de uma das linhas do movimento, a articulação em torno da personalidade e também dos movimentos pastorais. Mesmo os militantes petistas que constituem uma oposição interna da segurança alimentar no estado possuem uma relação declarada em conversa com o deputado federal Padre João<sup>14</sup>. Ou seja, mesmo o movimento que faz uma contraposição à perspectiva do Dom Mauro representam outra perspectiva dentro de um mesmo movimento religioso.

Na reunião do CTSANS houve uma tentativa por parte da secretaria executiva em mapear as despesas de cada secretaria relacionada com Alimentação, de acordo com as rubricas no orçamento. Duas secretarias não encaminharam informações à solicitação realizada: ciência e tecnologia e segurança. Outras representantes e secretários fizeram uma intervenção mostrando que há trabalhos desenvolvidas pela secretaria de ciência e tecnologia, prorrogando o prazo para o envio. No caso do representante da secretaria de segurança houve o questionamento sobre o valor gasto na alimentação em presídios. Nesse momento o representante declarou que nos contratos para alimentação nos presídios não há como decompor o valor contratado das empresas pois nos contratos não há o valor exato gasto em alimentação, os contratos são por serviços. Ou seja, a própria secretaria assume em reunião oficial que não tem conhecimento da base de cálculo sobre os quais são firmados.

---

14"O deputado Padre João (PT-MG) assumiu no último dia 27 a coordenação da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso Nacional. Uma das missões do colegiado neste ano, de acordo com o parlamentar, é estreitar o relacionamento com outras frentes parlamentares e o governo, com o objetivo de trabalhar uma agenda legislativa que garanta alimentos de qualidade à população. [...] O parlamentar está em seu primeiro mandato federal. Nas eleições de 2002 e 2006 foi eleito deputado estadual em Minas Gerais. Sua atuação tem se destacado na defesa do desenvolvimento regional sustentável, agricultura familiar, acesso à terra, geração de trabalho e renda, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional." Disponível em: <http://www3.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/deputado-padre-joao-assume-frente-parlamentar>. Acesso em 12/06/2014.



## Considerações finais

As práticas relacionadas à Segurança Alimentar já aparecem muito antes de existir a política e um Sistema único. Podemos identificar em uma rápida incursão em campo que há, pelo menos, dois sistemas que interagem sobre o mesmo problema: a insegurança alimentar.

Este trabalho surgiu inicialmente como uma resposta à demanda de contextualização de pesquisadores sobre o cenário de institucionalização do SISAN nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, a partir de um edital de pesquisa e assessoria aos Conselhos Estaduais de SAN para viabilizar a institucionalização ou para pesquisar sobre os desafios da institucionalização das políticas de SAN aos demais entes federativos.

Para tal identificamos três paradigmas iniciais que se confrontam para assegurando o DHAA: o paradigma produtivista, o assistencialista e o clientelista. Paradigmas que interagem com estruturas institucionais marcadas por uma falência de organicidade nas instituições do poder público, falta de recursos e autonomia para construir redes para além de uma política eleitoral que encontra efeitos exponenciais nos municípios do interior do Brasil. E assim:

Ao estudarmos a autonomia municipal no Brasil, verificamos, desde logo, que o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história, salvo breves reações de caráter municipalista, o amesquinamento das instituições municipais. (LEAL, Victor Nunes. 1975: 50)

Quando Victor Nunes Leal destaca as dificuldades administrativas e políticas dos organismos públicos municipais reforça um dos tons presentes no regime representativo brasileiro: a falta de um espírito público e a pessoalidade com que são tratados os mais diversos temas. A SAN conseguiria fugir dessa lógica?

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da,; TAKAGI, Maya. **Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo Perspectiva**. vol.15, no.4, São Paulo, Oct./Dec. 2001
- CUSTODIO, Maria Battaglia et al. **Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18(1): 1-10, 2011



CUSTÓDIO, Marta B; FURQUIM, Nelson R; SANTOS, Greice M M; CYRILLO, Denise C.  
**Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica.**  
Download no dia 19/06/2014 pelo site:  
[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/volume\\_13\\_6\\_2011/1-Seguranca-alimentar\\_13-06-2011.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_13_6_2011/1-Seguranca-alimentar_13-06-2011.pdf)

FRIEDMANN, Harriet. **Uma economia mundial de alimentos sustentável.** IN: BELIK, Walter e MALUF, Renato Sergio. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização.** Campinas, SP: IE/Unicamp, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Manual de operacionalização: PECNE.** Belo Horizonte, MG, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

MALUF, Renato Sergio. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **História da segurança alimentar documento referência: estruturando o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional - SISAN.** Cadernos Sisan, nº 01/2011. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/ Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Acesso: 12/06/2014 no site:  
<http://www3.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/deputado-padre-joao-assume-frente-parlamentar>



## **ALEITAMENTO MATERNO EM PREMATURO: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

OLIVEIRA, Gislaine de Fátima

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário-Unicentro*  
gislaine-f.oliveira@hotmail.com

FUJINAGA, Cristina Ide

*Professora do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário-Unicentro*  
cifujinaga@gmail.com

PAULA, Gabriele Alves de

*Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário-Unicentro*

35

### **RESUMO**

Diante de inúmeros questionamentos acerca da segurança alimentar, que é um tema debatido na academia atualmente, uma questão englobando a segurança alimentar, o aleitamento materno e o prematuro nos suscitaram reflexões. Pensamos a segurança alimentar como um assunto complexo o qual tem seu início nos primórdios da vida do sujeito, perante isso nos reportamos ao questionamento de qual seria o alimento mais seguro ao bebê prematuro? Assim o objetivo deste trabalho foi compreender a triangulação entre a segurança alimentar-aleitamento materno-prematuro e as implicações diante das práticas em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). Utilizamos a pesquisa bibliográfica enquanto metodologia. Diante disso foi possível constatar que tal triangulação perpassa três atores sociais denominados usuários, trabalhadores e gestores, os quais interagem entre si e possuem implicações para com a efetivação do aleitamento materno.

**Palavras-chave:** segurança alimentar. Aleitamento materno. Prematuro.

### **ABSTRACT**

Faced with numerous questions about food safety, which is a subject of debate in academia today, a matter encompassing food safety, breastfeeding and premature raised in reflections. We think food security as a complex subject which has its beginning in the early life of the subject, before this we refer to the questioning of what would be the safest food to premature baby? So the aim of this study was to understand the triangulation between maternal and early-lactation food security and the implications on the practices in Neonatal Intensive Care Units (NICU). We use literature as a methodology. Thus it was established that such triangulation runs through three social actors named users, workers and managers, who interact and have implications for the effectiveness with breastfeeding.

**Key-words:** Food security. Breastfeeding. Premature.



## INTRODUÇÃO

Para embasar a nossa reflexão precisamos delinear o que seria a segurança alimentar, de acordo com a Conferência Mundial da Alimentação organizada pela FAO (Food and Agriculture Organization) em 1996 a mesma existe “quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a uma alimentação que seja suficiente, segura, nutritiva e que atenda as necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar vida ativa e saudável” (FAO, 1997). Em nível de Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) a qual foi estabelecida pela Portaria do Ministério da Saúde aprovada em 1999 e ratificada em 2003, determina a segurança alimentar como “... a garantia de que as famílias tenham acesso físico e econômico regular e permanente a conjunto básico de alimentos em quantidade e qualidade significantes para atender os requerimentos nutricionais’ (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Em se tratando de recém-nascidos pré-termos (RNPT) a alimentação possui como objetivo possibilitar o crescimento apropriado sem a produção de efeitos metabólicos indesejáveis. A alimentação, ainda, influencia nas funções imunológicas, respiratórias, hepáticas e hemodinâmicas. Diante disso, percebemos a necessidade de cuidados especiais ao RNPT e também de uma atenção diferenciada no que diz respeito ao apoio ao aleitamento materno, com o objetivo de garantir uma melhor qualidade de vida ao RNPT. As vantagens do aleitamento materno aos RNPTs são:

(...) suas propriedades nutritivas e imunológicas, seu papel na maturação gastrointestinal e formação do vínculo mãe-filho, aumento do desempenho neurocomportamental, proteção contra enterocolite necrosante, menor incidência de infecção (incluindo sepse e meningite), menor incidência de reospitalização e melhor coordenação sucção-deglutição (SCOCHI et al., 2008, p.145).

Nesse sentido o aleitamento materno tem sido indicado por organizações nacionais e internacionais, contudo sua realização ainda é reduzida, no que se refere a recém-nascidos prematuros ou não. A imaturidade fisiológica e neurológica de alguns RNPTs é uma barreira para o aleitamento materno, além disso, outras barreiras institucionais se evidenciam, bem



como, o impedimento da permanência da mãe em UTIN, períodos prolongados de internação, critérios rígidos para a indicação ao aleitamento materno, a não consideração de habilidade motora oral e aspectos globais do RNPT para a indicação ao aleitamento materno, as quais podem levar ao desmame precoce e a diminuição da produção láctea (SCOCHI et al., 2008). Ainda que alguns desses impedimentos para a realização do aleitamento materno em RNPT estejam preconizados na Portaria Ministerial nº 693 de 5 de julho de 2000 atualizada pela Portaria GM nº 1683 de 12 de julho de 2007 em que propõe o Método Mãe-Canguru como política pública de assistência infantil humanizada.

Considerando que o leite materno é apontado neste trabalho como o alimento seguro para o RNPT precisamos delinear o que seria o aleitamento materno, visto que se trata da melhor forma de alimentar o lactante. Assim as mães precisam ser orientadas para amamentar seus bebês, sendo ou não RNPT, de modo integral sem a introdução de outros alimentos até o sexto mês do mesmo. A partir desta idade podem-se introduzir outros alimentos para a complementação da alimentação, contudo o aleitamento materno deve persistir até 24 meses ou mais. Nos casos de RNPT o aleitamento materno possui inúmeras dificuldades, dentre elas se destaca a imaturidade do reflexo de sucção. A separação entre a mãe e o bebê internado em uma UTIN passa por uma grande dificuldade que é a formação do vínculo, fator determinante para que o aleitamento materno seja bem sucedido. Outros pontos que influenciam na efetividade do aleitamento materno são a disposição física e as rotinas das UTIN, bem como o conhecimento restrito dos profissionais de saúde sobre este fenômeno dificultando o estabelecimento da amamentação e ocasionando o desmame muitas vezes ainda no ambiente hospitalar (VANNUCHI et al, 2004). Aqui podemos perceber o quão importante é a relação entre os profissionais de saúde envolvidos neste fenômeno, as mães enquanto protagonistas do cuidado do RNPT e do próprio RNPT, uma vez que todos são importantes para que o aleitamento materno seja efetivado de modo que a internação não seja um impedimento para o mesmo.

Em se tratando de segurança alimentar o leite materno produzido pelas mães de RNPT produz benefícios para o mesmo, não unicamente por grandes quantidades de fatores imunológicos, mas por possuir um menor risco de contaminantes. Alguns aspectos biológicos referentes ao aleitamento materno em RNPT são necessários destacar. Assim,





As crianças prematuras e de baixo peso nem sempre são beneficiadas pela transferência de imunoglobulinas através da placenta que ocorre após 34 semanas de gestação. Por estarem expostas a um ambiente patogênico durante a internação em UTI, é fundamental que elas recebam os fatores de proteção através do leite da própria mãe como primeira opção, ou de leite humano de banco de leite, como segunda opção, desde que seja compatível com a idade gestacional do recém-nascido (VANNUCHI, et al., 2004, p. 427).

Assim o objetivo deste trabalho foi compreender a triangulação entre a segurança alimentar-aleitamento materno-prematuro e as implicações diante das práticas em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), bem como a postura dos atores três atores sociais envolvidos neste processo.

38

## **METODOLOGIA**

Este trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica, que consiste na sua elaboração por meio de material já constituído, composta por livros e artigos científicos. De acordo com Gil (2008) a pesquisa bibliográfica possui uma vantagem primordial que é possibilitar ao pesquisador a compreensão dos fenômenos de modo mais amplo do que quando a pesquisa é realizada diretamente. Tal vantagem é relevante quando o problema de pesquisa demanda elementos disseminados.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

As leituras realizadas em torno do protagonismo da mulher no cuidado do RNPT, da efetividade do Método Mãe-Canguru, do aleitamento materno em RNPT e da segurança alimentar nos suscitaram algumas reflexões diante do proposto pelas portarias e do que chega ao usuário, qual a explicação para a contradição existente nesse percurso. Salientamos que o aleitamento materno em RNPT faz parte da segurança alimentar considerando as exigências apontadas pela Conferência Mundial de Alimentação, diante dessa afirmação é que discutimos acerca dos empecilhos para a realização e o incentivo dessa prática. Em contraponto, as leituras realizadas em torno da interdisciplinaridade, interculturalidade e



relações de poder permitiram a compreensão dos aspectos determinantes para a não efetividade da atenção à saúde enquanto modelo de assistência para o aleitamento materno em UTIN, que o fator primordial para que o alimento seguro chegue até o RNPT. Alguns aspectos devem ser considerados como a cultura que é relevante para entender as tradições e costumes das pessoas, as relações de poder que perpassam o fato, os sujeitos envolvidos, entre outros aspectos.

O termo segurança alimentar possui um percurso reflexivo até o momento de consolidação atual, por volta dos anos 90 alguns conceitos foram incorporados junto a tal termo, bem como, alimento seguro aquele livre de contaminação química e biológica, qualidade do alimento em que aspectos nutricionais, biológicos e tecnológicos da produção são característicos, o balanceamento da dieta e as opções culturais, ponderando os beneficiários das políticas públicas. Assim o direito a uma alimentação se inseriu no espaço de direito à vida, à dignidade e a satisfação de necessidades básicas. Ressalta-se que a segurança alimentar como um direito básico do sujeito possui cinco pontos norteadores: a segurança alimentar como um direito básico à alimentação e a nutrição, a garantia desse direito ser efetivada por políticas públicas e privadas, o Estado como protetor desse direito, a sociedade civil ativa nos momentos que o Estado não conseguir suprir as demandas, o rompimento com a oposição entre Estado e mercado (VALENTE, 1995).

O encontro entre o que é encarado como segurança alimentar para o RNPT – o aleitamento materno – e as questões práticas vivenciadas nos hospitais esbarram em pontos passíveis de discussão pela ótica de Merhy (2006) como o desempenho dos papéis sociais envolvidos nessa prática de atenção à saúde do RNPT, mais especificamente pelo Método Mãe-Canguru.

Para evidenciar alguns pontos preconizados pela lei com relação aos RNPTs precisamos recorrer a ao Método Mãe-Canguru e a descrição do seria a Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

O nascimento de um RNPT gera muitas angústias na mãe do mesmo e também em sua família como um todo, normalmente as famílias esperam levar seus filhos para a casa e não para a UTIN. O espaço da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) proporciona ao RNPT uma experiência distinta da vivenciada no espaço uterino, uma vez que este é o local correto para todo o desenvolvimento do RNPT, contudo em um nascimento prematuro isso



não é possível. Nesse momento é que as UTIN são indispensáveis permitindo assim aos bebês que não teriam condições para a sobrevivência para que a tivessem. A UTIN propicia uma chance de sobrevivência ao RNPT, entretanto este ambiente é nervoso, impessoal e até temeroso para quem ainda não se acostumou com sua rotina. A UTIN possui luz forte e constante, barulho, mudança de temperatura e ocorre muita interrupção do ciclo de sono do RNPT, uma vez que, são realizadas muitas avaliações e procedimentos no decorrer do dia ocasionado dor e desconforto (REICHERT; LINS & COLLET, 2007).

A criação do Método Canguru, enquanto uma estratégia de assistência ao bebê recém-nascido de baixo peso ocorreu na Colômbia em 1979, proposto pelos doutores Edgar Rey Sanabria e Héctor Martínez da Universidade Nacional de Bogotá, visando suprir as carências infra-estruturais existentes no sistema público daquele país. Já no Brasil o surgimento dessa estratégia ocorreu na década de 90 com a finalidade de possibilitar um maior contato entre a mãe e o bebê precocemente, também, como alternativa de alta o mais breve possível otimizando o processo de alta considerando que ainda há escassez de leitos neonatais em várias regiões do Brasil (CAETANO; SCOCHI; ANGELO, 2005). No ano de 2000, quando o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento foram difundidos o Ministério da Saúde estabeleceu as Normas de Atenção Humanizada ao Recém Nascido de Baixo Peso- Método Mãe Canguru, que fossem delineados pela Portaria nº 693, de 5 de julho de 2000, atualizada em 12 de julho de 2007 na Portaria Nº 1.683 (BRASIL, 2000, 2007). O Ministério da Saúde instituiu três etapas para o desenvolvimento do Método Mãe-Canguru (BRASIL, 2002). A primeira etapa do Método Mãe-Canguru é marcada pelo início dos cuidados no pré-natal de uma gestação de alto-risco, posteriormente pelo internamento do recém-nascido (RN) na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). Alguns cuidados especiais devem ser adotados na UTIN, bem como, o acolhimento dos pais na mesma, o esclarecimento sobre o estado de saúde do RN, o funcionamento da UTIN, a equipe e as rotinas. Deve-se, ainda, promover o estímulo precoce dos pais à UTIN dispensando restrições de horários, possibilitar quando possível o contato dos pais com o bebê (BRASIL, 2002). A segunda etapa do Método Mãe-Canguru aponta a permanência de modo contínuo do RN com sua mãe, na qual a posição canguru será efetivada pelo máximo de tempo possível, esse momento será como um estágio que antecede a alta hospitalar (BRASIL, 2002). Na terceira etapa o acompanhamento ambulatorial ocorre após a alta hospitalar, em que o objetivo primordial é sustentar a



periodicidade nas consultas individuais, considerando o fator de risco para quando necessário a intervenção seja precoce, diminuindo deste modo a reincidência de internamento do RN acompanhado e a diminuição da mortalidade infantil (BRASIL, 2007).

Considerando os pontos elencados no Método Mãe-Canguru e a UTIN é que pensamos a relação entre os atores envolvidos nesse processo, com o foco no aleitamento materno dos RNPT. Diante disso, os atores: usuário, aqui representado pelo RNPT e sua mãe; trabalhadores de saúde, todos os envolvidos para a efetivação da parte técnica da saúde médicos, enfermeiros, fonoaudiólogos, entre outros; gestores, aqueles que possuem o poder e formulam normas, leis, projetos para beneficiar a população. Assim, todo processo de saúde é visto como um processo de contratualização, o qual não é único, mas está intimamente relacionado com situações e modos como os três tipos de atores sociais envolvidos expressam suas intenções e se implicam, ressaltando ocorrem jogos de hegemonização entre esses atores.

Esses atores formam alianças, acordos, têm suas intenções e desejos (MERHY, 2006). Nesse sentido cabe pensar que o usuário ocupa o lugar de detentor das necessidades, o trabalhador da saúde o lugar do saber e o gestor o lugar de gerenciar o espaço público estatal. Partindo desse pressuposto cada um desses atores possui um lugar específico no qual lhe cabem direitos e deveres, para que um modelo de atenção à saúde consiga se estruturar é necessário que cada ator se implique de modo a ocupar o seu lugar assumindo assim um posicionamento.

Todos os atores envolvidos nesse processo, usuários, trabalhadores e gestores, são permeados por um ponto extremamente importante para a compreensão de tudo que é a cultura. Toda cultura possui o seu logotipo, caracterizado pelo conhecimento da cultura, diante disso é possível afirmar que toda cultura sabe alguma coisa e cabe as outras o respeito. Uma proposta para a problematização da forma como o usuário é visto pelos outros atores é a compreensão a partir da interculturalidade, sabemos que inúmeras vezes o usuário não possui voz dentro do sistema e isso se deve ao fato da negação da tradição filosófica dos tidos como 'Diferentes', aqui não cabe trocar o Diferentes por Inferiores, pois não consideramos em nossa reflexão nenhum ator como superior ao outro, mas sim todos como em equivalência apenas com papéis diferentes. A reflexão aqui se refere ao fato de que muitas vezes a tradição do usuário é desconsiderada por um motivo ou outro, ponderando que o etnocentrismo é o que prevalece (FORNET-BATANCOURT, 1994).



Neste trabalho o nosso foco não é apontar que os usuários são Inferiores aos trabalhadores de saúde ou aos gestores dentro do sistema de saúde, contudo sabemos que ideologicamente falando isso predomina. O conceito de ideologia na concepção de Marilena Chauí (1992) é um contíguo de ideias e de valores, de normas e de regras, que possuem a finalidade de controlar a sociedade por meio da interferência nos modos de pensar e de agir dos sujeitos, isso tudo com a finalidade de conformar a sociedade diante de tantas diferenças no contexto social, político e cultural. Assim o intuito da ideologia é explicar racionalmente tal desigualdade, para que os sujeitos alienados não visualizem os papéis de dominados e de dominadores. Trazendo esse conceito de ideologia para a nossa discussão cabe pensar que os atores denominados usuários possuem sim um lugar de dominados primordialmente pelos gestores, estar alienado dentro deste sistema faz com que os usuários não se posicionem no exercício de seu papel reivindicando seus direitos previstos nas leis se comportando de modo conformista. No caso do aleitamento materno enquanto segurança alimentar a mãe, protagonista desse cuidado, em alguns casos ocupa o lugar de dominada não se posicionando e exigindo seus direitos, inúmeras vezes pela fragilidade que se encontra. Diante disso, cabe a equipe técnica do cuidado e da gestão pensarem estratégias que aloquem essa mãe no lugar de protagonista do cuidado de seu filho, bem como apresentando o suporte necessário para que ela alimente seu filho garantindo assim o alimento seguro a ele.

Nesse sentido, um ponto interessante a se pensar é que poderá romper com paradigmas de dominação é a perspectiva intercultural. A interculturalidade é uma visão filosófica que rompe com a rigidez, valoriza o senso comum, não se sustenta no etnocentrismo e no reducionismo. Partindo de um olhar voltado à interculturalidade é que se pode conhecer o outro tentando entender que o mesmo possui um conhecimento, o qual deve ser considerado seja conhecimento científico ou senso comum (FORNET-BATANCOURT, 1994). Um ponto interessante é a empatia, conceito este que define como o trabalho na saúde deveria ser pensado, de modo a colocar-se no lugar do outro, o problema real da saúde é que os atores realizam funções nas quais não estão pensando no afetado por ela. Por exemplo, o gestor elabora as leis de forma nada empática talvez nunca tenha contato com a lei que está propondo, quando a lei é sancionada e posta em prática chega ao usuário de um jeito distorcido, pois ela não foi elaborada pensando empaticamente. Este é apenas um exemplo de praticamente tudo que envolve o sistema de saúde, outro ponto interessante é o diálogo, este



seria a solução para tudo, contudo com os papéis distorcidos e mal efetivados o diálogo acaba passando despercebido por todos os atores.

Em se tratando de um ambiente denominado UTIN a seguir iremos pensar e questionar a postura profissional dos trabalhadores de saúde, aqueles que estão intimamente relacionados com as mães dos RNPT e com os próprios bebês. Considerando os trabalhadores como atores envolvidos na atenção à saúde, podemos afirmar que estes possuem um papel extremamente significativo, uma vez que são os donos do domínio tecnológico no ato de cuidar dos usuários. Deste modo os trabalhadores de saúde são os possuidores de um contíguo de saberes mais especificamente do conhecimento científico, são eles que colocam a prática no cuidado e efetivam o preceito das leis sobre a saúde. As tecnologias de saúde são configuradas por um conjunto de dimensões materiais – UTIs, incubadoras, materiais cirúrgicos, entre outros – e de dimensões não materiais – procedimentos realizados bem como aplicação de uma injeção, examinar o paciente, entre outros. Neste sentido a união das dimensões materiais e não materiais é que compõe o fazer dos trabalhadores da saúde.

Retornando à formação o profissional passa por uma academia com inúmeros procedimentos apreendidos, nos quais o conhecimento científico se sobrepõe ao conhecimento de senso comum, o profissional é formado de um modo extremamente técnico e determinista (SANTOS, 2008). Diante de uma formação assim ele sai para o mercado de trabalho e encontra um mundo totalmente diferenciado daquele apreendido dentro da academia, a exemplo disso uma equipe de enfermagem que impõe às mães de bebês internados em UTIN que lavem os cabelos durante a dieta que é um período de repouso após o parto, pois a permeância delas com os cabelos sujos dentro de uma unidade de terapia intensiva poderão acarretar em acúmulo de bactérias, contudo a equipe de enfermagem esquece que algumas mães não lavam os cabelos durante o período denominado dieta, pois receberam orientação de suas mães e avós de que isso não pode por conta de acarretar doenças como a loucura ou a recaída na dieta. Desconsiderando esse conhecimento das mães, de não lavar os cabelos durante a dieta, e tratando-o como um conhecimento não científico essa equipe de enfermagem acaba afastando a mãe de entrar na UTIN quando na verdade a simples presença dela ao lado de seu bebê proporciona uma defesa, ainda maior do que estando com os cabelos lavados. Nesse sentido, cabe apontar que Boaventura (2008) alimenta seu ponto de vista de que a ordem científica hegemônica, ciência esta que conjectura uma





condição de inflexibilidade diante das necessidades humanas reais, ele realiza sua análise sob a ótica sociológica que indica uma crise dessa ciência e aponta um aspecto emergente desta ordem científica dominante. Essa ordem científica é bastante criticada pelo fato do comprometimento exclusivo com o modo singular de encontrar o conhecimento verdadeiro, fundamentado por princípios epistemológicos comprovados com métodos estritamente restritos. Esse conhecimento, que é caracterizado pelo modelo autoritário e hegemônico, tido como conhecimento científico, já não corresponde às necessidades humanas, contrapondo veementemente ao senso comum, afastando-se da natureza e das insuficiências humanas.

Diante disso, em se tratando da saúde, todo conhecimento apontado como senso comum deve ser considerado por qualquer ator, as vivências de um usuário da saúde devem primordialmente ser consideradas em todos os aspectos. No caso das mães de RNPT são elas que sabem sobre os seus bebês, por mais que a equipe técnica possua o conhecimento científico a protagonista no cuidado do filho é a mãe e o conhecimento dela deve ser valorizado. A formação recebida nos dias de hoje pelos profissionais é determinista ao apontar que o conhecimento certo e fidedigno é somente o científico e pronto, mas esquece de preparar o profissional para se inserir num contexto em que o sujeito que receberá a ação deve ser considerado como um todo. O contato com as pessoas que possuem diferentes pontos de vista em todas as esferas deve ser considerado para que isso não se torne um empecilho ao trabalho, tornando-o deficitário ao passo que um ator quer se sobrepor ao outro.

Merhy (2006) descreve sublimemente como o poder envolto sobre a atenção a saúde, no que concerne aos trabalhadores, aos usuários e aos gestores, estão implicados devendo “ficar claro que estas capacidades estão o tempo todo sendo mediados, pela conformação das linhas de força política que os governos representam e pelas capacidades dos vários atores sociais barganharem seus interesses, no terreno deste bloco histórico (p. 13)”. Diante disso, muitos poderes estão envolvidos no cuidado à saúde de modo explícito ou implícito.

## CONCLUSÃO

A proposição deste trabalho não é apontar falhas ou culpados no que se refere à efetividade do aleitamento materno em RNPT enquanto uma questão de segurança alimentar,



uma vez que isso não resolve problemas já legitimados por tal descompasso, à ponderação é que não existem culpados. Alguns modelos de saúde são considerados ineficazes atualmente por conta de que os atores envolvidos: trabalhadores, mães de RNPT e gestores não se apropriam de seus papéis. Cada ator tem um papel importante que quando realizado adequadamente a proposta de atenção à saúde pode sim dar certo. Diante disso, consideramos os usuários, os trabalhadores e os gestores como uma tríade responsável pela questão SAÚDE. E no caso desta proposição pensamos que todos os envoltos ao fenômeno do aleitamento materno em RNPT enquanto uma questão de segurança alimentar são os responsáveis pela chegada até o mesmo do alimento mais seguro.

Quando dizemos que a culpa é da gestão porque o sistema não funciona, certamente cometemos erros, tudo que envolve a saúde está atrelado aos vários poderes implícita ou explicitamente. Ou quando dizemos que o trabalhador de saúde não realizou o procedimento corretamente. Ou, ainda, quando encontramos um usuário que se contenta com clientelismo não reconhecendo o seu direito. Ou, também, quando afirmamos que a mãe do RNPT não se interessa em amamentar seu filho. Inúmeras situações podem descrever características de um papel mal desempenhado no que se refere à proposição do aleitamento materno no RNPT, contudo as reflexões realizadas pensando interdisciplinarmente e interculturalmente podem apontar um caminho, não uma receita pronta-acabada, mas sim um caminho a ser construído por mãe, trabalhadores de saúde e gestores.

A ponderação entre o contexto cultural que o modelo de atenção à saúde está inserido, a prática interdisciplinar dos trabalhadores de saúde em que um conhecimento não se torna fragmentando, mas sim utilizado como um todo, nesse sentido poderá ser apresentado ao modelo uma nova visão mais preocupada com o sujeito e dessa forma com a saúde e a segurança alimentar propriamente dita que é o objeto primordial.

O essencial se refere à inserção do usuário da saúde, no caso deste trabalho da mãe do RNPT, no processo. Com esse olhar a implementação do aleitamento materno para os RNPT está preocupada com a evolução do paciente considerando-o como um todo, esse todo alude à mãe e a família, com um acompanhamento que vai além de técnicas institucionalizadas. Deste modo a mãe que é a protagonista do cuidado de seu filho é parte atuante para que o aleitamento materno ocorra e não somente a equipe técnica de cuidados. Com a mãe presente ocorrerá à formação do vínculo fator primordial para que o aleitamento materno se efetive.



Diante disso, o importante é o diálogo entre todos os atores envolvidos, pois a mãe enquanto protagonista do cuidado de seu RNPT poderá decidir se quer ou não amamentar o mesmo, pois essa decisão cabe a ela e não a equipe técnica. Assim, cada ator se apropriando de seu papel – direitos e deveres – refletirá num processo construtivo e não impositivo saudável a todos os envolvidos principalmente ao RNPT.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Temática da Saúde da Criança. *Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: método canguru* (manual do curso). Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.683 de 12 de julho de 2007. Aprova, na forma de anexo, as *Normas de Orientação para a Implantação do Método Canguru*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2007, coleção 2, p. 84.

CAETANO, L. C.; SCOCHI, C. G. S.; ANGELO, M. Vivendo no método canguru a tríade mãe-filho-família. *Revista Latino-am Enfermagem*, v.13, n.4, p. 562-8, julho-agosto, 2005.

CHAUÍ, M. S. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FAO. *Report of the World Food Summit*. Rome: Food Agriculture Organization, 1997.

FORNET-BATANCOURT, R. *Questões de método para uma filosofia intercultural a partir da Ibero-América* – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MERHY, E. E. *Um dos grandes desafios para os gestores do SUS: apostar em novos modos de fabricar os modelos de atenção*. In Merhy, E. E.; Magalhães, Jr. H. M.; Rímoli, J; Franco, T. B.; Bueno, W. S. *O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2006. P. 15-36.]

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. 2 Ed. Rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

REICHERT, A. P. S.; LINS, R.N.P.; COLLET, N. Humanização do Cuidado da UTI Neonatal. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [serial online], v. 9, n. 1, p. 200-213, janeiro-abril, 2007.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.



SCOCHI, C. G. S.; FERREIRA, F. Y.; GÓES, F. S. N.; FUJINAGA, C. I.; FERECINI, G. M.; LEITE, A. M. Alimentação láctea e prevalência do aleitamento materno em prematuros durante internação em um hospital amigo da criança de Ribeirão Preto-SP, Brasil. *Ciência Cuidado Saúde*. V. 7, n. 2, p. 145-154, 2008.

VALENTE, F. L. S. *A evolução, conceito e o quadro da segurança alimentar dos anos 90 no mundo e no Brasil*. Disponível em: <[www.sept.pr.gov.br/conselhos/consea/artigos](http://www.sept.pr.gov.br/conselhos/consea/artigos)>. Acesso em: 4 abr. 2006.

VANNUCHI, M. T. O.; MONTEIRO, C. A.; RÉA, M. F.; ANDRADE, S. M.; MATSUO, T. Iniciativa Hospital Amigo da Criança e aleitamento materno em unidade de neonatologia. *Revista Saúde Pública*. V. 38, n. 3, p. 422-428, 2004.



## **DISCUSSÃO EM TORNO DE UM CONCEITO PROPOSITIVO: ECO-SEGURANÇA ALIMENTAR**

OLIVEIRA, José Carlos de  
*Professor do Programa de PPGHCTE/UFRJ*  
jcarlos@dee.ufrj.br

DIAS, Juliana  
*Estudante de doutorado PPGHCTE/UFRJ*  
juliana.gourmet@gmail.com

CHIFFOLEAU, Monica  
*Estudante de mestrado do Programa de PPGHCTE/UFRJ*  
monichiffoleau@yahoo.fr

48

### **RESUMO**

Este artigo visa apresentar uma discussão em torno de questões relativas a proposição de um novo conceito para a Segurança Alimentar. Considera como pressuposto que tem ocorrido alguns desencontros, e conflitos, entre os propositores de ações e políticas para eliminação de insegurança alimentar. Esta por sua vez tem adquirido novas feições no presente estágio do sistema alimentar no contexto de globalização da economia. Portanto, com base nas limitações e contradições observadas na utilização do presente conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por grupos ligados à saúde, ao meio ambiente, gênero, aos direitos humanos, à nutrição, reforma agrária, agroecologia, agricultura familiar, , economia solidária, educação popular, dentre outros, é que se envereda em proposição de um novo conceito. O intuito é adensar o debate e, prospectivamente, sugerir novas alternativas de tratar a questão. Introduce-se, assim, novos descritores, que acreditamos necessários para a composição de um macroconceito a que denominamos de Eco-segurança Alimentar, mais adequado para tratar das dissonâncias de se produzir alimentos em quantidade suficiente e de boa qualidade para a continuidade sadia da vida no mundo.

**Palavra-chaves:** Segurança e Soberania Alimentar, Ética, Eco-Segurança Alimentar.

### **ABSTRACT**

This article presents a discussion about the proposition of a new Food Security concept. It considers some controversies and conflicts among those engaged in implementing policies and actions designed to prevent and end food insecurity. Nowadays, such insecurity has acquired new features due to the present state of the food supply chain within the globalized economy context. Having in mind the limitations and contradictions observed in the use of the current concept of *Segurança Alimentar e Nutricional* (Food Security and Nutrition) by some organizations from different fields such as health, environment, nutrition, human rights, agrarian reform, agro-ecology, family farming, gender, local economy and popular education organizations among others, it would be important the proposition of a new concept. The objective is to enrich the debate and suggest new alternatives to discuss this issue. We propose to introduce new descriptors that we consider necessary for the composition of a new macro-concept called *Eco-segurança Alimentar*, aimed to address the dissonances that hinder the production of proper quantities of good quality food, and to ensure the continuity of a healthy living around the world.

**KEY WORDS:** Food Security and Food Sovereignty, Ethics, Eco-Segurança Alimentar



## **Introdução**

No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar como preocupação aliada à políticas públicas, abrigo não apenas agentes de governo, ou de Estado - inclusive organização internacional -, mas também incorporando movimentos sociais da sociedade civil, entre estas, sociedades corporativas científicas e profissionais, sindicatos e conselhos, é de existência recente, digamos há mais de duas décadas. Além de se notar uma efervescência de intervenções, debates e confrontos é possível apontar para alguns desencontros, e conflitos, entre os propositores de ações e políticas, procurando agir na eliminação da insegurança alimentar. Com a globalização da economia, o sistema alimentar moderno vem adquirindo novas feições. As questões envolvem, para o encaminhamento de soluções, atores da órbita da produção, da distribuição e consumidores de alimentos, assim como, suas inter-relações, hoje em dia mais intensas e apresentando cada vez mais influências recíprocas. Logo, os problemas apresentados, contemporaneamente, pelo aparente simples ato de comer, inserem-se entre os problemas de ordem complexa, requisitando ações igualmente no campo da complexidade para apontar para possíveis soluções.

Em 2013, completou-se 20 anos da criação (ou 10 de recriação) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), uma das iniciativas brasileiras de referência internacional, que visa acompanhar e propor soluções para as políticas de alimentação no país. Este é um importante espaço intersetorial de diálogo que é formado por membros do governo, em âmbito federal, estadual e municipal (), acolhendo membros da sociedade civil brasileira organizada, na razão 2 de seus membros para cada representante do poder público, e observadores convidados. É um órgão de caráter consultivo e propositivo. Ademais, em 1998, foi criado o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), com a finalidade de articular, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. O fórum colaborou na qualificação e fortalecimento da presença da sociedade civil no Consea; exerceu papel estratégico na construção e aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN – Lei 11.346/2006) que, entre outras medidas, determinou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), através do qual está em fase de implementação uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Também





influenciou na criação da Lei de Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009), que reconhece a alimentação escolar como um direito humano e torna obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar e, igualmente, contribuiu para a inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada na Constituição Federal.

Desta forma, o Brasil tem avançado na construção do marco legal do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) e no fortalecimento e institucionalização de políticas para a erradicação da fome assim como da promoção da Segurança Alimentar. No entanto, o FBSSAN, em sua carta política publicada em 2013, informa que apesar dessas conquistas ainda faltam mecanismos de efetivação desses direitos “em face da persistência” e mesmo agudização tanto de ameaças que comprometem práticas alimentares saudáveis e respeitáveis da diversidade cultural, quanto de modelos responsáveis por danos sociais e ambientais que comprometem a biodiversidade. Ainda sobre os desafios, o documento registra que:

*É preciso enfrentar as contradições brasileiras no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional, tanto no âmbito nacional quanto na atuação internacional do país quando ela reforça modelos convencionais excludentes e concentradores. Isso se dá no contexto da chamada crise alimentar que, de fato, é sintoma de um sistema alimentar em crise.*

Essa crise pode ser descrita, essencialmente, pela inevitabilidade de se considerar o alimento uma mercadoria e não como direito humano. E, assim sendo, fica sujeito, em um mundo globalizado, às flutuações dos preços internacionais, em que contribui, agravando, a produção de grãos para uso não alimentar (biocombustíveis), portanto, ficando à mercê da especulação financeira dos produtos do agronegócio. Esses são fenômenos que constituem a face mais visível, de uma crise mais profunda, que questiona os pilares do sistema alimentar mundial. Para levar a cabo essa tipo de produção agrícola - visando em última instância o lucro - apelam para formas que maximizam-no como a monocultura em grande escala, com enorme uso de máquinas e elevado uso de agrotóxicos, conduzindo a uma alta concentração de capital para a produção, com controle exercido por um pequeno grupo de corporações, desde a produção até o varejo; e, por fim, não menos importante, padrões de consumo prejudiciais às culturas e à saúde humana, estimulados por um arsenal de comunicação,



em marketing e publicidade, que gira em torno de 33 bilhões de dólares por ano, só nos Estados Unidos da América (ROBERTS, 2009).

Ao avaliar este macro cenário de ambiguidades, contradições e enfrentamentos, consideramos pertinente colocar em pauta uma discussão no campo epistemológico a respeito do conceito de Segurança Alimentar. Também são emblemáticas, nesse sentido, as diferenças de entendimento, genericamente, entre os que propõem "Segurança Alimentar" e os que propõem "Soberania Alimentar" para atender problemas genuínos de alimentação da população, incluindo aqui à fome. Nesse sentido, o próprio FBSSAN, que antes se chamava Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) incluiu a Soberania Alimentar no seu V encontro nacional, ocorrido no ano 2006, em Belo Horizonte (MG).

Postas essas considerações preliminares, o intuito neste artigo é também adensar o debate e, prospectivamente, sugerir novas alternativas de tratar a questão, instigado pelo pensamento complexo trazido pelo filósofo e sociólogo francês Edgar Morin. Como apontado por Morin, "nas coisas mais importantes, os conceitos não se definem jamais por suas fronteiras, mas a partir do seu núcleo" (MORIN, 2005, p.72). Pretende-se levar em consideração ocorrências que despertaram fortemente no sistema alimentar mundial, sendo o mais sintomático o problema ambiental. Mas há outros. Para isso iremos discutir algumas razões que nos concita a sugerir o nome de Eco-segurança Alimentar como macroconceito mais adequado para tratar de problemas inscritos nas dissonâncias de se produzir alimentos em quantidade suficiente e de boa qualidade para a continuidade da vida sadia no mundo.

### **Homem-natureza: um binômio a ser integrado**

O geógrafo brasileiro Porto-Gonçalves (1989) aponta que a separação homem-natureza (cultura-natureza, história-natureza) é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma clássicas. A afirmação desta oposição se deu ao longo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. O autor esclarece que ter isso em conta é importante não só para compreender o processo histórico, mas, sobretudo, para compreender o presente.



*O movimento ecológico coloca hoje em questão o conceito de natureza que tem vigorado e como ele perpassa o sentir, o pensar e o agir de nossa sociedade. No fundo coloca em questão o modo de ser, de produzir e de viver dessa sociedade (p. 28).*

Tal reflexão entre a separação homem-natureza se impõe exatamente em momentos de crise, quando setores da sociedade se colocam a tarefa de repensar seus fundamentos, seus valores, seu modo de ser. O movimento ecológico está bem no centro destas complexas questões. Na opinião de Porto-Gonçalves, não é por acaso que, modernamente, a problemática ecológica transita entre a Ciência, a Filosofia e a Política, recolocando inclusive em novas bases a relação entre esses três planos. O século XIX foi o triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, foi subdividida em Física, Química, Biologia. O homem em Economia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, etc. Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento.

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, de acordo com o autor, pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza. As ciências da natureza se separam das ciências do homem, criando-se um abismo colossal entre uma e outra. O autor sugere que a Ecologia vem ocupando um espaço teórico e político de que a ciência, a sociedade e a cultura contemporânea carecem.

As descobertas científicas do século XXI, principalmente as provenientes da Biologia, conseguiram apontar para um conceito de ecossistema, menos ambíguo e vago que o de natureza e meio ambiente. O ecossistema compreende o meio geofísico e o conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam esse meio. Nesse sentido, ponderamos que o conceito de Segurança Alimentar no Brasil deveria ser submetido a uma discussão epistemológica e filosófica, com o intuito de integrar os avanços das atividades em torno das ideias de ecossistema ao longo destas duas últimas décadas.



## **Explorando as causas da insegurança alimentar: historicidade do conceito de Segurança Alimentar**

Há uma convergência entre os estudiosos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) quanto à origem ou, melhor, quanto à natureza do conceito. Todos concordam que seu significado primeiro, advém de uma noção de segurança nacional própria dos Estados europeus do século XX, particularmente nos anos que se seguiram a I Grande Guerra Mundial (1914-1918). Nesse conflito, a população europeia, tinha sido dizimada, com campos e cidades destruídos. O sentido de humanidade que definia comportamentos éticos e morais nos conflitos do passado, que já haviam experimentado abalos nas guerras napoleônicas, havia se estilhaçado. A bipolaridade nos seus primórdios reforçava ainda mais, para ambos os lados, o uso do alimento e da garantia de acesso a ele por parte de todos, como uma fantástica arma. (CLAUSEWITZ, 1979, p.73 apud CAMPOS, 2014, p.120).

O abastecimento alimentar adquiria um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de uma nação dependia de sua capacidade de autoprovisão de alimentos e de matérias-primas. Portanto, o termo segurança alimentar, e não o fato em si, foi primeiramente de origem militar e vinculava a questão alimentar exclusivamente à capacidade de produção. Segurança alimentar tinha a ver, sobretudo, com a soberania da nação. (BELIK, 2003, p.; MALUF, 2007; LANG; BARLING; CARAHER, 2009).

A publicação das obras de Josué de Castro encontra-se sintonizada com o momento do cenário internacional, caracterizado pelo período do Pós-Guerra, no qual a geopolítica mundial encontrava-se num processo de reconfiguração de forças. (CAMPOS, 2014, p.121). Nesse momento da história mundial, o tema da Segurança Alimentar entrou na agenda internacional, sobretudo em função das experiências de privação de alimentos e de embargos, vivenciados durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

Com a definição do bloco dos países capitalistas e o bloco dos países socialistas, intensifica-se o debate internacional sobre as causas da pobreza no mundo e a fome passa a ser identificada como um de seus principais aspectos inquietantes. Inserida nesse contexto e sofrendo uma forte influência dos países da América do Norte, durante



o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933–1945), foram criados os primeiros subsídios para a produção agrícola. Esta política impedia aos agricultores de parar a sua produção, pois o lucro estava relacionado ao aumento da produtividades (ROBERTS, 2009, p. 117-118). Começou a partir daí, principalmente nos EUA, um período de sobreprodução, expansão e intensificação até os dias de hoje. Foi necessário desenvolver novos mercados para escoar esses alimentos, tornando-se um problema para o Estado americano, que por sua vez amparava suas grandes corporações alimentícias. A superprodução era tal que chegou até a ser usada em políticas de ajuda internacional para combater o comunismo. (ROBERTS, 2009, p.119; LAPPE, 1991, p.92).

É por isso que no ano 1960, a balança comercial dos EUA, mesmo sendo deficitária em todos os setores, não o era na produção agrícola. A partir deste momento, a agricultura passou a fazer parte do livre mercado e este setor, altamente subsidiado, se impôs com vantagem comparativa americana aos demais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) torna-se o principal órgão internacional relacionando o enfrentamento do problema da insegurança alimentar mundial e da fome em que esta assume papel destacado. Nesse enfoque, a fome passa a ser explicada como uma consequência da produção de alimentos em pequena escala, ocorrendo, sobretudo, nos “países do Terceiro Mundo”. E é nessa perspectiva que os governos envolvidos, órgãos internacionais como a FAO, assim como multinacionais detentoras de tecnologias de setor agropecuário, procuraram justificar a introdução do processo de modernização da agricultura em vários países do hemisfério Sul, nas décadas de 1950, 60, 70 como solução para eliminação da fome (GALBRAITH, 1976; HOBELINK, 1990; LANG; BARLING; CARAHER, 2009, apud CAMPOS, p.122-123). Fundadas na ideia de que o desenvolvimento material, precisamente, o técnico científico, seja o responsável pelo crescimento, pelo progresso que se confundem com desenvolvimento social e econômico e bem estar. Mas efetivamente essa política produziu concentração de riquezas e de terra em decorrência o êxodo rural.

No entanto, apesar do aumento relativo da produção dos alimentos associada à industrialização da agricultura, a década de 1970 registrou crises mundiais no estoque de alimentos de alguns países importantes e, apesar da quantidade produzida suplantar o número de habitantes do planeta, os números das vítimas da fome e da desnutrição



persistiram e em algumas regiões aumentaram. O êxodo rural se intensificou nesse período, resultado da mecanização das práticas agrícolas e do desemprego e pobreza gerada pelo avanço desse processo no campo (SOTO, 2002; apud CAMPOS, p. 121). No início dos anos 1970 (entre 1972 e 1974), os revezes climáticos e econômicos associados, produziram uma das mais graves crises de escassez de alimentos da história do século XX. Para Valente (2002), é justamente a partir desse episódio, quando o conceito de segurança alimentar ganha amplitude mundial, que a noção deixa de lado sua associação com os direitos humanos e ingressa no campo produtivista. “A ênfase estava na comida, e não no ser humano” (VALENTE, 2002, p.41).

O médico brasileiro Josué de Castro, em artigo publicado em 1971<sup>1</sup>, já denunciava que a “civilização da abundância, caminhava ao lado da civilização da miséria, pois os dados sobre a fome e desnutrição eram abafados pelo governo norte-americano. Essa contradição, afirma Castro, colocava em dúvida a afirmação quase universal de que os EUA “são um país verdadeiramente desenvolvido, e também criticava os apologistas da civilização das armas e da máquinas”, destacando que : “(...) *ousaram ir longe demais quando afirmaram que o país do dólar – que fez da tecnologia a sua ética – é, sem nenhuma dúvida, o país mais bem desenvolvido do mundo* (2003, p. 97-98).

É nesse contexto que ocorre a Conferência Mundial da Alimentação, organizada pela FAO, em Roma, no ano de 1974. Em função da situação verificada, o tema da Segurança Alimentar adquire uma importância destacada na agenda dos países, mas com o foco ainda na garantia de uma produção intensiva de alimentos, sendo tratada a necessidade da garantia da manutenção de estoques de gêneros alimentícios, que pudessem ser utilizados em situações de emergência (MALUF, 2007, CAMPOS, p. 123).

Com o aumento da oferta, verificou-se ser imprescindível cuidar também da capacidade de acesso aos alimentos, pois a persistência da fome continuou um fato. Para dar uma dimensão mais abrangente, a FAO, adota a definição de segurança alimentar que melhor expressa seu significado naquele momento da história que estabelece: “a segurança alimentar representa um estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação

<sup>1</sup> Publicado no jornal Le Monde, edição de 17-18 de janeiro de 1971, Paris.





suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (BELIK, 2003, p. 23, Apud CAMPOS, p. 125)

### **O conceito de Segurança Alimentar no Brasil**

A componente “nutricional” no conceito de Segurança Alimentar, no Brasil ganhou força no final dos anos 1980 (IPEA, SEDH, MRE, 2002, p.69). A partir desta abordagem, em 1992, a FAO consolida outros descritores no conceito de segurança alimentar, relativos à qualidade dos alimentos: qualidade nutricional, biológica, sanitária e cultural. Tais componentes foram consolidados na I Conferência Internacional de Nutrição, promovida, em parceria, pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pela OMS (Organização Mundial da Saúde). (VALENTE, 2002).

Mas, seria nos anos 1990 que o conceito atingiria seus contornos atuais com a inserção de novas variáveis resultantes de outra dimensão assumida pelo direito à vida, tal como referido em passagens anteriores. No final da década de 1980 e início de 1990, observa-se uma ampliação ainda maior do conceito para incluir questões relativas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e das dietas. Ao mesmo tempo, entram em cena as questões de equidade, justiça e relações éticas entre a geração atual e as futuras, quanto ao uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado, sob a égide da discussão de modos de vida sustentáveis. A questão do direito à alimentação passa a se inserir no contexto do direito à vida, da dignidade, da autodeterminação e da satisfação das necessidades básicas. (SEN apud VALENTE, 2002, p.41).

Ao longo do processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentos de 1996, foram emanadas contribuições do Comitê Nacional e da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar realizada em 1994, em Brasília (DF), que constituíram a base do relatório sobre a situação da Segurança Alimentar e da Fome no Brasil (COMITÊ NACIONAL MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996). Tal documento foi entregue em 1996 pelo governo brasileiro, à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma, na Itália, por uma comissão tripartite (formada pela sociedade civil, governo e iniciativa privada). Nele, Segurança Alimentar e Nutricional foi conceituada, como segue:



*Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável (CONSEA, 200423 - BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro – Cúpula Mundial da Alimentação, Brasília (DF), Ministério das Relações Exteriores, 1996, p.1; CAMPOS, 2014, p.134)*

Através da evolução do conceito de Segurança Alimentar, encontramos ainda grandes contradições no sistema alimentar, fome/obesidade, sobreprodução/desperdício, saúde/doença, seguridade/risco, etc. Pretendemos entender a influência que o conceito de Segurança Alimentar teve para criar as condições do predomínio da fome num mundo de sobreprodução de alimentos, onde as grandes empresas transnacionais aparecem como os maiores beneficiários desta discussão, os quais têm influenciado no modelamento do atual sistema alimentar.

### **Novos descritores no conceito de Segurança Alimentar**

Desde a I Conferência Mundial de Alimentação, realizada pela FAO em 1974, houve a incorporação de novos elementos ao seu conteúdo, cabendo ressaltar que um dos avanços foi balancear as questões de disponibilidade e acesso com as preocupações na qualidade do alimento em si (*safety food*). A partir daí, começa-se a amalgamar a importância das questões relacionadas às formas de acesso por parte do conjunto da população (produção e distribuição) ou o que se conhece, em inglês, como *food security*, com as questões de *safety food* (CAMPOS, 2014, p 128).

No início dos anos de 1980, novos temas reclamam renovada atenção, particularmente os que afetam as vinculações entre produção agroalimentar, desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola. Percebe-se adicionalmente que a fome não é tanto uma consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas sim da marginalização econômica de certas populações (CHONCHOL, 2005, p. 3, Apud CAMPOS, p.128)

Nesse sentido, em 1986, o Banco Mundial definiu Segurança Alimentar como “o acesso por parte de todos, durante todo o tempo, em quantidade suficiente de



*alimentos para viver uma vida ativa e saudável*”. Dessa forma, mais do que a disponibilidade de alimentos, a capacidade de acesso por parte dos povos assume o *status* de questão crucial para a segurança alimentar. A partir de então, ela aparece associada à garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução de pobreza. (VALENTE, 1995, p.128)

Em 1996 mais de 182 nações participaram da Cúpula Mundial da Alimentação, as quais se comprometeram em diminuir pela metade, até o ano 2015, o índice de pessoas subnutridas no mundo. Foram concebidos dois grandes documentos: a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, listando sete compromissos que os governos participantes iriam assumir para elevar o nível de segurança alimentar; e o complementar plano de ação da Cúpula Mundial da Alimentação, listando objetivos específicos para alcançar as metas consubstanciadas na declaração. Todas as nações envolvidas concordaram e subscreveram a declaração, coincidindo em relação à urgência na adoção de medidas, devendo-se para isso programar ações nas distintas esferas de atuação (local, regional, comunitária). Essas ações implicam iniciativas relacionadas, no âmbito educativo e político, ao combate à fome e à insegurança alimentar. (CAMPOS, 2014, p.127). Enfatiza-se os aspectos do acesso, qualidade e suficiência, valorizando os hábitos alimentares adequados, ao mesmo tempo em que situa a segurança alimentar e nutricional como condição basilar de cidadania (BELIK, 2003; CAMPOS, 2014, p.127).

### **Fome e obesidade as duas caras da mesma moeda: insegurança alimentar**

Na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, isso não significa um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução na nossa lógica (MORIN, 2005, p.68). No dia 04 de junho de 2013, os jornalistas do mundo inteiro se reuniram na sede da FAO, em Roma (Itália), para o lançamento da última edição da principal publicação da entidade chamada “O Estado da Alimentação e da Agricultura” (SOFA – em inglês), dedicada aos Sistemas Alimentares para uma Melhor Nutrição. O relatório destaca que, embora cerca de 870 milhões de pessoas sofressem de fome crônica no período de 2010 a 2012, o número representa apenas parte das vítimas. De acordo com o estudo, 2 bilhões de pessoas sofrem de uma ou mais deficiências de micronutrientes, enquanto



1,4 bilhão tem excesso de peso, das quais 500 milhões são obesas. Ou seja uma situação mais grave.

Segundo o relatório, 26% das crianças com menos de 5 anos têm atraso no crescimento e 31% sofrem de carência de vitamina A. A FAO reconhece a necessidade de atender a crescente preocupação com a obesidade no mundo, embora mantenha como prioridade o combate à fome. *“A obesidade não é um problema tão grande como a fome nos países em desenvolvimento. Primeiro há que garantir que as pessoas consumam alimentos suficientes e apropriados”*, afirma o Dr. Prakash Shetty, da FAO.

Nesse início de milênio o número de pessoas superalimentadas no mundo compete com as subalimentadas. O mais preocupante é que os países em desenvolvimento estão engrossando a fila dos países que sofrem com o problema da obesidade. De acordo com o Roberts (2009), não existe nada mais irônico como a epidemia global de obesidade. Em todas as culturas no mundo, se tornou paradigmático: observa-se que o sucesso econômico vem acompanhado com excesso de peso da população.

O problema do excesso de peso tem se configurado como transversal à questão da renda, sendo diagnosticado nas diversas classes sociais, mesmo que por motivações diferentes. Nas classes menos favorecidas economicamente, um dos agravos é o barateamento da alimentação dos trabalhadores e de suas famílias à custa do consumo de alimentos inadequados. Já nas classes média e alta, o que se observa é o excesso de consumo alimentar instigado pela mídia, em decorrência da ampliação das ofertas de produtos no mercado, de produtos altamente processados (SANTOS, 2007; CAMPOS, 2014, p.245).

Por outro lado, as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) registram que mais de 1 bilhão de adultos no mundo apresenta sobrepeso e 300 milhões apresentam algum grau de obesidade. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) vem atualizando a situação da população em termos de alocação de renda para consumo. O relatório de 2008/2009 mostrou que, dos 95 milhões de adultos que participaram do estudo, 3,8 milhões de indivíduos apresentavam déficit de peso. Outros 38,8 milhões (aproximadamente 41%) exibiam excesso; e 10,5 milhões foram considerados obesos. Por essa e outras razões, justifica-se a ampliação da luta contra a fome no Brasil e também contra a má alimentação e a obesidade. Nesse estudo, verificou-se que metade



da população brasileira está acima do peso, com um aumento significativo nos últimos 35 anos. Entretanto, a pesquisa (POF, 2008-2009), mostra que a desnutrição "caiu quase pela metade nos últimos 20 anos, enquanto o sobrepeso e a obesidade quase dobraram". A fome e a obesidade tem raízes na mesma origem: o sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos, baseado na monocultura em grande escala, em grandes latifúndios e alto uso de agrotóxicos, e mais recentemente, o avanço do uso de transgênicos. Tudo isso está ligado a um modo de produzir conhecimento através de uma concepção atomístico-individualista.

Os dados apontados neste artigo dão ao fenômeno da obesidade contornos de epidemia. Mantido o ritmo atual de crescimento do número de pessoas acima do peso, em dez anos elas serão 30% da população – padrão idêntico ao encontrado nos Estados Unidos, onde a obesidade já se constitui em sério problema de saúde pública (CAMPOS, 2014, p.243).

A obesidade é um desafio mundial, pelo que representa de redução na expectativa de vida e nos custos dos serviços de saúde. Em 2004, a Assembleia Mundial da Saúde - que é a instância deliberadora máxima da Organização Mundial da Saúde (OMS) - chamou a atenção para esse risco e editou o documento chamado Estratégia Global em Alimentação, Atividade Física e Saúde. Nele, os governos de todos os países se comprometem a instaurar políticas que estimulem padrões saudáveis de alimentação e de atividade física. A FAO lançou, em 4 de junho de 2013, em Roma, uma campanha mundial para erradicar a má nutrição, que provoca além das carências nutricionais, também a obesidade. Em termos gerais, a produção mundial de alimentos tem excedido a necessidade de consumo *per capita*. No entanto, a análise dos dados referidos indicam a existência de problemas de acesso aos alimentos, sobretudo em função da pobreza, assim como o consumo de alimentos acessíveis para a população de mais baixa renda, excessivamente calóricos e de baixa qualidade nutricional (CAMPOS, 2014, p. 246).

Num mundo em que o alimento e a comida estão sendo permanentemente artificializadas as contradições tornam-se cada vez maiores, ocorrendo um grande dispêndio de energia, recursos e esforços, no sentido de justificar o custo social, ambiental e cultural das consequências geradas pela Revolução Verde e pelo processo de industrialização dos alimentos (NESTLE, 2007, apud CAMPOS, 2014, p. 249).



## De alimentos a commodities

Os registros de *commodities* têm ocorrido no vigoroso sistema alimentar, onde convive dois pensamentos díspares, mas faces de uma mesma moeda. A origem está nos pensadores Thomas Robert Malthus (1766-1834) e Nicolas de Condorcet (1743-1794). Desde o início do século XIX, suas ideias a respeito do abastecimento alimentar versus crescimento da população têm influenciado nossas apreensões e discussões acerca da alimentação. Por um lado, Malthus (1798), afirmava que o mundo deveria enfrentar periodicamente estados de fome. De outro, Condorcet, propagava que com tecnologia e ciência os problemas de fome e subnutrição poderiam ser vencidos. (BELASCO, 2006, p.7).

Em Condorcet, portanto, encontramos uma verdadeira cornucópia, que caracteriza uma escola de pensamento bastante otimista com relação à produção alimentar. Nos dias atuais, tal visão é representada por corporações que defendem o desenvolvimento tecnológico como única via para produzir alimentos em quantidades suficientes. Tanto no que se refere às máquinas agrícolas, quanto aos relativos à biotecnologia, especificamente aos transgênicos. No jogo de poder, recursos e lobbys acabam por levar o Estado a partilhar dessas ideias como solução de alimentação da população.

Grandes investimentos nos EUA têm sido dedicados ao estudo e desenvolvimento da produção agrícola nos moldes das ideias preconizadas por Condorcet. Nesse sentido, busca-se criar um sistema alimentar baseado em um padrão de alto volume de produção de alimentos a cada vez mais baixo custo (ROBERTS, 2009, p.19). Culturas, como o milho e a soja, foram selecionadas pela sua alta produtividade, e absorção de energia do sol como commodities. Com isso, passaram a receber intensos subsídios nos EUA, por se tratarem de mercadorias, que atendiam bem ao desenvolvimento tecnológico.

A partir de 1972, a política estava focada em exportações de alimentos. É então lançada a política “*get big or get out*” (ROBERTS, 2009, p.120), trazendo como consequências maior concentração e queda nos preços. Entre os anos de 1996 e 2005, o preço das *commodities* mais importantes caíram em mais de 40%. (ROBERTS, 2009, p.122) Tendo em vista o potencial de inovações tecnológicas, químicas e mecânicas, capazes de incrementar exponencialmente a oferta de alimentos e de matérias-primas,





iniciado em EUA, foi espalhando-se pelos demais continentes no decorrer das duas décadas subsequentes. A Revolução Verde, que de fato ampliou substancialmente a produtividade de alimentos, mas que liquidou a diversidade de culturas e expulsou para as cidades intermináveis cordões de agricultores familiares despossuídos – tudo em nome de uma nova agricultura moderna e eficiente, capaz de gerar todos os excedentes necessários à recomposição de estoques mundiais e intensificar as ajudas humanitárias (CAMPOS, 2014, p. 126).

Segundo a FAO, dos 4% das 250 000 a 300 000 espécies de plantas comestíveis conhecidas, apenas 150 a 200 são utilizadas pela espécie humana e apenas três - arroz, milho e trigo - contribuem, com aproximadamente 60% das calorias e proteínas obtidas das plantas por seres humanos. 75% da diversidade genética de plantas foi perdida desde os anos 1900 quando os agricultores mundiais abandonaram as suas múltiplas variedades locais e “raças da terra” por variedades geneticamente uniformes de alto rendimento, 75% dos alimentos mundiais são gerados de apenas 12 plantas e cinco espécies de animais.<sup>2</sup>

### **Fome e paladar, Segurança Alimentar modelando paladares**

No início de sua História da alimentação no Brasil, Cascudo (1983) opõe sua própria perspectiva intelectual a expressada pelo Josué de Castro. Se Castro escreve do ponto de vista da “fome”, Cascudo afirma escrever sobre comidas e bebidas populares do ponto de vista do “paladar” (SANTOS, p.43) Na perspectiva de Cascudo, o “paladar” é determinado por padrões, regras e proibições culturais, segundo ele, é um elemento poderoso e permanente na delimitação das preferências alimentares humanas e está profundamente enraizados nas normas culturais. O autor sinaliza ainda, o paladar não pode ser facilmente modificado por políticas públicas, fundadas no argumento médico de que determinados alimentos oferecem um maior valor nutritivo. Modificações do paladar, argumenta, dependerão da mesma fonte de sua formação: o tempo (SANTOS, p.44).

No sistema alimentar atual, o paladar, mudou, nas suas causas encontramos, políticas públicas, o avanço do processo neoliberal, a definição de estratégias para a

<sup>2</sup> <http://www.fao.org/docrep/009/y5956p/Y5956P03.htm>



consolidação da globalização da economia, a abertura dos países ao mercado internacional, a liberalização do comércio internacional, a queda das barreiras alfandegárias. Estes fatores se constituíram num conjunto de medidas definidas pelos órgãos internacionais integrantes do Consenso de Washington, que incidiram diretamente na desestruturação dos sistemas produtivos nacionais em grande parte de países, sobretudo os do hemisfério Sul.

Tal processo foi encarado com naturalidade pela FAO, afinal de contas esta é uma organização que engloba todos os países da ONU, com interesse muitas vezes bastante antagônico com relação a uma política alimentar, assim como, abrigam as tensões e controvérsias no interior de cada país dela participante. Assim é que referenciais neoliberais por vezes sobrepujavam, defendendo a ideia de um sistema alimentar global, que contaria com países produtores de alimentos e países consumidores, e afirmava que o mercado internacional supriria as diferentes necessidades alimentares dos países (MALUF, VALENTE, 1996; Apud CAMPOS, 2014, p.140).

A dimensão da noção de insegurança alimentar, no contexto da satisfação das necessidades humanas básicas, ganha uma nova tessitura, onde as assimetrias entre renda e preços dos alimentos somam-se fragmentações e subversões de práticas e hábitos alimentares tradicionais em nome de um novo padrão “*standard*” de dieta associado à modernidade da vida, a irrupção de novas doenças e agravos de saúde relacionados à inadequação dos alimentos consumidos, sacrifícios à soberania alimentar das nações pela via da subordinação econômica dos Estados pobres e subdesenvolvidos às nações centrais do capitalismo (CAMPOS, 2014, p.172).

Esta padronização foi iniciada pelo modelo de industrialização, como sinalizado pelo escritor estadunidense Harry Braverman, que descreve no seu livro Trabalho e Capital Monopolista, como grandes massas de trabalhadores devem estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos sem prejudicar a produção em outros ramos. E com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção (BRAVERMAN, p.234). Assim a segurança alimentar implica não somente na produção de alimentos mas, sobretudo, na capacidade de um indivíduo de obtê-los (LUNA, 1997; Apud CAMPOS, 2014, p.176).



De acordo com o historiador Armesto, a industrialização era percebida como geradora de impureza, corrupção e adulteração. Porém na era industrial, a única solução era mais industrialização. No fim do século XIX, a ciência da comida ficou obcecada pela pureza, e o processo de desenvolvimento nas indústrias de alimentos foi dirigido para produtos uniformes, previsíveis e seguros. Todas as antigas prioridades das cozinhas tradicionais foram superadas: prazer, individualidade, identidade cultural. Produtores de alimentos de visão compreenderam que a legislação sanitária, ao fazer com que os custos unitário aumentassem, favoreceria as economias de escala e traria mais negócios para os extremos mais fortemente capitalizados da indústria. (p.316) A higiene se converte em um argumento de venda que aprimoraria qualquer marca, a mecanização foi abençoada com a retórica da pureza “sem contato manual”, a moderna indústria de alimentos explorou o medo de doenças produzindo “comidas falsas” (ARMESTO, 2001, p.317).

A composição da oferta de alimentos pode, comprometer a condição de segurança alimentar se apresentar-se, na forma de produtos alimentares tanto inseguros do ponto de vista da sua qualidade comprometida pelo uso de elementos nocivos à saúde (venenos, adubos químicos em excesso, componentes químicos duvidosos ou pouco conhecidos, adicionados nas formulações de produtos processados, e outros), quanto pela introdução de novos hábitos e práticas alimentares que contribuem para destruir a cultura gastronômica dos povos, anulando identidades e alimentando modismos que ampliam dependências de padrões sob monopólio (CAMPOS, 2014, p.177).

As grandes empresas agroalimentares controlam cada vez mais os processos de produção e distribuição de alimentos. Certos alimentos, por outra parte, são produzidos cada vez mais “industrialmente”, apesar de que a própria noção de “indústria alimentar” (ATKINSON, 1983, p. 10-16; FISCHLER, 1979, p. 201) é repugnante para muita gente. Como é sinalizado por Michel Pollan (2008, p.14), a partir dos anos 60, o supermercado tem se convertido no local onde é realizada a maior parte das compras de produtos. Os verdadeiros alimentos têm desaparecido das prateleiras, para serem substituídos por uma moderna cornucópia de produtos altamente processados imitando comida. O Brasil não é a exceção. De acordo com a última pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2011), 59% dos brasileiros realizam suas compras em supermercados e hipermercados.



Com a industrialização progressiva e a liberalização dos mercados o setor agroalimentar, vive hoje ao ritmo da mudança e da globalização, tanto na produção quanto na comercialização, nos enquadramentos que determinam a regra de base do seu funcionamento e a sua permanente alteração promovida inicialmente pelo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e posteriormente OMC (Organização Mundial de Comércio), criada em 1995, nas inovações políticas como o PAC (Política Agrícola Comum) e nas inovações técnicas (CAMPOS, 2014, p.185). Em 1963, com o objetivo de aliviar os obstáculos existentes para converter o mercado dos produtos processados num verdadeiro mercado global, as grandes corporações através de lobby conseguiram a ratificação da OMS e a FAO do *Codex Alimentarius* (ROBERTS, 2009, p. 33).

Os países signatários, incluído Brasil, tem se comprometido a seguir estas normas sanitárias, para as quais a qualidade do produto, entendida como inocuidade, traz algumas consequências como a padronização do consumo e perda de cultura alimentar. Agroindústrias familiares e de pequeno porte não podem arcar os investimentos de adequação que as normas requerem, que em alguns casos podem descaracterizar os modos de produção tradicional. Esta padronização evidencia a perda liberdade de escolha dos consumidores, e dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar (PCTAF's). A comida tradicional não consegue atingir a mesa do brasileiro, levando a cultura alimentar a um estágio de luta e reivindicação.

De acordo com Morin, na mais alta complexidade, a desordem torna-se liberdade e a ordem é muito mais regulação que constrição (MORIN, p.109). O que encontramos com o Códex é justamente constrição, cem consonância com o que o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, denomina “alienação cultural”, onde a tecnologia se confunde na mentalidade dos “técnicos” bem instruídos, e do poder público em geral, com o *know how* representada pela técnica estrangeira. Todo sacrifício se justifica para conquista-lá (VIEIRA PINTO, 2005, p.256).

Os países capitalistas avançados incluíram na agenda mundial as preocupações relacionadas com a segurança dos alimentos (*food safety*) com vistas a assegurar a inocuidade do seu consumo para a saúde humana. Esta concepção “fez escola” na quase totalidade dos países, e instituiu um padrão internacional de produção e comércio de alimentos (MALUF, 2007, p.45). De acordo com Vieira Pinto (2005):



*...a tecnologia de origem externa serve de instrumento para aceleração do desenvolvimento da nação unicamente se for uma aquisição de livre escolha por parte de seu centro soberano de poder político, que objetiva os propósitos da autêntica consciência de si, a saber, a de suas massas trabalhadoras (p.257).*

A tendência de mudança de paladar são constatadas no Brasil pelo Ministério da Saúde, a partir do rastreamento telefônico que faz para monitorar fatores de risco para doenças crônicas. A POF de 2008-2009 mostrou que as famílias estão gradualmente substituindo a alimentação tradicional na dieta do brasileiro – arroz, feijão, hortaliças – por bebidas e alimentos industrializados, como refrigerantes, biscoitos, carnes processadas e comida pronta. Tudo mais calórico e, em muitos casos menos nutritivos. Os grandes beneficiários deste modelo é a indústria agroalimentar, agronegócios, redes varejistas, estamos frente a um sistema alimentar que antepõe os interesses particulares da agroindústria às necessidades alimentares das pessoas, processo que em se acentuado a partir da segunda metade do século XX (CAMPOS, 2014, p.243).

### **Eco-segurança Alimentar uma proposta, um macroconceito**

Como temos visto neste artigo, pretendemos discorrer sobre a complexidade de problemas advindos do atual sistema alimentar, debaixo do modo de produção capitalista, em tempos de grandes concentrações de corporações, que tem necessidade de vida ou morte de valorizar o capital. Observamos que as empresas são as maiores beneficiárias das políticas, aumentando, portanto, o volume de produtos alimentares produzidos. Essa atuação têm ocasionado problemas inscritos na insegurança alimentar,, o que faz com que a definição do significado da segurança alimentar se transforme em um espaço de disputa. Entendemos, assim, que Segurança Alimentar e seu correlato Segurança Alimentar e Nutricional não é um conceito já estabelecido, mas em construção.

O segundo princípio sinalizado por Morin para ajudar a pensar a complexidade do real, é o da repetição organizacional: “A sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz” (MORIN, p.74).

É preocupante o fato de que, apesar da consciência que tem a FAO sobre o problema da obesidade no relatório “*La nueva carga del mundo en desarrollo: la*



*obesidade*”, Bárbara Burlingame, Funcionária Superior do Grupo de Estimativa e Avaliação das Repercussões da Nutrição, da FAO, declara: “Há que se superar as monoculturas que apenas têm uma grande produtividade ou melhor resistência a doenças para se começar a eleger cultivares que primem por um melhor balanço de nutrientes”, a ciência clássica segue sendo considerada a solução, através da seleção de variedades mais ricas em micronutrientes como o ferro, ou a vitamina A para introduzir essas características em variedades ou híbridos que serão mais nutritivos. As razões expostas no presente artigo nos concitam a sugerir o nome de Eco-segurança Alimentar como macroconceito mais adequado para tratar de problemas inscritos nas dissonâncias de se produzir alimentos em quantidade suficiente e adequado para a continuidade sadia da vida no mundo.

Sobre esta ótica a ideia de Soberania Alimentar é mais ampla, pois abriga a cultura de um povo e de desenvolvimento territorial, parece fornecer mais substâncias para combater as questões de insegurança alimentar. Este conceito comporta saídas para questão da produção de alimentos seguros e suficientes, em qualidade e quantidade, do tipo: produção local e a eco agronomia. Nesse sentido, pretendemos estimular outros pesquisadores a discutir propositivamente o conceito de Eco-Segurança Alimentar para dar conta da complexidade que os problemas dos alimentos, ou do sistema alimentar, suscita na contemporaneidade. Na verdade, trata-se de reunir as proposições acerca de Segurança Alimentar e Nutricional Soberania Alimentar e Desenvolvimento Territorial, Ética, Ecologia e Agroecologia, numa única consideração. Cabe, portanto empreender previamente uma discussão acerca desses temas ou conceitos para uma reflexão dos pressupostos que incorporam este novo macroconceito.

## REFERÊNCIAS

ARMESTO, Felipe Fernández. *COMIDA uma história*. Tradução de Vera Joscelyn. Rio de Janeiro, Record, 2004.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologias: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Tradutores: Rosa I. Peralta, Eli L. de Jesus e Patricia Vaz. 3a. Edição. Rio de Janeiro, 2012,

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: Rumo a uma nova Modernidade*. Tradutor: Sebastião Nascimento. São Paulo, Editora 34, 2010.





CAMPOS, Maria Aparecida. Agroecologia: uma alternativa ética para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

CASTRO, J. Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Org.: Anna Martia de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONTRERAS, Jesús e MABEL, Garcia. *Alimentação Sociedade e Cultura*. Tradutor: Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidali. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2011.

COSTA, Ediná Alves. *Vigilância Sanitária: Proteção e defesa da Saúde*. São Paulo, Hucitec/Sobravime, 1999.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradutora: M. Lisboa e Luiz B. Montez, Rio de Janeiro, Contraponto-PUC/Rio, 2006.

LIMA, Sónia Centeno; MAGALHÃES, Rosana; FONSECA, Luiz Eduardo; CARVALHO, Agostinho de (Org.). *Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Oficina de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP- World Nutrition Rio-2012.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Editora Meridional/Sulina, 2007.

ORTEGA, Antonio Cesar e ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.) *Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, SP, Alínea, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

RAMOS, Pedro e ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Segurança Alimentar: Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial*. Campinas, SP, Alínea, 2010.

ROBERTS, Paul. *O Fim dos Alimentos*. T. Ana Gibson, Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

SINGER, Peter e MASON, Jim. *Ética da Alimentação*. Tradutor: Cristina Yamagami, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

## INTERNET

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *The State of Food and Agriculture 2013: Food systems for better Nutrition*. Roma, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/sofa/en/>> Acesso em 22/03/2014.

\_\_\_\_\_. (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2012 – Economic Growth is Necessary but Not Sufficient to Accelerate Reduction of Hunger and Malnutrition*. Roma, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/sofi/en/>> Acesso em 22/03/2014

\_\_\_\_\_. (FAO). *El estado de la inseguridad alimentaria em el mundo: ¿cómo afecta la volatilidad de los 473 precios internacionales a las economías nacionales y la seguridad alimentaria?* Rome: FAO, 2011.



\_\_\_\_\_. (FAO) 1.02 billion people hungry. News release, 19 June. 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/en/item/>, Multifunctional Character of Agriculture and Land Conference, Background Paper 1, Maastricht, September 1999.

<http://www.fao.org/docrep/009/y5956p/Y5956P0320568/icode/>> Acesso em: 15 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. (FAO). The state of food insecurity in the world. Disponível em: <[www.fao.org/Focus/E/home.l.html](http://www.fao.org/Focus/E/home.l.html) > 2000. Acesso em 17 dez 2014

\_\_\_\_\_.FAO. Relatório Mundial sobre a Fome. Roma, 2008.

\_\_\_\_\_.O progresso em reduzir a fome parou virtualmente. Disponível em: <[www.fao.org/english/new](http://www.fao.org/english/new) >. Acesso em: 18 jun. 2013

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036.2 versão, 1996. Fonte: FAO. 1999 FAO. 1999a. Agricultural Biodiversity.htm



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 14**

**FAMÍLIA E GERAÇÕES**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

### **9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

### ***Café - 9h40-10h10***

### **10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatadora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**





### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)



Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

**Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

**Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

**Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de



profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3





## SUMÁRIO

MUSEU FAMILIAR: A IMPORTÂNCIA DOS OBJETOS COMO PATRIMÔNIO PARA O GUARDIÃO DE MEMÓRIA – MICHELON, Francisca Ferreira; SCHNEID, Frantieska Huszar .....	1-16
A RESILIÊNCIA NA CONJUGALIDADE: UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA NA FASE ADOLESCENTE - PEREIRA, Mônica Maria Costa Moraes; LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus .....	17-33
HISTÓRIA DO NOME PRÓPRIO E ÁLBUM DE FAMÍLIA: TIA, IRMÃ, AMIGA, UM ANJO EM MINHA VIDA. - ZUCOLOTO, Patricia Carla Silva do Vale.....	34-46
AUTISMO E FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA - TENSINI, Emanoele; BAGAROLIO, MariaFernanda; IDE FUJINAGA, Cristina .....	47-60
O PRISMA DA CONSELHEIRA TUTELAR: AS RELAÇÕES CONJUGAIS CONFLITUOSAS QUE AFETAM OS FILHOS - SANTOS, Carmelita Nascimento .....	61-74
A FAMÍLIA BERNARDO-GLORIA-FAUSTINO: ORALIDADE, MEMÓRIA ANCESTRAL E IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA. - OLIVEIRA, Luís Cláudio de .....	75-93
A DINÂMICA CONJUGAL À LUZ DA DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS EM CASAS DE DUPLA CARREIRA - SOCORRO, T. C.; MOREIRA, L. V. C. ....	94-107
A FAMÍLIA DIANTE DA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA: UM ESTUDO DE CASO - AZAMBUJA, Rosa Maria da Motta; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de .....	108-121
FUTURAS GERAÇÕES E DIÁLOGOS NECESSÁRIOS: PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL INTEGRAL, SOCIEDADE DE RISCO E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL.- LIMA, Rebeca Oliveira; RODRIGUES, Wagner Oliveira; JESUS, Júlio C. Moreira de .....	122-143
A PATERNIDADE NA PERSPECTIVA DE UM PAI E SUA CRIANÇA, NO CONTEXTO DE SALVADOR (BAHIA). ESTUDO DE CASO - MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira; ENGELMANN, Franciele .....	144-161



- A CONJUGALIDADE E O ADOECIMENTO CRÔNICO: COM A PALAVRA AS  
 CÔNJUGES - AMORIM, Rita da Cruz; ALCÂNTARA, Miriã; COSTA, Livia  
 Alessandra Fialho da .....162-  
 174
- TRANSIÇÃO PARA A PATERNIDADE: ENVOLVIMENTO PATERNO NA  
 GRAVIDEZ, PARTO E PÓS-PARTO - MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos;  
 FITERMAN, Hannah ..... 175-190
- “CÁ ENTRE GERAÇÕES...”: CONCEPÇÕES DE HOMENS DA CLASSE MÉDIA  
 ACERCA DA FAMÍLIA E SEUS MEMBROS. - NEVES, Sinara Dantas; SILVA,  
 Maria Angélica Vitoriano da ..... 191-206
- MOTIVAÇÃO NO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE DEPENDENTES  
 QUÍMICOS: UMA TÉCNICA DE TRABALHO UTILIZADA PELO ASSISTENTE  
 SOCIAL - SOARES, Rozeli Carvalho dos Santos .....207-223
- AFETO EM DESTAQUE NAS DINÂMICAS CONJUGAIS: O RELATO DE  
 MULHERES CASADAS COM MILITAR - SILVA, Ester Nunes Praça da .....224-235
- ENTRE CUIDADO E CUIDADOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIVERSAS  
 REALIDADES DOS SUJEITOS SOCIAIS. - PEREIRA, Alessandra Cabral .....236-247
- DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A BUSCA DAS FAMÍLIAS POR APOIO NAS  
 REDES - PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus .....248-263
- SOBRENOME E SAÚDE MENTAL - BRITO, Eliana Sales; FITERMAN, Hannah;  
 FIGUEIREDO, Luciene Santos .....264-274
- CURSO DE VIDA ESCOLAR ENTRE GERAÇÕES: TRAJETÓRIA DA  
 EDUCAÇÃO INTRAFAMILIAR A PARTIR DAS INTERPRETAÇÕES E  
 PERSPECTIVA DOS SEUS MEMBROS - SANTOS, Tatiana de Souza Pinheiro dos;  
 GOMES, Cristina .....275-292
- IMPLICAÇÕES SOBRE AS TRANSMISSÕES E SUCESSÕES GERACIONAIS  
 NUM CONTEXTO FAMILIAR ALEMÃO - SILVA, Marina da Cruz .....293-313
- CASAMENTO E ESTADO DE CONJUGALIDADE: REDIMENSIONAMENTO A  
 PARTIR DO “RELACIONAMENTO PURO” - PIMENTEL, Fernanda Pontes  
 .....314-329
- SILENCIAMENTO DAS MULHERES: OU AUSENTES DA HISTORIA? - REINA,  
 Vanderlay Santana .....330-346
- FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UMA NOVA PATERNIDADE? - SANTOS, Sara  
 Maria Cunha Bitencourt; SOUZA, Fábio Kalil de Souza .....347-359



GRAVIDEZ E DROGAS: ANTINOMÍNIA ENTRE O DIREITO À VIDA DO FETO E A AUTONOMIA DA MULHER EM RELAÇÃO AO PRÓPRIO CORPO - GIMBA, Marcelo de Freitas .....	360-375
FAMÍLIA E ÉTICA - DA TRANSMISSÃO DE VALORES À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DE LEALDADE - CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento .....	376-386
EDUCAÇÃO DE JOVENS NOS CONTEXTOS FAMILIAR E ESCOLAR: A REALIDADE DOS EXAMES SUPLETIVOS - CRUZ, Ariadne de Araújo; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos .....	387-401
POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA E À PATERNIDADE NO BRASIL: EFICÁCIA DA SUA INTERDISCIPLINARIDADE - CARVALHO, Ana Barreiros; SANTOS, Nilo Rosa .....	402-413
CICLO EVOLUTIVO DO CASAL E SEXUALIDADE: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS - BARRETO, Paula Sá; BITTELBRUNN, Edna; ALCANTARA, Miriã Alves Ramos .....	414-429
(RE) CONCEITUAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA - FRANCO, Maria Asenate Conceição; TAVARES, Márcia Santana .....	430-447
AS MATRIARCAS DO MULUNGU E AS VOZES DO SABER: HISTÓRIAS QUE O TEMPO NÃO APAGOU - ROSA DE JESUS, Maria Eunice .....	448-460
GESTÃO INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA E DO PLANO RIO SEM MISÉRIA: EM BUSCA DA PROTEÇÃO E DA SUPERAÇÃO DA POBREZA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BROTTTO, Márcio Eduardo; HULLEN, Angélica Cristina Nagel .....	461-479
MÚSICA, ORIGEM DO NOME E HISTÓRIA DE FAMÍLIA - REIS, Wanderlene Cardozo F. ....	480-494
AS REDES SOCIAIS DE INDIVÍDUOS COM TETRAPLEGIA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS - FREITAS, Juliana; COSTA, Livia .....	495-515
PARTICIPAÇÃO DOS AVÓS NA PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL DOS NETOS - SOUZA, Catarina Soares de; REIS, Lílian Perdigão Caixêta .....	516-529
A MATERNIDADE EM TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES AFRO-DESCENDENTES DA LOCALIDADE DE PAU GRANDE, BAHIA - RABINOVICH, Elaine Pedreira; DINIS, Edite Luiz; BASTOS, Ana Cecília de Sousa .....	530-540



## MUSEU FAMILIAR: A IMPORTÂNCIA DOS OBJETOS COMO PATRIMÔNIO PARA O GUARDIÃO DE MEMÓRIA

MICHELON, Francisca Ferreira  
*Professor do PPGMP-UFPEL*  
*fmichelon.ufpel@gmail.com*

SCHNEID, Frantieska Huszar  
*Estudante de mestrado do PPGMP-UFPEL*  
*frantieskahs@gmail.com*

1

### RESUMO

O presente artigo aborda reflexões acerca do patrimônio como herança, busca-se apresentar uma relação dos museus ou memoriais familiares com os guardiões de memória. Ao longo de sua trajetória, o indivíduo apegar-se à objetos, que acabam sendo uma conexão entre as pessoas da família. Estes objetos relacionados à memória rodeiam o indivíduo e fazem parte de sua história de vida. Esta relação dos objetos com o passado e os elos de ligações entre gerações futuras será analisado neste artigo, no qual busca abordar discussões acerca do que chamamos de museus ou memoriais familiares. Será abordado aqui o conceito do *Guardião de Memória do Museu Familiar*, bem como seu papel de resguardar objetos que servirão de elo para as gerações futuras.

**Palavras-chave:** Museu familiar; Objetos como patrimônio; Guardião de Memória.

### FAMILY MUSEUM: THE IMPORTANCE OF OBJECTS AS A HERITAGE FOR THE GUARDIAN OF MEMORY

### ABSTRACT

This article discusses some reflections on heritage as a bequest, we seek to present the relation between museums or family memorials as memory keepers. Throughout its history, the individual grips to objects that end up being a connection between the family members. These objects related to memory, surround the individual and are part of his life story. This connection between objects from the past and the link of it for the future generations is what will be analyzed in this article, which seeks to discuss about what we call museums or family memorials. Will be addressed here the concept of the Memory Guardian of Family Museum, as well as its role of protecting objects, which serve as a link to future generations.

**Key-words:** Family museum; Objects as equity; Memory Guardian.



## 1. INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio vem do latim *patri* (“pai”) e *monium* (“recebido”), ou seja, aquilo que provem dos pais. Inicialmente era ligada ao sentido de herança, atuando como nexo entre gerações, ligando o passado ao presente. O patrimônio como herança, inclui bens materiais e imateriais. Como diz Tornatore:

O patrimônio também consiste nos objetos e nas capacidades criativas, estilos de invenção; o patrimônio são as “artes de fazer” (CERTAU, 1990) Que possuem a particularidade de fazer retornar as coisas do passado para inventar um futuro – um passado celebrado é um passado que se torna factível para o futuro (TORNATORE, 2010, p. 20).

Ao longo de sua trajetória, o indivíduo apega-se a objetos, que acabam sendo uma conexão entre as pessoas da família, muitas vezes herdados pelas gerações mais novas. Estes objetos relacionados à memória, são chamados de biográficos, um conjunto de objetos que rodeiam o indivíduo e fazem parte de sua história de vida.

São os objetos que apresentam as características e particularidades de cada cultura. Meneses (1998, p. 90) afirma que “... as naturezas físicas dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória”. Levanta-se no passado o fiel, o objeto que representa uma cultura e a partir deles, seja uma escova de cabelo, uma panela ou um casaco, que se pode “aferir o potencial, reconhecer a vocação e descobrir os valores mais autênticos de uma nacionalidade” (FALCÃO, 1995, p. 24).

Esta relação dos objetos com o passado e os elos de ligações entre gerações futuras que será analisado neste artigo, no qual busca abordar discussões acerca do que chamamos de museus ou memoriais familiares. Aqui serão refletidos não bens da esfera pública que demandam de serem catalogados, preservados e disponíveis ao público, mas sim um acervo pessoal, privado, com objetos de família.

Sendo museu um local de pesquisa, preservação, comunicação das memórias, pode-se afirmar que as famílias que possuem estes locais próprios de guarda de bens procuram evitar o esquecimento. Nestes recintos estão guardados objetos e documentos e toda a memória/tradição de uma família. Segundo Kellerhals e outros:



[...] a organização familiar reflete igualmente o peso do passado. Os papéis familiares devem procurar combater o esquecimento através da glorificação ou simplesmente da crônica dos factos passados. De um lado, o papel do ‘mestre de cerimônias’, que reúne os membros da parentela em torno de rituais que recapitulam a narrativa dos acontecimentos fundadores. E, de outro lado, o papel do ‘guardião da memória’, que se encarrega da preservação dos traços – escritos, orais, materiais – do passado familiar (KELLERHALS et alli, 2002, p. 553).

Ao falar de museu ou memorial, não significa apenas os locais organizados, catalogados e preservados. Não as instituições abertas ao público, mas todo e qualquer lugar onde são depositados objetos ou herança, acervo basicamente formado de “quinquilharias” que pertencem a membros de uma família, não necessariamente com valor monetário, porém com muito valor sentimental. Cada objeto está muito carregado de uma simbologia e uma história de imensa relevância para os membros pertencentes de tal família.

Certeau (2009, p.190) introduz o tema patrimonial referindo-se ao patrimônio como fantasma. Sobressai em seu texto o aspecto intangível preservado a partir da cultura material. O autor afirma que as práticas patrimoniais estão sempre associadas a práticas de colecionismo, e as políticas museológicas à ideia de “tesouros”. Desse modo, o autor salienta a questão do valor subjetivo agregado aos objetos que se busca preservar do desaparecimento. Com relação à atribuição de valor aos bens, Certeau chama atenção para a tendência das práticas patrimoniais em adotar critérios de seleção pautados na excepcionalidade do bem.

Para Halbwachs (*apud* Caixeta, 2006, p. 161),

a tarefa de guardar, é também uma tarefa criativa, de construção de ‘museu da família’. Através dele, as famílias podem encontrar suas histórias e os objetos que fizeram parte de sua construção e construir novos significados para si-mesmos e para o próprio grupo.

Aqui será apresentado um recorte de uma dissertação de mestrado, intitulada *Fotografias de casamento: memórias compartilhadas a partir de acervos pessoais*. Busca-se refletir a prática de guardar objetos, em especial fotografias e entender de que maneira a imagem fotográfica é enquanto suporte capaz de informar sobre o passado, participar ativamente do processo de construção e consolidação da memória coletiva. Porém as fotografias são mudas, elas sozinhas não informam sobre o momento ali retratado, por isso conjuga-se com relatos orais para resgatar a trajetória histórica de grupos sociais específicos. Se





por um lado a imagem é incapaz de enunciar, por outro, com breves informações (evento, local, ano), a imagem adquire voz e narra, com alguma convicção.

A figura central desta pesquisa é a guardiã do acervo destes objetos, Tereza da Silva Schneid de 86 anos. Ela guarda a coleção da família e assume a responsabilidade de atuar em nome da memória do grupo, definindo quais as fotografias e objetos serão guardados e de que maneira este acervo vai sendo reformulado, incorporando novos materiais e descartando outros, selecionando imagens que testemunhem a trajetória familiar.

Neste artigo serão apresentados quatro objetos deste acervo, todos eles relacionados à fotografia e sua utilização como suporte de memória. A imagem 1, ilustra um porta-retrato antigo com a foto da guardiã Tereza da Silva Schneid, seus irmãos e uma prima. Tereza guarda esta fotografia desde sua infância, todos os retratados já faleceram, permanecendo apenas ela – menina em pé com chapéu. Após a morte de sua irmã mais nova, a última ainda viva neste retrato, Tereza se desfez deste objeto passando para a neta mais nova, autora deste artigo. Pode-se afirmar que a fotografia aqui serve para que a memória familiar não caia no esquecimento.



Imagem 1: Porta-retrato do museu familiar  
Fonte: Acervo da pesquisadora

## 2. PENSANDO OS OBJETOS COMO PATRIMÔNIO

Para pensar um objeto com patrimônio, se faz necessário pensar no sentido da cultura material, que é o “estudo, por meio de artefatos, das crenças-valores, ideias, atitudes e



convicções – de uma comunidade ou sociedade particular, em um dado momento” (PROWN, 1982, p. 1). Assim sendo, cada objeto traz consigo não apenas a capacidade de criação de seu autor, mas especialmente, as concepções e os valores de quem adquiriu e usou, consequentemente, da sociedade na qual está inserido.

Um objeto só se torna documento da cultura material quando é preservado, colecionado ou guardado por alguém que atribui nele uma carga sentimental. Existem diversos motivos para se colecionar um objeto obsoleto e arcaico: talvez seja por legitimidade, excentricidade, preciosidade ou por serem difícil de imitar, copiar, plagiar; por serem verdadeiros tesouros transmitidos. Aspira-se guardar o caro, rico, precioso, impagável, poderoso e desconsiderar o contrário destes sinônimos.

Todos os objetos pertencentes a uma coleção, seja ela pública ou privada, estão lá por algum propósito e sob deliberação de alguma pessoa, um colecionador. O hábito de colecionar objetos é uma prática das pessoas que enxergam valor atribuído no aglutinamento de conhecimento. Não é um apego material, mas sim simbólico, de objetos com fortes cargas memoriais que serviram e ainda servem de lugares de memória dentro das famílias na qual pertencem, objetos que fazem parte da construção da identidade dos indivíduos inseridos dentro destas famílias.

A imagem 2, apresenta um broche com a fotografia das Bodas de Prata dos pais da guardiã. Acessório usado pela sua mãe, até o fim de sua vida e herdado por Tereza após seu falecimento. Mais uma vez prova que fotografia e memória estão intrinsecamente ligadas: uma por se tratar da lembrança do real e a outra por apresentar provais de tais lembranças.



Imagem 2: Broche do museu familiar  
Fonte: Acervo de Tereza da Silva Schneid



### 3. Guardião de memória do Museu Familiar

A transmissão de memórias e mesmo de objetos não começa sozinha. Essa política de guardar objetos ou lembranças, sempre ocorreu como nos casos dos primeiros museus, na antiguidade. Será abordado aqui o conceito do *Guardião de Memória do Museu Familiar*, bem como seu papel. Esta figura é o personagem-chave que permeia essa pesquisa sobre museus familiares. Reinhardt (2002, p. 36) afirma que o guardião ou “narrador da memória familiar é a figura fundamental para se compreender [as] marcas visíveis do passado ou ‘museus de família’”.

Para tratar deste assunto, será usado o exemplo da guardiã do acervo de uma pesquisa em andamento que investiga fotografias de casamento no período compreendido entre 1940 a 1969. A investigação almeja constatar como o registro da imagem permite que famílias armazenem durante décadas fragmentos capazes de constituírem-se como um lugar de memória. Porém aqui não serão aprofundadas as fotografias de casamento em si, mas o papel da detentora deste acervo.

O ato de fotografar fixa de tal maneira na construção das memórias familiares que é impossível falar do passado sem ter como incentivo as fotografias. Com o intuito de preservação do passado surge dentro das famílias o papel do guardião de memórias. Segundo Mauad (2001, p. 158) “este personagem, além de organizar as fotografias em álbuns, ou simplesmente guardá-las em caixas, é o depositário de muitas histórias”.

Schapochnik nos diz que:

Embora o guardião da iconoteca familiar se esforce para preservar o acervo e imprimir uma lógica no seu ordenamento, algumas peças podem ser perdidas, outras podem ser acrescentadas e, ao fim e ao cabo, a sua própria morte propiciará uma redistribuição e a “invenção” de uma nova crônica familiar. (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 463)

No grupo familiar Barros (1989, p. 34) destaca a figura do guardião ou guardiã, aquela pessoa escolhida para cuidar e transmitir a memória familiar do grupo, “o papel do mensageiro da memória ou do narrador é desempenhado, em um caso, pelos avós e, em outro pelo que denominei de guardião da memória familiar”. A mesma autora nos fala do papel, direito e obrigação do guardião dentro do grupo familiar:



não é uma motivação individualizada que leva o colecionador a procurar, investigar, encontrar e conservar seus bens preciosos. Ele está imbuído de um papel que lhe confere o direito e também a obrigação de cuidar da memória do grupo familiar (1989, p. 33).

Para Halbwachs *apud* Barros (1989, p. 33)

transmitir uma história, sobretudo a história familiar, é transmitir uma mensagem, referida, ao mesmo tempo à individualidade da memória afetiva de cada família e à memória social mais ampla, expressando a importância e permanência do valor da instituição familiar.

7

Caixeta (2006, p. 44) na sua tese de doutorado intitulada “Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotos e seus objetos”, nos diz que “este papel é assumido pelos idosos da família, especialmente, os avós que são o elo vivo entre as gerações e os significados que eles ‘guardam’ são constituídos ao longo da sua historicidade no convívio com os outros”.

Gomes (1996, p. 7) define guardiã de memória:

(...) é um ser ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence o sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as ‘marcas’ do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é ‘coleccionador’ dos objetos materiais que encerram aquela memória.

Pereira *apud* Caixeta (2006, p. 44) complementa este conceito, falando que:

Durante todas as suas vidas [essas mulheres guardiãs] selecionaram e guardaram fotografias e cartões-postais, cartas e bilhetes, convites de batizados, lembranças de aniversário, “santinhos” de missa de 7º dia, broches, relógios, bibelôs, moedas e algumas cédulas, cachinhos de cabelo amarrados por fita, medalhinhas de santos, enfim, pequenos objetos de memória que foram sendo depositados em caixas, na qual denominei caixinhas de lembrança.



Imagem 3: Caixa de relógio transformado em pingente com fotografia  
Fonte: Acervo de Tereza da Silva Schneid

Na imagem 3, aparece um colar de Tereza, objeto que ela transformou em relicário e usou junto consigo durante muitos anos. Inicialmente era um relógio que a guardiã havia ganhado de sua madrinha, após anos de uso o relógio parou de funcionar e Tereza, então viúva, transformou-o em um pingente para colar que pudesse carregar consigo a primeira fotografia que tinha ganhado de seu marido ainda na época do namoro dos dois. Perrot (1989) nos fala deste tipo de objeto referindo-se a aprisionamento do rosto da pessoa amada. As impressões que ficam marcadas na memória são as que foram produzidas pelos sentidos. Como a visão é a mais sensível e a que mais registra, recorre-se a imagem para conservar a lembrança.

Além das fotografias, teve-se contato com outros materiais, tais como anotações sobre a família feito por membros do grupo, cartões postais, santinhos trocados por ocasião de eventos religiosos, carteira de serviço militar, pedaço de renda retirado de um vestido de noiva, medalhas, terços e pingentes com fotos... Enfim, objetos transmitidos por herança, testemunho dos “quadros sociais” da história familiar e coletiva, como afirma Halbwachs (2004).

Silva (2008, p. 18) fala dos objetos que são acrescentados aos álbuns de família:

O álbum é arquivo, um dos mais inquietantes da vida privada, e funciona como técnicas que lhes são próprias, idealizadas de modo espontâneo por seus usuários com o passar do tempo. Logo, o álbum é fotografia, pois esta o fundamenta; trata-se de uma imagem mecânica, moderna, entendida popularmente como reprodução, quando é apenas marca de um objeto real que lhe deu luz, e esse processo é fascinante, mas deve ser explicitado. Por fim, o álbum conta histórias, mas não somente sobre fotos, pois a ele são acrescentados outros objetos: cartões, lembretes, gotas de sangue, mechas de



cabelo, unhas de mãos e marcas de pé. Em sentido literal, o álbum é um pedaço de nossos corpos.

O papel do guardião não é apenas o de guardar fotografias que servirão de suporte de memória familiar, mas também tem a obrigação de contar as histórias de cada uma delas, fazendo o passado permanecer vivo entre os membros mais jovens. Faz parte também da função do guardião não apenas a conservação das fotos, mas também sua seleção, que servirão de guia aos visitantes desse museu particular, com peças expostas em álbuns, nas paredes e móveis. Segundo Barros (1989, p. 38) “esta narrativa é criada com um acervo de fotos esparsas, vindas de tempos e lugares diferentes e, quando decifrada, não se assemelha a nenhuma outra”. A autora continua “a narrativa que envolve estas fotos reúne as múltiplas facetas da vida, englobando-as, dando-lhes uma face mais completa, mais homogênea e menos efêmera” (BARROS, 1989, p. 41).

Armando Silva em seu estudo sobre álbum de família destaca três resultados importantes, são eles:

A importância do papel da mulher – avó, mãe, tia, filha ou irmã- em sua construção fotográfica e no relato oral de suas histórias familiares para concluir que se trata de relatos visuais contados com vozes de mulher; o aparecimento de objetos diversos às fotos que são colados nos álbuns, desde umbigos de recém-nascidos até fragmentos de tecidos da roupa de familiares mortos, ou pedacinhos dos bolos de casamento que mandam a suas mães ausentes pelo correio, ou seja, o álbum guarda “restos” das famílias, e, nesse sentido, é depositário de fetiches familiares; e, por último, o álbum não só mostra ritos sociais, casamentos, batizados, nascimentos, passeios, cerimônias, mas também os produz a sua maneira: por isso, não é estranho que a primeira comunhão apareça em suas fotos como o rito mais idealizado, calcando a menina os passos do casamento das mais velhas, que assim se antecipa visualmente em sua importância e solenidade (SILVA, 2008, p. 11-12).

São inúmeras as motivações que levam o guardião da memória familiar iniciar sua carreira. Alguns momentos da vida são propícios para o início deste ato tão importante no meio familiar e todos eles são tomados na busca pelo resgate da memória. Talvez o maior motivo seja a perda de alguém querido, seja a mãe, filho, marido... busca-se refazer a história de anos de convívio, revivendo o passado familiar.

É importante salientar o papel feminino como mantenedora das lembranças familiares, preservando, reorganizando, catalogando as fotos, a memória fotográfica da família. Essa





memória que ajuda a dar sentido à nossa existência, compreender melhor quem somos. O papel de mantenedora de acervos familiares era atribuído às mulheres, que encarnam emoções, e portando mais afetivas à preservação dos valores permanentes e familiares propiciados pela imagem fotográfica. Perrot afirma que:

No século XIX, a coleção, mais ainda a bibliofilia, são atividades masculinas. As mulheres se dedicam à matéria mais humilde: à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou de uma excursão, “mil nadas” povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm paixão pelos porta-jóias, caixas e medalhões onde encerram seus tesouros: mechas de cabelo, jóias de família, miniaturas quem antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, esses herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada. Álbuns de desenhos ou de cartões-postais memorizam as viagens. [...] Essas práticas implicam na ideia da capitalização do tempo, cujos instantes podem ser revividos pela rememoração, reencenados como uma peça representada sem cessar. [...] A memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma memória familiar, semi-oficial. [...] Assim, os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória. [...] é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição. Às mulheres cabe a transmissão das histórias de família, feita frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais, juntas acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em via de se apagarem (PERROT, 89, p. 13-15).

10

Susan Sontag (1981) refere-se à Walter Benjamim, abordando o papel do colecionador que passa a ser aquele indivíduo empenhado num trabalho devoto de resgate, escavando seus fragmentos mais seletos e emblemáticos. Pomain define o conceito de coleção:

[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades preparado econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado para esse fim, e exposto ao olhar do público. (POMAIN, 1984, p. 53)

No presente estudo a guardiã da memória familiar reúne fotografias isoladas e reunidas em álbuns de família, com o sentimento de reunir um dos mais preciosos lugares de memória familiar. Segundo Schapochnik (1998, p. 460):



O papel desempenhado pelo guardião se assemelha ao de um dublê de arquivista, que reúne e atribui uma ordem de pertinência ao acervo, de curador, que decide quais as imagens deverão passar à condição de objetos decorativos ou peças de exibição sob a forma de retratos emoldurados nas paredes ou de ornamento sobre as peças do mobiliário, de *marchand*, que determina a distribuição e circulação do espólio da memória fotográfica familiar, e, ainda, de guia de visitantes de exposições, legendando os retratos da família por meio da doce arte da narrativa.

11

A guardiã do acervo Tereza da Silva Schneid é a descendente responsável pela coleção, conservando, selecionando e classificando o material, bem como é a narradora da história da família reconstituindo o passado a partir das imagens. Contribui com a pesquisa analisando as fotografias, identificando os objetos e narrando as memórias de cada um deles. Não fala-se apenas de uma memória individual, mas como explicita Maurice Halbwachs *apud* Mylius e Eckert (2000, p.2):

... se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo... Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

Segundo Barros (1989), a análise de família permite observar como um determinado grupo social representa suas experiências e as classificam a partir do momento em que escolhem o que vai ser fotografado e o que vai ser guardado, constituindo o acervo do guardião da memória. Pode-se concluir até o presente momento, que a fotografia enquanto instrumento possibilita à guardiã acionar a memória do grupo, contando a história familiar deste.

Nesta acepção, a fotografia é o objeto por excelência a tornar material o instante intangível que se perde no tempo. A função de registro da imagem fotográfica acentua a sua característica rememorativa no ato de materialização do instante efêmero. Portanto, todo objeto escolhido cumpre a função rememorativa como suporte de memória, objetos nos quais a vida deixou seus registros de forma simbólica e que só fazem sentido para a pessoa da memória que lhes dá valor.

Pode-se notar que quem guarda objetos ou documentos, não necessariamente sabe que está criando uma coleção, museu ou memorial familiar. A maioria das pessoas arruma seus



arquivos e objetos “para ver sua identidade reconhecida”. (ARTIÈRES *apud* TANNO, 2007, p. 05). Uma forma de se preservar para um futuro ou para alguém que ainda nem está presente.

Kellerhals *et alli* (2002) abordam a transmissão familiar a partir de mecanismos e nos dão ideia de como eles funcionam. Para eles:

[...] os mecanismos de transmissão familiar que participam na construção das identidades podem ser definidos enquanto processos que articulam três componentes principais: [...] os *referenciais*, que permitem aos indivíduos orientarem-se e posicionarem-se no espaço social; [...] os *transmissores* – ou práticas coletivas -, através dos quais a família mobiliza os referenciais; [...] os atores, cujos modos de estruturação e de organização influenciam de maneira importante as configurações familiares, assim revelando os mecanismos de transmissão (KELLERHALS *et alli*, p. 546-547).

12

Todo esse mecanismo move o universo familiar e os modos e meios de transmissão das memórias familiares, sendo os museus e memoriais construídos por famílias, lugares de memória como denomina Pierre Nora. Para ele o mundo moderno precisou criar “lugares de memória”, arquivos, museus, monumentos por que houve uma ruptura com o passado, com a forma natural de rememorar, transmitida pelos grupos. “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7). Joël Candau afirma que “um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha, o que mostrou Halbwachs em relação aos santos lugares” (CANDAU, 2011, p. 157). Os “lugares de memória” explanam a vontade de retorno a ritos que caracterizam os grupos, o desejo de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia, o movimento de regate de sinais de *appartenance* grupal. Lugar de memória é a história que ainda tem restos de memória.

Jean-Louis Tornatore fala dos lugares de memória de Pierre Nora:

A proliferação patrimonial e memorial caracterizaria o “momento-memória”, inaugurado de acordo Pierre Nora nos anos 1970-1980. Todo o saldo conclusivo dos Lugares de Memória por seu promotor se destina ressaltar, senão fundar, a associação de termos, como traços específicos de nosso tempo: o impulso memorial se exprime na explosão patrimonial ao preço da alteração da noção (TORNATORE, 2010, p. 16).

Hartog *apud* Tornatore complementa falando da relação do patrimônio com o passado:

Se o patrimônio celebra o passado, é menos o passado e sim sua presença, isto é, a maneira pela qual as coisas do passado nos são apresentadas, a maneira



pela qual os coletivos se organizam a presença do passado como modalidade de consciência de si e “ser no tempo” (TORNATORE, 2010, p. 19).

Retomando aos guardiões, podemos fazer uma associação com o passado representado e sua ausência dentro das famílias – falecimento dos avós – assim sendo, surgem os novos “vigilantes” da memória. São eles que:

[...] tomam para si a tarefa de preservar os arquivo da memória familiar [...], [seja em] caixas nas partes mais altas dos armários, álbuns nas estantes do escritório, envelopes e papéis empilhados dentro de gavetas, pacotes cuidadosamente amarrados com barbantes e guardados em cômodas pesadas [...] (BARROS, 1989, p. 37).

Esta nova figura, agora atua quase como um museólogo, preservando tudo o que remete fisicamente a sua família (de móveis a cartas de amor, passando por fotografias, álbuns, armas, etc.). Zinani *apud* Crestani (2011, p. 28-29) nos fala que este personagem usa “uma estratégia de esconder e expor, um jogo de apresentação pública e preservação da intimidade familiar. [...] Todos [...] preservados e reunidos, compondo um pequeno museu”.

A imagem 4, mostra um quadro que está fixado em uma das paredes da casa da guardiã, é uma fotografia<sup>1</sup> dos filhos de Tereza de 1955.



Imagem 4: Quadro com montagem de fotografias  
Fonte: Acervo de Tereza da Silva Schneid

<sup>1</sup> Segundo a guardiã, a fotografia original era em branco e preto e posteriormente colorida pelo fotógrafo em seu atelier.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, decidi-se por não usar a classe patrimônio cultural, pois o desdobramento da pesquisa ressaltou a ausência da categoria cultural no segmento estudado. Assim sendo, a palavra patrimônio que aqui se apresenta está diretamente vinculada aos afetos íntimos, individuais e familiares.

Compreende-se que, na maior parte das vezes, a categoria patrimônio não é associada à ideia de herança, com uma atribuição de valor econômico. Contudo, pode-se pensar no patrimônio enquanto atribuição de valor, nos objetos na qualidade de suportes de identidade, selecionados a partir de um ponto de vista afetivo. Objetos que assumem simbolicamente a posição de monumento de resistência ao esvaziamento, pensando a memória e os objetos de memória como monumentos à personalidade, a favor da identidade pessoal, resistência contra o esquecimento e contra o silenciamento.

Desta forma, além de objetos de valor afetivo, esses elementos aglutinadores do tempo podem ser considerados, como Allan Radley (1994) propõe, objetos de uma coleção pessoal, de cunho biográfico. Não só pelo fato material como foram escolhidos, mas por efluir a certeza de terem estado presentes em diversas fases da vida da pessoa.

Assim, são as próprias lembranças que tomam o lugar de patrimônio, bem como objetos pessoais que mantêm vivas e próximas as experiências marcantes do passado das famílias. Nesse contexto, é possível pensar os objetos como uma coleção familiar, que caracteriza o seu maior patrimônio simbólico ao desempenhar uma função altamente afetiva, compartilhada pelos membros. Esses objetos biográficos definem-se como testemunhos de passado vivido.

Por fim, afirma-se que o patrimônio seja algo preservável e transmissível, vinculado a partir das emoções e da afetividade. É provável que com a negativa de um patrimônio cultural coletivo se configure a preservação de um patrimônio individual afetivo inserido em um suporte de memória importante, como a família.

#### REFERÊNCIAS

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *In: Estudos Históricos*. v.2, n.3, Rio de Janeiro, 1989, p.29-42.



CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e PIERRE Mayol. *A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. Tradução: Lúcia Endlich Orth. 9ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CAIXETA, Juliana Eugênia. *Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos*. Brasília, 2006. Tese (doutorado) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CRESTANI, Letíssia. *Abrindo o baú: museus familiares e a guarda de reminiscências*. Porto Alegre, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2011.

FALCÃO, Joaquim A. A política cultural de Aloísio Magalhães. *In: E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção Museu, memória e Cidadania, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Traducción: Manuel A. Baeza y Michrl Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad de Venezuela, 2004.

KELLERHALS, Jean; FERREIRA, Cristina; PERRENOUD, David. Linguagens de parentesco: lógicas de construção identitária. *In: Análise Social*, v. 163, Portugal, 2002, p.545-567. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100025> Data de acesso: 03/12/2013.

MAUAD, Ana Maria. Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. *In: Projeto História*, n.22, São Paulo, jun. 2001, p.157-169. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10734> Data de acesso: 16/08/2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *In: Estudos Históricos*, vol.11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998. p.89-103

MYLIUS, Leandra. *A imagem que permanece, a narrativa que interpreta: estudo antropológico da memória afetiva da guardiã dos retratos de família*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *In: Projeto História*, (10), São Paulo, dez. 1993, p.7-28

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *In: Revista Brasileira de História*, v.9, nº18, São Paulo, ago/set. 1989, p. 9-18.





POMIAN, Crzyztof. Coleção. *In: Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86

PROWN, Jules David. Mind in matter: an introduction to material culture theory and method. *Winterthur Portfólio*, vol. 17 nº1, spring, 1982, p. 1-19.

RADLEY, Alan. Artefacts, Memory and a Sense of the past. *In: Middleton*, David and EDWARDS, Derek. *Collective remembering*. London: Sage Publications, 1994.

REINHARDT, Juliana. A memória através do pão. *In: Histórias Unisinos*, número especial, São Leopoldo: Unisinos, jul./dez, 2002, p. 101-118.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. *In: NOVAIS*, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. v. 3, p. 457- 489.

SILVA, Armando. *Álbum de família: a imagem de nós mesmos*. Tradução: Sandra Martha Dolins. São Paulo: Editora Senac: Edições SESC SP, 2008.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Tradução: Joaquim Paiva. Rio de Janeiro, RJ: Arbor, 1981.

TANNO, Janete. Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda de registros de si. *In: Patrimônio e Memória*. v.3, n.1, São Paulo: UNESP/FCLASs/CEDAP, 2007, p.101-111.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas das relações com o passado. *In: Revista Memória em Rede*, v.1, n.1, Pelotas, dez. 2009/ mar. 2010, p. 7-21.



## **A RESILIÊNCIA NA CONJUGALIDADE: UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA NA FASE ADOLESCENTE**

PEREIRA, Mônica Maria Costa Morais  
*Mestre pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté*  
monica.psic@terra.com.br

17

LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus  
*Doutora e professora do Programa Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté*  
mgleao08@gmail.com

### **RESUMO**

Este estudo investiga a resiliência de dois casais na fase adolescente do ciclo vital da família, focalizando os desafios, os fatores de proteção, de riscos e as formas de superação vivenciados nesta fase, articulando as estratégias de enfrentamento promotoras de resiliência nestes casais, às questões da conjugalidade, família e desenvolvimento humano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou a entrevista semiestruturada, analisadas pela técnica de conteúdo de Bardin, à luz da teoria bioecológica, do constructo resiliência e da teoria sistêmica da família. Nos resultados os principais desafios foram as questões financeiras e os problemas com a educação dos filhos. Os riscos foram a traição conjugal, o desemprego e pouco tempo do casal para si. Como proteção utilizaram a espiritualidade, os modelos familiares e o apoio de grupo de casais. As estratégias de enfrentamento foram a psicoterapia, o sentimento de renúncia, o diálogo e a participação em grupos religiosos/sociais.

**Palavras-chave:** Resiliência. Família. Conjugalidade.

### **ABSTRACT**

This study investigates the resilience of two couples in the adolescent stage of the life cycle of the family, focusing on the challenges, protective factors, risks and ways to overcome experienced this stage, articulating strategies of coping promoting resilience in these couples, the issues of marital, family and human development. This is a qualitative study, which used a semistructured interview analyzed using content Bardin, in focus of the bioecological theory, the construct of resilience and family systems theory. In the results, the main challenges were financial issues and problems with their children's education. The risks were marital betrayal, unemployment and little time for the couple themselves. Used as protection spirituality, family patterns and support group for couples. Coping strategies were psychotherapy, the feeling of resignation, dialogue and participation in religious / social groups.

**Key-words:** Resilience.Family.Conjugality.



## INTRODUÇÃO

Muitos são os desafios pelos quais passam os casais em suas conjugalidades, e suas consequências, geralmente, recaem sobre a família. Buscar o entendimento sobre esta questão e a compreensão de seus modos de superação faz-se necessário, considerando a conjugalidade como base do desenvolvimento humano.

Conhecer os processos de resiliência utilizados pelos casais ao longo da relação conjugal e consequências desses processos para a família e para seu desenvolvimento humano foi o objetivo central desta pesquisa.

A resiliência, enquanto um termo “adaptado ao campo das ciências da saúde, foi relacionado à capacidade de regeneração, adaptação e flexibilidade” (CERVENY, 2006, p.1), e a conjugalidade como “[...] a ideia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas” (DIHEL, 2002, p.138). A família por sua vez é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue e/ou de afinidade (DINIZ, 2008).

Em relação à resiliência da família, Souza e Cerveny (2006, p. 119), após alguns estudos, afirmam tratar-se de

[...] um processo de adaptação aos eventos estressores que ultrapassa o simples ajustamento, pois envolve a mudança de crenças e de visão do mundo. Enfatizaram que este processo passa pelos recursos internos da família e os externos da comunidade, levando-se em conta ainda o fator espiritual.

Inicialmente, a resiliência foi considerada uma característica inata que acompanhava a pessoa por toda sua vida, sem nunca sofrer alterações. Depois, sob a influência da teoria cognitivo-comportamental, o conceito adquiriu o foco de aprendizagem social, pois se aprendia a ser resiliente e, finalmente, sob uma terceira perspectiva, a interacionista, a resiliência advém da conjugação de muitos elementos que oscilam em determinados momentos da vida (BARLACH, 2005).

O que é fundamental na percepção da evolução do conceito de resiliência é o fato de não ser considerada um atributo do nível intrapsíquico exclusivo da pessoa, mas que se relaciona com diversas redes de apoio, como a família, os amigos, a religião, passando a ter um caráter sistêmico e relacional.



Paradigmas, valores e crenças sobre a conjugalidade, considerados imutáveis e universais, vêm sendo cada vez mais questionados e invalidados. Assim, a questão que se coloca é: em quem o homem vai buscar referências?

A resposta para essa questão talvez encontre suporte no desenvolvimento da resiliência humana. Diante de um mundo em constantes mudanças, por vezes abruptas, desde as macro até as micro catástrofes que ocorrem na singularidade de uma família, no seu núcleo de conjugalidade ou na subjetividade de um único indivíduo, só *a posteriori* é passível de avaliação, ou seja, somente depois do ocorrido é que se pode analisar como cada situação afetou os envolvidos.

O que interessou aqui estudar foi como a presença de fatores protetores na conjugalidade podem auxiliar os casais. Entender também o modo sobre como tais fatores concorrem para o processo de resiliência e contribuem para o desenvolvimento dos casais e da família.

Nas últimas três décadas, fatores como a independência da mulher, questões de ordem socioeconômicas, descobertas científicas, entre outros, mudaram a forma de estabelecer esse relacionamento e os sentimentos se tornaram os motores da conjugalidade, razão pela qual esse conceito passou a existir. Sobre ela foram depositadas expectativas pessoais de completude e níveis de realização, surgindo como efeito na pós-modernidade o grande paradigma das individualidades versus a conjugalidade.

A família pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes de o homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou por meio do matrimônio.

Formar um casal e constituir uma nova família é uma das possibilidades que o indivíduo tem de constituir vínculos duradouros. Assim, o que chamamos de 'o nascimento emocional da família' é um processo que implica a construção gradual de um vínculo que propicie apego e cumplicidade e também independência e autonomia emocional (CERVENY, 1997).

O panorama social, na atualidade, apresenta múltiplas conjugalidades que se estruturam, desestruturam e se reestruturam, em um ritmo muito acelerado, fazendo com que as pesquisas neste campo assumam grande importância para a compreensão desses fenômenos. Na



atividade clínica, o que se verifica é o sofrimento perante a separação e o recasamento (FERES-CARNEIRO, 2011).

Pensar a resiliência na conjugalidade e seus impactos para a família é pensar, de modo interdisciplinar, sobre todos os contextos sociais, afetivos, históricos e econômicos que perpassam a trajetória destes casais e dos novos arranjos que buscam respostas a essas demandas, modificando a realidade e sendo por eles modificados.

Acredita-se que, ao conhecer os desafios e riscos que os casais atribuem à vida em comum, assim como os recursos de proteção, pode-se contribuir para a compreensão deste fenômeno na conjugalidade. Dessa forma, este estudo soma-se às pesquisas já existentes que têm como foco as estratégias de superação das famílias perante as adversidades.

## RESILIÊNCIA

Há mais de 40 anos a ciência tem se interrogado sobre o fato de algumas pessoas terem a capacidade de superar as piores situações, enquanto outras ficam aprisionadas nas malhas da infelicidade e da angústia que se abateram sobre elas. Algumas se levantam após um grande trauma e conseguem forças para continuar seu caminho; outras, não.

Essas pessoas têm sido chamadas de resilientes pelos que estudam o fenômeno da resiliência e por todos que se interessam por saber sobre o modo como o ser humano elabora suas dores, enfrenta suas dificuldades e consegue responder a essas questões de modo a sair fortalecido das experiências.

Portanto, resiliência é a capacidade do indivíduo de garantir sua integridade, mesmo nos momentos mais críticos (SOUZA; CERVENY, 2006).

A heterogeneidade, nas diferentes áreas do desenvolvimento humano, remete à impossibilidade de se esperar uma adaptação resiliente por igual em todas as áreas de desenvolvimento (LUTHAR; CICHETTI; BECKER, 2000). A uniformidade no desenvolvimento humano, a capacidade de adaptação positiva em relação aos mais diferentes aspectos não ocorre nem mesmo nos casos considerados de desenvolvimento normal.

Tavares (2001 *apud* CARMELO, 2008, p. 64) alerta para o fato de que



[...] o desenvolvimento de estruturas mais resilientes não deverá nunca encaminhar-se no sentido do fechamento, mas na abertura ao outro, um dos distintivos essenciais da pessoa, reforçando assim os laços, das relações intra e interpessoais em plataformas autênticas, verdadeiras, mais justas, em que a liberdade, a responsabilidade, a confiança, o respeito, a solidariedade, a tolerância não sejam palavras vãs.

A principal contribuição dos estudos de Fonagy *et al.* (1994) foi estudar a influência do processo de transmissão multigeracional no desenvolvimento da resiliência, ressaltando a qualidade do vínculo nos dois primeiros anos de vida, a partir do relacionamento com os pais ou cuidadores, em que a criança desenvolve expectativas relacionadas a si mesma e aos seus cuidadores, organizando seu relacionamento com outras pessoas. A presença de pelo menos um modelo positivo de relacionamento que transmita segurança é suficiente para favorecer a resiliência na criança, na medida em que o cuidador deve organizar seu relacionamento de forma segura, servindo como mediador entre ela e as situações difíceis.

Mais tarde, foi acrescentada aos estudos sobre a resiliência a questão dos contextos e das redes de relacionamento como fatores protetores, focalizando o desenvolvimento individual saudável em condições difíceis, no ambiente familiar ou em situações ambientais, tais como guerras, imigração, problemas sociais, entre outras situações similares.

Portanto, resiliência é um conceito construído sócio-historicamente, impregnado de valores e significados próprios da cultura em que se insere. Fatores de risco e protetores são diferentes dependendo da população e de suas origens.

A compreensão do modo como a família viabiliza a resiliência se correlaciona, segundo Walsh (2005), com as relações de apoio que as famílias possuem e se tornam um fator de proteção para esta resiliência. Se considerar a adaptação à crise como um movimento familiar que permita oferecer um sentido à experiência vivida, essa adaptação pode colaborar ou não com o desenvolvimento da resiliência.

Entre os fatores de risco, Walsh (1996) classificou aqueles associados à vulnerabilidade a predisposições individuais e os ambientais que precipitavam ou potencializavam o estresse, tais como a pobreza, a discórdia marital, a morte parental, a doença mental ou física, entre outros. Em relação à criança em situação de risco, a existência de fatores denominados protetores favorecem seu desenvolvimento.

Em relação à conjugalidade faz-se importante esclarecer o que se chamou de risco e proteção. Entende-se por risco uma experiência com alta probabilidade de desencadear ou





associar-se ao desencadeamento de uma determinada ocorrência indesejada (SAPIENZA; PEDRONÔMICO, 2005). O que é considerado risco em um contexto pode não ser em outro; o que é risco em uma fase da vida, poderá não ser em outra, por exemplo, a presença de doenças não é um fator de risco na fase de aquisição do casal, mas, com certeza, o é na fase última. Assim, a noção sobre o que é o risco também implica uma interpretação da realidade como organizadora de comportamentos e práticas construídos socialmente (CHAMON; MORAES, 2011).

“Os fatores de risco estão relacionados a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes no seu contexto, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais” (POLETTI; KOLLER, 2006, p.31).

Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas individuais a determinados riscos de desadaptação. Além disso, enfatiza-se também uma abordagem de processos, nas quais diferentes fatores interagem entre si e modificam o percurso do indivíduo, tanto para produzir uma experiência estressora como uma protetora em seus efeitos.

As estratégias para medir a adaptação positiva em pesquisas sobre resiliência são similares às estratégias descritas para medir adversidade. Luthar e Cushing (1999) distinguem três formas de definir a adaptação positiva: a) adaptação segundo fatores múltiplos, b) medida com base na obtenção de metas, c) consideração da etapa de desenvolvimento da pessoa. Em cada comunidade, o que se define como adaptação positiva varia, mas o importante é que esteja relacionado à definição de risco. A ausência de desajuste é um tipo de medição que se utiliza em pesquisa de resiliência em pessoas com sério risco de ocorrência de aspectos psicopatológicos.

Rutter (1987) afirma também que os fatores de proteção podem não se fazer presentes quando não há fatores estressores em jogo, visto que sua função é alterar a resposta da pessoa quando do enfrentamento de um risco. O autor defende ainda que: a) nem todo fator de proteção é uma experiência agradável; b) fatores de proteção só aparecem mediante um risco; c) fatores de proteção são também qualidades dos sujeitos.

A noção de processo descarta definitivamente a concepção de resiliência como um atributo pessoal e incorpora a ideia de que a adaptação positiva não é tarefa apenas da criança, e que família, escola, comunidade e sociedade devem prover recursos para que ela possa se desenvolver mais plenamente (WALSH, 2005).



Para se analisar a resiliência é preciso levar em conta três grupos sociais: 1. As crenças e os valores; 2. Os processos de comunicações e padrões de organização que dão suporte para desenvolvimento de grupos saudáveis; 3. A compreensão do que ocorre em termos individuais (YUNES, 2006).

Em relação ao que as pessoas lançam mão mediante as situações ou desafios que se configuram riscos, ou seja, estratégias, é necessário lembrar que este termo comporta muitos significados. Assim como a resiliência, dependem da interação de características individuais, contextos familiares e sociais. Porém, uma vez estabelecidas, as estratégias funcionam como um fator fundamental de proteção ao risco, e, se forem eficazes, produzindo a resolução do problema, proporcionarão a resiliência (GARMEZY; RUTTER, 1988).

## FAMÍLIA

A etimologia da palavra família vem do latim *famulus*, que significa “as coisas e pertences do senhor” (BARRETO *et al.*, 2009).

Segundo Andolfi (1984) citado por Feres-Carneiro, “família é um sistema constituído de varias unidades ligadas no conjunto por regras de comportamento e funções dinâmicas, em constante interação entre elas e no intercâmbio exterior”. Faz-se importante a exploração das relações interpessoais nos grupos significativos aos quais o indivíduo pertence, para que se possa formular intervenções eficazes (FERES CARNEIRO, 2011 p.81).

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos unidos por laço de sangue e/ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento/conjugalidade. O conceito de família, enquanto abstração indeterminada significa que, em todas as épocas, existiram características comuns a todas as diferentes formas históricas da família (DINIZ, 2008).

A família pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes de o homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou a partir do matrimônio.



A família, constitucionalmente prevista no texto de 1988 (BRASIL, 1988), foi reconhecida sob três espécies: casamento, união estável e famílias monoparentais, entendendo que o conceito de família advindo apenas das relações que se estabeleciam no casamento não servia mais para representar a família na contemporaneidade.

Atualmente esses conceitos têm mudado consideravelmente. São mudanças radicais que interferem diretamente nas concepções de família. Hoje os novos parâmetros construídos por meio da realidade social e cultural mudam a forma como as pessoas se comportam, mas não mudam o essencial, o que une as pessoas em torno de uma instituição chamada família.

Neste sentido, a família pode ser vista como um sistema em constante transformação, evoluindo graças a sua capacidade de diminuir sua própria estabilidade e, então, recuperá-la através de uma reorganização de sua estrutura, com novas bases. A família, como um sistema aberto, experimenta pressões em direção à mudança, tanto internamente, através dos papéis de membros individuais da família satisfazendo as exigências de seus ciclos de vida, como externamente, através das exigências sociais (ANDOLFI *et al.*, 1984).

De acordo com Cerveny (1997), na atualidade, a família ainda é marcada por valores, crenças e ideais trazidos de vários tempos, e que se apresentam ao mesmo tempo, o que torna a família uma instituição em que se concentram várias contradições, levando-se em conta que as escolhas de cada uma delas dependerão de todos os envolvidos.

Segundo Minuchin (1990) a família, enquanto formadora da matriz da identidade, tem um duplo sentido para seus membros, o de garantir-lhes pertencimento e o de viabilizar a alteridade, sendo o pertencimento aquele que garantiria à criança a acomodação aos grupos familiares e aos seus padrões transacionais, os quais irão acompanhá-los durante os diferentes acontecimentos da vida. Importante também se faz compreender a família como um sistema aberto que recebe e envia influências para os demais contextos, buscando sempre se adaptar às exigências dos estágios de desenvolvimento nos quais se encontra.

O que caracteriza essa relação é sua dinâmica de funcionamento, correspondendo a um conjunto de exigências invisíveis que organizam as interações. Essas, ao serem sucessivamente repetidas, passam a constituir um padrão familiar e regular no comportamento de seus membros.

Este processo se inicia na união conjugal, na qual cada um se apresenta com seus valores e expectativas que devem ser conciliados, perdendo em individualidade para ganhar em



pertinência. É isto que constrói a base a partir da qual se somarão as experiências de participação em diferentes subsistemas familiares, contextos e grupos extra familiares, complementaridade entre família e sociedade. Neste sentido, Walsh (2005) esclarece que as famílias tendem a se desenvolver melhor quando conseguem encontrar um equilíbrio entre a intimidade e as diferenças; esse autor utiliza o termo “conexão” para falar do equilíbrio entre a unidade por um lado e, por outro, a autonomia de cada indivíduo.

Manter a tradição do antigo modelo familiar está cada vez mais difícil, devido às várias transformações no âmbito social. Do ponto de vista jurídico, têm ocorrido mudanças na legislação para dar conta dos vários fenômenos sociais, como a união livre, os filhos naturais e a legalização da união homoafetiva,

A chamada ‘família mosaico’ diz respeito àquelas surgidas dos recasamentos nos quais cada um dos parceiros, ou somente um, vem trazendo consigo os filhos ou agregados de outras uniões anteriores. Isso porque se pode definir mosaico como a arte de unir peças partidas, quebradas ou recortadas, colando-as próximas umas das outras, produzindo um determinado efeito visual.

A família é um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes. Esse processo dual de continuidade e crescimento permite o desenvolvimento da família como a unidade e, ao mesmo tempo, assegura a diferenciação de seus membros (ANDOLFI; MENGUI; NICOLÒ-CORIGLIANO, 1984, p. 18).

Nesta pesquisa, a análise procurou focalizar não os problemas, mas a capacidade que a família tem de enfrentamento e os recursos que possui para lidar com as dificuldades. A família tem um papel determinante no processo da resiliência individual na medida em que é nela que se processa a construção da autoestima de seus membros. Este fator é fundamental para o desenvolvimento dessa resiliência, assim como as crenças que cada família constrói constituem a essência de seu funcionamento, podendo ser esta uma força poderosa para a resiliência, oferecendo combustível para que a família busque por soluções e crescimentos (WALSH, 2005).

Walsh (2005) traz como processos chaves da resiliência familiar: **1- Sistemas de crenças:2- Padrões de organização: 3- Processos de comunicação:**



Elaborar uma leitura dos fenômenos, a partir deste modo sistêmico, permite verificar as várias intersecções dos indivíduos com a família, e desta com os vários níveis sociopolítico e social que a circundam, analisando a conexão entre os sistemas, subsistemas e macrosistemas.

Minuchin (1990) valoriza a estrutura familiar e sua abordagem dá grande valor à análise e intervenção nos subsistemas, que são grupos demarcados por fronteiras internas, como o subsistema fraternal e o conjugal, cujos focos estão permanentemente nas interações entre os membros da família.

## CONJUGALIDADE

O termo conjugalidade aqui adotado corrobora a concepção de Dihel (2002, p. 138)

Um neologismo da palavra conjugar, que dá a idéia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas. O surgimento de neologismos como conjugalidade se deve, em parte, às amplas e profundas transformações sociais e culturais pelas quais vem passando a família na atualidade.

A conjugalidade, segundo Magalhães e Feres Carneiro (2003), é compreendida como uma estrutura composta a partir da individualidade dos membros de um casal e do interjogo dinâmico do par conjugal, ou seja, seria um eu conjugal, um sistema com funcionamento autônomo. Para Menezes e Lopes (2007), uma das características centrais da conjugalidade é a oscilação entre momentos de fusão e de diferenciação entre os membros do casal.

Conviver sempre foi um desafio para o homem, porém, nas relações de intimidade, isso fica mais evidente, considerando a sociedade moderna individualista, que legitima a fragilidade e a descontinuidade das relações afetivas, resultando em superficialidade e empobrecimento. “Sem contar as várias dificuldades e contradições que estes modos de relação têm trazido a todos na atualidade” (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 107).

Ao partir, o jovem casal em lua de mel leva suas expectativas, cabendo-lhes a árdua e difícil tarefa de começarem, dali em diante, a rever essas expectativas frente ao que o outro possa lhe oferecer e isso exige muito de cada um, considerando que trazem em suas bagagens



internas os modelos de suas famílias de origem e os registros de como seus pais o educaram, os valores, as crenças, os mitos e a prática da arte de educar desta família.

Vários autores trazem a conjugalidade como fonte de bem-estar, na medida em que a ligação com alguém significativo traduz-se em um ponto de apoio emocional, aumentando a autoconfiança. Porém, essas vivências dependem do nível de satisfação que a conjugalidade proporciona, explicando o fato de que a maioria das pessoas quer se casar, acreditando ser este o melhor espaço para a satisfação de seus desejos afetivos, de intimidade emocional e sexual (NARCISO, 2009).

A preocupação com a conjugalidade é antiga, segundo Terman et al, apud Feres-Carneiro (2010), que realizou a primeira medida de qualidade conjugal utilizando apenas uma pergunta para avaliar a felicidade e a satisfação dos cônjuges, a saber: “o que diferencia os casais felizes dos infelizes?” Constata-se não existir ainda um consenso teórico sobre isso, visto que a felicidade conjugal é uma questão multidimensional, muito subjetiva e sobre a qual variam as teorias que embasam as pesquisas. Porém, as mais utilizadas, segundo Diehl e Wagner (2002), são: a Teoria da Troca Social, que afirma serem as variáveis do meio, tanto os obstáculos como a sua superação, fundamentais para avaliar o relacionamento conjugal; a Teoria da Crise, que analisa o modo como lidam com as situações adversas e superam os obstáculos; a Teoria do Apego, que valoriza as primeiras interações e a quarta é a Teoria dos Sistemas Familiares, que pressupõe a ideia de família como criadora de um sistema próprio e com dinâmicas específicas. Essas teorias têm em comum a valorização do contexto, a capacidade de autoavaliação e de superação dos problemas fundamentais na delimitação daquilo que se possa chamar de qualidade conjugal, colaborando com a manutenção da relação.

Karney e Bradbury (1995) apontam que a união das três teorias (do apego, da crise e da troca social) criou um modelo interacionista que valoriza o contexto, os recursos pessoais e os processos adaptativos como fundamentais para a conjugalidade. Pode-se concluir, a partir das leituras e pesquisas realizadas, que o fenômeno da conjugalidade é multidimensional e que os estudos nessa área têm que ser realizados de maneira interdisciplinar, para que uma compreensão mais próxima da realidade seja possível.

O que se constata na literatura pesquisada é que a conjugalidade só se mantém enquanto responde a esses anseios narcísicos, de que os cônjuges sejam exatamente como se deseja; oscilando entre esperar dos parceiros (as) a completude (que não existe), abrindo espaços para a





frustração e, se isso não ocorre, os parceiros são descartados por não corresponderem a esse lugar idealizado FERES-CARNEIRO, 1994, 1998, 2010; JABLONSKI, 1995, 1998, 2003).

O conceito utilizado pelos teóricos da conjugalidade é o de afetividade líquida. Em sua definição de amor líquido, Bauman aponta que, hoje, os relacionamentos são de “bolso”; só servem se posso carregar de modo fácil e sem esforço algum e esclarece que já existem condições prévias. Para se travar um relacionamento, como “primeira condição deve-se entrar no relacionamento plenamente consciente e totalmente sóbrio. Lembre-se: nada de amor à primeira vista aqui” (BAUMAN, 2004, p.37).

Nessa perspectiva, a rapidez com que os relacionamentos afetivos nascem e são descartados está diretamente ligada à dificuldade de sair do mundo idealizado em que tudo é possível, em se distanciar de toda a gama de valores líquidos da sociedade pós-moderna, entendendo os sentimentos como mercadorias que só se mantêm enquanto servem ao indivíduo.

Feres-Carneiro (2011) lembra, ainda, que os valores que regem os relacionamentos estão mudando. O que se verifica, na atualidade, é uma prioridade dos parceiros de iniciarem uma união conjugal da prevalência de bens materiais e de relações sexuais em detrimento dos sentimentos.

Nesse sentido, existe toda uma estruturação construída na sociedade e vendida nas mídias de que existe “a perfeição”, “a completude”. A ideia de montagem e construção do “outro”, de acordo com os desejos e expectativas de cada um dos envolvidos, não se baseia na aceitação do outro enquanto alteridade e diferença e, por isso, o “encontro” pode ser belo.

## MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com dois casais do interior paulista, em junho de 2013, na Universidade de Taubaté, tendo sido aprovada pelo comitê de Ética em pesquisa número 356/12.

O instrumento utilizado foi o da entrevista semiestruturada, composta de cinco pautas que buscaram responder aos objetivos propostos por esta pesquisa.

A análise para coleta de dados foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fase adolescente caracteriza-se pela presença dos filhos já adolescentes, fase em que o casal experimenta a revivência da própria adolescência com toda a gama de questões próprias deste momento, como a sexualidade e a busca pela demarcação da identidade, propiciando ao casal enfrentamentos de situações por vezes adormecidas, como também a oportunidade de ritualizarem coisas que não foram vividas (CERVENY; BERTHOUD, 1997).

Na fase adolescente, os casais pesquisados citaram que os desafios foram às questões financeiras, somadas às diferenças para com a educação dos filhos adolescentes, o que envolveu mudanças nas condutas dos cônjuges para lidar com estes.

Pode-se verificar que, em muitos momentos, alguns desafios se tornaram um risco para a conjugalidade, na medida em que os casais não se sentiam fortalecidos para enfrentá-los. Tais riscos se concentraram em torno da traição vivida por um dos casais, o que gerou dificuldades na educação dos filhos e muitas mágoas por parte de um dos cônjuges. As dificuldades financeiras se apresentaram associadas à perda do emprego e, para a superação desse risco, a consequência foi o pouco tempo do casal para si, pois precisaram trabalhar e estudar mais. Os casais relataram utilizar como proteção a força advinda da espiritualidade, os modelos familiares internalizados, a participação em grupos de casais, pelos quais foram apoiados, o que gerou amadurecimento. Como estratégias de enfrentamento, recorreram à ajuda psicológica profissional, a atitudes de renúncia, ao diálogo e à participação em grupos religiosos/sociais.

O equilíbrio buscado pelos casais transitou por meio de movimentos contínuos/descontínuos, como se apresenta todo processo de desenvolvimento. Caminhando da estabilidade para a desorganização diante das crises para depois se reestruturar novamente, mas sempre partindo de um patamar maior do que o anterior, superando as adversidades por meio das aprendizagens e usando de resiliência no que se refere àquele aspecto já vivenciado.

Constatou-se que as mudanças presentes na contemporaneidade geraram desafios e ansiedades aos cônjuges, assim como para suas conjugalidades, solicitando novas respostas frente às transformações sociais rápidas e contínuas. Os enfrentamentos foram possíveis no micro contexto, apoiando-se nas famílias e no meso contexto, como a igreja, os grupos sociais.

Ao que tudo indica, a flexibilização de fenômenos do mundo atual alargou as fronteiras e mudou o panorama no modo de se estabelecer as relações, produzindo uma fluidez constante



que, sob um primeiro olhar, pode ser tomada como benéfica e, porque não “moderna”; mas que no nível de construção dos processos identitários, gera inseguranças, medos e ausência de referências. Para os casais surge, nesta fase, a crise da maturidade, envolvendo a análise das satisfações ou frustrações, sob os vários pontos de vista pessoal, profissional e conjugal, momento de intensas renegociações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste estudo vão ao encontro das pesquisas apresentadas anteriormente sobre a resiliência na conjugalidade, nas quais a conjugalidade é vista por todos como uma fonte de vida, de realização e de grande investimento afetivo, fenômeno das relações humanas que está longe de deixar de existir, ocorrendo na contemporaneidade a busca por relacionamentos que propiciem melhores condições de manutenção das identidades e que permitam o desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros (FERES-CARNEIRO, 1998), o que tem exigido dos casais a administração das categorias de risco permeadas pelas categorias de proteção, frente os desafios advindos ao longo do ciclo vital. Assim, a resiliência para estes casais é um processo multidimensional e que compreendê-lo exige pensar na interação de muitos fatores.

Constatou-se que as relações vivenciadas com a família de origem foram importantes na vida dos casais, fornecendo-lhes a base para os comportamentos na conjugalidade. Além disso, as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa processadas durante o ciclo sugerem ter produzido, de forma dinâmica, a maneira como se estabeleceram as relações no processo da conjugalidade. Ou seja, a ocorrência dos processos proximais como aqueles em que as relações de afetividade experimentaram a troca de energia entre os cônjuges e em várias direções na vida do casal (como participar de grupos de casais ou realizar atividade solidária).

Espera-se que este trabalho alerte para as necessidades dos múltiplos apoios institucionais requeridos pelos casais e suas famílias em relação aos desafios, em face das vulnerabilidades as quais estão submetidos, como as financeiras, não se limitando a estas e que,



além do suporte social, pressupõem apoio psicológico e acolhimento para que estes casais possam se fortalecer.

Verificou-se que muitos são os desafios e os riscos enfrentados pelos casais em suas conjugalidades, mas o desenvolvimento de ações resultou em resiliência, permitindo a eles a continuidade de suas conjugalidades e vínculos mais saudáveis, um movimento de aprendizado, partilha e solidariedade, o que refletiu para a família na oferta de segurança aos descendentes.

Reconhecer os mecanismos que atuam como proteção nesta fase do casamento mostra-se uma ferramenta fundamental para o planejamento de ações efetivas que visem minimizar a vulnerabilidade as quais os casais e as famílias estão expostos, com vistas a oferecer suporte à redução de suas problemáticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; MENGUI, P.; CORIGLIANO, A. M. N. *Por trás da máscara familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BARLACH, L. *O que é resiliência humana? Uma contribuição para a constituição do conceito*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARRETO, A. F. *ISS na Constituição e na Lei*. São Paulo: Dialética, 2009.

BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARMELO, E. *Resiliência: a transformação como ferramenta para construir empresas de valor*. 3 ed. São Paulo: Gente, 2008.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O.; SOUZA, M. T. S. Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2006.



CHAMON, E. M. Q. O.; MORAES, P. M. A representação social do risco em atividades potencialmente perigosas. *Temas em Psicologia*, v. 19, n. 1, p. 243-252, 2011.

DIEHL, J. A.; WAGNER, A. *A família em cena*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico: A-C*. São Paulo: Saraiva, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Terapia de Casal: ruptura ou manutenção do Casamento?* Temas em Psicologia. v. 2, n. 2, agosto de 1994, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1994000200005&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1994000200005&script=sci_arttext)>

Acesso em 30/mai./2012. *Família: diagnóstico e terapia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. *Psicologia: reflexão e Crítica*. v. 11. nº 2, p. 379-394, 1998. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 28/ mai./2012. \_\_\_\_\_. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T; DINIZ NETO, O. *Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais*. *Paidéia*. v. 20, nº 46, p. 269-278, agosto 2010, Ribeirão Preto. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 28/ mai./2012. \_\_\_\_\_. (Org.) *Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. Itatiba: Casa Psi, 2011.

FONAGY, P. STEELE, M.; STEELE, H.; HIGGITT, A.; TARGET, M. The Emanuel Miller Memorial Lecture 1992. The Theory and Practice of Resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. V. 35. n.2 p.231-237, 1994.

GARMEZY, N; RUTTER, M. *Stress, coping and development in children*. McGraw-Hill, Nova York, 1988.

JABLONSKI, B. (org.) *Afinal, o que quer um casal?* Programa de Pós-Graduação PUC. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2003. Disponível em: <<http://bernardojablonski.com/pdfs/producao/afinal.pdf>>. Acesso em: 30/ mai./ 2012.

JABLONSKI, B. A difícil extinção do Boçalossouro. In: NOLASCO, S. (Org.) *A desconstrução do Masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.p. 156-165

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1998. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X1994000200007&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X1994000200007&script=sci_arttext)> Acesso em: 30/mai./2012

KARNEY, B. R.; BRADBURY, T. N. *Assessiny Longitudinal change in marriage: An instriduction to the analysis of growth curves*. Journal of Maniage and the Family, 1995.



LUTHAR, S. S.; CICCHETTI, D.; BECKER, B. *The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work*. *Child development*, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000.

LUTHAR, S; CUSHING, G. *Measurement Issues in the Empirical Study of Resilience*. New York, Plenum Publishers, 1999.

MAGALHÃES, A. S; FÉRES-CARNEIRO, T. A. *Conjugalidade na Série Identificatória: experiência amorosa e recriação do eu*. *Pulsional: Revista de Psicanálise*. v. XVI, nº 176, p. 41-50, dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/176\\_05.pdf](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/176_05.pdf)>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. *A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes*. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, v. 17, n. 1, p. 52-63, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NARCISO, I; RIBEIRO, M. T. *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler, 2009.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. *Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica*. DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M. (Orgs). *Resiliência e Psicologia positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SAPIENZA, G.; PEDRONOMICO, M. R. M. *Risco, proteção e resiliência do desenvolvimento da criança e do adolescente*. *Revista Psicologia em Estudo*. Maringá: UMESP, v.10, n.2, p.209-216, mai-ago,2005.

SOUZA, M. T. S; CERVENY, C. M. O. *Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia*. *Revista ciências humanas*, Taubaté, vol. 12.n.2, p 21-29, jun/dez, 2006.

WALSH, F. *The concept of family resilience: Crisis and challenge*. *Family Process*, 35 (Suppl. 3), 261-281, 1996.

WALSH, F. *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. São Paulo: Roca, 2005.

YUNES, M.A.M. *Entrevista reflexiva & grounded-theory: estratégias metodológicas para compreensão da resiliência em famílias*. *Revista interamericana de psicologia*. *Interamerican journal of psychology*, v. 39, n. 3, p. 431-438, 2005.





## HISTÓRIA DO NOME PRÓPRIO E ÁLBUM DE FAMÍLIA: TIA, IRMÃ, AMIGA, UM ANJO EM MINHA VIDA

ZUCOLOTO, Patricia Carla Silva do Vale

*Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea - UCSal*  
*patvalezuc@hotmail.com*

34

### RESUMO

Esse trabalho se enquadra na perspectiva da pesquisa autobiográfica e biográfica. O objetivo do trabalho foi realizarmos um trabalho autobiográfico e biográfico com base na história de um membro da família muito próximo do ponto de vista da história pessoal compartilhada. O método consistiu na realização de uma entrevista com a minha tia, que consistiu em duas partes, e na elaboração da história autobiográfica e biográfica. A primeira parte da entrevista se referiu à investigação sobre o nome próprio dela, a segunda parte foi referente ao álbum de família. Após a entrevista, foi escrita a sua história dialogando com a minha própria história pessoal e familiar, considerando os pontos de intersecção de ambas as histórias. A história do seu nome revelou o pertencimento à família. O álbum de família demonstrou que cada membro recebe a herança afetiva, psicológica e de personalidade dos anteriores. Ao escrever a história dela, em relação a minha história, foi possível perceber o relacionamento entre as duas histórias e como eu fui constituída por esse relacionamento.

**Palavras-chave:** Autobiografia. Biografia. Família.

### ABSTRACT

This work fits in the perspective of autobiographical and biographical research. The objective was to accomplish an autobiographical and biographical work based on the story of a family member very close to the point of view of shared personal history. The method consisted of an interview with my aunt, which consisted of two parts, and the elaboration of autobiographical and biographical history. The first part of the interview referred to research on her first name, the second part was related to the family album. After the interview, his story was written dialogue with my own personal and family history, considering the points of intersection of both stories. The story of her name revealed the belonging to the family. The album showed that each family member receives affective, psychological and personality of the previous heritage. In writing her story in relation to mine it was revealed the relationship between the two stories and how I was made up this relationship.

**Key-words:** Autobiography. Biography. Family.



## INTRODUÇÃO

Esse trabalho surgiu de uma proposta de atividade construída em conjunto na disciplina obrigatória Família e subjetividade, ministrada pelos professores José Euclimar Menezes, Lúcia Vaz de Campos Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich, no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da UCSal. A elaboração coletiva da proposta foi realizada pela Profa. Elaine P. Rabinovich, por mim, Patricia C. S. do Vale Zucoloto, pós-doutoranda e colaboradora da disciplina, por Cinthia B. Santos Souza, doutoranda e por outros alunos regulares do referido Programa, que frequentavam a referida disciplina.

A partir da leitura do livro sobre “Nomes de famílias: subjetividade, genealogia, juridicidade e historicidade” (2013), da autoria do grupo de pesquisa da profa. Elaine Rabinovich, e da inquietude provocada pelo meu desejo de participar do grupo de pesquisa sobre autobiografia, ou seja, pelo desejo de escrever de modo autobiográfico, sugeri à profa. Elaine, que fizéssemos algum trabalho autobiográfico na disciplina Família e Subjetividade, como costumava acontecer em semestres anteriores.

A profa. Elaine Rabinovich, uma “caçadora de relíquias familiares”, de pronto aceitou a sugestão e começamos a construir a proposta da pesquisa em sala de aula, com a ajuda valiosa de Cinthia Santos, que já tinha experimentado juntamente com Elaine, a experiência da pesquisa autobiográfica, a qual originou algumas publicações, e de outros alunos.

O tema dos irmãos apareceu como algo muito instigante, porque tínhamos lido um belo texto sobre fratria (2000) de Bernard Fourez e surgiu o desejo de fazer uma pesquisa sobre o nome dos irmãos e ainda, a investigação de como seria a construção do álbum de família destes, com base na proposta realizada pela professora Elaine Rabinovich, em 2012.

A proposta do trabalho se enquadra na perspectiva de que a autobiografia é “um caminho metodológico para explorar a condição humana” (Rabinovich, 2013, p. 21). Através dessa narrativa, é moldada uma nova concepção de si mesmo e Rabinovich (2013) considera que há uma dupla *poiesis*, onde ocorre uma “síntese de elementos heterogêneos de uma vida e a reconstrução do *self* como uma experiência poética que pode ser compreendida como uma revelação de nossa condição original, a criação de nós mesmos” (p. 21).

Então, foi delimitada a proposta de realizarmos um trabalho autobiográfico e biográfico com base na história de um membro da família muito próximo, do ponto de vista da história



peçoal compartilhada, preferencialmente, um irmão ou irmã, para o qual seria solicitada a história do seu nome e a confecção de um álbum de família, com apenas três fotos, escolhidas pelo sujeito participante, com a justificativa dessa escolha.

A pesquisa sobre o nome próprio parte do pressuposto da relevância do nome para a identificação da pessoa enquanto personalidade única e ao mesmo tempo, referida ao pertencimento à família e ainda, como identidade social. De acordo com Rabinovich (2011), “nomear é gerar uma segunda vez na medida em que o nome atribuído ao bebê o insere em uma ordem social: o registro civil, onde a criança inicia a sua existência legal e social” (p. 8). A autora confirma que a nomeação nos proporciona uma tripla inscrição: “a pessoa em relação à sociedade, a pessoa em relação a sua família e a pessoa em relação a si própria” (p. 8).

Desse modo, a proposta de conhecer a história do nome do participante nos remete à história daquela pessoa, inserida numa família, numa sociedade, mas também em relação a si mesma.

A proposta da pesquisa foi formulada e o objetivo foi realizar uma investigação sobre a história do nome da pessoa e de suas histórias familiares através da constituição de um álbum de família com três fotos apenas, a partir da escuta dos significados atribuídos a sua história pessoal e familiar.

## REFERÊNCIA TEÓRICA

Os significados aqui explicitados se referem à concepção de Vigotski (2000) de significado da palavra como o reflexo da forma mais simples da unidade entre o pensamento e a linguagem, ou seja, uma unidade indecomponível de ambos os processos. O significado é considerado como um fenômeno de discurso, pois uma palavra sem significado é um som vazio. Por outro lado, o significado da palavra também é um fenômeno do pensamento, desse modo é considerado como unidade do pensamento discursivo.

Para Vigotski (2000), o significado da palavra corresponde a uma generalização ou conceito, do ponto de vista psicológico. De acordo com esse autor, a descoberta central de toda a sua pesquisa é que os significados se desenvolvem, modificam-se: “no processo do



desenvolvimento histórico da língua, modificam-se a estrutura semântica dos significados das palavras e a natureza psicológica desses significados...” (p. 400).

Vigotski (2000) considera que “o pensamento linguístico passa das formas inferiores e primitivas de generalização a formas superiores e mais complexas, que encontram expressão nos conceitos abstratos” (p. 400). Desse modo, é que afirma que “no curso do desenvolvimento histórico da palavra modificam-se tanto o conteúdo concreto da palavra quanto o próprio caráter da representação e da generalização da realidade na palavra” (p. 400).

A psicologia histórico-cultural, a partir de Vigotski (1984), considera o ser humano como ser histórico e cultural, que tem uma história individual e que é co-construtor da história coletiva, bem como se insere no ambiente cultural do qual participa. Enfim, as relações sociais são constitutivas do indivíduo humano e se constituem a partir dele (Vigotski, 1984). Vigotski explica a construção social da mente e defende que o homem se constitui enquanto homem na relação com os outros e através do uso de signos, da linguagem. A relação com o mundo e com os outros é mediada pela linguagem.

A criança vive num mundo cultural repleto de significados (Vigotski, 1984). Os significados culturais compartilhados foram desenvolvidos historicamente. O homem é criado pela história e a cria. Alguns significados permanecem e outros se modificam.

Criar sentidos ou significações é o que nos distingue dos animais (Vigotski, 1984). A partir de Vigotski, podemos considerar que o nascimento da criança é duplo: nascimento biológico e cultural. Já nesse momento inicial da vida da criança, ou antes, quando ainda é um feto no ventre materno, há a presença de diversos discursos acerca desse bebê humano.

A teoria de Vigotski é uma teoria do desenvolvimento psicológico que enfatiza o que nos distingue de outros animais, ou seja, o uso dos sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números) e as funções psicológicas superiores. É uma teoria que apresenta como a cultura passa a fazer parte do indivíduo.



## MÉTODO

### PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS

Deveria ser escolhido um dos nossos irmãos para uma entrevista, caso não houvesse irmãos, poderia ser meio-irmãos, co-irmãos, irmãos adotivos ou irmãos por afinidade também (Oliveira, 2005). Caso não conseguíssemos ninguém dentro dessa categoria, poderia ser considerado como sujeito um primo-irmão ou prima-irmã ou ainda um parente bem próximo em termos de história pessoal e afetiva, cujo relacionamento fosse caracterizado pela intimidade e história compartilhada.

Seria realizada uma entrevista com o sujeito e esta consistiria em duas partes. A primeira se referia à investigação sobre o nome próprio do seu irmão, primo-irmão ou parente bem próximo. Nós deveríamos perguntar:

1. Qual a história do seu nome?
2. Quem deu esse nome para você?

A segunda parte da entrevista seria referente ao álbum de família. Nós deveríamos propor as seguintes questões com a seguinte consigna:

Agora imaginando que você fará um álbum de família, escolha três fotos.

1. Qual seria a primeira foto do álbum? Por que? Conte a história da foto?
2. Qual a seria a foto do meio? Por que? Conte a história da foto?
3. Qual seria a última foto? Por que? Conte a história da foto?

Após colher a história do parente, nós deveríamos escrever a sua história dialogando com a nossa própria história pessoal e familiar, considerando os pontos de intersecção de ambas as histórias.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho começou com um grande desafio para mim, escolher para quem fazer a proposta da entrevista. Foi pessoalmente difícil encontrar a coragem de propor a pesquisa a alguma das minhas irmãs por parte de pai. Elas estavam muito ocupadas com suas tarefas da



própria vida e dos seus familiares mais próximos e também, eu acredito que estávamos passando por um momento de reestruturação das relações entre nós. Considerando esses aspectos, eu não tive coragem de fazer essa solicitação referente ao trabalho e percebi o quanto é mesmo difícil pedir algo para um familiar, porque se recebemos um não, isso dói mais do que com alguém não familiar, porque o recebemos de alguém de quem a gente espera um “sim” e com quem imaginamos ter uma relação de afeto que venceria qualquer obstáculo para ajudar o outro.

A outra opção dada, entrevistar um primo-irmão, também não foi possível, porque o meu primo-irmão, com quem convivi desde que ele nasceu até ele completar seis anos, também se revelou inacessível naquele momento. Estávamos bem distantes emocionalmente um do outro, nossas diferenças nos afastaram.

Então, comecei a pensar em alguém da família, bem próxima afetivamente e com quem eu tivesse convivido muito, mas que não fosse meu pai ou minha mãe, daí surgiu a idéia de realizar a entrevista com uma das minhas duas tias, que se encaixavam nessa descrição. Perguntei a profa. Elaine sobre essa possibilidade e ela consentiu. Propus a tia mais nova e ela não aceitou, daí propus a minha tia mais velha e ela concordou em participar de modo muito solícito.

Por que a escolha do sujeito tia?

Essa minha tia, que aceitou participar, é praticamente uma irmã, uma mãe e uma grande amiga. Quando nasci, ela estava com 16 anos de idade. Eu fui criada pela mãe dela, a minha avó paterna e convivi com elas durante 19 anos, quase 20, quando saí para estudar na USP-RP e não voltei mais a morar com elas, mas sempre mantivemos um relacionamento de muita proximidade afetiva, de amizade e admiração (mútua, imagino). Essa tia é assistente social, pessoa muito humana, honesta, sensível ao sofrimento dos pobres, crianças, idosos e animais. É poeta. Apresentou para mim o mundo da música, principalmente, MPB. Ou seja, a minha tia foi e é uma pessoa que fez parte da constituição da minha identidade pessoal, sendo uma influência marcante nos meus gostos e valores.

Para compreender como nossa história se cruza, preciso me remeter, de modo breve, a minha história pessoal. Poderia dizer que eu fui a 15ª filha de minha avó paterna. Quando minha avó se casou com meu avô, ele era viúvo e tinha sete filhos, que passaram a ser criados por minha avó como filhos e ainda, ela teve mais sete, o que somou catorze filhos. Eu fui criada por





minha avó paterna também, porque meus pais se separaram muito cedo, eu ainda era um bebê e como minha mãe trabalhava e estudava, a minha avó paterna ofereceu para cuidar de mim. Minha mãe aceitou a proposta, mas sempre estava presente, ia me ver todos os dias e eu também ficava com ela durante o fim de semana. Eu fui a primeira neta da minha avó paterna, filha do seu primogênito, primeira filha dos meus pais, primeira sobrinha dos meus tios e tias paternos. Fui cercada de muito amor e carinho por parte de todos, de minha avó paterna, da tia dela, dos sete filhos que ainda moravam com ela, inclusive meu pai e de minha mãe e da família dela, que morava no interior da Bahia.

Houve sempre na minha família o incentivo ao estudo e quando passei na USP, campus de Ribeirão Preto, minha avó foi a primeira a apoiar e essa foi uma boa oportunidade para realizar o desejo de morar com minha mãe, que me acompanhou nessa mudança para Ribeirão Preto. Encerraram-se aí os 19 anos de convivência com minha avó paterna e minhas duas tias, filhas dela.

Agora que está claro o grau de convivência que tive com minha tia, seguirei com a história dela, colhida através desse trabalho.

### **História do nome**

Ao perguntar sobre a história do seu nome, a minha tia respondeu, inicialmente, que não sabia, depois pareceu se lembrar de algo e disse que a mãe dela que inventou. O nome dela tem algo em comum com o nome dos irmãos, dos sete, seis começam com a letra R e algo mais em comum com o nome da única irmã, além de começar com R, após o primeiro nome, elas têm o nome Maria, parece que era uma homenagem feita à Maria, mãe de Jesus, comum na época em que ela nasceu. Não pudemos perguntar à mãe dela sobre essa origem ou história do seu nome, porque a mãe já é falecida há onze anos e o pai já era falecido desde que a minha tia estava com mais ou menos dois anos (ela foi a 13ª filha dele).

O seu nome revela o pertencimento à família, através da identificação com o nome de seis dos irmãos que também começam com a mesma letra, e ainda, com a única irmã mulher, que também tem o nome Maria como segundo nome. Por outro lado, o seu nome revela uma originalidade, presente também na pessoa dela, porque a mãe inventou o seu nome, ou seja, ao



mesmo tempo, que ela se assemelha aos demais, algo a diferencia, há uma licença ou permissão para ser diferente, para ser única, singular e isso se reflete na dimensão da poesia, ela é poeta.

### **Escolha das três fotos para o álbum de família**

Ao começar essa parte da entrevista, ela falou que não tinha organizado as fotos, que pretendia fazê-lo, mas dependeria de comprar álbuns. Disse-me que não encontrou o que queria. Na cama dela, estavam vários álbuns pequenos cheios de fotos. Conhecendo a minha tia, pergunto: e o que você encontrou? Falou que encontrou uma foto de “mamãe doente”, que não queria colocar esta. A minha avó, mãe dela, assim como o seu pai, teve um longo período doente antes de vir a falecer. Ambos morreram de câncer. As minhas tias, que moravam com ela, foram aquelas que acompanharam diariamente esse período difícil da vida da mãe. Ela, com certeza, queria lembrar-se de momentos mais bonitos e onde minha avó demonstrava toda a sua força e graça.

Começou a ver os álbuns e comentou sobre entes queridos, alguns dos mais queridos (eu sei), vivos e mortos. Vivos: os três afilhados, dois dos quais são meus filhos, e o papagaio Lourinho. Mortos: Evandro (o tio dela, irmão querido da mãe), a sua “mamãe” e Luna (minha cachorrinha poodle, muito ligada a minha tia).

Explico, novamente e da melhor forma possível, o propósito da pesquisa: “Tia, você escolhe três fotos, não quer dizer que não colocará outras depois no álbum de família”. Falo isso porque ela havia dito que estava difícil escolher apenas três.

A pergunta que faço é: quais as fotos de pessoas significativas você escolheria? (depois fico pensando que poderia ter dito: “ou de momentos significativos”)

#### **1ª foto**

Escolheu a primeira foto, nela está Evandro, seu tio. Ao perguntar o porquê da escolha, ela responde: “expressivo, significativo, tio querido de eterna saudade. Eterno Evandro, próximo, presente, companheiro, pela beleza interior, pela sensibilidade, poesia, música, pela humanidade contida nele, lindo. 20 anos farão que ele se foi”. Na foto, Evandro tinha mais ou menos 50 anos. Não sabe dizer a história da foto em si, mas diz que ela foi dada pela filha mais velha de Evandro, uma prima que ela tem muita proximidade até hoje e que como ela se tornou assistente social. Evandro era o irmão caçula da minha avó. Era um pai, irmão e tio muito



amoroso. Era poeta, compositor, contador, radialista, publicitário, escrevia além de poesias e músicas, contos e discursos políticos e era uma incrível pessoa humana. Morreu muito jovem, aos 50 e poucos anos, de coração.

### **2ª foto**

Na segunda foto escolhida, está ela e o irmão Ro.. Na foto, o irmão a está abraçando e beijando o rosto dela. É o quarto filho biológico da minha avó paterna e se destaca também pela humanidade e generosidade ímpar. É um irmão muito carinhoso com minha tia. Lembrando que gestos de carinho assim são meio raros na nossa família, pois o carinho se expressa mais em palavras ou gestos concretos como dar presente, ou fazer uma comida, ou arrumar uma cama para acolher o hóspede que chega, ou levar a algum lugar de carro. O porquê da escolha: “porque é meu irmão adorador, queridíssimo. Ser único, ímpar”. A história da foto é uma foto recente, tirada no aniversário de 100 anos de minha tia avó, no caso, tia da minha tia, irmã de minha avó. Tio Ro. é também um ser humano incrível, generoso, amoroso, preocupado com os outros e mobilizado pelo desejo de justiça social.

### **3ª foto**

Escolheu como terceira foto, uma fotografia de minha avó, que ela chama de “mamãe”. Essa foto é sugerida por mim, porque antes ela disse que queria uma foto da mãe, mas não da mãe doente, daí eu sugeri a foto que estava no porta-retrato da sala, que retratava minha avó ainda saudável e num momento de grande alegria, o aniversário dela de 70 anos. Escolheu “pela admiração, fortaleza, garra, força dela, por ser guerreira, por tudo que representou para todos nós, por ter vencido sozinha, por não ter se deixado abater pelas necessidades, a dedicação que nos legou, a vida de luta para dar o melhor dela. Enfim, por sua extrema generosidade e espírito acolhedor que ultrapassou o núcleo familiar”. Eu me emocionei nesse momento, porque lembrei da minha avó e de como ela tinha dado a vida para fazer os seus filhos viverem dignamente.

A minha avó paterna casou-se quando tinha 17 anos com o meu avô, que era um viúvo, com 42 anos, e tinha 7 filhos do primeiro casamento. Com minha avó, ele teve mais sete. Ela ficou viúva com trinta e um anos, tendo que assumir o pagamento das dívidas do tratamento médico prolongado do meu avô, o sustento da casa e dos catorze filhos. Ela passou a costurar e sustentar a casa com esse dinheiro. Conseguiu que todos os filhos se formassem e fossem bem-sucedidos profissionalmente. Também os educou dentro de uma moralidade e todos são



honestos e sérios. Minha avó amava muito os filhos e a família que ela sustentou. A minha avó faleceu em 2003, com 76 anos, tendo ajudado os seus filhos a se tornarem homens e mulheres de bem, todos formados e quase todos com sua família constituída. Os netos eram motivo de grande alegria, ela os recebia com amor e várias comidas gostosas. Minha avó sempre fazia um caldeirão de feijoada para esperar quem viesse almoçar na casa dela, mesmo sem avisar. Ela ao longo da vida deu apoio a sobrinhos e pessoas do interior que precisavam vir a Salvador. Era famosa a sua hospitalidade, o seu acolhimento aos familiares e àqueles que necessitassem de alguma ajuda. Também era famosa sua sinceridade, ela sabia ser autêntica em seus sentimentos. Ela prezava o essencial, o amor ao próximo, o respeito às pessoas, a honestidade, o esforço para chegar a ser um bom profissional e ter uma vida digna, a importância da família. Também era religiosa, era católica, rezava, principalmente pelos filhos e suas famílias, ia à missa, mas dizia que não era beata de Igreja. Ela morreu de câncer e foi uma luta longa contra a doença. No hospital, tinha uma imagem de Cristo, que ela sempre olhava e rezava pedindo forças e imagino que pedia também a cura, porque ela amava viver e amava sua família. A vida de minha avó foi de muita luta para vencer as dificuldades e cuidar e educar os filhos. Ela conseguiu cumprir essa missão de torná-los pessoas de bem. Seus filhos, meus tios e tias, sabem o valor dessa família, porque foi construída com o amor e a força de minha avó e também de meu avô.

Ao final, perguntei a minha tia sobre a ordem das fotos, se seria a que ela escolheu mesmo. Ela respondeu que não e mudou a ordem: “em terceiro, eu e Ro., em segundo, Evandro e mamãe merece o primeiro lugar, merece o pódio”. Nessa hora, mais uma vez me emocionei, porque sabia o quanto isso era verdadeiro. Minha avó de apenas 1 m e 50 cm era por sua pessoa e história um gigante da humanidade, uma vencedora e merecia o pódio, o primeiro lugar da dedicação e amor à família.

## CONCLUSÕES

A experiência da realização dessa pesquisa gerou algumas reflexões sobre família e sobre a pesquisa autobiográfica e biográfica.

Percebi, ao analisar a entrevista, que cada membro recebe a herança afetiva, psicológica, de personalidade dos anteriores. Pude perceber o quanto herdei da minha tia, a sensibilidade e a



preocupação com os pobres, as crianças, os fracos, os injustiçados. Ela, por sua vez, herdou de seu tio, a poesia, de seu irmão, a humanidade e o senso de justiça e de sua mãe, a garra, a força para fazer o bem pelos que necessitam. Nós somos constituídos por esses outros tão significativos, como Wallon (Werebe e Nadel-Brulfert, 1986) e Vigotski (1984) nos deixam claro em suas teorias, e ao mesmo tempo, realizamos escolhas, porque uns nos tocam e outros não, ou melhor, nos deixamos tocar por uns e não por outros (vide Valsiner, 2012).

Ao realizar a entrevista com minha tia, pensei sobre o meu vínculo com ela e isso me levou a pensar na chegada de um novo membro em uma família: quem chega, precisa ser acolhido pelos que já estavam, é uma novidade que chega e a casa precisa ser rearrumada, o coração também, para a chegada do novo membro. Eu fui acolhida por essa minha tia, de modo muito afetuoso, como até hoje, temos uma forte ligação afetiva. É o vínculo de apego, tal como descreve Oliveira (2005): “Um vínculo de apego é evidenciado entre irmãos quando um é para o outro alguém que supre necessidades de conforto e segurança, ou seja, constitui-se base segura para o outro” (p. 106). São características do vínculo de apego fraterno, descritas por Oliveira (2005): “há necessidade de manter proximidade, há tristeza frente à separação, prazer e alegria na reunião e possibilidade de se obter na relação com o outro uma experiência de conforto e segurança” (p. 106).

Entrevistar minha tia foi algo fácil porque ela me ama e eu a amo, eu a conheço, respeito, valorizo e admiro, quero ouvir a sua história e o seu jeito de pensar a realidade, mesmo que haja pontos de vista diferentes. Por outro lado, sei como é difícil falar em nossa família, nós estamos acostumados a não falar, mas a viver. O silêncio, a reserva, o segredo é uma constante e temos medo de falar demais.

A entrevista de um familiar lhe põe de frente à realidade da vida de outra pessoa, porque a família muitas vezes parece um grupo, uma massa indistinta, mas cada um tem uma história e percebe a vida familiar de um modo próprio. Cada um é único, singular, irrepetível.

Em aula, uma colega comentou sobre a importância das tias dela em sua vida e Elaine falou que eram anjos bons. Também para mim, as minhas tias, inclusive a que não aceitou fazer a entrevista, foram e são anjos bons em minha vida.

Como nos leva a pensar Fonseca, Kirst, Oliveira, D'Ávila e Marsilac (2006), a presente pesquisa é um acontecimento:



“Não é possível marcar um lugar específico no tempo do encontro com aquilo que nos gera a vontade de saber e de criar um lugar no mundo ao qual iremos circunscrever nossa fala. A pesquisa não nasce; ela irrompe e nos mergulha em seu magma. De certa forma, podemos admitir que ela já existia em nós, em um diferente e especial estado contraído, e que já habitava a nuvem virtual e contínua de nossa própria duração, à espera de sua atualização; que a pesquisa, enfim, corresponde ao nosso próprio passado, grávido de muitos futuros e devires” (p. 656).

Essa pesquisa aconteceu e deu sentido pessoal aos conteúdos que vínhamos estudando, porque somos cientistas, mas também somos pessoas, seres relacionais, inseridos, incrustados em um ou vários contextos familiares.

## REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, A. L. *Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento*. Tese não-publicada. PUC-SP. São Paulo: 2005.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G.; OLIVEIRA, A. M.; D'ÁVILA, M. F.; MARSILAC, A. L. M. Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. *Em: Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3. Maringá: set./dez. 2006, p. 655-660.

FOUREZ, B. Fratria: perspectivas históricas e societais. *Em: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M. (orgs.) Os recursos da fratria*. Belo Horizonte: Artesã, 2000.

RABINOVICH, E. P.; AZAMBUJA, R. M. da; SOUZA, C. B. S.; NEVES, S. D. (orgs.) *Nomes de família: subjetividade, genealogia, juridicidade e historicidade*. Salvador: Quarteto, 2013.

RABINOVICH, E. P.; LEAL, T. C. M.; REINA, V. S.; REIS, L. P. C. (orgs.) *Família e poéticas da infância: relatos autobiográficos*. Curitiba: Juruá, 2013.

RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. M. S.; SOUZA, C. B. S.; TÔRRES, O. D. de S. (orgs.) *Nomes de família: nomeação, pertencimento e identidades*. Salvador: Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, 2011.

RABINOVICH, E. P. Apresentação. *Em: RABINOVICH, E. P.; LEAL, T. C. M.; REINA, V. S.; REIS, L. P. C. (orgs.) Família e poéticas da infância: relatos autobiográficos*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 21-22.





RABINOVICH, E. P. Nomes, família e poética. *Em*: RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. M. S.; SOUZA, C. B. S.; TÔRRES, O. D. de S. (orgs.) *Nomes de família: nomeação, pertencimento e identidades*. Salvador: Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, 2011, p. 8-23.

VALSINER, J. *Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem* (P. Bezerra, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEREBE, M. J. G.; NADEL-BRULFERT, J. (orgs.) *Henri Wallon*. São Paulo: Editora Ática, 1986.



## AUTISMO E FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

TENSINI, Emanoele

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação do Mestrado Interdisciplinar em  
Desenvolvimento Comunitário  
manuhzgodahotmail.com*

BAGAROLLO, MariaFernanda

*Professora do Programa de Pós Graduação do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento  
Comunitário  
maria.fer@uol.com.br*

FUJINAGA, Cristina Ide

*Professora do Programa de Pós Graduação do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento  
Comunitário  
cifujinaga@gmail.com*

47

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa de literatura, tomando como dados os artigos publicados nas bases SciELO e LILACS no período de 2001 a 2014, contemplando-se as publicações periódicas, que abordam a temática autismo e família. Na busca foram encontrados 23 artigos sobre o tema, considerando-se os critérios de inclusão e exclusão, foram retirados 11 artigos, restando 12 trabalhos para análise. Os achados da pesquisa foram classificados quantitativamente de acordo com o tema investigado e discutido a partir de dois eixos temáticos: as implicações negativas do autismo na família e os efeitos positivos do sujeito autista para a família. Os artigos foram quantificados a partir de estatística descritiva considerando os seguintes aspectos: a área profissional responsável pela elaboração, ano de publicação, local em que foi desenvolvida a pesquisa, tipo de pesquisa realizada/método utilizado e membro da família envolvido nos estudos. Os resultados mostram o seguinte: a área profissional que mais publicou artigos foi a psicologia, os anos de maiores publicações foram entre 2009 e 2010, prevaleceram os estudos realizados na cidade de São Paulo, o método de pesquisa mais utilizado foi a aplicação de entrevistas, e o membro da família mais envolvido nos estudos, foram os pais. Já a discussão mostrou que: a maioria dos estudos apresentaram maior predominância das implicações negativas do autismo na família, enquanto que, uma minoria apontou o membro autista como fator positivo nas relações familiares. Assim, é possível concluir que tais sentimentos atrelados a um contexto social precário, acabam promovendo um cenário decepcionante, no qual seus integrantes tentam dar continuidade de maneira desolada.

**Palavras chaves:** autismo, qualidade de vida e família.

### ABSTRACT

This article aims to conduct an integrative literature review, taking as given the articles published in SciELO and LILACS in the period 2001-2014, covering up periodicals, related to the thematic autism and family. In search 23 articles on the subject, considering the inclusion and exclusion criteria, 11 articles were found were removed, leaving 12 studies for analysis. The research findings were quantitatively ranked according to their theme and discussed from two main themes: the negative implications of autism on the family and the positive effects of the autistic person for the family. Articles were quantified from descriptive statistics regarding the following aspects: the professional area responsible for the preparation, publication year, where it was developed research, type of survey / method used and family member involved in the studies. The results show the following: a professional



area that was published more articles psychology, most publications were years between 2009 and 2010, prevailed studies in the city of São Paulo, the most widely used research method was the use of interviews, and the member most involved in the studies, parents were family. Have the discussion showed that: most studies showing a higher prevalence of the negative implications of autism in the family, while a minority made the autistic member as a positive factor in family relationships. Thus, we conclude that such feelings tied to a precarious social context, end up promoting a disappointing scenario, in which its members try to continue desolate way.

**Key-words:** autism, quality of life and family.

## 1- INTRODUÇÃO

Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner publicou seu trabalho titulado “Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo” na revista *NervousChild*. Nesse artigo ele apresentou um novo quadro patológico ao qual nomeou de “distúrbios autísticos do contato afetivo” e revelou que os sintomas característicos eram estereotípias, ecolalia, autismo extremo e obstinação (FAVERO E SANTOS, 2005).

Inicialmente, Kanner relacionou esse quadro à esquizofrenia (FAVERO E SANTOS, 2005). Já em 1956, Kanner ainda considerou o autismo como uma psicose e relatou que todos os exames clínicos e laboratoriais demonstram resultados normais, ou seja, não exibiam relação dos sintomas com etiologia orgânica, diferenciando-o dos quadros deficitários sensoriais.

Com o passar dos anos, a tríade psicose-autismo perdeu seu espaço, e passou a ser considerada como uma patologia descrita pelas classificações americanas. Nessas publicações o autismo é considerado Distúrbio Global do Desenvolvimento e está descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (AAP, 1994). A classificação brasileira utiliza a publicação da Organização Mundial de Saúde o entende como um Transtorno Global do Desenvolvimento (CID-10, 1993). Todos os manuais de classificação entendem o autismo como uma patologia com grande variação de quantidade e qualidade de sintomas. Por fim, em 2013, foi lançado o DSM 5, (AAP, 2012), que propõe a substituição da denominação “Transtorno Global do Desenvolvimento” por “Transtorno do Espectro Autista (TEA)”.

Independente do nome atribuído ao quadro patológico, os manuais diagnósticos apresentam como tríade de sintomas a dificuldades nas relações sociais, comportamentos estereotipados e alteração no desenvolvimento linguístico (AAP, 1994; CID-10, 1993). Há



autores também que entendem o autismo como sendo um quadro clínico caracterizado por capacidades cognitivas e linguísticas atípicas e peculiares, tais como excelente memória para detalhes (LIRA, et. al., 2009).

Autores mostram que as alterações dos sujeitos com quadro dentro do espectro autístico, podem ser severas e de aparecimento precoce e com grandes variações individuais (KANNER, 1943; LIRA 2009; FERNANDES, 2009). Desta maneira, considera-se que o contexto familiar dos indivíduos acometidos por esta patologia sofre grandes transformações, além disso, vive rupturas por interromper suas atividades de vida diária, transformando o ambiente emocional no qual convive (FERNANDES, 2009; WALTER, 2010).

Isso ocorre, pois o autismo infantil exige cuidados constantes e, na maioria das vezes, são advindos dos pais ou irmãos (FERNANDES, 2009). Por esse motivo, esses membros familiares vivenciam, cotidianamente, sofrimentos econômicos, emocionais, culturais entre outros (WALTER, 2010). Assim, é fundamental o apoio aos familiares, no intuito de ajudá-los a enfrentar as dificuldades encontradas no convívio com seus filhos autistas (NOGUEIRA, et. al., 2011).

Boaventura de Sousa Santos (1988) apresenta que essas dificuldades de compreensão sobre o comportamento humano, são encontradas há muito tempo, na qual se reveste em uma estrutura complexa que é difícil ser explicada. Assim ao compararmos com as leis da sociedade, como abordado neste trabalho, os sujeitos autistas podem não ser compreendidos por muitas pessoas, mas eles possuem suas maneiras “diferentes” de viver e conviver na sociedade.

Recentemente, alguns estudos vêm mencionando que o envolvimento dos pais, cuidadores e terapeutas de crianças do espectro do autístico, apresenta como principal dificuldade a comunicação. (BALESTRO, et. al., 2012; MARQUES e ARUDA, 2007). Um deles, apresentado por Marcos e Arruda (2007), aponta para uma relação direta entre a qualidade no estabelecimento da relação da comunicação durante a terapia com o indivíduo.

Este mesmo autor ainda relata que o trocar olhares com a criança; o processo de discriminação eu/não-eu, o primitivo e fragmentado processo de construção da identidade da criança; a relação paciente-psicoterapeuta e a identificação de relações sociais, comportamentais e comunicativas são satisfatórias com a realização da terapia (MARQUES e ARUDA, 2007).



Sociologicamente a família, é definida como um sistema social, composta por subsistemas, que dependem de seu tamanho e da definição de papéis. O meio familiar é um sistema complexo de relações, emoções, sentimentos e comportamentos, e a simples descrição de seus elementos pode ser capaz de desequilibrar a complexidade relacional de sua estrutura (WALTER, 2010).

Então, tem-se de um lado uma patologia repleta de sintomas muitas vezes devastadores e do outro, segundo Walter, 2010, um sistema social complexo e de certo modo frágil e com possibilidades de desequilíbrio (AAP, 2012).

Considerando o exposto acima, a proposta do presente estudo foi analisar sistematicamente a literatura que aborda a temática autismo e família.

## 2- MÉTODO

Este trabalho consiste em um estudo de revisão integrativa de literatura sendo, portanto, uma pesquisa de caráter descritivo, contemplando-se as publicações periódicas, que aborda a temática autismo e família.

Foi realizada a busca de artigos, em língua portuguesa, publicados nos bancos de dados das bases SciELO e LILACS no período de 2001 a 2014. Os descritores (DeCS) utilizados para a localização dos artigos foram: autismo e qualidade de vida, autismo infantil e família, e autismo e vivências.

Foram excluídos da pesquisa: artigos publicados em idiomas diferentes do português; artigos não publicados em periódicos indexados nas bases de dados LILACS ou SciELO; artigos publicados fora do período entre 2001 e 2014. Foram incluídos no estudo artigos originais de pesquisa e de revisão bibliográfica.

Foram selecionados os estudos que se relacionavam com o objetivo da atual pesquisa. Na busca foi encontrado um total de 23 artigos sobre o tema. Considerando-se os critérios de exclusão, foram retirados 11 artigos, restando 12 trabalhos para análise.

Como forma de categorização, os dados foram analisados segundo os seguintes critérios: dados de identificação dos artigos, o ano de publicação, título e periódico, declaração dos objetivos e análise do conteúdo quanto ao tema relação família - autismo infantil. Depois de



realizadas as buscas e selecionados os artigos, os dados foram apresentados, sistematicamente, seguindo a ordem cronológica crescente e destacando o posicionamento dos autores com relação a temática autismo e família.

A partir da análise desses artigos, foi possível a elaboração de duas categorias neste trabalho.

A primeira categoria (quantitativa) é compreendida como a fase de organização, nela foram utilizados os seguintes critérios para categorização dos estudos de revisão bibliográfica: área profissional responsável pela elaboração, ano de publicação, local em que foi desenvolvida a pesquisa, tipo de pesquisa realizada/método utilizado e membro da família envolvido nos estudos. Esta etapa tem a finalidade de organizar as ideias iniciais para favorecer a análise dos artigos.

A segunda categoria (qualitativa) é composta pela codificação das informações contidas nos estudos, no intuito de evidenciar a representação simplificada dos dados brutos. Para ter qualidade, deve-se incluir: exclusão mútua; homogeneidade; pertinência; objetividade; e produtividade. Na análise de conteúdo, foi realizado o processo de categorização, onde as categorias serão entendidas como classes, que contém unidades de registro e um título genérico. As categorias foram discutidas por possuírem características comuns entre si, e sua análise foi feita segundo reagrupamentos semelhantes, a partir de dois eixos temáticos: implicações negativas do autismo na família e efeitos positivos do sujeito autista para a família.

### **3- REVISÃO DE LITERATURA**

Esta parte do artigo destina-se à apresentação e análise dos resultados obtidos. Serão apresentados os dados quantitativos que serão distribuídos por meio de uma tabela.

Os artigos foram identificados a partir de um levantamento bibliográfico, realizado a partir das combinações dos Decs entre autismo e qualidade de vida, autismo infantil e família e autismo e vivências.

Os artigos foram selecionados com base na identificação dos quais abordavam o tema proposto pelo objetivo do presente trabalho. Em seguida foram classificados nos seguintes aspectos: área profissional responsável pela elaboração, ano de publicação, local em que foi





desenvolvida a pesquisa, tipo de pesquisa realizada/método utilizado e membro da família envolvido nos estudos.

Os resultados são descritos nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 apresentadas a seguir.

Tabela 1 – Área profissional

	Nº	%
<b>Área Profissional</b>		
Psicologia	7	58,3%
Serviço Social e psiquiatria	1	8,3%
Fonoaudiologia	1	8,3%
Enfermagem	1	8,3%
Fisioterapia/Fonoaudiologia/Terapia ocupacional	2	16,9%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

Na tabela 1, em relação a área profissional responsável pela elaboração do artigo, notou-se que a psicologia prevaleceu entre elas, vez que 58,3% (7 trabalhos) dos artigos analisados foram publicados por profissionais desta área; 16,9% (2 trabalhos) dos artigos publicados foram da área da Fisioterapia/Fonoaudiologia/Terapia ocupacional, apresentados coletivamente. Quanto a área da psiquiatria e serviço social, fonoaudiologia, e enfermagem, foram a minoria, com incidência foi de 8,3% (1 trabalho), respectivamente. Nesta análise fica evidente que a área que mais realizou pesquisa sobre essa temática neste período de tempo selecionado, foi à psicologia.

Tabela 2 – Ano de publicação

<b>Ano de publicação</b>		
2001	1	8,3%
2004	1	8,3%
2005	1	8,3%



2008	1	8,3%
2009	3	25%
2010	2	16,9%
2012	1 8,3%	
2013	1	8,3%
2014	1	8,3%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

Em relação aos anos de publicações dos artigos, notou-se que 25% dos artigos (3 trabalhos) foram publicados no ano de 2009. Ao progredir na análise, percebeu-se que, o ano seguinte ao de maior incidência, foi em 2010, com incidência de 16,9% (2 trabalhos). Quanto aos anos de 2001, 2004, 2005, 2008, 2012, 2013, 2014, totalizaram 8,3% (1 trabalho), respectivamente.

Tabela 3 – Local de estudo

<b>Local de estudo</b>		
Buenos Aires	1	8,3%
Pernambuco	1	8,3%
Portugal	1	8,3%
Porto Alegre	1	8,3%
Ribeirão Preto	1	8,3%
Rio de Janeiro	1	8,3%
São Paulo	5	42%
Teresina	1	8,3%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>



Em relação ao local que foram desenvolvidas as pesquisas, verificou-se que 42% (5 trabalhos) foram realizados em São Paulo; enquanto que o restante dos locais de realização, foram realizados com incidência de 8,3% (1 trabalho), cada local com apenas um trabalho respectivamente.

Tabela 4 – Membro da família envolvido

<b>Membro da família envolvido</b>		
Irmãos	2	16,9%
Irmãos e Pais	1	8,3%
Pais	9	74,8%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

No tocante ao membro da família envolvido nos estudos, a predominância foi em relação aos trabalhos que apresentavam apenas os pais como elemento envolvido, com incidência de 74,8% (9 trabalhos); 16,9% (2trabalhos) apresentaram apenas irmãos envolvidos, e somente 8,3% (1 trabalho) apresentaram os pais e irmãos envolvidos na mesma pesquisa.

Tabela 5 – Tipo de Estudo

<b>Tipo de estudo</b>		
Revisão de literatura	3	25%
Aplicação de questionário	3	25%
Aplicação de entrevista	4	33,4%
Observação de filmagens e após classificação com base em protocolo	1	8,3%
Análise crítica	1	8,3%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>



Quanto ao tipo de estudo realizado na pesquisa, observou-se que a realização de entrevistas predominou, com incidência de 33,4% (4 trabalhos); a aplicação de questionário e revisão de literatura apresentaram incidência de 25% (3 trabalhos) respectivamente; enquanto que a observação de filmagens e após classificação com base em protocolo e a análise crítica tiveram 8,3% de incidência (1 trabalho).

Como nas demais etapas da pesquisa a fase de análise dos dados também revelou outro dado importante, que proporcionou dois novos eixos a serem discutidos. Os estudos mostraram que alguns familiares não percebem o membro autista da família como fator negativo para o convívio familiar, enquanto que alguns estudos apontam a existência deste membro como fator dificultoso para a vida dos restantes dos familiares.

Destarte, após a análise dos conteúdos das entrevistas, criou-se uma relação entre os dados das entrevistas, os conteúdos teóricos e a construção subjetiva das pesquisadoras, dando origem as seguintes subcategorias:

- Implicações negativas do autismo na família.
- Efeitos positivos do sujeito autista para a família.

A revisão da literatura entre os estudos encontrados na área sobre a relação que aborda autismo e família, mostrou que são raros os trabalhos que apresentam a temática positiva deste tema pela análise subjetivas dos familiares.

Na análise dos estudos apenas 33% deles apontam como fator positivo (4 trabalhos) o membro autista nas relações familiares.

Desse modo, os estudos de Marques e Dixe (2010), e Fernandes e Vieira (2012) indicam que os irmãos e famílias dos membros autistas não apresentam uma qualidade de vida significativamente prejudicada e que essas famílias apresentam uma adaptabilidade flexível, o que evidencia tipos de famílias equilibradas e muito equilibradas. Mostram-se mais fortes, reorganizam seus compromissos e deveres, com um sentido de continuidade, como se fosse uma missão.

Marques e Dixe (2010) ainda demonstram em seu trabalho que um dos fatores evidenciados em seu estudo que contribui para a qualidade de vida dos irmãos dos sujeitos com autismo, é, por exemplo, o atendimento frequente deste pelos profissionais ao serviço de fonoaudiologia.



As famílias de crianças autistas não possuem menos filhos que a população em geral (MARQUES e DIXE, 2010).

Fernandes, et al (2010), demonstra em seu trabalho que na realização da pesquisa, através da aplicação de questionários, percebeu-se que as mães mostraram-se satisfeitas e que não atribuem grandes problemas as suas vidas, condicionada pela doença dos seus filhos. Porém, as autoras abordam que esses dados podem não ser fidedignos devido a uma interferência não prevista, possivelmente relacionada ao fato de esses questionários terem sido aplicados no mesmo serviço em que as crianças recebem atendimento pelas profissionais que fizeram esta pesquisa.

Gomes e Bosa (2004), também apresentaram características semelhantes ao estudo citado no último parágrafo. Em sua pesquisa evidenciaram que a presença de um membro autista na família não representa, obrigatoriamente, um evento adverso para os irmãos, desde que haja qualidade nas relações familiares e uma rede de apoio. Porém no final desta pesquisa a autora contrapõe sua opinião, relata que fatores como: pequeno tamanho da amostra, possíveis dificuldades em relação à compreensão de alguns itens da escala de estresse utilizada e aspectos relacionados à severidade dos sintomas dos irmãos com autismos, os quais não foram controlados nesse estudo, podem ter interferido para ausência de estresse nessas famílias.

No entanto, cerca de 66% dos estudos analisados, mostram maior predominância das implicações negativas do autismo na família.

Esse dado fica evidente nos estudos apresentados por Untoiglich (2013), Silva (2014), Favero-Nunes e Gomes (2009), e Favero, et. al., (2005) nos quais encontramos que os pais com esses filhos, deixam de fazer coisas que seu próprio senso comum os possibilitaria fazer com qualquer outro filho, encontram dificuldades na compreensão, no convívio diário, comunicação e interação com este, além do estresse, a sobrecarga principalmente de natureza emocional. Renunciam à carreira profissional, à vida social e às relações afetivas em prol dos cuidados maternos.

Fernandes (2009), Monteiro, et. al, (2008), e Sprovieri, Assumpção Jr (2001), trazem que a dinâmica familiar do autista é dificultadora da saúde emocional dos membros do grupo. Revelam que as mães vivenciam a facticidade de ter um filho autista permeada por sentimentos de nulidade, fé e solidão.



Nesse sentido, é imprescindível atuar na perspectiva de um espaço terapêutico mais constante para essas famílias, através de uma equipe interdisciplinar, para que possa, de forma conjunta, realizar atendimentos com a finalidade de discutir como os familiares contemplam as situações dos indivíduos autistas. Desta maneira a equipe pode fornecer subsídios para que a realidade do autista seja compreendida.

Nesta perspectiva há troca e cooperação entre as disciplinas, na qual se diz que há uma associação entre elas por conta de um objetivo que lhes sejam comuns (MORIN, 2003).

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que existe um número reduzido de artigos publicados em periódicos que envolvam membros da família de sujeitos autistas. Foi possível concluir também que os estudos analisados envolvem apenas os pais dos sujeitos com autismo e em minoria os irmãos.

Conclui-se ainda, que, a maior parte dos artigos utilizou como método de pesquisa a aplicação de entrevista nas amostras selecionadas, seguido com menor incidência à aplicação de questionários e revisão de literatura.

Na maioria dos artigos, a área profissional que mais publicou artigos foi a psicologia. O índice de artigos publicados por outras áreas profissionais foi baixo.

Dentre os locais que foram desenvolvidos as pesquisas, prevaleceram os estudos na cidade de São Paulo, enquanto que, os outros locais estudados apresentaram baixa incidência. Já em relação ao ano de publicação, observa-se que, de uma maneira geral, a incidência de publicações entre os anos de 2001 a 2014 manteve-se constantes, com exceção nos anos de 2009 e 2010, que foi o período de maior publicação desses estudos.

Na interlocução com o legado da literatura, percebe-se que são diversas as inquietações e dilemas das famílias de crianças autistas no critério intelectual, social, e principalmente no fator emocional. Contudo os estudos revisados ressaltam que, há uma tendência de famílias com membros autistas apresentar este fator como implicações negativas para o seu desenvolvimento, tanto no tocante social quanto nas relações familiares. Foram poucos os artigos que apresentaram boa qualidade de vida pelos familiares, quando estes possuem um membro autista.





Conclui-se que tais sentimentos atrelados a um contexto social precário, acabam promovendo um cenário decepcionante, no qual seus integrantes tentam dar continuidade de maneira desolada. Desta maneira notou-se a necessidade de um espaço terapêutico mais constante e a formação de equipes interdisciplinares para promover auxílio e implementar estratégias que facilitem e orientem o convívio e inserção dos indivíduos autistas na comunidade.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(AAP). Associação Americana de Psiquiatria. *Manual de estatística e diagnóstico de transtornos mentais (DSM IV)*. Vol.4. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

(AAP) Associação Americana de Psiquiatria (AAP). (2012, 20 de janeiro). *DSM-5 Critérios propostos para o Transtorno do Espectro do Autismo Projetado para permitir o diagnóstico mais preciso e tratamento* –lançado 03-2012. Recuperado de <<http://www.dsm5.org/Documents/12-03%20Autism%20Spectrum%20Disorders%20-%20DSM5.pdf>>

BALESTRO, Juliana Izidro e FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. *Questionário sobre dificuldades comunicativas percebidas por pais de crianças do espectro do autismo*. Rev. soc. bras. fonoaudiol. 2012, vol.17, n.3, pp. 279-286.

FAVERO, Maria Ângela Bravo e SANTOS, Manoel Antônio dos. *Autismo infantil e estresse familiar: Uma Revisão Sistemática da literatura*. Psicol. Reflexo. Crit.2005, vol.18, n.3, pp 358-369.

FAVERO-NUNES, Maria Angela; GOMES, Isabel Cristina. *Transtorno autístico e a consulta terapêutica dos pais*. Psico (São Paulo-SP); jul.-set. 2009, vol. n.403,pp. 346-353.

FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. *Famílias com crianças autistas na literatura internacional*. Rev. soc. bras. fonoaudiol. 2009, vol.14, n.3, pp. 427-432. ISSN 1982-0232.

FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda; AMATO, Cibelle Albuquerque de La Higuera; Balestro, Juliana Izidro e MOLINI-AVEJONAS, Daniela Regina. *Orientação de Mães de Crianças fazer Espectro autístico a Respeito da Comunicação e linguagem*. J. Soe. Bras. Fonoaudiol. 2011, vol.23, n.1, pp. 1-7.

GOMES, Vanessa Fonseca e BOSA, Cleonice. *Estresse e relações familiares na perspectiva de irmãos de indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento*. Estud. psicol. (Natal) 2004, vol.9, n.3, pp. 553-561.



- Kanner L. *Autistic disturbances of affective contact*. *Nerv Child* 1942; 2: 217-50.
- Kanner L. *Early infantile autism – 1943-1955*. *J Orthopsychiat* 1956; 26:55-65.
- LAMPREIA, Carolina. *Perspectivas da pesquisa prospectiva com bebês irmãos de autistas*. *Psicol. cienc. prof.*, 2009, vol.29, no.1, p.160-171.
- LIRA, Juliana Onofre de; TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy and OSBORN, Ellen. *O relato de histórias em crianças do espectro autístico: um estudo preliminar*. *Rev. CEFAC*. 2009, vol.11, n.3, pp. 417-422.
- MARQUES, Carla Fernandes Ferreira da Costa e ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya. *Autismo infantil e vínculo terapêutico*. *Estud. psicol. (Campinas)* 2007, vol.24, n.1, pp. 115-124.
- MARQUES, Mário Henriques e Dixe, Maria dos Anjos Rodrigues. *Crianças e Jovens autistas: Impacto na Dinâmica familiares Pais e Pessoal de seus*. *Rev. psiquiatr. clín.* 2011, vol.38, n.2, pp 66-70.
- MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al. *Vivências maternas na realidade de ter um filho autista: uma compreensão pela enfermagem*. *Rev. bras. enferm.* 2008, vol.61, n.3, pp. 330-335.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.
- NOGUEIRA, Maria Assunção Almeida e MARTINS DO RIO, Susana Carolina Moreira. *A Família com Criança Autista: Apoio de Enfermagem*. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*. 2011, n.5, pp. 16-21.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento do CID – 10*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.
- SILVA, Antônio Ricardo Rodrigues da. *Autismo na Criança e Seu Impacto sobre a Família*. *Pediatr. mod; (Recife – PE)*: maio 2014
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (1987); *Um Discurso sobre as Ciências*; Edições Afrontamento; Porto; 1988.
- SPROVIERI, Maria Helena S. e ASSUMPCAO JR, Francisco B. *Dinâmica familiares de Crianças autistas*. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* 2001, vol.59, n.2A, pp 230-237.
- UNTOIGLICH, Gisela. *As Oportunidades Clínicas com Crianças com Sinais de autismo e seus pais*. *Estilos clin.* 2013, vol.18, n.3, pp 543-558.
- VIEIRA, Camila Bolivar Martins e FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. *Qualidade de Vida em Irmãos de Crianças incluídas no Espectro do autismo*. *Codas* 2013, vol.25, n.2, pp 120-127.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14, p. 47-60

WALTER, Cátia e ALMEIDA, Maria Amélia. *Avaliação de um Programa de Comunicação Alternativa e ampliada de para mães de adolescentes com autismo*. Rev. bras. educ. espec. 2010, vol.16, n.3, pp 429-446.



## O PRISMA DA CONSELHEIRA TUTELAR: AS RELAÇÕES CONJUGAIS CONFLITUOSAS QUE AFETAM OS FILHOS

SANTOS, Carmelita Nascimento

*Estudante de Mestrado do programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL. Integrante do grupo de estudo- NPEJI e GEFTHIN*

*carmelitan@gmail.com*

61

### RESUMO

O presente estudo objetiva analisar as percepções sobre a conjugalidade das famílias que procuram ou são denunciadas ao Conselho Tutelar no município de Jaguaquara/BA, por cometer algum tipo de violência contra seus próprios progenitores, filho(a)s ou enteado(a)s. O estudo pretende analisar as relações conjugais a partir das violências sofridas pelos filhos. Para tanto, questiona-se: como são as relações conjugais das famílias que chegam até o Conselho Tutelar por afetar? Optou-se pela entrevista semiestruturada, analisando os aspectos qualitativos com a participação de duas conselheiras e um referencial teórico abrangendo a questão, a complexidade das relações e adversidade nos casamentos. Constatou-se que os conflitos, em geral, são em decorrência da situação financeira, drogas, alcoolismo, abandono de vulneráveis, das relações conflituosas, fluídas, prevalecendo o medo e acomodação. A pesquisa deixa a quem interessar a sugestão de incrementar políticas que favoreçam realmente a família com o intuito de fortalecê-la.

**Palavras-chave:** Conjugalidade. Relação. Violência.

### ABSTRACT

This study aims to analyze the perceptions of conjugal families seeking or are denounced the Guardian Council in the municipality Jaguaquara / BA, for committing any type of violence against their own parents, child (a) s or stepchild (a) s. The study aims to examine marital relationships from the violence suffered by children. To do so, the question is: how are the marital relationships of the families that come to the Guardianship Board to affect the children? We opted for the semi-structured interviews, analyzing the qualitative aspects involving two counselors, and a theoretical framework covering the issue, the complexity of relations and adversity in marriages. It was found that the conflicts in general, are a result of the financial situation, drugs, alcoholism, abandonment of vulnerable, of conflict, fluid relationships, prevailing fear and accommodation. The research is to whom the suggestion of increasing interest policies that actually encourage the family in order to strengthen it.

**Key-words:** Conjugalality. Relationship. Violence.



## 1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta o resultado das percepções sobre a conjugalidade a partir do olhar do Conselho Tutelar. Um estudo qualitativo que analisa a relação conjugal conflituosa, com o agravante de a violência ter ocorrido contra filhos ou enteados. Buscou-se compreender como esses cônjuges se relacionam ou o término dessas relações a partir da violência praticada.

Justifica-se este estudo, visto que a violência impacta negativamente na vida do casal, bem como, nos aspectos cognitivos, relacionais e comportamentais das crianças, além de ser um ato desumano. Percebe-se o quanto é preocupante e necessário de investigação, uma vez que eles existem, são notificados, divulgadas pelos meios de comunicação e logo esquecidos ou banalizados. Porém, a questão maior é: como são as relações conjugais das famílias que chegam até o Conselho Tutelar? Está claro que o fato é um problema de saúde pública e as leis que estabelecem aos cidadãos seus direitos, precisam ser cumpridas frente à sociedade e a família (Estatuto da Criança e Adolescente, Constituição Federal, Declaração sobre os Direitos Humanos...)

A questão da violência é crescente e tem aprisionado o cidadão em suas casas, apartamentos e condomínios, porém as vivenciadas no *lôcus* de convivência, e aqui destaca-se as sofridas nas relações conjugais que reflete em crianças e adolescente no espaço domiciliar, independentemente da classe social que pertence é comum. A família deveria ser a principal protetora, ser exclusivamente o ambiente de amar e acolhimento. Implica dizer que neste contexto há um desequilíbrio familiar ou “família em desordem”, como bem afirma Roudinesco (2003). É uma questão que precisar de maior atenção, pois muitas das agressões são silenciadas e se refletem não apenas nas marcas deixadas no corpo, mais no psicológico, no emocional e no cognitivo, causado danos muitas vezes invisíveis e irreparáveis.

Alguns estudos revelam que muitas das crianças que sofreram os maus tratos, também já testemunharam os conflitos vivenciados, principalmente pelas mães nos conflitos conjugais. São relações permeadas por um convívio desarmônico que pode se arrastar por muitos anos. Há um consenso de que a violência é prejudicial aos laços familiares, especialmente para as crianças e uma violação aos direitos humanos (DIAS, 2004; OLIVEIRA& CAVALCANTI, 2007; CAVALCANI & CARENIRO, 1012; OLIVEIRA & BRITO, 2008).



Percebe-se a necessidade de ampliar a discussão em torno da questão a fim de evitar a disseminação e os silenciamentos. A mobilização do cidadão e as parcerias dos diversos segmentos da sociedade podem ser plausíveis para prevenir as diversas formas de violências e não normatizá-las. Esse diálogo deve interessa a toda população e não apenas as pessoas diretamente envolvidas, sem apontar culpados, apesar de ser notório, os problemas de ordem econômica e social que contribui fortemente, mas dialogar e coletivamente buscar soluções. Além de refletir sobre a gravidade da questão, amplia-se a discussão em torno da violência como relação de poder e as parcerias como forma de combater a violência.

## 2 AS RELAÇÕES CONJUGAIS CONFLITUOSAS QUE AFETAM OS FILHOS

Os conflitos são aspectos dos relacionamentos íntimos, particularmente das relações familiares, uma vez que o alto nível de interdependência entre os seus membros favorece o surgimento e a manutenção de situações conflituosas. Eles são comuns dentro do casamento, cujo contexto é permeado por um constante confronto entre a individualidade dos cônjuges e a conjugalidade do casal (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Os conflitos são definidos como qualquer disputa, discordância ou expressão de emoções negativas diante de questões cotidianas ou problemas do dia-a-dia que caracterizam a vida conjugal. Porém, esses conflitos podem ir além das discordâncias das questões cotidianas além dos filhos serem os mais atingidos.

Morandé Court (2005, p. 24) cita João Paulo II, indicando que é na família que se aprende o significado de ‘ser pessoa’. Tal citação, também está em consonância com a antropologia clássica e a moderna, em que cada ser humano é um fim em si mesmo e sua existência está condicionada ao seu meio. Cada um deve fazer vez a sua própria existência, a realização da sua própria vocação de ser pessoa e esclarece que não se poder realizar essa vocação a não ser no circuito de reciprocidade. A família, especificamente a conjugalidade, implica o relacional com o outro a começar pelos progenitores, que devem fazer uso da regra do “ouro da ética”, também mencionada por Court Morandré (2005), referindo-se as formas de relacionamento nas primeiras configurações de sociedade, que tinha como princípio não fazer ao outro o que não quer que faça se mesmo.





O homem é livre para escolher o bem ou para não fazê-lo, para realizar sua vocação de pessoa junto a outros ou para rechaçar a si mesmo e aos demais. [...] A família não escapa dessa radical opção e, por isso mesmo, pode ser o lugar mais injusto de despersonalização e violência de sua dignidade (COUT, 2005, p. 26).

O autor mostra que a família (conjugalidade) é um processo complexo que envolve diversos níveis de relacionamento. E neste aspecto, o ser humano é livre para escolher fazer o “bem” ou não. Pode fazer do casamento o lugar de realização do ‘ser pessoa’ ou de injustiça, violência, infidelidade e demais. Pela amplitude e disseminação da violência nos dias atuais, adquire visibilidade e vem sendo discutida pelos diversos campos da ciência e por vários setores da sociedade, buscando encontrar soluções de enfrentamento que possa ao menos reduzi-la. Diante do quadro de violência doméstica, precisa-se pensar sobre a conjugalidade das famílias que enfrentam as tensões, lutas e procuram o Conselho Tutelar em busca de apoio tendo como agravante que as vítimas são crianças e adolescentes.

No Brasil, desde os anos 80, muitos estudos vêm sendo direcionados a questão da violência doméstica e conjugal. Este é um fenômeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais uma relação de poder. Tal fato perpassa todas as camadas sociais com a existência de um mais forte dominando um mais fraco ou “fabricação da obediência” como afirma Faleiros (1995).

A violência doméstica é vista como uma distorção do cuidar, neste sentido, Boff (1999), afirma que para o cuidador inclui necessariamente o envolvimento afetivo com o outro. Os maus-tratos, abandono, abuso sexual, físico entre outros, representam a falta de cuidado e afeto. Os conflitos em relação à falta de cuidado não é um fenômeno novo. As crianças não são tratadas como sujeitos de direitos, século XVI e início do XVII, menciona Ariés (1986, p. 124). E em parte, continua não sendo, visto que, a implantação das leis (Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), é uma garantia legislativa de direitos, mas não de aplicabilidade no dia a dia, por parte de todos os cidadãos, principalmente a família que tem como função principal o cuidar e proteger. A contínua violência dos adultos sobre as crianças, em diversos tempos históricos e em todas as camadas sociais, o abuso da autoridade pelo pátrio poder e as diversas formas de violência a qual são submetidas, ainda é uma constante.

Os conflitos nas relações conjugais têm sido abordados em muitos estudos, principalmente nas literaturas que investigam os efeitos para o desenvolvimento infantil



(FINCHAM, 1990; GOTTMAN, 1993). Eles são complexos e podem variar em frequência, intensidade, motivos, silenciados ou denunciados. Nem sempre se consegue encontrar soluções satisfatórias para lidar com tal situação, principalmente quando são maus resolvidos criando um ciclo cada vez mais frequente de violências.

### 3 PERCEPÇÕES SOBRE CASAMENTO E CONJUGALIDADE

Antes de adentrarmos nas percepções sobre o casamento, faz-se necessário, algumas definições termológicas para melhor reflexão do assunto. Primeiramente precisa-se ter claro o significado de percepção. Estamos constantemente cercados de informações que segundo a psicologia são apreendidas através dos órgãos dos sentidos e selecionadas, organizadas e interpretadas, ou seja, são percebidas. O artigo de Eugenio Mussak publicado na Revista Vencer informa que:

Atualmente, percepção é a primeira exigência da competitividade, tanto que outra definição que encontramos é: “percepção é o pressuposto da adaptação e da inovação”. Em outras palavras, para que eu possa me adaptar às mudanças que acontecem o tempo todo em todas as áreas, preciso primeiro “percebê-las”. “E para propor mudanças, ou inovar, preciso perceber a necessidade ou a oportunidade para tal proposição” (REVISTA VENCER, 2003 N°43).

Conforme cita o autor, a percepção é uma qualidade que precisa ser desenvolvida e também informa que a curiosidade e o interesse são responsáveis pelo desenvolvimento do mesmo. Assim, as pessoas precisam estar atentas as informações do dia a dia para perceber nas palavras que não foram ditas, ou que foram ditas, o seu real significado. É com este propósito que esta entrevista foi feita e irá analisar as percepções das conselheiras tutelares sobre a conjugalidade.

Fazendo um breve relato historio, o casamento está ligado à história e a cultura, sendo assim, sua definição também vária. Casamento e conjugalidade se diferenciam e vamos abordar separadamente. Para alguns historiadores o casamento remete a história antiga de Roma, quando surge a primeira cerimônia; a noiva com seu traje típico (vestido de noiva) e flores brancas no cabelo. Para outros, o casamento está relacionado com a própria história da



humanidade, (Gênesis 1.27). Assim, faz-se necessário um breve relato histórico, antes de adentrarmos na pesquisa.

Na idade média, o casamento foi instituído pela igreja, tornando a unidade familiar abençoada por Deus e que deveria ser preservada, Costa (2007). A autora também menciona que no século XVIII é quando nascem outros modelos de casamento, na qual começa a privilegiar o amor e o companheirismo do casal. O casamento civil surgiu na segunda metade do século XVIII. Como vimos somente os casamentos religiosos era reconhecido, com isso, o Estado tomou para se a responsabilidade do casamento civil, momento de separação entre a igreja e o Estado. No Brasil o casamento civil foi instituído em 1890, após a Proclamação da República.

No período da Revolução industrial, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, com os anticoncepcionais e os movimentos feministas, percebe-se um estreitamento dos laços e uma maior possibilidade de escolhas envolvendo o amor e não a obrigatoriedade, sendo concedidas com as duas partes satisfeitas com o laço, Gomes (1998).

Já no século XX, surge uma visão modernizada do casamento e formas de relacionamentos distintos. A posição religiosa de eternização do casamento é trocada por companheirismo, vontade de estar juntos (Costa, 2007). Também, sustentado pela possibilidade de escolha e da pluralidade dos afetos, “amores”, Aboim, (2006). Uma relação de intensa significação, envolvendo alto grau de intimidade e investimento afetivo, menciona (FÉRES-CARNEIRO,2001).

Tal abordagem histórica visa esclarecer as mudanças ocorridas neste contexto. As motivações ao longo do tempo para instituição do casamento foram à manutenção da propriedade, influência da religiosidade até a priorização do vínculo afetivo.

Independentemente da época histórica, o casamento, conforme menciona Féres-Carneiro (1998), ainda hoje é destaque entre as relações significativas. A princípio, como vimos, o casamento servia para ligar duas famílias, os parceiros eram escolhidos pelos familiares e a partir do século XVIII essa situação muda. Porém, o fato ainda se faz presente em algumas culturas. A própria palavra casamento é derivada de "casa", nos indicando que este é um momento em que procuramos criar laços com alguém e ter convívio diário com esta pessoa. Féres Carneiro menciona Berger e Kellner (1970) descrevendo o casamento como “ato dramático, no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontram



e se redefinem”, integrando o momento presente vivido e o passado de cada um. Também está na intenção e no reconhecimento perante a sociedade.

A conjugalidade abre para outras possibilidades, é o sistema da dádiva no sentido de estabelecer relações, um compromisso matrimonial (casamento) que norteia as obrigações ou doações de cada um para com o outro, associados a vínculos afetivos e sexuais, o pacto secreto e pacto declarado, cita Scabini (2008). Na visão sistêmica a formação da conjugalidade é um processo complexo que envolve diversos níveis de relacionamento. O palco na qual se desenrola o processo de viver é o cotidiano que, de acordo com Ferreira (1986), significa aquilo que faz ou que acontece todos os dias, que habitualmente se pratica.

67

#### 4 METODOLOGIA

O caminho metodológico percorrido engloba atividades sistemáticas e racionais permitindo alcançar os objetivos com maior eficácia, conforme menciona (LAKATOS E MARCONI, 2006, p. 106). Assim, o estudo parte de uma pesquisa empírica, que utiliza os aspectos qualitativos, fazendo uso da entrevista semiestruturada, combinando perguntas abertas e fechadas, por perceber as vantagens conforme instruções das autoras referendados na Revista eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC, Vol.2, nº 1.

Combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. [...] a principal vantagem da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. (BONI E QUARESMA 2005, p.75)

A metodologia possibilitou esclarecer a problemática vivenciada e compreender questões subjetivas, significados, valores e crenças que não podem ser mensuradas. Para melhor compreensão o tema foi analisado a luz de um referencial teórico, conforme referência, ampliando o olhar sobre casamento, conjugalidade, violência, conflitos, família e sobre o tema num contexto mais amplo.

O objetivo inicial era de analisar a percepção de uma conselheira, porém a problemática interessou a equipe e acabou contando com a participação de mais uma conselheira. Elas foram



entrevistadas separadamente, e as respostas são cruzadas e analisadas a luz dos teóricos que embasa a pesquisa, sendo algumas falas transcritas na íntegra. Todos os procedimentos éticos foram tomados e garante-se o sigilo das identidades e informações pessoas conforme rege a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistadas têm em média 30 a 48 anos e possui o segundo grau completo. Atuam no conselho há dois anos e ambas já possuíam experiência na função, pois antes de serem Conselheiras Tutelares, trabalharam na assistência social e mantinha uma parceria com os antigos Conselheiros, colaborando com os mesmos na resolução de problemas: de alimentação, remédio, aluguel de casas e auxiliando na guarda de crianças etc. O primeiro questionamento foi em relação ao perfil das famílias que procuram o Conselho Tutelar.

Quadro 01- Olhar da conselheira tutelar sobre a família e tipo de relação.

Questionamento	Síntese da resposta
1- Qual a sua percepção em relação às famílias que procuram o Conselho Tutelar? E qual o tipo de relação dos cônjuges?	<p>Conselheira A- “Família desestruturada psicologicamente e socialmente”.</p> <p>Conselheira B- “Família carentes, vivendo situação de conflito, provenientes da classe baixa, muitos não têm salário fixo, nem casa própria e quando tem, são péssimas as estruturas”.</p> <p>Conselheira A- “São conflituosas e as relações amorosas ocorrem com frequência, sem nenhum tipo de consciência, de responsabilidade, a maioria dessas relações não pensa no dia do amanhã, não pensam que tem um filho, tem que dá educação, saúde, lazer..., não. Se juntam. Conhece hoje e amanhã já estão juntos e engravida sem nenhum tipo de responsabilidade, de conscientização nenhuma e assim vão levando a vida, qualquer coisa tem a delegacia, o Conselho Tutelar para procurar...”</p> <p>Conselheira B: “Não só as crianças estão precisando de conselho, como a família precisa de conselho também. Aí fica difícil a situação, são pais separados com outras mulheres e quando os pais estão se entendendo são os filhos que estão brigando, ou são os filhos que não aceitam a nova relação dos pais... As famílias estão desestruturadas... É a célula da sociedade e precisa colocar em prática porque senão o resultado é a transgressão...”</p>

**Figura 02- Percepções sobre as famílias.**

**Fonte: Dados fornecidos pela Conselheira Tutelar – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**



A percepção da conselheira sobre as famílias é que precisam de ajuda. Os conflitos que acabam envolvendo os filhos, em geral são em decorrência da situação financeira, drogas, alcoolismo, abandono de vulneráveis, maus-tratos. Necessitando de políticas públicas, de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional sem prejudicar os filhos. Destaca-se uma das falas da Conselheira: “[...] é a família que precisa de conselho e não a criança”. São famílias disfuncionais, que precisam de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional afetivo, independente do modelo que se configure. Apesar das diversas configurações de família na contemporaneidade, as funções básicas: cuidar, educar, prover, proteção, iniciação aos valores e as normas são prioritariamente da família. Ela não pode se tornar o lugar de maior risco para a criança. É uma questão complexa que envolve a esfera privada e pública. Os cônjuges que são denunciados ao Conselho Tutelar vivem em constantes conflitos e agressões, não há harmonia na relação. Percebe-se que as relações são produzidas, construídas e modificadas dia a dia, predominando relações fluidas (Lipovetsky, 1989), líquidas (Bauman, 2004) ou flutuantes (Donati, 1998a, 2006b).

A Conselheira mostrou-se preocupada e comprometida, embora não possa suprir toda demanda na qual essas famílias necessitam. Tem como ponto positivo a parceria com outros órgãos como, Escolas, o CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social CRAES, a Promotoria Pública, a Delegacia e a Assistência Social, minimizando em parte alguns conflitos. Embora a Conselheira visualize que são famílias de classe baixa, vale ressaltar que a violência doméstica não está apenas nas camadas populares. O fenômeno perpassa todas as camadas sociais, porém a tendência é o silenciamento, como afirma Kaloustian, (2011).

Há, por um lado, uma tendência a tratá-la com pudor, considerando o recinto do lar como “intocável”, e fazendo-se uma espécie de redoma de silêncio em torno dos agressores, principalmente quando se trata de famílias abastadas ou classe média.” (KALOUSTIAN 2011, p. 66).

O autor reconhece que as famílias das camadas populares são mais vulneráveis, mas independentemente da camada social, a violência precisa ser detectada para se tomar as medidas necessárias em tempo hábil e com equiparidade para todas as classes sociais.

Para melhor entendimento e descrição do perfil familiar, questionou-se sobre o contexto de infraestrutura familiar desses casais. Nesta questão, a descrição das famílias que o Conselho





Tutelar acompanha, também foi única: Conselheira B “Família carentes, muitos não têm salário fixo nem casa própria e quando tem, são péssimas as estruturas”.

As conselheiras revelam que muitas violências contra crianças, são decorrentes da relação conflituosa do próprio casal que acaba transferindo para filhos, principalmente em forma de espancamento. Partindo dessa informação abordou-se sobre a dissolução da conjugalidade:

70

Quadro 2- Olhar das conselheiras sobre a dissolução da conjugalidade.

Questionamento	Síntese da resposta
1- Como esses cônjuges se relacionam a partir da violência praticada? Priorizam os filhos ou a conjugalidade?	Conselheira A- “Em muitos casos permanecem juntos, e quando não consegue comprovar a denúncia aí que permanecem juntos mesmos. Alguns casos é a justiça que obriga o afastamento da vítima. Mesmo quando a denuncia é comprovada muitos continuam e até vão visitar quando os parceiros são presos. “Existe casos em que a mãe ameaça a filha para não falar nada”. “Algumas justificam que é um homem bom, que nunca deixa faltar nada em casa, dá até dinheiro para ir ao salão arrumar os cabelos, que foi uma “tentação do diabo”, que foi a filha que se insinuou, que foi uma vez e que não vai acontecer mais” ...

**Figura 02- Percepções sobre as famílias.**

**Fonte: Dados fornecidos pela Conselheira Tutelar – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**

Argumentaram que a maioria permanece convivendo, principalmente os casos que houve a denuncia de terceiros e não conseguiram comprovar a veracidade. Revela que em muitos casos, prioriza-se a convivência, prioritariamente quando o homem mantém as despesas e a mulher não possui trabalho. Quando não é violência sexual, aí que não se separam, muitos acham que estava tentando disciplinar. A conselheira B confirma a postura dos casais já mencionados pela Conselheira A, acrescentando que em alguns casos é o medo de retaliações. É ameaçada pelo cônjuge e a própria criança também, fazendo com que silencie e aceite a convivência conjugal. A violência contra as crianças não se torna apenas física, diante da impunidade, do descredito e do “abandono” da mãe quando prioriza a relação com o marido. Segundo as percepções das conselheiras, o fator financeiro é muito determinante, visto que as mães têm muitos filhos, e não possui renda, dependendo do cônjuge economicamente. A falta de autonomia e o medo são fatores preponderantes para manutenção das relações conflituosas.

Diante do já exposto e da preponderância das famílias reconstituídas serem as mais afetadas pelos conflitos, questionamos se esses casais deixaram transparecer algum critério



para reconstituir a família. Responderam que em geral não há nenhum critério. Conselheira A: “... *simplesmente se encontram hoje e amanhã já estou juntos*”. Quando chegam a se separar, logo volta para o mesmo marido ou arruma outro. Brigam constantemente, os maridos batem nas mulheres, separam, voltam ou reconstrói outras famílias, como algo rotineiro.

Para Bauman (2004), na sociedade moderna, apesar de a maioria dos autores considerarem pós-moderna, se estabelece relações amorosas diferentes “líquidas”, algo que se dissolve facilmente. Também, Féres-Carneiro (1998) menciona, através dos seus estudos, que o casamento é mais significativo na primeira aliança e a sexualidade mais relevante para os recasados.

Percebe-se nas falas que as famílias quando procuram o Conselho Tutelar, precisam de mais ajuda do que o próprio Conselho Tutelar pode ou tem competência para dar, conforme cita a conselheira B. Necessitando de políticas públicas direcionadas a família como um todo e não simplesmente assistencialista. Os conflitos que acabam envolvendo os filhos, em geral são em decorrência da situação financeira, drogas, alcoolismo, abandono de vulneráveis, maus-tratos, reafirmando que precisam de ajuda. São famílias que precisam de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional afetivo, independente do modelo que se configura. Tem como ponto positivo a parceria com outros órgãos como, CRAES, a Promotoria Pública, a Delegacia e a Assistência Social, minimizando em parte alguns conflitos, favorecendo a continuação da conjugalidade.

Os tipos de relacionamentos envolvem afeto e individualização, focando a paixão mais inesperada e fluida, (Gilberto Velho (2002 [1986]; Bauman (2004)). Também a autora Aboim (2004), aborda que a vida de um casal é muitas vezes concebida como uma luta permanente entre autonomia pessoal e fusão conjugal, resultando em uma pluralidade de relações e construção de formas específicas de coesão conjugal. Porém, a diversidade dos afetos hoje existentes, não implica que os filhos tenham que sofrer as consequências dessas relações. O pacto fundamental da relação trata de propor paz entre os mundos e ao mesmo tempo é uma aventura de viver que deve ser baseada na ética, afetividade, confiança e forte vínculo para que dure a confiança um no outro (Scabini (2007).



## 6 CONSIDERAÇÕES

A família contemporânea passa por um momento de transição e vem sendo objeto de reflexão dos teóricos, sociólogos, antropólogos, psicólogos e de diversas ciências. Apesar de estar sendo analisada epistemologicamente, a pesquisa revela que ainda demanda de novos olhares, como bem menciona López (2001). As percepções das conselheiras sobre a conjugalidade é que as famílias precisam de ajuda. Os conflitos relacionais que acabam envolvendo os filhos estão relacionados a vários fatores: individualismos, relações fluidas e em especial os fatores sociais: decorrentes da situação financeira, drogas, alcoolismo... Como consequência se tem: abandono de vulneráveis, maus-tratos, violências física e sexual. Necessitando de políticas públicas, de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional sem prejudicar os filhos.

São inúmeras as mudanças sociais e relacionais que leva a repensar as racionalidades capitalistas e as relações sociais desumanas que promove mal-estar e violência por toda parte, Petrini (2005). Portanto, as pesquisas não podem se limitar as investigações empíricas, mas que contemple outras dimensões que colabore para a transformação da situação investigada. Foram dados muitos passos no sentido de criar novos padrões de comportamento nas relações familiares, no campo da sexualidade, da procriação, da paternidade e da maternidade, da relação entre pais e filhos, do trabalho e da repartição das tarefas domésticas. Tais reflexões devem contribuir efetivamente para o crescimento humano de todos os membros da família, independentemente da sua configuração ou classe social.

Embora, o ser humano seja livre para escolher fazer o “bem” ou não (injustiça, violência doméstica, infidelidade), que a família realiza uma convivência na totalidade de sua existência, medidas precisam ser tomadas, não apenas para punir os atos desumanos (com a aplicação da lei), mas medidas preventivas com o intuito de fortalecer as famílias, sem assistencialismo. Na visão das conselheiras é isso que vem ocorrendo.

As relações não precisam ser permeadas por ofensas e agressões, muito menos descarregar nos filhos os problemas vivenciados. A pesquisa deixa a quem interessar a sugestão de incrementar políticas que favoreçam realmente a família, com o intuito de fortalecê-la, de forma tal que possa assumir mais adequada as suas funções básicas. Oportunizar educação de qualidade e profissionalizante para os pais, acesso ao mercado de trabalho, creches para os



filhos, condições de moradia e infraestrutura adequada. Verifica-se ainda a necessidade de rever a legislação e seu foco sobre estratégias para punir e/ou prevenir qualquer forma de violência não só contra crianças e adolescente, mas também, as praticadas contra a mulher. Este estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, visto que, diante das subjetividades se torna um leque de reflexão, precisando de outros olhares.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ABOIM, S. *Emoções e rotinas: A construção da autonomia na vida conjugal*. Actas dos ateliers do 1º Congresso de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Famílias, Universidade do Minho, Braga, 2004.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1/3, jan.jul. 2005.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CIGOLI, V.; SCABINI, E. *La medicina familiar: el horizonte relacional-simbólico*. Gonzalés, M. I. El cuidado de los vínculos. Mediación familiar y comunitaria. Bogotá: universidad Del Rosario, 2007.

COLOMBO, Enzo. *Descrever o social*. A arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELLUCCI, A. Por uma sociologia reflexiva. Vozes, 2005 – 288 (8)

CORDEIRO, A. M. A criança e seus pais: amada ou violada. In: M. H. F. Steiner (org). *Quando a criança não tem vez. Violência e desamor* (pp. 55-62). São Paulo: Livraria Pioneira, 1986.

COSTA, G.P. *O amor e seus labirintos*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COURT, P.M. Família e sociedade contemporâneas. In: PETRINI, J.C & CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs), PP 13-28. Petrópolis: Vozes, 2005.

DONATI Pierpaolo. *Família no século XXI: abordagem relacional*. 2010.



- ECO, Umberto. *Como fazer uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GOTTMAN, John. *Por que os casamentos fracassam ou dão certo*/ John Gottman e Nan Silver, tradução Ione de Souza Ferreira. – São Paulo: Scritta, 1995
- GOMES, I.C. *O sintoma da criança e a dinâmica do casal*. São Paulo: Escuta, 1998.
- GUANAES, CARLA e MATTOS, Augustus Tadeu Relo DE. *Contribuições do Movimento construcionista social par o Trabalho com famílias na Estratégia Saúde da Família*. Saude soc. [online]. 2011, vol.20, n.4, pp 1005-1017. ISSN 0104-12
- KALOUSTIAN, Sílvio M. *Família Brasileira, a base de tudo*. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- FALEIROS, Vicente de P. *Violência Contra a Infância*. Revista Sociedade e Estado, vol X, nº 2, jul/dez, 1995, 475-487.
- FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. Psicologia Reflexão Crítica. V. 11; nº 2, 1998.
- FÉRES-CARNEIRO, T; DINIZ NETO, O. *Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais*. vol. 20, nº, 46, p. 269-278. Paidéia (Ribeirão Preto), Ago 2010.
- MINAYO, Cecília de Souza. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (Org.) *Violência e Criança*. São Paulo: Edusp, 1999.
- NARVAZ, Martha Giudice and KOLLER, Sílvia Helena. *Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida*. vol.19, n.2, Psicol. clin. [online]. 2007.
- RICHARDSON, Roberto Jarry e col. *Pesquisa social. Métodos e Técnicas*. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.



## **A FAMÍLIA BERNARDO-GLORIA-FAUSTINO: ORALIDADE, MEMÓRIA ANCESTRAL E IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA**

OLIVEIRA, Luís Cláudio de

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO*  
*luisclaudiooliveira@hotmail.com*

75

### **RESUMO**

Este artigo é parte das reflexões de minha tese de doutorado cujo objeto de investigação é a rede familiar Bernardo-Gloria-Faustino, que tem sua principal configuração na cidade de Rio Claro, distante cerca de 120 km da capital do Rio de Janeiro. Desde 2006 o grupo familiar passou a se organizar em torno da realização de encontros anuais que mobilizam centenas de parentes com os fins centrais de relembrar o passado, celebrar a memória dos seus ancestrais e transmitir tradições às gerações atuais e futuras. A pesquisa etnográfica e de cunho histórico busca analisar ações que parecem contribuir para a objetivação de um novo *ethos familiar* do sujeito negro brasileiro. O objetivo neste artigo é refletir sobre a importância da oralidade e da reconstrução de espaços míticos, por meio da memória, na sustentação do discurso que prima pelo reconhecimento de uma identidade familiar permeada pela afirmação de uma identidade afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Família afro-brasileira. Identidade. Memória

### **ABSTRACT**

This article is part of the reflections of my doctoral thesis which investigation object is the familiar web Bernardo-Gloria-Faustino, that has its main configuration at the city of Rio Claro, distant about 120 km from the capital of Rio de Janeiro. Since 2006 the familiar group began to organize itself around the realization of annual meetings that mobilize hundreds of relatives with the central goal of remember the past, celebrate the memory of their ancestors and transmit traditions to the present and future generations. The ethnographic and historic research seeks to analyze actions that look to contribute for the objectification of a new black Brazilian persons' *ethos familiar*. The objective in this article is to reflect about the importance of the orality and of the reconstruction of mythic spaces, by memory, in sustentation of the speech that excels by the recognition of a familiar identity permeated by the affirmation of an Afro-Brazilian identity.

**Key-words:** Afro-Brazilian family. Identity. Memory.





## I. Introdução

Em 2002 tive a oportunidade de trabalhar numa pesquisa cuja finalidade era caracterizar comunidades tradicionais quilombolas no estado do Rio de Janeiro. A partir de inferências na região do Vale do Paraíba Fluminense, mais especificamente nas cidades de Rio Claro, Angra dos Reis e Paraty, considerei a hipótese da permanência de grupos familiares, descendentes de escravos, em localidades desta região, não na condição de remanescentes de quilombos, mas de famílias tradicionais, além de unidos por consanguinidade, também pela valorização e transmissão de práticas tradicionais comuns, criadas durante o tempo do cativo e no período posterior à emancipação. Finda a pesquisa dois anos depois, retornei a algumas cidades da região, especialmente a Rio Claro, e passei a recolher dados sobre uma rede familiar determinada, os Bernardo-Gloria-Faustino, que desde 2006 se organiza em torno da realização de encontros anuais mobilizando centenas de parentes com os fins centrais de relembrar o passado, celebrar a memória dos seus ancestrais e transmitir tradições às gerações futuras.

Na primeira parte deste trabalho são apresentadas algumas características da rede familiar em estudo quanto ao seu contexto sócio-histórico e territorial. Em seguida, são apontadas evidências de como a construção da identidade familiar do grupo tem sido fecundada por referências positivas a sua ancestralidade, referências estas mediadas pela transmissão oral de valores e tradições sedimentados na memória dos seus integrantes, crescentemente transformados em mecanismos eficientes de fortalecimento de uma memória coletiva. Recorro aos dados obtidos durante a observação participante nos diferentes acontecimentos que envidam a convivência social nas *configurações familiares*<sup>1</sup> integrantes da rede. Outros elementos metodológicos da pesquisa são o acompanhamento dos próprios encontros e a consulta a documentos cartoriais (certidões de nascimento, casamento e óbito) e eclesiásticos (livros de batistério), mais especialmente nas cidades de Rio Claro, Angra dos Reis e Volta Redonda.

Concluo procurando demonstrar o que seria a retomada, de parte do grupo, de determinadas práticas tradicionais de organização territorial e convívio social fincadas na memória, por meio da análise de um acontecimento marcante para esta reflexão.



## II. Os Bernardo-Glória-Faustino e a localidade

O censo demográfico dos Bernardo-Glória-Faustino, consolidado em março de 2013, dá conta de 895<sup>2</sup> membros de consanguinidade direta e indireta com a primeira geração, por linhagem paterna, de descendentes de famílias desterradas do continente africano, apartadas e transformadas em mercadoria na América, provavelmente desembarcadas em Porto Bracuí (Angra dos Reis)<sup>3</sup>.

Surgidos ao final da segunda metade do século XIX, no Brasil Imperial e escravocrata, constituem objeto da investigação a linhagem, ou o “tronco”, dos Glória, iniciado por Benedito Glória e Maria Graciana; o “tronco” dos Faustino, que tem em Faustino José Deoduque e Petronilha Maria da Conceição os seus ascendentes; e o “tronco” dos Bernardo – que inclui o autor desta tese, em quarta geração –, proveniente da união de Manoel Bernardo da Silva e Serafina Maria da Conceição.

É recorrente entre os integrantes mais antigos do grupo que a origem dos três “trancos” está ligada a um momento indeterminado, em fins do século XIX, em que os três patriarcas imigrantes de São Paulo teriam se instalado e criado família na região onde se encontra a cidade de Rio Claro. Os Glória, conforme o depoimento de Laurinda Maria da Glória, a “tia Laurinda”, falecida a 23 de agosto de 2009 aos 97 anos, foi iniciado por seus pais, filhos de escravos de uma fazenda da qual não lembrava o nome, na cidade de Bananal<sup>4</sup> (Entrevista: Laurinda Maria da Glória, jul, 2007).

<sup>1</sup> Adoto este termo para designar as diferentes localizações territoriais sempre referenciadas ao “ponto zero”, na cidade de Rio Claro (sobre isto ver: DUARTE & GOMES, 2008).

<sup>2</sup> Foi realizada uma contagem geral dos indivíduos, apenas os que possuem ascendência por consanguinidade, desprezando-se os esposadores. O censo foi aplicado com o auxílio dos dirigentes da Associação da família, antes e durante o Encontro anual de 2013.

<sup>3</sup> No antigo porto clandestino, situado nas terras da antiga fazenda Bracuí, uma das várias propriedades de José Joaquim de Souza Breves, considerado o maior escravagista do Brasil, encontra-se instalado atualmente o Porto Marina Bracuhy, um condomínio de alto padrão construtivo. Atravessando-se a rodovia que liga as cidades do Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, na parte oeste da localidade, lado oposto ao do Condomínio, encontram-se estabelecidas duas comunidades tradicionais, uma a Aldeia Guarani Sapucaí, a outra de quilombolas, que se autodenomina “comunidade remanescente de quilombos Santa Rita do Bracuí”. Pelo porto do Bracuí, no século XIX, entraram ilegalmente alguns milhares de africanos transformados em escravos no Vale do Paraíba para o trabalho nas fazendas de café, então principal produto da pauta de exportação do Brasil. O último desembarque ali, de mais de 500 negros de Moçambique, em 1853, foi alvo da repressão do estado imperial e ficou conhecido na imprensa como “O caso do Bracuí” (C.f. ABREU: 1995, p. 167).

<sup>4</sup> “Cidade com vários atrativos naturais e inúmeros casarões em estilo colonial que até hoje são encontrados no centro histórico e nas grandes fazendas. No passado, foi a principal via de escoamento das Minas Gerais para o porto de Parati (RJ). Durante o ciclo cafeeiro, Bananal experimentou o esplendor de ser uma das cidades mais ricas do Brasil, onde seus fazendeiros avalizavam empréstimos da Inglaterra para o Governo Brasileiro” (Disponível em: <http://www.caminhosdacorte.com.br/bananal.html>. Acesso em 14/07/2014).



O principal “lugar de memória” (NORA, 1993) do grupo é no atual Morro do Estado<sup>5</sup>, situado atrás da Vila Velha, bairro que deu origem a cidade de Rio Claro, em torno da capelinha em homenagem a São José. Entretanto, a rede familiar dos Bernardo-Glória-Faustino, criada na esteira dos deslocamentos territoriais de ex-cativos, subsequentes à abolição da escravatura, foi pouco a pouco se espalhando para as cidades de Barra Mansa, Angra dos Reis, Volta Redonda, Vassouras, Pirai, Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Seropédica, Guapimirim, São Paulo, Cuiabá e Buenos Aires, na Argentina.

## II.1. Dispersão e encontros

O sistema de produção conhecido como *colonato*, estrutura social que surgiu em meados do século XIX e se intensificou quando a abolição pôs fim ao já decadente ciclo do café, açambarcou substantivamente os ex-escravos. Em uma economia de subsistência, os donos da terra, herdeiros da cultura escravista, passam a possuir colonos que, a troco da *meia* ou da *terça*, moravam em pequenas áreas dentro da fazenda, agora não mais do “senhor”, mas do “coronel”. Esses colonos produziam para si e sustentavam a família do proprietário. Porém, com a desestruturação mediante a introdução da carteira de trabalho na zona rural, os proprietários, com medo das indenizações e de perderem suas terras, expulsaram essas famílias de colonos, obrigando-as a procurar novos locais de moradia (KOWARICK, 1987). Esta situação está diretamente relacionada com uma *segunda onda de dispersão*, sucessiva à *primeira onda* instaurada com a decretação do fim da escravidão. A *onda* do século XIX implicou num intenso movimento no meio rural; na *onda* do século XX prevaleceu o êxodo para as cidades. A *segunda onda de dispersão* gerou as condições geográficas em que o ambiente afetivo aproximou as patrinhagens dos Bernardo, os Glória e os Faustino.

No caso dos Bernardo-Glória-Faustino, aquele contingente de trabalhadores rurais completamente analfabetos e sem nenhum recurso se estabeleceu em Lídice, Passa Três e Rio Claro. Especificamente este último, o distrito-sede, concentrou a maioria dos indivíduos que viriam a compor a trilhaagem em estudo.

<sup>5</sup> Com uma área de aproximadamente 03 alqueires (145.000m<sup>2</sup>), recebeu esta denominação quando o governo do Estado do Rio de Janeiro (década de 60) lá construiu uma estação de tratamento de água para melhorar o abastecimento da cidade.



Manoel Bernardo, nascido em 1892, primogênito da segunda geração do iniciador do “tronco” dos Bernardo, *Manoel Bernardo*, se arranchou inicialmente em Lídice, nas terras da fazenda Santana à margem esquerda do Rio do Braço, na condição de colono, lá constituindo família, gerando quinze filhos (Madalena, Paulo, José, Cecília, Manaceis, Bernadete, Antonio, Teresa, Glória, Bernardo, Frain, Raquel, Laura, Rafael e João). Posteriormente, em busca de melhores condições para a sua reprodução social, a menor parte da linhagem dos Bernardo se desloca para Angra dos Reis, Barra Mansa e Rio de Janeiro, enquanto a maior parte se desloca para a Serra dos Coelhos, em Rio Claro, instalando-se na Fazenda Pinheiros, onde já viviam, na condição de colonos, três dos demais descendentes da segunda geração dos Bernardo (Maria do Rosário, Maria das Dores e Mario). É onde são agenciados os primeiros matrimônios, nas duas primeiras décadas do século XX, com os descendentes (Ernesto Gloria, José Alves e Benedito Vitorino) da segunda geração do iniciador do “tronco” dos Glória, *Benedito Glória*. Neste período, também acontecem os primeiros enlaces com os descendentes (Aristides, Manoel, Antônio, Benedito, José e Irineu) do iniciador do outro “tronco”, *Faustino José Deoduque*.

Seja pelo desejo de superação dos traumas decorrentes dos maus tratos a que eram submetidos na fazenda, seja pela ausência das condições materiais mínimas para a sua reprodução social, esses lavradores, em face da decadência econômica das fazendas, transferem-se para o Morro do Estado, no bairro Vila Velha, onde efetivamente são agenciados casamentos entre os três “troncos”, dando início a um longo processo de intercâmbios matrimoniais que se estendem aos dias atuais.

Na década de 1930, os Glória fundam a principal configuração sob sua predominância ao sopé do Morro do Estado, onde atualmente é a rua Ernesto gloria, uma homenagem prestada pelos poderes públicos locais na década de 1980. A configuração de predominância dos Faustino se mantém, na atualidade, mais ao alto no Morro do Estado.

É na Vila Velha, demarcação nominal e simbólica do que é tradicional para os Bernardo-Gloria-Faustino, que desde 2006 as parentelas passam a discutir e planejar a organização de um encontro que pudesse reunir todos os seus membros.



## II.1.2. Florescimento de encontros de memória

Em razão de os Bernardo-Glória-Faustino constituírem rede familiar extensa, coexistem no mesmo bairro várias casas intervaladas por outros imóveis incomuns à rede. Ainda assim, parentes e agregados representam o “lugar” como próprio. Nos escritos de Duarte e Gomes (2008, p.169) “a combinação família-casa se soma a bairro ou localidade como categoria significativa, que os seus integrantes tomam como referência”. Deste modo, chamou a atenção o formato das primeiras e igualmente das próximas reuniões, realizadas nos “quintais”<sup>6</sup> das casas dos mais antigos (DUARTE & GOMES, 2008, p.171), com a finalidade de organizar um grande encontro festivo reunindo todos os parentes. A cada reunião era perceptível a ampliação progressiva do fluxo de pessoas, efetivamente participantes ou não, homens e mulheres de idades variadas e crianças, denotando o movimento que se instalava no interior de toda a rede familiar.

Em pouco mais de um ano acontecia o primeiro de uma série de oito subsequentes “Encontros da família BGF<sup>7</sup>”, como se passou a denominar o evento anual, com média aproximada de trezentos participantes. No terceiro encontro, realizado no mês de julho, como nos dois encontros precedentes – e o que seria deliberadamente transformado numa tradição a ser mantida para os encontros posteriores – um fato viria a intensificar a gula intelectual do observador. Em julho de 2009 surgia a AFABGF – Associação da Família Bernardo-Glória-Faustino<sup>8</sup>, com o propósito de congregar e reforçar os laços familiares, estimulando a solidariedade entre os membros da família; conhecer as suas origens no Brasil; implantar o cadastro da família; promover condições para a realização de encontros nos locais onde se encontram familiares; e praticar autoajuda material e espiritual.

Durante as reuniões de preparação para o segundo encontro, ocasião em que foi propositalmente difundida pelos organizadores a intenção de “institucionalizar” o movimento, portanto conferir-lhe um caráter jurídico, notou-se o uso largamente empregado dos termos “lembrança” e “memória”. Invariavelmente, todos os parentes que usavam os termos confluíam para a preocupação de “resgatar” a história da família.

<sup>6</sup> O termo é utilizado pelos autores para identificar “um modelo representativo de organização e representação das relações familiares presentes nas camadas populares”. (C.f. p. 171).

<sup>7</sup> O oitavo Encontro aconteceu nos dias 19 e 20 de julho de 2014, pela segunda vez consecutiva na cidade de Seropédica, configuração prevalente dos Glória.

<sup>8</sup> De acordo com o estatuto da Associação da Família Bernardo-Glória-Faustino – AFABGF, capítulo II, artigo 3º, registrado sob o nº 20.664.839/0001-31, com abertura em 2009.



Similarmente, expressou-se a preocupação com os bens patrimoniais materiais e imateriais da família. Não parece ser por outro motivo que na manhã de domingo, reservou-se na programação do encontro um passeio à *usina*, não pela rodovia, mas pela “estradinha”, a estrada de terra que é o tradicional caminho que ligava o centro de Rio Claro aos seus arredores especialmente ao rio do Braço, onde viveram às suas margens duas gerações dos Bernardo. No local onde fora erguida a casa do patriarca Manoel Bernardo já não se encontra mais que os pálidos vestígios, quase totalmente corroídos, tomados pela mata, da estrutura em madeira do velho paiol onde eram depositados alimentos cultivados e ferramentas empregadas na agricultura.

Contudo, ninguém entre os presentes ao passeio desconhecia que já não se mantinham o paiol, a casa, o galinheiro ou quaisquer benfeitorias no lugar. O que se buscava naqueles momentos entremeados de riso e silêncio, era tão somente “lembrar”. Aquele espaço era em si o testemunho que sedimentam recordações, registram informações de tempos passados que precisava entrelaçar-se na memória dos visitantes para lhes recontar a história daquele lugar, “lugar de memória” quando a “imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p.21).

A memória dos visitantes estava ali estratificada. As histórias que corriam soltas deslocavam do passado os momentos vivenciados naquele lugar, ou mesmo em Rio Claro - mas que constantemente atravessavam uma e outra recordação –, estavam todos impregnados no meio, sedimentados na saudade. Instante a instante alguém apontava o “lugar onde tinha o cafezal”, o “lugar onde tinha a ponte”, o “lugar onde tinha o banheiro... aqui era a cozinha”. Da memória do real e do imaginário de cada indivíduo e do coletivo ali absorto, renascia o passado, porque “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Idem, p.9). Houve parentes que confidenciaram ter realizado esforços financeiros, mas que se sentiam compensados só por aqueles momentos na *usina*. Referem-se não ao empreendimento comercial da terceira década do século XX, implantado no Rio do Braço cerca de dez quilômetros acima do assentamento dos Bernardo, mas a usina como referencial simbólico que reúne as lembranças dos períodos festivos, que serviam ao reencontro dos quinze filhos do casal Bernardo e Emília, sobretudo aqueles que haviam migrado para a capital.





## II.2. Espaço e história

Rio Claro, que desde o princípio tornou-se o principal campo da pesquisa, destaca-se pelo potencial hídrico e pela diversidade natural, com áreas da Mata Atlântica, grande variedade da fauna e flora. Está situada no extremo oeste fluminense, na Região do Vale do Paraíba, sendo integrado, além do distrito sede, pelos distritos de Lídice, Passa Três, São João Marcos e Getulândia. O acesso se dá pela RJ-155, que alcança Angra dos Reis, a sudoeste, e Barra Mansa, a noroeste. Entre os maiores municípios do estado do Rio de Janeiro, com 837,3km<sup>2</sup> de extensão, possui 17.425 habitantes (IBGE, Censo, 2010).

A origem está diretamente ligada à história do desenvolvimento do Sudeste brasileiro, especificamente aos ciclos econômicos do ouro, pujante durante o século XVIII, e do café, que tem o seu apogeu no século seguinte (SALES, 2008). Mas, com a abolição da escravatura e o deslocamento da cultura do café para as terras de São Paulo a economia da zona cafeeira fluminense sofreu forte abalo, sendo que em Rio Claro as fazendas de café se transformaram em pastagens para criação de gado leiteiro (PAULA, 2007).<sup>9</sup>

Foi nas cercanias das fazendas que comercializavam concessões para pastagens, mantendo uma agricultura de pouca vitalidade, que muitas famílias de ex-escravos, como os Bernardo-Glória-Faustino, se instalaram na condição de trabalhadores livres, porém sem qualquer tipo de garantia contratual que os colocasse no grau mínimo de cidadania. Como se sabe, a abolição tardia no Brasil, último país das Américas a oficializar o fim desse sistema econômico, não foi acompanhada de qualquer política do Império ou da República, no pós-emancipação, que promovesse a transição para o capitalismo industrial com atenção às vastas convulsões e transformações sociais dela decorrentes.

A propósito, o que os estudos de Cooper, Holt e Scott (2005) detectam em relação a esse processo de transição nas colônias britânicas, Estados Unidos, Cuba e África central se repete, de forma igualmente dramática, no Brasil. Para as primeiras gerações “a libertação dos escravos não provocou nenhum rompimento assim radical com o passado. Na verdade, há muito tempo a manumissão dos escravos era parte integrante do próprio gerenciamento da mão de obra

<sup>9</sup> Embora a sua economia atualmente seja baseada na pecuária, avicultura e artesanato, seus moradores vivem entre as duas capitais com o maior PIB do país, há 120km da cidade do Rio de Janeiro e 270km da cidade de São Paulo (IBGE, Censo, 2010). Isto ajuda a explicar porque os Bernardo-Glória-Faustino que migraram em busca de melhores possibilidades de reprodução e ascensão social, o fizeram principalmente para estes dois eixos.



escrava” (2005, p. 91)<sup>10</sup>. Situação condizente, a emancipação no contexto brasileiro configurou-se numa alforria em larga escala.

Em Rio Claro, todos os relatos dos mais velhos apontam para a situação traumática dos maus tratos a que foram submetidos, eles mesmos e os seus pais e avós, em atividades laborativas nas antigas fazendas escravistas, seja antes ou após a abolição.

Américo Vidal, nascido em 1921, órfão desde a infância – até hoje usa “remédios de mato e nunca de farmácia” –, trabalhou na fazenda Pinheiros no mesmo período que Maria das Dores (Bernardo da segunda geração). Evidencia que as práticas sociais cristalizadas na escravidão teriam perdurado nas fazendas da região para bem depois da abolição.

83

Fui criado sem pai e sem mãe, que trabalhava na fazenda e não chegou a ser escrava, mas era escrava do mesmo jeito, porque nós miúdo não tem vez:– Ah, tá chovendo! E o capataz dizia a nós, miúdo, que chuva não quebra osso. Fui pegado de vaca umas quatro vezes, café de cavalo, trinta e cinco anos caboqueiro, enfrentava cobra descalço.... vim pra Rancho Grande garoto ainda, depois que minha mãe morreu na Fazenda dos Coqueiros, do falecido Coronel Pedro Anjo, pra cima do Bananal. Agente nem tava formado, e já tinha ido pra Fazenda das Antinhas. Naquele tempo, nós não vestia a roupa de hoje... Hoje agente veste roupa de coroné. Naquela época agente vestia roupa na base da troca no baralho, não havia nota. Adispos que surgiu o dinheiro. O coroné reunia todo mundo e fazia os pagamento da “turma”, com trinta a quarenta homi. Tinha venda na fazenda, que todo mundo comprava roupa, gastava o ordenado na fazenda. Naquela época, era muito triste [...], a gente saía de noite e voltava de noite [...] pegava seis e largava sete hora, só parava pra comer (Entrevista: Américo Vidal, Volta Redonda, 03 abr 2012).

Cecília Getúlio, quarta geração dos Bernardo entrelaçada com os Glória, diz-se realizada em ter trocado o bairro da Vila Velha em Rio Claro, onde viveu a infância e parte da juventude, pelo bairro onde mora atualmente com as duas filhas e uma neta, no Jardim Zaira, na cidade de Mauá, grande região do ABC paulista.

A família toda trabalhava na fazenda do João Zig [Zigmann]. Ele não tratava a gente bem não. A gente não podia pegar uma goiaba, laranja então nem pensar. Se a gente pegasse ele mandava soltar os cachorro pra pegar a gente. A gente morava bem longe, descia na vila só quando era festa. Quando era festa a gente descia o morrão e ficava dois dias na casa da vovó, na Vila Velha. Trabalhavam na terra dois dos meus irmãos, o falecido Jorge e o Falecido

<sup>10</sup> Os autores, numa perspectiva de história comparada, analisam diferentes sociedades no período pós-emancipação (entre 1833 e 1946) no Caribe britânico, Cuba, Estados Unidos e África. Demonstram que mesmo com o fim jurídico da escravidão, o trabalho compulsório continua a ser um dado da realidade de toda a diáspora africana (COOPER, HOLT E SCOTT, 2005).



Brás, que ajudavam o papai. Tinha eu o Paulo, a gente era pequeno, que só dava pra levar comida prá eles. Minha avó, vovô Ernesto, trabalhava dentro da casa. [...] Até que meu pai saiu de lá e viemos pra cá [São Paulo]. Ele não aguentava mais ser escravizado (Entrevista: Cecília Getúlio, 17 jul 2012).

Fica igualmente evidente em suas lembranças de infância, o ambiente relacional que propiciava as manifestações afetivas entre “iguais”, ou seja, entre aqueles que se solidarizavam ante a violência das condições de trabalho nas fazendas. Esse ambiente relacional se estendia à escola, ao templo e a outros espaços de sociabilidade, como as festas públicas, e não incomuns, resultavam em escolhas matrimoniais pouco diversificadas. Assim, os troncos familiares em análise agenciaram matrimônios, uns com os outros, ao longo de gerações, como decorre ainda hoje.

### III. Ancestralidade e memória

A partir de dados coletados no âmbito da pesquisa torna-se possível explorar a relação entre ancestralidade, memória e território como Âncoras da identidade familiar em grupos que se autodefinem como “família afro-brasileira” ou “família negra”, tendo em vista que as ações empreendidas por esses grupos no sentido da elaboração de registros autônomos de sua história, como é o caso aqui apresentado, provocam questionamentos acerca da história oficial sobre negros e transmissão de valores por meio da família. Mais que isto, fazem pensar no que se passou no período imediatamente posterior à abolição no que refere às circunstâncias em que famílias de ex-cativos necessitaram reorientar-se face às transformações não só no mundo do trabalho, mas igualmente na forma de representar a si mesmas no universo das relações étnicas e culturais na sociedade capitalista. Quais teriam sido as respostas dessas famílias a esses novos cenários, especialmente quanto à transmissão, para as gerações futuras, dos valores que devem orientar o indivíduo na vida extra familiar? Qual é a importância da memória familiar de descendentes de escravos na recontextualização, *para si e para os seus*, da história oficial?

Registrar marcos, memórias e histórias sempre foi uma necessidade da humanidade. Marcas, legados, são pactos assinados entre homem, tempo e história. É fato que o tempo, no sentido de duração, como proposto por Bergson (1999), é berço e leito da história, estando aquém das possibilidades e garantias de retenção, senão pela memória. É fato, também, que diante dos riscos da imprevisibilidade do porvir, tememos içar âncoras. Não basta desejar ir ao



futuro, sem um passado para nos referir, nos informar, assim como são instáveis as pontes possíveis com o passado ou com o futuro se não acionamos as lembranças, como recurso a nos permitir assumir um lugar no espaço-tempo.

O autor alemão Andreas Huyssen (2004) analisa as evidências de um deslocamento, pelas sociedades mundiais, a partir dos anos 1980, do foco privilegiado no “futuro-presente”, como estava organizado o pensamento moderno, para o “passado presente”. Estaríamos em busca de fortalecer ancoragens que nos permitam posições mais seguras frente aos efeitos da reorientação de valores culturais, provocada pela desestruturação da modernidade, em razão da automação desenfreada e do uso globalizado de intensas redes de sociabilidade favorecidos pela disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. Como sugerido pelo autor, por via desse comportamento estabelece-se um movimento de vivificação da memória, mecanismo certamente útil e indispensável ao diálogo com as subjetividades das novas gerações.

A Associação da Família Bernardo-Gloria-Faustino surge neste contexto, o que se expressa, inclusive, nos estatutos que a institucionaliza, de recriar referências positivas do passado para que os seus membros associados reconheçam a *si* mesmos na *sua* história familiar, em paralelo à “história oficial”.

A organização da família BGF traz à tona uma variável importante para o debate sobre estratégias utilizadas pelos indivíduos que coabitaram a *casa grande* e a *senzala* para a continuidade ou a reconstrução dos laços parentais, manutenção e transmissão de valores. Possivelmente, o que fazem os articuladores dessa organização familiar em rede é uma reinvenção dessas estratégias, por meio da memória, tornando a enfrentar um mesmo desafio: restabelecer laços afetivos afrouxados na malha do tempo, agora com recorte temporal no século XX, quando vários integrantes da rede provocam uma nova dispersão ou *terceira onda* do seu processo migratório, partindo de Rio Claro para diferentes pontos do país.

A partir do início dos anos 70, parte considerável dos Bernardo-Gloria-Faustino migrou, em busca de melhores condições para a sua reprodução social, para diferentes cidades brasileiras.

As pessoas saíram da Vila Velha para desenvolver um trabalho lá em São Paulo. O Sinésio, o Sinésio é da nossa família, foi o primeiro. E daí, aí foi indo todo mundo. Depois, foram outros primos, até chegar hoje... Hoje, praticamente, tem uma vila lá em Mauá. A maioria está lá, em Jardim Zaíra,



lá em Mauá. E foram outros depois, uns que nem são da família, mas foram também (Entrevista: Serafim Quintino, 07 jan 2009).

O Tiago fez História nessa universidade aqui, na Moacir Bastos, namorou um pouco por aqui, viajou uns tempos para Argentina e acabou que foi para fazer o mestrado, já tem sete anos. Naturalmente, com a ajuda da família da Paula, que ele se apaixonou e casou lá, passou a dar aula numa faculdade. Hoje é professor de História e tradutor (Entrevista: João Manoel da Silva, 07 jan 2013).

Essa dispersão se estende inclusive ao exterior – no caso Buenos Aires, onde vive o historiador Tiago Tenuta da Silva, filho de João Manoel da Silva (terceira geração dos Bernardo), este reeleito presidente da AFABGF em 2012. O reatamento dos laços de parentesco tem sido facilitado quando os articuladores do movimento acionam memórias que acompanham os migrantes em diferentes situações, como é o caso dos que partiram para São Paulo. Por lá, a atual geração dos Bernardo-Glória-Faustino recorreu à memória da configuração espacial no seu “lugar” de origem, Rio Claro, para a sua integração no novo contexto de experiências de integração social.

### III.1. Espaço, memória e identidade

É notável, especialmente entre os migrantes que se transferiram para o bairro Jardim Zaíra, no município de Visconde de Mauá, Região do ABC paulista, como a ocupação do espaço urbano se deu nos mesmos moldes da ocupação geográfica tradicional dos Bernardo-Glória-Faustino em Rio Claro. Ou seja, a construção de casas intervaladas no mesmo bairro onde a “família extensa” organiza atividades culturais, especialmente festas de rua que incluem o conjunto da comunidade circunvizinha.

Em fevereiro de 2013 permaneci por uma semana entre os Bernardo-Glória-Faustino “paulistas”, e, nas “rodas de conversa”, pude observar a reiteração de práticas culinárias ou de recepção de parentes, exatamente como aquelas presentes no território original. Pude igualmente observar o poder do discurso estruturado no apelo à memória, proferido pelos organizadores dos eventos anuais que reúnem a rede familiar, em galvanizar o sentimento de pertença do grupo a uma origem comum.

A instalação da parentela paulista exigiu uma reconfiguração espacial do lugar e de identidades, nos parâmetros também do que notou Pozenato (1990) em estudo sobre os



processos culturais que redundaram na formação da comunidade gaúcha, de Caxias do Sul, formada por imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul.

Durante o processo de reconstrução cultural dos italianos, os traços diferenciais de outras culturas com as quais estes passaram a manter contato direto foram sendo paulatinamente absorvidos, e se tornando característicos da cultura que absorveu. Os símbolos transferidos de uma para outra cultura não são mais que signos, até que lhes sejam emprestados significados que tenham representação para a cultura que deles se apropria. Neste sentido, “toda interpretação é uma interpretação, uma leitura sempre sujeita a reexame, a reformulação, quer dizer, a leitura do significado é sempre um processo em aberto” (POZENATO, 1990, p. 13).

Em Jardim Nova Zaíra, o “solteiros e casados”, competição tradicional de futebol entre homens do bairro, que congregava inicialmente apenas os moradores do sexo masculino nos finais de ano, não demorou a ser acionada pelo grupo ocupante para instrumentalizar a sua convivência e dar vazão ao “desejo de confraternizar com os vizinhos”, como declara Odete da Silva, 74 anos, matriarca, casada com Sinésio da Silva, terceira geração dos Bernardo, falecido a 9 de abril de 1995, sepultado em Visconde de Mauá. Os Bernardo-Glória-Faustino passaram pouco a pouco a integrar o evento, até redimensioná-lo, adornando-o com uma inventividade própria, como a participação das mulheres na estruturação do evento, uma prática fundamental na vida familiar da rede Bernardo-Glória-Faustino. Uma fala da matriarca Odete resume a profundidade da aderência do grupo ao novo lugar:

Isso aqui, quando nós chegamos, era barro puro. Aqui era um sereno, noite e dia (...) que eu acordava cinco horas da manhã. Sinésio ia trabalhar e eu ficava olhando pro teto. Ai! Que vontade de ir embora... Mas hoje [referindo-se a atual sociabilidade], não. Hoje, quando eu vou lá, dá vontade de voltar, logo (Entrevista: Odete da Silva, 19 jul 2012).

O evento de rua mobiliza todas as unidades familiares correspondentes à *configuração* do grupo em Jardim Nova Zaíra, além de um grande número de outros moradores. A comunidade dedica parte significativa do seu tempo na preparação da “festa”, o que inclui a confecção de alimentos, objetos decorativos, brindes, souvenir, baile e, é claro, a organização das equipes do “novo”, solteiros e casados.





A interação com o ramo paulista da rede familiar começou por ocasião da realização do “Segundo Encontro da Família Bernardo-Glória-Faustino”, em julho de 2008. Naquele momento, teve lugar uma tensão imensamente relevante para a definição dos caminhos da pesquisa. O grupo de São Paulo, ao receber crachás, na mesa de recepção e identificação dos presentes, exigiu que fosse escrito o sobrenome Silva, e não Bernardo, como constava. A reação dos organizadores, após o desconcerto das adolescentes responsáveis pela recepção, variou da tentativa, frustrada, de um esclarecimento sumário ao silêncio, este que preponderou por dois anos consecutivos. Nas reuniões preparatórias subseqüentes volta e meia o assunto afligia os dirigentes da AFABGF, mas não se abria espaço para essa discussão junto aos “Silva”.

O que estava posto, então, era a vitalidade do argumento formulado pelos líderes do movimento de resgate da memória familiar dos Bernardo-Glória-Faustino. Isto é, o argumento dos “paulistas” se fundava no fato de que o matrimônio, no início do século XX, do patriarca Alexandre da Silva com a matriarca Maria do Rosário da Silva, segunda geração dos Bernardo, resultou na substituição parcial do sobrenome da esposa, que passou a chamar-se Maria do Rosário da Silva e, por via de regra, aos descendentes passou-se unicamente o sobrenome do esposo. Do ponto de vista formal, como seguem os registros em cartório, o sobrenome de ascendência materna fora suprimido. Assim, para o grupo migrante, cujos membros femininos que contraíram matrimônio também tiveram seus sobrenomes alterados, por exemplo, para Egídio, Conceição ou Eugênio, ramificando-se para o indeterminado, o sobrenome Bernardo já não tinha nenhum valor absoluto. A referência sentimental passou a concentrar-se na linhagem paterna.

Numa “roda de conversa”, nos momentos imediatamente posteriores à reunião preparatória para o Encontro de julho de 2013, durante o almoço coletivo em São Paulo, o tema da identidade dos “paulistas” retornava à cena principal. Muitas falas se emendavam, umas às outras, até que uma se sobrepôs, chamando a atenção dos presentes para o fato de que havia ali muitas pessoas com sobrenomes diferentes, mas mesmo assim estavam ali, reunidas, para planejar a festa da família (...) muitos nem ‘pertencem’ à família, mas são casados com pessoas da família e por isto se sentem da família. Então, se tem que botar o sobrenome de todo mundo [...], tinha que ter tudo que é sobrenome” (Entrevista: Antonio Carlos Eugenio, São Paulo, abril, 2013).



Alimentado o impasse, instalou-se um clima de euforia, que canalizaria a disputa de ideias em torno de dois pontos de vista. O primeiro, mesmo considerando fazer sentido a última intervenção do “primo do Rio”, continuava a defender o Silva como sobrenome preponderante sob o argumento da originalidade do patriarca Alexandre da Silva: “a partir do vô Alexandre é que tudo começou” (Entrevista: Ademar da Silva, São Paulo, abril, 2013). O outro ponto de vista focava a concepção dos articuladores do movimento que se fazia com o propósito de resgate da memória familiar, de responsabilidade dos familiares da linhagem materna.

O impasse só viria a ser definitivamente diluído no Encontro de julho de 2013, quando a condutora do cerimonial de abertura do evento, saudando as presenças dos familiares de cada tronco, ao citar os integrantes dos Bernardo, foi plenamente correspondida por todos os “paulistas”.

### III.2. Memória e identidade étnica

Ainda que os argumentos iniciais do núcleo mobilizador da rede familiar estejam voltados para o resgate dos laços de parentesco, também têm sido eficientes para manter e ressignificar a *identidade étnica* do grupo.

Aponho identidade étnica como decorrente de um processo identitário, embora não exatamente nos parâmetros de autores que apontam a “fragmentação das identidades” (HALL, 2004) como principal dano causado pela “mundialização da cultura” (ORTIZ, 2000) na pós-modernidade, expressa numa perda irreparável dos elementos que garantiam à identidade a sua fixidez.

Em Stuart Hall (2004), essa perda de lastro das identidades frente às mudanças de comportamento cultural, ensejadas pelas necessidades de acomodação a uma alteração simbólica na distância e no tempo, gera um colapso identitário. Com o advento dos meios modernos de telecomunicação o indivíduo alcança tal grau de autonomia que a sua identidade se torna híbrida. Vê identidade no sentido de uma construção permanente, porém afetada pelas transformações advindas com a globalização, dentre as quais a “descentramento” do indivíduo, uma quebra de paradigma sustentado pela visão iluminista. Para este autor, a convivência do ser humano em grandes cidades, portanto em ambiente exacerbadamente urbano, exige a construção de relações cada vez mais envolventes com uma multiplicidade de pessoas. Disto



decorre que o indivíduo que possuía fortes referências culturais baseadas nas suas tradições, inclusive, familiares, vai sendo aos poucos absorvido e integrado a um sistema complexo de identidades, tornando-se ele mesmo um indivíduo complexo.

Renato Ortiz refere que tal perda tem requerido uma reconstrução cultural num plano irreversivelmente cada vez mais amplo, tendo em vista que todos os grupos de identidades tradicionais sofrem influências de todas as partes do globo, dado a crescente interação entre os sujeitos. Do seu ponto de vista, os exemplos do cinema, da publicidade, da indústria fonográfica, da televisão e do rádio são significativos na medida em que indicam a existência de uma malha imprescindível para a mobilidade cultural. A circulação, princípio estruturante da modernidade, se realiza no seu interior (ORTIZ, 2000, p.58).

Ainda Hall (1997) considera que a identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico. Define etnia “pelas características culturais – língua, religião, costumes, tradição, sentimento de lugar – que são partilhados por um povo” (Idem, p.67), o que significa que não se pode entendê-la como algo estático, plenamente definido desde o início dos tempos. Segundo o autor, ao projetarmos a “nós próprios” nas identidades culturais, enquanto internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribuimos para vincular nossa subjetividade aos lugares objetivos que ocupamos na realidade sociocultural (Id, p.68).

A observação participante junto aos Bernardo-Glória-Faustino mostra que as suas ações dirigidas à afirmação de uma identidade étnica caminham num movimento que, de fato, confirma, porém relativiza essas interpretações.

A utilização da história oral como recurso teórico-metodológico foi decisiva para compor os discursos sobre a importância da AFABGF na vida de seus participantes, especialmente seus membros mais dedicados à organização institucional. Essa abordagem permitiu compreender os Encontros como espaços de sociabilidade, lugares privilegiados de recuperação e trocas da memória ancestral que cada participante traz consigo desde os marcos abstratos que sombreiam a origem deste coletivo, e, especialmente, de onde emerge, com grande espontaneidade, uma identidade com o passado e com os seus iguais já idos. Assim, a sociabilidade praticada nos Encontros se alimenta de memórias que revelam afinidades, dentre elas a percepção de possuir sentimentos em comum, como uma origem étnica que se deve orgulhar, apesar dos estereótipos que pesam sobre a imagem de ser negro no Brasil.



## Conclusão

Procurei demonstrar que a construção de identidades pode ser um desdobramento de iniciativas externas aos sujeitos se lhes é estimulado, por meio da memória, o sentimento de portar uma história singular na sua relação dialógica com o presente e o passado.

O que fica evidente no apelo dos articuladores da reorganização dessa rede familiar é que, em contraponto à ideia de *fragmentação do sujeito* em face da *descentralização da cultura*, o uso da memória como recurso para estimular a busca por uma origem comum tem papel fundamental na restauração das identidades familiar e étnico-racial, a primeira como aporte da segunda. Possivelmente tem-se nesta prática um caminho diferente, inclusive, daqueles que vem sendo trilhados pelos movimentos sociais negros mais tradicionais.

Como já se supunha a consulta à documentação cartorial revelou imensa dificuldade em chegar ao menos ao porto receptor de escravos, com vistas a descortinar nomes e identidades dos ancestrais anteriores à geração dos negros Manoel Bernardo, Benedito Glória e Faustino José Deoduque. Entretanto, as narrativas sobre os “primeiros” do tronco, e sobre os ícones das gerações seguintes, compõem um rico patrimônio oral lastreado pelos mapas imaginários dos seus descendentes, aqueles que com elas se identificam. A partir do compartilhamento desse patrimônio com outros “seus iguais”, avôs e avós, pais e mães, tios e tias reinventam a dignidade na sua história.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. O Caso Bracuhy. In: Hebe Mattos de Castro e Eduardo Schnoor (orgs.), *Resgate, uma janela para o oitocentos*, pp.165-195. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Tradução de Paulo Neves. 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.



COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DUARTE, Luiz F.D & GOMES, Edlaine de C. *Três Famílias: Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

ENTREVISTADO 01. Entrevista concedida a Luís Cláudio de Oliveira. Barra Mansa, Residência do Entrevistado, 02 fev 2009. Serafim

ENTREVISTADO 12. Entrevista concedida a Luís Cláudio de Oliveira. Vota Redonda, Residência do Entrevistado, 03 abr 2012. Américo

ENTREVISTADO 17. Entrevista concedida a Luís Cláudio de Oliveira. Visconde de Mauá, Residência do Entrevistado, 19 jul 2012. Odete da Silva

ENTREVISTADO 19. Entrevista concedida a Luís Cláudio de Oliveira. Rio de Janeiro, Residência do Entrevistado, 07 jan 2013. João Manoel da Silva

ENTREVISTADO 23. Entrevista concedida a Luís Cláudio de Oliveira. Visconde de Mauá, Residência do Entrevistado, 17 jul 2012. Cecília

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa\\_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-8859-1&q=Rio+Claro+RJ&sa=ok&siteurl=www.ibge.gov.br%2F&ref](http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-8859-1&q=Rio+Claro+RJ&sa=ok&siteurl=www.ibge.gov.br%2F&ref). Acesso em 25 de outubro de 2012.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História: A problemática dos lugares”. Tradução de Yara Aun Houry. In: *Projeto História*. São Paulo: dez, 1993.

ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

PAULA, D. A. *História de Rio Claro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2007.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14, p. 75-93

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.





## A DINÂMICA CONJUGAL À LUZ DA DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS EM CASAIS DE DUPLA CARREIRA

SOCORRO, T. C.

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal  
tatiucsal@gmail.com*

MOREIRA, L. V. C

*Professora e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal  
luciavcm@oi.com.br*

94

### RESUMO

A família contemporânea enfrenta diversas mudanças em sua configuração e estrutura, e se esforça para reorganizar aspectos de sua própria realidade transformada continuamente pelo ambiente sociocultural atual. No entanto, o casamento continua sendo um momento significativo do ciclo vital individual e familiar. Em virtude disso, objetivou-se compreender a dinâmica conjugal na perspectiva da divisão de tarefas domésticas em casais de dupla carreira. A partir da análise de textos de autores que estudaram essa temática, observou-se que esse tipo de arranjo matrimonial pressupõe uma divisão equitativa de responsabilidades profissionais e familiares por parte do casal, embora na prática esse equilíbrio ainda esteja longe de ser alcançado. Assim, percebe-se a complexidade presente na dinâmica conjugal e familiar, em que é necessário que o casal apresente funções de complementariedade e flexibilidade, para que construam padrões alternativos que favoreçam melhores níveis de bem-estar na vivência conjugal.

**Palavras-chave:** Famílias contemporâneas, Casais de dupla carreira, Gênero.

### ABSTRACT

The contemporary family faces many changes in its configuration and structure, and tries to reorganize aspects of their own reality continually transformed by the current socio-cultural context. However, marriage remains a significant moment of individual and family life cycle. Therefore, this study aims to understand the marital dynamics from the perspective of the division of housework in dual-career couples. From the analysis of texts by authors who have studied this issue, it was noted that this type of marriage arrangement presupposes a fair division of work and family responsibilities by the couple, although in practice this balance is still far from being achieved. Thus, we can notice it in marital and family dynamics complexity, it is necessary that the couple present functions of complementarity and flexibility to build alternative standards that promote higher levels of well-being in marital experience.

**Keywords:** Contemporaries families, Dual-career couples, Gender.



## INTRODUÇÃO

O casamento é alvo de intensos questionamentos devido às transformações que vivencia, as quais resultam das determinações econômicas, sociais, culturais, e de gênero, que ocorrem ao longo do tempo (ARAÚJO, 2002). Nesse contexto, do modelo tradicional às diversas formas de casamento atuais, observam-se mudanças nos papéis conjugais e nas expectativas em relação à união conjugal (ZORDAN; FALCKE; WAGNER, 2009).

Na contemporaneidade, o casal se depara com uma série de possibilidades de viver a conjugalidade, as quais em muitos aspectos divergem do casamento tradicional. Dentre esses aspectos tem-se a importância direcionada ao amor e à sexualidade, à independência emocional e econômica.

Nota-se que os fatores acima descritos, por assumirem relevância na dinâmica conjugal contemporânea elevam a exigência por parte dos casais em relação à qualidade do casamento, bem como faz com que esses parceiros sejam pressionados socialmente a atingir um grau superestimado de satisfação conjugal, já que hoje, casar é uma escolha, e quando esta escolha é realizada, ela trás consigo expectativas de felicidade.

Acerca dessa realidade, Ferés-Carneiro (1998) menciona que, ser casal reveste todo um fascínio, mas revela também algumas dificuldades que residem no fato de, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, serem detectáveis duas individualidades e uma conjugalidade; ou seja, o casal contém dois sujeitos, dois desejos, duas percepções de mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal.

Nesse âmbito, o casamento, para Oliveira (2012), é uma fonte de crescimento e desenvolvimento pessoal, e está relacionado a sensações e sentimentos de bem-estar, contentamento, companheirismo, afeição, segurança e a outros fatores que propiciam intimidade no relacionamento (NORGREN et al., 2004). Desse modo, conforme estes autores apontam, o relacionamento conjugal está associado à qualidade de vida.

Em virtude dos relacionamentos íntimos serem o aspecto central da vida adulta e a qualidade dos mesmos terem implicações não só na saúde mental e física, mas na vida



profissional de casais, é que a ciência psicológica cada vez mais se depara com o desafio de entender e avaliar dinâmicas relacionais de casais, especialmente daqueles que trabalham fora em tempo integral, configurando-se as situações de casamentos de dupla carreira.

Com relação a este tipo de casamento, Goldenberg e Goldenberg (1984) apontam que as famílias de dupla carreira têm uma postura comum em relação à divisão de poder e das responsabilidades domésticas, além de acreditarem na importância do avanço profissional de ambos os parceiros. Estes casais, para Diniz (1999), possuem um maior grau de envolvimento com a carreira, bem como almejam preservar e cultivar a vida conjugal.

Nesse contexto dos casais de dupla carreira, pressupõe-se que exista divergências nas dinâmicas familiares e conjugais em decorrência de negociações que devem ser realizadas pelo par conjugal em relação à divisão de tarefas domésticas e das responsabilidades familiares. Acredita-se que essa zona de conflitos pode causar atritos no casamento, e, conseqüentemente, ao longo do tempo, resultar em insatisfação conjugal.

Desse modo, essa questão é o foco desse estudo, pois objetiva-se no presente artigo compreender a dinâmica conjugal à luz da divisão de tarefas domésticas em casais de dupla carreira. Para tanto, considera-se que a realidade desses casais é complexa e necessita ser estudada, pois compreender o casamento atual, no qual o par conjugal tenta coordenar e equilibrar diversos papéis, é um desafio para estudiosos que se interessam em acompanhar as transformações nos papéis de gênero e seu impacto nas relações conjugais e familiares.

Nesse ínterim, é importante salientar que a investigação dessa temática pelos estudiosos da área conjugal e familiar, pode disponibilizar maiores dados para a pesquisa científica, contribuir com a bibliografia atual sobre a divisão de tarefas domésticas em casais de dupla carreira, e fornecer subsídios para a busca de soluções que amenizem as conseqüências advindas dessa situação de conflito.

Em decorrência da relevância dessa temática, buscar-se-á contextualizar a família contemporânea e as transformações na conjugalidade atual. Em seguida, será delimitada a trajetória da evolução social da mulher e do casamento. E, analisar-se-á a dinâmica conjugal sob a ótica das tarefas domésticas de casais de dupla carreira.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família contemporânea enfrenta diversas mudanças em sua configuração e estrutura, e se esforça para conseguir reorganizar aspectos de sua própria realidade transformada continuamente pelo ambiente sociocultural atual (SOUZA; MOREIRA, 2013). No entanto, o casamento continua sendo um momento significativo do ciclo vital individual e familiar (HACKNER et al., 2002).

No âmbito conjugal atual, a escolha do marido é livre, e os pais devem aceitar o que a geração mais nova determina para si mesma. Além disso, os filhos afirmam que eles têm o poder e o direito de saber com quem querem conviver, talvez, para o resto de seus dias, mas, muito provavelmente, não para sempre (BIASOLI-ALVES, 2000).

No que concerne à dimensão afetivo-sexual, Gomes (1998) menciona que o relacionamento conjugal não está mais tão ligado à procriação. Apesar disso, a constituição familiar ainda é muito presente na vivência da maioria dos casais, aliada a grande proporção de casais com filhos. No entanto, a maternidade, nas últimas décadas, vem sendo postergada pela mulher, em função de uma preocupação maior com a realização profissional e por questões de ordem econômica. Desse modo, os casais consideram não só a maternidade, mas também a decisão de se casar, a independência feminina e o aspecto financeiro, ocasionando um planejamento e uma postergação do casamento.

Faz-se necessário sinalizar que, neste momento atual, a ideia de casamento indissolúvel já não é a única forma de conceber os relacionamentos conjugais, pois são muitos os casais que, por exemplo, decidem viver em união não formalizada, ou mesmo os que casam, mas permanecem morando em locais separados. Alguns fatores, como um aumento da individualidade e de uma diminuição da tolerância frente às dificuldades inerentes à dinâmica conjugal, levam os casais a optar pela separação. Sob esse prisma, os relacionamentos adquirem uma nova perspectiva, sendo vividos como temporários e descartáveis (FALCKE; DIEHL; WAGNER, 2002).

Diante das transformações sociais e suas repercussões nas relações familiares, o laço conjugal é alvo de intensos questionamentos. Ao mesmo tempo em que algumas pessoas o consideram como um relacionamento fadado ao fracasso, outras continuam acreditando que ele



é a melhor forma de viver um relacionamento a dois. Assim, a união das pessoas, através do casamento, ainda parece ser a alternativa mais frequente no estabelecimento de um relacionamento conjugal estável. Vale destacar, que é comum que, mesmo aquelas pessoas que se divorciam, voltem a se casar, acreditando ser possível encontrar a satisfação com um(a) novo(a) parceiro(a) (FALCKE; DIEHL; WAGNER, 2002).

Nesse ínterim, Costa (2000) afirma que as relações conjugais contemporâneas atingem sua maturidade representando, verdadeiramente, um ato de vontade, regidas pelas necessidades e anseios de prazer e realização, estabelecidos livremente pelo casal. Assim, o casamento por amor se consolida, reunindo liberdade de escolha, ternura, amizade, concepção e prazer sexual.

Além disso, essas relações se constituem em torno da construção das identidades dos cônjuges, em que o compromisso é o de sustentar o desenvolvimento individual e a relação se mantém enquanto for prazerosa e útil para cada um. Todavia, quanto maior for a busca de autonomia individual no casamento, mais o casal pode se fragilizar (FÉRES-CARNEIRO, 2001). Para Ferro-Bucher (1999), essa fragilidade abala as estruturas e as dinâmicas familiares, originando a multiplicação de casais não casados legalmente, de casais monoparentais, o aumento de divórcios e a diminuição do número de filhos no casamento.

Essas transformações na conjugalidade ocorreram em consequência do espaço que a mulher passou a reivindicar e ocupar, através do seu processo de emancipação. De parceira submissa na sociedade conjugal, a mulher passou a ter expressão na força de trabalho, participando de atividades antes reservadas ao homem (JABLONSKI, 1998).

Além dessas mudanças, outras ocorridas ao longo do século XX – muitas decorrentes dos movimentos sociais, principalmente os feministas – começaram a alterar a antiga identidade feminina, tornando possível outras escolhas para as mulheres. Aliados às lutas políticas, os desenvolvimentos tecnológicos, como o surgimento da pílula anticoncepcional, tornaram a contracepção relativamente segura, eficaz e disponível para a maioria das mulheres dissociando a sexualidade da procriação (ROCHA-COUTINHO, 2005a).

Esse período se caracterizou pelo fato de muitas mulheres passarem a se preocupar com a realização acadêmica e a valorizar a construção de uma carreira profissional, vislumbrando uma condição necessária para o sucesso em sua vida (ROCHA-COUTINHO, 2003). Além disso, um número cada vez mais expressivo de mulheres passou a trabalhar fora de casa e a contribuir com a renda familiar. Consequentemente, esses novos papéis desempenhados pela



figura feminina alteraram a estrutura e os padrões de funcionamento familiar no momento atual (FLECK; WAGNER, 2003).

Essas mudanças acarretam também um contato social mais amplo e constante, ocasionando uma intensificação de questionamentos. Isso significava haver um descontentamento com o passado, uma análise depreciativa de como as mulheres eram criadas, da sua submissão, dos limites estreitos impostos ao seu movimento dentro dos grupos sociais e das possibilidades de escolha profissional (BIASOLI-ALVES, 2000).

Acerca da mulher contemporânea, uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes é a maternidade. Para Szapiro e Féres-Carneiro (2002), apesar dessas transformações, a maternidade ainda é vista como um fator fundamental e constituinte da identidade feminina, mesmo quando a mulher desempenha atividades profissionais ou quando não pode ter filhos.

Assim, Rocha-Coutinho (2005a) comenta que antigos padrões de maternidade convivem, no discurso social, com as novas ideias sobre a necessidade do investimento feminino em uma carreira profissional e da igualdade de papéis entre homens e mulheres. Desse modo, a maternidade entra em conflito com os outros aspectos importantes da vida das mulheres, como é o caso do investimento efetivo em uma carreira profissional, o que as direcionam a buscar uma forma conciliatória, nem sempre plenamente alcançada, para tentarem levar a cabo estas duas “prioridades” de sua vida: a família e a carreira.

Fleck e Wagner (2003) assinalam que esse é um dos aspectos mais desafiantes que as mulheres vivenciam, pois elas arcam com o maior ônus pelas mudanças nos papéis de gênero e familiares, porque elas se sobrecarregam com essa dupla jornada de trabalho, em que, além de exercerem seu trabalho fora de casa, continuam assumindo o trabalho doméstico e a educação dos filhos (BIASOLI-ALVES, 2000; DIAS; LOPES, 2003).

Diante desse contexto, é importante salientar que o discurso social aparentemente descreve o casamento ideal como sendo aquele em que tanto o marido quanto a mulher investem em suas carreiras profissionais e compartilham a responsabilidade pelos cuidados com a casa e pela criação dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 2005a). É aqui que encontramos o cerne deste estudo: “A dinâmica conjugal à luz da divisão de tarefas domésticas em casais de dupla carreira”.





Acerca desta questão, ressalta-se que em meados do século XX, o casamento-modelo definia atribuições e direitos distintos para homens e mulheres. Dentro de casa, essas tarefas eram consideradas deveres exclusivamente femininos; já os homens, deveriam ser solicitados apenas para fazer pequenos reparos (BASSANEZI, 2004).

Nesse momento histórico, apesar da permanência da maioria das características do casamento tradicional, observou-se, em relação à vida profissional, o início de mudanças a partir da Primeira Guerra Mundial, quando muitas mulheres foram impelidas a sair de casa para trabalhar, emergindo nelas o desejo de buscar um espaço para si (DIAS; LOPES, 2003).

Teykal e Rocha-Coutinho (2007) apontam que ao longo das últimas décadas, mais particularmente a partir do final dos anos de 1960 e início de 1970, as mulheres, principalmente as das classes médias e altas da sociedade, – já que a figura feminina que tinha menor poder aquisitivo sempre teve que trabalhar para auxiliar no sustento da família e/ou buscar o seu sustento –, veem conquistando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho remunerado, o qual até bem pouco tempo atrás, era considerado quase que exclusivamente masculino.

As estudiosas mencionadas acima afirmam também, que aos poucos, o universo feminino foi se inserindo e conquistando posições de maior poder e prestígio nos mais diversos setores profissionais, inclusive nas organizações nacionais e multinacionais, e atualmente se encontram quase que em igualdade com os homens no mercado profissional.

Nesse ínterim, estas mudanças foram, em grande parte, decorrentes dos Movimentos Feministas da década de 1960, que “desnaturalizaram” os antigos papéis masculinos e femininos, questionando várias esferas da vida social, tais como a família, a sexualidade, a divisão sexual do trabalho público e doméstico, entre outras; bem como da ampliação das necessidades de consumo, que direcionou à busca do aumento da renda familiar através do trabalho remunerado também das mulheres (JABLONSKI, 1998).

Rocha-Coutinho (1994) acrescenta que esses movimentos tiveram forte repercussão no Brasil, em que as antigas ideologias, que separavam o público do privado, dando primazia ao homem no setor público e confinando as mulheres ao setor privado, foram contestadas.

Nesse âmbito, os eventos históricos acima relatados transformaram profundamente as relações familiares e conjugais, as quais trouxeram consequências como casamento e maternidade tardios, diminuição no número de filhos, maior independência das mulheres e aumento de conflitos gerados pela busca da igualdade de direitos (JABLONSKI, 2010).



Ademais, os arranjos matrimoniais em que apenas um dos parceiros se encarrega sozinho do sustento da família parecem cada vez menos frequentes. As mulheres se voltam, mais e mais, para o trabalho fora de casa, não só porque ele possibilita atingir melhor padrão de vida para a família, mas também pelo fato do sucesso profissional ser percebido como uma forma de realização pessoal e social (ROCHA-COUTINHO, 2003), além de assegurar maior independência financeira, algo importante em tempos nos quais o casamento nem sempre é duradouro (JABLONSKI, 2010).

Diante dos diversos arranjos conjugais decorrentes da inserção da mulher no mercado de trabalho, tem-se os casais de dupla carreira, em que ambos os esposos exercem profissões que exigem etapas de desenvolvimento e progressão, e um alto grau de instrução e treinamento, de comprometimento com o trabalho e de atualização constante. Nessa situação, as profissões tendem a ser mais bem remuneradas, a fornecer maior poder e status social, por outro lado, as exigências laborais frequentemente invadem várias áreas da vida do indivíduo, como por exemplo, a tarefas domésticas (DINIZ, 1999).

Assim, nesse momento, a família hierárquica, com papéis de gênero bem definidos, estaria cedendo espaço, sobretudo como ideal, a um tipo de família igualitária, em que os papéis e as atribuições distintos do par conjugal, bem como as posições hierárquicas entre pais e filhos estariam se enfraquecendo (ROCHA-COUTINHO, 2007).

Nesse modelo de família, em que os comportamentos sociais sofreram influência dessas novas relações de gênero, ainda se observa, por meio das estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Dados (2006), uma forte presença de mulheres responsáveis pelo cuidado dos afazeres domésticos. Nesse sentido, qualquer que seja sua condição na família, as mulheres participam com mais intensidade e gastam um número de horas muito mais elevado do que os homens no cuidado de tais atividades (SOARES, 2008).

Além disso, o somatório do trabalho semanal da mulher com a casa, com os filhos e na atividade profissional supera em até quase cinco horas a carga horária dos homens (SOARES; SABOIA, 2007).

Nesse contexto, em uma investigação realizada por Teykal e Rocha-Coutinho (2007), constatou-se que, no que diz respeito à divisão das responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos, nota-se uma mudança ainda bastante tímida no comportamento masculino, que se mostra mais participativo em decorrência da ausência da mulher do espaço privado para se



dedicar a um trabalho remunerado. Desse modo, a responsabilidade pela casa e filhos continua nas mãos da mulher e a participação dos homens é vista mais como uma “ajuda”.

Rocha-Coutinho (2005b) acrescenta que a participação dos homens dentro de casa aumentou, porém essa participação é pontual, mais ligada à recreação dos filhos e às compras da casa, e percebida como um auxílio à companheira. Além disso, suas esposas continuam a serem vistas e a se verem como responsáveis pelo trabalho rotineiro, invisível e estafante de planejar e executar a maioria das tarefas do lar, delegar funções e responsabilidades, organizar e supervisionar as atividades dos filhos e verificar se eles estão tendo uma alimentação e cuidados físicos adequados, assim como constatar os seus resultados escolares.

A partir das investigações de Jablonski (2003) constatou-se que, em relação às atitudes, um crescente interesse dos homens em participar, cada vez mais, da educação e dos cuidados com os filhos. Porém, na prática a divisão de tarefas torna-se utópica, como se houvesse uma promessa de mudança que não é cumprida, circunstância capaz de gerar frustração nas mulheres.

Diante das conclusões obtidas a partir dos estudos dos teóricos acima mencionados, constata-se que esses achados corroboram com a ideia de que as tarefas do lar permanecem como eminentemente femininas. Em decorrência disso, os casais de dupla-carreira parecem vivenciar um conflito entre as propostas igualitárias modernas e as práticas hierárquicas tradicionais (JABLONSKI, 2007).

Além da situação exposta, em que é visível a distância entre o discurso e a prática, acerca da divisão de trabalho doméstico, Jablonski (2007) aponta em uma de suas pesquisas que há aceitação pelas mulheres dessa condição, principalmente depois do nascimento dos filhos. Observou-se, nesse sentido, que esta tendência para a assunção de papéis femininos e masculinos estereotipados ocorre independentemente do status profissional das mulheres, nível educacional, ou das atitudes de gênero e divisões de trabalho preexistentes por parte dos casais.

Teykal e Rocha-Coutinho (2007) observam uma série de mudanças nas visões, atitudes e comportamentos masculinos, ainda que muitas contradições ainda se façam presentes. Parece, assim, que se vivencia um momento de transição em que os papéis e posturas de homens e mulheres se encontram em processo de mudança, com novas e antigas visões e comportamentos se sobrepondo, por vezes, de forma contraditória.



Assim, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no cuidado com os filhos (mas não nas tarefas domésticas) (JABLONSKI, 2010).

Essa situação de disparidade de papéis seria vivenciada pelas mulheres, aparentemente, de forma dolorosa, uma vez que há uma promessa de igualdade de funções, alimentada por atitudes dos próprios homens, o que ocasiona uma expressiva fonte adicional de conflitos dentro de uma área já suficientemente carregada de problemas. Diante desse quadro, muitas mulheres sentem-se traídas e sobrecarregadas, visto que a divisão igualitária dos papéis, não se ocorrendo na prática, contribuiria para que a figura feminina se sentisse cada vez mais solitária em suas funções diárias (JABLONSKI, 1998).

Diante dessa realidade, Perlin e Diniz (2005) mencionam que a falta de igualdade na divisão de tarefas domésticas, na administração da casa e na educação e cuidado dos filhos são fatores geradores de estresse na esfera familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se que a inserção das mulheres no espaço público acarretou mudanças no casamento e na família. O investimento feminino no aperfeiçoamento profissional tem sido fundamental para que elas possam, gradativamente, ocupar posições de destaque no mercado de trabalho, antes domínio único do universo masculino. Ressalta-se que essa realidade tem sido um desafio tanto para as mulheres, quanto para os homens (SOUZA ET. AL., 2007).

Nesse âmbito, os estudiosos acima pontuam que o surgimento dos casais de dupla carreira elevou as exigências do papel parental devido à imposição de aprimoramento constante e aos desafios profissionais que se adicionaram às tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos e ao cultivo da relação conjugal. Vale destacar que quando o casal consegue dividir e realizar as tarefas de modo complementar torna-se menos conflitante para eles articularem-se diante de tantas exigências, resultando num melhor relacionamento familiar.

Evidencia-se que novos arranjos matrimoniais, como os casais de dupla-carreira, além de complexos, inserem-se no contexto social contemporâneo. Esse tipo de situação conjugal



pressupõe uma divisão equitativa de responsabilidades tanto profissionais quanto familiares por parte do casal. Embora na prática esse equilíbrio ainda esteja longe de ser alcançado. Nesse sentido, a flexibilização de funções masculinas e femininas na configuração familiar e no contexto social constitui um elemento fundamental de transformação, porém homens e mulheres mostram-se apegados a estereótipos e papéis previamente estabelecidos, e isso produz dificuldades de adaptação aos novos estilos de vida conjugal (DINIZ, 1999).

Assim, percebe-se a complexidade presente na dinâmica conjugal e familiar na contemporaneidade, em que se torna necessário que o casal apresente funções de complementariedade e flexibilidade, para que, desse modo, construam padrões alternativos que favoreçam melhores níveis de bem-estar na vivência matrimonial.

Por fim, espera-se que este artigo possibilite reflexões acerca dessa condição em que o casal precisa se ajustar diante dos vários papéis existentes na conjugalidade, bem como oportunize um incremento de pesquisas de campo com casais de dupla carreira na perspectiva da negociação das tarefas domésticas, uma vez que esse novo arranjo matrimonial pode acirrar atritos, pois tanto o homem como a mulher apresentam o mesmo investimento na carreira profissional, o qual implica na diminuição do tempo destinado à realização das tarefas domésticas no lar.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. de F. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, Jun. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 maio 2014.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 607-639.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 233-239, set.-dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

COSTA, G. P. *A cena conjugal*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIAS, A. C. G.; LOPES, R. C. S. Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, número especial, p. 63-73. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa09.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.



DINIZ, G. Homens e Mulheres frente à interação casamento-trabalho: Aspectos da realidade brasileira. In: FERES-CARNEIRO, T. *Casal e Família: Entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau, 1999. P. 31-54.

FALCKE, D.; DIEHL, J. A.; WAGNER, A. Satisfação conjugal na atualidade. In: WAGNER, A. (Org.) *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P. 172-188

FERES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 379-394. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2014.

FÉRES CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau, 2001. P. 67-80

FERRO-BUCHER, J. S. N. O casal e família sob novas formas de interação. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p. 169-193.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. *A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, número especial, p. 31-38. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa05.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2014.

GOLDENBERG, I.; GOLDENBERG, H. *Treating the dual career couple*. *The American journal of family therapy*. v.12, n.2, p. 29-37. 1984. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01926188408250167#preview>>. Acesso em: 07 maio 2014.

GOMES, I. C. Visão histórica do casamento e sua relação com a formação da família. In: \_\_\_\_\_. *O sintoma da criança e a dinâmica do casal*. São Paulo: Escuta, 1998. p. 27-38.

HACKNER, I. T.; et. al. *O Casamento na Atualidade*. In: I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, 2002, São Paulo. Anais eletrônicos. Mesa Redonda. São Paulo: CBPCP, 2002, p. 162. Disponível em: <<http://www2.cienciaeprofissao.com.br/congre/downloads.asp>>. Acesso em: 07 maio 2014.

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2a ed.. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola, 2003. p. 141-168.





JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 203-228.

JABLONSKI, B. *A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento*. Psicologia Ciência e Profissão, v.30, n.2, p. 262-275. 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04.pdf>> Acesso em: 07 maio 2014.

NORGREN, M. de B. P. et al. *Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível*. Estud. psicol., Natal, v.9, n.3, p.575-584, dec. 2004. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2004000300020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300020&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 maio 2014.

OLIVEIRA, D. S. de. *Conjugalidade e a união de duas histórias de vida: Uma discussão ilustrada a partir do filme "A História de Nós Dois"*. Interação em Psicologia, Curitiba, v.16, n.1, p. 125-133, jan. 2012. Disponível em:<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/psicologia/article/view/21197>>. Acesso em: 07 maio 2014.

PERLIN, G.; DINIZ, G. *Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?* Psicol. clín., Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 15-29. 2005. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 maio 2014.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma "dama": a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 57-78.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005a. p. 122-137.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação?* Psicologia Clínica. v.15, n.2, p.93-108. 2005b. Disponível em:<<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>>. Acesso em: 07 maio 2014.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 157-180.

SOARES, C. *A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família*. Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2. sem. 2008.



Disponível em:  
<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/93/69>. Acesso em:  
10 maio 2014.

SOARES, C.; SABOIA, A. L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad20012005.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad20012005.pdf)> Acesso em: 07 maio 2014.

SOUZA, C. B. S.; MOREIRA, L. V. C. A vida adulta e seus desafios centrais: a família e o trabalho. MOREIRA, L. V. C. (Org.). *Psicologia, família e direito: interfaces e conexões*. Curitiba: Juruá editora, 2013. p. 245-258.

SOUZA, N. H. S. de; WAGNER, A.; BRANCO, B. M.; REICHERT, C. B. *Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudo de casos*. Aletheia, n.26, p.109-121, jul./dez. 2007. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a10.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

SZAPIRO, A. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. *Construções do Feminino Pós Anos Sessenta: O Caso da Maternidade como Produção Independente*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 15, n. 1, p. 179-188. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a19v15n1.pdf> Acesso em: 20 maio 2014.

TEYKAL, C. M.; ROCHA-COUTINHO, M. L. *O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho*. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 262-268, set./dez. 2007. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2888/2183>> Acesso em: 10 maio 2014.

ZORDAN, E. P.; FALCKE, D.; WAGNER, A. *Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento*. Psicol. rev. Belo Horizonte, v.15, n.2, p. 56-76, ago. 2009. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682009000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 maio 2014.



## **A FAMÍLIA DIANTE DA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA: UM ESTUDO DE CASO**

AZAMBUJA, Rosa Maria da Motta

*Estudante de doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL*  
*psicoazambuja@hotmail.com*

ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de

*Professora do Programa de Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL*  
*miria.alcantara@gamil.com*

108

### **RESUMO**

Com o objetivo de compreender como os pais lidam com a dificuldade de aprendizagem da criança, as modalidades de aprendizagem presentes no contexto familiar e seus reflexos no rendimento escolar, realizou-se um estudo de caso em uma escola particular de uma comunidade de camada popular da cidade do Salvador cujo projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado. A pesquisa de campo se constituiu de sessões de avaliação psicodiagnóstica a partir de instrumentos da teoria convergente, além do levantamento de dados referentes às relações familiares a partir de instrumentos da teoria sistêmica. Os resultados apontaram que a criança com dificuldade de aprendizagem manifesta vínculos familiares característicos de dependência e as práticas educativas parentais são transmitidas através de modelos aprendidos na família de origem.

**Palavras Chaves:** Família. Dificuldade de Aprendizagem. Criança.

### **RESUMEN**

Para entender cómo los padres tratan las dificultades de aprendizaje del niño, las modalidad de aprendizaje y sus efectos en el rendimiento académico, se realizó un estudio de caso en una escuela privada en una comunidad de la capa popular de Salvador cuyo proyecto fue presentado al Comité de Ética y aprobado. El trabajo de campo consistió en sesiones psicodiagnóstica de la teoría convergente y de la teoría sistémica. Los resultados mostraron que el niño com dificultad de aprendizaje expresa dependência parental y las praticas educativas se transmiten a través de modelos aprendidos en la familia de origen.

**Palabras Clave:** Família. Problemas de Aprendizaje. Niño.



## INTRODUÇÃO

Cada pessoa tem uma modalidade de aprendizagem, uma forma própria de aproximar-se do conhecimento e conformar seu saber, construída desde o nascimento, em um processo contínuo de conhecer– desconhecer-reconhecer.

Partindo da questão, “é possível existir ensino e aprendizagem sem relacionar-se?”, autores como Fernández (2001) e Scoz (2008) afirmam que o ato de aprender e de ensinar somente poderá ser compreendido se considerado como uma unidade indissociável, por ser, ao mesmo tempo, constituinte e constituído. Como se trata de um processo que não se dissocia e é inerente à condição humana, as primeiras vivências ocorrem nas interações familiares, possibilitando a formação das modalidades referenciais de ensino e de aprendizagem.

Ao nos relacionarmos no ensinar e no aprender, o fazemos ora com o outro, como ensinante ou como aprendente, ora consigo mesmo como aprendente, ora com o conhecimento como um terceiro, de maneira própria. De acordo com o modo singular que uma pessoa se relaciona com o conhecimento, pode haver algo que se repete e algo que muda ao longo da vida (BRAGA; SCOZ; MUNHOZ, 2007, p. 153).

A modalidade de aprendizagem indica a maneira como a pessoa age nas diferentes situações de aprendizagem. Fernández afirma que “a modalidade de aprendizagem é um molde relacional, armado entre a mãe como ensinante e o filho como aprendente, que continua construindo-se nas posteriores relações entre personagens aprendentes e ensinantes ao longo de toda a vida” (2001, p. 76).

Ela se constrói pelo modo como os ensinantes reconheceram e desejaram a criança como sujeito aprendente e pela significação que o grupo familiar deu ao ato de conhecer.

Portanto, percebemos a importância da relação primeira do sujeito com sua mãe e sua família na formação de sua modalidade de aprendizagem. As possibilidades de se construir uma ou outra modalidade de aprendizagem estão intimamente ligadas com o tipo de investimento do outro como ensinante (BRAGA, SCOZ; MUNHOZ, 2007, p. 152).

O outro influencia na formação da modalidade de aprendizagem do aprendente, mas não vai determiná-la de forma permanente, uma vez que esta opera como uma matriz em



permanente reconstrução na qual novas aprendizagens são, a todo tempo, incluídas e cujo uso transforma a matriz. Um dos indicadores de “problema de aprendizagem” é aquela modalidade que se congela, se enrijece e perde a capacidade de transformação. Assim, a figura do ensinante é fundamental, visto que não é possível pensar em aprendizagem a sua presença.

Para que uma criança possa apropriar-se do poder de autoria de pensamento, é preciso que um ensinante a invista da possibilidade de ser aprendente e dê autorização de um lugar de sujeito pensante. A criança não anda porque é destinada a andar, ou porque é de sua natureza andar, mas porque um adulto deseja que ela ande, ou seja, o ensinante precisa crer e querer que o aprendente aprenda, precisa saber neutralizar a importância da sua figura e não depender do aprendente (de seu êxito) para sentir-se satisfeito. Um bom ensinante deve construir uma postura de aprendente (FERNANDEZ, 2001, p. 93).

110

A modalidade de aprendizagem, portanto, é o resultado de uma história de experiências do indivíduo em sua interação com o grupo familiar. Nela ganham relevo a maneira como ocorreram as experiências e como foram interpretadas pelo indivíduo e por seus pais. A aprendizagem acontece na produção das diferenças dos pais e dos filhos, apoiada no significado que o aprender tem para o grupo. A modalidade de ensino, embora se constitua desde o início da vida, é de algum modo, uma construção a partir da própria modalidade de aprendizagem (MUNHOZ, 2002).

Entretanto, de acordo com Fernandez (2001), na clínica psicopedagógica, comprova-se que uma determinada modalidade de ensino dos pais nem sempre corresponde à modalidade de aprendizagem desejável ou prevista para os filhos. Não é possível indicar relações que impliquem um efeito determinado na modalidade de aprendizagem, como se a modalidade de ensino fosse causa. Também, por esse motivo, a modalidade de aprendizagem de um sujeito não é resultado apenas de um bom funcionamento orgânico; ela se constitui a partir de uma série de fatores dentre os quais desempenha um papel muito importante a modalidade de ensino familiar.

Pode-se, assim, dizer que “existe uma relação entre determinados modos de se apresentar o problema de aprendizagem nas crianças e determinadas posturas dos pais frente ao conhecimento” e, graças a isso, aquilo que aparece como um suposto problema de aprendizagem, na maioria das vezes, corresponde a um problema do sistema ensinante, o que



revela a importância fundamental da postura dos pais frente ao conhecimento, que pode influenciar a autoria de pensamento da criança de maneiras diferentes.

Ainda para Fernandez (2001), os pais podem até ter atitudes consideradas dificultadoras e, ao mesmo tempo, ter modalidades ensinantes saudáveis, pois o que define a construção de uma modalidade de aprendizagem e/ou ensino dificultador é a falta de flexibilidade, a rigidez, ou seja, a repetição de um mesmo modo de relação com o conhecimento e com o outro em todas ou, pelo menos, em muitas situações. A modalidade de aprendizagem é “como uma matriz, um molde, um esquema de operar que vamos utilizando nas diferentes situações de aprendizagem”. Ela é construída desde o sujeito em seu grupo familiar, de acordo com a real experiência de aprendizagem e de como esta foi interpretada por ele e por seus pais.

A Psicopedagogia investiga a modalidade de aprendizagem do sujeito analisando um conjunto de aspectos – conscientes, inconscientes – da ordem da significação, da lógica, do simbólico, da corporeidade e da estética e tem como objetivo principal capacitar a pessoa a se tornar autora de seu pensamento (VISCA, 1987). Por esse motivo, é imprescindível analisar as influências familiares sobre o aprendizado escolar, pensar no desempenho do aluno, conhecendo o sujeito integralmente e mergulhando no principal núcleo do qual este faz parte: a família (ALMEIDA, 2011).

Os psicopedagogos jamais poderão dispensar a história de vida do sujeito e a hereditariedade, já que esses elementos oferecem dados para a compreensão da sua personalidade, do seu comportamento e de sua modalidade de aprendizagem a qual marcará uma forma particular de ele se relacionar, buscar e construir conhecimentos, o seu posicionamento diante de si mesmo como autor de seu pensamento, um modo de descobrir, construir o novo e um modo de fazer próprio o que é alheio (POLITY, 2004; FERNANDEZ, 2001).

A condição essencial para que o sujeito adquira novos conhecimentos é o desejo de aprender, um desejo que só irá se manifestar se o aprendiz for visto como co-participante do processo de aprendizagem. Ele deverá ser ativo, no sentido de perceber a utilidade do saber para a sua vida. Assim, a aprendizagem envolve o sujeito autor, objetos a conhecer e o ensinante, e como só ocorre ensino quando acontece a aprendizagem, precisa existir uma verdadeira interação entre quem ensina e quem aprende e vice-versa (ALMEIDA, 2011; FERNANDEZ, 2001).





Existe uma expectativa da família para com aquele que aprende que interfere diretamente na aprendizagem, ou seja, uma dinâmica de encorajamento diante de novas situações, diante dos desafios ou, ainda, um desejo inconsciente de que esta pessoa permaneça dependente emocionalmente para sustentar alguns segredos (como, por exemplo, a permanência de um filho em casa para cuidar fisicamente da sua mãe quando ela estiver mais idosa).

Dependendo de como aconteça esse vínculo com a aprendizagem, de como esteja a autoestima de quem aprende e de seus interesses, conscientes ou não, o sujeito poderá se transformar em um pesquisador atuante, devido a sua curiosidade diante do que lhe é apresentado em situações que não trazem respostas prontas, ou poderá reagir de modo acomodado e pouco desafiador, repetindo comportamentos pouco criativos diante de diferentes estímulos. Sendo assim, as pessoas podem desenvolver uma modalidade de aprendizagem em que prevaleça o medo de se lançar diante do novo, de correr riscos que fará conseqüentemente, aparecer a insegurança em relação ao seu potencial (ZILMERMAN, 1999; ALMEIDA, 2011).

A modalidade de aprendizagem é construída nas relações interpessoais estabelecidas. Dentro de uma perspectiva construtivista, a inteligência humana somente se desenvolve em função de interações sociais (VISCA, 1987; VYGOTSKY, 1989). Com a mediação é que a criança aprende a dar os primeiros passos, a falar e a estruturar o pensamento. Essa mediação, além de interferir na formação da inteligência, com base no contato com artefatos do mundo físico e social, é responsável por promover a troca afetiva, de modo geral. É através dessa rede de relações que se vai desenvolvendo a personalidade como um todo.

Dessa forma, realça-se a presença dos pais, professores, parentes, amigos nas diversas circunstâncias, pois, conforme afirma Fernandez, “a aprendizagem só existe na circulação de saberes e conhecimentos entre ensinante e aprendente, entre o sujeito que tenta compreender o mundo e o outro que se interpõe entre ambos” (2001, p. 78), ou seja, existe uma dialética em que ao ensinar também se aprende.

Para que ocorra a construção da aprendizagem nas relações familiares, as crianças necessitam de adultos que as atendam exercendo autoridade, dando-lhes o afeto necessário e, principalmente, separando os seus próprios conflitos existenciais dos conflitos de seus filhos. Parolin declara:



As relações na família são essenciais para a estrutura do sujeito através de processos que comportam identificação, individuação e autonomia. Isso vai acontecendo na medida em que a criança vive o seu dia a dia inserido em um grupo de pessoas que lhe dá carinho, apresenta-lhe o funcionamento do mundo, oferece-lhe suporte material para suas necessidades, conta-lhe histórias, fala sobre as coisas e os fatos, conversa sobre o que sente e pensa, ensina-lhe a arte da convivência (2010, p. 33).

Pesquisas realizadas entre 1999 e 2006 por Marturano (2006), com mães de crianças encaminhadas para uma clínica-escola comprovaram que o progresso na aprendizagem escolar decorre da supervisão e da organização da rotina do lar tais como horário para tarefas e atividades diárias, oportunidade de interação com os pais e oferta de recursos do ambiente físico, como livros e brinquedos. Em outra pesquisa realizada por Coser (2009), ao analisar as queixas relativas ao desempenho escolar dos filhos de trezentas famílias atendidas em consultório, encontrou dois tipos característicos de famílias, as denominadas “pró-saber” e as “antissaber”.

As famílias do primeiro tipo eram aquelas que estimulavam em seus filhos a busca do conhecimento, forneciam condições de explorar o ambiente, respeitavam as atividades escolares dos filhos, providenciavam recursos e instrumentos para “estudar”<sup>1</sup>, estabeleciam regras coerentes com as contingências de vida, forneciam consequências positivas ao comportamento de estudar e uma série de outras condições que têm como efeito, em geral, o aumento da probabilidade do comportamento desejado. Por outro lado, as famílias do segundo tipo valorizavam excessivamente as notas de seus filhos, davam prioridade a outras atividades concorrentes com os estudos, utilizavam regras incoerentes diante das contingências de vida e, principalmente, se valiam de controle aversivo sobre os comportamentos dos filhos. Os pais que conseguiram se afastar do modelo “antissaber” e se aproximar do “pró-saber” foram aqueles que obtiveram uma melhora nos resultados do desempenho escolar de seus filhos.

O modelo antissaber equivale, na pesquisa conduzida por Bolsoni-Silva e Marturano (2002), ao conjunto de inabilidades parentais que interferem na aprendizagem e na socialização dos filhos como: a falta de diálogo, de expressividade de sentimentos dos pais para com os

<sup>1</sup> Estudar é uma classe de comportamento que inclui ações do indivíduo que possibilitem preencher lacunas de conhecimento desse indivíduo sobre um ou mais assuntos ou, então, que permitam ampliar o conhecimento a que o indivíduo já tem acesso sobre um determinado assunto. Os termos estudar, comportamento de estudo e comportamento de estudar, nesse texto, que faz referências a crianças, são representados pelos processos de realização da tarefa de casa.



filhos, de aceitação dos sentimentos dos filhos; ausência do uso de punições, privilegiando a utilização de recompensas para os comportamentos adequados; o ignorar o comportamento inadequado e o esquecimento do cumprimento de promessas; a falta de entendimento do casal quanto à educação dos filhos e da participação de ambos os progenitores na divisão de tarefas educativas; e, ainda, a falta de habilidade de dizer não, de negociar e estabelecer regras para os filhos.

Aqui, precisa ainda ser considerada a falta de habilidade de se desculpar, pois, ao pedirem desculpas, os pais estarão admitindo os próprios erros e ensinando os filhos a se comportarem de forma parecida com aquilo que é por eles esperado.

Como bem assevera Parolin (2010)

Muitos pais, hoje temem negar coisas para seus filhos por estarem preocupados com tudo que não conseguem lhes dar em termos de carinho, atenção, tempo, convívio e, principalmente, orientação educativa. Tentando se sentir melhor diante da criança, os pais e familiares vivem a crise de 'não'. Os pais sentem-se mal ao negar algo para seus filhos e acabam dando-lhes coisas que desejam, quer tenham ou não condições financeiras, deixando de exercer o papel mais importante de estabelecer limites, de orientar, de educar, de contribuir para a formação de valores morais e éticos (PAROLIN, 2010, p. 34).

A forma como a família permite a circulação do saber e das informações e conhecimentos vai construindo, individualmente, o lugar que cada um ocupa nesse sistema assim como a modalidade de aprendizagem de cada um. Essa modalidade é sempre singular e específica, pois está relacionada à história vincular de cada um dos elementos da família e com a dinâmica familiar por eles construída (PAROLIN, 2010, p. 37).

A estratégia educativa da família é, portanto, o ponto de partida para a criança desenvolver modalidades de aprendizagem facilitadoras para a autoria do pensamento ou inibidoras do desenvolvimento, desencadeando dificuldades de aprendizagem.

## **DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS**

Na presente pesquisa, busca-se compreender como os pais lidam com a dificuldade de aprendizagem da criança, quais as modalidades de aprendizagem presentes no contexto familiar



e seus reflexos no rendimento escolar. A pesquisa de campo consistiu de sessões de avaliação psicodiagnóstica nas quais, além de levantar dados referentes à dificuldade de aprendizagem nas relações familiares, foi possível identificar estratégias utilizadas pelos pais para lidar com a criança, comparar o resultado escolar antes e depois da avaliação psicopedagógica e divulgar estes dados para a família e a escola.

## PROCEDIMENTOS

O estudo aconteceu em uma escola privada da cidade do Salvador, Bahia, localizada em um bairro popular. Após obter aprovação do comitê de ética em pesquisa e anuência da direção da escola, a pesquisadora apresentou seu estudo à coordenadora pedagógica e às professoras. Este diálogo facilitou o reconhecimento dos objetivos da pesquisa e a confiança das professoras que passaram a indicar crianças com dificuldades de aprendizagem que foram avaliadas pela pesquisadora. Dentre essas crianças, aquelas cujos pais aceitaram participar da pesquisa, foram convidadas a participar de entrevistas com sua mãe. No primeiro contato com a pesquisadora, registrou-se apenas a queixa inicial, sem entrar no histórico da criança (Sampaio, 2009); no segundo encontro, aplicou-se o instrumento “Jogo Colaborativo em Família” (Faria, 1998), que possibilita analisar as relações vinculares no contexto familiar através da interação lúdica entre mãe e filho; no terceiro, realizou-se o genograma familiar (Cervený, 1994) sob a perspectiva psicopedagógica, com o fim de identificar repetições dos padrões intergeracionais entre a família de origem e a atual (Polity, 2001). Optou-se por apresentar e discutir um estudo de caso a fim de aprofundar a análise da estratégia educativa da família.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Estudo de caso: O menino guerreiro<sup>2</sup>

Era uma vez um menino que nasceu de oito meses, trazendo consigo uma anormalidade congênita denominada *onfalocèle congênita*<sup>3</sup>. Segundo Mustafá (2001), ao nascer com essa má

<sup>2</sup> A fim de preservar o nome da criança participante, com base na Resolução 196/96, optou-se por identificá-la através de pseudônimo.



formação congênita, o bebê necessita ser submetido a uma cirurgia de emergência para evitar infecção e o ressecamento dos órgãos. Depois de submetido à cirurgia, ele ficou internado na Pediatria por trinta dias para se recuperar e ganhar peso. O processo de amamentação necessitou de estímulo tanto da parte da mãe quanto do bebê, mas, por ser incômodo e doloroso, a genitora optou por suspender o aleitamento e, assim, o leite materno passou a ser oferecido na mamadeira até ele ganhar peso e receber alta hospitalar. Uma semana após ter alta, o bebê retornou ao hospital por causa de uma infecção no umbigo. Ao lhe ser perguntado o nome do bebê, a mãe diz ao médico que a criança tem nome, mas que ainda não fora registrado. O médico-cirurgião sugere o nome de V. H. explicando que o significado do nome era “conquistador”; “guerreiro”; “vitorioso”. A genitora, surpresa com a sugestão do nome, disse que era esse o nome que ela queria, porque havia lido um clássico da literatura mundial e quando buscou a referência do autor, descobriu o nome que daria ao seu filho, o mesmo que, naquele momento, estava sendo confirmado pelo médico. A família recebeu a escolha do nome do bebê com alegria.

Rabinovich (2011, p, 18) afirma que o nome é sempre portador de desejos e de uma trama simbólica em torno de cada pessoa.

Nesse caso, confirmam-se os desejos conscientes pelo fato de a genitora saber o significado do nome, de este ter sido confirmado pela sugestão do médico-cirurgião e de ter sido constatado que essa escolha fazia jus ao desejo transmitido pela genitora: “Um menino guerreiro que lutou pela sua sobrevivência”. O menino, que apresentou crises convulsivas<sup>4</sup>, desde o nascimento até os seis anos de idade, necessitando de medicação controlada, é lento para a aprendizagem.

Através da história de vida do “menino guerreiro” consideramos relevante ressaltar as relações afetivas entre mãe e bebê.

Nessa relação afetiva, dois aspectos são elucidados por Chamat (2004): o primeiro se refere à forma lúdica pela qual a mãe lida com o bebê, mesmo trocando fraldas, amamentando ou em outras situações de cuidados maternos. Porém, no caso em análise, a genitora se sentia desconfortável ao amamentar, porque necessitava estimular o bebê para sugar o seio, e preferiu

<sup>3</sup> A onfalocele congênita é caracterizada pela exposição dos intestinos para fora do organismo, por defeito de fechamento da parede abdominal (MUSTAFÁ, 2001).

<sup>4</sup> As crises têm origem em descargas excessivas das células nervosas do cérebro e são acompanhadas de perturbações súbitas nas funções orgânicas ou mentais. (ROSA, 1997).



substituir a amamentação pela mamadeira. Outro dado importante foi o retorno do bebê à internação hospitalar, após três dias de vida, devido a uma infecção no umbigo.

Parafraseando Winnicott (1989), a amamentação é o primeiro vínculo do bebê com o objeto externo, ou seja, com o que pertence ao meio que o rodeia. Se esse vínculo ocorre de forma satisfatória, preenche as suas necessidades, essa experiência passa a ser internalizada, caso contrário, acaba sendo vista como realidade externa ou como um momento de ilusão. A convivência com esse outro, nesse contexto referenciado, com a mãe e, até mesmo, com a cultura, é que será responsável por cortar o cordão umbilical, quando a criança, aos poucos, sai da posição de plena dependência e parte para o processo de individuação, interferindo, assim, na constituição do sujeito (ALMEIDA, 2011).

O segundo aspecto diz respeito à interação mãe–bebê, em que, em geral, há troca de olhares que transmitem ao bebê mensagens de afeto e de proteção. No relato da genitora, o bebê pouco interagia com ela, permanecendo no berço.

A proposta original de Bowlby (apud CARVALHO 2006, p. 125) indica a importância da qualidade da relação mãe–filho, no sentido de preservar a saúde mental e física da criança, e aponta que a privação dos cuidados maternos, seja parcial ou total, interfere nas relações vinculares, bloqueando as emoções e a afetividade.

Outro aspecto observado é a queixa da genitora quanto à lentidão do filho para a aprendizagem remetendo-nos às modalidades de aprendizagem<sup>5</sup> encontradas em Pain (1986), Fernandes (1990) e Griz (2002), cujo estudo tem origem na análise de Piaget acerca da acomodação, assimilação e equilíbrio enquanto processos realizados pelo sujeito no ato de conhecer.

A partir da contribuição de Piaget, os referidos autores destacam a influência de aspectos positivos e negativos sobre as relações que permeiam esses processos (GRIZ, 2002) e levantam a hipótese de que, se perpassados por vínculos negativos, possa se desenvolver no sujeito, modalidades de inteligência disfuncionais ou desadaptativas (PAIN, 1986).

Através da avaliação psicopedagógica constatou-se uma hipoassimilação que são esquemas de objeto empobrecido e tem como consequência a incapacidade de coordenar estes

<sup>5</sup> Cada um de nós apresenta uma forma, um modo particular, singular, de entrar em contato com o conhecimento. Isso significa que cada um de nós tem a sua particular e individual modalidade de aprendizagem, que oferece uma maneira própria de se aproximar do objeto de conhecimento, formando um saber que lhe é peculiar. (GRIZ, 2002).





esquemas; déficit lúdico e criativo; prejuízo da função antecipatória, da imaginação e da criação VISCA (1987, 2009).

Segundo Griz (2002), deve-se considerar o processo de ensino-aprendizagem sempre como um caminho de via dupla. As modalidades de aprendizagem que interferem nesse processo dizem respeito não exclusivamente ao aprendente, mas, também, ao ensinante, o que nos leva a refletir sobre a nossa própria modalidade de aprendizagem uma vez que ela poderá construir uma modalidade de ensinagem geradora de dificuldade de aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como a família lida com a dificuldade de aprendizagem da criança diante do baixo rendimento escolar. Para isto, buscou-se identificar a modalidade de aprendizagem presente na interação entre pais e filhos em situação de ensino-aprendizagem e comparar o rendimento escolar da criança com dificuldade de aprendizagem antes e após a avaliação psicopedagógica.

A pesquisa possibilitou uma análise detalhada dos dados, a partir do diálogo com os participantes, atendendo, assim, aos objetivos que se propôs a investigar. Evidenciou-se que os relacionamentos familiares interferem na aprendizagem dos filhos, estimula-os a procurar novas modalidades transacionais e uma melhor distribuição dos papéis e funções familiares.

Percebe-se que esse processo de compreensão da história do grupo familiar, de seus elementos, em termos sistêmicos, é diferente de realizar uma anamnese de uma forma fria e impessoal. A problemática de aprendizagem está indissociavelmente ligada a alguns aspectos, a partir da interação do sujeito e das circunstâncias do meio social.

Tendo em vista o objetivo de analisar como os pais lidam com as dificuldades de aprendizagem da criança diante do baixo rendimento escolar, buscou-se identificar e analisar as concepções dos pais acerca da dificuldade dos filhos, percebendo-se que eles não têm clareza de que a dificuldade de aprendizagem, independentemente da sua etiologia, se inicia na família, através de atitudes que inibem a autonomia de raciocínio e a oportunidade de entrar em contato com situações novas e desafiadoras.



A literatura indica que alguns problemas de aprendizagem podem ter origem em atitudes que não autorizam os membros da família a fazerem suas próprias escolhas e a terem autoria de pensamento.

Constatou-se que a modalidade de aprendizagem presente na interação entre pais e filhos em situação de ensino–aprendizagem, quando não se autoriza a livre autoria de pensamento, se revela na insegurança que a criança apresenta ao raciocinar em termos mais abstratos ou em situações em que deve esconder sua opinião.

A fim de ampliar a análise das questões que envolvem a criança com dificuldade de aprendizagem nas relações familiares, pensamos ser importante desenvolver outras investigações sobre o tema, mas, tendo agora como foco os profissionais que atuam diretamente nas escolas, em particular, os psicopedagogos institucionais. Deste modo, o pesquisador poderá compreender a visão desses profissionais acerca das dificuldades de aprendizagem, assim como os procedimentos e recursos adotados pela escola junto à criança que apresenta tais problemas e à sua família.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula D. Quando o vínculo é doença: a influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito. *Rev. Psicopedagogia*, v. 28, n. 86, p. 201-13, 2011. “Disponível em” <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n86/11.pdf>>. Acessado: 20 out. 2011.

BOLSONI-SILVA, Alessandra; MARTURANO, Edna. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 227-35, 2002. “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a04v07n2.pdf>>. Acessado: 15 ago. 2011.

BRAGA, Simone; SCOZ, Beatriz; MUNHOZ, Maria Luiza. Problemas de aprendizagem e suas relações com a família. *Rev. Psicopedagógica*, v. 24, n. 74, p. 149-59, 2007. “Disponível em” <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v24n74/v24n74a06.pdf>>. Acessado: 20 out. 2011.

CARVALHO, Ana Maria; *et alii*. Vínculo e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-98, set./dez. 2006. “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a14.pdf>>. Acessado: 20 out. 2011.



CERVENY, Ceneide. *A família como modelo: desconstruindo a patologia*. Campinas: Livro Pleno, 1994.

COSER, Danila. A importância da família na vida escolar dos filhos. *Dissertação (Mestrado em Educação Especial)* Universidade Federal de São Carlos, 2009. “Disponível em” <[http://www.educandusweb.com.br/neteducacao/portal\\_novo/?pg=artigo&cod=807](http://www.educandusweb.com.br/neteducacao/portal_novo/?pg=artigo&cod=807)>. Acessado: 18 out. 2011.

CHAMAT, Leila. *Técnicas de diagnóstico psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacional*. São Paulo: Vetor, 2004.

FARIA, Rosely. *A Função do Jogo Colaborativo na Terapia Familiar Sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1998, p. 27-34.

FERNÁNDEZ, Alicia. *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERNÁNDEZ, Alicia. *Os idiomas do aprendente: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GRIZ, Maria das Graças. Cognição e afetividade. *Rev. de Psicopedagogia*. São Paulo, v. 19, n. 60, p. 25-32, 2002.

MARTURANO, Edna. O inventário de recursos do ambiente familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 3, p. 498-506, 2006. “Disponível em” <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a19v19n3.pdf>>. Acessado: 20 out. 2011.

MUNHOZ, Maria Luiza. Complexidade e sistema na Psicopedagogia. *Rev. Psicopedagogia*, v. 20, n. 62. 2002.

PAIN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

PAROLIN, Isabel. *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. 2. ed. São José dos Campos: Pulso, 2010.

POLITY, Elizabeth. *Dificuldade de aprendizagem e família: construindo novas narrativas*. São Paulo: Vetor, 2001.

POLITY, Elizabeth. *Psicopedagogia, um enfoque sistêmico: terapia familiar nas dificuldades de aprendizagem*. São Paulo: Vetor, 2004.

RABINOVICH, Elaine; SILVA, Carmelite; SOUZA, Cíntia; TORRES, Ogvalda. *Nomes de Família: nomeação, pertencimento e identidades*. Salvador: Fabep – Ucsal. 2011.

SAMPAIO, Simaia. *Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico*. São Paulo: Halk, 2009.



SCOZ, Beatriz Judith Lima. Subjetividade de professoras/es: sentidos do aprender e do ensinar. *Psicol. educ.* [online]. 2008, n.26, p 05-27. “Disponível em”

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141469752008000100002&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141469752008000100002&script=sci_arttext)>  
Acessado: 15 out. 2011.

VISCA, Jorge. *Clínica Psicopedagógica: epistemologia convergente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VISCA, Jorge. *Técnicas projetivas psicopedagógicas e pautas gráficas para sua interpretação*. Buenos Aires: Visca & Visca, 2009.

VYGOTSKI, Leví. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, Donald. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes; 1989.

ZILMERMAN, David. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica, clínica: uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed, 1999.



## **FUTURAS GERAÇÕES E DIÁLOGOS NECESSÁRIOS: PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL INTEGRAL, SOCIEDADE DE RISCO E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL**

LIMA, Roberta Oliveira Lima

*Discente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF) em Niterói, Rio de Janeiro. Advogada advrobertalima@gmail.com*

RODRIGUES, Wagner Oliveira

*Professor Assistente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, Bahia. Discente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF) em Niterói, Rio de Janeiro worodrigues@uesc.br*

JESUS, Júlio C. Moreira de

*Advogado. Especialista em Processo Civil e Contratos. juliomoreira25@hotmail.com*

122

### **RESUMO**

A realidade contemporânea revela diariamente os desafios a serem enfrentados diante da multidimensionalidade dos problemas que se perfilam na consecução de uma proteção socioambiental integral das futuras gerações. Nesse ponto, a necessidade de um maior diálogo entre o Direito da Criança e do Adolescente, em especial a Doutrina da Proteção Integral nele contida, o Direito Ambiental e o posterior desembocar na tomada de medidas de proteção jurídica, bem como da produção de políticas públicas, ao mesmo tempo em que desafia, demonstra urgência. Na trilha do desafio ora proposto e privilegiando a multidisciplinaridade como caminho a ser percorrido foram adotados alguns eixos teóricos na elaboração do presente artigo, tais como: Direito da Criança e do Adolescente (Doutrina da Proteção Integral), Direito Ambiental, Socioambientalismo, Teoria da Sociedade de Risco e Justiça Ambiental.

**Palavras-chave:** crianças e adolescentes; proteção integral; justiça ambiental.

### **ABSTRACT**

The contemporary reality shows daily challenges to be faced on the multidimensionality of the problems that lie in achieving a comprehensive environmental protection for future generations. At this point, the need for greater dialogue between the Rights of Children and Adolescents, in particular the Doctrine of Integral Protection contained therein, Environmental Law and later culminate in taking measures for legal protection as well as the production of public policies, while challenging shows urgency. On the trail of the challenge and now proposed as favoring multidisciplinary way to go, some theoretical axes were adopted in the preparation of this article, such as: Rights of Children and Adolescents (Doctrine of Integral Protection), Environmental Law, socioenvironmentalism, Theory Risk Society and Environmental Justice.

**Keywords:** children and adolescents; integral protection; environmental justice.



## 1. INTRODUÇÃO

O texto constitucional de 1988 (art. 225, caput) reconheceu expressamente a condição jurídica das futuras gerações. Todavia, o reconhecimento de uma proteção jurídica às futuras gerações, assim como o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos através do mesmo diploma constitucional, - o qual veio “inaugurar” o denominado Direito da Criança e do Adolescente (art. 227, caput), deve ser analisado dentro de contextos de sociedades complexas, que lidam constantemente com problemas próprios de sociedades de riscos, relacionados à incerteza e à imprevisibilidade dos resultados de decisões humanas - riscos.

Assim, é preciso reconhecer que nessa nova ordem, o clássico padrão de regras estáveis e abstratas que condicionavam soluções previamente definidas vem ceder espaço a conteúdos de regulação moralmente plurais e à técnicas de regulação flexíveis e processualmente vinculadas, que privilegiam um modelo jurídico reflexivo, prático e baseado em princípios (Ayala: 2002, p. 09).

Válido nesse momento citar a perspectiva de Ayala (2002, p. 09) que assim preconiza:

[...] Por essa razão, verifica-se a necessidade de reorganização da teoria jurídica dos direitos fundamentais, que permita a realização de novos padrões de justiça (justiça intergeracional). Para isso, privilegia a perspectiva de novas escolhas fundamentais, que são realizadas considerando outras gerações (tempo) e necessidades de proteção de interesses não-humanos (pluralismo moral), caracterizando a emergência de novos direitos fundamentais biodifusos.

Ainda com Ayala (2002, p.09) tem-se que nesse contexto desenvolvem-se os princípios de direito ambiental e o princípio da equidade intergeracional, fundamentando este último no texto constitucional brasileiro, para considerar a existência de direitos que possuem como beneficiários as futuras gerações, mas que comportam obrigações assimétricas assumidas pelos membros das atuais sociedades.

Nesse cenário, um aspecto chama a atenção: como fica a proteção de crianças e adolescentes inseridos em tais contextos? Considerando que são detentores de uma proteção denominada integral pelas legislações vigentes em solo pátrio, como se processaria a proteção das futuras gerações em relação à temática/problemática socioambiental?

Assim, busca-se compreender a partir de diferentes olhares e bases teóricas de que maneira esta proteção socioambiental se processaria de forma integral para crianças e





adolescentes (futuras gerações) na esfera jurídica, bem como na formulação e/ou implementação de políticas públicas que as privilegiem.

O desenvolvimento desse artigo pode apresentar novos elementos a respeito da discussão do que seria fornecer uma proteção socioambiental integral às futuras gerações, valendo-se para tanto de inserções multidisciplinares cujo escopo é contribuir no avanço das pesquisas que contemplem a proteção socioambiental integral de crianças e adolescentes, bem como de que forma o Direito Ambiental, o Direito da Criança e do Adolescente, o Socioambientalismo, A Teoria da Sociedade de Risco, a (In)justiça Ambiental e o próprio campo das Políticas Públicas percebem os mesmos como sujeitos portadores de peculiaridades e, portanto, carecedores de tutelas diferenciadas dentro de seu próprio contexto.

124

## **2 A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL – BREVE RELATO HISTÓRICO**

*“Tudo já foi dito, mas ninguém ouviu. Por isso, é preciso dizer tudo de novo, porém melhor. Para dizê-lo melhor, temos de saber como foi dito antes.”*

*Roger Shattuck*

### **2.1 A Criança e o Adolescente: Constituições Federais e o Código de Menores**

Inicialmente, a responsabilidade pelo destino das crianças e adolescentes era basilarmente da igreja brasileira - período colonial até alguns anos depois da Proclamação da República, mas como o surgimento da classe burguesa e da medicina higienista houve mudanças de paradigmas e formas de tratar a criança e o adolescente.

A esse respeito, Veronese (1999, p. 23) relata que:

A elite intelectual defendia também o surgimento de uma legislação social que regulamentasse, oficialmente, toda prestação de assistência aos menores, concebendo-a como sócio-jurídica. Dar-se-ia, a partir daí, a participação do Estado na questão da criança carente, isto é, quando tal entendimento passasse a ser prestado sob o ponto de vista social e jurídico.



Entretanto, ainda segundo Veronese (1999, p. 23), apenas em 1921 é que foi delegado ao magistrado José Cândido de Albuquerque Mello Mattos a importante tarefa de elaborar o “Código de Menores”. Em 1924 foi criado o primeiro Juizado de Menores do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A criação deste Juizado Privativo de Menores se deu pelo decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923.

É mister salientar que referido Código de Menores representou a primeira intervenção direta do Estado na questão social da infância desvalida, principalmente em relação à regulamentação do trabalho do menor com vistas ao sucesso econômico do país.

No plano do Direito Constitucional, Priore (1998, p. 148) ressalta que apenas a partir da Constituição de 1934 surgiu a preocupação com o menor. A Carta Constitucional de 1934 proibiu o trabalho de menores de quatorze anos que não tivessem permissão judicial, proibiu também o trabalho noturno aos menores de dezesseis anos e nas indústrias insalubres aos menores de dezoito anos.

A Constituição de 1937, por seu turno, garantiu o acesso ao ensino público gratuito àqueles que o necessitassem.

Em 1946, tem-se o advento de uma nova Constituição Federal e através da Lei nº 4513 foi criada a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. As ramificações da FUNABEM nos estados da federação foram denominadas de FEBENS – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor.

Dentro desse panorama, explica Veronese (1999, p. 35) surgiu o Código de Menores de 1979, instituído pela Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, no Ano Internacional da Criança, visando reforçar o Código de Menores de 1927.

Este Código estabeleceu um novo termo: “*menor em situação irregular*”, que se referia ao menor de dezoito anos de idade que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente e com desvio de conduta e ainda aquele que fosse infrator de ação penal.

## **2.2 A Constituição Federal de 1988 e o Direito da Criança e do Adolescente**

A década de 80 no Brasil foi cenário de inúmeras transformações, entre estas, encontrava-se em pauta, a situação da criança e do adolescente, pois ocorreram muitas



denúncias da ineficácia da ação de órgãos como a FUNABEM ou FEBEM, sendo condenada a violência, os internatos, o descaso e a omissão. No mês de novembro de 1984 foi realizado o I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua.

O que ocorria é que o Brasil já contava com sete diplomas constitucionais, todavia, não ocorreu por parte dos legisladores a preocupação em estabelecer os direitos das crianças nos textos das mesmas, como já havia sido feito por várias nações do mundo.

No entanto, com o advento da Constituição Federal de 1988, esse panorama é alterado com a prescrição expressa em seu artigo 227 (caput):

**É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade,** o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [grifo nosso]

O texto acima citado revela que a Constituição Federal de 1988 alterou significativamente o cenário legislativo de amparo à criança e ao adolescente ao reconhecer às futuras gerações, absoluta prioridade, a qual virá desembocar na denominada Doutrina da Proteção Integral, diferenciada, portanto, da antiga Doutrina da Situação Irregular, inaugurada pelo Código de Menores vigente até então.

Dois artigos antes, conforme já mencionado precipuamente, tem-se o art. 225 (caput), o qual determina:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.** [grifo nosso]

Percebe-se que as futuras gerações – crianças, adolescentes (e jovens) são agora consideradas como sujeitos de direitos e mais do que isso, impõe-se à família, à coletividade e ao Poder Público o dever de trata-los com absoluta prioridade, além do dever de preservação do meio ambiente em que convivem de forma ecologicamente equilibrada. Direito este, cuja



extensão, alcança também os “não-nascidos”, conforme já articulado na introdução deste artigo.

Os discursos e a luta prosseguem pelos direitos e medidas de proteção às crianças, agora passando a ser vislumbradas também pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), a qual exerceu grande influência sobre a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

127

### **2.3 A criança e o adolescente na Lei 8069/90 - ECA**

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a situação de crianças e adolescentes foi transformada, pois nela as futuras gerações tornaram-se sujeitos de direitos e não meros espectadores dos deslindes do Estado sobre suas vidas.

Corroborando tal entendimento, Miguel e Lima (2010, p. 206) afirmam que:

[...] uma das últimas categorias sociais que recebeu o status de cidadão foi a das crianças. Isto somente lhes foi concedido com a promulgação da atual Constituição, em 1988.

Nessa estrada de transformações e mudanças paradigmáticas em relação às crianças e aos adolescentes é que vem à lume a Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhecida, inclusive pela ONU, como uma das legislações mais modernas e avançadas de proteção à criança e a adolescência. (Lima: 2014, p. 08)

A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção Sobre os Direitos da Criança compuseram, assim, um valioso instrumental jurídico para a proteção da criança, do adolescente e do jovem, possibilitando juridicamente a proteção e conseqüente diminuição das mazelas que afligem essa vulnerável parcela da população.

Importante deixar claro que o Estatuto da Criança e do Adolescente introduz, de certa forma, a composição de um novo direito no país: O Direito da Criança e do Adolescente, pois passou-se a cuidar da garantia aos mesmos com absoluta prioridade.

Neste sentido, ressalta Fernandes (1998, p. 44):

Torna-se nitidamente avesso à Constituição o não atendimento ou violação dos direitos enunciados. (...) Em poucas mas expressivas palavras, a criança e o adolescente passaram a ter o direito à assistência e à proteção integral.



A seguir, será apresentada uma melhor compreensão dos elementos formadores da Doutrina da Proteção Integral.

## 2.4 Crianças e Adolescentes e a Doutrina da Proteção Integral

Ainda prosseguindo com alguns resgates históricos, é preciso informar que a proteção integral das crianças tem sua verdadeira emergência na França e está associada à Lei de 24 de julho de 1889, que permitia aos tribunais decidir a privação do poder paternal. Já na Guardianship of Infants Act (1925) do Reino Unido, o “bem estar” da criança devia ser a “consideração primeira e primordial”. (Lima, 2014, p. 13).

Assim, a “proteção especial” das crianças tornou-se a norma fundamental consensual do Direito da Infância na esfera estrangeira. Cite-se como exemplo, um acórdão de 30 de abril de 1959, no qual um Tribunal de Paris afirmou que a autoridade paternal tem como única legitimidade os deveres que cabem aos pais “no interesse superior da criança”. (Monteiro: 2002, p. 145)

Informe-se também que o termo “o interesse superior da criança” aparece pela primeira vez num texto internacional contido na Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, que estabelecia em seu princípio de nº 02 que: “*A criança deve se beneficiar de uma proteção especial (...) na adoção de leis como esse fim, **o interesse superior da criança deve ser a consideração determinante.***” (Monteiro: 2002, p. 146) [grifo nosso]

No Brasil, a Doutrina da Proteção Integral busca estabelecer um novo parâmetro de proteção e efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o já mencionado art. 227 da Constituição Federal insculpiu a doutrina da proteção integral, a qual se encontra em consonância com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, vem de forma prática, regulamentar o supra referido dispositivo constitucional, pois reproduziu o conceito da proteção integral em seus artigos 1º ao 6º.

Um ponto importante a ser observado na doutrina da proteção integral refere-se a sua normatividade, situando-a no conceito moderno de que os princípios, especialmente os positivados na Constituição Federal tem caráter obrigatório, vinculando não apenas o



legislador, como também governantes e governados e o próprio Judiciário, quando da solução de casos concretos. Portanto, acompanhando Ayala (2002, p. 09) já citado na introdução deste artigo, afirma Oliva (2006, p. 89): “*é superada a ideia de que os princípios servem apenas de diretrizes, tendo conteúdo meramente programático. Na nova concepção, princípios e regras são espécies de gênero e forma*”.

Desta forma, se adotada a classificação proposta por Atienza e Manero (2005, p. 101), a doutrina da proteção integral contem “princípio em sentido estrito e não mera diretriz ou norma programática”.

Gonçalves (2002, p. 15) informa que referida doutrina possibilitou a superação do Direito tradicional, o qual não percebia a criança como indivíduo, bem como o Direito moderno que tratava a criança e o adolescente como menor incapaz e objeto da manipulação adulta. Na era pós-moderna ou na modernidade tardia – como preferem alguns, a criança e o adolescente são tratados como sujeitos de direitos em sua integralidade.

O Artigo 1º da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente expressamente informa que: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.”

Em comentário ao referido artigo, Oliva (2006, p. 103) citando Antônio Chaves, comenta que o significado da expressão “proteção integral”:

[...] Quer dizer amparo completo, não só da criança e do adolescente sob o ponto de vista material e espiritual, **como também a sua salvaguarda desde o momento da concepção, zelando pela assistência à saúde e bem-estar da gestante e da família, natural ou substituta da qual irá fazer parte.** [grifo nosso]

Observe-se que não é uma proteção qualquer assegurada à criança e ao adolescente pela Constituição Federal, pelo Estatuto já referido e por outras normas, incluindo convenções internacionais já ratificadas e mencionadas neste artigo que conferem substância ao referido princípio: tem-se uma proteção rotulada como “integral”. Tal adjetivação não é sobremodo aleatória ou despropositada, segundo Oliva (2006, p. 104): “*Teve a finalidade de realçar que essa especial proteção, que tem caráter de absoluta prioridade, deve ser total, completa, cabal, envolvendo, como agentes de sua efetivação, família, sociedade e Estado.*”.

Afirmações como as feitas acima por Oliva servem como parâmetro para que se enxergue a necessidade de diálogo entre o Direito da Criança e do Adolescente e o Direito





Ambiental para uma efetiva proteção socioambiental integral das futuras gerações, bem como no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que contemplem tais realidades, eivadas de complexidades e riscos.

O aprofundamento de tais questões e do amplo contexto em que elas se inserem dentro do Direito da Criança e do Adolescente, do Direito Socioambiental, da Teoria da Sociedade de Risco, da temática da (In) Justiça Ambiental e das Políticas Públicas serão melhores explanadas no decorrer dos próximos capítulos.

### **3 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS FUTURAS GERAÇÕES**

No presente artigo, parte-se do pressuposto de que o movimento ambientalista, de forma geral e inicial caracterizou-se pela concepção de que os problemas ambientais atingiam a todos indistintamente, portanto, durante muito tempo, manteve-se afastado de temas como exclusão e desigualdade social, discriminação racial e cultural, pois ainda não havia sido aclarado que tais temas tinham ligação direta com a questão ambiental. Todavia, o viés adotado pelos autores é de que não se pode dissociar tais realidades, devendo haver uma identificação nas agendas “ambientais” e “sociais”, razão pela qual já foi utilizado e continuará a ser utilizado ao longo do texto expressões como “socioambiental” e “socioambientalismo”.

A seguir, apresenta-se uma melhor exposição da relação existente entre o socioambientalismo, a doutrina da proteção integral e a proteção socioambiental à criança e ao adolescente – futuras gerações.

#### **3.1 A Proteção Socioambiental Integral das futuras gerações.**

De maneira simples, de acordo com o aludido no tópico anterior, pode-se afirmar que o socioambientalismo é uma “nova maneira” de entendermos a questão ambiental. Esta “nova maneira” não pode ser compreendida fora do contexto social e carrega em si uma relação com a saúde, o trabalho, a renda, a educação, a qualidade de vida e a cidadania como um todo.



Sarlet e Fensterseifer (2010, p. 28) informam que além da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Portuguesa de 1976, muitas outras constituições passaram também a incorporar aos seus textos a proteção ambiental, sendo que num passo mais avançado cumpre ressaltar o reconhecimento dos “direitos da natureza” (Pacha Mama) exemplificados pela recente Constituição Equatoriana (2008).

Ademais salientam os referidos autores que a proteção ambiental através de dispositivos constitucionais vem acompanhada e fortificada pela consagração da proteção ecológica no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, sendo cada vez mais necessária a interconstitucionalidade, uma vez que a “sintonia fina” existente entre os planos normativos internacional, comunitário e constitucional no tocante à tutela ecológica, **afirmam a essencialidade da qualidade do ambiente para o desfrute de uma vida digna, segura e saudável, inclusive na perspectiva das futuras gerações.** (2010, p. 29). [grifo nosso]

Através do “olhar” socioambiental é possível perceber que a proteção integral de crianças e adolescentes em conformidade com a já exposta Doutrina da Proteção Integral deve ser perpassada por este olhar mais integral e complexo, pois como alerta Morin é preciso ponderar o fato de que hoje as incertezas parecem ter corroído boa parte das certezas reinantes. Neste contexto, o desenvolvimento dos conhecimentos científicos põe em crise a cientificidade que suscitara esse desenvolvimento (2009, p. 19), na forma que:

Quanto mais multidimensionais se tornam os problemas, maior a incapacidade para pensá-lo em sua multidimensionalidade; quanto mais progride a crise, mais progride a incapacidade para pensá-la; quanto mais globais se tornam os problemas, mais impensáveis se tornam. A inteligência cega se torna, assim, inconsciente e irresponsável, incapaz de encarar o contexto e complexo planetários.

Diante de conceitos como socioambientalismo, complexidade, multidimensionalidade, riscos, (in)justiça ambiental e proteção integral é preciso atentar para o fato de que dentro da legislação ambiental brasileira não se faz qualquer diferenciação para crianças e adolescentes como sujeitos de direitos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, inexistindo qualquer diferenciação de tratamento, ou seja, ignorando-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e seu direito à absoluta prioridade – estruturas basilares que compõem a já referida doutrina da proteção integral.



Assim, apesar de serem mais vulneráveis às contaminações, as futuras gerações (crianças e adolescentes) inserem-se em um contexto geral quando a Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/81, em seu art. 9º, inciso I, trata dos níveis de poluição permitidos, não fazendo qualquer diferenciação em seus padrões de qualidade. Confirmando tal hipótese tem-se o fato de que a Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) não estabelece qualquer agravante para a contaminação de crianças nos casos de contaminação do meio ambiente.

Nesse momento, faz-se curioso um contraponto curioso extraído das fontes de notícias estadunidenses, a qual anunciou que o presidente Barack Obama em recentíssimo ato oficial admitiu a relação entre crianças negras, emissão de poluentes e doenças respiratórias. Diz o informativo:

Ontem, a administração Obama anunciou proposta para regular as usinas de queima de carvão as quais por muito tempo foram capazes de emitir gases de efeito estufa de forma impune. Há muito para se alegrar sobre esse anúncio, especialmente para as pessoas preocupadas com as comunidades mais vulneráveis – negras, pardas, idosas e hipossuficientes economicamente. **A dirigente da EPA, Gina McCarthy, mencionou a justiça ambiental em seu anúncio de ontem. Segundo o anúncio, o Presidente Obama liga diretamente as ameaças geradas pelas mudança climática com as crises de asma sofridas por crianças negras e latinas.** [livre tradução dos autores]<sup>1</sup>  
[grifo nosso]

Além de questões relacionadas à degradação e poluição ambiental como a acima narrada e que de forma semelhante ocorrem em solo pátrio, outras situações impõem a necessidade de um maior discernimento e alinhamento entre a doutrina da proteção integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação ambiental, com vistas a uma efetiva proteção jurídica das futuras gerações, pois existe um leque temático vindo à baila sem um olhar perpassado por essa diferenciação inerente às crianças e adolescentes como sujeitos com direitos a uma proteção integral e prioritária haja vista sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

<sup>1</sup> MOCK, Bretin. **Why Obama's carbon regs will help kids of color breathe easier.** Disponível em: <http://goo.gl/hVMeuh>. Acesso em: 10 de julho de 2014. *"Yesterday, the Obama administration announced its proposal for regulating coal-burning power plants that for too long have been able to emit greenhouse gases with impunity. There's a lot there to rejoice about, especially for people concerned about the most vulnerable communities — black, brown, elderly, and those of low income. EPA chief Gina McCarthy name-checked environmental justice in her announcement yesterday. President Obama linked the immediate threats of climate change to the asthma crisis among black and Latino kids.*



Cite-se como exemplo uma Ação Civil Pública que determinou liminarmente que a empresa Nestlé indicasse claramente em suas embalagens a utilização de produtos transgênicos em sua fabricação de biscoitos recheados. Nela, o juiz concedeu liminar em ACP determinando à Nestlé que informasse de forma expressa e legível nos rótulos das embalagens a presença de organismos geneticamente modificados (OGM) na composição de seus produtos, indicando o percentual da modificação. A liminar também determinava que a informação no rótulo deveria conter o sinal gráfico designativo de alimento transgênico (T, em letra minúscula, inserido em triângulo com fundo amarelo), acompanhado da expressão “transgênico”.

Na ocasião, fixou-se multa no valor de R\$ 5 mil por produto encontrado no mercado em desconformidade com a decisão judicial. O MP fez a coleta e análise de diversos produtos para verificar a presença de organismos geneticamente modificados. A análise constatou OGM's na composição do biscoito recheado “Bono”, sabor morango, fabricado e comercializado pela Nestlé.

O juiz sustenta que:

[...] tratando-se de novidade científica ainda pendente de estudos e pesquisas mais aprofundadas, na comercialização de tais produtos as suas características devem ser demonstradas na embalagem constando a composição e origem, oferecendo ao consumidor o exercício do seu direito de escolha, a optar, de forma livre e consciente, por produtos com tais características ou não. (Processo 583.00.2012.153475-7 - TJSP).

A decisão ora mencionada está fundamentada no Código de Defesa do Consumidor, sem qualquer menção, entretanto, de que a ingestão de tais produtos por parte de crianças e adolescentes - provavelmente seus maiores consumidores - pode gerar um comprometimento em seu desenvolvimento, pois repetindo o argumento ilustrado pelo douto magistrado: **“trata-se de novidade científica ainda pendente de estudos e pesquisas mais aprofundadas”**. [Grifo nosso].

Outra informação colacionada para este artigo dá conta de um fato anunciado com a seguinte chamada: *“O feijão de Unaí está envenenado?”* em que uma diretora de escola municipal da região de Unaí, no noroeste mineiro, narra experiências com o feijão que é fornecido para a merenda escolar. No vídeo ela afirma que ao tentar cozinhar 30 quilos do feijão da marca Unaí para a merenda das crianças teve que jogar fora todo o feijão, porque ao abrir os



saquinhos as cozinheiras sentiram o cheiro forte de veneno. Em outra ocasião lavaram o feijão, deixaram de molho de um dia para o outro, mas ao cozinhar, o mau cheiro fez as cozinheiras sentirem-se mal. *Havia excesso de gosma acumulando na panela. Não foi possível dar o feijão para as cerca de 200 crianças da escola.* (Cintra: 2012).

Aproveitando o gancho deixado pelo caso acima, mencione-se a pulverização aérea acidental ocorrida na cidade de Rio Verde (GO) na qual a Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental São José do Pontal - situada no Assentamento Pontal dos Buritis, estava com 122 alunos na escola no momento em que o piloto da empresa aérea Aerotex despejou acidentalmente o inseticida “egeo pleno”. Na ocasião, foram intoxicadas pelo agrotóxico 45 pessoas, sendo 38 alunos e 07 professores. Logo após o incidente os alunos e educadores foram encaminhados ao Hospital Municipal de Montividiu (GO) com sintomas como tontura, dores de cabeça, vômito, formigamento nos braços e coceira. (Prefeitura de Rio Verde: 2013).

A situação acima descrita levou à criação de uma comissão na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Mato Grosso do Sul, visando o debate sobre o uso dos agrotóxicos e os riscos que eles representam ao meio ambiente, à saúde do trabalhador rural, da população e consumidores em geral.

Segundo a comissão:

Os agrotóxicos, independentemente de seu método de aplicação, possuem grande facilidade de se dispersar no meio ambiente. Conforme alerta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o uso intenso de agrotóxicos pode causar danos ao meio ambiente, como a degradação e a contaminação do solo, água, fauna e flora, em alguns casos de forma irreversível. Em relação à saúde, segundo pesquisas, os ingredientes ativos presentes nos agrotóxicos podem causar esterilidade masculina, distúrbios neurológicos, respiratórios, cardíacos, pulmonares, nos sistemas imunológico e na produção de hormônios, além de má formação fetal e desenvolvimento de câncer. (Colman, 2014)

Percebe-se que apesar de alguns alvoreceres parecerem surgir em relação à problemática de contaminação e poluição relacionadas à saúde de crianças e adolescentes, bem como de outras camadas mais vulneráveis, ainda resta uma longa caminhada a ser feita em busca de uma efetiva proteção jurídica das futuras gerações.

Assim, conclui-se que de tais circunstâncias parece emergir uma crescente tensão, onde de fato deveria haver conexão, pois como falar em proteção integral se em relação aos



crimes ambientais, contaminações, poluições, relações de consumo, entre outros, não existe tal diferenciação entre crianças, adolescentes e adultos?

A seguir, é apresentada uma nova contextualização, na qual são abordadas a teoria da sociedade de risco e a proteção socioambiental de crianças e adolescentes.

### 3.2 A sociedade de risco e o direito de proteção das futuras gerações

135

De forma sucinta é importante comentar que a palavra risco, como uma forma de se relacionar com o futuro, surgiu na era pré-moderna, na transição da sociedade feudal para as novas formas de territorialidade que originaram os denominados Estados-Nação. (Lima, 2014, p. 15)

Já a teoria da sociedade de risco, que tem em Ulrich Beck um de seus principais idealizadores insere-se no contexto das proposições teóricas que procuram explicar as modificações ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século XX, algumas delas denominando esse novo processo de pós-modernidade. A ebulição social que contaminou jovens e teóricos nos anos 60 já estava desfalecendo e, assim, especialmente a partir da década de 80, o foco de análise direcionou-se para a modernidade e, logo depois, para a pós-modernidade.

Nesse âmbito, tem-se que a proposta de Beck – que acompanha em vários aspectos a teorização de Giddens (1991, p. 38)<sup>2</sup>, ainda que possua com ele também muitas diferenças – uma vez que não compreende tais transformações como uma superação do período da Modernidade (como o prefixo “pós” faz entender). Diferentemente, Beck entende-as como uma intensificação desse processo, como uma segunda fase de um processo de modernização mais amplo.

É justamente a quebra do monopólio da verdade e da separação entre teoria e prática, em conjunto com a autocrítica da ciência, que possibilitará a identificação dos riscos produzidos pelo avanço tecnológico (como riscos) e o início da discussão de sua definição social no espaço público.

<sup>2</sup> Pode-se afirmar, não obstante os elementos que os diferenciam, que “[...] os trabalhos mais recentes de ambos os autores parecem aproximá-los no que diz respeito à metodologia e ao estilo ensaístico e generalizante que utilizam”, e, acima de tudo, em razão do uso da categoria “reflexividade”, ainda que também mediante a existência





Maturana (2011, p.11) neste sentido leciona que:

[...] Tendemos a viver num mundo de certezas, de uma perspectiva sólida e inquestionável, em que nossas convicções nos dizem que as coisas são da maneira como as vemos e que não pode haver alternativa ao que parece certo. Tal é a nossa situação cotidiana, nossa condição cultural. Nosso modo corrente de sermos humanos.

Desta forma, a incerteza é uma constante a ser levada em conta. Os desafios impostos à proteção normativa do meio ambiente agora se desenvolvem no interior de uma sociedade mundial de risco, a qual lida, sobretudo, com conflitos relacionados à gestão da incerteza em diversos graus. (Ayala; Leite, 2004, p. 214).

Isto porque, como explica Ulrich Beck (2001, p. 123):

Não há ninguém que conheça de verdade o resultado global – ao nível do conhecimento positivo, a situação é radicalmente ‘indecidível’ -, mas isso não obsta que tenhamos que decidir. A época do risco impõe a todos nós a carga de tomar decisões cruciais que podem afetar a nossa sobrevivência mesmo sem nenhum fundamento adequado no conhecimento.

Para tanto, convém atribuir importância ao papel da avaliação integral dos riscos como pressuposto para o exercício adequado da função de proteção, sendo que a forma pela qual os sistemas de regulação ambiental poderiam ajustar-se às incertezas causadas pelo ecossistema é a gestão de risco. (Ayala; Leite, 1994, p. 314)

Ayala e Leite (2004, p. 209) continuam informando que:

[...] O risco, como salientado, impõe também uma obrigação de ordenar a decisão, levando-se em consideração também dados do futuro, **o que importa afirmar que os interesses e direitos das futuras gerações deverão ser considerados nos processos de decisão influenciados pelo risco.** [grifo nosso]

Benjamin (2001, p. 74), reproduzindo a lição de Christopher Stone, salienta que as gerações futuras dão, no modelo global, mais peso à equação da proteção do meio ambiente.

---

de especificidades. In: COSTA, Sérgio. **Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva.** Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 2, Nov. 2004, p.74



Ost (1999, p. 39-41) é um dos que esboçam a preocupação na construção de pontes existenciais entre as gerações humanas, utilizando a questão ambiental como um dos paradigmas mais evidentes do que ele denomina como “risco de discronia”, que segundo o autor, revelaria a situação de destemporalização na proteção do meio ambiente, uma vez que a degradação e a poluição ambiental aumentam cumulativamente para o futuro.

Diante desse contexto, entende-se que o embate entre as dimensões social e ambiental deve ser pensado com base em diferentes fundamentos, aproximando-as com a finalidade de compreender os conflitos emergentes na proteção jurídica das futuras gerações e o consequente desembocar de políticas públicas que se coadunem a tal realidade sob uma perspectiva mais ampla, não tendente a mascarar desigualdades sociais e/ou ambientais e que leve em conta a percepção da problemática referente à proteção socioambiental integral da criança e do adolescente. Nessa trilha em busca de uma conformação do problema emerge um novo conceito, teórico e prático - a justiça ambiental.

137

### **3.3 Proteção Socioambiental Integral das Futuras Gerações: democratização dos riscos e (in)justiça ambiental.**

Inicialmente é preciso salientar que o movimento de justiça ambiental constituiu-se nos EUA nos anos 80, sendo o mesmo o fruto de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis.

Acserald, Mello e Bezerra (2009, p. 47) informam que nos EUA, a partir do final dos anos 60, redefiniu-se em termos ambientais um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso. Cumpre ressaltar que apesar de nascido de lutas de base contra iniquidades ambientais em um nível local – sendo inicialmente denominado como “Racismo Ambiental”, o movimento culminou por se denominar como “justiça ambiental”, tomando como questão central a luta pelos direitos civis e ao mesmo tempo induzir a incorporação da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista tradicional.

De acordo com Acserald, Mello e Bezerra (2009, p. 47) no Brasil ainda são recentes as pesquisas que buscam examinar, na forma de indicadores, a coincidência entre áreas de degradação ambiental e locais de moradia de população despossuídas. O que consideram os



autores, não poder ocorrer de forma diferente, ao considerar o pensamento ecológico hegemônico, bem como parte da pesquisa acadêmica, não operarem com a articulação entre condições ambientais e sociais.

No sentido de uma conceituação, o Movimento de Justiça Ambiental, assim define justiça ambiental:

É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda, no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (Acsegrad, Mello e Bezerra, 2009, p. 16).

Pode-se considerar crianças e adolescentes como pertencentes a um destes grupos sociais que já possuem intrinsecamente condições particulares de vulnerabilidade, e que, não obstante tal condição, ao serem expostas à situações de degradação ou desestabilização ambiental, como algumas já ilustradas no decorrer desse artigo, são afetadas de modo desigual, haja vista a sua situação peculiar de pessoa em desenvolvimento/futura geração. (art. 6º- Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ainda ilustrando de forma clara a situação a ser enfrentada para um alcance efetivo da proteção socioambiental integral das futuras gerações, pode-se citar a contaminação do leite materno em regiões de expansão do agronegócio em nosso país. Cite-se, Lucas do Rio Verde, um dos maiores produtores de grãos do Mato Grosso, Estado vitrine do agronegócio no Brasil. Apesar de apresentar alto IDH (índice de desenvolvimento humano), a exposição de um morador a agrotóxicos no município durante um ano é de aproximadamente 136 litros por habitante, quase 45 vezes maior que a média nacional — de 3,66 litros. (Palma, 2011)

Desde 2006, ano em que ocorreu um acidente por pulverização aérea que contaminou toda a cidade, Lucas do Rio Verde passou a fazer parte de um projeto de pesquisa coordenado pelo médico e doutor em toxicologia, Wanderlei Pignatti, em parceria com a Fiocruz. A pesquisa avaliou os resíduos de agrotóxicos em amostras de água de chuva, de poços artesianos, de sangue e urina humanos, de anfíbios e do leite materno de 62 mães. A pesquisa referente às



mães demonstrou que foram encontrados resíduos de DDE, um metabólico do DDT, agrotóxico proibido no Brasil há mais de dez anos. Dos resíduos encontrados, a maioria são organoclorados, substâncias de alta toxicidade, capacidade de dispersão e resistência tanto no ambiente quanto no corpo humano. (Palma, 2011)

Além da contaminação do leite materno, outra grave notícia no ano de 2011, deu conta de que o Ministério Público Estadual do Mato Grosso iniciou um processo de investigação para levantar possíveis causas que levaram ao alto índice de menores de idade como portadores de algum tipo de deficiência, na cidade de Campo Verde (140 km ao Sul de Cuiabá). Em levantamento preliminar feito pelo projeto “Jornada da Inclusão” no ano de 2012, apontou-se que das 242 pessoas cadastradas como portadoras de deficiência, 122 são menores de 18 anos. O Ministério Público investiga a relação entre o índice de deficiências registrado e o uso indiscriminado de agrotóxico na cidade, uma vez que Campo Verde é uma das cidades destaque na produção agrícola no Mato Grosso.<sup>3</sup>

Percebe-se, portanto, que se, por um lado, sabe-se que os mecanismos de mercado trabalham no sentido da produção da desigualdade ambiental - os mais baixos custos de localização de instalações com resíduos tóxicos apontam para as áreas onde os pobres moram – não se pode desconsiderar, por outro lado, a existência de uma omissão das políticas públicas que permite a ação perversa do mercado. A experiência do Movimento de Justiça Ambiental mostra como é possível organizar as populações a fim de exigir políticas públicas capazes de impedir que também no meio ambiente vigore a desigualdade social e racial. (Lima: 2014, p. 18).

Diante de graves realidades como as noticiadas no decorrer desse texto, como não pensar em risco, falta de democratização dos mesmos ou (in)justiça ambiental ao depararmos-nos com cenários que indicam que desde a mais tenra concepção e crescimento uma criança estará exposta aos danosos efeitos de insumos agrícolas ou produtos tóxicos

<sup>3</sup>Segundo o Ministério Público Estadual, para realizar a investigação, serão consultados especialistas em agrotóxicos, médicos, além de visitas e entrevistas aos portadores de deficientes. Será observado se as pessoas acometidas por deficiência residem próximas a áreas de plantio. Também será solicitada uma análise da água consumida pelas pessoas que são objeto de estudo. Além do levantamento das causas das deficiências, serão verificados aspectos relacionados às condições em que essas pessoas vivem, se estão tendo acesso a educação, saúde, entre outros direitos. “Pretendemos, também, fazer um levantamento sobre a situação dos idosos”, ressaltou o promotor de Justiça responsável pela investigação. O caso da cidade de Lucas de Rio Verde que contaminou o leite materno também está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual. In: Mídia News. **Agrotóxico pode ter gerado deficiência em adolescentes**. Disponível em: <http://goo.gl/IV2jZk>. Acesso em: 08 de Abril de 2014.



lançados de forma descontrolada e irresponsável? Como falar de proteção socioambiental integral das futuras gerações em casos tão emblemáticos? Qual o papel do Direito Ambiental, de natureza transversal, diante de tais contextos? Como deve se processar a legislação ambiental diante de realidades marcadas por complexidade, riscos e (in)justiças ambientais? Como as políticas públicas podem e devem ser formuladas levando em conta tais cenários?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo desenvolveu-se tendo como foco prioritário de estudo e reflexão a proteção das futuras gerações, tendo por mote a Doutrina da Proteção Integral que desemboca em dois pilares juntamente importantes: a absoluta prioridade de atendimento e a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que devem sempre ser observados quando se trata da temática criança e adolescente nas mais variadas esferas.

Em segundo lugar, a necessidade de que a partir do entendimento do que venha a ser “proteção integral” das futuras gerações, como se processará essa proteção na esfera socioambiental, sendo impossível não adentrar em recônditos do Direito Ambiental e construções teóricas como o socioambientalismo, sociedade de risco e (in)justiça ambiental.

Objetivou-se a compreensão, por meio de uma perspectiva dialética, baseada no método de abordagem qualitativo, de que maneira o Direito da Criança e do Adolescente – em especial a proteção integral a elas conferida e a proteção socioambiental, deveriam se comunicar e com isso desembocarem na efetiva proteção das futuras gerações, bem como na formulação de políticas públicas que privilegiem referidas realidades.

Por fim, percebe-se que as questões ora relacionadas precisam ser alvo de novos estudos a fim de que a caminhada em direção à concretização da proteção socioambiental integral das futuras gerações venha, em algum momento, aproximar-se minimamente do ideal dentro da esfera da legislação ambiental e das políticas públicas a elas relacionadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: LEITE, José Rubens Morato; FERREIRA, Helene Sivini; BORATTI, Larissa Verri (Orgs.). *Estado de direito ambiental: tendências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

ATIENZA e MANERO (1991, p. 105-106) *apud* OLIVA, José Roberto Dantas. *O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil: com as alterações promovidas pela Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005, que ampliou o limite de idade nos contratos de aprendizagem para 24 anos*. São Paulo: LTr, 2006. p. 101

AYALA, Patrick A. *Direito e incerteza: a proteção jurídica das futuras gerações no estado de direito ambiental*. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Trad. Jesús Albores Rey. Madri: Siglo XXI, 2001.

BENJAMIN, Antônio Herman de V. e. Objetivos do Direito Ambiental. In: BENJAMIN, Antônio Herman de V. e. & SÍCOLI, José Carlos Meloni (orgs). ANAIS DO 5º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, de 4 a 7 de junho de 2001. *O futuro controle da poluição e da implementação ambiental*. São Paulo: IMESP, 2001.

BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality*. San Francisco/Oxford: Westview Press, 1994 *apud* ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C.do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*

CASTEL, R. *A gestão dos riscos: Da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1987.

CASTEL, Robert. *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CINTRA, Lydia. *Frei tem prisão decretada por divulgar vídeo sobre feijão contaminado fornecido a escolas de MG*. Disponível em: <http://goo.gl/i1wyLp> Acesso em: 07 de Abril de 2014.

COLMAN, A. *Ministérios irão debater uso indiscriminado de agrotóxicos*. Disponível em: <http://goo.gl/zkrMGg>. Acesso em: 10 de julho de 2014

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HILLESHEIM, B. e CRUZ, L. R. *Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações*. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 192-199, 2008. p. 193

LEITE, J.R. Moratto; AYALA, P.A. *Direito Ambiental na sociedade de risco*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004





LIMA, Roberta O. Desafios para a construção de novos paradigmas dentro da doutrina da proteção integral: a Proteção Socioambiental Integral de Crianças e Adolescentes em um contexto de Risco e Injustiça Ambiental. In: *Direitos sociais e políticas públicas III* [Recurso eletrônico on -line] organização: CONPEDI/UFSC; Coordenadores: Carlos Luiz Strapazzon, Adir Ubaldo Rech, Oscar Ivan Prux. – Florianópolis: CONPEDI, 2014.

MATURANA, H.R.; VARELA, F.J. *A Árvore do conhecimento: as bases biológicas do comportamento humano*. Tradução de Humberto Mariotti. São Paulo: Athenas, 2011

MIGUEL, Denise Soares; LIMA, Patrícia de Moraes. *Violências em (com) textos: olhares*. Florianópolis: UFSC, 2010.

MORIN, Edgar. *Cabeça bem-feita*. Traduzido por Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória – Ed. Revista e modificada pelo autor. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. Organizadores: Maria da Conceição de Almeida, Edgard de Assis Carvalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVA, José Roberto Dantas. *O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil: com as alterações promovidas pela Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005, que ampliou o limite de idade nos contratos de aprendizagem para 24 anos*. São Paulo: LTr, 2006.

OST, François. Júpiter, Hercule, Hermes: *Trois modele du juge*. In BOURETZ, Pierre. *La force du droit – Panorama des débats contemporains*. France: Éditions Esprit, 1991.

PALMA, Danielly A. *Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá: 2011.

PAULA, Paulo A. Garrido de. *Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional diferenciada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 23

PEREIRA DA SILVA, Vasco. *Verde cor de direito: lições do Direito do Ambiente*. Coimbra: Almedina, 2002.

PEREIRA, E. C.; SOUZA, M. R. *Interface entre risco e população* [Texto completo]. In Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Ed.), *Textos completos de comunicações científicas, XV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. Caxambu, MG: ABEP. 2006. Acesso em: Julho de 2012. Disponível em: <http://goo.gl/SpCH2I> ABEP2006\_592. pdf.



Prefeitura de Rio Verde. Após intoxicação por agrotóxico, escola em Goiás permanece fechada. Disponível em: <http://goo.gl/8MZw6S>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito Constitucional Ambiental: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente*. 2010.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Ltr, 1999.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1999, n. 37, 1999.



## **A PATERNIDADE NA PERSPECTIVA DE UM PAI E SUA CRIANÇA, NO CONTEXTO DE SALVADOR (BAHIA). ESTUDO DE CASO**

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos

*Professor do Programa Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea  
lucivcm@oi.com.br*

OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira

*Estudante do Mestrado do Programa em Família na Sociedade Contemporânea  
teresacristinaadv@hotmail.com*

ENGELMANN, Franciele

*Estudante do Mestrado do Programa em Família na Sociedade Contemporânea  
psifran@yahoo.com.br*

144

### **RESUMO**

O presente estudo objetiva conhecer as concepções de um pai de classe média de Salvador (Ba) e de sua criança sobre a paternidade contemporânea e investigar como se dá o envolvimento entre eles. A investigação caracteriza-se por ser qualitativa, um estudo de caso. Participaram da pesquisa um pai (47 anos) e seu filho (nove anos) que foram acessados em escola particular. Foram feitas entrevistas gravadas com base em roteiros semi-estruturados. Os dados foram analisados de forma descritiva. Os procedimentos éticos foram respeitados. Os resultados evidenciam uma mudança na vivência da paternidade: no passado o pai impunha normas e oscilava entre as imagens do tirano e protetor, na atualidade é apresentado como benevolente ou rígido, dependendo da personalidade do pai. Foi manifestado envolvimento alto do pai nas categorias responsabilidade, acessibilidade ao filho e interação (particularmente em brincadeiras).

**Palavras-chave:** Pai, Paternidade, Envolvimento

### **ABSTRACT**

This study aims to identify the concepts of a middle-class father of Salvador (BA) and her child on contemporary fatherhood and investigate how involvement between them. The research is characterized as qualitative, case study. Participated in the survey a father (47 years old) and his son (nine years) that were accessed in a private school. Recorded interviews were based on semi-structured scripts. Data were analyzed descriptively. Ethical procedures were followed. The results show a change in the experience of parenthood: the father in the past imposed standards and oscillated between the images and the tyrant guard, today is presented as benevolent or hard, depending on the personality of the father. High father involvement was manifested in Categories responsibility, accessibility and child interaction (especially in games).

**Key words:** Father, Fatherhood, Involvement



## 1. INTRODUÇÃO

A família participa de inúmeros dinamismos sociais. Em sua localização geográfica e temporal é perpassada por inúmeras mudanças e permanece como espaço significativo de formação humana. Neste contexto, as funções paterna e materna constituem-se indispensáveis para a internalização de valores, a construção da identidade individual e coletiva, o desenvolvimento das potencialidades humanas em suas diferentes dimensões.

No que tange à paternidade, constata-se que ainda são escassas as produções nesta área, especificamente no que diz respeito ao envolvimento. Bastos et al. (2013) destacam que o foco das investigações psicológicas acerca da paternidade tem sido a ausência do pai e sua consequência para a família e para o desenvolvimento da criança. Entretanto, estas não são suficientes para revelar quem são os pais brasileiros, “a história da paternidade brasileira ainda tem que ser escrita” (Ibdi., p. 03).

O presente estudo tem por objetivo conhecer as concepções de um pai de classe média de Salvador (Ba) e de sua criança sobre a paternidade contemporânea e investigar como se dá o envolvimento entre eles. Ele consiste em parte da pesquisa “Concepções de pais e suas crianças sobre a paternidade contemporânea”, desenvolvida na disciplina *Contextos Familiares: vínculos de identidade e pertencimento*, ministrada pelas professoras Lúcia Vaz de Campos Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich, ofertada no Programa de Pós-Graduação Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL – Universidade Católica do Salvador – no segundo semestre de 2013. Constitui-se em contributo para a quebra do silêncio acerca da paternidade, bem como amplia a compreensão acerca das instâncias nas quais se inscreve o envolvimento paterno.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A paternidade, a maternidade e a filiação apresentam uma composição relacional (PETRINI, 2010). No que tange à paternidade, Petrini (2010) sublinha que sua constituição é feita de qualidades relacionais, mais do que qualidades e traços individuais. Por isso, pode-se afirmar que o pai é um símbolo que tem significado somente num preciso contexto de relações



familiares. Onde este contexto é combatido ou desfeito, a função paterna e o símbolo do pai não têm lugar. Quando o simbolismo do pai perde valor e os pais ficam invisíveis, distantes ou ignorados, inevitavelmente as relações constitutivas, nas quais ele tem uma objetiva participação, sofrem alterações com consequências relevantes (Ibdi., p.19).

A relação pai-filho contém um aspecto dramático testemunhado e documentado ao longo das diferentes épocas da história, tal tonalidade deve-se às tensões originadas pela própria função educativa paterna que “consiste em retirar o filho da esfera da afetividade materna e introduzi-lo no mundo dos adultos. Este se caracteriza pelo trabalho, pela necessidade de respeitar as normas da convivência na sociedade, por sacrifícios para perseguir objetivos e renúncias para realizar projetos” (PETRINI, 2010, p. 17).

Shwalb, Shawald e Lamb (2013) elucidam que aspectos históricos e culturais ao longo das gerações, séculos e milênios afetam e continuam afetando o papel dos pais. Em análise dos capítulos do livro *Fathers in cultural context*, identificam que a paternidade vem sofrendo mudanças em todos os lugares do mundo com ritmos próprios pautados nos fatores de cada sociedade. Todavia, os autores ressaltam que as investigações acerca da paternidade ainda são inconsistentes em qualidade e quantidade, inexistindo na maioria dos países (Ibdi.).

Com base em Muzio, Bastos et al. (2013), ressaltam que três foram os enfoques teóricos mediante os quais se investigou a paternidade brasileira: o psicanalítico (1940-1960) enfatizando a relação exclusiva mãe-criança como fundamento para o desenvolvimento; a ausência do pai, sua autoridade e suporte material (1940-1960), associando esta a efeitos negativos, como ajustamento pobre, suicídio, delinquência e problemas na construção da identidade de gênero; ênfase nos atributos pessoais das múltiplas responsabilidades individuais pelos cuidados com a criança com a inclusão dos pais (décadas recentes), trazendo a reconstrução dos papéis parentais.

Lamb (2010) escreve que os estudos na área da psicologia social, do desenvolvimento e da personalidade decolaram no período pós-guerra. As primeiras incursões empíricas na investigação acerca do desenvolvimento infantil focalizavam a mãe como objeto de observação, informação e socialização. Nas situações envolvendo pais, estes eram representados pela percepção e vozes femininas ou a partir dos moldes de função familiar desenvolvidos por teóricos da família. No final da década de 70, conforme o autor, surgem nas



pesquisas científicas a preocupação com o “novo pai que cria e educa” (Ibdi., p.03), no desempenho de um papel ativo na vida dos filhos.

Em oposição às concepções anteriores, cujo foco centrava-se no desempenho unidimensional do papel paterno no sustento da família, discussões atuais ao voltarem-se para a temática do envolvimento reconhecem a multiplicidade de papéis desempenhados pelos pais, que segundo Lamb (2010), constituem-se em companheiros, prestadores de cuidados, cônjuges, protetores, modelos, guias morais, professores e chefes de família, cujo significado varia entre épocas históricas e grupos subculturais.

Com base em estudos realizados na área do desenvolvimento, Lamb (2010) sublinha ainda que pais e mães se envolvem em diferentes modalidades de interação com seus filhos, sendo que os primeiros tendem a ““especializar-se’ nas brincadeiras/divertimento, enquanto as mães se especializam em cuidados e nutrição” (p.04). Todavia, admoesta que tais resultados podem ser mal interpretados, articulando visões unidimensionais dos papéis paterno e materno, correndo o risco de não captar outras influências significativas no desenvolvimento infantil. Paternidade e maternidade sensíveis, presentificadas em ações como responder perguntas, falar com os filhos, guiá-los, ensinar e encorajá-los a aprender, favorecem aquisições socioemocionais, cognitivas e linguísticas dos filhos (Ibdi.).

Pais influenciam direta e indiretamente seus filhos, mediante comportamento, atitudes e mensagens que lhes transmitem (LAMB, 2010). O suporte econômico, apoio emocional à mãe quando envolvida no cuidado da criança, o envolvimento nas tarefas domésticas constitui-se em contributos para o desenvolvimento, à saúde física e emocional dos filhos (Ibdi.). Mais importante que as características individuais de cada pai, são aquelas que acompanham a relação pai-filho e o contexto familiar mais amplo, uma vez que influências paternas positivas têm mais probabilidade de acontecer quando a rede de relações que a ele se circunscreve – as estabelecidas com a companheira, ex-companheira, outros filhos – acontece em um contexto positivo (Ibdi.).

Para Palkovitz (1997) existem várias dimensões de envolvimento, requerendo-se ampliar os instrumentos de medida destes para uma melhor compreensão das relações intergeracionais, dos resultados da participação no cuidado infantil e dos efeitos que esta gera nos adultos envolvidos. Conforme o autor: “o envolvimento ideal acontece quando ambos, mãe e pai, avaliam seus pontos fortes e fracos, as necessidades do desenvolvimento da família, os





recursos e deficiências que eles individual e coletivamente trazem para a família” (p.02). Sublinha ainda: “Um investimento ético no cuidado e amparo da próxima geração se baseia no que é melhor para a criança e para o contexto da família como um todo dado o seu estado atual e da história que a levou ao ponto em que se encontra” (Ibdi.).

Diferente da topologia de envolvimento construída por Lamb, orientada pelos aspectos da interação (relação corpo a corpo entre pai-filho), disponibilidade (engajamento, sem envolvimento direto pai-filho) e responsabilidade (participação direta ou indireta para atender as diferentes necessidades da criança), Palkovitz (1997) constrói 15 grandes categorias, mediante as quais se podem identificar formas de envolvimento dos pais no cuidado dos seus filhos: (a) comunicar (ouvir, falar, demonstrar amor); (b) ensinar (modelar o papel, encorajar, mostrar interesse, participar de atividades); (c) monitorar (amigos e tarefas escolares); (d) processos cognitivos (preocupar, orar); (e) cuidar (alimentar, dar banho); (f) compartilhar interesses (ler junto); (g) estar disponível; (h) planejar (atividades, aniversários); (i) compartilhar atividades (comprar, brincar); (j) prover (alimentos, roupas); (k) dar afeto; (l) proteger; (m) dar suporte emocional (encorajar a criança), (n) manter e (o) acompanhar.

O envolvimento parental encerra os domínios de funcionamento cognitivo, afetivo e comportamental (PALKOVITZ, 1997). Embora o último seja o mais abordado pelas pesquisas, há interações contínuas entre eles ao longo da vida. O envolvimento paterno e materno pode acontecer em vários níveis, mediante múltiplos aspectos e papéis nos mais variados pontos do exercício da parentalidade. “Várias dimensões do envolvimento parental podem ser conceituadas como se existisse uma série de continunn, que vai desde o não envolvimento pelos níveis baixos e moderados à elevada participação” (Ibdi., p.10). O *tempo investido* (variação baixo-alto) é um exemplo de ocorrência de uma das dimensões do envolvimento ocorrendo contínua e simultaneamente. Todavia, Palkovitz (1997) reforça que o tempo dispendido em uma dada área de cuidado infantil pode ser alheio em outra. Acrescenta ainda: “as realidades subjetivas de envolvimento podem ser muito diferentes da forma abertamente observável” (p.10). Quando avaliamos o envolvimento parental, precisamos considerar estas noções.

Há de se considerar ainda que o envolvimento pode acontecer de forma proximal (incluem interação direta, comunicação face a face, atividades de partilha) ou distal (interação menos direta como a comunicação escrita e telefônica, o monitoramento e/ou pensar afetivamente na criança em sua ausência), bem como a existência de modalidades diretas e indireta que incidem



no desenvolvimento parental e infantil, como as horas extras trabalhadas em prol do provimento (aparentemente não constituem envolvimento direto, mas o são), e a ausência do pai por motivos de dependência química, ansioso à espera da visita familiar (envolvimento indireto). “Cada pai investe no que pode e no que ele acredita ser necessário no momento específico” (PALKOVITZ, 1997, p. 11).

O envolvimento parental é suscetível à mudanças. Significativo se faz ponderar as variáveis que podem influenciar sobre o mesmo ao longo dos tempos, no que tange ao contexto geral: participação em trabalho remunerado ou não, forças e fragilidades dos pais, prioridades e compromissos em curso; o contexto específico de envolvimento: situações em que a responsabilidade nos cuidados infantis é exclusiva e aquelas em que é compartilhada, formas de envolvimento adaptadas aos diferentes ambientes; diferenças individuais: o que é eficaz para uma criança pode não ser para outra, elaboração específica de significado e ênfase nos papéis por pais e mães, as avaliações subjetivas variam acerca do que é necessário, adequado ou melhor, em dada circunstância, assim como variam a sensibilidade e a capacidade de ler sinais interpessoais (PALKOVITZ, 1997).

### 3 MÉTODO

A presente investigação caracteriza-se por ser qualitativa, sendo um estudo de caso.

A pesquisa foi realizada na capital baiana Salvador, no segundo semestre de 2013. Participaram do estudo um pai (47 anos) e seu filho (nove anos), residentes em um bairro de classe média, estando a criança no 4.º ano do Ensino Fundamental I frequentado em instituição privada. O pai é casado, mora com a esposa, sua filha e filho, possui ensino superior completo, é contador com carga horária de trabalho superior a 40 horas semanais. A seleção dos participantes aconteceu mediante sorteio realizado pelas docentes responsáveis pela pesquisa<sup>1</sup>.

Para a coleta de dados foram construídos dois roteiros de entrevista: um para o pai e outro para a criança. Perguntas abertas foram elaboradas a fim de investigar concepções acerca da paternidade (no que concerne às mudanças foram dirigidas questões ao pai). Para avaliar o

<sup>1</sup> No estudo maior foram entrevistados 30 pais e suas crianças que estavam matriculadas em uma escola particular de Salvador. Tais participantes foram sorteados, obtendo-se uma amostra aleatória. No presente artigo está sendo apresentado apenas um caso (um pai e sua criança).



envolvimento paterno, foram apresentadas no roteiro de entrevista para o pai perguntas cujas respostas contemplavam assinalar as frequências nenhuma, baixa, moderada e alta; no roteiro da criança, estas contemplavam as frequências nunca, poucas vezes, muitas vezes e sempre. As entrevistas foram agendadas por telefone e depois realizadas na residência dos participantes em dia e horário combinados. Antes da realização destas, apresentou-se e leu-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido correspondente a cada um dos participantes, colocando-se à disposição para esclarecimentos de dúvidas e solicitando que ambos os assinassem. A seguir, procedeu-se a realização das entrevistas que foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

Houve transcrição das gravações das entrevistas e os dados foram analisados de forma qualitativa. Buscou-se apreender mediante falas dos participantes as concepções e mudanças acerca da paternidade, bem como aspectos relacionados ao envolvimento paterno.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apesar das inúmeras mudanças que atravessam a família, especificamente a partir da modernidade, esta permanece como espaço imprescindível de formação humana (PETRINI, 2003; CARVALHO, 2005). As funções paterna e materna, em caráter singular e complementar constituem-se neste contexto, mediações fundamentais para o desenvolvimento humano em suas diferentes dimensões.

A paternidade tem constituição relacional. “Um homem é pai em relação ao filho e à mãe, assim como uma mulher é mãe em relação ao filho e ao pai; por outro lado, o filho é tal pela relação com a mãe e o pai” (PETRINI, 2010, p. 19). No que tange ao desenvolvimento infantil, estudos revelam que mais importante que as características individuais dos pais são as relações que eles estabelecem com os filhos (LAMB, 2010; PETRINI, 2010). Com base nas categorias propostas por Lamb (1985) e Palkovitz (1997), evidenciadas nas falas do pai e da criança entrevistados em nossa pesquisa apresentaremos a seguir, elementos que contribuem para identificar as formas de envolvimento paterno, cujo tecido existencial é feito de relações. Antes, porém, exporemos noções concernentes à família, às concepções e mudanças na paternidade, colhidas no campo da referida investigação.



Optamos por agrupar os resultados em subdivisões, o que possibilita uma melhor organização quanto à apresentação, sem, contudo excluir a compreensão de interdependência entre os mesmos.

#### 4.1 Família

A constituição da família dos entrevistados é nuclear. Diante da questão: “Com quem você reside?” O pai informa: “*Esposa, filha e filho*” e a criança: “*Mãe, pai, irmã*”. No que tange a quem faz parte da família, o pai responde: “*A família é grande, viu: pai, sogra, avó, tias, cunhados, irmãos, filhos, esposa, primos*”, em perspectiva semelhante está o relato do filho: “*Todo mundo da minha família*”.

Quando perguntado sobre quem é ‘todo mundo’, expressa: “*Tia, tio, mãe, irmão, avó, avô, bisavó, etc...*”. As respostas parecem apontar uma concepção mais ampla daquela de família nuclear, uma vez que incluem os vínculos geracionais e de parentesco. Assim, os participantes residem com a família nuclear, mas têm concepção de família extensa.

#### 4.2 Concepções e mudanças na paternidade

O relato do pai revela que ser pai “É dar educação, é tentar da melhor maneira possível uma – faltou a palavra – um bom ambiente tanto de moradia quanto de estudo, é dar limites que é muito importante. Acho que mais ou menos resumido é isso aí”; o do filho: “Ter compromissos com a família e com todo o mundo que você conhece”. Transparece uma dimensão de cuidado traduzida no compromisso em proporcionar meios para o desenvolvimento do filho – na visão do pai – e em sentido mais amplo, para a família e para aqueles que se conhece – conforme a percepção da criança. Em perspectiva semelhante encontram-se as respostas para os deveres de um pai, que segundo o pai consistem em “Dar educação, dar moradia, dar – como é o nome? – cobrar os estudos, cobrar a educação e tudo isso. É dar e cobrar” e conforme o filho “Cuidar da família e também pagar as contas e dar brinquedos aos filhos”.

Quanto aos direitos do pai: “Cobrar tudo que for para conseguir colocar a criança no caminho correto”, foi afirmado pelo pai. O conteúdo parece se inscrever no horizonte da ética e



da moral, cabendo ao pai o papel de exigir do filho tudo o que for necessário para trilhar o caminho daquilo que considera ser correto. Quanto ao filho, este disse não saber quais são os direitos do pai.

Quando se fala em pai, a imagem que vem a mente do genitor é a do seu pai, cujas características foram apresentadas como referência para a pergunta Que características deveria ter um pai ideal? “Eu acho que as do meu, viu (riso) apesar que tem horas que ele... mas, ele é 100%”. Evidencia-se que a concepção de paternidade é atravessada pela experiência vivida, o que converge com a noção de paternidade articulada por Petrini (2010): sua constituição é relacional, ou seja, mais do que características individuais a paternidade é tecida na qualidade das relações estabelecidas no contexto familiar. A dimensão da experiência também aparece na resposta do filho relativa à questão “Quem é o seu pai?” Ao que responde o nome e sobrenome de seu pai, Como ele é? “*Ele usa óculos, tem uma barba e um bigode, tem cabelo preto e é gordinho*” e “Como você gostaria que ele fosse?”, “*Que não usasse óculos e magrinho*”.

No que concerne ao exercício da paternidade, o pai evidenciou que a desempenha “*Tentando dar limites aos dois e tentando, vamos botar assim, da melhor maneira possível fazer aquelas coisas que eu acabei de falar como dar uma educação boa, ter um lugar, uma moradia boa, uma vizinhança boa, tentar mostrar as coisas erradas, mostrar o que os outros estão errando lá na frente para eles não errarem*”. Conteúdo que reforça a dimensão do cuidado, que pode indiretamente ser associado ao papel do pai como provedor que se preocupa em instrumentalizar condições físicas, emocionais, educacionais e morais para o desenvolvimento infantil. A pergunta O que você acha que um pai faz?, cuja resposta da criança foi “*Trabalha muito*” embora aparentemente não ter relação com a feita ao pai, nos parece indiretamente se inscrever no mesmo horizonte, pois para um pai possibilitar as condições acima expostas, terá que laborar bastante. Cumpre citar que o pai se avalia como mediano no desempenho da paternidade.

É significativo destacar que conforme o pai, a paternidade instaurou mudanças em sua vida. Reproduzimos aqui na íntegra suas palavras:

“*Menina, foi mudança demais, viu. Depois que me tornei pai, é aquelas coisas que antes você faz porque não tem muito o que perder, depois que nasce, que você sabe que tem pessoas que dependem de você, aí você começa a podar um pouquinho essas coisas, né. Eu era, sempre fui muito esquentado, eu gostava de fazer um peguinha, eu gostava de andar, corria*



*muito com o carro, eu não media muito as consequências, depois que G. nasceu mudou um pouquinho, né G.? (risos, olhando para a filha que ali estava e havia perguntado anteriormente se poderia ficar junto na entrevista do pai e do irmão). Então, mudou um pouquinho. Depois que os filhos nascem eu acho que você, a própria vida lhe faz mudar porque você vê que aquela pessoa ali depende de você. Antes não, antes você é filho. Então, você depende dos outros. A partir do momento que seu filho nasce, você sabe que aquela pessoa depende de você, então você não pode faltar. Então você começa a ter aquelas mudanças, que é uma mudança também automática, que não vem assim eu vou mudar, você mesmo vai mudando”.*

A paternidade constituiu-se em transição para o entrevistado, de ora em diante já não era mais filho e sim pai, de dependente de alguém passou a ter pessoas dependentes dele próprio, cujos desenvolvimentos necessitavam de sua presença. Tal aspecto corrobora com a percepção de Lamb (2010), “a transição para a paternidade é uma experiência profunda para muitos dos novos pais (*fathers*) que provoca fascínio sobre as novas crianças e introspecção considerável sobre os novos papéis e responsabilidades associados, não somente em relação aos recém-nascidos, mas também em relação às suas parceiras e outros membros da família” (p.17).

No que diz respeito à paternidade ao longo do tempo (ou das gerações), o genitor informou sobre o pai na época do seu avô: “[...] era mais de impor a vontade dele e menos ouvir” e que na época do seu pai “Foi diminuindo um pouquinho, diminuindo um pouquinho”. Ao se referir ao pai na atualidade, sua fala foi mais ampla e complexa:

“Olha, aí agora você pegou uma peça muito assim... vai depender muito do pai. Tem alguns pais que são muito benevolentes e outros já são mais rígidos. Eu me acho mais rígido até um pouquinho do que, eu vejo várias pessoas e eu acho que o pai tem que ser um pouco rígido, por quê? Porque hoje a partir do momento que você não dá um limite para um filho, a polícia dá. Então a gente tá vendo hoje muito uma coisa que a gente não via a algum tempo atrás, pelo menos na época em que eu era criança, era o que? Filho matando pai, filho metido com droga, então você vê que eu acho que é falta de limite, porque se você dá um limite pra um filho dentro de casa, você mostra as coisas erradas, então ele tende a não entrar naquele meio. Ele ao invés de dizer olha eu vou – porque eu mesmo já cansei de fazer isso: ia fazer uma coisa que eu sabia que tava errada, eu não fazia porque sabia: ‘Se eu fazer isso vou ter represália dentro de casa’, e deixava de fazer. Então, eu acho que o pai hoje se tornou, vamos botar assim: tem muitos pais que eu vejo como colegas meus que são escravos dos filhos, que o filho chega bate o pé e ele vai





lá e faz que o filho quer. Então, eu não concordo com isso. Eu acho que você como pai tem que dar o limite: ‘Não, espera aí. Epa! Até aqui, você pode ir; daqui pra cá você não pode passar, não!’ Então, aqui eu tento fazer isso. Claro que L., ele realmente é mais insistente. G., não, G. já é mais de discutir o assunto: ‘Não meu pai, isso aqui não’. E eu digo: ‘Não vai fazer isso aí, não vai tirar essa garrafa daqui pra colocar aqui’; ‘Não meu pai, por que eu não vou tirar essa garrafa daqui pra aqui? E acaba a gente entrando num consenso. Eu não sou aquela pessoa que, como é o nome? Que isso aqui é vermelho, vê vermelho e vai ser vermelho, não. Se você conseguir me convencer de que isso é branco, vai se tornar branco. Agora não sou daquele pai que a criança faz ‘Isso aqui é branco’ e ele nem olha se é branco, é branco porque a criança falou, então. Aqui tem que se respeitar os mais velhos, né porque eu posso até depois eu dou razão, mas depois chamo, regulo. Então eu acho que hoje tem que ver a questão de pai por pai. Tem aqueles que são mais conservadores um pouco e aqueles que hoje são benevolentes demais. Então, a minha opinião é mais ou menos essa aí.’”

As respostas parecem evidenciar uma mudança na vivência da paternidade ao longo dos tempos: na época do avô transparece um perfil patriarcal, com centralidade da autoridade na figura paterna que impunha normas e oscilava entre as imagens do tirano e protetor (PETRINI; FILGUEIRAS, 2010), na época do pai já começam a acontecer alterações na vivência da paternidade, embora o entrevistado não fale das mesmas. O pai na atualidade é apresentado, no relato do entrevistado mediante duas possíveis posturas: benevolência e rigidez que vão depender da personalidade do pai. O pai do presente estudo considera-se mais rígido que benevolente, concepção esta associada à representação de limite, que conforme ele, quando não dado pelo pai é dado posteriormente, pela polícia. O limite contribui para mostrar o que é errado, como o envolvimento com drogas e homicídios de pais, que segundo a percepção do entrevistado, acontecem por falta de limites. Todavia, o entrevistado afirma não ter uma postura extrema de rigidez, e sim buscar equilíbrio entre as posturas de rigidez e diálogo relacional. Quanto aos motivos que propiciaram transformações ou permanências na paternidade, salientou:

*“Eu acho que a própria globalização que vai trazendo outra visão, a televisão mesmo, é, a internet, então você vai mudando um pouco a cabeça. Que antigamente você só tinha, vamos botar assim: fonte de, era esqueci a palavra, era o que vinha de pai para filho. Era assim que ele agia, era assim que o filho continuaria agindo, o outro, e aí por diante. Hoje não,*



*com a mudança na informação, a maior quantidade de informação vai acabando, tende a mudar, a realmente mudar a situação, a colocação. Só que algumas sabem como mudar, outras vamos botar assim: dão um foco diferente, um foco errado pra o que estão querendo. Então, na minha opinião é isso aí”.*

As palavras revelam que no passado o legado da vivência da paternidade acontecia pela relação pai-filho, hoje ela é intermediada pelos meios de comunicação e redes sociais. Acreditamos que a constatação de Porreca (2010) acerca da participação da televisão e internet juntamente com os pais na condução do processo educativos dos filhos, também encontram eco no contexto da vivência da paternidade, contribuindo para moldar valores, atitudes e posturas presentificados na personalidade do pai nos dias atuais. Verificamos que a paternidade, conforme vem sofrendo alterações em sua vivência ao longo dos tempos e das gerações, como já o apontaram Shwalb, Shawald e Lamb (2013), Bastos et al. (2013) e Lamb (2010).

#### 4.3 Envolvimento Paterno

Em análise geral das 15 categorias propostas por Palkovitz (1997), verificamos com base nas respostas do pai, um elevado nível de envolvimento paterno no que se refere às categorias: Proteção (na totalidade de frequência alta); Comunicação; Ensinar; Pensamento; Interesses Compartilhados; Disponibilidade; Planejamento; Provimento; Afeto; Suporte Emocional; Monitoramento da Criança; Acompanhar a realização de Pequenas Tarefas. Embora a categoria Cuidados tenha apresentado as frequências nenhuma e baixa com maior concentração de respostas, estas se referem às atividades que o filho já consegue realizar sozinho; o item cuidar dele quando doente recebeu frequência alta, o que nos permite agrupar esta categoria como elevado nível de envolvimento paterno. Totalizam-se assim, 13 categorias, nas quais **conforme** relato do pai, aparece um envolvimento maior. A categoria Atividades Compartilhadas apresentou metade com maior intensidade de envolvimento paterno em algumas atividades e metade com menor intensidade em outras, de forma semelhante o foi a de Manutenção da Criança.



#### 4.4 Responsabilidade, acessibilidade e interação

Em análise geral das categorias propostas por Lamb (1985) verificamos, com base nas respostas do pai, que embora manifestado envolvimento alto na categoria Responsabilidade, a mãe é apontada como responsável principal por estar mais próxima dos filhos e realizar atividades relacionadas à escola. Acessibilidade obteve concentração de frequência alta. Na categoria Interação, as modalidades Jogo e Transição evidenciaram concentração nas constantes alta e moderada; em Paralelo a ênfase foi dada à alta; e moderada foi a constante que mais apareceu em Funcional.

Acerca das responsabilidades e atividades que o pai faz, o filho declarou que:

1. Poucas vezes o seu pai: vai às reuniões da escola; leva ou busca da escola ou de outras atividades extracurriculares; brinca ou joga; leva para passear e para fazer outras atividades de lazer; compra com ele sua roupa ou calçado; é carinhoso; conversa quando o filho está preocupado ou triste; ajuda com as tarefas escolares, acha importante que faça atividades extraescolares; evidenciou também quando precisa poucas vezes pede orientação a seu pai.
2. Muitas vezes o seu pai: compra-lhe brinquedos, livros ou jogos; cuida-o e leva-o ao médico quando doente; elogia-o quando se comporta bem; preocupa-se com que ele tenha uma alimentação saudável; mostra interesse para que brinque, jogue ou converse com amigos e colegas; preocupa-se com sua higiene pessoal; mostra interesse pelo seu dia-a-dia; se importa com que cumpra o horário escolar e os seus compromissos; castiga-o quando se comporta mal.
3. Sempre o seu pai: decide sobre as atividades que pode fazer na escola; gosta que conheça e experimente coisas novas; preocupa-se que durma o suficiente e que deite na hora estabelecida; se interessa pelas notas escolares; preocupa-se em trabalhar e ganhar dinheiro para sustentar e pagar as despesas; decide o que pode ou não fazer; ensina coisas novas.

Com base nas respostas da criança, verificamos que as respostas dadas à consigna *poucas vezes* convergem com o que o pai falou no componente Responsabilidade: a mãe estar mais próxima dos filhos e acompanhá-los em atividades de caráter escolar. Já em *muitas vezes e sempre* a criança destacou atividades relacionadas às categorias Interação e Acessibilidade.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é espaço privilegiado de formação humana. Constitui-se em recinto fundamental no qual se participa com a totalidade do ser e em cenário de manifestação das diferentes faces do drama humano. Enquanto categoria relacional estabelece conexões com múltiplas instâncias sociais, cujas trocas incidem significativamente na construção da identidade individual e coletiva, inscrevendo-se na ótica do não pronto e acabado, apontando para além de si mesma.

As inúmeras discussões realizadas nas últimas décadas sobre a crise da família, em decorrência da baixa taxa de fecundidade, aumento da expectativa de vida, declínio do casamento e banalização do divórcio, revelaram um não enfraquecimento da instituição família, antes o surgimento de novos modelos familiares construídos com base naqueles fenômenos sociais (PEIXOTO; CICHELLI, 2000). Dados do senso do IBGE de 2010 apresentam 64% dos casais com vínculo matrimonial, civil e/ou religioso, o que leva a questionar se em meio a um contexto de profundas e paradoxais mudanças, a família não permanece como espaço para experimentar o essencial das relações que se prolongam no tempo.

Em meio às novas configurações unipessoais, monoparentais, reconstituídas... estudos expressam que a família persiste como base da pessoa (MOREIRA ; LEAL, 2011), instância fundamental para o desenvolvimento e proteção de seus membros (CARVALHO, 2005), contributo para a reprodução biológica e social (PEIXOTO ; CHICCELI, 2000), ambiente onde se forjam novas solidariedades em prol da sobrevivência (DOWBOR, 2005) e nos últimos anos eleita como parceira da administração pública no enfrentamento de diferentes problemas sociais, os quais apesar, dos benefícios que trazem, revelam-se fragmentados e parciais por não se dirigirem às diferentes dimensões que compõem a totalidade da família (PETRINI; COUTO, 2013).

A função paterna no seu caráter singular e complementar à materna revela-se fundamental no desenvolvimento humano em suas diferentes dimensões. Neste âmbito, mais importante que traços individuais são as qualidades relacionais presentificadas na trama existencial pai-filho (PETRINI, 2010 ; LAMB, 2010) e o contexto familiar nas quais se inscrevem, já que “o pai é um símbolo que tem significado somente num preciso contexto de relações familiares” (PETRINI, 2010, p. 19) e “influências paternas positivas são mais



prováveis de ocorrer não só quando existem relações pai-filho de suporte/apoio, mas quando as relações dos pais (*fathers*) com suas parceiras, ex-parceiras, e provavelmente outros filhos, estabelece e mantém contextos familiares positivos” (LAMB, 2010, p.14).

Estudos revelam que a vivência da paternidade vem sofrendo mudanças nos diferentes lugares do globo terrestre com base no compasso próprio de cada cultura e sociedade (SHWALB; SHAWALD; E LAMB, 2013). Embora tenha havido alterações quanto aos enfoques investigativos, passando da relação mãe-filho, ausência do pai ao envolvimento paterno (MUZIO in BASTOS et al., 2013), as pesquisas sobre a paternidade ainda são incipientes e/ou inexistentes na maioria dos países (SHWALB, D., SHAWALD, B. E LAMB, 2013).

No Brasil as informações históricas sobre os pais ainda são escassas, há um silêncio acerca da vivência da paternidade (BASTOS et al., 2013). O estudo de caso apresentado no contexto deste trabalho constitui-se em espaço de emergência da voz do pai acerca de como percebe o envolvimento com seu filho, bem como deste em relação àquele. Uma das riquezas desta pesquisa confirma as intuições acerca da essência e vivência da paternidade: ela é feita de relações (PETRNI, 2010). É com base na experiência estabelecida com seu pai, que o pai por nós entrevistado falou de paternidade e é a partir do nascimento de seus filhos que se instaura uma natural e importante transição em sua vida: de filho ele torna-se pai, de ora em diante sua presença “*não pode faltar*” (relato).

É com base nas relações pautadas no parentesco e vínculos geracionais que tanto pai e filho ampliam o número de pessoas que fazem parte da família, que estruturalmente é nuclear. A concepção sobre paternidade do pai e filho inscreve-se no horizonte do cuidado traduzido no compromisso de instrumentalizar condições para o desenvolvimento dos diferentes aspectos da família: moradia, ensino, brinquedos, educação, educacional, limites.

Conforme estudos de Shwalb, Shawald, e Lamb (2013), Bastos et al. (2013) e Lamb (2010), já haviam demonstrado, identificamos que a paternidade sofreu mudanças ao longo das gerações da família dos entrevistados: da postura do pai patriarcal foram surgindo características mais relacionais, embora estas, com base na investigação por nós realizada, oscilem entre os papéis da rigidez e benevolência, oscilação esta que pode ser decorrente dos ensaios empreendidos frente às novas possibilidades de vivência dos papéis de ser pai. A



globalização, os meios de comunicação sociais e redes sociais corroboram para esta transformação.

Com referência nas 15 categorias propostas por Palkovitz (1997), verificamos que as formas de envolvimento: Proteção; Comunicação; Ensinar; Pensamento; Interesses Compartilhados; Cuidados; Disponibilidade; Planejamento; Provimento; Afeto; Suporte Emocional; Monitoramento da Criança; Acompanhar a realização de Pequenas Tarefas, concentraram um nível mais elevado do que Manutenção da Criança e Atividades Compartilhadas.

Com relação aos três componentes propostos por Lamb et al. (1985): Interação, Responsabilidade e Acessibilidade constatamos que o pai se sente responsável pelo filho, mas aponta a mãe como principal responsável por estar mais próxima no dia-a-dia da criança. O que parece ir em direção ao estudo de Castro, Carvalho e Moreira et al. (2012) realizado com 150 famílias em Salvador – BA acerca das concepções e distribuição das tarefas com cuidados diários das crianças que revelaram dentre outros achados, a predominância do modelo da mulher como cuidadora e do homem como provedor. Verificamos envolvimento alto na categoria Acessibilidade. Constatamos formas variadas de envolvimento na categoria Interação. As falas da criança também convergem com a identificação das formas de envolvimento que se configuram em nível mais elevado para Acessibilidade e Interação, e em escala menor no que tange às modalidades de Responsabilidade.

Este trabalho, conforme destacado anteriormente, permitiu-nos identificar que a paternidade vem se modificando. Necessário se faz considerar os diferentes aspectos que nela interferem: atributos pessoais, contexto familiar, qualidade das relações, e em âmbito mais amplo: os aspectos étnicos, culturais, educacionais e socioeconômicos. É significativo cuidar da família como um todo, uma vez que em seu seio se internalizam valores/atitudes e se gesta o futuro das novas gerações. Estudos futuros são necessários a fim de aprofundarem os dados obtidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIAGADA, I. *La diversidad y Desigualdad de las familias latino-americanas. Rev.latinoam.estud.fam.* Vol.1, enero-diciembre, 2009, p. 9-21.





BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V. BRASILERIO, P. G. SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural contexto*. New York: Routledge, 2013.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARVALHO, M. C.B. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F (Orgs.). *Família: redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

CASTRO, M, G; CARVALHO, A, M, A; MOREIRA, L., V., C. *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: EDUFBA, 2012.

CAVALCANTI, V. R. S.; BARBOSA, C. F.; CALDEIRA, B. M. S. *Ética do cuidar e relações de Gênero? Práticas familiares e Representações da divisão do tempo*. Estud. Sociol, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 189-204, 2012.

DOWBOR, L. A economia da família. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F (Orgs.). *Família: redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

DONATI, P. *Família no século XXI: abordagem relacional*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2008. IBGE. Censo 2010. Brasília: IBGE, 2010.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. *The role of the father in child development*. 5 ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E., PLECK, J. H., CHARNOV, E. L., & LEVINE, J. A. *Paternal behavior in humans*. American Zoologist, 25, 883-894, 1985.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MACHADO, J. N. *Conhecimento e Valor*. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

MOREIRA, L.V.C.; LEAL, T. C. M. A Família e seu Estudo na perspectiva de Professores e Formandos de um Curso de Licenciatura em Pedagogia. In: MOREIRA, L. V.C.; RABINOVICH, E.P. *Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História*. Curitiba: Juruá, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2005, 244 p.

PALKOVITZ, R. Reconstructing "involvement": expanding conceptualizations of men's caring in contemporary families. In: Hawkins, A.; Dollahite, D. (Eds.). *Generative Fathering: Beyond Deficit Perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.



PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PEIXOTO, C.E.; SINGLY. Sociologia e Antropologia da Vida Privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PETRINI, J. C. *Pós-Modernidade e Família: um itinerário de compreensão*. São Paulo: EDUSC, 2003.

PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V.R.S. *Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PETRINI, G.; FILGUEIRAS, M.R. O Pai Patriarcal segundo Gilberto Freire. In: Moreira, L. V. C.; PETRINI, G.; BARBOSA, F. B. *O Pai na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: EDUSC: 2010.

PETRINI, J. C. Introdução. In: Moreira, L. V. C.; PETRINI, G.; BARBOSA, F. B. *O Pai na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: EDUSC: 2010.

PETRINI, J.C.; COUTO, M. *A Família como capital social e as políticas familiares*. UCSAL: 2013 – manuscrito.

PORRECA, W. A Família como lugar privilegiado para a socialização dos filhos: a contribuição paterna. In: Moreira, L. V. C.; PETRINI, G.; BARBOSA, F. B. *O Pai na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: EDUSC: 2010.

SHWALB, D. W; SHWALB, B. J.; LAMB, Michael E. Final thoughts, comparisons and conclusions. In: SHWALB, David W; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural contexto*. New York: Routledge, 2013.

SINGLY, F. O nascimento do “Indivíduo Individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



## **A CONJUGALIDADE E O ADOECIMENTO CRÔNICO: COM A PALAVRA AS CÔNJUGES**

AMORIM, Rita da Cruz

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/Universidade Católica do Salvador*  
ritaamorim2003@uol.com.br

ALCÂNTARA, Miriã

*Professora do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/Universidade Católica do Salvador*

COSTA, Livia Alessandra Fialho da

*Professora do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/Universidade Católica do Salvador*  
livia.fialho@yahoo.com.br

162

### **RESUMO**

O objetivo foi analisar o cuidado da cônjuge frente ao adoecimento crônico do seu cônjuge. Participaram três mulheres casadas, cujos cônjuges vivenciam uma condição crônica. A entrevista foi utilizada para coletar os dados. Para análise foi utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin. As categorias emergente foram: o cuidado do outro e o descuido de si na conjugalidade com subcategorias: o cuidado por obrigação, o cuidado por amor, o cuidado por medo da morte do outro; a segunda: as tensões advindas da descoberta da condição crônica na conjugalidade e a última: a vida sexual e a condição crônica. Os resultados revelam que o cuidado contínuo das mulheres ao cônjuge em condição crônica contribui para o descuido de si. A fase de descoberta da enfermidade é um momento permeado de medos e conflitos. A vida sexual pode ou não sofrer com a transição para o adoecimento.

**PALAVRAS – CHAVE:** Conjugalidade. Cuidado. Condição crônica

### **ABSTRACT**

The objective was to analyze the wife care against the chronic illness of her husband. Three married women whose husbands experience a chronic condition participated. The interview was used to collect the data. Bardin's content analysis was used for analysis. The emerging categories were: caring for others and one's carelessness in conjugality with subcategories: care for duty, care for love, care for fear of the other's death; the second: the tensions arising from the chronic condition discovery in conjugality and the last one: sexual life and chronic condition. Results show that the continuous care of women to husbands with chronic conditions contributes to their carelessness. The illness discovery stage is a time fraught with fears and conflicts. Sexual life may or may not suffer from the transition to illness.

**KEYWORDS:** Conjugality. Care. Chronic condition.



## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo – que tem por objeto “o cuidado que a cônjuge promove ao cônjuge frente ao adoecimento crônico” – foi escrito a partir da literatura especializada e interdisciplinar sobre conjugalidade e do resultado da análise de entrevistas realizadas numa cidade do interior da Bahia com três cônjuges cuidadoras<sup>1</sup>. O estudo buscou analisar o processo de transição saúde-adoecimento-cuidado na conjugalidade a partir da visão das cônjuges

A justificativa para tal investigação está ancorada na relevância que tem sido dada contemporaneamente ao tema dos variados processos que atravessam a vida de um casal. Assim, a transição saúde-adoecimento-cuidado na conjugalidade, situação que pode estar presente na conjugalidade é responsável por muitas fragilidades e superações no histórico conjugal. Estudos interessados na relação conjugalidade-adoecimento precisam estar atentos às diferentes emoções vivenciadas pelo casal, tais como: negação e isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação (KÜBLER-ROSS,1998).

Diante disto elaboramos a seguinte questão de estudo: como a cônjuge vivencia o cuidado dispensado ao seu cônjuge com adoecimento crônico? O objetivo geral foi analisar o cuidado que a cônjuge dispensa ao seu cônjuge em condição crônica e os objetivos específicos foram identificar a visão de cuidado da cônjuge frente ao adoecimento crônico descrevendo a visão do cuidado para quem cuida.

Em um artigo intitulado “Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade”, Féres-Carneiro (1998) levanta questionamentos que suscitam uma discussão sobre o casamento na sociedade contemporânea, quais sejam: O casal encerra, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade. Como ser dois em um? Como ser um sendo dois? Nesta perspectiva nos perguntamos e diante das adversidades da vida, a exemplo do adoecimento crônico, como adequar essa nova condição na conjugalidade?

<sup>1</sup> A proposta foi fruto de uma disciplina optativa “Casamento e relações intrafamiliares”, oferecida como requisito para cumprimento dos créditos dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal), no semestre de 2013.1. A ementa da disciplina contemplava dados sobre a formação do casal, a escolha do cônjuge, práticas e estratégias matrimoniais. Padrões de nupcialidade. Instabilidade do laço conjugal. Tipologia dos casamentos e divórcio. Recomposição conjugal. Casamento e inserção social feminina. Modelos de organização conjugal. Organização conjugal e relações de gênero. Vida sexual, conjugal e reprodutiva. Relação homoafetiva. Transições: casamento; parentalidade; filiação; processo saúde-adoecimento-cuidado; morte e luto.



De acordo com Gianordoli-Nascimento e Trindade(2002) em caso de adoecimento de um dos cônjuges por uma doença que gera a possibilidade de risco de vida, uma situação de crise é estabelecida contribuindo para mudança em toda a dinâmica conjugal e familiar. Diante da condição estabelecida os papéis desempenhados por cada um dos familiares podem necessitar de revisão, o que poderá acarretar acúmulo ou alteração das tarefas e dos papéis, podendo promover abalo na dinâmica. Tendo dimensão semelhante enfermidades em que os indivíduos passam a viver em uma nova condição que requer a adesão a novos cuidados de saúde, incluindo algumas restrições.

Com relação à doença crônica, esta é colocada em relevo em sua própria definição, pois não há um consenso na literatura sobre o seu conceito. Ainda nesta perspectiva, outro aspecto divergente entre os autores está na definição do “tempo”. A doença crônica está inserida em um contexto de complexidade variável, alternando períodos de relativa tranquilidade com períodos de exacerbação do quadro clínico, o que resulta em internações por tempo geralmente longo o necessário para reestabelecer um equilíbrio. Essa condição por si só estabelece um estado de insegurança, principalmente quando a doença, em algum momento da vida, gera limitações físicas, cognitivas, sociais ou outras que comprometam mais ainda a sua autoestima (CAMPOS; SANTOS; SILVA; SILVA; SOFFE; CAMPOS, 2011).

O relatório da Organização Mundial de Saúde(2003) afirma que as condições crônicas constituem problemas de saúde que requerem gerenciamento contínuo por um período de vários anos ou décadas. Vistas sob essa perspectiva, elas abarcam uma categoria extremamente vasta de agravos que aparentemente poderiam não ter nenhuma relação entre si, a exemplo das doenças transmissíveis e não transmissíveis e incapacidades estruturais, que embora pareçam ser dispares, incluem-se na categoria de condições crônicas.

As doenças crônicas no passado eram consideradas um problema de países ricos e de população idosa. Na atualidade observamos uma mudança significativa, pois sabemos que além dos países de alta renda, os pobres, assim como os jovens e as pessoas de meia-idade, são afetados por condições crônicas. Com isso as implicações econômicas também são graves porque gera um impacto negativo nos salários, lucros, participação da força de trabalho e produtividade, bem como aumentam a aposentadoria precoce, causando alta rotatividade do emprego e incapacidade. Como a despesa com cuidados com as doenças crônicas sobe em todo mundo, elas ocupam proporções cada vez maiores nos orçamentos públicos e privados. Sabe-se



que muitas das condições crônicas estão ligadas a uma sociedade em envelhecimento, mas também às escolhas de estilo de vida, como o tabagismo, consumo de álcool, comportamento sexual, dieta inadequada e inatividade física, além da predisposição genética (VERAS, 2011).

A condição crônica indica a necessidade de cuidado que antes da instalação era dispensável. Cuidar, tomar conta da vida está na origem de todas as culturas, pois desde o início da história da humanidade, os homens e as mulheres esforçaram-se por sobreviver. É à volta desta imperiosa necessidade de tomar conta da vida, ou seja, de fazer o indispensável para que a vida continue que nasceu e se desenvolveu todas as maneiras de fazer/saber que geraram crenças e modos de organização social (COLLIÈRE, 2003). E a família, em geral constitui-se na primeira unidade de cuidado de cada indivíduo.

Na família, o ser humano ouve as primeiras falas, os primeiros gestos, cheiros com os quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. Assim, ela é fundamentalmente o lugar de aquisição de linguagem e, por assim dizer, de uma ordenação simbólica, portanto, cultural, do mundo. Nela, aprende-se a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Esse processo que se inicia ao nascer estende-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família (SARTI, 2004).

## 2 MÉTODO

Estudo qualitativo de natureza exploratória, realizado em uma cidade do interior da Bahia, teve como participantes<sup>2</sup> três mulheres casadas, sendo assim identificadas: Rosa, 49 anos, 23 anos de casada e três filhas adolescentes. Completou o ensino médio e é autônoma. Antes da condição crônica do cônjuge trabalhava sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A renda familiar fica em torno de dois salários mínimos. Católica praticante.

Dália, 48 anos, 28 anos de casada e tem três filhos maiores de idades sendo duas mulheres e um homem. Possui o ensino médio e atua como professora no Programa Todos pela Alfabetização (TOPA). A renda familiar em torno de dois salários mínimos. Católica não

<sup>2</sup> De acordo com o TCLE as entrevistadas estão identificadas pela letra E seguido de um número para manter o anonimato, porém após as entrevistas a pesquisadora acrescentou nomes de flores por ter reconhecido nestas mulheres uma necessidade de também serem cuidadas, pois fazem tudo para manterem-se fortes para produzir cuidado para seus cônjuges semelhantes as flores que em geral mentem-se lindas mesmo diante das adversidades que a natureza lhes impõe. E1 será nominada por Rosa; E2 Dália; E3 Hortência.





praticante. Por fim, Hortência, 54 anos, tem 31 anos de casada, quatro filhos sendo três mulheres e um homem e duas netas. Com relação as enfermidades de seus cônjuges, o de Rosa tem uma enfermidade renal crônica, o de Dália tem Diabetes mellitus e o de Hortência tem dislipidemia e hipertensão arterial sistêmica.

Os critérios de inclusão foram: ter um cônjuge vivendo uma condição crônica há mais de um ano e concordar em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE-. O critério de exclusão foi o cônjuge estar hospitalizado no período da entrevista por agudização da enfermidade e/ou realização de alguma terapia.<sup>3</sup>

Para coletar os dados foi utilizada a entrevista com roteiro semiestruturado contendo questões sócio demográficas e uma questão aberta referente a conjugalidade, condição crônica e cuidado. A nossa intenção foi saber acerca do cuidado dispensado ao cônjuge que vivencia a condição crônica, por isso entrevistamos somente a mulher. Assim, as entrevistas realizadas se tornaram objeto de reflexão, no sentido da análise elaborada a partir do material produzido.

No primeiro momento, apresentamos a proposta e conversamos sobre o estudo com as mulheres que foram entrevistadas, individualmente, para explicar os objetivos do estudo e assim solicitar a sua participação. Conforme, o aceite, agendamos e realizamos as entrevistas. A entrevista de Rosa aconteceu na residência da pesquisadora por uma questão de privacidade, conforme sua solicitação e a entrevista de Dália e a de Hortência em suas respectivas residências. Para cada uma foi apresentado o TCLE que foi lido e assinado por cada uma delas. Por fim, realizamos a entrevista que posteriormente foram analisadas.

Para análise e discussão dos dados provenientes das entrevistas utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin(1979) que considera como sendo,

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conteúdo das mensagens, indicadores(quantitativos ou não) que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de

<sup>3</sup> Foram consideradas as normas da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde(CNS) que regem as pesquisas envolvendo seres humanos(BRASIL, 2012), incorporando os quatro princípios da bioética: a autonomia, a partir da utilização do TCLE podendo as participantes retirarem a sua participação assim desejassem; a beneficência, ponderada entre riscos e benefícios e o mínimo de riscos e danos; a não-maleficência, informando que a entrevista seria realizada em um ambiente reservado, garantindo o anonimato e a liberdade para não responderem as perguntas, caso, assim desejassem.



produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 1979, p.31)

A Análise de Conteúdo, conforme a autora contempla três etapas, quais sejam: a primeira é a pré análise, seguida da análise dos dados e por fim o tratamento dos resultados. No primeiro momento transcrevemos as entrevistas e fizemos uma leitura flutuante em seguida uma leitura aprofundada buscando identificar as categorias de análise e por fim a análise e discussão do material, considerando o conteúdo emergente dos dados e a literatura pertinente.

167

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram agrupados em três categorias sendo a primeira “o cuidado do outro e o descuido de si na conjugalidade”, que deu origem a três subcategorias, quais sejam: “o cuidado por obrigação”; “o cuidado por amor”; “o cuidado por medo da morte do outro”; a segunda categoria “as tensões advindas da descoberta da condição crônica na conjugalidade” a terceira “a vida sexual e a condição crônica”.

#### 3.1 O CUIDADO DO OUTRO E O DESCUIDO DE SI NA CONJUGALIDADE DIANTE DA CONDIÇÃO CRÔNICA

Em sendo a família um lugar fundamental para a aquisição de linguagem, as cônjuges deste estudo parece que aprenderam com suas famílias de origem a ordenar e dar sentido às experiências vividas, em caso de adoecimento, focando todas as forças naquele que ora apresenta-se com necessidade de cuidado, confirmando que esse processo que se inicia ao nascer estende-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família, conforme fragmento a seguir:

Na hora do cuidado, da necessidade muitas vezes (...) eu esqueço de mim, não tenho vontade de comer. Se eu sair de casa consigo trabalhar mas é aquele temor o tempo todo. No momento da doença você não tem tempo de cuidar de si. Eu fico completamente sem esse pensamento em mim. Descuido, perco o sono. (Hortência, 54, 31 anos de casada).

De acordo com Diniz e Coelho(2005) a história das mulheres se confunde com a história de suas vidas familiares. Primeiro nas famílias de origem e depois nas famílias nucleares, elas



desempenham funções fundamentais de cuidado e sustentação da vida, a exemplo de alimentação, vestuário, cuidar no processo de adoecimento. Essa trajetória, voltada fundamentalmente para os outros, deixa marcas, a maioria delas acaba perdendo a noção de sua identidade e de suas necessidades pessoais, confundindo seu projeto de vida com o de seu cônjuge e/ou de sua prole.

É evidenciado um descuido consigo, pois a atenção é focada no outro que ora apresenta-se enfermo. Podemos inferir que o descuido expõe o indivíduo ao adoecimento, uma vez que ao negligenciar necessidades fisiológicas, a exemplo de alimentação e sono, o corpo passa por privações tornando-se vulnerável a sofrimentos tanto de ordem emocional quanto física.

Os adoecidos crônicos convivem com enfermidades de longa permanência, o que produz reflexos importantes em sua vida pessoal e em suas relações sociais (CANESQUI, 2007). Frente a essa condição a família, e em especial, a cônjuge necessita fazer uma adequação das atividades diárias, sendo necessário um investimento em um cuidado atencioso e zeloso e que esteja imbuído da emancipação da pessoa que vivencia a condição para emancipar-se quanto aos seus cuidados, buscando sempre que possível desenvolver suporte para o enfrentamento da condição. Para o alcance dessa emancipação as cônjuges precisam cuidar de si, buscando reconhecer potencialidades e fragilidades em ambos para assim elaborar estratégias para o cuidado de si e do outro.

### 3.1.1 O CUIDADO POR OBRIGAÇÃO

De acordo com Diniz e Coelho(2005) trazemos dentro de nós as histórias de todas as mulheres que nos antecederam, portanto o modelo da família tradicional da época da colonização que colocava a mulher no lugar de subalterna e subserviente exaltando somente os traços femininos relacionados a docilidade e a passividade. As mulheres deviam obediência absoluta a seus pais, irmãos e maridos.

Neste estudo o cuidado ao cônjuge em condição crônica aparece também como sendo uma obrigação que a mulher precisa cumprir mesmo vivenciando momentos de estresse que dá vontade de não fazê-lo. Elas acreditam que seus cônjuges poderiam fazer muitos dos cuidados necessárias ao seu bem estar, porém não fazem.



Elas referem um comprometimento com seus cônjuges com base no juramento que fizeram quando casaram, devem cuidar da alimentação e vigiá-los nas ações que não forem adequadas à condição vivenciada. Às vezes sofrem sozinhas, mas sempre estão disponíveis para o cuidado. Achando que estão sendo impacientes para o cuidado, muitas vezes se culpam e verbalizam isso nas suas falas. Os fragmentos a seguir confirmam a afirmação acima.

Eu tento fazer a minha parte, não é para comer gordura, açúcar. Tem que prevalecer o juramento quando estiver doente, precisar de ajuda. Tem hora que dá vontade de dizer assim: thau, vou embora. Ele faz a alimentação toda errada e eu fico encima(...). Ele tem que dá graças a Deus porque eu gosto de cozinhar. A gente tem que se comprometer com o outro. A doença de um lado foi bom porque você vai buscar uma forma de se cuidar melhor. Eu policio (...) às vezes ele fica chateado. Na cabeça dele está tomando remédio posso beber. Ele tem uma luta para manter uma boa alimentação. Se não tiver a saúde como é que ele vai para a rua trabalhar? (Dália, 48 anos, 28 anos de casada).

Para Dália a condição crônica tem um lado bom porque a pessoa vai se cuidar melhor, porém a sua fala evidencia que esse cuidar melhor é promovido não pelo seu cônjuge e sim por ela que fica atenta a todos os cuidados, principalmente a questão da alimentação que no caso do seu cônjuge é fundamental.

### 3.1.2 O CUIDADO POR AMOR

O casamento pode ser uma construção conjunta da realidade, uma opção viável de relacionamento, correspondendo assim as expectativas de cada um dos cônjuges havendo o comprometimento e o acreditar de cada um no que está fazendo. É preciso haver equilíbrio entre a conjugalidade e a individualidade, partilhando interesses e relacionamento afetivo-sexual, evitando o tédio e a repetição. Neste estudo o amor foi evidenciado como o motivo para permanecer na relação, tanto para cônjuges satisfeitos como para aqueles que estão insatisfeitos (NORGREN, SOUZA, KASLOW, HAMMERSCHMIDT E SHARLIN, 2004).

Em momento de transição, como no caso da condição crônica o amor também foi citado como um elemento que fortalece no enfrentamento da nova situação. A fala de Rosa vai ao encontro das considerações feitas pelas autoras referenciadas acima quando argumentam sobre o valor do amor-paixão romântico.



O que mais fortalece é o amor, é a companhia, lutar por nosso companheiro. A vida a dois é muito boa porque um cuida do outro. Eu acho que eu não sou forte, porque eu sou..., chora... (Rosa, 49 anos, 23 anos de casada).

Os fragmentos da narrativa de Rosa também encontram eco no estudo de Aboim (2009) sobre a pluralidade dos afetos nas conjugalidades contemporâneas em Portugal que identificou diversas orientações amorosas, mas também diferentes trajetórias sentimentais. As três grandes semânticas evidenciadas foram: o amor como paixão, como companheirismo ou como sentimento de “alternância”. Ao analisar os fragmentos observamos a presença desse amor-paixão, companheiro que fortalece.

170

### 3.1.3 O CUIDADO POR MEDO DA MORTE DO OUTRO

Existe uma dramaticidade nas relações familiares, que nasce da imponderável liberdade com a qual cada membro renova ou deixa de reafirmar sua adesão ao outro que é impossível de apreender totalmente com as ferramentas das ciências. Há sacrifícios que são abraçados para viver uma incondicional dedicação ao outro, que é difícil observar em todas as nuances, por exemplo, o deixar de cuidar de si diante do adoecimento por medo de perder o Outro (PETRINI, 2012).

Ao analisar os relatos de Rosa e Hortência inferimos que eles se coadunam com a afirmação acima, pois os mesmos falam abertamente sobre o cuidado que as cônjuges têm com os seus cônjuges que vivenciam a condição crônica, porque têm um medo efetivo de perdê-los. Para além da verbalização, observamos a expressão de medo, seja contorcendo o corpo ou um olhar distante revelando seus medos durante as entrevistas. O questionamento de Féres-Carneiro(1998) parece momentaneamente ter a seguinte resposta diante do adoecimento: Existe uma conjugalidade e uma individualidade diante do adoecimento crônico para as mulheres investigadas e não uma conjugalidade e duas individualidades.

O cuidar dele está muito próximo de mim(...), e aí como vai ser minha vida se eu perder. (Hortência, 54 anos, 31 anos de casada).

O problema dele a gente vê que é um solução muito pequena. Só mesmo Deus. Eu penso muito em perdê-lo cedo. A gente vê com tristeza. Tem coisa que só Deus pode resolver. (Rosa, 49 anos, 23 anos de casada).



Percebemos que diante da limitação imposta pela condição crônica, e em especial aquela na qual a ciência tem limites na oferta de cuidado e de cura, como é o caso da enfermidade renal crônica, o medo do outro morrer está presente e promove uma sensação de angústia, de solidão, de tristeza. Medo do que poderá acontecer consigo, caso o outro venha a morrer. Nesse momento a religiosidade apresenta-se como uma força que gera a esperança por meio da confiança em Deus.

### 3.2 AS TENSÕES ADVINDAS DA DESCOBERTA DA CONDIÇÃO CRÔNICA NA CONJUGALIDADE

Em um estudo que investigou as representações sociais do diabetes mellitus tipo 2 e do tratamento de pessoas que vivem com essa condição crônica, os autores concluíram que o diabetes é representado como uma doença que exige cuidados devendo ser controlada para evitar as complicações crônicas advindas dela, porém o controle se dá por meio de um tratamento pautado pela proibição, o que dificulta o seguimento do tratamento que impõe mudanças no estilo de vida, especialmente nos hábitos alimentares (STUHLER; CAMARGO, 2012).

Ele faz a alimentação toda errada e eu fico encima(...). Ele tem que dá graças a Deus porque eu gosto de cozinhar. Eu policio (...) às vezes ele fica chateado. Na cabeça dele está tomando remédio posso beber. (Dália, 48 anos, 28 anos de casada).

A descoberta da enfermidade gera tensões, pois interfere diretamente com os hábitos alimentares havendo uma necessidade de rever os alimentos que podem e os que não podem ser consumidos, o que não é tarefa fácil em uma cultura como a nossa que presa por alimentos condimentados e doces.

Ter uma enfermidade já é um desafio, se essa impõe uma condição crônica, há o imperativo de se mudar os hábitos alimentares, atividades físicas, acrescentar o uso de medicações, o enfrentamento da dependência de outras pessoas e aparelhos para adaptações a uma nova realidade de vida (DYNIEWICZ; ZANELLA; KOBUS, 2004).

Quando ele adoeceu eu deixei o trabalho para estar com ele... chora. Os bens materiais não importam. O tratamento é prolongado, (...) tem que seguir a dieta, ele abraçou e faz tudo que o médico pede. A descoberta foi muito difícil, eu deixei tudo. Ele clama, eu digo tenha mais sabedoria, não se desanime. Quando ele vai para o tratamento





(hemodiálise três vezes por semana) eu fico em casa preocupada, só saio quando ele chega. Às vezes ele diz que não vai. (Rosa, 49 anos, 23 anos de casada).

Neste estudo os dados empíricos evidenciam a dificuldade da cōnjuge em manter os sentimentos de esperança para apoiá-lo quando ele se desanima com relação ao tratamento. Não é uma tarefa fácil porque nesse processo de adoecimento ela deixou o trabalho fora de casa para ficar cuidando exclusivamente dele, o que além de tirá-la do mercado de trabalho precocemente, também contribui para a diminuição da renda da família em um momento em que as despesas aumentam tanto por alimentação especial quanto pelo consumo de medicamentos.

### 3.3 A VIDA SEXUAL E A CONDIÇÃO CRÔNICA

Ao abordar a vida sexual na conjugalidade depois da condição crônica foi evidenciado semelhanças e diferenças nas falas das entrevistadas. Para uma delas a nova condição não trouxe mudança na vida sexual. Já para outra, o que aconteceu ao longo dos anos de casados foi a transformação no processo de viver que é inerente ao homem e a mulher, a exemplo da diminuição dos hormônios e também porque a nova condição interferiu no estado emocional dela.

(...) eu acho que não teve interferência com a doença, a vida sexual segue normal. Segue a vida sem deixa que a doença tome conta. (Rosa, 49 anos, 23 anos de casada).

Tudo que mexe com o psicológico no caso de atrapalhar a mim, meus problemas de menopausa isso caiu bastante ele também... (Dália, 48 anos, 23 anos de casada).

Os fragmentos evidenciam que para vivenciar uma condição crônica é necessário agregar cuidados aos cuidados que os indivíduos já estavam acostumados e muitas das atividades inerentes ao dia a dia podem ser realizadas sem comprometimento à nova condição, porém é preciso estar atento para que algumas necessidades não sejam negligenciadas em detrimento de outras advindas com a condição crônica para que assim a vida sexual possa seguir com suas possibilidades e limites inerentes a condição.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é uma breve análise do processo de transição saúde-adoecimento-cuidado na conjugalidade a partir da vivência do cuidado prestado pelas cōnjuges ao seus cōnjuges. Com base nos resultados e discussão inferimos que os objetivos traçados foram respondidos, quais sejam: analisar o cuidado da cōnjuge frente ao adoecimento crônico do seu companheiro



identificando a visão de cuidado da c#u00f4njuge e descrevendo a vis#u00e3o desse cuidado para quem cuida.

Observamos que o cuidado das c#u00f4njuges ao seus c#u00f4njuges contribui, em geral, para o descuido de si. Tal processo de cuidado pode estar relacionado a obriga#u00e7#u00e3o advinda do juramento no casamento, ao amor, ao medo de perder o Outro. A fase de descoberta da enfermidade #u00e9 um momento permeado de medos e conflitos. A vida sexual pode ou n#u00e3o sofrer com a transi#u00e7#u00e3o para o adoecimento.

Os limites deste estudo est#u00e3o relacionados ao fato de terem sido entrevistadas apenas mulheres, deixando assim uma lacuna com rela#u00e7#u00e3o ao cuidado dos homens c#u00f4njuges, no caso do adoecimento cr#u00f4nico.

## REFER#u00caNCIAS

- ABOIM, S. Da pluralidade dos afetos: trajet#u00f3rias e orienta#u00e7#u00f5es amorosas nas conjugalidades contempor#u00e2neas. In: *Revista Brasileira Ci#u00eancias Sociais* - Vol. 24 n#u00b0 70 junho/2009, p.107-185.
- BARDIN, Laurence. *An#u00e1lise de conte#u00fado*. Tradu#u00e7#u00e3o de Lu#u00eds Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4.ed. Lisboa: Edi#u00e7#u00f5es 70, 2004.
- CAMPOS, N. e outros. An#u00e1lise multidisciplinar de um paciente com doen#u00e7a cr#u00f4nica: relato de caso. In: *Adolesc. Sa#u00fade*, v.8, n.2, Rio de Janeiro, abr/jun 2011, p.63-66.
- CANESQUI, A.M. Estudos antropol#u00f3gico sobre os adoecidos cr#u00f4nicos. In: CANESQUI, A. M. (org.) *Olhares socioantropol#u00f3gicos sobre os adoecidos cr#u00f4nico*. S#u00e3o Paulo: Hucitec/ FAPESB, 2007. P.19-51.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ci#u00eancias humanas e sociais*. 5.ed. S#u00e3o Paulo: Cortez, 2001.
- COLLI#u00c8RE, Marie-Fran#u00e7oise. *Cuidar... a primeira arte da vida*. Tradu#u00e7#u00e3o S#u00edlvia Ventura, Ana Filipa Oliveira, Fernanda Oliveira, L#u00facia Silveira. 2.ed. Portugal: Lusoci#u00eancia, 2003.
- DINIZ, G.; COELHO, V. A Hist#u00f3ria e as hist#u00f3rias de mulheres sobre o casamento e a fam#u00edlia. In: F#u00c9RES-CARNEIRO, T.(Org.) *Fam#u00edlia e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. 320 p.
- DYNI#u00c9WICZ, A.M.; ZANELLA, E.; KOBUS, L.S.G. Narrativa de uma cliente com insufici#u00eancia renal cr#u00f4nica: a hist#u00f3ria oral como estrat#u00e9gia de pesquisa. In: *Revista Eletr#u00f4nica de Enfermagem*. Dispon#u00edvel em [www.fen.ufg.br](http://www.fen.ufg.br). 20 de maio de 2013. p.199-212, 2004.
- F#u00c9RES-CARNEIRO, T. Casamento contempor#u00e2neo: o dif#u00edcil conv#u00edvio da individualidade com a conjugalidade. In: *Psicologia reflex#u00e3o e cr#u00edtica*, vol. 11, n#u00famero 002, UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- INGRID; F.G-N.; ZEIDI, A.T. O que Fazer Quando o Cora#u00e7#u00e3o Aperta? A Din#u00e2mica Conjugal P#u00f3s-infarto. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n.1, Vit#u00f3ria, Jan-Abr 2002, p. 107-115.
- NORGREN, M.B.P. e outros. Satisfa#u00e7#u00e3o conjugal em casamentos de longa dura#u00e7#u00e3o: uma constru#u00e7#u00e3o poss#u00edvel. In: *Estudos de Psicologia*, 9(3), 2004, 575-584.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Cuidados inovadores para as condições crônicas: componentes estruturais para ação; relatório mundial. Brasília: OMS, 2003.

PETRINI, Giancarlo. Poética da família. In: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília S.(Orgs.). *Poética da família e da comunidade*. São Paulo: Annablume, 2012.

KLÜBER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos próprios parentes*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SARTI, C.A. A família como ordem simbólica. In: *Psicologia USP*, 15(3), 11-28. São Paulo, 2004.

STUHLER, Giovana Delvan; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais do diabetes de pessoas que vivem com essa condição crônica. In: *Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v.6 n 3. Disponível em [www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1156](http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1156). Acesso. 20 de maio de 2013. P.67-81. 2012.

VERAS, R. P. Estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas: um modelo em que todos ganham. In: *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro,; 14(4) 2011,779-786.



## TRANSIÇÃO PARA A PATERNIDADE: ENVOLVIMENTO PATERNO NA GRAVIDEZ, PARTO E PÓS-PARTO

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos

*Professor do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal)*

*luciacvm@oi.com.br*

FITERMAN, Hannah

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea*

*(UCSal)*

*hannahfiterman@hotmail.com*

175

### RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a transição para a paternidade. Utilizando a metodologia qualitativa, exhibe resultados de uma análise de uma entrevista longitudinal realizada com um homem que vive pela primeira vez a experiência de ser pai. O sujeito entrevistado foi encontrado numa clínica de obstetrícia que atende população de classe média alta da cidade de Salvador (BA) acompanhando sua esposa que estava grávida. O objetivo deste trabalho é analisar como se dá ou não o envolvimento paterno nos períodos da gravidez, no parto, nos primeiros dias de nascimento da criança e nos três meses do bebê. Os resultados indicam importantes mudanças na vida do homem quando se torna pai e sugerem diversas adaptações por parte do mesmo, que passa a assumir novos papéis na família. Discutem-se algumas questões sobre o que favorece e o que dificulta o envolvimento paterno.

**Palavras-chave:** Parentalidade. Paternidade. Envolvimento

### ABSTRACT

This paper presents a case study about the transition to parenthood. Using the qualitative methodology, shows the results of an analysis of a longitudinal interview with a man who lives for the first time the experience of being a father. The father was found in a clinical midwifery that meets high population of the city of Salvador (BA) middle class, accompanying his wife who was pregnant. The objective of this work is to analyze how or do not give father involvement during periods of pregnancy, childbirth, the first days of the child's birth and the three months baby. The results indicate important changes in human life when it becomes father and suggest various adaptations from the same, which shall assume new roles in the family. It is discussed some questions about what fosters and what hinders the parental involvement.

**Key-words:** Parenting. Fatherhood. Involvement



## 1 INTRODUÇÃO

Vê-se a importância de discorrer sobre a transição para a paternidade, tema que está sendo explorado na sociedade brasileira inclusive pelos meios de comunicação em massa, como a televisão, que têm capacidade de introduzir valores nas relações humanas e influenciar nas construções de papéis. Conforme Bastos et. al. (2013), a paternidade contemporânea é complexa e diversa, podendo variar amplamente devido à condição socioeconômica, o nível educacional do pai, o relacionamento que o pai teve com a família de origem, como eram os tipos de brincadeiras dos pais, como foi o contato anterior que o pai teve com outras crianças, o relacionamento entre o pai e a esposa, entre o pai e o filho, as características pessoais tanto do pai quanto do filho, pois há uma influência recíproca entre eles, a idade de ambos, sexo da criança, que vai se constituindo ao longo do tempo e se resignificando a cada momento.

No Brasil, a chegada de uma criança na família muda a dinâmica familiar toda, muda o foco da família, produzindo um novo movimento em todos os seus membros. Os pais estão apenas começando a falar sobre como é tornar-se pai. O envolvimento do pai na vida da criança está relacionado ao seu lugar dentro do sistema familiar, que confere ao mesmo um significado e importância particulares, e a aspectos da cultura na qual a família está inserida (CERVENY, 2000). Dessen e Lewis (1998) sugerem que as diferenças observadas no comportamento de mães e pais podem ser o produto de suas diferentes reações ao processo de ser observado, mais do que de suas diferenças sexuais. O pai também passa por profundas mudanças na gravidez e merece atenção.

Neste trabalho, serão enfatizadas as pesquisas sobre envolvimento paterno no período da gravidez, parto e pós-parto do(a) filho(a) primogênito(a).

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A chegada do bebê exigirá novos comportamentos por parte dos pais e outras pessoas que possam auxiliar no cuidado do bebê. Lamb (2000) salienta que o engajamento do pai com seu bebê será influenciado pelo lugar que o bebê ocupa em suas projeções imaginárias. De acordo com Favarato e Gagliani (2008), diversas histórias antecedem a chegada do bebê e



influenciam significativamente seu desenvolvimento futuro, diante das inúmeras expectativas depositadas na gestação. O bebê já se faz vivo simbolicamente na vida dos pais muito antes de sua concepção: ele é uma promessa, terá que ser o mais bonito e o mais saudável para realizar todos os sonhos e planos dos pais que estão sendo feitos ao longo do período gestacional.

Grande parte dos pais de primeira viagem constroem ideias sobre o significado da paternidade baseados em experiências com as suas famílias de origem e nos conceitos que são definidos pela sociedade. O homem, durante a gestação de seu filho primogênito, com todas as expectativas sobre a paternidade, busca formas de como ser um “bom pai”. Padrões de comportamento na sociedade ditam um homem mais participativo no cuidado com os filhos, mas conforme os estudos de Lyra (2008) faltam recursos e políticas, inclusive para ajudá-lo a obter tais padrões, levando em consideração as singularidades de cada família, até para auxiliar os pais a refletirem e colocarem em prática seus deveres e também os seus direitos. É importante resgatar que ainda existe no Brasil uma cultura que não garante aos homens seus direitos para efetivamente fazerem-se presentes na vida das crianças.

A presença do pai no momento do nascimento é considerada um novo fenômeno social (PICCININI et. al., 2004). Tradicionalmente, o homem não participa nem acompanhando sua parceira nas visitas médicas durante a gravidez, nem na hora do parto, nem tem a coragem de expressar seus verdadeiros sentimentos que a gravidez da parceira e o nascimento do filho criam nele. Isso provoca tensão entre o homem e a mulher. Entretanto, se o pai for bem sucedido na adaptação à sua nova função, ele vai sentir vontade de cuidar da criança, ter confiança em ser o pai e compartilha suas sensações e expectativas sobre a gravidez com sua parceira (URIKO, 2011). O comportamento de adaptação e processos de desenvolvimento para os homens durante a gravidez é tão complicado como para as mulheres e necessitam de mais investigação.

A Lei do Acompanhante, nº 11.108, de 7 de abril de 2005, consiste em “garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”. Hospitais do SUS em todo o Brasil estão descumprindo a lei federal que garante às gestantes o direito de ter um acompanhante antes, durante e depois do parto.

Em 2012, uma pesquisa realizada pela ouvidoria da Rede Cegonha com 54 mil mulheres mostrou que 64% não tiveram esse direito atendido. Os serviços de saúde alegam falta de





espaço físico adequado para garantir a privacidade das gestantes e que o acompanhante pode atrapalhar o procedimento, mas a presença do acompanhante tranquiliza a gestante, deixando-a mais segura e facilitando o trabalho de parto. Segundo Tyrrel (2001), o parto humanizado se destaca em trazer o acompanhante e essa presença do pai pode ajudar a mãe que está tensa e ansiosa a sentir mais acolhida.

Para Tomereli (2007) o pai está envolvido emocionalmente no parto. Na sala de parto o pai pode estabelecer uma interação com o filho no que concerne a amá-lo, embalá-lo, toca-lo, segurar no colo, sorrir-lhe, olhar o que de si vê no bebê. No entanto, o pai pode também estar apreensivo, inseguro, assustado, desenvolvendo fantasias de que estará sempre em segundo plano com o nascimento do bebê, criando uma espécie de ciúmes do filho, com medo de traição quando não encontra semelhanças entre ele e o bebê.

Homens e mulheres aprendem a serem pais e mães na vivência, no cotidiano, no contato com o filho, reconhecendo aos poucos as necessidades do bebê. Beltrame e Bottoli (2010) procuram compreender como, na atualidade, se dá o envolvimento paterno na criação do filho. Seus resultados indicam que o pai busca através de seus próprios parâmetros, pautados em questões transgeracionais, construir uma relação baseada no desejo de realizar trocas afetivas com seus filhos, juntamente com o que a sociedade lhe exige. Esses autores relatam a importância de olhar para o singular, sem ater-se às generalizações, pois para cada sociedade, família, casal e indivíduo existem crenças, valores e afetos que tornam o envolvimento paterno inusitado. O pai da atualidade não quer copiar padrões antigos, nem mesmo quer ocupar o lugar da mãe.

Como indicado por Lamb et al. (1985), os homens parecem tão competente como as mulheres na atenção básica do bebê, mas eles têm sido muitas vezes negados à exposição (através de babás, economia doméstica ou classes da vida familiar, e revistas femininas) para as habilidades necessárias para o sucesso em e gozo de cuidado da criança.

Nos estudos de Gomes e Resende (2004), o pai é apresentado como regulador da capacidade da criança investir no mundo real. Vê-se a importância da figura paterna no processo de desenvolvimento, especialmente no primeiro ano da criança, para que ela construa dentro de si imagem positiva das trocas afetivas durante o desenvolvimento da personalidade.

Nos estudos psicanalistas, o contato físico entre o bebê e o pai, no cotidiano, aponta para a organização psíquica da criança, devido à sua função estruturante no desenvolvimento do ego.



O pai real ganha valor quando “a criança o percebe enquanto desejo da mãe e objeto daquilo que o filho está apto a apreender dele, estabelecendo uma dialética” (GOMES; RESENDE, 2004, p.121). Essa interação pai-bebê facilita a transição da criança da família para a sociedade, oferecendo condições de desenvolvimento social favorável à criança, que se desprende da estrutura doméstica confortável proporcionada pela mãe e sente-se mais segura para explorar o ambiente. Há muitos comentários sociais a respeito das mudanças nos papéis paternos, mas poucas evidências que os apoiam (DESSEN; LEWIS, 1998).

A paternidade é abordada segundo o modelo tradicional, provedor financeiro da família, e os novos modelos de pai, amoroso e cuidador. Nesse sentido Gomes e Resende (2004) levam a teorizar que o pai que transita entre valores novos e arcaicos, reinventando o seu papel com uma nova postura de pai.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a transição para a parentalidade. Utilizando a metodologia qualitativa, exhibe resultados de uma análise de uma entrevista longitudinal realizada com um homem que vive pela primeira vez a experiência de ser pai. O trabalho foi aprovado no Comitê de Ética da Maternidade Climério de Oliveira, como critério primordial para a efetivação do mesmo. Após a aprovação do estudo em tal comitê, foi realizada a coleta de dados. Além disso, foi colocado como critério de exclusão que o feto gestado fosse o(a) primeiro(a) filho(a) do referido homem. Assim, o pai entrevistado se encontrava em tal condição e aceitou em colaborar com o estudo assinando o termo de consentimento livre e esclarecido e participando de entrevista gravada em três momentos: durante o terceiro trimestre de gestação, uma semana após o parto e três meses após o nascimento do bebê. Ao pai, foi pedido que ele relatasse sobre sua referência de paternidade, a representação que ele tinha de paternidade, o que ele vivenciou ao tornar-se pai, dentre outras questões. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso tem como vantagem novas descobertas, enfatizando as multiplicidades da dimensão de um problema e como limitação a dificuldade para generalizar os resultados obtidos, destacando-se, portanto, ao estudar uma unidade bem delimitada e contextualizada, analisando o que o caso representa dentro do todo.



#### 4 O ESTUDO DE CASO

Benjamin, 30 anos, Casado, Católico, Médico Pediatra, homem pertencente à classe média alta da cidade de Salvador – BA, mora com a esposa e a filha de três meses. Apenas ele trabalha e a esposa estudava, mas parou de estudar no último trimestre da gravidez. Ele não pensava sobre o fato da esposa não ter emprego quando se casou, mas agora pensa na possibilidade da esposa não trabalhar fora de casa para cuidar dos filhos, pois não quer ter empregada cuidando dos filhos. Benjamin passou sua infância com os pais e quatro irmãos, ele era o mais velho. Durante a adolescência, os pais se separaram e Benjamin foi morar com o pai. Nessa época, Benjamin já estava cursando a faculdade e só saiu da casa do pai quando se casou. Ele tem como referência de paternidade seu pai biológico, que o educou e que é um homem muito correto, principalmente em relação aos valores, mas falhou em autoridade. Portanto, Benjamin também trás como referência de paternidade um padre da igreja que frequenta, pois o padre cuida dele e assume essa função de autoridade na vida dele. Para Benjamin, família é pensada como um núcleo, com pai, mãe e filhos que moram juntos e dividem a vida. Ele teve um filho que considera que faz parte de sua família, junto com sua esposa e sua filha, mas o filho, que inclusive já tinha nome, não vingou os três meses de gravidez. Seu desejo de ter filho homem continua e, portanto, ele pretende ter mais filhos. Benjamin acha que a função do pai é ter filho, que também é uma das funções da família. A família de origem dele era grande e por isso ele sempre desejou ter a casa cheia. Para Benjamin, ter filhos é a missão que o ser humano tem no mundo, a de povoar o mundo, e que é preciso educar os filhos porque o mundo está cheio de gente doida. Descobriu que sua esposa estava grávida observando as mudanças corporais nela como, por exemplo, os seios que aumentaram de tamanho e pediu que ela fosse fazer o teste, afirmando que ela estava grávida. Durante a gravidez de sua esposa, Benjamin a ajudou nas atividades domésticas, pois percebeu que sua esposa estava muito instável emocionalmente, numa situação mais frágil, com uma barriga enorme que a dificultava inclusive para levantar da cama e ele tentava dar suporte, dar segurança afetiva para ela ver que ele estava presente, do lado dela. Benjamin começou a almoçar todos os dias em casa depois que soube que iria ser pai, comportamento que não acontecia antes só com o casamento e que ele nem se preocupava. Naquele momento o foco saiu do trabalho, saiu da carreira e foi para a filha. Benjamin tentava acompanhar as ultrassonografias e as consultas da esposa ao obstetra e sua esposa fazia questão



que ele estivesse junto. Ele conversava e brincava com a filha na barriga. Quando tocava piano para ela, percebia que ela se mexia e antes de sair de casa para o trabalho ele a abençoava. Nas conversas com outras pessoas, Benjamin dizia que estava grávido, que iria parir tal dia, mas depois ele dava-se conta que quem iria parir era a mulher dele. Ele ficava conversando com a filha para ela virar logo para sua esposa ter parto normal. Benjamin estava ansioso, com expectativas de como seria o parto. Primeiro Benjamin se descobriu como marido e depois como pai e essas novidades na vida dele ajudaram-no a se descobrir inclusive como homem.

No dia do nascimento da filha, Benjamin estava tranquilo demais, acreditava que era pelo fato de já ter visto outros partos e por saber que a esposa dele estava com uma boa obstetra. A esposa entrou em trabalho de parto e não deu tempo de internar e ela teve a filha na emergência devido às burocracias do hospital, que era privado. O parto foi normal, a sogra entrou para fotografar e Benjamin cortou o cordão umbilical, que foi um pedido da obstetra. A esposa estava com muita dor e um pouco assustada porque nunca tinha passado por isso e ele estava tentando dar segurança para ela, falando para ela se acalmar. O hospital foi muito intervencionista. No início, foi muito estranho para Benjamin. Ver a filha foi uma surpresa e teve um estranhamento. Reconhecer seus traços, sua fisionomia nela. Devagarzinho ele foi se apegando ao bebê e conhecendo, porque ela era uma ilustre desconhecida, depois ele foi percebendo que ela colocava a mão igual a como a viu fazendo no ultrassom. A filha parecia com ele, mas puxou à personalidade da esposa, que reclama pouco, mas quando reclama é um estardalhaço. Para Benjamin, o nascimento era um milagre, que em um momento o bebê estava dentro de sua mulher e no outro, como um passe de mágica o bebê sai de lá de dentro e começa a chorar e a comer. Naquela hora ele era o pai e cortar o cordão umbilical teve todo um simbolismo, que ele estava ajudando o parto acontecer e a médica fez questão que ele participasse desse momento. O pezinho que ele sentia chutando, depois do nascimento, Benjamin pegava no pé. Ele estava carregando um cristalzinho, bem frágil e que ele tinha que cuidar. Como ele já tinha carregado várias crianças no colo em sua profissão, sua esposa era quem tinha dificuldades para carregar a filha e ele tentou ajudá-la. Benjamin teve dificuldades para armar o bebê conforto. No mesmo dia que teve alta do hospital, já foi à pediatra.

Nos primeiros dias do nascimento a sogra foi morar na casa deles para dar apoio. A esposa teve muita dificuldade para amamentar, pois a filha nasceu com a língua presa, grudada na base da boca, o que machucava muito os mamilos da esposa. Sobre a língua presa, fez uma cirurgia



na criança e corrigiu. Mas precisou parar de amamentar e montou o banco de leite em casa e Benjamin ficou dando o suporte, esterilizando os objetos, colhendo o leite, armazenando o leite, esquentando o leite e mantinha as coisas da casa em ordem. A esposa sofreu muito porque ela queria amamentar e a esposa falava que o cheiro da filha estava diferente depois que ela parou de amamentar, pois, mesmo com a bomba elétrica, não saía leite suficiente e precisou dar o leite recomendado pela médica e frequentar uma clínica especializada em amamentação que contava com doulas, profissionais especialistas, que tiravam as dúvidas das mães. Benjamin ficou ansioso também, mas aprendeu a dar suporte, primeiro afetivo e depois de condução, pois a esposa e a sogra travavam quando algo dava errado, ficavam desesperadas, não sabiam o que fazer. Ele deixava a esposa dar o leite para ajudá-la a se sentir mãe, a esposa estava muito insegura, mas como ela passava muito tempo para ordenhar o leite, mesmo com auxílio, ele dava o leite na mamadeira e era o “arrotadouro”, pois sempre punha a filha para arrotar e ele achava uma delícia, pois era a filha dele, que era um pedaço dele, nasceu da esposa dele e que ele está cuidando. Para ele foi um novo papel, de alguém que dá suporte para que as coisas funcionem. A sogra auxiliava a arrumar a casa, a cozinha e as roupas do bebê e na hora de dar o banho e uma amiga da esposa foi visitá-la e a tranquilizou muito ela porque também tinha passado por dificuldade de amamentação, a pediatra também ajudou bastante, teve uma enfermeira que ajudou na amamentação e eles tinham uma diarista para arrumar a casa. Ele falava com a sogra “quando sua filha era pequena a senhora fazia como?” tentando trazer a sogra para participar dos cuidados do bebê porque a esposa a deixava de escanteio. Benjamin relata que devido o fato dele ser pediatra, tudo a esposa perguntava para ele, solicitava a ele, e a sogra deu a entender que não gostava disso. Então ele deixou a sogra na incumbência de dar banho na criança para ela exercer o papel de avó dela e ele limpava a banheira depois. Benjamin acordava de noite e trocava a fralda da criança para a esposa descansar, mas relata que a esposa era mais sensível aos ruídos do bebê. Não é sempre, mas quando a esposa demandava, ele ia cuidar da criança. Já pela manhã, ele cuidava do bebê por vontade própria. Ele colocava a filha no bebê conforto próximo do piano e ela gostava quando ele tocava e ele percebeu o quanto foi importante tocar para ela desde a barriga da mãe, para ela já começar a reconhecer o pai. Benjamin relata que fazia com a filha o martinez, falando parecendo um mongoloide, colocando as palavras no diminutivo, por exemplo, “minha filhinha papai vai te dar leitinho” o que ele não fazia com as crianças que ele atendia no trabalho. A criança ainda estava muito



novinha para responder a brincadeiras e a esposa fica mostrando a filha quando dá risada e ele sabe que é apenas reflexo, mas adora quando ela dá risada e pensa que ela já está respondendo a eles. Ele virou pai e mãe, mas relata que ele não consegue sozinho e nem a esposa consegue sozinha, um ajuda o outro. Ele se sentiu o provedor financeiro, organizacional e afetivo, num trabalho de retaguarda, dando suporte para a esposa. Tinha tarefas que cabiam a Benjamin e que eram diferentes das que cabiam à esposa dele.

Os primeiros meses se passaram e Benjamin não tinha antes a noção do quanto era cansativo cuidar da filha, mas era um cansaço que o deixava feliz. Para dar conta das tarefas da casa, contratou uma empregada doméstica. Ver a filha tendo comportamentos que lembram a ele fazia ele se sentir pai e que precisava lidar com uma pessoa que tinha vontade própria, que chorava quando queria alguma coisa, que sorria quando estava feliz, que interagia e que já se expressava. A filha era uma pessoa que precisava ser educada e Benjamin tinha que acostumar ela a dormir na hora exata e contava histórias para que ela se acostumasse com a língua. Era uma aventura e Benjamin precisou aprender a se doar, de tempo principalmente. Para ele, amar é se sacrificar mesmo. Ele tem café da manhã com a filha e a noite a criança fica mais com a esposa, mas ele a põe para dormir. A esposa fala que Benjamin brinca bem mais com a filha e Benjamin acha que é para tirar o atraso do tempo que ele fica no trabalho. As expectativas que ele tinha não correspondiam com a filha real e ele foi aprendendo a amar a filha, não era um sentimento automático. A filha demanda muito mais dele do que ele imaginava. Ele não tinha noção da intensidade do que era ser pai e relata que na hora de dormir, a filha nem sempre queria dormir e ele tinha que ficar acordado, com ela no colo e esse sacrifício era recompensador, era padecer no paraíso. Para Benjamin, ser pai era ser autoridade com a filha e para ele era difícil, mas a esposa de Benjamin já solicitava isso dele. Agora com a filha crescendo, preocupa-se com a educação dela.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Para compreensão do caso estudado foram investigadas características pessoais como idade, religião, estado civil, renda familiar na intenção de descrever quem é esse pai. As





investigações perpassaram pela história da família de origem do pai entrevistado para entender quais as referências, os valores e os significados que ele tem de paternidade.

Posteriormente, no terceiro trimestre da gravidez de sua esposa, na primeira semana após o parto e nos três meses do bebê, o pai entrevistado relatou sobre como se deu seu envolvimento em cada momento vivenciado. Sua narrativa permitiu responder qual o lugar do pai na família. O pai entrevistado acompanhou o desenvolvimento da criança na barriga da esposa dele, vivenciou um estranhamento no parto, reconhecendo aos poucos os traços do bebê. Foi aprendendo a amar a filha e a lidar com um novo ser inusitado e surpreendente a cada momento, com vontade própria.

A amamentação foi trazida como ato que faz a mulher se sentir mãe. O materniz foi apresentado como um comportamento que também é do pai. O papel de provedor e autoritário continua sendo sinônimo de paternidade.

O trabalho no caso apresentado é facilitador da habilidade para cuidar de crianças, mas dificulta o envolvimento paterno devido ao tempo gasto dentro do trabalho e, portanto, longe da filha e da família. O cansaço de cuidar da filha é recompensador, enquanto que o cansaço de trabalhar é estressante e pode trazer repercussões negativas para o envolvimento.

## 6 RESULTADOS

Os resultados indicam importantes mudanças na vida do homem quando se torna pai e sugerem diversas adaptações por parte do mesmo, que passa a assumir novos papéis na família. O pai que foi apresentado no caso estudado reproduz papéis sociais, ao mesmo tempo que se sente bem num papel que rompe com o padrão tradicional, mostrando o papel de cuidador. No entanto, mesmo alguns papéis que ele deseja mudar e tem consciência do quanto é essencial essa mudança, ele não consegue desconstruir velhos papéis. Dificuldades inclusive para se assumir num papel tradicional. Coexistem modelos tradicionais, modernas e emergentes de paternidade (GOMES; RESENDE, 2004).

Benjamin que é pai pela primeira vez, reflete sobre as tensões, dificuldades e felicidades que ele vivenciou como pai desde a gestação até o momento atual no qual a filha tem três meses de nascida. Embora a sua história sirva de exemplo para o tema da transição para a paternidade,



não representa a vivência de todos os pais no Brasil, como também não representa todos os pais de classe média alta. No entanto, sua história elucida um conjunto de mudanças que têm fascinado a maioria dos estudiosos brasileiros que pesquisam sobre envolvimento paterno.

## 7 DISCUSSÕES

Este trabalho de metodologia qualitativa descreveu a rotina e os significados da paternidade na gravidez, parto e pós-parto. Discutem-se algumas questões sobre o que favorece e o que dificulta o envolvimento paterno. O envolvimento do pai na vida da criança está relacionado ao seu lugar dentro do sistema familiar, que confere ao mesmo um significado e importância particulares, e a aspectos da cultura na qual a família está inserida (CERVENY, 2000). No estudo de caso, Benjamin relata que o desejo de ter um bebê e as expectativas quanto à filha que ainda iria nascer aumentava o envolvimento paterno durante o parto, como descrevem os estudos de May e Perrin (1985) e de Ferreira, Leal e Maroco (2010). Outro fator que favorece tal envolvimento são as solicitações da esposa para ele participar desse momento de gestação como um estímulo para o pai querer acompanhar o desenvolvimento do bebê. No entanto, o fator crucial é quando o bebê faz algum movimento, chutando a barriga da mãe, e o pai entende que o feto está interagindo e começa a conversar com o(a) filho(a). A presença paterna nos ultrassons, consultas médicas, na escolha de coisas para o bebê favorece seu envolvimento, e no caso estudado o pai diminui o ritmo de trabalho para ficar mais próximo da criança e da esposa.

Conforme Parke (1996), para compreender o comportamento do pai devem-se levar em consideração as ações adotadas pela mãe durante a gravidez. Lidar com a instabilidade emocional da esposa decorrente de hormônios e mudanças corporais próprios da gravidez pode dificultar o envolvimento paterno no período da gravidez, especialmente porque a criança é um ser que o pai ainda não vê e nem sente fisicamente e essa limitação corporal pode se tornar uma barreira para o envolvimento. A rotina de trabalho também pode dificultar o envolvimento.

Durante o parto, o que pode favorecer o envolvimento paterno é a confiança nos médicos, que podem realizar um parto de modo que o pai participe ativamente do nascimento do(a) filho(a). A história pregressa de vida do pai de já ter participado de outros partos ou de ter cuidado de um(a) sobrinho(a) pequeno, por exemplo, e os sentimentos vivenciados no primeiro



olhar, no primeiro colo também facilitam esse envolvimento. O que pode dificultar o envolvimento paterno durante o parto é a dinâmica hospitalar que, se for muito intervencionista e se colocar o pai no papel de visita, o exclui do processo do nascimento do filho e as convenções sociais que muitas vezes colocam o pai num papel secundário relativo aos cuidados do bebê.

Nos três meses do bebê, a presença do pai nos contextos do bebê, o fato do bebê estar crescendo e com maiores possibilidades de interação e ter um bom relacionamento com a companheira favorece o envolvimento paterno. O que novamente pode dificultar é vida social que coloca o pai na órbita desse processo do nascimento, como se o homem ao cuidar do filho fosse competir com a mãe ou deixar de exercer a função paterna, simbolizada pela autoridade, e que ditam o que é próprio da mãe e o que é próprio do pai. A mãe e o pai podem entrar em competição e não conseguir se reconstruir em papéis mais flexíveis.

Os dados mostram o quanto a cultura é norteadora desse processo de nascimento (BASTOS et. al.,2013). O pai entrevistado tem uma representação da paternidade baseada nas experiências correlatas a sua profissão e nos preceitos da religião, mostrando-se um homem pertencente a uma família conservadora. O estudo de caso apresentou um pai que tenta se legitimar no papel de cuidador, que na contemporaneidade assume um valor social, mas se percebe cobrado a desempenhar um papel tradicional quando o papel de cuidador parece incomodar a esposa e o seu entorno social, como se a mãe estivesse perdendo espaço para o pai. Até que ponto o pai entrevistado só está reproduzindo uma cobrança social. A chegada do bebê exige novos comportamentos por parte do pai, da mãe e de outras pessoas que possam auxiliar no cuidado do bebê. O pai entrevistado traz um discurso religioso, que a família é feita para povoar o mundo e que o filho precisa ser educado com convenções sociais estabelecidas.

O pai entrevistado sabia cuidar do bebê e o fato ser participativo e conhecedor das técnicas de cuidado devido o seu trabalho como médico pediatra, o fez sentir que estava incomodando as pessoas em seu entorno ou a atitude dele cuidar da filha estaria mexendo com o papel da mãe e com visões estereotipadas do que é ser pai. Ele sofreu com essas transformações, pois culturalmente estava tomando o espaço da mãe. As dores, os incômodos, os anseios por conta das mudanças corporais e emocionais da mãe respingam no pai. Então ele tentou ajudar a esposa cedendo espaço, deixando de cuidar da filha em alguns momentos para que a esposa voltasse a exercer seu papel materno no cuidado com o bebê, por exemplo, dar leite ou dar



banho. Conscientemente ele assume esse papel de mais distante da criança na frente das convenções sociais, papel de homem, que o desvincula do envolvimento com o bebê. Ele reclama que a convenção social o exclui da vida com sua filha, mas ele como homem acaba tendo que exercer esse papel.

Inicialmente o pai entrevistado vinculou o envolvimento paterno com a experiência profissional dele, depois ele passou por esses preceitos apenas teóricos e ele entrou numa nova significação do que é ser pai. O envolvimento com a filha perpassa pelo processo de aprender a ser pai.

187

## 8 CONCLUSÃO

A paternidade contemporânea refere-se a pais mais presentes, envolvidos, mostrando-se amoroso e próximo no cotidiano da família, rompendo com a concepção tradicional que estabelecia distanciamento físico e afetivo. O círculo familiar coloca tarefas novas para os sujeitos e ninguém está preparado para isso. Ser pai e ser mãe não é uma coisa dada, instintiva, mas há um engessamento cultural muito forte de quais são os padrões predominantes nos papéis familiares, criando estereótipos, construindo tabus, naturalizando tais padrões e inibindo as diversas alternativas de ser e se comportar no mundo.

Ainda há muito a ser pesquisado nesta área, particularmente em relação à idade da criança, e variações culturais e socioeconômicas de comportamento parental. Como as mulheres e os homens se sentem sobre si mesmos, em referência à experiência de nascimento do primeiro filho e também como os pais se adaptam às novas demandas da parentalidade e da maternidade tem implicações para a saúde e bem-estar de todos os envolvidos.

Hoje em dia os homens desempenham um papel muito mais importante no cuidado da criança do que costumavam. Investir no envolvimento paterno não favorece apenas a família, mas as empresas e o governo. Ter uma sociedade que abrace a paternidade como importante, como um direito, é também uma decisão econômica.



## REFERÊNCIAS

ANDERSON, A. M. Factor influencing the father-infant relationship. *Journal of Family Nursing*, 3(2), 1996, p. 306-324.

ARAUJO, A. C.; BRITO, R.; CARVALHO, J; SOUZA, N. Sentimentos vivenciados pelo pai diante do nascimento do filho. *Rev. Rene. Fortaleza*, v. 10, n. 3, p. 125-131, jul./set.2009. Disponível em: [http://www.revistarene.ufc.br/vol10n3\\_pdf/a15v10n3.pdf](http://www.revistarene.ufc.br/vol10n3_pdf/a15v10n3.pdf). Acesso em; 06 Nov 2013.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acesso em: 11 Junho 2014.

BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, Greyce Rocha; BOTTOLI, Cristiane. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n.32, p.205-226, jan./jul., 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1380/1091>> Acesso em: 25 Set. 2013.

Brasil. *Lei n. 11.108*. Altera a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial da União 7 Abril de 2005.

BRAZELTON, T.B. *Momentos decisivos do desenvolvimento infantil*. (J.L. Camargo, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Trabalho original publicado em 1992).

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 13-29.

CARVALHO, Maria Luiza de. O renascimento do parto e do amor. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.10, n.2, July 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000200022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200022&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 Junho 2014.

CERVENY, C. M. O. *A família como modelo: desconstruindo a patologia*. Campinas, SP: Livro Pleno, 2000.



CONDON, J. T. The assessment of antenatal emotional attachment: Development of a questionnaire instrument. *British Journal of Medical Psychology*, 66, 1993.

DESSEN, Maria Auxiliadora; LEWIS, Charlie. *Como estudar a "família" e o "pai"?*. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 8, n. 14-15, Aug. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1998000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1998000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Maio 2013.

FAVARATO, M. E. C. de S.; GAGLIANI, M. L. A atuação do psicólogo em unidades infantil. In: ROMANO, B. W. (Org) *Manual de psicologia clínica para os hospitais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

FERREIRA, Liliana Sousa; LEAL, Isabel; MAROCO, João. Sintomatologia de Couvade e o envolvimento paterno vivenciado durante a gravidez. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 11, n.2, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-00862010000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862010000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 Nov. 2013.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 20, n. 2, Aug. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722004000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Out. 2012.

GONDIM, Symone; LYRA, Jorge. Mais do mesmo? Imagens cristalizadas de paternidade na literatura acadêmica. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 (ANAIS ELETRÔNICOS), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387454579\\_ARQUIVO\\_SymoneGondim.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387454579_ARQUIVO_SymoneGondim.pdf). Acesso em 11 Junho 2014.

JABLONSKI, B. Paternidade hoje: uma metanálise. In: SILVEIRA, P. (Org.) *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LAMB, M. E., Exploring and defining early social ecologies and their impact: Mothers, Fathers, families, and cultures. *Marriage and Family Review*, 30, 2000, p. 119-135.

LAMB, M. E.; PLECK, J. H.; CHARNOV, E. L.; LEVINE, J. A. Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25, 1985, p. 883-894.

LEMMER, C. Becoming a father: a review of nursing research on expectant fatherhood. *Maternal Child Nursing Journal*, 16, 1987, p. 261 – 275.

LIMA, M. G. *Representações sociais das gestantes sobre a gravidez e a consulta de en-fermagem no pré-natal*. Tese de mestrado apresentada na Universidade de Brasília. Faculdade de ciências da saúde, 2006.





LYRA, Jorge. *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas* (2003-2006). 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública).

MAY, K.; PERRIN S. Prelude: Pregnancy and birth. In: Hanson, M & Bozet, F (eds). *Di-mensions of fatherhood*, pp 6491. Beverly Hills/USA: Sage Publications, 1985.

MAZET, P.; STOLERU, S. *Manual de psicopatologia do recém nascido*. Porto Alegre: Artmed, 1990.

PALKOVITZ, R. Reconstructing “involvement”: Expanding conceptualizations of men’s caring in contemporary families. In A. Hawkins & D. Dollahite (Eds.), *Generative fathering: Beyond deficit perspectives* (pp. 220-216). Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

PARKE, R. D. *Fatherhood*. London: Harvard University Press, 1996.

PICCININI, Cesar Augusto et al. O envolvimento paterno durante a gestação. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-797220040003000003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-797220040003000003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Nov. 2013.

RUSTIA, J. G.; ABBOTT, D. Father involvement in infant care: Two longitudinal studies. *International Journal of Nursing Studies*, 30, 1993, p. 467-476.

TYRRELL MAR. *Programas Nacionais de Saúde Materno-infantil: impacto político-social e inserção da enfermagem*. Rio de Janeiro (RJ): EEAN/ UFRJ; 1, 2001.

TOMERELI, Keli Regiane; PIERI, Flávia Meneguetti; VIOLIN, Mara Rúbia; SERAFIM, Deise; MARCON Sonia Silva. “Eu vi meu filho nascer”: vivência dos pais na sala de parto. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, Dez 2007; v. 28, n.4 p. 497-504. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/3110/1716>. Acesso em: 06 Nov 2013.

URIKO, Kristiina. ADAPTATION AT THE POSTNATAL PERIOD AND THE VALUATION OF PARENTAL ROLES. In: VALSINER, J. *Cultural Dynamics of Women’s Lives*, Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2011, p. 271–298.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.



## “CÁ ENTRE GERAÇÕES...”: CONCEPÇÕES DE HOMENS DA CLASSE MÉDIA ACERCA DA FAMÍLIA E SEUS MEMBROS

NEVES, Sinara Dantas

*Estudante de doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea (UCSal)*  
*sinarasinara@hotmail.com*

191

SILVA, Maria Angélica Vitoriano da

*Mestre pelo Programa de Família na Sociedade Contemporânea (UCSal)*  
*marvitoriano@gmail.com*

### RESUMO

Este estudo é parte de um projeto maior intitulado “Concepções de jovens, adultos e idosos de Salvador sobre família e seus componentes”. Objetivou-se investigar possíveis alterações intergeracionais sofridas na representação dos papéis familiares na cidade de Salvador, Bahia. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa no qual, foram entrevistadas, em separado, três gerações de uma mesma família: um jovem do sexo masculino, seu pai, e seu avô paterno. A análise foi realizada através da metodologia de estudo de caso. Os dados revelaram uma tendência das três gerações sustentarem suas concepções acerca dos papéis desempenhados na família baseados na formação recebida, nas experiências de vida e nos modelos com os quais conviveram, revelando as diversas aproximações na forma de viver e pensar a família.

**Palavras-chave:** Família. Intergeracionalidade. Homens.

### ABSTRACT

This study is part of a larger project entitled "Conceptions of youth, adults and seniors Salvador on family and its components." This study aimed to investigate possible alterations suffered intergenerational family roles in representing the city of Salvador, Bahia. This is an exploratory qualitative study, which interviewed separately, three generations of the same family: a young male, his father, and his paternal grandmother. The analysis was conducted using the methodology of case study. The data revealed a trend of three generations support their conceptions of their role in the family based on training received in life experiences and models with which coexisted roles, revealing the various approaches in the way of living and thinking family.

**Key-words:** Family. Intergenerational. Men.



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta, analisa e discute os dados obtidos em entrevistas realizadas com componentes de três gerações do sexo masculino (avô, pai e filho), de uma família de classe média, sendo todos residentes na cidade de Salvador, estado da Bahia. As referidas entrevistas fazem parte de uma pesquisa que teve como objetivo, conhecer a concepção de jovens, adultos e idosos de Salvador, sobre família e seus componentes e foram realizadas pelos alunos da disciplina Contextos familiares, vínculos, identidade e pertencimento, do Programa de Pós-Graduação Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL, sob orientação das professoras titulares da disciplina. Desta forma, representa uma visão parcial acerca dos resultados gerais obtidos, os quais foram coletados e analisados, tendo como foco a questão da transmissão de valores e as representações de mundo entre três gerações de uma família, considerando que as gerações são portadoras de história e de representações de mundo.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família, considerada um sistema complexo de relações onde seus membros compartilham um mesmo contexto social de pertencimento, não permanece a mesma ao longo da sua existência, é um sistema em constante transformação, afetada que é, por fatores internos e externos à sua história e ciclo de vida, em interação com as mudanças sociais.

Por relações, entendemos vínculo, conexão de alguma ordem, entre duas ou mais pessoas, fato ou acontecimento e a família, conforme Petrini (2004), encontra-se em constante mudança por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. É também este autor que, em frutíferas discussões em torno da temática família-sociedade-contemporaneidade e as mudanças que a família enquanto instituição vem atravessando, afirma que:

Na sociedade contemporânea, a família é considerada um valor, ideal que a maioria da população cultiva. [...]. Estão mudando o modo de entender e o modo de viver o amor e a sexualidade, a fecundidade e a procriação, o vínculo familiar, a paternidade e a maternidade, o relacionamento entre homem e mulher.” (PETRINI, 2012, p. 3)



Ao pensarmos a família como “valor” há que se considerar que aí se fazem presentes traços culturais e que os mesmos são transmitidos nas relações entre as diferentes gerações; espaço onde nos constituímos como sujeitos, como seres sociais. Neste sentido, as relações familiares podem ser compreendidas sob a perspectiva intergeracional, pressupondo, assim, a passagem de valores, bens e todo o legado que uma geração transmite à geração seguinte, incluindo a ideia de temporalidade.

A abordagem intergeracional contempla a convivência temporal entre duas ou mais pessoas que se encontram em diferentes estágios da vida, ou seja, os vínculos que se estabelecem entre indivíduos que se reconhecem nas suas singularidades, se modificam (nas e com) as experiências.

Como sujeitos e portadores de história, somos afetados pelas histórias e experiências daqueles que nos antecederam, assim como afetamos aqueles que nos sucederão. Desta forma, a família é *locus* privilegiado na construção das nossas subjetividades, de atualizar a história do indivíduo e da família. Por isso, não nos surpreende que embora mudanças venham ocorrendo nas concepções dos membros mais jovens acerca dos papéis desempenhados por aqueles que compõem as famílias, as mesmas apresentam traços que refletem a influencia de gerações anteriores, o que nos leva a afirmar que estas mudanças são gradativas e processuais.

## OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer a concepção de três gerações de homens de uma família de classe média, residente em Salvador, sobre família e seus componentes. “Considerando que as gerações são portadoras de história e de representações de mundo, torna-se relevante estudar a transmissão de valores e as transformações da vida familiar. Busca-se descrever o cotidiano, os relacionamentos e representações que cada geração faz, identificando as similaridades e diferenças com o passar do tempo” (BIASOLI-ALVES, 2006, p. 26).



## METODOLOGIA

A análise da literatura, no que se refere às diferentes possibilidades de coleta de dados, e o confronto dela com os objetivos estabelecidos neste estudo permitiram a decisão por uma metodologia qualitativa e exploratória baseada em relato oral e entrevista estruturada. Neste sentido, considera-se pertinente a escolha do estudo de caso como método utilizado na presente pesquisa. De acordo com Yin (2010), trata-se de uma descrição intensiva, analítica e globalizante de um objeto, adequado quando pretendemos definir os tópicos de investigação de forma abrangente e quando queremos considerar a influência do contexto de ocorrência do fenômeno que está sendo estudado. A escolha é justificada pela intenção em obter dados a respeito dos significados compartilhados por três gerações do mesmo gênero de uma mesma família de classe média acerca de família e seus componentes, bem como identificar a influência destes elementos na transmissão intergeracional de valores.

O relato oral, caracterizado pela relação entre uma pessoa que pergunta e outra que, detentora da informação, responde à primeira, em comparação à observação e experimentação, é o meio mais rápido de se chegar às respostas para as questões desta pesquisa. Através das falas procura-se auferir a maneira como pensam, sentem, suas atitudes, crenças, expectativas e valores. Com isso, pode-se analisar além das descrições das ações, incorporando novas fontes para interpretação de resultados.

O método qualitativo, referenciado na etnografia, implica incursão em profundidade do investigador no grupo e campo da investigação, o que exige certa perseverança e flexibilidade metodológica, desde que se observem as condições de produção e o material espontâneo que emerge na dinâmica de interações. Cabe ao investigador ser o próprio instrumento ou mediador para obtenção das informações desejadas.

Este método considera que todo acontecimento a ser investigado se enquadra dentro de uma abordagem teórica, que inclui uma história, uma cultura dentro de uma dada realidade social. Por isso a importância de se estudar o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, apreendendo os “significados” das falas, compreendendo as relações sociais entre os sujeitos e não apenas os fatos e as causas do comportamento, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto (BOGDAN & BIKLEN, 1994).



O método deve dialogar com o referencial teórico e, assim, constituir-se como ‘eixo de sustentação’ da pesquisa para que o pesquisador saiba os caminhos a percorrer, estando preparado para uma análise epistemológica durante o processo. Assim, tanto o método, como estratégia, e a técnica, enquanto instrumento, devem ser planejados conforme a sua pertinência, coerência e relevância quanto ao objeto e objetivos da pesquisa. Por isso, buscou-se a constante articulação entre a subjetividade do pesquisador e a intersubjetividade constitutiva do encontro entre pesquisador, informante e referencial teórico.

## LOCAL E PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa três gerações de uma mesma família, do gênero masculino, escolhidos a partir da rede de relações de uma das autoras; seguindo os seguintes critérios de inclusão: residir em bairro de classe média de Salvador; geração mais jovem deveria ter idade entre 15 e 29 anos e o consentimento dos pais ou avós para que eles participassem da pesquisa; um dos três membros a ser entrevistado deveria ter cursado ou estar cursando o nível superior de escolaridade.

Nessa família, aqui identificada como “Família Campos” para preservar a identidade dos membros, a geração mais antiga, chamada de 1ª geração, é representada por um homem de 78 anos, casado, nível superior completo e sem religião definida. A segunda geração é representada por um homem de 44 anos, casado, cursando nível superior e também sem religião definida. A terceira geração é representada por um jovem de 15 anos, solteiro, cursando o nível médio e não praticante de nenhuma religião.

As entrevistas foram realizadas na residência dos membros, a partir de um agendamento prévio para incursão do investigador. Mediante a anuência dos mesmos, previamente informados, os sujeitos foram contatados e convidados a participar do estudo.

Foram requisitados alguns minutos do tempo para, individualmente, explicar-lhes sobre a atividade desenvolvida, a fim de sensibilizá-los a participar, visando: menção à instituição a qual está vinculada; explicação dos motivos da pesquisa em linguagem de senso comum, em respeito aos que não dominam os códigos das ciências sociais; justificativa da





escolha deles como entrevistados; os objetivos do estudo e todas as etapas subsequentes ao mesmo.

## **INSTRUMENTOS**

A investigação transcorreu no interior de uma ordem de fenômenos considerados pertinentes à análise. Foi elaborado um roteiro para a entrevista dirigida, a partir de três grandes conjuntos de tópicos:

- a) Tópicos ligados aos dados de identificação dos sujeitos, como o nome, sexo, idade, estado civil, religião, endereço, nível de escolaridade e número de filhos e irmãos;
- b) Concepções sobre a família e seus membros;
- c) Tópicos mais direcionados aos papéis ocupados pelas pessoas de uma família.

Os tópicos foram formulados precisamente para ir além da espontaneidade, em direção ao que por várias vezes não é comumente dito, o que levou a uma análise temática previamente estabelecida através do roteiro.

Foram utilizados um gravador para registrar as falas, cópias do roteiro, papel, caneta e lápis.

## **PROCEDIMENTOS**

Após o contato do pesquisador com os sujeitos convidados a participar da pesquisa, conforme descrito no item “Local e participantes”, suas respectivas anuências e assinaturas do Termos de Consentimento Livre Esclarecidos, iniciou-se a coleta dos dados.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados referenciou-se no procedimento da pesquisa, como um instante em que se realiza a análise do discurso. A fala do sujeito é considerada objeto de interpretação e



sua narrativa implica em uma prática discursiva, já que a realidade se constitui a partir das interações entre os sentidos localizados e produzidos em seu cotidiano.

Após transcrição das falas, os relatos foram qualitativamente analisados conforme Biasoli-Alves e Dias-da-Silva (1992).

## RESULTADOS

### I CONCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIA E SEUS MEMBROS

#### a) Representações de família nas 3 gerações

A primeira geração representa a família como um conglomerado, uma teia de relações, pessoas que se unem por afinidades, independente de consanguinidade: *“Um agrupamento de pessoas com afinidades, objetivos, princípios. Pra mim família é esse conglomerado.”* Essa concepção foi justificada pela formação recebida, por experiência de vida e os modelos com os quais conviveu.

A segunda geração representa a família como base, como acolhimento: *“... aquela coisa de você chegar em casa, depois de um dia de trabalho, e se sentir acolhido por todos... família é a base sólida de todo mundo.”* Mas, ao longo da pesquisa, também acrescentou a noção de teia de relações: *“...emaranhado de ligações afetivas; uma grande rede de afetividade. Isso porque hoje eu tenho uma família, aí tem fulano que conhece cicrano e aí forma-se uma grande rede de relacionamento afetivo, uma nova teia afetiva.”* Tal percepção é baseada em experiência própria e nos valores transmitidos de forma intergeracional: *“É aquela coisa incondicional... É uma coisa que a gente aprende desde criança. Vem de berço. A gente vê o exemplo de nossos pais e é aquela coisa gostosa de se confraternizar.”*

Para a terceira geração a família ultrapassa os laços de consanguinidade: *“Um grupo de pessoas que é mais além aos laços sanguíneos, mas que sei lá, compartilham as mesmas coisas, compartilham também a confraternização de um grupo.”* Isso se justifica por experiência própria do entrevistado que afirma nunca ter visto família de outra forma.



## b) Componentes da família

Na primeira geração a definição dos membros da família envolve a família extensa mais os amigos: “... *alguns parentes, mesmo tendo nascido de outros pais, eu considero...*”. O entrevistado considera os valores e princípios em comum como critérios de inclusão de membros na família: “*Os princípios dessas pessoas, que se encaixam, principalmente se não há interesse econômico nem sexual, que são os dois fatores de maior desagregação.*” No que diz respeito à residência, o entrevistado dessa geração revela residir apenas com a esposa, por estarem vivendo a fase do ciclo vital do ninho vazio.

A segunda geração, assim como a terceira, também define família incluindo a família extensa e ampliada, estabelecendo como critério as primeiras lembranças que vêm à mente, além do sentimento de lealdade e apoio incondicional, que independe de laços consanguíneos: “*é muito baseado nos valores porque também tem aqueles que não são da família, são amigos, mas que são como se fossem da família.*” Além da família nuclear, incluem como resposta a empregada doméstica e os dois cachorros, para definir quem reside com eles.

## II PAPÉIS OCUPADOS PELAS PESSOAS DE UMA FAMÍLIA

### a) Concepção de mãe

Inicialmente, para o representante da primeira geração, ser mãe, está associado à função biológica da procriação, justificando que “*ninguém nasce ser de uma mãe.*” Acrescenta, ainda, que vai “*além de ser a fabricante, tem que ser a formadora de personalidade, porque é com a mãe que o filho vive mais e os princípios das pessoas são formados desde os primeiros momentos de vida externa*”.

Na segunda geração, aparece a característica de proteção e o sentimento de amor incondicional. “*Mãe é a grande protetora dos filhos; é aquela que protege os filhos, que cuida dos filhos, em qualquer situação. É uma coisa que já desde quando a mulher engravida, ela já tem aquele amor incondicional pelos filhos e ela carrega para o resto da vida. Não importa a idade, prá mãe o filho vai ser sempre uma eterna criança. Eu acho que o papel da mãe é esse: cuidar e proteger o filho.*”

Já a terceira geração concebe a mãe a partir de uma relação mais horizontal, onde se fazem presentes sentimentos de amor, amizade, cumplicidade, afirmando que é “*como se fosse*



*sua primeira amiga, [...] que te dá aquele amor: o maior amor fraternal é o dela e também ela é que aguenta o tranco na hora do nascimento; ela é quem aguenta a dor”.*

#### **b) Concepção de pai**

Para a primeira geração, ser pai, além de “*ser companheiro, ser professor, ser ajudante, ser auxiliar*” é, também, aquele que tem como função “*vigiar*”.

A segunda apresenta a figura paterna como aquela que é responsável em “*dar exemplo*” e assim é quem ensina a como “*caminhar na vida corretamente, e ser uma pessoa digna, honesta. Pai é o exemplo*”.

A terceira geração atribui ao pai a função de liderança, para ele, “*o pai é um líder da família*”.

Aqui encontramos uma tendência conservadora da representação de pai que se sofisticava na terceira geração o que sugere, como afirma Arriagada (2000) que um declínio do modelo patriarcal de família.

#### **c) Concepção de avó**

A primeira geração percebe a avó como uma segunda mãe embora admita que assim como o avô, são aqueles que “*deseducam*”, nas suas palavras: “*Pai educa; avô e avó deseduca*”.

A segunda geração também percebe a avó como uma mãe, mas aquela “*que deixa os filhos fazerem as travessuras*”, sugerindo assim ser uma função mais relaxada de exercer.

Para a terceira geração a avó aparece como “*uma pessoa divertida*”, mais disponível para acompanhar os netos. Afirmando que, “*minha vó tem menos problema; minha vó gosta de sair mais*”.

#### **d) Concepção de avô**

Baseado na própria experiência e como vem se comportando, a concepção de avô para a primeira geração compreende aquele que “*é bagunceiro*”, bem como aquele que consegue ver além do que os pais veem podendo orienta-los no acompanhamento dos filhos.

A segunda geração baseia-se no modelo de seu avô definindo que este é um papel de possibilidade de expressão de afeto e carinho.



Também tomando como referencia a experiência vivida com seu avô, a terceira geração concebe que ser avó vai além do fato de ser o pai do seu pai, é um amigo, alguém com quem gosta de conversar, com quem se diverte, por quem tem afeto: *“É mais do que o pai do meu pai, mas pode ser um amigo também. Eu converso muito com meu avô; eu gosto das conversas que eu tenho com ele... sei lá, às vezes a gente faz algo engraçado, eu faço um apelido para ele, ele faz um apelido para mim, mas, sei lá, eu gosto dele.”*

#### e) **Concepção de irmã**

A primeira geração, justificando com exemplos de sua experiência, acredita que é uma relação que não depende de laços consanguíneos, admitindo que não ter *“um conceito de irmã”*.

A segunda geração, porém, com concebe irmã como amiga, presente em qualquer situação. Como *“um forte elo de ligação entre todos.”*

Já a terceira geração, contempla aspectos que incluem além da amizade, a rivalidade, a solidariedade, a brincadeira.

*“Irmã é como aquela pessoa amiga, e aquela pessoa também que enche o saco, ao mesmo tempo. Aquela que você faz uma brincadeira pra tirar ela do sério e ela xinga, entre aspas, de uma maneira divertida; eu penso que às vezes você pode contar com ela às vezes”*.

#### f) **Concepção de irmão**

A noção de irmão para a primeira geração é semelhante aquela que expressou acerca de irmã, enfatizando que é mais que um fato biológico: *“eu me agreguei mais aos irmãos não biológicos”*. O mesmo revela ter mais intimidade com aqueles que ele adotou como irmãos de consideração, justificando que *“nunca existiu dinheiro na relação da gente”*, o que leva a crer que tenha havido dificuldades de relacionamento com os irmãos biológicos por questões financeiras.

Para a segunda geração o conceito de irmão assemelha-se ao de irmã, em que predomina a amizade e a companhia, porém, *“um pouco mais distante”*; *“um amigo não tão presente como a irmã”*. Ele ressalta também a importância de encontrar no irmão a possibilidade de ajuda nos momentos difíceis: *“quando a gente se fala um liga pro outro de vez em quando, quando algum precisa do outro procura sempre se ajudar...”*. Uma relação onde o afeto se faz presente e alguém com quem se pode contar para ajuda.



Na terceira geração o entrevistado, por declarar não ter irmão, apenas irmã, responde hipotetizando, destacando uma relação de amizade e companhia: “...acho que talvez se eu tivesse irmão eu penso que seria mais fácil porque de garoto para garoto às vezes você entende mais, o que ele tá pensando, o que ele tá querendo dizer; as dificuldades. Talvez fosse uma dificuldade a menos”.

### **g) Concepção de esposa**

Para a primeira geração a concepção de esposa envolve inicialmente uma brincadeirinha em que ele revela “esposa é a mulher aporrinha o marido 24 horas por dia, com exceção de quando ele está dormindo (risos)”, mas depois retoma com seriedade à pergunta, trazendo o papel de cuidadora; educadora; orientadora; disciplinadora e líder: “... é tudo; tem certas horas que é até pai e mãe, porque é quem tá junto, no dia-a-dia; é quem toma a iniciativa”; “tem certas horas que a mulher age como homem... tem certas horas que é ela quem rege a família, na formação, na educação, na solução dos problemas, às vezes o marido está mais ausente da casa...”. Essa concepção está muito voltada no exemplo que ele tem da mulher dele, principalmente quando acrescenta que a postura da esposa moderna tem levado a “uma desagregação da família”: “hoje em dia não que eu vejo aqui em Salvador e em outros estados, têm mulheres saindo das atividades de casa para atividades diversas, mas aí eu considero isso desagregação da família porque a família vai perdendo o ponto de referência porque, ao meu ver, a mulher é o ponto de referência da família; é quem comanda!”.

Para a segunda geração esposa e esposo têm o mesmo papel, mas destaca a função de dar amor e carinho como funções principais da esposa, além do cuidar e ser amiga e companheira: “... esposa eu acho que é o carinho, o amor, o aconchego, chegar em casa e se sentir acolhido”, e justifica ter respondido a partir da experiência própria: “eu, como marido, vou tentar responder o que é ser esposa”.

Para a terceira geração, foi extremamente complicado responder a esta questão: “Puuuuxaaaa, talvez se eu trabalhasse em teatro seria mais fácil responder isso aqui...”, mas o mesmo pensa na experiência de esposa que sua mãe é em casa e atribui à esposa a função de compartilhar com o marido as experiências da vida, cuidando da preservação de sua individualidade, sem, contudo, contrapor a conjugalidade, expressando que “Quando uma mulher vai ser esposa, ao mesmo tempo que ela vai seguir o marido ela deve ter também o





*pensamento contrário ao dele.” Justificando a importância de que a esposa tenha sua própria opinião para ser respeitada: “Às vezes mostrar que ele está errado, porque não existe a esposa estar sempre certa de tudo ou o marido estar sempre certo...”.*

#### **h) Concepção de esposo**

A primeira geração reage a esta indagação com um ar de gozação que oscila entre conteúdos sérios: *“Marido é o cara que só faz aporrinhar a mulher, atrapalhar, exigir, cobrar. (risos) Observe, no contexto geral, o cara sai para jogar bola, para ir para praia, para beber, mas quando chega em casa é com a mulher o ponto de referência dele. É com a mulher que ele descarrega às vezes as coisas que trás de lá; o cansaço; as aporrinhações; as desavenças. A mulher é o pára-choque do caminhão e o homem é só o caminhão, sem freio! É só o caminhão, sem freios!”*. Para ele a referência do esposo é a esposa.

A segunda geração relaciona esposo com a atenção e comando: *“é aquela pessoa que deve dar atenção à esposa, procurar ver na família o que tá precisando pra tentar colocar as coisas no eixo”*. Por experiência própria, ressalta a importância disso: *“A grande reclamação das esposas que eu vejo por aí é a atenção que às vezes o marido não dá adequadamente, então, o grande papel do marido é dar atenção à sua esposa, saber ouvir. Certo? Isso eu sei porque eu sou cobrado em relação a isso... O marido tem o papel de, digamos assim, direcionar qual o caminho que a família vai trafegar”*.

A terceira geração evidencia aspectos relacionados à importância da igualdade entre os pares, mas destaca o papel da liderança: *“é quase o mesmo patamar que a esposa, quase a mesma função(...) só que ele tem que se mostrar líder, às vezes, e às vezes ele tem que ouvir o que a esposa diz...”*, e justifica que *“num grupo o líder não vai conseguir se dar bem se ele só ficar mandando... ele deve mostrar sua liderança, mas tem que ouvir o que ela acha melhor para a família”*.

## **DISCUSSÃO**

Os resultados revelam a transmissão intergeracional de valores e crenças a respeito da concepção de família e da percepção dos papéis que cada membro desempenha. A formação



recebida, as experiências de vida e os modelos com os quais conviveram sustentam as concepções dos sujeitos da pesquisa acerca dos papéis desempenhados na família, revelando as diversas aproximações na forma de viver e de pensar a família.

As três gerações representam a família como base, foco de acolhimento, que ultrapassa os laços de consanguinidade, como resume o sujeito da segunda geração: “emaranhado de ligações afetivas; uma grande rede de afetividade”.

Todos os sujeitos da pesquisa definem a família a partir da família extensa mais os amigos, chegando à ampliada, à medida que os cachorros e a empregada doméstica não foram esquecidos. A rede de apoio diante das adversidades sustenta a definição desses membros, seguindo o pensamento de independência quanto aos laços sanguíneos.

Apesar de pertencerem à mesma família, as três gerações apresentaram diferentes concepções acerca do papel de mãe. O sujeito da primeira geração associa o papel de mãe à função biológica, de procriação, e à responsabilidade de formar e educar os filhos desde os primeiros instantes de vida; o da segunda geração atribui à mãe o sentimento de amor incondicional e o da terceira geração já faz uma associação à mãe-amiga, o que revela o modo contemporâneo de sentir e pensar o papel da mãe.

O papel de pai também se modifica ao longo das gerações. A primeira geração considera o pai um companheiro, um professor, um ajudante, que tem a função de vigiar o filho. A segunda geração atribui ao pai a condição de modelo a ser seguido e do qual dependem os valores dos filhos. A terceira geração concebe o pai como um líder. Isso revela diferentes formas de pensar que se assemelham quanto a garantia de um lugar de destaque para este pai na família.

A concepção de avó está intimamente ligada à concepção de mãe, para as três gerações, que também comparam, de forma espontânea, a postura das avós aos perfis dos avôs. Entram num consenso entre si e reafirmam um conhecimento do senso comum de que o papel dos avós é de deseducar os netos. Nota-se que quanto mais jovens as gerações, mais as concepções de avó tornam-se próximas de um perfil de maior disponibilidade e aproximação com os netos.

O papel de avô, para a geração mais velha, foi definido a partir da sua própria postura neste papel, no qual consegue orientar os filhos na educação dos netos, diferente da concepção que a segunda geração tem de avô como expressão de afeto e carinho e que a terceira tem de



referência de amizade, que coincide com a concepção contemporânea atribuída aos membros familiares, de maior oportunidade de trocas e de afetividade. Isto revela o quanto tem se modificado a possibilidade de inter-relação entre membros de diferentes gerações. A noção de sabedoria e respeito, comum aos membros mais antigos, vai sendo substituída por reconhecimento de possibilidade de troca e companheirismo, selada em relações sinceras de amizade, que terminam aproximando as gerações e possibilitando uma re-apresentação de funções na família. Nesse caso, o avô que conduz e educa se modifica para o avô que expressa amor e brinca, sabe ouvir, dá colo e troca confidências.

A definição do papel de irmã é trazida pelo sujeito da primeira geração com dificuldade, ressaltando a amizade como elo mais forte entre irmãos, e que independe de laços consanguíneos. O sujeito da segunda geração também reforça a amizade como algo importante nessa relação e atribuindo à irmã a responsabilidade por manter a união dos outros membros da família. A terceira geração acrescenta aspectos como rivalidade, solidariedade e brincadeiras no conceito que tem de irmã, que demonstra o quanto esse conceito se modifica a depender do quão próximo estamos do convívio com este membro. Esta geração é a única que ainda não formou sua família extensa e que reside com a irmã na mesma casa, ambos solteiros.

Ao serem estimulados a pensar acerca do papel do irmão, foi inevitável a aproximação do conceito que revelaram sobre a irmã. Inicialmente, os entrevistados tentavam responder a esta questão como se já tivessem esgotados todas as informações quando responderam sobre o papel da irmã, porém, após refletirem sobre o irmão, as respostas demonstravam que, apesar de pensarem ter o mesmo conceito entre irmãos, o conteúdo trazido sobre o irmão era sentido e expressado de forma diferente, revelando estratégias definidas pelos mesmos para conviverem com este papel, do mesmo sexo que eles, e filhos dos mesmos pais.

O sujeito da primeira geração confessa ter se agregado a outras pessoas como irmãos, de origem biológica distinta, revelando ter maior intimidade com estes do que com os próprios irmãos, sugerindo que entre eles existiu uma distância por razões financeiras, não especificadas; o entrevistado da segunda geração relata um maior distanciamento entre ele e o único irmão, em comparação com a relação com sua única irmã, assumindo se falarem apenas às vezes e puder contar com sua cumplicidade nos momentos mais difíceis; o sujeito da terceira geração só consegue se expressar quanto ao papel de irmão a partir de uma hipótese de que seria mais compreendido se tivesse um irmão, já que também só teve uma única irmã.



A reflexão sobre o papel de esposa fez com que os sujeitos da primeira e da segunda geração, que desempenham o papel de esposos, ficassem à vontade para responder com humor à questão, trazendo à tona a postura de cobrança que geralmente o senso comum atribui a este papel. A geração mais velha chamou atenção para os rumos que os hábitos da mulher moderna estão levando a família, considerados por ele motivo de desagregação da família. O sujeito da segunda geração ainda atribui à esposa a função do cuidar, como seu pai comentou com saudosismo, mas, para o sujeito da terceira geração, que é solteiro, a preocupação estava em indicar a importância de a esposa defender suas opiniões, equilibrando a satisfação dos desejos do esposo com aquilo que também a satisfaça.

Quando a questão versava sobre a concepção de esposo, a esposa serviu como referência para a primeira geração, como se fosse, para ele, impossível pensar em um papel sem o outro. Interessante que a primeira e a segunda geração usaram uma metáfora de trânsito para ilustrar a relação entre esposo e esposa: *“A mulher é o pára-choque do caminhão e o homem é só o caminhão, sem freio”*; *“O marido tem o papel de, digamos assim, direcionar qual o caminho que a família vai trafegar”*, porém, apesar de pensar em comando, em guiar, a primeira geração, até pela idade, deixa como responsável a esposa pelo direcionamento, enquanto que a segunda geração reforça este lugar do masculino na trajetória da relação. A terceira geração diferencia o esposo e a esposa a partir da liderança participativa, mais uma vez situando a necessidade da esposa ser escutada pelo marido, assim como relatou ao comentar sobre sua percepção de pai e mãe.

De forma geral, os papéis são concebidos a partir de uma distinção discreta entre os gêneros: feminino (mãe, avó, irmã e esposa) e masculino (pai, avô, irmão e esposo), em que se percebe um reforço do papel feminino de cuidar, oferecer mais amparo emocional e estar à mercê de um direcionamento do masculino, a quem cabe agir, liderar, vigiar, e que se dilui na terceira geração, que começa a dar voz à mulher; a trazê-la para a família com um membro também capaz de decidir e guiar, tanto como o masculino.

Estes foram alguns aspectos provenientes da análise das concepções sobre família por três gerações de classe média do sexo masculino, que, quando observados num contexto e momento sócio-histórico-cultural, de cada uma das gerações, ganham sentido e força. Vale ressaltar que, para auxiliar a compreensão do fenômeno, deve-se incluir sua história e sua



cultura dentro de uma dada realidade social, apreendendo os “significados” das falas e compreendendo as relações sociais entre os sujeitos, como defende Bogdan & Biklen, 1994.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAGADA, I. (2000). ¿Nuevas familias para un nuevo siglo? *Cadernos de Psicologia e Educação: Paidéia*, 18 (10),28-35.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; SIMIONATO-TOZO, S. M. P.; SAGIM, M. B. Valores e práticas – permanências e mudanças – estudo de famílias trigeracionais. *Família, saúde e desenvolvimento*, 2006; Curitiba, v. 8, n. 1, p. 26-31.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M; SILVA, M. H. G. F. D. *Análise qualitativa de dados de entrevista, uma proposta*. Paidéia. 1992; p. 61-69.
- BLEGER, J. *A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação*. In: Temas de Psicologia: entrevista e grupos. Trad. Rita Maria N. de Moraes, 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 7-41.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.
- CICOUREL, Aaron. V. *Discourse, organization practices, and interpersonal networks*. San Diego University: California Press, 1990.
- MINAYO, M.C.S. *Pesquisa Social; teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- PETRINI, João Carlos. *A relação nupcial no contexto das mudanças familiares*. In: JACQUER, Christine e COSTA, Livia Fialho (Organizadoras) *Família em mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada. 2004.
- PETRINI, João Carlos. *Notas para uma antropologia da família*. Pós-modernidade e família: itinerário de compreensão. Bauru: EDUSC, 2003. (Arquivo digital fornecido pelo autor em aula)
- PIERRON, Jean-Phillippe. *Le climat familial: une poétique de la familia*. Paris: Edus du Cerf. 2009.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## MOTIVAÇÃO NO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE DEPENDENTES QUÍMICOS: UMA TÉCNICA DE TRABALHO UTILIZADA PELO ASSISTENTE SOCIAL

SOARES, Rozeli Carvalho dos Santos

*Estudante de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário UMA  
roselicarvalhos@yahoo.com.br*

207

### RESUMO

Este artigo apresenta o acolhimento às famílias de dependentes químicos que é realizado na sede da Instituição Comunidade Reviver. A família “adoece” em função do uso abusivo de drogas de um de seus membros, e essa família que se torna co-dependente também precisa de tratamento. Discorre também sobre as técnicas de trabalho do assistente social com essas famílias, o que requer olhos abertos à compreensão do mundo atual, uma vez que esta atividade vai muito além do acolhimento e do diálogo, mas é necessário motivar as famílias para que busquem alternativas de tratamento e de vida. Mostra ainda os desafios que o assistente social encontra diante da baixa adesão, ou mesmo não adesão dessas famílias ao programa de tratamento e suas possíveis causas. Trata-se de uma atividade de trabalho que exige persistência, paciência, acompanhamento e respeito pelo processo da família.

**Palavras-chave:** Motivação. Família e Dependência Química. Assistente Social e Processos Educativos.

### ABSTRACT

This article presents the host families of addicts which is held at the Institution Community Reviver. The family "sick" due to the drug abuse of one of its members, and this family that becomes codependent also need treatment. Also discusses the technical work of the social worker with these families, which requires open to understanding current world eyes, since this activity goes far beyond the host and dialogue, but it is necessary to motivate families to seek alternative treatment and life. It also shows the challenges that the social worker finds face of poor adherence or non-adherence of these same families to the treatment program and their possible causes. This is a work activity that requires persistence, patience, and respect for the monitoring process of the family.

**Key-words:** Motivation. Family and Addiction. Social Worker and Educational Processes.





## INTRODUÇÃO

Para contextualizar o tema aqui abordado, faz-se necessário descrever o trabalho realizado pela Instituição, onde se desenvolve a prática do assistente social de atendimento a famílias de pessoas com dependência química. A Comunidade Reviver<sup>1</sup> é uma Associação sem fins lucrativos que deu início às suas atividades em 1990, a partir da iniciativa de pessoas que se reuniam semanalmente na Praça Sete no centro de Belo Horizonte/MG, para desenvolver atividades de evangelização, além de distribuição de café e pão à população em situação de rua.

Em 1993, com o aumento considerável de assistidos, a paróquia de Santana no Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG, disponibilizou para aquele grupo dar continuidade ao seu trabalho com a população em situação de rua, um local que recebeu o nome de Casa de Assistência Social (CAS). Ali os atendimentos passaram a acontecer as segundas, quartas e sextas feiras, com café da manhã, sopa, troca de roupas, banho, corte de cabelo, tratamento médico e dentário.

Com o desenrolar do trabalho, verificou-se um índice crescente de casos de dependência química na população em situação de rua. Assim o grupo percebeu que havia necessidade de um tratamento para essas pessoas, que fosse além da assistência espiritual e alimentação. Em 1997, um conjunto de doações tornou possível a criação na cidade de Jaboticatubas/MG, de uma instituição, inicialmente chamada de Centro de Recuperação Reviver (CRER), e que hoje é nomeada de Comunidade Terapêutica Reviver (CTR), que atende homens em idade de 18 a 59 anos, que vivem o problema de dependência química<sup>2</sup>. O atendimento é proposto por um prazo mínimo de seis meses há (um) ano, com internação em regime fechado, e inclui terapia ocupacional, laborterapia, tratamento médico, psicológico, assistência social e espiritual.

O presente artigo visa apresentar uma das atividades realizadas pelo profissional de Serviço Social na sede da Instituição Comunidade Reviver, isto é, do acolhimento das famílias para o tratamento. De uma maneira geral as famílias, não se percebem como parte do tratamento do dependente químico, vendo-se apenas como as “sofredoras” ou aquelas que “têm que resolver o problema do outro” – no caso do seu familiar que apresenta dependência

<sup>1</sup> Situada a Rua Tabaiaras, 30 – Floresta, BH/MG. Telefone: (31) 3213-3111



química. É importante ressaltar nesse contexto, que no acolhimento, o profissional busca motivar essas famílias para que se vejam como sujeitos implicados no processo de melhora e buscando melhores condições de vida e convivência.

Assim, este artigo está dividido em duas partes. Na primeira discorre-se sobre o adoecimento da família na situação de dependência química. Na segunda, apresenta-se o desafio do assistente social no trabalho de acolhimento dessas famílias na sede da Comunidade Reviver e por fim são apresentadas as considerações finais.

## **O ADOECIMENTO DA FAMÍLIA NA SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

É muito difícil conceituar o que pode ser identificado como um processo de adoecimento das famílias, pois isto implicaria em definir padrões de saúde para o grupo familiar. Levando em consideração a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), de que a saúde do indivíduo é um processo de bem-estar físico, pode-se indagar o que seria um grupo familiar saudável. Pode-se supor que seja um grupo que consegue manter a sua organização dentro da sociedade, operando de forma a proteger e promover a saúde e a inserção social dos seus membros. Para tal, os membros da família precisam desempenhar papéis que garantam a sobrevivência material, simbólica e afetiva do grupo, incluindo a geração de renda, os cuidados cotidianos com os seus membros, a socialização dos mais jovens, dentre outros. O desempenho desses papéis não está necessariamente ligado ao gênero ou à idade dos indivíduos, exceto no que diz respeito às leis de proteção à infância, à adolescência e à terceira idade.

Para que as famílias consigam este funcionamento que poderíamos identificar como saudável é preciso que mantenha uma relação de troca com a sociedade e que haja uma boa comunicação entre os seus membros, no que diz respeito às normas, às relações afetivas e assim por diante. Além disso, o grupo familiar precisa ser aberto à comunicação no processo de aprendizagem social. É a partir dessas características que se pode pensar em um processo educacional com as famílias. É importante lembrar que, em condições de vulnerabilidade

<sup>2</sup> É quando a pessoa apresenta um conjunto de sintomas e comportamentos que indicam que ela já não consegue ficar sem a droga, isto é, se tornou dependente (Duarte; Formigoni, 2009).



social, as famílias precisam ser apoiadas por políticas públicas para que consigam desempenhar as funções de proteção de seus membros.

Segundo Minuchin (1982), a moderna civilização industrial urbana impõe ao homem duas exigências conflitantes: a capacidade de desenvolver habilidades altamente especializadas e a capacidade de adaptação rápida a uma situação sócio - econômica constantemente em mudança.

Pode-se considerar que a assim chamada "família tradicional" (pai trabalhador, mãe dona de casa, avós-educadores, filhos obedientes e felizes, etc.), vista como um modelo que é ideologicamente considerado "ideal" está em declínio, pois as mudanças socioculturais são constantes e a família vem modificando, juntamente com a sociedade, e suas formas de educar, de repassar conhecimentos, normas e regras de acordo com as mudanças na sociedade.

Assim, uma concepção de "família saudável" precisa ser cuidadosamente repensada a partir de várias alterações sofridas pelos arranjos familiares. Nas famílias de hoje encontramos: pai desempregado ou ausente, mãe trabalhando o dia inteiro, diversos parentes obrigados a morar juntos em espaço reduzido, problemas com drogas ilegais<sup>3</sup> e álcool, crianças e adolescentes trabalhando, dentre outras vulnerabilidades. Ou seja, as formas de relacionamento e o desempenho das funções familiares sofrem modificações segundo as condições de vida e as necessidades dos grupos familiares.

No entanto, ainda é possível pensar como Minuchin (1982), que o adoecimento da família é ligado tanto à sua dificuldade em desempenhar as suas funções necessárias na sociedade quanto de manter uma boa comunicação entre seus membros resultando muitas vezes em conflitos e fragilização dos seus vínculos. Ou seja, ano adoecimento familiar às diferenças individuais e as regras familiares não são respeitadas, os erros não são tolerados, a comunicação não é aberta e a linguagem não é mais entendida, sendo que a negociação e a superação de conflitos tornam-se muito difícil.

Esses conflitos muitas vezes acontecem por que as expectativas sobre o desempenho ideal das funções familiares podem ser rompidas, em virtude do ciclo de vida, de acontecimentos diversos, tais como morte, separação, uso de drogas, dentre outros e a família não está preparada para tal situação. Quando essas expectativas não são correspondidas o grupo familiar sofre pressões internas e externas, o que afeta a interação e a dinâmica familiar. Em um

<sup>3</sup> Proibidas por lei (exemplo: cocaína e crack) (SENAD, 2010).



circuito vicioso, a alteração no equilíbrio familiar, pode tornar-se o motivo de outros problemas que prejudicam o desenvolvimento e a união da família. É justamente nessa dinâmica familiar que o assistente social precisa se inserir como profissional que motiva a família, e essa técnica de motivar se dá desde a fase inicial, ou seja, no acolhimento quando se apresentam para o atendimento.

## **O DESAFIO DO ASSISTENTE SOCIAL NA MOTIVAÇÃO DA FAMÍLIA CONSIDERADA “DOENTE”**

Este artigo procura refletir sobre o acolhimento específico às famílias que enfrentam problemas com o uso de drogas pelos seus membros, sendo este um desafio para o assistente social no que tange à motivação de cada família para o tratamento. Pode-se perguntar neste momento: Mas quem precisa de tratamento não é o dependente químico? A resposta é sim, também, mas a família sintomatizou e também “adoeceu” com o sofrimento de ter um dependente químico em seu seio e daí a importância de termos os olhos abertos para essa parcela da população, tão ou até mais adoecida do que o próprio dependente químico, por estar na maioria das vezes vivendo o problema de maneira sóbria e absorvendo todos os conflitos advindos do uso de drogas de um ente da família. Assim, é importante indagar como o assistente social pode motivá-las para o tratamento.

Na tentativa de nos aproximarmos à definição do termo motivação, retomamos sua origem na palavra *motivum*, do latim, que significa “que move ou o que pode fazer mover”. Entretanto, há autores que definem o termo “como uma inclinação para ação que tem origem em um motivo”, e motivo seria uma necessidade que, atuando sobre o intelecto, faz a pessoa movimentar-se ou agir (PEREIRA; FAVERO, 2001, p. 8).

Em outras palavras a motivação é o impulso interno que leva à ação, sendo, portanto, um elemento essencial para o desenvolvimento do ser humano. Sem motivação é muito mais difícil cumprir tarefas.

É muito importante ter motivação para estudar, para fazer exercício físico, para trabalhar, para se tratar etc. A motivação pode ser potencializada com o uso da técnica pelos



profissionais no momento de acolhimento dos indivíduos e grupos. De acordo com Trigueiro (2008, p. 86) a tecnologia consiste em uma atividade humana, socialmente condicionada, que reúne um conjunto de meios – instrumentos e procedimentos para obtenção de um fim almejado. E é justamente isso que o assistente social faz, por que esta motivação às famílias de dependentes químicos se dá através do acolhimento no primeiro momento em que chegam a Instituição.

Por isso se torna um desafio, à medida que as famílias que chegam a sede da Comunidade Reviver esperam tudo e nada ao mesmo tempo, por que vêm carregadas de sofrimento e fazem uma catarse do seu problema – no caso aqui a relação com o *seu dependente*<sup>4</sup>, sem saber que naquele momento do atendimento com o assistente social, o que mais interessa é a pessoa que está ali, ou seja, a própria família e não a droga da qual seu familiar faz uso, por que este papel dentro da Instituição cabe *a priori* ao profissional de psicologia.

É difícil fazer com que esta família inicie uma nova percepção sobre si mesma, suas relações, sua organização e problemas vividos, os quais em alguns casos estão muito além do uso de drogas por um dos seus membros. É importante explicar, para essa família, ainda que de maneira rápida e objetiva o conceito de codependência que caracteriza a situação. O conceito não será aqui apresentado de forma aprofundada, mas deve ser resumido para compreensão do presente artigo.

A codependência é quando uma pessoa estabelece com outra (s) pessoa (s) relação de dependência que influencia e direciona as suas emoções, percepções e comportamentos, inclusive aqueles relativos às doenças, à saúde e aos vínculos amorosos. Chama-se essa dependência de paradoxal, por que a pessoa considerada “doente” acaba por ter grande influência sobre aqueles considerados “sadios”, gerando um adoecimento mútuo. Assim os codependentes parecem ser pessoas das quais o membro doente depende, mas também são dependentes deste e da própria situação de adoecimento. Parecem fortes, mas muitas vezes se sentem desamparados. Parecem controladores, mas frequentemente são controlados pela situação de doença, que envolve a todos, tais como em casos de dependência química, segundo Beattie (2009).

<sup>4</sup> Todas as vezes que me referir a “seu dependente” estou falando do dependente químico.



Na codependência a relação começa a ser tomada pelo problema, fazendo com que as relações girem em torno desse problema. Assim, os vínculos de amor ou de amizade perdem espaço para o foco da doença, do poder e do controle. Envolto no contexto da dependência química o codependente acredita que pode mudar o outro e tende a focar os seus relacionamentos para esse objetivo.

Ao ser acolhida e ao iniciar um diálogo contextualizado sobre a co-dependência a família inicia seu processo de tratamento, que até então acreditava não precisar, uma vez que em sua percepção, quem precisa de tratamento é a penas o *seu dependente* porque faz o uso abusivo de drogas. No entanto, ao perceber que também adoeceu e que precisa de ajuda, a família começa a se abrir a comunicação com o profissional e a falar de si e de seus conflitos pessoais e relacionais.

Essa relação não é de uma educação autoritária, verticalizada, onde o profissional sabe tudo o que a família tem necessidade e deve fazer. Pelo contrário, é uma relação de diálogo, que inicia um processo de empatia entre o profissional e o familiar, o que não é uma tarefa muito fácil, mas é extremamente necessária. É relevante esclarecer que o profissional assume duas posturas diferentes, mas interligadas: empatia ao se abrir para a escuta sensível e comprometida com a situação emocional que o outro apresenta e a busca de imparcialidade, reconhecendo que o problema da família deve ser percebido e elaborado por ela, que deve ver no profissional alguém que naquele momento é capaz de apoiá-la e colaborar com o seu processo de melhora, utilizando conhecimentos e habilidades profissionais, e dentro de uma visão de humanização do tratamento.

É importante lembrarmos que as necessidades e demandas das famílias e de seus membros devem ser consideradas integralmente. Isto nos leva a refletir sobre a necessidade que os serviços dirigidos para as famílias vulnerabilizadas pelos processos de exclusão social sejam formulados e implantados de forma convergente e complementar, potencializando suas possibilidades inclusivas e o fortalecimento das famílias no interior das relações sociais (FONSECA, 2002, p. 5).

Podemos dizer que desde o primeiro olhar o assistente social já deve motivar a família, pois não é necessário que a mesma verbalize para que percebamos que ela carrega em si uma carga pesada de dor, sofrimento e de conflitos externos a si mesma, mas incorporados por ela.





É necessário parar, escutar, refletir que aquela não será apenas mais uma família atendida, mas será “a família”, que provavelmente terá os mesmos problemas que as várias já atendidas pelo Serviço Social. Neste sentido cada família é diferente, por que o problema vivido é peculiar a esta família, por mais que seja “semelhante” às demais. É ela quem vive seu próprio problema e por isso merece o respeito do profissional que irá atendê-la.

O assistente social deve sair da sua posição de autoridade técnica verticalizada e se “curvar” em atenção e respeito ao que o outro tem a dizer em palavras ou não, uma vez que o corpo também fala (MAUSS, 2003), através de posturas, gestos e olhares. Acredita-se que neste momento inicia-se o trabalho não apenas de acolhimento, que numa definição bem simples, significa aceitar, receber com agrado, mas de motivação, que pode vir carregado de vários significados, mas que podemos colocar aqui como o reconhecimento da necessidade humana ou como provedor no outro de uma atitude que busque uma melhora na qualidade de vida e na qualidade das suas relações.

Poderíamos atuar enquanto motivadores de várias formas, mas o desafio profissional está posto, quando pensamos e atuamos de forma a aperfeiçoar nossos conhecimentos em função de relações mais produtivas e visando resultados, não apenas para nosso fazer profissional, mas principalmente para o empoderamento de cada família, no sentido de resgatar ou desenvolver a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro e não mais como um (pseudo) controlador.

As famílias chegam a nós com estima baixa e com um misto de esperança e falta dela: esperança por que acreditam que seus problemas, ou melhor, que os problemas do *seu dependente* serão resolvidos e a falta de esperança por que para muitas famílias este problema vem de muitos anos de reincidência de uso de drogas, longos períodos em que lutam para resolver este problema, que consideram ser apenas do seu membro dependente. Talvez seja por isso que muitas vezes a família não sente mais motivação, sendo esta apenas mais uma tentativa desaperaçada de uma paradoxalmente (im) possível “solução” do problema.

Nesse contexto, é importante que a família consiga voltar a desenvolver novas percepções sobre a sua vida, a sua dinâmica relacional e procurar resolver seus problemas e conflitos. Uma das principais funções do Serviço Social é justamente colaborar na mediação desse conflito familiar. Em um primeiro momento, de acolhimento, o profissional atua como um motivador, para que esta família reconheça que também adoeceu mesmo não fazendo uso



direto de drogas, sendo por isso importante iniciar um processo de tratamento e de ajuda a si mesma.

O assistente social nesse momento deve buscar ajudar a família a “decifrar a sua realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano” (Iamamoto, 2003, p.20), seja através de indicação para terapia individual ou em grupo, ou através de grupos psicossociais ou mesmo de grupos de autoajuda.

É fundamental motivar cada família buscando construir com ela uma compreensão sobre os motivos que a levam a atuar de determinada maneira e de possíveis caminhos e estratégias de mudança. Trata-se de uma relação de troca entre profissional e família, para que esta possa mudar a sua postura, trabalhando para sua mudança no enfrentamento à situação de dependência química de *seu dependente* e também do seu próprio grupo familiar.

Busca-se uma mudança interna do sistema familiar para que ele também possa ser agente de mudança. A motivação para mudança deve ser assumida pelos sujeitos sociais, que não são simplesmente marionetes de técnicas externas a eles.

Nesse ponto, é crucial esclarecer que, neste artigo reafirma-se que não deve faltar o apoio de políticas públicas para as famílias em situação de vulnerabilidade. Dar importância à sua capacidade de ser agente de suas transformações está longe de uma atitude de desresponsabilizar o Estado de oferecer a estas famílias condições para enfrentar os seus problemas. Entretanto, nas situações de vulnerabilidade, as famílias também precisam ser consideradas como sujeitos capazes de se compreenderem e de empreenderem um movimento de transformação (com o apoio necessário). Assim, não se trata de defender uma postura de *psicologização* diante dos problemas vividos, como se resultassem apenas da decisão de cada família. Trata-se de refletir como é possível para o profissional estimular as famílias para refletirem sobre as suas necessidades e vulnerabilidades, resgatar as suas potencialidades de transformação e serem capazes de empreender movimentos de superação.

Assim, entende-se que as técnicas externas ao sujeito podem colaborar com sua motivação, e que o assistente social é um elemento motivador, ao apresentar situações geradas pelo ambiente em que a pessoa vive, e refletir sobre o que ocorre na vida dela, promovendo a sua própria reflexão, potencializando suas possibilidades e influenciando positivamente a sua motivação para mudar a situação.



Espera-se compreender que a família não pode esperar até que o *seu dependente* pare de usar drogas para se sentir motivada a fazer algo. Esta motivação deve acontecer independentemente da droga continuar a existir ou não na família, por mais difícil que esse processo possa ser. A motivação pode acontecer através da mobilização dos recursos objetivos e subjetivos do grupo familiar, ou seja, cada pessoa tem a capacidade de se motivar ou desmotivar, de usar suas próprias técnicas e potencialidades diante das dificuldades que enfrenta em sua vida.

A maioria das famílias que tem o dependente químico em seu convívio diário aponta todos os problemas e conflitos ao uso de drogas do *seu dependente*. Entretanto, o que se percebe é que mesmo quando a droga não está mais presente na família, esta continua sem motivação para a vida e para as relações sociais, justamente por causa da relação de co-dependência citada anteriormente, que foi instalada nesta família.

A falta de motivação pessoal ocasiona em um corte também social, em isolamento, em sentimento de medo, abandono e depressão. São muitas as famílias que chegam à Instituição para levar *seu dependente* para um possível tratamento. No entanto também elas precisariam ser encaminhadas para tratamento, o que incluiria diversos cuidados, à medida que a família se apresenta fragilizada tanto psicológica, quanto fisicamente e, muitas vezes, também em sua situação social. Como aponta Ferreira (2009), o corpo é uma imagem que se dá a ver, e por isso ele também fala e nos comunica o estado físico e emocional da pessoa, suas fragilidades físicas e emocionais.

Mesmo quando a família se isola, às vezes até sem estar consciente disto, é importante que o assistente social como acolhedor e motivador naquele primeiro momento, faça com que esta família se sinta no mínimo motivada a sair da situação atual – de extrema precariedade em suas relações – para uma situação de autonomia e de maior qualidade de vida no que se refere aos seus vínculos, seus sentimentos e suas atitudes. Inclusive, percebemos a relação intrínseca das famílias com o *seu dependente*, a ponto de ficarem disponíveis para se tratar somente quando esse dependente também aceitar o tratamento.

A seguir serão apresentados o passo a passo, os procedimentos adotados para o acolhimento realizados na Sede da Comunidade Reviver no ano de 2012 pelo profissional e estagiário de Serviço Social.



## O SERVIÇO SOCIAL E SEU TRABALHO NO ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE DEPENDENTES QUÍMICOS

217

O acolhimento às famílias é realizado pelo assistente social e acontece na Sede<sup>5</sup> da na Comunidade Reviver, sendo este agendado previamente. O acolhimento familiar tem como objetivo principal esclarecer para a família como acontece o tratamento na Comunidade Terapêutica Reviver (CTR)<sup>6</sup> e como a família se insere como parte do programa de tratamento, uma vez que não atendemos apenas o dependente químico, mas percebe-se que a sua família também é parte importante do processo, sendo imprescindível a sua adesão ao tratamento.

Como nesse primeiro momento a família ainda acredita que o problema está apenas com *seu dependente*, é importante que o assistente social esteja motivado, baseado em seu fazer profissional, porque sem esta motivação, não terá resultados positivos e satisfatórios para e com a família. Esta ação “requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional” (IAMAMOTO, 2003, p.21).

Inicia-se assim, um processo de diálogo entre profissional e família, conduzido por perguntas, respostas e indagações sobre a postura da família diante do que ela considera *problema*, bem como sobre dúvidas e inquietações apresentadas pela própria família. Neste período de acolhimento que dura entre 45 minutos e 1 hora, o profissional deve “plantar” no sentido de criar naquela família o desejo de prosseguir com o tratamento e principalmente mobiliza-la para uma melhora, para um processo de empoderamento, mudando, se necessário, posturas iniciais de fatalismo ou de isolamento, a fim de buscar as suas saídas independentemente da decisão do *seu dependente* quanto à adesão ao tratamento.

O que se percebe neste primeiro momento é que abaixo da figura do “Sagrado - Deus” – segundo a fala das próprias famílias – a Instituição lhes aparece como a sua porta de “salvação”, aquilo que vai resolver seus problemas. E é neste momento que muitos profissionais cometem o equívoco de assumir para si as responsabilidades que seriam da família, acabando mesmo por manipular os sentimentos e a fragilidade desta, ao invés de orientá-las, desenvolvendo a consciência de que o tratamento só dará resultados se for

<sup>5</sup> A família é atendida pelo assistente social, o candidato a internação é atendido por profissionais de Psicologia. O acolhimento acontece de 13 às 17 horas as segundas e terças-feiras.



trabalhado como um tripé: no dependente químico, na família e na Instituição e ainda que a maior parte do tratamento cabe ao dependente químico e não à família ou à Instituição. Dessa forma deixa-se claro para a família que não existe ali uma visão messiânica – de salvadores do mundo, mas que o trabalho conjunto pode, em um prazo não curto alcançar bons resultados.

O passo seguinte é sensibilizar esta família, trabalhando sobre as falas que ela mesma anunciou, que ela pode está vivendo uma situação de co-dependência e por isso, também precisa de ajuda e que a Instituição está ali para cooperar com ela dentro das possibilidades existentes na Instituição. Atualmente a Comunidade Reviver oferece para as famílias as seguintes possibilidades de atendimento: o individual e o grupo terapêutico (realizada pelos profissionais de psicologia) e grupos psicossociais, estudos de caso e encaminhamentos para rede de serviços públicos e privados (realizado por profissionais de serviço social e psicologia), e acolhimento e orientações gerais sobre o tratamento (realizados por profissionais de serviço social).

Simultaneamente é apresentada e explicada para a família a forma de tratamento para dependência química na Comunidade Terapêutica Reviver (CTR)<sup>7</sup>, o tempo de permanência, as atividades que o *seu dependente* irá realizar, dentre outros aspectos, visando obter o consentimento informado a família bem como sua primeira implicação com o tratamento, na medida em que se intera do seu processo, princípios e métodos.

Às vezes, pode parecer que o profissional tem a impressão de que o seu trabalho não caminha, que o diálogo estabelecido com a família desde o primeiro momento é em vão. Mas surge a motivação guiada por valores profissionais e éticos, que orienta o profissional na direção da paciência e da tolerância, não apenas como valores, mas também com técnicas necessárias a serem utilizadas com estas famílias à medida que se percebe que o seu processo tem um ritmo variado, na maioria das vezes lento e permeado por sofrimento e superação.

Neste sentido é importante que o profissional de Serviço Social saiba perceber e respeitar o tempo da família, isto é, o caminhar de seu processo de elaborar suas dificuldades e potencialidades e de criar possibilidades de ação. O profissional deve buscar as suas motivações técnicas e éticas e querer fazer um trabalho sempre melhor, evitando posturas ingênuas que requerem um retorno imediato, ou que supõem que o fato de ter prestado um serviço com

<sup>6</sup> Localizada a Rua Esperança, 20 – Bairro São Tarciso, Jaboticatubas/MG. Telefone: (31) 3683-1514.



qualidade automaticamente gera como resultado o engajamento e a melhora da família. Em outras palavras, a ação técnica não transforma automaticamente família em um núcleo saudável. Cabe a própria família assumir o seu processo de tratamento buscando superar a sua codependência e construindo melhores condições para o seu bem-estar físico e psicológico. No caso das famílias socialmente vulneráveis, é importante cuidar do seu encaminhamento para a rede de serviços, buscando lhes oferecer condições de enfrentamento das vulnerabilidades, mas sem deixar de lado a importância de seus esforços de superação da codependência.

Muitas vezes os profissionais do Serviço Social são por gracejo ou ironia, chamados de “insistentes sociais”. Porém neste chiste, há um fundo de verdade. Nossa postura ética implica que devemos insistir nas possibilidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas através da efetivação de seus direitos, de sua inserção na rede de serviços e também na potencialização de seus recursos simbólicos, sociais e relacionais. Cada família é singular, e precisam ser respeitadas, em todas as esferas, nas suas capacidades, no seu processo de conscientização e superação de suas dificuldades e vulnerabilidades, o no seu tempo de construção de empoderamento e de autonomia.

Em 2012, foram realizados 194 acolhimentos – isto quer dizer que 194 famílias foram atendidas pelo assistente social na Sede da Comunidade Reviver e todas foram motivadas a iniciar um processo de tratamento, independentemente se o *seu dependente* viesse a aderir o tratamento para recuperação do uso abusivo de drogas. Dessas 194 famílias, 88 ingressaram no tratamento dentro da Comunidade Terapêutica da Reviver e todas passaram a fazer parte do grupo de tratamento para família dentro da Instituição ou nas suas cidades de origem<sup>8</sup>. O percentual de 45,3% pode parecer baixo, à primeira vista, mas também pode ser considerado um avanço quando se considera as dificuldades do tratamento na área da dependência química e baixas taxas de sucesso junto aos usuários e suas famílias.

Ou seja, os resultados obtidos devem-se justamente à insistência no acolhimento de que é importante para a família também entrar para o processo de tratamento. Além disso, é informado às famílias que seu o tratamento (familiar) continua tanto durante o tempo em que o

<sup>7</sup> Para saber sobre o processo de tratamento na Comunidade Terapêutica, acessar o site: [www.comunidadeviver.org.br](http://www.comunidadeviver.org.br)

<sup>8</sup> As pessoas que moram em Belo Horizonte e Região Metropolitana, são atendidas por profissionais da Comunidade Terapêutica Reviver, as que moram em outras cidades, são atendidas pelos Municípios que nos encaminha mensalmente um relatório de atendimento destas famílias.





*seu dependente* está internado na Comunidade Terapêutica Reviver, quanto depois que este termina o tratamento em regime de internato, no período chamado Pós Alta<sup>9</sup>.

Infelizmente, ainda existe um grande desafio, nesse momento, quanto ao tratamento das famílias. Em 2012, das 88 que acompanharam o tratamento até a saída de *seu dependente* do regime de internação, apenas 10 continuaram a frequentar o grupo no período pós-alta. Apesar do profissional ter tentado contato com essas famílias, para convidá-las a retornar ou, pelo menos, para saber as razões de sua ausência, elas não deram retorno.

No final do segundo semestre de 2012 foi feito pelo Serviço Social contato com essas famílias, por meio de contato pessoal ou ligações telefônicas. Foram levantadas algumas possibilidades acerca da não continuidade da família no tratamento:

- *Seu dependente* voltou para as drogas e não quer mais saber de tratamento;
- *Seu dependente* está internado em outra Comunidade Terapêutica;
- Não tem mais tempo para participação no grupo terapêutico e/ou psicossocial;
- Sente-se que já superou a co-dependência e por isso não precisa dar continuidade ao tratamento;
- *Seu dependente* está bem e não faz mais uso de drogas;
- Anulou o dependente químico de sua vida e não quer ter relação com mais nada que o lembre.

Acredita-se que possa haver outras justificativas, mas estas foram as mais declaradas pelas famílias contatadas. São necessários novos esforços de pesquisa e trabalho profissional para compreender melhor esse dilema. De qualquer forma, isso não deve desmotivar o trabalho do profissional. Afinal, o princípio de que é importante respeitar o processo e o tempo da família impõe que o profissional tente compreender e melhorar a sua atuação. Diante de tal situação cabe conhecer todo o processo, para a partir delas, construir criticamente, novas ações que, preservem com base na teoria e nos princípios éticos da profissão do Serviço Social, a participação, e o engajamento dos usuários, e que acima de tudo, não percamos de vista a

<sup>9</sup> Depois de sair do tratamento em regime de internação, residente (modo como chamamos as pessoas que fazem tratamento na Comunidade Terapêutica Reviver) é convidado a continuar no Pós Alta, juntamente com sua família. Este acompanhamento é realizado por profissionais de Psicologia que atendem 1 vez por semana na Sede da Instituição por pelo menos mais 1 ano ou de acordo com a necessidade do ex-residente. Esta etapa do tratamento não tem término, sendo interrompido quando o ex-residente considerar oportuno.



família, levando em conta seus desejos, necessidades, dificuldades, potencialidades, e projetos, em um contexto de defesa da sua inserção social e de seus direitos, ou seja, sua autonomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se aproximar ao máximo da realidade vivida pelas famílias, os assistentes sociais poderão contribuir na efetivação da sua prática profissional e assim atuar nas múltiplas manifestações das questões sociais. Motivar pessoas sem esperança não é uma tarefa fácil, acolhê-las talvez até o seja, mas este acolhimento tem que nos levar a um objetivo profissional, não apenas para nosso trabalho, mas para promoção e emancipação dessas famílias.

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. “Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho” (IAMAMOTO, 2003, p.21).

É importante que os assistentes sociais, não se prendam a uma visão fatalista de achar que seu trabalho não dá resultado ou até mesmo que as famílias não têm jeito, pois “tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e a mediocridade profissional” (IAMAMOTO, 2003, p.22). Conforme diz Iamamoto (2003), no agir profissional do assistente social existe um diferencial, centrado na crítica das ações cotidianas com capacidade de “ir à raiz” e desvendar a trama submersa dos conhecimentos que explicam as estratégias de ação.

A ação profissional do assistente social não deve ter qualquer pretensão messiânica, ou seja, acreditar que iremos resolver todos os problemas existentes na sociedade. Porém, a partir das possibilidades e dos mecanismos utilizados para a instrumentalização profissional deve-se compreender e analisar os fenômenos sociais construindo estratégias e táticas de ação profissional que viabilizem o processo técnico- operativo da proposta de intervenção (Santos; Silva, 2007).

A seguir, serão elencados alguns passos importantes no acolhimento das famílias em situação de dependência química, visando motivá-las para o seu tratamento. É importante ressaltar que não se tem a pretensão de formatar uma proposta metodológica para o



acolhimento, mas sim de explicitar uma técnica de organização com base na *práxis* profissional, que há mais de 6 anos é realizada e adaptada conforme as necessidades das famílias que são atendidas na Sede da Comunidade Reviver:

1. Viabilizar um ambiente agradável para receber a família;
2. Deixar na sala toda ferramenta de trabalho necessária (caneta, formulários, etc);
3. Evitar interromper o atendimento e deixar a família sozinha na sala;
4. Ter um local separado de forma a garantir o sigilo do diálogo;
5. Olhar nos olhos e estar sempre com uma fisionomia acolhedora e espontânea;
6. Falar uma linguagem clara e objetiva, sem palavras técnicas de difícil entendimento para que a família estabeleça um diálogo com o assistente social;
7. Evitar julgamentos a cerca da postura familiar, por mais absurda que esta pareça;
8. Oferecer água, café ou outra coisa semelhante, quando for possível e necessário;
9. Lembrar que é importante não se prender apenas às anotações, mas fazer leitura dos gestos dos familiares – o corpo também fala;
10. Procurar fazer com que mesmo diante de um “não” necessário, que a família saia do atendimento com sentimento de ter sido acolhida e motivada.

São passos que foram percebidos como eficazes para o acolhimento e que motivam as famílias no seu processo de tratamento e, principalmente, na (re)construção de um processo de vida mais saudável e autônoma. E para terminar, ressalta-se a importância do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, previsto no Código de Ética Profissional (1993) do assistente social. Se os assistentes sociais não forem capazes de elaborar uma análise profunda da realidade com a qual trabalham, não poderão pensar em construir alternativas de ação que estejam em consonância com a dimensão emancipatória da sua prática.

## REFERÊNCIAS

BEATTIE, Melody: *Co-dependencia nunca mais: Pare de controlar os outros e cuide de você mesmo*. Rio de Janeiro. Editora: Nova Era: 13ª edição. Ano 2009.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/6ª REGIÃO. *Coletânea de Leis*. Um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. Gestão 2002/2005, 3º ed. Belo Horizonte, 2004, 468 p.



DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; FORMIGONI, Maria Lúcia Oliveira de Souza (Org). *Fé na Prevenção: prevenção do uso indevido de drogas em instituições religiosas e movimentos afins*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. v.1, 266 p.

FERREIRA, Vitor Sérgio Ferreira. *Elogio (sociológico) à carne: A partir da reedição do texto “as técnicas do corpo” de Marcel Mauss*. CONFERÊNCIA PARA A SESSÃO DE LANÇAMENTO DA COLEÇÃO ARTE E SOCIEDADE, DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA, na Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto, dia 26 de Novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.lettras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working37.pdf>>. Acesso em: 7 nov 2013.

FONSECA, Maria Tereza Nunes Martins. *Famílias e Políticas Públicas: Subsídios para a Formulação e Gestão das Políticas com e para Famílias*, 2002. Dissertação de Mestrado. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 6 ed. 2003, 326p.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003, p. 399-422. Disponível em: <<http://psico48.files.wordpress.com/2011/08/58756964-sociologia-e-antropologia-marcel-ma-uss-as-tecnicas-do-corpo.pdf>>. Acesso em: 7 nov 2013.

MINUCHIN, Salvador. *Famílias – Funcionamento e tratamento*. Tradução de Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, 238p.

PEREIRA, Marta Cristiane Alves; FAVERO, Neide. A motivação no trabalho da equipe de enfermagem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. 2001, vol.9, n.4, pp. 7-12. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n4/11476.pdf>>. Acesso em: 10 de mai 2013.

SANTOS, Rozeli Carvalho; SILVA, Thais Angélica. *Relação mãe e filho: E suas implicações com a dependência química*. Monografia de Graduação – Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Contagem, 2007, 44p.

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD). *Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias*. 2. Ed- Brasília: Presidência da República, 2010, 376p.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A prática tecnológica. *Teoria & Pesquisa*, v. XVII, p. 85-96, 2008. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/137/102>>. Acesso em: 20 dez 2013.



## **AFETO EM DESTAQUE NAS DINÂMICAS CONJUGAIS: O RELATO DE MULHERES CASADAS COM MILITAR**

SILVA, Ester Nunes Praça da

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador*  
*esterearru@yahoo.com.br*

224

### **RESUMO**

Este artigo se baseia em uma pesquisa qualitativa de Dissertação de mestrado sobre dinâmicas conjugais e individualidades frente às exigências da carreira da profissão de militar de mulheres casadas com militar que trabalham numa Organização militar em Salvador-Ba. Ao articular rotinas e afetos, duas dimensões inseparáveis do laço conjugal, pensamos poder entrar numa esfera importante para a compreensão propriamente das dinâmicas das conjugalidades, alcançando uma tipologia que abarcará tantos os achados das interações quanto os dados obtidos sobre as orientações afetivas. Procuramos unir interação e afetos, utilizando as tipologias construídas por Aboim (2006) para denominar a dinâmica interna dos casais estudados a partir da visão sobre o afeto. A análise dos diferentes perfis de orientação afetiva, dimensão que analisamos, revelou-se, afinal, fundamental para a compreensão das dinâmicas internas.

**Palavras-chave:** Dinâmicas conjugais. Mulheres. Afeto

### **ABSTRACT**

This article is based on a qualitative dissertation research on marital dynamics and individualities front to the requirements of the military profession career of married women with working in a military Organization military in Salvador-Ba. To articulate routines and affections, two inseparable dimensions of conjugal bond, we think we can walk into an important sphere for understanding exactly the dynamics of conjugalidades, reaching a typology that will cover all the findings of interactions as the data obtained about affective orientations. We seek to join interaction and affection, using the typology constructed by Aboim (2006) to name the internal dynamics of the couples studied from the vision about the affection. The analysis of the different profiles of affective orientation dimension we analyze, proved, after all, essential to understanding the internal dynamics.

**Key-words:** Marital Dynamics. Women. Affection



## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as transformações que interpelaram e transformaram as regras e as formas de viver a família, especificamente na família conjugal, tornaram-se visíveis por cada um de nós no cotidiano das próprias vidas. Desse modo, é necessário ter em mente as mudanças que a instituição conheceu ao longo do século XX e na contemporaneidade.

Nesse sentido, há, na contemporaneidade, uma família conjugal relacional e individualista que não teria sido possível sem um processo de individualização, o qual, entretanto, acaba tornando-a campo mais fácil de tensões e rupturas, evidenciado pela tensão entre a fusão amorosa e a individualidade.

Com efeito, dela são exigidas mudanças estruturais nos seus fundamentos, sem que se neguem suas outras funções. Assim, alguns autores consideram ser essa tensão um dos aparentes “paradoxos” que progressivamente se impoem às conjugalidades contemporâneas, divididas entre um ideal de fusão afetiva e o investimento na individualidade.

Nesse sentido, fabrica-se “um imaginário composto do casal, habitado por dimensões aparentemente contraditórias, que resumem o que alguns chamam paradoxo conjugal contemporâneo”, ao aproximarem-se a busca pela autonomia, gratificações e realizações pessoais e a aspiração de intimidade e proximidade afetiva fusional na relação a dois (ABOIM, 2010, p.146).

Ademais, sabe-se que os aspectos afetivos conjugais e a produção e reprodução da vida cotidiana estão fincados na diferenciação sexual de papéis e no amor romântico. Inclusive, aquela forte dependência instrumental - demonstrada pelos relatos do cotidiano da vida das mulheres desta pesquisa - pode decorrer da existência do intenso discurso sentimental de romantismo excludente da ideia de autonomia individual, beneficiada ainda mais pelas margens da naturalização das diferenças de gênero - instituída na orientação normativa dos casais.

Vale ressaltar, ainda, que, embora institucional a dinâmica de conjugalidade de mulheres casadas com militar - observada entre os casais desta pesquisa -, este modelo está para além do tipo ideal de casamento instituição, por um lado, em razão da tônica que os afetos sinalizam na concepção do casal, numa espécie de amor institucionalizado, e, por outro, em virtude da incessante retórica da busca de identidade, ou, nos termos de Singly (2000, p.14), “do verdadeiro eu” presente na interioridade de cada um.





De fato, nenhuma das entrevistadas pareceu alheia a esta “invenção da intimidade romântica” e do “eu”, que se instaura nas sociedades atuais, mesmo diante das outras funções presentes na família e que são consideradas prioridades no cotidiano e no projeto de vida conjugal das mulheres entrevistadas.

Desse modo, a estratégia de apresentação dos resultados foi realizada de forma a evidenciar a relação de cumplicidade entre interação conjugal e orientações amorosas, em contextos de trabalho específicos. O sentimento amoroso é uma das marcas fundadoras que acompanham o movimento de modernização das sociedades ocidentais, fazendo-se presente na contemporaneidade.

226

## **2. O AFETO NUM LUGAR DE DESTAQUE**

O debate sobre o amor, segundo Aboim (2006, p.44) ganha relevo central quando, por exemplo, Elias (1993) alude para o fato de uma construção entre o eu e o nós, formatada para além dos interesses do parentesco, demarcando o corte de relações familiares em prol da constituição de outros laços mais originais gerados por uma escolha ou interesse pessoal; ainda, quando Beck e Beck-Gernsheim (1995) debatem a inter-relação entre liberdade, igualdade e amor em vista da discussão sobre individualização.

Na atualidade, o casal encontrou legitimidade na escolha amorosa para se constituir e, ao longo da história, a construção do casamento, como relação de amor, adquire características de hegemonia na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar um debate sobre a dimensão afetiva nas dinâmicas conjugais, conhecendo as delimitações que os sentimentos imprimem às dinâmicas na construção das rotinas dos casais analisados neste estudo.

Para tanto, foi necessário conhecer o tipo de sentimento - discursivamente valorizado nas relações conjugais - e a trajetória afetiva - como modo de aferir possíveis mudanças ocorridas nos sentimentos ao longo dos anos conjugais, percorrendo a análise da história da trajetória afetiva-conjugal de seis mulheres casadas com militar.



Com efeito, estas mulheres se casaram, em média, com idades entre 21 e 28 anos, cujos casamentos se consolidaram subjacentes a um contexto sentimental, percorrendo etapas socialmente definidas, que aqui definimos como “pré-nupciais”, isto é, namoro e noivado.

Logo, é preciso notar que existem maneiras diversas de expressar e nominar o afeto nas relações, bem como nas formas de incorporação, isto por que os discursos sobre afeto se reatualizam de maneiras específicas e apelam à conjunção de vários processos sociais concomitantes, como a valorização da igualdade entre os gêneros, a realização e a liberdade pessoal – os quais constituem bons exemplos. No entanto, “o desejo de encontrar uma satisfação afetiva plena e até pouco realista faz parte dos ideários contemporâneos mais comuns” (SINGLY, 2000, p.20).

As histórias das mencionadas mulheres revelam que as trajetórias das relações conjugais são frutos de suas mais íntimas escolhas afetivas, caracterizando a importância dos sentimentos nas trajetórias e identidades. Com efeito, observamos que a principal motivação para o namoro se desdobrar em um casamento foi o afeto, a sentimentalização das relações, traduzido pelas informantes pelo verbo gostar ou apaixonar, ou seja, a conjugalidade justificada pelo acento tônico concedido ao afeto na constituição da relação.

Nessa medida, podemos refletir que tais fatos pressupõem uma valorização do indivíduo e de suas escolhas, concebendo um entendimento que resulte de uma aceção de modernização e mudanças operadas na vida familiar. Vejamos, abaixo, as vozes das mulheres quanto às histórias e à motivação para os relacionamentos com os maridos.

*Uma amiga me chamou para uma festa, eu fui, aí tinha uma outra pessoa que estava indo lá para casa me encontrar, quando ele chegou eu falei, oh! Vou sair com minha amiga..., foi nesse dia que eu conheci ele... Era o destino mesmo, uma coisa assim..., Eu tinha que ser mulher dele e ele tinha que ser meu marido, meu homem, foi amor mesmo.*

Mulher, dois filhos e 18 anos de casada.

*Eu conheci ele na escola, eu achava ele bonitinho, aí a gente começou a namorar. Fomos dois adolescentes que se apaixonaram.*

Mulher, dois filhos, 17 anos de casada.

Conforme verificamos, a causa do casamento foi, sem dúvida, o afeto, que, então, se revelou como amor, paixão ou gostar, três variações na forma de denominar o sentimento. Além do mais, para estas mulheres, a relação se tornou madura ao longo da vida conjugal, ao



viverem, no dia a dia, a cristalização da intimidade proporcionada pelo convívio que solidificou a confiança e segurança no companheiro e, sobretudo, sedimentou os sentimentos. Apesar disso, repita-se que todos os afetos referenciados pressupõem a existência do casal, sem os quais não haveria a vida a dois.

Todavia, buscamos investigar a estabilidade da natureza dos sentimentos durante os anos de convivência conjugal, comparando o tipo de afeto relatado no início conjugal até os dias atuais. Nossa pretensão, nesse ponto, foi extrair a percepção das mulheres sobre a trajetória progressiva e mutável que pode ensejar os afetos nas relações conjugais.

Nesse sentido, conseguimos, a partir dessa análise, enfatizar a importância concedida aos afetos para a permanência e existência conjugais, permitindo uma melhor compreensão das interações apreendidas nas análises anteriores. Nessa linha, afirmamos que os casos correspondem a um tipo de sentimento ideal que é romântico e *subjetivamente estático* frente aos anos de intimidade e relacionamento, isto é, há uma “ausência de percepção de mudança nos aspectos sentimentais da união” (ABOIM, 2006, p.188).

Ressaltamos que algumas das mulheres transmitiram uma ideia de mudança de comportamento, indicando que a forma de manifestar os sentimentos, ao longo dos anos da vida a dois, metamorfoseou-se e perdeu algumas expressões características da época de namoro, ou de quando ainda eram um casal sem filhos. Entretanto, avaliaram que a convivência conjugal proporcionou novas emoções, geradas pelo nascimento dos filhos e pela vida em família, que alimentam a chama do sentimento inicial.

Enfim, designaram que o sentimento permaneceu, essencialmente, inalterado, inclusive em face das divergências ou alterações dos projetos individuais e conjugais, ou mesmo diante dos conflitos proporcionados por dissabores decorrentes da convivência, mantendo-se, no presente, igual ao que era na época do início do namoro.

O caráter subjetivamente estático dos sentimentos pelo cônjuge foi, às vezes, descrito de modo “quase místico e pouco sexualizado” (ABOIM, 2006, p.188), ou seja, de forma mais religiosa, aproximadamente, prescindindo de desejo sexual. Nesse sentido, consignam as informantes:

*A partir do momento que eu não gostar mais dele eu sou mulher o suficiente pra dizer a ele que eu não quero mais. Meu amor por ele* | *Casei por amor. O que eu sinto por ele é uma coisa assim sem explicação..., é doação, companheirismo, cumplicidade... Coisa de*



*nunca mudo, por isso estamos juntos até hoje.*

Mulher, dois filhos, 12 anos de casada.

*Deus. É amor mesmo desde sempre.*

Mulher, dois filhos, 17 anos de casada.

Ademais, nas entrevistas sobre esse tema, descobrimos o peso dos afetos na vida conjugal, melhor, se estas mulheres procuram ou habitam um mundo conjugal valorizado, unicamente, pelos afetos entre os cônjuges. Certos valores institucionalistas, nos quadros normativos das mulheres em questão, podem, afinal, trazer para os seus projetos de conjugalidade um significado a mais, como o de assumir um papel específico, condicionado às relações de parentesco entre mãe e filho.

Numa leitura mais ampla sobre o interesse em permanecer casadas, observamos que o primado afetivo não é um elemento que surge isolado para justificar as conjugalidades, apresentado a dimensão parental um peso importante. Salientamos que, para as mulheres inquiridas, casar implica ter filhos; logo, o afeto está presente tanto na conjugalidade, como na parentalidade desenvolvida no casamento. Assim, a maternidade foi admitida pelas mulheres como uma experiência compensadora e extremamente gratificante, necessária à mulher e à vida conjugal.

Embora o afeto entre os cônjuges, inicialmente, justifique a relação, outras dimensões na vida em família confirmam o laço conjugal. O que é importante notar é que, no caso das entrevistadas, elas sustentam o sentimento ao cônjuge como o elemento motivador para o casamento, mas as permanências nas conjugalidades ganham maior relevo ao se conferir um estatuto - enquanto mulher mãe - ao exercício de suas atividades parentais.

Verificamos, assim, que o afeto justifica a conjugalidade, mas, sobretudo, o que assegura o casamento é a relação parental entre pais e filhos, que, aos olhos delas, é essencial aos filhos. Em destaque o afeto do tipo família ideal, foi o que percebemos como um dos motivos relevantes para manter o casamento, ou seja, uma das razões para que estas mulheres abram mão de seus mais íntimos desejos - nos quais, provavelmente, estão contidas as suas trajetórias profissionais - e passem a acompanhar e colaborar com seus maridos na carreira de militar.

Com a indagação sobre quais seriam, hoje, as dificuldades para uma separação, obtivemos respostas como estas:



*Hoje, eu acho que hoje, o que pesaria é a minha filha.*

Mulher 05, 33 anos, mãe de uma criança de 03 anos.

*Até, pensar no ponto de me separar dele, só não pensei mais, por conta das meninas.*

Mulher 06, 44 anos, mãe de dois filhos.

No entanto, o que vemos diante dessas repostas é que a conjugalidade não é só um lugar de produção de afetos conjugais, nela se produzem também funções e recursos materiais. Construir um casal é também somar desejos, planos, condições materiais etc., elementos esses, que dão a densidade e textura que molda à vivência da relação afetiva.

230

A família, apesar de hoje se legitimar primordialmente pela natureza afetiva das relações, não perdeu, como apontam Kellerhals *et alli* (1982 e 2000), muitas das suas funções instrumentais de produção econômica, de educação, de apoio material. (ABOIM, 2006, p.169)

Em suma, concluímos, por uma parte, que as mulheres casadas com militar e com filhos pequenos não habitam, sequer desejam viver em uma conjugalidade que esteja, apenas, na esfera do ideário afetivo entre os cônjuges; dessa relação, elas adquirem outras recompensas que lhes permitem, conforme suas orientações normativas e valores sociais, escrever sua própria história de vida.

### **3. ASPECTOS AFETIVOS CONJUGAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA “RELACIONAL E INDIVIDUALISTA”**

Outro dado é perceber que há uma inter-relação entre o afeto e as interações, conferindo inegável importância à sentimentalização na vida privada, porque o afeto, designado pelas mulheres como amor, gostar, paixão etc., é um valor socialmente transversal na legitimação da conjugalidade contemporânea, revelando contornos específicos aos casais desta pesquisa.

Portanto, percebemos que, nos casos analisados, existe uma *aliança de gênero romântica* a pressupor diferenças de deveres e direitos, mas, também, de identidades e projetos, as quais configuram papéis sociais bastante diferenciados e que, por isso mesmo, se completam



e desenvolvem o sentimento, argumento que sustenta a versão institucionalista do romantismo nesses casais e, até, justifica a natureza espiritual da união a dois.

Assim, aferimos que os aspectos afetivos conjugais e a produção e reprodução da vida cotidiana estão fincados na diferenciação sexual de papéis e no amor romântico. Inclusive aquela forte dependência instrumental, demonstrada pelos relatos do cotidiano da vida dessas mulheres, pode decorrer da existência do intenso discurso sentimental de romantismo excludente da ideia de autonomia individual, beneficiada ainda mais pelas margens da naturalização das diferenças de gênero - instituída na orientação normativa dos casais.

De fato, nenhuma das entrevistadas pareceu alheia a esta “invenção da intimidade romântica” e do “eu”, que se instaura nas sociedades atuais, mesmo diante das outras funções presentes na família e que são consideradas prioridades no cotidiano e no projeto de vida conjugal das mulheres entrevistadas.

Até mesmo os afetos que na atualidade justificam e elaboram os relacionamentos conjugais, quando denominados essenciais ao casamento e à família, para um conjunto cada vez mais significativo da população das sociedades ocidentais, não asseguram a eliminação da diversidade de lógicas em jogo na família e no casamento.

E, dessa forma, a família passa a ser desenhada na literatura contemporânea como uma instituição nomeadamente “relacional e individualista”, visto que, inversamente às aparências, na contemporaneidade, a conjugalidade permanece central nos projetos dos indivíduos, como sublinha Roussel (1986) ao contrariar a ideia de crise do casal.

Logo, ao propor que a família contemporânea é individualista e relacional, Singly (2000, p.15) afirma que, na sociedade contemporânea, exige-se do indivíduo a busca da sua autenticidade, mas que só pode ser construída através da relação com o outro, especificamente, o outro conjugal; ainda, percebemos que o autor encontra na busca individual de identidade a função central da família contemporânea, sendo esta, por sua vez, concebida pelos laços afetivos.

A perspectiva “relacional e individualista” de Singly, na análise da família contemporânea, passa pela compreensão do processo que ele chama de “individualização”, onde, segundo ele, diferencia-se do individualismo, uma vez que este último promulga a independência total e irrestrita dos sujeitos.





Para uma melhor compreensão desta abordagem, ver a produção de François de Singly, em particular, suas obras “Uns com os Outros – quando o individualismo cria laços” (2003), “O eu, o casal e a família” (2000), “Família e Individualização” (2000), “Livres Juntos” (2001), “Sociologia da Família Contemporânea” (2007).

Contudo, por várias razões, segundo Aboim (2006, p.50), essa perspectiva de família é considerada por alguns como possível, mas razoavelmente parcial. A primeira, de caráter conceitual, encontra-se na natureza dúplice das noções de autonomia ou de fusão na vida a dois. Os contextos sociais ou as fases da vida podem influenciar os significados dessas concepções possibilitando que variem, desaguando em uma pluralidade de motivações, projetos e formas de viver a conjugalidade e a família.

Os valores atribuídos por cada sujeito à individualidade autônoma ou às recompensas afetivas não são sempre os mesmos, visto que existem diversos modos de construir a fusão e a autonomia. Assim, as perspectivas afetivas, identitárias ou materiais, bem como as econômicas são vivenciadas e percebidas com maior ou menor intensidade por cada indivíduo. A segunda consiste em definir a conjugalidade além de um espaço de produção de afetos, passando, também, a ser ambiente fértil de recursos materiais e de trajetórias sociais.

Portanto, a família, atualmente, não prescinde do caráter utilitário, pois propicia a satisfação de necessidades econômicas e educacionais, embora seja definida considerando a sua inclinação afetiva, isto é, ao lado do apoio sentimental está o material.

Conforme Aboim (2006, p.50) “os afetos, dimensão hegemonicamente valorizada, é certo, convivem com outras dimensões, também elas capitais no fabrico do laço conjugal”. Por outro lado, ainda segundo Aboim (2006, p.50),

a fusão afetiva e a autonomia pessoal não dependem apenas de ideários afetivos ou da procura de si mesmo, mas igualmente de contingências e contextos sociais, em suma, de um campo de possibilidades em que intervêm múltiplos fatores.

Essa necessidade de suporte material reside no fato de que os sujeitos na conjugalidade nem sempre estão no mesmo nível de recursos, os quais abrangem o trabalho, as responsabilidades e o exercício de competências, subjazendo, como pano de fundo desse processo, as desigualdades de gênero, as competências e as contingências da produção da vida material.



Por fim, a gradativa separação entre as tarefas de produção e as de reprodução lançou novos desafios sobre família relativos à transformação da organização familiar – isto porque as primeiras passaram a ser desenvolvidas no espaço externo ao doméstico e as segundas, baseadas nos afetos familiares - face à individualização da sobrevivência natural, especialmente pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e pelo aumento de prestações de caráter social destinadas aos indivíduos – educação, saúde, assistência social, previdência social.

233

Nessa medida, os estudos sobre desigualdade de classe e de gênero e rede social, ambos na conjugalidade (TORRES, 2004; BOTH, 1976), bem como pesquisas sobre família e Estado (seguridade social, sobrevivência econômica e educação) (SINGLY, 2007) têm demonstrado que as funções tradicionais da família estão longe da extinção.

#### 4. CONCLUSÃO

De fato, a família não pode ser entendida apenas como um espaço no qual se produz afeto ou de constituição da identidade, nem, tampouco, resumida a um espaço em que homens e mulheres assumem papéis na divisão do trabalho, em que pese ocorra, com bastante frequência, a mútua ajuda conferida pelos seus membros no concernente à resolução de dificuldades, funcionando como entreajuda, muitas vezes, indispensável na vida familiar.

Outra importante observação é a que relaciona o afeto às interações, conferindo inegável importância à sentimentalização na vida privada, porque o afeto, designado pelas mulheres como amor, gostar, paixão etc., é um valor socialmente transversal na legitimação da conjugalidade contemporânea, revelando contornos específicos aos casais desta pesquisa.

Portanto, percebemos que, nos casos analisados, existe uma *aliança de gênero romântica* a pressupor diferenças de deveres e direitos, mas, também, de identidades e projetos, as quais configuram papéis sociais bastante diferenciados e que, por isso mesmo, se completam e desenvolvem o sentimento, argumento que sustenta a versão institucionalista do romantismo nesses casais e, até, justifica a natureza espiritual da união a dois.

Diante de todo esse contexto, aferimos que os aspectos afetivos conjugais e a produção e reprodução da vida cotidiana estão fincados na diferenciação sexual de papéis e no



amor romântico. Inclusive aquela forte dependência instrumental, demonstrada pelos relatos do cotidiano da vida dessas mulheres, pode decorrer da existência do intenso discurso sentimental de romantismo excludente da ideia de autonomia individual, beneficiada ainda mais pelas margens da naturalização das diferenças de gênero - instituída na orientação normativa dos casais.

Foi por meio dos relatos femininos, de mulheres casadas com militar, que investigamos as orientações afetivas, demarcadas pelo sentimento discursivamente valorizado pelas mulheres, bem como pelo lugar que este ocupa na dinâmica conjugal. Aqui, apresentamos as delimitações que os sentimentos imprimem às dinâmicas internas na construção das rotinas do casal, uma vez que vivemos um “contexto histórico em que o amor se estabeleceu como principal elemento de legitimação da união conjugal” (ABOIM, 2006, p.169).

Nossa pesquisa se caracteriza por apresentar dados sobre o tipo de sentimento discursivamente valorizado e o caráter mutável dos afetos nos percursos conjugais, bem como a relação destes com outros componentes elaborados no interior das conjugalidades, a saber, a formação da família e criação dos filhos, e, a partir daí, o jogo entre o “eu” e o “nós” na vida do casal em face do discurso sobre afeto.

## 5 Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia. Emoções e rotinas: a construção da autonomia na vida conjugal. *In: Sociedades Contemporâneas: reflexividade e ação*. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 21 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Editora ICS, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: Estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Editora: Roxo, 1998.

COSTA, Livia Fialho. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. *In: NASCIMENTO, A.D. e HETKOWSKI, T. (orgs.) Educação e Contemporaneidade – pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.355-371.

DINIZ, G. O casamento contemporâneo em revista. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.135-155.



\_\_\_\_\_. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: entre a tradição e a transformação.* Rio de Janeiro: NAU, 1999, p.31-54.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *In: Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>.* Acesso em: 13 jul. 2010.

FONSECA, Cláudia. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *In: Cadernos Pagu* (v. 29), julho-dezembro de 2007. São Paulo: Cadernos Pagu, p.09-35.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário.* Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas.* São Paulo: Ed. PUC-RIO e Loyola, 2003, p.141-168.

\_\_\_\_\_. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 203-225.

ROCHA-COUTINHO, M. L. De volta ao lar: as mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocessos ou “novo” modelo de família? *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: permanências e rupturas.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.219-235.

\_\_\_\_\_. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: efeitos da contemporaneidade.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2005, p.122-137.

SILVA, Ester Nunes Praça da. *Mulher-esposa: Dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar.* Dissertação de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Salvador-BA, 2012.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas conjugais e individualidades: a experiência de mulheres casadas como militar. *In: CONINTER – I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADE.* 03-06 de setembro de 2012. ANINTER, Niterói - RJ.

\_\_\_\_\_. Instituição militar e conjugalidade: uma reflexão à luz da teoria das instituições totais. *In: CONINTER – II CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADE.* 08-11 de outubro de 2013. ANINTER, Belo Horizonte - MG.



## **ENTRE CUIDADO E CUIDADOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIVERSAS REALIDADES DOS SUJEITOS SOCIAIS**

PEREIRA, Alessandra Cabral

*Estudante de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - UFF*

*lessacp@ig.com.br*

236

### **RESUMO**

Neste artigo apresentamos alguns conceitos em torno dos distintos sujeitos sociais e seus contextos. Buscamos correlacionar algumas argumentações em torno da constituição do sujeito moderno, contextos e singularidades, com a temática do cuidado na família e cuidado em Saúde. O cuidado em Saúde é apresentado segundo a noção de cuidado integral que respeita a realidade do outro com suas singularidades e diferenças. Temas como Circulação de Crianças, Maternidade Transferida e Idosos Provedores são tratados por influenciarem nas relações de cuidado estabelecidas pelas famílias ao longo dos últimos anos. São indicadas as novas normalidades vividas pelas famílias a partir de inícios do século XX que vêm sendo adotadas como alternativas para preencher a lacuna deixada pelo Estado no Sistema de Proteção Social Brasileiro em relação a garantia de estruturas de cuidado e proteção aos sujeitos sociais.

**Palavras-chave:** Cuidado, Sujeitos, Proteção Social.

### **ABSTRACT**

In this paper we present some concepts about different subjects and their social contexts. We seek to correlate some arguments about the constitution of the modern subject, contexts and singularities, with the theme of family care and Health care. Health Care is presented using the notion of comprehensive care that respects the reality of the other with their singularities and differences. Themes such as Circulation of Children, Maternity Transferred and Seniors Providers are handled by the influence of care relationships established by families over the past few years. New normality experienced by families from the early twentieth century that have been adopted as alternatives to fill the gap left by the State in the Brazilian Social Protection System in relation to assurance structures of care and protection to social subjects are indicated.

**Key-words:** Health Care, Subjects, Social Protection



Neste estudo proponho uma reflexão sobre Cuidado, a partir da discussão sobre sujeitos sociais, considerando que sujeitos sociais ocupam o lugar de cuidadores e sujeitos alvos de cuidado nos diversos serviços de saúde. O objetivo deste artigo é refletir acerca dos diferentes sujeitos sociais e suas práticas cotidianas e suas estratégias de cuidado e como isso se apresenta nos espaços/Instituições de cuidado em Saúde.

Entendemos que refletir sobre as diferenças entre os sujeitos que são público alvo e/ou protagonistas no processo de cuidado é fundamental para que seja assegurado aos mesmos o respeito à sua singularidade, bem como se tenha espaços abertos à troca de experiências e saberes nas Instituições de Saúde.

Ao considerarmos o cuidado na perspectiva do cuidado em saúde, tomamos como definição:

uma ação integral, que tem significados e sentidos voltados para a compreensão de saúde como direito de ser. Por direito de ser, entendemos o direito de ser diferente e que essas diferenças devem ser respeitadas publicamente. (PINHEIRO, 2007, p. 18)

São diferentes entre si não apenas os sujeitos sociais que desempenham o papel de cuidadores, mas também os que recebem o cuidado. Temos ainda que considerar as diferenças entre os profissionais que exercem profissões voltadas ao cuidado e os sujeitos que se tornam rede social de apoio e cuidado.

Os espaços em que se estabelecem os relacionamentos terapêuticos, ou do encontro entre os terapeutas e os sujeitos que buscam o cuidado, é um espaço 'entre'. O espaço entre dois discursos, entre duas percepções do corpo, no final das contas entre duas visões de mundo. (BONET e TAVARES, 2007, p. 266-267)

Como seria muito amplo falar em Instituições de modo geral, nossa proposta é pensar no sujeito usuário dos serviços das Instituições de Saúde que necessitem de cuidados de terceiros, como nos casos das situações de pré e pós cirúrgicos. Esse cuidado na maioria das vezes por falta de oferta de estrutura por parte do Estado para desempenhá-lo acaba sendo realizado pela rede social de apoio dos usuários.

É amplo o conjunto de leis, estatutos que instituem de forma compartilhada entre o Estado, a família e a comunidade a responsabilidade sobre a garantia dos direitos de seus





membros como a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Orgânica da Saúde, Estatuto da Criança, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Assistência Social, dentre outros.

É preciso considerar que esse sujeito, o Sujeito Moderno, que frequenta os mais diversos espaços e é público alvo de um conjunto de políticas que lhe asseguram direitos e deveres, teve sua constituição ao longo dos anos. Suas demandas, interesses e dificuldades não podem ser pensados de forma isolada.

O Sujeito comum tem hábitos e costumes que se diferem segundo sua inserção cultural, social, e as experiências que viveu. Maria Rita Kehl (2000) ao abordar o tema da constituição do Sujeito moderno considera o papel do romance realista nesse processo, e também a própria necessidade posta pelos leitores de se verem retratados nesses romances. A autora aponta que o romance moderno e a psicanálise surgiram da necessidade do sujeito se fazer “*ouvir (ler) a partir de uma diferença que precisa do outro para se autorizar como singularidade*” (Kehl, 2000). Com essa virada, o romance realista passou a retratar o sujeito comum, com seus hábitos, seus costumes.

Ainda hoje o sujeito necessita ser ouvido em sua singularidade. Os espaços e Instituições de cuidado em Saúde precisam retratar de forma positiva a realidade dos sujeitos por eles atendidos, não apenas cumprir um papel de medicalizar e corrigir os usos e costumes de determinado sujeito, grupo ou comunidade.

Fonseca (2002) vai além nos chamando a atenção ao fato de que não lidamos com apenas um tipo de sujeito social, com sua singularidade. Existem sujeitos, que vivem suas singularidades. E este é claro é um desafio a todos os profissionais e Instituições voltados ao cuidado em Saúde.

Vivemos um tempo em que os tratamentos de doenças seguem a protocolos, e as próprias Instituições de Saúde para que obtenham selos que qualidade, certificados de Acreditação Hospitalar, tem sua rotina toda previamente elaborada. Isso é claro que foi um ganho do ponto de vista do controle, da busca de mais qualidade no atendimento, por outro lado até que ponto este tipo de padronização abre espaço a singularidade?

Essas rotinas e protocolos devem levar em conta a multiplicidade de sujeitos que abrangem, que necessitam ser escutados em suas demandas.

Outro ponto deve ser considerado ao pensarmos o papel do romance realista e o contexto em que vivemos. O romance realista moderno é um dos “mecanismos responsáveis pela formação dos padrões subjetivos próprios ao individualismo moderno” (KEHL, 2000).



Refletindo sobre as ideias apresentadas pela autora podemos concluir que se o romance realista cumpriu esse papel no início do século XX, na atualidade a mídia, em especial a mídia televisiva cumpre esse duplo papel: o de retratar os diversos cotidianos e o de influenciar as práticas dos sujeitos. Dessa forma não é raro que quando aparece na novela o caso de um bebê abandonado em um cesto de lixo que aumente também nas ruas o número de casos de abandonos de bebê dessa forma. Ou não é raro que determinado ato de violência retratado na mídia passe a ser observado nos registros de delegacias.

Por outro lado, na arte minorias também buscam ser ouvidas, apesar das dificuldades que encontram devido às barreiras postas por outros grupos, e a própria falta de consciência do lugar social que ocupam. Mas acima de tudo observamos na atualidade a tentativa das minorias de se fazerem ouvidas, como na experiência das mulheres que adentraram o mundo do funk carioca (Toffano, 2013).

Da mesma forma que no romance realista a épica não dominava mais as mulheres, e sim estas que passaram a influenciar os romances, observamos um novo protagonismo das mulheres nas mais diversas formas de expressão artísticas do nosso tempo.

Kehl (2000) questiona ao final do seu estudo sobre que efeitos pode ter a leitura frequente dos romances realistas sobre o modo como o sujeito passa a organizar a narrativa de sua própria vida, é necessário também nos questionarmos sobre os efeitos da internet, da música, da TV e de outros canais de comunicação sobre as práticas dos sujeitos com as quais lidamos.

Não podemos deixar de considerar que lidamos com sujeitos em constante transformação, que se inserem numa sociedade moderna que está em constante transformação (Hall, 2002).

Ao pensarmos as práticas cotidianas dos sujeitos, suas escolhas, sua forma de pensar o mundo, e no caso específico do Cuidado em Saúde e as estratégias adotadas pelos grupos e sujeitos além das argumentações de Kehl, outras argumentações contribuem para uma reflexão sobre esses sujeitos.

Bourdieu (2008) apresenta a noção de *habitus*, que não pode ser confundida com *habito*. *Habitus* são “*princípios geradores de práticas distintas*” (Bourdieu, 2008, p. 22), são classificatórios, pois a forma como cada um age tem relação com suas experiências, com seu contexto.



Essas características se tornam diferenças entre os sujeitos, ou seja, “signos distintivos” apenas quando um outro sujeito pertence a outro grupo/categoria, estabelece a diferença.

Considerando as práticas nas Instituições de Saúde é comum que essa diferença seja estabelecida quando há uma relação entre o sujeito/cuidado ou cuidador e o profissional de saúde, considerando que são sujeitos oriundos de espaços distintos, muitas vezes pertencentes à classes distintas, como por exemplo no caso de um profissional de nível superior que frequentou espaços de classe média, ao longo de sua vida, incluindo escolas, espaços culturais, viagens, etc, e realiza o atendimento a um usuário dos serviços da rede pública de Saúde, proveniente de uma região habitada por famílias de baixa renda, com, baixa escolaridade, inseridas em empregos subalternos, escuta um tipo diferente de música, frequenta espaços distintos nos seus raros momentos de descanso.

Quando ocorre um distanciamento entre o espaço social do profissional, em relação ao do usuário, corre-se o risco que o que sujeito de determinada classe/grupo traz como prática/costume seja considerada “boa” ou “ruim” em relação a outra.

Como afirma Bourdieu (2008, p. 27) existe um espaço de diferenças, onde cada grupo detém um diferente tipo de capital (social, cultural, econômico, político). É nesse campo de poder que ocorre a disputa entre os atores e os diferentes tipos de capital.

Bourdieu (2008) além de apresentar as noções de *habitus*, espaço social e campo de poder, trata da violência simbólica que ocorre quando tudo que difere da classe dominante (gostos, práticas, costumes) é tido como algo ruim.

As argumentações do autor são de grande valia ao refletirmos sobre a prática do cuidado profissional em Saúde, onde corremos o risco de impor aos usuários os nossos valores, as nossas práticas, a nossa noção de cuidado, em detrimento daquilo que eles trazem como conhecimento, enquanto vivência no seu cotidiano.

Um outro ponto que merece atenção dos que trabalham nas Instituições de Saúde é a existência de dinâmicas familiares alternativas, conforme conclui Claudia Fonseca (2002). O Estudo da autora comprova que a circulação de crianças é um fato presente entre as famílias brasileiras e que não se restringe às camadas mais pobres da população.

Nesse contexto pode ocorrer que o usuário dos serviços de saúde faça referência a uma família ampla, que tenha mais de uma mãe. São inúmeras as alternativas encontradas pelos sujeitos para garantir o cuidado às crianças. Segundo a autora:



O fato de as camadas abastadas terem adotado, nas últimas décadas, a família nuclear conjugal como norma hegemônica, sem dúvida, explica porque existe uma tendência de ver qualquer desvio dessa norma como problemático. (FONSECA, 2002, p. 51)

Criamos a partir desse modelo hegemônico uma normalidade que, quando não ocorre são caracterizadas como casos problemáticos.

Claudia Fonseca (2002) nos chama atenção ao fato de que a modernidade não é tão monolítica. Em contradição ao Sujeito Universal ela aponta a existência de “outras normalidades” e o fato de que a circulação de criança é apenas uma “*entre várias normalidades possíveis entre as práticas familiares na sociedade complexa atual*” (p. 56).

Quando consideramos as mais distintas alternativas como normalidades o próprio termo indica que para muitas famílias e grupos situações como a circulação de crianças não é um problema, que precisaria ser tratado, mas uma solução a outros problemas enfrentados pelas famílias e outros grupos sociais.

Na longa pesquisa realizada pela autora foram destacados exemplos de crianças que afirmavam ter mais de uma mãe e um expressivo número de indivíduos que afirmavam terem passado vários de seus anos formativos longe dos genitores. Traz ainda argumentações dos entrevistados em torno do ato de cuidar como sendo algo de todos, não restrito apenas à família biológica e conclui que “*apesar do ditado ‘Mãe é uma Só’ de fato, muitas pessoas chamam mais de uma mulher por este título*” (Fonseca, 2002, p. 57). Esta afirmação nos leva a concluir também que estas crianças circulam por mais de um grupo familiar. Essas outras normalidades com as quais nos deparamos são expressão do que a autora aponta: a existência de diversas relações familiares na sociedade contemporânea.

Os profissionais que atuam nas Instituições de Saúde devem estar atentos a essas “outras normalidades”, ultrapassando assim uma visão monolítica dos sujeitos, pois corremos um grande equívoco quando: “*Pressupomos o que é ‘normal’ a partir da nossa experiência pessoal (no caso de muitos pesquisadores, uma experiência de classe média alta), ou de modelos livrescos calcados na ideia de um Sujeito Universal*” (Fonseca, 2002, p. 55).

Reconhecendo a existência de outras normalidades devemos respeitá-las entendendo que na maioria das vezes não são praticadas como algo idealizado, heróico, mas foram as alternativas legítimas adotadas por muitos grupos familiares, para assegurar o cuidado aos seus membros num contexto em que são precários os serviços e as políticas de proteção social aos



indivíduos em situação de vulnerabilidade. É fato que são inúmeros problemas que podem levar a circulação de crianças, em alguns casos até mesmo o abandono ou atos de violência.

Lidar com “outras normalidades” é desafiador não apenas do ponto de vista de aceitá-las e respeitá-las como um tipo diferente de alternativa daquela que poderia ser adotada pela família do profissional, como também perante as exigências legais postas à Instituição. Como por exemplo, pode ocorrer de uma criança/adolescente, um idoso, ou pessoa com deficiência que não possam responder por seus atos comparecerem aos serviços de saúde acompanhados de pessoas que cumprem com o papel de cuidadores, porém não são seus responsáveis legais.

Outro ponto fortemente relacionado à noção de cuidado e pouco falado é em relação à maternidade transferida. Segundo Costa (2002) foram inúmeras as mudanças que ocorreram no século XX que trouxeram uma nova configuração ao espaço doméstico, como a saída das mulheres do espaço da casa e a agregação de novos afazeres ao cotidiano das mulheres (como o trabalho em domicílio). Com esses adventos o cuidar teve que ser transferido a outras mulheres.

Se no início do século XX havia a forte presença das amas de leite e ao longo dos anos foi crescendo o número de mulheres envolvidas no trabalho remunerado de cuidar dos filhos daquelas que passavam a conquistar novos espaços para além do doméstico, ainda hoje encontramos inúmeras situações em que mulheres contam com outras mulheres na garantia do cuidado familiar.

Mulheres pobres para desempenho de inúmeras tarefas fora do ambiente doméstico, dispendo ou não de equipamentos sociais, contaram, sempre, em suas obrigações de casa, com o apoio de outras mulheres pobres como elas, estabelecendo redes sociais pouco estudadas. (COSTA, 2002, p. 312)

A autora (2002) esclarece ainda que os ganhos obtidos no sistema de proteção social brasileiro estão diretamente relacionados à saída das mulheres do espaço doméstico e à luta dos movimentos feministas para que ações que garantam o cuidado dos indivíduos sejam desenvolvidas pelo Estado.

Esta argumentação é muito importante quando falamos de cuidado, para que não limitemos a responsabilidade do mesmo sobre a família. No amplo conjunto de leis que asseguram os direitos sociais no Brasil é responsabilidade do Estado, compartilhada com a família e a sociedade, a garantia desses direitos (conforme pode ser observado na Lei Orgânica



da Saúde, Política Nacional do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Política Nacional de Assistência Social, dentre outras).

Ocorreu que como o cuidado ao longo dos anos foi assegurado no espaço doméstico foi retardada a montagem de sistemas públicos de proteção social, o que se expressa na atual carência de serviços como creche e abrigos em condições de assegurar aos seus usuários o cuidado almejado pelas famílias. Segundo Costa:

Através dos tempos, a maternidade transferida cobre a deficiência dessas estruturas. A delegação de cuidados da casa - expressão polissêmica, referida a cuidado de coisas e de pessoas em circunstâncias diversas - se dá porque não há outra alternativa. Essas práticas protecionistas, com pouco apoio do setor público, consolidaram extensas redes de proteção e dependências armadas na intimidade das casas. (COSTA, 2002, p. 306)

Quando pensamos o cuidado em saúde podemos tomar como exemplo os sujeitos em situação de doença, e a baixa quantidade de espaços que sirvam de local para recuperação pós-alta. Existem sujeitos que não contam com rede de apoio e também aqueles que contam com vínculos de afeto e familiares, mas que devido as precárias condições de moradia e renda não tem condições, por exemplo de retornar ao domicílio após a alta hospitalar. O período de reestabelecimento pós-operatório que poderia ser realizado em casa seguindo as recomendações da equipe profissional se torna inviável em muitas situações. Nessa conjuntura diante da fragilidade de recursos públicos que atendam a essa demanda ocorre uma busca por parte dos sujeitos por ampliar sua rede de apoio procurando na igreja, na vizinhança o suporte que deveria encontrar no aparelho estatal.

Esta situação exemplificada acima se torna muito mais latente quando ocorre a ausência de condições de cuidado por parte da família, mas traz nela também um problema que passa despercebido quando o cuidado logo de imediato é assegurado pela família ou rede de apoio no domicílio, o que Costa (2002) aponta como a ocorrência de maternidade transferida quando as mulheres desempenham o papel de cuidadoras nos ambientes hospitalares e em domicílio nos moldes de *home care*.

Além da circulação de crianças e da maternidade transferida, outra realidade de muitas famílias e grupos sociais, é o crescimento do número de idosos provedores, com destaque para o papel das idosas. Tal situação não é nova, e tem se configurado como mais uma alternativa





das famílias para preencher a lacuna deixada pelo sistema de proteção social brasileiro na garantia do cuidado aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

É uma realidade que cresce acompanhando o desmonte do Estado, e a precarização das condições de trabalho, levando a que as famílias mais jovens se insiram no mercado de trabalho de forma tão vulnerável recebendo para tal remuneração que não permite ao trabalhador dar conta do seu sustento e de sua família.

Dalva Neves (2006) discute a situação dos idosos provedores e destaca que mesmo aqueles indigentes têm assumido esse papel. A autora destaca que não são as mesmas razões que levam um idoso a se tornar o provedor de filhos e netos, e enfoca principalmente o papel das idosas provedoras, dado que esta condição tem sido mais presente entre as mulheres do que nos homens.

Portanto, a situação das idosas indigentes não é homogênea. Muitas delas estão dotadas de habilidade para mobilizar solidariedade institucional porque seus filhos não têm condições de ajudá-las. Outras ainda acrescem a responsabilidade diante de crianças órfãs e deficientes (físicos e mentais), de filhos dependentes de droga, especialmente o álcool. (NEVES, 2006, p. 363)

A Constituição Federal de 1988 instituiu a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la promovida por sua família. O Benefício de Prestação Continuada - BPC foi regulamentado pela Lei orgânica da assistência social impondo um corte de renda para de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita* na família. Há uma grande demanda por tal benefício, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento social (BRASIL) em 2012 1,7 milhões de idosos eram beneficiários do BPC. Se por um lado isso demonstra uma ampliação do número de idosos que alcançaram esse tipo de proteção, por outro expressa um alto número de idosos vivendo em situações de pobreza, muitas vezes com sua família cuja renda não atinge nem  $\frac{1}{4}$  de salário *per capita*.

Neves (2006) chama atenção ao fato de que para a maioria desses idosos beneficiários de programas e benefícios sociais a condição de indigência não é nova, é consequência de uma vida laborativa inseridos informalmente no mercado de trabalho.



Segundo a autora, não apenas os recursos da aposentadoria e do BPC são direcionados ao sustento dos filhos e em especial dos netos, ocorre ainda a busca itinerante por recursos em instituições filantrópicas (como roupas, cestas de alimentos, brinquedos, remédios, etc).

Outro ponto a ser considerado quando tratamos da situação dos idosos provedores é quanto ao crescente número de idosos inseridos no mercado de trabalho. Se por um lado a garantia desse direito no Estatuto do Idoso é um avanço pois valoriza a condição da pessoa idosa para exercer a atividade laborativa que lhe interessa, prevendo punição as situações de preconceito para os mesmos, é também algo que merece atenção quando consideramos os motivos de tal inserção. O que é um direito talvez tenha se tornado para muitos idosos a única alternativa para manter o sustento da família, tendo em vista a insuficiência da aposentadoria para cumprir com essa função.

Idosos que anteriormente tiveram dificuldades para prover o cuidado e o sustento dos filhos agora se veem na condição de cuidadores/provedores de filhos e netos.

Se estamos vivendo um tempo em que duas gerações (filhos e netos) não conseguem alcançar sua independência, nos questionamos sobre o quadro que enfrentaremos com o passar dos anos, quando os atuais idosos provedores não estiverem mais presentes, de quem virá o cuidado e o sustento para essas gerações? Elas irão perpetuar a condição de indigência ou o Estado assumirá o seu papel de promotor de proteção social?

Tal lugar ocupado pelos idosos expressa uma contradição, pois estes alcançaram o momento de suas vidas em que tem o direito de serem público alvo prioritário nas políticas de proteção social e mesmo assim acabam assumindo o papel de protagonistas do cuidado. Entre cuidar e serem cuidados acabam ocupando a primeira condição tendo em vista que seus filhos muitas vezes não podem ocupar este lugar.

As impossibilidades do exercício do papel de pais podem ser derivadas de fatores conjunturais, como o aumento do índice de desemprego e de rebaixamento do valor do salário, de mortes prematuras, destacando-se os assassinatos e os acidentes de trânsito. E fatores que inviabilizam o exercício da responsabilidade, paternal ou maternal, como é o caso da incidência de doenças mentais e o uso qualificado como abusivo de drogas, especialmente do álcool. (NEVES, 2006, p. 365)

Maternidade transferida, circulação de crianças e a condição de idosos provedores são questões que devem ocupar para os profissionais atuam em profissões de cuidado e lidam



cotidianamente com essas situações, não apenas o lugar de reflexão, e respeito à estas singularidades, mas também de debate e de luta para que a população que necessita recorrer a essas alternativas tenha preenchida esta lacuna deixada pelo aparelho estatal. Para que as famílias a partir de um leque maior de alternativas tenham mais liberdade de fazer sua opção sobre a forma de cuidado que melhor lhes atende.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os contextos em que estão inseridos os sujeitos sociais que são público alvo do cuidado em Saúde. Este cuidado num campo específico não pode ser visto de forma isolada, pois ele também se manifesta através de inúmeras redes que se estabelecem entre os sujeitos sociais. Dessa forma o profissional que atua no cuidado em saúde deve levar em consideração as vivências e saberes que são trazidos pelos usuários que atende.

Reconhecer as diferenças, os costumes, que são moldados por contextos, culturas e experiências, contribui para uma prática que busca minimizar as situações onde o usuário dos serviços se torna vítima de violência simbólica. A violência simbólica ocorre onde aquela realidade que apresenta é vista como algo ruim, de práticas erradas que precisam ser corrigidas, em prol de um único padrão de cuidado.

Observamos nas experiências da atualidade que da mesma forma que temos famílias, singularidades e sujeitos, podemos falar também em cuidados, que se expressam das mais diversas formas segundo as lacunas e alternativas encontradas por cada grupo de sujeitos sociais. Tais termos são tratados no plural indicando que a realidade dos indivíduos não é monolítica, e que lidamos com realidades que precisam ser consideradas e respeitadas.

Refletir sobre essas realidades e lutar por um lado para que haja o respeito às mesmas e por um sistema de proteção social com menos lacunas e que ofereça também outras alternativas às famílias poderá contribuir para que os indivíduos construam outras normalidades. A família pode não ter condições afetivas, financeiras, psicológicas ou sociais de assegurar esse cuidado, mas cabe ao Estado oferecer as condições necessárias para que o mesmo seja garantido aos sujeitos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP. Papirus, 9 ed. 2008, p. 13-33.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Benefício da Prestação Continuada. <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>, acessado em 25 de junho de 2014.

COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, Ano 10, n.2, 2002, p. 301-323

FONSECA, Claudia. Mãe é uma Só? In: *Psicologia USP*. São Paulo, v. 3, n 2, 2002, p. 49-68.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A ed., 2002.

KEHL, Maria Rita. *A Constituição Literária do Sujeito Moderno*. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/19133258/Maria-Rita-Kehl-A-constituicao-literaria-do-sujeito-moderno>. Acessado em 25 de junho de 2014.

NEVES, Delma Pessanha. As Idosas Provedoras e o Enraizamento Familiar. In: BRITES, Jurema, e FONSECA, Claudia (orgs). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. P. 359-379

TOFFANO, Claudia Benevento. *Movimento Funk Carioca, Cultura Popular e Mercado: Limites da consciência de gênero à emancipação da mulher trabalhadora*, Dissertação de mestrado. UFF. Rio de Janeiro, UFF, 2013.

PINHEIRO, Roseni. Cuidado como um valor: um ensaio sobre o (re)pensar a ação na construção de práticas eficazes de integralidade em saúde. In: PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araujo de. (orgs). *Razões Públicas para o integralidade em saúde: o cuidado como valor*. Rio de Janeiro, IMS/UERJ: CEPESC, ABRASCO, 2007, p. 15-28.

BONET, O. e TAVARES, F.R.G. O Cuidado como metáfora nas redes de prática terapêutica. In: PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araujo de (orgs). *Razões Públicas para o integralidade em saúde: o cuidado como valor*. Rio de Janeiro, IMS/UERJ: CEPESC, ABRASCO, 2007, p. 263-278.



## DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A BUSCA DAS FAMÍLIAS POR APOIO NAS REDES

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus

*Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/UNEB  
claudiaparanhos3@gmail.com*

248

### RESUMO

Este estudo toma como foco de discussão a questão do papel que exerce a rede de parentesco no cuidado da pessoa com deficiência intelectual e de que maneira estas famílias buscam a formação de outras redes de apoio. O estudo encontra-se em andamento com a aplicação de entrevista semi-estruturada com o principal responsável da pessoa com deficiência na cidade de Salvador/Bahia/BR. Parte-se da consideração de que a presença de um indivíduo com deficiência dinamiza a rede de parentesco na medida em que inclui ou exclui pessoas no relacionamento imediato com os pais e com o sujeito com deficiência intelectual. Embora isto se processe em qualquer família, com ou sem presença de deficientes, em famílias com pessoas com necessidades especiais as dificuldades na educação exige um investimento emocional maior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Famílias de pessoas com deficiência intelectual. Redes de apoio.

### ABSTRACT

This study takes a specific focus on the issue of paper holding the kinship network in the care of people with intellectual disabilities and how these families seek the formation of other support networks. The study is in progress with the application of semi-structured interview with the principal of the disabled person in the city of Salvador/Bahia/BR. Be part of the consideration that the presence of a disabled individual streamlines and reorients the kinship network in that it includes or excludes persons in the immediate relationship with the parents and with the subject with intellectual disabilities. While this takes place in any family, with or without the presence of disabled persons in families with special needs the difficulties in education requires a greater emotional investment.

**KEYWORDS:** Inclusive Education. Families of people with intellectual disabilities. Support networks.



## INTRODUÇÃO

A necessidade de refletir sobre o papel que assumem as redes de apoio parental e social no cuidado e educação da pessoa com deficiência, mais especificamente a deficiência intelectual, além da importância dada ao tema nos meios educacionais com o surgimento da discussão sobre a escola inclusiva, fizeram-me desenvolver este estudo. Sabemos que quando um casal tem um(a) filho(a) deficiente<sup>1</sup>, há uma mudança significativa na sua rotina, podendo ser, inclusive, um dos motivos para o rompimento da relação marital. Trata-se de um momento em que a coesão ou interação interna - entendidas aqui como “a natureza do laço social que une intimamente os membros do casal ou da família” (ABOIM, 2005, p. 235) – desfazem-se, não tolerando as situações advindas da constatação da deficiência do (a) filho (a). A espera do(a) filho(a) “desejado” – “normal”, fisicamente perfeito e que no seu desenvolvimento seja capaz de revelar traços identificados com os da personalidade de um dos pais – que não chegou, faz levantar uma série de questionamentos que se misturam a conteúdos de culpa, preocupação e expectativa por parte dos pais com relação ao futuro dos(as) filhos(as). Ao longo do tempo, a partir da interação pais-tipo de deficiência, a busca de superação aproxima-se de uma adaptação ao ‘problema’; uma adaptação cheia de desafios, conquistas, dores, frustrações: experiências comuns no processo de cuidar e educar a criança deficiente. Tanto maior o grau de dependência que determinada deficiência implica, mais se exige dos pais investimento em termos afetivos, financeiros, educacionais, médico-terapêuticos. Da mesma forma, tais investimentos estão relacionados às condições financeiras dos pais, uma vez que o acompanhamento é custoso (em tempo e dinheiro) para as famílias. Mesmo porque o papel do Estado no que se refere às políticas de famílias para pessoas com deficiência, como constatado, ainda encontra-se silenciado no Brasil, o que sobrecarrega os pais no que diz respeito ao papel da criação e socialização dos filhos deficientes. Logo, do fator socioeconômico dependerá o nível de intervenções que os pais promoverão junto ao(à) filho(a), tendo em vista que dependendo da particularidade da deficiência, as despesas com acompanhamento são muito elevadas. Disso procede-se vê indivíduos com o mesmo tipo de deficiência, seja sensorial, motora ou cognitiva, com nível de comprometimento semelhantes, tendo comportamentos distintos acerca do

<sup>1</sup> O termo deficiência é compreendido nesse estudo segundo o modelo social que qualifica a deficiência como “[...] uma experiência de segregação e opressão, enfatizando o resultado negativo da interação entre o corpo com lesões e a sociedade.” (DINIZ, 2007, p.15)





desenvolvimento, os quais são resultantes das situações socioculturais e econômicas do contexto que se encontram inseridos.

Em entrevistas exploratórias realizadas<sup>2</sup>, mães de classe média revelaram que no processo de cuidar e educar filhos(as) com necessidades especiais elas se apoiaram em diferentes redes de apoio sociais, desde redes especializadas a redes simbólicas, religiosas. O projeto de vida que os pais definem para o(a) filho(a) implica em cuidar e educar, mas, para que isso se efetive, ele precisa se amparar em conhecimentos teóricos, fornecidos através de literatura especializada e de profissionais da área; outras redes ainda entram em jogo, constituindo-se no estabelecimento de uma dinâmica de convívio com outros pais de crianças deficientes, colaborando não apenas com o compartilhamento de experiências, mas também possibilitando a participação numa rede ‘menos tensa’, uma vez que a condição semelhante dos pais os coloca na posição de ‘iguais’. As redes religiosas, através de igrejas ou relação individual com o sagrado (orações, devoções), estão igualmente presentes.

A família propriamente dita ou a ‘rede familiar’ – aquela considerada dos parentes consanguíneos e/ou afins –, a mais próxima teoricamente, e da qual se espera uma obrigatoriedade na relação, é igualmente tomada como importante nesta trajetória de auxílio ao casal, no entanto, parece estar menos implicada na função de cuidar e educar a pessoa com deficiência. Junto a esses parentes (sobretudo avós, tios), o casal se vê frente à necessidade de construção da inclusão da pessoa com deficiência, que nem sempre é ‘aceita’ como parente, sendo, muitas vezes, considerada um ‘agregado estranho’ na rede de parentesco. Assim, para que essa inclusão aconteça, será necessário verificar o grau de “integração externa” dos pais, o que favorecerá ou não na sua operacionalização. Portanto, as resistências à interação parecem estar em todos os lados, tanto dos pais em promover uma maior aproximação da criança com os parentes próximos (atitude que revela proteção, mas também vergonha, culpa), quanto da família extensa em se ocupar e se implicar nos cuidados de uma pessoa considerada ‘trabalhosa’ e cujo retorno em termos interativos se difere daquele do indivíduo considerado normal.

<sup>2</sup> No mês de dezembro de 2010, entrevistas foram realizadas com mães de pessoas com deficiência. As referidas mães foram selecionadas a partir de uma escola particular que trabalha com o modelo da inclusão de alunos com deficiência, localizada no bairro do Imbuí – Salvador, Bahia/BR. A finalidade da aplicação das entrevistas foi exploratória, ou seja, para estabelecer uma aproximação com as famílias de crianças com deficiência, procurando entender o que se processa no interior dessas famílias que contam com a presença de um filho com deficiência, bem como identificar quais demandas apresentam para a sua criação e educação.



Tal dinâmica ‘testa’ os relacionamentos através do reforço ou afastamento de pessoas. Embora isto se processe em qualquer família, com ou sem presença de deficientes – porque qualquer experiência sugere aproximação, afastamento, implicação, repulsa, investimento, de diferentes pessoas numa rede –, em famílias com pessoas com necessidades especiais as dificuldades na educação e na construção de projetos de vida para elas, que possibilitem a diminuição da sua dependência, exigem um investimento emocional maior, uma vez que a falta de autonomia implica num cuidado constante e uma preocupação, por parte dos pais, com o futuro do(a) filho(a).

Levando em consideração esses aspectos, este estudo toma como foco de discussão o papel que exerce a rede de parentesco no cuidado da pessoa com deficiência intelectual e de que maneira estas famílias buscam a formação de outras redes de apoio. Parte-se da consideração de que a presença de uma pessoa com deficiência dinamiza e reorienta a rede de parentesco na medida em que inclui ou exclui pessoas no relacionamento imediato com os pais e com a pessoa com deficiência.

## **FAMÍLIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REDES SOCIAIS DE APOIO**

Nas análises sobre família, há uma tendência à naturalização das relações familiares. Isto ocorre por conta da identificação da família com a unidade biológica de reprodução (pai, mãe e filhos) e, por conseguinte, tomada como um modelo, de base biológica, a ser seguido. A família torna-se assim um terreno fértil para um discurso normativo. Neste estudo, embora a família apareça como uma categoria analítica, é pensada como um universo de relações, que se reproduz e se (re)significa em distintos lugares, momentos e experiências dos indivíduos (SARTI, 2004). Metodologicamente isto implica dar atenção ao discurso dos sujeitos sobre a realidade que constrói sobre família, sua noção de si que ordena as relações de parentesco.

Olhando parte da literatura especializada que toma a família como foco de intervenção, podemos perceber que diversas áreas (serviço social, enfermagem, educação) caracterizam a família, nesse início de século, como uma instituição em “desordem”, tendo em vista que seus indicadores de ordem se desfizeram a tal ponto que dificultam determinar com nitidez o que a delimita.



Diante disso, evidencia-se que a normalidade das relações familiares é construída socialmente e determinada por “[...] circunstâncias históricas conforme a classe, gênero, etnia e geração [...]” (FONSECA, 2004, p. 225).

As transformações nos comportamentos demográficos depois dos anos 1960, segundo François de Singly (2007), repercutiram de diferentes maneiras na organização dos modos de vida familiar dos indivíduos e de suas relações. Os indicadores demográficos responsáveis por essas transformações podem ser aqui resumidos: diminuição do número de casamentos e recasamentos e o aumento das uniões livres; crescimento do divórcio; redução da natalidade; aumento do número de nascimentos fora do casamento; ampliação do trabalho assalariado das mulheres, principalmente das mães. Com isso, a família encontra-se em constante transformação por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. Assim, agregada ao processo social, ela passa, então, por mudanças significativas. “Em meio às alterações sociais e culturais, a família esforça-se para organizar aspectos inerentes a si que o contexto sociocultural vai modificando” (PORTELA, 2004, p. 87). Em meio às alterações sociais e culturais, a família esforça-se para organizar aspectos inerentes a si que o contexto sociocultural vai modificando. Enfrentando os fatores externos e, ao mesmo tempo, procurando readaptar-se a eles, a família segue então, buscando novas formas de organização, procurando dar continuidade ao ciclo evolutivo que atravessa ao longo da sua existência.

Apropriando-se do pensamento de Peixoto, Singly e Cichelli (2000), observa-se que na sociedade contemporânea, os indivíduos não se assemelham com aqueles das gerações que os precede. As transformações no funcionamento interno das famílias permitiram maior espaço para a expressão pessoal e para a autonomia.

Essas transformações possibilitaram para que um novo cenário da vida familiar fosse configurado paulatinamente, com orientações específicas em cada sociedade, em cada país. Contudo, o que não sofreu interferência nesse contexto de transformações foi o fato da família, nas suas relações intrafamiliares, manter a construção identitária dos seus membros.

Portanto, mesmo diante dessa avalanche de transformações que tem passado a família na sociedade contemporânea, sua importância não foi subtraída, ao contrário, continua sendo tomada como mecanismo indispensável, como “a viga mestra da sociedade” (BOTH, 1976, p. 27). Neste estudo, cujo campo empírico é a família, partimos da compreensão de que família é um conjunto de complexas relações, composta de indivíduos diferenciados por idade, que se relacionam diariamente, dando origem a uma dinâmica e complexa rede de sentimentos.



Por conseguinte, a família não se configura como uma simples soma de indivíduos, nem como uma instituição com papéis definidos, mas como um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com individualidade e personalidade próprias, não podendo ser, assim, considerada apenas pelo aspecto do capital cultural que lhe é concernente.

Uma vez que o intento desse trabalho é entender a família não como um dado adquirido, mas como uma dinâmica que funciona sobre o tempo e o espaço social (SILVA, 2001, p. 57), nas suas relações internas, cabe aqui ter-se em conta as diferenças entre os conceitos de família e agregado doméstico. Os estudos realizados por Wall (2012) sobre “grupos domésticos de co-residência em Portugal” servem de base para ilustrar essa diferenciação. Logo, a família pode ser compreendida como formada por pessoas que decidem conviver sob um mesmo teto, porém, estando ligadas por laços de consanguinidade e/ou aliança. No grupo doméstico, então, estariam as pessoas que resolvem dividir a mesma casa/alojamento, conviverem juntas, todavia partilhando ou não os recursos disponíveis. Em outras palavras, isso significa dizer que nos grupos domésticos podem estar incluídos os indivíduos não familiares.

Como contexto cultural e de práticas educativas, a família, ocupa um lugar privilegiado por estar imbuída de sentimentos e afetos na transmissão de elementos para a formação, isto é, na transmissão dos padrões de moral e convivência social que influenciam na personalidade do indivíduo. Assim, a família como parte da sociedade termina por compartilhar das transformações próprias das relações sociais, sofrendo, desta forma, as influências do contexto político, econômico e cultural no qual se encontra inserida. “A família é, por um lado, um fenômeno fundado na natureza própria do homem e, por outro, uma instituição social, e como tal, varia através da história e de uma cultura para outra” (WAGNER, 2002, p. 9). Isso leva a entender que cada família possui um modo particular, uma “cultura” familiar específica, com seus códigos e universo pessoal de significados para comunicar-se, com suas regras, ritos e jogos.

Em famílias com a presença de pessoas com deficiência, esse fato torna-se mais relevante ainda considerando as particularidades que a deficiência do(a) filho(a) implica no seu cuidado e educação. Nessas famílias, vale lembrar, os horizontes socioafetivos tendem a ser mais reservados, a família representa a primeira e mais importante instituição social, pois, é com os membros de sua família que mantêm as relações pessoais mais próximas e importantes, em muitos casos as únicas.



Dessa forma, uma vez identificada a deficiência do(a) filho(a), os pais procuram reorganizar a sua rotina e buscam formas de encaminhar a vida da família. Dentre as estratégias utilizadas pelos pais está a construção de um projeto de vida que eles definem para o(a) filho(a) com deficiência, o qual implica em cuidar e educar. Contudo, para que isso se efetive, os pais necessitam se amparar em conhecimentos teóricos demandados pela deficiência, como também, em estabelecer novas redes sociais específicas que possam lhes apoiar nessa tarefa.

Compreendo redes sociais segundo a conceituação dada por Both (1976, p. 299) como “[...] todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato”. Na perspectiva de Both (1976) abordar a questão das redes sociais implica em definir qual o tipo de sociedade que se está falando, ponderando as diferenças existentes na forma de organização de uma sociedade rural de pequena escala e de uma sociedade industrial urbana. A diferença na estrutura socioeconômica é uma delas. A divisão do trabalho em uma sociedade rural é relativamente simples, entretanto, em uma sociedade urbana é vista como complexa o que acarreta variabilidade na forma de vida entre os seus membros. Assim, como observa a autora, na sociedade rural, relativamente fechada, a maioria dos serviços solicitados por uma família pode ser fornecido por outras famílias dentro do grupo local e dentro do grupo de parentesco. Por sua vez, na sociedade urbana, essas tarefas e serviços são distribuídos e conferidos a instituições especializadas. Dessa maneira, enquanto uma família numa sociedade rural estabelece relações com um número pequeno de grupos, sendo estes encarregados de muitas funções, uma família urbana se aloja em uma rede de muitos grupos e instituições separados e, não necessariamente com conexões entre si, tendo cada um deles sua(s) função(ões) específica(s). Com isso, em uma sociedade concebida como rural, o grupo de parentesco e o grupo local fazem a mediação entre a família e a sociedade propriamente dita.

Por conseguinte, ao buscar tratar das redes sociais numa sociedade industrial urbana é preciso tomar em conta que não se concebe “famílias urbanas” sem sua rede de relações externas, sem as quais ela não poderia sobreviver. Contudo, muito embora as famílias urbanas tenham uma diversidade de relações externas, elas não se aparelham dentro de um grupo organizado. Em outras palavras, as pessoas e instituições com as quais elas interagem, não estão vinculadas de forma a compor um todo organizado. Quer dizer que, mesmo considerando que indivíduos de uma mesma família, habitualmente, pertençam a grupos, isto não ocorre com a família concebida como um todo. Significa que o controle social da família fica distribuído



entre vários grupos, como por exemplo, clínica, escola, igreja, clube recreativo, etc., implicando para que nenhum desses grupos tenha um poder de governo total e contínuo sobre a família, o que favorece para que ela possa tomar suas próprias decisões. Em síntese, as famílias urbanas são vistas como “individualizadas”, separadas e, com uma certa autonomia enquanto grupo social, comparado com as famílias de sociedades fechadas ou rurais.

É importante frisar que as redes sociais se localizam entre a família e o meio social tomado como mais amplo. A diversidade do meio social permite escolhas no aspecto dos relacionamentos sociais externos e, essas escolhas são influenciadas tanto pelos fatores chamados situacionais como pelas personalidades dos membros da família. A esse respeito, podemos considerar que mesmo sendo as personalidades dos indivíduos, que compõem uma família, um elemento relevante que afeta em tais escolhas, não se pode perder de vista que, uma escolha acaba sendo definida também por outros artifícios, que se constituem em forças sobre as quais a família não tem domínio direto. Isso sugere em reconhecer a relevância do meio social no processo, ou seja, da estrutura das instituições formais, do sistema ocupacional e econômico, da dinâmica de funcionamento das cidades, dentre outros fatores que implicam na relação das redes e influenciam nas decisões que a família possa vir a tomar.

Significa dizer que os membros de uma mesma família para se relacionarem socialmente, não precisam necessariamente participar todos dos mesmos grupos sociais. Ao contrário, a colaboração que a ideia de redes sociais nos traz, é exatamente esclarecer que, os membros de uma família, mesmo tendo interesses e objetivos afins entre eles, têm a autonomia, o livre arbítrio de fazer suas escolhas de relacionamentos, o que não deixa de ser influenciado pela própria trajetória de vida de cada um deles. Nessa trajetória merece destaque as categorias de idade, sexo, escolas, opções de lazer e religião, preferências subjetivas, mobilidade física e social, etc. Assim, para que a conexão<sup>3</sup> entre as redes aconteça é fundamental a estabilidade e continuidade dos relacionamentos, pois só a partir das trocas e da reciprocidade nos relacionamentos entre os indivíduos é que a conexão vai ocorrer e se consolidar. Destaca-se que a conexão de uma rede social depende também da própria família, além das forças sociais externas. Insinua dizer que apesar dos membros de uma família não possam controlar as “forças” inerentes ao meio social, eles têm a opção de fazer uma triagem entre os caminhos da

<sup>3</sup> O termo conexão é entendido nesse estudo como: “[...] a extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras, independente da família. Indico o termo ‘malha estreita’





ação que estas “forças” promovem. Segundo Both, (1976), a conexidade de uma rede pode ser caracterizada em dois tipos. O primeiro denominado de “malha estreita”, significa a elevada frequência de relações existentes entre os membros de uma rede. Ao contrário, o segundo tipo de conexidade definido como “malha frouxa”, sugere a baixa frequência de relacionamentos. Apesar de parecer uma definição aparentemente elementar, os tipos de conexidade trazem no seu arcabouço uma orientação sobre a influência que a frequência estabelecida entre os membros de uma rede social pode trazer para uma família ou indivíduo.

Ao falar de relacionamentos sociais, de redes sociais e dos apoios dados por elas merece destaque o relacionamento entre parentes considerando que após a família, tenha esta a configuração<sup>4</sup> que for, é com os parentes que os membros de uma família costumam, na maioria dos casos, estabelecer as relações pessoais mais íntimas e frequentes, além de procurá-los nos momentos que precisam de ajuda. De tal modo, a parentela<sup>5</sup> seria a rede de relacionamento mais próxima que a família poderia dispor, até estabelecer vínculos em outros espaços sociais. A esse respeito, Vasconcelos (2012, p. 604) nos diz que:

[...] a rede de apoio é, no essencial, uma rede de parentesco, particularmente intergeracional, [...] os apoios dados a determinados agregados domésticos (família no sentido de co-residência e partilha de recursos) dependem do que há a transmitir e das suas lógicas de perpetuação social.

Assim, os tipos de interação estabelecidos e as trocas efetuadas entre os membros da família e entre estes e a rede de parentesco mais ampla se constituem em estratégias adotadas para garantir a estrutura familiar. De tal maneira, as interações existentes entre a família ou um grupo doméstico e as diversas formas de solidariedade e entreajuda daí então originadas, são interligadas à conjuntura material e objetiva as quais pertencem. Somado a isso, tem-se também a questão dos valores e dos princípios culturais, os quais se encontram em constante adaptação às transformações ocorridas no contexto social.

O estudo realizado por Brandão e Craveirinha (2011) aponta que as mães com um adequado nível de apoio parecem ter maior capacidade para iniciar a interação com o sujeito

---

para descrever uma rede na qual existem muitas relações entre as unidades componentes e emprego o termo ‘malha frouxa’ para descrever uma rede na qual existem poucos relacionamentos deste tipo” (BOTH, 1976, p. 76).

<sup>4</sup> Sobre a configuração da família, esta pode ser de variados tipos na sociedade contemporânea: recomposta, nuclear, monoparental, homoparental, composta por parentes, etc.

<sup>5</sup> Entende-se parentela como o conjunto de indivíduos que possuem um parente em comum.



com deficiência e para responder às suas solicitações. Assim, o apoio prestado pelas redes de entreejada, sobretudo as informais, tem sido apontado pelos pais como um dos mais importantes para a família. Segundo as autoras citadas, o apoio prestado pelas redes familiar e social tem efeitos positivos na função parental e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento do indivíduo com deficiência. Parece atuar de dois modos diferenciados, tendo impacto direto nos adultos cuidadores, ao modificar as suas crenças, atitudes, conhecimentos ou comportamentos, e indiretos naquele que recebe o cuidado.

Dessa maneira, a solidariedade familiar e dos demais grupos sociais funciona em todas as classes sociais e as ocasiões são múltiplas: a busca de domicílios para o novo casal, a incorporação ao trabalho, os estudos, as enfermidades. Todos esses são momentos e ocasiões de aplicar a ajuda familiar, seja em forma de tempo, de dinheiro, de informação ou de alojamento.

Na realidade, as solidariedades, familiares e sociais (particularmente as intergeracionais, de todas as mais comuns), têm uma importância relevante não só na economia das famílias como também nas suas vidas cotidianas e trajetórias sociais de cuidado para com os parentes com deficiência. (BRANDÃO; CRAVEIRINHA, 2011; SERRANO, 2004)

Esses dados mostram claramente que, apesar do “sentimento subjetivo de privatização” (SILVA, 2001) amplamente ressaltado na contemporaneidade, onde os indivíduos optam por serem os protagonistas do seu destino, não significa que exista um hiato entre a sociedade e a família/agregado doméstico. Logo, constatamos que o sentimento de privatização não ocasionou o rompimento da família/agregado doméstico com a rede de parentesco mais ampla e com as demais redes sociais de apoio, incluindo-se vizinhos, amigos, colegas de trabalho, etc.

A esse respeito, vale destacar que, muito embora o senso comum permita compreender que a relação com os parentes pareça ser uma questão de opção subjetiva dos indivíduos, ou seja, que o elemento definidor dessas relações seja as personalidades das pessoas envolvidas na situação, assim como os interesses comuns existentes entre elas, essa concepção cai por terra quando, se traz para a discussão outros indicadores que podem interferir sobremaneira nesses relacionamentos. Dentre eles, pode-se citar: os vínculos econômicos entre os parentes, a localização das residências e o acesso físico dos parentes, o tipo de relação genealógica, a conexidade da rede de parentes, a presença e a preferência dos parentes que fazem a ligação, semelhanças e diferenças percebidas em termos de *status* social entre os parentes e relação de interesses e necessidades entre eles (BOTH, 1976). Dessa forma, pode-se inferir que muitos indicadores interferem na maneira como os parentes decidem se relacionar entre si.



## O método

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo empírico, cujo universo de participantes envolve pais, de camadas populares e médias, com filhos(as) a partir de 18 (dezoito) anos em processo de escolarização, de ambos os sexos do município de Salvador – Bahia/BR. A pesquisa encontra-se em andamento com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Optou-se pelo enfoque qualitativo, por considerá-lo o mais adequado ao desenvolvimento deste estudo, uma vez que busca atentar para a produção dos discursos dos sujeitos investigados e a obtenção de dados em profundidade. Vale ressaltar que tal enfoque se caracteriza, fundamentalmente, por uma relação direta do pesquisador com a situação pesquisada, permitindo-lhe reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência do cotidiano familiar e as práticas de escolarização das pessoas com deficiência.

Sobre a opção pela pesquisa do tipo exploratório, esta se justifica pela necessidade de busca de entendimento da natureza do problema, quer dizer, saber como são constituídas as redes sociais de apoio pelos pais/responsáveis de pessoas com deficiência.

O critério utilizado na escolha das famílias foi: possuir um(a) filho(a) com deficiência, mais especificamente, deficiência intelectual<sup>6</sup>. A opção por famílias que possuam pessoas com o referido tipo de deficiência justifica-se pelas restrições que esta impõe à autonomia do estudante, o que implica a exigência de uma presença maior dos pais/responsáveis no seu processo de criação e educação. Assim, a preferência, nesse estudo, por vários outros tipos de deficiência poderia se configurar em fator de interferência na mobilização das redes sociais de apoio pelos pais/responsáveis como também na construção dos projetos de vida que eles elaboram para os(as) filhos(as). Logo, a escolha das famílias foi realizada a partir do Centro de Educação Especial da Bahia - CEEBa e da Associação de Pais de Pessoas com Síndrome de Down - Ser Down, localizadas na cidade de Salvador/BA/BR. Quanto à definição de estudar os casos de alunos numa determinada faixa etária, procurou-se levar em consideração que o papel que exerce a rede de parentesco assim também como as demais redes sociais de apoio no

<sup>6</sup> A deficiência intelectual, por longo tempo, foi entendida e tratada como doença mental. Nos últimos anos, o termo deficiência mental vem sendo substituído por deficiência intelectual. Em evento realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em Montreal/Canadá, 2004, a expressão “deficiência intelectual” foi mundialmente difundida, através do documento intitulado Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. (OPS/OMS, 2004).



cuidado da pessoa com deficiência intelectual, varia segundo a idade dos mesmos, isto significa dizer que, estando os(as) filhos/parente na fase considerada adulta<sup>7</sup>, a função exercida por tais redes seria mais fácil de ser visualizada tendo em vista já terem sido, mesmo que em parte, realizadas, por isso a opção pelo grupo etário com idade a partir de 18 (dezoito) anos.

Com relação aos instrumentos de coleta de dados, foram aplicadas *a entrevista do tipo semi-estruturada e a observação direta*. Buscando autonomia, aproximação e o distanciamento necessários, decidiu-se pela entrevista semi-estruturada, pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque permite aos falantes explicitarem seus sentimentos, desejos, experiências e aprofundar livremente questões que julgassem de maior valor ou pertinência. E, em segundo, por se tratar de uma técnica que não implica o preenchimento de questionários, evita constrangimentos às pessoas que se encontram afastadas da leitura e da escrita. Dessa forma, o roteiro da entrevista foi elaborado com temas que provocassem situações dialógicas espontâneas, permitindo uma nova condução diante de situações delicadas ou questões pessoais que pudessem suscitar sentimentos mais profundos, ansiedade ou emoções. A observação, por sua vez, foi utilizada como instrumento complementar à pesquisa e efetuada no local de realização da entrevista, ou seja, na escola onde a pessoa com deficiência estuda, no local de trabalho ou na residência dos (as) entrevistados(as).

## CONCLUSÕES PARCIAIS

Este trabalho, constitui-se de uma pesquisa em fase de execução, como já foi anunciado anteriormente. Desta maneira, observamos nesse estudo que, embora as famílias tenham sofrido transformações em suas características, funções socialmente atribuídas e dinâmicas de existência, ainda hoje cumprem seu papel fundamental no cuidado, proteção e bem-estar de seus membros.

Nas entrevistas realizadas com o principal responsável das pessoas com deficiência intelectual sobre as redes de solidariedade, verificamos que a rede de apoio familiar é,

<sup>7</sup> O entendimento do termo “adulto” significa o indivíduo que não se encontra mais na fase infantil ou da adolescência. No caso das pessoas com deficiência intelectual, prevalece o artigo 4º do Código Civil Brasileiro ao afirmar que: “São incapazes de certos atos, ou à maneira de os exercer: II - [...] os que, por deficiência mental, tem o discernimento reduzido.”



basicamente, uma rede de parentesco restrito aos parentes mais próximos, trazendo para as mulheres o protagonismo das redes, tanto na lateralização dos apoios que correm mais pelo lado da família da mulher do que do homem, quanto nos apoios prestados por elas. Percebemos que esse comportamento das mulheres perante as redes de apoio é também decorrente do fato do Estado não ter desenvolvido serviços sociais suficientes, que possibilitassem que muitas destas ajudas deixassem de ser assumidas exclusivamente pelas mulheres, em virtude das obrigações derivadas dos vínculos familiares.

Com relação aos parentes, a sua participação na criação, educação ou acompanhamento da pessoa com deficiência é realizado timidamente mais no aspecto do apoio moral aos pais e nos cuidados ao(à) filho(a) deficiente quando solicitados, sobretudo pela família da mulher. Pode-se inferir que a atitude com relação aos parentes deve ser compreendida como a resultante complexa de muitos fatores, atuando em acordo uns com os outros. Registra-se também a indiferença de alguns parentes após a constatação da deficiência, mesmo nas famílias consideradas mais integradas. Esse processo acentua a vulnerabilidade da família, pois as relações experienciadas no núcleo familiar representam parte importante da rede social. A família, então, encontra dificuldades de apoio e, conseqüentemente, esgota sua capacidade de gerar respostas às solicitações do sujeito, conseguindo quando muito, satisfazer algumas das suas necessidades básicas. Essa situação acaba incorrendo em estresse para toda a família, que experimenta uma sobrecarga gerada pela impossibilidade de contar com apoio e compartilhar as demandas com outras pessoas, assim como espaços de troca. Esse esforço implica numa saturação, o que a faz buscar alternativas fora do espectro da família (nuclear ou extensa). Estudos nos campos da educação e das ciências sociais (DINIZ, 2007; DINIZ, 2010; GOFFMAN, 1978; AQUINO, 1998; MANTOAN, 2009) têm explorado essa temática apontando ora para o caráter preconceituoso que afeta as relações entre pessoas consideradas 'normais' e as consideradas 'deficientes/anormais', ora, para os efeitos da exclusão que incidem sobre a vida do deficiente e sua família.

Portanto, verifica-se que diante do processo de vulnerabilidade vivenciado pela família nos campos relacionais formados por parentes e amigos, ocorrida normalmente quando constatada a existência de uma pessoa com deficiência intelectual, as redes sociais de apoio fora do âmbito familiar se tornam necessárias, sobretudo, por se constituírem como uma importante possibilidade de ajuda no que diz respeito a um suporte para enfrentarem as questões do dia a dia ocasionadas pelas demandas trazidas pela deficiência. Portanto, as redes sociais de apoio



constituídas no contexto social mais amplo podem contribuir, na dinâmica das relações, para a melhoria da qualidade de vida dos membros de cada família, partindo da constatação de que, os vínculos e laços afetivos de um indivíduo, favorecem os comportamentos e bem estar social. Ademais, também podem favorecer no estabelecimento de trocas por parte dos pais ou responsáveis pela pessoa com deficiência, no sentido de criar meios que tornem possível a vida do indivíduo com deficiência mais fácil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, S. Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 43, 2003, p. 13-30.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade. In: WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V.; VASCONCELOS, P. *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 231-302.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade. In: WALL, Karin (Org.). *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 231-302.

AQUINO, J. G. (Org.) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

BOTH, E. *Família e rede social*. Trad.: Mário Guerreiro, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRANDAO, Maria Teresa; CRAVEIRINHA, Fátima Pereira. Redes de apoio social em famílias multiculturais acompanhadas no âmbito da intervenção precoce: um estudo exploratório. *Análise psicológica*. n. 01, jan-mar 2011. p. 27-45.

DINIZ, D.; SANTOS, W. (Orgs.). *Deficiência e discriminação*. Brasília: Letras Livres, 2010.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FONSECA, C. Fabricando família: políticas públicas para o acolhimento de jovens em situação de risco. In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Orgs.). *Família em mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, p. 215-244.

GOOFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.





LOPES, J. R. B. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano industrial no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.

MANTOAN, M. T. E. (Org.) *O desafio das diferenças nas escolas*. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE. *Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual*, Montreal, 2004.

PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICHELLI, V. (Orgs). *Família e individualização*. Trad.: Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PORTELA, C. P. J. A configuração das relações entre pais de crianças surdas e escola. In: JACQUET, Christine; COSTA, Livia Alessandra Fialho da. (Orgs.) *Família em mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, p. 85-107.

SARTI, C. A. Algumas questões sobre família e políticas sociais, In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. da. (Orgs). *Família em mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, p.193 – 213.

\_\_\_\_\_. A família como ordem simbólica. *Psicologia*. Universidade de São Paulo, 2004, n. 15(3), p. 11-28.

SERRANO, Ana Maria; BENTO, Antonieta. Identificação das redes de apoio social num grupo de famílias de risco. *Inclusão*. n. 5, Lisboa: Universidade do Minho, 2004, p. 97-111.

SILVA, Cristina Santos. Dinâmicas familiares e solidariedades nas famílias complexas. In: *Famílias em Alfama: dinâmicas e solidariedades familiares num bairro histórico de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 57-129.

SINGLY, F. De. O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICHELLI, V. (Orgs.) *Família e individualização*. Trad.: Ângela Xavier de Brito, Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 13 – 19.

SINGLY, F. De. *Sociologia da família contemporânea*. Trad.: Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VASCONCELOS, Pedro. Redes sociais de apoio In: WALL, Karin (Org.) *Famílias em Portugal: percursos, interacções, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 599-631.

WAGNER, Adriana (Coord.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

WALL, Karin. Os grupos domésticos de co-residência. In: WALL, Karin (Org.) *Famílias em Portugal: percursos, interacções, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 553-597.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 14, p. 248-263

WALL, Karin. Políticas Familiares. *Contextos de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004, v.3, p. 6-10.



## SOBRENOME E SAÚDE MENTAL

BRITO, Eliana Sales

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL)*

*elianasbrito@hotmail.com*

FITERMAN, Hannah

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL)*

*hannahfiterman@hotmail.com*

FIGUEIREDO, Luciene Santos

*Mestre do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL)*

*lucieneucsal@hotmail.com*

264

### RESUMO

Pesquisando com as palavras-chaves sobrenome; saúde mental; família; herança, encontramos alguns estudos que abordavam como o diagnóstico psiquiátrico interfere na constituição da identidade dos sujeitos, mas não foram encontradas pesquisas que tragam o caminho inverso: "Como o Sobrenome, símbolo de identidade e de pertencimento, pode interferir na saúde mental do sujeito?". Há muita dificuldade de convivência com a doença mental no contexto familiar, gerando relações conflituosas e muitas vezes desagregadoras, que evidenciam a fragilidade na família. Assim, iremos apresentar estudos relacionados à saúde mental e hereditariedade. O item saúde mental e hereditariedade é o mais rico em termos de estudos realizados. Focalizaremos, neste trabalho, a epilepsia e a loucura.

**Palavras-chave:** Sobrenome. Família. Saúde Mental

### ABSTRACT

Searching with keywords surname: mental health; family; heritage, some studies found that addressed how the psychiatric diagnosis interferes with the establishment of the identity of the subjects, but no research to bring the opposite direction were found: "As the Last Name, symbol of identity and belonging, can affect the mental health of the subject? ". There is much difficulty in living with mental illness in the family context, generating conflicting relationships and often divisive, which show the weakness in the family. Thus, we will present related to mental health and heredity studies. The mental health and heredity item is the richest in terms of studies. We will focus, in this study, epilepsy and madness.

**Key-words:** Surname. Family. mental health



## **SOBRENOME E SAÚDE MENTAL**

Pesquisando com as palavras-chaves sobrenome; saúde mental; herança, encontramos alguns estudos que abordavam como o diagnóstico psiquiátrico interfere na constituição da identidade dos sujeitos (Silva; Brandalise 2009; Dalgarrondo, 2000), mas não foram encontradas pesquisas que tragam o caminho inverso: “Como o Sobrenome, símbolo de identidade e de pertencimento, pode interferir na saúde mental do sujeito?” Assim, iremos apresentar estudos relacionados à saúde mental e hereditariedade. O item saúde mental e hereditariedade é o mais rico em termos de estudos realizados. Focalizaremos, neste item, a epilepsia e a loucura.

265

## **EPILEPSIA E HEREDITARIEDADE**

A história da epilepsia é permeada de crenças e superstições. Na Roma antiga, era considerada uma doença contagiosa e os epiléticos, impuros que deveriam ser evitados sob pena de contágio. Na Idade Média, a presença de sintomas era vista como uma maldição e associada à feitiçaria. Os seus portadores foram perseguidos como bruxas, torturados e condenados à morte. No início do século XX, indivíduos com epilepsia eram rotulados como desviantes e o matrimônio e reprodução eram restringidos por Lei, mediante a recomendação de médicos eugenistas (Gomes, 2006; Masia, Devinsky, 2000).

O nome da doença deriva do grego e significa “ser apanhado de surpresa”, é também conhecida na comunidade científica como “grande mal”, termo utilizado para distinguir os casos em que a doença se manifestava com todos os seus sintomas daqueles em que era manifestada por apenas alguns deles, tais como ausências ou perda momentânea dos sentidos, quando era chamada de “pequeno mal” (Neves, 2008).

A visão da epilepsia associada às influências ocultas e sobrenaturais até mesmo pelos estudiosos da Medicina nos tempos antigos levou à prescrição de tratamentos mágicos ou religiosos, tal como a conversão religiosa, algumas práticas que persistem até hoje em parte da população leiga. Dentre as terapêuticas adotadas, conforme Gomes (2006), que as classifica como aleatórias, ineficazes e até mesmo, cruéis, destacam-se o consumo de sangue de ser humano recentemente morto, pó de crânio humano, digitalis ou nitrato de prata, sangria,



purgação, êmese, diurese, sudorese e recomendação para exercer ou coibir atividade sexual ou trepanação craniana, além de amuletos e santos.

Outras terapêuticas foram identificadas por Neves, 2008, ao pesquisar a história do pensamento médico no Brasil. A epilepsia era considerada como uma doença mental de forma que o tratamento era semelhante ao aplicado aos mesmos. Segundo a pesquisa da autora, o tratamento era a reclusão, e, em alguns casos, era recomendado “submeter o doente em crise a um grande susto, dar um tiro perto do ouvido de forma a assustar muito com o ruído, pegar o doente, jogá-lo em um rio, deixá-lo nu no frio e depois muito agasalhado em ambiente muito quente” (Neves, 2008, p. 9).

Havia ainda o tratamento higiênico da doença, onde eram recomendadas viagens longínquas, habitação salubre, banhos e maior asseio, o uso de vestes folgadas, cabelos curtos, dietas alimentares e evitar práticas de masturbação. Exercícios moderados e divertidos eram prescritos ao passo que os tidos como violentos, como a equitação, esgrima e natação deveriam ser evitados, assim como a vida agitada, as contrariedades e as paixões violentas, pois eram nocivas para os epiléticos (Neves, 2008).

Embora no Renascimento tenha havido uma tentativa de explicar a epilepsia como uma manifestação de doença física, só durante o Iluminismo, com o avanço do conhecimento da anatomia, patologia, química, farmácia e fisiologia, foi possível uma maior compreensão acerca da doença (Gomes, 2006). Trata-se de um conjunto de desordens neurológicas caracterizadas por descargas elétricas anormais dos neurônios, as quais podem gerar convulsões (Fernandes, 2005), cuja etiologia geralmente está associada a lesões adquiridas ou congênitas (Romcy-Pereira et al, 2008).

O diagnóstico é definido pela história clínica de recorrência de crises epiléticas espontâneas, não provocadas por febre, insultos agudos do sistema nervoso central ou desequilíbrios tóxico-metabólicos graves e por meio do eletroencefalograma (Gallucci Neto, Marchetti, 2013). Estas crises podem ser classificadas em: parcial ou focal, quando a lesão é restrita a uma área cerebral, ou generalizada, quando há um comprometimento de ambos os hemisférios cerebrais. A manifestação pode ser acompanhada ou não da alteração da consciência (Gallucci Neto; Marchetti, 2013; Fernandes, 2005) e a maioria dos pacientes tem um bom prognóstico em longo prazo (Fernandes, 2005).

Aos indivíduos com epilepsia têm sido atribuídas algumas características de personalidade e o rótulo de “epiléptico”, gerando influência nos aspectos psicológico e social



das mesmas. São indivíduos que, mesmo tendo suas crises controladas, apresentam maior isolamento social e dificuldades nos relacionamentos interpessoais e maior incidência de transtornos psiquiátricos. Além disso, a epilepsia ainda é cercada por mitos e preconceito, o que afeta a qualidade de vida e reforça o estigma existente. (Fernandes, 2005).

Estima-se que existam 50 milhões de indivíduos com diagnóstico de epilepsia no mundo, dos quais cerca de 40 milhões estão em países em desenvolvimento (Gallucci Neto; Marchetti, 2013; Radhakrishnan, 2009). Dentre as doenças neurológicas que se instalam na infância, a epilepsia está em primeiro lugar afetando cerca de 2,5 milhões de norte-americanos, segundo dados do National Institute of Health - NIH (2002, apud Ventura, 2010). No Brasil, são poucos estudos de prevalência, mas, baseados em estudos internacionais, Gallucci Neto & Marchetti, 2013, estimaram a ocorrência de aproximadamente 340 mil casos novos ao ano e de 1,8 milhões de pessoas com epilepsia ativa. A capacidade de diagnosticar o problema e prestar os cuidados adequados é comprometida pela falta de recursos materiais, a ineficiência do sistema de saúde, a desigualdade social, a superstição e o estigma que envolve a epilepsia (Radhakrishnan, 2009). Além disso, o alto custo do tratamento e a falta de disponibilidade de medicações anti-epilépticas e as crenças culturais estão relacionadas à descontinuidade do tratamento (Radhakrishnan, 2009).

Esta doença atinge pessoas de todas as raças, sexo e condições socioeconômicas e, embora seja um problema tratável por meio de medicações e cirurgia, a maioria dos pacientes permanece sem atendimento, produzindo consequências significativas para o indivíduo portador, incluindo morte súbita, ferimentos, problemas psicológicos, mentais, sociais e econômicos (Gallucci Neto; Marchetti, 2013).

O efeito da epilepsia reflete-se sobre o paciente, a família e a comunidade. As discussões sobre a hereditariedade mórbida influenciaram fortemente a psiquiatria do século XIX quando, na ausência de uma explicação biológica das patologias mentais, recorreram a explicações hereditárias das doenças mentais, as quais se baseavam na repetição de ocorrências de casos em diferentes gerações de uma mesma família, de maneira idêntica ou com variações (Caponi, 2011).

Desde os tempos de Hipócrates se especulava sobre a base genética das epilepsias, hipótese confirmada com as evidências de estudos epidemiológicos desenvolvidos nos anos 50 e 60, nos quais foram constatados que indivíduos com antecedente familiar de epilepsia tinham de 1,5 a 5 vezes mais risco de desenvolver a doença do que a população em geral. Os avanços





mais recentes da medicina no estudo da genética já permitiram demonstrar a existência de um componente hereditário nas epilepsias generalizadas e focais (Mefford; Mulley, 2010; Lopes-Cendes, 2008). Embora, estudos recentes revelem a descoberta de mais de 20 genes para a epilepsia até o momento, grande parte da contribuição genética para a epilepsia ainda é desconhecido. (Mefford; Mulley, 2010).

## EPILEPSIA E FAMÍLIAS

São inúmeros os registros sobre epilepsia na história: na Bíblia há uma descrição de um jovem com sintomas de epilepsia, que se joga no chão, espuma e range os dentes, antes de desfalecer, cuja causa é atribuída a um espírito mau; Vincent van Gogh, pintor holandês do século XIX, que tem história familiar de doença mental; o escritor russo Fyodor Mikhailovitch Dostoiévski, cujas crises eram seguidas de estados confusionais, depressão, distúrbios transitórios de memória e fala, deixou vários escritos sobre as características da epilepsia antes mesmo de serem descritas por médicos. No Brasil, destacamos duas personalidades: D. Pedro I, Primeiro Imperador do Brasil (Gomes; Chalub, 2007; Gomes, 2006) e o escritor Joaquim Maria Machado de Assis (Lima, 2009), que o avançar da doença acentuou a tendência à melancolia e depressão.

Na Família Real há relatos de vários casos de epilepsia e doença mental: D. Maria I sofria de psicose (Gomes, 2006); D. João VI (Gomes; Fontenelle, 2007), D. Leopoldina (Gomes, 2006; Gomes; Fontenelle, 2007), D. Pedro I (Gomes, 2006) e quase todos os seus irmãos sofriam de ataques epilépticos (Gomes; Chalub, 2007). Segundo os historiadores, a epilepsia de D. Pedro I foi herdada do lado materno, da casa Bourbon espanhola e transmitida para filhos e netos como sua filha com a Marquesa de Santos, Maria Isabel Alcântara Brasileira (Gomes; Chalub, 2007), e filhos com D. Leopoldina, D. Pedro II, D. Januária, João Carlos e D. Paula Mariana. Dois dos quatro filhos de D. Pedro II, Pedro Afonso e a Princesa Isabel tinham convulsões, assim como seu neto, Príncipe Augusto (Gomes; Fontenelle, 2007).

D. Pedro I tinha um gênio impetuoso apresentava um transtorno de comportamento caracterizado por impulsividade, agitação e sexualidade, além de se destacar em certas habilidades artísticas e foi o autor da música do Hino da Independência (Gomes, 2006). Em



certas doenças cerebrais e neurológicas, os pacientes desenvolvem capacidades extraordinárias em certas áreas, como nas artes e literatura.

Diferentemente da condução dada pela Família Real acerca dos ataques epiléticos de D. Pedro I, os quais eram divulgados mediante boletins médicos, portadores desta doença tendem ao isolamento social em razão do rótulo de ser “epiléptico” e por esta, ser ainda cercada por muito preconceito, levando ao estigma (Radhakrishnan, 2009, Fernandes; Li, 2006; Fernandes, 2005).

A crença de que a epilepsia fosse uma doença mental gerou uma espécie de isolamento dos seus portadores (Radhakrishnan, 2009). Várias são as situações descritas na literatura: proibição de frequentar locais públicos, de contrair matrimônio e obrigatoriedade de esterilização, anulação de casamento, acesso ao mercado de trabalho, entre outros (Marchetti et al, 2005). Este estigma imposto sobre pessoas com epilepsia afeta as suas famílias (Aponi, 2011), vida social, emprego, perspectivas conjugais e autoestima e isto faz com que estes indivíduos escondam o seu problema e negligencie o tratamento, o que pode agravar ainda mais a situação, especialmente se têm associados transtornos mentais (Gallucci Neto; Marchetti, 2013; Marchetti et al, 2005).

## **SOBRENOMES, FAMÍLIAS E SAÚDE MENTAL**

De acordo com Pereira (2003), em sua pesquisa que investiga as representações sociais de familiares de pacientes com doença mental, os sujeitos associam a ideia de transtorno mental à hereditariedade, mencionando que têm familiares com história de internação para o tratamento psiquiátrico, fazendo referência ao “sangue fraco” do pai, trazendo um discurso carregado de vergonha e culpa. Nesses casos, o sobrenome irá afetar no sentido de trazer todo um questionamento sobre a possibilidade de vir a ter ou não, aquela determinada doença mental. Daí, em alguns casos, podendo haver recusas de aproximação com pessoas da referida família considerada “problema”. Um medo que pode trazer transtornos à pessoa por herdar tal sobrenome.

Existe um olhar de preconceito atrelado ao estigma acerca daquele considerado “doente mental”, que passa a ser visto por este rótulo. (Silva; Brandalise, 2009). Pessoas que carregam um sobrenome de família com casos de doença mental, no olhar dos outros, ficam à margem da



sociedade, evitando-se a aproximação entre famílias para que não gerem filhos com o mesmo problema. Por exemplo, quando os pais aconselham a filha sobre seu relacionamento: “minha filha, não se case com esse homem porque é daquela família que apresenta muitos casos de doença mental. Eu não quero ter netos doentes.” – casos em que o sobrenome recebe um estigma, onde há maus tratos e pressões psicológicas ao sujeito.

Há muita dificuldade de convivência com a doença mental no contexto familiar, gerando relações conflituosas e muitas vezes desagregadoras, que evidenciam a fragilidade na família. Milhões de pessoas do mundo inteiro sofrem de algum tipo de transtorno mental severo e persistente, mas, além do sofrimento provocado pela doença, estas pessoas sofrem com o preconceito, o descrédito e a estigmatização (Silva; Brandalise, 2009). Torna-se importante refletir sobre os fatores hereditários da doença mental, trazendo o foco para fatores ligados ao contexto social. Caso um de seus pais tenha a doença mental, o filho pode não desenvolver a doença. Outros fatores, além da hereditariedade, como o ambiente, a cultura, os hábitos e a história de vida do sujeito, podem contribuir para o adoecimento.

O modelo de atenção à saúde sofre transformações desde o final da década de setenta no Brasil, onde até então predominava uma atenção à saúde apoiada no modelo biomédico, que compreende o transtorno mental a partir de uma perspectiva biologicista de cura e doença, desconsiderando influências da cultura e da história no surgimento dos transtornos mentais. (Silva; Brandalise, 2009).

Esse novo modelo de atenção à saúde mental visa uma desconstrução de conceitos fantasiosos da doença mental, atua fortalecendo a relação entre os profissionais de saúde mental, os pacientes e suas famílias, considerando o sujeito inserido no contexto cultural, produto e produtor dessas construções simbólicas (Spink, 2003). Deste modo, tem sido reconhecida a importância do nome e do sobrenome para os pacientes e sua família nos serviços de saúde como resgate de humanidade, identidade e pertencimento (Bellkiss, 1994), para construção de um ambiente humanizado de saúde.

## **SIGNIFICANTES DE SOBRENOMES EM SAÚDE MENTAL**

Os sobrenomes podem vir repletos de articulação com a doença mental, pois propõem significados que há muito tempo teóricos se debruçam a quebrar: o rótulo do doido ou do louco.



Pela História da Loucura, de Michel Foucault (1978), sabe-se que o século XVII foi palco de uma série de episódios históricos que acionaram rupturas, afunilando a pluralidade de sentidos na qual a loucura estava inscrita, fazendo com que chegasse à atualidade reduzida ao conceito de doença, situada no íntimo do indivíduo. E, agora, presencia-se um ambiente virtual onde indivíduos se agrupam em coletivos de sobrenomes que, tempo atrás, seria de repúdio e individualismo.

Naquela sociedade do século XVII, diferentes de toda a natureza foram capturados e encerrados em um tipo de instituição chamada de Hospital Geral. Hoje também poderíamos designá-los de *sem razão*, como fez Foucault naquela ocasião? Foucault considera que os saberes e os poderes, independente da época, controlam expressões de subjetividade. Em diversos espaços, é possível a resistência a este controle. A loucura e a filosofia lhe parecem duas possibilidades privilegiadas: A filosofia é o movimento pelo qual nos libertamos – com esforços, hesitações sonhos e ilusões – daquilo que passa por verdadeiro, a fim de buscar outras regras do jogo. A filosofia é o deslocamento e a transformação das molduras de pensamento, a modificação dos valores estabelecidos, e todo o trabalho que se faz para pensar diversamente, para fazer diversamente, para tornar-se diferente do que se é. (Foucault, 1994, p. 143).

O sujeito em Foucault compõe-se pelo discurso e pelo repertório das práticas sociais. Certamente uma dificuldade de compreensão dos problemas do sofrimento psíquico reside na perspectiva individual e psicologizante centrada predominantemente no sujeito como mero portador de transtorno mental. A determinação dos limites de nomear-se por expressões que incidam um transtorno mental propõe certa identidade, uma espécie de slogan usado para marcar uma posição compartilhada e replicada, indexada pelos mecanismos de busca ou de identificação.

A questão não se encerra em dizer se sou ou não sou louco, sou ou não sou depressivo, mas afinal, o que é ser ou o que torna alguém um alguém? No caso das famílias que levam com o sobrenome o estigma de uma doença mental, o que significaria este símbolo? Perante o novo – renovado –, a questão elementar para compreender algo seria escutar, com muita atenção.

Coloca-se em pauta a dissolução de um obstáculo velho, produto de outro vício muito arraigado: a negação da reflexão sobre diversidade ao problema da identidade. Esta é uma questão central para que se apreenda o propósito por trás dessas agudas sentenças ‘eu sou’, ‘somos todos’. É com essa força que, com responsabilidade, vemos milhares de sobrenomes.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLKISS, Wilma Romano. *A prática da psicologia nos hospitais*. São Paulo: Pioneira, 1994.

CAPONI, Sandra. A hereditariedade mórbida: de Kraepelin aos neokraepelinianos. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2011, pág. 833-852. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312011000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000300004&lng=en&nrm=iso)>. Access on 10 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000300004>

DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FERNANDES, Paula Teixeira. *Estigma na epilepsia* [on line] Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. 2005, Tese (Tese de Doutorado em Ciências Médicas) Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000373695> Acesso: 29/04/2013.

FERNANDES, Paula Teixeira and LI, Li Min. *Percepção de estigma na epilepsia*. [online]. v.12, n.4, 2006, pág. 207-218. Available from <http://www.scielo.br/pdf/jecn/v12n4/a05v12n4.pdf>. Access on 30 Apr. 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978

GALLUCCI NETO, José; MARCHETTI, Renato Luiz. Aspectos epidemiológicos e relevância dos transtornos mentais associados à epilepsia. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 27, n. 4, Dec. 2005, pág. 323-328. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462005000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000400013&lng=en&nrm=iso)>. Access on 30 Apr. 2013.

GOMES, Marleide da Mota. História da epilepsia: um ponto de vista epistemológico. *J. epilepsy clin. neurophysiol.*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, Sept. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-26492006000500009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-26492006000500009&lng=en&nrm=iso)>. Access on 30 Apr. 2013.

GOMES, Marleide da Mota; CHALUB, Miguel. Dom Pedro I of Brazil and IV of Portugal epilepsy and peculiar behavior. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo, v. 65, n. 3a, Sept. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X2007000400033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2007000400033&lng=en&nrm=iso)>. Access on 30 Apr. 2013.

GOMES, Marleide da Mota; FONTENELLE, Lucia M.C.. The Emperor Dom Pedro II: his convulsive seizures when a boy. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo, v. 65, n. 4b, Dec. 2007. Available from



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X2007000700034&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2007000700034&lng=en&nrm=iso)>. Access on 20 Apr. 2013.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. Machado de Assis e a psiquiatria: um capítulo das relações entre arte e clínica no Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, Sept. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702009000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000300004&lng=en&nrm=iso)>. Access on 30 Apr. 2013.

LOPES-CENDES, Iscia (2008). The genetics of epilepsies. *J Pediatr.* Rio de Janeiro. v. 84, n. 4 Suppl. Aug. 2008. Available from <http://www.jped.com.br/ArtigoDetalhe.aspx?varArtigo=1860&idioma=pt-BR>. Access on 30 Apr. 2013.

MARCHETTI, Renato Luiz et al. Transtornos mentais associados à epilepsia. *Rev Psiquiatria Clínica*, v. 32, n. 3, 2005, pág 170-182. Available from: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol32/n3/170.html>. Access on 30 Apr. 2013.

MASIA, Shawn L., DEVINSKY, Orrin. Epilepsy and behavior: A brief history. *Epilepsy Behav.*, v.1, n.1. 2000, p. 27-36. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12609125> Access on 30 Apr. 2013.2

MEFFORD, Heather; MULLEY, John (2010). Genetically complex epilepsies, copy number variants and syndrome constellations [on line] *Genome Medicine*. v. 2, n. 10. Oct 5, 2010 p. 71. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2988446/> Access on 30 apr 2013.

NEVES, Margarida de Souza. Pela saúde da nação. O pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil. In: ALMEIDA, Marta e VERGARA, Moema. (Org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo / Rio de Janeiro: Via Lettera/MAST, 2008, v. 1, p. 81-100. Available from: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=520540&indexSearch=ID> Access on 30 apr 2013.

PEREIRA, Maria Alice Ornellas. Representação da doença mental pela família do paciente. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 7, n. 12, Feb. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832003000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000100006&lng=en&nrm=iso)>. Access on 30 apr 2013.

RADHAKRISHNAN, Kurupath. Challenges in the management of epilepsy in resource-poor countries *Nature Reviews Neurology*, June v.5, n. 6. 2009 p. 323-30. Available from <http://www.nature.com/nrneurol/journal/v5/n6/abs/nrneurol.2009.53.html> Access on 30 apr 2013.

ROMCY-PEREIRA, Rodrigo N. et al. Genes e epilepsia II: expressão gênica diferencial. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 54, n. 5, Oct. 2008. Available from





<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42302008000500022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302008000500022&lng=en&nrm=iso)>. Access on 10 Aug. 2014.

SILVA, Roberta Scheer; BRANDALISE, Fernando. O efeito do diagnóstico psiquiátrico sobre a identidade do paciente [on line] *Mudanças-Psicologia da Saúde*, v. 16, n. 2, 2009, p. 123-129. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/viewFile/1143/1154>. Acesso: 30/04/2013.

SPINK, Mary Jane. *Psicologia Social e Saúde: prática, saberes e sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VENTURA, Dora Fix. Um retrato da área de Neurociência e comportamento no Brasil. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 26, n. spe, 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000500011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500011&lng=en&nrm=iso)>. Access on 10 Aug. 2014.



## **CURSO DE VIDA ESCOLAR ENTRE GERAÇÕES: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INTRAFAMILIAR A PARTIR DAS INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVA DOS SEUS MEMBROS<sup>1</sup>**

SANTOS, Tatiana de Souza Pinheiro dos  
*Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea.*  
*Professora e gestora da rede pública de ensino de Salvador.*  
*tati\_educadora@yahoo.com.br*

275

GOMES, Cristina  
*Doutora em População e Desenvolvimento.*  
*Professora da Universidade Católica de Salvador*  
*na Graduação e Programa de Pós-Graduação.*  
*cristinagomesmx@gmail.com*

### **RESUMO**

Na contemporaneidade as instituições família e escola vêm tecendo interesses compartilhados em práticas que atendam as necessidades dos indivíduos no intuito de estimulá-los ao desenvolvimento de suas capacidades. O marco analítico do curso de vida individual explora as trajetórias das gerações numa delicada investigação que demarca o percurso destes membros nas instituições de ensino permitindo a identificação de possíveis entraves que favoreceram a interrupção, a descontinuidade ou o reingresso à escola, além de compreender o valor da educação e as aspirações familiares para as gerações futuras. Esse estudo longitudinal retrospectivo adota uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas a três mulheres chefas de família, onde no mínimo duas gerações tenham estudado na mesma unidade escolar. Traça uma linha temporal histórica sobre momentos importantes que delineiam percepções e comportamentos diante dos estudos e do desenvolvimento humano onde os resultados demonstram o aumento da valorização da educação entre as gerações familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação entre Gerações – Família – Desenvolvimento Humano.

### **ABSTRACT**

In contemporary times the family and school institutions come weaving shared interests in practices that meet the needs of individuals in order to encourage them to develop their capabilities. The individual life course analytical framework explores the paths of generations in a delicate research that marks the route of these members in educational institutions allowing the identification of possible barriers that favor the interruption, discontinuity or re-entry to school, and understand the value education and family aspirations for future generations. This retrospective longitudinal study adopts a qualitative methodology based on interviews with three women family leadership, where at least two generations have studied in the same school unit. Draws a historical timeline of important moments that shape perceptions and behavior on the studies and human development where the results show increases in the recovery of education between family generations.

**KEYWORDS:** Intergenerational Education - Family - Human Development.

<sup>1</sup> Agradecemos as famílias que muito generosamente abriram não só as portas de suas casas e compartilharam intimidades profundas, mas também, se permitiram refletir e repensar suas atuações diante da vida em infinitas possibilidades.



## PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA

O desenvolvimento da família e o desenvolvimento em família são eixos do amplo campo de pesquisa em sociologia que buscam compreendê-la como uma instituição em movimento que sofre alterações no tempo e na história, que muda e se ajusta junto e ao longo do curso de vida de cada um dos seus membros. Ao fazer escolhas e tomar decisões individuais, cada uma das pessoas da composição familiar assume papéis diferentes e em diferentes momentos que alteram a sincronia na vida particular, sobre si mesmas e na vida coletiva em família diante dos outros membros e da sociedade. Determinantes e decisivas, essas decisões interferem em toda dinâmica de vida familiar: sair de casa, mudança de endereço, mudança de trabalho, ingresso na escola, nascimento de crianças, separações, viuvez, são algumas das tantas resoluções individuais que afetam os ritmos de vida em família e que fincam um marco temporal na linha de desenvolvimento das pessoas envolvidas.

Estamos assim falando da sincronia entre as decisões particulares e a vida coletiva, que sofre adaptações ao longo do curso de vida das pessoas por condições históricas, econômicas e sociais. Ousaria acrescentar que até por razões afetivas e de pertencimento.

Ao pensarmos a família no contexto da sociedade, é bem-vinda a diferenciação entre as terminologias "ciclo de vida" e "curso de vida", pois a conceituação dessas expressam a essência do trabalho aqui proposto. Tal preocupação é trazida pela historiadora social Tamara Hareven, precursora em pesquisas sobre a história das mudanças sociais e geracionais na vida das famílias, pois, "às vezes, esses termos são usados como sinônimos, sem reconhecimento de seus significados e de suas implicações metodológicas" (HAREVEN, 1978).

A perspectiva do ciclo de vida familiar se move entre o início e o término dessa unidade coletiva. Concentra-se na identificação de etapas e nas mudanças de papéis e responsabilidades dos membros das famílias (ora filho, ora pai, ora avô), tomando por base o início do casamento e chegando ao falecimento do provedor (da fase inicial até a fase última do ciclo de vida familiar), em geral demarcada pelo gênero masculino.

No Brasil, as pesquisadoras Cerveney e Berthoud (1997) caracterizam o ciclo vital da família em quatro fases: 1. Família na fase de Aquisição – Momento inicial da convivência a dois em união oficial ou não e chegada dos filhos; 2. Família na fase Adolescente – Momento dos pais viverem a fase de adolescência dos filhos; 3. Família na fase Madura – Momento que



os filhos atingem a idade adulta e acompanham a maturidade junto com os pais; 4. Família na fase Última – Momento de envelhecimento dos pais e novas estruturas familiares.

Sendo assim, a perspectiva do ciclo de vida familiar faz uma abordagem do comportamento constante do grupo familiar e sua evolução no tempo, a partir da análise das etapas que caracterizam as mudanças na família enquanto uma unidade coletiva. Cabe salientar que essas fases se tornaram bem definidas e ganharam visibilidade com o aumento das taxas de natalidade e fecundidade, além do aumento da expectativa de vida após o século XIX, podendo então, a família experimentar as quatro fases do ciclo vital.

Essa perspectiva adota um modelo ideal de família nuclear composto por pai, mãe e filhos em um processo de etapas obrigatórias, mas não exprime a realidade e a diversidade das famílias existentes, e não contempla o recorte social das três famílias entrevistadas nesta pesquisa. Assim sendo, metodologicamente a perspectiva do ciclo de vida familiar poderia encobrir dados relevantes da amostragem desta pesquisa, já que a teoria representa somente uma parte da sociedade, que são as famílias nucleares completas heterossexuais, não permitindo a visibilidade e o reconhecimento de outras composições familiares, como as chefas de família sem cônjuge, que são frequentes em contextos de pobreza e conformam os casos contemplados neste estudo.

A perspectiva do curso de vida individual, segundo Hareven (1978), permite conhecer e explorar a grande diversidade de cursos de vida individual e de arranjos de famílias escolhidos pelos atores sociais, pois entrelaça o desenvolvimento das trajetórias individuais e coletivas. Esta perspectiva concentra-se nas transições entre papéis sociais adotados por cada sujeito, assim como as transições experimentadas entre a história de vida individual, familiar e coletiva, assim como na transição entre as opções e mudanças individuais e as alterações familiares na sociedade.

Hareven (1978) aponta três características essenciais à análise do curso de vida que são importantes para a sua aplicação histórica:

1. Tempo – O que implica a sincronia entre o tempo do indivíduo e o tempo das transições familiares. A interrelação de transições individuais muda configurações na família. A forma como os indivíduos se movem sobre sua trajetória de vida em unidades familiares, se agrupam e reagrupam e como as funções que tomam em diferentes grupos também variam significativamente sobre o seu percurso de vida;



2. Interação – Relação entre as transições do curso de vida e as mudanças históricas. Diz respeito aos impactos dos processos históricos sobre o momento de transições individuais ou familiares. Interação de fatores demográficos, sociais e econômicos;

3. Integração – Impacto cumulativo de curso de vida inicial sobre as transições subsequentes. Deslocamento através da história cuja experiência pessoal não é influenciada apenas por condições contemporâneas, mas também pela experiência nas transições anteriores. Essas transições são afetadas por um conjunto de circunstâncias históricas específicas ao seu próprio tempo que podem acumular efeitos no curso de vida.

Sendo assim, o curso de vida se refere ao indivíduo e considera os eventos que marcam as trajetórias de vida individual no tempo histórico, já que toma como base os deslocamentos dos indivíduos a partir da perspectiva de mudanças individuais (micro social), na família (meso social) e na sociedade (macrossocial).

Esse estudo destaca a terceira característica do curso de vida, a integração, pois a pesquisa aqui proposta interpreta a análise da trajetória educacional como valiosa ferramenta de afirmação, empoderamento e autorregulação, tão necessárias ao desenvolvimento humano em esferas individuais e coletivas de atuação ao longo da vida.

Portanto, compreender como se manifesta a escolarização e como esta é demarcada nas trajetórias individuais, nas trajetórias familiares, na trajetória das instituições de ensino e, como esses ajustes se refletem no desenvolvimento das sociedades; se torna primordial para demonstrar a relevância da educação e do papel do desenvolvimento humano e sua reprodução entre gerações, identificando o lugar que ocupa em cada importante momento histórico e como se movimenta ao longo da vida dos sujeitos entrevistados.

## **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

O conceito de desenvolvimento humano se baseia na promoção das liberdades e das capacidades das pessoas para escolher e tomar decisões sobre sua vida. A educação, junto com a renda e a saúde, é uma das capacidades básicas que permite as pessoas promover seus objetivos para o exercício da liberdade.



As desigualdades sociais e a pobreza levam à privação das capacidades humanas. Por isso, a perspectiva do desenvolvimento humano estabelece uma relação entre pobreza e educação, uma vez que as pessoas de diferentes idades, gêneros, condições sociais, localizações espaciais e condições de saúde, apresentam diferentes possibilidades de ter acesso a uma educação de qualidade, saúde, renda, igualdade e liberdade.

De acordo com esta perspectiva, este estudo identifica três mulheres chefas de famílias que vivem na mesma comunidade e estudaram na mesma escola, procurando eliminar-se as diferenças espaciais de acesso à educação. Entretanto, duas delas são pobres e recebem o auxílio do Programa Bolsa Família, enquanto uma delas na mesma condição econômica não é contemplada por este benefício. Uma dessas mulheres tem uma deficiência física e recebe um salário pensão que complementa a renda familiar mensal. Desta forma, o estudo tenta mostrar os efeitos destas diferentes vulnerabilidades que afetam o desenvolvimento humano das mulheres, assim como as vidas de seus pais e seus filhos. Analisa-se as mudanças do valor da educação para estas mulheres, assim como seu percurso na construção de capacidades ao longo de suas trajetórias de vida, desde a infância até a idade adulta.

Os contextos da comunidade e do serviço público são controlados neste desenho metodológico, mas as heterogeneidades e vulnerabilidades pessoais e familiares entre gerações, como as deficiências, a idade e as mudanças nas condições sociais e renda ao longo da vida ganham destaque na construção do desenvolvimento humano e do valor da educação ao longo do tempo e entre gerações.

Desta forma, a perspectiva do desenvolvimento humano, combinada com a de curso de vida, permitem conhecer a formação e aproveitamento das capacidades das famílias, entre diferentes gerações, que receberam diferentes níveis de educação, bem-estar e liberdade para a tomada de decisões ao longo de seus cursos de vida em diferentes momentos históricos e econômicos da sociedade.

O estudo supõe que a relação entre renda e capacidades é afetada pela idade e pelo tempo histórico em que crianças, jovens e adultos ingressaram à escola e receberam apoios da família e do Estado para promover seu desenvolvimento humano. Por outro lado, permite conhecer como estas diferenças afetaram seu nível de renda e bem-estar na idade adulta, e também como estas diferenças afetam e dificultam o investimento de sua renda na construção de novas capacidades (SEN, 1990). Considerando que, para Sen, a pobreza de capacidades





pode ser mais intensa que a pobreza de renda, mesmo que sempre estejam vinculadas, destaca-se que a renda é um meio para desenvolver as capacidades, assim como um maior acúmulo de capacidades permitiria no futuro aumentar o nível de renda.

O estudo busca conhecer de que forma as políticas de educação adotadas na escola e suas mudanças no tempo se combinam com as condições de vida, bem-estar e outras condições individuais de cada mulher e de cada geração, promovendo o valor e o aproveitamento da educação oferecida na escola.

## MÉTODO DE PESQUISA QUALITATIVA

Diante da perspectiva de desenvolvimento humano, esta pesquisa compartilha os componentes multidimensionais propostos por Amartya Sen e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Sendo assim, reconhecer e valorizar que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação” e o seu desenvolvimento é marcado por um conjunto de capacidades e oportunidades que garantem sua liberdade de decisão e escolha, é, portanto, instrumentalizá-las em acesso e condições de permanência nos estudos para exercício das liberdades intelectuais humanas.

A pesquisa traz a análise do estudo longitudinal retrospectivo adotando uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas a três mulheres chefas de família, onde no mínimo duas gerações tenham estudado na mesma unidade escolar localizada em bairro periférico de Salvador. Traça ainda uma linha temporal histórica sobre eventos importantes e apresenta resultados parciais das entrevistas que delineiam percepções, comportamentos e atitudes diante dos estudos e do desenvolvimento humano.

Os dados obtidos através do roteiro de entrevista e questionário revelam as aspirações, atitudes e práticas dos participantes, alunos egressos ou não, cujos filhos também estejam com matrícula regularmente ativa, por assim permitir um melhor acompanhamento da sua trajetória através dos registros avaliativos de continuidade e de rendimento escolar da instituição.

O objetivo geral da pesquisa é gerar conhecimento e evidência científica sobre a educação entre gerações das famílias e a relação direta com o desenvolvimento humano, analisando as interações pertinentes entre o curso de vida escolar e ascensão social dos



membros de famílias que frequentaram a mesma escola. Permite ainda identificar vulnerabilidades e entraves processuais intensificados no percurso vivenciado no cotidiano das relações familiares e na atuação da escola junto a elas, em diferentes momentos do tempo, marcados pela entrada de cada geração da família na escola ao longo de décadas (HAREVEN, 1978).

A metodologia embasada na pesquisa foi aplicada em etapas distintas e intersessivas: a primeira delas foi a pesquisa de marco teórico, tomando como base o levantamento do acervo bibliográfico já existente em livros e artigos científicos. A segunda foi definir o desenho metodológico e o levantamento dos colaboradores e participantes. A terceira etapa foi o contato direto com as famílias e a aplicação dos questionários que exploravam as experiências pessoais, as familiares e as geracionais, sendo priorizado a escuta da segunda geração (mães). Para preservar as suas identidades e manter o sigilo nas informações prestadas, foram nomeadas na pesquisa de “Mãe 1”, “Mãe 2” e “Mãe 3”, visto que nas três famílias analisadas, a mulher assume a chefia e acumula todas as funções de liderança demandadas pelo contexto familiar.

Este momento foi marcado por profunda interação na mediação entre entrevistadora e entrevistadas, na tentativa de estabelecer uma maior aproximação entre ambas, o que caracteriza o método etnográfico, visto que este pode ser identificado no enriquecimento dos diálogos, propiciando a representatividade dos sujeitos à riqueza das informações subjetivas, localizando-os em um contexto histórico e social. Assim, a investigação etnográfica transcende a mera descrição, pois permite ao pesquisador interpretar a realidade e possibilita a postura crítica diante do meio investigado (FONSECA, 1998).

Na análise dos resultados puderam ser descritas as características das entrevistadas e a informação qualitativa extraída do seu discurso, a qual abarca desde a percepção e o valor da educação para essas genitoras, como sua atitude frente a escola e suas práticas de estudo e resultados concretos, no desempenho escolar, no seu impacto na vida laboral e na educação dos seus filhos.

Os resultados das entrevistas desenham o panorama da educação no contexto familiar através das experimentações dos participantes e da compreensão aprofundada deste processo em diferentes famílias, conforme princípios do método qualitativo, já que o mesmo busca diferenciações e especificidades. Minayo (2009, p.90) reitera essa afirmação:



“A validade externa pretendida dentro da perspectiva qualitativa é a que se refere à possibilidade de geração de conhecimentos que contribuam para o aprofundamento conceitual ou analítico, por meio da elaboração de tipificações ou de lógicas culturais. Esses achados permitem a melhor compreensão do grupo estudado e o refinamento de categorias empíricas que podem ser utilizadas em estudos de outros grupos sociais e de instrumentos padronizados”.

Pode ser observada a possibilidade de leitura das práticas sociais inerentes ao papel da escola diante das famílias e a tentativa de reconstrução do real, através do resgate de memória e do trajeto imaginário, auxiliando na captação das riquezas relatadas no discurso sobre o curso de vida dos sujeitos analisados já que a produção destes conhecimentos foi fiel aos fatos.

282

## RESULTADOS ALCANÇADOS

As três mães entrevistadas têm idades entre 41 e 51 anos. As três exercem a chefia da família: Mãe 1 é deficiente física, apresenta limitações de locomoção e coreside com os dois filhos e a avó deles, a qual necessita dos seus cuidados; Mãe 2 mora com a filha enquanto o marido reside e trabalha em São Paulo (não se vêem a meses quando ela retornou a Salvador para morar próximo aos pais); Mãe 3, embora conviva na mesma casa com os nove filhos e o marido, este pai não tem qualquer influência sobre a família, ficando também sob os cuidados da esposa. Além deste pai não ter uma ocupação formal e pouco contribuir na renda familiar, também apresenta dependência alcoólica, uma vulnerabilidade que traz, segundo a entrevistada, alguns problemas na harmonia das relações em família.

Cada uma dessas famílias apresenta renda baixa para as suas necessidades de manutenção. As casas não têm um local específico para estudar. São residências bastante simples e em um dos casos as condições de alojamento são precárias:

*“Fica meio complicado a gente falar porque... uma parte com teto outra sem, né? Portas... é... sem portas. Na verdade, houve uma queda de telhado e até hoje não tivemos condições de terminarmos, né? Então assim... incompleta. É tipo aquela casa... Era uma casa muito engraçada, né?... Mas é assim a minha casa hoje, né? (Mãe 3).*

Em todos os três casos as mães apresentam poucos anos de escolarização com presença de abandono em todos eles. A Mãe 3 retomou os estudos muitos anos depois na mesma escola,



mas com pendência em uma disciplina, não conseguiu concluir essa etapa. Elas consideram a renda que conseguem para o sustento da família compatível com os poucos anos dedicados aos estudos, visto que elas mesmas sinalizam que o mercado de trabalho faz exigências que elas não têm como corresponder. Ao perguntar se elas consideram se os anos de estudo que tiveram são compatíveis ao nível de renda obtida com o seu trabalho, respondem:

*“É sim” (Mãe 1).*

*“Eu acho que é a mesma coisa. Pouco. Eu estudei pouco” (Mãe 2).*

*“Eu estudei muito pouco. Eu podia ter feito mais. Mas eu acho que não, porque quando você faz... o seu trabalho condiz, você pode fazer... mas as pessoas hoje até mesmo por uma condição de suas rendas, não estão tendo condição de pagar o suficiente, o necessário e o que realmente... Como é que chama? Como eu posso falar? O preço dado mesmo por uma faxina. Nem todo mundo pode pagar. A gente acaba diminuindo. É equivalente sim” (Mãe 3).*

A renda familiar em nenhum dos casos é comprometida em valor significativo para os fins de estudos dos filhos, visto que, os gastos com a educação não são regulares, pois, existe a compensação de alguns benefícios conforme sinalizados pelas mães:

*“Nos estudos nada. A minha filha estuda na escola, é... pública. Na prefeitura né?” (Mãe 2).*

*“O estudo hoje eu posso dizer assim... que graças a Deus hoje nós temos a alegria de ter uma farda dada pela escola. Os livros... mas com questão aos cadernos, por exemplo... os meninos gastam dois cadernos praticamente por ano, porque tem aquela questão das matérias agora, graças a Deus tem essas coisas. Tipo assim eu nem sei te dizer... Não. É só minha mãe acabou isso. Minha mãe acabou aquilo. Então a gente vai lá e compra porque tem necessidade mesmo” (Mãe 3).*

Em relação ao acesso a escola quando criança, a Mãe 1 relatou não ter tido dificuldade de inclusão embora seu ingresso tenha sido em idade avançada. Já as Mães 2 e 3 relataram dificuldades de ingresso por razões familiares. A necessidade de garantir a sobrevivência e a alimentação para a família era mais emergencial. As mães 2 e 3 iniciaram os estudos em idade distorcida apesar da disponibilidade da escola muito próxima as suas residências:

*“Ah... eu tava com uns treze, catorze anos (1980). Foi mais ou menos isso.*

*Ah naquela época as crianças entravam com sete anos na escola, não é isso?*

*Eu acho que sim. Eu acho que entrei tarde sim” (Mãe 2).*



A Mãe 3, quando abandonada pela genitora aos 8 anos de idade, teve que auxiliar o pai na criação dos cinco irmãos mais novos e com isso precisou trabalhar nas casas próximas em troca de refeições. A Mãe 1 ajudava sua mãe “ganhadeira”<sup>2</sup> a lavar roupas, ofício que segue até hoje, a Mãe 2 também realizava a mesma atividade. Em Itapuã “lavar roupa de ganho” era uma atividade muito comum décadas atrás. As famílias de maior nível econômico veraneavam e as ganhadeiras eram contratadas para lavar as roupas de toda casa além de realizar outras atividades domésticas.

*“A minha infância foi muito péssima (risos). Foi muito ruim mesmo. A gente passou muita necessidade. Necessidade financeira... então não só eu como meus irmãos todos. Então a nossa infância não foi muito boa não. Precisei trabalhar. Minha mãe na época lavava roupa de ganho e eu ia com ela com as bacias de roupa para lavar roupa, né? Então foi muito sofrida a nossa infância. Era escadinha. Minha mãe teve sete filhos. Então não foi fácil pra gente não. Nem pra ela. Nem pro meu pai também. Eles faziam o que podiam pela gente, mas eles não podiam fazer muita coisa também” (Mãe 2).*

*“...E aí foi complicado porque pra tomar um café pela manhã eu tinha que sair de casa e limpar a rua, limpar assim a casa de alguém. Naquele tempo se chamava a frente da casa de terreiro. Tinha muitas árvores, tinha que limpar, catar folhas... depois sentava no cantinho alguém vinha e me dava um café. Meio dia era a mesma coisa e aí quando terminava ali tinha que lavar os pratos. Não tinha tempo né?... de ir a escola e aí é engraçado que eu ficava pegando o caderno, jornal e ia pra porta da escola e as professoras achavam graça: - Porque você não vem estudar? Aí não tinha como. Muitos anos depois meu pai foi me colocar na escola tive que parar justamente porque tive que trabalhar.*

*Eu tinha nove pra dez anos. Eu almoçava meio dia e como era à tarde eu tinha que lavar os pratos primeiro nos lugares onde eu almoçava. Chegava na escola sempre atrasada. Então nunca tinha né?... nunca podia pegar o livro para estudar na hora das provas. Tinha vontade mas na hora das provas a cabeça não dava, começava a pensar nas coisas, na situação da casa mesmo e começava a ficar triste e aí... agradeço a Deus. Eu tinha tanta vontade de ler, a minha vontade era tanta, tinha tanta vontade de estudar que tudo que eu pegava eu começava a ler e as pessoas que eu trabalhava na casa quando eu via*

<sup>2</sup> As ganhadeiras de Itapuã era o nome dado a mulheres que para sustentar suas famílias preparavam quitutes culinários ou realizavam algum tipo de serviço de mão de obra como faxinas, preparo de alimentos e lavagem de roupas. Muitas saíam de suas residências com balaios de palha na cabeça para vender suas iguarias (beijus, cocadas, bolos, mingaus, peixes fritos, acarajés...). Hoje As Ganhadeiras de Itapuã é uma associação cultural com o objetivo de preservar essas tradições através das suas apresentações artísticas e musicais e, da socialização de trabalhos educativos. Essa valorização da cultura local e das mulheres é transmitida ao longo do tempo através de suas gerações familiares: de mãe, para filha, para neta.



*os filhos estudando eu ficava escutando né?... geralmente eles ficavam estudando em voz alta e aí foi tanto que agora nesse Telecurso até em inglês eu consegui tirar nove. Porque eu tinha curiosidade, eu ficava naquela coisa curiosidade de ler. As meninas ficavam “X + Y”. Eu ficava... achava aquilo bonito, mas eu... Meu sonho era ser engenheira que não se realizou...” (Mãe 3).*

Das três mulheres entrevistadas, pode ser observado que existe uma identificação das famílias com a escola. A condição preexistente de que as famílias contassem com pelo menos duas gerações (mães e filhos) que estudaram na mesma escola é vista como ponto positivo para a análise, bem como o fato delas pertencerem à mesma comunidade (escola e família).

Identificam-se avanços na qualidade dos serviços prestados pela instituição ao longo dos anos de funcionamento dos quais podem ser destacados aumento dos índices de educação nas avaliações internas e nas avaliações externas tais como: IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, aonde a unidade de ensino vem apresentando progressão a cada resultado divulgado; e a grande procura por vagas traduz o reconhecimento das famílias em ver a escola próxima como uma instituição séria e comprometida com a comunidade.

Segundo relatos das mães entrevistadas, a proximidade com a residência traz maior segurança e comodidade:

*“Livra as crianças de violências na rua” (Mãe 1).*

*“Tem várias vantagens. Porque não pega condução. É perto, vai a pé vem a pé” (Mãe 2).*

*“Isso é bom por vários motivos: primeiro por poder estar presente né? Muitas vezes eu não vou a uma reunião, mas eu sempre passo e pergunto: - Como tá pró? Dou uma chegada na porta da escola e pergunto”(Mãe 3).*

As mães podem levá-los e trazê-los ou até mesmo fazer visitas à unidade de ensino com maior frequência, mantendo uma melhor relação com os professores e auxiliando os filhos em suas limitações de aprendizagem. Essa mudança ocorreu porque os pais passaram a valorizar também esta escola mais próxima de suas residências, uma vez que a escola implementou os projetos pedagógicos em consonância com as necessidades locais, valorizando e validando as pessoas do lugar e a cultura inerente ao bairro.

A atuação dos pais na tomada de decisões junto à gestão no Conselho Escolar, participando das formações e convocações as reuniões, registram sua importância neste cenário





e os envolve na mesma esfera de corresponsabilidade pelo desenvolvimento acadêmico dos filhos.

*“Eu sinto falta de estar aí (Conselho Escolar). Tanto que quando eu não pude mais estar, eu tentei voltar mas aí já tinha havido outra eleição né? Foi ótimo né? Reuniões fora da escola. Você poder participar. Poder saber o que está acontecendo. Poder passar para os seus filhos isso. Para as pessoas ao redor da comunidade em si né? Como é a escola. O que se trata, sobre tudo que se diz na escola. Tive oportunidade de... até tá com o secretário de educação no Colégio X, foi uma experiência, de conversar, de saber o que eles tinham pra falar... Na época das formaturas que a gente tava tentando ver se ele botava na escola. Então pra mim foi ótimo” (Mãe 3).*

286

O fato de funcionários (serviços gerais, auxiliares, professores, gestão) morarem na comunidade é visto como ponto positivo pelas famílias, segundo elas, demonstra-se maior comprometimento e melhor acesso a eles. Permite também um maior controle tanto dos pais como da instituição sobre a qualidade do trabalho prestado pelo quadro funcional.

Os pais desejam que os filhos tenham um maior nível de escolarização do que o alcançado por eles.

*“Eu quero ir para a formatura da faculdade dele” (Mãe 1, Mãe 2 e Mãe 3).*

Afirmam que a difícil condição financeira na infância, a quase inexistência de escolarização dos pais e a falta de incentivo deles foram fatores que implicaram nos seus estudos, levando ao abandono escolar precoce:

*“A minha mãe mais meu pai falavam: - Vai para a escola, mas eles também tinham pouco... pouco assim de instrução. Mas eles mandavam a gente para a escola. Eu queria ser mais incentivada. Incentivar mais. Que fosse mais rígido. Que fosse mais rígida nos estudos. Você tem que ... estudar. Igual eu faço com a minha filha. Você tem que estudar, fazer a lição, fazer o dever. Tem que fazer assim né? (risos)  
Talvez seria melhor (risos)...” (Mãe 2).*

Das três famílias analisadas, em uma a mãe retomou aos estudos depois dos filhos crescidos e a sua fala revela que mesmo em condições de pobreza, as mães investem nos estudos dos filhos como garantia de um futuro melhor do que o que tiveram. As mães acreditam que seus filhos poderão concorrer no mercado de trabalho em condições menos desiguais que as enfrentadas por elas.



*“Eu gostaria que eles entendessem a importância que tem estudar e que nunca é tarde. Eu queria que eles tivessem em mim o exemplo. Não, se minha mãe pode. Se minha mãe que trabalha, que se cansa, chega em casa cansada, ainda vai a escola porque é que eu não posso. Porque assim, o que eu não tive eu gostaria que os meus filhos tivessem, porque eu tento dar a eles o que eu não tive” (Mãe 3).*

Enquanto professora, considero essencialmente importante e consciente por parte dessa genitora enquadrar-se no universo dos filhos através da escolarização, para poder também fazer exigências pertinentes à sua função de chefia familiar. Se a melhor forma de educar é através do exemplo, é perceptível a consistência de corresponsabilidade desta mãe.

Apenas a Mãe 3 apresentou grande quantidade de filhos (nove) enquanto as outras Mães 2 e 1 tiveram, respectivamente, um e dois filhos.

Nessa família numerosa apenas os dois filhos mais jovens (11 e 13 anos) estão estudando juntos em classe diurna, e já apresentam idade distorcida em relação ao ano de escolarização.

Os demais filhos (idade entre 15 e 32 anos) apresentaram uma descontinuidade significativa após conclusão da primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 5º ano - fundamental I) com interrupções e reingressos à escola e uma defasagem idade/série considerável.

As mães afirmam acompanhar a aprendizagem dos filhos. Seguem dizendo que só elas assumem essa função na família:

*“É só eu mesmo que acompanho. Quando chega logo da escola eu mando ela se apressar. Também a questão da lição, eu fico olhando dos deveres dela se está tudo em ordem, se ela está fazendo direitinho. Ah sim. Incentivar ela com certeza, eu falo sim para ela prosseguir nos estudos que é muito importante. Eu desejo um futuro bom pra ela. Preparar ela pra enfrentar o mundo. O negócio é estudo. O estudo é muito importante” (Mãe 2).*

Das três famílias, apenas uma não recebe benefício social vinculado à educação (Bolsa Família), apesar da família já ter feito duas inscrições e não ter sido contemplada. As mães que recebem o benefício afirmam ter uma postura responsável com os estudos independente das exigências do programa social:



*“Tem. O Bolsa Família. É a criança... o aluno não pode deixar de está na escola, tem que está frequente na escola. É assim, eu acho que estar na escola é obrigação. É obrigação independente do benefício, é obrigação. O benefício pra mim assim, ele serve... eu trabalho e é como eu falei pra você, nem sempre eu tenho o dinheiro o suficiente e ele me ajuda bastante” (Mãe 3).*

A Mãe 1 também recebe uma pensão do pai e é a genitora portadora de uma deficiência física. Nos dois casos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, as mães afirmam ter melhorado sua condição de vida com este apoio do programa social. Usam a renda também em prol da educação dos membros das famílias.

Apesar da escuta nesta pesquisa ter privilegiado a segunda geração (mães), em todos os casos os irmãos dessas genitoras também estudaram nessa mesma escola quando crianças. Em duas famílias os pais dessas genitoras ingressaram nesta escola em idade madura, após ter constituído família e os filhos já estarem crescidos.

A Mãe 2, tem um pai de 90 anos frequentando esta escola em classe do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e mesmo com muita dificuldade para acompanhar o desenvolvimento da turma, é assíduo e participa de todas as atividades desenvolvidas com muita alegria, prestigiando a oportunidade de hoje retomar os estudos, uma vez que na infância não teve esse direito respeitado. Seus pais também eram analfabetos e frequentar a escola era visto como algo desnecessário, pois, isso não alterava a rotina da família. A educação não acrescentava valor algum. Quando este senhor ingressou na escola pela primeira vez aos 37 anos não conseguiu conciliar as responsabilidades da família, do trabalho e da escola. Hoje, depois de cumpridas suas “obrigações”, foi buscar na sua trajetória passada um tesouro perdido no meio do caminho.

*“Ah eu acho muito... eu acho muito interessante. Eu admiro muito ele. Eu queria ter também essa vontade. Voltar a ter aquela...(risos). É verdade. É porque... traz sim porque ele já ta fazendo o nome dele, não ta mais aquele garrancho. Ta bem mais, sabe. Eu achei que ta bem melhor. Também a convivência que ele fala que gosta das professoras, dos amigos lá. Faz amizade, também conversa. Também distrai ele, nesse sentido também” (Mãe 2).*

A mãe 3 também traz a experiência do pai ter frequentado a escola pela primeira vez em idade madura, após ter sido abandonado pela esposa e ter assumido sozinho a responsabilidade de educar os seis filhos; mesmo apresentando problemas psicológicos acarretados pela perda da companheira.



*“Acho. Acho porque ele trabalhava, ele tinha muitos problemas aqui em casa, Ele tinha preocupação com a gente e tinha questão do lembrar da minha mãe né? Ele gostava muito dela. Então pra mim aquilo ali pegou justamente pra tirar um pouco da preocupação, dos pensamentos que não iam levar ele a lugar nenhum.*

*Meu pai, eu me lembro de meu pai ali na porta da escola. Antigamente tinha uma pastazinha de eclair, ele colocava debaixo do braço (rsrsrs)... eu achava engraçado porque... naquela época chamava Mobral que era o Movimento Brasileiro de Alfabetização. Não sei se você já ouviu falar nisso?” (Mãe 3).*

A família da Mãe 3 apresenta algumas vulnerabilidades que estudos apontam como obstáculo a serem superados: situação de extrema pobreza, número grande de filhos, gravidez na adolescência, abandono dos estudos, baixa escolaridade e problemas de saúde de outros membros da família, como o alcoolismo, dependência química de um filho, perda de membros da família, envolvimento de um membro em homicídio e prisão, por isso essa combinação de fragilidades adicionais explica um resultado de maior desvantagens no desenvolvimento humano, trabalho e renda de todos os membros da família.

### GRÁFICO DA LINHA TEMPORAL EM EVENTOS DO CURSO DE VIDA DA MÃE 3

ANO	1963	1971	1971	1972	1974	1979	1979	1982	1990	1991	1993	1995	1996
FATO HISTÓRICO	Nascimento	A genitora abandonou a família	Começou a trabalhar	Os seis irmãos são separados	Ingressou na escola	Abandonou os estudos	Reencontrou a mãe	Nasceu o 1º filho	Casou-se	Nasceu o 2º filho	Nasceu o 3º filho	Nasceu o 4º filho	Nasceu o 5º filho
ANO	1998	1999	1999	2000	2001	2001	2003	2003	2006	2008	2008	2014	2014
FATO HISTÓRICO	Nasceu o 6º filho	Nasceu o 7º filho	Separou-se	O pai faleceu	Nasceu o 8º filho	Reatou o casamento	Venceu a dependência do álcool	Nasceu o 9º filho	Retomou os estudos	Abandonou os estudos novamente	A filha adolescente engravidou	5º filho sai de casa	4º filho vai preso

As entrevistas e os encontros presenciais, ouvindo e participando do cotidiano das atividades desta família, permitiram a identificação parcial do movimento de cada membro em



distintas atuações. Este processo de cooparticipação sinaliza para a merecida apuração em profundidade sobre os eventos mencionados acima, podendo estes, aliados ao contexto histórico, social e as condições econômicas, dar pistas do cenário presente de tantas discontinuidades educacionais e a presença ameaçadora de vulnerabilidades que confirmam as dificuldades de contextos familiares empobrecidos ultrapassarem os empecilhos em prol do pleno desenvolvimento das pessoas, das famílias, das comunidades e das sociedades.

Pesquisas em educação como em tantas outras áreas trazem em seu contexto um rico emaranhado de subjetividades que exige do investigador despir-se das suas afirmativas pessoais para compreender em que situações elas se instalam, progridem ou se calcificam.

290

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias contemporâneas reconhecem o valor da educação e consideram importante o papel das instituições educacionais e das famílias que atuam em prol do melhor desenvolvimento dos indivíduos e da comunidade, aumentando o valor da educação para as novas gerações.

Estabelece-se uma parceria que aqui é entendida como uma atuação eficaz de ambas as instituições com comprometimento e exercício de seus deveres e direitos para uma melhor qualificação da vida social dos sujeitos sociais no reconhecimento e concretização das suas potencialidades. Desta forma, assegurando possíveis mudanças necessárias aos contextos da vida individual das novas gerações e do desenvolvimento da vida coletiva na família e na comunidade.

A afirmativa dessas mães quando questionadas ao acompanhamento escolar dos filhos ser sempre positiva é a resposta que todo educador deseja ouvir, mas também é considerável investigar a eficácia em prática dessa informação. Em que medida de fato se constata o acompanhamento desta segunda geração as gerações futuras em envolvimento com o seu comprometimento e desempenho escolar? O que essas mães com baixa escolarização entendem sobre acompanhar a vida escolar de seus filhos/ netos e de que maneira efetiva elas participam desse processo no panorama atual da educação? Existe uma rede de apoio externa ao convívio familiar que possa ser acionada ou que essas famílias possam ser assistidas em suas



dificuldades de aprendizagem escolar? As instituições de ensino agregam aos Projetos Políticos Pedagógicos e as atividades rotineiras questões norteadoras ou temáticas transversais que atendam aos anseios das famílias por elas assistidas?

O resultado revela que a educação é vista como impulso para as famílias melhorarem de vida, para alcançarem um maior nível de bem-estar e de desenvolvimento humano. Neste sentido, as mães contribuem para superar os índices educativos e de bem-estar das gerações anteriores fazendo um exaustivo esforço para afastar as crianças do trabalho ou qualquer outra ocupação que lhes desvie dos estudos, projetando assim, nas gerações futuras novas perspectivas de acesso, permanência e sucesso na escola e para a inserção no mercado formal de trabalho com as garantias trabalhistas. O estudo ainda proporcionou a reflexão sobre a práxis pedagógica permitindo levantar hipóteses ou questionar como os processos de descontinuidade e fracassos ainda são tão presentes em determinadas famílias, em especial na família da Mãe 3, que acumula uma série de vulnerabilidades adicionais.

O depoimento das mães em relação aos seus estudos revelam interrupções após a conclusão da 4ª série, permitindo traçar algumas suposições ainda não confirmadas pelo presente estudo: mudança para escolas mais afastadas das residências com menor acesso dos pais; dificuldades dos pais em acompanhar e auxiliar os filhos em suas limitações de aprendizagem, já que também tiveram poucos anos de escolarização; relações mais afastadas entre pais e professores, devido à dinâmica de aulas por áreas de conhecimento; dificuldades dos alunos em acompanhar aulas segmentadas com muitos professores, em alguns casos sem referência da autoridade em sala de aula; dificuldades de identificar a quem se reportar em situações conflitantes peculiares à idade adolescente; ausência do sentimento de pertencimento a escola por parte dos alunos e famílias ou reconhecimento da sua cultura no currículo escolar.

Desta forma, a ruptura de trajetórias de baixo desempenho e repetência indica necessidade de superação, primordial a toda sociedade inovadora, desenvolvida e democrática. Essa pesquisa não tem a pretensão de esgotar as sentenças sobre a educação entre gerações familiares, mas sim buscar inspiração nas próprias fontes para atender os contextos de afirmação e negação ao qual são submetidas.

O fato das mulheres entrevistadas chefiarem suas famílias demonstra redução da vulnerabilidade ao reivindicar direitos sociais, além de refletir na diminuição das desigualdades de gênero, fatores estes que facilitam o desenvolvimento humano, conforme abordagem trazida





por Sen afirmando sua autoridade no espaço doméstico e na mudança da percepção sobre o valor da educação, como cidadãs. Sendo assim, a melhoria nas condições de vida, a inclusão social, a educação e a qualificação sugerem reflexos de empoderamento individual e relacional das mulheres. As etapas vivenciadas por estas ao longo de sua existência demarcam trajetórias de continuidades e mudanças que se iniciam e se finalizam constantemente para elas e para seus filhos. A partir de atitudes singulares ou coletivas as pessoas são beneficiadas ao mesmo tempo de eventos históricos que impulsionam o desenvolvimento, através da ampliação e prática das suas capacidades libertadoras, elevando os índices de qualidade de vida em seus aspectos mais críticos como o enfrentamento da pobreza, maior acesso à saúde, elevação dos índices de emprego e renda e principalmente a diminuição das taxas de analfabetismo, que prejudicam o progresso das sociedades e a condição consciente de autorregulação no seu processo civilizatório.

Entretanto, por outro lado, outras vulnerabilidades sociais, particularmente a violência e dependência química, são fatores que promovem rupturas nestas conquistas associadas ao desenvolvimento humano. Como conclusão, a integração das políticas sociais com as políticas educativas é indispensável para que a educação tenha um impacto mais amplo sobre os avanços em desenvolvimento humano entre gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

FONSECA, Claudia. *Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. XXI REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 1998.

HAREVEN, T. K. *Cycle, courses and cohorts: reflections on theoretical and methodological approaches to the historical study or family development*. 1978. Disponível em: <http://jsh.oxfordjournals.org>. Acesso em 26 de março de 2014.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S.G. & SOUZA, E. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Vol.33 Supl.1, Rio de Janeiro: 2009.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.



## IMPLICAÇÕES SOBRE AS TRANSMISSÕES E SUCESSÕES GERACIONAIS NUM CONTEXTO FAMILIAR ALEMÃO

SILVA, Marina da Cruz

*Professora do Curso de Serviço Social -UFBA*

*Doutoranda em Ciências Sociais*

*marinacruz@hotmail.com*

293

### RESUMO

Este escrito objetiva analisar as relações geracionais de uma família alemã, precisamente em Nürnberg, procurando desvendar as principais implicações do “vácuo geracional” com a morte dos membros da primeira geração. Os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se, em primeiro lugar, na observação participante, contatos constantes e convivência da pesquisadora com a família em destaque, durante o período compreendido entre 2001 e 2011. Ademais, os membros da segunda e terceira geração responderem a um roteiro de entrevista com 15 perguntas abertas. Os depoimentos revelam que o “vácuo geracional” trouxe várias implicações para as duas gerações sucessoras, sobretudo no que se refere às transmissões afetivas e aos diferentes tipos de apoio, causando um sentimento de incerteza e de (des)continuação nas chamadas “tradições familiares”, a exemplo da Páscoa, Natal etc.

**Palavras-chave:** geração, gênero e família.

### ABSTRACT

This paper aims analyzing the generation relationship of a German family, which lives in Nürnberg, trying to point out the main implication of the “generational vacuum” caused by the death of the members from the first generation. The methodological procedure used were participant observation, constant contact and interaction of the researcher with the family, during 2001 and 2011. Besides this, the members of the second and third generation respond to a structured interview with 15 open questions. The answers reveal that the "generational vacuum" brought several implications for the two succeeding generations, especially in relation to affective transmissions and different types of support, causing a feeling of uncertainty and (dis)continuation of the so-called "family traditions", such as Easter, Christmas and so on.

**Keywords:** generation, gender and family.



## INTRODUÇÃO

O presente escrito procura analisar as relações (e os relacionamentos) familiares num (então) contexto trigeracional de uma família alemã, incluindo a perspectiva dos filhos (G-2) e a dos netos (G-3) no que diz respeito à importância e ao papel dos membros da primeira geração (G-1) na transmissão de bens simbólicos e culturais. Nesse sentido, o foco do estudo volta-se também na tentativa de compreender os impactos da morte recente e quase que simultânea dos membros da primeira geração. Em linhas gerais, interessa-nos compreender e a analisar o papel das pessoas velhas no seio familiar, na tentativa de desvendar “o concreto vivido” por pais, filhos e netos numa família de classe média alta, atentando para as possíveis lacunas e ou continuação de valores e experiências por parte das duas gerações sucessoras.

Contrariando o foco comumente dado no estudo das gerações aos jovens/ou à juventude, o presente escrito, ainda que tenha como base o discurso de sujeitos adultos e jovens, volta-se para compreender o papel das pessoas velhas no âmbito das relações familiares (e sociais). Portanto, ainda que os sujeitos da pesquisa não sejam diretamente pessoas velhas, toda a análise do material coletado visa a compreender o processo de transmissões entre as três gerações, focalizando o papel da primeira geração em relação às demais.

Gostaria de ressaltar que se trata de um estudo de uma família alemã, residente na cidade de Nürnberg, cujos membros da primeira geração eram constituídos por uma idosa de 88 (falecida em 31 de dezembro de 2012) anos e um idoso de 85 anos, falecido em 19 de março de 2013. O casal possuía 02 filhos, tendo o mais velho 58 anos e o segundo 56 anos. O primeiro filho possui duas filhas, uma de 22 e outra de 20 anos. O caçula tem 2 filhas, sendo uma de 21 anos e a outra de 18 anos e um filho de 20 anos. Graças à longevidade, filhos e netos tiveram a chance de conviver bastante tempo, isto é, por no mínimo, 18 anos. Essa longa e histórica convivência familiar pode ter contribuído para um processo de maior (re)aproximação, (des)ligação afetiva entre os membros da G1 para com a G2, e da G1 para com a G3 e vice versa. Essa constatação é visível na fala da neta de 21 anos: “*Eles sempre estavam lá para nós. Sempre se importavam conosco e nos deram um segundo lar*”. (LUIZA, 21 anos).

Reconhecendo os limites e as possibilidades, inerentes a quaisquer estratégias de pesquisa, buscou-se investigar o fenômeno da relação e do relacionamento intergeracional dentro do contexto da vida real dos sujeitos. Para tanto, gostaria de ressaltar que este estudo



tem como fundamentações metodológicas o uso da técnica da observação participante, iniciada desde os primeiros contatos e convivências com os membros das três gerações, no período compreendido entre agosto de 2001 a outubro de 2005. Além de contatos via correio eletrônico, viagens anuais, com estadia de mais de 2 meses na casa dos membros da G1, entre os anos de 2006 a 2011. A partir de 2012, os contatos resumiram-se às correspondências via meio eletrônico.

Para analisar de forma mais específica o papel da primeira geração no que concerne à transmissão de bens materiais, sociais e culturais para as gerações sucessoras, elaborou-se um roteiro com 15 perguntas abertas, o qual foi endereçado aos dois filhos e aos cinco netos em abril de 2013. É preciso frisar que esse tipo de instrumental não teve muita receptividade entre os netos, tendo sido respondido apenas pela segunda neta mais velha. A causa da baixa receptividade pode ser explicada pela então recente perda dos avós, e a dificuldade dos netos em se defrontarem com a morte e a finitude humana. Além disso, foram considerados os discursos escritos pelos filhos e netos, proferidos durante o velório<sup>1</sup> dos respectivos pais e avós.

Quanto aos procedimentos para a análise dos dados coletados, em especial os depoimentos coletados, via roteiro de entrevista, e o discurso por ocasião da cerimônia do velório dos membros da primeira geração, fizemos uso da técnica da análise de conteúdo qualitativa à luz de Mayring (1994), para quem, a mesma deve estar atrelada à estrutura e ao significado do texto (MAYRING 1994, 2000). De acordo com Mayring (2000), essa técnica de análise de dados obedece, basicamente, a três fases: 1) transcrição, 2) leitura do material produzido com vistas à elaboração sistemática do material e a 3) categorização. Essa última, etapa, por sua vez, baseia-se em três passos, a saber: 1) definição das categorias, 2) extração de exemplos de ancoragem e 3) estabelecimento das regras de categorização.

Feitas essas considerações, é importante destacar brevemente às contribuições de Attias-Donfut (1988) quanto ao termo geração familiar, o qual difere de geração social. “Se se refere à família, o critério de pertencimento a uma geração não é dado pela idade ou pela participação no mundo do trabalho, mas pela *posição genealógica*<sup>2</sup> que não lhe corresponde

<sup>1</sup>Na Alemanha, é comum durante a cerimônia de despedida (*Aussegnungsfeier*) dos mortos, o pronunciamento, apresentação de discursos e até mesmo palestras, resgatando os principais eventos e acontecimentos históricos da vida da pessoa falecida. Filhos e netos elaboraram um longo e rico discurso nesse sentido. Assim, o discurso de despedida dos filhos e netos, ao resgatar o papel que as duas pessoas velhas ocuparam no âmbito familiar, figura como um importante documento de análise.

<sup>2</sup> Grifos no original.



necessariamente”. Por outro lado, o termo geração social, em linhas gerais, relaciona-se aos movimentos sociais e políticos. Nas palavras de Britto da Motta (2010, p.175): “A geração representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo”. Dessa conceituação podemos extrair as dimensões relevantes para o processo de conceituação da categoria geração, a saber: *idade, partilha de experiências comuns, posição, conexão e unidade geracional*, os quais se relacionam nesse complexo fenômeno e revelam a geração enquanto dimensão fundante da vida social numa perspectiva mannheimiana.

Por último, é válido mencionar, conforme pontua Peixoto (2000), que ao longo do século passado, continuando no século XXI, a família passou por significativas mudanças sociais, a saber: redução da fecundidade, declínio da instituição do casamento, banalização do divórcio. Essas mudanças estão diretamente relacionadas às transformações e lutas pela igualdade/equidade de gênero. Além disso, a longevidade começou a ganhar terreno, sendo cada vez mais comum encontrar famílias, nas quais coexistem três, quatro e mesmo 5 gerações. Esse fenômeno, ainda que não seja tipicamente europeu, reflete uma, entre as diversas características, daquele continente. A grande questão é saber até que ponto o processo de individualização, mobilidade geográfica e social, forte declínio da coresidência entre as gerações tem ou não contribuído para um “enfraquecimento” dos chamados laços afetivos e/ou da solidariedade na esfera privada e especificamente na esfera familiar. Nesse veio, é válido ressaltar que para o presente estudo, a concepção genealógica de geração tem um significado de suma importância, na medida em que se relaciona à posição que um sujeito ocupa na linhagem da rede familiar.

O estudo em tela procurou responder aos seguintes questionamentos: Qual o papel desempenhado pela avó/avô e pelo pai/mãe na esfera familiar? Quais as implicações dessa perda geracional no que tange à manutenção dos tradicionais encontros familiares entre os dois filhos e suas respectivas proles? Quais as estratégias adotadas na tentativa de “compensar” o vácuo geracional? Qual o principal legado deixado pelos membros da primeira geração, os quais filhos e netos desejam perpetuar?

Além dessas questões, analisou-se, de forma mais geral, o papel da primeira geração, considerando o diferencial de gênero, no que tange à transmissão de bens culturais e simbólicos para com os netos, sobretudo para com os do filho caçula, haja vista a maior proximidade geográfica e emocional desses netos para com os seus respectivos avós paternos e vice-versa.



## 1. A QUESTÃO GERACIONAL: IMPLICAÇÕES CONCEITUAIS E RELACIONAIS

Este item tem como objetivo central tecer discussões em torno da categoria geração com base no texto canônico de Mannheim “O Problema das Gerações” (“*Das Problem der Generationen*”) e na obra “Sociologia das gerações” (“*Sociologie des générations*”) de Attias-Donfut (1988) na tentativa de compreender as nuances que perpassam o estabelecimento dos vínculos geracionais familiares tão demarcados entre pais e filhos; e entre avós e netos na família em estudo. Desta feita, encontramos o argumento de que a idade, cronologicamente ou simplesmente em termos da “ordem de nascimento”, aparece como fundamental para as estruturas familiares e geracionais (FORTES, 1984 *apud* DOMINGUES, 2002).

No entanto, essa “ordem” pode está em tensão com a ordenação social por estágios de maturação, em particular quando imaturidade ou senilidade se mostram empecilhos para o desempenho das funções que as geracionais demandam. Fortes 1984 (*apud* Domingues, 2002) considera que a família é central para a definição das gerações. Todavia, concorda-se com Domingues (2002, p.74) que não é possível “reduzir a compreensão das gerações e a sucessão biológica e sociocultural aos processos que se relacionam direta e única e exclusivamente com a célula familiar, não obstante a possibilidade de estender princípios para o conjunto da sociedade por intermédio das relações de parentesco”. Portanto, outros elementos devem ser considerados e incluídos para se atingir um conceito mais sólido e coerente de geração.

Em linhas gerais, é sabido que a geração se relaciona a uma dada modalidade particular de posição social. Quanto a isso, Foracchi (1970, p.20) ressalta que a noção de geração em Mannheim ultrapassa “as diferenças de posição social, congregando-as numa modalidade especial de similaridade de locação que abrange grupos de idades afins, inseridos no processo histórico-social”.

De acordo com Höpflinger<sup>3</sup> (2013), o termo geração tem sido comumente usado para se referir a certos agrupamentos sociais, os quais se destacaram por suas semelhanças e partilhas culturais e históricas (“geração da guerra”, “geração de 68”). Nessa perspectiva, as gerações são tidas como categorias sociais, sendo relevante nesse fenômeno a simultaneidade

<sup>3</sup> HÖPFLINGER, F. *Generationenfrage: Konzepte und theoretische Ansätze*. Acessível em: [www.hoepflinger.com/htop/fhgenerat1cm.html](http://www.hoepflinger.com/htop/fhgenerat1cm.html).





quanto ao período de nascimento e crescimento numa dada sociedade, além da partilha de experiências (interesses comuns, visão de mundo). Todavia, a concepção de geração não se restringe e nem pode se restringir somente a esses aspectos.

Apesar da similaridade da posição (*Lagerung*) geracional, e o fato dos membros de uma determinada geração se encontrarem igualmente expostos a uma mesma fase do processo coletivo, isso não quer dizer que todos irão vivenciar esse processo de forma semelhante, visto que a estratificação da experiência é um estilo comum para a estruturação da experiência de vida (FORACCHI 1970). Nas palavras do próprio Mannheim (1928, p.152): “A posição como tal apenas contém as potencialidades que podem ser materializadas, suprimidas, ou incorporadas noutras forças sociais e manifestadas de forma diferente”. Isso implica em dizer que para se partilhar da mesma posição geracional é preciso ter nascido dentro da mesma região histórica e cultural. Ademais, não se pode deixar de lado a importância das idades sobre as experiências das pessoas, mesmo entre aqueles que pertencem a uma mesma classe social, como é o caso dos membros da família em análise.

Considerando a importância da idade, Mannheim (1928) chama a atenção, com base nas ideias de Pinder (1926) para a “não contemporaneidade dos contemporâneos”. Com isso, o autor quer deixar claro que, no mesmo tempo cronológico, vivem diferentes gerações; e apesar do tempo vivido ser o mesmo tempo real, os membros dessas gerações vivem, porém todos em um tempo interior, completamente diferente do ponto de vista subjetivo (MANNHEIM, 1928). Dito de outra forma, cada indivíduo convive com homens e mulheres da mesma idade e de idades diferentes, os quais se veem confrontados com uma infinidade de possibilidades simultâneas. “Mas para cada um o “*mesmo tempo*” é um tempo diferente, isto é, ele representa um diferente *período do seu eu*, que só pode ser partilhado com pessoas da mesma idade” (PINDER, 1926, p. 21 *apud* MANNHEIM, 1938, p. 124 - grifos no original).

Avançando na discussão sociológica do termo geração, Mannheim (1928) destaca a importância da conexão geracional<sup>4</sup> (*Generationenzusammenhang*), tão central como a idade, a situação de classe, a posição e a unidade geracional para a formulação do referido conceito. Ora, se é verdade que a conexão pode levar a formação de um grupo concreto, Mannheim (1928) assinala que se trata, na verdade, de uma mera conexão, pois ainda que os indivíduos

<sup>4</sup> Na versão portuguesa, encontramos a tradução “geração como realidade”. Na versão de Tomizaki (2010), o termo foi traduzido como conjunto geracional. Nesse caso, o termo conexão geracional parece mais apropriado.



façam parte dela, não chegam a se perceber como um grupo concreto em si. Em suma, conforme destaca Weller (2010, p. 214): “Para a conexão geracional, não basta apenas participar “potencialmente” de uma comunidade constituída em torno de experiências comuns: é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual”. Em outros termos, a conexão geracional pode ser descrita como uma participação num *destino* (Schicksal) *comum desta unidade histórica e social*” (MANNHEIM, 1928, p. 152).

Com isso temos que a posição geracional (Generationslagerung), isto é, a posição que cada geração ocupa num dado lugar e tempo social e histórico, e essa posição, e somente ela, ressalta Mannheim (1928, p.) contribui para gerar uma forma específica de viver e de pensar. Dito de outra forma, “o que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato pelos indivíduos, mas a possibilidade ou potencialidade de poder vir a adquiri-las.

Elucidadas as dimensões que envolvem as expressões posição geracional e conexão geracional, Mannheim (1928) chama à atenção para as unidades geracionais distintas no âmbito de uma mesma conexão geracional. Nas palavras de Weller (2010, p.215): “a unidade geracional constitui uma adesão mais concreta em relação àquela estabelecida pela conexão geracional”. Em outros termos, as unidades de geração relacionam-se às diferentes posturas, perspectivas, reações e posições políticas de determinados indivíduos para com determinado problema ou questão dada. Nesse sentido, as unidades de geração referem-se às “tendências formativas e intenções primárias incorporadas, que por sua vez, estabelecem um vínculo com as vontades coletivas” (MANNHEIM, 1928, p. 545 *apud* WELLER, 2010, p.216).

Um outro aspecto que envolve a concepção de geração, não abordado diretamente por Mannheim (1928), diz respeito à dimensão familiar ou às relações de parentesco. Segundo Mauger (2009, p. 112 *apud* TOMIZAKI, 2010, p.338): “uma geração familiar é filha de seus pais, uma geração social é, por sua vez, filha dos seus anos de formação, filha do seu tempo e de sua idade”. O fato é que gerações familiares e gerações sociais, apesar da sutil diferença entre as mesmas, estão diretamente relacionadas, haja vista que a ligação entre os membros de uma geração familiar ocorre pelos laços de parentesco, porém eles não deixam de se vincular seja através do sistema escolar ou de uma determinada configuração no mercado de trabalho. Destarte, é certo afirmar que as gerações familiares não têm como se deslocar “da realidade das gerações sociais ou históricas”. (TOMIZAKI, 2010, p.338).



Por fim, é válido frisar que a perspectiva relacional se constitui num dos parâmetros fundamentais de análise na tentativa de se compreender a formação de gerações diferentes e como ocorre o relacionamento delas entre. Neste contexto, é válido lembrar que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p.112). Em outras palavras, ninguém é jovem ou velho senão em relação àqueles que são reconhecidos enquanto tal e vice-versa. Além disso: “nenhum grupo pode ser reconhecido como portador de uma “inovação” se não há clareza do que exatamente seria o “ultrapassado” (TOMIZAKI, 2010, p.336). Portanto, as gerações devem ser estudadas enquanto “dinâmicas geracionais”, isto é, “o processo de ação de umas gerações sobre as outras, que se desenrola no curso de um período dado” (TOMIZAKI, 2010, p.336 *apud* ATTIAS-DONFUT & LAPIERRE, 1994). Confirmando esse pressuposto, podemos fazer menção as diferentes fases do relacionamento dos filhos para seus pais; e dos netos para com seus avós, a depender da idade e etapa do ciclo da vida em que se encontravam. Assim, ao ser questionado em torno de como se deu o relacionamento para com seus pais, o filho de 56 anos, respondeu da seguinte forma:

O relacionamento foi bastante diferente, dependendo de cada fase da vida. Fazendo uma retrospectiva, o relacionamento foi de muito amor e respeito recíproco. Mas, em cada fase, a relação foi marcada por uma intensidade diferente e, especialmente com Toni, pois eu gostaria ter feito muito mais coisas com ele do que fiz, por exemplo: viajar, ler, levá-lo para o meu mundo de participação política, para um outro presente e futuro, através da participação ativa nos movimentos sociais, protesto contra os nazistas, confrontação com temas espirituais e outras culturas religiosas. Quanto a isso, ele não tinha nenhum entendimento. Inge ocupou-se mais sutilmente com tudo isso e até escreveu um livro (...). Sim, eu gostaria que eles tivessem tido uma maior participação em “nosso” mundo. Por outro lado, podíamos sempre trazer todos os nossos amigos, celebrar juntos, de modo que nossos amigos se tornavam também amigos deles.

O depoimento acima ilustra o quão diversificado foi o relacionamento do filho para com seu pai e sua mãe, sendo notório o diferencial de gênero nesse dinamismo, visto que o filho, demonstra em vários momentos, que gostaria de ter introduzido o pai em seu mundo, o mesmo não vale para mãe, pois o mesmo se contenta com a participação dela num nível mais passivo. Do pai, o filho sempre esperou mais, haja vista a profissão exercida por ele, isto é, professor de escola técnica e ginásio, e a mãe, apesar de ser enfermeira, atuou como doméstica praticamente ao longo da vida.



É válido frisar que no presente escrito o termo „relação geracional“, da mesma forma que o termo geração, será utilizado num sentido socioconstrutivista. Logo, as relações geracionais podem ser compreendidas como „relações sociais, que são influenciadas pela consciência de pertencimento a uma geração, tendo em vista as semelhanças e diferenças, resultantes desse processo. Desse modo, as relações geracionais podem ser consideradas como uma ação social recíproca e orientada, a qual caracteriza-se por uma estrutura específica do sistema de relações (WEBER, 1972 *apud* ULBIRICH 2011). No contexto deste trabalho, o termo relacionamento intergeracional tem um lugar especial no processo de análise das falas dos sujeitos, sendo o mesmo compreendido como: [...] fruto das relações sociais concretas entre diferentes membros familiares, limitando-se, via de regra, à dinâmica familiar.

Por fim, podemos elencar como aspectos decisivos para o quadro de análise das relações geracionais e, em específico do relacionamento intergeracional, os seguintes: idade; classe social; experiências comuns (concretas ou simbólicas); relação e relacionamento com outras gerações (sucessoras ou antecessoras); conjuntura histórica (social, econômica, política e cultural) na qual se inscrevem as gerações; família e relações de parentesco. Não devendo ser subestimado nesse espectro as relações de gênero.

## **2. FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS GERACIONAIS: ENCONTRO, AFETOS, COOPERAÇÃO E CONFLITOS EM PROXIMIDADE E À DISTÂNCIA**

Neste subitem do artigo, teceremos reflexões acerca do conceito de família, relacionando-o com a dimensão geracional. Antes de tudo, é preciso deixar claro que a categoria “família” corresponde a um termo ambíguo, pois qualquer pessoa, devido a sua experiência de vida, sabe do que se trata, por outro lado, quando se procura defini-lo sob uma perspectiva sociológica, o termo revela-se difícil e complexo.

Conforme Ulbrich (2011), é perceptível na sociologia da família de tradição alemã, o lento desenvolvimento na definição do conceito de família, tendo ficado o mesmo, durante muito tempo, bastante centrado na ideia de família nuclear, patriarcal e restrita a unidade domiciliar. Essa tendência conceitual, típica da chamada Sociologia pós-guerra, ainda perdurou até o final dos anos de 1980, mesmo com o surgimento das denominadas concepções



“pós-modernas” de família. Diante disso, a crítica principal dos anos 1990 com relação à concepção de família dirigiu-se, sobretudo aos seguintes aspectos: 1) Associação mimética do termo com o domicílio e a 2) desconsideração das mudanças que estavam ocorrendo no âmbito familiar, tendo em vista o aumento significativo de “novos” arranjos familiares (famílias monoparentais femininas e masculinas, união fora do casamento, famílias homo afetivas etc), os quais se distanciavam cada vez mais daquela concepção clássica de família restrita ao casal “homem-mulher”, constituída via casamento e limitada a uma unidade domiciliar.

Para Ulbrich (2011), a sociologia da família alemã atingiu o grau máximo de criticidade e confrontação em relação à categoria família no ano de 2003, quanto Karl Lenz pôs em xeque a validade sociológica dessa categoria, anunciando o “abandono” da mesma. Isso provocou um debate, marcado por controvérsias, do qual fizeram parte vários sociólogos, que têm se dedicado a estudar a família na Alemanha. A crítica ocorreu em torno da falta de dinamismo na concepção de família, tendo em vista o pluralismo ou individualismo que passam a marcar profundamente as relações nessa instância primeira de socialização. Ademais, questionou-se veementemente a validade do conceito de família nuclear e patriarcal, bem como o “biologismo” latente na ideia de parentesco ou consanguinidade. No mais, o domicílio, como critério para a definição do conceito de família, muito forte no contexto alemão, passa a ser relativizado. Diante dessas mudanças, Lenz (2003, p.495 *apud* ULBIRICH, 2011, p. 14) assegura a importância de se considerar outras dimensões, as quais são de grande e igual importância no processo de conceituação de família: “A união de duas ou mais gerações, as quais se relacionam de uma forma específica e pessoal”. Aqui não importa se os laços são de parentesco ou consanguíneo, mas, sobretudo, a existência de afetos para além do mero espaço domiciliar.

Outro conceito, suscitado por ocasião do debate em torno da validade sociológica do conceito de família, foi sugerido por Huinink (2008, p.24 *apud* ULBIRICH, 2011, p.14):

Uma família é uma estrutura de relações ou um grupo social, cujos membros podem estar ligados através da relação pais-filhos, porém não se restringe a tipo de relação de parentesco; eles [membros familiares] relacionam-se entre si através de laços afetivos, independente de morarem ou não no mesmo domicílio.



A família trigeracional (avós, pais, filhos e netos), ressalta Huinink (2008 *apud* ULBIRICH, 2011) pode ser constituída por subestruturas, que por sua vez, já representam famílias. Os pais da geração intermediária (segunda geração), os quais ainda possuem pais (primeira geração) constituem com seus filhos (terceira geração) uma espécie de “família-parte” (“(Teil)Familie”). Em suma, nessa concepção de família não importa a união dos indivíduos via casamento com vistas a procriar ou não. Aqui, o foco central é a ideia de conexão geracional (Generationenzusammenhang), a qual figura como relevante para a constituição daquilo que podemos denominar de família. Nesse aspecto, fica em aberto o tipo de laço que une as pessoas, podendo ser consanguíneo ou meramente afetivo, assim como a questão da coresidência. Enfim, essa concepção traz consigo a ampliação do conceito de família para o sentido de uma constelação multigeracional, ultrapassando a perspectiva centrada na ideia de duas gerações, isto é, na família bigeracional. Essa concepção de família estendida é perceptível na fala da neta Luiza, de 21 anos: “*Eles [avó e avô] me tornaram a pessoa que sou hoje. Eu passei a minha infância com eles. Eles me ensinaram tantas coisas, que eu nunca teria aprendido na minha casa, por causa deles fui para o Ginásio e tenho Abitur*”<sup>5</sup>.

O conceito ampliado de família, numa perspectiva multigeracional, corrobora a validade sociológica das relações geracionais entre jovens, adultos e velhos no sentido de melhor compreender o amplo espectro que envolve o dinamismo da(s) família(s). A ampliação da concepção de família para além do espaço-físico-comum ganha validade empírica para o contexto do objeto desta pesquisa. Não é mera coincidência o fato de a segunda neta mais velha reconhecer que a morte da avó e do avô significou uma redução daquilo que a mesma concebia como central na família: “*O centro da família se foi*”. *Nossa segunda casa será desfeita*” (LUIZA, 21 anos). Além disso, os relatos dos dois filhos expressam uma concepção de família para além do aspecto bigeracional, tendo em vista o lugar que a geração de seus pais ocupava: “*Centro do mundo familiar*”. (FLORIAN, 58 anos). “*Porto-seguro e lugar de encontros familiares*” (KITU, 56 anos).

A intensidade e a forma dos encontros entre os membros familiares podem nos revelar as nuances que envolvem a centralidade da primeira geração no âmbito da família em estudo.

<sup>5</sup> O termo *Abitur* corresponde a um prova realizada ao final do ensino médio, cuja aprovação define o ingresso, a depender da nota, em qualquer curso das universidades alemãs.





Ao ser questionada com que frequência costumava se encontrar com seus avós, a neta Luiza respondeu o seguinte: *“Quando criança, todos os dias; como adolescente, de duas a três vezes na semana; mais tarde, uma vez por semana ou a cada 2/3 semanas”*. É notória a grande aproximação da neta para com os avós, primeiramente devido à proximidade geográfica, segundo devido à importância dos avós em relação a sua formação como pessoa em geral. Isso pode ser confirmado pela frequência dos encontros presenciais, ainda que tenham se tornado menos intenso com a chegada da adolescência, não quer dizer que não mantinham contatos através de outros meios. Nos últimos tempos, a neta passou a visitá-los menos, pois passou a morar em outra cidade, devido aos estudos, mesmo assim, o contato via e-mail e telefone serviu para mantê-los em contato constante.

O filho mais velho relatou que, quando estava na Alemanha, costumava encontrar-se com seus pais, sobretudo em 2012, a cada 2 ou 3 semanas. Já o filho mais novo relatou o seguinte:

Nos últimos dois anos, estive com eles de duas a três vezes na semana. Quando eles começaram a piorar, dormia na casa deles com bastante frequência. Acho que sempre quando eles precisavam de nós, estávamos lá de forma mais intensa. Antigamente, nos telefonávamos a cada 4-8 semanas no máximo e escrevíamos com mais frequência. Isso mudou quando o mundo deles ficou mais próximo da família.

É possível apreender, através do relato do filho caçula, a maior proximidade dele para com os pais. Em primeiro lugar, isso se deve ao fato dele residir muito próximo deles, ao contrário do irmão mais velho, que, apesar de residir na mesma cidade, morava em um bairro mais afastado. Em segundo lugar, essa proximidade geográfica e afetiva do caçula pode ser explicada também pelo fato de suas duas filhas e filho dependerem bastante, sobretudo do avô para fazer as tarefas escolares, visto que não podiam contar muito com o pai e nem com a mãe, devido à baixa escolaridade dela e a ausência do pai devido ao trabalho e às viagens. Com isso, podemos compreender o fato da casa dos avós figurar, literalmente, como a segunda casa para os netos, não sendo isso válido para filhas do primogênito, pois a tarefa de acompanhá-las nas atividades escolares era desenvolvida pela mãe.

Portanto, as observações feitas por Peixoto (2000) de que grande parte dos estudos sobre as relações familiares considera a proximidade geográfica como elemento fundamental



para a solidariedade familiar e a criação de laços afetivos, é válido para o caso da família do caçula. Porém, conforme ressaltara a mesma autora, isso não se constitui numa regra absoluta, pois as netas do filho mais velho, apesar de não morarem no mesmo bairro dos avós, não residiam tão longe assim, ao ponto de se encontram quase que exclusivamente por ocasião de eventos festivos tradicionais, como Páscoa, Natal etc. Apesar disso, avós e netas mantinham contatos frequentes via telefone e e-mail, confirmando aquilo que podemos denominar de “*intimidade à distância*”.

Kruse (2007) assinala que desde 1960 o relacionamento entre filhos adultos e pais tem-se sido marcado pela expressão “*intimidade à distância*”. Essa expressão indica a manutenção e cultivo dos laços afetivos entre jovens e velhos, ainda que pais e filhos residam em moradias separadas. A preferência pela residência própria reflete a opção individual (e social) dos membros jovens e velhos da família. Exatamente essa separação espacial parece ter impactos positivos no que se refere às relações entre as gerações. Em outros termos, a coresidência entre pais, filhos e netos é algo pouco comum entre os alemães, o que não quer dizer que os laços e as trocas geracionais no âmbito familiar sejam mais fragilizados do que em outros contextos. Na verdade, as relações e os relacionamentos geracionais familiares podem ser resumidos em “*intimidade, porém à distância*”.

A intimidade dos pais para com seus filhos e netos, seja ela “*próxima ou à distância*”, pode ser confirmada através do tipo de tarefas que costumavam a desempenhar juntos: “*Conversar, “estar lá”, fazer algumas viagens, por exemplo, ir a Würzburg e a Gemünden, a cidade natal de Toni e de seus pais, respectivamente*” (FLO, 58 anos). Percebe-se que o filho mais velho faz apenas relato das atividades que costumava realizar com seu pai, deixando de mencionar àquelas que porventura costumava realizar com sua mãe, as quais estavam mais restritas ao âmbito doméstico, como por exemplo: cuidar do jardim. O caçula faz um relato mais intenso e mais relacionado às festividades familiares:

Celebrávamos, sobretudo as festas tradicionais como o Natal e a Páscoa. Na Páscoa, procurávamos cestas de páscoa para todos. Algumas vezes, Toni escondia tão bem essas cestas que levavam meses até encontrá-las de novo. No Natal, reunia-se toda a família. Viajávamos de “trailer” para Ehringsfeld com as crianças para procurar cogumelos e passear um pouco em Hausberg. Agora, as crianças herdaram esse terreno com floresta e prados e talvez um dia irão lá com seus respectivos filhos.



O relato do filho caçula revela a importância da primeira geração no que tange aos tradicionais encontros em família. Apesar de fazer menção somente ao pai, isso não quer dizer que a mãe não tenha tido um papel central na manutenção dessas „tradições“. O interessante é perceber a proximidade do relato da neta com o de seu pai: *„Brincar, ler em inglês e francês, desenhar, fazer álbum de artes, trabalhar no jardim, bordar e costurar, brincar no jardim com flores e água, ajudar no jardim, fazer as tarefas escolares, viajar para Ehringsfeld para procurar gogumelos, contar estórias“*. Apesar de haver atividades que eram realizadas de forma conjunta, isto é, tanto com a avó e o avô, havia aquelas que eram realizadas de forma específica comum um deles, sendo possível afirmar a existência de uma „tradicional divisão sexual“ dessas tarefas, sendo realizadas com o avô: *„ler em inglês e francês, fazer as tarefas escolares“* e com a avó: *“bordar e costurar, ajudar no jardim“*. Aqui fica bastante delimitado os papéis assumidos pelos membros da primeira geração familiar para com sua segunda neta mais velha, havendo uma delimitação de papel de acordo com o gênero.

Quanto aos laços afetivos entre os membros da primeira e terceira geração, não há dúvidas de que a proximidade entre eles dependia da forma como a primeira geração se relacionava com seus filhos e respectivos cônjuges. Essa constatação feita por Peixoto (2000), ao comparar os laços afetivos entre avós e netos no Rio de Janeiro e em Paris, pode ser percebida no caso dessa família alemã. Logo, é visível que a proximidade do caçula para com seus pais, pode explicar também a maior ligação de seus filhos para com os respectivos avós paternos. Além disso, havia uma grande proximidade afetiva da esposa do caçula para com os seus respectivos sogros. Portanto, uma das explicações para uma maior proximidade dos 3 netos do caçula para com os seus avós está relacionada tanto à proximidade geográfica e afetiva de seus respectivos pais para com seus avós, além da segunda geração depender da primeira para auxiliar os netos nas tarefas escolares.

Por fim, não há dúvidas de que no caso da família em estudo, os avós assumem uma posição de destaque, sendo os laços afetivos entre pais e filhos, avós e netos muito fortes. Todavia, isso não quer dizer que esses laços também não fossem permeados por conflitos. Conforme Lins de Barros (1987, p.47), em referência a Simmel (1983): “A existência do conflito nos grupos sociais advém, na sua cooperação, da própria característica da natureza humana, que não permite ao indivíduo se relacionar com outro apenas por um laço”. O fato é que a concepção de conflito permeia todas as relações sociais e se manifesta mais nitidamente



nas relações que têm um caráter mais afetivo. Isso serve como pano de fundo para se compreender o dinamismo das relações entre os entrevistados e seus pais e/ou avós. Diante disso, recorreremos ao relato do filho caçula quanto ao confronto de ideias e, sobretudo visão de mundo (*Weltanschauung*) em relação à mãe e ao pai:

Como pode o Toni ser tão teimoso? Ele nunca me visitou no meu mundo, na residência em Nürnberg e Bremen, na Àfrica e no Brasil. Era muito „parado“ quando não era seu plano e recusava quase todo tipo de convite e proposta que eu fazia. (...) E a Inge? Brigamos até o último ano acerca do facismo alemão. Não podíamos nunca chorar ou lamentar juntos acerca do que ocorreu na Alemanha, sobre o que os nazistas fizeram com seu império, a aniquilação da esquerda e o holocausto racista. Vivenciamos a crítica acerca da estrutura e mecanimos do nazismo através dos livros, filmes e das pessoas, e não através de Inge e Toni. (...) Minha mãe, traumatizada pela guerra, sempre reclamava dos poloneses e suas atrocidades. Que os nazistas destruíram a classe de intelectuais poloneses e 30.000 pessoas; que 2 milhões de poloneses foram classificados como judeus e foram assassinados em massa, sobre isso, ela nunca falou ou escreveu nada. Isso teria haver com um papel inconsciente de culpa dela? Ela queria ser compreendida e defender seu pai, que além de mesquinho, foi coloborador e membro do partido nazista: „Ele tinha que fazer parte do partido enquanto diretor do banco, senão ele pederia seu emprego e ele queria somente proteger sua família“. (...) Na verdade, Inge queria controlar tudo. Ela era a „presidente secreta“ e isso foi muito positivo para Toni e para a organização da casa, mas também muito problemático. (...) Toni não levava ninguém a sério, ele era como um grande „brincalhão“ e encarou a vida dessa forma.

307

O relato do filho caçula revela a pertinência sociológica de Mannheim (1928) quanto ao trato sociológico que deve ser dispensando ao problema das gerações, não podendo o mesmo ser restrito apenas ao plano micro ou macrosociológico. Nesse sentido, sua proposta de superação da oposição existente entre objetivismo e subjetivismo é fundamental para se entender a questão geracional. Portanto: “Mannheim compreende as gerações a partir de suas relações com o meio social (*milieu*), os sexos, a faixa etária, dentre outros aspectos” (WELLER, 2010, p.218). Essa perspectiva explica de forma coerente o conflito de ideias entre o filho e o pai, entre mãe e filho e vice-versa, visto que as relações geracionais perpassam os diferenciais de idade, experiências comuns partilhadas, a relação entre os gêneros, às diferenças e aproximações geracionais, as quais revelam que o tempo social não é o mesmo para os indivíduos, não sendo possível descartar nessa dinâmica os desafios impostos pela sucessão das gerações em relação aos acontecimentos e vivências históricas concretas. Desse modo, os



conflitos entre o caçula e seus pais revelam também certa “imposição” do saber do primeiro para com os últimos, visto que o mesmo se sentia bastante “incomodado” pelo fato seus pais não serem contemporâneos ao seu tempo. Quanto às ideias conservadoras da mãe em relação ao nazismo, o filho deixou de mencionar a diferença entre ela e seu pai, igualmente vítima da guerra, o que confirma “a não contemporaneidade do contemporâneo”.

### 3. AS DIVERSAS FACES DAS TRANSMISSÕES ENTRE AS GERAÇÕES

As tendências demográficas nas sociedades europeias revelam como fato irreversível o envelhecimento da população. Ao lado desse dado, surge o debate em torno da (in)validade do conceito de “solidariedade entre as gerações”. No centro da discussão, são apresentadas análises fatalistas, as quais podem ser encontradas, sobretudo em discursos políticos e na imprensa escrita e falada de forma geral (ULRICH, 2010). A mídia propaga o discurso de que o aumento da longevidade tem contribuído para a suposta quebra do contrato entre as gerações. Com isso, procura-se divulgar a ideia de que o maior número de pessoas velhas e o menor número de jovens e crianças por si só irão ocasionar a quebra da solidariedade pública entre as gerações num futuro próximo, sendo as pessoas velhas, rotineiramente taxadas de “carga pesada” para o sistema de aposentadoria e do bem-estar social em geral.

Além do exposto acima, é comum, a mídia repassar a ideia de que as ajudas e as trocas mútuas entre as gerações familiares tornaram-se cada vez mais raras. Essa perspectiva desconsidera as pesquisas, as que têm confirmado que as ajudas, sobretudo as de caráter financeiro, no contexto intergeracional, têm ocorrido, quase que exclusivamente, dos avós aos filhos, netos e bisnetos. Ademais, é fato que os laços de solidariedade se tornam cada vez mais frequentes e fortes quando a chamada “solidariedade pública” passa por mudanças e ou restrições financeiras (ATTIAS- DONFUT, 1988).

No contexto alemão, Kruse (2007) contesta a hipótese de que velhos, filhos e netos teriam poucas coisas para trocar entre si. Isso é tão falso quanto a premissa de que, em caso de doença crônica e dependência, os velhos podem raramente contar com seus filhos. Estudos têm demonstrado exatamente o contrário: No âmbito da família ocorrem estreitas relações entre velhos e jovens, as quais são vividas como forma de enriquecimento e aprendizagem entre os



membros familiares. Além disso, assinala o autor que cerca de 80% das pessoas velhas com doenças crônicas são cuidadas pelos membros da família. Além disso, a rede social da maioria das pessoas velhas alemãs caracteriza-se pelo forte contato entre os membros familiares de diferentes gerações. No caso da família em foco, tanto a avó/mãe e o avô/pai foram cuidados pelos filhos e netos, tendo sido acompanhado por eles durante todo o processo de doença até o falecimento dos dois. Para o caçula foi muito importante que seus filhos participaram ativamente de todo o processo de morte dos avós:

309

A morte de Toni de certa forma tirou um pouco do medo que as crianças tinham dela. A morte foi vivenciada e experimentada. Benni [o filho] estava presente quando Inge morreu. Janna [filha caçula] cuidou da avó noites a fora e Luiza visitou o Toni um dia antes de ele morrer. Comemoramos e nos entristecemos juntos. Isso nos ajudou e nos tem feito muito bem até hoje.

O relato da neta Luiza é revelador da proximidade que havia entre ela e seus avós. Questionada sobre como ela tem enfrentado a morte dos avós, a mesma respondeu da seguinte forma:

Para mim, foi um consolo saber que meus avós estão unidos novamente e que foram enterrados juntos, da maneira como eles tinham desejado. Para minha avó, acho que foi o melhor, senão ela teria sofrido muito por conta da doença. Ela vivenciou o 61º aniversário de casamento e a mais importante festa da família: a noite de natal e terminou o ano de 2012. Isso foi muito simbólico para mim. Mas meu avô ainda não tenho conseguido deixá-lo ir, ele ainda estava tão presente, tinha claros e profundos pensamentos e nós ainda queríamos vivenciar tantas coisas juntos. Penso neles todos os dias.

A fala da neta ilustra o significado que os avós tinham em sua vida. Ela tem consciência de que a morte da avó foi o melhor caminho para encerrar as dores ocasionadas pelo câncer e processo de demência, porém tem dificuldade em lidar com a morte do avô, ocasionada por problemas cardíacos, cuja memória permaneceu intacta até os últimos segundos de sua morte. A morte dele implicou na quebra da continuação das trocas de bens e valores culturais entre a geração dela e a do avô, os quais os mesmos tinham firmado entre si desde a mais tenra infância. Com isso, temos que a troca entre os membros da primeira e terceira geração era bastante forte no caso dessa família.





Questionada sobre o significado dos avós em sua vida, a neta respondeu o seguinte: *“Muito. Eu sempre podia contar com eles! Eles me ajudaram em cada problema e sempre tinham um ouvido aberto para mim. Eu me sentia amada por eles e eu os amava muito também. Eu, os honrei. Isso é importante”*. O filho mais velho deu a seguinte resposta: *“Recuo, compreensão, confiança, coisas que aprendi sempre e me renovaram”*. Já o caçula fez o seguinte relato:

Segurança, espiritual e material. Não ter nenhum medo do presente e do futuro e ousar em dar outros passos (...). Nós, enquanto “filhos sortudos”, nos preocupávamos menos com os pensamentos relacionados à carreira e pudemos superar a ganância da família de minha mãe. Maravilhoso, e isso deu certo, acredito. Espero continuar passando isso para meus filhos: generosidade com economia.

Os relatos dos dois filhos e da neta expressam o sistema de trocas e ajudas mútuas que existia entre pais e filhos e entre avós e netos. Essa transmissão não estava restrita apenas a aspectos materiais, nem a valores e saberes. Na verdade, havia um sistema múltiplo de trocas que os filhos e netos fazem questão de carregar consigo por toda a vida. Ao serem questionados se haveria alguma coisa que gostariam de continuar transmitindo que havia aprendido com seus pais/avós, foram obtidas respostas relacionadas a valores sociais, culturais e morais, além de aspectos referentes à sabedoria e a conhecimentos em geral. A neta respondeu que irá continuar transmitindo a *“abertura e a generosidade”*. O filho mais velho escreveu o seguinte: *“Abertura, saber escutar, cultivar relações, manter interesses e entusiasmos. Com confiança, não perder o caminho no meio da confusão”*. Com isso temos que os membros da primeira geração, além da segurança material, acabaram repassando às gerações sucessoras valores importantes, os quais os filhos/netos desejam continuar transmitindo no decorrer de suas vidas.

Enfim, para compreendermos melhor a importância dos membros da primeira geração na vida de seus filhos e netos, procuramos investigar quais as implicações que a morte dos dois trouxe para a vida dos demais membros familiares e obtivemos as seguintes respostas: *“O centro da família se foi, nossa segunda casa será desfeita”* (LUIZA, 21 anos). O filho caçula fez um relato longo, cheio de reflexões e questionamentos, relevando uma mão dupla no processo de sucessão geracional:

A pressão de que poderíamos ainda fazer tantas coisas juntos e o pânico em deixar tudo isso passar, sumiu. Agora, eu tenho que fazer minhas escolhas e



decisões. É como um ciclo que foi concluído, ao mesmo tempo alegre e triste. Estou mais livre para seguir no mundo. Se fico com a casa deles, que é um legado, isso me prende ao lugar deles, como eles queriam (...)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e análise dos textos escritos pelos filhos e netos, tanto quanto ao roteiro de entrevista e ao discurso por ocasião da morte dos respectivos pais e avós são reveladores do imenso “legado” cultural, material e de valores morais em geral. A segunda geração teme em não manter as tradicionais festas e encontros familiares, visto que não há mais quem possa exercer o papel e o poder que a primeira geração tinha de unir os dois irmãos e suas respectivas proles. A frase do filho mais velho sintetiza essa inquietação: “*Se a “grande” família ainda irá continuar junta, eis a questão*”. Na verdade, não será apenas a casa de seus pais que deixará de existir, mas a continuidade dos festejos e encontros tradicionais entre amigos, os quais contribuíam para aproximar os dois irmãos e seus respectivos familiares. Como o encontro entre eles, restringe-se comumente aos festejos em geral, organizados pelos seus pais/avós, a morte deles deixa uma lacuna e um questionamento acerca da “tradição familiar”. Por outro lado, para os netos, a referência que dispunham no momento dos conflitos familiares e/ou pessoais deixou de existir. O mesmo vale para os filhos e noras, os quais nas mais diversas dificuldades e/ou problemas cotidianos recorriam aos membros da primeira geração.

Sem lugar a dúvidas, houve uma diversidade de transmissões entre pais/filhos e avós/netos e vice versa, sendo as gerações sucessoras herdeiras de vários bens materiais da primeira geração e acima de tudo bens culturais, como o aprendizado de línguas estrangeiras (inglês, espanhol e francês), o gosto pela leitura, e valores morais, a exemplo da generosidade, mencionada pela neta e pelos dois filhos. Em suma, pode se apreender que os pais/avós eram o “porto seguro” que filhos e netos podiam contar em qualquer ocasião da vida, tendo em vista a abertura que os mesmos possuíam das mudanças em geral, tanto no âmbito privado e social.

Enfim, a perda de uma geração familiar por completo leva a geração sucessora a se questionar quanto à sua própria posição geracional. Isso pode ser sintetizado através do depoimento do filho caçula:



O que significa a morte de nossos pais”? “A sorte de poder organizar e vivenciar o processo da morte, no qual a dignidade dos nossos pais deve estar acima de tudo. A sorte de poder olhar para acontecimentos intensos da vida e de conhecimentos de décadas, dos quais agora nós, Flo e eu, somos completamente órfãos. Que agora finalmente somos adultos e que ninguém mais nos chamará de “seus filhos”. Agora, no nosso clã, somos, ao mesmo tempo, os “velhos”, isto é, a geração que traz o cetro na mão e os próximos que irão morrer (KITU, 56 anos).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Solidarités et entraides entre générations. In: SINGLY, François de. (org.) et. al., *La famille en questions: l' état de la recherche*. Paris, Syros, 1996.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Conscience de génération et génèse de l' historicité. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie des générations*. Paris: PUF, 1988. p.187-206.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Effets de génération, effets d' âge, effets de période. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie des Générations*. Paris: PUF, 1988. p.144 -162.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Le double circuit des transmissions. In: \_\_\_\_\_. *Les solidarités entre générations (vieillesse, famille, état)*. Paris: Nathan, 1995. p.41-81

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Teoria das gerações na perspectiva de gênero. In: *Feminismo, desenvolvimento e direitos*. Multiplicidade de questões feministas. REDOR/NEPIMG/UFS, 2005.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia*. USP. São Paulo. 14(1), maio de 2002, p.67-89.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. In: \_\_\_\_\_. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira. 1972. p.19-32.

HÖPFLINGER, François. Generationensfrage: Konzepte und theoretische Ansätze. In: *Generationen: Konzepte und Theorien*.

KRUSE, Andreas (2007). *Was stimmt? Alter: die wichtigsten Antworten*. Freiburg, Basel, Wien: Herder.

LINS DE BARROS, Myriam M. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MANNHEIM, Karl. Das Problem der Generationen. In: \_\_\_\_\_. *Wissenssoziologie* [introdução e organização: Kurt H. Wolff], Neuwied: Luchterhand, 1964, pp. 509-565.



MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia do Conhecimento*. Porto, Portugal: Res Editora, [s.d.], p.115-176.

MAYRING, Philipp . *Qualitative Inhaltsanalyse*. Grundlage und Techniken. 5. Auflage. Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 1994.

MAYRING, Philipp. *Qualitative Inhaltsanalyse* [28 Absätze]. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research. 1(2), Art. 20, 2000. Disponível em: <http://nbh-resolving.de/urn:de:0114-fqs000204>.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Eds.). *Familia e Individualização*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

TOMIZAKI, Kimi. Transmitir e Herdar: O Estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, abr.-jun. 2010, p. 327-346. Disponível: em <http://www.cedes.unicamp.br>

ULBIRICH, Katharina. *Familiale Generationenbeziehungen und der Übergang in die Elternschaft : Eine qualitativ kulturvergleichende Studie*. Dissertation. Dresden: Institut für Soziologie, TU Dresden, 2001, p. 333.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações em Mannheim. In: *Revista Sociedade e Estado*. V.25. N.2. Maio/agosto, 2010, p. 205-224. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200004&script=sci_arttext)

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: Um Pioneiro da Sociologia da Juventude. In: ANAIS XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE. GT26: *Sociologia da Infância e da juventude*, p.1-15. Disponível em: <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/Documents/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.23.%20mannheim%20sobre%20sociologia%20da%20juventude.pdf>



## **CASAMENTO E ESTADO DE CONJUGALIDADE: REDIMENSIONAMENTO A PARTIR DO “RELACIONAMENTO PURO”**

PIMENTEL, Fernanda Pontes

*Professora adjunta e chefe do departamento de direito privado da Universidade Federal Fluminense (SDV/UFF).  
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense  
fernandapimentel.uff@gmail.com*

314

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo demonstrar as transformações sofridas no casamento e sua permanência como ideário a ser perseguido. Dispõe sobre o reconhecimento de famílias-padrão e a busca crescente do casamento como forma de constituição de família a partir do conceito de Anthony Giddens de relacionamento puro. Visa analisar a razão deste fenômeno na contemporaneidade a despeito do reconhecimento da pluralidade familiar. Busca demonstrar que há um anseio que transcende à esfera do Direito, sendo um fenômeno da reflexividade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pluralismo familiar; Redimensionamento do matrimônio; Relacionamento puro.

### **ABSTRACT**

This article aims to demonstrate the transformations in marriage and its permanence as ideals to be pursued. With the recognition of standard families and the increasing search of marriage as a form of family formation from the concept of Anthony Giddens pure relationship. Aims to analyze the reason of this phenomenon in contemporary despite the recognition of family diversity. Seeks to demonstrate that there is a longing that transcends the sphere of law, being a phenomenon of social reflexivity.

**KEYWORDS:** Family pluralism; Resizing of marriage; Pure relationship.



## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende investigar o lugar ocupado pelo casamento na atualidade e sua possível permanência como um ideário, como um horizonte imaginário popular e capaz de reproduzir em certa medida sua configuração no sistema clássico, a despeito das transformações sociais e legislativas às quais foi submetido especialmente na contemporaneidade.

Busca-se analisar a existência de uma “arte de viver casado” impregnada por um novo sentido de igualdade na relação conjugal e que define um modo de existir e de repartir os encargos impostos pela vida, capaz de transcender a formalidade do vínculo conjugal, seja no casamento heterossexual quanto no pacto constituído por pessoas do mesmo sexo, ora denominado casamento igualitário.

Assim, pretende-se demonstrar que o casamento passou a ser visto como uma forma de valorização do reconhecimento da existência individual através da permanência do outro, funcionando o cônjuge como uma espécie de testemunha das vivências humanas contemporâneas. Nessa circunstância, parece existir uma tensão permanente entre a individualidade e a conjugalidade nas relações matrimoniais, equação que se opõe ao espírito do familismo anteriormente em vigor (JABLONSKI, 1994:67), em um movimento de ressignificação dos modelos familiares e por consequência, dos vínculos conjugais.

### 1. A RESSIGNIFICAÇÃO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A partir da Constituição da República, o Direito de Família contemporâneo sofreu um redimensionamento das relações familiares, acarretando um nítido movimento social na legitimação de modelos que vão além da família matrimonializada, principal forma de organização familiar até ali. A carta constitucional vem refletir uma família forjada ao longo das transformações sociais ocorridas ao longo do Século XX e que deixou de ser uma unidade de produção conjunta para ser uma unidade de consumo. Assim, há uma redução de suas funções básicas - econômica e procriacional – e ocorre o florescimento de “uma nova função, primordialmente sentimental, em parte, devido à chamada crise do casamento contemporâneo” (JABLONSKI, 1994:72).





A família tradicional, onde o casamento se assemelhava a um estado da natureza e onde aqueles que não se casavam eram vistos com estranheza ou desprezo deixa de atender às transformações sociais. A unidade familiar passa a ser vislumbrada como um *locus* de exercício de solidariedade e reciprocidade, que se reflete na construção da afetividade, valor que constitui no campo jurídico como a essência das relações familiares, sendo que

o afeto constitui a diferença específica que define a entidade familiar. É o sentimento entre duas ou mais pessoas que se afeiçoam pelo convívio diuturno, em virtude de uma origem comum ou em razão de um destino comum que conjuga suas vidas tão intimamente que as torna cônjuges quanto aos meios e aos fins de sua afeição até mesmo gerando efeitos patrimoniais, seja de patrimônio moral, seja de patrimônio econômico (PEREIRA, 2013: 35).

Conforme NEDER (2007:11) inicia-se um processo de transformação familiar onde “pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças, com o OUTRO”. Com o novo papel permitido à mulher na entidade familiar também se alterou a função procriacional<sup>1</sup> da família, uma vez que crescem o número de casais que optam por uma relação sem filhos.

Diante das novas condições de possibilidade trazidas pelo texto constitucional, as transformações sociais ocorridas no Brasil se encaminharam para a conformação da família instrumental, que está aberta “à arquitetura do afeto e sem molduras prévias, dissecando limites e possibilidades da superação da vida insular” (FACHIN, 1999:38), promovendo a transposição do conceito da família matrimonializada para o conceito de entidade familiar, que visa abarcar sob suas asas a pluralidade de arranjos familiares fundados em uma convivência livre, afetiva e solidária, propiciando à sociedade a convivência simultânea com modelos plurais, coexistindo

em primeiro lugar, a família tradicional, sinônimo de produção conjunta, autoridade paterna, casamento com ênfase em seus aspectos funcionais, conexões com a comunidade e com (muitos) parentes. Em seguida, a família moderna (também chamada de psicológica), altamente influenciada pelo crescente e dominante espírito de individualismo, caracterizando-se pela sua mobilidade, por ser mais nuclear, não tão permanente menos atrelada à comunidade, mais igualitária e centrada nos sentimentos, na afeição. Finalmente, no final do século, estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova espécie; a família pluralística (ou pós-moderna), que teria como principal característica a aceitação e a convivência de várias formas de

<sup>1</sup> Expressão utilizada por LÔBO no artigo “Repersonalização das Famílias” (2004:140).



arranjos não tradicionais, além de ser ainda menos permanente, mais flexível, e mais igualitária que a anterior. (JABLONSKI, 1994: 65).

A partir da concepção da família pluralística, constrói-se um conceito de funcionalização das entidades familiares voltada a propiciar o pleno desenvolvimento de seus membros, busca-se a despatrimonialização das relações intrafamiliares e ainda, evidencia-se uma nítida desvinculação entre a proteção normativa outorgada aos cônjuges e companheiros e à Proteção Integral ao Menor, alçada à categoria de princípio constitucional (SILVA, 2006:82).

Dessa ressignificação surgem novos arranjos que vão além do casamento, iniciando com os tipos previstos taxativamente previstos na Constituição da República em seu artigo 226 que prevê expressamente a união estável entre homem e mulher como forma legítima de constituição de entidade familiar e a proteção constitucional à família monoparental, cuja constituição se caracteriza a partir da existência do pai ou da mãe e sua prole, pois na concepção de DIAS (2010:213), “para se configurar uma família como monoparental, basta haver diferença de geração entre um de seus membros e os demais e desde que não haja relacionamento de ordem sexual entre eles”.

Para além dos modelos expressamente previstos na lei maior, compreendendo-se que a carta constitucional alberga a noção de entidade familiar, constrói-se a partir de 1988 uma firme orientação dos tribunais pátrios no sentido de se reconhecer as famílias mosaico ou reconstituídas<sup>2</sup>, como aquelas oriundas das segundas núpcias ou da união estável onde um dos companheiros já tenha filhos de relação anterior, dando legitimidade à também denominada família pluriparental.

Diante do “melhor interesse” da criança e do adolescente há um crescente reconhecimento e responsabilização do “casal parental” como entidade familiar a ser mantida. Ou seja, após a ruptura dos laços afetivo-sexuais entre os pais, continua a existir uma relação familiar entre eles, uma vez que ambos têm o dever de cuidado e convivência permanentes em relação aos filhos havidos desta união.

<sup>2</sup> No Direito Argentino tais famílias recebem a denominação de “ensambladas”, por serem literalmente “remontadas” a partir do recasamento ou da união estável de um par. Tem como elemento comum o fato de geralmente serem decorrentes de uma perda anterior, seja pela morte ou divórcio e acolherem pessoas com histórias pessoais muito distintas, o que traz um conjunto de interesses muito desigual a ser conciliado (MELO, 2013:15).



Deve-se manter entre pais e filhos um sentido de pertencimento, que irá proporcionar ao menor uma possibilidade de se desenvolver com plenitude, em um processo de contínua transmissão psíquica geracional, que

se refere à inscrição do sujeito na cadeia da qual ele é um elo e se submete ao mesmo tempo, à estruturação da subjetividade, ao desenvolvimento psíquico daquilo que o sujeito herda, ao seu pertencimento ao grupo familiar e às formações intermediárias que articulam os espaços psíquicos intra e intersubjetivos (Féres-Carneiro; Magalhães, 2005:113).

318

Além desses modelos, diversos julgados invocam a possibilidade de uma multiparentalidade, caracterizada pelo estabelecimento do vínculo de filiação com mais de um pai ou mãe assumindo em face de todos os envolvidos todas as situações jurídicas decorrentes dos vínculos de parentesco. Já se prolataram várias decisões neste sentido, a exemplo de sentença proferida na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, onde a convivência de menor com o padrasto pode ser reconhecida como vínculo filial sem que haja a desconstituição da paternidade do pai biológico, que manteve os laços e a responsabilidade parental<sup>3</sup>, passando a constarem dois pais no registro civil do filho.

De maneira semelhante, foi prolatada sentença na comarca de São Francisco de Assis, no Rio Grande do Sul, onde a dupla maternidade foi reconhecida<sup>4</sup> sob o fundamento de que o fato de o ordenamento jurídico não prever a dupla maternidade não pode significar impossibilidade jurídica do pedido, admitido sob os fundamentos parcialmente transcritos abaixo:

Afinal, não são os fatos que se amoldam às leis, mas sim estas são criadas para regular as consequências que advém dos fatos, objetivando manter a ordem pública e a paz social. As relações de afeto têm desafiado os legisladores que, muitas vezes, arraigados ao preconceito, ao temor de críticas que maculam a imagem daqueles que almejam a reeleição, silenciam face à realidade que lhes salta aos olhos. É preciso amadurecimento da sociedade para que se exija uma conduta ativa dos legisladores a ponto de regulamentarem matérias polêmicas, como a dos autos. O afeto se sobrepõe à lei e tem reconfigurado a estrutura das famílias modernas, deitando raízes, inclusive, na Carta Magna que institui como um dos princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III). Assim, é mister questionar: “Por que não pode haver

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.ibdfam.org.br/noticias/ibdfam-na-midia/6843>, acesso em 11 de junho de 2013.

<sup>4</sup> Vara Judicial de São Francisco de Assis – RS, Processo nº: 125/1.12.0001221-8 (CNJ:0003264-62.2012.8.21.0125), sentença prolatada pela Juíza Carine Labres, disponível em <http://ibdfam.org.br/jurisprudencia/1792>, acesso em 29 de outubro de 2013.



duas mães em uma certidão de nascimento, se as crianças, no íntimo de seus corações, as reconhecem como tal? (grifou-se).

Reconheceram-se também a família anaparental e a unipessoal. A primeira constituída por qualquer grupo de pessoas unidas por um laço de parentesco, afetividade e solidariedade recíproca, tratada pelo Superior Tribunal de Justiça como a família sem a presença de um ascendente, que poderá ser configurada sempre que “constatados os vínculos subjetivos que remetem à família, merecendo o reconhecimento e igual *status* daqueles grupos familiares descritos no art. 42, § 2º, do ECA”<sup>5</sup>.

A família unipessoal<sup>6</sup>, aparente *contraditio in terminis*, configura-se a partir do reconhecimento da proteção jurisprudencial àquele que vive só, não afastando benefícios previstos em lei à família, conforme a previsão contida no verbete sumular nº 364 do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o “conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas”.

O reconhecimento de um novo rol de entidades familiares para além da previsão expressa do texto constitucional transformou de forma cabal a percepção do que deve ser considerado como família no direito brasileiro do novo milênio. Chegam aos Tribunais como demandas de direito de família as questões referentes às pessoas de mesmo sexo, transpondo os limites impostos anteriormente, que situavam tais pretensões no âmbito das Varas Cíveis e adstritas aos seus aspectos patrimoniais e obrigacionais.

Há também que se considerar a naturalização e o reconhecimento judicial das relações de casamento e união estável entre pessoas do mesmo sexo. Afastando-se a expressão “perversão” como classificadora das práticas homossexuais, instalou-se um processo real e abrangente de reconhecimento destas relações como parte do Direito de Família.

Na esteira das relações plurais, o Direito passa a olhar a proteção da entidade familiar não apenas como instituição valorada em si mesma, mas como um instrumento de realização da pessoa humana (TEPEDINO, 2004:356). A família configurada a partir da Carta Constitucional

<sup>5</sup> Informativo 500, **Recurso Especial 1.217.415-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/6/2012. Disponível em** <https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo>. Acesso em 05 de outubro de 2013.

<sup>6</sup> Desde 1999 o Superior Tribunal de Justiça passou a reconhecer para efeito da proteção ao Bem de Família a Família Unipessoal, conforme se depreende da leitura do trecho do EREsp 182223/SP, que teve como relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira: “...A interpretação teleológica do Art. 1º, da Lei 8.009/90, revela que a norma não se limita ao resguardo da família. Seu escopo definitivo é a proteção de um direito fundamental da pessoa humana: o direito à moradia. Se assim ocorre, não faz sentido proteger quem vive em grupo e abandonar o indivíduo que sofre o mais doloroso dos sentimentos: a solidão” (Disponível em



de 1988 não se mantém como um “mundo privado”, mas se estabelece como um espaço privado-público, de práticas e valores fundamentais à sociedade onde se encontra inserida, sendo considerada uma família-função (SILVA, 2006: 88).

A partir destas novas configurações, BAUMAN aponta que hoje as fronteiras da família se encontram “embaçadas e contestadas, e as redes se dissolvem num terreno sem títulos de posse nem propriedade hereditária – uma terra de fronteira” (2003:47). Abre-se espaço para diversas composições e com isso, o casamento perde o *status* de via única para a conformação do núcleo familiar. Assim, deixa de existir a necessidade do matrimônio para legitimação da família, o que confere uma esfera de liberdade de escolha para as vivências afetivas e sexuais humanas.

O ato de “casar” é identificado nos casamentos contemporâneos como uma busca de segurança para um projeto concreto de família e que somente se justifica pela busca do desenvolvimento de um sentido de pertencimento e solidariedade recíproca, parecendo apontar para a existência de um novo pacto familiar constituído entre os cônjuges e que constitui um estado próprio de conjugalidade, com a construção e formação do “eu conjugal”.

## 2. A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE RELACIONAMENTO PURO NOS CASAMENTOS CONTEMPORÂNEOS.

Estando a família marcada pelo pluralismo familiar, pela profunda transformação nas relações de gênero e por um redimensionamento dos papéis a serem desempenhados em sua condução, instala-se um ideário de isonomia de poderes e responsabilidades entre os membros da sociedade conjugal e da união estável, buscando-se a valorização da afetividade e da autonomia individual.

Na estruturação das relações famílias se entrelaçam duas forças da sociologia humana – o sexo e o poder. O primeiro, força básica de orientação da biologia humana e o último, elemento presente em todas as configurações sociais, informa os padrões para a construção dos arranjos familiares. Esses dois padrões sofrem uma alteração significativa no século XX, com o fortalecimento do amor romântico como ideal a ser perseguido na composição da relação

[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=182223](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=182223), acesso em 29 de agosto de 2012).



familiar, em uma migração da percepção do casamento como uma força de unidade produtiva familiar para a realização do alcance de um “objeto de amor”.

Reveem-se os compromissos na vida à dois dentro da natureza de consumidores imersos em uma sociedade de consumo, marca da velocidade das relações contemporâneas. Substitui-se o compromisso pelos ideais inalcançáveis de beleza e felicidade, em um permanente “correr atrás das coisas” para “capturá-las em pleno voo, ainda frescas e cheirosas”, instalando-se nos relacionamentos o uso/consumo típico da utilização dos bens<sup>7</sup> (BAUMAN, 2005:134).

Essa volatilidade do novo amor promove um redimensionamento das relações afetivo-sexuais entre os seres humanos como um encontro temporário, em uma descrença nos vínculos de compromisso indissolúveis e liames espaciais ou temporais. Instaure-se um permanente estado de alteração das relações amorosas e familiares a partir das práticas sociais firmadas a partir da modernidade.

Questiona-se e redimensiona-se a sexualidade, que passa a ser um dos aspectos do amor e dos relacionamentos, abandonando-se sua concepção de condição natural e, portanto, preestabelecida no ser humano e passando a algo a ser cultivado pelo indivíduo, admitindo-se uma maleabilidade ao longo da vida, podendo ser considerada como um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais (GIDDENS, 1993:25).

Surge o conceito de intimidade e compromisso no casamento, buscando-se o estabelecimento de uma nova forma de comunicação. Supera-se a ideia de que o casamento era o próprio compromisso e não havia necessidade de se firmarem laços para além do vínculo em si (GIDDENS, 2007:68-69).

A certeza decorrente de uma família matrimonializada, instituída e reconhecida através de um monopólio do Estado dá lugar a uma relação de fato, com fundamento sobre uma ética própria, a ser compreendida como um conjunto de conhecimentos sobre o que é necessário para que se valorize a natureza deste novo modelo, em uma busca para se conhecer as relações de família como agora são, em um caminho onde o “deixar de ser” não é mais uma opção, pois não há como retroceder aos padrões pré-constitucionais (HIRONAKA, 2006:434).

<sup>7</sup> Em obra publicada originalmente na Inglaterra em 2004, BAUMAN quantifica que “viver junto” na Grã-Bretanha dura em média dois anos e 40% dos casamentos terminam em divórcio. Nos Estados Unidos, a razão é de um divórcio para cada dois casamentos, havendo projetos de se institucionalizar contratos de casamento renováveis a cada dois anos ou através de “fatias semestrais”, com a condição de flexibilizar e readequar os pactos originariamente firmados com a intenção da permanência (2005:151-152).





Com o caminhar da emancipação profissional e autonomia sexual da mulher há uma fragmentação do amor romântico, que colide com o relacionamento puro. Há uma transposição da relação hierárquica típica do ideário burguês para a perseguição de uma autonomia dos pares à luz do conceito de relacionamento puro – onde a estrutura de poder inter-relacional se baseia em uma coexistência não dependente do outro e na convicção da possível impermanência do vínculo. Esse padrão de relacionamento vai de encontro à identificação projetiva do amor romântico, que buscava a fusão com o outro. Abrem-se os espaços dos relacionamentos para um modelo de amor contingente, marcado pelas circunstâncias do “agora” e dos sentidos.

No estado de conjugalidade pautado pelo relacionamento puro, a confiança não advém de suportes externos, mas parte da construção da intimidade e da capacidade de ter fé no outro e constituir um laço mútuo capaz de resistir a traumas futuros. Assim, identifica-se no estabelecimento da confiança entre agentes humanos uma suposição de solidez entre a atribuição de “probidade” ou amor de determinado sujeito.

O outro passa a ser uma possibilidade real, distanciando-se do “outro ideal” inalcançável no amor romântico. Instaura-se um amor confluyente, “ativo, contingente” e que pressupõe uma igualdade de doação, recebimento emocional e responsabilidade, desenvolvendo-se em paralelo com o crescimento da intimidade. Em uma perspectiva ideal, essa forma de amor só se desenvolve até o ponto em que cada parceiro está preparado para “manifestar preocupações e necessidades em relação ao outro e está vulnerável a esse outro”, sem um componente social de submissão (GIDDENS, 1993:71-74).

Suplanta-se a concepção de que toda família é sempre o “resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família” (THERBORN, 2011:12). Os relacionamentos passam a ser possibilidades existenciais, não impregnados por uma espécie de inexorabilidade como o casamento, que sempre foi tratado como uma espécie de condição natural do sujeito.

Essa dimensão dos relacionamentos está pautada por uma existência interpessoal marcada pelo que GIDDENS denominou de *experiências sociais do cotidiano*, onde as mudanças sociais mais amplas trazem um necessário engajamento por parte da coletividade, alterando significativamente a (con)vivência familiar e conjugal (1993:17-19). Traz-se uma teia de compromissos entre os parceiros, que transcende à formalidade tradicional da gênese da família e, constituindo um “relacionamento puro”, baseado precipuamente na vontade de permanecer e nos vínculos pessoais.



Nestes relacionamentos, onde os pares estão marcados pelo ideal de igualdade, instalou-se um mundo de negociação sexual, de “relacionamentos”, em que as novas terminologias de “compromisso” e “íntimidade” vieram à tona. Há uma mudança no comportamento feminino, onde a dominação sexual masculina não é mais admitida, trazendo um espectro inédito nas relações, que deve ser apreendido por ambos. O poder masculino está baseado na cooperação e subordinação femininas, nos favores econômicos e emocionais que lhes são prestados pelas mulheres. A mudança delas ameaça a manutenção deste poder.

Contudo, as percepções femininas do poder do homem são ambivalentes e por vezes marcadas por uma busca de um homem idealizado que poderá prejudicar a instauração de um vínculo baseado na igualdade e a consequente manutenção de relacionamentos desiguais, onde se busca uma figura masculina emocionalmente remota e autoritária. Por outro lado, há uma memória de manutenção da dominação patriarcal persistente nos homens, havendo a substancial manutenção da divisão sexual do trabalho, e “na maioria dos contextos das sociedades modernas, a maior parte dos homens não desejam soltar as rédeas do poder” (GIDDENS, 1993:148). Em parte das relações entre homem e mulher, o equilíbrio se dá através de uma “impotência aprendida”, consistente em um processo de diminuição da capacidade feminina para determinadas tarefas em razão da natural fragilidade ou o direcionamento da mulher a certos papéis e ocupações mais condizentes com a sua delicada condição.

Mantêm-se em grande parte da sociedade ocidental contemporânea as práticas de limitação do comportamento feminino, impondo-se à mulher uma atuação discreta e conveniente, em uma espécie de confinamento simbólico que lhe tolhem uma liberdade de ação equiparada aos homens, tanto no plano comportamental (através do cuidado em não ser vulgar, em não ser desleixada ou ter uma postura corporal inadequada) quanto no plano social, condicionando-as à cessão aos homens dos espaços privilegiados de poder. Analisando a sociedade berbere<sup>8</sup>, BOURDIEU reflete que há um comportamento socialmente arraigado que liga o feminino ao menor, ao delicado, como se a “feminilidade se medisse pela arte de se fazer pequena” (2012:39).

As relações heterossexuais sofrem significativa alteração na sua dinâmica de poder a partir do processo de legitimação dos vínculos entre pessoas do mesmo gênero. Houve uma

<sup>8</sup> Em a “Dominação masculina”, BOURDIEU analisa as relações de poder entre sexos de uma sociedade histórica específica, os berberes da Cabília, região montanhosa do norte da Argélia (2012:13).



apropriação da visão da homossexualidade como perversão para compreendê-la e transformá-la como um fenômeno social a ser compreendido e assimilado pelo “compromisso coletivo”. E, configurando-se na relação de pessoas de mesmo sexo, os papéis de dominação/submissão intrafamiliares carecem de sentido. Nestas configurações interpessoais há uma presumida igualdade, decorrente da isonomia de gênero e do maior equilíbrio social e econômico entre os pares (GIDDENS, 1993:153), que rompem com a “ordem das coisas” e com a divisão fundamental entre os papéis do masculino e do feminino, que se polarizavam como ativo e passivo na relação.

A despeito dos processos de transformação da intimidade e da reconfiguração dos vínculos de família, por vezes, as relações de poder no âmbito do casamento e da união estável compõem um equilíbrio de difícil equalização, que instaura um estado de pobreza e fragilidade material para as mulheres e penúria emocional para os homens, pois

hoje em dia, a raiva dos homens em relação às mulheres é, substancialmente, uma reação contra a autoafirmação das mulheres no lar, no local de trabalho e em toda a parte. As mulheres, por sua vez, tem raiva dos homens devido aos modelos sutis e não sutis pelos quais lhes pegam os privilégios materiais reivindicados. (GIDDENS, 1993:164).

A relação igualitária cede a resquícius da desigualdade ou a uma incompreensão das transformações às quais os relacionamentos são submetidos. Dificulta-se na modernidade líquida a fixação dos papéis a serem desenvolvidos e por vezes, legou-se aos homens o duplo benefício de renunciar ao papel de exclusivo provedor sem renunciar aos padrões de liberdade e individualidade, gerando sobrecarga para parte significativa das mulheres, especialmente nas camadas menos favorecidas da sociedade, que passaram a assumir também o papel de provedoras, sem terem acesso à mesma independência econômica, sexual e liberdade<sup>9</sup>. Por outro lado, há a construção de um modelo idealizado de homem, baseado na virilidade, força e

<sup>9</sup> Em dados do IBGE levantados entre os anos 2001 e 2009, houve um crescimento no número de mulheres chefes da entidade familiar, em um aumento de 28,64%, passado de 27,34% das famílias brasileiras para 35,17%. Em movimento simultâneo, o número de homens chefes de família decresceu 10,78%, passando de 72,66% no ano de 2001 para 64,83% em 2009. Ressalte-se que neste período, o número de lares compostos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres variou entre 17,80% das famílias brasileiras em 2001 para 17,40% em 2009. Houve uma ressignificação da expressão “chefe de família” para fins de configuração da autoridade familiar. Esta expressão esteve ao longo do tempo associada à autoridade e à mais importante fonte de recursos da unidade familiar. Com o passar do tempo e as mudanças que ocorreram nas relações de gênero, esta denominação ficou inadequada e, na maioria das pesquisas do IBGE, o termo passou a ser pessoa de referência. As evidências trazidas pela PNAD 2012 mostraram que 38% dos arranjos familiares já tem mulheres como pessoas de referência. Dados disponíveis em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series>>, acesso em 19 de novembro de 2013.



sucesso econômico, que resulta em um esforço na maior parte das vezes inconsciente, mas “desesperado e patético”, onde o homem busca estar à altura dos sonhos infantis de masculinidade (BOURDIEU, 2013:86).

Na apontada coexistência entre casais, transita-se entre a construção da auto-identidade e a “fúrida individualização” e os relacionamentos se tornam ambivalentes e oscilam permanentemente entre o sonho e o pesadelo. Homem e mulher convivem como dois avatares, que ora buscam a valorização do outro e da relação e por vezes, simultaneamente e em outro nível de consciência, querem a supervalorização do “eu” e os seus quereres em uma tentativa permanente de fugir às vulnerabilidades (BAUMAN, 2004:22).

Na igualdade contemporânea ocorre o estabelecimento de um padrão de igualdade que a potencialidade de lesar a individualidade, conferindo ao humano uma natureza de “átomos humanos”, para inseri-los em uma agregação social de massa, em um processo de padronização dos seres e que mantem os *standards* comportamentais que associam o masculino ao poder e à dominação e à mulher à um conjunto de virtudes como a submissão, a gentileza, a docilidade e abnegação. Na pretendida isonomia de gênero desaparece a polaridade entre os sexos e se instaura a liberdade não individualizada, colando homens e mulheres em um mesmo polo, o que acarreta o reequilíbrio das relações interpessoais. Entretanto, são mantidos ideais sociais, que são transmitidos às mulheres como comandos continuados, silenciosos e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado é fruto de uma ordem natural e inquestionável e decorre de uma “ordem dos corpos” (BORDIEU, 2012:71), que mantem a desigualdade histórica entre os pares.

Neste cenário, mantêm-se os padrões históricos de desigualdade, ao se perpetuarem as funções e comandos no núcleo conjugal. Embora construídos sobre o alicerce da igualdade formal, na materialidade das relações a mulher ainda continua tendo seu *locus* de poder no íntimo da família e na maior parte dos casos possui uma função complementar ao poder masculino nas situações extramuros domésticos<sup>10</sup>. A desigualdade fática também se alimenta do

<sup>10</sup> A participação das mulheres no mercado de trabalho independentemente do estado conjugal tem sido cada vez maior. Contudo, os níveis da ocupação das mulheres são, ainda, menores que os níveis apresentados pelos homens. De cada 100 mulheres na posição de pessoa de referência ou de cônjuges, em torno de 52 declararam estar ocupadas. Para as conclusões do IBGE, a condição da mulher na família não parece alterar o ingresso no mercado de trabalho. A despeito desta maior participação no mercado de trabalho, em cerca de 79% por cento das famílias onde o responsável e o cônjuge tem rendimento, a pessoa de referência é do sexo masculino. Entre esses casais, aproximadamente 73% dos cônjuges mulheres apresentavam rendimentos inferiores aos do responsável. Quando a mulher é a pessoa de referência da família, em apenas cerca de 23% dos casos o cônjuge varão possuía menor rendimentos (Síntese de Indicadores Sociais – SIS 2013, p. 74 e 75, disponível em



fato de que na sociedade capitalista contemporânea houve uma transformação no significado de igualdade, por vezes confundida ou coincidente com a perda da individualidade. Padroniza-se o comportamento humano, submetendo às pessoas ao mesmo padrão de experiências que as leva a uma “mesmice” e conformismo que faz com que não haja uma reflexão sobre o sentido real da igualdade.

Nesta ruptura do amor romântico se busca o amor como agir, como atividade concreta e com objetivos a serem alcançados na convivência com o “objeto amado”. Esse amor atividade

326

é união sob a condição de preservar a integridade própria, a própria individualidade. O amor é uma força ativa no homem; uma força que irrompe pelas paredes que separam o homem de seus semelhantes, que o une aos outros; o amor leva-o a superar o sentimento de isolamento e de separação, permitindo-lhe, porém, ser ele mesmo, reter sua integridade. No amor, ocorre o paradoxo de que dois seres sejam um e, contudo, permaneçam dois. Ao dizermos que o amor é uma atividade, enfrentamos uma dificuldade que reside na significação ambígua desta palavra. Por “atividade”, no emprego moderno do termo, queremos normalmente referir-nos a uma ação que produz mudança numa situação existente, por meio de gasto de energia (FROMM, 2000:19)

Assim, a adquirida igualdade das mulheres é assimilada como uma realidade dada, mas ainda não demanda o questionamento e assimilação necessários à consolidação de outro padrão nas relações familiares. Para FROMM, “é a mesmice das abstrações, dos homens que trabalham nos mesmos serviços, têm as mesmas diversões, lêem os mesmos jornais, experimentam os mesmos sentimentos e as mesmas idéias” (2000:11), o que acarreta a manutenção das tradicionais estruturas de poder. Vislumbra-se uma via para estas relações através do que FROMM denomina de amor amadurecido (2000:19) e GIDDENS de amor confluyente.

## CONCLUSÃO

Na busca pela construção de novos fundamentos para as relações conjugais, os relacionamentos se tornam possibilidades existenciais, não impregnados por uma espécie de

---

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2013/SIS\\_2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf), acesso em 14 de janeiro de 2014).



inexorabilidade como o casamento, que sempre foi tratado como uma condição natural do indivíduo.

Nesta nova proposição, o casamento está em transformação, tornando-se uma instituição-casca (GIDDENS, 2007:28), pois mantém a sua existência institucional, contudo, há uma contínua e radical transformação em seu conteúdo e nos papéis a serem exercidos pelos cônjuges, que buscam a comunicação e na intimidade emocional nas vivências cotidianas. Identifica-se uma prevalência da ideia de “relacionamento” como superior à manutenção dos laços matrimoniais.

O amor como atividade traz a dimensão do respeito aos relacionamentos amorosos, sentimento que pode ser compreendido como a ausência de exploração, como o desejo de que o outro se desenvolva de forma independente e que não esteja submetido à dominação e exploração de um dos parceiros. Há um *ratio* estabelecida para a efetiva vivência igualitária no âmbito da relação interpessoal que é fundada na liberdade e independência emocional em relação ao outro, o que traz em si melhores condições para a distribuição da dinâmica de poder.

Este vínculo fundado no amor amadurecido e na nova sexualidade traz inéditas possibilidades de relacionamento e de opções para o alcance da realização pessoal e dos anseios familiares, inicialmente “sem as estruturas do casamento tradicional e em condições de relativa igualdade entre os parceiros” (GIDDENS, 1993:25), o que abre uma inédita dinâmica de poder a ser estabelecida entre os pares. A transformação da intimidade e a sexualidade plástica teriam o condão de agir na viabilização de uma maior igualdade econômica e equilíbrio psíquico entre os pares e da consolidação de uma transposição do amor romântico para o amor confluyente.

## REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.  
BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012, 11ª edição.  
CERQUEIRA FILHO, Gisálio. NEDER, Gizlene. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. RIO DE JANEIRO: Revan, 2007.

CODIGO CIVIL DE 1916, *Lei 3.071*, de 1º de Janeiro de 1916, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm), acesso em 16 de setembro de 2013.





DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 6ª Ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_; PINHEIRO, Jorge Duarte. *Escritos de Direito das Famílias: uma perspectiva luso-brasileira*. Porto Alegre: Magister, 2008.

FACHIN, Luiz Edson. *Elementos Críticos do Direito de Família*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FROMM, Erich. *A arte de amar*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade – Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UneSão Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. *Mundo em descontrole*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família, disponível em [www.ibdfam.org.br](http://www.ibdfam.org.br).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/SIntese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2013/SIS\\_2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/SIntese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf), 2013.

JABLONSKI, Bernardo. *Até que a vida nos separe: o enfoque psicossocial*. In: *Temas de Psicologia*. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, ago. 1994. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org>>, acesso em 04 de novembro de 2013.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Repersonalização das Famílias. In: *Revista Brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre: Síntese/IBDFAM, v. 6, n.24, jun/jul, 2004, p. 136-156.

MELO, Nehemias Domingos de. “A família ensamblada” – *Uma análise à luz do Direito Argentino e Brasileiro*. In: *Revista Síntese de Direito de Família*, São Paulo: IOB, ano XV, n. 78, jun/jul, 2013, p. 09-19.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direitos de Família: História do Direito Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SILVA, Maria de Fátima Alflen. *Direitos fundamentais e o novo direito de família*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006.

SINGLY, François de. *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14, p. 314-329

TEPEDINO, Gustavo. Normas Constitucionais e Direito Civil. In: *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano IV, Nº 4 e Ano V, Nº 5 – 2003/2004, p. 167-175.

THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000*. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2011.



## SILENCIAMENTO DAS MULHERES: OU AUSENTES DA HISTORIA?

REINA, Vanderlay Santana

*Doutorando do PPGNEIM – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares da mulher, gênero e Feminismos*  
vandecax@hotmail.com

330

### RESUMO

A história da trajetória política das mulheres, fruto de minha inserção sindical, insere-se no escopo teórico metodológico proposto da nova história. De início, consideramos relevante registrar, o processo de organização e de articulação política trazendo “registros” da memória social de uma época vivida por gerações de homens e mulheres trabalhadores/as. Para concretizar esse propósito, fazemos uso dos estudos realizados por algumas historiadoras feministas ou não, que discutem o modo como a ciência moderna ignorou a participação política, histórica de mulheres nos vários acontecimentos que permearam a vida social no espaço privado/público. Como procedimento metodológico, utilizamos depoimentos de mulheres, memórias individuais e coletivas. Uma das questões postas responde que o “silenciamento” da mulher parece traduzir um sujeito submetido à subalternidade, à negação de sua existência na história e na representação política, na construção de elementos de uma simbiose gerada pelo capitalismo, racismo e patriarcalismo.

**Palavras-chave:** Experiências de mulheres. Gerações. História social.

### ABSTRACT

The history of women's political trajectory, the fruit of my labor insertion falls within the theoretical and methodological scope proposed in the new story. At first, we consider relevant record the process of organization and political organization, bringing "records" of the social memory of a time lived by generations of men and women workers. To achieve this purpose we make use of studies by some feminist or not feminist historians, discussing how modern science has ignored the political participation of women in various historical events that permeated the social life in the private / public space. As a methodological procedure we used testimonials from women, individual and collective memories. One of the questions asked responds that the "silencing" of women seems to reflect a subject submitted to subordination, the denial of its existence in history and political representation in the construction of elements of a symbiosis generated by capitalism, racism and patriarchy.

**Keywords:** Experiences of women. Generation. Gender. Social history.



## INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso elucidar que as mulheres foram pouco visíveis como sujeitos subalternos, ignoradas da história e no nosso País, incluídas entre os diferentes – crianças, escravos, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres populares. A classe operária no Brasil, no mundo, sempre foi olhada amiúde de modo homogênea (COSTA, 2004). Contudo, sua distinção se fez na produção, na estrutura atinente a divisão sexual do trabalho, onde homens e mulheres são valorados diferencialmente. Os operários nos postos que exigem precisão, mais domínio técnico; as mulheres, nas atividades de menor complexidade, menor valor, talvez mais qualidade, em contrapartida menores salários.

Efetivamente, a década de 1950, aporta significado pela “ebulição” dos movimentos operários no Brasil, da realização de congressos de trabalhadores, do surgimento de organizações de mulheres trabalhadoras, até então invisíveis, excluídas do movimento sindical, passam ainda tímidas a presentificar-se nas assembleias, nas greves. Sua presença pode ser, contudo, considerada ainda irrelevante. Esse avanço do movimento de mulheres operárias, contudo é abortado na década de 1960, durante a instalação da Ditadura militar no País, ocupando os sindicatos, reprimindo o movimento dos trabalhadores/as provocando a partir daí a deflação da organização dos movimentos sociais.

Na década de 1980 o movimento pela abertura política no Brasil contribui para a retomada dos movimentos sociais, oportunizando a participação de várias gerações do movimento das esquerdas, do movimento operário, estudantil, conseqüente, da participação também das mulheres. O feminismo já articulava a bandeira de luta “o pessoal é político” desconstruindo o público/privado como herança do pensamento liberal no que diz respeito “às especificidades da política e do poder político” (COSTA, 2005, p.10). Influenciadas por essa e outras manifestações, o movimento feminista, a OAB<sup>1</sup>, entre outras instituições, em defesa dos direitos civis, fóruns de mulheres, as mulheres adentram o espaço público, o espaço das lutas políticas, reivindicando participação.

[...] naquele contexto, ali nós desempenhamos um papel importante. Por conta da abertura política vai ter vários partidos e o SINERGIA,<sup>2</sup> era formado

<sup>1</sup> Ordem dos Advogados do Brasil, BA.

<sup>2</sup> SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários da Bahia.



por militantes do PDT, do PT que estava começando, do PCdoB, PCB, do PMDB. (Ex-delegada sindical do SINERGIA, década de 1980).

Instigante nesse ensaio que ora começamos a construir, trazer a discussão de repensar o modo de escrever a história das mulheres trabalhadoras, na perspectiva interdisciplinar, acho possível sua inscrição, a partir do campo da nova história e das ciências políticas. Esse campo da nova história se constitui a partir das análises na França, nos ANAIS e em outros contextos de pensar o sujeito subalterno da história, e no caso da história das mulheres é mais do que o sujeito subalterno, são os invisíveis, porque dentro do subalterno, as mulheres são mais invisíveis, na história e também na ciência (SCOTT, 1992; MICHELE PERROT, 1994).

Seguramente, precisamos contribuir com a história de mulheres trabalhadoras.

Escolhemos como interlocutoras para relativizar a luz das novas perspectivas feministas, com o estudo que ora desenvolvo sobre “Participação política de mulheres no Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA”, a partir da década de 1980, pelas suas afinidades com o tema mulheres operárias, as historiadoras, Joan Scott (1992), Michele Perrot (1994)”, Margareth Rago (1998), entre outras. Claro que tentamos explicitar o significado de trazer a experiência das mulheres no SINERGIA, na década de 1980? A diferença está no “desatrelamento” desse Sindicato dos Eletricitários da Bahia, na década de 70, do controle do Estado, da ideologia e práticas de submissão dos trabalhadores brasileiros, pois, incluía-se, no conjunto, como um dos sindicatos mais aguerridos no ramo elétrico do Nordeste.

Durante a “grande greve” dos trabalhadores da Chesf em 1982, em plena ditadura militar conduzida pelo SINERGIA, Otto Filgueiras (1983), na sua obra intitulada, *CHESF em alta tensão: a greve proibida*, faz um rica narrativa sobre a repressão empreitada pelo regime militar aos trabalhadores da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, precisamente os da Usina de Paulo Afonso, inclusive invadindo a sede do sindicato, violentando os trabalhadores/as e seus familiares – mulheres, velhos e crianças. Contudo, as fotografias dessa época são testemunho da presença delas no “palanque”, na igreja e em outros lugares. Visíveis nas fotos, as mulheres carregando os/as filhos/as nas reuniões e assembleias, contudo pouco reveladas. Silenciadas. Existe um significado a presença de mulheres nesse confronto, em pleno regime militar? Ora, as mulheres nesse contexto não se constituem no mercado de trabalho em um contingente representativo, que ameace a divisão sexual do trabalho.



Cabe nessa narrativa dos estudos da história das mulheres, usar das produções biográficas, sobre a vida de outras mulheres trabalhadoras como propõe Tania Zimmermann e Marcia Maria Medeiros (1998). Como se vê estudar as trajetórias de vida de mulheres militantes do SINERGIA nos ajuda a entender o momento histórico recriado, sem abrir “mão” do contexto histórico. Necessário o pesquisador/a fazer pontes, dos recortes a partir de fontes orais ou não, dos sujeitos marginalizados como são as mulheres (LABRECQUE, 1998). A biografia também nos auxilia a investigar nesse contexto, as tensões, violência e silenciamento das experiências dessas mulheres. Questionada pelos historiadores/as, como não confiável, Sylvie Van De Castele y Danielle Voleman (1992) consideram que a história oral é fundamental para a construção da história contemporânea, mas ressaltam que não dá conta de uma história anterior, implicando também, ambiguidades. Consideram as autoras, as fontes orais passíveis de serem influenciadas e transformadas.

Scott (1992) explicita que o processo do incremento na história das mulheres, como um novo campo na academia, é recorrente do crescimento e legitimidade do feminismo como um movimento político. Para ela o termo política pode expressar várias ressonâncias e significados. A definição mais usual, política para Scott (1992) pode ser vista como à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica' e à manobra tática. O termo política é também utilizada para se mencionar às relações de poder mais gerais e às estratégias usadas na sua preservação ou contestação. A palavra política no sentido amplo diz respeito às práticas que refletem ou desafiam as chamadas de "ideologia". Scott nesse caso considera os sistemas de convicção e prática na construção das identidades individuais e coletivas que constituem as relações sociais “entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes” (SCOTT, 1992).

Já Michele Perrot considera que existe uma distância entre o trabalho acadêmico e o político. Sobre “Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência”<sup>3</sup> ela introduz no debate indagações que exigem profundas reflexões: Considera que as mulheres possuem uma história, seu destino não é apenas à reprodução, portanto são agentes históricos. A historicidade das mulheres vincula-se às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos.

<sup>3</sup> Conferência proferida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu em 06 de maio de 1994 (Unicamp). Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP.





Perrot (1995), inicialmente apresenta a sua experiência francesa, como historiadora social, e do ramo operário explicitando a conjuntura relevante das lutas operárias da década de 1950, a classe operária como personagem relevante, recorrente das injustiças sociais. Perrot entende que este fato social não acontecia apenas na França, pois E. P. Thompson (1987) dedica-se e inclui as experiências de homens e mulheres na sua obra, “A formação da Classe Operária Inglesa”, contudo na relatividade do contexto que vivenciava, não consegue esse autor introduzir estudos de gênero na sua obra clássica. Perrot (1995) baliza em seus estudos algumas questões consideradas polêmicas entre os historiadores/as: Haveria uma forma de feminina de fazer/escrever a história diferente da masculina? Existiria uma memória específica feminina? Ela vai responder de várias formas. Ela afirma que existe sim, um modo feminino de escrever a história, especificamente, está na distinção entre homens e mulheres, evidenciadas nas diferenças, contradições e no silenciamento da historiografia. A autora diz: Não, na diversidade epistemológica do método historiográfico. A autora reforça essa indagação, interrogando: Por que o silêncio da historiografia?

Historiadoras como OFFEN (2009) revelam que o segmento dos estudos das mulheres e de relações de gênero apareceu como uma forma de resgatar o sujeito social mulheres que até então aparecia subalterno, oculto, esquecido pela historiografia e nas ciências sociais. A historiografia, a história social, as teóricas feministas têm adotado a distância imposta aos sujeitos oprimidos, a sua participação na sociedade, à parcialidade do tratamento recebido como sujeito, relevado na neutralidade da ciência positivista, na racionalidade e objetividade premente à infidelidade dos historiadores, o descrédito a memória social, como ferramenta do método historiográfico.

Com efeito, a introdução de estudos da história de mulheres, determinou vários debates e rejeições na academia, não apenas de historiadores, mas também historiadoras, relativo à questão do sujeito/objeto de estudo, portanto desacreditado, na perspectiva teórico metodológico, muito bem elucidado nos “delineamentos metodológicos”, encetado por Miés (1998) em respostas as críticas de teóricos/as. Miés, corajosamente, sustenta no seu discurso que as universidades são de domínio masculino e que fecham os olhos para as questões das mulheres. Nessas circunstâncias, seus delineamentos metodológicos constituem uma espécie de descoberta que contrasta com a realidade acadêmica. Miés tem dito que as críticas aos estudos das mulheres se concentram nas seguintes áreas: a relação entre o movimento das mulheres e a



pesquisa sobre as mulheres na política e na ciência; os métodos de pesquisa; a relação entre ação e pesquisa e a relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

Maria Miés assegura que a introdução da categoria experiência ou o “fator subjetivo” correspondia ao lema “o pessoal é político”. Nessa perspectiva Miés, considera significativa como ponto de partida, a vida real, a experiência pessoal de uma mulher, para analisar as dimensões subjetivas e suas implicações sociais. Lembrando a autora que o desafio de partir da experiência pessoal de uma mulher, surge devido a sua realidade de vida, sua história, sua luta, seus sonhos. História essa que, não faz parte do interesse da comunidade científica.

Repensar a história a partir da cronologia é também, uma das críticas das teóricas feministas. Sandoica (1995) no seu estudo “La historia de las mujeres: una revisión historiográfica” aborda essa crítica sobre a cronologia. Evidente, existem dificuldades para repensar a história estabelecendo uma nova cronologia a partir da experiência feminina. Desse modo, Sandoica indaga como e o que seriam as experiências femininas? Para ela a entrada da mulher no mercado formal, a questão da pílula, da liberdade sexual, são elementos historicamente difíceis de definir como marcos e separar essa história. Scott vai propor que se separe a história das mulheres dos escritos do passado, esclarece que a conexão história e a política, explica a origem do movimento feminista, na década de 60, relação considerada por ela como complexa.

Rematando essas reflexões, observa-se nos estudos que toda história das mulheres se integra a divisão sexual do trabalho, na demarcação do espaço, cuja ênfase é dada a vida privada. Concordamos que no Brasil é notória, a ênfase relevante na sexualidade, na maternagem, no âmbito doméstico. Não obstante, a “identidade” das mulheres não se constitui formas e modalidades culturais fixas, rígidas variando de acordo com as exigências do sistema patriarcal de dominação. A experiência de vida, valores, aspirações, crenças e representações da realidade e a ideologia, configuram o sujeito feminino, reconstruindo o modelo de feminilidade, propulsor de um modelo de mulher, referência do sistema dominante, conforme Costa (1997).

Ao expor a trajetória de mulheres, pensamos em relativizar essa história à luz dos conhecimentos, experiências e dos procedimentos metodológicos adotados por essas autoras da historiografia, das teóricas feministas e das ciências sociais. Portanto, busco nessas experiências, reflexões sobre o processo de participação política das mulheres na perspectiva de registrar, introduzindo a história dessas mulheres no contexto sociopolítico do movimento



sindical, dos estudos de gênero e suas experiências no Sindicato dos Eletricitários da Bahia. Trazer fatos e acontecimentos de histórias de vida de mulheres de outras épocas, gerações, como ilustrações poderá contribuir no entendimento do modo como as mulheres são silenciadas na história.

Almeja-se neste contexto que recorta gênero e classe social trazer uma narrativa referente à década de 80, do século passado, de uma sindicalista, 21 anos na época, primeiro emprego, do interior do Estado. A entrevistada naquele contexto era delegada sindical, do Sindicato dos Eletricitários da Bahia. O olhar dessa ex-sindicalista remonta a participação das mulheres nas lutas sindicais. Falar de mulher no sindicato nos remete a perspectiva dos estudos de gênero, não descartando a concepção de patriarcado, vigente ainda hoje, especificamente nas relações sociais entre homens e mulheres, adentrando o espaço público, ainda não tão habitual para as mulheres.

Eu ingresso na Coelba em 1985. De imediato, eu já me filio ao Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA. Neste mesmo movimento eu já assumo o cargo de Delegada Sindical. Naquela época ainda era mau vista pelos nossos chefes, pelos nossos gestores da COELBA, principalmente lá onde eu era lotada, em Barreiras (Entrevistada, 48 anos, professora).

Nos anos 1970, o País inicia seu processo de abertura política, várias articulações foram realizadas, sobre a liderança do MDB, concentrando um conjunto de forças organizadas, de enfrentamento ao regime militar. Novos modos de enfrentamento e articulação foram buscados pelo movimento feminista junto aos setores populares, na perspectiva de uma pauta feminista (COSTA,2009).

Para escrever uma história das mulheres, Margareth Rago (1998) propõe a incorporação de uma perspectiva teórica metodológica feminista possibilitando elucidar o entendimento dos estudiosos que trabalham nas diversas disciplinas, como a história. A autora busca estudar a relação entre gênero e história, tomando como eixo, o debate antropológico feminista e o debate político feminista. Ela considera que uma análise da teoria antropológica feminista contemporânea nos proporcionará um entendimento das correntes que se encontram no contexto geral da teoria feminista. Sendo assim, ela propõe uma análise crítica de vários pressupostos como o universalismo, o termo espaço público/privado, considerado inconsistente. Identifica Rago, várias questões relacionadas às origens de opressão das



mulheres, a desvalorização da mulher ou a natureza intercultural da família e seu papel na vida social.

## **FORMAS DE RESISTENCIAS DAS MULHERES: REGISTROS DO PASSADO**

337

No nosso País, no princípio da década de 1980, começam as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres, apesar disso, distinguidas numa perspectiva dialética, pela opressão e dominação, pouco se considerou nas pesquisas, as formas de resistências e enfrentamento, expressando a imagem de uma mulher submissa, contida e passiva a dominação masculina, patriarcal (DEL PRIORE (1994); SOIHET (2007)). Pensando nesta conjunção, o movimento sindical teve uma participação relevante.

[...] os eletricitários da Coelba não ficaram de fora, pelo contrário, era um dos maiores sindicatos do Estado da Bahia e ainda tinha o pessoal da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco... muitas empreiteiras. Portanto, naquele contexto, ali nós desempenhamos um papel importante. E nós, como é que ficávamos enquanto mulheres, militantes? (Delegada Sindical do SINERGIA, anos 1980).

Novos modos de enfrentamento e articulação foram buscados pelo movimento feminista junto aos setores populares, na perspectiva de uma pauta feminista (COSTA, 2009). Essa pauta feminista certamente não passou despercebida as trabalhadoras militantes do SINERGIA. Várias reivindicações foram discutidas, debatidas e causaram fraturas, debates e tensões nas relações de gênero, ditas políticas, no seio das bases operárias, efetivamente mais afeta as mulheres empregadas da COELBA, cujo contingente era superior a CHESF, pelo número de sindicalizados/as bem maior, o poder de mobilização junto aos trabalhadores – eletricitistas, operadores de subestação – contingente mais expressivo de sindicalizados. As prioridades dessas reivindicações, vinculadas a outras de ordem econômica e social geravam tensões nas assembleias. As empresas de economia mista, estatais, não sensíveis as condições precárias de trabalho, presas as planilhas econômicas, e financeiras apresentavam propostas “divisionistas” da categoria eletricitária. As mulheres estavam mais afetas as causas sociais – direito a creche, plano de saúde, auxílio educação, entre outros – quase sempre relegadas a



segundo plano, diante da prioridade dos itens econômicos, que convergia, unindo a maioria dos trabalhadores.

A ideologia política partidária na postura dos dirigentes, não passava despercebido a maioria dos trabalhadores/as. Esses/as consideravam que as bandeiras políticas dos partidos sobrepujam os interesses da categoria eletricitária, relegando seus interesses a segundo plano. A participação das mulheres na constituinte de 1988 vai possibilitar oportunidades de expressão política das mulheres, da ida ao Congresso Nacional, do debate e de encaminhamento de propostas femininas, com a criação do “Grupo Mulher COELBA”.

Para melhor debater essa questão trazemos uma experiência, vivenciada durante a minha vida profissional, a trajetória política em outra conjuntura, entretanto iniciada, discutida na cronologia anterior. A privatização das empresas públicas no Brasil, em particular na Bahia. A privatização da COELBA em 1997 enseja transformações organizacionais e tecnológicas, atingindo todos os setores da empresa. Certamente, também uma nova política de “recursos humanos”, entre a empresa e o SINERGIA. A CHESF, não vivenciou a experiência da privatização, entretanto, os métodos de trabalho, as relações com os trabalhadores não eram pacíficas, o neoliberalismo tinha pretensões privatizantes.

Conforme, Graça Druck (2000) o fenômeno da privatização das empresas de economia mista no Brasil, se utiliza das práticas neoliberais privilegiando a negociação individual ou direta, enfraquecendo os sindicatos como representação coletiva. A pressão para cumprimento de objetivos de produção, na perspectiva dos resultados econômicos, do lucro, acompanhada da perda de conquistas históricas pelos trabalhadores, provocou tensões e fraturas nas relações entre gerentes e empregados, gerando insegurança e medo aos trabalhadores.

Neste contexto de privatizações, tensões e de medo do desemprego podemos constatar que, na hierarquia social da empresa, o silenciamento imposto à mulher ultrapassa a diversidade de classe social e de gênero evidenciando multifatores de gênero, encetando tensões e conflitos – implicando no silenciamento e subalternidade, a sujeição da mulher como trabalhadora recorrente da divisão sexual do trabalho.

Agora quando a gente vai pensar, fazer uma discussão desse momento histórico para o movimento sindical os anos, de 85 a 90, neste processo de redemocratização do País – quando a gente entra no governo e com muitas greves – deve lembrar muito bem que tivemos muitas greves gerais no Brasil inteiro por conta do processo inflacionário do Governo de José Sarney e depois vem a entrada de Collor. Com a entrada de Collor no Governo com a



introdução do modelo neoliberal. [...] começa não só a expansão da COELBA, das empresas estatais, mas também começa uma discussão em torno da “privatização”, que é inclusive a bandeira do modelo neoliberal. (Entrevistada, Delegada sindical do SINERGIA).

Tomando esse episódio como referência na tentativa de examinar como os trabalhadores/as eram silenciados/as na história, encontro no título do estudo de Spivak (2003, p. 298) essa questão: *Pode falar o subalterno?* Spivak, indiana, na posição de colonizada (como nós) alega que sua resposta não deve ser compreendida de modo tão literal, já que “o argumento em geral aponta o silenciamento estrutural do subalterno dentro da narrativa histórica capitalista”. Como na narrativa, Spivak vai afirmar que o subalterno, se expressa fisicamente, no entanto, a dialógica do subalterno não comporta *status*.

Hoje, o sindicato parece apresentar novas formas de pensar, gênero e as mulheres, como se pode verificar, diferente dos registros de memórias do passado, da década de 1980.

“Nós do Sinergia defendemos as principais bandeiras femininas, entre elas: salário igual para trabalho igual; participação política e poder paritário; garantia de direitos para as trabalhadoras domésticas; fim de todas as formas de violência contra a mulher; compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidados; creches públicas, de qualidade e de período integral e contra a mercantilização dos nossos corpos e de nossas vidas”. Neste 08 de março desejamos parabenizamos cada mulher pelo fato de sua simples existência já ser um exemplo de garra, força e coragem. (Informativo do SINERGIA, Alarme, 08 de março de 2013).

O estudo apresentado por Cecília Sardenberg, “Gênero e memória: Lembrança de operários e lembranças de operarias” é um texto publicado em 1997. O estudo realizado no contexto do subúrbio de Plataforma – A Fábrica São Braz – traduz de modo poético, antropológico, o período do subúrbio da chamada “velha Bahia”, a indústria têxtil. O movimento grevista do período de 1959 é o foco da pesquisadora, ouvindo operários/as, traçando as diferenças presentes no recorde de memórias individuais, coletivas. O capitalismo industrial na perspectiva da autora se utiliza até 1959 desses artifícios para poder manter os seus resultados e a sua proposta.

Em 1875 essas fábricas estavam localizadas no Recôncavo da Bahia, em Salvador e nos arredores. Através das chamadas existiam as Vilas Operarias e a Bahia era considerada nesse período aqui no final no século XIX como líder, no sentido econômico do país. Retrata Sardenberg que um modo de assentar os trabalhadores/as era através das chamadas Vilas





Operárias e a Bahia. A autora destaca como essas configurações são construídas a depender da posição ocupada pelos indivíduos numa determinada estrutura mediadas por relações sociais que não são somatórias. Sardenberg deixa claro que seu propósito nesse estudo considerou o recorte de gênero suscitando experiências distintas.

A autora explicita que a memória do movimento grevista em Plataforma não mostrou distinções na versão de masculino e feminino, essas divergências significativas entre as narrativas das mulheres contrastando com a dos homens foram encontradas em outros estudos.

Primeiramente, pretende-se entender: Como e com que elementos as mulheres trabalhadoras elaboram e definem a sua participação durante as décadas de 80 e 90 do século passado?

Michele Perrot (1995) alega que no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues, isto é menos visível. Concentrando-se na memória sindical dos grupos nos quais as mulheres estiveram poucos presentes especificamente em caso de liderança, quando não excluídas do sindicato. A memória do operariado brasileiro tem sido escrita mais no masculino. Scott (1992) registra que a memória das mulheres tem sido colocada em um capítulo à parte, portanto cabe reconstruir a história do operariado a partir de uma perspectiva de gênero para da conta da diversidade de identidades coletivas produzidas pelas experiências operárias distintas de homens e mulheres originadas que fogem das práticas socioculturais prevalentes.

Alda Motta (2010) tem afirmado que as categorias gênero, geração e idade têm sido ignoradas mesmo quando se mostram evidentes na pesquisa social, com relação à exploração capitalista que subordina e explora homens, mulheres e crianças. Portanto, a pressão sofrida por mulheres no processo de envelhecimento, espelhado na sua imagem – Corpo – no que diz respeito à convivência nos postos de trabalho não tem sido pacífica (SARDENBERG, 2010).

As intersecções entre história e memória são evidentes (ROGER CHARTIER, 2007). Explicita o autor que os dados históricos, não se podem negar, contribui para esvanecer as ilusões ou os desconhecimentos que no prolongamento do tempo pode ter confundido certamente as memórias coletivas à maneira de Maurice Halbwachs (1990).

Argumenta Nicholson (1992) em “Existe um *método para compreender o gênero?*” A separação da mulher do espaço doméstico/público no ocidente moderno, está associado a desvalorização da mulher e de gênero. Portanto, entende Nicholson que se pode manter o uso do público/privado como instrumento útil de exame deste período, cujas raízes se encontram na Europa medieval, Grécia antiga e Roma antiga. Nicholson aponta que a moderna separação



entre público/privado como algo histórico nos permitirá compreender a natureza da família, o Estado, a economia e a relação que nos leva a incorrer nos erros da teoria política tradicional.

## MEMÓRIAS E GERACÕES

341

O jeito de vida social, do ponto de vista das gerações, tudo muda o tempo todo, somos jovens e velhos de alguém (BOURDIEU (1983). Essa distancia social, nos permite distinguir o modo como as gerações se diferenciam, no pensar, nas experiências vividas.

Ora, exatamente por essa amplitude ou heterogeneidade identitária é que podemos refletir, com Mannheim (1953), que o mesmo tempo histórico não é igual para todos interferindo nas várias fases ou etapas, ora as gerações se integram ora se afastam, efetivamente em questões de valores que definem o “ser homem ou mulher”. O que significa dizer que as unidades de geração poderão apresentar características diferentes, também segundo as várias amarrações identitárias de gênero e de classe social dos que as compõem.

Com relação ao contexto geracional, Mannheim (1928) define gerações como uma corrente histórica da construção social, sendo a geração, uma espécie de força social, o qual grupo de indivíduos com idades próximas vivenciam acontecimentos sociais, desenvolvendo perspectivas ou posicionamentos parecidos a determinados contextos históricos. A proximidade de idade e a participação do mesmo contexto social não é o suficiente para se estabelecer visões de mundo similares, é preciso ter uma conexão geracional e uma participação coletiva e concreta entre os indivíduos para que se construa um vínculo geracional após refletirem sobre a vivência em relação aos mesmos acontecimentos.

No entanto, torna-se necessário salientar, que mesmo participando dos mesmos momentos sociais em uma mesma conexão geracional existem unidades geracionais distintas que correspondem a visões de mundo diferentes em reação ao mesmo acontecimento (MANNHEIM, 1928). Outro fato interessante sobre memórias da história das mulheres ocorreu em 2007, ao fazer uso de uma fonte oral, realizando uma entrevista narrativa, ”com uma senhora de 93 anos, em São Felix do Paraguaçu, sobre “(Brin)cadeiras da década de 1920, no tempo de avós e avôs”, estudo ainda inconcluso. No entanto, através da memória individual e coletiva pude verificar como gênero, classe e raça, encobre a escrita da história de mulheres.



Retomando fatos e recordações de sua infância, seguindo os procedimentos narrativos da sua história de vida, a depoente, nascida no berço de uma sociedade escravocrata, em Cachoeira, lembra que naquela época, ainda criança ouvia comentários: Mulheres da irmandade da Boa Morte foram perseguidas e expulsas da “Bahia” por terem prestado serviços nas revoltas dos negros. Vê-se que raros registros na história oficial sobre as revoltas, – resumidas nos livros didáticas – acontecidas no Recôncavo, em menor grau, a história das mulheres negras, as operárias nas fábricas de charuto, invisíveis na história oficial. Segundo, a entrevistada, as mulheres negras, pobres, sempre trabalharam nas ruas, como comerciantes, vendendo peixes, mariscos, acarajés, abarás, doces, refeições para seus patrícios e tecidos. Vendiam diretamente nas casas das famílias. Estavam, assim, em toda parte, circulando com suas mercadorias, como “Ganhadeiras”, no entanto prestavam outros serviços, como “Correio” chamadas – “leva e traz” – entre os Quilombos e engenhos. Essa narrativa foi encontrada nos registros da obra de *Cecília Moreira Soares*, em 1988 “*AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*”. Registra a autora que em 1835, foram as ganhadeiras acusadas de rebeldes por abastecer os negros na Revolta dos Malés. Vê-se como as mulheres negras são vinculadas nos registros sociais como apenas “Ganhadeiras”, “Vendadeiras”, não garantindo o “Status” de trabalhadora, ainda que atuasse no mercado econômico, porém o exercício do seu trabalho era visto como atividades ligadas a domesticidade, portanto não merecedoras do respeito, como mulher. No entanto, elas foram consideradas “conspiradoras, como afirma Reis (1968) na sua obra *Rebelião Escrava*. Segundo, a entrevistada, ela ouviu contar que essas mulheres vieram “corridas” da polícia de Salvador, se escondendo no Recôncavo – Cachoeira, São Felix, Muritiba, Maragogipe, entre outras vilas. Daí elas organizam a irmandade das mulheres, Irmandade da Boa Morte. São trabalhadoras e sempre estiveram no espaço público. Acrescenta, a interlocutora que hoje, “A festa da Boa Morte” está (re)valorizada. Mas, segundo ela, viveu muitos anos em Cachoeira, não presenciando as “famílias” de Cachoeira acompanharem a procissão. Finaliza dizendo: essas famílias de Cachoeira consideravam a comemoração “coisas de negras” mulheres sem valor, por estarem sempre “perambulando” nas ruas, vendendo suas mercadorias. Diante disso, pode-se na concepção de Scott (1992) e demais historiadoras feministas concluir que a história das mulheres exige uma nova metodologia e novas ferramentas analíticas para uso dos historiadores, existe uma história ainda não totalmente traduzida, nem transmitida, o mundo com e sobre histórias da realidade social que incorpore as mulheres, sem distinção.



Concluimos que a invisibilidade e silenciamento das mulheres diz respeito à classe e raça. Suely Carneiro (2003) faz reflexões relevantes sobre a situação da mulher negra na América Latina, numa perspectiva de gênero. Ela afirma que a unidade da luta das mulheres vai depender da nossa faculdade de superar as desigualdades propiciadas pela história hegemônica masculina, da superação de ideologias, que ela entende como suplementares desse sistema de opressão. No pensamento dessa autora essas ideologias têm institucionalizado a inferioridade social, dos segmentos negros, especificamente das mulheres negras, propondo a superação do racismo. Sem a extirpação do racismo, impossível assegurar a escrita de uma história de mulheres, imparcial.

A história das mulheres, no Brasil, evidencia-se como uma história “mutilada”, pelos antagonismos de classe social, gênero e raça, sempre “falseando um componente do corpo social” sem sequer apresentar os elementos constitutivos da sua presença/ausência, mais efetivamente, ligadas as interseccionalidades de classe social, raça, gênero, geração, localização. Patrícia Hill Collins defende que é preciso examinar as hierarquias dessas multcategorias, pois certamente algumas podem ser relativizadas. A história, portanto, é incompleta. Não é as mulheres escrevendo a própria história das mulheres, a história seria suplementada com novas informações, podendo até questionar se as informações do passado dos historiadores não seriam parciais.

Diante do androcentrismo vigente nas ciências cujos parâmetros pautados na universalidade, a ausência desses personagens afrodescendentes da história do Brasil precisa ser resgatada, já que contribuíram com a economia, construindo a história e a cultura do nosso País. Portanto, natural o questionamento de os elementos que influenciaram no silenciamento, estrutural produzindo a invisibilidade do sujeito mulher.

Nesse mesmo movimento, de exclusão, incluímos mulheres militantes do SINERGIA, na história do movimento sindical, na Bahia. Eram eletrotécnicas, engenheiras, assistentes sociais, auxiliares administrativas, escriturarias, entre outras participando do movimento sindical, das reuniões de base, do movimento de mulheres, contribuindo na organização do movimento sindical, na Bahia, possivelmente silenciadas na história e nas pesquisas acadêmicas.

Na visão de Ana Alice Costa (1997), é preciso esclarecer o modo como às mulheres na história são tidas como acostumadas à subordinação, à aceitação das leis como algo imperativo, inquestionável, portanto seu lugar era justamente do outro lado, de sujeitos que serviam ao



poder como força de trabalho, espaço delimitado pela família patriarcal. Ao contrário, as mulheres ocupam posições de destaque, conforme Michele Perrot (1995), que marca um tipo de poder no singular, tem uma conotação política e assinala, basicamente, a figura central do poder, que se fragmenta em frações múltiplas e é equivalente a um alcance desse poder em que as mulheres têm sua parcela.

A presentificação da articulação da categoria gênero e história tem possibilitado a história das mulheres como foco dos estudos de feministas, de historiadores, de cientistas políticos e pesquisadores nos diversos campos do conhecimento, contudo, Saffioti (2008) parafraseando Gerda Lerner alerta que muito ainda precisa ser conhecido e registrado.

Já no conjunto das representações do poder político, do espaço público questiona-se na suposição do silenciamento como ausência, negação, de participação dos sujeitos femininos que estiveram ou estão presentes nos episódios da história real, da representação política, dos departamentos nas universidades, que controlam os projetos de pesquisa, de postos relevantes na condução das políticas públicas. Observa-se esses fatos, nos/nas das classes sociais mais/menos favorecidas, as autobiografias das mulheres na academia, as ancestralidades de raça/etnia, as mulheres do movimento sem terra, sem teto, as moradoras de rua, as mulheres violentadas, ignoradas da história e da ciência política. Supõe-se que silenciando os saberes tidos como inocentes, ignora-se o conhecimento, nega-se o processo da experiência, constituindo-se barreiras intransponíveis ao empoderamento de mulheres. A escrita da história das mulheres estaria como tema fora de moda e sem brilhantismo acadêmico? Ou também seria um dos elementos do silenciamento das mulheres da história?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A Juventude é apenas uma palavra*. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

CHARTIERS, Rogers. *La Historia o Lectura del Tiempo*. GEDISA Editorial. Barcelona. 2007.

CARNEIRO, SUELY. *Mulheres em movimento* (“Enegrecer o feminismo”). Estudos Avançados, v.17, n.49, 2003, pp117-132.

COSTA, Ana Alice. As mulheres no sindicato. In: Sardenberg, Cecilia Maria Bacellar (Org.) *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste* /



Cecilia Maria Bacellar Sardenberg; Silvia Lúcia Ferreira Ana Alice Alcântara Costa. Salvador: UFBA/ FFCH/ NEIM; REDOR; São Paulo; CNM/ CUT, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo e a consciência de gênero na Bahia. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; ALVES, Ivya Iracema. *Ritos, Mitos e Fatos: mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM: UFBA, 1997.

DE CASTEELE, Sylvie Van y VOLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la história de las mujeres. In. ESCANDÓN, C.R. (org). *Género e História. México: Instituto Mora/UAM*. 1992. p. 99-109.

DEL PRIORE, M. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M.C de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. P. 217-235.

DRUCK, Graça. FILGUEIRAS Luiz. NEVES Laumar. *Sindicatos e Dirigentes Sindicais na Bahia dos Anos 90: Diagnóstico e Perspectivas*. Caderno CRH, Salvador, n 33, p. 143-178, jul/dez. 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HERNANDEZ, Elena. História de las Mujeres como historia social. In.: VALDIVIESO, P. et. Al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004. Pp.29-55.

FILGUEIRAS, Otto. CHESF em alta tensão: *A greve Proibida*. Indepe. Salvador. 1983.

LABRECQUE, Marie France. Metodología feminista e histórias de vida: mujeres, investigación y Estado. In: LULLe, T. VARGAS, P. y ZAMUDIO, L. (orgs) *Los usos de la historia de vida em las ciencias sociales II*. Barcelona: Antthropos. 1998. p. 27 – 52.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia do Conhecimento*. Porto, PT: Res, [19--]. 1953, p.115-176.

MIES, Maria. ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? In.: BARTRA, F. *Debates em torno a uma metodologia feminista*. México (D.F): Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

NICHOLSON, Linda L. Hacia un método para comprender el genero. In ESCANDÓN, C.R. (org). *Género e História*. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p.142-180.

OFFEN, Karen. *História de las Mujeres*. La Aljaba segunda época. *Revista de Estudios de la Mujer*. V. XIII, Año 2009. Luján: Universidad Nacional de Luján, Universidad Nacional de la Pampa. Argentina .15-33 98.

PERROT, Michele. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. In: Cadernospagu,n.4,1995.p.9-28.<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/file>.





RAGO, M. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In.: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.) *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41. [http://www.nutead.org/gde/downloads/epistemologia\\_feminista.pdf](http://www.nutead.org/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf)

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. Brasiliense 13, São Paulo, 1986, pp. 197-215.  
SOARES, CECILIA Moreira. GANHADEIRA: *Mulheres resistência em Salvador século XIX*. [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p57.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf).

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese de gênero: Ordem Patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Local: FLACSO, jun. 2008 (Série Estudos e ensaios/Ciências Sociais).

SANDOICA, Elena Hernandez. História de las Mujeres como historia social. In.: VALDIVIESO, P. et. Al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004. Pp.29-55.

SARDENBERG, Cecilia Ma. O gênero da memória. Lembranças de operários e operárias. In. PASSOS, Elizete, ALVES, Ivia; MACEDO, Márcia. *Metamorfoses. Gênero na perspectiva interdisciplinar*. Coleção Bahianas, vol.3, Salvador: NEIM/UFBA. Pp.147-164. <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/metamorfoses.pdf>

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org) *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-95. Disponível em [http://www.4shared.com/office/MdHqBUBt/Joan\\_Scott\\_-\\_Historia\\_das\\_Mulh.html](http://www.4shared.com/office/MdHqBUBt/Joan_Scott_-_Historia_das_Mulh.html)

SOIHET, Rachel; Soares, Rosame e Costa, Suely (trad). A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia.. *Revista Gênero*. NUTEG. – Vol.2, no 1 (2 sem. 2000). Niterói: Eduff, 2000 pp. 7-30.

ZIMMERMANN, Tânia Regina e MEDEIROS, Márcia Maria. Biografia e Gênero: repensando o feminino. In. *Revista de História Regional* 9(1): 31-44, Versão. 2004. <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=227&path%5B%5D=180>.



## FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UMA NOVA PATERNIDADE?

SANTOS, Sara Maria Cunha Bitencourt  
*Psicóloga do TRT5.*

*Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação (UCSAL)  
Salvador – BA. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho (CFP).  
Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental (FACCAT/RS).  
Especialista em Gestão de Pessoas (UFBA).  
saramcb@gmail.com*

SOUZA, Fábio Kalil de  
*Pedagogo do IFS.*

*Doutorando em Família na Sociedade Contemporânea.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação (UCSAL).  
Salvador – BA. Mestre em Educação (UFBA). Especialista em  
Educação e Tecnologias de Comunicação e Informação (UNEB)  
fabioksouza@gmail.com*

347

### RESUMO

O presente artigo foi motivado por reflexões suscitadas pelos discentes a partir da respectiva aproximação e engajamento acadêmico e pessoal com o tema. Os ensaios reflexivos aqui registrados trazem à tona aspectos relevantes do fenômeno vivenciado na contemporaneidade: redescoberta de um novo perfil de paternidade. Para esta produção, foi organizada criticamente uma revisão de literatura assistemática a partir do tripé família contemporânea, paternidade em transição e responsabilidades desse novo pai. Foi assinalado que este se mostra mais engajado, envolvido e participativo na vida do filho. O objetivo central do artigo, portanto, é oferecer aporte teórico orbitando em torno do envolvimento do pai contemporâneo, de maneira a colaborar modestamente com estudos na exploração do tema.

**Palavras-chave:** Família Contemporânea. Mudanças. Envolvimento paterno.

### ABSTRACT

This article was motivated by considerations raised by students from its approach and academic and personal engagement with the topic. The reflective essays recorded here bring up relevant aspects of experienced phenomenon nowadays: rediscovery of a new profile paternity. For this production, was critically organized systematic review of literature from the tripod contemporary family, fatherhood in transition and responsibilities of the new parent. It was noted that this proves more engaged, involved and participating in the life of the child. The central aim of this article therefore is to provide theoretical basis orbiting the involvement of contemporary father, so modestly to collaborate on studies in the exploration of the topic.

**Key-words:** Contemporary family. Changes. Parental involvement.



## INTRODUÇÃO

Tendo em vista a motivação e engajamento dos autores com o tema da paternidade, o interesse de ambos versa em trazer à tona aspectos relevantes acerca desse pai que entra em cena na contemporaneidade de modo mais envolvido e engajado no cuidado com os filhos. De onde ele surge? Quais mudanças sociais e familiares tem construído esse pai e chamado o mesmo para local de destaque na contemporaneidade? Essas são algumas questões incipientes, entretanto fundamentais para compreensão de um fenômeno mais complexo que é o envolvimento paterno com os filhos(as) e seus impactos para o próprio pai, para a família e para a sociedade. Nesse sentido, o presente artigo visa contribuir com reflexões sobre essa temática tendo em vista a importância da mesma no atual contexto contemporâneo.

348

O papel do homem na sociedade e na família deve ocupar lugar de destaque nas discussões sobre planejamento educacional, econômico e de saúde. Só assim será incentivada uma mudança permanente e mais equânime, que as novas gerações poderão herdar (CERVENY; CHAVES, 2010, p. 50).

Importante destacar que “o conceito de paternidade tem se modificado ao longo do tempo e reflete as transformações sociais, culturais e históricas da sociedade ocidental” (SOUZA; BENETTI, 2009, p. 62). Esse pai tem sentido os reflexos das mudanças do contexto macrossocial no qual está inserido “levando o homem a conciliar paternidade, casamento e trabalho e avaliar sua importância na vida das crianças frente às incertezas do século XXI” (SOUZA; BENETTI, 2009, p. 101).

Em relação à algumas características que configuram as mudanças familiares na contemporaneidade, destacam-se: a diminuição do número de membros, levando a família ficar menor, o aumento do número de lares com apenas um filho, os casamentos são mais tardios, a adolescência expandida e os re-casamentos mais constantes (CERVENY; CHAVES, 2010). Pensando a paternidade nesse contexto, certos aspectos assumem centralidade, quais sejam “uma perda da legitimidade da paternidade tradicional; um reajustamento do papel na interação com a mulher e o filho; uma ambivalência inerente ao novo contexto que constitui a partilha” (CASTELAIN-MEUNIER *apud* CERVENY; CHAVES, 2010, p. 48).

Antes o lugar do pai na família era protegido pela autoridade que lhe era conferida e cabia às mulheres cuidarem das atividades domésticas e reforçarem perante os filhos esse poder que o pai detinha. Ao homem estava aberto o público e à mulher cabia o resguardo no privado



(ARIÈS, 1981; SAMARA, 1983). Atualmente, porém, o cenário é bem diferente. As mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho e os homens foram chamados a também lutarem por seus espaços dentro do lar. Eles precisariam atuar de modo mais parceiro com as mulheres, dividindo as tarefas domésticas e envolvendo-se mais no cuidado dos filhos. A partir do Código Civil e da Constituição de 1988 já se falava de *poder familiar*, ou seja, pai e mãe detêm poderes compartilhados no exercício da parentalidade a partir de amparo legal (PETRINI, 2005; CERVENY; CHAVES, 2010).

Neste tópico, cabe concluir que a família pode ser considerada uma instituição vital na vida do ser humano. Este, a propósito de que rumo venha seguir, se para melhoria da sociedade ou seu prejuízo, não existiria evidentemente sem nascer e desenvolver-se num contexto familiar. Ela é, portanto, universal, histórica – presente em diferentes tempos e lugares – e primeiro espaço socializador do indivíduo, como também primeiro mediador entre este e a realidade. Discorrer sucintamente sobre a família no panorama de mudanças recentes posiciona a lente de aumento para melhor visualizar o pai na contemporaneidade.

## **FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: CENÁRIO DE MUDANÇAS**

Há que se considerar que a família contemporânea tem enfrentado inúmeras mudanças, estas que são refletidas na relação íntima entre os seus membros e na redefinição dos seus papéis (BIASOLI-ALVES, 1997; ARRIAGADA, 2001). São mudanças culturais, econômicas, na relação entre os gêneros e os sexos, nas relações intergeracionais que implicam modificações nas relações de poder no seio familiar, na organização da vida produtiva, no ingresso massivo da mulher no mundo do trabalho, entre outras, que tem influenciado as dinâmicas familiares nas últimas décadas. Mudanças, vale sublinhar, que afetam a vida de cada ser humano, trazendo uma colheita de resultados nem sempre positivos, com notáveis consequências para os filhos.

A família encontra-se em constante mudança por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. O processo social dos últimos séculos acelerou as mudanças, com consequências substanciais em todos os aspectos da convivência humana. A família, integrada nesse contexto, necessariamente passa por transformações de tal magnitude que parece prestes a desaparecer (PETRINI, 2003, p. 60).



Todavia, no lado oposto dessa análise, o mesmo autor ainda destaca que a família é considerada como um valor ideal na sociedade contemporânea. Nas últimas décadas ela tem passado por mudanças, como a forma de entender o amor e a sexualidade, o vínculo familiar, a relação intergeracional, a maternidade, o relacionamento entre homem e mulher e entre pais e filhos, que por vezes tem tornado vulnerável a família. Ficam, assim, sem efeito orientações para o desenvolvimento familiar que vigoraram no passado, gerando, por conseguinte, gerações com dificuldades afetivas/psicológicas para encarar os desafios da sociedade (PETRINI, 2003, p. 61).

As relações entre os sexos e as gerações constituem o centro da vida familiar, que se mantêm ou se dissolvem em função de múltiplas circunstâncias ideológicas, socioculturais e históricas, resultando em modelos nos quais ora predominam a reciprocidade, a solidariedade, a cooperação; ora prevalecem disputas, competição, indiferença e conflitos.

Hironaka (2001) também entende que a família contemporânea vem se alterando paulatinamente a partir de mudanças nos costumes, valores e práticas culturais. Aponta, inclusive, elementos que vetorizam tais mudanças, como a independência econômica da mulher, a emancipação dos filhos, o controle de natalidade, o divórcio, a reprodução assistida, entre outras, tornando as estruturas familiares mais adaptáveis ao mundo. Elas e suas relações internas alteram-se, levando seus membros a desempenhar distintos papéis. Entre eles está o de representar, com exceções, lugar de refúgio contra as pressões econômicas e de mercado.

Por esses e outros padrões interacionais as famílias se constituem na contemporaneidade, mas, embora diversas, são famílias. Nelas seus membros, em tese, encontram o ponto de apoio e atendimento de suas necessidades biológicas, afetivas, espirituais e materiais; esperam dos membros mais experientes alguma colaboração – material e/ou imaterial, para viverem dignamente ou, na menos favorável das circunstâncias, para sobreviverem.

Ante o exposto, pode-se inferir que família é um dado estruturante da antropologia, isto é, o ser humano nasce nela e busca constituir família; é estrutural deles formar famílias, em todos os tempos e lugares, portanto. Tal formação recebe efeitos contingenciais, forçando as famílias a ingressarem num jogo de adaptação e resistência às referidas contingências. Nele a cooperação resiste como eixo central da família, afinal, com devidas exceções, elas se pautam na cooperação entre os sexos e entre as gerações. Em sua dinâmica interna, família é um ente onde permeiam contradições, paradoxos, ambivalências, mas estrutura que se mantém no tempo.



Nesse cenário fica explícito não haver mais espaço para a dicotomia de papéis antes ancorados em – pai trabalhador versus mãe cuidadora do lar. Assim, emerge uma necessidade de maior participação da mulher no mercado de trabalho e em contrapartida de um maior envolvimento do pai na vida do filho. Na literatura, o envolvimento paterno é trazido como relacionado ao lugar que o pai ocupa na família, no trabalho, e mais amplamente, na sociedade (BELTRAME; BOTTOLI, 2010). Portanto, variáveis do contexto micro e macro precisam ser consideradas já que elas interferem sobremaneira no exercício da paternidade contemporânea e sofrem interferência desta paternidade, de modo dinâmico e complexo.

Identificar e mapear as mudanças vivenciadas na sociedade contemporânea, no trabalho e na família, se torna essencial para compreender de que modo elas interferem e sofrem interferência de aspectos individuais do pai e da relação pai-filho. Mais do que interferir, estes aspectos por vezes estruturam e definem o pai emergente que está em processo de transição e construção (CIA; BARHAM, 2006; BORNHOLDT; WAGNER; STAUDT, 2007; SOUZA; BENETTI, 2008; BELTRAME; BOTTOLI, 2010; BELTRÃO-GOMES; APARECIDA-CREPALDI; BIGRAS, 2013). Nesse sentido, será elucidado a seguir essa trajetória que demarca e define a transição vivenciada pelo pai em tempos contemporâneos.

## **PATERNIDADE EM TRANSIÇÃO**

Segundo Cerveny e Chaves (2010, p. 48) “[...] ser pai atualmente é saber improvisar, pois ninguém os ensina como fazer, além de que, aprende-se fazendo”. O pai que emerge está em busca de novos parâmetros para o seu fazer-se pai, questionando os modelos anteriores e percebendo a importância de funções mais afetivas no cuidado com o(a) filho(a) (BORNHOLDT, WAGNER, STAUDT, 2007).

Entretanto, esse mesmo pai tem a plena consciência do quanto ainda estão presentes em si elementos dos seus pais, antecessores, nascidos nas décadas anteriores e que carregam um modelo patriarcal definido pela disciplina e responsabilidade quanto ao sustento financeiro da família, o conhecido provedor. Assim, o novo pai encara o desafio de estar em transição, utilizando-se de um mosaico que é colorido por papéis ora tradicionais e ora mais afetivos e que implicam em cuidado e engajamento com os filhos (APARECIDA-CREPALDI; BIGRAS, 2013).





Nesse exercício de tornar-se pai num contexto contemporâneo tão paradoxal e ambivalente faz-se relevante refletir o seu lugar na família. Esta que, tomada como coluna da experiência humana, orbita em torno “de um projeto de vida baseado na solidariedade entre as gerações e na cooperação entre os sexos” (PETRINI, 2003; 2004). Por outro lado, a família toca em dimensões profundas da existência humana e nem sempre significa espaço fecundo de cooperação, apoio e proteção aos seus membros, haja vista, não raras vezes, funcionar como fábrica de monstros sociais, produzidos por um contexto familiar de violência, exclusão, opressão, que abandona o membro enfermo ou necessitado e, portanto, um contexto de quase absoluta sequidão afetiva; sequidão que poderá impactar de forma dramática um ou mais membros, tanto na formação das suas subjetividades quanto no seu itinerário a partir dali (SERACENO, 1997).

A dádiva, em contrapartida, nutre a afetividade positiva. Nas famílias existe um sistema de dádivas que fortalece os vínculos. Dádiva origina-se do particípio passado *dativus*, do verbo *dare*, e significa, como o dom, doar, dar, e permeia a existência humana, a exemplo do dom da vida que pais concedem aos filhos. Em seu sentido mais amplo, dádiva é o interesse pelo outro sem contrapartida de retorno e “tudo que circula em nome do laço social”, opondo-se à troca de equivalentes típica do mercado. A aceitação da ação dadivosa, porém, gera no receptor um quase imperativo sentimento de retribuição, conduzindo a um fluxo equilibrado de doação e recepção de dádivas. Esse sistema de dádiva alimenta e mantém muito laços familiares e sociais (GODBOUT, 1999). Sobre o dom da paternidade, é valioso lembrar que

O filho é, sim, gerado pelo pai, mas não é seu objeto e nem propriedade que lhe pertença. Portanto, o dom de gerar explica-se por si mesmo porque possui toda dinâmica da genitoriedade, da paternidade, e que está ligada ao filho, mas também ao ponto de partida, isto é, ao próprio pai. Noutras palavras, o ser pai precisa, constantemente, de revisão e de retornar ao dom de gerar que está em si próprio – o pai deve, sempre, buscar esta referência para compreender o dom de gerar no filho (BARBOSA, 2010, p. 89).

A respeito do dom de gerar filhos, o mesmo autor elucida que esse dom não se limita à fecundação e o nascimento da prole, mas estende sua dinâmica por toda a existência do filho. Nesse horizonte, o filho é um *continuum* do pai, embora não seja o genitor e não pode proceder como este, e sim como filho, ainda que já exerça sua paternidade. O filho, assim, se expressa como “uma espécie de síntese antropológica do ser pai e uma resposta potencial do dom de gerar” (idem, p. 87).



É através do dom de gerar que os pais instauram na criança a “dívida de vida”. Assim “[...] ser pai cria, então, uma dívida. E é em nome dessa dívida, a ser reembolsada, que se faz a transmissão. Mas não se reembolsa essa dívida a seus pais [...]” (HURSTEL, 2006, p. 168). Para a autora, esse reembolso da dívida instaurada a partir do nascimento se dá mediante o compromisso de transmissão intergeracional, através de filhos que se tornam futuros pais, instaurando um lugar genealógico dinâmico e responsável de transmissão da vida.

Fica claro e merece destaque a importância do papel paterno que vigora muito mais cedo na vida do filho do que se imaginava anteriormente. A título de exemplo, na década de 1980 pesquisas que observavam o comportamento de recém-nascidos evidenciaram que os primeiros dias já são suficientes para que o bebê perceba o pai (SILVA; PICCININI, 2007). Pai que, além do dom de gerar, conforme o ciclo de desenvolvimento da prole, tem sobre si algumas funções essenciais, apresentadas sumariamente no tópico seguinte.

### **PAI NÃO É VISITA: ALGUMAS RESPONSABILIDADES**

Esse novo pai é responsável pela promoção de um envolvimento positivo com o filho. Não basta estar presente, é necessário estar comprometido, vinculado, atento e sensível às necessidades demandadas pela criança. Em relação aos benefícios para o desenvolvimento social desta, estudos recentes trazem à tona que o pai tem um papel mais ativo, se comparado à mãe, no que se refere à socialização e controle da agressividade na primeira infância. Além disto, o engajamento paterno estende os seus benefícios a um melhor ajustamento psicossocial nas fases posteriores – adolescência e idade adulta (BELTRÃO-GOMES et al, 2013).

Cabe destacar que o pai se faz na relação com o(s) filho(s), com a mãe deste(s) e no seio familiar, mesmo que esses vínculos conjugais de algum modo e em qualquer tempo se desfçam. Portanto, mais do que um *plus* de afeto que o pai direciona ao filho, o envolvimento paterno é um compromisso que não pode ser dissolvido pelo divórcio já que “hoje [...] inclusive juridicamente [...] pode ser exigido do pai o envolvimento na vida dos filhos, mesmo quando houver separação” (BELTRAME; BOTOLLI, 2010, p. 206).

Entretanto, não se pode ser ingênuo em afirmar que o envolvimento paterno, apesar de mais presente na contemporaneidade, é uma constante familiar. Infelizmente permanecem muitos



casos de pais que não assumem a sua função de cuidadores e ao contrário de protegerem se tornam os próprios agressores dos filhos.

Em pesquisa que tinha por objetivo estimar as formas de violência contra crianças e adolescentes registradas nos Conselhos Tutelares nos anos de 2003 e 2004 a partir dos registros em prontuários na cidade de Feira de Santana, chegou-se aos seguintes resultados:

[...] totalizaram 1.293 registros de violência, sendo 1.011 (78,1%) originados no domicílio. As violências mais frequentes foram a negligência (727), por omissão de cuidados básicos (304) e abandono (259); a violência física (455); por espancamento (392), nas faixas de 2 a 13 anos; a violência psicológica (374); por amedrontamento (219); a violência sexual (68), por abuso (58), principalmente entre adolescentes. (COSTA; CARVALHO; BÁRBARA; SANTOS; GOMES; SOUZA, 2007, p. 1229).

Pensando em termos da paternidade enquanto processo de construção e desenvolvimento contínuo, há que se refletir pelos números apresentados quantas vidas foram marcadas pela violência no âmbito familiar e nesta inversão e negligência de papéis muitos pais tornaram-se agressores, abusadores e temidos pelos filhos. Há ainda que despertar para o quanto o número é bem maior quando considerados os casos que não houve registro por medo ou mesmo desconhecimento. Aonde esteve o envolvimento paterno nesse cenário?

Medidas preventivas e reflexões sobre a temática precisam estimular uma mudança desse cenário, trazendo à tona o envolvimento paterno ao lugar que lhe cabe. Nesse sentido, cabe salientar para as propriedades que ela possui em cada fase do desenvolvimento do filho. Interessante atentar que não é apenas este que se desenvolve com aquele, mas o pai também se beneficia sobremaneira desse vínculo com o filho, desde a mais tenra idade deste. Inclusive “a categoria *pai de família* complementa a auto-imagem masculina” (SARTI, 2007, p. 95). Portanto, ser pai e exercer o seu papel não é um “luxo”, um “favor” ou uma “ajuda” mas um exercício fundamental e de benefícios recíproco para ambos – pai e filho, e mais, de modo sistêmico, para toda a família.

Cabe atentar que a família pode ser vista numa perspectiva de comunidade relacional, onde os membros se influenciam mutuamente, com maior impacto do modelo comportamental dos pais sobre os filhos(as), cujas personalidades, durante a infância, está permanentemente aberta à influências externas. Ao chegar ao mundo, a criança é inserida num contexto de expectativas, valores, crenças e práticas estruturantes da vida familiar, o qual condiciona (e não determina) a formação de seu *self* em vários aspectos.



Nesse contexto o infante amadurece em suas estruturas biológica, cognitiva e social, habilitando-se para se adaptar ao meio, socializar-se e conviver em contextos extra-familiares. Nessas suas primeiras relações face-a-face ele/ela experimenta situações essenciais para sua futura sobrevivência fora delas. A família, na sua totalidade, vivencia um processo mais ou menos consciente de interapredizagem e interaceitação, proporcionando à criança e futuro adolescente o primeiro e mais relevante espaço de socialização.

De modo breve, Berthoud apud Cerveny e Chaves (2010) aborda uma teoria da parentalidade através da qual cada fase do filho implica em tarefas básicas e específicas a serem desempenhadas pelos pais. Quando a criança é pequena, ainda na primeira infância, a tarefa essencial dos pais é o cuidar. Portanto, atividades primárias como trocar a roupa, dar banho, alimentar, proteger, desviar a criança dos perigos, são essenciais nesta fase.

O passar do tempo traz aos pais a tarefa de educar. Nesta fase a criança começa a desenvolver os primeiros vínculos extrafamiliares através do convívio na escola e aos pais implica atenção para ensinar regras, dar limites, estimular a cultura e sociabilidade da criança.

O filho(a) continua crescendo e já na adolescência espera-se que os pais possam orientar. Portanto, é de fundamental importância estar próximo ao filho, não apenas fisicamente, mas acompanhando as suas atividades, escolhas e rotina. Aqui os pais passam a estimular os filhos acerca da responsabilidade perante as suas escolhas e decisões, ouvindo-os e encorajando-os a serem o melhor que puderem de modo ético e sensato.

Passada a fase da adolescência os filhos amadurecem e então se transformam em adultos, muitos constituem as suas famílias e passam a vivenciar também papéis de pais, maridos, esposas, trabalhadores. Aqui os filhos começam a colher o que os pais plantaram ao longo do desenvolvimento destes. Nesta fase os pais já estão em sua maioria entrando na velhice e espera-se que os filhos possam retribuir todo o investimento dedicado pelos pais cuidando, acolhendo e amparando os mesmos. E os pais? Não tem mais função? Sim, e como tem! Aqui eles terão as funções de amigo e companheiro.

Outrossim, cabe atentar que as funções acima estão separadas mais por um estilo didático tendo em vista que no dia-a-dia elas por vezes misturam-se e fundem-se de modo criativo e dinâmico. É relevante, ainda, alertar para o quanto essas funções implicam em proximidade dos pais para com os filhos e esta exige tempo, dedicação, abertura e perseverança. É um caminho a ser construído de modo consistente e enriquecedor.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto fica evidenciado o quanto a família está em processo de mudança na contemporaneidade, agregando valores e vivências tradicionais e abrindo espaço para novos papéis que antes desconhecia. Nesse cenário múltiplo e diverso a família se defronta com a abertura de espaços que de um lado propiciam cuidado, segurança e proteção aos seus membros e de outro deflagram a exclusão, violência e negligência. Sob essa ótica, tem destaque as lentes que percebem uma sociedade contemporânea marcada por uma fragilidade nos vínculos e uma negociação mercadológica que chega também aos lares.

356

[...] se na sociedade pluralista tudo deve ser negociado (...) a vida de casal também é submetida a uma crescente negociação. Na medida em que prevalecem critérios próprios do mercado (o cálculo das conveniências, a troca de equivalentes), reduz-se a experiência da gratuidade e do acolhimento incondicional no cotidiano (PETRINI, 2005, p. 48)

Entretanto, mesmo parecendo estar tão multifacetada e com aparência pouco reconhecível, ela resiste aos desafios impostos pela lógica do mercado e revela-se um potencial espaço de transformação, criação e socialização. Portanto continua sendo a família “[...] um requisito do processo de humanização que enraíza a pessoa no tempo, através das relações de parentesco destinadas a permanecer durante toda a existência” (PETRINI; DIAS, 2013, p. 21).

Não é diferente para a paternidade, esta que assume uma fase de transição optando por trazer consigo o antigo e agregá-lo ao novo. Como toda fase de mudança, ainda não se pode definir com clareza essa nova paternidade, apenas sinalizar de modo incipiente que ela está despontando e provavelmente a tendência é que com o passar dos anos a mesma vá encontrando contornos mais confortáveis e seguros até que novas mudanças voltem a desafiá-la no seu processo de contínua construção.

Cabe destacar, porém, que a paternidade não traz vivências iguais para os homens. Pelo contrário, a singularidade e subjetividade tanto pessoal quanto relacional precisam ser consideradas e respeitadas. Ainda, é importante lembrar que o homem pode escolher ser pai antes do filho ser gerado mas esse papel precisa ser uma responsabilidade, e não mais uma escolha, quando a vida do pequeno(a) já vibra no útero materno.

Nessa trajetória foram elucidadas relações entre pai-filho pautadas no cuidado, envolvimento, engajamento e proteção. Entretanto, misturados a estes indicadores outros,



extremamente danosos e preocupantes também vieram à tona, elucidando o quanto muitos pais ainda não assumiram o seu papel, delegando os cuidados dos filhos a terceiros e por vezes chegando a assumir posturas de negligência e violência nas mais diversas esferas e fases do desenvolvimento do filho.

Assim, estudos constatam o quanto muitos homens que são pais ainda desconhecem a relevância do seu papel, sendo necessário propor intervenções psicoeducativas que atinem para estas questões de modo a promover um envolvimento paterno positivo e conseqüentemente contribuir para a qualidade de vida da família, do pai, dos filhos e da sociedade (CIA, 2009). Nesse cenário, políticas públicas e inserção da temática no âmbito educacional, laboral e são pilares essenciais (CARVALHO, 2013).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. [tradução Dora Flaksman]. *História Social da Criança e da Família*. 2 Ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

ARRIAGADA, I. *Famílias latino-americanas. Diagnóstico y políticas públicas em los inicios del nuevo siglo*. Cepal Eclac. Serie políticas sociales. División de Desarrollo Social. Santiago de Chile, 2001.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. *Retratos do Envolvimento Paterno na Atualidade*. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan/jul. 2010.

BELTRÃO-GOMES, L.; APARECIDA-CREPALDI, M.; BIGRAS, M. *O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares*. Paidéia, vol. 23, núm. 54, janeiro-abril, 2013, pp. 21-30, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BARBOSA, Francisco de B. Autoridade paternal e dom de gerar. In: PETRINI, G., MOREIRA, Lúcia Vaz de C., BARBOSA, Francisco de B. (Org.). *O pai na sociedade contemporânea*. SP: Edusc, 2010.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. *Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança*. Temas psicol. [online]. 1997, vol.5, n.3, pp. 33-49.

BORNHOLDT, E.A.; WAGNER, A.; STAUDT, A.C.P. *A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna*. Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol. 19, N.1, p. 75-92, 2007.

CARVALHO, A. B. *O Papel do Pai na Sociedade Contemporânea*. 2013. Dissertação (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador.





CERVENY, C.M.O.; CHAVES, U.H. Pai? Quem é este? A vivência da paternidade no novo milênio. In: MOREIRA, L.V.C; PETRINI, J.C.; BARBOSA, F. B. (Orgs). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.

CIA, F. *Um programa para aprimorar envolvimento paterno: impactos no desenvolvimento do filho*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos.

CIA, B.; BARHAM, E.J. *Influências das condições de trabalho do pai sobre o relacionamento pai-filho*. Psico\_USF, v. 11, n.2, p. 257-264, jul/dez, 2006.

COSTA, M.C.O.; CARVALHO, R.C.; BÁRBARA, J.F.R.S.; SANTOS, C.A.S.T; GOMES, W.A.; SOUZA, H.L. *O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência*. Ver. Ciências e Saúde Coletiva, 12(5): 1129-1141, 2007.

GODBOUT, Jacques T. O vínculo interpessoal. In: GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HIRONAKA, Giselda Maria F. N. *Família e casamento em evolução*. Revista do Advogado: São Paulo, n. 62, p. 16-24, mar./2001.

HURSTEL, F. *Autoridade e transmissão da “dívida de vida”: uma função fundamental dos pais*. Epistemo-Somática, Belo Horizonte. V III, n. 02, set/dez 2006, p. 163-173.

LAMB. M. *O Papel do Pai em Mudança*. Análise Psicológica, 1 (X): 19-34, 1992.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C; CAVALCANTI, V.R.S. (orgs). *Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PETRINI, J.C.; DIAS, M.C. *Família no debate cultural e político contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SAMARA, E.M. *A família Brasileira*. São Paulo: editora Brasiliense, 1983.

SARTI, C.A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SERACENO, Chiara. Discursos da família (introdução). In: SERACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 103-130.

SILVA, M.R.; PICCININNI, C.A. *Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo*. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), p. 561-573, outubro-dezembro, 2007.

SILVA, M.R.; PICCININI, C.A. *Paternidade no contexto na depressão pós-parto materna: revisando a literatura*. Estudos de Psicologia, 14(1), jan/abr 2009, p. 05-12.



SIMÕES, R.; LEAL, I.; MAROCO, J. *Paternal involvement in a group of fathers of elementary school children*. *Psic., Saúde; Doenças*, v.11, n.2, p. 339-356, Lisboa 2010.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. *Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar*. *Contextos Clínicos*, 1(2): 61-71, julho-dezembro, 2008.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. *Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 à 2007*. *Paideia*, jan-abr. 2009, Vol. 19, No. 42, 97-106.



## **GRAVIDEZ E DROGAS: ANTINOMÍNIA ENTRE O DIREITO À VIDA DO FETO E A AUTONOMIA DA MULHER EM RELAÇÃO AO PRÓPRIO CORPO**

360

GIMBA, Marcelo de Freitas

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador-BA*  
*mgimba@bol.com.br*

### **RESUMO**

Este trabalho versa sobre o uso de crack por mulheres na contemporaneidade. O recorte está arrimado na colisão de direitos entre a vida do nascituro (feto/embrião) e autonomia das mulheres em relação ao próprio corpo. Foi elaborado por meio de revisão de literatura com escopo de analisar a farmacologia do crack e sua manifestação no organismo da mulher e seu reflexo na gestação da futura criança. Sabe-se que as vulnerabilidades são agravadas com este elemento (uso de crack) e, que interfere, de forma significativa, no convívio familiar e social, incidindo diretamente nas relações intergeracionais e projetos de vida. Foram trazidas a baila visões sobre o início da vida e seus direitos garantidores e, também, posicionamentos na questão do internamento para fins terapêuticos, pontuando a necessidade de Políticas Públicas adequadas.

**Palavras-chave:** Mulheres. Nascituro. Crack.

### **ABSTRACT**

This work is about the use of crack by women nowadays. The cutting is based on the collision between the right of life of the unborn child (fetus / embryo) and the empowerment of women related to their own body. It was developed through literature review scoped in analyzing the pharmacology of crack cocaine and its manifestation in the woman body and its reflection in the pregnancy of the unborn child. It is known that the vulnerabilities are aggravated with this element (use of crack cocaine), that interferes, significantly, in social and family life, focusing directly on intergenerational relationships and life projects. Some visions about the beginning of life and its guaranteeing rights, and also the placements of the internment case for therapeutic purposes was brought up, highlighting the need of appropriate public policy.

**Keywords:** Women. Unborn child. Crack Cocaine.



*Artur não dorme bem à noite.  
Artur sofre tremores e convulsões, ficando tão agitado, que precisa de  
fenobarbital, um anticonvulsivante, hipnótico e sedativo.  
Mas Artur não sabe o porquê de tanta agonia.  
Artur tem menos de um mês de idade – e seu corpo anseia por crack.  
Artur é um dos milhares de filhos de usuárias de crack no Brasil.*

(PIRES, 2010)

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre o uso indevido e abusivo de drogas por mulheres grávidas. Focaliza a sua relação com o feto e a co-responsabilidade da família e do Estado como instituições. Os textos revisados têm como objetivo: socializar os conhecimentos; melhorar a qualidade do atendimento à população adicta; e subsidiar a implementação de políticas preventivas.

A percepção sobre a gravidez, no senso comum, é de um momento de alegria e felicidade, cujos atores planejaram e sabem perfeitamente o script para amar e nutrir a criança que se avizinha. No entanto, o cenário é bem diferente para muitas mulheres e famílias, onde a falta de recursos adequados (socioeconômico e psicossocial) e o uso de drogas durante a gestação, interferem na formação física e psicológica da futura criança, distanciando do imaginário social (SCHETTER, 2010, p.533).

Por delimitação do estudo, daremos maior relevância às mulheres usuárias de crack durante a gravidez, a fim de trazer a luz este tema complexo<sup>1</sup> e polêmico, haja vista a colisão de direitos entre vida em gestação e a liberdade de decisão (autonomia) da mãe no tocante a gerar, não gerar ou como gerar essa criança.

Ao pensar na autonomia<sup>2</sup> como uma decisão individual desvinculada de qualquer desdobramento ou consequência, esquecemos, muitas vezes, que nos encontramos num mundo de relações, onde temos nossas atribuições e responsabilidades e, não estamos isolados e fechados hermeticamente numa bolha. Tudo que fazemos, ou deixamos de fazer, tem um resultado, com maior ou menor visibilidade. É como apertar o gatilho de uma arma, lançar uma

<sup>1</sup> Por entender o tema complexo busco seguir os ensinamentos de René Descartes em sua obra Discurso do Método, onde assinala que: tudo que aparece como complexo deve ser dividido em tantas partes simples quanto possíveis, pois a razão, ao focar um problema perfeitamente delimitado, tem mais condições de resolvê-lo do que se encarar algo composto de várias maneiras. (DESCARTES, 2014, p.21)

<sup>2</sup> "Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete". (LALANDE, 1999, p. 115).



flecha a esmo ou arremessar uma pedra na água, cujas distâncias a serem percorridas, ou mesmo os seus efeitos, serão imprevisíveis.

Desta feita, surgem algumas indagações: O ser humano é dono do seu corpo e de sua vida? Pode fazer dele e dela o que bem quiser, esquecendo que essa sua ação refletirá em outros setores e/ou pessoas, como saúde, previdência, assistência, segurança e na família? A grávida poderá, através de suas ações ou omissões, prejudicar uma vida que está sendo gerada, trazendo problemas sociais e de saúde para esta? Será que esse ser que chamamos de nascituro tem algum direito? Será que podemos adentrar a seara do indivíduo, a fim de protegê-lo dele mesmo? Existe a possibilidade de segmentar as situações, separando a mãe do filho? Ou essa futura criança ficará ao alvitre desta mãe?

362

## 2. DROGAS: fenômeno social

A complexidade do fenômeno<sup>3</sup> das drogas têm gerado impactos distintos para as sociedades, para as famílias e os indivíduos. Em vista disso, devemos nos acautelar quanto as abordagens omissivas ou alarmistas que, por sinal, não contribuem em nada, ao contrário mascaram as informações, desvirtuam as concepções da realidade e prejudicam as decisões de políticas públicas adequadas (MACRAE, 2013). O uso abusivo de drogas pode ocasionar, o aumento de ocorrências sociais indesejáveis, como crises familiares, violências, aumento da ocupação de leitos hospitalares e abrigos, e, conseqüentemente, sobrecarga para os programas assistenciais.

A expansão do consumo de drogas psicoativas, principalmente, o álcool, a cocaína, maconha e o crack, atingiram as mulheres em idade fértil, provocando diversos desafios médicos e a saúde materno-infantil. (ZILBERMAN, 2003). Apesar de não haver números confiáveis sobre o uso de drogas na gestação, há evidências de que as mulheres têm tendência a não relatar o consumo de drogas (YAMAGUCHI, 2008). Inclusive, não é incomum a detecção pelos profissionais de saúde, do consumo de drogas de abuso durante a gestação. As complicações do uso de drogas lícitas como ilícitas não se restringem apenas as gestantes, mas também ao feto, pois a maioria dessas substâncias ultrapassam a barreira placentária e

<sup>3</sup> **Fenômeno social** corresponde aos comportamentos, ações e situações observadas em determinadas sociedades, organizações e grupos. Ocorrem frequentemente em determinados períodos da história. Um exemplo da nossa vida diária é a moda. Os fenômenos podem ser tanto de efeitos positivos quanto negativos. Caso negativo é chamado de problema social.



hematoencefálica sem metabolização prévia, atuando principalmente sobre o sistema nervoso central do feto, causando déficits cognitivos ao recém-nascido, má formação, síndromes de abstinência, dentre outros (YAMAGUCHI, 2008).

As mulheres que fazem uso de drogas durante a gravidez, em especial o crack, expõe o feto e estão expostas a uma série de riscos, devido ao fato de poderem negligenciar nos cuidados com a saúde, que com frequência contribuem para a ocorrência de complicações tanto para a mãe como para o bebê. Entre essas complicações, estão as doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS e a hepatite, bem como as decorrentes de elevada exposição à violência, precipuamente, aquela ocorrida em ambiente doméstico. (MORIMURA, 2006)

A gravidez é um processo de curta duração e sensível à interferências externas, sobretudo nos três primeiros meses, em comparação com os seis meses subsequentes. O consumo de drogas no primeiro trimestre está relacionado a prejuízos mais acentuados para o desenvolvimento do feto (CALEY, 2005).

O diagnóstico precoce favorece a intervenção e cria possibilidade de acesso a serviços especializados de tratamento e alternativas de enfrentamento ao uso de drogas de abuso na gestação evitando e/ou amenizando complicações maternas e neonatais (CALEY, 2005).

### 3. SAÚDE E MATERNIDADE

O entendimento de saúde como resultado de uma ação médica é relativamente recente, mormente, como resultado de uma ação técnica específica sobre corpos diferenciados, no caso, o das mulheres. O processo histórico-social, que configura a possibilidade de pensarmos em “saúde da mulher” e estabelecermos uma imediata relação disso com cuidados profissionais, oferta de serviços e acesso a insumos específicos, é relacionado ao processo de urbanização, de industrialização e à mudança do modo de produção feudal para o capitalista. Tendo sido este processo descrito exaustivamente por diferentes autores (HEYZER, 1996), vale lembrarmos que a ideia de saúde das mulheres surge como estratégia para lidar com a parturição e os nascimentos e tem sucesso na medida que atende a interesses do Estado e também das mulheres (Weitz, 1998).

Ao verter os holofotes no ser humano mulher, torna-se quase impossível desvinculá-lo da concepção de maternidade, sobretudo, em momentos anteriores ao marco temporal de luta pela





emancipação, iniciada nos anos 60 do século passado. Naquela época a mulher era estigmatizada pelo determinismo biológico ou destino divino (SCAVONE, 2001). Além das forças conservadoras defenderem a família, a moral e os bons costumes, nos dando uma imagem que a mulher perde a sua individualidade para metamorfosar-se em bem de domínio público, ou seja, um bem especial do Estado.

Em sua obra *Casa-Grande e Senzala*, Gilberto Freyre retrata a vida das famílias brasileiras e a importância fundamental da mulher nesta construção. Demonstrando que as mulheres se casavam cedo, a partir dos doze anos, e, que a mortalidade no momento do parto era muito grande devido a diversos fatores, um deles era a higiene precária. Ademais, aquelas que sobreviviam chegavam aos seus dezoito anos aparentando idades muito mais avançadas, haja vista que a sua função basilar era a procriação e o cuidar da casa (FREYRE, 2006). Vindo a evidenciar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (SCAVONE, 2001).

No olhar de Scavone, a maternidade foi dividida em três momentos conforme a evolução social, assumindo diferentes representações tanto no olhar feminino tanto para a sociedade como um todo. No primeiro momento ela considera que a maternidade foi reconhecida como um handicap (defeito natural) que haveria a luta pela livre escolha da maternidade (contracepção livre e gratuita, liberação do aborto). A grande novidade desta luta é que ela introduzia, do ponto de vista dos direitos humanos, a noção de direitos específicos, direitos tidos como de terceira geração<sup>4</sup>. O eixo desta luta se situa na corrente do feminismo igualitário. Posteriormente, a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam, esta abordagem situa-se na corrente do feminismo diferencialista, refletindo suas lutas pela afirmação das diferenças e da identidade feminina. No último momento a autora discorre que a expansão das Novas Tecnologias Conceptivas, as quais introduzem na reprodução humana a dúvida sobre um destino biológico inevitável.

<sup>4</sup> E. Mbaya, o jusfilósofo de Colônia, formulador do chamado “direito ao desenvolvimento”, usa para caracterizar os direitos da terceira geração a solidariedade e não fraternidade. O direito ao desenvolvimento diz respeito tanto a Estados como a indivíduos, segundo assevera E. Mbaya, o qual acrescenta que, relativamente a indivíduos, ele se traduz numa pretensão ao trabalho, à saúde e à alimentação adequada.



## 4. NASCITURO: POSSIBILIDADES E EXCEPCIONALIDADES

### 4.1 Possibilidades de vida e sustentação jurídica

Ao perquirir sobre o início da vida, teremos diversas visões e representações conforme os referenciais e interesses dos envolvidos. O livro *o Nascituro: uma Visão Interdisciplinar*, versa de forma brilhante os múltiplos olhares que as disciplinas depositam sobre esse tema tão controverso. Ele traz a visão biopsíquica, a visão bioética, a visão teológica, a visão jurídica, entre outras.

Na concepção biopsíquica começa a vida quando o espermatozoide entra na célula (ovócito maduro ou óvulo) para formar o que se chama de ovo ou zigoto, neste momento começa potencialmente a existência de um ser (DUARTE, 2009, p.5). Na visão da bioética o feto não é considerado um maciço de células, mas é considerado um ser humano (DUARTE, 2009). Na ótica teológica desde a concepção, aquele novo ser, diverso do pai e da mãe, deve ser acolhido como dom de Deus, deve ser tratado com amor. A doutrina jurídica divide a natureza jurídica do nascituro em três entendimentos: teoria concepcionista, teoria da personalidade condicional e teoria natalista (DUARTE, 2009). A corrente concepcionista, entende que o feto (nascituro) tem personalidade jurídica desde a sua concepção. A linha da personalidade condicional, sustenta que a personalidade do nascituro se inicia com a concepção, todavia com a condição que nasça com vida. Por outro lado, temos a teoria natalista, que entende que a personalidade se inicia a partir do nascimento com vida.

Observamos que há pouca discordância doutrinária, a verdade é que, nos limites da legislação em vigor, como reza o Código Civil de 2002, “o nascituro, embora não seja considerado pessoa, tem a proteção legal dos seus direitos desde a concepção”. Temos também a legislação trabalhista que é vasta nesta seara, ou seja, busca salvaguardar o nascituro, por exemplo: a aquisição da estabilidade provisória da gestante e a licença maternidade (artigo 391-A e 392, respectivamente, da Consolidação das Leis do Trabalho). Não podemos esquecer a legislação penal que pune como crime de aborto as ações que atentem contra a vida do feto. Desta feita, qualquer atentado à integridade do que está por nascer pode, assim, ser considerado um ato obstativo do gozo de direitos (DUARTE, 2009, p. 235).



O Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3510, a qual discutiu a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias previstas pela Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05), declarou que:

O conceito do início da vida, assim como o conceito de morte, não são questões científicas e biológicas, mas filosóficas e morais, definidas arbitrariamente pela legislação de cada país, em consonância com os costumes e com a cultura da população. “É certo que o início do desenvolvimento embrionário ocorre, sim, com a fecundação”. (STF, 2008)

366

O Ministro Ayres Britto do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 Aludiu que: sob o ângulo biológico, o início da vida pressuporia não só a fecundação do óvulo pelo espermatozoide, como também a viabilidade, elemento inexistente ao feto anencéfalo, assim compreendido majoritariamente pela medicina. (STF, 2012)

Quanto ao questionamento acerca do início da vida humana, tanto os juristas, os embriologistas e a maioria das religiões em nosso país, parecem acordar que se encontra no momento da fecundação, com a formação da célula ovo ou zigoto. (SPINETI, 2007)

O início da vida traz atrelado todo um arcabouço jurídico com o escopo de resguardá-la. A constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, de forma ampla sobre o direito à vida, já em seu artigo 227, é mais específica, dizendo que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, isto é, em sua dupla acepção, sendo a primeira em continuar vivo e segunda a ter a vida digna.

Sendo assim, corresponde ao nascituro direito à vida e não sobre a vida, como todos os direitos inerentes a ela desde a concepção, sendo eles: proteção contra o aborto, proteção material e moral. Relaciona-se, também, nesta esteira, o direito da gestante em prol de uma gestação segura e saudável (MANSANO, 2011).

#### 4.2 Excepcionalidades ao direito a vida do feto

A legislação penal brasileira excepciona o direito à vida, autorizando a prática do aborto em alguns casos, como: de estupro; nos casos que não há outro meio para salvar a vida da mãe e



nos casos de interrupção da gravidez de feto anencéfalo<sup>5</sup>, segundo a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF).

A matéria sobre aborto está disciplinada pelos artigos 124 a 128 do Código Penal e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF), tipificando seis situações.

Arrimado no art. 128 do código penal, não se pune o aborto praticado por médico quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

O estupro, segundo o art. 213 do código penal, vem a ser quando alguém sofre constrangimento mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

O artigo 217-A criou a tipificação de estupro de vulneráveis, que considera vulnerável não somente a vítima menor de 14 (quatorze) anos, mas também aquela que possui alguma enfermidade ou deficiência mental, não tendo o necessário discernimento para a prática do ato, ou aquela que por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, conforme se verifica pela redação do § 1º do art. 217-A do Código Penal Brasileiro.

Guilherme de Souza Nucci esclarece quando a vítima não oferece resistência:

Quando, por qualquer razão, a vítima não tem condições de oferecer resistência a pretensão sexual do agente, presume-se a violência. Assim, exemplificando, está o caso da pessoa dopada ou sob o efeito devastador do álcool ou de droga de efeito análogo. Não se exige que tenha sido o autor do crime sexual a colocar a vítima neste estado. (NUCCI, 2003, p. 809) (grifei)

Diante da legislação acima elencada, a mulher dependente de drogas é considerada pessoa vulnerável. Desta feita, terá direito assegurado de realizar o aborto legal? E aquele que com ela praticou relação sexual, responderá pelo crime de estupro tipificado no artigo 217-A do Código Penal?

<sup>5</sup>A anencefalia consiste em uma má-formação rara do tubo neural que ocorre entre o 16º e o 26º dia de gestação e se caracteriza pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana. A causa mais comum é, supostamente, a deficiência de nutrientes, entre eles o ácido fólico. Também diante da falta de vitaminas, há dificuldade na formação do tubo neural.



## 5 TRATAMENTO OU INTERNAMENTO: DIREITO OU PUNIÇÃO

Com a eclosão do crack, surgiu divergência entre os profissionais especializados em relação ao internamento compulsório, tendo simpatizantes e não simpatizantes. Deste modo, devemos olhar com ponderação, analisando os pontos positivos e negativos, não adotando posturas maniqueístas e ideológicas extremadas do “a favor” ou “contra”.

Sabemos que os resultados dos tratamentos ainda são incipientes e contraditórios. Às vezes temos a sensação de uma disputa de “cabo de guerra”, onde grupos de opiniões discrepantes tensionam para lados opostos, na realidade deveriam caminhar na mesma direção, conforme preleciona a lei da física: forças em sentido contrário se anulam no mesmo sentido se somam. Claro que a discussão ajuda no crescimento e no aperfeiçoamento de percepções, criando novas frentes na busca de soluções. No entanto, é temeroso o posicionamento oportunista e parcial de alguns grupos, cuja inexistência da ética saltam aos olhos. Assim, quem absorve o prejuízo é sociedade como um todo.

Uma das situações mais complexas é saber qual o momento da internação, quem deve e se deve ser internado, cada tratamento precisa ser individualizado e analisado por profissionais habilitados e não por pessoas com vícios de conhecimento, contaminados pelo senso comum, ou pior, com objetivos mercantilistas.

Deste modo, definir o modelo mais adequado para as gestantes usuárias/dependentes dependerá do seu grau de comprometimento com a droga, existem aquelas que são apenas usuárias, ou seja, uso de forma esporádica, num contexto recreativo, no caso do crack é mais difícil existir este tipo de usuária.

O modelo ambulatorial, conforme Silveira (NASSIF, 2012) seria o mais eficaz, na maioria dos casos, sendo acompanhado por uma equipe multidisciplinar, “onde a paciente aprende a se manter abstinente convivendo em sociedade”.

O novo modelo hospitalar, cada vez mais em vigor, está voltado, sobretudo, para o manejo de crises agudas e para a desintoxicação. A duração média preconizada é de duas a quatro semanas, tempo minimamente desejável para que os usuários de forma geral possam ser avaliados quanto à presença de dependência e de outras comorbidades, para que participem de atividades capazes de motivá-los para o tratamento e para que a família possa ser localizada, ouvida, orientada e sensibilizada, com o intuito de se elaborar um plano de tratamento minimamente eficaz. (MOREIRA, 2012).



Assim, o sucesso desta iniciativa, como qualquer intervenção médica responsável, depende do acerto entre a medida usada e as necessidades do paciente. Qualquer atividade de atenção e reinserção social exigem a observância de princípios legais, como o respeito ao dependente de drogas ou álcool, a definição de projeto terapêutico individualizado e o atendimento, ao doente e a seus familiares, por equipes multiprofissionais (cf. art. 22, da lei 11.343/06). São raríssimos os casos de adictos ativos que conseguiram se libertar sem o auxílio da família ou de terceiros, o que não significa que todos precisem de internação. Esta alternativa, de caráter extremo, deve ser sopesada por equipe profissional habilitada, de acordo com o grau de dependência da paciente, com a gravidade dos transtornos que ela apresenta, suas peculiaridades socioculturais, o nível de comprometimento familiar na busca da cura, a insuficiência de medidas anteriores menos agressivas etc.

369

A existência de um doloroso problema, contudo, não pode servir para justificar e encobrir equívocos. É fundamental que a construção dos instrumentos legais esteja pautada pelas garantias constitucionais. Os valores da dignidade humana e da igualdade concreta precisam ser utilizados para desvelar os sentidos lingüísticos e simbólicos que tanto auxiliam na manutenção da inércia social. (BIZZOTO, 2010, p.3)

Por isso que devemos nos desvestir de paixões, a internação é, quase sempre, invocada pela família como o primeiro e único recurso para saída da crise gerada pelo comportamento de um de seus membros. E, no entanto, o tratamento somático e psicossocial bem realizado, no plano doméstico ou ambulatorial, é capaz de inibir o uso das drogas lícitas ou ilícitas, manejarem a fissura, orientar sobre as possíveis recaídas e recuperar pessoas.

Em outro olhar, há casos que a internação é a única ou última possibilidade para um tratamento eficaz. Muitas são inaptas para aquilatar a própria dependência e a nocividade de seu comportamento. E, mesmo quando alcançam esse entendimento, não aceitam qualquer tipo de ajuda. Atribuem a ideia de intervenção alheia, mormente sob a forma de internação, a desvarios de quem a sugere. A insistência nesta tecla potencializa a agressividade das dependentes e gera episódios agudos de crise. Paralelamente, a desorientação dos familiares desemboca, quase sempre, na resposta igualmente violenta (berço de grandes tragédias familiares), na omissão (o doente recebe o anátema de “caso perdido”) ou na busca desesperada pela internação compulsória, tábua de salvação idealizada para a dependente e demais pessoas que com ela convivem.





Para os dependentes químicos, principalmente, as(os) usuárias (os) de crack a postura refratária ao tratamento e a resistência integra o quadro da doença. Por isso, dependendo do caso o internamento compulsório ou involuntário, pode ser considerado uma possibilidade. Mas esse tratamento deverá ser efetuado, com intuito tirar a usuária da crise compulsiva, e não prolongar o tratamento, pois a dependente de crack deverá aderir ao tratamento, senão estará fadado ao insucesso.

No cotejo entre os direitos constitucionais do cidadão e a imperiosa necessidade de tratamento, a legislação permite que o juiz, com auxílio firmado por médicos peritos, possibilite ou imponha a internação. É o que alguns denominam “justiça terapêutica”.

Agora, transformar as políticas públicas, já previstas na legislação positivada, em exequíveis, demandam algumas dificuldades para sua efetivação. A primeira delas diz respeito às vagas nos estabelecimentos públicos adequados ao tratamento. As redes dos serviços de saúde pública têm obrigação legal de desenvolver programas de atenção aos usuários e dependentes de drogas, seja de forma direta, seja de forma indireta, destinando recursos às entidades da sociedade civil que não tenham fins lucrativos e que atuem neste setor. Todavia, há evidente negligência no cumprimento desta obrigação, o que redundará em permanente carência de vagas para internação.

Em razão disso, cresce o número de decisões obrigando o poder público a custear internações em serviços da rede privada de atendimento. Algumas dessas entidades recebem recursos de órgão federal (Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD) e se obrigam a prestar assistência gratuita a quem necessita. Mesmo havendo determinação judicial, não são curtos os períodos de espera dos que necessitam de tratamento.

Além das vagas, os estabelecimentos devem estar devidamente aparelhados para receberem as pessoas, a fim de não criarem amontoados de doentes, precisando de atendimento. Outra situação é o acompanhamento por profissionais devidamente habilitados em lidar com esse público, pois as exigências são bem específicas.

A guisa de ilustração, cito a decisão do Juiz de direito Geraldo Claret de Arantes, da Vara da Infância e da Juventude de Pedro Leopoldo- RS, que visando assegurar os direitos do nascituro, determinou a internação de uma adolescente usuária de crack. O juiz baseou-se nos artigos 2º do Código Civil e 7º, 8º e 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir o direito ao desenvolvimento e nascimento sadio de um nascituro. A decisão foi motivada após apresentação de uma ação de representação por ato infracional. Segundo os



autos, a gestante era usuária de drogas, inclusive de crack, e não conseguia se livrar sozinha do vício, o que, segundo a inovadora decisão, coloca em risco o desenvolvimento sadio do nascituro, cujos direitos estão assegurados nos artigos do Código Civil e do ECA.

Para decidir, o juiz também utilizou o princípio da Doutrina da Proteção Integral da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil, para aplicar à adolescente medida de internação em estabelecimento próprio à sua idade e condição. À menor foi concedida tratamento contra a uso de droga, tratamento médico, pré e pós-natal, a cargo da instituição executora da medida.

A mãe da adolescente, em audiência, disse que a medida atende aos melhores interesses da adolescente e do nascituro, uma vez que a menor estava muito debilitada e que já apresenta melhorias em sua saúde e, em consequência, no desenvolvimento do bebê. (*TJMG*, 2007)

## 6 CONSIDERAÇÕES

O uso de drogas de forma contumaz e intensa afeta todo o desenho familiar, desorganizando e desfazendo a sua harmonia. A mulher tem extraordinária relevância nessa composição, adquirindo função dúplice sendo como indivíduo e/ou difusora da vida. Apesar de toda evolução das técnicas de reprodução humana, o ventre materno ainda é imprescindível para geração de uma criança. Esta criança além de receber toda carga genética dos pais, compartilhará, com a futura mãe, as interferências externas e internas, inclusive emocionais, resultantes dos atos perpetrados pela genitora. Dentre as técnicas de reprodução humana, existem os métodos anticonceptivos, colaborando, sobremaneira, com maior liberdade e autonomia das mulheres.

Não obstante a essas técnicas anticonceptivas as mulheres usuárias de drogas, principalmente, as usuárias de crack, no afã de conseguir a pedra realizam a troca do corpo pela droga ignorando e/ou negligenciando a necessidade de uso de preservativos.

Nesse quadro de debate sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos vem atrelado, muitas vezes, o aborto que (não sendo autorizado por lei, salvo exceções, e em virtude da carência financeira) será feito de forma clandestina em lugares insalubres e com instrumentos inadequados e sem condições de higiene, provocando muitas mortes e sequelas. (*GIMBA*, 2013, p.119/120)



Será que a imposição estatal da manutenção da gravidez da mulher dependente do uso de drogas, cujo resultado final seria, provavelmente, sequelas físicas ou problemas sociais da criança não vai de encontro aos princípios basilares do sistema constitucional e penal, mais precisamente à autodeterminação, à saúde, ao direito de privacidade, ao reconhecimento pleno dos seus direitos sexuais e reprodutivos?

Ou será que a integridade que se colimaria alcançar com a gestação seria plena e que o direito à vida do feto, preponderaria, em juízo de ponderação, sobre à dignidade da pessoa humana, à liberdade no campo sexual, à autonomia, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral e à saúde da mulher? (CF, artigos 1º, III, 5º, caput e II, III e X, e 6º, caput)?

Acredito que o melhor caminho será analisar cada caso concreto, restando claro que a criança e o adolescente necessitam, desde muito tempo, de ver garantidos os direitos fundamentais assegurados na Carta Magna de 1988. Precisa ser resgatado como pessoa em desenvolvimento que são, já que também são credores da proteção integral. E isto, é óbvio, não poderá ocorrer tão-somente no seio de suas famílias, as quais, muitas se revelam e se declaram incapazes de lidarem sozinhas com a triste situação de seus filhos, muito embora a sua participação no processo de reconstrução seja indispensável.

Não desejo dizer que existe apenas duas possibilidades, estabelecendo maniqueísmo<sup>6</sup>, devemos pensar na redução de danos, como possibilidades de atenuação das comorbidades resultantes da sexualidade.

Quero aqui registrar que o assunto demanda estudo especial e com profundidade, devido à complexidade e multidisciplinaridade que se exige, a fim de evitar generalizações em tom definitivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZZOTO, Alexandre; Rodrigues, Andreia de Brito; Queiroz, Paulo. *Comentários Críticos à Lei de Drogas*. Rio de Janeiro - RJ: Editora Lumes Júris, 2010.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

<sup>6</sup> A religião do sábio persa do século III, Mani, que ensinava que o universo era produto do trabalho não de um criador, mas de dois. Um era responsável pelo que era espiritual e bom, o outro pelo que era material e ruim. Tratava-se de uma visão dualista do mundo, que compreendia cada homem como um campo de batalha no qual as forças dos dois deuses estavam em guerra. (RICHARDS, 1993, P.59)



BRASIL. *DECRETO-LEI nº 2.848*, de 7 de dezembro de 1940. Aprova o Código Penal.

BRASIL *LEI nº 10.216*, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Texto - Publicação Original no Diário Oficial da União da União - Seção 1 - Eletrônico - 9/4/2001, Página 2 (Publicação Original)

BRASIL. *Lei nº 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

BRASIL *Lei nº 11.343*, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Texto - Publicação Original no Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/8/2006, Página 2 (Publicação Original).

BRASIL. *Lei Nº 11.804*, de 5 de novembro de 2008.. Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.

CALEY LM, Kramer C, Robinson LK. *Fetal alcohol spectrum disorder*. Journal of the School Nursing, Silver Spring. 2005;21(3):139-46.

DESCARTES, René. *Discurso do Método/ René Descartes*, tradução de Paulo Neves – Porto Alegre: L&PM, 2014.

DUARTE, Geraldo. *O nascituro/Geraldo Duarte*. José Américo Silva Fontes – São Paulo. Editora, Atheneu, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família brasileira sob regime da economia patriarcal*. 51ª ed. ver. São Paulo: Global, 2006.

GIMBA, Marcelo de Freitas. *(RE) CONSTRUINDO LAÇOS E PROJETOS: mulheres usuárias de crack, relações familiares e vulnerabilidades*. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, 2013.

HEYZER, Noelfen. *The Balancing Act – Population, Development and Women in an era of globalization*. In *International Lecture series on Population Issues*. The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation. New Delhi, India. 1996.

LALANDE, ANDRÉ. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KRELL, Andreas Joachin. *Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des)caminhos de um direito constitucional “comparado”*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002, p. 61



MANSANO, Josyan. *Direitos do Nascituro*. Revista espaço Acadêmico, nº 121, junho de 2011.

MACRAE, Edward. *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2013, 232p\_(Coleção drogas: clínica e cultura).

MORIMURA, M. C. R; Mendes, M. D. C.; Souza. A. I.; Alencar. L. C. A. *Frequência de testagem rápida para o HIV durante a admissão para o parto em puérperas no Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, IMIP*. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. vol.6 suppl.1 Recife May 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000500010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000500010&script=sci_arttext)> Acesso em 26/05/13.

NASSIF, Maria Inês. *Para Dartiu Xavier, ações na “cracolândia” são hipócritas*. 2012. Carta Maior. Disponível em: <<http://coletivodar.org/2012/01/para-dartiu-xavier-acoes-na-cracolandia-sao-hipocritas/>> Acesso em 04/04/13.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal comentado*. 5ª ed. rev. Atual. e ampl. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2005.

PIRES, Cristine. *Filhos da pandemia de crack crescem no Brasil*. Infosurhoy.com. DISPONIVEL EM: <http://www.infosurhoy.com/cocoon/saii/xhtml/pt/features/saii/features/main/2010/08/16//feature-04> . < ACESSO EM 21/08/2012

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, Desvio e Danação: as minorias na idade média*. Tradução: ROCHA, Marco Antonio Esteves da; AGUIAR, Renato – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1993.

SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*. Cad. Pagu [online]. 2001, n.16, pp. 137-150. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. > ACESSO EM 26/02/14

SCHETTER, Christine Dunkel. (2010). *Psychological Science on Pregnancy: Stress Process, Biopsychosocial Models, and Emerging Research Issues*. Annual Review of Psychology, 62:299-329.

SPINETI, Pedro Pimenta de Mello. *QUANDO COMEÇA A VIDA HUMANA? Questões acerca da pesquisa com células-tronco embrionárias humanas no Brasil*. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da Coordenação Central de Extensão da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Notícias STF. 29 de maio de 2008*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idconteudo=89906&caixaBusca=N>> Acesso em 28/02/14.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Notícias STF. 12 de abril de 2012*. Disponível em: <  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idconteudo=89906&caixaBusca=N> >  
Acesso em 28/02/14.

ZILBERMAN ML, Hochgraf PB, Andrade AG. *Gender differences in treatment-seeking  
brazilian drug-dependent individuals*. Substance Abuse. 2003;24(1):17-25.

YAMAGUCHI ET, Cardoso MM, Torres ML, Andrade AG. *Drogas de abuso e gravidez*. Rev.  
Psiquiatr. Clin. 2008;35(Supl 1): 44-7.

<http://professorflaviotartuce.blogspot.com.br/2007/08/tjmg-direitos-do-nascituro-teoria.html> <  
Acesso em 04/05/2014>





## **FAMÍLIA E ÉTICA - DA TRANSMISSÃO DE VALORES À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DE LEALDADE**

CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento

*Estudante de mestrado do Programa Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL)*

*psi.lorena@yahoo.com.br*

376

### **RESUMO**

O presente artigo busca discutir os aspectos relacionados aos valores éticos na mediação dos conflitos de lealdade presentes no relacionamento familiar. Utiliza-se o referencial da psicologia sistêmica e social, considerando as interfaces do estudo acerca da família com outras áreas do conhecimento. Um olhar sensível direcionado a família, no que tange aos aspectos de lealdade e ética no processo intergeracional permitirá um avanço no acompanhamento desse sistema. Os significados empregados às experiências vivenciadas no âmbito familiar são imperativos na constituição do mundo subjetivo que se refere à totalidade complexa da experiência imediata que dinamicamente se modifica, e estabelecem disposições afetivas que configuram o que é familiar, comum, singular, novo, estranho e surpreendente, aparecendo intrínseco nos mais diversos eventos da vida.

**Palavras-chave:** Sistema, Valores e Condutas.

### **ABSTRACT**

This paper discusses aspects related to ethical values in mediating the conflicts of loyalty present in the family relationship. We use the framework of systemic and social psychology, considering the interfaces of the study of the family with other areas of knowledge. A sensitive eye directed the family, in relation to aspects of loyalty and ethics in the intergenerational process will allow an improvement in the monitoring of this system. The significance of the employee experiences within the family are imperative in the constitution of the subjective world that refers to the complex totality of immediate experience that dynamically changes, and establish affective dispositions that make up what is familiar, common, singular, new, strange and surprising intrinsic appearing in various life events.

**Key-words:** System, Values and Conduct.



As relações familiares sempre permearam o universo da vida cotidiana e são refletidas na conduta e nas escolhas ao longo do tempo. Desde o início da vida, nos contatos estabelecidos com as pessoas que compõe o seu meio e os reflexos que tais contatos têm na formação da identidade e visão de mundo, o indivíduo vai aprendendo a sobreviver e a atuar, a ceder às pressões, a reivindicar, se igualar e também se diferenciar, ele vai se reinventando várias vezes para que essa convivência seja significativa e integradora.

Sendo cada família um grupo singular, o seu funcionamento também será diferenciado e é nessa singularidade que faz com que o “viver em família” seja percebido como condição que torna possível a participação em um grupo único, ligado por fortes laços de parentesco, onde mesmo nas turbulências, nas diferenças e nos choques inevitáveis da convivência, os laços afetivos, de alguma forma, são mantidos.

Esta contextualização é um indicativo de que dissociar a família do papel de mediadora nos processos de formação de subjetividades é negar os fatores relacionais inerentes ao próprio desenvolvimento humano. Independente dos seus padrões de relacionamentos e expectativas, a família permanece como sendo um universo simbólico que cria mediações próprias para delimitar e nortear o que ela busca dentro de uma perspectiva do vínculo genealógico, por tanto, é o reconhecimento social e expressão do vínculo genealógico, tanto consanguíneo quanto por afinidade, que consolidará os laços de parentesco, ou seja, que vai configurar a família.

Por se trata de um meio dinâmico que solicita, estimula, coloca em ação e, às vezes, divide as identidades, observa-se que os fatores de coesão e permanência que estão presentes nesse grupo, apresentam tanto a possibilidade de serem geradores do bem-estar, como também podem ser norteadores da conduta de cada indivíduo e possibilitam a perpetuação das experiências vividas, a consolidação de modelos e garantem a transmissão geracional de valores, história e cultura.

De acordo com Cohen & Ferraz (1995) apud Rodrigues, Sobrinho e Silva (2001), é no âmbito das relações humanas, na prática cotidiana que as reflexões éticas sobre novos marcos contextuais referentes às condutas frente às situações-dilema terão repercussões na formação do sujeito ético.



Desde a tenra infância o indivíduo dialoga com a sua cultura por meio das relações e interpretações vivenciadas na família, onde são repassados os símbolos e os significados, e vai se constituindo um ser dialógico que expressa e imprime na sociedade a sua maneira aprendida de ver e viver o mundo. E é nessa vivência simbólica que o *self* é estruturado, “Uma pessoa nasce dentro do contexto de um grupo social, e é parte de alguma versão de tal contexto ao longo de toda sua vida” (VALSINER, 2012 p. 145).

Sendo a família o espaço de transmissão de valores, histórias e memórias de geração a geração, observa-se a necessidade de uma conduta ética por parte de seus membros para que esse universo seja favorável ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, responsáveis, criativos e éticos.

Visto que a família se organiza em um emaranhado que tanto contribui para o bom desenvolvimento e funcionamento de seus integrantes individual e coletivamente, e para manutenção do próprio sistema, como também pode ser um sistema precipitante de traumas, disfunções e rupturas. Logo, falar desse sistema é falar do paradoxo, da ambivalência do positivo e do negativo, do ambiente acolhedor e também repressor.

Vale ressaltar que quando os vínculos são estabelecidos de forma segura e o ambiente familiar é considerado como agradável, acolhedor e dinâmico, a família é fortalecida e os seus integrantes são afetuosos, solidários e autônomos, onde se observa a existência de uma rede de autorregulação e proteção que envolve todo o sistema.

As pessoas que desfrutam de uma convivência familiar acolhedora em que suas necessidades básicas (fisiológicas e emocionais) são atendidas de maneira satisfatória, geralmente, apresentam um funcionamento psíquico mais integrado, boas habilidades sociais e são mais assertivas.

Portanto, as experiências vivenciadas e internalizadas funcionarão como elementos norteadores nas construções de objetivos e metas de vida. Deste modo, o viver em família, dentro dos limites e parâmetros por ela estabelecidos, representa a ideia inicial de socialização e de conduta.

Os valores transmitidos no dia-a-dia das relações e nas traduções “do dever ser” diante dos acontecimentos, serão a base das crenças que expressarão a subjetividade em tempo real e futuro.



Os objetivos ou metas de vida, devem estar baseados nos valores humanos. A própria escolha das estratégias para atingi-los envolve a necessidade de o indivíduo estar apto a assumir responsabilidades e dirigir seu próprio comportamento. Há necessidade de uma orientação clara, específica, criteriosa em relação às práticas de vida a serem adotadas, sendo importante destacar que um bom relacionamento, favorecerá o alcance desses objetivos. (RODRIGUES, SOBRINHO E SILVA, 2001 p. 26).

Diante de toda a subjetividade e singularidade que integra este sistema, as relações familiares carregam consigo a responsabilidade social do cuidado e proteção, que englobam os aspectos físicos, materiais e afetivos. Assim, a família funciona como um sistema constituinte que investe na formação de indivíduos que refletirão os próprios valores familiares, garantindo a permanência através das gerações e que também serão atores de uma determinada sociedade, transitando em uma linha tênue que separa o mundo privado do público.

Vale ressaltar que,

O debate em torno da dicotomia mundo privado *versus* público envolve a oscilação do investimento em um e o descomprometimento em outro. À medida em que o mundo público se reveste de impessoalidade, ao privado é conferida a intimidade. Nessa discussão, o domínio familiar tem sido palco de estudos que apontam para o processo de construção do espaço privado da família num percurso que se inicia com a sua diferenciação do domínio público. (Henriques; Féres-Carneiro; Magalhães, 2006).

Os autores acima em suas considerações apresentam a família como sendo um espaço privilegiado de convivência intergeracional, um lugar de troca e diálogo e como sendo um território em que surgem diferentes concepções de vida e mundo a partir da especificidade cultural de cada uma das gerações (Henriques; Féres-Carneiro; Magalhães, 2006).

Mesmo diante das transformações culturais, é permanente o seu papel de provedora, cuidadora e protetora e nesse contexto, Cavalcanti, Barbosa e Caldeira (2012) chamam atenção de que, mesmo havendo uma distinção entre as ações de prover, cuidar e proteger, é perceptível a necessidade e o exercício que ultrapassa o âmbito econômico como engrenagem da ética do cuidar, presentes nas teorias, práticas e experiências vivenciadas nas relações adultos-crianças, nos primeiros anos de vida. “As assimetrias, as desigualdades e os conflitos dentro do cenário familiar trazem mais do que pistas e sinais da experiência coletiva de viver e de cuidar” (CAVALCANTI, BARBOSA & CALDEIRA, 2012 p. 199).



Os pais são os responsáveis legais e diretos pelos seus filhos, no entanto, tal responsabilidade é compartilhada com os demais membros do grupo familiar, essa implicação faz com que, nas famílias extensas, o cuidado seja estendido e as obrigações com a prole seja vista a partir do prisma da coletividade, onde pais, tios, avós, filhos, primos, sobrinhos e netos são convidados a assumir papéis ativos na educação, proteção e fiscalização de todos os envolvidos, de maneira que o comportamento do grupo atenda as expectativas do grupo.

Na ausência de um mecanismo de controle familiar eficaz, que priorize a conduta ética e moral, os indivíduos tendem a perder a noção de limite e a ultrapassar as barreiras que garantem a boa convivência, o que trará reflexos para a sociedade e provavelmente, em algum momento, necessitará da intervenção do Estado como um regulador social.

A tentativa de regular e manter uma homogeneidade no sistema faz com que as ações e motivações, tanto no nível psicológico como no social, conduzam para um sentimento de lealdade, que reforçam a ideia de que “a família tem leis próprias em forma de expectativas compartilhadas que muitas vezes não são explícitas. As crianças obedecem a essas leis devido a sanções e os adultos já têm os compromissos de lealdade internalizados” (CERVENY, 2012 p. 21).

Cerveney (2012) citando Böszörményi-Nagy traz a ideia de que a lealdade propicia a consolidação do vínculo de conexão entre as gerações, que implica em um endividamento recíproco que pode ser manifestado em diferentes nuances observadas na família, como: cuidados físicos; estabelecimento da comunicação; interesse, respeito e preocupação; vinculação psicológica e econômica.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que a lealdade é o sentimento que torna possível a permanência dos vínculos e o cumprimento das obrigações pertinentes e impostas a todos os componentes, onde muitas vezes a vontade e o entendimento individual são reprimidos diante da expectativa da família, havendo interferência nas escolhas profissionais, religiosas e na própria manifestação da sexualidade.

Rodrigues, Sobrinho e Silva (2001 p. 32) diz que,

A família deve apoiar suas ações em códigos ou critérios, que poderão contribuir oferecendo opções de incentivos para a formação de atitudes. Esses critérios referem-se a princípios que visam transmitir crenças e comportamentos, e estimular o posicionamento relativo a questões éticas e



morais, no que se inclui, seus direitos de participação nas decisões que influenciam a vida, a saúde e os serviços comunitários.

O viver em família reflete um acordo invisível, que é transmitido por meio dos atos e expectativas, que visa através das normas estabelecidas e do investimento empregado, a garantia de uma reciprocidade que refletirá na obediência à hierarquia estabelecida, apoio e garantia de retorno do investimento aplicado ao longo do tempo.

É justamente nessa relação permeada por diferentes expectativas e condutas que a família se mantém. O cuidado empregado pelos pais aos seus filhos é carregado de valores e experiências que transcendem a geração atual.

Diante das diferentes estruturas de personalidade e das diversas formas de interpretação de mundo, os choques são inevitáveis, e na tentativa de manter a norma, o uso de força física e/ou material e/ou emocional pode ser visto como um recurso para se cobrar a lealdade, subjulgando o interesse individual.

Diante disso, surgem os conflitos de lealdade entre os desejos e entendimentos individuais que se contrapõe aos do grupo. Böszörményi-Nagy (2003, p. 57) apud Cervený (2012, p. 22) diz que,

Os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, mas resistentes, que mantêm unidos fragmentos complexos de “conduta” relacional, tanto nas famílias como na sociedade em seu conjunto. Para entender as funções que um grupo de pessoas cumpre, nada é mais importante que saber quais estão unidos por vínculos de lealdade e o que lealdade significa para eles. Toda pessoa contabiliza sua percepção dos balanços do toma lá dá cá passado, presente e futuro [...] que segue escrito nas contas invisíveis de obrigações. (Böszörményi-Nagy, 2003, p. 57 apud Cervený 2012, p. 22).

Os autores supracitados consideram que as dívidas podem ser maiores ou menores de acordo com o meio em que se foi criado, ou seja, se a pessoa desfrutou de pais amorosos, família bem estruturada e um ambiente propício ao desenvolvimento saudável aumentam sobremaneira a dívida. Contudo, na presença de abandono, violência, abusos, privações ou um ambiente não saudável para o desenvolvimento, o sentimento relacionado a dívida é diminuído, a pessoa pode passar a se ver como um alguém que foi prejudicado e que por tanto a dívida não é sua em relação à sua família, mas da família em relação ao indivíduo.

Ainda sobre essa concepção de dívida, Cervený (2012, p. 24) diz que,





Existem as dívidas escravizantes, que podem ser assumidas por filhos cujos pais cobram os cuidados que tiveram com os mesmos, como uma carga muito pesada, assim como nos casos de crianças que foram mais vulneráveis, doentes. A recíproca também é verdadeira, existem créditos que podem ser assumidos por filhos que foram rejeitados, maltratados, que cobram dos pais e do mundo esse crédito não recebido.

Todavia, ao considerar a dívida existencial maior, que é a dívida de vida, percebe-se que esta prevalece e se sobrepõe a qualquer tipo de ambiente doméstico, refletindo na dinâmica de retribuição, que pode ultrapassar as fronteiras da razão e se estabelecer em uma necessidade latente de suprir todas as expectativas mesmo que sejam irreais.

Nesse âmbito, os laços de parentesco podem implicar em obrigações de cuidados básicos de saúde e custeio da sobrevivência de algum parente, sendo que tais cuidados não são impulsionados por laços afetivos e sim por obrigações sociais e culturais.

Para Gabel e Soares (2006),

A lealdade familiar se baseia nos parentescos biológico e hereditário, em que cada membro da família se acha constantemente sujeito às suas expectativas, quer as cumpra ou não. Nos filhos pequenos, o cumprimento destas expectativas se dá por meio de medidas disciplinares externas, como por exemplo, as punições, castigos, imposição de horários e rotinas, etc., sendo que, nos filhos mais velhos e nos adultos, as expectativas podem ser cumpridas por compromissos de lealdade internalizados. (...) O não cumprimento destas expectativas familiares leva o membro da família a um sentimento de culpa, o que constitui uma força secundária de regulação do sistema familiar. A partir do momento em que é internalizada, a lealdade passa a ser não só uma característica do grupo, mas também uma atitude individual, e como tal, vai além da identificação com o grupo. As exigências daquele grupo familiar passam a determinar pautas de comportamento ao sujeito de acordo com estas expectativas.

Sendo assim, os conflitos de lealdade podem ser repassados como uma herança imaterial ao longo das gerações e desencadearem crises e rupturas, interferindo na homeostase do sistema e se transformando em fundamentos de leis internas que refletirão nas gerações seguintes.

O sofrimento psíquico oriundo desses conflitos põe em teste a capacidade de interpretação de realidade e resolução de problema do indivíduo que, para saldar uma dívida



eterna, pode abrir mão de sua felicidade profissional, religiosa ou conjugal, para corresponder a uma expectativa que lhe foi imposta.

Falando dessa maneira, pode parecer um comportamento injusto da família, no entanto, tal dívida é posta de uma forma tão enraizada que acaba sendo inserida na cultura sem muitos questionamentos, chegando a ser visto como algo esperado. Falamos do sofrimento que pode ser desencadeado, mas não é possível esquecer de abordar que para muitas pessoas, as dívidas de lealdade são molas propulsoras de uma busca constante de superação, motivando o indivíduo a obter sucesso em sua vida como uma resposta de todo o investimento que lhe foi direcionado ao longo tempo e para manter uma tradição familiar e/ou um exemplo a ser seguido.

Por mais que o indivíduo busque uma separação das cargas do passado e se perceba como uma unidade diferenciada, a sua existência bem como a dos filhos que venha a ter, de alguma maneira estará relacionada com as dívidas não saldadas das gerações anteriores, e toda tentativa de autonomia e maturidade emocional podem ser retratadas como uma possível deslealdade ao sistema ou negação de suas raízes e cultura.

Ao mesmo tempo em que se deseja a autonomia e que se educa para a superação de habilidade e conquistas de novos territórios, há uma luta pela homogeneidade nas relações familiares, que acaba desencadeando angustias frente ao processo natural de mudança, consequência do crescimento e ampliação das fronteiras de relacionamento.

A família se mantém na permanência dos valores que são repassados de geração a geração e se transforma na interação entre os seus membros e nas interfaces com a sociedade.

Rodrigues, Guedes Sobrinho, Silva (2001) citando Rodrigues, Guedes Sobrinho, Silva (2000), apresentam um conjunto de princípios que baseados nos princípios éticos são norteadores da boa convivência familiar, os quais são assim resumidos:

desenvolver a arte do diálogo, com ênfase na afetividade; servir de apoio nos momentos de dificuldades; desenvolver a capacidade de fazer elogios, desenvolvendo a autoconfiança; ter flexibilidade quanto às crenças individuais e respeito à opinião e a percepção de cada um; ter flexibilidade quanto aos papéis e regras dentro da família; desenvolver a capacidade de escutar críticas, e estar aberto a substituir padrões culturais; desenvolver um padrão de comunicação harmoniosa, espontâneo, e respeito aos padrões do outro; respeitar sempre a independência do outro, relevando suas limitações; estimular a socialidade e desenvolver o espírito de solidariedade em família; orientar para um desenvolvimento das capacidades integrais, a responsabilidade ética e social nos atos e atitudes; orientar quanto aos meios de comunicação e de informação, de qualquer natureza, acessíveis ao seio



familiar; fazer críticas, de modo sutil, mas sinceras, promovendo o auto aperfeiçoamento; observar o respeito aos sentimentos e pensamentos do outro; estar atento ao constante crescimento e aprendizagem do jovem, a fim de apoiá-lo; procurar ajuda de alguém com um bom grau de formação, para ajudar em eventos na família, considerados extraordinários, sejam doenças, hospitalizações, divórcio, desenlaces ou outros; estimular o enfrentamento das dificuldades, com serenidade e apoiados na fé; desenvolver o estímulo ao trabalho, sempre voltado para alguma profissão; respeitar sempre a liberdade do outro, a expressão de emoções e sentimentos. A esses, incluem-se necessariamente, a atitude de autodeterminação, que envolve a capacidade de pensar, refletir e filosofar; da dignidade e da liberdade. (Rodrigues, Guedes Sobrinho, Silva 2001).

Partindo desses princípios, observa-se que quando respeitados os limites próprios da individualidade, em prol da boa convivência familiar, os membros mais experientes buscarão mecanismos que viabilizam mecanismos de superação de conflitos e diferenças.

Contudo, considerando a família como um sistema vivo, ativo, dinâmico e que sofre transformações ao longo tempo, é corroborado nesse prisma o pensamento de Silveira (2002) que agrega a ideia de grupo fazendo um paralelo com as formas de interação e vivências, afirmando que,

Num grupo é possível discutir temas referentes às características, necessidades, preocupações, semelhanças e diferenças intra e intergerações, conflitos e possibilidades de intercâmbio entre pessoas de faixas etárias bastante diferentes. O grupo é um espaço ímpar para assimilação de novas atitudes, promovendo mudanças rápidas e eficientes. O grupo permite que se veja uma mesma situação de maneiras diferentes, favorecendo o respeito às diferenças. O grupo informa, esclarece, reorganiza. Além do mais, ele apoia e melhora o relacionamento interpessoal e neste sentido, o compartilhar faz descobrir identidades. Embora o grupo seja um lugar de interação e comunicação, não são apenas as características sociais que se desenvolvem. Nele as pessoas podem tomar consciência dos seus traços mais individuais, dos seus medos, do que acha que deve ser guardado como segredo, dos sentimentos mais ocultos, que podem ou não ser partilhados, de suas preferências, de seus gostos, de sua função e do seu papel dentro e fora dele.

Logo, se o amadurecimento remete à constituição de um indivíduo ativo, com vontades e aspirações próprias e ator de sua própria história, é inevitável, e até mesmo esperado, que ocorra a frustração de alguns aspectos da lealdade familiar para que o viver no mundo ganhe um significado próprio e novas conexões sejam estabelecidas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos oriundos das relações são reflexos da própria convivência e podem propiciar uma melhor adaptação bem como acarretar em mudanças no funcionamento e interação do grupo.

A existência de conflitos não anula ou diminui o papel da família, as expectativas que são geradas em relação aos filhos, sobrinhos e netos refletem a busca de um ideal, portanto, quando há um equilíbrio entre os interesses da família e do indivíduo, a convivência tende a ser construtiva e os laços de afetividade tornam a lealdade e expectativas como mecanismos recíprocos que garantem a permanência e manutenção do sistema.

Como o sistema familiar é constituinte e anterior à própria ideia de individualidade, sempre, em momentos distintos, a conduta ética atuará mediando os conflitos de lealdade com a família e consigo mesmo, e até mesmo com as futuras gerações.

Portanto,

A receptividade a qualquer solicitação, no cotidiano (sic) familiar, depende sempre da atitude mental e da forma como ela é transmitida, uma vez que, a emoção é fator fundamental em qualquer mensagem, seja ela transmitida com sutileza ou com severidade, daí dizer-se que os ensinamentos devem emergir do coração. A confiança e o respeito são fatores fundamentais em qualquer relação e, essa é muito sutilmente perceptível. Quando a pessoa percebe que uma mensagem ou admoestação é colocada egoisticamente, a tendência será sempre rejeitá-la.

Condutas éticas, estéticas e familiares, devem ser conduzidas baseando-se em princípios norteadores, a fim de resguardar a sua coerência. (RODRIGUES, GUEDES SOBRINHO e SILVA, 2001)

Pode-se ganhar o mundo, andar por outras paisagens, dominar novas formas de expressão, romper barreiras e até mesmo viver distante, mas, independente das condições ambientais, todo ser humano nasce em uma família e é nesse espaço sócio-histórico que ele se transformará.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVENY, Ceneide Maria de O. (Org). *Família e...: intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercussões, intervenções psicossociais, o tempo, filhos cangurus, luto, cultura, terapia familiar, desenvolvimento humano e social, afetividade, negociação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

VALSINER, Jaan. *Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução e revisão técnica: Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; BARBOSA, Claudia de Faria & CALDEIRA, Bárbara Maria dos Santos. *Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.17, n.32, p.189-204, 2012.

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; GUEDES SOBRINHO, Elísio Holanda & SILVA, Raimunda Magalhães. *Família: ética e estética do viver no mundo*. Fam. Saúde Desenv., Curitiba, v.3, n.1, p.26-34, jan./jun. 2001.

GABEL, Christine Liz Moeller; SOARES, Dulce Helena Penna. Contribuições da terapia familiar sistêmica para a escolha profissional. *Rev. bras. orientac. prof.*, São Paulo, v. 7, n. 1, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902006000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902006000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 ago. 2014.

HENRIQUES, Celia Regina; FERES- CARNEIRO, Terezinha; MAGALHAES, Andrea Seixas. *Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão*. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000300004&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 09 ago 2014.

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; GUEDES SOBRINHO, Elísio Holanda & SILVA, Raimunda Magalhães. *Família: ética e estética do viver no mundo*. Fam. Saúde Desenv., Curitiba, v.3, n.1, p.26-34, jan./jun. 2001.

SILVEIRA, Teresinha Mello da. Convívio de gerações: ampliando possibilidades. *Textos Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2002. Disponível em <[http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-59282002000200002&lng=pt&nrm=iso](http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 ago. 2014.



## **POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA E À PATERNIDADE NO BRASIL: EFICÁCIA DA SUA INTERDISCIPLINARIDADE**

CARVALHO, Ana Barreiros,<sup>1</sup>

*Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas  
da Universidade Estadual de Feira de Santana, Ba.  
abc@uefs.br*

SANTOS, Nilo Rosa

*Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
nilorosasantos@gmail.com*

402

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar a eficácia da interdisciplinaridade das políticas de apoio à família e à paternidade no Brasil e, para tal, realizou-se um levantamento exploratório bibliográfico. Este estudo se torna relevante para contribuir na discussão dos desafios enfrentados pelo gestor público, para operacionalizar o trabalho interdisciplinar e em rede social dentro da política pública de apoio à família e à paternidade. Os resultados apontam uma evolução na formulação das políticas sociais no Brasil no que tange à sua forma de execução, porém verifica-se a sua ineficácia quanto à formulação e resultados, pois as mesmas apresentam um caráter assistencialistas que propiciam a dependência das famílias beneficiárias dos programas.

**Palavras Chave:** Políticas. Família. Interdisciplinaridade.

### **ABSTRACT**

This article intent to analyze the efficacy of the Brazil's interdisciplinary in the family policies and, for this, it was realized a bibliography research. This study is relevant because is a contribution to the public management' challenges to realize the net and interdisciplinary work that the social assistance requires. The results show an evolution in interdisciplinary policies implementation, but also indicates that family policies in Brazil need to be reformulated in the welfares way that they are formulated, because it incite dependency of the supported program's families.

**Key Words:** Policies. Family. Interdisciplinary.

<sup>1</sup> Membro do Grupo de Pesquisa Família e Mudança do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.





## 1 INTRODUÇÃO

As políticas de apoio à família no Brasil tiveram início após as alterações na Constituição Federal de 1988 uma vez que, segundo Brasil (2009), a partir da Constituição, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742, que regulamenta e estabelece normas e critérios para organização da assistência social.

Para Souza e Maçaneiro (2014), estudos na literatura discutem a importância da ação intersetorial e em redes interdisciplinares dentro da administração pública e esses estudos são voltados para o campo organizacional, com a intenção de buscar a participação e o compromisso das pessoas envolvidas. No entanto, a discussão sobre as redes e interdisciplinaridade em políticas públicas ainda é incipiente no Brasil, mas a literatura estrangeira tem um corpo teórico já constituído. Segundo BRASIL (2013, p.4),

A construção do direito da Assistência Social é recente na história do Brasil. Durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país. A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

A LOAS anotada, publicação da Secretaria Nacional de Assistência Social SNAS (2013) e que tem como objetivo facilitar a consulta às leis que regulamentam a ação social no Brasil, não faz referência a qualquer programa de apoio à paternidade mesmo que, segundo (PROMUNDO, 2009), o Brasil seja o país que apresenta o maior percentual de casas chefiadas por mulheres da América Latina (33,81%) conforme dados da Sociometro (s/d), o que faz com que o apoio para a criação e educação dos filhos e filhas seja um tema importante nas políticas públicas.

Dessa forma, esse estudo se torna relevante para contribuir na discussão dos desafios enfrentados pelo gestor público, para operacionalizar o trabalho interdisciplinar e em rede social dentro da política pública de assistência social e busca responder ao seguinte



questionamento: qual a eficácia da interdisciplinaridade das políticas de apoio à família e a paternidade no Brasil? Trata-se de uma pesquisa quantitativa, um levantamento exploratório bibliográfico que teve como fonte de levantamento de dados livros, artigos científicos sobre a família e a paternidade publicados no SCIELO, Periódicos da CAPES, Sibi (USP), IBICT, Web of Science, livros de diferentes temas, Google Acadêmico e sites de governos nacionais e internacionais. O instrumento de análise dos dados foi a análise de conteúdo através da segmentação dos dados dispostos em categorias de análise.

## 2 REDES INTERDISCIPLINARES DAS POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

Sendo as políticas uma forma de planejamento, segundo (MONNERAT e SOUZA, 2011 p.204) esse deve ser a tradução da articulação entre saberes e práticas setoriais, considerando-se que no âmbito do planejamento conjunto a intersectorialidade deve se concretizar como síntese de conhecimentos diversos (interdisciplinaridade) para atuar sobre problemas concretos. A ideia de síntese não prescinde dos fazeres e atribuições setoriais, isto é, dá-se grande importância aos domínios temáticos setoriais para a construção de objetos e objetivos comuns, mas, ao mesmo tempo, espera-se que este novo tipo de intervenção social contamine as tradicionais lógicas setoriais.

No Brasil, nos últimos anos, o tema da pobreza ganha centralidade na agenda pública e torna-se motivo de inúmeras intervenções do Estado no campo social. Segundo (SOARES JUNIOR, 2006, p.57), existem três razões principais para o aumento do interesse sobre redes nos estudos organizacionais:

- a) a emergência da *nova competição*, como a que está ocorrendo nos distritos industriais italianos e do Vale do Silício. Se o *velho* modelo de organização era a grande firma hierárquica, o modelo da organização considerada característica da *nova competição* é a rede de relações laterais intra e interfirmas;
- b) o surgimento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), como por exemplo as bases de dados compartilhadas, o correio eletrônico, as intranets organizacionais, a internet, o *groupware*, tem tornado possível uma maior capacidade de interação entre firmas dispersas e
- c) a consolidação da análise de redes como uma disciplina acadêmica, não somente restrita a alguns grupos de sociólogos, mas expandida para uma



ampla interdisciplinaridade dos estudos organizacionais.

Segundo Souza e Maçaneiro (2014) a noção de rede social sugere o envolvimento dos diversos atores da Política Pública de Assistência Social, compartilhando objetivos, procedimentos, ações e informações por meio da comunicação. Para Monneart (2009, p.52),

Sobre as iniciativas atuais em favor do desenvolvimento da intersectorialidade das políticas sociais, é preciso reconhecer que o governo federal, na atual gestão do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tem investido na (re)construção da política de assistência social com base na formulação de programas com desenho intersectorial. A própria criação do MDS confere um novo estatuto à política de assistência, com reforço da perspectiva de profissionalização da área. Isso significa que, pela primeira vez na história da constituição da seguridade no país, há um movimento que tende a criar dificuldades à reprodução das relações clientelista e assistencialista que marcam esta arena setorial.

Cabe salientar que a preocupação com a promoção da intersectorialidade está expressa em todos os programas do MDS, aparecendo, inclusive, como um dos objetivos do próprio ministério. Destaca-se aqui a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se inspira no processo de descentralização desenvolvido na saúde. O SUAS foi desencadeado pela Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS juntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e expressa o compromisso do governo federal com o resgate das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social como política de Seguridade Social. Nesses termos, o SUAS representa uma nova concepção de organização e gestão dos serviços, cuja formulação contou com a participação ativa dos técnicos da área.

O SUAS prevê um sistema unificado com partilha de responsabilidades entre os entes federados e as instâncias do sistema descentralizado e participativo, institui sistema de informação, monitoramento e avaliação, além de preconizar uma lógica orçamentária que garante co-financiamento com repasse automático de recursos. Com certeza, trata-se da maior e mais importante mudança ocorrida até então na área da assistência. Porém, a implantação do SUAS é ainda recente, tornando-se necessário acompanhar empiricamente sua implementação com vistas a identificar os limites e possibilidades deste processo.

### **3 POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA**

Para Newman (1976), uma política é um plano geral que orienta as pessoas e assegura uma ação uniforme. As “políticas familiares”, segundo Petrini (2007, p.226),



Indicam um campo de atuação transversal a qualquer sistema de ação pública, privada ou mista. Elas podem interessar não apenas as instituições da administração pública, mas a diferentes sujeitos sociais, públicos e privados, que desenvolvam interesses com relação à família. Elas constituem um campo de atuação com uma pluralidade de atores: o Estado, o mercado, as associações (o privado e social) e o sistema das famílias.

A administração pública, quando realiza políticas familiares, não se move no horizonte do Estado assistencial, mas no subsidiário, que considera as famílias como atores responsáveis no plano público. Que o Estado seja subsidiário significa que tem o dever de intervir para fortalecer a família (especialmente em suas relações), mas precisa, simultaneamente, valorizá-la e promovê-la, para que seja protagonista de sua vida, nunca a substituindo em suas tarefas e responsabilidades.

As políticas nacionais relacionadas à família são, em sua maioria, direcionadas especificamente ao enfrentamento do problema da pobreza e abuso infantil, o que limita essas políticas familiares, muitas vezes, a uma abordagem simplificada com foco apenas na criança, quando o problema da criança reside, na maioria das vezes, na fragilidade dos vínculos com a sua família.

Segundo a IPEA (201, p.67-68):

O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC do Ministério do Desenvolvimento Social, realizado pelo IPEA/CONANDA, mostrou que a institucionalização se mantém, ainda nos dias atuais, como caminho utilizado indiscriminadamente – e, muitas vezes, considerado o único possível – para a “proteção” da infância e da adolescência, demonstrando que o princípio da excepcionalidade da medida de abrigo, contemplado de maneira expressa pelo Art.101, par. único, do ECA, não vem sendo respeitado.

De acordo com o referido estudo, existem cerca de vinte mil crianças e adolescentes atendidos nas 589 instituições de abrigos beneficiados com recursos do Governo Federal repassados por meio da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC). Os dados levantados mostram características típicas de exclusão social, apontando que os abrigos no Brasil são o *locus* da pobreza e da desvalorização social. Ressalta-se ainda que o perfil de meninos e meninas encontrados nessas instituições em nada corresponde às expectativas da sociedade para adoção, cuja preferência recai nos bebês da cor branca e do sexo feminino. Vivendo nos abrigos do país encontram-se, na maioria, meninos (58,5%), afrodescendentes (63%) e mais velhos, isto é, com idade entre 7 e 15 anos (61,3%).

Segundo o IPEA (2003), os abrigos para crianças e adolescentes, de modo geral, são abrigos não-governamentais (65,0%), com significativa influência religiosa (67,2%), entre os



quais há predomínio da orientação católica – 64,6% dos que têm orientação religiosa são católicos, enquanto 22,5% se declararam evangélicos e 12,2% espíritas. Não são instituições muito antigas, pois mais da metade (58,6%) foi fundada a partir de 1990, ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado um marco para a área da infância e da adolescência e que contém os princípios orientadores para as instituições de atendimento e proteção a crianças e adolescentes em regime de abrigo.

Segundo o IPEA (2003, p.66),

além do fortalecimento e da manutenção dos vínculos afetivos entre as crianças e adolescentes em abrigos e seus familiares, o apoio à reestruturação das famílias constitui-se em ação importante e complexa. Muito embora a maioria dos programas realizasse atividades de visitas às famílias e acompanhamento social, a minoria realizava reuniões ou grupos de discussão e encaminhava as famílias para inserção em programas de proteção social e, ainda, somente 14,1% do total de abrigos pesquisados realizavam todas as quatro ações de apoio à reestruturação familiar que são: (1) Realizar visitas domiciliares; (2) oferecer acompanhamento social; (3) organizar reuniões ou grupos de discussão e apoio e (4) Encaminhar para inserção em programas de auxílio/proteção à família.

Esses dados denotam uma recente, incipiente e ainda pouco articulada iniciativa na oferta de abrigos para crianças e adolescentes no Brasil e a ausência de ações e políticas referentes à paternidade nesse contexto.

Encontramos, também, nas políticas de Assistência Social um item que se refere ao “Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - Reordenamento Institucional de Unidades de Acolhimento”, no qual não aparece nenhuma referência à figura paterna e destina-se à proteção da criança em situações de risco “protegendo-a”, também, do convívio familiar hostil. Segundo Souza e Maçaneiro (2014, p.71),

a aproximação das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação para enfrentamento da questão social toma-se em muitos municípios como uma estratégia informal, que normalmente tende a ser para atender demandas emergenciais e passageiras. Segundo os autores, em sua pesquisa sobre os desafios do gestor na articulação do trabalho em redes intersetoriais, no que diz respeito à participação dos conselhos municipais (Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente) na atuação dentro da rede, foi possível constatar que, apesar das ações intersetoriais estarem definidas em termos legais, ainda existem limites para que a atuação dos conselhos seja efetiva.

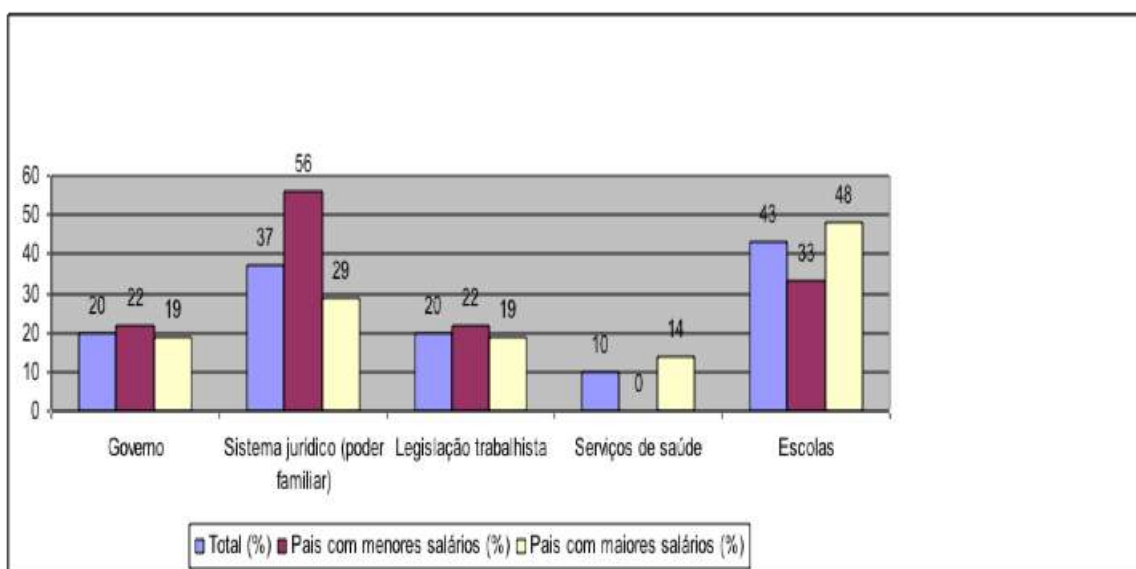


Dessa forma, ainda se faz necessário um maior diálogo entre os responsáveis pela operacionalização das políticas de apoio à família mesmo existindo a sua exigência na legislação brasileira.

#### 4 EFICÁCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE DAS POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

Segundo Carvalho (2013), nota-se que as tendências recentes da gestão social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistemática os atores estatais, empresariais e comunitários.

Carvalho (2013, P.168-169) realizou uma pesquisa, com pais de maiores e menores salários de uma empresa estatal na Bahia, perguntando se os homens se sentiam apoiados, pelas diferentes instituições da sociedade, a exercerem o papel de pai. As respostas encontram-se dispostas no gráfico abaixo



**Figura 2.** Distribuição percentual de concordância dos participantes sobre as instituições que contribuem/incentivam o homem a exercer o papel de pai. Bahia, 2012. Obs.: Dados referentes às questões 53, 55, 56, 58 e 59 do roteiro de entrevista.

Segundo Carvalho (2103, p.168):





Notou-se que os menores percentuais de concordância com relação à contribuição/incentivo do governo no que se refere às políticas públicas que favoreçam a paternidade foram encontrados no sistema de saúde, onde nenhum dos pais de menores salários e apenas 14% dos pais de maiores salários concordaram que o governo contribui/incentiva a paternidade. Com relação à discordância dos pais de que os serviços públicos de saúde apoiavam a paternidade, a maioria dos entrevistados alegou que o governo incentivava apenas a mulher a levar a criança ao sistema de saúde; a precariedade dos serviços públicos de saúde; o pouco suporte e instrução sobre o papel do pai; o desamparo total em termos do serviço público de saúde (havendo a necessidade de se ter um plano de saúde particular) e a não autorização para o pai acompanhar o parto. Verificou-se também, o baixo percentual de concordância com relação à contribuição das políticas públicas à paternidade no que se refere à legislação trabalhista, pois se alega a deficiência de infraestrutura; indiferença do governo à paternidade; segurança e saúde pública deficientes; longas jornadas de trabalho; altos impostos e transporte público deficiente. Em resposta à pergunta sobre o que o governo deveria fazer para que os homens se sentissem mais estimulados a exercerem o papel de pais, a maioria dos entrevistados, de ambos os grupos pesquisados, afirmou que o governo deveria promover campanhas de valorização/conscientização dos pais, seguindo-se de promoção de acesso à educação formal/profissionalizante.

Segundo as respostas dos entrevistados, nota-se a necessidade **de políticas nacionais de apoio à paternidade**, principalmente no que se refere à saúde pública, pois os pais sugeriram que os governantes deveriam promover ações de conscientização e apoio à paternidade que facilitariam o desempenho do seu papel na sociedade.

Para Barker e Verani (2008, p.51), no Brasil poucas iniciativas apoiadas pela UNICEF e outras organizações, envolvem os pais sobre a questão dos direitos da infância e a redução da violência contra crianças. A partir de tal constatação, os autores promovem discussões sobre o papel do pai nesse contexto e recomendam:

Rever as políticas vigentes e suas influências na participação dos homens como pais; rever as políticas nacionais, incluindo a saúde da mãe e da criança (particularmente o envolvimento do pai no nascimento da criança) para considerar o envolvimento do homem; revisar as políticas nacionais de trabalho para estudar formas de um maior engajamento do pai, dando a clara conexão entre emprego do homem e sua participação como pai; estudar maneiras de desenvolver políticas alternativas ainda na infância para um maior envolvimento do pai; dar suporte a paternidades alternativas, inclusive reconhecendo e apoiando os direitos dos casais homossexuais de formar uniões civis ou casamentos, de adotarem crianças e ou de terem suas próprias crianças através de reprodução assistida; realizar mais pesquisas (inclusive as longitudinais); incorporar perguntas sobre o papel do homem como pai na



vida das crianças nos censos nacionais já existentes; o papel do homem na família como pai continua confundido por ideias normativas do que o homem deveria fazer.

Esse debate não deve ficar restrito ao espaço doméstico, mas deve articular-se aos setores da saúde, educação e segurança pública, bem como nas instituições vinculadas a esses setores, com vistas à produção de novas formas de engajamento dos homens no exercício da paternidade. Para Castells (2010) a taxa de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, no período de 1979 a 1990, foi de 113% o que reforça a necessidade de estudos sobre a ausência dos pais e o cuidado dos filhos bem como, das necessidades de se repensar as políticas brasileiras de apoio à família e à paternidade.

Segundo Monnerat e Souza (2011), apesar dos obstáculos à sua implantação, a LOAS inaugurou um novo debate político-institucional no campo da assistência, propondo mudanças estruturais e conceituais e novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários. A população em situação de pobreza deixou de ser “assistida” ou “favorecida” para se tornar usuária ou beneficiária.

Porém, nota-se que em outros países tais como Estados Unidos da América e países nórdicos, os programas de apoio à família são temporários e visam o desenvolvimento da autonomia e empreendedorismo dos beneficiários. Haja vista que segundo Giele (2013, p. 113-114),

o crescente número de nascimentos fora do casamento nos EUA provocou, em 1994, o surgimento de muitas críticas de que os recursos federais de apoio às crianças dependentes (AFDC) representavam um perverso incentivo para a procriação com objetivo de receber apoio financeiro governamental. Essas críticas provocaram a reforma nos referidos programas e o estabelecimento de um limite de tempo, não mais que cinco anos, para apoio financeiro, durante os quais, os pais devem receber treinamento para o trabalho e prepararem-se para tal. Com essa legislação, o antigo Programa de Apoio à Crianças Dependentes (AFDC) foi substituído pelo Programa de Assistência Temporária de Apoio à Famílias Necessitadas.

Segundo o GAO (2013), *O Fundo Nacional Temporário de Assistência às Famílias Necessitadas*, dos Estados Unidos, incentiva uma diversidade de programas e, entre eles, um específico para dar tratamento aos pais que cometem abuso sexual e, desde 1996, o Congresso Americano destinou \$16,5 milhões por ano para os estados, através do referido Fundo.



**Tabela 1 - objetivos do Fundo de Assistência Temporária para Famílias Necessitadas:**

1. Dar assistência a famílias necessitadas de forma que as crianças possam viver em seus lares com seus parentes;
2. Extinguir a dependência dos benefícios governamentais através do provimento e preparação para o trabalho e casamento;
3. Prevenir e reduzir a gravidez indesejada e fora do casamento;
4. Incentivar o casamento.

**Fonte: United States Government Accountability Office - GAO (2013)**

O Brasil, em termos de recursos, é importante lembrar que ele não é um país que gasta pouco com o social. Essencialmente, gasta mal. O apoio aos flagelados do Nordeste se transformou em indústria da seca, o complemento alimentar nas escolas em indústria da merenda, a saúde na indústria da doença, a educação está rapidamente caminhando para se tornar um tipo de indústria do diploma. A área social precisa hoje muito mais de uma reformulação político-administrativa do que propriamente de mais dinheiro. Ainda se referindo ao Brasil, Segundo Dowbor (1999, p.9):

Não há fórmula universal na área social. Como demonstra a riqueza do projeto médico de família, por exemplo, a dimensão diferenciada de relações humanas é fundamental nas políticas sociais. Uma das mais significativas riquezas do desenvolvimento local resulta justamente do fato de se poder adequar as ações às condições extremamente diferenciadas que as populações enfrentam. Isto não implica, naturalmente, que as políticas sociais possam se resumir à ação local, às parcerias com o setor privado, e à dinâmica do terceiro setor. A reformulação atinge diretamente a forma como está concebida a política nacional nas diversas áreas de gestão social, colocando em questão a presente hierarquização das esferas de governo, e nos obriga a repensar o processo de domínio das macroestruturas privadas que dominam a indústria da saúde, os meios de informação, os instrumentos de cultura.

Segundo Carvalho (2013), nota-se, também, que as tendências recentes da gestão social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistemática os atores estatais, empresariais e comunitários. Segundo De Paula (2005, p. 46), “Trata-se de lidar com uma complexidade que requer uma visão mais estratégica, participativa e solidária”, de um universo em construção onde se procurará uma maior interação



entre o trabalho e as atividades de cuidar, buscando-se uma sociedade mais justa onde o desenvolvimento das habilidades do ser humano e suas relações sociais, sejam encarados como uma forma de propiciar o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

## 5 CONCLUSÃO

412

Dessa forma, respondendo à questão norteadora desse trabalho que é: qual a eficácia da interdisciplinaridade das políticas de apoio à família no Brasil? Verifica-se a existência de uma evolução na formulação das políticas de família no Brasil, no que tange à interdisciplinaridade haja vista a inserção desse tema como necessário à forma de implantação dos programas sociais brasileiros, porém, é importante salientar que as políticas familiares, em sua definição, devem atender para o caráter subsidiário e não assistencialista como é evidenciado em nosso país. A forma como são implementados os programas de assistência social no Brasil, que em suas diretrizes, privilegiam a execução baseada na intersetorialidade e atuação em forma de redes, não assegura a eficácia das mesmas, uma vez que não atendem ao objetivo maior da elaboração de uma política familiar que deve ser o subsídio e não o assistencialismo uma vez que esse gera dependência dos beneficiados aos respectivos programas. Conforme menciona Monneart (2009, p.68), “quanto ao tempo de permanência no Programa Bolsa Família, a legislação existente (até 2007) não é clara, porém define as situações em que pode ocorrer o desligamento das famílias beneficiárias”. Necessário se faz que os gestores públicos atentem para que na formulação das políticas, essas tenham caráter subsidiários e não assistencialistas pois, apenas dessa forma estarão verdadeiramente propiciando o crescimento e desenvolvimento das famílias e da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social SNAS (2013). *Lei Orgânica de assistência social comentada*, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada-2009/lei-organica-de-assistencia-social-2013-loas-annotada>, acesso em 02 de maio de 2014.

CARVALHO, Ana. B. *O papel do pai na sociedade contemporânea: Concepções de pais*,



*funcionários de uma empresa estatal da Bahia, Salvador, Ba.*, Tese de Doutorado, 2013, disponível em [http://tede.ucsal.br/tde\\_arquivos/5/TDE-2013-06-18T162152Z-287/Publico/Ana%20Barreiros%20de%20Carvalho.pdf](http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/5/TDE-2013-06-18T162152Z-287/Publico/Ana%20Barreiros%20de%20Carvalho.pdf), acesso em 01 de junho de 2014.

BALESTRIN, Alsones.; VARGAS, Lilia .M. e FAYARD, Pierre. O efeito rede em pólos de inovação: um estudo comparativo, In: *Revista de Administração.*, v. 40, n.2, , São Paulo, abr./maio/jun. 2005, p.159-171.

DOWBOR, Ladislau. Tendências da gestão social. In: *Revista Saúde e Sociedade*, Vol. 8, n.1, São Paulo 1999, p.3-16, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/02.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

GIELE, Janet Z. *Family policy and the american safety net*, Sage Publications, Inc., Califórnia, USA., 2013.

MONNEART, Gisele. L. *Transferência condicionada de renda, saúde e intersectoriedade: lições do programa bolsa família*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2009.

MONNERAT Gisele. L. e SOUZA, Rosemary .G. S. *Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil*, In: *R. Katál*, v. 14, n. 1, Florianopolis, jan./jun. 2011, p. 41-49.

PROMUNDO, FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Homens, masculinidades e políticas públicas*, 2009. Disponível em: <[www.promundo.com.br](http://www.promundo.com.br)>. Acesso em 10 de jan. de 2010.

SOARES JUNIOR, Dimas. *A organização de unidades produtivas como instrumento de apoio ao desenvolvimento territorial rural*, tese de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, PR., 2006.

SOUZA, Hellen C. V. de S., MAÇANEIRO, Marlene. B.. Os Desafios do Gestor Público na Articulação do Trabalho em Redes Intersetoriais, In: *Administração Pública e Gestão Social*, São Paulo, 6(2), abr-jun 2014, 65-73

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE, - *GAO. Report to Congressional Committees*, January, 2013. Available in: [www.gao.gov](http://www.gao.gov), access in: may, 2014.



## (RE) CONCEITUAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA

FRANCO, Maria Asenate Conceição<sup>1</sup>

*Assistente Social, Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania*

*maria.franco@gm.ifbaiano.edu.br*

TAVARES, Márcia Santana<sup>2</sup>

*Professora Doutora do Curso de Serviço Social da UFBA e do PPG NEIM/UFBA*

*marciatavares1@gmail.com*

430

### RESUMO

As famílias brasileiras, ao longo do tempo, têm experienciado mudanças estruturais na organização e dinâmica cotidiana como registra a sua historiografia. Primeiro grupo social de convivência humana, elas representam laços afetivos capazes de assegurar a proteção social para uma convivência saudável ou não do sujeito com o mundo. Representa a instituição social multifuncional responsável pela provisão das necessidades vitais, capital social, apoio emocional e conceitos valorativos que influenciarão no caráter e personalidade de seus indivíduos. Este artigo pretende discutir à luz de pesquisadores, a família brasileira, concepções e impactos socioeconômicos, culturais, políticos e educacionais. Considera aspectos da família patriarcal ao arranjo familiar monoparental feminina; categoria classe social enquanto fator relevante na sobrevivência de mulheres pobres, mãe e principal provedora familiar.

**Palavras- chave:** Família. Arranjo Familiar. Mulher. Sobrevivência.

### ABSTRACT

Brazilian families, over time, have experienced structural changes in the organization and in daily dynamics as records its historiography. First social group of human acquaintanceship, they represent the emotional ties that are able to ensure social protection for a healthy relationship or not the subject with the world. It represents the multifunctional social institution responsible for the provision of basic needs, social capital, emotional support and the valorative concepts that will influence the character and personality of its individuals. This article discusses under the light of researchers, the Brazilian family, conceptions and socioeconomic, cultural, political and educational impacts It considers aspects of patriarchal family until to the single parent family of arrangement female; category social class as an important factor in the survival of poor women, mother and family main provider.

**Keywords:** Family. Family Arrangement. Woman. Survival.





O trabalho ora apresentado é resultado da revisão de literatura de minha dissertação à qual busquei respostas às indagações sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres chefes de família de classes populares; como driblam e aprendem a jogar em meio aos papéis de provedoras e cuidadoras do espaço privado onde o apoio financeiro se limita ao benefício do Bolsa Família. Destarte, a contextualização deste arranjo familiar foi possível mediante o diálogo com pesquisadores que discutem a historiografia da família a partir do modelo patriarcal e, na contemporaneidade, o arranjo familiar que tem a mulher como principal responsável pelas despesas domésticas.

Ao longo dos anos, a família brasileira tem passado por transformações que a levaram a constituir novas configurações, mostrando-se heterogênea (SARTI, 2006). Ela participa da dinâmica social e, assim, tanto é influenciada como influencia o contexto político, cultural e econômico em que está inserida. A família tradicional esvai-se e emerge no cenário sociofamiliar, o que muitos estudiosos classificam como novos arranjos familiares. Com os processos de urbanização e industrialização, padrões patriarcais, bem como valores tradicionais, encontrados no seio das famílias se entrecruzam com as mudanças na estrutura familiar e produzem novos formatos e padrões de convivência.

Ao se discutir a temática família deve-se tomar como base as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira (no caso particular da discussão em pauta), como bem diz Goldani (2002, p. 33): “[...]. As famílias brasileiras experienciam uma maior diversidade de arranjos sexuais, novas tecnologias, um aumento das mulheres na força de trabalho, mudanças nos papéis de gênero, elevadas taxas de divórcio [...]”. Nessa perspectiva, a compreensão sobre família, a partir desses desafios, deve-se considerar a sua capacidade de se adaptar às mudanças (GOLDANI, 2002) na estrutura social, política, cultural e, principalmente, econômica do país.

A família é mutável, “assume uma diversidade de formas ao longo do tempo” (COUTINHO, 2006, p. 91). Esse questionamento é indispensável para compreender as diversas tipologias de grupos sociais, famílias desfeitas e refeitas (SARTI, 2007), denominadas arranjos familiares.

Pode-se conceber a família como um nicho, habitat das relações afetivas, no qual se pode encontrar a âncora essencial para a socialização, é um campo de mediação importante entre o indivíduo e a sociedade nos seus aspectos diversos. Essa instituição, uma vez desvinculada das redes de integração social, nas quais encontra estabilidade para sobreviver – o



trabalho e os vínculos familiares –, tende a fazer parte do que Castel (2008) denomina zonas de vulnerabilidade e, conseqüentemente, pode chegar a um processo de “desfiliação social”, quando há rupturas na rede de integração primária (família). Essa desfiliação social, em certos casos, pode levar a rupturas conjugais (SARTI, 2005), uma vez que o homem não consegue desempenhar o papel de principal provedor econômico da unidade doméstica e as expectativas da mulher em ter uma vida melhor são frustradas em função da vulnerabilidade em que estão imersos.

As interferências oriundas da sociedade, nas suas diferentes esferas, favorecem mudanças na dinâmica e na estrutura familiar, o que provoca alterações em seu padrão tradicional de organização. Nesse sentido, pensar a família no plural, nas suas variadas formas de composição e obrigações mútuas, não limitá-la à rede de parentesco, abandonar a ideia de singularidade, é romper com a definição de família sonhada e fazer emergir a estrutura familiar real, concreta, integral, presente no cotidiano construído por ela e, concomitantemente, influenciado pelo movimento do contexto sociopolítico, isto é, significa entender que é construída a partir de elementos reais, logo, é dinâmica e se encontra em contínua mudança.

Carvalho (2005, p. 267) ressalta que “o exercício vital das famílias é semelhante ao exercício das políticas sociais: ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela”. Em outro momento, a autora destaca que a família tem a capacidade de “criar e fortalecer coesões microcomunitárias”, na medida em que cria condições de sustentabilidade familiar.

A instituição família, segundo Sarti (2006, p. 39), “não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma das relações e cada uma das partes da relação”. São essas mudanças nos padrões de convívio familiar que trazem novas concepções do ser família, grupo social de fundamental importância para a formação de seus membros, principalmente dos filhos, dependentes de toda atenção de seus genitores, quando estes se encontram presentes na dinâmica das relações familiares.

Sarti (2006), ao contextualizar as mudanças ocorridas na instituição família, reforça que na sociedade capitalista a família assume a condição de consumista, enquanto os valores inerentes a tal grupo são perdidos em meio às transformações ocorridas ao longo da história, como a definição dos papéis entre homens e mulheres.

No entanto há de se observar que durante muito tempo a família tem sido lembrada como instituição modeladora dos padrões da colonização brasileira e ditou as normas e padrões



das relações familiares (SAMARA, 2003), foi analisada, de forma genérica, a partir do modelo de estrutura familiar denominado “patriarcal”<sup>1</sup>.

Samara (2003), no seu livro *Família, Mulheres e Povoamento*, traz uma compreensão cronológica que permite construir um pensamento sobre as matrizes ideológicas da historiografia familiar dos anos 1920, 1930 e 1940, que serviram de balizas para estudos posteriores sobre a natureza, estrutura, importância, função e conceito da família. Para tanto, a autora enumera clássicos que, com suas pesquisas, possibilitaram o avanço e ampliação do referencial teórico de que se pode lançar mão para aprofundar a discussão do que é família e sua relação com a sociedade.

Já nos anos 1950 e 1960 as teorias formuladas acerca da família brasileira são revisadas à luz dos teóricos da época<sup>2</sup>, que se detêm em aspectos referentes às mudanças sociofamiliares, como a organização e estrutura familiar, bem como o casamento e o divórcio, o papel da mulher no espaço público, a sociedade e o espaço privado na família. Nos anos 1970 a família volta a ser objeto de estudo, todavia os pesquisadores, ao analisarem os documentos históricos, percebem que problemas já enraizados emergem com nova roupagem.

Pensar a família brasileira articulada com o patriarcado, escravidão e estrutura de poder, suas nuances no que diz respeito à formação, concepção enquanto instituição responsável pela socialização dos seus membros, seus papéis desempenhados na sociedade, enfim, os diferentes modelos construídos ao longo do tempo requerem, antes de tudo, considerar a diversidade das estruturas e configurações familiares que se materializam tanto no tamanho e composição das unidades domésticas, quanto na natureza das relações estabelecidas entre seus membros e na lógica que rege essas relações (BILAC, 1999).

Sob este ponto de vista, a metamorfose que a família vem enfrentando ao longo do tempo e sua importância na conjuntura brasileira, nos levou a resgatar historicamente a família brasileira, o que faremos no tópico seguinte.

Na história brasileira, a instituição família sempre teve destaque como responsável por modelar os padrões do Brasil Colônia, concomitante com o estabelecimento de normas e condutas no bojo das relações sociais. Esse modelo ideal de família, instalado no período

<sup>1</sup> A família patriarcal era constituída a partir de interesses de ordem econômica e, numerosa, tinha o pai como chefe maior, cuja autoridade era inquestionável e desempenhava o papel de provedor econômico do grupo familiar, enquanto à mulher-mãe era reservado o papel de “símbolo de honra” familiar e da solidariedade moral de tal modelo (COUTINHO, 2006).



colonial, no qual a estrutura econômica se pautava no setor agrícola, no latifúndio e no escravismo, favorecia a sociedade paternalista, na qual a família patriarcal se constituía enquanto base da sociedade. Há de se compreender que, na constituição de suas características elementares, como família extensa que mantém uma relação de solidariedade entre os membros que a compõem, contribui para ratificar o paternalismo, traduzido através da proteção, quando necessária, àqueles agregados que compõem a família extensa.

No modelo de família denominado patriarcal os papéis no casamento eram distintos, daí emerge o “mito da mulher submissa e do marido dominador” (SAMARA, 1998, p. 14), que guarda estreita relação com uma gama de complexidades na sua formação, haja vista que nem sempre os laços que unem os membros são sanguíneos, por vezes se traduzem em relações de trabalho, de amizade e, por fim, relações ilegítimas. Todavia esse modelo de família, centrado nas funções econômicas e sociais, tinha destaque no cenário político da época colonial. A quantidade de pessoas influenciava no prestígio do chefe de família, que, em troca, fornecia proteção aos agregados.

A análise feita por Bilac (1999) e Samara (1999) sobre o modelo de família patriarcal no Brasil conclui que esse modelo não foi universal em toda a sociedade, pois apenas nas classes dominantes da época colonial esse modelo descrito pela historiografia podia ser evidenciado<sup>3</sup>. Samara (1998, p. 17) ressalta que, em São Paulo, já nos séculos XVIII e XIX, a tipologia de família ali encontrada e suas características não se assemelhavam às predominantes no Nordeste brasileiro (Bahia e Pernambuco), na zona açucareira.

De acordo com documentos oficiais da época<sup>4</sup>, esse modelo “era apenas uma das formas de organização familiar” (SAMARA, 1998, p. 17) e se limitava a uma classe da sociedade. Já a família nuclear, constituída de poucos filhos, era relevante, o que contraria a posição de alguns estudiosos do assunto, quando ressaltam que a família extensa, denominada patriarcal, é

<sup>2</sup> Antonio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willemens, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Charles Wagley (SAMARA, 2003, p. 19).

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Corrêa (1994), que desmistifica o “retrato” pintado acerca do modelo ideal de família na sociedade brasileira na época colonial – a família patriarcal. A autora ressalta que este modelo de família, utilizado como parâmetro, favoreceu a não visibilidade de outros tipos de grupo social que podemos conceber como família. Conforme afirma, os rumos da pesquisa sobre a família patriarcal nos remetem a admitir sua existência, entretanto é preciso situá-la no contexto de uma “sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa” (1994, p. 24), ou seja, a autora reconhece sua importância, mas destaca que não se pode tomá-la como símbolo da família brasileira, pois ela não existiu sozinha. Ver, também, Samara (1998; 1999; 2002) e Dias (1995), que trazem uma contribuição relevante sobre a condição da mulher, o seu cotidiano e poder em São Paulo, no século XIX, e conferem visibilidade às famílias chefiadas por mulheres.



sinônimo de família brasileira. Sendo assim, a autora salienta que a generalização do conceito de família torna-se ineficaz, já que a mesma não podia se constituir matriz, haja vista o recorte particular de tempo e local onde sobressaía.

Desde o período colonial, tanto a organização familiar como as moradias eram diversificadas. Para ilustrar que a família extensa não era universal e que o homem não era o único “chefe”:

Como chefes dos grupos familiares, as mulheres na Colônia, viúvas ou de marido ausente, exerciam um papel importante na coesão e na harmonização dentro dos clãs, o que pode também ser resgatado desde o século XVI nos contos e nas memórias das contadoras de histórias que nos folclores regionais delineiam vultos de mulheres fortes, com papéis sociais decisivos para a sobrevivência dos grupos familiares. (SAMARA 2003, p. 55).

Em outro momento, Samara (1998) ressalta que pesquisas recentes revelam que o modelo de família “extensa do tipo patriarcal” não foi predominante<sup>5</sup>, e toma como exemplo a cidade de São Paulo, onde, em 1836 (SAMARA, 2002), prevaleciam estruturas simplificadas e com menor número de membros, do tipo nuclear, bem como famílias chefiadas por mulheres, que discutiremos mais adiante.

Na segunda da metade do século XIX as mudanças ocorridas na sociedade, favoráveis à legitimação do Estado, possibilitaram o esfacelamento e declínio da família patriarcal e, em paralelo, o advento de novas configurações familiares, a saber, o surgimento da família conjugal moderna, em vigor na Europa na segunda metade do século XIX (COUTINHO, 2006). Nesse novo modelo, a redefinição dos papéis de homens e mulheres se diferencia daqueles exercidos na família patriarcal.

A partir do século XX a família ganha novos contornos, principalmente no cenário político, no qual o Estado passa a conceber essa instituição como instrumento de corresponsabilidade diante das políticas sociais implantadas. No cenário brasileiro, nos anos de 1970 foi dada à mulher a chance de melhorar suas habilidades no lar e, concomitantemente, capacitá-la para o ingresso no mercado de trabalho, devido à escassez de mão de obra na época

<sup>4</sup> “[...] dados compilados nos recenseamentos e nos testamentos do século passado” (SAMARA, 1998, p. 17).

<sup>5</sup> Vários pesquisadores têm demonstrado preocupação quanto às condições de vida das famílias das classes pobres, como, por exemplo, Goldani (1993; 1994; 2002), Macêdo (1999; 2008), Dias (1995), Castro (1990), Pantoja (2001) e Fonseca (2008).



e ao crescimento econômico a todo vapor (DUQUE-ARRAZOLA, 2006 a; CARVALHO, 2005; 2006).

Em 1980 emerge a ideia de transformação sociopolítica, a partir da luta por conquistas de direitos. Os segmentos organizados partiam do princípio que aquele momento era mais importante para fazer valer as lutas por melhores condições de vida. De fato, na época em que estes segmentos assumem protagonismo enquanto como sujeitos de direitos, a Carta Magna é revisada e contempla muitos dos anseios da população, entretanto alguns destes ainda não se materializaram.

A partir de 1990, marcos legais que destacam direito sociais ressaltam a relevância sobre a família, a implantação de políticas sociais com recortes geracionais. Carvalho (2005) salienta que a família está no centro das políticas de proteção social, é copartícipe diante das demandas familiares nas quais o Estado tende a intervir. A família encontra-se susceptível a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos e seus “laços esgarçados” (SARTI, 2005), pois, além das transformações internas e novos papéis familiares, também sofre interferências externas por estar submissa às leis capitalistas, tais como a precarização do trabalho e o crescente desemprego.

Pode-se dizer que a partir de um novo modo de viver em família se desenvolve o que alguns autores chamam de crise da família, com o advento de novos arranjos familiares, em função da quebra de paradigma, a saber: o encolhimento da família oriunda da baixa fecundidade; o aumento de longevidade nas pessoas, logo ampliação da expectativa de vida; o divórcio, em detrimento da indissolubilidade do casamento, e o enfraquecimento da família, traduzido em novos modelos familiares, principalmente em função do controle da taxa de natalidade e da entrada significativa da mulher no mercado de trabalho.

As famílias, enquanto unidades de relações sociais têm no exercício da função procriativa a difusão de hábitos, costumes, valores morais e éticos, transmitidos e colocados no centro das discussões cotidianas. Nesse espaço de convivência, também ocorrem trocas afetivas, pontos de discussão para nortear o viver coletivo entre indivíduos de sexos e idades distintas. Portanto, cada família vive uma dinâmica própria, entendida a partir de sua subjetividade, que ultrapassa o simples viver em conjunto com pessoas distintas. Por essa razão, Coutinho (2006, p. 97) ressalta que: “A família deve ser entendida em sua complexidade e discrepância de interesses, necessidades e sentimentos”.





As novas configurações e rearranjos familiares, basicamente, são atribuídos às transformações societárias. As Mudanças de papéis familiares e mulheres sendo as principais provedoras de domicílios são analisadas enquanto um fenômeno social em expansão que pode ser atribuído a estas transformações, na medida em que a luta por assegurar a manutenção material se mostra mais intensa nas famílias de classes populares. Essas famílias possuem condições de sobrevivência precárias, ainda mais quando se trata de domicílios pobres chefiados por mulheres, nos quais a situação é mais grave, uma vez que essa mulher, geralmente, ocupa espaços laborais informais e acaba recebendo remunerações que não lhes garantem satisfação das necessidades básicas, a saber, moradia e alimentação dignas.

A composição familiar ou, um dos arranjos domésticos constituídos por um dos genitores e filhos, é entendida como família monoparental<sup>6</sup> (GOLDANI, 1993; VITALE, 2002). Mas, segundo Oliveira (1992, p. 157), “a grande maioria é encabeçada por mulheres”, e tem ganhado maior visibilidade a partir das últimas décadas do século XX, muito embora pesquisadoras que tomo como referência para pensar a historicidade do arranjo familiar aqui discutido, como Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), Katia de Queirós Mattoso (1988), Eni de Mesquita Samara (1999) e Cláudia Fonseca (2008), vêm sinalizando a sua existência desde séculos passados. Entretanto na década de 1970 a visibilidade das famílias chefiadas por mulheres, em decorrência de seu aumento significativo (BARROSO, 1978), passa a ser referência nas pesquisas sociológicas (VITALE, 2002), produzindo um acervo bibliográfico relevante para as discussões acerca dessa categoria.

Embora o fenômeno denominado chefia familiar feminina apresente maior visibilidade nas três últimas décadas (MACÊDO, 2008; CARLOTO, 2005), é sabido que o mesmo é identificado desde o século XVII:

A presença maciça de mulheres na população da cidade - mulheres sós de maridos ausentes - era parte integrante da tradição da vila desde o século XVII, e somente passou a atrair a atenção das autoridades, em seus ofícios ou relatórios para o Reino, nas últimas décadas do século XVIII<sup>7</sup>. (DIAS 1995, p. 29-30)

<sup>6</sup> Oliveira (1992, p. 157) define famílias monoparentais como sendo aquelas constituídas por um homem ou uma mulher sem parceiro e com filhos. Já Vitale (2002, p. 46) concebe lares monoparentais como aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que ainda não são adultos.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Dias (1995), que, ao compor uma historiografia da época descreve o contexto de “fogos” chefiados por mulheres e salienta que os mesmos se faziam presentes na sociedade colonial do Brasil e diversas eram as causas para sua existência.



Ao contextualizar e situar a chefia feminina de domicílio como fenômeno histórico, faz-se necessário partir da análise fundamentada por Dias (1995) que, ao reconstruir os papéis sociais femininos nas camadas populares de São Paulo, no final do século XVIII, nos mostra que o cotidiano dessas mulheres pobres sempre esteve marcado por trabalhos laborais desqualificados, sem relevância nos aspectos econômicos.

Era esse o espaço das mulheres pobres, limbo e exílio do que havia de socialmente valorizado na economia paulista da época. Viveram precariamente a sua pobreza, no desdobramento das dimensões sociais do doméstico [...]. Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinha de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência [...] as afetavam os preconceitos advindos da organização da família de herança das classes dominantes, que as relegavam como excedentes sociais, mães solteiras e concubinas [...] (DIAS, 1995, p. 16).

Como se pode notar, a autora atualiza o retrato contemporâneo da mulher pobre que já era visível há três séculos. Sua labuta e a submissão a que era exposta quando desempenhava os seus papéis enquanto mulher, mãe e trabalhadora inserida nas classes populares. A elas eram reservadas as piores moradias, de construção frágil, taipa, no geral em casas alugadas, onde os cômodos eram pequenos, telhados em ruína. Geralmente eram locais onde comercializavam produtos<sup>8</sup> de subsistência, como ovos, hortaliças, peixes frescos, entre outros.

Dias (1995) ressalta que as chefias femininas de domicílios já apareciam nos dados censitários de 1836. Embora a autora faça essa ressalva, é importante registrar que no século XVIII já se notava a presença de mulheres sós de maridos ausentes, entretanto essa informação foi explicitada oficialmente apenas nas últimas décadas do século XVIII. Mudanças significativas ocasionam o advento da chefia familiar feminina, como, por exemplo, às mudanças econômicas com o tráfico de escravos, no século XVIII, mesclaram-se raças e origens diversas, o que favoreceu os concubinatos, uniões ilegítimas e, atrelado a essas mudanças, as mulheres exerciam atividades no espaço público e já não se limitavam a serem cuidadoras domésticas e as solteiras com prole chefiavam famílias (SAMARA, 2002).

Mas é no período que corresponde à segunda metade do século XIX e início do XX (SAMARA, 1998; OLIVEIRA, 2002) que emerge outro tipo de família na dinâmica das

<sup>8</sup> Esses produtos eram comercializados de forma clandestina, isto é, não pagavam o fisco. Ver, por exemplo, Dias (1995, p.25).



relações familiares entre os sexos. Segundo Samara (1998), em São Paulo essa tipologia poderia ser atribuída à elevação da categoria mulher como chefe de domicílio. Em meio aos diferentes contornos a que a família é condicionada socialmente, torna-se frequente o ciclo de organização, desorganização e reorganização (CARVALHO, 2006) que engendra o cotidiano de homens e mulheres e pode originar diferentes formações de arranjos familiares.

Samara (2002), ao analisar dados estatísticos do ano de 1872, referentes à categoria chefes de domicílios no Brasil (idade e sexo), ressalta que nas regiões econômicas pesquisadas aproximadamente 30% das mulheres eram denominadas chefes de domicílio, com idade entre 35 e 45 anos. Assinala, ainda, que Minas Gerais e São Paulo se destacam na elevação da chefia feminina de domicílio como responsável pela economia doméstica.

Desde a década de 1990 várias pesquisadoras têm demonstrado preocupação quanto às condições de vida das famílias das classes pobres, a exemplo de Dias (1995) e Fonseca (2008), bem como a existência de diferentes arranjos familiares desde o período colonial, como Corrêa (1993), Samara (2003; 1999) e Bilac (1999), entre outros.

A discussão já iniciada por pesquisadores dos temas relacionados às mudanças na organização familiar, especificamente sobre os diversos arranjos familiares, as “cabeças de domicílio”, as “lideranças de fogos”, onde a mulher, mãe solteira e pobre se desdobra enquanto responsável pelos papéis tradicionais e no trato com sua prole, além de assumir o encargo de manter a sobrevivência econômica familiar.

Mudanças nas esferas sociais, política e econômica contribuíram para a ampliação do fenômeno chefia familiar feminina. Samara (1998) aponta como fatores a ausência do marido ou viuvez, o que obriga a mulher a zelar pelo patrimônio da família, enquanto Fonseca (2008) destaca a mobilidade geográfica dos homens em decorrência de sua migração em busca de trabalho, o que provocava uma separação brusca e não deixava alternativa às mulheres abandonadas senão trabalharem para garantir o sustento da prole.

Fonseca (2008) mostra que, mesmo a figura feminina no início do século XX sendo vista como submissa ao marido, certas mulheres ocupavam o espaço público, quer para complementar a renda do marido, quer devido a este ter abandonado o domicílio. Era ela quem garantia o sustento do grupo familiar, ultrapassando os estereótipos impostos pela sociedade que as discriminava e as considerava relapsas por não se dedicarem com exclusividade aos cuidados do lar. O certo é que “[...] as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa” (p. 517).



As mudanças nas estruturas familiares fazem parte de um processo mais amplo de transformações sociais e econômicas:

[...] mudanças de comportamento [...] novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcio, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (GOLDANI, 1993, p. 68).

440

A autora salienta que a questão da chamada “crise” familiar pode estar diretamente relacionada com “os modelos estereotipados de família”, ao se confrontar o modelo patriarcal, intitulado pelas classes dominantes (rurais) da era colonial, com o modelo de família “classe média urbana”<sup>9</sup>. Esta dicotomia de diferentes concepções para um mesmo grupo social, no caso da família, com papéis definidos pela sociedade, leva a uma visão de que a crise nesta instituição foi instalada. O modelo estático (família rural e família urbana) se vê abalado. A família, ao participar do dinamismo social, tende a não só responder às transformações deste contexto como, também, influencia o mesmo. Neste sentido, a diversidade de arranjos familiares presentes na contemporaneidade é consequência da fragmentação do modelo nuclear aliado ao crescimento das famílias monoparentais.

Entende-se por família monoparental o grupo social formado por filhos e a presença de um dos genitores (masculino ou feminino). Goldani (1993), em suas pesquisas acerca das mudanças dos arranjos domésticos nos anos 1980, ao discorrer sobre as tipologias familiares, afirma que essa visibilidade na fragmentação do modelo nuclear conjugal possibilitou “um aumento nas proporções de famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge)” (p. 82). Na visão da autora, os aspectos demográficos referentes às “mudanças na nupcialidade”, assim compreendida: aumento do divórcio, bem como de mulheres solteiras com filho (p. 82), estão diretamente associados a essa tendência.

Como apontado anteriormente, os lares monoparentais são aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que ainda não chegaram à idade adulta (VITALE, 2002). O que denota uma sobrecarga de responsabilidades para apenas um dos genitores e, quando recai sobre a figura feminina, esta é obrigada a responder às necessidades de ordem econômica, numa

<sup>9</sup> [...] Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa o lugar de destaque [...] o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros, assumem maior relevância [...] (GOLDANI, 1993, p. 70).



sociedade em que o mercado de trabalho insiste em subjugar a mão de obra feminina – relegada aos piores postos de trabalho, aos piores salários. Isto, associada à categoria pobreza, já instalada historicamente no cotidiano dessa mulher, pode, conseqüentemente, acirrar ainda mais as precárias condições de sobrevivência de grupo familiar. Nesta concepção, tende-se a construir um estigma relativo à incapacidade da mulher para gerir e administrar as responsabilidades domésticas (VITALE, 2002), daí existir, na discussão sobre chefia familiar feminina, a associação da mulher/mãe com a pobreza, produzindo como efeito a *feminização da pobreza*.

As três últimas décadas<sup>10</sup> (MACÊDO, 2008) têm apresentado um elevado número de famílias cujo provedor principal é a figura feminina. O que as pesquisas empíricas têm registrado é a visibilidade deste fenômeno nas classes médias em paralelo ao seu crescimento nas classes populares. A autora salienta que é preciso desmistificar a homogeneização de que todo domicílio cuja figura feminina é referência econômica é pobre, o que leva alguns pesquisadores a denominar de feminização da pobreza, como se família chefiada por mulher fosse sempre a mais pobre entre as mais pobres.

Macêdo (2001; 2008), ao analisar a diversidade dos fatores que favorecem a ampliação deste fenômeno, reforça que este, por ser multifacetado e multideterminado, está entrelaçado com fatores objetivos, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, associados com os fatores subjetivos condicionados pelo contexto da globalização, movimentos sociais e o advento de novos protagonistas, a saber, o movimento feminista. O conjunto de tais aspectos favorece a visão ampliada de que a chefia familiar feminina deriva de uma articulação complexa de vários fatores condicionantes, cuja relevância das análises tem recaído na ideia da feminização da pobreza.

Favaro (2008) salienta que apesar de estudiosos das Ciências Sociais associarem esse fenômeno como resultado de desorganização e declínio dos padrões e valores familiares, a desigualdade de gênero e a importância que essas chefias femininas têm, bem como o seu papel diante das profundas transformações familiares, na medida em que assumem o protagonismo de ser mulher, mãe e exclusiva provedora doméstica, são pontos para a reflexão em torno deste fenômeno, haja vista que chefia feminina familiar vai além de aspectos objetivos, como ser mulher, responsável pela provisão, manutenção, cuidados domésticos e com os filhos.

<sup>10</sup> A década “[...] de 80 e os anos 1990 vão testemunhar todo um processo de desconstrução do olhar sobre as formas de organização familiar no Brasil [...]” (MACÊDO, 2008, p. 393).



As autoras Scott (2002) e Carloto (2005) ressaltam que o crescimento desse fenômeno é relevante nas famílias pobres, o que pode estar diretamente interligado ao tripé gênero, raça e classe social. E, como afirma Agier (1990), esses tipos de arranjos familiares são mais vulneráveis que os chefiados por homens, o que se constitui numa situação de pobreza, donde a procura de proteção social familiar, isto é, a procura de suporte junto à rede social para atender a necessidades econômicas e sociais pode ser acionada mais frequentemente.

Por outro lado, a feminização da pobreza surge na contemporaneidade quando pesquisas revelam o aumento da pobreza em escala mundial, ao revelarem um crescimento de lares chefiados por mulheres, tendo destaque aqueles oriundos de classes populares, em que a pobreza sobressai. No aspecto pobreza, pesquisas revelam que quando a mulher acumula as funções de provedora e responsável pela reprodução e, devido à sua proliferação, tende a apresentar um perfil vulnerável em função da precarização dos postos de trabalho por elas ocupado. As críticas sobre o estigma de que os lares responsáveis por mulheres sejam os mais pobres, são discutidas a partir das categorias gênero e classe social apoiado no fato da mulher ser:

[...] carente e ser do sexo feminino não coloca as mulheres numa posição de desigualdade frente aos homens maior do que aquele presente na relação homem-mulher no grupo dos mais pobres. Não sendo a mulher pobre mais desigual do que a mulher não pobre [...] (LAVINAS 1996, p. 478).

E, quando se faz referência à participação da mulher no mercado de trabalho, pode-se destacar aspectos relevantes como:

[...] (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para as quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal (NOVELLINO, 2004, p. 3).

A discussão referente à associação entre gênero e pobreza, feita por muitos pesquisadores (MACÊDO, 2007; 2008), aponta para as desvantagens às quais as mulheres estão submetidas no mercado de trabalho, em especial no tocante a ocupações e remunerações, além da ausência da figura masculina do lar, logo, de sua força de trabalho.





A análise do aumento de famílias chefiadas por mulheres em escala mundial, não considera as transformações societárias dos fatores socioeconômicos, culturais enquanto principais desencadeadores deste arranjo familiar prefere então, estereotipar conceber na visão de desorganização da estrutura familiar:

[...] em muitos países ainda é encarado como um exemplo de desorganização e queda de valores familiares. Quando se entende que a chefia feminina é um fenômeno que engloba aspectos tanto socioeconômicos quanto culturais, pode-se entender de maneira mais clara seu crescimento e também seu estigma (FAVARO, 2008, p. 2).

443

A proliferação desse tipo de arranjo é motivo de várias discussões acerca de causas e possíveis saídas de tal situação, apesar de, no final da década de 1970, o termo feminização da pobreza ser associado à pobreza e à condição de gênero. Estudiosos discordam da ideia de se analisar a pobreza somente pela ótica da renda, haja vista a subjetividade que envolve a questão de gênero, construída socialmente, que determina papéis específicos para o homem e para a mulher, a exemplo das tarefas domésticas destinadas às mulheres. Essa desigualdade de gênero é relevante na discussão em pauta, uma vez que a sociedade contemporânea possui características sexista, androcêntrica, ou seja, a ideologia patriarcal traz no seu bojo papéis predeterminados que dicotomizam os valores sociais atribuídos a homens e mulheres, construídos social e historicamente ao longo dos anos.

A chefia feminina de domicílio não se encontra somente em contextos susceptíveis à pobreza, pois é visível em todas as regiões brasileiras e classes sociais. Outro aspecto relevante diz respeito à formação de tais arranjos familiares, que vão desde os domicílios unipessoais até aqueles nos quais a figura masculina, o cônjuge, se faz presente, entretanto é a mulher que desempenha o papel de “chefe”, no sentido da provisão das despesas do domicílio.

Enfim, as variadas trajetórias das mulheres podem estar condicionadas às transformações próprias da sociedade contemporânea, o que ocasiona múltiplos significados: situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos ou casada, coabitando com o companheiro e os filhos, ou, ainda, em uma dessas situações, mas convivendo com parentes e outros agregados (MACÊDO, 2008). A autora defende que é preciso problematizar o risco da generalização das leituras estereotipadas no tocante à vulnerabilidade e pobreza homogênea.



Nesse sentido, torna-se imprescindível uma visão além do aparente, que reconheça a existência da complexidade que transcende os modelos estereotipados, unilaterais.

O fenômeno chefia familiar feminina, apesar de fazer parte da historiografia da família desde séculos passados, como retratam autores já mencionados neste trabalho, tem suas especificidades, sendo as estratégias de sobrevivência apenas uma delas.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia.* Em: Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v022/O\\_SEXO.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v022/O_SEXO.pdf). Acesso em 20 de junho 2014.

BILAC, Elisabete Doria. Mãe certa, Pai incerto: Da Construção Social à Normatização Jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA, Reinaldo Pereira; AZEVÊDO, Jackson Chaves de (Coord.): *Direitos de família: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: LTr, 1999, p. 13-27.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de legislação).

CARLOTO, Cassia M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. In: “Disponível em” <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994/774>. Acesso 10 de maio de 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA Ana Rojas; VITALE, M.A.F. (Org.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 5ª edição. São Paulo: PUC SP CEDEPE Cortez, 2010 p. 267- 274.

\_\_\_\_\_. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant [et al.] (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2006, p. 15- 22.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO. Mary Garcia. *Mulheres Chefes de Família, Esposas e Filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos* (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). In: “Disponível em” <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>. Acesso 10 de maio de 2014.

CORRÊA. Mariza: Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto [et al]. *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. (Coleção Momento), p. 15- 41.



COUTINHO, Maria Lucia R. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Mirian L de. (Org.) *Família e Gerações*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2006, p. 91-104.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. A mulher em programas de assistência social: o caso das mães do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil numa área rural da Zona da Mata de Pernambuco. In: SCOTT, Parry. R.; CORDEIRO, R. (Org.): *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Prefácio Andrea Butto. Recife Editora Universitária da UFPE, 2006 a, p.229- 243.

FAVARO, Carla Sabrina. *A casa delas: perfil das mulheres chefes de domicílios na Região Metropolitana de Campinas*. In: “Disponível em”, [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1416.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1416.pdf). Acesso 20 de junho 2014.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed., 1ª reimp., São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.

GOLDANI, Ana Maria. *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação*. In: “disponível em”, <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu01.06.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Retratos da família em tempos de crise*. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., p. 303-335, 1994.

\_\_\_\_\_. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n1\\_2002\\_2artigo\\_29\\_48.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2010.

LAVINAS, Lena. *As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro*. In: “Disponível em”, <file:///C:/Users/Asenate%20Franco/Downloads/16816-51836-1-PB.PDF>. Acesso em 22 de junho de 2014.

MACÊDO, Márcia dos Santos. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, 185p.

\_\_\_\_\_. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela Maria; CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 135-177.



\_\_\_\_\_. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Resenha temática. *In*: “Disponível em”, <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=569>. Acesso em 22 de junho 2014.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. Tradução do original francês por James Amado. São Paulo: CNPq/Currapio, 1988.

NOVELLINO, Maria Salete F. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *In*: “Disponível em”: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_51.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf). Acesso em: 20 mai. 2010.

446

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. *In*: “Disponível em”, <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V02A09.pdf>. Acesso em 03 de julho 2014.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). *In*: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: ed. 34, 2001, p.120-141.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998, (Coleção tudo é história).

\_\_\_\_\_. Família, Gênero e Mudanças Econômicas no Brasil (1836-1996) *In*: SILVA, Reinaldo Pereira; AZEVÊDO, Jackson Chaves de (Coord.): *Direitos de família: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: LTr, 1999, p. 89-105.

\_\_\_\_\_. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). *In*: “Disponível em”, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365642002000200004&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365642002000200004&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso e 03de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção História).

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. *In*: CARVALHO, M. do C.B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 7ª edição. São Paulo: EDUC-Cortez, 2006, p. 39-49.

\_\_\_\_\_. Famílias Enredadas. *In*. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. (Orgs.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 5ª edição. São Paulo: PUC SP CEDEPE Cortez, 2010, p. 21-36.

\_\_\_\_\_. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, R. Parry. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. *In*: “Disponível em”,



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 14, p. 430-447

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Scott\\_intro\\_mulher\\_chefe.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Scott_intro_mulher_chefe.pdf). 20 de jun 2010.

VITALE, Maria Amália Faller: Famílias monoparentais: indagações. *In: Famílias*. Revista Quadrimestral de Serviço Social e Sociedade, Ano XXIII- n.71. Ed. especial. São Paulo, SP: Cortez, setembro, 2002, p. 45-62.



## **AS MATRIARCAS DO MULUNGU E AS VOZES DO SABER: HISTÓRIAS QUE O TEMPO NÃO APAGOU**

JESUS, Maria Eunice Rosa de

*Estudante de doutorado do Programa de Educação e Contemporaneidade  
PPGEduC – Departamento de Educação – CAMPUS I,  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB.  
merosasilva@yahoo.com.br*

448

### **RESUMO**

Trata-se de um estudo sobre mulheres, mães e negras, que contam suas histórias de vida dentro da comunidade rural do Mulungu, localizada do município de Boninal, na Chapada Diamantina – Bahia. Suas vivências, tomadas aqui como representação de si e de seu entorno, são tratadas como expressão de memória, uma vez que recuperam no tempo presente aspectos do passado, de suas experiências, contadas como lugar de construção da pessoa. Compreender essas histórias exigiu um mergulho histórico nas comunidades negras rurais, nas quais a atuação da figura feminina foi/é essencial para a manutenção das festividades, do cotidiano e da família. O caminho metodológico escolhido é o Estudo Etnográfico, uma vez que se pretende através da pesquisa dar visibilidade a atuação da mulher na permanência das festividades, dos traços identitários e culturais de uma comunidade, pois a fonte oral é abundante e, muitas vezes, rica em detalhes do modo de vida de um povo.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Cotidiano. Festividade.

### **ABSTRACT**

This is a study on Black mothers who tell their life stories in the rural community of Mulungu, situated in the Bonimal municipality in Chapada Diamantina Region (Bahia, Brazil). Their experiences, herein regarded as their representation of themselves and their surroundings, are seen as memory expressions, since they rescue in the present time aspects from the past, from their experiences, narrated as a place for self-construction. In order to understand such stories it was necessary to carry out a search into the history of the Black rural communities in which the performance of female figures has been essential for maintaining the festivities, the everyday life and the family. Ethnographic research was the methodology of choice since the study aims at providing visibility for the women's performance in maintaining the festivities and the community's identitarian and cultural features and the oral sources are both abundant and rich in details about the people's lifestyle.

**Key Words:** Black Women. Everyday Life. Festivity.





A comunidade negra do Mulungu, situada no município de Boninal, na Chapada Diamantina – Bahia tem uma forte identificação com a instituição “família”. Tal identificação nasce, provavelmente, do reconhecimento e autoridade das matriarcas da comunidade, idosas que guardam o lugar da referência comunitária e para as quais toda a comunidade refere-se com respeito. Nos anos compreendidos entre 2004 e 2006, tive a oportunidade de conhecer o cotidiano dessas mulheres, suas atividades no Mulungu e seus laços familiares. O lugar parece possuir uma dinâmica própria de sobrevivência que mesmo estando tão perto do ambiente citadino ainda é capaz de guardar características muito próprias. Diante da especificidade tão peculiar nesta comunidade temos a impressão de um curto espaço temporal, tornando o Mulungu em um “outro lugar”, pois quando olhamos a nossa volta, parecem viver um tempo diferente deste a que estamos acostumados. Para as matriarcas e os demais moradores não tem muita lógica essa vida dita “moderna” a qual denominamos de modernidade ou pós-modernidade.

Uma das primeiras coisas que ouvi de Dona Augusta, a líder das matriarcas, quando cheguei ao Mulungu foi: **aqui é tudo uma família só**. Essa expressão demonstra a noção de família e o significado desta instituição para essas mulheres. Mulheres que, por si mesmas, narram as suas vivências como representação - um encontro delas com a própria memória. É a validação de experiências femininas, através das próprias raízes e do desenvolvimento de uma comunidade – espaço que tem sido omitido nos relatos históricos tradicionais. No Mulungu, o cotidiano vai sendo construído pelas exigências materiais e simbólicas da comunidade. Trata-se de uma dinâmica do aprender a fazer fazendo e vivenciando as situações na prática do artesanato, no cultivo da terra e nos rituais festivos.

Como afirma Paulo Freire (2005), o conhecimento resultante da inter-relação do homem com o mundo é uma construção coletiva. Nesta mesma direção, Freire diz que “ninguém educa ninguém. Os homens se educam em comunhão”. Educação, na concepção freiriana, é a prática de uma teoria do conhecimento. Ao se deparar com um problema, o homem se questiona, questiona seus semelhantes, pesquisa, busca respostas possíveis para solucionar o desafio que está à sua frente, testa suas hipóteses, confirma-as, nega-as, abandona-as e retoma-as. Por meio desse movimento, realiza o processo da aprendizagem, relacionando conhecimentos anteriores



aos atuais, ampliando, adquirindo novos conhecimentos para construir o seu saber. A esse respeito, escreve o autor:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiando e respondendo os desafios, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades, nem das culturas (FREIRE, 2005, p. 51).

450

Nesse sentido, o conhecimento nasce da interação entre os seres humanos e destes com o mundo. Todos, de alguma forma, agem e buscam respostas para suas necessidades, por isso, não há sociedade vazia de conhecimento, de cultura. Existem, sim, graus e níveis de conhecimento e saberes diferenciados, mas não há quem nada saiba. Como nos afirma Arantes:

Em se tratando da vida social, a cultura (significação) está em toda parte. Todas as nossas ações, seja na esfera do trabalho, das relações conjugais, da produção econômica ou artística, do sexo, da religião, das formas de dominação e de solidariedade, tudo nas sociedades humanas é constituído segundo os códigos e as convenções simbólicas a que dominamos “cultura” (ARANTES, 1986, p.34).

Para o povo, suas tradições a que denominamos de cultura é representada, ou melhor, vivenciada por meio da religião e de suas festividades transformadas, na maioria das vezes, em momentos “quase mágicos” na vida cotidiana dessa comunidade. É, também, nesses rituais festivos que são transmitidos os saberes desse povo, adquiridos ao longo das gerações e assimilados pelos mais novos através das orações – rezas, cantigas, chulas, coco – desafios e causos. É nessa prática que os saberes, consensualmente aceitos, são transmitidos de pessoa a pessoa, de grupo a grupo, de uma geração a outra, segundo os padrões típicos da reprodução popular do saber, ou seja, oralmente, por *imitação* direta e sem a organização de situações formais e eruditas do ensino – aprendizagem.

É importante lembrar o quanto é difícil dar visibilidade e, sobretudo, conhecer as muitas histórias dessas mulheres postas à margem da sociedade, pois elas não foram citadas pela literatura canônica, nos cartórios, tampouco seus filhos escreveram sobre seus medos, angústias, vitórias porque eram/são desprovidas de uma saber escolar e, sobretudo, pobres,



tendo que labutar muito no seu dia-a-dia pela sobrevivência e se sonharam ou sonham muito pouco ou nada desses sonhos foram escritos, contados ou cantados pela história oficial. Assim declara D. Maria de Souza<sup>1</sup>:

*Eu nasci e criei aqui, meus pais era daqui, meus avó era daqui e do Baxão. Eu não brincava praque precisava trabaiaá praque a nossa vida era muito difíci e precisava trabaiaá pra ajudá pai a criá a gente. A gente não brincava muito não e tambei não istudava<sup>2</sup>.*

451

Continuando com os relatos de uma vida com muitas dificuldades, Dona Pretinha<sup>3</sup>, hoje moradora da comunidade de Vão das Palmeiras, lembra com precisão de detalhes como era o cotidiano de uma jovem na comunidade do Sonhem, próxima do Mulungu. Quando comparamos esse relato com os de outras mulheres das mais diversas comunidades rurais da região pesquisada, a realidade não é muito diferente:

*[...] nasci no Sonhem, nasci no Sonhem em 1930, morei lá e sofri dimais lá, porque esses tempo lá tudo era sofrido. Esse tempo era muito sofrimentu purque a gente trabaiaava muito e cansei de trabaiaá pra comê, que sustentu não tinha nada. Se pelo menos tivesse uma terrazinha, purque eu não tinha. Lutei lá mais meu povo, mais minha mãe e meu pai. O meu pai era duente, chiava, quando ele dava asma, assim ele não queria atendê. Mais graças a Deus nois nenhum herdô a asma, purque tinha regime. Ele labutava com a comida dele sozinho, e não labutava mais ninguei. Ele tinha o prato de comê e o copo de bebê, purque eu já tenho 75 ano e até hoje não apareceu ninguei da família que herdô essa duença. Casei com 22 ano e fiz a festa muito boa<sup>4</sup>.*

É nesta rede de interações que nas comunidades negras, de forte tradição oral, o diálogo vai sendo tecido pouco a pouco, ponto a ponto pelos eventos de fala. Assim, através da oralidade essas mulheres vão se conhecendo, se fazendo nos sucessivos encontros e desencontros das diferentes histórias de cada uma, o modo de vida e o conhecimento adquirido por elas a partir de suas vivencias no interior da comunidade. Essas vozes tecidas nesta relação

<sup>1</sup> Entrevista realizada com Maria Caetano de Souza, em setembro de 2005, na pesquisa de campo para compor o *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.

<sup>2</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.

<sup>3</sup> Entrevista realizada com Dona Pretinha, em setembro de 2005, na pesquisa de campo para compor o *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.



de convivência são utilizadas para comunicar o vivido e o por viver, para anunciar seus sonhos e desejos. Conferir visibilidade a essa história e, principalmente, a existência e a participação das mulheres na formação sócio-político-cultural da comunidade do Mulungu, bem como na região do seu entorno, ou seja, na maioria dos municípios pertencentes à Chapada Diamantina – Bahia não é uma tarefa fácil. Pessoa de Castro, afirma que:

Personagem mais do que omissa da História do Brasil é a imagem que ficou da mulher negra no papel de dublê, silente e anônimo, que lhe coube representar episodicamente, na condição inevitável de escrava servindo de mãe-preta, ou seja, posta em cena para correr os riscos, sem perdão pelo erro, na função ingrata de criar o filho da mulher branca do colonizador europeu, autores e executores reconhecidos do seu drama (PESSAO DE CASTRO, 1990, p.01).

Nessa trajetória de luta e organização das mulheres negras e pobres, trabalhadoras rurais e prestadoras de serviços, principais responsáveis pela continuidade e permanência da família, foi construída numa mística libertadora, cujo conteúdo se expressa nas iniciativas. Essas mulheres tiveram nas suas trajetórias a incumbência de quebrar preconceitos na casa – espaço privado e no espaço público – vida social fora do ambiente da família.

Neste sentido, a presença feminina nas comunidades negras rurais da Chapada Diamantina, especialmente na comunidade negra rural do Mulungu de Boninal, é aquela que, produz o alimento, é a chefe/líder da casa e a responsável pela sobrevivência e sustento da família, isto é, dos filhos, netos, sobrinhos e agregados. Essas mulheres negras e pobres, pertencentes às camadas populares, não correspondiam, em sua grande maioria, ao modelo da família estabelecido e idealizado pela sociedade ocidental, bem como a idealizada pela Igreja Católica, pois seguindo as normas de conduta dessa instituição o padrão aceito era aquele moldado a partir do estereótipo da mulher abastada – oriunda de famílias de posses, cuja característica básica é ser submissa e mãe dedicada. De acordo com a pesquisadora Terezinha Bernardo:

O fato de a mulher ser percebida no mundo ocidental como responsável pela ruptura da ordem – o que, inclusive, garante o patriarcado -, por um lado, legitima o lugar que deve ser ocupado pelo feminino: o interior da casa. Isso

<sup>4</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.



isola a mulher, não havendo possibilidade de os “fluxos de desejos” seguirem seu curso sem interrupção. Por outro lado, o interior da casa é o local adequado para o exercício da sexualidade, que deve também ocorrer para a mulher no interior do casamento. Assim, as normas para o comportamento feminino são estabelecidas (BERNARDO, 2003, p.29).

Foi possível observar que a mobilidade geográfica e social dessas mulheres da Chapada, provocada pela ausência dos companheiros, deu-se, sobretudo, pela entrada das minas com a descoberta do ouro e diamante, nas atividades de mineração e pelo “sonho do emprego fácil” nas grandes cidades como, por exemplo, São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1970, no auge do seu desenvolvimento. Essas ausências acabaram por acarretar conseqüências: as mulheres passaram a se ver como chefes de suas casas e de suas famílias, já que foram obrigadas a lutar por sua sobrevivência e pela sobrevivência dos filhos. Ainda sobre a atuação da mulher na sociedade contemporânea a autora afirma:

A mulher no mundo ocidental recebe desde a infância os princípios que devem orientar seu comportamento. É claro que essas normas, muitas vezes, são ressignificadas, mesmo porque um dos pressupostos de qualquer cultura é a sua dinâmica. No entanto, mesmo na contemporaneidade, o espaço privado parece ser ainda reservado especialmente ao feminino. Assim, grande parte das mulheres continua a representar a permanência, a intimidade, a continuidade (BERNARDO, 2003, p.30).

Durante as minhas andanças na comunidade, principalmente nos momentos das conversas e entrevistas com algumas das mulheres do Mulungu, período da pesquisa de campo para compor a dissertação de mestrado, tive a oportunidade de vivenciar com essas mulheres “fragmentos de suas histórias” contadas e cantadas por elas com muito entusiasmo. Dentre os acontecimentos culturais transcritos das gravações de muitas das conversas, destaco o casamento à moda antiga e o culto aos mortos para uma breve análise, diante da riqueza dos detalhes e, principalmente, por se tratar de momentos em que a generosidade, o coletivismo, a dor e a alegria se fazem presentes e são compartilhados por todos os moradores da comunidade, em especial pelas mulheres, as quais demonstram nas suas mais diversas atividades cotidianas o sentimento de solidariedade.



Vale lembrar que de todas as manifestações culturais existentes no Mulungu apenas a Festa de São Sebastião e a apresentação do Jiro<sup>5</sup> do Reis foram, por mim, observadas e acompanhadas no espaço da comunidade, cujo tempo de duração dessas duas festas é, em média, trinta dias e tem a participação de todos os moradores da comunidade e do seu entorno. Com relação às demais, além de acompanhar a Estação<sup>6</sup> tive, também, os relatos dos moradores mais velhos, aqui, representados pelas Matriarcas de como o Casamento e o Culto aos Mortos eram compostos e como se apresentavam no seu tempo, ou seja, “tempo dos mais velhos”. Compreende-se, portanto, que as festas aparecem como um saber tradicional guardado pelas comunidades negras que, ao longo do tempo, vêm moldando suas raízes de acordo com as transformações sociais. Essas transformações, na maioria das vezes, ocasionam perdas, recriam e remodelam as manifestações culturais, as relações de convivência, a identidade cultural e aos valores transmitidos e apreendidos pelos moradores através das gerações.

O casamento, vivenciado pelas matriarcas, não tem, na atualidade, a mesma formatação dos moldes de outrora, pois nas palavras de Dona Augusta<sup>7</sup> *as menina de hoje vai logo se juntano, di pra traz não era assim*. Em sua fala, diz que no seu tempo era costume os pais dos noivos firmarem o compromisso primeiro e daí em diante começavam os preparativos para o casamento, tanto por parte dos pais da noiva, quanto do noivo. E ainda de acordo com a sua fala *daí começava o fuá, quase todo sabu tinha samba na casa da noiva...*

*... agora tá seno assim, a festa do casamento, chega o dia e fais a festa apronta a moça, chegô o dia de casá né, e fais a festa e di pra traz não, di pra traz se marcasse um casamento com oito meis, agora nois tamo no meis de julho, levava julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro pra a gente fazê esse casamento, nois tratava mermo de fazê, agora dentro desse meis todo, todo meis tinha um samba na casa da noiva, ia fazê um samba na casa da noiva, todo sabu, agora se marca um casamento ligerin e fais, aquela moças que mora mais junto não tem mais fuá, di pra traz era assim<sup>8</sup>.*

<sup>5</sup> Jiro, termo banto, deverbal de *Kujila*, cujos significados são rezar, orar, festejar os deuses (PESSOA DE CASTRO, 2001, p.261).

<sup>6</sup> Estação é uma Festa Religiosa que acontece no período da Semana Santa e tem como princípio básico encenar A Via Sacra, ou seja, a peregrinação de Jesus Cristo. Este evento religioso é, normalmente, conduzido por homens. Na comunidade negra do Mulungu de Boninal tal atividade é realizada por uma mulher, Dona Teodora, tornando esta festa muito peculiar nesta localidade.

<sup>7</sup> Entrevista realizada com Dona Augusta, em setembro de 2005, na pesquisa de campo para compor o *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.

<sup>8</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.





Dona Maria<sup>9</sup> continua a narrativa:

*(...) todo meis fazia aquele samba eh!!!. Que aquelas menina já sambava. No dia do casamento, só não pegava fogo que a gente era de água, se fosse ferro... Era festa a noite toda sambanu e cantanu, aquele tempo não tinha banda era sanfona, era dançanu de instrumento de viola, era fazenu dança de roda. Tinha comida, tinha muita comida!, No tempo deu, di pra traz, não tinha banda, era as mulé dançanu na sala e os homi cantanu na varanda. Os homi com as mulé não mistura não, o samba dos homi era separadu era cantanu coco, cantanu chula. (...) as comida era a merma comida que não tem muita diferença né, praque matava assim, um porco, galinha e bode o mais falado era carneru, os mais falado aqui pra festa era carneru e hoje pouco existe, hoje mais é porco, porco nunca acabô de moda, mais carneru é difíci<sup>10</sup>.*

455

Essa prática, ou seja, esse modelo de casamento era comum nas comunidades negras rurais da região. Pude confirmar tal fato, recorrendo, sistematicamente, aos depoimentos dos moradores mais velhos tanto os homens quanto as mulheres, não só do Mulungu, como também de outras comunidades por mim visitadas, na pesquisa de campo como: Baxão Velho, Baxaozinho, Vão das Palmeiras, Lagoa do Baxão, Alagadiço.

Neste sentido, tomo a liberdade de afirmar que o casamento, denominado por mim de *casamento à moda antiga* vivenciado nessas comunidades, conserva muitos traços culturais e identitários de um povo que, mesmo vivendo primeiramente na condição servil e, após a escravidão, à margem da sociedade, consegue perpetuar, através das gerações, traços marcantes e peculiares de sua cultura. Tal fato pode ser comprovado nas palavras de Dona Teodora<sup>11</sup>, quando pedi que ela contasse como foi o seu casamento. E no seu relato ela diz:

*Nossa! Era samba em grosso quasi todo sabu as mulé daqui gostava de mim fazê chorá. As mulé vinha cantá pra noiva chorá.”(...) quando a noiva se aprontava, saía e aí nois cantava:*

*A rosa branca foi se embora,  
ela foi se bora e me dexou,  
se não fosse a rosa branca,  
eu não tinha mais amô.  
É uma mesa, é uma tuaía,*

<sup>9</sup> Entrevista realizada com Dona Maria, em setembro de 2005, na pesquisa de campo para compor o *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.

<sup>10</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.

<sup>11</sup> Entrevista realizada com Dona Teodora, em setembro de 2005, na pesquisa de campo para compor o *corpus* da dissertação de mestrado *Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu*.



*o moreno para nois dancá. (...)*

*Essa música ia cantanu, pra Boninali ia andanu, se fosse pra o Sonhem ia andanu, até pra Palmares que é Nova Colina já foi um noivado daqui andanu. Eu casei em Nova Colina, mais já fui a cavalo, mais os noivado daqui, até em Piatã ia casá daqui de pé. Andava o dia todo, durmia no caminho. A finada Lina mermu, foi andanu. A finada Alzira do seu Fraviano foi andanu, eu me lembriu. Todo mundo ia cantanu era grupo de gente mermo em grosso, até em Seabra já foi cantanu. Padre aqui era difici, era de ano em ano que vinha padre aqui. Era 26 de outubro, 28 de abril e 11 de agosto no Sonhem, se passasse desse meis era de ano em ano que tinha padre, agora os padre mora aí perto<sup>12</sup>.*

456

Além do evento Casamento à Moda antiga outra prática cultural vivenciada nas comunidades negras rurais e brevemente descrita é o Culto aos Mortos que é, também, outro momento importante na vida dos moradores. Contudo, é um momento constituído de muita dor e tristeza, pois está diretamente relacionado ao enterro do morto e às últimas homenagens dos familiares, parentes e amigos àquele que durante sua vida desempenhou um papel na estrutura social e econômica daquele grupo. Vale ressaltar que o enterro só é consumado após o ritual de preparação do corpo com orações, ou seja, o momento destinado pra a “encomenda da alma à Deus” no ritual da sentinela.

Há uma prática nessas comunidades de transformar esses momentos de tristeza em um acontecimento social, pois enquanto se “vela” o corpo do morto há, também, um espaço para os contos de causos, desafios - coco<sup>13</sup> e chulas contados e cantados pelos homens, no espaço externo da casa, enquanto as mulheres se revezam nas orações e nos preparativos das comidas, cafés, bolos, biscoitos que serão servidos durante a noite e/ou enquanto durar a sentinela. Nesses momentos, as mulheres também se divertem cantando e contando suas histórias, principalmente, as dos tempos de moças. A propósito, sobre o que vimos e discutimos a respeito do culto aos mortos, Bastide assegura que:

A vigília é, pois, um momento cronologicamente mal datado, um pouco fora do ritmo da vida rural, sem significação tradicional, mas apenas sociológica (ritmo de dispersão e condensação). Mas justamente porque a vigília, mesmo quando feita à cabeceira do cadáver, une os homens, assim as memórias, os

<sup>12</sup> No trecho da entrevista transcrita, foi mantido o texto fora do padrão ortográfico e gramatical, uma vez que se priorizou na fala do entrevistado o discurso mais próximo do original.

<sup>13</sup> Também conhecido como desafio entre os cantadores. A prática de cantar coco é uma tradição dos cantadores de Reis das comunidades negras rurais foco da pesquisa, situadas na Chapada Diamantina, interior da Bahia, cuja origem remonta aos dos trovadores medievais. É uma mescla entre poesia e música, na qual predomina o improvisado, ou seja, a criação de versos a partir da deixa do desafiador.



fragmentos da memória coletiva, esta comunidade de lembranças provoca a revivescência de certos elementos da arqueocivilização. A adivinhação é um deles (BASTIDE, 1959, p.29).

No Mulungu e nas comunidades do seu entorno a notícia do falecimento de um morador corre rapidamente, ganhando quase que a mesma importância de uma celebração festiva, pois todos os moradores do lugar e da vizinhança sentem a necessidade de prestar sua última homenagem ao morto, bem como sua solidariedade à família enlutada. Logo após a confirmação da morte, é designada uma pessoa, espécie de mensageiro, com a incumbência de sair avisando o acontecido, principalmente aos parentes que moram em outras localidades. Nesse momento, os trabalhos ou afazeres domésticos são interrompidos e a maioria dos moradores da localidade encaminha-se à casa do morto, permanecendo lá até o sepultamento.

Nas palavras de Brandão (1985), essa preocupação com a morte e, principalmente, em dar ao morto um sepultamento digno vem desde os tempos dos greco-romanos, pois se acreditava que a morte era seguida por um estado de repouso e quietude, com a passagem do corpo e da alma para o mundo dos mortos. Por isso, o temor dos antigos de morrer insepultos uma vez que lhes acarretaria sofrimentos eternos.

Nesse contexto, Aguiar (1994) esclarece que a importância da tradição oral é um instrumento de preservação, transmissão e aquisição dos conhecimentos, realizados através da educação informal, cujo cotidiano de uma comunidade é estabelecido através da história, da forma de organização social e cultural, da ocupação do espaço físico e de suas casas; da alimentação e da agricultura; do artesanato e das práticas religiosas.

Vale lembrar que as manifestações culturais existentes na comunidade negra em questão compreendem um processo de construção, afirmação, elaboração e reelaboração que passa pela origem histórica, pela estética e a sua representação na sociedade, pois são as falas, os gestos, as experiências e as vivências que vão construindo as redes de significados nas representações dos sujeitos e delimitando os territórios em espaços que se criam e se identificam em lugares que vão se constituindo nas paisagens, nos espaços festivos e religiosos nas comunidades, nos grupos que chegam, ficam, partem e fazem o habitar humano. Para Brandão "a educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sociedade" (1985, p. 10). Assim, as riquezas culturais nas comunidades negras rurais, frente à rapidez das transformações sociais, precisam



ser vistas como importantes a fim de garantir e fortalecer a manutenção desses conhecimentos e, conseqüentemente, aproximar os jovens para a continuidade dessa cultura.

É importante ressaltar que sabemos o quanto é complexo discutir, investigar e refletir sobre questões relacionadas com a vida, saberes, culturas de etnias e grupos ditos minoritários num sistema social ocidental, pautado num modelo eurocêntrico e monocultural que silencia as manifestações culturais diferentes das estabelecidas como superiores. Pessoa de Castro faz a seguinte abordagem:

[...] em conseqüência do parâmetro que se colocou entre povos que conhecem uma forma de escrita literária e povos que se valem da tradição oral, os últimos terminaram sendo vistos como se fossem portadores de uma cultura inferior ou até mesmo desprovidos de qualquer tipo de cultura (PESSOA DE CASTRO, 2001, p. 85).

É importante lembrar que a trajetória/história de vida de mulheres não foi, por muito tempo, tema relevante para os estudos acadêmicos, tornando-as invisíveis na construção e formação da sociedade brasileira. A pesquisadora Miridan Knox Falci em seu artigo *Mulheres do Sertão Nordestino*, publicado no ano de 2004, no livro *História das Mulheres no Brasil*, faz um relato histórico sobre as dificuldades em (re)conhecer essas mulheres postas à margem da sociedade. Além disso, tiveram e, até hoje, têm de labutar muito no seu dia-a-dia pela sobrevivência e se sonharam ou sonham muito pouco ou quase nada desses sonhos foram escritos, contados ou cantados pela história oficial. A esse respeito a autora traz a seguinte observação:

Mulheres ricas, mulheres pobres; cultas ou analfabetas; mulheres livres ou escravas do sertão. Não importa a categoria social: o feminino ultrapassa a barreira da classe. Ao nasceram, são chamadas “mininu fêmea”. A elas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos foram impostos, mas também viveram o seu tempo e o carregaram dentro delas (FALCI, 2004, p.241).

Compreende-se, portanto, que o cotidiano das mulheres nos mais diversos espaços, bem como as estratégias criadas e estabelecidas por elas através das redes de sociabilidade e solidariedade para a manutenção e preservação dos saberes constituídos e compartilhados pela comunidade devem ser vistos como objeto de estudo de grande valia para dar visibilidade e a devida importância à presença feminina na formação/composição da sociedade brasileira



O texto aqui apresentado tem como objetivo dar voz as mulheres do Mulungu, transformando-as em sujeito do discurso através dos testemunhos, relatos, lembranças de suas trajetórias como mulheres, mães e líderes da comunidade que atuam. Portanto, a função da pesquisadora foi/é desenvolver, a cada dia, o olhar e a escuta sensível, servindo como mediadora/interlocutora na (re)visita do espaço festivo e do cotidiano, bem como da memória dessas anciãs que, sem dúvida, enriquece a nossa história quando reconhecemos como sujeitos atuantes na nossa sociedade. Como afirma Ecléa Bosi (1994), a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, e isso não ocorre por acaso. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam e trabalham. Isso significa que os velhos têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Carmem. *Educação, Cultura e Criança*. Campinas: Papyrus, 1994

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Ática, 1986.

BASTIDE, Roger. *Sociologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Anambi, 1959.

BRANDÃO, Carlos. *O que é Educação. Col. Primeiros Passos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERNARDO, Teresinha. *Negras, mulheres e mães: Lembranças de Olga de Alaketu*. São Paulo: EDUC, Rio de Janeiro: PALLAS, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do Sertão Nordestino*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

PESSOA DE CASTRO. *No Canto do Acalanto*. Ensaios/Pesquisas nº. 12. Cento de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 1990, p.01-08



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 14, p. 448-460

PESSOA DE CASTRO. Línguas Africanas e Realidade Brasileira. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*. Salvador, 2001, v.10.n.15, p.83-91. jan./ jun.

PESSOA DE CASTRO. *Falares africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2001.





## **GESTÃO INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA E DO PLANO RIO SEM MISÉRIA: EM BUSCA DA PROTEÇÃO E DA SUPERAÇÃO DA POBREZA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

BROTTO, Márcio Eduardo

*Professor do Programa e Pós-Graduação em Serviço Social PUC/RJ*

*Coordenador do NIEPSAS – Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social*

*meb.brotto@uol.com.br*

461

HULLEN, Angélica Cristina Nagel

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social PUC/RJ*

*Membro do NIEPSAS*

*angélica.hullen@hotmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo é resultado parcial de pesquisa sobre o Plano Rio Sem Miséria - PRSM, o plano de superação a pobreza do estado do Rio de Janeiro. Visa realizar uma descrição sistemática do PRSM, verificando a articulação com a política de assistência social e, apresenta resultados iniciais do Plano. Estudos como estes são importantes, pois debatem o papel da assistência social na resolutividade das necessidades humanas, visto que nem todas as necessidades específicas para a superação da pobreza, são desta política. Elas são comuns a várias políticas e assim devem ser entendidas para o êxito de Planos desta natureza.

**Palavras-chave:** Plano Rio Sem Miséria. Assistência Social. Pobreza.

### **ABSTRACT**

This paper is a partial product based on the research on the Rio Plan without Poverty - PRSM, a strategy aimed at overcoming poverty in the state of Rio de Janeiro. It aims to perform a systematic description of PRSM, analyzing it in the light of social welfare policy, and to present initial outcomes of the state strategy. Studies like these are of importance as they discuss the role of social assistance in solving human needs. Not all the specific needs for overcoming poverty are included in the social welfare policy. They are integrated in several policies and must be understood through different perspectives in order to enhance the impacts of such strategy plans.

**Key-words:** Plano Rio Sem Miséria. Social Assistance. Poverty.



## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem se destacado, no período recente, pela redução da pobreza – especialmente a extrema pobreza. Este resultado deve-se a um conjunto de fatores, que vão desde a recuperação do salário mínimo, passando pela crescente incorporação de trabalhadores no mercado formal de trabalho, com o aumento do número de empregos, até a consolidação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, que é a materialização da política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família – PBF.

O SUAS busca integrar as políticas de Assistência Social num modelo racional, equitativo, descentralizado, participativo e com financiamento compartilhado entre os entes federados. É um sistema público, não contributivo, que tem por função a gestão e a organização da oferta de benefícios e serviços da assistência social.

A convergência entre os benefícios e os serviços da Assistência Social proporcionou avanços no que se refere à superação da pobreza: foram mais de 28 milhões de pessoas que saíram da situação de pobreza extrema (IBGE/2010). Mas mesmo diante dos resultados, 16,2 milhões de pessoas permaneceram na condição de extrema pobreza (IBGE/2010), demonstrando que as políticas públicas implementadas não foram suficientes e mostraram-se de difícil acesso para as camadas mais pobres da população, sendo incapazes de reverter a situação de extrema pobreza de muito brasileiros. E neste contexto, o governo da Presidente Dilma Rousseff, ciente da limitação da política aplicada, apresenta o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) em junho de 2011, com o objetivo de erradicar a extrema pobreza no Brasil até o final de 2014. No mesmo momento, conclama os governos subnacionais a criarem seus planos de superação da pobreza.

Alinhado a estratégia do Governo Federal e mediante um cenário de pobreza e desigualdade, o governo do Estado do Rio de Janeiro criou o Plano Rio Sem Miséria - PRSM, que consiste no Plano Estadual de Superação da Pobreza.

O objetivo desta pesquisa consiste em verificar a articulação do PRSM com a política de Assistência Social e em que medida essa articulação contribui para que o plano atinja o seu principal objetivo: redução da pobreza familiar, especialmente a extrema, no estado do Rio de Janeiro.



Para atingir os objetivos aos quais se propõe o estudo faremos um estudo de caso, análise de dados quanti e qualitativos e entrevista com os gestores e formuladores do PRSM e da política de Assistência Social no estado.

## **2. A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO GARANTIA DO ACESSO À PROTEÇÃO SOCIAL: CENÁRIO DO BRASIL E DO RIO DE JANEIRO**

463

### **2.1. A política de assistência social e o modelo de proteção social no Brasil**

A discriminação efetuada pelo Estado, que definia os cidadãos com direito de acesso à proteção social perdurou até a CF/88. A Carta Constitucional de 1988 pode ser entendida como um marco de garantia de direitos da construção de uma rede de proteção social para todos os cidadãos e não somente para aqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho, pois elegeu um conjunto de valores éticos considerados fundamentais para a vida nacional, configurando assim no Brasil um modelo de Estado de Bem-Estar mais próximo dos estados europeus.

No campo das políticas públicas, a Constituição garante o direito universal (independentemente de qualquer pagamento direto ou indireto) à saúde e à educação e, ainda, define que a Seguridade Social é constituída pelas políticas de previdência social, de saúde e de assistência social.

No que se refere à política de Assistência Social, o artigo 203 da Constituição define que essa deve ser prestada “a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social”. No processo recente de implementação das novas concepções de assistência, que incluem a proteção da família, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, a promoção da integração com o mercado de trabalho, dentre outros, merece destaque a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, demarcando assim a responsabilidade do estado brasileiro em garantir proteção social aos cidadãos em situações específicas.

De acordo com Jaccoub (2009, p.62-63), é por meio de um sistema de proteção social que:



“a sociedade proporciona a seus membros uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais. Sejam decorrentes de riscos sociais – enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice, morte – sejam decorrentes de situações socioeconômicas como pobreza ou vulnerabilidade, as privações econômicas devem ser enfrentadas pela via da política de seguridade social, pela oferta pública de serviços e benefícios que permitem um conjunto de circunstâncias a manutenção da renda, assim como a atenção universal à atenção médica e socioassistencial”.

464

A proteção social está relacionada de acordo com Jaccoub (2009, p.58) a “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. Logo, É no contexto em que o Estado passa a ser responsável prioritário pela garantia dos direitos sociais por meio da proteção social e materialização dos mesmos, com a execução das políticas públicas, com novas configurações, destacando-se em vários países e especialmente no Brasil, os Programas de Transferência de Renda com Condicionais.

## **2.2. A política de assistência social: o modelo brasileiro e o cenário atual no Estado do Rio de Janeiro**

A política de assistência social não tem seu campo de atuação restrito à questão da pobreza, mas busca afiançar direitos sociais e a inclusão social. Assim sendo, pobreza não é concebida apenas como sinônimo de insuficiência de renda, mas como uma situação complexa e multidimensional que exige a oferta de serviços que possam contribuir para o apoio às famílias, na ampliação da sua capacidade protetiva, objetivando a superação das situações de vulnerabilidades sociais e riscos sociais e pessoais.

Porém, de acordo com Sposati (2009, p.33):

“Não são todas as necessidades humanas de proteção social que estão para resolutividade da assistência social, como também não são todas as necessidades de proteção social dos pobres que aqui são consideradas como específicas da assistência social. Elas são comuns a várias políticas.”

A política de assistência social possui suas especificidades estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social, a Loas. Dentre estas podemos citar como basilar a proteção



social, que visa a garantia à vida, a redução de danos e a prevenção de incidência de riscos. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem como princípios a centralidade na família, a proteção proativa e a integração à seguridade social e às políticas sociais e econômicas. Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), a proteção social da assistência social abrange um “conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para a redução e a prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família”. Essas ofertas estão organizadas no SUAS em tipos de proteção – proteção social básica e proteção social especial – e são providas por meio de serviço, benefícios e programas, projetos, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

As seguranças socioassistenciais afiançadas pela política de assistência social, que orientam as ofertas disponibilizadas pelo SUAS são: segurança de sobrevivência ou de rendimentos e autonomia; segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhida.

Os públicos e as situações atendidas pela Assistência Social, de acordo com Spasati (2009) se colocam no campo da proteção relacional, atuando na prevenção e superação das situações de isolamentos, subordinação e exclusão social. A definição das funções da assistência social, das seguranças socioassistenciais afiançadas e das situações atendidas que demarcam a atenção não somente para a segurança monetária de renda, mas para o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência: se ocupa em ofertar atenção a situações de vulnerabilidades sociais e de riscos pessoais e sociais.

No Estado do Rio de Janeiro, a responsabilidade da política de Assistência Social é da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH. De acordo com o Censo Suas 2012, os 92 municípios aderiram a SUAS e assim como o Estado, assinaram o Pacto de Aprimoramento da Gestão em 2012. Censo revela ainda que há no estado mais de 15 mil trabalhadores do SUAS (entre nível fundamental, médio e superior), 448 Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, 105 Centros Especializados em Assistência Social – CREAS e 17 Centros de Atendimento à População de Rua – Centro POP.

A Comissão Intergestores Bipartite – CIB tem desempenhado relevante papel na condução da política no Estado, ao ser o local dos grandes debates, decisões e pactuações que são realizadas no Estado, com a participação significativa dos municípios nas reuniões mensais.



### 3. ANTECEDENTES DO PLANO RIO SEM MISÉRIA

No início de 2011, o Brasil encontrava-se sob um processo de expansão de cobertura dos serviços de assistência social, devido a duas grandes iniciativas: a implementação do SUAS e a cobertura plena do PBF, um programa de transferência de renda, focalizado, com condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A maioria das políticas de proteção social encontrava-se sob a responsabilidade, na esfera do federal, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nas esferas estaduais, os 26 estados e do DF, das Secretarias de Estado de Assistência Social, bem como nas esferas municipais, os 5.570 possuem suas Secretarias de Assistência Social, sendo algumas com integradas com outras políticas, como por exemplo, habitação, trabalho e renda, dentre outras.

Os programas que estão sob a responsabilidade da política de Assistência Social consistem em transferência de renda monetária e na prestação de serviços para os beneficiários e, no caso do governo federal, na construção de equipamentos públicos de segurança alimentar.

Ainda que os programas sob a responsabilidade social estejam funcionando, com cobertura considerável, investimentos e estruturas precárias, é necessária a construção, do ponto de vista da gestão, de ações intersetoriais e complementares, que tenham como foco a superação da pobreza. É necessária a articulação com as demais políticas sociais, como saúde, educação, trabalho, como parte mais abrangente do desenvolvimento social, que procura integrar os programas e ações já existentes.

A partir da descrição da política de Assistência Social e da sua materialização por meio da implantação do SUAS já efetuada, é necessário apresentar considerações sobre o PBF PBSM, bem como os antecedentes do PRSM, para que possamos identificar a potencialidade no Plano do estado do Rio de Janeiro na superação da pobreza.

#### 3.1. Programa Bolsa Família

Criado em 2003, o PBF é o resultado da unificação de programas sociais de transferência de renda já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação). Foi





regulamentado pela Lei nº 10836/2004 e, posteriormente por uma série de decretos e instrumentos infralegais.

É um programa de transferência de renda focalizado, ou seja, destinado às famílias que estão na situação de extrema pobreza (renda *per capita* mensal de até R\$ 70,00) e de pobreza (renda *per capita* mensal de R\$ 70,01 até R\$ 140,00), com condicionalidades e tem como objetivos: i) curto prazo, o alívio imediato da pobreza por meio da transferência de renda; ii) médio prazo, a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, por meio do acesso aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, que se materializa no cumprimento das condicionalidades do Programa; iii) longo prazo, o desenvolvimento integral das famílias.

No estado do Rio de Janeiro, a Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família e Cadastro Único estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), na Subsecretaria de Integração de Programas Sociais (SSIPS), com uma equipe técnica composta por oito (8) técnicos, para o atendimento às demandas dos 92 municípios do Estado. O papel do Estado consiste no apoio técnico e operacional aos municípios, por meio de capacitações e acompanhamento e apoio nas ações desenvolvidas pelos municípios (Manual de Gestão do PBF, 2012).

Atualmente, de acordo com o MDS (05/2014) no Estado do Rio de Janeiro 843.937 (07/2014 – MDS) famílias são beneficiárias do PBF, com o repasse mensal de R\$ 136.050.824,00 (07/2014 – MDS). A estimativa de cobertura do Programa é de 897.094 (MDS) famílias, ou seja, o Estado está com 94,37% de cobertura do Programa. No caso do Cadastro Único são 1.640.988 (06/2014- MDS) famílias cadastradas.

As condicionalidades do Programa se expressam em compromissos na área de saúde (vacinação em dia e pré-natal), educação (matrícula em estabelecimento de ensino e frequência acima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos) e assistência social (85% de presença nas atividades sócio educativas do PETI). No estado do Rio de Janeiro, o acompanhamento da condicionalidade de saúde foi de 57,45% no 1º semestre/2014 (SICON/MDS) e na condicionalidade de educação 86,01%, referente ao 2º bimestre/2014 (SICON/MDS).



### 3.2. Plano Brasil Sem Miséria

Ao lançar o PBSM, em março de 2011, o Governo Federal reconheceu como um dos maiores desafios a enfrentar, dentro do objetivo de erradicação da extrema pobreza, o fato de que a pobreza se caracteriza pela sua multidimensionalidade, exigindo assim uma ação articulada intersetorialmente. Apesar de o MDS desempenhar o papel principal par ao cumprimento deste objetivo, compreende-se que somente será possível a execução efetiva do Plano mediante a ação integrada de um conjunto de ministérios, secretarias e órgãos de governo.

Além das premissas que definem sua forma de atuação intersetorial, o Plano prevê três frentes de ações que deverão ser executadas de forma integrada: a primeira delas refere-se à elevação da renda familiar *per capita* daquelas famílias que se encontram em situação de extrema pobreza; a segunda concentra-se no esforço de ampliar o acesso dos mais pobres aos serviços públicos, as ações de cidadania e de bem-estar social; a terceira refere-se a execução de medidas que visam ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão produtiva nos meios rural e urbano.

Mediante a iniciativa do Governo Federal ao implantar o PBSM, que conclamou os governos subnacionais e municipais, bem como a sociedade civil em torno do objetivo civilizatório fundamental de erradicar a extrema pobreza no Brasil, o Governo do Estado do Rio de Janeiro tomou a decisão de incluir em sua agenda prioritária a elaboração de um plano estadual, o Plano Rio Sem Miséria.

### 4. PLANO RIO SEM MISÉRIA: AS ESPECIFICIDADES DA ESTRATÉGIA PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Além da orientação do Governo Federal, o contexto de pobreza e desigualdades do estado do Rio de Janeiro também foi decisivo para a elaboração do Plano Estadual. Na



última década, enquanto nos outros estados da região sudeste, o índice de Gini<sup>1</sup> segue em uma tendência de queda, no Rio de Janeiro o índice permanece estagnado, demonstrando que o crescimento econômico não implica na justa distribuição de renda e na redução das desigualdades. E, mesmo com a terceira maior renda *per capita* média entre os estados brasileiros e o segundo maior PIB dos pais, de acordo com o censo IBGE/2010, mais de 586 mil pessoas ainda vivem com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00, colocando o Estado em 17º no ranking das desigualdades entre os estados brasileiros.

No que se refere aos indicadores de educação, o cenário do Estado do Rio de Janeiro é de baixo desempenho. Em 2010, o Rio de Janeiro ocupava o penúltimo lugar, com melhora significativa, passando para o 15º lugar em 2011, no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira. No ensino médio, a distorção idade/série é de 43,5%, o índice de reprovação é de 18,9% e o índice de abandono por parte dos alunos do ensino médio, de 12,8%, considerado alto pelos especialistas da área de educação.

É justamente neste contexto que o PRSM tem suas estruturas basilares de atuação: a partir da compreensão da necessidade de um conjunto de ações articuladas para enfrentar os múltiplos determinantes da pobreza, visto que, o Plano, parte da premissa de que a pobreza extrema não se refere apenas a insuficiência de renda, mas da desigualdade, composta por um conjunto de fatores dentre os quais podemos citar o desigual acesso às políticas públicas e as oportunidades sociais e econômicas, presentes nas diversas dimensões da vida das famílias e das pessoas.

O PRSM possui como objetivos específicos, de acordo com Lei Estadual 6.088/11; i) aumentar a renda das famílias extremamente pobres para o nível além da pobreza extrema, proporcionando condições para buscar realizar suas trajetórias de vida com maior autonomia e dignidade; ii) incentivar a permanência e a conclusão com qualidade do ensino médio dos jovens de famílias em situação de extrema pobreza, contribuindo para ampliar suas oportunidades de inclusão social e econômica e; iii) ampliar a inclusão social da população de

<sup>1</sup> O Coeficiente de Gini é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda ou rendimento (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda ou rendimento, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).



baixa renda, articulando as suas capacidades e potencialidades às oportunidades econômicas e sociais.

A gestão do Plano está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e, assim como o Plano federal, tem o apoio na sua execução de outras Secretarias e órgãos estaduais, bem como da sociedade civil. O financiamento do Plano está na sua totalidade sob a responsabilidade do Governo do Estado.

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o Plano é estruturado em quatro componentes: Programa Renda Melhor (PRM), Programa Renda Melhor Jovem (PRMJ), Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais (GOES), Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Acompanhamento Familiar, que passaremos a detalhar a seguir.

470

#### **4.1. Programa Renda Melhor (PRM)**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou como linha de pobreza R\$ 100,00 mensais per capita, ou seja, superior ao do Governo Federal que é de R\$ 70,00, em função das características sócias econômicas próprias do Estado, que é predominantemente metropolitano, com altos custos de transporte público, bem como para a aquisição dos produtos da cesta básica, por exemplo, (DIEESE, 2013).

O PRM é um programa de transferência de renda destinado às famílias que já são beneficiárias do PBF e que possuem renda per capita mensal estimada inferior a R\$ 100,00. O valor do benefício a ser pago é calculado de acordo com a severidade de pobreza de cada família, em particular, a partir do conjunto de informações contidas no Cadastro Único, declarada por esta, visto que as informações contidas no Cadastro Único são auto declaratórias, sem a necessidade de comprovação. É a chamada renda estimada, uma inovação trazida pelo Programa, que leva em consideração as características estruturais que melhor expressam as condições de extrema pobreza das famílias, originadas pela renda, mas que no seu conjunto são oriundas de fatores que perpassam a renda, ou seja, expressam um conjunto de desigualdades sociais e econômicas, além de permitir uma seleção mais adequada das famílias, ao considerar suas individualidades e particularidades.

Para o cálculo da renda estimada são considerados: a) configuração física da moradia; b) acesso aos diversos serviços públicos como água, esgoto e luz; c) nível de escolaridade das



peças do domicílio; d) inserção no mercado de trabalho; e) presença de grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, idosos, crianças) e; f) acesso a transferências federais de renda.

O Programa Renda Melhor tem como objetivos principais: i) elevar a renda das famílias beneficiárias do PBF de forma que estas superem a linha de extrema pobreza definida no âmbito do Rio de Janeiro; ii) proporcionar às famílias beneficiárias condições para que realizem suas trajetórias de vida com maior autonomia e dignidade e; iii) contribuir para a dinamização das economias locais, em particular das localidades que concentram maiores taxas de extrema pobreza.

O valor repassado às famílias varia de R\$ 30,00 a R\$ a 300,00 e o pagamento é efetuado por meio de cartão compartilhado, contendo a identidade visual do PBF e do PRM, utilizando a mesma rede e obedecendo ao mesmo calendário de pagamento do PBF. O saque dos benefícios é efetuado nas agências da Caixa, lotéricas e correspondentes bancários.

Atualmente, de acordo com a SEASDH, 268.300 famílias (1.223.120 pessoas) são beneficiárias do Programa, com um valor mensal de repasse de R\$ 22.836.241,00. A folha de pagamento do PRM é mensal e, anualmente é gerada a folha raiz que contém as informações das famílias que ingressam (passaram a preencher os requisitos de ingresso no Programa, por ocasião de geração da folha raiz), bem como as que saem do Programa (deixaram de preencher os requisitos por ocasião da geração na folha raiz).

As condicionalidades do PRM são as mesmas do PBF e o acompanhamento das condicionalidades é um reforço ao direito e garantia de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social. Caso uma situação de descumprimento seja identificada, o sistema de proteção social é acionado para tomar as medidas necessárias para que o acesso aos direitos seja reestabelecido.

No ano de 2011 os municípios de Japeri, Belford Roxo e São Gonçalo foram incluídos no PRM na modalidade de implantação piloto. Esses municípios foram priorizados como piloto porque estão na região metropolitana e possuem baixos índices de desenvolvimento, bem como elevado contingente populacional. Em 2012 mais 48 municípios ingressaram no Programa e, em 2013, alcançou-se a cobertura total<sup>2</sup> do PRM nos municípios do Estado.

<sup>2</sup> O município do Rio de Janeiro não é atendido pelo PRM, possuindo um programa próprio, o Programa Cartão Família Carioca. Porém, é atendido pelas outras estratégias do PRSM.



Em conformidade com a diretriz de cooperação federativa, Estado e municípios assinaram um termo de adesão com os compromissos e responsabilidades de cada ente. Dentre as responsabilidades da Gestão Municipal estão o atendimento as famílias no que se refere ao PRM e, como o Programa é executado sobre a plataforma do governo federal (Cadastro Único e PBF), este atendimento é realizado no Centros de Referências em Assistência Social, nos 91 municípios.

Ao desenvolver as ações relacionadas ao Cadastro Único (cadastramento das famílias, revisão e atualização cadastral) e ao PBF (gestão de benefícios e acompanhamento de condicionalidades), estas repercutirão no PRM. Como os dois primeiros estão sob a responsabilidade da política de Assistência Social no município, logo o PRM também será função da referida política na esfera municipal.

472

#### **4.2. Programa Renda Melhor Jovem (PRMJ)**

O Programa Renda Melhor Jovem (PRM) tem como objetivos: i) promover o desenvolvimento dos jovens, com foco na erradicação da pobreza extrema através do investimento em capital humano; ii) incentivar a permanência e bom desempenho do jovem na escola; iii) contribuir para o aumento das taxas de aprovação e conclusão do ensino médio no Estado do Rio de Janeiro e; iv) contribuir para a redução dos determinantes das vulnerabilidades da juventude.

O Programa é executado por meio de uma parceria entre a SEASDH e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e destina-se aos jovens que ingressem como até 18 anos no 1º ano do ensino médio e façam parte de famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Programa Cartão Família Carioca ( para os beneficiários do município do Rio de Janeiro) ou do PRM ( para os jovens dos demais municípios) e que esteja matriculado na Rede Estadual de Ensino Médio Regular ( incluindo os Ensinos Normal, Médio Integrado e Profissionalizante concomitante). Prevê como prêmio uma poupança anual por sua aprovação no ensino médio. Para receber os benefícios os jovens além de aprovados, devem concluir o ensino médio.

O jovem inscrito no PRM receberá um valor a ser depositado em conta poupança no Banco do Brasil, condicionado a sua aprovação, com os seguintes valores: R\$ 700,00 na 1º série do Ensino Médio; R\$ 900,00 na 2º série do Ensino Médio; R\$ 1.000,00 na 3º série do





Ensino Médio; R\$ 1.200,00 no Ensino Médio Profissionalizante 4 anos e; prêmio de Conclusão Qualificada - R\$ 500,00, ao final do Ensino Médio, caso obtenha um bom desempenho no ENEM.

Os jovens têm o direito de sacar até 30% do valor recebido anualmente e o saldo dos benefícios acumulados ao longo dos anos ficará depositado na poupança do Banco do Brasil, tendo a sua correção financeira garantida. O valor acumulado ao longo dos anos somente poderá ser sacado se o jovem concluir o ensino médio. Se o jovem for excluído do Programa (reprovação, desistência ou aprovação com dependência entre outros), o recurso acumulado na poupança não será passível de saque pelo mesmo.

Na esfera municipal, a responsabilidade pela execução do PRM é compartilhada entre as escolas da rede estadual, que informam os alunos sobre o Programa e efetuam a entrega dos *kits* para a abertura das contas no Banco do Brasil, para o recebimento dos benefícios. A assistência social municipal cabe manter o Cadastro Único atualizado, bem como realizar ações para que as famílias que possuem perfil para o PBF e para o PRM possam receber regularmente os benefícios, visto que o público alvo do PRMJ é selecionado na base do PRM.

#### **4.3. Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais – GOES**

Uma terceira estratégia do PRSM é o GOES, que tem como objetivo aproximar as pessoas que vivem em condição de extrema pobreza com as oportunidades econômicas e sociais, reduzindo assim a assimetria e a distância de acesso a essas oportunidades.

Esta estratégia tem como premissas: i) intensivo em formação objetivando a inserção no mundo do trabalho; ii) coordenação entre as diversas esferas do Governo e atores da sociedade civil e da iniciativa privada; iii) especificidade do Estado como articulador e; iv) institucionalização da Gestão.

Para que o GOES seja implementado, o estado assume protagonismo na pactuação e articulação federativa no combate à miséria. Devido a proximidade e ao conhecimento das realidades locais, o estado mune-se de capacidade técnica e operacional para, articulado com os municípios, conhecer as demandas e potenciais de famílias em situação de extrema pobreza aproximando-as das ofertas de cada território. Ou seja, a estratégia não consiste apenas em mapear a oportunidades existentes, mas em aproximar estas famílias e contribuir para as que as



famílias possam acessar estas oportunidades. O público alvo da estratégia são as famílias do PRM e os jovens do PRMJ.

Os objetivos da estratégia consistem em; i) conhecer e sistematizar o perfil sócio econômico da população em situação de vulnerabilidade (extrema pobreza); ii) mapear e induzir as ofertas de políticas e de oportunidades econômicas; iii) reduzir a assimetria de oportunidades, aproximando os mundos da extrema pobreza do dinamismo econômico.

A metodologia da estratégia consiste no mapeamento de demandas e potencialidades, reuniões nos Centros de Referências em Assistência Social (CRAS) com os técnicos da Assistência Social e as famílias e com as lideranças locais, mobilização de parceiros e apresentação e discussão do cardápio de ofertas sociais e econômicas ao município (sociedade civil e poder público), conforme podemos observar na figura abaixo.

Compõem os atores do território: o poder público (federal, estadual e municipal), a iniciativa privada, a sociedade civil e as lideranças formais e informais nos territórios. Já os parceiros são o poder público, a fundações públicas e privadas, a empresa, ONG's e organismos e parceiros internacionais.

Os parceiros do GOES atualmente são: SINDUSCON/SECONCI – cursos construção civil; CIEE – cursos de iniciação ao trabalho; ITC – cursos cuidadores de idosos; BANCO DO BRASIL – RMJ e orientação financeira; INVESTE RIO – oferta de microcrédito preferencial; COCA COLA/ Mc DONALD'S – varejo para jovens do RMJ; CORREIOS – emissão de CPF para os alunos do RMJ; LOREAL/ SEBRAE – cursos técnicos, empreendedorismo e vendas e ; METRO RIO – oportunidades de trabalho.

Nessa estratégia também está incluído o Programa Nacional de Acesso a Qualificação Profissional e ao Emprego, o Pronatec/ Brasil Sem Miséria, que faz parte do PBSM e que se destina prioritariamente aos beneficiários do PBF e às pessoas incluídas no Cadastro Único. Nas esferas municipais, as Secretarias Municipais de Assistência Social na sua maioria (86) são responsáveis pelo Programa. Nos demais municípios (6), a responsabilidade recai sobre as Secretarias Municipais de Trabalho, sendo que as equipes dos CRAS são as responsáveis pela mobilização e encaminhamento dos beneficiários para cursar os cursos de qualificação profissionais ofertados por meio do Programa.



#### **4.4. Fortalecimento do SUAS e Acompanhamento Familiar**

Com a adesão dos municípios ao Plano Rio Sem Miséria, estes também assumem o protagonismo na execução das ações por meio do acompanhamento familiar e da busca ativa para a inclusão das famílias no Cadastro Único. Nesse sentido, o fortalecimento da rede sócio assistencial do SUAS é vital para o fortalecimento, a execução e o sucesso do Plano.

A atuação da equipe de Assistência Social, bem como a construção de ações intersetoriais com saúde e a educação são fundamentais em função do conhecimento do território, bem como das condições da realização da interlocução direta e do acompanhamento sistemático com as famílias em situação de extrema pobreza.

O papel do estado nesta estratégia consiste em oferecer aos municípios assessoramento técnico, capacitação contínua e co - financiamento (como por exemplo, a expansão de CRAS e CREAS) e o fortalecimento da ação técnica efetuada pelos municípios, objetivando o fortalecimento da potencialização para o atendimento das demandas às famílias no processo de alcance das seguranças sociais.

Além das ações desenvolvidas no âmbito da política de Assistência Social, de acordo com as atribuições contidas nas normas orientadoras da referida política, bem como consonância com a assinatura do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual, gestão estadual publicou em janeiro de 2012 o Caderno de Acompanhamento Familiar.

Nesse caderno, encontramos orientações para as Gestões Municipais efetuarem o acompanhamento familiar prioritários dos beneficiários do PRM, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, ou seja, aqueles em situação de descumprimento de condicionalidades. A metodologia de acompanhamento foi elaborada pela Subsecretaria Estadual de Assistência Social de Descentralização da Gestão.



## 5. A GUIA DE ALGUMAS CONCLUSÕES

A consolidação do SUAS, do PBF, do Cadastro Único e do PBSM e desta gestão integrada tem contribuído para consolidar um modelo de proteção social no país, capaz de identificar e inserir na ótica dos serviços e benefícios afiançados pela política de assistência social as famílias e/ou indivíduos em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social.

No estado do Rio de Janeiro, a articulação entre o PRMS e o SUAS segue a mesma tendência do modelo nacional: a atenção integral a família não apenas para a redução da pobreza ou para a garantia dos mínimos sociais. Objetiva-se a redução dos riscos sociais e a ampliação das capacidades de proteção e enfrentamento das vulnerabilidades e riscos pelas famílias e indivíduos.

Na esfera estadual, a articulação e a integração entre as Subsecretarias, a de Assistência Social e Descentralização da Gestão, responsável pela condução da política de Assistência Social no Estado, e a Subsecretaria de Descentralização da Gestão, responsável pelo PRSM, ambas da SEASDH, tem avançado, no sentido de elaboração estratégias e ações conjuntas, bem como de pactuações conjuntas na CIB para o reforço dos compromissos do Plano, sob a ótica da assistência social, bem como da proteção social. Porém, ainda são necessários avanços no sentido de uma agenda conjunta de fato e do planejamento e execução de ações na esfera estadual e nos municípios, tendo como a integração do PRSM com a agenda da política de assistência social, que se configura na execução do Plano, fato.<sup>3</sup>

Na esfera municipal, onde de fato as políticas, programas e ações se materializam, pela proximidade com os beneficiários, apontamos avanços significativos no sentido da compreensão da necessidade da integração e da articulação do PRSM com a assistência social, especialmente no reforço dessa premissa, junto aos gestores, que tem o condão decisório do *modus operandi* da política nas suas localidades, observadas nas reuniões da CIB e nas agendas

<sup>3</sup> Observa-se a ausência da compreensão de que o PRSM e a política de assistência social estejam ligados umbilicalmente. Há indícios que tal fato esteja ligado a ausência da participação da equipe da Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização Social na concepção e implementação do Plano. Esta informação foi convalidada durante as entrevistas.



compartilhadas<sup>4</sup> que tem sido constantemente realizada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social.

O foco do Plano tem sido ajustado no sentido de, inicialmente superar a extrema pobreza, por meio da transferência monetária. Nesse sentido, compreende-se que PRSM, por meio do PRM, que complementa PBF, presente na totalidade dos municípios fluminenses<sup>5</sup>, pelo volume de famílias e pessoas beneficiárias e de recursos aplicados, tem potencial para reduzir a extrema pobreza, no que se refere ao aspecto monetário, no Estado.

A busca ativa foi uma importante estratégia adotada para a ampliação da cobertura cadastral no estado do Rio de Janeiro. Em 12 meses, o número de famílias cadastradas no estado passou de 1.331.127 famílias para 1.508.226 famílias, representando um amplo crescimento e compromisso das gestões municipais com a estratégia e com o Plano.

O Plano indica que, vencida a etapa da cobertura plena de benefícios do PRM, deve constituir uma rede de serviços de proteção social e promoção social, para que os programas e serviços, ou seja, as oportunidades econômicas e sociais previstas no GOES sejam acessíveis, universalmente aos pobres e extremamente pobres. Busca ainda, no interior do PBF alternativas para maximizar as estratégias do PRMJ e do GOES, junto aos mais pobres.

O Plano beneficia-se do fato do Estado ter atingido a cobertura plena do PBF, então investe esforços por meio do reforço ao SUAS e ao Acompanhamento Familiar para o aumento da cobertura dos serviços de proteção social. Essas estratégias estão em fase de implantação e consistem num dos grandes desafios para o Plano, pois apesar do apoio da Gestão Estadual aos municípios no que se refere a capacitações, suporte técnico, cofinanciamento e elaboração de um Plano Estadual de Acompanhamento Familiar em 2012, com base nos critérios do Pacto de Aprimoramento da Gestão, é na esfera municipal que as famílias são localizadas, atendidas e acompanhadas.

Os fatores acima são consubstanciados pela assinatura do Termo de Adesão dos Municípios ao PRM e PRMJ, comprometendo-se assim também com as estratégias de acompanhamento familiar e ainda assim, percebe-se a ausência de reforço por parte das Gestões

<sup>4</sup> As Secretarias Municipais de Assistência Social estão fazendo um movimento de integração de Proteção Social Básica com o PRSM. Observa-se esse fato nas reuniões nos municípios e nas discussões a nível de CIB.

<sup>5</sup> O município do Rio de Janeiro não está contemplado pelo Programa Renda Melhor, por possuir um programa próprio de transferência de renda, o Programa Cartão Família Carioca.



Municipais nestas ações. Os principais fatores identificados<sup>6</sup> como causadores diretos da carência destas ações consistem em: número reduzido de equipamentos sociais ou ainda precariedade das instalações; falta de estrutura de informática e internet; equipe de pessoal reduzida; alta rotatividade dos servidores; ausência de concursos públicos na grande maioria dos municípios, o que impede a continuidade das atividades; falta de vontade política, bem como o estabelecimento destas ações como prioritárias por parte do Gestor Municipal da Assistência Social e; ausência de conhecimento técnico para a realização das atividades.

Percebe-se o desafio no acesso dos beneficiários do PBF e do PRM aos serviços da assistência social pelos fatores acima identificados, bem como pela demanda do CRAS e dos locais de atendimentos às famílias no que se refere à Assistência Social estar centralizada no atendimento às demandas no Cadastro Único e do próprio PBF e PRM, seja pela ausência de estrutura, seja pela sobrecarga que estas demandas acarretam.<sup>7</sup>

A articulação com o PBF permitiu ainda aos beneficiários do PRM que possuem as mesmas condicionalidades, reforços na garantia de direitos e acesso à aos serviços de saúde e educação. Observa-se, porém, que as famílias tem acessado os serviços de saúde e educação para o cumprimento das condicionalidades, mais por receio das sanções nos benefícios (bloqueio, suspensão e cancelamento, nessa ordem), do que pela mobilização para cumprimento ou da consciência do acesso ao serviço como um direito assegurado pela Constituição Federal.

É compreendido por todos, nas esferas municipais e na esfera estadual, a necessidade e a importância da articulação do Plano com a política de Assistência Social, também em ambas as esferas para que o PRSM consiga atingir seus objetivos com plenitude.

Dessa forma, o Plano pode ir além da meta de erradicação da pobreza monetária, articulando as dimensões de bem-estar a partir da construção de uma estratégia plena e sustentável, fundadas em direitos e garantias sociais para todos os cidadãos do estado do Rio de Janeiro.

Porém para que isso ocorra é necessária a compreensão de que a proteção social não é responsabilidade precípua da política de Assistência Social, mas deve abarcar um conjunto de

<sup>6</sup> Aspectos identificados na Oficina Integrada sobre Acompanhamento Familiar, realizada pela Subsecretaria de Integração de Programas e Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização da Gestão em 2013, com a presença dos 92 municípios do Estado (em duas etapas) e um dos questionamentos referia-se aos fatores causadores da carência das ações de busca ativa e acompanhamento familiar.

<sup>7</sup> Estes fatores foram identificados no diálogo com o Gestores e técnicos municipais.





estratégias construídas intersetorialmente com outras políticas, com foco na superação da pobreza multidimensional, conforme preconiza o Plano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA PEREIRA, Potyara A., *Necessidades Humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Política Social – temas & questões*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008a.

SANTOS, Josiane Soares. *“Questão Social” Particularidades no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2013.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Maria Ozanira Silva e et al. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Renda Mínima e restauração produtiva*. São Paulo: Cortez, 1997.

CARNEIRO, Carla Bronzo L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 84. Ed Cortez. Novembro 2005.

FONSECA, A. e VIANA, A.L. Tensões e Avanços na Descentralização de Políticas Sociais vv0063: o caso do Programa Bolsa Família. In: FLEURY, S. *Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha*. São Paulo: FGV, 2006 (p.443-480).

FREITAS, Maria Raquel L. Questão social no Brasil: considerações sobre o papel do Estado. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 16, p. 11-32, Jan. a Jun. 2005.

JACCOUD, Luciana. CARDOSO JUNIOR. José Celso. Políticas Sociais no Brasil: Organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (org). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005 (cap.5).

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. *Renda mínima: integrar e universalizar*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 49, nov. 1997.

PEREIRA PEREIRA, Potyara A., Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. *Política Social*. Brasília, n. 2, p.135-160, 2004.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. *Assistência social: desafios para uma política pública de seguridade social*. Cadernos Abong, n. 3, 1995.

SOARES, Sergei. RIBAS, Rafael Perez Ribas. SOARES, Fabio Veras. *Focalização e Cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?* Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão 1396).

MANUAL DO PROGRAMA RENDA MELHOR. Rio de Janeiro. SEASDH, 2011.

MANUAL DO PROGRAMA RENDA MELHOR JOVEM. Rio de Janeiro. SEASDH, 2011.

GESTÃO INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA E DO PLANO RIO SEM MISÉRIA: EM BUSCA DA PROTEÇÃO E DA SUPERAÇÃO DA POBREZA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BROTTTO, Márcio Eduardo; HULLEN, Angélica Cristina Nagel



## MÚSICA, ORIGEM DO NOME E HISTÓRIA DE FAMÍLIA

REIS, Wanderlene Cardozo F.

*Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea*  
jnd1232@hotmail.com

480

### RESUMO

Buscando empreender uma jornada ao interior da minha família de nascimento através da história dos nomes de irmãos/irmãs, este texto, ao mesmo tempo em que revela explicitamente a subjetividade dos pais na escolha dos nomes dos filhos, implicitamente desvela afetos e desafetos ocorridos na adoção do nome de uma das filhas. Juntando uma boa dose de lirismo com o rigor da escrita científica, *Música, origem do nome e história de família* aponta para a importância de três aspectos em relação ao nome na constelação familiar: tradições religiosas, homenagens a ídolos e tabus em relação à escolha de nomes de parentes já falecidos. Aponta, também, para o significado de família e irmãos e a influência destes na formação psíquica do sujeito. O principal recurso metodológico utilizado foi a memória oral, utilizando-se de uma entrevista semiestruturada e fotos que se complementaram aos relatos autobiográficos.

**Palavras-chave:** nomes, subjetividade, família.

### ABSTRACT

Seeking to undertake a journey to the interior of my birth family through the history of the names of brothers / sisters, this text, while explicitly reveals the subjectivity of parents to choose the names of the children, implicitly reveals affection and disaffections occurring in the adoption of name of one of the daughters. Joining a good dose of lyricism with the rigor of scientific writing, *Music, origin of the name and family history* points to the importance of three aspects in relation to the name in family constellation: religious traditions, homages to idols and taboos regarding the choice of names of deceased relatives. Indicate, too, for the meaning of family and brothers and their influence in the psychological makeup of the subjects. The main methodological approach used was oral memory, using a semistructured interview and photos that are complementary to autobiographical accounts.

**Key-words:** names, subjectivity, family.



## INTRODUÇÃO

O nome próprio é objeto de pesquisas em diversas partes do mundo. Santos (2011) estudando a origem dos nomes cita Mauss (2003) que percebeu que em sociedades tribais os nomes das pessoas estavam diretamente ligados a funções que estas deveriam realizar em determinado grupo (p. 38). Assim, por exemplo, em algumas civilizações nomear um indivíduo com o mesmo nome de outro que representava o clã era a forma mais tradicional de se perpetuar o próprio grupo.

Nesse caso, estava intrínseca, a herança pessoal, cultural e individual do antepassado ao ponto em que a pessoa objeto dessa nomeação assumia a identidade do antepassado, o representado em todos os níveis e campos, principalmente a responsabilidade pelo clã. (MAUSS, 2003 apud SANTOS, 2011, p. 38)

Ainda em nossa sociedade, com alto nível de desenvolvimento tecnológico, nomear é um ato de resgate de memórias passadas, dos significados e significantes ligados a uma representação da identidade e da cultura. E o caminho como essa nomeação é feita pode variar, assim, alguns pais esperam o nascimento do bebê para só então dar-lhe um nome, outros já escolhem um nome mesmo antes do nascimento do filho e outros ainda muito antes da concepção. De uma forma ou de outra, o nome próprio é sempre escolha de outro, salvo casos em que o sujeito cria para si outro nome. Por isso a escolha do nome é sempre subjetiva e traz a identificação do nomeador ao nomeado. (SANTOS, 2011, p. 39) Para Rabinovich (2008) o nome pode ser visto como um *espelho que reflete* e como uma *vitrine que expõem*. (p.8)

Rabinovich (2008; 2011), ao estudar sobre a origem dos nomes dos brasileiros, identificou três critérios de nomeação: proteção, amuleto e destino. Um filho recebia um nome de alguma figura importante para os pais, um padrinho ou madrinha mais afortunado que estes, significando uma proteção terrestre; Ou lhe dar um nome de um santo do dia, hábitos recorrentes de seguidores do catolicismo, com o objetivo de trazer para o filho, uma proteção divina; Outro podia receber um nome que tenha um significado de sorte, riqueza, poder, com o objetivo de que estas características místicas acompanhassem o sujeito nomeado, ou seja, funcionasse como um amuleto; alguns pais se apropriavam do significado de destino com tal



intensidade que ao nomearem seus filhos, transmitiam consciente ou inconscientemente suas crenças e os mitos familiares ao nomeado.

Visando ampliar esta perspectiva do estudo da origem dos nomes próprios, este trabalho buscou empreender uma jornada ao interior da minha família de nascimento através da história do meu nome e dos meus irmãos/irmãs. Ao mesmo tempo em que ao revelar explicitamente a subjetividade dos meus pais na escolha dos nomes dos filhos, implicitamente desvelou afetos e desafetos ocorridos na adoção do nome de uma das filhas. Apontou para a importância de três aspectos em relação ao nome na constelação familiar: tradições religiosas, homenagens a ídolos e tabus em relação à escolha de nomes de parentes já falecidos e também, para o significado de família e irmãos e a influência destes na nossa constituição psíquica. O principal recurso metodológico utilizado foi a memória oral, utilizando-se de uma entrevista semiestruturada e fotos que se complementaram aos relatos autobiográficos.

Corroborando com Martins (1991, p. 11), o nome é um texto, e como tal, buscar sua origem é resgatar a história da família. Com isso, não posso reconstituir a história do meu nome sem antes, perpassar pela história dos nomes dos irmãos que me antecederam.

*Religiosidade, música e origem do nome*

Meu filho vai ter  
Nome de santo  
Quero o nome  
Mais bonito...<sup>1</sup>

Meus pais se casaram ainda muito jovens e tiveram quatorze filhos. A vida fez a minha mãe amadurecer muito cedo e aos quinze anos nasce seu primeiro filho. A devoção por Santo Antônio e São Jorge influenciou na escolha do nome deste, deram-lhe o nome de Antônio Jorge, de modo a cumprir a devoção aos santos.

Jorge vem de lá da Capadócia  
Montado em seu cavalo  
Na mão a sua lança  
Defendendo o povo do perigo  
Das mazelas do inimigo  
Vem trazendo a esperança...<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Letra da música *Pais e Filhos* dos Compositores – Dado Villa Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá. Ano de divulgação – 1989. Disponível em <http://musicasbrasileiras.wordpress.com/2011/02/15/pais-e-filhos-legiao-urbana/> Acesso em 10/05/2014.



Antônio Jorge não nasceu no dia de nenhum desses dois santos homenageados, mas corroborando com os estudos de outros autores, Rabinovich, (1993), coloca que há certa influência do contexto situacional onde os fatores tradição e homenagem emergem como substrato na escolha do nome do primogênito. (p. 85)

O segundo filho nasce no ano seguinte e a história do meu nome está ligada indubitavelmente à história do seu. Nossos nomes têm origem nos nomes de artistas da Jovem Guarda<sup>3</sup>. Wanderléa e Wanderley Cardoso eram cantores de sucesso dos quais meus jovens pais eram fãs fervorosos. Tinham discos, ouviam as músicas, cantarolavam. Coisas de adolescentes! Ainda grávida e sem saber qual o sexo do bebê, planejaram o nome para este que seria o segundo filho, assim eles pensaram, caso fosse menina se chamaria Wanderléa e se fosse menino Wanderley. Assim procedeu e o segundo filho foi batizado com o nome do cantor. Porém como ele nasceu no dia de Nossa Senhora da Conceição, teve o segundo nome acrescentado, ficando Wanderley da Conceição, mais uma vez a influência da crença religiosa sugere que este hábito de por nomes de santos e santas da Igreja Católica nos filhos, tão frequente nos fins da Idade Média até o século XIX, ainda persistiu nos fins do século XX. (CARVALHINHOS, 2007, p. 8, SANTOS, 2011, p. 40, RABINOVICH, 2008, p. 418, MENDES, 2014, p. 12)

Quando eu nasci minha mãe queria colocar o nome Wanderléa, mas meu pai não tinha a mesma opinião. De modo a resolver o impasse tiveram a ideia de mudar um pouco e colocaram Wanderlene. Tanto nas famílias de meu pai quanto da minha mãe, não há nomes semelhantes. E meu pai se chama Orlando e minha mãe Anelice, portanto, nada que se assemelhe. Acho o meu nome muito bonito, mas o nome Wanderléia nem tanto. Rabinovich et. al. (1993) corroborando com as pesquisas de SAVAGE et AL (1948), SCHOMBERG et al (1974) e

<sup>2</sup> Letra da música *Alma de Guerreiro* do cantor e compositor Seu Jorge, feita especialmente para a abertura da novela *Salve Jorge* em 2012. Disponível em <http://gshow.globo.com/novelas/salve-jorge/Fique-por-dentro/noticia/2012/11/alma-de-guerreiro-foi-composta-e-m- apenas-duas-horas-por-seu-jorge.html> e [www.letras.com.br/seu-jorge/alma-de-guerreiro](http://www.letras.com.br/seu-jorge/alma-de-guerreiro). Acesso em 22 jul, 2014.

<sup>3</sup> A Jovem Guarda foi um movimento cultural brasileiro, surgido em meados da década de 1960, que mesclava música, comportamento e moda. Surgida em agosto de 1965, a partir de um programa televisivo exibido pela TV Record, em São Paulo, apresentado pelo cantor e compositor Roberto Carlos, conjuntamente com o também cantor e compositor Erasmo Carlos e da cantora Wanderléa, a Jovem Guarda deu origem a toda uma nova linguagem musical e comportamental no Brasil. Sua alegria e descontração transformaram-na em um dos maiores fenômenos nacionais do século XX. (Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jovem\\_Guarda](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jovem_Guarda). Acesso em: 10/05/2014).



SWEINGENHAFT et al (1980), lembram que o nome único comporta possibilidades positivas quando o nomeado tem orgulho do seu nome, sendo este o meu caso.

Foi assim  
O que eu senti  
Não sei dizer  
Só sei que pude então  
Compreender....<sup>4</sup>

484

Sou, portanto primeira filha do casal Orlando e Anelice, a terceira na ordem dos irmãos, nasci em casa, numa época em que as parteiras eram uma das melhores opções, em pleno início do solstício de verão no Hemisfério Sul, exatamente aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 1969. Meu nome Wanderlene, é motivo de orgulho, assim como a data do meu nascimento, o meu nome diferente e a minha origem afro-indígena. Não sinto nenhuma dificuldade com este nome, mas as outras pessoas, ou a maioria delas, sim, e vivem querendo trocá-lo, diminuí-lo ou até mesmo inventam outros nomes: é Val, Vanda, Van, e tantos outros derivativos, mas o único nome que não me incomoda é Lene ou Wander, preferindo, é claro, o nome completo. Diferentemente de autores que apontam o som do nome como o mais importante para sua escolha (tanto para o nomeado quanto para quem nomeia), a grafia da letra inicial também é importante, pois não me vejo num nome grafado com a letra V ou invés do W, também na minha prática profissional pude perceber este fenômeno, quando troco as letras dos nomes de meus alunos e sou repreendida por estes.

A origem do meu nome vem da língua alemã Wander, que significa migratório, vindo de algum lugar, peregrino etc., neste caso a letra w em alemão tem o som de v na nossa língua, enquanto Lene também do alemão significa “sofisticada”.<sup>5</sup> Modéstia à parte, penso que sou bem estas duas coisas!

Dentre todos os irmãos e irmãs que poderiam fazer parte deste trabalho de pesquisa dos nomes, escolhi a Elaine Cristina porque tinha curiosidade em saber o que ela sabe sobre a história do próprio nome, visto que ela nascera logo após a morte da nona filha, portanto ela vem ocupar um lugar na família que estava em falta. O seu nascimento foi motivo de muita

<sup>4</sup> Letra da música Foi assim cantada por de Wanderléa. Disponível em <http://letras.mus.br/wanderlea/83530/> Acesso em 10/05/2014.

<sup>5</sup> Significado do nome Wander Disponível em <http://www.significado.origem.nom.br/nomes/wander.htm/http://www.iremar.com.br/nomes/index.php?q=Vander#axzz31MMXWSpY> Visualizado em 10/05/2014.





alegria. Não que os outros não tenham sido, mas o nascimento da Elaine veio preencher o vazio deixado pela morte da outra, e de qualquer forma, “suspender o luto”!

Eu vou lhe contar  
Não posso esconder  
Eu vou lhe contar  
Você deve saber...<sup>6</sup>

485

## ORIGEM DOS NOMES ELAINE CRISTINA

**Elaine:** Significa “a reluzente”, “resplandecente”. É uma variante inglesa a partir do francês antigo *Helaine*, o mesmo que Helena, que tem origem no nome grego *Heléne*, que quer dizer “tocha”, derivado da palavra *hélê* “raio de sol”, portanto é dado o significado de “resplandecente, a reluzente”. Foi popularizado através de uma personagem da obra de 1859 “Os Idílios do Rei” do poeta inglês Alfred Tennyson.<sup>7</sup> (MENDES, 2014, p. 89).

**Cristina:** Significa “cristã”, “ungida por Deus”. É a variante feminina de Cristiano, o mesmo que Cristiano tem origem no latim *Christianus*.<sup>8</sup> (MENDES, 2014, p.54)

Elaine Cristina não sabe muito bem qual a origem do nome, mas sabe que foi a mãe que escolheu o nome Elaine e o pai escolhera o nome Cristina. No entanto ela lembra que quando era bem pequena achava que se chamava Elisabete. Não entendia bem o porquê, só tempos mais tarde ficara sabendo que este era o nome da irmã, que tinha falecido com a idade de um ano e meio, seis meses antes dela nascer.

Mas quando eu era muito pequenininha, tenho uns flashes de memória de que eu pensava que meu nome era Elisabete, tanto que quando alguém me perguntava como é seu nome? Aí eu respondia Elisabete, né.

[...]

Agora porque isso eu nunca perguntei, mas eu achava que era Elisabete.

<sup>6</sup> Letra da música Vou lhe contar de Wanderléa. Disponível em <http://letras.mus.br/wanderlea/1043886/>. Acesso em 10/05/2014.

<sup>7</sup> Significado do nome Elaine Disponível em <http://www.dicionariodenomesproprios.com.br/elaine/> Visualizado em 10/05/2014).

<sup>8</sup> Significado do nome Cristina. Disponível em <http://www.dicionariodenomesproprios.com.br/busca.php?q=Cristina>. Acesso em: 10/05/2014.



Elaine Cristina nasceu alguns meses após a morte da outra irmã que se chamava Elisabete Cristina que falecera com aproximadamente um ano e meio de idade, devido a uma desnutrição grave. Meu pai queria repetir o mesmo nome quando a Elaine nasceu, mas nós que éramos os irmãos mais velhos e minha mãe não concordamos. O nome Elaine Cristina foi escolhido por minha mãe, e segundo esta, era o pseudônimo da atriz brasileira chamada Júlia Sánches que fez muito sucesso em novelas.<sup>9</sup> Como meu pai já pensara no nome *Cristina* foi uma forma inteligente de resolver o problema, ou seja, não era a repetição do nome de uma falecida, mas um nome que trazia a identificação primária dos pais como no meu caso, do irmão Wanderley e da irmã Cacilda.<sup>10</sup> Porém a Elaine ficou por algum tempo, como ela mesma disse, “achando que se chamava Elisabete”.

Aí depois que eu cresci eu soube que eu tinha uma irmã que se chamava Elisabete e que faleceu ainda recém-nascida. Então eu fiquei sem saber por que eu pensava que meu nome era Elisabete, eu não sei sempre eu pensava que meu nome era Elisabete, até uns cinco anos ou quatro anos de idade, até eu entender que meu nome não era Elisabete.

Provavelmente, nós, em alguns momentos na infância dela, tenhamos trocado os nomes devido a atos falhos. Freud, em 1901, abordou em seu *ensaio Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, este fenômeno:

Cheguei à conclusão de que essa situação específica (reconhecida-mente comum e sem muita importância prática) em que uma função psíquica – a memória – se recusa a funcionar admite uma explicação de muito maior alcance do que a valorização usual que se dá ao fenômeno. (p.4)

Não é difícil imaginar porque esta história do nome de minha irmã a marcou profundamente visto que em seu discurso não aparece a origem do seu nome quando atribuído pelos pais (a atriz citada) independentemente da existência de uma “outra” que a antecedeu (a irmã falecida). Minha irmã ao recontar esta história acerca das circunstâncias do seu

<sup>9</sup> **Elaine Cristina**, nome artístico de **Júlia Sánchez** (São Paulo, 13 de maio de 1950) é uma atriz brasileira. Começou sua carreira bem cedo, aos 11 anos de idade, em *A Herdeira de Ferleac*. Atuou na novela *O Outro*, de Aguinaldo Silva. Seu Primeiro Papel em Destaque foi em *Ontem, Hoje e Sempre*, na extinta TV Excelsior. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Elaine\\_Cristina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Elaine_Cristina); <http://astrosemrevista.blogspot.com.br/2012/09/elaine-cristina-uma-grande-estrela-da-tv.html> Acesso em 24 Jul 2014.



nascimento e do seu nome, privilegiando um fato em detrimento do outro, nos mostra que de certa forma, *filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos, que nos é significativo* (MATOS & SENA, 2011, p.96). Por isso *cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.* (BOSI, 2003, p. 18)

## OS SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA E IRMÃOS PARA MINHA IRMÃ ELAINE CRISTINA

487

Não é tarefa fácil falar de família visto que precisamos demarcar duas origens, ou seja, a nossa origem, onde nascemos e a origem da família que construímos quando nos tornamos adultos, através do casamento. Porém, tanto no primeiro caso quanto no segundo a família é:

[...] lugar-espaco (a casa), célula da sociedade (por analogia orgânica com o organismo biológico), modelo (padrão simbólico), relação social (isto é, como ação recíproca que implica intersubjetividade e conexões estruturais entre sujeitos). (DONATI, 2008, p. 49)

Na presente pesquisa quando solicitei à minha irmã Elaine Cristina que escolhesse, dentre suas fotografias, três que representasse o significado e importância em sua vida, não deixei claro que se trataria de família e ela traz a primeira foto (fig. 1) representando a sua família construída com o casamento.



Figura 1 – Família de Elaine  
Fonte: Álbum de Elaine

<sup>10</sup> **Cacilda Becker Iaconis** (Pirassununga, 6 de abril de 1921 – São Paulo, 14 de junho de 1969) foi uma atriz brasileira, um dos maiores mitos dos palcos nacionais. Em 30 anos de carreira, Cacilda encenou 68 peças, no Rio de Janeiro e em São Paulo; fez dois filmes (*Luz dos Seus Olhos* em 1947 e *Floradas na Serra*, em 1954) e uma telenovela (*Ciúmes*, em 1966), na TV Tupi além de outras participações em teleteatros na televisão, foi Cacilda quem inaugurou o Teatro Municipal de São Carlos com a peça *Esperando Godot* no começo de 1969.



Esta foto considero a mais importante, porque é minha família, minha razão de viver, meu filho e meu marido. Esta fotografia foi tirada no primeiro ano de aniversário de Samir, meu primeiro e único filho, em 2004, 18 de setembro de 2004, ele faz 11 anos agora em 2014. Foi na residência de minha irmã Wanderlene, na cobertura da casa dela.

Dois fatos me chamaram a atenção nesta escolha: Primeiro, ela (Elaine) participa da pesquisa como se eu (a pesquisadora) fosse uma pessoa desconhecida, ou que não soubesse de sua história. Segundo, ela me coloca nesta história, quando diz: *Foi na residência de minha irmã Wanderlene, na cobertura da casa dela*. Sei que ela tem outras fotos com o filho e o esposo (Cleber) que poderia ter escolhido, mas como Lacan observou, na relação entre irmãos partem duas relações afetivas, *amor e identificação* (LACAN, 2008, p. 30). Talvez este processo de identificação tenha relação com o fato de eu ser a irmã mais velha, neste caso, exercendo o papel de ser o modelo para a irmã mais nova, como apontou Oliveira (2006), em sua tese:

Os pais e os irmãos mais velhos são as principais figuras subsidiárias, podendo se constituir importantes figuras substitutivas da figura principal de apego, principalmente em situações em que esta não está acessível. (OLIVEIRA, 2005, p. 78)

A segunda foto (fig. 2) retrata o casamento dela com Cleber no dia 7 de outubro de 2000, numa Igreja Evangélica, no Centro da cidade de Salvador, contudo ela aponta como a mais importante de sua vida.



Henrique- sobrinho de Elaine

Figura 2: Casamento de Elaine. Fonte: Álbum de casamento de Elaine



A foto do meu casamento acho a segunda mais importante porque foi uma mudança de vida né. Mudei minha vida completamente ao me casar. Eu tinha 22 anos, foi no ano 2000.

Algumas irmãs e irmãos já frequentavam esta Igreja, inclusive minha mãe e eu. Ela então conta a história da foto:

489

Já era evangélica, conheci Cleber lá na Igreja mesmo, né! Aproximei-me dele, numa Copa do Mundo. Quando foi mesmo? A Copa do Mundo de 98 foi quando a gente se aproximou, pra trocar palavras, até então não tínhamos trocado palavras, aí no jogo da Copa do Mundo fui assistir um jogo lá na casa dele, foi a irmã dele que me convidou para assistir o jogo lá, e quando eu fui pra casa, ele (Cleber) me levou até o ponto do ônibus, foi aí que a gente teve o primeiro contato de conversa, aí surgiu “ah, essa menina é interessante” (risos). Nessa foto Cleber está bem mais magro e eu também bem mais magra (risos). Uma das crianças na foto é Henrique, meu sobrinho, atrás de Henrique está Mainha e do lado da minha mãe tem um amigo meu. Um sonho meu realizado - casar de noiva, tudo bonitinho, direitinho (risos).

Eu também me casei vestida de noiva, apenas no regime civil, na casa de minha sogra, num povoado distante de minha cidade natal. Contudo, foi apenas para agradar a meus pais, pois sendo a filha mais velha era costume que fosse a primeira a casar seguindo todo o ritual. Estava cumprindo uma formalidade sociocultural, enquanto a Elaine toma o desejo para si. Porém penso que consciente ou inconscientemente, a razão é a mesma, ou seja, fazer *tudo bonitinho, direitinho*, como determinam os preceitos socioculturais. No entanto, podemos perceber que ela (Elaine) sofre influência da religião evangélica, quando aparece no seu discurso o fato de “já ser evangélica...” Como bem apontou Ecléa Bosi (2003, p. 17) *parece que há sempre uma NARRATIVA COLETIVA privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia.*

A terceira foto (fig. 3) foi escolhida, segundo Elaine, porque representa a sua infância, com seus irmãos e amigos.





Figura 3: Festa de Aniversário  
Fonte: Álbum de Elaine

Eu escolhi esta foto, porque é a foto que tem eu criança, não tenho outra foto assim eu criança, então eu tenho essa aí a única foto que eu tenho guardado aí de recordação. Tenho eu no aniversário de minha irmã caçula a Priscila e estão alguns dos meus irmãos (os que estão com setas), todo mundo criança, os amigos de infância que ainda a maior parte deles mora aqui na rua, a outra parte não sei que destino levou. Acho que todo mundo ainda moram no bairro, todo mundo aí, com exceção dessa menina aqui, eu não sei o destino dela, mas a maioria mora no bairro e na rua. Meus irmãos, aqui meu irmão Maxsuel, ao lado Francislene e eu aqui como sempre sorridente e tem meu falecido irmão também, Valnei, está bem escondidinho, botou uns chifres em mim aí, os “chifres do capeta” (risos) era danadinho, ficou escondido na foto. Aqui é Maik, Priscila, a aniversariante está fazendo um aninho, está lá atrás em pé num banco.

Parece que há, na percepção de Elaine, uma nítida divisão no grupo de irmãos. Assim, há aqueles que pertencem ao seu grupo, “os menores”, “os pequenos, “as crianças” e os outros que são “os mais velhos”.

Os mais velhos não aparecem na foto, só tem o braço do mais velho, Antônio. Só as crianças! Aqui eu tinha dez anos. Está faltando Diego, que é também pequenininho.

Percebe-se que há no discurso de Elaine a necessidade de firmar a diferença entre os irmãos, frisando que há um bem “pequeninho” que não está presente na foto, mas deveria estar, pois o mesmo faz parte do seu grupo enquanto criança, contudo, também ao mesmo





tempo busca colocar todos no seu grupo fraternal, pois a mesma cita a presença quase implícita do irmão mais velho (apenas aparece o seu braço, mas ele está ali). Por isso, enquanto que para firmar o processo de identificação e apego, a figura do irmão/irmã mais velho/mais velha se torna importante, segundo Coleman e Ladd (1993), há também provas que sugerem que as crianças menores são capazes de estabelecer relações com seus pares, esses autores mostraram que, com apenas dois anos de idade, as crianças já revelam preferências por determinados pares e já os procuram para parceiros dos seus jogos. Com efeito, as investigações nesta área sugerem que, pelo menos, dois tipos de relações entre pares emergem até os três anos: a amizade e a aceitação pelos pares. Enquanto a amizade é uma relação *diática*, a aceitação pelos pares é definida como grau de simpatia que uma criança suscita nos membros do seu grupo social. (COLLEMAN & LADD, 1988, p.121) Elaine busca nas suas lembranças de infância não só a participação dos seus *pares sejam* seus irmãos menores ou sejam também seus amigos de brincadeiras, mas também a importância que os irmãos maiores têm em sua vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi fruto de uma atividade sugerida pela professora Dra. Elaine Rabinovich, coordenadora do grupo de pesquisa *Família, (auto) biografia e poética* e da disciplina Família e subjetividade, do Mestrado em Família, da Universidade Católica do Salvador, no presente ano. Realizá-la trouxe-nos boas recordações e muita aprendizagem.

Realizamos este trabalho com a consciência de que não há neutralidade na pesquisa social e tampouco pesquisador que seja neutro, pois o mundo social não é um dado natural, *sem problemas*, temos que concordar que ele é por nós *ativamente construído em nossas vidas cotidianas*, mas não sob condições por nós mesmos estabelecidas, *tratando-se por isso de nosso mundo vivencial*. (BAUER & GASKELL, 2002, p.63)

Quando construímos nossa própria família, reescrevemos uma nova história, mas às vezes nos esquecemos da nossa própria origem, de como aprendemos o que é família, nos esquecemos também de que somos pessoas que nos construímos nas interações com os irmãos e pais.

Construir uma nova família foi para minha irmã uma solução possível, assim como o fora para mim. Penso que a família numerosa como a nossa, onde há falta de privacidade,



desperta no jovem, o desejo de ter seu próprio espaço. Como apontou Touraine (1990) citado por Ramos (2013) isto possibilita certa *atuação*. “Um ator que constrói a própria vida, um agente da própria história, e que na melhor condição, seria reconhecido por isso” (RAMOS, 2013, p. 18).

Mas também isto se verifica na subjetivação do nome próprio, não como um nome herdado do “outro”, mas um nome que tenha sido pensado para ser seu pelo que você representa e não para ocupar um “vazio” deixado. Isto se mostrou implícito no discurso de Elaine Cristina quando do desejo de ser a “Elisabete” se esbarrou no desejo de ser a “Elaine”, originando uma crise de identidade gerada pelo duplo processo de individuação-separação. “Então eu fiquei sem saber por que eu pensava que meu nome era Elisabete”.

492

A individuação é o processo através do qual ela perceberá quem ela é; para alguns autores, como Mahler (1977, p. 146), esse processo inicia-se aos 30 meses e concretiza-se, para Yung (1960, p. 525), em torno dos 35 anos. Entre esses dois marcos há vários outros momentos de separação-individuação, como a adolescência, onde a emergência de papéis sexuais e sociais ocasiona novas separações dos pais e crises quanto à questão da identidade. Tanto a separação quanto a individuação podem ser descritas como diferentes modos de organização do ego e de sua relação com o meio. (RABINOVICH, 1991, p. 28.)

O nome *individualiza e subjetiva a existência*, (SOUZA, 2013, p. 109 in: RABINOVICH, et al. (orgs.), 2013) por isso “carregar” o nome de outra irmã (falecida), mesmo que tenha sido apenas no registro imaginário, como ocorreu com o primeiro nome, pode ter gerado [em Elaine] a angústia de passar tanto tempo sem saber quem é: “eu não sei, sempre eu pensava que meu nome era Elisabete, até uns cinco anos ou quatro anos de idade, até eu entender que meu nome não era Elisabete”. Neste sentido, como bem apontou Figueiredo (1995), não lhe era possível ser sujeito e tampouco indivíduo, *no sentido próprio do que não se divide*, visto que a mesma já estava dividida. (FIGUEIREDO, 1995, p. 34)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BAUER, M. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 63.



CARVALHINHOS, Patrícia de J. As origens dos nomes de pessoas. In: *Revista Domínios de Linguagem*, Ano 1, nº1. Minas Gerais, 2007. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/.../6686>>. Acesso em: 20/07/2014.

COLLEMAN, C. & LADDY, Garyq W. As relações entre pares na infância: formas características e funções. In: SPODEK, Bernard (org.). *Manual de Investigação em Educação de Infância*. Trad. Ana Maria Chaves. Mcmillan Publishing Company, New York, 1993, p.119.

CORREA, Renato; CORREA, Ronaldo. Foi assim. In: WANDERLÉA. *Álbum* (1970). Brasil. Sony Gravadora. 1965. < Disponível em <http://letras.mus.br/wanderlea/83530/>> Acesso em 10/05/2014.

DONATI, Pierpaolo. *Família no século XXI: abordagem relacional*. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 49.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta/EDUC- PUC- SP, 1ª ed., 1995.

FREUD, S. *A psicopatologia da vida cotidiana*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. VI, 1901. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/PauloVFdaSilva/freud-sigmund-6-sobre-a-psicopatologia-da-vida-cotidiana-1901-volume-vi>> Acesso em: 15/05/2014.

LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de uma análise de uma função em psicologia*. Trad. Marcos Antonio C. Jorge & Potiguara Mendes de S. Junior. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

LOBOS, Dado; RUSSO, Renato; BONFÁ, Marcelo. Pais e filhos. In: LEGIÃO URBANA. *Álbum: As quatro estações*. Brasil. EMI Gravadora. 1989. Disponível em <<http://musicasbrasileiras.wordpress.com/2011/02/15/pais-e-filhos-legiao-urbana/>> Acesso em: 10/05/2014.

MAIA, Tim. Não vou ficar não. In: WANDERLEA. *Álbum: Wanderléa Maravilhosa*. São Paulo. 1972. < Disponível em <<http://www.clubedorei.com.br/wmafiles/detail.asp?iData=145&iCat=926&iChannel=20&nChannel=Wmafiles>>. Acesso em: 10/05/2014.

MARTINS, Francisco. *O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991, cap. I, p. 11.

MATOS, Júlia S. & SENNA, Adriana K. de. História oral como fonte: problemas e métodos. Rio Grande, RS: *Historiae*, 2011, pp. 95-108. Disponível em <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395>>. Acesso em: 20 Jul. 2014.

MENDES, Iba. *Dicionário de nomes próprios: com ênfase aos nomes bíblicos*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. Disponível em <<http://projetoLivroLivre.com/>>



Dicionario%20de%%20de%20Nomes%20Proprios%20-20Iba%20Mendes.pdf.> Acesso em 24 Jul. 2014.

OLIVEIRA, Adriana L. de. *Irmãos, meios-irmãos e coirmãos: as dinâmicas das relações fraternas no recasamento*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, PUC – São Paulo, 2005, 333 f..

RABINOVICH, Elaine P. O Nascimento Psicológico. *Revista Brasileira Crescimento Des. Humano*. São Paulo, 1991. Disponível em PDF.

RABINOVICH, Elaine P. et. al.. Atribuição de nomes próprios e seu papel no desenvolvimento Segundo relato dos nomeados. *Revista Brasileira Crescimento Des. Humano*. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *Nomes de família: nomeação, pertencimento, identidade*. Salvador: Universidade Católica de Salvador. Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, 2011.

RABINOVICH, Elaine P. Famílias evangélicas baianas e o processo de nomeação. *Revista Psicologia e Sociedade*, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.php?pid=s0102> Acesso em: 10/06/2014.

RAMOS, Rubia de A. *Sujeito e modernidade na perspectiva de Alain Touraine*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013, 153f..

SANTOS, Bruna F. M. Castro dos. *Repetição de nome próprio na família: um velejar pelas águas da lealdade familiar e diferenciação*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011, 105 f..

SIGNIFICADO DO NOME CRISTINA. Disponível em <<http://www.dicionariodenomespropios>> Acesso em: 10/05/2014.

SIGNIFICADO DO NOME WANDER. Disponível em <<http://www.significado.origem.nomBR/nomes/Wander.htm//php?q=Vander>> Acesso em: 10/05/2014.

SOUZA, Cinthia Barreto S. Santo Nome. In: RABINOVICH, Elaine P. et all (orgs.). *Nomes de família: Subjetividade, Genealogia, Juridicidade e Historicidade*. Salvador: Quarteto Editora, 2013. pp. 105/114.



## **PARTICIPAÇÃO DOS AVÓS NA PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL DOS NETOS**

SOUZA, Catarina Soares de

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa*  
cssouza@ufv.br

REIS, Lílian Perdígão Caixêta

*Professora Adjunta I da Universidade Federal de Viçosa do Departamento de Economia Doméstica*  
*Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSAL*  
*Doutora em Psicologia pela UFBA*  
lilian.perdigao@ufv.br

516

### **RESUMO**

Os avós têm uma participação cada vez mais ativa na organização familiar e assumem também responsabilidades relativas ao cuidado diário dos netos, incluindo a saúde bucal. Esta pesquisa com abordagem qualitativa será realizada no Setor Odontológico da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa (DSA/UFV) com os avós, de ambos os sexos, que acompanham os netos para tratamento odontológico. Os objetivos são investigar a participação dos avós na promoção e manutenção da saúde bucal dos netos, caracterizar o perfil sócio-demográfico das famílias, descrever as práticas cotidianas de promoção e manutenção da saúde bucal infantil ofertada pelos avós e investigar a motivação dos avós com relação à saúde bucal dos netos. Espera-se que este estudo possa esclarecer sobre as relações intergeracionais cotidianas e contribuir com a melhoria da qualidade de vida infantil.

**Palavras-chave:** Avós. Netos. Saúde bucal.

### **ABSTRACT**

Grandparents have an increasingly active participation in family organization and also admit responsibility for the daily care of grandchildren, including oral health. This qualitative research will be held at the Sector Dental Health Division of the Federal University of Viçosa (DSA / UFV) with grandparents, of both genders, who accompany their grandchildren for dental treatment. The objectives are to investigate the role of grandparents in fostering and maintaining oral health of grandchildren, characterize the socio-demographic profile of families, describe the everyday practices of promoting and sustaining children's oral health offered by grandparents and investigate grandparent's motivation regarding the oral health of grandchildren. It is hoped that this study will clarify the everyday intergenerational relationships and contribute to improving the quality of infant life.

**Keywords:** Grandparents. Grandchildren. Oral health.



## INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, a família passa por transformações que são reflexo das mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais ocorridas nos últimos trinta anos. Alterações nos arranjos familiares, na configuração sócio-demográfica da população e nos valores sociais são percebidas no cotidiano das famílias o que evidencia as mudanças nas relações sociais, afetivas e emocionais entre os membros familiares.

Idosos e crianças têm lugar de destaque no âmbito familiar; ambos são membros ativos e com voz nas decisões. Em casos de instabilidade emocional e vulnerabilidade, os avós são o ponto de referência no sentido de assegurar o cuidado dos netos. Poucos são os avós que nunca cuidaram dos netos: alguns se dispõem a cuidar voluntariamente; outros quando solicitados, e há aqueles que se sentem obrigados a cuidar por diversos motivos.

Poucos estudos abordam a mudança de papéis dos avós e qual os efeitos dessa nova condição familiar para a vida dos idosos. Atualmente, os avós têm uma participação cada vez mais ativa na organização familiar: são mais saudáveis, mais dinâmicos e, muitas vezes, apresentam melhores condições financeiras. Eles assumem assim uma nova função no âmbito familiar: a de cuidadores e/ou até mesmo provedores dos netos (PACHECO e ALVES, 2012), seja dividindo responsabilidades com os pais ou até mesmo substituindo-os.

Esta relação em alguns momentos pode gerar conflitos e solidiedade provocando sentimentos ambíguos por parte dos avós quanto ao cuidado dos netos. Nota-se que eles desejam ser melhores para os netos do que foram para os filhos (COUTRIM, 2004 *apud* COUTRIM *et alii*, 2007). Sentimentos de satisfação, renovação do entusiasmo e interesse pela vida contrapõem-se aos de perda da qualidade de vida pela sobrecarga física, emocional e financeira.

A saúde de uma população, em especial a saúde bucal, envolve muito mais que apenas a boca. É expressa pelas condições do meio no qual o indivíduo está inserido, suas crenças, mitos e valores, seus anseios, a forma como adoece e trata as doenças, seus conceitos de qualidade de vida, de forma que as experiências, valores, expectativas vividas confere ao processo saúde-doença bucal uma complexidade que está além da determinação biológica. Neste contexto a saúde bucal do idoso é resultante da soma dos processos sócio-históricos, dos





agravos e dos cuidados pelos quais os indivíduos vivenciaram em diferentes graus ao longo de sua vida o que pode refletir quanto ao seu conhecimento, valorização e conduta referente à sua saúde bucal e a dos netos.

Dentre as ações voltadas ao bem-estar da criança, os avós assumem também responsabilidades relativas ao cuidado diário com a saúde dos netos, incluindo a bucal. Não sendo a criança capaz de zelar pela sua própria saúde é importante o envolvimento dos avós nos cuidados diários de higiene bucal, no acompanhamento às consultas odontológicas e até na ajuda financeira para a realização do tratamento dentário.

Estas observações despertaram o interesse em realizar uma pesquisa visando investigar a participação dos avós nos cuidados com a saúde bucal infantil. O entendimento do papel social que os avós assumem no cotidiano familiar e sua relação com os netos é imprescindível para promover discussões e questionamentos sobre sua participação na prevenção e manutenção da saúde bucal dos netos. Espera-se que este estudo possa esclarecer sobre as relações intergeracionais cotidianas e contribuir com a melhoria da qualidade de vida infantil, assim como auxiliar profissionais que lidam com crianças, idosos e famílias.

## 1. PROBLEMA

Devido à crescente longevidade os indivíduos permanecem por mais tempo em seus papéis geracionais, portanto desempenham número maior de funções e até mesmo sobrepondo-as (BRITTO DA MOTTA, 2010). Atualmente muitos avós não só conhecem seus netos crianças como os netos adultos, eles são mais dinâmicos, socialmente mais ativos, saudáveis e com melhores condições financeiras do que os avós de outrora e essas diferenças se traduzem em novas e melhores maneiras de se relacionar com os netos (ARATANGY e POSTERNAK, 2006).

A compreensão da forma como se organizam e atuam os membros familiares é fundamental para se estudar as condições de vida da população e analisar diferentes aspectos da vida social (IBGE, 2010). Atualmente, os avós estão diretamente envolvidos no cuidado com os netos, seja dividindo responsabilidades com os pais ou até mesmo substituindo-os. No entanto, são diversos os fatores que interferem em uma adequada saúde bucal infantil: ausência/deficiência de higiene oral; estresse dos cuidadores; desestruturação familiar; nível



baixo de conhecimento sobre saúde bucal; hábitos alimentares inadequados; inexistência de colaboração dos diversos membros da família (CANALLI *et alii*, 2011).

Diante do exposto surge o questionamento: como ocorre esse processo de participação dos avós na promoção e manutenção da saúde bucal dos netos no cotidiano familiar?

## 2. JUSTIFICATIVA

O índice de envelhecimento populacional brasileiro é em torno de 11%. Em Viçosa (MG), a porcentagem de idosos na população chega a 11,04%, evidenciando que o município segue uma tendência nacional (IBGE, 2010). De acordo com Goldani (2004) e Barros (2006) há crescentes evidências de que os idosos aumentaram sua responsabilidade financeira com os filhos adultos e netos; pois nesses últimos anos a renda das famílias com filhos pequenos retraiu muito em relação às famílias de idosos estabelecendo assim uma forma de solidariedade familiar.

Em estudo realizado em Viçosa (MG), Freitas *et alii* (2013) perceberam que os idosos também eram muito importantes no apoio à sua família. Os dados revelaram que 77,94% ofereciam assistência quer seja aos filhos e netos ou outros familiares. A maior dessa parte da assistência era de ordem financeira (25%), seguida do cuidado com os netos (19,11%). Além disso, havia aqueles que ofereciam moradia, serviços diários e alimentação.

Diante do exposto acima, esta proposta de pesquisa buscará conhecer a realidade das famílias usuárias da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa (DSA/UFV), localizada no município de Viçosa (MG). Trata-se de um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD/UFV) que presta assistência médica, odontológica, nutricional, psicológica e fisioterápica de qualidade aos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UFV, incluindo como dependentes, seus filhos e netos.

Considerando que a saúde bucal afeta as pessoas fisicamente e psicologicamente e influencia como elas crescem, aproveitam e veem a vida, falam, mastigam, saboreiam os alimentos e se socializam, assim como influencia o seu bem-estar social, é importante entender a criança e o seu responsável (avós) no seu contexto familiar (ABEGG, 2004). O entendimento do papel social que os avós assumem no cotidiano familiar e sua relação com os netos é



imprescindível para promover discussões e questionamentos sobre sua participação na saúde bucal dos netos,

Conhece-se pouco sobre a influência dos avós no desenvolvimento da criança ou sobre a relação entre eles (DESSEN, 2000 *apud* REIS e RABINOVICH, 2012). Vários autores enfatizam a escassez de estudos envolvendo avós e netos no Brasil (VITALE, 2005; DIAS; COSTA; RANGEL, 2005), além disso, debate-se pouco sobre o tema com outros profissionais das diversas áreas do conhecimento (PACHECO e ALVES, 2012).

Tendo em vista a grande participação dos avós no cotidiano da família contemporânea, o pouco reconhecimento que ainda lhes é conferido, bem como o fato de que as pesquisas realizadas têm enfatizado a figura da avó, interessamo-nos em realizar uma pesquisa qualitativa com avós de ambos os sexos, que auxiliam e ou cuidam dos seus netos para avaliar como se dá sua participação nos cuidados com a saúde bucal infantil.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. Objetivo geral

- Entender a participação dos avós na promoção e manutenção da saúde bucal dos netos no cotidiano familiar.

#### 3.2. Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil sócio-demográfico das famílias.
- Descrever as práticas cotidianas de promoção e manutenção da saúde bucal infantil ofertada pelos avós.
- Examinar o significado e a motivação dos avós com relação à saúde bucal dos netos.
- Identificar crenças e valores em relação à saúde bucal.

### 4. REVISÃO DA LITERATURA

Diante de tantas transformações de ordem econômica, política, social e cultural no mundo globalizado, o envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal. No Brasil é visível o crescimento da população idosa, segundo os indicadores sociais e demográficos



divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o País tem aproximadamente 23 milhões de idosos (IBGE, 2012). A partir de 1990 ocorreram importantes movimentos em prol dos idosos, o que resultou na criação de políticas públicas de valorização desse grupo etário, que passou a ter vários benefícios, como melhores condições de saúde, renda financeira e qualidade de vida e conseqüentemente maior autonomia e maior expectativa de vida (IPEA, 2012).

A maior vulnerabilidade das famílias, com a falta de emprego para os mais novos, a deterioração salarial e o aumento do número de divórcios trazem os filhos para a casa dos pais. A solidariedade familiar se consolida com a ajuda dos idosos como provedores da família, devido ao aumento de sua renda proporcionado pelas aposentadorias, pensões e benefícios (BARROS, 2006).

O fato dos idosos de hoje serem mais dinâmicos tem resultado em mudanças na estrutura familiar em que estão inseridos, o que reflete em seus relacionamentos - as famílias passaram a ter mais avós e netos. Na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC Nacional e o SESC/SP, sobre Idosos no Brasil – Vivências, desafios, e expectativas na terceira idade (SESC/FPA), verificou-se que 16% dos idosos criavam os netos e entre as mulheres idosas, 50% ajudavam a cuidar dos netos, 20% os criavam e 14% cuidavam deles uma parte do dia. Os idosos pesquisados tinham boa percepção do envelhecer, pois 94% afirmaram terem muito a ensinar (ALVES, 2007), o que favorece o convívio com os netos.

Em seu estudo, Dias, Costa e Rangel (2005), analisaram que os avós que eram vistos no meio familiar como autoritários, velhos, enrugados e com cabelos brancos deram lugar a pessoas mais calorosas, saudáveis, participativas, assumindo responsabilidades de cuidado com os netos por prazer. Alguns se dispõem a cuidar voluntariamente, outros só quando solicitados e há aqueles que são obrigados a cuidar por diversos motivos. Havendo tantos outros avós - homens e mulheres - destrutivos para a vida familiar. Poucos são os avós que nunca cuidaram dos netos em algum momento da vida (VITALE, 2005).

A convivência entre avós e netos é benéfica para a socialização das crianças que não têm os pais como única referência (BARROS, 1987), mesmo levando-se em conta as tensões, os conflitos de geração e as diferenças de opinião. Coutrim *et alii* (2007), em seu estudo, desmistifica a ideia de que a convivência entre avós e netos se configura em uma relação de permissividade nociva para as crianças. Nos estudos de Lopes; Neri e Park, 2005, as autoras observam que os efeitos dessa mudança de papel dos avós configuram-se em um quadro amplo



e complexo de aspectos positivos e negativos. Os sentimentos de prazer em prover os netos, acompanhados com o senso de renovação pessoal, dever cumprido e a satisfação da convivência contrapõem-se sentimentos de perda da qualidade de vida pela sobrecarga física, emocional e financeira.

Muitos desses avós dividem a mesma moradia com filhos e netos, e conforme aumenta o tamanho da família, aumenta a ajuda deles no cuidado das crianças. A situação é mais comum entre a população de baixa renda, devido à dificuldade financeira de contratar outras pessoas para a organização do lar e cuidado das crianças. Diante da situação em que os avós são os únicos provedores do domicílio, os problemas se agravam quando há escassez de recursos materiais que garantam a estabilidade financeira e a independência das famílias (COUTRIM *et alii*, 2007).

Alves (2007), ao analisar os dados obtidos das relações familiares e sociais dos idosos, na pesquisa do SESC/FPA, constatou que os idosos têm hoje vida familiar e socialmente ativa, com trocas entre as gerações de forma bidirecional, focadas no intercâmbio de dinheiro e de serviços, o que os torna essenciais no âmbito doméstico. A ajuda dos idosos caracteriza as “transferências de apoio informal entre idoso e família como um processo de intercâmbio recíproco entre gerações” (SAAD, 2004, p.203).

Às avós cabe o cuidado cotidiano com a alimentação, higiene, escola, maior atenção. Já os avôs contribuem mais nas despesas financeiras. Atualmente percebe-se maior inclusão desse avô nas tarefas domésticas do cotidiano familiar (DIAS; COSTA; RANGEL, 2005). A qualidade do vínculo intergeracional colabora no processo interativo e coeducativo no qual tanto os mais velhos quanto os mais novos aprendem e ensinam (BARROS, 1987; PEIXOTO, 2000; VITALE, 2005).

Dentre os princípios de uma adequada promoção em saúde bucal infantil, a família representa um importante papel. É no âmbito familiar que se desenvolvem hábitos e comportamentos que influenciam a saúde de seus membros. As crianças aprendem e adotam comportamentos e atitudes saudáveis pelo processo de socialização. Uma criança criada em um ambiente que não valoriza os cuidados com a saúde bucal, provavelmente, tornar-se-á um adulto negligente com a sua própria saúde bucal (ABEGG, 2004).

A saúde bucal é parte integrante e essencial da saúde geral e é expressa pelas condições do meio no qual o indivíduo está inserido e, principalmente, pela forma com que são



estabelecidos os relacionamentos interpessoais e familiares, sendo assim, é um fator determinante para a qualidade de vida (FAUSTINO-SILVA *et alii*, 2008).

Dentre as doenças bucais que afetam adultos e crianças, a cárie dentária representa um grave problema de saúde pública (BRASIL, 2011). Sua etiologia está associada a fatores biológicos, que incluem higiene oral deficiente e hábitos alimentares inadequados. Atualmente outros fatores, não biológicos, antes pouco estudados, como condição socioeconômica, culturais, psicológicas e comportamentais, acesso a bens de consumo e a serviços de saúde estão sendo avaliados, assim como o indivíduo no seu contexto familiar (FRIAS *et alii*, 2007).

A população idosa experimentou, em tempos passados, dificuldades de acesso ao tratamento odontológico pela escassez de profissionais, pelo alto custo do tratamento odontológico e até pela concepção tanto da população quanto dos dentistas de que a melhor conduta diante da dor seria a extração precoce dos dentes. Dor e medo são sentimentos ligados à imagem do cirurgião-dentista ainda que se reconheça a evolução da Odontologia, tanto em relação aos equipamentos, materiais e técnicas utilizadas, quanto à formação e conduta profissional (HIRAMATSU; TOMITA; FRANCO, 2007).

Conseqüentemente, as pessoas trazem consigo uma carga de medo e ansiedade muito grande. A valorização, as decisões referentes ao tratamento e/ou prevenção do processo saúde-doença bucal vão sendo moldada de acordo com as “histórias de vida, um conjunto de crenças e valores, a própria subjetividade do sujeito, que requer soluções social e culturalmente sustentadas” (SESC, 2007 p.33).

Foram encontrados apenas dois trabalhos relacionando avós/netos usando a temática saúde bucal. Em um estudo realizado por Souza (2005) constatou que aquelas avós que não faziam uso do fio dental preocuparam-se menos com a saúde bucal do neto. Já Moraes (2008) concluiu que existem para os avós vários significados em relação ao cuidado com a saúde bucal do neto, e verificou que há conflito intergeracional interferindo na saúde bucal infantil. Comprovou-se também que os avós oferecem açúcar como transferência de amor e carinho, o que é prejudicial à saúde bucal das crianças.

Neste sentido incluir os avós, constitui um fator de relevância para a promoção e manutenção de uma adequada saúde bucal infantil. A literatura consultada evidencia a grande participação dos avós na vida cotidiana dos netos e ressalta que este é um campo amplo que merece e pode ser objeto de muitas pesquisas.





## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1. Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na visão interpretativa sob a perspectiva fenomenológica.

De acordo com Carvalho *et alii* (2000, p. 29) a fenomenologia afirma que “o conhecimento é o resultado da interação entre o que o sujeito observa e o sentido que ele fornece à coisa percebida”, esse processo de interação é permeado por um emaranhado de significados, pois o homem é um agente social que influencia e é influenciado pelo contexto social, dotado de percepções que permitem uma interpretação própria da sua realidade.

Para Chizzotti (2008), a pesquisa qualitativa segue uma tendência atual ao adotar multimétodos de investigação, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise para o estudo de um fenômeno humano; procurando encontrar sentido desse fato e interpretar os significados que as pessoas atribuem a eles.

### 5.2. Unidade de Estudo

O estudo será realizado no Setor Odontológico da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa (DSA/UFV) no município de Viçosa – MG. Trata-se de um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD/UFV) que presta assistência médica, odontológica, nutricional, psicológica e fisioterápica de qualidade aos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UFV, incluindo como dependentes, seus filhos e netos. Entre os meses de janeiro a agosto de 2013, foram atendidas 249 crianças no Setor Odontológico para a realização do tratamento odontopediátrico (UFV, 2013).

### 5.3. Participantes do estudo

Serão convidados a participar do estudo avós de ambos os sexos, que acompanham os netos para tratamento odontológico e que pertençam às famílias usuárias do Setor Odontológico da DSA/UFV. Pretende-se adotar como referência para a pesquisa a idade de 60 anos ou mais para os avós participantes de acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL,



2010). Para as crianças, será usado o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 2012).

#### **5.4. Instrumento de coleta de dados**

As informações serão coletadas através de um roteiro de entrevista semiestruturada, uma combinação de questões fechadas e abertas, contendo itens para o levantamento de dados sociodemográficos e de perguntas estabelecidas a partir dos objetivos e da literatura pertinente à pesquisa. As entrevistas serão realizadas individualmente, com previsão de duração, sendo esta gravada e registrada por escrito.

Através da entrevista, o participante tem a liberdade de responder sobre o assunto questionado sem se prender à pergunta feita (MINAYO, 2012) e a figura do pesquisador é valorizada, pois oferece todas as condições a fim de que favoreça essa liberdade e espontaneidade, enriquecendo a pesquisa (TRIVINÕS, 2012). Como vantagem da entrevista, Creswell (2007, p. 191) cita a possibilidade que o pesquisador tem de “controlar” a linha de raciocínio do questionamento, além de obter informações históricas do participante, e como limitação ressalta que a presença do mesmo pode influenciar as respostas.

Tendo em vista a natureza desse projeto, é importante destacar que antes de se realizar qualquer procedimento metodológico o mesmo será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV. Nesse sentido, será apresentado aos participantes deste estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para fins de adesão espontânea à pesquisa.

#### **5.5. Análise de dados**

Entre as diversas técnicas de análise de conteúdo será utilizada a análise categorial temática. Trivinõs (2012, p. 160), analisa o conceito do método análise de conteúdo segundo Bardin (1977) e sintetiza ser esta uma técnica para estudar “as comunicações” entre os indivíduos dando destaque ao conteúdo das “mensagens” e argumenta que a análise de conteúdo das mensagens escritas são mais estáveis e constituem material objetivo possível de reavaliações.



Segundo Richardson (2012, p. 243) esta técnica “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”. Para Creswell (2007), a análise de dados é um processo contínuo na pesquisa qualitativa e incluem organização e preparo dos dados, além da leitura inicial das informações, codificação dos dados e a partir desses, desenvolvimento de uma descrição e análise temática, sua interpretação, representação dos resultados e discussão será de acordo com os referenciais teóricos e os objetivos da pesquisa.

Entretanto Richardson (2012) enfatiza que o processo é lento, pois esta técnica exige do pesquisador tempo disponível no desenvolvimento do código até alcançar um nível aceitável de confiabilidade.

526

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Andréa Moraes. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. In: NERI, Anita Liberalesso (org.) *Idosos no Brasil; vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.125-139.

ARATANGY Lidia Rosenberg; POSTERNAK Leonardo Marcos. *Livro dos avós: na casa dos avós é sempre domingo?* São Paulo: Artemeios, 2006.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. Trajetórias dos Estudos de Velhice no Brasil. In: *Sociologia, Problemas e Práticas [online]*, n.52, 2006, p. 109-132. “Disponível em” <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292006000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292006000300006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0873-6529, 23/09/2013.

BRASIL, *Estatuto do idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e legislação correlata*. 5. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_, *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990*. 7. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

\_\_\_\_\_, *Projeto SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Brasília DF, 2011.

ABEGG, Claides. Desenvolvimento de Comportamentos e Hábitos Condutores à Saúde Bucal. In: BÖNECKER, Marcelo; SHEIHAM, Aubrey (Org.). *Promovendo Saúde Bucal na Infância e Adolescência: Conhecimentos e Práticas*. São Paulo: Editora Santos, 2004, p. 97-108.



BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, mai/ ago, 2010, p.225-250.

CANALLI, Cláudia da Silva Emílio; CHEVITARESE, Leila; SILVEIRA, Roberto da Gama da; CASANOVA, Edna Gurgel; MIASATO, José Massao. Fatores associados à cárie dentária: uma pesquisa qualitativa na bebê-clínica da Unigranrio/RJ. In: *Revista Rede de Cuidados em Saúde*, v. 5, n. 1. Rio de Janeiro, 2011, p. 1-15. Disponível em <http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/rcs/article/viewFile/1155/731>, 14/08/2013.

CARVALHO, Alex *et alii*. *Aprendendo Metodologia Científica*. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTRIM, Rosa Maria Exaltação *et alii*. O que os Avós Ensinam aos Netos? A influência da Relação Intergeracional na Educação Formal e Informal. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29 de maio a 1 de junho de 2007, Universidade Federal do Pernambuco, Recife (PE).

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. Luciana de Oliveira Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, Cristina Maria Souza Brito; COSTA, Juliana Monteiro; RANGEL, Verônica Alves. Avós que criam seus netos: circunstâncias e consequências. In: Terezinha Féres-Carneiro (org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, P. 158-176.

FAUSTINO-SILVA, Daniel Demétrio *et alii*. Cuidados em saúde bucal na primeira infância: percepções e conhecimentos de pais ou responsáveis de crianças em um centro de saúde de Porto alegre, RS. In: *Rev. odonto ciênc.*, v. 23, n.4, 2008, p.375-379.

FREITAS, Núbia Cristina; FONSECA, Estela da Silva; ALMEIDA, Alessandra Vieira de; SILVA, Emilia Pio da; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Percepção do processo saúde e doença de idosos participantes do programa municipal da terceira idade do município de Viçosa- MG. In: IV WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO, III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA, VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA. 18 de julho de 2013, Universidade Federal de Viçosa- Viçosa (MG).

FRIAS, Antonio Carlos; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; JUNQUEIRA, Simone Rennó; NARVAI, Paulo Capel. Determinantes individuais e contextuais da prevalência de cárie dentária não tratada no Brasil. In: *Rev Panam Salud Publica*, v.22, n.4, 2007, p.279-285.

GOLDANI, Ana Maria. Relações Intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: Ana Amélia Camarano (org.) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p.211-250.



HIRAMATSU, Daniel Afonso; TOMITA, Nilce Emy; FRANCO, Laércio Joel. Perda dentária e a imagem do cirurgião-dentista entre um grupo de idosos. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v.12, n.4, 2007, p.1051-1056.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos Indicadores Sociais. Estudos e pesquisas. In: *Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 29. *Análise das condições de vida da população brasileira*. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População 2010. In: *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*. n. 27. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011. In: *Comunicado 157*. Rio de Janeiro: IPEA. 2012.

LOPES, Ewellyne Suely Lima; NERI, Anita Liberalesso; PARK, Margareth Brandini. Ser avós ou ser pais: Os papéis dos avós na sociedade contemporânea. In: *Textos Envelhecimento*, v. 8, n. 2. Rio de Janeiro: UNATI - UERJ, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes (cols.). 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORAES, Avany Berman. *Significados atribuídos pelos avós no cuidado com a saúde bucal dos netos: um enfoque qualitativo*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PACHECO, Maria Eniana Araújo Gomes; ALVES, Sâmea Moreira Mesquita. A função social dos avós na contemporaneidade: uma análise preliminar da estrutura familiar. In: *Conhecimento e Diversidade*, n. 8. Niterói, jul./dez., 2012. p. 93-103.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: Clarice Ehlers Peixoto, , François Singly; Vincenzo, Cicchelli (org.), *Família e Individualização* Tradução de Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.95-111.

REIS, Lílian Perdigão Caixêta; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Educação compartilhada entre mães e avós. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira, e Ana Maria Almeida Carvalho (org.), *Família e educação: olhares da psicologia*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012, p.59-76.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et alii*. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas. 2012.

SAAD, P. M. Transferências de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: Ana Amélia Camarano (org.), *Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p.169-209.



SESC. *Manual técnico de educação em saúde bucal*. Cláudia Márcia Santos Barros, (Coordenador). Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007.

SOUZA, Rosana Gonçalves de. *Avaliação do comportamento da avó com relação à saúde bucal do neto*. Monografia. Escola de Aperfeiçoamento Profissional da Associação Brasileira de Odontologia (EAP/ABO-MG). Belo Horizonte, 2005.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1 ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Divisão de Saúde. *Relatório de Atividades do Setor Odontológico*. Viçosa-MG, 2013.

VITALE, Maria Amélia Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: Ana Rojas Acosta, Maria Amália Faller Vitale (orgs.). *Família redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Instituto de Estudos Especiais - PUC/SP, 2005, p.95-105.





## **A MATERNIDADE EM TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES AFRO-DESCENDENTES DA LOCALIDADE DE PAU GRANDE, BAHIA**

RABINOVICH, Elaine Pedreira

*Psicóloga. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador*  
elainepedreira@gmail.com.br

DINIS, Edite Luiz

*Geógrafa, mestrado pela UFBA*  
dinizgeo@hotmail.com

BASTOS, Ana Cecília de Sousa

*Psicóloga, prof. do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA*  
anaceciliabastos@gmail.com

530

### **RESUMO**

Este estudo é parte de um projeto maior em que foram focalizadas as concepções sobre maternidade em várias gerações de mulheres. Três mulheres afro-descendentes de três gerações de uma mesma família, moradoras de um local semi-rural denominado Pau Grande, Litoral Norte da Bahia, foram entrevistadas quanto ao sentido por elas dado à maternidade, criação e educação, entre outros temas. Concluiu que, embora as entrevistadas não relatem ter havido grandes mudanças nos temas abordados através dos tempos, concordaram que as existentes ocorreram devido às mudanças nos modos de vida decorrentes de transformações sociais mais amplas referentes ao trabalho feminino e a questões de gênero. Contudo, devido a circunstâncias sociais e culturais, continuam a ser responsáveis como mães durante toda a sua vida.

**Palavras-chave:** maternidade; geração; família; mulheres afro-descendentes.

### **ABSTRACT**

This study is part of a major project where there have been focused conceptions about motherhood in diverse generations of women. Three afro-descendent generations of women from one family, living in a semi-rural local named Pau Grande, North Seashore of Bahia, were interviewed about their meaning of motherhood, care and education. It concluded that, although the participants related no time differences in the focused topics, they agreed that the existing ones have occurred because of changes in ways of living due to wide social changes related to women work and to genre roles. However, due to social and cultural circumstances, they continue to be responsible as mothers through their entire lives.

**Key words:** motherhood, generation, family; afro-descendent women.



Este trabalho é fruto do projeto coordenado por Ana Cecília Bastos, denominado *A construção cultural da maternidade e da paternidade: contextos, significados e práticas ao longo do curso de vida* (CNPq, 2012-2015). Nesta pesquisa maior, orientada teoricamente pela Psicologia Cultural de base semiótica, foi proposto ser possível acompanhar a transição para a maternidade, em sua dinâmica, identificando os signos que regulam os sentimentos das mulheres, seus pensamentos e atos, analisando significados e práticas a eles relacionados. Utilizou-se o conceito de estágios da vida familiar definidos por processos de transição envolvendo novos modos de sentir, pensar e agir. Intensos processos de negociação ocorrem nos limites dos diversos sub-sistemas familiares – inclusive o subsistema mãe-criança (Cowan, 1991; Carter & McGoldrick, 1995).

Tornar-se mãe é um processo contínuo e central à família em todas as sociedades. Como uma mulher lida, através dos diferentes estágios de vida, com as demandas relacionadas à atividade maternal, além das interfaces com o trabalho, sobrevivência, feminilidade, com a própria “maternidade”?

Para discutir este processo, Bastos et al. (2014) analisaram, por meio de entrevistas narrativas, mães em diferentes estágios do curso de vida: A. na sua transição para a parentalidade; B. com crianças em idade escolar; C. com filhos indo para a idade adulta; D. pais com mais de 80 anos. Observaram haver um contraste comparando os estágios A e B versus o C e D, pois nos estágios iniciais o signo “Eu-mãe cuidadora” foi fortemente suportado pela congruência em relação às circunstâncias concretas da vida familiar, enquanto nos estágios C e D esta congruência não estava mais presente. Concluem que a maternidade é uma experiência que acontece tanto no domínio intra-psíquico quanto no relacional/ interpessoal, referindo-se à organização cotidiana e à manutenção da vida familiar, e que o significado dado à maternidade caminha na direção de uma característica mais abstrata com o passar dos anos. Ou seja: de cuidados práticos, exigidos pela vida cotidiana, passa a se apoiar em processos de auto-manutenção do signo maternidade por meio de elaborações que resultam em sínteses pessoais em direção de uma totalidade, embora mantendo o sentido de continuidade face às mudanças contínuas e contraditórias na vida.

O estudo aqui relatado é um estudo de caso que, embora oriundo do projeto geral, utilizou outro modo de acesso à temática, focalizando o entendimento de três gerações de mulheres afro-descendentes de uma mesma família sobre a maternidade, o cuidar e o educar por



meio de entrevistas livremente conduzidas no local de moradia das mesmas. As entrevistas estiveram centradas nos termos chave, porém se abriram para vários outros, como alimentação e festas, não transcritas no presente trabalho. O foco das entrevistas, mais do que transições, foram as mudanças nos costumes referidas pelas entrevistadas.

## O LOCAL

Pau Grande é um “quase quilombo” localizado no município de Mata de São João, litoral Norte do Estado da Bahia. Quase-quilombo porque, embora tenha sido reconhecido como tal pela Fundação Palmares, seus moradores não conseguiram organizar uma Associação de Moradores, por estarem divididos, para apoiar a ação do poder federal encarregado de titular as terras. Esta divisão ocorreu devido à atuação do poder econômico e imobiliário que já os rondava por habitarem uma área em parte localizada em uma reserva florestal, uma APA; por estarem contíguos à região litorânea onde está localizada a Praia do Forte, antiga aldeia de pescadores e agora sofisticado lugarejo para veraneio à beira-mar, internacionalmente famosa; e pela já existência de um condomínio que aterrara várias de suas fontes (Diniz, 2007; Rabinovich, 2008).

Nesta localidade, realizamos diversas entrevistas com três gerações de mulheres de uma mesma família. Relataremos aqui a de D. Maria, sua filha e sua neta.

### **MÃE, AVÓ E BISAVÓ: É MÃE É QUEM TEM VONTADE DE SER MÃE. TODOS ME CHAMAM DE MÃE: FILHOS, NETOS E BISNETOS**

No terraço de sua casa, ao cair da noite, D. Maria foi entrevistada por Elaine e Edite. D. Maria tem 66 anos, mora com um filho de 23 anos, teve nove filhos, dois maridos, 18 netos e cinco bisnetos. Além de mãe, avó, bisavó, foi parteira. D. Maria é magra, aparenta mais idade, e é muito ativa. Está sempre circulando.



*Eu ando muito. Visito todo mundo. Quando vejo alguém doente, vou lá visitar. Rezo. Tiro reza na Igreja Católica. Danço. Vou pras festa, vou pra baile, vou pra forró, danço tudo, tudo para mim está bom.*

As entrevistas foram centradas em torno do tema maternidade, criação e educação. Sobre ser mãe, afirmou a centralidade da maternidade em sua vida:

*É a mãe é quem tem vontade de ser mãe. A gente tem nosso filho, sai, a mãe fica. .... Pelo dia e pela noite. Quando está trabalhando, não dorme direito, fica pensando o bom e o ruim. Onde está meu filho? O que está fazendo? Porque não vem para a casa?*

Sobre a importância de ser mãe, seu orgulho está em ser chamada de mãe por todos, netos e bisnetos e pela força do significado de maternidade em si:

*É ser mãe. Porque todos chamam de mãe. Até os bisnetos chamam de mãe. Não tive um filho em maternidade, tudo em casa. Ia buscar a parteira no Pau Grande, a dos Santos, ia buscar para pegar o menino e quando chegava, já tinha nascido. Porque N. Sra do Parto dava força para a criança nascer. Já tinha nascido! As meninas que eu peguei, me chama de mãe, também, as duas.*

Como ela foi mãe pela primeira vez aos 15 anos e pela última vez, aos 43 anos, foi perguntado o que mudara no decorrer deste tempo em sua atividade como mãe:

*Mudei porque naquele tempo não era como hoje. Eu batalhei muito para criar eles, lavava roupa de ganho para outros para criar eles, e o marido doente de Chagas, muito doente. Eu era o homem e a mulher. Todo mundo do Pau Grande e do Barreiro sabe da vivência como era. E eu ficava preocupada com os pequenos. Depois que eu passei por aqui, fiquei mais melhor. Como mãe, melhorou. Não era aquela coisa que eu fazia lá, aquela batalha que eu fazia.*

Cuidar é se preocupar e garantir o bem estar dos filhos e netos. Mas sempre houve um espaço para o lazer e o olhar do entorno.

*É lá olhar, ver, perguntar, tá mais melhor? Como passou a noite? Como passou o dia? Fazer aquela horinha e ir embora. Quando era pequeno, dar um banho, dar a comidinha, botar para dormir. Quando tava acordado, colocava no braço e ia na casa da vizinha pra passear. Brincava de folha, de carro, pegava, botava no colo, sacudia, falava com eles. E eu cuidando do meu que-fazer na cozinha. Hoje eu não estou nem aí.*



Quanto a educar, frisa a ausência de punição.

*Eu não, nunca bati nos meus filhos. Não mudou. Eu nunca batia neles porque não fazia, quando pequeno, muitas coisas errada. Eu reclamo, eles obedecem, porque eu estou certa. Os filhos têm de obedecer as mães. No errado, eu falo. Os netos quando chega aqui, me chama de mãe, e não de vó, entendeu? Tudo me chama de mãe. Mãe, mãe, mãe, mãe. Até os bisnetos, os pequenos. Vó é mãe duas vezes (ri). Então, eles me obedecem. Nunca diz nada.*

534

A respeito da continuidade nos cuidados realizados pelas filhas, relata que estas criarem seus filhos como ela, assim como os bisnetos. Declara enfaticamente não tomar conta de bisnetos, embora tenha se ocupado com dois bisnetos enquanto as filhas (avós) estavam trabalhando.

*Não tomo conta nem de neto nem dos bisnetos. Eu não, não tomo conta de ninguém.*

Recebe uma aposentadoria do marido falecido e relata a diferença da época deste marido e da atual, onde é ajudada pelas filhas.

*No tempo do primeiro marido, ele fazia as compras e bebia muito. Não tinha negócio de salário, era avulso. Ele fazia a feira. Hoje mudou porque quando eu quero um negócio assim, ou ela quer (uma das filhas), diz: vou dar para a minha mãe. Hoje mesmo, minha filha foi para Camaçari me acompanhar, que ela faz isso para a mãe. Quando precisa, eles me ajudam, e eu ajudo também. Eu estou ajudando ela.*

Portanto, descreve um ciclo em que de “mãe de todos” está recebendo os frutos de ser atualmente cuidada por, se não todos, por muitos.

### **FILHA/MÃE/AVÓ: JÁ EU SOU DEPENDENTE DE MIM!**

C. tem 45 anos. Mora na casa localizada ao lado da casa de sua mãe, dona Maria, ela, seu filho de 18 anos e o segundo marido, que não é o pai de seus filhos. As duas filhas habitam em casas separadas: uma está casada (25 anos) e mora mais longe e a outra (23 anos) tem um filho de nove anos e mora ao lado.



*É tomar conta dos filhos, educar, cuidar da casa e dos filhos, botar no colégio, trabalhar para manter os filhos. Tomar conta é almoçar na hora certa, dar banho, mandar lavar as mãos e ficar em cima – tá na hora do colégio, presta atenção com quem anda. A maior preocupação é os estudos porque está aprendendo para trabalhar. Esse de 18 anos não quer estudar, parou, eu fico em cima ...*

Observa-se a grande diferença em relação à sua mãe no referente à ênfase na educação formal e social, enquanto o educar não formal equivale a obedecer aos mais velhos e a regras.

535

*Educar é... me obedecer, respeitar os outros, tudo o que eu falar me obedecer, não bulir no que é dos outros, é ensinar o certo, não ser arrogante e bruto.*

Trabalha em uma pousada próxima, “*onde faz de tudo!*”, enquanto o marido trabalha também, ambos com carteira assinada. Cada um fica com o que ganha e dividem as despesas. Na hora das compras, dividem as contas de gás, de luz. Acrescenta:

*Eu por acaso vou trabalhar e dar meu dinheiro aos outros? Eu mesma pago as contas e compro o que necessito. Gasto em comida, roupa, remédio, gás, energia. Dividimos nas compras. Os filhos são só meus, não do pai. Os três filhos são meus e a obrigação deles é minha. Se o marido quiser ajudar, ele pode, agradeço, mas ele não quer! Na hora do pagamento, eu quero dar tudo dividido, a briga é mais por minha parte. Ele tem mais do que eu, ele tem de assumir já que foi ele quem me procurou. Já eu sou dependente de mim!*

Em relação à geração anterior, esta declaração: *já sou dependente de mim!* – é esclarecedora por cruzar dois conceitos: o de dependência e o de independência, o que não corresponde a uma independência, mas a uma mudança de quem se depende: depende de si, arvorada na auto-sustentação. Pode indicar um estágio de dependência de si anterior a um estágio de independência.

Revela uma centralidade na maternidade, como em sua mãe, - pode ser vista no modo como cria o filho - mas com uma diferença no posicionamento como mulher. Como mulher, ela parece mais dona de si, embora assim como para D. Maria, são os homens a circularem em torno dela.

Em relação aos cuidados dados e recebidos, ela cuida do filho e do neto, e se preocupa com a filha mãe do neto, que engravidou aos 14 anos, tendo 23 atualmente.





*Eu ajudo mais uma, a outra não. A minha filha tem um filho que eu crio ele mais do que ela, Tenho mais condições de cuidar quanto de dar coisas. Uma, essa, não é responsável, a outra é. É responsável porque tem casa, tem trabalho, não ajudo muito. Essa, não cuida do filho como deveria cuidar: não se interessa em dar um banho, em de botar para escovar os dentes, ela tem de se preocupar! Como mora tudo muito junto (perto, casa colada), eu vejo, aquilo me incomoda. Ela sai de noite, leva ele; não bota para fazer o dever, deixa ficar jogando gude aí fora. No fim de semana, vai para festa e leva ele (menino tem nove anos).*

No entanto, estabelece limites que avalia como fundamentais no referente à maternidade:

*Não deixo ela deixar à noite aqui porque estou dando mais liberdade a ela. Ela tem de aprender a ter responsabilidade dela, se ela fizer por ela, ela não aprende.*

Recebe atenção e cuidados da filha mais velha, e também se preocupa com ela.

*Quando eu demoro para ir na casa dela, ela logo vem aqui me ver, ver o que está acontecendo. Quer sair de férias e está construindo a casa, me perguntou: eu disse, vá, minha filha, está precisando descansar ...*

Refere mudanças na educação recebida e dada no tocante à força da tradição:

*Era melhor educada, só saia mais ela (com a mãe), não andava só como anda hoje solto. A gente dava a bênção, agora não pede mais. Antes, não saía sem dizer. Agora sai e não dá explicação. A gente é mãe e não sabe onde ele anda.*

Traz uma importante e elucidativa definição de maternidade:

*Acho importante ser mãe porque tem mais responsabilidade, tem mais outro pensamento. Não ser mãe, não se liga a nada, só fica curtindo. Se tiver filho, tem de ter responsabilidade para cuidar do filho.*

Essa definição de mãe como quem aprende a ter responsabilidade lança uma luz a respeito de muitas maternidades adolescentes nas classes populares: porque ser mãe é ser responsável, e aprender a ter responsabilidade, donde é uma maneira de a jovem se “integrar” à sociedade. Para ela, ter filho não pode estar separado do “ter uma casa”, e a mãe é quem toma



conta da casa. E tomar conta da casa requer responsabilidades. Portanto, ser mãe pode ser uma maneira de forçar a jovem a assumir responsabilidades.

Conjuntamente com sua mãe, revela a falta de importância dada ao homem, o patriarcado emergindo como uma forma de poder. Concomitantemente, em ambas as entrevistas, ressalta-se a super-proteção e o super-controle, aliás não efetivo, sobre o filho homem.

537

### **NETA: MÃE, NÃO SEI O QUE É**

A neta de D. Maria tem 23 anos, um filho de nove anos, que teve aos 14 anos. Mora ela e o filho em uma casa contígua à de sua mãe, C.. É evidente sua mágoa em relação à sua mãe e também como o menino ocupa um lugar não de seu desejo. Ela é bonita, e ao falar do namorado, mostra-se mais feliz. *Estou namorando, mas não morando.* Uma tia, presente à entrevista, toma claramente uma atitude em sua defesa. Parece preocupar-se por ela.

Perguntada sobre o que é ser mãe, responde não saber responder, ser muito trabalho e responsabilidade. Relata o cotidiano seu e do filho:

*Bota o café e vai pra escola. Dá trabalho tirar ele da cama, tem de gritar. Chega ao meio dia, toma banho, e vai de novo para a escola, De manhã, é o reforço. Chegou de volta, vai joga bola, gude, brincar com os amigos. Toma banho, toma café, vai assistir TV. Vê a novela das 7 e a das 9. Tem dia que ele perturba, desobedece, e eu dou uns tapinhas. Ele fica na minha mãe e em casa.*

Para ela, cuidar é dar banho, dar comida, cortar as unhas e educar é torná-lo uma pessoa de bem. A avó o educa mais do que ela, dando-lhe carinho e protegendo-o: *ele corre para a casa dela, mesmo se ele está errado, ela protege.*

Sua situação de dependência da mãe se revela também em que é esta que sustenta o menino, pois

*Minha mãe ajuda o menino, a comida e a roupa a ele, eu tenho que me virar.*



Esta terceira entrevistada exemplifica o oposto das entrevistas anteriores por ser uma mãe que não quer ser mãe. No entanto, habita um entorno fortemente familiar em que está sendo protegida, assim como seu filho, por uma rede familiar ampla. A inserção semi-rural da localidade permite um tipo de relacionamento difícil no meio urbano, inclusive de liberdade de ação para as crianças.

### ***COMENTANDO AS TRÊS ENTREVISTAS***

Embora o sentido da maternidade, da criação e da educação permaneceu próximo nas várias gerações— exceto o da educação formal, mais valorizada atualmente — as entrevistadas concordaram ter ocorrido grandes transformações em suas vidas associadas ao trabalho feminino e à sua independência econômica.

Por tratar-se de um núcleo em que a tradição afro-descendente é forte, pode-se observar traços do que podemos denominar “matriarcado” em que cabe às mulheres o domínio na família. Temos, então, fortemente retratada a centralidade da maternidade quer na vida das mulheres quer na vida familiar. Os homens parecem circular em torno deste núcleo.

Assim, a entrevistada mais velha, já bisavó, mantém para si o título de “mãe de todos”, embora não queira se ocupar das lidas domésticas e queira estar livre para se dedicar aos seus interesses. No entanto, ainda “cuida” e se preocupa com o filho que com ela habita, com a filha, já avó, que mora ao seu lado, além das festas comunitárias e familiares que organiza e comanda.

Sua filha assume seu filho e o neto, de uma filha que o teve adolescente. Vive, pois, uma situação ambivalente pois, ao mesmo tempo que “responsabiliza” esta filha, protege o neto de ser descuidado por ela.

Não nos parece, assim, podermos dizer que os cuidados maternos caminham necessariamente de um domínio mais concreto para um mais abstrato, conforme a conclusão da pesquisa maior. Diríamos que as mães talvez gostassem que tal ocorresse, que se desobrigassem de ter de cuidar de filhos, netos e bisnetos, mas que circunstâncias sociais, e também culturais, as impedem ou constroem.



Não podemos deixar de anotar a diferença entre a primeira e a terceira gerações, ambas mães aos 14 anos, mas com ressonâncias e conteúdos totalmente diversos quanto a assumir e valorizar a maternidade.

O estudo da transição para a maternidade, em país tão culturalmente heterogêneo quanto o Brasil, não pode prescindir da pesquisa capaz de explorar a fundo contextos socioculturais específicos. O presente trabalho ajuda a preencher uma lacuna ainda não suficientemente tratada, especialmente se o problema é analisar mudanças ao longo do curso do desenvolvimento humano, considerando diferentes gerações.

O signo ‘cuidado’ parece estar indissociavelmente ligado à experiência da maternidade; contudo, como se conclui no presente estudo, esses nexos podem apontar para direções opostas. Nesse sentido, ressalta o desamparo que parece caracterizar crescentemente a situação da mulher: a mesma mulher que precocemente assume os encargos de cuidar de um bebê, que cuida das gerações mais velhas, pode se encontrar negligenciada no cuidado a si mesma, e não ter quem lhe dê o mesmo suporte à medida em que a idade avança. As mudanças no âmbito da família, o esgarçamento das redes sociais informais e a ainda precária estrutura de assistência por parte dos órgãos públicos concorrem para romper um “ciclo natural do cuidado”: “cuidado dos filhos que cuidarão de mim na velhice”. Esse fenômeno se expressa claramente na voz da geração intermediária.

Assim, a criação de novos signos e significados que sustentem o senso de ser mãe, no contexto estudado, permanece colada no concreto. Carter e McGoldrick (1995), ao comparar transições familiares entre famílias de classe média alta e famílias pobres, mencionam o fenômeno de um achatamento da experiência: na idade de 31 anos, enquanto na classe média as mulheres estão planejando se tornarem mães, nas famílias pobres já são avós. Esta é uma face dessa concretude que torna o cuidar de outros (mas não de si mesmas) uma imposição mais que uma escolha.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, A. C., SANTOS, A. K., MENESES, S., ARAÚJO, J. “I-Mother the Caregiver”: How a Strong Sign Persists through Semiotic Self-Scaffolding along Life Transitions. In: K.R. Cabell, J. Valsiner, P. Marsico, C. Cornejo (Eds.). *Annals of Cultural Psychology: Exploring*



*the Frontiers of Mind and Society. Volume 1: Making Meaning, Making Motherhood.* Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2014.

CARTER. B., MCGOLDRIK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COWAN, P. A. Individual and family life transitions: a proposal for a new definition. *Em: P. A. COWAN & E. M. HETHERINGTON (Eds.) Family Transitions.* Hilldale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1991.

DINIZ, E. L. *Tapera, Pau grande e Barreiro: uma geohistória da resistência de comunidades tradicionais no litoral norte da Bahia.* Dissertação (Mestrado): Departamento de Geografia, Universidade da Bahia. Salvador, 2007.

RABINOVICH, E. P. O comum em uma comunidade quilombola baiana no século XXI: o terreiro de Candomblé. *Memorandum 14.* Belo Horizonte, UFMG, 2008, p. 86-102.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 15**

**DEMOCRACIA, CIDADANIA E  
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE  
RESOLUÇÃO DE  
CONTROVÉRSIAS**





**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 15

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – AntónLois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26- Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 15

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatadora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra DaleGiacomin Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
SumaiaMidlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)



### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse StephanFarhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 DostoiowskiMariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 SumaiaMidlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria LutherbackSaporette Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 15

Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

**Apoio técnico**Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle MonneratPaciello  
SherazadeTammela Madeira**Diagramação**Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho**Revisão, índice e sumários**Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho





## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade em movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de



profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

O ENSINO JURÍDICO E OS MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS – SANTOS, Cibele Carneiro da Cunha Macedo; YAGODNIK, Esther Benayon; MARQUES, Giselle PicorelliYacoub .....	1-15
ARBITRAGEM E LEX MERCATÓRIA COMO INSTRUMENTOS HARMONIZADORES DE CONFLITOS NA COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - BEZERRA, Ana Paula da Silva; PAUSEIRO, Sérgio Gustavo Mattos .....	16-33
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DO DIREITO RECONFIGURADO - KALE, Tania Marcia; CASTRO, André Hacl; BLANCO, Solange Machado .....	34-51
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O GRUPO SERMAIS: UM SERVIÇO DE REFLEXÃO, REEDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - SILVA, Carla Simone; GUIDOTTI, Mariana Coelho; SOUZA, Fernanda Mendes de.....	52-63
MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA, POR MEIO DO SERVIÇO REFLEXIVO RESPONSABILIZANTE COM AUTORES DE VIOLÊNCIA. - BILLERBECK, Luana Marcia de Oliveira; SCHIMANSKI ,Édina .....	64-75
QUANDO OS NÚMEROS DIZEM PARA MATAR... URGEM OS MEIOS ‘ALTERNATIVOS’ DE SOLUÇÃO DA QUESTÃO CRIMINAL - FERNANDES, Eder; CASTRO, Carla Appollinario de .....	76-100
O EFETIVO PAPEL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS JUDICIAIS NA SUPREMA CORTE - AQUINO, Fabiano Gosi.....	101-119
POR UMA AUTONOMIA À ESCOCESA: ENTRE A VALENTIA CELTA E AS HIGHLANDS BRUMOSAS. - MELLO, Erick Carvalho .....	120-131
AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA - ROCCA, Victor Giannico; BLANES SALA, José.....	132-148
VERDADE E JUSTIÇA NA ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIOLENTA - OROZCO, Rafael Andrés Patiño; FARIAS, Francisco Ramos de.....	149-165
A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO - ALMEIDA, Marcelo Pereira de; MASCARENHAS, Eloisa Cinthia da Silva .....	166-185



A PRÁXIS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA: UM DIÁLOGO DA TEORIA MARXISTA COM A PERSPECTIVA DA PEQUENA ÉTICA EM RICOEUR - BALUTA, Maria Cristina .....	186-204
PRÁTICAS COLABORATIVAS: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR PARA OS CONFLITOS FAMILIARES. - ROSAS, Maria Lúcia Garcia.....	205-217
A CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO NO PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: INFLUÊNCIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS - STUSSI, Jurema Schwind Pedroso Stussi; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo; NEVES, Edson Alvisi .....	218-232
DA NEUTRALIZAÇÃO POLÍTICA DO JUDICIÁRIO À JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: DISCUSSÕES PRELIMINARES AO ESTUDO SOBRE O PROTAGONISMO JUDICIAL NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INTERNACIONAL ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL - ALBERNAZ, Renata Ovenhausen; FARIAS, Thaíse Mendes; PERES, Ivana Morales.....	233-252
JUSTIÇA RESTAURATIVA: É POSSÍVEL A INVERSÃO DA VINGANÇA PELA ALTERIDADE NAS RELAÇÕES QUEBRADAS PELO DELITO? - MIRANDA, Andrea Tourinho Pacheco de .....	253-266
MÚLTIPLOS CAMINHOS: FIRMANDO PARCERIAS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS - SANTOS, Carmelita Nascimento.....	267-286
A MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NO TRATAMENTO DE CONFLITOS - VALADARES, Diego Borher; RANGEL, Tauã Lima Verdan; SILVA, Daniela Juliano da .....	287-304
AS CLÁUSULAS PÉTREAS DE CONTEÚDO MATERIAL E OS IMPEDIMENTOS À LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA - PEREIRA, Rubens de Lyra; MIRANDA, Debora Lopes; BLANCO, Solange Machado .....	305-317
DEMOCRACIA E ATIVISMO POLÍTICO-SOCIAL NO CONTEXTO DOS CIBERTERRITÓRIOS - CARVALHAL, Márcia .....	318-335
EM NOME DO PAI: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE MEDIAÇÃO E DIREITO - MEIRELLES, Delton R. S.; DANTAS, Isabela .....	336-349
PARCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA: COOPERAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO - MELLO, Marcelo Pereira de; CALLEGARI, José Antonio .....	350-361
CONSELHO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO GOULART, SÃO BORJA-2014 - SILVA, Luciane Bidinoto; FIGHERA, Mariangela; SHUMACHER, Jane Pereira .....	362-376

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 15

A MEDIAÇÃO COMO FORMA DEMOCRÁTICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS BASEADA NA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS - PESSANHA, Quíssila Renata de Carvalho 377-392

EXECUÇÃO – UMA QUESTÃO DE EFETIVIDADE. PROPOSTAS DO PROJETO DE LEI DO SENADO 606, DE 2011 E A INTERSEÇÃO COM O PROCESSO CIVIL. - BELFORT, Simone Cortes; EPIFANI FILHO, Marco Aurélio Alves..... 393-409

CAMINHOS ALTERNATIVOS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - PITA, Flávia A.; SANTOS, Liziany C.; SILVA, Vera Leticia de O. .... 410-426





## O ENSINO JURÍDICO E OS MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

SANTOS, Cibele Carneiro da Cunha Macedo

*Professora Assistente da Universidade Federal Fluminense*

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade*

*Federal Fluminense*

*cibele.carneiro@hotmail.com*

YAGODNIK, Esther Benayon

*Professora Assistente da Universidade Federal Fluminense*

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade*

*Federal Fluminense*

*estherbenayon@gmail.com*

MARQUES, Giselle Picorelli Yacoub

*Professora Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade*

*Federal Fluminense*

*gisellepicorelli@hotmail.com*

### RESUMO

Questiona-se contemporaneamente a utilização de meios mais adequados para o tratamento dos conflitos, não se fechando exclusivamente no modelo jurisdicional tradicional. Nesta perspectiva, o desafio é romper o modelo comum de ensino jurídico, no sentido de se propor aos futuros operadores do Direito outra visão de administração de conflitos, não mais limitada ao projeto autoritário e impositivo da cultura da sentença, e sim buscando a compreensão fenomenológica e estimulando a emancipação dos sujeitos. Para tanto, o Laboratório Fluminense de Estudos Processuais da Universidade Federal Fluminense (LAFEP/UFF) vem investigando a possibilidade de inserção da mediação no curso de graduação em Direito, não apenas como disciplina incluída na grade curricular, mas principalmente como habilidade a ser compreendida e praticada no Núcleo de Prática Jurídica.

**Palavras-chave:** ensino jurídico, mediação, acesso à justiça.

### ABSTRACT

It is conjectured simultaneously the use of appropriate means for dealing with conflicts, not only in the traditional closing jurisdictional model. In this perspective, the challenge is to break the common model of legal education, in order to propose to future legal professionals another vision of conflict management, no longer limited to the authoritarian and authoritative design award of culture, but seeking to understand phenomenological and encouraging the emancipation of the subject. Thus, the Procedural Studies Laboratory at Fluminense Federal University (LAFEP / UFF) has been investigating the possibility of inclusion of mediation in undergraduate degree in law, not only as a matter included in the curriculum, but mainly as a skill to be understood and practiced in Legal Practice Center.

**Keywords:** legal education, mediation, access to justice.



## INTRODUÇÃO

O conhecimento obtido na universidade não pode ser insensível aos problemas do mundo contemporâneo, deve ter utilidade. Através do binômio teoria-prática, busca-se inserir a universidade na comunidade. No curso de Direito isso pode ser verificado através dos centros de assistência jurídica e judiciária, dentre outros projetos de extensão existentes em algumas universidades, como por exemplo, os projetos de mediação de conflitos da Universidade Federal Fluminense desenvolvidos nos CAJUFF-Macaé e CAJUFF-Niterói, o direito achado na rua da Universidade de Brasília, dentre outros.

A universidade é desafiada tanto pela sociedade com suas expectativas como pelo Estado com suas políticas restritivas de financiamento. É um desafio promover uma educação ampla e democrática no tripé institucionalizado: ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, o acesso à justiça também está relacionado com a solução dos conflitos pelos métodos autocompositivos que podem servir de meio para se restaurar a comunicação perdida pelo dissenso. Ademais, deve-se considerar também a satisfação das partes com a solução encontrada e o caminho para se chegar até ela. Para tanto, necessário a mudança de paradigma, com a busca por um novo olhar, além da divulgação e estímulo dessas práticas. Não há melhor lugar que nas universidades ou faculdades, não só de Direito, em face da interdisciplinaridade que perpassa esses mecanismos.

### 1. O MODELO DOGMÁTICO ENSINADO NOS CURSOS JURÍDICOS UNIVERSITÁRIOS E A ATUAL NECESSIDADE DE MUDANÇAS

As constantes transformações da sociedade influenciam a ciência jurídica, atingindo, diretamente o ensino jurídico. As novas relações sociais exigem uma adaptação do ensino do Direito. Vejamos, por exemplo, no caso recente de reconhecimento da união homoafetiva<sup>1</sup>. Tratou-se de um novo modelo de família e seus efeitos jurídicos que devem ser estudados nas faculdades. Outro exemplo importante foi a incorporação de um sistema de normas para a tutela dos direitos metaindividuais. Diante de tais transformações, o profissional do Direito precisa

---

<sup>1</sup> STF/ADI 4277.



ser preparado para atuar em uma realidade cada vez mais complexa e mais exigente de novas respostas e novos modelos.

O tradicional ensino do Direito está cada vez mais distante dos fenômenos contemporâneos que visualizamos na sociedade. A ideia de uma ciência pautada na racionalidade objetiva que separava teoria e prática apropriada para o século XVI não atende a demanda dos dias de hoje. Não se pode resumir tudo a uma regra cartesiana. O fundamento científico clássico pautado na razão nos leva a uma compreensão reducionista e insatisfatória para os tempos atuais. A todo momento surgem novos conflitos nas mais diversas classes sociais que podem repercutir em proporções antes inimagináveis. A complexidade atual de se tomar diversas decisões afasta a ideia de certeza de outrora. *O conhecimento não pode ser visualizado como algo terminado ou inquestionável. Ao contrário, o conhecimento deve estar sempre buscando novas possibilidades e a evolução do saber.* (COSTA, 2009, pag. 33).

O modelo do ensino jurídico brasileiro é herança predominantemente européia em função de nossa colonização. Tal paradigma toma a ciência do direito a partir das normas postas e a aceitação a essa legislação, dificilmente se busca ir além delas. No âmbito das faculdades a análise da ciência dogmática não se resume a descrever o direito, mas também a prescrever o que deve ser o direito. Ainda que Kelsen (1998) tenha tentado difundir uma ciência “pura” do direito, a sua análise crítica se afasta desse ideal de neutralidade. O direito não serve apenas para orientar as decisões do judiciário, ele deve ser analisado também a partir dos conflitos reais.

As atuais matérias lecionadas nos cursos de direito, bem como as bibliografias utilizadas, na sua grande maioria, limitam-se ao estudo da legislação positivada. Esse forte vínculo com o positivismo jurídico prejudica a compreensão dele como uma ciência social aplicada. Ao se estudar o conjunto de dogmas do direito, o aluno tem a impressão de um sistema completo, sem lacunas, com coerência, capaz de funcionar como um autêntico instrumento de controle social, com as respostas necessárias para a sociedade. Isso pode traduzir uma formação conservadora, ineficiente, e por vezes, até opressora.

Quando pensamos nas disciplinas processuais, estamos diante de instrumentos para a promoção e defesa dos direitos fundamentais. E essas disciplinas “instrumentais”, como se ensina, devem ser utilizadas para garantir o cumprimento dos direitos previstos nas normas de conteúdo material. Há um procedimento positivado que deve ser seguido para se garantir a promoção do bem-estar e justiça sociais. A jurisdição vem ao encontro da manutenção e



efetivação dos direitos já consagrados. Mas existem questões que essa ordem pode sufocar e impedir a autonomia do indivíduo.

As instituições matam a espontaneidade. As pessoas vivem nas instituições, não na vida. A vida toda tornou-se uma instituição, onde os deveres têm que ser cumpridos, onde um modelo tem que ser seguido. Não há exuberância de energia. A energia é roubada.

A mente e a ciência realizam-se nas instituições, são interdependentes. O ser autêntico, como ser harmonizado (ou mediado, dá no mesmo), é aquele que rompe com as instituições e vive espontaneamente, sem ser prisioneiro de uma mente que acredita assegurar os acontecimentos. (WARAT, 2004, p. 25)

4

Reduzir a preocupação do ensino do direito aos textos legais pode representar uma negação aos problemas sociais que a vida apresenta. Repetir o que está na lei e nos manuais indicados na bibliografia não é produzir conhecimento científico como se espera de um curso universitário.

Os juízes decidem com os que doutrinam, os professores falam de sua convivência casuística com os que decidem, os que doutrinam não reconhecem as decisões. Este é o trágico e paradoxal círculo vicioso da pesquisa jurídica tradicional: alienada dos processos legislativos (debates parlamentares, quando houve, a outra tragédia do autoritarismo) desconhece o fundamento de interesse das leis; alienada das decisões continuadas dos tribunais, desconhece os resíduos dos problemas e do desespero forense do homem; alienada da verificação empírica, desconhece as inclinações e tendências da sociedade brasileira moderna.<sup>2</sup> (STRECK, 2000, p. 71)

O modelo de formação dos juristas é voltado para a sua compreensão dentro dos dogmas vigentes visando a atender as necessidades profissionais que sairão dali (juízes, advogados, defensores, promotores). *Na verdade, nos últimos 100 anos, o jurista teórico, por sua formação universitária, foi sendo conduzido a esse tipo de especialização, fechada e formalista* (FERRAZ JR, 2013, p. 48). A interdisciplinaridade poderia incrementar o estudo científico do direito, porém nem sempre ela é trabalhada de forma adequada para propiciar a análise do direito além da norma positivada.

E é nesse contexto legalista/dogmático que o direito trata dos mecanismos de solução de conflitos. O modelo tradicional estatal, que é o jurisdicional, obedece a essa lógica fechada e normativista. O ato processual que não atende aos requisitos previstos na lei pode ser anulado. O procedimento experimentado no poder judiciário é o do conflito que polariza as pessoas envolvidas e se encerra com a força da sentença judicial, que vai declarar quem ganhou ou



quem perdeu, ou ainda, pode extinguir o instrumento por desconformidade com a lei. Mais que julgar, a decisão adjudicada subjuga as pessoas. É para esse cotidiano que os egressos são formados.

As disciplinas de direito processual e seus desdobramentos são estudadas ao longo de quase todo o curso. Geralmente, os Núcleos de Prática/Escritórios Modelos das Faculdades de Direito associam o estágio à prática judicial promovendo a assistência jurídica aos hipossuficientes. E, de certa forma, também são assim vistos pela sociedade<sup>3</sup> e pelo Judiciário<sup>4</sup>. Assim, a experiência fica reduzida a elaboração de petições iniciais e intermediárias, a interposição de recursos, etc. Isso reforça a formação do profissional para o litígio. Entretanto, a assistência jurídica significa mais que a representação perante os Tribunais. Durante esse tempo tratamos pouco de instrumentos autocompositivos para a solução dos conflitos, em que pese cada vez mais esses métodos estarem no cotidiano do próprio judiciário. *As escolas de direito, autênticos aparelhos ideológicos de transmissão da ideologia liberal, seguem formando profissionais alheios à conflituosidade social crescente que os cerca, aparentemente imunizados pelo antídoto dos dogmas* (MACHADO, 2005, p. 256).

O acesso à justiça significa acesso a uma ordem jurídica justa e não apenas acesso ao Judiciário. Também não significa que uma sociedade justa seja uma sociedade sem conflitos onde todos respeitem o direito um do outro, porque isso significaria uma sociedade de máquinas e não de pessoas humanas. A justiça que se pretende é aquela que não destrói a relação entre os homens quando resolve o conflito. Mas é preciso se educar para esse novo olhar sobre o conflito. Também não significa dizer que os métodos autocompositivos são melhores ou piores para solucionar controvérsias, apenas se pretende demonstrar que existem questões (sociais) mais importantes a serem preservadas além da extinção do procedimento judicial ou não. Mas se mantivermos essa formação dogmática e estritamente técnica, continuaremos a obter o mesmo perfil de profissional: mero operador do direito.

Os alunos continuam aprendendo nas faculdades de direito como agir num processo judicial para obterem uma decisão favorável ao seu cliente, ou como analisar a prova para um julgamento mais adequado, ou ainda como se preparar no curso do processo, pra um possível

<sup>2</sup> No mesmo sentido: FARIA, 1987.

<sup>3</sup> Há Projeto de Lei em tramitação equiparando os Escritórios Modelos à Defensoria no que diz respeito aos benefícios previstos para os assistidos. Texto disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=605842>. Acesso em 21/09/2014.



recurso extraordinário que exige o prequestionamento de algumas matérias. Ou seja, são ensinados para postular em juízo até as últimas instâncias. Não há, na maioria dos cursos uma reflexão sobre as possibilidades de autocomposição de litígios com a mesma importância como são dados os ensinamentos deste longo processo judicial subordinado à decisão adjudicada.

E depois, quando estiverem nessa “batalha” judicial como advogados, juízes, representantes do Ministério Público, defensores, ou mesmo em causa própria, se depararão com modalidades autocompositivas de forma voluntária ou por imposição de regulamentos do CNJ, ou da lei.<sup>5</sup> Se não houver uma formação adequada desses estudantes, tais dispositivos legais continuarão a ser deturpados pela falta de conhecimento e técnica para lidar com esses novos mecanismos de resolução de conflitos, e continuarão a tratá-los como meios para extinção da contenda judicial, apenas, ou pior, como mecanismos menos importantes.

O fundamento para a utilização desses meios é a manutenção das relações sociais após a superação da controvérsia, ainda que de forma mais imediata represente a extinção de um procedimento, judicial ou extrajudicial. Mas esse fim imediato não está para justificar a utilização desses meios alternativos de qualquer maneira. Mesmo o manual de mediação divulgado pelos órgãos públicos impõe um procedimento técnico para o desenrolar da mediação<sup>6</sup>, o que nos deixa a dúvida se estamos tratando de um mero procedimento para por fim ao processo ou de um autêntico instrumento emancipatório para todos os envolvidos.

Quando tratamos dos meios autocompositivos, em especial a mediação e a conciliação, percebemos a necessidade de maior compromisso com seu emprego adequado para potencializar os fins sociais almejados. Daí a importância de se preocupar com a formação dos profissionais que vão atuar nesses espaços. Uma compreensão mais aprofundada dos institutos é primordial para a aplicação deles em prol da sociedade. E para isso, o estudo da ciência jurídica deve ir além de seu dogmatismo tradicional. Para lidar com métodos autocompositivos precisamos nos comprometer a estudá-los de maneira séria e muitas das vezes com o envolvimento interdisciplinar. Com uma formação ampla, o profissional envolvido poderá

<sup>4</sup> Decisão do STJ no Recurso Especial 1106213/SP. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=prazo+em+dobro+centro+acad%EAmico+XI+de+agos+to&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>. Acesso em 21/09/2014.

<sup>5</sup> Atualmente, o projeto do novo CPC, trata dos conciliadores e mediadores como auxiliares do juízo e estimula a mediação e conciliação no âmbito dos Tribunais para a resolução de controvérsias. E mais recentemente, o PL 7169/2014, dispõe sobre a mediação de conflitos entre particulares para a solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

<sup>6</sup> [http://www.cnj.jus.br/images/programas/conciliacao/manual\\_mediacao\\_judicial\\_4ed.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/conciliacao/manual_mediacao_judicial_4ed.pdf). Ex.: páginas 118 e ss.





contribuir para construir, de forma artesanal, o procedimento diante do conflito que lhe for apresentado.

A formação jurídica atual fundada apenas na dogmática traduzida por conceitos, regras e princípios não vão atender aos anseios dos juristas que pretendem uma prática libertadora e democrática. A mudança na forma como se ensina e aprende o direito deve ser progressiva e gradual. Não basta que venham novas resoluções do MEC ou da OAB Federal nesse sentido, a mudança está para além de novos dispositivos normativos, ela deve ser cultural. Para algumas demandas, conforme a natureza do conflito, o conjunto de regras que delimitam a atuação das partes, pode se revelar inútil.

7

A formação dogmática e tecnicista do profissional do direito, sem as dissociações do pensamento humanístico, não permite sequer que aquele perceba um dos mais importantes efeitos estruturais do direito positivo em relação ao poder: a normatização de pautas axiológicas das classes hegemônicas como padrão de legalidade e de justiça. Essa formação despolitizada do jurista não permite também o questionamento da legitimidade do poder normante e, sequer, a visualização do dilema que se apresenta quando tem que optar entre uma aplicação passiva do conjunto normativo positivado e uma atuação crítica e contestadora desse mesmo conjunto de normas, no que ele tem de classístico e opressor. (MACHADO, 2005, p. 256).

Para Antônio Alberto Machado (2005, p. 258), o argumento de neutralidade do sistema normativo mantém essa estrutura que exclui os direitos dos sujeitos dotados de autonomia e prejudica o exercício da cidadania, mantendo-os à margem da ordem jurídica. Isso chega até a representar a institucionalização da injustiça. Faz-se necessária uma prática contestadora e libertadora para a fruição dos direitos fundamentais do Estado Democrático. Para esse autor o jurista precisa: *realizar a crítica permanente dos valores predominantes no contexto social onde opera seu saber; realizar uma contínua adaptação de sua técnica a esses valores; e assumir compromissos com o meio social em que atua.*

A mudança no ensino jurídico quanto aos mecanismos autocompositivos de solução de conflitos não pode mais ser adiada. Os Tribunais, em qualquer jurisdição, têm utilizado de tais meios como forma de reduzir seus processos, alguns textos normativos já regulamentam a questão e tantos outros estão por vir.

E as escolas de direito, são, por excelência o local adequado à revisão dos paradigmas jurídicos, à crítica dos modelos e dos papéis atribuídos ao direito e aos juristas.



Logo as perspectivas de mudança social e transformação democrática da sociedade, por meio do direito, estão de alguma forma, vinculadas à revisão do modelo de ensino jurídico liberal/positivista vigente até hoje no País. (MACHADO, 2005, p. 270).

Para Humberto Dalla (PINHO; DURÇO, p. 25), as Faculdades de Direito devem incluir disciplinas obrigatórias que trate de “meios alternativos”, “negociação”, “conciliação”, “teoria do conflito” e nos Núcleos de Prática deveriam ter pelo menos um período de “clínica de mediação” com profissionais de outras áreas (psicólogos, assistentes sociais, por exemplo). Para ele, *é imperiosa a mudança de mentalidade dos operadores do direito. E essa mudança de mentalidade deve ser iniciada nos bancos das Faculdades.*

Para os cursos de Direito, a Portaria 1886/94 representou o trabalho de uma Comissão de Especialistas que “subdividiu” o currículo em dois segmentos, um de ordem pragmática (matérias profissionalizantes) e outro ideológico (fundamentais). O parágrafo único do artigo 6º desse texto normativo assim dispõe: *As demais matérias e os novos direitos serão incluídos nas disciplinas a se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas peculiaridades e com observância de **interdisciplinaridade**.* (g.n.)

Além disso, trouxe como atividades para o curso de direito, a monografia de final de curso, carga horária mínima para atividades complementares, e a obrigatoriedade de desenvolver *atividades de ensino, pesquisa e extensão interligadas de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito.* (art. 3º).

Posteriormente à Portaria 1886/94, o agora Conselho Nacional de Educação editou a Resolução CNE/CES n. 9 de 29 de setembro de 2004, para instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito dentre outras providências. Neste texto, dois dispositivos merecem especial destaque para o trabalho: o artigo 3º e o 5º, a saber:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e **valorização dos fenômenos jurídicos e sociais**, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a **aprendizagem autônoma e dinâmica**, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, **da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.** (g.n.)



Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, **estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber**, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e **contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil** e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual;

Diante de tais diretrizes, aliadas às recentes regulamentações pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução 125, em especial), à legislação processual que enfatiza a conciliação, às políticas públicas, e ao projeto do novo Código de Processo Civil, não se pode negar à formação do profissional do Direito, o estudo aprofundado, voltado para a compreensão dos meios alternativos de solução de conflitos, em especial os autocompositivos, quais sejam: conciliação e mediação. Esse estudo deve ser fundado numa reflexão crítica dessas modalidades e a apropriação desses instrumentos pelo Estado, tanto na esfera do Judiciário como no Executivo. Essa investigação científica deve estar presente tanto nas disciplinas “teóricas”, como nos Núcleos de Prática Jurídica, através da experiência.

Atualmente, se torna insuficiente a formação dos estudantes dos cursos de direito preparados para enfrentar apenas os litígios judiciais, qualquer que seja o segmento escolhido. Se optar pela advocacia, deverá ser hábil o bastante para utilizar os melhores argumentos em prol de uma sentença favorável ao seu cliente. Se membro do Ministério Público deverá zelar pelo interesse público, como parte ou *custos legis* num processo judicial, se membro da magistratura deverá se preparar para ser a “boca da lei”. Essa perspectiva deve ser alterada para atender aos novos anseios sociais. Esse ensino que reduz o Direito a um sistema de normas visto como autosuficiente, completo, lógico e formalmente coerente deve ser revisto e se tornar uma atividade científica, crítica e especulativa. Devemos buscar um ensino multidisciplinar, dialógico, voltado para a formação e não apenas a informação repetida sem qualquer reflexão.



As Faculdades de Direito ainda resistem em tornar como obrigatórias disciplinas teóricas ou práticas de meios não jurisdicionais de solução de conflitos, a saber: conciliação, mediação e arbitragem. Destes, a conciliação já vem sendo utilizada há tempo, e a mediação, recentemente, ganhou destaque com as resoluções do Conselho Nacional de Justiça, em especial a de número 125, e o Manual de Mediação que este órgão lançou, disponível em seu site oficial.<sup>7</sup>

## 2. APROXIMANDO TEORIA E PRÁTICA

Dados estatísticos revelam que dos cursos de graduação em Direito, 53,8% não oferecem disciplinas relacionadas à mediação, arbitragem e conciliação; 26,9% oferecem como disciplina eletiva; e apenas 19,2% de forma obrigatória (GAIO JUNIOR; RIBEIRO, 2010-1, p. 16). A Portaria 1.886/94 do Ministério da Educação que em seu artigo 11, assim dispõe:

Art. 11. As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e **técnicas de negociações coletivas, arbitragens e conciliação**, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica.

Em pesquisa<sup>8</sup> realizada pelo Projeto de Extensão apoiado pela FUNEMAC – Fundação Educacional de Macaé, que se iniciou em abril de 2012, intitulado: *Meios alternativos de solução de conflitos no Centro de Assistência Judiciária – CAJUFF/Macaé*, revelou que entre os Núcleos de Prática Jurídica de 46 (quarenta e seis) Faculdades de Direito públicas, apenas 14 (quatorze) têm atividades ligadas a mediação nos seus NPJ. Destes cursos pesquisados duas curiosidades: o da Universidade Federal de Goiás possui disciplina sobre mediação, mas não tem atividade no NPJ e o da Federal de Santa Maria possui atividade no NPJ desenvolvida de forma interdisciplinar com outros cursos de graduação.

Apesar disso, a tradição dos cursos ainda é para um modelo mais contencioso, que privilegia a distância e a polaridade entre as partes envolvidas no conflito, confirmando a

<sup>7</sup> www.cnj.jus.br, acesso em 21/08/2012.

<sup>8</sup> Pesquisa realizada através dos sites das Faculdades e por envio de e-mail para os endereços eletrônicos disponibilizados pelos alunos extensionistas: Marcia Valéria Rodrigues Ferreira e Christiam Belém.



solução adjudicada pelo Estado. O ensino jurídico tem responsabilidade direta na formação do perfil profissional de seus egressos que irão atuar na área. Uma formação mais humanista, voltada para uma prática dialógica, mostra-se muito mais eficaz para atender as novas demandas sociais. Não basta conhecer as normas jurídicas para ser um bom profissional, é necessário envolver-se delas, interrogá-las, e fazer com que elas se relacionem com outras áreas do saber, como por exemplo, a psicologia, a sociologia.

Dentro desse contexto, a Universidade Federal Fluminense, junto a Faculdade de Direito, desenvolveu, no período do ano de 2013, um laboratório de reflexões e experiências dentro de uma proposta de formação jurídica que busca ser essencialmente emancipadora e humanista, na medida em que visa demonstrar como a implantação de técnicas de resolução alternativas de conflito no ambiente do Núcleo de Prática Jurídica pode contribuir não só com a sociedade, mas também com a própria sustentabilidade do Poder Judiciário, “desjudicializando” conflitos, sem, contudo, limitar o acesso à justiça.

O Centro de Assistência Jurídica da UFF (CAJUFF) atende a população carente residente na municipalidade de Niterói. Além disso, é nesse ambiente que os alunos desenvolvem a disciplina curricular de prática laboratorial aprendendo, concretamente, a atuação profissional da área do direito. Buscando “desjudicializar” os conflitos, propõe-se um campo de diálogo entre as partes, orientadas pelos alunos e professores na busca de uma solução amigável do conflito. A recuperação da voz ativa das partes, num ambiente de liberdade comunicativa<sup>9</sup>, de diálogo e respeito, promove a construção de um consenso responsável e legitimado pelos envolvidos, de forma democrática, fazendo com que o conflito real seja dissolvido de forma eficaz.

Foi nesse sentido que foi aprovada ação de extensão intitulada *Programa de Proteção e Facilitação da Convivência Harmônica*. A proposta pedagógica e metodológica foi trabalhar com casos concretos trazidos pela comunidade local ou pelos mediadores. No desenvolvimento do projeto, foram realizadas sessões de conciliação e mediação, onde oportunizou-se o diálogo entre as partes, possibilitando uma solução amigável e pacífica ao conflito.

O objetivo consistiu no aproveitamento da utilização das técnicas da mediação para a abordagem de conflitos numa perspectiva diferenciada do atual ensino jurídico litigioso e o que

<sup>9</sup> Explica Jürgen Habermas (2010, p.155/156): “eu entendo a ‘liberdade comunicativa’ como a possibilidade – pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento – de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo. (...) Liberdade



se buscou foi desenvolver uma prática de fortalecimento do exercício da cidadania, por parte dos alunos, uma vez que complementa o ensino jurídico no sentido da busca pelo acesso à justiça, e dos próprios envolvidos na mediação, quando possibilita a retomada da responsabilidade e legitimação das decisões com base no consenso.

Sendo assim, a ação de extensão buscou o diálogo entre os envolvidos no conflito, como forma de garantir o acesso à justiça e principalmente permitir aos participantes, através da prática do conhecimento, alcançar um viés emancipatório, para além da simples solução do conflito, atingindo também a efetividade do acesso à justiça e, por consequência, os direitos.

Nas sessões de mediação, oportunizou-se uma forma ímpar de se operar a razão de cada participante, de forma que eles foram capazes de pensar e propor os enunciados argumentativos em condições que garantiram uma expectativa legítima de observância, propiciando com o tempo o entendimento e a reconstrução da relação afetada pelo conflito.

Por mais utópico que isto possa parecer, nas circunstâncias em que se encontra a sociedade e temendo seus rumos, a mediação é proposta como um mecanismo de transformação da própria realidade social e da prática da cidadania, favorecendo a concretização dos direitos humanos. Com efeito, compreendida como ação dirigida aos protagonistas dos conflitos sociais, a mediação propicia a abertura de um amplo debate sobre os antagonismos existentes no próprio seio da sociedade, possibilitando o diálogo e ampliação da compreensão das partes, transformando-se a situação adversarial em uma situação de cooperação, promovendo assim, o acesso à Justiça na sua forma mais eficaz, que é o gerenciamento e, possível, solução efetiva do conflito, resposta tão almejada pela sociedade e pelo próprio Direito.

Dessa forma, incentivam-se práticas sensíveis para resolução dos conflitos no CAJUFF, a partir de uma prática diferenciada, mas complementar ao atual ensino adversarial e litigioso.

## CONCLUSÃO

O ensino jurídico, por vezes é transmitido com distanciamento das demandas sociais, sob o fundamento de neutralidade e autoridade, com métodos que não estimulam a criatividade, a reflexão e o senso crítico do mundo ao seu redor. Isso acaba impedindo o seu enfrentamento

---

*comunicativa só existe entre atores que desejam entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas”.*





com as crises estatais e sociais. É preciso mudar esse cenário para que o Direito possa oferecer respostas satisfatórias aos seus próprios problemas e aos da sociedade. Para que isso seja possível, deve-se pensar no ensino jurídico de forma realmente interdisciplinar.

Os novos tempos impõem uma educação voltada para a emancipação, ou seja, não se pode mais distanciá-la do mundo da vida. O ensino deve ser formativo. O educando não pode ser mero espectador indiferente às mudanças que vem ocorrendo numa velocidade quase assustadora, deve ser protagonista do meio em que está inserido, e preparar-se para as adaptações impostas por tantas transformações em prol de uma realidade melhor. No caso do ensino jurídico, estar apto para contribuir para uma realidade mais justa, para um real acesso à justiça.

Nesse sentido que a mediação reforça o seu papel como prática sensível e humanista, contribuindo, quando inserida como disciplina nos Cursos de Direito, não só para uma resolução mais adequada das controvérsias, mas também na formação positiva de um caráter mais humano nos operadores do Direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O Direito na sociedade complexa*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CAPPELLETTI, Mauro. *Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de Acesso à Justiça*. **Revista de Processo**, São Paulo, nº 74, ano 19, abril-junho de 1994, pp. 82-97.

\_\_\_\_\_ e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

COSTA, Barbara Silva. *Ensino Jurídico e o Paradigma da Complexidade*. Revista do curso de Direito da FSG. Caxias do Sul. Ano 3. N. 5, Jan/Junho 2009, pag. 33. GAIJO JUNIOR, Antônio Pereira e RIBEIRO, Weslley Carlos. *O Ensino Jurídico e os Meios Não Contenciosos de Solução de conflitos*. Revista Jurídica, n. 24, Temática n.8, p. 13-25, 2010-1.

FARIA, José Eduardo. *A Reforma do Ensino Jurídico*. Sergio Fabris Editor: Porto Alegre, 1987.



FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GAIO JUNIOR, Antônio Pereira e RIBEIRO, Weslley Carlos. *O Ensino Jurídico e os Meios Não Contenciosos de Solução de conflitos*. Revista Jurídica, n. 24, Temática n.8, p. 13-25, 2010-1.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vol. I. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HANSEN, Gilvan Luiz. *A resolução de conflitos no Estado Democrático de Direito: uma perspectiva Habermasiana*, in *Direito e Filosofia – Diálogos*. Zulmar Fachim e Clodomiro José Bannwart Júnior (coord.). Campinas: Editora Millennium, 2011, pp.99-120.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. “*Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo*”, in *Revista Estudos Históricos*. Número 18, 1996, pp.1-15.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO. Antônio Alberto. *Ensino Jurídico e Mudança Social*. UNESP: Franca, 2005.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A Evolução do Ensino Jurídico no Brasil*. [www.ensinojuridico.pro.br](http://www.ensinojuridico.pro.br). Consultado em 22/08/2012.

NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático – uma análise crítica das reformas processuais*. Curitiba: Juruá, 2011.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Teoria Geral da Mediação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

\_\_\_\_\_. DURÇO, Karol Araújo. *A Mediação e a Solução dos Conflitos no Estado Democrático de Direito*. O “Juiz Hermes” e a Nova Dimensão da Função Jurisdicional. Pág. 25. Disponível em: [http://www.humbertodalla.pro.br/arquivos/a\\_mediacao\\_e\\_a\\_solucao\\_de\\_conflitos\\_no\\_estado\\_democratico.pdf](http://www.humbertodalla.pro.br/arquivos/a_mediacao_e_a_solucao_de_conflitos_no_estado_democratico.pdf). Acesso em 18/09/2014.



RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Pensando o Direito no século XXI: diretrizes curriculares, projetos pedagógicos e outras questões pertinentes*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*, São Paulo: Cortez Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Da jurisdição à mediação*. Por uma outra cultura no tratamento de conflitos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

VENANCIO FILHO, Alberto. *A Análise Histórica do Ensino Jurídico no Brasil*. In: *Encontros da UnB. Ensino Jurídico*. Editora Universidade de Brasília 1978-1979.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Resende de; MELO, Manuela Pallacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 1999.

WARAT, Luis Alberto. *Surfando na Pororoca: o ofício do mediador*. Coordenadores: Orides Mezzaroba, Arno Dal Ri Junior, Aires José Rover, Cláudia Servilha Monteiro. Florianópolis: Fundação Boitex, 2004.

WATANABE, Kazuo. *Acesso à justiça e sociedade moderna*. In: *Participação e processo*. Ada Pellegrini Grinover, Cândico Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe (coord.). São Paulo: RT, 1988, pp.128-135.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo, justiça e legitimidade dos novos Direitos*. *Revista Sequência*, n. 54, p. 96, jul. 2007.



## ARBITRAGEM E LEX MERCATÓRIA COMO INSTRUMENTOS HARMONIZADORES DE CONFLITOS NA COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

BEZERRA, Ana Paula da Silva

*Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, UFF.*

*Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais, UFF;*

*Especialista em Direito Privado, UFF;*

*Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UFRJ.*

*anapaulabezerra@id.uff.br*

16

PAUSEIRO, Sérgio Gustavo Mattos

*Professor Adjunto – UFF*

*Doutor em Sociologia e Direito, PPGSD-UFF*

*spauseiro@gmail.com*

### RESUMO

A Lex Mercatoria é a prática reiterada do Comércio Internacional, que foi mais forte que as restrições e limitações das leis nacionais. No cenário global, as decisões arbitrais baseadas na equidade e a opção das partes pela Lex Mercatoria facilitaram o remodelamento dos costumes comerciais. A Convenção de Viena para Compra e Venda de Mercadoria (CISG) acabou por consolidar as divergências entre a Civil Law e Common Law nos contratos internacionais de compra e venda e imediatamente passou a ser interpretada pelos Tribunais Arbitrais. No entanto, a doutrina aponta lacunas acerca da aplicação integral da CISG, principalmente no que tange a cessão de uso de propriedade industrial, a prática reiterada da interpretação arbitral parece transpor os óbices doutrinários e demonstrar que a CISG deve ser interpretada dentro de um sistema jurídico cosmopolita.

**Palavras-chaves:** Lex Mercatória; Arbitragem e CISG.

### ABSTRACT

The Lex Mercatoria is the repeated practice of International Trade, which was stronger than the restrictions and limitations of national laws. In the global scenario, arbitration awards based on equity and the option of the parties by Lex Mercatoria facilitated the remodeling of commercial customs. The Vienna Convention for Purchase and Sale of Goods (CISG) eventually consolidate the differences between Civil Law and Common Law in international contracts of sale and immediately started to be interpreted by arbitral tribunals. However, the doctrine identifies gaps about the full application of the CISG, especially regarding the assignment of use of industrial property, the repeated practice of arbitral interpretation seems to overcome the doctrinal obstacles and demonstrate that the CISG should be interpreted within a legal system cosmopolitan.

**Keywords:** Lex mercatoria; Arbitration and the CISG.



## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos meios de comunicação contribuiu para ampliação das regras disciplinadoras do Comércio Internacional, fruto de reiterada aplicação. Tais regras, nascidas da prática contratual e por vezes da codificação de organismos privados foram caracterizadas como Lex Mercatória.

Nesse contexto, a compra e venda de mercadorias, que é a operação mais frequente do Comércio Internacional, também sofre efeito da nova Lex Mercatória. Nos últimos anos a “American Trade Association” e “London Corn Trade Association” transformaram a estrutura desses contratos.

A Convenção de Viena para Compra e Venda de Mercadorias (CISG) surge conciliando as divergências entre a Civil Law e Common Law, portanto produzindo uma legislação uniforme internacional. No entanto, apesar da CISG regular a cessão de uso da propriedade industrial nos contratos internacionais, a doutrina diverge sobre a coerência desse artigo.

A solução de conflitos no Comércio Internacional ocorre substancialmente através da arbitragem. Diversas entidades internacionais recorrem a esse método de solução de conflito para resolução de controvérsia dos seus clientes ou associados. Esse cenário internacional transformou a arbitragem num mecanismo que contribui para delinear a Lex Mercatoria. Os árbitros não costumam adotar as reservas doutrinárias à CISG, nos assuntos referentes à propriedade industrial, o que também será analisado nesse estudo.

### 1-LEX MERCATORIA E OS CONTRATOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

Os estudos de Bertold Goldmann, a literatura clássica sobre a Lex Mercatoria, conceituam o instituto como "um conjunto de princípios e regras costumeiras, espontaneamente referidos ou elaborados no quadro do comércio internacional, sem referência a um sistema particular de lei nacional." (AMARAL, 2004:61)

Tratando-se de contratos internacionais que possam vir a tratar de matérias comerciais sem legislação específica, faz-se uso da Lex Mercatoria, qual seja, um conjunto de princípios e costumes elaborados espontaneamente no âmbito internacional, sendo constituído de regras



uniformes, aceitas em todos os países, embora não façam referência aos ordenamentos nacionais. Cumpre destacar que, a Lex Mercatoria não fere as normas de ordem pública, uma vez que se trata do uso de costumes e princípios na prática comercial que levam em consideração o respeito às ordens jurídicas internas (AMARAL, 2004:61-62).

Os INCOTERMS também constituem importante instrumento da Lex Mercatoria e foram formalizados e compilados pela Câmara Internacional do Comércio CCI<sup>1</sup>, encarregada de orientar negócios internacionais, assim como dirimir e apaziguar ocasionais conflitos, controvérsias e litígios derivados dos contratos de compra e venda celebrados internacionalmente. OS INCONTERMS, Termos Internacionais do Comércio são compostos por diversas siglas, cada sigla importa na adoção de uma modalidade que define a transferência da responsabilidade pelo transporte das mercadorias e pagamento do seguro principal, o que obviamente definirá a despesa de cada parte, além do pagamento do preço pela mercadoria e será computado no valor final do contrato (AMARAL, 2004: 63).

A Lex Mercatoria também define a modalidade de pagamento do Comércio Internacional. A Resolução 515 da CCI compilou as formas de pagamento mais comuns do Comércio Internacional: Down Payment, On Open Account, Pagamento à vista e Crédito Documentado (AMARAL, 2004: 277-278).

Nesse contexto, o princípio da autonomia das partes cumpre um importante papel nos contratos internacionais, possibilitando que as partes escolham a lei que irá gerir o contrato firmado. Assim é facultado aos particulares a escolha pela Lex Mercatoria para nortear o litígio comercial, sendo essa uma opção interessante vez que apresenta disposições específicas sobre a prática comercial com o conteúdo desenvolvido pela comunidade de negócios, o que potencializa soluções práticas e adequadas ao contexto internacional, pois essas comunidades normalmente possuem grande proximidade com essa esfera (AMARAL, 2004:63).

Observa-se que há um vínculo estreito entre a Lex Mercatoria e a arbitragem internacional, podendo-se afirmar que “Lex Mercatoria manifesta-se através de seus laudos, e sua constante utilização no plano internacional serve de emergência de um direito com normas próprias adequadas aos usos e costumes do comércio internacional”. A arbitragem internacional constitui um meio alternativo à jurisdição estatal para solução de conflitos, utilizado principalmente no comércio internacional justamente por permitir o uso do direito da

<sup>1</sup> CCI – Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris (França) é uma pessoa jurídica de Direito Privado, mas os seus estudos, pareceres gozam de grande respeito no Comércio Internacional).





forma mais adequada, com as exigências dos agentes deste ramo. É regulada, no Brasil, através da Lei nº 9.307 de 1996 (AMARAL, 2004:64).

As normas das Associações Comerciais e Corporações Profissionais também são elementos que moldam a Lex Mercatória. Destaquem-se as normas, princípios e procedimentos para elaboração de contratos e apólice de seguros da “London Corn Trade Association” e “American Trade Association” (AMARAL, 2004:64-65).

Na maioria dos casos a Lex Mercatoria é fonte dos tratados do Comércio Internacional, tal como: a Lei Modelo da Uncitral (Arbitragem), a CISG (Convenção de Viena para Compra e Venda de Mercadorias) e Convenção Interamericana de Direitos Aplicáveis a Contratos (AMARAL, 2004:64-65).

## **2 – A QUESTÃO DA ADOÇÃO DOS “BOILER-PLATE CLAUSES” DA “AMERICAN TRADE ASSOCIATION” PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.**

Nas últimas décadas a “American Trade Association” tentou compilar normas e princípios contratuais visando clarear a intenção das partes no momento das tratativas e elaboração dos contratos. Com efeito, buscou-se entre os seus associados facilitar a resolução dos conflitos que surgem durante a execução do contrato. Dada a credibilidade dessa entidade, as suas normas e padrões passaram a ser adotadas amplamente pelo Comércio Internacional.

São os “Boiler-Plates” da “American Trade Association”: a) “Entire Agreement” – são disposições contratuais que estabelecem o que prevaleceu nas reuniões e debates sobre todos os entendimentos contratuais, escritos ou orais (atas das reuniões), integram o contrato e o seu objeto; b) “Assignment” – cláusula que veda a transferência por qualquer das partes de direitos e deveres referentes ao contrato, no todo ou em parte, sem autorização prévia por escrito da outra parte; c) “Amendment” – cláusula que determina que todos os aditamentos ou modificações do contrato, deverão ser feitos por escrito, devendo o referido instrumento ser assinado pelas partes contratantes; d) “Successors” – cláusula que estabelece que os direitos e obrigações que decorrem do contrato obrigam as partes e os seus sucessores; e) “No Waiver”- cláusula segundo a qual o não exercício de um direito previsto nos contratos ou em lei, não representa a renúncia dele; f) “Severability” –disposição contratual que determina que a



nulidade de determinada cláusula não invalida as demais, nem o contrato como um todo; g) “Language” – cláusula determinando quando o contrato internacional for redigido em duas línguas, determinação daquela que deverá prevalecer para interpretação do contrato; h) “Notices” – cláusula que estabelece a forma como serão realizadas as notificações, solicitações e exigências previstas no contrato (AMARAL, 2004:64-65).

Os boiler-plates da “American Trade Association” estão em consonância com as normas internacionais para compra e venda de mercadorias (CISG). Inclusive, o “Entire Agreement” pode auxiliar na solução de litígios gerados por obscuridades ou imprecisões contratuais. A questão ganha maior importância quando o objeto do contrato internacional versar sobre cessão de direitos definitivos ou não, da propriedade intelectual ou industrial.

A aplicação da CISG na compra e venda internacional de propriedade imaterial desperta à divergência dos doutrinadores, apesar do referido tratado regular a matéria, sem nenhum óbice da Comissão de Direito Internacional (UNCITAD), acerca da aplicação ou não da CISG.

### **3 – A CONVENÇÃO DE VIENA PARA COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS**

Em 1966 a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento – UNCITAD ressaltou as dificuldades quanto à circulação de mercadorias, transparecendo no plano de regulação do comércio internacional, divergências entre os Direitos Nacionais. Com isso, em 11 de abril de 1980 na capital da Áustria, foi aprovada a Convenção de Viena acerca da Compra e Venda Internacional de Mercadorias, a fim de tentar solucionar a citada problemática e conciliar a necessidade de desenvolvimento do Comércio Internacional segundo a igualdade e os benefícios mútuos dos Estados, assim como o dissenso entre o social, o econômico e o jurídico. Sua aprovação se deu por unanimidade, já que os 41 países participantes votaram a seu favor (Huber, 2011).

O Brasil, por sua vez, assinou o ato final de aprovação da Convenção, no entanto, não aderiu verdadeiramente à Convenção. Apenas recentemente, o aludido país, através do Congresso Nacional, aprovou o estatuto normativo do Congresso de Viena, que entrou em vigor em abril de 2014. Internacionalmente, a Convenção de Viena entrou tão-somente em vigor em janeiro de 1980, uma vez atingindo o mínimo de ratificações necessárias, de acordo com seu art. 84. Considera-se que os termos da citada Convenção aplicam-se a Estados que não



participam dela, posto que, em sua essência, acolhem o Direito Internacional habitual, os quais vigoram sobre o assunto.<sup>2</sup>

Essa única convenção teve grande receptividade, diversos Estados, de diferentes sistemas jurídicos, aderiram até 1990, como: Alemanha, Zâmbia, Bielorrússia, Austrália, Argentina, Áustria, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Lesoto, Noruega, Suécia, China e Estados Unidos da América. Além disso, ao passar do tempo, outros Estados aderiram a Convenção, como: Albânia, Armênia, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chipre, Cingapura, Colômbia, Brasil em 2013 e outros.

O artigo 2º da convenção muito claro ao disciplinar que a CISG não se aplica: a) A compra e venda de mercadorias para o uso pessoal ou familiar; b) Processos de Execução; c) Compra e venda em Leilões; d) Compra e Venda de Valores mobiliários; e) Compra e venda de Aeronaves; f) Compra e Venda de Navios; e) Compra e Venda de Eletricidade (AMARAL, 2004:234).

São obrigação obrigações de ambas definir os “Incoterms” e conseqüentemente definir a transferência das responsabilidades entre as partes, no que tange a modalidade de transporte e seguro das mercadorias, conforme disciplinam os artigos 66, 67,68 e 69 (Erauw, 2006).<sup>3</sup>

A CISG disciplina que o vendedor terá as seguintes responsabilidades: a) Entregar as mercadorias (Art. 30); b) Transferir a propriedade das mercadorias através da entrega da documentação (art.35); c) Transportar a mercadorias, quando previamente acordado (Art.32); d) Identificar a mercadoria dentro do Sistema de Harmonização Internacional; e) Entrega da mercadoria (Art. 42) desembaraçada de qualquer ônus para o comprador (AMARAL, 2004:236).

Por outro lado, a CISG estabelece de forma clara as obrigações do comprador. São elas: a) Receber a mercadoria e pagar o preço; b) Exame da mercadoria conforme as especificações contratuais (art. 38). Se houver alguma imprecisão contratual quanto ao preço da mercadoria ou se deixar de ser acordado pelas partes, o artigo 55 disciplina que deverá ser pago pelo comprador o valor de mercado. No caso de grande desconformidade da mercadoria ou não pagamento de taxas e serviços repassados ao vendedor mediante prévio acordo terá o comprador o direito de denunciar o contrato (art. 45).

<sup>2</sup> <http://www.cisg-brasil.net/a-cisg>

<sup>3</sup> <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/erauw.html>



A CISG proíbe a concessão de prazos, caso uma das partes resolva buscar a via judicial (art. 45). O regime de concessão de prazos está previsto nos casos de violação contratual. O comprador poderá conceder prazo suplementar para o vendedor cumprir as suas obrigações (art.47). Outrossim, o vendedor poderá notificar o comprador, em caso de atraso no pagamento, o que preserva o diálogo entre as partes (art.48). Será permitida a rescisão do comprador no caso da entrega reiterada das mercadorias desconforme (art. 49-50).

A CISG visa preservar a execução do pacto entre as partes, por essa razão ela prevê a possibilidade de suspensão do contrato, quando fica evidente que a outra não conseguirá executar o contrato (Art.71).

Apesar da CISG disciplinar a compra e venda da propriedade industrial e intelectual (art. 41 e 42), a doutrina diverge ferozmente acerca dessa possibilidade. A doutrina tem classificado o dispositivo como atécnico.

#### **4- APLICAÇÃO DA CISG NA COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.**

A denominação genérica Propriedade Intelectual pode ser entendida como o conjunto dos direitos resultantes das concepções da inteligência e do trabalho intelectual, encarados principalmente sob o aspecto do proveito material que deles pode resultar, segundo definição de João da Gama Cerqueira (CERQUEIRA 1982: 50).

De posse da certeza de ser o engenho humano mecanismo viabilizador do desenvolvimento, estrutura-se a doutrina da Propriedade Intelectual com o objetivo de tutelar, proteger e garantir o exercício dos direitos advindos do engenho criativo, como forma a estimulá-lo e incentivá-lo o que leva Liliana Minardi Paesadini (PAESANI 2012: 05) a entender:

A tutela da Propriedade Intelectual é da tradição nacional. A Constituição Imperial brasileira de 1824 previa a proteção da Propriedade Intelectual e a matéria esteve inserida no capítulo dos direitos e garantias fundamentais do cidadão. E o art. 179, inciso 26, assim dispôs: “ os inventores terão a propriedade de suas descobertas ou das suas produções. A lei assegurará um privilégio exclusivo temporário, ou lhes assegurará um ressarcimento da perda que lhes haja de sofrer pela vulgarização”.

Como ramo da Propriedade Intelectual, estrutura-se a Propriedade Industrial, que se limita à tutela das produções intelectuais aplicáveis ao ramo da indústria, bem como ao trato



dessas em um ambiente competitivo como o econômico em que se inserem essas atividades, que firmam, por exemplo, nas marcas a identidade de seus produtos e serviços.

Dessa forma, as marcas, já previstas desde a Constituição brasileira de 1891, devem identificar e singularizar um produto ou serviço, atestando sua procedência, qualidade e incitando ao consumo, materializando, portanto, todo o investimento de seu titular. “Proclamada a República, a Constituição de 1891 renovou na declaração de direitos, a garantia da propriedade dos inventos, declarando, também, que a lei asseguraria a propriedade das marcas de fábrica, art. 72, § 27” (CERQUEIRA 1982: 22).

A atividade econômica desempenha papel fundamental na elaboração e solidez de estruturas sociais, na medida em que, a partir de seu pleno exercício, riquezas são geradas, possibilitando a Estados a consecução de seus ideais, bem como à iniciativa privada sua autoafirmação. “Os direitos resultantes das concepções intelectuais, cuja legitimidade, hoje em dia, ninguém mais contesta, são objeto de proteção em todos os países” (CERQUEIRA 1982: 53).

A Constituição brasileira, CRFB de 1988, como forma a assegurar que a atividade econômica plenamente desempenhe sua finalidade, estabelece entre os preceitos caracterizadores do Estado brasileiro, a livre iniciativa, que em consonância a ditames constitucionais e exercendo função social, deverá garantir o livre impulso econômico, protagonizado por indivíduos que buscam vantagens consequentes de investimentos na atividade por estes livre e licitamente exercida, assegurando-se:

Com a Constituição de 1988, a Propriedade Intelectual sofreu importantes atualizações.

- A matéria continuou inserida no capítulo dos direitos individuais fundamentais aos quais se acrescentaram os coletivos.
- O art. 5º, CF, inciso XXIX, assegura aos autores de inventos industriais privilégios *temporários* de utilização e estende o benefício às marcas, nomes de empresas, signos distintivos e a todas as “criações industriais”.
- Inserção de cláusula finalística, que sujeita a Propriedade Industrial ao “interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País” [...] (PAESANI 2012: 05-06).

O mencionado inciso XXIX ao dispor que lei ordinária deverá assegurar privilégio temporário aos autores de inventos para sua utilização, bem como às criações industriais, marcas, dentre outros direitos, o que segundo José Afonso da Silva, (PAESANI 2012: 37):



O texto constitucional determina o teor da lei ordinária, estipulando as condições básicas para a concessão de patentes industriais, marcas e outros direitos. Cuidado similar tem o texto do direito internacional mais recente: art. 7º do TRIPS.

Art. 7º Objetivos

“A proteção e a aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade industrial devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão de tecnologia, em benefício mútuo de produtores e usuários de conhecimento tecnológico e de uma forma conducente do bem-estar social e econômico e a um equilíbrio entre direitos e obrigações”.

Neste cenário, a Lei n. 9.279 de 1996 regula, nos termos constitucionais referidos, o direito à propriedade industrial, definido em seu art.1º. “Para os efeitos desta lei, o conceito de indústria se entende no seu sentido mais amplo, englobando toda e qualquer atividade humana de produção de bens e serviços” (IDS 2013: 12).

[...] a Lei de Propriedade Industrial compreende duas classes de direitos: as criações industriais e os sinais distintivos, sendo que as Criações Industriais pertencem aos seus autores e o fundamento da sua proteção é o estímulo a novas criações por meio da concessão pelo Estado. De um monopólio temporário. Por sua vez, os sinais distintivos pertencem às sociedades empresárias e o fundamento da sua proteção é o de evitar a concorrência desleal praticada por meio de atos confusórios (PAESANI 2012: 34).

Segundo condições estabelecidas pela referida Lei 9.279, já em seu art. 6º, ao autor de invenção ou modelo de utilidade é assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta o direito de propriedade, fato que leva à conclusão de que:

Enquanto a Constituição Federal estabelece de forma genérica a garantia de proteção aos autores de invenções, este artigo define o caráter atributivo de direito da concessão de patentes, ao deixar claro que é esta última que garante ao inventor a propriedade sobre a invenção, com todos os direitos a ela acessórios (IDS 2013: 19).

Pelo art. 8º desta mesma Lei, os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial determinam a patenteabilidade de uma invenção.

Apontada por Denis Borges Barbosa (BARBOSA 2003: 801) como “a mais importante das Propriedades Intelectuais”, o autor aponta que:

As marcas são sinais distintivos apostos a produtos fabricados, a mercadorias comercializadas, ou a serviços prestados, para a identificação do objeto a ser lançado no mercado, vinculando-o a um determinado titular de um direito de clientela. Podendo ser registradas, são direitos de exclusiva a partir do registro, não se concebendo, no direito brasileiro vigente, direito de exclusiva resultante da simples ocupação da marca. Ao contrário dos demais direitos de exclusiva da propriedade





intelectual, as marcas não são temporárias, muito embora, após 10 anos, devam ser prorrogadas.

Definição reconhecida pela Lei 9.279\96, art. 129 e seguintes.

A atualidade da discussão quanto à Propriedade Intelectual passa pela constatação de que a internacionalização do setor de serviços, demanda uma concordância essencial quanto à proteção de direitos intelectuais, onde se insere o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), havendo um “consenso entre os países industrializados de economia de mercado em que a proteção jurídica dos direitos intelectuais deve ser homogeneizada, generalizada para o mundo todo e feita realmente eficaz (BARBOSA 2003: 146).

Continua o mesmo autor sua explanação apontando que “se há um sistema de propriedade dos bens intelectuais, ele deve ser, necessariamente, internacional” (BARBOSA 2003: 149), consequência lógica da constante interação de diferentes indivíduos, globalmente distribuídos e cujos direitos demandam reconhecimento e proteção internacional.

Em matéria de Propriedade Intelectual, diplomas internacionais que merecem destaque são a Convenção da União de Paris (CUP); Patent Cooperation Treaty (PCT) e Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) (PAESANI 2012: 35).

A propriedade industrial abordada pela CUP, PCT e TRIPS, bem como pelo art.5º da Lei 9.279\96 brasileira, é classificada como bem móvel, que pode ser cedida ou licenciada mediante contrato. Faz-se referência ao Contrato de Concessão e de Licença, seja de uma patente, uma marca ou um desenho industrial, sendo o objeto do contrato transferido permanentemente de uma parte para outra, considerando a doutrina, que o contrato de cessão equivaleria a uma compra e venda de bem móvel (PAESANI 2012: 48).

Ao se falar em contratos e a internacionalização da atividade industrial e empresarial, faz-se essencial analisar artigos referentes ao domínio de aplicação da Convenção de Viena de 1980, sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG). A Convenção entende por contrato de compra e venda aquele que faz nascer uma obrigação de entrega de mercadorias e de transferência de sua propriedade (art.30), através do pagamento de um preço (art. 53).

Segundo Francisco Augusto Pignatta “existe, porém, alguns contratos vizinhos da compra e venda em que persiste a dúvida da aplicabilidade ou não da Convenção, como por exemplo, a *troca*, a *compensação*, os *contratos de distribuição*, os *pré-contratos*, dentre outros”, afirmando ainda o mesmo autor que (PIGNATTA 2011: 08),



Existe, porém, alguns contratos vizinhos da compra e venda em que persiste a dúvida da aplicabilidade ou não da Convenção, como por exemplo, a *troca*, a *compensação*, os *contratos de distribuição*, os *pré-contratos*, dentre outros. Nesta seara as opiniões são divergentes. A *troca* ou *permuta*, por exemplo, apesar de não ser expressamente excluída pela Convenção, a posição da doutrina não é pacífica: uns defendem sua aplicação, outros defendem sua exclusão. A doutrina mais recente é pela exclusão, levando em consideração que na troca ou permuta não há a obrigação do pagamento de um preço.

Já fazendo referência ao Contrato de Distribuição, Pignatta segue sua análise defendendo que (PIGNATTA 2011: 09):

26

A doutrina considera que a Convenção não se aplica aos acordos de distribuição comercial como nos casos dos contratos de concessão exclusiva ou nos contratos de *Franchising*. Estes tipos de contrato são contratos complexos onde existem certos elementos da compra e venda, porém não de forma perfeita. Este entendimento é baseado no fato de que nestes contratos há a presença de um “Contrato-quadro” que é essencialmente um fornecimento de serviços e um “Contrato de aplicação”, este sim, contendo elementos próprios de um contrato de compra e venda normal.

Os autores que fazem esta distinção afastam a aplicação da Convenção, quando há o elemento “Contrato-quadro”. Por outro lado, a relação de distribuição que tiver as características de um “Contrato de aplicação” (nas situações que equivale a um contrato de compra e venda), poder-se-ia aplicar as regras da CISG. Esta é, atualmente, a doutrina dominante, o que levou certa jurisprudência a adotar este entendimento, contrariando a posição até então estabelecida de afastar todo e qualquer contrato de distribuição do domínio de aplicação da Convenção, pois não é um contrato de compra e venda.

Neste sentido, pode-se entender que como apresentados no art. 211, da Lei brasileira n. 9.279\96, contratos que impliquem transferência de tecnologia, contratos de franquias e similares enquadrar-se-iam na descrição referente a contratos de distribuição, por isso estaria excluída a utilização da CISG, mas vale ressaltar que, para Pignatta estes por serem contratos complexos, são de difícil qualificação, e por isso, somente o caso concreto é que decidirá qual o seu elemento essencial (PIGNATTA 2011: 10).

Segundo disposição expressa da CISG, a compra e venda firmada nos seus termos, deve ter como objeto “mercadorias”. Fato que conduz Pignatta a seguinte constatação:

“[...] dificilmente será aplicada a Convenção aos direitos relacionados à propriedade intelectual como a cessão de marcas, de patentes, os direitos do autor, etc. Estas cessões estariam excluídas do campo de aplicação convencional de acordo com a mesma lógica pela qual a Convenção exclui de seu campo de aplicação a cessão de crédito: pelo fato de ela não ser mercadoria. Não teria sentido aplicar a elas as regras da entrega e principalmente a regra da conformidade da mercadoria. Assim, estariam excluídos do âmbito Convencional os direitos relacionados à propriedade intelectual. (PIGNATTA 2011: 12)”.



## **5 – A RELEVANCIA DA ARBITRAGEM E O SEU PROCEDIMENTO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS.**

No Brasil, a Lei n.º 9.307/96 (Lei de Arbitragem), introduziu notáveis modificações no delineamento anterior do Código Civil de 1916 e no Código de Processo Civil. Trata-se do maior método de solução de conflito alternativo ao Poder Judiciário, adotado nos últimos anos.

Um dos objetivos principais da Lei de Arbitragem é o aprimoramento dos negócios internacionais, motivo pelo qual o instituto é largamente utilizado nos países desenvolvidos. É destarte, assunto de amplo interesse econômico, empresarial, social e do Poder Público, pois diminui o dramático acúmulo de ações nos Tribunais.

Sobre a convenção de arbitragem podemos dizer que a lei de arbitragem tratou da cláusula compromissória e do compromisso arbitral sob a denominação conjunta de convenção de arbitragem. A cláusula compromissória passou a ser apta para afastar a competência do juiz estatal. O legislador não fez como na Espanha, a completa identificação entre cláusula e compromisso (cláusula como um mero pré-contrato do compromisso). Hoje, no Brasil, pode-se instituir a arbitragem apenas com base na cláusula, sem a formalidade do compromisso (CARMONA, 2009:16).

Com a atual legislação, a cláusula compromissória deixou de ser um mero pré-contrato do compromisso. Como disposto no art. 5, o juízo arbitral pode ser instituído sem que haja um compromisso. A cláusula pode estar ou não inserida no corpo de um contrato, podendo ser viabilizada posteriormente por outros meios (cartas, telegramas, etc.). No entanto, no que tange ao contrato de adesão, uma barreira às cláusulas arbitrais foi estabelecida para evitar banalização através da inclusão da cláusula de forma indiscriminada (CARMONA, 2009:16-17).

A cláusula compromissória possui execução específica e se faz necessário para estabelecer um procedimento para caso uma das partes resista à instituição do tribunal arbitral. O art. 7 será invocado quando o juiz se deparar com uma cláusula compromissória vazia. Nessa hipótese seus poderes são amplos, como a nomeação do árbitro, questões a serem resolvidas, prazos e local. São então os inconvenientes de uma cláusula arbitral vazia notórios (CARMONA, 2009:17-18).

O Árbitro é competente, segundo o parágrafo único do art. 8 para julgar a sua própria competência como árbitro. Esse pode decidir sobre a existência, eficácia e validade da cláusula



e do compromisso. Consagrou-se, em outras palavras, a autonomia da cláusula compromissória, isso é, não necessariamente essa será invalidada quando presente em um contrato com vícios. Portanto, a cláusula arbitral será autônoma em relação ao contrato (CARMONA, 2009:18-19).

O Compromisso arbitral possui elementos indispensáveis destacados pela lei de arbitragem. São eles: a qualificação das partes, a qualificação dos árbitros ou especificação da entidade que os indicara (inciso II art. 10), o objeto e o lugar onde será dada a sentença. Caso a entidade apontada se recuse a indicar um árbitro deve seguir o disposto no art. 16 parag. 2 da lei. A importância de definir o local se dá para saber se será ou não necessário o procedimento de reconhecimento da sentença estrangeira. Foi estabelecido que mesmo que todo o procedimento tenha sido ocorrido em território estrangeiro, se a sentença tiver sido dada no Brasil, será nacional (CARMONA, 2009:19-20).

Mas o compromisso arbitral também terá elementos facultativos e entre eles estão a sede da arbitragem, a autorização para que os árbitros julguem por equidade, a escolha da lei aplicável (art. 2 parag. 1 e 2) e a declaração de responsabilidade do pagamento de honorários e despesas com a arbitragem (podem as partes prever, com base no art. 11 inciso V que as despesas sejam sempre divididas, ou que fiquem a cargo desse ou daquele contratante). Convêm que as partes fixem um prazo para apresentação do laudo (art. 11, III), caso contrário, serão seis meses (art. 23) (CARMONA, 2009: 20-21).

No entanto, o compromisso arbitral pode ser extinto, porém impera o princípio da salvação da convenção arbitral, de modo que a recusa do árbitro não inutiliza o procedimento. As partes deverão nomear outro árbitro ou fazer o que indica o art. 7. O compromisso só se extinguirá caso a escolha do árbitro tenha sido personalíssima. Outra forma de extinção esta disposta no art. 12, inciso III diz respeito à prolação na sentença arbitral. O árbitro (ou árbitros) devem ser notificados para a apresentação da sentença arbitral, sob pena de fazer valer à parte notificante a exceção de extinção do compromisso, tudo sem prejuízo do direito dos contratantes à indenização por perdas e danos contra os árbitros (CARMONA, 2009: 21-22).

O árbitro deve proceder sempre com imparcialidade, independência, competência, diligência e discricção no exercício da sua atividade. A falta de imparcialidade do árbitro encontra sua solução no procedimento de previsto para a alegação de impedimento ou suspeição (art. 14). O art. 17 dispõe que não existe diferença entre árbitros e funcionários públicos para a legislação penal (CARMONA, 2009: 22-23).



No Procedimento arbitral as partes podem adotar o procedimento que bem entenderem desde que respeitem os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e do seu convencimento racional. Se nada dispuserem sobre o procedimento a ser adotado e se não se reportarem a regras de algum órgão institucional, caberá ao árbitro ou ao tribunal arbitral ditar as normas. Porém, não podem as partes estabelecer que a sentença tenha forma diversa daquela prevista no art. 26. Dá-se por instituído o juízo arbitral tão logo seja aceito pelo árbitro (art. 19). Se o órgão arbitral for composto por mais de um árbitro, o presidente será o eleito pela maioria. Não havendo consenso, será o mais idoso. Se não houver consenso na decisão, prevalece o voto do presidente (CARMONA, 2009: 24).

A sentença arbitral terá praticamente os mesmos requisitos da decisão final proferida pelo juiz togado. Haverá um relatório, a motivação e por fim o dispositivo. O art. 26 exigiu mais outro requisito, a data e o lugar onde a sentença foi proferida. A sentença proferida não fica sujeita a qualquer recurso. Nada impede, porém que as partes estabeleçam que a sentença terá que ser submetida a reexame por outro órgão arbitral. Convém ressaltar que tais recursos são sempre internos (CARMONA, 2009: 24-25).

As partes terão cinco dias, a contar da notificação ou ciência da sentença arbitral para interpor seus "embargos de declaração". Não há previsão para manifestação do "embargado", embora os árbitros possam determiná-la. Os árbitros têm 10 dias para manifestar sua decisão (art.30) (CARMONA, 2009: 25-26).

No Brasil foi adotada a tese da jurisdicionalidade da arbitragem, pondo termo à atividade homologatória do juiz estatal. Porém, não quer dizer que não seja possível questionar em juízo a validade da sentença arbitral. Para esse fim, estabeleceu-se o procedimento do art. 33 (CARMONA, 2009: 26-27).

Não cabe ação rescisória da sentença arbitral, sendo inaplicável, portanto, o disposto no art. 485 do CPC. Os casos de nulidade da sentença arbitral estão dispostos no art. 32 da lei (CARMONA, 2009: 27).

A demanda para impugnação da sentença arbitral deverá ser proposta pela parte no prazo decadencial de 90 dias após o recebimento da notificação da decisão final dos árbitros. O processo correrá como previsto no CPC. Se a hipótese de nulidade estiver relacionada com os incisos I, II, VI, VII e VIII do art. 32 será ineficaz a convenção arbitral (as partes podem recorrer ao judiciário ou estabelecer uma nova arbitragem). Nas demais hipóteses o árbitro terá que proferir nova sentença (CARMONA, 2009: 28).



Para a sentença arbitral estrangeira possa produzir efeitos no Brasil, ela deve ser homologada pelo STJ. O procedimento a seguir será - segundo dispõe o art. 36 da lei - o mesmo utilizado para a homologação de sentença estrangeira (483 e 484 do CPC), devendo o interessado na homologação apresentar os documentos dispostos no art. 37. A homologação somente será denegada nos casos previstos pelos artigos 38 e 39 da lei (CARMONA, 2009: 28-29).

As questões referentes à propriedade intelectual têm agenda constante nas maiores Instituições Arbitrais: na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional - CCI, na “American Arbitration Association - AAA”, na “London Court of International Arbitration” e na Câmara de Comércio de Estocolmo. Com efeito, são frequentes as questões referentes a contratos de transferência de tecnologia, de licença, de construções “turn key”, de cessão de uso de marca e de “franchising” (LEME, 1999:16).

Também é sabido que existe em grande número arbitragens “ad hoc” sendo que por força do sigilo que envolve o procedimento arbitral não se pode quantificá-las. A verdade é que a Arbitragem Internacional através dos seus precedentes, ajudou a construir um verdadeiro Costume de Mercado na compra e venda internacional e cessão de propriedade industrial.

No ano de 1990 foram protocolizadas 365 novas demandas na ICC, sendo que 16.4% foram referentes à propriedade intelectual. As disputas referiram-se a contratos de licença (62 casos), “Know-How” e assistência técnica (45 casos), nomes comerciais e sinais distintivos (15 casos), validade de patentes, violação e outros (12 casos), validade de marcas comerciais e outros (12 casos), desenhos e modelos (7 casos) e direitos autorais e áudio-visuais (6 casos) - (LEME,1999:17).

É oportuno relatar a decisão da ICC, que ajudou a construir um novo comportamento de mercado:

Caso 6709 (1991) – CCI – (CISG – Procedimentos Cautelares)

“No segundo caso foi lavrado laudo arbitral intermediário (“Interim Award”). A matéria versada é de patente registrada na França com contrato de licença exclusiva. O detentor da patente foi o reclamante e o licenciado o reclamado que tinha os direitos exclusivos na França. O Reclamado manifestou-se dizendo que o Tribunal Arbitral não tinha jurisdição sobre a questão, já que a questão estava “sub judice” em processo cautelar. Esta circunstância não era suficiente para elidir a ação do Tribunal Arbitral em face do que dispõe o art. 8 (5) das Regras de Arbitragem e é princípio reconhecido pela Convenção de Genebra de 1961, art. VI-4, que prevê a possibilidade de medidas cautelares (de emergência) não se excluindo a jurisdição arbitral...”





### Tribunal Arbitral de Colônia, *in verbis*:

“O vendedor, um Instituto Suíço sobre estudos de mercado, elaborou uma análise de mercado que havia sido encomendada por uma empresa alemã. O comprador se recusou a pagar o preço estipulado, pois o trabalho não estava de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. O Tribunal alemão de Colônia considerou que a Convenção não era aplicada à matéria, pois o contrato subjacente não é nem um contrato de venda de mercadorias (artigo 1) nem um contrato para a produção de mercadorias (artigo 3). Segundo o Tribunal, a transferência de propriedade do estudo em questão não é a transferência de um conjunto de folhas escritas, mas a transferência do direito de utilizar as idéias transcritas sob o papel. Assim, o contrato para realizar um estudo de mercado não é uma compra e venda de mercadoria conforme o que estabelece os artigos 1 e 3 da Convenção.

31

Assim, as partes poderão autorizar que a decisão do árbitro seja baseada na equidade, o que permite a utilização da Lex Mercatoria e precedente das mais variadas câmaras internacionais.

## CONCLUSÃO

A adoção da Lex Mercatoria apresenta-se na atual fase da globalização da economia como um grande facilitador do Comércio Internacional, afastando incertezas e normas nacionais conflitantes.

A Lex Mercatoria contribui muito para construção de uma lei internacional uniforme. A CISG é produto da discussão dos costumes internacional do comércio e harmonização das normas da Civil Law e Common Law. Esse diploma internacional prevê suspensão de prazos e renegociações contratuais na tentativa de preservar o contrato, bem como disciplina aplicação da Lex Mercatoria, principalmente na escolha da modalidade dos transporte e seguro internacional.

A arbitragem internacional se revelou um importante instrumento na solução de disputas fora do âmbito estatal e é um dos mais importantes mecanismos para facilitar o desenvolvimento de praticas comercial internacionais. Isso por que os árbitros podem decidir por equidade, a critério das partes, utilizando princípios gerais do direito, além dos usos e costumes e regras internacionais.

No que tange a cessão de uso de propriedade industrial, os precedentes arbitrais têm seguido um caminho diferente do apontado por parte da doutrina, que entende que o contrato de



cessão de uso da propriedade intelectual, não é compra e venda de mercadoria. Nesse contexto estaria excluído o contrato de cessão de uso da convenção, assim como ocorre com o contrato de empréstimo.

Na reiterada interpretação da CISG, os tribunais arbitrais romperam os óbices imposto pela doutrina, quando passaram interpretar o sentido de mercadoria dado pela Convenção. A conclusão é que a interpretação de mercadoria pela CISG não se resume a objetos corpóreos. Hoje já se considera que certos bens incorpóreos, como os Softwares, podem também ser qualificados de mercadorias e que, em consequência, a compra e venda destes objetos entra, em princípio, no campo de aplicação da Convenção. Entretanto, dificilmente será aplicada a Convenção aos direitos relacionados à propriedade intelectual como a cessão de marcas, de patentes, os direitos do autor, etc. Estas cessões estariam excluídas do campo de aplicação convencional de acordo com a mesma lógica pela qual a Convenção exclui de seu campo de aplicação a cessão de crédito: pelo fato de ela não ser mercadoria. Não teria sentido aplicar a elas as regras da entrega e principalmente a regra da conformidade da mercadoria. Assim, estariam excluídos do âmbito Convencional os direitos relacionados à propriedade intelectual. É o que se conclui com o julgamento do tribunal de Colônia na Alemanha.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues. *Direito do Comércio Internacional: Aspectos e Fundamentos*. São Paulo. Ed. Aduameira. 2004.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Lumen Juris, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. *Constituição da República Federativa do Brasil anotada*. 5. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. *Interpretação e aplicação da constituição*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

CARMONA, Carlos Alberto; *Arbitragem e Processo: um comentário à lei 9.307/96*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.



DIAS, Reinaldo e RODRIGUES, Waldemar. *Comércio e Exterior: Teoria e Gestão*. São Paulo. Ed. Atlas, 2009.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. *Direito Internacional Privado - Arbitragem comercial internacional*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Renovar, 2003.

IDS-Instituto Danneman Siemens de Estudos Jurídicos e Técnicos. *Comentários à Lei da Propriedade Industrial*. 3ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

FARO, Ricardo. *Curso de Comércio Exterior: Visão e Experiência Brasileira*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAESANI, Liliana Minardi. *Manual de Propriedade Intelectual: direito de autor, direito da propriedade industrial, direitos intelectuais sui generis*. São Paulo: Atlas, 2012.

PIGNATTA, Francisco A., *Comentários à Convenção de Viena de 1980*. Disponível em: <[www.cisg-brasil.net](http://www.cisg-brasil.net), outubro/2011>. Acesso em: 13 de jul. de 2014.

SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 15. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1998.

LEME, Selma M. Ferreira. Palestra proferida no - XXIII- SEMINÁRIO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL \_ Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, São Paulo, 18/19 de agosto de 2003.



## A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DO DIREITO RECONFIGURADO

KALE, Tania Marcia

*Professora de Direito Processual Civil – UFF*

*tania.kale@ig.com.br*

CASTRO, André Hacl

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação*

*em Justiça Administrativa – UFF*

*castrohacl@gmail.com*

BLANCO, Solange Machado

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação*

*em Sociologia e Direito – UFF*

*soma@vm.uff.br*

34

### RESUMO

Dos inúmeros debates que assistimos sobre a Reforma do Judiciário, uma incontestável reflexão se dá em torno do acesso a Justiça no Brasil. O número excessivo de litígios levados ao judiciário não pode ser traduzido como a democratização dos meios e instrumentos de acesso a justiça. Neste contexto, as práticas não adversariais de solução de conflitos como arbitragem, conciliação e mediação, surgem como possíveis alternativas ao procedimento estatal. No presente estudo, procuramos demonstrar que estas alternativas, além de facilitar a composição do conflito, podem resgatar a cidadania. Esta análise terá como referencial teórico a ética do discurso habermasiana, que fornece elementos críticos com os quais se coadunam as discussões sociais, tendo em vista os aspectos fundantes em princípios emancipatórios de uma sociedade justa e solidária.

**Palavras Chave:** Acesso a Justiça; Mediação; Habermas

### ABSTRACT

The numerous discussions we had seen on the Reform of the Judiciary an undeniable reflection revolves around access to justice in Brazil. Excessive number of disputes brought to the judiciary can not be translated as the democratization of the means and instruments of access to justice. In this context, non-adversarial dispute resolution practices as arbitration, conciliation and mediation emerge as alternatives to state procedure. In this study we try to demonstrate that these alternatives would facilitate the composition of the conflict, can redeem citizenship. This analysis will take as a theoretical framework of Habermasian discourse ethics, which provides critical elements tying in social discussions, given the foundational aspects liberating principles of a just and caring society.

**Key-words:** Access to Justice; Mediation; Habermas



## INTRODUÇÃO.

Há quem defenda a necessidade de uma verdadeira revolução institucional do Poder Judiciário no sentido de adotar modos diversos de solução de conflitos. Nesta esteira de pensamento, a proposta trazida por Cappelletti denominada de terceira onda, um novo acesso à justiça, não utilizando somente a estrutura "clássica" do judiciário, mas "no conjunto de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas" possibilitaria melhorar o acesso ao judiciário.

Acredita-se, ainda, como o ex Ministro de Estado da Justiça - Marcio Thomáz de Bastos - que "sem um fortalecimento dos mecanismos de resolução de conflitos, o judiciário continuará sofrendo a situação absurda de uma quantidade não absorvível de pretensões e, ao mesmo tempo de uma demanda reprimida de milhões de pessoas sem acesso à justiça. Os meios alternativos podem contribuir nas duas pontas do problema, tirando alguns conflitos da estrutura clássica do judiciário e resolvendo aqueles que nunca chegariam a ela."<sup>1</sup>

Deve-se atentar para o fato de que a lógica para a adoção dos mecanismos alternativos se dá pelo objetivo primordial de desonerar o judiciário e não pelo reconhecimento de que o modelo tradicional jurisdicional, onde um terceiro, o Estado, decide o conflito julgando quem ganha e quem perde, após um prolongado lapso temporal, encontra-se esgotado para o atendimento das demandas advindas das complexas relações sociais contemporâneas.

Não se propõe a ausência do Estado na solução dos litígios. O que se discute é se a proposta apresentada, qual seja, a utilização dos *ADRs* - *Alternative Dispute Resolution*, que representa uma variedade de métodos de resolução de disputas de interesses, distintos e substitutivos da sentença proferida em um processo judicial, é adequada à implantação no Poder Judiciário, ou se a sua utilização capacita os cidadãos ao desenvolvimento da cidadania ativa, a democratização do Poder, e o tão discutido e aclamado acesso à justiça. No Brasil, os mais conhecidos desses métodos são: a arbitragem, a mediação e a conciliação.

É neste sentido, que a proposta do presente trabalho, traz à discussão o papel institucional e social do judiciário na implantação da mediação, como uma das formas

<sup>1</sup>O ex Ministro de Estado, Marcio Thomáz Bastos, em discurso proferido no lançamento do 5º Premio do Instituto INOVARE, no estado do Acre, que teve como tema: "Justiça para todos – Democratização do Acesso a Justiça e Meios Alternativos para Resolução de Conflitos. Disponível em: <<http://pagina20.uol.com.br/04072008/cot0304072008.htm>>. Acesso em: 19 jul 2014, 17:50.



apoderadas pelo Estado como solução dos conflitos, uma vez que, já se utiliza a conciliação sem muito sucesso.

Observa-se que a lógica do judiciário é adversarial, os alunos do curso de Direito têm formação voltada para o litígio e, os profissionais formados nem sempre dispõem de habilidades específicas para a condução de processos de construção do consenso. Ao contrário, o que se verifica, em geral, é a aplicação de técnicas excessivamente persuasivas, comprometendo a qualidade do acordo (ANDRIGHI, 2008).

Para tanto é trazido ao presente estudo, num primeiro momento, as diferentes concepções sociais de conflito, as consequências de sua instalação e as possibilidades de superação do mesmo. Percorre-se ainda, o caminho: dissenso, consenso e acordo como a esteira conceitual preparatória para o entendimento do processo de as soluções de conflitos.

Na sequência, descreve os métodos alternativos de soluções de conflitos mais conhecidos no âmbito nacional: a conciliação, a arbitragem e a mediação. E finalmente, faz-se uma análise do procedimento da mediação, utilizando a visão habermasiana demonstrando a possibilidade do desenvolvimento da autonomia, da cidadania, possibilitando a reconfiguração do Direito.

## 1. O CONFLITO

É inerente ao ser humano, enquanto indivíduos únicos, singulares, capazes de atos de fala e de ação. A convivência entre os pares não ocorre de maneira pacífica, harmoniosa, equilibrada e tranquila. As relações acontecem como numa montanha russa, ora tranquila subindo, ora des governada em franca descida.

Ele nasce das diferenças, das expectativas e dos desejos não atendidos, das frustrações. Desenvolve-se de forma negativa quando os envolvidos têm dificuldades no manejo das diferenças prescindem das qualidades do diálogo, associando as frustrações a um sentimento de incapacidade de coexistência entre interesses e pontos de vista.

Conforme nos ensina Hansen (2013b, p. 2):

O termo “conflito” é oriundo da palavra latina *conflictus*; composta dos termos *cum* (junto) e *fligere* (golpear, atacar). *Confligere*, “bater junto a, estar em desavença”, traz consigo os elementos implícitos que nos permitem construir um conceito mais aprimorado.





O conflito é relacional e é também cultural. É a maneira como se enxerga o conflito que leva a vislumbrar a possibilidade de resolvê-lo. Para algumas culturas o conflito é um ritual de passagem, e nesses casos, os envolvidos se percebem em processo de mudança, diante de uma oportunidade de crescimento, facilitando a compreensão de uma situação nova.

Todavia, em culturas como a nossa, o conflito tem características beligerantes. Os sujeitos envolvidos no conflito armam-se, preparam discursos, documentos, colocando-se a todo instante em estado de alerta. Certamente, neste tipo de cultura, o conflito gera entre os envolvidos um perdedor e um vencedor, um processo em que os fins ganham proeminência sobre os meios.

Diante das diferentes visões de conflito, diferentes consequências são geradas e vão importar no futuro das relações. Sentimentos como mágoas, descontentamentos, tristezas, dissabores e dores são experimentados ao longo da vida pelos sujeitos envolvidos no conflito, deixando marcas que afetam relacionamentos de uma vida inteira se não forem solucionados por ambas as partes.

E como o conflito se instala? A instalação do conflito ocorre quando há um estranhamento entre os sujeitos, divergências, e a percepção do outro não encontra possibilidades amenas, sinceras ou mesmo empáticas de acordos ou mesmo convivência. Desta forma, o estabelecimento relacional fica propenso à desconfiança, a dúvidas, pois não há o reconhecimento do outro. Reconhecer o outro é algo que ameaça, traz desconforto, aflição e inquietação. Diante de tal situação, quando nem sempre o sujeito se coloca de maneira racional, a sua atitude pode variar entre o ataque e a defesa.

Pode-se concluir que o conflito se instala a partir do momento em que não há o reconhecimento da pretensão do outro e que os indivíduos inseridos num contexto conflitivo se colocam em posição antagônica, frequentemente, em posições não racionais.

Uma vez instalado o conflito, os relacionamentos mudam e consequências surgem no contexto do mundo da vida. Diante disso, nos ensina Hansen (2013b, p.3-4), que as consequências ocorrem em diversos âmbitos e que vão desde a aniquilação dos envolvidos, à superação do mesmo (creio que aqui ele se refere ao “conflito”), até com a conciliação dos litigantes.



## 1.1 CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO

A aniquilação, como uma das consequências, consiste na extinção do conflito pela eliminação de uma das partes do litígio (HANSEN, 2013b, p.3-4). É quando há a negação absoluta do outro que pode ocorrer pelo seu extermínio físico, psicológico ou ético-moral.

A percepção ameaçadora do outro, bem como, o contexto conflitivo fora do controle e sem direção, motivada por questionamentos, por posturas, atitudes ou mesmo a presença em clara demonstração de rivalidade, hostilidade e luta, expõe o sujeito às suas fragilidades e insegurança. Nestas condições, a presença do outro se torna tão insuportável que a ideia é de extermínio, de eliminação.

O homicídio é a dimensão física desse extermínio, também tipificado na tortura, na guerra e em outros mecanismos violentos de mesmo teor. Na perspectiva psicológica a aniquilação ocorre pela negação do outro, através do tratamento sistemático de ridicularização, menosprezo, ataques permanentes a qualquer manifestação do outro, ou, ainda, pela sua indiferença, reduzindo o indivíduo à invisibilidade.

Neste cenário, também há possibilidade de ocorrer a eliminação ético-moral, de acordo com Hansen (2013b, p.4):

Finalmente, a eliminação ético-moral se dá pela negação da pessoa do outro, entendendo-se na acepção jurídica do termo a expressão “pessoa”, enquanto instância portadora de dignidade, de valores e de direitos; nesse caso, não há qualquer reconhecimento do papel do outro que extrapole a esfera da mera objetificação, coisificação, pois o outro é uma coisa que eu uso e descarto, ou simplesmente não é.

Vale ainda trazer a observação:

O caráter tanático (*thanatos* = morte) da aniquilação acaba com o conflito, pela exclusão de possibilidade de existência direta de um dos envolvidos nele. Entretanto, o aniquilador também é aniquilado neste processo, porque morre naquilo que tem de especificamente humano: sua capacidade reflexivo-argumentativa. Parafraseando Aristóteles, pensador grego do séc. IV a.C, quem acaba com a possibilidade do argumento não só cala o outro, mas se cala, reduzindo-se ao estado de planta com o seu silêncio. (HANSEN, 2013b, p.4)

Cada indivíduo tem uma história de vida. Experiências diversas e partilhadas são percebidas de maneira diferenciada, o que faz cada ser humano ser único. Ao longo da vida,



identidades são construídas e a partir delas, com seus desejos, expectativas, interesses e necessidades, nos relacionamos com o mundo.

São essas percepções diferenciadas que muitas vezes, na interação entre subjetivos, resultam em tensões, em conflitos. O desafio constante da humanidade tem sido a superação dessas tensões.

## 1.2. A SUPERAÇÃO DO CONFLITO

Nas situações em que as ideias, as convicções, os pensamentos, confrontam-se, inicia-se um processo de desentendimentos e desconfortos que vão colocando em risco as relações entre as pessoas. Deixando a intransigência, a intolerância e a desconfiança tomarem conta da relação, o risco da ocorrência do conflito torna-se inevitável.

Frente à situação acima descrita, caminhos devem ser trilhados com o intuito de superar o conflito, tentando buscar soluções amenas, conciliadoras, amorosas tornando as relações menos vulneráveis e suscetíveis de soluções irracionais.

Dentro deste contexto vale fazer uma diferenciação de conceitos trabalhados no presente estudo, do que se compreende numa situação de conflito, acerca do que é dissenso, consenso e acordo. Dentro desse contexto, vale fazer uma diferenciação dos conceitos trabalhados no presente estudo, do que se compreende numa situação de conflito por dissenso, consenso e acordo.

## 1.3 O DISSENSO, O CONSENSO E O ACORDO.

Superação significa ultrapassar, suplantar, ir além dos limites. Um conflito é superado quando, segundo Hansen, “três elementos pressupostos nele (subjetividade, alteridade, relação) por parte dos litigantes, é respeitado o processo dialógico na busca de solução da contenda”. Possibilitando duas prováveis consequências: o consenso ou o dissenso. Vale, neste momento, trazer a definição de cada uma das consequências, uma vez que, ambas implicam na maneira de como se dará a solução do conflito.

Hansen define dissenso como:

O dissenso é o resultado da diferenciação dos participantes de um processo social qualquer no que tange a concepções, necessidades, expectativas, valores ou desejos,



fator que vai implicar na presença de interesses dissonantes ou divergentes entre os mesmos num caso ou situação específica. (HANSEN, 2013b, p.5)

A ocorrência do dissenso é algo comum e frequente nas relações humanas, pois temos histórias de vida, percepções, observações, reações e atitudes distintas, diante das circunstâncias que nos apresentam.

Atenta-se que, para o entendimento do conceito e para a compreensão do “fenômeno do dissenso”, o que deve ser observado em sua ocorrência é o âmbito comunicacional. No acontecer das interações humanas, algumas atitudes, comportamentos e reações são esperados pelos sujeitos daquela sociedade e, conseqüentemente, todos os que a ela pertencem serão cobrados e terão suas condutas julgadas de acordo com suas expectativas, ou seja, cria-se um senso que “é partilhado (ou comum), é interpretado por todos do grupo social como racional e razoável dentro de um conjunto de ações possíveis.” (HANSEN, 2013b, p.6)

Hansen (2013b, p.6) esclarece o entendimento sobre o dissenso:

[...] quando alguém age de modo diverso daquele tido como “o normal” e se comporta de maneira diferente do que é o “senso”, temos uma posição que se pretende racional e razoável rivalizando ou se contrapondo à posição aceita pela coletividade como a racional e razoável para aquela situação. Assim, temos “dois sentidos” para a mesma situação concreta; eis que se instaura o dissenso (*di-sensus*).

O resultado, ou a reação dos sujeitos da sociedade envolvida pode ser implacável, podendo inclusive levar ao extermínio do dissidente. Para que este tipo de reação seja afastado há a necessidade de buscar a construção do consenso.

Este processo se instaura a partir do procedimento comunicativo, no qual da argumentação, o dissidente apresenta suas razões para sua conduta diferenciada. Diante disso, quando no dissenso, os membros da sociedade também apresentam seus argumentos, suas razões para que o dissidente perceba dois importantes aspectos. Um primeiro aspecto que deve ser demonstrado é que tal comportamento foge às regras estabelecidas e tidas como esperadas dentro daquela comunidade ou sociedade. Depois, deve ainda demonstrar que tal atitude ou conduta discordante não está dentro dos parâmetros tidos como razoáveis e racionais, o que coloca em risco a própria comunidade, que por esse motivo seu comportamento deve ser evitado.

Instaurado o processo comunicativo para o enfrentamento do dissenso algumas conseqüências são esperadas, como nos ensina Hansen (2013b, p.7):



a) Pode surgir o convencimento, por parte do dissidente, de que os argumentos apresentados são racionais e razoáveis a ponto dele abandonar suas atitudes e condutas provocadoras do dissenso; b) Pode haver o convencimento, por parte da coletividade, de que as atitudes e condutas do dissidente possuem racionalidade e razoabilidade e de que, apesar de diferentes do convencionalmente aceito, não põem em risco as bases do relacionamento que sustenta e legitima o tecido social, podendo ser aceitas, imitadas ou, no mínimo, toleradas pela coletividade; c) Pode ocorrer também, diante de várias atitudes e condutas dissonantes, que sobre algumas delas exista um processo de convencimento, nos moldes elencados em “a)” ou em “b)”, mas que sobre outras condutas e atitudes não haja convencimento de parte a parte, de sorte que sobre estas atitudes e condutas continue a existir o dissenso. Tal dissenso, porém, já não é mais o mesmo do início, porque agora está explicitado, delimitado, clivado pelos argumentos apresentados pelos concernidos no processo.

Diante disso, os resultados obtidos no enfrentamento do dissenso a partir da racionalidade comunicativa, em que os sujeitos envolvidos participam do procedimento dialógico-argumentativo e da construção do discurso, podem possibilitar o crescimento e o amadurecimento da comunidade envolvida, e ainda, a possibilidade de consolidar a prática democrática naquela sociedade ou grupo.

Diverso do dissenso, o consenso é entendido por muitos como um acordo entre participantes sobre ações, atitudes e condutas partilhadas e tidas como adequadas para uma situação específica. Esse entendimento, no entanto, não parece o mais correto, pois há uma sutil diferença entre acordo e consenso: tanto o consenso quanto o acordo trazem a ideia de convencimento a partir de uma decisão conjunta entre os envolvidos numa situação. Todavia, devemos atentar para a diferença dos resultados obtidos em um procedimento e outro.

Hansen (2004, p. 117-123) esclarece, a partir do pensamento de Jürgen Habermas, que os resultados obtidos são importantes para fundamentar essa distinção que “reside nas distintas racionalidades presentes na ação, quais sejam, instrumental-estratégica ou comunicativa”, valendo trazer a colação para o entendimento.

Segundo Habermas (1989, p. 64-65), a racionalidade instrumental-estratégica se configura pela circunstância na qual um sujeito trata a um outro como um meio, como um instrumento do qual usa para obter um determinado fim; o outro, então, tem seu valor reduzido à utilidade que apresenta: quando tratamos a natureza e os produtos humanos (mesa, cadeira, celular, computador, pão, etc.) como meios, estamos em senso estrito falando de racionalidade instrumental; quando tratamos pessoas como simples meios, estamos diante da racionalidade estratégica. A atitude que o sujeito adota é objetivante, em termos de domínio ou adestramento, estabelecendo uma assimetria na relação entre o sujeito e o outro. Por outro lado, no entender de Habermas, a racionalidade comunicativa se faz presente quando tratamos ao outro com simetria, como um efetivo interlocutor com o qual queremos estabelecer diálogo



no sentido de construção intersubjetiva da verdade, na busca cooperativa do interesse coletivo. Nela, a força de coerção se faz presente na propositura do melhor argumento, e não em elementos estranhos ao processo comunicativo.

Diante dessa elucidação, quando houver referência a acordo, deve ficar compreendido que o resultado obtido pelas partes foi o melhor possível naquele momento. As partes não estavam convencidas de que o resultado era bom para ambos, o que houve foi uma negociação em torno de um objetivo.

De outra forma, o entendimento buscado através do consenso liga-se à ideia de construção de entendimento entre os participantes através da racionalidade comunicativa, onde a busca da solução do conflito é alicerçada nos interesses de ambas as partes.

Ressalta-se, que essa busca não tem que ter obrigatoriamente um final feliz, o que deve ocorrer é o esforço das partes em associar propósitos, atitudes e procedimento de entendimento mútuo.

### 1.3.1 O SIGNIFICADO ATUAL DE PACIFICAÇÃO

A partir das considerações acima realizadas, há a possibilidade de voltarmos o olhar para uma palavra que está em voga: pacificação. Nos tempos em que se discute o acesso à justiça, direitos humanos e transformação dos conflitos, qual o real significado do termo?

A palavra pacificação está em oposição ao sentido de guerra, confronto e violência e, nesse sentido, a construção da paz pressupõe um estado de guerra, uma situação onde já há um conflito instalado.

A construção da paz traz a ideia de práticas relacionadas à transformação do conflito, através de um processo de inclusão, da alteridade, da dignidade, do conhecimento e do atendimento das expectativas, desejos e necessidades do outro. A partir deste entendimento, constitui um movimento em oposição a atitudes de violência, de hostilidade, de preconceitos e de toda forma de exclusão.

O foco da construção da paz está nas habilidades de escuta, da não violência, do olhar para o outro kantiano de acordo com a máxima do *olha para mim como se estivesse diante de um espelho* (meu), no diálogo franco, aberto, verdadeiro, na proposta habermasiana discursiva, de possibilidades de consensos.





A pacificação discursiva pressupõe o reconhecimento do outro como igual, na sua dignidade, no respeito as suas diferenças, no estabelecimento das relações construtivas. Exige empenhar esforços para transformar situações conflitivas através consenso, do diálogo, da mediação. Só dessa forma, a pacificação vai ser alcançada de forma justa.

## 2. A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DO DIREITO RECONFIGURADO

43

Não há novidade na afirmação sobre a invasão do direito nos âmbitos público e privado. Diariamente, testemunha-se essa ocorrência no âmbito político, dos poderes e na vida privada. Esse fenômeno foi denominado de *judicialização* das relações.

Observa-se que no âmbito privado, onde até então era inaceitável a intervenção estatal, hoje, algumas instituições, como por exemplo, a família, contam com regulamentações que tratam desde a sua formação até a sua dissolução, incorporando, inclusive, outros direitos como o de filiação, relações de gênero, educação etc. Devem ainda ser ressaltados, os direitos relativos à natureza, à comunidade, à saúde, à educação.

É, enfim, a essa crescente invasão do direito na organização da vida social, que se convencionou chamar de *judicialização* das relações sociais (VIANNA, 1999, p.149).

Com a nova configuração do panorama mundial, com a constatação das imensas demandas sociais não atendidas pelo Executivo e o Legislativo, culminando com a crise do *Welfare State*, nos países de democracias consolidadas, Vianna (1999, p.149) esclarece:

A crise do *Welfare State* nos países de democracias consolidadas seria apenas uma das manifestações de um processo mais amplo, traduzindo-se em um deslocamento da centralidade do Legislativo como principal agente da iniciativa e da produção das leis em favor do Executivo, o qual, por sua vez, abandonaria as funções de administração do bem-estar, sendo progressivamente alçado à condição de uma agência ‘tecnoburocrática’ que responde, de forma contingente e arbitrária, às variações da imediata conjuntura econômica. A emergência do Judiciário corresponderia, portanto, a um contexto em que o social na ausência do Estado, das ideologias, da religião, e diante de estruturas familiares e associativas continuamente desorganizadas, se identifica com a bandeira do direito, com seus procedimentos e instituições, para pleitear as promessas democráticas ainda não realizadas na modernidade.

Diante do pensamento acima desenvolvido, o judiciário transforma-se em espaço promotor de discussões sociais, justificando dessa maneira, a *judicialização* das relações sociais, o que não condiz com a verdade.



Desde a consolidação do Estado moderno, generalizou-se a crença de que o método mais adequado para a solução “**justa**” desses conflitos é aquele oferecido pelo próprio Estado por meio da jurisdição e do processo judicial (grifo nosso).

Contudo, o que se tem assistido nas últimas décadas são críticas e questionamentos feitos pelos jurisdicionados quanto ao tempo do procedimento, da sua eficácia, de sua qualidade e da sua imparcialidade. A questão que também se encontra em jogo é se o Judiciário seria a única via de solução para os conflitos.

## **2.1 AS SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS CONHECIDAS E UTILIZADAS NO ÂMBITO NACIONAL**

Hoje, no Brasil, algumas propostas alternativas de solução de conflito têm sido oferecidas no âmbito judicial e extrajudicial como solução dos conflitos. Essas propostas são denominadas de meios alternativos de solução de controvérsia – ADRs – que atualmente, excluindo a arbitragem, não são previstas em lei. Apesar de a mediação estar prevista na Resolução 125/1 do CNJ, ainda estão em tramitação projetos de lei acerca desta modalidade de resolução.

As ADRs, ou meios alternativos de solução de controvérsia, representam uma variedade de métodos de resolução de disputas de interesses, distintos e substitutivos da sentença proferida em um processo judicial (SALLES, 2013, p.4). As soluções alternativas de controvérsias mais conhecidas e utilizadas no Brasil são a conciliação, a arbitragem e, atualmente, a mediação.

É pertinente frisar que a conciliação é um instituto já conhecido pelo Judiciário brasileiro. Desde a Constituição Imperial há previsão da conciliação pré-processual a ser tentada para a resolução do conflito. No período Republicano, no governo Vargas, a conciliação foi incorporada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) essencial nos conflitos entre trabalhadores e empregadores. Ela é prevista, inicialmente, quando da instituição das Comissões de Conciliação Prévia (art. 625-A até art. 625-H); aparece também no estabelecimento das Juntas de Conciliação e Julgamento (art. 647 até 667); em todos os momentos é ainda possível a conciliação e o Juiz de primeira instância (art. 846) ou mesmo de instância superior devem procurar e até mesmo persuadir ao acordo (art. 764, §1º). Além da incidência e previsão ampla da conciliação na área trabalhista, também a Lei n.º 8.952/94 e a



Lei 5.869/63 (Código de Processo Civil) trazem a sua previsão. No CPC vários são os artigos que preveem a conciliação tais como o artigo 125, 277, 331 e 584, III, valorizando o instituto no âmbito processual, objetivando através dele a resolução dos conflitos. Para finalizar, há na lei 9.099/95, que estabelece os Juizados especiais: os artigos 16, 21 e 73 preveem e se referem à conciliação (HANSEN, 2011, p.111).

Da mesma forma, a arbitragem, que já vigora em nossa legislação desde 1996, é um método de solução de conflitos no âmbito das relações privadas, em demandas que envolvam direitos patrimoniais disponíveis em que as partes escolhem um terceiro de sua confiança para aplicar o direito. Apesar de ser um instituto com previsão na lei 9.307/96, a arbitragem não é recente, uma vez que esteve prevista na Constituição Imperial de 1824, no art. 160, disciplinando causas cíveis e penais intentadas norteando as partes e juízes-árbitros. Apesar do instituto já ter sido utilizada remotamente no Brasil, foi alvo de uma ação de inconstitucionalidade, tornando-o reconhecido a partir de uma importante decisão do Supremo Tribunal Federal quando admitiu sua constitucionalidade (STF, SE 5206 AgR - Espanha rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 12.12 2001)<sup>7</sup>. Este método de solução de conflito permite em geral realizar um julgamento mais célere do que os ocorridos no Judiciário, bem como, mais especializado na maior parte dos casos apresentados.

No presente estudo tomar-se-á a mediação como objeto de discussão, tendo em vista propostas de leis para a sua inserção no Poder Judiciário.

## **2.2 O PROCEDIMENTO DA MEDIAÇÃO NA VISÃO HABERMASIANA.**

Assentada na autonomia da vontade, regida pelo propósito da não adversarialidade, dedicada a transformar contextos competitivos em colaborativos, norteadas pelo interesse comum e pela satisfação mútua, pautada na autoria das pessoas envolvidas, voltada para o restauro do diálogo e da relação social limitada pelas fronteiras da Ética e do Direito e dissonante da intenção de interferir diretamente na confecção de acordos, (re) nasce a Mediação (ALMEIDA, 2010, p. 46).

A ideia acima desenvolvida tem por objetivo auxiliar pessoas na construção do consenso sobre determinada situação problematizada. A mediação privilegia a discussão do conflito e tem como objetivo diferencial, não o único, a restauração das relações.



Este proceder encontra-se muito próximo da ideia de agir comunicativamente, numa visão habermasiana. Procedimentos pautados no diálogo e no discurso tornam possíveis o exercício da cidadania e a prática democrática. A prática dialógica proposta pela mediação, utilizando a linguagem como instrumento para o entendimento, é a justificação do que seja o discurso, que será adiante exposto.

A proposta da mediação é uma reflexão de construção futura, sua visão é prospectiva. E o que isto significa? Significa que os envolvidos, ao participarem, vão redefinir seus papéis sociais, devendo, a partir da futura situação, apresentar seus desejos, suas expectativas e necessidades, apresentando seus argumentos de forma clara, sincera e transparente. Também deve ser privilegiada uma escuta atenta de maneira que a contra-argumentação possa ser considerada e analisada pelas partes.

Nesta mesma linha de pensamento, Habermas (2003a, p.79) propõe um procedimento de interação dialógica, onde os envolvidos numa mesma situação de dissonância utilizam a razão comunicativa. Diante da situação de dissonância, o agir dos envolvidos deve estar orientado comunicativamente para o entendimento e esclarece:

Chamo comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para ordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validez. No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que têm acesso privilegiado).

A ideia é que diante de uma situação concreta do cotidiano, os envolvidos interajam de forma discursiva, legitimando suas pretensões e validando suas ações. Os envolvidos devem apresentar os seus argumentos respeitando um procedimento para, após uma análise, a melhor alternativa considerada por todos seja acolhida.

Vale trazer os pressupostos argumentativos adotados por Habermas (2003a, p.110-112):

(1.1) A nenhum falante é lícito contradizer-se; (1.2) Todo falante que aplicar um predicado F a um objeto *a* qualquer que se assemelhe a *a* sob todos os aspectos relevantes; (1.3) Não é lícito aos diferentes falantes usar a mesma expressão em sentidos diferentes; (2.1) A todo falante só é lícito afirmar aquilo que ele próprio acredita; (2.2) Quem atacar um enunciado ou norma que não for objeto da discussão



tem que indicar a razão uma razão para isso; (3.1) É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de Discursos; (3.2) a. É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção; b. É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no Discurso; c. É lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades; (3.3) Não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do Discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em (3.1) e (3.2)

Pressupõe-se que ao associar o discurso com o agir orientado para entendimento mútuo os envolvidos caminhem para a construção de reconhecimento recíproco. Os envolvidos devem então agir com base na lealdade e na sinceridade, bem como tratar o “olho no olho”, em condições de simetria.

### **2.3 A POSSIBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E DA CIDADANIA ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO**

A mediação trabalha nesta mesma linha de pensamento. O diálogo na mediação permite aos participantes partilharem ideias, vivências, construindo a própria história. Assim, as partes são protagonistas da reconstrução da sua biografia, onde a visão prospectiva capacita-os para a assunção de compromissos e de novos papéis. O resultado das decisões é legítimo, uma vez que as partes têm efetiva participação e é construído a partir da confiança, tornando-o válido (estamos concordando com o resultado).

A autonomia na mediação é um dos elementos essenciais. A busca pela mediação deve ter o caráter voluntário, de opção pelo processo, uma vez que as próprias partes vão geri-lo. Tal assertiva busca se distanciar do arriscado comportamento usual, como bem observado por Kant, em que o indivíduo em geral outorga a um tutor a condução do seu destino, deixando a cargo de outrem o poder de decisão (KANT, 1985, p. 100). Nesse mesmo sentido, Habermas desenvolve a ideia de autonomia, que advém da capacidade decisória dos envolvidos, através dos procedimentos e pressupostos comunicativos e da formação de opinião e da vontade.

É a partir desta ideia habermasiana que se entende a soberania popular. Pode-se concluir que se a mediação é fruto do consenso entre os envolvidos em situação de conflito, onde questões serão debatidas ao longo do processo, não há como impor a mediação, como atualmente entende poder fazer o judiciário brasileiro.

Seguindo a ideia até então desenvolvida, a mediação se propõe a propiciar um ambiente de cooperação, caso contrário, não há como realizá-la. Sem cooperação dos sujeitos não há o



reconhecimento das decisões. Qualquer construção sem participação, sem efetiva colaboração dos envolvidos, seja no âmbito político, escolar, do trabalho ou do direito não terá legitimidade e conseqüentemente não terá validade.

A mediação pressupõe a confidencialidade, ou seja, a plena compreensão de que os fatos, informações, relatos, situações propostas e documentos trazidos, oferecidos ao longo do procedimento, devem ser resguardados. O respeito aos envolvidos no conflito impede ao mediador, inclusive, servir de testemunha.

Quanto ao aspecto da confiabilidade, as partes quando buscam a mediação confiam que o método pelo qual optaram é o mais adequado para o conflito por eles enfrentado. Aqui o reconhecimento da dignidade do outro passa por relacionamento de intimidade e convicções, “do olho no olho”.

A confiabilidade é de duas espécies. Existe aquela estabelecida entre indivíduos que se conhecem bem e que, baseados num relacionamento de longo prazo, substanciaram as credenciais que tornam cada um fidedigno aos olhos do outro. A confiabilidade relativa aos mecanismos de desençaixe é diferente, embora a fidedignidade seja ainda central e as credenciais certamente estejam envolvidas. Em certas circunstâncias, a confiança em sistemas abstratos não pressupõe encontro algum com os indivíduos ou grupos que são de alguma forma "responsáveis" por eles. Mas na grande maioria das instâncias tais indivíduos ou grupos estão envolvidos, e devo me referir a encontros com eles por parte dos atores leigos como os *pontos de acesso* dos sistemas abstratos. Os pontos de acesso dos sistemas abstratos são o terreno comum dos compromissos com rosto e sem rosto. (GIDDENS, 1991, p. 76-77)

Cabe, neste momento, atentar para o fato de que a mediação desenvolve e possibilita a ação e a comunicação onde as partes têm o poder de escolha sobre a condução do procedimento, sobre a escolha do mediador, sobre o tempo a ser despendido, e sobre o resultado a ser obtido. As relações podem ser recuperadas através da promoção do respeito mútuo, onde as diferenças e as limitações são respeitadas, proporcionando a integração dos indivíduos.

Pode-se afirmar que a mediação é um terreno fértil ao desenvolvimento da cidadania e para o exercício da democracia, uma vez que constitui um procedimento pautado no diálogo. O reconhecimento do outro e o distanciamento de um terceiro interventor, estranho ao conflito que decide pelos envolvidos, empodera as partes nos moldes do Esclarecimento Kantiano.

Ressalta-se ainda que, se desenvolvido social e culturalmente esse procedimento, nos moldes que Habermas propõe e vê o direito, como algo construído a partir da crítica da sociedade sob o viés comunicativo, a judicialização das relações e a função do judiciário poderão ser revistas pela sociedade.





### 3. CONCLUSÃO

Diante de uma demanda quantitativa bastante significativa, uma vez que todos os caminhos para a solução do conflito levam ao Judiciário, o efeito não foi outro senão o não atendimento das expectativas dos jurisdicionados com a demora da prestação jurisdicional e a sensação da não distribuição de justiça, gerando o descrédito e a desilusão neste Poder.<sup>2</sup> Assim, a proposta de aproximação do cidadão do seu direito fundamental de buscar efetiva justiça através da tutela jurisdicional distanciou-se da realidade do cidadão brasileiro, sendo hoje percebida como uma quimera.

A proposta de utilização da mediação pelo Judiciário é a pauta do dia nas discussões promovidas pelo Estado, tanto no judiciário quanto no legislativo, e tem como principal alegação a diminuição dos números das demandas encaminhadas ao Poder Judiciário. Não se discute, conforme já acima afirmado, se a proposta apresentada é adequada à implantação no Poder Judiciário, ou se a sua utilização capacita os cidadãos a desenvolverem a cidadania ativa, a democratização do Poder e o tão discutido e aclamado acesso à justiça.

Deve ser ressaltado que, para se atingir a eficácia da utilização dos métodos de solução de conflito, as *ADRs*, também já acima referidos, faz-se necessária a construção de uma cultura voltada à solução pacífica e extrajudicial dos conflitos. Urge repensar as bases da formação dos profissionais envolvidos, inclusive os profissionais do Direito, bem como a promoção de fóruns de discussão sobre os métodos, criando instâncias de informação e de esclarecimento da sociedade.

<sup>2</sup> Segundo o “Sistema de Indicadores de Percepção Social” (Sips), Do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2011, a nota média atribuída à Justiça foi 4,55, numa escala de 0 a 10. Em relação à rapidez, acesso, custo, decisões justas, honestidade e imparcialidade, a média nacional da Justiça brasileira foi de mal a regular, com os piores indicadores nas duas últimas características. De forma semelhante, o “Índice de confiança na Justiça” da Fundação Getúlio Vargas referente ao segundo trimestre de 2010, aponta que a Justiça é considerada morosa para 88% dos entrevistados, 80% disseram que o custo para acessar o Judiciário são altos ou muito altos e 72% acreditam que o Judiciário é difícil ou muito difícil para utilizar. A falta de competência para solucionar os casos foi de 54% dos entrevistados. Quando indagados quanto à confiabilidade no Judiciário, apenas 33% dos entrevistados responderam que ele é confiável ou muito confiável. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6878/RelICJBRASIL2TRI2010.pdf?sequence=1>>. Dados obtidos em: SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Solução de Controvérsias: Métodos Adequados Para Resultados Possíveis para Resultado Adequados* In: SALLES, Carlos Alberto *et alii* (Coord.). *Negociação, Mediação e Arbitragem*. Curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p.2- acesso em 30 de setembro de 2013.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tania. Mediação de Conflitos Comunitários e Facilitação de Diálogos: Relato de uma experiência na Maré. In: *Mediação de Conflitos e Facilitação de Diálogos: aportes teóricos para diálogos com múltiplas partes*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2010

ANDRIGHI, Nancy; FOLEY, Gláucia Falsarella. Sistema Multiportas: o Judiciário e o consenso. *Folha de São Paulo*, 24/06/2008 - Tendências e Debates.

ARENDT, Hannah. *Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; SPENGLER, FabianaMarion. *Mediação e arbitragem: alternativa à jurisdição*. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p.76-77

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário, 84 – Série Estudos Alemães).

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 72. 2 v. (Biblioteca Tempo Universitário, 101 e 102).

\_\_\_\_\_. *A inclusão do outro*. Tradução: George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HANSEN, Gilvan Luiz. *Modernidade, utopia e trabalho*. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

\_\_\_\_\_. Gestão de Conflitos. In: OLIVEIRA, Rosana Terezinha Queiroz de.(Org.). *Gestão Universitária*. Niterói: Editora da UFF, 2013b (no prelo)

\_\_\_\_\_. Kant: razão, liberdade e moralidade. In: HANSEN, Gilvan Luiz; CENCI, Elve Miguel (Org.). *Racionalidade, modernidade e universidade*. Prefácio de Aquiles Côrtes Guimarães. Londrina: Edições CEFIL/EDUEL, 2000.

\_\_\_\_\_. A Resolução de Conflitos no Estado Democrático de Direito: Uma Perspectiva Habermasiana. in FACHIN, Zulmar e BANNWART JUNIOR, Clodomiro José (org.). *Direito e Filosofia- Diálogos* Campinas/São Paulo: ed. Millennium, 2011.



KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o Esclarecimento? In: KANT, Immanuel. *Immanuel Kant: textos seletos*. 2.ed. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985, p.100.

SALLES, Carlos Alberto [et al.] *Negociação, Mediação e Arbitragem*. Curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Editora Método, 2013.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Da Jurisdição à mediação: por uma outra cultura no tratamento de conflitos*. Ijuí: ed.Unijuí, 2010.



## **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O GRUPO SERMAIS: UM SERVIÇO DE REFLEXÃO, REEDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

SILVA, Carla Simone

*Mestranda em Linguagem, Identidade e Subjetividade (UEPG-PR)*  
*e advogada do NEVICOM/UEPG-PR*  
*c\_simonesilva@hotmail.com*

52

GUIDOTTI, Mariana Coelho

*Estudante de graduação o curso de Direito (UEPG-PR)*  
*e estagiária no NEVICOM/UEPG-PR*  
*marianamcg@gmail.com*

SOUZA, Fernanda Mendes de

*Estudante de graduação o curso de Serviço Social (UEPG-PR)*  
*e estagiária no NEVICOM/UEPG-PR*  
*mendessouza.fernanda@hotmail.com*

### **RESUMO**

Esse trabalho apresenta, por meio de revisão bibliográfica, uma discussão que permeia assuntos relacionados à violência de gênero e a lei 11.340/2006 – mais conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006. Além de coibir atos de violência contra a Mulher esta lei prevê mecanismos de prevenção da violência, dispendo sobre a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores. Desta forma, apresentaremos por fim, o trabalho realizado e os resultados obtidos com os dois primeiros grupos, trabalhados no ano de 2013, pelo Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização do Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - SERmais, um projeto da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG que visa, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas, realizar o questionamento das relações de gênero e a construção de uma nova masculinidade.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha. Grupo Reflexivo. Violência Contra a Mulher.

### **ABSTRACT**

This paper brings through a literature review, a discussion that permeates issues related to gender violence and the law 11.340/2006 -. Better known as Maria da Penha Law, enacted in August 2006 In addition to preventing acts of violence against Women this law provides mechanisms to prevent violence, providing for the establishment of centers of education and rehabilitation for offenders. Thus, we present finally the work performed and results obtained with the first two groups, worked out in 2013 by the Office of reflection, retraining and Accountability Author's Family and Domestic Violence against Women - SERmais, a project of State University of Ponta Grossa-UEPG aimed, through educational, reflective and educational activities, conduct the questioning of gender relations and the construction of a new masculinity.

**Key-words:** Maria da Penha Law. Reflective Group. Violence Against Women.



## INTRODUÇÃO

A violência é um meio de constranger, coagir alguém a algo, e pode se manifestar de diversas formas. A violência de gênero é uma delas e está ligada aos estereótipos difundidos em nossa sociedade, que passa de geração em geração, “induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas” (TELES E MELO, 2003, p.18)

A Lei Maria da Penha trata da violência contra a mulher, que é, também, uma violência de gênero. Essa lei foi elaborada após o Brasil ser condenado internacionalmente pela Organização dos Estados Americanos, devido à morosidade no caso de violência sofrida pela Maria da penha. A OEA (Organização dos Estados Americanos) solicitou a adoção de medidas para eliminar a tolerância do estado brasileiro perante a violência contra a mulher. Foi sancionada, então, a Lei 11.340/2006, que além de prever mecanismos de proteção e acolhimento das vítimas, dispõe sobre a criação de serviços de ressocialização e reeducação dos agressores de violência doméstica, possibilitando ao juiz determinar o comparecimento obrigatório do condenado a estes serviços.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - através do projeto de extensão Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade de Ponta Grossa – NEVICOM criou o Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização do Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - SERmais, dispondo de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas do direito, serviço social e psicologia, cujo objetivo é a construção de uma nova masculinidade, fazendo com que os autores reflitam sobre seu comportamento transgressor. A partir da experiência prática com o SERmais, o presente trabalho apresenta os resultados obtidos com os dois primeiros grupos, que ocorreram durante o ano de 2013.

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A palavra violência, segundo o Minidicionário da língua Portuguesa Silveira Bueno é “Qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; agressão” (BUENO, 2000, p. 800). É



também uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (TELES E MELO, 2003, p.15), podendo manifestar-se de várias formas.

Dentre as violências inseridas no cotidiano, o autor Nilo Odália (2004) ressalta que toda violência é social, porém devemos focar este conceito para ações violentas voltadas para segmentos da população. A violência social tem em sua particularidade que “a consciência de sua existência não implica, nem significa tentar eliminar suas causas. E isso por uma razão muito simples: geralmente ela é um fato estrutural” (ODÁLIA, 2004, p.39). A violência está inserida em nossa sociedade de diversas maneiras e muitas vezes estão tão impregnadas que passam despercebidas. Estas violências, conforme assistidas, aceitas e reproduzidas tornaram-se algo internalizado pela sociedade, portanto estruturaram-se.

Em nossa sociedade existem padrões, estereótipos de comportamento, chamados estereótipos de gênero, que servem para:

demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram pólos de dominação e submissão. (TELES E MELLO, p. 16)

Portanto, cotidianamente tudo deve ser padronizado, existem modelos a serem seguidos pelo feminino e pelo masculino, fazendo com que cada indivíduo pareça ou tente parecer com estes padrões estabelecidos. E estranha-se quando alguém foge aos padrões e não parece com estes moldes. Desta forma podemos notar que para encaixar-se no modelo masculino é necessário repelir tudo aquilo que identifica o feminino.

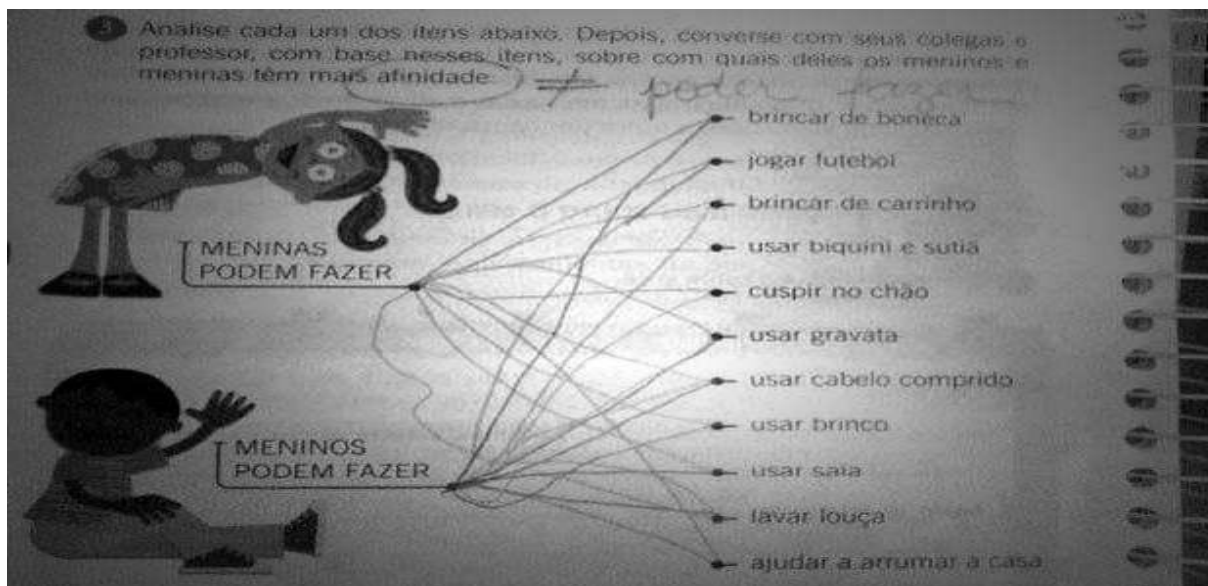
Segundo FELIPE e BELLO (2009) frequentemente observa-se estas atitudes sexistas reproduzidas na educação escolar do país, por exemplo, por meio da diferenciação dos brinquedos sexo, separando “o que meninas podem e o que os meninos podem fazer”, “cor de menino e cor de menina”. São pequenos gestos que reafirmam a identidade de gênero.

Em pesquisa na internet, foi identificada, o site de notícias Globo o G1 Notícias, uma discussão acerca de um livro de ciências dirigido ao 5º ano de uma Escola de Ensino Fundamental, o qual apresentava uma atividade em que os alunos deveriam estipular quais





seriam os itens correspondentes a cada sexo/gênero, gerando muita polêmica, isto no ano de 2013. Segue abaixo a foto tirada do livro:



Fonte: G1 – Rio Grande do Norte, por Felipe Gibson, 31 de outubro de 2013. Questão presente em um livro de ciências da Editora Positivo (Foto: Reprodução/Facebook de Soraya Souza).

A partir desta imagem pode-se perceber que mesmo involuntariamente os papéis de gênero estabelecidos são reforçados, ditando quais são os comportamentos e objetos correspondentes a cada sexo.

A violência doméstica contra a mulher pode ser entendida “como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher” (TELES E MELLO, 2003, p. 18), legitimada historicamente através do patriarcado.

Com base nestes estereótipos surge a violência de gênero. A violência contra a mulher é uma violência de gênero, praticada contra a pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher, e é reconhecidamente uma forma de violação dos direitos humanos, refutada por várias leis e documentos internacionais.



## O DIREITO DAS MULHERES NO BRASIL

O Brasil é signatário de diversos documentos que afirmam a igualdade do homem e da mulher e, dentre eles, duas convenções marcaram a internacionalização dos direitos das mulheres: a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher* (1979), que no seu artigo 1º afirma

Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

E a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* (Convenção Belém do Pará – 1994), que prevê em seu preâmbulo que é indispensável para o desenvolvimento individual, social e para plena participação da mulher em todas as esferas da vida, a eliminação toda e qualquer violência de gênero.

Mas foi somente coma repercussão do caso da Maria da Penha - que durante seu casamento foi repetidamente agredida e intimidada, culminando em duas tentativas de homicídio, deixando-a por fim tetraplégica - que a violência doméstica ganhou atenção do Estado. Devido à morosidade no processo de Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional - CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM, denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que no relatório nº 54/01, recomendou ao Brasil a eliminação da tolerância do Estado perante a violência contra a mulher adotando medidas nacionais e responsabilizou o Brasil por negligência e omissão sobre esse aspecto.

Finalmente em agosto de 2006, em cumprimento às convenções e tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, foi sancionada a Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, pois até então,

a violência doméstica não mereceu a devida atenção, nem da sociedade, nem do legislador e muito menos do judiciário. Como eram situações que ocorriam



no interior do “lar, doce lar” ninguém interferia. Afinal, “em briga de marido e mulher ninguém põe acolher”! (DIAS, 2007, p.21)

A Lei Maria da Penha “pretende atender recomendações internacionais, objetivando resposta global e articulada contra a violência doméstica e familiar que se exerce sobre a mulher [...] sempre em busca do reforço ao respeito à igualdade e dignidade da mulher” (LAVORENTI, 2009, p. 231). Define ainda, o que é a violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da orientação sexual, estabelecendo as suas formas, como sendo a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Tira do Juizado Especial Criminal a competência para julgar os crimes de violência doméstica - pois este julga os crimes de menor potencial ofensivo e prevê penas alternativas - e passa para o Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher que, enquanto não for criado, será substituído pelas Varas Criminais. Trata-se de uma lei abrangente, que garante mecanismos de defesa às mulheres e também dispõe sobre a criação de centros de responsabilização para os autores de violência doméstica, que, de acordo com as Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores, da Secretaria de Políticas para Mulheres,

constitui parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, na medida em que [...] contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida para a desconstrução de estereótipos de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade.

## **OS MECANISMOS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E REEDUCAÇÃO DOS AGRESSORES**

A Lei Maria da penha prevê no seu artigo 35, inciso V, sobre a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores, reconhecendo, assim, que o trabalho reflexivo responsabilizante dos homens pode coibir novos casos de violência, e no artigo 45, que modifica o disposto no artigo 152 da Lei de Execução Penal, passa a prever que o juiz, nos casos de violência doméstica e familiar, poderá determinar, como uma medida restritiva de direito, o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

De acordo com Maria Berenice Dias (2007, p.139)



A imposição de medida restritiva de direitos, que leve o agressor a conscientizar-se de que é indevido seu agir, é a melhor maneira de enfrentar a violência doméstica. Só deste modo se poderá dar um basta às diversas formas de violência cometidas contra a mulher de forma tão reiterada e há tanto tempo. Ninguém duvida que a violência doméstica tem causas culturais, decorrentes de uma sociedade que sempre proclamou a superioridade masculina, assegurando ao homem o direito correccional sobre a mulher e os filhos.

A Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, na sua Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização dos Agressores, aborda que tais serviços previstos nos artigos supracitados devem buscar o “questionamento das relações de gênero que têm legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores”, contribuindo, assim, para a responsabilização e conscientização sobre as suas atitudes como sendo uma violação dos direitos humanos das mulheres.

Sendo assim, tais programas devem produzir um efeito ressoacializador do condenado e, de acordo com Medrado (2008, p. 83), superar o estigma de que a função punitiva estatal, quando aplicada isoladamente, não ajuda na prevenção da violência, nem mesmo na compreensão da situação pelo agressor, não abrangendo a relação que desencadeou tal ato.

## **O SERVIÇO DE REFLEXÃO, REEDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DO AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

A Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, no Paraná, conta com o projeto de extensão Núcleo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEVICOM), desde o ano de 2010, que tem por objetivo a divulgação da Lei Maria da Penha, dando conhecimento às mulheres sobre a forma de acesso a justiça. A partir desse trabalho e da constatação de que as punições penais não impedem a ocorrência de novas violações, percebeu-se a necessidade de estender o trabalho para com os autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Foi criado, então, o projeto SERmais, com caráter pedagógico, voltado para o atendimento aos autores de violência, os quais são encaminhados ao serviço por determinação judicial, sendo, portanto, obrigatória a sua participação.



Numa perspectiva humanista, o principal objetivo do grupo é contribuir para a desconstrução do estereótipo de gênero e a construção de uma nova masculinidade, levando os autores de violência, a partir da realização de atividades educativas e pedagógicas, refletir de que o seu comportamento transgressor constituiu uma violação dos direitos humanos e a mudarem o comportamento transgressor. Os dados coletados nas atividades realizadas são sistematizados e encaminhados aos órgãos públicos para a formulação de políticas de atendimento às mulheres vitimizadas.

A partir do registro e sistematização das atividades realizadas com os grupos, será relatado a seguir o trabalho até então realizado, o qual se efetiva através de reuniões semanais, com duração de duas (02) horas cada. Ressalta-se que não são aceitos no grupo, autores de violência que sejam reincidentes, de violência sexual, de tentativa de feminicídio, de lesão corporal grave, usuários de substâncias psicoativas, portadores de transtornos psiquiátricos e menores de 18 anos. Nos encontros com os dois grupos já concluídos foram abordados temas como: família, gênero violência aprendida, Lei Maria da Penha, saúde masculina, dentre outros.

No primeiro encontro com os grupos perguntou-se aos participantes se estes consideravam-se vítimas da situação que ocorreu. Foi possível notar a grande dificuldade que os integrantes têm para se reconhecerem como autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Conforme se pode verificar na fala de um dos participantes que assim se expressou:

“Eu acho que era a vitima né. A muié já tava nervosa, qualquer coisinha falava que ia chama os home. Tinha ido se informa uma semana antes como que tava o troço pro meu lado. Dai tava com o processo e sabia que se eu caísse ia direto lá pra baixo. Dai eu pra evita mais briga, tava fugindo da situação e da bebida, bebendo demais e dai nessa parte ela se aproveitou. Um dia cheguei la em casa la, só abri a porta e deu um murrão na minha cara. Ai o que o cara ia fazer? Ele vai deixar a cara pra mulher bater? Ah ai perdi a cabeça. Um perdeu o respeito pelo outro né. [...] E eu fui vitima assim, não fui culpado. Eu até ia fala pra juíza, mas ela mandou eu calar a boca lá na hora.” (SIC)

Após alguns encontros os integrantes relataram que se sentiram acolhidos pelo grupo, pois encontraram nele um espaço para expor suas opiniões, contar sua história e compartilhar experiências. Houveram alguns relatos de que na delegacia ou durante o processo, eles não tiveram essa chance, pois ninguém teve interesse em ouvir suas opiniões.

A questão de gênero gera, até os dias de hoje, muita polêmica. Nos encontros verificou-se o quanto ela ainda está arraigada em nossa sociedade. Percebeu-se a dificuldade



dos homens em desconstruir a ideia de que somente as mulheres devem realizar os afazeres domésticos. Para alguns participantes, o homem deve chegar do trabalho e encontrar a casa limpa e arrumada, mesmo que sua esposa também tenha um emprego fora de casa, pois, para eles, o serviço doméstico não é um trabalho, e sim uma obrigação da mulher. Ao ser questionado pelo psicólogo se cuidar da casa não é trabalhar, um integrante declarou que “*a, mas é mais suave o serviço né*”(sic), completa dizendo que “*lava a roupa não precisa ficar arcada lá, esfregando, tem máquina, só falta máquina pra pendurar a roupa pras muié agora*” (sic).

Verificou-se também que os participantes tinham muitas dúvidas em relação à Lei Maria da Penha, tais como os tipos de violência que ela prevê e a impressão de que esta protege muito a mulher e desfavorece o homem, conforme pode-se observar na fala de um dos participantes:

[...] mais pra fala a verdade essa Maria da Penha tá muito fofo pras muié né? Qualquer coisinha as muié tão colocando os cara na cadeia. Esses dias um amigo meu lá, a muié disse que ele tinha estropado ela. Fico muito fofo pras muié. Agora separei da muié, arrumei outra muié, agora a muié tá atentando que quer voltá e daí tem aquele cem metros lá que não pode chegar perto da casa. Era pra pegar meu filho hoje e já falou lá que tem que descer na frente de casa lá, daí chego lá e chama os home, daí resolve. Daí não pode né. (sic)

Foi chamado, então, um advogado criminalista para solucionar os questionamentos dos participantes, que além de questões sobre Lei Maria da Penha, demonstraram muitas dúvidas sobre direito de família, como pensão alimentícia, direito de visitas aos filhos, dentre outras.

No último encontro, foi feita novamente a pergunta aos participantes se eles se consideravam vítimas da situação e foi possível perceber uma mudança na percepção da maioria deles, que conseguiram se enxergar como autores da violência e não mais como vítimas. Um dos participantes relatou que se considerava agressor pela atitude que teve, percebendo que não deveria ter tido esse comportamento. Relatou, ainda, que se na época tivesse o conhecimento que adquiriu com o grupo, não cometeria o delito, e que atualmente tem um relacionamento melhor com os filhos, fato notado até pela ex-esposa.





Após todos os encontros, os homens declararam que melhoraram o autocontrole, o relacionamento com suas famílias, o convívio com a sociedade e aprenderam a dialogar mais, a expor mais seus sentimentos, como se pode verificar no seguinte relato:

Hoje que nem nós tamo graças a deus lá em casa ta tudo bem sabe, que nem bebida, que nem faz quase um ano que eu larguei mão já né, então eu, a gente ta se dando muito bem, conversando mais né, dialogando, conversando qualquer coisinha mais sentamos nós dois e ali nós conversamos sentado né, conversamos bem, um compreendendo o outro mais então eu acho que mais, conversar mais e que nem até os filhos, hoje a gente agrada mais, eu pessoalmente, eu chego e já (...) melhor as crianças né" (sic)

"Muitas vezes é bom você pensar antes de falar(...) e agir de certas formas para que não obtenha complicação, tem consequência isso, talvez eu ta aí foi um caminho bom pra mudar de vida, mudar de pensamento, mudar de temperamento, amadurecer mais, então como eu sempre falo, isso aí é muito bom e se, como diz, cada vez vai ser melhor, se a gente tivesse uma oportunidade de seguir, mas na própria vida da gente vai fazer com que siga aprendendo o que eu aprendi particularmente aqui, usando isso como exemplo, vai mudar, como já mudou minha vida e vai melhorar cada vez mais. Eu acho que já mudou completamente, eu já me senti melhor, em termos gerais, em termos financeiros, emocional, tudo, no geral (...) de uma forma e não sabe porque de mudar de, ou mudar temperamento, ser mais paciente, ser mais maleável, ser mais flexível, isso aí pra mim foi bom, foi uma escola (sic)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero é um fenômeno complexo que decorre de questões históricas e profundamente arraigadas na sociedade, ligadas ao patriarcado. No Brasil, após a assinatura de diversos tratados que abordam os direitos das mulheres e da eliminação da violência doméstica, depois de várias notificações, tornou-se necessária a criação de uma lei específica que protegesse e amparasse a mulher. A Lei Maria da Penha é uma lei abrangente, que também prevê mecanismos de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo que novos casos podem ser evitados por meio de programas de recuperação e reeducação dos autores de violência.

É visivelmente necessário que, além dos mecanismos repressivos estatais, possamos contar com um trabalho que promova a igualdade de gênero. Conforme Muszkat (2011) o homem é membro de uma família, sendo parte ativa e operante de um sistema vivo de operações afetivas, sendo assim, simplesmente privá-lo de tal convívio – por meio de penas



privativas de liberdade, por exemplo - impede que esse sistema familiar reflita de modo mais global sobre seu funcionamento. É necessário, portanto, investir no enfrentamento da violência, na proteção das mulheres vitimizadas e trabalhar com os autores dessa violência, para que possa haver uma mudança efetiva no seu comportamento.

Portanto, conforme verificado na prática, o NEVICOM, por meio do projeto SERmais, tem o papel de transmitir para esses homens, conhecimentos e valores que favoreçam a reflexão sobre as questões de gênero, promovendo, assim, a sua educação e responsabilização e, principalmente, prevenindo a ocorrência de mais casos de violência doméstica contra a mulher.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006.

COMISSÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório nº 54/01*. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. "*CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ*". Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em: 08 de julho de 2014.

DIAS, Maria Berenice. *A lei Maria da Penha na Justiça*, São Paulo: Editora revistados Tribunais LTDA, 2007

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de Comportamentos Homofóbicos no Cotidiano da Educação Infantil. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*/ Rogério Diniz Junqueira (Org.). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.



GIBSON, Felipe. *No RN, livro gera polêmica sobre o que meninas e meninos podem fazer*. *GI – Rio Grande do Norte*, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/10/livro-de-ciencias-diz-que-meninos-jogam-futebol-e-meninas-lavam-louca.html>. Acesso em: 08 de maio de 2014.

LAVONRENTI, Wilson. *Violência e Discriminação Contra a Mulher*, Campinas, SP: Millennium Editora, 2009.

MEDRADO, B.; R. P. *Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres*. *Psicologia & Sociedade*; 20. edição especial, 2008.

MUSZKAT, Suzana. *Violência e Masculinidade*. 1ªEd. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ODÁLIA, Nilo. *O que é violência/Nilo Odália*. –São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção Primeiros Passos; 85)

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização dos Agressores*. Disponível em: <http://spm.gov.br/convenios/roteiro-elaboracao-projetos-2009-1.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 314)



## **MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA, POR MEIO DO SERVIÇO REFLEXIVO RESPONSABILIZANTE COM AUTORES DE VIOLÊNCIA**

BILLERBECK, Luana Marcia de Oliveira

*Estudante do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG*  
*lmobillerbeck@hotmail.com*

64

SCHIMANSKI, Édina

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG*  
*edinaschi@hotmail.com*

### **RESUMO**

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a Lei nº11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres. O destaque se dá em relação à Lei que prevê a possibilidade de implantação de Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar. A referida lei representa um efetivo mecanismo de proteção às mulheres, mas sob um novo olhar, pois sabe-se que a situação de violência contra a mulher é realidade presente na vida da maioria das brasileiras independente da classe social, etnia, geração e orientação sexual. A violência se expressa de diferentes formas ocorrendo frequentemente no espaço doméstico e familiar, na esfera das relações interpessoais onde o agressor relaciona-se afetivamente com a vítima, tornando-a vulnerável a prática da violência.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha, autor de violência, grupo reflexivo com homem.

### **ABSTRACT**

This paper discusses about the Law 11.340/2006, named Maria da Penha Law. Maria da Penha Law created tools to inhibit and prevent domestic and familiar violence against women since it established assistance and protection to women who use to suffer violence. Maria da Penha Law brings about the possibility of implementation of a care service named Service of Reflection, Re-education and Accountability of the Perpetrator of Familiar and Domestic Violence. It represents a new way to see the domestic violence. Many Brazilian females from different social classes, races, generation and sexual orientation, faces violence against women. There are many different types of violence and it occurs inside home, that is, in the familiar relationships in which the perpetrator has an affection relationship to the victim. This can become the victim vulnerable to the violence.

**Key-words:** Maria da Penha Law, domestic violence, men group reflection



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa emergiu primeiramente do trabalho desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Cidade de Ponta Grossa- NEVICOM, que consiste em projeto de extensão vinculado ao Departamento de Direito Processual, o qual consta com equipe multidisciplinar de profissionais das áreas de direito, serviço social, psicologia, e que desenvolve atividades teóricas e práticas de conhecimento, de reflexão, estudo, pesquisa, debate, divulgação e orientação sobre a questão da violência doméstica e familiar e integra as ações de extensão, pesquisa e ensino pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e ainda como tema a ser desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas na UEPG.

Dentre as atividades executadas em favor das mulheres, destaca-se o trabalho de empoderamento<sup>1</sup> como mecanismo de rompimento do ciclo de violência.

Através de uma equipe profissional composta por diferentes especialidades – Direito, Serviço Social e Psicologia – atuam de maneira a assegurar às mulheres vítimas de violência o acesso às políticas públicas de atendimento, no que se refere aos direitos garantidos por lei, por meio de palestras e oficinas ministradas nos diferentes âmbitos de serviço do município (Centros de Referência de Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, escolas, universidade, etc.). E foi nesse contexto, que se percebeu que a questão da violência é fenômeno complexo, pois decorre de questões históricas ligadas ao patriarcado (poder) e ao gênero, e que são usadas para “legitimar” a violência e situações de desigualdade e submissão da mulher em relação ao homem.

Em face disso surgiu a necessidade de se implantar o Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar, para que se possa contribuir efetivamente na proteção das mulheres, mas sob um novo olhar, pois sabe-se que a situação de violência contra a mulher é realidade presente na vida da maioria das mulheres

<sup>1</sup> Empoderamento. O conceito empoderamento surgiu nos Estados Unidos, na década de setenta com os movimentos de direitos civis. Sendo incorporado na mesma época pelo movimento feminista (SILVA, 2012). Segundo Lisboa (2008), a palavra empoderamento deriva do inglês *empowerment*, sendo compreendido como dar poder a certo indivíduo utilizando ferramentas de conhecimento, profissionalização, conscientização política, sustentação psicológica, entre outras, possibilitando assim a esse indivíduo libertar-se da situação de risco em que se encontra e equilibrar-se nas relações sociais. Neste sentido, compreende-se que o empoderamento pode ser entendido como possibilidade de rompimento de situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.



brasileiras independente da classe social, etnia, geração e orientação sexual e que se expressa de diferentes formas ocorrendo frequentemente no espaço doméstico e familiar na esfera das relações interpessoais onde o agressor relaciona-se afetivamente com a vítima, tornando-a vulnerável a prática da violência.

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A NECESSIDADE DO TRABALHO REFLEXIVO RESPONSABILIZANTE**

66

Há necessidade de se investir no combate/prevenção e proteção às mulheres, mas para que isso se concretize é imperioso mudar os mecanismos de abordagem da violência contra a mulher, tem que se investir num espaço adequado para o trabalho com os autores de violência, para a mudança real de seu comportamento.

Portanto, não é suficiente aos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher as punições penais, como privativa de liberdade ou restritivas de direitos, pois estas apenas atuam como mecanismos repressivos, mas não impedem a ocorrência de novas violações.

O reconhecimento da importância desta perspectiva sobre o homem-autor de violência doméstica e familiar é reconhecida na Lei 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, nos artigos 35 e 45 que prescreve que o comparecimento dos autores de violência a programas de recuperação e reeducação, reconhecendo que a coibição de novos casos de violência, somente pode ser evitada com trabalho reflexivo responsabilizante dos homens.

Assim, de acordo com a proposta para implementação deste tipo de serviço, definida pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República<sup>2</sup>, este equipamento deve ser responsável pelo acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Esses deverão, portanto, ser necessariamente vinculados ao sistema de justiça, entendido em sentido amplo (Poder Judiciário, Secretarias de Justiça Estadual e/ou Municipal).

<sup>2</sup><http://mulheres.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/Pacto%20Nacional/view>, acesso em 17 de outubro de 2013.





O “*Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização do Autor de Violência*” também deverá constituir parte da rede de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres e atuar de forma articulada com os demais serviços da rede (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Casa-Abrigo, Centro de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias/Núcleos Especializados da Mulher, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, serviços de saúde), no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

A relevância do tema e a sua essencialidade como mecanismo de proteção à mulher (vítimas diretas ou indiretas do autor da violência), tem destaque inclusive junto ao Poder Judiciário da Comarca de Ponta Grossa, que nas sentenças condenatórias aos autores de violência doméstica, têm determinado desde o ano de 2012, a título de pena, o comparecimento obrigatório dos autores de violência doméstica e familiar na UEPG/ Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Cidade de Ponta Grossa - NEVICOM, afim de que participem deste grupo reflexivo.

De modo que, a questão central é estudar/pesquisar a contribuição do Serviço Reflexivo Responsabilizante como mecanismo de efetivação de cidadania às mulheres que direta/indiretamente podem ser vítimas da violência doméstica e familiar na cidade de Ponta Grossa.

A abordagem do trabalho, tem como pressuposto teórico as formulações a respeito da violência contra a mulher, a partir dos discursos feministas sobre o tema “gênero”. O conceito de gênero para as ciências humanas foi criado para distinguir as dimensões biológicas da construção cultural, expressa nas atividades como masculinas e femininas. Nesse sentido, destaque à Simone de Beauvoir, que em 1949 escreveu o livro *O Segundo Sexo*, no qual afirma “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Em que pese os direitos das mulheres e a luta pela justiça de gênero ser registrada na história por sucessivas ondas, registre-se que o reconhecimento da construção das ideias feministas como sinônimo de emancipação tem o marco inicial nos Estados Unidos na década 60 e se propaga no Brasil na década de 80. O movimento feminista tem neste aspecto a sua tônica no reconhecimento da opressão das mulheres e da luta por uma igualdade material.

Nesse contexto, a teoria referência que será utilizada é o da dominação patriarcal, na qual a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo



controle social do homem. Esse olhar feminista e marxista tem na socióloga Heleieth Saffioti a sua precursora no Brasil.

Saffioti (2004a, p.35) enfrenta a questão da violência contra a mulher/gênero, trazendo como elemento indissociável da compreensão o sistema econômico de exploração bem como do racismo existente na sociedade de classes e reconhece que a violência contra a mulher, reflete uma estrutura de poder, distribuída de modo desigual, servindo como mecanismo de reforço de conflitos entre os homens e mulheres nas suas relações.

Para Saffioti (2004b, p.35) as mulheres são socializadas para desenvolverem comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores, os homens ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revele força e coragem; além disso, cabe à eles, o papel de provedor o que efetivamente lhes traz maior peso na definição da sua virilidade,

“homens que experimentam o desemprego por muito tempo, são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer. Além de o sentimento ser gerador de violência, pode resultar também em impotência sexual. Há homens que verbalizam preferir morrer a ficar sexualmente impotentes. Nem nesse caso se permite ao homem chorar”. (Saffioti,2004b, p.35).

Essa reflexão também é feita por Bordieu (2012, p.18). quando reconhece que:

“A ordem social funciona como imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça, é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens e a casa, reservada às mulheres”.

Todos estes aspectos são utilizados como a motivação para se reconhecer que o combate à violência, precisa ser enfrentado sob a perspectiva econômica, política, social e cultural, na qual homens e mulheres precisam ser vistos como sujeitos de políticas públicas, devendo, portanto, serem pautados na articulação deste trabalho.

De modo que a problemática de gênero afeta homens e mulheres variavelmente conforme classe, raça/etnia, sexualidade e idade, mas implica em subordinação e desvantagem para as mulheres e privilégios para homens, embora se reconheça que eles também são



prisioneiros e vítimas das representações dominantes (Bordieau, 1999, citado por Tania S. A. Brabo, 2009, p.13).

A reflexão com os autores da violência doméstica e familiar se apoia no reconhecimento de que o homem motivado por fatores histórico-culturais e exercitando poder, viola a dignidade da mulher, o faz em decorrência da questão, de gênero, tal como reconhecido na própria Lei 11.340/06<sup>3</sup>. Nesse sentido, estes homens, devem contribuir para a garantia da cidadania<sup>4</sup> feminina, que só existe quando pode ser exercida de forma plena das liberdades.

Cidadania aqui entendida como a “o processo de construção de um espaço público que propicie os espaços necessários de vivência e de realização de cada ser humano, em efetiva igualdade de condições, mas respeitadas as diferenças próprias de cada um” (CORRÊA, 2002, p. 221).

Na Constituição Federal de 1988 o reconhecimento da cidadania, revela-se de modo claro, especialmente no artigo 5º, quando afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. De modo que apenas no exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais, que pode ser reconhecida a cidadania. Consagrando, no conjunto de direitos fundamentais a dignidade da pessoa humana, e essa exigência é, segundo Bielefeldt (2000, p. 62), um “fim em si” e

[...] Implica em exata igualdade de dignidade humana, mesmo que haja diferenciação social por prestígio ou posição. A moderna busca por igualdade encontra seu fundamento ético na conscientização dessa dignidade humana, que se sobrepõe a todas as posições (BIELEFELDT, 2000, p. 84).

A dignidade da pessoa humana, para Sarlet (2002, p. 26), se refere à “essência do ser humano [...] a uma qualidade intrínseca e indissociável de todo e qualquer ser humano” sendo meta permanente do Estado e do Direito a proteção e o respeito à dignidade da pessoa humana.

<sup>3</sup> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão **baseada no gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.(grifo nosso).

<sup>4</sup> Lei 11.340, art3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.



Com essa compreensão, de que o ser humano é merecedor de proteção e de reconhecimento de sua dignidade, que o dispositivo constitucional - artigo 226- dá tutela especial à família, como lugar de liberdade e autonomia, pois é ela o primeiro espaço onde se aprende o relacionamento com o outro, onde se descobrem os limites de uma convivência saudável onde valores de respeito e solidariedade devem prevalecer.

Nessa assertiva, de família (pessoas ligadas por vínculos de afetividade que tem projetos de vida e propósitos comuns, tendo papel relevante no equilíbrio emocional de seus membros - Dias, 2010, p36.), se torna necessário o trabalho reflexivo responsabilizante dos autores de violência doméstica e familiar como alternativa eficaz do resgate da cidadania da mulher que é atingida pelo comportamento transgressor.

Como pontuado por (Thomé, 2011 p.18):

É inegável que todos os seres humanos buscam na família, qualquer que seja sua representação, um local onde possam ser livres, felizes, e onde se realizem integralmente. A busca da felicidade é que move o ser humano a descobrir novas formas de se relacionar, promovendo o desenvolvimento de sua personalidade, e é no ambiente privado da família que o ser humano procura refúgio das pressões econômicas e sociais.

A própria orientação programática do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) expressa no compromisso com a efetivação de direitos humanos. Tavares (2010, p.91) destaca essa compreensão ao estabelecer a que a educação em direitos humanos deve ser compreendida num processo sistemático e multidimensional, para orientar a formação do sujeito de direitos, com as seguintes articulações:

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e,



- e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como a reparação das violações [...]

Para Tavares (2010, p.91), a educação deve ser “compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos”, e ganha importância, quando a educação ganha, portanto, mais importância quando orientada para o “desenvolvimento humano e às suas potencialidades valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos”. Da mesma forma, essa “concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social” (TAVARES, 2010, p. 91).

De modo que não é o encaminhamento ao Judiciário capaz de solucionar satisfatoriamente os casos de violência doméstica e familiar, pois não oferece a escuta necessária ao autor da violência.

Nessa dimensão, é que o trabalho reflexivo responsabilizante com os autores de violência é mecanismo importante de contribuir para a conscientização do agressor que seu comportamento é indevido, embora tenha conhecimento que a violência doméstica e familiar está atrelada a raiz cultural, como expresso nas palavras de Dias (2010 p.139).

Mas Dias, 2010<sup>a</sup>, p.140), reforça também que há necessidade da implementação destes espaços, os quais não estão sendo devidamente supridos pelo Estado. Nesse sentido reforça o papel das universidades, e instituições governamentais e serviços voluntários para dar efetividade à lei: que é a conscientização de que ele não é o proprietário da mulher, não pode comprometer a sua higidez psicológica e integridade física.

Registre-se ainda que a previsão legal que obriga o agressor a programas de reeducação somente ocorre após a sua condenação, portanto apenas na esfera judicial.

Mas em se tratando de violência doméstica e familiar, é preciso considerar que a união dessas pessoas com identidade e projetos de vida, estão ligadas pela afetividade. Embora vitimizadas, as mulheres nem sempre desejam a condenação do agressor, mas apenas que a violência cesse.



Até porque o conceito de violência contra as mulheres, como mencionado no artigo 5º da Lei 11.340/2006, é amplo, abrangendo as violações físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Considerando o acima exposto, tratar a questão da violência contra a mulher como parte de um contexto maior que é social, cultural, político e histórico requer a compreensão que o agressor é parte *sine qua non* deste processo. Daí a necessidade substancial do trabalho reflexivo com estes sujeitos a partir de uma perspectiva que envolve a sua formação sociocultural como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a questão da violência de uma forma geral é fenômeno gravíssimo na contemporaneidade e tem atingido setores inteiros da sociedade. Da mesma forma, a violência





doméstica, como uma ramificação fecunda de sociedades violentas, tem produzido cada dia mais vítimas no cotidiano. A violência contra a mulher não atinge só ela, mas o grupo familiar inteiro. As sequelas são sentidas por todos os membros da família, inclusive pelo próprio agressor.

Da mesma forma que a violência é construída socialmente, o agressor também o é. Ele faz parte de um processo que envolve características sociais e culturais que culminam na construção de um tipo de masculinidade violenta, machista e dominadora. Tais estereótipos contribuem sensivelmente para a reprodução social da violência, não apenas doméstica, mas também estrutural.

Assim, revela-se aqui a importância de estudos e reflexões sobre a Lei Maria da Penha, a qual tem sido instrumento poderoso que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres. No contexto da lei, destaca-se a possibilidade de implantação de Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização dos Autores da Violência Doméstica e Familiar como possibilidade singular no processo de intervenção social sobre a problemática da violência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 10 de junho de 2014

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil* de 05 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm)>. Acesso em 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos*. – BRASÍLIA: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, [portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf), acesso em 13 de outubro de 2013.

BIELEFELDT, Heiner. *Filosofia dos direitos humanos*. Trad. Dankwart Bernsmuller. São Leopoldo. Ed. Unisinos, 2000.



BOURGUIGNON, Jussara Ayres (org.). *Pesquisa Social: Reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa, Toda Palavra, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro. Bertrand. Brasil. 2007.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.) *Gênero, educação e política: múltiplos olhares*. Coordenação Diamantino Fernandes Trinda. São Paulo: Ícone, 2009.

CORREIA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 3ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

DIAS, Maria Berenice. *A lei Maria da Penha na Justiça. A efetividade da lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2ed. Ver. Atual. Amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

HERKENHOFF, João Baptista. *Como funciona a cidadania*. 2ª ed. Manaus: Editora Vales, 2001.

LISBOA, T. K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder*. N.º 8. Florianópolis, 25-28 ago. 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social*. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI. 1994

PIMENTAL, Adelma. *Violência Psicológica nas Relações Conjugais. Pesquisa e intervenção clínica*. São Paulo: Summus, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.. *Gênero, patriarcado, violência mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004 (coleção Brasil Urgente).

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher  
<http://mulheres.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/Pacto%20Nacional/view>, acesso em 17 de outubro de 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001

TAVARES, Celma, SILVA, Aínda Maria Monteiro (org). *Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2010.



THOMÉ, Liane Maria Busnello. *Dignidade da Pessoa Humana e Mediação Familiar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.



## QUANDO OS NÚMEROS DIZEM PARA MATAR... URGEM OS MEIOS 'ALTERNATIVOS' DE SOLUÇÃO DA QUESTÃO CRIMINAL

FERNANDES, Eder

*Professor da Faculdade de Direito da UFF de Niterói e  
do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e  
Direito (UFF)  
ederfm@gmail.com*

76

CASTRO, Carla Appollinario de

*Professora do Departamento de Direito da UFF de  
Volta Redonda e do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (UFF)  
carlaappollinario@ig.com.br*

### RESUMO

O trabalho busca problematizar estudos recentes dedicados à análise dos índices de homicídio no Brasil, contextualizando-os a partir de um fenômeno que parece revelar aquilo que pode ser considerado como um genocídio racial. Na primeira parte, analisam-se os dados estatísticos produzidos por órgãos de pesquisa, a fim de contrastá-los com a realidade econômica, social e política brasileira. Na segunda, apresenta-se um esboço acerca da incorporação e implementação do modelo punitivo pautado nas penas e medidas alternativas à prisão como forma de enfrentamento da questão criminal. Procura-se contribuir para o debate sobre a imbricação entre pena e exclusão social. Aponta-se como saída emergencial o amadurecimento de um modelo penal pautado nas penas e medidas alternativas à prisão como forma de busca da justiça social. O método utilizado foi o indutivo, com metodologia bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** homicídios; genocídio racial; exclusão social; penas alternativas; justiça social.

### ABSTRACT

The paper seeks to problematize recent studies devoted to the analysis of homicide rates in Brazil, contextualizing them from a phenomenon that seems to reveal what may be regarded as a racial genocide. In the first part, we analyze the statistical data produced by research institutions in order to contrast them with the economic, social and Brazilian political reality. In the second, it presents an outline on the incorporation and implementation of the punitive model based on penalties and alternative measures to prison as a way of coping with the criminal matter. It seeks to contribute to the debate about the overlap between shame and social exclusion. It is pointed out as an emergency exit the maturation of a model based on criminal penalties and alternative measures to prison as a way to pursue social justice. The method used was inductive, with bibliographical and documentary methodology.

**Keywords:** murder; racial genocide; social exclusion; alternative sanctions; social justice.



## QUANDO OS NÚMEROS DIZEM PARA MATAR...

“O medo dos bárbaros é o que nos torna bárbaros”  
(TODOROV, 2010)

Há tempos nos deparamos com pronunciamentos no Brasil que confirmam a percepção de que, infelizmente, possuem uma incapacidade de desenvolver propostas que viabilizem um modelo de sociedade mais livre e igualitária. Associam-se a pronúncias teóricas liberais, principalmente ligadas à questão econômica, mais especificamente a uma de suas características mais nefastas: a preservação do *status quo* e ao discurso da não-culpabilidade coletiva, enfatizando a ideia de que as mazelas que muitos padecem são decorrentes quase única e exclusivamente da responsabilidade individual do sujeito. Inviabilizam e ridicularizam propostas que tentam interpretar determinadas situações sociais (como pobreza, exclusão, racismo, desigualdade) dentro de um contexto crítico mais ampliado, que problematiza as questões tendo em vista sua conjuntura política, econômica e social.

Neste cenário se insere o primeiro documento que analisaremos. Trata-se de um texto para discussão elaborado pelo IPEA, intitulado “*Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil*” que chama a atenção até mesmo dos pesquisadores mais distraídos, tendo em vista sua conclusão no sentido de considerar que, de um modo amplo, os “resultados comprovam que prender mais bandidos e aumentar o policiamento são armas válidas para reduzir a taxa de homicídios, independentemente do que ocorra com outras variáveis socioeconômicas” (SACHSIDA; MENDONÇA: 2012, 5).

A alarmante taxa de homicídios ocorridos no país, que nos coloca como um dos países mais violentos do mundo é bastante conhecida e contribui para moldar a subjetividade da sociedade como um todo, imersa em uma política que claramente apenas serve para difundir o medo de forma generalizada, naquilo que consideramos como difusão de uma “política do medo”. Possuímos um assombroso número de quase 50 mil homicídios por ano. Se formos mais além, o Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS) prevê que no período entre 1979 a 2009 tenha havido cerca de um milhão de homicídios no Brasil. Os números são chocantes<sup>1</sup>, não há dúvidas. Mas não foi esta informação que mais chamou a

<sup>1</sup> Em termos comparativos, temos que “ao longo de toda a guerra do Vietnã morreram 50 mil soldados americanos” (SACHSIDA; MENDONÇA: 2012, 7). Na Guerra do Iraque, em dez anos (2003-2013) foram mortas 174.000 pessoas (AGÊNCIA BRASIL, 17.03.2013). Os doze maiores conflitos globais, ocorridos entre



atenção no texto do IPEA. A conclusão apresentada no documento é mais estarrecedora ainda. Ao analisar, a partir de dados oficiais do Estado, o efeito de políticas de repressão sobre a taxa de homicídios na sociedade brasileira os autores lançam dúvidas sobre a habilidade da desigualdade de renda combater a taxa de homicídios. Procuram demonstrar que “aumentar a taxa de encarceramento e a taxa de policiamento são políticas públicas capazes de reduzir a taxa de homicídios, independentemente de a desigualdade de renda diminuir ou de o nível de escolaridade da população aumentar” (SACHSIDA; MENDONÇA: 2012, 38). Ou melhor, expressam que “o combate à criminalidade pode ser feito com sucesso sem passarmos por grandes mudanças na estrutura socioeconômica da sociedade” (SACHSIDA; MENDONÇA: 2012, 38). Ressalvam que não são contra as políticas de redução de desigualdade de renda ou contra o aumento do nível de escolaridade da população, mas destacam que “prender bandidos e aumentar a taxa de policiais são armas capazes de reduzir a taxa de homicídios” e reconhecem que não são as armas mais eficientes, mas afirmam que elas efetivamente funcionam (SACHSIDA; MENDONÇA: 2012, 38).

Contudo, não podemos deixar de registrar a existência de problemas crônicos nesses estudos que apenas contribuem para a difusão da “política do medo”, problemas, estes, presentes na própria discussão sobre a questão criminal no Brasil contemporâneo. Para tanto, nos apoiamos nos argumentos formulados por Vera Malaguti Batista, ao sustentar que

não importa que o extermínio, a violência contra os moradores de favelas e os sem-terra, a tortura e o isolamento nas prisões não tenham nenhum efeito sobre as condições reais de segurança. Não importa que quanto mais prendemos, torturamos e matamos não melhore em nada a situação dos nossos jardins cercados, a brutalidade e o extermínio fazem sentido por si; trata-se de um engajamento subjetivo à barbárie. É por isso que a criminologia do senso-comum vai precisar de filósofos, psicanalistas, antropólogos e sociólogos que destilem emoções baratas. O importante é que a população não se identifique e não se compadeça da face *mestiça* e pobre da questão criminal no Brasil contemporâneo. (2007: 148)

A medida proposta pelos autores em questão assemelha-se à lógica de que se a mulher não usar roupas indecentes, a probabilidade de que ela seja estuprada é menor, afinal o risco de que o estuprador se sinta provocado é menor. Do mesmo modo se a mulher andar sempre

---

2004-2007, foram responsáveis por 169.574 mortes (GUIMARÃES, 18.07.2013). Estamos nos referindo ao Iraque, Sudão, Afeganistão, Colômbia, Congo, Sri Lanka, Índia, Somália, Nepal, Paquistão, Índia/Paquistão (Caxemira) e Israel/Palestina.





escortada por um segurança privado é bem provável que ela será mais livre, não é mesmo? Igualmente, se os homossexuais evitarem praticar atos de afetividade fora das quatro paredes de seu quarto, é quase certo que não haverá crimes de homofobia, certo? Ah, não, melhor! Eles podem manifestar suas afetividades na rua, desde que haja a presença de policiais para coibirem eventuais preconceitos. Temos certeza de que os números comprovarão estas conclusões.

Ora, o que os autores propõem é mais repressão contra a criminalidade. É a resposta mais prática, a que dá resultados mais imediatos e, de certa forma, também a mais barata. Cabe registrar uma comparação curiosa. O custo médio do encarceramento gira em torno de R\$ 1,3 mil a R\$ 1,6 mil, de acordo com o levantamento realizado pela CPI do Sistema Carcerário (2009), no Sistema Penitenciário e R\$2.100,00, no complexo penitenciário privado construído em Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, administrado pelo GPA (Gestores Prisionais Associados), um consórcio de cinco empresas privadas, por meio de PPP – parceria público-privada (MORAES FILHO). O custo dos investimentos sociais<sup>2</sup> que representam o conjunto dos direitos sociais previstos no art. 6º, da Constituição Federal, no entanto, em 2009, foi de R\$2.967,80 *per capita* (BRASIL. MPOG: 2012).

Há desigualdade? Ninguém nega. Há pobreza? Sim, é evidente. Mas sustentar que o aumento de efetivo policial é solução eficaz por si só, sem a necessidade de mudanças socioeconômicas mais estruturais não é uma conclusão evidenciada pelos números. Neste caso, os números parecem ser utilizados para se afirmar o que se quer dizer. E, neste caso, eles estão dizendo sobre uma política de manutenção do *status quo*. De conclusões que nada mudam. De posturas que só perpetuam a nossa história de segregação e desigualdade. De formas de encobrimento de uma enorme guerra civil<sup>3</sup> mascarada com os mitos de povo pacífico, hospitaleiro, feliz, cordial e em progresso contínuo.

Um exemplo emblemático do imaginário produzido pela ideologia do progresso é o caso brasileiro, como aponta Marilena Chauí ao refletir sobre algumas das nossas raízes históricas:

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango

<sup>2</sup> Estamos nos referindo aos gastos sociais com previdência social, assistência e desenvolvimento social, proteção do trabalhador e geração de emprego, organização agrária, educação, cultura, saúde, saneamento básico e habitação e benefícios aos servidores federais.

<sup>3</sup> No mesmo sentido, ver: MENEGAT, Marildo (2006: 105-117).



amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso. Sabemos por isso que o Brasil é um “gigante pela própria natureza”, que nosso céu tem mais estrelas, nossos bosques têm mais flores e nossos mares são mais verdes. Aprendemos que por nossa terra passa o maior rio do mundo e existe a maior floresta tropical do planeta, que somos um país continental cortado pela linha do Equador e pelo trópico de Capricórnio, o que nos faz um país de contrastes regionais cuja riqueza natural e cultural é inigualável. Aprendemos que somos “um dom de Deus e da Natureza”, porque nossa terra desconhece catástrofes naturais (ciclones, furacões, vulcões, desertos, nevascas, terremotos) e que aqui, “em se plantando, tudo dá”. (...) Sabemos que somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: os corajosos índios, os estoicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos. (...) Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito de bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares. (CHAUÍ; 2000: 5-6.)

A imagem do “povo ordeiro em progresso”, muito bem ilustrada por Marilena Chauí, marca a história social e econômica do país, desde o seu descobrimento até os dias atuais. Na realidade, essa ideologia do progresso oculta relevantes aspectos econômicos e políticos, representados por uma economia que, na maior parte do tempo, foi baseada no regime escravista, seguida de um “desenvolvimento” que se pautou por uma série de crises econômicas<sup>4</sup> (típicas do padrão capitalista de acumulação), além da histórica produção de desigualdades sociais<sup>5</sup> entre as classes que compõem a sociedade brasileira. Os números falam sobre a realidade que bate à nossa porta (e, de vez em quando, no vidro do carro, também!) e de um senso comum que quer a dissociação entre a taxa elevada de homicídios e as desigualdades socioeconômicas.

Entendemos que nesse debate é preciso ir mais além. Já é possível afirmar que a transformação da sociedade em um enorme aparelho repressivo, na qual o número maior de policiamento e encarceramentos não levará à prática efetiva de liberdade. Uma sociedade encarcerada em si, refém de uma política simplória onde segurança se confunde com maior

<sup>4</sup> Sobre algumas crises que marcaram a historiografia econômica recente do Brasil, ver: SILVA, Carlos Alberto Bello e. Apogeu e crise da regulação estatal: da vigorosa estatização no milagre. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n° 34, 1992, p. 215- 227 e, também, PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n° 37, novembro, 1993, p. 37-57.

<sup>5</sup> Mais detalhes em: SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996, p. 24.



repressão, não nos parece uma sociedade sadia. Por outro lado, não estamos sustentando que um dia viveremos em uma sociedade em que mal algum haverá, em que todos serão autoconscientes e respeitosos com a vida alheia. Porém, tentamos destacar alguns caminhos possíveis para uma sociedade melhor e socialmente mais justa. E isto, necessariamente, nos remete à crítica dos resultados da pesquisa e as alternativas imediatas apresentadas pelos autores, bem como a uma sensação generalizada de que o aumento da “criminalidade” é decorrente da ausência de uma repressão mais intensa do Estado, como se este único fator fosse suficiente para o enfrentamento da questão. Mais do que isto, tentaremos demonstrar que a segurança pública no Brasil é uma das esferas estatais que mais reflete a seletividade racial, sobretudo, após a adoção do neoliberalismo como principal agenda econômica, consolidando, entre nós, o Estado Penal (em detrimento do Estado Social). Nesse sentido, entendemos que defender uma política de maior repressão é também contribuir para a perpetuação dessa segregação. É justamente neste ponto que se insere nossa participação no debate. São aspectos que devem permear o tema: desigualdade, segregação social e racial, alta taxa de homicídios e incidência maior na população negra. Tais fatores não podem ser negligenciados quando o objetivo é problematizar a segurança pública e a questão criminal no Brasil.

A urgência do debate sobre a questão do elevado número de homicídios tem por base a suposição de que a morte é a violência elevada ao seu extremo. A banalização das mortes é um fenômeno que vem sendo naturalizado e que contradiz a ideia disseminada de que somos um povo pacato e calmo, situação que se agrava ainda mais quando se contrasta a nossa conjuntura social com a de outros países, vitimados por guerras civis, políticas explícitas de extermínio e genocídio racial. Devemos, pois, nos questionarmos se já não estamos, na prática, vivenciando uma guerra civil não declarada, um genocídio racial<sup>6</sup> velado e, ao mesmo tempo, institucionalizado quando adotado sob a forma de política de segurança pública. O homicídio é um ato de intervenção humana, resultado de ações que danosamente afetam a vida das pessoas e impossibilitam a própria existência. Por isto, é importante que os dados sejam analisados de

<sup>6</sup> Estamos trabalhando com o conceito de genocídio racial adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, pela *Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio*, “quer cometido em tempo de paz, quer em tempo de guerra” (Art. I), conforme descrito no Artigo II: “Na presente Convenção, entende-se por **genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso**, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo” (grifos nossos).



modo mais aprofundado, principalmente para que se possa concluir sobre as maiores incidências dos homicídios e se perceber que a violência no Brasil tem nome, endereço e renda. Cada uma dessas mortes tem sua história, seus determinantes e suas causas.

Permitam-nos sintetizar alguns dados de pesquisas recentes aqui no Brasil. A cada três homicídios que efetivamente ocorrem, dois são de negros (jovens e adultos). Se tomarmos em consideração somente os jovens, a probabilidade de um jovem negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. Como explicar esta desigualdade na distribuição da segurança pública? Somente destacando que o problema está na falta de policiamento e que a redução das desigualdades não é fator tão relevante para a redução nas taxas elevadas de homicídios? E se nos pautarmos por uma maior demanda de segurança, como encontrar uma racionalidade que enfrente o problema da tendência à seletividade<sup>7</sup> do sistema penal, isto é, de maior incriminação de negros por parte do sistema de justiça criminal, dentro de uma cultura de racismo institucionalizado? Assim, quando é levada em conta a cor/raça das vítimas, a distribuição dos homicídios não é equitativa e nem igualitária, reproduzindo numericamente as nossas mazelas sociais. Indicam os conflitos e os mecanismos de segregação social que muitos tendem a ocultar e negar.

Assim, para além das meras conclusões numéricas e imediatistas de algumas pesquisas, o Mapa da Violência (WASELFSZ; 2010 e 2011), que realizou a “anatomia” dos homicídios no Brasil, deu enfoque para uma análise dos níveis de violência homicida a partir da cor ou raça da população. Há um problema com relação ao corte temporal deste enfoque, que possui dados confiáveis somente a partir de 2002. A principal fonte de dados, que é o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, começou a processar as informações referentes à raça/cor a partir de 1996. Mesmo assim, até 2001 vários problemas nos dados foram identificados. Desta forma, somente foi possível trabalhar com a confiabilidade dos dados “oficiais” a partir de 2002 quando a identificação de raça/cor já atingia índices de 92.6%, o que garante boa confiabilidade das análises sobre o tema.

A categoria “negro”, utilizada pela pesquisa, baseou-se no somatório entre as categorias de pretos e pardos, usadas pelo IBGE. Neste caso, é preciso dar destaque a um problema metodológico. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, coleta os dados por meio de autoclassificação do entrevistado. Ou seja, é o entrevistado quem se inclui

<sup>7</sup> No mesmo sentido, ver: NEDER (1994: 12); SANTOS (2005: 35) e BARATTA (2002: 175-182; 189-208).



nas seguintes opções: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Estes dados são confrontados com as certidões de óbito, que é a fonte de dados para os índices dos homicídios. As classificações sobre cor/raça realizadas nas certidões são feitas por agentes externos ou por documentação preexistente. O problema reside no fato de que os dados do IBGE têm por base a autoclassificação, ao passo que as certidões de óbito não contam com a autoclassificação, mas com uma determinação de raça/cor dada pelo agente emissor da certidão. Assim, ambas as classificações nem sempre são coincidentes e, por isto, os resultados não são números absolutos, são mais aproximativos que assertivos. Feitas as ressalvas, vamos às conclusões do Mapa.

Mesmo que haja diferenças entre as Unidades Federativas do Brasil, a tendência apresentada é de que há queda no número absoluto de homicídios na população branca e um aumento na população negra. Reafirmamos que os dados são referentes ao período computado a partir de 2002, o que coincide com uma ligeira redução geral da taxa de homicídios identificada a partir de 2003. O SIM/MS aponta a tendência de crescimento constante (sem nenhum decréscimo ou corte na constante) da taxa de homicídios desde a década de 80, com taxa decrescente a partir de 2003. O texto do IPEA não menciona este fato. Simplesmente se apoia no dado final de 2009 e aponta um acréscimo de 136% na taxa de homicídios nos últimos anos. Em outras palavras, não insere ou contextualiza os resultados numéricos com o contexto das últimas três décadas no Brasil, ao contrário da pesquisa realizada por Daniel Cerqueira, João Manoel Pinho de Mello e Rodrigo R. Soares. A primeira variação negativa no número de homicídios no Brasil, desde 1992, foi em 2004. Segundo os analistas, foi em decorrência principalmente da redução de óbitos por arma de fogo, decorrente da aprovação do Estatuto do Desarmamento, segundo dados do próprio SIM/MS. Importante destacar que a queda não foi tão significativa, pois se mantém em níveis inaceitáveis. Herança maldita da ditadura militar e dos nossos governos neoliberais e seu Estado Penal? Talvez! Mas o importante é destacar que até 2003 as taxas de homicídio continuaram crescendo rapidamente, com quedas relevantes até 2005 e um equilíbrio instável depois (mas não nos esqueçamos de que as taxas continuam alarmantes).

O Mapa da Violência (WASELFISSZ; 2010) criou um índice de vitimização negra, que resulta da relação entre as taxas de homicídio entre brancos e negros. Ele expressa em que proporção morrem mais negros do que brancos por homicídios. Temos alguns resultados:



- a) Entre 2002 e 2010 houve uma queda de 24,8% da taxa de homicídios brancos, enquanto que a taxa de negros teve um aumento de 5,6%;
- b) Em 2002, a vitimização negra na população era de 65,4%. Em 2010, o índice foi a 132,3% (ou seja, morrem, proporcionalmente, 132,3% mais negros do que brancos).

Dentro da faixa etária entre os 15 e 24 anos, onde estão localizados os maiores índices de homicídios, a vitimização negra é maior. Assim,

- a) Entre 2002 e 2010 as taxas de homicídios de jovens brancos teve queda de 30,3%, enquanto que a de jovens negros cresceu 3,5%;
- b) Em 2002, a vitimização de jovens negros era de 71,7%. Em 2010 o índice atingiu 153,9% (ou seja, morrem, proporcionalmente, 153,9% mais jovens negros do que jovens brancos).

Em termos proporcionais, para cada homicídio de não negro no Brasil, 2,4 negros são assassinados, em média. Isto leva a uma preocupação maior com relação às políticas públicas de segurança, principalmente no que concerne à identificação das particularidades desta vitimização racial. Mas estas políticas não caminham sozinhas, como é evidente. O que podemos concluir é que há uma associação crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, com concentração progressiva da violência sobre a população negra, principalmente em relação aos jovens. Somos levados à preocupação com subsídios para um diagnóstico mais aprofundado desta realidade, tanto por parte da sociedade civil, como pelas instituições estatais e governamentais.

Uma das conclusões mais evidentes é que o motor da maior vitimização dos negros não se encontra no crescimento dos homicídios negros. O motor está mais ligado à queda dos homicídios brancos. É indicativo para a afirmação de que as estratégias e políticas de segurança e proteção da cidadania incidem de modo diferente nos variados segmentos da população, tanto relacionado à questão da diferenciação entre raças/cor, quanto às políticas regionais/locais desenvolvidas pelos governos respectivos. Nesse sentido, poderíamos elencar aqui questões pontuais sobre o decréscimo de homicídios de brancos e aumento de homicídios de negros, que ainda estão abertos para uma maior pesquisa a respeito: aumento da segurança privada, que privilegia os mais afortunados (brancos); políticas de “pacificação” de favelas (de maioria negra) dominadas pelo tráfico e suas práticas de extermínios sumários (tal como o modelo





adotado no Rio de Janeiro); melhoria no sistema de registro dos homicídios, trazendo à tona situações excluídas da contagem oficial estatal, dentre outros.

Para além das análises ligadas às causas imediatas da maior incidência de negros nas taxas de homicídios, outras questões precisam ser destacadas, já que são fatores ligados diretamente a essas causas imediatas. A população negra encontra-se situada nas posições mais inferiores das hierarquias sociais no Brasil. Esta exclusão social é reforçada pelo preconceito e estigmatização, onde o senso comum leva à percepção de que os cidadãos negros são, desde logo, potenciais perturbadores da ordem social, fazendo com que a punição seja um “privilégio” da população negra.

Este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Há, em vários países, análises quanto aos efeitos discriminatórios das agências estatais de segurança pública. Há maior intimidação policial, com maior punição e severidade no tratamento dado à população negra. No Brasil, não é diferente, como observou Sergio Adorno (1996). Ou melhor, basta vivenciar o cotidiano de qualquer delegacia de polícia brasileira. As imunidades conferidas aos cidadãos das classes mais favorecidas denunciam o tratamento criminal diferenciado. Quando as pesquisas de economia criminal comprovam a maior vigilância contra os negros, em comparação com os brancos, por qual motivo não podemos afirmar que existe uma prática racista na política de segurança pública no nosso país? Os dados da pesquisa realizada por Sergio Adorno permitem concluirmos que: há maior incidência de prisões em flagrante para réus negros; há maior número de réus brancos respondendo a processos em liberdade; os réus negros dependem mais da assistência jurídica estatal (defensores e advogados dativos em lugar de assistência jurídica privada remunerada); há mais réus negros condenados do que brancos, bem como que a absolvição penal favorece preferencialmente mais os brancos. Ora, que tipo de devido processo legal imparcial temos? Outro dado importante se refere ao uso de provas testemunhais (muito importante para os processos penais) que é mais amenizador para brancos do que para negros. Qual o motivo? Há alguma relação entre preconceito racial e justiça penal? A pesquisa de Adorno é enfática ao apontar que 65% dos policiais e 76% dos alunos das academias de polícia percebem que os negros são priorizados nas abordagens.

Mas o que dizer sobre outras pesquisas que apontam elementos que trabalham com a questão da renda? O Mapa da Violência de 2010 (WAISELFISZ; 2010) demonstra que os 48% da variação dos índices de homicídio total são explicados pela variação dos índices de



concentração de renda. Os contrastes entre pobreza e riqueza, com suas sequelas de maximização e visibilidade das diferenças, seriam os fatores com maior poder de determinação dos níveis de homicídio de um país. Se a pesquisa tem plausibilidade, então precisamos voltar um pouco mais e perguntar o motivo da pobreza no Brasil ser uma questão ligada intimamente aos negros. Será possível dissociar esta questão das práticas de exclusão perpetradas no país desde o período da escravatura? Será possível não entender tal situação como uma segregação racial constante na nossa história? O que dizer das tentativas de limpeza racial dos períodos de imigração europeias na primeira década do século passado? O Decreto-lei nº 7.969/1945, ao optar pela imigração europeia, deixava claro que se destinava a garantir à composição étnica da população as características mais “convenientes” da ascendência branca europeia. Que democracia racial foi construída? É impossível dissociar a questão da escravidão com a situação dos altos índices de homicídios da população negra na atualidade. Além de nos legar um contingente populacional com baixos índices de aproveitamento escolar, enraizou em nossa cultura uma ideologia racista, mesmo que mascarada. Por isso, é oportuna a percepção Marcelo Yuka (2002), ao constatar que “todo camburão tem um pouco de navio negroiro”.

Os elementos mais significativos para a análise da incidência de crimes de homicídio estão ligados à potencialidade da vítima, à potencialidade do agressor e à potencialidade da proteção que a vítima, também em potencial, possui, tendo em vista seu estilo de vida (idiosincrasias, sexo, idade, relações familiares, comunitárias e profissionais). Muitas análises focam suas atenções às meras potencialidades, destacando que ao indicarmos as probabilidades de incidência desses elementos não deve ser feita distinção levando em consideração o fator racial, mas as características individualizadas em si. Isto nos levaria a dizer que o negro não é a maior vítima de homicídios porque é negro, mas sim porque se encontra em situações de vulnerabilidade. Mas como compreender a vulnerabilidade sem se aprofundar em suas causas? Que nome devemos dar a estas causas? Quais seriam as “causas das causas”?

Uma questão é inegável: as características idiosincráticas do indivíduo são distribuídas de maneira aleatória na população e, para sua análise, não dependeríamos de fatores como cor de pele. Um exemplo característico é a incidência maior da taxa de homicídios na população jovem. Esta análise seria profunda, caso pudéssemos isolar o indivíduo de suas condicionais de existência (ou talvez se vivêssemos no mundo igualitário liberal), principalmente àquelas ligadas às suas relações familiares, comunitárias e profissionais, condicionadas por fatores



diversos, como nível econômico, mobilidade residencial e acesso ao sistema de justiça. Entretanto, tal tarefa torna-se quase inviável para uma boa análise estatística.

Tal tentativa de análise das idiossincrasias é mais complicada quando analisamos as posturas investigativas assumidas por determinadas teorias criminológicas. Se fosse possível dissociá-las de suas conjunturas contaminantes, talvez fossem proveitosas, como já afirmamos. Mas como dissociá-las? Esta situação se agrava quando a tradição da criminologia desenvolveu análises questionáveis, a partir de seus pressupostos teóricos. Uma determinada postura da escola positivista da criminologia, encabeçada por Lombroso, Ferri e Garofalo, destacava uma natureza distinta de certos delinquentes, sendo estes possuidores de atributos físicos que os distanciavam da “grande marcha do processo civilizatório”. No Brasil, esta identificação do sujeito diferenciado logo se ligou com a questão do negro e sua exclusão social. Tendo o nosso sistema criminal, em sua reforma de 1841, adotado um posicionamento tipicamente liberal, de nítido caráter repressivo e protetor da propriedade privada e dos direitos liberais, logo se dispôs a defender a inferioridade dos delinquentes negros em comparação aos brancos. A nossa jurisprudência e a atuação de nossa polícia investigativa até os dias atuais não nos contradizem. Mais provas desses casos “natos” de patologia criminal incidindo sobre os negros no Brasil são materializados nas teorias de Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Nina Rodrigues. Para ficarmos apenas com o exemplo deste último, sugerimos as obras “Mestiçagem, degenerescência e crime”<sup>8</sup>, “A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil”<sup>9</sup>, “Antropologia patológica: os mestiços, degenerescência física e mental entre os mestiços nas terras quentes” e “Os africanos no Brasil”. Nina Rodrigues defendeu a ideia de que deveriam existir códigos penais diferentes para raças diferentes. Para ele, o estatuto jurídico do negro deveria ser o mesmo de uma criança. E mais. Temos ainda as teses de atraso cultural dos negros, nas obras de Artur Ramos e Nelson Hungria. Os males e os remédios estavam sendo dados por essa pretensa massa científica de nosso país. Como não dizer que esta herança contaminou nossas instituições criminais até os tempos atuais? É fácil perceber o senso comum afirmando o “maior potencial criminógeno” dos negros, como algo natural dissociado do contexto de exclusão e segregação por eles vivenciado.

O mesmo se extrai de nosso Código Penal da República, de 1890, que tornou crime, com punição de prisão, a capoeiragem (dança que, nos dias atuais, é tão praticada pela

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/Mesticagem.pdf>.



juventude branca), a mendicância e a vadiagem. Nestes dois últimos casos, é necessário correlacioná-los com a recente abolição da escravatura – à época do Código - e a exclusão econômica e laboral dos recém libertos e a prática de curandeirismo (questão muito ligada à “oficialidade” da religião cristã).

Não desejamos nos estender muito aqui sobre determinadas exclusões internas históricas do nosso sistema jurídico, pois isso nos levaria a outros debates. Porém, convém ressaltar como eixos de investigação algumas questões também ligadas ao nosso Direito Civil e que têm implicação direta no Direito Penal, tais como: a herança da família patriarcal colonial e suas decorrências na conceituação de família; o direito sucessório e seu viés patrimonialista, com base na ideia de filhos legítimos; o escravo negro tratado como “coisa” (propriedade) no âmbito civil, mas com personalidade jurídica para responder na esfera penal; a oficialidade do casamento cristão, frente às religiões de matiz africano; as esferas de privacidade e intimidade ligadas ao direito de moradia digna, questões muito ligadas ao estilo (e possibilidades) arquitetônicas das casas; o direito de herança e suas providências financeiras para a prole (quem são os que podem vir ao mundo com condições econômicas mínimas?). Enfim, várias outras questões poderiam ser levantadas. Entretanto, a que merece maior destaque é que o olhar branco sobre o negro deixou suas raízes em nossa cultura. Isto poderia ser demonstrado por vários eixos de investigação que não estariam presentes somente em nosso sistema punitivo.

Voltando à questão do sistema de justiça criminal, a pesquisa do IPEA intitulada “Vidas Perdidas e Racismo no Brasil”, elaborada por Daniel R. C. Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura (2013), oferece aparato teórico e estatístico para o aprofundamento do debate. Trabalhando com a inegabilidade da ideologia do racismo, afirma que este afeta a prevalência de homicídios negros e desenvolve argumentação em dois sentidos. Por um lado, após a abolição da escravatura, o negro, deixado à mercê do sistema socioeconômico, até hoje luta contra as mazelas da baixa dotação do seu capital humano. Por outro lado, e em consequência, há afetação na demanda por trabalho decorrente das discriminações por cor de pele, renegando os negros aos postos de trabalho menos qualificados e bloqueando as oportunidades de crescimento profissional. Essa situação faz com que sejam criados estereótipos negativos que afetam a identidade e autoestima dos negros, como foi apontado logo acima, em relação ao sistema de justiça criminal.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/os-africanos-no-brasil/pagina/403/texto>.



Isto nos leva a trabalharmos com um conceito mais especificado desta situação, que é o de “racismo institucional”, ou “racismo institucionalizado”. Por ele, podemos afirmar as ações difusas de racismo no cotidiano das instituições organizadas do Estado, que reforçam e reafirmam o preconceito. A partir da década de 1990, os movimentos sociais negros passaram a empregar esta formulação para a identificação e prevenção do racismo institucional, por meio da formulação de políticas específicas para lidar com o problema.

Aliando a discussão do racismo institucionalizado com as políticas públicas de maior repressão policial, cabem pesquisas específicas sobre o funcionamento e credibilidade das polícias do país. Confiança na polícia, respeito aos direitos civis, por parte dos policiais, tratamento preconceituoso, causas da criminalidade e formação do efetivo policial são alguns dos itens debatidos em uma pesquisa do IPEA sobre os índices da segurança pública, de 2012, intitulada de “Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)”. Há um claro diagnóstico de distanciamento entre a polícia e a sociedade, com o agravamento de que a população que não é branca tem menos confiança nos serviços prestados pela polícia e menor confiança nestas instituições. Seguem alguns dados:

- a) Sobre confiança na polícia militar: 6,2% confiam muito; 31,3% confiam; 40,6% confiam pouco; 21,4% não confiam; 0,5% NS/NR;
- b) Sobre os policiais no Brasil respeitarem os direitos dos cidadãos: 3,5% concordam plenamente; 38,2% concordam; 43,8% discordam; 9,7% discordam plenamente; 4,9% NS/NR;
- c) Sobre os policiais no Brasil tratarem as pessoas com preconceito: 23,1% concordam plenamente; 40,4% concordam; 25,8% discordam; 6,3% discordam plenamente; 4,4% NS/NR;
- d) Principal causa da criminalidade na percepção dos entrevistados: 12,2% pobreza; 23,8% desigualdade social; 20,5% falta de investimento em educação; 5,9% falta de investimento nas polícias; 9,1% corrupção dentro das polícias; 12,7% corrupção dos políticos; 13,9% aumento do tráfico de drogas; 1,2% outras; 0,7% NS/NR.

Os debates que são feitos a respeito da desmilitarização da polícia têm em vista a crise de legitimidade e funcionalidade pela qual passa esta instituição. Entretanto, há a necessidade de se acrescentar nas discussões o fator referente ao racismo institucionalizado, que ali acima apontamos na pesquisa sobre “Vidas perdidas” (IPEA, 2013). Sendo a polícia o primeiro elemento do sistema de justiça criminal a ser acionado no caso das ações de segurança pública, é ela quem deve primeiramente resguardar os direitos civis dos cidadãos, sua isonomia de



tratamento e sua incolumidade física. A abordagem policial, fundamentada dentro das regras do devido processo, acaba permitindo que a “fundada suspeita”, ensejadora das ações de abordagem, dê margem para a atuação ideológica institucionalizada do racismo. Os sinais identificados para a abordagem de um suspeito, na prática, estão fortemente relacionados à classe social e raça dos cidadãos.

As abordagens policiais fazem diferenciação de cor. Instauram, a partir do racismo institucionalizado, a presunção de culpabilidade ou “suspeição de cor”, estigmatizando o negro a partir das tão aclamadas “estatísticas de raça”. O debate acaba sendo menosprezado, pois muitos analistas proclamam que o estigma não se baseia na cor, mas nas potencialidades de criminalidade (e é justamente esta presunção que estamos atacando). Alia-se a isto o fato de que a força de trabalho das corporações policiais, em muitas regiões do país, é constituída em sua grande parte por policiais negros, levando-os a reproduzir os valores e a ideologia do racismo. Os motivos dessa reprodução por parte dos próprios negros não são objeto de debate neste momento, mas ligam-se a outros debates sobre a reprodução do discurso hegemônico e dos seus discursos de exclusão e segregação. Assim, podemos ter negros racistas, mulheres machistas, gays homofóbicos. É o oprimido reproduzindo o discurso do opressor, contra outros oprimidos e até contra si mesmo. No caso dos policiais, ao reproduzirem o discurso racista tornam-se intermediários e agentes desta prática, representando institucionalmente a produção da violência feita pelo próprio Estado. São opressores, mesmo que eles próprios possam ser vítimas dessa opressão.

Uma coisa é certa: um dos elementos mais polêmicos da atuação policial no Brasil é a orientação discriminatória do seu trabalho, buscando sua “clientela” a partir de estereótipos que têm na cor da pele dos suspeitos seu elemento mais característico. Essa reprodução dos mitos estereotipados multiplica as consequências desastrosas do modo de operar das instituições policiais. Há uma naturalização da relação entre pobreza, negros e criminalidade, muitas vezes tornando invisível a prática racista. Não se percebe que o negro, principalmente o jovem, sintetiza um drama social, uma incapacidade generalizada de solucionar as contradições de nossa sociedade.

Segundo os indicadores da pesquisa do IBGE de 2009 sobre índices de vitimização, é possível apontar que este racismo institucionalizado produz consequências indesejáveis, sedimentando ainda mais a deslegitimidade dos aparatos policiais. Seguem outros dados:





- a) Entre as vítimas que não procuraram a polícia, 61,8% eram negros e 38,2% eram não negros;
- b) Dentre aqueles que não procuraram a polícia porque não acreditavam ou porque tinham medo da polícia, cerca de 60% eram negros e 40% não eram negros;

Esta vitimização que incide de maneira tão intensa sobre o negro permite também avaliar a diferença de perda de expectativa de vida ao nascer. Esta expectativa é um dos principais indicadores associados ao desenvolvimento socioeconômico dos países. Precisamos ter em mente que se levarmos em conta o momento em que se deu a vitimização, a perda de expectativa de vida é tanto maior quanto mais jovem for a vítima. A partir do Censo 2010 do IBGE e das análises do SIM/MS, podemos destacar alguns números, que estimam a perda de expectativa de vida ao nascer devido às violências letais.

Estas estimativas foram processadas pela pesquisa “Vidas Perdidas” (IPEA; 2013). Se considerarmos todas as violências letais (homicídios, suicídios e acidentes), os negros possuem perda de expectativa de vida de 3,5 anos de vida, contra 2,57 anos dos homens de outra cor/raça. Se forem considerados apenas os homicídios, o homem negro perde 1,73 ano de vida ao nascer, enquanto que o homem não negro perde 0,81 ano de vida. O índice é mais alarmante se forem consideradas algumas unidades federativas em particular: Alagoas (6,2 anos); Espírito Santo (5,2 anos); Paraíba (4,8 anos).

A controvérsia que gira em torno destes resultados se refere às divergências decorrentes dos posicionamentos ideológicos que negam a existência de racismo no país. Como o objetivo aqui é justamente o de combater essa prática de mascaramento da realidade, nossa hipótese é clara: as diferenças das condições socioeconômicas e demográficas entre negros e não negros explica a diferença de vitimização por homicídios entre estes dois grupos populacionais. Continuemos com as conclusões da pesquisa.

Foram captadas possíveis diferenças socioeconômicas e demográficas entre a população negra e não negra: ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; diferencial do percentual de jovens negros e brancos na população total; diferencial da taxa de desemprego; diferencial da renda média do trabalho. Na verdade, trabalhou-se com dois grandes grupos. Por um lado a análise a partir das faixas educacionais; por outro, a partir da taxa de desemprego e renda média do trabalho. Qualquer uma destas variáveis, tomadas individualmente, são



estatisticamente significativas na explicação do diferencial de vitimização entre negros e não negros. Em síntese, quanto maior é a diferença de participação de jovens negros em relação aos não negros no sistema educacional, maior é o diferencial da taxa de homicídios entre negros e não negros (IPEA; 2013). O mesmo acontece com relação ao desemprego e renda do trabalho, onde com o aumento da taxa de desemprego dos negros em relação ao dos não negros, eleva-se o diferencial da taxa de homicídios entre estes grupos. O contrário também ocorre: quando há aumento de renda em favor dos negros, há uma diminuição na diferença da taxa de homicídios entre negros e não negros.

As características acima apontadas explicam apenas 20% do diferencial da taxa de homicídios. Como há uma elevada parcela ainda não explicada neste diferencial, há a necessidade de estudos com outras variáveis, como outras condições socioeconômicas e a ideologia racista, de difícil densificação em pesquisas estatísticas. Essa pesquisa do IPEA considerou características socioeconômicas como gênero, idade, escolaridade e estado civil da vítima e concluiu que a cor da pele da vítima, quando negra, faz aumentar em cerca de oito pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo ter sofrido homicídio.

É difícil negar a relação entre a alta taxa de homicídios de negros e as desigualdades sociais que assolam principalmente os negros. A institucionalização do racismo, aliada às baixas condições socioeconômicas dos negros são fatores relevantes para a explicação do diferencial de vitimização dos homicídios entre negros e não negros. Enquanto a repressão for a política maior, a ferida não cicatrizará. Enquanto a negação das evidências existir, os números continuarão gritando sobre a morte.

Tais questões são amplamente noticiadas pela mídia tradicional e conservadora como uma “guerra civil contra a sociedade”, que facilmente pode ser deduzida apenas pela análise do saldo de “baixas”, isto é, do número de pobres executados. Tudo isso, na realidade, revela que esta “guerra civil” tem apenas um “inimigo” que não mais se situa no âmbito externo, como bem identificou Marildo Menegat (2006: 105-117). Ou seja, aquela representação da guerra como luta armada entre nações, por razões territoriais, econômicas ou ideológicas, deu lugar a uma guerra que, agora, se desenvolve contra uma parcela no interior da própria nação, isto é, contra uma camada da estrutura social que foi criada por uma sociedade determinada pelo processo de acumulação e pela propriedade privada. Observa-se deste modo que, pelo “paradigma executório de solução dos conflitos sociais”, a atual política criminal genocida



direciona sua artilharia (os policiais, normalmente pertencentes às camadas pobres) contra seus “alvos”, isto é, contra as massas mais pobres ainda (em geral, negras e jovens). A única luta que restou, portanto, foi a “intraclasse”, enterrando-se de uma vez por todas a “luta entre classes”, do velho Marx.

Nesse contexto, as medidas e penas alternativas à prisão assumem papel fundamental. Tais aspectos, quando materializados na forma de dispositivos legais desencarceradores, constituem um caminho possível a ser percorrido pelos que pretendem estancar a escalada encarceradora e genocida do Estado Penal e, em última instância, a superação do sistema penal e a extinção da prisão como primeira resposta ao conflito penal. Tal caminho é o que sugerimos como saída emergencial a fim de nortear a busca por uma justiça (mais) social e que será melhor abordado em nossas considerações finais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A URGÊNCIA DAS MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO (CÁRCERE)**

Apesar de estarem expressamente previstas na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984), as penas alternativas eram pouco aplicadas no Brasil, por encontrarem resistência em grande parcela do próprio Poder Judiciário e do Ministério Público, que alegavam dificuldades na fiscalização do seu cumprimento, bem como que elas fomentariam a sensação de impunidade da Sociedade.

A partir de 1990 a discussão sobre a aplicação das penas e medidas alternativas passa a ter maior relevo entre nós, após a elaboração das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não-Privativas de Liberdade, as denominadas “Regras de Tóquio”, recomendadas pela ONU. Tais medidas objetivavam a instituição de meios mais eficazes na prevenção da “criminalidade” e na ressocialização dos agentes do delito.

Atendendo à recomendação da ONU, foram editadas a Lei nº 9.099 de 1995 (que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Estadual) e a Lei nº 10.259 de 2001 (que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal), inaugurando, assim, um caminho alternativo de reparação consensual dos danos resultantes da



infração. Também a Lei nº 9.714 de 1998<sup>10</sup> ampliou substantivamente o âmbito de aplicação das penas alternativas, passando a alcançar os condenados até quatro anos de prisão (excluídos os condenados por crimes cometidos com violência ou grave ameaça) e instituindo dez sanções restritivas<sup>11</sup> em substituição à pena de prisão.

Desde então, o Ministério da Justiça passou a editar uma série de medidas com o claro propósito de promover as ações necessárias ao efetivo incremento das penas e medidas alternativas em nosso contexto, como pode ser observado na Tabela 1, em anexo. Tais medidas, sem dúvidas, estão longe de concretizarem uma sociedade livre da dominação típica da sociedade capitalista. Contudo, simbolizam, ao menos, uma alternativa ao Direito Penal altamente seletivo no que tange às camadas mais pobres e negras.

Nesse sentido, verificam-se ainda bastante atuais os ensinamentos de Alessandro Baratta, ao propor como necessárias as “estratégias para uma política criminal das classes subalternas” sendo um caminho possível a adoção em maior escala das penas e medidas alternativas à prisão, como forma de superação do Direito Penal. Propõe o autor, na realidade, a implementação de uma “política criminal radicalmente alternativa” (2002: 202), capaz de amenizar a incidência trágica e cruel do sistema punitivo sobre as parcelas social e economicamente mais oprimidas, não por acaso, aliás, justamente aquelas que mais têm motivos e condições para questionar a ordem oficial vigente.

Certamente, os primeiros passos para a construção de uma possível pauta de reivindicação, por parte dos principais atores sociais interessados nessa discussão, perpassam questões estruturais da nossa vida em sociedade, tais como restabelecimento do princípio de solidariedade, inclusão social mais substantiva, garantismo penal (mais compatível com o estado democrático e de direito), amplo respeito ao devido processo legal (ampla defesa e contraditório não seletivos) e, por fim, por óbvio, a implementação de uma democracia radical (substantiva).

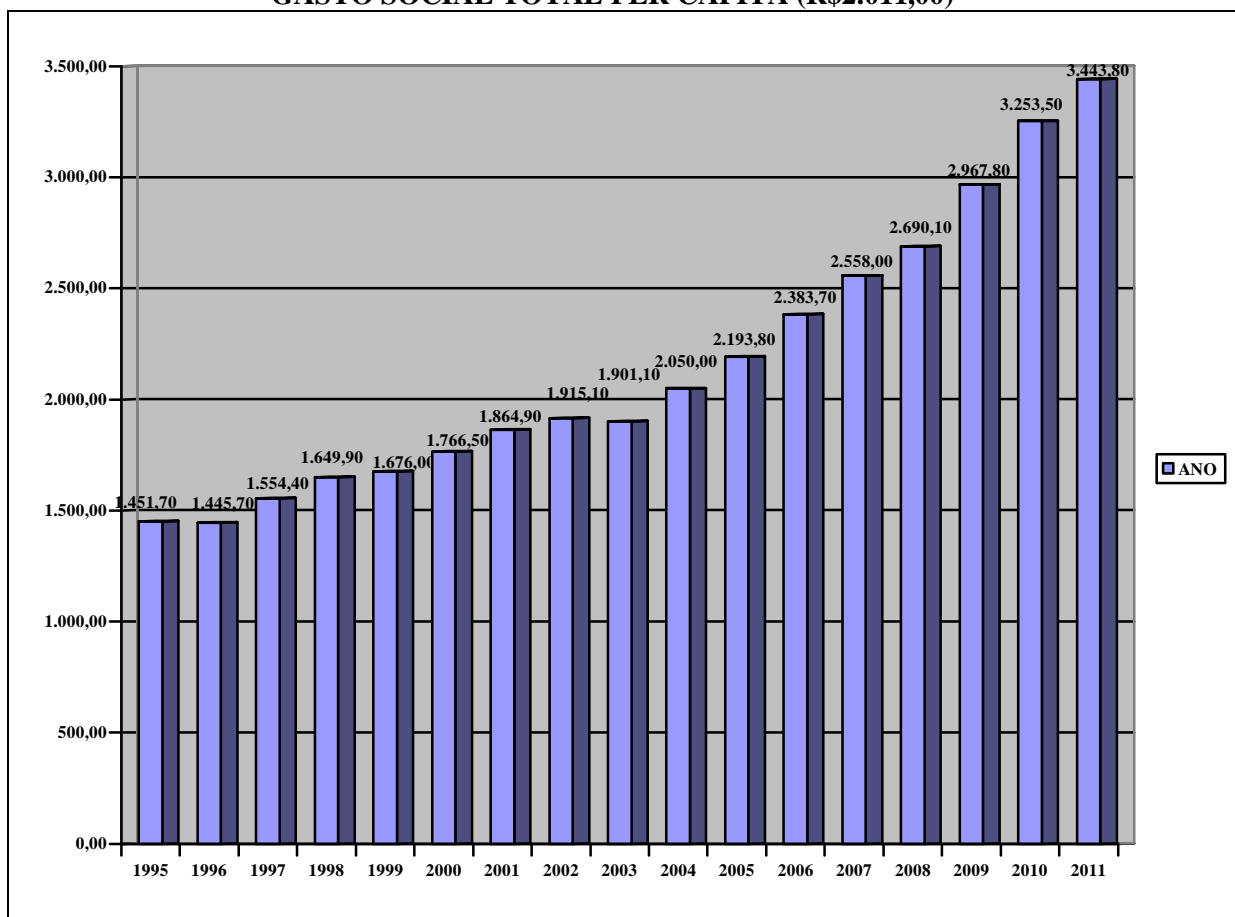
10 Altera os artigos 43, 44, 45, 46, 47, 55 e 77 do Decreto-Lei no 2.848 de 1940 - Código Penal (CP).

11 Todas previstas no art. 43, CP – “As penas restritivas de direitos são: prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana”. A pena de interdição temporária de direitos, prevista no art. 47, do CP, consiste em: “proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares ou proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.



# ANEXO

**GRÁFICO 1**  
**INVESTIMENTOS SOCIAIS (1995-2011 – R\$)**  
**GASTO SOCIAL TOTAL PER CAPITA (R\$2.011,00)**



95

**FONTE: Disoc/IPEA; Siafi/STN; CEF e PNAD/IBGE.**

**(\*) Elaboração própria, a partir de IPEADATA.**



**TABELA 1**  
**EVOLUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIS**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2000-2011)**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>BASE LEGAL</b>	<b>MEDIDA</b>
<b>SET/2000</b>		Lançamento do Programa Nacional de Apoio às Penas Alternativas como diretriz do Conselho Nacional Política Criminal e Penitenciária – CNPCP (executado pela gerência da Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CENAPA, subordinada à Secretaria Nacional de Justiça), com o objetivo de realizar as ações necessárias ao incremento da aplicação das penas alternativas no Brasil, através de assessoria, informação e capacitação para instalação de equipamentos públicos em todo território nacional, financiados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.
<b>2000</b>		Celebração de convênios com os Estados, para o estabelecimento de Centrais de Apoio, junto às respectivas Secretarias de Estado e Tribunais de Justiça. Os recursos financeiros permitiram a constituição, nos vários Estados, de mínima estrutura física, bem como a contratação de pessoal técnico especializado, para o monitoramento do cumprimento da execução das penas e medidas alternativas.
<b>FEV/2002</b>	<b>Portaria Ministerial 153/02</b>	A CENAPA constituiu a Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas - CONAPA, composta de juízes de direito, promotores de justiça, defensores e técnicos com experiência e conhecimento especializado na execução de penas alternativas, em amplo exercício democrático.
<b>MAIO/2002</b>		Realização do 1º Ciclo de Capacitações Regionais sobre Monitoramento e Fiscalização de Penas e Medidas Alternativas nas cidades de Fortaleza, Salvador, São Paulo, Distrito Federal e Manaus, envolvendo as 27 unidades da federação.
<b>DEZ/2002</b>	<b>Convênio nº 068/2002</b>	Foi editado e publicado pela Cenapa o Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, elaborado pelo Gabinete de Assessoria Jurídica e Organizações Populares – GAJOP / Pernambuco, cuja metodologia contém a descrição e o detalhamento dos procedimentos técnicos para formalização da rede social, avaliação, encaminhamento e acompanhamento do cumpridor de penas e medidas alternativas. O Manual foi aprovado pela Conapa e pelo CNPCP e distribuído a todas as unidades da federação pelo Ministério da Justiça.
<b>2003</b>		O Ministério da Justiça passou a fortalecer o Programa Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas, como pilar estratégico da política criminal e penitenciária nacional, cujos objetivos foram: (i) a produção e a disseminação de conhecimento acerca da execução das penas e medidas alternativas, (ii) a identificação, a avaliação e o fomento de boas práticas nesse campo, e (iii) o apoio técnico e financeiro aos Judiciários e Executivos estaduais para que promovam melhorias nos seus sistemas de aplicação e fiscalização.
<b>DEZ/2003</b>	<b>Lei 10.826/2003</b>	Nova alteração legislativa amplia o rol das possibilidades de substituição penal, com a criação do Estatuto do Desarmamento.
<b>2004</b>		2º Ciclo de Capacitações Regionais sobre Monitoramento e Fiscalização de Penas e Medidas Alternativas, nas cidades de Recife, Belém e Curitiba, envolvendo apenas os estados das regiões Nordeste, Norte e Sul.
<b>2005</b>		Realização do I Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas – I CONEPA, nos dias 30 e 31 de março a 01 de abril, realizado pela Associação do Ministério Público do Paraná, com o apoio institucional do Ministério da Justiça, na cidade de Curitiba.
<b>JUL/2006</b>	<b>Decreto nº 5.834/06</b>	Reestruturação do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN do Ministério da Justiça, com a criação de um órgão executivo na Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN: a Coordenação Geral de Fomento ao Programa de Penas e Medidas Alternativas – CGPMA.  De acordo com o referido decreto à CGPMA compete: <i>I - desenvolver a Política de Fomento às Penas e Medidas Alternativas nas unidades da federação;</i> <i>II – produzir e divulgar informações sobre a aplicação, execução e monitoramento das penas e medidas alternativas no Brasil;</i> <i>III - assessorar as unidades da federação no desenvolvimento da política estadual de monitoramento da execução das penas e medidas alternativas;</i> <i>IV – analisar as propostas de celebração de contratos e convênios para execução de serviços dentro de sua área de atuação;</i>





		<p>V – capacitar equipes de monitoramento da execução das penas e medidas alternativas que atuam nas unidades da federação;</p> <p>VI - monitorar os convênios firmados com recursos do Fundo Penitenciário Nacional que versem sobre sua área de atuação;</p> <p>VII - consolidar materiais e métodos que orientem o desenvolvimento do monitoramento da execução das penas e medidas alternativas, através da definição de diretrizes e manuais de gestão;</p> <p>VIII - emitir pareceres, notas técnicas e informações administrativas sobre assuntos relacionados à sua área de competência.</p>
<b>AGO/2006</b>	<b>Leis 11.343/06 e 11.343/06</b>	Ampliam as possibilidades da substituição penal, ao tempo em que sofisticam o processo de monitoramento da resposta penal do Estado ao estabelecer a previsão legal da figura jurídica das equipes interdisciplinares e dos centros de reabilitação no processo de execução das alternativas penais.
<b>SET/2006</b>		Divulgação do Levantamento Nacional sobre Execução de Penas Alternativas como mais um passo importante dessa trajetória. Fruto da cooperação com o escritório brasileiro do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent – ILANUD/Brasil, a pesquisa apresentou o primeiro diagnóstico de abrangência nacional acerca da realidade da execução das penas alternativas. O estudo oferece um retrato fidedigno da situação em nove capitais (Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal, compreendendo desde a caracterização socioeconômica das pessoas que recebem penas alternativas como substituição da pena privativa de liberdade até dados sobre seu efetivo cumprimento, passando pela identificação dos crimes que mais frequentemente ensejam a substituição e das modalidades de pena mais aplicadas pelo Poder Judiciário.
<b>NOV/2006</b>		Realização do II Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas – II CONEPA na cidade do Recife, nos dias 22, 23 e 24 de novembro, realizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, com o apoio institucional e financeiro do Ministério da Justiça, com o tema: Humanizando a Justiça Penal.
<b>DEZ/2006</b>		Divulgação do Relatório de Gestão da CGPMA, apontando que, entre janeiro e setembro de 2006, as unidades da federação informaram a execução de 63.457 penas e medidas alternativas no Brasil, representando um aumento de quase 200% em relação ao levantamento do ano de 2002, que apresentava 21.560 execuções. Foi apontada a tendência de continuidade dessa expansão, uma vez que apenas naqueles nove meses de 2006 foram aplicadas 301.402 penas e medidas alternativas em todo país.
<b>AGO/2007</b>		Lançamento do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, que representou um impacto substancial sobre a ação de Penas e Medidas Alternativas. O Programa, via Funpen, previu R\$ 13,180 milhões para a aplicação de PMAs no próximo exercício. O montante representa quase o valor total investido no setor desde 1994, ano da criação do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen): R\$ 14,3 milhões.
<b>OUT/2007</b>		Realização do 3º Ciclo de Capacitações Regionais sobre Monitoramento e Fiscalização de Penas e Medidas Alternativas, na Região Norte, na cidade de Santarém – Pará.
<b>NOV/2007</b>		Realização do III Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas – III CONEPA na cidade de Belo Horizonte, nos dias 26, 27 e 28 de novembro, pela Secretaria de Estado da Defesa Social, com o apoio institucional e financeiro do Ministério da Justiça, com o tema: Alternativas Penais e Prevenção à Criminalidade.
<b>ABR/2008</b>		Realização do 4º Ciclo de Capacitações Regionais sobre Monitoramento e Fiscalização de Penas e Medidas Alternativas, na Região Nordeste, na cidade de Salvador – Bahia.
<b>JUN/2008</b>		Divulgação do levantamento de dados do 1º semestre de 2008, consolidados pela Coordenação-Geral de Política, Pesquisa e Análise da Informação do Depen, apontando que havia 493.737 pessoas presas (condenados e provisórios) e 498.729 pessoas estavam cumprindo, ou cumpriram no decorrer do 1º semestre de 2008, Pena Restritiva de Direito, popularmente conhecida como Pena e Medida Alternativa (PMA). O número de cumpridores de pena e medida alternativa ultrapassou o número de presos no Brasil.



<b>JUL/2008</b>		Realização do IV Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas – II CONEPA na cidade de Manaus, nos dias 30 de junho, 01 e 02 de julho, realizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com o apoio institucional do Tribunal de Justiça e apoio financeiro do Ministério da Justiça, com o tema: Penas Alternativas: Resposta Penal Eficaz e Diferenciada.
<b>NOV/ 2011</b>	<b>PORTARIA Nº 2.594, do Ministério da Justiça</b>	Cria a Estratégia Nacional de Alternativas Penais – ENAPE
<b>2011</b>		Elaboração do documento conjunto, intitulado “POLÍTICA DE ALTERNATIVAS PENAIIS: A CONCEPÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE JUSTIÇA”, pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPEN, DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS, pela COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS e pela CONAPA – COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS.

**FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2014).**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparada. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 18, 1996. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down179.pdf>.

AGÊNCIA BRASIL. Peduzzi, Pedro. Guerra do Iraque contabiliza 174 mil mortes em dez anos. 17/03/2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-17/guerra-do-iraque-contabiliza-174-mil-mortes-em-dez-anos>. Acesso em: 17/03/2013.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. *Coleção Pensamento Criminológico*, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. O Realismo Marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo. In: *Sociologia e Direito: explorando as Interseções*. Marcelo Pereira de Melo (org.). Niterói: PSGDS - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito – Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 135-148.

BRASIL. MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2013. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/documentos/orcamento\\_federal\\_alcance\\_todos.pdf](http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/documentos/orcamento_federal_alcance_todos.pdf). Acesso em: 30/12/2012.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social. OLIVEIRA Jr., Almir de (Coord.). Rio de Janeiro: IPEA, 2012.



CERQUEIRA, Daniel. (2010). *Causas e Consequências do Crime no Brasil*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2010.

CERQUEIRA, Daniel; MELLO, João Manoel Pinho de; SOARES, Rodrigo R. HOMICÍDIOS NO BRASIL: uma tragédia em três atos. Disponível em [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos\\_sem\\_peq/texto0910.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto0910.pdf).

CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro de. NOTA TÉCNICA: Vidas perdidas e Racismo no Brasil. N. 10. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/131119\\_notatecnicadiest10.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf).

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. (Série ação parlamentar; n. 384). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Acesso em: 20/01/2010.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 5-6.

GUIMARÃES, Saulo Pereira. EXAME.COM. Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe. 18.07.2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nem-iraque-nem-sudao-brasil-esta-em-guerra-e-nao-sabe>. Acesso em: 18/07/2013.

IPEA. Pesquisa sobre crime racial está errada. SACHSIDA, Adolfo. Depoimento, 6'44''. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1nnjzW-0rZU&feature=youtu.be>.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705\\_sips\\_segurancapublica.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf)

MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 105-117.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Execução Penal. Alternativas Penais. Evolução. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID={47E6462C-55C9-457C-99EC-5A46AFC02DA7}&params=itemID={38622B1F-FD61-4264-8AD4-02215F6598F2};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26>. Acesso em: 30/05/2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SIM-Sistema de Informações de Mortalidade. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>.

MORAES FILHO, Julio César Gaberel de. Parceria público-privada no sistema prisional. s./d. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/20160-20161-1-PB.pdf>. Acesso em: 25/01/2014.

NEDER, Gizlene. Em nome de Tântatos: aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil. In: *Violência & Cidadania*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994. pp. 11-34.



SACHSIDA, Adolfo; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso. Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil. Texto para discussão n. 1808. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/973/1/TD\\_1808.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/973/1/TD_1808.pdf).

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial*. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2005.

SILVA, Carlos Alberto Bello e. Apogeu e crise da regulação estatal: da vigorosa estatização no milagre. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 34, 1992, p. 215- 227 e, também, PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 37, novembro, 1993, p. 37-57.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996, p. 24.

WASELFISZ, Julio Jacobo. MAPA DA VIOLÊNCIA 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2009. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. MAPA DA VIOLÊNCIA 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

YUKA, Marcelo. *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*. Intérprete: o RAPP. In: *Instinto coletivo ao vivo- versão simples*. São Paulo: Warner, 2002, CD- ROM, faixa3.



## O EFETIVO PAPEL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS JUDICIAIS NA SUPREMA CORTE

AQUINO, Fabiano Gosi

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
*fabianogosi@gmail.com*

101

### Resumo

As audiências públicas judiciais surgiram como medida integradora na dialética entre o Tribunal e a sociedade na construção das decisões judiciais. A tentativa de tornar o Poder Judiciário uma esfera de deliberação popular ainda carece de análise teórica mais precisa, sobretudo acerca da efetiva possibilidade de interferência da sociedade na decisão judicial e o pretenso ideal democratizante.

Dessa forma, o trabalho desenvolve visões sobre o real sentido das audiências pública judiciais, sobretudo a dualidade conclusiva sobre sua realização, já que o julgador pode ser influenciado pelas opiniões apresentadas nos encontros ou, já com a decisão previamente formada, apenas busca elementos de autoridade para reforçar seu julgamento.

**Palavras chaves:** Audiência Pública; Judicial; Decisões Judiciais

### Abstract

The judicial public hearings arose as integrative standard in the dialectic between the Court and the society in the construction of the judicial decisions. The attempt to become the Judiciary a sphere to popular deliberation still demands a sharper theoretical analysis, especially about the effective possibility of society meddling in the judicial decision and supposed ideal democratizing.

Thus, this paper develops some views regarding the real meaning of the judicial public hearings, above all the conclusive dualities about its realization, already that the judge could be influenced by opinion which was showed in the meetings or, previously already got your decision, and, only try to find authority elements to reinforce your decision.

**Keywords:** Judicial; public hearing; judicial decisions



## 1) INTRODUÇÃO

O trabalho pretende realizar uma análise sobre uma nova, e crescente, perspectiva do o papel do Poder Judiciário no plano da democracia. Uma interpretação de um Judiciário mais aberto e próximo das aspirações sociais, habilitado para a promoção de direitos fundamentais e manutenção de uma ordem jurídica justa.

Partindo-se de uma realidade cada vez mais presente no sistema político brasileiro, sobretudo quando analisado o aspecto de construção baseado em decisões judiciais, pretende-se definir o alcance dos influxos sociais no confronto com os rumos tomados pela Suprema Corte ao decidir e, diante de uma perspectiva de déficit das instâncias políticas responsáveis por legislar e administrar, qual o papel desempenhado pelo Supremo nos chamados *hard cases*, em que é possível perceber, em diversas passagens do atual contexto político brasileiro, uma verdadeira construção judicial diante da omissão das regras vigentes.

Busca o amadurecimento da ideia do Poder Judiciário como uma esfera pública, capaz de ser palco de integração argumentativa entre os indivíduos. De tornar reais os argumentos trazidos para o debate como parte integrante das decisões da Corte. Suficiente, ao menos, ao julgador como norte exegético posto que muitos casos demandam uma cognição acerca de questões implícitas e intuitivas onde a simples aplicação de textos legais inabilitam a decisão adequada.

Neste sentido, apresentam-se as audiências públicas judiciais como via alternativa na tentativa de aproximação democrática das decisões judiciais de ampla repercussão. Principalmente quando o Judiciário é chamado para se manifestar sobre questões que foram sonegadas pelo Poder Legislativo ou que, até mesmo, não foram consagradas por esta instância por pura discricionariedade.

Numa abordagem sobre a situação das audiências públicas judiciais, desde sua previsão legal até os dias de hoje, constata-se, numa análise quantitativa e qualitativa, que elas estão aquém de um pretense ideal democratizante. As audiências públicas judiciais merecem especial atenção e debate já que outros questionamentos emergem por parte dos estudiosos do assunto, especialmente sobre a real influência dos debates nos votos dos juízes, a necessidade de constar dos acórdãos os debates ocorridos nos encontros com os membros da sociedade e o fato de ser a ferramenta, realmente, fator de democratização das decisões construídas pela Corte.





No sentido de tomada do Judiciário como esfera pública capaz de permitir a integração argumentativa entre diversos segmentos sociais e com pluralidade de orientações filosóficas, políticas, religiosas, etc. questiona-se a realização de um ideal democratizante presente na teoria habermasiana, não no sentido de busca de consensos, mas, sobretudo, no conceito de interação comunicativa entre os membros da sociedade.

Importante destacar o levantamento realizado, e apresentado na última parte do presente trabalho, acerca das audiências públicas judiciais já realizadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup>, sinalizando com essa mudança de perspectiva, que mesmo passível de crítica sob os aspectos qualitativos e quantitativos, é possível verificar um início de abertura da Corte para as diversas visões que podem contribuir para a formação de julgados com alta relevância social.

## 2) O PODER JUDICIÁRIO COMO INSTÂNCIA DE DEBATE

Desde a segunda metade do Século XX Poder Judiciário vem assumindo um papel importante na solidificação da democracia de diversos países<sup>2</sup>. É nítida a afirmação do Judiciário como força capaz de viabilizar a consagração de direitos fundamentais, permitindo, ao indivíduo, que deixe o estado de inércia e se apresente para a vida na busca da concretização de seus direitos.

Esse papel de protagonismo exige, por sua vez, que o Judiciário esteja em sintonia com os anseios sociais, devendo evitar o estado de clausura de outrora, passando a laborar como agente habilitado na promoção dos direitos fundamentais.

Importante destacar o processo de mudança de concepção em que se atribui ao Legislativo o monopólio da representação vontade popular. Especialmente depois das revoluções americana e francesa, que elevaram a importância do Legislativo, proporcionando o grande momento de expansão, posto que representava o ideal libertador e consagrador dos direitos fundamentais dos indivíduos. É possível perceber essa exaltação em autores clássicos como Locke:

<sup>1</sup> ADIN 3510, ADPF 101 e ADPF 54

<sup>2</sup> É possível a afirmativa com base na análise das atuações da Suprema Corte Americana e do Tribunal Constitucional Alemão, que passaram de um modelo excessivamente conservador para elemento de fortalecimento de um novo paradigma político.



Em uma sociedade política organizada, que se apresenta como um conjunto independente e que age segundo sua própria natureza, ou seja, que age para a preservação da comunidade, só pode existir um poder supremo, que é o legislativo, ao qual todos os outros estão e devem estar subordinados; não obstante, como o legislativo é apenas um poder fiduciário e se limita a certos fins determinados, permanece ainda no povo um poder supremo para destituir ou alterar o legislativo quando considerar o ato legislativo contrário à confiança que nele depositou; pois todo poder confiado como um instrumento para se atingir um fim é limitado a esse fim, e sempre que esse fim for manifestamente negligenciado ou contrariado, isto implica necessariamente na retirada da confiança, voltando assim o poder para as mãos daqueles que o confiaram, que podem depositá-lo de novo onde considerarem melhor para sua proteção e segurança. (LOCKE, 2001, p. 173)

Contudo, esse pretenso ideal libertador representou um viés negativo, especialmente pelo acúmulo de atividades ocasionadas pela tentativa de buscar respostas a todas as demandas apresentadas. Conforme destacado por Mauro Cappelletti, esse aumento exagerado de encargos engessou sobremaneira a atividade legislativa, impossibilitando uma resposta rápida e criando um clima de desilusão e desconfiança em relação ao parlamento.

No entanto, exatamente em razão do enorme aumento dos encargos da intervenção legislativa, verificou-se o fenômeno de obstrução (“*overload*”) da função legislativa, e este *overload*, que representa tema central da ciência política atual, tornou-se típica característica, na verdade típica “praga” dos estados modernos, pelo menos daqueles com regime não autoritário e pluralístico-liberal. Nesses estados, os parlamentos amiúde são excessivamente abundantes e por demais empenhados em questões e discussões de política geral e partidária, para estarem em condições de responder, com a rapidez necessária, à demanda desmedidamente aumentada de legislação. (CAPPELLETTI, 1999, p. 43)

Atualmente, a visão que atribuí o resultado do labor do legislador como fonte exclusiva de criação do Direito não se coaduna com uma visão moderna de democracia, sobretudo nos países onde percebemos representantes cujos interesses nem sempre convergem com os anseios coletivos, colocando em xeque o próprio sentido do sistema representativo. É possível perceber uma disputa entre interesses antagônicos em muitos casos, como bem destaca Bonavides:

A vontade una e soberana do povo, que deveria resultar de um sistema representativo de índole e inspiração popular, se decompôs em nossos dias na vontade antagônica e disputante de partidos e grupos de pressão. Na sociedade de massas abala-se de maneira violenta a acomodação dos interesses



econômicos, políticos e sociais, cada vez menos os interesses globais do povo e cada vez mais interesses parcelados de grupos e classes conflitantes. Por isso mesmo tradutores de um antagonismo que vai se tornando irremediável, sujeitos a um equilíbrio precário e que jamais poderá ser adequadamente atendido pelas velhas estruturas do sistema representativo. (BONAVIDES, 2006, p. 233)

O conceito de representação popular passa por um processo de transformação, pois atualmente. Surge um novo palco de amadurecimento de visões capazes de reforçar os ideais democráticos, já que se reforça a possibilidade de os indivíduos discutirem as regras jurídicas no interior das instâncias de aplicação, faz surgir uma representação fundada numa representação argumentativa no interior das Cortes. Como bem destaca Bustamante:

105

Ao lado da representação democrática em sentido estrito, isto é, do exercício da autoridade pelo Parlamento eleito para representar os interesses do povo, pode-se falar também em uma representação argumentativa. A ideia de Democracia deixa de ser vista como apenas um sistema que contém não mais que um processo de tomada de decisão centrado na ideia de eleição e da regra majoritária, mas passa a ser estendida para compreender também os processos argumentativos que ocorrem no interior das instâncias de tomada de decisão. (BUSTAMANTE, 2012, p. 37-38)

Vê-se, nesse sentido, que uma efetiva democracia deve levar em consideração não só a tomada de decisão pelo legislador, mas também a argumentação surgida no interior do Judiciário, fruto do amadurecimento do debate provocado pelas partes envolvidas. A possibilidade da inclusão da argumentação no processo decisório torna a democracia participativa. Segundo Robert Alexy “uma concepção adequada de Democracia deve compreender não apenas a decisão, mas a argumentação. A inclusão da argumentação no conceito de Democracia torna esta deliberativa” (ALEXY, 2005, p. 579).

E essa participação popular na construção conjunta das decisões judiciais acaba por conferir uma legitimidade muito mais próxima de uma aceitação coletiva, dado o caráter participativo de um maior número de interessados.

Ainda que se possa suscitar certo temor com os riscos de uma distorção no debate, provocado pela participação de forças dominantes capazes de tentar influenciar em benefício de algum objetivo escuso, no momento em que o debate é amplo, o risco tende a diminuir com a possibilidade de outros participantes do debate suscitarem esse objetivo, apresentando-o aos demais membros e à sociedade em geral e provocando o descrédito do argumento divorciado do



interesse coletivo. Neste sentido, Habermas defende que a ampliação do debate inibiria a manipulação de argumentos a favor de um *lobby* imoral.

No entanto, temos que fazer uma distinção entre atores que surgem do público e participam na reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela. Tal é o caso, por exemplo, de grandes grupos de interesses, bem organizados e ancorados em sistemas de funções, que exercem influência no sistema político *através* da esfera pública. Todavia, eles não podem usar manifestamente, na esfera pública, os potenciais de sanção sobre os quais se apoiam quando participam de negociações reguladas publicamente ou de tentativas de pressão não-públicas. Para contabilizar seu poder social em termos de poder político, eles têm que fazer campanha a favor de seus interesses, utilizando uma linguagem capaz de mobilizar *convicções*, como é o caso, por exemplo, do grupos envolvidos com tarifas, que procuram esclarecer a esfera pública sobre exigências, estratégias e resultados de negociações. De qualquer modo, as contribuições de grupos de interesses são expostas a um tipo de crítica que não atinge as contribuições oriundas de outras partes. E as opiniões públicas que são lançadas graças ao uso não declarado de dinheiro de poder organizacional perdem sua credibilidade, tão logo essas fontes de poder social se tornam públicas, pois as opiniões públicas podem ser manipuladas, porém não compradas publicamente, nem obtidas à força. Essa circunstância pode ser esclarecida pelo fato de que nenhuma esfera pública pode ser *produzida* a bel-prazer. (HABERMAS, 1997, p. 96 e 97)

Essa sociedade aberta de intérpretes, na visão de Peter Habërle, não rejeita o papel fundamental dos juízes e Tribunais na sua atividade fim, mas busca possibilitar o reconhecimento do cidadão ativo e grupos sociais representados pelos diversos meios de formação de opinião como religiões, associações, mídias, partidos políticos, etc.

Verifica-se a tendência de uma interpretação mais aberta quanto mais plural for o grupo de participantes no processo. É o reconhecimento de uma verdadeira democratização jurisdicional. É apenas a afirmação de que a construção coletiva de uma decisão, amadurecida pela deliberação argumentativa, tem o condão de proporcionar a aceitação e transparência dos mandamentos soberanos emanados do Judiciário.

Ademais, sob um enfoque expansivo e integrador, é possível afirmar que a abertura na participação coletiva consagra e reforça direitos fundamentais, como se vislumbra no comando constitucional acerca de direito como educação e informação.

Nessa esteira, a real participação dos cidadãos no processo decisório, com base numa argumentação reflexiva, amadurecida e interpretada com esteio das normas constitucionais, permitirá o surgimento de um indivíduo cômico das opções tomadas pelas instâncias de poder



do país onde vive. Reforça a ideia de estruturação social no momento em que indivíduos capacitados convergem os interesses para o bem comum.

Ainda na visão de Habermas, a esfera pública representa uma rede de comunicativa capaz de amadurecer uma tomada de decisão. Espaços propícios para o pleno desempenho do agir comunicativo.

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em *opiniões públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana. (HABERMAS, 1997, p. 92)

107

O respaldo alcançado nesse prisma será muito mais legítimo posto que a informação será buscada, debatida e introduzida e os questionamentos acerca da falta de transparência das decisões certamente desaparecerão na mesma velocidade em que os esclarecimentos se difundirem por todos os caminhos do conjunto social.

### **3) O CENÁRIO CONSTRUÍDO PELA INTRODUÇÃO DO MECANISMO DE DELIBERAÇÃO**

Foi nítido propósito de proporcionar subsídios aos ministros, na elaboração das decisões judiciais, no âmbito das ações de controle abstrato de constitucionalidade, pois estabelece a possibilidade da oitiva de pessoas com experiência e autoridade na matéria. A medida sinaliza, ainda, para uma maior abertura da Corte e maior compromisso de correção quando do julgamento de matérias técnicas e afastadas da esfera de conhecimentos dos magistrados.



Exigir conhecimentos técnicos e específicos sobre economia, medicina, biologia, antropologia, sociologia, entre outros temas dissociados daquilo que se espera de maneira razoável na órbita cognitiva do Julgador é impossível. Entendendo desta maneira, as leis permitiram a colheita de opiniões de especialistas que, com suas experiências e visões, pudessem clarear a matéria e auxiliar nas decisões.

A ampliação do espectro de intérpretes da constituição além de engrandecer e amadurecer as decisões públicas permite que surja uma nova esfera pública de deliberação participativa onde o cidadão vê-se como parte integrante de um ideal democratizante.

Na mesma esteira vê-se o direito à informação, onde a postura ativa do agente também deve ser contemplada, isto é, o indivíduo não tem respeitado o seu direito à informação somente como mero receptor, mas também quando busca a informação.

Ao permitir uma participação ampla no processo decisório, o indivíduo terá a plena consciência dos interesses e consequências das decisões de relevância num contexto amplo. Poderá informar-se acerca dos benefícios e malefícios de uma tomada de decisão.

A tensão existente entre a função do Supremo Tribunal Federal, na sua atuação como legislador negativo, e a ausência de representatividade popular na Corte acaba por se tornar mais passível de críticas quando ela não se apresenta como campo aberto para a apresentação dos anseios populares.

A mudança de perspectiva acerca jurisdição constitucional desvela o palco propício ao enriquecimento das decisões judiciais. A atuação dos julgadores não só na difícil análise de políticas públicas como também na interpretação da abrangência das normas constitucionais de conceito indeterminado recebe o respaldo de uma sociedade de intérpretes que acrescentam diferentes olhares.

#### **4) SITUAÇÃO ATUAL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO STF**

Após a edição das leis 9868/99 e 9882/99 que passaram a prever a possibilidade da sociedade civil no âmbito dos processos objetivos de controle de constitucionalidade na figura do *amicus curiae* e também a possibilidade de convocação das audiências públicas, um longo período foi observado até que a primeira audiência pública judicial fosse convocada.





Foram quase dez anos até que a primeira audiência pública fosse realizada no Supremo Tribunal Federal. Tratou-se da audiência sobre dispositivo da Lei de Biossegurança<sup>3</sup> cuja discussão residia na permissão de utilização de células-tronco embrionárias para pesquisas no campo da medicina.

Em seguida o STF realizou ainda audiências nos processos de julgamento acerca da possibilidade de importação de pneus reciclados<sup>4</sup>, da antecipação de partos de fetos com anencefalia<sup>5</sup>, do direito social à saúde e das políticas públicas que consistem em ações afirmativas nas universidades públicas<sup>6</sup>.

Já para o ano de 2012 duas audiências públicas foram convocadas, uma questionando a Lei n. 12.684/2007 do Estado de São Paulo que proíbe, no âmbito da unidade federativa, a utilização de produtos, materiais ou artefatos que contenham amianto<sup>7</sup> e a outra que discute dispositivo da Lei 11.705/2008 (Lei Seca) que proíbe a venda de bebidas alcoólicas à beira de rodovias federais<sup>8</sup>.

O questionamento que surge está ligado à quantidade de audiências realizadas ao longo de quase 15 anos desde a publicação das leis. Outro ponto está relacionado a uma análise qualitativa, que consiste em verificar até que ponto as opiniões expressadas pelos especialistas influenciam realmente as decisões proferidas pelos Ministros.

É possível constatar a insuficiência de audiências públicas judiciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal, embora as audiências já realizadas tenham sido acertadas, sobretudo sob o enfoque dos temas tratados. No entanto, outros temas, de igual ou maior importância foram sonogados da participação coletiva na construção do julgado, como nos casos do reconhecimento de direitos civis decorrentes das uniões homoafetivas, das atribuições do Conselho Nacional de Justiça, na discussão acerca dos dispositivos da chamada Lei da Ficha Limpa, entre outros tantos casos de ampla repercussão e de inegável interesse coletivo.

É fato que realização de audiências públicas em todo e qualquer caso posto para julgamento pelo STF inviabilizaria o funcionamento normal da corte dado o volume de matérias de sua competência, contudo questões de relevância precisam de um amadurecimento

<sup>3</sup> ADIN 3510

<sup>4</sup> ADPF 101

<sup>5</sup> ADPF 54

<sup>6</sup> ADPF 186

<sup>7</sup> ADIN 3937

<sup>8</sup> ADIN 4103



obtido através do debate entre a corte e a coletividade. Temas importantes para a sociedade não podem prescindir de uma ampla discussão no seio do Supremo Tribunal Federal.

Sob o ponto de vista qualitativo vários fatores podem ser analisados objetivando aferir até que ponto as opiniões apresentadas pelos integrantes do debate influenciam ou podem influenciar os ministros.

Segundo interessante levantamento, a análise do impacto das audiências sobre os votos dos ministros evidencia uma insipiente influência. Segundo a autora, dois fatores evidenciam a baixa importância dada aos argumentos. Primeiramente a quantidade de referências nos votos dos ministros e, em seguida, quando citadas das opiniões apresentadas nas audiências públicas servem para corroborar os argumentos já incorporados pelos ministros.

110

Ao analisar o conteúdo do acórdão, pode-se observar que um número relevante de ministros não utilizou argumentos proferidos na audiência para a confecção de seus votos. Entre eles estão os ministros Gilmar Mendes, Ellen Gracie, e Joaquim Barbosa, que compuseram o voto majoritário no sentido da improcedência da ação, conferindo constitucionalidade à pesquisa com células-tronco embrionárias. Dentre os ministros que compuseram o voto majoritário, Carmen Lúcia, Carlos Ayres Brito (relator do processo), Marco Aurélio e Celso de Mello mencionaram argumentos da audiência pública pelo menos uma vez. Destaca-se ainda, nesse conjunto, o ministro Cezar Peluso, que reproduziu no teor de seu voto o resumo dos debates da audiência, utilizando os argumentos nela pronunciados de forma recorrente (ao todo 12 menções) para a fundamentação de sua decisão. Dentre os contrários à pesquisa com células-tronco embrionárias, posicionaram-se os ministros Eros Grau, que não utilizou argumentos da audiência, e os ministros Menezes Direito (3 menções) e Ricardo Lewandowski (1 menção). (VESTENA, 2012, p. 99)

Sob esta ótica, a pretensa democratização buscada com a realização das audiências públicas judiciais resta fadada ao insucesso já que os discursos argumentativos capazes de enriquecer o debate e chancelar de legitimidade as decisões judiciais não são considerados como deveriam.

Permanecendo a questão no cenário apresentado, o descrédito será característica certa das audiências. As opiniões relegadas para um segundo plano e a desconstrução da falsa ilusão de que os argumentos podem influenciar a corte fulminará de morte o instituto inegavelmente capaz de atender os anseios de integração comunicativa e de maturidade democrática. (VESTENA, 2012, p. 103)



Ocorre que, numa perspectiva de fortalecimento do instrumento em análise, merecem alguns reparos as considerações apresentadas. Embora a utilização da ferramenta pareça insuficiente, ante os relevantes casos alçados ao plano da Suprema Corte, o fato é que, no aspecto qualitativo, as opiniões apresentadas nas audiências públicas realizadas não foram por completo ignoradas nos votos dos ministros.

Longe ainda de representar um ideal democratizante defendido no presente trabalho, no levantamento realizado é possível perceber que alguns votos buscaram, nos esclarecimentos apresentados pela sociedade civil, o suporte capaz de embasar os pontos de vista defendidos. É um ponto de partida a ser valorizado, sobretudo pela preocupação da Corte em tornar público o debate dos temas relevantes.

Impossível pensar em um ser humano capaz de progredir sobre todos os ramos do conhecimento humano e apresentar-se habilitado a assumir posições sem os riscos de eventuais equívocos. Neste sentido, a construção coletiva, buscando esteio nas diversas opiniões emergentes da sociedade, é capaz de reduzir ou reparar os temores acerca dos argumentos válidos inseridos nas decisões judiciais.

Nos processos citados anteriormente, onde foram realizadas audiências públicas, apenas três acórdãos estão disponíveis na íntegra (ADI n.º 3510 – Pesquisas com células-tronco embrionárias, ADPF n.º 101 – Importação de pneus usados e ADPF n.º 54 – Interrupção de gravidez de feto anencéfalo). No outro caso julgado (ADPF n.º 186 e RE n.º 597.285 – Políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior) encontram-se disponíveis apenas os votos dos Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski<sup>9</sup>.

Conforme análise das decisões apontadas, foi possível dimensionar a atuação de cada Ministro e em que medida eles foram influenciados pelas opiniões apresentadas nas audiências públicas. Optamos, para uma melhor ilustração, por separar os casos, pontuando as observações pertinentes a cada um deles:

<sup>9</sup> Embora o STF já tenha se posicionado na ADPF 186 o acórdão não está disponível. Em consulta realizada no sítio eletrônico [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br) foi possível obter os dois únicos votos disponíveis (Ministro Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski) que não fazem qualquer referência às audiências públicas. Diante disto, não foi possível verificar eventual avanço ou retrocesso na utilização das audiências públicas pelo Tribunal.



#### 4.1) ADI n.º 3510 – Pesquisas com células-tronco embrionárias

Na ação direta de inconstitucionalidade em que se questionava o art. 5º da Lei n.º 11.105/2005 e que teve como relator no processo o Ministro Carlos Ayres Britto, é possível perceber que o acórdão faz várias referências aos argumentos apresentados nas audiências públicas realizadas.

Especialmente no voto do ministro relator, verifica-se o cuidado em introduzir no corpo da decisão uma síntese das opiniões expendidas nas audiências. A decisão do ministro Ayres Britto apresenta certa influência acerca de questões de ordem técnica<sup>10</sup>, fortemente carregada por conceitos próprios da medicina e da biologia, alheios ao conhecimento médio dos operadores do direito. Ademais, os termos e conceitos foram apresentados por especialistas no assunto quando da realização da audiência.

É possível frisar ainda que, talvez em razão da timidez natural em relação ao novo, alguns dos ministros da corte sequer fizeram referência<sup>11</sup> ou apenas ressaltaram a realização do evento<sup>12</sup>. Já os ministros Menezes Direito e Cezar Peluzo valeram-se dos argumentos apresentados pelos participantes para incorporar argumentos de autoridade, sustentando uma posição de contrariedade à admissibilidade da utilização ampla das pesquisas com células-tronco embrionárias. As citações serviram para direcionar argumentos sustentados pelos ministros, numa sintomática perspectiva de internalizar os argumentos expostos pelos *experts* participantes das audiências públicas.<sup>13</sup>

Ainda que insipiente sob o aspecto pretendido de caráter democratizante e também pelo reduzido dimensionamento acerca dos reflexos da influência sofrida pela Corte, já que a sociedade esperava ansiosamente pela decisão, o fato é que esse foi um marco para o Supremo e para toda a sociedade. O diagnóstico feito revela que, após longo período de espera até que a primeira audiência pública fosse realizada, houve a sinalização para uma tendência que se mostrou crescente como elucidado acima, já que só em 2013 cinco audiências já foram realizadas.

<sup>10</sup> O ministro cita um esclarecimento a respeito do momento em que se pode considerar o início da vida. Disponível em < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=611723>> página 166. Acesso em 14/09/2013.

<sup>11</sup> Os ministros Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Ellen Gracie, Marco Aurélio e Celso de Mello não fizeram qualquer referência às audiências públicas.

<sup>12</sup> Ministros Carmem Lúcia e Joaquim Barbosa.



Por fim, destaca-se ainda, sobre essa experiência inicial a relevância do procedimento, enaltecido por diversas pessoas, vislumbrando um cenário de respeito aos preceitos democráticos. Como síntese desse reconhecimento tem-se passagem do voto do ministro Gilmar Mendes defendendo a posição de uma Corte Constitucional, abrigando os anseios sociais, representando um espaço aberto à reflexão possibilitando uma construção coletiva.

O Supremo Tribunal Federal demonstra, com este julgamento, que pode, sim, ser uma Casa do povo, tal qual o parlamento. Um lugar onde os diversos anseios sociais e o pluralismo político, ético e religioso encontram guarida nos debates procedimental e argumentativamente organizados em normas previamente estabelecidas. As audiências públicas, nas quais são ouvidos os expertos sobre a matéria em debate, a intervenção dos *amici curiae*, com suas contribuições jurídica e socialmente relevantes, assim como a intervenção do Ministério Público, como representante de toda a sociedade perante o Tribunal, e das advocacias pública e privada, na defesa de seus interesses, fazem desta Corte também um *espaço democrático*. Um espaço aberto à reflexão e à argumentação jurídica e moral, com ampla repercussão na coletividade e nas instituições democráticas.<sup>14</sup>

#### 4.2) ADPF n.º 101 – Importação de pneus usados

No julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental n.º 101 questionava-se a importação de pneus usados para reuso pelo mercado interno, discutindo-se, especialmente, os impactos ambientais e à saúde. O fato é que Portarias do Departamento de Operações de Comércio Exterior – Decex e da Secretaria de Comércio Exterior – Secex, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e Decretos Federais, expressamente vedavam a importação de bens de consumo usados.

A ADPF teve a relatoria da Ministra Carmem Lúcia que, durante o procedimento, convocou audiência pública, ressaltando a relevância do tema debatido. Ressaltou que o exame mais acurado do assunto justificava a convocação de especialistas no assunto para a elucidação das questões envolvidas.

O voto da ministra-relatora indica que os argumentos exerceram influência, já que ela expressamente cita os argumentos favoráveis à autorização da importação e os argumentos em

<sup>13</sup> Disponível em < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=611723>> página 496, 497, 512 3 513. Acesso em 14/09/2013

<sup>14</sup> Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=611723>, Página 598 599. Acesso em 14/09/2013



sentido contrário, partindo-se desse ponto para a fixação de um entendimento que conduz o voto que prevaleceu ao final do julgamento.<sup>15</sup>

Todos os ministros participantes do julgamento não fizeram referência à audiência pública realizada, exceto o ministro Gilmar Mendes que, mais uma vez, ressaltou a importância do instrumento como mecanismo de democratização das decisões judiciais.

De relevante neste caso, ressalta-se que no voto da ministra constou um anexo (anexo III) com uma síntese das opiniões apresentadas durante a audiência pública. A incorporação das opiniões é o meio de se conferir o atributo da informação, ou seja, por este caminho é possível levar ao conhecimento de toda a sociedade as razões pelas quais a decisão foi tomada.

Nessa visão adequada da concepção que se apresenta delineada de uma nova maneira, devemos pensar que a introdução das opiniões aduzidas nos debates provocados pelas audiências públicas coopera com o respeito ao Art. 93, IX da CRFB que determina a fundamentação das decisões judiciais. O dispositivo tem ínsito o desejo de proporcionar a informação adequada aos cidadãos, conforme se extrai da parte final do referido dispositivo.

#### **4.3) ADPF n.º 54 – Interrupção de gravidez de feto anencéfalo**

A ADPF n.º 54 cuidou da possibilidade de interrupção da gravidez nos casos de anencefalia do feto. A discussão orientava-se pela preservação do direito à vida, saúde, liberdade, entre outros direitos fundamentais.

Dentre todas as audiências públicas realizadas parece ter sido a que exerceu certa influência sobre as decisões dos ministros do Supremo Tribunal. Somente para ilustrar a afirmação, dos dez ministros que participaram do julgamento<sup>16</sup>, oito fizeram referências aos esclarecimentos prestados por força dos debates nas audiências públicas.

O relator foi o ministro Marco Aurélio, que em diversas passagens do seu voto reportou-se aos debates das audiências públicas<sup>17</sup>. Fala, por exemplo, de dados da Organização Mundial de Saúde sobre a incidência da anencefalia, ressaltando certa frequência do problema, dado este apresentado durante uma das audiências públicas. Em outras duas passagens

<sup>15</sup> Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629955>> Acesso em 14/09/2013

<sup>16</sup> O ministro Dias Toffoli não participou do julgamento por estar impedido.

<sup>17</sup> Foram, ao todo, 14 referências às audiências públicas.





demonstra a importância do procedimento. A primeira pelo seu ideal esclarecedor conforme se pode perceber no trecho transcrito:

As informações e os dados revelados na audiência pública em muito contribuíram para esclarecer o que é anencefalia, inclusive com apresentação de imagens que facilitaram a compreensão do tema. A anomalia consiste em malformação do tubo neural, caracterizando-se pela ausência parcial do encéfalo e do crânio, resultante de defeito no fechamento do tubo neural durante a formação embrionária.<sup>18</sup>

115

E o ministro apresenta o outro aspecto de relevância no evento, esse evidenciando a influência sofrida pelos debates, pois, como afirmou o próprio ministro, durante as audiências, restou sensibilizado com sofrimento das gestantes que se submetem ao procedimento abortivo.

Os tempos atuais, realço, requerem empatia, aceitação, humanidade e solidariedade para com essas mulheres. Pelo que ouvimos ou lemos nos depoimentos prestados na audiência pública, somente aquela que vive tamanha situação de angústia é capaz de mensurar o sofrimento a que se submete. Atuar com sapiência e justiça, calcados na Constituição da República e desprovidos de qualquer dogma ou paradigma moral e religioso, obriga-nos a garantir, sim, o direito da mulher de manifestar-se livremente, sem o temor de tornar-se ré em eventual ação por crime de aborto.<sup>19</sup>

Em sua participação, o Ministro Gilmar Mendes sugere, como feito em ocasiões anteriores, a adoção de um modelo procedimental ampliado, no qual sejam viabilizadas alternativas para a interferência de uma pluralidade de sujeitos, de argumentos e visões no processo constitucional, especialmente, nos processos objetivos de controle de constitucionalidade. Destaca a possibilidade de o Supremo Tribunal contemplar as várias dimensões na análise do enfrentamento da Constituição com leis e demais normativos. Em passagem de seu voto diz-se influenciado pelas informações extraídas das audiências públicas, defendendo a possibilidade de a decisão do Supremo Tribunal conter um comando para as autoridades públicas realizarem diagnósticos precisos para a constatação de casos de anencefalia.

<sup>18</sup> Disponível em < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>> Acesso em 14/09/2013, p. 44

<sup>19</sup> Disponível em < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>> Acesso em 14/09/2013, p. 69



Disso se segue que o Estado deverá disciplinar com todo zelo a questão relativa ao diagnóstico da anencefalia fetal, visto que ele é a condição necessária à realização desse tipo de aborto. Desse modo, utilizando-me da experiência do direito comparado, bem como do quanto exposto na Audiência Pública realizada na Corte sobre o tema, sugiro que a decisão que deverá emanar do Supremo Tribunal imponha às autoridades competentes do Ministério da Saúde a obrigação de editar normas de organização e procedimento que confirmem a segurança exigida a diagnóstico dessa espécie, o qual pode servir de base a decisão de tal gravidade.<sup>20</sup>

Extrai-se dos votos dos outros ministros que esclarecimentos importantes foram obtidos de forma a conferir maior segurança ao julgador. Os debates foram enriquecedores no sentido elucidar temas complexos, atribuindo ao julgador apenas o dever de orientar-se apenas pela correta aplicação no caso concreto dos princípios e regras constitucionais.

## 5) CONCLUSÃO

Verifica-se, portanto, que sob uma nova perspectiva de democracia, segundo uma ótica extremamente atual, o Poder Judiciário, apresenta-se como palco hábil para o debate de temas de relevância para o país, deixando de ter no Legislativo e no Executivo a exclusividade na função.

As decisões judiciais que possuem esse caráter de democratização surgem com a autenticação da legitimidade, posto que a participação popular terá sido decisiva no amadurecimento do debate.

É nítido o propósito de atribuir legitimidade e não subtrair poderes dos Julgadores. As decisões judiciais devem continuar permeadas pelo viés da autoridade estatal, sob pena de violação à soberania do Estado. No entanto, percorrer o caminho na construção da decisão revela-se fundamental para o entendimento de um novo cenário formado nas democracias contemporâneas.

Esse viés investigativo da teoria da decisão, que toma um caráter pragmático pela institucionalização de um sistema de construção coletiva, encerrando o isolamento do

<sup>20</sup> Disponível em < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334> > Acesso em 15/09/2013, p. 295.



magistrado, merece atenção para evitar o desvirtuamento do instituto, especialmente se tomado como mero argumento de autoridade de visões pré-concebidas.

Entende-se, como medida capaz de proporcionar, de maneira eficaz esse desiderato de democratização, a realização das audiências públicas judiciais, como previsto nas Leis 9868/99 e 9882/99.

Ainda insuficiente, sob o plano quantitativo e qualitativo, as audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal sinalizam como um avanço num caminho que se pretende percorrer no busca de uma democracia real, exercida com a participação popular.

Sem dúvida, as audiências públicas representam o que há de mais eficaz, atualmente, para proporcionar o objetivo de tornar transparente e passível de aceitação coletiva as decisões judiciais com ampla repercussão.

Por certo, continua sendo o Poder Legislativo o local específico para a representação popular, ainda que indiretamente exercida tal representação. Todavia não há que se falar em qualquer usurpação de função quando as deliberações são tomadas através de uma argumentação coletiva no plano do Poder Judiciário.

Entender o Judiciário como uma esfera pública de deliberação coletiva é medida salutar de profundo reconhecimento de uma democracia sólida, pois tem no povo parte integrante de uma decisão que repercutirá inegavelmente sobre os membros da coletividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. *Balancing, constitutional review and representation*. International Journal of Constitutional Law – october/2005;

BARROSO, Luis Roberto. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*, <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf> <acesso em 16/08/2012>;

BARROSO, Luis Roberto. *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*; 2ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2006;

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria da Democracia Participativa (Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade)*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.



BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro – Um terceiro enigmático*. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *Teoria do Precedente Judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais*; São Paulo: Noeses, 2012, pag. 37-38;

CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes Legisladores?* Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

GARAPON, Antoine e IOANNIS, Papadopoulos. *Julgar nos Estados Unidos e na França – Cultura jurídica francesa e common law em uma perspectiva comparada*. Tradução Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HABÈRLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição* - Tradução de Gilmar Ferreira Mendes, Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1997;

HABERMAS, Jurgen. *Democracia e Direito – Entre Facticidade e Validade*, Vol. II. Tradução Flávio Beno Siebenechler. Ed. Tempo Brasileiro. 1997;

HABERMAS, Jurgen. *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989;

LOCKE, John. *Segundo Tratado de Governo Civil*. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MAUS, Ingborg. *O judiciário como superego da sociedade*. Tradução Geraldo de Carvalho e Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

NETTO, Fernando Gama de Miranda e CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. *Representação Argumentativa: Fator retórico ou mecanismo de legitimação da atuação do Supremo Tribunal Federal?* Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3589.pdf>> Acesso em 09/09/2013

STAFFEN, Márcio Ricardo e BODNAR, Zenildo. *Audiência judicial participativa como instrumento de acesso à justiça ambiental: diálogo com Elio Fazzalari*, <http://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/127/n2Staffen.pdf>, <acesso em 15/08/2012>;

TATE, Chester Neal and VALLINDER, Torbjörn. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York e London: New York University Press, 1995.

VESTENA, Carolina Alves. *Participação ou Formalismo, O impacto das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal Brasileiro*; <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7832/DMPPJ%20-%20CAROLINA%20ALVES%20VESTENA.pdf?sequence=2> <acesso em 17/08/2012>.



VIANNA, Luiz Werneck. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.



## **POR UMA AUTONOMIA À ESCOCESA: ENTRE A VALENTIA CELTA E AS HIGHLANDS BRUMOSAS**

MELLO, Erick Carvalho

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Memória Social- Unirio*

*carvalho.mello@gmail.com*

120

### **RESUMO**

Este trabalho tem por interesse a análise do referendo pela independência da escócia marcado para o segundo semestre de 2014 e que vem sendo motivos dos mais variados debates e polêmicas por todo o Reino Unido. Nossa proposta é tentar entender as bases de sustentação deste referendo junto a sociedade civil e como a esfera pública atua em meio ao debate pela independência e seus desdobramentos.

Buscaremos neste sentido entender as diferentes vozes políticas que são evocadas neste momento e como uma possível independência pode ser de grande impacto na atuação da cidadania escocesa, bem como na elaboração de projetos nacionais que dialoguem com grupos identitários historicamente não colocados em pauta durante o domínio de Westminster.

**Palavras chave:** Referendo, Escócia, Independência.

### **ABSTRACT**

This work aims to show an analysis of the referendum for the independence of Scotland scheduled for 2014 summer and also the different debates and controversy opinions through the UK. Our proposal here is to understand the basic discourses of this referendum within civil society and how the public sphere acts amid the debates for independence and its aftermath.

We seek the understandings about the different political voices that were raised at this point and how a possible independence in the making can bring a large impact on Scottish citizenship and develop of national projects that can be articulated with identity groups historically not placed on the agenda during Westminster's rule.

**Key words:** Referendum, Scotland, Independence.





## **POR UMA AUTONOMIA À ESCOCESA: ENTRE A VALENTIA CELTA E AS HIGHLANDS BRUMOSAS**

Em Outubro de 2012 em St. Andrews House, moradia oficial do ministro escocês, O premiê britânico David Cameron e o chefe do governo regional escocês, Alex Salmond, assinaram um acordo que previa a elaboração de um grande referendo popular na Escócia para o ano de 2014.

Este referendo marcado para Setembro tem como proposta algo que num primeiro momento é bem simples: A Escócia deve ou não se tornar independente do Reino Unido e, consequentemente, da Inglaterra? A resposta, no entanto, não é assim tão fácil de obter.

A complexidade de tal referendo não se encontra na ideia em si, mas no que ela implica em diferentes níveis participativos e representacionais da sociedade civil escocesa. Por trás de um referendo de tal porte, a atenção dos jornais ingleses e, por que não dizer, internacionais se manteve no debate econômico enquanto internamente se buscava algum outro entendimento.

De um lado se debatia o impacto financeiro de uma profunda troca do sistema monetário escocês, bem como implicações sobre usos de reservas de petróleo e do manejo de armas nucleares inglesas presentes em solo escoto. De outro lado, no entanto, outro debate bem mais profundo se apresentava. Uma batalha pela identidade escocesa, um retorno a distorcida memória dos campos de Culloden.

Afinal, os modelos políticos célticos aqui inseridos em uma dinâmica circular de poder político racional dentro da sociedade escocesa esbarram e tropeçam em seu próprio nacionalismo e, pelo menos há trezentos anos, fazem de qualquer ação afirmativa da soberania da Escócia uma disputa por uma memória conflitante das suas próprias conquistas históricas, assombrando não apenas seus inúmeros castelos, mas também toda uma nação.

Basicamente, a construção de uma memória política jacobita<sup>1</sup> mitificada desde a derrota na Batalha de Culloden<sup>2</sup> no século XVIII e a memória céltica escocesa, formada por suas bases etnonostálgicas deram a tônica das complicações que a disputa por uma independência

<sup>1</sup>Grupo que apoiava a restauração do trono católico na Escócia. Seu nome vem de Jaime VII da Escócia e foram historicamente derrotados em 1715 e 1746. Mesmo após a derrota o movimento jacobita é idealizado de maneira romântica, sobretudo, pelas tradições dos clãs das Highlands escocesas.

<sup>2</sup>Conhecido por ser a última batalha terrestre a acontecer no solo do Reino Unido, a Batalha de Culloden ocorreu em Abril de 1746 e marca a derrota das forças jacobitas católicas e apoiadas pelas terras altas (Highlands) da Escócia. A derrota escocesa marca o domínio total inglês sobre o território escocês sob a bandeira do Reino Unido.



pode trazer. Desta forma, o grande entrave a plena soberania do povo escocês em muito se deve a indefinição destes elementos na construção do que é ser escocês e isso se reflete nas diferentes tradições inventadas por toda a Escócia nos últimos duzentos anos.

Afinal, se existe uma nação conhecida por suas tradições inventadas mundialmente, essa nação é a Escócia. Das gaitas de fole aos kilts, muito se entende do quão tradicional esse país pode ser. No entanto, o que raramente se percebe é que não existe de fato uma cultura homogênea por toda a Escócia e mesmo geograficamente esses diferentes modelos de vida podem ser sentidos em uma rápida comparação entre o modo de vida das famosas Highlands (terras altas, ao norte e no interior) com as das Lowlands (terras planas, ao sul e mais centrais), por exemplo.

As implicações políticas destas disputas são diversas. Entre estas variações encabeçadas por essas diferentes visões de uma identidade escocesa, nós encontramos o aumento contínuo da complexidade da própria lógica do sistema político escocês inserido em uma esfera pública minimamente organizada, mas que nunca soube lidar com as diferentes vertentes do projeto reflexivo do eu nacional, seja ele jacobita ou céltico.

Para se chegar nessas implicações políticas necessárias para o entendimento do referendo marcado para 2014, antes se devem entender quais memórias escocesas encontram-se em disputa nos últimos quase trezentos anos e que problemas essas diferentes memórias coletivas em disputa serviram para o engessamento de um projeto maior de autonomia e soberania escocesa até a segunda década do século XXI.

## **A BATALHA PELA ESCÓCIA: ENTRE O CÉLTICO E O JACOBITA**

O Sentimento de pertença escocês sempre esteve em disputa interna e externa. Externamente pelas diferenças e experiências que consolidaram o fator inglês e britânico enquanto o “outro” em sua formação. Internamente por um complexo e problemático ato memorativo que divide a Escócia não apenas geograficamente, mas politicamente.

A Escócia possui elementos ambíguos em dois níveis. Na sua formação nacional limitada nós temos a identidade britânica sempre vista como uma ameaça apesar de integrada por meio de sanções políticas da estrutura do Reino Unido ao agir normativo sobre toda e qualquer ação política escocesa.



Os elementos britânicos são reconhecidamente o outro e dominam a Escócia que se constrói tradicionalmente resistente por seus elementos folclóricos dos mais variados.

Aparentemente não se entende de onde vem tamanha dominação inglesa sobre o ímpeto resistente escocês, mas é justamente por meio deste ímpeto e representatividade que a identidade britânica encabeçada pela Inglaterra age dramaturgicamente e normativamente sobre a Escócia.

A pergunta que qualquer um se faz nesse contexto é: o que faz da Escócia alvo fácil da dominação britânica se ela é tão resistente e distinta em sua construção nacional? A resposta reside na própria construção nacional, para sermos sinceros.

Afinal, internamente a ambivalência escocesa é notória. Tanto culturalmente quanto geograficamente o país é dividido em dois. De um lado nós temos as terras altas (Highlands) e do outro as terras baixas (Lowlands) que historicamente se percebem distintamente e refletem isso na valorização de seu passado e nos embates representativos de políticas públicas.

Nas Lowlands uma memória conflitante é trabalhada. Primeiro porque é nessa região onde encontramos a maior concentração populacional e de renda em todo o país. Em segundo ponto porque é na lowland que se misturam sentimentos de pertença ancestrais, fatos históricos consolidados pela narrativa oficial e, sobretudo, uma ligação direta com os ingleses com relação a subserviência e certa parcela de herança germânica.

Essa suposta germanicidade das lowlands, a construção religiosa protestante e por vez loyalista de alguns de seus setores detentores dos meios de produção taxou qualquer outra referência a herança cultural das Highlands nada mais que um *“sonho de um país pequeno”*, mesmo por narradores que aparentemente defendiam certa autonomia da Escócia, como o jornalista Andrew Marr, por exemplo.

Aplicava-se aqui uma vontade de isolar parte deste legado único que possuía as Highlands, uma herança céltica em grande parte. Essa postura das lowlands ganha contornos de guerra religiosa ao remeter-se de maneira contrária a memória jacobita escocesa e, sobretudo, a um catolicismo que buscava quebrar a unicidade do sentimento britânico por meio de uma independência escocesa.

A construção germânica da Escócia em muito é fruto de um alinhamento das terras baixas com a visão germânica e teutônica da identidade inglesa junto da *“predisposição dos povos germânicos para liberdade (em oposição a um catolicismo tirânico)”*, como nos lembra Murray Pittock.



Essa tendência a uma pressuposta germanicidade das lowlands, pautado sobre um ‘teutonismo’ inglês, unia-se com os sentimentos nacionais escoceses e ingleses em uma germanicidade ambivalente.

Esta ambivalência entre Escócia germânica e Escócia céltica (marginal) foi construída pela mescla de elementos nobres ligados a uma germanicidade gótica e britânica dos escoceses que pelo ideal de liberdade deveria controlar o ímpeto céltico existente na sua formação.

Claro que estes elementos são construções do século XIX e início do século XX. Seu ponto de articulação inclui inúmeras teorias racistas ligadas a elementos não germânicos desta formação nacional escocesa e era corroborada por elementos culturais dos mais diversos como os textos de Sir Walter Scott, por exemplo.

Nestes textos e inúmeros outros em um conjunto que vai de publicações, romances, e periódicos a estudos científicos tendenciosos nós encontramos nitidamente a ideia de um celticismo caracterizado pelo lado emocional dos escoceses e o teutonismo como a correção intelectual do mesmo.

Neste sentido, ao menos historicamente a vivência escocesa é integrada a um sentimento de inglesidade, ao atrelar sua independência a uma ligação com a Inglaterra e certo distanciamento das ligações com a cultura celta das Highlands e os levantes Jacobitas visto como intrusos nas terras baixas germânicas da Escócia. Ignora-se historicamente que as terras baixas também tenham se levantado contra a Inglaterra, inclusive.

Inicialmente essa cultura jacobita escocesa é tida como desagregadora e iconoclasta. A cultura céltica das Highlands mais ainda. Até mesmo porque são as Highlands as terras tidas como atrasadas, selvagens, desregradas e com um violento potencial passional de seus habitantes, visto que estes são descendentes dos celtas e são detentores de uma tradição gaélica escocesa.

O Grande trunfo cultural britânico, neste sentido, foi o uso das tradições inventadas da Escócia como uma pitoresca faceta do domínio britânico e integrar isso a sua estrutura de poder político sobre o país.

Nessa visão, a Escócia foi então dividida geograficamente entre celta e teutônica, entre responsabilidade e selvageria romântica, onde esta última era associada ao celticismo emocional e deveria ser suprimido em nome da unidade britânica.

E é justamente a dominação dos elementos culturais célticos escoceses que permitiu ao Reino Unido administrar essa Escócia dividida sem que nunca esta conseguisse se unir mais



incisivamente sobre seus próprios afazeres. Todas as tradições resistentes e, sobretudo as ligadas as Highlands, são subvertidas e usadas pelo ideal dominador britânico sobre a ilha. O tradicional Kilt escocês é uma prova disso. Afinal, não é por menos que até o hoje o uso do tartan é entendido dentro do exército britânico como um símbolo de heroísmo céltico, típico de grupos que servem a atividades arriscadas sem pensar muito nas consequências.

As tradições célticas das terras altas inventadas no século XVIII em esforço de se diferenciar culturalmente da já consolidada tradição céltica irlandesa da qual possuía uma relação muito estreita, foi pouco a pouco sendo transformada em elemento diferenciado da identidade escocesa e rapidamente controlado pelo domínio britânico para que este não se tornasse deveras independente.

Elementos escoceses como o tartan, a gaita de fole ou a farsa épica escrita por James Macpherson<sup>3</sup> por um breve momento deram ao escocês a distinção etnonostalgica que buscaram frente a seus vizinhos ingleses e irlandeses. No entanto, estes mesmos elementos que o distinguiam foram usados para sua domesticação pelo domínio britânico e relegaram ao estigma de atraso tudo aquilo que era céltico ou jacobita, tudo aquilo que era incisivamente escocês e não inglês.

## **UMA ESFERA PÚBLICA DE KILT: O MODELO POLÍTICO CELTA E O REFERENDO DE 2014**

2014 é um ano relevante para a política escocesa. Negligenciada por séculos, as querelas nacionais voltam a fazer parte da pauta política escocesa e do entendimento subjetivo, social e objetivo das vivências públicas da Escócia

O diálogo e o debate acerca do referendo de 2014 e a possibilidade de independência do país catalisa certas falas nacionalistas que cresceram nas últimas décadas e culminaram no próprio referendo. Artigos são publicados semanalmente e o mundo todo acompanha dia após

<sup>3</sup>James Macpherson (1736-96) foi o “tradutor” dos chamados “poemas ossianicos” entre os anos 1760 e 1763, onde teria se baseado na antiga tradição oral celta da Escócia para narrar de maneira épica um herói mítico chamado Ossian, equivalente ao herói celta irlandês Oisín. No entanto, apesar da farsa da produção textual, seus poemas tiveram grande impacto na aceitação e divulgação das tradições célticas escocesas no mundo, sendo chamado de ‘Homero céltico’ à época. Sabe-se, por exemplo, que figuras como Napoleão, William Blake, Thomas Jefferson, Henry David Thoreau e Goethe (que inclusive o traduziu para o alemão) eram admiradores da obra de Macpherson.



dia as campanhas tanto pelo sim quanto pelo não e o crescimento jamais visto dos simpatizantes de uma independência escocesa.

Os defensores do não se apegam a um discurso exacerbadamente objetivo e socialmente normativo. Falam dificuldades de reestruturação econômica e apelam para papéis de interesses privados que possam influenciar a esfera pública e conseqüentemente o sistema político inserido na mesma.

Os defensores do não vendo que muitos de seus esforços não foram demasiado convincentes aos possíveis eleitores do sim que atingiram uma margem de 47% de aprovação segundo pesquisas datadas de junho de 2014, adotaram até mesmo para bases afetivas da imagem consolidada do ideal britânico no mundo globalizado, elementos de confiança etc.

Em muitos casos esses discursos eram aplicados até mesmo sobre questões estéticas menores, como possíveis novas *unionjacks*<sup>4</sup> e como isso pareceria de certo um ataque a tudo aquilo que os definia enquanto britânicos. No entanto, ao que parece os escoceses não se entendem muito como britânicos, pois em geral eles têm plena consciência de que ser escocês é basicamente não ser inglês e não ser britânico.

Para além das construções identitária escocesas e suas diferentes leituras do seu próprio projeto reflexivo do eu escocês que perpassa as vivências etno nostálgicas das lowlands e highlands, a campanha pelo sim a independência da Escócia não foi construída da mesma forma e segundo consta foi fruto de uma evolução das próprias dinâmicas políticas escocesas nas últimas décadas.

Segundo o cientista político Kurt w. Jefferson, a Escócia possui um sistema político que pode ser definido como um sistema céltico e que encontra paralelos na chamada franja céltica atlântica sobre outras regiões também entendidas enquanto celtas.

Este sistema político definido como céltico por Jefferson encontra ressonância nas demandas da esfera pública organizada e no agir comunicativo escocês cada vez menos conservador e cada vez mais ligada às demandas trabalhistas e nacionalistas nas últimas décadas.

Isso ocorre porque na Escócia nós encontramos hoje um sistema de limitado pluralismo partidário bem consolidado e que permitiu o crescimento de falas que por décadas, e

<sup>4</sup>Nome dado popularmente a Bandeira do Reino Unido onde encontram-se juntas as bandeiras da Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte.





por que não dizer por séculos, foram negligenciadas pelo centralismo do projeto britânico e das ideias de um estado unificado sob a batuta inglesa.

Esse sistema de pluralismo partidário escocês é composto em geral por cinco partidos atuantes. Em ordem de expressividade hoje nós temos o *Scottish Labour Party*, seguido do *Scottish National Party*, dos *Scottish Liberal Democrats*, dos *Scottish Conservatives (Tories)*, dos *Scottish Socialists* e por fim dos *Scottish Greens*.

Cada partido possuindo sua própria pauta que vai desde as causas trabalhistas e nacionalistas com maior número de adeptos, as causas conservadoras, liberais e em menor escala o discurso socialista e verde com menos adeptos, mas também mais novos em sua formação.

Entender o referendo por independência é na verdade entender como o sistema político escocês se transformou por meio da influência da sociedade civil em sua esfera pública e suas demandas étnicas.

A variação de papéis existentes nas relações sociais escocesas cresceu desde sua melhor formação partidária em finais do século XIX e atualmente no início do século XXI ela encontra-se bem amadurecida em sua formação pluralista.

Basta notarmos a ascensão do partido trabalhista escocês nas últimas décadas e a decrescente influência dos *tories* conservadores no mesmo período. As influências de políticas trabalhistas, sobretudo, após os anos de influência do governo Thatcher no Reino Unido, são notórias e em muito são fruto das representatividades escocesas a época.

Como nos aponta Jefferson sobre esta influência escocesa, muitos articulistas políticos britânicos apontam que a própria política trabalhista de Tony Blair a partir de 1997 e seu caráter conciliatório com relação as tensões sociais é fruto deste estar cercado de conselheiros de base trabalhista escocesa, o que abriu portas para demandas até então impensadas sobre representatividade no Reino Unido.

No entanto, o ponto de articulação destas propostas políticas reside no crescimento do partido nacionalista escocês que desde a década de 1970 aumentou visivelmente tanto em expressividade quanto em notoriedade. É sobre o crescimento deste ideal nacionalista que os debates sobre identidade escocesa serão retomados gradativamente e surgirão no início do século XXI com as propostas que levarão a culminância do referendo marcado para 2014, por exemplo.



Isto ocorre porque o modelo pluralista limitado que existe entre os partidos escoceses promove a base necessária para o que Habermas chama de uma democracia deliberativa que atuando por meio da sociedade civil promove o gradativo debate de certas pautas transmitidas comunicativamente.

É por concordarmos com Habermas sobre a atuação mutável da esfera pública que acreditamos na possibilidade transformativa que o seu exercício atua junto da formação política escocesa, bem como no uso conveniente de inúmeros elementos culturais nacionais escoceses no debate liderado pelo SNP e que levou a proposta do referendo.

No caso escocês, a proposta que segue ao referendo é um Estado próprio que possa tomar suas próprias decisões, o que consolidaria esse modelo deliberativo crescente. Mesmo os partidos, que não o nacionalista, apoiam a causa positiva do referendo que nunca esteve tão pareia em toda a existência da Escócia.

O mais interessante nesse ponto é como as diferentes nuances culturais escocesas que durante décadas e décadas foram utilizadas contra o próprio projeto autônomo da Escócia foram gradativamente com o crescimento das demandas trabalhistas e nacionalistas se tornando o recheio necessário para a força do projeto de uma Escócia independente no século XXI.

O uso da cultura como recurso à política aqui é claro. Não se pode negar como a sociedade civil influencia epistemologicamente a atuação da esfera pública por meio do uso conveniente da cultura.

O uso conveniente da cultura aqui é atuante em diferentes suportes objetivos, sociais e subjetivos ligados a um entendimento das demandas identitária escocesas por meio de uma agir comunicativo cada vez mais estruturante de uma esfera pública de *Kilt* e alternativa.

Não é por menos que grande parte dos grupos alternativos pensa um projeto reflexivo do eu escocês que possa agregar as diferentes demandas das terras altas e baixas da Escócia, bem como suas diferentes culturas, sobretudo as que historicamente receberam um valor céltico e que por séculos foram tratadas com pouco ou nenhum interesse pelas deliberações de Westminster.

Os grupos mais otimistas com relação ao novo projeto são obviamente os nacionalistas escoceses do SNP, mas também grupos minoritários entre as próprias falas regionais escocesas, onde se enquadram grupos das terras altas e das ilhas ao norte.

Bem verdade que todos esses grupos viventes destas regiões são costumeiramente negligenciados pela fala escocesa oficial, bastando para isso se encontrar da linha imaginária



que segue da cidade de Inverness rumo ao extremo norte do País. Neste sentido é interessante nos perguntarmos se poderia uma possível independência, livre do jugo inglês e demais influências britânicas, unir as diferentes percepções e pertencas do eu escocês em um projeto político mais efetivo para com as diferentes falas da sociedade civil escocesa.

A propaganda a favor do referendo tem esse apelo, obviamente. As que são contrárias partem de um conservadorismo per ser, uma fala ligada mais a um discurso alarmista que propriamente racional politicamente. Não é por menos que muitos comentaristas da grande imprensa britânica fazem essa análise simplista para explicar o relativo sucesso da campanha a favor da independência em número de adeptos segundo as pesquisas publicadas no primeiro semestre de 2014.

No entanto, o melhor entendimento deste crescimento se encontra não na propaganda atual especificamente, mas em um processo ligado ao crescimento da atuação do pluralismo partidário escocês nas últimas décadas e a consolidação do projeto trabalhista e nacionalista, respectivamente.

O uso conveniente da cultura exercitado por estes grupos políticos nas últimas décadas atuaram dentro do campo epistemológico da performatividade nos termos tal qual George Yúdice o compreende dentro do processo pelo qual identidades e entidades de realidade social são constituídas por aproximação de modelos.

O projeto político nacionalista escocês ganhou força nas últimas quatro décadas enquanto o projeto conservador perdeu o espaço que possuía no mesmo período. O resultado disso nos termos da performatividade é notório.

A valorização de elementos escoceses não alinhados com a britanicidade se tornou uma bandeira e cresceram ao ponto de extrapolarem o sistema político circunscrito à esfera pública e virarem por meio da performatividade diferenciais dos papéis e interesses variáveis da sociedade civil.

Vale lembrar que essa performatividade atua diretamente em propostas políticas claras dos partidos escoceses que conseguem manter um debate representativo plural sem tanta dicotomia quanto o apresentado na região da Irlanda do Norte, por exemplo. Bem verdade, que mesmo em cidades populosas como Glasgow, a rivalidade de projetos representativos seja de cunho religioso (como católico versus protestante) ou de pertencimento étnico passou a defender uma maior autonomia frente à Inglaterra depois de 1999, corroborando com o



crescimento não apenas do partido nacionalista como também com o surgimento de outros partidos menores e de fala alternativa, como os verdes.

Nestas cidades escocesas do século XXI o crescimento da representatividade dos trabalhistas entranhada junto a grupos tradicionalmente católicos e proletários ou a dos nacionalistas construída junto de grupos protestantes de classe média não interfere na estrutura partidária plural e nem provoca conflitos diretos, muito pelo contrário. O que vemos é nitidamente a vontade de uma maior interação por estes grupos de propostas políticas diferentes, mas que se identificam coletivamente em meio a fronteiras étnicas não britânicas.

### **CONCLUSÃO: QUEM VENCERÁ A BATALHA PELA VALENTIA ESCOCESA?**

Independente do resultado do referendo pela independência escocesa de 2014, uma coisa é certa: O vencedor já foi definido. E não me refiro a nenhuma das propostas tanto aos que votam pelo sim quanto aos que votam pelo não. Me refiro aqui ao sistema político escocês, cada vez complexo e centralizador em sua própria lógica a temática de uma esfera pública de Kilt que serve como caixa de ressonância das múltiplas vozes e opiniões acerca dos rumos da identidade escocesa contemporânea, seja ela das terras altas ou baixas.

É nesta abertura comunicacional que os diferentes interesses ligados ao projeto reflexivo do eu escocês ganham forma e depositam na ação política do seu cada vez mais organizado sistema político as demandas futuras de uma Escócia que independente de estar institucionalmente atrelada ao Reino Unido ou não, expressa sua voz de maneira valente e afirmativa pela primeira vez em séculos de história.

Ousamos dizer que o referendo de 2014 está aberto para disputa ainda, mas a Política-vida escocesa já conseguiu sua maior vitória no Mundo da vida. Os homens do norte já chamam mais atenção que o discurso britânico e suas demandas já ocupam um grau emancipatório tal que os esquecidos celtas das *Highlands* são mais valorizados que as privações de Westminster.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *A inclusão do outro – Estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2007.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JEFFERSON, Kurt W. *Celtic Politics: Politics in Scotland, Ireland and Wales*. University press of America, 2011.

MACKILLOP, James. *Dictionary of Celtic Mythology*. Nova York: Oxford University Press, 2004.

MARR, Andrew. *The Battle for Scotland*. Londres: Penguin Books, 1995.

PITTOCK, Murray G.H. *Celtic identity and the British image*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

YÚDICE, George. *A Conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.



## AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

ROCCA, Victor Giannico

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC - UFABC*  
victorrgr@yahoo.com.br

132

BLANES SALA, José

*Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da mesma instituição*  
joseblanessala@yahoo.com.br

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão crítica a respeito dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, enquanto serviços da política pública de assistência social. A reflexão é proposta no sentido de avaliar se o Estado, através de suas ações, está realmente cumprindo seu papel de protetor dos Direitos Humanos ao invés de dar continuidade ao seu papel historicamente constituído de principal violador desses direitos. As reflexões se dão a partir de conceitos teóricos obtidos através de pesquisa bibliográfica sobre questões referentes a Direitos Humanos e políticas públicas em contraponto às principais legislações e diretrizes que regem o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Ao final o texto aponta que são necessários estudos para avaliar a implementação dessa política pública para avaliar se a burocracia, em seu espaço de discricionariedade está atuando no sentido de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Crianças e adolescentes; instituições de acolhimento; convivência familiar e comunitária.

### ABSTRACT

The objective of this work is to propose a critical reflection about the residential care services for children and adolescents, while public policy social services. The reflection is proposed in order to assess whether the State, through its actions, is really fulfilling its role as protector of human rights rather than continue its role historically constituted the main violator of those rights. Reflections occur from theoretical concepts obtained through a literature review on issues related to human rights and public policy, against the major laws and guidelines governing the Unified Social Assistance – SUAS. At the end of the text points out that studies are needed to evaluate the implementation of this policy to assess whether the bureaucracy, in its discretion space is acting to ensure the right to family and community life of these children and adolescents.

**Key-words:** Residential care services; children and adolescents; right to family and community.





## CONTEXTO HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS

O processo, longo e dinâmico, de criação e reconhecimento dos direitos humanos, surge nos séculos XVII e XVIII, com a formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão. O movimento de emancipação progressiva do homem tinha a ver com a evolução das sociedades humanas. Nasce, nesta época, uma primeira geração de Direitos Humanos, denominada “direitos da liberdade” ou “direitos civis e políticos” ou “direitos individuais”, provenientes do contexto histórico opressor das monarquias absolutistas da Europa e da emancipação das treze colônias inglesas da América do Norte (MARCÍLIO, 1998).

Uma segunda geração de direitos é trazida pela Revolução Industrial e a urbanização do século XIX na Europa, onde prevalecia a opressão e exploração das classes operárias e dos que se opunham a manter o sistema de escravidão. Surgem, então, os chamados “direitos da igualdade”, que atualmente são conhecidos como “direitos econômicos, sociais e culturais” (MARCÍLIO, 1998).

Simultaneamente ao desenvolvimento da doutrina dos Direitos Humanos, aprofunda-se o significado do conceito de cidadania, cuja ênfase está centrada no conjunto de direitos e responsabilidades necessárias para garantir a cada indivíduo sua participação plena na sociedade. Na clássica conceituação de Marshall, cidadania compreende direitos civis, necessários para garantir as liberdades individuais, direitos políticos, indispensáveis para permitir a participação no exercício do poder, e os direitos sociais, que cobrem a gama de direitos requeridos para assegurar que, dentro dos padrões de uma sociedade dada, cada indivíduo possa desfrutar da segurança oferecida pelo bem estar econômico, compartilhar a herança sociocultural e viver digna e civilizadamente (MARCÍLIO, 1998, p. 2).

O atual e principal sistema de Direitos Humanos vigente é o estabelecido pela ONU. Para que seja possível entender os motivos pelos quais foi criada a Organização das Nações Unidas e seu sistema de proteção aos Direitos Humanos, é necessário ter a compreensão de como se caracteriza o sistema internacional.

Um sistema internacional é formado quando dois ou mais Estados possuem contato suficiente entre si para que ocorram impactos recíprocos em suas decisões e se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo. Desta forma, a interação entre eles é suficiente para que o comportamento de cada um deles seja um fator necessário nos cálculos dos outros.



Esta interação entre os Estados pode ter a forma de cooperação, conflito, neutralidade ou até mesmo indiferença recíprocas relacionadas aos objetivos de cada um deles (BULL, 2002).

O sistema internacional, porém, carece de dois elementos fundamentais. O primeiro é a ausência de um entorno com o qual ele possa manter relações sociais. Ou seja, o sistema internacional é fechado em si mesmo, sem comunicação com algum tipo de entorno. O segundo elemento que lhe falta é a existência de uma autoridade capaz de regular o funcionamento deste sistema, pois um sistema em si não se caracteriza somente por suas relações com o entorno ou pela consistência de seus elementos. Um sistema também é caracterizado pela definição de um modo de regulação, onde uma autoridade se encarregaria de regulamentar seu funcionamento e resolver os possíveis conflitos entre seus membros. Mas, não há nenhum poder regulador capaz de assumir as funções indispensáveis para o funcionamento harmônico deste sistema e para a sobrevivência da coletividade humana (MERLE, 2003).

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, prevalecia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que seria necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países, pois tal conflito devastou dezenas deles e acabou com a vida de milhares de seres humanos. Ficou claro, desta forma, que as atrocidades cometidas pelo nazi-fascismo não poderiam mais se repetir. Seria necessário adotar normas comuns, fundamentadas em uma ética universal, que deveriam ser respeitadas pelos Estados nacionais a fim de impedi-las (MARCÍLIO, 1998).

Assim sendo, com os crimes cometidos contra a humanidade e, especialmente, o genocídio, começa a desenvolver-se, na ordem jurídica internacional, a noção de Direitos Humanos que passaria a alterá-la. Desta forma, o ser humano surge em toda plenitude para se transformar no principal sujeito do Direito Internacional, a quem se destinam suas normas mais importantes. Pode-se, a partir de então, observar a conclusão de atos internacionais destinados ao indivíduo, que é caracterizado como sujeito de Direito Internacional, o destinatário das normas jurídicas internacionais, ou ainda, o que possui direitos e deveres perante a ordem jurídica internacional (MELLO, 2003).

A Organização das Nações Unidas – ONU nasceu com o objetivo de preservar as futuras gerações do flagelo da guerra, que trouxe sofrimentos imensuráveis à humanidade por duas vezes. Também visava reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e no valor do ser humano, além de promover o progresso social e melhores condições de vida.



Dentre outras coisas, seria empregado um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. A ONU seria um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para o alcance dos objetivos comuns (ONU, 2009).

Mas, os Estados monopolizaram o Direito Internacional, visto que eles próprios criaram a ordem internacional. “A relação entre o indivíduo e o Estado é matéria regulamentada exclusivamente por este” (MELLO, 2003). Nesse sentido, devemos levar em conta que,

(...) estamos vivendo um momento histórico paradoxal, porque ele [o Direito Internacional Público] constatou que o maior violador dos direitos humanos é o próprio Estado, em consequência o indivíduo passou a ter acesso direto à ordem jurídica internacional, o que ocasiona a abertura de uma larga brecha na noção de soberania e um esquecimento do Estado que deixou de ser o regulador exclusivo de suas relações com um de seus elementos, que é a população. Por outro lado, os Direitos Humanos para serem aplicados necessitam de uma estrutura estatal organizada e sedimentada. Este é o grande paradoxo: os Direitos Humanos ajudam a minar a estrutura dos Estados, o que já vinha sendo realizado pela globalização e, ao mesmo tempo, tais direitos necessitam dos Estados, ou de outras estruturas administrativas e políticas organizadas, que ainda não surgiram (MELLO, 2003, p. 36).

Tanto no âmbito do Direito, quanto no das Relações Internacionais, os Direitos Humanos demonstram um caráter que lhe é peculiar. Em primeiro lugar porque tem como sujeito de direito o indivíduo e não o Estado. Em segundo lugar, porque a interação dos governos nessa área não visa, ao menos em um primeiro momento, proteger seus próprios interesses. Por último, porque o tratamento internacional da matéria modifica o conceito atual de soberania (ALVES, 1994).

Os tratados de proteção aos Direitos Humanos, diferentemente dos demais tratados que são pautados em uma lógica de concessões mútuas por meio da reciprocidade, inspiram-se em considerações de ordem superior que criam obrigações para os Estados, obrigações estas relacionadas aos seres humanos sob sua jurisdição. Quando isto acontece, as normas não são aplicadas somente no que diz respeito à ação conjunta dos Estados partes na realização da intenção comum de proteção, mas, sobretudo, no âmbito do ordenamento jurídico interno de cada um destes Estados, na regulação das relações entre os indivíduos e o poder público. Portanto, é imprescindível mencionar que para o avanço da proteção internacional aos direitos humanos faz-se extremamente necessária a adoção e o aperfeiçoamento das medidas nacionais



de proteção. Cabe também dizer que a responsabilidade primária pela observância dos direitos humanos vem a ser dos Estados (TRINDADE, 2002).

A partir da ampliação do sistema global de direitos humanos, com o advento de diversos tratados multilaterais, foi adotada a Convenção Sobre os Direitos da Criança, pertinente à área específica de violações de direitos do referido campo. Trata-se do tratado de proteção dos direitos humanos com o maior número de ratificações (PIOVESAN, 2002).

Com os avanços das áreas técnicas de conhecimento como a medicina, a psicologia e as ciências jurídicas, no século XX é descoberta a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser conceituados como especiais. Passa-se, a partir de então, a valorizar, defender e proteger a criança. São formulados seus direitos básicos, reconhecendo-se que a criança é um ser humano especial, com características específicas e direitos próprios (MARCÍLO, 1998).

A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução. A Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação (MARCÍLO, 1998, p. 4).

Desta forma, visando a garantia dos direitos da criança, que no Artigo 1 da referida Convenção é caracterizada como todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, estabelecendo em seu Artigo 19, que

1. Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.
2. Essas medidas de proteção deveriam incluir, conforme apropriado, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de proporcionar uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, bem como para outras formas de prevenção, para a identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos acima mencionados de maus tratos à criança e, conforme o caso, para a intervenção judiciária (ONU, 1989).



Portanto, até o momento foi possível demonstrar os motivos e o contexto do surgimento dos Direitos Humanos, o que sua adoção implica, bem como a obrigatoriedade dos países que ratificaram a Convenção Sobre os Direitos da Criança a adotar as medidas cabíveis para proteger a criança de todos os tipos de violência. Importante destacar que, para combater as diversas formas de violência, as referidas medidas de proteção devem incluir procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de prover assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado.

## **DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CRIANÇA NO BRASIL**

Em 1964 foi instalado, no Brasil, um regime autoritário militar. O processo de redemocratização do país vai ser iniciado em 1985, demonstrando o crescente fortalecimento de sua sociedade civil através da organização, mobilização e articulação, de tal forma a invocar a redefinição de agendas institucionais, “que passam, cada qual a seu modo, a responder às novas demandas e reivindicações sociais” (PIOVESAN, 2003, p. 3).

A lenta e gradual transição da ditadura para a democracia exigia a elaboração de um novo código, que viesse a restaurar o pacto político-social. Isto resultou na promulgação de uma nova ordem constitucional. Assim, nascia a Constituição brasileira de 05 de outubro de 1988, texto que demarcou a ruptura com o regime ditatorial (PIOVESAN, 2003).

Desde o referido processo de redemocratização brasileira e, em especial a partir da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou a aderir instrumentos internacionais importantes direcionados à proteção dos Direitos Humanos. Além disso, no período pós-1988 se verifica a maior produção normativa de Direitos Humanos da história legislativa do país. É possível dizer, desta forma, que a maior parte das normas destinadas à proteção dos Direitos Humanos<sup>1</sup> foi elaborada após a Constituição Federal de 1988, em sua decorrência e sob sua inspiração (PIOVESAN, 2003).

Então, pode-se dizer que a causa dos Direitos Humanos tem sido intensamente reivindicada pelos movimentos sociais, obtendo grande êxito no âmbito normativo. O Poder Legislativo é o grande destinatário de muitas das demandas referentes a Direitos Humanos. O



mesmo ocorre em relação ao Poder Executivo, que é cobrado a implementar, através de políticas públicas, a proteção destes direitos (PIOVESAN, 2003).

A proteção no plano internacional não pode jamais se separar da adoção e aperfeiçoamento das medidas nacionais de proteção aos Direitos Humanos, pois delas depende, em grande parte, a evolução da proteção internacional de tais direitos. A própria proteção internacional destes direitos requer medidas nacionais para sua implementação, da mesma forma que o fortalecimento das instituições nacionais voltadas à observância dos Direitos Humanos. O descumprimento de quaisquer normas convencionais de proteção aos Direitos Humanos recai de imediato sobre a responsabilidade internacional do Estado, seja este descumprimento proveniente de ato ou omissão de qualquer um dos três poderes (TRINDADE, 2002).

Pode-se verificar, então, que existe uma interação dinâmica entre o direito internacional e o direito interno. A pessoa humana é sujeito de direito interno tanto quanto de direito internacional, dotada nos dois âmbitos de personalidade e capacidade jurídicas. Importante ressaltar que a primazia, como consagram os próprios tratados de Direitos Humanos, será sempre da norma que melhor os proteja, seja ela norma de direito internacional ou de direito interno (TRINDADE, 2002).

A Constituição Federal de 1988 apresentou-se inovadora, pois ampliou a dimensão dos direitos e garantias, incluindo enquanto direitos fundamentais não somente os direitos de caráter civis e políticos, mas também os direitos de caráter social (PIOVESAN, 2003).

Pensando no conceito de múltiplos fluxos de políticas públicas elaborado por Kingdon (2007) é possível uma breve reflexão acerca da emergência dessas questões na política brasileira. Segundo o referido autor, a formulação de política pública é um conjunto de processos que envolve o estabelecimento de uma agenda, a especificação de alternativas, a escolha final entre as alternativas e a implementação da decisão. Mas, esse processo não é linear, pois o sucesso em uma fase não significa automaticamente que as seguintes serão bem-sucedidas e pode-se retornar de uma fase intermediária de especificação das alternativas, ou final de escolha e implementação, para a inicial de formulação de agenda.

No modelo de múltiplos fluxos uma questão pública pode vir a ter relevância através do que se chama de janela de problemas ou janela de políticas, que consiste em oportunidades para

<sup>1</sup> Direitos Humanos, segundo Flávia Piovesan, no texto “Direitos Humanos no Ensino Superior” são concebidos





que haja uma ligação completa entre problemas, propostas e política. Desta forma, a não linearidade do processo pressupõe que defensores de determinada causa ofereçam suas soluções para problemas que considerem especiais. Daí a comprovação da não linearidade do processo: certos grupos já possuem soluções para problemas existentes que estavam fora da agenda política e encontram uma oportunidade para incluí-los no campo de ação política (KINGDON, 2007).

Pois bem, a causa dos Direitos Humanos foi intensamente reivindicada pelos movimentos sociais durante o período de ditadura militar. O processo de democratização mencionado anteriormente, então, constituiu uma janela de oportunidade importantíssima para que fosse incluída em suas leis e políticas públicas a defesa e garantia dos Direitos Humanos. Prova disso, como foi possível perceber, está nas garantias que estabelece a Constituição Federal de 1988 elaborada nesse contexto.

Quanto à questão da infância, a Constituição traz ainda outro elemento essencial e que merece destaque. Coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta, visando a garantia de seus direitos, colocando-os sob responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Assim, pode-se observar que não foi apenas a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança que o Brasil passou a incorporar este segmento de direitos, pois a Constituição é anterior a ela.

Em 13 de julho de 1990, foi promulgada, no Brasil, a lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que expressa a Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente. A promulgação da lei representou um marco histórico, pois rompeu com a concepção do menor em situação irregular trazida pelo Código de Menores que entrou em vigor em 1927 e sofreu alteração em 1979, concepção essa que culpava as crianças, adolescentes e suas famílias pelas situações adversas que vivenciavam.

Nesse sentido ocorria, na sociedade brasileira, uma criminalização da marginalidade de que fala Coelho (2005), pois a legislação vigente criava mecanismos e procedimentos pelos quais tornava grande a probabilidade de que os marginalizados cometessem crimes.

Aqui cabe destacar as “soluções prontas” nos múltiplos fluxos que grupos políticos tinham para a questão da infância, como a mudança de paradigma para a visão de que a criança necessita de proteção e não punição. Essas reivindicações, assim como as demais relacionadas à

---

como o exercício de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.



garantia de Direitos Humanos, estavam latentes há muitos anos, mas obtiveram sua janela de oportunidade no fim da década de 1980.

O ECA, em seu artigo 3º diz que

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990).

140

Assim, pode-se concluir que a criança e o adolescente no Brasil, ao passarem da condição de menor em situação irregular à condição de sujeitos de direito, gozam de proteção integral contra todas as formas de violência, sendo que a garantia destes direitos é papel da família, da sociedade e do Estado, tendo este último o dever de propiciar condições para que os outros dois envolvidos também sejam capazes de cumprir seus papéis enquanto responsáveis por esses sujeitos de direitos.

## O SUAS E AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

A partir da Constituição Federal de 1988 a assistência social elemento do tripé base da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social. Trata-se de uma política pública de seguridade social, de caráter não contributivo. Esta política ganha legitimidade enquanto direito do cidadão e dever do Estado em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. A assistência social também adveio de uma janela de oportunidade percebida pelos movimentos sociais em consonância com as reivindicações da questão dos Direitos Humanos.

A partir da PNAS – Política Nacional de Assistência Social – a proteção social passa a ser vista como uma articulação com outras políticas setoriais da área social que são dirigidas a uma estrutura de garantia de direitos e de condições dignas de vida. O princípio de atenção social envolve um novo projeto de desenvolvimento social, onde não se pode lutar pela universalização de direitos à Seguridade Social e da proteção social pública, sem a formulação e implementação correta da política de assistência social a nível nacional (BRASIL, 2005).



O Sistema Único de Assistência Social – SUAS – foi estabelecido como a forma descentralizada e participativa de gestão da política pública de assistência social no Brasil através da Normativa Operacional Básica – NOB/SUAS de 2005, vindo a ser incorporado à LOAS através da Lei nº 12.435/2011.

Assim, pode-se entender por proteção social, no campo da assistência social, um conjunto de ações cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social – a fim de reduzir e prevenir os impactos das vicissitudes sociais e naturais decorrentes do processo de vivência, à dignidade da pessoa humana e à família enquanto núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005).

A realidade do Brasil evidencia que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros e, dentre eles, principalmente, as crianças e adolescentes, por constituírem um dos grupos mais suscetíveis devido à sua condição de desenvolvimento. Sendo assim, a PNAS estabelece os serviços de proteção social especial, que se referem a um modelo de atendimento assistencial direcionado a famílias e indivíduos que estejam em situação de risco pessoal e social, em decorrência de abandono, maus tratos físicos e abuso sexual, dentre outros diversos tipos de violação de direitos. Tais serviços requerem acompanhamento individual, bem como maior flexibilidade nas soluções protetivas, comportando encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção e efetividade do plano de ação e reinserção almejado. Os serviços de proteção especial possuem estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos – SGD, devendo envolver, em sua gestão, um compartilhamento com o Poder Judiciário e o Ministério Público, bem como outros órgãos e ações do Executivo (BRASIL, 2005).

Dentre os serviços estabelecidos pela PNAS estão os considerados de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que compreendem a oferta de cuidados essenciais como moradia, alimentação e higiene. No que se refere a crianças e adolescentes, estes serviços podem ser ofertados na modalidade de Casa Lar ou Abrigo Institucional, direcionados a crianças e adolescentes que, em meio à complexa realidade social brasileira, necessitaram ser retirados de seu lar.

Mas, o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, concomitantemente aos dispostos da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989, discorre sobre o direito à convivência familiar e comunitária, estabelecendo em seu parágrafo segundo que,



A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 02 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 1990).

Um dos conceitos indispensáveis para compreender a importância da garantia do direito à convivência familiar e comunitária é o de Elias (1994), que discorre a respeito dos fatores históricos inerentes à formação do indivíduo, como por exemplo, a existência de ancestrais, pois um indivíduo adulto passa necessariamente pela infância onde dependerá da relação com outras pessoas para criação de sua autoimagem. Ainda com a existência de diferenças entre os indivíduos conforme sua constituição natural é a partir da relação com outros seres humanos que a criatura impulsiva e desamparada se tornará um ser psicologicamente desenvolvido, adulto. Apesar da constituição característica e individual de cada criança, sua individualidade adulta não se dará através de um caminho único, pois sua constituição e suas funções psíquicas são maleáveis, o que dará margem a possibilidades de individualidade distintas, e se definirá nas relações entre ela e as outras pessoas e com as estruturas de sociedade preexistentes a ela. Este processo o autor denomina modelagem social. O indivíduo cresce, segundo esta visão, a partir de uma rede que existia antes dele e a qual ajuda a formar. Isto é possível devido à mobilidade e maleabilidade que são características peculiares do controle comportamental humano.

Portanto, é extremamente necessário que os princípios de provisoriedade e excepcionalidade das medidas de proteção sejam cumpridos, garantindo sempre que as crianças e adolescentes estejam em ambiente seguro e saudável para sua formação. Isto significa que o poder público deve tanto propiciar condições adequadas para que crianças e adolescentes retornem ao convívio familiar – seja família de origem ou substituta – quanto tratamento e atendimento dignos durante o período que perdurar seu acolhimento nas instituições.



## ALGUNS PROBLEMAS

Pode-se perceber até então que as legislações e diretrizes brasileiras apontam para a efetiva garantia do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, de modo a oferecer-lhes ambiente e condições adequadas ao seu pleno desenvolvimento.

Porém, a realidade das instituições de acolhimento brasileiras demonstra que elas acabam se tornando a moradia permanente de muitas crianças, à espera do retorno ao convívio familiar ou da adoção, ao invés de se caracterizarem enquanto medidas protetivas excepcionais e provisórias. Ao deixar de ter caráter temporário, as instituições passam a fazer parte do processo de construção de identidade, onde as crianças e adolescentes podem construir vínculos afetivos, crescendo e construindo também suas histórias. Mas, uma forma de atendimento que se baseie na impessoalidade, privação de afeto e massificação, agravada pela alta rotatividade de cuidadores, são fatores que podem influenciar negativamente em seu desenvolvimento (MORÉ; SPERANCETTA, 2010).

A persistência desses fatores reforçaria as características de instituições totais de que fala Goffman (1974), nas quais há barreiras à relação social ou o contato dos considerados incapazes e inofensivos com o mundo externo é restrito, onde todos são tratados de forma igual e devem realizar suas atividades em conjunto, de forma a cumprir um plano racional único estabelecido para atender os objetivos da instituição. Assim, as instituições totais são, simultaneamente e parcialmente, comunidade residencial e organização formal. E apesar de o próprio autor esclarecer que as instituições para crianças poderiam ser retiradas da lista de instituições totais, os conceitos apresentados em seu trabalho são fundamentais, pois, segundo ele, a longa permanência em instituições pode fazer com que os tornem temporariamente incapazes de lidar com questões da vida cotidiana quando do seu retorno ao mundo externo. Isto seria mais grave, então, no caso de crianças e adolescentes que se encontram em fase de desenvolvimento de sua personalidade.

Nesse sentido, é necessário refletir também se a persistência desses fatores nas instituições de acolhimento não está transformando-as em guetos, no sentido descrito por Wacquant (2004) que possuem como características o estigma, o limite, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional. Seria, dessa forma, o “produto de uma dialética



móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna, que se expressa como uma ambivalência no nível do consciente coletivo (p. 159).

Outro fator importante a ser refletido sobre esta questão é que a política pública de assistência social, assim como os serviços por ela ofertados organizam-se de forma burocrática. A burocracia segundo Mota (2007) é o principal elemento do sistema capitalista, que possui características antagônicas. Ela se caracteriza por um grupo social que se separa do restante da sociedade e se impõe a ela de forma a dominá-la através de diversas formas de organização, como o Estado, as empresas, escolas, etc., cujos aspectos fundamentais são a disciplina e a separação total entre trabalho manual e intelectual, entre quem executa e quem planeja as ações. Neste sentido, a burocracia é o aparato administrativo que corresponde à dominação legal e seus funcionários são os chamados burocratas. A dominação é concretizada, então, mediante a organização, a burocracia, o que significa que os indivíduos não podem se inserir na sociedade a partir de suas necessidades e seu bem-estar social.

Segundo o clássico Weber (2000) a burocracia se baseia em princípios formalistas, impessoais e profissionais, que toma suas decisões a partir do princípio da racionalidade, onde os burocratas estão submetidos às normas vigentes e à hierarquia.

Historicamente, no Brasil, a assistência social foi pautada em práticas caritativas e clientelistas, cujo trabalho era executado principalmente por voluntários, religiosos ou leigos. A transformação destas práticas em política pública baseada em trabalho técnico que vise a garantia de direitos representou grande avanço na sociedade brasileira. Para isso, a gestão do trabalho no SUAS requer critérios específicos para a seleção de profissionais, bem como formação e capacitação continuadas (BRASIL, 2009).

Mas, é possível afirmar que as características de instituições totais e da burocracia se entrelaçam, aumentando o risco de que as instituições de acolhimento deixem de lado sua missão e compromissos para se voltar a seus próprios interesses, ao invés de basear seu planejamento primeiramente em benefício das crianças e adolescentes acolhidos. Portanto, é necessário encontrar formas para evitar que esse risco se concretize, prejudicando os sujeitos de direitos em questão. Apesar do modo como vem sendo formulada a política de assistência social representar um grande avanço, as características da burocracia não garantem que a execução seja fidedigna às diretrizes. Para que seja avaliada a atuação em si da política e seus serviços no intuito de verificar se o Estado está protegendo e não violando os Direitos





Humanos, são necessários diversos meios, que considerem diversos fatores, além da mera fiscalização dos órgãos competentes que regulam a legalidade e racionalidade das políticas públicas.

Seria preciso avaliar a implementação, ou seja, como de fato estes serviços estão chegando aos seus destinatários. É necessário, nesse sentido, analisar o uso da discricionariedade da burocracia da qual fala Subirats (2006), que consiste na liberdade de movimento dos funcionários ao exercer suas funções, pois eles possuem no cotidiano um âmbito de poder que lhes permite escolher entre diferentes alternativas de ação e não ação.

Os profissionais envolvidos no trabalho social com crianças e adolescentes devem, na prática cotidiana, reconhecer os contextos sociais vivenciados por estas últimas. Esses contextos muitas vezes estão repletos de miséria como a descrita por Rocha e Carneiro (2009), que inclui todo um modo de vida, não consistindo somente em ausência de renda, mas também na ausência de critérios de reconhecimento social que possam construir a dignidade humana das crianças e adolescentes.

As relações de proximidade e afeto necessárias ao desenvolvimento da criança podem ser proporcionadas pelos profissionais das instituições de acolhimento, que podem desempenhar papel central na vida dessas crianças e adolescentes. As relações estabelecidas nesse contexto podem proporcionar ao adolescente maior sensação de confiança, aceitação e pertencimento. A identificação dos fatores de risco e proteção possibilita o trabalho dos profissionais implicados na educação desses jovens de forma a promover seu desenvolvimento emocional e comportamental, eliminando o estigma e a discriminação que frequentemente estão presentes nesse contexto (MOTA; MATOS, 2008).

Aí está mais um dos grandes problemas. Os princípios técnico e profissional são imprescindíveis, mas um trabalho extremamente técnico e profissional remonta aos riscos aqui expostos, contrariando o princípio das diretrizes de acolhimento de que o ambiente seja o mais próximo possível do familiar. A linha que divide o trabalho técnico das relações humanas pode ser muito tênue, pois os profissionais das instituições mantêm contato direto com as crianças e adolescentes. Portanto, as formações e capacitações continuadas devem compreender e discutir, além da gestão do trabalho, formas de construir estas relações. Por fim, cabe salientar que no campo da implementação de política pública, é necessário avaliar não somente as instituições de acolhimento em si, mas a relação com seu entorno, os demais componentes do Sistema de



Garantia de Direitos – SGD de crianças e adolescentes, que também se caracterizam enquanto organizações burocráticas que através de sua discricionariedade podem promover ou impor barreiras à efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

## CONCLUSÕES

O Brasil tem avançado legal e politicamente na questão da proteção aos Direitos Humanos, principalmente no que se refere às crianças e adolescentes que são considerados prioridade absoluta na formulação de políticas públicas. Mas, este é apenas o primeiro passo. É extremamente necessário o desenvolvimento de formas de análise que permitam avaliar se e de que forma estão sendo assegurados esses direitos no processo de implementação da política pública, como tudo isso está ou não afetando efetivamente a vida das crianças e adolescentes em meio a complexas realidades sociais na direção da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Talvez estudos com abordagens qualitativas auxiliem nessa questão e contribuam para a avaliação e aprimoramento da política pública de assistência social e dos serviços de acolhimento, observando a atuação da burocracia em meio ao seu contexto cotidiano de discricionariedade, bem como sua relação com o entorno representado pelos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD. Assim será possível mensurar se o Estado está cumprindo seu dever de proteger os Direitos Humanos ao invés de violá-lo através de sua organização burocrática, pois se isso não se verificar o poder público deve ser responsabilizado através de mecanismos nacionais e internacionais. Por fim, cabe evidenciar que a atuação estatal através de sua máquina burocrática deve sempre reconhecer, de acordo com os conceitos aqui expostos, os contextos de diferenças, diversidades e desigualdades sociais em que vivem as crianças e adolescentes. Claro que há muitas potencialidades nessa atuação para melhorar a condição de vida desses sujeitos de direitos, mas o objetivo aqui foi chamar a atenção para alguns pontos críticos que podem vir a comprometer essa atuação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. A. Lindgren. *Os Direitos Humanos como tema global*. Perspectiva, 1994.  
BRASIL. Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742*, de 07 de dezembro de 1993.



\_\_\_\_\_. Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: *Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. BRASÍLIA, Junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS*. Brasília, Novembro de 2005.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Universidade de Brasília, 2002.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. “Do fundo do buraco”: o drama na ascensão social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. In: *A Oficina do Diabo: e outros estudos sobre a criminalidade*. Editora Record, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, 316 p.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma ideia?. In: SARAVIA, Enrique ;FERRAREZI, Elisabete (orgs.). *Políticas Públicas: coletânea – volume 1*. Brasília: ENAP, 2007.

\_\_\_\_\_. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique ;FERRAREZI, Elisabete (orgs.). *Políticas Públicas: coletânea – volume 1*. Brasília: ENAP, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira – Século XX. *Revista USP*. São Paulo: Mar – Abr – Mai: 1998, p. 46-57, disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta-construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-1998.html>>, acesso em 31/07/2011, às 17h30min.

MELLO, Celso de Albuquerque. Direito Internacional e Direitos Humanos. *Arquivos de Direitos Humanos*, v. 5. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MERLE, Marcel. *Sociología de las relaciones internacionales*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

MORÉ, Carmen L. O. O.; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22 (3): p. 519-528, 2010.

MOTA, Catarina Pinheiro; MATOS, Paula Mena. Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3): p. 367-377, 2008.



MOTA, Fernando C. Prestes. *O que é burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 2007, 112 p.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ABC das Nações Unidas*, Maio de 2009. Disponível em: < [http://unicrio.org.br/img/ABCNaesUnidas\\_Maio2009.pdf](http://unicrio.org.br/img/ABCNaesUnidas_Maio2009.pdf)>, acesso em 31/07/2011 às 18h10min.

\_\_\_\_\_. *Convenção Sobre os Direitos da Criança*, 1989. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm>>, acesso em 24/07/2011 às 18h20min.

\_\_\_\_\_, Flávia. Direitos Humanos no Ensino Superior. In: *Arquivos de Direitos Humanos*, v5, 2003.

SUBIRATS, Joan. El papel de La burocracia em el proceso de determinación e implementación de las políticas publicas. In: SARAVIA, Enrique ;FERRAREZI, Elisabete (orgs.). *Políticas Públicas: coletânea – volume 2*. Brasília: ENAP, 2006

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A consolidação da Capacidade Processual dos Indivíduos na Evolução da Proteção Internacional dos Direitos Humanos: Quadro Atual e perspectivas na passagem do século. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

WACQUANT, Loic. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Rev. Sociol. Polít.*, nº 23, p. 155-164. Curitiba, novembro de 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 464 p.



## VERDADE E JUSTIÇA NA ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIOLENTA

OROZCO, Rafael Andrés Patiño

*Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro  
rafael.patigno@yahoo.es*

FARIAS, Francisco Ramos de

*Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social-Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro  
frfarias@uol.com.br*

149

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender as funções da verdade e da justiça para familiares de desaparecidos forçados no conflito armado, a partir das perspectivas teóricas da Psicologia Social e a Memória Social. Identificou-se que os familiares de desaparecidos forçados permanecem em um estado de enlutamento. Este estado se evidencia por uma fratura na memória decorrente da incerteza sobre o que ocorreu com o ente querido e acompanhada pela impossibilidade de construir um sentido sobre a perda, impedindo o trabalho de luto. No entanto, existem algumas vias possíveis para elaborar a perda e superar o enlutamento. Diante da incerteza é possível construir sentidos sobre a experiência traumática a partir de rituais de despedida e ações de reparação, como o esclarecimento dos fatos e a condenação dos responsáveis no âmbito da justiça.

**Palavras-chave:** Memória Social. Justiça. Experiência Violenta.

### ABSTRACT

Based on a perspective of social psychology and Social Memory, the aim of this study was to understand the functions of truth and justice, put together by relatives of forced disappearances in the context of the Colombian armed conflict. It was found that the relatives of forced disappearances remain in a state of mourning: a fracture in memory caused by the uncertainty about what happened to their loved one, accompanied by the inability to build a sense of loss and, therefore, to grieve. Despite the uncertainty, there are some possible ways to progress the loss and overcome the mourning. It is possible to construct meaning about the traumatic experience from farewell rituals and repair actions, such as fact-finding and conviction of those responsible in court.

**Key-words:** Social Memory. Justice. Violent Experience.



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como eixo a tentativa de responder à pergunta sobre as funções da verdade e da justiça na possibilidade de elaboração da experiência violenta. Para respondê-la nos apoiaremos em uma pesquisa realizada na perspectiva interdisciplinar da Psicologia Social e da Memória Social, desenvolvida na Colômbia com familiares de desaparecidos forçados do conflito armado. Tentaremos mostrar como a experiência de pesquisa na Colômbia pode ser útil e aportar elementos para superar fenômenos de violência em outros contextos.

Em primeiro lugar, gostaríamos de fazer uma breve resenha sobre o contexto histórico do conflito armado colombiano e da situação das vítimas.

O conflito armado colombiano origina-se no período histórico conhecido como *La Violencia*, época de confrontação bélica entre os partidos políticos Liberal e Conservador, entre as décadas de 40 e 60 do século passado. Esse conflito evoluiu na conformação de vários grupos guerrilheiros de orientação comunista, em uma época em que outros países de América Latina viviam processos similares. Tais guerrilhas foram, em sua origem, de caráter camponês e seu acionar concentrou-se em ataques às infraestruturas do Estado, e na extorsão de fazendeiros e empresas para seu financiamento. O tráfico de drogas aumentou a complexidade do conflito, porque incrementou o poderio econômico das organizações armadas e facilitou a criação de grupos paramilitares, conformados inicialmente por traficantes que entraram em confronto com as guerrilhas, e depois por fazendeiros e multinacionais, que preferiram usar seu poder econômico para enfrentar diretamente a subversão e garantir sua segurança, como uma alternativa que consideraram necessária para manter os domínios que o Estado não parecia lhes garantir.

Esse confronto, que já incluía por um, lado guerrilhas, e por outro, paramilitares e forças armadas do Estado, derivou em um aumento exponencial da violência, que afetou principalmente camponeses, contabilizando-se até o presente 6.431.981 de vítimas. Entre elas, há mais de quatro milhões de expulsos de suas terras, que passaram a ser dominadas pelos grupos armados ilegais, e 124.696 desaparecidos forçados, dos quais apenas foram julgados 1,2% (Centro Nacional de Memória Histórica, 2014).

A partir dos anos 2000, o poder do Estado colombiano aumentou com a ajuda econômica e militar dos Estados Unidos. O Governo decidiu enfrentar o conflito em duas





frentes: a militar, por um lado; e a elaboração e execução de políticas públicas encaminhadas ao desarme coletivo e individual dos grupos armados ilegais, por outro (Patiño, 2012). No entanto, a atenção das vítimas se manteve em segundo plano e apenas, no Governo atual, passou a ocupar um lugar central como proposta necessária para resolver o conflito.

Para o atendimento das vítimas foi criada uma lei que representa uma virada no atendimento e reconhecimento das vítimas do conflito. Ela instaura a *Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas*, como órgão diretor para estabelecer as ações de atenção e reparação integral às vítimas a partir de cinco eixos: restituição de terras, compensação econômica, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição, as quais funcionam em cinco dimensões: individual, coletiva, material, moral e simbólica.

A preocupação pelo atendimento às vítimas supõe o entendimento da responsabilidade do próprio Estado no exercício generalizado da violência, e a produção de uns efeitos negativos que devem ser reparados. Esse é um dos motivos pelo qual o estudo do conflito armado na Colômbia e suas consequências exige uma abordagem interdisciplinar que permita considerar aspectos sociais, institucionais e históricos, além das sequelas individuais sobre os afetados. Mas, quais são as consequências de tantos anos de violência para a sociedade colombiana? Quais são as possibilidades de superação da experiência violenta para os sujeitos e comunidades afetadas? Uma resposta tentativa é que o acontecimento violento pode produzir efeitos traumáticos que vão além do individual, afetando o laço social (Patiño, Chaves e Farias, 2013), por tanto, para pensar as possibilidades de superação da experiência violenta é necessário compreender seus efeitos coletivos, tanto como os individuais. Por esse motivo, introduzimos o conceito de trauma social, como um instrumento teórico-metodológico adequado, que permite abordar as distintas dimensões envolvidas no acontecimento violento.

## **2. A PRODUÇÃO DO TRAUMA SOCIAL EM VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA**

O trauma é um conceito complexo que tem sido abordado a partir de diferentes perspectivas. A palavra deriva do grego *traumat* e significa ferida no tecido humano causada por um agente externo. Na perspectiva médica, o trauma não se refere “ao ferimento causado,



mas à pancada que o causa; não ao estado mental que produz, mas ao acontecimento que o provocou” (Erikson, 2011, p. 64), daí se desprende o conceito psicológico de estresse pós-traumático, que explica o trauma em função do evento que o produz. Esta é uma visão individualista do trauma que o limita ao seu sentido patológico, desconsiderando as possíveis alternativas subjetivas para sua superação.

Em segundo lugar, a perspectiva da memória, apoiada na Psicanálise, considera que “o trauma é a ferida aberta na alma ou no corpo por acontecimentos violentos recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra pelo sujeito” (Gagnebin, 2006, p. 110). O trauma, então, pode ser entendido como uma fratura da memória e pode ser produto de um acontecimento violento com consequências de ordem física ou psíquica (Farias, 2011).

Desta segunda orientação infere-se uma indicação de como facilitar a elaboração do trauma: a produção de sentido sobre o acontecimento que o produz.

A terceira perspectiva (que propomos adotar) articula as dimensões mnêmica, social e histórica ao considerar que “os eventos traumáticos não só afetam indivíduos, mas têm impactos desestruturantes sobre os grupos sociais” (Ortega, 2011, p. 28). Falar da dimensão coletiva do trauma significa entender a representação generalizada de um acontecimento que causa devastação maciça das relações, instituições e funções sociais de um grupo ou comunidade, como de fato acontece a partir do exercício generalizado da violência em qualquer contexto, não apenas no colombiano.

Desse modo, a noção de trauma social designa também

os processos e os recursos socioculturais por meio dos quais as comunidades encaram a construção, a elaboração e a resposta às experiências de graves fraturas morais que se percebem como moralmente injustas e que se elaboram em termos coletivos. (Ortega, 2011, p. 30).

A perspectiva do trauma social inclui os aspectos sociais, institucionais, culturais, históricos e políticos necessários para sua superação porque a ferida encontra-se associada a cargas emocionalmente negativas e é causada sobre indivíduos específicos, mas as consequências vão além deles, afetando famílias, comunidades e instituições e às vezes, nações inteiras.



Nesse sentido, o trauma não se define apenas por eventos externos, o quais podem ou não gerar efeitos traumáticos. O trauma social determina-se a partir da experiência, quer dizer, experimentar um trauma consiste no processo pelo qual, coletivamente, define-se o dano doloroso, determina-se a vítima e as consequências morais ideológicas e materiais (Ortega, 2011, p. 33). Tal experiência é a que atualmente está acontecendo na Colômbia a partir do reconhecimento social e legal das vítimas do conflito armado, o início do processo de reparação e a criação de organizações de vítimas que começaram a surgir para reclamar seus direitos a partir da iniciativa de algumas pessoas que sofreram os efeitos da violência. Em outras palavras, a perspectiva do trauma social considera que os sujeitos e as comunidades produzem alternativas para sua superação.

No caso dos familiares de desaparecidos forçados, o trauma se configura sob a forma do *enlutamento*: a não elaboração da perda e a permanência por tempo indefinido em um estado limite entre a melancolia e o luto. O luto não se completa pela impossibilidade de realizar o funeral, como rito de passagem necessário (Van Gennep, 1978), e a incerteza sobre a morte do ente querido, que conseqüentemente está acompanhada da esperança de que esteja vivo, ou seja, o desaparecido sobrevive para o enlutado, que continua esperando sua chegada por tempo indefinido. Assim, o familiar guarda seus pertences e constrói expectativas sobre seu retorno.

O trauma, neste e outros casos, implica um excesso de memória (Ricoeur, 2010), evidente na presença constante da lembrança dolorosa e amarga acompanhada, no caso de alguns familiares de desaparecidos, do desejo de vingança e do rancor. O excesso de memória é uma forma de “memória-repetição”, assim como o outro lado da mesma moeda é a “insuficiência” de memória, quando lembranças são barradas (recalcadas) e substituídas por sintomas, ou seja: “o que uns cultivam com deleite lúgubre, outros evitam com consciência pesada, é a mesma memória repetição” (Ricoeur, 2010, p. 93). Ao mesmo tempo, a ausência do ente querido afeta a configuração familiar, as relações com a comunidade, a estabilidade econômica e a trajetória vital dos sujeitos envolvidos.

Esta perspectiva desloca as possibilidades de elaboração da experiência traumática do nível individual para o social, histórico e institucional. Tentaremos mostrar isso a partir da narração sucinta de alguns sentidos construídos pelos familiares de desaparecidos forçados sobre a função da verdade e da justiça no processo de reparação de vítimas da violência.



### 3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa foi guiada por desenho geral qualitativo de estudo de casos múltiplos. Participaram 18 familiares de desaparecidos forçados; 16 mulheres e dois homens, integrantes da *Organización Madres de la Candelaria, Caminos de Esperanza*, ou que eram atendidos pelo *Modelo Integral de Atención a Víctimas*, dependente da *Comisión Nacional de Reparación*, que funcionava em Medellín em 2010. Entre os 18 participantes havia nove mães, um pai, um filho, quatro irmãs, uma tia, e duas esposas de desaparecidos. Os participantes foram escolhidos com um critério intencional teórico, que visou à abordagem de casos típicos e atípicos.

Utilizaram-se três instrumentos de pesquisa com o objetivo de coletar informações diferenciadas: um questionário de complementação de frases, uma entrevista em profundidade e dois grupos de discussão. Fundamentamos a construção desses instrumentos em categorias orientadoras, que também foram o ponto de partida da análise das narrativas produzidas. Neste trabalho apresentaremos algumas categorias derivadas dos sentidos construídos pelos participantes a respeito da verdade e a justiça.

As narrativas dos participantes foram transcritas e categorizadas em uma unidade hermenêutica no programa Atlas-ti para análise de dados qualitativos. A análise dos dados foi guiada pela proposta de González Rey (2005), segundo a qual o pesquisador deve procurar os indicadores de sentido, zonas de sentido e configurações subjetivas. Foram tomados todos os cuidados éticos, incluindo a alteração do nome dos entrevistados e o uso do consentimento livre e esclarecido.

### 4. DIMENSÕES SUBJETIVAS DA PROCURA PELA VERDADE E A JUSTIÇA: AS FUNÇÕES DA REPARAÇÃO E A REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS

Para acompanhar a análise partimos do pressuposto de que os relatos dos sujeitos entrevistados representam uma tentativa de significação da experiência violenta, diante da incerteza que impõe o desaparecimento de um ente querido, fato que institui uma barreira adicional na superação do luto como processo normal diante de uma perda. Desta forma



[saber a verdade é] importante pela tranquilidade, porque a gente já os encontrou, a promotoria os entregou no 21 de maio. Para nós é muito duro receber os restos, mas ao mesmo tempo termina uma etapa de saber o que aconteceu com nossos filhos. Por isso, saber a verdade é indispensável para ter tranquilidade. Continua uma incerteza no sentido de por que, como e quando os mataram. (Xavier, filho, 1998)

O primeiro elemento a ser levado em conta é que para os familiares de desaparecidos os sentidos sobre a justiça e a verdade estão relacionados diretamente com a reclamação de direitos. Portanto, essa reclamação de direitos, mesmo que localizada no âmbito de exercício da cidadania e do público, está intimamente associada à possibilidade de elaborar a perda e a dor. A verdade, pensando nesta lógica, terá uma versão objetiva e jurídica e outra subjetiva, quase sempre entrelaçadas, embora não necessariamente coerentes entre si. A verdade tem um caráter necessário para a maioria dos familiares de desaparecidos porque é um limite para a incerteza que alimenta a dor: “eu acho que para a gente nunca vai diminuir a dor, até que a gente saiba o que aconteceu com cada um dos nossos filhos, ou pelo menos a minha dor não vai diminuir até eu morrer” (Flora, G1, filho 2000).

O saber é a via para superar o sofrimento, porque coloca um limite à incerteza e abre portas para o teste de realidade que facilita o luto, embora não seja essa a única saída. Ao mesmo tempo, alcançar um estado de tranquilidade dependerá, em parte, da verdade:

o que gostaria de saber é onde ele está, saber se pelo menos encontraram os ossinhos, ou que alguém ligasse para mim e me dissesse, ou que ele ligasse para mim e me falasse ‘mãe eu estou bem não se preocupe’, que eu saiba que é ele, né? Ou que alguém me fale: dona Maria, mando Juan para você, está tudo bem com ele, ou que visse os ossos para eu lhe dar sepultura cristã, eu estaria mais tranquila, mas eu não me tranquilizo até encontrar meu garoto. (Maria, filha, 2003)

No relato acima, a tranquilidade é alcançada tanto sabendo que o desaparecido está vivo como confirmando sua morte, ou seja, a tranquilidade depende dos esclarecimentos sobre os fatos desconhecidos, mesmo que eles impliquem a certeza da morte do ente querido. A verdade é aquilo que se procura para poder morrer em paz, achar a verdade torna-se uma missão na vida que deve ser cumprida: “[se soubesse o que aconteceu] a gente ficaria mais tranquila, morreríamos mais tranquilos porque com essa incerteza é muito difícil conviver” (Maria, filho,



2003). A incerteza é interpretada como uma espécie de tortura, só que é necessário viver desse jeito até achar a verdade.

No entanto, a verdade tem também outro lado, ela pode ser sinônimo de tortura quando usada pelos algozes, como relatado pela irmã de um desaparecido:

ligaram para minha mãe, eu sinto raiva porque, mesmo que isso seja verdade, a gente não quer ouvir o que supostamente fizeram com ela [com a irmã]. Falam que a estupraram, torturaram e cortaram em pedaços, depois a picaram em pedaços e a jogaram num lago. Eu acho que nenhuma mãe quer ouvir as atrocidades que fazem com nossos filhos. (Luzama, irmã, 2001)

156

Neste caso, os detalhes narrados são usados para aumentar o sofrimento dos entes queridos da vítima.

A procura pela verdade (e agora é possível dizer da tranquilidade) passa a integrar o sentido de vida pessoal, mas também chega a ser um **compromisso coletivo**, um compromisso com as outras pessoas que se encontram na mesma situação de incerteza. Em outras palavras, na procura pela verdade formam-se sentimentos de solidariedade:

Nós temos feito um compromisso com todas as vítimas do país: até que a gente não saiba toda a verdade ou chegue o último desaparecido ou sequestrado, mesmo que sejam restos ósseos, não vamos nos retirar da igreja Nuestra Señora de la Candelaria. A dor que eu sinto a sentem milhares de colombianos que ainda estão esperançados e que não podem se organizar porque estão com medo. (Tere, filho, 1998)

O surgimento desse tipo de organização supre a ausência do Estado para fazer respeitar os direitos e administrar a justiça. O pai de um desaparecido que finalmente encontrou os restos do seu filho declara o seguinte: “o que eu fiz foi ir com as fotos e procurar por eles cidade por cidade (...) se eu não tivesse feito isso tenho certeza que não saberia nada a respeito deles e possivelmente morreríamos sem saber nada” (Xavier, filho, 1998).

O plural usado se deve ao fato de que ele procurou, tanto seu filho, quanto outros dois garotos que desapareceram junto com ele. Dois deles foram encontrados vários anos depois do seu desaparecimento. Hoje as ações do pai centram-se em acompanhar os processos de julgamento dos paramilitares, responsáveis pelo desaparecimento. Embora a verdade sobre o





acontecido pudesse facilitar certo sossego, neste caso específico o mal-estar se deslocou para a falta de julgamento dos executores do crime.

Assim, a certeza de que o ente querido está morto não necessariamente está implica a elaboração do luto. Os familiares continuam reclamando o esclarecimento dos fatos e o julgamento dos responsáveis; assim, verdade e justiça poderão ter uma versão oficial e outra privada ou subjetiva que não precisamente poderão coincidir, mas que farão parte da construção de sentido sobre a experiência traumática. A justiça, portanto, faz parte da elaboração da experiência violenta, como afirma Sueli, mulher que achou os restos do seu filho: “eu acho que estou realizando o luto, porque a cada dia me sinto com mais tristeza, talvez acumulada por tantos anos. Este luto terminará quando for terminado como deve ser, com justiça” (Sueli, filho, 1998).

A verdade, apesar de dolorosa, é *uma* forte aliada na empreitada de se dar um limite à incerteza, causa da grande angústia dos familiares de desaparecidos forçados. Ela pode ser sinônimo da **tranquilidade** e do sossego buscados. A procura da verdade pode se tornar um compromisso, um pacto entre os integrantes das organizações de vítimas que decidem procurar até esclarecer todos os casos. Torna-se uma ação de caráter coletivo e que, ao mesmo tempo, pode transformar o sentido da vida de alguns sujeitos, apesar dos riscos à própria vida:

A gente continuou procurando e assim passaram 10 anos, perguntando na Cruz Vermelha, Promotoria, Direitos Humanos, e sem saber absolutamente nada. Em alguns momentos o pai de Gustavo foi ameaçado para que não procurasse mais, *que o que queria era que o matassem*. (Sueli, filho, 1998)

A procura dos algozes implica um grande risco para os que se aventuram a perguntar, sem contar que a origem rural e o baixo nível de escolaridade de grande parte das vítimas faz com que não conheçam as instituições e os procedimentos que devem realizar, o que gera para eles dificuldades adicionais nos processos legais de reparação.

**Irmã da verdade é a justiça.** Fazer justiça é também saber e fazer públicos os fatos relacionados com o desaparecimento do ente querido. Por isso, familiares de desaparecidos pelo exército pedem que as circunstâncias sejam de conhecimento público, que a sociedade saiba quem e como cometeu os crimes, ainda mais nos casos em que está envolvido o Estado. Publicar os resultados dos julgamentos e investigações tem o efeito de quebrar o medo associado ao silêncio. Verdade e justiça são, portanto, indissociáveis:



Sempre pensei que aqueles que foram os responsáveis pelo desaparecimento dos garotos, mesmo que tivessem aparecido vivos, devem pagar. Eu, por exemplo, tenho um pouco de tranquilidade porque sei onde está meu filho, posso rezar uma oração para ele porque a gente fez um enterro como ele merece. Se a gente soubesse que os culpados estão mortos pelo menos haveria justiça divina, mas estando vivos é a oportunidade de que paguem, a gente não descansa, uma coisa está unida à outra e pode acontecer que não paguem. (Sueli, filho, 1998)

Deve diferenciar-se a **verdade jurídica** da **verdade pessoal**. Ambas se encontram relacionadas e tal relação permite que seja possível analisar o que é a justiça pela via da verdade. Para compreender como isso funciona podemos analisar o caso de uma família que investiga e conhece por conta própria que o seu filho foi desaparecido com o envolvimento do Exército da Colômbia junto com paramilitares. Foram as forças do Estado que realizaram o desaparecimento. A reclamação de justiça, nesse caso, começa pelo reconhecimento e julgamento dos responsáveis pelo crime. A verdade sobre o acontecido não acalma completamente, mas traz consigo a procura pela justiça: “(...) a gente depois demandou tudo isso há um ano, há um ano colocamos a demanda por falsos positivos e, lógico, depois de que nos entregaram os dois corpos, a Ação Social ligou para a gente para solicitar os documentos para nos reparar pelo lado dos paramilitares” (Consolo, filho, 1998).

No trecho acima, a mãe de um desaparecido relata que apresentaram uma demanda para que fosse reconhecido seu filho e mais um garoto como desaparecidos pelo exército. Os dois casos fariam parte dos crimes conhecidos como *falsos positivos*: assassinatos realizados ou facilitados por militares com o objetivo de apresentar os corpos como se fossem ex-guerrilheiros mortos em combate. Nesse caso, os jovens foram entregues pelo exército aos paramilitares para que fossem assassinados. A ligação da verdade com a justiça se configura porque, apesar do crime ser reconhecido e de conseguir a reparação econômica, a mãe da vítima apresenta uma demanda para que sejam julgados todos os envolvidos no desaparecimento. Em outras palavras, para os familiares dos desaparecidos não é suficiente saber o que aconteceu, nem receber uma compensação econômica pela morte de um filho. Também são necessários o reconhecimento e o julgamento dos responsáveis para se ter sossego e tranquilidade. A justiça é irmã da verdade e a verdade se reivindica como uma forma de fazer justiça. Por esses motivos, a dimensão pública da memória é uma continuação da memória privada.



É por isso que, para compreendermos o valor que tem a justiça para os familiares de desaparecidos, é necessário ter presente que a maioria deles demanda a verdade para alcançar tranquilidade. Entretanto, quando encontrada ela não parece suficiente, é reconhecida e valorizada porque permite certo sossego. Encontrar o corpo facilita de fato a elaboração do luto porque se realiza o ritual de passagem, mas as energias que antes eram gastas em esclarecer o acontecido, depois podem ser utilizadas na reclamação de justiça, que o caso seja julgado e os responsáveis condenados. É como se a tarefa não ficasse completa e restasse uma dívida a ser paga.

A justiça, por sua vez, como instituição, é considerada **injusta, burocrática e corrupta**. Entram aqui duas perguntas: a vingança pode ser considerada como justiça para alguns? O que acontece com o perdão jurídico que o Estado outorga aos responsáveis pelos crimes em meio a um processo de negociação com os grupos armados?

A resposta à primeira pergunta é que a vingança acontece, na maioria dos casos, apenas imaginariamente, porque a maior parte das vítimas não tem a possibilidade de saber quem cometeu o crime. Mesmo assim, os filhos crescem com o desejo de entrar num grupo armado para vingar seu pai e resolver a perda por uma via real, executando a vingança de forma repetida naquele que ocupa o lugar imaginário dos algozes<sup>1</sup>. A resposta à segunda pergunta é dada pelas mesmas vítimas:

A verdadeira justiça é a que o Estado deveria fazer com as pessoas que cometeram o crime, da mesma forma como uma pessoa bêbada mata a outra e depois deve cumprir 40 anos de prisão, por que essas pessoas não? Essa seria a forma de fazer justiça, que cumprissem por cada vítima o que lhes corresponde por lei, mas se o Estado está dando o luxo de perdoar, não está fazendo as coisas como devem ser. O perdão deve ser pedido à justiça de cima [de Deus]. É ele que tem o poder de perdoar, mas aqui na terra os governantes estão tomando o poder de perdoar e não deveria ser assim. (Gil, filha, 2001)

O testemunho acima evidencia outro sentido da justiça, ela é **divina**. Existe uma justiça que podemos chamar de terrena e outra espiritual; uma administrada pelos homens e suas leis e outra por Deus. Ambas são reclamadas e desempenham um papel na elaboração da experiência violenta. Grande importância tomam os processos de julgamento dos chefes paramilitares e o processo de paz que ocorre atualmente com as guerrilhas e que já exige a



participação das vítimas. Além disso, não se aceita que o perdão seja decretado pelo Estado, mas existe a possibilidade de que as mesmas vítimas da violência o possam outorgar, se pedido pelos algozes. O perdão também está ligado à justiça. O não julgamento dos responsáveis pelos crimes é entendido como um perdão que o Estado não tem direito a dar, mas as próprias famílias.

(...) sempre pensei que os responsáveis pelo desaparecimento desses garotos, mesmo que tivessem aparecido vivos, têm que pagar porque causaram uma dor. Lógico que quando eles estão desaparecidos a gente quer que estejam vivos ou mortos, mas é para a gente saber o que aconteceu com eles. Eu por exemplo tenho um pouco de tranquilidade porque sei que os temos ali e posso ir para rezar uma oração, porque os enterramos como mereciam. Se a gente soubesse que os culpados estão mortos pelo menos haveria justiça divina, mas estando vivos é a oportunidade de que paguem. Então a gente não descansa, uma coisa está unida com a outra. E muito possivelmente pode acontecer que não paguem. (Sueli, filho, 1998)

160

Confia-se na ação da “**lei de Deus**” e reclama-se o exercício da lei dos homens. O segundo elemento destacável indica que a dos homens é menos confiável, ela pode ser até descartável ou substituída. Por trás dessa frase há sem dúvida uma desconfiança dirigida às instituições do Estado, julgamento lógico quando se sabe que forças do Governo estiveram envolvidas no assassinato e desaparecimento de um filho.

É evidente a grande influência da religião na experiência dos familiares de desaparecidos forçados. Deve-se levar em conta, por um lado, que a sociedade colombiana é tradicionalmente católica e os valores cristãos estão disseminados por todas as classes sociais. Por outro lado, a religião sempre é uma ferramenta útil para produzir um sentido sobre aquilo que não se compreende e causa sofrimento. A justiça divina é evocada, portanto, quando se reconhece a possibilidade de que a justiça jurídica não seja possível, como em muitos casos acontece de fato: “a respeito do desaparecimento o responsável foi preso, mas eu falo que é Deus quem faz justiça com eles. A Bíblia diz que cada um paga pelos seus pecados, então Deus verá o que faz com eles...” (Luz Alê, irmã, 1999).

Quando se pergunta pelo sentido da justiça para um familiar de um desaparecido forçado, não necessariamente ela se limita ao julgamento dos responsáveis. Às vezes as vítimas da violência aproveitam para exigir seus direitos de inclusão na cidadania social, mas nem

<sup>1</sup> Os três irmãos Castaño criaram e comandaram as AUC depois que seu pai foi sequestrado e assassinado pelas FARC.



sempre compreendem que a violação de direitos básicos é também considerada uma forma de violência. A reclamação deve ser lida no contexto em que ex-paramilitares e ex-guerrilheiros estão recebendo ajuda econômica do Estado depois de abandonar a vida como combatentes. Neste sentido, é lícito que as vítimas da violência considerem que eles teriam ainda mais direito de acessar tais benefícios, na medida em que:

no caso específico a justiça seria que esses senhores que cometeram este crime [o desaparecimento de um filho] que deixaram órfãos, viúvas, pais, mães, irmãos com tanta dor, para mim a justiça seria que eles pagassem o que devem em uma prisão porque uma viúva que tenha ficado com 4 ou 8 crianças para educar, lhes dar de comer, vestir com míseros 40 salários mínimos<sup>2</sup>, esse dinheiro se torna água praticamente, não se vê. Então seria justiça que o Estado lhes desse um salário estável mensal, até que tivessem a possibilidade de um bom emprego e que o Estado lhes desse estudo grátis, saúde digna, isso seria justiça neste país. (Gil, filha, 2001)

A **reparação econômica**, portanto, também é justiça. Essa reparação, mais que uma solução à pobreza e precariedade econômica, significa o reconhecimento do Estado e, portanto, do outro como um sujeito com legitimidade para exigir os próprios direitos. Por isso, assume uma função importante, na possibilidade de se colocar em uma posição diferente à de vítima.

A procura não envolve apenas a necessidade de encontrar a pessoa viva ou o seu corpo para realizar o ritual fúnebre, mas a urgência de construir um sentido sobre um evento que, inicialmente, ultrapassa a capacidade de compreensão.

Numa das versões livres [um paramilitar] confessou que ‘Doble Cero’<sup>3</sup> os havia retido, que tinham chegado ao distrito de Cristales num táxi velho. Ele confessou de manhã e eu cheguei de tarde porque um promotor ligou para mim e me pediu para comparecer porque tinham confessado meu caso naquela manhã. Então eu cheguei com as fotos e disseram ao entrevistado que havia uma vítima do caso da manhã. Esse cara ficou transtornado, eu não sei o que foi que sentiu, se foi pavor ou o quê. O promotor lhe disse que eu queria saber a verdade e lhe passou as fotos para ver se eram os (sujeitos) do carro amarelo e ele disse que os conhecia, que na parte da frente ia o meu primo com uma senhora e na parte de trás um garoto alto de bigode, que ele sabia que tinham morrido naquele dia nessa chacina. Eu lhe perguntei o porquê, como o fizeram, o motivo pelo qual os haviam matado e ele começou a narrar tudo o que tinha acontecido. Disse-me que os tinham prendido às 11:30 horas, que os

<sup>2</sup> 40 salários mínimos colombianos é a quantia que recebe, neste caso, a esposa (ou familiar) de um homem desaparecido como reparação econômica e equivalem aproximadamente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Esse dinheiro terá que ser dividido entre o núcleo familiar.

<sup>3</sup> Apelido pelo qual se conheceu um comandante paramilitar; significa Duplo Zero.



levaram a um lugar que se chama a *Balastera*, que lá os torturaram moralmente. A senhora disse que era parente de Carlos Castaño<sup>4</sup> porque tinham o mesmo sobrenome. Ligaram para ele para saber se era verdade, mas ele disse que não sabia de nada disso. Então a senhora disse que não era nada desse senhor, que estava lá para cobrar um dinheiro que lhe deviam, que os garotos nada tinham a ver com ela, que simplesmente os tinha contratado para que a transportassem. Mas eles não acreditaram porque estavam em guerra com outro grupo paramilitar e acharam que os tinham invadido. Daí começaram a ligar para Medellín para ver o que podiam saber deles, mas nada. Quando os revistaram, em um deles encontraram um cartão da promotoria, então aí continuaram as torturas. Eles choraram, falaram que tinham filhos. Daí que meu irmão se colocou de pé e os xingou e que se queriam matá-lo então que o matassem de uma vez e aí lhes descarregaram 50 tiros e os colocaram numa caminhonete. Quando meia hora depois chegou uma mensagem dizendo que esses garotos nada tinham a ver, que não os matassem, que o outro tinha um cartão da promotoria porque tinha sido promotor, mas já os haviam matado. Com o sangue deles fizeram um ato no povoado. Disseram que sem sua autorização ninguém podia passar, que eles eram os que mandavam, depois os levaram e os picaram com um machado de lenha e os enterraram. Para mim foi duro demais, mas eu queria saber onde estavam. Eu lhe disse se estava disposto a me levar ao lugar onde os tinha enterrado e ele me disse que sim, mas que não me assegurava nada porque tinham dado ordem de queimá-los nos pneus ou jogá-los no rio, mas que nesses dias tinha se acidentado e não sabia o que tinham feito com eles. (Dana de D, irmão e primo, 2003)

O relato permite esclarecer vários aspectos dos sentidos que chegam a ter os atos que realizam os familiares de um desaparecido na procura por ele. O primeiro é que enfrentar cara a cara o algoz é uma forma de causar-lhe certo sofrimento e culpa, e fazer pública a responsabilidade dos seus atos. Quando a entrevistada descreve a reação do paramilitar, coloca claramente a ênfase nos sinais de desespero e forte emoção causada pelo encontro com uma vítima.

O segundo elemento destacável é a importância que tem conhecer o porquê do acontecido. Não tem importância apenas a descrição dos fatos e sim a explicação necessária para preencher o vazio de sentido que caracteriza o acontecimento traumático. No entanto, nesse caso, a explicação fecha o que poderia ser chamado de paradoxo: ela mesma é um sem sentido, eles não deveriam ter sido assassinados, *não tinham nada a ver*.

O terceiro elemento, que não fala mais das vítimas e sim dos carrascos, é a crueldade que caracteriza os acontecimentos: não basta o assassinato, são necessárias a tortura e a destruição dos corpos, como se mesmo mortos fossem uma ameaça. Chama a atenção o fato dos

<sup>4</sup> Máximo chefe paramilitar para a época.





paramilitares saberem que as vítimas não estavam envolvidas com o conflito, que não representavam ameaça alguma e que mesmo assim ordenaram esquartejar, queimar e jogar no rio os corpos, na tentativa aparente de apagar com atrocidades os crimes realizados. Ao mesmo tempo, “o erro” é usado como forma de aterrorizar a população civil, declarando-se donos da vida e da morte.

Tão procuradas são as respostas, e tamanha é a necessidade de esclarecimentos, que os familiares de desaparecidos enfrentam os possíveis responsáveis pelos crimes fora do contexto protegido pelo poder judiciário, como afirma Xavier (filho, 1998):

163

O dia em que eu atravesssei o rio Cauca numa embarcação, era porque no dia anterior estivemos numa comemoração lá num lugar que se chama Las Malvinas. Estivemos com o irmão de um chefe paramilitar e daí a gente foi procurar o chefe para ver se sabia alguma coisa dos três garotos. Eu cheguei com uma pessoa que me disse mais ou menos onde ele morava, cheguei numa casinha de portas claras e saiu um garoto jovem, malhado, vestido com chinelos e camisa, me perguntou o que eu queria, eu me apresentei, falei para ele a história e lhe perguntei se sabia de alguma coisa que me falasse, então ele me respondeu questionando quem tinha me enviado, que o que tinham falado dele. Eu disse que não tinham me falado nada dele, apenas que nesse lado do rio talvez pudessem me dar informação sobre os garotos. Ele falou para continuar pelo caminho meia hora, que lá estava a guerrilha e que a ele também lhe haviam desaparecido um irmão que nunca apareceu.

Neste caso, o pai de um desaparecido localiza o chefe paramilitar da região onde seu filho foi visto pela última vez. Buscando conhecer o que aconteceu com o ente querido, ele toma atitudes que colocam sua vida em risco. O sentido sobre o que aconteceu com o filho é mais importante que sua própria vida. Isto é, uma forma de se afirmar como o pai protetor que desafia qualquer risco para defender o filho.

Ainda, o desaparecimento de um ente querido gera uma série de transformações nas prioridades de vida dos sujeitos que sofrem a perda. Tais transformações são observáveis em aprendizados, e encontram-se associadas à possibilidade de superar o enlutamento e significar a experiência traumática.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verdade e justiça fazem parte do processo de construção de sentido sobre a experiência violenta. Por isso estão integradas à elaboração do luto. Verdade e justiça devem ser mediadas pelo Estado, o que prova o papel importantíssimo que têm as instituições em relação à serenidade e o trabalho do luto de milhares de pessoas, ainda mais quando o mesmo Estado é responsável por uma parte dos crimes.

A superação da experiência traumática evidente no excesso de memória, do qual fala Ricoeur, demanda a possibilidade de uma lembrança sossegada, signo da elaboração do luto, tarefa que não se limita a processos individuais, mas nos quais encontram-se envolvidas organizações de vítimas, instituições sociais e estatais que devem garantir o esclarecimento dos fatos e o julgamento dos responsáveis. Neste sentido, a superação da experiência violenta, no caso específico de familiares de desaparecidos, não depende somente da prova de realidade que permite o encontro do corpo. Ações como a declaração de óbito e os rituais realizados pelos órgãos oficiais podem facilitar o luto. Ao mesmo tempo, não é possível desvincular a as dimensões subjetiva e jurídica da verdade.

Em qualquer sociedade, não apenas na colombiana, os processos de julgamento dos atos criminosos estão relacionados com a possibilidade de estabelecer limites à violência. Por esse motivo, o significado da justiça deve implicar uma negociação entre ofensores e ofendidos, de forma que possa ser ampliado da sua visão prisional, acrescentando alternativas, reconhecendo as vítimas e seu direito a serem restituídas econômica, moral e simbolicamente. Tal negociação, ancorada em um contexto histórico-social, deverá ser plasmada na elaboração e execução de políticas públicas.

Qualquer tentativa de elaboração da experiência traumática estará composta por uma dimensão individual, outra social, e uma terceira que chamaremos de histórico-institucional. Nesta perspectiva, para cada sujeito a verdade e a justiça terão um sentido particular, mas qualquer possível construção delas deverá também ter um caráter simbólico e interacional que envolva a sociedade afetada.

Verdade e justiça são partes fundamentais de qualquer processo de negociação encaminhado a finalizar a guerra ou resolver conflitos que envolvam violência, não apenas no contexto colombiano. Não é suficiente o desmonte de grupos armados, o fim das ditaduras, nem



a paz por decreto, os ofendidos devem ser reconhecidos, lembrados e restituídos como sujeitos e cidadãos; a construção de uma memória social com justiça é necessária para impor um limite à espiral de violência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. *Desaparición forzada Tomo I: Normas y dimensiones de la desaparición forzada en Colombia*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2014.

ERIKSON, K. Trauma y Comunidad In: ORTEGA, Francisco, (Org.), *Trauma, cultura e historia: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional, 2011, 63-84.

FARIAS, F. R. Trauma, sedução e memória. In: FARIAS, Francisco, (org). *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

GAGNEBIN, J. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pionera Thomson Learning, 2005.

ORTEGA, F. (org). El trauma social como campo de estudios In: ORTEGA, Francisco (Org.), *Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogota: Universidad Nacional, 2011, 17-62.

PATIÑO, R. A. *Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia*. Tese de Doutorado. Salvador: Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia: 2013

PATIÑO, R. A., CHAVES, A.& FARIAS, F. R. Significações da Condição de vítima entre familiares de desaparecidos no conflito armado colombiano. In: *Revista colombiana de ciencias sociales*. Vol. 4, no. 2. Medellín: Funlam, dez. 2013, 217-237.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.



## A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO

ALMEIDA, Marcelo Pereira de  
*Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais – UFF;*  
*Advogado; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP;*  
*Professor de Direito Processual Civil da UNILASALLE-RJ, da UNESA e da EMERJ;*  
*Professor Adjunto e Professor Colaborador do Programa*  
*de Mestrado de Justiça Administrativa da UFF*  
*mpalmeida04@yahoo.com.br*

166

MASCARENHAS, Eloisa Cinthia da Silva  
*Bacharel em Direito – UNILASALLE-RJ; Estagiária*  
*eloisamascarenhas@hotmail.com*

### RESUMO

Este trabalho versa sobre a garantia constitucional do princípio do contraditório. Parte-se da evolução histórica do contraditório com o fito de se identificar o tratamento atribuído ao contraditório em diferentes momentos históricos. A partir disso, busca-se averiguar, com base na jurisprudência dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos, o delineamento dos contornos dado à garantia do contraditório, encarado como direito humano. Em seguida, debruça-se na apuração de elementos que obstaculizam a efetivação da referida garantia. Com base na forma de Estado Democrático de Direito implantado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e nos compromissos assumidos pelo Brasil na órbita internacional, procura-se rechaçar tais elementos que se encontram desde a jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal até nas reformas legislativas operadas sob a influência do neoliberalismo.

**Palavras-chave:** Contraditório. Direitos humanos. Democracia

### ABSTRACT

This essay deals with the constitutional guarantee of the contradictory principle. It is part of the historical evolution of contradictory with the aim to verify the treatment given to the contradictory at different historical moments. From this, we seek to determine, based on the Human Rights international jurisprudence courts, outlining the contours given to guarantee the contradictory, regarded as a human right. Then, it focuses on the determination of elements that hinder the effectiveness of such guarantee. Based on the form of a democratic state deployed by the Federative Republic of Brazil Constitution in 1988 and the commitments made by Brazil on an international level, we seek to reject such elements found from the case law of the Honorable Supreme Court to the legislative reforms operated under the influence of neoliberalism.

**Key-words:** Contradictory. Human rights. Democracy



## 1) INTRODUÇÃO

Este ensaio tem por escopo traçar os atuais contornos da garantia constitucional do princípio do contraditório. Para tanto, parte-se da evolução histórica do contraditório, em especial do modelo de Estado Medieval, com o fito de se identificar o tratamento atribuído ao contraditório em cada momento histórico a ser analisado.

Em seguida, busca-se averiguar, com base na jurisprudência dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos, os delineamentos atribuídos à garantia do contraditório, elevado à categoria de direito humano.

Procura-se, ainda, apurar o conteúdo atual da garantia do contraditório a partir da doutrina, sem se olvidar da responsabilidade internacional do Estado brasileiro em caso de descumprimento de direitos e garantias previstas em tratados que seja parte.

## 2) A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONTRADITÓRIO E SUAS VARIAÇÕES

Em diferentes momentos históricos e sistemas processuais, o tratamento e a importância dada ao contraditório varia com avanços e retrocessos. As variações do contraditório ao longo do tempo ditam o modo de ser do processo e da própria atividade jurisdicional (PICARDI *apud* SCHENK, 2013, p. 25).

Em paralelo à evolução histórica do Estado, o contraditório evolui-se, recebendo tratamento distinto a depender do tipo de Estado que estamos a nos referir. Partimos do Estado Medieval.

Na Idade Média, não existia uma concentração de poder no Estado. Pelo contrário, no Estado Medieval havia uma fragmentação de poder. Cogitando sobre a afirmação do Império da Cristandade, o Papa Leão III conferiu a Carlos Magno o título de Imperador, no ano de 800. Ainda que a unidade política superior, no plano formal, fosse o império, na prática não havia uma autoridade e ordem que se correspondessem, pois coexistia *“uma infinita multiplicidade de centros de poder, como os reinos, os senhorios, as comunas, as organizações religiosas, as corporações de ofícios, todos ciosos de sua autoridade e sua independência”*, que não se



submetiam à autoridade do Imperador; e até mesmo o próprio Imperador recusava-se a se submeter à autoridade da Igreja (DALLARI, 2003, p. 67).

Nesse cenário, analisando o contraditório na perspectiva do Direito Medieval, o procedimento medieval, o *ordo iudiciarius*, tem como fundamento a “*ordem isonômica*” ou o verdadeiro *ordo substancialis*, representado por um complexo de regras e princípios que se constitui em uma metodologia de investigação da verdade, atualmente expresso pela fórmula “*princípio do contraditório*” (GIULIANI *apud* PICARDI, 2008, p. 128-129).

Essa metodologia de investigação da verdade resolvia-se na *ars opponendi et respondendi*, o que podemos traduzir como sendo a *arte de alegar e de responder*, através da regulamentação do diálogo que assegurava às partes reciprocidade e igualdade. Pela concepção medieval, a *citatio* e a *defensio* constituíam-se momentos de informação, justificação e contestação, ao passo que o contraditório representava um instrumento de investigação dialética da “*verdade provável*”, sendo esta aquela que “*nenhuma mente individual poderia pretender investigar autonomamente*”. Por esse método de investigação, ao se assegurar a reciprocidade e igualdade das partes, amplia-se o campo da informação e favorece a busca da causa da verdade, não sendo possível pré-constituir uma solução para o conflito ou mesmo racionalizar uma verdade objetiva e absoluta (GIULIANI *apud* PICARDI, 2008, p. 129).

Assim, no processo medieval predominava o contraditório, este visto não apenas como um simples princípio, mas como verdadeira técnica de descoberta da verdade provável (PICARDI *apud* SCHENK, 2013, p. 25-26). No século XV, o contraditório foi elevado ao símbolo dos direitos naturais (PICARDI, 2008, p. 132).

No Estado Moderno, as constantes instabilidades política, econômica e social da sociedade política medieval fizeram crescer uma intensa necessidade de ordem e autoridade com aspiração à antiga unidade do Estado Romano, “*despertando a consciência para a busca da unidade, que afinal se concretizaria com a afirmação de um poder soberano, no sentido de supremo, reconhecido como o mais alto de todos dentro de uma precisa delimitação territorial*” (DALLARI, 2003, p.70).

Jorge Miranda diz que “*o poder centraliza-se e concentra-se no Rei e toda a autoridade pública passa a emanar dele; ele atinge todos os indivíduos – por serem súditos do mesmo Rei; o território adquire limites precisos e a todas as parcelas o governo central vai fazer chegar a sua lei*”. (MIRANDA, 2009, p. 17)





Algumas intervenções no *ordo iudiciarius* e novidades começam a surgir com a vinda da codificação processual de Luís XIV, o chamado *Code Louis*, bem como da legislação canônica e da *Clementina Saepe*. A *Clementina Saepe* trouxe um modelo de processo sumário, destinado a específicas controvérsias a serem resolvidas *simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii*, caracterizando-se num rito diferente do processo ordinário, altamente desformalizado e simplificado. (PICARDI, 2008, p. 133)

O problema que surge ao se considerar um direito como sendo natural ou divino é o fato deste direito não admitir nenhuma derrogação, ao contrário do que ocorre com as disposições do direito positivo, que podem ser derogadas. Entretanto, com a inserção das regras do *ordo iudiciarius* no plano do direito positivo, abriu-se passagem para a intervenção do Príncipe. (PICARDI, 2008, p. 134)

Um dos maiores problemas enfrentados pelo processo medieval era a extenuante lentidão. Em virtude dessa excessiva lentidão que permitia, até mesmo, considerar as lides como imortais, surgiu uma revolta que motivou a transposição do processo para uma ordem assimétrica, ancorada numa racionalidade objetiva, formal e calculante, que deu abertura para o poder reformador. (GIULIANI *apud* SCHENK, 2013, p. 28)

Diante desse quadro, o Papa Clemente V, submetido à realeza francesa, radicado em Avignon, editou uma norma síntese de medidas de aceleração dos processos, conhecida como *Clementina Saepe*, de 13 de dezembro de 1306, destinada a dirimir dúvidas surgidas com a vigência do novo modelo processual. (FAIRÉN GUILLÉN *apud* SCHENK, 2013, p. 30)

Por esse novo modelo processual, os juízes assumiram um controle maior da causa, na medida em que a eles foram outorgados poderes para investigar a verdade material de ofício, rejeitar exceções protelatórias e encerrar a instrução da causa sempre que a seu critério o feito lhe parecesse maduro para julgamento. Foi dispensada a apresentação pelas partes de suas inconformidades sempre por escrito, autorizando-se a prática oral de determinados atos processuais. As chamadas *sententiae interlocutoriae* eram marcadas pela irrecorribilidade, passíveis de correção de erro apenas pela própria corte inferior ou por revisão em apelação interposta do julgamento final. (ALVARO DE OLIVEIRA *apud* SCHENK, 2013, p. 30-31)

Na concepção moderna, a base do processo é a “*ordem assimétrica*”. O processo foi construído com enfoque numa racionalidade objetiva, formal e calculante, sob uma ótica científica e mecânica. O papel do juiz muda radicalmente: a função judiciária passa a ser



*“despersonalizada e atribuída a um juiz concebido como Homo burocraticus, que agia, assim, segundo a lógica burocrática, e cuja atividade era previsível, fungível e controlável. A iurisdictio era agora concedida como pars summi imperii. O juiz perdia a função de simples controlador e tutor do ordo iudiciarius e assumia a direção de um processo ancorado no ius iurisdictionis, com caráter decisivamente publicístico”* (PICARDI. *Op. cit.*, p. 128-136).

Com isso, chega-se à ordem assimétrica, fundada na autoridade e na hierarquia. A verdade é revelável pelo juiz independentemente da colaboração ativa das partes e o contraditório passa a ser visto como elemento acidental do processo (GIULIANI *apud* SCHENK, 2013, p. 33-35). O direito processual nos séculos XVIII e XIX foi marcado pelo tecnicismo, que esvaziou a garantia do processo, uma vez que a verdade era previamente revelada pelo legislador, sem depender da participação das partes para sua descoberta (ALVARO DE OLIVEIRA *apud* SCHENK, 2013, p. 33).

No final do século XIX, difunde-se a doutrina do positivismo jurídico, impondo-se, *“de uma vez por todas, constatar o exaurimento da função axiológica do princípio do contraditório”*. (PICARDI, 2008, p. 137) Inobstante continuar-se falando em princípio do contraditório, essa fórmula havia perdido sua referência originária ao direito natural e sua carga ético-ideológica, deixando a locução princípio de *“indicar uma entidade preexistente às normas processuais no qual estas deveriam ser inspiradas ou, se se prefere, uma exigência “endoprocessual”, (...)”* para ser *“o resultado de um procedimento de abstração, de diferenciação e de generalização das normas particulares ou de outros elementos compreendidos no sistema. Em tal quadro, tornou-se inevitável que o contraditório, pouco a pouco, viesse rebaixado ao papel de categoria secundária, até perder qualquer ligação com a essência do fenômeno processual”* (PICARDI, 2008, p. 137-138).

No século XX, após a Primeira Guerra Mundial, prevaleceu a reconstrução do processo *sub specie* de procedimento, sob o influxo da teoria normativa do direito, o que permitiu *“uma reconstrução mais rigorosa da normatização do processo e, em particular, um estudo mais atento do ato processual”*, com a permanência do contraditório à margem do fenômeno processual (PICARDI, 2008, p. 138). Por volta dos anos de 1930, o contraditório era tido como um instrumento útil do processo nas situações em que existiam razões para contradizer, não as havendo, era visto como um obstáculo (SCHENK, 2013, p. 34). Essa concepção deu rumo à possibilidade de se aceitar ou impor às partes que *“uma decisão justa resultasse pura e*



*simplesmente da atuação da vontade da lei, sem a cooperação ativa dos interessados no iter de sua formação. A essa altura, chegou-se a cogitar do banimento do contraditório do processo civil” (PICARDI apud SCHENK, 2013, p. 34).*

Nicola Picardi recorda um último ato desse processo de desvalorização do contraditório, representado por um projeto elaborado na Alemanha, no final da década de 30, *“que objetivava abolir, de uma vez por todas, o contraditório no processo civil, absorvendo o processo das partes no procedimento oficial de jurisdição voluntária” (BAUMBACK apud PICARDI, 2008, p. 140).*

Após a Segunda Guerra Mundial, desperta-se uma sensibilidade nova para a problemática do juízo, uma vez que se evidencia a íntima natureza comum entre o processo e o juízo. Nicola Picardi cita Carnelutti:

Escrevia o último Carnelutti: “nós havíamos estudado, com muita delicadeza, as relações jurídicas nas quais se entrelaçam os vários sujeitos do processo (...), mas as nossas ideias são muito menos claras no que se refere ao que seja julgar.” É proposta, portanto, a questão: *quid est iudicium?* E se observa que “o processo não é outra coisa além de juízo e formação de juízo”. Vista em perspectiva, a sugestiva exortação “tornemos ao juízo” representou um claro sinal do despertar do interesse do jurista para os mecanismos de formação do juízo e, antes de tudo, para o contraditório e a colaboração das partes na investigação da verdade (CARNELUTTI *apud* PICARDI, 2008, p. 140-141).

Com o segundo pós-guerra, na segunda metade do século XX, iniciam-se os movimentos de identificação, proclamação e proteção dos direitos humanos, assim como surge e evolui a doutrina do processo justo, alinhada à revalorização do contraditório, capaz de reinseri-lo no centro do fenômeno processual (GRECO *apud* SCHENK, 2013, p. 35).

### **3) O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ELEVÇÃO À CATEGORIA DE DIREITO HUMANO**

Após a Segunda Guerra Mundial, tendo como marco histórico inicial a edição da Carta de São Francisco no ano de 1945, foi estabelecido como um dos pilares da Organização das Nações Unidas (ONU) o dever dos Estados signatários em promover e garantir os direitos humanos a todos que estivessem submetidos às suas respectivas jurisdições, impondo se



assegurar a dignidade e o valor de todos os seres humanos independentemente da nacionalidade, que, associado a outros textos convencionais e tratados internacionais decorrentes da aquiescência dos próprios Estados sobre a necessidade da normatização internacional, proporcionou uma ampliação da proteção internacional do indivíduo, dentre os quais podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1976, os quais são considerados a Carta Internacional dos Direitos Humanos por possuírem alcance universal e abranger várias espécies de direitos, que compõem os princípios gerais do Direito Internacional (RAMOS, 2012, p. 25-27).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, nos primeiros anos pós-1945, visando a reconstrução de seu papel no cenário mundial bipolar, tendo em vista os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América e a antiga URSS, os Estados europeus ocidentais optaram pela busca de sinergia e cooperação, o que resultou na instituição de várias organizações no âmbito da Europa Ocidental, como a União da Europa Ocidental (UEO) e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) - (RAMOS, 2012, p. 151).

Merece destaque o surgimento do Conselho da Europa, uma organização internacional intergovernamental criada em 5 de maio de 1949, pela assinatura, em Londres, de seu tratado institutivo pela Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido, com os objetivos principais de garantir a proteção dos direitos humanos, defender o regime democrático e pregar o Estado de Direito. Esses Estados europeus ocidentais fundadores do Conselho da Europa convencionaram a internacionalização da temática dos direitos humanos, vindo a ser firmada em 4 de novembro de 1950, na cidade de Roma, na Itália, a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (RAMOS, 2012, p. 151-152).

No que toca às garantias processuais, além daquelas estampadas nos artigos 5º, 1, “a” e “c”; 10º, 2; e 13º, a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 1950, no seu art. 6º, 1, dispõe sobre o direito a um processo equitativo, assim entendido como aquele no qual qualquer pessoa tem direito ao exame equitativo e público de sua causa, num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de caráter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal



dirigida contra ela, por meio de julgamento público, podendo ser proibido o acesso à sala de audiências à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a proteção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.

Em termos correlatos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 678, de 6 de Novembro de 1992, nos artigos 7º, 6 e 8º, 1 e 2, prevê garantias processuais. Sua aplicação e interpretação compete à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

É importante observar que a evolução da jurisprudência das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, em especial a da Corte Europeia de Direitos Humanos (Corte EDH), foi uma das responsáveis por trazer o contraditório de volta ao centro do fenômeno processual (SCHENK, 2013, p. 42-47). A partir da jurisprudência da Corte EDH é possível extrair “*um conjunto de proposições que, depois de sistematizadas, permite identificar o conteúdo atual do contraditório*” (SCHENK, 2013, p. 48).

Leonardo Faria Schenk, ao analisar o artigo 6º, 1, da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 1950 e o artigo 8º, 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, com amparo nas decisões da Corte EDH, aponta os seguintes direitos assegurados pela garantia do contraditório às partes no âmbito de um processo contencioso:

- (i) o direito de ser ouvida em pelo menos uma audiência pública, perante um juiz independente e imparcial, para esclarecer os fatos relevantes da causa;
- (ii) o direito de conhecer, por meios reais e efetivos, e de se manifestar sobre todas as alegações e provas apresentadas pela parte contrária ou por qualquer interessado que, de algum modo, intervenha no processo;
- (iii) o direito de propor e produzir todas as provas relevantes para a defesa do direito material, com vistas a influenciar na decisão; e
- (iv) o direito de ter a causa apreciada e decidida com apoio nos argumentos e provas apresentados pelas partes, ou ao menos por elas previamente conhecidos e debatidos, cabendo ao Estado, em contrapartida, o dever de analisar adequadamente todos os pedidos, argumentos e provas existente nos autos, tomando-os em consideração na decisão. (SCHENK, 2013, p. 48)



Conforme a jurisprudência da Corte EDH, o conteúdo mínimo da garantia do contraditório assegura às partes a oportunidade real e efetiva de conhecer e se manifestar sobre alegações, provas e circunstâncias relevantes da causa em igualdade de condições; bem como o direito à prova, desde o momento de sua proposição até o momento de sua avaliação; e a oportunidade de participar de forma ativa e efetiva na formação da decisão, com o fim de influenciar a tomada da decisão, na qual deverá ser levado em consideração todos os pedidos, argumentos e provas apresentados pelas partes e demais interessados, mediante exame exaustivo e adequado a ser procedido pelo órgão julgador, sem que isso importe em uma indevida interferência no livre convencimento. O livre convencimento, pois, passa a ser visto como o espaço de liberdade que os órgãos julgadores têm para apreciar os elementos de prova produzidos em contraditório, com apoio nos critérios debatidos e selecionados em contraditório, e para determinar se eles são relevantes ou não para o julgamento da causa (SCHENK, 2013, p. 54-56).

Os tratados possuem mecanismos de aferição de responsabilidade do Estado de reparação pelos danos porventura causados pelo descumprimento das obrigações internacionais pactuadas, que se constituem em uma reação jurídica do Direito Internacional às violações de suas fontes normativas com fundamento no princípio da igualdade soberana entre os Estados e no respeito às fontes do Direito Internacional (RAMOS, 2012, p. 29-30).

O Brasil, ao se submeter à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e ao aderir a vários instrumentos internacionais, com especial destaque aos que preveem garantias processuais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos de 1966 e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mais conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, comprometeu-se a garantir e a respeitar os direitos humanos e as garantias processuais, assumindo, ainda, o dever de adotar disposições de direito interno de modo a criar meios propícios para assegurar e torná-los efetivos.

Nesse contexto, é importante nos socorrer à interpretação e aplicação da norma internacional, que estampa as garantias processuais, atribuída pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, não sendo bastante o simples apego à literalidade, nem, muito menos, a interpretação nacional da norma internacional protetora de direitos humanos.





A Corte Interamericana de Direitos Humanos faz uma interpretação ampla do artigo 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. No caso Vélez Loor contra o Panamá, julgado em 23 de novembro de 2010, a referida Corte firmou seu entendimento no sentido de que, embora a função jurisdicional pertence ao Poder Judiciário, em alguns estados as autoridades públicas ou outros organismos também têm, em alguns casos, funções materialmente jurisdicionais e tomam decisões que envolvem direitos fundamentais. No entanto, o desempenho da gestão, nesses casos, tem limites intransponíveis, dos quais ocupa, em primeiro lugar, o respeito aos direitos humanos, tornando-se necessário que o seu desempenho seja regulamentado. Por isso, exige que cada autoridade pública, quer seja administrativa, legislativa ou judicial, cujas decisões possam afetar os direitos das pessoas, adotar tais decisões com pleno respeito às garantias do devido processo legal. Assim, o artigo 8º da Convenção estabelece as diretrizes do devido processo legal, que consiste um conjunto de requisitos a serem observados nas fases processuais, a fim de que as pessoas sejam capazes de defender adequadamente os seus direitos contra qualquer ação do Estado que possam afetá-los. Além disso, naquele julgamento, a Corte admitiu ser apropriada a interpretação atribuída pelo Tribunal de Justiça no sentido de que o leque de garantias mínimas estabelecidas no parágrafo 2º do artigo 8º da Convenção aplica-se também à determinação de direitos e obrigações de qualquer ordem ou natureza, seja trabalhista, fiscal ou civil. Para a Corte, o devido processo é um direito que deve ser garantido a todas as pessoas, seja nacional ou estrangeiro. Isto significa que o Estado tem de assegurar a todos, mesmo pessoa estrangeira que se encontre em situação irregular, a oportunidade de fazer valer os seus direitos e defender seus interesses de forma eficaz, observada a igualdade processual (Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr>, acesso em 22 de junho de 2014).

Insta salientar que os atos internos, sejam leis, atos administrativos ou decisões judiciais, para o Direito Internacional são considerados “*expressões da vontade de um Estado, que devem ser compatíveis com seus engagements internacionais anteriores, sob pena de ser o Estado responsabilizado internacionalmente*” (RAMOS, 2012, p. 351).

Ademais, consoante o disposto no artigo 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009), o Estado não pode invocar as disposições de direito interno para justificar o descumprimento de um tratado. O descumprimento de uma obrigação internacional em virtude de ato interno, ainda que baseado



em legislação nacional ou norma constitucional, pode gerar a responsabilidade internacional do Estado infrator da norma jurídica internacional, haja vista que a norma interna é encarada como mero fato. Este mesmo tratamento é dado aos demais atos internos, como as decisões judiciais e os atos administrativos.

Diante disso, o Estado brasileiro não pode justificar a violação de direitos humanos que se obrigou, no plano internacional, a respeitar e a garantir as pessoas que se encontram sob a sua jurisdição com base na inexistência de norma constitucional ou na teoria da separação dos poderes. Essas justificativas são inócuas e configuram o desrespeito à boa-fé em razão do descumprimento das obrigações internacionais (RAMOS, 2012, p. 352).

Trata-se, pois, de um problema sensível já que os atos internos, em especial os administrativos, no Brasil, não são desempenhados sob a luz dos direitos humanos, ao contrário do que orienta a interpretação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na verdade, a Administração Pública muitas vezes não observa os princípios constitucionais, impostos pelo Estado Democrático de Direito, norteadores de sua atuação.

Como formas de possibilitar o cumprimento dessas obrigações internacionais que o Estado brasileiro se comprometeu, podemos indicar a interpretação internacionalista dos direitos humanos ou, ainda, que se inicie um diálogo e uma fertilização cruzada entre os tribunais internos e os tribunais internacionais (RAMOS *apud* RAMOS, 2012, p. 31-32).

Deste modo, o recurso a fontes internacionais ou estrangeira em tema de direitos humanos é inteiramente pertinente, principalmente por conta do controle da eficácia de um conteúdo mínimo e uniforme destes direitos feito pela Corte Europeia de Direitos Humanos (Corte IDH) e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, sem olvidar que esses direitos constituem um rol de direitos fundamentais consagrados em instrumentos internacionais, aos quais o Brasil aderiu (GRECO *apud* SCHENK, 2013, p. 43).

#### **4) OS PERCALÇOS E AVANÇOS NO TRATAMENTO DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO BRASIL**

Depois da Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, com inspiração na valoração ideológica do Estado Democrático de Direito, em âmbito mundial, o



constitucionalismo contemporâneo ergueu-se, tendo em seu núcleo a teoria dos direitos e garantias fundamentais e, como mola propulsora do ordenamento jurídico constitucional aberto e nuclear, irradiado pela solidariedade coletiva, o princípio democrático. E, no plano nacional, com o advento da Constituição de 1988, essa valoração ideológica foi formalmente consagrada, como se vê da leitura dos artigos 1º ao 17 e 225, dentre outros dispositivos constitucionais (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2008, p. 134 e 338).

O modelo trazido pela Constituição de 1988 de transformação com justiça da realidade exigiu uma mudança de paradigma rumo à interpretação, à aplicação (efetivação) e ao respeito da Constituição como lei fundamental. Com o neoconstitucionalismo, surge uma nova forma de estudar, interpretar e aplicar a Constituição, a fim de superar as barreiras impostas pelo positivismo a partir do Estado Democrático de Direito instituído por uma Constituição, que cria um sistema aberto de valores, estruturalmente dinâmico, capaz de transformar positivamente a sociedade através da efetivação concreta dos direitos e garantias constitucionais fundamentais (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2008, p. 134-141 e 338).

A partir da década de 1990, no Brasil, começam a ser implantadas “*providências governamentais destinadas a adequar a interpretação do texto constitucional*” ao fomento de “*investimentos do capital estrangeiro*”, de modo a obstar que os direitos assegurados na CRFB/88, o uso da atividade jurisdicional e do processo “*impedissem o desenvolvimento do sistema financeiro*” (SANTOS *apud* ALMEIDA, 2013, p. 83-84).

Para tanto, foram sugeridas “*incursões em mudanças estruturais do processo*” e “*investimentos na criação de um modelo processual*” que não representasse riscos ao mercado ou gerasse desaceleração aos investimentos (ALMEIDA, 2013, p. 84). Defendia-se um modelo de processo que permitisse assegurar a “*previsibilidade dos provimentos jurisdicionais, com métodos de uniformização das decisões e a sumarização da cognição, de modo a alcançar o resultado em menor espaço de tempo e com maior previsibilidade*” (SANTOS *apud* ALMEIDA, 2013, p. 84).

Com isso, foram operadas várias reformas processuais enfocadas na supervalorização da celeridade processual e na previsibilidade dos provimentos jurisdicionais, a partir da “*otimização dos procedimentos e do emprego de métodos para impor padrões decisórios*”, objetivando reduzir a função fiscalizadora e construtora da atividade jurisdicional (ALMEIDA, 2013, p. 84).



Desta maneira, inobstante Constituição de 1988 consagrar inúmeras garantias, inclusive a do *“devido processo legal substancial em todas as suas dimensões”*, com as reformas processuais embasadas na perspectiva neoliberal, foi suprimida a participação efetiva dos interessados na condução do processo, ao passo que *“a interpretação dos princípios processuais passa a ser feita em dimensão meramente formal, como se fossem utilizados apenas para que o processo obtenha máxima eficácia prática dentro dos critérios quantitativos e não qualitativos, de sorte a atender aos objetivos do mercado”* (NUNES *apud* ALMEIDA, 2013, p. 80-85).

A influência do neoliberalismo, não só na estrutura do processo, mas também na atividade jurisdicional, pôde ser claramente identificada *“após a edição da Emenda Constitucional nº 45, responsável pela denominada Reforma do Poder Judiciário”*, bem como a partir da superveniente *“edição de várias leis destinadas a permitir que a proposta do constituinte derivado fosse efetivada”*. Dentre as alterações mais importantes, merece destaque *“a positivação do princípio da razoável duração do processo (artigo 5º, LXXVIII da CRFB), a criação da súmula vinculante (artigo 103-A da CRFB), do processamento de causas piloto (artigos 543-B e 543-C do CPC), de julgamentos sumários pautados em padrões decisórios (artigo 285-A do CPC)”*, que proporcionou a redução da participação do jurisdicionado para a edição do provimento jurisdicional, dando abertura para a construção de *“entendimentos judiciais subjetivistas acerca da aplicação normativa”* (ALMEIDA, 2013, p. 85).

O discurso socializante das reformas, na busca de legitimar uma funcionalidade que atenda os anseios do mercado, leva a entender que o rápido desenvolvimento dos processos e o emprego de padrões decisórios são benéficos ao jurisdicionado, sem, contudo, se preocupar com a proteção e efetivação das garantias processuais (ALMEIDA, 2013, p. 85-86).

Nesse cenário, o neoliberalismo configura *“uma investida ilegítima do poder econômico mundial contra as conquistas sociais”* (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2008, p. 159). A filosofia política neoliberal vai de encontro aos compromissos do Estado Democrático de Direito para com a transformação positiva da realidade social, movimentando-se em direção à dissolução do Estado nacional, ao enfraquecimento dos laços de soberania e à disseminação de uma falsa doutrina de despolitização da sociedade, que só tem gerado concentração de riqueza com aumento de pobreza (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2008, p. 159-160).



De acordo com o art. 112, caput, da CRFB/88, o Supremo Tribunal Federal (STF) é o guardião da Constituição. Entretanto, o referido Tribunal também parece ter sido afetado pela influência neoliberal, pregando pela aceleração dos feitos, o que nos permite identificar, em seus julgados, uma tendência de mitigação da garantia do contraditório. Leonardo Faria Schenk, em pesquisa da jurisprudência do Egrégio STF, verificou que:

[...] muito embora o contraditório esteja assegurado a todos, em processos judiciais e administrativos, com plenitude de defesa, pelo inciso LV, do art. 5º da Constituição, a jurisprudência faz pouco da garantia ao afirmar, em regra quase não excepcionada, que as suas alegadas violações constituem, quando muito, ofensa reflexa ao texto constitucional, devendo receber tratamento e correção no âmbito infraconstitucional (SCHENK, 2013, p. 66).

De fato, em inúmeros julgados do Supremo Tribunal Federal prevalecem o entendimento de que a violação ao contraditório configura apenas uma violação reflexa, ou ofensa indireta, à Constituição.

Todavia, Leonardo Faria Schenk, em raríssimas três oportunidades, pôde identificar o tratamento dado ao contraditório que ultrapassa as barreiras da audiência bilateral: no Agravo de Instrumento 431.264, Relator Ministro Cezar Peluso, julgado em 30 de outubro de 2007, o princípio do contraditório foi visto como direito de efetiva e oportuna participação e influência no desenvolvimento do juízo decisório, assim como foi ressaltado a necessidade da decisão ser resultado do diálogo e colaboração dos protagonistas presentes na causa; no Recurso Extraordinário 434.059/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgado em 7 de maio de 2008, na hipótese de *“ausência de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, não revelaria ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição,”* desde que fossem assegurados os direitos à informação, à manifestação e à consideração dos argumentos manifestados; e no Recurso Extraordinário 431.121, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, julgado em 9 de março de 2004, reconheceu-se um conteúdo mínimo da garantia do contraditório e da ampla defesa, ligado à audiência bilateral, envolvendo *“a garantia de intimação válida para os atos relevantes do processo”* (SCHENK, 2013, p. 63-65).

Ocorre que o ápice do ordenamento jurídico brasileiro é ocupado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual implantou a forma de Estado Democrático de Direito, devendo as construções doutrinárias, as decisões judiciais, a atuação das autoridades e até o poder reformador constitucional e infraconstitucional manter correspondência e



obediência aos valores democráticos nela consagrados. E, o exercício do poder deve ser legítimo, ou seja, constituído democraticamente como resultado da soberania popular, e, no exercício da prestação jurisdicional, os motivos de uma decisão judicial legítima devem ser resultado do contraditório (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2008, p. 143- 155).

Aliás, a CRFB/88, no art. 1º, consagra implicitamente o princípio da vedação ao retrocesso. Desta forma, é inadmissível o retrocesso em relação às conquistas sociais. (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2008, p. 155, 160 e 178). Não se permite regressar ao estado anterior e desconsiderar todas as conquistas alcançadas, principalmente com a proteção dos direitos fundamentais e dos direitos humanos tutelados em instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil, os quais não podem ser transformados em peças de retórica, sob pena de responsabilidade internacional pela violação que der causa (RAMOS, 2012, p. 348).

Recordamos que é princípio diretivo do Brasil em suas relações internacionais a prevalência dos direitos humanos (art. 4º da CRFB/88), que os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição tem aplicabilidade imediata (art. 5º, §1º da CRFB/88) e não excluem outros decorrentes dos tratados em que a República Federativa do Brasil faça parte (art. 5º, §2º da CRFB/88), bem como que os direitos e garantias fundamentais incluem o rol das cláusulas pétreas (art. 60, §4º, inciso IV, da CRFB/88).

O art. 5º, inciso LIV, da CRFB/88 consagra o princípio do devido processo legal. Marcelo Pereira de Almeida, citando Nery Junior, afirma que seria suficiente a adoção do princípio do devido processo legal pelo texto constitucional para que decorressem as demais garantias inerentes aos direitos a um processo justo e à uma sentença justa (NERY JUNIOR *apud* ALMEIDA, 2012, p. 32).

Como corolário desse princípio, temos o princípio do contraditório, que assumiu uma feição democrática (GROSS, 2013, p. 122). O art. 1º da CRFB/88 dispõe que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito. O art. 5º, inciso LV, da CRFB/88, expressamente assegura aos litigantes, em processo judicial e administrativo e aos acusados em geral as garantias do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a elas inerentes.

A feição contemporânea da garantia do contraditório, além de assegurar a real, adequada e tempestiva comunicação do ajuizamento da causa e de todos os demais atos processuais, a fim de conferir às partes ampla oportunidade “*de impugnação, de modo que as*





*questões apenas sejam resolvidas após o prévio contraditório (...), relaciona-se com o conjunto de prerrogativas reunidas sob o título de ampla defesa”, tais como o “direito de apresentar alegações, propor e produzir provas, participar da produção das provas requeridas pelo adversário ou determinadas de ofício pelo juiz e exigir a adoção de todas as providências que possam ter utilidade na defesa dos seus interesses, de acordo com as circunstâncias da causa e as imposições do direito material”, bem como a “flexibilidade dos prazos”, a “igualdade concreta” e “o direito de influir eficazmente na prestação jurisdicional, seja qual for a sua natureza, com todos os meios aptos a alcançar o resultado”, sendo este considerado uma “garantia da qual não pode ser privado qualquer cidadão, como exigência de participação eficaz, haja ou não litígio, haja ou não cognição exaustiva, haja jurisdição provocada ou de ofício, seja qual for o procedimento” (GRECO apud SCHENK, 2013, p. 59-60).*

O conteúdo da garantia do contraditório deve ser respeitado e assegurado em todos os seus aspectos, levando-se em consideração a interpretação dada pelos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos e, principalmente, a proteção da referida garantia pela Constituição de 1988.

## 5) CONCLUSÃO

O objetivo da presente pesquisa foi delimitar o tratamento atribuído ao contraditório, seja em sua evolução histórica, seja no plano internacional, em sua dimensão enquanto direito humano que deve ser protegido e assegurado pelos Estados a todos que se encontram sob a sua jurisdição, seja pela interpretação dada pelos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos e pela doutrina.

Ao longo da pesquisa, foram abordados a persistência de alguns obstáculos à efetivação da garantia do contraditório. Dentre eles, encontra-se a influência do neoliberalismo, que, no âmbito do processo, prega pela solução rápida dos litígios sem se preocupar em assegurar e respeitar das garantias inerente ao processo. Constata-se que, embora o Brasil tenha se comprometido a se submeter à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual incumbe interpretar e aplicar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Estado brasileiro faz parte, no plano interno, as garantias processuais, principalmente o



contraditório, vem sendo mitigado pelas reformas processuais e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao qual compete a guarda da Constituição.

Esses relatos servem para demonstrar que o Brasil, caso seja acionada a Corte Interamericana de Direitos Humanos e apurada a violação de direitos e garantias protegidos pela referida Convenção, pode vir a ser responsabilizado internacionalmente por conta do descumprimento de obrigação internacional.

Com a vinda da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), o contraditório foi consagrado no rol dos direitos e garantias fundamentais, reforçando ainda mais a tese de ser devida a sua observância e respeito. Além disso, a CRFB/88 insculpiu o princípio democrático. Como foi visto ao longo da pesquisa, o mencionado princípio permite-nos ver o contraditório sob uma nova perspectiva, implicando num direito de efetiva e real participação. E, no processo civil, a garantia do contraditório assegura direito para as partes e, por outro lado, gera deveres, inclusive para o Estado-juiz.

Assim, o contraditório, no modelo contemporâneo e sob a visão democrática, abrange o direito de participação real e eficaz, os direitos de ouvir e de ser ouvido, o dever de cooperação entre as partes, a participação ativa do juiz na direção do debate judicial, o direito de desempenhar um papel ativo no processo, de se expressar ou reagir, e, até mesmo, o direito de ter conhecimento dos atos processuais e de ver seus argumentos serem considerados e apreciados pelo juiz.

Fala-se ainda em democracia deliberativa, por meio da qual o princípio do contraditório passa a ser compreendido como um direito de influenciar o exercício do poder jurisdicional, sem se surpreender, decorrendo dessa influência a legitimidade da decisão judicial. A nosso ver, a garantia do contraditório no processo civil, ao assegurar às partes, sem discriminação e em paridade de armas, o direito de participação efetiva e de influenciar o órgão julgante a formar seu livre convencimento, trata-se de uma verdadeira condição *sine qua non* para se alcançar um julgamento justo e legítimo.

Desta forma, tendo em vista a importância da garantia do contraditório no cenário constitucional-democrático brasileiro e nas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito internacional, é relevante que se rechaçam toda e qualquer forma ilegítima de se obstaculizar a sua efetivação. Aliás, deve-se primar pela primazia da Constituição e pela prevalência da proteção dos direitos humanos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### a) Doutrina:

ALMEIDA, Marcelo Pereira de Almeida. *Processo coletivo: teoria geral, cognição e execução*. São Paulo: LTr, 2012.

\_\_\_\_\_. *Conflitos sociais judicializados: crítica sobre a legitimidade dos precedentes na resolução das demandas individuais de massa*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (Orientador Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva). Niterói, 2013.

ASSAGRA DE ALMEIDA, Gregório. *Direito material coletivo: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma summa divisio constitucionalizada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. V. I, 10. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

CAPPELLETTI, Mauro. *O processo civil Italiano no quadro da contraposição “civil law” – “common law” (apontamentos históricos comparativos)*. In *Revista de Processo*. São Paulo: RT.

CAPONI, Remo. Note in tema di *poteri probatori dele parti e del giudice nel Processo Civile tedesco dopo la riforma del 2001*. Le prove nel processo civile. *Atti del XXV CONVEGNO NAZIONALE*. Milano: Giuffrè, 2007

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 13. ed., rev. e atual. São Paulo: Mallheiros, 1997.

COMOGLIO, Luigi Paolo. “Garanzie costituzionali e giusto processo (Modelli a confronto)”. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, v. 23, n. 90.

\_\_\_\_\_. Giurisprudenza. Abuso dei diritti di difesa e durata ragionevole del processo: un nuovo parâmetro per i poteri direttivi del giudice? *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 2009, p. 1684-1700.

\_\_\_\_\_. *La garanzia costituzionale dell’azione ed il processo civile*. Padova: CEDAM, 1970.

\_\_\_\_\_. Stato di diritto e crisi dei modelli processuali nei sistemi di democrazia socialista. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, p. 240-283.



\_\_\_\_\_. Il “giusto processo” civile nella dimensione comparatistica. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 2002, p. 702-758.

\_\_\_\_\_. Defesa i contraddittorio nei procedimenti in câmera di consiglio. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 1997, p. 719-766.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 24. ed.. São Paulo: Saraiva, 2003.

GROSS, Marco Eugênio. *A colaboração processual como produto do Estado Constitucional e as suas relações com a segurança jurídica, a verdade e a motivação da sentença*. In *Revista de Processo*. REPRO, São Paulo, ano 38, nº 226, dez. 2013.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Notas sobre a litis contestatio e a sua sobrevivência no processo civil canônico*. In *Revista de Processo*. REPRO, São Paulo, ano 35, nº 187, set. 2010.

MEIRELLES, Delton Ricardo Soares. *Conselhos Comunitários de Justiça e Juizados de Conflitos de Vizinhaça: Uma proposta de acesso à Justiça nas cidades*. Rio de Janeiro, 2010.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MITIDIERO, Daniel; AMARAL, Guilherme Rizzo (coords.); FEIJÓ, Maria Angélica Echer Ferreira (org.). *Processo Civil – estudos em homenagem ao professor doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira*. São Paulo: Atlas, 2012.

PICARDI, Nicola. *Jurisdição e Processo*. Org. e rev. téc. da tradução: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

\_\_\_\_\_. Il principio del contraddittorio. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 1998, p. 673-681.

\_\_\_\_\_. “Audiatur et altera pars”. Le matrici storico-culturali del contraddittorio. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*. Milano: Giuffrè Editore, 2003, p. 7-22.

\_\_\_\_\_. La vocazione de nostro tempo per la iurisdizione. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*. Milano: Giuffrè. 2004, p. 41-71.

RAMOS, André de Carvalho. *Processo Internacional de Direitos Humanos. Análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. 11. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

SCHENK, Leonardo Faria. *Cognição sumária: limites impostos pelos contraditório no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2013.



SILVA, Wagner José da. *A inconstitucionalidade do art. 285-A do CPC*. In Revista de Processo. REPRO, São Paulo, ano 38, nº 226, dez. 2013.

b) Jurisprudência Internacional:

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Vélez Looz v. Panamá. Julgado em 23 de novembro de 2010, série C, nº 218.

c) Legislação e Instrumentos de Direito Internacional:

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL, *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992* – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

BRASIL, *Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009* – Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.

Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Convenção Europeia de Direitos Humanos), adotada em 4 de novembro de 1950.



## **A PRÁXIS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA: UM DIÁLOGO DA TEORIA MARXISTA COM A PERSPECTIVA DA PEQUENA ÉTICA EM RICOEUR**

BALUTA, Maria Cristina

*Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)*

*Docente do Curso de Direito na Universidade Estadual de Ponta Grossa*

*Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação*

*Doutorado da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG*

186

### **RESUMO**

Este texto é resultado de estudos empreendidos para o fim de apresentar a concepção de *práxis* e seu exercício nas atividades desenvolvidas nos Núcleos de Prática Jurídica, mormente nos casos envolvendo as entidades familiares da contemporaneidade. O entendimento estrutural do termo, priorizado na teoria social de Marx e na perspectiva ética de Paul Ricoeur, se faz necessário, quer pela atualidade do tema, quer pela importância revolucionária do agir consciente do sujeito. A mediação familiar, ao afastar uma decisão compulsória estatal, se apresenta como solução tangível a propiciar o diálogo entre os envolvidos nos conflitos familiares e ao resgate da cidadania inclusiva. Com esse propósito e como consequência da prática social humana, a realidade do conflito pode ser observada por diversos olhares, buscando na comunhão interdisciplinar a emancipação dos protagonistas. A investigação utilizou a metodologia de extensão qualitativa, empregando como fonte a pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Prática Jurídica; Práxis; Mediação Familiar;

### **ABSTRACT**

This text is the result of studies undertaken for presenting the conception of praxis and its exercise in the activities developed in the Nucleus of Legal Practice, particularly in cases involving the family of contemporary organizations. The structural understanding of the term, prioritized in the Marx social theory and ethical perspective of Paul Ricoeur, it is necessary either for the topicality of the subject or by the revolutionary importance of the conscious act of the subject. Family mediation, in dismissing a state compulsory decision, is presented as a tangible solution in facilitating dialogue between those involved in family conflicts and redemption of inclusive citizenship. For this purpose and as consequence of human social practice, the reality of the conflict can be observed by various viewpoints, seeking interdisciplinary fellowship in the emancipation of the protagonists. The study used the methodology of qualitative extension, using the bibliographic research as source.

**Keywords:** Legal Practice; Praxis; Family Mediation;





## INTRODUÇÃO

A Portaria nº. 1886/94, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) apresentou as primeiras diretrizes curriculares e conteúdo padrão para os cursos de Direito no Brasil, e em especial a determinação imperativa da obrigatoriedade de estágio de prática jurídica. Ela foi revogada pela Resolução nº. 09/2004 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, a qual não apresentou diferenças significativas com relação à portaria anterior, porém, enfatizou o necessário vínculo entre a academia e a sociedade e a indispensável contextualização com as formas de realização da interdisciplinaridade e integração entre teoria e prática (artigo 2º., parágrafo 1º.). Tem ainda como escopo assegurar ao graduando, além da formação geral, uma formação humanística, axiológica e de valoração dos fenômenos jurídicos e sociais, com uma visão crítica e reflexiva da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. (artigo 3º.)

Na constituição “cidadã”, de 1988, na inovadora concepção de Estado Democrático de Direito, está previsto em seu artigo 207 que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Nesse contexto, pode ser denotada a preocupação com a inclusão da prática no aprendizado teórico, não se cogitando mais a passividade da aceitação do conhecimento meramente teorizado, muitas vezes dissociado da realidade existente. O que busca a legislação atual é a efetiva aplicação do conhecimento jurídico nas relações sociais iminentes a sociedade; do compromisso com a responsabilidade social e da análise dos fenômenos sociais.

Com essa previsão comportamental de interação teoria/prática, o que se pretende é um “novo profissional” da área do Direito, com formação intelectual democrática; muito mais preocupado com o ser humano e suas relações, do que com a teorização do problema jurídico. Entretanto, essa assunção de mudança ainda não é perene, considerando que inúmeras Faculdades de Direito, distribuídas pelo Brasil, ainda utilizam como método a codificação do pensamento legalizado como cerne do conhecimento jurídico, herança da ultrapassada era do positivismo e da mecanização do sistema. A ciência do Direito atual é uma ciência social, que pretende trabalhar com novos modelos de dialética voltada para a sociedade e seus problemas.



Boaventura Sousa Santos, ao tratar da necessária revolução nas Faculdades de Direito, afirma que

Em regra, o ensino jurídico até hoje praticado (180 anos depois da implantação dos primeiros cursos em São Paulo e Olinda) parte do pressuposto de que o conhecimento do sistema jurídico é suficiente para a obtenção de êxito no processo de ensino-aprendizagem. A necessária leitura cruzada entre o ordenamento jurídico e as práticas e problemas sociais é ignorada, encerrando-se o conhecimento jurídico e, conseqüentemente, o aluno, no mundo das leis e dos códigos. (2011, p.88)

188

Com esta evidência surge o inevitável questionamento sobre a eficácia do atendimento nos Núcleos de Prática Jurídica como uma possibilidade de resolução dos conflitos, pois o mero encaminhamento de uma demanda ao Poder Judiciário não representa uma atuação de comprometimento com a cidadania, mas sim o fortalecimento da cultura da sentença<sup>1</sup>.

Ressalte-se que a prática profissional exercida no Núcleo de Prática Jurídica vai além da docência, pois também se exerce a função de advogado. Essa peculiaridade faz com que o profissional do Núcleo de Prática atue concomitantemente como professor e advogado, o que representa dupla responsabilidade em praticar sua profissão com vistas à transformação, exigindo que a compreensão da *práxis* seja um requisito obrigatório na sua prática profissional didático pedagógica. Aduz, André Macedo de Oliveira

O Núcleo de Prática Jurídica é a base para o redesenho da teoria e a prática uma vez que apresenta vários papéis na trajetória do bacharel em direito, caracterizando-se com um espaço oportunizador do acesso à justiça, considerando meio para a concretização dos direitos humanos, e sua relação com outros órgãos de que prestam assistência e com o Poder Judiciário. (2009, p.135)

Compreender a questão, condições e relações, consolidada no entendimento do trabalho concreto como alicerce do ser social, possibilitará desvendar a função social da profissão, incidindo diretamente nas condições de vida dos sujeitos que são atendidos nos Núcleos de

<sup>1</sup> A solução será imposta pelo Estado-juiz, o qual ao sentenciar o caso concreto, acolherá ou rejeitará o pedido feito pelo autor; logo, uma parte será rotulada de vencedora e a outra de perdedora, aumentando a animosidade.



Prática Jurídica; na defesa dos direitos humanos e no resgate da dignidade da pessoa humana.

## **PRÁXIS**

A pesquisa retoma o conceito de *práxis* em Karl Marx e aborda seu desdobramento na hermenêutica de Paul Ricoeur, visando estruturar um caminho de reflexão sobre as *práxis* na mediação familiar. Em linhas gerais, não é descrever o fenômeno exclusivamente em termos de classes sociais e de classe dominante, mas também, chegar ao conceito de *práxis* que corresponda a essa análise, mais do que a partir dela, sem confrontos, dentro de dois enfoques sobre a mesma realidade.

A prática repassada no Núcleo de Prática Jurídica não deve ser representada apenas por tentativas de conciliação despreocupadas com a realidade existencial de cada família que busca o auxílio na Instituição. A prática pedagógica deve estabelecer uma relação dialogal com os conhecimentos jurídicos e as necessidades sociais, e isso é possível por meio da dialética entre a teoria e a prática. Não se trata de uma prática que reflita apenas um processo de repetição técnica, e sim uma prática participativa, que não se identifica com qualquer ação ou movimento, mas de uma atitude autônoma, voluntária, consciente, responsável e reflexiva, evidenciando uma *práxis* intencional na vida social. (VÁZQUEZ, 2011)

## **PRÁXIS NO ENFOQUE MARXISTA**

Na concepção materialista de mundo, Karl Marx (1818-1883) considera a matéria como princípio fundante da consciência, relegando as inquietações do espírito (metafísico) para um segundo plano, pois, para ele, a realidade independe da consciência. Na base filosófica do materialismo dialético Marx tenta encontrar explicações lógicas, coerentes e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Tem nesta visão científica da realidade, entre outros pilares, a essência da prática social da humanidade.

Essa preocupação também está refletida no materialismo histórico, apresentado na obra escrita a quatro mãos que marcou o início da parceria intelectual e militante entre Marx e



Engels, intitulada “A Ideologia Alemã”, na qual defendem de maneira repetida que “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 2005, p. 52), desmistificando com críticas acirradas<sup>2</sup> o entendimento da história como resultado de ideologias e da atuação de mártires.

Para compreensão da fundamentação desta filosofia, se faz necessária a conceituação de três categorias do materialismo dialético: matéria, consciência e prática social, observadas pela ótica da unidade e da luta dos contrários. Assim, considerada: a matéria, relativizada e temporária, como realidade objetiva; a consciência como o resultado evolutivo da matéria capacitadora da reflexão da realidade material, respeitadas suas peculiaridades e intimamente ligada à linguagem e ao trabalho; e por último, a categoria da prática, que pressupõe o processo ativo de produção de matéria com a finalidade de transformar a natureza e a vida social. (TRIVIÑOS, 2011)

Com apoio nas teses de Feuerbach e outras obras de Marx, destaca-se a premissa da ação como condição do conhecimento, e, inversamente, a consciência condicionando a prática numa concepção de mudança/transformação, evidenciando-se uma implicação profunda entre a teoria e a prática em uma perspectiva de órbita constante entre esses dois pólos.

Como objeto específico da categoria prática, observa-se em Marx que *práxis* passa a ser “o conceito central de uma nova filosofia, que não quer permanecer como filosofia, mas transcender-se tanto em um novo pensamento metafilosófico como na transformação revolucionária do mundo.” (BOTTOMORE, 1997, p. 239), sendo que a “solução das oposições *teóricas* só é possível de modo *prático*, só é possível mediante a energia prática do homem” (MARX, 2009, p. 19)

A atividade humana, ação, considerada na concepção de *práxis*, deve apresentar um agir teleológico, como exemplifica Marx em sua obra O Capital (2008), onde destaca que apesar de toda organização e concretude da atividade desenvolvida pelas aranhas na formação de sua teia, ou no trabalho sistemático apresentado no labor das abelhas quando da confecção e proteção da colméia, não representam a *práxis*, porque divorciada da cognição finalista da ação praticada. Neste contexto, a atividade prática deve ter como fim um objeto desejável, seja ele da natureza, produtos de uma prática anterior, da sociedade ou do próprio homem na visibilidade de sua

<sup>2</sup> Teses a Feuerbach



realidade, tendo ainda como resultado uma transformação real, com conseqüências a uma realidade independente.

A compreensão da *práxis* pode ser facilitada pelo estudo a partir de suas dimensões, conforme entendimento do filósofo espanhol Adolfo Sánchez Vázquez em sua obra *Filosofia da Práxis* (2011), o qual a classifica em: *práxis* produtiva; *práxis* artística; *práxis* científica; *práxis* social e política. Além de também ser produto do conhecimento, podendo ser expressa na forma de conceitos, hipóteses, teorias ou leis, mediante as quais o ser humano conhece e atua na realidade (VÁZQUEZ, 2011, p. 222). A *práxis* pode ser encontrada, diante de suas dimensões, de forma unitária ou cumulativas.

A abstração intelectual, por si só, da interpretação do conhecimento teórico, não transforma a realidade, mas sim, o processo ocorrido dentro de um meio social, cujo produto da ação (agir consciente) pode ser materializado com mudanças significativas para a natureza, para o homem (subjetivo e objetivo) e suas relações sociais; superando a contradição opressor/oprimido e permitindo a interação entre os sistemas culturais, históricos e sociais. (VÁZQUEZ, 2011)

A *práxis*, vinculada à ação transformadora “do que deveria ser”, está descrita na terceira tese sobre Feuerbach: “A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.” (MARX & ENGELS, 2009, p. 120). Para o pensador, o homem não deve medir esforços para demonstrar a verdade, podendo fazê-lo pela prática social, pois o agir e o pensar estão hermeticamente vinculados, tanto que na difundida tese XI sobre Feuerbach, há a referência de que “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*.” (MARX & ENGELS, 2009, p. 126).

Na configuração da *práxis*, a prática individual e a prática social estão intimamente relacionadas, tendo na prática profissional, nos mais diversos campos de trabalho como uma real oportunidade de transformação da realidade dos sujeitos que, direta ou indiretamente, estão envolvidos no desempenho daquelas atividades.



## **PRÁXIS NO ENFOQUE DA PEQUENA ÉTICA EM PAUL RICOEUR**

A utilização na pesquisa do enfoque fenomenológico do filósofo francês, Paul Ricoeur (1913-2005), também como referencial teórico, é possibilitado pelo diálogo que manteve com as diferentes correntes da Filosofia, além da asserção de que nenhum pensamento está isento de implicações ontológicas.

Ricoeur contribui significativamente com uma teoria da interpretação alicerçada na dialética entre explicação e compreensão. Ressalta a importância de compreender a existência e, por isso, busca "redescobrir a autenticidade do sentido" por meio da verdade. (RICOEUR, 1990). Para ele o ser humano representa um homem capaz de agir trilhando sua narrativa de vida, a qual será por ele mesmo interpretada. Nesse impulso de se compreender vai interpretando, se reconhecendo e explicando suas experiências mediante suas atitudes e acontecimentos.

Assim considerada, a trajetória do sujeito se manifesta como um esforço contínuo visando compreensão da dimensão do ser humano na sua totalidade. Para tanto, é necessário o entendimento das implicações da intencionalidade na ação, sem distanciar-se do concreto, como ser no mundo da vida, impregnado por suas condições históricas, culturais e sociais. Ricoeur demonstrou em suas obras ser um estudioso do comportamento humano, de como a realidade de uma pessoa é configurada por sua percepção de acontecimentos no mundo, e da ação, que inicialmente, acontece em pensamentos, exteriorizando-se por meio da gestualidade corporal que modifica algo quando o ser humano se relaciona e interage com o outro no mundo da vida. (RICOEUR, 1988)

Ricoeur, pela influência aristotélica, iniciou seu estudo sobre a *práxis*, o qual a denomina como uma perspectiva ética “a perspectiva de ‘vida boa’ com e para outros nas instituições justas” (RICOEUR, 1991, p.202), estabelecendo a dicotomia entre ética e moral, aquela vinculada a uma finalidade (caráter teleológico) e esta se referindo a uma obrigação (caráter deontológico). Com este parâmetro ele compõe uma tripartição de sua teoria sobre a perspectiva ética, que se encontra nos capítulos VII, VIII e IX da obra *O Si - Mesmo* como um outro. (1991).

A primeira parte da teoria, denominada como “vida boa”, reflete na intenção ética, compreendida como uma opção do sujeito, o desejo de fazer, visando uma vida boa,





especificamente na expressão também por ele utilizada como o “cuidado de si”. (RICOEUR, 1995, p.161). Há dois primados indispensáveis para este atuar, a capacidade de agir intencionalmente e a capacidade de poder agir por iniciativa, introduzindo mudanças e criando uma boa prática para sua ação, repercutindo, de consequência, para um padrão de excelência da prática. Para o filósofo é no momento em que apreciamos as nossas ações que apreciamos a nós mesmos como autores dela. Trata-se de um projeto de vida com a interpretação constante da ação e de si mesmo. (RICOEUR, 1995)

A segunda classificação proposta por Ricoeur diz respeito à solicitude (viver bem com e para os outros), é o “cuidado do outro”, a manifestação da reciprocidade pelo reconhecimento transformando os sujeitos como insubstituíveis, cada qual com a sua própria narrativa de vida. Segundo o autor essa estima do outro tanto quanto a si, configura a amizade, alertando, entretanto, ser sempre em um caráter de aparência, considerando as dessemelhanças existentes entre os sujeitos, as quais são compensadas pela solicitude.

A terceira implica em “cuidado com as instituições”, ou seja, o último elemento da tríade “viver bem, com e para o outro, em instituições justas”, destacando como o ápice a preocupação com a justiça além da fronteira interpessoal. Emprega para o sentido de instituição “todas as estruturas do viver-em-comum de uma comunidade histórica, irredutíveis às relações interpessoais e, contudo ligadas a elas num sentido específico, que a noção de distribuição – encontrada na expressão ‘justiça distributiva’ – permite esclarecer” (RICOEUR, 1991, p.227). É dar a cada um o seu direito, sendo que o sentido de justiça não se esgota na construção dos sistemas jurídicos e que para os conflitos resta a sabedoria prática, calcada na ética teleológica e não na moral.

A ação praticada pelo homem na concepção de *práxis* em uma perspectiva ética, apta a apresentar resultados transformadores na realidade das pessoas e da natureza, perpassa também pelo desejo e pelo querer cognoscente; capaz de uma proposição pessoal, respeitada a sua identidade narrativa, de um modo de viver, buscando o reconhecimento e avaliando suas ações. É a atestação do agir responsável objetivando uma finalidade de melhoria, seja para si, para o outro, ou para a instituição. (RICOEUR, 1995)



## MEDIAÇÃO: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O Núcleo de Prática Jurídica como viabilizador da obrigatoriedade do conhecimento prático dos currículos de Graduação em Direito há muito deixou de ser um “escritório jurídico institucionalizado”, pelo qual os acadêmicos buscavam uma formação técnica. Muito mais que questões materiais, na rotina do atendimento se vivencia os conflitos existenciais, sociais e emocionais de seus usuários. Nesta realidade, acadêmicos e docentes experimentam a responsabilidade e a necessidade da resolução dos conflitos de forma mais célere e satisfatória a todos os familiares envolvidos. Os professores de prática forense e acadêmicos vinculados ao Núcleo de Prática, ao assumirem o papel de mediadores necessitam muito mais de comprometimento e interesse social do que somente o conhecimento prático. Com um agir teleológico comprometido e a intencionalidade nas ações, é possível pela *práxis* empregada no atendimento das famílias a transformação do sujeito.

É sabido que as instituições estatais estão em crise. O Estado, ao chamar para si uma série de atribuições essenciais e outras não tão essenciais, as quais poderiam ser cumpridas por entidades privadas, não está conseguindo, com eficiência, cumprir suas funções indispensáveis. Por essas razões, emerge a figura do voluntariado, o qual vem exercendo, ao lado do Estado, um papel que, era exercido ou pelo menos deveria ser exercido pelo Estado. (RUIZ, 2009).

Caracterizados pela ruptura do formalismo processual, deslegalização e gratuidade, os meios alternativos de solução de conflitos buscam, por meio da participação dos cidadãos, alcançarem a paz, concretizando a justiça social. As partes auferem maior liberdade para solucionar seus litígios, de modo que, diferentemente das decisões judiciais, em que uma parte ganha e outra perde, os meios alternativos de soluções de conflitos acabam por beneficiar ambas as partes, que solucionarão seus problemas considerando suas situações fáticas.

A Mediação, considerada “uma forma alternativa de solução de conflitos em que um mediador, terceiro imparcial, estimulará os envolvidos a colocarem fim no litígio existente ou em potencial” (SCARPINELLA BUENO, 2008, p.13). Na mediação, forma extrajudicial de resolução de conflitos, o mediador não interfere diretamente na vontade das partes em buscarem a restauração da convivência pacífica.



O instituto da Mediação já é bastante difundido na Europa, Canadá, Austrália e Estados Unidos. No Brasil<sup>3</sup>, apesar de não existir uma lei específica sobre o tema, mas intrinsecamente permitida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988<sup>4</sup>, tem na resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, sua aplicabilidade nacional, já evidenciada em vários Estados<sup>5</sup>.

Esse método amigável de resolução de conflitos propicia às partes uma nova oportunidade de acesso a justiça (SANTOS, 2011) e de serem enxergadas e escutadas e não apenas vistas e ouvidas na tradicional formalidade de um processo judicial. Recupera a dignidade da pessoa como ser humano individualizado e merecedor de uma atenção diferenciada e acolhedora; deixa de ser apenas uma parte em um processo judicial e retoma seu papel social, com interesses e necessidades próprias, considerando a narrativa de vida de cada sujeito.

Contudo, ainda depende de políticas públicas suficientes para a disseminação da cultura de pacificação social, a implantação concreta para o fim de viabilizar a predisposição dos envolvidos e a credibilidade em seu objetivo pacificador, considerando seus requisitos peculiares da voluntariedade, da boa fé e do animus transaccional das partes.

## **MEDIAÇÃO FAMILIAR**

Neste contexto de *práxis* a proposta da Mediação Familiar nos Núcleos de Prática Jurídica pode ser a possibilidade da efetiva prática jurídica visionada pelos legisladores e desejada pelas pessoas que procuram pelo atendimento; mascarado por assuntos jurídicos, mas que escondem questões eminentemente sociais, afetivas, invisibilidade cidadã e desinformação. A Mediação vem com a proposta de devolver aos conflitantes o poder de resolver suas próprias contendas, desde que auxiliados por mediadores compromissados com um resultado abrangente.

<sup>3</sup> O Brasil adotou a influência francesa (modelo europeu), que entende a mediação como instrumento de transformação do conflito.

<sup>4</sup> Preâmbulo da CF/88 [...] retrata uma sociedade fundada na “harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

<sup>5</sup> Várias iniciativas comprovam que alguns membros do Poder Judiciário já estão instituindo medidas para introduzir o diálogo pacífico, objetivando a consecução de acordos mutuamente satisfatórios. Alguns juízes e tribunais estão inclusive utilizando técnicas de mediação para resolver os conflitos. Destaca-se a iniciativa pioneira do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, além do Distrito Federal.



Para tanto, é necessário compreender que a concepção de família, na atualidade, muda seus contornos a cada momento, deixando aquela ideia de família estruturada na tríade pai-mãe-filhos para as lembranças do passado, ocasião em que mantinham forte influência dos comandos da religião e da presença feminina como uma constante nos lares brasileiros. Vivenciamos a família hodierna como conjuntos, cada vez menores, de pessoas unidas ou não pela consanguinidade, bem como, composições formadas pela hetero, homo ou transsexualidade, e ainda, justapostas mais pela afetividade do que por vínculos legais ou sexuais. (DIAS, 2013)

As diferenças inter-relacionais e as inusitadas situações familiares são cada vez mais intensas e desprotegidas pelas regras formalizadas pelo Estado, uma vez que o Direito não consegue acompanhar a velocidade com que surgem as novas gerações familiares, com características próprias e ímpares. Os conflitos são inevitáveis e sua proporção acompanha a diversidade de sentimentos envolvidos em um relacionamento “doméstico”.

A família atual vivencia a chamada “Era do Vazio”, que segundo o filósofo Gilles Lipovetsky (2005) evidencia a fase do individualismo, onde há um enfraquecimento das regras sociais e uma super-valorização dos desejos como potencialidade da felicidade e de um processo de personalização. Tem como expressão emblemática “o direito do indivíduo ser ele mesmo” em detrimento das relações com os outros e com a sociedade.

A animosidade surge pela decepção em não correspondência com as perspectivas construídas no início dos envolvimento afetivos, mormente por serem estruturados em imaginário platônico<sup>6</sup>, fantasioso e midiático, onde tudo funciona em exata harmonia. Apesar de estarmos no século XXI e as experiências relacionais demonstrarem que para o seu êxito é necessário muito mais a abnegação do ego do que a plenitude do amor, grande parte das pessoas ainda tem em sua formação a ideia de um relacionamento idealizado na invejável “família perfeita”. Entretanto, com a rotina diária e o aumento das responsabilidades e obrigações oriundas de uma vida familiar, os atritos e desajustes se tornam uma constante, solapando, aos poucos, o sonho da convivência harmônica, e que não raras vezes, transmutam para um campo minado de batalha.

A ruptura familiar não ocorre por um fato isolado, mas por uma somatória de situações e condições de enfrentamento que vão deixando um rastilho de frustrações na coexistência de

<sup>6</sup> Relação com a Filosofia de Platão: mundo das ideias, puramente ideal.



interesses e na convivência da entidade familiar. A provisoriedade das relações resultou no aumento da instabilidade conjugal, na queda da popularidade do casamento e nas recomposições familiares *sui generis*. Os litígios familiares, na medida em que afetam todos os membros da família e envolvem aspectos emocionais, devem ser solucionados com celeridade, visando à manutenção do conagraamento familiar e da aquietação comunitária.

Nestas condições a Mediação<sup>7</sup> surge como uma inquestionável possibilidade de acesso a justiça e pacificação social; considerando a retomada da discussão pelos próprios protagonistas do conflito, que acabam expondo, por meio da comunicação, as mazelas humanas mais profundas, uma vez que, segundo o professor francês Jean-Marie Muller, fundador e diretor do Instituto de Pesquisas sobre Resolução Não-violenta de Conflitos (IRNC), a adversidade faz parte da condição humana.

Nossa relação com os outros é parte constitutiva de nossa personalidade. A existência humana do homem não é estar-no-mundo, mas estar-com-os-outros. O homem é essencialmente um ser relacional. Eu existo apenas na relação com o outro. No entanto, de modo geral, experimento meu primeiro contato com o outro como adversidade, enfrentamento. A vinda do outro até minha casa é um incômodo. O outro é um invasor de minha zona de conforto; arranca-me de meu repouso. Por sua existência, o outro surge no espaço de que já havia me apropriado, como uma ameaça a minha existência. O outro é aquele cujos desejos se opõem aos meus, cujos interesses se chocam com os meus, cujas ambições se contrapõem às minhas, cujos projetos se contrariam aos meus, cuja liberdade ameaça a minha, cujos direitos usurpam os meus. (MULLER, 2007, p. 18)

A Mediação é caracterizada pela expressividade da emoção, exigindo para tanto, maior flexibilidade na condução das partes para o caminho do consenso; proporcionando melhores vantagens, com relação a sua hipossuficiência frente ao Estado, que atua imperativamente. Enquanto a decisão judicial, preocupada com a verdade formal contida nos autos, põe fim ao litígio, determinando um comportamento, via sentença; na Mediação, os interessados são auxiliados pelo mediador a redimensionar seus conflitos, facilitando a resolução do litígio. Os conflitantes ficam mais a vontade e tranquilos, ao tratar seus problemas com o mediador, “de forma menos procedimental e mais “sentimental”, digamos, ao supor que nesses casos se tem



mais clara a intenção de cada parte justamente pela ausência da autoridade na figura do mediador” (MINGHINI e LIGERO, 2010).

A realização de Mediação deverá ser estimulada por todos os personagens do processo, podendo as partes, em comum acordo, escolher o mediador; ou em caso contrário, ser distribuído a um mediador com registro junto ao Tribunal.

## A PRÁXIS DO MEDIADOR E A INTERDISCIPLINARIDADE

Para que a emancipação seja despertada nas partes envolvidas em um conflito há a necessidade da figura do mediador, pessoa capacitada e neutra, que antes de qualquer procedimento, deverá fazer renascer a potencialidade de cada mediando em expor suas reais intenções e demonstrar as angústias resultantes da sua interpretação familiar vivenciada. A decisão assumida pela própria parte envolvida no conflito impede que terceira pessoa (Estado-juiz) determine comportamentos alheios à vontade dos conflitantes, que por muitas vezes não satisfazem nenhum dos pólos do litígio, em especial os da área de família, inflados por emoções das mais diversas. Para Luis Alberto Warat

A mediação seria uma proposta transformadora do conflito porque não busca a sua decisão por um terceiro, mas, sim, a sua resolução pelas próprias partes, que recebem auxílio do mediador para administrá-lo. A mediação não se preocupa com o litígio, ou seja, com a verdade formal contida nos autos. Tampouco, tem como única finalidade a obtenção de um acordo. Mas, visa, principalmente, ajudar os interessados a redimensionar o conflito, aqui entendido como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que determinaram um choque de atitudes e interesses no relacionamento das pessoas envolvidas. (WARAT, 2001, p. 80)

Assim, o mediador, facilitador da solução consensual das controvérsias, deve ter condições emocionais e capacidades suficientes para conduzir e perceber as verdadeiras aspirações e necessidades na fala e no comportamento dos sujeitos que comparecem na Mediação, sob pena de mera reprodução extrajudicial da rotina judiciária. Para tanto, o

<sup>7</sup> Trata-se de um dos métodos utilizados pela RAD – Resolução Alternativa de Disputas. Tem sua origem na expressão *Alternative Dispute Resolution* (ADR). As ADRs foram assim caracterizadas por Gladys Alvarez e





mediador deve estar atento a todas as formas de comunicação, as verbais (aquilo que se diz) e as não verbais<sup>8</sup> (o como se diz), visando identificar a essência do problema, muitas vezes camuflado por interpretações pontuais equivocadas.

Em conformidade com o Conselho Nacional de Justiça, exige-se que o mediador seja capacitado para assumir esse mister, indicando inclusive, os princípios fundamentais que devem nortear sua atuação, tais como: confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes.

Porém, apesar do preenchimento de todos estes requisitos, interessante seria a exigência multidisciplinar na mediação familiar, ou seja: a figura de um co-mediador, considerando que nas relações familiares não se discute apenas procedimentos técnico-legais, mas sim, preponderantemente, relações intersubjetivas que demandam análise interdisciplinar, ressaltando a complexidade do objeto de estudo que exige a interpretação dos significados por diversos olhares. (BUSTELO, 1995)

A interdisciplinaridade patrocina a troca de informações e a compreensão dos princípios formadores de cada área, que possibilitam uma análise mais completa sobre a situação conflituosa, e em especial as particularidades intrínsecas na história discursiva da família. A dialética promovida entre as competências específicas resulta em conclusões mais aprimoradas sobre as atitudes comportamentais e suas consequências relacionais.

Cada pessoa traz em si uma gama de informações e vivências (identidade moral constituída e constituinte), complementadas pela personalidade, temperamento e valores (vitais, úteis, éticos, estéticos, espirituais e hedônicos) que conduzem a uma interpretação de mundo *sui generis*, dificultando a aceitação de pontos de vista diversos ao de suas concepções. É exatamente neste momento que surge a necessidade do acompanhamento profissional adequado, exigindo assim o envolvimento de pelo menos mais um *expert* para a busca de novos caminhos e soluções. (BUSTELO, 1995). “O conflito, quando bem conduzido, pode resultar

---

Elena Highton, duas das redatoras da Lei de Mediação da capital federal da Argentina.

<sup>8</sup> Por exemplo: gestos (reforçam a mensagem verbal); postura (evidencia o interesse em estabelecer contato ou ouvir); expressões faciais (demonstra respeito ou desrespeito com os outros); contato visual (ausência: desonestidade, desinteresse com o outro; presença: interesse); toque (correspondência); utilização da voz (conforme a entonação é possível perceber o grau de envolvimento na questão); aceno com a cabeça (destaca uma compreensão ou indução a continuação) e ainda o próprio silêncio (que pode ser interpretado como consentimento, emoção, aceitação), além da significação do vestuário e do tempo entre uma pergunta e a resposta a ela correspondente. (PEASE, 2005)



em mudanças positivas e novas oportunidades de ganho mútuo” (VASCONCELOS, 2008, p.10).

O partilhamento do saber de outras disciplinas e o trabalho em equipe, fundado na cooperação, comunicação e interação dos profissionais envolvidos, constituem um instrumento bastante hábil e efetivo para reorganizar o conflito, identificar o problema e facilitar o diálogo construtivo-resolutivo. A teia formada pelos conhecimentos diferenciados representa a plausibilidade de um olhar mais acertado para com a realidade cognoscível. Como esclarece a professora Olga Pombo

200

Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao *domínio* de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar. A ciência começa a aparecer como um processo que exige também um olhar transversal. (POMBO, 2004, p. 10)

A interdisciplinaridade, em respeito às suas potencialidades, permite ao mediador um escape da visão fragmentada (conhecimento) da leitura das realidades sobrepostas, comungando de outras esferas interpretativas capazes de identificar o drama humano de que padecem os mediandos. A conexão interdisciplinar representa a interlocução dos saberes frente à mediação familiar, refletindo o objetivo das ciências de possibilitar ao homem ser uma pessoa melhor no convívio em sociedade.

Representa a questão central do trabalho na *práxis* da co-mediação, cujos mediadores detêm conhecimentos específicos, mas que somados, resultam em novas possibilidades de apreciação dos mesmos fatos, suprimindo uma expressiva necessidade para o escopo do instituto: o apaziguamento social, com respeito às necessidades das partes protagonizadoras do conflito. É a potencialidade da qualidade do trabalho pela troca de conhecimentos.

A Mediação Familiar é um campo bastante propício para o emprego da interdisciplinaridade; considerando, tratar de questões que envolvem interesses para operadores do Direito, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área da saúde, educação, esportes e todas as demais áreas pertinentes, que de maneira direta ou indireta podem influenciar na



solução das crises familiares, e de consequência, pelo caráter mimético (MULLER, 2007), repercutir em um alcance social.

Com um aporte interdisciplinar é possível, com maior sucesso, filtrar na narrativa dos discursos os elementos multifatoriais das discordâncias, fruto de uma cadeia de acontecimentos passados, que bem trabalhados, por meio da condução de um diálogo construtivo, podem propiciar uma releitura dos fatos e uma readequação positiva. Com resultados satisfatórios aos demandados e mantendo o poder de decisão em suas mãos, tem-se como cumprida a função primeira do mediador: auxiliar pessoas a resolverem seus conflitos, com imparcialidade. O êxito da autocomposição prescinde de três etapas distintas: a desconstrução do conflito, o restauro da relação social e a co-autoria das soluções. (CALCATERRA, 2002)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exigência da prática nos currículos de Graduação em Direito tem por finalidade a aplicação dos ensinamentos teorizados pela academia na facticidade social. Porém, a preocupação não se restringe apenas ao conhecimento técnico, mas igualmente na formação humanística, axiológica e reflexiva das questões sociais relativas à prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Com essas referências se percebe que os envolvidos na prática forense dos Núcleos de Prática Jurídica são detentores de um compromisso também social com a população que busca pelo atendimento, na maioria, excluídos do Sistema e contumazes personagens dos conflitos familiares.

Por muito tempo coube somente ao Poder Judiciário a tarefa de trazer a solução do conflito, alicerçado pelas leis existentes e pela busca da melhor forma de findar a lide, ou ao menos, a de encerrar o processo. Entretanto, com a almejada e necessária humanização do processo e pelo número infindável de ações que abarrotam as Varas de Família, essa prestação jurisdicional tornou-se morosa e bastante distante da real pretensão buscada pelas partes, pois a maioria busca uma solução para o relacionamento e não para as questões legais. Não obstante a família ser o núcleo da sociedade, mesmo num mundo globalizado, sua constituição está em constante transformação, com características inerentes a cada formato específico.



Com a alteração dos costumes e modificações no âmago da sociedade multinacionalizada, a instabilidade familiar vem em uma crescente, no mesmo compasso em que se verifica o aumento das entidades familiares plurais. O ajuizamento de processos judiciais, para resolver litígios familiares, chega aos milhões em nosso país, e na maioria, torna-se causa suficiente para agravar os conflitos existentes na família, pois a solução será imposta pelo Estado-juiz, o qual ao sentenciar o caso concreto, acolherá ou rejeitará o pedido feito pelo autor; logo, uma parte será taxada de vencedora e a outra de perdedora.

Fundada nos princípios da liberdade, confidencialidade, informalidade, cooperação, poder de decisão das partes e na presença de um facilitador ao diálogo, a Mediação Familiar representa um avanço incomensurável na capacidade de emancipação dos sujeitos, que assumem o controle do processo decisório sobre suas próprias vidas. Em se tratando de novo posicionamento perante a vida, faz-se necessário o auxílio de terceira pessoa, capacitada e neutra, para filtrar e detectar as reais razões do conflito.

De mesma sorte, a presença de co-mediadores na Mediação Familiar deve ser uma constante, pois envolve conflitos emocionais, culturais e sociais, além dos legais. A interdisciplinaridade propicia o “tratamento adequado” da adversidade familiar apresentada, pois a troca de teorias de conhecimento permite um olhar mais abrangente sobre as causas propulsoras dos litígios. A fusão de saberes favorece a capacitação do sujeito na busca pessoal da resolução dos conflitos.

Nestas condições, o Núcleo de Prática Jurídica, por meio de seus professores e acadêmicos, permeados pelo comportamento ético de viver bem, com e para o outro, em instituições justas, tem potencialidade para auxiliar na resolução dos conflitos familiares, desde que seus “servidores” direcionem conscientemente suas ações para uma *práxis* transformadora da realidade das pessoas (respeitadas suas narrativas de vida), e de conseqüência, favorecer a pacificação das lides com capacidade para o empoderamento social. É a atitude movida pela prática social da humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.



- BUSTELO, Daniel J. *Ensayo: Mediación Familiar Interdisciplinaria*. Madrid, 1995.
- CALCATERRA, Rubén A. *Mediación estratégica*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2002.
- DIAS, Maria Berenice Dias. *Manual de Direito de Família*. 9ª. ed. São Paulo: Editora RT, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Tradução Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Tradução de Gabriel Deville. 3ª. ed. Bauru: Edipro, 2008.  
qualitativa em educação. 1ª. ed. 20 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Antonio Carlos Braga. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- MINGHINI Paula Heugênia, LIGERO, Gilberto Notário. *Meios alternativos de resolução de conflitos: arbitragem, conciliação, mediação*. In: Anais ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, vol. 6, n. 6, 2010.
- MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não violência*. Tradução de Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- OLIVEIRA, André Macedo. *Ensino Jurídico, diálogo entre teoria e prática*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.
- PEASE, Allan & Barbara. *Desvendando os segredos da linguagem corporal*. 5ª edição. Tradução de Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade. Ambições e limites*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.
- RICOEUR, P. *Leituras 1 – Em Torno ao Político, “Ética e Moral”*, trad. Marcelo Perine, Ed. Loyola, São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação e ideologias*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Discurso da Acção*. Tradução de Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.



RUIZ, Ivan Aparecido. *A mediação no direito de família e o acesso à justiça in Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça* / coordenadores: Paulo Borba Casela, Luciane Moessa de Souza. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma relação democrática da justiça*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. 2ª. ed.- Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – Clacso: São Paulo: Expressão Popular. Brasil, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª. ed. 20 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SCARPINELLA BUENO, Cássio. *"Curso sistematizado de direito processual civil"* Vol. I. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VASCONCELOS. Carlos Eduardo de. *Mediações e Noções de Arbitragem*. Apostila da Disciplina Mediação e Noções de Arbitragem para Voluntários das Centrais de Recife, Olinda e Caruaru. Recife, 2008.

WARAT, Luis Alberto. *O Ofício do Mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001.





## PRÁTICAS COLABORATIVAS: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR PARA OS CONFLITOS FAMILIARES

ROSAS, Maria Lúcia Garcia  
*Universidade Católica do Salvador – UCSal.*  
*luciarosas8@gmail.com*

205

### RESUMO

Os conflitos familiares, destacando-se o divórcio, são abordados dentro da lógica adversarial do processo judicial. O presente trabalho objetiva analisar e pesquisar o método não adversarial e multidisciplinar para resolução de controvérsias, denominado de Práticas Colaborativas que consiste numa abordagem onde são combinadas as ferramentas da mediação com a essência da advocacia. Os resultados apontam que a advocacia colaborativa contribui para uma mudança de paradigma e um avanço no campo do direito de família. A utilização de tal prática surge como hipótese de consolidação do próprio princípio democrático ao proporcionar a autonomia das partes, seu empoderamento, reorganizando o conflito existente e reestruturando o núcleo familiar, conseguindo assim, aproximar o direito da justiça.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade; Família; Conflito.

### ABSTRACT

Conflicts on the family environment such divorces often have been solved by litigation on the court. It usually brings loss, on a no-winners game. This paper analyses another approach that uses both mediation and advocacy tools, the Collaborative Practices. Its good results shows us a new order on family law. These practices have been based on democratic principles, people autonomy, and the parties empowerment. It joint right and justice senses. Collaborative divorce change conflicts and gets family reorganization on the new situation.

**Key-words:** Interdisciplinarity; Family; Conflict



## INTRODUÇÃO

O conflito sempre fez e sempre fará parte da vida humana, seja em pequenas comunidades ou grandes centros urbanos. (FIORELLI, MALHADAS E MORAES, 2004). Segundo a moderna teoria do conflito ele não representa por si só uma negatividade. O potencial destrutivo do conflito se manifesta quando ele é mal gerido e inadequadamente administrado. Vivemos um momento de transformação na prática da advocacia no Brasil. Na jurisdição estatal, quando o juiz decide, o que se expressa é uma linguagem binária, apresentando única alternativa – vencedor e vencido. Todavia, nos conflitos de natureza familiar esse modelo cartesiano não se adequa a todas as situações desse universo. Percebemos que nos últimos anos, o Estado vem buscando diminuir sua ingerência na vida privada das pessoas por reconhecer sua inaptidão para resolver conflitos de natureza subjetiva próprios da demanda familiar.

Simultaneamente, técnicas autocompositivas, como a mediação e a conciliação, têm se consolidado na atual política pública de incentivo à solução adequada dos conflitos no âmbito do Judiciário (Resolução 125 do CNJ, de 29/11/2010). Tais práticas consideram que os seres humanos são capazes de resolver por si mesmos seus conflitos e/ou as disputas de forma efetiva. Na verdade, isso ocorre na vida cotidianamente e somente algumas vezes não se consegue esse objetivo. Essas técnicas autocompositivas buscam resgatar esta capacidade que se encontra por vezes, desestimulada e até mesmo obstaculada por uma judicialização da vida privada. A sociedade atual necessita para sua superviniência gestar outros meios que tenham como objetivo a resolução dos conflitos.

O presente trabalho apresenta uma nova maneira de lidar com os conflitos existentes, especialmente no âmbito do direito de família e mais especificamente no divórcio: as práticas colaborativas. As práticas colaborativas é uma nova abordagem para a resolução dos conflitos familiares, principalmente os conflitos gerados durante um divórcio. No Brasil não possuímos ainda um marco teórico sobre o assunto e por isso o presente trabalho lançará mão de literatura estrangeira, alguns artigos incipientes bem como de material fornecido na 1ª Capacitação Nacional em Práticas Colaborativas no Direito de Família, evento realizado este ano na cidade do Rio de Janeiro, – Brasil – cuja prática de autoria da advogada Olivia Fürst foi ganhadora do Prémio *Innovare* 2013, com apoio institucional do Mediare.



Nesta reflexão acerca deste novo método autocompositivo procuraremos, inicialmente, apresentar um enfoque conceitual, onde externaremos o que nos parece ser as práticas colaborativas e a partir dessa tentativa de conceituação, esboçarmos um quadro comparativo do modelo das práticas colaborativas com a mediação e o sistema convencional, dito retributivo. Parte-se do princípio de que o conflito não deve ser neutralizado, mas sim, ser compreendido como constitutivo da vida para finalmente ser gerido. Para Folberg e Taylor (1984, p. 42) o conflito é “um conjunto de propósitos, métodos ou condutas divergentes” que interrompe um dos objetivos humanos que é o de se manter um estado de estabilidade e unidade de direção. Mas a vida é movimento, é energia, e o conflito é o meio pelo qual esse movimento evolutivo se processa, gerando mudança que segundo Fiorelli, Malhadas e Moraes (2004, p. 14) “... é toda e qualquer modificação da realidade. Não há conflito sem mudança. A homeostase absoluta, representada pela paralisação, elimina o conflito – e a vida”.

Apesar de existir mudança sem conflito, ela é uma grande geradora do mesmo, principalmente no âmbito da família, mas também encontramos conflitos organizacionais, societários, comunitários, internacionais, etc. Basta que algo ou alguém intervenha em um sistema – seja ele individual ou organizacional – surge uma mudança e, conseqüentemente a ela, algum tipo de conflito. Portanto negar ou tentar neutralizar o conflito é tratá-lo inadequadamente. Os meios autocompositivos de resolução de conflitos como as práticas colaborativas e a mediação entendem que somente através de sua gestão é que se pode tratá-lo e/ou previni-lo. Segundo Soares (2012), uma possível definição de conflito é:

Um processo interacional, ...que se dá entre duas ou mais partes ...em que predominam as relações antagônicas... as pessoas intervêm como seres totais com suas ações, pensamentos, afetos e discursos. Que algumas vezes, mas não necessariamente, podem ser processos conflitivos agressivos. Que se caracteriza por ser um processo co-construído pelas partes. E que pode ser *conduzido* por elas ou por um terceiro. (Soares, 2012, p. 78)

O conflito precisa ser compreendido como parte integrante da vida, da existência e das relações humanas para que então seja gerido, por ser ele um processo complexo, e como tal não pode se enquadrar totalmente dentro de uma definição. Para sua gestão é necessário que suas particularidades sejam consideradas, em cada caso concreto pois as relações interpessoais por si só se apresentam com um grau de complexidade alto sejam ela no âmbito familiar ou não.



Muitas vezes as pessoas envolvidas em situações de conflito tentam ignorá-lo achando que com isso ele simplesmente sumirá e isso é muito perigoso porque esta atitude só contribui para aumentar a intensidade do conflito, por isso a importância de sua gestão, como bem explicam Fiorelli, Malhadas e Moraes (2004)

A gestão do conflito é a aplicação de um conjunto de estratégias capazes de identificá-lo, compreendê-lo, interpretá-lo e utilizá-lo para benefício da homeostase dinâmica de cada indivíduo, das famílias, dos grupos sociais, das organizações e, em fim, da sociedade. (FIORELLI, MALHADAS E MORAES, 2004, P. 15

Após o término de uma vida conjugal os conflitos inevitavelmente surgirão. Em maior ou pequena intensidade, portanto, o que vai determinar os danos oriundos destes conflitos é a sua escalada de intensidade. Quanto maior a intensidade dos conflitos – ou seja, o seu grau de agressividade, onde o ódio, a mágoa e o rancor emergem com força total – maior os danos para a família que tem a relação conjugal desfeita. Para Jean-François Six (2001, p. 53) “Os divórcios trazem freqüentemente muitos conflitos. É na reviravolta do divórcio que chegou a mediação”. As discussões sobre os bens patrimoniais, quem fica com a guarda dos filhos ou o horário de visita do genitor não-guardião, entre outras questões, constituem os alicerces da prática adversarial onde o divórcio se apresenta como um bom negócio. Os conflitos na esfera familiar por serem eminentemente interpessoal, tem particularidades muito específicas e contêm um manancial emocional alto e complexo.

Neste panorama de guerra familiar a comunicação entre as partes sofre uma ruptura ou desgaste brutal pois, os envolvidos no conflito não mais se ouvem ou refletem sobre o pouco que conseguiu ouvir. Elas entram num sistema isolado de comunicação onde apenas captam, quando muito, um dado ou fala que sirvam de arma para atacar o suposto oponente. Para estudiosos, a exemplo de Folger e Jones, (1997, p. 13) a comunicação “é o elemento *sine qua non* do conflito”. E os meios autocompositivos de resolução de conflitos, a exemplo da mediação, se baseiam na comunicação para estabelecer o dialogo entre os conflitantes.

Segundo Fiorelli, Malhadas e Moraes (2004, p. 87) “A comunicação é a portadora das mensagens de mudanças – da mesma maneira que desperta, contribui para manter, aumentar, reduzir ou gerenciar os conflitos”. O conflito quando emerge é porque a estrutura comunicacional dos envolvidos está corrompida, eles não se acham capazes de resolvê-lo. Não



que eles sejam de fato incapazes, mas é que estão acostumados a delegarem a um terceiro – na grande maioria das vezes, um juiz – a decisão sobre suas divergências. O que ocorre é que uma vez danificada a comunicação, ruídos como boatos, notícias maliciosas, acusações levianas, mentira, provocação e fofoca alimentam as labaredas do conflito e mínguem a capacidade de olhar o conflito afastado da pessoa. Toda a história de harmonia, amor e companheirismo do casal construída até ali começa a ruir e uma nova história de rancor, mágoa e ódio e ressentimentos começa afetando a todos que, direta ou indiretamente, convive ou interage com os conflitantes em especial os filhos. Suares (2012) mostra a importância da comunicação numa linha do tempo

En un proceso de comunicacion se construye una micro o macrohistoria o narrativa, la cual a su vez se transformará en contexto histórico y afectará las relaciones entre quienes se comunicaban y, por lo tanto, afectará los mensajes. A veces estas historias o narrativas construídas en el proceso de comunicación afectan retroactivamente historias pasadas (SUAREA, 2012, p.104).

Estabelecer uma ponte comunicacional favorece a construção de opções e alternativas em direção à resolução do conflito, e é através da comunicação eficiente que as práticas colaborativas oferecem análise e abordagens das diferenças interpessoais dos envolvidos, mas, e principalmente ampliam as habilidades para os diálogos futuros. Pensamento que se sobressai na prática dos estudiosos dos métodos alternativos de resolução de controvérsias, como bem explicita Tânia Almeida

O que se sobressai nos estudos mais contemporâneos é a busca incessante por características que tornem os diálogos produtivos – aqueles que privilegiam a escuta à contra-argumentação, a construção de consenso ao debate, o entendimento à disputa. (ALMEIDA, 2014, p. 141)

A chamada advocacia colaborativa se utiliza de algumas ferramentas da mediação, mas, diverge da mesma em sua metodologia. Ela foi idealizada por um advogado norte americano Stuart Webb, na década de 90, e surgiu a partir de suas observações dos danos emocionais que se apresentavam nas famílias durante e no pós-divórcio. Um quadro que demonstrava que as pessoas não se sentiam satisfeitas com as decisões judiciais fez com que ele percebesse que naquele modelo não havia vencedores. Trabalhava-se no nível do perde-perde. Desta forma, Webb tomou uma decisão de não mais trabalhar de forma litigiosa. Passou então a



exercer a advocacia não adversarial achando muita resistência entre seus pares. Esse método de advogar foi mais tarde aprimorado pela psicóloga Peggy Thompsom que agregou uma importante inovação à prática ao incluir profissionais de outras áreas. Com isso, foi criada uma equipe que passou a realizar um trabalho conjunto com um enfoque multidisciplinar.

Levou-se em consideração um outro aspecto relevante dos conflitos interpessoais que é a sua característica multifatorial. Suas facetas de natureza jurídica, psicológica, emocional e financeira, como bem percebeu Thompson, levam a crer que qualquer abordagem monodisciplinar seria sempre incompleta ou parcial. Passou-se então nos EUA a se desenvolver a prática do divórcio colaborativo que eminentemente depende de uma atmosfera de honestidade, cooperação e integridade pois todos saem ganhando uma vez que os laços parentais são mantidos, favorecendo a convivência com mais respeito e harmonia voltada para o futuro bem-estar das partes e seus filhos, como salientam Tesler e Thompson (2006), “Collaborative divorce builds in important protections for children, too. It informs you fully about how your children are experiencing the divorce and what they need to weather the big changes in their family structure without harm.”(TESLER e THOMPSON, 2006, P. 28)

A equipe de prática colaborativa é constituída de dois advogados, um para cada conflitantes, dois profissionais da área “psi” que atuarão como coaches e um profissional das finanças que atuará de forma neutra para os dois clientes assistidos. Eventualmente poderão ser chamados outros profissionais para atuarem, como por exemplo um terapeuta infantil, caso haja a necessidade de dar um suporte terapêutico aos filhos. A confiança é necessária, mas não suficiente. Advogados, o profissional financeiro e da psicologia têm necessidades de aprender habilidades de comunicação efetiva e precisam ter um entendimento comum de como o trabalho de cada profissional será conduzido e sequenciado, com os clientes e na equipe profissional. Para isso, é necessário que a equipe se concentre em se formar a partir de profissionais bem capacitados e aptos para esse exercício.

Como ocorre a construção e instrumentalização da advocacia colaborativa? E como se fará os grupos de prática? Grupos de prática são organizações espontâneas de advogados colaborativos, profissionais financeiros e de saúde mental que atuam na mesma região geográfica e esperam trabalhar juntos. Na verdade, o trabalho em equipe em um processo de divórcio colaborativo também envolve dois profissionais de saúde mental especialmente treinados que trabalham como treinadores com as partes, e muitas vezes um especialista em





criança colaborativo que relata no processo de coaching, para fins de desenvolvimento de planos de parentalidade. O especialista infantil visa promover um relacionamento carinhoso entre a criança com ambos os pais, eles são a voz das crianças apesar de não defender soluções.

No grupo de prática, as relações de confiança são construídas, os documentos e os protocolos para a prática são concebidos e mantidos atualizados, atividades de desenvolvimento profissional são patrocinadas e campanhas de educação pública são implementadas. Em todos os lugares em que a prática do divórcio colaborativo é encontrada – especialmente na Califórnia nos EUA – há grupos de prática, e em muitas comunidades os membros assinam acordos de participação colaborativa formais apenas com outros profissionais cujo compromisso de trabalhar de forma eficaz no modelo colaborativo é refletido por seu envolvimento no grupo de prática local. A atuação desse grupo de prática – no Brasil é iniciado como grupo de estudos em prática colaborativa – tem como objetivo compreender como os advogados vão trabalhar com o profissional financeiro e os profissionais da área “psi” que são especialmente treinados para trabalharem como treinadores com as partes, e um especialista em criança para fins de desenvolvimento de planos de parentalidade.

A essência do divórcio colaborativo é a crença comum dos participantes de que é do melhor interesse das partes e sua família resolver suas diferenças diretamente, sem processo judicial contraditório, participando de um processo de resolução de conflitos que não depende de uma solução imposta pelo tribunal. É assinado pela equipe colaborativa um acordo de não adversariedade, ou se eles se comprometem a não atuarem na esfera judicial em processos que tenham como partes aqueles clientes que eles atenderam num divórcio colaborativo e que por alguma razão não tenha sido concluído. Ao assinar este documento, as partes que estão se divorciando e a equipe de profissionais de divórcio colaborativo comprometem-se a envidar todos os seus esforços para resolver as diferenças de uma forma construtiva, de forma justa, duradoura e equitativa. Esta postura não adversarial constitui a característica fundamental da advocacia colaborativa pois os advogados passaram a trabalhar “um com o outro” e não “um contra o outro” sendo este fato determinante para a qualidade do trabalho desenvolvido pela equipe pois, elimina ou ameniza a sensação de ameaça.

Desta forma, um ambiente de transparência e boa-fé se instaura. A família, naquele momento fragilizada, percebe de imediato que este modelo lhe traz confiança e empoderamento pois, são auxiliados a buscar um ajuste viável, criativo, autêntico e que preserve a integridade



de seus componentes, principalmente as crianças, que são poupadas dos desgastes da batalha judicial. De fato o maior lucro para a família que se utiliza deste método é o lucro emocional, ou seja, existe uma real economia de energia e a construção de uma nova forma de convivencial calcada no respeito e no diálogo efetivo e não agressivo. Toda a família sai protegida e fortalecida para seguir em frente. Segundo Tesler e Thompson

We form long experience that only collaborative divorce – not old-style adversarial legal representation, and not a single mediator working with or without lawyers in the Picture – view divorce as a complex experience requiring advice and counsel from multiple perspectives if it is to be navigated well. Collaborative divorce prepares you to deal with the emotional challenges and changes associated with divorce and provides the resources that can best help you make a healthy transition from married to single.”(TESLER & THOMPSON, 2006, p. 27)

212

Apesar de o modelo judicial não mais atender às necessidades que se apresentam nas atuais famílias que estão em situação de divórcio não quer dizer que se defenda aqui a exclusão da esfera judiciária para a resolução das questões conflituosas. O que se defende é a busca de meios diferenciados do judiciário que permitam tratar algumas demandas de forma não-igualitária. As pessoas são eminentemente diferentes e por tanto constroem relações peculiares que exigem um olhar mais individualizado e eficaz para resolver esses conflitos. O judiciário tem um papel importante na manutenção da paz social e no desenvolvimento da cidadania, porém, não se encontra capaz de dar conta, quantitativamente e/ou qualitativamente, dos inúmeros litígios que batem à sua porta e, portanto, as novas práticas de resolução de controvérsias, como a mediação, a conciliação e as práticas colaborativas estão e devem ser cada vez mais estimuladas com vistas a promover uma desjudicialização dos conflitos de natureza interpessoal e subjetiva.

Numa demanda tratada na esfera judicial o que observamos é a disputa como sendo o objetivo central dos envolvidos e seus advogados. Mesmo aqueles que conseguem chegar a um acordo na maioria das vezes a sua execução não se realiza e as informações que ao aparecerem, sejam elas de cunho financeiro ou emocionais são usadas como ferramentas para a não efetivação do acordo celebrado. Os advogados colaborativos são treinados para trabalhar centralizadamente no cliente, voltados para facilitar a identificação dos seus interesses, compartilhando as informações do profissional de finanças e do coach e usando-as como recursos para que a satisfação desses interesses seja alcançada.



A falta de divulgação de todas as informações financeiras relevantes viola a boa-fé assumida e estabelecida no acordo colaborativo de participação. A resposta está nas diferenças significativas entre o modo como a informação é preparada e utilizada quando os direitos legais são o único foco e ganhar muito é o objetivo, em relação a como as informações são preparadas e utilizadas quando as negociações com base em interesse são o método utilizado e o acordo, fora do sistema judicial, é o único objetivo.

Por isso, a necessidade de um Grupo Interdisciplinar de Práticas Colaborativas coeso para acompanhar o desfecho e os desafios enfrentados; auxiliar seus membros diante de um caso específico; no aperfeiçoamento e memorização de protocolos e roteiros para a forma como os casos deverão ser conduzidos, desenvolvendo planilhas financeiras e formatos de comunicação mais eficazes. É preciso criar um trabalho de base compartilhada, pois, suposições inconsistentes por parte dos advogados e profissional de finanças podem causar dificuldades e impedir o trabalho harmonioso em equipe.

Neste método o conhecimento da psicologia, do direito e de finanças compõem o arcabouço metodológico das práticas colaborativas como método alternativo de resolução de conflito. A colaboração profissional entre essas três disciplinas permite que casais divorciados que indicam adequação para fazê-lo alcancem alta qualidade e assentamentos duráveis. Esse método não se aplica a todo e qualquer casal em divórcio e cabe àquele profissional que primeiro entrar em contato com o cliente verificar a sua adequação.

Segundo Tesler (2008) existem fatores positivos determinantes para que um casal seja considerado adequado para o divórcio colaborativo e isso passa por sua capacidade em ter objetivos claros e adequados; capacidade de sair da posição de vítima ou acusador; ter capacidade de focar no futuro mesmo tendo que entrar em contato com as emoções negativas do ex-cônjuge; manter um comportamento adequado nas reuniões bem como acatar as orientações da equipe colaborativa; vontade e capacidade do cliente para observar e cumprir acordos provisórios e definitivos responsabilizando-se com isso; etc. A prática do divórcio colaborativo trabalha, assim como a mediação, com uma perspectiva voltada para o futuro. Busca atingir objetivos razoáveis e adequados para atender os interesses das partes de forma que favoreça a manutenção de relações futuras.

Ela é diferente da mediação por que em sua metodologia há alguns aspectos que diferem da mediação. O mediador é um terceiro imparcial, enquanto que no divórcio



colaborativo os advogados trabalham de forma parcial com o objetivo de atenderem os interesses de seus clientes, porém, sem deixar de entender e procurar conciliar os interesses de todos. Os profissionais “psi”, que não atuam como terapeutas ou psicólogos e sim como coaches<sup>1</sup> — tratam também das questões subjacentes que não aparecem numa audiência ou mesmo numa mediação, pois seu conteúdo, na maioria das vezes, é de fundo emocional e o mediador não trabalha este aspecto apesar de acolher os sentimentos. A equipe colaborativa trabalha a partir de um olhar interdisciplinar abordando de forma preventiva um conflito potencial e customizando esse conflito. “A maior motivação para intervenções interdisciplinares está na possibilidade de dosar/articular razão e emoção” (ALMEIDA, 2014).

Também esses profissionais são parciais e buscam levar para a equipe suas observações e análises dos clientes bem como, procuram ouvir também os aspectos que envolvem as demandas da outra parte. Muitas ferramentas da mediação são utilizadas nas práticas colaborativas. Ferramentas de comunicação, de negociação, etc que auxiliem a pensar a construir soluções de benefício mutuo para que todos fiquem contemplados, ou seja, satisfeitos.

Mas o divórcio colaborativo utiliza de várias ferramentas da mediação inclusive por entender que os advogados tradicionais devem também fazê-lo porque os instrumentos trazidos pela mediação facilitam o trabalho do advogado dando-lhe uma qualidade e uma dimensão mais humanizada. A mediação familiar e o divórcio colaborativo se prestam a favorecer a manutenção dos vínculos nas relações continuadas como é o caso da relação parental. Enfim, pensou-se nas crianças, primeiras vítimas, por causa de sua fragilidade, das separações dos pais. “a primeira função da mediação familiar, foi a de proceder de forma que os filhos do divórcio se ressentissem o menos possível, de levar os pais a conter sua agressividade mútua,... para o bem de seus filhos” (SIX, 2001, p. 54) A respeito da importância da mediação para o exercício da advocacia Jean-Fraçois (2001, p. 61) cita a advogada M. Peronnet

“Eu acho muito proveitoso que os advogados se formem em mediação: não pelo ‘fazer’, mas pelo bem saber do que se trata. São duas atividades diferentes, contrariamente à opinião de certos advogados que pretendem ‘fazer mediação todos os dias’ ”(SIX, 2001, p. 61, citando uma advogada M. Peronnet).

<sup>1</sup> Terminologia utilizada nos países onde essa prática é utilizada. No Brasil esse termo ainda não foi adaptado à nossa realidade.



Quadro comparativo entre Práticas Colaborativas, Mediação e Judiciário

	Lei Colaborativa	Mediação		Litigio
	Advocacia Colaborativa	Mediação		Justiça Comun
Bases da decisão	O que é importante para o cliente	O que é importante para o cliente		Autoridade externa (Leis, Regras da Côrte)
Alvos, medidas de sucesso	Convergência razoável dos interesses das partes. Resultado suficientemente bom	Convergência razoável dos interesses das partes. Resultado suficientemente bom		Maior resultado possível para a parte vencedora
Papel dos advogados	Administração dos conflitos e guiar as negociações. Advogar e aconselhar visando à conclusão do caso. Atender as formalidades legais	Aconselhar independentemente e revisar o termo de acordo. Atender as formalidades legais. Raramente participar das negociações		Aconselhar o cliente sobre a Lei, colher evidências e montar a argumentação, verificar contornar as fragilidades, utilizar a Lei e os procedimentos para o máximo benefício de seu cliente. Atender as formalidades legais
Quem toma a decisão final?	Clientes	Clientes		Juiz
Tempo médio estimado	4 a 12 meses	4 a 12 meses		12 a 48 meses
Probabilidade de litígios	Menos de 5%	10% - 20%		Mais de 80%



posteriores por assuntos subsequentes				
---------------------------------------	--	--	--	--

Não é possível fornecer o tipo de trabalho em equipe colaborativa de alta qualidade descrito neste artigo com base em um caso individual. Cada caso finalizado por uma equipe de profissionais colaborativos oferece uma riqueza de aprendizado sobre o que funcionou bem e o que não, e a aprendizagem precisa ser compartilhada após o término do caso, não só entre advogados e profissional de finanças que trabalharam nele, mas com outros profissionais que formam a rede de profissionais colaborativos e, eventualmente, poderão trabalhar juntos em outros casos.

As Práticas Colaborativas já são uma realidade consolidada em diversos países, e esperamos adaptá-las com sucesso ao nosso contexto social. Esse método possibilita aos profissionais atuarem colaborativamente dotando-os de técnicas e habilidades sofisticadas em negociação e comunicação também usadas em mediação. Agrega outros saberes na resolução do conflito desde o início do processo através da composição de uma equipe multidisciplinar, o que significará uma importante opção à abordagem tradicional. A principal inovação dessa prática é que ela combina ferramentas da mediação com a essência da advocacia com vistas a preservar a harmonia do sistema familiar e a autonomia das partes. Além disso, representa para o judiciário, o conseqüente descongestionamento e a possibilidade de dedicar-se às questões em que não foi possível a auto-composição, ou aquelas de cunho exclusivamente jurídico.

A consonância com políticas públicas para resolução adequada dos conflitos, a possibilidade de conduzir o divórcio de forma construtiva e o resgate do papel do advogado como efetivo solucionador de conflitos são características distintivas desta prática. Essa pesquisa pretende favorecer a divulgação de práticas conciliatórias e de mudança de paradigma para uma cultura de paz em dinâmicas familiares voltada à pacificação social com o enfoque no fortalecimento do Estado Democrático de Direito e a Cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tânia. *Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e Teóricos*. São Paulo: Dash editora, 2014.





ALMEIDA, Tânia. *Importando da mediação de conflitos ferramentas úteis às práticas colaborativas*. 1ª Capacitação Nacional em Práticas Colaborativas no Direito de Família. Rio de Janeiro, 2014.

FIORELLI, José O.; MALHADAS, Marcos Julio Jr. e MORAES, Daniel L. de. *Psicologia: inovando a gestão de conflitos interpessoais e organizacionais*. São Paulo: LTr, 2004.

FIORELLI, José O.; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS, Marcos Julio O. *Mediação e Solução de Conflitos*. São Paulo: Atlas, 2008.

FOLBERG, J., TAYLOR, A. *Mediación – resolución de conflictos sin litigio*. Buenos Aires: Noriega, 1984.

FOLGER, J. P., JONES, T. S. *Nuevas direcciones en mediación*. Buenos Aires: Paidós, 1997

SIX, Jean François. *Dinâmica da mediação*. – Tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. – Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SUARES, Marines. *Mediación: conducción de disputas comunicación y técnicas*. – 1ª ed. 8ª reimp. – Buenos Aires : Paidós, 2012.

TESLE, Pauline H.; THOMPSON, Peggy. *Collaborative divorce: the revolutionary new way to restructure your family, resolve legal issues, and move on with your life*. Harper Collins, New York, 2007,

TESLE, Pauline. 1ª CAPACITAÇÃO NACIONAL EM PRÁTICAS COLABORATIVAS NO DIREITO DE FAMÍLIA. Rio de Janeiro, 2014.



## **A CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO NO PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: INFLUÊNCIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS?**

STUSSI, Jurema Schwind Pedroso

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
*juremastussi@vm.uff.br*

218

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
*jcaaf@dgaf.com.br*

NEVES, Edson Alvisi

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
*edson.alvisi@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar de que forma tem sido enfrentada a questão da solução de conflitos e o acesso à justiça no Projeto do Novo Código de Processo Civil. Buscar-se-á, através de pesquisa em andamento, identificar pontos de contato entre este e o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, tomando-se como ponto central do trabalho, dentre as modificações introduzidas no processo de conhecimento, uma das que mais nos chama a atenção, qual seja a extinção do procedimento sumário, associada à criação de um procedimento único, bifásico. Tal opção de investigação justifica-se em razão do fato de que esse novo procedimento, que recebeu a denominação de “procedimento comum”, aproxima-se muito, em sua fase inicial, do procedimento sumaríssimo da Lei 9.099.

**Palavras-chave:** Resolução de conflitos. Conciliação. Novo Código de Processo Civil

### **ABSTRACT**

This study aims at examining how the issue of conflict resolution and access to justice has been addressed in the design of the new Civil Procedure Code. Through the ongoing research, the goal will be to identify points of contact between it and the procedure for Small Claims Courts, taking as a central point of the work, among the changes presented in the process of knowledge, the one that drew our attention the most, which is the extinction of the summary procedure, associated with the creation of a unique procedure, in two phases. This research option is justified because of the fact that this new procedure, which was called the "common procedure", is very close, in its initial phase, to the summary procedure of Law 9,099.

**Keywords:** Conflict Resolution. Conciliation. New Code of Civil Procedure



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que faz parte dos estudos iniciados no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), nível doutorado da Universidade Federal Fluminense, tem por objetivo iniciar uma análise sobre de que forma tem sido enfrentada, pelo Poder Público, a questão da solução de conflitos e o acesso à justiça no Processo de Conhecimento no Projeto do Novo Código de Processo Civil. Buscar-se-á, através de pesquisa em andamento, identificar pontos de contato entre este e o procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais Cíveis.

Tomar-se-á como ponto central do trabalho, dentre as modificações introduzidas no processo de conhecimento, uma das que mais nos chama a atenção, qual seja a extinção do procedimento sumário, associada à criação de um procedimento único, bifásico. Tal opção de investigação justifica-se em razão do fato de que esse novo procedimento, que recebeu a denominação de “procedimento comum”, aproxima-se, em sua fase inicial, do procedimento sumaríssimo da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A referência à criação deste procedimento “bifásico” é encontrada logo nas primeiras reuniões da Comissão de Especialistas, registradas em atas. Justificam, os especialistas, que o procedimento é “bifásico” pois todos os processos, com algumas exceções já estabelecidas, deverão passar, necessariamente, pela fase da conciliação entre as partes litigantes, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, mantida a redação atual. Esta opção por privilegiar a auto composição dos conflitos que são levados ao Poder Judiciário, vem ao encontro do movimento iniciado, entre nós, nos anos de 1980 que teve como marco institucional, a criação dos Juizados de Pequenas Causas em 1984. A ampliação do acesso à Justiça perpassa o entendimento de que a efetividade do provimento jurisdicional está direta e fortemente ligada à noção de legitimidade deste, bem como ao tempo percorrido até a sua obtenção. Assim é que não se pode olvidar do princípio da celeridade processual a fim de se atingir o ideal de um processo que tenha, realmente, uma duração razoável.

A partir da análise das atas elaboradas pela Comissão de Juristas procurar-se-á traçar um paralelo entre a elaboração legislativa que, até o momento presente, cria o procedimento comum bifásico, com a exclusão do procedimento sumário no Novo Código de Processo Civil para procurar inferir qual ou quais os resultados poderão ser esperados a partir da inovação procedimental. Estudos sobre o Projeto do novo Código de Processo Civil que têm sido



desenvolvidos no Laboratório Fluminense de Estudos Processuais da Universidade Federal Fluminense (LAFEP/UFF), em conjunto com a leitura indispensável dos autores abaixo referidos, darão o suporte para o desenvolvimento do presente trabalho que, longe de esgotar o tema, pretende traçar pequenas observações sobre a inovação legislativa.

## **DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO DO PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

220

Ao iniciar a leitura do Projeto de Código de Processo Civil, é facilmente perceptível a preocupação dos seus elaboradores para que o processo não se desenvolva por tempo excessivamente longo. Seguem a orientação do inciso LXXVIII, do art. 5º da CF, que foi acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, que tratou da Reforma o Poder Judiciário, determina que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

O inciso citado está alinhado à perspectiva de que a demora na prestação jurisdicional é fator preponderante para a insatisfação e o descrédito do jurisdicionado em relação aos serviços judiciários. A morosidade processual está diretamente ligada com a questão do acesso à justiça, já tendo sido feita a advertência por Mauro Cappelletti e Bryant Garth de que “A Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais reconhece explicitamente, no artigo 6º, parágrafo 1º que a Justiça que não cumpre suas funções dentro de “um prazo razoável” é, para muitas pessoas, uma Justiça inacessível”. (CAPPELLETTI e GARTH: 1988).

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, que alçou à categoria de garantia constitucional uma gama variada de direitos, com destaque para os direitos individuais e sociais trouxe, ainda, em seu bojo, a segurança de que era legítimo a qualquer cidadão, buscar o reconhecimento de outros direitos ainda não reconhecidos.

Esta segurança é dada pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição, insculpido no artigo 5º, XXXV - “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a



direito”. Criou assim, para todo cidadão, o direito de buscar uma resposta definitiva às suas situações de conflito e, ao mesmo tempo, criou para o Estado o dever de dar esta resposta.

A demanda pelo reconhecimento de “novos direitos” até então não pensados e, portanto, não regulados pelas normas materiais, tais como os resultantes das relações de consumo, a união civil, o casamento e a adoção de crianças por pessoas do mesmo gênero, são exemplos.

A partir destas novas situações aumentam as possibilidades de conflitos nas relações interpessoais, que acabam por exigir uma nova elaboração legislativa. Assim, foram aprovados o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil, para estabelecer regras para as novas relações que já não se encaixavam em normatizações surgidas na primeira metade do século XX.

Por outro lado, essa ampliação legislativa, levou ao que Luiz Werneck Vianna (1999, p. 149-146) chama de “judicialização das relações sociais” e, citando como exemplo as relações familiares, assinala que

É da agenda igualitária e da sua interpelação por grupos e indivíduos em suas demandas por direitos, por regulação de comportamentos e reconhecimento de identidades, (...) que tem derivado o processo de judicialização das relações sociais. A família, uma esfera estritamente privada, vem conhecendo uma crescente normatização, regulando-se as decisões dos pais na educação dos filhos.

A partir da afirmação de Vianna, é possível admitir a ocorrência de um considerável aumento em relação à expectativa da população no que diz respeito à atuação do Poder Judiciário para a solução desses “novos” conflitos surgidos com esta reconfiguração da sociedade em suas relações interpessoais.

No entanto, o aparato do Poder Judiciário não demonstrava condições de receber adequadamente às requisições feitas pela sociedade.

O Projeto de Código de Processo Civil faz menção ao princípio por duas vezes já em sua parte inicial, com se vê a seguir.

No artigo 4º, o princípio é mencionado como **direito** das partes: “Art. 4º. As partes têm direito de obter em **prazo razoável** a solução integral do processo, incluída a atividade satisfativa.”.



No art. 8º, o princípio aparece como o objetivo a ser atingido para justificar necessidade de que os envolvidos no processo atuem colaborativamente. “Art. 8º. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha a solução do processo com efetividade e em **tempo razoável**.”

A celeridade processual, portanto, parece ser a diretriz das principais modificações encontradas no Projeto de Código de Processo Civil que, como um todo, demonstra preocupação na abreviação do tempo despendido na solução das demandas levadas ao Poder Judiciário.

Assim é que no processo de conhecimento podem ser destacadas a extinção do procedimento sumário, a necessidade de audiência de conciliação, a simplificação de incidentes como a impugnação do valor da causa e as arguições de incompetência – relativa e absoluta, bem como as de impedimento e suspeição no próprio corpo da contestação e não mais em exceção, como previsto no Código de Processo Civil em vigor. A elaboração de listas a serem publicadas com a ordem em que os feitos são levados à conclusão também merece destaque tendo em vista que impedirá que estes fiquem por tempo indeterminado aguardando para que sejam apreciados pelos julgadores. Estas, apenas para exemplificar, são alterações que poderão imprimir um ritmo mais célere na solução dos conflitos postos à solução pelos órgãos do Poder Judiciário.

Para o presente trabalho, destaca-se a instituição de um procedimento único, bifásico, chamado de procedimento comum e a valorização da conciliação no processo de conhecimento no Projeto do Código de Processo Civil, não sem que antes sejam feitas breves considerações sobre o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis.

## **JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E O DESVIRTUAMENTO DO SEU PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO**

Os Juizados Especiais, criados pela Lei nº 9.099 de 1995, orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, trouxe como grande inovação, a desnecessidade para o jurisdicionado de constituir patrono, podendo advogar em causa própria, se assim o desejasse. Pareciam ser o espaço próprio para o exercício direto do





direito de acesso à justiça, na sua acepção mais simples, qual seja, o cidadão, não bacharel em direito, “batendo às portas dos tribunais”, sem custos, sem burocracia e, também, sem intermediários que falassem por eles, numa linguagem que muitas das vezes não podem entender.

A par desta ideia, uma outra: a de que poderiam ser expandidos por todo o território nacional levando o Poder Judiciário às zonas mais interiores e de mais difícil acesso, vinha ao encontro dos estudos acerca do acesso à justiça. Essa avaliação é feita por José Murilo de Carvalho (1993) que vê nos Juizados de Pequenas Causas a possibilidade de expansão do acesso à justiça, para além dos grandes centros urbanos e para toda a população, com a força da inclusão da parcela menos favorecida economicamente.

um dos poucos esforços para tornar a Justiça acessível aos pobres foi a criação de Juizados de Pequenas Causas (...). Se estes Juizados fossem disseminados pelas periferias das grandes cidades e pelas zonas rurais, poderiam ter um efeito revolucionário: pela primeira vez, na história do país, os pobres teriam acesso à Justiça. O fato de se limitarem a pequenas causas não impediria a transmissão da mensagem de que a justiça é para todos e de que o cidadão tem direito à sua proteção

Com efeito, a criação dos Juizados Especiais trazia a expectativa de pulverização anotada por Carvalho. A expansão desses fóruns teria a possibilidade de incluir a maior parte da população já excluída da saúde, da educação, da cultura etc, entendendo-se a falta de acesso à justiça como mais um fator de exclusão social<sup>1</sup>.

Ademais, a resposta célere às demandas tornou-se uma preocupação constante nas legislações ocidentais. No Brasil, a Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004, introduziu o inciso LXXVIII, ao artigo 5º, dispondo que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

<sup>1</sup> Segundo Nancy Fraser, o termo exclusão social está na pauta de vários países [...] Assinala que, no entanto, não há, entre os estudiosos do tema, consenso e uniformidade quanto ao conceito de exclusão social, sendo este referido ora como pobreza e desigualdade, ora com relação a ausência de respeito e reconhecimento ora, ainda, à ruptura dos vínculos sociais. Embora reconheça que a conceituação não é apenas uma questão de semântica posto que é a partir desta que serão estabelecidas as políticas públicas responsáveis para a sua erradicação, entende que qualquer que “sea su interpretación, la exclusión social pertenece a La familia de das injusticias sociales”. E continua afirmando que por igualdade social deve ser entendida aquela situação experimentada por determinada



Não obstante, os Juizados Especiais, criados em 2005 em substituição aos Juizados de Pequenas Causas, não tardaram a não mais atender à expectativa em torno da sua capacidade de promover o acesso à justiça. A celeridade foi duramente atingida, e um dos motivos mais apontados foram as “demandas reprimidas” (ROCHA, P.8) que abarrotou as estantes dos cartórios.

Em artigo publicado acerca de estudo sobre a questão dos problemas encontrados no cotidiano dos operadores do direito, Felipe Borring Rocha (2010) afirma que “as causas nos Juizados têm durado tanto ou mais tempo do que as aforadas nas varas cíveis”. Tal conclusão, que tem consequências diretas refletidas nos jurisdicionados no que toca à duração da tramitação dos feitos, tem como causas, segundo o autor, quatro elementos principais:

a elevada e crescente demanda pelos serviços judiciais; a limitada estrutura material e humana disponível; a falta de uma postura instrumental legítima dos operadores do Direito; e a falta de um controle mais rígido sobre o que é feito nestes órgãos.

Para exemplificar, tomamos a última das causas apontadas: “a falta de um controle mais rígido sobre o que é feito nestes órgãos” juntamente com “a limitada estrutura material e humana disponível”, em resumo de tudo quanto foi enunciado pelo autor.

A Lei nº 9.099/95 determina a obrigatoriedade de uma audiência de conciliação entre as partes. Frustrada a conciliação, procede-se à Audiência de Instrução e Julgamento e, ao final, o juiz profere sentença. Segundo as normas procedimentais da lei dos Juizados Especiais, em trinta dias estaria concluído o procedimento com sentença de mérito.

Ocorre que, na prática, o que se tem visto é o prolongamento, irregular diga-se, do procedimento. As audiências de conciliação, a mais das vezes, não são marcadas para quinze dias após a autuação da petição inicial. Realizada esta, sem sucesso, não há convocação em audiência de instrução e julgamento, sendo necessário o agendamento para data posterior ao final da qual, o julgador normalmente não profere decisão. Necessariamente há marcação de nova data para leitura de sentença.

Ainda segundo Rocha,

---

sociedade no caminho da eliminação da exclusão e que se traduz por acesso igualitário a todas as formas de atuação na vida social, ou seja, acesso ao trabalho, à vida familiar, à educação, saúde etc.



(...) o procedimento que, no plano ideal, foi concebido para ser realizado num único momento, na prática, foi distendido e passou a ser pontuado por três momentos diferentes: a audiência de conciliação, a AIJ e a leitura (intimação) da sentença. Tal situação tem feito com que o tempo de duração do processo nos Juizados seja igual ou maior que as causas similares propostas no juízo ordinário.

Ao que parece, e a partir do que é enunciado pelo autor, o princípio da informalidade tem sido confundido com uma liberalidade sobre normas que conduzem o procedimento.

Certo é que as normas procedimentais são de natureza cogente, ou seja, de observância obrigatória. Via de regra, não estão à disposição das partes ou dos órgãos judiciários modificá-las, senão quando expressamente autorizadas nos termos da lei. Principalmente no que tange aos prazos para a prática de atos processuais, sejam eles incumbidos ao autor, ao réu, ao juiz ou ao escrivão ou chefe de secretaria, não podem ser modificados, senão por autorização legal. E nunca em prejuízo das partes.

Os Juizados e respectivas secretarias são administrados sob as orientações dos juízes. São eles que determinam aos chefes de secretaria a forma de trabalho de acordo com suas próprias regras de organização. Normal que assim seja, a fim de imprimir um vínculo à atuação dos servidores do cartório, já que é o juiz o responsável pela eficiência do mesmo.

No entanto, o que se tem percebido é a alteração sistemática de normas processuais para a adaptação do rito sumaríssimo da lei dos juizados especiais às características individuais de cada juiz.

O princípio da informalidade referido na Lei 9.099/95 diz respeito à não supervalorização da forma em detrimento da essência do ato processual a ser praticado. De fato, intimamente ligado ao princípio da instrumentalidade das formas que, segundo CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO (2011) “quer que só sejam anulados os atos imperfeitos se o objeto não tiver sido atingido (o que interessa, afinal, é o objetivo do ato m não o ato em si mesmo)”.

Da lição dos processualistas nada se depreende sobre a possibilidade de, em nome da informalidade, passar-se à alteração do procedimento. Tal forma de atuação dos juízes tem acarretado no desvirtuamento da finalidade da lei dos juizados especiais, criando interpretações



as mais diversas não só em relação às normas processuais, mas também no que diz respeito às normas materiais que envolvem o litígio.

Segundo NOGUEIRA (2010), tais práticas por parte dos juízes têm desembocado na criação de feudos, equiparando os Juizados Especiais às práticas judiciais da Idade Média. E justifica sua ideia fazendo uma correlação que aproxima as práticas entre ambos.

A realidade dos Juizados Especiais não difere muito do que se fazia na Idade Média. Cada Juizado Especial, cada Turma Recursal, possui uma ‘lei processual’ própria (uma Lei nº 9.099/95 própria), e não raro, o direito material levado para análise nos Juizados, também recebe interpretações tão divergentes que acabam criando essa ideia de que os Juizados Especiais são verdadeiros feudos.

E possível associar essa ideia de “feudos” com as realidades geográfica e social brasileiras que seriam um fator dificultador da homogeneização das atuações dos Juizados Especiais. Com efeito, “as dimensões continentais do País, com seus contrastes internos, também dificultam a fixação de diretrizes comuns, capazes de embasar conclusões mais seguras”. (ROCHA, 2010).

No entanto, não nos parece admissível a verdadeira criação de normas de procedimento que o desfiguram. Tais alterações afrontam e contrariam por completo o sentido da Lei 9.099/95 que estabeleceu um procedimento moderno, a ser desenvolvido em um espaço de tempo bastante reduzido.

O alargamento do tempo de resposta nos Juizados Especiais afigura-se nos teratológico. Mormente no momento atual em que se vive, no mundo jurídico, sob grande expectativa acerca de um novo Código de Processo Civil, que estabelece o processo de Conhecimento desenvolvendo-se em um único procedimento a iniciar-se com audiência de conciliação.



## **O PROCESSO DE CONHECIMENTO BIFÁSICO. A EXTINÇÃO DOS PROCEDIMENTOS SUMÁRIO E ORDINÁRIO E A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Das alterações apresentadas pela comissão de juristas, chama atenção a supressão dos procedimentos ordinário e sumário, existentes no Código de Processo Civil de 1973 em vigor, substituindo-os por um único, a ser desenvolvido em duas fases.

Da leitura da Ata da 1ª reunião da Comissão de Juristas, realizada em 30 de novembro de 2009, no Senado Federal fica clara a preocupação dos presentes com a simplificação do processo civil. Foram travados debates acerca dos Livros que estruturarão o Novo Código de Processo Civil procurando uma sistematização que aponte para uma rápida solução dos litígios.

O procedimento sumário, que recebeu essa denominação pela Lei nº 9.245, de 1995 em substituição à original, procedimento sumaríssimo, previsto no Diploma Processual de 1973.

É notório para os que vivem o dia a dia dos tribunais que os processos que seguem o procedimento sumário não têm a duração prevista nos artigos 275 a 281, do Código de Processo Civil em vigor. No entanto, sabe-se que podem durar por muito mais tempo e, em algumas vezes, até mais que o procedimento ordinário.

Respeitados fossem os prazos estipulados, e sua duração não seria superior a 90 (noventa) dias. Esse era, a bem da verdade, o prazo estipulado pela redação original do artigo 281, do Código de Processo Civil de 1973, que o denominava “procedimento sumaríssimo”: “Art. 281 – No procedimento sumaríssimo, todos os atos, desde a propositura da ação até a sentença, deverão realizar-se dentro de noventa (90) dias.”. O dispositivo foi alterado, no bojo do movimento de reforma do diploma processual que teve início nos anos de 1990 e recebeu a seguinte redação pela Lei nº 9.245, de 26 de dezembro de 1995: “Art. 281 – Findos a instrução e os debates orais, o juiz proferirá sentença na própria audiência ou no prazo de dez dias.”.

Apresentada foi, então, uma proposta inicial, conforme consta da Ata da 1ª Reunião da Comissão de Jursitas pelo Prof. Elpídio Donizetti para a simplificação do processo de conhecimento, substituindo-o por um “procedimento sólido”. Sucederam-se discussões que concluíram pela proposta dos Profs. Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Aldroaldo Furtado Fabrício de extinção do procedimento sumário e do ordinário, com a criação de um outro, que se aproximasse do sumário prevendo a realização de audiência de conciliação prévia.



Desta forma, em lugar dos tradicionais dois procedimentos de conhecimento hoje existentes no processo civil brasileiro, cria-se um único, “bifásico”, denominado de Procedimento Comum.

O termo “bifásico” foi utilizado para explicar a inserção da obrigatoriedade de uma audiência de conciliação entre as partes, antes mesmo da apresentação da peça de contestação pelo réu.

Assim é que, no Projeto de Código de Processo Civil, consta a inovação procedimental nos seguintes termos:

Art. 335. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação com antecedência mínima de trinta dias, devendo ser citado o réu com pelo menos vinte dias de antecedência.

Quando o direito discutido permitir a transação, portanto, proceder-se-á à tentativa de conciliação prévia. Esta parece ser uma contribuição não só do procedimento sumário do Código do Processo Civil em vigor, mas também uma contribuição dos Juizados Especiais para o Novo Diploma Processual Civil.

A possibilidade de conciliação já vinha sendo alvo de algumas reformas para sua inserção na ordem processual civil em vigor, com alterações realizadas já pelos movimentos reformadores do processo civil dos anos de 1990.

A redação original do art. 331, do Código de Processo Civil, de 1973, estipulava que no momento em que o processo atingisse a fase de saneamento e estando ele em termos, o juiz deveria determinar a produção de prova pericial e designar data para a realização da audiência de instrução e julgamento. É o que se lê:

art. 331. se não se verificar nenhuma das hipóteses previstas nas seções precedentes, o juiz, ao declarar saneado o processo,  
(...)  
II- designará audiência de instrução e julgamento (...)

No ano de 1994, a Lei nº 8.952 criou a figura da audiência de conciliação, alterando o *caput* do art. 331, que passou a ter a seguinte redação:





Art. 331. se não se verificar nenhuma das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponíveis, o juiz designará audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir

Incluiu ainda a Lei ° 8.952, dois parágrafos sendo o § 1º o que determinava que, se houvesse acordo, o mesmo fosse reduzido a termo e homologado por sentença. Conferia, assim, título executivo judicial para as partes.

No ano de 2002, nova alteração é feita no art. 331 do Código de Processo Civil, cujo *caput* passa a ter a seguinte redação:

Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo de 30 (trinta) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir

A previsão legal para a realização de audiência prévia de tentativa de conciliação que já existia no Código em vigor, no entanto, sofreu um retrocesso com a inclusão do §3º que abre a possibilidade para que o julgador forme seu convencimento a respeito da necessidade ou não da audiência prévia e, se for o caso, dispense a sua realização quando “... as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua (conciliação) obtenção”.

Assim fazendo, a modificação legislativa realizada em 2002, abriu as portas para a ineficácia da conciliação, que ficou à disposição do convencimento do juiz sobre a oportunidade de sua realização.

Neste sentido, andou bem a reforma de que ora se trata, tendo em vista que no Projeto do Código de Processo Civil, a citada audiência, naquelas ações em que se admite a transação, só poderá ser dispensada pela vontade expressa das partes. Retirou, assim, o poder do juiz de decidir pela sua realização ou não. É o que se vê na redação do § 4º, do art. 335, que regula as hipóteses em que não haverá a realização da audiência de conciliação: “§ 4º A audiência não será realizada: I – se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição da obrigatoriedade de audiência de conciliação entre as partes, no Projeto do Novo Código de Processo Civil afigura-se como um avanço legislativo. Ruma ao encontro da boa técnica de resolução de conflitos que privilegia a composição entre as partes.

O acesso à justiça já de há muito não mais se restringe a uma visão estreita de acesso ao judiciário. A efetividade do provimento jurisdicional vem ocupando cada vez mais espaço no debate acadêmico e, dada a sua relevância social, deve receber a atenção devida no âmbito legislativo.

A alteração do processo de conhecimento no Novo Código de Processo Civil, no que se refere à Audiência de Conciliação poderá ter importância significativa. A simples inclusão da obrigatoriedade da audiência na norma processual não nos parece ser o bastante. Caberá aos órgãos do Poder Judiciário zelar pela sua observância estruturando-se não só materialmente, mas também com pessoas que possuam a indispensável capacidade para a execução da tarefa, sob pena de tornar-se letra morta como já se vê nos Juizados Especiais Cíveis.

O juízo comum de primeira instância assumirá, ao que indica, características próprias dos juizados instituídos pela Lei 9.099/95, naquelas ações que sigam o procedimento comum. Desta forma, será necessário que os magistrados atentem para a relevância da conciliação não só para a solução do conflito, mas também para que esta se dê no menor espaço de tempo possível.

Para tanto, conforme Jônatas Luiz Moreira de Paula (2002) é preciso perceber que no exercício da função jurisdicional manipulam, os magistrados, importante instrumento de inclusão social. Para o autor, a Jurisdição deve ser vista como política pública de inserção social. Portanto, é de se concluir que deve ser incluída na agenda política do Estado para que as decisões emanadas destes órgãos sejam revestidas da legitimidade essencial e indispensável à sua aceitação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODSTEIN, Regina C. A. *Complexidade da ordem social contemporânea e redefinição da responsabilidade pública. Fundamentos da vigilância sanitária*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.



BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Saraiva. 2012.  
FRASER, Nancy. Redistribucion, reconocimiento y exclusion social. Em: *Inclusion social y nuevas cidadanias*. Departamento Administrativo de Bienestar Social DABS & Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2003.

GAULIA, Cristina Tereza. *Juizados Especiais Cíveis. O espaço do cidadão no Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Renovar. 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Haidar, Rodrigo. *Inimiga da Perfeição. Estudiosos criticam pressa na análise do novo CPC*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jul-09/estudiosos-criticam-pressa-analise-codigo-processo-civil>.

LINDBLON, C. E. *O processo de decisão política*. Brasília: UnB, 1980.

NOGUEIRA, Gustavo Santana. Os Juizados Especiais, a Insegurança Jurídica e o Direito Medieval. Em: MIRANDA NETTO, Fernando Gama e ROCHA, Felipe Borring (org.) *Juizados Especiais Cíveis. Novos Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de Paula. *A Jurisdição como elemento de inclusão social. Revitalizado as regras do jogo democrático*. Barueri: Manole, 2002.

ROCHA, Felipe Borring. Desmistificando os Fantasmas: Formalismo, Idealismo e Pragmatismo nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. Em: MIRANDA NETTO, Fernando Gama e ROCHA, Felipe Borring (org.) *Juizados Especiais Cíveis. Novos Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



\_\_\_\_\_, Cidadania e Justiça. *A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck et alli. *A judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan. 1999.



## DA NEUTRALIZAÇÃO POLÍTICA DO JUDICIÁRIO À JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: DISCUSSÕES PRELIMINARES AO ESTUDO SOBRE O PROTAGONISMO JUDICIAL NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INTERNACIONAL ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL*  
*renata\_albernaz@terra.com.br*

FARIAS, Thaíse Mendes

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPEL*

PERES, Ivana Morales

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL*

233

### RESUMO

A judicialização da política tem sido um fato atual. Mas tanto sua justificação teórica quanto suas consequências sociais ainda não se conseguem sustentar em um consenso. Isso porque, de um lado, os modelos que pugnavam por uma certa neutralização do judiciário às discussões político-sociais, restringindo sua ação apenas às questões reguladas em lei e em políticas públicas, acabaram por afastar a sociedade do mundo jurídico e geram uma inércia do judiciário a questões de importância social. De outro, a busca de novos modelos que defendem um maior protagonismo judicial em questões de grande envergadura social, onde, muitas vezes, o judiciário atropela ou se antecipa à ação (ou inação!) dos próprios poderes políticos (legislativo e executivo), ainda está mal resolvida em termos teóricos e operacionais. Nosso estudo tem por objetivo maior, assim, verificar, por um estudo indutivo das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, na questão social da proteção do patrimônio cultural de fronteira existente em países do Mercosul, nós últimos 5 anos, se se está diante de uma **judicialização da política**, que se apresenta como promotora de uma maior discussão e proteção patrimonial sobre tais bens, suprindo certas faltas regulamentares da questão, no Bloco, ou se se tem, ao contrário, uma **neutralização judicial**, freada por faltas de acordos políticos e administrativos para tais bens. Este artigo, em específico, parte desse propósito geral, pretende elencar as mais atuais discussões teóricas que configuram essa judicialização da política ou neutralização política do judiciário brasileiro, para a configuração de categorias para a análise e classificação das ações judiciais.

**Palavras-chave:** Judicialização da Política, Patrimônio Cultural Internacional, Mercosul.

### ABSTRACT

The judicialization of politics is fact. But his theoretical explanation and the studies of their social consequences are not yet agreed. This is because, on one hand, there are the models who advocate political neutralization of the judiciary and restrict its action only to matters governed by law and public policy. This departs from the company's legal world and generates an inertia of social justice in important social issues. Another la, there are theories that support a higher court protagonismo on issues of great social importance. The judiciary, in these theories, tramples or anticipates the action (or



inaction!) Own political powers (legislative and executive). And that creates a problem of democratic legitimacy. This research aims to analyze the decisions of the Supreme Courts of Brazil on the international protection of cultural heritage in Mercosur countries, we past 5 years. In order to check: 1) if the court is working to fill in the gaps laws and administrative regulations in the countries involved and Mercosur; 2) or have adopted a position of neutrality and passivity when the lack of political and administrative arrangements to safeguard this cultural heritage. In particular, this article intends to list the most current theoretical discussions that shape the judicialization of politics or political neutralization of the Brazilian judiciary.

**Key-words:** Legalization of Politics, International Cultural Heritage, Mercosur

## INTRODUÇÃO

O Direito já é em si um fenômeno político. Não só porque brota de um ato político, como também porque interfere em atos eminentemente políticos. Além disso, os textos normativos requerem uma interpretação do magistrado no processo decisório, quando acionado pelo caso concreto, e, nesse momento, a jurisdição e a decisão jurídica são, também, o resultado do sopesamento de valores políticos. Mas, é possível chegar a esse entendimento, de que a atividade jurisdicional é um mister político, pela análise do conteúdo do discurso das decisões dos magistrados em decisões de casos de grande repercussão ou lutas de interesse político, como é tutela dos patrimônios culturais internacionais? Seria então a atividade jurisdicional um ambiente de deliberação pública nessas decisões? Qual o perfil desse poder de decisão (conferido na judicialização da política) no espaço público judicial?

Nessa querela de fatos em que o judiciário se posiciona de uma e outra forma, se inclui a necessidade de estudos como esse que aqui se apresenta, que objetiva avaliar o perfil da judicialização da política no Brasil, especificamente, no caso da questão dos julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça na questão política da tutela do patrimônio cultural internacional, nos últimos 5 anos. Nosso estudo tem por objetivo maior, assim, verificar, por um estudo indutivo das decisões desses Tribunais Supremos, na questão social da proteção do patrimônio cultural de fronteira existente em países do Mercosul, nós últimos 5 anos, se se está diante de uma **judicialização da política**, que se apresenta como promotora de uma maior discussão e proteção patrimonial sobre tais bens, suprindo certas faltas regulamentares da questão, no Bloco, ou se se tem, ao contrário, uma **neutralização judicial**, freada por faltas de acordos políticos e administrativos para tais bens. Este artigo, em específico, parte desse propósito geral, pretende elencar as mais atuais discussões





teóricas que configuram essa judicialização da política ou neutralização política do judiciário brasileiro, para a configuração de categorias para a análise e classificação das ações judiciais.

Aliás, se, como diz Carvalho (2004), a democracia é elemento *sine qua non* à judicialização da política, e que não se pode avaliar os rumos da democracia sem considerar a intervenção judiciária no processo democrático – uma vez que o Poder Judiciário, em diversas vezes, atuando como regente republicano, é uma peça “chave” no processo de legitimação da lei positiva, esse diagnóstico consolida a tese de que essa judicialização da política, nesse impulso democrático, deve ser ainda mais acirrada, e também, problemática em questões de bens patrimoniais internacionais.

Tal situação fática de reemergência do poder judiciário como operador político dos direitos que promovem a justiça não pode ser destacada de toda uma discussão das razões da juridicidade e do papel e forma operacional da justiça pública, discussão que tem se realizado nos últimos 30 anos. Para dar essa sustentação teórica ao fenômeno da judicialização da política, portanto, entendeu-se necessária uma retomada a uma série de discussões que têm promovido mudanças profundas no pensar o direito e a justiça na contemporaneidade e conferido maior poder público e apelo democrático ao poder jurisdicional. A discussão sobre essa nova racionalidade do direito e da Justiça, promovida por teorias como as de Gadamer, Habermas, Perelman, Aarnio, Alexi, Dworkin, a nosso ver, auxiliariam, profundamente, na consolidação de um importante papel político do judiciário como viabilizador da justiça e garantidor do direito, além de forçarem a uma maior democratização dos processos judiciais.

## **I – DISCUSSÕES QUE REFORÇAM A NEUTRALIDADE POLÍTICA DO JUDICIÁRIO**

Começando, essa busca pela expressão da justificação da juridicidade na escola jusnaturalista, Benvindo acentua que o discurso do direito natural, propugnava pelo silêncio judicial acerca da validade e existência do direito, gerando uma posição de ausência de crítica no Poder Judiciário (BENVINDO, 2008, p. 22-23). Assim, adverte Papaineau (2009), estabelecia-se uma racionalidade conformista de apreciação não-interventiva da realidade que, baseada na racionalidade metafísica clássica, fazia do direito natural a base incontestável de



toda a normatividade. Com base nessa conformidade apresentada pelo modelo clássico de racionalidade, e com aproveitamento do mesmo ao jusnaturalismo, passa-se a promoção de uma reflexão a respeito da base racional da essência desses dois modelos. A laicização do direito natural, continua Benvindo (2008), começa então a tomar corpo; o pensamento de que o Estado é soberano, concentrando em si a vontade de todos os seus membros, ao quais dispõem de parte de seu direito natural em prol do bem-estar coletivo (contratualismo), passa a vigorar. Isso proporciona a monopolização da criação do direito, o qual passa a ser reconhecido como legal apenas quando produzido pelo Estado, impondo-se como limitador do poder deste apenas a natureza, e implicando uma neutralização política da própria criação, quicça da aplicação jurisdicional dessas normas essenciais.

Na sequência, o movimento jurídico canalizou-se à premente necessidade de segurança, substituindo-se a confusão entre direito e justiça pela confusão entre direito e estado. Isso acabou por proporcionar a positivação pura do direito, dando ares de legitimidade absoluta às normas e decisões postas pelo Estado, por representarem o hipotético anseio da sociedade (ideal contratualista). (TEIXEIRA, 2002, p. 35).

A cientifização da sociedade moderna trouxe, então, novos ares para o direito, culminando na formalização metodológica pura, em que a validade dos conteúdos jurídicos ficava condicionada ao método (metafísica formal-normativa). Hans Kelsen, com a obra intitulada *Teoria Pura do Direito*, propôs uma validade que se limitava a analisar formalmente os patamares hierárquicos das normas, sendo que aquilo que extrapolasse essa concepção deveria ser relegado a outros campos de pesquisa que não a ciência jurídica (COELHO, 2007, p. XVI). Assim, Kelsen acabou caindo numa não reflexão das bases que sustentavam sua teoria, empurrando-a para outros ramos do conhecimento. E, nesse sentido, segundo Benvindo (2008, p. 89), “da mesma forma que um cientista, ao analisar seu objeto, não reflete a respeito dos próprios pressupostos da sua atividade, Kelsen, conscienciosamente (...), fez a ciência jurídica muda em relação à reflexão sobre seus próprios fundamentos, relegando essa preocupação a outras tantas searas do saber”. O positivismo, assim, explica Coelho (2007), não questionava o valor e a justiça da decisão, devendo o jurista apreciar mecanicamente as questões apenas atento ao aspecto formal dos fatos, visto que a norma vale na medida em que tem um mínimo de eficácia e que está ligada a outras normas por um encadeamento lógico e hierárquico que acaba numa norma fundamental válida e de caráter valorativo neutro. Isso resultou numa gritante



separação entre os pontos de vista moral, jurídico e político, entre norma e realidade concreta a qual se aplica e numa redução do sistema e das normas à legalidade.

De certa forma, isso, juntamente com o desenvolvimento da Teoria da Separação dos Poderes (preconizada por John Locke e aperfeiçoada por Montesquieu), ocasionava a neutralização política do poder judiciário, propiciando uma decisão imparcial, porém, não raro, injusta. Assim, a objetividade do direito proporcionou a transformação do sentimento de insegurança pelo de injustiça, dada a frivolidade com que certas questões eram tratadas pela positividade pura. (FERNANDEZ & FERNANDEZ, 2007, p. 22)

Destarte, a despeito do êxito do positivismo quanto ao estabelecimento de uma metodologia objetiva para a decisão jurídica, a forte inclinação à formalidade acabou por afastar o direito da justiça, a aplicação judicial da discussão democrática, e, enfim, a operacionalização jurídica separou-se da política. Tal situação acabou por gerar um estado de frieza com que os temas humanos foram tratados pelo direito no positivismo, e suscitou um ressurgimento jusnaturalista, dessa vez de explícita inclinação kantiana, em teorias jurídicas neokantianas, a partir da primeira metade do século XX. Mas, com tal iniciativa, houve, ao invés de uma reflexão com novos valores a respeito das estruturas que alicerçavam o Direito, um retrocesso à valorização da natureza, porém com uma perspectiva nova, como um antigo espírito que ocupa um novo corpo. Embora não tenha acendido a discussão a respeito da fundamentação normativa, tal perspectiva nova sugeriu algumas respostas ao campo prático. Propunha o jusnaturalismo kantiano a subjetividade constitutiva, com a procura por um apontador teleológico no núcleo dos acontecimentos. Assim, a referência à natureza permanece, mas o que se altera é a fonte da natureza que, centrada no sujeito e não mais no divino ou no natural determinístico, proporciona a prática, em oposição à mera contemplação do mundo proposta pelo jusnaturalismo clássico. (BENVINDO, 2007)

Mas, volta-se a mesma discussão – neutralização política da atividade jurisdicional, porém com uma falsa nova base de modelagem – o sujeito. A justiça, acima de tudo, daria à norma positivada a característica “de mero referencial não vinculante ao magistrado” (TEIXEIRA, 2002, p. 50), o que novamente daria margem ao ressurgimento do arbítrio e da insegurança, sobrepondo-se a vontade à razão, revelando-se, mais uma vez, a necessidade de sopesar os valores perseguidos pelo direito (segurança e justiça) na vida prática, porém faltando um bom termo que permitisse o equilíbrio.



Assim, apesar das características radicalmente distintas, tanto o jusnaturalismo quanto o positivismo não discutiam seus pressupostos normativos e neles prevaleciam a teoria e a não-intervenção na realidade e ambos contribuíram para uma neutralização política da atividade jurisdicional, e, assim, para um alheamento dessa atividade aos parâmetros democráticos de funcionamento. Enquanto o jusnaturalismo promoveu uma teoria concentrada na conceituação da natureza, o positivismo retirou o conteúdo normativo para outros campos, desvinculando a validade normativa da contextualização social em que se insere.

Mas a abertura do Estado liberal e não intervencionista às reclamações do povo, com o surgimento de direitos trabalhistas, de previdência e assistência social etc., evocou a necessidade de se agir sob novas racionalidades aptas a compreender diversos setores da organização social, e ainda considerando:

a crescente pluralidade existente dentro das sociedades. [...] No âmbito de grupos sociais mais abrangentes, e mesmo da sociedade internacional, temas complexos dividem as pessoas em diferentes grupos de opinião, como é o caso do conflito entre interesse público e direitos individuais, da violência, do terrorismo, do tráfico de drogas, dos direitos humanos, das intervenções internacionais etc. Para o estudioso, ou para o cidadão que tenha a pretensão de estar bem informado, parece realmente que não há mais coisa alguma simples no mundo: já não é possível examinar com seriedade os problemas contemporâneos sob um único ponto de vista ou oferecer-lhes um resposta singela e direta, já que, com frequência, eles envolvem valores e interesse diversificados e conflitantes. [...] Nos regimes democráticos, predominantes nas sociedades ocidentais nos últimos cinquenta anos, essa pluralidade recebe espaço institucional de manifestação e desenvolvimento. (BARCELOS, 2005, p. 8)

No contexto dessas discussões, Habermas (1987) percebe dois tipos de racionalidade em confronto: a centrada no sistema (Estado e mercado: o *System*) e a centrada no mundo da vida (a *Lebenswelt*) – a primeira estratégica e a segunda comunicativa. Para o autor, se *System* busca se sobrepor ao *Lebenswelt* em diversas situações (colonização do mundo da vida), ocasionando um constante conflito por sítio nos pontos de intersecção entre o sistema e o mundo da vida, e essa sobreposição é a justificativa da existência de regimes autoritários e da burocratização da vida cotidiana, o *Lebenswelt* responderia à agressão do *System* através dos movimentos sociais. (HABERMAS, 1997).



Constata-se, portanto, a necessidade de repensar o funcionamento do sistema racional no que diz respeito a sua legitimidade e validade, integrando, dessa forma, a sociedade à estrutura, como forma de legitimação do sistema, a fim de se promover à efetiva “descolonização do pensamento” (BENVINDO, 2008, p. 11) prometida para a modernidade. Há uma convulsão social que clama por uma racionalidade que eficazmente pense e trate a realidade. E, nesse cenário, a justiça, compreendida aqui como todo o aparato judiciário à disposição da população para a solução de litígios, deveria aproximar o cidadão e o Estado. Isso porque, apesar de alguns avanços, o judiciário ainda, em vários momentos, opera enclausurado numa redoma de cristal apenas acessível aos cridos na ciência do Direito. O que se observa no acúmulo de decisões de enfoque puramente formal, domando irredutivelmente o *ser* ao *dever ser*, ou de teor puramente retórico, envolvido em justificações extremamente vagas e de difícil conceituação, como, por exemplo, as calcadas em valores puramente políticos (BARBOSA, 2011). Isso muito em virtude de uma racionalidade tradicional que ainda justifica a necessidade de neutralização política do poder judiciário, ou seja, o imperativo de que o juiz, frente ao caso, deve agir e julgar com imparcialidade através da adoção de uma postura de mínimo envolvimento com os litigantes (FERRAZ Jr., 1989), e que isso se sustenta, pois contribuiu, de forma robusta, à racionalização objetiva do direito, ou seja, à segurança jurídica. Nessa lógica racional, assim, “atribuiu-se ao direito a condição de mecanismo estabilizador das expectativas sociais” (TEIXEIRA, 2002, p. 31), na medida em que ele proporcionava às partes saber a legislação aplicada ao caso bem como os mecanismos que serão usados para garantir aos indivíduos a certeza de que não serão submetidos à eventualidade, colocando a segurança como demarcador de proteção das relações, como “um horizonte de previsibilidade capaz de estabelecer de antemão as consequências dos atos jurídicos, garantindo-se as expectativas ante as desilusões que porventura aconteçam” (TEIXEIRA, 2002, p. 32).

Não obstante tal previsibilidade proporcionada pela segurança através da racionalidade que visa à eliminação do arbítrio, esta não pode ser chamada de justiça (a não ser que encaremos a segurança com uma perspectiva liberal). Ocorre que, nessa racionalidade do previsível e fixo, observa-se a colocação da justiça e da segurança em posições contrastantes, como se uma não existisse frente à outra, como se “o privilégio implique o desprivilegio da outra” (TEIXEIRA, 2002, p. 36). Observa-se, portanto, na atualidade, uma necessidade de propor uma racionalidade que constitua uma nova perspectiva de reflexão em que a sociedade



esteja inserida não somente como mero objeto a ser observado, mas como co-autora da realidade, valorizando, desse jeito, a vida prática. Revelar as discussões sobre novas formulações de racionalidades para a justificação do direito e da justiça na contemporaneidade é o que faremos no item a seguir.

## II. DISCUSSÕES SOBRE UM PROTAGONISMO JUDICIAL NA POLÍTICA (JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA)

240

A despeito de terem fundamentações teóricas distintas, todas as racionalidades das correntes do direito expostas no item anterior (jusnaturalismo, positivismo e neokantismo no direito) acabam pecando na falta de reflexão de seus fundamentos validantes (metafísica). Em uma reflexão crítica a essas correntes até aqui apresentadas, assim, Aarnio (1995), por exemplo, apresenta a racionalidade que afere a validade jurídica em três nuances distintas: a validade sistêmica, a validade efetiva e a validade axiológica, e defende esta última, no sentido de que algumas normas, a despeito de serem formalmente válidas, não tem aplicação por se chocarem com o sistema de valores dominante na sociedade. Segundo o autor, essa última justificação de validade jurídica seria uma limitação ao arbítrio estatal e traria um controle racional, de nova escala e teor, às decisões jurídicas, evitando sua neutralização política.

A análise da validade normativa num contexto de apreciação dos pressupostos da razão e a reivindicação por uma legitimação racional amparam o equilíbrio dos valores evidenciados (segurança e justiça). A racionalidade numa visão argumentativo-racional (Aarnio) valida um novo conceito do que sejam os valores perseguidos pelo Direito e promove uma abertura do judicial às discussões democráticas, corroborando para uma maior aceitação social às atuações jurídicas e judiciais.

Como crítica aos modelos tradicionais de racionalidade, os quais não discutiam suas premissas e geravam um distanciamento entre normas e mundo da vida, surge um movimento filosófico encabeçado por Hans-Georg Gadamer, através da sua obra intitulada *Verdade e Método*, baseado no “contexto contingente das tradições” (BENVINDO, 2007, p. 132), o qual se pode expandir também para o Direito. O autor labora exaustivamente sobre o tema da compreensão, focalizando a tradição como algo inerente ao compreender, num esquema de organização que vai e volta (movimento circular) entre a premissa maior – a norma – e a





premissa menor – a facticidade. A contextualização, em oposição aos modelos de racionalidade habituais que colocavam o contexto em separado a fim de se dar ênfase ao método e à lógica, apresenta-se evidenciada nessa nova proposta hermenêutica gadameriana sobre a tradição, mostrando uma inovação na forma de racionalizar, pois essa tradição, pensada nesse contexto, na medida em que desvenda ao homem a sua própria história, expõe a este as informações precedentes indispensáveis à interpretação do jurídico através da linguagem. Assim, a experiência adquirida ao longo dos tempos agiria como guia validante da ação – no mundo do Direito, a jurisprudência então teria, justamente, esse papel. (BENVINDO, 2007, p. 179)

Jürgen Habermas, por sua vez, propõe uma racionalidade fundada no agir comunicativo, na intersubjetividade – a Teoria do Discurso, a qual revela uma “possível saída pós-metafísica” (HABERMAS, 1987, p. 193), expondo uma nova maneira de pensar a validade normativa. Para superar essas irreflexividades, pela “Teoria do Agir Comunicativo” o direito, adotando a sua particular qualidade discursiva e tornando-se meio de alcance do agir orientado à comunicação e à compreensão, teria como premissa de validade a preocupação com o outro, a solidariedade, devendo “ser compreendido em sua configuração essencialmente social” (HABERMAS, 1987, p. 198). Constrói-se, dessa forma, um direito pós-metafísico, “cujos fundamentos são auto-referenciados na experiência do mundo da vida” (HABERMAS, 1987, p. 199). A perspectiva, desse ponto de vista, é de uma contextualização do Direito na sociedade, buscando encontrar o fundamento validante dentro do espectro social através da inclusão do outro e do consenso racional. O direito, assim, conclui Albernaz (2014), diferentemente do que as concepções jurídicas que lhe foram anteriores afirmavam, envolveria, para Habermas, não apenas coerção (sua faticidade), mas também a liberdade que legitima esse atuar coercitivo (sua validade), ou, conforme explica Habermas (1997, p. 50):

O sentido desta validade do Direito somente se explica através da referência simultânea à sua validade social ou fática (*Geltung*) e à sua validade ou legitimidade (*Gültigkeit*). A validade social de normas do Direito é determinada pelo grau em que consegue se impor, ou seja, pela sua possível aceitação fática no círculo dos membros do Direito. [...] Ao passo que a legitimidade de regras se mede pela resgatabilidade discursiva de sua pretensão de validade normativa; e o que conta, em última instância, é o fato de elas terem surgido num processo legislativo racional – ou o fato de que elas poderiam ter sido justificadas sob pontos de vista pragmáticos, éticos e morais.



A teoria de Habermas propõe a unificação da razão analítica e dialética, é a “racionalização comunicativa” ou “racionalização do mundo da vida”. Desse jeito, teórico e prático, tão distanciados ao longo dos séculos, reaproximam-se, acabando com o preconceito que atira ao mundo da irracionalidade a *praxis*. O discurso refere-se diretamente ao mundo da prática, colocando a comunidade ideal inserida na própria comunidade real como um objetivo a ser alcançado (BENVINDO, 2004). Tal busca proporcionaria a transformação efetiva da realidade, acabando com a antiga posição adotada de contemplação do mundo e aceitação pacífica dos fundamentos apresentados. Na atividade judicial, tais orientações abriram ensejo a questionabilidade e problematicidade da jurisprudência em discussões sobre a Tópica (VIEWEG, 1982) e retórica jurídicas (PEREALMAN, 1998).

Habermas dá enfoque às patologias sociais que a modernidade apresenta, usando-as como justificadoras do porquê predominam outros imperativos que não o da autonomia social. Segundo Benvindo (2008), Habermas focaliza que a supervalorização da “racionalidade instrumental” fez crer que a filosofia (reflexão) era algo desnecessário, o que ocasionou o ganho de controle, mas à custa da perda de significado. Isso acabou ocasionando o descrédito da sociedade nas instituições jurídicas muito em virtude da exclusividade do acesso à justiça aos entendidos nas ciências jurídicas, restando à sociedade acatar as ordens judiciais. Isso acabou por institucionalizar o império da coerção sobre a democracia: não há uma séria reflexão a respeito dos pressupostos normativos, o que promove a conservação dos mesmos mecanismos de domínio, já que a sociedade não se pergunta o porquê e o para quê da justiça, voltando-se apenas à busca dos resultados previstos positivamente, aceitando, pacificamente, contemplar o meio em que se insere sem enxergar que é essa mesma sociedade plateia que deveria assumir-se como atriz e diretora da cena judiciária.

O filósofo político alemão, audaciosamente, também propõe a politização do Direito, através da disposição da racionalidade do processo legislativo à jurisdição. Analisando os Três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – não sob uma perspectiva funcional constitucionalmente estabelecida, mas sob o ponto de vista do discurso realizado em cada esfera, o filósofo propõe que o controle abstrato de normas deve fazer referência à origem democrática, ligando os conceitos como cidadão, processo político, direito, etc. ao ideal de participação integral da sociedade na política. Desse modo:



Nesta ordem de ideias (sic), a jurisdição constitucional, para Habermas, deve cuidar das condições ideais de discurso que permitem a formação livre da opinião e da vontade pública. Somente o modo procedimental-deliberativo da prática de legislação dispõe das condições sob as quais todos os implicados podem submeter o direito, por exemplo, à pretensão da validade relativamente ao bem comum dos interesses individuais privados, negociados estrategicamente, bem como submeter esse bem comum a pretensões de validade universais (princípio moral). A jurisdição, para Habermas, não dispõe dessas condições, carecendo, portanto, de legitimidade para decidi-las. Pois, *‘na medida em que discursos políticos se estendem a negociações e à generalização moral de interesses, o procedimento democrático não pode mais extrair sua força legitimadora do acordo prévio de uma comunidade ética pressuposta, e sim, de si mesmo’*. A jurisdição faz parte desse modelo. Ela é co-originária nesse modelo. E por isso não está em uma instância superior ou inferior à autonomia pública do processo de formação legítima do direito. Habermas cria, assim, um procedimento de legitimação circular também à jurisdição, na medida em que ela se legitima pela aplicação do direito legítimo. Somente na medida em que a jurisdição garante a legitimidade do processo democrático, ela garante a sua própria legitimidade. (SIMIONI, 2007, pp. 211-212)

Assim, temos que a Teoria do Agir Comunicativo, inovando a perspectiva racional, traz, enfim, a profunda reflexão a respeito dos pressupostos normativos, colocando a validade condicionada à legitimação democrática, dando ao povo o poder de decidir em que tipo de sociedade quer viver, através das ferramentas da comunicação racional e da inclusão de todos. Além disso ela promove uma aproximação entre o plano estático e teórico do dever ser (norma) e do plano dinâmico e empírico do ser (realidade), como já propôs Heller (1968), levando a uma nova conceituação da racionalidade em que se concilia a segurança e a justiça, trazendo a sociedade ao mundo jurídico, quebrando a ideia de que as decisões judiciais valem somente porque proferidas por uma autoridade embutida de legitimidade para tanto - independentemente de sua substância – e acabando com o processo de alienação (Aarnio) e de auto-referência dos operadores do direito.

### **III – PARADOXOS E AMBIGUIDADES DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: QUESTÕES CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS**

Barbosa (2012) traz à baila que a primeira grande causa do fenômeno da judicialização da política no Brasil foi o início da redemocratização do país trazido pela promulgação da



Constituição de 1988, ao atribuir ao Judiciário o papel de guardião e operador das garantias que permitiram ao Poder deixar “de ser um departamento técnico-especializado” e se transformar “em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis, inclusive em confronto com os outros Poderes” (BARBOSA, 2012, p. 12) – o que possibilitou um fortalecimento e uma ampliação da instituição com o consequente aumento da demanda por justiça pela sociedade brasileira. Assim, o surgimento do fenômeno da judicialização da política, que afere atribuições de caráter eminentemente político ao Poder Judiciário, a partir do momento em que se atribui a ele a tarefa, não só de aplicar a lei, mas de manter todo o sistema político e social por meio da guarda e da efetivação das disposições e princípios das cartas políticas constitucionais, tem se apresentado como uma tendência mundial, e no Brasil, deve se apresentar de modo mais expressivo, haja vista nossas mais gritantes desigualdades históricas. Além disso, tal judicialização da política também tem se manifestado na atribuição, ao judiciário, do papel de espaço de deliberação e de luta por demandas pelos movimentos sociais (SANTOS, 2011).

Em nosso país, se o perfil do Brasil pré-democrático, no que diz respeito às reivindicações sociais das minorias, era travado pela manifestação de rua, pelo protesto e pela passeata, pelas alianças, pela discussão no *front*, o Brasil democrático pós 1988 trouxe as controvérsias sociais para serem discutidas e dirimidas pelo poder judiciário, o qual se tornou um mediador, eficaz ou não, de reivindicações através dos mecanismos ordinários da justiça (ações processuais). Dessa forma se coloca Santos (2008), ao afirmar que:

O Brasil é um dos países latino-americanos com mais forte tradição de judicialização da política. [...] Há judicialização da política sempre que os conflitos jurídicos, mesmo que titulados por indivíduos, são emergências recorrentes de conflitos sociais subjacentes que o sistema político, em sentido estrito (Congresso e Governo), não quer ou não pode resolver. Os tribunais são, assim, chamados a decidir questões que têm impacto significativo na recomposição política de interesses conflitantes em jogo. Neste momento, o país atravessa um período alto de judicialização da política. (SANTOS, 2008, p. 27)

Vianna, Burgos e Salles (2007), destacando, em sua obra, os pontos comuns da judicialização da política nos países ocidentais, salientam essa importância do judiciário no papel de regente democrático – lição perfeitamente absorvível pela realidade brasileira, onde o



Judiciário transita como um possível espaço na solução das questões sociais. No caso brasileiro, atestam Ribeiro e Scalabrin (2009), temos que a constitucionalização dos direitos sociais pela abertura democrática sem o acompanhamento de políticas públicas que escoltassem essa normatização proporcionou um aumento da atuação dos tribunais quando acionados em lutas pela consagração dos princípios e normas constitucionais. Isso acabou por politizar o desempenho dessas instituições jurídicas, as quais passaram a afetar significativamente as condições da ação política no país, diante da incapacidade dos poderes políticos em atender as demandas sociais e em resolver os conflitos políticos. (VIANNA, BURGOS E SALLES, 2007)

Barbosa (2012) também menciona que a “Constitucionalização abrangente”, ou seja, a absorção de matérias pela Constituição, que antes eram deixadas ao processo legislativo ordinário, tipicamente político, pela Constituição, igualmente contribuiu à transformação da política em pretensão jurídica, esta a ser formulada e exigida através de ação judicial; e destaca que o tipo de controle constitucional adotado no Brasil, de caráter híbrido e, portanto, extremamente abrangente, possibilitou que qualquer questão política fosse alcançada pelo Poder Judiciário. Lauris (2011), ainda, esclarecendo a questão de se “judicialização da política” é ou não sinônimo de “politização da justiça” – o que é essencial para que se possa compreender o papel do Poder Judiciário na Democracia brasileira. Conceitualmente, Judicialização da política nada mais é que a absorção pelo judiciário de questões tradicionalmente políticas e, portanto, comumente afetas, ou de competência, dos Poderes essencialmente políticos: Legislativo e Executivo.

Nobre e Rodrigues (2011) destacam sobre o tema que o mesmo só ganha destaque em face de seu contraponto a uma posição em que se concebe o direito de forma normativista, formalista e racional (Max Weber) – ideia efetivada pelo desenho institucional do Estado de Direito idealizado e posto pela teoria da separação dos poderes – em que o Judiciário teria a função de, apenas, aplicar as leis produzidas pelo Legislativo:

Só faz sentido falar em "judicialização da política" ou em "ativismo judicial" tendo por padrão uma teoria normativa da política que se apoia em uma concepção bastante particular da separação de poderes em um Estado de direito. Dessa perspectiva, embora aparentem ser ideias bastante diferentes entre si, "judicialização da política" e "ativismo judicial" são como lados de uma mesma moeda, de um mesmo processo visto ora da perspectiva da política que seria "invadida" pela lógica judicial, ora da perspectiva do próprio "invasor". Nesse caso, a ligação entre os dois momentos está posta em uma



visão em que o Legislativo deve ser o centro vivo de um Estado Democrático de direito, tanto a sede por excelência da política quanto seu real ativista. (NOBRE & RODRIGUES, 2011, p. 122)

Nessa conjectura, a Judicialização da política seria fenômeno de ruptura com a visão clássica de atribuição de neutralidade política ao exercício da função típica judicial pelo Poder judiciário. Dando seguimento a essa ruptura com a visão clássica do direito e seus efeitos, Maciel e Koerner (2002), discutindo o projeto de Tate e Vallinder (1996), destacam que a judicialização da política (bem como a politização da justiça, que significa a mesma coisa para os para os autores) indicaria:

os efeitos da expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas. Judicializar a política, segundo esses autores, é valer-se dos métodos típicos da decisão judicial na resolução de disputas e demandas nas arenas políticas em dois contextos. O primeiro resultaria da ampliação das áreas de atuação dos tribunais pela via do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas, baseado na constitucionalização de direitos e dos mecanismos dos *checks and balances*. O segundo contexto, mais difuso, seria constituído pela introdução ou expansão do *staff* judicial ou de procedimentos judiciais no Executivo (como nos casos dos Tribunais ou juízes administrativos) e no Legislativo (como é o caso das Comissões Parlamentares de Inquérito). (Maciel e Koerner, 2002, p. 18)

Do mesmo modo que o autor, abordamos neste estudo, portanto, um conceito amplificado de judicialização da política, a fim de nos reportarmos a esse fenômeno querendo pronunciar o afrouxamento dos limites do sistema judicial e as implicações desse fato nos processos políticos – uma vez que a experiência empírica da judicialização da política no Brasil se não traduz apenas a ideia de que o fenômeno trouxe “uma ampliação das possibilidades de materialização de novos direitos sociais através da utilização de mecanismos judiciais”, mas também abrange “um processo no qual o deslocamento de lutas sociais e disputas políticas para a arena judicial representa muitas vezes um recurso de setores sociais e econômicos dominantes no sentido de interditar processos de luta política” (NUÑEZ, 2010, p. 179).

Porém, não se pode deixar de observar os paradoxos desse processo. Segundo Santos (2011, p. 66-67), nessa judicialização da política, também, “o sistema judicial torna-se uma ferramenta estrategicamente utilizada pelos grupos em disputa e partidos políticos para frear ou vetar a implementação da agenda política governamental ou dos grupos políticos majoritários”,





num processo de transferência de legitimidade em que as perspectivas instituídas em torno do judiciário são, em si, nascente de problemas, quando o Poder não corresponde aos anseios sócio democráticos e serve a interesses oligárquicos – deixando cidadãos à mercê das desigualdades, violências, arbitrariedades e extremismos criados pelo próprio sistema social (o qual é voltado a interesses econômicos).

Assim, a visão do Judiciário como peça angular no desenvolvimento democrático é apenas uma das formas de ver a influência desse Poder na política democrática. Como já fora brevemente mencionado, a intervenção da política no Judiciário também pode ser um meio de óbice ao incremento de uma “Democracia efetivamente abarcante”. Núñez (2010) salienta, nessa esteira, que o Judiciário pode suprimir a efetivação de políticas e coibir a ação de movimentos contra a o poder social dominante, destacando que “a judicialização da política pode significar também um bloqueio do exercício democrático de questionamento da ordem existente”, levando-se a identificar a instituição do Judiciário como um recurso seguramente usado por setores sociais hegemônicos para obstar a disputa política:

Diversos autores, e mais do que eles, os próprios atores sociais envolvidos nos processos políticos em curso, vem identificando um movimento no qual o campo do direito vem se convertendo em um mecanismo auxiliar no sentido de contenção das ações políticas voltadas para a ampliação dos direitos de setores sociais subalternos. Este processo se caracteriza pela utilização de instrumentos legais no sentido de bloquear lutas sociais voltadas para a ampliação de direitos, sejam eles no campo da Reforma Agrária, pela Reforma Urbana ou por salários e condições de trabalho. Mais do que isto, o recurso à arena judicial permite uma identificação dos movimentos sociais e de suas demandas como ameaças à própria democracia, permitindo a mobilização do poder coercitivo do Estado contra estes movimentos. (NÚÑEZ, 2010, p. 180)

Nesse paradoxo, atualmente, no Brasil, não é possível avaliar com precisão o impacto desses processos de judicialização da política na democracia brasileira, no que diz respeito: (1) a maior ou a menor abertura aos grupos sociais assumirem-se como participantes efetivos da política no espaço público jurisdicional; (2) de consolidarem seus direitos alcançados ou alçarem novos direito por conta de uma hermenêutica jurídica contextualista e pragmática que amplie o sentido dos textos legais; e (3) da possibilidade de se tornar a jurisdição um importante espaço da esfera pública democrática e controlador dos arbítrios e mazelas na atuação dos



demais poderes públicos (legislativa e executivo). Pelas discussões em sentidos diametralmente opostos, não se pode chegar a uma conclusão minimamente pacífica sem perpassar as decisões proferidas pelos tribunais e extrair delas o significado do conteúdo do discurso (se propenso à manutenção do *status quo* hegemônico ou se pendente à abertura de maior espaço para a democracia e justiça às minorias sociais).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise tecida neste estudo percebe-se que as discussões desses processos de judicialização da política e da neutralização judicial servem como reflexão para aplicação aos casos concretos, pois embora a Judicialização da política seja a absorção pelo judiciário de questões tradicionalmente políticas e, portanto, comumente afetas, ou de competência, dos Poderes essencialmente políticos: Legislativo e Executivo, os movimentos sociais clamam cada vez mais por decisões justas e equilibradas, trazendo a tona o que seria devidamente eficaz.

O perfil da judicialização da política no Brasil pode ser visto como um elemento que implica em decisões, por vezes, injustas, devido a confusão que ocorre entre direito e justiça e entre direito e estado. Dessa forma, a positivação pura do direito, que enseja a legitimidade absoluta das normas e decisões postas pelo Estado, acaba por gerar prejuízos para a sociedade, que postula e espera alcançar através do judiciário uma decisão justa.

Por outro lado, a segurança proporcionada através da eliminação do arbítrio, não corresponde a justiça aclamada pela sociedade. Diante da aplicação do direito de forma fixa e previsível, se está diante de uma situação em que justiça e segurança colocam-se em posições contrastantes, não sendo possível a permanência das duas.

Observa-se, portanto, na atualidade, uma necessidade da existência de discussões que constituam uma nova perspectiva de reflexão em que a sociedade esteja inserida não somente como mero objeto a ser observado, mas como parte integrante da realidade e buscando novas formulações de propostas concretas e pacíficas que justifiquem a aplicação do direito de forma justa.

Quando se está diante de processos judiciais que visam a proteção do patrimônio cultural também se encontra presente e necessária uma discussão acerca da judicialização da



política e a neutralização do judiciário, pois temos decisões judiciais em que há um conflito constante de interesses que acabam dar a prevalência política em detrimento das legislações vigentes em determinada época.

A preservação dos bens culturais de determinada localidade vai ser influenciada pela aceitação dos indivíduos de que tal bem é relevante para a sociedade ou não. Os indivíduos que compõe uma sociedade são capazes de permitir a preservação de um bem, pois este tem um valor diferenciado para os cidadãos que fazem parte de uma localidade. Desse modo, também cabe refletir que o patrimônio cultural é uma categoria de conflitos, pois, primeiramente, os indivíduos, representados pela sociedade, traçam disputas para valorar um bem, definindo-o como patrimônio cultural. Após obterem essa valoração, seguem na luta pela preservação desse bem, oportunidade em que surgem as disputas políticas e judiciais em busca da proteção do bem.

É de se notar que, inclusive nas discussões relacionadas a proteção do patrimônio cultural internacional entre os países do Mercosul o judiciário encontra-se “neutro” perante as necessidades sociais da atualidade, dando margem a prevalência de acordos políticos para se dar início à preservação do patrimônio, pois estes se deparam com conflitos entre os países que discutem a preservação do bem, principalmente, quando se trata de um patrimônio localizado em fronteiras, onde as disputas por interesses locais são grandiosas. Desse modo, pode ser citado o patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, fronteira com o Uruguai, onde se encontra localizado um patrimônio binacional e que foi e é objeto de constantes discussões políticas na busca pela preservação do bem.

Assim, foi abordado neste estudo, um conceito amplificado de judicialização da política, sendo constatado que ainda não há um consenso acerca do assunto, pois a neutralização do judiciário perante as discussões político-sociais, restringindo sua atuação somente nas questões reguladas em leis e em políticas públicas, afastariam a sociedade do mundo jurídico, tornando o judiciário inerte diante de situações de relevância social. Por outro lado, nem somente da utilização do judiciário através da aplicação das leis, seria possível assegurar uma proteção plenamente eficaz para a proteção do patrimônio cultural de fronteira existente em países do Mercosul, uma vez que, entre estes países, atualmente, é predominante a utilização de acordos e acertos políticos para o alcance da preservação do patrimônio cultural.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARNIO, Aulis. *Derecho, Racionalidad y Comunicación Social – Ensayos sobre Filosofía Del Derecho*. Distribuciones Fontamara, México: 1995;

ALBERNAZ, Renata O. *O Existencialismo e o direito*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2014.

\_\_\_\_\_. *A delimitação de formas de juridicidade no Pluralismo Jurídico: a construção de um modelo para a análise dos conflitos entre e o direito afirmado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a juridicidade estatal no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 2008.

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Tradução de Ernesto Garzón Valdéz. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BARBOSA, Edgard Fernando. Segurança Jurídica e Justiça. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, vol. 36, 2001. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/32952/32141>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2011;

BARCELLOS, Ana Paula. *Ponderação, Racionalidade e Atividade*. Editora Renovar, Rio de Janeiro: 2005;

BARROSO, Luís Roberto. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*. Cadernos [SYN] THESIS 5.1 (2012): 23-32. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/synthesis/article/view/7433>>

BENVINDO, Juliano Zaiden. *Racionalidade Jurídica e Validade Normativa – Da metafísica à reflexão democrática*. Editora Argymentvm, Belo Horizonte: 2008.

CARVALHO, Amilton Bueno de. *Magistratura e direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Para Entender Kelsen*. Editora Saraiva, Ed. 4., São Paulo: 2007;

FAVOREU, Louis. *Los Tribunales Constitucionales*. Barcelona: Ariel, 1994.

FERNANDEZ, Atahualpa; FERNANDEZ, Marly. *Direito Natural e Positivismo Jurídico: Justiça, Segurança e Interpretação Jurídica*. Revista Jus Vigilantibus, 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24768/2>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2011;

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Editora Vozes, Ed. 5, Petrópolis: 2003;



HABERMAS, Jürgen. *Dialética e Hermenêutica. Para uma Crítica da Hermenêutica de Gadamer*. Editora L&PM, Porto Alegre: 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*. Vol. I. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 1997.

HELLER, Herman. *Teoria do Estado*. Editora Mestre Jou, São Paulo: 1968;

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Editora Martins Fontes, 6ª Ed., São Paulo: 1998.

LAURIS, Élide. Entre a neutralidade política e a responsabilidade social: os dilemas de afirmação da independência judicial no Estado moderno. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 6: 2. pp. 233-276, jul./dez. 2011

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova*. 57 (2002): 113-133.

NOBRE, Marcos; RODRIGUEZ, José Rodrigo. "Judicialização da política": déficits explicativos e bloqueios normativistas. *Novos estudos CEBRAP* [online]. 2011, n.91, pp. 05-20. ISSN 0101-3300. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000300001>>. Acessado em 10. Fev. 2014.

NÚÑEZ, Tarson. *A Judicialização da Política e a Criminalização dos Movimentos Sociais no RS*. Disponível em [http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/a\\_judicializacao\\_da\\_politica\\_e\\_a\\_criminalizacao\\_dos\\_movimentos\\_sociais\\_no\\_rs\\_tarson\\_nunez\\_2010.pdf](http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/a_judicializacao_da_politica_e_a_criminalizacao_dos_movimentos_sociais_no_rs_tarson_nunez_2010.pdf)

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Amorim de. Garantias da magistratura e independência do Judiciário. *Themis: Revista da ESMEC*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 277-286, 2000.

PAPINEAU, David; tradução de Maria da Anunciação Rodrigues e Eliana Rocha. *Filosofia*. Publifolha, São Paulo: 2009;

RIBEIRO, Darci Guimarães; SCALABRIN, Felipe André. O papel do processo na construção da democracia: para uma nova definição da democracia participativa. *Revista do Direito*, p. 113-127, 2010. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/561>. Acessado em 03. Fev. 2014.

ROCHA, José de Albuquerque. *Estudos sobre o Poder Judiciário*. São Paulo: Malheiros, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Bifurcação na justiça. *Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)*, v. 1, n. 1, 2008.



SANTOS, Boaventura de Souza. *Para Uma Revolução Democrática Da Justiça*. Disponível em <[http://72.29.69.19/~ejal/images/stories/arquivos/RevDemJust\\_FEV2011.pdf](http://72.29.69.19/~ejal/images/stories/arquivos/RevDemJust_FEV2011.pdf)>. Acessado em 18 de Nov. 2013.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) Crise*. Uma exploração hermenêutica da construção do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

TEIXEIRA, João Paulo Allain Teixeira. *Racionalidade das Decisões Judiciais*. Editora Juarez de Oliveira, São Paulo: 2002.

VERBICARO, Loiane Prado. Judicialization of politics in Brazil. *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2, p. 389-406, 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322008000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322008000200003&script=sci_arttext). Acessado em 10 Fev. 2014.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezesete anos de judicialização da política. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, Nov. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 06 Fev. 2014.





## **JUSTIÇA RESTAURATIVA: É POSSÍVEL A INVERSÃO DA VINGANÇA PELA ALTERIDADE NAS RELAÇÕES QUEBRADAS PELO DELITO?**

MIRANDA, Andrea Tourinho Pacheco de

*Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*

*Doutoranda na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA)*

*Aluna da Pós-graduação do Curso Master Internacional de Segurança Pública da Universidade do*

*Estado da Bahia/UNEB em parceria com Università Degli Studi di Pádova*

*Professora de Direito Penal da Faculdade Ruy Barbosa-Devry Brasil, em Salvador, Bahia.*

*Defensora Pública*

*andreatourinho@gmail.com*

253

### **RESUMO**

O ordenamento jurídico penal brasileiro sempre foi marcado pelo sentido retributivo da pena, e o desejo de vingança constitui-se uma característica típica desse tipo de processo penal. Ocorre que, mesmo com a execução da pena e a ideia equivocada por parte da vítima de que a justiça foi alcançada com a sentença condenatória, as relações quebradas em razão do delito nunca favoreceram subjetivamente à vítima. Com o procedimento da justiça restaurativa, já adotado em alguns tribunais no Brasil os resultados são mais benéficos em relação ao procedimento formal. Esse programa, denominado de *Justiça Restaurativa* ou *Justiça para o Século XXI*, tem como objetivo ajudar a diminuir o ressentimento de quem sofreu a violência, reparando o dano ou restaurando as relações entre vítimas, familiares e ofensor, para que a partir de do encontro, as pessoas envolvidas no conflito possam dar continuidade a suas vidas de maneira menos aflitiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça restaurativa-Justiça para o século XXI-Encontro.

### **ABSTRACT**

The Brazilian criminal law has always been marked by retributive sense of worth, and the desire for revenge. It is a typical characteristic of this type of criminal proceedings. It turns out that, even with the execution of the sentence and the mistaken idea by the victim that justice was achieved with the sentence, relations broken because the offense never favored the victim subjectively. With the procedure of restorative justice, as adopted in some courts in Brazil the results are more beneficial in relation to the formal procedure. This program, called Restorative Justice or Justice for the Twenty-First Century, aims to help reduce the resentment of those who suffered violence, repairing the damage or restoring the relationship between victims, family and offender, so that from the meeting, people involved in the conflict can continue their lives less distressing way.

**KEYWORDS:** Restorative justice- Justice for the twenty-first century- Meeting.



## I-INTRODUÇÃO

O sentido retributivo da pena, e o desejo de vingança constitui-se característica do processo penal hodierno, vale dizer que mesmo com a execução da pena e a ideia equivocada por parte da vítima de que a justiça foi alcançada com a sentença condenatória, no tocante ao melhoramento do indivíduo e das relações quebradas em razão do delito, estas nunca foram realmente efetivadas.

O rancor, o ódio, a sensação de impotência, o medo de passar pela mesma situação, além de outros sentimentos negativos derivados da ação criminosa, persistem em cada pessoa que foi vítima de infração, principalmente com a falta de exposição dos sentimentos por parte dos afetados. Não existe um trabalho do ponto de vista subjetivo, para uma melhora do trauma resultante do delito.

De igual maneira, na mente dos agressores a conscientização sobre as consequências do delito tampouco produzem algum efeito positivo em suas vidas, no atual sistema penal. Quantos ofensores realmente refletiram realmente sobre os danos causados por sua ação? Quantos foram capazes de se imaginar no lugar da pessoa ofendida? A justiça restaurativa, como prática aderente ao poder judiciário, é capaz de proporcionar à vítima a oportunidade de ser ouvida pelo criminoso, além de impulsionar ao ofensor a reflexão sobre sua ação.

Essa experiência mostra que esse procedimento, já adotado em alguns tribunais no Brasil, como técnica judicial ou extrajudicial, demonstra que os resultados são mais benéficos em relação ao procedimento formal na esfera penal.

A Justiça restaurativa teve sua origem na Nova Zelândia, através de tradições indígenas, com a tribo *maoris*, a partir de um problema que envolvia direito e tradição cultural, com a reivindicação dos anciãos indígenas pertencentes a tribo *maori*, que se manifestaram contra o alto nível de encarceramento dos jovens daquela comunidade, em relação ao encarceramento da população branca, buscando assim, uma solução mais adequada às tradições locais, em consonância com sua cultura.

Destarte, alguns integrantes da tribo *maoris* sugeriram que houvesse a aplicação de medidas socioeducativas aos jovens da tribo, as quais não implicassem no afastamento dos integrantes da sua comunidade. Desse impasse, nasceu a chamada Justiça Restaurativa da Nova



Zelândia – e a consequente aplicação do Círculo Restaurativo como modelo de pacificação de conflito no âmbito da justiça juvenil daquele país.

Para equilibrar cultura e direito, então foi editado o *Children, Young Persons and Their families Act*, pelo qual a família passou a ser instância privilegiada na tomada de decisões quanto às consequências derivadas da prática do ato infracional do jovem, realizado através do Círculo Restaurativo.

Do Círculo Restaurativo, resultaram os acordos que estipularam responsabilidades mútuas dos envolvidos, incluindo desde a reparação do dano, como também a restituição de bens, a prestação de serviços à comunidade, a frequência a determinados cursos ou palestras, participação em atividades escolares complementares, sempre com a finalidade de atender às necessidades individuais e coletivas de todas as partes

Esse programa, denominado de *Justiça Restaurativa ou Justiça para o Século XXI*, já existe há décadas em muitos países, e tem como objetivo ajudar a diminuir o ressentimento de quem sofreu a violência, reparando o dano ou restaurando as relações entre vítimas, familiares e ofensor, para que a partir de do encontro, as pessoas envolvidas no conflito possam dar continuidade a suas vidas de maneira menos aflitiva.

O encontro pode ser também, uma maneira de impedir que o desejo de vingança provoque uma reverberação da violência, podendo seus efeitos produzirem um resultado menos doloroso e mais satisfatório para os envolvidos no conflito. Adotada na Nova Zelândia, Inglaterra, Austrália, Canadá, África do Sul, Colômbia e Estados Unidos, a Justiça Restaurativa é recomendada pela Organização das Nações Unidas, sendo comprovado que o índice de reincidência entre os que participam do projeto é aproximadamente 27% menor que o dos demais delinquentes, proporcionando também aos operadores do direito a consciência para uma cultura de paz por parte das Instituições destinadas a promover a justiça.

## 2. O QUE É JUSTIÇA RESTAURATIVA?

Como já assinalada anteriormente, a justiça restaurativa é uma resposta evoluída ao crime que respeita a dignidade e igualdade das pessoas, gera compreensão e promove a harmonia social recuperando vítimas, infratores e comunidades.



Esta abordagem permite que pessoas afetadas pelo crime possam compartilhar abertamente seus sentimentos e experiências e visa atender suas necessidades. Nesse entendimento, o encontro entre vítima e ofensor é benéfico para ambos os lados, já que a alteridade é pressuposto para que os envolvidos na relação possam expor seus sentimentos, colocando-se no lugar do outro. Com a oportunidade de trocarem experiências sobre o crime, permite-se uma maior reflexão para que se possa restaurar as relações quebradas pelo delito.

Com o encontro, “cara a cara”, pode-se obter a reparação para as vítimas, ao mesmo tempo em que estas podem sentir-se mais seguras para celebrarem um acordo, permitindo-se que o ofensor adquira uma nova percepção sobre as causas e efeitos de seu comportamento, passando assim, a assumir responsabilidades. É a consciência pela ação, um agir de modo significativo. Da mesma forma, com a alteridade, permite-se que a comunidade, representada por um líder ou pessoa que de alguma forma tem ligação com o delito, possa compreender as causas geradoras do crime, resgatando a condição de pertencimento, perdida pelo ofensor. De um modo mais profundo, promove o bem-estar social e prevenção do crime, situando o ofensor àquela comunidade.

É bom salientar que a justiça restaurativa dá origem a diversas medidas flexíveis em sua adaptação a sistemas de justiça criminal, levando em consideração circunstâncias legais, sociais e culturais dos envolvidos.

Um “Programa de justiça restaurativa”, significa qualquer programa que use processos restaurativos e busque obter resultados restaurativos e, “Processo restaurativo” significa qualquer processo onde a vítima e o infrator, participem conjunta e ativamente na resolução dos problemas decorrentes do crime, em geral com a ajuda de um facilitador. O processo restaurativo pode incluir a mediação, conciliação ou círculo restaurativo.

“Resultado restaurativo” significa um acordo obtido como resultado de um processo restaurativo. Resultados restaurativos incluem respostas e programas como reparação, restituição e serviço comunitário, visando atender necessidades individuais e coletivas e responsabilidades das partes e alcançar a reintegração da vítima e do infrator.

“Partes” significa a vítima, o infrator e quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados pelo crime que possam estar envolvidos em um processo restaurativo.

“Facilitador” significa uma pessoa cujo papel é facilitar, de modo imparcial e justo, a participação das partes no processo restaurativo.



Os programas de justiça restaurativa podem ser usados em qualquer estágio do sistema de justiça criminal, e em muitos Tribunais de Justiça já existe a institucionalização da Justiça Restaurativa, através de decreto, onde formaliza a realização do procedimento, em conjunto com uma equipe interdisciplinar. A vítima e o infrator devem concordar voluntariamente em participar do procedimento em qualquer estágio do processo.

A participação do infrator não pode ser usada como prova de admissão da culpa em processos legais subsequentes, bem como as diferenças culturais entre as partes, devem ser consideradas em cada caso em um processo restaurativo. Se o processo restaurativo não for adequado ou possível, o caso deve ser entregue às autoridades da justiça criminal, que deverá tomar a decisão correta. Uma vez celebrado o acordo restaurativo, a autoridade judicial deve possibilitar que o infrator assuma a responsabilidade perante a vítima e as comunidades afetadas, que por sua vez, deverá apoiá-lo e reintegrá-lo à comunidade.

Os Estados-Membros devem criar diretrizes e padrões, com a autoridade legislativa para promover programas de justiça restaurativa. Tais diretrizes e padrões devem respeitar os princípios básicos estabelecidos no presente instrumento e tratar, entre outros:

- (a) Das condições para o envio de casos a programas de justiça restaurativa;
- (b) Do tratamento de casos após o processo restaurativo;
- (c) Das qualificações, treinamentos e avaliação de facilitadores;
- (d) Da administração de programas de justiça restaurativa;
- (e) De padrões de competência e normas de conduta que regem o funcionamento de programas de justiça restaurativa;
- (f) A vítima e o infrator devem ter o direito de receber aconselhamento jurídico, de acordo com a lei nacional, sobre o processo restaurativo e, se necessário, sua tradução e/ou interpretação. Menores devem, além disso, ter o direito à assistência de pais ou responsáveis;
- (g) Antes de concordar em participar de um processo restaurativo, as partes devem ser integralmente informadas sobre seus direitos, sobre a natureza do processo e as possíveis consequências de suas decisões;
- (h) Nem a vítima nem o infrator devem ser coagidos ou induzidos por meios desleais a participar de processos restaurativos ou a aceitar os resultados restaurativos;



- (i) As discussões sobre processos restaurativos que não são realizadas em público devem ser confidenciais e não podem, conseqüentemente, ser reveladas exceto se houver o consentimento das partes ou for exigido pela lei nacional;
- (j) Os resultados de acordos decorrentes de programas de justiça restaurativa devem, se apropriado, ser supervisionados ou incorporados a decisões judiciais ou julgamentos. Sempre que isso ocorrer, o resultado deve ter o mesmo valor de qualquer decisão ou julgamento e deve extinguir o processo a respeito dos mesmos fatos.

Se não houver nenhum acordo entre as partes, o caso deve ser devolvido ao processo de justiça criminal. O insucesso na implementação de um acordo feito no decorrer de um processo restaurativo deve ser devolvido ao programa restaurativo ou, se exigido por lei interna, ao processo da justiça criminal, tendo os facilitadores o dever de cumprir seus deveres de modo imparcial, com o devido respeito à dignidade das partes, respeitando seus direitos e garantias fundamentais.

Os Estados-Membros devem considerar a formulação de estratégias e políticas nacionais visando o desenvolvimento da justiça restaurativa e a promoção de uma cultura favorável ao uso da justiça restaurativa entre agentes responsáveis pela aplicação da lei, judiciais e sociais, assim como de comunidades locais.

Os Estados-Membros, juntamente com a sociedade civil, devem promover a pesquisa e a avaliação de programas de justiça restaurativa, dando ênfase aos modelos que lograram êxitos, para servirem como suporte legislativo, já que a justiça restaurativa é um instituto que está em fase de construção.

Os Estados-Membros devem incentivar avaliações de programas do País e a modificação regular de tais programas. Os resultados da pesquisa e da avaliação devem guiar o posterior desenvolvimento de políticas e programas.

### **3. É POSSÍVEL O ENCONTRO VÍTIMA E OFENSOR? A ALTERIDADE PARA SE REFLETIR SOBRE A INFRAÇÃO COMETIDA**

Na busca de tentativas no sentido de desviar os impulsos agressivos do homem, num entendimento subjetivo poderíamos supor que nada mais seria capaz de unir os homens de





forma tão completa e firme do que subordinar a vida instintual ao domínio da razão, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais. (FREUD, 1933/1987) – fator que, inclusive, determina a existência de certa limitação no alcance das ações de natureza educativa.

Nesse diapasão, concluímos que o surgimento dos vínculos e laços emocionais entre os membros de um grupo são a verdadeira fonte de sua força e aprimoramento pessoal. Numa palavra: além da força coercitiva da violência, e das demais subjugações aos instintos impostas pelo processo civilizatório, os laços emocionais também são fundamentais para uma comunidade se manter unida (FREUD, 1933/1987).

Nesse sentido psicanalítico, alicerçado no pensamento Freudiano, o ato de compreender os inimigos é fundamental para que se possa suportar com maior facilidade o desapontamento que causaram, pois desse modo as exigências em relação a eles serão muito mais modestas.

O compartilhamento de interesses importantes, é um tipo de vínculo emocional que produz comunhão de sentimentos; é a alteridade tão significativa para se chegar a um entendimento. Contrapor os impulsos agressivos aos seus antagonistas é então um importante método a ser adotado nos procedimentos que visam à pacificação (FREUD, 1933/1987).

Essas elaborações são de grande relevância para a presente escrita principalmente por considerarmos o círculo restaurativo enquanto campo horizontal de circulação da palavra, onde sujeitos não são representados, mas estão presentes e em relação uns com os outros, diferentemente da lógica vertical e onipotente própria de um julgamento tradicional.

A nova ordem estabelecida entre os irmãos após o parricídio e o decreto da proibição do assassinato demonstra a “importância da alteridade como condição do fundamento dos laços sociais” (FUKS, 2009, p. 46).

O crime compartilhado permitirá o aparecimento das diferenças, intensificando os laços fraternos e exigindo a produção de um ideal coletivo. A elaboração e reparação da culpa pelo parricídio podem dar-se na forma da constituição de ideais que representem o pai morto, ideais esses sustentados por uma ilusão compartilhada, o que atribui um caráter coletivo ao ato. No entanto, como o individualismo moderno promoveu o recalque do caráter coletivo daquilo que determina nossos atos, é justamente essa lembrança que precisa ser recuperada para que se restaure a confiança dos sujeitos no laço social (KEHL, 2010). Nesse sentido, as experiências compartilhadas com os irmãos permitem a produção de um campo horizontal de identificações entre os semelhantes, onde se substitui a ilusão identitária por um campo identificatório



diversificado, no qual o sujeito está livre da exigência narcísica de ser sempre idêntico a si mesmo. Isso é a real função da alteridade no círculo restaurativo.

Nessa circulação horizontal que o indivíduo se torna criador de linguagem, capaz de trocaram experiências identificáveis nos sujeitos. (KEHL, 2010).

A circulação horizontal seria então um tipo de vínculo social em que a transmissão de saberes e experiências, a produção discursiva, a criação de fatos sociais relevantes e instâncias intermediárias de poder se dá preferencialmente no campo dos encontros e embates entre semelhantes, e a submissão voluntária aos discursos de autoridade é relativizada inclusive pela própria multiplicidade de enunciados de saber (KEHL, 2010, p. 28).

Qualquer estratégia contra a intolerância só pode emergir no campo da ética do outro, e o antídoto contra o traço humano compulsivo e inextinguível de destruir, humilhar e agredir ao outro é manter sempre acesa a chama do desejo de construir a vida. Se houver um lugar específico para a psicanálise na cultura será o de “convocar a responsabilidade do sujeito pelo outro” (FUKS, 2009, p. 50).

A importância de um compartilhamento denota a particularidade do lugar do outro, este que é condição *sine qua non* na direção de processos de elaboração psíquica que podem ser facilitados em um encontro. Só através de nos colocarmos no lugar do outro, poderemos compreender que todas as ações podem ser realizadas em situações semelhantes, e em ocasiões específicas.

Com o Círculo Restaurativo, pode-se estabelecer regras de convivência, para que depois se celebrem um acordo de paz. Essa prática restaurativa é semelhante à mediação vítima-infrator, mas, diferentemente daquela, envolve um conjunto de pessoas que, de alguma maneira, possuem uma relação com os envolvidos no processo, como: familiares, grupos comunitários, polícia, serviços sociais, integrantes da escola, como alunos e professores, os quais procuram demonstrar ao ofensor a preocupação para com ele, fazendo-o refletir sobre seus atos. É nesse âmbito que se fundamenta o verdadeiro conceito restaurativo – originário de *reintegrative shame*, ou vergonha reintegradora, em oposição a *disintegrative shame*, traduzido em vergonha desintegradora ou estigmatização – como bem assinala John (BRAITHWAITE, 2002).

Com essa técnica, o jovem ofensor é exposto à censura da comunidade, que denuncia a sua conduta como inaceitável, fazendo-o assumir o compromisso da reparação. Esse



procedimento vem sendo utilizado na justiça juvenil, em cuja instância o Estado deve intervir corretivamente, de uma forma educativa, permitindo ao menor desenvolver a sua personalidade de forma essencialmente responsável.

De igual maneira, o Círculo Restaurativo pode se constituir importante instrumento nas mãos do docente, em escolas que apresentem alto índice de vulnerabilidade, práticas de atos infracionais e na prevenção do *Bulling*, favorecendo uma melhoria do ambiente e das relações nas salas de aula, bem como nas do gestor escolar na busca por prevenir e restaurar situações conflituosas e de violência gerados ou desembocados no espaço escolar.

Além dos benefícios como a melhoria comportamental e do desempenho dos alunos, a diminuição do nível de estresse entre os membros da escola, a oportunidade de trabalhar a autonomia dos alunos e o protagonismo juvenil, tal instrumento propicia aos estudantes vivenciarem a prática do exercício da cidadania, onde possuem vez, voz e possibilidade de participar ativamente na resolução dos seus próprios problemas.

Tal objetivo pode ser alcançado através da implantação de um projeto de mediação escolar em seu sentido amplo, e não apenas com a prática dos círculos, que pelos princípios que os norteiam tentam incluir toda a equipe docente e de funcionários da escola, juntamente com os alunos, na reflexão e discussão por caminhos de mudança que visam pelo reconhecimento das diferenças e pelo respeito ao outro o estabelecimento de uma escola mais segura e de uma cultura de paz.

## II- CONCLUSÃO

No âmbito da justiça restaurativa, há duas características principais inerentes ao processo de encontros de reintegração bem-sucedidos (BRAITHWAITE, 2002). Em primeiro lugar, para alcançar uma reintegração bem-sucedida, o processo de encontro deve contar com a presença e participação da comunidade de apoio ao ofensor e a vítima.

Em segundo lugar, o processo de vergonha requer que o ato danoso seja confrontado pela vítima e pelo ofensor dentro desta comunidade de apoio. Em outras palavras, o processo separa a pessoa que cometeu um ato ilícito, deixando claro para o ofensor que, embora seu comportamento não seja aprovado pela comunidade, este indivíduo será tratado com respeito.



Essa é a conclusão da teoria que fundamenta a denominada “vergonha reintegrativa”, a partir do respeito ao outro, podendo emergir desse encontro, um processo de perdão ou reconciliação.

Para finalizar, vale salientar que quando o ofensor reconhece a vergonha e assume responsabilidades em razão de sua ação, os vínculos sociais se reforçam e os indivíduos participando em processos restaurativos pensam num futuro, onde o recalque, o ódio e os sentimentos negativos são dissolvidos, pois há uma base teórica estabelecida em que a vergonha desempenha um papel importante na reparação dos vínculos sociais.

### III- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CARVALHO, Salo de. *A Crise do Processo Penal e as Novas Formas de Administração da Justiça Criminal*. Porto Alegre: Notadez, 2006.

BARATTA, A. (2002). *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia.

BARRENECHEA, M. A. de. (2004). “O aristocrata nietzschiano: para além da dicotomia civilização/barbárie”. In: LINS, D.; PELBART, P. P. (orgs.). *Nietzsche e Deleuze - Bárbaros, Civilizados*. São Paulo: Annablume.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Antonio Carlos Campana. São Paulo, José Bushatsky, 1978.

BERGALLI, Roberto. *Control Social Punitivo*. Barcelona, M. J. Bosch, 1996.

BIRMAN, J. (2009). *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BONAFÉ-SCHMITT, Jean Pierre. *Justice réparatrice et médiation pénale : vers de nouveaux modèles de régulation sociale ?* Paris: L’Harmattan, Collection Sciences Criminelles, 2003.

BRAITHWAITE, John. *Crime and Justice*. University of Chicago, 1999 - Restorative Justice and Responsive Regulation, Oxford University Press, New York, 2002.

BRANCHER, Leoberto; SILVA, Susiáni. *Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas: Semeando a Justiça e Pacificando Violências*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CARVALHO, Salo de. *Considerações sobre as incongruências da justiça penal consensual: retórica garantista, prática abolicionista. Diálogos sobre a justiça dialogal*. Salo de Carvalho e Alexandre Wunderlich (org.). Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2002.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.



CERVINI, Raul. *Os processos de descriminalização*. 2. ed. rev. da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

COSTA, J. F. (2003). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª Ed.

DOTTI, René Ariel. “*Conceitos e distorções da Lei 9.099/95*”. *Juizados Especiais Criminais: Interpretação crítica*. São Paulo, Malheiros, 1997.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FERREIRA, Francisco Amado. *Justiça Restaurativa: Natureza. Finalidades e Instrumentos*. Coimbra: Coimbra, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 26ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREUD, S. (1913/1987). “Totem e tabu”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2.ed., v.XIII. Rio de Janeiro: Imago.

\_\_\_\_\_. (1915/1987). “Reflexões para os tempos de guerra e morte”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2.ed., v.XIV. Rio de Janeiro: Imago.

\_\_\_\_\_. (1921/1974). “Psicologia das massas e análise do eu”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2ed. Rio de Janeiro: Imago.

\_\_\_\_\_. (1930/2010). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.

\_\_\_\_\_. (1933/1987) “Por que a guerra?” In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2.ed. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago.

GERBER, Daniel; DORNELLES, Marcelo Lemos. *Juizados Especiais Criminais Lei n.º 9.099/95: comentários e críticas ao modelo consensual penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

HULSMAN, Louk e CELIS, Jaqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Trad. Ephraim Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

JACOBY, R. (2007). *Imagem imperfeita: Pensamento utópico para uma época antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JUNG, Carl Gustav. *O Eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 1987.



KARAM, Maria Lúcia. *Juízados Especiais Criminais: a concretização antecipada do poder de punir*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

KEHL, M. R. (2004). *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

\_\_\_\_\_. (2010) “Existe uma função fraterna?”. In: *Ato e transgressão*. Correio da APPOA, Porto Alegre, n. 189, abr.

KONZEN, Afonso Armando. *Justiça Restaurativa e Ato Infracional: Desvelando Sentidos no Itinerário da Alteridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LEITE, André Lamas. *A Mediação Penal de Adultos: um novo paradigma de justiça?: análise crítica da lei n. 21/2007, de 12 de junho*. Coimbra: Editora Coimbra, 2008.

MULLER, Jean Marie. *Não-violência na educação*. Trad. de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Atenas, 2006.

NETO, A. N. (1997). “Violência e Ressentimento: Psicanálise diante do Nihilismo Contemporâneo”. In: NETO, A. N.; et al. *Utopia e mal-estar na cultura: Perspectivas Psicanalíticas*. São Paulo: Hucitec.

NIETZSCHE, F. (2003). *Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. *A Vítima e o Direito Penal: uma abordagem do movimento vitimológico e de seu impacto no direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PRADO, Geraldo. “Justiça penal consensual”. *Diálogos sobre a Justiça dialogal*. Salo de Carvalho e Alexandre Wunderlich (org.) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

QUIRÓS, Constancio Bernaldo de. *La evolución de la pena -la ley de talion y sus equivalentes*. Buenos Aires, Vol. XXI, 1941, p.35.

READBRUCH, Gustav. *Filosofia do direito*. Coimbra: Armênio Amador Editor, 1961, v.II, p.97.

ROSA, Alexandre Morais da. *Introdução Crítica ao Ato Infracional - Princípios e Garantias Constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

\_\_\_\_\_. “Mediação e ECA: práticas e possibilidades”. In: SPENGLER, F. M.; LUCAS, D. C. (orgs.). *Justiça Restaurativa e mediação: Políticas Públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

SABADELL, Ana Lúcia. *Manual de Sociologia Jurídica: Introdução a uma Leitura Externa do Direito*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.





SALIBA, Marcelo Gonçalves. *Justiça Restaurativa e Paradigma Punitivo*. Curitiba: Juruá, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder- ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 1988.

SANZBERRO, Guadalupe Pérez. *Reparación y conciliación en el sistema penal- Abertura de una nueva via?* Granada: Comares, 1999.

SCURO NETO, Pedro. *Sociologia Geral e Jurídica: introdução à lógica jurídica, instituições do Direito, evolução e controle social*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão; Sá, Alvin August de (orgs.). *Criminologia e os Problemas da Atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

SICA, Leonardo. *Justiça Restaurativa e Mediação Penal - O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006.

\_\_\_\_\_; Catherine; VITTO, Renato Campos Pinto De; PINTO, Renato Sócrates Gomes (org.). *Justiça Restaurativa: Coletânea de artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005.

SOUSA, E. L. A. de. (2001). “Uma estética negativa em Freud”. In: *A invenção da vida: arte e psicanálise*. SOUSA, E. L. A. de; TESSLER, Elida; SLAVUTZKY, Abrão. Porto Alegre, Artes e Ofícios.

\_\_\_\_\_. (2007a). *Uma invenção da utopia*. São Paulo: Lumme.

\_\_\_\_\_. (2007b). “Escrita das utopias: litoral, literal, litoral”. In: COSTA, A.; RINALDI, D. (orgs.). *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. De Freud: UERJ, Instituto de Psicologia.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.

VEZZULLA, Juan Carlos. *A Mediação de Conflitos com Adolescentes Autores de Ato Infracional*. Florianópolis: Habitus, 2006.

WARAT, Luis Alberto. *Territórios desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade*. Vol. I. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.



WUNDERLICH, Alexandre; CARVALHO, Salo (org.). *Novos Diálogos sobre os Juizados Especiais Criminais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Trad. Vânia Romana Pedrosa e Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro, Revan, 1989.

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.



## MÚLTIPLOS CAMINHOS: FIRMANDO PARCERIAS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

SANTOS, Carmelita Nascimento

*Estudante de Mestrado do programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL*

*Integrante do grupo de estudo- NPEJI e GEFTHIN  
carmelitan@gmail.com*

267

### RESUMO

O presente estudo objetiva refletir sobre a importância da parceria entre a Escola/Família e órgãos de proteção à infância no município de Jaguaquara/BA, para combater a violência doméstica contra criança. Aborda o tema com a intenção de despertar para a gravidade e ampliar a discussão pensando nas formas de parceria como possíveis meios para enfrentamento. Discute-se a violência como relação de poder, as relações conjugais conflituosas e a parceria entre Família & Escola como condição primordial, juntamente com os órgãos de proteção, no combate a violência doméstica. Optou-se metodologicamente pela pesquisa descritiva, de cunho qualitativo e entrevista semiestruturada com a participação de uma conselheira Tutelar, dados do CREAS e 9 (nove) professores, analisando as subjetividades e ancorado em um estudo bibliográfico. Revela que a parceria é uma caminho no enfrentamento das situações problemas vivenciada pelos educandos, fazendo-se urgentes processos democráticos, dialógicos e interativos, como condições *sine-qua-non* no combate e proteção às crianças vítima de violência.

**Palavras-chave:** Violência. Parcerias. Família & Escola.

### ABSTRACT

This study analyzes the importance of partnership between the School / Family and child protection agencies in the county Jaguaquara / BA, to combat domestic violence against children. Addresses the topic with the intent to arouse the severity and broaden the discussion in ways of thinking partnership as possible means of coping. Discusses violence as a power relationship, conflicting marital relations and partnership between Family and School as a primary condition, along with reporting agencies, in combating domestic violence. We chose methodologically by descriptive research, qualitative nature and semistructured interviews with the participation of a counselor Guardianship, data CREAS and nine (9) teachers, analyzing the subjectivities and anchored in a bibliographical study. Reveals that the partnership is a way of coping in situations problems experienced by learners, becoming urgent democratic, dialogical and interactive processes, such as the *sine-qua-non* in combat and protection of children victims of violence

**Key-words:** Violence. Partnerships. Family & School.



## 1 INTRODUÇÃO

As violências são consideradas por psicólogos como empecilho para o crescimento integral e social de crianças e adolescente em consequência dos traumas físicos e psicológicos ao longo da vida. Frequentemente as agressões são justificadas pelos agressores, nos casos de espancamentos, como uma forma de educar e corrigir transgressões de comportamentos, não percebendo a violência que estão praticando e confundem espancamento com educação/disciplina. Também, podem ser decorrentes de conflitos conjugais, visto que estudos recentes mostram que a relação conflituosa de gênero acaba atingindo os filhos (OLIVEIRA, M. C.; BRITO, R, 2008), fato reafirmado em visita ao Conselho Tutelar do município de Jaguaquara-BA. Partindo dessas premissas, as causas e consequências no desenvolvimento integral da criança são bem variadas e preocupantes.

Ciente da problemática que se objetiva aqui refletir sobre a importância da parceria no combate à violência doméstica contra crianças. Trata-se de um estudo qualitativo que analisa a violência como relação de poder e a parceira como mecanismo para combater e/ou minimizar a violência contra crianças/educandos, tanto na casa quando na escola. A pesquisa foi realizada no município de Jaguaquara/BA, sobre o prisma de uma conselheira tutelar e de professores do referido município.

Justifica-se este estudo, visto que a violência impacta negativamente nos aspectos cognitivos, relacionais e comportamentais dos educandos, além de ser um ato desumano. A escola é um dos principais sinalizadores das violências sofridas pelas crianças e pode ser uma forte parceira da família e dos órgãos de proteção a criança. Ressaltando que não basta identificar, mas buscar soluções plausíveis para o combate ao fenômeno que afeta diretamente a educação, segunda instituição de convivência.

Percebe-se o quanto é preocupante e necessário de investigação, uma vez que eles existem, são notificados, divulgadas pelos meios de comunicação e logo esquecidos ou banalizados. Porém, a questão maior é: o que se tem feito para prevenir e amparar essas crianças? Está claro que o fato é um problema de saúde pública e as leis que estabelecem aos cidadãos seus direitos, precisam ser cumpridas frente à sociedade e a família (Estatuto da Criança e Adolescente, Constituição Federal, Declaração sobre os Direitos Humanos...)



A questão da violência é crescente e tem aprisionado o cidadão em suas casas, apartamentos e condomínios, porém as vivenciadas no *lôcus* de convivência, e aqui destaco as sofridas por crianças e adolescente no espaço domiciliar, independentemente da classe social que pertence é comum. A família deveria ser a principal protetora, ser exclusivamente o ambiente de amar e acolhimento. Implica dizer que neste contexto há um desequilíbrio familiar ou “família em desordem”, como bem afirma Roudinesco (2003). É uma questão que precisa de maior atenção, pois muitas das agressões são silenciadas e se refletem não apenas nas marcas deixadas no corpo, mais no psicológico, no emocional e no cognitivo, causando danos muitas vezes invisíveis e irreparáveis.

Alguns estudos revelam que muitas das crianças que sofreram os maus tratos, também já testemunharam os conflitos vivenciados, principalmente pelas mães nos conflitos conjugai. São relações permeadas por um convívio desarmônico que pode se arrastar por muitos anos. Há um consenso de que a violência é prejudicial aos laços familiares, especialmente para as crianças e uma violação aos direitos humanos ((DIAS, 2004; OLIVEIRA& CAVALCANTI, 2007; CAVALCANI & CARENIRO, 1012; OLIVEIRA & BRITO, 2008).

Percebe-se a necessidade de ampliar a discussão em torno da questão a fim de evitar a disseminação e os silenciamentos. A mobilização do cidadão e as parcerias dos diversos segmentos da sociedade podem ser plausíveis para prevenir as diversas formas de violências e não normatizá-las. Esse dialogo deve interessa a toda população e não apenas as pessoas diretamente envolvidas, sem apontar culpados, apesar de ser notório, os problemas de ordem econômica e social que contribui fortemente, mas dialogar e coletivamente buscar soluções. Além de refletir sobre a gravidade da questão, amplia-se a discussão em torno da violência como relação de poder e as parcerias como forma de combater a violência.

## **1 UMA RELAÇÃO DE PODER**

A violência é um fenômeno histórico e social que apresenta diversos contornos e perpetua-se não importando o nível de desenvolvimento de um povo. É sempre uma relação de poder, na qual um mais forte domina um mais fraco (FALEIROS, 1995). Assim, podemos dizer que o ato da violência forma uma teia que abarca a esfera estrutural (sistema social) e



interpessoal (doméstica, trabalho e amigos), afetando conseqüentemente todos os setores da sociedade e podendo transformar as vítimas em algozes Oliveira e Brito (2008).

Faz-se necessário, diante da atual conjuntura, questionar: a violência em nossos dias já é tão banal que as pessoas perderam a sensibilidade? Trazendo as contribuições de Arendt (1994) quando discute sobre “natureza”, mencionando os trabalhos desenvolvidos pelos zoólogos e demais ciências naturais para solucionar a charada da “agressividade” no comportamento humano, a mesma discorda e um dos seus posicionamentos é porque:

[...] tendem a considerar o comportamento violento como uma reação mais “natural” do que estaríamos dispostos a aceitar na ausência destas pesquisas. A agressividade, definida como um impulso instintivo desempenharia o mesmo papel funcional no âmago da natureza que os instintos sexual e nutritivo no processo vital do indivíduo e da espécie (ARENDRT, 1994, p. 38).

Apesar dos instintos naturais, afirma a autora, o que distingue o homem do animal é a razão, o homem como animal rationale (ARENDRT, 1994). Quando não se sabe fazer uso dessa razão, o homem pode tornar-se ainda mais perigoso, pois possui uma atividade mental complexa que pode ser usada para o bem ou para o mal. Embora o grau de violência em nossos dias venha desumanizando o homem, não significa que as ações tenham que se assemelhar a de animais. Mencionando ainda Arendt (1994, p. 39), “[...] mas a sua ausência conspícua que constitui o mais claro sinal de desumanização”. Portanto, é notória a necessidade de maiores reflexões, de posicionamentos, conscientizações para que a violência não seja o recurso a ser utilizados nas condições ultrajantes e muito menos visto como algo normal, banal, da condição humana instintiva. A obra de Hannah Arendt, alerta para a falta de grandes estudos sobre o fenômeno e a banalização do conceito. Que nenhum historiador ou político deveria ser alheio a esta situação e que o tema deveria ser mais bem interrogado e investigado pelos cientistas.

Embora, não seja vista como algo natural da condição humana, ainda prevalece o patriarcalismo e a normatividade das relações de poder, prioritariamente nas relações de gêneros que atinge os filhos direta ou indiretamente. Nessa perspectiva, Araújo (2002) afirma que: o “crescimento da violência e suas diferentes formas de manifestação coloca-se hoje como uma questão crucial para a sociedade brasileira”. Não há dados suficientes para comparar se





realmente houve crescimento conforme afirma a autora, porém é algo ultrajante que não deve se perpetuar.

O espaço doméstico deveria ser exclusivamente o ambiente de amar, de proteção e acolhimento. Porém no dia a dia da família isso nem sempre ocorre, o que implica dizer que há um desequilíbrio familiar ou “família em desordem” (ROUDINESCO, 2003). Agravando-se a situação, pois muitas das agressões são silenciadas. O fenômeno da violência contribuiu para reunir sobre o mesmo holofote, todas as áreas do conhecimento, estabelecendo interação em prol do bem comum, que é a elaboração de estratégias para prevenção e intervenção no enfrentamento dos problemas. Principalmente nas últimas décadas vem adquirindo visibilidade e a pauta dos diferentes setores da sociedade. Isso se dá, devidos a vários fatores:

A violência se tornou um tema frequentemente analisado nos dias atuais em razão de contar com uma maior visibilidade, através de maciça divulgação pela mídia e pela internet, sem contar com campanhas, ações do governo e de instituições civis enfocando a questão (OLIVEIRA & CAVALCANTI, 2007, p. 39).

Nesse contexto, combater qualquer tipo de violência é fundamental para se construir uma sociedade mais justa e igualitária. Embora as autoras destaquem à agressão de gênero, as prevenções de todas as modalidades tornam-se imprescindíveis. As ações dos diversos organismos como: as campanhas, ações do governo, as divulgações através dos meios de comunicação, tem corroborado para a população perceber a problemática, cultivar uma cultura de paz, uma maior conscientização dos direitos e deveres e maior interação dos órgãos para apoio as vítimas.

Não se pode deixar de destacar que a violência doméstica, também é reflexo de um contexto socioeconômico e cultural, que exerce influência na conduta violenta dos atores que tende a reproduzir a experiência sofrida de exploração e abandono, colaborando para consolidação da violência contra as crianças e adolescente num ciclo vicioso. A título de exemplo, para a coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais e coordenadora de pesquisa da UNESCO, Mirian Abramovay: “os conflitos são resultados de relações sociais ruins e de falta de diálogo”<sup>1</sup>. A reportagem

<sup>1</sup> Violência nas escolas: ela reproduz as lacunas da nossa sociedade. Reportagem publicado no Site <http://www.geledes.org.br/violencia-nas-escolas-ela-reproduz-loucuras-da-nossa-sociedade>. Sendo um das autoras mencionada Mirian Abramovay.



reflete sobre a violência nas escolas pontuando que não é um fenômeno intramuros, mas o reflexo do que a criança vivencia na sociedade. E a família é um meio social importantíssimo para formação da identidade, de valores e reflete as ações vivenciadas.

Corroborando com a questão supracitada, Minayo (1994), aponta que as formas de violência contra o infante-juvenil estão fundamentadas na própria estrutura da sociedade e pelos processos culturais, ou seja, a cristalização da relação de poder. É comum alguns estudos sobre a temática, e até mesmo os meios de comunicação, apontarem a adolescência e a juventude como alvos da violência, com o uso e tráfico de drogas, furtos, agressões em baladas e torcidas organizadas. No entanto, em investigações da UNICEF (2005), Minayo (1994) e outros, apontam os jovens como as maiores vítimas.

Um fator que merece uma devida atenção, no contexto apresentado, é a falta de dados para que se tenha uma visão global e minuciosa do quantitativo, isso se deve em grande parte aos silenciamentos que pode atingir um percentual alarmante. Portanto, a violência é uma relação de poder, complexa e urgente de debates, reflexões e ações em prol do bem maior, a vida humana, seja ela de: crianças, adolescentes, adultos ou idosos. Os diálogos precisam atingir a cerne da questão, uma vez que, já não causam tanto impacto. Que tais observações possam contribuir para sensibilizar e o despertar da situação atual que perpassa pela banalização da violência que desumaniza toda esfera da sociedade, incluindo neste contexto, a família. O que não pode acontecer é perder a capacidade de nos indignar (RIBEIRO E MARTINS, 2011). As autoras afirmam que os responsáveis pela criança sentem-se donos da situação e com poder para agir com violência.

## **2 A ESCOLA NO COMBATE A VIOLÊNCIA**

Nos dias atuais, diante de gravíssimos problemas; violência, indisciplina, gravidez na adolescência, repetência escolar, evasão escolar, drogas etc., que estão afetando crianças e jovens, não poderia haver melhor parceira conforme afirma Tânia Zagury (2000), senão através de uma constante e sólida união entre as duas instituições, Família & Escola, onde uma complete a outra.



Esse é um tema que demanda múltiplos olhares e a educação assume um papel importantíssimo, uma vez que sua clientela são os principais afetados. Para Azevedo e Guerra (1997), as crianças que crescem em um ambiente de violência, se tornam adultos violentos. Desta forma, é um tema que demanda reflexão, maior suporte do Estado e ações educativas para enfrentamento e minimização. É preciso enlaçar todos os indivíduos para perceber a criança como sujeito de direito e fortalecer a família com planejamento familiar e educacional, pois as ações assistencialistas e pontuais não tem dado conta.

No âmbito educacional, muito se discute em relação às questões que envolvem as temáticas: drogas, indisciplina, gravidez na adolescência e formação do professor. Cobra-se a parceria da família e pouco se aborda sobre a violência doméstica. Precisa-se ampliar a discussão, pois é um assunto que extrapola o espaço da casa e envolve todas as pessoas. A não passividade diante do fenômeno poderá interferir no modo de ser e agir dos sujeitos, gerando mudanças na sociedade e na emancipação do ser humano (Azevedo e Guerra 1997).

Torna-se crucial que o educador busque ferramentas para combater “a Pedagogia Negra<sup>2</sup>”, que por si só já é uma violência racista. As vítimas da pedagogia negra sofre de maus-tratos físicos e podem ser vítimas de outras formas: negligências, de abuso sexual e da “Perversa Doçura” que corresponde à violência psicológica (AZEVEDO E GUERRA 1997). Dessa forma, o conhecimento pode ser um forte aliado para emancipação do ser humano das amarras culturais e paternalistas. As consequências perpassam pelo ambiente escolar, pois é o espaço de atuação pública da criança, interagindo com professores e demais estudantes, desvelando e reconstituindo sua identidade.

Almejar uma sociedade mais justa, saudável e menos violenta, onde todos sejam respeitados como cidadãos, requer repensarmos as nossas ações e as ações do Estado. Acreditamos, também que, principalmente por sermos profissionais envolvidos no meio educacional, queiramos ou não, os problemas sociais perpassam a instituição escolar, a qual nem sempre está preparada para recebê-los. (RIBEIRO & MARTINS, 2011, p. 26)

Nessa conjuntura, há que se pensar nas ações pedagógicas, na proposta curricular e na formação continuada do educador que contemple estudos sobre o fenômeno e abarcar ações para atender os pais, não simplesmente para informar o rendimento escolar ou de indisciplina



dos filhos. Além das violências que a criança vivencia no lar, vale destacar a sobreposição que o sistema educacional imprime, que muitas vezes não é percebida. Celma Gomes (2013) aponta como fortes situações de risco nas escolas a falência do ensino público, juntamente com as estruturas dos espaços: salas pequenas, superlotadas, mal iluminadas, ruídos, péssimas condições de trabalho para os professores, má remuneração, carga horária extensa, formação inadequada e insatisfação, falta de material didático ou inadequado e outros. Fora do contexto escolar aponta as mais amplas: desigualdades sociais, desemprego ou subempregos, uso de drogas, alcoolismos e a defasagem dos sistemas públicos oferecidos a população. Dentro desse contexto, temos as dinâmicas familiares e individualidades. Tais fatores são vistos como agregadores de incivilidade escolar, familiar e comunitária.

A violência se transforma “em conflitos cada vez mais intensos e carregados de atitudes rígidas, por vez até compulsivo-obsessivo” (GOMES, 2013, p. 29). A autora concorda que a violência sempre existiu, porém transcende a civilidade. É um fenômeno multifacetado que historicamente entrelaça a sociedade, atingindo de forma diversa a todos. Buscando elucidar o conceito pautado em diversos autores, afirma:

De fato, a violência possui muitos conceitos, mas uns e outros condensam a ideia de que é a intervenção sobre o corpo, quando ela imobiliza ou prende impedindo quem a sofre de realizar uma ação socialmente relevante; ou quando altera seu estado físico ou psicológico impedindo que tal ação se realize. [...] também que pode a violência se manifestar sobre as formas de coerção e manipulação, utilizando sanções e punições físicas e psicológicas (GOMES, 2013, p. 32).

São tantas as faces da violência, que alguns profissionais não conseguem perceber, prioritariamente no campo educacional, na qual o educando é taxado de indisciplinado, desinteressado, baderneiro, fracasso escolar e outro. Os sofrimentos podem não deixar marcas no corpo, mas se reflete de várias maneiras. Com um olhar mais atento sobre o aluno os sofrimentos podem ser identificados e posturas do educador serem repensadas. A educação é essencial para o desenvolvimento pleno e humanização. É na perspectiva libertadora de Paulo Freire que a educação deve ser concebida pelos educadores. Faz-se necessário prestar atenção aos sintomas desenvolvidos pelas crianças sem prejulgamentos e sem taxar simplesmente de

<sup>2</sup> É um termo usado pela psicóloga Alice Milher, uma das maiores especialistas em maltrato e abuso infantil, analisando os impactos nos filhos. Tal termo segue a corrente da qual a criança nasce má e precisa ser domada.



indisciplinados. Os atos agressivos podem ter motivos bem maiores do que a simples rebeldia da juventude.

De fato, diagnosticar a violência doméstica contra crianças, além de ser um desafio para o educador, é o primeiro passo para defender o direito constitucional e oportunizar o desenvolvimento do sujeito. As crianças estão em fase de desenvolvimento e aprendem com situações vivenciadas e a família, enquanto espaço privilegiado de socialização, de afeto, de formação da personalidade, de experiências significativas, não está desprovido de conflitos. Um ambiente de hostilidade é desequilíbrio pode afetar os aspectos físicos, mental e emocional (AZEVEDO & GUERRA, 1997, p. 233)

As normas, valores, crenças e formas de se relacionarem apreendidas na família, impactam e influenciam de forma negativa ou positiva no comportamento das crianças que reproduzem as formas de ver e viver o mundo ao seu redor. Pode-se afirmar que a família é a matriz da aprendizagem, de significados e de práticas que serão interiorizadas e desvelada nas relações interpessoais e nos ambientes que as integram (RIBEIRO & MARTINS, 2011).

### 3.1 PARCERIA FAMÍLIA & ESCOLA

Torna-se relevante refletir aqui sobre a participação da família na escola, a partir de uma abordagem dos processos educativos que vem promovendo a ideia de um ensino de qualidade, na qual a parceria é condição “*sine qua non*” para o sucesso em diversos âmbitos, conforme é citado por Içami Tiba em seu livro - Quem ama, educa. “Se a parceria entre família e escola se forma desde os primeiros passos da criança, todos terão a lucrar. A criança que estiver bem vai melhor e aquela que tiver problemas receberá a ajuda tanto da escola quanto dos pais” (TIBA, 2002, p.183). Vale ressaltar que os problemas vivenciados na família refletem na escola com dificuldades de aprendizagem, indisciplinas, apatias...

Com essa preocupação, e partindo das inquietações de educadores e gestores, o dialogo entre família e escola torna-se fundamental para mediar conflitos e tomada de decisões em uma escola democrática, que visa uma educação de qualidade para todos. A família e a escola são duas instituições propulsoras do desenvolvimento físico, intelectual e emocional de uma criança, ambas contribuem para a formação de cidadãos. Nesse aspecto, podem ser propulsoras



ou inibidoras do desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social. A escola se preocupa com os processos de ensino-aprendizagem e com a formação integral do educando e a família fomenta a socialização, tem a atenção voltada mais para “o cuidar”, prover as condições essenciais para sobrevivência e transmissão de valores. Ambas se complementam no desenvolvimento pleno do(a) filho(a)/estudante. Com interesses em comum, suas ações precisam ser refletidas na perspectiva de somar esforços. A escola tem sua metodologia e filosofia, mais ainda assim, precisa da família para o projeto educativo.

276

Educar, implica antes de tudo, apresentar o mundo habitado por outros que, também, têm desejos; apontar caminhos para que a própria criança possa desenvolver seu senso crítico, podendo avaliar a sua realidade baseada no bom senso e não no senso comum (PAROLIN, 2003, p. 96).

Percebe-se nas palavras da autora que educar não é uma tarefa tão simples, apresentar o mundo e desenvolver o senso crítico, exige construção de uma consciência moral, pautada em uma lógica socialmente aceita para que quando essa criança tiver de decidir, saiba como e por que está tomando tal decisão, necessitando de um trabalho conjunto dos pais e professores. Com as novas concepções de educação, na qual dizem respeito à gestão democrática e participativa, os educadores têm percebido o quanto o apoio da família, uma das questões mais inquietantes, se faz necessário ou mesmo crucial no desenvolvimento da aprendizagem. Nas reuniões de pais e mestres, há baixa frequência e são mais para falar de problemas comportamentais, não existindo um clima de harmonia, mas, conciliações. As famílias parecem estar cada vez mais afastadas da escola e vale salientar que a contemporaneidade tem oferecido inúmeros desafios que exigem: atitude, informação, consciência crítico-reflexivo e respostas plausíveis para os problemas, entre eles a violência.

Precisa, nessa conjuntura, desenvolver posturas de parcerias que possibilitem medidas para fortalecer as duas instituições no enfrentamento dos problemas futuros:

Pelas pistas que possuímos do mundo que espera nossos jovens, só sabemos que será muito diferente do presente, com inevitável mudança de paradigma(s). [...] Apenas precisamos não permanecer como espectadores, mas tomar nas mãos o desafio de construir o novo (ARANHA, 2000, p. 241).





A autora menciona que independentemente das mudanças, dos paradigmas, torna-se essencial à participação na construção deste novo milênio. Neste contexto, também inclui a interação da família, ainda que não se possa prever o futuro, pode-se com base no que não se quer construir uma educação mais democrática, participativa, de qualidade e na qual seus principais favorecidos (as crianças) sejam sujeitos de direitos. Nos meados do século XX e início do XXI, houveram várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômico, ligadas ao processo de globalização, da economia capitalista neoliberal e outros, que vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar (PETRINI, 2005).

Esses processos não são isolados e atingem todos os segmentos sociais incluindo a educação, que para atender as demandas atuais das racionalidades hegemônicas, parafraseando Estevão (2012), precisa de uma cosmopolítica educacional, ou dialógica, participativa... A relação família X escola, precisa ser construído coletivamente. Estevão (2006) afirma que uma escola, com organização democrática, deverá posicionar-se dialogicamente, na qual cada parte envolvida, efetiva a troca de saberes e a construção de uma Poliarquia escolar. Uma relação de estranhezas, indiferença ou preconceito pode quebrar a relação Família X Escola que começa a se efetivar. Nos dias atuais, diante de gravíssimos problemas não só de aprendizagem, mais de violência, indisciplina, gravidez na adolescência, repetência escolar, evasão escolar, drogas etc., que estão afetando crianças e jovens, não poderia haver melhor parceira, afirma Tânia Zagury (2002), senão através de uma constante e sólida união entre as duas instituições, Família & Escola, na qual uma complete a outra.

#### **4 ASPECTO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

O caminho metodológico percorrido engloba atividades sistemáticas e racionais permitindo alcançar os objetivos com maior eficácia, conforme menciona (LAKATOS E MARCONI, 2006, p. 106). Assim, o estudo parte de uma pesquisa empírica, que utiliza os aspectos qualitativos, fazendo uso da entrevista semiestruturada, combinando perguntas abertas e fechadas. Opta-se por essa técnica de coleta de dados por perceber as vantagens conforme instruções das autoras referendados na Revista eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC, Vol.2, nº 1.



Combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. [...] a principal vantagem da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. (BONI E QUARESMA 2005, p.75)

A metodologia possibilitou esclarecer a problemática vivenciada e compreender questões subjetivas, significados, valores e crenças que não podem ser mensuradas. Para melhor compreensão o tema foi analisado a luz de um referencial teórico, conforme referência, ampliando o olhar sobre violência, relação de poder, relações conflituosas, parceria família e escola. Objetiva refletir sobre a importância da parceria no combate à violência. Para tanto, 9 (nove) professores de uma instituição de ensino da rede municipal, que atente a uma clientela da Educação Infantil ao 5º ano foram entrevistados separadamente, e as respostas foram cruzadas e analisadas a luz dos teóricos que embasam a pesquisa. O estudo conta, também, com as contribuições de uma Conselheira Tutelar, sendo algumas falas transcritas na íntegra. E dados fornecidos pelo CREAS.

Todos os procedimentos éticos foram tomados e garante-se o sigilo das identidades e informações das pessoas conforme rege a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Combinando os caminhos metodológicos: pesquisa descritiva, bibliográfica, em campo empírico e com abordagem qualitativa. Visando ampliar o olhar sobre as famílias, buscou também, através das percepções de uma conselheira tutelar, informações sobre as configurações de família, os tipos de relações e as causas dos conflitos nas famílias da qual o Conselho Tutelar atende.

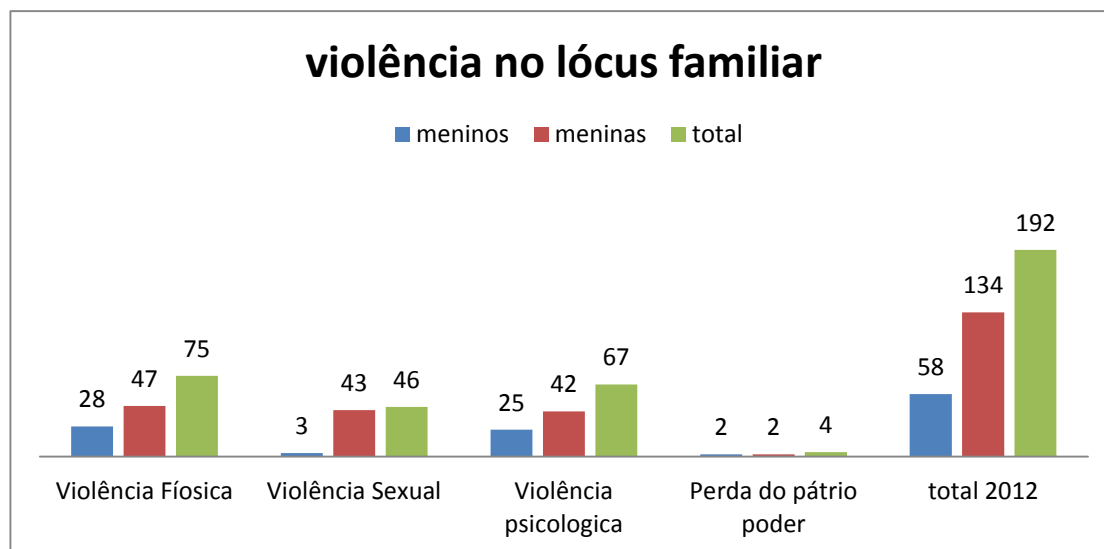
## 5 PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS

Conforme já mencionado na metodologia, buscou-se ampliar o olhar entrevistando uma conselheira tutelar, analisando-se o entendimento sobre as configurações de família na qual as crianças estão inseridas, o tipo de relação dos pais, e percepções dos professores. Porém, o gráfico a seguir é apenas um recorte temporal e geográfico do campo empírico, muito significativo, que desvela o número de ocorrência em apenas um dos órgãos de proteção à



infância. Descreve os diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes no município de Jaguaquara/BA, local onde a pesquisa foi desenvolvida.

**Gráfico 01- Tipos de violências preponderantes contra crianças e adolescentes em 2012.**



279

**Figura 01- violência infanto-juvenil.**

**Fonte: Dados fornecidos pelo CREAS – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**

Entre os tipos de violências apontados no gráfico 01, percebe-se a preponderância da violência física, seguida da psicológica e por fim, a sexual. Esses dados foram fornecidos pelo CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social, um dos parceiros do Conselho Tutelar que tem por finalidade dar orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com direitos violados. Conforme relato da coordenadora da instituição, a violência se efetiva através dos espancamentos, alienação, tortura psicológica e abusos sexuais, cometidos no seio familiar por pais ou responsáveis, sendo a maioria proveniente de classe baixa. É rara a ocorrência de casos, em a vítima seja de famílias com poder aquisitivo alto, a menos que, vá para denunciar um parente. Comprovando os silenciamentos na classe média/alta e a relação de poder (KALOUSTIAN, 2011; RIBEIRO & MARTINS, 2011). Nos dados informados não consta o abandono ou negligência, que é um tipo de violência muito comum e que nem sempre é percebido como tal. O olhar é direcionado para violência física e choca mais a comunidade quando é sexual. Os casos de negligência poucos são denunciados.

Os dados supracitados foram mostrados a uma Conselheira Tutelar que muito corroborou com o estudo afirmando que nem todos os casos passam pelo Conselho ou



vice-versa. Que os números são altos e ainda tem os que passam direto pela delegacia ou vai para a promotoria pública e depois que são chamados e tomam ciência. Como o objetivo no momento não é de comparar dados quantitativos direciona-se a entrevista para a questão investigada:

Quadro 01- Olhar da conselheira tutelar sobre a família e tipo de relação.

Questionamento	Síntese da resposta
1- Qual a sua percepção em relação às famílias que procuram o Conselho Tutelar? E qual o tipo de relação dos cônjuges?	<p>“Família desestruturada psicologicamente e socialmente”. “Família carentes, vivendo situação de conflito, provenientes da classe baixa, muitos não têm salário fixo, nem casa própria e quando tem, são péssimas as estruturas”.</p> <p>“São conflituosas e as relações amorosas ocorrem com frequência, sem nenhum tipo de consciência, de responsabilidade, a maioria dessas relações não pensa no dia do amanhã, não pensam que tem um filho, tem que dá educação, saúde, lazer..., não. Se juntam. Conhece hoje e amanhã já estão juntos e engravida sem nenhum tipo de responsabilidade, de conscientização nenhuma e assim vão levando a vida, qualquer coisa tem a delegacia, o Conselho Tutelar para procurar...”</p>

**Figura 02- Percepções sobre as famílias.**

**Fonte: Dados fornecidos pela Conselheira Tutelar – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**

A percepção da conselheira sobre as famílias é que precisam de ajuda. Os conflitos que acabam envolvendo os filhos, na visão da conselheira, em geral são em decorrência da situação financeira, drogas, alcoolismo, abandono de vulneráveis, maus-tratos. Necessitando de políticas públicas, de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional sem prejudicar os filhos. Destaca-se uma das falas da Conselheira: “[...] é a família que precisa de conselho e não a criança”. São famílias disfuncionais, que precisam de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional afetivo, independente do modelo que se configure. Apesar das diversas configurações de família na contemporaneidade, as funções básicas: cuidar, educar, prover, proteção, iniciação aos valores e as normas são prioritariamente da família. Ela não pode se tornar o lugar de maior risco para a criança. É uma questão complexa que envolve a esfera privada e pública. Os cônjuges que são denunciados ao Conselho Tutelar vivem em constantes conflitos e agressões, não há harmonia na relação. Percebe-se que as relações são produzidas, construídas e modificadas dia a dia, predominando relações fluidas (Lipovetsky, 1989), líquidas (Bauman, 2004) ou flutuantes (Donati, 1998a, 2006b).



A Conselheira mostrou-se preocupada e comprometida, embora não possa suprir toda demanda na qual essas famílias necessitam. Tem como ponto positivo a parceria com outros órgãos como, Escolas, o CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social CRAES, a Promotoria Pública, a Delegacia e a Assistência Social, minimizando em parte alguns conflitos. Embora a Conselheira visualize que são famílias de classe baixa, vale ressaltar que a violência doméstica não está apenas nas camadas populares. O fenômeno perpassa todas as camadas sociais, porém a tendência é o silenciamento, como afirma Kaloustian, (2011).

281

Há, por um lado, uma tendência a tratá-la com pudor, considerando o recinto do lar como “intocável”, e fazendo-se uma espécie de redoma de silêncio em torno dos agressores, principalmente quando se trata de famílias abastadas ou classe média. (KALOUSTIAN 2011, p. 66).

O autor reconhece que as famílias das camadas populares são mais vulneráveis, mas independentemente da camada social, a violência precisa ser detectada para se tomar as medidas necessárias em tempo hábil e com equiparidade para todas as classes sociais.

A partir desses dados já coletados, que revelam, em parte, a violência sofrida por crianças no referido município, o tipo de família e as relações conjugais, buscou-se junto a uma instituição de ensino verificar a importância da parceria para enfrentamento dos problemas, visto que a violência na escola, também é decorrente, segundo os entrevistados, das violências sofridas em casa.

#### Quadro 02- Parceria Família e Escola.

Questionamento	Professor -S	Professora – P e J	Professora – B	Professora – F - A e S	Professora – E e A
A presença da família na escola pode minimizar a violência na casa e na escola?	“Sim, vai unificar e juntos vão diminuir os problemas. Ex: o programa mais Educação, para os casos de negligência, já ajuda para a criança não ficar nas ruas.” (Casos de negligências).	“Depende do tipo de família, em que meio está e não resolve. Tem casos que não adianta, pois ela só traz a criança mais não participa da escola.”	“Se os pais ajudarem e tiverem interesse, forma uma parceira. Conversa só, acho que ajuda.”	“Quando vem podem melhorar”.	“Às vezes a união da família com a escola pode resolver muitos problemas.”

**Figura 03- Percepções dos professores em relação a parceria.**

**Fonte: Dados fornecidos pelos professores de uma instituição de ensino no município de Jaguaquara/BA – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**



A entrevista ocorre em uma instituição de ensino em Jaguaquara/BA, com a participação de 09 (nove) professores, na qual a pesquisa de campo foi desenvolvida. Constata-se que não há unanimidade na crença dos educadores em relação à presença da família na escola para minimizar a violência. Isso se deve, não pela descrença em relação à parceria, pois nas intervenções ao questionar se é importante a parceria entre Família & Escola, todas foram unânimes em afirmar que sim. Analisando a subjetividades das falas e das fisionomias faciais, o fato se dá pela pouca frequência da família à escola. Elas gostariam de firmar uma parceria com a família, porém, a negligência da família é a principal violência sofrida pela criança e que afeta o espaço escolar com a falta de acompanhamento dos pais aos estudos dos filhos. Em relatos, alguns professores se posicionaram afirmando que mesmo quando o aluno leva bilhete que só entrará com os pais, os mesmos não comparecem a escola. A questão maior é envolver a família para participar ativamente.

A participação dos pais (por dever legal) e da própria comunidade (como uma forma de proposta democrática) no momento de se traçar os melhores rumos do sistema educacional (inclusive no que toca a responder aos atos de indisciplina) constituem auxílio que não deve ser descartado, notadamente pela ambiência de corresponsabilidade que se instaura e por gerar integração direcionada à verdadeira prática de cidadania. (SILVA; LOPES; CARVALHO, 2009, p. 64).

A ausência da família no campo educacional é a principal descrença dos professores para a resolução dos problemas e na sobreposição da violência por não acompanhar os estudos. A escola se torna um meio para alguns pais ficarem livres dos filhos e também onde a violência é desvelada. São justamente esses tipos de pais que a escola tem mais dificuldade em dialogar e firmar parceria. A postura da escola também precisa mudar, a parceria deve gerar integração para prática da cidadania, e para tal, uma gestão democrática e participativa não deve ser confundida com reuniões esporádicas para passar os resultados ou indisciplinas dos alunos.

A parceria vai muito mais além, não se pode querer a família apenas nos momentos de indisciplina ou dificuldades de aprendizagem. A escola tem deveres jurídicos para com a clientela (SILVA, LOPES; CARVALHO, 2009, p. 64), assim como, os pais também tem deveres jurídicos para com os filhos e a educação (C.F., art. 227). Torna-se relevante, nesta conjuntura, o apoio dos órgãos de proteção para aferir e notificar os casos de violência, sendo visto pelas referidas autoras como responsabilidade moral e jurídica dos profissionais em denunciar. Já que a maioria tem





consciência de que a participação da família na escola pode minimizar a violência e que o maior empecilho é o comparecimento dos pais a escola, precisam, portanto, buscar mecanismos para fortalecer os vínculos, ações que devem constar no Projeto Político da escola para o ano todo, pregando a cultura da não violência e não simplesmente a cultura da paz como afirma Gomes (2013).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

283

Os estudos sobre violência doméstica contra crianças e a atuação das instituições de ensino e de órgãos de proteção, apesar de estar sendo analisadas epistemologicamente, ainda demanda de novos olhares, como bem menciona López (2001) ao se reportar aos estudos em relação à família. Conclui-se que o fortalecimento da parceria entre Família & Escola e órgãos de proteção à criança, tornam-se de extrema relevância e urgente. Ambos precisam estar em constante integração, uma vez que possui o elemento em comum, filho(a)/educando/cidadão de direito. O clima de desconfiança ou desunião, só vai prejudicar o desenvolvimento integral do sujeito e normatizar a relação de poder, de violência.

O diálogo para fortalecer as práticas interativas é o primeiro passo para proteção e garantias de direitos. Para Ribeiro e Martins (2011), a parceria “envolve todos os indivíduos, de forma direta ou indireta em episódio de violência doméstica”. Portanto, a escola está sim envolvida e precisa se posicionar e fortalecer os vínculos de parceria, visando o enfrentamento da violência.

São inúmeras as mudanças sociais e relacionais que leva a repensar as racionalidades capitalistas e as relações sociais desumanas que promove mal-estar e violência por toda parte, tais reflexões devem contribuir efetivamente para o crescimento humano de todos os membros da família, independentemente da sua configuração ou classe social. A parceria pode ser um elemento chave na resolução de muitos problemas que afligem o homem, incluído ou prioritariamente as crianças.

Outro desafio é a necessidade de reduzir o mito de se associar o maltrato e abuso sexual a pobreza. O problema não está exclusivamente ligado a um setor da sociedade. A falta de dados, não significa que eles não existam, revela a gravidade da situação. A ideia de propriedade, os conflitos de gênero e do individualismo, corrobora para efetivação e muitas



vezes silenciar, independentemente da classe social que pertença. Todos os esforços devem se feitos para o bem-estar de crianças, jovens e adultos. Fortalecendo os laços de convivência, evitado toda e qualquer forma de violação dos direitos. Perceber que a violência é algo brutal e desumano pode ser o primeiro passo para muitos que ainda precisam ser dados para efetivar promoção do bem-estar na família e na sociedade.

Os dados e percepções dos entrevistados revelam a urgência do fortalecimento dos vínculos de parcerias. Com a negação do outro, o fenômeno se afirma, o mérito está no relacional, em conviver com o outro harmonicamente, respeitando as crenças, as etnias, a cor, a sexualidade, enfim. Não é o poder opressor da violência que afirma o homem como superior, mas a racionalidade, o discernimento e o uso do bom senso. A solução não está em ações isoladas, mas no processo de democratização em que o conhecimento, o fortalecimento dos vínculos de parceria poderá emancipar o ser humano das amarras e novas posturas no modo de ser e de agir.

É pertinente apontar que uma pesquisa não pode se limitar as investigações empíricas, mais que contemple outras dimensões, entre elas a transformação da situação investigada. Nessa conjuntura, a pesquisa deixa a quem interessar a sugestão de incrementar políticas que favoreçam realmente a família, com o intuito de fortalecê-la, de forma tal que possa assumir mais adequada as suas funções básicas. Oportunizar educação de qualidade e profissionalizante para os pais, acesso ao mercado de trabalho, creches para os filhos, condições de moradia e infraestrutura adequada. Verifica-se ainda a necessidade de rever a legislação e seu foco sobre estratégias para punir e/ou prevenir qualquer forma de violência não só contra crianças e adolescente, mas também, as praticadas contra as mulheres que afetam diretamente ou indiretamente aos filhos. A falta de compromisso dos pais para com a educação dos filhos, fato revelado no estudo e que causa o descrédito do professor em relação a parceria, implica em ampliar a comunicação com os órgãos de proteção para obter amparo legal e em rever a postura pedagógica e gerencial adotada pela escola. Este estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, visto que, as subjetividades tornam-se um leque de reflexão precisando de outros olhares.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. *Caleidoscópio das violências nas escolas*. Série Mania de Educação. Missão Criança, União Européia, OXFAM. Brasília, 2006.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n.2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de. A. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1/3, jan.jul. 2005.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília: Centro de Documentos e Informação/Coordenação de Publicações. 2000.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988)*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CAVALCANTI, V.R.S. A violência de gênero no Brasil a partir de um olhar interdisciplinar. In: GOMES, C.A. (Org.). *Segurança e educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas*. Salvador: UNIFACS/Observatório de Segurança Pública da Bahia, 2008, p. 93-120.

DONATI, P. *Família no século XXI: abordagem relacional*. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Família na Sociedade Contemporânea)

ESTEVIÃO C. V. *Políticas e valores em educação: repensar a educação e a escola pública como direito*. São Paulo: Humus, 2012.

\_\_\_\_\_. Justiça, direitos humanos e educação na era da globalização. In: MOREIRA, A. F.; PACHECO, J. A. (Orgs) *Globalização e educação: desafios para políticas e práticas*. Portugal: Porto, 2006. p. 31-61

FALEIROS, V. de P. Violência contra a infância. *Revista Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 475-487, jul/dez, 1995.



- GOMES, C. B. Violência nas escolas: uma realidade a ser transformada. In: GOMES, C. Borges. (Coord.) *Violência nas escolas: uma realidade a ser transformada*. Curitiba: Juruá, 2013. p.29-52 .
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. Goiânia: Editoro Alternativa, 2001.
- KALOUSTIAN, Sílvio M. *Família Brasileira, a base de tudo*. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- OLIVEIRA A.P.G, CAVALCANTI V.R.S. *Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas*. Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum. v.7, n.1, p.39-51, 2007.
- PETRINI, J.C. & CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs). *Família, Sociedade e Subjetividades*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- RIBEIRO, M.M.; MARTINS, R.B. *Violência doméstica contra crianças e adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. 7ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SILVA, P.V.B.da.; LOPES, J.E.; CARVALHO, A. *Por uma escola que protege: à violência contra crianças e adolescentes*. 2, ed, ver./organizado por Paulo Vinícius Batista da Silva, Jandicleide Evangelista Lopes e Ariane Carvalho. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de cultura, 2009. 198p.
- TIBA, Içami. *Quem Ama Educa*. São Paulo: editora Gente, 2002.
- ZAGURY, Tânia. *Escola sem conflito: parceria com os pais*. Rio de Janeiro: Record, 2000.



## A MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NO TRATAMENTO DE CONFLITOS

VALADARES, Diego Borher

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
diegoborher@hotmail.com

RANGEL, Tauã Lima Verdan

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
taua\_verdan2@hotmail.com

SILVA, Daniela Juliano da

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
danjulsil@yahoo.com

287

### RESUMO

Embora o Texto Constitucional de 1988 tenha assegurado o exercício da democracia participativa, é necessário reconhecer, no cenário contemporâneo, que a materialização de tal direito se apresenta como um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade brasileira, em especial nas comunidades periféricas que surgem à margem dos centros urbanos oficiais, a exemplo de favelas e assentamentos. Neste substrato, a mediação comunitária se apresenta como um instrumento proeminente que busca, por meio do encorajamento do diálogo e da reflexão, a conjugação de esforços para o tratamento dos conflitos, de maneira que a decisão tomada satisfaça ambas as partes. Com realce, a solução para tais conflitos está estruturada na cooperação amigável, sendo que as controvérsias devem ser convertidas em empreendimentos cooperativos, nos quais as partes aprendem possibilidades de se expressar, colocando fim a beligerância adversarial costumeira.

**Palavras-chaves:** Mediação Comunitária. Participação Social. Democracia Participativa.

### ABSTRACT

Though the 1988 Constitutional Text has asserted the practice of democracy, it is necessary to recognize, in a contemporary scenario, that the materialization of this right show up as one of the biggest challenges faced by the Brazilian society, particularly in outlying communities that arise at the border of the official urban centers, an example of shantytowns and settlements. In this substrate, the community mediation present itself as a prominent instrument that search for, by encouragement of dialogue and reflection, the conjugation of efforts to the treatment of conflicts, in a way which the decision made satisfy both parts. With distinction, the solution for such conflicts is structured on friendly cooperation, and that the controversies ought to be converted on cooperatives enterprises, in which both parts learn possibilities to express themselves, putting an end to customary adversarial belligerent.

**Key-words:** Community Mediation. Social Participation. Participatory Democracy.



## 1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS: A RESSIGNIFICAÇÃO DO VOCÁBULO “CONFLITO” NA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

É fato que o conflito é algo intrínseco à condição humana, surgindo a partir do momento em que a sociedade é constituída, derivando das pretensões adversas apresentadas pelos indivíduos em contínua convivência. Neste sentido, o conflito materializa o dissenso, decorrendo das expectativas, valores e interesses contrariados. “Embora seja contingência da condição humana, e, portanto, algo natural, numa disputa conflituosa costuma-se tratar a outra parte como adversária, infiel ou inimiga” (VASCONCELOS, 2012, p. 19). Desta feita, a percepção do conflito experimentada pela sociedade contemporânea transmuda a parte como adversária, apenas por apresentar objetivos distintos e dissonantes, tal como responsabiliza aquela como causadora do conflito, sendo, portanto, a raiz do problema que atenta contra a pacificação social, devendo, pois, ser expurgado. Ao lado disso, a partir de uma perspectiva puramente legal, “o conflito é resultado de uma violação da lei ou de uma desobediência a um padrão, fato que lhe confere uma aversão social”, segundo Foley (2011, p. 246).

Corriqueiramente, é verificável uma conjunção de esforços, por vezes sobre-humanos, para concentrar todo o raciocínio e elementos probatórios na busca insaciável de alcançar novos fundamentos para fortalecer o posicionamento unilateral, com o objetivo único de enfraquecer e destruir os argumentos apresentados pela parte *ex-adversa*. Tal cenário é tangível, principalmente, em processos judiciais nos quais o desgaste das partes é evidente, quer seja em razão da morosidade, quer seja em decorrência do envolvimento psicológico na questão. A visão tradicional que envolve o conflito, como sendo algo ruim, é tão arraigada na sociedade contemporânea que obsta os envolvidos de analisarem a questão de forma madura, compartilhando a responsabilidade sobre a questão, mas sim promovendo uma constante busca em transferir “ao outro” a culpa pelo surgimento e o agravamento do conflito. Ao invés de envidar esforços para tratar o conflito, por meio de estratégias sóbrias e racionais, a abordagem tradicional do dissenso concentra todos os empenhos em identificar o culpado pelo surgimento do conflito e puni-lo. Foley, neste sentido, anota que:

No sistema judicial oficial, o conflito é solucionado por meio da aplicação do ordenamento jurídico ao caso concreto. O processo é o palco no qual interesses são dialeticamente confrontados sob uma aura adversarial que





confere ao conflito uma dimensão de disputa. O vencedor da demanda encontra satisfação de seus interesses materiais e o derrotado, em geral, sente-se injustiçado. Não há um processo de compreensão das origens e das circunstâncias em que se situa o conflito, tampouco se verifica uma participação na busca de uma solução criativa capaz de contemplar os reais interesses em disputa. (FOLEY, 2011, p. 248).

O sistema jurídico, em vigor, apresenta como robusto aspecto a confrontação entre as partes em litígios, agravando, corriqueiramente, conflitos inúteis, alongando as batalhas e fomentando o confronto entre os envolvidos no dissenso causador da lide. Trata-se da valoração do dualismo perdedor-ganhador fomentado pelo sistema processual adotado, no qual, imperiosamente, a morosidade do processo acarreta o desgaste ainda maior, comprometendo, por vezes, o discernimento dos envolvidos para uma abordagem madura da questão. No sistema vigente, pautado na conflituosidade que caracteriza os procedimentos judiciais, os litigantes são obrigados, comumente, a apresentar motivos justificadores a existência do dissenso, buscando se colocar em situação de vítima e a parte *ex-adversa* como culpada pela ocorrência do conflito, utilizando, por vezes, de argumentos que são hipertrofiados e que não refletem, em razão do grau de comprometimento psicológico dos envolvidos, a realidade existente, aguçando, ainda mais, a beligerância entre os envolvidos.

Ademais, a tônica desenvolvida na liturgia processual, pragmática, engessada, voltada à satisfação de índices e metas estabelecidos, com o único intento de promover a materialização ao direito fundamental e constitucional à duração razoável do processo, mascara um sistema ineficiente, no qual não se trata o problema (conflito), mas tão somente coloca fim a mais um processo, atendendo as expectativas frias e débeis de finalização de processos. Ora, é crucial destacar que o apostilado processual não se resume a uma sequência lógica de peças que observam um rito, previamente estabelecido, culminando, em sede de primeiro grau, com a prolação de uma sentença que, por excelência, encerra a prestação jurisdicional. Ao reverso, trata-se de um compêndio que reflete, comumente, as angústias e anseios dos envolvidos, os quais, mais que o pronunciamento do Estado-juiz, buscam o tratamento do conflito, das causas ensejadoras e consequências decorrentes do dissenso, de maneira a abreviar uma situação que cause desgaste emocional, psicológico e físico.

O estado emocional fomenta as polaridades e atalha a percepção do interesse comum, mascarando-o sob a falsa perspectiva de atingir apenas o interesse individual, mantendo-se



incólume aos efeitos reflexos advindos do desgaste proporcionado pela gestão ineficiente do conflito. Como bem destacam Moraes e Spengler (2008, p. 54), “o conflito transforma o indivíduo, seja em sua relação um com o outro, ou na relação consigo mesmo, demonstrando que traz consequências desfiguradas e purificadoras, enfraquecedoras ou fortalecedoras”. Partindo da premissa que o conflito interpessoal não tem solução, é possível estabelecer diretrizes sóbrias que busquem solucionar as disputas pontuais, confrontos específicos, dispensando ao dissenso um aspecto positivo.

Com efeito, a solução transformadora do conflito reclama o reconhecimento das diferenças e do contorno dos interesses comuns e contraditórios, subjacentes, já que a relação interpessoal está calcada em alguma expectativa, valor ou interesse comum. Já restou devidamente demonstrada que a visão tradicional não produz os resultados ambicionados, já que a eliminação do conflito da vida social é algo que contraria a existência e interação em sociedade. O mesmo pensamento vigora com a premissa de que a paz social só pode ser alcançada, essencialmente, com a erradicação do conflito; ao reverso, a paz é um bem precariamente conquistado por pessoas e sociedades que apreendem a abordar o conflito de forma consciente e madura, dispensando um tratamento positivo, em prol do crescimento e amadurecimento dos envolvidos e não como elemento de destruição.

Segundo Foley (2011, p. 246), toda situação conflituosa deve ser analisada como uma oportunidade, na proporção em que possibilita a veiculação de um processo transformador. Ora, os conflitos são detentores de sentidos e, quando compreendidos, as partes neles envolvidas têm a possibilidade de desenvolver e transformar a sua vida, logo, como são elementos constituintes da vida humana, não podem ser concebidos como exceção, mas sim como mecanismos oriundos da coexistência em sociedade que permite o amadurecimento dos envolvidos e, por vezes, a alteração da ótica para analisar as situações adversas a que são submetidos. Neste passo, conceber o conflito como uma aberração social é contrariar a própria essência do convívio em sociedade, no qual indivíduos complexos, com entendimentos e posturas variadas e plurais, em convívio contínuo, tendem a apresentar interesses opostos, os quais, inevitavelmente, entram em rota de colisão.

É imperioso a resignificação do vocábulo “conflito”, adequando-o à realidade contemporânea, de modo que não seja empregado apenas em um sentido negativo, mas sim dotado de aspecto positivo, permitindo aos envolvidos o desenvolvimento de uma análise



madura e sóbria da questão, de modo a enfrentar o dissenso como algo corriqueiro e integrante da vida em sociedade e não como uma exceção a ser combatida. Resignificar o conflito é extrair a moldura tradicional que desencadeia a incessante busca dos envolvidos em determinar o culpado e demonizá-lo, mas sim assegurar que haja o tratamento dos motivos e causas que desencadeiam os dissensos, propiciando a estruturação cultural de uma nova visão do tema.

## **2 OS MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE TRATAMENTO<sup>1</sup> DE CONFLITOS NA PAUTA DO DIA: A MEDIAÇÃO E A PERSPECTIVA RELATIVA AO CONFLITO NAS RELAÇÕES CONTINUADAS**

Ao partir da necessidade de mudança de paradigmas no tocante ao tratamento dispensado ao conflito, é possível, utilizando a definição apresentada por Roberto Portugal Bacellar (2003, p. 174), que mediação consiste em uma técnica lato senso que tem como assento a aproximação das pessoas interessadas no tratamento<sup>2</sup> de um conflito, induzindo-as a encontrar, por meio do estabelecimento de um diálogo, soluções criativas, com ganhos mútuos e que preservem o relacionamento entre elas. Em mesmo sentido, Vasconcelos (2012, p. 42) descreve mediação como “um meio geralmente não hierarquizado de solução de disputas em que duas ou mais pessoas, em ambiente seguro e ambiência de serenidade, com a colaboração de um terceiro [...], expõem o problema, são escutadas e questionadas”, estabelecendo um diálogo construtivo e identificando interesses em comuns, opções e, de maneira eventual, estabelecer um consenso. Garcia e Verdan apontam que:

A mediação é um meio alternativo simples, essencialmente extrajudicial de resolução de conflitos e efetivo no acesso a justiça. Ocorre quando as partes elegem um terceiro (mediador) alheio aos fatos para conduzi-las à solução do

<sup>1</sup> No presente, será empregada a expressão “tratamento” ao invés de “resolução” de conflitos, perfilhando ao entendimento apresentado por Fabiana Spengler (2010, p. 26), no qual os conflitos sociais não são passíveis de serem “solucionados” pelo Poder Judiciário na acepção de resolvê-los, suprimi-los, elucidá-los ou mesmo esclarecê-los. Tal fato deriva do princípio que a supressão dos conflitos é algo relativamente raro. É rara, também, na ótica adotada, a plena resolução das causas, das tensões e dos contrastes que originam os conflitos. Deste modo, a expressão “tratamento” apresenta-se mais adequada na condição de ato ou efeito de tratar ou medida terapêutica de discutir o conflito, objetivando uma resposta satisfatória.

<sup>2</sup> Conquanto o autor empregue o termo “resolução”, pelas razões aduzidas em nota anterior, será mantida a expressão “tratamento”, ao abordar os conflitos.



conflito por meio de um acordo sem que haja uma interferência real do mesmo. O objetivo da mediação é responsabilizar os protagonistas, fazendo com que eles mesmos restaurem a comunicação e sejam capazes de elaborar acordos duráveis. A mediação não é instituto jurídico, mas sim, uma técnica alternativa na solução de conflitos que propõe mudanças na forma do ser humano enfrentar seus problemas. (GARCIA; VERDAN, 2013, p. 13).

Distintamente do sistema adversarial processual que vigora, a mediação busca a estruturação de uma mudança cultural, especialmente no que se refere ao poder dos indivíduos de tomar às decisões que influenciam a realidade em que se encontram inseridos. Conforme Waltrich e Spengler (2013, p. 172) apontam, a mediação, na condição de espécie do gênero justiça consensual, permite uma aceção ecológica de tratamento dos conflitos sociais e jurídicos, na qual o escopo de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada proveniente de uma sanção legal. A mediação possibilita um tratamento igualitário entre os envolvidos, na condição de seres humanos, observando as características de cada indivíduo, não comportando qualquer forma de julgamento, mas sim fomentando uma compreensão recíproca e uma responsabilidade compartilhada.

Desconstrói-se a figura da vítima e do agressor, do autor e do réu, erigindo, em seu lugar, os “mediandos”, em situação de igualdade e, a partir da edificação de diálogos e responsabilização compartilhada, amadurecidos para promover, culturalmente, a mudança de paradigmas no enfrentamento do conflito, de modo que não há uma busca sedenta pelo estabelecimento do culpado, mas sim na construção de um consenso proveniente da vontade dos envolvidos. Assim, opondo-se à dogmática processualista tradicional, que busca a eliminação do conflito por meio da simples emissão de um pronunciamento do Estado-juiz, a mediação, alçado a método transformador de uma cultura adversarial, objetiva o enaltecimento da dimensão afetivo-conflituosa, tratando as origens, as causas e as consequências do conflito.

Supera-se o ranço tradicional de transferir para o Estado-juiz, de maneira exclusiva, a possibilidade para a resolução dos conflitos, notadamente os inseridos na esfera privada, assegurando, por consequência, o empoderamento dos envolvidos, de modo a desenvolver a cidadania e autonomia para a construção de consensos e promover a cultura de paz. Trata-se, com efeito, de privilegiar a autonomia da vontade das partes, ao invés de recorrer a um terceiro que decida por eles, sendo que o Estado-juiz é o último recurso, quando todas as vias de negociação fracassaram. Com destaque, o provimento jurisdicional prestado pelo Estado-juiz,



comumente, está revestido apenas da técnica processual, pautado na legislação fria e em precedentes jurisprudenciais, poucas vezes voltando um olhar sensível para as peculiaridades e nuances que emolduram a situação concreta levada a Juízo. Por mais uma vez, há que se resgatar que, diante da política de números e estatísticas que passou a inundar o Judiciário, o qual busca incessantemente demonstrar a concreção do acesso à justiça e a duração razoável do processo, o que importa é a finalização de processos, sem que isso, necessariamente, reflita na construção de consensos entre os envolvidos.

A visão transformativa propiciada pela mediação, consoante Foley (2011, p. 247), permite que o conflito seja encarado como uma oportunidade dúplice, na qual, concomitantemente, há o desenvolvimento e exercício da autodeterminação, consistente no empoderamento<sup>3</sup> dos mediandos, e na confiança mútua, por meio do fomento à reciprocidade entre os envolvidos no conflito. Com destaque, a resposta ideal ao conflito não consiste em buscas desenfreadas e beligerantes de extirpá-lo para promover a resolução do problema; ao contrário, o conflito reclama uma gestão madura, a fim de materializar um processo de transformação dos indivíduos nele envolvidos. Neste passo, a mudança paradigmática de ótica no tratamento do conflito é responsável por alterar o comportamento dos mediandos diante do dissenso, fomentando a responsabilidade compartilhada e solidarizada, de modo a não estabelecer polos antagonistas, mas sim partes complementares.

A mediação, principalmente o enfoque transformador, traça um novo contexto dentro do qual é possível lidar com as diferenças de forma não binária, convocando para estabelecer uma ponte entre um e outro, sem eliminação e sem fusão, entre esses polos de relação. É um convite para se reconhecer o outro e seu co-protagonismo na solução do problema vivenciado por eles. (SOARES, 2010, p. 113).

Warat (2001, p. 80-81) já se posicionou no sentido que a mediação não está cingida a somente o litígio, ou seja, com a verdade formal contida nos autos, alheia à moldura factual que enquadra o dissenso entre os envolvidos. De igual maneira, a mediação, na condição de método

<sup>3</sup> A expressão “empoderamento” é utilizada como um conceito associado à autonomia, desenvolvida em um processo paulatino, amadurecido e consciente de transformação pessoal por meio do qual os indivíduos passam a controlar suas vidas. Com efeito, a expressão “empoderamento” passa a emprestar substância a uma ideologia segundo a qual é possível assegurar que cada indivíduo exerça sua autonomia e autodeterminação de maneira plena, consciente e madura, notadamente no tocante ao tratamento dos conflitos e dissensos gerados do convívio



extrajudicial de tratamento de conflitos, não busca como única finalidade a obtenção de um acordo que, corriqueiramente, não reflete substancialmente a vontade das partes nem permite a responsabilização solidária dos envolvidos. Ao reverso, o fito maior é ajudar os interessados a redimensionar o conflito, compreendido como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que foram responsáveis por causar a colisão entre as atitudes e os interesses no relacionamento de pessoas envolvidas. A perspectiva valorada não está assentada no ideário puramente acordista, que concebe o acordo como o fim último do processo, o qual transmite o ideário mascarado de tratamento do conflito, colocando fim em mais um número que tramita nos sistemas de gerenciamento de dados dos Tribunais de Justiça. A ótica privilegiada está calcada na construção paulatina e imprescindível do consenso, no qual o mediador atua na construção de uma relação alicerçada no diálogo, possibilitando o entendimento de sentidos, a partir da determinação da autonomia e empoderamento dos indivíduos.

Como bem assinala Silva (2004, p. 15), “a base do processo de mediação é a visão positiva do conflito. A ciência desta ensina o conflito como algo necessário para o aperfeiçoamento humano, seja pessoal, comercial, tecnológico, ou outro qualquer”, sensível às complexas e intrincadas realidades apresentadas por cada indivíduo e que contribuíram para a abordagem do conflito. Deve-se destacar, com ênfase, que “a finalidade de todo o processo é a obtenção de um acordo satisfatório para as partes e o desenrolar do mesmo é feito com base na consensualidade” (RIOS, 2005, p. 11), eis que tão somente assim são alcançadas as soluções que satisfazem os interesses de ambos os envolvidos. Na mediação, os indivíduos não atuam como adversários, porém como corresponsáveis pela solução do conflito, contando com a colaboração do mediador, o terceiro – que deve ser apto, imparcial, independente e livremente escolhido ou aceito.

É necessário colocar em destaque, também, que a mediação, na condição de método de tratamento extrajudicial de conflitos, combate a escalada de desentendimentos decorrentes do moroso e litigioso procedimento adotado no cenário jurídico vigente, não permitindo que as partes alcancem o conflito extremo, permitido pelo sistema adversarial. “A ideologia ganhador-perdedor vigente no sistema tradicional judiciário é substituída por uma nova abordagem baseada na cooperação entre as partes envolvidas e não na competição” (SANTA

---

em sociedade, a fim de assegurar a responsabilização compartilhada, em detrimento da cultura tradicional que busca identificar culpados e transferir responsabilidades.





CATARINA, 2004, p. 04). Deste modo, a mediação apresenta-se como forma inovadora, no território nacional, de abordagem jurídica e também como alternativa ao sistema tradicional judiciário adotado para tratar os conflitos, nos quais se valoram a cooperação e a disponibilidade em promover a solução, destacando-se, via de consequência, como elementos imprescindíveis para a construção de um consenso entre os mediandos.

É plenamente perceptível que a mediação exige terreno próprio para atuação, em decorrência dos aspectos a que se propõe, notadamente a mudança cultural no tocante ao enfrentamento do conflito, já que suas bases se pautam na busca de um consenso qualitativo que só pode ser alcançado com o tempo e com a mudança cultural das partes que preferencialmente esperam ouvir, atender uma ordem do Estado a tomar uma decisão por si. Sobre tal assunto, Dierle José Coelho Nunes (2011, p. 174) afirma “que existem situações em que os acordos são impostos, mesmo quando sejam inexecutáveis para permitir a pronta “resolução do caso”, com a adequação à lógica neoliberal de produtividade”, e isso, por óbvio, não é o que se espera da mediação de conflitos. Neste passo, a mediação propõe a responsabilização dos envolvidos para tratarem o conflito, de maneira que consenso seja resultante da conjunção de esforços e reflita as vontades dos mediandos, não se traduzindo, via de consequência, em um pronunciamento emanando por um terceiro (Estado-juiz), alheio às nuances e particularidades que emolduram o dissenso.

### **3 A COMUNIDADE COMO *LOCUS* DE PROMOÇÃO DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO: O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO NO TRATAMENTO DE CONFLITOS**

A comunidade, em um primeiro momento, seria aquilo ao qual o indivíduo está ligado e aquilo que o liga e outros indivíduos. De igual modo, como Spengler (2012, p. 154) assinala, a comunidade é também aquilo que engole o indivíduo, tornando-o “apenas mais um”, que faz indistinta a identidade, uma vez que inclui no mesmo espaço no qual os demais indivíduos estão incluídos e isso, corriqueiramente, pode significar perder a subjetividade, a individualidade, a autonomia e a subjetividade. Essa complexidade e fragmentação da realidade social são os traços característicos da contemporaneidade, impressos nas esferas mundial e local. Os



grupamentos humanos unidos por diversas identidades, dentre elas a territorial, que confere à comunidade o status de *locus* propício para o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a transformação social. “Onde há coesão social, há identidade compartilhada, cuja criação depende da mobilização social e do envolvimento com os problemas e soluções locais” (BRASIL, 2008, p. 26).

Ora, desenvolver a comunidade é um processo complexo que agrega valores éticos à democracia e constrói laços de solidariedade, sendo imprescindível a promoção de esforços para o amadurecimento da população, de maneira a gozar de autonomia para tratar os conflitos e dissensos existentes, de maneira positiva e responsavelmente compartilhada. Cuida assinalar, neste sedimento, que “tudo aquilo que puder ser feito pela própria sociedade deve ser feito por ela, quando ela não puder fazer, o Estado interfere, mas não se trata de um Estado mínimo ou máximo, mas sim do Estado necessário” (MONTORO, 2002). Essas palavras, proferidas pelo professor André Franco Montoro, em Seminário sobre o “Federalismo e o fortalecimento do poder local”, expressam o coração do tema ora posto em reflexão: a perspectiva de um Estado mediador, que se encontra em um *meio termo* (nem absenteísta, nem interventor) e abraça um povo que se coloca como ator e responsável pela realidade que o cerca. Nessa projeção, sinaliza-se para o fenômeno do fortalecimento da sociedade civil, consolidando sua responsabilidade na realização do *bem comum*, tendo por meta a efetivação de uma democracia possível, com a concretização do primado da dignidade da pessoa humana e o reconhecimento de valores como a solidariedade e a participação popular.

É possível destacar que as comunidades periféricas, que florescem à margem dos centros urbanos oficiais, tais como assentamentos e favelas, permitem aos seus moradores a consolidação de uma identidade comunitária, na qual “têm voz e vez podem colocar em ação suas iniciativas, desenvolvem sua criatividade, mas seu ser não se esgota nelas mesmas: elas se completam na medida em que se tornam um ‘ser para’” (GUARESCHI, 2009, p. 96), exercitando sua plena vocação de animal político e social. Ainda que seja experimentado viver em um tempo de *judicialização da política* e de *ativismo judicial*, no qual o magistrado não é simplesmente *la bouche de la loi*, agindo ativamente ante as mazelas e falhas das instituições, é forçoso reconhecer que esse ativismo (igualmente foco de críticas) não é capaz de dar vazão a todas as necessidades e emergências que surgem a cada dia na realidade de cada comunidade. Neste passo, como bem salientou Aléxis Tocqueville:



[...] um poder central, por mais que se possa imaginá-lo civil e sábio, não pode abranger sozinho todos os detalhes da vida de um grande povo, não pode, porque um trabalho assim supera as forças humanas. Quando quer criar e fazer funcionar, apenas com as suas forças, tantos elementos diferentes, ou contenta-se com um resultado muito incompleto, ou esgota-se em esforços inúteis (TOCQUEVILLE, 1963, p. 29).

Na esfera do Poder Judiciário, os obstáculos a seu acesso são notáveis, principalmente àqueles menos favorecidos, o que estimula o desenvolvimento e a consolidação de novas fórmulas, surgindo, neste contexto, a *mediação comunitária*, como força pulsante na solução de conflitos. Superando a realidade de que a maioria desconhece seus direitos (e deveres) e que o processo judicial essencialmente dispendioso, o é proporcionalmente ainda mais caro aos mais pobres, como já observou Boaventura de Souza Santos (1985, p. 167). Assim, a mediação comunitária se fortalece “por perseverar as relações sócio-afetivas, encarando o indivíduo como responsável por suas próprias ações e, como tal, capaz de solucionar seus problemas, atuando como sujeito de seu destino, desperta a mediação nos que a ela recorrem a consciência de seu papel de ator social” (MOREIRA, 2007, p. 212). Neste quadrante, a mediação, ao preservar o respeito à dignidade do indivíduo, resgata em sua clientela o sentimento de cidadania que neles se encontra dormente.

Na atualidade, o Brasil verifica um acentuado quadro de conflitos sociais que se estender por distintos segmentos. Trata-se de uma generalização de conflitos que se desenvolve fomentado pelo estresse da contemporaneidade, conjugado com a ausência de mecanismos eficientes na resolução de conflitos, de maneira extrajudicial e que permita a manutenção das relações continuadas. “Áreas urbanas e rurais, bairros de diferentes classes e também escolas estão sendo palco de agressões físicas e psicológicas quase diárias, gerando uma sensação de insegurança e revolta na população do país” (SALES; ALENCAR; FEITOSA, 2009, p. 282). Tal fato decorre, em especial, devido à erosão das instituições sociais que são responsáveis pelo desenvolvimento dos cidadãos e pela segurança dos indivíduos. Neste aspecto, comumente destaca-se que a família, a escola e os órgãos de segurança pública, entre outros, estão falhando no cumprimento de suas funções sociais. Denota-se, deste modo, que nas últimas décadas houve um progressivo esfacelamento da estrutura que sustenta a sociedade brasileira, agravo robustamente em decorrência da distorção de valores e costumes, bem como influenciado pelo ritmo frenético que caracteriza a vida contemporânea, em especial nos grandes centros.



Salta aos olhos que, em decorrência da contínua judicialização dos conflitos e o ativismo propiciado à população, acarretam o engessamento do Poder Judiciário que, em razão do vultoso número de demandas ajuizadas diariamente, assim como ausência de recursos humanos suficiente e um sistema processualista desarmonioso com a realidade em que está inserido, não logra êxito em uma de suas funções estruturantes, qual seja: a pacificação social. Morais e Spengler (2008, p. 54) destacam que “o conflito transforma o indivíduo, seja em sua relação um com o outro, ou na relação consigo mesmo, demonstrando que traz consequências desfiguradas e purificadoras, enfraquecedoras ou fortalecedoras”. Em razão deste caótico cenário, no qual o desgaste das partes e o agravamento do conflito se tornam uma constante, conjugado com a necessidade de desenvolvimento de uma cultura pautada no diálogo entre os indivíduos, em especial nas comunidades, observam-se, em especial nas últimas três décadas, o desenvolvimento e a implantação de projeto que buscam a mediação de conflitos, sendo empregado como instrumento que “objetiva não apenas auxiliar a boa resolução de litígios entre as partes envolvidas, mas bem administrar as relações existentes, para que as pessoas mantenham seus vínculos afetivos e possam construir uma sociedade fundada numa cultura de paz” (SALES; ALENCAR; FEITOSA, 2009, p. 290).

No mais, cuida destacar que uma sociedade democrática é caracterizada pela existência de cidadãos capazes de solucionar, com habilidade, os problemas e embates sociais, decorrentes do convívio com outros indivíduos, em especial quando o fenômeno judicializante que vigora no Brasil obsta a pacificação social e a manutenção dos laços de convivência contínua, estando voltado para o julgamento mecânico das lides e atendimento de metas. Tal capacidade, com efeito, decorre da estruturação de uma educação associada ao desenvolvimento da acepção estrutural de cidadão, enquanto integrante da vida pública, e por meio da prática cotidiana da participação livre e experiente da cidadania. “Participação e cidadania são conceitos interligados e referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino” (NASCIMENTO, 2010). Ora, é verificável que ambos estão umbilicalmente atrelados, porquanto a cidadania só é substancializada na presença de uma participação social entendida enquanto ação coletiva e o seu exercício consciente, voluntário e conquistado. Nesta esteira, a construção de uma vivência democrática transparente reclama uma gestão que se alicerce na inclusão da comunidade em geral, assegurando, por



extensão, a igualdade de participação, tal como possibilite a expressão das ideias que possam ser discutidas em momento de deliberação coletiva.

Assim, é imprescindível o exercício da comunicação, eis que quando os indivíduos passam a ter oportunidade plena de interagir, debater e deliberar a respeito dos problemas concretos que a comunidade apresenta diariamente, é desenvolvido a capacidade de lidar com estes problemas, bem como convergir esforços para a sua resolução. Ao lado disso, não se pode olvidar que em um procedimento tão livre e autocorretivo de intercomunicação, o surgimento de conflitos entre os indivíduos é algo inevitável, principalmente que cada um tem seu modo de encarar as necessidades, fins e consequências, tal como tolerar níveis de desgaste. Com realce, a solução para tais conflitos está jungida na cooperação amigável, sendo que as controvérsias devem ser convertidas em empreendimentos cooperativos, nos quais as partes aprendem possibilidades de se expressar. A gestão democrática e participativa de conflitos requer o desenvolvimento de um olhar de cada espaço como um elo de resolução das pendências e colisões de interesses interpelando os envolvidos e os demais integrantes da comunidade à participação e ao envolvimento nesse procedimento.

É possível destacar, em um primeiro momento, que a mediação consiste em um procedimento consensual de resolução de conflitos por meio do qual um terceiro indivíduo, imparcial e capacitado, escolhido ou aceito pelas partes, atua para encorajar e facilitar a resolução de conflitos. Os mediados estruturam a decisão que melhor os satisfaça, sendo resultantes da convergência das vontades de ambas as partes, estando, portanto, atento às particularidades e nuances da situação concreta. Verifica-se, assim, que há a desconstrução da ideologia pautada no ganhador-perdedor, que vigora no sistema tradicional judiciário, passando, em seu lugar, subsistir uma abordagem assentada na cooperação entre as partes envolvidas e não na competição beligerante processual. É observável, neste cenário, que a mediação se apresenta como um instrumento de solução de litígios, empregado pelas próprias partes que, impelidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória.

A mediação comunitária, nesta faceta, retira do conflito o seu aspecto negativo, conferindo-lhe um significado positivo, natural e imprescindível para a lapidação das relações, tal como a sua boa administração representa o percurso para o entendimento e para o restabelecimento da pacificação entre as partes. Sobre o tema, Foley (2011, p. 252) salienta que “quando a prática da mediação ocorre na esfera comunitária, pode haver uma integração das



estratégias de fortalecimento da comunidade: o acesso à informação, a inclusão e a participação, a corresponsabilidade, o compromisso e a capacidade de organização local”. Em decorrência de seus aspectos característicos, a mediação se revela como um mecanismo de solução adequado a conflitos que abordem relações continuadas, aquelas que são mantidas apesar do problema existente. Tal fato deriva da premissa que nessa espécie de conflitos se encontra as maiores dificuldades para a manutenção do diálogo e da comunicação, em razão da intensidade dos sentimentos envolvidos e da proximidade existente entre as partes, configurando verdadeiro obstáculo a reflexão. “A mediação conduz a um determinado grau de democratização, equivalente à realização de cidadania plena alcançada por quem dela participa, ao passo em que gere cidadãos ativos que compartilham efetivamente da vida social de sua comunidade”, como bem evidencia Nascimento (2010).

A mediação comunitária representa a coesão e a solidariedade sociais desejando a efetividade das chamadas *democracias de alta intensidade*. A mediação comunitária aglomera as comunidades mais carentes em busca da solução e prevenção dos seus conflitos, almejando a paz social, com base na solidariedade humana. Sendo essa mediação realizada em comunidades periferias, onde o desrespeito aos direitos constitucionais é flagrante, representa um meio ainda mais efetivo de transformação da realidade. A mediação comunitária é um processo democrático de solução de conflitos, na medida em que possibilita o acesso à justiça (resolução dos conflitos) à maior parte da população de baixa renda. Além de possibilitar essa resolução, oferece aos cidadãos o sentimento de inclusão social. Ao lado disso, quadra salientar que a base do processo de mediação é o princípio da solidariedade social. A busca de soluções adequadas para casos, pelas próprias partes, incentiva a conscientização das mesmas para a necessidade da convivência em paz.

Conforme sublinha Sales (2004, p. 136), a mediação comunitária estimula o indivíduo a participar ativamente da vida política da comunidade em dois sentidos: “quando possui a responsabilidade de resolver e prevenir conflitos (mediador) e ainda quando se tem a certeza de que existe um local, próprio da comunidade, direcionado a resolver as controvérsias que apareçam (mediados)”. Desta feita, a mediação comunitária viabiliza a construção de uma identidade política comum, ou melhor, a construção de um senso de pertencimento físico e espiritual com relação a uma dada localidade, privilegiando a comunidade como o *locus* fértil para o exercício de tal método de tratamento de conflitos. Ao promover a capacidade para a





autogestão dos conflitos, empodera a comunidade sob uma perspectiva relacional, afixando um poder comunitário expressado no “poder com o outro”; na horizontalidade da conquista compartilhada e no resgate da consciência de que cada ser humano, num contexto coletivo, identifica-se como ator social, protagonista de destinos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

301

Diante do cenário apresentado, é possível pontuar que, conquanto a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também nomeada de “Constituição Cidadã”, assegurar, formalmente, o acesso à justiça, há que se salientar que o Poder Judiciário, em decorrência do pragmatismo existente e da visão processual adotada, diariamente, frustra a promoção de tal direito. Na realidade, a busca insaciável por diminuição de processos, com emissões de pronunciamentos do Estado-juiz, pautado, corriqueiramente, na distorcida visão do acordo como elemento de satisfação das partes, apenas atende o aspecto quantitativo de índices e dados que buscam demonstrar que o Judiciário, como zeloso e sensível Poder constituído, trava uma batalha pela materialização do princípio da duração razoável do processo. Ora, a falaciosa cultura acordista, adotada no modelo nacional, não trata o conflito nem as causas que o desencadeiam; ao reverso, fomenta apenas o tradicionalismo adversarial arraigado que, imperiosamente, agrupa os envolvidos em polos conflitantes que, uma vez infantilizados pelo monopólio na solução dos litígios, transferem ao terceiro, Estado-juiz, a capacidade de gerir o dissenso e determinar, a partir do arcabouço jurídico posto, qual dos envolvidos é detentor do direito pleiteado ou mesmo quem ganha e quem perde.

Em oposição à visão negativa de abordagem dos conflitos, a mediação, como método extrajudicial de tratamento dos dissensos, busca promover uma mudança cultural, pautada no empoderamento dos envolvidos, de modo que, a partir do diálogo e amadurecimento dos mediandos, seja possível estabelecer uma responsabilização compartilhada, em substituição à figura do culpado, culminando na construção de consensos que decorram, de fato, da confluência da vontade dos envolvidos. Não mais vigora a ideologia dualística do ganhador-perdedor, mas sim uma ótica segundo a qual o diálogo estruturado permite que ambos os envolvidos experimentem uma nova percepção do conflito, algo intrínseco e inseparável da



convivência em sociedade. A cultura de empoderamento dos indivíduos possibilita que seja desenvolvida uma autonomia participativa que refletirá diretamente na construção dos consensos formados, eis que derivarão da conjunção de esforços e anseios dos envolvidos. Neste cenário, o consenso é fruto da vontade dos envolvidos que, uma vez empoderados, logram êxito na gestão do conflito e no melhor mecanismo para tratá-lo, distinguindo-se, via de consequência, do pronunciamento estatal que, corriqueiramente, é imposto pelo julgado, alheio às nuances e aspectos caracterizadores dos envolvidos, estando atrelado apenas ao arcabouço jurídico.

Inexiste a figura do juiz togado, cuja legitimidade é proveniente do reconhecimento dispensado pelo Estado e pelo sistema burocrático, mas sim o mediador, o terceiro imparcial, escolhido consensualmente pelos envolvidos, cuja legitimação decorre do próprio reconhecimento da comunidade que, ao invés de emanar uma decisão, apenas orientará a condução do diálogo, permitindo que os mediados alcancem o tratamento mais adequado ao conflito existente. À luz do exposto, a mediação desenvolvida em comunidades se apresenta como robusto instrumento de empoderamento dos envolvidos, eis que possibilita o desenvolvimento de uma cultura participativa, na qual os indivíduos passam a gozar de autonomia e amadurecimento necessário para tratar os dissensos, sem que haja a necessária intervenção do Estado-juiz e todo o aparato processual enrijecido que o sustenta. Em especial nas comunidades que florescem à margem das cidades oficiais, que padecem da atuação ativa do Estado, sendo, por vezes, governada por um poder paralelo, decorrente do poderio do tráfico de drogas, necessário se faz a estruturação de mecanismos que permitam a preservação dos cidadãos, o fortalecimento de uma mentalidade que busque o restabelecimento da pacificação social e manutenção das relações contínuas.

Assim, diante cenário no qual as pessoas são desassistidas em seus direitos individuais e sociais, na tentativa de melhorar a qualidade de vida através da pacificação e participação social. É possibilitada uma valoração dos aspectos compartilhados pelas comunidades e não apenas um saber técnico-jurídico, por vezes, estranho àquelas, tendente a edificar barreiras que obstam o diálogo e tão somente hierarquiza os envolvidos. É o cidadão quem orienta a gestão do conflito, promovendo o diálogo e a mudança cultural, retirando do Estado o monopólio tal tarefa. Em tom de arremate, mediação, mais que um conjunto de técnicas e métodos extrajudiciais que tratam o conflito, é sinônimo de autonomia e exercício de democracia



participativa, permitindo que o indivíduo seja capaz de construir consensos, superar as divergências e promover uma cultura de paz.

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal. *Juizados Especiais: A Nova Mediação Paraprocessual*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. *O que é Justiça Comunitária?* Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br>>. Brasília, 2008, 123p. Acesso 05 jan. 2014.

FOLEY, Gláucia Falsarella. A Justiça Comunitária para Emancipação. In: SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Doglas César (org.). *Justiça Restaurativa e Mediação: Políticas Públicas no Tratamento dos Conflitos Sociais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

GARCIA, Cláudia Moreira Hehr; VERDAN, Tauã Lima. A Mediação no Novo Código de Processo Civil Brasileiro: Críticas à Efetivação do Instituto de Composição de Litígios, a partir de uma análise construtiva das tradições *Civil Law* e *Common Law*. In: PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; et all. (org.). *Mediação Judicial e Garantias Constitucionais*. Niterói: Editora do PPGSD, 2013.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de Liberação. In: GUZZO, R.S.L.; JUNIOR, F. L. (Org.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Liberação*. Campinas: Editora Alínea, 2009.

MONTORO, André Franco. *Federalismo e o fortalecimento do poder local no Brasil e na Alemanha*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação e Arbitragem: Alternativas à jurisdição*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MOREIRA, Sandra Mara Vale. *Mediação e Democracia: uma abordagem contemporânea da resolução de conflito*. Mestrado (Dissertação). Universidade de Fortaleza. Fundação Edson Queiroz: Fortaleza, 2007.

NASCIMENTO, Vanessa do Carmo. Mediação comunitária como meio de efetivação da democracia participativa. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 83, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em 05 jan. 2014.

NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático. Uma análise crítica das reformas processuais*. Curitiba: Juruá, 2011.



RIOS, Paula Lucas. *Mediação Familiar: Estudo Preliminar para uma Regulamentação Legal da Mediação Familiar em Portugal*. *Verbo Jurídico*, v. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.verbojuridico.com>>. Acesso em 05 jan. 2014.

SALES, Lília Maia de Moraes. *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004.

\_\_\_\_\_; ALENCAR, Emanuela Cardoso O. de; FEITOSA, Gustavo Raposo. *Mediação de Conflitos Sociais, Polícia Comunitária e Segurança Pública*. *Revista Sequência*, nº 58, p. 281-296, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso em 05 jan. 2014.

304

SANTA CATARINA (ESTADO). Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. *Mediação Familiar: Formação de Base*. Florianópolis: 2004, 98p. Disponível em: <<http://www.tj.sc.gov.br>>. Acesso em 05 jan. 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A sociologia dos Tribunais e a democratização da justiça*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1985.

SILVA, João Roberto da. *A Mediação e o Processo de Mediação*. São Paulo: Paulistanajur Edições, 2004.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais: Um novo caminho pra a Governança da Água no Brasil?* Curitiba: Editora Juruá, 2010.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Fundamentos Políticos da Mediação Comunitária*. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

TOCQUEVILLE, Aléxis. *Democracia na América*. Paris: s.n, 1963.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas*. 2 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Método, 2012.

WALTRICH, Dhieimy Quelem; SPENGLER, Fabiana Marion. *Reflexões acerca da Mediação Comunitária como Estratégia Prática de Cidadania Participativa*. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, a. 17, n. 25, 2013, p. 161-181. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/546>>. Acesso em 05 jan. 2014.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus Editora, 2001.



## AS CLÁUSULAS PÉTREAS DE CONTEÚDO MATERIAL E OS IMPEDIMENTOS À LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA

PEREIRA, Rubens de Lyra

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa da UFF*  
herrubens@gmail.com

MIRANDA, Debora Lopes

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa da UFF*  
deboralm7@gmail.com

BLANCO, Solange Machado

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF*  
soma.ead@gmail.com

305

### RESUMO

Na moderna teoria constitucional, as normas positivadas no texto constitucional gozam de diferenciação possibilitando sua modificação, desde que suas cláusulas pétreas não sejam atingidas, cláusulas que buscam impedir alterações incoerentes com a acepção da carta magna originalmente formulada. O atual texto constitucional brasileiro também vem sofrendo com o ímpeto reformador de uma sociedade em constante transformação, tendo diversos dos seus dispositivos alterados nos últimos anos, deixando nítida a necessidade de atualização permanente do texto inicialmente tido como ideal. Reconhecendo a necessidade de manutenção das bases e princípios vetores da carta democrática formulada em 1988 e na busca de mecanismos capazes de estabelecer uma estrutura normativa constitucional que se adeque à nova realidade social existente, apresentamos a ética preconizada por Jürgen Habermas, inserida no paradigma da universalidade moral procedimental.

**Palavras-chave:** Constituição. Cláusulas pétreas. Democracia.

### ABSTRACT

In modern constitutional theory, the rules in the Constitution have different possibilities of modification, since its foundation is preserved, in order to prevent inconsistent changes to the meaning of the original rules. The current Brazilian Constitution tries to be in accordance to a society in constant transformation, with many of its norms changed in recent years, leaving clear the need for continuous updating of the text initially considered ideal. Recognizing the need to maintain the bases and principles of democratic vectors letter formulated in 1988 and the search for mechanisms to establish a constitutional normative framework that fits the new existing social reality, we present the ethics proposed by Jürgen Habermas, inserted into the universality of the paradigm procedural moral.

**Keywords:** Constitution. Immutable clauses. Democracy.



## INTRODUÇÃO

As chamadas cláusulas pétreas são os mecanismos da teoria constitucional concebidos com o objetivo de impedir a mutação das bases de uma carta magna, primando pela manutenção da harmonia do texto originalmente formulado.

Na moderna teoria constitucional, as normas positivadas no texto constitucional gozam de diferenciação valorativa quanto à possibilidade de serem alteradas. Há a possibilidade de modificação do texto magno, desde que não sejam atingidos os princípios fundamentais, materializados através das cláusulas especialmente protegidas.

O atual texto constitucional brasileiro vem sofrendo, ao longo dos anos, com o ímpeto reformador de uma sociedade em constante mutação. Diversos dispositivos foram alterados ao longo de mais de duas décadas, deixando nítida a necessidade de atualização permanente do inicialmente tido como ideal pelo poder constituinte.

Sob tal premissa, torna-se irrecusável o reconhecimento da existência de considerável tensão entre os limites de sua reforma e as necessidades de alteração advindas das transformações sociais. O presente trabalho busca a tematização de tal embate, propondo, através de fundamentos procedimentais e discursivos, uma opção de solução para uma das mais tormentosas questões da teoria constitucional.

### 1. A DEFESA DA SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL

O principal fundamento para a garantia constitucional ofertada às normas qualificadas como cláusulas pétreas é o da necessidade de defesa da segurança jurídica do sistema constitucional.

O legislador constituinte, ao formular o sistema positivado, o fez de forma harmônica, após intensos debates democráticos que contaram com a participação da representação de diversos grupamentos da sociedade. Em razão disso, entendemos que a alteração das normas mais fundamentais da sistemática constitucional poderia, em alguns aspectos, desequilibrar a composição estabelecida no debate constitucional originário.





Nessa linha, temos nas cláusulas pétreas, inicialmente, uma garantia para a manutenção do corpo sistêmico da carta magna, de forma a serem preservadas a harmonia e a efetividade da lei primeira.

Um segundo fator é que reconhecemos nas cláusulas pétreas um direcionamento para os princípios mais fundamentais da dignidade humana e da defesa da democracia. As normas de proteção dos direitos e garantias individuais e as que tornam inegociáveis as premissas democráticas são nitidamente tratadas de forma diferenciada, reconhecendo-lhes como uma necessidade primeira para a instituição de outros valores a serem materializados no corpo do texto.

## 2. A DIFICULDADE DE DEFINIÇÃO DAS CLÁUSULAS

Tendo como premissa a necessidade de defesa da segurança jurídica, reconhecemos a instituição de cláusulas pétreas como medida necessária, de forma a ser mantida a logicidade da sistemática constitucional.

Constantes reformas, ainda que objetivem a atualização da carta fundamental, caso realizadas de forma pontual e assistemática, acabariam por desnaturar o espírito do texto forjado a duras penas através de um longo debate que pugnava pela redemocratização da sociedade brasileira.

A despeito disso, há de ser ressaltada a dificuldade de definição dos conteúdos pétreos. As partes da constituição reconhecidas como imodificáveis são definidas essencialmente pela jurisprudência e pela dogmática jurídica, levando-nos a reconhecer a inexatidão no estabelecimento de tais premissas.

No que tange à dogmática jurídica, há de se levar em conta a profusão de doutrinadores e juristas que concluem de formas diversificadas sobre a extensão dos conteúdos abrangidos pelo imobilismo garantidor. Também a literatura academicamente respeitável nem sempre é convergente quanto às normas a serem incluídas no rol das cláusulas pétreas, contrastando, em diversas ocasiões, opiniões fundamentadas, mas que levam a resultados opostos.

No campo da jurisprudência, destacamos a dupla modalidade de controle de constitucionalidade existente na legislação brasileira. Embora seja o Supremo Tribunal Federal



o responsável pela guarda da constituição e pela análise e controle do texto em confronto com normas abstratamente colidentes, garantiu-se no Brasil também a possibilidade de controle incidental, através do qual os magistrados podem declarar inconstitucionalidade de normas no exame dos casos concretos.

Dessa forma, torna-se latente a dificuldade de formulação objetiva e segura quanto à extensão da interpretação dos conteúdos constitucionais, destacando-se os percalços hermenêuticos existentes na distinção entre as normas que são efetivamente cláusulas pétreas e as que podem ser modificadas para a atualização do corpo constitucional.

Frise-se, por fim, a extensão da carta magna atual, tida como detalhista e, por muitos, como prolixa, o que favorece a possibilidade de equívocos quanto à delimitação dos conteúdos pétreos.

### 3. O CENÁRIO ATUAL

Discorrendo sobre o caso brasileiro, é nítida a diferença entre a conjuntura política presente no retorno à democracia em 1988 e o atual padrão de participação social. Aprimoraram-se as instituições e houve avanços na cultura política. Um processo de redemocratização arrastado, mas que sem dúvida arrefeceu alguns temores da sociedade, cujas necessidades também se modificaram parcialmente e que, mais fortalecida, espera ser impossível, na conjuntura política atual, sem agravo, um retorno ao período antidemocrático vivenciado até 1988.

Embora haja no texto constitucional a expressa menção aos limites e vedações para o caso de reformas, boa parte do pensamento hegemônico sobre o tema é fruto de construção jurisprudencial e debates doutrinários exclusivos dos chamados “operadores do direito”. Como já ressaltamos, o clamor público e democrático vem sendo timidamente atendido e em muitas vezes é limitado pelas construções doutrinárias acerca da vedação de modificação de uma cláusula pétrea. Reconhecemos a necessidade de manutenção das bases e princípios vetores da carta democrática formulada em 1988.

No entanto, há na atualidade uma espécie de barreira sistêmica que impede até mesmo a tematização sobre a possível mudança de alguns regramentos. Embora contemos com uma



imprensa formalmente livre, há ainda que se levar em conta o problema da inadequada formação da esfera pública, hoje “em crescimento e em reorganização continuados” (LÉVY, 2002, p.53) e influenciada por interesses econômicos, um ator coadjuvante na formação dos consensos convenientes a determinado grupo político mais poderoso e a interesses políticos. Vale destacar a definição de Habermas:

Por “esfera pública” entendemos antes de tudo um domínio de nossa vida social em que algo próximo à opinião pública pode ser formado. O acesso é garantido a todos os cidadãos. Uma parcela de esfera pública toma forma em todas as conversações em que indivíduos privados reúnem-se para formar um corpo público. Eles, então, não se comportam nem como negociantes ou profissionais transacionando negócios privados nem como membros de uma ordem constitucional sujeita aos constrangimentos de uma burocracia estatal. Os cidadãos agem como um corpo público quando deliberam de um modo irrestrito – isto é, com a garantia de liberdade de assembleia e associação, e a liberdade para expressar e publicar suas opiniões – sobre assuntos de interesse geral. [...] A expressão “opinião pública” refere-se às tarefas de crítica e controle que um corpo de cidadãos informalmente – e, em eleições periódicas, também formalmente – pratica vis-à-vis em relação à estrutura dirigente organizada na forma de um Estado. (HABERMAS, 1984, p. 21)

309

Mais uma dificuldade na tematização da modificação constitucional é a previsão do próprio texto magno quando veda até mesmo proposta tendente a atingir uma cláusula pétrea. A perfeição do mecanismo protetor dos princípios do texto acaba por instrumentalizar a barreira sistêmica mencionada, visto que são apenas os membros da comunidade jurídica que irão definir o que no texto constitucional é passível de alterar ou não.

Há diversos princípios e fundamentos, de fato, imutáveis. No entanto, sob as mais diversas classificações, são criadas novas cláusulas, frutos da interpretação exclusiva dos membros da comunidade jurídica, muitas vezes sem lastro na intenção da carta quando fora formulada. Além disso, mesmo quando fundada na intenção original do legislador constituinte, a interpretação sobre uma cláusula constitucional deve ser atualizada, espelhada nos anseios imediatos da população.

No contexto democrático estabelecido desde 1988 surgem diversos tipos de movimentos sociais. O fim do regime repressor possibilitou, ainda que de forma tímida, o florescimento da cultura de reivindicação por parte da população, que passa a expor suas carências e necessidades.



#### 4. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A era da informação, ou digital, um período iniciado no início do século XX, cujas mudanças foram impulsionadas na década de 1970 com a invenção dos microprocessadores e depois da rede mundial de computadores, impôs mudanças velozes às relações humanas e constitui uma expressão de referência para a gama de transformações sociais ocorridas no período, impondo a necessidade de ajustes aos normativos vigentes.

Um dos seus efeitos mais significativos foi a mundialização da economia que alterando os cenários locais incluindo a estes uma perspectiva global. O acesso à informação foi paulatinamente democratizado o acesso à informação, promovendo uma nova percepção de realidade global e levando a uma desterritorialização de indivíduos, que passam a precisar pactuar soluções coletivas para os novos desafios que se apresentam, formatando um novo cidadão.

O internauta convoca a imagem dos agentes sociais conforme a sua conveniência. [...] Já não são os agentes da vida pública que entram na nossa vida privada pelo intermédio da televisão. [...], é pela nossa iniciativa que são convocados ao ecrã do computador. [...] A relação com a vida pública já foi profundamente transformada por isso. (LÉVY, 2002, p.50)

Essa nova realidade mundial fez reluzir de forma intensa a inegável diversidade cultural entre os grupamentos sociais. As novas tecnologias exacerbaram a velocidade da disseminação e da produção de informações, deixando clara a heterogeneidade presente no mundo. No entanto, há um importante paradoxo criado pelo o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs): se por um lado colocaram os indivíduos em contato com outras culturas e realidades, por outro também permitiram, com seus filtros, que alguns forjassem uma realidade muito particular, possibilitando-lhes a escolha tentadora de lidar exclusivamente com aqueles que pensam como eles. Um efeito colateral que turva a noção de realidade coletiva, podendo exacerbam a incapacidade do indivíduo de ouvir e de considerar pontos de vista diferentes dos seus.

As TICs permitiram aos cidadãos conhecer o mundo, mas não trouxeram consigo de forma imanente a competência de lidar com a sua diversidade, pois não imprimem essa necessidade per si. Ao contrário, muitas vezes permitem a criação de bolha virtuais alicerçadas



a partir de um único discurso e, portanto, da rejeição a tudo aquilo que lhe é diferente, percebendo o outro como uma ameaça.

Portanto, não é óbvio e previsível o resultado da sua utilização, pois ao mesmo tempo que podem aproximar sujeitos distantes, sendo ponte, de outra forma podem servir à sua alienação, quando, por exemplo, são utilizadas para que cada um imponha dogmaticamente o *ethos* da sua "tribo".

Hoje estamos adentrando em uma nova era, a do conhecimento, pois ter acesso à informação já não é suficiente. Torna-se necessário que os indivíduos tenham uma fundamental capacidade de seleção, análise e compreensão do seu conteúdo para que depois possam também compartilhá-las.

Tantas mudanças econômicas e tecnológicas impuseram radicais mudanças sociais no período e foram por elas retroalimentadas. Destas, surgiram novas e intensas tensões, exigindo novas soluções, o que culmina numa constante pressão para a adequação do normativo.

## 5. A SOLUÇÃO PROCEDIMENTAL

No caso do Brasil, há ainda a pluralidade étnica e cultural interna, por tratar-se de nação com tamanho geográfico e quantitativo populacional continentais. Além da diversidade cultural, devemos levar em conta a acelerada mutação de valores e das novas demandas sociais oriundas das transformações do último século. Novos arranjos familiares, trabalhistas, relacionais, educacionais, de toda ordem, emergem de forma acelerada.

Diante disso, é nítido que essa nova sociedade, em tempos de conexões sociais velozes, contribui de forma contundente para a necessidade de atualização permanente das leis. Os diversos grupos integrantes da cultura nacional, sob intenso contato e fluxo de informações, demonstram a nova realidade globalizada, a do irrefutável multiculturalismo presente, inclusive dentro dos limites geográficos das nações.

O contato com outras culturas, quando estabelecido por acordos obtidos apenas nas bases do que têm em comum, pressupõe a manutenção do desejo latente de dominação no que se apresenta distintiva, prevalecendo o modelo hegemônico. Diferente disso, quando orientado em bases discursivas, pressupõe uma construção intersubjetiva no terreno do que lhes é



incomum, uma relação de alteridade que pressupõe o conhecimento e o reconhecimento das culturas envolvidas de maneira simétrica.

Surge, portanto, o desafio de adequação permanente da estrutura normativa constitucional à realidade social existente. Há na modernidade, com o avanço do historicismo extremado e do relativismo, a tentativa de extinção da ideia de preceitos ético-morais universais. A moralidade conteudística cede espaço à eticidade antropológica, ameaçando a estabilidade social e a possibilidade de respeito mínimo à condição humana.

Como contraponto ao relativismo, surge a ética preconizada por Jürgen Habermas, inserida no paradigma da universalidade moral procedimental. Refuta-se, logo de início, a possível qualificação do sistema proposto como relativista ou amoral. A ausência de conteúdos prévios universais e a construção a partir da contingencial perspectiva histórica não exime o sistema aqui proposto de um rigoroso procedimento universalizante, calcado na racionalidade e na lógica linguística. Em sua teoria do discurso, Habermas nos brinda com pressupostos lógico-discursivos aos quais uma prática verdadeiramente discursiva terá que se submeter.

- (1.1) A nenhum falante é lícito contradizer-se;
- (1.2) Todo o falante que aplicar um predicado F a um objeto A tem que estar disposto a aplicar F a qualquer outro objeto que se assemelhe a A sob todos os aspectos relevantes.
- (1.3) Não é lícito aos diferentes falantes usar a mesma expressão em sentidos diferentes. [...]
- (2.1) A todo o falante só é lícito afirmar aquilo em que ele próprio acredita.
- (2.2) Quem atacar um enunciado ou norma que não for objeto da discussão tem que indicar uma razão para isso. [...]
- (3.1) É lícito a todo o sujeito capaz de falar e agir participar de Discursos.
- (3.2)
  - a. É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção.
  - b. É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no Discurso.
  - c. É lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades.
- (3.3) Não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do Discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em (3.1) e (3.2) (HABERMAS, 1989, p. 110-112).

Corroborando os anseios citados sobre a necessidade de atualização da norma constitucional, o sistema trazido por Habermas refuta as ontologias travestidas de imutabilidade conteudística, estabelecendo premissas procedimentais fundadas na linguagem e que terão o condão de garantir o respeito à condição humana e ao mínimo necessário para a vida em sociedade. Preconiza Habermas que:





Sem a retaguarda de cosmovisões metafísicas ou religiosas imunes à crítica, as orientações práticas só podem ser obtidas, em última instância, através de argumentações, isto é, através de formas de reflexão do próprio agir comunicativo. A racionalização de um Mundo da vida mede-se pela questão: até que ponto os potenciais de racionalidade, inseridos no agir comunicativo e liberados discursivamente, perpassam e dissolvem as estruturas do Mundo da vida (HABERMAS, 1997, p.132).

O conteúdo material normalmente tido como imaculável nas cláusulas pétreas e outras máximas do direito constitucional deve ser lido à luz de uma moralidade procedimental que busca os consensos e a liberdade democrática. Frise-se, nesse ponto, que as exigências para o reconhecimento de uma ação comunicativa legítima são formuladas de forma rigorosa, o que, por si só, impede racionalmente o florescimento de arbítrios e o comprometimento, em última análise, da dignidade humana.

O atual momento da sociedade brasileira se situa historicamente no contexto de uma recente redemocratização, ainda sob os traumas de um regime ditatorial que se sobrepunha às instituições e ignorava as liberdades individuais. No direito da atualidade, nota-se uma espécie de movimento pendular, através do qual migramos de um modelo exacerbado no uso dos mecanismos de coerção, para uma sistemática pouco seletiva e eficiente na definição dos conteúdos jurídicos essenciais.

A formulação da legislação se encontra, em muitas ocasiões, presa às amarras contedísticas dos direitos humanos ontologicamente concebidos ou das cláusulas pétreas explícitas, implícitas e de outras classificações advindas da criatividade exclusiva dos detentores das verdades sistêmicas do direito.

Com isso, impede-se a tematização das agruras políticas que são correntes nas ruas dos principais centros urbanos. Cria-se, no âmbito do direito, uma espécie de ontologia das cláusulas pétreas, concebidas como axiomas do regramento político-constitucional.

Algumas das ditas cláusulas são formalizadas para a garantia procedimental do princípio democrático e, livres de conteúdo material, legitimam o procedimento universal aqui defendido. Outras, no entanto, refletem apenas o sentimento histórico-cultural de determinado período e, devido à constante modificação social, irão inevitavelmente demandar reformulação.

Nos limites do procedimento discursivo, *não há conteúdo material que não possa ser tematizado*. Tal vedação, caso fosse aceita, constituiria uma barreira sistêmica ao princípio do



discurso defendido, atentando de forma contundente, embora velada, contra as bases da transformação social e contra a necessidade de legitimação constante do direito.

A necessidade de legitimação constante da legislação passa pela urgência da aproximação entre a teoria e a vida prática, frise-se, primando por um viés construtivista da moral.

O apego exacerbado e imobilista aos padrões anteriormente estabelecidos, caso não sejam constante e democraticamente legitimados, inevitavelmente servirão para o acirramento da tensão existente no afastamento entre teoria e vida prática. A distância em questão, quando não equacionada ou dirimida, resulta quase sempre na quebra dos regimes políticos existentes, sem quaisquer garantias de substituição por modelos mais garantistas ou democráticos, o que lamentavelmente já ocorreu em diversos períodos históricos.

Temos a formação de consensos a partir da ação comunicativa como a principal via para estabelecimento das normas adequadas. A proposta procedimental ora defendida traz nela mesma as noções de liberdade, respeito e inclusão da alteridade, tornando logicamente inviável a objetivação do humano. Por essa via, garante-se o respeito à dignidade humana, sem a necessidade de recurso aos entendimentos pétreos que ignoram a modificação social e fadam as gerações futuras aos entendimentos dos preconceitos herdados.

Para usar o vocabulário “científico” das chamadas cláusulas pétreas (FERREIRA, 1999, p. 1558), parece risível a necessidade de ser destacado que somos um *pouco* diferentes do tal mineral aludido na expressão mencionada.

## CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendemos ser incompatível com o sistema democrático o estabelecimento material vertical de cláusulas pétreas. Apenas o próprio procedimento democrático e as garantias a ele inerentes devem ser assim imobilizadas sob pena de desnaturação de toda a sistemática constitucional.

Sugere-se, desta forma, uma busca que não deve ser material, mas sim procedimental. As cláusulas intocáveis devem se limitar à preservação procedimental do sistema democrático, refutando a materialidade direta de preceitos ditos pétreos.



A verdadeira segurança jurídica é a que garante a dignificação do humano, o reconhece como ser autônomo e capaz de lhe dar voz ativa para decisão intersubjetiva dos rumos da sociedade que integra. O apego exacerbado a conteúdos julgados ideais e imodificáveis, por vezes, acaba por tornar insustentável o distanciamento entre a teoria e a vida prática, ameaçando romper bruscamente com o sistema instituído.

A discursividade aqui defendida inclui a alteridade na busca pelo consenso, entendendo este como a forma mais eficiente de solução das divergências sempre existentes no convívio social.

A via da reforma constante, legitimando permanentemente a ordem constitucional, deve se sobrepor às soluções radicais e revolucionárias. Acompanhando os novos arranjos sociais, o direito desenvolve com maestria o seu mister, valorizando os fundamentos morais universais de dignificação do humano.

A tarefa de eleição do humano como finalidade é realizada através dos instrumentos democráticos positivados, estes sim, dignos da proteção do imobilismo pétreo e distanciados das dificuldades trazidas pela transmutação social e pelo multiculturalismo étnico.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética*. Companhia das Letras, 2006.
- DOUZINAS, Costas. *O Fim dos Direitos Humanos*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009.
- DUTRA, Delamar V. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Filosofia n.137).
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia - Vol. 1*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1965.
- FREITAG, Barbara. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Col. Justiça e Direito).



GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário, 84 – Série Estudos Alemães).

\_\_\_\_\_. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v. (Biblioteca Tempo Universitário).

\_\_\_\_\_. *Entre naturalismo e religião. Estudos filosóficos*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007. (Biblioteca Colégio do Brasil).

\_\_\_\_\_. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. *La necesidad de revisión de la izquierda*. Introdução e tradução de Manuel Jiménez Redondo. 2.ed. Madrid: Tecnos, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio Köthe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, 76 – Série Estudos Alemães).

\_\_\_\_\_. *A nova intransparência*. In: *Novos estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 18, set. 1987, p. 103-114.

\_\_\_\_\_. *O ocidente dividido*. Tradução de Luciana Villas Bôas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pensamento pós-metafísico*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Biblioteca Tempo Universitário, 90 – Série Estudos Alemães).

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1992. 2 v.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o Esclarecimento? In: KANT, Immanuel. *Immanuel Kant: textos seletos*. 2.ed. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.



MARITAIN, Jacques. *A filosofia Moral: Exame Histórico e crítico dos grandes sistemas.* - Tradução de Alceu Amoroso Lima. 2ª Edição - 1973.

WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria.* Tradução de André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, Max. A Economia e as Ordens Sociais In: WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. 3a ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994.



## DEMOCRACIA E ATIVISMO POLÍTICO-SOCIAL NO CONTEXTO DOS CIBERTERRITÓRIOS

CARVALHAL, Márcia

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social*  
macarvalho@gmail.com

318

### RESUMO

Neste artigo serão observadas as transformações pelas quais as noções de democracia e ativismo político vêm passando graças à hibridez imposta pelo ambiente tecnológico contemporâneo, que não se limita ao híbrido do substrato material (espaço físico) com as relações de poder e relações simbólico-culturais que acontecem e caracterizam os territórios e os lugares (espaço social), mas, sobretudo, ao híbrido como produto das relações das territorialidades multidimensionais entre a dimensão sócio-espacial física e a dimensão sócio-espacial virtual (percebida no contexto das redes sociais digitais), de onde as pessoas que compõem a sociedade contemporânea estabelecem boa parte das suas relações com os seus pares e com os seus espaços de referência durante o percurso da sua vida, significando-os e ressignificando-os simbolicamente nos seus espaços de convivência social.

**Palavras-chave:** Democracia. Ativismo político-social. Ciberterritórios. Ciberdemocracia. Ciberativismo.

### ABSTRACT

In this article the changes will be observed in which the notions of democracy and political activism have been going through the hybridity imposed by contemporary technological environment, which is not limited to the hybrid material substrate (physical space) with power relations and symbolic-cultural relations happen and characterize territories and places (social space), but especially the hybrid as a product of the relationships between physical territoriality multidimensional socio-spatial dimension and the virtual socio-spatial dimension (perceived in the context of online social networks), where the people who make up the contemporary society establish good part of their relationships with their peers and with their reference spaces during the course of your life, meaning them and redefines them symbolically in their spaces of social interaction.

**Key-words:** Democracy. Political and social activism. Cyberterritory. Cyberdemocracy. Cyberactivism.





## O LUGAR DE FALA

Neste artigo serão observadas as transformações pelas quais as noções de democracia e ativismo político vêm sofrendo no contexto atual das análises sócio-espaciais, levando em conta a perspectiva da conjunção das materialidades e imaterialidades, hoje marcadas pelas relações físico-virtual, presencial-online, híbridas, e, em permanente conflito nos seus territórios de referência.

A hibridez aqui discutida, entretanto, não se limitará ao híbrido do substrato material (espaço físico) com as relações de poder e relações simbólico-culturais que acontecem e caracterizam os territórios e os lugares (espaço social), respectivamente, mas, sobretudo, ao híbrido como produto das relações das territorialidades multidimensionais entre a dimensão sócio-espacial física (com hífen, parafraseando Souza, 2013<sup>1</sup>) e a dimensão sócio-espacial virtual (percebida no contexto das redes sociais digitais), de onde as pessoas que compõem a sociedade contemporânea estabelecem boa parte das suas relações com os seus pares e com os seus espaços de referência durante o percurso da sua vida, significando-os e ressignificando-os simbolicamente nos seus espaços de convivência social.

As provocações, os exemplos e as análises aqui realizadas, portanto, estão vinculadas a uma visão de mundo em que se pressupõe que as relações humanas na atualidade estão mergulhadas e inexoravelmente interligadas a um emaranhado de redes sócio-técnicas em que as materialidades e imaterialidades possíveis de um ciberespaço, independente do contexto em que as relações espaciais acontecem, influenciam no mesmo grau que são influenciadas pelos aspectos materiais do espaço físico em questão.

O percurso escolhido para a consecução dessa missão envolve a combinação de métodos diferenciados, tais como uma específica revisão bibliográfica, para uma análise dos conceitos básicos da pesquisa sócio-espacial, mas também o confronto da literatura com reflexões próprias baseadas em parciais de pesquisa realizada, para uma análise mais acurada dos fenômenos estudados.

É importante ainda observar que os conceitos e noções aqui explorados estarão sempre sendo pensados num contexto de evolução histórico-social e, portanto, sempre como algo que faz parte de um processo contínuo e por isso mesmo mutável, e nunca como fenômenos

<sup>1</sup> Marcelo Lopes de Souza, em “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial”, observa que vai tratar da questão sócio-espacial (com hífen) porque suas análises se referiam ao espaço, sempre a partir de uma visão híbrida, em que o espaço não seria possível de se pensar sem o social, e vice-versa.



estanques, que podem ser analisados como algo que se explica por si só em qualquer momento histórico e em qualquer espaço e contexto social.

## **DO TERRITÓRIO AO CIBERTERRITÓRIO: POR UM DESENVOLVIMENTO SOCIAL MENOS DESIGUAL**

320

O primeiro conceito a se tratar nessa perspectiva complexa e multidimensional é o de território. É conveniente, entretanto, informar que buscar-se-á a incorporação de uma dimensão cibernética para este, mostrando-se que por essa perspectiva, o seu processo de evolução histórico-social contribui para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento social menos desigual, na medida que a nova dimensão incorporada no processo evolutivo dá voz a quem antes não possuía e, conseqüentemente, contribui para a inclusão cidadã no contexto da sociedade do consumo e do capitalismo, hoje hegemônico.

O termo território, quase sempre, no senso comum, e mesmo no âmbito acadêmico-científico, numa perspectiva mais tradicional, remete à noção de delimitação do espaço físico, do substrato material (SOUZA, 2013). Conforme observa Albagli (2004, p. 26), a própria etimologia da palavra está diretamente relacionada à terra. Vem do latim *territorium*, que significa pedaço de terra apropriado. Fora isso, muitos autores da área também o conceituam com base nesta mesma noção. Ratzel (1990), por exemplo, define território como uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Apesar de observar as relações sociais contidas e enquanto elemento de formação do território, o que prevalece é o aspecto material do território.

A visão brasileira, de Santos e Silveira (2008, p. 20), não é muito diferente, pois estes definem território como “a extensão apropriada e usada, que interessa ser pensada, dentre outras possibilidades, como sinônimo de espaço geográfico”.

Carvalho (2008, p. 3) também constatou essa afirmação quando observou que a territorialidade

[...] vem sendo abordada pelas perspectivas espaciais, regionais, relacionadas ao lugar, à cidade, ao campo ou à nação, mas, conforme já pontuado, sempre vinculada ao espaço físico e à terra, ainda que essas abordagens se dêem em diferentes escalas, sejam elas local, regional, nacional, ou global.



A dinâmica territorial do mundo contemporâneo, entretanto, expressa complexidade e permite articulações profundas no que se referem às questões de ordem simbólica, que transcendem a esfera do substrato material (físico) e permitem conceitos e visões diferenciados sobre o território, que vão além da possibilidade da abordagem conceitual abstrata de Souza (2013), que se coloca em oposição à visão tradicional, que segundo o próprio autor, “coisifica” o território, e que enfatiza e dá um peso maior ao aspecto imaterial, afirmando que “os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim ‘campos de força’ (Souza, 1995, p. 97)”.

Alguns autores, como Raffestin (1993) e Silva e Silva (2006), já sob uma perspectiva mais recente de território, apontavam possibilidades de conceitos que contemplavam um nível maior de complexidade e abrangência deste, e com isso abriram espaço para uma abordagem conceitual dos aspectos sociais com foco no território, como fez Souza (2013) posteriormente.

Raffestin (1993), por exemplo, afirmou muito antes de Souza (1995), que o território não se reduz a sua dimensão material ou concreta, mas se constitui num ‘campo de forças’, onde se dão as relações sociais. Nesse aspecto, Souza (1995, p. 78), numa primeira aproximação conceitual, afirma que “o território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. Silva e Silva (2006) entenderam que o território agrega as relações humanas em seus diversos aspectos e escalas e, por isso mesmo, envolve um nível de complexidade muito grande.

É nessa complexidade dos processos contemporâneos que o conceito de ciberterritório (CARVALHAL, 2008) se tornou bem-vindo, pois permite o alargamento das discussões sobre a questão territorial e portanto abordagens mais significativas do contexto atual, em que muitos antigos paradigmas foram quebrados e outros se mantêm fragilizados, sob permanentes questionamentos dos analistas da ambiência social contemporânea. Por isso, para essa abordagem, se torna importante conceituar ciberterritório.

Para Carvalhal (2008, p. 5), o ciberterritório:

[...] diz respeito à formação de um determinado território na intersecção do espaço físico e o espaço cibernético, proporcionado por uma rede física de dispositivos digitais, que dão acesso a um ambiente virtual, em que as relações humanas se estabelecem. Um ambiente intangível onde as pessoas e instituições produzem cultura e disseminam informação e conhecimento, a partir de uma grande rede social que se forma, conforme observa Castells (1999), com possibilidade de participação e inserção em todas as escalas.



Como se pode constatar, o conceito de ciberterritório não se opõe aos conceitos tradicional (desenvolvidos por autores da Geografia Clássica) e (muito menos ao) fenomenológico (abordado por Souza, 2013) de território, apenas cria uma nova perspectiva, em que se tem um híbrido do produto das relações das territorialidades multidimensionais entre a dimensão sócio-espacial física e a dimensão sócio-espacial virtual, de onde os agentes sociais estabelecem boa parte das suas relações e passam pelo permanente processo de significar e ressignificar simbolicamente os seus espaços de convivência social.

A contribuição do conceito de ciberterritório não é exatamente a de observar o território como algo dinâmico e que sofre mutações com o processo histórico-social (apesar de destacar essa questão), pois isso, muitos outros autores já tinham feito, mas quando afirma que o território é suscetível às influências técnicas e na atualidade se engendra nas redes informacionais digitais para se estabelecer do produto obtido das relações sociais que se dão na intersecção das dimensões física e virtual, proporcionando e potencializando, como nunca antes, a possibilidade de relações multiescalares tão diversas e dinâmicas.

Enquanto noção, o ciberterritório amplia significativamente as análises sobre territorialidade e territorialização, na medida em que insere a dimensão geográfica nas discussões sobre o ciberespaço, ressignificando de modo contundente as noções de espaço, materialidade, imaterialidade e virtualidade. Conforme Carvalho (2011), o construto conceitual de ciberterritório indica que este está para o território, assim como o ciberespaço está para o espaço. Ou seja, um não está em superposição ao outro, mas são complementares para o entendimento das relações sócio-espaciais no contexto atual.

Para Chamusca (2011), essa nova perspectiva de apropriação do território, a partir da dimensão cibernética desenvolvida por Carvalho (2008), permite uma análise aprofundada e o consequente entendimento de que o desenvolvimento social pode ser olhado por um viés menos desigual e mais humano. Isso porque por esse campo de visão conceitual do ciberterritório, se nota um empoderamento dos cidadãos comuns, na medida em que se destaca a potencialização da ressignificação dos espaços, proporcionada pela atual possibilidade de intervenção mais ampla que esses cidadãos passam a ter nos espaços vividos, nos lugares e territórios, em que estabelecem suas relações, sejam elas predominantemente simbólico-culturais, sejam elas iminentemente de cunho político-social.

Souza (2013, p. 262-263) desde os anos 1990 vem investindo numa abordagem teórica que ele denomina “macroteoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial, baseada no princípio da autonomia e na ideia de “mudanças para melhor”, mas reservando essa ideia



“como um direito e uma tarefa dos próprios agentes sociais (sujeitos, protagonistas) e não como um privilégio do analista” do processo de desenvolvimento. Além disso, apresenta duas faces da autonomia, que o autor chama atenção para o fato de que são faces interligadas e interdependentes:

Autonomia individual (capacidade individual de decidir com conhecimento de causa e lucidamente, de perseguir a própria felicidade livre de opressão) e autonomia coletiva (que compreende tanto a autoinstituição lúcida da sociedade, em que o fundamento das “leis” não é metafísico, mas sim a vontade consciente dos homens e mulheres, quanto a existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre os assuntos de interesse coletivo) (SOUZA, 2013, p. 265).

323

É possível fazer uma aproximação entre o que Souza (2013) chama de “macroteoria aberta” do desenvolvimento social com a discussão que Chamusca (2011) faz quando trata do conceito de ciberterritório (CARVALHAL, 2008). Chamusca observa que o que está em questão é a possibilidade de apropriação do espaço pelo indivíduo, que pode elaborar um referencial espacial próprio/adverso ao contexto tradicional que está posto, fincando as bases para o estabelecimento de interações simbólicas e interpretações dos signos urbanos em uma lógica própria. Ou seja, o indivíduo pode interferir no espaço, resignificando-o de modo personalizado, a partir da sua óptica individual, apropriando-se do espaço público para uso privado e vice-versa. Para Chamusca (2011), entretanto, essa apropriação individual não significa necessariamente a individualização ou privatização dos processos sócio-espaciais, mas da expressão individual no coletivo, levando em consideração que a soma das partes não corresponde ao todo, pois a dimensão simbólica do todo é sempre mais ou menos representativa que a soma das partes.

A dimensão cibernética do território, portanto, pode corresponder a um possível caminho para a autonomia desejada por Souza (2013) na sua “macroteoria aberta”, na medida que empodera o sujeito envolvido no processo, conforme visto anteriormente, e lhe dá voz, para que ele mesmo possa determinar se as mudanças sócio-espaciais que estão em andamento no seu território de referência são ou não são “mudanças para melhor”.

Por outro lado, a ideia de apropriação individual e coletiva do ciberterritório, abordada por Chamusca (2011), também se fortalece com os argumentos de Souza (2013) sobre as duas faces da autonomia (individual e coletiva), pois ao entender que o ciberterritório proporciona acesso à informações em multiescalas e que empodera o indivíduo com poder de mídia, ou seja,



lhe dá voz no contexto da sociedade, entende-se, automaticamente, que este agora tem acesso a mais informações, a mais conhecimento e, portanto, potencialmente, pode ter um nível de autonomia muito maior, pois o conhecimento que agora passa a ter acesso, lhe permite disputar sentidos com os agentes oficiais e, conforme Souza (2013, p. 265) chama atenção, buscar “a própria felicidade livre de opressão”.

Essa apropriação individual muitas vezes pode se tornar coletiva e criar sensações de processos de territorializações e desterritorializações constantes, conforme pode-se notar nos argumentos de Deleuze e Guattari (1986), que afirmavam que as sociedades contemporâneas estavam sujeitas a esses processos (territorialização e desterritorialização constantes), quando na realidade, pelo menos no sentido forte do conceito, não há desterritorialização, mas uma dinâmica territorial que pode levar a essa percepção, a exemplo dos territórios móveis (SACK, 1986), que Souza (1995) denominou de territórios cíclicos, que podem, em algum momento, levar à sensação de processos de territorialização e desterritorialização constantes, mas que o que há, de fato, são processos de territorialização sobrepostos e temporais<sup>2</sup>. Por outro lado, a revelia dessa perspectiva, Mitchell (2003), Horan (2000) e Meyrowitz (2004) compreenderam que os espaços se reconfiguram permanentemente, mas que isso não significa que mantenham traços permanentes ou haja o enrugamento necessário para a formação dos laços simbólicos que dão base para a sensação de pertencimento, que se traduz na noção de territorialidade.

As dinâmicas sócio-espaciais promovidas pela nova ambiência tecnológica digital, portanto, são criadoras desse novo olhar sobre o território, do ciberterritório que, por sua vez, formata uma também nova sociedade, com valores e características muito específicas, ainda não totalmente desvelados, que ainda carecem de muitas reflexões da comunidade científica que se propõe a estudá-la. Fala-se em crise de valores. Talvez o que realmente se vê é a substituição quase sumária do quadro de valores sociais tradicionais por um outro com novos valores que podem até trazer estranheza para os mais tradicionais, mas que fazem sentido e dão base para as relações da sociedade atual.

É importante observar que essa renovação dos valores sociais não é um processo do qual a sociedade atual tem privilégio de promover. Schumpeter (1961) tratou de mudanças radicais do quadro de valores sociais no mundo capitalista, comentando sobre a perda da importância

<sup>2</sup> Por “territórios móveis” Sack (1986) entende processos de territorialização que se movimentam no substrato material, não se referem a um só espaço, mas movem-se por ele. Por “territórios cíclicos” Souza (1995) entende territórios que são marcados pela temporalidade. Um mesmo substrato espacial, pela manhã tem um tipo de territorialidade e pela noite se transforma possui outra relação territorial. Ex.: uma praça que pela manhã é ocupada pelas famílias com crianças brincando no parque e pela noite é ocupada por prostitutas.





das relações familiares, da instituição do casamento, dentre outras instituições e padrões vitorianos.

Essa preocupação, entretanto, por mais incrível que isso possa parecer, não se nota de forma muito presente nas análises sócio-espaciais, nem mesmo nas mais atuais, como a de Souza (2013), que incoerentemente cita a sua extrema importância, mas negligencia completamente um entendimento mais atual das relações sócio-espaciais, quando sonega uma análise minimamente acurada e apenas tangencia de modo absolutamente superficial a influência da internet nas relações de poder e nas tensões sócio-espaciais na sociedade contemporânea.

Ao sonegar essa análise, se sonega, automaticamente, a discussão essencial sobre desenvolvimento social e os avanços que essas novas possibilidades sócio-espaciais multiescalares, solidárias e colaborativas proporcionam à sociedade na atualidade. Esse ensaio, pretende trazer algumas reflexões que possam contribuir com avanços sobre o tema.

## **DA DEMOCRACIA À CIBERDEMOCRACIA: A AMPLIAÇÃO DA ESFERA DE DEBATE**

O conceito de democracia já é algo bastante difundido, seja no âmbito do senso comum (com sentido mais elástico, para se referir dentre outras coisas à liberdade e à livre expressão), seja no âmbito científico (num sentido mais estrito, para se referir a um sistema de governo em que em algum nível há participação da população no processo decisório de uma gestão pública).

Quando na sua criação, na Atenas da Antiguidade, em que as práticas sócio-espaciais que envolviam ações políticas eram empreendidas na Ágora, “lugar” onde a essência da democracia ateniense floresce, por ser uma verdadeira “esfera pública” de debates (HABERMAS, 1987), o que prevalecia era uma arquitetura de participação aberta, em que os envolvidos tinham plenos poderes para atuação política e intervenção de forma direta na atuação prática do governo de Atenas, uma vez que a opinião pública era genuína, pois se constituía como produto de discussão pública, opinião consensual ou consensuada pela maioria<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Na democracia Ateniense apenas o grego adulto e macho tinha poder de voto. Mulheres, escravos e estrangeiros eram excluídos do processo de discussão e decisão.



Mas toda essa dimensão participativa permitida pela democracia de Atenas da Antiguidade foi antecedida pelo que ficou conhecido como a reforma de Clístenes, que, segundo Chauí (2003, p. 132 apud SOUZA, 2013), preparou o terreno para o seu florescimento. Discutindo essa reflexão de Chauí, Souza (2013, p. 108) observa que:

É notável como ela foi, indubitavelmente, uma profunda reforma sócio-espacial, e, mais especificamente, territorial, na qual a transformação da malha territorial (tendo por coadjuvante a refuncionalização e, às vezes, a reestruturação de formas espaciais e objetos geográficos do substrato) foi, a um só tempo, fruto e fator de condicionamento das novas relações sociais.

326

Clístenes, portanto, reordenou as forças políticas no território com a intenção nítida de impedir que essas se articulassem para criar concentrações de poder e, segundo Souza (2013), enfraquecendo as identidades e relações aristocrático-oligárquicas e com isso evitando corporativismos territoriais.

O terreno fértil promovido por Clístenes para a criação de um regime de arquitetura de participação aberta, foi aproveitado pelos atenienses para marcarem de forma flagrante a história da humanidade, com um regime que veio a se tornar o fetiche político do mundo moderno e contemporâneo: a democracia.

Mas esse modelo de participação democrático ateniense ficou na Antiguidade. Durante toda a Idade Média, o conceito de democracia se perdeu e só reapareceu com a renascença e depois de modo mais forte com o iluminismo e as revoluções burguesas, a partir do século XVII. Na sua releitura moderna, entretanto, a democracia se transmuta de democracia direta e participativa para democracia representativa, em que a participação popular se resume ao sufrágio do voto para eleição de representantes para as instâncias de poder instituídas.

Sobre isso, Castells (2013, p. 178-179), já numa leitura mais atual, observa que “a democracia foi reduzida a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática”.

Numa sociedade midiática, em que a opinião pública, como afirmou Habermas (1987), é encenada pela mídia, é determinada pelos veículos tradicionais de comunicação que, por sua vez, são parte de grandes conglomerados empresariais e, portanto, absolutamente comprometidos com grupos privados, o poder da participação democrática é praticamente nula, pois, nesse contexto, se agiganta o papel da mídia, que ganha *status* de “quarto poder”.



Entretanto, nos momentos mais atuais, há quem comece a questionar o poder da mídia tradicional. Lima (2013, p. 165), por exemplo, observa que “a velha mídia não pode mais ser considerada o ‘quarto poder’, imparcial e independente, fiscalizador dos governos e expressão da opinião do público”. Na realidade, ela nunca foi, conforme já se comentou anteriormente. Contudo, com o advento das mídias sociais a sociedade passa de midiática (controlada pelos grandes veículos – a mídia de massa) para midiaticizada (em que todas as pessoas possuem poder de mídia e passam a poder emitir por meio dos seus dispositivos digitais).

Por outro lado, as mídias sociais digitais forjam nos ciberterritórios “lugares” de representação de poder que passam a não só determinar opinião pública, como somente a mídia tradicional podia fazer numa sociedade midiática, mas pautar a própria mídia tradicional, pois, nesse novo contexto, os processos de comunicação e relacionamentos deixam de ser controlados pela mídia para serem mediados por computadores, liberando o pólo de emissão e permitindo que potencialmente todos possam emitir informações a todos.

Esse processo de dar poder de distribuição de informação ao cidadão comum foi profeticamente pensado por Tofler (1981), quando criou a expressão “prosumer”, um neologismo que diz respeito a capacidade do indivíduo de ser não mais apenas um mero consumidor, mas também um produtor de informação. Ao se criar a possibilidade de qualquer cidadão poder ser um produtor e distribuidor de informação, potencializada nos dias atuais pelas mídias sociais, se muda significativamente os modos de se produzir e lidar com a cultura, com o conhecimento, bem como com todas as questões que envolvem relações entre homens e o seu ambiente, incluindo as questões sócio-espaciais.

Não é à toa que, da mesma forma que a mídia tradicional foi considerada por muitos o “quarto poder”, porque as opiniões dos seus membros exerciam influência direta nas decisões governamentais, as mídias digitais, que dão voz ao cidadão comum, estão sendo consideradas por alguns autores o “quinto poder”, pois há, de fato, a potencialização do poder de influência do cidadão nas instâncias decisórias. Agora, o processo tecnológico em curso permite o cidadão comum chegar ao seu representante nas instâncias de decisões de forma efetiva, sem ter que vencer as barreiras físicas impostas pelos tramites burocráticos das casas legislativas e palácios de governo, até hoje instituídos.

A cada dia, os movimentos sociais e outros agentes reivindicativos vêm se apropriando mais dos ambientes híbridos para a prática da participação democrática. Os embates de forças e as tensões existentes no contexto democrático em todo o mundo são cada vez mais travados em



multiescalaridade que, por sua vez, é favorecida pelos ciberterritórios, uma vez que as práticas sócio-espaciais hibridizadas potencializam os campos de luta e de exercício pleno da cidadania.

Deste contexto surge o conceito de ciberdemocracia, que está diretamente ligado à ampliação da esfera de debate, proporcionada pelo alargamento da dimensão participativa da democracia e a ação efetiva do cidadão através de práticas sócio-espaciais democráticas no contexto dos ciberterritórios, que potencializam a participação na sua arquitetura, pois garante voz aos diversos agentes envolvidos no processo de discussão, possibilitando um nível significativo de sua influência direta e/ou indireta na tomada de decisões dos representantes legítimos nas devidas instâncias de poder instituídas.

Na ciberdemocracia, o empoderamento do cidadão comum no processo democrático é notório. O processo em curso cria possibilidade real de democratização da informação e, mais do que isso, um campo favorável para a propagação da real liberdade de opinião e expressão, uma vez vencidas as questões relacionadas às desigualdades sociais e à pobreza que ainda impõem a exclusão de uma boa parte da população do planeta do acesso a todas essas possibilidades aqui discutidas.

Diante desta constatação, é importante frisar que as reflexões aqui realizadas não pretendem dar conta de um discurso totalizante, e muitas vezes estão no campo das possibilidades, visto que, não raro, há constatações de que o alargamento da participação democrática, proporcionado pelo advento da ciberdemocracia, na prática, pode não estar sendo plenamente desenvolvido e contemplando o conjunto da sociedade. Isso acontece, não pelas suas potencialidades, mas por outras questões de ordem econômica e social, que não devem polarizar as discussões e impedir que se avance nas reflexões sobre as possibilidades reais de democratização que as novas arquiteturas de participação, já acessível a uma significativa parcela da sociedade, propõem a todo o mundo.

Diante da certeza de que as reflexões sobre a ciberdemocracia não podem parar, visto o seu potencial de empoderamento do cidadão e do contexto da cidadania, mantem-se os ideais e a utopia de que um outro mundo é possível: um mundo com mais justiça social e menos desigualdade entre os homens.

Nas práticas sócio-espaciais multiescalares que envolvem os processos híbridos da ciberdemocracia, a interatividade é um dos elementos centrais de todas as discussões. É inclusive a base sobre a qual se especula a respeito da possibilidade de alargamento da participação do cidadão comum no processo democrático, bem como da apropriação dos



ciberterritórios pelos movimentos sociais e outros agentes reivindicativos como campo de luta e exercício pleno da cidadania.

Dos ciberterritórios e por meio da ciberdemocracia surgem uma série de movimentos sociais populares atuais que viabilizam suas lutas por ganhos no bem-estar coletivo e reivindicam o direito dos setores mais carentes da sociedade de participarem não só das riquezas socialmente produzidas, mas também das discussões sobre os rumos da sociedade, a partir de práticas sócio-espaciais cada vez mais hibridizadas e em níveis escalares quase sempre muito diversos, da nano escala para a macro escala, conforme se discutirá a seguir com o advento do ativismo de sofá.

## **DO ATIVISMO POLÍTICO AO CIBERATIVISMO POLÍTICO-SOCIAL: A AGREGAÇÃO DO ATIVISMO DE SOFÁ**

Durante muito tempo ser ativista político representava ser alguém que precisava se dedicar completamente a uma causa. Era como um estilo de vida. Você optava por ser ativista e muitas vezes isso significava abrir mão de ter uma carreira e uma vida social estáveis. Isso porque o ativismo exigia esforços muito grandes do ativista, pois as suas práticas sócio-espaciais estavam sempre relacionadas a ocupações de locais, passeatas, atos de protestos, enfim, se tratavam sempre de ações que envolviam presença física e disponibilidade de tempo para dedicar-se à causa pelo qual se lutava.

Sobre isso, Souza (2013, p. 105) observa que

Se examinarmos as práticas dos ativistas e organizações, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, práticas espaciais; e, se examinarmos suas ações de resistência e protesto, verificaremos que entre as práticas espaciais se destacam as ações de territorialização.

O ativismo, portanto, levava a processos de territorialização e promoviam (e ainda promovem) dinâmicas territoriais diversas. Com o surgimento do advento da internet, entretanto, a noção de ativismo ganhou novo dimensionamento e o nome de ciberativismo que, num primeiro momento, estava voltado para ações políticas quase sempre no campo do protesto e não no nível da proposta, conquistou uma dimensão propositiva. Ou seja, seguindo o paradigma da rede tinham um sentido mais anarquista.



Mais atualmente, mais precisamente a partir de 2011, com a ampla popularização das mídias sociais digitais, o ciberativismo ganha essa outra dimensão. Agora, cientes da possibilidade de intervir no processo decisório e nos poderes soberanos, do alargamento da participação democrática possibilitado pela nova arquitetura, e consciente de que as suas ações devem ser contextualizadas ao mundo em que o capitalismo neoliberal é hegemônico, o ciberativista propõe mais, através de redes que coletam adesões, instrumentalizadas inclusive para possuírem efeito legal de proposição em nível legislativo e até executivo.

Nesse momento entra a figura emblemática e significativa da nova conjuntura, chamada por alguns analistas desse cenário de “ativista de sofá”. O termo surge pejorativamente, mas depois passa a ser sinônimo de algo altamente legítimo, uma vez que potencialmente todo cidadão, independente de ter ou não tempo e recursos para participar do ativismo político tradicional, pode ser um ativista de sofá. Ou seja, se agregar a um grupo que luta por uma causa, participando e se mobilizando por ela, inclusive, assinando reivindicações ou petições que serão entregues às autoridades competentes, tudo isso com um clique no mouse, e do conforto do seu sofá.

O ativista de sofá pode ser um pedreiro, um executivo, um estudante ou um PhD. Pode ser um branco ou um negro, um homem ou uma mulher, um adolescente ou um idoso. Pode ser um religioso ou um ateu, um rico ou um pobre. Não importa. O que importa é que é um cidadão ou cidadã e a sua voz vale tanto quanto a de qualquer outro.

Levy (2010) observa que uma petição é sempre uma petição, independente do esforço que se fez para realiza-la. O fato de uma pessoa ter assinado uma lista de apoio a uma causa através do seu computador ou celular no conforto do seu sofá não torna a sua causa menos legítima do que o que foi à uma praça assinar presencialmente. O que torna a causa mais ou menos legítima é o seu apelo e relevância social.

Souza (2013), ao tratar dos movimentos sociais, e de ações de ativismo coletivo, indiretamente, traz uma importante contribuição a essa discussão, que se volta para a possibilidade de um ativismo individual se agregando ao coletivo, quando trata das práticas espaciais insurgentes, que, segundo ele, “remetem à ideia de *práxis*, ou seja, à ação (ou conjunto estruturado de ações) visando à transformação da realidade, politicamente falando”.

É importante observar que o ativista de sofá, apesar da sua ação sócio-espacial isolada e via de regra multiescalar, se integra a movimentos coletivos, e busca fortalecer às lutas por causas altamente legitimadas por coletivos sociais em todo o mundo.

O autor criou uma tipologia dessas práticas, conforme segue:





- Territorialização em sentido estrito – práticas espaciais que se inicia numa escala local, com delimitações em lugares específicos. Por isso mesmo muitas vezes ruidosas e abertas;
- Territorialização em sentido amplo – práticas espaciais em escalas maiores e que buscam transgredir as regras impostas pelo Estado. Por isso geralmente são realizadas silenciosamente e escondidas;
- Refuncionalização/reestruturação do espaço material – práticas que buscam novas funções ao substrato, de maneira nova e criativa, reestruturando-o para novas necessidades sociais;
- Ressignificação de lugares – práticas que envolvem disputa de sentidos simbólicos em relação ao lugar;
- Construção de circuitos econômicos alternativos – práticas que envolvem o uso do espaço para geração de renda e de recursos para os movimentos;
- Construção de redes espaciais – práticas que criam para a sua manutenção redes espaciais em múltiplas escalas. Por isso capazes de atingir grande repercussão inclusive em níveis internacionais.

O último tipo de práticas espaciais insurgentes citado por Souza (2013) interessa de modo especial para essa discussão, visto que as tecnologias digitais e a internet o potencializa significativamente na medida que permitem a difusão da informação em escala global, por canais multimídia e em tempo real, contribuindo de forma flagrante para o sucesso dessas práticas.

Um exemplo disso é o conjunto de manifestações que ocorreram no mundo árabe em 2011, que ficou conhecido como Primavera Árabe. Essas manifestações, apesar de terem como foco a queda de ditadores locais, que vinham se perpetuando no poder em seus países, foram realizadas através de práticas espaciais em multiescalaridade, pois ao mesmo tempo em que ocupavam praças e ruas, fortalecendo as interações presenciais, os ativistas se articulavam em redes digitais, para influenciar os cidadãos do próprio país, mas também ganhar o apoio de ativistas dos países vizinhos que se encontravam em situação semelhante e incentivar a entrarem na luta pelas transformações sociais pretendidas, em ações transnacionais. A partir dessas redes, também buscavam o apoio da comunidade internacional, em ações em escala global, através principalmente de mídias sociais como o twitter.

Nesse exemplo da Primavera Árabe cabe chamar atenção da importância do ativismo de sofá. Foram esses ativistas que deram aos movimentos árabes o dimensionamento internacional, espalhando através das mídias sociais os acontecimentos que estavam ocorrendo



no mundo árabe, pautando a mídia tradicional e envolvendo as cortes internacionais de direitos humanos e democracia no processo de derrubada dos ditadores árabes do poder.

O ativista de sofá, apesar de não ter ido às ruas árabes para lutar pela causa, inclusive por estarem em descontiguidade espacial, fortaleceram a luta e possuíram papel altamente relevante na rede multiescalar que se formou naqueles casos e costuma se formar em práticas espaciais insurgentes dessa natureza. Além disso, fortalece a noção de redes geográficas multiescalares, citada por Souza (2013), como essenciais de serem observadas na perspectiva de análise social do espaço.

Um exemplo ainda mais contundente de como o ativismo político necessita da complementaridade do ciberativismo político e social na atualidade é o das manifestações brasileiras de junho e julho de 2013.

As ações de protesto começam em *locus* específico, na cidade de São Paulo, com manifestações e ativismo tradicional em torno do aumento das passagens de ônibus urbanos, através do movimento organizado denominado Passe Livre<sup>4</sup>, e quando ganha a dimensão cibernética, se desdobra em movimentos múltiplos, baseados em *flashmobs*<sup>5</sup> e taguados pela *hashtag*<sup>6</sup> #VemPraRua. A partir daí a pauta não era mais apenas contra o aumento de ônibus na cidade de São Paulo, mas por motivos diversos de descontentamentos da população com os seus governos municipais, estaduais e federal. Algumas enquetes realizadas na internet chegaram a apontar mais de 230 diferentes reivindicações espalhadas através de cartazes, que inundaram as ruas e as *time lines*<sup>7</sup> do Facebook, Twitter, Instagram, dentre outras mídias sociais digitais utilizadas durante os movimentos.

Numa pesquisa realizada pela internet entre setembro de 2013 e abril de 2014 (pela própria autora para a sua tese de doutoramento em andamento), com uma amostra de 180 cidadão brasileiros de várias faixas etárias, níveis de escolaridade, sexo, níveis sócio-econômicos, profissões e de várias cidades do Brasil, observa-se que as manifestações foram bastante representativas para o conjunto da população, visto que a dimensão virtual dos movimentos permitiu um engajamento coletivo de grande proporção.

<sup>4</sup> O Passe Livre se traduz num movimento apartidário que visa a gratuidade no transporte urbano no Brasil. Originário do âmbito estudantil, com as primeiras ações de protestos realizadas em Salvador, em 2003, que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”.

<sup>5</sup> Aglomerações de pessoas em certo lugar, para realizar determinada ação previamente combinada, geralmente convocada pela internet.

<sup>6</sup> Palavras-chaves ou termos associados a um determinado tema, acionados pelo microblog twitter, e mais recentemente por outras mídias sociais digitais.

<sup>7</sup> A maneira que as mídias sociais organizam as informações que são postadas, geralmente em ordem cronológica.



Esse fato pode se considerar comprovado, uma vez que a grande maioria dos entrevistados, quase 90% do total, participou de alguma maneira das manifestações, seja presencialmente, indo às ruas, seja virtualmente, através de postagens reivindicativas nas mídias sociais.

Não se pode afirmar que as transformações sociais pretendidas pelo conjunto de movimentos que ficou conhecido como #VemPraRua foram totalmente alcançadas, mas, certamente, a movimentação de caráter híbrido (do ponto de vista das dimensões física e virtual), deu o dimensionamento necessário para o alcance de uma transformação essencial para o desenvolvimento do país: o despertar de uma nação para uma postura mais crítica e reivindicativa, tornando uma parte significativa dos seus cidadãos ativistas por “mudanças para melhor” a partir das suas próprias vivências e do seu próprio julgamento, cada vez menos heteronomia e mais autonomia.

Uma reflexão, entretanto, ainda cabe sobre esses movimentos: será que as reivindicações visavam as causas ou os efeitos do processo de desenvolvimento? Afinal, como observa Souza (2013, p. 286), é importante reescrever a formula para o desenvolvimento sócio-espacial, mudando de “transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social” para “transformação para melhor das relações sociais e do espaço, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social”.

Buscar as causas e propor soluções é sempre melhor que indicar os efeitos, que são muitas vezes genéricos e por isso não podem ser combatidos de modo eficaz. Numa visão cibernética do território, com a autonomia propiciada ao cidadão se chega de forma muito mais simples às causas, uma vez que se trata de dar voz aos protagonistas do processo, que conhecem não só os efeitos, mas, sobretudo, as suas causas.

## **CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES**

As novas possibilidades de abordagem do desenvolvimento sócio-espacial a partir dessas sínteses aqui realizadas (e de muitas outras que podem surgir) podem significar a elevação da discussão sobre o tema para outro patamar, uma vez que essas sínteses levam os conceitos antes limitados às discussões no campo da Geografia para um campo transdisciplinar, ampliando as suas significações e aplicações no âmbito da sociedade.



As práticas espaciais insurgentes, aqui ambientadas nessa área do ativismo híbrido em diversas dimensões (físico e virtual / individual e coletivo / político e social), bem como a noção de ciberativismo aqui tratada, de certa forma, cria a necessidade de se adequar o conceito de ciberdemocracia à novas abordagens, visto que há também novas possibilidades de ativismo político e social sendo colocado em pauta, levando as discussões sobre as práticas democráticas muito além das materialidades ou imaterialidades do substrato, pensando também e sempre na hibridez de todos os processos.

O cerne dessa discussão é a afirmação de que do ciberterritório e a partir da ciberdemocracia é possível se chegar a um modelo de desenvolvimento mais justo e menos desigual.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Lima; MORELLI, Gustavo. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CARVALHAL, Márcia. *A territorialidade e a dimensão participativa na ciberdemocracia: o caso do Fórum Social Mundial*. Salvador: Edições VNI/UCSAL, 2011.

\_\_\_\_\_. Perspectivas contemporâneas de território, espaço e democracia. In: *V Seminário Nacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental*. Anais. UCSal, Salvador, ago, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAMUSCA, Marcello. *Os processos infocomunicacionais e as dinâmicas territoriais e sociais na cidade contemporânea*. Salvador/BA: Edições VNI/UCSAL, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Nomadology: the war machine*. New York: Semiotext(e), 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa I; racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus, 1987.

HORAN, Tom. *Digital places. building our city of bits*. Washington: ULI, 2000.

LEVY, Pierre. *O Futuro da Internet: Em Direção a uma Ciberdemocracia Planetária*. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Editorial BoiTempo/Carta Maior, 2013.



MEYROWITZ, Joshua. Global nomads in the digital veldt. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, nº 24, p. 23-30. 2004.

MITCHELL, William. *Me ++: the cyborg self and the networked city*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

SACK, Robert David. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello; SILVA, Barbara Christine N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. 2ed. ampliada. Salvador: Mestrado em Geografia da UFBA, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.



## EM NOME DO PAI: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE MEDIACÃO E DIREITO

MEIRELLES, Delton R. S.

*Professor adjunto do Departamento de Direito Processual (SPP/UFF)  
e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Coordenador do Curso de  
Graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense.  
Doutor em Direito (UERJ)*

DANTAS, Isabela

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Bolsista CAPES.  
Psicanalista participante da Escola Letra Freudiana. Advogada*

336

### RESUMO

O presente trabalho marca o início de um estudo sobre os conflitos, as formas utilizadas pelo sujeito para lidar com eles e sua relação com a lei, com a autoridade, partindo da dimensão psíquica até seus desdobramentos no campo social. A partir de contribuições da Psicanálise, com Freud e Lacan, é possível lançar um outro olhar sobre o ideal de “resolução” de conflitos, promessa do Direito, e estabelecer suas diferenças fundamentais com relação à abordagem e os efeitos possibilitados por uma mediação. O estudo das dimensões do *supereu*, instância psíquica que instaura a lei na estrutura do sujeito, possibilita uma nova análise do discurso jurídico, evidenciando correlações existentes entre mecanismos de defesa operados no inconsciente contra os conflitos (recalcamento, repressão), gerados pela dualidade pulsional, e a violência simbólica representada por uma decisão legal que visa pôr fim ao conflito por meio de uma resposta coercitiva. Paralelamente, tendo em vista que os conflitos (intrapíquicos e interpessoais) são decorrentes de um excesso de gozo não mediado, não simbolizado pelo sujeito, abre-se uma alternativa à violência pela via da palavra: a mediação. Entretanto, diante do processo de sua colonização pelo Direito, será que a “mediação” ainda seguirá produzindo efeitos de *mediação*?

**Palavras-chaves:** Mediação; Psicanálise; Direito.

### ABSTRACT

This paper marks the beginning of reflections on conflicts, the forms used by the individual to deal with them and their relationship with the law and the Authority, based on the psychological dimension until its developments in the social sphere. Starting at contributions of psychoanalysis, on Freud and Lacan, it is possible to launch another perspective of the ideal of "resolution" of conflicts, the promise of law, and establishing their fundamental differences related to the approach and effects made possible by mediation. The study of the superego dimensions, psychic authority which establishes a structure law on the subject, provides a new analysis of legal discourse, showing correlations between defense mechanisms operated against the unconscious conflicts (repression, suppression), generated by instinctual duality and symbolic violence represented by a legal decision, in order to ending the conflict through a coercive response. In parallel, in order that conflicts (intrapsychic and interpersonal) are due to an excess of joy unmediated, not symbolized by the individual opens an alternative to violence by the word: mediation. However, in front of the legal colonization process, will the "mediation" still producing effects of mediation?

**Keywords:** Mediation; Psychoanalysis. Law.





## INTRODUÇÃO

O homem se depara com a lei muito antes de ingressar no campo do Direito. Ao se reconhecer integrante de uma comunidade, de um grupo social, o sujeito revela que do encontro com o outro semelhante uma ordem primeira de coexistência já foi estabelecida. A experiência dos limites do corpo e do desejo neste encontro promovem a incorporação simbólica de uma autoridade externa, que se converte em autoridade interna, fundando a instância psíquica que Freud (1990) nomeia como *supereu*, onde a lei se instaura na estrutura do próprio sujeito.

Os julgamentos morais e o sentimento de culpa encontram expressão desde cedo nas relações interpessoais e têm grande impacto nas constituições familiares, sociais e institucionais, revelando-se nas relações de poder ali estabelecidas. Cada sujeito implica-se e posiciona-se (subjctivamente) seja como detentor de uma verdade e uma vontade – que passa a impôr aos demais –, seja como objeto, submetido à vontade (e à *verdade-toda* imaginária) do outro, de acordo com suas singulares construções a partir do medo da autoridade, do castigo e da perda do amor do outro semelhante (necessidade de reconhecimento).

A partir de contribuições da linguística, Lacan avança a teoria freudiana e nos revela que o campo dos conflitos é a própria linguagem. As articulações do significante denominado por Lacan como *Nome-do-pai* na cadeia dos significantes, possibilitam a emancipação do sujeito do desejo do Outro por meio de uma separação, um limite, revelando as tensões do homem com relação à autoridade.

Buscar alternativas para simbolização e resignificação de construções imaginárias através da fala, pode lançar o sujeito em uma nova lógica de operação da instância psíquica do *supereu*, em que a lei simbólica possibilite a sustentação do conflito, podendo ser, a partir de então, conhecido, abordado e esvaziado de afetos. De outro modo, sob a ordem de uma lei imaginária (lei sustentada por uma fantasia ameaçadora), o sujeito sente medo e o conflito, tomado como algo ruim, será inevitavelmente submetido às forças da repressão, do recalçamento, que são mecanismos de defesa do *eu* para se livrar das tensões causadas pelo conflito pulsional.

A partir de contribuições da Psicanálise, este trabalho propõe uma reflexão sobre as diferentes lógicas de abordagem de conflitos observadas no atual discurso jurídico brasileiro – ao buscar regulamentar e padronizar a experiência da mediação – e no discurso produzido pelo movimento de contracultura dos Estados Unidos, nos anos 1960, que visava à criação de



sistemas alternativos para a sociedade, incluindo um sistema de justiça desenvolvido a partir de práticas restaurativas e mediação. Assim, pretende-se investigar as diferentes dimensões da lei para o sujeito, tanto como força de autoridade, quanto como trabalho de emancipação, e verificar, neste contexto, que “mediação” é esta que o Direito visa implementar como meio de pacificação social.

## **1. A LEI, O SUJEITO E O CONFLITO EM UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA: A FUNÇÃO PATERNA**

A partir de uma abordagem psicanalítica, podemos situar o surgimento da lei no momento da entrada (psíquica) do sujeito na civilização. Para Freud (1990), este ingresso se dá no momento em que surge a necessidade de criar uma barra, uma proteção contra a força e a agressividade do outro, o que nomeia como *gozo*. Na estrutura psíquica, o gozo revela uma dupla dimensão: tanto agressividade destinada ao outro, quanto força violenta voltada contra o próprio sujeito, o que é incompatível com a moral e a convivência em sociedade. Em seu seminário sobre a Ética da Psicanálise, Lacan (2008, p. 149) diz que a lei se instaura no sujeito como uma coerção interna a este gozo (que implica em um gozar do corpo do outro) e se desdobrará na cultura.

Freud (2006) recorre ao mito da horda primitiva, em "Totem e Tabu", para reconstruir o marco da civilização a partir da interdição do gozo. Lança mão da figura do pai tirânico, que possuía todas as mulheres e expulsava os filhos quando cresciam, para descrever o momento mítico da reunião destes irmãos em uma “frátria” e sua decisão de pôr fim à horda patriarcal. Ao levarem a cabo o assassinato e devoramento o pai, fundam uma comunidade de irmãos que, embora livres da opressão, se viram desamparados, sem a proteção externa que aquela autoridade oferecia.

Neste momento, na estrutura da linguagem, surge um significante que Lacan formaliza como *Nome-do-pai* (após a morte é seu nome que fica fazendo operar a função paterna), recurso simbólico alcançado pelos membros da nova comunidade para estabelecer limites. Do acordo entre os irmãos para renúncia de gozo como condição de pertencimento à coletividade, para poderem beneficiar-se das vantagens asseguradas pelo pacto civilizatório, nasce a lei.



Portanto, a entrada do sujeito na civilização – que gira em torno dos tabus do incesto e do parricídio – nos remete a percepções de fraternidade e igualdade que só se sustentam na medida em que os “irmãos” só podem ser “iguais” enquanto *filhos* e em sua submissão ao pai da horda. Desta operação resulta a fundação da instância psíquica do *supereu* – mobilizador da culpa e da lei –, cujos efeitos na criação da lei do Estado possibilita tanto o reconhecimento de direitos e a preservação de laços comunitários, como a manutenção de um ente externo – reencarnado na forma estatal – como a autoridade detentora do monopólio do legítimo uso da força (WEBER, 1999, p. 525).

Provocado por pulsões inconciliáveis com a vida em comunidade, o sujeito encontra no mecanismo de defesa repressivo (recalcamento) um meio para estabilizar os conflitos que, ao mesmo tempo em que o afasta do afeto originário “censurável”, produz o sintoma neurótico, classificado por Freud como uma “solução de compromisso”<sup>1</sup>. O conflito permanece lá, encoberto (e desvelado) pelo sintoma, que constitui uma solução temporária à incidência da pulsão, agora recalcada. A descoberta de Freud se deu ao observar que na medida em que era franqueada aos pacientes a oportunidade de trazer estes afetos para a dimensão da palavra, em livre associação, a força de repressão diminuía e uma nova forma de abordagem dos conflitos se inaugurava ali em sua origem, na linguagem.

Freud franqueou o acesso do inconsciente ao sujeito por meio da linguagem, o que contribuiu, nas décadas seguintes, para o desenvolvimento da linguística moderna. Lacan aprofundou a concepção freudiana a partir das teorias de Saussure e Jakobson, verificando que a linguagem é o fio condutor tanto das tensões intrapsíquicas, quanto das interpessoais, incluindo as articulações significantes que ocorrem no inconsciente, que “*é, em seu fundo, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem*” (LACAN, 2001, p. 135).

Na primeira fase de sua teoria, Lacan identificou, a partir da estrutura da linguagem, que a fala dirigida ao outro exercia uma função de reconhecimento e possibilitava a formação de laço social. No entanto, a partir do *Seminário 20* a fala ganhou outro estatuto em seu estudo, com a observação de que em um tempo primitivo na constituição do sujeito, em uma experiência anterior à fala articulada, a palavra não servia à realização do símbolo, mas sim a uma fala a serviço do gozo, o que chamou *lalingua* (DAIBERT, 2012, p. 79). Segundo Heloísa Caldas, “*Lacan chama de lalingua os aluviões, os depósitos da chuva de significantes que*

<sup>1</sup> Os sintomas revelam a existência de pulsões agressivas ou desejos libidinosos sob força de recalcamento, constituindo uma solução de compromisso que garante a satisfação parcial das instâncias do *eu* (consciente) e do *isso* (inconsciente), antes em conflito.



*chegam pela língua materna, os objetos de material fônico, plenos de mal-entendidos e criações singulares” (apud DAIBERT, 2012, p. 80).*

Por isso, para Lacan (1985, p. 149) *“a linguagem é, sem dúvida, feita de lalingua. É uma elucubração de saber sobre lalingua. Mas o inconsciente é um saber, é um saber-fazer com lalingua”*. A partir da escrita de gozo feita pelo sujeito a partir do encontro com a língua materna é que a leitura simbólica, a partir do significante pode acontecer. O desejo da mãe, que objetiviza o *infans* e é expresso nesta escrita de gozo, só poderá ser metaforizado por um significante que promova uma descolagem, uma separação, e é este significante que Lacan denomina como Nome-do-Pai. Esta operação de significação implica em perda de gozo, mas, como não é possível significantizar todo o gozo, é este resto que está na origem da divisão do sujeito que o supereu se apropria e converte em mandado: goza! (DAIBERT, 2012, p. 80).

A instância superegóica situa-se no entroncamento entre lei e desejo, na medida em que manifesta um imperativo ambivalente, que ao mesmo tempo em que proíbe o gozo, o incita pela via da culpa (CORDEIRO, 2011, p. 440). Esta ambivalência marca a entrada do sujeito na linguagem, sob a forma de conflito entre duas pulsões antagônicas, e as contradições daí decorrentes serão reproduzidas – e rechaçadas – no corpo social da mesma forma como operam na vida psíquica, em uma similaridade quase orgânica.

No campo do Direito, para Agamben (2010, p. 33), na impossibilidade *“de decidir se é a culpa que fundamenta a norma ou a norma que introduz a culpa, emerge claramente à luz da indistinção entre externo e interno, entre vida e direito que caracteriza a decisão soberana sobre a exceção”*. Para o filósofo, há uma relação intrínseca entre lei e exceção, não sendo possível pensar em uma sem a outra.

A ordem jurídica não se apresenta em sua origem simplesmente como sanção de um fato transgressivo, mas constitui-se, sobretudo, através do repetir-se o mesmo ato sem sanção alguma, ou seja, como caso de exceção. Esta não é uma punição do primeiro, mas representa a sua inclusão na ordem jurídica, a violência como ato jurídico. Neste sentido, a exceção é a forma originária do direito (AGAMBEN, 2010, p. 33).

Pensando a exceção na dimensão do sujeito, enquanto excesso, como sendo aquilo que escapa, podemos relacioná-la a um excesso de gozo que, para Lacan (1985, p. 11), justifica a fundação da instância jurídica no campo social: *“é nisso mesmo que está a essência do direito – repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo”*. Assim, seja na dimensão do sujeito,



seja no campo social, lei e desejo se delimitam a partir de uma renúncia de gozo, de um limite ao imaginário, que só se dá na medida em que o sujeito... fala.

## 2. OS CONFLITOS E O DIREITO: TENTATIVA DE RESOLUÇÃO PELA VIA DA REPRESSÃO

341

Diante de tantas interpretações e sentimentos acerca do que nos é devido ou justo, tendemos ao conflito.

Comumente conflito é conceituado como choque, colisão, guerra, luta, combate, embate, desavença ou discussão acompanhada de injúrias e ameaças (FERREIRA, 2012). E esta definição origina-se da palavra latina *conflictus* (NASCENTES, 1955, p. 131), derivada do verbo *confligere*, junção de *com* (junto) e *fligere* (choque, embate).

Todavia, além desta noção combativa, encontra-se também *conflictó* como “acossar, maltratar, atormentar, perseguir” (FARIA, 1962, p. 229).

E como seres vivos, na forma apresentada por Darwin (1859), vivemos em eterna luta pela existência (*Struggle for Life*). Mas não apenas lutamos contra o ambiente, outros seres humanos ou sistemas e instituições: conflito também é da essência do ser humano em si mesmo, a começar pela sua própria estruturação psíquica.

Neste sentido, o conflito pode ser entendido a partir da palavra aflição (do latim *afflictio*), em que o sujeito se sente angustiado, ansioso, preocupado, agônico. Mas também pode vir do verbo afligir (do latim *affligere*), em que há a ação contra o outro (causar aflição; angustiar, atormentar; torturar, atormentar; atingir etc.), como também para si (entrar em aflição ou agonia; agoniar-se; atormentar-se, torturar-se, modificar-se). Aqui poderíamos perceber o conflito como a aflição con(sigo), con(tigo) ou com(o outro).

Daí a psicanálise pode contribuir na compreensão deste sentido de conflito para além do confronto aparente.

Como já foi demonstrado por Freud no século passado, é possível se identificar a coexistência entre o consciente (eu) e o inconsciente (isso), operando simultânea e diferentemente. Daí vivemos conflitos da divisão do sujeito entre estes dois aspectos, que podem ser observados nas formações do inconsciente (atos falhos, sonhos etc.) e nas neuroses (histeria, neurose obsessiva etc.).



Isto se reflete em nossas relações com o(s) outro(s), desde o âmbito doméstico até nos embates coletivos, gerando manifestações violentas - ainda que simbólicas (ZIZEK, 2014). E o convívio social acaba determinando o controle destes fenômenos.

E como o Direito lida com os conflitos?

O Direito passou a ganhar força a partir do século XVIII, quando as relações sociais e as disputas tornaram-se mais complexas, e os indivíduos passaram a buscar no saber as respostas para suas angústias, afastando-se da fé no Divino e na comunhão. A jurisdição volta-se à repressão dos conflitos por meio da força (legalmente outorgada pelos sujeitos), dissociando o senso de Justiça da reestruturação das relações humanas. Assim, observa-se que a metáfora psíquica do *Pai*, que faz operar a função da lei e norteia a conduta dos sujeitos por meio da noção de autoridade, desdobra-se da religião para a força da razão do próprio homem.

Ao final do século XIX, com a ascensão do positivismo, grande parte da intelectualidade ocidental passou a crer que o método científico poderia ser capaz de resolver todos os conflitos da humanidade. A crença no Deus criador, todo-poderoso, passa a ser conferida ao homem, com cada vez mais poderes para conhecer e intervir na natureza. Com o advento da ciência moderna, aliada à nova ordem capitalista, o homem desponta como senhor do seu destino e criador da própria sociedade. Com o pensamento científico moderno, observa-se grandes mudanças sociais e econômicas no mundo ocidental. Sob a influência do positivismo nas ciências sociais, há uma refundação do Direito sobre o princípio da legalidade, havendo uma separação entre moral e Direito, entre “verdade” e “dever ser”, entre o homem e o objeto da sua cognição.

No entanto, no início do século XX, a descoberta do inconsciente por Freud revelou as bases do conflito do homem com ele mesmo, a tensão entre seu desejo e a razão, o desencontro entre intenção e ato, fazendo com que os conceitos de “ordem” e “lógica formal”, princípios do paradigma hegemônico da ciência moderna, encontrassem na subjetividade implicada na construção do saber (linguagem) seu ponto de relativização. A crença em verdades consistentes, que ocasionava a concentração de poder nas mãos dos homens em razão de atributos morais e econômicos foi, então, deslocado para a reverência à forma, que seguiu marcando a produção cultural do homem através dos paradigmas hegemônicos da ciência e mantendo o poder econômico, naturalmente, nas mãos de grupos dominantes.

Esta operação de reconhecimento da autoridade com aquele que detém a verdade e a consequente outorga de poder pelos sujeitos acontece não simplesmente no campo da razão,





mas, fundamentalmente, na dimensão simbólica da linguagem, através de mecanismos inconscientes determinados não pelo enunciado das palavras, mas, como observa Bourdieu (2010, pp. 7-16 e pp. 209-254), pelo que está por trás disso: sua enunciação. É a partir do não-saber sobre o arbítrio que o homem, ancorado em imagens de uma “verdade” idealizada, pode se tornar objeto de manipulação e contribuir para a realização de interesses outros, alheios a seu próprio desejo.

Com a transição do Estado Legislativo de Direito para o modelo constitucionalista, observa-se que a positividade da lei é estendida às normas que regulam seu conteúdo, tendo havido uma separação entre validade e vigência, com a exigência de garantia dos princípios e direitos fundamentais na própria aplicação do direito. No entanto, ainda que se mude um sistema para que haja uma garantia externa de certeza aos homens – seja ela qual for –, sendo conferido a um ente a atribuição exclusiva (e excludente) de fazê-lo (dizer da verdade), o exercício do poder do homem sobre o homem se perpetuará e a legitimidade no que venha daí como efeito dessas mudanças está garantida, pois se dá a partir da validação desta violência simbólica no próprio indivíduo, com a repressão dos conflitos (e desejos) em prol de uma utópica paz social. Em sua própria estrutura psíquica, o sujeito apresenta o recalçamento como mecanismo de estabilização (via repressão) dos conflitos originados pela incidência de pulsões contrárias à construção imaginária de um convívio em sociedade, o que nos faz refletir se o Direito não seria a justa manifestação deste saber não-sabido no corpo social.

Assim, o discurso jurídico centra-se na necessidade de uma autoridade, dotada de um saber, intervindo no conflito exposto pelas partes em disputa para julgar quem tem a razão e como será feita a “justiça” no caso concreto.

Na estrutura jurídica, portanto, o conflito é algo danoso ao equilíbrio social, um desvio praticado contra a comunidade em que os seres humanos coexistem conforme regras racionalmente determinadas. Daí a necessidade de se eliminá-lo, obedecendo-se a um devido processo dotado de garantias e princípios normativos, que sustentam a certeza do direito à igualdade de todos perante à lei, independência e imparcialidade dos julgadores, liberdade perante o arbítrio, atribuição do ônus da prova à acusação e os direitos de defesa (FERRAJOLI, 2006, pp. 417-464).

Consequentemente, o sistema jurídico é mais eficiente, na medida em que consegue reprimir o maior número possível de conflitos documentados em processos judiciais ou ações administrativas, servindo como exemplo para a população e mantendo a ordem vigente.



Contudo, será que somente há esta possibilidade de se lidar com os conflitos?

### 3. MEDIAÇÃO: APRENDENDO COM O CONFLITO

Os conflitos são catalisadores que dão ensejo a diversas soluções. Se, por um lado, o Direito atua defensivamente (repressivo e violento), por outro lado também seria possível aproveitá-los para promover aprendizagem e mudança. Para Warat (2004-B, pp. 91 e 93),

qualquer discurso que não procure aprender com o conflito é, no fundo e apesar de qualquer outra aparência, defensivo. (...) As defesas que empregamos para fugir da realidade dos conflitos são sutis e arraigadas. Mudar de uma intenção de defesa para uma intenção de aprendizagem não é nada simples, nem automático.

Um dos caminhos possíveis para se aprender com o conflito é pela mediação. Ao longo da história, a mediação sempre foi exercitada entre os homens, nas mais diversas culturas, como uma forma de resolução de disputas pautada em conceitos ideológicos que tinham na manutenção das relações comunitárias o ponto primordial desta prática<sup>2</sup>. A valorização de soluções consensuais, não adversariais, trazia em seu espírito a crença na religião, cujo foco não era a eliminação dos conflitos em si, mas o aprimoramento das relações com os *irmãos*, visando uma religião com o *Pai*.

Com a divisão do sujeito revelada, inserida na cultura, uma nova lógica para abordagem dos conflitos é inaugurada. As palavras (carregadas de afetos), antes reprimidas, podem agora ser expressadas em livre associação, fazendo surgir um novo campo de conhecimento e aprendizagem a partir das contradições e ambiguidades dos sujeitos: a linguagem. A força das determinações simbólicas, as relações de poder e dominação existentes na sociedade ganham um novo enfoque. Buscando compreender o que as pessoas efetivamente *fazem* em seus esforços para comunicar-se por meio da linguagem – não o que *deveriam fazer* – e suas motivações psíquicas reveladas nas manifestações inconscientes, a Linguística e a Psicanálise conduzem as Ciências Humanas e Sociais a novos no século XX.

<sup>2</sup> No processo de colonização dos Estados Unidos, p. ex., o estímulo à resolução de controvérsias de forma amistosa pelos colonos, fora da autoridade legal instituída, prosperou até o século XVII, quando o aumento populacional e as tensões advindas de sua diversidade começaram a produzir efeitos na coletividade (CHASE, 2014, p. 143).



Neste contexto histórico, em meados dos anos 1960, surge nos EUA um movimento de contracultura que contesta os sistemas econômico, político e judiciário, se insurge contra a interferência violenta do poder estatal na esfera particular e aponta a responsabilização dos cidadãos (em diversos setores) por suas mazelas e na busca de soluções como via para a construção de uma vida mais sustentável em sociedade. Nesta lógica alternativa<sup>3</sup>, propõe-se uma abordagem de Justiça enquanto necessidade humana, possível de ser satisfeita pelos próprios sujeitos, responsáveis e desejantes de uma emancipação, por meio do diálogo e de práticas restaurativas, que trouxeram de volta ao cenário os métodos comunitários de composição de conflitos (CHASE, 2014).

#### 4. A COLONIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO PELO DIREITO

Neste contexto, cabe refletir se é possível ao Judiciário (intrinsecamente adversarial) incorporar a mediação, e ao Direito (simbolicamente violento – FOUCAULT, 1979, pp. 23/40) regulamentá-la. Um meio facilitador do diálogo, da aprendizagem com o conflito e do empoderamento dos sujeitos poderia ser sustentado (sem se desvirtuar) em estruturas fundadas na autoridade e no monopólio do poder?

No tocante à mediação, o discurso jurídico traz em seu enunciado a intenção de cuidado com os sujeitos em conflito, com o restabelecimento das relações humanas e o “empoderamento” das partes. No entanto, em sua enunciação revela o interesse na manutenção de seu protagonismo na administração dos conflitos (ao reivindicar o controle e a fiscalização dos métodos autocompositivos) e no monopólio da (in)Justiça, o que faz surgir o questionamento acerca de sua legitimidade e da efetividade (e não eficiência) de seus procedimentos. Como diz Humberto Dalla (2010), o Poder Judiciário deve ter o monopólio da função jurisdicional, mas não da Justiça, muito menos confundir-se com ela.

3 Em 1962, p. ex., foi criada a Fundação Findhorn, uma organização não-governamental associada ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, com o objetivo de promover a sustentabilidade ecológica, econômica, cultural e espiritual. Primeiro modelo de comunidade ecológica do mundo, a fundação foi erguida com materiais provenientes da natureza e desenvolve práticas que visam a autossustentabilidade energética, alimentar, econômica, nas questões de saúde, justiça e gestão, sempre em bases não-violentas e não-predatórias.



Este é um problema que se observa no caso brasileiro. Enquanto em outros países houve o reconhecimento jurídico de pluralidade de justiças, como emanção da cultura local<sup>4</sup> e em outros se estimulou uma política pública descentralizada<sup>5</sup> (Argentina), no Brasil o protagonismo judiciário desestimulou composições fora de seu aparelho – justificando-se numa interpretação quiçá corporativa do conceito de *Acesso à Justiça*<sup>6</sup>.

Diversas comunidades e organizações sociais têm formas sábias e simples de resolver problemas, por meio do diálogo, com as quais lidam com os conflitos de forma não-violenta<sup>7</sup>. Por isso, uma política ampla de acesso à Justiça deve incluir a Justiça não oficial sem a oficializar<sup>8</sup>, e a mediação de conflitos deveria ser difundida e adotada nos currículos acadêmicos a partir deste prisma. Porém, as nossas políticas públicas voltam-se muito mais à inserção estatal nestas comunidades periféricas, instituindo órgãos formais de mediação ou capacitando mediadores – conforme os parâmetros oficiais –, do que ao reconhecimento da existência de uma pluralidade de Justiças e o estímulo à aprendizagem na diversidade de práticas culturais.

Neste sentido, a mediação tem esvaziado seu propósito humanizador e democrático, servindo apenas como mais um instrumento para atendimento à eficiência e à produtividade na administração judiciária, atendendo ao programa de reformas pautado em diretrizes gerenciais e de Mercado. O movimento político que se observa hoje, no sentido da regulamentação da mediação judicial e extrajudicial, indica a garantia da manutenção do controle e o monopólio da Justiça por meio da formalização de práticas comprometidas com metas de resultado, velado por um enunciado de valorização das relações humanas.

Por outro lado, neste cenário de deturpação da mediação para atender à racionalidade estratégica de administração de processos (e não conflitos), segue-se cada vez mais o padrão judiciário (ainda que se trate de composição extrajudicial). Daí os programas oficiais se nortearem pelas taxas de acordos obtidos e, em proporção menor, na satisfação do *usuário do*

4 CHASE, 2014; SANTOS, Boaventura de Sousa, 2007.

5 Caso da Argentina, conforme relatado por ALVAREZ, Gladys S.; HIGHTON, Elena L. & JASSAN, Elías. *Mediación y Justicia*.

6 Como se observou, p. ex., na jurisprudência construída para desautorizar as comissões de conciliação prévia pelo Supremo Tribunal Federal (Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2139 e 2160, julgadas em 13/05/2009), por entender a violação da garantia de acesso à Justiça – aqui confundida com o princípio da inafastabilidade do Judiciário

7

Entre outros, CHASE (2014).

8

Destacando-se Boaventura de Sousa Santos (2007).



*serviço*. Paradoxalmente, a mediação se desumaniza, objetivando-se para atender aos objetivos burocráticos e econômicos da política judiciária, reforçando não apenas o caráter gerencial, como principalmente desconsiderando – cada vez mais – as histórias, as construções imaginárias e as necessidades (não ditas) dos sujeitos em conflito.

Não por outra razão, o ofício do mediador revela-se incompatível com o hermetismo do método adotado pelo Conselho Nacional de Justiça para formação de mediadores<sup>9</sup>, sustentado no discurso monológico presente na transmissão do Direito, que tem efeitos totalitários de poder (WARAT, 2004-A, p. 354) e mantém a cultura adversarial.

## CONCLUSÃO

Portanto, uma cultura de mediação, em essência, requer que lancemos um novo olhar não só sobre as demandas manifestas, mas, principalmente, sobre aquilo que motiva os posicionamentos que geram a crise, sobre o conflito de cada sujeito: cada um de nós.

É importante perder o medo do conflito – estar mediado – para que se possa aprender com ele, para que se possa oferecer escuta a uma história carregada de tensões sem buscar uma solução para elas, e manter aberto um espaço em que as palavras possam circular e novas construções possam ser feitas pelo outro. Técnicas eficientes de eliminação de conflitos – ensinadas pelo “Estado-Pai” – possibilitam uma capacitação em massa, como uma concessão aos escolhidos.

Porém, ao mesmo tempo em que esta rotina os mantém a salvo de suas tensões, pode obstaculizar a emancipação de seu próprio saber e contribuir para uma desresponsabilização frente à autoridade, que ganha consistência enquanto detentora de um saber-poder. Neste cenário, cabe refletir se um replicador de técnicas padronizadas pode contribuir à efetiva responsabilização e emancipação de sujeitos em conflito ou está, na verdade, agindo *em nome do Pai*.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>9</sup> Como se observa, p. ex., na “Competição Nacional de Mediação”, organizada pelo CNJ em 2013, reunindo equipes de diversas faculdades de Direito.



BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAPPELLETTI, Mauro. “Os Métodos Alternativos de solução de conflito no quadro do movimento universal de acesso à justiça”. In *Revista de Processo*, n. 74, p. 82/97.

CHASE, Oscar. *Direito, Cultura e Ritual: Sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada*. Trad. Sergio Arenhart e Gustavo Osna. 1ª Ed. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

CORDEIRO, Naiana. “O Supereu: Imperativo de gozo e voz”. In *Revista Tempo Psicanalítico*, v. 43. II, 2011.

DAIBERT, Daniela. *O Superereu na Clínica Psicanalítica: avesso do desejo?* Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aprovada em 02/05/2012.

FERRAJOLI, Luigi. “O Estado de Direito entre o passado e o futuro”. In COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (Orgs.). *O Estado de Direito: história, teoria, crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 417-464.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a justiça popular”. In *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 23/40.

FREUD, Sigmund. [1913] *Totem e Tabu*. In: J. Strachey (Ed e J. Salomão, Trad.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XIII, pp. 13-163). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. [1930-1929] *Mal-estar na civilização*. In: J. Strachey (Ed e J. Salomão, Trad.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (XXI, pp. 67-148). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LACAN, Jacques. [1955-1956] *O seminário, livro 3: as Psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 135

LACAN, Jacques. [1972-1973] *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 149.

LACAN, Jacques. [1972-1973] *O Seminário, livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 149.

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da Psicanálise – Laplanche e Pontalis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 497.

PINHO, Humberto Dalla Bernardino de. “A Mediação e a necessidade de sua sistematização no processo civil brasileiro”. In *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Ano IV, 5º volume, jan/jun 2010.





SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

WARAT, Luiz Alberto. *Introdução Geral ao Direito II: A Epistemologia Jurídica da Modernidade*. Florianópolis, Fundação José Boiteux, 2004-A.

WARAT, Luiz Alberto. *Surfando na pororoca. O ofício do mediador*. Florianópolis, Fundação José Boiteux, 2004-B.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.



## PARCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA: COOPERAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO

MELLO, Marcelo Pereira de

*Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito – UFF.*  
*mpmello@unisys.com.br*

CALLEGARI, José Antonio

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*  
*calegantonio@yahoo.com.br*

350

### RESUMO

Analizamos um projeto de cooperação judiciária entre juízes e procuradores do trabalho em desenvolvimento no TRT da 1ª Região. Nosso recorte teórico vem de Habermas, Luhmann, Weber, Gerlero, Dinamaraco, Bedaque, Mello e Santos que desenvolveu a tese sobre Parceirização Jurisdicional Trabalhista. Para compreender esta dinâmica interacional, utilizamos revisão bibliográfica e visita à escola judicial para coletar dados. Neste contexto, supomos que a gestão compartilhada de conflitos trabalhistas pode melhorar a eficiência do sistema de justiça, através de hermenêutica adequada dos fatos e instrumentalidade social do processo e das técnicas processuais. A cooperação judiciária proposta requer comprometimento dos atores sociais envolvidos. Por conta disto, destacamos o papel das Escolas Judiciais como centros de formação continuada de juízes e procuradores. Ao final, pretendemos verificar a funcionalidade do sistema de justiça sob a ótica dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** parceirização, cooperação, diálogo, instrumentalidade social do processo.

### ABSTRACT

We analyzed a judicial cooperation project between judges and prosecutors from labor court developing in the TRT of the 1st Region. Our theoretical framework comes from Habermas, Luhmann, Weber, Gerlero, Dinamaraco, Bedaque, Mello and Santos who developed the thesis on Jurisdictional Cooperation of Labour. To understand the interaction dynamics, we use literature review and a visit to judicial school to collect informations. In this context, we assume that the shared management of labor disputes can improve the efficiency of the justice system, through proper hermeneutics of facts and social instrumentality of the process and procedural techniques. Judicial cooperation proposal requires commitment of social actors involved. Because of this, we highlight the role of Judicial Schools as continuing training centers for judges and prosecutors. In the end, we intend to verify the functionality of the justice system from the perspective of human rights.

**Keywords:** cooperation, dialogue, social instrumentality of the process.



## INTRODUÇÃO

Comunicamos um projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Ação comunicativa no sistema de jurisdição trabalhista foi o tema escolhido. Assim, investigamos um movimento de aproximação entre juízes e procuradores do trabalho como forma de aprimorar o funcionamento sistêmico de suas instituições, através da ação cooperada em lides de impacto coletivo.

A ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores, o crescimento das demandas trabalhistas e a atual configuração institucional da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, levam procuradores e juízes a um protagonismo sem precedentes. Neste contexto, julgamos relevante investigar as transformações culturais neste ambiente institucional com forte impacto nas relações sociais trabalhistas.

## DIALÉTICA PROCESSUAL

O contraditório integra o conceito de ampla defesa constitucionalmente assegurado. Manifestando-se uma das partes na relação processual, à outra é assegurado o direito de manifestação. A alternância de turnos de fala na dinâmica processual é condição de validade regular do processo. A contradição recíproca de argumentos vai preparando o caminho para a decisão judicial, síntese do silogismo praticado entre os sujeitos do processo. Cuida-se, pois, de verdadeira garantia processual das partes e forma de legitimação da decisão judicial a ser proferida. Desta forma, observamos na relação processual dialética uma lógica discursiva de participação.

Diante de casos difíceis com repercussão coletiva, podemos intuir um tipo de contraditório particular. Na jurisdição trabalhista, por exemplo, vigora o princípio da conciliação gerando uma dinâmica especial para a solução de conflitos trabalhistas. Neste sentido, Enoque Ribeiro dos Santos (2012) invoca uma nova lógica de comunicação e participação processual: solução dialógica dos conflitos coletivos. Para compreender esta proposta, passemos à análise da participação dialógica em juízo.



## **PARTICIPAÇÃO DIALÓGICA NO PROCESSO**

Santos (2012) analisa a interação subjetiva na relação processual. Nela, sujeitos processuais desenvolveriam uma racionalidade comunicativa emancipadora (HABERMAS, 2003). Neste ponto, intuímos existir uma interação comunicativa no interior de sistemas autorreferentes e operacionalmente fechados (LUHMANN, 2009).

Para o autor, existiria um novo paradigma de ação, através do qual os sujeitos interagem visando um entendimento comum. Com apoio em Paulo Freire, o professor Enoque defende este novo modelo de ação coordenada, participativa e consensual como elemento indutor do reconhecimento da pessoa como sujeito de direito e dignidade existencial.

Importa considerar não somente o direito de participação em contraditório e sim uma participação comunicativa que viabilize soluções judiciais capazes de encerrar não somente a lide processualizada, mas também a lide social produtora de dissensos.

## **JURISDIÇÃO COOPERADA**

Supomos que a aproximação de juízes e procuradores do trabalho pode impactar a cultura das instituições às quais pertencem. A gestão compartilhada de conflitos com repercussão coletiva produziria soluções adequadas para conflitos com grande repercussão social e econômica.

Diante desta hipótese, analisamos o caso concreto ocorrido no Estado do Paraná, onde juízes do trabalho e procurador do trabalho levaram a termo um processo coletivo. Atuaram em conjunto com o escopo de solucionar a crise econômico-financeira de um hospital. Ao final, recuperou-se a saúde financeira da empresa, evitou-se dispensa de empregados, foram quitados os débitos trabalhistas, ampliou-se a contratação de pessoal e foi mantida a prestação de serviços de saúde à população da região.

Para entender o caso, notamos que a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho integram o sistema de justiça trabalhista. Neste sentido, supomos existir uma unidade sistêmica que os aproxima, em que pesem as diferenças que os especializam segundo suas expertises técnicas. Haveria uma unidade sistêmica e uma diferenciação funcional separando-os em subsistemas que se comunicam normativamente.

No exercício de suas funções, supomos cada um deles como observador sistêmico, reduzindo complexidades e produzindo decisões no âmbito de suas competências. Com apoio



em Luhmann (2009) realizamos uma leitura sociológica deste movimento de aproximação interinstitucional.

Na jurisdição trabalhista, existem normas de proteção do trabalhador e de promoção social que são informadas pelo princípio do não retrocesso social. Ele atua como obstáculo para a redução de direitos, evidenciando o seu aspecto estático. Em contrapartida, podemos supor outro movimento que informa a melhoria constante das condições sociais dos trabalhadores. A ele, podemos chamar princípio da progressão social. Revelaria o outro lado da moeda, o seu caráter dinâmico. Isto porque, a melhoria progressiva das condições de vida é justa expectativa do cidadão, incluindo por certo a pessoa do trabalhador. É neste contexto de proteção e promoção dos direitos sociais dos trabalhadores e de compreensão da função social da empresa que iremos analisar a atuação de juízes e procuradores do trabalho.

A cooperação sugerida evidencia uma nova forma de interpretar os conflitos trabalhistas. A visão tradicional da lide individualizada passa a conviver com outra focada na lide coletiva, mesmo que pulverizada em centenas de ações trabalhistas diluídas nas varas judiciais. Neste sentido, a hermenêutica da norma passa a conviver com a hermenêutica do caso, de onde o juiz pode extrair o domínio da causa e a fórmula jurídica mais adequada ao caso concreto sob sua jurisdição.

A realidade observada sugere um tipo de relação dialógica (SANTOS, 2012), baseada na ação de entendimento (HABERMAS, 2003) entre os envolvidos. A cooperação interinstitucional, decorrente deste ativismo socialmente comprometido, leva em consideração o telos institucional, projetando efeitos na cultura organizacional da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. O desempenho comunicativo destes atores sociais pode induzir novas formas de observar e solucionar conflitos apreendidos pelo sistema de justiça.

## **PARCEIRIZAÇÃO E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA**

A parceirização trabalhista é o resultado do acoplamento estrutural entre sistemas parciais: Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Neste acoplamento, percebemos dois níveis de comunicação:

- a) Objetivo: comunicação sistêmica;
- b) Subjetivo: comunicação entre seus agentes: juízes, procuradores e partes;

A comunicação estabelecida possui dois sentidos:



- a) Influência da cultura institucional sobre a conduta de seus agentes, segundo o telos de cada sistema parcial (valores institucionais);
- b) Influência sobre a cultura organizacional conforme as referências subjetivas de cada agente e a forma particular como eles interpretam casos judicializados – hermenêutica do caso.

Este novo paradigma de atuação levaria a uma gestão processual menos burocrática, considerando a dinâmica social envolvida em questões trabalhistas. Esta nova razão processual facilitaria a promoção de direitos e a efetividade do acesso à justiça naquilo que Santos (2012) denominou gestão processual compartilhada.

Uma gestão assim compartilhada tem um fim social, uma vez que viabilizaria os direitos sociais dos trabalhadores e a preservação da empresa em situações de crise. Como paradigma de gestão, o sucesso da parcerização trabalhista depende da criação de mecanismo de compensação para juízes e procuradores (WEBER, 1974). Dentre eles, destacamos a criação de metodologia adequada de avaliação de desempenho, na qual soluções alternativas de conflitos coletivos tenham um peso maior do que as soluções de conflitos individuais do trabalho. Assim pensamos, porque a lógica de resolução de conflitos com repercussão coletiva requer um dispêndio de tempo e esforços consideráveis.

Os processos de parcerização trabalhista, neste contexto, servem para atacar de frente o problema da externalização de custos empresariais e da baixa efetividade dos direitos sociais dos trabalhadores. Como resultante da ação comunicativa voltada para o entendimento (HABERMAS, 2003), a parcerização trabalhista é uma forma alternativa de resolução de conflitos de natureza coletiva. Considerando o congestionamento crônico nas varas trabalhistas, propostas de cooperação no sistema de justiça podem integrar as políticas de gestão judiciária de apoio ao primeiro grau de jurisdição.

Diante da crise de eficiência deste Sistema, o Estado promoveu a chamada Reforma do Poder Judiciário, mediante a Emenda Constitucional nº 45/04. Através dela, foi ampliada a competência da Justiça do Trabalho e criado o Conselho Nacional de Justiça que, por sua vez, implantou o modelo de gestão judiciária. O modelo de gestão, em progressiva fase de aperfeiçoamento, integra o projeto de reforma administrativa levado a cabo com a Emenda Constitucional nº 19/98.

Tais Emendas Constitucionais estabeleceram novos paradigmas de gestão pública focados na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoável duração





do processo. Esperava-se com isto ampliar a eficiência administrativa e inaugurar uma cultura da administração pública gerencial no Poder Judiciário, mediante planejamento anual de suas atividades, estabelecimento de metas institucionais e monitoramento da produção judiciária através de indicadores de desempenho.

Tradicionalmente, os Juízes atuam em processos cujas partes são autor e réu considerados individualmente. Os membros do Ministério Público, por sua vez, atuam rotineiramente em causas de interesse coletivo. A doutrina distingue estes dois tipos de ação, nomeando as primeiras como processos atomizados; e os segundos como processos moleculares.

Em tempos de crise de eficiência, o legislador vem testando várias formas de modernização do sistema de justiça. Assim, reformas constitucionais, reformas processuais, reestruturação do Poder Judiciário e do Ministério Público compõem o cenário em busca da eficiência necessária para garantir o acesso dos cidadãos à Justiça. No entanto, os paradigmas formais de resolução de conflitos mostram-se insuficientes para estabilizar o funcionamento deste subsistema social. Por conta disto, ampliam-se as discussões sobre meios alternativos de solução de conflitos, tais como mediação, arbitragem e conciliação. Neste contexto, o deslocamento do foco para a interpretação de conflitos de massa, em suas várias formas de manifestação, e adequada solução deles é oportuno e relevante.

É neste contexto, que Santos (2012) propõe novas formas de resolução de conflitos trabalhistas de natureza coletiva: parceirização jurisdicional trabalhista. Analisando as Leis 7.347/1985 e 8.078/1990, que para o autor funcionam como “pedra de toque” de sua tese, sugere que elas “atribuem maiores poderes ao magistrado no processo coletivo” permitindo-lhe promover a efetividade da jurisdição em conexão com os membros do Ministério Público do Trabalho. Esta abertura normativa, facilita o acoplamento destes sistemas parciais (LUHMANN, 2009), cuja atuação conjunta permite a interação de suas expertises, otimizando a resolução dos conflitos desta natureza.

Além destas balizas normativas, o autor refere-se ao Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos como indicador de mudanças necessárias para efetivação dos direitos sociais. Para ele, os processos individualizados seguem formas rígidas, enquanto os processos coletivos são informados por uma lógica mais aberta e flexível, mais apropriada às novas demandas sociais.



A flexibilização da gestão processual, ao contrário da flexibilização das normas trabalhistas, implica uma nova dinâmica operacional aproximando juízes e procuradores do trabalho. Cooperando entre si, podem desenvolver um novo modo de interpretar as normas em razão da relevância dos casos de natureza coletiva: nova hermenêutica jurídica. Interpretamos esta nova hermenêutica jurídica sugerida por Enoque Ribeiro dos Santos como hermenêutica do caso. Através da adequada hermenêutica do caso, juízes e procuradores do trabalho podem reduzir complexidades e apresentar soluções jurídicas mais adequadas às peculiaridades de cada caso submetido ao sistema de justiça. Com apoio em Dinarmarco (1994) e Bedaque (1998) podemos dizer que esta nova gestão processual viabiliza uma instrumentalidade social do processo conferindo efetividade social à técnica processual.

Santos (2012) esclarece que o Ministério Público do Trabalho recebeu novas atribuições, conforme disposto na Constituição Federal de 1988. Recebeu novas atribuições, assegurada sua independência funcional. Na qualidade de agentes políticos, magistrados e procuradores passaram a exercer um protagonismo jamais experimentado em nosso país. O novo status da magistratura e dos procuradores insere-se na política de modernização do Estado e formação de uma elite gerencial no serviço público, preconizada por Bresser Pereira e Fernando Henrique Cardoso (BRESSER PEREIRA, 1996). O novo perfil destes agentes políticos justificaria o ativismo crescente na afirmação de direitos de cidadania.

Este protagonismo, não deve ser confundido com voluntarismo. Pretende-se conferir a estes atores sociais papel de articulares de uma interação comunicativa voltada para o bem comum (HABERMAS, 2003) e satisfação do interesse público primário (SANTOS, 2012). Considerando juízes e procuradores do trabalho como integrantes de sistemas peritos (GIDDENS, 1991), a aproximação entre eles permite a troca de expertises, fortalecendo a defesa de direitos sociais dos trabalhadores e a preservação da função social das empresas. Este ativismo, em síntese, atuaria como fator de transformação social.

A transformação social sugerida implica também mudança na cultura das instituições judiciárias. Neste sentido, o papel dos juízes e procuradores do trabalho tende a impactar o modus operandi de suas instituições, sinalizando para a emergência de um novo paradigma de atuação focado na resolução cooperada de conflitos coletivos. Neste sentido, importante destacar o engajamento das Escolas Judiciais no processo de formação continuada de magistrados e procuradores do trabalho, inserindo esta temática em suas grades curriculares.



Em sua tese, Santos (2012) esclarece que o vocábulo *parceirização* é um neologismo. Ele encontrou sua inspiração no termo “*parceria*” que é utilizado com frequência no mundo econômico e nas áreas de planejamento estratégico. *Parceria* também é um termo utilizado em acordos de cooperação técnica celebrados por alguns órgãos públicos entre si, e deles com empresas de iniciativa privada.

Justificando a origem temática de sua tese, o autor revela que a *parceirização* jurisdicional trabalhista resulta de uma atitude dinâmica e pró-ativa de um Poder do Estado (Judiciário) e um Quase Poder (Ministério Público). Neste sentido, a *parceirização* tem como fim a promoção de mudanças comportamentais e de atitude no relacionamento entre Magistrados e Procuradores do Trabalho. A nova postura destes agentes políticos pode viabilizar a atuação conjunta e novas formas de resolução de conflitos trabalhistas moleculares. O compromisso social destes agentes e sua participação ativa na solução de casos socialmente relevantes levam-nos a considerar aspectos sistêmicos desta relação. Por um lado, atuam como observadores de sistemas que se comunicam objetivamente (LUHMANN, 2009). Por outro, eles desempenham importante papel como agentes ativadores do diálogo social voltados para o entendimento (HABERMAS, 2003). A aproximação comunicativa deles simplifica os procedimentos, reduzindo os impactos das formalidades normativas, numa dinâmica operacional em conformidade com a razão burocrática orientada por fins sociais (WEBER, 1974).

Em seus estudos sobre atores, sistema e gestão judicial, Mario Silvio Gerlero (2006) propõe uma reforma do sistema de justiça que leve em consideração as mudanças normativas, de cultura organizacional, atitudinal de seus atores com base em pressupostos técnico-científicos não exclusivamente jurídicos.

Analisando o espaço das organizações, Gerlero destaca que as mudanças culturais dependem também da vontade e do compromisso daqueles que exercem atribuições públicas. Aqui, encontramos um ponto de inflexão com a tese de Enoque Ribeiro dos Santos. A mudança de paradigma no Sistema Trabalhista, através da *parceirização* trabalhista, depende do grau de comprometimento e participação de juízes e procuradores como agentes indutores de mudanças, daí a importância da Escola Judicial como agente de transformação atitudinal destes agentes do Estado.

Gerlero destaca ainda o protagonismo dos atores sociais em cada sistema no qual atuem. Neste sentido, Enoque Ribeiro dos Santos sustenta que a *parceirização* jurisdicional trabalhista



é o resultado deste protagonismo fortalecido após a constitucionalização de direitos sociais dos trabalhadores e modernização do Poder Judiciário e do Ministério Público do Trabalho.

Prosseguindo com sua análise, Gerlero chama a atenção para o problema da cooperação e da interdependência dos atores que atuam em organizações do sistema sócio jurídico. Ele destaca três pontos de análise: 1) harmonização dos interesses de distintos atores sociais; 2) intermediação de diferentes atores sociais e da sociedade como um todo e 3) um espaço de análise das expectativas sociais e jurídicas.

Pensamos que Santos produz reflexões neste mesmo sentido. A aproximação de Juízes e Procuradores do Trabalho tende a harmonizar a forma de gestão e solução de conflitos trabalhistas, ampliando a segurança jurídica neste subsistema social. A parcerização jurisdicional trabalhista resulta da intermediação de diferentes atores sociais envolvidos no caso concreto. A relação que se estabelece ocorre em um espaço no qual interagem expectativas sociais e jurídicas em torno de soluções de entendimento.

Podemos notar a convergência dos autores quando Gerlero defende a interatividade entre uma pluralidade de agentes que atuam no sistema sócio jurídico. Da leitura de ambos, concluímos que o protagonismo destes agentes públicos suscita novas formas de estabilização das pretensões da coletividade e das pessoas que as integram.

Acompanhando o autor argentino, pensamos que os subsistemas integram uma unidade maior, no caso o Sistema de Justiça. Assim, as diferenças entre Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho ao invés de negar podem fortalecer esta unidade sistêmica e, porque não, de uma possível unidade de ação como proposta por Enoque Ribeiro dos Santos. Na parcerização jurisdicional trabalhista ocorreria o que ele denomina gestão processual compartilhada.

Continuando a leitura de Gerlero, observamos que ele destaca quatro exigências funcionais para o êxito da atuação conjunta dos subsistemas sociais, como proposto na tese do autor brasileiro, a saber:

1. Manutenção de um modelo de organização social e de redução de tensões sociais. Neste particular, defendemos a tese de que Juízes e Procuradores do Trabalho atuam conforme um programa constitucional comprometido com a defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Eles atuam, pois, reduzindo as complexidades que se manifestam nas tensões entre empregados e empregadores;



2. Realização dos objetivos do sistema, especialmente a conservação das sociedade mesma. Neste sentido, a atuação conjunta destes agentes políticos pode servir como fator de estabilização de expectativas no Sistema Trabalhista;
3. Adaptação às mudanças. A este respeito, Enoque Ribeiro dos Santos destaca a flexibilidade das normas coletivas e da nova hermenêutica jurídica como facilitadores deste processo de adaptação às mudanças tão comuns nas relações trabalhistas. Neste sentido, a adaptabilidade e a flexibilidade são fundamentais para o êxito da cooperação no sistema judiciário;
4. Integração dos diferentes agrupamentos como requisito necessário para a coesão e interdependência do sistema. A proposta de Enoque Ribeiro dos Santos segue esta mesma linha de reflexão. Juízes, Procuradores do Trabalho, empresa e trabalhadores integram estruturas distintas, cuja integração fortalece o sistema como resultado da coesão e interdependência de suas unidades parciais.

Com relação à possibilidade de mudanças de paradigmas atitudinais, Gerlero destaca que os indivíduos mantem relações constantes de acordo com regras impostas a todos e que definem a identidade de seus membros, endogrupo, em oposição a outros. No exogrupo estão aqueles que integram outras unidades parciais do sistema. Nosso autor referenciado, afirma que na relação constante ou interativa entre as distintas unidades de uma organização podemos destacar a influência mútua.

Em outro contexto, Marcelo Pereira de Mello (2012) sustenta que a interação entre indivíduos produz transação de subjetividades, aumentando sua fluência cultural. Esta transação funciona como um processo de troca cultural, tendo como resultante o conhecimento mútuo dos atores, aceitabilidade no grupo e harmonização de suas expectativas. No fundo, a transação de subjetividades tende a facilitar a solução de possíveis conflitos de interesses, estabilizando o funcionamento sistêmico, como preconiza Enoque Ribeiro dos Santos ao analisar a atuação conjunta entre Juízes, Procuradores do Trabalho, empresários e trabalhadores.

Identificando nas organizações perfis de atores (conservador, moderado e inovador), Gerlero mais uma vez aproxima-se da tese do professor brasileiro. A parcerização jurisdicional trabalhista pode ser considerada uma proposta inovadora, requerendo, pois, uma postura proativa de Juízes e Procuradores do Trabalho. No contexto de mudança cultural e formação de um novo paradigma cognitivo, podemos intuir que os perfis conservador e moderado de certos



agentes políticos podem atuar como obstáculos para implementação da parcerização jurisdicional trabalhista.

Por esta razão, talvez seja necessário adequar o método de avaliação de desempenho de Juízes e Procuradores do Trabalho conferindo peso maior aos indicadores estatísticos relativos às soluções coletivas de conflitos trabalhistas. Uma nova metodologia de avaliação pode fomentar ainda mais iniciativas de parcerização jurisdicional trabalhista. Weber, em suas análises sobre a burocracia, pontuava a necessidade de mecanismos de compensação para incentivar os agentes públicos a agirem de forma cooperada. Assim, mecanismos de compensação podem atuar como fatores de adesão de Juízes e Procuradores a este processo de resolução de conflitos trabalhistas, alterando a forma de interpretar as lides individuais que se repetem à exaustão na Justiça do Trabalho, congestionando ainda mais o primeiro grau de jurisdição como já diagnosticado pelo Conselho Nacional de Justiça.

## CONCLUSÃO

Com esta comunicação, apresentamos uma nova forma de se interpretar e solucionar conflitos trabalhistas com repercussão coletiva: parcerização jurisdicional trabalhista. Neste contexto, supomos haver uma unidade sistêmica que aproxima juízes e procuradores do trabalho, em que pese reconhecermos as diferenças institucionais que os habilitam como sistemas peritos dotados de expertises próprias. As diferenças existentes confirmam a tese sobre a aproximação institucional como forma de ampliar a eficiência do sistema de jurisdição trabalhista, no momento em que cada um deles percebe seus papéis de forma complementar.

Esta aproximação interinstitucional e intersubjetiva implica mudança atitudinal dos integrantes do sistema de justiça, decorrendo daí o papel fundamental das Escolas Judiciais como centros de formação continuada de juízes e procuradores do trabalho.

Por certo, uma nova forma de interpretar os fatos judicializados, percebendo lides coletivas em ações individuais pulverizados nas varas judiciais, pode contribuir para o descongestionamento no primeiro grau de jurisdição, abreviando a solução dos conflitos trabalhistas. Esta nova forma de gestão de conflitos alinha-se às estratégias institucionais de Tribunais, Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça, Conselhos Superiores e Supremo Tribunal Federal.

Neste contexto, um novo paradigma de gestão judiciária compartilhada, comprometendo os sujeitos processuais, pode impactar a cultura jurídica litigiosa que





sobrecarrega a justiça brasileira com lides que podem ser resolvidas através da atuação dialógica sincera.

O campo está aberto para novas incursões teóricas que auxiliem os profissionais do direito a encontrar soluções criativas menos formalistas que coloquem em primeiro plano a pessoa humana e suas necessidades existenciais.

## REFERÊNCIAS

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo estado. In Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink. *Reforma do Estado e administração pública gerencial/Orgs.* Tradução Carolina Andrade. 7. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do Processo*. São Paulo: Malheiros, 1994.

GERLERO, Mario Silvio. *Introducción a la sociología jurídica: Actores, sistemas y gestión judicial*. Buenos Aires: David Grinberg, 2006.

GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Ficker. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MELLO, Marcelo Pereira de. *Imigração e fluência cultural: dispositivos cognitivos da comunicação entre culturas legais*. Curitiba: Juruá. 2012.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. *O Microssistema de Tutela Coletiva – Parceirização Trabalhista - 2ª Ed.* São Paulo: LTr, 2012.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 3ª edição. Tradução de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974.



## **CONSELHO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO GOULART, SÃO BORJA-2014**

SILVA, Luciane Bidinoto

*Estudante de mestrando em educação do Programa da Unipampa Jaguarão-RS*  
*lbidinoto@hotmail.com*

FIGHERA, Mariangela

*Estudante de mestrando em educação do Programa da Unipampa Jaguarão-RS*  
*figheraster@gmail.com*

SHUMACHER, Jane Pereira

*Orientadora do Mestrado profissional em Educação da Unipampa Jaguarão-RS*  
*mixjanepereira@yahoo.com.br*

362

### **RESUMO**

O presente trabalho é uma produção do curso de pós graduação em Educação, mestrado profissional em Educação da Universidade Federal do pampa de Jaguarão - RS, desenvolvido na perspectiva da Gestão Democrática e Escolar, teve por objetivo coletar e produzir dados a cerca da Escola Estadual de Ensino Fundamental João Goulart do município de São Borja, sobre a visão do Conselho escolar em relação ao Projeto Político Pedagógico e o exercício da Gestão Democrática e com isso, preparar os indicativos para o Projeto de Intervenção que será aplicado nesta escola. Como embasamento teórico, traremos no texto as idéias de autores como: de Libâneo (2009), Veiga (1994 e 1998), Lück (2011), Hora (2010), entre outros. Para que o diagnóstico, utilizamos como metodologia, um questionário com perguntas fechadas e semi-abertas aplicados aos membros do conselho e a análises das atas de reuniões do conselho escolar. Com a discussão dos resultados foi constatado pelos membros do conselho escolar que há necessidade de formação em relação à gestão democrática e principalmente, sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Também foi constatado que não há registro e que não acontecem reuniões por seguimentos para deliberar sobre os assuntos da escola. Todos os membros do conselho concordam que é necessária uma intervenção, e que será um ganho para a escola.

**Palavras-chaves:** Gestão Democrática- Projeto Político Pedagógico – Conselho escolar

### **ABSTRACT**

The present work is a production of the graduate course in Education, Masters in Professional Education at the Federal University of Pampa Jaguarão - RS, developed in view of the Democratic Management and School, aimed to collect and produce data about the State School João Goulart Elementary School in São Borja, about the vision the school board in relation to the Political Pedagogical Project and the exercise of democratic management and with that, prepare for indicative Intervention Project which will be implemented this school. As a theoretical background, the text will bring the ideas of authors such as: Libâneo (2009), Veiga (1994 and 1998), Lück (2011), Time (2010), among others. For diagnosis, we use as a methodology, a questionnaire with closed and semi-open questions applied to board members and the analysis of the minutes of school board meetings. With the discussion of the results it was noted by the school board members that there is need for training in relation to democratic and mainly on the Political Pedagogical Project management school. It was also noted that there is no record and that do not happen by segments meetings to deliberate on the affairs of the school. All council members agree that an intervention is necessary, and it will be a gain for the school.

**Keywords:** Management democratically Project Political - School Board



O presente trabalho é uma produção do curso de pós-graduação em Educação, mestrado profissional em Educação da Universidade Federal do pampa de Jaguarão - RS, desenvolvido na perspectiva da Gestão Democrática e Escolar, teve por objetivo coletar e produzir dados acerca da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental João Goulart do município de São Borja, sobre a visão do Conselho escolar em relação a sua implementação e preparar os indicativos para o Projeto de Intervenção que será aplicado nesta escola.

Sabermos se a teoria é a retratação da prática vivenciada no cotidiano da escola analisada, apontando os fatores que solidificam esse distanciamento e também analisaremos que tipo de organização de gestão temos atuando na escola na visão do Conselho Escolar e se há interesse e disposição dos membros do conselho escolar em se tornarem agentes mobilizadores da Gestão Participativa, identificando que tipo de representação é feita por cada membro, se há consulta dos seguimentos antes das decisões tomadas pelo conselho e como preparar os membros do conselho para serem realmente mobilizadores da Gestão Participativa.

Como embasamento teórico, traremos no texto as ideias de autores como: de Libâneo (2009), Veiga (1994 e 1998), Lück (2011), Hora (2010), entre outros.

Vimos a necessidade de buscar saber como os membros do Conselho Escolar vêm a Gestão da escola e de que forma participaram da reestruturação o PPP, e quais as ações do conselho escolar estão registradas nas atas de reuniões e como é que os conselheiros veem sua atuação, após a análise das atas.

Para que o diagnóstico seja eficiente utilizaremos como metodologia, a análise do PPP, o segundo passo será a aplicação de um questionário com os membros do conselho escolar sobre seu envolvimento na última reestruturação e se conhecem e tem interesse de conhecer o PPP e, também, que tipo de organização de gestão predomina na escola e como o conselho pode participar desta gestão e ser agente mobilizador e representante da vontade do seguimento que representa e análise das atas das reuniões do Conselho Escolar onde constam todas as ações desenvolvidas pelo conselho e para definir o resultado do diagnostico, apresentar os dados levantados aos membros do Conselho Escolar e definirmos juntos quais os pontos em que realizaremos a intervenção.



O projeto diagnóstico visa coletar dados acerca do projeto político pedagógico da escola de ensino fundamental João Goulart, no município de São Borja e com isso classificar de que modo foi feita a reconstrução do PPP e como ele é conhecido e se serve como parâmetros das ações da escola que será estudada. Também vamos verificar que tipo de organização de gestão tem na escola, seguindo o autor Libâneo (2009), e como os membros do conselho se integram nessa gestão e se conseguem representá-los realmente.

Com o projeto de intervenção organizar os dados recolhidos e criar mecanismos que possibilitem a implementação do PPP no cotidiano escolar de forma prática através dos fatores que serão apontados como limitadores desses processos, promover a reflexão e ações dentro do Conselho Escolar e com isso tornar os membros do conselho como formadores e provocadores dos seus seguimentos e, principalmente como agentes de gestão democrática. Agir como agente motivador, criando vínculo entre a prática pedagógica e com a escrita do PPP. Transformando a escrita fria e burocrática do documento PPP em sensibilidade da escola, retratando no PPP o esforço de cada um em alcançar metas estabelecidas.

O presente projeto de intervenção junto ao conselho escolar em relação ao PPP justifica-se pela necessidade de tornarmos os conselheiros mobilizadores da gestão, ou seja, verificarmos quais foram as ações dos conselheiros na reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola de ensino fundamental João Goulart no município de São Borja e como é vista a gestão da escola. Como é a participação dos mesmos nessa gestão e analisamos quais as ações do conselho escolar em relação a como foi feita a reconstrução do PPP, se tem conhecimento sobre esse documento, tornando os membros do conselho escolar agentes de reflexão sobre qual a importância de representar o seguimento e de serem agentes transformadores da realidade da escola.

Com toda a legislação indicando a Gestão Democrática como caminho a ser seguido e que todos devem participar do processo de construção de uma escola que reflete seus problemas e buscar soluções, o que vejo na prática é uma aceleração do trabalho, se faz tudo contra o relógio e para que fique pronto logo, com o PPP também aconteceu isso, apesar da aparente discussão que na escola onde participamos da gestão, onde os seguimentos foram chamados a discutir, mas, vimos as pessoas pouco interessadas em realmente resolver os problemas da escola, visto pela atas(poucas presenças), apontá-los já foi difícil, pois para isso, demanda estudo das situações cotidianas da escola e das teorias envolvidas. O que vimos, foi uma leitura



apressada e com alguns ajustes, principalmente nas questões que eram de atualização como o acréscimo do Projeto Mais Educação e as adequações curriculares.

Outra inquietação é sabermos que tipo de gestão, os membros do conselho escolar percebem na escola se é autoritária ou democrática, como os membros do conselho vêem seu desempenho próprio e individual, como representantes do seguimento, discutir como promover a mobilização dos seguimentos para uma maior participação.

Nos quatro anos de gestão na escola João Goulart, percebemos que os conselheiros escolares não consultam seus seguimentos para tomarem decisões, que não há discussão com os seguimentos e que as ideias são individuais. O projeto de intervenção servirá para abriremos um canal de ligação entre os conselheiros e os seguimentos tendo como pano de fundo o Projeto Político Pedagógico.

O que constamos através do questionário e da análise das atas das reuniões do Conselho Escolar é que o conselho participou timidamente da reestruturação do PPP em 2012 e que houve somente ajustes no documento como a inclusão do Programa Mais Educação e das Adequações Curriculares. Para que haja gestão democrática é preciso capacitar os condutores dessa gestão, na escola, os conselheiros, se mostraram muito interessados em capacitar-se para atuar junto ao seu seguimento tendo como objetivo conhecer os tipos de gestão e de discutir e aprimorar o PPP.

Outra informação importante é que o conselho escolar está sendo utilizado como um órgão cumpridor de obrigações, pois, validar prestações de contas, montarem processos de eleições próprias e para diretores. Não constatamos nenhuma reunião de formação com temas relevantes e em nenhum momento se encontra as funções dos membros, a importância do Conselho Escolar, o que é Gestão Escolar e Democrática e tampouco, sobre o Projeto Político Pedagógico.

Por todos esses fatores, a intervenção se faz necessário junto ao Conselho escolar, que deve ser agente mobilizador de Gestão e com isso ser construídos de um PPP discutido e edificado com os seguimentos, precisamos de formação sobre sua importância e capacitação sobre o PPP e principalmente a função de mobilizar seu seguimento e construir juntos, um Projeto Político Pedagógico para a Escola estadual de Ensino Fundamental possível de ser concretizado.



Os dados foram apresentados aos membros do Conselho escolar através de tabelas e gráficos (referentes aos questionários e referente a análise das atas) para o melhor entendimento e foram levantados alguns questionamentos para que iniciássemos a discussão sobre os dados apresentados como: Vocês notaram que não há registro de reuniões com os seguimentos para tomada de decisões, planejamento de verbas (somente três) ou para traçarem metas para o desenvolvimento da escola? Todos de uma forma em geral disseram que não haviam percebido isso e que o tempo para se reunirem é escasso. Foram questionados se todos se sentem seguros para conversar sobre Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico com o seguimento que representam? As respostas foram unânimes de que precisam de formações e subsídios para realizar essa tarefa e que acreditam que esse diagnóstico do Conselho Escolar em relação a PPP, serviu para analisarem suas atuações junto aos seus seguimentos, notam que poderiam ter se envolvido mais na reelaboração em 2012. Concluem que gostariam de ter como tema de formação e como ação prática de Intervenção a reestruturação do PPP pelas vias da gestão democrática, ouvindo os seguimentos e trazendo para dentro do conselho escolar as decisões e anseios dos seus representados.

No questionário aplicado ao membro do Conselho escolar (9 participantes) tivemos a participação de 5 pessoas na última reestruturação em 2012, mas não vimos nos registros das atas, as reuniões por seguimento. Um ponto muito importante do questionário é que quase todos, 8 dos 9 participantes, querem participara de uma nova reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Escola João Goulart e querem receber formação sobre gestão e PPP para melhorar sua atuação junto à escola.

Constatamos juntos, que as reuniões são na maioria assuntos obrigatórios, que para serem validados, precisam da ata do Conselho Escolar como: Aprovação do Calendário ou adequação no calendário escolar, Eleições do Conselho Escolar ou para Diretor da Escola. A análise das atas dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, num total de 63 atas, somente 3 atas de reuniões serviram para planejamento de verbas e em 31 atas, eram para assuntos de eleições: Conselho Escolar ou Direção da Escola.

No projeto de intervenção vamos embasar nossa metodologia na autora Magda Floriana Damiani (2008) que escreve sobre o trabalho colaborativo na educação e em Paulo Freire (1981), com rodas de conversas no nosso projeto de intervenção.





A intervenção se justifica em função dos membros do conselho escolar terem analisado os resultados do projeto diagnóstico onde foram apresentadas as conclusões do questionário, que demonstram participação dos membros, disposição em participar, uma gestão democrática e atuante. Mas, o que consta no registro das atas do Livro do Conselho Escolar da EEEF João Goulart é que as reuniões são burocráticas para aprovação de calendário e normatizar eleições e que não há registro de reunião do representante de cada seguimento com o seu seguimento em específico e que não há registro dessa participação na reestruturação do PPP em 2012. Com esses resultados diferentes, apresentamos os resultados dos dois instrumentos: questionário e Atas, aos membros do conselho escolar.

Constatamos juntos, que as reuniões são na maioria assuntos obrigatórios, para validação de documentos e que precisam do acompanhamento da ata do Conselho Escolar como: Aprovação do Calendário ou adequação no calendário escolar, Eleições do Conselho Escolar ou para Diretor da Escola. As análises das atas dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, num total de 63 atas, somente 3 atas de reuniões serviram para planejamento de verbas e em 31 atas, eram para assuntos de eleições: Conselho Escolar ou Direção da Escola.

Os membros do Conselho escolar estão dispostos à instrumentalizarem-se sobre Gestão Democrática, PPP e assim promoverem rodas de conversas com os seguimentos para discussão do Projeto Político Pedagógico, tornando concreta a função de mobilizador da gestão democrática.

Visamos reestruturação do PPP através da mobilização de Gestão Democrática tendo como principal viabilizador o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental João Goulart, município de São Borja - 2014

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Gestão Democrática**

Para iniciarmos a fundamentação teórica da Gestão Democrática, trazemos a legislação como embasamento, iniciando pelo princípio de gestão que está na LDB, os mecanismos de



participação que são os conselhos, a forma de escolha do gestor e a atualização desta lei e logo em seguida os autores que utilizamos para esse trabalho.

A LDB (Lei nº 9.394/1996) toma para si a atribuição de regulamentar parte dos dispositivos constitucionais, reafirma o princípio da gestão democrática e delega para os sistemas de ensino específicos (nacional, estaduais e municipais) a definição das formas de exercitá-lo (LDB, art.3º, VIII, e art.14). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), por sua vez, estabelece o direito à liberdade de opinião e expressão e de participação na vida política (art.16, II e VI); além disso, dentre os direitos especiais de crianças e adolescentes assegura “o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores” (art.53, III) e “o direito de organização e participação em entidades estudantis” (art.53, IV). Também estabelece o direito dos pais ou responsáveis de “ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (art.53, parágrafo único).

Os mais difundidos mecanismos de participação são, sem dúvidas, os conselhos de políticas públicas. Na educação, estes conselhos são múltiplos e apresentam diferentes características. Sob a mesma denominação: “conselho”, encontramos órgãos vinculados à gestão dos sistemas de ensino, com caráter eminentemente consultivo e normativo (conselhos de educação), à gestão de instituições de ensino (conselhos escolares) e à gestão de políticas educacionais específicas (conselhos do FUNDEB, conselhos de alimentação e transporte escolar etc). Também sob o mesmo nome encontramos órgãos com diferentes possibilidades de participação democrática, o que se expressa na forma como são escolhidos seus membros.

A LDB (lei 9394/1996) regulamenta o princípio da gestão democrática e delega para os sistemas de ensino específica (nacional, estaduais e municipais) a definição das formas de executá-lo (LDB, art. 3º, VIII e art. 14). Desde 1931 o Conselho Nacional de Educação é regulado pela Lei 9131/95 e os conselhos estaduais foram implantados pela LDB desde 1960 e os conselhos municipais estão organizados desde 1971 e foram regulamentados em 1988 a partir da Constituição Federal.

A escolha do gestor da escola pela comunidade escolar foi um avanço muito grande na democratização da escola, pois, a pessoa que concorre à direção deve traçar os planos de ação para seu tempo de gestão, a discussão e a execução desse plano é cobrado e acompanhado pela comunidade, pois a comunidade que o elegeu o diretor devido sua escolha, optou por um diretor



e por sua proposta de trabalho. Esse é o primeiro passo. O Conselho Escolar deve conhecer o plano de ação e discutir e se necessário, abrir pequenos e grandes grupos de discussão para surjam e aconteçam sugestões e efetivas mudanças.

Na portaria 171/2012 – 3 de setembro de 2012 regulamentam o processo de indicação para as funções de Diretor e Vice-Diretor (es) dos estabelecimentos de ensino como trata a lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, rege sobre quem tem direito de votar, quem pode se candidatar e como funciona o processo eleitoral e os critérios de apuração.

A escolha do gestor da escola pela comunidade escolar foi um avanço muito grande na democratização da escola, pois, a pessoa que concorre à direção deve traçar o plano de ação para seu tempo de gestão, a discussão e a execução desse plano são cobradas pela comunidade, pois a comunidade opta por um diretor e sua proposta de trabalho. Esse é o primeiro passo.

O conceito de gestão, segundo Lück (2011, p.37) esse conceito está associado ao fortalecimento da democratização

(...) pela participação responsável de todos os membros da sociedade cível e da comunidade escolar nos vários níveis e âmbitos das decisões necessárias e da sua efetivação, mediante seu compromisso coletivo com os resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

O resultado principal da gestão escolar deveria ter seu foco principal no aluno, todos, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade em geral deveriam participar o PPP da escola para garantirem o direito a uma educação de qualidade voltada para a realidade local de nossa comunidade.

No texto O papel político-pedagógico do diretor de João Ferreira de Oliveira – UFG, Karine Nunes de Moraes – UFG e Luiz Fernandes Dourado – UFG disponível na biblioteca no curso escola de gestores diz que “compete ao diretor, dentre outros, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Nessa ótica, constitui-se um passo fundamental a criação de órgãos colegiados que venham possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola esteja envolvida, apontando para solução das mesmas”. Ter na função do diretor um gestor democrático que é aberto a discussão que reúne os seguimentos para discutir e conversarem sobre as ações escolares e as propostas de mudanças que devem acontecer.



A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes seguimentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. Nas palavras de Marques (1990, p 21):

“A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação”.

370

Quando se vive a gestão democrática o que deve prevalecer não é a autoridade do diretor, mas a sua capacidade de mediação e de gerenciamento de ideais e transformar críticas em corresponsabilidade. Quem participa de um processo se torna responsável pelos resultados.

O resultado principal da gestão escolar deve ter seu foco principal no aluno, todos, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade em geral devem participar o PPP da escola para garantirem o direito a uma educação de qualidade voltada para a realidade local de nossa comunidade.

Todas as instituições precisam de uma organização coerente para o bom funcionamento, na escola não é diferente, precisamos ter como princípio as relações humanas que interagem entre si e com a sociedade. Libanêo (2009) faz referência a duas concepções de organização: a concepção técnico-científica e a concepção sociocrítica. Na primeira, prevalecem à centralização do diretor, decisões de cima para baixo, sem participação dos demais seguimentos. Busca a eficiência, valorizam os cargos e as hierarquias, os planos de ações são feitos de cima para baixo também. Na concepção sociocritica, o diretor deixa de ser o topo e passa a ser mais um integrante do contexto das pessoas envolvidas na escola, a organização é promotora de agregação de pessoas, decisões tomadas de forma conjunta e social. Atualmente, o que esta em alta é o modelo de gestão de qualidade total, voltadas aos métodos e práticas de gestão administrativa empresarial. Para que tenhamos uma gestão democrática sólida e confiável é fundamental que tenhamos a participação como centro do processo.

## 2.2. Projeto Político Pedagógico

A inquietação de não ver a teoria refletida na pratica, faz com que reavaliemos constantemente nossa forma de trabalhar na escola, mas como principal obstáculo que



observamos que o conselho escolar que é um mecanismo de gestão, ainda funciona como órgão burocrático, para aprovar calendários escolares e para regulares eleições de diretores e conselhos.

Veiga e Carvalho (1994, p.50) afirmam que:

O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais.

371

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Nas palavras de Gadotti (1994, p. 579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Quando o PPP é construído de forma coletiva, cria-se de forma coletiva, cria-se uma rede de cumplicidade e de responsabilidade, está expresso no documento a vontade dos componentes dos seguimentos, se a construção, realmente foi coletiva e feita de forma participativa, com momentos de estudos e de compreensão da importância desse documento, ele será uma ferramenta da Gestão Democrática na escola. Neste sentido, Veiga (1998, p. 13) diz que

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que descreve os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo pessoal e racionalizando da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

O contexto da realidade escolar deve estar descrita no planejamento do PPP, pois é um caminho com possibilidades possíveis de serem alcançadas, e que retrata os anseios da comunidade, representada por todos os seguimentos e Hora (1999, p. 41) diz que:



...é imprescindível que o projeto educacional pertença ao contexto social imediato da escola, que se configure como produção coletiva, na qual a participação efetiva-se quando a comunidade da escola é chamada para contribuir desde a definição de suas necessidades e expectativas até o encontro de alternativas de solução.

### 2.3. Conselho Escolar

372

A participação de todos os interessados, envolvidos no processo de uma escola que se preocupa em promover a apropriação do saber e sobre isso Libâneo (2009, p.328) fala que

... a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável entre os professores, alunos e pais.

Desse modo, as discussões e os estudos servem como primeiro passo para formarmos uma comunidade crítica, darmos espaço, proporcionarmos encontros de discussão e sugestões, pais, alunos, professores e funcionários se envolveram na reconstrução do projeto político pedagógico voltado às práticas pedagógica e de avaliação, assim, todos os participantes tornarem-se corresponsáveis pelo processo de educação. Os participantes do processo assumiram juntos os erros e acertos do processo de gestão democrática.

Na LDB lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, está definido no artigo 14 sobre os sistemas de ensino que definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e o II- que trata da participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. Essa lei não é novidade na escola onde trabalhamos, mas percebemos que as eleições para conselhos escolares, na escola João Goulart, são realizadas somente com uma chapa e que os membros permanecem por muitas eleições e por vários mandatos.

Conforme Santos (2002; p.60) a burocracia é uma forma de aprisionamento do diretor que vira refém dessa forma de administrar, últimas eleições para diretores, não recebemos





preparação para a gestão da escola, a parte administrativa é aprendida na prática e muitas vezes com os erros.

A maioria dos diretores de escola busca orientações e soluções para seus problemas administrativos ou técnicos com colegas mais experientes ou aguarda “ordens” da Diretoria de Ensino, em vez de buscar soluções próprias, o que exige maior conhecimento dos fatores envolvidos, capacidade de análise da situação e discernimento, condições que não foram propiciadas durante a sua formação e tampouco no processo de capacitação posterior.

Segundo Ferreira (2003; p. 111), a construção deve ser coletiva e os envolvidos devem interessar-se por colocar seus desejos e anseios em prática para que consigamos alcançar uma comunidade realmente envolvida com a escola.

Todo objetivo que norteia a ação deve expressar os anseios e os desejos da comunidade envolvida no trabalho a ser executado. Logo, na escola, os objetivos que expressarão as necessidades científicas e éticas dos alunos, no sentido de sua formação humana de cidadão, deverão ser elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de ensino juntamente com os profissionais da educação, e por toda a comunidade educacional, refletindo o que existe de mais avançado na contemporaneidade no âmbito científico e ético, o que se entende por conhecimento-emancipação.

A possibilidade de alcançarmos uma escola onde todos queiram participar do processo de gestão democrática e onde os conselhos escolares sirvam para consolidar o desejo de uma educação plena chegaremos ao que diz PARO (1996, p.113)

... num ambiente escolar em que todos possam conviver como sujeitos, com direitos e deveres percebidos a partir da discussão aberta de todas as questões que afetam a vida de todos na escola.

O Conselho Escolar deve conhecer o plano de ação e discutir e se necessário, abrir pequenos e grandes grupos de discussão onde aconteçam sugestões e mudanças. Quando se vive a gestão democrática o que deve prevalecer não é a autoridade do diretor, mas a sua capacidade de mediação e de gerenciamento de ideia, transformar críticas em corresponsabilidade. Quem participa de um processo e torna responsável pelos resultados.

Quando se vive a gestão democrática o que deve prevalecer não é a autoridade do diretor, mas a sua capacidade de mediação e de gerenciamento de ideia, transformar críticas em corresponsabilidade. Quem participa de um processo e torna responsável pelos resultados.



O conselho escolar deve ser um mobilizador de gestão, deve escutar seus seguimentos para que os anseios dos alunos sejam retratados dentro deste grupo que os representa, deve exercer suas funções de fiscalizador, regular e participativo desse processo complexo de gestão democrática, principalmente em relação ao projeto político pedagógico, que uma das funções de participação do Conselho escolar segundo a LDB.

Podemos concluir com a análise do questionário que os membros do conselho escolar acreditam que a escola desenvolve a gestão democrática e que sua participação na reelaboração do PPP no ano de 2012, foi efetiva e participativa. Todos os membros gostariam de participar de formação sobre Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico. Com o questionário não conseguimos demonstrar a necessidade da intervenção, pois pelas respostas está tudo funcionando bem. Todos participam, a direção é aberta ao diálogo e todos participaram e conhecem o PPP da escola. Precisamos analisar as atas do conselho escolar para confirmar o questionário ou para que fizemos uma reflexão sobre nossa temática proposta que é a utilização do PPP e do conselho escolar como mobilizadores de gestão democrática.

Com a análise das atas podemos constatar que 49,20% das atas registradas são para deliberar sobre eleições, tanto de conselho escolar, quanto para diretor da escola, nos assuntos colocados no gráfico como gerais, estão os registros de aprovação de calendário escolar, adequação do calendário em função de greve ou gripe H1N1, pedido de remoção de professor ou funcionário entre outros assuntos, num total de 46,04%. Para planejamento de verbas somente 3 reuniões, totalizando 4,76%.

Com esses dados em mãos, houve necessidade de apresentarmos ao conselho escolar os resultados do questionário e os das atas, para que houvesse uma reflexão e uma discussão desses resultados. Foi constatado pelos membros do conselho escolar que há necessidade de formação em relação à gestão democrática e principalmente, sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Também foi constatado que não há registro e que não acontecem reuniões por seguimentos para deliberar sobre os assuntos da escola. Todos os membros do conselho concordam que é necessária uma intervenção, e que será um ganho para a escola.



## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Syria Carapeto Ferreira (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003

FREITAS, H ET AL..O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v.35, n.3, jul/set,2000.

GADOTTI, Moacir. *Pressupostos do projeto pedagógico*". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94

Hora, Dinair Leal da.*Gestão educacional democrática*/Dinair Leal da Hora. Campinas SP: Editora Alínea ,2010. 2ª Edição.

LIBANEO, Jose Carlos. *Educação Escolar: políticas, estruturas e organização*/ Jose Carlos Libaneo, MirzaSeabraToschi-Coleção docência em formação/ coordenação Antonio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta- 8. Ed.- São Paulo: Cortez, 2009

Lück,Heloísa .*Gestão educacional: uma questão paradigmática*/Heloísa Lück.9.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão.

MARQUES, Mário Osório. *Projeto pedagógico: A marca da escola*. In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. *O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

VEIGA, Ilma P.A. e CARVALHO, M. Helena S.O. A formação de profissionais da educação. In: MEC. *Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica*. Brasília, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas, Papirus, 1998.

Retirado de:

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650554/artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988> em 09 de setembro de 2013. (Constituição Federal- Gestão Democrática)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) em 09 de setembro de 2013 (constituição Federal)

<http://www.labor.org.br/pt-br/gestao-participativa-8.asp> em 09 de setembro de 2013 (PPP)  
[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/saibamais\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_1.pdf) acessado em 10 de setembro de 2013 (O papel político pedagógico do diretor)



(<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=556793>–acessado em 11/09/2011),

(<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met06.htm>) Questionário de pesquisa- acessado em 21/11/2013



## A MEDIAÇÃO COMO FORMA DEMOCRÁTICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS BASEADA NA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

PESSANHA, Quíssila Renata de Carvalho

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas e Sociais da UFF (PPGSD-UFF)*  
quissila@uol.com.br

377

### RESUMO

O presente trabalho visa a analisar a mediação como um mecanismo de tratamento de conflitos, capaz de restabelecer a comunicação rompida entre os litigantes e promover a democracia baseada na teoria da ação comunicativa de Habermas. Para melhor entendê-la, é importante falar sobre a democracia, tão necessária para a construção de uma cidadania ativa. Da mesma forma, estuda-se a teoria da ação comunicativa proposta por Habermas. Em sua teoria, o agir comunicativo pressupõe a utilização da racionalidade recíproca, isto é, a utilização do agir orientado para o entendimento, que ocorre com a utilização da mediação de conflitos. Nesse contexto, a mediação favorece a interlocução de todos os envolvidos afetados pela gestão pública, bem como a abertura de um campo de ampla comunicação entre a sociedade civil e as tradicionais instituições existentes, contribuindo para a expansão dos debates de interesse social.

**Palavras-chave:** Ação comunicativa. Mediação. Democracia.

### ABSTRACT

This study aims to examine mediation as a mechanism for dealing with conflict, able to restore disrupted communications between litigants and to promote democracy based on Habermas's theory of communicative action. To better understand this, it is important to talk about democracy, so required for the construction of active citizenship. Likewise, the theory of communicative action proposed by Habermas is studied. In his theory, the communicative approach implies the use of reciprocal rationality, i.e., the use of action-oriented understanding that occurs with the use of mediation in conflicts. In this context, mediation encourages the dialogue among all those affected by the public administration, as well as opening a field of wide communication between the civil society and the existing traditional institutions involved, contributing to the expansion of the discussions of social interest.

**Keywords:** Communicative action. Mediation. Democracy.



## INTRODUÇÃO

Jürgen Habermas é um filósofo e sociólogo alemão contemporâneo, que tem o nome associado à teoria crítica da Escola de Frankfurt, um movimento teórico constituído exclusivamente por quatro autores: Horkheimer (1895-1973), Theodore Adorno (1903-1969), Walter Benjamin (1892-1940) e Jürgen Habermas (1929). Não obstante suas diferentes formas de “olhar” e “pensar”, um tema comum a esses filósofos é a crítica à sociedade industrial moderna. Caracterizado como um autor das grandes narrativas, Habermas pretende, com sua teoria, dar conta das dimensões política, econômica e cultural da sociedade pós-convencional marcada pela pluralidade em níveis tão elevados, capazes de criar um verdadeiro mundo de estranhos, onde cada indivíduo, cada vez menos, se reconhece na figura de seu semelhante.

Para Habermas, o processo de industrialização conduz à forma de racionalidade que denomina “racionalidade instrumental”, definida pela relação meio-fim, ou seja, pela escolha de alternativas estratégicas com vistas a determinados fins. Propõe esse autor, em sua teoria, repensar a ideia da razão e da racionalização na busca de superar a racionalidade instrumental, ampliando o conceito de razão para uma razão que contenha a possibilidade de reconciliação consigo mesma: a razão comunicativa.

Para esse autor, a razão comunicativa é construída a partir de uma ação comunicativa. O presente estudo propõe expor alguns importantes aspectos dessa teoria e analisar a prática da mediação de conflitos como ferramenta para a construção de uma democracia plena, baseada na razão comunicativa, proposta por Habermas.

As dificuldades de concretização de uma democracia deliberativa amparada na ampla participação social crescem à medida que o direito vem sendo descumprido e é respeitado tão somente em face de seu caráter coercitivo, bem como em razão da ausência de cultura política pela sociedade civil, que permanece impassível frente aos interesses públicos. Muitas vezes o governo é percebido como algo a parte do mundo das pessoas comuns: elas não vivem, diz-se, no mundo que é nosso (TOURAINÉ, 1996, p. 44).

Habermas busca resgatar a legitimidade do próprio direito, por meio do Estado Democrático de Direito, de forma que o cidadão participe da elaboração da norma que ele mesmo vai cumprir.

Da maneira que a atividade comunicacional é constitutiva da sociedade, assim também as bases do direito só podem ser encontradas no pensamento da intersubjetividade. Assim, uma





norma jurídica deve buscar sua validade no consenso, que é resultado da discussão prática entre os diversos membros de uma comunidade. Tal entendimento busca a concretização da cidadania e a participação social ativa, uma vez que o sujeito é considerado competente e apto para, mediante debate argumentativo, questionar o sistema de normas e buscar novos princípios normativos na tentativa de reorganizar a sociedade. Sendo assim, o presente estudo visa analisar, por meio da obra de Jürgen Habermas, a teoria da ação comunicativa e estabelecer a conceituação de uma sociedade democrática e posteriormente analisar a mediação como um instrumento democrático no tratamento de conflitos.

## **SOCIEDADE DEMOCRÁTICA POR MEIO DA AÇÃO COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS**

A democracia é entendida não somente como um conjunto de garantias institucionais (liberdade negativa), mas como a luta dos sujeitos envolvidos por sua cultura e liberdade contra a lógica dominadora dos sistemas; conforme a expressão lançada por Robert Fraise, ela é a “política do sujeito” (TOURAINÉ, 1996, p. 24).

O sujeito é condição política de existência da democracia; seu eixo central é a ideia de soberania popular, ou seja, a afirmação de que a ordem política é produzida pela ação humana. O poder do povo significa a capacidade reconhecida ao maior número possível de pessoas para viverem livremente, construindo sua vida individual através da associação entre o que são e o que pretendem ser, e da resistência ao poder em nome tanto da liberdade quanto da fidelidade a uma herança cultural (TOURAINÉ, 1996, p. 25).

A democracia “não reduz o ser humano a ser apenas um cidadão; reconhece-o como um indivíduo livre que também faz parte de coletividades econômicas ou culturais”. Logo, a igualdade política é outra condição de existência da democracia, porém, não se define somente pela atribuição dos mesmos direitos a todos os cidadãos, “é também um meio de compensar as desigualdades sociais, em nome dos direitos morais” (TOURAINÉ, 1996, p. 29).

Nesse contexto, a democracia existe realmente quando a distância que separa o Estado da vida privada é reconhecida e garantida por instituições políticas e pela lei. Ela não se reduz a procedimentos porque representa um conjunto de mediações entre a unidade do Estado e a multiplicidade dos atores sociais. É preciso que sejam garantidos os direitos fundamentais dos



indivíduos; é preciso, também, que esses se sintam cidadãos e participem da construção da vida coletiva. Portanto, é preciso que os dois mundos – o Estado e a sociedade civil –, que devem permanecer separados, fiquem também ligados um ao outro pela representatividade dos dirigentes políticos. Essas três dimensões da democracia – respeito pelos direitos fundamentais, cidadania e representatividade dos dirigentes – se completam; aliás, é sua interdependência que constitui a democracia (TOURAINÉ, 1996, p. 43).

Uma sociedade democrática combina a liberdade dos indivíduos e o respeito pelas diferenças com a organização racional da vida coletiva pelas técnicas e leis das administrações pública e privada. O individualismo não é um princípio suficiente para a construção da democracia. O indivíduo guiado por seus interesses, pela satisfação de suas necessidades, ou até mesmo pela recusa de modelos centrais de conduta nem sempre é portador de uma cultura democrática, embora seja mais fácil que ele prospere em uma sociedade democrática do que em qualquer outra, porque a democracia não se reduz a um mercado político aberto (TOURAINÉ, 1996, p. 28).

Conforme Touraine, o sujeito é simultaneamente razão, liberdade e memória. Essas três dimensões correspondem às da democracia, porque o apelo a uma identidade coletiva deve ser traduzido na organização política pela representação dos interesses e valores dos diferentes grupos sociais.

Na verdade, “democracia significa identidade entre governantes e governados, entre sujeito e objeto do poder, governo do povo sobre o povo” e esse povo é uma pluralidade de indivíduos que formam uma unidade. Consequentemente, “o indivíduo isolado não tem, politicamente, nenhuma existência real, não podendo exercer influência real sobre a formação da vontade do Estado”; por isso, a democracia só existirá se os indivíduos se agruparem conforme suas afinidades políticas, a fim de dirigir a vontade geral para seu fim político (KELSEN, 2004, p. 37).

Nesse contexto, é necessário distinguir democracia representativa, participativa e deliberativa. A primeira consiste na escolha dos representantes feita pelo povo, por meio do voto. Na participativa, o povo além de escolher seus representantes participa de forma impetuosa da administração mediante consultas populares existentes ao longo da governança, vinculando os chefes de governo às decisões e necessidades da sociedade. A deliberativa vai além da participativa, há uma extensa participação política através de debates, de organizações civis e da sociedade no processo de democratização.



Das considerações feitas acima, seu maior teórico é Jürgen Habermas, o qual acredita na reconstrução democrática da esfera pública por meio de uma perspectiva emancipatória que contemple a implementação de procedimentos racionais, discursivos, participativos e pluralistas.

Para Habermas, a integração das democracias contemporâneas tem duplo fundamento: a força resultante de um acordo racionalmente motivado e a ameaça das sanções. Isso significa que a ordem jurídica se baseia na facticidade e validade: dimensão coercitiva de um direito legalmente instituído e legitimidade resultante de um entendimento conjuntamente negociado, conectando diretamente o direito com a democracia, os direitos humanos com a soberania popular. O direito coercitivo só conserva sua força integradora porque os destinatários individuais das normas jurídicas podem reconhecer a si próprios como autores e destinatários de tais normas (CITTADINO, 2000, p. 171).

O modelo proposto se fundamenta na ação comunicativa e procura compatibilizar o núcleo normativo da teoria da democracia com as complexas e diferenciadas estruturas da modernidade. Habermas estabelece um protótipo pelo qual a opinião pública gera influência, que se transforma em “poder comunicativo” através das eleições. Esse, por sua vez, torna-se “poder administrativo” por meio da legislação (HABERMAS, 1997, p. 189).

No pensamento habermasiano, o conceito de esfera pública ocupa uma posição central na elaboração teórica de democracia deliberativa e abarca a multiplicidade de espaços de argumentação pública envolvendo o embate dos diversos atores da sociedade. “O novo paradigma de direito só pode pertencer à razão comunicacional em funcionamento, no âmago do Estado de Direito Democrático, na discussão pública” (GOYARD-FABRE, 2003, p. 321). O novo paradigma do direito, baseado na democracia processual e na política deliberativa, exige que a discussão argumentada predomine sobre a decisão voluntária do poder. A razão processual convoca a prática do entendimento consensual por meio do diálogo. Assim, “a validade das normas jurídicas depende de seu acordo com o mundo cotidiano vivido, que é o próprio *télos* do “agir comunicacional” (HABERMAS, 1997, p. 191).

O agir comunicativo pressupõe a utilização da racionalidade recíproca, isto é, a utilização do agir orientado para o entendimento. O contato que os indivíduos possuem com o mundo é mediado linguisticamente, ao passo que a objetividade do mundo – que se supõe ao falar e agir – “está [...] entrelaçada com a intersubjetividade do entendimento sobre algo no mundo” (HABERMAS, 2002, p. 56).



A racionalidade comunicativa “exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado”, como também o horizonte pelo qual todos podem “se referir a um único e mesmo mundo objetivo” (HABERMAS, 2004, p. 107).

A ação comunicativa, portanto, é entendida como um tipo de ação social mediada pela comunicação, em cuja dimensão se encontra a possibilidade de reconhecer uma noção ampliada de racionalidade, capaz de resgatar e incorporar o interesse crítico e emancipatório das teorias. Em outras palavras, a compreensão da linguagem ocorre como uma forma de comunicação orientada para o entendimento subjetivo (HABERMAS, 1997, p. 195).

A teoria da ação comunicativa é capaz de gerar uma efetiva democratização da sociedade e do exercício de cidadania mediante uma concepção discursiva da soberania popular, pois os pactos comunicativos viabilizam uma participação mais ativa por parte da sociedade civil. Ademais, propõe-se a ampliação e o desenvolvimento de espaços públicos comunicativos orientados para a formação democrática da opinião e da vontade comuns, através da realização de processos de entendimento intersubjetivo mediados pela linguagem, permitindo que se produzam deliberações em diversas áreas da comunicação (HABERMAS, 1997, p. 198).

Para formular o modelo democrático procedimental, Habermas analisa a legitimação do direito, discorrendo sobre a relação existente entre a facticidade e a validade, ou seja, a tensão entre a autocompreensão normativa do Estado e a facticidade social dos processos políticos (HABERMAS, 1997, p. 199).

Como a sociedade democrática é uma comunidade de cidadãos livres e iguais, o ordenamento jurídico “não pode ser um mero distribuidor de liberdades de ação de tipo privado”; no entanto, a distribuição dos direitos subjetivos só será igualitária na medida em que os cidadãos, na condição de legisladores, estabelecerem um consenso sobre os critérios de tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais (CITTADINO, 2000, p. 174).

Sendo assim, com a utilização da teoria da ação comunicativa habermasiana, há uma interlocução política entre os sujeitos. De acordo com o espaço público democrático, baseado na ampla comunicação entre os sujeitos, se constituirão as legítimas políticas públicas capazes de implementar a participação fundacional do cidadão, tornando-se corresponsável pelo próprio desenvolvimento.



Nesse contexto, a mediação de conflitos, fundamentada na razão comunicativa, auxilia na busca pela solidificação do Estado Democrático de Direito. A mediação possibilita a interlocução política de todos os envolvidos afetados pela gestão pública, bem como a comunicação entre a sociedade civil e as instituições existentes, ajudando para a expansão dos debates sociais.

## **MEDIAÇÃO E HABERMAS**

A prática da mediação como forma de resolução de conflitos é utilizada desde a antiguidade. Na cultura cristã pode-se verificar a utilização dessa forma de resolução de conflitos no texto bíblico que faz referência à correção fraterna. “Se seu irmão pecar, vá e mostre o erro dele, mas em particular, só entre vocês dois. Se ele der ouvidos, você terá ganho seu irmão. Se ele não lhe der ouvidos, tome com você mais uma ou duas pessoas, para que toda a questão seja decidida sob a palavra de duas ou três testemunhas. Caso ele não dê ouvidos, comunique à igreja” (MATEUS, 18.15).

A mediação sempre foi ferramenta utilizada para solucionar os conflitos existentes nas sociedades. Ressalta-se, porém, que somente a partir do século XX é que a mediação passa a ser um sistema estruturado e, desde então, largamente utilizado por diversos países, tais como: França, Inglaterra, Irlanda, Japão, Noruega, Bélgica, Alemanha, dentre outros. Cabe assinalar que no direito comparado temos o exemplo da Argentina, que através da Lei nº 24.573/95 instituiu a mediação obrigatória. Os Estados Unidos aderiram à utilização de meios alternativos de solução de conflitos com o objetivo de descongestionar os tribunais. De acordo com Walsir Edson Rodrigues Júnior:

O acesso à justiça não é visto, naquele país, como um “direito social”, mas, antes, como um problema social, tanto que os meios alternativos de resolução de conflitos passaram a ser objeto de cursos básicos em Faculdades de Direito. No âmbito do Poder Judiciário, foi criado um sistema de multiportas, ou seja, aos litigantes são oferecidas diferentes alternativas para resolução de suas disputas. É realizado um diagnóstico prévio do litígio, posteriormente encaminhado por meio do canal mais adequado a cada situação. (RODRIGUES JÚNIOR, 2006).



Observa-se que a mediação, ligada ou não ao processo judicial, continua a fazer parte da história da humanidade. Os resultados da utilização desse método têm se mostrado mais satisfatórios do que os processos judiciais, visto que possibilitam a preservação das relações, sejam elas pessoais ou comerciais. Seu sucesso nos Estados Unidos foi vultuoso, a ponto de levar à sua difusão em outros países. No Brasil, por exemplo, o uso da mediação vem ganhando especial relevância para o judiciário nas varas de família e juizados especiais. Na definição de Sampaio, a mediação consiste em:

384

[...] processo pacífico de resolução de conflitos em que uma terceira pessoa, imparcial e independente, com a necessária capacitação, facilita o diálogo entre as partes para que melhor entendam o conflito e busquem alcançar soluções criativas e possíveis. (SAMPAIO; BRAGA NETO, 2007).

É importante mencionar a visão de Luciane Souza:

[...] a mediação é um procedimento que, ao mesmo tempo em que resolve o litígio, restaura o relacionamento entre as partes e as educa para a resolução autônoma de seus litígios, sendo, portanto, bastante democrático e fortalecedor da cidadania, além de agregar todas as vantagens já arbitradas para a arbitragem; o acordo é uma consequência natural destes objetivos mais amplos. Pode-se dizer, assim, que a mediação costuma ir mais fundo, descer às raízes do conflito, trabalhando em todo seu contexto, ao passo que a conciliação costuma trabalhar apenas nos limites do litígio inicialmente descritos pelas partes. (SOUZA, 2009).

Na lição de Elena I. Highton e Gladys S. Álvarez, a mediação assim foi conceituada:

A mediação é um procedimento não adversarial no qual um terceiro imparcial ajuda as partes a negociarem para chegar a um acordo mutuamente aceitável. Constitui um esforço estruturado para facilitar a comunicação entre os contrários com o qual as partes podem voluntariamente evitar se submeter a um longo processo judicial – com o desgaste econômico e emocional que esse comporta – podendo acordar uma solução para seu problema de forma rápida, econômica e cordial. Considera a resolução em termos de cooperação, com enfoque no futuro e com um resultado no qual os dois ganham, mudando as atitudes que adotam no litígio no qual a postura é antagônica, porque uma parte ganha e outra perde. Na mediação, todas as partes se tornam ganhadoras, uma vez que chega a uma solução consensual e não existe o ressentimento de se sentir “perdedor” ao ter que cumprir o decidido por um juiz. (HIGHTON; ÁLVAREZ, 1996, p. 122, tradução nossa).

Já Christopher Moore conceituou a mediação como:





[...] um prolongamento ou aperfeiçoamento do processo de negociação que envolve a interferência de uma aceitável terceira parte, que tem um poder de tomada de decisão limitado ou não-autoritário. Esta pessoa ajuda as partes principais a chegarem de forma voluntária a um acordo mutuamente aceitável das questões em disputa. Da mesma forma que ocorre com a negociação, a mediação deixa que as pessoas envolvidas no conflito tomem as decisões. A mediação é um processo voluntário em que os participantes devem estar dispostos a aceitar a ajuda do interventor se sua função for ajudá-los a lidar com suas diferenças – ou resolvê-las. A mediação é, em geral, iniciada quando as partes não mais acreditam que elas possam lidar com o conflito por si próprias e quando o único meio de resolução parece envolver a ajuda imparcial de uma terceira parte. (MOORE, 1998, p. 22).

Para que a mediação se desenvolva, são necessários que três elementos se encontrem presentes: as partes, a disputa e o mediador. Não há consenso entre os estudiosos quanto à participação do advogado no processo de mediação. Para alguns autores, essa presença é essencial para que as partes possam decidir bem. Para outros, tudo dependerá da vontade das partes, não sendo imprescindível a presença de um advogado para que as partes possam chegar a um acordo. O objetivo principal da mediação é que as partes envolvidas cheguem a um acordo voluntário e aceitável para ambas.

Como agente de realidade e guardião do processo de mediação, o mediador deve se valer de ferramentas que possibilitem minimizar os efeitos do conflito sobre a argumentação entre as partes. Ele pode levar ao seu discurso de abertura os aspectos citados nos pressupostos de argumentação propostos por Habermas, apontando sua observância como de interesse das próprias partes para que possam confiar no outro e para que ganhem também a confiança desse outro; para que consigam se expressar genuinamente, possibilitando identificar os desejos e necessidades do outro e, conseqüentemente atendê-los, para que construam não só acordos, mas especialmente uma convivência futura que inclua a não adversariedade.

A teoria da ação comunicativa de Habermas, quando trazido à mediação, valoriza pontos que favorecem a construção de acordos e pontos que favorecem o bom relacionamento presente e futuro entre as partes. Cuidar do restabelecimento de uma relação negocial e colaborativa entre as partes e auxiliar na construção de um acordo não precisam ser tarefas excludentes. Recorrer aos parâmetros oferecidos por Habermas possibilita restaurar uma comunicação comprometida pela subjetividade do estar em conflito e centralizar o diálogo nas atitudes que favorecem a construção do diálogo produtivo.



A mediação caminha em direção contrária ao sistema oficial implantado em nossos tribunais, binário e dialético, no qual as partes entram em confronto diante da autoridade judicial, onde teremos uma decisão coercitiva que tem amparo no ordenamento legal. A mediação, em contrapartida, parte de um ponto onde a relação é dialógica, horizontal e participativa; dessa forma, as partes em conflito não estão obrigadas a se submeter a uma decisão coercitiva com amparo no ordenamento legal, ao contrário, constroem suas próprias alternativas, procurando a pacificação no caso concreto, bem como a prevenção para que em casos posteriores essa pacificação seja buscada.

Os proponentes da mediação defendem ser ela um meio mais eficiente e abrangente de resolução de conflitos quando comparado ao método da adjudicação, pois através dela as partes têm controle sobre o processo decisório, aumentando a concordância e o cumprimento da decisão final, o que se afina com a ideia de Habermas de que é possível, através de um processo comunicativo, construir decisões racionalmente motivadas cuja “legitimidade pode ser avaliada a partir da harmonia entre palavras e feitos” (HABERMAS, 1997, p. 196).

Diante dessa exposição, percebe-se o caráter essencialmente dialógico do procedimento de mediação de conflitos e sua capacidade de construir decisões racionalmente motivadas através da ação comunicativa que se mostra tanto mais viável quanto mais atenciosa a uma ética discursiva baseada em elementos característicos da situação ideal de fala.

Conforme Rodrigues Júnior (2006), a lide no sistema judiciário se resolve dentro dos limites em que foi proposta, posto que é submetida a uma forma rígida, na qual quem decide é o juiz. Nesse caso, muitas das decisões proferidas pelos magistrados acabam por não alcançar o seu objetivo último – a pacificação social – visto que o litígio não foi resolvido em sua totalidade. O incômodo, o conflito social, continua existindo entre as partes, pois não foi tratado de forma integral pelo magistrado. Conclui Gláucia Falsarelli Foley que:

As soluções construídas pelas partes envolvidas no conflito podem ser talhadas além da lei. Quando protagonistas do conflito inventam seus próprios remédios, em geral, não se apoiam na letra da lei porque seu pronunciamento é por demais genérico para observar a particularidade dos casos concretos. Há, pois, a liberdade de criar soluções em amarras dos resultados impostos pelo ordenamento jurídico. Nesse sentido, as partes, antes alheias ao processo de elaboração das leis, “legislam” ao construir suas próprias soluções não somente para enfrentar os conflitos já instaurados, mas para evitar adversidades futuras. (FOLEY, 2009).



Estruturalmente, a mediação possibilita a emancipação do indivíduo e, conseqüentemente, da comunidade na qual está inserido. Sua proposta propõe uma mudança de paradigma, deixando de lado a relação adversarial e buscando uma relação consensual, na qual seja alcançada a tão almejada pacificação social. Dessa forma, a mediação permite que sejam averiguados os reais interesses das partes e a resolução integral do conflito existente.

Nessa perspectiva, para Sergio Coutinho “a ação comunicativa proposta por Habermas é, acima de tudo, uma ação orientada para o acordo, para o entendimento mútuo que leva a um consenso” (COUTINHO, 2005). Há uma relação essencialmente dialógica, visto que há sujeitos em interação. Habermas chama atenção para o papel da linguagem na interação humana, pois afirma que:

[...] no caso da ação comunicativa a linguagem se constitui num meio capaz de possibilitar inteiramente o entendimento mútuo. A linguagem se apresenta, então, como motor da integração social, tendo a comunicação como veículo de construção de uma identidade comum entre indivíduos. (apud COUTINHO, 2005).

Nesse contexto, o procedimento de mediação de conflitos constitui uma ferramenta importante para a construção de uma razão baseada na comunicação, qual seja, uma razão comunicativa. Trata-se de um meio consensual de resolução de conflitos no qual o poder de decisão cabe às partes envolvidas, cabendo ao mediador apenas facilitar esse diálogo promovendo uma comunicação voltada para o entendimento. Sendo assim, através desse incentivo ao diálogo, desenvolve-se uma cultura na qual o impasse não aparece como algo negativo, e sim positivo e construtivo quando gerido por um procedimento de solução de conflitos marcadamente democrático.

Através da ação comunicativa praticada em procedimentos como o de mediação de conflitos, o homem inserido em uma sociedade pós-convencional paradoxal tem a oportunidade de olhar para o outro não mais como um estranho distante, mas reconhecendo-o em suas diferenças. O reconhecimento do outro e a incorporação das diferenças e dos conflitos no debate é o primeiro passo para a construção de uma interação voltada para o entendimento (CITTADINO, 2000, p.117).

Dessa forma, a comunicação irá se estabelecer com base no conflito como algo inerente à condição humana, como instrumento de evolução, uma vez que incita as partes a discutir sobre uma situação, gerando uma transformação da mesma.



O conflito é, assim, transitório e necessário para o aprimoramento das relações. Através desse diálogo transformativo surge para os indivíduos a possibilidade de, ao conversarem sobre seus direitos e deveres, incorporarem a responsabilidade pela consequência de seus atos, deixando de atribuí-la a um terceiro, como comumente ocorre em relação à figura do juiz, presidente ou governador. Através da ação comunicativa, a resolução das controvérsias é realizada por aqueles que nelas estão envolvidos, participando ativamente nas decisões; e tem como consequência o exercício da cidadania e a inclusão social.

Dessa maneira, a mediação representa a efetivação do diálogo e o estímulo à ação comunicativa. Em função da comunicação (discurso de igualdade) estabelecida passam a configurar espaços que aproximam o mundo vivido do mundo sistêmico (econômico e político), possibilitando a participação dos indivíduos nas decisões da sociedade e mitigando a exclusão social (SALES, 2003, p. 192).

## **A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

A mediação de conflitos é uma forma de “instaurar a comunicação rompida entre as partes em virtude da posição antagônica instituída pelo litígio”; seu principal desafio é encontrar mecanismos que possibilitem uma convivência comunicativamente pacífica. Por isso, utiliza-se da teoria habermasiana para, através da busca pela racionalidade, gerar consenso e atuar como verdadeira estratégia política, abarcando o papel das subjetividades para a renovação da sociedade (SPENGLER, 2010, p. 349).

Sua interação ocorre pela ação comunicativa, a qual “se dá a partir da prática do consenso” e da racionalidade. “A atenção volta-se à racionalidade imanente da prática comunicativa que remete às diversas formas de argumentação” e à capacidade de seguir na comunicação almejando o consenso. (SPENGLER, 2010, p. 350).

A resolução de litígios por meio da mediação ocorre com a elaboração de um acordo pelas partes, contudo, sempre há o risco do desacordo, que é inerente ao próprio mecanismo comunicativo: “os desacordos fazem parte do meio comunicativo, surgindo das experiências que perturbam os aspectos rotineiros e tidos como adquiridos, constituindo uma fonte de contingências”. Pode acarretar, ainda, a frustração de experiências e, nesse aspecto, o risco de



desacordo é absorvido, regulado e controlado nas práticas cotidianas (SPENGLER, 2010, p. 363).

O consenso possui três ideias essenciais: escolha, confiança e razão. Tais conceitos constituem juntos, o sinal de união entre os homens, de um comprometimento nascido de razões comuns e de uma prática inerente à democracia moderna. É nesses termos que o consenso nasce como uma estratégia mais democrática de gerir os desacordos/conflitos, permitindo que uma ação/relação comum se concretize.

Possuindo uma cadência temporal própria, colocando-se entre as partes e agindo como instrumento de justiça social, “a mediação pode organizar as relações sociais, auxiliando os conflitantes a tratarem os seus problemas com autonomia, reduzindo a dependência de um terceiro (juiz)”, ao mesmo tempo em que acarreta entendimento mútuo e consenso (SPENGLER, 2010, p. 314).

O consenso e a inclusão social surgem como alternativas no tratamento de controvérsias. O consenso torna-se um elo na formação da vontade coletiva ao mesmo tempo em que organiza a comunidade. Por isso a mediação como importante mecanismo de sua concretização. Em uma sociedade complexa, como a que vivemos atualmente, é necessária uma nova concepção de democracia, conforme Habermas diz em seu modelo de política deliberativa, estimulando a participação social e o interesse do cidadão pela política, gerando a consciência de filiação.

A mediação como instrumento comunicativo possibilita que os envolvidos participem da construção da decisão tomada, comprometendo-se, responsabilizando-se e incentivando uma ampla participação. Dessa forma, pode-se dizer que a mediação de conflitos estimula a participação individual e a autonomia privada, contribuindo na construção da necessária mudança de cultura, de modo que os envolvidos não esperem sempre uma resposta estatal, mas participem ativamente do processo democrático, exercendo a cidadania.

Nesse sentido, como a mediação ocorre no âmbito do poder judiciário, as partes normalmente esperam que a decisão seja tomada pelo juiz. A mudança de cultura proposta se inicia com a desvinculação da decisão do juiz no momento em que as partes percebem que elas mesmas podem decidir seus conflitos e que, dessa forma, haverá uma decisão muito mais democrática e satisfatória.

Como visto, é a partir da atitude do envolvido no processo comunicativo-reflexivo, linguisticamente fundamentado no discurso racional, que o mundo social é moralizado. Com a



aplicação da mediação de conflitos, os cidadãos perceberão que, além de decidir os próprios conflitos, podem e devem participar das decisões políticas de interesse público, auxiliando na construção do amplo diálogo do Estado com a sociedade civil.

## CONCLUSÃO

A teoria ética de Habermas tornou-se significativa no contexto contemporâneo por motivar e promover o envolvimento efetivo e participativo do cidadão no processo da discussão, compartilhando de modo intersubjetivo na comunidade de comunicação ideal e fundamentando em um consenso alcançado através do discurso. Os sujeitos capazes de falar e agir são constituídos como indivíduos pelo único fato de que eles integram, enquanto membros de uma comunidade linguística, um mundo da vida compartilhado de modo intersubjetivo. Nesses casos, aqueles que participam do processo comunicativo precisam possuir a competência da racionalidade, da objetividade e do discernimento, uma vez que o agir é regulado pelas normas.

A viabilidade da teoria proposta por Habermas se constrói a partir do desenvolvimento, na sociedade, do hábito do diálogo transformativo do conflito: de algo negativo e destrutivo para algo positivo.

Nesse contexto, a mediação de conflitos é importante instrumento nesse percurso para a mudança de paradigma. Ela viabiliza a construção de ambientes propícios ao diálogo ético, conforme Habermas, fazendo dessa técnica, na sociedade conflituosa e heterogênea, possível ferramenta para a construção de uma democracia baseada não mais em uma razão instrumental, mas comunicativa.

Além disso, a mediação acaba com os marcos de referência da certeza, determinados pelo conjunto normativo, postos e expostos de forma hierarquizada. Ela é democrática porque acolhe a desordem e, por conseguinte, o conflito. É democrática quanto ao fundamento da relação de um com o outro: é uma aposta na substituição do tratamento dos conflitos de maneira tradicional (Estado produtor de regulação e de jurisdição) por uma estratégia partilhada, tendo por base um Direito inclusivo.





## REFERÊNCIAS

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Por uma reforma do Estado com participação democrática*. Documento nº 91. Brasília: Edições CNBB, 2010.

COUTINHO, Sérgio. A Recepção como "Pragmática Argumentativa" – uma visita ao conceito pelo olhar habermasianos. *Revista Perspectiva teológica*, América do Norte, vol. 37, n. 103, maio 2005.

FOLEY, G. F. *O poder judiciário e a coesão social. Concurso de Monografia da Associação dos Magistrados Brasileiros*. Em: XX CONGRESSO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. São Paulo: AMB, 2009.

FOLEY, Gláucia Falsarelli. *O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Tradução de Lúcia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 2.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HIGHTON, E. I.; ÁLVAREZ, G. S. *Mediación para resolver conflictos*. 2. ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1996.

KELSEN, Hans. Essência e valor da democracia. Em: KELSEN, H. *A democracia*. São Paulo: Loyola, 2004.

MATEUS. *Bíblia sagrada*. Edição ecumênica. Tradução de Padre Antônio pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica; 1980.

MOORE, C. W. *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. *A prática da mediação e o acesso à justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.



SALES, Lílian Maia de Moraes. *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. *O que é mediação de conflitos*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SOUZA, Luciane Moessa de. Mediação, acesso à justiça e desenvolvimento institucional. Em: CASELLA, P. B.; SOUZA, L. M. (Coord). *Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Da jurisdição à mediação: por uma outra cultura no tratamento dos conflitos*. Ijuí: Unijuí, 2010.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.



## **EXECUÇÃO – UMA QUESTÃO DE EFETIVIDADE. PROPOSTAS DO PROJETO DE LEI DO SENADO 606, DE 2011 E A INTERSEÇÃO COM O PROCESSO CIVIL**

BELFORT, Simone Cortes

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito*  
*simonebelfort@globo.com*

EPIFANI FILHO, Marco Aurélio Alves

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito*  
*alvesepifani@yahoo.com.br*

377

### **RESUMO**

Este trabalho se propõe a realizar uma análise da execução trabalhista a partir da proposta de alteração desta fase processual em artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Para isso cotejou-se as propostas de maior efetividade da fase executória neste projeto, bem como no Novo Código de Processo Civil e as posições doutrinárias e jurisprudenciais. Este estudo é relevante porque o relatório apresentado no âmbito dessa produção legislativa verificou-se um grande número de processos em fase de execução, portanto sem efetividade. Ao fim da análise espera-se explicitar alguns casos e como serão suas possíveis novas conformações.

**Palavras-chave:** Processo do Trabalho. Efetividade. Alterações Legislativas.

### **ABSTRACT**

This work intends to conduct an analysis of labor running from the proposal to amend the articles of procedural stage in the Consolidation of Labor Laws (CLT). For this read back up the proposals for greater effectiveness of the enforcement phase in this project, as well as in the New Code of Civil Procedure and the doctrinal and jurisprudential positions. This study is relevant because the report submitted under this legislative production was observed a large number of processes in progress, so ineffectively. At the end of the analysis are expected to explain some cases and how will your potential new conformations.

**Key-words:** Labour Procedure. Effectiveness. Legislative changes

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa apresentar as principais alterações trazidas pelo projeto de Lei 606/2011 do Senado e sua posterior alteração efetuada no que foi chamado de substitutivo.

Além disso, faz uma pequena interseção com o projeto 8.046/10, na esfera civil, e os questionamentos sobre a intenção do projeto e sua real efetividade.



## CONTEXTO DO PROJETO

A fase de execução no processo trabalhista tem o objetivo de concretizar o que foi discutido na fase de conhecimento e que até então não se tornou realidade. Uma vez que o reclamante tenha sido vencedor na sua pretensão, não significa que tenha efetivamente ganho.

É muito difícil explicar para o reclamante, uma das partes tutelada pela justiça, que seu direito foi lesado na via administrativa, por isso já teve que propor uma ação, que tem que arcar com os custos de um advogado para tanto, por sua conta e risco e que apesar da justiça ter sentenciado que ele é o ganhador da ação, ainda será inicializada uma fase para que esse reclamante possa então ver a cor do dinheiro, ou como dizem “ganhar e levar” e não apenas ganhar e não levar nada.

Vale ressaltar que a CLT é de 1943 e a ideologia da mesma seria para que o empregado pudesse ler em casa seus direitos e se dirigir a Justiça, inclusive sem advogado, exercendo assim o Jus Postulandi.

A execução na CLT é organizada antes dos recursos, pois a ideia inicial é que por ser verba de natureza alimentar, deveria então ter um tramite todo célere, assim como sua execução.

Por isso a audiência seria una e a execução vem disposta antes da fase recursal, que por ser um remédio voluntário, não deveria ser muito utilizado na seara trabalhista.

Hoje nos encontramos muito distante dessa realidade de 1943, e temos um panorama nada próximo dos direitos constitucionais. Princípio da celeridade, devido processo legal, efetividade, dentre outros, enfim, os princípios processuais constitucionais estão sendo totalmente ignorados, e a tutela jurisdicional deixou de ser uma boa solução há muito tempo.

Nesse contexto que surge o Projeto de Lei do Senado 606 de 2011 de autoria do Senador Romero Jucá. No relatório do projeto encontramos dados de que na Justiça do Trabalho temos um índice de congestionamento na fase de execução que chega a 69%. Isso em 2010 queria dizer que a cada 100 reclamantes que conseguem ganhar a causa, somente trinta e um, “alcançam êxito efetivo na cobrança de seu crédito”.

Esses dados ainda pioram quando na audiência pública realizada em 2012, foram incluídos os dados do que chamaram de arquivo provisório.

Com a formação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, pode-se também contabilizar diversos “processos em execução em que o devedor não foi encontrado, em que



bens do devedor não foram encontrados, enfim, em que as diligências tendentes à cobrança do crédito não foram bem-sucedidas e que estavam dormitando nas secretarias das varas”.

Em 2010 tínhamos em números oficiais quase dois milhões e seiscentos mil processos em fase de execução. Desses milhões de processos, o que antes já era muito ruim, pois tínhamos uma taxa de 69% de congestionamento, agora com a nova coleta de dados do arquivo provisório, chegou ao percentual de 76% de congestionamento, “o que significa dizer que, em 2010, apenas 24% dos credores trabalhistas que obtiveram ganho de causa lograram alcançar a satisfação efetiva de seus direitos. Digamos que 24 em cada 100 puderam receber os seus créditos, promovendo a execução; os outros 76 não receberam nada até hoje”. Vale lembrar que em 2011, esse percentual melhorou de 76%, para 74%.

No relatório e na audiência pública do projeto, podemos extrair algumas outras considerações importantes, tais como, que mesmo com esses dados assustadores, a justiça do trabalho é, ainda, a mais estruturada das justiças brasileiras, onde o juiz do trabalho recebe apenas 1500 processos por ano, enquanto as outras recebem na faixa de 5000 a Justiça Comum e 9000 a Justiça Federal.

E ainda, a consideração feita pelo Vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria –CNI, Alexandre Furlan, não deixa de ser bem interessante:

E acredito até que a celeridade e a efetividade dependem muito mais de uma reestruturação, como já foi dito pelo no Presidente da OAB, Ophir Cavalcante. Muito mais que uma reestruturação administrativa, uma melhoria da gestão, uma valorização e aumento do número de servidores destinados a fazerem esses cálculos, do que a gente simplesmente achar que, por um projeto de Eli, vamos satisfazer todas as necessidades

Esse foi o contexto no qual foi proposto esse projeto, várias emendas foram feitas, além das considerações e ao final resultou o projeto 606/11.

A ideia inicial é apresentar as mudanças que efetivamente acarretariam uma melhora e celeridade processual, e questionar ainda, se existem problemas encontrados na execução que ainda não tiveram solução.

## **DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA**

Bem interessante o projeto trazer no artigo 876-A a solução de um problema que se arrasta há décadas. A CLT tem como regra a utilização subsidiária da lei de execuções fiscais, Lei 6830/80, como é estabelecido no artigo 889 da CLT, e apenas na omissão dessa Lei, que se



utilizaria o CPC. A jurisprudência diverge quanto à aplicação deste artigo, bem como da utilização da Lei de execuções fiscais, dessa forma encontramos diversos magistrados que se utilizam diretamente do CPC, sem passar pela Lei de execuções fiscais, alegando celeridade e efetividade entre outros argumentos.

No projeto isso se resolve, pois fica determinada a utilização das regras do direito comum, sempre que disso resultar maior efetividade do processo.

Ou seja, não abandonaremos a identidade do processo trabalho, mas resolveremos aquela estrutura confusa, emaranhada que existia, utilizando diretamente o direito comum.

Entretanto, nada se altera em relação a execução contra a fazenda pública, pois estas, continuarão seguindo o procedimento da Lei de execução fiscal. A execução de seus débitos continua sendo através de precatório e os privilégios existentes em outras leis foram mantidos. O texto do projeto fala em “a execução das certidões de dívida ativa seguirá o procedimento da lei de execução fiscal”.

### **DA MULTA DO 475-J**

A multa contida no 475 – J do CPC possui natureza coercitiva, seu principal objetivo é fazer com que o devedor cumpra voluntariamente a condenação imposta sob pena de ver acrescida, através de uma sanção pecuniária, o valor já determinado e tendo como escopo dar celeridade e efetividade à prestação jurisdicional por parte do Estado e atendendo ao direito do credor.

Fredie Didier Jr. (2012), nos ensina:

O legislador instituiu uma multa legal com o objetivo de forçar o cumprimento voluntário da obrigação pecuniária. Trata-se de medida de coerção indireta prevista em lei, que dispensa manifestação judicial; é a hipótese de sanção legal pelo inadimplemento da obrigação. A multa tem, assim, dupla finalidade: servir como contramotivo para o inadimplemento (coerção) e punir o inadimplemento (sanção).

Na seara trabalhista até mesmo em função das aplicações subsidiárias permitidas, cada doutrinador defende uma posição, Carlos Henrique Bezerra Leite (2014), que assim argumenta:

Na verdade, o processo do trabalho sempre adotou um processo sincrético, haja vista o disposto no § 1º do art. 832 da CLT, que diz: ‘Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para





o seu cumprimento. No mesmo sentido, o art. 835 do texto consolidado reafirma que o 'cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabelecidas'. (...)

(...) Assim, considerando que há permissão no texto obreiro para o juiz dispor sobre o prazo e as condições para o cumprimento da sentença, mostra-se perfeitamente aplicável a regra do art. 475-J do CPC, com as adaptações que demonstraremos adiante, porquanto absolutamente compatível com os princípios que informam e fundamentam o processo do trabalho.

Quanto àqueles que entendem pela incompatibilidade entre os dois sistemas, destaca-se o posicionamento de José Augusto Rodrigues Pinto (2007), o qual leciona o seguinte:

Advirta-se que o alcance da Lei nº. 11.232/05 se limita à execução cível. É fácil intuir, partindo de tal premissa, que falta às alterações de sistema que levou a cabo a força subsidiária do processo do trabalho, em vista de conflitarem visivelmente com as normas sistêmicas que seguem presidindo-o. Esbarram, por isso, nas restrições feitas pelos arts. 769 (na cognição) e 899 (na execução) da CLT ao uso supletivo das normas estranhas à sua concepção estrutural.

A jurisprudência não muito diferente, quando cada magistrado faz sua opção doutrinária. Podemos observar abaixo uma decisão de cada lado.

RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. PROCESSO DO TRABALHO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, II

1. Conquanto recomendável, de lege ferenda, a aplicação da multa do art. 475-J do CPC no Processo do Trabalho encontra óbice intransponível em normas específicas por que se rege a execução trabalhista.

2. Se, de um lado, o art. 475-J do CPC determina ao devedor o depósito obrigatório do valor devido, o art. 882 da CLT abre para o executado a faculdade de garantia do juízo com outro tipo de bem. Manifesto que, se a CLT assegura ao executado o direito à nomeação de bens à penhora, isso logicamente exclui a ordem para imediato pagamento da dívida, sob pena de incidência da multa de 10%.

3. A aplicação à risca do procedimento do art. 475-J do CPC igualmente conflita com a CLT no tocante à exigência de citação, visto que, pela atual sistemática do Processo Civil, não há mais citação do executado em execução de sentença condenatória para pagamento de dívida, tampouco citação para pagar ou nomear bens à penhora, como se dava outrora. No entanto, esse ainda é o modelo ou o rito abraçado pela CLT para a execução trabalhista (art. 880 da CLT).

4. Outro contraste manifesto entre o procedimento do art. 475-J do CPC e o da CLT repousa nos embargos do devedor: garantido o juízo pela penhora, o art. 884 da CLT assegura ao executado o prazo de cinco dias para opor embargos à execução, ao passo que o § 1º do art. 475-J do CPC faculta ao executado apenas impugnar o título judicial, querendo, no prazo de quinze dias. Ao substituir os embargos à execução, verdadeira ação conexa de cognição, pela



impugnação, mero incidente processual desprovido de efeito suspensivo, o CPC introduziu uma inovação sumamente relevante e que ainda mais evidencia o descompasso de procedimentos em cotejo com o Processo do Trabalho.

5. Na prática, a insistência em aplicar-se no âmbito da execução trabalhista o art. 475-J do CPC, não obstante inspirada nos melhores propósitos, apenas retarda a satisfação do crédito exequendo. A desarmonia doutrinária e jurisprudencial multiplica recursos, amplia a sensação de insegurança jurídica e trava a celeridade processual almejada.

6. A aplicação ao Reclamado em execução da penalidade prevista no art. 475-J do CPC ofende o art. 5º, II, da Constituição Federal por adotar norma legal inexistente no Processo do Trabalho e com ele incompatível.

7. Recurso de revista conhecido e provido para excluir do débito a multa do art. 475-J do CPC. (Processo: RR - 22400-68.1998.5.17.0005 - Data de Julgamento: 02/04/2014, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/04/2014) (grifou-se)

**MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC. APLICABILIDADE.** O preceito punitivo contido no artigo 475-J revela-se perfeitamente aplicável ao processo do trabalho e visa a compelir o devedor ao pagamento, tornando a entrega da tutela jurisdicional mais célere, não havendo afronta à sistemática adotada pela CLT para a execução trabalhista.” (Agravado de Petição 0151900-75.2008.5.01.0461 – TRT-1 - Quarta Turma – Relatora Mônica Batista Vieira Puglia – julgado em 25.04.2013).

Assim, esse tópico muito divergente na Justiça do trabalho terá finalmente solução. O projeto tem como solução o artigo 879 – A, que nos ensina: “As obrigações de pagar devem ser satisfeitas no prazo de oito dias, sob pena de multa de dez por cento, que poderá, a critério do juiz, ser aumentada até o dobro ou reduzida à metade, observado o comportamento processual da parte ou sua capacidade econômico-financeira”.

Já no substitutivo o artigo ficou com essa redação final “As obrigações de pagar devem ser satisfeitas no prazo de oito dias, com os acréscimos de correção monetária e juros de mora, estes desde o ajuizamento da ação, sob pena de multa de dez por cento”.

Observa-se que inicialmente a multa era variável de cinco a vinte por cento, a critério do juiz, entretanto no substitutivo, preferiu-se alterar para um valor fixo de 10% a multa pela não satisfação das obrigações de pagar, evitando-se assim um poder discricionário do magistrado que poderia causar uma instabilidade no processo.

Esperamos com isso que à existente celeuma atual seja dado fim.



## DOS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS

Também está em defasagem a CLT, quando trata dos títulos executivos extrajudiciais. Desde a Emenda Constitucional 45 a competência da justiça do trabalho aumentou e com isso, a incidência de títulos executivos extrajudiciais, tornando a CLT incompleta e defasada.

Inicialmente no projeto, o rol de títulos incluía os termos de compromisso firmados com a fiscalização do trabalho, que no substitutivo foi retirado, pois não tem características de título executivo extrajudicial, independente de terem sido originados em uma irregularidade, e de serem efetivados por um ato de fé pública.

Outro título que constava inicialmente no projeto, eram os acordos realizados perante o sindicato, que apesar de indiscutivelmente serem um título, tendo como fundamentação principal a Constituição, ficou decidido que por existir a possibilidade de engessar as negociações coletivas, de restringir as negociações, não seria interessante do ponto de vista coletivo, deixa-los como título executivo extrajudicial.

Por fim, o item “qualquer documento no qual conste o reconhecimento de dívidas trabalhistas” também foi retirado, devido ao seu alto grau de indeterminação.

Desta forma o texto final do projeto com o substitutivo ficou: São títulos executivos extrajudiciais: a) os termos de ajuste de conduta firmados com o Ministério Público do Trabalho; b) os termos de compromisso firmados com a fiscalização do trabalho; c) os termos de conciliação firmada perante as Comissões de Conciliação Prévia; d) os acordos realizados perante o sindicato; e) o cheque ou outro título que corresponda inequivocamente a verbas trabalhistas; f) qualquer documento no qual conste o reconhecimento de dívida trabalhista, inclusive o termo de rescisão do contrato do trabalho.

Essas mudanças são de extrema importância e se coadunam com as recentes alterações no ordenamento jurídico trabalhista.

## PARCELAMENTO DO DÉBITO

Acompanhando as mudanças sociais, o projeto traz a possibilidade de parcelamento das dívidas. Já no substitutivo, esse parcelamento se mantém, mas fica claro que é uma oportunidade excepcional, e por isso só será concedida se for depositado o valor de 30% do débito, aí existirá a possibilidade de parcelar em até 6 vezes, sendo que nenhuma parcela poderá ser inferior a um salário mínimo.



Se o devedor não fizer o depósito de 30% perderá a autorização legal para parcelamento, mas poderá ainda transacionar com o credor o que na prática sabemos que acabará acontecendo, mas pelo menos o judiciário não mais estará fechando os olhos para o que acontece em quase todos os acordos elaborados.

Outra possibilidade de parcelamento da dívida aparece no artigo 884-A §3º do projeto e do substitutivo, antes de perder definitivamente o bem, pela arrematação, adjudicação ou alienação, pode o devedor requerer o parcelamento da dívida na forma proposta em cima, ou seja, 6 vezes, mas para isso deve depositar 50% do valor total do débito.

## DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

O instituto da prescrição tem como objetivo causar segurança jurídica, a prescrição intercorrente não diferente do instituto no âmbito material, tem como objetivo causar segurança jurídica no curso do processo. Ocorre quando no curso do processo, o credor deixa de impulsionar o processo, e o mesmo não pode ficar parado para sempre.

O STF, Supremo Tribunal Federal em sua sessão plenária de 13-12-1963, aprovou a Súmula nº 327, com o seguinte teor: “O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente”.

Entretanto o TST em 1980 publicou a Súmula nº 114, com o seguinte teor, diametralmente oposto ao da Súmula nº 327 do STF: “É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente”. Apesar da súmula 114 TST ter sido editada com base em precedentes antigos, atualmente um dos fundamentos mais utilizados pela inaplicabilidade da prescrição, é que na execução trabalhista, a mesma pode começar de ofício, ou seja, pelo impulso do próprio juiz, o que não permitiria a paralisação do processo, por inércia da parte. Podemos observar outros fundamentos na jurisprudência abaixo:

RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE. Recurso calcado em violação do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988.

1. Tanto o credor quanto o devedor são responsáveis pelo prosseguimento da execução trabalhista, na medida em que se trata de medida calcada em título executivo que obriga e vincula ambas as partes. Nesse contexto, deve ser reformada a decisão que determina a extinção do feito em razão da prescrição intercorrente, pois o impulso do processo executório não pode ser atribuído exclusivamente ao credor...

Conforme já sedimentado pela jurisprudência desta Corte: "É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente" (Súmula 114/TST), tendo o TST concluído dessa forma a partir do pressuposto de que a execução constitui mero incidente de natureza declaratória da fase de conhecimento.



Soma-se a tal entendimento o princípio do impulso oficial preconizado pelo artigo 878, caput, da CLT e o artigo 7º, XXIX, da CF, que apenas prevê prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois após a extinção do contrato de trabalho para ajuizar a ação trabalhista. (Recurso de Revista - PROCESSO Nº TST-RR-112400-95.1995.5.18.0004 – 3ª Turma, Ministro Relator Alexandre Agra Belmonte – Assinatura Eletrônica 12/12/02012).

Na posição contrária observamos:

**EMENTA: EXEQUENTE QUE DÁ CAUSA À PARALISAÇÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICABILIDADE.** No caso, o exequente, com sua ausência de interesse em impulsionar a execução, deu causa à paralisação do processo por quase 04 (quatro) anos, razão pela qual afigura-se perfeitamente cabível a aplicação da prescrição intercorrente. Precedente. Recurso a que se nega provimento. (Agravo de Petição - AP - 0015600-79.2007.5.18.0005 -Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque - 18ª Região- Assinatura eletrônica em 19/09/2012)

385

É no mínimo interessante observar a divergência entre Tribunais sobre o mesmo assunto. A súmula do TST é posterior a do STF e sobre este fato, segundo Serafim Junior, a Súmula n.º 327 do STF surgiu em 1963, época em que a Excelsa Corte possuía ampla competência para apreciação de recursos extraordinários em ações trabalhistas, pois tal apelo era cabível quando a decisão recorrida fosse contrária à Constituição Federal ou a lei federal, conforme art. 101, III, da Constituição Federal de 1946. Com o surgimento do art. 143 da Emenda Constitucional n.º 1/1969, a situação se inverteu, pois não cabia mais recurso extraordinário por contrariedade a lei federal. Dessa forma, “a doutrina passou a propugnar que as súmulas de jurisprudência do STF em matéria trabalhista perderam muito de sua importância”.

A doutrina não fica atrás e se manifesta também de forma divergente; senão vejamos:

Na medida em que o Direito é fórmula de razão, lógica e sensatez, obviamente não se pode admitir, com a amplitude do processo civil, a prescrição intercorrente em ramo processual caracterizado pelo franco impulso oficial. Cabendo ao juiz dirigir o processo, com ampla liberdade (art. 765, CLT), indeferindo diligências inúteis e protelatórias (art. 130, CPC), e, principalmente, determinando qualquer diligência que considere necessária ao esclarecimento da causa (art. 765, CLT), não se pode tributar à parte os efeitos de uma morosidade a que a lei busca fornecer instrumentos para seu eficaz e oficial combate. De par com isso, no processo de conhecimento, tem o juiz o dever de extinguir o processo, sem resolução de mérito, caso o autor abandone o processo, sem praticar atos necessários à sua condução ao objetivo decisório final (art. 267, II e III e § 1º, CPC). A conjugação desses fatores torna, de fato, inviável a prescrição intercorrente no âmbito do processo de cognição trabalhista. Por isso o texto da Súmula 114 do TST. Na fase de liquidação e



execução também não incide, em princípio, regra geral, a prescrição intercorrente. O impulso oficial mantém-se nessa fase do processo, justificando o prevalecimento do critério sedimentado na súmula do tribunal maior trabalhista. (grifou-se). (DELGADO, 2014)

Contrariamente podemos observar os ensinamentos de Manoel Antonio Teixeira Filho (2005, p. 296).

(...) o Tribunal Superior do Trabalho dá a lume a Súmula n. 114, para, em boa hora – mas em acerto discutível –, estatuir que “é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente”. Colocamos em dúvida o acerto da orientação adotada pelo TST por, no mínimo, duas razões. Em primeiro lugar, estamos convencidos de que a possibilidade de ser alegada a prescrição intercorrente no processo do trabalho está inculpada, de forma nítida, no art. 884, § 1º, da CLT; com efeito, ao dizer que o devedor poderá, em seus embargos, arguir – dentre outras coisas – a “prescrição da dívida”, a norma legal citada está, a toda evidência, a referir-se à prescrição intercorrente, pois a prescrição ordinária deveria ter sido alegada no processo de conhecimento. A entender-se de maneira diversa, estar-se-ia perpetuando o brutal equívoco de imaginar que o devedor poderia, no momento dos embargos, afrontar a autoridade da coisa julgada material, pois a sentença exequenda poderia, até mesmo, ter rechaçado a arguição de prescrição, suscitada no processo cognitivo. Enfim – indagamos –, se não é a intercorrente, então de que prescrição se trata a que o § 1º do art. 884 da CLT permite o devedor alegar no ensejo dos embargos que vier a oferecer à execução? Em segundo, porque o sentido generalizante, que o enunciado da Súmula n. 114 do TST traduz, comete a imprudência de desprezar a existência de casos particulares, onde a incidência da prescrição liberatória se torna até mesmo imprescindível. Ninguém desconhece, por suposto, que em determinadas situações o Juiz do Trabalho fica tolhido de realizar ex officio certo ato do procedimento, pois este somente pode ser praticado pela parte, razão por que a incúria desta reclama a sua sujeição aos efeitos da prescrição (intercorrente), sob pena de os autos permanecerem em um infundável trânsito entre a secretaria e o gabinete do Juiz, numa sucessão irritante e infrutífera de certificações e despachos. Exemplifiquemos com os artigos de liquidação. Negligenciando o credor no atendimento ao despacho judicial que lhe ordenou a apresentação desses artigos, consistiria despautério indisfarçável imaginar que, diante disso, caberia ao próprio juiz deduzir os artigos de liquidação, substituindo, dessa maneira, o credor na prática do ato; não menos desarrazoada seria a opinião de que, na espécie, deveria o juiz transferir ao próprio devedor o encargo de realizar o ato. Que o devedor pode apresentar artigos de liquidação, disso não se duvida; daí a compeli-lo a tanto vai uma ousada agressão à lei. A solução, portanto, seria aguardar-se o decurso, em branco, do prazo de dois anos, contado da data em que o credor foi intimado a oferecer os artigos de liquidação, para, em seguida – e desde que haja alegação do devedor nesse sentido –, pronunciar-se a prescrição intercorrente e, em virtude disso, extinguir-se o processo de execução com exame do mérito.

Como a CLT tem como referência a utilização subsidiária da Lei de execuções fiscais, alguns juízes e alguns doutrinadores, utilizam então essa lei para fundamentar a





inaplicabilidade da prescrição intercorrente. Senão vejamos: Lei 6830/80 – Lei de Execuções fiscais:

Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

§ 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 5º A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4º deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009)

387

Ato nº 1/ GCGJT, de 1º de fevereiro de 2012: Art. 6º Localizado o devedor ou encontrados bens passíveis de penhora, é assegurado ao credor, de posse da Certidão de Crédito Trabalhista, requerer, a qualquer tempo, o prosseguimento da execução, a teor do § 3º do art. 40 da Lei nº 6.830/80.

O projeto e o substitutivo fazem previsão para que os credores indiquem bens em trinta dias, se os credores nada fizerem o nome do devedor vai para o banco de dados de devedores e arquiva-se o processo por um ano. Após esse período os credores serão novamente intimados, se não fizerem nenhuma indicação, o juiz vai determinar nova realização de todos os procedimentos disponíveis para que os bens sejam constritos.

Por fim se não encontrados bens, serão expedidas certidões de crédito em favor do credor e será efetuado o arquivamento definitivo. (Artigo 882-A e parágrafos)

O mais interessante é que não vai existir assim a prescrição intercorrente, uma vez expedida a certidão de crédito, não há que se falar em prescrição, do contrário o devedor receberia um prêmio por não ter sido diligente.

Diferente dos demais direitos e indo de encontro com o instituto prescrição, não podemos aqui na execução, depois de extraído a certidão, falar em prescrição.

Apesar de o projeto determinar que os credores ficando silentes, o processo seja arquivado, e também determinar qual prazo a ser utilizado antes do arquivamento, que seja o de



um ano, não resolve quando o credor não quiser apresentar por exemplo, os cálculos em fase de liquidação, o que continuará com as questões doutrinárias e jurisprudenciais. Podemos observar que a prescrição intercorrente causa diversos posicionamentos, poderia ter o legislador também solucionado essa questão totalmente e não parcialmente.

### **DAS SENTENÇAS COLETIVAS**

No texto atual da CLT, não encontramos nada reacionado as sentenças coletivas, inova assim o Projeto 606.

O texto do projeto difere bastante do texto do substitutivo. A expressão “individuais homogêneos” foi excluída, a alegação foi que restringia, limitava as ações coletivas, quando não era esse o objetivo do legislador, por isso, o texto do substitutivo fica apenas as “condenações genéricas impostas em sentenças coletivas...”, não limitado a nenhum tipo específico de sentença coletiva.

Outro ponto alterado foi na possibilidade dessas ações, em que haja condenação, que as sentenças sejam cumpridas em ações autônomas, entretanto promovidas pelo substituto processual.

A ideia é que o substituto processual possa levar adiante as execuções sem que seja necessária a outorga de poderes individuais, a intenção é manter a celeridade do processo, do contrário todo esforço para que a execução seja mais célere e efetiva cairia por terra, ou requerer autorização individual.

O texto final do substitutivo também limita em número máximo de 10, a quantidade de substituídos, quando necessário os desmembramentos da execução por grupos de substituídos. O texto do projeto dizia que quem limitaria o número de integrantes seria o próprio juiz, mas na esteira das alterações já feitas pelo substitutivo, preferiram os legisladores alterarem o texto, limitando assim em 10 o número de substituídos e retirando do juiz esse poder.

Como sabedores dessa possibilidade, com o intuito de evitar qualquer fraude, os legisladores também alteraram o texto do projeto e incluíram no substitutivo o § 1º, do artigo 887-A: “Os pagamentos fundados em execução de sentença coletiva promovida pelo substituto processual far-se-ão sempre à pessoa do substituído ou em conta corrente de sua titularidade, reservado o direito de liberação ao substituto da parcela dos honorários assistenciais e ao advogado o destaque dos honorários contratuais, devidamente comprovados nos autos”.



Por fim, no artigo das sentenças coletivas, foi incluído o § 2º. Ele nos ensina que quando tiver que decidir sobre alguma controvérsia, a mesma será decidida em um só feito, com o sobrestamento dos demais, e, além disso, a decisão definitiva será estendida a todas as partes que a sentença condenatória alcançar.

## **DO PODER DO JUIZ**

Quando do Projeto, visando a efetividade da prestação jurisdicional, os textos saíram dando plenos poderes ao magistrado de escolher o que achasse melhor. Podemos exemplificar o artigo 878 que diz que incumbe ao juiz, adotar todas as medidas necessárias ao integral cumprimento da sentença. Também no artigo 887 §1º, o juiz é que definirá o número integrante de cada grupo de substituídos, conforme observamos acima. No artigo 886 – A, o juiz poderá reunir processos contra o mesmo devedor.

Esses e outros artigos demonstravam a ideia originária do Senador Romero Jucá, de buscando a efetividade, deixar o juiz decidir o que melhor seria, para que o processo atinja seu escopo, dentre eles da celeridade, efetividade e prestação jurisdicional. Em suas palavras:

A incorporação da efetividade da prestação jurisdicional, como vetor axiológico do cumprimento das sentenças ou dos títulos executivos extrajudiciais, ostenta harmonia com as concepções mais avançadas do constitucionalismo contemporâneo. Sob este comando, havendo mais de uma forma prática de conduzir os atos da execução, o magistrado deverá atender àquele que melhor cumpra a efetividade.

Ainda no sentido das mais avançadas legislações contemporâneas, o texto mostra-se essencialmente aberto, apresentando procedimentos mínimos capazes de realizar o seu escopo final, com destaque para a relevância do impulso de ofício, do uso de ferramentas tecnológicas, da simplicidade e da integração das partes.

Já no relatório do projeto, discutiu-se sobre o cuidado que se deve ter para que em nome da efetividade, não seja ferido a garantia da justiça das partes no processo. Por esse motivo, vários artigos do projeto foram alterados no substitutivo, diminuindo os poderes do juiz. Dessa forma, a própria Lei já traz delimitado o que poderá o juiz fazer.

É uma discussão muito interessante e vai de encontro com as concepções mais avançadas do constitucionalismo contemporâneo mesmo. Ainda bem, que não houve alteração do texto final do artigo 878, que permite o impulso oficial, além das medidas que achar necessária para o cumprimento da sentença.



## DA INTERSEÇÃO COM O PROCESSO CIVIL

No processo civil, também se discute sobre as alterações que podem ser feitas, para que o processo se torne mais efetivo. O Projeto de lei nº 8.046 de 2012, mantém as regras que já existiam em relação a separação do processo de execução e do cumprimento de sentença. Podemos dizer que independente de a execução ser forçada ou espontânea, no cumprimento de sentença não se formará um novo processo.

As alterações propostas teriam a premissa de dar mais efetividade e celeridade aos tramites da execução. Não apenas nos processos trabalhistas, como nos processos comuns, indica-se que temos um congestionamento na fase de execução.

Um questionamento que tem sido feito, é que mesmo com todas essas alterações, será que o processo realmente ficou mais efetivo? Será que podemos concluir que alcançamos mais celeridade?

Uma das propostas, inclusive já analisada, é a do parcelamento do débito, entretanto, a pergunta que se faz é esse artigo realmente trouxe celeridade ou apenas podemos observar que se não parcelamos os débitos, o credor poderá não ter seu crédito satisfeito, pois hodiernamente os empregadores em sua maioria, encontram dificuldade em ter dinheiro e quitar suas dívidas? Será que a questão da efetividade e celeridade acabam mitigada pela necessidade de se alcançar adaptações as questões sociais prementes?

Além dos questionamentos existentes nos projetos sobre a real efetividade dessas alterações propostas, destacamos também a possibilidade de no projeto referente ao processo civil, existir agora a possibilidade de penhora de até trinta por cento dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, quantias recebidas por liberalidade de terceiros destinadas ao sustento do devedor e de sua família, ganhos do trabalhador autônomo e honorários de profissionais liberais (artigo 849 do projeto de Lei 8.046/10).

Busca-se com a medida se permitir a penhora de um percentual de verba (desde que superior ao patamar mensal de cinquenta salários mínimos) que, mesmo tendo natureza alimentar, uma vez apreendida não coloque em risco a dignidade do executado, aumentando as chances de êxito da execução.

Muito interessante o projeto trazer a possibilidade de se poder alcançar verbas de natureza alimentar, para se dar mais efetividade a própria execução, é no mínimo por não dizer



original, afinal nunca antes se conseguiu chegar tão perto de verbas dessa natureza, com exceção na execução de alimentos. Entretanto podemos argumentar se realmente é efetiva essa proposta, uma vez que o patamar exigido fica além de cinquenta salários mínimos e que muito poucas pessoas conseguem ganhar esse valor tão alto.

## CONCLUSÃO

Tentamos mostrar com o trabalho, as principais mudanças que serão efetuadas com o projeto 606/11 e seu substitutivo. As questões trazidas são atualmente questões de muita divergência doutrinária e jurisprudencial. Fato que as alterações diminuirão quase todas as divergências.

A proposta é que traga mais celeridade e efetividade, entretanto o nosso questionamento final é sobre essa real efetividade. Sabemos que se apenas 26% das pessoas que chegam a execução tem seu direito tutelado, alguma coisa está muito errada, sabemos também que as soluções propostas no projeto vão diminuir bastante as inseguranças geradas, quando dependendo da vara e da turma que caia a pretensão, a solução será positiva ou negativa. A solução da multa do 475- J do CPC é um bom exemplo.

Não podemos deixar de parabenizar o projeto, será a solução de muitas divergências e efetivação de muitas coisas que aconteciam na prática, mas não tinham respaldo legal. Chamamos atenção apenas pela demora em ser efetivado. Entretanto não podemos deixar de questionar se realmente será solucionado o problema. Será que depois da sua publicação do projeto os percentuais de efetividade vão aumentar? Será que o credor vai achar alguma coisa para executar?

Fica o questionamento independente da quantidade de benesses trazidas pelo projeto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, *Projeto de lei 8.046 de 2010*. Cria o novo código de processo civil brasileiro. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490267>. Acessado em 03 de junho de 2014.

BRASIL, *Projeto de lei nº 606 de 2011*. Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.



Disponível em [http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=102563](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=102563). Acessado em 03 de junho de 2011.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 13.ed. São Paulo: LTr, 2014.

DIDDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 4ª edição. Salvador: Editora Jus Podivm, 2012, vol. 5

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 12. Ed. São Paulo: LTr, 2014 –.,

OLIVEIRA, Marcus Vinicius de Lima. Aplicabilidade da prescrição intercorrente à execução trabalhista. *In: Âmbito Jurídico*. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7519](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7519) acessado em 09 de junho de 2014.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Compreensão Didática da Lei nº. 11.232, de 22.12.2005. *In: Revista LTr*, v. 70, nº3, 2006. p; 309-340.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Execução no processo do Trabalho*. 9.ed. São Paulo: LTr, 2005.





## CAMINHOS ALTERNATIVOS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

PITA, Flávia A.

*Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.  
Integrante da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS  
Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco  
fa-pita@uol.com.br*

SANTOS, Liziany C.

*Estudante de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana  
Bolsista pelo CNPQ da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS  
lizianycs@gmail.com*

SILVA, Vera Leticia de O.

*Estudante de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana  
Bolsista pelo FAPESB da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS  
veraleticiaoliveira@gmail.com*

410

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar caminhos para a solução dos conflitos oriundos das relações interpessoais dos membros da Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), grupo informal em processo de incubação desde 2008 e responsável pela produção e venda de produtos alimentícios em uma das cantinas da Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS). Dessa forma, objetiva-se demonstrar a possibilidade de concretização do acesso à justiça e verificar a importância da estabilidade e da harmonia do grupo, bem como dos princípios da autogestão, solidariedade e cooperativismo no contexto do processo de incubação de um empreendimento coletivo de economia popular e solidária.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Autogestão; Meios alternativos de Solução de Conflitos.

### ABSTRACT

This study aims to investigate ways to solve the conflicts that comes up from interpersonal relationships between the members of the Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), informal group that participates of a incubation process since 2008 and that produces and sells food products in a canteen at the Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Thus, the objective is to demonstrate the possibility of achieving access to justice and verify the importance of stability and group harmony, and the principles of self-management, solidarity and cooperative in the context of the incubation process of a collective enterprise of popular and solidarity economy.

**Key-words:** Solidarity Economy; Self-management; Alternative Dispute Resolution.



## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é estudar caminhos alternativos para a solução de conflitos entre membros de um grupo informal que, vivenciando, desde 2008, um processo de incubação regido pelos princípios da Economia Popular e Solidária, tem como atividade principal a produção e a venda de produtos alimentícios em uma cantina da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Considerando o predomínio do modo de produção capitalista em nossa sociedade e, portanto, a supervalorização da lógica da competição e do individualismo, o ato de apropriar-se dos bens de produção e de lucrar com o trabalho alheio é largamente incentivado como meio para que um indivíduo seja bem-sucedido economicamente. Dessa maneira, a tentativa de produzir sob a perspectiva dos ideais cooperativistas numa sociedade pouco solidária revela-se um caminho árduo, por estabelecer novas formas de organização da produção a partir de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista e, por isso, vulnerável ao aparecimento de conflitos derivados das relações interpessoais entre cooperados e cooperadas com os mais diversos interesses, perfis e aspirações.

A pesquisa mostra-se relevante à medida que se propõe ao estudo e à aplicação de mecanismos extrajudiciais de solução desses conflitos, em especial a conciliação e a mediação, a fim de superar o que hoje constitui um obstáculo à gestão harmônica da Cooperativa (informal) Mãos Solidárias (Coopermasol). Sendo o princípio da autogestão essencial no contexto da Economia Popular e Solidária, é indispensável enfatizar, ao longo da pesquisa, a importância e a necessidade de mostrar a possibilidade da pacificação dos conflitos pelos próprios membros do grupo cujos interesses estão divergindo. Afasta-se, assim, a ideia de que o único e melhor caminho possível é o convencional, em que a questão controversa é levada ao conhecimento de um terceiro substituto, para que então seja submetida ao seu julgamento.

Uma decisão imposta pelo Estado nem sempre é capaz de satisfazer e conciliar as partes em conflito a fim de que tenham condições de dar continuidade à gestão de um empreendimento coletivo, em que terão que lidar com a divisão tanto do trabalho quanto dos rendimentos da forma menos desigual possível. Diante disso, a pesquisa ainda em curso tem como papel identificar formas de desviar o foco do método predominante para a resolução de conflitos derivados das relações construídas sob uma lógica competitiva e individualista, encarando a solução de conflitos não só como atribuição de razão a um dos polos da relação,



mas sim como ponte para o fortalecimento do sentimento de coletividade entre os membros do grupo, capacitando-os para o reconhecimento da importância de estabelecer, na Economia Popular e Solidária, uma relação solidária e horizontal.

A investigação, do ponto de vista do método, combina a pesquisa bibliográfica, documental (legislação), a pesquisa empírica (entrevistas) e também a pesquisa prática, com a realização de reuniões com as cooperadas a fim de buscar as melhores soluções para os conflitos vivenciados entre elas.

## 2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária consiste numa forma de produzir oposta ao capitalismo, cujos princípios básicos remetem à propriedade coletiva e ao direito à liberdade individual. Seguir esses princípios torna possível união dos que produzem em uma única classe de trabalhadores, igualmente detentores do capital. Privilegiam-se, assim, os ideais de solidariedade e igualdade. Nas palavras de Paul Singer:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. (2013, p. 09)

A solidariedade na economia pode ser viabilizada desde que seja organizada igualitariamente por quem se associa para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Para Paul Singer (2013), “a chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

Numa cooperativa não deve haver grau de hierarquia e por isso não há competição entre os sócios: quando o capital acumula, todos ganham por igual; por outro lado, quando as dívidas acumulam, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para superá-los. Assim, num modelo ideal de sociedade regida pela economia solidária, essa característica seria ampliada para os demais setores sociais. A existência de pessoas na miséria, por exemplo, seria responsabilidade de toda a população, adotando o Estado mecanismos de redistribuição solidária de renda.



E é por isso que Paul Singer (2013) não hesita em dizer que, “se a economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual”. Pois, o capitalismo divide a sociedade em duas classes: uma proprietária do capital e uma que ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O único resultado possível é a competição e a desigualdade, sendo que esta não é natural e aquela tampouco o é.

Num empreendimento de economia solidária, o escopo máximo é promover a solidariedade na economia tanto para dar trabalho e melhores condições de vida a quem precisa, quanto difundir um modelo democrático e igualitário de organizar as atividades econômicas.

### **3. OS DESAFIOS DE ORGANIZAR UMA COOPERATIVA A PARTIR DO PRINCÍPIO DA AUTOGESTÃO**

Na empresa capitalista, existe uma escala hierárquica na administração – composta por níveis distintos de autoridade –, sendo que as ordens e instruções partem de cima para baixo. Para Paul Singer (2013), este é um modelo administrado por meio da heterogestão e fundado numa contradição. Isso porque ao empregado não é permitido cooperar com o colega, sob pena de fortalecê-lo e ser vencido por ele na “competição”. Por outro lado, se não houver competição entre os colegas, toda a empresa pode fracassar. Não interessa ao capitalismo equacionar esse paradoxo, desde que seja possível extrair o máximo da força de trabalho de seus empregados, que podem ser “descartados” ou substituídos conforme sua conveniência.

De maneira completamente oposta, a cooperativa deve funcionar praticando a autogestão. Todas as decisões e discussões que dizem respeito à gestão do negócio são tomadas de forma democrática, permitindo aos cooperados e cooperadas um envolvimento com os problemas. Desfaz-se a ideia de um pequeno grupo ou indivíduo detentor de todas as informações importantes e das soluções para cada problema da empresa.

A autogestão não isenta a massa trabalhadora do esforço e da responsabilidade que deve ser canalizada para a administração da cooperativa. Permitir que todos saibam o que está acontecendo contribui para a cooperação inteligente dos sócios e ao mesmo tempo desencoraja a competição para saber quem é o melhor entre os trabalhadores. No entanto:



O esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas, etc. O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. (SINGER, 2013, p. 19)

Não raro, trabalhadores e trabalhadoras da cooperativa abrem mão das informações e dão um voto de confiança a uma “direção” para que esta decida por todos e todas. A suposta direção, na maioria das vezes, aceita o encargo, principalmente se se tratam de decisões que podem gerar conflito entre os sócios. A lei do menor esforço se apresenta como uma ameaça de supressão da prática autogestionária.

414

É, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que tem que prestar contas aos colegas que representam. (SINGER, 2013, p. 20)

Nem sempre há tempo de consultar os colegas quando se trata de questões urgentes. Quando as soluções são passadas para todos os componentes do grupo, já foram adotadas e resta esperar pelo resultado. Com o tempo, se essa prática vira rotina, as informações relevantes vão passar a se concentrar nas mãos de responsáveis, em decorrência da inércia dos demais.

Para a cooperativa obter êxito, enquanto grupo de economia solidária, faz-se necessário que os cooperados e cooperadas façam questão da autogestão pela vontade de participar da luta por um outro modo de produção:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada autoconfiante e solidária. (SINGER, 2013, p. 21)

O que acontece de fato é que grande parte dos cooperados e cooperadas aderem à economia solidária enquanto modo de produção *intersticial*, ou seja, com a finalidade de ganhar melhores condições de vida e sair da pobreza (SINGER, 2013). Ainda segundo Paul Singer (*ibidem*), “muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa”.



Desde as imposições da família patriarcal e da escola tradicional somos ensinados a obedecer ordens e temer quem as profere, num processo alienante que só se afasta ao passo que nos engajamos em lutas que desafiam o *status quo*. No dizer de Paul Singer (2013), “irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras”.

É o que torna possível o exercício da autogestão. As conquistas das mulheres no campo social, por exemplo, não foram alcançadas graças à boa vontade de quem detém o poder, mas pela união de grupos de mulheres feministas, empoderadas e autogestionárias, que não mais aceitariam ter suas vidas e liberdades tolhidas por lideranças autoritárias e burocráticas. Quanto maior a discrepância entre dirigentes e dirigidos, menor a chance de concretização da solidariedade.

#### 4. O GRUPO COOPERMASOL E SEUS CONFLITOS

A economia solidária e a autogestão são os alicerces do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Cooperativa Mãos Solidárias (Coopermasol), cujas atividades consistem em produzir e comercializar gêneros alimentícios em uma das cantinas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

O grupo está em processo de incubação desde 2008, sendo acompanhado pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade (IEPS-UEFS). Uma de suas características marcantes é ser composto por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as quais já haviam sido excluídas do setor formal de trabalho em razão de fatores como a idade, a baixa escolaridade (algumas são analfabetas) e a própria falta de experiência e habilidade social para lidar com as outras pessoas.

É interessante dizer que o primeiro passo na direção de solucionar um conflito é compreendê-lo (apesar de esta ideia chocar de frente com o modo como, de regra, o tempo é vivenciado: o tempo dedicado ao conhecimento de algo ou à compressão de uma situação é rotulado como inútil ou desnecessário). É importante conhecer a natureza, as dimensões e as possíveis causas do conflito que se quer pacificar. Nesse sentido, o conflito pode ser interpretado como uma divergência de interesses ou mesmo uma percepção de que determinadas aspirações das partes não podem ser simultaneamente alcançadas.





Este conceito se refere ao conflito enquanto percepção, mesmo que por apenas uma das partes, de que há uma incompatibilidade de interesses, necessidades ou valores. No caso da Coopermasol, nota-se que o desentendimento entre as cooperadas é decorrente de atitudes que prejudicam ou afetam o interesse, a necessidade ou valores do outro membro do grupo. É o que se pode observar, por exemplo, numa conversa com uma das trabalhadoras em que ela exterioriza a sua insatisfação com o fato de que certas cooperadas não agem de acordo com o que ela chama de “espírito de grupo”<sup>1</sup>, pois, segundo ela, algumas se sentem como se fossem “chefes” da cooperativa e no direito de maltratar as demais.

A partir deste ponto o conflito é bastante visível e real, por mais que percebido apenas por uma das cooperadas. A trabalhadora que relatou este problema acredita que está sendo magoada pela colega de trabalho (percepção) e se sente em conflito com ela, ficando propensa a adotar determinadas atitudes que agravem ainda mais o conflito e desequilibrem a relação solidária da cooperativa. É o que se intitula de escalada progressiva de conflito destrutivo. (BASTOS, 2014, p. 44)

Tomando como referência a fala dessa trabalhadora e de outras entrevistadas, pode-se observar que o conflito de interesses engloba três questões: a substancial, a procedimental e a psicológica. Na primeira, está em disputa o dinheiro que será retirado por cada uma em troca da sua força de trabalho, além do tempo dedicado por elas, tendo em vista que a cantina funciona nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) e algumas fazem referências ao fato de que o trabalho é maior em determinados horários, por exemplo: “[...] a turma da tarde quer chegar e achar tudo pronto, pra não fazer nada. A gente trabalha igual uma condenada, quando chega na quinzena recebe uma mixaria”.

Na segunda, entra em discussão a maneira pela qual a disputa deve ser resolvida, levando em conta a comunicação ou a maneira como será feita a tomada de decisões. Na última, é preciso considerar a confiança, a participação nas questões relativas à cooperativa e o respeito.

Também foram questionadas acerca da existência de solidariedade no grupo, a partir da experiência vivenciada. As respostas foram, no geral, negativas, como “nem todo mundo quer ajudar, muitas pessoas querem mandar, ser patrão”. O que se nota é que as cooperadas que

<sup>1</sup> Esse espírito de grupo certamente faz referência aos princípios que regem a economia solidária, ou seja, a solidariedade, a cooperação e a autogestão. Isto representa a eficácia do processo de incubação no sentido de educar pessoas para o trabalho numa perspectiva solidária.



trabalham em um turno são solidárias entre si, porém não depositam confiança nas do turno oposto. É como se a comunicação houvesse sido rota, provocando uma cisão da cooperativa em dois grupos distintos e não harmônicos entre si.

Segundo BASTOS (2014), a comunicação é o aspecto principal do conflito e é por meio dela que todos os conflitos se intensificam ou convergem para a pacificação. Diversos fatores podem dificultar a comunicação, incluindo a idade, o sexo, o ambiente de trabalho, o grau de estresse e experiências negativas do passado.

Resolver um conflito, no sentido de pacificá-lo, significa que os sujeitos envolvidos se tornaram capazes de buscar atender não só as suas necessidades individuais, mas também as do outro, estabelecendo uma comunicação honesta, aberta e compartilhada.

A autora fala ainda em uma pirâmide na qual as necessidades são dispostas em níveis hierárquicos. Na base estão as necessidades fisiológicas, seguidas pelas de segurança, as sociais (aceitação), a estima (autoapreciação, autoconfiança) e no topo está a necessidade de autorrealização (vinculada ao crescimento pessoal e profissional).

Entender quais dessas necessidades estão no centro do conflito apresentado é essencial para melhor lidar com ele e encontrar uma forma de solucioná-lo sem que nenhuma delas seja sacrificada.

## 5. MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Inicialmente cabe pontuar a deficiência do Poder Judiciário em resolver, de fato, os litígios levados ao seu conhecimento, para, posteriormente, explicar o porquê se utilizar dos meios alternativos de solução de conflitos com um grupo de economia popular e solidária, trazendo por seguinte quais são esses meios e, finalmente, refletir sobre a questão do acesso à justiça. No mais, cabe salientar que tais questões por vezes se entrelaçam e se confundem.

O Poder Judiciário, em toda sua estrutura burocrática e vertical, em regra é incapaz de resolver satisfatoriamente os conflitos que lhe são levados. As condições psíquicas e morais das partes, além das tramas pessoais, não são observadas pelo sistema jurisdicional, que mal escuta os problemas reais das pessoas, preocupando-se quase que somente em traduzir as questões fáticas em questões de direito.



O conflito quando levado ao "mundo jurídico, na moldura kelseniana não se faz sem uma dose substancial de mutilação. O que pode ser resolvido não é o conflito, não é a carência em seu estado de resistência. O que pode ser resolvido é somente o conflito jurídico" (REBOUÇAS, 2012, p. 142).

No processo judicial, seus autores perdem a voz e, dublados por seus advogados, recebem o tratamento "padrão" que não se difere de qualquer outro. O que se resolve então, não é aquele conflito, mas um conflito qualquer, cuja moldura foi aproveitada de outros conflitos e servirá para tantos outros mais. Desse modo, resta um direito inacessível para grande parte dos sujeitos e os conflitos permanecem apesar da solução distante da realidade (REBOUÇAS, 2012).

Nessas condições, as partes, que agora nada mais são do que figurantes de seus próprios dilemas, são levadas a se enfrentarem, formado polos opostos da relação processual adversarial, onde todos dispõem de armas e munições, prestes a se atacarem a qualquer tempo.

Diante disso, pode-se inferir que os princípios da economia popular e solidária destoam da dinâmica processual judicial. Não há que se falar, por exemplo, em autogestão quando se tem um terceiro que profere a decisão final para o conflito (a sentença), nem tão pouco em cooperação e solidariedade em um ambiente onde as partes são levadas a se confrontarem e de onde sairão um vencedor e o outro perdedor.

É nesse sentido que surgem como alternativa os meios extrajudiciais de solução de conflitos. Tais meios priorizam o diálogo e a autonomia das partes, cedendo horizontalidade à resolução dos litígios.

Na resolução de conflitos heterônoma tradicional (via judicial) as partes "abrem mão" (quase sempre por que são obrigadas pelas regras processuais) de sua voz ativa, para serem conduzidas pelo advogado (seu representante legal) e pelo juiz (quem deverá aplicar a lei), sendo ela a ignorante no meio dos especialistas. Ao passo que na via autônoma as partes possuem voz ativa e são as protagonistas das decisões e resultados últimos.

Desse modo, encara-se a solução de conflitos não somente como atribuição de razão a um dos polos da relação, mas sim como ponte para o fortalecimento do sentimento de coletividade entre os membros do grupo, empoderando-os e capacitando-os para o reconhecimento da importância de estabelecer uma relação solidária e horizontal, que garanta a dignidade e respeite as diversidades dos cooperados e cooperadas.



A utilização das técnicas extrajudiciais apresenta um caráter solidário, vez que os integrantes não se enfrentam para solucionar os litígios, mas, sim, se solidarizam, reconhecendo o problema e buscando uma solução satisfatória para todos.

Ademais, tais mecanismos de autocomposição tendem a aumentar a possibilidade de as partes manterem uma relação harmônica mesmo após o surgimento do conflito, ao passo que os métodos de heterocomposição, via de regra, fomentam a confronto entre as partes.

Cumpra agora investigar quais são os meios a serem utilizados.

A doutrina concede a mediação, conciliação e à arbitragem o patamar de meios alternativos de solução de conflitos. Em síntese, a mediação se dá quando um terceiro imparcial (o mediador) atua como facilitador da solução dos problemas, auxiliando as partes a conversar, refletir, entender o conflito e buscar, por elas próprias, a solução da controvérsia; a conciliação é quando um terceiro (o conciliador) orienta as partes fazendo sugestões de acordo que melhor atendam aos interesses dos dois lados em conflito, auxiliando-os a chegarem ao fim das controvérsias; já na arbitragem, as partes confiam a um terceiro (o árbitro), escolhido por elas, o poder de decidir e pacificar o conflito, a partir da apresentação das questões pelas partes.

A mediação e a conciliação são aceitas pela literatura jurídica como formas autônomas de solução de conflitos, se distinguindo basicamente (mas não somente) pela forma de intervenção do terceiro. Já no que tange a arbitragem, esta não pode ser vista como meio autônomo de solução de conflitos, mas sim como meio heterônomo, na qual um terceiro, o árbitro, previamente convencionado pelas partes, irá proferir a sua decisão, uma sentença (arbitral) que vinculará as partes.

Por esse motivo, não interessa aqui explorar o instituto da arbitragem, mas tão somente os institutos da mediação e conciliação, pois apenas neles as partes são concebidas como protagonistas do conflito e possuem a autonomia de decidirem, em comum acordo, qual o melhor caminho a ser seguido.

A mediação é uma forma autônoma de resolução de conflitos, em que um terceiro imparcial, sem poder de decisão, auxilia as partes a reestabelecerem o diálogo a fim de preservar o interesse de ambas, visando o estabelecimento de um acordo benéfico a todos.

Insta salientar que aqui as partes possuem plena autonomia, sendo que o mediador não decide nem influencia na decisão das partes, ele apenas ajuda na identificação e articulação das questões essenciais que devem ser resolvidas durante o processo, não dirigindo o resultado final.



Diante disso, resta claro que o mediador não julga, nem tampouco compõe o litígio. Ele apenas estimula as partes a chegarem a um acordo.

De acordo com Juan Carlos Vezzulla:

A mediação é uma técnica de resolução de conflitos não adversarial, que, sem imposições de sentenças ou de laudos e com um profissional devidamente formado, auxilia as partes a acharem seus verdadeiros interesses e a preservá-los num acordo criativo em que as duas partes ganhem. (VEZZULLA, 1998, p. 16)

420

Entendemos, no entanto, que a mediação é muito mais que uma técnica, mas sim uma postura, uma maneira de agir (e interagir) com pessoas em conflitos, exigindo do mediador uma reflexão ética, um saber escutar, entender e ceder espaço ao outro. (REBOUÇAS, 2012). Nesse sentido, Warat (2004, *apud* REBOUÇAS 2012) traz o mediador como autor social, onde o caminho de transformação do outro obriga uma transformação de si mesmo.

Já no que tange à conciliação, há um terceiro imparcial que, de forma diversa da mediação, tem um papel mais ativo, propositivo e intervencional, fazendo sugestões que auxiliem as partes envolvidas a buscarem a solução do litígio, podendo ainda indicar caminhos e ponderar soluções para que se chegue à pacificação do conflito.

No mais, percebe-se que em ambos institutos não se trabalha com a ideia de vencedor ou vencido, mas com um compromisso com o outro, onde todos saem ganhando, contribuindo assim para a construção de formas de vida mais solidárias e emancipadas.

## 6. REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO

A economia popular e solidária consiste em uma nova maneira de produzir, comercializar e consumir bens e serviços, de modo autogerido, mantendo sua base no associativismo e cooperativismo. Esse novo modelo perpassa pela dimensão social, econômica, política, cultural e espacial, na perspectiva de construir uma sociedade justa e democrática (GODOY, 2008).

Segundo Paul Singer, (2013) para que tivéssemos uma sociedade igualitária, seria preciso que a economia também a fosse.



Visando superar os conflitos oriundos das relações interpessoais, que se mostram como um obstáculo ao desenvolvimento da Coopermasol e da tentativa de viver e trabalhar de forma cooperativa e autogestionária, é que o processo de incubação vem sendo desenvolvido com o grupo, a fim de fortalecer os princípios da economia popular e solidária, ao mesmo tempo em que se cuida de emancipar e empoderar seus componentes.

Em entrevistas já realizadas, pode-se perceber que alguns membros da Coopermasol compreendem que os conflitos enfrentados atrapalhavam o bom desempenho do grupo, como, por exemplo, quando se afirma que “atrapalha, que a gente fica... tem hora que não dá nem vontade de vim [sic] trabalhar, porque você trabalha num lugar que a pessoa lhe diz uma coisa, lhe diz outra, lhe diz outra...”. Outra cooperada, falando sobre quais seriam as possíveis causas dos conflitos, respondeu o seguinte “É não saber procurar e ouvir, aí em vez de procurar fica ouvindo de um e de outro isso fica acontecendo”.

Diante desses relatos, percebe-se o quanto a falta de diálogo, de ouvir e se colocar no lugar do outro pode ser pernicioso para o grupo. Tal situação já foi motivo para que algumas pessoas que já passaram pelo grupo se desestimulassem em continuar com o projeto, como se observa na fala de uma das cooperadas sobre a saída de alguns integrantes do grupo:

A desavença. Desavença por isso que aconteceu isso tudo. Podia se as pessoas fossem mais, unidas né, as pessoas fossem mais unidas, as pessoas procurasse [sic] conversar mais, procurasse saber não implicar né, porque implica muito, saber o que tá acontecendo né.

O conflito se dá na dimensão da intersubjetividade, e por isso devem ser levados em consideração aspectos como a história de vida, o que motivou a insurgência do conflito e quais as consequências, negativas e positivas, que ele pode trazer. Desse modo, busca-se que através da mediação e da conciliação o conflito estabeleça uma ponte para uma relação cada vez mais sadia e solidária.

No caso da Coopermasol, pode-se perceber que os membros do grupo ainda enfrentam algumas barreiras ao trabalhar sob os princípios da economia popular e solidária, talvez pela dificuldade de se desvencilhar da cultura individualista e hierárquica predominante na sociedade capitalista. E, ao passo que as partes conflitantes são estimuladas a solucionem seus conflitos de forma autônoma, está também se difundindo e exercitando os princípios de solidariedade e autogestão.





Ademais, a aplicação de tais institutos funciona como um caminho promissor ao acesso à justiça, que diferente da via judicial<sup>2</sup>, as partes vão utilizar sua própria linguagem, irão conhecer as motivações e interesses umas das outras e terão suas relações conservadas (se não melhoradas) após o conflito:

Primeiro, há situações em que a justiça conciliatória (ou coexistencial) é capaz de produzir resultados que, longe de serem de “segunda classe” são melhores, até qualitativamente, do que os resultados do processo contencioso. A melhor ilustração é ministrada pelos casos em que o conflito não passa de um episódio em relação complexa e permanente; aí, a justiça conciliatória, ou – conforme se lhe poderia chamar – a “justiça reparadora” tem a possibilidade de preservar a relação tratando o episódio litigioso antes como perturbação temporária do que como ruptura definitiva daquela; (CAPPELLETTI, 1992, p. 74)

422

Importa ainda ressaltar o papel positivo que o conflito pode ter nas relações interpessoais. Dentre os quais, pode-se dizer que o conflito previne a estagnação de uma relação, dá estímulo a novos interesses e à curiosidade e explora a capacidade de cada indivíduo (BASTOS, 2014).

Portanto, a preocupação central aqui não é por termo ao conflito<sup>3</sup>, mas sim proporcionar uma mudança de perspectiva alicerçada na solidariedade e cooperação, onde os sujeitos sejam emancipados e possuam autonomia para solucionarem as lides em um acordo onde todos e todas tenham suas pretensões ouvidas e atendidas no limite do possível.

## 6. UM CAMINHO POSSÍVEL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

As expressões acesso à justiça e acesso ao Poder Judiciário, embora muitas vezes não seja clara sua distinção, trazem essências diferentes.

A expressão acesso à justiça ganhou popularidade após a pesquisa realizada em vários países por Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1998). Tal expressão tem um sentido amplo e pode ser interpretada, sob uma ótica simplista, como a possibilidade de dirimir os conflitos em

<sup>2</sup> Como uma ótima ilustração, tem-se a saga de Josef K. na obra O Processo de Franz Kafka (2007), para buscar entender de que se tratava o processo do qual era acusado.

<sup>3</sup> Afinal como Morton Deutsch nos fala “felizmente, ninguém tem de encarar o prospecto de uma existência sem conflitos. O conflito não deve ser eliminado nem suprimido por um longo tempo” (2004).



um ordenamento justo e que produza resultados justos. Já acesso ao Judiciário é entendido como acesso ao sistema burocrático estatal, sujeito a um conjunto de normas que devem, (ao menos teoricamente) ser iguais para todos.

O acesso ao Judiciário é estranho ao povo, pois existe entre o Direito e os seus destinatários uma barreira opaca, que impede a sua perfeita compreensão e acessibilidade. A "opacidade do direito" traduz um conjunto de combinações que perpassam desde a linguagem inacessível e demasiadamente rebuscada (palavras que só existem no mundo jurídico ou que nele tem um significado diferente), às vestes que impõe "superioridade", até os rostos e prédios que destilam frieza, desprezo e angustia, mostrando que esse é um universo "para poucos" (CARCÓVA, 1988).

Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1998) indicam os meios alternativos de resolução de conflitos como passo importante para a democratização do Direito.

Devemos estar conscientes de nossa responsabilidade; é nosso dever contribuir para fazer que o direito e os remédios legais reflitam as necessidades, problemas e aspirações atuais da sociedade civil; entre essas necessidades estão seguramente as de desenvolver alternativas aos métodos e remédios, tradicionais, sempre que sejam demasiado caros, lentos e inacessíveis ao povo; daí o dever de encontrar alternativas capazes de melhor atender às urgentes demandas de um tempo de transformações sociais em ritmo de velocidade sem precedente. (CAPPELLETTI, 1994, p. 97).

Os meios alternativos de solução de conflitos, como forma de garantir o acesso à justiça, coadunam com uma maior autonomia e solidariedade entre as partes que, ao invés de se confrontarem (tal como ocorre na via judicial) se solidarizam, ouvindo uma a outra e, como protagonistas da situação, alcançam um acordo.

Por isso, e já respondendo a segunda questão, o acesso à justiça é uma ponte para o desenvolvimento dos direitos humanos e coincide com a proposta da economia popular e solidária de se ter uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos. (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 12)

A coincidência de objetivos é confirmada por Singer:



A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. (2013, p.114)

É no sentido de fortalecer os ideais de cooperação, solidariedade e autogestão, além de concretizar o acesso à justiça, que se vislumbra como um caminho a utilização dos meios alternativos de solução de conflitos. E, assim, a partir da junção dos saberes acadêmicos e populares, cede-se espaço ao caráter emancipatório da economia popular e solidária, de modo a capacitar seus e suas protagonistas a enfrentar seus conflitos com autonomia, transformando-os e compreendendo-os.

424

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de ultrapassar o que hoje constitui um obstáculo ao desenvolvimento da Coopermasol, ensejou o estudo de mecanismos extrajudiciais (conciliação e mediação) de superação das controvérsias apresentadas pelos membros do grupo. Considerando a importância que o princípio da autogestão assume no contexto da economia popular e solidária, é imprescindível que os cooperados e cooperadas constatem a possibilidade e a importância de que a pacificação dos conflitos seja realizada por eles próprios.

Como bem leciona Deutsch, em uma situação cooperativa "os objetivos dos participantes estão tão ligados que qualquer participante os alcançará se, e somente se, os outros com quem está ligado também o podem fazer" (2004, p.43). E é nesse sentido que se pode interpretar a fala de uma das cooperadas, ao ser questionada sobre o que poderia ser feito para melhorar os conflitos: "mais diálogo e união, um ser solidário ao outro".

Acredita-se que, com a utilização da mediação e conciliação, os membros da Coopermasol terão voz ativa para dirimirem os conflitos subjacentes da relação, pondo em prática o hábito de escutar um ao outro, entender as causas do conflito, perceber suas consequências e tentar saná-los de forma que o conflito funcione como um mecanismo que dará mais confiança ao grupo e que seja uma forma de aprendizagem, para que a partir daquela situação, haja um amadurecimento e manutenção da relação harmoniosa.

Não obstante a pesquisa esteja em sua fase inicial, de coleta e leitura das fontes bibliográficas e de realização de entrevistas, já foi possível constatar que a utilização de tais



técnicas apresenta grande identidade com os ideais da Economia Solidária, cedendo horizontalidade à resolução dos conflitos, visto que os integrantes não se enfrentam para solucionar os litígios, mas, sim, se solidarizam, ouvindo um ao outro, reconhecendo o problema e buscando uma solução satisfatória para todos e todas.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Simone de A. R. *A Análise do Conflito*. Apostila do Curso de Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas. ENAM, 2014;

BEZERRA, Tássio. A mediação enquanto instrumento de emancipação da cidadania e de democratização da justiça e do direito. In: *Revista Direito e Sensibilidade*, 1. ed., 2011;

CAPPELLETTI, Mauro. Os meios alternativos de Solução de Conflitos no Quadro do Movimento Universal de Acesso a Justiça. In: *Revista de Processo*, nº 74, ano 19, abr.-jun 1994.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988;

CÁRCOVA, Carlos María. *A Opacidade do Direito*. Tradução de Edilson Alkmim Cunha. São Paulo: LTr, 1998.

CAVALCANTI, Fabiano Robalinho. Arbitragem e Mediação. In: *Roteiro de Curso*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2010. Disponível em: [http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/28/Arbitragem\\_e\\_Media%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/28/Arbitragem_e_Media%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 10 out. 2014.

COSTA, Alexandre Araújo. Cartografia dos métodos de composição de conflitos. In: AZEVEDO, André Gomma (org). *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. v. 3, Brasília: Grupo de Pesquisa, 2004.

DEUTSCH, Morton. (2004) A resolução do conflito. In: AZEVEDO, André Gomma (org.). *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. v. 3, Brasília: Grupo de Pesquisa, 2004.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. *A Economia Solidária na cidade capitalista: conflitos e contradições da reprodução do espaço urbano*. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/181.htm>> Acesso em 07 mar. 2014;

KAFKA, Franz; GUIMARÃES, Torrieri. (2007) *O processo: texto integral*. São Paulo: Martin Claret.



NASCIMENTO, Claudio. *Autogestão e Economia Solidária*. Disponível em: <  
[http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/nascimento\\_autogest.pdf](http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/nascimento_autogest.pdf)>  
Acesso em 09 mar. 2014;

REBOUÇAS, Gabriela Maia. *Tramas entre Subjetividades e Direito: A Constituição do  
Sujeito em Michel Foucault e os Sistemas de Resolução de Conflitos*. Recife: Lumen Juris,  
2010.

SENA, Adriana Goulart de. *Formas de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Disponível  
em: [http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\\_76/Adriana\\_Sena.pdf](http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Adriana_Sena.pdf) Acesso em: 10  
out. 2014.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*, 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,  
2013;

VEZZULA, Juan Carlos. *Teoria e Prática da Mediação*. Curitiba: IMAB, 1998.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 16**

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**





**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – AntónLois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26- Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora*: Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra DaleGiacomin Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 SumaiaMidlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)



### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse StephanFarhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 DostoiowskiMariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 SumaiaMidlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria LutherbackSaporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle MonneratPaciello  
SherazadeTammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho





## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade em movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da



produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.

A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos



acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***  
Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

A MERCANTILIZAÇÃO CULTURAL E O PROCESSO PARTICIPATIVO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS – REIS, Marina Gowert dos; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen .....	1-16
ESCRITA DIGITAL, MEMÓRIA E IMPRESSÕES NO SÉC. XXI - ANDRADE, Tesla C.; DODEBEI, Vera .....	17-30
NOS PERSONAGENS, A MEMÓRIA: A BIBLIOFILIA NAS AVENTURAS DE CLIFFORD JANEWAY - MELO, Kelly Castelo Branco da Silva; RIBEIRO, Leila Beatriz .....	31-47
PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO PÚBLICO COMO FONTE DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CORRÊA, Vitor Freire; DODEBEI, Vera .....	48-65
O PRETO FOSCO NA CIDADE: A PICHANÇA COMO APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E INTERPELAÇÃO DOS DISCURSOS PATRIMÔNIAS - MARQUES, Bruno Strohmeier; MACHADO, Diego Finder; COELHO, Ilanil .....	66-79
URUGUAI E MERCOSUL: LEGISLAÇÃO E INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS - HEIDEN, Roberto .....	80-92
PRAÇA DA GRAÇA EM PARNAÍBA (1964-1985): PATRIMÔNIO E MEMÓRIA - AFONSO, Alcília; MEIRELES, Ísis .....	93-107
TÉCNICAS AGRÍCOLAS E AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DA TRITICULTURA EM ITAIÓPOLIS/SC - VICENTE FILHO, Ronaldo Guimarães .....	108-120
O FATO SOCIAL, A AÇÃO SOCIAL E O TABU. CONTRIBUIÇÕES DE DURKHEIM, WEBER E FREUD NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIASOCIAL - SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles .....	121-133
PARATY E SUAS MEMÓRIAS: A CIDADE PATRIMÔNIO TAMBÉM ANALISADA COMO UM DOCUMENTO HISTÓRICO - LEMOS JÚNIOR, Waldiney de Oliveira .....	134-151
A ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES/RS. O MONUMENTO E A AÇÃO DO ESTADO - MARCHI, Darlan de Mamann; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi .....	152-166



CENTROS CULTURAIS SÃO PATRIMÔNIOS CULTURAIS? - DIAS, Paula Cristina da Costa Perez Tavares .....	167-184
ALÉM DA IDENTIDADE LOCAL E DA NOSTALGIA - MONTEIRO, André Jacques Martins .....	185-199
ALÉM DOS MUROS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS - PESSOA, Mônica do Nascimento; VENERA, Raquel Alvarenga .....	200-218
ANÁLISE CONCEITUAL DE UM NOVO ESPAÇO SIMBÓLICO: O CASO DO BLOG DO SAMBA DA OUVIDOR - VANNELLE, Lorena Alleyne; DODEBEI, Vera; OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de .....	219-237
A DIGITALIZAÇÃO DA CULTURA E O GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES CULTURAIS DE MATO GROSSO - SOUZA, Jordan Antonio de; FERNANDEZ, Andréa Ferraz .....	238-252
PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS CULTURAIS – ANALISANDO A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DO ALTO DO CAIXÃO - ÁVILA, Cristiane Bartz de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento .....	253-268
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E COMEMORAÇÕES: DUQUE DE CAXIAS E A FESTA DE SANTO ANTÔNIO - OLIVEIRA, Renata de Almeida; ABREU, Regina .....	269-284
PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM UM MUSEU DE TERRITÓRIO: O CASO DO MUSEU DE FAVELA – RODRIGUES, Fernanda da S. F. ....	285-304
PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO - CASTELANO, Maria Carolina; LESSA, Simone Narciso .....	305-322
A CORTE EMPUNHAVA SERINGAS DE FOLHA-DE-FLANDRES: ENTRUDO E ORDEM NO SÉCULO XIX - ALVARES, Lucas Cardoso; MOURTHÉ, Ana Márcia C. Linhares.....	323-339
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CASO DO PLANO DE AÇÃO PAGE (1959-1963) - BUZZAR, Miguel Antonio; CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros; SIMONI, Lucia Noemia .....	340-354
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL: “QUEM” SÃO AS ROTUNDAS FERROVIÁRIAS? - SILVA, Ronaldo André Rodrigues da .....	355-367



PATRIMÔNIO E VALORES CONTEMPORÂNEOS - KOEHNTOPP, Paulo Ivo; JACINTHO, Ana Carla .....	368-382
INSTITUIÇÕES CULTURAIS E OS PROCESSOS DE DIÁLOGO DAS MEMÓRIAS NO ESPAÇO URBANO - CAVALCANTI, Hannah da Cunha Tenório; FERREIRA, Júlio César Valente .....	383-399
A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO- UMA ANÁLISE TEÓRICA - MAURICIO, Marjorie ; ABREU, Regina .....	400-418
PERSPECTIVAS DO MATO GROSSO EM MAPAS DA COMISSÃO RONDON - CARVALHO, Pedro Libanio Ribeiro de .....	419-433
MEMÓRIA E IDENTIDADE NO INTERIOR FLUMINENSE: A POSITIVAÇÃO DO PASSADO EM PETRÓPOLIS E CAMPOS DOS GOYTACAZES - PIMENTEL, Paula C. ....	434-448
A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA NOS PRIMEIROS AFORISMOS DO YOGASUTRAS DE PATANJALI - MOURTHÉ, Ana Márcia C. Linhares; ALVARES, Lucas Cardoso .....	449-462
MEMÓRIAS DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XIX: SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS - GAMA, Alexandre de Oliveira .....	463-481
PATRIMONIO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL: O CASARÃO ABRIGO JOÃO XXIII - OLIVEIRA, Mariela; BALSAN, Rosane; MATOS, Suyanne .....	482-498
ECOMUSEOLOGIA: RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E USO TURÍSTICO - MONTEIRO, Jéssica de Oliveira; MONTEIRO, Jaqueline de Oliveira .....	499-519
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS TRADIÇÕES POPULARES: REFLEXÕES EM TORNO DE ALGUMAS PRÁTICAS - MAGNO, Marluce; ABREU, Regina M.R.M. .....	520-535
CONFLITOS DE MEMÓRIA ENTRE O TEMPO PRESENTE E O PASSADO PRESENTIFICADO: REFLEXÕES SOBRE O CLUBE CAIXEIRAL DE RIO GRANDE//RS - ATALLAH, Gianne Zanella; GONÇALVES, Margarete Regina Freitas .....	536-547
O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL - DODEBEI, Vera; WERNECK, Marcela .....	548-560





## A MERCANTILIZAÇÃO CULTURAL E O PROCESSO PARTICIPATIVO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS

REIS, Marina Gowert dos  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural*  
*marinagowertdosreis@gmail.com*

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural*  
*renata\_albernaz@terra.com.br*

1

### RESUMO

Uma das principais ideias nas quais esse artigo debruça-se é o fato de que o patrimônio cultural é, em suma, uma representação da identidade de uma comunidade, que vem de sua memória coletiva. Assim, observam-se autores que tratam dessa questão com o objetivo de propor maneiras de conduzir processos de patrimonialização que incluam as comunidades como integrantes do sentido que tais bens patrimoniais possuem. Defende-se a concepção do profissional do patrimônio que adote uma abordagem participativa na instância de estudar um bem e uma comunidade, a partir das pesquisas de Jean-Louis Tornatore; o mercantilismo do patrimônio cultural como potencializador do poder das comunidades, a partir de Llorenç Prats; e, em contraponto, a visão de Françoise Choay contra as interferências aos bens patrimoniais, que impediriam a experiência do mesmo.

**Palavras-chave:** Memória das comunidade. Mercantilização do Patrimônio Cultural. Processo de Patrimonialização.

### ABSTRACT

One of the main ideas on which this paper focuses is the fact that cultural heritage is, in short, a representation of the identity of a community, which comes from their collective memory. Thus, it is observe that the authors address this issue with the aim of proposing ways to lead heritage processes including the communities as a important part to the construction of the meaning that those assets will equity. It is argued that the professional that conducts the heritage process should adopt a participatory approach in the instance of studying a heritage assets and the community related to it, from the research of Jean-Louis Tornatore; the cultural heritage's mercantilism as a enhancer of the power of communities, from Llorenç Prats; and, in contrast, the view of Françoise Choay, that stands against the interference to heritage assets, which would inhibit the experience of it.

**Key-words:** Memory of communities. Cultural Heritage's Mercantilism. Heritage Process.



## INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo está em considerar questões e conceitos que permeiam a ideia de processo de patrimonialização, ou seja, o caminho pelo qual um bem é valorado e considerado procedimentos oficiais/estatais/normativos de patrimonialização em si, mas sim como um processo social de associação de valores patrimoniais aos bens culturais, e de estratégias por meio das quais a comunidade e demais atores envolvidos, criam ou constroem essa ativação. Ainda assim se observa a questão mercantil na qual a categoria patrimonial encontra-se inserida, em especial para compreender o panorama no qual as memórias das comunidades estão inseridas. Nesse intuito pretende-se compreender como tais processos podem considerar a memória das comunidades envolvidas.

Esse aporte teórico é construído a partir da observação das teorias de autores que tratam desses assuntos na atualidade. São utilizados três autores principais: Françoise Choay, Jean-Louis Tornatore e Llorenç Prats. Choay (2006) é historiadora das teorias e das formas urbanas, e em suas pesquisas atenta para os riscos que a patrimonialização podem trazer para o patrimônio histórico e para a experiência que o indivíduo terá na presença do mesmo. Tornatore foi assessor da Diretoria Regional de Assuntos Culturais Lorraine, sendo que hoje é professor de antropologia, assim tendo conhecimento prático do processo de patrimonialização, uma vez que trabalhou em órgão governamental que regula tais práticas, e teórica, sendo professor e pesquisador da área de antropologia. Suas pesquisas refletem sua trajetória, dado que ilustra suas teses com exemplos que observou. Llorenç Prats é professor de antropologia, com pensamento voltado para o patrimônio local, baseando alguns estudos na observação de acontecimentos na região da Catalunha. Apresenta uma visão “realista” dos processos de patrimonialização, destacando seus benefícios e malefícios, e ainda pragmatizando a oposição entre força política, conhecimento científico e comunidades.

Desta forma, traz-se inicialmente estudos que consideram o patrimônio cultural como uma categoria, a fim de observar conceitos que se adequem à essas visões de processo de patrimonialização, que serão pontuadas em um segundo momento. A fim de conhecer o tema, faz-se uma análise das teorias propostas por esses autores, tendo como base suas obras,



conectando-as em pontos semelhantes e observando oposições, buscando compreender o lugar da memória das comunidades nos processos de valoração de bens patrimoniais.

### **PATRIMÔNIO CULTURAL: EM BUSCA DE DIFERENTES CONCEPÇÕES**

Françoise Choay (2006) defende o patrimônio ligado à ideia de monumento histórico, como um dos “personagens da alegoria” patrimonial, mas que, a partir de uma função antropológica, não seria somente uma representação de um tempo, um meio que levaria a uma informação, mas sim uma forma material de se tocar uma memória viva. Aí se encontraria a essência do monumento, que é levar os indivíduos à experienciar o tempo passado: “o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos” (CHOAY, 2006, p. 18). Além disso, Choay vê o patrimônio cultural como uma categoria que atualmente, perante as características multiculturais e de diversidade identitária, remete à um norteador para a sociedade:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11)

Vale destacar aqui que para Poulot, o patrimônio cultural não é o passado, estando a sua finalidade na certificação de identidades e na afirmação de valores (POULOT, 2009). O patrimônio cultural, e a presença dos bens inspiram uma situação de estranheza. Assim:

A atitude patrimonial compreende dois aspectos essenciais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recreação anacrônica; e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhos do tempo remoto na atualidade. (POULOT, 2009, p. 14)

Assim, o patrimônio cultural na atualidade é um espelho para os indivíduos, contribuindo para revelar a identidade de cada um, sendo o “lugar da identidade cultural” (POULOT, 2009, p. 14).

Jean-Louis Tornatore (2010) apresenta o patrimônio cultural a partir de sua visão



antropológica. Critica a própria “pretensão” francesa que acredita ter criado o próprio sentido de patrimônio, e pontua sua inquietação perante a contradição desse tradição, que se origina de uma concepção hierarquizada de cultura, compreendendo a elevação do indivíduo através da mesma, destacando como cultura apenas as “mais altas obras do espírito humano ” (TORNATORE, 2010, p. 7). Nessa posição, o autor sempre defendeu a inclusão, na legislação nacional francesa, das questões colocadas pela UNESCO sobre o patrimônio imaterial, estas que destacam as expressões culturais tradicionais e populares, buscando a propriedade intelectual e a proteção econômica das mesmas.

Assim, observa-se que Tornatore trata as questões patrimoniais a partir de uma visão que não parte de ideias pré-concebidas, propondo uma visão do patrimônio cultural calcada na antropologia. Seguindo a luz de Hartog (2003), ele afirma que o patrimônio celebra o passado, mas não é o passado, e sim a presença do mesmo no presente, sendo, assim, “a maneira pela qual as coisas do passado nos são apresentadas” (TORNATORE, 2010, p. 19); e ainda que essa presença é organizada pelas comunidades, sendo essa uma forma dessas entenderem e construírem suas identidades e situarem-se no tempo presente.

Tornatore, assim, defende que, no contexto da França atual, o patrimônio cultural teria, para as comunidades, um espírito distinto daquele vinculado ao desenvolvimento da representação de nação, no sentido do Estado moderno (onde se entendia o patrimônio como identitário e territorial). O patrimônio passa, então, a representar uma ruptura com o passado, que, a partir desse momento, não mais representa a nação. Vira uma forma de identidade que está relacionada à grupos, e não à uma totalidade teoricamente homogênea. Observa-se, assim, uma emergência de memórias particulares, dos indivíduos, e neste ponto percebe-se que existe “de um lado uma descentralização da decisão e uma baixa iniciativa do Estado em proveito das coletividades locais e territoriais, e de outra parte, uma setorização de identidades associadas” (TORNATORE, 2010, p. 17). Por outro lado, isso também têm gerado, segundo Tornatore (2010, p. 16), o que Pierre Nora nos anos 1970-1980 chamava de “proliferação patrimonial”, então relacionado com o suposto exagero de dispositivos de gestão patrimonial praticado pelo Estado. Nesse contexto, o patrimônio não é mais representativo da totalidade da nação, mas sim encontram-se diversos patrimônios, representativos de determinadas comunidades.

É nesse panorama que Tornatore afirma suas concepções patrimoniais, considerando os



problemas da normativa francesa em analisar as práticas culturais populares, localizando nessas o patrimônio imaterial e os novos sentidos do patrimônio, diferenciados de uma noção totalizante e mais próximo aos indivíduos. Assim, o patrimônio é o passado no presente, a representação hoje do ontem, as ressignificações que constroem sentido de identidade na atualidade, e também refere-se aos saberes “que possuem a particularidade de fazer retornar as coisas do passado para inventar um futuro – um passado celebrado é um passado que se torna factível para o futuro” (TORNATORE, 2010, p. 20).

5

Tornatore (2010) e Choay (2006) consideram o patrimônio cultural como uma forma de passado no presente, entretanto, desenvolvem tal conceito de maneiras distintas. Enquanto Tornatore fala do imaterial, do coletivo que faz o passado retornar, para Choay essa percepção está atrelada à materialidade. O monumento é testemunha do passado, e deve ser conservado e preservado para estar “vivo” no presente, possibilitando que os indivíduos possam presenciar o passado (CHOAY, 2006).

O patrimônio, e também os processo de ativação patrimonial, são, para Prats (2006), meios que tem a função de consagrar discursos identitários, no âmbito nacional, regional ou local. Assim, tem-se a materialidade, as “reliquias patrimoniais”, os referenciais de um tempo passado, sendo o passado um tempo fora do tempo, inalcançável, e as reliquias de natureza supostamente indômita, puras de contaminação, como “espaço fora do espaço culturalmente domesticado<sup>1</sup>” (PRATS, 2006, p. 72).

Assim, patrimônio é visto a partir de uma relação de poder, de um processo de seleção de bens que serão considerados patrimoniais, e que serão preservados, conservados, no qual os seus referentes, para que tenham um efeito social, precisam ser ativados. A ativação ocorre por meio de um processo de seleção, “que conduz necessariamente à formação de discursos patrimoniais, tradicionalmente destinados a manter e sacralizar versões ideológicas da identidade (das identidades)<sup>2</sup>” (PRATS, 2006, p. 72). Os referentes são ponderados pela comunidade científica, mas também pelo consenso social, em uma situação de enfrentamento

<sup>1</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “espacio fuera del espacio culturalmente domesticado” (PRATS, 2006, p. 72).

<sup>2</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “que conduce necesariamente a la formación de discursos patrimoniales, tradicionalmente destinados a sostener y sacralizar versiones ideológicas de la identidad (de las identidades)” (PRATS, 2006, p. 72).



de opiniões. Aliás, acrescenta o autor, tal relação de poder não está somente na dicotomia entre comunidade científica e consenso social, mas também na hierarquia que aponta agentes relacionados às instâncias governamentais que têm poder de institucionalizar bens patrimoniais. Assim, Prats (1998) afirma que esse poder está, em primeira instância, nos poderes constituídos, os governos; em segunda instância no poder político informal, na figura da oposição política; e em terceira instância na sociedade civil, dos agentes sociais diversos, quando contam com algum suporte do poder constituído.

O patrimônio cultural é, assim, uma invenção e uma construção social, usando termos que poderiam ser contrapostos, mas que funcionam a partir de um mesmo processo. O processo de invenção estaria conectado à geração de discursos sobre a realidade, enquanto a construção social remete aos processos de legitimação, de assimilação desses discursos. Isso justifica-se no fato de que “nenhuma invenção adquire autoridade se não for legitimada como construção social e que nenhuma construção social se produz instantaneamente sem um discurso prévio inventado<sup>3</sup>” (PRATS, 1998, p. 64).

Enfatizando a importância de uma análise específica por parte do cientista social, quando integrado à um processo de patrimonialização, Prats afasta suas ideias do conceito de patrimônio como símbolo, como referente, e o trata como potência presente. Essa presença é diferente da defendida por Choay, que trata da materialidade. Para Prats, “nossa herança, nosso verdadeiro patrimônio como espécie, está constituído pela acumulação da experiência cultural humana em toda sua profundidade e diversidade e é uma herança irrenunciável, da qual, por outra parte, estamos vivendo<sup>4</sup>” (PRATS, 2005, p. 23).

Prats vê a questão patrimonial a partir de pares que se complementam: invenção e construção social, comunidade científica e consenso social. Ainda assim, apresenta uma visão do patrimônio (especialmente no caso do patrimônio local) a partir de uma dinâmica cultural que o torna um instrumento social à serviço das comunidades (PRATS, 2005). E por mais que considere os bens materiais como referenciais do tempo passado, atenta-se às pessoas, aos

<sup>3</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “que ninguna invención adquire autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado” (PRATS, 1998, p. 64).

<sup>4</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “Nuestra herencia, nuestro verdadero patrimonio como especie, esta constituido por la acumulación de la experiencia cultural humana en toda su profundidad y diversidad y es una herencia irrenunciable, de la que, por otra parte, estamos viviendo” (PRATS, 2005, p. 23).





saberes, ao conhecimento que o patrimônio traz, como forma de transformar o patrimônio em poder, seja econômico, seja identitário (PRATS, 2005). Esse pensamento não parte tanto do patrimônio imaterial, mas sim de uma valorização das comunidades.

Ponderando tais relações do patrimônio cultural e as comunidades nas quais os bens estão inseridos ou conectados, agrega-se o conceito de memória coletiva, que vem do pensamento de Halbwachs (2009) que diz que tudo que constitui a memória dos indivíduos é coletivo, social, influenciado pelo grupo no qual o sujeito se insere, uma vez que é a partir da colocação na corrente de pensamento coletivo e no ponto de vista do grupos que se tem a capacidade de lembrar.

Já Candau chama a memória relativa à memória coletiva de metamemória, que é compartilhada no berço do grupo e constituidora de sua identidade. Essa construção organiza-se a partir da relação entre patrimônio, memórias e identidades, em especial quando Candau (2012) afirma que:

A elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidade colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras [...] O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. (CANDAU, 2012, p. 163-164)

E, assim, a memória coletiva forma-se no compartilhamento de lembranças pelos indivíduos da comunidade, e, inerente à ela, constrói-se a identidade da mesma. A identidade no âmbito coletivo se dá, em especial, pela sua representação, sua materialização, através da associação a objetos que representam a comunidade, em sua memória mais amplamente compartilhada. Esse contexto, explicitado por Candau (2012), relaciona-se ao que Prats (2005) sobre a relevância de considerar a memória das comunidades em um processo de valoração de bem patrimonial. E, assim, entende-se que o patrimônio “escolhido” pela comunidade é uma materialização e representação de sua identidade, processo que compreende os trâmites da constituição da memória, e também uma forma de manutenção da memória (CANDAU, 2012), por carregar todos esses significados e internalização de lembranças sociais.

A partir da observação dos conceitos de patrimônio trazidos por diferentes autores identifica-se pontos de aproximação e de distinção. É recorrente o pensamento do patrimônio cultural como o passado que se faz presente. Aqui se atenta à nuance que traz o patrimônio



como a forma que o passado faz-se presente na atualidade (TORNATORE, 2010), sendo que essa presença é organizada pelas comunidades. Assim é estruturada uma outra dimensão do patrimônio cultural, que fala da dicotomia entre o poder político organizado, com suas normativas, e as comunidades, que passam por processos empíricos e orgânicos de valoração de bens patrimoniais. É a partir de memórias que os indivíduos “elevam” determinados bens, afixando-se a eles como representantes de suas identidades (PRATS, 2005), especial na instância das comunidades, dos grupos, uma vez que um bem patrimônio seria, em suma, uma forma material da identidade coletiva que se instaura nesses âmbitos.

8

### **DO PATRIMÔNIO AO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO: O CAMINHO ENTRE AS MEMÓRIAS E A PROTEÇÃO PATRIMONIAL**

No âmbito conceitual, de um processo orgânico que ocorre no interior das comunidades, não necessariamente ligado às normativas oficiais, a patrimonialização envolve um processo que busca valorar os bens, promovendo a ativação dos mesmos. O termo “ativação” se refere aos diferentes modos que um bem patrimonial pode ser ativado, e ela é baseada em três princípios, segundo PRATS (2006): o objeto, o lugar e a manifestação. Objetos, são os museus, as coleção, delimitados a partir de um significado compartilhado; os lugares designam os monumentos, os espaços naturais, que tem, na unidade material do bem, todo o seu significado e carga simbólica; e as manifestações falam dos referentes patrimoniais que existem a partir da produção ou representação, como é o caso das tradições culturais, as celebrações, os modos de fazer, os bens classificados como imateriais e as pessoas conectadas à eles.

Não se pode deixar de perceber que, na atualidade, vive-se um momento de mercantilização do patrimônio cultural (PRATS, 2006). Esse fato é observado na indústria do turismo a sítios históricos, museus, monumentos, em interesses que passam pela curiosidade ao passado, até ao lazer propriamente dito. O crescimento desse interesse turístico é, para Prats (2006), uma consequência do aumento da capacidade aquisitiva dos indivíduos, bem como fruto da instituição do tempo livre nas legislações trabalhistas. Tal uso movimentada a economia em torno dos bens patrimoniais, sendo esses, assim, uma forma de subsistência econômica, tanto para o governo como para as comunidades. Nesse panorama, os bens patrimoniais sofrem



alterações como forma de se adequarem às novas demandas, fazendo com que “as ativações patrimoniais passam, de certo modo, de um refletir nossas diferentes identidades, para um refletir as diferentes identidades dos outros<sup>5</sup>” (PRATS, 2006, p. 74). Ainda assim, Prats defende que “ainda que o patrimônio não seja a identidade, não há que duvidar que seus referentes mantenham um caráter de sacralidade para o grupo<sup>6</sup>” (PRATS, 2006, p. 78).

No caminho do processo de mercantilização do patrimônio há casos de processos de patrimonialização em que a espetacularização foi a potencia para reavivar a memória e a afirmação patrimonial. Esse foi o caso do Alto forno de Uckange<sup>7</sup>, analisado por Tornatore (2010), onde o “espetáculo” ganhou um sentido distinto, sendo o valor artístico uma forma de fundar o monumento, fazendo dele patrimônio. Tal bem, de importância social e histórica, estava “adormecido”, suas estruturas não eram observadas, não funcionavam nem como produto cultural nem como fonte de conhecimento. Assim, iniciou-se um projeto onde Claude Lévêque, artista francês de renome internacional, fez a projeção visual de uma obra sua sobre o monumento, projeto financiado por diversos órgão governamentais franceses, além do Fundo Europeu. Assim, em outubro de 2007, 12 anos após esse bem ter sido inscrito no inventário, a exposição foi inaugurada. Ainda que o espetáculo fosse constituído em torno de uma exposição artística, o alto forno tinha uma outra função: durante o dia era possível participar de uma visita guiada às instalação, conduzida por siderúrgicos aposentados, que trabalharam no local e falavam sobre o mesmo. No período da noite, a exposição da obra sobreposta acontecia. Essas duas faces do monumento complementavam-se mutuamente. Entretanto, um foi a condição do outro: sem a obra de arte não haveria objeto de história (TORNATORE, 2010), sendo que “a monumentalização procede de um trabalho de imaginação no sentido da produção de uma imagem do patrimônio” (TORNATORE, 2010, p. 12).

Entretanto, essas duas faces do alto forno de Uckange enfrentaram-se em um relação de disputas. O artista não compreende os indivíduos que queriam organizar visitas guiadas ao

<sup>5</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “las activaciones patrimoniales pasan, en cierto modo, de reflejar los distintos nosotros de nosotros a reflejar el (o los) nosotros de los otros” (PRATS, 2006, p. 74).

<sup>6</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “Aunque el patrimonio no sea la identidad, no hay que olvidar que sus referentes mantienen un carácter de sacralidad para el grupo” (PRATS, 2006, p. 78).

<sup>7</sup> Um alto forno é um elemento central de uma usina siderúrgica, uma estrutura de metal de grande extensão. O caso em questão fala do auto forno localizado na cidade de Uckange, desativado em 1991, e inscrito, junto à edifícios e máquinas da cadeia de produção da usina, no inventário suplementar dos monumentos históricos desde 1995.



espaço, e a comunidade relacionada ao alto forno sente-se excluída. Além desse ponto, a comunidade contestou os custos da realização da obra, ainda mais no contexto socioeconômico que a cidade encontrava-se, que, segundo Tornatore (2010), não era favorável. Entretanto, tal caso mostra que o referencial patrimonial por si só, como vestígio do passado, não é patrimônio, pois “considerar o patrimônio como vestígio, não é mais do que cumprir a metade do caminho. Para que exista essa presença viva, é preciso seguir na vida da imaginação: sem imaginação, não há patrimônio” (TORNATORE, 2010, p. 13).

Prats (2005; 2006) também observa a relação entre o patrimônio cultural e a sua mercantilização a partir de uma perspectiva positiva, ainda que a segunda traga modificações ao primeiro. Essa afirmação está, especialmente, no fato de que a eficácia da ativação simbólica de um bem patrimonial pode ser medida através da aceitação do público, em especial nas atrações turísticas, de acordo com o número de visitantes (PRATS, 2006). Um lado negativo desse panorama seria o fato de que, atualmente, os processos de patrimonialização sejam conduzidos por uma linha na qual a representação de discursos identitários seja construída para os “outros” (os que não fazem parte da comunidade próxima aos referentes), o que pode criar um problema identitário a partir de uma banalização excessiva, em uma perspectiva na qual “as ativações patrimoniais passam, de certo modo, de um refletir nossas diferentes identidades, para um refletir as diferentes identidades dos outros<sup>8</sup>” (PRATS, 2006, p. 74). Ainda assim, Prats defende que “ainda que o patrimônio não seja a identidade, não há que duvidar que seus referentes mantenham um caráter de sacralidade para o grupo<sup>9</sup>” (PRATS, 2006, p. 78).

Dessa forma, os processos de patrimonialização encontram referentes que devem ser ativados perante uma diversidade de valores, em especial os valores identitários de comunidades envolvidas. O que torna um referente relevante, e o processo de patrimonialização bem-sucedido aos moldes do mercantilismo patrimonial, em especial no âmbito local, são as memórias das comunidades e a presença dessas no “espetáculo patrimonial”. Mais ainda, “no âmbito local, o ideológico se torna *vivencial* [...] e isto nos revela a verdadeira natureza do

<sup>8</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “las activaciones patrimoniales pasan, en cierto modo, de reflejar los distintos nosotros de nosotros a reflejar el (o los) nosotros de los otros” (PRATS, 2006, p. 74).

<sup>9</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “Aunque el patrimonio no sea la identidad, no hay que olvidar que sus referentes mantienen un carácter de sacralidad para el grupo” (PRATS, 2006, p. 78).



patrimônio local, que se baseia na memória<sup>10</sup>” (PRATS, 2005, p. 26). Entretanto, essas memórias são coletivas, são construções sociais: “a memória, em todos os casos, é mutável, seletiva, diversa, contraditória e relativa às situações, interesses e interrelações do presente<sup>11</sup>” (PRATS, 2005, p. 26), mas constituem um conjunto de discurso da comunidade sobre a comunidade. É a partir dessa memória que a comunidade irá determinar à quais referentes patrimoniais irá fixar seus discursos identitários. Esse é um processo de embate de poderes, e que os poderes instituídos precisam considerar as comunidades, que não tem o poder, mas influenciam as decisões:

Isso confere aos processos de patrimonialização, em um nível local, um potencial de reflexividade e de complexidade dialética na formalização dos discursos muito maior do que em qualquer outro nível, assim como uma ampliação na margem de manobra para refletir uma realidade igualmente multifacetada e mutante. [...] A valoração e ativação dos referentes patrimoniais não corresponde à população, mas aos poderes locais, que se veem forçados a refletir as sensibilidades majoritárias da população e seguir com o processo, com riscos de perder apoios políticos (eleitorais ou clientelistas, ou de ambos), o que raramente acontece.<sup>12</sup> (PRATS, 2005, p. 26)

A dialética dos discursos e representações de uma comunidade precisa, em um processo de patrimonialização, ser buscada, encontrada. Tornatore (2010) e Prats (2005) defendem que essa é prática possível quando se adota uma postura participativa na investigação das memórias que acompanham os referentes, construindo, assim, uma valoração pertinente à população e aos “outros” que irão acessar tal patrimônio. Para tanto, os profissionais desses processos devem ter a habilidade de compreender a população e de trabalhar junto a ela, fazendo com que a comunidade seja parte integrante do processo de patrimonialização (PRATS, 2005). Na ideia de atuação do profissional no processo de patrimonialização, está o caso do Castelo de Luneville, analisado por Tornatore.

<sup>10</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “en el ámbito local, por decirlo así, lo ideológico se torna *vivencial* [...] y esto nos revela la verdadera naturaliza del patrimonio local, que se basa en la memoria” (PRATS, 2005, p. 26)

<sup>11</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “La memoria es cambiante, selectiva, diversa, incluso contradictoria y relativa en todo caso a las situaciones, intereses e interrelaciones del presente” (PRATS, 2005, p. 26).

<sup>12</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “Esto confiere a los procesos de patrimonialización a nivel local un potencial de reflexividad y complejidad dialéctica en la formalización de los discursos mucho mayor que la de cualquier otro nivel, así como un amplio margen de maniobra para reflejar una realidad asimismo igualmente poliédrica u cambiante. [...] La puesta en valor y activación de los referentes patrimoniales no corresponde a la población, sino a los poderes locales, pero estos poderes se ven forçados a reflejar las sensibilidades mayoritarias de la población al respecto y darle curso, so pena de perder apoyos políticos (electorales o clientelares, o de una y otra condición a la vez), lo cual raramente se pueden permitir” (PRATS, 2005, p. 26).



O castelo tratado nesse caso está localizado na Lorena, região do nordeste da França, em Luneville, próximo a Nancy. O local foi a última residência dos últimos Duques da Lorena, em período anterior à reanexação do Ducado à França em 1766. Possui valor histórico, e também patrimonial, por ser considerados uma das mais grandiosas construções arquitetônicas do século XVIII na Lorena, frisando que foi ainda reconstruído entre 1703 e 1723 seguindo inspiração arquitetônica do Palácio de Versalhes, fato que fez com que o castelo ganhasse o apelido de Versalhes de Lorena (TORNATORE, 2010). Ainda que sua relevância para a história e cultura do povo francês já tivesse sido considerada, o castelo ainda não era registrado como patrimônio do país.

Os acontecimentos narrados por Tornatore baseiam-se, em especial, em pesquisa coletiva que o autor orientou, observando os eventos que se sucedem a partir do incêndio acidental que atingiu o castelo em 2003, sob a ótica de um caso de emoção patrimonial. Tal pesquisa atenta-se à notícias, eventos, mas, principalmente, à cartas de apoio ao castelo e à comunidade que se organiza em torno dele.

Como relatado, o castelo estava ocupado pelo museu da cidade e pela sede de um regimento do exército, sendo, para municipalidade, não somente um monumento, mas um espaço de convivência, local de eventos importantes para a comunidade, famílias e indivíduos, uma vez que ali eram realizados casamentos, batizados, entre outros. Como Tornatore (2010) afirma, o castelo foi uma espécie de “casa do povo”.

O incêndio atingiu o museu, que perdeu a maior parte de suas coleções, dentre essas as faianças, referencial para os habitantes locais. O setor militar foi destruído, incluindo uma galeria de mostrava o passado militar de Luneville, e ainda a biblioteca, que contava com mais de 8000 obras. Assim, observa-se que o acontecido trouxe impacto patrimonial para a nação. Entretanto, o que o autor destaca é a perda de um lugar de convivência da comunidade, de lembranças, em uma dicotomia entre uma “emoção fundada sobre uma apreensão estética e/ou histórica, e uma emoção vinculada a uma memória biográfica, uma ligação pessoal associada a uma lembrança” (TORNATORE, 2010, p. 10).

Nas cartas observadas, Tornatore pode perceber a existência de dois sentimentos, duas emoções patrimoniais, em relação ao castelo e ao incêndio: um de cunho histórico e, em partes,





material, da perda do monumento representativo para a nação, apresentada, normalmente, por indivíduos que não estavam integrados à comunidade local; e outro que se fixa às lembranças, ao espaço que é histórico, mas também é de construção de memória, de acontecimentos que reúnem pessoas. Assim, é possível observar nesse caso duas relações com o passado, uma que refere-se a ele como patrimônio, e outra como memória (TORNATORE, 2010). O autor até afirma que o castelo é um lugar de memória, não a partir do sentido histórico, de um lugar onde a memória se cristaliza e se refugia (NORA, 1993), mas de um lugar que é “tomado pela memória” (TORNATORE, 2010).

13

O incêndio acidental atraiu olhares para Luneville, sendo que o castelo, apesar de seu valor histórico e patrimonial inegável, não havia passado pelo processo de valoração patrimonial por ser um monumento que estava em dificuldade de patrimonialização, em especial pelo uso que era dado ao mesmo pela comunidade. Nesse processo, a primeira etapa seria a separação do castelo como patrimônio do castelo como lugar tomado pela memória. Essa separação em Luneville traz um estranhamento à comunidade, pois agora somente poderia experienciar ali o passado, não mais vivenciar o presente.

Pode-se afirmar, a partir da análise de Tornatore (2010) que essa perspectiva, de diferentes nuances que o bem obtém no convívio com a comunidade, só poderia ser observada através de uma análise participativa, do *expert* que integra-se aos locais. Assim, a contribuição do pesquisador na valoração patrimonial está menos para participar da elaboração da norma patrimonial, e mais para aferir uma sensibilidade viva às formas de resistência a todas as formas de dominação – sendo o patrimônio uma delas (TORNATORE, 2010).

Essa integração levada pelo processo de valoração que é feito de maneira participativa observa que as memórias, e o posicionamento da população, não é unanime. Daí Prats (2006) propõe o patrimônio, e o processo de patrimonialização, como um fórum, que possibilite que essas “adaptações da memória” sejam identificadas, e que exista uma “carvoeira”, onde essas possam ser eliminadas. Assim, a memória pode ser compreendida em sua complexidade e refletida nos seus diversos suportes.

A comunidade, assim, deve ser integrada ao processo de patrimonialização porque é ela que vai manter a dinâmica que ali será constituída. Prats (2005) propõe passos para que esse



aprendizado aconteça, sendo esses a organização de exposições temporárias e o retorno de instalações à comunidade. As exposições temporárias, organizadas durante o processo de valoração, trazem sentido e visibilidade ao trabalho que se está fazendo sobre o patrimônio, provocam a unidade do grupo, levantando, aí, a importância dos agentes culturais locais, e trazendo a necessidade da participação da comunidade para gerar o compartilhamento de lembranças ou o empréstimo de objetos ou documentos (PRATS, 2005). Já o retorno de instalações à comunidade, uma vez que o processo de valoração patrimonial transforma o espaço local com incidência patrimonial e memorial, ocorre não somente através da restauração e conservação de edificações, mas também na reativação de nomes e memórias de lugares da região, como praças, ruas, casas. Assim é possível “resgatá-los do anonimato e devolvê-los a sua natureza de espaço vivo<sup>13</sup>” (PRATS, 2006, p. 30). Esse retorno à vida não está somente na materialidade, uma vez que um processo de patrimonialização que integre a comunidade local deve considerar suas práticas tradicionais, manifestações e celebrações. Tal processo deve buscar, em um plano ideal, que esses espaços sejam integrados à comunidade seguindo suas funções originais, ainda que acompanhando transformações do presente. Quando não é possível que os lugares tenham seu uso original, o ideal seria que tivessem um uso social, que tragam algum retorno à população.

## CONCLUSÃO

Em suma, pode-se perceber que a patrimonialização de bens patrimoniais é influenciada pelas conjecturas atuais, pelas especificidades dos bens e de seus usos, pelas condições de memória e identidade envolvidas, pelos conflitos de interesses em jogo, os usos da espetacularização (com a ponderação de seus riscos e vantagens), e pela própria memória no interior das comunidades e os referentes que essas fixam suas identidades. Françoise Choay (2006) chega a perceber que o processo de patrimonialização é um risco ao qual é colocado o patrimônio histórico, já que vislumbra essas questões a partir da materialidade dos bens patrimoniais, vendo esses como a possibilidade de presenciar uma “memória viva”. Assim, a autora teme as “metamorfoses” que tal processos provocam nos bens patrimoniais, podendo essas estarem nos usos que são dados ao espaço, na interferências de guias que apresentam o

<sup>13</sup> Tradução livre da autora. Texto original: “rescatarlos del anonimato y devolverles su naturaliza de espacio vivido” (PRATS, 2006, p. 30).



monumento, nos shows de luzes e sons agregados, entendendo-os como “dificultantes” do diálogo entre o visitante e o monumento.

Já Jean-Louis Tornatore (2010) observa esse panorama a partir de outras perspectivas. Primeiramente, diz que o especialista que vai analisar o contexto de um bem patrimonializável deve ter uma atitude participativa, entendendo aquela comunidade, aquele bem, e a convivência de ambos. Ainda se deve ponderar que cada caso é um caso, e que devem ser analisados de maneira específica. Assim, os procedimentos seguidos em um processo podem não ter o mesmo sentido em outro processo, pois é preciso “abrir a caixa preta do monumento”, perceber as várias formas em que a ativação de memória e a pragmática do patrimônio se dão em cada caso, e, para isso, não pode acontecer um processo preso a categorias simplificadoras e universalizantes. Do profissional que intermedia esse processo também se exigem novas capacidades, tais como a sensibilidade em entender o sentido que tem um bem patrimonial para a sua comunidade, tanto no passado como no presente, integrar essa comunidade no processo, não somente no estudo de suas memórias, mas no processo propriamente dito, no estudo e conservação do monumento, na organização desse como espaço turístico e espaço para experimentar a memória coletiva de uma comunidade.

Llorenç Prats (2005), por sua vez, percebe o processo de patrimonialização enfatizando suas aproximações com a política, o poder, e as questões econômicas. Afirma que a herança do passado ligada à acumulação de experiência cultural humana, em partes distanciando o patrimônio de seu conceito material, da “memória-viva” defendida por Choay (2006). Prats, ainda, vê o patrimônio cultural como uma potencial atividade econômica para a comunidade, uma vez que o processo de patrimonialização valorizará esse bem, atraindo o olhar de fora, que também é instigado pela presença das memórias da comunidade, e pela sua capacidade de representar uma identidade (PRATS, 2005).

Essas teorias levam à percepção de que, uma vez que os processos de patrimonialização são eminentes aos referentes e às memórias, sejam essas de comunidades, nações, ou do mundo como um todo, tais processos precisam ser enquadrados não apenas através de normativas, como forma de gestão, mas também por meio de outras estratégias de ação e captação desses valores. Isso possibilita que cada caso de patrimonialização seja analisado especificamente, e que se busque considerar a identidade das comunidades, além de dar subsídio à essas, para que



tenham no patrimônio uma forma de subsistência próxima de suas origens, tradições e, assim, de sua memória.

## REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2006.
- PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, n. 27, p. 63-76. 1998.
- FUNARI, Paulo Paulo; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2006.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, p. 17-35, 2005.
- PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, p. 72-80, 2006.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente: séculos XVIII – XXI*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.
- TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.



## ESCRITA DIGITAL, MEMÓRIA E IMPRESSÕES NO SÉC. XXI

ANDRADE, Tesla C.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social  
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
teslacoutinho@uol.com.br*

DODEBEI, Vera

*Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
dodebei@gmail.com*

17

### RESUMO

Os estudos de memória cultural emergiram com força nos últimos trinta anos impulsionados, entre outros fatores, pelas profundas transformações provocadas pelo avanço das tecnologias digitais - que foram ganhando progressivamente espaço, especialmente nos últimos anos do final do século XX - no mundo contemporâneo. O expressivo aumento da capacidade de armazenamento produziu uma imensidão de arquivos, o que levou alguns pensadores contemporâneos como Aleida Assmann e Andreas Huyssen a levantarem dúvidas sobre se esse acervo é ainda um instrumento de memória ou se já pode ser visto como um gigantesco mecanismo de esquecimento. Nossa proposta neste artigo é, a partir do advento da escrita digital, observar as mudanças ocorridas em três conceitos que compõem os estudos do campo da memória: o tempo, a produção de rastros e a construção de identidades.

**Palavras-chave:** Memória. Escrita digital. Identidade.

### ABSTRACT

Cultural memory studies emerged in the last thirty years inspired, in large part, by the impact of digital technologies in the contemporary world. The significant increase in the storage capacity has produced a multitude of files and some contemporary thinkers as Aleida Assmann and Andreas Huyssen questioned whether this gigantic collection is still an instrument of memory or became an enormous forgetting mechanism. Our purpose in this paper is to observe, through the arrival of digital writing, some changes in three important concepts of the memory field: time, tracks and identity.

**Keywords:** Memory. Digital writing. Identity.

### INTRODUÇÃO.

Neste começo de século XXI, sentimos a angústia de uma nova temporalidade. Vivemos em um mundo acelerado, produtor de excessos, que persegue a instantaneidade, reflexo de um tempo comprimido. Um mundo onde todos estão ao mesmo tempo em todo lugar e em lugar nenhum, na “nuvem”, conectados a uma rede de computadores. Como observa Andreas Huyssen, “há, simultaneamente, tanto excesso quanto escassez de presença.” (HUYSSSEN, 2000, p.28)



Diante deste cenário, projetado a partir da Revolução Industrial, mas que, através do desenvolvimento das tecnologias da informação, vem se estabelecendo em ritmo cada vez mais acelerado nos últimos 50 anos, a memória se destaca como uma âncora a basear as reflexões, inclusive sobre sua própria função na construção do conhecimento.

As mais antigas descrições da memória já se valiam de metáforas de sistemas tecnológicos de registro, que por sua vez refletem a oscilação da história das mídias: de tabuinhas de cera e pergaminhos chegamos à fotografia, ao filme, ao computador. Aqui se define atualmente uma mudança de época em que a principal metáfora da memória, com seus 2.500 anos de existência – a escrita – vê-se rendida pela megatopia da rede eletrônica. (ASSMANN, 2011, p.24)

A transição que acompanhamos hoje da cultura material da escrita para a cultura eletrônica da escrita, conforme descreve Aleida Assmann, muda radicalmente os processos de construção e manutenção da memória até então observados. O desenvolvimento tecnológico permitiu ao homem não só exteriorizar a memória em suportes materiais, mas ampliar quase que infinitamente a capacidade de armazenamento de dados.

A imensidão dos arquivos e a capacidade de armazenar todo o conhecimento produzido na história da humanidade, no entanto, é posta em xeque por diferentes autores contemporâneos. Entre eles, Assmann, que define o arquivo do século XXI – no “fim da era do livro”, como ela costuma tratar a contemporaneidade e suas tecnologias – como um “gigantesco mecanismo de esquecimento”. Visão semelhante tem Huyssen, um estudioso da emergência recente do desejo de memória na sociedade ocidental e do conseqüente aumento expressivo da produção de memória nesta virada de século. Dele, trazemos a seguinte questão: “e se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo do esquecimento”?

No livro *Espaços da Recordação*, Assmann apresenta a escrita digital como um caminho para explorarmos a questão de Huyssen. Buscaremos, portanto, neste artigo observar os impactos das novas tecnologias na produção de memórias a partir da escrita digital, que, para nós, estará representando também as demais formas de expressão por via eletrônica além do texto, como imagem, áudio, vídeo etc. Dito isso, percorreremos o caminho descrito a seguir pautados por pensadores contemporâneos da memória como Huyssen e Assmann. Diante da cultura de acumulação e armazenamento digitais, Assmann contribui com mais uma questão para nortear a nossa busca: “A escrita digital ainda é um *medium* da memória ou antes um *medium* do esquecimento?” (Grifo da autora). (ASSMANN, 2011, p.441)





Conscientes da abrangência e da atualidade do tema, que se desenvolve e produz novos desdobramentos neste momento em que nos debruçamos sobre ele, não temos a pretensão de obter aqui qualquer resposta. Nossa proposta é, através da observação das mudanças trazidas pela escrita digital, oferecer uma contribuição à análise do quadro contemporâneo a partir de três elementos chave na construção do campo da memória:

- 1) O tempo - A escrita digital e a pressa contemporânea;
- 2) Os rastros – A dupla marca da escrita digital;
- 3) A identidade – Autoria e sobrescrita no mundo digital

Para tal, procuraremos, com o apoio de uma perspectiva histórica baseada nos estudos de Jacques Le Goff, Peter Burke e Asa Briggs, acrescentar às inquietações de Assmann e Huyssen um pouco das análises de Pierre Lévy e Henry Jenkins sobre os impactos das novas tecnologias nas relações humanas, e as ponderações de Michel Foucault sobre o papel da autoria na qualificação dos discursos.

Os estudos de memória cultural (ASSMANN, 2011) emergiram e se espalharam pelo mundo a partir da década de 80. Meio século antes, em 1925, Maurice Halbwachs inaugurara o campo de estudos da memória através de sua obra *Os quadros sociais de memória*, orientando-o no sentido de observar a memória como fator de coesão dos grupos sociais. Esta perspectiva, inovadora na época e ainda hoje referenciada como fundadora e norteadora do campo de estudos da memória, é, no entanto, considerada limitadora e incapaz de dar conta dos problemas do mundo contemporâneo – dinâmico e diversificado -, por se basear em retratos estáticos das representações coletivas do passado.

Os estudos de memória cultural contemporâneos se propõem a interagir com uma realidade dinâmica, na qual os objetos estão sempre em movimento e transformação constantes. São, portanto, orientados pela observação da articulação entre presente e passado em um contexto sociocultural que não para de se modificar. Percorrem desde memórias individuais no contexto de um grupo, até memórias nacionais ou o fenômeno de multiplicação de monumentos e lugares de memória, na expressão de Pierre Nora. São pesquisas *inter* e transdisciplinares, envolvendo campos diversos das ciências humanas, sociais e da natureza, como história, sociologia, arte e comunicação, filosofia, psicologia e neurociências.



## 1. O tempo - A escrita digital e a prensa contemporânea

“*Você tem três segundos. Me impressione*” é a frase exibida em um cartaz sob a imagem de um adolescente que aponta um controle remoto em nossa direção com um olhar ameaçador. A imagem da propaganda da *Apple Box Productions*, destacada por Henry Jenkins, em seu livro *Cultura da Convergência* (JENKINS, 2006, p. 100), concentra elementos importantes para interpretarmos o mundo contemporâneo. Nela, observamos a urgência de uma situação que sofre a pressão de um tempo comprimido e onde o espaço se expandiu a um limite quase indefinido. O controle remoto – que hoje poderíamos substituir pelo mouse ou mesmo pela ponta de um dedo na tela sensível de um aparelho eletrônico - é o instrumento que simboliza o poder sobre as duas dimensões, o tempo e o espaço.

Aleida Assmann nos apresenta dois grupos de conceitos para abordarmos a memória e seus recursos diante da nova temporalidade do quadro contemporâneo. O primeiro, ela classifica como memória habitada ou memória funcional. É a memória viva, ativa, vinculada a um portador ou a um grupo, com propriedades seletivas. À segunda, ela descreve como memória inabitada ou memória cumulativa. É uma memória de memórias, adormecida, “aquele pátio de lembranças inutilizadas, não amalgamadas, que circunda a memória funcional.” (ASSMANN, 2011, p.149)

A versatilidade da memória funcional pressupõe a sua flexibilidade e Assmann recorre ao processo de aprendizagem do modelo cibernético, descrito pelo cientista político Karl Deutsch, para demonstrar a necessidade de manter fluida a relação entre as duas memórias, num fluxo constante entre a ativa, funcional, e a inabitada, cumulativa. Cabe destacar aqui que a palavra cibernética vem do grego *kybernetiké* e seu significado original é ‘a arte de governar’. É a ciência que estuda as comunicações e o sistema de controle não só dos organismos vivos, mas também das máquinas. Neste caso, portanto, estamos tratando de observar a gestão de recursos de maneira eficiente:

A capacidade de aprendizagem de um sistema ou organização, isto é, o escopo de uma reordenação interna efetivamente possível, pode ser mensurada com base na quantidade e multiplicidade de recursos auxiliares livres que o sistema ou a organização têm a seu dispor. (BESSEN apud ASSMANN, 2011, p. 149)

No campo da memória, Assmann vê os recursos auxiliares livres descritos pelo modelo cibernético como sinônimo da fluidez da memória funcional. Ela lembra que esse estado se



deve, originalmente, ao surgimento da escrita e a seus desdobramentos ao longo destes milhares de anos.

Ao analisar os modelos mentais de organização do conhecimento de acordo com as diferentes tecnologias intelectuais, Pierre Lévy, baseado em trabalhos de antropologia, nos mostra que, em culturas com escrita, as pessoas tendem a pensar por categorias, compartimentando os elementos daquilo que observam e os separando em blocos aos quais estariam relacionados (LÉVY, 1993, p.93). Já nas sociedades de cultura oral, a visão do mundo é inter-relacionada e os indivíduos veem o conjunto e pensam os objetos dentro de um contexto. Como exemplo da mudança de modelos mentais entre as sociedades de cultura oral e aquelas de cultura escrita, Lévy cita a antropomorfização dos deuses e daquilo que cada um deles representa na mitologia - como a Justiça ou a Memória -, e o surgimento desses conceitos como ideias abstratas e separadas de um contexto narrativo a partir da escrita.

Nas sociedades sem escrita, a coesão dos grupos se dá a partir da preservação e propagação dos mitos de origem, das genealogias das famílias dominantes e do saber técnico (LE GOFF, 2012, p.413). A guarda e transmissão desses saberes está nas mãos daqueles que Le Goff chama de ‘homens-memória’: os chefes de família idosos, bardos e sacerdotes. A exteriorização da memória em suportes materiais, através da escrita, modificou a estrutura de transmissão de conhecimento e liberou recursos da memória. Assmann observa que, em uma cultura oral, “é impensável haver uma distinção entre memória funcional e memória cumulativa”.

Um bom exemplo da dimensão do trabalho de memória das tradições orais nos é trazido por Le Goff. Para demonstrá-lo, ele lembra que “no canto II da *Ilíada*, acham-se, sucessivamente, o catálogo dos navios, depois o catálogo dos melhores guerreiros e dos melhores cavalos aqueus e, logo em seguida, o catálogo do exército troiano”. E cita Vernant para ressaltar que as listas se sucedem em 400 versos compostos, “um verdadeiro exercício de memória.” (LE GOFF, 2003, p.418)

Em uma cultura oral, [...]. Há tão pouco lugar na memória e as técnicas de memorização são tão dispendiosas [...]. Com a escrita, pode-se registrar e acumular mais do que se poderia evocar por meio da recordação. Com isso, distende-se a relação entre recordação e identidade. A diferença entre memória cumulativa e funcional está baseada nessa distensão. (ASSMANN, 2011, p. 150)



Em nosso primeiro exemplo, no qual o rapaz munido de um controle remoto negocia o tempo de sua atenção, vemos um instantâneo do exercício da memória funcional nesta época de excessos. Como observa Huyssen, “a extensão do presente foi se contraindo simultaneamente à expansão da memória” (HUYSSSEN, 2000, p.28). De uma maneira geral, portanto, pode-se estabelecer ainda uma distinção entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas ocidentais a partir de suas diferentes concepções de tempo.

Para as sociedades tradicionais, o tempo é cíclico, marcado por narrativas orais de eventos míticos e religiosos, que se repetem infinitamente, e são celebrados em festas, cerimônias e rituais coletivos. A sociedade moderna, por sua vez, se estrutura a partir de um tempo histórico, linear, através da metáfora da flecha do tempo e seus marcadores: passado, presente e futuro. Sua história, documentada em suportes materiais, é assimétrica, definitiva e irreversível. Nas sociedades tradicionais, a memória está dentro do tempo cíclico e é enraizada nas relações do grupo social.

A história, portanto, é um efeito da escrita, resume Lévy. Mas o mesmo autor observa que essa temporalidade vem sendo comprimida na contemporaneidade e, com isso, estamos assistindo agora à passagem da experiência de viver em uma estrutura temporal com três pontos distintos – passado, presente e futuro -, para uma outra, pontual, compacta, que institui, consequentemente, uma nova relação do homem com a realidade objetiva.

O computador e as telecomunicações correspondem ao nomadismo das megalópoles e das redes internacionais. Ao contrário da escrita, a informática [...] serve à mobilização permanente dos homens e das coisas. [...] A escrita era o eco, sobre um plano cognitivo, da invenção sociotécnica do tempo delimitado e do estoque. A informática, ao contrário, faz parte do trabalho [...] em proveito de uma reorganização permanente e em tempo real dos agenciamentos sociotécnicos: flexibilidade, fluxo tensionado, estoque zero, prazo zero. (LÉVY, 1993, p.114)

Aqui retomamos o exemplo do jovem impaciente e seu controle remoto. Sabemos que um acontecimento se dá na relação entre dois ou mais agentes, onde ambos são afetados de alguma forma. Afetar é deixar marcas, impressões, impressionar. Como descreve Gondar, “se a memória é um processo, o que o deflagra são relações e afetos – em outros termos, são jogos de força” (GONDAR, 2005, p.25). Como uma metáfora da memória e seu processo seletivo, o jovem da propaganda mostra que sua potência é sua capacidade de escolher. Ele tem um controle remoto na mão. E ele não se dispõe a dedicar mais do que três segundos a quem deseje



conquistar a sua atenção. Se impressionado, permanecerá. Se não, partirá para outra direção qualquer.

Neste ponto, Jenkins chama a atenção ainda para a potência do outro lado dessa relação: aquele que impressiona (no caso do nosso exemplo, um anunciante, um programa de TV, um site na internet). Não por acaso, a unidade de medida de valor usada para contabilizar a audiência em sites na internet é também chamada ‘impressão’. A relação se estabelece entre aquele que impressiona e o que é impressionado durante um tempo indefinido, e o valor dessa equação é medido por impressões.

O que nos leva agora ao segundo ponto a explorar neste estudo: o conceito de impressão ganha novos significados no mundo digital.

## 2. Os rastros – A dupla marca da escrita digital

Em seu livro *Uma história social da mídia*, Peter Burke nos mostra que “uma das consequências mais importantes da invenção da nova técnica de impressão foi envolver com mais intensidade os negociantes no processo de difundir conhecimento”. Em 1500, numa Europa de 100 milhões de habitantes, havia máquinas de impressão em mais de 250 lugares e 13 milhões de livros. No século XVIII, surge a ideia de propriedade intelectual e autoria individual (assunto que trataremos mais adiante), em “resposta tanto à emergência de uma sociedade de consumo quanto à difusão da nova tecnologia de impressão” (BURKE, 2006, p. 61-62).

Queremos destacar aqui o elemento que distinguirá as relações econômicas que definem esse momento – o do despertar da cultura da impressão -, daquelas do momento contemporâneo, alvo de nossa investigação, o da escrita digital. Para abordar a história da leitura e demonstrar que esta atividade foi mudando com o tempo, Burke recorre a historiadores que reuniram evidências das transformações analisando os formatos dos livros, imagens de leitores, notas escritas nos livros, etc. Eram as evidências possíveis, “dado que o movimento dos olhos *não produz qualquer marca* nas páginas” (grifo nosso) (BURKE, 2006, p. 67).

A escrita digital inaugura essa possibilidade que não tínhamos na era do livro: *olhos deixam marcas*. Hoje é possível analisar o percurso de nossos olhos diante de uma tela sensível. Na era da informação, a escrita digital deu à palavra impressão um novo sentido econômico,



relacionado não mais apenas à produção ou ao consumo do conjunto de uma obra, mas também ao registro da atenção do consumidor e ao seu valor correspondente. Impressão é sinônimo hoje do registro de um clique – ou um olhar ou um toque -, e serve para contabilizar nossos passos no mundo digital. Imprimir ainda significa deixar marcas. Mas a maior parte de nossas marcas, rastros, pegadas deixadas hoje - antes de qualquer interpretação que façamos - são nossos movimentos eletrônicos.

Será uma nova escrita? O que ela diria a nosso respeito? Criamos processos e métodos para analisar e interpretar as marcas subjetivas, psíquicas, como a psicanálise. Deciframos o código genético, a herança de nossos ancestrais que carregamos entre gerações. Hoje produzimos rastros eletrônicos. E, de certa forma inconscientemente, deixamos um legado de ações registrado.

A ciência que vai investigar esses rastros ainda está nascendo e não cabe a nós aqui analisar em detalhes a emergência desse novo saber e suas consequências. Mas podemos recorrer ao modelo de uso comercial dos rastros eletrônicos a título de ilustração desse outro viés surgido a partir da escrita digital. Como vimos anteriormente no exemplo do jovem e seu controle remoto, as novas tecnologias são hoje um instrumento econômico poderoso para medir o grau das relações entre produtos e consumidores.

Jenkis nos apresenta um discurso do então presidente da Coca-Cola, feito em 2003 durante evento dirigido a publicitários, como exemplo da estratégia das corporações transnacionais para manter seu público consumidor: “[...] Vamos nos deslocar para ideias que tragam à tona a emoção e *criem conexões* (grifo nosso)”. Com esse objetivo, demonstra Jenkis, a Coca-Cola desenvolveu uma seção em seu site onde os consumidores podiam compartilhar “memórias de família” e “lembranças de infância”, que identificassem o consumidor e a marca de bebidas. É o chamado “capital emocional” ou “economia afetiva”, esclarece o autor. (JENKINS, 2006, p.103-108). A estratégia se baseia no suporte eletrônico da escrita digital, nos rastros que garantem o controle sobre a qualidade dessa relação comercial e também na psicologia cognitiva. É através dela que compreendemos a importância do apelo emocional para a rede associativa que mantém acessíveis determinadas lembranças, como veremos a seguir.

Pierre Lévy esquematizou as temporalidades relacionadas às inovações das tecnologias da inteligência, às quais ele chamou de *Os três polos do espírito*: o da oralidade primária, o da





escrita e o informático-mediático. Com ajuda da psicologia cognitiva, ele nos apresenta os conceitos de memória declarativa de longo prazo e memória de curto prazo. Vale lembrar que Lévy, tendo se inspirado em Bergson, defende os dois tipos de memória baseado nos conceitos bergsonianos de memória-pura, aquela que imagina, e memória-hábito, aquela que repete (BERGSON, 2010, p.85-89). Na psicologia cognitiva, a primeira representa aquele acervo de todas as experiências vividas “armazenadas em uma única e imensa rede associativa”, como descreve Lévy. Enquanto ainda não havia o suporte material externo para a memória, a escrita, manter os registros de experiência vivos dependia da “intensidade das associações” que nos levassem a eles:

Lembramo-nos melhor daquilo que pesquisamos ou da informação que resultou de um esforço ativo de interpretação. A implicação emocional das pessoas face aos itens a lembrar irá modificar, de forma drástica, suas performances mnemônicas. Quanto mais estivermos pessoalmente envolvidos com uma informação, mais fácil será lembrá-la. (LÉVY, 1993, pg. 91)

Lévy ressalta que escrita e armazenamento, ao contrário da memória humana da tradição oral, se aproximam da memória de curto prazo. São, em suas palavras, discursos que se bastam em si mesmos, como se “repetissem incansavelmente, mecanicamente, aquilo que confiamos a eles; sem tentar compreendê-lo, sem conectá-lo a outros elementos de informação, sem interpretá-lo” (LÉVY, 1993, p.91).

No estudo citado, Lévy aproxima os polos da oralidade, aquele das sociedades sem escrita, e o informático-mediático, o atual, da contemporânea era tecnológica. Nos dois cenários, é preciso interagir dinamicamente para manter vivas as associações, a experiência e as relações. A criatividade e a produção compartilhada pelo grupo na construção da memória social são dois fatores que demonstram a aproximação entre os dois polos. O ponto mais evidente de mudança é a velocidade introduzida pela dimensão da técnica.

Na sua análise da contemporaneidade a partir das tecnologias da inteligência, Lévy observa que o modelo digital, em vez de ser lido, como um texto clássico, é explorado. Como sinônimo para esse processo virtual de experimentação interativa, de tentativa e erro, o autor usa o conceito de simulação. Para Lévy, no tempo atual, do polo informático-mediático, que, como vimos anteriormente, ele traduz como pontual, o modelo digital se apresenta conforme sua temporalidade: é um conjunto de etapas, de instantes, “dentro de um processo ininterrupto de bricolagem e reorganização intelectual”.



Ora, a prosa, destronada pelas formas de representação que a informática traz, poderia adquirir em breve o mesmo sabor arcaico [...] que a poesia tem hoje. O declínio da prosa anunciaria também o declínio da relação com o saber que ela condiciona. (LÉVY, 1993, p. 96)

O modelo digital inaugura uma etapa que ainda estamos procurando entender, mas na qual teremos, sem dúvida, nos rastros eletrônicos um elemento importante de investigação. Ao lado deles, outro fenômeno que se instaura na era da escrita digital é o da sobrescrita, associado à múltipla autoria e ainda ao anonimato. Trataremos deles agora.

26

### 3. Identidade – Autoria e sobrescrita no mundo digital

Um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (...) ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória. (...) Como afastar o grande risco, o grande perigo com os quais a ficção ameaça o mundo? O autor é então a figura ideológica pela qual se afasta a proliferação de sentido. (FOUCAULT, 2001, p. 273, p.287)

Como vimos, a escrita digital nasce em um contexto dinâmico, no qual a informação é disseminada em fragmentos, passíveis de serem reordenados de acordo com fluxos aleatórios, como em um caleidoscópio. Nesse universo de impermanência, a função classificatória, o filtro de segurança estabelecido pela figura do autor evocado por Foucault, cede lugar para a tecnologia, guiada por códigos que objetivam traduzir o resultado dinâmico das escolhas feitas pela coletividade.

Jenkins recorre ao ‘paradigma do expert’, descrito por Peter Walsh, para ressaltar que nos processos de produção em rede, pela própria estrutura dinâmica e colaborativa, os modelos tradicionais de expertise estão se desfazendo. O uso compartilhado do vasto conteúdo disponível atualmente na internet é o agente desta mudança.

O paradigma do expert exige um corpo de conhecimento limitado que um indivíduo possa dominar. As questões que se desenvolvem numa inteligência coletiva, entretanto, são ilimitadas e profundamente interdisciplinares; deslizam e escorregam através de fronteiras e induzem o conhecimento combinado de uma comunidade mais diversa. (JENKINS, 2009, p.87)

Mas, se por um lado a tecnologia abriu caminho para os processos de inteligência coletiva - para usar outra expressão de Pierre Lévy -, ainda parece nebuloso o reflexo dessa dinâmica no campo da memória. Assmann sugere que a velocidade do avanço tecnológico e o gigantismo das bases de dados reordenadas dinamicamente “nivelaram os limites entre o que fosse essencial e relevante, de um lado, e desimportante e aleatório, de outro”. Com isso,



adverte ela, “a memória cultural teria perdido suas duas forças centrais, intensidade e identidade” (ASSMANN, 2011, pg. 144). Por conta da dispersão e diluição do saber, a memória deixaria escapar assim o seu papel orientador e formador de identidades.

Por outro lado, se a escrita digital e seus reflexos parecem em princípio desestabilizar o conceito de identidade, tanto dos objetos de que trata como dos autores que constroem sua representação, o quadro muda de figura se voltarmos ao modelo cibernético e às possibilidades que se abrem em um contexto de fluidez e flexibilidade na relação entre memória funcional e cumulativa, trazidos pela mesma autora.

O que está em jogo neste momento é o acesso dinâmico entre as duas memórias e as possibilidades seletivas de elementos formadores de um conjunto de representações que componha um painel de identidades. Assmann argumenta que sujeitos – seja um indivíduo ou uma coletividade, um grupo ou uma nação – se constituem, constroem sua autoimagem, através da memória funcional, ao tornarem ativo e disponível o conjunto de representações que caracterizarão o seu passado. A memória cumulativa, aquele depósito adormecido, embora não seja ativa na formação de identidades, é justamente a chave para a revisão ou mesmo reinvenção de um modelo estabelecido de passado. A memória funcional é aquela usada para legitimar a memória política ou oficial, assim como para deslegitimar memórias que não interessem às forças dominantes na ocasião.

A memória cumulativa pode ser vista como um depósito de provisões para memórias funcionais futuras. [...] Esse é também um recurso fundamental da renovação do saber cultural e uma condição de possibilidade das mudanças culturais. [...] Se se mantém aberta a fronteira, chega-se mais facilmente a um intercâmbio dos elementos de uma e de outra e a uma reestruturação dos padrões de sentido. (ASSMANN, 2003, p.153)

Gagnebin nos lembra que a palavra grega *sema*, que quer dizer signo, significava originalmente túmulo. A escrita, observa ela, foi durante séculos a certeza de um registro duradouro – senão eterno – capaz de sobreviver ao autor e garantir a sobrevivência da mensagem (GAGNEBIN, 2006, p.112). Assmann, acrescenta que a escrita era “um meio de eternização não somente para os heróis cantados nos poemas, mas também para o próprio autor”. A mesma autora, no entanto, assinala a mudança de tempos: “A concepção de um registro duradouro de informação é substituída pelo princípio da contínua sobrescrita. [...] A era digital vai arquivar o próprio arquivo como um memorial obsoleto.” (ASSMANN, 2011, p.24)



### Considerações finais

Como vimos no breve passeio que fizemos para observar a influência das tecnologias da inteligência que se conjugam neste começo de século XXI na construção de memórias, a nova temporalidade instaura uma época de fluxos contínuos, de instantaneidade e impermanência, assim como de interferências no que é produzido. Essa nova dinâmica desestabiliza os parâmetros de formação de identidades – individuais, de grupos ou de nações - forjados na era moderna.

Na base desse novo cenário se ergue uma estrutura tecnológica que, ao mesmo tempo em que grava e armazena o conhecimento produzido pelos homens, passa a registrar, analisar e armazenar também a própria ação dos homens através dos dispositivos tecnológicos. São duas escritas sobre um mesmo suporte produzindo uma quantidade imensa de dados, que, como pudemos esboçar, já são alvo de análises para fins comerciais e emergem como vestígios da humanidade da era da informação e um novo e vasto campo do conhecimento.

Huyssen investigou a multiplicação de desejo de memória pelo mundo ocidental no fim do séc. XX, através de processos de musealização e de monumentalização, da mercantilização de objetos e do surgimento de uma cultura *retrô*. Um fenômeno que é ressaltado por ele como um contraste com o desejo de futuro que marcou o ritmo acelerado da industrialização na virada do século anterior. A febre de passado estaria associada, sugere o autor, a um mal-estar provocado por “uma lenta, mas palpável transformação da temporalidade em nossas vidas” (HUYSSSEN, 2000, p.25). O deslocamento, segundo ele, de estruturas de percepção, diante de uma sobrecarga informacional e sensorial para a qual não estávamos preparados.

Na linha de pensamento de Huyssen e insistindo na lógica cibernética de que a agilidade do sistema está diretamente relacionada à liberação de recursos auxiliares, acreditamos que uma pista para a resposta ao problema inicial do equilíbrio memória/ esquecimento no mar de arquivos do mundo contemporâneo está no aprendizado, na vivência desse novo modelo espaço/temporal. Como observa Huyssen, espaço e tempo são categorias fundamentais da percepção humanas, mas não são imutáveis. A memória, ressalta ele, “é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social”.

A partir dessas observações, entendemos - ao contrário das advertências de Pierre Lévy na época em que escreveu *Tecnologias da Inteligência*, no começo dos anos 90, quando chegou a se perguntar sobre a pertinência da própria noção de memória, “tão objetivada em dispositivos



automáticos” – que o campo da memória é hoje mais rico do que nunca. Como vimos na descrição de Assmann a respeito do conceito de memória cumulativa, tudo o que está armazenado é potencialmente um recurso para ser resgatado pela memória funcional.

A autora recorre ao historiador Lutz Niethammer para nos apresentar o conceito de resquíços, uma memória involuntária que não se prestaria mais à consciência. Restos esquecidos em algum lugar do inconsciente. Esquecidos, mas não eliminados ou extintos.

Nada se esquece por completo, mas todas as percepções, por mais que estejam empalidecidas, recalçadas ou borradas, acabam por sedimentar-se nos vestígios da memória, sendo possível, em princípio, resgatar esse sedimento de novo. (NIETHAMMER apud ASSMANN, 2011, p.155.)

A velocidade com que nos relacionamos com a realidade objetiva e ainda a possibilidade técnica de produzir, reproduzir e modificar o conhecimento produzido, trazem novos desafios que certamente vão requerer a conjugação de saberes tradicionais e, muito provavelmente, o surgimento de novos campos de saber interdisciplinares e transdisciplinares para compreendê-los.

Nenhuma teoria única fornece um guia completo para o reino contemporâneo das tecnologias da comunicação de alta definição, de interação e mutuamente convergentes, nas quais as relações, sejam elas individuais ou sociais, locais ou globais, estão em fluxo contínuo. (BRIGGS; BURKE, 2006, p.23)

O mundo contemporâneo, o desenvolvimento tecnológico, a cultura de massa e a mídia virtual são obra nossa. Como propõe Huyssen, nosso papel é arregaçar as mangas e mergulhar nesse excesso de memória para distinguir o que ele chamou de passados usáveis daqueles que seriam dispensáveis. O autor destaca ainda de forma positiva o potencial de renovação que as atuais críticas de memória oferecem às questões de minorias e gêneros e também na revisão de histórias de dominação, tornando possível outros desenhos da história.

Como resume Aleida Assmann, definimo-nos a partir do que lembramos e esquecemos juntos e os estudos de memória cultural têm lugar privilegiado neste trabalho.

## REFERÊNCIAS:

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural*. Tradução Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.



BERGSON, Henri. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução Paulo Neves. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

ERLL, Astrid; Nünning, A. *Cultural memories studies*. Berlin, Deutschland: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008;

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: MOTTA, M.B. (Org). *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GAGNEBIN, J.M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: \_\_\_\_\_. *Lembrar escrever esquecer*. Tradução Suzana Kampf Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2006.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. Tradução Suzana Alexandria. 2ª Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão... (et al). 6ª Edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos míticos da memória. In: \_\_\_\_\_. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.





## NOS PERSONAGENS, A MEMÓRIA: A BIBLIOFILIA NAS AVENTURAS DE CLIFFORD JANEWAY

MELO, Kelly Castelo Branco da Silva

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
kelly\_castelo@hotmail.com

RIBEIRO, Leila Beatriz

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
leilabriereiro@ig.com.br

31

### RESUMO

O presente artigo é resultado parcial de pesquisa de dissertação de mestrado e toma como campo os romances da série policial escrita por John Dunning – a saber: *Edições perigosas*, *Impressões e provas*, *A promessa do livreiro*, *Assinaturas e assassinatos* e *O último caso da colecionadora de livros* – que trazem as aventuras de um detetive bibliófilo que resolve deixar a polícia para se tornar livreiro. Mas na medida em que crimes ligados à obsessão bibliófila vão acontecendo, ele se vê obrigado a acionar a vida que deixou para trás para solucioná-los. Através da leitura analítica desses romances, este estudo pretende analisá-los sob a perspectiva dos personagens; visando identificar, recortar e descrever categorias específicas de personagens; entender que aspectos do universo colecionista estão nelas representados; observar de que forma se relacionam umas com as outras; para assim traçar a rede de sujeitos desse universo e compreender o que ela tem a nos dizer sobre ele.

**Palavras-chave:** Bibliofilia. Memória. Romance policial.

### ABSTRACT

This paper is the partial result of studies undertaken due to the elaboration of a Master's degree dissertation. It takes as field the crime fiction novels from the series written by John Dunning – namely: *Booked to die*, *The bookman's wake*, *The bookman's promise*, *The sign of the book* and *The bookwoman's last fling* – that tell the story of a bibliophile detective, who decides to leave the force to become a bookman. But as crimes happen motivated by bibliophilistic obsessions he sees himself forced back to his old life as he tries to solve them. Through the analytical reading of these novels, this study aims to analyze them from the perspective of characters. In order to do that, it identifies and describes specific categories of characters; it understands what aspects of the collecting universe are represented in them; it observes in which ways they relate to each other; tracing the network of subjects in this universe, so as to understand what it has to say about it.

**Key-words:** Bibliophilia. Memory. Crime fiction.



## INTRODUÇÃO

Coleções e seres-humanos são companheiros de longa data. Desde o aparecimento dos *semióforos* – objetos destituídos de funcionalidade prática, responsáveis pelo intercâmbio entre o visível e o invisível – no Paleolítico superior (POMIAN, 1984, p. 71), elas nos acompanham, assumindo diferentes formas e funções – devido à sua “relevância trans-histórica” (MARSHALL, 2005, p. 14) –, não só como grupos de objetos (materiais ou imateriais, manifestação mais comum), mas também como fala – “a fala é coleção” (MARSHAL, 2005, p. 15): coleção de sons, de palavras... – e como modos de pensar – *coleccionamento* é, por exemplo, categoria de pensamento apontada por Gonçalves (2003).

Muito embora as coleções, portanto, sejam fenômenos trans-históricos (MARSHALL, 2005) e “instituições universalmente difundidas” (POMIAN, 1984, p. 68) – ou melhor, universalmente praticadas –, pode-se falar do colecionismo – prática socialmente instituída do colecionar ou, como coloca Susan Pearce, do “coleccionar como atividade autoconsciente<sup>1</sup>” (2013, p. 4, tradução nossa) – como um fenômeno moderno, já que é com o advento da modernidade que tal atividade de fato prospera; momento a partir do qual o ato de colecionar se apodera paulatinamente de determinados indivíduos, ao darem-se conta, por exemplo, da importância valorativa de determinados objetos selecionados e acumulados (PEARCE, 2007); já que o sujeito moderno é aquele que, desprovido de uma justificativa existencial divina, vê-se sujeito da ação de dar sentido a própria vida; sentido esse que passa por aquilo que ele é capaz de armazenar, de possuir.

Philip Blom (2003), discorrendo tanto sobre a autoridade do colecionador como acerca da importância dos objetos colecionados, argumenta que o caráter transcendental da posse é um dos elementos de valoração de tais itens. Da autoridade à seleção, de forma objetiva ou subjetiva, objetos ao perderem seu valor de uso, retirados de suas “relações funcionais” (BENJAMIN, 2006, p.241) podem transmutar-se em relíquias ou semióforos, ou como propõe Blom: “Todo item colecionado é, em certa medida, um totem” (2003, p.193), já que serve de ponte ao invisível. Interessante ainda é o argumento de Henri-Pierre Jeudy ao discorrer sobre o objeto e seu movimento de patrimonialização:

<sup>1</sup> Do original em inglês: “*collecting itself as a self-conscious activity*”.



Ora, a história de sua “valorização” é a história de qualquer coisa, porque une magicamente os relatos da vida psíquica mais individual ao movimento projetivo do sincretismo simbólico. O valor é o dizer do objeto devolvido como um espelho ao indivíduo e à coletividade. (1990, p. 65)

Com as grandes revoluções liberais e a instauração da produção em massa de bens de consumo – onde as próprias coleções tornam-se bens potencialmente consumíveis, fato visto com estranhamento por Benjamin, que parece propor uma categorização do tipo colecionador quando fala daqueles que seguem “as diferentes modas que dominam a arte de colecionar no século XIX” (2006, p. 240) em oposição ao colecionador verdadeiro (2006, p. 241) ou autêntico (1995, p. 227), aquele cuja relação com o colecionar é essencialmente afetiva e independente dos ditames do mercado – a cultura material passa exponencialmente a fundamentar todas as esferas da experiência humana. Assim, o desvendar das relações entre homens e objetos acaba por ocupar um espaço cada vez mais importante em nossa compreensão de mundo, do *ser* humano e do *ser* humano no mundo, afinal, “nossa relação com o mundo material das coisas é crucial para nossas vidas, porque sem elas nossas vidas não poderiam acontecer<sup>2</sup>” (PEARCE, 2013, p. 3, tradução nossa). Uma vez que “coleccionar é um aspecto fundamentalmente significativo desse complexo e fascinante relacionamento<sup>3</sup>” (PEARCE, 2013, p. 3, tradução nossa) entre os indivíduos e suas coisas, é para ele que aqui nos voltamos.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado, inserida em um projeto de pesquisa que entende as coleções como narrativas e representações de memória. Narrativas porque, resgatando a profunda relação estabelecida por Marshall (2005) entre *coleccionar* e *narrar*, propomos que *coleccionar é narrar com objetos* e que, portanto, as coleções – como a dança para Isadora Duncan<sup>4</sup> – em si mesmas, nos dizem algo, trazem em si uma mensagem, que é do colecionador, mas que, por se materializar nos objetos, funde-se a outras mensagens: às mensagens por eles trazidas. E representações de memória – memória,

<sup>2</sup> Do original em inglês: “*our relationship with the material world of things is crucial to our lives because without them our lives could not happen*”.

<sup>3</sup> Do original em inglês: “*collecting is a fundamentally significant aspect of this complex and fascinating relationship*”.

<sup>4</sup> O antropólogo Gregory Bateson menciona em alguns de seus textos (por exemplo, em: *Style, grace and information in primitive art*, e em *Form, substance and difference*; ambos textos do livro *Steps to an ecology of mind*, de 1972) que, quando questionada sobre o que queria dizer com sua dança, a bailarina norte-americana Isadora Duncan respondia que, se soubesse dizer, não precisaria dançar, de forma que, sua própria dança, em si, já dizia algo.



segundo a concepção que privilegiamos, um conceito plástico, complexo, em constante construção, por dizer respeito a algo mutável, inconstante (GONDAR, 2011) – porque “trazem em si valores atribuídos por seus colecionadores” que “podem ser estendidos e atrelados às construções coletivas retomando a lembranças de todo um grupo social, e refletindo os valores das sociedades do período” (RIBEIRO, 2010, p. 6-7), permitindo aos homens existirem apesar de si mesmos; possibilitando a preservação da memória – que é a do colecionador, mas também de outros – através da objetificação – que sobrevive à finitude do homem, à vida do homem –; comunicando algo sobre os colecionadores mesmo quando eles não mais estão presentes, funcionando como meio através do qual o colecionador se transmite adiante.

A dissertação se debruça sobre a temática da bibliofilia, tomando como campo os romances que compõe a série policial do Detetive Clifford Janeway, escrita pelo norte-americano John Dunning – série essa composta por cinco títulos, a saber: *Edições perigosas* (1994)<sup>5</sup>, *Impressões e provas* (1996)<sup>6</sup>, *A promessa do livreiro* (2005)<sup>7</sup>, *Assinaturas e assassinatos* (2008)<sup>8</sup>, e *O último caso da colecionadora de livros* (2009)<sup>9</sup> – e nesses livros, percebe o representar mnemônico de um grupo – dessa “tribo” tão plena de características e costumes próprios que são os bibliófilos – uma vez que os entende como uma coleção: a coleção do bibliófilo livreiro John Dunning – que, através da ficção policial, representa sua vivência de bibliofilia –; coleção essa composta pelos mais diversos objetos: livros, experiências, ideias, personagens...

Para este artigo, detemo-nos no item “personagens”, encarando-os como objetos de coleção – portanto, aquilo que o colecionador dá a ver de si e de seu mundo, aquilo por meio do qual ele mostra e, mostrando, se revela; visto que entendemos que representamos “como maneira de nos tornarmos visíveis e ter o outro como visível” (COSTA LIMA, 1981, p. 222) – e propomos, através da leitura analítica dos romances, identificar, recortar e descrever

<sup>5</sup> Título original em inglês: *Booked to die*, publicado nos EUA em 1992. A edição brasileira aqui utilizada é a de 2007.

<sup>6</sup> Título original em inglês: *The bookman's wake*, publicado nos EUA em 1995. A edição brasileira aqui utilizada é a de 1996.

<sup>7</sup> Título original em inglês: *The bookman's promise*, publicado nos EUA em 2004. A edição brasileira aqui utilizada é a de 2006.

<sup>8</sup> Título original em inglês: *The sign of the book*, publicado nos EUA em 2005. A edição brasileira aqui utilizada é a de 2008.

<sup>9</sup> Título original em inglês: *The bookwoman's last fling*, publicado nos EUA em 2006. A edição brasileira aqui utilizada é a de 2009.



categorias específicas de personagens; entender que aspectos do universo colecionista estão nelas representados; e observar de que forma se chocam, cruzam, se misturam, ou seja, se relacionam umas com as outras, para assim traçarmos a rede dos sujeitos desse universo, cuja representação acaba por desenhá-lo: “produto mimético”, “a ilustração seja da sociedade condicionante, seja da individualidade criadora” (COSTA LIMA, 1981, p. 218).

### **AS BIBLIODESVENTURAS DE UM BIBLIODETETIVE**

Clifford Liberty Janeway, trinta e seis anos, é um policial que ama e coleciona livros e que encontra em sua coleção um refúgio para sua estressante rotina. Sua profissão e seu hobby seguem em paralelo, até que o assassinato de um alfarrabista leva esses dois lados de sua vida a se chocarem. Inconformado com as falhas do sistema judiciário e insatisfeito com a carreira de detetive, Janeway resolve deixar a polícia e concretizar um sonho antigo: abrir uma livraria especializada em livros usados e raros. Mas o aparentemente idílico e pacato mundo dos livros logo se revela um campo de trapaças, disputas, roubos e assassinatos, e nem de longe tão pacífico quanto se poderia imaginar. Tem início uma conturbada jornada na qual, a cada romance da série, Janeway é levado a acionar a vida que ele pensava ter deixado para trás, para resolver homicídios ligados à obsessão bibliófila, ao mesmo tempo em que lida com o dia a dia da administração de sua livraria, a *Twice Told Books*. Entremeando informações bibliográficas e bibliológicas com narrativa policial, John Dunning transporta seus leitores a um universo dos livros romanceado, mas não tão ficcional assim.

Cada título da série, que tem Clifford Janeway como narrador-personagem – e, de certa forma, o duplo de Dunning, a outra imagem dele mesmo, uma vez que o autor também é bibliófilo e livreiro de Denver – aborda um critério colecionista específico – trata de um tipo específico de livro ou de uma característica específica que faz do livro que a detém objeto colecionável – evidenciando um aspecto característico desse tipo de colecionismo: “muitos bibliófilos se especializam em temas ou autores específicos e concentram num campo mais limitado suas garimpagens” (MINDLIN, 2009, p. 50), pois ser bibliófilo além de colecionar livros é colecioná-los com critério, e não indiscriminadamente. Os que “acumulam”, os “glutões de livros” (FRIEIRO, 1999, p. 27) são diferenciados, caracterizados pelo grupo como



bibliômanos, que, em oposição aos “bibliófilos verdadeiros” (FRIEIRO, 1999, p. 27; MORAES, 2005, p. 27) preferem quantidade à qualidade.

Bonnet (2013), utilizando-se da categoria *bibliomania* assinala a existência dos colecionadores e dos leitores obstinados e diferencia-os ainda em dois subgêneros: os especialistas e os “acumuladores”. Aponta que os primeiros (os que nos interessam aqui, onde se localizam os bibliófilos) podem deter-se em colecionar por autor; época ou gênero; tipo de encadernação; raridade; erros tipográficos etc.

Colecionar é uma arte. Como toda arte, é preciso que esteja combinada com conhecimento, com o *métier*, para se tornar uma verdadeira criação [...]. É preciso escolher com muito critério qual o gênero de livro que se quer colecionar [...]. O senso da medida é indispensável. Saber restringir o objetivo de uma coleção é a única possibilidade que se tem de formar uma verdadeira biblioteca particular e não um bricabraque de livros (MORAES, 2005, p. 20).

São esses critérios de escolha que determinam o tipo de coleção que um bibliófilo constrói e, como em espelho, esses mesmos critérios determinam a trama que Dunning constrói em cada um de seus livros – cada um deles, de certa forma, uma coleção bibliófila em si mesmo –: em *Edições Perigosas*, a história gira em torno de primeiras edições; em *Impressões e Provas*, de edições produzidas por uma tipografia específica, a tipografia Grayson; em *A promessa do livreiro*, de exemplares das primeiras e raríssimas edições dos livros do autor Richard Burton, enviados e dedicados por este a um amigo; em *Assinaturas e assassinatos*, a trama se desenrola em torno de livros cujo valor é conferido pelas assinaturas que carregam; e em *O último caso da colecionadora de livros*, de primeiras edições de raros livros infantis. Mas a característica desejável, a categoria do objeto colecionável (o livro), molda não apenas as coleções a respeito das quais os romances discorrem, mas também os sujeitos, os agentes: os personagens. Molda seus perfis, seus desejos.

Os autores são apenas personagens fictícios com alguns fatos biográficos confirmados, nunca suficientes para torná-los seres verdadeiramente reais. Enquanto a biografia de um personagem literário, mesmo se incompleta – e confessando-se assim – é perfeitamente confiável: ela é aquilo que seu criador decidiu (BONNET, 2013, p.103).





Assim, fazendo uso de artifícios metodológicos e analíticos selecionamos, a partir do recorte efetuado nas obras analisadas, as seguintes categorias: bibliófilos, livreiros, alfarrabistas, tipógrafos (impressores) e bibliógrafos. Da mesma forma, a trama policialesca por vezes apresenta alguns desses personagens exercendo outros papéis tais como: ladrões, assassinos e falsificadores, que foram aqui enquadrados ao universo analítico como subcategorias.

### **NOS BIBLIOPERSONAGENS, O BIBLIOUNIVERSO**

Sendo derivação do substantivo *bibliofilia* – palavra composta pelos termos gregos *βιβλίον* (transliteração para o latim: *biblion*) – livro – e *φιλία* (transliteração para o latim: *philia*) – amor – se definido pela etimologia do termo que o designa, bibliófilo é aquele que tem amor pelos livros. Porém, como “o pospositivo *-filia*, quando utilizado com objetos, está invariavelmente ligado ao colecionismo” (REIFSCHNEIDER, 2010, p. [87]), *bibliófilo* é, portanto, o nome dado ao colecionador de livros ou ao “coleccionador de documentos e antigos ou raros” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 46) – ao “coleccionador autêntico”, ou seja, àquele acometido pela “febre do livro”, àquele que quando “vê um livro, quer ficar com ele, faz qualquer coisa para segurá-lo” (DUNNING, 2007, p. 50).

O bibliófilo guarda avaramente o seu tesouro de papel impresso. A biblioteca é o serralho em que este sultão conserva cativas as belas edições. Dali não sai nenhuma peça, nem dada nem muito menos emprestada [...]. [O bibliófilo] contempla embevecido o exemplar belamente impresso [...] mas o *gozo* não está só nos olhos; está no tato também. Os que amam apaixonadamente o livro gostam de o tocar, palpar, folhear, com deleitação não isenta de verdadeiro sensualismo. E o *gozo* está igualmente no olfato: o cheiro específico da obra impressa é-lhes tão capitoso quanto o *odor difemina* para os erotomaníacos. O autêntico bibliófilo tem algo do *Homo eroticus* (FRIEIRO, 1999, p. 27, grifo do autor).

A presença do erotismo na relação bibliófilo-livros se faz presente em diversos momentos na narrativa de Dunning: em uma das conversas entre Janeway e o livreiro e amigo Ruby Seals: “É sempre assim quando lidamos com os livros [...] uma hora passa num minuto, não se percebe a passagem do tempo. É como fazer amor com uma mulher... a atividade mais hipnótica a que um homem pode se dedicar” (2007, p. 166); quando Janeway mostra suas



primeiras edições a uma namorada (também amante de livros): “mostrei-lhe meus Faulkners, um deles autografado, e percebi seu arrepio de prazer, beirando o sensual, ao tocar o papel assinado por ele” (2007, p. 18); quando, ao descrever o tio, bibliófilo, uma das personagens afirma: “alguns gostam de sexo [...] Stan gostava de livros” (2007, p. 119); quando um conhecido de Janeway descreve o interesse de um bibliófilo pelas obras de um impressor específico: “ele observou a mania crescer, como o pé de feijão de João, e explodir numa paixão quase sexual” (1996, p. 354); ou ainda quando Janeway diz: “às vezes é preciso apenas tocar um livro, ou olhar para o rosto de uma mulher, para fazer o coração de um homem disparar novamente” (2006, p. 27); entre outros fragmentos.

Isso reforça a ideia dos bibliófilos como seres apaixonados, passionais, criação de seu desejo – e se “o homem é uma criação do desejo, não uma criação da necessidade” (FREUD apud MOLES, 1981, p. 137), eles o são especialmente – indivíduos forjados por suas coleções e por elas aproximados, tornados grupo; seres que compartilham da “febre”, “febre inocente e deliciosa<sup>10</sup>” (NODIER, 1841, p. [5], tradução nossa), “loucura mansa” (MINDLIN, 1997), arroubo ao qual o bibliófilo se entrega, paixão capaz de levar a extremos. Afinal, como colocou Umberto Eco, “por amor a um belo livro, a gente [os bibliófilos] se dispõe a qualquer baixaza” (ECO, 2010, p. 55).

O amor pelos livros só deve ser apreciado em dois casos: 1<sup>o</sup> – quando sabemos estimar os livros pelo que eles valem, quando os lemos em filosofia, para aproveitar do que neles pode haver de valor e rir do que eles contêm de ruim; 2<sup>o</sup> – quando possuímos os livros tanto para nós quanto para os outros e quando os compartilhamos com prazer e sem reservas (D’ALEMBERT, 1752 apud SILVEIRA; RIBAS, 2004, p. 22).

“O mundo dos bibliófilos é de grande interesse”, declara Mindlin. “O amor aos livros aproxima as pessoas e forma sólidas amizades, o que não impede, no entanto, rivalidades também sólidas” (2009, p. 59). Tal assunto também é abordado por Janeway quando esse diz:

Algumas das pessoas mais inteligentes do mundo não entendem – não têm a menor ideia sobre a intriga que pode estar escondida na linhagem de um livro, ou o drama que pode surgir entre duas pessoas quando um livro realmente raro se coloca entre elas. Citei Rosenbach – A emoção de derrotar um homem em

<sup>10</sup> Do original em inglês: “*The innocent and delightful fever of the bibliophile*”.



um ringue não é nada comparada à emoção de derrotá-lo por um livro (DUNNING, 2006, p. 81).

Tal colocação faz lembrar uma passagem em *O bibliófilo Aprendiz* (2005), onde Moraes discorre sobre um colecionador – “o maníaco” (2005, p. 41) – que possuía “um livro extremamente raro” (2005, p. 38) que Moraes procurava há anos. Ao recusar-se a vender-lhe o livro, Moraes frustrado exclamou: “Pois hei de comprar o seu livro!” A que o homem respondeu: “Como, se eu não o vendo por dinheiro algum?” E Moraes: “Não faz mal, espero. Comprarei de sua viúva” (2005, p. 41).

No entanto, pondera Mindlin, “o mundo da bibliofilia [...] é uma fauna em que geralmente existe respeito mútuo, e os conflitos se resolvem de forma civilizada e cortês” (2009, p. 59); o que se confirma na seguinte afirmação de Janeway: “Não é de admirar que o ramo dos livros seja um lugar quente e fértil para pessoas desprezíveis; o surpreendente é como, na verdade, não se encontram muitas delas” (DUNNING, 2006, p. 66).

Apesar disso, em se tratando de literatura policial, são as baixezas as quais os bibliófilos se dispõem, a força a movimentar a série policial de Dunning. É pela “febre” que se caça, engana, rouba, mata; mas afinado com o entendimento de Baudrillard (2012), por exemplo, da coleção como “sistema marginal” e do colecionador, por conseguinte, como um ente que opera na marginalidade – tanto no sentido de infringir leis e regras sociais, como no sentido de estar à margem. Nos livros, muito embora o colecionismo de livros (bibliofilia) constitua a temática central, essa centralidade permanece obscura, ao fundo, emergindo apenas ao final, que é quando se chega àquilo que desencadeia a série de acontecimentos: o bibliófilo, ou ainda, o grande personagem – muito embora habitante periférico – a coleção bibliófila.

“A palavra alfarrábio origina-se do antropônimo árabe Al-Farabi, filósofo que viveu em Bagdá no século IX” (CÂMARA, 2009, p. [1]), e significa “livro usado ou velho” (AULETE, 2008; CÂMARA, 2009). Alfarrabista portanto é aquele que lida com alfarrábios, mas o termo normalmente é usado para designar aquele que negocia com alfarrábios (AULETE, 2008 ; CÂMARA, 2009).

Nos livros de Dunning, no entanto, alfarrabista é a palavra escolhida como tradução para *bookscout* (DUNNING, 2000) – o que seria, em uma tradução mais literal, *olheiro de livros* – um tipo particular de negociante de livros: “um caçador de livros raros” (DUNNING,



2007, p. 25); “elemento inadequado ao mundo real” que “guarda tudo no porta-malas do carro, caso tenha a sorte de possuir um, ou numa mochila pendurada na bicicleta. É um marginal, um batalhador, ou uma personalidade incompatível com qualquer outro ramo” que “pode ser quieto e humilde, ou agressivo e intimidador. Há alguns renegados e, claro, um ou outro psicótico”, mas “a única coisa que os melhores possuem em comum é o faro para livros”. São “sujeitos, em geral sem instrução” que “conseguem gravitar em torno dos livros e inevitavelmente escolher os melhores”. Pessoas que “vivem da esperança de achar O Grande Livro Raro” (DUNNING, 2007, p. 9-10); esperança essa que também se encontra presente em todas as demais categorias.

Responsáveis pela impressão e encadernação dos livros, os tipógrafos representam uma classe de profissionais do livro hoje totalmente transformada, cuja atividade é, na atualidade, desenvolvida quase que totalmente pelas gráficas. O tipógrafo é um “profissional da velha-guarda, do tempo em que o impressor também era um artista gráfico que cuidava pessoalmente de tudo em sua oficina” (DUNNING, 1996, p. 36). Em concordância com essa assertiva, destacamos um verbete acerca da técnica e arte tipográfica: “Conjunto de procedimentos artísticos e técnicos que abrange as diversas etapas da produção gráfica desde a criação dos caracteres até a impressão e acabamento” (HOUAISS apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 364). Estando tal ofício muito mais próximo da arte e do artesanato do que da produção industrial, ele hoje se encontra quase extinto, ou, como coloca Janeway: “Não adianta mais procurar gente assim, pois sua arte foi finalmente extinta pelo maldito computador” (DUNNING, 1996, p. 36).

Por serem reconhecidos como artistas, o produto do trabalho de um tipógrafo específico – livro – pode ganhar status de objeto de arte e, portanto, ascender na escala do desejo como objeto colecionável. O selo de suas tipografias/casas impressoras, portanto, passa a elencar a lista dos critérios de escolha e características desejáveis colecionistas.

Um bibliógrafo é aquele que se ocupa de elaborar bibliografias; sendo estas o “estudo e classificação de livros e documentos impressos de acordo com determinados critérios, que servem de eixo para seu agrupamento (por cronologia, por disciplina ou tema etc.)” (AULETE, 2008).

Bibliografias não são leitura de banheiro, não se prestam à leitura ocasional [...] as melhores são escritas por pessoas com o demônio no corpo. Exatidão e detalhamento andam de mãos dadas, e o bibliógrafo é escravo deles. Uma bibliografia revela se um livro contém mapas e ilustrações, e as páginas onde



estes se encontram. Descreve a encadernação, contém frequentemente fotos do livro e da página de rosto, e até, em determinadas ocasiões – quando isso é relevante –, fornece a contagem das páginas de cada caderno, para que se saiba onde caem as costuras. Se um impressor comete um erro infinitesimal [...] torna-se obrigação do bibliógrafo mostrar isso [...]. O bibliógrafo pesquisa incansavelmente (DUNNING, 1996, p. 33-34).

Uma, entre tantas, das definições de bibliografia propostas por Malclès merece destaque:

41

Ramo da bibliologia – ou ciência do livro – que consiste na pesquisa de textos impressos ou multigrafados para indicá-los, descrevê-los e classificá-los com a finalidade de estabelecer instrumentos (de busca) e organizar serviços apropriados a facilitar o trabalho intelectual. Quatro operações se destacam em uma ordem lógica: pesquisa, indicação, descrição e classificação; elas dão origem ao repertório bibliográfico ou bibliografia. O mesmo termo designa a preparação e o objeto resultante (MALCLÈS apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.46).

As bibliografias são, portanto, obras de referência. E como se a natureza da obra espelhasse o papel do seu autor como personagem na trama, os bibliógrafos aparecem, na série de Dunning, com o mesmo propósito de seus livros: são fontes de referência.

Os livreiros são personagens de destaque nos livros, uma vez que o narrador-personagem é livreiro (e também o é John Dunning). Ao redor deles todas as tramas se desenrolam e para eles convergem, já que são os grandes provedores. É em seus espaços – as livrarias –, principalmente, que acontece a circulação não apenas de livros, mas também do conhecimento sobre eles. Isso se evidencia, por exemplo, na fala de Janeway quando este declara: “Aprendi muito do que sei observando Ruby trabalhar” (DUNNING, 2007, p. 43) – Ruby, um livreiro – ou quando este afirma sobre os alfarrabistas: “É assim que aprendem, sabe?... Olham os livros, verificam os preços. Nenhum deles usa material de referência, é muito caro, e se atualizam nas livrarias” (2007, p. 55). O que também se confirma na fala de Moraes quando ele diz: “um bom livreiro é o melhor guia que pode ter um colecionador” (2005, p. 32).

Livreiro (*book dealer, book vendor, bookseller*; de livros usados: *second-hand book dealer, secondhand book dealer, used book dealer*) é o nome dado aos negociantes de livros, os intermediários entre os livros – ou aqueles que os querem vender, como os editores e alfarrabistas – e aqueles que os querem comprar.



São como as outras pessoas: de todos os tipos e formatos, e enfrentam os mesmos problemas que o pessoal da delegacia ou da linha de montagem. Se estiverem pensando num acadêmico franzino com óculos grossos, esqueçam. Assim que entram no ramo, não têm mais tempo para ler muito. São em geral um pouco mais cultos do que a média. Jamais conheci um livreiro idiota que tenha se dado bem. Alguns, contudo, são positivamente malucos. Há os bunda-moles, os espíritos de porco, mas um livreiro pode até ser ex-hippie, ex-bêbado, ex-drogado e ex-valentão, como Ruby Seals (DUNNING, 2007, p. 43).

Assim como o existe para os colecionadores, parece haver uma distinção entre livreiros – quaisquer – e os “bons livreiros” – o equivalente aos “coleccionadores autênticos”: aqueles que conhecem os livros; que tendem a especializar-se; assim como um “bom bibliófilo”; especialização que fica clara principalmente no primeiro romance da série quando Janeway descreve o Beco dos Livros (local que frequenta como colecionador e que escolhe como o lugar onde se estabelecer como livreiro), identificando cada um dos livreiros pelo tipo de livros que negociam (para cada colecionador, seu livreiro) – e, principalmente, que têm amor pelos livros – “Os bons livreiros em geral não gostam de vender os melhores livros a qualquer um, preferem que os livros porem nas mãos de amantes de livros que considerem autênticos e conhecedores” (MINDLIN, 2009, p.53). Nesse aspecto, a sua descrição quase se iguala à dos colecionadores – “livros são como drogas”, diz Ruby (2007, p. 156) – e, seja negociante ou colecionador, ambos os sujeitos – assim como todas as demais categorias aqui apontadas desse universo – se igualam na macrocategoria *bookman*<sup>11</sup>, recorrente nos originais em inglês, mas não nas edições brasileiras por questões características da língua.

### **Ladrões, falsificadores e assassinos**

Essas subcategorias – manifestas através das demais – são as responsáveis por moldar a narrativa no gênero policial e também por ressaltar características desse universo que não ficariam tão claras sem elas. Em nenhuma outra categoria de personagens – muito embora algumas tratem de negociantes e profissionais do livro – é tão evidente a face mercadológica da bibliofilia como na criminosa. É o espaço onde o fascínio pela mercadoria livro – que se mostra afeto, paixão, reverência nas categorias anteriores – se revela abertamente fetiche; fetiche esse que mobiliza o consumo e aqueles que nele vêem uma oportunidade de ganho – seja econômico

<sup>11</sup> Homem de livros.





ou de outra natureza – de maneira tão intensa a ponto de levar a práticas antiéticas ou conduzir ao homicídio.

Sempre houve alguns escroques no ramo de livros. Como disse um velho livreiro, existe uma maça podre em todas as cidades. Às vezes é um vigarista óbvio, cheio de charme. Pode ser o ladrão frio que sai despreocupadamente de uma livraria com uma coleção de dez volumes de Conan Doyle enfiada em cada centímetro da calça, do paletó e da camisa, com o exemplar autografado metido em alguma cavidade corporal úmida, e imediatamente encontra um outro livreiro ansioso para prender a respiração e comprar tudo, cinquenta por cento mais caro, sem fazer perguntas. É também o livreiro rival que sabe conhecer um livro importante quando o vê. Tem mais caras do que Lon Chaney em suas melhores atuações. É o sujeito de boa aparência que coloca sobrecapas em edições sem valor [...] e as vende para o colecionador ingênuo como se fossem primeiras edições [...]. Ele pode ter qualquer tipo de personalidade, mas aquele brilho em seu caráter faz com que fique trabalhando para sempre no lado sombrio da rua [...]. À medida que fui crescendo no ramo, aprendi como tudo era cinzento [...]. O que *precisa* ser pago como valor mínimo para mantê-lo um ponto acima da fraude? [...] Não gostamos de admitir, mas todos temos um pouco de embusteiro. O grau de desonestidade varia demais e nossa própria generosidade pode igualmente variar muito (DUNNING, 2006, p. 65-66, grifo do autor).

É um tanto paradoxal que uma atividade subversora do sistema, como a coleção – que retira o objeto do circuito mercadológico e lhe confere outros usos e significados –, sustente – e se sustente de – um mercado próprio. Mercado esse que – no caso, o dos livros raros e antigos, nos romances representados – por não dispor de regras pré-estabelecidas para os valores de troca; por se sustentar em dinâmicas sujeitas às variações constantes do binômio oferta-procura; e por se apoiar em produtos muitos dos quais já se encontram fora dos circuitos de produção, torna-se um espaço regido pelo fetichismo – “Poderia encontrar prazer no que já tem”, disse Janeway sobre o colecionador. “Ele sorriu, amargurado. ‘Você sabe que não é por aí. A emoção está na caçada’” (DUNNING, 1996, p. 342); “os olhos de Scofield [coleccionador] se acenderam. Era isso que o mantinha vivo, que o levava à sétima década. A caçada, a busca, a mesma cobiça que levava Cortez a atravessar a selva tropical para pilhar os astecas” (DUNNING, 1996, p. 351) – e propício para relações pouco escrupulosas – “tomo dos burros e vendo aos espertos”, diz a alfarrabista Eleanor a Janeway (DUNNING 1996, p. 60); “aquela coleção foi reunida por meu avô há mais de cem anos [...]. Disseram-lhe que os livros não valiam nada, que eram apenas lixo. Isso não é desonestidade?” (DUNNING, 2006, p. 60).



A graça dos artigos de consumo incessantemente produzidos tem seu lado negativo, é claro. A disponibilidade adquirida anda de mãos dadas com a perda de autenticidade, e a fome do verdadeiro, do único e do raro torna-se ainda mais forte. Colecionadores procuram edições limitadas, raros erros de impressão, primeiras edições, e objetos com defeitos interessantes justamente porque eles restabelecem sua singularidade, enquanto outros dão às costas para o mercado de produção em massa, e colecionam coisas que não são e não podem ser produzidas em massa: antiguidades e velhos pintores, conchas, borboletas. Nada, com efeito, é mais importante do que recuperar essa autenticidade, e por causa dessa fome do original sempre haverá um mercado fornecendo falsificações, coisas feitas para parecer aquilo que não são (embora elas também sejam, conseqüentemente, colecionadas). O colecionador e o fraudador vivem em incômoda proximidade (BLOM, 2003, p.193).

Umberto Eco (2013), no entanto, ao tratar da falsificação na Idade Média além de discorrer acerca da complexidade do conceito de falso e seus análogos utilizados na contemporaneidade (falsificação, falsa atribuição, falso diplomático, contrafação, alteração, fac-símile etc.) propõe que, além de revermos nossos próprios conceitos, devemos responder a algumas perguntas feitas a essa época: Será que na Idade Média se sabia que eram feitas falsificações? Eles possuíam tal conceito? E no caso positivo, será que era semelhante ao nosso? Após uma profunda apresentação de sua “semiótica da falsificação” onde o teórico esclarece acerca: dos diversos conceitos correlatos (duplos; pseudoduplos; falsa identificação); sobre a existência (e a dificuldade) de procedimentos de autenticação; sobre as três categorias de falsa identificação; verdade histórica, tradição e autoridade etc. o autor conclui que nessa época, ainda que houvesse falsificações, faltou a ela uma consciência disso e que: “As noções medievais de atribuição falsa e verdadeira e de manipulação de um texto não eram nossas” (ECO, 2013, p.237). E trazendo a discussão para a contemporaneidade, o autor acrescenta:

Assim nos damos conta de que os medievais falsificavam com o objetivo de ratificar a confiança em algo (um autor, uma instituição, uma corrente de pensamento, uma verdade teológica) e de sustentar uma ordem, ao passo que os contemporâneos falsificam com o objetivo de criar desconfiança e desordem. Nossa época filológica não pode mais permitir falsificações que se apresentem como verdades, porque sabe que logo serão descobertas; [...] Não é a falsificação isolada que mascara, esconde, confunde e, para fazer isso, tenta parecer “verdadeira”. É a quantidade de falsificações reconhecíveis



como tais que funciona como mascar, porque tende a tornar suspeita toda a verdade. (2013, p.238, grifo do autor)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um homem se propõe a tarefa de desenhar o mundo. Ao longo dos anos, povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naus, de ilhas, de peixes, de moradas, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de seu próprio rosto (BORGES apud MACIEL, 2010, p. [7]).

45

Jean Baudrillard em seu *O sistema marginal: a coleção*, afirma que, por ser aquilo que “melhor se deixa ‘personalizar’ [...], o objeto é, no seu sentido estrito, realmente um espelho [...]. É um espelho perfeito já que não emite imagens reais, mas aquelas desejadas” (2012, p. 97-98, grifo do autor). Se isso se aplica para objetos possuídos e, principalmente, colecionados, pode-se afirmar que essa relação-espelho é ainda mais pungente no objeto criado, o objeto obra – nesse caso, o livro (objeto criado) espelho do autor (criador). Segundo esse raciocínio, é possível pensar esses livros como os espelhos a constituir o refletor de um telescópio, compondo a imagem de uma parte do universo humano: nesse caso, o universo bibliófilo. Como o homem de Borges, selecionando imagens (representações visuais) para desenhar o mundo; aqui selecionamos os personagens (representações textuais) para cumprir a tarefa de desenhar esse universo para, ao fazê-lo, revelar, ao mesmo tempo, seu criador (autor) e seu mundo: o mundo colecionista.

## REFERÊNCIAS

- AULETE, Caldas. iDicionário. [Rio de Janeiro]: Lexicon Editora Digital, [2008]. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos objetos*. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BENJAMIN, Walter. O colecionador. In: \_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 238-246.



\_\_\_\_\_. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BLOM, Philip. *Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BONNET, Jacques. *Fantasma na biblioteca: a arte de viver entre livros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CÂMARA, Bira. Alfarrábios e bibliofilia. *Jornal do bibliófilo: literatura e bibliofilia*. [S.l.], 26 abr. 2009. Disponível em: <<http://jornalivros.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

COSTA LIMA, Luiz. Representação social e mimesis. In: \_\_\_\_\_. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DUNNING, John. *Assinaturas e assassinatos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Booked to die: a mystery introducing Cliff Janeway*. Kindle ed. New York: Scribner, 2000.

\_\_\_\_\_. *Edições perigosas*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Impressões e provas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *A promessa do livreiro*. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *O último caso da colecionadora de livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ECO, Umberto. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

\_\_\_\_\_. *A memória vegetal: e outros escritos sobre bibliofilia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FRIEIRO, Eduardo. *Os livros nossos amigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória Social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (Orgs.). *O que é memória social?*. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



JEUDY, Henri-Pierre. O objeto rei. In: \_\_\_\_\_. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 64-74. (Coleção, Ensaio & Teoria).

MACIEL, Maria Esther. *As ironias da ordem: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero20/episteme20\\_artigo\\_marshall.pdf](http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero20/episteme20_artigo_marshall.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2011.

MINDLIN, José. *No mundo dos livros*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

\_\_\_\_\_. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz, ou, Prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

NODIER, Charles. *The book lover*. [S.l.: s.n.], 1841. Disponível em: <<http://myweb.dal.ca/barkerb/nodier/nod-a-e1.htm>>. Acesso em: 24 set. 2011.

PEARCE, Susan M. *On collecting: an investigation into collecting in the European tradition*. New York: Routledge, 2013.

\_\_\_\_\_. The urge to collect. In: \_\_\_\_\_. *Interpreting objects and collections*. London e New York: Routledge, 2007. p. 157-159.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, v. 1. Ed. Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

REIFSCHNEIDER, Oto Dias Becker. Bibliofilia e colecionismo, uma breve reflexão. *Scriptorium*, Fortaleza, n. 2, p. 87-94, 2010. Disponível em: <<http://perlocutorio.com/bibliofilia-e-colecionismo.php>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Manias, trecos, objetos e coleção: memória, descarte e velhice nas narrativas quadrinísticas de Urbano, o aposentado. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 19., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: NUMEN, 2010. Disponível em: <[http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/professores\\_dados.php?id=19](http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/professores_dados.php?id=19)>. Acesso em: 06 out. 2011.

SILVEIRA, Julio; RIBAS, Martha (orgs.). *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.



## PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO PÚBLICO COMO FONTE DE ACESSO À INFORMAÇÃO

CORRÊA, Vitor Freire;

*Doutorando do Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS)*

*vcfreire@hotmail.com*

DODEBEI, Vera

*Professora do Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS)*

*dodebei@gmail.com*

48

### RESUMO

Este ensaio é parte de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, na linha Memória e Patrimônio. Objetiva-se analisar o cenário atual dos arquivos públicos como instituições informacionais que possibilitam acesso aos acervos por parte dos cidadãos, colaborando assim para que a população possa se aproximar do Estado mediante a transparência de suas ações e, desta forma, possa participar das questões relacionadas às leis e às políticas informacionais. Três chaves temáticas são aqui analisadas: 1 – o patrimônio arquivístico e a memória pública; 2 – o patrimônio arquivístico digital e sua preservação; 3 – o arquivo público e o cidadão. Conclui-se, ainda que parcialmente, que as instituições arquivísticas brasileiras tem que favorecer ao cidadão no acompanhamento das práticas dos seus representantes, ficando a pergunta: que ações podem ser feitas pelo Estado e pela Sociedade Civil para aproximar com mais vigor o cidadão das instituições públicas de arquivo e dos seus acervos ali salvaguardados?

**Palavras-Chaves:** Patrimônio público arquivístico; Patrimônio arquivístico digital; Acesso à informação. Transparência governamental.

### ABSTRACT

This essay is part of an ongoing research at the Graduate Program in Social Memory, research line of Memory and Heritage. This study aims to analyze the current situation of public archives as informational institutions that provide information access to the citizens through their collections, thus contributing to approach citizens and the State through the transparency of their actions and, in this sense, improving access to issues related to laws and informational policies. Three broad perspectives are discussed: 1 - archival heritage and public memory; 2 - digital archival heritage and its preservation; 3 – the public archives and the citizen. As partial conclusions, we can say that Brazilian archival heritage institutions have been favoring citizens in monitoring the practices of their representatives, remaining the following question: what actions can be done by the State and the Civil Society to bring more vigorously closer the citizen to public archival institutions and to the collections safeguarded by them?

**Key-Words:** Public archival heritage; Digital archival heritage; Access to information; Government transparency.





## 1 Patrimônio arquivístico e memória pública.

O caminho dos arquivos é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas, e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização. (BELLOTTO, 1998, p. 201)

O campo de estudos da memória social tem vivenciado significativas mudanças ocasionadas por renovações, que se inscrevem por meio das transformações ocorridas entre os indivíduos e a cultura contemporânea, inseridas nos debates travados em diversas áreas do conhecimento. Redes informacionais e memoriais vão se constituindo a partir das heranças que se transformam em legado à humanidade e às suas gerações. O que outrora parecia memória de um pequeno povoado, grupo social ou organização, hoje se transforma em “memória do mundo”, com acesso por meio de várias possibilidades, principalmente por via digital. Com o advento da comunicação cada vez mais midiaticizada pelo computador, os objetos valorizados como patrimônio cultural adquirem novos formatos, registros e formas de acesso, e, como consequência, apresentam também novos problemas a serem estudados, com ênfase nas fronteiras interdisciplinares da pesquisa.

A constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de patrimonialização, isto é, fazer com que um bem seja considerado patrimônio a partir de critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso a gerações futuras. A noção de patrimônio e, conseqüentemente, sua salvaguarda, tem sido ampliada, justamente por sua característica de fenômeno que se observa no âmbito de vários vieses da construção da memória social.

No campo da Arquivologia, os depósitos centrais de arquivo foram criação do século XVIII e o documento escrito até então acumulado vai aumentar exponencialmente no período da Revolução Francesa - 1789 que, segundo os historiadores, foi o movimento propulsor da criação de monumentos e documentos que ajudaria a manter viva a identidade nacional. Na França, a Revolução cria os Arquivos Nacionais em decreto de 7 de setembro de 1790 e, quatro anos depois (1794), determina a divulgação dos documentos nele contidos. Esse fato deu



origem a uma nova fase documental: a do caráter público dos documentos da memória pública nacional (Le Goff, 1984, p. 36 - 38).

Os documentos, determinados pelo Estado como parte integrante da memória de indivíduos e grupos, precisam ser reunidos, arrançados, descritos, preservados e disseminados para manutenção de uma memória nacional, fenômeno sobre o qual os indivíduos se apoiam para reconhecimento de direitos ao longo do tempo, como afirma Bellotto (1991, p. 184). Além da função de prova, os documentos são potencialmente objetos de memória. O registro e a organização dessas memórias preservadas pelas instituições de arquivo podem ser utilizados como fontes históricas, na tentativa de compreensão de como pode ter sido o passado e quais vem sendo as mudanças que ocorrem sobre um determinado fato social nos dias atuais, ligados àquele passado.

Junto a isso, quando pensamos nos patrimônios públicos armazenados nos arquivos, museus e bibliotecas, percebemos que tangenciamos outra questão central de uma memória pública, selecionada, que deve ser gerenciada pelo Estado, que é o responsável por sua manutenção e salvaguarda, compreendendo, no entanto, que o verdadeiro dono desse patrimônio público é o cidadão. Sobre a memória pública documental guardada nas instituições de arquivo, objeto desse trabalho, a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados que nomeia e oficializa tais arquivos como instituições preservadoras da identidade nacional brasileira. Em decorrência da força legal, até o início do ano de 2010, vários acervos públicos e privados foram considerados de interesse público para a memória da nação brasileira e recolhidos aos arquivos públicos.

Mas, o ato apenas de recolhimento desses acervos não garante ao cidadão que as informações ali registradas estão preservadas e acessíveis. Nesse sentido, as diversas formas de preservação documental começam a ser discutidas, com ênfase para os processos de transformação dos registros analógicos em registros digitais. A digitalização dos documentos, embora permita uma maior e mais rápida acessibilidade e intercâmbio com outras instituições, trás também problemas técnicos e legais acerca da confiabilidade dos bits informacionais à longo prazo.

O patrimônio arquivístico público representa a informação arquivística, produzida, recebida, utilizada e conservada; sua preservação diz respeito a manter sua confiabilidade e permitir o acesso presente e futuro a essa memória pública, guardada permanentemente em instituições públicas de arquivo. Os acervos permanentes são oriundos de documentos que não



podem ser destruídos, por conta de seu valor cultural ou de pesquisa para a sociedade, ou seja, o patrimônio arquivístico digital representa uma extensão do conceito de patrimônio cultural.

Inicialmente, é preciso salientar que o patrimônio é um conceito que vem se alargando no tempo, principalmente quando verificamos na literatura da área as inúmeras extensões conceituais, como: histórico, genético, material, imaterial, artístico, cultural, espiritual, tangível, intangível, natural, paisagístico e, agora, com os adjetivos de digital e arquivístico digital.

A noção de patrimônio perpassa por uma afeição de civilizações antigas por obras do passado. A princípio chamadas de antiguidades e depois de monumentos, tais obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceituou a história como disciplina. Este sentido desembocaria mais tarde na noção de patrimônio histórico, e, no final do século XX na noção mais abrangente de patrimônio cultural. De maneira ainda não organizada, o interesse por vestígios do passado é antigo, já estando presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média.

Com o surgimento do sentido de história na Renascença, cria-se a condição necessária para que se constitua a noção de monumento histórico e uma literatura sobre o conhecimento e o prazer propiciados pelas obras de antiguidade. No entanto, Françoise Choay (2001, p.52) observa que as ações de preservação e restauro desses monumentos ainda não se dão de forma sistematizada. Isto só ocorreria com a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir do momento em que o Estado assume sua proteção.

Na primeira metade do século XIX, na França, com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, é que surge realmente uma política concreta do Estado para a preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, apoiada em ações jurídicas e técnicas. A instauração da comissão está intimamente ligada aos desdobramentos da Revolução Francesa, em que se promoveu grande destruição dos monumentos franceses, como igrejas, estátuas e castelos.

Choay (2001, p. 98-105) detecta algumas medidas de proteção do patrimônio nacional durante a Revolução Francesa. A primeira teria sido uma medida imediata, alicerçada por atos jurídicos da Assembleia Constituinte revolucionária, que visava proteger os bens espoliados do clero, que se transformam em patrimônio nacional. Um segundo momento, diz respeito a uma política de conservação, cujos procedimentos mais metódicos, foram elaborados visando



enfrentar o vandalismo que causou estragos a partir de 1792, que originaria na criação da Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837.

Choay enumera, ainda, alguns tipos de vandalismos que recaem sobre o patrimônio histórico: roubos, pilhagens, depredações, estes, geralmente, oriundos de contextos de guerras e agitações sociais; os providos de autorização do Estado, como o que ocorreu na França pós-revolução, que ao adquirirem bens nacionais, puderam dispor dos mesmos da forma que lhes fosse conveniente; houve ainda o dispêndio de riquezas nacionais em prol de recursos para financiar os equipamentos militares estatais. É preciso ressaltar que a conservação emana justamente desse mesmo vandalismo estatal, que ao mesmo tempo que autorizou destruições, lançou decretos em prol da conservação de bens patrimoniais.

A partir do século XX, surgem outras visões preservacionistas em outros países, salientando-se a necessidade do estabelecimento de regras internacionais, tendo em vista solucionar os problemas complexos de salvaguarda do patrimônio. Conforme estudos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) surgem então às chamadas Cartas Patrimoniais, “Documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais” (IPHAN, 2013, p. 07).

São exemplos dessas convenções e documentos patrimoniais *As Convenções de Haia de 1899 e 1907 e a Convenção de Genebra de 1949*, relativas à proibição de atos hostis a bens culturais em tempos de guerra; a *Carta de Atenas*, de 1933, redigida no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), cuja seção dedicada à proteção do patrimônio histórico observa que os valores arquitetônicos deveriam ser salvaguardados; e a *Carta de Veneza*, de 1964, redigida durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que reuniu os princípios de uma ampla compreensão dos problemas da conservação e da restauração dos monumentos e do ambiente que os envolve.

Fonseca (1997) observa que ocorre uma mudança de foco na preservação e proteção de bens de valor histórico, em âmbito internacional, logo após a II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945, durante a Conferência de Londres; esse órgão internacional, de caráter governamental, estaria diretamente ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), e tinha por objetivo promover uma política de cooperação cultural e educacional.



Vale lembrar que o processo de institucionalização do patrimônio toma contornos mais expansionistas, do ponto de vista conceitual, após a primeira guerra mundial. Com o intuito de estabelecer uma cooperação cultural entre os povos, a Sociedade das Nações (1919) cria no ano de 1922 a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual<sup>1</sup>, que se reúne pela primeira vez em Genebra, sob a presidência de Henri Bérghson. Essa comissão de intelectuais formada por 11 membros titulares e seis assistentes, reunia à época nomes de peso entre filósofos e cientistas: Bonnevie (zoóloga), Curie (física), Bannerjea (economista político), Bérghson (filósofo), Castro (médico brasileiro), Destrée (literatura), Murray (filólogo), Reynold (literatura), Ruffini (direito), Torres-Quevedo (engenheiro eletro-mecânico) e Albert Einstein (que não compareceu por estar em missão científica no Japão). O objetivo da comissão era o de efetuar uma pesquisa sobre as condições do trabalho intelectual em cada um dos países membro da Sociedade das Nações. O interesse da comissão se estendia à organização internacional da documentação científica (bibliografia corrente e retrospectiva), ao avanço da pesquisa científica, à cooperação internacional na educação, com destaque para as ciências humanas, tidas como pouco articuladas no que concerne à transferência da informação. E para que se iniciasse uma cooperação internacional, era necessário conhecer o estado da arte da produção cultural dos países. Iniciava-se a era dos inventários da produção intelectual, da criação dos centros internacionais de documentação, da propriedade intelectual em geral e científica, em particular, da proteção dos bens culturais. Parece que Henri Bérghson teve grande participação na criação da noção de patrimônio cultural, quando presidiu entre 1º e 6 de agosto de 1922 a *Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle*, instituição precursora da Unesco, criada em 1945, logo após a segunda guerra mundial<sup>2</sup>.

Com a criação da UNESCO, há um deslocamento na discussão sobre patrimônio, que não mais era visto somente como a materialidade das memórias nacionais e pelo seu caráter histórico de maneira isolada, mas deveria ser integrado ao planejamento urbano e territorial e a indústria cultural. É nesse momento que se dá mais uma ampliação da visão patrimonial, com o termo patrimônio recebendo o objetivo de cultural, designando um conjunto de bens culturais, que perpassam pelos aspectos históricos, artísticos e arquitetônicos. Nesse momento surgem às ideias do programa Memória do Mundo (que veremos mais a frente) e de patrimônio mundial, em este representaria:

<sup>1</sup> Cf. Bergson (1922)

<sup>2</sup> Cf. Dodebei (2008)



O legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (UNESCO, 2014).

A partir dos programas criados pela UNESCO, os países ávidos por participarem da “memória do mundo” começam a pensar que objetos seriam os melhores representantes da cultura nacional e qual o papel exercido pela memória nesse processo. Em seus estudos, Halbwachs (1990) considera a memória do indivíduo dependente da memória do grupo, e esta por sua vez dependente tradição, o que nomeia de memória coletiva. Assim, os objetos ou suportes dessas memórias constituiriam o patrimônio cultural, ideia esta que também é, de certo modo, compartilhada pelos historiadores franceses Jacques Le Goff (1984) e Pierre Nora (1993), que vão apontar que não somente os bens materiais, mas os lugares, as comemorações, os aniversários, ou seja, os bens “imateriais”, também representam suportes da memória coletiva.

## 2 O patrimônio arquivístico Digital e sua preservação

Em 2003, a UNESCO promove um novo alargamento do conceito de patrimônio: o patrimônio digital, ao lançar o documento sobre a “Preservação do Patrimônio Digital”, que visa à identificação de conceitos, estratégias, ações políticas e éticas, dentre outras propostas, para gerar um processo de discussão conjunta entre as nações. Também tem apoiado cotidianamente ações culturais, sociais e políticas, além de facilitar programas de digitalização de acervos em várias partes do mundo, o que a torna um importante agente para o processo de patrimonialização, principalmente dos documentos que já nasceram em meio digital. O patrimônio digital tem a seguinte definição da UNESCO:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica, e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. Quando os recursos são criados em forma digital, não existe outro formato além do digital original. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas da Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. (UNESCO, 2013).





A velocidade de substituição da memória interna por suportes externos de informação é inversamente proporcional à segurança com que esses traços passam a ser deixados pelo caminho de uma sociedade, de uma nação. Ou seja, quanto mais avançamos em tecnologia, em especial, os suportes digitais ou binários, menos temos a garantia de que as informações serão corretamente memorizadas e, por conseguinte, adequadamente transmitidas. É certo que há concordância acerca da preservação do passado, especialmente agora, com a rapidez com que se transformam os traços de memória em linguagem altamente frágil de zeros e uns. No entanto, há uma parte dessa memória registrada em suporte digital que vai necessitar de preservação a fim de permanecer disponível às atuais e futuras gerações.

A produção e acumulação de informações em ambientes digitais têm aumentado exponencialmente, e isso se atribui às aplicações de tecnologias da informação e comunicação que aumentam a cada dia, em virtude da facilidade com que se produz, armazena, acessa e troca informações. Com isso surgem problemas para preservar a autenticidade, integridade, confidencialidade, perenidade e disponibilidade dessas informações produzidas e acumuladas em meio digital.

Os suportes digitais permitem acessibilidade e potencializam o uso desse legado sem ameaçar a conservação dos originais. Porém, o crescente uso das tecnologias de informação e comunicação na produção de conhecimento redimensiona o problema da preservação, uma vez que os suportes digitais são, por natureza, mais frágeis e, portanto, são, de saída, ineficazes para garantir a longevidade dos registros, exigindo assim medidas preservacionistas.

Existem várias estratégias de preservação digital desenvolvidas no decorrer dos anos que podem ser classificadas em diversas categorias. Podemos agrupá-las em três classes fundamentais: emulação, migração e encapsulamento: a primeira seria uma estratégia que consiste em transferir as informações armazenadas em um suporte físico para outro mais atualizado antes que o anterior se deteriore ou fique obsoleto para a transmissão dos objetos digitais; a segunda, migração, consiste em transferir periodicamente um objeto digital dentro de uma configuração específica de hardware e software para outra de uma tecnologia mais moderna; e, por último, o encapsulamento, esta estratégia tem como característica, preservar juntamente com o objeto digital toda informação necessária.

A ação mais significativa no que concerne a problemática da preservação de acervos digitais no Brasil foi a reformulação da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, criada em 1994 e em funcionamento a partir



de 2002. A CTDE é um grupo de trabalho multidisciplinar que tem por objetivo definir e apresentar ao CONARQ uma série de diretrizes técnicas e legais sobre a preservação de documentos digitais.

O estudo sobre os documentos digitais envolve diferentes áreas do conhecimento e por isso a CTDE tem uma formação multidisciplinar, com profissionais de arquivologia, ciência da informação, biblioteconomia, tecnologia da informação, administração e direito. Os trabalhos técnicos da CTDE estão organizados em dois grupos: gestão e preservação. O primeiro grupo produziu um glossário de termos referentes a documentos eletrônicos. Além disso, encontra-se em fase final de elaboração uma especificação de requisitos funcionais para sistemas eletrônicos de gestão arquivística de documentos convencionais e eletrônicos. Já o segundo grupo da CTDE, também desenvolveu diversos artigos e apresentações e especialmente a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, adaptada a realidade brasileira, em sintonia com o programa *Memory of the World* da UNESCO. Essa carta foi aprovada pelo CONARQ em 34ª reunião plenária, realizada no dia 6 de julho de 2004 e tem sido objeto de ampla divulgação em simpósios, seminários, congressos e organizações governamentais e privadas.

Neste documento, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) reconhece que, já no início do século XXI, o mundo já estava fortemente dependente dos documentos em mídia digital e que a informação neste formato é extremamente suscetível à degradação física e à obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos. A nova modalidade de patrimônio é definida como: “a informação arquivística, produzida, recebida, utilizada e conservada em sistemas informatizados, que vem constituindo um novo tipo de legado: o patrimônio arquivístico digital”. Cada instituição deve ter um programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais. Ou seja, um novo adjetivo para patrimônio apareceu na última década no Brasil, atrelado a disciplina Arquivologia: o patrimônio digital arquivístico.

A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais. Diante deste quadro, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem estes problemas da preservação digital, e que assegurem a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo. De acordo com a



Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos da CONARQ, cada instituição deve ter um programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais.

Um programa de preservação digital deve contemplar estratégias e metodologias de preservação que levem em consideração os aspectos físicos (suporte / registro físico), lógicos (software e formato digital) e conceituais (estrutura / conteúdo exibido) dos documentos, e os elementos necessários para a produção, manutenção e o acesso a estes documentos, mantendo-os fidedignos durante o tempo e propiciando à população informações de qualidade e no menor tempo possível, ou seja, preservar para dar o acesso.

57

### **3 Arquivo público e o cidadão**

O debate sobre inclusão social e cidadania tem mobilizado, com muita intensidade, a opinião pública, principalmente nos países ocidentais. Estes debates contribuem para produzir diversas modificações nestas sociedades, reconfigurando os procedimentos de constituição da cidadania. Nesse processo, podemos considerar a informação como um elemento primordial.

A cidadania se caracteriza como um conjunto de direitos, sendo a informação entendida como um “direito-meio” da cidadania. Isto significa que ela não é um direito a ser obtido com um fim em si mesmo, mas sua existência é fundamental para a participação cidadã. Embora o direito à informação, por si só, não garanta o pleno exercício da cidadania, sem este direito não é possível conquistar, de forma plena, todos os demais.

No que se refere ao Estado, o direito à informação significa democratizar o acesso às informações públicas. As necessidades coletivas, que visam ampliar a qualidade de vida dos membros da sociedade civil, são os motivadores das políticas públicas que o Estado tem feito uso. Mas conhecer estas políticas é também uma necessidade da cidadania, tanto para julgar sua correção, como para avaliar sua eficiência.

O direito de acesso às informações caracteriza o pleno exercício da cidadania, e configura a “Sociedade do Conhecimento”. Nesse contexto, urge efetivar políticas adequadas, para que o acesso às informações públicas se realize efetivamente. Este texto procura refletir sobre o tema, vislumbrando caminhos neste sentido.

No Brasil, podemos observar a existência de uma cisão entre Estado e sociedade. A questão do acesso às informações públicas é um exemplo disto. Obter informações do Estado,



seja por restrições econômicas, ou por falta de transparência das ações praticadas pelo Estado, caracterizou-se como um problema ao longo dos anos.

No que tange especificamente ao arquivo que é a instituição responsável pelos estoques informacionais da administração pública, esta questão se apresenta sob novos paradigmas. O arquivo deve prover o acesso às informações que estão sob seu controle, guardados os requisitos legais. Entretanto, os esforços dos profissionais para promover a acessibilidade às informações públicas esbarram na falta de uma política pública efetiva a este respeito.

Nos últimos anos, a evolução tecnológica tem contribuído para modificar este cenário. Graças às novas ferramentas informacionais, tem sido menos dispendioso para as organizações prover o acesso aos registros armazenados nos arquivos públicos e privados. Mas isto só foi possível por existirem nestas instituições diferentes profissionais cumprindo adequadamente suas tarefas. Isto, porém, não é suficiente para contemplar esta nova dimensão, que podemos chamar de “comunicacional”, de que se revestem os arquivos. É preciso avançar desde a perspectiva teórica até as ações que, na prática, garantam uma integração efetiva do arquivo com o mundo da informação e da comunicação.

Uma alternativa consequente para efetuar esta proposta, parte da perspectiva teórica elaborada por Jurgen Habermas (1984). De acordo com as reflexões deste pensador, propomos estabelecer o arquivo como um elemento da esfera pública, ativando as condições de acesso às informações públicas, essenciais para a ação política, motor do desenvolvimento da cidadania. Isso permite tornar os estoques informacionais dos arquivos acessíveis ao público, de modo a propiciar que estas informações subsidiem o debate das questões de interesse coletivo.

Tal proposição precisa questionar como as instituições públicas organizam seus registros informacionais, visando atender aos interesses da população. As indagações que se levantam são: Como os arquivos públicos se caracterizam como esfera pública informacional? Os arquivistas podem ser agentes mediadores, capazes de elaborar critérios que venham a disponibilizar os registros informacionais, possibilitando o acesso destes aos cidadãos? E de que modo os arquivos públicos, vistos sob esta configuração, podem auxiliar na construção da cidadania?

Para responder essas questões, é necessário refletir sobre o processo histórico de constituição do espaço público, e como sua configuração atual influencia o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, pretende-se conceber os arquivos como espaços públicos informacionais, funcionando no sentido de colaborar na construção da cidadania.



A ideia de um espaço ou de esfera pública, que represente o campo de atuação dos cidadãos como participantes da sociedade civil, foi examinado por diversos autores. De acordo com Benhabib (1996), existem três concepções diferentes de espaço público. Neste texto desenvolveremos de modo extensivo a concepção de espaço público elaborada por Habermas (1984).

O primeiro modelo é denominado de “tradição republicana”. Origina-se das reflexões de Hannah Arendt (2003), que parte de uma visão apologética do espaço político da cidade grega. Para autora, um dos maiores problemas de nossa atual situação política é a “[...] perda de espaço público nas condições da modernidade” (VIEIRA, 2001, p.52).

Nessa concepção, há uma submissão do político pelo social, representado pela substituição da ação política específica como a que ocorria na ágora grega. A modernidade estabelece uma representação da ação, onde os personagens, em vez de desempenhar de fato seu papel enquanto agentes da esfera pública, apenas se comportam como tais. Nesta representação, os cidadãos desempenham o papel de produtores, consumidores e moradores urbanos, mas não agem como *politikos*.

Com esta interpretação, Arendt (2003), contrapõe a ascensão do social (enquanto grupo de participação na esfera pública) ao declínio do próprio espaço público, no sentido em que este termo havia sido fundado na democracia ateniense. Este modelo de espaço denominado associativo, e que corresponde ao espaço público nos moldes em que se estabeleceu na modernidade, é o resultado da ação dos homens em conjunto. Este espaço poderá se estabelecer em qualquer lugar, desde que haja uma “[...] ação comum coordenada por meio do discurso e da persuasão” (VIEIRA, 2001, p.54).

A questão que se coloca, portanto, não é sobre o procedimento com que se põe em funcionamento um ou outro espaço público, mas a condição em que ambos se estabelecem. Enquanto o “[...] espaço agonístico da polis tornou-se possível pelo caráter exclusivo”, homogêneo e igualitário, na concepção associativa é um espaço que não pode ter seus debates “[...] predefinidos por critérios de homogeneidade moral e política” (VIEIRA, 2001, p.54-55).

De acordo com Vieira (2001, p.52), a concepção de Arendt (2003) é considerada equivocada pelos modernos por dois motivos. Primeiro, porque estabelece uma “[...] visão altamente idealizada da polis”. Segundo, por desconsiderar a característica excludente dessa polis, que não permitia a participação das mulheres, dos escravos e dos estrangeiros.



Embora buscando compreender a ascensão do social em detrimento do político, cuja consequência seria o declínio do espaço público como concebido por ela, Arendt (2003) pretendia estabelecer modelos explicativos, os quais não podem ser compreendidos dentro da atual lógica de funcionamento das sociedades. Basta para isto lembrar que, em nossa atual configuração social, o debate em torno das necessidades cotidianas é central.

O segundo modelo, desenvolvido por Bruce Ackerman e outros, defende o conceito de diálogo público. É denominado de “tradição liberal” e propõe estabelecer uma ordem social justa e estável, definida por um princípio chamado legalista. A centralidade deste modelo gira em torno da legitimidade do poder. Uma vez questionado, o detentor deste poder deverá demonstrar, racionalmente, de onde vem sua legitimidade.

Para o autor, o espaço público é identificado como um espaço de diálogo, onde “grupos primários” participantes desta discussão já conhecem, antecipadamente, quais os seus desacordos. Neste espaço, o debate deve fluir através de “constrangimentos discursivos”, sendo o mais significativo o da neutralidade.

Neste modelo de espaço público, há uma espécie de divisão discursiva de tarefas, pois o que se pode questionar são as questões relativas à justiça distributiva ou políticas públicas. Temas ligados às questões morais, religiosas ou estéticas não podem ser objetos de discussão, devendo ser abstraídos, ou então transformados em questões a serem tratadas pelo Judiciário.

No terceiro modelo, denominado como o espaço público discursivo, desenvolvido por Habermas, o conceito de esfera pública é central. Essa esfera é entendida como a arena de formação da vontade coletiva, o local onde os atores sociais devem defender seus argumentos. É a partir daí que se consolida o processo participativo de constituição da cidadania. Na disputa entre posições, defendida pela lógica racional e argumentativa, o cidadão moderno encontra alternativas para a construção da sociedade (VIEIRA, 2001).

Para Habermas (1984), o conceito de espaço público está relacionado à modernidade. Em seu texto “Mudança estrutural da esfera pública”, o autor descreve o processo que levou esse conceito ao estágio atual, remetendo à discussão da democracia ateniense. As decisões políticas daquela cidade-estado resultavam do debate entre cidadãos, grupo composto apenas por uma parcela da sociedade, a de homens livres do trabalho físico. Apenas por essa liberdade de ação é que lhes era possível dedicar seu tempo ao debate público na ágora.

O surgimento do capitalismo fez da classe burguesa a grande responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado. Ele provocou profundas transformações nas





sociedades, principalmente a europeia e a norte-americana. A condição social a que foi elevada a burguesia produziu os principais movimentos revolucionários neste período, especialmente na Europa, com a Revolução Francesa. A partir daí, com a ascensão da classe burguesa, esta se impõe como nova detentora do poder político.

Contudo, a ação do mercado como configurador da sociedade de tipo capitalista vai determinar também as bases sob as quais se constitui este espaço público. Os interesses econômicos gerados pelo capitalismo exercerão forte influência sobre a atividade jornalística, modificando suas características. Na medida em que passam a despertar um interesse mercantil, as notícias passam a ter preço, transformam-se em produto.

A existência de uma esfera pública independente é condição *sine qua non* para o processo democrático. Para isso, é imprescindível que a população tenha acesso às informações em geral e, mais especificamente, no âmbito deste trabalho, da administração pública e as instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio público brasileiro.

Estas instituições são o que Habermas (1984, p.286), chama de “opinião quase pública” formada por “[...] instituições reconhecidas: elas são autorizadas, oficial ou oficiosamente, enquanto divulgações, anúncios, explicações, discursos, etc.”. Seriam o contraponto às “[...] opiniões formais, institucionalmente autorizadas” (p.284), formuladas pela imprensa.

Para Foucault, em última instância, o que motiva a ação humana é o exercício do poder e por isso seu exercício não está circunscrito ao Estado, mas permeia todas as instituições sociais: escola, família, igreja, por exemplo. “Em qualquer sociedade existem relações de poder manifestas que permeiam, constituem e caracterizam o corpo social e estas não podem ser estabelecidas, consolidadas e realizadas sem a produção, acumulação e funcionamento de um discurso específico” (FOUCAULT, 1980).

O que mudou com o advento da modernidade não foi a natureza humana e sua vocação para o exercício do poder, mas as características do discurso do poder. Do ponto de vista do espaço construído (sobre a arquitetura), diz Foucault:

[...] O palácio, a igreja, a fortaleza se constituíam na santíssima trindade das formas arquiteturais. A arquitetura é manifestação de poder, do rei ou de Deus. Seu desenvolvimento estava centrado sobre estas referências. Então, no final do século XVIII, surgem novos problemas e entre eles a questão da conformação do espaço voltado para fins político-econômicos (FOUCAULT, 1980).



Neste contexto se inserem os arquivos, as bibliotecas e os museus, instituições que podem desempenhar um papel de extrema importância na democratização da informação. Um arquivo é, sobretudo, o repositório legal dos documentos, onde estão registradas as transações dos governos no curso de suas ações. Ele deve disponibilizar os registros sob seu domínio, cumprindo a função de apoio nos debates da esfera pública.

No entanto, é necessário que os arquivos enfrentem as barreiras que dificultam a divulgação qualificada das informações arquivísticas. Uma destas situações é de ordem estrutural, e refere-se à sua condição enquanto ente do Estado. Estabelecer uma autonomia em relação aos períodos administrativos regidos pelas eleições é fundamental para executar suas atividades de modo qualificado, pois o liberta dos condicionamentos políticos-eleitorais e facilita o objetivo maior da informação pública: favorecer ao cidadão mediante o acesso.

Com relação especificamente ao direito à informação, a Lei 12527 (Lei de Acesso à Informação) deveria consolidar o pleno exercício da cidadania propiciado pelo conhecimento obtido pelas informações recebidas dos órgãos públicos e a participação da população na esfera pública alicerçada por dados informacionais da administração pública preservados e disponíveis garantindo assim um direito previsto em Constituição.

#### **4 Considerações Finais**

A constituição de 1988 enfatiza esse direito. Em seu capítulo V, que dispõe sobre a Comunicação Social, o artigo 220 estabelece que “[...] a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição”. A Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, conhecida como “Lei dos Arquivos” apresenta as definições nesse mesmo sentido, por essa lei, em seus artigos 4º e 5º diz que “Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral [...]”.

As informações públicas, oriundas dos documentos produzidos e recebidos nas estruturas administrativas do Estado, são fundamentais para a sociedade no sentido de permitir ao cidadão conhecer os pormenores do governo e parte do seu patrimônio informacional. É somente a partir desses registros que o cidadão compreende o que é realizado pelos seus representantes.

A compreensão da cidadania como um conjunto de direitos desdobrados em direitos civis, políticos e sociais surgiu a partir da visão clássica de Marshall (1967). Esse autor



identifica o acesso à informação como um dos pilares da cidadania; envolve necessariamente a participação social. Numa espécie de círculo virtuoso, a conquista dos direitos da cidadania somente é possível à medida que há mobilização. Essa mobilização, embora ocorrendo de distintas maneiras, de acordo com cada contexto social, acaba desenvolvendo os mecanismos necessários para a conquista de mais direitos, o que por sua vez, volta a mobilizar os cidadãos. Toda essa dinâmica, contudo, precisa necessariamente de um combustível específico: o acesso à informação.

O acesso à informação capacita o cidadão a produzir um juízo a respeito da atividade do Estado. Isso o torna membro efetivo da sociedade, na medida em que ele não vai estar mais limitado à participação passiva diante do Estado, que passa a ser conhecido pelo cidadão mediante o saber de suas decisões administrativas, assim como as informações produzidas pela própria população, ambos sendo registradas em documentos específicos que independe ao suporte.

Com o advento da Lei 12.527 em 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação, houve avanços no sentido de se normatizar o acesso e dar mais transparência a administração pública, utilizando-se como parâmetro o acesso facultado ao cidadão pela Constituição Federal, mas problemas como restrições orçamentárias, burocracia e mecanismos do governo de proteção de seus registros impedem que a Lei possa ser eficaz; outro aspecto que vem sendo salientado atualmente diz respeito à falta de propaganda por parte do governo junto à população sobre o que é a Lei de Acesso e como fazer uso.

Como já comentado anteriormente, as ações do Estado precisam ser objeto de ampla divulgação como forma de propiciar a população o direito a informação pública guardada nos arquivos públicos, e conseqüentemente ao exercício da plena cidadania. É necessário que o Estado informe ao cidadão o que está realizando em seu nome para que os mesmos possam avaliar suas ações e tentar mediante participação ressaltar os interesses da população; soma-se a isso o acesso do cidadão ao patrimônio dos arquivos independente ao suporte.

Por fim, temos avançado em discussões sobre preservação digital, acesso à informação e ao patrimônio público, mas precisamos que órgãos e agências fiscalizem a plena execução das Leis e que tanto sociedade civil como representantes do Estado participem das tentativas de aprimoramento das práticas arquivísticas das instituições públicas e da elaboração de legislação, o que perpassa pelo acesso à informação e pela divulgação em massa das ações dos governos em nome da população que os elegeu.



## Referências

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. 2007. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 4º Ed.

BENHABIB, Seyla. *Models of Public Space: Hanna Arendt, the Liberal Tradition, and J. Habermas*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

BERGSON, Henri. *Écrits et paroles*. Paris: Presses Universitaires de France. Tome troisième, Textes 129, 130, 131 - Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle (1922).

CONARQ – CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos*. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=194&sid=24>.

Acesso em 23 de Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso*. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>. Acesso em 04 de Junho de 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Porto Alegre: Edição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

CHOAY, Françoise. 2001. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: ContraCapa/PPGMS, 2008. P. 11 – 32.

FERREIRA, M. 2006. *Introdução à preservação digital – Conceitos, estratégias e atuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.



FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1980.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

65

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

JARDIM, José Maria. *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: uso e desusos da informação governamental*. 2.ed. Niterói: UFF, 2001.

LE GOFF, J. 1984. Documento monumento. In. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP.

LEI 12.527. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em 03 de Julho de 2014.

LEI 8.159. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em 03 de Julho de 2014.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001

UNESCO. *Programa Memória do Mundo*. Disponível em:<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em 27 de Junho de 2014.



## **O PRETO FOSCO NA CIDADE: A PICHANÇA COMO APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E INTERPELAÇÃO DOS DISCURSOS PATRIMÔNIAIS.**

MARQUES, Bruno Strohmeier

*Aluno de mestrado do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedades da  
Universidade da região de Joinville - UNIVILLE  
bpcontraparte@gmail.com*

MACHADO, Diego Finder

*Aluno de doutorado do Programa em História do Tempo Presente da  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
diego\_finder@yahoo.com.br*

COELHO, Ilanil

*Professora do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedades da Universidade da  
Região de Joinville - UNIVILLE  
ilanilcoelho@gmail.com*

66

### **RESUMO**

Este artigo possui como temática central o estudo de pichações como marcas do espaço praticado, o problema da investigação recai sobre de que forma este uso da cidade se entrecruza com o atual formato de preservação do patrimônio cultural, interpela discursos e aciona um olhar sensível a uma cidade vista de dentro. Os atos cotidianos acabam por evidenciar usos que podem vir a ser problematizados pelos historiadores, trazendo à tona maneiras diversificadas, autorizadas ou não, pela qual a cidade é vivida e experimenta pelos seus habitantes.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Pichação; Vandalismo.

### **ABSTRACT**

The focus of this article is the study about sprayed marks practiced space, the problem of research is on how this use of the city intersects with the current cultural heritage preservation format , challenges speeches and triggers a sensitive look at a city view from inside . The daily acts eventually show uses that may be problematized by historians , eliciting diverse ways , authorized or not , for which the city is lived and experienced by its habitants.

**Key-Words:** Cultural Heritage; Graffiti; Vandalism.





*A história começa no nível do chão, com passos.*  
Michel de Certeau

Caminhar pela cidade pode ser um exercício fascinante para quem se propõe ao estudo do urbano na contemporaneidade, ou no mínimo um desafio um tanto quanto perturbador pela possibilidade de leitura das mais variadas narrativas que compõem a polifonia das diversas vozes que se sobrepõem em camadas nas cidades, narrativas que ora se conectam e ora se distanciam e que, em seu arranjo no cotidiano urbano, provocam nossos sentidos para a experimentação de harmonias consonantes e dissonantes. Atentos às dissonâncias em relação à cidade representada pelos desejos de ordenação da vida urbana, temos nos deparado, quase que a todo o momento, com a sobreposição de marcas que insinuam práticas singulares que subvertem uma determinada ordem estética. Compactuamos, assim, com o interesse do historiador francês Michel de Certeau de “seguir alguns destes procedimentos multiformes, resistentes, ardilosos, e inflexíveis que se esquivam à disciplina sem estar fora do campo onde ela se exerce” (CERTEAU, 1994, p.27). Procurando interpretar a irreverência cotidiana do homem comum de burlar sistematicamente a disciplina disseminada pelos complexos urbanos, alimentamos, assim, um desejo de analisar as relações que se estabelecem entre os pichadores e os complexos urbanos no diálogo com as narrativas suscitadas pelos bens culturais patrimonializados.

Atentar à pichação e ao patrimônio cultural é, antes de tudo, um desafio que implica a aproximação com o estudo de disciplinas que se estruturam em rede, possibilitando a investigação interdisciplinar dos vestígios históricos a partir de uma gama de conceitos e interpretações diversas apropriadas ao objeto de pesquisa. Estender o olhar à escuridão da contemporaneidade (AGAMBEN, 2009) e tentar interpretar os percursos, usos e apropriações que os transeuntes exercem sobre a cidade possibilita a interpretação de um viés histórico ligado aos *usos táticos*<sup>1</sup> dos espaços urbanos. Através destes, o fraco

<sup>1</sup> Michel de Certeau define como tática “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece condição de autonomia. (...) a tática é o movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo... e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global e nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável.



consegue se embrenhar em meio à selva urbana, usurpar suas normas e *profanar* (Cf. AGAMBEN, 2007) os espaços legitimados pelo poder. Sendo assim, não partimos da análise e interpretação dos dispositivos de controle, direcionamos o nosso olhar aos possíveis usos do espaço, à inventividade do homem comum e, conseqüentemente, às marcas que deixa em meio ao complexo urbano.

Levamos em conta as prerrogativas de Maffesoli (2014, p.18), para quem “o ‘divino’ social toma corpo por intermédio de uma emoção coletiva que se reconhece em tal ou tal tipificação”, a formulação de uma comunidade sensível de pichadores, que possuem a singularidade de perceber a cidade como um grande suporte para as suas marcas, ocorre no ato de se identificarem sensivelmente com o meio urbano utilizando do ato vandálico como uma forma expressão. Um dos mecanismos que utilizamos para interpretar as relações entre os pichadores e a cidade leva em conta os atuais espaços cibernéticos, bem como os fluxos comunicacionais em rede que possibilitam aos historiadores novas formas de interpretação das narrativas que se constroem nestes espaços. Levando em conta que as pichações já possibilitam um formato de comunicação em rede e “um tecido infinito de operações” (DUARTE, 2009, p.3), onde o pichador se conecta à cidade e aos transeuntes através de suas marcas, a possibilidade da inserção no espaço cibernético potencializa o alcance bem como a troca de experiências entre os pichadores. Desta forma, nos dedicamos à análise das imagens e comentários realizados no grupo “JLLE DO RETO”<sup>2</sup>, hospedado na rede social Facebook destinada à troca de informações, fotografias e experiências entre pichadores de Joinville.

---

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (CERTEAU, 1994 p. 94-95).

<sup>2</sup> O grupo possui acesso restrito, sendo aberto apenas a pessoas conhecidas e que possuam algum envolvimento com a pichação.



Imagem 1 - “A visão privilegiada de um dedo sujo”.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 14/07/2014. Foto por: Supro<sup>3</sup>.

Uma imagem chamou nossa atenção. Mesmo não ostentando a presença de uma pichação emblemática carregada de um profundo senso crítico, o que propiciaria um amplo debate sobre a relação entre os discursos históricos suscitados na cidade e a irreverência dos pichadores, esta imagem, intitulada pelo seu ator como “A visão privilegiada de um dedo sujo”<sup>4</sup>, retrata o olhar de um pichador sobre a cidade. Em sua escalada para concretizar o “picho”, produz o registro de um olhar alternativo, possível apenas deste lugar particular. Levando em consideração o alto risco no ato de escalar a caixa d’água de uma escola no meio da madrugada, verificamos que o pichador arriscou a

<sup>3</sup> Optamos por relacionar a imagem a tag utilizada pelo pichador, pelo fato da mesma simbolizar um ato criminoso, desta forma mantivemos sigilo em relação ao nome do pichador.

<sup>4</sup> O termo “dedo sujo” configura-se como uma expressão criada pelos próprios pichadores para se referirem aos praticantes da pichação.



sua vida não apenas para deixar uma marca, mas também para compartilhar suas sensações a partir de uma fotografia.

Chamamos a atenção a dois pontos a partir da imagem, a intencionalidade no registro de sua prática e a relação sensível que se estabelece no olhar do pichador com a cidade. O primeiro nos conduz a pensar as potencialidades da comunicação da pichação, onde um pichador, no ato de concretizar seu feito, sente a necessidade em compartilhar não só o seu “picho”, mas também a sensação de satisfação em poder olhar a cidade do topo, mesmo que de forma transgressora. Ainda que arriscando a sua vida, ele percebe, no ato de grafar o seu nome no topo de uma caixa d’água, certo privilégio em relação a quem não faz parte deste grupo.

Russi Duarte (2009, p.3) aponta para a “tensão decorrente da falta de espaço para ‘dizer’ como sendo uma das características que mais apropriadamente define as pichações”. O autor apresenta esta tensão como uma das potencialidades reflexivas para se problematizar a pichação, como se a existência de dizeres nos muros fossem fruto da impossibilidade de espaços concretos para a expressão de sentimentos e sentidos sobre o cotidiano. Entretanto, a partir da imagem reportada, podemos refletir sobre a existência de outros elementos que atravessam esta prática, principalmente referente a relação que se estabelece entre o pichador e a cidade. Se a prática é considerada, de fato, um ato de privilégio que possibilita um momento único e exclusivo na vida de um sujeito, ela expressa não apenas uma ocasionalidade em que um jovem excluído de mecanismos comunicacionais se utiliza dos muros como transgressão de uma disciplina imposta, mas evidencia um formato singular de interação entre o sujeito e a cidade, onde a sua identificação com os espaços urbanos é deflagrada pela presença de sua marca.

Pensar que a pichação pode se resumir a ser explicada pela ausência de espaços de “dizer” pode ser posta em cheque. O espaço cibernético, teoricamente um espaço onde o jovem pode afirmar e declarar abertamente seus sentimentos e experiências de vida, não suprime a prática do “picho”, mas sim potencializa o compartilhamento de vivências. A pichação e a utilização do ciberespaço auxilia na “construção de uma reputação, aparte de



um ato de violência sobre um objeto, nos importa sua execução e a sua representação” (SÁNCHEZ; GRACIA, 2009 p.13, tradução livre).

O segundo ponto se estabelece no campo da possibilidade de entrada numa cidade diversa, protagonizada por aqueles que se apropriam de seus muros como um suporte comunicacional e deixam suas marcas nas madrugadas. A sensibilidade no olhar e na interpretação, nos dá artifícios para compreender um espaço do avesso, este visto pelo pichador do topo de uma caixa d’água. Marcas e sentimentos se revelam no âmbito da subjetividade humana, deflagrando a presença de fantasmas de um passado recente que suscitam outros usos do urbano, reivindicam discursos variados e abrem espaço para interpretações de sentidos múltiplos da história. Cabe ao historiador então a tarefa de:

encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. (PESAVENTO, 2004)

Desta forma mais do que simplesmente uma atitude de vandalismo, de descuido e desrespeito com a cidade, a pichação pode possuir um sentido histórico, uma forma de se relacionar com a urbe e com o patrimônio. Não nos propomos neste artigo escrever uma apologia à pichação, entretanto, a parte que nos cabe é interpretar estas marcas a partir de um olhar mais sensível e visualizar suas possibilidades discursivas e formas singulares de relação com a cidade. Sandra Pesavento (2004) entende esta sensibilidade como:

uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo (PESAVENTO, 2004)

Assim, percebemos que a pichação pode ser considerada um elemento comunicacional urbano, onde o pichador se utiliza dos muros da cidade como um suporte para estabelecer uma relação com os transeuntes e com o próprio meio urbano. Ao se



inserir nesta relação “polifônica” (CANEVACCI, 2011), transmuta o sentido do próprio suporte e:

irrompe o “habitual”, transformando o homogêneo em diferente, isso entendido pela experiência semiótica (semiose), a intervenção – interação – se dá na forma de ação que deforma, modifica e altera, produzindo novos significados pela relação signo-objeto-interpretante no encontro com a heterogeneidade; i.e., aquilo que se apresenta (signo) a uma mente (DUARTE, 2009, p.5)

Sendo assim, nos atentamos aos escritos de Mukarovsky sobre estética para compreender os efeitos que a pichação tem sobre a cidade. Para o autor, o conceito se compreende na “ciência que estuda a função estética, as suas manifestações e os seus portadores” (MUKAROVSKY, 1988, p.119). Justamente esta função se dá a partir da atitude que o sujeito estabelece perante a realidade. Nessa perspectiva, o autor define este ato como uma “prática perante a realidade, o que nos interessa é a influência imediata que sobre ela exercemos. O sentido da nossa atividade? consiste em mudar, de algum modo, a realidade, intervindo nela” (MUKAROVSKY, 1988, p.121). Portanto, o efeito estético tem uma profusão direta na realidade, tanto no ato de criação quanto no de recepção e é uma formulação dialógica entre o ser que constitui uma mensagem e a mente intérprete.

Massimo Canevacci (2011), atento as transformações da cidade contemporânea, irá nos trazer reflexões sobre as redes comunicativas do que ele chamou de “Cidade Polifônica”, um estado onde construções e sujeitos se interconectam mediante um emaranhado comunicacional:

Delineia-se assim [...] uma cidade que se comunica com vozes diversas e todas copresentes: uma cidade narrada por um coro polifônico, no qual os vários itinerários musicais ou os materiais sonoros se cruzam, se encontram e se fundem, obtendo harmonias mais elevadas ou dissonâncias, através de suas respectivas linhas melódicas (CANEVACCI, 2011, p.15)

Desta forma, a pichação através de seu efeito estético constitui-se integrada na trama comunicacional da cidade e pode ser compreendida como um elemento dialógico tanto do seu autor com a urbe, quanto da superfície onde são aplicadas com a cidade e os outros sujeitos. Compreendemos, assim, que este tipo de intervenção urbana se constitui em uma





narrativa acerca da cidade, bem como sua presença deflagra indícios de usos diversos de um meio urbano habitado.

A prática da pichação se enquadra nas atividades de vandalismo, ou seja, é considerada uma “Destruição deliberada do patrimônio cultural” (CHATZIGIANNIS, 2013, p.183, tradução livre), enfeia a cidade e é interpretada como uma atividade inconseqüente de um grupo de transgressores da lei. Para Chatzigiannis (2013, p.185) “O conceito de contexto é crucial para interpretação dos eventos históricos”, visto que ele “É formado por ideias sócio-políticas de uma determinada sociedade e constrói um valor comum.” (CHATZIGIANNIS, 2013, p.185).

Este contexto vai influenciar o olhar que se atribui ao ato de destruição. O que diferencia a prática estabelecida na imagem clássica onde um militante picha um prédio com a frase “abaixo a ditadura” e as reivindicações pichadas pela cidade em meio às manifestações de Julho de 2013 contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, se não o contexto em que elas estão inseridas? Sendo que a primeira é atualmente é utilizada de forma positiva para representar o combate à ditadura e a segunda representa, para muitos, atitudes de vandalismo que depreciam os movimentos de Junho/13. Da mesma forma que para Chatzigiannis, os atos contra as edificações que fortaleciam o antigo regime e a URSS de Stálin são hoje, em um contexto novo, legitimadas como atividades de contestação de um poder retrógrado. A inserção das políticas urbanas em uma lógica de *enobrecimento*<sup>5</sup> do patrimônio cultural faz com que as práticas de inserção de um sujeito através da pichação seja amplamente questionada e duramente recriminada pelos dispositivos do Estado. Desta forma, torna-se necessária a problematização sobre a pichação, procurando compreender suas motivações e as sensibilidades que permeiam esta forma de apropriação dos espaços urbanos.

<sup>5</sup>Para Leite o termo consiste “em um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbana através da acentuação ou transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana voltadas ao uso ou reapropriação por parte das classes médias e altas, que resulta em espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações sócio-espaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes lugares” (LEITE, 2009 p.3)



Em uma incursão pela cidade de Joinville, buscamos fotografar locais patrimonializados que sofreram atos de vandalismo com o intuito de produzir interpretações sobre os vestígios, entrecruzando fontes e bibliografias. Ao nos depararmos com o Cemitério do Imigrante refletimos sobre o que parecia mais ser um “laboratório do vandalismo”. As pichações, como vestígio de um meio habitado, levava a evidencia da presença de sujeitos naquele local para a prática de diversas atividades, possivelmente noturnas, em que as pichações formavam camadas de vandalismo de diferentes temporalidades, o que destoava da composição estética tradicional do espaço.

Assim como as lápides buscavam eternizar a presença de pessoas que um dia caminharam sobre a superfície terrestre, a pichação eterniza (pelo menos até o seu apagamento) a presença de sujeitos que demarcam sua presença naqueles espaços. Em uma atividade territorializante comungam com aqueles que edificam monumentos o desejo pela lembrança. Se para Canclini:

O grafite é [...] uma escritura territorial da cidade, destinada a afirmar a presença e até mesmo a posse sobre um bairro. As lutas pelo controle do espaço se estabelecem através de marcas próprias e modificações dos grafites de outros. Suas referências sexuais, políticas ou estéticas são maneiras de enunciar o modo de vida e de pensamento de um grupo que não dispõe de circuitos comerciais, políticos ou dos mass media para expressar-se, mas que através do grafite afirma seu estilo. Seu traço manual, espontâneo, opõe-se estruturalmente às legendas políticas ou publicitárias ‘bem’ pintadas ou impressas e desafia essas linguagens institucionalizadas quando as altera. O grafite afirma o território, mas desestrutura as coleções de bens materiais e simbólicos (CANCLINI, 2013, p.336-337)

O ato de demarcarem nomes, apelidos ou referências a sujeitos deflagra uma necessidade de evidenciar a passagem de um sujeito que quer ser lembrado naquele ambiente e utiliza os mais variados suportes para exercer este desejo. Ao subirmos até o ponto mais alto do cemitério, nos deparamos com aquilo que pode ser considerado referência máxima de lembrança do espaço, um monumento em homenagem aos primeiros imigrantes “pioneiros” que ali estão enterrados. Entretanto que entendimento este monumento toma na contemporaneidade? Ao ser completamente pichado, os mortos



passam a dividir espaço com os vivos que se utilizam do cemitério para outros fins, o que é uma convivência própria da sociedade contemporânea onde tempos distintos convivem entre sujeitos e patrimônio. Essa relação é expressa em um monumento que se apresenta em camadas, e que as tentativas de não se esquecer de um passado seletivo divide espaço com as contingências cotidianas dos sujeitos comuns.

Imagem 2 - Cemitério do Imigrante.



Fonte: Acervo pessoal do autor (07/08/2014). Foto por: Bruno Marques

Ainda nas pistas de interpretar pichações que se estabelecem em uma relação dialógica com as narrativas históricas da cidade, nos deparamos com uma intervenção realizada nos muros da “Cidadela Cultural Antártica” em Joinville. Diferente das anteriormente analisadas, esta pichação possui um sentido semântico explícito. Obviamente ela simboliza a passagem de um sujeito desconhecido pelo espaço profanado, entretanto a pichação não demarca apenas a presença de um pichador no espaço, mas também um sentido narrativo que não interpela um patrimônio cultural em si, mas um discurso histórico produzido em meio à cidade.

Os dizeres “Nascer, trabalhar, morrer” e “outro mundo é possível” grafados nos muros da cidadela, implicam em uma crítica às lógicas organizacionais de uma cidade supostamente voltada para o trabalho. Diego Finder Machado afirma que através do



processo pedagógico das festividades do sesquicentenário o processo linear da história joinvilense levaria todos os seus moradores a um futuro grandioso. Desde os primeiros imigrantes que ergueram a cidade a partir do nada até a tentativa de “impelir as pessoas a tentar superar este passado de agruras na construção de um mundo melhor para se viver, que se imaginava em um pensamento bastante otimista, possível em tempos futuros” (MACHADO, 2009, p.95), buscou-se constituir uma narrativa, onde a grandeza da cidade se daria pela entrega disciplinar ao trabalho duro.

O ato vandálico evidencia como as narrativas que atravessam os monumentos históricos podem ser interpeladas pela ação do homem comum, que se apropria muitas vezes dos antigos discursos históricos e através de sua intervenção atribui um sentido que para o interventor represente melhor uma fala possível. Fica evidente que para o pichador os monumentos que construíram uma narrativa pedagógica (MACHADO, 2009) não fazem coro as memórias e vivências protagonizadas por ele em meio a cidade. Homogeneizar a problemática do vandalismo é desconsiderar as invenções cotidianas do sujeito comum, suas reivindicações e desejos.

Assim, a intencionalidade discursiva acionando heranças culturais que tem como base a lógica do trabalho, pode ser posta em cheque a partir do momento em que uma intervenção urbana nos evidencia sujeitos que não foram assujeitados por este discurso. A pichação é novamente um sintoma de uma cidade praticada de outra forma, onde uma parede não representa apenas um mecanismo para separar aqueles que estão dentro de um determinado espaço daqueles que estão do lado de fora, mas espaço de divulgação de ideias e elemento comunicacional de memórias de pichadores. Em sua profusão estética esta pichação busca evidenciar uma memória não retratada nos patrimônios da cidade, suscitando a crítica diante de vivências, cuja única lógica entre o nascer e o morrer é a do trabalho, bem como evidenciar a possibilidade de existência de um formato organizacional novo, uma nova possibilidade de mundo, que subverta a lógica do trabalho e da disciplina.



Imagem 3 – “Nascer, trabalhar morrer e Outro Mundo é possível”



Fonte: Acervo pessoal do autor (12/08/2014) foto de: Bruno Marques.

A apropriação dos monumentos configura-se como uma apropriação em nível tático, ou seja, desprovido de um espaço instrucional ou próprio, o sujeito busca na inventividade do cotidiano linhas de fuga para as disciplinas impostas e as apropriações de nível tático se adentram no campo demarcado pela disciplina e subvertem a lógica proposta. Desta forma, a narrativa que atravessa o monumento, enquanto uma prerrogativa institucional que deflagra uma intenção política, é fundamental para se compreender a fundo a intencionalidade e a forma que as narrativas históricas são interpeladas pelos sujeitos do cotidiano que taticamente buscam uma identificação maior com o espaço que permeiam.

Retornamos a Michel de Certeau em seus apontamentos as manifestações que desestabilizaram Paris durante o Maio de 68, o historiador envolvido pelo turbilhão que pairava sob a França, acentua principalmente a importância simbólica que as revoltas terão sobre o país:





Revolución simbólica, pues, sea a causa de lo que significa mas do que lo hace, sea la causa do que impugna las relaciones para crear otras, las auténticas. además el símbolo es la indicación que afecta todo el movimiento en su práctica e en su teoría (CERTEAU, 1995 p.32)

A interpretação nos leva a crer que as ações de pichadores podem elucidar narrativas nos campos simbólicos, ao interpelarem e se apropriarem dos espaços patrimonializados e ao questionarem e burlarem as normativas institucionais. Os pressupostos de uma bonança homogênea patrimonial são questionados a cada ato vandálico, que simboliza muito mais do que a ação real, assim como as atividades protagonizadas nas manifestações de 68 interpelaram as instituições francesas e possuíram um significado muito mais profundo do que aparentavam. O valor simbólico de um ato vandálico é carregado de memória e desejos, de identificações e relações (muitas vezes afetivas) com o espaço.

## REFERÊNCIAS:

AGAMBEM, Giorgio. Elogio da Profanação. In: \_\_\_\_\_. *PROFANAÇÕES*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2013.

CANEVACCI, Massimo. *A Cidade Polifônica: Ensaio Sobre a Antropologia da Comunicação Urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 2011.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, ed.20, 2013.

\_\_\_\_\_. Una revolución simbólica. In: *La tomada de la palabra y otros escritos políticos*. Mexico: Universidad Iberoamericana, 1995.

\_\_\_\_\_. Andando na Cidade In.: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 23, 1994.





CHATZIGIANNIS, Dimitrios. Rethinking Vandalism: Alternative Interpretations of Deliberate Destruction of Cultural Heritage. *E-conservation the online magazine*. no. 25, p. 182 – 195, spring 2013.

DUARTE, Pedro Russi. *Estética comunicativa das pichações*. In: XVIII ENCONTRO DA COMPÓS, 18. 2009, Belo Horizonte. Artigo.

LEITE, Rogério Proença. Cultura urbana contemporânea y el patrimonio ennoblecido. In.: *Asociación Latino-americana de Sociología - ALAS*. Buenos Aires, 2009.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelo passado? Seduções Nostálgicas em uma Cidade Contemporânea. (Joinville, 1997-2008)*. Dissertação: - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades em Confronto: o vandalismo contra o patrimônio cultural em cidades no tempo presente. In: *Anais do 2º SIMPÓSIO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE*. Florianópolis: 2014.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: O Declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MUKAROVSKY, Jan. O Significado da estética. In.: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre estética e semiótica da arte*. Lisboa: Estampa, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*. In.: < <http://nuevomundo.revues.org/229>>, 2004. (Acessado em: 26/08/2014)

SÁNCHEZ, Mario Jordi; GRACIA, Francisco Aix. *El vandalismo como fenómeno emergente em lãs grandes ciudades andaluzas*.



## **PRAÇA DA GRAÇA EM PARNAÍBA (1964-1985): PATRIMÔNIO E MEMÓRIA**

AFONSO, Alcília

*Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPHGB/UFPI*  
kakiafonso@hotmail.com

MEIRELES, Ísis

*Estudante do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI*  
isismeireles@ufpi.edu.br

93

### **RESUMO**

O presente artigo aborda as transformações urbanas ocorridas no cenário da Praça da Graça e seu entorno imediato. Constitui-se como um lugar de memória, ponto relevante na construção de espaços sustentáveis que podem ser alcançados através da reutilização e revitalização do patrimônio histórico existente.

**Palavras-chave:** Praça da Graça. Patrimônio. Memória

### **ABSTRACT**

This article discusses the changes occurring in the urban scenario of Grace Square and its immediate surroundings. It serves as a place of memory, relevant point in building sustainable spaces that can be achieved through reuse and revitalization of existing heritage.

**Key-words:** Praça da Graça. Heritage. Memory

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho, intitulado Praça da Graça em Parnaíba (1964-1985): Patrimônio e memória trata da dimensão material e imaterial na preservação da memória e na sustentabilidade no cenário da Praça da Graça, localizada na região litorânea do Estado do Piauí, centro histórico do município de Parnaíba, no período citado.

Possui como objeto de estudo o espaço delimitado pela Praça de Nossa Senhora das Graças, ou Praça da Graça, seus equipamentos e configuração urbana durante o período de sua formação, que se consolidou como lugar de memória na sociedade parnaibana.



Na figura 01 apresenta-se o mapa do logradouro, juntamente com a posição das ruas que a cercam em relação ao norte geográfico e cujos perfis defronte à praça serão alvo de análise desse trabalho.



Figura 01 – Localização da Praça da Graça  
Fonte: Google Maps 2013, com modificações da autora.

Estabeleceu-se como recorte cronológico para o eixo temporal, o período ditadura militar no Brasil, época em que ocorreram substanciais transformações físicas, políticas e sociais. A cronologia escolhida possibilitou vislumbrar o passado e o tempo presente, historicizando as múltiplas alterações no sítio em estudo até o fim do recorte temporal. A praça apresenta dois momentos distintos de configuração urbana.

O primeiro momento corresponde à morfologia do traçado e seu entorno, consolidada nas décadas de 40-50 e que perdurou até o início dos anos 80. Ao final do recorte cronológico, acontece um remodelamento, segundo momento de traçado e forma espacial, que modificou o desenho da Praça da Graça completamente, refletindo no logradouro e em seu entorno as mudanças sociais e urbanas do período. Essa última forma se encontra com poucas alterações e permanece até a contemporaneidade.

*Praça para Caldeira* (2007) pode ser compreendida como espaço de confluência, de caráter simbólico e de ordenamento urbano do município. É um objeto formal enquanto desenho e traçado, funcional associado ao uso e alterações na função do logradouro e simbólico pelo vínculo com a memória coletiva dos habitantes do local. Constitui-se, portanto, de um



logradouro onde se refletiam os hábitos e costumes vivenciados pela população parnaibana no período abordado.

Essa pesquisa nasceu da inquietação, enquanto cidadã parnaibana, de compreender e conhecer melhor as alterações de um cenário constantemente rememorado e narrado por seus conterrâneos. Buscou-se, dessa forma, compreender as relações entre o desenvolvimento formal, funcional, e simbólico da Praça da Graça no período estudado.

O conjunto escolhido integra a Paisagem Urbana Histórica de uma cidade de potencial turístico e econômico para o Piauí e vizinhança, sendo parte integrante do Conjunto Histórico Praça da Graça, tombando pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, no ano de 2008. Entende-se por Paisagem Urbana Histórica a definição utilizada pela UNESCO no preâmbulo de “Recomendações sobre a paisagem histórica urbana” que a considera resultado da sobreposição de valores e atributos culturais e naturais de um local, estendendo o contexto urbano para além de seu centro histórico.

A pesquisa possibilita também, dar maior visibilidade à Praça de Nossa Senhora das Graças e as edificações históricas do seu entorno, inserindo-as no cenário das discussões sobre as relações entre poder, arquitetura, urbanismo e sociedade, numa perspectiva histórica e arquitetônica.

Para Sandra Pesavento (1999) intervenções que transfiguram o traçado urbano e a arquitetura da cidade possuem uma conotação e um sentido, não se limitando apenas a modificações formais, mas intencionando atingir “sociabilidades e valores do povo.” Portanto, se faz necessário, para esclarecer as questões expostas acima, investigar as relações políticas e as transformações econômicas cujos sinais encontram-se nas modificações espaciais e formais da paisagem estudada.

A metodologia utilizada trabalhou com dois métodos: O da pesquisa histórica e a pesquisa arquitetônica e urbanística. A pesquisa histórica, concordando com o pensamento de Benévolo (1984) possui natureza funcional sendo essencial para o entendimento de um objeto analisado: “O esclarecimento do processo que levou à situação atual constitui na verdade uma premissa indispensável para abordar essa situação de maneira realista” (BENEVOLO, 1984).

O método da pesquisa arquitetônica e urbanística utilizado foi apresentado por Serra (2006) em seu livro Pesquisa em Arquitetura e urbanismo / Guia prático para o trabalho de



pesquisadores em pós-graduação e fundamenta a análise de componentes arquitetônicos e urbanos em sistemas e processos. Sistemas no que se refere à delimitação do objeto e de seus componentes e processos relacionando com as sucessões dos diferentes estados do sistema. Nessa pesquisa considera-se a Praça da Graça como sistema e buscar-se-á compreender os processos pelos quais ela passou.

Recorreu-se às edições do Almanaque de Parnaíba, registro dos hábitos, acontecimentos e história da sociedade parnaibana. Utilizaram-se também os dossiês de tombamento sobre o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, realizados pela 19ª SR PI (2008), seção regional do IPHAN no Piauí, cujo contato permitiu um aprofundamento maior no referente ao Conjunto Histórico da Praça da Graça e de seu entorno, bem como sobre a história e historiografia da cidade de Parnaíba.

O conceito de lugar utilizado nesse trabalho é, segundo Roberto Ghione (2013) algo espacialmente delimitado, fixo e baseado “em variáveis de permanência como a geografia, o clima e determinadas práticas e comportamentos sociais”. É também Lugar, enquanto espaço, constituinte de um cenário de sociabilidades, pois, segundo Maurice Halbwachs (1990) uma sociedade só se desenvolve em um enquadramento espacial. Não há como pensar um acontecimento sem referência a uma localização. Assim, o lugar faz parte da existência constituída de coisas (cor, textura, forma, material). Logo o lugar é um fenômeno qualitativo espacial (SHULZ, 2006). Lugar refere-se, então, à inserção da Praça na cidade. A arquitetura e o Urbanismo em sua dimensão formal “materializam” (GHIONE, 2013) e transformam os valores temporais e culturais, que surgem com a apropriação social do lugar, em determinada temporalidade.

A Praça da Graça deu início à vida urbana de Parnaíba. Espaços públicos são ricos em valores simbólicos e registram fatos urbanos que constituem a cidade como um todo, constituindo a memória coletiva de uma sociedade.

Logo, a Praça é considerada lugar de memória, segundo Pierre Nora (1993) por possuir as três dimensões que definem esses espaços: simbólica, funcional e material. Além de permitirem a diversificação de usos, sua finalidade primordial é o convívio de seus habitantes por meio do contato visual e interpessoal (SENNETT, 1998).



A arquitetura e a paisagem também integram a memória por sediarem os acontecimentos e assim essa memória coletiva se espelha na transformação do espaço realizado pela coletividade. “A cidade é por si mesma depositária de história” (ROSSI, 1998).

O potencial turístico inato a centros históricos deve ser desenvolvido de maneira sustentável incorporando a população local e, a partir do estudo do passado, se obtêm subsídios para intervenções eficazes, sustentáveis e historicamente fundamentadas.

O presente trabalho visa contribuir para a história urbana estimulando novas pesquisas no âmbito da paisagem urbana histórica, de conjuntos históricos piauienses, através do estudo das transformações arquitetônicas ocorridas no logradouro da Praça da Graça, em Parnaíba, e de seu entorno, da análise das mesmas e do contexto em que ocorreram, construindo uma narrativa historiográfica acerca do objeto de estudo no recorte temporal proposto.

Qualificar a Praça enquanto equipamento urbano implica qualificá-la através dos condicionantes históricos, arquitetônicos e sociais, relacionando o patrimônio edificado à consolidação da identidade de uma sociedade.

## **GÊNESE DA PRAÇA: HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Sobre a gênese parnaibana, Araújo (2002:103) afirma que a Praça da Graça “Nascia nos idos de 1761” a partir de um cruzeiro primitivo locado inicialmente “no espaço coberto de mata”. Caldeira (2007) considera, a partir da observação cartográfica da Vila de São João da Parnaíba o logradouro estudado como uma praça formal, criada a partir de um traçado quadriculado e racional, onde é possível perceber praças de usos diferenciados e específicos, a exemplo da colocação do pelourinho num quadrante após o largo da matriz.

Ao longo dos anos o espaço estudado possuiu várias denominações. A primeira foi Lagoa da Onça, nos tempos de feitoria do Porto das barcas, ao final do séc. XIX. Em seguida, na década de 1920 chamou-se Largo da matriz. Nos anos 30 intitulou Largo Municipal, posteriormente, Praça Municipal. Em meados de 1937 era Jardim de Landri Sales e por fim, Praça de Nossa Senhora das Graças, a Praça da Graça em homenagem a padroeira da cidade (SILVA, 1987).





É atribuída a Nestor Gomes Veras (1917-1920), durante seu governo como Intendente Municipal, a criação da Praça em análise. Porém, já no governo do Intendente Coronel Constantino Correia (1913-1914) existiram iniciativas de organização urbana (MELO, 2011). Dez anos após o governo de Nestor Veras, Ademar Gonçalves Neves, comerciante e professor de Inglês, era nomeado Prefeito Municipal da cidade, no ano de 1931, governando até 1934 (FREITAS, 1984). Ademar foi o responsável pelo ajardinamento das praças, calçamentos e limpeza pública. Em sua gestão, construiu o "Jardim Municipal" ou "Jardim do Rosário" (SILVA, 1987), que compunham o espaço da atual Praça da Graça.

Na década de 30 a Planta arquitetônica com o desenho do traçado e sua construção ficaram a cargo do engenheiro João Aragão (SILVA, 1987) que produziu uma morfologia de formas geométricas de percurso, favorecendo a criação de áreas recobertas de grama, com a disposição ordenada de árvores de médio porte, principalmente palmeiras, livres de obstáculos visuais. O paisagismo era constituído predominantemente de plantas rasteiras. A ausência de sombreamento com árvores de grande porte garantia maior visibilidade ao desenho e às construções do entorno, revelando um vazio no centro urbano, tornando a praça, em confronto com a massa edificada dos outros quarteirões, de proporções monumentais.

Na figura 02 o monumento de Independência se faz presente na imagem como ponto de interseção de múltiplos passeios, atuando como ponto focal da Praça, símbolo vertical de convergência.

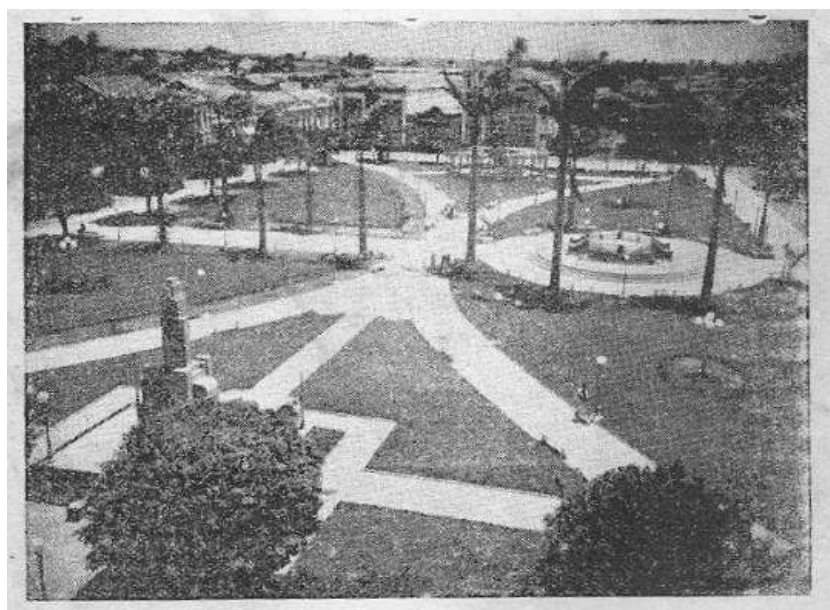


Figura 02 - Jardim Landri Sales em 1938



Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1938, p. 245.

As décadas de 1940 e 1960 são constantemente lembradas por diversos escritores que entre outros elogios afirmam que:

O jardim de Landri Sales e o Rosário, cujas flores multicores, com odores inebriantes espargindo-se no ar, alegravam a vida dos transeuntes. Dado a sua beleza juvenil foi considerada uma das mais belas praças do nordeste e sala de visitas de nossa Parnaíba. Alguém deve lembrar a viçosa e bela mangueira da praça. Confidente de tantas juras de amor, feitas a sua sombra nas tardes claras e ventiladas do verão, perpetuando sonhos. (ARAÚJO, 2002, p. 67)

São desse período as lembranças das retretas com a banda municipal, novenários da padroeira, curso carnavalesco, concentrações cívicas, comícios políticos, desfiles de estudantes, passeatas. No início da década de 60 a praça passou por mais uma reforma, promovida pela prefeitura em parceria com a Associação Comercial de Parnaíba. O traçado sofreu novas reestruturações e um relógio no alto de uma coluna.

### **PRAÇA DA GRAÇA: ANÁLISE DE PROJETO (1º MOMENTO)**

Igualmente como o texto constitui uma linguagem com mensagens e significados, as fontes visuais podem ser consideradas itens constituintes de um discurso expresso em um código diferente da narrativa escrita.

Foram feitas simulações da planta da antiga da Praça e seus dois jardins, baseadas na observação de fotografias presentes no acervo iconográfico estudado, que serão analisadas histórica e arquitetonicamente a partir desse momento. Foi realizada uma reconstituição bidimensional desse momento histórico urbano, com o traçado inicial dos dois logradouros, separados por uma importante via atualmente extinta, a Rua da Glória.

Criado ainda nos anos 20, foi incorporado a extensas áreas verdes gramadas e caminhos semicirculares entrecruzados, componentes do projeto. Possuía amplos passeios laterais e a intersecção dos semicírculos que formam uma figura semelhante a um triângulo, onde, em sua centralidade, se destacam diferentes locais de contemplação e sociabilidade, a pérgula de ferro e o monumento da Independência. Fora da centralidade do retângulo espacial encontra-se locado o coreto, defronte à Igreja Matriz.

Os elementos de ferro tais como a pérgula, o coreto e os postes de iluminação foram inseridos no território da Praça durante o período de prosperidade econômica que permitiu a



inserção da cultura urbanística e paisagística praticada centros europeus. A então denominada arquitetura metalúrgica ou estilo Art Nouveau, foi implantada na cidade em diversas formas construtivas e decorativas, sendo a origem principal a Inglaterra, até pela presença e influência de famílias inglesas em Parnaíba como era o caso dos Clark e da empresa Marc Jacob.

A figura 03 apresenta a reconstituição do traçado de maneira bidimensional.

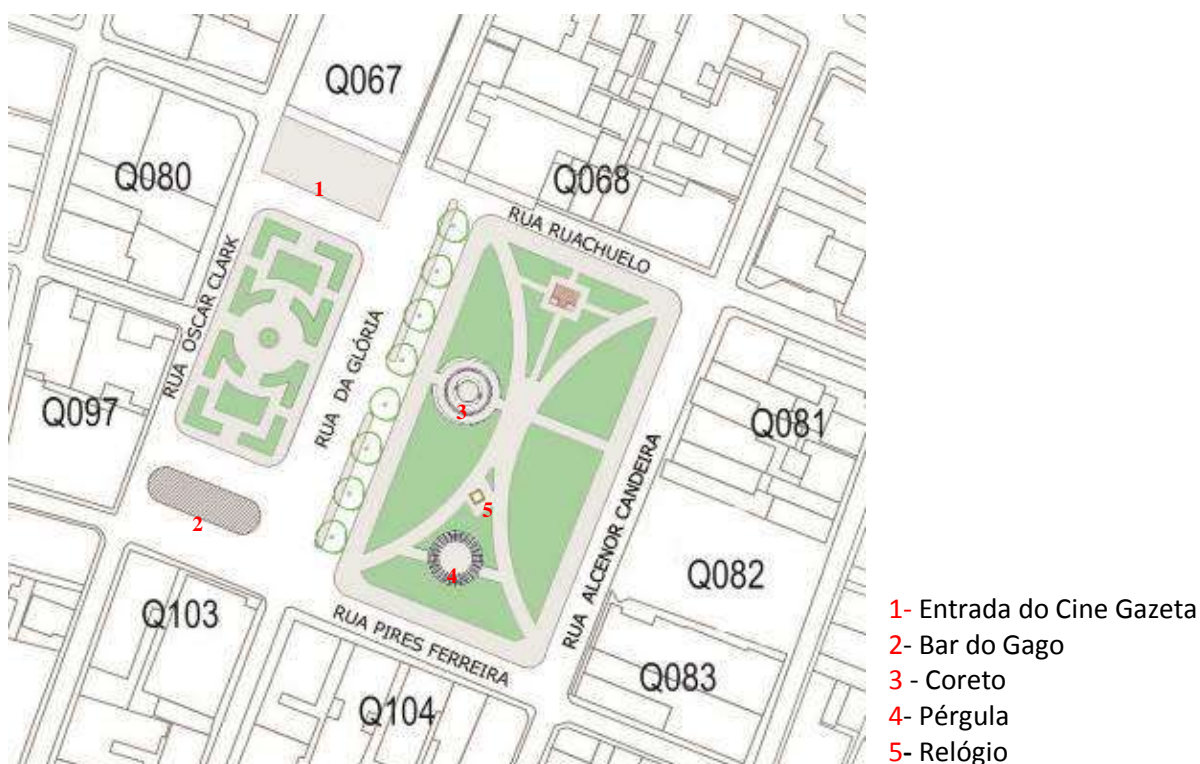


Figura 03– Segunda configuração do Jardim do Rosário e Largo da Matriz  
 Fonte: MEIRELES, 2013

No Largo do Rosário, observa-se em seu espaço central considera-se o traçado geométrico de múltiplos caminhos, semelhantes a um labirinto, que transformam a travessia em local de encontro. Seu traçado era marcadamente geométrico, formal, racional e clássico que insere a estética urbana como “símbolo de uma ordem social e governamental”. Em contraste com os quarteirões edificados de influência colonial, a geometria plana das Praças facilitava a aglomeração de multidões e dava visibilidade a quaisquer manifestações, uma vez que muitos edifícios institucionais e socialmente relevantes encontravam-se ao redor desse vazio urbano (CALDEIRA, 2007).

Os desenhos apresentados, salvo as diferenças temporais e estéticas, denotam e referenciam a praça do conhecido como “período de progresso econômico e intensas trocas



comerciais”. Lepetit (2001: 148) em seu texto sobre lugares urbanos e memória coletiva afirma que “Já que todas as condutas do grupo são cristalizadas por hábitos, elas registram configurações espaciais passadas”. Assim, o sítio apresentado configuraria o espaço das relações sociais da primeira metade do séc. XX, rompida ao final dos anos 70, onde se materializaram as mudanças da sociedade parnaibana no período.

### **A NOVA PRAÇA DA GRAÇA (2º MOMENTO)**

O modernismo possuía em sua essência a ideologia de se diferenciar de antigas tradições, especialmente com o movimento anterior de historicismo, buscando inovar nas construções e no comportamento social.(CAVALCANTI, 1999:180) Foi escolhido como estilo nacional, entre outros fatores, por encontrar-se em sintonia com o que acontecia no cenário internacional, o desenvolvimento de novos sistemas estruturais e indo de encontro com a necessidade formal de “um Estado que se queria novo” (CAVALCANTI, 1999:182) como ocorria no período, sobretudo no governo de Getúlio Vargas.

No período estudado, muitas edificações que compunham o entorno imediato da Praça da Graça foram derrubadas para dar espaço às novas construções modernas, à exemplo da tipologia institucional adotada, de características pré-estabelecidas e materiais mais avançados. Isso porque para os expoentes do modernismo internacional, Gropius e Le Corbusier “a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com a sociedade anterior” (CAVALCANTI, 1999:180).

As rupturas mais intensas na paisagem urbana estudada ocorreriam a partir do governo de João Batista Ferreira da Silva. Recebeu a cidade com os logradouros públicos bastante deteriorados. A Praça que anteriormente já havia sido uma das mais belas encontrava-se em situação precária de uso ou de proporcionar lazer à população. Era iminente e necessária uma grande reforma. Partindo dessa necessidade e sem recursos para ser executada pela administração municipal, o prefeito firmou um convênio no valor de seis milhões de cruzeiros em 1979 destinados à reconstrução da praça com o Governo do Estado (SANTANA, 1982). Essa reforma constitui-se em um dos principais acontecimentos municipais no período e será analisada mais profundamente no item a seguir.



Baseada nas concepções modernas de desvinculação com o passado para realização do novo projetou-se uma praça completamente distinta da anterior, palco das memórias coletivas por sediar importantes acontecimentos históricos. Isso alterou significativamente a relação de identidade dos usuários com o local. O projeto aprovado pela Secretaria de Obras foi encomendado junto ao tradicional escritório Borsoi, em Recife. Com as obras já iniciadas pela construtora Engene, notou-se que a nova praça não atendia as exigências em contrato, mas, segundo Silva (1978) o real motivo para a total demolição foi a leitura errônea do projeto. Uma vez descoberto o erro, se fez necessário o desmanche do serviço acarretando a destruição.

Em seguida, deu-se a paralisação das obras por falta de recursos. No dia 30 de agosto de 1979 aconteceu um incêndio criminoso provocado por estudantes e populares, com apoio de adversários políticos do prefeito. Os tapumes que cercavam a obra da praça foram incendiados em afronta à paralisação dos serviços. (SANTANA, 1982)

A praça original dividida em duas partes e que possuía enorme apego sentimental pela população daria lugar a um projeto do Design Gerson Castelo Branco, completamente distinto inserido no contexto de modernização.

A nova proposta urbana priorizou a concepção moderna de praça como espaço livre, de circulação e área verde (CALDEIRA, 2007). Os dois jardins deram lugar a um lago artificial iluminado com duas plantações de pau Brasil. O autor do projeto utilizou-se de elementos típicos da concepção modernista, como as placas de concreto utilizadas na passarela sobre espelhos d'água e fontes. Após essa transformação, a praça permaneceu inalterada até o ano de seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN no ano de 2008.

A figura 04 contém a planta baixa do projeto. Em vermelho encontra-se identificado o monumento da independência e em cinza escuro, mais abaixo na imagem foi construído um quiosque.

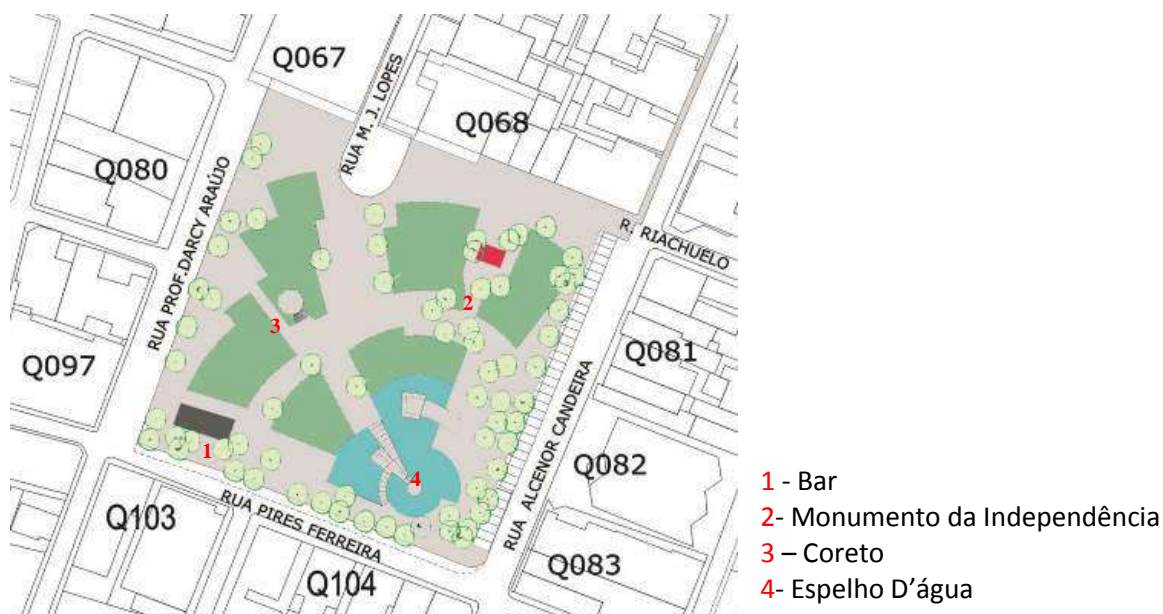




### CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 93-107



103

- 1 - Bar
- 2- Monumento da Independência
- 3 – Coreto
- 4- Espelho D'água

Figura 04. Nova Praça da Graça – Planta Baixa  
Fonte: MEIRELES, 2013

## DISCUSSÃO: O NOVO, O ANTIGO NA PRAÇA DA GRAÇA

Faz-se necessário apreender as transformações através do estudo das modificações identificadas para compreender de que maneira se formulou a paisagem urbana do objeto de estudo, paisagem esta a ser conservada para as próximas gerações através do instrumento de Tombamento na esfera do poder público federal.

No primeiro momento de formação do Logradouro Praça da Graça a atividade comercial da cidade encontrava-se em ascensão, logo no início do séc. XX, devido às trocas comerciais e exportação de produtos e matérias primas. Essa intensa movimentação financeira na cidade interferiu no processo de urbanização da praça, enquanto equipamento público, através da implantação de elementos símbolos como o coreto (proveniente do exterior), a pérgula, o relógio e na própria manutenção dos canteiros, ornamentação de seus jardins e demais equipamentos urbanos, como os postes de iluminação, também importados da Europa.

No segundo momento, já no recorte temporal analisado, observa-se a ruptura do local de memória, juntamente com a quebra da identificação do local com a sociedade através do projeto de reforma inovador, não aprovado afetivamente pela sociedade local.





O patrimônio cultural que outrora consolidou a identidade da sociedade parnaibana em determinado período deu espaço para novas concepções arquitetônicas que foram apropriadas de maneira diferente, constituindo com o passar dos anos outro local de memória, também constituinte da identidade parnaibana.

O conceito de sustentabilidade urbana não abrange somente as questões ecológicas e de consumo de recursos não renováveis, mas também interfere nas relações sociais humanas uma vez que significam o suporte físico dos indivíduos. (SENIGE, 2009). Ao longo dos anos os espaços públicos foram menosprezados pela administração pública. Esse processo resultou numa falta de equidade e na polarização da cidade, gerando um ciclo de degradação social e ambiental, uma fragmentação do passado local, distanciando sociedade de memória e a cidade deve pertencer aos seus usuários. (FURTADO, 2012)

Reduzir o uso de novas terras e promover uma estrutura compacta para a cidade são pontos relevantes na construção de espaços sustentáveis e podem ser alcançados através da utilização, reutilização e revitalização do patrimônio cultural e histórico existente. Não se trata de manter as edificações dentro de uma ordem estática e sim tornar o local um passado contínuo, lugar onde o pretérito ajuda a definir o presente uma vez que os prédios mais antigos nos dão um lugar ou uma ancoragem no tempo. (GOLDBERGER, 2011)

## CONCLUSÃO

A partir do exposto, conclui-se que as diversas modificações urbanas e arquitetônicas ocorridas nas décadas de 70 e 80 faziam parte do pensamento moderno de desvinculação com o passado para realização do “novo”. Essas alterações foram feitas com o sentido político de imprimir sua marca em um logradouro importante da cidade, perpetuando os feitos de uma gestão. Foram realizadas também com a intenção de demonstrar a prosperidade econômica da cidade recuperada após uma intensa crise financeira devido ao declínio do comércio, atrelado ao desuso do transporte naval.

A região analisada, inserida no bairro berço da cidade de Parnaíba, possuía a Praça como ponto focal da cidade. Passou por inúmeras intervenções que levaram às descaracterizações e retiradas de itens de valor sentimental e histórico, devendo ter sua história preservada. A memória de um local repleto de fatos históricos é vital para a compreensão da transformação social.



Considerando a carência de informações sobre o desenvolvimento histórico das cidades do Piauí em sua totalidade, é necessária ampla investigação e documentação do que se refere ao desenvolvimento urbano e arquitetônico de seus centros populacionais antigos. Uma das dificuldades encontradas durante a investigação desse trabalho foram as fontes, muitas vezes imprecisas e não catalogadas de maneira organizada, dificultando o trabalho do historiador. Algumas iniciativas pontuais visam preencher as lacunas da história da arquitetura piauiense, tais como, por exemplo, a publicação da série de cartões postais retratando elementos arquitetônicos históricos do Piauí, entre outros títulos, realizada pelo Grupo de pesquisa Amigos do Patrimônio, além das investigações do programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Entretanto, são necessárias estratégias mais eficazes de divulgação do patrimônio material e imaterial piauiense e táticas mais abrangentes de educação patrimonial.

O resgate da memória de um local repleto de fatos históricos é vital para a compreensão da transformação social. O potencial turístico inato a centros históricos deve ser desenvolvido de maneira sustentável incorporando a população local e, a partir do estudo do passado, se obtêm subsídios para intervenções eficazes, sustentáveis e historicamente fundamentadas.

O presente trabalho não conclui, nem encerra as discussões sobre a Paisagem Histórica Urbana da Praça de Nossa Senhora da Graça, mas antes, aponta caminhos e abre lacunas que deverão ser preenchidas por novas investigações sobre o patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico do município de Parnaíba.

## REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Editora Ranulpho Torres Raposo, 1932

ARAÚJO, Maria Elita Santos de. *Parnaíba: O espaço e o tempo*. Parnaíba, Piauí. 2002 p.103

BENEVOLO, *Leonardo*. *A cidade e o arquiteto*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1984, p.27

CALDEIRA, 2007

CALDEIRA, Junha Marques. *A praça brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2007



CALVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura, patrimônio. In: *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999 p.180

FREITAS, Ruben. *Centenário do nascimento de Nestor Gomes Veras*. Parnaíba: Editora Júnior Ltda., 1984.

FURTADO, Luciana Martins. (2012) *Porto Submerso: desafios p ara o patrimônio portuário de Belém-PA no século XXI* . Em *Historia e História*. Disponível em: [www.historiaehistoria.com.br](http://www.historiaehistoria.com.br) Acesso em: 20/03/2012

106

GHIONE, Roberto. *Tempo e Lugar*. Disponível em <http://www.caupr.org.br/?p=6432> Acesso em 23/06/2013 17:17h

GOLDBERGER, Paul (2011). *A Relevância da Arquitetura*. São Paulo: BEI Comunicações.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda. 1990.

LEITÃO, Lúcia. (org.) *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria, 2002.

MELO, Neuza Brito de A. L. *O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX*. Dissertação, Mestrado em História do Brasil: UFPI, 2011.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: A problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip (1997). *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gilli.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1998

SANTANA, , Judith. *Parnaíba*. Parnaíba: COMEM/82 , 1982



SENGE, Peter [et al.] (2009). *A Revolução Decisiva: Como indivíduos e organizações trabalham em parceria para criar um mundo sustentável*. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier.

SENNETT, Richard, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Josenias. *Parnaíba e o Averso da Belle Epoque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*. (dissertação de mestrado). Mestrado em História do Brasil, UFPI. Teresina, 2012 p. 113.

SILVA, Maria da Penha Fonte. *Parnaíba, minha terra*. Crônicas. Parnaíba, 1987

SHULZ, Christina. O fenômeno do lugar (1976) In. NESBITT, Kate (Org.) *Uma nova agenda para arquitetura*. São Paulo: Cosac Naily, 2006.



## TÉCNICAS AGRÍCOLAS E AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DA TRITICULTURA EM ITAIÓPOLIS/SC

VICENTE FILHO, Ronaldo Guimarães

*Doutorando no Programa de Pós-graduação em geografia da UFSC*

*ronaldovicentefilho@gmail.com*

108

### RESUMO

O artigo em questão pretende apresentar uma reflexão sobre a relação entre as técnicas agrícolas e a patrimonialização dos bens culturais. Estas reflexões estão subsidiadas a partir a partir da dissertação realizada no Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/MP/IPHAN), e das do ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo principal objetivo era identificar e analisar os principais bens culturais correlacionados à triticultura, em especial ao cultivo do trigo sarraceno, no município de Itaiópolis/SC. Nesse sentido, procuramos por meio do uso de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos atores locais, agricultores e instituições, perceber de que maneira este processo vem ocorrendo naquele espaço. O foco do artigo pautou-se primeiramente em discutir a sistematização das informações relacionadas aos locais e aos grupos sociais, como apresentar as principais ações envolvidas na produção tritícola, relacionados ao cultivo do trigo branco e do trigo sarraceno, no município de Itaiópolis. Elencamos e discutimos ainda os bens que inventariamos a partir dos dados levantados que se constituíram na cadeia cultural do trigo branco e do trigo sarraceno.

**Palavras-chave:** Técnicas agrícolas. Bens culturais. Processo de patrimonialização

### ABSTRACT

The article in question intends to present a reflection on the relationship between agricultural techniques and the patrimony of cultural property. These reflections are subsidized from the dissertation done from the Professional Masters Degree Program in Cultural Heritage Preservation Institute of National Historical and Artistic Heritage (PEP/MP/IPHAN), and enrollment in the Post-Graduate Program in Geography at Federal University of Santa Catarina (UFSC), which main objective was to identify and analyze the major cultural assets related to wheat cultivation, especially the cultivation of buckwheat, in the municipality of Itaiópolis/SC. In this sense, through the use of semi-structured interviews applied to local stakeholders, farmers and institutions, realizing how this process is happening in that space. The focus of the article was primarily based on discussing the systematization of information related to local and social groups, as to present the main steps involved in the wheat production, related to the cultivation of white wheat and buckwheat in the municipality of Itaiópolis. Were listed and yet discussed the goods inventoried from the analyzed data that formed the cultural chain of white wheat and buckwheat.

**Key-words:** Agricultural techniques. Cultural property. The heritage process.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir da dissertação<sup>1</sup> defendida em dezembro 2012 no Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/MP/IPHAN), e das reflexões iniciais a partir do ingresso (2013) no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>2</sup>.

O estudo surgiu da necessidade da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, após a inserção do município no PAC das cidades históricas<sup>3</sup>, visto seu grande potencial cultural e natural. Este acordo visou uma parceria entre a prefeitura do município e o IPHAN para buscar recursos, procurando colocar em prática o Plano de Ação da Cidade Histórica (PACH), que possuiu como objetivo promover o desenvolvimento social, econômico, turístico e cultural do município a partir da preservação da autenticidade da cultura local buscando uma melhoria da qualidade de vida da população por meio da execução, do acompanhamento e da avaliação das ações constantes.

O PACH identificou a necessidade de diferentes ações de inventário e salvaguarda do patrimônio cultural local, bem como dos recursos naturais e propriedades rurais. Na avaliação cerca de 60 (sessenta) ações deveriam ser colocadas em prática para melhor auxiliar na preservação do patrimônio cultural e natural de Itaiópolis que, em virtude de sua grande potencialidade, possui base para ser revertido em prol da manutenção da história, da memória social da população e do desenvolvimento econômico local.

<sup>1</sup> Ver, VICENTE FILHO, R. G. “As inter-relações entre o cultivo do trigo e as manifestações culturais em Itaiópolis/SC”. Dissertação defendida no Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural—Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>2</sup> Projeto de tese, *O cultivo do trigo e as manifestações culturais nos territórios derivados da migração eslava no planalto norte de Santa Catarina*. Área: Desenvolvimento Regional e Urbano – DRU. Linha de pesquisa: Dinâmica e Configuração de Espaços Rural, Urbano e Regional. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Margareth de Castro Afeche Pimenta.

<sup>3</sup> Ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorização cultural e promoção do desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>.





## REFLETINDO SOBRE TÉCNICA

Foram identificados através de estudos de campo na região a presença de dois tipos de cultivos de trigo que acabaram influenciando cadeias culturais diferenciadas, constituídas de bens materiais e imateriais presentes no território. Denominamos estas de cadeia cultural do trigo branco e cadeia cultural do trigo sarraceno. A partir da análise dos elementos biofísicos, nutricionais e socioculturais das sementes, identificados através de entrevistas com atores locais e estudos de campo, realizamos um resumo dos bens culturais que estão atrelados a cada cadeia cultural que se constituiu a partir do cultivo das sementes na região e que possuem potencial patrimonial.

O objetivo principal do trabalho foi pensar como as categorias espaciais e, especificamente, as categorias apropriadas e trabalhadas em profundidade na ciência geográfica, fornecem auxílio aos estudos culturais. Propostas de construção de métodos geográficos aplicáveis não são novos na geografia, porém, é uma discussão em desenvolvimento, ainda mais no tocante aos estudos que envolvem espaço e cultura.

O ponto de partida foi a categoria técnica, definida por Santos (1996, p. 29) como *conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço*, podendo ser identificada como a principal forma de relação entre as pessoas e o meio.

Os conceitos de tecnosfera e psicofera estão diretamente relacionados a categoria da técnica. Sotratti (2010, p. 13), em uma apreciação das ideologias espaciais presentes nos discursos de promoção turística internacional, promovida, principalmente, pelos órgãos oficiais, afirma que a tecnosfera e a psicofera auxiliam na compreensão das *representações simbólicas contidas no espaço*.

Como aponta Santos (1996), a tecnosfera, entendida como a materialidade possibilitada pelo reino das técnicas, da ciência e dos objetos, é *indissociável*, e sustentada pela psicofera, compreendida como o universo de crenças, valores, e do imaginário que a sociedade lhe imprime. O autor afirma que a *tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território*, (Ibid, p. 172).



Neste sentido, a técnica se apresenta como um elemento importante nos estudos que contribuem com a análise patrimonial, uma vez que é ela que materializa a mudança. De acordo com o mesmo autor, *só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico*. Portanto, técnica deve ser encarada como uma categoria analítica que vai além da produção ou das chamadas “técnicas industriais”. Ou seja, considerar o espaço geográfico, operacionalizá-lo e sistematizá-lo através da técnica como categoria espacial, requer uma abrangência na relação entre espaço e fenômeno técnico, incluindo a própria ação, como técnica, ou em outras palavras, *considerar a própria técnica como meio* (Ibid, p. 38).

O tempo e o espaço se completam e interagem, ou seja, o espaço geográfico se forma e se organiza através de progressões e retornos. Nestes movimentos, é perceptível a coexistência de formas herdadas. O passado e o presente convivem em um mesmo espaço. Esta coexistência permite a análise do tempo dos lugares. Sendo assim, em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes e, principalmente, tempos tecnológicos diferentes, por consequência, espaços carregados de heranças temporais distintas.

Neste sentido, entendendo o cultivo do trigo como uma técnica e analisando os objetos e as ações que estão relacionados diretamente neste processo e, ainda, considerando a relevância do lugar nesta análise, acreditamos poder identificar os elementos que são importantes na conjuntura cultural através do espaço geográfico.

## **METODOLOGIAS**

Os procedimentos metodológicos da pesquisa efetuaram-se por meio de: buscas bibliográficas a respeito das temáticas relacionadas ao trabalho, levantamento de dados, principalmente, através das pesquisas de campo e análises. Assim, o levantamento de dados neste estudo baseou-se: (1) nas observações diretas registradas em notas de campo; (2) nos inquéritos (entrevistas semiestruturadas); (3) na reunião das informações documentais (material bibliográfico que embasou a pesquisa). Na sequência segue a lista dos entrevistados e das entrevistadas (Quadro 1).



### Quadro 1 - Lista dos entrevistados e entrevistadas discriminados pelas visitas à campo<sup>4</sup>

Entrevistado(a)	Ocupação	Local
Baltazar Jurasceck*	Agricultor	Propriedade de Baltazar Jurasceck - Santa Terezinha
Carolina Gaio	Secretária municipal de cultura	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - Itaiópolis
Celeste Slabisk	Agricultor (Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais)	Sindicato dos trabalhadores Rurais - Itaiópolis
Celestino Waldomiro Juraszek	Agricultor	Propriedade de Celestino Waldomiro Juraszek - Santa Terezinha
Davi Bosi	Agricultor	Propriedade de Davi Bosi - Itaiópolis
Edson Carlos Barp	Gerente da Cooperalfa	Sede da Cooperafa - Itaiópolis
Marília Donadeli*	Nutricionista da Prefeitura de Santa Terezinha	Propriedade de Baltazar Jurasceck - Santa Terezinha
Nelson Richter*	Extensionista da Epagri	Sede da Epagri - Itaiópolis
Rogério Pieczarka*	Extensionista da Epagri	Sede da Epagri - Itaiópolis
Telma Tatiana Köene*	Extensionista da Epagri	Sede da Epagri - Itaiópolis
Waldemar Vicente Kollross	Agricultor	Moinho Kollross - Itaiópolis

Fonte: Elaborado pelo autor. \* Entrevistas realizadas em grupo.

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se no paradigma da pesquisa qualitativa, apresentando como instrumentos a observação e entrevistas semiestruturadas. Esta estratégia metodológica contribuiu para conhecer aspectos fundamentais da comunidade, por apresentar subsídios de sua constituição através das falas dos próprios atores, por aprofundar as relações tecidas pelos agentes sociais que compõem os grupos estudados, os problemas gerados, seus valores, além de verificar como se desenha estrategicamente este mosaico.

## ANÁLISE DOS DADOS

Durante o processo de levantamento de dados, procuramos organizar algumas informações sobre as instituições locais que estão relacionadas tanto com ações voltadas para a política cultural do município, como com a cultura tritícola. No quadro próximo (Quadro 2) se

<sup>4</sup> Os campos ocorrerão nos dias 06 a 07 de Julho de 2011, 21 e 22 de setembro de 2011 e 21, 22 e 23 de maio de 2012.



encontram sintetizados os dados das instituições com as quais tivemos contato e os principais elementos levantados a partir do roteiro das entrevistas e articulação das respostas dos entrevistados.

**Quadro 2 - Instituições locais que possuem relação com o processo tritícola em Itaiópolis**

INSTITUIÇÕES	DIRETRIZES	AÇÕES VOLTADAS AO TRIGO BRANCO	AÇÕES VOLTADAS AO TRIGO SARRACENO	DIFICULDADES	PARCERIAS
Secretaria Municipal de Cultura/Esporte/Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Patrimônio Cultural</li> <li>• Realizar conferência cultural</li> <li>• Formalizar as ações da Secretaria</li> </ul>	Museu do trigo	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corpo técnico reduzido</li> <li>• Adquirir recursos financeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeituras</li> <li>• Conselhos</li> <li>• Outras Secretarias</li> </ul>
EPAGRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extensão rural</li> <li>• Assistência técnica</li> <li>• Dialogar</li> </ul>	Assistência técnica	Incentivo à produção, comercialização e distribuição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande demanda para o número de funcionários</li> <li>• Tamanho do município</li> <li>• Burocracia</li> <li>• Visões dispares das instituições e entes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicatos</li> <li>• Conselhos</li> <li>• Cooperativas</li> </ul>
COOPERALFA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer farinha de trigo para algumas empresas</li> <li>• Profissionalização da produção do trigo</li> </ul>	Fornecimento de sementes, insumos, assistência técnica e compra da produção	Não possui	Adequação de alguns produtores ao plantio de forma padronizada	Agricultores
Sindicato Rural dos Trabalhadores	Conseguir melhores preços na área da comercialização agrícola	Comercialização	Não possui	Estabilidade nos preços dos produtos agrícolas	Convênios médicos

Elaborado pelo autor a partir das entrevistas concedidas

Mesmo levando em consideração o caráter diferenciado das instituições, somente a EPAGRI - que possui como um dos objetivos<sup>5</sup> buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores, possui alguma ação voltada à produção, à comercialização, à valorização ou à distribuição da semente do trigo sarraceno.

As narrativas expostas a respeito das dificuldades demonstram o caráter e o objetivo de cada uma das instituições. Tanto os representantes da Secretaria Municipal de Cultura, como a EPAGRI, apontam que as maiores dificuldades são quanto ao número do corpo técnico atuante,

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.epagri.sc.gov.br>, acessado em 23/07/2014.



frente à demanda de trabalho das instituições. Esta dificuldade pode justificar a ausência de um número maior de ações voltadas à preservação do patrimônio cultural, ou, pelo menos no que diz respeito a não concentração da atuação, priorizando um determinado tipo de bem cultural (muito mais voltado aos bens arquitetônicos). No caso da Secretaria, a busca por recursos financeiros também aparece como um ponto de dificuldade, típica da maior parte das instituições gestoras brasileiras. O ponto levantado pelos técnicos da EPAGRI a respeito das visões dispares das instituições, apontado também como uma dificuldade, reflete que as instituições locais possuem interesses divergentes, e muitas vezes não conseguem assumir uma posição comum, o que pode acarretar na não implantação de algumas ações.

As dificuldades apontadas pelas instituições restantes, a COOPERALFA e o Sindicato Rural dos Trabalhadores, também seguem pelo mesmo caminho do jogo de interesses de cada instituição. A empresa cooperativa está preocupada com a inserção do agricultor no mercado globalizado e, nesse sentido, a resistência de qualquer agricultor, como cultivar sementes que não as comercializáveis pela instituição, ou os cultivos que não seguem a padronização das grandes empresas, desta maneira envolvendo a utilização de técnicas e produtos recomendados pela cooperativa, tornam-se dificuldades do ponto de vista da instituição. Portanto, qualquer medida voltada ao trigo sarraceno por parte da COOPERALFA iria contra os interesses da própria empresa, visto que as técnicas e as características da semente fazem com que não haja uma dependência da empresa, como não ocorra a utilização de técnicas usadas em outras sementes mais sujeitas a determinados tipos de pragas, além da semente do sarraceno não fornecer produtos com uma padronização aceita pelo mercado global.

Cabe ressaltar o papel da Secretaria de Cultura/Esporte/Turismo Municipal, em específico, visto que a diretriz principal apontada pela representante foi a preservação do patrimônio histórico/cultural local. Foi criado no município o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que conta com a participação de 12 membros, sendo 6 da iniciativa privada e 5 ligadas ao poder público e representantes da sociedade civil, entre eles 2 membros da Secretaria de Cultura, 1 representante da Secretaria de Educação e o representante da Secretaria de Agricultura.

De acordo a Secretária o Conselho possui uma atuação conjunta com a Secretaria de Cultura, principalmente relacionadas a ações voltadas as edificações do bairro Alto Paraguaçu. Nas palavras da Secretária,



Tem definições, por exemplo, do uso das edificações lá do Alto Paraguaçu. Nós elaboramos também uma lei de preservação do patrimônio cultural, envolvendo assim a questão de descontos de IPTU para proprietários de Imóveis com mais de 50 anos. Então foram ações que o Conselho se envolveu. Eles não trabalharam na elaboração da Lei, mas opinaram com relação a isso. Então nós temos, por exemplo, embargo de pintura no município que o Conselho foi atuante. Tombamento já do patrimônio municipal que o Conselho contribuiu bastante. Então é mais na questão da proteção do patrimônio. Ações relacionadas a isso. A gente fez parte também do Promoar – Programa de promoção do artesanato de tradição cultural, que também é do Ministério da Cultura em parceria com o Centro Nacional de Folclore do Rio de Janeiro. Então também essas ações passam pelo Conselho e pelos membros e eles acabam se envolvendo assim nessas ações.

Existe uma proximidade entre as Secretarias Municipais de Cultura e Agricultura, sendo apontadas por Carolina, inclusive, ações de mútua cooperação. Estas ações estão relacionadas especialmente ao fortalecimento do turismo rural no município, como criação de oficinas em parceria com o SEBRAE e circuitos turísticos envolvendo algumas propriedades rurais da região. A proposta do museu do trigo está inserida em um desses circuitos, como foi abordado anteriormente. Porém, mesmo com esta proximidade entre as Secretarias, os bens culturais derivados do cultivo do trigo sarraceno não estão inseridos nestas propostas, como também não existe nenhuma proposta específica para ele, mesmo com o reconhecimento dessa necessidade a partir da realização do Plano de Ações elaborado no município.

O mesmo acontece com a culinária local, que possui relação direta com o sistema agrícola do sarraceno.

Já tiveram alguns estudos do próprio IPHAN com relação as geleias, as broas, biscoitos mais tradicionais, e nós teremos retorno depois daquilo que foi produzido. Então, a questão do artesanato, que é bastante comentado e valorizado. Mas assim, com relação a culinária não existe nenhuma proposta especial.

Portanto, destacamos a partir dos dados levantados que as ações voltadas à cultura tritícola no município são mínimas. A única ação cultural efetiva está relacionada à refuncionalização do bem cultural material correlacionado a produção do trigo branco, os moinhos, inseridos em um plano turístico. Entretanto, ação visando o resgate ou fomento cultural de qualquer ordem do trigo sarraceno inexistente. Somente podemos citar as ações





implementadas pela EPAGRI, que concentrou esforços para auxiliar de alguma maneira a produção do sarraceno no município.

O processo de produção, de beneficiamento e de comercialização do trigo (tanto o sarraceno, quanto o branco) gerou uma série de elementos característicos deste tipo de cultivo, além de uma série de costumes, tradições, modos de fazer e bens culturais materiais atrelados a estes. Alguns destes bens culturais que possuem potencial de preservação apresentam uma relação direta com a memória socioeconômica de uma parte da população do município advinda da colonização eslava. Pretendemos aqui elencar e descrever as características principais destes bens, visto o seu reconhecido envolvimento no circuito do trigo. O quadro abaixo (Quadro 3) resume as características principais de cada bem cultural e sua relevância como bem passível de patrimonialização.

**Quadro 3 - Bens culturais relacionados a produção tritícola no município de Itaiópolis**

<b>Trigo</b>	<b>Bens Culturais</b>	<b>Descrição</b>	<b>Relevância Patrimonial</b>
B R A N C O	Moinhos	Os moinhos construídos pelos ocupantes eslavos na região merecem destaque em virtude das técnicas empregadas, tanto na construção, como na operação para realização do produto final; pelo fator histórico agregado a estes bens; e ainda, pelo destaque que estes bens apresentam na paisagem do município, configurando-se como rugosidades do tempo no espaço de Itaiópolis.	Os moinhos possuem importância tanto como bem material, relacionado ao valor arquitetônico, como bem imaterial, pela forma de construção.
	Pessânkas	As pessânkas possuem uma variada concentração de símbolos. Neste sistema de representação o trigo significa a fartura. Portanto, preservar o modo-de-fazer as pessânkas é preservar também a cadeia cultural que se estabelece a partir deste bem.	As pessânkas possuem grande importância pelo modo-de-fazer, onde algumas destas encontram-se preservadas no museu do folclore do Rio de Janeiro.
	Culinária	O modo-de-fazer alguns pratos relacionados ao trigo sarraceno foi destacado pelos entrevistados. O prato de maior relevância foi o Aluske/Holuptchi que ainda é produzido em grande quantidade, principalmente em períodos durante as festas religiosas.	A culinária relacionada ao trigo sarraceno representa a história dos colonos eslavos que se estabeleceram na região. Portanto, possui um grande valor imaterial, principalmente representado pelo modo-de-fazer dos pratos típicos.



S A R R A C E N O	Ferramentas	Algumas ferramentas foram identificadas como integrantes da cadeia produtiva. O moinho de pedra (jorna) foi um destes instrumentos, que era utilizado para moer a semente, e assim, retirar a sua casca. Entretanto, outras ferramentas, como as carroças, os secadores, os ceifadores, também são instrumentos na produção do sarraceno.	As ferramentas destacadas possuem um grande valor histórico voltado a cadeia produtiva do sarraceno na região, principalmente pela relação entre a constituição dos colonos na região e os hábitos realizados em seus países de origem.
	Festas	As festas que mais se destacam são as religiosas: Festa do Padroeiro Santo Estanislau, Corpus Christi, Romaria Penitencial, Padroeiro São Sebastião, Padroeira N. S. da Medalha Milagrosa, Capelinhas do Rosário e o Congresso de Missões. Além disso, o município conta com algumas festas típicas como a Noite Polonesa e a Festa do Boi Ralado no Espeto, festividade gastronômica e cultural mais expressiva que comemora o aniversário da cidade. Nestas festividades os alimentos produzidos à base do sarraceno ganham destaque.	As festividades, principalmente as religiosas representam a história da população que se estabeleceu naquela região, apresentando um elo importante dentro da cadeia cultural que ali se constituiu. Portanto, possui grande valor imaterial.
	Descascador	O descascador do trigo sarraceno pode ser classificado como uma evolução das ferramentas utilizadas no início da ocupação do território pelos eslavos. O maquinário representa uma parte da história atrelada ao sarraceno, destacando-se principalmente, o processo de construção do descascador.	A excepcionalidade e originalidade pela construção deste bem fazem dos descascadores importantes elementos culturais imateriais e materiais que necessitam de melhor acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis.
	Semente	Pelas características genéticas e produtivas, pode-se classificar o sarraceno como uma semente rústica. Como foi destacado, poucos agricultores ainda voltam-se ao plantio desta semente, fazendo com que a mesma esteja inserida em uma lógica de desaparecimento. Como a valorização de culturas tradicionais é uma das pautas dentro das políticas de preservação brasileira, é de extrema relevância que os órgãos responsáveis forneçam uma cobertura maior para a temática em questão, principalmente no que diz respeito na relação da semente enquanto patrimônio genético.	Possui um importante valor genético. Além de ser identificado como elemento fundamental dentro da cadeia cultural do sarraceno.

Fonte – Elaborado pelo autor.

A síntese dos bens culturais envolvidos na cadeia produtiva tritícola teve por objetivo auxiliar ações futuras dos órgãos que possam contribuir na preservação da cadeia cultural em questão. Em primeiro lugar a conjugação das informações está direcionada para as ações do



IPHAN. Entretanto, outros órgãos tanto públicos como privados também estão próximos do processo, podendo usufruir dos dados.

No início da ocupação imigrante de Itaiópolis, com a instauração da Colônia Lucena, ou seja, com a ocupação do território pelos eslavos, ocorreu também uma adaptação dos costumes e dos hábitos culturais, já cultivados nos países de origem. A própria instauração dos cultivos agrícolas pode representar exemplos desta adaptação. Nesse sentido, orbitando ao redor do cultivo do trigo branco e do trigo sarraceno, encontravam-se técnicas e elementos materiais que se caracterizam como elementos de adaptabilidade. Encontram-se entre os exemplos do exposto, principalmente na arquitetura<sup>6</sup>, os hábitos alimentares, as festividades, nas técnicas e ferramentas tradicionais, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento da constituição socioespacial da área estudada nos permitiu identificar como ocorreu a formação dos principais grupos sociais e como se estabeleceram na região (marcada por conflitos) relacionados ao objeto de estudo. O cultivo do trigo (tanto branco, como sarraceno) iniciou-se a partir da implantação das colônias eslavas naquela área. Foi possível identificar ainda os bens culturais que se constituíram a partir do surgimento das colônias eslavas na região, especialmente a Colônia Lucena, e perceber a relação existente entre a produção agrícola, a culinária local e as festividades, principais elementos culturais que se destacam dentro da cadeia cultural tritícola.

Percebemos que as principais ações estão voltadas ao trigo branco e incidem pelo viés de planos turísticos, como o projeto do museu do trigo. Poucas são as atuações destas instituições que visam fomentar o trigo sarraceno, principalmente por uma vertente cultural. Portanto, há uma necessidade de repensar o que se pretende alcançar com estes projetos, visto que a perspectiva puramente econômica pode deturpar o conceito de preservação cultural, principalmente através de processos de refuncionalização que esvaziam o sentido cultural de determinado bem, apresentando como consequência um resultado meramente valorativo.

<sup>6</sup> A arquitetura eslava é uma característica cultural reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visto o tombamento de vários bens na cidade, incluído o bairro Alto Paraguaçu.



Pensar a agricultura como uma técnica, nos termos apresentado no presente trabalho, proporcionou pensar o tempo dos lugares. Essas técnicas convivem juntas no mesmo espaço, mas com tempos diferenciados. Algumas, como no caso do trigo branco (e mesmo outras culturas como soja ou milho), estão em um franco processo de modernização (significando a inserção em uma lógica diferenciada que dependem da necessidade de grandes lotes de terra para plantio, utilização de adubação química, *lobby* de empresas de comercialização de sementes, entre outros elementos), enquanto as sementes mais rústicas (como o caso do sarraceno) se enquadram em um processo de desaparecimento, enquanto não possui importância para o mercado global.

O processo de modernização daí resultante teria sido uma forma de assimilação do progresso técnico, quase que exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no sistema de produção, mas determinante do estilo de crescimento, cujo padrão mimético de consumo é gerador de inevitável dualismo social.

Finalizando nossas contribuições e considerações alcançadas a partir da pesquisa realizada, ressaltamos que a cadeia cultural do trigo sarraceno se encontra em movimento de esquecimento, devido, principalmente, a diminuição e quase extinção do cultivo da semente no município. Contudo, há paralelamente uma tentativa de retomada das práticas culturais por meio de algumas ações. Portanto, o processo de preservação de um possível sistema agrícola no sentido holístico deve seguir através de ações sistemáticas e conjuntas, envolvendo os grupos sociais já apontados. Não obstante, o IPHAN pode contribuir como incentivador e articulador de projetos, visto a papel importante que vem tendo no município, atuando como parceiro em muitas ações voltadas a preservação dos bens culturais.

## REFERÊNCIAS

ANDRUCHEWICZ, Baltasar. *Levantamento Histórico dos Moinhos Artesanais do Município de Itaiópolis*. Relatório final de pesquisa apresentado ao fundo de Apoio à Pesquisa, Universidade do Contestado – UnC. Mafra/SC, 2007.

FOETSCH, Alcimara Aparecida. Paisagem, Cultura e Identidade: Os Poloneses Em Rio Claro Do Sul, Mallet (PR). *Caminhos de Geografia Uberlândia* v. 8, n. 21, p. 59 – 72, Jun/2007.

FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil*. Tese de doutorado apresentada



para obtenção do título de doutor em meio ambiente e desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

GAIO, Carolina. *Análise das possibilidades de desenvolvimento turístico integrado entre os municípios de Mafra, Itaiópolis e Papanduva-SC*. Dissertação defendida no Programa em Turismo e Hotelaria - Universidade do Vale do Itajaí, 2004.

LEEF, Enrique. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 1, p. 64. Jan/jul. 2000. pp. 57-69

120

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 203.

RODYCZ, Wilson C. *Colônia Lucena, Itaiópolis: Crônica dos imigrantes poloneses*. Florianópolis. 2002.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. *Dossiê de Tombamento*. Anexo II. Índices e Fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996, 308 p.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. *Imagem e patrimônio cultural: as ideologias espaciais da promoção turística internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia). IG/UNICAMP. Campinas, SP.: [s.n.], 2010.

THOMÉ, Nilson. A Nacionalização no Contestado, Centro-Oeste de Santa Catarina, na Primeira Metade do Século XX. *Revista LINHAS*, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2007.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a percepção da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983, 250 p.

WOUK, Miguel. *Estudo etnográfico-lingüístico da comunidade ucraina de Dorizon*. Curitiba: Projeto, 1981.



## **O FATO SOCIAL, A AÇÃO SOCIAL E O TABU. CONTRIBUIÇÕES DE DURKHEIM, WEBER E FREUD NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIASOCIAL**

SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles  
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social*  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO*  
*sebastiaothauzs@hotmail.com*

121

### **Resumo**

Esse trabalho busca analisar conceitos dentro da área das Ciências Sociais, a saber: fatos sociais, em Durkheim e ação social, em Weber, assim como o conceito de Tabu ligado à Antropologia e capturado por Freud, através da Teoria Psicanalítica. A partir do estudo dos conceitos e de como cada um deles analisa o posicionamento das ações dos indivíduos frente às normas e condutas em determinada sociedade, buscamos um ponto de convergência, pautados na ideia de que as normas e regras sociais possuem uma conexão direta com a memória; pressupomos ainda que normas e regras são legados deixados por sociedades antecessoras, que as construindo num determinado viés temporal, foram transmitindo-as às gerações posteriores que as assimilaram, modificaram, atualizaram ou refutaram. Sendo assim, buscamos a análise da ação das convenções sociais sobre o indivíduo, admitindo que tais convenções representam um legado de memória social.

**Palavras-Chave:** Tabu, fato social, ação social, memória.

### **Abstract**

This work seeks to analyze concepts within the Social Sciences, namely: social facts, in Durkheim and social action, in Weber, as well as the concept of taboo attached to anthropology and captured by Freud, through the psychoanalytic theory. From the study of the concepts and how each one analyzes the positioning of the actions of individuals against the norms and behaviors in a given society, we seek a point of convergence, based on the idea that social norms and rules have a direct connection with the memory; We assume that standards and rules are legacies left by predecessor companies, which the building in a certain temporal bias, were transmitting the subsequent generations that the assimilated, modified, updated or disproved. Therefore, we seek the analysis of action of social conventions about the individual, admitting that such agreements represent a legacy of social memory.

**Keywords:** Taboo, social action, social fact, memory.





## Introdução

A delimitação da Memória Social é algo inacabado, uma vez que pertencendo ao âmbito de uma ciência interdisciplinar, não se enquadra em nenhuma ciência específica concebida no paradigma positivista, que inicia a concepção de ciência como tal, a partir do séc. XIX. Nesse sentido a conceituação do que é a Memória Social, é algo complexo, que, se por um lado permite uma abrangência mais ampla, por outro não deve ausentar-se do rigor científico necessário a esses tipos de estudos. Sobre essa questão GONDAR (2005,p.7) afirma que os campos de Memória Social são ricos no campo da discussão , justamente por não possuírem regras definidas, mas ao mesmo tempo ressalta que “ esta característica pode ser também muito preocupante pois, dois perigos, entretanto, costumam ameaçar os territórios abertos e colhedores do múltiplo: a ausência de rigor e o ecletismo ético” (Gondar, idem, ibid).

Para efeito de uma classificação mais generalista, a memória é dividida em dois campos, a individual e a coletiva. HALBWACHS (2006) postula que a memória coletiva se sobrepõe à memória individual, chegando a afirmar que “não percebemos que não somos senão um eco” e que “toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que os ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que nasceram deles mesmos” (Halbwachs, idem, p.51). Ao fazer tal afirmação HALBWACHS (idem) coloca o foco da memória no coletivo e, mais que isso, permite uma analogia com estudos de cunho social que entendem não só a construção social como uma construção coletiva, como também o comportamento individual como fruto de um legado dessa construção, que se faz ao longo do tempo, através da evolução social e suas respectivas regras. Sendo assim, o indivíduo seria um produto das relações sociais da sociedade a qual faz parte.

Por esse prisma é a sociedade que constrói as regras as quais os indivíduos estão sujeitos, de forma que não podem se afastar muito delas; ainda segundo o autor, mesmo que lembremos de fatos que tenham ocorrido sem que haja a presença de ninguém, essas lembranças permanecem coletivas, isso porque “não é necessário que outros homens



estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós sempre uma quantidade de pessoas que não se confundem” (Halbwachs, 2006, p.30).

Assim, se HALBWACHS (idem) manifesta a questão social da memória, também pode, por outro viés, ser lido através de um diálogo com a Psicanálise, no sentido em que o indivíduo carrega consigo as interpretações daquilo em que esteve sujeito em sua convivência social, aqui entendido de uma forma inconsciente ou pré-consciente. Mesmo havendo uma divergência de objetos, uma vez que o social estuda o coletivo e a Psicanálise, o indivíduo, podemos notar essa interface a partir da subjetividade individual ser fruto do convívio social; assim, numa análise psicanalítica, nenhum homem se constitui humano sozinho.

Achando uma interface partindo de uma ciência que tem como objeto de estudo o indivíduo, nos voltamos para a Ciência Social em si; aqui encontramos também a memória numa perspectiva de constituição de regras sociais, se entendermos que tais regras ou normas são disseminadas tanto oralmente quanto comportamentalmente, sendo passadas de geração em geração. Se, no entanto, a evolução social flexibiliza, ratifica, atualiza ou modifica o modelo comportamental, traz no seu contexto algo que sempre remete ao que foi constituído anteriormente, assim, as normas e regras sociais podem ser entendidas num contexto que as remetem à memória social.

Procuramos nesse artigo trazer à tona a discussão da memória como constituinte das normas e regras sociais e, como essas interferem no comportamento do indivíduo, a partir da sua inserção em determinada sociedade.

Para esse estudo analisaremos os conceitos de fatos sociais, em Durkheim e ações sociais em Weber, passando pela teoria psicanalítica de Freud, no sentido de buscar bases que dialoguem entre si, mesmo havendo divergência nos estudos e proposições desses cientistas.



## **Freud , o Tabu e suas implicações no condicionamento social.**

Na parte introdutória de Totem e o Tabu e outros trabalhos (Freud, 1996, a), tomamos ciência de que FREUD (idem) teve estímulo para escrever esse ensaio a partir da Antropologia Social, nas obras de Wundt e Jung. Tomando como base trabalhos realizados por esses antropólogos em sociedades primitivas, Freud, primeiro analisa os totens, a seguir os tabus, que poderiam ser entendidos como um desdobramento desses. Os totens, representados por animais totêmicos e objetos cujo símbolo remete a um deus tribal, têm suas aplicações baseadas na proibição da caça e alimentação do animal totêmico, assim como relações incestuosas. Deve-se observar que o incesto aqui ultrapassa a família nuclear, sendo estendido a todos que pertencem a um mesmo totem, ou seja, a sociedade aqui se baseia a partir desse conceito totêmico, e as relações familiares e comuns à época não são vistas pelo laço consanguíneo e sim, a partir de um elemento que une uma sociedade, que é o totem.

Os tabus seriam proibições diversas e que não possuem uma explicação de seu caráter em si. São proibições postuladas a partir da construção da sociedade, e por diversos motivos não especificados. No entanto FREUD coloca que “essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação” (Freud, idem, p.24), dessa forma, o autor pressupõe que os tabus, ou proibições possuem uma relação direta com a necessidade de proteção de um grupo social, ou seja, tudo aquilo que poderia ser visto como um perigo à constituição de uma sociedade, se traduz em normas que as proíbem. Essa afirmativa se dá de forma generalizada, grosso modo, uma vez que segundo o mesmo autor (idem), os tabus são classificados de formas diversas, assim, esses podem se dar pelo tratamento ao inimigo, em formas relativas aos governantes, em relação aos mortos e tabus em geral, sendo considerados os mais importantes ainda aqueles que se referem ao incesto e ao ato de matar.

Num contexto social onde tínhamos ainda uma população pequena e a mortalidade era alta, até em consequência da falta de recursos, evitar o incesto e o ato de matar pode ser



traduzido como formas efetivas de proteção ao grupo e, por conseguinte, da estruturação social.

Aqueles que transgrediam os tabus nessas sociedades, eram vistos como próprios tabus e deveriam também ser evitado, além de sofrerem as respectivas sanções sociais cabíveis à transgressão. Observamos nessa análise antropológica uma aproximação do que foi colocada por Durkheim, quanto coerção, como veremos adiante.

Em *O Futuro de uma Ilusão*, FREUD (1996, b) foca na constituição da sociedade em si, afirmando que “...parece, antes, que toda civilização tem de erigir sobre a coerção e renúncia ao instinto” (Freud, 1996 b, p.2). Ainda colocando uma relação paradoxal entre a necessidade do homem viver em grupo e a insatisfação desses em seguirem normas que lhes são impostas em nome do bem da coletividade, FREUD afirma que os homens têm “como um pesado fardo os sacrifício que a civilização deles espera, a fim de tornar possível a vida comunitária” (Freud, idem,ibid), ou seja, o autor propõe que os homens seguem normas e regras que lhes são impostas em vista de um bem comum, mas que tais imposições lhe causam um fardo pelo fato de não poderem fazer tudo aquilo que gostariam; o controle social aqui impede as ações individuais a seu “bel prazer” pela necessidade de construção de um a coletividade plausível, dessa forma, novamente se aproxima das Ciências Sociais, que pregam que para haver a constituição de uma sociedade deve haver uma ordem; não obstante, é ao analisar a imagem do líder que FREUD (idem, p.3) se aproxima do conceito de ação social postulado por Weber.

Segundo FREUD (idem, ibid), a influência de um indivíduo que é reconhecido pelo seu grupo como líder, tendo esse reconhecimento base nas ações do sujeito, podem levar as massas a suportar renúncias, e efetuar trabalhos cuja existência das sociedades seja dependente. O diálogo se dá no sentido de que ao reconhecer um exemplo de determinado sujeito, houve uma intencionalidade de comunicação por parte desse, o que seria caracterizado como uma espécie de ação social.

É em *O Mal-Estar da Civilização* (1996, c) que FREUD intensificará a correlação das normas sociais e suas implicações sobre o sujeito. Nesse ensaio o autor distancia-se de forma mais efetiva do diálogo com as Ciências Sociais, uma vez que, determina de maneira



contundente seu objeto de estudo no campo das subjetividades individuais; porém, ao traçar uma implicação das normas sociais sobre o indivíduo neurótico através do mecanismo do ego, que deve satisfazer ao id com suas pulsões, ao mesmo tempo em que deve satisfazer à censura do superego, propicia a análise que todo ser humano se torna humano através de sua inserção social, por sua vez, que as normas determinadas socialmente de forma exterior ao sujeito implica na constituição do seu próprio ser. O que foi postulado por FREUD, no entanto, por essa tríade de ensaios ultrapassa a questão de sanções e coerções sociais, uma vez que o sujeito transgressor de uma norma é passível de um sentimento de culpa em relação a si mesmo, oriundo do seu superego, o que constituiria já uma certa auto-coerção independente das impostas pela sociedade, mas construídas a partir das regras e valores estipuladas por essa.

### **O conceito de forma social em Durkheim e a implicação sobre o sujeito, a partir das normas estabelecidas.**

Durkheim postula que o indivíduo incluído numa sociedade está sujeito a normas e regras criadas por essa, assim, o indivíduo age, ou deve agir de acordo com um código cuja construção lhes é exterior, sendo passível de coerção ao transgredir ou se afastar desses. Assim, criou o conceito de fato social, que consiste em “toda maneira de agir, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais” (Durkheim, 1991, p.1). Ainda sobre os fatos sociais, o autor postula que:

O sistema de signos que me sirvo para exprimir meu pensamento o sistema de moedas que eu emprego para pagar minhas dívidas, os sistemas de créditos que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, as maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de



existirem fora das consciências individuais... Esses tipos de conduta ou de pensamento, não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força interativa e coercitiva em virtude da qual se impõem a ele, quer queira, quer não. (Durkheim, 1991, p.2)

A partir das ideias supracitadas postuladas por Durkheim somos levados ao entendimento que o indivíduo é fruto das normas sociais, das quais não pode escapar; aqui, não é levada em consideração a subjetividade de cada um, é como se todo indivíduo fosse peça de uma engrenagem ou de um organismo, que para funcionar de maneira plena necessita que todos se adequem aos seus respectivos papéis. Estudando ainda o papel do trabalho perante as sociedades primitivas e industriais, o autor criou o conceito de solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, onde a primeira se caracteriza por uma conscientização do indivíduo pelo bem social, e na segunda, o indivíduo repete algo que lhes é imposto, sendo um mero objeto da sociedade a qual está inserido, sem a plena conscientização da sua participação para a sociedade (Durkheim, apud Endlich, 2011, p.50/60). Seja por um prisma, seja por outro, o que Durkheim entende é que para que haja um estado de sociedade plena todos os indivíduos que a compõem devem estar de acordo com as normas criadas pela sociedade, portanto exterior a eles.

Uma importante forma de adequar o indivíduo à sociedade, agindo dentro das expectativas das normas sociais segundo DURKHEIM é a educação “salta aos olhos que toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, sentir e agir, as quais ela não teria chegado espontaneamente” (Durkheim, op. cit., p.6).

Entendendo a educação como também como um conjunto de regras, tanto de conhecimentos de caráter científico, como de caráter empírico, transmitidos ao longo do tempo, encontramos a relação entre memória e os conceitos Durkheimianos; isso porque, se a educação pode ser vista como uma base que fomenta os fatos sociais, esses também seriam construídos a partir dessa transmissão empírica e científica, passada de geração em geração, donde concluímos que, ao retrocedermos nas razões que levam a determinado tipo de comportamento advindo da educação, temos a memória transmitida como cerne desse fato. Cabe ressaltar, no entanto, que a simples repetição de ações, como, por exemplo,





comportamentos ditados por um modismo, não podem ser considerados um fato social, justamente por possuir um caráter extensivo e não instituído como uma norma. O fato social assim é visto como um conjunto de normas instituídas, cujas transgressões são passíveis de coerção tanto em nível jurídico, como no próprio âmbito social.

A justiça é vista em Durkheim como o mais importante mecanismo coercitivo, sem a qual e a partir da mesma, a constituição de uma sociedade seria impossível, contudo, as coerções instituídas no âmbito do próprio campo social são constantes, sendo observadas naqueles indivíduos que se afastam de um comportamento tido como ideal ou comum, dessa forma, um indivíduo pode estar sujeito a coerções de duas naturezas, a jurídica, prescrita em formas de leis e a social, com aplicabilidades diversas.

A ideia de que os comportamentos sociais foram ditados por classes e instituições de acordo com seus interesses e, que, ao longo do tempo esses comportamentos tidos como ideais foram sendo transmitidos, inclusive através da educação e da tradição escrita e oral dialogam com o campo da memória, uma vez que essa pode ser entendida como um conjunto de tradições, que analogamente são transmitidas e modificadas ao longo do tempo.

### **As Ações Sociais em Weber e suas implicações quanto ao indivíduo.**

Max Weber, ao estudar a sociedade, postula também que indivíduos ajam em funções de normas e regras estabelecidas, assim como por uma influência de tendência, como a moda ou algum outro tipo de uso vigente; no entanto considera efetivamente uma ação significativa quando essa está imbuída de um sentido subjetivo; ao ter tal consideração, weber cria o conceito de ação social, que segundo o mesmo, entende-se como

Um comportamento humano (consista ele num fazer externo ou interno, num omitir ou permitir) sempre que o agente ou agentes lhe associam um sentido subjetivo. Mas designar-se-á como “ação social” aquela em que o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está no comportamento de outros e por ele orienta seu curso. (Weber, 2010, p.7)



Entendemos aqui que o conceito de ação social está diretamente relacionado à ação do outro e, de forma análoga, que a ação social só se dá a partir do momento em que o agente que a pratica, o faz com a intencionalidade de atingir o outro de alguma forma; nesse sentido a pura e simples repetição de um ato não podem ser consideradas uma ação social, justamente pelo fato da ação ser produzida sem a intencionalidade de atingir ou interagir com o outro. Como exemplo poderíamos citar os escritos de um diário: se ao escrever o sujeito pretende apenas colocar suas ideias e emoções, não estará agindo dentro do contexto de ação social, mesmo que *a posteriori* venha a ser lido por outrem; mas, se por outro lado, ao escrever tem a intencionalidade de publicar esses escritos como uma auto-biografia, por exemplo, já se constitui uma ação social, pelo fato da escrita ter sido pensada para o outro, independente se essa venha a ser publicada ou não; sendo assim, somos levados a supor que ao praticar uma ação que envolva uma intencionalidade de interação, faz com que o sujeito pratique-a de forma específica, diferenciada da maneira que a faria para si mesmo. WEBER (idem, p.43) ainda classifica as ações sociais de acordo com sua natureza: racional em ordens afins, racional enquanto valores, afetiva, sobretudo emocional e tradicional.

Dentro do espectro das ações sociais, Weber considera então o indivíduo como um ser dotado de subjetividade e propõe que esse pode agir a partir da mesma, todavia, não se afasta da ideia de que a sociedade possui regras e normas construídas, as quais os indivíduos estão submetidos. Aqui, o autor faz uma diferenciação entre costume e convenção. Para ele, costumes são estabelecidos pela sociedade, mas não caracterizam obrigatoriedade, enquanto as convenções são validadas pelo direito (Weber, idem, p.52/54). Os costumes em si relacionam-se com o uso, que tendo uma linha fluida pode vir tornar-se uma convenção.

Ao conceber tal diferenciação, Weber considera a possibilidade do sujeito agir de acordo com um costume ou não, dependendo do seu interesse, diferentemente das normas relacionadas às convenções, que devem ser seguidas, no entanto a liberdade de escolha do indivíduo perante aos costumes, não se dá de forma tão livre, um a vez que “quem não se baseia pelo costume, age de um “modo não ajustado”, devendo aceitar de antemão “pequenas e grandes incomodidades e inconveniências” (Weber, idem, p.57); ou



seja, mesmo pressupondo um certo grau de liberdade ao indivíduo mediante suas ações, o autor considera que haja um tipo de coerção social àqueles que se afastam de um modo convencional de agir. A diferença que se contrapõe à Durkheim é que esse não considera a liberdade individual na ação, levando a crer que todos os indivíduos inseridos numa sociedade agem obrigatoriamente dentro das normas e regras determinadas por elas, assim tais normas e regras devem ser seguidas em detrimento de uma possível ação de cunho subjetivo e individual. WEBER diz textualmente que “ para a Sociologia não constitui dificuldade alguma a vigência paralela de diversos ordenamentos entre si contraditórios dentro de um mesmo círculo de homens” (Weber, idem, p.60).

Ao considerar que possa existir sem prejuízo para a Sociologia elemento contraditório dentro de um mesmo círculo de homens, portanto que possa haver a subjetividade sem prejuízo à constituição social, o autor dialoga com a memória tanto coletiva como individual, uma vez que o uso e o costume pressupõem uma construção de caráter coletivo, todavia a leitura subjetiva que o indivíduo faz desse costume, aproximando-se ou distanciando-se dele, pode ser entendido como uma “leitura” da memória coletiva, a partir dos seus traços de memória individual.

### **Considerações Finais**

LE GOFF (2003) no capítulo intitulado “Memória”, discorre como a memória é vista através do tempo e de como essa sofre mumificações, sobretudo a partir do advento da escrita, que permite que a memória, antes transmitida de forma oral, pode ser a partir de então documentada. Seguindo a sua linha de análise, a memória tem hoje uma ampla difusão devido aos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos séculos. Propondo que a memória tenha sofrido negativamente com a perda de sua transmissão oral, o autor também postula que a apreensão dessa “depende do modo do ambiente social e político” (Lê Goff, 2003, p.419). O que o autor vai propor aqui é que memória não pode ser vista como fixa, nem nas sociedades cujas tradições são orais, nem nas sociedades de grande avanço tecnológico; isso porque nas tradições orais, aquele que transmitia um conhecimento, mito



ou tradição, ao fazê-lo colocava toda uma carga pessoal nas devidas transmissões; por outro lado, se a partir do advento da escrita e a possibilidade de documentação histórica/memorial, sofre também as distorções daqueles que a pública, assim como estão permeados de um caráter políticos, onde uma sociedade ao se impor a outra, impõe também seus mitos e tradições, que ao serem incorporados, mesclam-se com algo que já era daquele domínio social, criando assim novas narrativas; nesse sentido não poderíamos pensar em narrativas e documentos e monumentos que expressariam uma memória social indelével.

Admitindo a trajetória de memória colocada por Le Goff (idem), nos afastaríamos então da questão que remete à memória social no cunho psicanalítico, uma vez que a teoria embora considere que o sujeito só se torna humano a partir de sua inserção social, por outro lado, considera um traço comum a todos os seres humanos, oriundo do mito da morte do pai primevo. Assim, mesmo considerando que cada ser se constitui a partir do contato com o outro, e que seu mecanismo psíquico é elaborado de acordo com a sociedade em que está inserido (levando em consideração os tabus e construções morais dessa sociedade), vê um ponto em comum em todos os humanos a partir da proibição da relação incestuosa e do ato de matar; seria a partir do mito da morte do pai primevo que haveria a possibilidade efetiva da construção social.

Durkheim (op cit) ao analisar a sociedade por um viés positivista, considera de maneira mais efetiva o fato social nas sociedades mais desenvolvidas, tanto que sobrepõe o conceito de solidariedade mecânica ao de solidariedade orgânica. A memória coletiva aqui poderia ser vista como um conjunto de normas construídas socialmente, mas o âmbito de sua vigência se dá exatamente nas sociedades industriais. O caráter simbólico das regras e normas construídas parece se dar de uma forma linear, onde determinados tipos de comportamentos repetidos não seriam considerados normas sociais, cabem aqui a pergunta se esses comportamentos repetidos não poderiam ter um caráter de fato social, nas sociedades primitivas, onde as normas e regras construídas exteriormente ao indivíduo que dela faz parte acabam por serem seguidas de geração em geração através de um comportamento extremamente empírico. Durkheim parece denotar que as leis e normas foram construídas a partir de um mesmo cerne no que tange aos diversos tipos de



sociedade, donde todo processo de criação de normas sociais teriam como base um arcabouço comum.

Weber (op. cit) ao levar em conta a subjetividade do sujeito (mesmo que essa subjetividade possa implicar em algum tipo de coerção), permite que possamos pensar num caráter de construção de normas e regras de forma mais ampla, onde a multiplicidade cultural pode levar à construção de diferentes códigos, em sociedades específicas, de maneira análoga, ao admitir a liberdade do sujeito em utilizar determinado costume ou não, abre espaço para a possibilidade de pensar nesse sujeito como indivíduo que se aproxima inclusive do uso de normas de outras “tribos” ou sociedades. A memória coletiva aqui nos parece ter um caráter mesmo extenso, uma vez que essa memória seria construída a partir de pequenos grupos, ao qual ou aos quais o sujeito se insere.

Mesmo havendo pontos de contradição com relação ao caráter do posicionamento social do sujeito frente às regras determinadas pela sociedade, o que podemos detectar em comum nos três autores, Freud, Durkheim e Weber, através da Teoria Psicanalítica, do conceito de forma social e de ação social é o fato de que o sujeito torna-se humano a partir da aquisição da linguagem, através da sua inserção social, por conseguinte que, estando inserido num determinado meio social, agem de forma incontestemente influenciados por ela. Nos três autores podemos perceber que o distanciamento daquilo que é tido como modelo, construído socialmente fará com que sofra algum tipo de coerção do meio, e, na Teoria Psicanalítica, além dessa coerção exterior, uma cobrança interna, através da censura do superego. Dessa forma, o sujeito acaba por assimilar e reproduzir em determinado grau as regras que lhe são impostas exteriormente. O que se discute com relação às diferenças encontrada nos autores é a questão da subjetividade, ou seja, da possibilidade de escolha em adequar-se ou não a determinadas regras, a partir de uma leitura individual.

Para além da discussão da influência das normas preestabelecidas pela sociedade junto ao indivíduo nela inserido, buscamos uma correlação com a memória. Haja vista a conceituação da mesma ser algo extremamente complexo, não encontramos nenhuma oposição ao fato da memória coletiva, como o próprio termo supõe, ser construída socialmente, sendo assim, a construção da sociedade, conseqüentemente dos seus tabus,



normas e regras sociais, usos, costumes e convenções perpassam pela forma com que se deu construção de determinadas sociedades, elencando uma série de possibilidades de estudos para seu entendimento, conseqüentemente pra a construção de uma memória coletiva. Assim, as características de construção de uma sociedade, assim como a maneira que determinados atos se tornam aceitáveis ou não nessas, tem uma correlação direta com o legado deixado na memória de quem as constrói. Devemos, no entanto, levar em consideração que o advento do desenvolvimento tecnológico permite que o distanciamento cultural se torne cada vez menor, o que por sua vez pode interferir diretamente num caráter híbrido de construção cultural, perpassando pelo social, assim como na forma que tanto coletiva quanto individual, a memória possa ter mudanças constitutivas *a posteriori*

## REFERÊNCIAS

DURKHEIM,Émile. *As Regras dos Métodos Sociológicos*. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes,2007.

ENDLICH,Ângela Maria (2011). *Divisão Social do Trabalho: Breve paralelo de clássicos,Comte,Durkheim, Weber e Marx*. Disponível em: <[http:// www. periodicos. uem.br/ojs/inde.php/BolGeogr/article/viewfile/12879/7328](http://www.periodicos.uem.br/ojs/inde.php/BolGeogr/article/viewfile/12879/7328). >Acesso em: 31Ago.2013.

FREUD,Sigmnd.(1996, a) *Totem e Tabu* . Edição Standart Brasileira,Vol XIII: Imago Editora, Rio de Janeiro,(original publicado em 1913).

\_\_\_\_\_. (1996, b). *O Futuro de uma Ilusão*. Edição Standart Brasileira,Vol XXI : Imago Editora, Rio de Janeiro. (Original publicado em 1927)

\_\_\_\_\_. (1996,c) *O Mal – Estar na Civilização* . Edição Standart Brasileira,Vol XXI : Imago Editora, Rio de Janeiro. (Original publicado em 1927).

GONDAR, Jô; DODEBEI,Vera. *O que é Memória Social*. Rio de Janeiro: UNIRIO,2005.

HALBWACHS,Maurice . *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro ,2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: UNICAMP,2003.

WEBER, Max. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.





## **PARATY E SUAS MEMÓRIAS: A CIDADE PATRIMÔNIO TAMBÉM ANALISADA COMO UM DOCUMENTO HISTÓRICO**

LEMOS JÚNIOR, Waldiney de Oliveira

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO  
junior.lemos.08@gmail.com*

134

### **RESUMO**

Esta comunicação visa apresentar uma reflexão sobre o município de Paraty enquanto patrimônio nacional. Além disso, faremos uma análise crítica acerca da expansão da utilização do termo “documento”, conceito este que foi ampliado através do movimento historiográfico Escola dos Annales de 1929. Assim, apresentaremos a aplicabilidade do conceito de “documento” ao centro histórico de Paraty, hoje Patrimônio Histórico Nacional. Para isso, utilizaremos o processo de tombamento do município (Processo de Tombamento nº 563-T-57), passando pelos decretos que elevaram a cidade em Monumento Estadual (1945) e em Monumento Nacional (1966). Com isso, este trabalho pretende abordar as diferentes categorias acionadas nos referidos documentos e que são associadas ao município de Paraty, como a de “monumento nacional” e da atribuição à cidade de qualidades excepcionais, como a de guardião de “características expressivas da arte tradicional brasileira”, qualidades estas que tornam Paraty uma “cidade histórica” e um “lugar de memória” (Pierre Nora). Sendo assim, este estudo nos faz compreender porque a cidade histórica de Paraty pode ser considerada e analisada como um “documento histórico”.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Documento. Paraty

### **ABSTRACT**

This paper aims to present a reflection on the city of Paraty as a national heritage. In addition, we will make a critical analysis about the expansion of the use of the term "document", a concept that has been expanded through the historiographical movement Annales school of 1929. Accordingly, we present the applicability of the concept of "document" to the historical center of Paraty, now a National Historic Landmark. For this, we use the process to preserve the municipality (Processo de Tombamento nº 563-T-57), through the decrees arising State Monument in the City (1945) and National Monument (1966). Therefore, this study addresses the different categories triggered in those documents and that are associated with the city of Paraty, as a "national monument" and the award to the city of exceptional qualities, as the guardian of "expressive features of traditional art Brazilian", these qualities that make Paraty a "historic city" and a "place of memory" (Pierre Nora). Therefore, this study makes us understand why the historic city of Paraty can be considered and analyzed as a "historical document".

**Keywords:** Heritage. Document. Paraty



## 1 – O que é patrimônio?

Antes de tudo, convém compreendermos o que vem a ser, ou melhor, o que se compreende quando falamos de patrimônio histórico e cultural. Assim, patrimônio seria “o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos” (FONSECA, 2009, p. 58). Esse conceito de patrimônio surgiu no final do século XVIII, quando os ideais iluministas ganhavam eco no continente europeu e, conseqüentemente, o Antigo Regime se encontrava em colapso. Como forma de “apagar” qualquer vestígio que remetesse ao Absolutismo, os mais radicais defensores do iluminismo defendiam que todo e qualquer bem - símbolo, imagem, edificação - fosse destruído na França. Já na Inglaterra, o vandalismo reformista destruiu igrejas e imagens (FONSECA, 2009, p. 59).

A obra conservadora dos comitês revolucionários resulta de dois processos distintos. O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e governo do Comitê de Salvação Pública. Esse processo destruidor resulta suscita uma reação de defesa imediata, comparável à que foi provocada pelo vandalismo dos reformados na Inglaterra. Contudo, na França em revolução, a postura da reação assume outra dimensão e outro significado, político. Ela agora não visa apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional (CHOAY, 2006, p.97).

Cabe, aqui, fazer uma observação. Devemos analisar com cautela o que motivou os revolucionários a destruírem qualquer simbologia que os remetesse ao Antigo Regime. Temos o caráter ideológico, ou seja, a ruptura de um modelo que não satisfazia mais aos anseios de uma comunidade e a implementação dos ideais iluministas. Este viés, na maioria das vezes, é o que nos vem à mente quando analisamos tão conjuntura: destruir e apagar toda e qualquer referência àquilo que estamos lutando e tentando derrubar. Surge em 1792, período no qual a Revolução assume seu caráter mais violento e destruidor: A Era do Terror.

Após ter sido declarada com a queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, a Revolução Francesa fez com que se instaurasse na França uma monarquia constitucional. Parte da burguesia que emergiu ao poder estava apoiando a monarquia e esta não estava satisfeita com as medidas adotadas por aqueles, como, por exemplo, medidas de caráter liberal no setor econômico como, por exemplo, o cerco de terras comuns aos camponeses, incentivo aos empresários rurais e a interdição dos sindicatos para as classes trabalhadoras.



A burguesia moderada que chegou ao poder pouco fez pelos trabalhadores comuns. A partir de 1790, com a secularização e a venda dos terrenos da Igreja, a burguesia pretendia dar aos camponeses uma retribuição por suas atividades revolucionárias (HOBSBAWM, 2010, p.114).

O republicanismo ganhava cada vez mais espaço no círculo de manifestações e reivindicações populares. O ponto central que fez com que o sistema republicano ganhasse força perante os manifestantes foi a tentativa, frustrada, de fuga do rei Luís XVI, em junho de 1791. Quando um rei tradicional abandona seu povo, perde o direito à lealdade.

A insatisfação popular devido a tentativa de fuga do monarca, a crescente simpatia dos populares pela república, praticamente nenhuma alteração no âmbito social foi sentida por parte dos trabalhadores desde o início da revolução em 1789 – o preço do pão continuava elevado e este produto servia como termômetro das insatisfações políticas em Paris – e a militância dos pobres das cidades faz com que em abril de 1792 temos a declaração de uma guerra, de uma segunda revolução, a Revolução Jacobina.

A fuga do rei provocou nos revolucionários uma onda de vandalismo, provocando a destruição e a degradação do patrimônio histórico nacional. Igrejas foram incendiadas, estátuas derrubadas e castelos foram saqueados devido a questões ideológicas defendidas pelos revolucionários. Era preciso eliminar qualquer referência ao antigo regime.

A 4 de agosto de 1792, a Assembleia Legislativa promulga um decreto sobre a supressão dos monumentos, vestígios da feudalidade e, nomeadamente, de monumentos em bronze existentes em Paris. Um mês mais tarde, no 18 Vindimiário, ano II, a Convenção decreta que “todos os sinais da realeza e da feudalidade” serão destruídos “nos jardins, parques, tapadas e edifícios”. O decreto mais radical ordena no 1º de novembro de 1792 que todos os monumentos da feudalidade sejam convertidos em “canhões ou destruídos” (CHOAY 2006, p.92).

Paralela a esta onda de destruições, com a intenção de apagar qualquer vestígio relacionado à monarquia, os defensores das construções históricas começaram a debater medidas preservacionistas. Na verdade, este debate que tinha por finalidade preservar os bens matérias já ocorria antes mesmo da revolução e durante o seu início, cujos procedimentos mais atuantes e mais bem argumentados se encontram logo em seguida a abril de 1792.

Françoise Choay classifica estas medidas de duas formas distintas, levando em consideração o período revolucionário que as estabelece. Logo após o início da revolução, julho



de 1789, as medidas imediatas com o objetivo de preservar os bens históricos são classificadas como sendo uma preservação primária ou preventiva. Já as medidas adotadas logo após a revolução de 1792, que tinham por finalidade conter o vandalismo ideológico do período, a autora chama de preservação secundária ou reativa (CHOAY, 2006, p.91).

Como exemplo de medida de caráter reativo, temos o decreto de 3 do Brumário.

Um mês após o decreto do 18 de Vendimiário, ano II, surge o decreto do 3 de Brumário, que interdita “retirar, destruir, mutilar ou alterar de alguma forma, sob pretexto de fazer desaparecer os sinais da feudalidade e da realeza nas bibliotecas, nas coleções [...] ou entre os artistas, os livros, os desenhos [...], os quadros, as estátuas, os baixos-relevos [...], as antiguidades [...] e outros objetos que interessam às artes, à história e ao ensino (CHOAY, 2006, p.94).

Segundo a autora, os textos, decretos, resoluções e os discursos elaborados nesse período e classificados por ela como sendo uma medida reativa anteciparam os procedimentos preservacionistas que seriam implementados nos séculos XIX e XX.

O outro viés é o que menos importância dispensamos, ou que, num primeiro momento, quase não nos chama a atenção: o caráter econômico. Lembremos que na França desse período, século XVIII, a grande maioria das pessoas vivia com grandes dificuldades, pois o clero e a nobreza detinham o poder sobre a terra - a França era um país agrário, onde a maioria da população se concentrava nos campos e onde, aproximadamente, 80% dos franceses formavam a classe dos camponeses - (HOBSBAWM, 2010, p.104), e o poder estava centralizado nas mãos do monarca. Assim, o rei e os nobres cobravam taxas e mais taxas à população, contribuindo para as insatisfações populares e pelas dificuldades de subsistência destes. Paralelo à cobrança de impostos, tínhamos uma profunda crise econômica pela qual o país atravessava, pois a fome crescia rapidamente, devido ao rigor do inverno, o qual prejudicava a colheita dos camponeses.

Segundo Eric Hobsbawm:

Os últimos anos da década de 1780 tinham sido, por uma complexidade de razões, um período de grandes dificuldades praticamente para todos os ramos da economia francesa. Uma má safra em 1788 (e 1789) e um inverno muito difícil tornaram aguda a crise (HOBSBAWM, 2010, p.108).

Além das dificuldades encontradas pelos camponeses, os pobres das cidades também enfrentavam condições adversas, pois as más colheitas faziam com que o custo de vida nas cidades quase duplicasse, em decorrência do aumento do preço do pão, que era o principal alimento.



A França era um país de grandes desigualdades. Sendo assim, em 1789 com a queda da Bastilha e início da Revolução Francesa, os milhares de camponeses indignados com as injustiças do rei, pela miséria e fome, roubavam, depredavam e pilhavam objetos de valor, não numa atitude de apagar resquícios do Absolutismo - caráter ideológico - mas sim com a intenção de adquirir objetos de valor que pudessem auxiliá-los em suas dificuldades econômicas.

Aliado a este primeiro caráter da revolução francesa, o econômico, e da postura dos revolucionários, na Europa, antes das ideias iluministas ganharem força e conseguirem destituir o rei, os conceitos de nação e de Estado estavam em fase de estruturação, ou seja, estes conceitos estavam sendo organizados e trabalhados entre os indivíduos. Todos esses fatores auxiliam na convergência e fazem a gente compreender porque, num primeiro momento, os indivíduos não destruíam símbolos que remetessem ao Antigo Regime, por não quererem se desfazer de suas lembranças.

Os sentimentos de pertencimento e de identidade coletiva já faziam parte do imaginário coletivo e determinadas simbologias auxiliavam na construção da ideia de nação e de pertencimento a esta nação. Logo, os revolucionários não destruiriam algo que lhes era significativo e que os ligavam entre si, ou seja, o sentimento de pertencimento àquela região. Esta visão seria modificada a partir de 1792, conforme analisado anteriormente.

Ao falarmos de nação, necessário se faz nos utilizarmos de simbologias e mesmo de determinadas tradições, com o intuito de construir no imaginário das pessoas a ideia de pertencimento e mesmo de uma identidade coletiva (FONSECA, 2009, p.36).

Michael Pollak nos diz que um dos elementos que constituem a memória seriam os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, aquelas vivências em grupo, compartilhadas pela coletividade e, por isso, a memória seria um elemento que compõe o sentimento de identidade, pois é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo e sua reconstrução de si.

Para auxiliar na construção do sentimento de nação e de identidade, a figura do Estado se faz importante, pois “em nome do interesse público assume a proteção legal de determinados bens que simbolizam a nação” (FONSECA, 2009, p. 51).



Para que estes bens possam construir a ideia de pertencimento, de identidade, valores lhes são atribuídos. Valores estes que muitas das vezes nos remetem a memórias, que também são instrumentos utilizados para a construção de uma identidade nacional.

Como afirma o próprio Michael Pollak (1992, p.04) e outros estudiosos sobre a temática, a memória é mutável, flutuante e seletiva, ou seja, ela é construída. A atribuição de valor aplicada à memória possui um caráter subjetivo, com a intenção de se legitimar um ideário de nação e identidade coletiva que se pretende construir.

Logo, pelo fato da memória ser seletiva, alguns fatos serão lembrados enquanto que outros serão esquecidos, pois não contribuirão para a legitimidade da nação que se pretende construir. Com isso, alguns fatos históricos e algumas personalidades são esquecidos enquanto que outras são lembradas e valorizadas.

Por ser mutável e flutuante, podemos encontrar que determinado acontecimento histórico ou personagem não seja valorizado e em determinado contexto histórico seja importante elaborar uma nova leitura do acontecimento ou da pessoa, com a intenção de se legitimar uma ideologia defendida naquele momento. Como ilustração do que estamos dizendo, podemos mencionar a figura de Tiradentes. Durante o período monárquico brasileiro (1822-1889), foi perseguido e assassinado, tido como subversivo. Após a Proclamação da República (1889), devido a alteração do regime de governo, a pessoa de Tiradentes teve uma nova leitura e ao invés de ser considerado um subversivo, foi alçado a herói da república, sendo até mesmo retratado semelhante a Jesus Cristo.

Memória que nos diz, por exemplo, que em determinada praça ocorreu algum fato importante para aquele lugar; tal pessoa, através de sua conduta, bravura, fez algo de relevante para a localidade; a igreja do interior, que é toda construída num estilo peculiar, com altar todo talhado a mão. Sendo assim, a memória está sendo, a todo o momento, evocada e valorizada, com o intuito de se construir o sentimento de pertença e de identidade. É este sentimento de identidade que propicia a coesão entre os indivíduos, necessária para a construção da nação.

Ainda procurando explorar um pouco mais a memória e sua relevância para a construção da nação e mesmo para a preservação do bem histórico e sua relação com fatos ou lugares, nos vem à mente a expressão utilizada por Pierre Nora, “lugares de memória” (NORA, 1993, p.12). Tendo como base de análise este autor, percebemos que os lugares de memória são construídos com o intuito de reter o passado. Movimentos são feitos, estudados e elaborados





nesse sentido, com a proposta de guardar e/ou preservar elementos, resquícios de um passado distante que correriam risco de serem destruídos e apagados devido ao passar do tempo.

Com relação aos lugares de memória, citamos um trecho do Nora “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (Ibid). Podemos interpretar que estes restos podem ser considerados como sendo resquícios desse passado longínquo e que se convencionou preservar (lembrando aqui uma das características da memória, qual seja, a seletividade. Logo, se conserva algo em detrimento de outras referências que, assim, caem no esquecimento e se perdem), para que haja o mínimo de contato e/ou referência desse passado que não quer ser esquecido, que não existe mais e que, por isso mesmo, deve ser preservado.

Aproximando este debate de uma das abordagens deste trabalho, qual seja, a patrimonialização do centro histórico da cidade de Paraty/RJ, mencionamos as cidades históricas ou os centros históricos, que são tombados pelo hoje denominado IPHAN, com o intuito de se preservar estas referências da nossa história (tipos de arquitetura, costumes e utensílios de época) e que hoje em dia não encontramos mais. Caso estes espaços não fossem preservados, tenderiam a ser modificados rapidamente com o passar do tempo, perdendo, com isso, suas características que nos remetem aos séculos XVI, XVII e XVIII.

Assim, entendemos que estes lugares de memória existem com o objetivo de permitir que a gente compreenda e entenda um pouco do passado, servindo, com isso, como referência desse passado. Passado este que não desejamos que se perca e caia no esquecimento. Por isso a denominação de lugares de memória, espaços que tem por finalidade reter e preservar informações do passado. Caso contrário, devido a rápida passagem do tempo e a constante modificação dos centros urbanos, estes espaços tenderiam a desaparecer por completo.

## 2 – O que é um documento?

Os documentos, assim como os monumentos, são dois dos materiais que servem de objeto para o historiador. Ao escrever a História, o historiador analisa o documento escolhido, confronta com outras fontes históricas e, por conseguinte, elabora a sua interpretação da realidade histórica analisada. Estes documentos são recortes, fragmentos que o pesquisador seleciona em detrimento de outros. Segundo Jacques Le Goff:

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal



do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (2003, p.525)

Sendo assim, podemos observar que os documentos são escolhas realizadas pelos historiadores, que ao efetuar um estudo sobre determinado fato histórico escolhe as fontes – documentos – a serem investigadas, fixam um recorte cronológico do período abordado e que, através desta análise, elaboram uma determinada interpretação do fato histórico, utilizado para isso pontos de vista, ideologias políticas e sociais do período o qual a análise esta sendo efetuada, ou seja, datada historicamente.

Como o objetivo deste trabalho é propor que o centro histórico de Paraty pode ser analisado como sendo um documento, convém entendermos o que se compreende por esse termo. Segundo Marilena Chaui:

Documento vem do latim, *documentum*, derivado do verbo latino *docere*, ensinar. *Documentum* era a prova judicial apresentada como testemunho escrito em um tribunal. Quando nos séculos XVI e XVII, juristas franceses se tronam historiógrafos, os documentos são considerados provas e fontes do passado, fundamento de uma história veraz. Essa concepção foi mantida pelos historiadores quando, a partir do século XIX, a história se tornou uma ciência. (CHAUI, 2006, p.115)

Com o positivismo, o documento ganha importância. Sua relevância acompanha a importância do texto. Neste momento, todo o historiador que se dedica à historiografia ou ao ofício do historiador recordará que é indispensável a utilização do documento (Le Goff, 2003, p.529). Ainda sobre a importância que os documentos passam a ter para a historiografia, Lefebvre afirmava durante o seu curso na Sorbonne que: “Não há notícia histórica sem documentos”; e precisava: “Pois, se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perdem-se” (Ibid). Neste contexto, percebemos que os estudiosos e aqueles que se dedicavam a historiografia consideravam e utilizavam em seus estudos, basicamente, o documento em sua forma escrita.

Sendo assim, aquilo que era considerado como sendo um documento estava restrito apenas a sua forma textual. Gradativamente, esta noção passa a se modificar e o entendimento que se tem por documento passa a ser ampliado. Le Goff diz que:

Se a concepção de documento não se modificava, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se. Em princípio, o documento era, sobretudo, um texto. No entanto, Fustel de Coulanges sentia o limite desta definição. Numa



lição pronunciada em 1862 na Universidade de Estrasburgo, declara: “Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos [...]. Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação [...]. Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história. (2003, p.530)

Diante deste contexto histórico, percebemos que o termo “documento”, paulatinamente, vai se ampliando e que, mesmo o documento em sua forma textual prevalecer frente os pesquisadores, surgem intelectuais deste campo do saber que passam a considerar outras formas de registro da ação humana que não simplesmente o documento escrito. Assim, pinturas rupestres, registros orais, conjuntos arquitetônicos, dentre outros exemplos, passam a ser considerados, também, fontes documentais para o historiador.

Em 1929 surge um movimento chamado Escola dos Annales, movimento historiográfico derivado da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* que, dentre outras propostas, criticava a visão positivista da história, a qual era escrita defendendo grandes feitos, nomeando heróis, celebrando datas, defendendo, assim, uma história mais crítica. Defendia, ainda, a adoção de outros tipos de fontes, e não simplesmente a documentação escrita e propunha uma interdisciplinaridade, ou seja, uma aproximação da História com as Ciências Sociais, sobretudo a Sociologia.

Com isso, os fundadores da revista dos Annales, os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, pioneiros na defesa de uma nova forma de se produzir história, ou de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento (Ibid). Afirma Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. [...] Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entrelaçada que supre a ausência do documento escrito? (apud)

Já Marc Bloch, em sua obra, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, também defende a ampliação do conceito de documento e que para os estudos empreendidos por pesquisadores, estes não devem se ater, basicamente às fontes documentais escritas, pois



existem outros vestígios ricos de informações e que carecem de ser melhor analisados. Isso por que

[...] seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. Que historiador das religiões se contentaria em compilar os tratados de teologia ou coletâneas de hinos? Ele sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário dos túmulos têm tanto a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos”. (BLOCH, 2002, p.80)

143

O arquivista e historiador francês Charles Samaran, no prefácio da sua obra *L'histoire et sus méthodes*, afirma que: “Não há história sem documento”. Em seguida ele desenvolve esta afirmação: “Não há história sem documento”, com esta precisão: “Há que tomar a palavra “documento” no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira” (apud).

Com isso, podemos perceber que vários pesquisadores desde a segunda metade do século XIX e, principalmente, na primeira metade do século XX saem em defesa da ampliação do conceito de “documento”, argumentando que não devemos nos ater, exclusivamente, na fonte documental escrita, pois existem vários outros recursos que “guardam”, “registram” vestígios de atividades humanas e que não estão escritos em pergaminhos, papéis, etc. Dentre esses recursos, encontramos as construções históricas, sejam elas castelos medievais, muralhas, escadarias, aquedutos, arcos, e centros históricos. Com base nesta proposta de ampliação do termo “documento” por parte do historiador, podemos considerar o centro histórico de Paraty como sendo um documento histórico.

### **3 – O centro histórico de Paraty como lugar de memória e como documento**

Acredita-se que sua fundação tenha sido em 16 de agosto de 1531, dia esse em que a expedição de Martim Afonso de Souza, que ia do Rio de Janeiro à capitania de São Vicente pela costa, aportou na região. Esse dia, 16 de agosto, é dia de São Roque, tido como o primeiro padroeiro da cidade. São Roque é, ainda, o nome do morro a direita do rio Perequê-Açu, onde se iniciou a ocupação do que hoje compreendemos como sendo o município de Paraty. A partir de 1597, uma grande expedição com aproximadamente 2.700 homens e liderada por Martim Corrêa de Sá, vinda do Rio de Janeiro com destino ao interior chega à Paraty. O período



compreendido entre 1597 e 1600 é considerado como sendo o momento de aparecimento de Paraty no cenário histórico brasileiro. 1

No ano de 1630 o Capitão Mor João Pimenta de Carvalho esteve em Paraty, vindo da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém – ou Capitania de São Vicente - onde distribuiu terrenos entre vários colonos, fato esse que contribuiu para a fundação do povoado que mais tarde se tornaria a Vila de Nossa Senhora dos Remédios. Dentre os contemplados por essa distribuição de terras, estava sua filha Maria Jácome de Melo, que em 1635 doou parte de suas terras a beira mar para a construção e ampliação da Vila Velha de Paraty (outro nome dado ao morro de São Roque). Para esta doação ser considerada válida, impôs duas condições: a de ser construída, na parte doada, uma capela em louvor a Nossa Senhora dos Remédios, homenagem a sua santa de devoção; e a proibição de se molestar os índios que viviam em uma taba a beira mar. 2

Em 1646 tem início a construção de madeira e pau a pique a capela em louvor a Nossa Senhora dos Remédios que, posteriormente, foi derrubada para a construção da atual Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Esta obra iniciou-se em 1747 e foi concluída no ano de 1822. 3 Em 1660 o alferes Domingos Gonçalves de Abreu chefio uma revolta popular a favor da autonomia do povoado. Dessa revolta, foi levantado em praça pública o Pelourinho, elemento significativo de autonomia de um povoado, estabelecendo a jurisdição de leis civis e criminais e desvinculando-a da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis elevando, com essa medida, o povoado à condição de Vila. 4 Esse impasse sobre o desligamento e a autonomia da nova Vila de Paraty termina em 28 de fevereiro de 1667, quando o rei Dom Afonso VI, informado de tal celeuma, aprova a autonomia de Paraty assinando a Carta Régia em que reconhece a independência do povoado sob o título de Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Em 02 de outubro de 1667 instalou-se a primeira Câmara Municipal e foram nomeados os juízes e autoridades da nova vila. 5

Em 17 de dezembro de 1813 a vila foi enobrecida com o título de “Condado de Paraty”, sendo nomeado como primeiro conde Dom Miguel Antônio de Noronha Abranches Castelo Branco, título esse conferido pelo rei D. João VI. Em 10 de março de 1844 a vila de Paraty é elevada a condição de cidade, através da Lei Provincial nº 302 e em 03 de janeiro de 1890 tem início a formação judiciária de Paraty, com a criação da Comarca de Paraty através do decreto nº 31. 6



O Decreto-lei nº 1450, de 18 de setembro de 1945 e assinado pelo interventor federal do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, erige a cidade de Paraty em Monumento Histórico Estadual. Dentre outros pontos considerados, destacam-se o conjunto arquitetônico e urbanístico do município de Paraty, que conserva características expressivas da arte tradicional brasileira e significativas peculiaridades regionais e, ainda, a valorização deste mesmo conjunto arquitetônico por seu excepcional valor histórico e artístico, sendo de utilidade cívica e cultural sua preservação. 7

Com base nas fontes analisadas, percebemos que o fato do município de Paraty ter sido elevado à categoria de Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro, em 1945, não foi suficiente para a sua preservação e que o fato de ter sido reconhecida como monumento estadual não surtiu o efeito desejado. Isso por que, em 13 de junho de 1957 Carlos Drummond Andrade, então chefe da seção de história da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN (DET/SPHAN) acha conveniente inscrever no Livro do Tombo o conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty, com o objetivo de assegurar, de forma definitiva, os valores históricos e artísticos do município, onde requer, ainda, a delimitação da área atingida pelo tombamento. 8

Esta petição foi encaminhada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então o dirigente da instituição, que a analisou e enviou uma notificação, em 1º de agosto de 1957, ao então prefeito do município de Paraty, informando da determinação de se inscrever no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes (Art.4º, I e III do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937) o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty. 9 No dia 13 de fevereiro de 1958, após deliberação do Conselho Consultivo, Rodrigo Melo Franco de Andrade determinava que fossem feitas as inscrições no Livro do Tombo de nº I e III. Neste mesmo dia, Carlos Drummond Andrade realiza as inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº 17, folha 4, e no Livro do Tombo de Belas Artes, sob o nº 441, folha 82. 10

Em documento endereçado ao então presidente João Goulart, 11 Júlio Furquim Sambaqui, então Ministro da Educação e Cultura, pede que seja declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos do Morro de São Roque, também conhecido pelos nomes Morro do Pontal ou do Forte, onde se localiza, no alto deste morro, o Forte Defensor Perpétuo, um dos principais monumentos históricos de Paraty e importante na defesa da baía do município, principalmente no período da mineração – séculos XVII e XVIII – quando o porto





de Paraty servia de escoadouro dos metais retirados das minas gerais e eram transportados até o Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Este pedido de desapropriação tem por finalidade salvaguardar a área entorno do Forte Defensor Perpétuo e também conter o avanço da especulação imobiliária, que sem tais medidas poderiam contribuir para a descaracterização ou mesmo afetar as estruturas do terreno onde se localiza o referido monumento histórico. Tal proposta objetiva, ainda, proteger a riqueza arquitetônica da tri-centenária cidade de Paraty, bem como de sua paisagem natural.<sup>13</sup> Nesta petição, encontramos a seguinte passagem sobre o conjunto arquitetônico de Paraty:

(...) Paraty constitui, entre as cidades que sucederam às vilas brasileiras erigidas no período dos séculos XVII e XVIII, aquela onde a disposição dos logradouros e a arquitetura civil e religiosa (principalmente a primeira) mantiveram melhor as características originais. Importa acentuar sobretudo que o conjunto urbanístico e arquitetônico da antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios está ainda, felizmente, valorizado pela notável paisagem em que fica situado (...) <sup>14</sup>

Este trecho serve para mostrar que ao se debater a importância de se preservar e de se criar instrumentos públicos com o intuito de proteger o denominado “bairro histórico”, não apenas eram utilizados argumentos em defesa do conjunto arquitetônico e a sua importância histórica e artística. Também se buscava preservar e valorizar o conjunto histórico da cidade de Paraty pelo viés da natureza, ou seja, explorar as belezas naturais do município, como a Baía da Ilha Grande, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Serra da Bocaina e a Serra da Mantiqueira.

O documento – E.M. nº 59 – informa que Pedro Aleixo, então Ministro da Educação, redige um documento ao presidente Castelo Branco requerendo fosse erigida em Monumento Nacional o município de Paraty. O Ministro da Educação argumenta que apesar do município ser considerado Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro e estar inscrito no livro do tomo, estas medidas se mostraram insuficientes “para as finalidades visadas, enquanto ocorrências novas vieram agravar os riscos de deformação a que se acha exposta a região em causa. Em tal conjuntura, há empenho de se estabelecer em benefício do acervo de Parati um regime de defesa mais aperfeiçoada, na expectativa da instituição de um diploma legal destinado a garantir melhor a preservação das cidades-monumentos de nosso país”. <sup>15</sup>

Além do pedido de Pedro Aleixo e de detalhes do plano de urbanização, o documento endereçado a Castelo Branco traz, ainda, algumas plantas e imagens do município de Paraty, até mesmo para facilitar a compreensão da proposta do plano de urbanização, um breve histórico



sobre a localidade e de trechos do prospecto arquitetônico, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa para ser publicado pela DPHAN em virtude do tricentenário de Paraty. Sobre a cidade, afirma o arquiteto:

Do ponto de vista da arquitetura civil, Parati, é mais um testemunho daquela serena maturidade a que a colônia – impedida de qualquer contato que não fosse com o mundo português -, se viu conduzida, como criança asilada, e da qual resultou esse modo simples e peculiar de ser e de expressar-nos, isto que, em termos arquitetônicos, se traduz no que se chama “estilo”, - o nosso estilo: plantas regulares, alçados simples, pequenos saguões, recortes de madeira, treliças de resguardo, caxilharias envidraçadas, beirais corridos. 16

147

Além de tais manifestações, podemos nos questionar, ou mesmo tentar entender, os motivos pelos quais o Estado deveria elevar a cidade de Paraty à Monumento Nacional. Para isso, traremos algumas citações – além do trecho da matéria de Lúcio Costa *supracitado* - que analisam a relevância do município, seja por sua importância histórica, seja pelo seu estilo arquitetônico. “O valor arquitetônico reside na integridade do conjunto urbano e na unidade do casario que o compõem, ritmado pela sequência das portas e janelas convidativas junto às calçadas, que acompanham o retilíneo das ruas” (Site SEBRAE, 2011).

O centro histórico de Paraty oferece ao visitante uma experiência singular no que se refere à percepção dos ambientes urbanos coloniais, por duas características básicas: estar totalmente implantada em terreno plano junto ao mar e ter traçado cartesiano. Com isso, descobre-se através de cada novo plano, o que torna Paraty tão especial (Site SEBRAE, 2011).

Para corroborar a ideia da peculiaridade e beleza do conjunto urbanístico de Paraty, trazemos um fragmento do capítulo destinado à cidade de Paraty e a Baía da Ilha Grande, presente no livro “As missões da UNESCO no Brasil”:

(...) Parati está praticamente intacta. Construída segundo uma planta xadrez cujos eixos leste-oeste divergem ligeiramente em direção ao mar e cujas transversais norte-sul fazem uma leve curvatura que corresponde a essa divergência, Parati constitui um exemplo urbanístico bem sucedido de um plano pré-concebido, mas não rígido. Assim, as perspectivas são muito felizes, e a simetria geral que inspira essa composição tem ali um caráter mais biológico do que friamente geométrico (PARENT, 2008, p.70).

Esse formato xadrez da arquitetura urbana de Paraty conta, ainda, com o fato de que as ruas, em estilo “pé de moleque”, calçamento feito com grandes blocos de pedras, convergiam de forma não muito acentuada para o centro da via, formando uma leve canaletas. Todo esse cuidado tem uma explicação e talvez aí encontremos a explicação da afirmação final do



fragmento acima citado, de que “tem ali um caráter mais biológico do que friamente geométrico”.

Quando o atual município de Paraty foi se construindo e se estruturando, séculos XVII e XVIII, principalmente, não havia saneamento básico, redes de esgoto, tubulações, etc. As pessoas locais despejavam seus dejetos nas ruas. Como forma de limpar o calçamento e evitar a proliferação de endemias e contaminações, a cidade foi projetada à beira da baía da Ilha Grande e nesse formato quadrangular-xadrez e ruas com leve caimento para o centro. E por que dessa maneira? Com a alta das marés, principalmente em dias de lua cheia, a água invadia as ruas da cidade e fazia a “limpeza” das ruas. Com a baixa das marés, boa parte dos detritos era levada ao mar, “limpando” o calçamento do bairro histórico. Se repararmos nas construções do centro histórico, notaremos que as casas e sobrados são construídos um pouco acima do nível do calçamento e muitos, ainda, possuem um degrau nas portas, para impedir a entrada das águas das marés quando essas “invadirem” as ruas do bairro histórico.

Quatro igrejas barrocas – a Matriz, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora do Rosário, Santa Rita de Cássia e a capela de Nossa Senhora das Dores – constituem os pontos monumentais desse quadrilátero.

O principal interesse de Paraty resulta da excepcional homogeneidade de sua arquitetura urbana, composta de cerca de 500 residências, algumas delas sobrados, outras casas térreas, cujas características são típicas da arquitetura brasileira do século XVIII: coberturas de telhas-canal com cornija muito proeminente, altas aberturas com lintéis curvos ou festonados, gelosias de madeira, paredes geralmente coloridas com contrastes quentes e realçadas pela coloração dos enquadramentos das aberturas, e balcões no primeiro andar dos sobrados (Ibid).

Dando continuidade a alguns fragmentos selecionados que tratam de abordar o conjunto arquitetônico e histórico de Paraty, trazemos, a seguir, o trecho de um documento que analisa o bom estado de conservação do bairro histórico tendo em vista o declínio econômico da cidade e, conseqüentemente, do êxodo e da quase estagnação pelo qual Paraty passou, sobretudo, em fins do século XIX e início do século XX. O documento afirma que “a decadência de Paraty trouxe um saldo positivo. A cidade é considerada (dada a sua localização e acesso difícil) entre as que foram criadas nos séculos XVII e XVIII, como a que melhor preservou a disposição de logradouros e arquitetura civil e religiosa”.<sup>17</sup> Em outra parte do mesmo documento acima transcrito, encontramos referências sobre o estado de conservação do casario, das igrejas, das



ruas, o que chama a atenção de turistas e pesquisadores, fazendo com que haja empenho em preservar o centro histórico e impedir novas construções ao seu redor e a depredação das antigas construções. Assim, o centro histórico de Paraty chama a atenção e faz com que, neste momento, o município se empenhe para que o governo federal declare-o monumento nacional, sob a alegação de que

os antigos sobrados com suas portas altas, paredes grossas e resistentes, sacadas de ferro e os lampadários ainda são os mesmos do século XVIII. As ruas estreitas calçadas pelos escravos guardam as lembranças das tropas de mulas que traziam o ouro de Minas Gerais. As igrejas, a cadeia, o grande casarão do Fórum com suas janelas azuis voltadas para a baía, as casas baixas de um só piso, os poucos engenhos que sobraram, conservam as linhas simples e puras da arquitetura colonial. Paraty ainda é a mesma cidade da época do ouro, um dos mais ricos conjuntos arquitetônicos do Brasil colônia.  
18 Grifo nosso.

149

Diante de tal campanha e de tais argumentos em pró da preservação do município de Paraty, o presidente da república, Castelo Branco, assina o Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966, convertendo o município fluminense de Paraty em Monumento Nacional. Sendo assim, desde a segunda metade da década de 1960, Paraty é considerada parte importante da história nacional, tendo em vista que seu conjunto arquitetônico é considerado um dos mais bem preservados de todo o país e, ainda, pelo fato da cidade nos remeter ao período colonial brasileiro.

Assim, podemos considerar Paraty uma cidade histórica e um “lugar de memória”, pois armazena vestígios, restos (Nora, 1993, p.12) de um passado que procura se reter, resguardar, tornar acessível ao público em geral, e que nos remete à fatos, situações, períodos importantes da história nacional, ou seja, da nossa memória coletiva. Ainda nos detendo na expressão “lugares de memória”, não podemos deixar de mencionar, Michael Pollak, que ao analisar os lugares como sendo um dos elementos da memória, dialoga com Pierre Nora. Em seu texto “Memória e identidade social”, Pollak pontua três elementos constitutivos da memória, tanto a individual quanto a coletiva. Estes elementos são: os acontecimentos, as pessoas e/ou personagens e, por fim, os lugares. Lugares estes que servem de apoio da memória (1992, p.3). Aqui fizemos uma breve abordagem sobre a questão da “memória”, pois este tema se relaciona com o conceito que analisamos neste trabalho, qual seja, “documento”, onde os documentos servem de suporte para a memória. Marilena Chaui afirma que os “monumentos, documentos,



coleções, objetos antigos e ícones constituem os suportes da memória, ou seja, a expressão objetivada da lembrança coletiva.” (CHAUI, 2006, p.114)

Com isso, podemos perceber que é possível considerar o centro histórico de Paraty como sendo um “documento histórico”, pois o mesmo traz elementos, vestígios da época colonial brasileira e mostra aos seus visitantes características deste período, que ao passear por suas ruas em estilo pé-de-moleque, observar os casarios antigos e suas igrejas em estilo barroco poderão “entrar em contato” com este passado colonial, período este que procuramos reter ao elaborarmos políticas públicas que tenham por finalidade preservar o patrimônio histórico e artístico deste município do sul fluminense.

## Notas

1 Documento da prefeitura de Paraty. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Série Inventário. Paraty RJ. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade. I.RJ – 0210-01.

2 Ibid.

3 Ibid.

4 Ibid.

5 Ibid.

6 Ibid.

7 Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

8 Petição de Carlos Drummond Andrade, então chefe da Seção de História, solicitando a Rodrigo M. F. Andrade autorização para inscrever o conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty no Livro do Tombo.

9 Notificação 787, informando o prefeito de Paraty sobre o pedido de tombamento da cidade. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

10 Documento em que Rodrigo M. F. Andrade autoriza a inscrição da cidade de Paraty nos Livros do Tombo 1 e 3. No mesmo dia, Carlos Drummond Andrade realiza o requerido tombamento. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

11 Documento de Júlio Furquim Sambaqui ao então presidente João Goulart. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

12 Ibid.

13 Ibid.

14 Ibid.

15 Petição de Pedro Aleixo ao então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco sobre a possibilidade de conversão de Paraty em Monumento Nacional. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.



- 16 Material elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa sobre Paraty. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty.
- 17 Documento relatando o histórico do município de Paraty. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty.
- 18 Ibid.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. *Processo nº 563-T-57 – Conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Paraty.*

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Série: *Inventário: Paraty*. I.RJ – 0210.01.

### Obras gerais

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002. P.80

CHAUÍ, Marilena. Direito a memória: natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental. In: \_\_. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. P.103-138

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Maria Cecília Londres Fonseca, 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003

LE MOS JÚNIOR, Waldiney de Oliveira. *Preservação do patrimônio histórico e artístico – Paraty: de feitoria a monumento nacional*. Monografia de conclusão de curso de História, LaSalle, Niterói, 2011

NORA, Pierre. 1981. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*, Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 10, 7-28.

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. In: LEAL, Cláudia F. Baeta (Org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro, IPHAN, COPEDOC, 2008.

POLLAK, Michael. 1992. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 5, nº 10, 200-212.





## A ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES/RS. O MONUMENTO E A AÇÃO DO ESTADO

MARCHI, Darlan de Mamann

*Doutorando Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural  
da Universidade Federal de Pelotas. (Capes)  
darlanmarchi@hotmail.com*

152

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi

*Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas*

### Resumo

São Miguel das Missões no noroeste do estado Rio Grande do Sul e as ruínas do templo do antigo povoado jesuítico-guarani, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, são os principais marcos identitários para toda àquela região. O território dos Sete Povos das Missões foi palco da implantação do projeto da Companhia de Jesus para a catequização dos nativos, ao mesmo tempo em que assegurou a garantia do território para a coroa espanhola nos séculos XVII e XVIII. Neste artigo busca-se discutir o processo de ativação patrimonial dos remanescentes arquitetônicos do antigo povoado jesuítico-guarani de São Miguel das Missões, o mais significativo dos povoados do lado oriental do rio Uruguai. Através de imagens que remetem à valorização das ruínas no século XX, pode-se perceber a transformação da paisagem através da ação do Estado. Da mesma forma, essa afirmação do bem cultural como fator preponderante para a identidade regional também foi dialogando com os novos sentidos que o patrimônio cultural adquiriu no decorrer do século XX.

**Palavras-chave:** São Miguel das Missões, patrimônio cultural, ação do Estado.

### Abstract

São Miguel das Missões in the northwest of the state Rio Grande do Sul and the temple ruins of the former Jesuit-Guarani village, now a World Heritage Site by UNESCO, they're the main identity marks to all that region. The Seven Peoples Missions' territory was hosted Company's Jesus project implementation in order of catechizing the natives, while assured that territory for to the Spanish crown in the seventeenth and eighteenth centuries. This article seeks a discuss about balance activation process of the architectural remnants of the means of Jesuit-Guarani village of San Miguel Mission, the most significant of the villages on the eastern side of the Uruguay River. Through of pictures that refer to the appreciation of the ruins in the twentieth century, so can see the transformation of the landscape through of the state action. Otherwise, this is a statement of the object regional identity was also been changing the landscape with the new meanings that cultural heritage has been acquired during the twentieth century.

**Keywords:** San Miguel Mission, cultural heritage, action state.



### Considerações iniciais

O presente texto, parte das reflexões iniciais da pesquisa de doutoramento em andamento e visa discutir as ações do estado brasileiro nas políticas da preservação do patrimônio na região das Missões no Rio Grande do Sul. Para isso, tomam-se como objeto de análise algumas fotografias, tiradas em diferentes períodos, das ruínas da antiga igreja do período jesuítico-guarani de São Miguel das Missões. Visualizadas em conjunto e de maneira cronológica, essas imagens permitem observar as transformações da paisagem do lugar pela ação direta dos poderes instituídos. Para isso, propõe-se uma discussão que aborde o desenvolvimento do processo de patrimonialização do sítio de São Miguel das Missões e as confluências dessas ações com as políticas de patrimônio ao largo do século XX.

Para subsidiar a discussão, parte-se da premissa de Llorenç Prats (1998) sobre a “ativação de repertórios patrimoniais”. Para o teórico, a ativação de um bem cultural como um elemento simbólico se alça num complexo contexto que engloba

(...) los valores hegemónicos cambiantes, con las autoridades disciplinarias y corporativas socialmente sancionadas y, en definitiva, con la ratificación social de los criterios de selección y activación, todo lo cual, si atendemos a los vaivenes que se dan en la fijación y revocación de la causuística (cuantos genios no aparecen y desaparecen de nuestra historia, cuantos monumentos no caen ora en el olvido para resurgir más adelante...) produce una sensación de inestabilidad que se acrecienta conforme acercamos a los márgenes del pool (patrimonial). (PRATS,1998, p. 66)

Todo esse movimento que compõe a ativação de um bem como patrimônio passa muitas vezes despercebido pelas comunidades. Não que as comunidades também não sejam protagonistas no reconhecimento e elevação de um bem cultural como simbólico para manutenção de seu status, porém, existe nos meandros dessa ativação a luta direta de poderes que legitimam essa escolha (Idem, p. 69). Assim, analisar a formação de um discurso identitário que caracteriza uma região, a partir do seu patrimônio oficial, permite compreender as reentrâncias desses processos de constituição do lugar e também do lugar na constituição da identidade de um grupo.



No caso específico das Missões, a ativação das ruínas de São Miguel como monumento representativo da região ocorre dois séculos após a construção desse edifício – inicialmente um templo católico erguido pelas mãos dos indígenas orientados pelos religiosos da Companhia de Jesus. Mas foi no século XX, após inúmeros acontecimentos que levaram ao fim do período reducional no século XVII e disputas de território no século XIX, que os remanescentes arquitetônicos foram valorados e assegurados no papel de protagonistas na paisagem e no imaginário da região missioneira no Rio Grande do Sul.

### **Antecedentes Históricos**

As reduções jesuítico-guarani foram parte do projeto de colonização da coroa espanhola no entorno dos rios Uruguai e Paraná nos séculos XVII e XVIII e que hoje compreendem os territórios de Argentina, Paraguai e Brasil. Os aldeamentos implantados por religiosos tinham por objetivo a evangelização dos indígenas, em sua maioria da etnia Guarani, e ao mesmo tempo a garantia da manutenção do território, dentro de um processo cambiante de disputas entre as coroas ibéricas (BRUXEL, 1987).

Ainda em princípios do século XVII as Reduções, não só do Tape (hoje Rio Grande do Sul), mas também do Guairá (região do Paraná) e Itatim (Região do Mato Grosso do Sul), sofreram intensos ataques dos bandeirantes paulistas que escravizavam os indígenas aldeados e levaram a destruição completa de muitos povoados. Apenas em meados daquele século após inúmeros reclames dos jesuítas contra os bandeirantes e do enfrentamento dos indígenas às bandeiras no conhecido episódio da Batalha de Mbororé, é que um ciclo de parcial tranquilidade possibilitou o desenvolvimento dos povoados jesuítico-guaranis (MELIÁ, 1995. 113).

Os jesuítas que anteriormente haviam migrado para o lado ocidental do rio Uruguai, retornaram a ocupar a região oriental fundando as sete povoações, algumas delas nos mesmos lugares dos povoados abandonados quando dos ataques dos bandeirantes. De 1687 até 1707 todas as sete cidades estavam instaladas, com significativas populações e economia baseada no cultivo de cereais e na pecuária. A religião era o fator preponderante e assim o tempo, as atividades públicas, os trabalhos e os ensinamentos estavam mergulhados na aura do cristianismo e no objetivo evangelizador do trabalho dos jesuítas. A própria composição da



estrutura urbana dos povoados demonstrava o papel central do espaço de culto. Para Jean Baptista,

Dentre os espaços missionais se destaca, primeiramente, aquele diretamente relacionado aos jesuítas – oficinas, claustro/escola, igreja, cemitério e *cotiguaçu*, além de outros setores de produção. Há muito essa área é considerada o coração dos povoados, ponto nevrálgico de onde, por meio dos padres, emanaria a ordem, o saber, a crença e a identidade local. (BAPTISTA, 2009, p.23)

155

Todavia Baptista (2009) afirma ao longo do seu minucioso estudo, que essa estrutura estava perpassada pela diversidade do diálogo intercultural, onde a cultura e modo de ser dos Guarani estava mesclada ao conjunto de instrumentos implementados pelos jesuítas para a fruição do projeto missional. Esse entendimento estava também representado na própria constituição material do povoado e no seu planejamento urbano.

Nos “pueblos de indios”, entretanto, uma concessão foi feita aos padrões de habitação indígena: as ruas não separavam quarteirões, mas sim casas isoladas. Conhecemos muito bem o padrão construtivo das ocas indígenas, ou seja, das casas grandes que abrigam toda uma família extensa de parentes próximos (...). Nos povoados indígenas das missões, as ruas, que se organizavam segundo o plano em grade do Renascimento, separam grandes casas indígenas e não quarteirões de casas, como nos povoados dos brancos conquistadores (KERN, 1994, p. 36)

O conjunto dessas estruturas de pedra erguidas no decorrer do século XVII é que vão formar os remanescentes arquitetônicos que serão preservados pelas políticas de patrimônio no século XX. O que um dia foi um lugar habitado, no seio de uma sociedade com intensas trocas culturais e dentro do contexto do período colonial, acabou sofrendo com as disputas territoriais das coroas de Portugal e Espanha e com os reveses provocados pela guerra e o conseqüente abandono dos povoados entre a segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX.

Cenário de uma região de fronteira, as Missões foram palco de confrontos e instabilidades. Os chamados sete povos do lado oriental do rio Uruguai foram trocados com Portugal pela Colônia de Sacramento quando da assinatura do Tratado de Madri. Conforme o acordo o território que agora passava ao domínio português, exigia que toda a população indígena migrasse para os povoados a ocidente do rio Uruguai, abandonando os Sete Povos.



O Tratado de 1750 desencadearia a Guerra Guaranítica, onde os indígenas levantaram-se contra os exércitos de Portugal e Espanha, o que levou ao massacre de indígenas e ao cumprimento do tratado. Mais adiante ocorreria a expulsão dos jesuítas do território, configurando o golpe final para o declínio dos povoados. Todo esse quadro, ocorrido na segunda metade do século XVIII, terminaria por “sepultar as aspirações utópicas de uma ‘terra sem mal’”, o que ficou evidenciado através do abandono dos povoados no século XIX e sua conversão em ruínas “em meio à selva subtropical, materializando um sonho desfeito”. (KERN, 1994 p. 88-89)

Alguns viajantes estrangeiros como o francês Auguste Saint-Hilaire e o alemão Robert Avé-Lallemant passaram pelas Missões no século XIX e deixaram registros escritos dessa experiência. No ano de 1820, Saint Hilaire ao passar por São Miguel faz referência a baixa densidade demográfica da região. Em cada povoado visitado, Saint Hilaire (2002, p. 361-382) registrou seu contato com moradores locais, bem como os novos usos dados aos escassos imóveis do período missioneiro que ainda se mantinham. Porém, dentre todos os povoados, considerou São Miguel como um dos que se mantinham mais conservados, dentro da realidade que se impunha à região. Da mesma forma, falou do estado de ruína em que estava o templo do povoado, e que uma nova igreja, de proporções menores, já havia sido contruída para substituir a antiga junto aos poucos moradores.

No ano de 1858 Avé-Lallemant ao chegar a São Miguel descreve de maneira minusciosa o lugar. A praça, o claustro, as oficinas e todas as obras em pedra que agora se encontravam em meio à mata. Em relação à igreja o viajante discorre sobre detalhes da arquitetura e das proporções da obra, do que vale destacar o seguinte trecho:

E essa construção, engenhosa e gigantesca, ali estava convertida em tristes ruínas! O tecto dos propileus e da abóboda estavam totalmente desmoronados. No chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre está rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedrase nas volutas crescem viçosamente cactos gigantes, uma floresta de criptógamas e até árvores, pouco ficando a dever aos jardins suspensos de Semíramis. Maravilhosas borboletas esvoaçavam sobre as ruínas no alto, nos mais elevados pontos, os pássaros da floresta chilreavam e sua canção da tarde sobre a solidão profunda, grave, premonitória. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 237)



Como se pode observar o viajante ao mesmo tempo em que falava da grandiosidade da obra e do abandono do antigo templo, mesclava ao discurso elementos da natureza que naquele momento, junto à ruína, formavam a paisagem da localidade. Os viajantes lançavam seu olhar romântico sobre o lugar num período em que a noção moderna de patrimônio, instituído e tutelado pelo Estado, ganhava destaque na Europa. Além de utilizar-se do discurso do Romantismo e das viagens a lugares inóspitos, a efervescência da cultura material através dos colecionadores e antiquários também dialogava com a formação dos Estados Nacionais e a construção dos símbolos que efetivavam as identidades e garantiam o êxito das repúblicas.

Assim sendo, o reconhecimento cultural empreendido por escolhas de agentes do Estado atua diretamente no processo de legitimação do poder (ANDERSON, 2008). Nesse processo estão implicadas questões políticas e discursivas que constroem uma ordem simbólica a partir do patrimônio cultural, ou seja, daquilo que é eleito para a representação de grupos sociais. O patrimônio constitui-se assim em seu papel político nem sempre declarado, mas sempre presente. Todo esse processo naturalizado pelas comunidades tangencia uma interpretação específica, uma versão para o bem cultural, um processo incorporado pelos estados nacionais que formularam regras e passaram a legislar sobre esses bens simbólicos (POULOT, 2008).

### **A ação do Estado em São Miguel**

São Miguel das Missões a partir de 1873, com a emancipação política de Santo Ângelo da cidade de Cruz Alta, passou a ser distrito do novo município. A localidade seria conhecida como terceiro distrito de Santo Ângelo até o ano de 1988, quando passa a ser independente administrativamente. No princípio do século XX, Santo Ângelo possuía um vasto território na região noroeste do Rio Grande do Sul que abarcava lugares que estavam em processo de colonização por novas levas de imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, além da anterior ocupação a partir da Lei de Terras<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Lei do Império nº 601/1850, que “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o





Nesse panorama, é que lotes passam a ser vendidos pelo município na área urbana da vila de São Miguel, ou seja, no entorno das ruínas do antigo povoado. No Jornal A Semana, de 24 de fevereiro de 1921, encontra-se uma nota de primeira página intitulada “Os terrenos de S. João e S. Miguel”, que relata a visita do intendente de Santo Ângelo Coronel Braulio de Oliveira e do agrimensor Heitor Pinheiro Machado às localidades dos antigos povoados para os primeiros contatos a fim de proceder às medições dos terrenos e a promoção de um traçado organizado para as vilas, algo que, segundo o periódico, era esperado há muito tempo pelos habitantes dos povoados.

Durante esse mesmo processo, a localidade é reconhecida por sua importância histórica. Mais precisamente no ano de 1922 o estado do Rio Grande do Sul, através da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obras Públicas reconhece o espaço das ruínas como “lugar histórico”, representativo da formação do povo gaúcho. Na região missioneira, com base administrativa em Santo Ângelo, o poderio político estava também fortemente marcado pelo republicanismo e o sistema de coronéis nomeados pelo governo estadual naquele momento. O reconhecimento da localidade se dá de forma verticalizada nesse primeiro momento e a partir de então ocorrem às primeiras intervenções para a manutenção das ruínas.

As primeiras ações de restauro ocorrem entre 1925 e 1927, sob a coordenação do engenheiro João Dahne. O corte das árvores que tomavam o lugar, o reforço das paredes através da colocação de trilhos de trem de entre as estruturas e o cercamento das ruínas caracterizam algumas dessas primeiras intervenções (STELLO, 2005). Partindo dessas primeiras ações, é que a paisagem da cidade como se tem hoje, ou tal como é identificada como ícone do patrimônio histórico, foi sendo constituída, mantendo reminiscências materiais do passado missioneiro, junto às novas moradias que despontavam no entorno.

---

Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)> Acesso em: 18 jul. 2014.

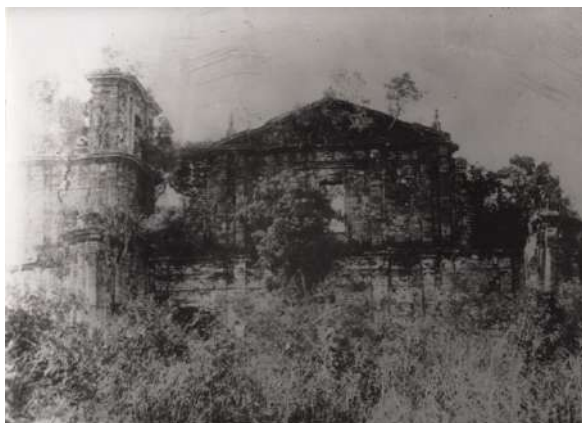


Figura 1 – Ruínas de São Miguel das Missões entre o fim da primeira e início da segunda década do século XX. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo.

Figura 2 – Ruínas de São Miguel na primeira parte da década de 1920, quando das primeiras intervenções de preservação. Fonte: Fundo Kurt Michel. Arquivo Histórico Municipal de Santo Ângelo.

As figuras 1 e 2 retratam a atenção que passa a ser dada à ruína. A limpeza da vegetação fica visível na segunda imagem onde, entre as portas de acesso ao templo, algumas pessoas posam para a fotografia. Percebe-se que o fotógrafo ao promover o distanciamento focal da cena permite que se veja boa parte da fachada, o que permite também vislumbrar a dimensão do templo. Na mesma imagem se percebe que as obras estavam em processo, pois a vegetação ainda permanecia no interior da igreja enquanto que na parte externa já havia sido retirada. Contudo, as rachaduras na torre ainda não haviam sido sanadas.

Os procedimentos de restauro seriam aprofundados com o reconhecimento do sítio como patrimônio nacional ainda na década de 1930. O, então, recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, com o apoio de intelectuais modernistas, promoveu escolhas de bens materiais a ser preservados em todo o Brasil com a finalidade de definir os referenciais da identidade nacional. Nesse mesmo ano, o arquiteto Lucio Costa foi enviado para o Rio Grande do Sul, onde, por intermédio do literato gaúcho Augusto Meyer, recorreu os remanescentes dos Sete Povos das Missões e propôs através de relatório providências para a preservação, o que resultaria no tombamento de alguns desses remanescentes como patrimônio nacional em 1938 (MEIRA, 2008, p.223-224).

Lúcio Costa foi também o responsável pela obra do Museu das Missões. Obra modernista, com inspiração no estilo das casas dos indígenas missionários e construída dentro



do sítio. O museu inaugurado em 1940 passou a guardar o acervo da estatuária Guarani que era recolhida na região pelo então zelador do museu Hugo Machado<sup>1</sup>.

Em 1940, Alberto Lamego (p.55) na Revista do SPHAN<sup>2</sup> escreveu um texto sobre os Sete Povos das Missões, que iniciava com a seguinte frase: “No extremo noroeste do Estado do Rio grande do Sul, à margem esquerda do Rio Uruguai, está situada a cidade de São Francisco de Borja, onde viu a luz do sol o Sr. Getulio Vargas e que foi um dos Sete Povos das Missões”. No decorrer do mesmo texto exaltou novamente a figura do então presidente e demonstrou o tom nacionalista que norteavam as políticas patrimoniais do período:

Agora que o grande estadista que dirige a Nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos “Sete Povos das Missões”, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na (localidade) de São Miguel, para guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu, é de toda oportunidade darmos notícia das festas realizadas no Povo de São Francisco de Borja há quase dois séculos. (LAMEGO, p. 56)

O artigo de Lamego, que em sua maior parte trata da transcrição de documento que registrava os festejos religiosos da época missioneira no povoado de São Borja, inicia destacando a terra natal de Vargas, lembrando que a principal figura pública da Nação era também missioneiro. Havia uma tentativa mesmo que não explícita ou intencional de conectar os tempos históricos, aquele da “glória das Missões” com o atual, ou seja, da Revolução de 1930 e da proeminente figura de Getúlio Vargas frente ao Estado Novo.

Assim, as ruínas do antigo povoado jesuítico-guarani firmavam-se agora na paisagem local e oficialmente no livro de bens representativos do Brasil. Passavam assim ao patamar de dispositivo rememorativo do discurso de integração das raças na formação do cenário

<sup>1</sup> Mais informações sobre o Museu consultar: BAUER, Leticia. *O Arquiteto e o Zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 177p.

<sup>2</sup> Assim como algumas outras revistas publicadas pelo então Serviço do Patrimônio, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, sob a coordenação de Rodrigo de Melo Franco Andrade – disponíveis no endereço eletrônico do IPHAN na internet – a publicação discorre sobre vários bens culturais nacionais que passavam a ser valorados naquele momento. Os artigos assinados por diversos artistas e intelectuais versam sobre bens culturais de diferentes estados e que estavam sendo oficialmente reconhecidos, legitimando assim a ação do Estado e as ações de valoração e preservação destes bens edificados.



nacional. Mesmo não sendo a representação típica do barroco português e daquele estilo de sociedade colonial escolhida pelos modernistas, as Missões remetiam de alguma maneira a esse período de confluências culturais que demarcavam essa identidade que estava sendo gerada como oficial.

Em 1984 o conjunto arquitetônico de São Miguel foi declarado patrimônio mundial pela UNESCO, juntamente com outros sítios remanescentes das missões jesuítico-guarani em território argentino<sup>3</sup>. Além da representação histórica do seu passado colonial, São Miguel representa, contemporaneamente, um dos lugares que permite realizar uma leitura da trajetória do patrimônio cultural brasileiro.

161

### **O patrimônio: outros tempos, novos usos**

São Miguel das Missões é na atualidade permanece sendo uma pequena cidade que possui o único patrimônio cultural mundial no sul do Brasil. São pouco mais de sete mil habitantes que convivem com os remanescentes arquitetônicos do antigo povoado jesuítico-guarani de São Miguel Arcaño.

A trajetória das ações de preservação do patrimônio na cidade pode ser analisada através da intervenção do Estado na escolha e proteção do que deve ser preservado com a consequente modificação da paisagem da cidade a partir e com o sítio histórico tombado. Por outro lado, essas ações também foram sendo influenciadas conforme as novas concepções sobre o patrimônio passaram a influenciar nas políticas públicas no decorrer das últimas décadas do século XX. Nesse quadro também estão às relações entre o visível e o subjetivo que trabalharam e trabalham juntos na composição do lugar, nesse quase um século de reconhecimento oficial do patrimônio em São Miguel das Missões. As identidades no entorno da história missionária foram sendo moldadas a partir dessas ações.

Nesse sentido Joel Candau (2011 p. 131-133) ao diferenciar as questões de transmissão histórica e transmissão memorial, as diferencia a luz dos trabalhos de Nora e Halbwachs, no entanto, acaba por afirmar que a história é a “filha da memória”, uma vez que,

<sup>3</sup> UNESCO. *Jesuit Missions of the Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor (Argentina), Ruins of Sao Miguel das Missoes (Brazil)*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>> Acesso em 12 de out. de 2013.



### CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal. 8 a 10 de Outubro de 2014,  
2316-266X, n.3, v. 16, p. 152-166

“como a memória, a história pode recompor o passado a partir de ‘pedaços escolhidos’, tornar-se um jogo, objetos de embates e servir de estratégias militantes e identitárias”. Esses pedaços escolhidos da história, também podem ser pensados a partir do patrimônio, pensando esse como o reflexo de uma escolha material representativa e também como motor para a escrita da história.

Ao se debruçar sobre o caso de São Miguel, vê-se a história da trajetória patrimonial refetida nas imagens do patrimônio da cidade. Concomitantemente a esse processo ocorrem no interior dessas imagens a afirmação dos discursos identitários que são propalados através do patrimônio.

162



Figura 3 – Fotografia-postal de São Miguel das Missões. Entre as década 1940 e 1950. Fotógrafo: Bruno Schmidt.

Figura 4 – Cartão Postal. Brasil Turístico. Julho de 1966. Fonte: Instituto de estudos Brasileiros – USP. Fundo Ernani Brum. ESB-RS-051.

Figura 5 – Fotografia “Crianças Guarani, brincando em frente à redução São Miguel Arcaño”. Acervo particular do fotógrafo. Data: Março de 2000. Fotógrafo: Tadeu Vilani.





Destarte, as figuras 3, 4 e 5 permitem observar os usos do bem cultural e os novos significados que ele vai ganhando dentro do contexto das noções de patrimônio. Primeiramente vemos a figura preponderante da ruína ainda na década de 1940 (figura 3). No postal ainda em preto e branco o fotógrafo enquadra a ruína ao fundo, emoldurada no alto, à direita, por uma das grandes árvores dispersas pelo sítio. A fotografia possui um tom artístico e romantizado do lugar. Naquele momento, os resquícios materiais da igreja estavam recém consolidados e o sítio gerenciado pelo governo federal firmava-se no meio social através de seu valor histórico e cultural, possibilitando enquadramentos representativos desse discurso sensível e poético sobre o passado.

Imagens fotográficas da imprensa, cartões postais e materiais turísticos iniciavam a divulgação e propagação da ruína como um símbolo não só regional, mas também do Rio Grande do Sul. Na figura 4, um cartão postal de 1966, podem-se perceber as figuras dos gaúchos e prendas dançando em frente às ruínas. Assim como a dança, a vestimenta típica há ainda o destaque para o churrasco sendo preparado no fogo de chão e o chimarrão sendo tomado. Todos esses elementos configuram a construção da imagem folclórica do gentílico do Rio Grande do Sul afirmadas pelo gauchismo e que se juntavam agora a figura emblemática das ruínas como uma forma de conectar esses discursos.

A última fotografia trazida, feita no ano 2000, coloca em destaque os indígenas da Aldeia *M'bya* Guarani *Tekoa Kóénju* de São Miguel das Missões. Os habitantes da aldeia que hoje atuam na venda do seu artesanato junto ao Museu das Missões passaram a ser foco das ações patrimoniais, com pesquisas e inventários que tratam da sua relação com o sítio tombado. Isso ocorreu a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da UNESCO, ou seja, ações dessas agências dentro de um discurso contemporâneo de valorização dos entes humanos e culturas tradicionais que compõem os patrimônios. Na fotografia, assim como em outros materiais publicitários mais recentes sobre São Miguel, vemos as figuras dos indígenas frente ao monumento, refletindo na paisagem o entendimento antropológico do espaço cultural e a valorização subjetividade na constituição do patrimônio. Entendimento esse que se coaduna com as compreensões mais recentes das ações patrimoniais, que passaram a atuar no tema do patrimônio imaterial e da diversidade cultural.





O discurso a partir da paisagem que atua sobre os sentimentos de identidade em relação ao lugar, esses sentimentos são ativados pelas relações e percepções sinestésicas dos corpos que se relacionam com o ambiente e ficam visíveis através das representações dos cartões postais, guias turísticos e outros materiais desse tipo (TILLEY, 2006, p.13-14). Assim, as imagens, convertidas em representações temporais de um espaço patrimonializado, alteram-se através dos elementos humanos que vão sendo acrescentados ao espaço do sítio que tem ao centro um bem material referencial.

### **Considerações finais**

De acordo com Alois Riegl (2005), em sua concepção de monumento histórico, o valor atribuído de um bem cultural é relativo ao tempo de sua atribuição, o que é validado por Choay (2006) quando aborda que, na perspectiva da gênese do conceito moderno de patrimônio o século XIX foi por excelência o tempo de desvelamento das ruínas, sobretudo as greco-romanas, para um turismo histórico de maiores proporções. A partir disso, percebe-se a transformação das ruínas de São Miguel como um monumento, tanto pelo reconhecimento dos novos atores que povoaram a região no século XX, mas principalmente pela atuação do Estado que através dos remanescentes arquitetônicos do período colonial, principalmente do barroco, construíram um modelo de identidade da nação brasileira.

Através da observação de imagens fotográficas e cartões postais de diferentes períodos das ações sobre e com as ruínas de São Miguel, fica perceptível algumas intencionalidades desde sua ativação até os usos que foram sendo dados ao bem cultural. Conforme François Hartog (2014) a relação estabelecida entre o ser humano e os objetos do passado designam um período e uma forma de relação que a sociedade estabelece com o tempo. Entretanto, o historiador afirma que essa relação não é apenas passadista, uma vez que a visibilidade do bem patrimonializado interessa ao presente (HARTOG, 2014, p. 197).

Dessa forma, as ações de preservação inseriram o lugar do antigo povoado - com ênfase na imagem icônica da antiga igreja - na paisagem o que influenciou nas representações de uma população de diferentes etnias que povoou a região no século XX. As ações intervencionistas do Estado mantiveram e constituíram uma paisagem que romantizada atuou sobre a identidade local. Porém, assim como outros lugares com bens patrimoniais, São



Miguel segue (re) construindo simbologias, frente ao desafio contemporâneo tanto no âmbito concreto das ações restritivas do Estado, quanto no âmbito da subjetividade das comunidades que atribuem significados ao lugar.

Assim, ao mesmo tempo em que “congela” e apresenta uma realidade vinculada a diferentes temporalidades, e possibilita conexões com o passado imediato e com o passado histórico, a fotografia também nos indica interpretações possíveis para uma paisagem que vai sendo construída socialmente. Portanto, este é um terreno fértil para interpretações mais aprofundadas, como ficou claro a partir das imagens apresentadas, que envolvem a fachada das ruínas de São Miguel.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Censo, Mapa, Museu. In: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 226-255.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1812-1884. *Viagem pela Provincia do Rio Grande do Sul(1858)*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiana. São Paulo: Editora da USP, 1980.

BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões-IBRAM, 2009 (Dossiê Missões, I).

BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos Guaranis*. 2. ed. Porto Alegre: EST, Nova Dimensão, 1987.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo:Estação Liberdade: UNESP, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

JORNAL A SEMANA. Santo Ângelo, Brasil, Rio Grande do Sul. 24 de fevereiro de 1921. Anno II. Num. 82. p.01. Hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal Augusto Cesar Pereira dos Santos.

KERN, Arno Alvarez. *Utopia e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 1994.



LAMEGO, Alberto. Os Sete Povos da Missões. In: BRASIL, Ministério da Saúde e Educação. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 4. SPHAN: Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3180>> Acesso em: 19/09/2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A trajetória do IPHAN nas Missões. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy ; GOELZER, Ana Lúcia (orgs). *Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MELIÁ, Bartomeu; NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuítas em tempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo/RS: URI, Centro de Cultura Missioneira; Assunción, Cepag, 1995.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, (27): 63-76, 1998.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.

RIEGL, Alöis. *El culto moderno a los monumentos*. 3ª. Ed. Trad. Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

STELLO, Vladimir Fernando. *Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Porto Alegre – BR-RS, 2005. 177p.

TILLEY, Christopher. *Identity, Place, Landscape and Heritage*. *Journal of Material Culture*. (11): 1/2, 7-32, 2006.

UNESCO. *Jesuit Missions of the Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor (Argentina), Ruins of Sao Miguel das Missoes (Brazil)*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>> Acesso em 12 de out. de 2013.

Imagens:

Acervo do Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos.

Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo. Fundo Ernani Brum.



## CENTROS CULTURAIS SÃO PATRIMÔNIOS CULTURAIS?

DIAS, Paula Cristina da Costa Perez Tavares

*Estudante do mestrado do programa de Pós-Graduação  
em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
paulacpdias@gmail.com*

167

### RESUMO

Através da tecnologia o mundo que evolui e muda naturalmente, vê essas mudanças aumentarem com grande rapidez. Os sagrados locais de preservação de memória (bibliotecas e museus) não ficaram de fora destas mudanças e os centros culturais entraram em cena com uma junção de todos: biblioteca, museu e espaço de criação. É o tudo ao mesmo tempo, mas sem ter a obrigação de ser. Tendo seu lugar de destaque como um importante lugar de propagação cultural, com o fazer artístico e com a preservação de algumas vertentes de memórias, podem os centros culturais ser entendidos como patrimônios culturais? O que os legitimaria como tal? São essas interrogações que este trabalho busca discutir. Para ilustrar nossas questões usaremos a Casa de Cultura Laura Alvim e apontaremos possíveis explicações através de discussões sobre o que seriam os centros culturais e a perspectiva do que seria um patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Centro Cultural. Patrimônio Cultural. Casa de Cultura Laura Alvim

### ABSTRACT

The world are naturally evolving and through technology its getting fast. The holy places of preservation of the memory (libraries and museums) didn't stay outside of those changes and the cultural centers became as a hub of all kinds of this disciplines: libraries, museums and collective memory creation. It's everything together, without compromises. Being a significative place to cultural spread through the artistic work and preservation of fields the memory, can the cultural centers be admitted as cultural patrimony? What can legitimate as such? The search this questions will be discuss at this work. We going to illustrate through the Casa de Cultura Laura Alvim and expose possible explanations using discussions about the definition about cultural centers and the perspective about what can be considered as a cultural patrimony.

**Key-words:** Cultural Center. Cultural Patrimony. Casa de Cultura Laura Alvim



## O que é Centro Cultural?

Segundo Miranda (2003) as instituições culturais têm como desafio colocar o sujeito em contato com a obra e será esse contato que influenciará a formação do gosto, das preferências, de admiração, a consolidação de hábito, a capacidade de discernimento crítico, a aptidão para estabelecer um diálogo com a obra ou manifestação, bem como a capacidade de ser crítico em relação a elas. Dentro desta definição, sugerida pelo autor, para as instituições culturais estão inseridos também os centros culturais.

As discussões do que seria um centro cultural são diversas e muito ricas, até mesmo porque não há um consenso conceitual. Há estudos que os colocam como evolução das tradicionais bibliotecas, outros, como algo que se originou a partir dos tradicionais museus e, há ainda, a ideia de que seriam instituições que teriam surgido de maneira independente, sem necessariamente ser evolução de um ou de outro.

O que sabe é que exemplos de espaços que se assemelham aos centros culturais já existiam na Antiguidade Clássica. A Biblioteca ou Museu de Alexandria seria um grande complexo, com atividades culturais diversas, entre elas: anfiteatro, biblioteca, local de culto as divindades, jardim zoológico, botânico, entre outros. No século XIX, também foram observados espaços como estes na Inglaterra, os chamados centros de arte. Entretanto foi somente na França, no século XX, mais precisamente em 1977 com a inauguração do Centre National d'Art et Culture George Pompidou, que esses espaços começaram a se formar da maneira que os conhecemos hoje e se tornaram uma tendência mundial.

No Brasil os primeiros centros culturais, Centro Cultural do Jabaquara e Centro Cultural de São Paulo, surgiram na década de 80 em São Paulo. De lá pra cá a demanda por estes espaços cresceu e hoje, somente na cidade do Rio de Janeiro, em uma rápida pesquisa, na internet, é possível contar mais de trinta espaços<sup>1</sup> deste tipo.

<sup>1</sup> Casa França-Brasil, Centro Cultural do Banco do Brasil, Centro Cultural dos Correios, Centro Cultural da Justiça Federal, Centro Cultural Light, Espaço Oi Futuro, Centro Cultural Cândido Mendes, Conjunto Cultural da Caixa, Casa de Cultura Laura Alvim, Espaço Cultural Sérgio Porto, Casa da Gávea, Centro de Arte Hélio Oiticica, Casas Casadas, Centro Cultural Oduvaldo Viana, Espaço Cultural da Marinha, Instituto Moreira Salles, Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, Centro Cultural Afro-Brasileiro de Nilópolis, Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa, Centro Cultural Jongo da Serrinha, Centro Cultural Calouste Gulbekian, Centro Cultural do Ministério da Saúde, Centro Cultural José Bonifácio, Centro Cultural Cartola, Centro Cultural Municipal Laurinda Santos Lobo, Paço Imperial – Centro Cultural do Iphan/MinC, Centro Cultural da Bíblia, Centro Cultural do Movimento Escoteiro, Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas, Centro de Artes Funarte, Centro de Arte Hélio Oiticica, Centro de Memória do Carnaval, Espaço Cultural Constituição, Espaço Cultural Correia Lima, Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho, Centro Cultural Jerusalém, Instituto Cultural Cravo Albin, Espaço Cultural Trem de Prata e etc.



Explicar de maneira objetiva o que é um centro cultural bate na barreira quanto ao uso indiscriminado e confuso do termo, como explica Milanesi (1997) ao observar que espaços que em alguns lugares são chamados de museus, em outros recebem nome de centros culturais e, num terceiro lugar é concebido como biblioteca. E se distinguir centros culturais de museus e bibliotecas já é, em diversas situações, uma missão confusa, essa missão se complica ainda mais, uma vez que esses espaços podem ser denominados de diversas maneiras, tais como: casa de cultura, espaço cultural, centro de arte, espaço de memória e podemos citar também os institutos e as fundações que, por vezes, exercem as mesmas funções desenvolvidas por um centro cultural.

Teixeira Coelho (1986) até coloca um pouco de ordem e elucida um pouco a confusão ao afirmar que, no Brasil, espaços batizados de centro cultural, espaço cultural e casa de cultura possuem características específicas. Espaço cultural, segundo Teixeira Coelho, seriam locais mantidos pela iniciativa privada, que tem como foco determinadas atividades culturais e não possuem acervo. Os centros culturais, por sua vez, normalmente são instituições mantidas pelo governo, possuem equipamentos como salas de teatro, cinema, biblioteca etc. Oferecem diversas atividades, todas ao mesmo tempo e mantêm uma programação constante. Já o termo casa de cultura é usado quando o espaço em questão abriga um pequeno centro cultural, com uma modalidade cultural determinada, podendo possuir espaços para atividades específicas e também possuiria acervo ou pode designar instituições que divulgam apenas uma modalidade cultural, determinada personalidade ou ainda podem ser instituições estrangeiras que tem como objetivo promover suas culturas nacionais.

Há ainda o fato que o termo “centro cultural” pode ser usado para especificar um espaço que foi idealizado como tal, mas também pode ser usado apenas como um conceito. Exemplos do uso do termo centro cultural apenas como conceito vemos constantemente ao denominarmos alguns museus e bibliotecas como grandes centros de cultura, pelas diversas atividades culturais oferecidas, mas ainda assim focando em seus objetivos iniciais, que seriam propiciara divulgação e o acesso ao conhecimento.

Esse acúmulo de funções observado é valorizado pelas novas tecnologias, pela agilidade nas transmissões de informações que tornou tudo e todos conectados. E essas mudanças atingiram também os “sagrados” locais de preservação de memória. Se antes a memória era repassada apenas pela fala e depois pela escrita, hoje ela está a um clique





“obrigando” tanto os museus como as bibliotecas a mudarem sua postura e abrirem as portas para uma nova troca com o público.

Os centros culturais, por sua vez, enquanto um espaço idealizado como tal, agregam as funções de estímulo e criação de novos conhecimentos com o ideal de divulgação e acesso por natureza.

A grande verdade é que, independente de museus e bibliotecas evoluírem para centros culturais ou se um não tem nenhuma ligação direta com os outros, ou se, ainda, centro cultural é apenas um termo, os centros culturais por estarem mais conectados a nova realidade informacional, ajudaram a desacralizar os museus e as bibliotecas, espaços considerados sagrados e elitistas e essa dessacralização, com a vontade desses espaços de se tornar grandes centros de cultura é que propiciam a verdadeira democratização da cultura, do fazer artístico, do conhecimento e da memória.

Os museus e bibliotecas sempre tiveram esse potencial, o que mudou foi o público e os agentes responsáveis por estes espaços. Ambos foram criados, há bastante tempo, para serem verdadeiros centros de estudo e pesquisa, espaços perfeitos para realizações de seminários, aulas, palestras. Em diversos casos é possível observar espaços como cinema, teatro, cafés, livrarias e/ou pequenas bibliotecas e exposições. Nos museus, por exemplo, além dos espaços de exposições de longa duração, há também as exposições itinerantes<sup>2</sup> e as exposições de curta duração que sempre deram vida e dinamismo a esses espaços, a diferença é que agora, a exemplo dos centros culturais, o objetivo deixa de ser o objeto e passa a ser o sujeito.

Importante ressaltar que mesmo com os ideais, não só de democratização e divulgação, como também de gerador e de cultura, como os dos museus e bibliotecas, os centros culturais não tem a obrigatoriedade de possuir um acervo, isto é, eles podem ter seu próprio acervo, reserva técnica, biblioteca, arquivos, mas isso não os define, um centro cultural não deixaria de ser um centro cultural por ter ou não um acervo permanente.

Para que possamos seguir adiante no objetivo principal deste trabalho que é estudar centros culturais enquanto patrimônios culturais, definiremos pelo básico, centros culturais são espaços culturais. A ideia é que eles consigam, através da participação ativa dos frequentadores, se tornarem um local de produção artística, isto é, um local onde se produz arte, juntamente com o público de todas as faixas etárias e classes sociais. Teoricamente

<sup>2</sup> Exposições remontadas em espaços diversos, ficando em cada local por um curto período.



buscam o fim da elitização social e o fim do culto, observados nos demais espaços culturais, já citados aqui. O enfoque não é a arte em si, mas sim as pessoas que fazem, observam e apreciam a arte, seja ela qual for.

Milanesi (1997) e Teixeira Coelho (1986) destacam que nos centros culturais existem três campos de atuação com a cultura: a criação, que em geral acontece por meio de cursos e oficinas que visam à formação artística e à educação estética, o campo da circulação, que ocorre através de uma política de atividades e eventos, com vistas à formação de público. E por último, o terceiro campo, que seria o campo da preservação, baseado na relevância da manutenção da memória cultural de uma coletividade.

O papel desses espaços é o de estar preparado para a demanda de público que passará a frequentá-los, por conta das variedades de opções oferecidas e de estarem aptos a abrigar diversas expressões culturais, até mesmo àquelas consideradas populares ou não cultas, abertos para novas vertentes culturais, novos artistas e novas formas de expressão artística.

Os fatores essenciais para a realização desses objetivos é oferecer um espaço de formação para cidadania, com reflexões políticas e sociais, com uma real participação dos frequentadores e condições para a produção cultural e a geração de arte.

### **Casa de Cultura Laura Alvim – C.C.L.A.**

*Sonhos são como deuses quando não se acreditam neles:  
deixam de existir!  
(Antônio Cícero)*

Prova de que sonhos se realizam, a Casa de Cultura Laura Alvim é a concretização dos sonhos de Laura Alvim. Para tornar seu sonho real Laura investiu todo seu dinheiro na construção de um Centro Cultural feito em sua própria casa, onde poderia viver em prol da arte e incentivar a cultura.

A casa fica localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Ipanema, que por si só pode ser considerada patrimônio da cidade, pelas histórias que o cercam, personagens e identificação com o que seria o “estilo de vida” da cidade.

Mas no começo, Ipanema, que fica entre o Arpoador (palmas para o pô-do-sol) e o Leblon, teve como primeiros moradores os índios tamoios. Esses mesmos índios foram



dizimados - o que infelizmente não é nenhuma novidade - e por volta de 1575 foi instalado ali o Engenho Del Rei. Depois de passar por diversos donos e ser renomeado algumas vezes, em 1886, o Engenho foi repassado a José Antônio Moreira Filho, conhecido como Barão de Ipanema.

Em 1894, o Barão e seu sócio, Coronel Antônio José da Silva, começaram a urbanizar a área, que era apenas uma grande extensão de areia onde somente era possível chegar a pé ou de barco. Neste mesmo ano, para sorte do Barão, a linha do bonde foi estendida até a Praia da Igrejinha, no local onde hoje é o posto 6, em Copacabana, e o Barão e seu sócio, para melhorar o acesso as suas terras, inaugurou uma linha não oficial que ampliou o trajeto até Villa de Ipanema. Dessa maneira, com acesso facilitado, lotes e terras começam a ser vendidos na região.

Entre os anos 1906 e 1910, o médico Álvaro Alvim, começou a construir, uma das primeiras casas da hoje conhecida Avenida Vieira Souto, naquela época ainda considerada uma zona rural. O local era ideal para abrigar ele e sua família que fugia da epidemia de tifo que assolava o centro da cidade. Álvaro e sua esposa, Laura Agostini de Villalba Alvim, já haviam perdido seis filhos e quando Mariana, a filha mais nova, teve sarampo resolvem se afastar do centro da cidade. No ano de 1910, se mudam para a casa, Álvaro Alvim, sua esposa e seus três filhos, Álvaro Alvim Filho, Laura e Mariana.

Álvaro Alvim além de partidário da abolição, foi introdutor da radiologia e da radioterapia na América Latina e o criador da radiografia em tecidos moles. Para que essa tecnologia chegasse a todas as classes criou a *Assistência às Crianças Pobres*. Por conta de seu trabalho com *raios X* e a recusa em parar de trabalhar, mesmo quando este começou a ameaçar a própria saúde, Álvaro teve radiodermite, que levou à amputação de parte do seu antebraço e da mão direita. Álvaro foi condecorado com a Medalha Humanitária, pelo então presidente Artur Bernardes, por conta de seu empenho com seu trabalho em salvar vidas.

Álvaro Alvim morre em 1928 em decorrência de um câncer no fígado e deixa diversos terrenos e imóveis, inclusive o da Vieira Souto, que estava com uma hipoteca que datava da época em que Álvaro esteve doente. Laura, a filha do meio do casal Alvim, é quem retira a hipoteca da casa passando, a partir de então, a ser a única herdeira da casa, isso segundo Mariana Alvim em entrevista ao Jornal do Brasil.



*(...) mamãe já havia perdido outros filhos por causa da tifo, pequenos e em Ipanema melhorei muito. Papai construiu a casa no terreno depois de demolir uma pequena construção. Mas ela pertence desde sua morte, só a Laura, porque ela trabalhou muito para pagar uma hipoteca que pesava sobre o imóvel. (ALVIM apud CÔRTEZ, 1985).*

É a partir deste episódio que começam as diversas versões que cercam a casa e Laura Alvim. Segundo a família Alvim, Laura não era a única que tinha direito a casa, entretanto, como o objetivo aqui é discutir a CCLA enquanto patrimônio cultural, não destrincharemos essa polêmica e nos deteremos a história tida como “oficial”.

O real desejo da Laura Alvim era criar uma Fundação Cultural, e junto com isso, existia a vontade de preservar e propagar a memória de seu pai como o médico importante que foi e de seu avô materno, Ângelo Agostini, italiano naturalizado brasileiro, precursor da caricatura nacional, tendo papel de destaque na abolição da escravidão através de suas sátiras e críticas políticas. Ângelo criou em suas histórias um tipo brasileiro, o personagem *Cabrião*, que percorria a cidade atazanando os políticos do partido conservador, tornando-se com ele um dos pioneiros das histórias em quadrinhos. Como colaborador e editor dos periódicos *O Diabo Coxo*, *O Cabrião* entre outros, Ângelo abriu espaço para a produção literária satírica com representações da cidade e seus problemas, através de imagens, onde era possível não só questionar, mas também visualizar o que acontecia.

Depois de gastar todos seus bens em diversas obras que modificaram e prepararam o espaço para se tornar um local de cultura, Laura se viu impossibilitada, por questões financeiras, de continuar seu projeto. Procurou então diversos parceiros para levar adiante a sua empreitada. Conseguiu apoio junto à iniciativa privada através da Fundação SESAT (Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica) - tendo como representante Ney Suassuna - e do Colégio Anglo-Americano - representado por João Pessoa de Albuquerque - para criação da Sociedade Cultural Laura Agostini Alvim, uma sociedade cultural, tendo como presidente a própria Laura.

A casa foi dada como patrimônio desta Sociedade e seria o local onde seriam desenvolvidas as atividades desta. O registro civil data de 16 de fevereiro de 1981.

Mariana Alvim, irmã de Laura, insatisfeita com o rumo que estava tomando esse projeto, aciona Darcy Ribeiro, então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro e



Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, com quem havia trabalhado em Brasília. Com a iniciativa de Mariana os termos de criação da Sociedade começam a ser investigados e descobriu-se que havia um termo de comodato que definia a locação da casa, sem ônus, por 15 anos em nome da Sociedade e, junto com ele, um testamento assinado por Laura em 1981, onde a casa seria doada a mesma, após sua morte.

De acordo com este testamento quando Laura falecesse, o vice-presidente da Sociedade Cultural, no caso Ney Suassuna, assumiria a casa, podendo dar a esta o destino que quisesse, não tendo qualquer obrigação de implantar ali um centro cultural.

Somente com um novo testamento o espaço cultural idealizado por Laura estaria garantido. Assim, Mariana e Darcy Ribeiro convencem Laura a doar a casa para o Estado.

Foi feita então uma alteração no estatuto da Sociedade e em 18 de outubro 1983, no livro 2.000, fls. 133 v, Ato 077, no 22º Ofício de Notas, foi assinado o novo testamento, no qual constava que Laura entregaria o imóvel à FUNARJ (Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro). Desta maneira o testamento que beneficiava a Sociedade Cultural foi invalidado, uma vez que o mais recente sempre anula o anterior.

Segundo o testamento a casa poderia funcionar somente como um centro cultural. Em hipótese alguma, a casa poderia ser tirada do Estado e ficou acordado que a FUNARJ tomaria posse do prédio e o termo de comodato com a Sociedade Cultural seria desfeito, rompendo qualquer vínculo com essa e com as empresas envolvidas. A casa foi entregue à FUNARJ, através de um documento que autorizava sua ocupação imediata, para que se pudessem iniciar as reformas necessárias. Laura Alvim tinha na época 79 anos e uma vida de dedicação a construção daquele lugar.

O testamento recomenda a criação de um museu destinado à preservação da memória de seu pai, Álvaro Alvim e de seu avô, Ângelo Agostini, recomendando que a casa recebesse o nome de Casa de Álvaro Alvim – Centro de Artes Ângelo Agostini. Laura determinou também as atividades que deveriam acontecer na casa, como exposições de pinturas e esculturas, espetáculos teatrais de textos clássicos, um concurso anual de dramaturgia, além de recitais de música, cinema e demais eventos culturais, tudo de maneira democrática e acessível à população.

O prédio principal que abrigava a casa da família deveria chamar-se Casa de Álvaro Alvim, e teria um museu dedicado a seu pai, que seria inaugurado somente depois da morte de



Laura e o prédio detrás, onde Laura construiu o teatro, se chamaria Centro de Artes Ângelo Agostini, que contaria com teatro, galeria, cinema e salas para cursos.

Antes da inauguração houve ainda um entrave com moradores do espaço. Laura abrigava cerca de 50 (cinquenta) pessoas, que moravam na parte de trás da casa. Alguns se recusaram a sair do local, o que demandou outro processo e mais tempo de espera.

Laura falece em 22 de março de 1984, na casa que idealizou, cinco meses após a assinatura no testamento em favor da FUNARJ, sem ver a Casa de Cultura inaugurada.

Com o problema dos moradores resolvido na justiça as obras puderam ser feitas e em 12 de maio de 1986 a Casa de Cultura Laura Alvim iniciou suas atividades.

### **Em 28 anos de história...**

A história de Laura e sua doação são inspiradoras, a questão agora é: o espaço realmente cumpriu o papel a que estava destinado?

Em 2014, a Casa de Cultura Laura Alvim completou vinte oito anos de funcionamento e além do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da FUNARJ, contou ao longo desses anos com diversos investimentos e incentivos. Destacou-se pelo pioneirismo de reunir várias vertentes culturais em um único espaço, agregando o novo e o tradicional. Esta postura trouxe para a Casa um público diversificado onde todos tinham seu espaço, como o idealizado por centros culturais em geral. Após a inauguração a administração da Casa foi dividida em diversas direções, cada uma responsável por um setor: artes plásticas, música, teatro, museu, cursos e lançamentos. Entretanto duas vezes ao ano, todas essas áreas se reuniam em prol de um único tema. Um exemplo destes eventos foi o evento “Perto de Clarice”, em 1987.

No ano de inauguração, 1986, foi realizado o 1º Concurso de Dramaturgia – Prêmio Teatro Laura Alvim. O texto “Nossa Voz” de Luiz Lima Pereira, foi o campeão e encenado na Casa em 1987.

Outra característica interessante da Casa era que a mesma tinha espaço dedicado à música. O espaço *Porão* abrigava nos finais de semana, shows com grupos que estavam começando suas carreiras. Nomes como Marisa Monte, Inimigos do Rei e Zélia Duncan se apresentaram na Casa, ganhando notoriedade mais tarde. Em contrapartida, as Arcadas eram dedicadas à música erudita.





A Casa de Cultura Laura Alvim hoje segue seu principal objetivo enquanto Centro Cultural. É aberta ao público em geral e reúne diversas formas de cultura. Conta com dois teatros, o Teatro Laura Alvim e o Espaço Rogério Cardoso, três salas de cinema, oficinas de teatro e a galeria de artes. A Casa também serve de cenário para lançamento de livros e abrigou, por mais de duas décadas, concursos renomados como, por exemplo, o *Salão Carioca de Humor*.

O museu foi um dos pedidos de Laura e tinha como ideia a preservação da memória de seu pai e avô, personagens importantes na história do país, cada um em seu tempo e em sua área de atuação. Após sete anos fechado, o museu foi reaberto em 2002 com uma sala dedicada a Ângelo Agostini e outra a Álvaro Alvim, além da reconstituição do que seria o quarto de Laura, algumas peças de sua coleção de anjos barrocos e o enorme banheiro rosa com *closet*. Entretanto o espaço está fechado novamente para reformas, mas segundo a atual direção, serão criados novos espaços como um auditório e uma sala de leitura. Quanto à memória da Casa, propriamente dita, será reservada uma área para os personagens já citados (Laura, o pai Álvaro Alvim e o avô, Ângelo Agostini).

O acervo existente, que consiste de alguns anjos barrocos da coleção de Laura, fotografias originais da família, alguns poucos pertences de Laura e Álvaro, alguns quadros que foram expostos na galeria e doados a Casa, diversos livros, algumas obras de Ângelo Agostini, entre outros objetos, estão aguardando transferência, informação essa respaldada segundo a direção da Casa, para que possam ser melhores acondicionados, uma vez que a Casa não tem condições por conta das obras e da falta de espaço disponível para acondicioná-los de maneira adequada.

### **Porque a C.C.L.A. pode ser considerada um Patrimônio.**

Podemos denominar a C.C.L.A. como patrimônio? E que patrimônio seria esse? A quem ele interessaria? O que faz esse espaço ser considerado um patrimônio? Para responder as perguntas acima devemos, a priori, definir patrimônio.

Podemos definir patrimônio como um conjunto de bens materiais e/ou imateriais que pode ser classificado de diversas maneiras, tais como: patrimônio artístico, patrimônio cultural, patrimônio ambiental, patrimônio histórico e etc.



Para Gonçalves (2003) essa diversidade de classificação se deve ao fato que a própria palavra “patrimônio” vive seu momento de expansão, ganhou nova roupagem e agregou diversos conteúdos a sua definição. Qualquer espaço, atividade, objeto, lugar, práticas e/ou até mesmo pessoas podem ser identificados como patrimônio. A palavra patrimônio deixou de ser uma entidade e passou a ser uma atividade, uma ação.

Para o objeto estudado aqui neste trabalho, uma instituição cultural, iremos ignorar essa característica multifacetada do patrimônio e focaremos na definição de patrimônio cultural.

Quando pensamos em patrimônio cultural pensamos em monumentos históricos, obras de arte antigas, ou lugares que presenciaram momentos memoráveis de nossa história, mas essa ideia de patrimônio cultural está incompleta, a noção de patrimônio cultural é bem mais diversa do que supomos.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, no capítulo III - Art.216 constituem o patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante do exposto até o presente momento, um centro cultural poderia ser considerado patrimônio cultural?

A Constituição Federal de 1988, citada acima, abre uma brecha ao citar como patrimônio cultural os espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Seguindo essa ideia, um lugar de fazer artístico que preserve esse fazer através de sua prática e divulgação, poderia ser entendido como patrimônio cultural?

Para darmos uma dimensão maior a nossa pesquisa iremos mais a fundo na definição de patrimônio cultural. Conforme vimos na Constituição Federal, o patrimônio cultural é separado em duas categorias, material e imaterial.



Os de natureza material tiveram sua salvaguarda garantida em 1937, com o Decreto Lei nº 25, assinado por Getúlio Vargas, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Segundo o decreto citado o patrimônio cultural material é tombado em um dos quatro Livros do Tombo, sob responsabilidade do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), são eles: o arqueológico, etnográfico e paisagístico, o livro histórico, o de belas artes e o livro das artes aplicadas.

Os patrimônios de natureza imaterial por sua vez, somente receberam respaldo no ano de 2000, através do decreto nº 3.551, que estabeleceu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro registrados em um dos quatro Livros de Registro (dos saberes, das celebrações, de formas de expressão ou dos lugares), ou seja, o IPHAN reconhece como patrimônio imaterial: “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos (...) reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

A Declaração de Caracas (1992), documento que resultou do Seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios, afirma que “entende-se por patrimônio cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam”.

Diante dessas definições e da gama de ações e objetos que o patrimônio cultural abrange, é importante ressaltar que algo só é efetivamente institucionalizado como patrimônio



quando é aceito assim por parte da sociedade, quando o que foi tombado ou registrado como patrimônio representa não somente uma identidade, mas também a memória de determinado grupo, como especificado na Constituição de 1988. Dessa maneira, não é apenas o tombamento que assegura a função de algo como um patrimônio cultural, o aceite da sociedade ou de determinado grupo é que o legitima como tal.

Seguindo essa lógica, os centros culturais seriam patrimônios culturais por sua relação com a sociedade. No geral, não tanto por sua arquitetura, já que podem ser feitos nos mais variados espaços disponíveis, mas, sim, pelo seu poder de assegurar a continuidade e a criação de determinadas culturas e artes, e a propagação da mesma para um grupo diversificado e interessado.

Centros culturais vão além das concepções do que conhecemos como patrimônio cultural, vão além de instituições, monumentos e saberes. Os centros culturais são produtores e gestores que tem a responsabilidade de promover o patrimônio cultural, são instrumentos de preservação e propagação do que entendemos como cultura e patrimônio. Dessa maneira, mesmo que não sejam reconhecidos por diversas razões como patrimônios culturais, os centros culturais são locais com potencial de sobra para ser um espaço de promoção destes patrimônios.

Para Veloso (2007), o patrimônio cultural pode ser visto como um campo onde diversos atores constroem um discurso que seleciona e se apropria – e expropria - práticas e objetos. E têm como plateia seus próprios atores, os habitantes do local em que está inserido e os demais interessados em conhecê-los e praticá-los. Sob o ponto de vista defendido nesse trabalho, essa definição para patrimônios culturais muito se assemelha a definição que estabelecemos para centros culturais.

E quanto a Laura Alvim? Qual seria sua significação para o espaço por ela idealizado? A identidade de cada um, a identidade individual, é construída através da memória, isto é, através das escolhas e decisões que tomamos, tendo como base as nossas experiências e aprendizados. É justamente essa memória individual de Laura que está impregnada na casa, não só como a doadora do espaço, mas também por sua determinação em transformar a casa em um centro cultural e pelas histórias que cercam sua personalidade. Esse conjunto torna a Casa quase um semióforo. Segundo a definição de Chauí (2000): “Um *semióforo* pode ser, um fato, uma pessoa ou uma instituição, retirados da vida cotidiana desde que assumam um



caráter "invisível" ou seja, que se desprenda da sua significação material inicial e possa representar outra coisa que foge do visível”, ou seja, a C.C.L.A. deixa de ser um lugar privado, apenas a casa de uma família e passa a responder como espaço público que, para cada visitante, frequentador, aluno e funcionário, representa algo diferente. Cada um tem uma relação que transcende o objetivo inicial do espaço, que era apenas o de ser uma casa e Laura continua inserida nessa significação que cada um tem com o local. A figura de Laura é, sem dúvida, indispensável para a representatividade da Casa.

Junto a personalidade de Laura, o bairro de Ipanema, tão conhecido e cantado pelo mundo, faz parte do contexto da Casa de Cultura que extrapola seus limites físicos agregando o seu entorno como parte daquele espaço. Isto é, o entorno da Casa de Cultura faz parte do que ela representa, se não fosse em Ipanema seria uma outra casa, com outras representatividades, seria um outro contexto, uma outra memória. Ao contrário também é observado, assim como Ipanema se torna uma extensão da Casa, Laura com as suas vontades e idealizações se tornou efetivamente parte daquele bairro, além de ter vivido ali toda uma vida, deixou um legado que a faz ser parte da memória dos habitantes não só por ela própria, mas também pela vocação da Casa em ser um lugar dedicado à cultura e ao fazer cultura, Laura idealizando o espaço e se dedicando a concretização do mesmo, se tornou efetivamente parte do bairro em que viveu, e tem seu espaço garantido na construção da identidade daquele lugar, assim como a Casa em si, representa parte das histórias e das memórias do bairro de Ipanema.

### **Conclusões**

Esse artigo pretendeu compreender os centros de cultura enquanto patrimônios culturais. Se as memórias são as bases da cultura e ambas (memória e cultura) constituem nosso patrimônio cultural e se a preservação e a propagação desse patrimônio representa a salvaguarda da nossa identidade – o que nos faz ser quem realmente somos enquanto indivíduos e enquanto grupos – os centros culturais por serem espaços criados para a disseminação das variadas vertentes culturais e ser aberto aos mais variados grupos tornam-se o território privilegiado do fazer cultural. Dessa maneira são eles, se não patrimônios, locais de fazer, recriar, preservar e propagar os mais variados diversos de patrimônio.



A Casa de Cultura Laura Alvim é um centro cultural, não só por suas características, mas também por ser desta maneira que foi especificado e definido por sua doadora e idealizadora. Porém, por ser uma casa particular que se tornou pública poderia ser chamada de casa museu, mesmo não seguindo os padrões vistos nestes modelos, que é o de manter a mesma organização espacial de quando eram habitadas por seus moradores. Entretanto, a característica mais importante que nos leva a intitular o espaço dessa maneira é o fato deste manter o espírito de Laura vivo, através de suas ideias e construções para o local, que continuam o mais fiel possível ao que foi idealizado por ela. De qualquer maneira, embora um espaço que conceba ao mesmo tempo centro cultural e casa museu não seja comum, essa característica ímpar, só vem agregar mais valor e diversidade a Casa.

A pergunta que faríamos a Laura seria: para que um espaço de memória dedicado a seu pai e avô chamado de museu? A resposta talvez seja simples. Para que estes não fossem esquecidos, o que seria um processo natural com o passar do tempo, quando seus feitos não tivessem relevância ao dia-a-dia atual. Entretanto Laura achou e acreditou que essas personalidades deveriam ser lembradas e, portanto, idealizou a criação de um espaço que foi denominado de museu. Nessa ideia, obviamente, a memória de Laura também foi preservada, ou deturpada (depende do ponto de vista, pontos estes não abordados neste trabalho), de qualquer maneira, independente do fim, o meio de chegar a ela, a conservação da memória, foi legítimo e é reconhecido como tal.

Não estamos aqui levantando questões quanto à visitação e conservação do espaço, ou quanto a real relevância de preservação da memória destes personagens - isto seria outra conversa - estamos focando no objetivo de preservação de uma memória, de algumas memórias e essa preservação é uma das funções das instituições conhecidas como museu.

Um centro cultural é um espaço cultural, baseado na ideia de geração e propagação da cultura como um todo, não tem como um de seus principais objetivos preservar uma memória (por mais que também possa desempenhar esse papel), talvez o maior objetivo desses locais seja fazer memórias.

Podemos concluir que a Casa de Cultura Laura Alvim é um espaço cultural diverso. Centro cultural por testamento, espaço cultural por definição, museu casa por sua história e museu pela maneira de propagar algumas memórias. Quanto ao seu acervo, este talvez, se concentre nas diversas memórias existentes no espaço, desde quando era somente a casa da





família Alvim, passando pelos sonhos de Laura, até chegar ao Centro Cultural, que focando nessa fase já são 28 anos de mais memória, memórias estas que se diferenciam de pessoa para pessoa, grupo para grupo, formando uma grande coleção de memória e fazendo, desse jeito, parte do patrimônio cultural do local que está inserido, dos seus frequentadores, funcionário e colaboradores.

## REFERÊNCIAS

BONFIM, B. Ipanema vai ganhar um Centro Cultural de verdade – tudo como quer D. Laura Alvim, filha de cientista, neta de artista. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jun.1981. Caderno B.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL, *Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937* - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL, *Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000*-Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>

CHAUÍ, Marilena. A nação como semióforo. In\_\_. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11-29.

CHOAY, Françoise. Introdução. In\_\_. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino traço, 2011.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CÔRTEZ, C. Centro de Artes na Zona Sul será inaugurado em novembro – Casa vale 10 milhões de dólares. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1985.

DECLARAÇÃO DE CARACAS. 1992. *ICOM*. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl\\_caracas.asp](http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp)>. Acesso em: 05 ago. 2014.



DIAS, Paula. *As perspectivas dos centros culturais*: Casa de Cultura Laura Alvim. 2006. 102 f. Monografia apresentada a Escola de Museologia da UNI-RIO para obtenção do grau de bacharel de Museóloga.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. In: \_\_. *O patrimônio em processo*: trajetória política federal da preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p.33-50.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural*: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 59-73.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória Social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (Orgs.). *O que é memória social?* 2. reimpr. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. p. 11-26.

IMPASSE na Casa de Álvaro Alvim. Duas famílias não saem – Já dura 1 ano o sonho de criar o centro cultural. In: *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1985. Jornais de Bairro. p.05.

MILANESI, Luis. *A casa da invenção*. 4. ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 2003.

MIRANDA, Danilo Santos. *Políticas Culturais*. Barueri: Manole, 2003.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Sítio Cultural de Ipanema*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http://www0.rio.rj.gov.br/Apac/anexos/Ipanema\\_tetos.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/Apac/anexos/Ipanema_tetos.pdf)>. Acesso: em 20 mar. 2014.

RAMOS, Luciene Borges. *O centro cultural como equipamentos disseminador de informação*: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. 2007. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – UFMG, Minas Gerais, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Processo número 3.617*. Juízo de Direito da 15ª Vara Cível, Rio de Janeiro, 1985.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Processo número 3.985*, Estado do Rio de Janeiro. Juízo de Direito da 15ª Vara Cível, Rio de Janeiro, 1985.

SILVA, Mário Fernandes da - *Centros Culturais*: análise da produção bibliográfica. 2013. Dissertação (mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi, São Paulo, 2013.



SUELI, Glória. A mais sólida mansão de Ipanema. In: *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1976. Cultura. p. 37.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio In: ABREU, R.; CHAGAS, M. de S.; SANTOS, M. S. dos (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond; Iphan, Departamento de Museus, 2007. p. 229-245.



## ALÉM DA IDENTIDADE LOCAL E DA NOSTALGIA

MONTEIRO, André Jacques Martins

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
andrejmm@gmail.com*

185

### RESUMO

O presente artigo propõe refletir sobre aspectos das construções da imagem de um lugar, nas quais predominam as referências de determinadas memórias e imaginários sobre o próprio passado, que se institucionalizaram como fatores de identidade e pertencimento. A intenção é discutir como a ocultação ou deslocamento das memórias que não afirmavam o ideal de civilização vigente no passado atuaram de maneira formadora e pedagógica legitimando a ordem e o poder estabelecidos atualmente. Para isso é elencado como objeto de análise o caso da cidade histórica de Vassouras, localizada no Vale do Paraíba Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, que teve sua fundação e desenvolvimento marcados pela economia cafeeira a partir da primeira metade do século XIX, apoiando as reflexões sobre as questões postas em perspectivas propostas pelo filósofo Nietzsche e o sociólogo Norbert Elias.

**Palavras-chave:** Memória. Civilização. Vassouras-RJ

### ABSTRACT

This paper proposes a reflection on aspects of construction of the image of a place, in which predominate the references of certain memories and imagined about the past itself, which became institutionalized as identity and belonging factors. The intention is to discuss how the concealment or displacement of memories that did not claim the prevailing ideal of civilization in the past acted in forming and pedagogical way legitimizing the order and the power currently set. For it is cast as an object of analysis the case of historic Vassouras, located in Vale do Paraíba Fluminense in the state of Rio de Janeiro, which had its foundation and development marked by the coffee economy from the early nineteenth century, supporting reflections on the issues put in perspective proposed by the philosopher Nietzsche and the sociologist Norbert Elias.

**Keywords:** Memory. Civilization. Vassouras-RJ



### **O contexto da construção de uma memória**

Em algumas cidades, por diversas circunstâncias, prevaleceu na construção de sua imagem a referência da memória de um passado, com o crivo institucional de patrimônio histórico. Em geral, os aspectos arquitetônicos e urbanos que se preservaram como registros materiais diante das transformações do tempo, remetendo, em muitos casos, à nostalgia de um passado idealizado, mesclam lembranças do modo de vida nas fazendas, um glamour senhorial e um modo de vida bucólico, compondo os referenciais identitários oficiais destas localidades. Estes sentidos atribuídos por vezes ocultam – ou colocam em segundo plano – as relações de poder que se refletiram na configuração destes espaços. Assim, quando destacamos a diversidade das dinâmicas sociais, nas quais as circunstâncias de um passado evidenciam a aspiração de uma determinada ordem no conjunto das relações, as memórias deste passado apresentam-se não apenas como um fator inerente da condição humana vivendo em coletividade, mas, dentre outros aspectos, como uma construção árdua que demarca as diferenças que caracterizam uma sociedade.

A memória, dentro deste contexto e sentido, representa um conjunto de referências implícitas ou explícitas que, nos sujeitos, reportam a sua condição e seus lugares em sociedade. Enfocar a memória nesta perspectiva, como fator e consequência dos confrontos e contingências que permeiam as aspirações em urdir uma ordem, é necessário para que se fundamentem as diferenças sociais, que estabeleçam também através da memória os elementos em comum a todos os seguimentos, tais como valores e regras, que confirmam sentidos sociais a uma determinada coletividade. Partindo desta perspectiva para analisar a construção da memória como elemento de elaboração da imagem local, que inclui um sentido agregador e corrente de identidade e pertencimento, é possível evidenciar a ambivalência deste processo, que mascara a violência em diversos níveis e esferas das relações sociais para o estabelecimento de uma ordem que, em meio a confrontos e negociações, atenda aos princípios de um determinado seguimento desta sociedade.



Um estudo de caso que favorece uma concisa discussão sobre tais questões refere-se ao contexto de ocupação e desenvolvimento da Villa de Vassouras, ocorrido em torno de meados do século XIX, que em suas particularidades reproduzem aspectos recorrentes na “longa história da origem da responsabilidade”. (NIETZSCHE, 1998, p. 48). Neste período, tanto em uma conjuntura local como em um sentido mais amplo da sociedade brasileira, encontra-se uma circunstância que se pretende fundadora, seja pela criação da Villa de Vassouras ou na Independência do recém-instituído Império Brasileiro, imbricando rupturas e permanências nas esferas sociais, culturais, econômicas e políticas.

Esta localidade começa a despontar através do impulso da economia cafeeira a ocupação da região do Vale do Paraíba, que até então predominava entre os caminhos que anteriormente escoavam o ouro das Minas Gerais, além da presença de grupos indígenas, assim como colonos, em geral, com suas pequenas roças. Este novo modelo de ocupação deste espaço regional com base na agroindústria cafeeira e no trabalho escravo materializava a nova ordem em duas instâncias complementares: as fazendas, com suas particularidades familiares e produtivas, e as cidades, congregando as representações dos poderes político, jurídico e eclesiástico. Neste mesmo período, a independência do Brasil, dentro de tantos desafios das elites governantes, a construção de uma identidade que favorecesse a unidade nacional e aproximasse dos modelos de modernidade difundidos pelas principais potências europeias da época eram alguns dos aspectos que demandavam grande empenho.

Entre as décadas de 1840 e 1860 a riqueza gerada pelo café materializava-se no requinte e na ostentação das casas de vivenda dos grandes fazendeiros, no aumento significativo do contingente de escravos, na melhoria dos terreiros e demais equipamentos de produção. Discutia-se com empenho a chegada da ferrovia. No centro urbano eram erguidos os grandes casarões onde habitavam famílias de cafeicultores e capitalistas, como também o teatro, a Santa Casa de Misericórdia, a conclusão da Igreja Matriz, juntamente com jardins e chafarizes. O lugar passava a expressar de forma concreta as aspirações de modernidade na qual sua elite se vinculava.





Em meados da década de 1870 já começavam a aparecer sinais de decadência do modelo econômico fundamentado na produção cafeeira. Dentre os principais motivos estão o desgaste do solo devido à prolongada atividade da monocultura e à devastação das florestas, o aumento da concorrência da produção paulista, o endividamento de boa parte dos proprietários de terras e os recursos investidos no trabalho escravo, dentre outras circunstâncias. Na virada entre os séculos XIX e XX, os cronistas locais em suas narrativas apresentavam uma imagem da cidade pontuada pela nostalgia de um passado áureo.

Dentro da conjuntura apresentada, o que se pretende refletir neste artigo são alguns aspectos sobre a concomitante trajetória civilizadora dos grupos sociais e a configuração dos espaços onde se instauram seus modos de vida, observando as tendências e estratégias para a instituição de uma ordem, que implicaram constituir valores e perspectivas em comum para a afirmação das diferenças sociais.

### **Civilização e barbárie e a instauração da memória**

Em geral, a imagem de um lugar vinculada ao passado, tende a evocar ideias e sentimentos de vínculos com as origens, sejam elas da nação ou de uma comunidade, que tocam afetivamente uma nostalgia daquilo que aparenta uma vivência comum que caracteriza a sociedade que cada indivíduo integra. Estes estados tornam-se de forma recorrente os fundamentos das concepções de identidade e pertencimento. Mas dentro de outra abordagem, uma das perspectivas mais polêmicas e inquietantes sobre a função originária da memória encontra-se nas reflexões de Nietzsche. Segundo Miguel Barrenechea (2005), o referido filósofo propõe que “a memória teve seu aparecimento devido a condicionamentos sociais” (p. 60), onde os grupos sociais estruturariam a partir de seus integrantes “essa importante relação básica, a do credor com seus devedores”, o filósofo reporta a pré-história, afirmando que sempre está presente ou sempre pode retornar. Nietzsche afirma que nesta trajetória da humanidade opera “a



tarefa de criar um animal capaz de fazer promessas, já percebemos, traz consigo, como condição e preparação, a tarefa mais imediata de tornar o homem até certo ponto necessário, uniforme, igual entre iguais, constante e portanto confiável” (NIETZSCHE, 1998, p. 48).

Neste sentido, Barrenechea (2005) afirma que para Nietzsche, “nos primórdios da civilização, o indivíduo, o animal humano, é um bicho que se esquece permanentemente” e “que a memória é criada, gerada e imposta socialmente, e não uma condição natural desse animal tão singular”. (p. 60). Assim, se viver em sociedade é intrínseco à condição humana, na instância que caracteriza os comportamentos coletivos, a memória institui-se como decorrência e consequência desta condição, que buscará condicionar os comportamentos para positivar seus sentidos também visando um futuro.

Uma das circunstâncias onde é possível propor uma analogia a este retorno a esta condição original são os contextos de transição na história, quando as tensões entre as rupturas e permanências remetem o processo de estruturação das sociedades a uma condição embrionária, no início de uma trajetória de construção e implementação dos dispositivos que consolidem e mantenham a ordem. Assim, de acordo com as narrativas que se pretendem oficiais, os primórdios da ocupação de Vassouras representam a sua própria pré-história, dotada de uma enorme gama de incertezas, adversidades, das diferenças entre os grupos que estavam se estabelecendo e da presença pujante dos ritmos da natureza.

Na natureza, a violência impera, a tendência a submeter e escravizar a dominar o alheio, o estrangeiro, impulsiona todos os seres. Tudo almeja digerir, eliminar aquilo que se lhe opõe. Não há limites para esta dinâmica sanguinária e cruel da vida; por sua vez, a harmonia, a paz, o equilíbrio são apenas o resultado de negociações temporárias de forças (BARRENECHEA, 2004, p. 144).

Essa região começou a ser ocupada através da abertura dos caminhos destinados ao escoamento do ouro de Minas Gerais pelos portos do Rio de Janeiro e Parati. Segundo Célia Muniz (1979, p. 52), “ao longo destes caminhos estabeleceram-se os primeiros povoadores e as primeiras propriedades e vilas, que cresceram e



transformaram-se, já no século XIX, em fazendas e cidades importantes graças à produção do café". Muniz (2005, p. 28) afirma também que neste “período, o Vale do Paraíba era considerado: ‘Certão ocupado por índios brabos’”. A ocupação dessa região implicou a paulatina expulsão ou confinamento de tribos de Puris e Coroados, enquanto se formavam as primeiras fazendas e povoados.

As primeiras fazendas da região originaram-se de forma simples, “quando apenas um punhado de colonos habitava o morro coberto de florestas primitivas e quando os primeiros fazendeiros podiam facilmente enxergar os limites de suas clareiras de milho, feijão e cana, do terraço de barro de sua modesta moradia” (STEIN, 1990, p. 27). Para Stein (1990), essa condição de isolamento influiria significativamente na esfera comportamental, pois “a falta de recursos nas cercanias e a necessidade de autossuficiência originaram a mentalidade característica do interior” (p. 49), que inclui uma condição cultural fechada e a solidariedade entre fazendeiros, colonos e sitiantes (CÂNDIDO, 2001).

Este contexto comporia uma possível seleção dos marcos e registros com os quais se estabeleceu um início da história do Vale do Paraíba, ou o que deu origem à formação das memórias históricas da região, que inclui o município de Vassouras. Trajetórias diferentes e anteriores, durante muito tempo não foram dignas de visibilidade e relevância. Este período da história local é nebuloso por poucos registros sobre indígenas e colonos – que posteriormente foram paulatinamente eliminados ou absorvidos por uma nova estrutura social. É a chegada dos “civilizadores” que se tornou a principal referência na formação identitária local, devido ao enaltecimento de sua condição desbravadora, constituindo fortunas, difundindo novos estilos de vida e implementando o modelo urbano da cidade. Durante muito tempo a história e as memórias fundadoras da identidade local enfatizaram o ideal de progresso através do que era significado como desenvolvimento ou decadência.



### **Memória, civilização e ordem social**

O ideal de civilização não se limita a um conjunto de aparências e privilégios que demarcam as diferenças sociais, mas dispõe de raízes profundas e ambiguidades ao se pretender estabelecer como referência comum do comportamento social. Segundo Miguel Barrenechea (2004, p. 143), “Nietzsche vai sustentar que a “civilização”, incluindo as expressões que são consideradas como mais elevadas da humanidade, não se opõe às suas pulsões mais sanguinárias e cruéis”, mas de maneira oposta ao que aparenta, “toda forma societária se instaura a partir de instintos bestiais. Assim, a civilização repousa na barbárie ou, melhor ainda, não é possível distinguir os impulsos ‘civilizados’ das tendências ‘bárbaras’”. O enorme empenho nas sociedades, “em especial a dureza das leis penais nos dá uma medida do esforço que lhe custou vencer o esquecimento e manter presentes, nesses escravos momentâneos do afeto e da cobiça, algumas elementares exigências do convívio social”. (NIETZSCHE, 1998, p. 21).

Segundo Norbert Elias, ao analisar as transformações da nobreza guerreira do período feudal para a nobreza de Corte da Idade Moderna, o sociólogo destaca a introjeção de condutas.

O processo civilizador consiste, portanto, antes de tudo, na interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os sistemas de autocontrole exercidos sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social [gesellschaftliche Zwang] à autocerção [Selbstzwang] (CHARTIER, 2001, p. 20).

Desta forma, um dos aspectos relevantes do processo civilizador é a aspiração à limitação das diferenças fomentadas pelas pulsões e emoções, onde a memória representa a interiorização de valores que fundamentam e normatizam as condutas e comportamentos sociais. Além disso, em cada contexto a perspectiva do processo civilizador adquire particularidades. No período de ocupação do Vale do Paraíba e implementação da economia cafeeira, os modelos de civilização estavam inseridos no conceito de modernidade vigente. Na segunda metade do século XIX, durante a Monarquia, a ideia de progresso estava incorporada ao ideal de civilização, não estando



“tão vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse”. (AZEVEDO, 2003, p. 89). Estes dois princípios promoviam “a articulação necessária entre o tradicional e o moderno, que buscava dotar a monarquia brasileira da universalidade e imparcialidade às vistas de sua sociedade, ao mesmo tempo em que a inseria em um movimento superior, meta-histórico”. (p. 90).

Desta forma, com o então recente rompimento com a condição colonial, “ao construir o Estado, portanto, aqueles homens teriam que se defrontar com uma realidade que tentarão ocultar por meio de alegorias, que simbolizavam os seus esforços no sentido de civilizar o País, criando um corpo sólido e político” (SANTOS, 2007, p. 61), onde a “organização política do estado nacional deveria corresponder uma produção simbólica que delineasse os contornos da nação e integrasse no mundo civilizado, segundo os parâmetros europeus”. (p. 60). Assim, “é este caminho que os intelectuais se constituirão em promotores da civilização, introjetando atitudes antes afeitas ao colonizador. Assumiam assim os construtores do Estado a missão de civilizar, ao mesmo tempo em que tentavam forjar a Nação”. (p. 61). A complexidade de tal implementação deste projeto de Nação, dentre outros aspectos, pela diversidade social e cultural, além da extensão territorial, está presente na percepção de seus idealizadores.

José Bonifácio, que foi uma das figuras fundamentais na implantação do projeto de império, numa carta de 1813 escrevera: “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc., em um corpo sólido e político” (SANTOS, 2007, p. 61 apud SILVA, 1965, p. 226).

Sendo a escravidão um ponto determinante na instabilidade social, de acordo com os discursos de intelectuais, conselheiros e legisladores da época, as formas de violência física deveriam ser os últimos recursos para o restabelecimento da ordem social. Recomendavam-se ações de efeito preventivo e duradouro, com a intenção de atenuar a opressão da condição escrava, mas também buscavam influenciar os “maus senhores” a uma adequação de suas condutas para que as rebeliões não se difundissem pelas senzalas da região. (BRAGA, 1978, p. 65). No texto *Memória sobre a fundação de huma fazenda na Província do Rio de Janeiro*, publicado em 1947 por um importante senhor de terras do Vale do Paraíba, chamado Luiz Peixoto de Lacerda



Werneck, o então futuro Barão de Paty do Alferes, ele afirma que “nem se diga que o preto é sempre inimigo do senhor; isto só sucede com os dois extremos: demasiada severidade ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os iracíveis ao menor excesso de um senhor frouxo, e aquela toca-os à desesperação” (BRAGA, 1978, p. 37).

Werneck propõe que “o fazendeiro deve, o mais próximo que for possível reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças, plantem seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, cana etc”. (p. 37). Tais considerações são reafirmadas em 1854 nas *Instruções para a comissão permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras*, na qual a sexta recomendação afirma: “Permitir que os escravos tenham roças e que se liguem ao solo pelo amor a propriedade. O escravo que possui nem foge, nem faz desordens”. (BRAGA, 1978, p. 68). Tais aspectos reforçam a difusão de valores em comum, mas que são desfrutados de forma desigual. Werneck propõe também que tais produtos devem ser vendidos exclusivamente ao seu senhor e que o dinheiro deve servir para “comprar comida para seu regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos”, devendo ser coibido severamente o gasto com bebidas alcoólicas. Ele aconselha que “essas roças e o produto que delas tiram fazem-lhes adquirir certo amor ao País, distraí-los um pouco da escravidão e entreter-se com esse seu pequeno direito a propriedade”. (BRAGA, 1978, p. 37). Outra recomendação relevante da Comissão Permanente de 1854 refere-se aos divertimentos:

Permitir ou mesmo promover divertimentos entre os escravos; privar dos passatempos o homem que trabalha de manhã até a noite, sem nenhuma esperança é barbaridade e falta de cálculo. Os africanos são apaixonadíssimos de certos divertimentos: impedi-los é reduzi-los ao desespero, o mais perigoso dos conselheiros. Quem se diverte não conspira. (BRAGA, 1978, p. 68 – grifos meus).

Werneck chama a atenção sobre os senhores que “tem o péssimo costume de não castigar a tempo e de estar ameaçando o escravo” (BRAGA, 1978, p. 37). Segundo o autor, “o negro deve ser castigado quando comete o crime: o castigo deve ser proporcional ao delito: ele que apanha, não esquece e corrige-se com esta pontualidade.





Fazei pois justiça reta e imparcial ao seu escravo, que ele, apesar de sua brutalidade, não deixará de reconhecer”. (p. 37). Em seu conjunto, são diferentes estratégias que visam a introjeção de valores comuns entre as diferentes condições sociais para que se tornasse “aceitável” pelos segmentos desprivilegiados a submissão.

### **A configuração dos espaços**

Outro fator significativo na implementação da ordem social está na configuração dos espaços em seus aspectos urbanos e arquitetônicos. Uma peculiaridade de Vassouras é o fato de constituir-se em terras pertencentes à Irmandade Nossa Senhora da Conceição, composta pelas famílias mais abastadas da localidade que, em sua grande maioria, raras eram os que dispunham de origens aristocráticas, sendo fazendeiros que enriqueciam e alguns posteriormente receberiam títulos nobiliárquicos (STEIN, 1990). A cidade de Vassouras estruturou-se através da ação de famílias que estavam enriquecendo direta ou indiretamente com a lavoura do café, que incluíam além dos fazendeiros, os comerciantes, os comissários de café e os capitalistas. Silva Telles (1968) atribui esse desenvolvimento dentro de uma perspectiva urbana ao empenho dessas elites que, diferente de outras circunstâncias no próprio Vale do Paraíba – como em Paty do Alferes e São João Marcos –, “os fazendeiros do local repeliam a vila, ou apenas a toleravam” (p. 28). Outras classes também relevantes para o desenvolvimento local, mas de menor prestígio neste período, são os profissionais liberais de diversas áreas, dentre eles os médicos, advogados, tabeliães, professores. Mas a maior parte da população era composta por pobres de diversas origens e escravos (STEIN, 1990). Em relação aos processos de interação não apenas a cidade, mas também a própria “fazenda proporcionava o contato entre todas as classes sociais de Vassouras: os fazendeiros e seus escravos, os atacadistas e varejistas, advogados, médicos e os pobres livres”. (STEIN, 1990, p. 151).

Havia uma interação fundamental entre as fazendas – destacando seus aspectos produtivos e de geração de recursos – e a cidade como aglutinadora do comércio, da justiça, da religiosidade que predominava oficialmente, da política e da vida social. Em



marcha com o ideal de modernidade próprio da época, a cidade expressava uma vitalidade que imbricava aspectos rurais e urbanos. O ideal de modernidade estava também presente na configuração dos espaços através da arquitetura. Silva Telles (1968, p. 60) afirma que “as construções residenciais em Vassouras, recebem, na origem, influências das casas das fazendas de café, e das construções coloniais mineiras”. Em termos gerais, segundo o autor, no processo de elaboração do perfil arquitetônico local não há “uma unidade no tratamento plástico e nos detalhes” pelo fato de que a cidade se desenvolve em um período de transição de estilos, ou seja, “do barroco e rococó (colonial), de influência lusa, para o neoclássico, de influência principalmente francesa”. (SILVA TELLES, 1968, p. 82).

De certa maneira, há um propósito de ordenamento do espaço reproduzindo localmente os moldes do ideário nacional. Desta forma, a influência da Corte evidenciava-se na transformação do espaço urbano, dentre outros motivos, pela participação de algumas das famílias abastadas da cidade na política nacional, como também devido ao desenvolvimento econômico, que gerava recursos e promovia também a interação com os principais modelos de civilização do mundo na época. Nesta configuração dos espaços locais, estas famílias abastadas e que ocupavam os principais cargos jurídicos e administrativos da cidade tornavam-se os agentes e representantes locais do modelo de civilização e a representação do poder local, que inclui a estética de suas habitações e sua disposição no núcleo da cidade. Outro aspecto é a “forte tendência de centralização administrativa do país, com uma interferência crescente do Governo Provincial e da Coroa, nos assuntos municipais” que é registrada pelo envio de ofícios “com instruções e ordens de toda espécie e de vinda de fiscais e de engenheiros para orientação, programação e direção das obras públicas, quer provinciais, quer municipais”. (SILVA TELLES, 1968, p. 44).

Centro econômico da época, o Vale do Paraíba não ficou alheio às mudanças ocorridas na Corte. Na medida em que os senhores do café entravam em contato com o poder central e, principalmente, na medida em que o “barão” representava este mesmo poder, a tendência foi de absorção e a transposição dos comportamentos adotados no Rio de Janeiro. Esta transposição, feita na maior parte das vezes



simplificadamente, vai se deparar com comportamentos arquitetônicos anteriores, já enraizados de origem mineira de característica urbana. (ROCHA, 1984, p. 65).

A relação entre o local e a Nação complementam seus sentidos e reproduzem em diversas esferas uma ordem pautada em princípios comuns. Na diversidade de contextos e circunstâncias regionais da sociedade brasileira, a unidade nacional se impõe diante das diferenças, buscando limitar as aspirações por trajetórias próprias e a anomia, na qual uma esfera ideológica mais ampla anseia dar sentido a uma unidade nacional.

### **Considerações finais**

Ao se refletir a partir de Nietzsche sobre a imbricação da civilização e da barbárie, torna-se evidente a incompletude da ordem social, assim como a assimetria e a tensão entre os discursos e as práticas. As narrativas deste passado tentam conferir certa coesão de sentidos, a partir de uma memória histórica que é difundida e apropriada coletivamente, que propiciam a construção de uma formação identitária local, destacando preferencialmente do passado os aspectos que afirmam a condição exemplar de civilização.

De certa maneira, tanto a memória histórica quanto as formações identitárias apresentam-se como construções discursivas posteriores sobre o passado local, integradas à tessitura da ordem que se pretende instaurar. A memória histórica, na perspectiva de Albuquerque Júnior (2007, p. 205), é elaborada a partir “de fatos convencionados como históricos que têm repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque tem significado para eles. São aqueles fragmentos de História que são incorporados às memórias coletivas e individuais, servindo de marcos temporais”. De maneira complementar em relação à dinâmica e a fugacidade das identidades, segundo Sérgio Silva,

A formação identitária “eu-nós” constitui um processo interativo e dinâmico, sob a ótica social, cultural e política, relacionada ao posicionamento dos sujeitos no mundo e a composição de suas visões



dialógicas no mesmo. É este aspecto que convencionou o processo fluido da identidade nas lutas por reconhecimento e na leitura da realidade. (SILVA, 2009, p. 49)

Em relação a tais construções discursivas, enquanto indícios e significações parciais do passado, seu valor não está na representação de uma essência ou da natureza daqueles que viveram em um tempo e em um espaço, mas sim por revelar o dinamismo de uma sociedade, a partir da perspectiva da atuação de um determinado segmento da sociedade em disputa pela afirmação de uma narrativa hegemônica sobre este passado.

Estas apropriações e usos do passado são difundidas ressaltando um caráter formador e pedagógico: o passado local, com suas particularidades, está vinculado ao passado da nação e confere um sentimento de pertencimento que fundamenta um dos pilares da cidadania. Sem diminuir a importância constitutiva para os atuais modelos que operam as dinâmicas sociais em relação a esta forma de evocação e significação dos registros do passado, é importante que se possa também difundir a capacidade de reflexão sobre o que socialmente é posto aos sujeitos como referência de identidade. Desta forma, o que do passado é utilizado como estruturante da cidadania não fica restrito a um inventário ou a uma coleção de marcas e vestígios coletivamente impregnadas de afetos e sacralizadas pelos ideais. Mas tornam-se também questões vivas pela inquirição presente, sobre como o poder instituído e a ordem estabelecida realizam a atualização de sua legitimidade, naturalizando valores através da construção das narrativas sobre as memórias e as identidades.

### **BIBLIOGRAFIA:**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: Edusc, 2007.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. O aristocrata nietzsniano: para além da dicotomia entre a civilização/barbárie. In: LINS, Daniel; PELBART, Peter Pál (Orgs.). *Nietzsche e Deleuze – Bárbaros e Civilizados*. São Paulo: Annablume, 2004.



\_\_\_\_\_. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: *O que é memória social?* GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera. (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa; Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

CHARTIER, Roger. “Formação Social e Economia Psíquica: a Sociedade de Corte no Processo Civilizador”. In: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

\_\_\_\_\_. *Mozart: Sociologia de Um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade de Corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

\_\_\_\_\_. *Riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras – 1820-1890*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>>. Acesso em: 10 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Memória e identidade*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 28 abr. 2010.



ROCHA, Isabel. Arquitetura rural do médio Vale do Paraíba Fluminense no séc. XIX. In: *Revista Gávea*, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, 1984.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil; Uma questão nacional? In: *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2007.

TAUNAY, Affonso de E. *História do Café no Brasil: 1822-1872*. Vol. 7. Tomo 5º. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

### Fontes Primárias:

Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do Município de Vassouras. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria [compilação]. *Vassouras: História, Fatos e Gente*. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed.,1978.

WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda. Memória sobre a fundação de huma fazenda na Província do Rio de Janeiro. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria [compilação]. *Vassouras: História, Fatos e Gente*. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed.,1978.





## ALÉM DOS MUROS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS

PESSOA, Mônica do Nascimento

*Estudante de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade*  
*menina-lilas@hotmail.com*

VENERA, Raquel Alvarenga

*Professor do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade*  
*raquel.venera@univille.br*

200

### RESUMO

Este artigo busca discutir sobre as representações sociais que a Fortaleza de São José de Macapá construiu para a cidade. Trata-se de um patrimônio erguido por escravos africanos no século XVIII, gerando relações decisivas para a formação das identidades culturais da cidade e suas implicações nos jogos políticos das memórias e identidades, em que algumas representações tiveram suas influências na cultura africana, seja na cor, na formação dos quilombos, nas danças como o Marabaixo, porém com traços ressignificados. Dessa forma, problematizaremos o papel da juventude diante das tradições, possibilitando verificar as novas apropriações dos afro-brasileiros no tempo presente nesse lugar de memória, investigando alguns percursos dos africanos e afro-brasileiros e as relações que eles estabelecem nos vários momentos com a Fortaleza de São José de Macapá, através de seus discursos, imagens e narrativas.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Cultura. Diferença. Marabaixo.

### ABSTRACT

This article seeks to discuss the social representations that the fortress of São José de Macapá built for the city. It is a world heritage site erected by African slaves in the 18th century, generating decisive relations to the formation of cultural identities of the city and its implications in the political games of memories and identities, in which some representations had their influences on African culture, whether in color, in the formation of quilombos, dances like the Marabaixo, but with dashes redefined. Thus, problematizing the role of youth in front of traditions, enabling check the new appropriations of Afro-Brazilians in the present tense in this place of memory, investigating some routes of Africans and Afro-Brazilians and the relations that they establish in several times with the fortress of São José de Macapá, through his speeches, images and narratives

**Keywords:** Heritage. Culture. Marabaixo. Youth.



## A TRAJETÓRIA NEGRA E A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Para compreender as trajetórias dos negros, pensamos em trilhar seus caminhos, para então refletir sobre seu lugar no tempo presente. Como os negros surgem no contexto amazônico? Como sobrevivem e vivem com a escravidão até a construção desta Fortaleza de São José de Macapá? De que maneira a presença do negro vai constituir elementos da identidade amapaense? Para tanto, é preciso perceber a Amazônia no contexto das navegações ultramarinas, uma vez que é a partir desse momento que o Brasil, com a colonização portuguesa, começa a desenhar novos limites.

Essa Fortaleza fica situada na foz do Rio Amazonas, sua localização se dá como uma estratégia da maioria das construções militares portuguesas. Na imagem podemos perceber a proximidade com o rio e com a cidade.

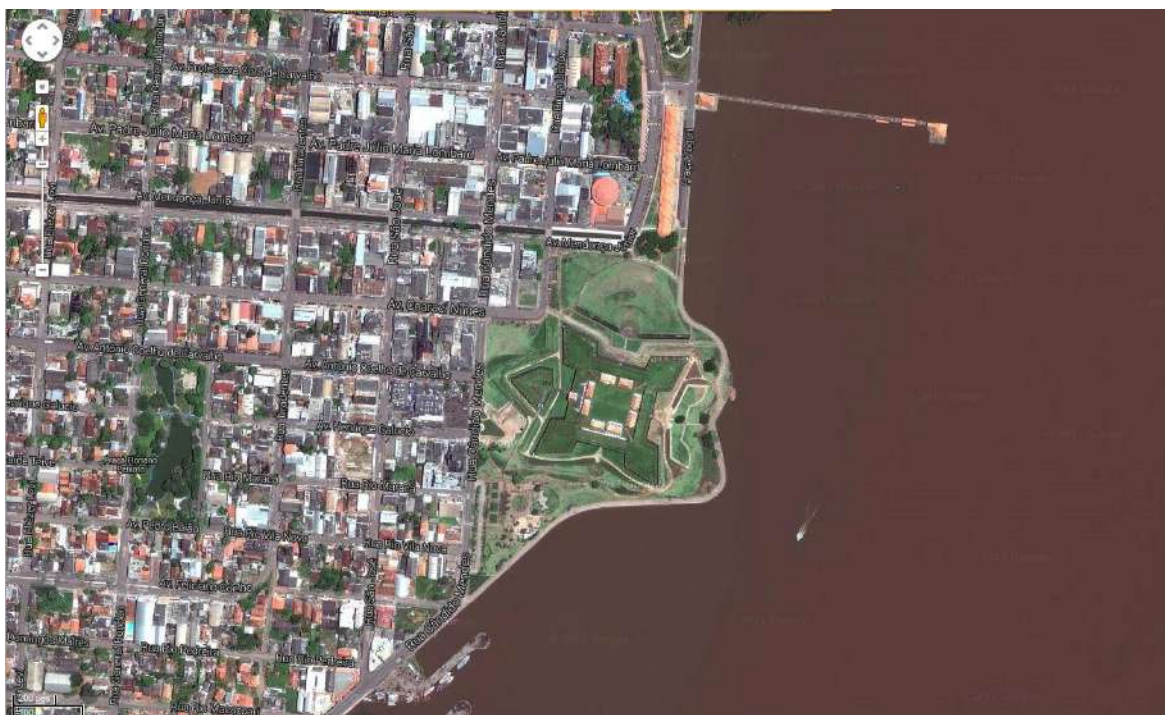


Figura 1 - A Fortaleza de Macapá e o Rio Amazonas. Fonte Google MASP. Acesso: 23/06/2014

Os maiores objetivos das grandes navegações que ocorrem nos séculos XV a XVII eram aumentar os territórios lusitanos, a fim de lhes garantir riquezas e fortalecimento da religião católica. A Amazônia entra nesse contexto a partir da construção da Fortaleza de São José de Macapá,



juntamente com outros Fortes, que a princípio garantiria o domínio Português sobre a região com características militares. Mais tarde, se tornaria um símbolo de onipotência e demarcadora de identidades, marcando a fundação da cidade de Macapá, como conclui Camilo (2009, p.18), quando explica as razões das fortificações.

Alguns especialistas de História urbana observam que nem sempre as fortificações foram construídas face a um perigo iminente, mas acabaram por se tornar elementos integrantes do processo de urbanização do Brasil, pois compunham o conjunto de formas arquitetônicas que transformaram a paisagem no período colonial.

Apesar de se integrar no contexto da cidade, as fortificações se transformavam em um objeto fundamental na demarcação de territórios coloniais. Existia um forte interesse nas riquezas amazônicas. Nesse sentido, o colonialismo português se assegurava em três aspectos para seu fortalecimento; “população, agricultura e comércio” e para isso precisavam “preservar os limites territoriais e fronteiriços do império” (CAMILO, 2009, p.31).

Dessa forma, a Fortaleza de São José de Macapá, inaugurada em 1782, foi pensada para delimitar territórios portugueses contra possíveis inimigos; Ingleses, Franceses, Holandeses e Espanhóis. Um projeto do Francês Sebastien Le Prestre de Vauban, Engenheiro Militar de fortificações de Luis XIV, no século XVII, época da hegemonia cultural europeia, aperfeiçoado em técnicas de ataque e defesa em guerras a serviço dos Portugueses. Utilizou-se para esse empreendimento a mão de obra negra e indígena, como ficou evidenciado na pesquisa Albuquerque, assim como explicita também os objetivos das fortificações no período colonial.

[...] a edificação do forte, foi um projeto gestado a partir da preocupação do Governo Português em preservar seus domínios, garantindo a exploração e o comércio dos produtos da região amazônica. As práticas de pirataria e as constantes invasões dos estrangeiros construindo fortificações, escravizando índios, praticando escambo e explorando riquezas, constituía em prejuízo para a metrópole (ALBUQUERQUE, 2001, p.33)

A Amazônia portuguesa, sob o domínio de Marques de Pombal na década de 1750 entrava em um novo momento, havia um interesse de modernizar a administração para então recuperar a economia portuguesa no Atlântico (COSTA, 2011, p.21). A expansão portuguesa se fundamentava na “ostensiva política de povoamento e de fixação populacional para delimitar e definir as fronteiras extremas no sul e no norte da colônia” (CAMILO, 2008, p. 95)



No Amapá, Mendonça Furtado, governador do Grão Pará<sup>1</sup>, já mencionava o ávido desejo pelas terras amapaenses, organizou uma missão de reconhecimento das terras em 1752, pois era preciso a povoação da vila de São José de Macapá. Abismado com a riqueza, e também preocupado com os perigos causados pela proximidade da Guiana Francesa, o governador se adiantou: “Não me pareceu que nada estava primeiro do que povoar o Macapá, porque temos por ali maus vizinhos, e com boas terras (...) e se Deus me der saúde vou logo fundar a nova povoação de São José (...) Que façamos ali uma povoação que livre a esse estado da lamentável miséria em que se acha...(Carta escrita por Mendonça Furtado em 4 de Dezembro de 1751, Marcos Carneiro Mendonça apud Camilo, 2009, p.97)

A “pobreza” e o “abandono” eram verdadeiros engodos para dar início à colonização. Na verdade, as riquezas da terra; castanha-do-pará, guaraná, cacau, óleo de andiroba e diversos frutos e raízes, conhecidos como drogas do sertão, chamavam a atenção dos colonizadores. E para ter “olhos” aos “maus vizinhos”, precisaria então de uma fortificação, definindo territórios e impondo presença, não somente com corpo militar, mas com uma identidade religiosa e cultural contando com práticas escravocratas.

O tráfico de escravos favorecia um mercado em expansão. Existia a presença de indígenas, que inicialmente foram utilizados como mão de obra, porém segundo Salles (1971, p.5) a companhia de Jesus via o trabalho indígena comum a pecado, justificando que “a raça nativa era fraca e só pela segregação poderia servir, como a experiência havia demonstrado”. O negro era escravo em todos os tempos e já o era entre os seus. A ideia de que o negro já vivia sob o regime escravo na África funcionara para justificar a continuação da escravidão, sob uma nova ótica, não como era na África, por guerras tribais, mas agora sob interesses mercantis coloniais.

Nesse aspecto o conceito de diáspora, trabalhado por Schaan (2010, p.17) é potente entendendo que as diásporas são “migrações forçadas em que sucessivas levas de povos são obrigadas a deixar sua terra natal por fuga ou coerção”, se reportando a diáspora africana, quando da intensa presença das populações negras vindas de África para a Amazônia. Registros confirmam que escravos que aportavam no Pará, depois seguiam para vários cantos da Amazônia, para trabalharem tanto como escravos urbanos quanto rurais, inclusive para o Amapá.

Em Migrantes de Cativoiro, é possível ver uma história real, do cotidiano de muitos negros oriundos da África, e dos maus tratos nas novas terras que passaram a habitar. Neto (2010, p.41)

<sup>1</sup> A partir de 1751, a organização administrativa do Vale Amazônico, área que correspondia aos territórios das capitânicas do Grão-Pará,



inicia, como em um Conto, o destino incerto e cruel de africanos na Amazônia:

Foi há muito tempo, em janeiro de 1876, quando Dom Pedro II ainda era imperador do Brasil, que na cidade de Belém, capital da província – hoje se diz estado – do Pará, a escrava africana Albina Maria da Conceição, com a idade de 30 anos mais ou menos, com a ajuda de algumas pessoas livres, foi à justiça em busca de sua liberdade. Albina contou ao juiz a sua história. Albina era uma criança de tão tenra idade que mal conhecia a sua mãe, quando brincando um dia no terreiro da pobre casa de sua mãe, um dia que lhe seria fatal, foi ela apanhada por um desconhecido que a levou “para bordo de um navio, onde já se achavam outras muitas [pessoas] de minha condição e de diversos tamanhos”, e dali a poucos dias “fez-se o navio de vela para o alto mar, quando sentimos barulho e gritaria ouvindo logo dizer que tínhamos sido tomadas, e conduzidas ao Rio de Janeiro aonde fomos livres”, sendo que os “homens e mulheres [africanos] foram logo gozar de sua liberdade e as crianças como eu [Albina] foram divididas por famílias para que acabando de nos criar fossemos recebendo alguma educação doméstica”.

Numa riqueza de detalhes, o autor narra a história de Albina, uma negra de 30 anos, que possuía uma marca feita a ferro no peito, um sinal de nascimento em Luanda, na Angola. Ela é raptada pelo tráfico negreiro ainda criança, quando brincava perto de sua casa. Quando Albina chega ao Brasil as leis já haviam mudado, o tráfico de negros já era considerado crime, pelo Brasil e também pela Marinha Inglesa. Mesmo assim, ela foi vendida e revendida na esperança de encontrar sua liberdade, mas vagava em um caminho sombrio, da violência e de turbulentos dias de escravidão doméstica, como em cativeiros. Longe de ser um caso isolado, essa história é um espelho de milhares de negros arrancados de suas realidades para as terras brasileiras (NETO, 2010, p.41).

Os primeiros negros que cruzam o Rio Amazonas foram os da Guiné Portuguesa. A Historiadora Amapaense Albuquerque (2007, p.77) no estudo sobre o quilombo do Curiaú<sup>2</sup> revela a trajetória dos negros no Amapá, afirmando que

os negros chegaram ao Amapá no início da ocupação da região, no ano de 1751, como escravos de famílias provenientes do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia e do Maranhão. Outros vieram da Guiné Portuguesa e trabalhavam na cultura do arroz. No entanto, o maior contingente veio a partir de 1765 para a construção da Fortaleza de São José de Macapá, durante o governo do Grão-Pará. Muitos desses negros escravos morreram de doenças como sarampo e malária, ou ainda em decorrência de acidentes de trabalho.

Há registros também no Arquivo do Pará do local de origem de escravos vindos para o Grão-Pará no período de 1753 a 1801, entre eles Benguela, Luanda e Moçambique. Com o tráfico, a maioria era fornecida do Rio de Janeiro, Recife e São Luís (CAMILO, 2003, p.125).

<sup>2</sup> Comunidade negra rural, localizada a 8km de Macapá. A comunidade é composta por remanescentes de negros escravizados que vieram para a construção da Fortaleza de São José de Macapá.





Salles (1971, p.76), tomando informações sobre as províncias do Pará informa que a população escrava da Província Grão-Pará (Belém, Cametá, Santarém, Macapá, Bragança e Rio Negro) em 1849, segundo o publicador paraense de Belém, chegava a 34.216 escravos. Em Macapá mais especificamente havia nesse período 2.934 escravos. As posições eram claramente demarcadas no processo produtivo da sociedade, em que o negro mão de obra era “construtor da economia agrária”, o índio “dono dos rios” era responsável pelas atividades extrativistas e o branco se posicionava como “desbravador e moralizador” das sociedades conquistadas.

Para a organização de escravos no norte da colônia, a responsabilidade ficava nas mãos da Companhia de Comércio do Grão Pará. No caso do Amapá, muitos negros aportavam para a construção da Fortaleza, pois só eles poderiam sobreviver ao dia-a-dia do trabalho pesado em carregar pedras e baluartes, visto que os indígenas, para Companhia de Jesus, precisavam ser catequizados e não escravizados. Camilo (2003, p.130) relata a utilização de escravos no norte.

Esse contingente de negros desembarcados no Pará foi direcionado a vários serviços e, no que nos interessa, no caso da Fortaleza de São José de Macapá, serviu como mão de obra no cultivo da terra e, também, no serviços das construções urbanas e militares. No que diz respeito a sua utilização na construção da fortificação dessa praça, são muitos os documentos como o de 3 a de abril de 1765, onde se informa que os escravos negros trabalhavam nas pedreiras que serviam de apoio à construção do Forte (...) sendo investidos no local 131 trabalhadores efetivos, dos quais 119 eram negros.

Assim como na escravidão em outros cantos do Brasil, os negros se negavam ao trabalho com fugas permanentes, a vigilância sobre eles era intensa. Não se tem um numero exato de escravos que foram utilizados nessa construção, visto que as mortes também eram correntes pelos maus tratos e por todo sentido da escravidão. Sobre as fugas na Vila de São José em 1765, menciona Camilo (2003, p.135)

As fugas realizavam-se em bandos formados por negros e negros de particulares e da camara que tinham a seu favor o meio físico da região, pois a bacia hidrográfica do Amapá é formada por lagos, furos, igarapés e pelos rios Oiapoque que separa o Brasil da Guiana Francesa, o cassiporé, o Calçoene e o Araguari, que é formada por muitas cachoeiras propícias a formação de Mocambos.

É importante perceber como os negros se integram nessa sociedade colonial como mão-de-obra escrava, mas, acima de tudo, como propulsores de uma sociedade, que depois fazendo parte de uma sociedade “livre” se confrontam com um passado da escravidão, regado de preconceito e racismo.





## UMA ANÁLISE HISTÓRICA: A QUESTÃO DA DIFERENÇA NO TEMPO

Os negros atualmente vivem diante de transformações políticas e sociais, em meio a um pensamento que busca ser a tradução de “liberdade” – como o discurso jurídico da igualdade de direitos –, mas que perpetua e aprofunda as desigualdades – em um cotidiano marcado pela competitividade –, o vazio de sentidos dados à vida – comum nas sociedades de consumo – criando novas perspectivas, mas que, ainda que novas, faz durar alguns sentidos sociais de um passado, dando a impressão de que ainda somos, de outra forma, coloniais. Será que a modernidade significa o novo mesmo? Ou uma continuação? A escravidão acabou? Ou só mudaram os nomes e os tempos Históricos?

Na História, entre a duração e as rupturas, os gestos de subjugar e impor uma cultura sobre outra se tornaram lutas por hegemonia de sentidos e característica fundamental nos processos de formação dos Estados nacionais, cada povo uma nação, e cada nação uma identidade, ou melhor, cada nação impondo sua identidade aos que eram considerados “desprovidos de cultura”, daí os discursos coloniais e as causas da escravidão. Na história das sociedades, desde a antiguidade, resguardadas as devidas diferenças no tempo, alguns povos subjugados a outros eram comuns, povos que pela colonização foram vistos, na luta por sentidos hegemônicos, como mais fracos, menos aptos ao conhecimento e ou desprovidos de cultura. Essa era a visão dos colonizadores europeus. O passado, muitas vezes foi usado nessa luta por sentidos de superioridade entre culturas, como os mitos de origem das sociedades europeias, juntamente com as teorias raciais, especialmente no século XIX, deram sustentação ideológica para a exploração dos negros e índios e domínio de povos de origem caucasiana. Essas teorias mais tarde seriam a base do século XX, uma justificativa para as guerras e para a dizimação de vários povos

Nos jogos por sentidos hegemônicos na contemporaneidade assistimos a evocação de significações do passado sendo atualizadas, como foi a reação dos médicos brasileiros com a chegada dos cubanos negros ao Brasil devido ao programa Mais Médicos, chamando-os de “escravos”. Essa reação demonstra um descontentamento em relação a uma atitude do governo e um claro exemplo de racismo, ou seja, constatar a presença negra em espaços entendidos como prioridade branca, como em comentários nas redes sociais, especialmente a frase de uma jornalista que ficou famosa ao afirmar que “as médicas cubanas têm cara de empregadas domésticas”. Outro exemplo mais recente foi o slogan “somos todos macacos”, que por uma



jogada de marketing a mídia e vários artistas globais se “solidarizaram” com os jogadores que foram atingidos por bananas em campo. Tais atitudes contribuem para o pensamento de que a cor negra é significada a partir de uma mentalidade escravocrata e arcaica, atrelando sempre a pobreza, a obscuridade e o lado feio das coisas aos negros.

Esses sentidos sobre o negro, como o feio e o preguiçoso, foram reforçados com a escravidão. Antes eles possuíam uma identidade, com suas religiões, modo de vida e culturas diversas, pelo mosaico étnico da África. É no momento da escravidão que essa cultura, numa simbiose, se entrelaça à cultura branca, e posteriormente, apesar de negada pelas elites da época, se afirmam enquanto componente da cultura brasileira. Constroem-se práticas de racismo no Brasil, com as diferenças étnicas, a tentativa de branqueamento, e a construção de uma imagem do negro marginal. Esses estereótipos são tidos como verdades e tomam novas formas no tempo. Mas que tempo é esse o da modernidade?

David Harvey (1989, p.22) explica que “a única coisa de segura na modernidade é a sua insegurança, e até a sua inclinação para o caos totalizante”, esse tempo é onde vemos o aprofundamento, a partir da luta por sentidos, das divisões dos grupos sociais, a imposição de civilidade contra o que foi significado como barbárie e a seleção humana pela ciência biológica. A ciência que prometeu a liberdade fracassou: a prisão humana numa armadilha que eles próprios criaram. Harvey (1989, p.23), explica o objetivo inicial do projeto moderno: “Há a suspeita de que o projeto do iluminismo estava fadado a voltar-se contra a si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana”.

Fruto dessa ânsia pelo poder, a escravidão no Brasil, justificada e significada a partir desses sentidos, representou o início de uma gama de problemas relegados aos negros, diante dos maus tratos e principalmente no jeito de olhar o negro e o branco, como inimigos. Para Flavio Pierucci (1990, p.03) o racismo “é interpretado apenas como recusa, incapacidade ou impossibilidade de aceitar o outro, o diferente, o não-semelhante”. O que está impregnada no imaginário social é a ótica da diferença que segue o olhar do racista, uma obsessão e rejeição, absolutizando, naturalizando e biologizando ideias que foram construídas pelos grupos sociais mais conservadores. Este autor acrescenta que levantando a bandeira do direito a diferença ganha-se também o ônus de discutir que diferença não significa desigualdade e que nem todas



são hierarquizantes, mas existem, principalmente quando tratamos de grupos e categorias sociais coletivas ou não. Para explicar tal posição ele expressa que

A diversidade é algo vivido, experimentado e percebido, gozado ou sofrido na vida cotidiana: Na imediatez do dado sensível ao mesmo tempo em que mediante códigos de diferenciação que implicam classificações, organizam avaliações, secretam hierarquizações, desencadeiam subordinações.

As teorias raciais no século XIX tinham como objetivo dividir as “raças”, e por causa delas construíram-se mitos em relação as formas de entendermos as diferenças entre os povos de culturas diversas. O conceito raça, subdividindo o ser humano, em sua racionalidade ou grau cultural surge com um propósito dominador. Michel Foucault (2012, p.68) explicando Nietzsche (2009), onde fala da Genealogia da Moral, afirma que

Homens dominam outros homens, e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a ideia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles tem necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força- e é o nascimento da lógica. [...] E é por isso precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual, ela impõe obrigações e direitos.

Mais adiante Michel Foucault diz que essa dominação “(...) estabelece marcas, grava lembrança nas coisas e até nos corpos”. Isso foi a escravidão. Nos corpos marcados pelos açoites e na lembrança cotidiana dos tempos modernos sempre a sombra do passado. Os mitos do “negro vadio” e da “mulata sensual” ainda persistem na mídia, no mercado de trabalho e nas universidades. Os negros ainda não conseguiram se desvencilhar desse passado e lutam por espaço e voz nessa sociedade, que busca através de algumas políticas perceber e, de certa forma, apagar as injustiças da escravidão.

Os negros pós-abolição carregaram os estereótipos dos tempos de senzala. E sua liberdade, sendo uma convenção dos países industrializados para tornarem o Brasil um mercado consumidor, foi restrita, pois não houve a preocupação com as situações dos antigos escravos, dando um olhar excludente e preconceituoso pela ânsia de construir uma sociedade branca. Contraditoriamente a pretendida sociedade branca fracassou se viu cada vez mais parda. São enormes as formas de identificação e auto-identificação das pessoas nesse cenário híbrido, e porque, ou como, esse olhar tão diferente sobre o outro persiste? Seria um problema histórico?



A colonização mostrou muito bem as diferenças entre o civilizado e o selvagem. Mas tudo é uma construção, são discursos e percepções de quem escreve uma história, são lutas por sentidos que se deseja hegemônico, são significações que vão sendo consolidadas nas tensões culturais. Laplantine (2000, p.45) analisando a Introdução à Filosofia da História de Hegel (1830), e no estudo antropológico revela como a África era vista fora de toda civilização, do ponto de vista europeu, com uma cultura inferior, onde somente a exploração daria significado para sua existência, revelando as origens dessa forma de ter o negro como marginal, em que

Tudo, na África, é nitidamente visto sob o signo da falta absoluta: Os “negros” não respeitam nada, nem mesmo eles próprios, já que comem carne humana e fazem comércio de “carne” de seus próximos. Vivendo de uma ferocidade bestial inconsciente de si mesma, em uma selvageria em estado bruto, eles não têm moral, nem instituições sociais, religião ou estado.

De certo, a África historicamente teve seus problemas políticos, econômicos e em maior grau, alcançou problemas sociais gritantes. Porém, não foi um destino a qual eles seriam culpados, como uma maldição, seu processo colonial foi devastador, gerando guerras tribais, fome, doenças, pobreza e a formação de um mosaico africano.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO DA DIFERENÇA DE RAÇA E CLASSE**

Pensar que séculos se passaram e que mudanças sociais e políticas foram remodeladas, governos ditos populares chegaram ao poder, políticas públicas avançaram no sentido de possibilitar igualdade social aos negros, mas os sentidos sobre o negro com todos os atos de racismo e as divisões claras no mercado de trabalho e nas universidades persistem em um jogo político onde as significações de inferioridade, embora improváveis de serem justificados cientificamente, juridicamente abolidos dos documentos públicos, duram como memórias fazendo sentidos, por vezes silenciosos, nas práticas cotidianas. São indiscutíveis algumas ascensões sociais, as políticas de inclusão que amenizam as diferenças, mas o caminho para o fim do racismo parece não ser apenas as políticas públicas. Essas fazem parte de lances no tabuleiro do jogo pela mudança de sentidos a negritude. Talvez, o “xeque mate” ao racismo seja a valorização do outro e nos novos sentidos que cada um dá as diferenças. Esse olhar tensionado ao negro guarda a sua lógica, além da cor, na questão de classe, muito comum é atribuir o negro a pobreza, as favelas, a violência, essa tensão ocorre pelos estigmas da escravidão, que



perduram e se traduzem em formas de exclusão e no olhar desconfiado ao negro.

Santos (2007, p.236) tratando do acesso de negros às universidades analisa através dos estudos do antropólogo Florestan Fernandes a participação negra e suas funções no trabalho fabril no começo da industrialização no Brasil na cidade de São Paulo, em que se reduziam a trabalhos precários e principalmente braçais colocando o negro em grandes desvantagens diante do surgimento de economia capitalista competitiva. Para Santos as discussões de raça estão inteiramente ligadas as questões de classe, se apropriando do pensamento de Marx, pois elas fazem parte de uma agenda bem maior tratada por ele, que são as opressões capitalistas, das classes sociais. Então, para ele o negro deve lutar contra as condições subalternas, como baixos salários, ocupações inferiores e se opor às ideologias de superioridade do branco. Esse autor se utiliza de dados para explicar como o negro estava isolado dos processos indústrias, culminando assim para sua exclusão hoje.

Em 1979, analisando a situação racial do Brasil pós-abolição a partir do Censo Demográfico de 1940e 1950, Hasenbalg constata que, no País como um todo, a população de cor era super-representada nos setores rural e extrativista (setor primário da economia). Em 1940, os grupos “mulato” e “negro” constituíam 40% dos trabalhadores desse setor,mas representavam 22% dos empregadores, 46%dos empregados e 41% dos autônomos. Entre 1940e 1950, a situação permanecia essencialmente inalterada. Na indústria, os não-brancos se encontravam em desvantagem nesse setor, com participação relativamente menor.

A cor ainda define a categoria do trabalho e como mostra na tabela abaixo, ainda influencia na vida cotidiana das pessoas com a afirmação de 63% dos entrevistados, entendendo que a cor da pele é um entrave na ascensão social, nas relações sociais e principalmente que diz respeito a posição nos espaços coletivos; a mídia e o trabalho, parecem ser os espaços mais visíveis de exclusão ou diminuição das potencialidades negras.

Unidades da Federação selecionadas	Pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total (1)	Distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas (%)		
		Sim	Não	Não sabe
<b>Total</b>	<b>49 511 805</b>	<b>63,7</b>	<b>33,5</b>	<b>2,8</b>
Amazonas	2 277 880	54,8	38,6	6,6
Paralba	2 823 492	63,0	30,7	6,3
São Paulo	31 816 646	65,4	32,2	2,5
Rio Grande do Sul	8 397 355	57,9	39,7	2,4
Mato Grosso	2 265 413	59,6	36,8	3,5
Distrito Federal	1 931 019	77,0	22,7	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

(1) Excluído sem declaração.

Tabela I - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo as Unidades da Federação selecionadas.



Esses dados realizados pelo IBGE em 2008 revelaram o quanto a cor da pele influencia a vida de brasileiros, no trabalho, nos espaços públicos, nas escolas, interferindo diretamente no olhar o outro como diferente e inferior. Isso ocorre no caso da cor da pele negra, mas não só nesse aspecto, aliás, na contemporaneidade ampliaram-se os excluídos, incluem-se aí portadores de necessidades especiais, mental e física, homossexuais, pobres, mulheres, drogados, aidéticos, nordestinos, estrangeiros, entre outros. A questão importante nessa pesquisa é que as pessoas reinventaram modos de se autodeclararem, que são diversas. Fala-se em pardo, branco, preto, negro, afrodescendente, mestiço, indígena, moreno, claro, escuro. E essas categorias foram estendendo-se de acordo com as transformações culturais. Mas por que surgiram tais categorias? Seria a negação das raízes de uma sociedade? Ou pura conveniência? E o que dizer de censos que marcam um crescimento grotesco de uma população, que outrora não possuía um pertencimento, mas que agora se declara negra, ao mesmo tempo em que as políticas públicas para negros crescem de maneira excessiva? A escolha da cor ou raça deve ser uma escolha identitária?

Stuart Hall (2001, p.47) expressa que as “identidades não estão literalmente impressas nos nossos genes, elas são frutos das representações, das construções com o outro, quando encontramos o nosso eu na relação com o outro, esbarrando-se na diferença”, assim, como a identidade é um processo contínuo, pode ser negada, esquecida ou reinventada. Isso pode explicar a negação, ou até uma memória ressentida, quando um negro não se considera negro, e explica também as mudanças nas escalas cromáticas dos censos do IBGE ao longo das décadas.

Esses dados “têm exercido um papel legitimador das representações sobre os diferentes grupos étnico-raciais que convivem no país” (IBGE, 2011), estão em processos de deslizamentos de sentidos, mudando, mas ao mesmo tempo durando memórias antigas. Em 1872 existia a categoria “caboclo”, como reconhecimento de uma população indígena; em 1890 surge o “mestiço” como fruto da união do branco e do negro; em 1940 surge o “amarelo” levando em consideração a migração japonesa, agregando novos povos à cultura brasileira; e em 1950 e 1960 reincorporam o “pardo”, sendo a primeira vez em que o censo começa a valorizar a auto declaração daquele que está sendo entrevistado.

Abaixo vemos uma tabela dos Indicadores Sociais do IBGE que mostra a proporção de pessoas e os aspectos pelos quais elas se autodeclararam negras. A cor da pele segue sendo o





motivo maior pelo qual as pessoas se consideram negras com 73% dos entrevistados, depois a origem familiar, ou seja, o pertencimento a antepassados negros com 61%.

Unidades da Federação selecionadas	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por dimensões pelas quais definem a própria cor ou raça (%)						
	Cultura, tradição	Traços físicos	Origem familiar, antepassados	Cor da pele	Opção política/ideológica	Origem socio-econômica ou de classe social	Outra
<b>Total</b>	<b>24,9</b>	<b>53,5</b>	<b>61,6</b>	<b>73,8</b>	<b>2,9</b>	<b>13,5</b>	<b>1,0</b>
Amazonas	42,7	59,2	52,3	81,6	5,7	15,1	0,1
Paraíba	22,7	62,5	73,8	78,6	5,0	11,8	0,8
São Paulo	25,1	55,4	61,8	74,6	2,7	15,0	1,2
Rio Grande do Sul	21,1	42,7	60,1	68,3	2,7	9,0	0,4
Mato Grosso	21,8	49,5	58,1	72,7	2,2	11,0	1,5
Distrito Federal	23,5	52,9	62,2	68,2	2,7	11,6	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Tabela II- Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por dimensões pelas quais definem a própria cor ou raça, segundo as unidades de Federação selecionadas – 2008.

Um avanço importante é que esse tipo de pesquisa começa a respeitar o outro como possuidor de autonomia na escolha de sua identidade, mudando qualitativamente a composição da sociedade brasileira, onde até mesmo uma pessoa de cor branca se autodeclara negra pelas raízes culturais, pela história da trajetória familiar e também por convenção na participação das políticas de afirmação à população negra.

Bauman (2005, p.23) falando de identidade, reflete que “você só tende a perceber as coisas e colocá-la no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente”, é o que acontece com as políticas para negros. Foi diante da situação de exclusão negra e da percepção de que estes estavam à margem da sociedade que começam a surgir as políticas, e devido à forte intervenção do movimento negro e dos movimentos sociais em geral, que surgem como “valorização do negro” e de sua cultura.

Para Guimarães (2005, p.157) “a modernidade negra significou um processo de inclusão social e simbólica dos descendentes de africanos às sociedades das Américas e da Europa”, um momento em que os negros são vistos como pertencente à vida civilizada, espaço de brancos anteriormente. Os negros passam por dois momentos, um em que são representados pelos brancos, e em outro em que os próprios negros se representam, não só nas artes e na literatura, mas ideológica e politicamente. Expressa então, os espaços conquistados pelos negros de escreverem suas biografias, mas nem sempre tiveram esse espaço.



A constituição de 1988 sugeria que os negros a partir da abolição se tornariam cidadãos brasileiros, com direitos iguais aos brancos, mas “fabricou um cidadão de fachada, atirando quase cinquenta por cento da população do país, os escravos e seus descendentes, a morte lenta da história dos guetos, do mocambo, da favela, do analfabetismo, da doença do crime, da prostituição” GUIMARAES (2005, p.160).

Essa expressão de cidadania e igualdade se traduzia em uma continuidade da hierarquia social, pois após a libertação da escravidão os negros estavam relegados a uma educação para o trabalho. Como afirma Lucindo (2010, p. 43)

Formar “cidadãos úteis”, essa era a expressão corrente nos debates abolicionistas que valorizavam a mão-de-obra nacional e se opunham à grande imigração, ou de quem pensava a educação de ex-cativos como meio de garantir que esses e seus descendentes pudessem gozar sua plena liberdade, tornar-se autônomos e conquistar o trabalho, sem que isso significasse quebrar a hierarquia social, ao contrário, a educação os manteria na ordem.

Percebemos que por muito tempo as autoridades fecharam os olhos para as questões étnicas, onde os interesses eram diversos, e inicialmente, segundo a autora, a preocupação com as leis era garantir uma educação universal e um currículo comum. Esse desinteresse se deu também a partir daqueles que pensavam as leis, que comungavam da teoria da democracia racial, não percebendo as desigualdades raciais. A luta do movimento negro se deu unida a defesa do ensino público, pelo combate ao racismo e pela igualdade. Entre idas e vindas, inclusão e retiradas de artigos estava esse movimento contribuindo para a construção de um currículo ligado ao Ensino de História da África nas escolas, traduzido no que é hoje a Lei 10.639/03.

Fala-se em Multiculturalismo, que se traduz na forma de olhar o outro, não com estranhamento ou com exclusão, mas respeitando as diferenças. É ver no outro a imagem de si mesmo, ou como Larrosa (2002, p.72) expressa “também nós, nesse exercício somos estrangeiros no nosso próprio lugar, ou devemos nos fazer estrangeiros”. Larrosa afirma que a “retórica cultural está funcionando como a antiga missão civilizadora, pois trabalha com a convivência, o pluralismo e o diálogo, não vê o outro respeitando suas diferenças de fato, funcionando apenas com complacência e soberba pedagógica, em que professores e políticos se utilizam desse discurso para se promoverem”. Mais adiante o mesmo autor dá a saída para que as identidades sejam valorizadas, afirmando que



A diferença deveria ser um lugar de compreensão, para o exercício de um tipo de diálogo e de relação com o outro que asseguraria a emergência de uma comunidade mais plural que nela pertenceriam pessoas com uma identidade cultural mais completa. Com uma mente mais ampla, com formas de vida mais flexíveis e ricas, com um pensamento mais aberto e com um tom emocional mais receptivo e tolerante. (LARROSA, 2002, p.73)

A escola como disseminadora de ideias é um palco onde os embates acontecem, é um campo das diferenças. Estudamos conteúdos eurocêntricos, que perpetuam sentidos estereotipados e que diferenciam brancos e negros nas salas de aulas, isso por que os conteúdos curriculares dos livros didáticos são ferramentas difusoras desse racismo, expondo apenas o negro relegado a história da diáspora negra, acorrentado, sujo, violentado, não tratando também de trabalhar em sala de aula conteúdos e práticas capazes de desmistificar essa visão. Como afirma Gabriel (2010, p.94) quando estuda o ensino de História e currículo:

A disciplina escolar História, ao produzir sentidos sobre a nossa experiência no e com o tempo, participa de forma singular na fixação das fronteiras curriculares onde se disputam, em permanência, sentidos de —conhecimento escolar legitimado e validado.

O ensino de História se apresenta como um campo de disputas, onde estão presentes várias memórias coletivas que interpelam sujeitos a se posicionarem diante das demandas atuais, se estabelecem assim relações com um passado legitimado por esse ensino (GABRIEL, 2010, p.94).

### **ENTRE UM MONUMENTO DO PASSADO E DO PRESENTE: NOVAS APROPRIAÇÕES DOS NEGROS NA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ**

(...) a memória recusa-se, com frequência, calar-se. Imperativa, onipresente, invasora, excessiva, abusiva, é comum evocar que seu império se deve à inquietude dos indivíduos e dos grupos em busca de si mesmos. (CANDAU, 2012, p.125)

As lembranças africanas no Brasil mudaram bastante no tempo, ela existe para mobilizar a luta das raças por afirmação cultural e contra a exclusão social nas trincheiras das lutas de classes, mas ainda ficaram as marcas da história da escravidão. Essas lembranças se sustentam na “continuidade fictícia ou real” e também como forma de identificação de grupo, pondo a mostra memórias e tradições. É preciso buscar uma peça do passado para compor o



“jogo identitário”, pois a tradição no presente significa uma referência legitimadora, é como se fosse uma prova de existência na falta de credulidade, o grupo perderia um conteúdo e passaria a estar em um vazio. Seria então a tradição um objeto de nostalgia ou uma forma de “consciência confusa” de si mesmo? Não, a tradição não gera continuidades, ela se transforma com o ciclo da vida cotidiana, se enfraquece até um possível fim. (CANDAU, 2012, p.122).

Existe um desejo de criação de referências, um patrimônio dá sentidos à cidade, a céu aberto, como afirma Pinho (p.113), “é possível perceber a passagem no tempo por meio de marcas deixadas nas superfícies dos corpos, como rugas, cicatrizes, há também indícios do tempo na trama urbana”. Quais os novos sentidos que a Fortaleza dá a cidade no tempo presente? Quais as apropriações feitas por aqueles que construíram tal monumento? Eles precisam ser lembrados? Por que?

A Fortaleza de São José de Macapá hoje promove algumas festas para lembrar-se dos antepassados. Quem são esses antepassados? Existe uma tradição reivindicada? Inventada? Reinventada?

As Festas do Marabaixo realizadas na cidade ocorrem algumas vezes na Fortaleza, é uma ligação que se faz pela participação negra na construção desse monumento, uma presença sombria, desastrosa, dolorosa que foi sua utilização como mão de obra escrava, o que se problematiza é porque a história negra e essas novas apropriações só se unem em dias de festas, como no dia do aniversário da cidade, do padroeiro, no dia 20 do novembro dia da consciência negra, ou no dia da abolição.

Candau (2012, p.124) através de Balandier, trabalha com as três formas de tradicionalismo; o fundamental que significa uma fidelidade na manutenção dos valores; o pseudotradicionalismo, uma “tradição remodelada” e o tradicionalismo formal que se pretende igualar a tradição, mas com algumas diferenças no conteúdo. As festas que lembram os negros africanos escravos parecem estar a cada dia sendo remodeladas como uma espécie de pseudotradicionalismo. Não significa dizer que a dança do Marabaixo é uma falsa dança, logicamente houveram transformações nas formas de cantar, de dançar, no jeito de preparar as festividades de São José. Significa dizer que o conteúdo mudou com o tempo, com as pessoas, não eram as mesmas que tocavam os instrumentos, que cantavam o ladrão, o tempo é outro.

Dona Josefa tem 90 anos, é negra, moradora da antiga vila de São José percebe as transformações na “essência” da dança, para ela a juventude não valoriza o Marabaixo, pois



eles gostam de coisas modernas, ela diz

(...) Era a noite inteirinha dançando o marabaixo, e quando era de manhã tinha a levantação do mastro tinha a rosquia<sup>3</sup> pra dar na hora que tavala naquela manifestação, ai davam a rosquia pro pessoal, agora não tem mais isso. E eram tudo leigos como a gente diz, tudo bruto, e hoje tem tanta sabedoria que já se perde, ate se perde. Como eu digo, eu não sei ler nem escrever (começa a cantar) “Eu não sei ler nem escrever, eu tbm toco viola, eu desejo aprender com as meninas da vossa escola” ai vai pra frente... mas agora é so juventude fia, só novos, no nosso tempo era marabaixo na caixa, batuque era um pau assim, ai bate o panseiro. Música baile como a gente chamava era clarinete, hoje é essa zuadeira desses som, estronda a modo até dentro da minha barriga (rsrs) Eu fico longe, essa gente eu acho graça.

216

Na fala de Dona Josefa percebemos um “laço vivo das gerações” que agora são colocados em cheque, ela expressa que antes apesar de serem leigos deu origem a um Marabaixo sólido, se reporta a uma “genealogia simbolizada” que para Candau é o relato do fundador. As genealogias se definem pela busca identitária onde as pessoas “experimentam o sentimento de se distanciarem de suas raízes”. (CANDAU, 2012, p.137), ela percebe ai que há um distanciamento da juventude em relação as tradições, e ficam saudosas as mudanças no Marabaixo e das festas de São José.

D. Josefa quando fala sutilmente que “eram tudo leigos”, está falando de uma geração que amava o Marabaixo, e mesmo sendo analfabeta conhecia a letra do “ladrão”, o toque, o som e tom dos instrumentos. Ela conta que quando tinha um acontecimento importante eles tiravam o “ladrão”<sup>4</sup>, um cantar o momento, era uma forma de escrever na música uma história, com espontaneidade, verdade e criatividade, roubando do momento uma cena que ficasse na música, como ficaram várias, sendo uma parte da história oral contada e cantada para que os filhos e netos ouvissem e percebessem o tempo passado.

O ato de comemorar, para Candau (2012, p.148), “máquina de remontar o tempo, se dá para compartilhar um espírito histórico criando um sentimento de continuidade, as pessoas aderem a uma tradição com o objetivo de permanência, gerando sentimento de que se tem uma cultura comum. Porém o que vemos na fala de D. Joaquina é um saudosismo de algo que não existe mais, pois segundo ela os jovens que poderiam ser difusores dessa cultura estão em ritmos totalmente diferentes. Eles estão em outro tempo, seus interesses são diferentes, nesse tempo global, em que a mídia difunde uma imensidão de desejos e gostos que se chocam com as

<sup>3</sup> Alimentação servida para os que participam da Festa de São José

<sup>4</sup> Letras das músicas do Marabaixo que contam a vivência e costumes dos negros.



tradições, já não possuindo forças para sobreviver a essa nova geração. A juventude faz parte de um mercado, como afirma Venera (2009, p.51), que “coloca à disposição as possibilidades de consumos que podem ser escolhidos, mas antes de serem consumidos foram significados para serem desejados” Inventam assim, novos sistemas de interpretação e comportamentos, que incluem as músicas e danças que estão na mídia, como uma cultura capitalística, sendo o sujeito um consumidor “atravessado por novas linguagens e novas ideologias” (VENERA, 2009, p.51)

O que está por trás desse desinteresse da juventude às tradições? Seriam eles responsáveis por sua continuidade? Seria possível exigir deles tal responsabilidade? O que o Marabaixo perpetua? Que memórias são negadas quando os jovens não se identificam com essa tradição? Essas perguntas não estão resolvidas e balizam a pesquisa em andamento quando apontam para a problematização dos processos de patrimonialização e as tensões geracionais de participação social desses processos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá. In: *Revista da Cultura*. Ano VIII, n.14, 40-46.

ALBUQUERQUE, Elaine. Cheiros e batuques do Museu: Construindo conceitos poéticos no quilombo do Curiaú. In: *Negros e Educação: Linguagens, educação, resistências e políticas públicas*. Volume 4, São Paulo: Ed. Ação Educativa, Anped e Inep, 2007, p. 73-93.

BAUMAN, Zigmunt. *Ensaio sobre Conceitos de Cultura* - Rio Janeiro: Zahar, 2012.

CAMILO, Janaina. *Homens e Pedras no Desenho das Fronteiras: A construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. UNICAMP, 2003.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. 1.ed., 1º reimp. –São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

GABRIEL, Que negro é esse que se narra no currículo de História. *Revista Teias*, n. 22, v. 11, maio/agosto 2010, p.93-112.

GUIMARAES, Antônio. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Revista novos estudos*, nº43. p. 26-44..

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2011.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo; Ed Loyola, 1989.





- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.
- LARROSA, Jorge. Para qué sirven los extranjeros? In: *Educación & Sociedad*. Ano XXIII, n° 79, Agosto/2002, p.70-84.
- LUCINDO, wilian. *Histórico do Movimento Negro no Brasil, luta e resistência da militância às Políticas de Ação Afirmativas*. Curso uniafro, 2014.
- NETO, José. O tráfico entre províncias e os escravos ingressos do Pará, Século XIX. Migrações pré-colombianas, In: Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA (org.). *Migrações na Amazônia*. Pará, 2010, p.41-54, Coleção: Fronteiras impertinentes; v. 2.
- PIERUCCI, Antônio. *Ciladas da Diferença*. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, S. Paulo. 7-33. 2 Sem. 1990.
- PLÍNIO, Frederico. Tempo, narrativa e experiência na cidade: uma conversa com Paul Ricoeur. In: MIRANDA, Sonia; SIMAN, Lana (org.), *Cidade, memória e educação*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2013. P.113-134.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão*. Rio de Janeiro. Coleção amazônica. UFPA, 1971.
- SANTOS, Edinalva. *A presença negra na Universidade*. In: *Negros e Educação: Linguagens, educação, resistências e políticas públicas*. Volume 4, São Paulo: Ed. Ação Educativa, Anped e Inep, 2007, p. 233-318.
- SCHAN, Denise. Deixando a terra natal: Migrações pré-colombianas, In: Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA (org.). *Migrações na Amazônia*. Pará, 2010, p. 9-26, Coleção: Fronteiras impertinentes; v. 2.
- SCHUARCZ, Lilia. *Do preto, do branco e do amarelo: Sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- SILVA, Maura. *Do lado de cá. Fragmentos da História do Amapá. Integração, Nacionalização e Povoamento nas margens do território nacional*. Belém: Editora Açai, 2011.
- VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: Significando a identidade étnica do negro amapaense*. Piedade Lino Videira. – Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- VENERA, Raquel. *Discursos educacionais na construção das subjetividades cidadãs e implicações no ensino de História: Um jazz possível*. UNICAMP, 2009.



## ANÁLISE CONCEITUAL DE UM NOVO ESPAÇO SIMBÓLICO: O CASO DO BLOG DO SAMBA DA OUVIDOR

VANNELLE, Lorena Alleyne

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO*

lovannelle@gmail.com

DODEBEI, Vera

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO*

dodebei@gmail.com

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de

*Professor do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação - UFRJ*

antoniojboliveira@uol.com.br

### Resumo

Apresenta as transformações no cenário do Samba de Roda - referência cultural nacional e patrimônio cultural imaterial do Brasil. Enquanto lugar que possibilita redes de sociabilidades, a pesquisa demonstra como o blog do 'Samba da Ouvidor', ao lado de sua função comunicativa, também se apresenta como operador de memórias coletivas (e sociais) que são produzidas, difundidas e constantemente atualizadas. A análise temática do blog foi baseada nos discursos teóricos sobre memória coletiva, cultura, lugar de memória e patrimônio cultural imaterial, o que possibilitou a identificação desses conceitos nas narrativas postadas no blog. Os resultados preliminares apontam que o blog 'Samba da Ouvidor', esse novo canal de comunicação, vivo, criado e recriado constantemente, é também um lugar de memória passível de análise tanto quanto museus, bibliotecas ou arquivos.

**Palavras-chave:** Lugar de memória. Samba. Blog.

### Abstract

It presents the changing scene of *Samba de Roda* - a national cultural reference and intangible cultural heritage of Brazil. As a music place that allows sociability networks, this research demonstrates how the '*Samba da Ouvidor*' blog site, besides its communicative function, also presents itself as an operator of collective (and social) memories that are produced, disseminated and constantly updated. The blog site subject analysis was based on theoretical discourses about memory, culture, place of memory and intangible cultural heritage, which had allowed the identification of these concepts in the blog site 'posts'. The preliminaries results points out that the '*Samba da Ouvidor*' blog site - this new, live, constantly created and recreated communication channel - is also a place of memory capable of being analyzed as well as museums, libraries or archives.

**Keywords:** Memory places. Samba. Blog.



## INTRODUÇÃO

Considerando-se as memórias do novo universo do samba carioca nascidos com a web 2.0 e suas ferramentas tecnológicas para informação, divulgação e sociabilização, elegemos a roda de samba intitulada “Samba da Ouvidor” como campo empírico para analisar a memória do samba sob os vieses da memória, da informação e da comunicação. A roda de samba acontece fisicamente no centro carioca e mantém em funcionamento um blog, de mesmo nome, apresentando informações sobre os eventos da roda, as músicas cantadas e tocadas, as fotos dos encontros, etc.

A análise conceitual do blog conta com a contribuição de alguns autores e seus conceitos apropriados por nós para analisar esses novos espaços virtuais da realidade humana como: “lugar de memória” (Pierre Nora, 1993); “memória coletiva” (Halbwachs, 2004); “patrimônio cultural” (BRASIL, 1988); e, “cultura” (Cuche, 2002). Também são analisados os conceitos de web 2.0 e de blog (uma de suas muitas ferramentas) por autores como Silva e Blattmann (2007), bem como as relações entre “memória social e identidade” (POLLAK, 1992).

Buscamos entender como o blog poderia operar, desta maneira, como lugar de memória vivo (mesmo que digital) e passível de análise, de certa forma, na contramão ao que aponta Pierre Nora (1993) quando diz que os lugares de memória são lugares de restos e passados e exemplifica-os mencionando os museus, bibliotecas e arquivos. Essa forma de comunicação e interação virtuais, como veremos, torna-se também espaço de convivência e de identificação cultural e social.

## PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Realizamos um estudo de caso apoiado da análise de conteúdo (AD), incluídas as informações e as imagens contidas no blog do Samba da Ouvidor. A análise de conteúdo é uma técnica de descrição analítica orientada segundo procedimentos sistematizados e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens:

a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnica de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1995, p.42).



A AD consiste num instrumento de pesquisa científica com variadas aplicações e, por consequência, variados procedimentos que podem se modificar de acordo com os objetivos propostos. No entanto, a objetividade e a sistematização, que suavizam o caráter arbitrário da observação, devem ser elementos sempre presentes em todas as análises. Através de categorização das mensagens é possível evidenciar indicadores que permitam inferir sobre outra realidade além daquela expressa pela mensagem. Dentre os diversos tipos de análise de conteúdo foi escolhida a análise temática ou categorial como metodologia no trabalho porque possibilita uma prática de pesquisa qualitativa metodologicamente orientada por temas ou categorias, que é bastante apropriada no caso da análise de informações contidas no Blog com a temática sobre o gênero samba de roda.

### **CONCEITOS NORTEADORES PARA O CAMPO INTERDISCIPLINAR DA MEMÓRIA SOCIAL**

Considerando que os conceitos formulados são sempre sujeitos às condições historicamente vivenciadas e experimentadas pelo pesquisador, procuraremos identificar, nos discursos teóricos escolhidos para representar este campo interdisciplinar de pesquisa, aqueles que melhor possam nortear este trabalho.

Uma nova revolução está acontecendo na história da humanidade. É a chamada revolução tecnológica que, para Castells (2008), é definida como aquela que ocorre pela aplicabilidade de conhecimentos e de informações para a geração de mais conhecimento e de dispositivos de processamento e de comunicação da informação, demandando um ciclo de retro-alimentação crescente entre o que se inova e o uso que se faz dessa inovação.

Essa revolução, que penetra em todos os domínios da atividade humana, gerou aquilo que se denominou “novas tecnologias da informação”, que são responsáveis pela integração do mundo através das redes eletrônicas. Por intermédio de computadores, a comunicação acontece, gerando enormes comunidades virtuais, as quais são definidas por Rheingold (1996, p.20) como:

agregados sociais que surgem da Rede, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um



tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no espaço cibernético.

Nesse contexto, surge uma nova forma de organização social, denominada sociedade da informação. Nela, tanto a base produtiva como seu produto final são mais informação e conhecimento. Os indivíduos dessa nova sociedade passam a interagir por uma nova concepção de Internet, a web 2.0, a fim de acessar, obter, organizar, produzir, compartilhar e disseminar informação e conhecimento.

### **Web 2.0 e blogs**

A web 2.0 foi um termo criado nos Estados Unidos, por ocasião da Conferência da MediaLive e O'Reilly Media, na cidade de São Francisco, na qual se discutiam ideias de uma web mais dinâmica e interativa, com a colaboração dos próprios internautas para a criação dos conteúdos:

Assim, começava a nascer a segunda geração de serviços online e o conceito da web 2.0, surgindo um nível de interação em que as pessoas poderiam colaborar para a qualidade do conteúdo disponível, produzindo, classificando e reformulando o que já está disponível (SILVA; BLATTMANN, 2007, p. 197).

Para essa nova dinâmica interativa foram criadas diversas ferramentas: wikis, blogs, mensagens instantâneas, redes sociais de relacionamento como Facebook, Flickr, Orkut, Twitter, entre outras. Essas mídias múltiplas acabaram por capturar e agrupar uma gama de expressões culturais em todas as suas singularidades. Todas as expressões culturais se congregam nesse ambiente digital, “[...] as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade” (CASTELLS, 2008, p. 458).

Uma das primeiras e mais utilizadas ferramentas da web 2.0 são os blogs considerados “sistemas pessoais, automáticos e simples de publicação que, ao se estenderem, permitiriam o nascimento do primeiro grande meio de comunicação distribuído<sup>1</sup> da história: a blogosfera, um ambiente informativo no qual se reproduzem

<sup>1</sup> Comunicação distribuída é quando “todo ator individual decide sobre si mesmo, mas carece de capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores.” (BARD, SÖDERQVIST apud UGARTE, 2008).



os pressupostos, as condições e os resultados do mundo plurianárquico<sup>2</sup>”. A sistemática do blog é a seguinte:

[...] uma página na Web que se pressupõe ser atualizada com grande frequência através da colocação de mensagens – que se designam “posts” – constituídas por imagens e/ou textos normalmente de pequenas dimensões (muitas vezes incluindo links para sites de interesse e/ou comentários e pensamentos pessoais do autor) e apresentadas de forma cronológica, sendo as mensagens mais recentes normalmente apresentadas em primeiro lugar. (GOMES, 2005, p. 311).

Essa ferramenta de interatividade deu uma roupagem eletrônica àquilo que já era feito de forma manuscrita, como é o caso dos diários e livros de receitas. Porém, não somente a mudança de suporte foi possível, mas a possibilidade de inovações surgiu, como foi a criação de espaços virtuais para a troca das mais diversas informações, nos exemplos dos blogs de artesanato, de maquiagem, de tipos de música, história, política, entre outros milhares de temas, fazendo com que redes de pessoas com os mesmos interesses se formassem sem que houvesse prévia ou posteriormente interação fora da internet pelos participantes.

A blogosfera permite um novo tipo de comunicação distribuída, pública, gratuita e transnacional capaz de influenciar opiniões e difundir pontos de vista. Esse tipo de comunicação das novas redes sociais de informação que é informal e, em sua grande maioria ‘desmonetizada’<sup>3</sup>, enfraquece as mídias televisiva e jornalística quando os amadores e não apenas os profissionalizados tornam-se mediadores da informação.

Dessa forma, a blogosfera representa uma nova forma de apresentar a informação de forma coletiva e ‘desmercantilizada’ modificando a estrutura de informação e, conseqüentemente, a estrutura de poder.

### **Memória Coletiva e Lugar de Memória**

Pode nos parecer, num primeiro momento, que lembrar-se de algo é um fenômeno completamente individual e interno à própria pessoa que se lembra. Porém, Maurice Halbwachs (2004) entende que a memória é algo construído de forma coletiva e social, por isso sujeita a mudanças constantes. A memória, individual ou coletiva, é também

<sup>2</sup>Esse sistema se define quando alguém pode propor algo e quem desejar, poderá segui-lo

<sup>3</sup> O sistema de blogs se sustenta pelo prestígio, número de leitores, links ou citações publicadas por outros bloggers.





um fenômeno que está em constante atualização e é passível de concordâncias ou disputas entre os diversos membros de um grupo, na definição do que deverá ser lembrado ou esquecido. Dessa forma, a memória é sempre uma construção e, segundo Pollak (1992), a memória se refere aos acontecimentos, às pessoas e aos lugares.

Os acontecimentos podem ser vividos diretamente pelo indivíduo ou grupo, como também podem ser adquiridos por “tabela” ou por narrativas mediadas por outros, por exemplo, quando a pessoa (ou grupo) não participou ativamente daquele acontecimento, mas tal acontecimento tomou tamanha importância em seu imaginário que é sentido como se tivesse feito parte da vida e da experiência atual. Muitos desses acontecimentos podem ser considerados a memória coletiva de grupos que têm sua organização na transmissão oral dos conhecimentos e experiências, como também na memória histórica, transmitida às coletividades a partir de diversas instituições como as escolas, os meios de comunicação, os livros e documentos, e demais formas de registro e disseminação da informação. Quando esse fenômeno memorial de projeção ou de identificação com determinado passado ocorre, seja por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ele é tão forte que podemos falar de uma “memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p.201).

Além desses tipos de acontecimentos, a memória é constituída por pessoas/personagens. Seguindo a mesma lógica dos ‘acontecimentos’, ao falarmos de personagens encontradas ao longo da vida, falamos também daquelas encontradas indiretamente, em memória, ou mediadas por algum outro, como aquelas pessoas que não pertenceram necessariamente ao mesmo espaço-tempo da pessoa que se lembra.

Por fim, além dos acontecimentos e das pessoas, os lugares são também constitutivos da memória. Existem lugares intimamente ligados a uma lembrança que pode ter tido sua origem em determinada vivência pessoal ou ter sido apropriada de outrem. Locais muito distantes, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem se constituir em lugares importantes para a memória do grupo e, conseqüentemente, da própria pessoa, seja por serem “vividos” coletivamente, seja por propiciarem algum tipo de pertencimento a esse grupo. Esses três elementos - acontecimentos, personagens e lugares – conhecidos ou vivenciados de forma direta ou indireta, constituem-se numa “rede de memórias” que vai sendo constantemente construída, difundida e



compartilhada entre os diversos membros de uma coletividade, relacionando-os entre si e atualizando as identidades dos grupos.

Pierre Nora (1993) chama de “aceleração da história” um fenômeno que significa uma oscilação cada vez mais rápida entre o presente e um passado que já está morto. Assim, para ele, a memória espontânea não existe mais, porque para existir, ela precisaria estar ancorada nas coletividades que se lembram e promovem que ela (memória) seja sempre um elemento vivo e pulsante daquela coletividade. Como suposta solução para esse problema da falta da memória espontânea, seriam criados os lugares de memória, ou ruínas memoriais – museus, arquivos, bibliotecas - os quais possibilitariam a construção das memórias dos grupos, ainda que a partir somente de restos de um passado morto:

os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...] porque essas operações não são naturais. [...] mas se o que eles [lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (NORA, 1993, p.3-4)

A fala de (1993) aponta para a necessidade de construção de mecanismos que promovam a permanência da memória viva, pulsante, e não da supervalorização dos lugares que congelam uma memória, transformada em história, muitas vezes dissociada das experiências vivenciadas por uma sociedade. Para Nora (1993), além de viva, a memória sempre estará relacionada a sentimento de pertencimento e continuidade, sendo assim um poderoso elo entre os membros de um grupo.

Nesse sentido, quando analisarmos o caso do Blog do Samba da Ouvidor, podemos fazer um contraponto ao conceito de lugar de memória, proposto por Nora (1993), já que o Blog do Samba da Ouvidor, como “lugar de memória de grupos”, é uma estrutura viva, que promove uma articulação constante entre acontecimentos, pessoas e lugares, atualizando constantemente a “memória do samba”. Assim sendo, o blog não é um simples repositório de um passado morto.



## **Cultura, patrimônio cultural e patrimônio cultural imaterial**

O estudo de uma cultura permite conhecer um povo ou uma nação. É pela cultura que se identificam os grupos e a forma pela qual se sociabilizam. Ao contrário do que possa parecer, a cultura de um grupo não é algo natural, mas construção de forma contínua dos membros de cada um dos grupos nos quais ela se manifesta, conforme afirma Denys Cuche (2002, p.137): “toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução”. Assim sendo, é possível perceber quais são os grupos dos dominados e dos dominantes nas culturas que predominam ou naquelas que são dominadas ou, muitas das vezes, até mesmo em outras esquecidas.

A partir do conceito de cultura será possível entender como o samba, depois de atravessar épocas de marginalização e proibição recebe o status de patrimônio cultural imaterial do Brasil. A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabelece no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

E o Patrimônio Cultural Imaterial é definido pela UNESCO como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2014).

O Patrimônio é transferido de uma geração para a outra e é permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função de diversos fatores como o ambiente, a interação com a natureza e a história, gerando um sentimento de identidade e pertencimento, dando continuidade e contribuindo para a promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.



Sendo assim, esses novos espaços virtuais podem ser analisados diante de conceitos já conhecidos como “lugar de memória”, “patrimônio cultural”, “cultura”, os quais são, normalmente, atrelados a arquivos, museus e bibliotecas, ambientes tradicionais de salvaguarda do passado.

## O SAMBA NO RIO DE JANEIRO

O samba pode ser pensado hoje como um dos símbolos de identidade nacional brasileira ao lado de outras manifestações culturais para formar um discurso único e homogêneo, dito nacional. No entanto, sabemos que esse tipo de manifestação cultural, muito rica e viva da cultura popular brasileira, contribuiu para o processo de integração social das camadas mais pobres da população no Rio de Janeiro e ajudou a suprimir diversas barreiras e preconceitos:

O samba no Rio de Janeiro se destaca por ser um fenômeno cultural pujante que atravessou o século XX, passando de alvo de discriminação e perseguição nas primeiras décadas, a ritmo identificado com a própria nação, a ponto de ser um de seus símbolos. Essa passagem gradual de gênero perseguido a símbolo nacional foi, em parte, uma contingência relacionada ao fato de, nos anos 30 e 40, ser o Rio a capital do país, possibilitando o encontro entre as elites do samba, como Donga e João da Baiana, e as elites intelectuais que orientavam as políticas culturais do Estado, como Villa-Lobos e Mário de Andrade. Mas é fundamental observar que a atuação dos próprios sambistas no sentido da aceitação e do reconhecimento do gênero pelo establishment foi de importância decisiva. Os processos de “oficialização” ou “nacionalização” do samba (...) não conseguiram calar as formas genuínas praticadas no Rio de Janeiro. E não só isso: pode-se afirmar que foram seus primeiros cultores, pobres, negros e excluídos, os principais responsáveis por essa conquista, tomando para si a liderança do processo de afirmação gradual do samba, urdido em diversos fatores que vão da excelência de sua expressão criativa ao capricho da indumentária e o emprego de palavras rebuscadas, no que se poderia resumir modernamente por “atitude”. (CENTRO CULTURAL CARTOLA. Dossiê..., 2007, p.9)

Porém, apesar de símbolo nacional de hoje, detectamos no trecho acima indicações de que o samba, em sua origem, pode ser percebido com o que podemos chamar de subcultura, posta por Britto Garcia (2005) como aquela que diverge da cultura dominante. Esse símbolo da identidade nacional de hoje, subcultura de ontem, conta-nos o Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro (CENTRO CULTURAL CARTOLA, Dossiê..., 2007, p. 112), passou por épocas de sobrevivência nas décadas



de 1960 e 1970 e nas duas últimas décadas do século XX, com a aceleração do crescimento da indústria do espetáculo e do turismo e com a imposição de padrões estrangeiros advindos com a globalização, pode-se notar a desvalorização do samba a partir da diminuição dos espaços tradicionalmente reservados à sua prática, como as próprias escolas de samba.

Assim, também há hoje uma crise diferenciada no samba: a indústria fonográfica pressiona para que se crie um tipo de samba mais apelativo e que tenha venda quase imediata. Além do mais, o valor dado à arte de criação do samba foi sendo enfraquecido em seus próprios espaços e o sentimento do sambista Tatinho é de que tudo que foi criado ao longo dos anos não se mantém com o passar do tempo:

Eu acho que é desleixo. Não atentar para a manutenção da cultura da escola, está entendendo? Ninguém fica se preocupando mais com a cultura da escola. Ninguém está preocupado com o passado da escola. Ninguém está... Então, acabei de fazer um disco agora, que é um disco que... onde eu resgato composições da Mangueira da década de 30 à década de 60, que é um disco que eu me virei. O pessoal do morro me ajudou muito, mas era uma coisa que tinha que ser feita pela escola, pela Mangueira. Um disco desse tinha que ser feito pela Mangueira... (CENTRO CULTURAL CARTOLA, Dossiê..., 2007, p.112).

Diante desse cenário cada vez mais desvalorizador do nosso símbolo de identidade nacional, o Centro Cultural Cartola, patrocinado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) produziram um dossiê justificando o reconhecimento oficial do samba com a finalidade de diminuir seu processo de enfraquecimento e em prol da valorização dos espaços de manifestações originais dessa arte de fazer samba (as tradicionais escolas de samba) e também dos próprios compositores do ritmo, de forma a prestigiar um bem cultural e artístico de grande importância para a história da cidade do Rio de Janeiro e até mesmo símbolo da mais pura brasilidade<sup>4</sup>.

Como resultado, o samba carioca – constituído pelas matrizes: samba de partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo, foi promovido a patrimônio cultural imaterial do Brasil em 9 de outubro de 2007<sup>5</sup>. Quiçá pelo que muito nos aponta Stuart Hall (2011, p.

<sup>4</sup> Para saber mais ver dossiê do samba em: [www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3962](http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3962)

<sup>5</sup> Comentários à promoção do samba a patrimônio cultural imaterial do Brasil em: <http://blog.controversia.com.br/2007/10/19/titulo-de-patrimonio-imaterial-pode-ajudar-vertentes-antigas-do-samba-carioca/>



77 e 78) ao considerar que o regional, dentre as muitas influências e mesclas mundiais advindas com globalização, passa a ser valorizado justamente por ser algo local e entendido como uma cultura pura, sem influências de outras partes do globo. O samba carioca então conquista seu espaço oficial dentre os demais já reconhecidos patrimônios culturais imateriais brasileiros e observamos a crescente iniciativa como a de músicos como Gabriel Cavalcante (Gabriel da Muda, cavaquinho), Tiago Prata (Pratinha, violão de 7 cordas), Anderson Balbuena (Pandeiro e Voz), Jorge Alexandre, Junior de Oliveira (percussão), Paulinho Bicolor (cuíca), Zé Leal (tamborim) e Fábio Cazes (Surdo), integrantes do Samba da Ouvidor, fazerem parte da juventude carioca que trabalha para a difusão da memória do samba.

### **O SAMBA DA OUVIDOR: A RODA E O BLOG**

A roda do Samba da Ouvidor foi criada em dezembro 2007. Antes, no mesmo local, já havia outras rodas de samba incentivadas pelo dono da tradicional livraria Folha Seca, Rodrigo Ferrari, que um dia convidou os meninos Gabriel Cavalcante (cavaquinho, o Gabriel da Muda), Tiago Prata (violão de 7 cordas, o Pratinha) e outros para tocar. A partir daquele sábado decidiram que a roda do Samba da Ouvidor seria quinzenal. O objetivo maior da roda é, segundo Gabriel da Muda:

despertar o interesse que existe nas pessoas pela música que não é tocada em lugar nenhum, visto o crescimento do samba e sua transformação em um produto para ser apenas comercializado, deixando, talvez a maior referência cultural de nosso país de lado e seus compositores maiores também. (SAMBA DA OUVIDOR, 2014)

As músicas tocadas na roda não são normalmente veiculadas na mídia. A proposta da roda é o samba como movimento e não como entretenimento ou para simples comercialização ou lucro. Inclusive, as rodas acontecem gratuitamente pelas ruas, antigamente da Ouvidor e, atualmente, na do Mercado, esquina com a rua da Ouvidor.

Seguindo essa mesma linha de contribuir com o samba, sua história, músicas e compositores, foi criado, um ano após o surgimento da roda, o blog do Samba da Ouvidor para tentar “aproximar” os que gostam de samba à roda. Esse passou a ser um canal de informação e de interação entre os músicos da roda e as pessoas que a frequentam. Nasceu, inclusive, a partir de uma necessidade do próprio público que os





assistia. Como muitos que iam à roda pediam aos músicos a disponibilização das letras e das músicas que eram cantadas e também informações sobre os compositores citados, resolveram criar um blog para concentrar todos os dados não somente sobre a roda, mas sobre o samba, os bares, os eventos similares e as ruas do Rio antigo. Dessa maneira, o blog torna-se um espaço de convivência e de sociabilização daqueles que partilham um mesmo gosto musical. A apresentação do blog, realizada por Gabriel da Muda e que será analisada posteriormente, foi a primeira mensagem postada e está reproduzida a seguir:

Em primeiro lugar gostaria de dar boas vindas a todos que por aqui aparecerão. Este será um espaço voltado à nossa roda de samba quinzenal na Rua do Ouvidor. Nele falaremos não só sobre a roda, mas também sobre a rua em si: seus bares, histórias, e claro, sobre o Rio antigo...Para começar, falarei sobre a história da roda de samba. Na verdade as rodas de samba na Rua do Ouvidor já existem há algum tempinho. Era comum ver por lá Pedro Amorim, Moacyr Luz, me lembro até de Paulinho da Viola no dia do lançamento do livro de Franco Paulino sobre Oswaldo Vitalino de Oliveira, o grande Padeirinho. Algumas rodas entraram para a história da rua. Foi assim na inesquecível tarde de sábado em que Wilson Moreira relançou o lendário "Peso na Balança" por lá. Nesse dia, Wilson ao sentar à mesa foi logo soltando: "Olha gente, vim aqui pra cantar uns 4 sambas e depois estarei autografando o CD dentro da Livraria Folha Seca." Na verdade, Moreira cantou umas 4 horas ininterruptas de sambas clássicos, inéditos, além de sambas de terreiro da Portela. Em meio a tantas tardes maravilhosas como esta, ficou resolvido que o samba iria se tornar quinzenal, mas tudo com o mesmo amadorismo que fazia, daquela, a mais carioca das ruas. Nosso objetivo com a roda é despertar o interesse que existe nas pessoas pela música que não é tocada em lugar nenhum, visto o crescimento do samba e sua transformação em um produto para ser apenas comercializado, deixando, talvez a maior referência cultural de nosso país de lado e seus compositores maiores também. Sejam bem vindos! Esperamos poder, de alguma forma, contribuir para o samba e para que todos possam ter acesso à sua história, suas músicas, seus compositores... Não havendo má intenção, todos serão bem chegados. Abraços! (SAMBA DA OUVIDOR, 2014)

Por essa apresentação, percebe-se que o Blog não pretende se reduzir somente à divulgação da roda. Pretende ser também um lugar de divulgação cultural e de memória, já que traria em si também, os “bares, história e o Rio antigo”. Enquanto lugar de memória, fala também sobre a história que remonta as origens da roda de samba. Define também sua missão política e identitária para com o samba, ultrapassando a visão desse patrimônio cultural como “produto para ser apenas comercializado”. Nesse sentido, o



Blog se apresenta como espaço múltiplo, que atualiza e reinventa memórias, ao mesmo tempo em que se posiciona e se projeta para ações que levem a um compromisso com o samba. Sabemos que a construção identitária (e da memória) não é algo isento de ideologias. Toda construção remete a intenções e posicionamentos que definem a instrumentalização das informações, bem como a produção dos sentidos pretendidos. O blog, continuando com sua proposta inicial, funciona há mais de seis anos e pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: [www.sambadaouvidor.blogspot.com](http://www.sambadaouvidor.blogspot.com).

### **ANÁLISE CONCEITUAL TEMÁTICA DO BLOG**

Para a análise conceitual temática das informações contidas no blog devemos, primeiramente, entendê-lo como um lugar de memória. Esse conceito, como descrito na parte anterior, demonstra que um lugar de memória é feito de restos e de um passado já morto. Porém, o blog do Samba da Ouvidor foi criado posteriormente à roda de samba, vivíssima, e que quinzenalmente, aos sábados, enche de gente as ruas do centro do Rio de Janeiro. Isso demonstra que o espaço virtual, que complementa a roda, não está carregado de memórias coletivas de um passado morto, mas de atualização de um passado que continua vivo e presente.

É claro que a roda do Samba da Ouvidor, composta por jovens músicos, não conta com os mesmos integrantes da primeira metade do século XX e décadas de 1960 e 1970 que compuseram muitos dos sambas que são cantados ali – apesar de alguns deles aparecerem nas rodas para dar uma “canja” - mas os sambas que foram criados nessa época continuam vivos, na boca do povo e as memórias aos quais reportam são de gente que criou o samba, puro (sem outras influências musicais) em seus primórdios, mas que são esquecidos (ou não querem ser lembrados) pela mídia.

As memórias coletivas retratadas no blog são de dois tipos: as do tipo “por tabela”, pois o Blog apresenta registros de momentos que já passaram. Quem alimenta o blog pouco conviveu com alguns dos mestres autores dos sambas cantados e os usuários do blog muitas vezes nem se quer ouviram falar de grande parte dos sambistas citados ou não conhecem suas obras. O próprio tempo em que viveram os compositores e o que nós vivemos impede que essa aproximação real se faça; mas também há memórias coletivas do tipo vividas no presente, pois a memória não é somente passado, é também de um presente que se reinventa e se reinterpreta, como o presente vivido aos sábados,



na roda de samba. Aqueles que a frequentam fazem parte de um grupo que, ao navegarem no Blog, vivenciaram aquelas ações. A roda é um espaço vivo, que promove articulação constante entre acontecimentos, pessoas e lugares, reconstruindo a “memória do samba”. Dessa forma, não é possível enxergar o Blog como sendo um simples repositório de um passado morto, mas também de um presente bastante vivo, já que ele é construído com base, principalmente, nas vivências atuais.

Para a análise conceitual temática não será possível analisar todas as mensagens postadas desde sua criação, em 2008, a fim de não alongar demasiadamente este trabalho. Assim, utilizaremos uma amostra referente à apresentação do Blog, que foi a primeira mensagem postada. A partir da apresentação, foram recortados fragmentos para a análise.

### **Memória**

Seguem os fragmentos da apresentação do blog<sup>6</sup> que foram recortados e suas análises a partir do conceito de memória: “Para começar, falarei sobre a história da roda de samba”. Esse primeiro fragmento aponta as lembranças para que uma história seja contada. Algumas em relação a pessoas, outras a lugares e outras aos eventos. Um vividas e experimentadas realmente e outras vividas “por tabela”, mas tudo construído e recriado a partir daquilo que a pessoa se lembra e como se lembra.

Em outro trecho da apresentação:

Algumas rodas entraram para a história da rua. Foi assim na inesquecível tarde de sábado em que Wilson Moreira relançou o lendário ‘Peso na Balança’ por lá. Nesse dia, Wilson, ao sentar à mesa foi logo soltando: ‘Olha gente, vim aqui pra cantar uns 4 sambas e depois estarei autografando o CD dentro da Livraria Folha Seca.’ Na verdade, Moreira cantou umas 4 horas ininterruptas de sambas clássicos, inéditos, além de sambas de terreiro da Portela. (SAMBA DA OUIDOR, 2014)

Nessa narrativa também percebemos o uso da memória para a construção do relato sobre o surgimento da roda propriamente dito. É através dela que o narrador se lembra de acontecimentos do evento para, então, construir e contar, a partir das suas

<sup>6</sup> Todos os trechos citados para análise a partir dos conceitos foram retirados do blog: sambadaouidor.blogspot.com.br



lembranças, a história da roda de samba com personagens e lugares que conheceu e que destaca, inclusive, através do negrito e itálico.

“Na verdade as rodas de samba na Rua do Ouvidor já existem há algum tempinho. Era comum ver por lá Pedro Amorim, Moacyr Luz, me lembro até de Paulinho da Viola no dia do lançamento do livro de Franco Paulino sobre Oswaldo Vitalino de Oliveira, o grande Padeirinho.” Neste trecho, além do lugar, as pessoas, em destaque no texto, tornam-se parte importante para marcar a memória referente aos eventos acontecidos.

### **Lugar de memória**

A partir do conceito de ‘lugar de memória’ é analisado o fragmento: “Nele falaremos não só sobre a roda, mas também sobre a rua em si: seus bares, histórias, claro, sobre o Rio antigo...” Falar sobre a roda de samba e sua memória é falar de presente. E a rua, onde ela acontece, com seus bares, os entornos de outras ruas do Rio antigo e suas histórias são todos construídos constantemente pelas memórias coletivas que dela participam ou frequentam. E na parte final desse trecho pode-se notar que a rua é um lugar de memória. A proposta é de falar sobre acontecimentos vividos também no passado nos bares da rua, as histórias da rua e sobre as próprias ruas do rio antigo, que guardam em si memórias de um passado do samba. Para quem viveu o passado ou vive esse presente, a roda ajuda a construir e a reconstruir esses lugares de memória constantemente modificados e alterados pelas memórias coletivas do grupo.

### **Cultura**

À luz do conceito de ‘cultura’ o fragmento abaixo é analisado:

Nosso objetivo com a roda é despertar o interesse que existe nas pessoas pela música que não é tocada em lugar nenhum, visto o crescimento do samba e sua transformação em um produto para ser apenas comercializado, deixando, talvez a maior referência cultural de nosso país de lado e seus compositores maiores também.

A partir do conceito de cultura, que já foi apresentado anteriormente, percebemos que o samba, no trecho, é retratado como cultura nacional. Uma cultura que propicia a criação, o novo, a improvisação, mais do que a repetição. Essa afirmação é um fato hoje



em dia, mas não é algo natural, que sempre foi visto assim no Brasil. Ao traçarmos a historicidade do samba, nesse trabalho, procuramos demonstrar que a cultura do samba foi algo construído com o passar dos anos. Assim sendo, o objetivo do blog é contribuir para a construção e constante atualização da história desse samba nacional. E esse processo, sabemos, é constante, sendo até mesmo alvo de lutas de poder.

### Patrimônio cultural imaterial

O trecho a seguir é analisado a partir do conceito de ‘patrimônio cultural imaterial’, já visto anteriormente: “Esperamos poder, de alguma forma, contribuir para o samba e para que todos possam ter acesso à sua história, suas músicas, seus compositores...” Percebemos que no trecho destacado há o intuito de incentivar a memória do samba colaborando para que ele, pela importância que tem no cenário cultural nacional seja não apenas reconhecido oficialmente como referência nacional, como já aconteceu quando ele se tornou patrimônio cultural imaterial do Brasil em 2007, mas de fato vivido como tal. E o blog tem o objetivo de divulgar, atualizar e reavivar a memória desse samba já reconhecido, mas muitas vezes esquecido. O trecho final, “e para que todos possam ter acesso à sua história, suas músicas, seus compositores...”, demonstra que o samba, tomado como referência à identidade nacional oficialmente reconhecido (o que já é) pode permanecer vivo (daí a necessidade da produção e ordenamento de registros), bem como contar com ampla divulgação das músicas e compositores para que, de fato, o seu reconhecimento oficial seja também realmente vivido por todos. A seguir, apresentamos um quadro resumindo a análise conceitual temática:

Quadro 1 – Resumo da análise conceitual

Conceito temático	Sentidos do conceito	Trecho(s) no Blog que apresenta(m) o(s) conceito(s)
Memória Coletiva (apoio em Halbwachs)	Construída coletivamente e dessa maneira, em constante atualização. É difundida, compartilhada e disputada entre os diversos membros de uma coletividade.	<p>“Na verdade, as rodas de samba na Rua do Ouvidor já existem há algum tempinho. Era comum ver por lá Pedro Amorim, Moacyr Luz, me lembro até de Paulinho da Viola no dia do lançamento do livro de Franco Paulino sobre Oswaldo Vitalino de Oliveira, o grande Padeirinho.”</p> <p>“Algumas rodas entraram para a história da rua. Foi assim na inesquecível tarde de sábado em que Wilson Moreira relançou o lendário "Peso na Balança" por lá. Nesse dia, Wilson ao sentar</p>



		à mesa foi logo soltando: "Olha gente, vim aqui pra cantar uns 4 sambas e depois estarei autografando o CD dentro da Livraria Folha Seca." Na verdade, Moreira cantou umas 4 horas ininterruptas de sambas clássicos, inéditos, além de sambas de terreiro da Portela." "Para começar, falarei sobre a história da roda de samba."
Lugar de Memória	Lugar constituído de lembranças de um presente vivo e dinâmico que se experimenta e reconstrói.	"Nele falaremos não só sobre a roda, mas também sobre a rua em si: seus bares, histórias, e claro, sobre o Rio antigo..."
Cultura (apoio em Denys Cuche)	Um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução através do qual se determinam grupos.	"Nosso objetivo com a roda é despertar o interesse que existe nas pessoas pela música que não é tocada em lugar nenhum, visto o crescimento do samba e sua transformação em um produto para ser apenas comercializado, deixando, talvez a maior referência cultural de nosso país de lado e seus compositores maiores também."
Patrimônio Cultural Imaterial (apoio na Constituição de 1988)	São práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidas como parte integrante de seu patrimônio cultural. Transferido de uma geração para a outra é permanentemente recriado pelas comunidades e grupos gerando um sentimento de identidade e pertencimento.	"Esperamos poder, de alguma forma, contribuir para o samba e para que todos possam ter acesso à sua história, suas músicas, seus compositores..."

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta análise, ainda preliminar, compreende-se como o cenário do samba - referência cultural nacional e patrimônio cultural imaterial do Brasil - se modificou com o passar do tempo. O Samba da Ouvidor apresenta-se como redes de informação e sociabilidades considerando a interação dos músicos com os usuários do blog de forma virtual, por meio do site, e real, quando nos dias da roda de samba. Nesse espaço foram encontrados signos socialmente construídos e compartilhados a partir de códigos decifráveis por aqueles que desse canal fazem parte, isso porque o espaço simbólico está intimamente ligado àquilo que é social e cultural, sendo criado e reinventado constantemente. Enquanto lugar que possibilita redes de sociabilidades, o blog também funciona como operador de memórias coletivas (e sociais) que são produzidas, difundidas e constantemente atualizadas. O blog opera, desta maneira, como lugar de memória que tem relações próximas com as construções identitárias dos usuários e





frequentadores do Samba da Ouvidor. Compreende-se, então, que o blog, uma das ferramentas da plataforma web 2.0, é um poderoso instrumento de estruturação de poder e espaço simbólico de lugar de memória. Essa nova forma de comunicação e interação virtuais torna-se também espaço de convivência e de identificação cultural e social.

Com a análise conceitual temática baseada em conceitos como memória, cultura, lugar de memória e patrimônio cultural imaterial foi possível a identificação desses conceitos em alguns fragmentos retirados em amostragem. Esse fato demonstra que esse novo canal de comunicação, vivo, criado e recriado constantemente, é também um lugar de memória passível de análise tanto quanto museus, bibliotecas ou arquivos.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70, 1995.
- BRITTO GARCÍA, Luis. *Cultura e contracultura*. In: \_\_\_\_\_ *El império contracultural: del Rock a la postmodernidad*. Disponível em: <<http://literaturaeslomas.files.wordpress.com/2013/09/luis-britto-garcc3ada-el-imperio-contracultural-del-rock-a-la-postmodernidad-2005.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2014.
- BRASIL. *Constituição* (1988). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/constitui%C3%A7ao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constitui%C3%A7ao_compilado.htm). Acesso em: 10 jul. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CENTRO CULTURAL CARTOLA. *Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CNFCP/ IPHAN, 2007. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:16cpVZJ-xUkJ:www.cnfc.gov.br/pdf/Patrimonio\\_Imaterial/Dossie\\_Patrimonio\\_Imaterial/Dossie\\_Samba\\_RJ.pdf+dossi%C3%AA+do+samba+download&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:16cpVZJ-xUkJ:www.cnfc.gov.br/pdf/Patrimonio_Imaterial/Dossie_Patrimonio_Imaterial/Dossie_Samba_RJ.pdf+dossi%C3%AA+do+samba+download&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 25 set. 2014.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2 ed. Bauru: Edusc, 2002.
- GOMES, Maria João. Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 7., 2005. Actas do... Leiria, Portugal, 2005. p.311-315.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.10, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RHEINGOLD, H. *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 219-237

SAMBA DA OUVIDOR. Disponível em: [www.sambadaouvidor.blogspot.com.br](http://www.sambadaouvidor.blogspot.com.br). Acesso em: 09 set. 2014.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; BLATTMANN, Ursula. Colaboração e interação na web 2.0 e biblioteca 2.0. In: *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. Florianópolis, v.12, n.2, p. 191-215, jul./dez., 2007.



## A DIGITALIZAÇÃO DA CULTURA E O GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES CULTURAIS DE MATO GROSSO

SOUZA, Jordan Antonio de  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT*  
*jordanbiblio@gmail.com*

238

FERNANDEZ, Andréa Ferraz  
*Professora do programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT*  
*ferrazfernandez@gmail.com*

### RESUMO

Atualmente grande parte dos registros culturais de produções relacionadas a patrimônios culturais imateriais, surgem e são disponibilizados exclusivamente em formatos digitais, principalmente pela internet. O desenvolvimento deste trabalho discute a criação de um repositório digital como objetivo de possibilitar maior visibilidade ao setor cultural mato-grossense, uma vez que o repositório possibilita o armazenamento e acesso livre a documentos, imagens, vídeos e outras produções advindas de projetos voltados para a economia criativa e o patrimônio cultural imaterial mato-grossense. Além de colaborar com a promoção e divulgação do patrimônio cultural, o repositório digital, a ser criado com o software DSpace, contribuirá com a preservação dos conhecimentos tradicionais ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso a produção e consumo de informações sobre cultura.

**Palavras-chave:** Repositórios digitais; Patrimônio cultural imaterial; Patrimônio cultural mato-grossense.

### ABSTRACT

Nowadays a large proportion of cultural productions records about intangible cultural heritage, arise and they are available exclusively in digital format mainly by internet. The development of this research discusses the creation of a digital repository aiming to enable greater visibility to the Mato Grosso cultural sector, being there repository enables the storage and free access to documents, images, videos and other productions arising from projects for the creative economy and the Mato Grosso intangible cultural heritage. Also it collaborates in the promotion and dissemination, of cultural heritage, the digital repository be done with the Dspace software, will contribute to the preservation of traditional know led geat the same time it enables access to production and consumption of information about culture.

**Keywords:** Digital repositories; Intangible cultural heritage; Mato Grosso cultural heritage



## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, ações e iniciativas, de naturezas diversas – tanto em âmbito governamental, com a aprovação de leis, projetos e incentivos financeiros, quanto de âmbito pessoal, referente a ações promovidas por agentes culturais - tem proporcionado uma crescente valorização do patrimônio cultural brasileiro, principalmente em direção à salvaguardado patrimônio imaterial. Nota-se que o registro das práticas, saberes, festividades e outras manifestações culturais ultrapassa agora as ações de reprodução de uma ou outra prática cultural específica, como por exemplo, a realização dos rituais e festividades de determinada comunidade ou cultura, contemplando as ações em diversos registros de caráter documental, bibliográfico, fotográfico, fílmico, e outros suportes que capturam, registram e possibilitam o conhecimento das informações presentes nestas atividades.

O uso disseminado das mídias digitais é cada vez mais evidente. As plataformas digitais de comunicação – internet e suas ferramentas tecnológicas – se constituem como – talvez- o principal canal de comunicação e divulgação do patrimônio cultural, festividades, atrações entre outros eventos. Através deste, disponibiliza-se muitas imagens, vídeos e produções bibliográficas sobre as manifestações culturais que podem ser encontradas na rede digital, disponíveis para acesso público.

Porém a recuperação deste material, enquanto fonte de informação ocorre de forma aleatória, uma vez que inexiste, nos ambientes digitais, alguns requisitos necessários para a disponibilização adequada dos materiais relativos e relacionados à cultura.

Buscando atender as necessidades e preferências dos já usuários hiperconectados – ou a conquista de novos adeptos - muitas bibliotecas tradicionais têm passado por algumas mudanças em procedimentos relacionados aos processos técnicos que envolvem a disponibilização de informações de acervos físicos e digitais, buscando incorporar cada vez mais as tecnologias digitais nos serviços oferecidos. A criação de bibliotecas e repositórios digitais vem exigindo forte empenho dos profissionais da informação, para a consumação do processo.

Uma das atividades desempenhadas pelos bibliotecários, no empreendimento da digitalização dos serviços é a escolha de termos indexadores nos sistemas de buscas digitais,



por exemplo, que implica diretamente nos resultados localizados pelos motores de buscas em catálogos de acervos. O uso de um termo adequado, por parte do bibliotecário no momento da indexação, garante maior precisão e relevância nas pesquisas e economia de tempo e esforço para o usuário; sendo este apenas uma das atividades requeridas no processo da digitalização e disponibilização da informação via plataformas digitais.

Destarte, a criação de um repositório digital de informações culturais, com o uso de softwares criados especificamente para esta finalidade, como o DSpace, pode melhorar consideravelmente os resultados das buscas, acesso e visibilidade das informações sobre o patrimônio cultural.

A presente proposta visou estudo das variáveis conceituais e técnicas necessárias para a construção de um repositório de informações sobre patrimônio cultural imaterial do Estado de Mato Grosso utilizando o software DSpace, assim como a materialização do mesmo. O repositório possibilitará o armazenamento, a preservação e acesso integral aos projetos, documentos, materiais bibliográficos, vídeos, imagens e qualquer outra produção em formato digital proveniente das atividades do mapeamento da economia criativa de Mato Grosso, que buscam fomentar a divulgação das práticas culturais do Estado. Para tal, serão apresentados a seguir os três eixos que compõem o cabedal teórico desta pesquisa.

## 2 PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural brasileiro não se restringe apenas aos seus monumentos, casarões, estátuas, entre outros bens materiais; apresenta-se também como bens imateriais, nas manifestações, realizações e representações culturais do povo. O patrimônio cultural pode estar presente em diversos lugares, como ruas, praças, escolas, museus e igrejas, bem como em atividades de danças, artes, músicas, rituais e artesanatos que geralmente são desenvolvidos por grupos ímpares de nossa sociedade. A valorização do patrimônio cultural permite determinar os valores e identidades de uma sociedade.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, versam sobre questões culturais em nosso país. Sendo o artigo 215 responsável por determinar ações que promovam a garantia do exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, sobre apoio, incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais; o artigo 216, por sua vez, define



os tipos de bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, sendo classificados como de “[...] natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, p. 124).

Ainda no artigo 216 (BRASIL, 1988, p. 124), é possível encontrar as definições para classificação dos bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural, podendo ser:

- I** - as formas de expressão;
- II** - os modos de criar, fazer e viver;
- III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Inicialmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tratava o patrimônio histórico e artístico com foco apenas na identificação e proteção de bens que se mostravam singulares quanto a representação histórica, monumental e artística do país. A preocupação que se tinha era na preservação de riquezas e outros bens materiais, deixados principalmente por nossos colonizadores.

Por muitos anos as atenções do IPHAN estavam voltadas apenas para a proteção do legado material advindos da colonização portuguesa e pelo período imperial. Somente na década de 70 começaram a discutir sobre a necessidade de atualizar e ampliar o conceito de patrimônio, de forma que este se tornasse capaz de abranger diversos legados históricos e culturais do Brasil. “Isto significava incluir os legados da cultura indígena, da cultura afro-brasileira e da cultura popular de uma sociedade resultante de um contínuo processo de contato entre culturas diversas” (PORTA, 2012, p. 11).

As questões que envolvem o Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, tem alcançado grande importância nos últimos anos, por serem bens culturais resultados de uma coletividade, uma vez que representa aquilo que é feito pelo povo, não sendo resultado de trabalhos desenvolvidos pela elite do país e que dependeram do emprego de grandes riquezas para sua concretização como no caso dos bens de natureza material.

A UNESCO (2003) explica que o patrimônio cultural imaterial pode ser entendido pelas





[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Mesmo que em alguns casos, o patrimônio imaterial resulte em algo materializado, como no caso de objetos provindos de práticas de artesanato, a questão mais importante que envolve este objeto é o conhecimento empregado no modo de fazer, pois geralmente consiste de técnicas e conhecimentos passados de pai para filho, de geração para geração, resultando não apenas em um objeto, mas em algo que traz consigo diversos significados. O reconhecimento do patrimônio imaterial é uma forma de registrar e identificar a cultura popular e tradicional de um povo.

## 2.1 Relação entre Economia e Cultura – Economia Criativa

Ações que visam promover a valorização da cultura de um povo podem implicar diretamente no potencial econômico do local, uma vez que, além de reconhecer a importância daquela atividade indiretamente divulgam os eventos, as práticas, e os resultados destas manifestações culturais.

Estudos sobre economia no setor cultural ou economia cultural ocorreram tardiamente em diversos países, pois poucos economistas relatavam interesse em estudar a cultura, o que se justifica também pela falta de material, dados e interpretações confiáveis sobre as movimentações financeiras que envolvem o ambiente cultural, e dificultavam tais estudos.

Conforme explica Tolila (2007, p. 25):

A economia do setor cultural (entenda-se por isso os resultados de estudos econômicos, a capacidade de produzir sínteses úteis e comparações confiáveis) se caracteriza por uma grande dispersão, escassez e ausência de dados atualizados e uma grande dificuldade de amarrar os níveis da microeconomia e da macroeconomia.



Na década de 2000, conceitos e estudos sobre a economia criativa, passam a ter maior expressão e relevância, sendo aplicadas em diversas áreas relacionadas a administração pública e responsabilidade política, implicando em ações de alguns países, que criaram ministérios, departamentos ou setores especializados para tratar exclusivamente das indústrias criativas. No caso do Brasil o órgão responsável por este setor é a Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura – SEC/MinC (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013).

A economia criativa é definida como o conjunto de atividades econômicas provenientes de um conteúdo simbólico, no qual o fator criatividade é determinante para a produção de bens e serviços culturais (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013). Fomentar a economia criativa, pode promover diversos benefícios para as comunidades que dependem economicamente de recursos provenientes de atividades de turismo, de artesanato, de festas, entre outras atividades culturais.

A economia criativa pode trazer grandes benefícios ao mercado de trabalho de uma região que valoriza e fornece incentivos para a manutenção de suas culturas, pois conforme explicam Oliveira, Araujo e Silva (2013, p. 8):

[...] as indústrias criativas podem reforçar a cultura como valores e tradições que identificam uma comunidade ou nação. Além do papel de coesão social e inclusão, este reforço tem o potencial de gerar atratividade turística. Esta é a maneira pela qual a economia criativa se relaciona com a cultura e com o turismo. Outra maneira se relaciona ao turismo cultural centrado no patrimônio. A abordagem da economia criativa pode contribuir para a exploração racional e sustentável desse tipo de turismo e para a preservação do patrimônio, do meio ambiente e para o benefício das populações locais.

Assim, com a exploração correta do patrimônio cultural dentro dos moldes da economia criativa é possível promover ações que garantam a preservação do patrimônio, do meio ambiente, e que ainda proporcione benefícios para as comunidades locais.

## 2.2 Apontamentos sobre Cultura em Mato Grosso

Em Mato Grosso já existem quatro bens imateriais registrados no IPHAN, sendo dois deles pertencentes, ou melhor, que apresentam ocorrência em Cuiabá, capital do Estado, os quais são a "Roda de Capoeira e ofício dos mestres de Capoeira" (patrimônio nacional presentes em outros estados) e o "Modo de fazer a viola de cocho" (que pertence a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul). Os demais bens registrados são: "Ritual Yaokwa do Povo



Indígena EnaweneNawe e os lugares sagrados dos povos indígenas Xinguanos. Estes registros compreendem os livros de saberes, formas de expressão, celebrações e lugares.

A preocupação com a valorização e preservação da identidade cultural em Mato Grosso se mostra cada vez mais importante, tanto que, a Secretária de Estado de Cultura promoveu o tombamento/registro do “linguajar cuiabano”, também conhecido por “cuiabanês”, como patrimônio imaterial do Estado. Buscando desta forma preservar este modo de falar peculiar da região, proveniente de uma mistura da fala lusitana que sofreu influências indígenas, negras e dos bandeirantes paulistas. Existem ainda outros tombamentos feitos pela Coordenação de Patrimônio que se referem ao registro de lugar histórico “Fazenda Taquari”, em Alto Taquari, o registro das “Folias de Reis” em Dom Aquino, e o modo de fazer “Canoa Pantaneira”, sendo todos os registros citados tombamentos executados pela Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, não pertencendo aos livros de registros do IPHAN.

Estas e outras iniciativas do Estado buscam promover o reconhecimento e a preservação destes bens culturais imateriais, bem como demonstram a importância destes na história da identidade cultural de Mato Grosso. Assim, é mister que sejam disponibilizadas todas as informações e documentos que possibilitaram o reconhecimento destas práticas culturais como patrimônios culturais, para que a sociedade tenha acesso às informações e possam compreender a importância destes tombamentos.

### **3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM FORMATO DIGITAL**

O processo de recuperação e acesso às informações sofreu grande impacto desde que se passou a contar com a aplicação de tecnologias da informática, como a internet e Web, para a disponibilização de informações e documentos na rede. O desenvolvimento destas tecnologias implicou no surgimento de diversas ferramentas desenvolvidas especificamente para dar visibilidade e acesso facilitado às produções de determinadas instituições e/ou organizações que se preocupam em gerir e divulgar publicações, resultados e andamento de suas pesquisas.



Para evidenciar a importância da web como principal mecanismo de busca e acesso a informações, é útil conhecer a explicação das autoras Maria L. M. Campos, Maria L. A. Campos e Linair M. Campos (2006, p. 55), as quais descrevem que:

A Web é hoje considerada o maior repositório de informações dos mais variados domínios de conhecimento, tendo apresentado desenvolvimento vertiginoso desde sua criação. Suas características de liberdade de publicação, autonomia das fontes e controle descentralizado fizeram com que grande diversidade de recursos fosse crescentemente disponibilizada, mudando significativamente o comportamento de seus usuários e ampliando o perfil de sua utilização.

245

Observa-se que os usuários da web estão cada vez mais dependentes destes serviços de recuperação e acesso a informação, porém ao mesmo tempo que uma pesquisa em um site de busca pode trazer uma infinidade de respostas à pesquisa, boa parte desses resultados podem ser pouco ou nada relevantes aos resultados esperados pelo pesquisador.

O desenvolvimento destas tecnologias e a demanda crescente de livre acesso a informações e ao conhecimento disponíveis em ambientes digitais, tem despertado o interesse de instituições de ensino e pesquisa, bem como, de diversas organizações governamentais e privadas, que buscam utilizar ferramentas para criação de bibliotecas e/ou repositórios digitais que possibilitem não apenas o armazenamento, com também a disponibilização e recuperação adequada de documentos e informações em formato digital.

De forma geral, pode-se descrever os repositórios e bibliotecas digitais como bases de dados enquanto fontes de informação que contribuem para a ampliação e desenvolvimento do conhecimento do pesquisador. Assim, faz-se necessário que os gestores de informação se preocupem não apenas em disponibilizar a informação em ambientes virtuais, mas também com as ferramentas disponíveis para tal procedimento e, principalmente, com o modo como os usuários poderão recuperar tais informações.

### **3.1 Bibliotecas Digitais e Repositórios Digitais: breve definição**

Muitos são os conceitos e as definições utilizadas para caracterizar uma biblioteca digital, havendo certos conflitos entre as descrições apresentadas por determinados estudiosos da área, que tentam conceituar e diferenciar os diversos tipos de bibliotecas, tais como digitais, virtuais, eletrônicas, entre outras expressões presentes na literatura.



Toutain (2006, p. 16) define a biblioteca digital como sendo aquela que:

[...] tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros –, que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza.

As bibliotecas digitais, em sua maioria, são desenvolvidas por instituições de ensino e pesquisa; elas possibilitam disponibilizar informações, documentos e conhecimentos gerados pela organização, cujos usuários, mesmo que distantes geograficamente da unidade de informação, conseguem ter acesso a estes produtos rompendo a barreira de tempo e espaço.

Os repositórios digitais que em alguns pontos se assemelham e podem ser considerados bibliotecas digitais, originalmente foram desenvolvidos com finalidade acadêmica, embora atualmente seja possível encontrar várias adaptações e formas de uso para os mesmos. Repositório institucional de acesso aberto pode ser definido como uma biblioteca digital, porém nem toda biblioteca digital pode ser definida como repositório institucional (LEITE; et al., 2012, p. 7).

Os repositórios digitais podem ser descritos como ambientes de gestão e compartilhamento de informações no ambiente organizacional, e não devem ser tratados apenas como espaços para armazenamento de documentos digitais, pois conforme a definição do IBICT (2012):

Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. Os RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais.

Entre as inúmeras vantagens decorrentes da implantação de repositórios digitais em organizações e instituições de ensino, pode-se citar os meios de preservação de documentos digitais, facilidades para interoperação e busca, integração e compartilhamento de acervos, controle de acesso aos documentos e sua segurança. Sendo possível adequar os programas



conforme as políticas de gestão de informações, seja ela de natureza acadêmica ou de organizações com demanda especializada.

Diversas instituições de ensino superior brasileiras já criaram seus repositórios institucionais, e algumas organizações governamentais como a câmara dos deputados e particulares escritórios de advocacia estão criando repositórios ou mesmo bibliotecas digitais com o software DSpace, para dar maior visibilidade a suas publicações, documentos e outros materiais que consideram que devem ser disponíveis para acesso público.

O software DSpace foi desenvolvido em parceria entre *Hewlett Packard* (HP) e *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e pode ser definido como:

[...] uma plataforma que permite a captura de itens em qualquer formato – texto, vídeo, áudio e dados. E os distribui pela internet. Ele indexa os conteúdos e, por isso, os usuários podem pesquisar e recuperar as informações. Ele preserva os conteúdos digitais. Ele permite uma forma de gestão de materiais e publicações de pesquisa em um repositório de estrutura profissional para dar a eles maior visibilidade e acessibilidade a qualquer tempo. Dspace é geralmente utilizado como um repositório. Ele possui três papéis principais: 1) facilitar a captura e inserção de materiais, incluindo os metadados; 2) facilitar o acesso aos materiais por meio de listas e pesquisas; 3) facilitar a preservação digital ao longo do tempo. (DURASPACE, 2013 apud PIRES; SILVA, 2013, p. 5415).

Desta forma o software possibilita a organização, armazenamento, recuperação e preservação de arquivos em diversos formatos que venham a ser inseridos no repositório digital. Este recurso tecnológico pode colaborar significativamente com a implantação do repositório de informações culturais de Mato Grosso, além de contribuir com outras ações previstas nos projetos de levantamento e mapeamento da economia criativa do Estado. Entre os recursos disponíveis no DSpace destaca-se, em relação a outros softwares da mesma categoria, a possibilidade de autores fazerem o alto arquivamento de suas produções, agilizando dessa forma a inserção de conteúdo no repositório, bem como, desburocratizando o processo de disponibilização das informações sobre o patrimônio cultural imaterial.

O Dspace será utilizado no desenvolvimento deste trabalho por ser um dos softwares para criação de repositórios com maior aceitação internacional, e também por ter recomendação do IBICT para implantação de Repositórios Institucionais no Brasil, além de





ser um software livre, que permite sua customização conforme necessidade e características da organização.

#### **4 PROJETOS PARA MAPEAMENTO DA CULTURA EM MATO GROSSO**

Em dezembro de 2011 o Ministério da Cultura disponibilizou o documento “Metas do Plano Nacional de Cultura”, para regulamentação da Lei nº. 12.343, no qual cita 53 (cinquenta e três) metas gerais a serem cumpridas até o ano de 2020, composto de diretrizes, estratégias e ações para refletir sobre o dever do Estado e a participação social, em relação questões de proteção e promoção da diversidade artística e cultural, acesso aos bens culturais, o desenvolvimento socioeconômico sustentável. O documento é fruto dos desejos apontados por consultas a sociedade com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural.

Colaborando com o cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura, surgem diversas iniciativas que demonstram preocupação com o desenvolvimento da economia criativa no Brasil, para fomentar a valorização de bens e serviços produzidos com base em criatividade e conhecimento.

Conforme explicam Oliveira, Araujo e Silva (2013, p. 7):

A economia criativa promove a diversificação econômica, de receitas, de comércio e inovação, e pode se relacionar, de forma simbiótica, com as novas tecnologias, notadamente as tecnologias de informação e comunicação. Iniciativas baseadas na abordagem de economia criativa podem promover a revitalização de áreas urbanas degradadas, ou mesmo o desenvolvimento de áreas rurais com herança de patrimônio cultural.

No Estado de Mato Grosso houve sensibilização política sobre a importância do desenvolvimento da economia criativa, desta forma surgiram algumas ações como as desenvolvidas pelo SEBRAE MT, que investiu em seminários, encontros e cursos de formação para proporcionar preparação para agentes que se propuseram a atuar nesta área. Ainda sobre o resultado deste interesse pela economia criativa, em março de 2014, Mato Grosso passa a ser o segundo Estado brasileiro a criar uma Incubadora de Economia Criativa por meio do Programa Brasil Criativo, tornando este um convênio do MINC/SECULTMT.

O Grupo de Estudos em Mídias Interativas Digitais – GEMID/UFMT apresenta um programa de pesquisa e extensão intitulado “Mapeamento da economia criativa de Mato



Grosso: inclusão da produção cultural como aposta para o desenvolvimento regional e consolidação da cidadania”, o qual está adequado às diretrizes do Ministério da Cultura e se propõe a colaborar com o fortalecimento do setor cultural e da economia criativa no Estado de Mato Grosso, através do levantando informações sobre este setor.

O levantamento de informações sobre o setor cultural e criativo no Estado de Mato Grosso, se mostra demasiadamente importante, uma vez que, permitirá aplicação de investimentos na cultura, o que implicará em melhorias no desenvolvimento social, regional, intelectual e simbólico do Estado.

O projeto de Mapeamento da Economia Criativa de Mato Grosso se divide em outros 7 projetos distintos, cada qual com seus objetivos específicos a serem alcançados, a saber:

**Projeto 1:** Mapeamento Cultural Colaborativo com mídias móveis; **Projeto 2:** Cartografia do patrimônio da cultura imaterial do estado de Mato Grosso; **Projeto 3:** Levantamento do estado da arte da economia criativa - aspectos econômicos, sociais e simbólicos; **Projeto 4:** Equipamentos Culturais de Mato Grosso: identificação, levantamento e análise espacial de distribuição; **Projeto 5:** Análise sobre o financiamento da cultura em Mato Grosso; **Projeto 6:** Dinâmicas produtivas da economia criativa em Mato Grosso; **Projeto 7:** Retrato socioeconômico das atividades da economia criativa em Mato Grosso (FERNANDEZ; TIEMI; KAWAKAMI, 2014, p. 4).

A aplicação de cada projeto, além de levantar informações sobre os bens culturais materiais e imateriais de Mato Grosso, possibilitará a divulgação destas manifestações culturais e fomentará o crescimento da economia criativa em Mato Grosso. Os documentos provenientes da aplicação dos projetos serão armazenados em um repositório digital, criado com o software DSpace o qual permitirá tanto a preservação de arquivos e documentos, quanto a recuperação da informação pela comunidade interessada.

#### 4.1 Tratamento das informações sobre o mapeamento da cultura em Mato Grosso

Considerando a necessidade não apenas de armazenar, mas também de tornar acessíveis as informações e documentos coletados e/ou produzidos para efetivação da aplicação dos projetos voltados para o mapeamento da cultura em Mato Grosso, será importante utilizar o software de gerenciamento de repositórios digitais DSpace para abrigar arquivos como: mapas, relatórios, bancos de textos, artigos, livros, fotografias e vídeos, os



quais poderão se apresentar nos seguintes formatos: doc, pdf, jpg, mpeg, entre outros formatos de arquivos digitais de texto, imagem e vídeo.

Para melhor visualização e organização dos documentos digitais, os arquivos serão classificados em duas grandes categorias, a saber: Setores Culturais e Setores Funcionais. A categoria de Setores Culturais, abrangerá os setores da indústria criativa considerados culturais, como artesanato, teatro, dança, música, etc.; a categoria Setores Funcionais por sua vez se destinará a agrupar os setores da indústria criativa considerados profissionais, como arquitetura, marcenaria, editoração gráfica, entre outros.

A classificação dos arquivos em categorias dos setores culturais, se deve apenas para efeitos técnicos e para geração de relatórios, listas e visão geral do sistema, pois para o usuário final o importante será a recuperação do conteúdo armazenado por meio do motor de busca “*Jakarta Lucenesearchengine*” que compõe o sistema Dspace, permitindo a recuperação de arquivos e documentos por meio de busca dos metadados disponíveis.

Com a execução dos trabalhos propostos para a criação do repositório, será necessário pensar também na promoção e divulgação desta ferramenta, para que se possa cumprir efetivamente com os objetivos da pesquisa e dar visibilidade as informações sobre o setor cultural de Mato Grosso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção que as autoridades políticas, das esferas federais, estaduais e municipais, têm dado aos assuntos relacionados ao patrimônio cultural, seja de natureza material ou imaterial, bem como os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação, que se apresentam cada vez mais acessíveis nos últimos anos, demonstram que este é um momento propício para fomentar o uso de recursos tecnológicos para o bem da preservação de informações e conhecimentos culturais e tradicionais, que se apresentam de formas regionais, mas que uma vez disponibilizado em ambientes virtuais, quebram a barreira de espaço e tempo, e se tornam acessíveis a qualquer pessoa que simpatize, ou venha a ser um pesquisador de questões culturais.

A necessidade de registrar e preservar, aliada ao anseio de divulgar e dar acesso aos registros de informações sobre as práticas culturais de um povo, se mostram como motivos



mais que significantes para a criação de um repositório digital para armazenar e possibilitar o acesso livre as informações que nele forem inseridas, formando seus acervos digitais, podendo atender a um número ilimitado de usuários, uma vez que permite o acesso simultaneamente as informações, dependendo do tipo de licença para uso do material.

Entidades responsáveis por promover ações que visam a preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o IPHAN e Secretarias de Culturas dos Estados, mesmo já possuindo recursos próprios para o levantamento de informações sobre bens culturais, poderão contar mais este recurso para pesquisa, bem como lhes será possibilitado a análise de uma ferramenta disponibilizada gratuitamente e que poderá servir como modelo para a criação de seus próprios repositórios temáticos, fomentando assim o acesso a este tipo de informação.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Acesso em: 12 maio 2014.

CAMPOS, Maria Luiza Machado; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Linair Maria. Web semântica e a gestão de conteúdos informacionais. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. 2. ed. Salvador: UFBA; Brasília: IBCIT, 2006. p. 55-74.

IBICT. *Repositórios digitais*. Brasília, [2012?]. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>>. Acesso em: 08 maio, 2014.

FERNANDEZ, Andréa Ferraz; TIEMI, Flavianny; KAWAKAMI, Renato. *Mapeamento da economia criativa de Mato Grosso: inclusão da produção cultural como aposta para o desenvolvimento regional e consolidação da cidadania*. Cuiabá: [s. n.], 2014.

LEITE, Fernando et al. *Repositórios institucionais: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Brasília: IBCIT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.



OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. *Panorama da economia criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1880.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1880.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2014.

PIRES, Daniele Cristina Gonçalves Brene; SILVA, José Fernando Modesto da. Repositório digital: Dspace como uma ferramenta de gestão da informação em escritórios de advocacia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. *Bibliotecas, informações, usuários*. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/index>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

PORTA, Paula. *Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília: IPHAN; Monumenta, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4374>>. Acesso em: 08 maio, 2014.

TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. Tradução Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2007. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355430.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. 2. ed. Salvador: UFBA; Brasília: IBCIT, 2006. p. 15-24.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*: Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília: Ministério de Relações Exteriores; UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794>>. Acesso em: 08 maio, 2014.



## **PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS CULTURAIS – ANALISANDO A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DO ALTO DO CAIXÃO**

ÁVILA, Cristiane Bartz de  
*Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPEL*  
crisbartz40@yahoo.com.br

253

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento  
*Professora Doutora da Universidade Federal de Pelotas – ICH-PPGMP e MERCOSUL*  
mfabento@hotmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo analisar como as políticas culturais relacionadas aos estudos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial têm influenciado nas discussões que visam a valorização dos saberes-fazeres da Comunidades Negras Rurais. Apontaremos elementos pesquisados na Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, localizada no Distrito Rural denominado Quilombo na Cidade de Pelotas-RS. Procuramos demonstrar que apesar das políticas dirigidas à essa comunidade, ainda se faz necessário muito trabalho em relação a itens básicos para estabelecer uma condição cidadã à mesma. As melhorias conquistadas são fruto de lutas e articulações envolvendo Comunidade e órgãos governamentais e não-governamentais. Os saberes-fazeres desta Comunidade têm sofrido influencia de agentes externos: benzeduras, artesanato em palha, por exemplo, são expressões do patrimonio que não encontram pessoas da Comunidade interessadas em aprender e correm o risco de desaparecer.

**Palavras- chave:** Políticas Culturais, Patrimônio Cultural, Comunidade Negra rural

### **Abstract**

This study aims to examine how cultural policies related to studies on the Intangible Cultural Heritage have influenced the discussions aimed at enhancement of knowledge-doings of Rural Black Communities. Will point surveyed in Rural Community of Upper Black Coffin elements, located in the rural district called Quilombo in the city of Pelotas. We demonstrate that despite policies aimed at this community, still needed a lot of work in relation to basic items to establish the citizen to the same condition. The improvements achieved are the result of struggles and joints involving community and governmental and non-governmental. The knowledge-doings of this community have suffered the influence of external agents: benzeduras crafts straw, for example, are expressions of heritage that do not meet people in the community interested in learning and are at risk of disappearing.

**Keywords:** Cultural polices, Cultural heritage, Rural black community





## Palavras Iniciais

Atualmente surgem no campo dos estudos interdisciplinares diversas pesquisas sobre o Patrimônio Cultural de uma forma mais universalizada, ou seja, não somente levando em conta os monumentos de “pedra e cal”, como acontecia até a década de 80 do século XX. Sabemos que essa mudança é “lenta e gradual” usando o mesmo trocadilho quanto às referências da abolição da escravidão. Algumas leis e iniciativas vêm contribuindo para fixar a ideia de que o Patrimônio Cultural é formado por um conjunto de elementos que não dissociam patrimônio material e patrimônio imaterial. Salientamos que os estudos e discussões sobre esta temática abrangem cada vez mais espaços nos meios intelectuais, destacando-se que no ano de 2013 se cumpriram 10 anos da Convenção do Patrimônio Imaterial da UNESCO. Em 2003, os países membros sistematizaram diretrizes para tratar da temática do Patrimônio Cultural Imaterial numa dinâmica diferente do que vinha até então sendo adotado em relação ao Patrimônio Material. Os 10 anos da Convenção do Patrimônio Imaterial tiveram destaque no Seminário do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, no ano passado. Seguindo esta linha, o governo brasileiro promulgou, no mesmo ano da Convenção do Patrimônio Imaterial, a lei 10639/2003,<sup>1</sup> que torna obrigatório o estudo do continente africano e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino básico, públicas e particulares, principalmente nas disciplinas de História, Educação Artística e Literatura.

Podemos perceber o início de um movimento voltado às políticas públicas em relação aos grupos “minoritários”<sup>2</sup> no Brasil, a partir da Constituição de 1988, com os artigos 215 e 216, os quais mencionam ser o patrimônio cultural brasileiro constituído pela natureza material e imaterial, e fazem referência à valorização das manifestações culturais das mais diversas etnias, das quais podemos inferir a indígena, a afro-brasileira, a alemã, a italiana, a francesa, a japonesa, enfim, os mais diversos segmentos que constituem a população brasileira. Nessa questão, podemos dizer que os conflitos de memória podem geralmente estar representados nas diversas manifestações do patrimônio cultural das diferentes sociedades ao longo da história da humanidade e neste sentido, no Brasil, faz pouco mais de uma década que foi publicado o decreto 3551/2000<sup>3</sup> referente à proteção do Patrimônio Cultural Imaterial através de seu registro em quatro livros específicos (Livro do Registro dos Saberes, Livro do Registro das

<sup>1</sup> Esta lei foi substituída pela Lei 11645/2008 para incluir o estudo da história e da cultura indígena.

<sup>2</sup> Sobre o uso do termo “minoritários”, ver Appadurai (2009).

<sup>3</sup> No Brasil, as políticas públicas de valorização do Patrimônio Cultural Imaterial tiveram, aparentemente, uma trajetória anterior à Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003.



Celebrações, Livro de Registro de Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares). Podemos apontar algumas discussões acerca do Patrimônio Cultural a fim de refletir sobre a ideia de que este esteja dividido em patrimônio *imaterial* e patrimônio *material*, visto que estes dois aspectos estão interligados e acabam se complementando, numa relação complexa de ser analisada. Quanto ao monumento, expressão do Patrimônio Material, Choay aponta:

O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY *apud* SANT’ANNA, 2009, p. 49).

255

Segundo Sant’Anna, até o século XVIII a seleção de monumentos históricos realizava-se no mundo restrito dos antiquários e estetas, referindo-se basicamente às antiguidades greco-romanas.

Até a II Guerra Mundial, o mundo Ocidental preocupou-se em selecionar, proteger, guardar, e conservar monumentos associados ao patrimônio material. Somente após esse período é que países asiáticos e do Terceiro Mundo começaram a trazer reflexões sobre a preservação de natureza imaterial, não tão importante por sua materialidade, mas por suas criações populares, expressões de conhecimentos, práticas, processos culturais, modo de relacionamento com o meio ambiente, etc.

Os países de Terceiro Mundo reivindicaram em 1972, junto à UNESCO, um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural, e, em 1989, o órgão responde através da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que sugere aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular por meio de registros, inventários, suporte econômico, *introdução de seu conhecimento no sistema educativo*,<sup>4</sup> documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais.

No Brasil, o precursor das ideias de patrimônio imaterial foi Mário de Andrade, pois já nos anos 30, quando esteve ligado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaborou um projeto em que falava das artes arqueológicas e ameríndia, que compreendia não apenas artefatos colecionáveis, mas também paisagens e folclore. Suas ideias naquela época não foram avante, mas o intelectual documentou suas viagens ao Nordeste, ao

<sup>4</sup> Grifo nosso, por acreditarmos que através da educação patrimonial, seja ela em ambiente escolar ou não, é que poderemos contribuir para que sejam diminuídos os silenciamentos que a sociedade nos impõe.



longo de sua vida, em fotografias, gravações e filmes. Outro personagem que influenciou bastante e produziu vários trabalhos sobre o patrimônio cultural brasileiro foi Aloísio Magalhães<sup>5</sup>, quando fundou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) na década de 1970.

O decreto 3551/2000 estabelece uma diferença de ação para os bens culturais de natureza imaterial:

O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação (SANT’ANNA, 2009, p. 55).

Dessa forma, o decreto 3551/2000 estabelece ações desenvolvidas com o objetivo de implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio.

Temos também o INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), que:

...é um instrumento de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção. Operando com o conceito de referência cultural, o INRC supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tomando-os como faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural (SANT’ANNA, 2009, p. 56).

Os instrumentos de reconhecimento e valorização criados pelo governo brasileiro levam em conta a natureza dinâmica e processual dos bens, promovendo uma interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

Podemos apontar considerações de Fonseca (2009), onde a autora faz uma análise dos monumentos e logradouros que representam elementos da elite e que não dão conta de demonstrar as relações sociais de sua época, dando como exemplo a Praça XV do Rio de

<sup>5</sup> Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (Recife, PE, 1927 – Pádua, Itália, 1982) foi pintor, *designer*, gravador, cenógrafo, figurinista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, obtém bolsas do governo francês e norte-americano para se aperfeiçoar nas áreas de museus e artes gráficas. Em 1960, volta ao Brasil e abre um escritório voltado à comunicação visual e desenho industrial e realiza projetos para empresas e órgãos públicos. Com o prestígio amealhado junto a figuras de destaque do governo federal, é nomeado, em 1979, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, conforme IPHAN (2014, pg. 07).



Janeiro. Somente algumas obras – como as de Debret e Hildebrandt, viajantes estrangeiros movidos pelo interesse de documentar o peculiar, e não atrelados aos interesses nacionais – mostram na paisagem, junto aos monumentos, os “excluídos”. A autora apresenta contradições de um registro do patrimônio cultural:

Qual o objetivo do Estado ao criar um instrumento específico para preservar manifestações que não podem ser congeladas, sob o risco de, assim, interferir em seu processo espontâneo? Como evitar que esse registro venha constituir um instrumento de segunda classe, destinado a culturas materialmente “pobres”, por que a seus testemunhos não se reconhece o estatuto de monumento? (FONSECA, 2009, p. 65).

257

Alternativa apontada é que se faz necessário identificar e documentar, promover e difundir ações que viabilizem a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos), como duas faces de uma moeda. Cabe fazer a distinção, no caso dos bens culturais, entre aqueles que, uma vez produzidos, passam a apresentar relativo grau de autonomia em relação a seu processo de produção, e aquelas manifestações que precisam ser constantemente atualizadas, por meio da mobilização de suportes físicos – corpo, instrumentos, indumentária e outros recursos de caráter material –; o que depende da ação de sujeitos capazes de atuar segundo determinados códigos. A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis (FONSECA, 2009, p. 68).

Nessa perspectiva é que estudos sobre o Patrimônio Cultural, e especialmente o Patrimônio Cultural Imaterial, têm sido trabalhados ao longo destes 10 anos, aprimorando-se cada vez mais as discussões do papel exercido pelos atores sociais envolvidos, sejam eles comunidades, órgãos governamentais ou ONGs.

Não podemos deixar de mencionar que o Patrimônio Natural tem uma legislação<sup>6</sup> própria e que este muitas vezes acaba por ser utilizado sob várias perspectivas: por exemplo, a Turística, como quando se tem uma cachoeira que atrai pessoas para desfrutarem do local, ou para suscitar lembranças.

<sup>6</sup> Apontamos, por exemplo, o Código de Águas brasileiro de 1934, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972), o artigo 225 da Constituição brasileira de 1988, a lei 9985/2000 que regulamenta o artigo 225 da Constituição. O Patrimônio Natural se faz importante, numa comunidade carente, uma vez que as pessoas apontam um arroio, um morro, uma árvore, para lembrar acontecimentos.



### **Comunidades Negras Rurais, políticas de reconhecimento e saberes-fazeres ancestrais.**

Reconhecer-se Remanescente Quilombola não é um processo simples e tranquilo. Durante muito tempo, Quilombo foi sinônimo de transgressão da ordem social. Terra de fugitivos, de escravos que não queriam trabalhar!

Estudos recentes abordam a categoria Remanescente de Quilombo numa perspectiva étnico-cultural, utilizando o termo Comunidades Negras Rurais, onde os saberes-fazeres ligados à terra que compõem as práticas de sobrevivência dos indivíduos tornam legítimo o processo de reconhecimento. Tais conhecimentos, que constituem o patrimônio imaterial do grupo, incluem a prática da agricultura familiar, o uso de plantas, de ervas de chás que remetem a um saber ancestral, a utilização de artesanato em palha como algo do uso cotidiano, a necessidade de usar o fogão a lenha por ausência de recursos e a questão da alimentação – que, embora modificada pelo modo capitalista, ainda apresenta muitas permanências, com alimentos preparados tendo por base o milho, o feijão, doces feitos com frutas e alimentos que utilizam partes do porco, sendo estes últimos característicos da população rural.

Existem muitos relatos<sup>7</sup>, principalmente orais, de que os Quilombolas trocavam terras por alimentação e que aos poucos, sem ter o documento de propriedade, foram expulsos de suas terras ou “espremidos” em pequenos lotes de terras de baixa produtividade.

Na região sul do Rio Grande do Sul, o trabalho de reconhecimento de terras das comunidades negras rurais teve início a partir das recentes políticas atreladas à Constituição Federal de 1988.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades negras rurais de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais

<sup>7</sup> Principalmente com as políticas de migração e a lei de terras instituída no Brasil em 1850.



específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Entretanto, a questão da auto definição dos grupos apresenta uma especificidade: é preciso provar que o grupo está ligado à ancestralidade negra e às formas de resistência empreendidas visando uma sobrevivência com certa autonomia perante o grande proprietário, até mesmo no período pós-abolição. Para tanto, se faz necessário o trabalho de uma equipe de pesquisadores, que deve emitir um relatório técnico. Dentre os profissionais que devem trabalhar neste relatório podem mencionar-se: antropólogos, historiadores e arqueólogos.

Em Pelotas (RS), o CAPA, organização não governamental vinculada à Igreja Luterana, iniciou o trabalho junto às comunidades negras rurais.<sup>8</sup> A instituição promovia encontros denominados “fóruns de agricultura familiar”, onde atendia pequenos produtores rurais em suas necessidades. Várias categorias participavam dos eventos, tais como pescadores e as comunidades negras rurais.

Segundo ata do mês de setembro de 2004, outra ação decorrente da aproximação da SDT/MDA junto ao Fórum foi a oportunidade de representação deste espaço junto ao Conselho Estadual do Pronaf, para qual foram indicadas a coordenadora do CAPA e a presidente da Associação Arpa-Sul (Ata do Fórum de Agricultura Familiar, setembro de 2004) (RECH, 2013, p. 99).

Segundo Rech (2013), em novembro de 2005, o Fórum deixa de ser uma comissão provisória para atuar como colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER), e um propósito para este ano foi a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

<sup>8</sup> Chamamos a atenção para a questão da dependência econômica das Comunidades Negras Rurais. Antes das atividades promovidas pelas instituições governamentais ou não-governamentais, seu único recurso era o auxílio dos “colonos”, geralmente alemães e italianos, que trocavam a ajuda por dias trabalhados. Atualmente, as políticas para as Comunidades Negras Rurais têm um discurso voltado ao auxílio destas para que tenham condições de buscar a condição cidadã. Entretanto, questionamos se algumas das Instituições às quais chamamos de “Pontes”, que estão vinculadas à Igreja Luterana, a Comunidade Católica e a Igreja Neopentecostal não influenciaram ou influenciam os moradores em silenciar ou modificar suas tradições?





Os Colegiados Territoriais são formados por representantes do governo federal e da sociedade civil. O número de integrantes depende do tamanho do território, do número de municípios e de organizações e da complexidade do território representado. Há presença de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades negras rurais, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, etc. Os colegiados, segundo a SDT/MDA, são responsáveis por identificar as demandas locais das comunidades; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e dar ampla divulgação às ações dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais.

Ainda segundo Rech (2013), a partir de 2007 começou a participação efetiva de representantes das comunidades negras rurais da região.

Ao longo de dois séculos, foram se formando - em parte decorrente de fugas e ocupações de áreas de difícil acesso; e em parte produto da doação de terras a escravos alforriados e/ou ocupações de áreas devolutas no período pós-abolicionista- diversas comunidades negras rurais, muitas delas originadas dos antigos quilombos. Segundo dados do CAPA (2007, p. 17), as comunidades quilombolas “possuem características rurais (...) desenvolvem agricultura de subsistência, trabalham como mão-de-obra eventual, junto aos pequenos agricultores e fazendeiros, produzem artesanato tradicional e de utilidades nas lides agrícolas”.

A fala da pesquisadora vem corroborar o que descrevemos acima. Segundo a mesma, inicialmente eram representantes de 5 comunidades da região: Monjolo (conhecidos também como Serrinha e Campos dos Quevedos), Torrão e Coxilha Negra, em São Lourenço, e Armada e Maçambique, localidades de Canguçu.

As raízes do trabalho do CAPA remontam ao ano de 2000, “...prestando assessoria técnica na agricultura, no ensino das primeiras letras a adultos, na conquista de uma carteira de identidade, na redescoberta das técnicas de artesanato e da música e na incidência em políticas públicas.”(CAPA, 2010, p. 1).

O trabalho contou com o apoio dos moradores das comunidades negras rurais, pois segundo informações da pesquisadora Carla Rech, que na época era secretária da instituição, “...nas primeiras reuniões com representantes do MDA, percebemos que não eram somente as cinco comunidades quilombolas reconhecidas que se faziam presentes, eram pessoas de outras



*localidades que não estavam mapeadas”.*

Assim, percebeu-se a necessidade de ser realizado um levantamento e apoio para o reconhecimento formal das comunidades existentes. Para tanto, o CAPA em 2008 foi indicado pelas comunidades negras rurais, junto ao programa do governo federal Territórios da Cidadania, para pesquisar e identificar as comunidades. Como resultado deste trabalho foram identificadas 43 comunidades.

Nas atividades desenvolvidas através do Programa Territórios da Cidadania, contamos com o apoio e parceria da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA-RS, da Fundação Cultural Palmares, do Colegiado Territorial, de lideranças locais das comunidades quilombolas, gestores e técnicos das prefeituras e técnicos da EMATER dos municípios onde se encontram as comunidades (CAPA, 2010, p. 1).

Desta forma, segundo dados do CAPA, vários órgãos governamentais, não governamentais e as lideranças das comunidades interessadas neste processo se uniram em prol do trabalho, resultando num novo mapeamento dos grupos existentes na região.

A partir do momento em que os grupos considerados “minorias” pela sociedade em geral começaram a ser objeto de estudo para compor a memória coletiva dos mesmos, a fim de que esta sirva de base para o conhecimento do patrimônio cultural do grupo estudado, acredita-se que os conflitos de memória tornem a emergir. Na atualidade, o pesquisador busca conhecer e obter os diferentes veículos de mediação e transmissão destas culturas que não têm representações tradicionais já conhecidas e reconhecidas pelas sociedades. O que Candau (2008) chamou de sócio-transmissores, para as pesquisas com os grupos étnicos minoritários, durante muito tempo não eram reconhecidos como fonte de pesquisa, sendo eles: objetos de uso pessoal, de pequeno valor, saberes-fazer, tradição oral...

Em relação aos conflitos de memória relacionados anteriormente, Ferreira (2009, p. 3) aponta que:

poderíamos aproximar também essa ideia de luta pelo reconhecimento com a de disputas no campo memorial, do qual o patrimônio é a expressão complexa e passível de instrumentalizações. A ideia de conflitos de memória vincula-se, num primeiro olhar, às representações de passados trágicos, imersos na dor coletiva, nos ressentimentos e manipulações, sobretudo de caráter político... É fundamental observar que em geral esses objetos de estudo estão imersos em zonas obscuras da memória dita coletiva, emocionalmente ainda muito carregados de culpa e interdições.



No caso das comunidades negras rurais, o passado trágico e a dor coletiva estão ligados às memórias do período escravista e dos embates que se seguiram no pós-escravidão. As famílias possuem um saber tradicional aliado a informações de pessoas ligadas a instituições como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Entretanto, esses conhecimentos e essa produção não são o suficiente para o sustento das famílias, que precisam complementar a renda como safrista/diarista nas terras dos colonos vizinhos, geralmente pertencentes às etnias italiana, alemã, pomerana ou francesa.

Podemos perceber que a agricultura praticada rende pouca quantidade e requer muita dedicação, tendo em vista os acidentes geológicos. Segundo os ensinamentos de Dona Eva Lacerda, moradora local que entrevistamos, as terras entre as pedras são mais férteis; entretanto, não se pode plantar grande quantidade, nem plantas grandes nem certas qualidades.

Geralmente, nas propriedades, encontramos alfaces, couves, abóboras, ervas de chá. Inclusive uma erva chamada arruda<sup>9</sup>. A arruda exala um cheiro forte, e é utilizada em rituais de benzimento, tanto em pessoas quanto em residências. Muitos têm por costume usar um galho desta planta atrás da orelha. Quanto a suas propriedades medicinais essa planta pode ser usada como analgésica, antiasmática, anti-inflamatória, mas um de seus usos mais conhecidos popularmente é como abortivo. Em geral, o uso dos recursos naturais é fruto de uma tradição ancestral, de uma época em que os poucos recursos da medicina não eram acessíveis. Porém, destacamos que até hoje, na região estudada, a população local ainda continua enfrentando dificuldades de acesso aos diversos recursos da medicina, precisando lançar mão desses saberes tradicionais.<sup>10</sup>

Destacamos que, mesmo sendo conhecimento comum na região à utilização de certas ervas de chá em benzeduras e rituais de limpeza e purificação, que remontam a suas origens ancestrais africanas, os moradores não falam sobre tais práticas, nem mesmo sobre suas origens.

Podemos citar o exemplo de Dona Eva, que conta com cerca de 70 anos de idade. Ela foi benzedeira, tem o conhecimento sobre a utilização das ervas de chá e planta várias espécies. Ela teve uma grande disposição em nos indicar qual o uso de cada uma delas. Explicou-nos que

<sup>9</sup> A comunidade hoje se declara em sua maioria Evangélica ou Católica. Entretanto, podemos visualizar nas propriedades ervas de cheiro e chás que remetem a uma ancestralidade rural, afro-indígena.

<sup>10</sup> Na região há uma grande dificuldade de ter médicos nos postos de saúde e a baixa renda das famílias dificulta sua vinda à zona urbana, bem como a compra de medicamentos.



arrenda outras terras mais longe, onde pode utilizar o trator, por serem mais planas, pois o que planta nas suas terras não “...dá pra viver...”

Porém, ao perguntarmos sobre as benzeduras, ela se explica: “*Eu benzia, não benzo mais não, o Pastor<sup>11</sup> disse que a gente não deve benzer...*” Ao questionarmos como ela aprendeu o conhecimento sobre a benzedura, ela diz que aprendeu com a mãe, que aprendeu com a avó, mas enfatiza: “*Elas só faziam o bem, nunca fizeram nada que prejudicasse alguém, por exemplo: Se uma mulher dissesse que não vivia bem com o marido, elas ajudavam para que tivesse harmonia em casa, já tem gente que fica dizendo que tem que deixar o homem mal, daí elas não faziam, não!*”

Dessa forma, podemos questionar o porquê dessa negação dos conhecimentos ancestrais, como as benzeduras.<sup>12</sup> A justificativa está na própria fala de Dona Eva, pois ela diz que “aprendeu com a mãe, que aprendeu com a avó”, mas que nenhuma delas fazia nada para o mal das pessoas. Sentimos nessa fala um preconceito que está ainda muito arraigado em nossa sociedade em relação à cultura afro-brasileira, principalmente ao que se refere às crenças religiosas.

Entretanto, após uns 30 minutos de conversa, ela falou sobre muitas ervas, seus usos e seus benefícios, dizendo que “...antigamente não se sabia o que era médico, então tinha que se virar com que tinha na volta de casa.” Ela também falou das benzeduras, “...se benze pra cobreiro, quebranto... tem que ter fé.”

Assim, nossa interlocutora resistiu ao falar sobre benzedura e só quebrou o silêncio após um tempo de conversa, depois de ganhar confiança na pesquisadora; segundo outra pessoa que estava facilitando nosso encontro, ela falou porque o Pastor não estava no momento.

A entrevistada explica que nenhuma das filhas quis aprender sobre as benzeduras e as ervas de chá, “*as vezes vem gente de fora querer aprender, como foi o caso da Irmã Sunta que veio aprender e ensinar...*” No caso citado, Dona Eva refere-se a um trabalho feito pela Igreja Católica, onde a Irmã Assunta atende pessoas carentes com remédios fitoterápicos feitos com ingredientes naturais. Além de pesquisar as ervas e conhecimentos da região, a Irmã fez um

<sup>11</sup> Dona Eva é adepta de uma Igreja Neopentecostal e foi construído em suas terras um cômodo utilizado para os cultos que acontecem duas vezes por semana.

<sup>12</sup> Enfatizamos que a prática da benzedura não é uma particularidade dos afro-brasileiros e indígenas, embora o senso comum o diga. Existem práticas que nos remetem à Idade Média, as quais podemos comprovar através dos processos inquisitórios dirigidos pela Igreja Católica Apostólica Romana.



trabalho de conscientização sobre a higiene e formas de conservar tais ingredientes.<sup>13</sup>

Outro saber que vem se perdendo é o artesanato em palha, pois “...eles não fazem mais questão de aprender, preferem as coisas prontas... até me lembrei que tenho que fazer uns cestos pra botar milho.” Dona Eva conta que as próprias pessoas da família não dão importância em aprender os saberes, que vão se perdendo ao longo das gerações; no entanto, pessoas de fora dão valor aos seus conhecimentos.

264

### **Considerações Finais - Dias atuais, lutas e conquistas, mas nem tudo são flores...**

Atualmente com cerca de 60 sócios, a comunidade já possui a Certidão da Fundação Cultural Palmares, conferida à Associação em fevereiro de 2010. Entretanto, o processo de reconhecimento ainda está em tramitação no INCRA, nem mesmo o relatório técnico foi iniciado ou encaminhado. Somente a partir do laudo deste relatório é que o processo ganha a dimensão de titulação das terras. Entretanto, a liderança local confessa sua preocupação quanto ao andamento deste processo, pois, segundo ele, ao concluir que a comunidade é remanescente de quilombo, o governo desapropria terras de outros colonos e dá a titulação coletiva<sup>14</sup> da mesma para formar um conjunto de terras utilizadas comunitariamente pelos moradores, procurando formar uma atmosfera semelhante aos antigos quilombos, que tinham uma relação direta e harmônica com a terra, numa tentativa de retorno aos costumes ancestrais. Entretanto, estes dizem não ter intenção de prejudicar os “outros”, não querem acirrar mais os ânimos. Também dizem que a relação de dependência criada entre eles e os “outros” colonos, no trabalho como diarista é um “fator complicador”, e esperam que este processo demore muito, e que as autoridades mudem a forma de conduzir as coisas, pois o que eles almejam é o acesso aos direitos (políticas públicas) que todos os “outros” já têm há mais tempo, cujo fator determinante está na questão de ser reconhecida a legitimidade do grupo em relação àquela porção de terra.

No que diz respeito às políticas públicas, houve ações de Organizações Não Governamentais e Entidades Públicas para a confecção do documento de identidade,

<sup>13</sup> Irmã Assunta tem um trabalho reconhecido na Arquidiocese de Pelotas. “Em reconhecimento ao desenvolvimento de ações de solidariedade social e de promoção da cidadania, Irmã Assunta Tacca, Irmã do Imaculado Coração de Maria, teve seu trabalho reconhecido nacionalmente com o Prêmio Betinho Atitude Cidadã 2011. A religiosa ICM foi premiada como destaque da Região Sul” (ARQUIDIOCESE DE PELOTAS, 2012).

<sup>14</sup> Segundo a legislação da terra de comunidades quilombolas (lei 4887/2003 e Instrução normativa nº 57/2009), a titulação se dará da seguinte forma: “Art. 24. O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas”.



cadastro no programa Bolsa Família e no programa de financiamento da casa própria do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”. É preciso salientar que a população de baixa renda em geral tem acesso a essas políticas públicas, mas, por falta de informações e de um documento que comprove seu endereço, as comunidades negras rurais não tinham acesso às mesmas. Outra questão importante são as formas de financiamento que os outros agricultores têm e que as comunidades negras rurais anteriormente não tinham por falta do referido documento.

O auxílio dos mediadores tem facilitado o diálogo com os órgãos públicos responsáveis pelas políticas que visam integrar as comunidades negras rurais nos aspectos que dizem respeito ao seu próprio sustento, numa condição de “aprender a pescar”, como é dito popularmente. Antes a comunidade dependia somente da ajuda, da doação; após um processo de qualificação da agricultura familiar desses moradores, o esclarecimento de seus direitos, há um reordenamento no modo de os próprios moradores entenderem sua condição de cidadãos. Eles formam uma associação com o objetivo de lutar por suas necessidades, entretanto, cabe destacar é que a Associação de Moradores não possui sede própria; é utilizado o salão da Comunidade Jesus de Nazaré. Portanto, não há um espaço em que se possa abrigar um projeto permanente; existem iniciativas tais como a do CAPA que ofereceu os cursos de eletricitista doméstico em parceria com a ELETROSUL<sup>15</sup> e de costura industrial, em conjunto com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a SULGAS (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul). Também foram realizadas oficinas artísticas e culturais promovidas pela UFPEL, no projeto de Educação Quilombola da referida instituição. Além disso, os moradores receberam doações do Projeto Territórios da Cidadania, criado em 2003, do Programa Arca das Letras, uma biblioteca móvel. O objetivo é incentivar a leitura entre os moradores, inclusive alguns deles são capacitados como agentes de leitura. A Arca das Letras funciona de modo precário na casa dos moradores, a estante tornou-se itinerante por falta de um local apropriado onde pudesse ser deixada à disposição de todos. “A Associação já perdeu a doação de computadores e livros, por falta de um lugar para colocar...”, lamenta Edgar, vice-presidente da associação.

<sup>15</sup> “A ELETROSUL é uma subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS e vinculada ao Ministério de Minas e Energias. É uma sociedade de economia mista de capital fechado e atua nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica” (ELETROSUL, 2013).





Ao concluirmos estas breves considerações, apontamos para o fato de já terem decorridos 10 anos em que várias leis foram promulgadas no Brasil, tais com a lei 10639/2003 e a lei 4887/2003, na qual a primeira torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas e a segunda que regulamenta o reconhecimento de terras “quilombolas” e que traz toda a necessidade de uma investigação sobre a cultura destas comunidades. Entretanto, estas políticas em relação à cultura negra, não foi uma benéfice do Estado brasileiro, e sim um resultado de lutas e conquistas dos atores sociais frente a um processo histórico iniciado há mais de um século.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. *O Medo ao Pequeno Número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

CANDAU, Joel. Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon le même modele? *Archives*, n.25, avril 2008.

CAPA. *Revelando os quilombos no sul*. Pelotas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Artesanato Quilombola do Território Sul do Rio Grande do Sul, Brasil*. Pelotas, 2012.

FERREIRA, Teresa. Entrevista a Arjun Appadurai. *Revista Comunicação e Cultura*, n. 7, 2009, p. 133-140.

FERREIRA, Maria Letícia. A Memória Coletiva dos Santos Lugares. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v.1, n.1, dez.2009/mar.2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e do cal. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. *Memória e Patrimônio*. Ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

RECH, Carla Michele. *A trajetória do fórum de Agricultura Familiar da região Sul do RS: entre mediações e (re)configurações*. Pelotas, 2013.

SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. *Memória e Patrimônio*. Ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

## Web Sites

ARQUIDIOCESE DE PELOTAS. *Irmã Assunta recebe prêmio Betinho de Atitude Cidadã*. Notícia publicada em 21-03-2012. Disponível em: <http://www.arquidiocesedepelotas.org/2012/03/irma-assunta-recebe-premio-betinho-de.html> . Acesso em: 19.12.2013.



ELETROSUL. *A empresa* (página institucional na internet, atualizada em 6-6-2013). Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=857> . Acesso em: 01/01/2014.

INCRA. *Regularização fundiária de comunidades quilombolas avança no Rio Grande do Sul*. Notícia publicada em 19-02-2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/9801-regularizacao-fun-diaria-de-comunidades-quilombolas-avanca-no-rio-grande-do-sul> . Acesso em: 14.01.2014.

### Entrevistas

LACERDA, Eva. 20.07.2013.

### Leis e Decretos

BRASIL, *Constituição Federal, 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 01.01.2014.

\_\_\_\_\_, *DECRETO 4887/2003*, de 20 de novembro de 2003, sobre a *regulamentação do reconhecimento de terras quilombolas*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso em 08.10.2013.

\_\_\_\_\_, *DECRETO-LEI nº 7.967, Migração e Colonização*, – de 18 de setembro de 1945, disponível em: [HTTP://LEGIS.SENADO.GOV.BR/LEGISLACAO/LISTANORMAS.ACTION?NUMERO=7967&TIPO\\_NORMA=DEL&DATA=19450918&LINK=S](HTTP://LEGIS.SENADO.GOV.BR/LEGISLACAO/LISTANORMAS.ACTION?NUMERO=7967&TIPO_NORMA=DEL&DATA=19450918&LINK=S) acesso em 13.02.2014

\_\_\_\_\_, *INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 57, MDA-INCRA Reconhecimento e titulação de terras Quilombolas*, de 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/107-legislacao-quilombola-condensada> . Acesso em: 01-01-2014.

\_\_\_\_\_, *Lei 10639/2003. Ensino da Cultura afro-brasileira na rede de ensino*, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) .

\_\_\_\_\_, *Lei 11645/2008. Ensino da Cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino*, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) .

\_\_\_\_\_, *Lei Nº 9985. Lei que regulamenta o artigo 225 da constituição brasileira de 1988*, de 18-07-2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> .

DECRETO nº 3551, *Recomendação para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, de 4 de agosto de 2000. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Legislação e Políticas atuais. Brasília. UNESCO. Educart, 2008. p. 119-120.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> .



UNESCO. *Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794> .



## MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E COMEMORAÇÕES: DUQUE DE CAXIAS E A FESTA DE SANTO ANTÔNIO

OLIVEIRA, Renata de Almeida

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
(PPGMS/UNIRIO)*

*cultura.renata@gmail.com*

ABREU, Regina

*Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO)*  
*abreuregin@gmail.com*

269

### RESUMO

Este artigo corresponde às primeiras reflexões de minha Tese de Doutorado. A cidade de Duque de Caxias tem representações simbólicas muito fortes. É uma cidade onde a valorização de personagens e festividades são exaltadas tanto pela população quanto pelas autoridades locais. Tal fato pode ser percebido pelo próprio nome da cidade: Duque de Caxias. Luis Alves de Lima e Silva, na percepção dos agentes sociais da cidade é seu cidadão mais ilustre, visto ter nascido na região. A representação do Patrono do Exército e também Patrono da Cidade é o pontapé inicial para uma série de representações simbólicas dentre as quais se encontra a Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade. A festa acontece há mais de 50 anos na cidade e já passou por diversas fases. Com o tempo cresceu e ganhou diversos apoios. É uma festa que mistura o tradicional, a religiosidade e o novo, as festividades e, este artigo pretende fazer uma breve análise da festa e da sua importância para a cidade. Seria a festa um patrimônio imaterial?

**Palavras-chave:** Memória, Patrimônio Imaterial, Comemorações.

### ABSTRACT

This article corresponds to the first reflections of my Doctoral Thesis. The city of Duque de Caxias has important symbolic representations. It's a city where the appreciation of characters and festivities are exalted by the population and the local authorities. The name of the city, Duque de Caxias, shows that characters in the story of the city are important. Luis Alves de Lima e Silva, on perception of social agents of the city, is the most illustrious citizen, because he was born in the region. The representation of the "Patron of the Army" and also the "Patron of the City" is the beginning of many symbolic representations. One of these representations is the Feast of St. Anthony, "Patron Saint of the City." The party has for over 50 years in the city and has had many phases. Over time the festival grew and conquered various supports. It's a celebration that blends the traditional, religiosity and the new, the festivities. This article aims at a brief analysis about the party and its importance to the city. This party would be an intangible heritage?

**Key-words:** Memory, Intangible Heritage, Commemorations.



## INTRODUÇÃO

“Que seria de mim meu Deus  
Sem a fé em Antônio  
A luz desceu do céu  
Clareando o encanto  
Da espada espelhada em Deus  
Viva, viva meu santo”.  
(J. Velloso)

270

Cocada, cuzcuz, pé de moleque! Uma festa, uma comemoração! Uma cidade a se preparar para um dos mais importantes eventos do ano: a comemoração de seu Padroeiro. Estou escrevendo sobre a cidade de Duque de Caxias que tem como Padroeiro o Santo Antônio, popularmente conhecido como o “Santo Casamenteiro”. E é sobre as relações das comemorações do Padroeiro e a cidade que pretendo apresentar uma reflexão neste artigo.

É importante destacar que a cidade possui tradicionalmente representações simbólicas muito fortes. Tais representações partem da própria população ou de agentes locais, como representantes do governo e representantes religiosos. A força com que os símbolos estão presentes no cotidiano da cidade é notória. No entanto, antes de aprofundarmos neste assunto, considero importante situar a cidade.

O Município de Duque de Caxias possui grande importância para o Estado do Rio de Janeiro. Com população estimada em 2013 de 873.921 habitantes e por possuir 467,619 km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE, abriga o segundo maior colégio eleitoral e o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado. No entanto, os investimentos em setores básicos para a população ainda estão aquém do Estado do Rio de Janeiro e de uma grande Metrópole. A população convive com falta d’água e de saneamento básico, saúde e escolas precárias. Ainda assim, os dados comprovam a importância econômica da cidade mesmo que aparentemente não tenha retorno para a população.

Considerando essa importância que a cidade de Duque de Caxias ganhou, o destaque para este artigo se refere justamente ao crescimento da valorização das ações culturais locais. Esse trabalho é realizado, no âmbito social, por agentes culturais e historiadores da cidade e, no âmbito público, através do Instituto Histórico e Geográfico



e do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e, também pela Secretaria de Comunicação e Ações Institucionais, que possui um setor de Eventos.

Deste modo, considero que a cidade não é apenas um amontoado de ruas, casas, transporte e uma tentativa de funcionamento orgânico e sim, o conjunto de ações que possam ser desenvolvidas naquela localidade, como afirma o autor Robert Ezra Park, logo no início de seu artigo intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”:

... a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição (PARK, 1916, 01).

Em seguida, o autor complementa afirmando os processos vitais que envolvem as pessoas que compõem a cidade e é nesse sentido que a Comemoração da Festa de Santo Antônio se insere nos processos dinâmicos e vitais que envolvem o cotidiano dessa cidade.

## **CONSTRUINDO A MEMÓRIA SIMBÓLICA DA CIDADE**

A cidade de Duque de Caxias possui representações simbólicas muito fortes e que levam ao acontecimento de diversas comemorações que mobilizam seus diversos setores. Tal fato pode ser inicialmente observado justamente na escolha do nome da cidade: Duque de Caxias. Essa escolha se justifica por causa do nascimento de Luís Alves de Lima e Silva na cidade, mais especificamente na “Fazenda São Paulo”, localizada em um bairro atualmente denominado Taquara, interior do município.

Sendo assim, se podem destacar diversas manifestações simbólicas que muitas vezes passam despercebidas por estarem completamente integradas ao cotidiano local. Deste modo, se destaca o Bairro denominado “Jardim 25 de agosto”, data do nascimento deste homem, Patrono do Exército Brasileiro, e que atualmente é comemorado o “Dia do Soldado”. Neste bairro localiza-se ainda a “Avenida Brigadeiro





Lima e Silva”, uma das principais avenidas da cidade que homenageia o nome de seu Patrono. Dentro da coleção simbólica da cidade, comemorando este Patrono, existe ainda a “Praça do Pacificador” – como ficou conhecido pela sua atuação no Império –, onde atualmente abriga o “Centro Cultural Oscar Niemeyer” o qual abrange o “Teatro Municipal Raul Cortez” e a “Biblioteca Governador Leonel de Moura Brizolla”, construções que foram projetos do arquiteto que leva o nome da praça e são as únicas na Baixada Fluminense por ele assinadas. Na arquitetura da Biblioteca contém o símbolo “Z” que seria uma representação do Prefeito que levou o espaço para a cidade, José Camilo Zito dos Santos Filho, e é notoriamente um símbolo legitimado pela população pelos seus feitos.

A grande comemoração que reverencia o fato de Luiz Alves de Lima e Silva, Patrono do Exército Brasileiro, e que seu título concedido em 23 de março de 1869 – um dia depois de ser desligado oficialmente das forças em operações no Paraguai – tornou-se nome do Município, se dá no dia 25 de agosto quando ocorre o desfile cívico na cidade, com a participação de diversas escolas, sendo um importante evento do calendário anual de comemorações.

Destaca-se também outro personagem que desperta curiosidade e está presente no imaginário da população: um dos migrantes mais conhecidos que saíram do Nordeste e se instalaram na Baixada Fluminense foi Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, que se popularizou como Tenório Cavalcanti ou, também, como “o homem da capa preta”. O político Tenório, apesar de ser conhecido como “O Deputado Pistoleiro”, impulsionou a política e a economia da cidade de Duque de Caxias e até os dias atuais gera polêmica e muitas discussões, em histórias ainda vivas nas memórias da população, sobretudo pelas curiosidades geradas pelas suas ações, tal como, sua Fortaleza e os caminhos desconhecidos que levam a diversas saídas pela casa, como um labirinto. Tenório não é um político que possui um dia e comemoração próprios na cidade, no entanto, sua presença é marcante na construção histórica e política da cidade, e se tornou tema de um filme, livros, sendo um ícone e uma incógnita nacional.

Por fim, destaco outro importante símbolo, uma comemoração que é o objeto deste artigo que se refere ao Padroeiro da cidade de Duque de Caxias: Santo Antônio. Anualmente a Paróquia de Santo Antônio em parceria com a Prefeitura da Cidade



realiza a Festa que comemora o Santo Padroeiro, tem duração de 5 dias e além dos rituais religiosos que envolvem essa comemoração, há também diversas atividades e ações pedagógicas e culturais. Para finalizar, existe ainda uma rua em homenagem ao Santo, localizada no bairro Vila São Luiz.

O debate acerca das questões simbólicas na cidade de Duque de Caxias está claramente vinculado aos conceitos de comemorações, memória, história e patrimônio intangível e espero que tal fato seja perceptível ao longo desse artigo.

Notoriamente os símbolos estão além da pedra e cal, passam por pessoas, imagens. São construções ou formações de heróis como foi claramente evidenciado por José Murilo de Carvalho no capítulo de seu livro “A Formação das Almas” onde ele disserta acerca da escolha de Tiradentes como “um herói para a República”. Neste caso, o autor coloca a escolha de Tiradentes com algo que partiu da necessidade de se ter um personagem que representasse a história oficial. Já na cidade de Duque de Caxias também acontece essa construção de seus heróis. O primeiro exemplo se dá através de seu próprio Patrono, o Duque de Caxias. Um personagem muito importante historicamente, escolhido como Patrono do Exército Brasileiro, também foi escolhido para ser o representante legítimo quando se trata de se “lembrar e comemorar” a cidade. No entanto, não necessariamente as escolhas pelos heróis da cidade partem de uma vontade oficial de órgãos públicos. Muitas vezes são escolhas feitas pela população, como por exemplo, mitológico, mesmo que ainda vivo José Camilo Zito dos Santos Filho, que foi Prefeito da cidade por 12 anos e se tornou famoso por ter “tirado Duque de Caxias da lama” literalmente.

## **COMEMORANDO A CIDADE**

Nascido em Lisboa por volta do ano de 1193, o Santo conhecido como Antônio foi batizado como Fernando Martinho de Bulhões na Sé Catedral de Lisboa. O local em que nasceu é hoje uma igreja que leva o nome de “Santo Antônio de Lisboa” e conserva sua cripta, que recebe diariamente centenas de fiéis, afinal, é um dos mais importantes pontos turísticos da cidade de Lisboa, visto que Santo Antônio é Padroeiro de Portugal e o primeiro português a ser santificado e reconhecido internacionalmente.



Do outro lado do oceano, Santo Antônio é também Padroeiro de uma das cidades mais importantes da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro: Duque de Caxias. A festa de Santo Antônio é um evento muito tradicional na cidade. Esta etapa do artigo será relatada de acordo com entrevistas realizadas na festa que aconteceu entre os dias 11 e 15 de junho de 2014. Tais entrevistas foram realizadas com fieis, visitantes, autoridades do governo municipal e religiosas.

Deste modo, me refiro a uma etapa da pesquisa de inspiração antropológica, em que participei de alguns momentos das discussões acerca da organização de festa, bem como, vivenciando todos os dias do evento.

Ao utilizar a metodologia da etnografia *“vivenciamos a experiência do viajante que percorre uma região, buscando exercitar um olhar que estranha, que inquire, que indaga, que procura novos ângulos, novas perspectivas, novas faces de paisagens já vistas e consagradas”*. (ABREU, mimeo). A etnografia é a pesquisa, no sentido de que é a partir do campo, dos agenciamentos que o campo proporciona que o trabalho vai tomar corpo.

Os agenciamentos são datados, transitórios e sempre em relação com um limiar que, atingido, promove uma virada, uma mudança. Deleuze (1977:84) escreve que a única unidade do agenciamento é o “co-funcionamento”, que ele também chama de “simpatia”. Na linguagem e na vida estamos sempre nesse regime de conexão, de falar “com”, agir “com”, escrever “com”. A *simpatia* para Deleuze (1977:66) é essa composição de corpos (físicos, psíquicos, sociais, verbais etc.), essa “penetração de corpos”, essa afecção nos agenciamentos, e não “um vago sentimento de estima”. Pode envolver amor ou ódio, ela é o modo de conexão nos agenciamentos, o “co-funcionamento”. (CAIAFA, 2007, 152)

As relações estabelecidas no campo entre o observador-participante e o narrador, então, é diferente da relação com o informante. Neste caso, o intuito não é de simplesmente coletar informações, e sim, intercambiar experiências, afinal, *“a experiência que passa de pessoas a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”* (BENJAMIN, 1993, 198)



A narrativa, na condição de modalidade específica de comunicação humana, floresce num contexto marcado pelas relações pessoais. O narrador é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória; ou que aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. A narrativa sempre remete a uma distância no tempo ou no espaço. Essa distância é mediada pela experiência pessoal do narrador. Para Benjamin, os grandes modelos de narradores eram o velho artesão que conhecia as tradições de sua aldeia, e o marinheiro, que narrava suas experiências, adquiridas em viagens. (GONÇALVES, 2009, 172)

Deste modo, podemos considerar o velho artesão os narradores que encontramos no caminho, e nós, etnógrafos, o marinheiro, que narra experiências adquiridas nas viagens. Em muitos museus encontramos a imagem do velho artesão Benjaminiano, pessoas que conhecem a história da cidade profundamente e transformam essa história em suas memórias pessoais, pois fizeram parte da construção da identidade local, ou de alguma forma, consideram importante preservar essas memórias.

A receptividade tanto por parte dos membros da igreja, desde o Padre responsável pela Paróquia até as pessoas das Congregações que auxiliam na organização da festa e do Poder Executivo local foi muito boa. A valorização de um evento cultural da cidade desperta um misto de curiosidade e satisfação sendo inclusive um impulso para elevar a autoestima da população de uma cidade que abriga diversos problemas sociais.

A sutileza com que o evento é organizado pelas pessoas – em sua maioria senhoras – que integram as Irmandades Religiosas é encantador. Cada detalhe é pensado de acordo com a programação tradicional da festa. As festividades se iniciam no dia 31 de maio com a “Trezena de Santo Antônio”<sup>1</sup> e termina no dia 12 de junho, dia em que é comemorado o “Dia dos Namorados” no Brasil. Pude acompanhar a trezena que não modifica a programação da igreja: os dias das missas de intenções não se alteram. A diferença da “Trezena de Santo Antônio” é poder acompanhar devotos ao santo que todos os dias vão fazer seus agradecimentos e pedidos. Além disso, a história de Santo Antônio e seus Milagres são exaltados em diversos momentos da Missa que termina com um momento de devoção e adoração.

<sup>1</sup> Diferente do que acontece na cidade Lisboa, onde nasceu Santo Antônio. Lá, a trezena se inicia no dia 1 de julho e vai até o dia 13 de julho, dia próprio do Santo.



A abertura da festa aconteceu no dia 11 de junho com a tradicional missa da “Trezena de Santo Antônio”, presença de autoridades locais e shows. É importante destacar que a festa é dividida em duas partes. A primeira, a festa que acontece no pátio e no salão de eventos da própria Paróquia. Nesta festa, as barracas pertencem às Irmandades Religiosas, acontecem shows no salão de eventos e atividades tradicionais da festa. Do lado externo da Igreja, o apoio da Prefeitura é evidente. Foram colocadas 59 barracas de comidas e bebidas, stands culturais, onde artistas da cidade puderam mostrar sua arte, caminhão da ciência, caminhão da leitura, “Circuito Gastronômico” – um local onde os principais restaurantes da cidade estavam apresentando seus cardápios, em um estilo “Praça de Alimentação”. De fato, o “Circuito Gastronômico” é um espaço separado, onde os produtos são mais caros e é frequentada por uma classe econômica mais elevada da cidade –, diversos shows que aconteceram no palco externo do Teatro Municipal Raul Cortez, que se localiza no Centro Cultural Oscar Niemeyer e a II Feira Literária que reuniu uma série de eventos como espetáculos teatrais, conversa com autores e lançamento de livros. O cartunista Ziraldo criou a logomarca do evento e esteve na festa em uma das atividades da Feira Literária.

Nas entrevistas realizadas, pude perceber a presença de devotos de diversas religiões tanto nos eventos que aconteciam dentro quanto nos eventos que aconteciam fora da Paróquia. Estima-se que cerca de 250 mil pessoas estiveram na Festa de Santo Antônio ao longo dos 5 dias<sup>2</sup>.

No dia 12 de outubro acontece o “Jantar dos namorados” elaborado e organizado pelas Irmandades. A escolha do cardápio, compra do material e venda dos convites é feito pelas Senhoras com muito afincio e devoção. Neste dia, se encerra a “Trezena de Santo Antônio” e se realizam ações de reafirmação dos votos de amor entre casais. É importante destacar a presença de casais que se conheceram na festa em anos anteriores. Alguns todos os anos frequentam a festividade em agradecimento ao Santo, conhecido como “Casamenteiro”. Crendice popular ou não, os fiéis passam os treze dias de orações e mais os 5 dias de festa amarrando seus pedidos no Santo, geralmente para amor e saúde, já que Santo Antônio é também conhecido por ser “o santo das causas imediatas”.

<sup>2</sup> De acordo com dados da Defesa Civil.



Em 13 de junho, dia em que se comemora o Santo Antônio, é feita a distribuição dos pães, que os devotos colocam em potes de alimentos não perecíveis ou, até mesmo se alimentam. Neste dia, na porta da Igreja um fato chamou a atenção. A presença de Pai Ricardo de Ogum, que disse estar ali, pois tinha como missão ir para o Rio de Janeiro e no dia 13 de todos os anos estar na porta de uma Igreja de Santo Antônio dando o que ele chamou de “Axé”. Na manhã deste dia, logo após pegar o pão e assistir a Missa dos Devotos, muitos fieis paravam diante de Pai Ricardo de Ogum para “tomar o axé”. É um fato curioso e que mostra a diversidade religiosa local e da festividade. Não cabe ainda neste artigo falar sobre a representação de Santo Antônio em outras religiões, no entanto, esse é um fato curioso que deve ser ressaltado na etnografia da festa.

Na noite do dia 13 de junho a Procissão de Santo Antônio é o grande destaque. Os fieis seguem a imagem pelo calçadão da cidade. Neste momento avistei uma criança vestida de Santo Antônio. De acordo com a mãe, ela e o filho estavam pagando uma promessa, agradecendo ao Santo pela cura de uma enfermidade.

O Padre Renato Gentile destacou a importância da festa e o crescimento da Paróquia. De acordo com ele, a escolha de um Padroeiro Franciscano foi um presente deste grupo que circulava a cidade.

A Festa de Santo Antônio é assim. Um misto de devoção, festa, quermesse. Um misto de classes econômicas, grupos religiosos e pessoas que querem aproveitar uma quermesse. Não podemos afirmar que as 250 mil pessoas presentes ao longo dos 5 dias de festividades estavam presentes em devoção, afinal, alguns entrevistados que se denominaram “evangélicos” afirmaram que estavam na festa pelas comidas típicas, shows e não frequentaram as missas.

Considerando a importância e como a Festa de Santo Antônio influencia na dinâmica da cidade, desde sua organização até sua realização. Sendo assim, seria a Festa de Santo Antônio um Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade?





## UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

Na tentativa de responder brevemente a pergunta que finalizou a sessão anterior, considero importante traçar uma construção das políticas de patrimônio no Brasil. Existem vertentes diferenciadas quanto ao surgimento da categoria Patrimônio. De acordo com Arantes (2009, 11), “*os grupos humanos atribuem valor diferenciado a estruturas edificadas, ancoram suas visões de mundo, materializam suas crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva*”. Esta colocação do autor resume claramente a necessidade que surgiu acerca da preservação do patrimônio intangível, o patrimônio imaterial, ou seja, o saber fazer, práticas, rituais, comemorações, o registro do que não se pode tocar.

Com o passar dos anos e, após diversas pesquisas realizadas no campo do patrimônio, é perceptível o surgimento de suas diversas categorias. Além dos patrimônios materiais, também chamados de tangíveis ou “Pedra e cal” – os que corpificam, edificados –, surgiram outras categorias como do Patrimônio cultural, o patrimônio intangível e o patrimônio genético, os quais interagem entre si, dialogando também com o patrimônio material.

É importante observar que conforme essas modificações ocorreram, foi necessário também que modificações jurídicas fossem realizadas, sendo criadas novas legislações, e Instituições como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), por exemplo, que ajudam a estabelecer “regras” de caráter mundial para definir o que é patrimônio em suas diversas formas de ser abordado.

Gonçalves (2009)<sup>3</sup> define a noção “patrimônio” como uma categoria universal. Está usando o “Patrimônio” como valor cultural, social. Pode-se discutir o que vai ser preservado, o que será definido como Patrimônio, no entanto, segundo o autor, é indiscutível que em toda sociedade o Patrimônio está presente, mesmo que ainda não seja reconhecido.

<sup>3</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “*O patrimônio como categoria de pensamento*”, in: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, RJ, 2ª Ed., DPA, 2009.



Patrimônio é um termo dos termos mais utilizados em nosso cotidiano, e para se chegar a essa conclusão é importante considerarmos as diversas formas as quais podemos pensá-lo. A noção de patrimônio está associada à ideia de propriedade. Etimologicamente, traduz a concepção de herança paterna. O sentido jurídico refere-se ao complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse, e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica. A partir disso, conclui-se que estamos tratando de uma categoria de Patrimônio a qual possui cunho mais pessoal. Além do Patrimônio Jurídico, é importante destacar que existem outras categorias de patrimônio também muito importantes, tais como: os chamados “Patrimônios da Humanidade”, o patrimônio tangível, o patrimônio intangível, o patrimônio genético etc.

Antes de caracterizar as demais categorias de patrimônio expostas além do sentido jurídico, é importante salientar que foi apenas a partir do ideário da Revolução Francesa que o significado de patrimônio se estendeu do privado, dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas para o conjunto dos cidadãos.

Então, outra categoria a qual considero fundamental a ser exposta nesse trabalho refere-se ao patrimônio material, também chamado de patrimônio tangível. Esta, que é uma categoria muito importante, abrange em sua conceituação o patrimônio edificado, é algo concreto inserindo-se assim, monumentos, prédios, edifícios, obras de arte, ou seja, bens que corpificam. Para se preservar essa categoria de patrimônio é feito o tombamento, ou seja, os bens são juridicamente preservados.

O Patrimônio Cultural é uma categoria bastante discutida. É importante ressaltar tal fato, tendo em vista que a produção de patrimônio cultural não está ligada somente à seleção de edificações, sítios e obras de arte.

Sendo assim, inserido no contexto do patrimônio cultural, e considerado uma presença recente em sua política, deve-se destacar uma nova categoria de patrimônio muito discutida e estudada ultimamente: o patrimônio imaterial, também chamado de patrimônio intangível, e, sendo oposto ao patrimônio material, relaciona os bens “abstratos” tais como ritos, mitos, festas, culinária, danças, tradições, costumes, música, esta é a forma de patrimônio que destaca o “saber-fazer”.



No entanto, embora de certa forma relacione os bens abstratos, não se pode afirmar que o patrimônio imaterial é um conjunto de abstrações, visto a notória necessidade de se haver suporte físico. Sendo assim, observamos que há também uma dimensão material e simbólica, ou seja, há presença de patrimônio material no patrimônio imaterial. O patrimônio intangível tem como características principais a transitoriedade e a fugacidade, não se materializando em produtos duráveis.

Fonseca (2009)<sup>4</sup>, cita o exemplo da arte dos repentistas: o cantador e o instrumento estão presentes fisicamente, mas há a capacidade dos cantadores de utilizarem o improviso, as técnicas de composição etc. Outro exemplo citado é a cultura corpórea indígena. Há o valor estético, mas há também, o valor, os padrões relativos àquela pintura são codificados pela tradição e funcionam como sinais distintivos entre membros do grupo. É uma prática ritual, cujo valor simbólico só tem sentido num determinado conteúdo.

Para se preservar o patrimônio intangível, é feito o seu registro e não o tombamento, pois esta é uma prática de preservação a qual está inserido o patrimônio material. Já nos registros, há a presença de escritos, sonoros, visuais etc.

Outra categoria de patrimônio muito discutida está relacionada ao patrimônio genético. Esta categoria está intimamente ligada ao patrimônio intangível e dizem respeito a um momento de redirecionamento das preocupações de ordem mundial.

A biodiversidade brasileira é muito grande. Apenas na Amazônia existem 20.000 plantas além das espécies vegetais, mamíferos, aves, répteis, insetos e peixes existentes na mata atlântica, no cerrado, no pantanal, na caatinga, nos manguezais, nos campos sulinos e nas zonas costeiras. Sendo assim, é importante ressaltar a Lei de Patentes, a qual permite que um princípio ativo, revelado pelo conhecimento tradicional da Medicina Botânica numa comunidade possa ser registrada como propriedade em outro país. Desta forma, os royalties pelas vendas de produtos jamais retornam a essas comunidades.

<sup>4</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. “*Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*”, in: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, 2<sup>a</sup> Ed., RJ, DP&A, 2009.



Segundo Abreu (2009)<sup>5</sup>, a questão do patrimônio apresenta-se como um espaço de conflitos e interesses contraditórios, ocorrendo pelo menos duas mudanças significativas: a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura.

Resalto então, a necessidade que se tornou cada vez mais latente de que fossem criadas políticas de patrimônio, legislações e instituições criadas para tratar a respeito de novas categorias de patrimônio que surgiram nos últimos anos.

No Brasil, Mario de Andrade exerceu forte influência sobre a instauração do patrimônio imaterial, elaborando um projeto para o Serviço do Patrimônio Artístico nacional em 1936. Foi ele quem criou alguns critérios para atribuir valor cultural ao patrimônio imaterial, sendo eles: premiações, referências em textos de História da Arte ou de crítica, integração em coleções particulares, principalmente de museus, divulgação em exposições etc<sup>6</sup>.

É importante destacar que a preservação do Patrimônio pode ser feita através do tombamento dos bens ou de seu registro. O tombamento está diretamente ligado ao plano material tendo sido criado em 1937 pelo Decreto-Lei 25. Para o patrimônio imaterial são feitos registros, os quais Mario de Andrade foi pioneiro, já que documentou manifestações dessa natureza ao longo de sua vida.

A maior abrangência de conceituação de patrimônio abriu espaço não apenas para a cultura popular, mas também para os “bens imateriais” que além de serem uma categoria de difícil definição, tem sentido somente se significarem uma prática regular. A nova política de patrimônio do IPHAN, o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, como cita Oliven (2009)<sup>7</sup> “*institui o Registro de bens Culturais da Natureza Imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e da outras providências*”. Este Instituto de Registro não é apenas um instrumento análogo de tombamento e sim um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. Os bens selecionados são registrados em livros, onde cada categoria de patrimônio cultural tem sido registrada em um livro específico.

<sup>5</sup> ABREU, Regina. “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio”, in: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, RJ, 2ª Ed., DP&A, 2009.

<sup>6</sup> Ver CHAGAS, Maurício. “*Patrimônio Cultural*”, in: TINOCO, Livia Nascimento. ANDRADE, Ricardo Rangel de. e PAIVA, Salma Saddy Wares de, *O ministério Público do Patrimônio Cultural*, Goiânia, ICBC, 2004.

<sup>7</sup> OLIVEN, Ruben George. “*Patrimônio intangível: considerações iniciais*”, in: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos, 2ª Ed.*, RJ, DP&A, 2009.



Este registro deve ser feito no mínimo a cada dez anos, afinal, essa categoria de patrimônio admite mutações culturais que podem ocorrer ao longo do tempo, sendo assim, os registros devem ser feitos considerando essa dinâmica do patrimônio imaterial.

Além de Mario de Andrade, outra personalidade influenciou na sedimentação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães com as experiências que realizou no Centro Nacional da Referência Cultural (CNRC) e na fundação nacional Pró-memória.

Vale nesse item ressaltar que Gonçalves (2002)<sup>8</sup> aponta uma aproximação das ideias de Aloísio Magalhães com as ideias do projeto original de Mário de Andrade, de 1936, que segundo Aloísio não estavam sendo utilizadas pela instituição até então.

A proposta de Aloísio para o patrimônio cultural brasileiro se deu no sentido de substituir o “patrimônio histórico e artístico” implementada anteriormente por Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>9</sup>, pela noção de “bens culturais” tendo como propósito *“identificar e preservar o caráter nacional brasileiro de forma que o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico possa prosseguir sem que isso represente uma perda de autonomia cultural frente aos países do primeiro mundo.”* (GONÇALVES, 2002, 51).

Uma mudança muito importante que ocorreu nas Políticas de Patrimônio está relacionada à atualização no artigo 216 da Constituição Federal<sup>10</sup>, o qual ampliou o conceito de patrimônio incluindo não apenas os bens de natureza material, mas também os de natureza imaterial sendo definido o que é considerado Patrimônio Cultural Brasileiro.

Pode-se perceber então que ultimamente estão sendo implantadas não apenas no Brasil, mas no Mundo, diversas políticas de patrimônio. A importância de preservar é cada vez maior e está cada vez mais ligada a consciência de importância da diversidade. A inserção do patrimônio intangível é fundamental para a construção de uma identidade nacional.

<sup>8</sup> GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002.

<sup>9</sup> Segundo Gonçalves (2002), o discurso de Rodrigo aponta para a ideia de conscientização da preservação, sendo importante dar destaque também à ideia de “causa do patrimônio”.

<sup>10</sup> Ver CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 09/07/2013.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero importante que se destaque o quanto a Festa de Santo Antônio se insere na vida das pessoas. Muitas histórias de vida foram relatadas, muitas pessoas que já foram “barraqueiros”, que conheceram seus maridos e esposas, que pagam promessas. De alguma maneira, integra a vida cotidiana da população, é esperada, desde as ações religiosas que lota a igreja de fieis durante as atividades que se iniciam no dia 31 de junho na “Trezena de Santo Antônio” até o último dia de festa.

È importante ressaltar, que existe uma espécie de ritual que envolve essa comemoração: se inicia pela “Trezena de Santo Antônio”, as barracas, o jantar dos namorados no dia 12 de junho e reafirmação de votos dos casais; uma série de missas que se iniciam na manhã do dia 13 de junho – dia de Santo Antônio –; distribuição do pão de Santo Antônio entre outras ações que acontecem na cidade durante a semana em que o Santo é comemorado. Deste modo, considero importante o debate acerca da patrimonialização da festa na cidade, tanto pela tradição das ações que acontecem quanto pela importância e influência concedida tanto pela igreja, quanto autoridades e, bem como e, principalmente, a população.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio, *in*: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, RJ, 2ª Ed., DP&A, 2009.
- ARANTES, Antônio A. Patrimônio Cultural e Cidade. *In*: FORTUNA, Carlos. LEITE, Proença Rogério. (Orgs) *Plural Social: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra, 2009.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993;
- CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.





CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, Maurício. “Patrimônio Cultural”, *in*: TINÔCO, Livia Nascimento. ANDRADE, Ricardo Rangel de. e PAIVA, Salma Saddi Wares de. *O ministério Público do Patrimônio Cultural*, Goiânia, ICBC, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *in*: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, 2ª Ed., RJ, DP&A, 2009.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *in*: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, RJ, 2ª Ed., DPA, 2009.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O (bom e velho) Caderno de Campo*. Sexta Feira (São Paulo), São Paulo, v.1, 1997.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *in*: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª Ed., RJ, DP&A, 2009.

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. *American Journal of Sociology*, XX (março, 19), pp. 577-612.



## PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM UM MUSEU DE TERRITÓRIO: O CASO DO MUSEU DE FAVELA

RODRIGUES, Fernanda da S. F.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*  
*fernanda\_sfrodrigues@hotmail.com*

286

### RESUMO

O conceito de museu vem se transformando nos últimos tempos. Novos tipos de museu vêm surgindo, principalmente com o reconhecimento da chamada Nova Museologia. Neste contexto, se insere o Museu de Favela (MUF), ONG e museu comunitário e de território, localizado nas favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, no Rio de Janeiro. Este artigo visa apresentar os letramentos utilizados pelo MUF, expressos através do *graffiti* e do *rap*, a partir dos Novos Estudos de Letramento. Estes letramentos demonstram a identidade local e diante disso busca-se perceber em que medida a utilização deles se configura como uma vanguarda por parte do museu e que implicações ela pode trazer para uma instituição museal que em sua concepção original trabalha com o tripé conservar-preservar-restaurar. A metodologia utilizada engloba a pesquisa bibliográfica e a técnica da observação participante que foi realizada em período de trabalho na instituição.

**Palavras-chave:** Museu de Favela. Memória. Letramento.

### ABSTRACT

The concept of the museum has been transformed in recent times. New types of museum are emerging, especially with the recognition of the New Museology. In this context is inserted the Museu de Favela (MUF), a NGO and community territory museum, located in the slums Pavão, Pavãozinho and Cantagalo, in Rio de Janeiro. This article aims to present the literacies of the New Literacy Studies used by MUF, expressed through graffiti and rap. These literacies demonstrate the local identity, and before that, it is intended to understand the vanguard aspect of using them, and what implications this can bring to a museum institution that was conceived with the tripod conserve-preserve-restore. The methodology used includes a literature survey and participant observation, conducted during a job done for the institution.

**Key-words:** MUF. Memory. Literacy.

### INTRODUÇÃO

O conceito de museu está em movimento, vem se transformando nos últimos tempos. O museu, local onde as memórias construídas e reconstruídas ganham espaço, onde ficam materializados os resultados de lutas simbólicas, de disputas para ver que história prevalece, aquela que será digna de ser a “oficial”, tem ganhado novos formatos e objetivos.



No ano de 1972, é organizada a Mesa Redonda de Santiago do Chile, sob a influência de discussões da UNESCO sobre o papel e função do patrimônio na sociedade e permeada pelos questionamentos de Maio de 68 sobre a função dos museus em uma sociedade em constante mudança. Nesta mesa foi produzido um documento inovador de grande importância para a museologia, o qual prima por uma ação museológica comprometida com questões sociais, econômicas, educacionais e políticas. O documento ainda alerta sobre o papel político do museólogo e reconhece a importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do patrimônio cultural (PRIMO, 2011).

Ainda segundo os pressupostos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1984, foi elaborada a Declaração de Quebec, onde é feito o reconhecimento da “Nova Museologia” e em decorrência é criado após um ano, em 1985, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Em 1984, também foi elaborada a Declaração de Oaxtepec que assume um trinômio de base para uma nova ação museológica, sendo ele: patrimônio-território-população. Este texto ainda se refere a ecodesenvolvimento (PRIMO, 2011).

Este trinômio, uma nova concepção de museu que substitui público-coleção-edifício foi desenhado ainda nos anos setenta por Hugues de Varine-Bohan. Essa concepção museal, sustentada por Hugues e outros praticantes da museologia, é utilizada ainda hoje, sob a forma do seguinte quadro comparativo (CHAGAS, 2003):

<p><b>Museu tradicional = edifício + coleção + público</b></p> <p><b>Ecomuseu/Museu novo = território + patrimônio + população</b></p>
--

O campo museal está em movimento, assim como o domínio patrimonial. Aqui reafirma-se as ideias de Mário Chagas, quando ele diz que:

O que está em jogo nos museus e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação. E por tudo isso interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles e a partir deles. (CHAGAS, 2003, p. 59)

Neste contexto de mudanças na área museal, se insere o Museu de Favela (MUF), ONG e museu comunitário e de território (categorias nativas), localizado nas favelas Pavão,



Pavãozinho e Cantagalo na Zona Sul do Rio de Janeiro. Minha relação com este museu começa enquanto estudante de graduação do Curso de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde fui bolsista de extensão do Projeto Turismo no Museu de Favela (TURISMUF) no ano de 2010. O Circuito Casas-Tela, principal acervo do museu, mostrou-se como um objeto de estudo instigante, constituindo meu estudo de caso na monografia da graduação. Este é um circuito de *graffiti*, onde casas de moradores das comunidades têm suas fachadas grafitadas retratando as memórias, histórias e cultura local.

Depois de formada, tive a oportunidade de retornar ao MUF em 2013. Fiz parte da equipe nomeada “Equipe PEDIMUF”. PEDIMUF é a sigla utilizada para Plano Estratégico e de Desenvolvimento Institucional do Museu de Favela. Este plano de duração de dois anos, com vistas a encerrar em 2015, tem como objetivo o treinamento e qualificação dos gestores e equipe do Museu de Favela, sendo eles em sua maioria moradores das comunidades Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. A Equipe PEDIMUF era composta inicialmente por profissionais de diversas áreas. Atuei como turismóloga na primeira fase do projeto (duração de quatro meses) que tinha por objetivo a Elaboração do Manual de Sistemas e Procedimentos de Gestão do MUF e meu principal objetivo era fazer a parte deste manual que correspondia ao turismo/visitas ao museu. Durante o processo de produção do manual, participei de diversas reuniões juntamente com a Equipe PEDIMUF, com os diretores do MUF, acompanhei diversas visitas de turistas, estudantes e pesquisadores ao museu, em especial ao seu principal circuito e acervo: o Circuito Casas-Tela.

Todo esse breve percurso se faz necessário, pois ele teve grande influência sobre o meu olhar perante o Circuito Casas-Tela e sobre o “jeito MUF de musealizar”. Seguindo os pressupostos de Gilberto Velho (2013), afirmo que o que antes me parecia familiar, na realidade não era conhecido. Minha vivência na instituição foi essencial para novas reflexões. O MUF se utiliza de formas de letramento que fogem aos cânones, como o *rap* e o *graffiti*, que seriam originários de uma diáspora negra. Ele coloca as intenções do museu na forma de um *rap*, o *Rap* do MUF. O *graffiti* vem sendo considerado sob uma nova perspectiva no Circuito Casas-Tela, qual seja: tem uma importância para a afirmação da identidade das comunidades. Entra então em cena a tentativa de lhe dar durabilidade, através de possíveis restauros e daí decorrem inúmeras questões. Dentre estas, destaco as seguintes: Restaurar *graffiti*? Seria o MUF pioneiro? Visualizei também outros modos de pensar e produzir essa arte, intervenções na



própria intervenção, dentre outras situações. Quais implicações surgem a partir da entrada do *graffiti* em um museu de território? Ao passar por processos de restauração o *graffiti* perde sua originalidade e deixa de ser *graffiti*? O MUF tem quebrado paradigmas e experimentado novas formas de musealização. Ao restaurar *graffitis* o MUF está quebrando novos paradigmas? O que determina a efemeridade desta arte? Em que medida o restauro do *graffiti* pode se configurar como uma valorização desta modalidade artística e do próprio artista? Ao possuir a memória da comunidade em seu conteúdo, como fica a questão da autoria das obras de arte? As obras são da comunidade ou dos artistas?

Diversos são os questionamentos. Este trabalho visa apresentar os letramentos utilizados pelo Museu de Favela como letramentos que demonstram a identidade local e a partir disso, perceber em que medida a utilização deles se configura como uma vanguarda por parte do museu e que implicações ela pode trazer para uma instituição museal que em sua concepção original trabalha com o tripé conservar-preservar-restaurar. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e foi utilizada a técnica da observação participante no tempo em que trabalhei no MUF. Ressalto que o artigo apresenta mais questionamentos do que respostas, já que constitui parte de minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que ainda está em andamento.

A escolha da observação participante se deu, pois a experiência e testemunho são a fonte do conhecimento do etnógrafo: ele está ali. Esta técnica consiste em observar sistemática e controladamente tudo o que acontece em torno do investigador e participar em uma ou várias atividades da população. Sob a perspectiva da observação, o investigador está sempre alerta, pois ainda que participe, o faz com a finalidade de observar e registrar os momentos e eventos distintos da vida social. A presença direta é um aporte valioso para o conhecimento social pelo fato de evitar algumas mediações, ela oferece ao investigador o real em toda a sua complexidade. É importante salientar que a participação nunca é total, a não ser em casos que o investigador adote como campo um referente de sua própria cotidianidade (GUBER, 2011).

É importante salientar que este trabalho se configura como uma interpretação, com a minha subjetividade como pesquisadora presente, sendo ele uma versão que pode vir a concorrer com outras. Além de mim, outros pesquisadores podem enxergar o Circuito Casas-Tela como familiar e querer investigá-lo sob diversas perspectivas, o que de certa forma é positivo para rever e enriquecer os resultados de pesquisa (VELHO, 2013).



## O JEITO MUF DE MUSEALIZAR

Fundado em 2008, o Museu de Favela teve origem no PAC com apoio de sua Base de Inserção Social, conhecida como BISU. No Rio de Janeiro, além das obras, o PAC possuía de 3% a 10% de seus recursos destinados para o “PAC Social” que seriam projetos sociais implantados nas favelas. Em Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, o PAC Social teve como principal objetivo a criação do Museu de Favela e o desenvolvimento turístico das comunidades (MORAES, 2011).

O MUF é um museu que surgiu da união de moradores da comunidade que viram na memória social uma oportunidade de transformação social. Resolveram investir então nos “passados presentes” (HUYSSSEN, 2000).

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX. (HUYSSSEN, 2000, p.9)

Ele é um museu de território (a céu aberto) e comunitário. Mário Chagas ressalta que os museus comunitários valorizam as pessoas, as comunidades e o desenvolvimento local sustentável. Os acervos, as coleções, o patrimônio, os locais são importantes, mas se configuram como pretexto para o desenvolvimento comunitário (CHAGAS apud MORAES, 2011, p.1).

É o primeiro museu territorial integral do Brasil e é utilizado pelos moradores como uma ferramenta para o registro de memórias e desenvolvimento local. O MUF encontrou um “jeito” único, peculiar de musealização, os diretores do museu falam em “Jeito MUF de musealizar”, dizem não ter medo de errar, por isso estão o tempo todo “experimentando”. No MUF, todo o território, as pessoas que vivem nele e seus modos de vida são acervos.

Da lógica de “experimentação” dos diretores do museu, surge o principal acervo da instituição: o Circuito Casas-Tela. Um circuito de memórias grafitadas, memórias dos moradores mais antigos da comunidade que foram retratadas nas fachadas de algumas casas das favelas, uma verdadeira galeria de obras de arte a céu aberto. É importante salientar que para





ocorrer a pintura das casas, há todo um processo de mediação entre o morador da casa, o museu e os artistas, onde se discute o conteúdo que será tratado na obra. As memórias dos idosos foram resgatadas através de entrevistas realizadas pelos membros do museu.

As Casas-Tela começaram a ser pintadas no ano de 2010 e a idealização do circuito foi de Carlos Ezquivel Gomes da Silva, mais conhecido como ACME (nome artístico e pelo qual ele é reconhecido pelos demais grafiteiros), grafiteiro, coordenador do projeto e então presidente do MUF e Rita de Cássia Santos Pinto, radialista, jornalista, líder comunitária atuante e diretora do museu até o presente, ano de 2014. ACME deixou a presidência do MUF.

A confecção destes painéis nas Casas-Tela foi feita por ACME com o apoio de outros artistas. Muitos artistas não são moradores da comunidade, mas por meio de conversas com os moradores e orientados por ACME, seguindo as temáticas das entrevistas confeccionaram as obras. Em 2014, o acervo é de 27 Casas-Tela, o MUF conquistou através de outros financiamentos novas obras de arte. Inclusive, há uma Casa-Tela que foi pintada durante o Encontro Nacional de Estudantes de Arte (ENEARTE) de 2012 pelos alunos, através de mediação com moradores. Todo o trabalho do MUF se baseia em mediação, o museu considera que se algo não é bom para o morador, não tem porque ser feito.

Sobre o processo de criação das Casas- Tela, Moraes diz:

No processo de criação do grafite que é ao ar livre, o artista pinta com pessoas passando na rua; a pintura, que é feita de dia, a noite ganha um novo efeito inesperado até para o artista, com uma iluminação especial para a casa, e o mesmo acontece quando a pintura é feita à noite e de dia ganha novos coloridos. A isto podemos acrescentar ainda a novidade de grafites nas paredes de casas, paredes que têm portas e janelas, que quando o morador aparece na porta ou na janela, passa a fazer parte da tela e a modifica – é o que os diretores do MUF chamam de “pintura viva”.

As Casas-Tela surgem assim, como um projeto que une a cultura *hip hop*, a memória, e torna-se um potencial atrativo turístico, para um museu de território / comunitário, na medida em que sua exposição é a céu aberto e viva, como desejam os diretores do MUF. (MORAES, 2011, p. 04)

É interessante notar que o MUF se utiliza de dois elementos originários da cultura *hip hop*: o *graffiti* e o *rap*. Além das Casas-Tela, o MUF possui um hino, chamado “*Rap do MUF*”, composto em 2008 por ACME e Aline Silva (Afrolady). Este hino mostra a grande diversidade cultural deste museu territorial, fala sobre turismo e sobre as memórias que estavam omissas.

O Museu descreve o conteúdo do circuito Casas-Tela em seu site da seguinte forma:



O propósito das obras de arte é contar a história e a saga das memórias das 3 favelas que compõem o território, desde os escravos fugidos que se acoitavam no Maciço do Cantagalo, as primeiras construções de barracos nos idos de 1907, até os dias de hoje, quando 20 mil moradores domiciliados nesse novo museu territorial a céu aberto lutam contra a segregação social das favelas no contexto da Cidade do Rio de Janeiro e pela sua inclusão funcional urbana e sócio-econômica no contexto de Ipanema e Copacabana, destinos turísticos mundialmente famosos. (MUSEU DE FAVELA, 2013)

O circuito Casas-Tela é um misto cultural que se divide em quatro temáticas de conteúdos de memórias: 1) Origem e História, 2) Lazer, Cultura e Convivência, 3) Dificuldades de Sobrevivência e 4) Pontos Históricos.

Diversos assuntos são tratados nos conteúdos de memória das Casas-Tela: migrações, religiões, costumes e tradições, festas, música, tragédias, dificuldades, dentre outros. Elementos das culturas nordestina, mineira, carioca, há espaço para tudo nas Casas-Tela, recorrendo à mediação já exposta anteriormente. Algumas Casas-Tela contam ainda com estrofes de cordel características da cultura nordestina, origem de vários moradores, em especial aqueles do lado de Pavão e Pavãozinho. O MUF nos diz que as rimas dos *rappers* de hoje se confundem com as rimas dos repentistas nordestinos e inspirado nisso, ACME que também é *rapper*, compôs os versos.

O MUF possui um papel de vanguarda e serve de incentivo para iniciativas similares. Ele é palco de representações identitárias e traz à tona memórias subterrâneas. Memórias de minorias que de alguma forma conseguem se expressar e conquistar seu espaço na sociedade. O PAC surgiu em determinado momento para as comunidades de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, como uma oportunidade das memórias que estavam subterrâneas se mostrarem através do museu. Com sua galeria de arte a céu aberto, o MUF faz com que suas memórias cheguem ao espaço público nas favelas e com isso consegue reivindicar seu direito à memória, como nos diz Michael Pollak, “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória” (POLLAK, 1989, p.05). No MUF essas reivindicações tangem ao direito à memória, à identidade coletiva, à cidade.

As exposições do MUF ajudam a manter a coesão das comunidades fortalecendo assim as identidades individual e coletiva, afinal, “O que está em jogo na memória é também o sentido



da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p.10). Muitos jovens passam a se reconhecer na memória dos moradores mais antigos das comunidades. Talvez sem o trabalho do museu, algumas memórias se perderiam com o tempo, não haveria maior coesão e um sentimento de pertencimento e identidade coletiva.

O MUF enfrenta diversos desafios como preservação/conservação das obras a céu aberto devido às ações climáticas, à efemeridade da própria arte urbana que inclusive é defendida por muitos grafiteiros, intervenções feitas pelos próprios moradores em suas casas através de obras (acrescenta-se uma janela, porta) e por crianças que muitas vezes inspiradas ao verem a pintura ser feita querem também ser artistas. Este último ponto é relevante ao se pensar que a arte de rua convida ao diálogo e que a parede e o muro o tornam mais acessível. Todas essas questões apresentam-se como desafios, até mesmo pelo fato dessas intervenções serem inerentes a um museu vivo. Todos: moradores, casas, cultura, memórias, território são acervo. Seriam desafios a serem vencidos ou a serem compreendidos?

## LETRAMENTO, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO MUF

O *graffiti* (arte espalhada nos muros da cidade) e o *rap* (ritmo e poesia regido pelo Mestre de Cerimônia – MC), elementos do movimento *hip hop*, são utilizados pelo Museu de Favela, como visto anteriormente. Além desses elementos artísticos, o movimento *hip hop* possui outros dois, a saber: o *breakdance* (dança conduzida por corpos e atitudes de dançarinos conhecidos como B-boys e B-girls) e o disc-jóquei – DJ (responsável pelas mixagens). Essa cultura constituiu-se na década de 70 nos guetos negros de Nova York e no Brasil ganhou visibilidade na década de 80, em São Paulo. O *rap* é uma música de origem negro-diaspórica, advinda principalmente dos povos da África, Griots (contadores de histórias), e da América Central (PIMENTEL, 1997).

Estas expressões artísticas podem ser vistas como práticas de letramento constituintes das identidades de quem as pratica. Para tal perspectiva, adoto para este trabalho os Novos Estudos de Letramentos que compreendem as práticas de letramento como múltiplas e historicamente situadas. Estas são heterogêneas pois são modeladas e construídas culturalmente de forma que estão relacionadas aos papéis e lugares sociais ocupados na sociedade (BARTON e HAMILTON, 2000; STREET, 1997). Barton e Hamilton (2000) nos dizem que o letramento é



melhor compreendido como um conjunto de práticas sociais, observáveis em eventos mediados por textos. Também dizem que há diferentes letramentos associados a diferentes domínios sociais e que as práticas de letramentos se transformam. Neste sentido, visualizar o caráter social e plural das práticas de letramento, faz com que não se valide somente as práticas adquiridas por meio de processos escolarizados, mas também as adquiridas em processos e espaços de aprendizagem em diferentes esferas do dia-a-dia. Em muitos eventos de letramento há uma mescla da escrita e da fala, a integração de vários tipos de linguagem, matemática, áudio-visual, notação musical, dentre outros.

Os Novos Estudos de Letramentos propõem um modelo de letramento ideológico em contraposição a um modelo de letramento autônomo. Esse modelo que compreende o letramento como prática social, não o vê apenas como uma habilidade técnica e neutra. O letramento não pode, como indica o modelo autônomo, ser simplesmente “dado” aos sujeitos; ele deve sim ser reformulado, reapropriado diferentemente de acordo com o contexto em que estiver inserido e com a identidade dos sujeitos de uma comunidade. É preciso compreender que as práticas de letramento são ligadas às estruturas culturais e de poder na sociedade e reconhecer a variedade de práticas culturais associadas à leitura e escrita em diferentes contextos (STREET, 1997). É importante salientar que Street (1997) diz que utiliza o termo “ideológico” para descrever essa abordagem, ao invés de outros como “cultural”, “sociológico” ou “pragmático” porque este termo sinaliza bastante explicitamente que as práticas de letramento são aspectos não apenas da “cultura”, mas também das estruturas de poder.

Em sua tese de doutorado, Ana Lúcia Silva Souza, ao tratar os elementos da cultura *hip hop* como “letramentos de reexistência” afirma que “uma das marcas da cultura *hip hop* a ser destacada é a intimidade com que esta combina e recombina, sem hierarquizar, os multiletramentos em produções que mesclam mídias orais, verbais, imagéticas, analógicas e digitais” (SOUZA, 2009, p. 31).

Neste sentido, as Casas-Tela são um misto de linguagem icônica e textual, uma vez que possuem imagens, dizeres inspirados na literatura de cordel e outros textos. Seguem alguns exemplos de textos contidos nos *graffiti* e suas respectivas fotografias:



### CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 285-304

Cada passada  
De perna cansada  
Vira uma tonelada  
Até chegar na minha casa.



Figura 1 Casa-Tela 3 "Caixote, Bica e Lata D'água na cabeça". Foto: Fernanda Rodrigues, 2013.

295

Tinham os donos da luz  
E também os donos da água  
Bicos e gatos fez jus  
Dando acesso as casas  
Um pequeno mutirão  
Fez a associação  
De moradores fundada  
Velório era gurufinho  
Dia e noite brincadeiras  
Para espantar a tristeza  
Chá com bolo e bebedeira  
Forró e samba canção  
Calango na palma da mão  
Canta em volta da fogueira



Figura 2 Casa-Tela 7 "Da escuridão à luz elétrica". Foto: Fernanda Rodrigues, 2013.

O grafite é um texto multissemiótico, que mescla o verbal e o não verbal, com diferentes técnicas e estilos para intencionalmente interferir na paisagem urbana. O *hip hop* é a forma do grafiteiro ou da grafiteira pintar temáticas que sejam significativas no momento em que se vive. Classicamente os trabalhos





apropriando-se dos muros e fachadas nas ruas são utilizados para “mandar a sua mensagem”. (SOUZA, 2009 p. 83)

Além dos escritos das Casas-Tela, há todo o seu conteúdo de memórias que de certa forma narram uma história. As imagens são também uma narrativa, uma linguagem, como dito anteriormente, uma forma de “mandar a sua mensagem”. É interessante notar que até mesmo as Casas-Tela que retratam tragédias e questões relativas às dificuldades de sobrevivência são donas de um colorido exuberante. A Casa-Tela 2 “A ponte de Monet na dificuldade de sobrevivência”, por exemplo, tinha como objetivo retratar a falta de saneamento básico da comunidade e seriam pintados esgotos a céu aberto, valas e uma pinguela. A moradora discordou e para mediar uma solução, ACME inspirou-se na tela do pintor impressionista Monet intitulada “Ponte Japonesa”, de 1899. A vala ficou azul e a pinguela virou uma ponte colorida. A escolha das cores pode ser vista também como uma linguagem, uma forma de mostrar uma favela colorida, diferente da estigmatizada pela mídia.

296



Figura 3 Casa-Tela 2 "A ponte de Monet na dificuldade de sobrevivência". Foto: Fernanda Rodrigues, 2013.





O Museu de Favela ainda faz outras marcações no território museal. No decorrer do circuito há mãos abertas pintadas com uma descrição para guiar as pessoas pelos *graffiti*, são as placas das “mãos hospitaleiras”. A mão aberta representa a receptividade. Interessante notar que o roteiro é contado por passos e isso pode também ser percebido durante o caminho através de pinturas, como “Passo 1662”. Há também marcações no chão e paredes que guiam as pessoas até a Base Operacional 1 do museu (local onde ocorrem as atividades administrativas, alguns eventos e onde fica localizada uma lojinha de souvenir).

297



Figura 4 Mão Hospitaleira que indica a direção das Casas-Tela de Pontos Históricos. Foto: Fernanda Rodrigues, 2013.



Figura 5 O circuito Casas-Tela é contado por passos e são feitas marcações no território museal. Foto: Fernanda Rodrigues, 2013.

O *graffiti* no Circuito Casas-Tela é utilizado como uma forma de registro e construção da memória coletiva das favelas. Para Halbwachs (2006) a memória coletiva é conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo.



A memória tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais e são eles que permitem que além de uma memória individual, tenhamos também uma memória coletiva, com um caráter familiar, grupal, social. A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado só o que ainda está vivo ou que é capaz de viver na consciência de um grupo. Ou seja, nem tudo que ocorreu no passado é preservado. Outra característica deste tipo de memória é que ela vive em constante transformação, está sempre se redefinindo. As Casas-Tela fortalecem um sentimento de pertencimento e uma identidade das favelas em questão pois refletem aspectos memoriais construídos para não se perder valores considerados importantes para aquelas comunidades. Dessa forma, entende-se os aspectos memoriais retratados nas Casas-Tela como o registro de uma perspectiva de memória, resultado de disputas e conflitos diversos que geraram um processo de construção de uma memória coletiva que supostamente representaria aquela comunidade de uma maneira homogênea.

Sabemos que não podemos considerar os membros de cada sociedade como elementos de uma cultura homogênea, com uma única identidade distinta e coerente, já que a globalização da economia e dos símbolos tiraram a verossimilhança desta forma de se legitimar a identidade (LOPES, 2011). As Casas-Tela pretendem sim demonstrar uma identidade de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, porém esta é resultado de disputas, inclusive na hora da escolha do que será grafitado na casa do morador. Memória e identidade são resultado de um jogo de poder. Mesmo diante disso, o museu pretende reafirmar uma “identidade da favela” através de suas memórias que teriam sido sempre excluídas e marginalizadas.

É preciso lutar pela identidade e protegê-la lutando mais e mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a “verdade” sobre a fragmentação, a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprida e silenciada temporariamente. (LOPES, 2011, p.82)

O *rap* do MUF, hino da instituição, é um misto de mídia oral, analógica, etc. É necessário pensar as vozes da sociedade na totalidade de suas práticas, como aponta Jacob Mey: “Uma outra alternativa é pensar as vozes da sociedade incorporadas não somente aos textos orais ou escritos, mas à totalidade das práticas que compõem a vida diária de uma comunidade, uma vida pressuposta pela própria existência do texto” (MEY, 2001, p. 80). “Talvez seja hora de atentar para o fato de que nossa cultura está se transformando e de que a palavra escrita ou



falada está sendo tomada, em grande parte, por outras expressões: visuais, auditivas e até táteis” (MEY, 2001, p. 141).

O MUF parece ter a intenção de mostrar o *graffiti* e o *rap* como expressões que representam a cultura e identidade local de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. O *graffiti* pode ser visto como uma produção cultural característica de comunidades que vivem na periferia e que em sua origem sempre foi utilizado como forma de denúncia da exclusão social. Ele seria a reviravolta dos silenciados, que partem como minoria dentro do quadro de participação cultural no país para representar uma maioria esquecida ou ofuscada pela ótica dominante (SANTOS, 2010). Nesta perspectiva, a escolha do *graffiti* como manifestação artística predominante no circuito das Casas-Tela (há também arte *Naif*, que é uma arte primitiva feita por pintores autodidatas), se torna de extrema importância. Um circuito que visa à inclusão das memórias dos que sempre foram excluídos pela ótica da memória dominante, não poderia ter melhor expressão artística. Uma arte que por si só nasce das minorias que querem se expressar é a arte perfeita para representar as memórias de uma maioria esquecida, sua expressão, sua importância no contexto da cidade do Rio de Janeiro, afinal, favela também é cidade.

O *rap* com toda a sua base contestatória também se enquadra neste raciocínio. O *rap* do MUF traz à tona as vozes dos silenciados e já nos diz um dos objetivos deste museu em sua letra: “Trazendo à tona o que estava omisso”. Seu conteúdo trata sobre problemas sociais das favelas, cultura e arte que se produz no morro e que não é aquela da ótica dominante, mas que muitas vezes deixa os moradores do “asfalto” mais ricos. O *rap* mostra o turismo como uma alternativa de desenvolvimento local para as comunidades e ainda é perceptível em sua letra que apesar dos problemas e condições materiais da favela gerarem indignação, seus moradores possuem um enorme sentimento de orgulho e pertencimento. Segue trecho da letra (PINTO, SILVA e LOUREIRO, 2012, p.21):

Na falta de alternativa cê precisa  
Saber os porquês do que não se realiza  
Planos mal acabados, mal administrados  
Endureceu meu coração calejado

Pressão da polícia, plantação de malícia



Nem dá pra confiar no que vem de política  
Almas sebosas são venenosas e roubam  
As riquezas de almas esperançosas

Tem que usufruir da condição de cidadão  
Ir e vir, interagir de livre expressão  
Trazer à tona o que estava anônimo  
História quilombola agora é patrimônio

Valor biográfico em bilhares  
Estilos capilares, festas populares, nossos bailes  
Emoções, canções, pensões, bares  
Construção, tradições que dão identidade

Percebe-se neste trecho do *rap* mais uma vez a questão da identidade sendo levantada. O que seria essa identidade da favela? De acordo com a letra, parte desta identidade é expressa em estilos capilares, festas populares, bares, construções e tradições. Pode-se notar também neste trecho que há a utilização de palavras e concordâncias que não são aceitas pela norma culta do português como por exemplo a palavra “cê”, mas que são de uso frequente no dia-a-dia das comunidades.

Tanto o *graffiti* quanto o *rap* são práticas sociais correntes em Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, o que influencia os jovens a utilizarem estas formas de letramento. A uso da cultura *hip hop* pelo museu, pode ser interpretado como uma luta por significação, um circuito que mostra as histórias, memórias e cultura local demonstra também uma luta contra a criminalização das favelas, seus sujeitos, seus saberes, fazeres e práticas em geral. Esta é uma batalha de efeitos simbólicos e materiais. As práticas de letramento estão mudando de forma acelerada na sociedade contemporânea em resposta às amplas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas. Essas mudanças não ocorrem somente na educação, mas também no trabalho, na mídia e no dia-a-dia (BARTON e HAMILTON, 2000).

Uma vez que o museu utiliza essas práticas de letramento, ele acaba influenciando ainda mais a comunidade a utilizá-las e de certa forma, valida essas práticas adquiridas em processos



e espaços de aprendizagem em diferentes esferas do dia-a-dia que não as escolarizadas. Isso pode ser percebido em interferências que crianças fazem nas Casas-Tela com desenhos ou mesmo escrevendo seus nomes, demonstrando desta forma o desejo de também serem atores neste processo, de também deixarem suas marcas, suas memórias. Na Figura 6, pode-se visualizar na cor rosa o desenho de uma criança que segue o padrão do que estava no *graffiti*, uma vez que foram grafitadas casas.

301



Figura 6 Desenho de criança em meio à pintura da Casa-Tela. Foto: Fernanda Rodrigues, 2013.

Em relação ao *rap*, é comum encontrar na comunidade jovens que praticam o *freestyle*, um improviso onde o MC expressa o que sente sobre determinado assunto.

O MUF é muito visitado por turistas estrangeiros, jornalistas e pesquisadores e alunos de diversas universidades brasileiras e estrangeiras e se tornou referência na área de museologia social, tendo um papel de vanguarda. Ele já está inspirando outras iniciativas similares no país, fortalecendo assim as memórias de minorias que se encontravam subterrâneas diante de uma memória oficial e dominante. Neste sentido, o MUF tem tentado incluir as comunidades Pavão, Pavãozinho e Cantagalo e suas histórias e memórias, no contexto da cidade do Rio de Janeiro e o *graffiti* com seu caráter dialógico e expressivo vem contribuindo neste caminho de memórias.



Diante da importância do conteúdo de memórias das Casas-Tela, o *graffiti* do MUF ganha uma nova perspectiva, é valorizado. A partir disso, os diretores do museu começam a pensar em possíveis processos de restauração das obras de arte a céu aberto. Perderia o *graffiti* a sua originalidade ao ser restaurado?

O MUF com sua vanguarda na museologia social, se diz um museu que “experimenta” e que quebra paradigmas. A utilização dessas formas de letramento advindas do movimento *hip hop* pode ser considerada uma quebra de paradigma por parte do museu, porém, ao se pensar em restauração das obras de arte, o museu acaba se voltando para uma concepção de arte de um museu tradicional. Vasconcellos (2006) diz que os museus tradicionais são aqueles que desenvolvem seu trabalho a partir de um acervo constituído historicamente, e nas quais as ações estão voltadas para um público-alvo em um cenário reconhecido por esses visitantes. Os museus contemporâneos, em sua maioria, enquadram-se nesta categoria. As Casas-Tela são pinturas vivas e quando um morador aparece na janela, roupas são penduradas no varal, há a interferência de alguma criança ou uma obra na casa, as telas se modificam. Essas são dinâmicas que deveriam ser compreendidas como acervo do museu. Não basta apenas afirmar a ideia de que o museu é territorial e comunitário. A concepção mais tradicional estará sempre presente, uma vez que a ideia de museu é criada para conservar-preservar-restaurar. Sendo a memória socialmente construída e o *graffiti* uma arte efêmera, uma solução seria pintar novas telas ao invés de restaurar?

Outra questão a ser levantada é em relação à autoria das obras de arte: se a memória das comunidades está contida nessas obras, a quem elas pertencem? Aos artistas ou à comunidade? Se elas forem restauradas por um terceiro? A obra passa a ter um co-autor?

Percebe-se com esses questionamentos que por mais que o MUF construa esses letramentos, que já são práticas sociais legitimadas nas favelas em questão, em determinado momento eles se conflitam com concepções mais hegemônicas de arte e museu. Resta ao museu, em sua busca pela quebra de paradigmas, tentar mais uma vez “mediar” uma solução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do abordado neste artigo, pode-se perceber que as representações discursivas tanto no *graffiti* quanto no *rap* do MUF dizem algo sobre os atores sociais do território museal,





traçam seus modos de ser, seus saberes e fazeres, definem suas identidades e suas práticas sociais e servem como luta contra criminalização da favela trazendo à tona memórias subterrâneas.

Para compreender as práticas de letramento é necessário refletir sobre as próprias práticas do cotidiano que são norteadas pelo letramento e não somente as escolarizadas. É necessário entender os diferentes contextos culturais. As práticas construídas pelo MUF enquanto uma instituição museal contribuem para desestabilizar discursos já cristalizados onde as práticas validadas de uso da língua são apenas as do ensino formal. Neste sentido, o MUF contribui com uma nova visão legitimando os letramentos advindos do movimento *hip hop*. Este novo olhar museal pode incentivar iniciativas similares. O museu, assim como a escola, é um local de diferentes culturas e é importante que saiba dialogar com elas. O uso de novos letramentos se torna de extrema importância nesta perspectiva.

No caso do MUF, nota-se que apesar do museu ter optado pela utilização do *graffiti* e do *rap*, práticas sociais legitimadas em Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, como letramentos, ele acabou encontrando um grande desafio pela frente: os letramentos originários da cultura *hip hop* em determinado momento conflitam com concepções hegemônicas de autoria de arte e museu. Por mais que o MUF seja um museu de território e comunitário, ao pensar em restauração, sua concepção de arte esbarra com a concepção de arte de um museu tradicional. E agora Museu de Favela? Qual será a mediação?

## REFERÊNCIAS

- BARTON, David.; HAMILTON, Mary. Literacy practices. *In*: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz (ed.). *Situated Literacies*. Reading and Writing in Context. New York: Routledge, 2000. p. 7-15.
- CHAGAS, Mário. *A imaginação museal - Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. 307 p. TESE (Doutorado em Ciências Sociais): Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2003.
- GUBER, Rosana. *La etnografía*. Método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes, mídia, política, amnésia. *In*: HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000. p. 9-40.



LOPES, Adriana. C. *Funk-se quem quiser*. O batidão negro na cidade carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2012.

MEY, J. *As vozes da sociedade: Seminários de Pragmática*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MORAES, Camila. A Alegoria das Casas Telas: Turismo e Patrimônio no Museu de Favela. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 10 a 13 de julho de 2011. *Culturas, Encontros e Desigualdades*. Anais da IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. Curitiba: 2011.

MUSEU DE FAVELA. Favela Tour Cultural no Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Disponível em: <<http://www.museudefavela.org/pt/participe/favela-tour-roteiro-casas-tela>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2013.

PIMENTEL, Spency K. *O livro vermelho do hip-hop*. São Paulo: ECA/USP, 1997.

PINTO, Rita de Cássia. S.; SILVA, Carlos. E. G. da; LOUREIRO, Kátia A. S. (org). *Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela*. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, p. 3-15.

PRIMO, Judite. Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos. In: *Cadernos de Sociomuseologia – Questões Interdisciplinares na Museologia*, n. 41. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011, p. 31-44.

SANTOS, Thais M. Grafite: A leitura dos muros. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 25 a 27 de maio de 2010, Salvador.

SOUZA, Ana Lúcia S. *Letramentos de reexistências. Culturas e identidades no movimento hip hop*. Campinas: UNICAMP, 2009. 219. p. TESE (Doutorado em Linguística Aplicada): Universidade Estadual de Campinas, 2009.

STREET, Brian. Introduction: The New Literacy Studies. In: STREET, Brian (ed.), *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 1-21.

VASCONCELLOS, Camilo. de M. *Turismo e Museus*. São Paulo: Aleph, 2006. (Coleção ABC do Turismo)

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. p. 69-89.



## PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO

CASTELANO, Maria Carolina

*Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestranda em  
Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros  
carolarquiteta@uol.com.br*

LESSA, Simone Narciso

*Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2001)  
Professora de Ensino Superior da Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil  
monelessa@hotmail.com*

305

### RESUMO

O artigo discute as origens do conceito de patrimônio numa perspectiva histórica, seu papel no desenvolvimento urbano e para a cultura local. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde pretende-se apresentar a história do conceito de patrimônio e analisar sua relação no processo de intensa urbanização ocorrido no Brasil. Serão investigados os enfoques do patrimônio e sua relação com o desenvolvimento urbano, as políticas públicas de ocupação do espaço público, na forma da cidade, no meio ambiente, na mobilidade, assim como na qualidade de vida da população. O sistema capitalista tem também seu papel na estrutura do sistema político e do desenvolvimento em seu caráter industrial pelo qual está colocada nossa sociedade. O patrimônio cultural inserido neste contexto suscita diversas questões como preservação, sustentabilidade, identidade, memória, as quais estão relacionadas com a problemática do espaço urbano.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Cultural. Cidades. Espaço Urbano.

### ABSTRACT

The article discusses the origins of the concept of equity in a historical perspective, its role in urban development and local culture. It is a literature which is intended to present the history of the concept of heritage and examine their relationship in the intense urbanization process occurred in Brazil. The approaches of equity and its relationship with urban development, public policies of occupation of public space in the form of the city, the environment, mobility, and quality of life of the population will be investigated. The capitalist system also plays a role in the structure of the political system and development in its industrial character which is placed by our society. The inserted cultural heritage in this context raises several issues as preservation, sustainability, identity, memory, which are related to the problem of urban space.

**Keywords:** Cultural Heritage. Cities. Urban Space.



## INTRODUÇÃO

Neste artigo será tratado o conceito de patrimônio e sua relação com o espaço urbano, sendo apresentados e discutidos diversos conceitos, sempre apoiados na reflexão de um conjunto de importantes autores, alguns deles já clássicos, que abordaram em seus estudos temas relacionados: o patrimônio cultural, patrimônio sustentável, cidade, arquitetura patrimonial, desenvolvimento do espaço urbano, preservação do patrimônio, políticas públicas de planejamento e ordenamento territorial, mobilidade, sistema econômico e a perspectiva do Brasil frente à esses temas relacionados.

A partir do conceito de patrimônio e dos outros temas à ele relacionados, o objetivo deste trabalho é expor esses conceitos para refletir a questão do patrimônio inserido no contexto do desenvolvimento do espaço urbano. É uma pesquisa bibliográfica, na qual pretende-se mostrar a importância do patrimônio para a consolidação de um desenvolvimento sustentável para as cidades.

## DESENVOLVIMENTO

Patrimônio é um termo vindo do latim *patri* ("pai") e *monium* ("recebido"), historicamente estava ligado à herança. Patrimônio é tudo aquilo que nos pertence. É a nossa herança do passado e o que construímos hoje. É obrigação de todos nós, preservar, transmitir e deixar todo esse legado, às gerações vindouras.

É interessante entender sobre o termo monumento pois o mesmo será citado neste trabalho, e, sempre aparece na literatura relacionado à patrimônio: o termo monumento, do latim *monumentum*, derivou-se, na Antiguidade Clássica, de *monere* ("advertir", "lembrar"), isto é, aquilo que traz à lembrança alguma coisa. Choay (2006, p.18) assim o define: “chama-se a monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”.

A historiadora Françoise Choay resume a evolução pela qual tem passado o termo patrimônio ao longo do tempo, o qual foi tomando novos contornos à medida em que foi sendo empregada em diferentes contextos, em diferentes momentos. A grande dimensão que patrimônio histórico alcança atualmente é resultado da sua evolução para o conceito de patrimônio cultural nas últimas décadas.



Desse modo, será apresentado a evolução do conceito de patrimônio ao longo do tempo assim como os aspectos brasileiros referentes a esse tema, baseados na obra de Françoise Choay "*A alegoria do patrimônio*", em dados do IPHAN<sup>1</sup>, da UNESCO<sup>2</sup> e da legislação brasileira.

Patrimônio históricorefere-se a um bem móvel, imóvel ou natural, que possua valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico. A categoria histórica do patrimônio é representado pelas edificações.

O patrimônio histórico teve sua preservação iniciada com atividades sistemáticas no século XIX, após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, inicialmente para restaurar os Monumentos e Edifícios Históricos destruídos pela guerra.

Os primeiros conceitos para patrimônio foram elaborados pelo arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc sendo estes para a preservação e restauração de patrimônio edificado. Outras teorias foram importantes para o processo de preservação realizadas por nomes como o inglês Ruskin e o italiano Boito. Outra personagem importante foi o arquiteto e urbanista Gustavo Giovannoni, pois ele foi um dos precursores do restauro científico e da preservação de cidades históricas.

Em Roma, no ano de 1420, com o desenvolvimento de um clima intelectual em torno de ruínas antigas que falavam da história e confirmavam o passado fabuloso da cidade que se pretendia recuperar, esse ligou-se ao adjetivo histórico, sendo a partir de então entendido como obras arquitetônicas remanescentes de épocas passadas.

Os documentos relativos ao patrimônio cultural, editados pelo Instituto do Patrimônio na 1ª. Conferência Internacional para a conservação de monumentos históricos, ocorreu em Atenas, em 1931, promovida pela Sociedade de Nações. O produto dessa conferência foi a primeira das Cartas Patrimoniais editadas no século XX, que se configuram como "documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais". (IPHAN).

<sup>1</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



O entendimento ainda restrito, no entanto, começaria a mudar no período entre o fim da II Guerra Mundial e os anos 1960. Choay (2006, p.12); a partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem.

Esse alargamento de universo dos bens a serem protegidos, somou-se uma maior abrangência geográfica, principalmente a partir da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945.

Em 1964, na Conferência de Veneza, houve a participação de três países não-europeus: México, Tunísia e Peru. Já na Convenção de Paris, promovida pela UNESCO em 1972, oitenta países dos cinco continentes estavam presentes. Esse fato refletiu-se nos documentos de proteção produzidos a partir de então.

Ocorreu, portanto, a maturação dos vários conceitos e observações presentes nas Cartas Patrimoniais editadas ao longo de todo século XX. A UNESCO produziu, em Paris, em 1972, com a participação de várias nações, a *Convenção para a proteção do mundial, cultural e natural*. Esse documento foi um tratado internacional que reuniu um conjunto de dispositivos que trataram da identificação, a proteção e a preservação do patrimônio material, ou tangível de todo o mundo, considerado especialmente valioso para toda humanidade.

“A partir de 1975, na cena internacional é colocada a questão da integração – entre os conjuntos históricos e a vida coletiva de nossa época. Em 1976 a UNESCO adota uma recomendação relativa à proteção dos conjuntos históricos tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea.” (CHOAY, 2006).

As noções mais recentes sobre patrimônio são descritas por Figueiredo dessa forma:

A abordagem que se aproxima destas preocupações foi sistematizada sob a expressão “paisagem cultural”. Tal como preconiza a Recomendação R(95) do Conselho de Ministros da Europa de 1995, o novo conceito pretende congrega os vários aspectos e categorias correntes no campo do patrimônio, considerando a necessidade de superação da fragmentação ainda praticada. Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõe, ao passo que admite, as relações intrínsecas e inseparáveis entre as abordagens da história, da arte, da antropologia, da sociologia, da ecologia, da memória e da cultura, e suas correspondências no meio físico, seja na edificação ou no território, urbano, rural ou natural. (FIGUEIREDO, 2014).





O documento descrito acima recomenda a adoção destes pressupostos às políticas paisagísticas e de patrimônio e, recentemente, foi adotado pelo IPHAN por meio da *Carta de Bagé* (2007) e do instrumento da *Chancela da Paisagem Cultural* (2009). Neste aspecto de “paisagem cultural” deve haver, portanto um planejamento que integre gestão territorial com as políticas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

No que diz respeito sobre o patrimônio no Brasil tem-se que: o artigo primeiro do Decreto-Lei que criou no país, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual também compartilha a mesma visão, declarando que são essencialmente os bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis, o patrimônio histórico do país.

Segundo o Art. 1º. Do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A Constituição de 1976 determina no seu Artº 78 que "incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais promover a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum.", na qual incluem-se no patrimônio cultural, obras de arquitetura modernista e industrial (haja visto que anteriormente, as mesmas não eram consideradas).

Os bens culturais classificados devem ser protegidos e conservados, a Constituição de 1946 diz no seu artigo 175: "As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público."

A proteção dos bens culturais em território brasileiro está garantida pela Lei Federal nº 25, de 30 de Novembro de 1937, a qual define as regras do "tombamento" (inventariação) dos bens pertencentes ao "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", bem como a proteção a que esses bens ficam sujeitos no sentido da sua preservação e conservação. O órgão nacional encarregado de promover a proteção patrimonial é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



De 1.937 com o 1º. Decreto-Lei até a Constituição de 1988, ou seja, nesses 51 anos, o país sofreu intensas e velozes mudanças, transformando-se de rural em majoritariamente urbano, a Constituição de 1988 relativiza a noção de excepcionalidade, substituída em parte pela de representatividade e reconhece a dimensão imaterial, sendo assim, a denominação *Patrimônio Histórico e Artístico* é substituída por *Patrimônio Cultural*. O conceito é assim ampliado de maneira a incluir as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa mudança incorpora o conceito de referência cultural e significa uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento.

O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural: A Constituição de 1988 estabelece no seu Artº 216 que "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."<sup>3</sup>

O patrimônio cultural, portanto, trata-se de: o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Ele engloba vários elementos: têm-se os bens culturais e os bens naturais, dentre os bens culturais existem os bens imateriais e os materiais, e dentre os bens materiais têm-se os bens materiais móveis e os bens materiais imóveis.

Do patrimônio cultural fazem parte bens imóveis tais como castelos, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato. Nos bens imateriais considera-se a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes.

<sup>3</sup> Fonte: IPHAN.



Considera-se patrimônio cultural portanto: os monumentos. – obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos – grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os locais de interesse – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO).

Para a UNESCO, o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos, ela refere-se ao Patrimônio Cultural Mundial como sendo este, composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

A noção de patrimônio cultural formou-se como resultado de uma longa evolução, que se inicia por uma afeição de civilizações antigas por obras do passado, antes, chamadas de antiguidades, e, depois, de monumentos, estas obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceitua a história como uma disciplina. Esse sentido, mais tarde, resultaria na visão de patrimônio histórico, e, nas últimas décadas do século XX, na noção mais abrangente de patrimônio cultural.

No ano de 2003, foi realizada uma convenção onde trata-se especificamente sobre patrimônio cultural imaterial. Ele foi denominado de *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial*, composto por um conjunto de dispositivos que trataram da identificação, proteção e preservação dessa nova categoria de bens.

Segundo esta convenção, tem-se uma abrangência mais universal, os bens imateriais ou intangíveis consistem em: práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Ele é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua



interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO).

Hoje pode-se entender que o patrimônio cultural é um legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações (...) fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (UNESCO).

Em relação ao patrimônio cultural, é possível observar como a noção de sustentabilidade pode estar relacionada a ela, pois a sustentabilidade cultural ocorre quando há preservação de valores, estes que dão sentido e identidade a um grupo, resgatando a consciência de que o patrimônio cultural harmonizado com as necessidades da sociedade se torna um aliado para a manutenção da qualidade de vida pelo estímulo ao respeito à identidade de um povo e aos benefícios gerados pelo dinamismo urbano.

Durante o 3º. Encontro Nacional do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural, ocorrido em 2006 em Brasília, destacam-se algumas recomendações acerca deste tema, tais como:

A todo bem cultural há de ser dado um uso, que deve se harmonizar com a preservação de suas características essenciais. Dentre os vários valores identificadores de bens culturais merecedores de proteção, ressaltam-se: o arquitetônico, o histórico, o evocativo, o ambiental, de recorrência regional, de raridade funcional e de antiguidade, podendo determinado bem ostentar simultaneamente mais de um desses valores. São direitos da população local em relação ao seu patrimônio cultural: direito de conhecer sua própria história e a de seu povo; direito a conservar suas manifestações culturais em contato com a continuidade das tradições; direito a ser informada e participar da tomada de decisões que afetem os bens culturais; direito de beneficiar-se, com prioridade, do desenvolvimento socioeconômico que a utilização do bem possa gerar; direito a que se considere, prioritariamente, a qualidade de vida do morador local e que esta não reste prejudicada pela atenção ao turismo ou a terceiros, garantindo à população a identificação de seus próprios valores sociais. (CAMPOS, 2011).

Para que o patrimônio cultural possa ser sustentável, é necessário que hajam envolvimento dos poderes constituídos e a participação popular no sentido de estabelecer prioridades sobre a manutenção de nossa cultura como forma de alavancar o desenvolvimento



de nossa sociedade, garantindo o direito às gerações futuras de identificar seus próprios valores na ligação entre passado, presente e futuro.

A noção de sustentabilidade dentro da aplicação da política de patrimônio é encontrada na capacidade de, simultaneamente preservar o passado e construir o futuro, sendo assim, torna-se um desafio contemporâneo das sociedades.

A relação da cultura com a arquitetura e a história são fatores importantes para a compreensão do patrimônio inserido no desenvolvimento do espaço urbano contemporâneo; esse assunto, é bastante discutido por Castells, e, principalmente por Choay.

Minha hipótese é que para a compreensão do espaço de fluxos está misturando as relações espacial dos interesses dominantes ocorre em todo o mundo e por intermédio das culturas, o abandono da experiência, história e cultura específica para a formação de significado está levando a generalização da arquitetura aistórica, acultural.(CASTELLS, 1999, p. 507).

É possível perceber, uma contínua mutação em usos e programas das edificações históricas, porém isso foi justificado na Carta de Veneza onde “a recomendação era de que sempre fossem preservadas, nos monumentos arquitetônicos, as sucessivas intervenções decorrentes de alterações programáticas havidas ao longo do tempo.”

Para Choay (2006, p.179), “a conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu a revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelas.”

O arquiteto e urbanista Cerdá, foi o primeiro a considerar a cidade em perspectiva histórica e a estudá-la segundo os mesmos critérios que as formações urbanas contemporâneas, a isso ele dá o nome de urbanismo, Cerdá propõe a primeira história geral e estrutural da cidade.

Choay (2006, p.194), cita Giovannoni (1873-1943), para quem “atribuiu simultaneamente um valor de uso e um valor de museu aos conjuntos urbanos antigos, se das figuras reverencial e museal da conservação urbana integrando-os numa concepção geral da organização do território”.



A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu *ambiente*, resulta dessa dialética da ‘arquitetura maior’ e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou ‘destacar’ um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. (CHOAY, 2006, pp. 200-201).

Pode ocorrer que as cidades e os conjuntos arquitetônicos confrontem-se com a valorização do patrimônio arquitetônico em geral e sua reutilização, por uma interação na vida contemporânea (CHOAY, 2006, p.222).

Sobre o patrimônio arquitetônico na cidade, Choay (2006, p. 231) considera que “a arquitetura é a única arte cujas obras exigem ser percorridas fisicamente. Só ela exige deslocamentos, percursos, desvios que implicam o envolvimento de todo o corpo e que não podem ser substituídos pela percepção visual isolada.”

No que se refere ao desenvolvimento urbano e preservação, é interessante notar que as transformações do espaço urbano próprios do início da segunda metade do século XX, isto é, sua modernização (relacionada com a noção de progresso), foram encampadas em grande medida pelos agentes políticos nas cidades e pela própria sociedade. Entretanto, a preocupação com a preservação cresceu nesse mesmo período, substituindo, em princípio, o ímpeto transformador anterior por conta dos problemas decorrentes do crescimento das cidades.

Atualmente o IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Segundo o próprio Instituto, sua responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

Na questão da preservação, Choay demonstra que, na perspectiva dos proprietários de bens patrimoniais urbanos, a preservação nem sempre é vista como algo benéfico, pois “os proprietários por sua vez reivindicam com o direito de dispor livremente de seus bens para deles tirar o prazer ou o proveito que bem entendam” (CHOAY, 2006, p.16).





Além disso existe uma inflação patronal combatida e denunciada por outros motivos: custo de manutenção, inadequação aos usos atuais e paralisação de outros grandes projetos de organização do espaço urbano.

Giovannoni adverte que os centros e bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões.(CHOAY, 2006, p. 236).

No caso da preservação do patrimônio cultural brasileiro, o órgão responsável é o IPHAN, o qual

Tem se ocupado de fiscalização e proteção dos bens culturais brasileiros inclusos na lista do patrimônio mundial, bem como daqueles representativos da cultura nacional. Desse modo, atualmente, o iphan se dedica as ações de identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo território brasileiro. (PELEGRINI, 2009, p.80).

Para a discussão do tema de patrimônio inserido no contexto urbano, devem ser considerados também outros conceitos pertinentes ao tema como: memória, identidade e a relação desses com o local, a cidade, o meio urbano enfim.

De acordo com Le Goff ( 2003, p. 469) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angustia. O mesmo autor (2003, p.471) defende que a memória é alimentada pela história e “procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

A memória de um local repleto de fatos históricos é vital para a compreensão da transformação social, pois

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio territorial."(MESENTIER, 2003, p.3).



Segundo Rossi, existe uma relação entre memória coletiva e a cidade, onde os lugares e a paisagem urbana são sede da memória coletiva. A arquitetura e a paisagem também integram a memória por sediarem os acontecimentos e assim, essa memória coletiva se espelha na transformação do espaço realizado pela coletividade. “A cidade é por si mesma depositária de história” (ROSSI, 1998, p.193).

Para Lemos, quanto à identidade, “há muito o que dizer e aqui nos louvamos no sentido aristotélico: ela caracteriza um conjunto de coisas de mesma essência, de mesma natureza”.

316

No IV Encontro do CIAM<sup>4</sup> ocorrido em 1933, é abordado o tema da cidade em relação às obras do passado

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano (CIAM IV, 1933).

A respeito da relação entre arquitetura, identidade, espaço e sociedade, Castells (1999, p.508) defende que “quanto mais as sociedades tentam recuperar sua identidade além da lógica global do poder não controlado dos fluxos, mais precisam de uma arquitetura que exponha sua realidade sem imitar a beleza de um repertório espacial trans-histórico.” Castells discorretambémde como a sociedade apresenta-se diante dos espaços de fluxos atuais:

As pessoas ainda vivem em lugares, mas, como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera a forma fundamental e o significado e a dinâmica dos lugares. A experiência, por estar relacionada a lugares, fica abstraída do poder, e o significado e cada vez mais separado do conhecimento. Segue-se uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade. A tendência é para um horizonte de espaço de fluxos aistoico em rede, a sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais. (CASTELLS, 1999, p.517).

<sup>4</sup>CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.



No mundo globalizado, observa-se contradições no espaço urbano, pois com os descentramento dos sujeitos, presencia-se a multiplicação das identidades, “parece estar contribuindo paradoxalmente, por um lado, para a valorização de patrimônios e historicidades locais e, por outro, para o esfacelamento de tradições, saberes e memórias de determinados grupos.” (PELEGRINI, 2009, p. 78).

Pelegrini (2009) reflete também acerca da relação entre bens culturais, memória e identidade diante dos novos modos de viver:

A orientação teórica interdisciplinar que tem norteado a compreensão dos modos de se viver e as sociabilidades humanas pauta-se pelo reconhecimento de representações simbólicas plurais e de bens culturais múltiplos, eleitos como signos das memórias, das histórias e das identidades dos mais variados grupos sociais. (PELEGRINI, 2009, p. 85).

Em se tratando de planejamento urbano e políticas públicas de ordenamento territorial no Brasil e a sua relação com patrimônio, pode-se dizer que desde a Carta de Atenas<sup>5</sup> trata-se do patrimônio histórico das cidades, decretando que os valores arquitetônicos devem ser mantidos, respeitando-se a personalidade e o passado próprios da cidade.

Nas décadas de 1960 e 1970, o planejamento representava uma visão do Governo Federal para o Brasil, nesta época o país se transformava de rural em urbano, existia o incentivo à industrialização, a implantação da nova capital, um novo modelo rodoviário, construção de estradas e a busca pelo desenvolvimento.

Para Bertoni & Melo, (2006, pp. 125 -133) inexistiu no Brasil uma política de ordenamento territorial, para esses autores, essa questão ainda é indefinida. A Constituição Federal de 1988 legitima a política de ordenamento territorial como uma obrigação do Estado, mas nada diz respeito do seu conteúdo, o governo, todavia, possui a intenção de propor uma política de ordenamento com uma perspectiva territorialmente ampla que envolva a definição

---

<sup>5</sup>A carta de Atenas foi um manifesto urbanístico resultante do IV congresso internacional de arquitetura moderna (CIAM), realizado em Atenas, em 1933. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp](http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp)> acesso em 01/10/2013.



de diretrizes, estratégias e metas, além de instrumentos, prazos e recursos para sua implementação.

Sobre a política de ordenamento territorial no Brasil pode-se considerar que:

Comando encontra-se sob o poder de algumas empresas, de poucos Estados imperiais e de organismos distantes do local vivido, exige reconstruir a noção de território. Há que se compreender esta dinâmica para se preencher os requerimentos de uma política nacional de ordenamento territorial.(BERTONI & MELO, 2006, p. 126).

318

Onde ocorre o debate sobre ordenamento territorial, as visões sobre seu conceito e função são divergentes, percebe-se setores públicos ainda retrogradados, onde vantagens individuais são consideradas em desfavor do bem coletivo.

Para Giovannoni todo fragmento urbano antigo dever ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, “pela manutenção do caráter social da população.”(CHOAY, 2006, p.200).

Estudos da UNESCO, nos últimos 50 anos, mostram que a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um importante setor da política pública em todo o mundo, pois é uma resposta à necessidade de preservar valores partilhados. Mostram também que a preservação permite à população o acesso à memória coletiva.

Como foi pesquisado em documento da UNESCO, a exclusão do patrimônio arquitetônico no planejamento do desenvolvimento das políticas públicas poderá acarretar danos como: cidades insustentáveis, destruição de bens patrimoniais e perdas para futuras gerações.

É favorável para o desenvolvimento sustentável da cidade que o planejamento do território e as políticas setoriais sejam integradas a fim de que o patrimônio cultural seja efetivamente tomado como seu elemento estruturante.



A integração do patrimônio às demais políticas públicas, em busca de uma relação sincrônica e diacrônica com o desenvolvimento e o futuro, deve ultrapassar a conciliação entre a arquitetura moderna e a cidade antiga.

No Brasil atualmente, em escala local, o ordenamento do território acontece através do Plano Diretor de Uso do Solo.

As consequências negativas de uma política urbana deficiente e, de uma quase ausência de medidas de planejamento urbano ordenando as atividades, de forma articulada, de uso do solo com as de transportes, são inúmeras e comprometem a mobilidade e acessibilidade urbana. Sobre o conceito de mobilidade urbana, tem-se que:

A Política Nacional da Mobilidade Urbana Sustentável, desenvolvida pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2007), define mobilidade urbana como atributo associado às pessoas e bens e, que está relacionada às necessidades de deslocamentos no espaço urbano, de acordo com as atividades nele desenvolvidas.

O Plano de Mobilidade Urbana, diz que:

A mobilidade urbana para a construção de cidades sustentáveis será então produto de políticas que proporcionem o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizem os modos coletivos e não motorizados de transporte, eliminem ou reduzam a segregação espacial, e contribuam para a inclusão social favorecendo a sustentabilidade ambiental. (BRASIL, 2007).

De acordo com a abordagem sobre a mobilidade urbana, percebe-se que é um tema atual, e deve ser estudado juntamente com questões como a relação entre sociedade, políticas públicas, sistema econômico, pois, contribuem para a compreensão do desenvolvimento urbano e o patrimônio inserido nesse contexto; sendo assim:

O que de fato está em jogo aqui, contudo, é uma análise da produção cultural e da formação de juízos estéticos mediante um sistema organizado de produção e de consumo mediado por divisões do trabalho, exercícios promocionais e arranjos de marketing sofisticados. E, em nossos dias, o sistema inteiro é dominado pela circulação do capital (com frequência multinacional). (HARVEY, 2005, p.311).



Segundo Santos (2012, p.326) acultura é uma “forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.”

A cidade é o lugar onde se reúnem a melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, segundo Castells (1974) a produção espacial como manifestação do capitalismo traduz-se no urbano, a segregação social se manifesta nas formas espaciais, e as contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista estão impressas na estrutura na paisagem urbana.

320

Indicar alguns aspectos de mudanças: a ascensão de novas potências como o Brasil [...], o acentuamento das interdependências, com a atenuação relativa da importância do fato “nacional” vinculado ao fortalecimento relativo de outros níveis: o inter e o multinacional, mas também o local, o regional, o plurinacional; enfim o poderoso desenvolvimento das produções imateriais das mercadorias imateriais, com dois polos principais: os serviços diretamente ligados a manutenção e aos cuidados do ser humano, as atividades referentes a informação, ao informacional, ao cultural.(BEAUD, 2004, p. 380).

Para Choay (2006, p.183), “o progresso técnico modela nosso mundo – ele confere ao espaço urbano construído uma extensão e uma escala sem precedentes históricos constitui-se na contramão do processo de urbanização dominante.”

Os monumentos e patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciem saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos (...) a metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à ‘engenharia cultural’ vasto o empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais.(CHOAY, 2006, p. 211).

## CONCLUSÃO

A partir da pesquisa percebeu-se a importância do patrimônio para a identidade e memória da sociedade e a intrínseca relação deste com o desenvolvimento do espaço urbano. Bons índices de preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente são passos importantes para o desenvolvimento sustentável.





Pode-se considerar que a preservação de patrimônio no Brasil é algo recente, além disso, ficou evidente que com a expansão do conceito de patrimônio cultural, as políticas de preservação vinculam-se ao exercício da cidadania.

No que diz respeito às políticas de preservação, é um desafio para que consigam gerir um espaço urbano contidos de patrimônio, onde possa ocorrer de fato uma relação de harmonia entre a preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano e socioeconômico. Deve-se portanto, manter articulação com o planejamento territorial e inserir a política de preservação do patrimônio cultural nos Planos Diretores dos Municípios.

Há que se reconhecer portanto, que o patrimônio cultural é algo dinâmico e exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

- BEAUD, Michel. *História do capitalismo- de 1500 ate nossos dias*. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. – 2ª. Reimpressão da 4ª. Edição. São Paulo: Editora brasiliense, 2004.
- BERTONE, Leonor Ferreira, MELLO, Neli Aparecida de. Perspectivas do ordenamento territorial no Brasil: Dever constitucional ou apropriação política? STEINBERGER, Marília et alii(org). *Territorio, ambiente e politicas publicas espaciais*. Brasília: Editora paralelo 15 e LGE Editora, 2006. Páginas 125-147.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Caderno PlanMob: para orientação aos órgãos gestores municipais na elaboração dos Planos Diretores de Mobilidade Urbana*. Brasília, 2007.
- CAMPOS, Alexandre. Sustentabilidade. Em: *Olhar Urbano*. Disponível em: <<http://olhar-urbano.blogspot.com.br/2011/06/edicao-ii-sustentabilidade-do.html>> Acesso em: 10/07/2014.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1. Tradução: Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. 14ª. Reimpressão. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª. edição – São Paulo: Estação liberdade: Unesp, 2006.
- FIGUEIREDO, Vanessa G. B. *Patrimônio, cidade e política urbana. Hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo*. Em: Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219>> Acesso em 10/07/2014.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: adail ubirajara sobral, maria stela gonçalves. 14ª. Edição, São Paulo: Edições Loyola, 2005.



IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). O patrimônio cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 11/07/2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5ª. Edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LE MOS, Carlos, A. C. *Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental*. Em: Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/07.082/260>> Acesso em 15/07/2014.

MESENTIER, L. *Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania*. IPHAN, 2003.

ONU. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 15/07/2014.

PELEGRINI, Sandra C. A. Historicidades locais: interfaces entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material em: PRIORI, Angelo (org.) *Historia, memoria e patrimonio*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2009. Páginas: 77-87.

ROSSI, Aldo. A cidade como história, A memória coletiva. *A Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ª. Edição, 7ª. Impressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

UFSC. Disponível em: [http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/mobilidade\\_e\\_acessibilidade\\_urbanas\\_sustentaveis.pdf](http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/mobilidade_e_acessibilidade_urbanas_sustentaveis.pdf). Acesso em: 15/07/2014.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage/>> E: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: 11/07/2014.



## A CORTE EMPUNHAVA SERINGAS DE FOLHA-DE-FLANDRES: ENTRUDO E ORDEM NO SÉCULO XIX

ALVARES, Lucas Cardoso  
*Mestre em Memória Social UNIRIO*  
lucasalvares07@gmail.com

323

MOURTHÉ, Ana Márcia C. Linhares  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social –  
Linha Memória e Patrimônio UNIRIO*  
anamarcialinhares2@ymail.com

### RESUMO

A partir da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, houve o processo de *ressignificação* das práticas festivas carnavalescas, uma vez que a ordem institucional instalada na ocasião permitiu novas correlações entre um Carnaval ainda semi-institucionalizado e instituições já firmadas na Europa, como as estruturas portuguesas de Estado e Clero. Neste artigo, é analisado à luz do conceito de *processo civilizatório* o embrião institucional do Carnaval carioca, a partir da relação entre suas manifestações *outsiders* e das coerções sociais por elas sofridas. Também serão mencionadas correlações entre costumes de cunho artesanal e sua ressignificação em prol de novas práticas adequadas à introdução de produtos industriais que alteraram o *modus operandi* das práticas festivas.

**Palavras-chave:** *memória, carnaval, Rio de Janeiro.*

### ABSTRACT

From the arrival of the Portuguese royal family in Rio de Janeiro in 1808, there was the process of changing the festive carnival practices, so the institutional order allowed installed during new correlations between a still semi-institutionalized Carnival and institutions that had origin on Europe, as the Portuguese state structures and Clergy. In this paper, is analyzed inspired of the concept of the *civilizing process* institutional genesis of Rio Carnival, from the relationship between their manifestations outsiders and social coercions they suffered. Correlations between handmade customs and its reinterpretation in favor of new practices appropriate to the introduction of industrial products that changed the *modus operandi* of festive practices will also be mentioned.

**Keywords:** *memory, carnival, Rio de Janeiro.*



## INTRODUÇÃO

Laurentino Gomes, em 1808, afirma: “No dia 25 de junho de 1808, cinco meses após a assinatura da carta régia de abertura dos portos do Brasil, 113 comerciantes ingleses se reuniram numa taverna de Londres. Estavam ali a convite de D. Domingos de Sousa Coutinho, o embaixador português na Inglaterra” (GOMES, 2008. P. 203). Na ocasião, o negociante britânico John Princep fundou a *Sociedade dos Negociantes Ingleses que Traficam para o Brasil*, com o propósito de aproveitar os bons ventos da abertura dos portos para que a esquadra inglesa, única a furar o bloqueio marítimo de Napoleão Bonaparte, pudesse negociar produtos manufaturados e industrializados das ilhas britânicas com o Brasil.

Entre os primeiros produtos que desembarcaram no Brasil sob a égide da SNITB estavam os 97 caixotes de folha de flandres, em lâminas avariadas, que foram oferecidos em leilão no dia 26 de outubro do ano seguinte[1]. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial joanino inaugurado no ano da chegada da família real ao país, não registra o resultado das negociações, mas a novidade trazida pelo Estreito de Gibraltar logo ganharia serventia em uma corte que praticamente desconhecia itens de metalurgia industrializados.

A quase concomitância entre a chegada da família real portuguesa ao Brasil, com seus hábitos cortesês, missões artísticas e estrutura institucional, e a abertura dos portos aos produtos de países industrializados representou, portanto, outro marco no *processo civilizatório* carioca. Naquele momento, intensificava-se uma preocupação das autoridades para dotar a população da corte dos costumes esperados de uma Sociedade de Corte.

A aliança entre progresso técnico e aprimoramento institucional, quase tanto quanto as interações étnicas, contribuiu para forjar com rapidez indícios de uma identidade brasileira em usos, costumes e relações com a corte. Ainda que de forma tardia, esta associação trouxe forma ao que Norbert Elias conceitua em seu clássico *O Processo Civilizador* a respeito desta correlação: “O conceito de *civilização* refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, aos desenvolvimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes” (ELIAS, 1994. P. 12). Essa associação, muito embora exemplificada a partir de uma realidade medieval na obra de Elias, tomou formas mais nítidas no Brasil apenas com o alvorecer do período joanino e o progresso técnico dele advindo.

O historiador Boris Fausto, em sua *História do Brasil*, acrescenta a respeito do cenário posterior ao Tratado de Navegação e Comércio, de 1810, dentro deste mesmo panorama de



relações entre o progresso técnico e a institucionalização dos hábitos cortesões, entre eles o de prestigiar outras cortes: “Os produtos ingleses ficaram em vantagem até com relação aos portugueses. Mesmo quando, logo depois, as duas tarifas (de importação) foram igualadas, a vantagem inglesa continuou imensa” (FAUSTO, 2012. P. 124). Na ocasião, o então príncipe-regente, D. João, propôs medidas industrializantes, que “se tornaram letra morta”. O Brasil, elevado (por decreto) a metrópole, tornara-se dependente da importação de produtos ingleses.

Elias aponta para a sofisticação do domínio da técnica sobre a produção como uma característica marcante do *processo civilizador*. Nos primeiros estados-nação, este panorama se solidificou com o processo de transição manufatura/indústria e com suas implicações. Em um país que praticamente desconhecia as práticas industriais, a importação de metalurgia em prol da *civilização* -enquanto elemento essencial do imperialismo e das práticas econômicas “contratuais” - se tornaria inócua se seus usos fossem meramente convencionais – faltariam utensílios para tanto metal. Pois não o foram. Das folhas de flandres importadas da Inglaterra, fizeram-se seringas para brincar o Carnaval: “Outro apetrecho também usado na diversão eram as seringas. Apesar de muito menos comuns que os limõezinhos, esses objetos, geralmente feitos de folha de flandres, foram pouco a pouco conquistando espaço na brincadeira, por sua grande capacidade de armazenamento de líquido”, revelou o carnavalista Felipe Ferreira em “O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro” (FERREIRA, 2005. P. 80).

O contraponto com os limões-de-cera, outra modalidade de armazenamento de “águas servidas” no Entrudo, tem caráter pitoresco. Pouco a pouco, o *ethos* artesanal desta primeira manifestação foi substituído pelo industrial das seringas produzidas em série e padronizadas em tamanho e capacidade de armazenamento de água. Ferreira, na mesma obra, descreveu o processo de fabricação artesanal, característico do Brasil colonial: “Quando a cera estivesse completamente derretida, retirava-se o caburé do fogo, esperava-se um pouco para a temperatura baixar e mergulhava-se o limão, previamente untado com óleo, dentro do recipiente, retirando-o em seguida e deixando-o de lado para que a cera que o envolvia esfriasse” (FERREIRA, 2005. P. 85).

A experiencial artesanidade dos limões de cera que constituíam o Entrudo, o Carnaval da época, nos primórdios do período joanino e sua transição para as seringas industrializadas de folhas de flandres dialogam com a discussão teórica de Walter Benjamin,



presente em vários momentos de sua obra, a respeito da passagem do período artesanal para o uso de artefatos manufaturados ou industrializados, produzidos em série e padronizados. Benjamin se refere a esta transição de forma mais ampla. Mas é possível interpretá-la à luz dos processos ditos *carnavalizadores*. Para ele, a produção artesanal, lenta, tranquila, que, no caso, untava o limão em óleo, mergulhava-o em água fervente e deixava a cêra esfriar, ditava o ritmo da própria vida dos artesãos, no caso brasileiro nem sempre de ofício, mas de ocasião. Este ritmo propiciava a preservação da tradição oral, a construção de uma experiência plena – os modos de fazer de um limão de cera para brincar o Carnaval, ao que parece, eram conhecidos da população e transmitidos de boca em boca e propiciavam a experiência de *fazer seu Carnaval* – ainda que se utilizassem de conhecimentos socialmente difundidos - desde antes dos dias de festa, mas os de uma seringa de folhas de flandres, nem sempre. Com a industrialização, para Benjamin, este ritmo artesanal desapareceu nas grandes cidades. (BENJAMIN, 1993. P. 201).

A legitimação do Entrudo como manifestação cultural relevante era, de maneira surpreendente, exercida pelo Reino de Portugal instalado no Brasil por meio de gratificações pagas aos altos funcionários da corte por sua ocasião. Mesmo em Portugal, pagavam-se “dois dos maiores porcos que se criam no Alentejo” aos conservadores – administradores responsáveis pela conservação - de Lisboa e do Porto, já remunerados em 600.000 réis de ordenado[2]. Tratava-se de alguma forma de sacralização da data, pagando-se gratificações como também ocorria no Natal e na Semana Santa.

Em terras brasileiras, em 1813, o jornal “literário, político e mercantil” *O Patriota* já dava mostras de que o Entrudo era visto como elemento característico de uma pré-nacionalidade *brasílica*. Ao responder às críticas do viajante inglês Mr. Grant (provavelmente o físico Andrew Grant), que em seus escritos sobre a história do Brasil comparara o Entrudo aos *Days of Intrusion* britânicos, em que foliões distribuía ramalhetes de flores aos passantes, o articulista apócrifo apontou: “Agora é conosco! Que belo caráter! Quantos anos estudou este o Homem o espírito público! Vendo a gentalha a seu alcance, composta neste país de fezes da sociedade, porque originária de nações bárbaras, e sem moral, conclui um viajante estrangeiro dos costumes de um país? [3]”. Houve a rejeição do cronista pela ideia atribuída pelo viajante britânico que atribuiu nobreza e valor aos festejos do Entrudo, pejorativamente identificados como brasileiros curiosamente não por ele, e sim por seu debatedor. Este é um dos primeiros debates públicos a respeito de *Civilização e Barbárie* no





Entrudo. Esta dicotomia tornar-se-ia uma constante na literatura do período. O *Homem Civilizado*, segundo Elias (ELIAS, 1994. P. 12), se sente atraído pelo gozo da grande cidade ou repellido pelos *costumes bárbaros*, com a rudeza e a pobreza que os caracterizam; ambas aqui explicitadas pelo debatedor brasileiro de *O Patriota*.

Como é possível observar, mesmo quando correlacionados com manifestações culturais europeias por viajantes simpáticos à carnavalização, os folguedos praticados no Brasil eram representados como *costumes bárbaros*, paradoxalmente à sua aceitação por instituições do Período Joanino. Este paradoxo, tão brasileiro, faz das relações entre Estado, Entrudo, Ordem e Desordem no período um processo *sui generis* de assimilação de uma prática marginalizada.

Muito embora não pertencesse, ainda, formalmente ao espectro institucional, o Entrudo obtinha certo reconhecimento por meio de medidas como a citada acima, de pagamento de gratificações a funcionários da corte por sua ocasião. Esta ação, ainda que não uma tentativa de colonização profunda das práticas *carnavalizadoras*, demonstra o quanto esta manifestação era até certo ponto tolerada nas esferas institucionais portuguesas comandadas, na época, do Brasil.

## ESTADO, CLERO E ENTRUDO: PERSPECTIVAS CIVILIZATÓRIAS INSTITUCIONAIS

Outro exemplo de menção institucional ao Entrudo durante o Período Joanino ocorreu por meio de um representante do Clero. O padre-cônego João Pereira da Silva publicou, no mesmo *O Patriota*, o poema *O Carnaval*, em que faz menção em versos a elementos da mitologia grega (“Ali já se prepara o fresco Entrudo/Derrete os favos do sagaz inseto/E breves globos cheios d’água forma/Para orvalhar a Deusa dos Amores/Noutro lugar os sátiros aplica/A triturar o palco reluzente”) e à industrialização em substituição à artesanidade colonial: (“E a loura espiga da famosa Céres/Pequenas bombas manuais fabricam/Da férrea folha, que enriquece a Flandres/E às ocas canas calculando ajustam/De úmida argila as perigosas balas”). Há um processo híbrido entre artesanal e industrial descrito pelo padre-cônego, em que as balas



são feitas de argilas, mas as seringas, “da férrea folha”, nome que, por si só, é híbrido entre o natural e o fundido.

Em seguida, o cômico cita “obscenas pulhas, de irritantes peças manchando as roupas da Fiel Verdade” e enumera os pecados capitais praticados durante o folguedo, com direito a um crédito aos Cônsules Romanos que proibiram os antigos *bacanais* e impuseram penas a seus praticantes[4]. O reconhecimento de um representante do clero é outro exemplo do quanto o Entrudo interagiu com as camadas de *Estabelecidos* da sociedade luso-brasileira. Ainda que para reprovar suas práticas, o Entrudo em algum grau interagiu com os segmentos institucionalizados; não só com o Estado como também com a Igreja.

É possível notar, em suas páginas desbotadas, que *O Patriota*, com seu caráter iconoclasta, *carnevalizava* também a própria existência do Brasil enquanto metrópole do reino português, com seus usos e costumes, manifestações das práticas festivas e, surpreendentemente, cartas abertas de um eclesiástico. Há a defesa de um brincar *brasílico* do Carnaval, de práticas festivas de tintas identitárias que precedem, aí, a própria formação do próprio Estado brasileiro.

Estado, Igreja e Povo interagiam nas páginas de *O Patriota* em particular e na sociedade em geral sob a égide do folguedo popular em uma sofisticada rede de correlações, reconhecimentos e institucionalizações, como pode ser observado por meio da adoção do Entrudo ao calendário burocrático português. Apesar das conhecidas coerções sociais que envolveram o reinado de Maria I e a regência de seu filho D. João, durante a chamada *Viradeira* [5], especialmente em Portugal, havia espaço para a legitimação de práticas festivas tanto na Colônia quanto na Metrópole, muito embora no Período Joanino estes dois papéis estivessem invertidos em muitos graus.

Como provocação, é preciso refletir sobre o quanto estas manifestações eram legitimadas por seu caráter episódico, o que destoava da forte repressão exercida no período, por exemplo, ao teatro popular, como apontou o memorialista Luiz Edmundo, ao mencionar a proibição de mulheres frequentarem os teatros da capital: “Também acabou a Sr<sup>a</sup> D. Maria I com as cortinas nos camarotes, e com a entrada na plateia das mulheres de porte duvidoso que vão servir de escolho à virtude, como se a castidade do século de há muito não vivesse naufragada.” (EDMUNDO, 1999. P. 373) A “castidade do século”, apregoada no dia a dia,



tinha nos dias de Carnaval deste primeiro momento, portanto, um exemplo de distensão, afrouxamento de penas e tolerância das autoridades.

Se esta “castidade do século” era plenamente confrontada durante o Período Joanino ou não, os jornais da época são pouco precisos. Há pouco material que justifique uma análise mais ousada fundamentada em mais do que o cruzamento de dados ou a publicação de opiniões esparsas. Uma pesquisa acurada pelas coleções de *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, os dois mais importantes jornais do período e mencionados por Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil*, não mostra muitas mais referências do que as mencionadas no item anterior.

Somente em 1826, em um obscuro *O Espectador Brasileiro*, a crítica sobre a natureza do Entrudo e a necessidade de sua substituição por uma manifestação cultural *civilizada* foi explicitada, já que antes havia a crítica aos barbarismos sem a proposta do passo seguinte. As informações sobre a trajetória deste jornal também são pouco precisas. Sabe-se que um de seus principais redatores à altura deste artigo era Raimundo José da Cunha Matos, um militar português que aderiu à causa da Independência (QUEIROZ, 2009. P. 14). Cunha Matos advogou pelo fim das hostilidades lusofóbicas que marcaram os primeiros anos do Império do Brasil e costumava exaltar nas páginas de *O Espectador Brasileiro* os “viajantes sábios” que imigravam da Europa.

Em 10 de fevereiro de 1826, *O Espectador Brasileiro*, em editorial apócrifo, comemorou o fim do Carnaval, que é nomeado desta forma, e não como folguedo ou Entrudo, em uma das primeiras vezes na imprensa brasileira. A *polissemia* de um Carnaval de contornos imprecisos, pouco a pouco, cedia lugar a um evento datado, característico de determinada época do ano. *Folguedo*, termo genérico que abrange da procissão católica ao paganismo entrudesco, foi normatizado na ocasião por um substantivo que diz bem ao que vem: Carnaval. Em dado momento, o articulista anônimo afirma: “Nós esperamos que com o progresso augusto da *civilização* nacional, se substituirão a este mau jogo outros divertimentos, que serão muito mais aplaudidos. O carnaval em Roma, e na Toscana é festejado por pessoas mais distintas por sua representação civil. Não nos será injurioso apropriarmos de usos estrangeiros” [6]. O editorialista prossegue seu texto enumerando perigos do Entrudo, defendendo a ação policial contra suas práticas e a substituição de seu jogo por práticas festivas de inspirações europeias.



Embora não se utilize deste termo, é possível caracterizar como *barbárie* a descrição que ele faz do Entrudo, o “mau jogo”, das “desordens e mortes” e “abominável”. Norbert Elias, em *O Processo Civilizador*, contrapõe os polos discursivos da *barbárie* e da *civilização*, presentes na dialética entre o que quer se consagrar à desordem e o que quer destinar-se à ordem desde tempos mais remotos que os citados em *O Espectador Brasileiro*. Segundo Elias:

O conceito de civilização (...) pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, a forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. (ELIAS, 1994. P. 1)

Ou seja, há a defesa por Cunha Matos da adoção de um padrão *civilizado* em contraponto a um *bárbaro*, ou *incivilizado*, ao invés da simples constatação de que tal manifestação é apenas uma coisa ou outra.

Esta dicotomia aparece também associada nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, outro importante jornal da época, onde o Entrudo era associado à confusão em que pessoas se perdiam umas das outras, pais desconstravam de seus filhos e onde crimes eram cometidos: “Desapareceu no último dia de Entrudo pelas 11 horas e meia do dia, da casa do Doutor Jacinto José da Silva Quintão, um moleque pequeno de idade de 8 para 9 anos de nome David” [7], anunciou já no início do Primeiro Reinado; “No dia de Entrudo 2 de março, desapareceu um moleque por nome Germano, novo na terra mas ladino na fala, levava vestido calça e camisa de riscado” [8], relatou um anônimo no Carnaval seguinte, ao se referir ao desaparecimento de um escravo recém saído do Valongo como “escravo fugido”, mas com ênfase na data do Entrudo. José, “negro da Nação Monjollo”, desapareceu na mesma data em outro ponto da cidade [9]. Há a impressão acerca do Entrudo como data em que os escravizados saíam às ruas e, parcial e momentaneamente, subvertiam funções sociais. Como observado na *Festa de Loucos* medieval como um momento de ida às ruas dos *outsiders*, não é de se estranhar a estigmatização do Entrudo como uma data propícia à fuga de escravos.

Mikhail Bakhtin, em *Cultura Popular na Idade Média*, menciona o Carnaval medieval europeu como um momento de “abolição das relações hierárquicas” (BAKHTIN, 2008. P.9). Ao contrário das cerimônias oficiais, em que o Estado proporcionava festividades e até mesmo cautelosas bufonarias, senhores e servos tinham seus lugares muito bem marcados. Não é mero exercício de imaginação observar o quão subversivo dos papéis sociais era um evento como o



Entrudo onde as senzalas tomavam as ruas, em contraponto às datas cerimoniais – como as aclamações de monarcas, por exemplo – nas quais esta estratificação mais delineada. O *panegírico* de João de Barros à coroação de D. João como rei de Portugal, Brasil e Algarves em uma tardia aclamação em terras brasileiras, dizia que “conhecemos a largueza do príncipe na multidão dos espetáculos” [10]. A aclamação de Pedro I, realizada em outubro de 1822 e retratada por Debret em “Coroação de D. Pedro I” (1828) não parece apresentar espírito diferente em sua estética marcial e cerimoniosa. Enquanto o Entrudo contribuía à abolição das relações hierárquicas, os festejos oficiais as referendavam. Eventos deste gênero eram a “consagração da desigualdade”, na afirmação de Bakhtin. (BAKHTIN, 2008. P.9).

Não tardou a iniciativa de institucionalizar a coerção ao Entrudo nos moldes da proposta do articulista anônimo de *O Espectador Brasileiro*. Na realidade, a decisão veio à tona naquela mesma semana. Na edição de 4 de fevereiro de 1826, anterior ao Carnaval daquele ano, do *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma determinação assinada por Antônio Xavier da Rocha, “no impedimento do oficial maior” [11]. Ela proibia, em nome da Intendência Geral da Polícia, o jogo do Entrudo nos teatros da cidade. Era uma tentativa de extirpar dos salões da corte, consagrados aos *estabelecidos*, as manifestações consagradas aos *incivilizados*. Estes mesmos salões vivenciariam o nascimento, anos depois, dos bailes de máscaras, uma primeira tentativa de ordem propositiva de *civilizar* o carnaval. A mesma determinação proibiu também o jogo de Entrudo armado de “bacias com águas”, “que muitas vezes resultam desordem” e era outro traço de artesanidade, dado o percurso para reunir “águas servidas” em quantidade suficiente para o festejo.

No ano seguinte, após a morte do Imperador Titular do Brasil, D. João VI, a mesma Intendência Geral da Polícia proibiu o jogo do Entrudo em todas as vias públicas, “por ser contraditório à geral demonstração de luto que nos cobre”. [12] O despacho foi, naquela ocasião, assinado pelo então intendente, o conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão, idealizador do célebre *Toque do Aragão*, que proibiu na mesma época a circulação de pessoas pelas ruas cariocas após as dez da noite (MELLO e LIMA, 1939. P. 114), consagrando à *Desordem* um sem-número de atitudes inerentes à vida noturna.

Em 24 de fevereiro de 1829, um terceiro intendente, o também conselheiro do Império Luiz Paulo de Araújo Bastos, determinou à polícia que coibisse o Entrudo em “qualquer via pública”, já que este se tratava de um “transtorno à ordem pública”. “E que, quantos aos negros,



de forma alguma se tolere tal divertimento, fazendo-os dispersar e prender os que insistirem” [13]. Em 1830, Bastos reviu a proibição do Entrudo em vias públicas, determinando apenas à polícia que “mantivesse a tranquilidade” e recomendando aos “bons cidadãos” que não tomassem parte no jogo. Apenas foram vedados os festejos em teatros [14], sempre com ênfase na vigilância dos escravos e de seus “ajuntamentos”. Tratava-se de uma revisão de posicionamento, onde se permitia o Entrudo àqueles que não se enquadrassem como bons cidadãos.

Tornavam-se a esta altura cada vez mais explícitas as ações de ordenamento do Carnaval. A *polissemia* de um festejo de características imprecisas cedia lugar, pouco a pouco, a moldes formados pela coerção policial. O lugar do Entrudo era o lugar da rua, com especial vigilância sobre os negros e redução gradual de seu caráter de abolição temporária das relações hierárquicas. Os salões dos teatros, vazios de limões de cera e águas servidas por determinação da intendência, vagaram á espera de novas manifestações carnavalescas, que surgiram posteriormente.

Uma observação mais atenta nas publicações do Intendente Bastos revela a recorrência dos termos “bons cidadãos”, integrantes de uma “sociedade civilizada”. Os termos são utilizados em ambas as determinações. Há, aqui, um contraponto entre o *homme civilisé* e o *homem simples*, o selvagem ou *bárbaro*. Ao mesmo tempo em que se utiliza do tom de “recomendação” na segunda comunicação, Bastos pede “a devida moderação” aos policiais no exercício de uma vigilância notadamente seletiva, pois preconiza cuidados redobrados com a ação dos negros. Esta proposta aproxima-se da *estrutura civilizadora* de Rousseau, para quem o afastamento do estado primitivo humano – e das reações a ele atribuídas – proporcionaria a moderação e modulação dos modos de agir e o erguimento de um sistema de constante controle e policiamento, ainda que sob um verniz cordial, de quem – neste caso – dirige uma comunicação aos súditos do Imperador pelas páginas de um jornal (STAROBINSKI, 1991. P. 298), e não de uma intimação porta-a-porta.

Em 1828, já sob a vigência da proibição do jogo do Entrudo nos teatros cariocas, estreou no novo Teatro São Pedro de Alcântara a opereta *O Carnaval de Veneza*, apresentada como *baile-pantomínico-jocoso* no Diário do Rio de Janeiro[15]. Com elenco formado por artistas franceses, essa encenação trouxe ao que se sabe pela primeira vez à corte os personagens da *comedia dell’a arte*. Colombina e Arlequim foram representados ao lado de





Polichinel e outros personagens icônicos e traduziram, ao fim das contas, em sua interpretação de companhia francesa um novo lugar para o Carnaval nos salões: representações cada vez mais europeizadas, *civilizadas*, desbarbarizadas. O contraponto entre o *civilizado* e o *incivilizado* deixava, a partir dali e paulatinamente, o âmbito da mera proibição legal e ganhava contornos propositivos: a ingestão de muito do que vinha de fora, proposta no artigo de 1826 de *O Espectador Brasileiro* deixava de ser projeto e se tornava, de fato, um processo cultural em andamento. O Entrudo, tão lusitano que entrara para o calendário burocrático português, teve criminalizada a ação afro-brasileira e a manifestação nos teatros, que o associava ao mesmo tempo ao primitivismo e às vanguardas que os frequentavam. Era necessário fazer surgir uma nova forma de negros e intelectuais brincarem o Carnaval.

Em 18 de fevereiro de 1830, Custódio Xavier de Barros, juiz de paz da Freguesia de Santa Anna, trouxe novos tons à proibição do Entrudo ao vetar “o jogo externo nos referidos dias” [16]. Barros levou para as terras ao norte da Ilha Grande, onde atuava sua jurisdição, o veto legal praticado pela Intendência Geral da Corte no Município Neutro. Tratava-se do espraiamento do processo de criminalização do Entrudo. A campanha ganhava força. O mesmo *Diário do Rio de Janeiro* que publicou o edital do magistrado no ano anterior, deixou de circular durante o Carnaval de 1831 por “não poder vencer os obstáculos que o dia nos apresenta” [17].

Em 1832, foi a vez do ainda incipiente Poder Legislativo se posicionar contra o Entrudo. Em um edital assinado pelo presidente da Câmara Municipal, Bento de Oliveira Braga, foi decretado na *Postura*, “proibido o jogo do Entrudo dentro do município”, com penas de multa e prisão a quem descumprisse a decisão [18]. Os limões de cêra, ainda presentes em sua artesanidade, foram alvo especial da decisão da câmara, que anunciou “que as laranjas de Entrudo que forem encontradas pelas ruas serão inutilizadas pelos encarregados das rondas”. No ano de 1835, Luiz Francisco Pacheco, Juiz de Paz do 2º Distrito do Sacramento da Corte, foi além e proibiu a venda dos limões de cera, ocasião em que ressaltou agir de acordo com os dispositivos da polícia e da Câmara Municipal [19].

Todas estas foram, a rigor, iniciativas de *coerção social*. Apontava-se determinada manifestação cultural como ofensiva à ordem e propícia a distúrbios, criminalizava-a junto com seus desdobramentos e interações e, conseqüentemente, ao ainda discreto comércio a ela associado e imaginava-se que, como por passe de mágica, uma determinada manifestação



cultural desapareceria. Não se sugeriu, em nenhum destes dispositivos, *postura* alternativa à do Entrudo para o período do Carnaval. Imaginava-se, portanto, que era possível fazer desaparecer uma tradição pela letra da lei.

Em 1835, é importante frisar, o Brasil era governado por uma Regência, dada a menoridade do príncipe D. Pedro. O Entrudo era interpretado como um momento propício ao ajuntamento e fuga de escravizados. Pois este ano de 1835, o mesmo da *Revolta dos Malês* em Salvador, foi o ápice de um pavor generalizado, que levou a medidas socialmente coercitivas – entre as quais a própria criminalização do Entrudo – conhecido como *haitianismo*.

Carlos Eugênio Soares e Flávio Gomes, em *Sedições, Haitianismo e Conexões no Brasil Escravista*, revelam muitas faces dos processos de coerção social às reuniões de escravizados e de vigilância no apertamento de *boçais*, escravizados recém desembarcados da África e do Caribe (SOARES e GOMES, 1994. P. 63):

Na década de 1830, um período de temores e muita repressão aos africanos em virtude da Revolta do Malês, houve denúncias e investigações policiais quanto a "pretos da ilha de São Domingos" que, desembarcando no Rio de Janeiro, foram avistados na rua reunidos "em meio de muitos pretos". Em fins de 1836 as investigações rumariam para a freguesia da Candelária: na casa de Miguel Cerigueiro, na rua da Quitanda, estaria hospedado "um tal Emiliano suspeito de *haitianismo*".

“Indiscutivelmente, a pura presença, as inúmeras revoltas provocaram um medo contínuo nas classes dominantes e influenciaram muito no peso político”, acrescentou o historiador Augustin Wernet. (WERNET, 1986. P. 43). De fato, medidas de coerção às liberdades individuais e de remoções de proteções constitucionais aos excessos nas ações do Estado foram largamente utilizadas durante o Período Regencial. O sistema escravista brasileiro, muito peculiar, dotou a Corte de uma composição demográfica em que, ainda em 1821, 46% dos habitantes eram cativos (ALENCASTRO, 1999. P. 14). Não parece exagero interligar a criminalização do Entrudo ao já explicitado receio de que este representasse um ajuntamento de escravos em condição propícia à rebeldia e às fugas. A ênfase já mencionada de que se guardasse especial precaução à atuação dos negros tem muito de explícita.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, a respeito dos movimentos daquele 1835 e, mais especificamente, da insurreição Malê, afirmou: “Os relapsos em furor selvagem observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade



pretexto de regressão à cultura primitiva, recalcada porém não destruída” (FREYRE, 1998. P. 212). Dos traços *primitivistas*, tão presentes no Entrudo, como a *artesanalidade* que ele representava, fazia-se contraponto com os rapapés de uma *Sociedade de Corte*. O “recalque da cultura primitiva” ao qual Freyre se refere, promovido por dispositivos coercitivos de diversas ordens, dialoga com a ideia de Claudine Haroche, em *Da Palavra ao Gesto*: a materialização das ideias de soberania está no campo da política. Mas no governo do cerimonial, que estas representam, o elo social se realiza pelas regras de cortesia e civilidade (HAROCHE, 1998. P. 15).

Ao tornar o Entrudo assunto para a Polícia, a Justiça e o Legislativo, o processo de *coerção social* se intensificou a ponto que os dispositivos de reconhecimento, ainda que limitado, de sua relevância presentes no Período Joanino, com as mencionadas interações com o Clero, a Indústria e a Burocracia, perderam pouco a pouco o espaço na medida em que o Carnaval, cada vez mais, era associado às ações dos escravizados, mobilizações de grupos e ameaças à estrutura da *Sociedade de Corte*. A natureza de *posturas* e *editais* das determinações estatais referidas se correlaciona com a existência de uma *ordem cortesã*. Haroche afirma que os rituais e maneiras da corte são o modo sob o qual o poder se impõe e é reconhecido (HAROCHE, 1998. P. 98).

Entretanto, decretos não mudam o mundo. Práticas socialmente aceitas são ressignificadas quando submetidas à coerção pura e simples. Podem até, por força da ação policial, desaparecer em sua face mais explícita, mas submetem-se a um espraiamento por outras manifestações culturais, se *ressignificam*. Norbert Elias, ainda em *O Processo Civilizador*, ao problematizar a transição do comportamento *civilisé* para uma *civilisation*, o apresenta como o momento em que a adequação das maneiras transcende o campo do indivíduo. Mas, ao mesmo tempo em que este processo se dá, as coerções puras e simples, “antinaturais”, no dizer de Elias, são sobrepujadas em seu caráter arbitrário por “forças sociais anônimas”, muito mais sofisticadas e interacionais em suas expressões de crítica social (ELIAS, 1994. P. 59). Ou seja, é possível compreender a sofisticação do próprio Entrudo e suas associações diretas - ou a ele atribuídas - a movimentos sociais de contestação pela lógica de Elias de que, por mais coerção que a Corte exercesse sobre aquela manifestação, suas práticas transcenderam os limites das ações individuais, tornaram-se socialmente aceitas e, portanto, sua criminalização tornou-se inócua. O ato de tornar-se primitivo, ainda que com data marcada e



hora para acabar, de inverter papéis momentaneamente, era a própria transição do *homme civilisé* em seus modos corteses para uma *civilization* moldada em padrões novos e ainda disformes, pouco delineáveis.

Este Homem entrudesco moldou um novo Brasil por meio de seus modos e ações tidos como mais incivilizados. As bacias d'água suja, os limões de cera, as urras difusas e desconexas, os escravizados reunidos, as batalhas de seringas de folhas de flandres nos teatros representaram, em um Império ainda nascente, as interações de uma pluralidade que começava a realizar, ali, o *ser brasileiro*.

Gilberto Freyre definiu o Entrudo como “uma festa de todas as classes” (FREYRE 1977. P. 105). Um articulista anônimo em *A Verdade*, de 1834, o fez da seguinte forma [20]:

O povo necessita de distrações, mas daquelas que unem o útil ao agradável. O Entrudo, pelo contrário, origina além as apoplexias, constipações e outras moléstias, desconfianças, rixas e rivalidades que duram às vezes anos. Adoçemos nossos costumes, brinquemos com decência e doçura o miudinho, as contradanças (...) e as belas modinhas brasileiras devem invadir o campo aos molhantes e molhados, rotos e enlameados.

O editorial, que defendeu a proibição imposta pelos dispositivos legais, enumerou também casos de homens mortos supostamente em decorrência das “constipações” oriundas das brincadeiras molhadas. Repete-se, ali, o tom de cordial desaprovação já presente em outros artigos de opinião a respeito desta prática festiva, o tom de quem aconselha a população. Este editorial difere-se, no entanto, por seu caráter propositivo. Aborda “modinhas brasileiras” quando mal havia o Brasil se tornado independente. “Todas as classes”, para Freyre, e submetidas ao mesmo jugo e ao mesmo dispositivo legal, ao fim das contas, de proibição do jogo público do Entrudo, iniciaram a partir deste momento e de forma progressiva e indeterminada, a transição para uma manifestação cultural que institucionalizou o que antes transitava entre o visto como espontâneo e o visto como potencialmente conspiratório.

O aspecto grotesco das brincadeiras com água e sujeira no Brasil, por outro lado, se correlaciona com a ideia de *realismo grotesco* que Bakhtin transpõe para o Carnaval medieval europeu. Para o autor (BAKHTIN, 2008. P. 17):

No realismo grotesco (isto é, no sistema de imagens da cultura popular) o princípio material e corporal aparece sob a forma universal, festiva e utópica.



O cósmico, o social e o corporal estão ligados indissoluvelmente numa totalidade viva e indivisível. É um conjunto alegre e benfazejo.

## CONCLUSÃO

O Entrudo foi universal na medida em que, mesmo coibido a partir da febre *haitianista*, foi durante boa parte de sua existência uma festa para todos. Festivo por seu caráter *polissêmico: festa, jogo e folguedo*. Utópico por, ao inverter momentaneamente papéis, servir a um caráter, naqueles tempos de escassas alternativas, de contestação social, de potência transformadora. No entanto, seu caráter *primitivesco*, ao escandalizar a *Sociedade de Corte*, provocou não só as iniciativas de proibição legal mencionadas e coerção policial como, também, fez iniciar uma campanha propositiva que visava do seio da sociedade, ao surgimento de práticas festivas que substituíssem o Entrudo. Era lançada a pedra fundamental do que vinha sendo pregado desde 1826, ao menos: um carnaval adequado à nova *Sociedade de Corte* brasileira, um carnaval do *homme civilisé*.

Em 1841, o fiscal da freguesia de Santa Rita, Gaspar José Dias, compartilhou um novo edital da Câmara Municipal do Município Neutro que foi direto ao ponto: “O mesmo Senado (municipal) apresentará para o ano um programa de divertimento público que não terá os inconvenientes do Entrudo”. Em 24 de abril do mesmo ano, o *Diário do Rio de Janeiro* comemorou, no mesmo edital em que criticava a *malhação de Judas* por ser “incompatível com a civilização que ostentamos”, a iniciativa da Câmara: “Acabou-se de direito aquele escândalo, e para o ano se Deus quiser e não houver falta, teremos programa oficial para a festa do Entrudo” [21]. A coerção ganhava novos contornos. Era o momento da transição do *que se proíba* para o *que se transforme*, fenômeno posterior que deu origem a outras práticas festivas, como as Sociedades Carnavalescas.

## NOTAS

[1] Gazeta do Rio de Janeiro. Sábado, 22 de outubro de 1809. P. 4.

[2] Correio Braziliense, Volume 11. Acervo da Biblioteca Nacional.

[3] O Patriota, Setembro de 1813, Número 3. P. 28.

[4] O Patriota, maio e junho de 1814. P. 38.



[5]A *Viradeira* caracterizou-se pela ascensão de D. Maria I ao trono português. Foram impostas restrições à indústria e imprensa no Brasil, bem como silenciados violentamente movimentos de insurreição como a Inconfidência Mineira. Um dos primeiros atos da *Viradeira* foi a destituição do Marquês de Pombal de seu cargo como Secretário de Estado do Reino.

[6] O Espectador Brasileiro. Editorial. Rio de Janeiro, 10.02.1826. P.1.

[7] Diário do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 13 de fevereiro de 1823. P. 3.

[8] Diário do Rio de Janeiro. Quarta-feira, 17 de março de 1924. P. 3.

[9] Diário do Rio de Janeiro. Segunda-feira, 29 de março de 1924. P. 3.

[10]Diário do Rio de Janeiro. Terça-feira, 4 de fevereiro de 1826. P.1.

[11]Diário do Rio de Janeiro. Segunda-Feira, 26 de fevereiro de 1827. P. 1

[12]Diário do Rio de Janeiro. Segunda-Feira, 24 de fevereiro de 1829. P. 1

[13]Diário do Rio de Janeiro. Segunda-Feira, 16 de fevereiro de 1830. P. 1

[14]Diário do Rio de Janeiro. Sexta-Feira, 28 de novembro de 1828. P. 4

[15]Diário do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 18 de fevereiro de 1830. P.1.

[16]Diário do Rio de Janeiro. Segunda-feira, 14 de fevereiro de 1831. P.1.

[17]Diário do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 13 de fevereiro de 1832. P.1.

[18]Diário do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 24 de fevereiro de 1835. P.1.

[19]A Verdade. Terça-feira, 22 de janeiro de 1834. P. 4.

[20]Diário do Rio de Janeiro. Terça-feira, 16 de fevereiro de 1841. P. 2.

[21]Diário do Rio de Janeiro. Terça-feira, 24 de abril de 1841. P. 1.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada E Ordem Privada No Império. In: (Org.). História Da Vida Privada No Brasil, V. 2: Império: A Corte E A Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.





- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- FERREIRA, Felipe. *O Livro De Ouro Do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2. ed. Recife: Editora Artenova, 1977.
- GOMES, Laurentino. *1808: Como Uma Rainha Louca, Um Príncipe Medroso E Uma Corte Corrupta Enganaram Napoleao E Mudaram A Historia De Portugal E Do Brasil*. São Paulo, Planeta, 2008.
- HAROCHE, Claudine. *Da Palavra ao Gesto*. Campinas: Papyrus. 1998.
- MELLO, Barreto e LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: A Noite, 1939.
- QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): A pena e a espada a serviço da pátria*. Dissertação de mestrado da referida autora, defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2009. Programa de Pós-Graduação em História.
- SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. *Sedições, Haitianismo E Conexões No Brasil Escravista: Outras Margens Do Atlântico Negro*. Novos Estudos Cebrap. Brasília: UNB, 2008.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WERNET, Augustin, *O Período Regencial (1831-1840)*. São Paulo: Sp Global, 1986.



## **PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CASO DO PLANO DE AÇÃO PAGE (1959-1963).**

BUZZAR, Miguel Antonio,  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAUUSP*  
*mbuzzar@sc.usp.br*

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros  
*Pesquisadora do Grupo de Pesquisa ARTAQBR (IAUUSP)*  
*terecordido@hotmail.com*

SIMONI, Lucia Noemia  
*Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil,*  
*simoni.lucia@gmail.com*

340

### **RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar a produção de **edifícios públicos** no Estado de São Paulo, elaborados durante o **Plano de Ação** do governo Carvalho Pinto- **PAGE** (1959-1963). Pretende-se além de analisar o que viabilizou a produção de equipamentos modernos, discutir como uma ação governamental, até hoje quase desconhecida, constituiu-se em um momento significativo da produção arquitetônica moderna no Estado de São Paulo. Isto, na medida em que os arquitetos envolvidos, em boa parte desta produção, eram comprometidos com a **arquitetura moderna**, como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Fábio Penteadó, etc.

**Palavras-chave:** Edifícios públicos. Plano de Ação. Arquitetura moderna.

### **ABSTRACT**

The work aims to analyze the production of public buildings in the State of São Paulo, developed during the Action Plan of the Government Carvalho Pinto- PAGE (1959-1963). It is intended also to analyze which enabled the production of modern equipment, discuss how government action almost unknown until today constituted a significant moment in the modern architectural production in the State of São Paulo. This, to the extent that the architects involved in much of this production, were committed to modern architecture, as Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Fábio Penteadó, etc.

**Keywords:** public buildings. Plan of Action. Modern architecture.



## 1. INTRODUÇÃO

Há casos de omissão na historiografia da arquitetura moderna brasileira. Há vários arquitetos desconhecidos, não lembrados, não reconhecidos. Essa omissão é sempre muito estranha, pois muitos edifícios, de autoria desconhecida, possuem uma visibilidade expressiva. O edifício sede do antigo Banco do Estado de São Paulo [BANESPA] durante décadas foi um dos cartões postais da cidade de São Paulo, após a privatização do Banco não conta com esse mesmo prestígio, mas está longe de ser um desconhecido. Entretanto, o autor do seu projeto poucos sabem quem é. O engenheiro arquiteto Plínio Botelho do Amaral foi o responsável pelo seu projeto inicial, mas coube à construtora Camargo & Mesquita executora da obra a configuração final, pois se pretendia, em uma operação não muito esclarecida, que o edifício resultasse semelhante ao *Empire State Building* de Nova Iorque. Essa obliteração do cartão postal de São Paulo talvez tenha uma explicação definida. Lúcio Costa buscando salientar os aspectos positivos da arquitetura que deu forma através do Ministério da Educação, a partir da colaboração de Le Corbusier, contrapunha sua linguagem ao modernismo avulso, sem uma concepção moderna clara, mas também ao estilo "Manhattan", das edificações como a que o BANESPA se serviria, que replicavam, ou buscavam replicar, tipos arquitetônicos sem nenhum pensamento crítico. Tal pensamento deveria perseguir e formular, ao mesmo tempo, a vinculação ao modernismo e a elaboração de uma linguagem nacional para ele, o que o estilo Manhattan não se propunha.

Mas não se trata apenas da omissão de arquitetos e obras "não modernos", ou de um modernismo que não comungasse com o ideário de Costa, ou de forma mais abrangente com o ideário difundido a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna [CIAM] e pelos reconhecidos mestres do modernismo - Wright, Gropius, Le Corbusier e Mies van der Rohe. Mesmo uma obra moderna como o Conjunto Nacional, também na cidade São Paulo, outro cartão Postal, é pouco reconhecida na historiografia, assim como seu autor recém falecido, o arquiteto David Libeskind, permanece muito pouco conhecido.

Certamente, as omissões não são casuais. As formulações de Costa deram vida a uma das vertentes modernas, mas estas ganharam através da historiografia a condição de única, ou verdadeira corrente da arquitetura moderna brasileira. As demais, ou passariam a ser vistas como pioneiras, ou sem contar com uma densidade de conceitos que pudessem conformar um



pensamento arquitetônico local. Isto é, no máximo conseguiram reproduzir os preceitos modernos, mas sem traduzi-los e pensa-los para a condição brasileira, não conseguindo integrar de forma legítima a cultura nacional.

Isto equivale dizer que ao longo da produção arquitetônica moderna instituiu-se uma forma historiográfica de se fazer sua leitura, que marcou o próprio entendimento da arquitetura moderna brasileira e o seu lugar na produção cultural. A esta forma Carlos Martins (Martins, 1987) denominou trama hegemônica. Tal trama, que se inicia com a arquitetura pensada e articulada por Lúcio Costa, elegeu esta produção, que se desenvolveria com Oscar Niemeyer à frente, como a verdadeira arquitetura moderna brasileira, secundarizando e marginalizando outras produções, mesmo anteriores, como a de Warchavchik. Pode-se dizer que esta historiografia, lançou as bases para uma narrativa da arquitetura brasileira, que se apresentou como uma das narrativas da cultura e da identidade nacional e da própria nação. Assim, a arquitetura moderna brasileira acabou por amalgamar-se ao projeto de construção da nação e todas as suas vertentes conheceriam o mesmo enquadramento, desde que não questionassem o projeto nacionalista, ainda que, abarcando diferenciações formais, ou no tratamento dos materiais.

Mais que uma historiografia e, também, mais que uma narrativa, o conjunto das operações, findou por conformar um sistema de arquitetura brasileira, com base na arquitetura moderna, que abrangeu as escolas e cursos de arquitetura, as instituições profissionais, o circuito de exposições e publicações e todas as atividades que de uma forma ou de outra, são sensíveis à arquitetura. Este sistema foi de tal forma hegemônico que, “naturalizou” a arquitetura moderna, tornando-a a única arquitetura legítima para o período, que se abre com as obras do Ministério da Educação e que teve em Brasília um dos seus momentos mais significativos.

## 2. UMA OMISSÃO IMPAR

De todas as omissões historiográficas, uma salta aos olhos. A da produção moderna realizada pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, entre 1959 e 1963. A quantidade de obras modernas produzidas, por si só, torna a omissão quase incompreensível, pois foram mais de 500 obras projetadas, concluídas ou iniciadas nesse período [algumas projetadas durante o PAGE e iniciadas e concluídas nos anos subsequentes], mas a cima de tudo o que mais intriga é



que várias obras são reconhecidas e os arquitetos, são fundamentais para a própria arquitetura moderna brasileira. Ou seja, o que é omitido, nesse caso, é o Plano de Ação e sua produção de conjunto, as obras e arquitetos são estudados, ao menos uma parte deles, mesmo que diminuta, mas a operação de conjunto que possibilitou as obras de serem construídas não é analisada.

A ausência do Plano, e do reconhecimento da arquitetura por ele produzida, talvez tenha explicação na própria base conceitual da historiografia da arquitetura moderna, que produz opções e, neste sentido, o que revela e o que oblitera. Mas antes de discutir essa importante questão, vale verificar quais são as obras, ou pelo menos algumas, aqui denominadas fundamentais, que o PAGE possibilitou, assim como os arquitetos que as projetaram.

O mesmo David Libeskind produziu para o PAGE uma obra muito significativa, o Fórum de Socorro. Mas há casos mais significativos. As obras paradigmáticas de Vilanova Artigas para a consecução da chamada "Escola Paulista", são do PAGE, a saber, os Ginásios de Itanhaém, Guarulhos e Utinga, este último inaugurado em 1968, junto com o Fórum de Promissão. A FAUUSP, também foi projetada durante o PAGE, inaugurada no mesmo ano de 1968. Os ginásios de autoria de Paulo Mendes da Rocha, em Campinas e São José dos Campos, além do Fórum de Avaré, inaugurado em 1961, também são do PAGE. Essas obras junto com outras, conformam o ideário arquitetônico e social da arquitetura da "escola paulista". Nelas uma grande estrutura de concreto, conforma todo o programa e propõem através da fruição espacial interior / exterior e da supremacia dos espaços coletivos sobre os ambientes de uso "especializado" – salas de aula, salas administrativas, etc – o edifício como um dispositivo de formação do sujeito para uma vida coletiva ativa, para uma vida democrática. Este pensamento, ao longo dos anos 1960, adquiriu legitimidade junto a uma parcela substantiva de arquitetos.

Mas naquele momento, outras concepções de escolas, fóruns, postos de saúde, além de outros equipamentos públicos foram projetados por arquitetos como, Abelardo de Souza, Abelardo Gomes de Abreu, Abelardo Reidy de Souza, Abrahão Sanovicz, Adolfo Ortemblat Filho, Adolpho Rubio Morales, Afonso Eduardo Reidy, Alberto David, Moreira Andrade, Alberto Rubens Botti, Alfredo Paesani, Ari de Queiroz Barros, Ariosto Mila, Arnaldo Furquim Paoliello, Arnaldo Grostein, Arthur Fajardo Netto, Ayako Nishikawa, Bernardes José Castelo Branco, Candido Malta Campos Filho, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Carlos Benvenuto Fongaro, Carlos Gomes e Cardim, Castelo Branco, Dante de Souza Pereira Autuori, Dario Monteano, David Araujo Benedito Ottoni, Décio Tozzi, Djalma Macedo Soares, Dora Aksenfeld, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Elisário Cunha Bahia, Eneas



Fernandes de Carvalho, Ernesto Varga Cardoso, Fábio Arantes S. Aquino Leme, Fábio Eduardo Kok de Sá Moreira, Fabio Moura Penteadó, Feitor Ferreira de Souza, Fernando Augusto Senna Arantes, Francisco A. Saraiva Farnniele, Francisco Petracco, Galjaro Clanpaglia, Giancarlo Gasperini, Giancarlo Palanti, Gilberto Othoniel Toni, Gregório Zolko, Hamilton M. de Campos, Heinz Toland Weder, Heitor Ferreira de Souza, Hélio de Queiroz Duarte, Hélio Pasta, Hélio Penteadó, Helmut Hein, Henrique Signore Sadocco, Hernani Russo, Hirohiko Sawao, Hiroko Kawauchi, Hoover Américo Sampaio, Icaro de Castro Mello, Israel Galman, Jacob Maurício Ruchti, Jaguanhara de Toledo Ramos, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Janusz Wlodzimierz Wojdyslawski, Jarbas B. Karman, Jerônimo Esteves Bonilha, João Batista Alves Xavier, João Carlos Bross, João Clodomiro de Abreu, João Francisco Portilho de Andrade, João Marino, João Batista Vilanova Artigas, João Walter Toscano, João Xavier, Joaquim Guedes Sobrinho, Joel Ramalho Júnior, Jorge Nomura, Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, José Caetano de Mello Filho, José Luiz Fleury de Oliveira, José Maria Gandolfo, José Maria Monfort, José Pinto, José Roberto Martins, Jose Silvestre Viana Egrecá, Julio José Franco Neves, Júlio Roberto Katinsky, Kurt Holland, Leo Ribeiro de Moraes, Lucio Grinover, Lucjan Korngold, Luis Fernandes A. Moraes, Luis Porto Netto, Luiz Contrucci, Luiz Forte Neto, Luiz Pessoa Ortiz, Majer Botkowski, Marc Rubin, Marcelo Accioly Fralli, Marcos Monlevará Tomanik, Mário Simons Barbosa, Mario Zocchio, Maurício Nogueira Lima, Maurício Tuck Schneider, Miranda Martinelli Magnolli, Nelson A.M. Morse, Nestor Linderberg, Ney de Carvalho Marcondes, Oscar Panzoldo, Oswaldo Arthur Bratke, Oswaldo Correa Gonçalves, Otacilio Rodrigues Lima, Paulo Eduardo Martins de Oliveira, Paulo Floriano de Toledo, Paulo Renan, Paulo Renan Nameda, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Plínio Croce, Renato Alessandri, Ricardo Sievers, Rita Olmo, Roberto Bratke, Roberto Cláudio dos Santos Aflalo, Roberto Gabriel Maurício Gontier, Roberto José Goulart Tibau, Roberto Monteiro, Rodolpho Ortemblad Filho, Rodrigues de Lima, Roger Henri Wailer, Roger Zmekhol, Romeu Thomé da Silva, Rodolpho Ortemblad Filho, Ronaldo Dumani, Rosa Grená Kliass, Rubens G. Carneiro Vianna, Rubens Cezar Madureira Cardieri, Rubens Monteiro, Salvador Candia, Sérgio Teperman, Setsuo Kamada, Sliógenes Vieira Negrão, Sliomar Selter, Teodoro Castro Mello, Ubaldo Carpigiani, Ubirajara Gonçalves Gilioli, Ubirajara Mota Lima Ribeiro, Victor Reif, Walter S. Kneese, Wlademir Kliass, Zenon Lotufo, Zilah Terezinha Castrucci Tambasco.





As obras desses arquitetos estão distribuídas em cidades por todo o Estado: Adamantina, Águas de São Pedro, Agudos, Alto Alegre, Álvares Machado, Alto Alegre, Alvinlândia, Americana, Amparo, Andradina, Aparecida, Apiaí, Araçatuba, Araras, Artir Nogueira, Arujá, Assis, Atibaia, Auriflama, Avaré, Barretos, Barueri, Bauru, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Bocaina, Botucatu, Caçapava, Cachoeira Paulista, Ieras, Cajobi, Cajuru, Camoinas, Campos do Jordão, Candido Mota, Caraguatatuba, Cedral, Cerquilha, Charqueada, Chavantes, Colina, Conchal, Cosmorama, Cunha, Dois Córregos, Dracena, Duatina, Estrela D'Oeste, Flórida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Galia, Graça, General Salgado, Guapiaçú, Guará, Guarujá, Guarulhos, Herculândia, Ibiúna, Icem, Iepe, Igarapava, Indaiatuba, núbia Paulista, Ipauçu, Iracemápolis, Irapuru, Itaberá, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itaporanga, Itaquaquecetuba, Itararé, Itariri, Itu, Ituverava, Jaboticabal, Jacareí, Jaguariúna, Jundiaí, Laranjal Paulista, Lavínia, Leme, Lencóis Paulista, Limeira, Lorena, Lucélia, Macaubal, Marabá Paulista, Maracaí, Marília, Mauá, Miracatú, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Muritinga do Sul, Nova Granada, Novo Horizonte, Ocauçú, òleo, Orlândia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Ourinhos, Pacaembé, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Pedreira, Pereira Barreto, Pindorama, Piquete, Piracicaba, Pirajuí, Pirapozinho, Pirassununga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Porongaba, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Promissão, Queluz, Quintana, Rancharia, Ribeirão dos Índícios, Ribeirão Pires, Rio Claro, Rio das Pedras, Sagres, Salesópolis, Salto Grande, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santa Mercedes, Santa Rosa do Viterbo, Santo Anátacio, Santo André, Santo Antonio da Posse, Santos, São Bernardo, São Caetano do Sul, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Simão, Sertãozinho, Sete Barras, Silveiras, Socorro, Sorocaba, Sud Mennúci, Suzano, Tanabi, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Tupi Paulista, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Vera Cruz, Vinhedo, Votuporanga.

A “escola paulista” pode a través do PAGE, ser difundida, mas várias outras linguagens arquitetônicas estiveram presentes nessa produção, que significou uma difusão excepcional da arquitetura moderna por todo o Estado, em um momento que o modernismo, com a inauguração de Brasília, parecia confirmar a avaliação de Mário Pedrosa de que o Brasil estava condenado ao moderno. Assim, como explicar a ausência dessa produção, de forma conjunta na



historiografia e se as obras de Artigas e Paulo Mendes da Rocha acabaram sendo conhecidas através dos seus autores, inúmeras permanecem desconhecidas.



Figura 1: Ginásio de Itanhém, Arquiteto Vilanova Artigas, 1959. (Fonte: FAU-USP)



Figura 2: Ginásio de Guarulhos, Arquiteto Vilanova Artigas, 1960. (Imagem: Nelson Kon).



347

Figura 3: Ginásio de São José dos Campos, Arquiteto Paulo Mendes da Rocha, 1961. (Fonte: Revista Acrópole)



Figura 4: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP, Arquiteto Vilanova Artigas, 1961/1968. (Imagem: Nelson Kon)





Figura 5: Ginásio Estadual Monsenhor Bicudo, Marília, SP, Arquiteto Salvador Candia, 1962.

(Imagem: o autor)



Figura 6: Fórum de Justiça de Itapira, Arquiteto Joaquim Guedes, 1961. (Imagem: M.T.L.B. Cordido).

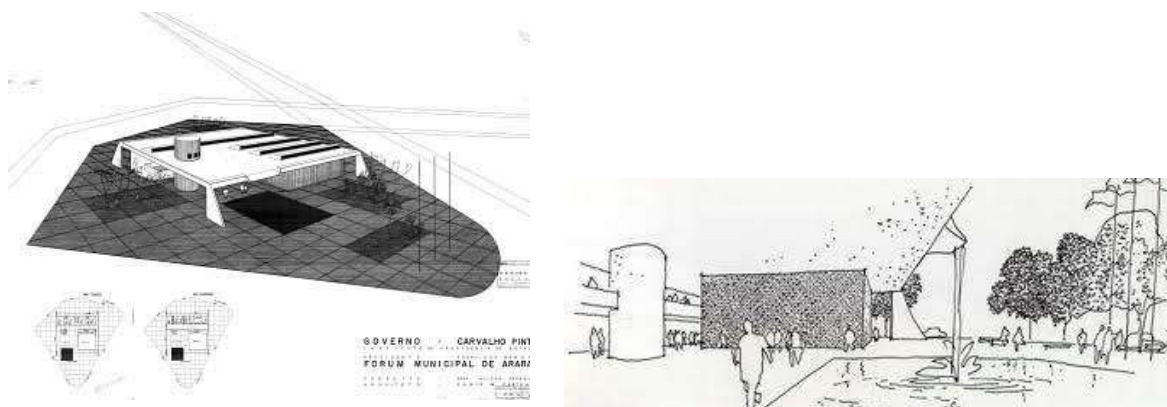


Figura 7: Fórum de Justiça de Araras, Arquiteto Fábio Penteadó, 1959. (Fonte: CPOS)

### 3. UMA HIPÓTESE PARA A OMISSÃO DO PLANO DE AÇÃO

O aqui denominado Sistema de Arte e Arquitetura Modernas, que nos anos 1950 e 1960 (adentrando nos anos 1970), foi amplamente hegemônico em termos culturais no Brasil, por força de sua ligação com o projeto desenvolvimentista secundarizava a produção moderna de cunho social, não a desconhecia, nem a rejeitava, mas tornava-a marginal no conjunto das obras modernas. O programa de cunho social que no plano internacional alicerçou o modernismo no seu início após a primeira guerra mundial, o de habitacional social, teve expressão no Brasil, principalmente através dos Institutos de Aposentadoria, entretanto, o reconhecimento pela historiografia de sua importância, entre nós, há apenas 15/20 anos desfruta de um reconhecimento maior. Antes, até pesquisas relativamente recentes, destacando-se a de Nabil Bonduki, essa produção era pouco analisada, afora os exemplos dos Conjuntos Habitacionais de Pedregulho e Gávea projetados por Afonso Eduardo Reydi. Vários outros conjuntos eram conhecidos, entretanto, a eles parecia faltar a qualidade de exemplares da cultura arquitetônica nacional, ou melhor, da linguagem moderna brasileira formulada a partir de Costa e a historiografia, frente a eles, calava-se.

É preciso dizer que não havia desconhecimento da dimensão social da arquitetura moderna, mas o caminho trilhado pela historiografia preferiu ressaltar a produção que privilegiava o desenvolvimento plástico das formas. Isso levou Max Bill, arquiteto de origem suíça e comprometido com uma concepção produtivista do modernismo, sendo diretor da nova



Bauhaus fundada em Ulm na Alemanha,<sup>1</sup> à condenar a arquitetura brasileira. O que entendia como necessário, pois o descompromisso social fundamentava aquilo pelo qual era admirada, a sua liberdade formal: “Aliás a arquitetura moderna brasileira padece um pouco deste amor ao inútil, ao simplesmente decorativo,”<sup>2</sup> distanciando os compromissos dessa arquitetura com os do modernismo.

Discorrendo sobre os arquitetos brasileiros e pensando a partir do que a historiografia oferecia como leitura da arquitetura brasileira, afirmou sobre os arquitetos brasileiros:

Para mim o mais importante deles é Afonso Reidy, o autor do Conjunto do Pedregulho. Muito aprecio também a obra de Lúcio Costa. Entretanto ao visitar o edifício por ele projetado no Parque Guinle, não pude deixar de perguntar: ‘Para quem foi projetado este prédio?’ Responderam-me que eram apartamentos de auto custo destinados a pessoas de nível econômico elevado. Acho um erro construir-se somente edifícios luxuosos quando existe o problema da habitação popular. (BILL, 1953)<sup>3</sup>

Para Niemeyer, a arquitetura moderna brasileira não poderia estar a serviço das necessidades da população, porque a sociedade, o governo e a estrutura política e econômica – enfim o capitalismo – assim não permitia. A saída para o arquiteto era a existência de um Plano Diretor que colocasse na ordem dia a resolução dos problemas sociais, só assim, a arquitetura poderia de fato alcançar uma dimensão social.<sup>4</sup>

Em uma perspectiva positiva, a sociedade apontava alguns caminhos de transformação, mesmo que um Plano Diretor, leia-se um governo democrático com um Plano de Desenvolvimento, não estivesse formulado. Entre realidade e perspectiva positiva, a historiografia, calcada no modelo de desenvolvimento, que um dia transformaria a Brasil agrário em Brasil urbano-industrial, estabeleceu seu roteiro. Este, sempre privilegiou as grandes obras públicas, onde o viés representativo do poder que seria o proponente e articulador da modernização podia ser melhor verificado. Desta forma, palácios e grandes edificações de órgãos governamentais parecem ter sido interpretados como mais apropriados ao vínculo entre

<sup>1</sup> Conhecida como Nova Bauhaus, ou Bauhaus de Ulm, o nome correto da instituição é Hochschule für Gestaltung, HfG, "Escola Superior da Forma", fundada em 1953 e fechada em 1968..

<sup>2</sup> Max Bill censura os Arquitetos Brasileiros. Entrevista a Flávio d’Aquino, in Arte em Revista no. 4, p. 50. Publicada originalmente na revista Manchete nº 60, sob o título Max Bill, o Inteligente Iconoclasta, em jun. 1953 e reproduzida em Habitat nº 12, em set. do mesmo ano.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p. 50.

<sup>4</sup> Ver NIEMEYER, Oscar - Problemas Atuais da Arquitetura Brasileira. In Módulo nº 3, p.19-27.





a arquitetura moderna e projeto de modernização do país. Nesta linha, as grandes residências da elite econômica também ganharam destaque. A modernização tinha como protagonista a elite urbana e não os trabalhadores, o compromisso com a modernização da mesma elite ficava estampado nas grandes residências modernas. Talvez isso pareça muito esquemático, ou mesmo doutrinário, mas é muito sintomático a ausência dos empreendimentos habitacionais no discurso historiográfico, ou a sua presença de forma pontual, sem a interpretação do contexto e dos principais agentes que contribuíram para sua consecução, como as equipes de arquitetos dos institutos de aposentadoria. O mesmo pode ser visto nas obras do PAGE, as escolas citadas, assim como os Fóruns, para ficarmos apenas nesses equipamentos sociais, são sempre associados exclusivamente à produção de seus autores, que parecem projetar à revelia do poder público, apesar de projetarem para o mesmo poder e contratados para tanto.

A contratação dos arquitetos modernos foi uma ação extremamente consciente por parte do governo Carvalho Pinto e não fruto de um descuido administrativo. Do ponto de vista estritamente técnico, ele não precisaria tê-lo feito, o Departamento de Obras Públicas [DOP] estava apto a projetar e construir as edificações. Mas o governo não queria transferir ao DOP o conjunto dos projetos, porque este praticava, ainda no final dos anos 1950, uma arquitetura eclética e o governo queria obras modernas. A fala de Plínio de Arruda Sampaio, chefe de gabinete de Carvalho Pinto e coordenador do PAGE, é esclarecedora:

(...) era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas, desse pessoal “craque”. Então eles todos... eu não me lembro de nenhuma discussão formal. Mas eu me lembro que todo mundo achava muito bonito, nós recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes, tinha maquete que era bonita. Então eu recebia muito telegrama, muito obrigado e “tal”. (SAMPAIO, 2007)

Talvez o governo estivesse preocupado com a questão formal, da aparência moderna, mas os arquitetos não.

#### 4. CONCLUSÃO

No quadro de opções da historiografia, O tema social compareceu durante algum tempo, como fundamento e impossibilidade na produção arquitetônica moderna brasileira.



Fundamento como promessa e impossibilidade, porque primeiro se precisaria desenvolver o país, para depois atender as necessidades da população.

Para os arquitetos modernos que projetaram para o PAGE, ou pelo menos para a sua grande maioria, a questão social era associada à discussão sobre a modificação da natureza dos espaços dos equipamentos públicos. Havia entre os arquitetos modernos, o entendimento de que os equipamentos públicos não incorporavam como deviam a noção de uso e utilização universal, necessário para uma verdadeira democracia. Refletindo sobre essa questão, a partir do seu projeto do Fórum de Araras para o PAGE Fábio Penteado, articulado às formulações de Artigas, afirmou:

O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade, onde ele é? Para quem que ele vai atender? Em Araras devia ter quinze mil habitantes. Também fui ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim era a descrição que vi na época: um padrão dentro daquela linha dos juízes, do comando não sabe da onde. Um prédio Vetusto. E acomodava no terreno, conforme o projeto vinha uma escada, com pé direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos que as pessoas se dirigem. (...). (PENTEADO, 2007)

Para o arquiteto, frente a esta situação o cidadão comum via-se intimidado:

O cidadão comum ao se aproximar já tem dúvida, já tem medo, é ancestral. Na porta daquele prédio tem um cidadão que é guarda que pode barrá-lo e ele pode não fazer nada, mas está lá relaxado, já maltratando pelo princípio de ser autoridade. (PENTEADO, 2007)

O Fórum poderia ser de outra extração social, além de permitir suas funções cotidianas, deveria servir de base para uma nova concepção. Tendo como premissa romper o “princípio de autoridade” e a hierarquia espacial que o Fórum tradicional projetava, favorecendo a apropriação do equipamento por parte dos cidadãos, Penteado propôs:

(...) um Fórum que não tivesse porta. A área era uma praça grande, tinha espaço. Então a idéia em princípio foi de usar um espaço onde chamaria de Fórum, ele gerava uma sombra na pracinha onde o cidadão aguardava na sombra. (PENTEADO, 2007)

O projeto inscrevia-se no desejo de aliar o desenvolvimento à afirmação e ampliação da vida democrática no país. A dimensão pública era uma tarefa a ser completada na transição para uma verdadeira democracia. O Fórum, portanto, deveria ser entendido como um equipamento público, de uso público efetivo, sua relação com o espaço público externo, devia ser de



continuidade e não de restrição, a praça adentrava no Fórum, como a vida ativa deveria fazê-lo. Esta concepção de equipamento público norteou-se não o conjunto da produção moderna dos edifícios do Plano de Ação a parte da produção que direta, ou indiretamente, era influenciada pelas ideias de Artigas e buscava um sentido político para a prática arquitetônica. Esta mesma concepção ditada por Penteadó, pode ser verificada no Fórum que Artigas projetou em Promissão e no de Paulo Mendes da Rocha para Avaré, além de ganharem vida nos ginásios projetados por esses e outros arquitetos.

Há um hiato que ainda necessita ser verificado. Com o Plano de Metas, o Plano Diretor que Niemeyer afirmava não existir, tornou-se para uma parte substantiva da esquerda e dos intelectuais uma realidade. Ou seja, em tese, haveria a possibilidade de alguma arquitetura social. Entretanto, entre o Plano de Metas e Brasília e o Plano de Ação e um conjunto de equipamentos sociais, novamente, a historiografia preferiu a divulgação de obras que dignificassem simbolicamente a nação. Talvez, para a história, e para a historiografia da arquitetura, o lugar de Carvalho Pinto, como um apoiador do “golpe militar de 1964” tenha prejudicado o Plano de Equipamentos Sociais de seu governo e sua leitura arquitetônica, ao contrário do lugar político ‘democrático’ que coube a Jucelino Kubschek, também, após o golpe. De todo modo, passadas décadas, isso não mais se justifica.

Durante o regime militar, as críticas ao desenvolvimentismo brasileiro e seus rebatimentos no campo da construção civil nos anos 1960 trouxeram a discussão da função social do arquiteto, ou da arquitetura, para o centro dos debates e propiciou certa renovação do ideário moderno e a ascensão ao primeiro plano da produção arquitetônica de Artigas e da arquitetura que se desenvolveu principalmente a partir de suas obras. Mas a historiografia preferiu omitir o Plano que permitiu que essa produção ganhasse uma dimensão pública e traduziu-a na perspectiva exclusiva dos arquitetos autores, promovendo o desconhecimento de todo o processo. Além disso, ao reduzir as obras a alguns poucos arquitetos, produziu o desconhecimento do binômio quantidade/qualidade que marcou a produção do PAGE. Dezenas de cidades passaram a integrar o modernismo através das obras do PAGE, obras que marcaram e ainda marcam a paisagem urbana de muitas delas.



## 5. REFERÊNCIAS

BILL, Max, Censura os Arquitetos Brasileiros. Entrevista a Flávio d'Aquino. *In: Arte em Revista* no. 4, São Paulo: Kairós, agosto 1980, p. 50-51.

BUZZAR, M. A.; Simoni, Lucia N.; CORDIDO, Maria T. R. L. de B.. Pesquisa e Levantamento dos Processos Relativos aos Projetos e Obras dos Equipamentos Públicos Implementados pelo PAGE, gestão Carvalho Pinto (1959-1963), no Arquivo - IPESP. *In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO-ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO*, 2008, B. Horizonte. Anais Sem. Latino-Americano Arquitetura & Documentação, 2008. v. único. p. 1-20.

CORDIDO, M. T.R. L. de B. *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo*, São Carlos, mimeo, 2007.

COSTA, Lúcio - *Sobre Arquitetura*, Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários da Arquitetura, 1962.

FERREIRA, Carlos A. Martins - *Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1987, mimeo..

NIEMEYER, Oscar - Problemas Atuais da Arquitetura Brasileira. *In* Módulo nº 3, Rio de Janeiro: *Avenir*, dez. 1955, p.19-27.

PINTO, Carvalho, 1961, Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961, São Paulo, Decretos e Relatórios, São Paulo, Imprensa Oficial.

S/A, Estado de São Paulo, 1959, Plano de Ação do Govêrno- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social, São Paulo, *Imprensa Oficial do Estado*.

### ENTREVISTAS

PENTEADO, F. M., 2007 - Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

SAMPAIO, P. de A., 2007 - Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

## **PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL: “QUEM” SÃO AS ROTUNDAS FERROVIÁRIAS?**

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da

*Estudante de Doutorado do Programa de História da Universidade do Minho*

*ronaldoandre@gmail.com*

355

### **RESUMO**

A memória individual e coletiva se faz a partir dos elementos pessoais ou sociais com os quais se identifica uma relação única e personalizada. Assim, as relações sociais estabelecidas entre grupos e elementos sociais comunitários apresentam características específicas que, muitas vezes, estão determinadas por vínculos afetivos ou profissionais, de articulação entre a cultura e a memória, a história e a sociedade. Essa relação está apresentada a partir da discussão em torno do conceito de patrimônio cultural e dos elementos ferroviários, em particular, as rotundas ferroviárias como patrimônio industrial. Avaliam-se casos brasileiros e se busca apresentar como eles têm sido desenvolvidos ou percebidos segundo sua valorização ou abandono. As reflexões a partir desse contexto levam a novas fronteiras e articulações sobre o patrimônio cultural, identificação de seus elementos, signos e significados e as questões acerca de sua visibilidade ou invisibilidade em relação a cultura e a memória sociais.

**Palavras-chave:** Patrimônio Industrial, Memória Social, Patrimônio Ferroviário.

### **ABSTRACT**

The individual and collective memory is made from personal or social elements with which identifies a unique and personalized relationship. Thus, social relations between community groups and social elements present specific characteristics that often are determined by emotional or professional ties and articulation between culture and memory, history and society. This relationship present shown from the discussion around the concept of cultural heritage and rail elements, in particular, railway roundhouses as industrial heritage. What is evaluated Brazilian cases and aims to show how they have been developed or perceived from its recovery or abandonment. The reflections from this context lead to new frontiers and joints on cultural heritage, identifying its elements, signs and meanings and questions of visibility or invisibility in relation to social culture and memory.

**Key-words:** Industrial Heritage. Social Memory. Railroad Heritage.



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

## 1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural brasileiro tem em suas formas de expressão uma complexidade de representações e significados que, algumas vezes, não se encontram presentes no imaginário das pessoas. Entretanto, elas, de alguma maneira, fazem parte da identidade de pessoas, grupos, comunidades e podem ser percebidas no cotidiano. Uma das quais se encontra esquecida, e porque não negligenciada, pela sociedade a partir de suas diversas formas de representação, compreende o patrimônio ferroviário brasileiro.

Os complexos ferroviários apresentam-se como elementos de grande importância para a história brasileira e constituição de seu patrimônio cultural. Desde o desenvolvimento econômico, desde o século XIX até meados do século XX, à constituição de elementos sociais-culturais e urbanísticos tem-se uma relação direta entre a realidade histórico-social das cidades brasileiras e o patrimônio ferroviário que permitiu o desenvolvimento de sistemas sociais e de infraestruturas urbanas que se somam à economia brasileira.

Dentre as estruturas ferroviárias, muitas encontram-se listadas e reconhecidas como patrimônio cultural, mas a grande maioria está em diferentes estágios de decomposição: desde abandonadas e arruinadas ao completo desaparecimento. Essas estruturas, comumente, se constituem em edifícios e equipamentos que despertam interesse, seja pela monumentalidade e singularidade que representam ou pela importância e centralidade para a vida social e econômica dos centros em que se encontram.

O trabalho busca apresentar duas diferentes visões que se contrapõem em relação ao patrimônio ferroviário brasileiro. Há um compartilhamento de interesses, que se classificam entre diversos (público e privado), difusos (particular e comunitário), diferentes (cultural e econômico), opostos mas que têm uma certa representatividade que se confunde e mesmo elimina características como a identidade e a identificação dos elementos ferroviários com o lugar, a comunidade. Sabe-se que os complexos ferroviários compreendem realidades distintas de percepção e atuação em relação ao patrimônio cultural brasileiro, mas especificamente busca-se discutir o seu valor como patrimônio cultural e social.

Assim, a proposta de trabalho apresenta as rotundas ferroviárias como elementos de referência (ou de abandono e desconhecimento) nas mais diversas comunidades (cidades) e sua relação com a memória social. Em várias cidades brasileiras o elemento ferroviário, em seu





X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

conjunto, pode ser considerado como fator de desenvolvimento social e urbano, além de garantir uma identidade social.

## 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL

O conceito de patrimônio cultural tem sido recentemente ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam, nos últimos anos, uma ampliação que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, mas também as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio emergem também com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível (Abreu e Chagas, 2003).

Para Castriota (2009), a ampliação do conceito leva a uma desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados, pois são necessários novos olhares para o entendimento da abrangência. A necessidade de inclusão de aspectos que envolvam a identidade e identificação dos grupos sociais a que pertencem os elementos patrimoniais, torna-se necessário avaliar como a tradição, os costumes, as mudanças culturais interferem na percepção desses elementos e desenvolvem a memória e a história dos lugares a que pertencem, das comunidades que os delimitam e a sua identidade social.

As diferentes relações estabelecidas com o tempo e com o espaço determinam as mudanças nas percepções entre as tradições e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam à identificação de elementos que tendem a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados à condição dos elementos considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. Algumas questões relacionadas à monumentalidade, à particularidade e à identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos envolvidos, direta e indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais tem permitido amplas discussões.

A preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial pode igualmente ser observada em alguns casos que se apresentam a partir de iniciativas públicas ou privadas e tem permitido uma crescente preocupação com o patrimônio histórico e industrial, como por exemplo, iniciativas para tombamento e conservação de caixas d'água, fábricas têxteis, engenhos, instalações e complexos ferroviários, usinas hidrelétricas e siderúrgicas, dentre outros.

Entretanto, as origens do conceito de patrimônio industrial remontam aos anos 50 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Dentre os precursores se tem o português Francisco de Sousa Viterbo que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, fazendo dela uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia. O primeiro livro e o primeiro periódico foram publicados por Kenneth Hudson em 1963, nos quais ainda cita-se a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birgminham, que utilizava a expressão 'arqueologia industrial' em suas palestras. (Hudson, 1965; Trinder, 1992).

Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos y lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas. (Minchinton, 1983, Palmer & Neaverson, 1998). O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como aquela área específica de estudos em que não havia uma preocupação centrada no patrimônio material, mas, também, nas reminiscências das sociedades, levando-se em consideração os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial.



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

359

Em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) construiu conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

O patrimônio industrial se compõe dos restos da cultura industrial que possuam um valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes restos consistem em edifícios e maquinaria, escritórios, moinhos e fábricas, minas e lugares para processar e refinar, armazéns e depósitos, lugares onde se gera, se transmite e se usa energia, meios de transporte e toda sua infra-estrutura, assim como os lugares onde se desenvolvem as atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como as moradias, o culto religioso ou a educação.

A arqueologia industrial compreende um método interdisciplinar para o estudo de toda evidência, material ou imaterial, de documentos, artefatos, estratigrafia e estruturas, assentamentos humanos e terrenos naturais e urbanos, criados por processos industriais ou para eles. A arqueologia industrial faz uso dos métodos de pesquisa mais adequados para fazer entender melhor o passado e o presente industrial. (TICCIH, 2003).

A importância da arqueologia industrial surge, para López García (1992), a partir de um momento em que a sociedade pós-industrial, ou da informação, passa por mudanças que determinam novos paradigmas de estudo dominados pela automatização e pela importância central dada aos processos informacionais. Redefine-se uma nova era “neointustrial” na qual é necessário ter presente o passado mais próximo para compreender melhor o futuro e conformar com isso a imagem e a personalidade do lugar em que se vive.

As diferentes maneiras de articulação existentes entre a cultura e a memória, a história e a sociedade, reescrevem um passado e presente, muitas vezes recente, mas esquecido. Além disso, definem novas maneiras de se enxergar as fronteiras e articulações que identificam uma linguagem nacional própria e uma identidade e memória sociais que muitas vezes são significantes e trazem significado a questões que inquietam estudiosos e apaixonados pela memória cultural. (Ferreira e Orrico, 2002)

Segundo Choay (2001), o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se tratar sua definição e também sua identificação e identidade. A mera classificação de edifícios ou de aspectos arquitetônicos não permite abarcar as possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se



X

pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, devem ser consideradas as formas de expressão imateriais, como o *savoir-faire*, a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se apresentam expressas de maneira não-material.

360

### 3. O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO BRASILEIRO – ASPECTOS HISTÓRICOS

A história ferroviária do Brasil inicia-se em 1852 quando o Barão de Mauá, a partir das condições favoráveis estabelecidas pela legislação imperial empreende a construção da primeira via férrea entre as cidades de Rio de Janeiro e Petrópolis, a “Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis” inaugurada em 1854, que permitiu a integração dos transportes hidroviário e ferroviário entre a Baía de Guanabara e Petrópolis. (Gerodetti e Cornejo, 2005).

Segue-se, durante a segunda metade do século XIX, a implantação de outras ferrovias a destacar: Recife ao São Francisco e D. Pedro II (1858), Bahia ao São Francisco (1860), Santos a Jundiaí (1867) e Companhia Paulista (1872). O período imperial compreende, ainda, uma expansão relevante do sistema ferroviário em que se destacam: Companhia Mogiana e Companhia Sorocabana (1875), Central da Bahia (1876), Santo Amaro (1880), Paranaguá a Curitiba (1883), Porto Alegre a Novo Hamburgo, Dona Tereza Cristina e Corcovado (1884). (Cunha, 1909; VV. AA., 1954)

A Estrada de Ferro D. Pedro II tornou-se, no início do período republicano, a Estrada de Ferro Central do Brasil, uma das principais vias de transportes e eixo de desenvolvimento do país e as ferrovias paulistas se destacaram devido à importância central para a política econômica do café, no Vale do Paraíba, com extensa malha ferroviária até o Porto de Santos. Até a década de 1930, o sistema ferroviário cafeeiro conta com cerca de 18 ferrovias dentre elas: a Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Araraquara e a São Paulo Railway. (Saes, 1981; VV. AA., 1954).

A substituição do sistema ferroviário a partir da década de 1930 determinou sua decadência e nos anos seguintes ocorreu uma expansão mínima com a eletrificação de parte das



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

vias férreas e a substituição do vapor pelo diesel como forma de tração. O período varguista (1930-1945) colabora para o desenvolvimentismo nacional brasileiro cuja intensificação da indústria mineradora permite a criação da Companhia Vale do Rio Doce que incorpora a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o controle do tráfego e transporte de minério de ferro entre Minas e o Espírito Santo para exportação. (Brasil, 1974).

Os anos 50 foram de mudanças para a estrutura ferroviária brasileira, pois em 1953, a RMV passou às mãos do governo federal com a criação do DNEF – Departamento Nacional de Estrada de Ferro e a posterior criação da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A. A partir de 1975 todas as linhas da RFFSA passaram a ser denominadas pela sigla federal até o ano de 1996 quando ocorreu o processo de privatização da rede ferroviária.

A partir do contexto apresentado, tem-se que o patrimônio ferroviário, como parte do conjunto definido pelo patrimônio industrial e como um dos principais elementos de inserção social e de interação com a sociedade e seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Dentro dessa perspectiva, o patrimônio industrial, a partir da Carta de Nizhny Tagil, do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), órgão representativo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a área, compreende

os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (Carta NizhnyTagil, p. 1)

Ao representar o período histórico compreendido a partir da Revolução Industrial até a contemporaneidade, tem-se que o elemento ferroviário pode ser considerado um dos elementos formadores e desenvolvedores da economia, política, história e sociedade. Dessa maneira, a formação da sociedade tem por estruturas-base os conceitos de memória e história que se relacionam como elementos fundamentais as tradições, os símbolos e signos e as demais variáveis que compõem um grupo social específico (Keesing, 1993).



X

Considera-se ainda o propósito em considerar o elemento ferroviário como fator de convergência das ideias de uma memória social em que se tem a proposta de encontrar e desenvolver um conceito que releva a cultura um elemento social que assinala características definidoras do conceito em questão e que considera, ainda, os aspectos sistêmicos das relações indivíduos-grupo-sociedade, suas interinfluências e o equilíbrio social dinâmico daí decorrente, afora as componentes materiais (variáveis tecnológicas, econômicas e socioambientais) e ideacionais (religião, ritos e símbolos, comportamento e crenças). (Geertz, 2003).

Assim, o patrimônio ferroviário torna-se o elemento das relações sistêmicas da sociedade o qual define uma cultura e uma identidade relacionada aos elementos ferroviários, em especial as rotundas, por sua singularidade e representatividade. A memória social torna presente uma identidade particular, pautada pela relação estabelecida entre a sociedade, seus indivíduos e a representação da ferroviária para a memória social e o patrimônio cultural.

362

## 5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O processo metodológico busca centrar-se no exame concreto de situações reais de desenvolvimento do trabalho humano, relacionado ao elemento ferroviário que permite uma abordagem a partir da abordagem de estudos de caso e apresenta um modelo de análise que encerra uma proposta de investigação a partir de descrições das situações sócio patrimoniais.

A definição dessas etapas atrela-se à obtenção de informações, segundo os mais diversos tipos de fontes consultadas, bem como à agregação de dados decorrente do período (espaço-tempo) de análise definido para a pesquisa que compreende os complexos ferroviários existentes na região sudeste brasileira.

A documentação e referências bibliográficas como parte de um processo de fomento e construção da teoria e da prática têm por preocupação central a construção das relações entre a memória social, o patrimônio industrial e o patrimônio cultural. Os estudos realizados a partir de documentos compreendem assim a percepção do patrimônio ferroviário com fins culturais (fonte histórica), econômicos (exploração do patrimônio com fins turísticos) e sociais (identidade das localidades e regiões que os possui).





X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

## 6. REFLEXÕES PATRIMONIAIS

O patrimônio ferroviário, no contexto do patrimônio cultural, pode ser considerado, sobretudo, como uma óptica particular das estruturas macro e microeconômicas, sob uma perspectiva de caráter sócio humanista em que se busca relacionar as influências sociais àquelas estabelecidas entre memória social e patrimônio industrial.

A importância ou influência do setor ferroviário na vida social, no desenvolvimento econômico e na identidade social visa identificar elementos sociais e culturais de uma sociedade cujos temas transversais de conhecimento pouco explorados têm como eixo fundamental o conceito de patrimônio industrial que se encontra compreendido em um conceito mais amplo de patrimônio cultural.

Ao relacionar a memória social às referências do patrimônio ferroviário, em especial as rotundas, tem-se aplicada a memória social e coletiva de Halbwachs (1990, 2004) às empresas. A partir de tais estudos, uma análise das representações sociais e da memória coletiva oriundas das relações estabelecidas nas interações sociais se complementam ao conceito de memória coletiva de Aguilar Mejía & Quintero Álvarez (2005) e Olick & Robbins (1998) que consideram diferentes elementos significantes e significados que se delineiam por meio de variáveis de identificação e identidade pessoal e coletiva e que se estabelecem a partir das mudanças nas relações sociais e seus efeitos.

Com isso, a construção dos conceitos de memória pessoal ou social [individual ou coletiva] considera também os marcos de tempo e de espaço, sendo o primeiro relacionado às datas e fenômenos que fazem parte da memória coletiva e têm significado especial para os indivíduos – que com eles se identificam e constroem parte de sua identidade. Já a variável espacial se estabelece segundo os locais de convivência e de identificação, de lazer e de trabalho, inclusive, aqueles em que se distingue uma identidade individual e coletiva.

Ao relacionar cultura e memória, as relações entre fatos e fenômenos e sua simbologia apresentam perspectivas – de âmbitos cultural, econômico, de gênero e comunidades etc. – e arrolam as variáveis de espaço e tempo. Quando se expande essa interpretação, procede-se a uma imbricação das relações profissionais e pessoais segundo uma perspectiva social e de construção interdisciplinar (Jameson, 1999). Tal abordagem considera, ainda, uma memória



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

que relaciona aspectos do “materialismo histórico-geográfico” (Soja, 1996a, 1996b) e “fluxos de espaço-tempo” (Castells, 1997a, 1997b, 1999).

Percebe-se, assim, que o desenvolvimento dos complexos ferroviários permitiu o surgimento de núcleos sociais e cidades que se destacaram (nos campos econômico, social e cultural) e apresentaram desdobramentos percebidos não somente sob o aspecto do desenvolvimento social-urbano, mas também a partir de perspectivas de reprodução, manutenção e formação de modelos sociais que garantam certa estabilidade e perenidade do modelo social e industrial vigente.

Para Cabral (2001), essa ideia, estabelecida desde os primórdios da industrialização, através por exemplo da comunidade de New Lanark, de Robert Owen, que tem por propósito inicial a reprodução e garantia das relações capital-trabalho e mesmo das relações sociais pré-existentes.

Assim, a implementação dos complexos ferroviários teve por repercussão a formação de núcleos urbanos e sociais, de vilas operárias ou mesmo cidades. Com o surgimento desses núcleos, advém a necessidade em estabelecer relações sócio-culturais com a sociedade e de desenvolver estratégias de incremento de estruturas sociais e culturais. A identidade social e a memória social surgem então como fatores relacionados a uma complexa realidade em que é preciso perceber as relações socioculturais existentes entre complexo ferroviário e sociedade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma “nova” interpretação para o patrimônio ferroviário e suas relações com a sociedade permite desenvolver reflexões que se pautam para o reconhecimento, a lembrança e a inclusão desse como patrimônio e paisagem cultural. Mas, há uma maior preocupação em se observar que invariavelmente tem-se uma situação inversa, de descaso, abandono, degradação e mesmo extinção do patrimônio ferroviário. Em alguns casos, as formas de expressão e de preservação do patrimônio ferroviário encontram-se desconectadas de seu contexto e cuja relação entre presente e passado não tem por preocupação um resgate da história e da memória.

Segue-se abaixo, uma tabela resumo (TABELA 1) das rotundas brasileiras em que se observa, por meio da simbologia utilizada as questões anteriormente colocadas, de abandono à



X

valorização patrimonial, de maneira desproporcionais quanto aos aspectos de patrimonialização.

Região	Estado	Cidade/Estado	Situação (*)	
Norte	Pará	Marituba	( D )	
	Rondônia	Porto Velho (Madeira-Mamoré)	( E )	
Nordeste	Pernambuco	Edgar Werneck	( D )	
	Ceará	Fortaleza	( D )	
		Álvaro Wayne	( D )	
		Salvador	( A )	
	Bahia	Alagoinhas	( A )	
		Maranhão	São Luís	N / I
	Rio Grande do Norte	Rosário	N / I	
		Natal – E.F. Sampaio Corrêa		( A )
			Natal – E.F. Natal a Nova Cruz	( D )
		Sergipe	Aracaju	( A )
Sudeste	São Paulo	Campinas (Mogiana)	( A )	
		Campinas (Paulista)	( D )	
		Bauru	( E )	
		Ribeirão Preto	( D )	
		Rio Claro	( D )	
		Araraquara	( E )	
		Lins	( A )	
		Casa Branca	( D )	
		São José do Rio Preto	( D )	
		Catanduva	( D )	
		Cruzeiro	( E )	

365

Continuação:

Região	Estado	Cidade/Estado	Situação (*)
Sudeste	Minas Gerais	Além Paraíba (Porto Novo)	( E )
		Ribeirão Vermelho	( A )
		São João Del Rey	( E )
		Sete Lagoas	( D )
		Uberaba	( D )
	Rio de Janeiro	São Diogo	( D )
		Caju	( D )
		Barra do Piraí	( E )
		Três Rios	( E )
	Sul	Rio Grande do Sul	Cruz Alta
Paraná		Curitiba	( D )
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	( A )
		Ponta Porã	N / I
		Três Lagoas	N / I

**Tabela 1.** As Rotundas Brasileiras – Localização e Situação (por região/estado).

Fonte: Adaptado/atualizado das páginas WEB: Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) – [www.abpf.org.br](http://www.abpf.org.br) e o site Estações Ferroviárias – [www.estacoesferroviarias.com.br](http://www.estacoesferroviarias.com.br)



X

**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

**Legenda:** ( A ) = abandonada; ( D ) = demolida; ( E ) = existente; S/I = sem informações

Uma reflexão se faz necessária a partir da importância do complexo ferroviário, sua arquitetura e estrutura, para compreendê-lo como paisagem cultural e social cuja interpretação constitui importante elemento patrimonial. A paisagem ferroviária, em especial as rotundas ferroviárias, vem perdendo na maior parte dos casos a capacidade de expressão, reconstrução e reconstituição de parte de uma memória social e identidade social. A partir de uma dinâmica de (re)definição, (re)significação e (re)identificação do patrimônio ferroviário segundo diversos campos de saber pode-se entender de maneira ampliada as diferentes faces/fases de processos de vida e personalidade, de significados e signos (de identidade), de memória social e da história social.

366

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- AGUILAR MEJÍA, Oscar Mauricio y QUINTERO ÁLVAREZ, María Ximena. Memoria colectiva y organizaciones. IN: *UniversitasPsychology*. Bogotá, v. 4, nº. 3, p. 285-296, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional De Transportes. *Planos de viação: evolução histórica (1808-1973)*. Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes, 1974.
- CABRAL, Ana Isabel Aguiar. *Entre o discurso e a prática: a educação e a infância em escolas de fábrica com vila operária*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía sociedad y cultura. La sociedad red*. Madrid, Alianza Editorial, vol. 1, 1997a.
- CASTELLS, Manuel. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid, Taurus, 1997b.
- CASTELLS, Manuel. Identidad, estado, trabajo, tiempo y espacio en la sociedad red: contribución a un debate abierto. IN: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Madrid, nº 86, 1999.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, Ernesto Antônio Lassance. *Estudo descritivo da viação férrea no Brasil*. Rio de Janeiro; Comissão Central de Estudos e Construção de Estradas de Ferro, 1909.



X

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 355-367

- FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. Prefácio. IN: FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 7-12, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. Barcelona, Gedisa, 2003.
- GERODETTI, João Emílio y Carlos CORNEJO: *As Ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo; Solaris Edições Culturais, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértica, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona, Anthropos, 2004.
- HUDSON, Kenneth. *Industrial archaeology*. London: Methuen, University Paperbacks, 1965.
- JAMESON, Frederick. *Postmodernidad*. Madrid, Trotta, 1998.
- KEESING, R.M. (1993) “Teorías de la cultura”. IN: VELASCO, Honorio M. *Lecturas de antropología social y cultural. La cultura y las culturas*. Madrid: Cuadernos de la UNED, p. 51-82, 1993.
- LÓPEZ GARCÍA, Mercedes. El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar. IN: FERNANDEZ GARCÍA, Aladino; ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (coords.) *Arqueología Industrial (monográfico) Ábaco Revista de Cultura e Ciências Sociais*. Gijón: Nova Época, nº 1, pp. 9-12, 1992.
- MINCHINTON, Walter. World industrial archaeology: a survey. IN: *World Archaeology*, vol. 15, nº. 2, pp. 125-136, oct. 1983.
- PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. Londres: Routledge, 1998.
- SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo (1870-1940)*. São Paulo; HUCITEC/MEC, 1981.
- SOJA, Eduard. W. Planning in/for postmodernity. IN: BENKO, G.; STROHMAYER, Ulf (eds.). *Space and social theory*. Oxford: Blackwell, pp. 236-249, 1996a.
- SOJA, Eduard. W. *Thirdspace*. Cambridge: Blackwell, 1996b.
- TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. *Charters*, 2003. Disponível em, <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Data de acesso: 19 jan. 2014.
- TRINDER, Barrie. *The blackwellencyclopaedia of industrial archaeology*. Londres, Blackwell, 1992.
- VV.AA. *I Centenário das ferrovias brasileiras*. Rio de Janeiro; IBGE, 1954.



## PATRIMÔNIO E VALORES CONTEMPORÂNEOS

KOEHNTOPP, Paulo Ivo. (1)

*UNIVILLE. Professor Doutor do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade*  
*pauloik@uol.com.br*

JACINTHO, Ana Carla. (2);

*UNIVILLE. Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade*  
*a.jacintho@hotmail.com*

368

### Resumo

Este artigo tem como objetivo a reflexão, acerca do patrimônio cultural edificado da cidade de Joinville – Santa Catarina. Precisamente sobre a valoração econômica de um imóvel tombado. O estudo de caso tem como base empírica, o imóvel denominado Palacete Schlemm, único ainda existente do início do século XX que possui três pavimentos e apresenta características do final do ecletismo. A junção dos campos da Economia e da Cultura é recente da perspectiva econômica do Patrimônio Cultural e pode favorecer as políticas públicas da cultura e o desenvolvimento local. O Patrimônio Cultural e os usos desses bens, tem experimentado grandes modificações e conflitos entre o poder público e a sociedade civil na contemporaneidade. Neste sentido, quais as alternativas e perspectivas para sustentabilidade do patrimônio cultural no futuro?

**Palavras-chave:** Joinville; patrimônio cultural; sustentabilidade.

### Abstract

His article aims to reflection about the built cultural heritage of the city of Joinville - Santa Catarina. Precisely on the economic assessment of a fallen building. The case study is empirical basis, the property called Palace Schlemm, sole remaining from the early twentieth century that has three floors and presents end of the characteristics of eclecticism. The junction of the fields of Economy and Culture is recent economic outlook Heritage and can promote public policies of culture and local development. The Cultural Heritage and the uses of these assets, has experienced major changes and conflicts between the government and civil society nowadays. In this sense, what alternatives and prospects for sustainability of cultural heritage in the future?

**Key-words:** Joinville; cultural heritage; sustainability.





## INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de uma cidade, sendo material ou imaterial, ao mesmo tempo em que a distingue, pode fomentar o seu desenvolvimento desde que os recursos patrimoniais correspondentes sejam devidamente reconhecidos e preservados, empregados com economia e competência gerencial em empreendimentos civis sustentáveis, com a ampla difusão de suas políticas públicas e sua eficácia na implementação de projetos culturalmente adequados.

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões, acerca do patrimônio cultural edificado da cidade de Joinville – Santa Catarina, mais precisamente sobre a valoração econômica de um imóvel tombado. O estudo de caso tem como base empírica, o imóvel denominado Palacete Schlemm, situado à Rua do Príncipe, número 345, esquina com a Rua Jerônimo Coelho, no bairro centro, no qual concentra-se o maior número de edificações simbólicas tombadas da cidade.

Trata-se de um recorte da dissertação que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville-Univille, denominada “Valorização do Patrimônio Cultural Edificado da Cidade de Joinville: O Caso do Palacete Schlemm”, que tem como objetivo compreender como a sociedade atribui valores e que tipo de valores são atribuídos ao prédio do antigo Hotel Príncipe?

A pesquisa em desenvolvimento segue a metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, outra fonte documental a qual este estudo está recorrendo é a utilização de imagens (fotografias). A técnica de coleta de dados é a entrevista semi-estrutura com o proprietário do imóvel, alguns locatários do imóvel, imobiliárias e gestores do conselho municipal de política cultural de Joinville/SC. Por fim, ressalta-se que a pesquisa se concentra especialmente nos bens culturais de natureza tangível.

## PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS ANUANCIAS

A Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, define patrimônio como “legado que recebemos do passado, vivemos no



presente e transmitimos às futuras gerações e que cabe ao Estado, identificar, proteger, conservar e valorizar” (UNESCO, 2005).

Partindo deste pressuposto, o patrimônio cultural, transmitido e preservado de geração em geração, recorda múltiplos significados relacionados a fatores financeiros, imobiliários e econômicos, seja de uma nação, família, instituição ou indivíduo.

A noção de patrimônio pode também estar vinculada a “aspectos culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, turísticos, ecológicos, entre outros e, ainda mais recentemente formulados, aos conceitos de patrimônios intangíveis” (PELEGRINI, 2009, p. 24).

O patrimônio cultural seja material ou imaterial, nos remete a valores e interesses coletivos, com seus conflitos, contradições e poder. Para Chagas (2009, p. 36) “[...] reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e o esquecimento”. Na mesma linha de pensamento, Arantes (2009, p. 12), diz que o patrimônio cultural “é instituído por um complexo processo de atribuição de valor que ocorre na esfera pública e de participação da sociedade civil”. Sendo tangível ou intangível o patrimônio cultural, reporta-nos a valores e interesses coletivos, com seus conflitos, contradições e poder.

O valor cultural atribuído pela sociedade ao patrimônio cultural em suas dimensões material, imaterial, ambiental, arquitetônico, histórico e artístico, de acordo com Meneses (2012), existem cinco categorias de valores relacionados ao patrimônio cultural.

- Valores Cognitivos: este relaciona-se ao conhecimento, através dele pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, suas técnicas e materiais, estilo arquitetônico, suas condições políticas, sociais, culturais e econômicos. O bem é tratado como documento que pode responder a múltiplas questões.
- Valores Formais: refere-se ao valor artístico dos objetos e suas funções estéticas como o autor da obra, estilo arquitetônico e materiais utilizados.



- Valores Afetivos: estão relacionados com o sentimento de pertencimento e identidade, carregados de subjetividade e geralmente associados a bens arquitetônicos, monumentos e bens naturais. Usualmente são chamados de valores históricos.
- Valores Pragmáticos: são os valores de uso dos bens culturais, sua apropriação pelos habitantes da cidade em razão da sua utilidade e que são entendidos como uma qualidade
- Valores Éticos: refere-se relativamente o lugar do outro, as relações com o outro, o dever fazer ou não fazer, a dimensão política;

O autor acima explica que os indivíduos atribuem valores diferenciados a bens arquitetônicos e bens naturais, que fazem parte do seu dia a dia, através de atributos de sentido de pertencimento e significado e que os mesmos não são impostos, e sim que:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É antes uma arena de conflitos, de confronto de avaliação, valoração. (MENESES, 2012, p. 38)

Segundo Choay (1992, p. 126), “a questão de valor dos bens que são considerados monumentos históricos se tornou possível a partir do historiador austríaco Riegl (1984), no livro *“O culto moderno dos monumentos históricos: sua essência e gênese (1903)”*. O autor consegue distinguir nos objetos, edifícios e monumentos os valores que justifiquem a sua salvaguarda. Riegl demonstra no conceito de monumento histórico, os conflitos entre os valores de rememoração e contemporaneidade que incidem sobre estes bens, por exemplo, a decisão de conservar e restaurar. O autor pensa a questão do patrimônio cultural a partir da dinâmica de valores que o constitui.

A preservação de monumentos, uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo, ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores - tem uma dimensão explícita, regulamentada, como, no caso do



Brasil a inscrição dos bens nos Livros do Tombo (FONSECA, 2009, p. 53).

Para corroborar com o exposto acima, o professor de antropologia da Universidade de Campinas Antônio Arantes (2006) explica que o patrimônio, sendo uma construção social é essencial considera-lo no contexto das práticas sociais, pois lhe conferem sentido, tendo a preservação como exemplo desta prática de ações simbólicas e que este patrimônio é instituído por um complexo processo de atribuição de valores que ocorrem tanto por parte do Estado e da participação da sociedade civil.

Para Salvadori (2008, p.58) “à preservação do patrimônio, há simultaneamente, processos de valorização e desvalorização”. O ritmo das mudanças é tão intenso e veloz, e por isso mesmo de difícil entendimento, onde sujeitos sociais lutam na defesa da permanência dos bens patrimoniais.

### **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO EDIFICADO EM JOINVILLE/SC.**

A cidade de Joinville, é a maior do Estado de Santa Catarina em população com 515.288 habitantes (IBGE, 2010), tem atualmente uma das economias mais diversificadas e desenvolvidas da região Sul do país. Estão instaladas na cidade indústrias líderes em seus segmentos de atuação, sendo Joinville o mais importante polo econômico, tecnológico e industrial do estado. O setor de serviços e turismo vem crescendo nos últimos anos e o que chama atenção dos turistas é a forma como a cidade é conhecida, "Cidade dos Príncipes, das Flores e das bicicletas", são alguns dos apelidos atribuídos pelo charme, elegância, e pela relação histórica com seu período de colonização (IPPUJ, 2013, p. 16). As antigas casas em estilo enxaimel e seus jardins, ainda hoje espalhadas pela cidade, convivem com projetos de arquitetura moderna (pós-guerra), escolas, shoppings, inspirando assim o gosto pela arte, cultura, e grande atenção ao meio ambiente, dado sua localização geográfica entre a Serra do Mar e as regiões de manguezal da Baía da Babitonga. Joinville possui também vários sítios arqueológicos de tipologia sambaqui. O patrimônio cultural em



Joinville também é formado por sítios arqueológicos do período pré-colonial (sambaquis, oficinas líticas, estruturas subterrâneas) e histórico (IPPUJ, 2014, p.58)

Na década de 1980, foi criada a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural, por meio da Lei Municipal n.º 1.772, com a função de formular as políticas públicas municipais de preservação do patrimônio cultural e a Lei n.º 1.773, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio cultural e institui o ato administrativo de tombamento, neste período também, foi realizado o primeiro levantamento de edificações de valor histórico – arquitetônico do município. No ano de 1982, foi criada a Fundação Cultural de Joinville, que passou a ser responsável pela aplicação da Lei de Tombamento Municipal e pela presidência da Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural. Passadas duas décadas da existência da lei de tombamento na cidade, apenas no ano de 2001 que iniciaram os processos, (Plano Municipal de Cultural 2013, p. 12).

A partir do Decreto Estadual n.º 3.461 de 23 de novembro de 2001, o Palacete Schlemm, objeto de estudo deste artigo, foi tombado como patrimônio histórico pela Fundação Catarinense de Cultura, de acordo com o processo de tombamento “este belíssimo prédio edificado em 1930, é o único ainda existente do início do século que possui três pavimentos”, apresenta características do final do ecletismo, século 19 e início do século 20. Construído a Rua do Príncipe 345, esquina com Jerônimo Coelho, de propriedade da empresa Jorge Schlemm e Filhos (AHJ).

De acordo com (DIAS, 2011, p. 29), cada pavimento tem cerca de 500 metros quadrados e a fachada conta com máscaras de deuses da mitologia, feitas pelo artista plástico alemão radicado em Joinville Fritz Alt. Ainda de acordo com a autora Maria Cristina Dias, Jorge Schlemm pertencia a uma família de imigrantes que chegaram à cidade no início da colonização. Foi fazendeiro, comerciante de erva-mate que era cultivada no planalto norte e trazida para Joinville

De acordo com pesquisas realizadas no arquivo histórico e em reportagens nos jornais da cidade de Joinville, conseguimos identificar alguns dos usos do Palacete Schlemm na sua trajetória como: uma barbearia, um restaurante, estabelecimentos comerciais e uma instituição financeira. Talvez o mais significativo uso tenha sido o Hotel Príncipe que funcionou por quase 50 anos no Palacete, em seus pavimentos superiores.



Figura 1 - Palacete Schlemm



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville (2013)

Figura 2 - Palacete Schlemm



Fonte: Daniela Fritsche (2013)





Na década de 70, o edifício não atendia mais as necessidades de hospedagem devido a modernização neste ramo. Ainda de acordo com o dossiê (2013, pg.22-23) que, considerando a crescente demanda por hospedagem e o crescimento da cidade de Joinville, a família ampliou o Hotel Príncipe, com a construção de um edifício ao lado do existente que é ligado a este último através de um único acesso.

A construção do novo edifício não inviabilizou a utilização do Palacete e sim acabou por complementá-la. No entanto, cada vez mais a estrutura antiga deteriora-se e dificulta as intervenções de conservação necessárias. Ainda assim, o Palacete oferecia a seus hóspedes dois apartamentos com banheiros e os demais eram quartos cujo banheiro coletivo localizava-se no final do corredor. (DOSSIÊ, 2013, p. 23).

Quase toda a década seguinte o palacete permanece em uso na sua totalidade, até que em abril de 1988, os 1º, 2º e 3º pavimentos são desativados em função da precariedade de suas instalações e dificuldade de manutenção e conservação do imóvel. Apenas a área térrea permaneceu e permanece em funcionamento. Na década de 90 houve a primeira tentativa de reformar os pavimentos acima citados, “em decorrência da perda de recursos financeiros retido em decorrência do confisco criado pelo plano Collor” (DIAS, 2011, p.31).

Figura 4 - Construção do novo edifício na década de 1970.



Fonte: Dossiê Daniela Fritsche (2013)



Figura 5 - Palacete Schlemm



Fonte: Acervo Ana Carla Jacintho (2013)

Na contemporaneidade, ser proprietário de um imóvel tombado pode ser considerado uma tarefa difícil, onde os novos valores e ressignificações do patrimônio imperam, impossibilitando administrar o bem como bem o prover.

Uma das dificuldades que seus proprietários alegam para a preservação dos imóveis tombados está nas restrições do tombamento, que não permitem descaracterizações e os custos de manutenção e restauro muito elevados, que são de responsabilidade apenas dos proprietários, impossibilitando a sustentabilidade econômica deste bem, pois não tem a capacidade de arcar com os próprios gastos. Como resultado ocorre, em muitos casos, à degradação do imóvel por falta de cuidados e as vantagens concebidas pelos órgãos de conservação são poucas, podendo até afetar a saúde ou mesmo o cotidiano dos moradores do local.

O arquiteto Castriota (2009, p. 96) destaca que, “o patrimônio arquitetônico como uma espécie de coleção de objetos, identificados e catalogados por peritos, com significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, utilizando

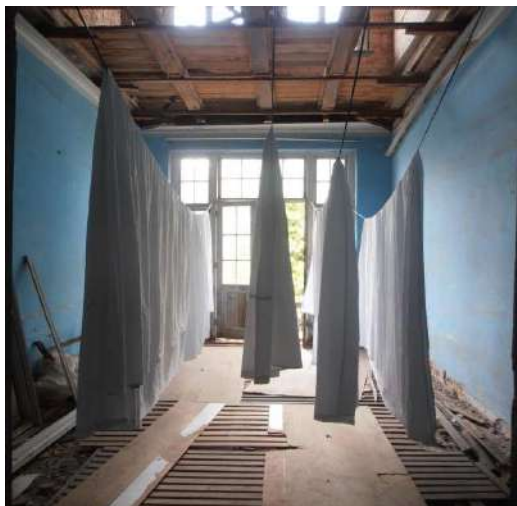


critérios de caráter de excepcional idade da edificação, a qual se atribui valor histórico e/ou estético”. O que não significa que este espaço de caráter patrimonial catalogado, não possa ter seu uso na contemporaneidade, viabilizando culturalmente e financeiramente a sua preservação, e que seja compatível com a arquitetura do bem tombado.

Atualmente, quem passa pela Rua do Príncipe, observa o Palacete abandonado nos andares superiores e sendo utilizados como varais e depósitos das áreas locadas do piso térreo, mesmo assim esse objeto desperta nos turistas e transeuntes uma contemplação, significação e até mesmo nostalgia de uma época não vivida, mas imaginada.

377

Figura 6 - Vista interna o Palacete Schlemm



Fonte: Dossiê Daniela Fritsche (2013).

## **PATRIMONIO CULTURAL TANGÍVEL COMO RECURSO**

A partir do documento elaborado na Agenda 21 para a cultura, com o objetivo de estabelecer um compromisso das cidades e governos locais para o desenvolvimento cultural. O documento orientador das políticas culturais e do desenvolvimento cultural da humanidade foi assinado em 08 de maio de 2004, durante o Fórum Universal das Culturas, em Barcelona. Este documento contempla como um de seus princípios, a inserção de bens culturais como um recurso, como veremos abaixo:

A adequada valoração econômica da criação e difusão dos bens culturais – de caráter amador ou profissional, artesanal ou industrial, individual e



coletivo – converte-se, no mundo contemporâneo, num fator decisivo de emancipação, de garantia da diversidade e, portanto, numa conquista do direito democrático dos povos a afirmar as suas identidades nas relações entre as culturas. Os bens e serviços culturais, tal como afirma a Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural (artigo 8), “na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentidos, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais”. É necessário destacar a importância da cultura como fator de geração de riqueza e desenvolvimento econômico (Agenda 21 da Cultura, Barcelona, 2004).

O exposto acima representa um marco, no que diz respeito ao potencial que o patrimônio cultural pode gerar ao desenvolvimento das cidades. Para Pierre Bourdieu (2007) a economia possui relação com a cultura, originando o desenvolvimento de um mercado de bens simbólicos e que apresenta particularidades devido as circunstâncias dos bens simbólicos referirem-se aos bens culturais, formando o capital cultural, ou seja, de um lado possui valor cultural e de outro valor econômico.

De acordo com a autora Françoise Benhamou (2007), a aproximação dos campos da economia e da cultura aconteceu a partir dos trabalhos desenvolvidos sobre a economia dos espetáculos ao vivo dos autores William Baumol e William Bowen, no ano de 1965, dando origem a Economia da Cultura.

Para a autora Ana Carla Reis (2007), a economia da cultura é uma área da economia que procura analisar as relações entre a oferta e as demandas culturais, identifica as falhas de mercado e sinaliza os possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Eva Vicente (2009, p.225), considera em seu artigo “*Economia do Patrimônio*”, que

... os bens patrimoniais deixaram de ser considerados como tesouro conhecido e apreciado por uma minoria e transformado em um recurso econômico potencial, não renovável que, adequadamente conservado e valorizado, pode converter-se numa fonte de riqueza e desenvolvimento econômico para a sociedade.

Para corroborar a autora Tavares da Silva, (2010), faz uma análise da sustentabilidade do patrimônio cultural, na qual deve ser economicamente autossustentável e se constituiu a uma oportunidade econômica, um recurso.

Para Yúdice (2006, p. 26), o papel da cultura tem se expandido como nunca para as esferas políticas e econômicas e cada vez mais dirigida como um recurso para a melhoria



social e econômica, explorando assim as potencialidades de mercado do patrimônio edificado, seja em programas de fomento, seja em geração de renda e cidadania, buscando assim a revalorização do bem através da Economia. Para isso é necessário encontrar o ponto de equilíbrio entre a dicotomia, sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação. Neste sentido o autor Arantes:

379

Os bens culturais encontram-se necessariamente situados – inseridos em contextos espaço-temporais específicos :localizam-se em determinado tempo-espaço, integram atividades de determinados grupos sociais e não de outros, e são suportes de significados e de sentidos que são construídos e transformados tanto por essas mesmas atividades, quanto pelas estruturas de relacionamento social que as ordenam. Nessas circunstâncias, a inserção do patrimônio no mercado reforça a compreensão de que, sendo ele um recurso material e simbólico, o balizamento de seu valor, para efeito de sua inclusão em programas sociais, de maneira geral, e de reabilitação urbana em particular, situa-se num divisor de águas de posturas éticas e políticas. De um lado, há a alternativa de explorar as potencialidades de mercado do patrimônio edificado (seu valor de troca) e, de outro, a de facilitar os meios de sua apropriação pelos habitantes da cidade, em razão de sua utilidade e valor simbólico (seu valor de uso), (ARANTES, 2006, p.431).

No que diz respeito a noção de valor, o autor David Throsby (2001), considera que o “valor” é a origem e a motivação de todo comportamento humano e que esse valor atribuído ao bem é repleto de subjetividade e que contribuem para a economia da cidade. Os bens e serviços culturais como por exemplo o patrimônio cultural, segundo o autor apresentam 02 tipos de valores: valor econômico, cujo objetivo é explorar as potencialidades deste bem cultural e valor cultural, que corresponde a fração simbólica do bem cultural, sua apropriação e ressignificação.

A valoração baseia-se no fato de que as pessoas atribuem valores ou, no mínimo, possuem preferências de acordo com a importância, sentidos e significados, aos bens culturais e por outro lado sua valorização é a adição ou manutenção do valor, sobretudo muitos são os benefícios que o uso e a conservação, podem gerar à sociedade. Conforme Krebs e Schmidt-Hebbel (1999), a literatura econômica do patrimônio cultural apresenta 04 métodos para a valoração destes bens culturais, são eles:





- Método de Disposição a Pagar (MDP): este método tem como objetivo estimar o valor que um indivíduo está disposto a pagar pelo uso ou fruição de determinado bem ou serviço patrimonial.
- Método de Valoração Contingente (MVC): tem como objetivo também, estimar a disposição a pagar pela conservação ou recuperação de um bem patrimônio, através de um questionário a uma amostra da população.
- Plebiscito: Este método propõe a elaboração de um plebiscito nas cidades ou regiões interessadas, sobre financiamentos para projetos de conservação, restauro e aquisição de bens culturais.
- Sustentabilidade do Patrimônio Cultural: Este método está relacionado a fatores endógenos e exógenos a manutenção ou uso do patrimônio cultural para as gerações futuras.

Para corroborar a autora Tavares da Silva, (2010), faz uma análise da sustentabilidade do patrimônio cultural, onde o mesmo deve ser economicamente autossustentável e se constituiu a uma oportunidade econômica, um recurso. Neste contexto estão inseridos aspectos de planejamento e gestão desses imóveis. O desafio que se apresenta na contemporaneidade é encontrar o ponto de equilíbrio entre a dimensão cultural e econômica, ou seja, construir a sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. *O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana: Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 424-435, jan./jun. 2006.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da Cultura*. Cotia: Ateliê, 2007.





BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAGAS, Mario. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação liberdade: UNESP, 1992.

DIAS, Maria Cristina. *Se essas paredes falassem. Um breve olhar sobre antigas casas que marcaram a construção de Joinville*. Blumenau: Nova Letra, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. A trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FÓRUM UNIVERSAL DAS CULTURAS. *Agenda 21 das Cidades para a Cultura* ([http://www.portoalegre.rs.gov.br/agenda\\_21](http://www.portoalegre.rs.gov.br/agenda_21)): Barcelona, 2004.

IBGE. (online), 2010. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em: out. 2010.

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. *Joinville bairro a bairro 2008-2009*. Joinville, 2009.

\_\_\_\_\_. *Joinville cidade em dados*. Joinville. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. *Joinville em números 2011*. Joinville. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. 1. 2009, Ouro Preto/MG, **Anais**. Brasília: IPHAN, 2012.



- PELEGRINI, Sanda de Cassia Araújo. *Patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2012, Joinville. Disponível em <<http://www.conferenciadeculturadejoinville.blogspot.com.br/p/1-cmc-jul-2012.html>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos históricos: sua essência e gênese*. Paris: Seuil, 1984.
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O Caleidoscópio da Cultura*. São Paulo: Manole, 2007.
- SALVADORI, M. *História, ensino e patrimônio*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.
- TAVARES DA SILVA, Suzana M. C. L. *Para uma nova dinâmica do patrimônio cultural: o patrimônio sustentável*. In: DIAS, Maria Tereza F.; PAIVA, Carlos M. S. (orgs.). *Direito e proteção do patrimônio cultural imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 275-292.
- THROSBY, David. *Economics and Culture*. Reino Unido: Cambridge University Press; 2001
- UNESCO. *Carpeta de información sobre el patrimonio mundial*. Paris, 2005.
- VICENTE, E. *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2009.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.



## INSTITUIÇÕES CULTURAIS E OS PROCESSOS DE DIÁLOGO DAS MEMÓRIAS NO ESPAÇO URBANO

CAVALCANTI, Hannah da Cunha Tenório

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO*  
hannahkristina@yahoo.com.br

FERREIRA, Júlio César Valente

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO*  
*Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – UnED Nova Iguaçu*  
jcyferreira@hotmail.com

383

### RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir a relação entre os espaços museais de instituições culturais privadas e os lugares onde estão inseridos através do alinhamento de suas práticas educacionais, administrativas e discursivas ao seu ambiente social e do diálogo com a comunidade que trabalha e/ou reside no entorno e suas memórias. Este debate será exemplificado a partir de dados coletados em instituições culturais.

**Palavras-chave:** Memória. Espaço. Instituições culturais.

### ABSTRACT

The article aims to discuss the relationship between the museological spaces for private cultural institutions and places where they are inserted through the alignment of their educational, administrative and discursive practices to their social environment and dialogue with the community that works and / or resides in neighborhood and their memories. This debate will be exemplified from data collected in cultural institutions.

**Key-words:** Memory. Space. Cultural institutions.

### INTRODUÇÃO

Compreendendo a globalização como uma série de fenômenos político-econômicos e culturais intimamente atrelados ao capitalismo neoliberal e naturalmente problemático e contraditório por compreender simultaneamente integração e fragmentação (IANNI, 2004), o foco deste trabalho foi direcionado em discutir sobre as transformações no espaço público urbano, as memórias sociais e os espaços museais nesse contexto, que proliferam desde a



década de 1980. Partindo de uma perspectiva das transformações urbanas vividas dentro desse processo, buscou-se problematizar sobre a função dos espaços museais privados tendo como cenário principal a cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas.

Tendo como objetivo uma análise que fuja da unilateralidade ou da intenção de estabelecer como “negativas” ou “positivas” a atuação das referidas instituições - mas sim reconhecer as contradições, os possíveis problemas e soluções utilizados, as tensões entre público e privado, ou ainda, entre os interesses diversos em jogo dentro da intervenção socioespacial e da interação entre os espaços museais e o ambiente social no qual se inserem e são construídos.

Ianni (2004) afirma que a globalização não significa homogeneização, mas diferenciação em outros níveis. Santos (2002) pontua como fundamental a contradição entre globalização e localização para iniciar a discussão sobre globalização e espaço:

O tempo presente surge-nos como dominado por um movimento dialético em cujo seio os processos de globalização ocorrem de par com processos de localização. De facto à medida que a interdependência e as interações globais se intensificam, as relações sociais em geral parecem estar cada vez mais desterritorializadas, abrindo caminho para novos direitos às opções, que atravessam fronteiras até há pouco policiadas pela tradição, pelo nacionalismo, pela linguagem ou pela ideologia, e frequentemente por todos eles em conjunto. (SANTOS, 2002, p. 54)

Para Ianni (2004), a transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão marginal das conexões sociais através do tempo e espaço. Porém, cabe ressaltar que o espaço não é uma entidade neutra, onde se inscrevem a diferenciação cultural, a memória e a organização cultural. O lugar não é mais essencializado, possuindo meios de diálogo com as diferentes possibilidades de experimentação do mesmo. A conexão entre sentimento e proximidade atualiza-se em cenários variados de identificação com os lugares. Este processo de construção de identidade é explanado por Hall (2005):

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2005, p. 21)

Velho (2003) destaca que esta construção é influenciada pela participação em um estilo de vida e uma visão de mundo, as quais são suportadas por um espaço demarcado, configurando



identidades sociais. De acordo com o referencial posto pelo autor, os espaços museais podem ser considerados uma forma de espacialização e materialização da associação entre projeto e memória, pois o projeto ‘é a conduta organizada para atingir finalidades específicas’ (VELHO, 2003, p. 101) e a memória ‘fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente’ (VELHO, 2003, p. 101).

A articulação entre projeto e memória dá significado à identidade destes espaços museais, entendendo aqui uma identidade cultural conforme explana Erll (2008). Este conceito chama a atenção para as conexões entre memória e contextos sociais e econômicos, compreendendo os aspectos sociais, cognitivos e materiais.

## OS ESPAÇOS MUSEAIS E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO NO AMBIENTE SOCIAL

Conforme destacam Desvallées e Mairesse (2013):

O adjetivo “museal” serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: “o mundo museal” para designar o mundo dos museus) (...) Ele ocupa a mesma posição que o político e tem o mesmo sentido que o social, o religioso, o escolar, o demográfico, o econômico, o biológico, etc. Trata-se, em cada caso, de um plano ou de um campo original sobre o qual serão colocados problemas a serem respondidos pelos conceitos. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 54-55)

Desta forma, por espaço museal entende-se todo espaço físico que considera a cultura material e/ou imaterial de coletividades, organizando diversos discursos e práticas acerca de acervos e repertórios.

Como aponta Moraes (2005), ‘produto da modernidade capitalista, a cidade – lugar privilegiado da memória – se realiza como espaço de concentração e poder político, simbólico, tecnológico e relacional, um conglomerado de signos e enunciados’ (MORAES, 2005, p. 95). O acesso à cidade, bem como o acesso aos equipamentos culturais que nela estão inseridos, tem correlação direta com a dinâmica da construção de memórias e identidades.

Além do acesso, é importante compreender as formas como esse acesso é dado na sociedade e como isto pode ser significativo para a circulação de ideias, informações, ideologias e quaisquer conhecimentos sobre o mundo. Sem destacar-se no espaço como algo estranho, alheia a realidade, como um reduto elitizado da cultura ou memória legitimada como valorosa, os espaços museais - num sentido abrangente - que estejam comprometidos com a



democratização do acesso ao fazer, sentir e conhecer as artes e a cidade, precisam estar atentos aos silêncios e aos discursos que promovem não só dentro da instituição sob forma de conteúdo mas ao diálogo que estabelecem com sua localidade, através de ações (ou inações) educativas que a incluam.

Huyssen (2001) procura problematizar sobre o papel dos museus nas sociedades contemporâneas sob a perspectiva de transformá-los, e não só de considerá-los espaços irremediáveis de poder e memórias oficiais. A esse respeito, acrescenta uma mudança nas próprias pesquisas:

[...] será preciso que la crítica puramente institucional em el sentido de un aparato ideológico de poder y conocimiento, que opera de arriba abajo, se complemente com una perspectiva de abajo arriba que investigue el deseo del espectador y las inscripciones del sujeto, la respuesta del publico, los grupos de enterés y la segmentación de las esferas públicas superpuestas a las que hoy se dirigen una amplia diversidad de museos y exposiciones. (HUYSSSEN, 2001, p. 47)

## **PÚBLICO X PRIVADO NAS INSTUTUIÇÕES CULTURAIIS**

É perceptível e já abordada por diversos pesquisadores a questão da privatização do espaço público, que provoca mudanças profundas nas relações sociais travadas em diálogo com o ambiente social.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, pode-se enxergar, por exemplo, como bairros anteriormente tidos como “residenciais” tornaram-se locais em que o comércio e os altos prédios comerciais dominaram a paisagem e atribuíram outro caráter ao espaço público – ainda que possamos reconhecer a riqueza de trocas culturais desde sempre existentes nos mercados populares, que, aliás, têm características bem diferentes dos projetos lojísticos de grandes marcas – a cidade pode ter espaço para diversas experiências, não necessariamente marcadas pelo consumo. Sobre este aspecto, Zukin (2000) esclarece que:

(...) no sentido material, esse processo está articulado à recentralização do investimento global nas grandes cidades e à acumulação de capital nas economias dominadas pelo setor de serviços. No sentido simbólico, todavia, ele depende da capacidade que o capitalista tem de impor múltiplas perspectivas à paisagem e vendê-la para o consumo visual. (ZUKIN, 2000, p. 87)

A esta última sentença é necessário acrescentar que a apropriação do espaço público é realizada também através de inúmeras negociações com (e entre) a população, aonde disputas





simbólicas são travadas e discutidas, conflitos são amenizados ou intensificados especialmente entre população, poder público e privado. As memórias entram como fomentadoras e ao mesmo tempo objeto central de muitas dessas disputas:

“em outros termos, a memória é um esforço organizado de intervenção na própria conjuntura, implicando intencionalidade sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades por meio do Estado, de movimentos sociais, de saberes, institucionais ou não, e de interesses socioeconômicos” (MORAES, 2005, p. 97).

Dentro das disputas acerca da cultura, memória e identidade, Yúdice (2004) trabalha com a ideia da apropriação conveniente da cultura tanto pela sociedade civil como do Estado e das instituições privadas para implantar ideologias, projetos e intervenções de seu interesse.

Uma interpretação performativa da conveniência da cultura focaliza, pelo contrário, as estratégias implícitas em qualquer invocação de cultura, em qualquer invenção de tradição no tocante a um objetivo ou propósito. É por haver um propósito que se torna possível falar de cultura como recurso. (YÚDICE, 2004, p. 63)

Considerando a noção de “invenção” como a criação coletiva de referentes culturais identitários e um repertório discursivo a eles ligado, que pode ser desenvolvido ao longo de anos, com ou sem interesses políticos explícitos e/ou conscientes.

Os interesses lançados nos diferentes espaços sociais urbanos nem sempre são dicotômicos, e nem sempre facilmente identificáveis. Insere-se aí o cerne da dificuldade metodológica: como conhecer realmente as instituições? Como compreender claramente os conflitos, interesses e diferentes formas de atuação dos agentes sociais envolvidos? Quanto a isso, Yúdice (2004) considera que é ‘(...) impossível não lançar mão da cultura como recurso. Conseqüentemente, a análise cultural necessariamente pressupõe uma tomada de posição, mesmo nos casos em que o escritor procura objetividade ou transcendência.’ (YÚDICE, 2004, p. 63).

Cabe a ressalva de que as políticas de privatização do espaço público e privatização da cultura estão no interior de um contexto maior e correlacionado. Wu (2006) analisa de uma forma bastante pragmática o investimento privado nas artes e conclui que ‘a arte contemporânea, ao lado de outros produtos culturais, funciona como moeda de valor simbólico e material para as corporações e de uma forma diferente, para os altos executivos nas democracias capitalistas ocidentais do fim do século XX.’ (WU, 2006, p.30). O autor tem como



parâmetro em sua pesquisa as grandes corporações, que geram investimentos em projetos museográficos monumentais em várias partes do mundo. Desta relação, considera ainda que:

(...) de fato, os museus multinacionais e as corporações multinacionais se tornaram inseparáveis. Embora seus objetivos proclamados estejam separados por um imenso abismo, eles têm em comum um apetite insaciável pelo aumento de sua cota no mercado global, e essa ambição os leva à expansão física e à ocupação de espaço em outros países. (WU, 2006, p. 310)

Não só a “cota no mercado global” impulsiona as grandes empresas a investirem em instituições culturais, mas também os incentivos fiscais, além da necessidade e o interesse em cultivar poderes simbólicos que legitimem a ordem social vigente. Como salienta Bourdieu (1989):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar e de transformar a visão do mundo, e deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 9)

Erlil (2008) destaca que a memória cultural refere-se a esta ordem salientada por Bourdieu (1989), na qual mídia, instituições e práticas possibilitam grupos sociais construir um passado compartilhado, a partir da seletividade e do viés adotados na criação de versões do passado conforme o conhecimento disponível e as necessidades a serem atingidas pelo projeto (VELHO, 2003).

No entanto, sem deixar de relevar as considerações acima colocadas, percebe-se que a trajetória de determinadas instituições culturais privadas pode diferir do caráter de “investimento” político-econômico direto. Como será visto a seguir, a heterogeneidade das origens e formações dos espaços no Rio de Janeiro é grande, inclusive com o surgimento de espaços construídos por profissionais e cidadãos com dificuldades em conseguir tal investimento, o que também vem chamando a atenção e intervindo em seus diversos ambientes sociais.



## DIALOGANDO OU NÃO COM A LOCALIDADE

Como forma de exemplificar as relações sociais e espaciais travadas entre instituições e a localidade onde se insere, apresentam-se três casos, considerando estes espaços como lugares significativos para a construção da memória.

Não é objetivo deste trabalho listar as instituições culturais privadas e seus respectivos espaços museais na cidade do Rio de Janeiro e apresentar algum tipo de diagnóstico de cada uma delas, mas sim oferecer alguns exemplos interessantes para pensar algumas questões. Os espaços considerados abordam/dialogam com as questões sociais e as memórias vividas na localidade onde estão inseridos? Como suas práticas discursivas/educativas relacionam-se com o seu ambiente social?

389

### *Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN)*

A zona portuária da cidade do Rio de Janeiro vem atravessando um período de grandes transformações sociais e espaciais, desencadeadas principalmente pelo plano de recuperação e revitalização da região portuária do Rio de Janeiro idealizado pela prefeitura da cidade através do Instituto Pereira Passos, anunciado em 2001 e ainda em curso. Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo passaram e vêm passando por uma série de ressignificações simbólicas e intervenções urbanísticas, as quais geram conflitos e mudanças na paisagem e nas relações sociais das comunidades existentes. Desde a década de 1980, ocorreu um processo de patrimonialização de cerca de 1.600 edificações na região (GUIMARÃES, 2014).

Para Guimarães (2014), ‘(...) as primeiras políticas patrimoniais haviam difundido durante anos o imaginário que associava seus espaços exclusivamente a um passado português, católico, militar, urbanístico e arquitetônico’ (GUIMARÃES, 2014, p. 43-44).

A autora espacializa nesta localidade o que denomina “Pequena África”: a comercialização de escravos africanos no mercado do Valongo e o enterro no bairro da Gamboa dos que haviam morrido na travessia marítima continental, os “pretos novos”, a partir do século XVIII; a ocupação de casas no bairro da Saúde por migrantes baianos em meados do século XIX; e, com as reformas urbanísticas realizadas pelo prefeito Pereira Passos na virada do século XX, o deslocamento habitacional desses migrantes baianos e africanos para a Cidade Nova e para as primeiras favelas e subúrbios da cidade (GUIMARÃES, 2014).



A ideia de “Pequena África” é tida ‘como reação ao esquecimento dos espaços, patrimônios e memórias negras e do candomblé no projeto de “revitalização urbana” do Morro da Conceição e de toda a Zona Portuária’ (GUIMARÃES, 2014, p. 53). Várias disputas foram travadas pela organização daqueles que se identificavam com essa contraproposta, apoiada por movimentos sociais e ativistas.

Guimarães (2014) constatou que os residentes e frequentadores da região começaram a organizarem-se em torno de diversas reivindicações. Dentre elas, assinala o reconhecimento da importância da contribuição da cultura afro-brasileira para a formação da cidade e da região e a valorização do processo histórico também ligado ao escravismo e mesmo pós-abolição.

O IPN surge a partir de uma descoberta arqueológica. Em 1996, os proprietários de uma residência em reforma encontraram um cemitério de antigos escravos enterrados a poucos centímetros do nível do solo, além de alguns utensílios. Verificou-se posteriormente tratar-se do cemitério dos Pretos Novos, onde eram depositados os escravos que morriam antes de cumprir o período de quarentena, o qual se tornou um dos maiores cemitérios de escravos da América, sendo fechado em 1830.

O IPN é fundado como organização não governamental em 2005 após os trabalhos de escavação, tratamento e classificação da cultura material encontrada e tem como princípio ser um espaço de resistência e de luta simbólica e identitária, sendo então um museu memorial (VALADÃO, 2012). Desde então, tem desenvolvido atividades educativas gratuitas, como oficinas e minicursos sobre a história da zona portuária, dos mercados de escravos e dos Pretos Novos; apresentações culturais afro-brasileiras, exposições, debates e visitas orientadas, além de realizar e fomentar pesquisas de cunho acadêmico ou não.

Toda a programação do IPN é voltada para as questões referentes à memória, história e patrimônio afro-brasileiros do Rio de Janeiro. O IPN é ‘um lugar de memória que está inserido em uma paisagem também de memória, onde os afrodescendentes e afro-brasileiros podem manifestar e propagar sua cultura, mas que também não está livre das tensões e conflitos’ (VALADÃO, 2012, p. 49). Desta forma, cabe a pergunta: os moradores e educadores da região reconhecem o local, participam de sua construção e de sua programação?

Sobre a natureza do trabalho do IPN, Valadão (2012) salienta que:

As exposições são organizadas e selecionadas de forma “sensitiva”, Merced [gestora do espaço] vai à busca de talentos conhecidos ou não, e as pessoas



também vão à procura do IPN, abrindo-se espaço para todos. A única exigência feita pelos gestores é a de que sejam trabalhos de “raiz” com temas referentes à cultura afro-brasileira, à história do negro escravo no Brasil. (VALADÃO, 2012, p. 95).

Valadão (2012) define o IPN como um “museu de si”, incorporando um coletivo, uma comunidade, elaborando um discurso sobre a identidade que emerge deste grupo. No caso em questão, a identidade não é associada ao lugar, enquanto espaço socialmente construído. O discurso realça uma identidade afro-brasileira, que esteve e ainda se faz presente neste espaço, mas tendo já sofrido diversas influências devido à ocupação por populações que não comungam integralmente esta identidade, além das transformações espaciais que fazem surgir novas realidades.

Com isto, sobre a relação dos moradores da localidade com o IPN, afirma Valadão (2012):

O IPN, apesar de estar situado sobre um local simbólico e significativo para os que pertencem e se identificam com a cultura afro-brasileira e de estar localizado na região portuária, que no passado fora habitada pela maioria negra, tem representatividade e receptividade em relação ao entorno quase inexistente. Segundo os integrantes da Instituição, ela é mais conhecida fora da zona portuária, por pesquisadores, acadêmicos, curiosos, até mesmo mais em nível internacional do que no próprio entorno. Os moradores não se aproximam, são raros os que visitaram o espaço, e a esta invisibilidade são atribuídos vários fatores que vão desde a localização, à dificuldade de acesso, ao receio por ter sido o local um cemitério, à assimilação do local a uma casa espírita e às questões religiosas desdobradas desse fato (número crescente de evangélicos na região). Ao distanciamento da população deriva, também, da reconfiguração social com a chegada de novos moradores que não se identificam com o lugar e nem com a cultura, e a própria formação educacional do país, assim como o modo de se conduzir as instituições no Brasil (VALADÃO, 2012, p. 97-98).

Guimarães (2014) identificou somente o Afoxé Filhos de Gandhi como participante ativo das atividades do instituto. Para a autora, esta atuação claramente tem como objetivo conferir legitimidade aos discursos e práticas relacionadas à cultura negra do IPN, pelo fato dessa coletividade movimentar uma ampla rede de solidariedade devido ao seu prestígio social e disponibilidade de atuação como importante articulador do “circuito de herdeiros da Pequena África”.

Para contornar estas limitações, o IPN busca resolver estes problemas de representatividade e receptividade local na própria comunidade através do trabalho nas escolas



da localidade e com os líderes comunitários, além da implementação de um Ponto de Cultura (projeto coordenado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro).

### *Centro Cultural Cartola (CCC)*

O CCC constitui uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover desenvolvimento social e cultural através de atividades artísticas e esportivas, destinadas às crianças, jovens, adultos e idosos moradores da Mangueira e de bairros vizinhos.

O projeto surgiu através da iniciativa de dois netos de Cartola, compositor e fundador da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Sobre isto, declara Nilcemar Nogueira, uma das netas de Cartola e fundadoras, além de gestora do CCC.

A inspiração estava dentro de casa. A referência estava na família. O material, guardado em caixas e armários. Só faltava “colocar a mão na massa” e organizar e estruturar o que é hoje o Centro Cultural Cartola (CCC). E foi isso o que fizeram os netos de Angenor de Oliveira, mais conhecido pelo apelido: Cartola. Nilcemar e Pedro Paulo Nogueira descobriram preciosidades que pertenciam ao avô, como letras de música, fotografias, poesias, recortes de jornais, e decidiram, em 2001, que já era hora de criar uma iniciativa que aliasse a defesa da cultura nacional a uma série de atividades de cunho social, combatendo, dessa maneira, a pobreza, a marginalização da população menos assistida, a exclusão social e a falta de expectativas para o futuro (VAZ, 2009, p. 63)

No caso das ações de preservação da cultura nacional, devido as suas origens, o CCC optou por ações de salvaguarda da memória do samba carioca, tornando-se inclusive o responsável pelo processo que tornou esta manifestação em patrimônio imaterial.

Por estar próxima da quadra da escola de samba, a percepção é que o mesmo é uma espécie de “braço cultural e social” da agremiação. Porém, a própria escola de samba possui seu programa de política social (COSTA, 2003), podendo então gerar um conflito entre instituições, pois ambas lidam com projetos de temáticas semelhantes e pessoas diferentes nas gestões. A associação dos moradores da localidade com a escola de samba é desta forma destacada:

Podemos inferir que esse dado indica que a identidade associativa da comunidade passa pelos laços culturais estabelecidos pela presença da Escola de Samba da Mangueira, em virtude de seu forte apelo cultural e artístico,





evidenciando, assim, uma diferença grande em comparação com as demais comunidades pesquisadas, que não possuem tal instituição. (COSTA, 2003, p. 158)

O CCC é uma referência para a comunidade, mas basicamente para a realização de cursos e atividades esportivas e artísticas como a orquestra de violinos (VAZ, 2009). O desafio do CCC é fazer com que a comunidade perceba o centro não somente como um local para a realização de cursos e oficinas. Entretanto, já destacava Velho (2003), sobre os desafios em tornar o estranho em familiar e vice-versa. Esta constatação auxilia a entender os motivos pelos quais a comunidade não demonstra o mesmo interesse dado aos cursos e oficinas às ações de salvaguarda de memória do samba, como o Museu do Samba e o projeto Matrizes do Samba Carioca.

Também se destaca o fato de que o CCC tende a repetir a mesma diferenciação vista nas escolas de samba com relação à memória das agremiações e do samba, considerado como exclusivo de uma parcela das pessoas através de seus departamentos culturais (NATAL, 2010). Com isso, os projetos do CCC de salvaguarda da memória do samba carioca acabam sendo direcionados à denominada “comunidade sambista”, praticamente reificando este papel social (BERGER; LUCKMANN, 2004) de destinação, sem distinção geográfica de pertencimento, sendo uma comunidade de sentimento, conforme Appadurai (2004). Esta visão inclusive é manifestada pela gestora do CCC, quando destaca as relações externas estabelecidas com esta comunidade e que possibilitaram o surgimento e continuação do CCC (CARNEIRO, 2013).

#### *Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense*

A escola de samba foi fundada em 1959 e trata-se de uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos. Sobre sua formação, Diniz, Medeiros e Fabato (2012) pontuam que:

A formação da Imperatriz tem uma particularidade interessante. Curiosamente, a escola não é uma agremiação de morro, diferentemente de Salgueiro, Mangueira e outras escolas da Tijuca, para citar alguns exemplos. Ela nasceu no bairro de Ramos, que já tinha uma tradição de carnaval muito longa. O carnaval da Rua Nossa Senhora das Graças, a decoração de coretos, os banhos de mar à fantasia na praia de Ramos, essa tradição era muito forte. E existia ali uma tradição do samba, canalizada muito pelas rodas que o grande sambista Bide organizava. (...) Aquilo tudo começou como um movimento de bairro. Quando o Recreio de Ramos desaparece, o Amaury Jório junto com outros remanescentes, fundaram uma outra escola no bairro, que é a Imperatriz. Quando você vê mais atentamente o quadro de formação da



escola, percebe-se que uma interessante gama de pessoas de diversas origens sociais. Desde as primeiras horas de vida, a Imperatriz contou com pessoas esclarecidas que começaram a se preocupar com algumas coisas que não era comum nas escolas de samba. (...)

Ao vermos a formação e o ofício de alguns fundadores, percebemos que, ao lado de pintores, ferroviários, marceneiros e outros profissionais liberais, havia um grupo de pessoas de curso superior completo e funcionários públicos de formação específica. Eram farmacêuticos, médicos, comerciantes e militares, algo pouco comum ao corpo de fundadores de outras escolas, principalmente no final dos anos 50. (DINIZ; MEDEIROS; FABATO, 2012, p. 40-41)

Desta forma, a Imperatriz Leopoldinense origina-se diferentemente das demais agremiações, possuindo desta forma uma característica identitária particular. Apesar da proximidade de um conjunto de favelas (denominado Complexo do Alemão), esta não foi significativa nos momentos iniciais da agremiação, sendo atualmente importante para a instituição.

Desde o início das atividades da agremiação, havia a previsão da existência do departamento cultural com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento dos enredos que a escola de samba iria apresentar em seus desfiles e a promoção de atividades culturais para a comunidade. A Imperatriz Leopoldinense é reconhecida como a primeira escola de samba no Rio de Janeiro a criar este departamento.

Segundo Natal (2012), as atividades iniciais compreenderam cursos de aceleração escolar, debates sobre música popular brasileira e erudita, espetáculos teatrais e musicais e participação em debates sobre o samba. Entretanto, o autor ressalva que estas atividades estavam inseridas em um plano de aporte cultural que deveria ser disponibilizado às camadas mais pobres e às grandes massas da região. Esta operação era decorrente da preocupação dos intelectuais da classe média, que cada vez mais se aproximavam das classes populares e atuavam como mediadores simbólicos neste processo (ORTIZ, 1994). Desta forma, estes objetivos não fogem daqueles que moveram a criação, por exemplo, do Centro Cultural Cartola, a partir de um viés mais assistencialista.

Porém, em 1974, há uma grande mudança de direção na Imperatriz Leopoldinense com a chegada de um mecenas oriundo do jogo do bicho; fato este que ocorreu em praticamente todas as escolas de samba do Rio de Janeiro. Este fenômeno modificou toda a dinâmica dos papéis desempenhados pelos indivíduos (BERGER; LUCKMANN, 2004). Para as



agregações, a entrada desta figura foi fundamental para o aumento considerável na verba disponível para a confecção do desfile, além da promoção de benfeitorias nas quadras e locais de produção do carnaval. Com isso, o exercício do poder anteriormente vinculado a um grupo ou a toda a comunidade passa a ser centralizado na figura deste mecenas. A experiência do departamento cultural acabou sendo absorvida por outras agregações, porém orientadas quase que exclusivamente ao auxílio na confecção dos enredos.

(...) mas um importante fator veio a desintegrar posteriormente o Departamento: a vinda de Luiz Pacheco Drumond para a direção da Imperatriz. Sua entrada na presidência da escola acabou implementando nova organização interna. Hiram Araújo comenta o fim do Departamento Cultural:

“Depois que eu saí eles continuaram, mas o Oswaldo Macedo se afastou e morreu pouco depois; Aí não deu certo. O Luizinho também entrou depois e ele não tinha um enfoque muito cultural. Mas aí também o carnaval das escolas do especial [do Grupo Especial, que reúne as principais escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro] passaram a ser ricos, muito show, e a cultura passou a não ser uma coisa tão predominante. Era mais a questão do show com o dinheiro, mas não diretamente conduzido pelo Departamento Cultural.” (NATAL, 2012, p. 195)

A questão da incorporação dos centros de memória como tarefa dos departamentos culturais surgiu somente na década de 1990 (NATAL, 2010). Mesmo assim, em grande parte das agregações, não existem ações institucionais de armazenamento e processamento de documentos relativos à entidade, contando somente com a dedicação de pessoas onde ‘emerge o trabalho dos sujeitos que, movidos pela paixão a suas escolas e ao carnaval, usam-na como combustível de trabalho, criando estratégias que culminam em ações de valorização do passado’ (NATAL, 2010, p. 211). A justificativa para este posicionamento institucional não passa por causas econômicas, pois se trata de um problema estrutural das escolas de samba, independente de sua posição na hierarquia competitiva. As ações de salvaguarda e de memória ficam invisibilizadas quando necessidades atuais e emergenciais (como o financiamento para o desfile) atropelam esta realidade.

Atualmente, somente a Portela e a Acadêmicos do Salgueiro possuem departamentos culturais com outras atribuições além da confecção dos enredos, dedicando parte de seu trabalho à memória da agregação e montagem de exposições realizadas na quadra ou fora da mesma, configurando uma distribuição social do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2004). Entretanto, neste ano, verifica-se uma valorização destas atribuições nas escolas de samba. Além do retorno das atividades do departamento cultural da Imperatriz Leopoldinense,



a Unidos de Vila Isabel e a Beija-Flor anunciaram o início dos trabalhos de seus centros de memória como parte integrante das competências de seus departamentos culturais. Estas agremiações inclusive vêm solicitando a colaboração de seus integrantes para reunir documentos no intuito de se formarem acervos.

Um ponto importante para a constituição destes centros nas escolas de samba é a memória como objeto de disputas e exercício do poder. Para Le Goff (2013), é importante estar atento às tensões políticas que permeiam as relações internas de uma instituição, pois a memória está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, estabelecendo um contínuo confronto entre lembrança e esquecimento. O autor destaca que a operacionalização da memória assume características de uso da força em embates.

Desta forma, após consolidarem o desfile e demais apresentações durante o ano como recursos internacionalizados (YÚDICE, 2004), e, conseqüentemente, afastando-se de referenciais locais, a constituição do centro de memória caminha na direção apontada por Huyssen (2001), o qual destaca que este tipo de operação visa defender uma identidade cultural cristalizada, essencializando os laços afetivos que ligam os integrantes às escolas de samba que frequentam. Mesmo concentrando em indivíduos ou grupos internos organizados, a memória começa a ser valorizada institucionalmente nas escolas de samba a partir da reconfiguração dos departamentos culturais, os quais continuam mantendo a função de mediadores simbólicos (ORTIZ, 1994).

## CONCLUSÕES

Espera-se que o presente artigo possa suscitar reflexões acerca da importância de integrar instituições culturais e seus respectivos espaços museais, ou quaisquer espaços culturais e de memórias, àqueles que os produzem, isto é, os cidadãos. A consciência do espaço como agente estruturante e estruturado pelas práticas sociais, deve ser encarado como um pressuposto essencial para a elaboração dos projetos museais e das políticas de memória em geral. Um agente privilegiado para definição da constituição do lugar é aquele que trabalha, frequenta e habita o mesmo e participa da construção de suas memórias, vivencia seus problemas e suas peculiaridades. Desta forma, os órgãos e instituições que planejam intervir nestas questões devem priorizar o diálogo e a construção coletiva, embora essa última



afirmação pareça ainda, conforme corroboram os exemplos apresentados, em todas as esferas de nossas sociedades, um grande desafio.

Nos exemplos analisados, em maior ou menor grau, verifica-se que os espaços museais possuem maior facilidade em estabelecer relações com outros espaços de mesma ordem do que efetivar uma participação da comunidade local. Desta forma, constata-se que a ação destes espaços ultrapassa o seu lócus ao realizar esta extensão dialógica, apesar de experiências como o IPN e o CCC inserirem-se em uma dinâmica distinta de construção, surgindo a partir do trabalho de membros da própria comunidade. Mesmo nestes casos, ainda não se reconhece a instituição como ‘solução “permanente” de um problema “permanente” da coletividade dada (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 98).

Os exemplos mostram que o primeiro canal de diálogo com a comunidade local é a promoção de cursos e atividades artísticas e esportivas. Com isso, estas instituições culturais são obrigadas a possuir uma multiplicidade de motivações fazendo com que o projeto seja dinâmico, além de reelaborado permanente (VELHO, 2003) devido às fontes de financiamento serem diversas e sazonais. Com isso, a implementação de cursos, oficinas, apresentações, exposições são dependentes da captação de verbas, principalmente feita por participação em editais públicos de secretarias municipais e estaduais de cultura e esporte.

Dentro do campo da memória social, as disputas simbólicas imprimem desejos concretos de valorização, reconhecimento, preservação, além de discursos e práticas que são postas no cotidiano das cidades e podem influenciar visões de mundo. Por isso, a constante revisão e aprimoramento das práticas e políticas de memória assumem papel crucial diante da proliferação de museus e instituições culturais no Brasil e no mundo.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Tradução Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2004.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.



CARNEIRO, Ana. Mercadoria, valor e alma em um centro cultural na Mangueira. In: *Revista carbono*, n. 4, 2013.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. In: *Revista de sociologia e política*, n. 21, 2003, p. 147-163.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-Chave de museologia*. Tradução Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Curi. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DINIZ, Alan; MEDEIROS, Alexandre; FABATO, Fábio. *As três irmãs: como um trio de penetras "arrombou" a festa*. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2012.

ERLL, Astrid. Cultural memory studies: na introduction. In: ERLL, Astrid ; NÜNING, Ansgar (Orgs.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 1-15.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Tradução Silvia Fehrmann. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica: Instituto Goethe, 2002.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputa de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 89-104.

NATAL, Vinícius Ferreira. Os caminhos da memória no batuque do carnaval carioca. In: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 7, n. 2, 2010, p. 207-215.

NATAL, Vinícius Ferreira. Samba e cultura: práticas de resistência do Departamento Cultural da Imperatriz Leopoldinense (1967-1973). In: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 9, n. 1, 2012, p. 181-197.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALADÃO, Regina Coeli Mendes. *Tradição e criação, memória e patrimônio: a revitalização*





**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 383-399

*da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VAZ, Cibele Mariano. *Identidade cultural e imagem de si: construções de subjetividades no território do Centro Cultural Cartola – Mangueira/RJ*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

WU, Chin-Tao. *Privatização da cultura: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Edições Sesc SP: Boitempo, 2006.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução Marie-Anne Henriette Jeanne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 80-103.



## A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO UMA ANÁLISE TEÓRICA

MAURICIO, Marjorie

*Estudante de mestrado do Programa de Memória Social-UNIRIO*

*mmarjorie@ymail.com*

ABREU, Regina (Orientadora)

*Professora Dra. do Programa de Pós Graduação em Memória Social - UNIRIO*

400

### RESUMO

O turismo necessita se apropriar da cultura de uma localidade para poder transformá-la em destino turístico. Nesse processo é possível haver certa deturpação de elementos culturais locais para construir uma narrativa, turística, e assim divulgar a cidade. O patrimônio, entretanto, não necessita do turismo; sua existência está vinculada a questões de valorização e legitimação dos elementos nele representados. Essa dualidade torna complexos estudos na área, sendo comuns análises parciais sobre a questão, considerando apropriações negativas ou positivas, havendo pouca ponderação sobre ambas as possibilidades, em conjunto. Propomos aqui então apresentar uma revisão da literatura, contrastando pontos de vista encontrados na literatura, mostrando questões sobre o patrimônio na atualidade, o turismo cultural e exemplos de como vemos essa relação se apresenta na prática.

**Palavras-chave:** Turismo cultural. Patrimônio. Relação Potencializadora.

### ABSTRACT

Tourism needs to use the culture of a location in order to transform it in a touristic destination. In this process, it's possible to be a certain misrepresentation of local cultural elements to construct a, touristic, narrative, and advertise the city. Heritage, however, doesn't need tourism; its existence is attached to matters of valorization and legitimating of elements represented in it. This duality turns studies in these fields complex, being common biased analyses about the issue, considering touristic use negative or positive, with no weighting of both possibilities, together. We propose here present a review of literature, contrasting points of view found in the literature, showing issues about heritage nowadays, cultural tourism and examples of how this relationship can be found in reality.

**Key-words:** Cultural Tourism. Heritage. Potentiating relationship.



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Turismo e patrimônio são campos difíceis de separar. É complexo fazer um estudo de um determinado patrimônio sem levar em consideração o interesse turístico que ele pode vir a ter. Urry (2001) cometa que o turista vai buscar elementos considerados representativos de uma localidade, sendo, normalmente, aqueles elementos culturais já consagrados como patrimônio (por serem mais conhecidos e divulgados, tanto nível nacional quanto internacional). Entretanto, muito se pensa no campo do turismo sobre gestão de destinos e pouco sobre gestão do patrimônio, levando em consideração que é preciso preservá-lo e o quanto o turismo pode ser uma ferramenta importantíssima no ensino da população sobre o patrimônio de sua cidade.

Além disso, muito se discute em ambas as áreas sobre o quanto o turismo pode ser prejudicial aos bens culturais, tombados ou não, mas ainda não é comum discutir as novas maneiras de se fazer turismo, menos prejudiciais ao patrimônio. Existem iniciativas e propostas para um turismo mais sustentável, menos predatório, no entanto, ainda não tem grande representatividade quando comparadas as formas tradicionais da atividade turística e, a forma mais comum, principalmente quando o turismo começou a se desenvolver como o fenômeno que conhecemos na atualidade, o turismo de massa.

Propomos então analisar aqui a relação entre patrimônio e turismo, ponderando os dois lados da moeda. Para tal análise será revisada a literatura específica sobre o assunto e, nesse processo, apresentar e discutir possibilidades de uso turístico do patrimônio menos prejudiciais.

## ANALISANDO O PATRIMÔNIO NA ATUALIDADE

Prats e Santana (2005) entendem, de maneira bastante abrangente, o patrimônio como um conjunto de relíquias legitimadas por pertencer a uma externalidade cultural e representar algum aspecto dela, podendo se configurar devido a sua excepcionalidade ou por estar conectado a eventos importantes no passado de um grupo. Tal definição levanta algumas questões no que se refere à legitimação, por ser um processo complexo e, além disso, quando feita por um grupo social não é necessariamente feita por instituições, gerando mais um debate sobre qual processo legitimador seria mais importante, o social ou o institucional.

Existem duas maneiras oficializadas de patrimonializar um bem cultural, através do tombamento, no caso do patrimônio material e o registro, para o patrimônio imaterial. Cada um



deles possui características específicas e são os instrumentos desenvolvidos por órgãos oficiais do patrimônio de preservar um bem cultural que é considerado de valor excepcional. No entanto, antes de receber esse aval é possível que haja o reconhecimento social de determinado bem como digno de preservação e assim, patrimônio. No caso, a simples valoração e o desenvolvimento de ações que garantam a preservação desse bem, mesmo sem ajuda do Estado, já legitimariam, para a população, esse bem como patrimônio e, portanto, as duas possibilidades de legitimação não são excludentes nem concomitantes.

Talvez os principais problemas encontrados na prática patrimonial sejam a conservação e manutenção desses bens legitimados, principalmente aqueles de forma institucional. Afirmamos isso, pois quando a população entende determinado bem cultural como patrimônio, ela se organiza para preservá-lo; por ela reconhecê-lo como parte da sua cultura ele é tratado como herança cultural, e os conhecimentos para cuidar desse bem, seja material ou imaterial, acabam se perpetuando de geração em geração (principalmente em comunidades menores). No entanto, quando a legitimação vem de cima para baixo, e o reconhecimento popular não está completamente configurado, se torna mais difícil de integrar esse patrimônio ao cotidiano da população, se fazendo necessária a implantação de políticas culturais que aproximem os dois. Isso é de fundamental importância pois é impossível o Estado cuidar de todos os bens patrimonializados sozinho; a população precisa reconhecer e legitimar o bem cultural, para auxiliar nas políticas de preservação, caso contrário, o bem patrimonializado está fadado ao abandono.

É recorrente também discutir qual é o papel do patrimônio na atualidade, principalmente se entendemos o período como Pós-Modernidade e tudo que isto representa, como fragmentação do sujeito e descentralização de identidade. É comum concluir perda de importância de heranças culturais em geral já que o sujeito pós-moderno costuma ter mais dificuldade em se definir.

O mundo pós-moderno é o resultado de uma série de eventos. Nora (1993), ao discutir sobre memória, apresenta o que levou a essa necessidade contemporânea de consagrar lugares de memória e comenta:

Pensem nessa mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial. Esse desmoronamento central da nossa memória só é, no entanto, um exemplo. É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da midiaticização. Na



periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; que se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo do mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade. (Nora, 1993, p. 8).

O contexto apresentado por Pierre Nora pode ser interpretado como uma descrição da realidade pós-moderna – o autor não usa tal termo, mas comenta sobre o processo de aceleração da história, relacionado à pós-modernidade - onde o fluxo e a velocidade de informações cresceram consideravelmente em relação às décadas anteriores, com novos grupos sociais em evidência e novas nações surgindo. Essa realidade provocou algumas mudanças nos campos da memória e da história, fazendo com que algumas coisas fossem consideradas irrelevantes e, por isso, outras ganharam destaque e passaram a ser patrimonializadas para que não houvesse risco de perda desses elementos. Todos esses fatores vão culminar na descentralização da identidade do sujeito pós-moderno, que será explicada a seguir.

Inúmeros acontecimentos contribuíram no decorrer dos anos na formação do indivíduo pós-moderno, como alguns movimentos sociais, por exemplo. Se antes para ser considerado relevante e ter representatividade social, política e econômica e ser efetivamente ser considerado cidadão, era necessário ser do gênero masculino e caucasiano, na pós-modernidade outras possibilidades surgem. A identidade negra e a identidade feminina ganharam espaço e passaram a considerar outras formas de indivíduo, cidadão. Além disso, neste período há uma interação mais facilitada por tecnologias (como a internet) entre pessoas dos mais diversos locais do globo e dessa forma, entramos em contato com uma quantidade maior de culturas – comparado com períodos anteriores – o que faz com que as pessoas se identifiquem com elementos de outras culturas, agregando-os a sua própria identidade. Esses fatores tornam o indivíduo pós-moderno mais complexo que o moderno, tanto na análise acadêmica quanto na vida cotidiana, por haver inúmeras possibilidades de identidades (que já existiam, mas não eram consideradas válidas ou dignas de atenção anteriormente).

Essa descentralização da identidade do indivíduo é segundo Hall (2011), uma das características mais marcantes desse período. Se na Modernidade poderíamos considerar que



havia um centro de identidade de cada pessoa ou grupo social, algo que o norteava e o definia, na concepção do autor, o mesmo não pode ser dito do sujeito pós-moderno. Neste contexto, o indivíduo tem mais facilidade de se definir pela alteridade do que por similaridade. É mais simples pro sujeito pós-moderno dizer aquilo que ele não é, apontar o que não o representa e dizer que não se identifica com determinado elemento, do que afirmar quem é e definir assim elementos que o identifica e representa. Não chega a ser uma crise de identidade, já que ele consegue se definir, parcialmente, através dessa negação a elementos identitários e, além disso, facetas de sua identidade afloram de acordo com o contexto, ou seja, o indivíduo passou a ter uma identidade mais complexa e multifacetada. O sujeito pós-moderno pode não saber se definir por inteiro, mas sabe o suficiente para conseguir se posicionar sócio e politicamente.

Analisemos agora com o caso “o marinheiro perdido” apresentado por Oliver Sachs (1997). Sachs discorre sobre um paciente, Jimmie G. que possui graves problemas de memória, sendo incapaz de reter novas informações, além de ter perdido a lembrança de cerca de trinta anos de sua vida. Jimmie aos 49 anos acreditava ter ainda 19, estar no ano de 1945, quando ele servia na Marinha Americana. Sachs questionava o que poderia ser deste homem praticamente sem memória e com pouca noção de si; o médico considera que alguém sem memória, nada era. Até o momento que Sachs observa seu paciente na capela do hospital, participando das missas e cuidando do jardim, quando ele percebe que nesse momento, Jimmie G. se encontrava.

Claramente, Jimmie encontrava a si mesmo, encontrava continuidade e realidade na natureza absoluta da atenção e ato espiritual. As irmãs tinham razão — ele de fato encontrava sua alma ali. E Luria também estava certo; suas palavras voltaram-me à mente: “Um homem não consiste apenas em memória. Ele tem sentimento, vontade, sensibilidade, existência moral. É ali [...] que você poderá atingi-lo e observar uma profunda mudança”. A memória, a atividade mental, a mente isoladamente não podia retê-lo; mas a atenção e ação moral eram capazes de absorvê-lo por completo. (Sachs, 1997, p. 53-54).

A falta de passado de Jimmie deixava sua identidade completamente fragmentada. Por mais que ele acreditasse que tinha apenas 19 anos, e isso parecer ser um centro para sua identidade, ele sentia haver algo errado, não se sentia doente, mas não se sentia feliz ou tinha prazer em viver, sem chegar a ser efetivamente deprimido. Ele sentia dificuldade de dizer quem era de fato, se o obrigasse a definir-se, ele diria que era um marinheiro de 19 anos, mas ele percebia que não era exatamente assim, sabia que algo não parecia certo, mesmo sem se olhar no espelho (nesse caso ele ficava completamente perdido, pois era incapaz de reconhecer que aquela imagem como a sua).





Por mais que os motivos que levaram a enfermidade de Jimmie sejam específicos, o resultado, fragmentação de sua memória e, conseqüentemente, sua identidade, pode ser comparado à realidade do indivíduo pós-moderno. Afirmamos isso por haver essa dificuldade na pós-modernidade de definir-se, sendo complicado dizer com o que você se identifica ou o que te representa, por haver essa complexidade de se entender quem de fato você é. Mas, assim como Jimmie G. o sujeito pós-moderno consegue se encontrar em determinados contextos porque não importa quão fragmentada sua identidade é, ela existe. E é aí que cultura e o patrimônio se tornam necessários.

Assim como no caso do marinheiro perdido, que se encontrava nos rituais religiosos e cuidando do jardim, o indivíduo pós-moderno eventualmente toma noção de si ao entrar em contato com determinados bens culturais, como se sua memória fosse ativada. Sua identidade descentralizada é capaz de identificar-se com diversos elementos e por isso, acreditamos ainda fazer sentido patrimonializar determinados bens culturais. Le Goff (2003, p. 469) declara “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”, considerando que a sociedade atual provoca uma angústia que dificulta a construção de identidade e por isso a memória - e o patrimônio - tem suma importância (ou seja, ele está de acordo com os outros autores citados sobre o momento da pós-modernidade, apesar de não usar este termo explicitamente).

Como apresentamos, há um consenso sobre a importância do patrimônio para o indivíduo, de todas as épocas. A pós-modernidade, entretanto é contraditória por conduzir a uma amnésia coletiva ao mesmo tempo em que faz com que as pessoas se apeguem ao passado, Huyssen comenta,

(...) o fascínio pelo passado é mais do que um simples efeito colateral compensatório ou fraudulento de uma nova temporalidade pós-moderna que paira sobre a necessidade de memória e o ritmo acelerado do esquecimento. Talvez ele deva ser levado a sério como um modo de diminuir um pouco a velocidade da modernização, como uma tentativa, embora frágil e cheia de contradições, de atirar salva-vidas ao passado e contrabalançar a notória tendência de nossa cultura à amnésia, sob o signo do lucro imediato e da política de curto prazo (Huyssen, 2000, p. 76).

Ou seja, existe a vontade de se apegar ao passado para diminuir o ritmo das mudanças, tentando se segurar aos vestígios que representam tanto o indivíduo quanto o grupo. O patrimônio é de suma importância para controlar a velocidade das mudanças, evitando que a



identidade (individual e do grupo) se perca. Segundo Huyssen (2000) “a partir da década de 1980 o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes” (p.9), o autor segue, afirmando “quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto” (p.32), ou seja, a realidade pós-moderna nos direciona rapidamente ao futuro incerto, e faz com que queiramos diminuir o ritmo, nos apegando há um passado que é mais sólido e, frequentemente, idealizado.

No entanto, existem passados que são “menos importantes” e que, portanto, não há necessidade de preservá-los da mesma maneira. Não é necessário para a identidade individual ou de grupo que tudo que venha do passado seja patrimonializado, “nós devemos fazer um esforço para distinguir passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva (...) precisamos não nos permitir que o medo e o esquecimento nos dominem” (HUYSSSEN, 2000. p.37). Portanto, o principal desafio é discernir o que é um passado dispensável, porque inevitavelmente algum grupo vai considerar tal passado importante e, mesmo que não considere, sempre há possibilidade de no futuro lamentarmos o esquecimento desses passados “dispensáveis”.

Na realidade pós-moderna o mais importante provavelmente é a educação patrimonial, uma vez que a partir dela será possível definir melhor o que é dispensável e o que é usável e produtivo, como sugere Huyssen. Evoluiríamos nosso pensamento em relação ao patrimônio, cultivando o que consideramos mais relevante, e aquilo que é de certa forma dispensável, iria desaparecer aos poucos, naturalmente. Faz-se necessário que essa agonia da perda vivida pelos pós-modernos diminua, e que as mudanças aconteçam de forma mais natural, não provocando assim a necessidade de apego ao passado, como se ele fosse o salvador de uma pátria fadada à amnésia. O esquecimento e perda de identidade não aconteceriam se houvesse uma compreensão melhor sobre sua própria cultura e patrimônio, haveria apenas uma modificação das identidades sociais, por estar sempre em contato com outras culturas, e pode ser positivo, principalmente se tivermos uma noção melhor de nós mesmos, pois, dessa forma, não nos perderíamos neste grande fluxo de informações característico da pós-modernidade. Como Nora (1993) comenta, só existem lugares de memória porque não há meios de memória, então, se conseguíssemos restaurar nossos meios de memória, possível através da educação patrimonial, essa vontade de patrimonializar diminuiria.



## O FENÔMENO TURÍSTICO – TURISMO CULTURAL

Começamos apresentando o que se entende por turismo. O Ministério do Turismo (MTur), seguindo as diretrizes estipuladas pela Organização Mundial de Turismo (OMT), considera turismo como atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outras (Ministério do Turismo, 2006). Segundo a OMT o turismo é um dos setores da economia que mais crescem no mundo, tendo movimentado internacionalmente em 2012 cerca de 1,3 trilhões de dólares, chegando a se igualar ou até mesmo ultrapassar atividades ligadas ao petróleo, indústria automobilística e alimentícia (OMT, 2014). As estatísticas do turismo impressionam; é um setor que consegue gerar muito capital e empregos principalmente por ter uma área de atuação global.

Por lidar com tantas pessoas, e ter um potencial tão grande, é uma atividade de profunda complexidade. São diversas as motivações que levam ao deslocamento, o que gera diferentes comportamentos e expectativas e assim, para facilitar o estudo, segmenta-se o turismo das mais diversas formas, havendo aquelas ligadas a demanda turística e a oferta turística. O MTur segmenta a demanda segundo critérios geográficos; demográficos e socioeconômicos; psicográficos; padrões de comportamento e, padrões de consumo. Cada uma dessas subdivisões ajuda a traçar o perfil da demanda, o que ajuda no planejamento de ações de marketing, construção do produto turístico e outras atividades ligadas a gestão dos destinos (Ministério do Turismo, 2010).

Já a oferta é segmentada pensando na motivação do deslocamento. No Brasil, o turismo é segmentado em social; ecoturismo; cultural; estudos e intercâmbio; esportes; pesca; náutico; aventura; sol e praia; negócios e eventos; rural; saúde, podendo ainda haver subdivisões dentro desses segmentos. Trataremos aqui especificamente do turismo cultural, uma das formas mais antigas de se fazer turismo e também a que mais cresce (RICHARDS, 2009).

Chegamos então à definição “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Ministério do Turismo, 2010). É apresentada a noção de vivência para caracterizar o segmento, inferindo que uma visita rápida e superficial não configuraria efetivamente em turismo cultural.



Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita. (Ministério do Turismo, 2010)

A vivência pode ser considerada como um elemento diferenciador do turismo cultural para o turismo de massa. O último costuma decorrer sem se reter nenhuma informação, são visitas mais superficiais, onde o interesse maior do turista costuma ser mais o status de estar visitando tal lugar do que conhecê-lo efetivamente; no primeiro, apesar de haver a questão do status, esse não é o que mais importa para o turista, que deseja, na verdade, conhecer outra cultura e aprender o máximo possível sobre ela. Por mais que quaisquer viagens para fins turísticos possam ser consideradas experiências culturais, por haver algum contato com elementos da cultura local, essa vivência, esse desejo de conhecer o outro, que irá configurar de fato o turismo cultural.

Como foi dito anteriormente, cada segmento pode ter subdivisões, como é o caso do turismo cultural. O MTur o divide em turismo religioso, místico e esotérico, étnico, cinematográfico, arqueológico, gastronômico, ferroviário, enoturismo e, turismo cívico. Essas subdivisões adotadas pelo Ministério não correspondem necessariamente ao que encontramos na literatura específica, onde, em alguns casos nem é apresentado esse tipo de subdivisão, já que muitas vezes o turista cultural realiza atividades que durante sua estada que se relacionam a mais de uma dessas categorias.

Costa (2009) vai além da definição proposta pelo MTur, defendendo que

o turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta de bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo auxiliará a produção de novos conhecimentos e conservação dos bens visitados. (COSTA, Flávia Roberta, 2009, p. 190)

Ela inclui na definição elementos que são relacionados ao objetivo do turismo cultural, produção de conhecimento e conservação do patrimônio cultural, além de reforçar a questão da vivência e da experimentação. O turista cultural, em sua concepção, não é um visitante passivo,



ouvindo uma explicação de um mediador de exposição e se dando por satisfeito, por exemplo, é aquele que interroga, questiona, busca entender contextos, conversa com a população local enfim, que tem um perfil mais ativo e crítico no que se refere à busca de informações.

Podemos contrastar esse conceito, com a visão apresentada por Prats e Santana (2005) de que “o turismo cultural é turismo patrimonial, e o patrimônio não é a cultura” (p. 16), fazendo uma crítica de como o dito turismo cultural acontece na prática. Esses autores entendem que as visitas sempre se dão de forma superficial e que se concentram apenas em visitas a bens culturais patrimonializados, que representam parte da cultura, mas não são a cultura como um todo.

Se pensarmos no turismo cultural ideal, o que Prats e Santana colocam não estaria relacionado a esse segmento, mas ao turismo de massa, que de fato se concentra em determinados elementos da cultura, havendo pouca ou nenhuma vivência e troca cultural. No entanto, na prática, para o grande público, qualquer visita a um museu é considerado turismo cultural, então é se faz necessário contrastar sempre a teoria, o ideal, com a prática, já que a primeira muitas vezes se perde quando sai do campo das ideias.

Passemos agora a exemplos de atividades relacionadas ao turismo cultural, pensando nessa dualidade entre superficialidade e vivência, para observar o ponto de vista apresentado pelos autores na prática. Uma situação comum de superficialidade no turismo cultural é encontrada em museus e centros culturais. É recorrente visitas sem mediação, o que prejudica consideravelmente a qualidade da experiência, já que algumas as obras não são de fácil compreensão, mesmo para aqueles com maior instrução em relação à história da arte.

Podemos citar o Museu de Arte Contemporânea (MAC), considerado o principal atrativo da cidade de Niterói, um símbolo urbano, estando presente em todo o material promocional da cidade e sendo o principal motivo de deslocamento de turistas para a localidade. No entanto, frequentadores do MAC correm o risco de ter uma visita onde pouco se agrega, já que não existem visitas guiadas, com arte-educadores, para público espontâneo, apenas com marcação prévia, se concentrando majoritariamente na exposição de longa duração (com o acervo do museu, onde costumeiramente é apresentado um panorama histórico da arte contemporânea no Brasil). Para os visitantes que não agendaram a visita guiada, a única opção que tem é perguntar aos poucos monitores que podem ser encontrados pelas galerias ou para os seguranças. As principais indagações feitas pelos visitantes eram “o que quer dizer essa obra?”, “o que o artista quis dizer?” e até mesmo “por que isso está em um museu?”, todas essas



perguntas podem ser entendidas como sintomas da falta de informação disponível no museu, sendo que a situação fica ainda mais acentuada por ser um museu de arte contemporânea, que já é de difícil compreensão, mesmo com a mediação. É um tipo de expressão artística onde é difícil perceber o valor do que está sendo apresentado com facilidade, sendo comum ouvir pelas galerias os visitantes comentando “isso eu faço sozinho” ou “meu filho de quatro anos faz coisa mais bonita”, e são obras que costumam ter forte apelo político social, sendo muitas vezes críticas ao contexto nacional da época (ou ao próprio meio artístico). Muitas vezes o visitante não faz nenhuma pergunta, e as informações que eles podem encontrar sozinhos são limitadas, saindo depois de cerca de vinte minutos, sem ter absorvido (quase) nenhuma informação, quando tem um mundo de informações por trás das obras.

Uma visita ao MAC, Niterói, e provavelmente outras instituições culturais, se enquadraria na crítica de Prats e Santana, por ser superficial e só acontece pelo fato do prédio do museu estar instalado ser considerado um bem arquitetônico, principalmente por ser uma obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Existem aquelas pessoas que preferem não visitar o museu, ficando apenas no pátio, tirando foto da construção, sem conhecer sua história ou sua importância para a cidade de Niterói. O museu, conhecido popularmente como disco voador, é inspirado nas formas de uma vitória régia, e foi construído com o objetivo de elevar a moral da cidade, que havia perdido há pouco tempo sua posição como capital, quando os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foram unificados, e a capital se tornou a cidade do Rio de Janeiro (outro motivo foi o empréstimo, por João Sattamini, de sua vasta coleção de arte contemporânea para a cidade). Niterói voltou a ser comentada por ter uma obra de Oscar Niemeyer, e rapidamente o MAC se tornou um símbolo da cidade. A partir da construção do MAC, Niterói passou a se colocar como uma cidade de vanguarda e veio a se tornar a segunda cidade com maior número de obras do arquiteto, perdendo apenas para Brasília. No entanto, nenhuma dessas informações é facilmente obtida no museu, apenas se o visitante tiver a curiosidade de indagar algum funcionário sobre o assunto, não havendo nenhum programa que aproxime o MAC e suas obras à população local ou turistas.

Como contraponto, temos o Projeto Bagagem, que visa promover viagens onde o contato com a população local e a troca cultural. É uma ONG desenvolvedora de turismo comunitário, que em muito se assemelha ao turismo cultural, a diferença é que o turismo comunitário é mais modesto no que se refere à viagem e acomodações, mas em nada perde em qualidade. Na verdade, por promover grande interação entre visitantes e moradores, pode muito





vezes ser considerado de qualidade superior, por ser mais difícil ser superficial. Voltando a ONG, são poucos os roteiros ofertados no momento, entretanto como pode ser encontrado no portal do Projeto Bagagem, tem pelo menos um roteiro por região do país e existe a possibilidade de viagens customizadas. Outra questão digna de nota é que os roteiros são realizados com grupos pequenos, de cerca de dez pessoas, o que por si só melhora a experiência do turista e minimiza impactos negativos na comunidade receptora.

O Projeto Bagagem é citado por Costa (2009) como um exemplo de turismo cultural de qualidade. Ressaltamos que é difícil utilizar esse tipo de proposta em determinados destinos, principalmente cidades maiores, reconhecidas a nível nacional e internacional, pois a procura passa a ser muito grande e se torna mais complexo desenvolver roteiros com alta interação com a comunidade. Nesse caso, consideramos de vital importância que cada instituição cultural tenha algum programa diferenciado para mediação de visitas e trocas de experiências com artistas, curadores e população local, e que o divulgue amplamente, já que a complexidade de um roteiro integrado aumenta consideravelmente nesses casos.

## **PATRIMÔNIO E TURISMO – RELAÇÃO POTENCIALIZADORA?**

É impossível pensar em patrimônio, sem levar em consideração o fenômeno turístico. Eles estão tão interligados que, na prática, é difícil, talvez impossível, um se apresentar sem o outro. O turismo precisa do patrimônio para existir, seja o cultural ou o ambiental, pois ele é um dos principais motivadores para o deslocamento. Além disso, não é uma tarefa simples encontrar um bem cultural patrimonializado que não receba turistas, com público composto exclusivamente de cidadãos locais. Desta forma, é essencial ponderar os efeitos que essa interação tão próxima pode provocar, tanto para o turismo quanto para o patrimônio, a cultura e a comunidade receptora.

Pensemos inicialmente em uma localidade onde o planejamento turístico não foi muito detalhado, se aprofundando pouco em questões sociais, com foco maior na instalação rápida da atividade, para conseguir um retorno em curto prazo do investimento. Se nos debruçarmos na questão econômica, vemos várias vantagens para a localidade ao ter partes de sua cultura apropriada pelo turismo. De imediato, em qualquer localidade onde se pretende promover o desenvolvimento turístico, são feitos investimentos para preparar a cidade para receber



visitantes, fazendo com que se aumente o número de restaurantes, lojas, e outros empreendimentos, gerando mais emprego e opções de lazer. Pensando no social, costumeiramente os governantes tentam embelezar a cidade, revitalizando algumas áreas, o que melhora consideravelmente a estética da cidade. Temos também a colocação de placas de sinalização, criação de centro de informações, capazes de auxiliar turistas e moradores. Com a cidade transformada em destino turístico e recebendo visitantes, mais dinheiro é gasto na cidade, o que possibilita o desenvolvimento ainda maior e melhor do turismo e de outras áreas. Outra vantagem significativa para a localidade é a questão de segurança, pois costuma haver mais destacamentos policiais, além de seguranças particulares de restaurantes e hotéis, em áreas turísticas, deixando aqueles que moram nessas áreas com maior sensação de segurança. Portanto, sem levar em consideração as consequências para a cultura, meio ambiente, e determinadas questões sociais, vemos que o turismo, com planejamento beirando a mediocridade, ainda pode ser positivo para a comunidade receptora (pelo menos a curto e médio prazo).

O que acabamos de descrever é basicamente a política adotada pela maioria dos governos, incluindo o brasileiro, na segunda metade do século XX, quando o turismo teve seu maior crescimento e configurou sua faceta mais conhecida, e criticada, na atualidade, o turismo de massa. Com esse tipo de iniciativa, temos retorno de investimento, no entanto, é complicado de ser sustentado em longo prazo e pode provocar (ou agravar) problemas de segregação social, depredação do patrimônio, transporte, saneamento e segurança. Quando o turismo é introduzido em uma cidade que não está devidamente preparada para recebê-lo o resultado pode ser desastroso. Em cidades como Cabo Frio e Rio das Ostras, na Região dos Lagos (ou Costa do Sol) no estado do Rio de Janeiro, não é incomum faltar água ou luz em partes da cidade devido ao enorme fluxo de visitantes no verão, especialmente no Carnaval.

A crítica mais recorrente encontrada ao analisar a relação do turismo e o patrimônio é perda de identidade, descaracterização da localidade e a homogeneização da paisagem cultural. Na ânsia de desenvolver e promover uma cidade como destino turístico é comum que cidades sigam a risca exemplos bem sucedidos, sem adaptar a própria realidade, havendo pouca integração com a população local. Carlos (1996) comenta

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a



ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros. (CARLOS, 1996, p. 26)

No Brasil o caso mais emblemático talvez seja a região do Pelourinho em Salvador (BA), completamente revitalizada para melhor atender as necessidades dos seus visitantes, mas provocou uma exclusão dos moradores da área, que foram obrigados a se retirar da região, por não poderem arcar com os novos custos ou por serem considerados incompatíveis com o novo Pelourinho (BARRETO, 2000). Argumenta-se que as manifestações culturais presentes no local pós-revitalização não são espontâneas e nem capazes de representar a memória e identidade locais, sendo apenas uma encenação para visitantes. É importante ressaltar que esteticamente e turisticamente o Pelourinho funciona, entretanto turismo e beleza não podem ser as prioridades governamentais e sim, o bem-estar da população. Descaracterizar uma área, alienando sua população em prol do turismo é uma decisão equivocada, até porque um visitante mais atento nota quando o que ele está visitando é apenas um cenário, havendo pouca ou nenhuma autenticidade, o que faz com que ele perca o interesse e/ou não recomende o destino. Logo, nesse caso, até focando apenas na atividade turística, esse tipo de gestão não se sustenta por muito tempo, principalmente com o perfil de turista atual, mais interessado em experiências e trocas culturais do que aquele turista de massa comum nas décadas de 1970 e 1980, mesmo ainda havendo pessoas com o perfil mais tradicional e contemplativo, vulgo turista de massa, por assim dizer, já é possível perceber uma mudança de comportamento (PANOSSO NETO e GAETA, 2010).

Passemos então a considerar o fenômeno turístico em toda a sua complexidade, considerando um planejamento cuidadoso e detalhado que respeite as características sociais e culturais da localidade onde se insere, para assim podermos ver o lado efetivamente positivo do Turismo. Na seção anterior, ao discutirmos sobre Turismo Cultural, apresentamos alguns exemplos de iniciativas voltadas para o turismo cultural social, com o principal objetivo de promover trocas culturais entre visitantes e visitados. Apresentemos então, de forma mais abrangente, o que um turismo consciente pode representar para a comunidade receptora.

Yázigi (2005) afirma que o planejamento urbano de qualidade necessita ser plural e interdisciplinar. Uma cidade que agrega arquitetura, urbanismo, saúde pública, direito, engenharia, ciências humanas, economia e tantas outras áreas, provavelmente oferece melhor qualidade de vida aos seus cidadãos do que localidades onde o planejamento urbano é organizado por profissionais da mesma área. O planejamento turístico começa com um



planejamento urbano de qualidade: é muito mais complexo preparar a cidade para ser boa para turistas e visitantes no geral quando ela não o é para os seus moradores; em situações assim costuma ocorrer o que citamos anteriormente, afinal o turismo não é solucionador de problemas e precisa de uma infraestrutura urbana básica para funcionar. Para entender todo o potencial positivo do turismo, é necessário imaginar uma localidade possuidora de planejamento urbano eficaz.

A turismóloga uruguaia Margarida Barreto afirma que mesmo os críticos entendem o turismo como capaz de estimular “a existência e a reabilitação de centros históricos, construções e monumentos, por meio de sua transformação em recurso recreacional” e propicia “a revitalização de atividades tradicionais de áreas de declínio, a redescoberta de sítios com propriedades específicas e de cidades históricas, estimulando a transformação de antigas habitações em acomodações turísticas, mantendo a estrutura e as características tradicionais” (BARRETO, 2000, p. 32). A autora cita como exemplo sua cidade natal Colonia Del Sacramento para reforçar o argumento de que o turismo, especificamente o cultural (ela utiliza a terminologia “turismo baseado no legado cultural”), pode ajudar no engajamento da comunidade “no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação de fontes” (idem, p. 49). Barreto discorre sobre como um bairro de sua cidade, Sur, era interdito para as jovens uruguaias, por não ser considerado recomendável (antiga zona de prostituição), sendo o acesso só permitido para visitar o museu histórico que havia no local (no caso das jovens, as visitas segundo a autora eram feitas apenas com o acompanhamento de algum professor, mas estas não eram comuns, por ser no bairro Sur). Tal restrição só acabou em 1970 quando um arquiteto, que estudava a região do Sur desde a graduação, formou uma comissão honorária do patrimônio a qual, com o apoio do Ministério de Educação e Cultura, redescobriu a história e memória locais, o que acabou elevando a cidade a Patrimônio da Humanidade em 1996. A cidade, segundo descobertas, teve relevante papel em disputas por hegemonia entre Portugal e Espanha nos séculos XVII e XVIII, nas lutas pela independência, além de riquíssimo passado cultural provindo de cem anos de ocupação alternada de portugueses e espanhóis. Tal descoberta, aliada ao turismo que se instalou em seguida, fizeram os moradores de Colonia Del Sacramento sentir orgulho de morar na cidade, antes completamente desvalorizada.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nessa comunicação entender um pouco mais sobre o patrimônio na contemporaneidade e sua relação com o turismo, tendo em vista a complexidade de ambos. Como apresentamos, são campos difíceis de serem analisados separadamente, pois um deles precisa do outro para se desenvolver (no caso, o turismo depende do patrimônio – material e imaterial - para gerar interesse de visita). O patrimônio e a cultura não precisam do turismo, mas pode se beneficiar dele, pois quando há um bom planejamento, a atividade turística é um grande gerador de divisas, em curto, médio e longo prazo.

Turismo e Patrimônio têm o potencial de se ajudarem mutuamente e agregarem valor um ao outro. No entanto, isso vai depender das ações governamentais no momento de decidir como será feita a alocação de recursos e modificações na cidade. Se for feito um planejamento pensando na pluralidade de culturas e necessidades de uma localidade, analisando-a como todo, o turismo provavelmente trará inúmeros benefícios. Entretanto, se esse não for o caso, o turismo será um elemento potencializador de todos os problemas locais, piorando ainda mais as condições de vida da população.

## REFERENCIAS

BARRETO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planejamento*. Campinas: Papirus, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a Produção do Não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs). *Turismo: Espaço, paisagem e Cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p 25-37.

CASTRIOTA, Leonardo B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Revista Fórum Patrimônio: amb. Constr. E patr. Sust*, Belo Horizonte, v.1, n. 1, set/dez, 2007.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.



COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: Interpretação e Qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e memória* 5ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LYRA, Cyro Correa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. *Revista Arte e Ensaio*. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/ UFRJ, ano XIII, n. 13, 2006, p. 53-57. Disponível em <[http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13\\_cyro\\_lyra.pdf](http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf)> Acesso em 13 jan. 2014

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et alli. (Org.) *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. p. 33-76.

\_\_\_\_\_. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN, I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009, v.1. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>> Acesso em 10 jan. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.





PANOSSO NETO, Alexandre e GAETA, Cecília (Orgs.). *Turismo De Experiência*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

PRATS, Llorenç; SANTANA, Agustín. Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones. In: \_\_\_\_. *El encuentro del turismo com El patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilha: Fundación El Monte, 2005.

RICHARDS, Greg. Turismo Cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, Patricia de; CRUZ, Gustavo da (Orgs.). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Editus, 2009. p. 25 – 48.

SACHS, Oliver. *O Homem que Confundiu sua Mulher com um Chapéu*. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 2001.

#### Publicações online

CAMPOFIORITO, Ítalo. A história do início. Disponível em <[http://www.macniteroi.com.br/?page\\_id=131](http://www.macniteroi.com.br/?page_id=131)> Acesso em 28 jan 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)> Acesso em 23 jan 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo e Mercado. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Segmentaxo\\_do\\_Mercado\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso em 23 jan 2014.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 16, p. 400-418

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo cultural; Orientações básicas. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso em 23 jan 2014.

UNWTO. Why Tourism? Disponível em<<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>> Acesso em 23 jan 2014.



## PERSPECTIVAS DO MATO GROSSO EM MAPAS DA COMISSÃO RONDON

CARVALHO, Pedro Libanio Ribeiro de

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social-Unirio*  
*pedrolibanio@gmail.com*

### Resumo

O artigo discute a memória social sob a perspectiva de alguns mapas, originais e fac-símiles, encontrados no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. A Comissão Rondon percorreu o estado do Mato Grosso, entre 1900 e 1915, instalando ao fio telegráfico que ligou o Rio de Janeiro ao Acre e às fronteiras com o Paraguai e Bolívia. Não apenas realizou uma ligação física entre o Rio de Janeiro e as regiões Centro-Oeste e Norte, mas fez uma ligação identitária entre porções do Brasil que se desconheciam como unidade. Os mapas realizados durante esse período, além de retratarem lugares até então desconhecidos do grande público, mostram a atuação e a ocupação do Estado brasileiro, por meio dessa empresa, no território e na população.

**Palavras-chave:** Comissão Rondon. Mapas. Mato Grosso.

### Abstract

The article discusses the cultural memory from the perspective of some maps, original and facsimiles, found in the Arquivo Histórico do Exército (Army Historical Archive), in Rio de Janeiro. The Comissão Rondon went through the state of Mato Grosso, between 1900 and 1915, installing the telegraph wire that linked Rio de Janeiro to Acre and the borders with Paraguay and Bolivia. Besides physical connection between Rio de Janeiro and the Midwest and Northeast, it made a identity connection between portions of Brazil which were unaware of each other. The maps made during that period portray places hitherto unknown to the public, show the performance and the occupation of the Brazilian government, through this company, on the territory and population.

**Key-words:** Comissão Rondon. Maps. Mato Grosso

“... uma vez que a imagem de uma região fosse definida de certa maneira, era difícil destruí-la” (Ugo Tucci, verbete Atlas da *Enciclopédia Einaudi*, 2000, p. 142).

Detenho-me neste artigo na relação entre os mapas confeccionados pela Comissão Rondon e a memória social, no sentido de as cartas serem usadas para modificar uma observação sobre o espaço e também sobre o homem. É curioso pensar como um mapa pode transformar uma visão sobre um território, mesmo quando este



pouco se modifica. E vem a questão: por que os mapas não são iguais se representam o mesmo espaço? A resposta é simples: técnicas diferentes e práticas diferentes.

Nas primeiras duas décadas do século XX, a Comissão Rondon teve como principal objetivo ligar, via fio telegráfico, a capital federal da época ao norte do país. As elites dominantes não entendiam essa façanha apenas como uma questão física, conectar dois pontos separados no espaço, mas como princípio de dominação, de reivindicação de um território e de uma população. Positivista convicto, Cândido Mariano da Silva Rondon (Mato Grosso, 1865 - Rio de Janeiro, 1958), além de demarcar terras e estudar usos, costumes e línguas de dezenas de etnias, deu início a um novo processo de inclusão das mesmas na sociedade brasileira. Não apenas realizou uma ligação física entre o Rio de Janeiro e as regiões Centro-Oeste e Norte, mas tentou fazer uma ligação identitária entre porções do Brasil que não se conheciam ou não se reconheciam como uma unidade.

Abordo o mapeamento como compreendido por Benedict Anderson (2008, p. 239) em *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. No capítulo “Censo, mapa, museu”, o autor apresenta o primeiro como uma complementação política do segundo. No trabalho de Anderson, o censo é usado não para conhecer quem estava sujeito a um poder colonial, quer por suas identidades raciais ou religiosas, mas para melhor subjugar-lo. Quando digo censo, não me refiro exclusivamente à questão demográfica. O trabalho da Comissão Rondon não somente contou os grupos indígenas e seus indivíduos e os inseriu em categorias que poderiam ser redesenhadas de inúmeras formas pela matemática de um recenseamento; ele quis inseri-los em uma categoria simbólica ainda maior, imaginável apenas na cartografia: o mapa do Brasil. Daí a grande quantidade de textos jornalísticos, relatórios, filmes, fotografias, trabalhos cartográficos e etnográficos realizados pela Comissão Rondon; todos esses suportes ajudariam a construir uma nova memória social e a apresentar à sociedade brasileira da época o que eram e o que poderiam vir a ser o índio e a região. Compreendo esta produção como formação de patrimônio por meio do colecionamento de registros textuais e imagéticos do tangível e do intangível dos grupos, isto é, da figura humana e do espaço geográfico ocupado por ela, bem como da identidade indígena e da interação entre índios e não-índios (GONÇALVES, 2009).



Para começar, é preciso entender que a cartografia é “comunicação”, e esta é expressa mais no mapa em si do que no território que ele representa: como foi feito e como pode ser lido e interpretado (ANDERSON, 1982). Como qualquer outra forma de comunicação, observa-se que ela tem uma lógica própria: é repleta de símbolos e significados, ou seja, de convenções. Podemos mencionar a primeira convenção que vem à mente: o uso do meridiano de Greenwich para dividir o globo terrestre em oriente e ocidente, por acordo internacional em 1884, e colocar a Europa no centro do mapa-múndi. Observando ainda que as convenções sejam arbitrárias, como é possível representar as escolhas feitas no suporte cartográfico e nos diversos tipos de textos que o acompanham? O meridiano do Rio de Janeiro para origem do sistema de coordenadas, por exemplo, é uma escolha afirmativa de Rondon. É comum que os mapas sejam acompanhados de textos, como no caso de um atlas. Tais legendas trazem uma descrição que, por vezes, apresenta uma sinopse do que se quer narrar. Um mapa é uma narração feita com um motivo (BORGES, 2006; KNAUSS, 2010).

A história do olhar cartográfico é a história do olhar sobre o espaço, é uma das formas de ver o mundo. Segundo Ugo Tucci, o mapa é um produto da cultura que o cria. É uma representação do tempo em que foi produzido, e obedece à estética e à imaginação de quem o elaborava e para quem era direcionado (TUCCI, 2000, p. 143). A cartografia é parte de práticas de apropriação e de percepção do espaço, o mapa é uma interpretação dos fatos ou dos dados à disposição (KNAUSS, 2010).

Segundo Tucci (2000), a cartografia serve para a dominação e o mercado. A cultura que desenha o mapa gera uma hierarquia de figuras e lugares. O etnocentrismo faz com que o periférico seja deixado de lado, ainda que faça surgir uma consciência etnológica. No entanto, o que é salientado é sempre a diferença entre os povos (TUCCI, 2000, p. 132). Conforme detalhado pelo autor, as modificações de representação sobre o outro são difíceis de serem transformadas, e pode-se pensar o mesmo sobre o mapa. No entanto, ainda podemos ver resquícios do mapa antigo no moderno, se pensarmos nas novas configurações do que se queria mostrar em um mapa, ou seja, o que o cartógrafo quer apresentar dentro daquele espaço geográfico (TUCCI, 2000, p. 137). Sobre este aspecto, vê-se a força do primeiro relato; as velhas imagens coletivas ainda tinham impacto sobre o leitor de um mapa.



Os mapas não eram produto do empirismo geográfico, mas de especulações cosmológicas. Eram explicações de mundo com base nas sociedades que os produziam. A cartografia científica, como imagem técnica de um país, é muito recente.

### **O índio e o território em escala**

Dedico esta parte do texto a algumas interpretações cartográficas do Mato Grosso com base em mapas produzidos pela Comissão Rondon. Segundo Paulo Knauss (2010), o Brasil foi mapeado da mesma forma que foi colonizado, do mar para o sertão. Pretendo focar no descobrimento do interior do Brasil e na demarcação de território. É importante observar que o sertão é “construído” dentro dos mapas por meio de espaços vazios. Nestas primeiras cartas, percebe-se o sertão como um terreno sobre o qual não se tinha informações, pois era uma área de soberania (KNAUSS, 2010), nesse caso, a indígena. Em consonância com as ideias apresentadas por Tucci (2000), pode-se compreender o etnocentrismo do colonizador europeu. O outro e seu território são vistos ou como aterradores ou como um empecilho à colonização, um ambiente hostil e selvagem. Ideia ainda presente até o início do século XX. Durante pesquisas no Arquivo Histórico do Exército me deparei com o fac-símile de mapa de 1860, copiado, em Paris, pelo capitão Luis Pedro Lecor, chamado *Carta de partes da capitania de Matto Grosso e Goyaz* (Acervo do Arquivo Histórico do Exército), que acredito ser esclarecedor do que Knauss apresenta sobre o sertão e seus habitantes. O autor do desenho original dava pequenas informações sobre partes do território, ainda não explorado, e o que possivelmente se encontraria ali. Em uma parte do mapa há o texto: “Certão do gentio Chavante que foi atacar o P<sup>o</sup> Poço, e não fez preza considerável daquella vez por desordens, que sempre acontecem e não havendo experiência”.

Entendo que uma carta, em particular, é importante por representar especificamente os trabalhos da República no território mato-grossense, e também pelo lugar em que foi exibida ao público. A *Carta Schematica do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas* (figura 1), apresentada ao público na exposição comemorativa do centenário da Independência, realizada na capital federal da época (a cidade do Rio de Janeiro), entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923, era um mapa que tinha entre suas funções apresentar uma sinopse dos trabalhos realizados pela Comissão Rondon.



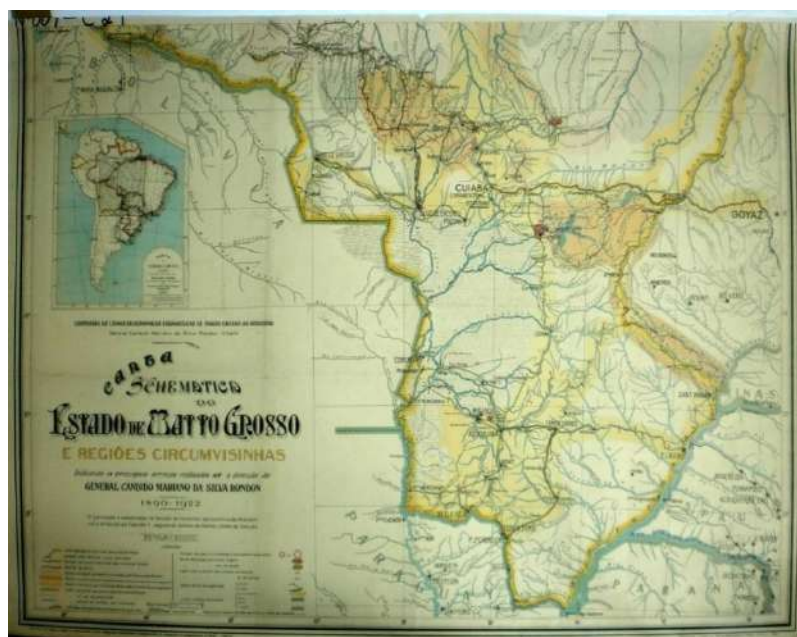


Figura 1. *Carta Schematica do Mato Grosso* (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

Acredito ser necessário compreender como Benedict Anderson formalizou suas ideias sobre a função do mapa na formação da nação. A comercialização dos mapas ajudou a construir a noção de alargamento de patrimônio na Europa (BORGES, 2006, p. 370), no sentido da compreensão de um desenho como algo em que nos reconhecemos. O que Anderson (2008) apresenta com relação ao mapa é que se trata de uma totalidade capaz de ser reproduzida ao infinito, por inúmeras técnicas de impressão, dentro de um estado colonial ou independente. Ele traz a ideia do “mapa-como-logo”, uma representação na qual um grupo pode se inserir e se reconhecer. Não há, nesse conceito de Anderson, a obrigatoriedade de se mostrar montanhas, rios ou outros acidentes geográficos, mas delimitar um território que poderia muito bem estar pintado de rosa, azul ou verde e amarelo. Aquela carta de Rondon tinha o intuito de identificar os índios e incluí-los em um espaço geográfico, de forma explícita e figurativa.

Maria Elisa Borges (2006) compreende que um atlas, por possuir texto, parte da lógica de catalogação de uma enciclopédia, que cria uma unidade entre partes supostamente díspares. Coadunando-se com Tucci e Knauss, ela também compreende que este tipo de obra constrói uma narrativa, na qual o presente explica o passado e indica o futuro. E, portanto, atua como um lugar de memória (BORGES, 2006, p. 370).



Mas como observado pelo próprio Pierre Nora (1993), os lugares de memória são artificiais e concebidos para transmitir uma mensagem específica de passado. Conforme salientado por Walter Benjamin (1992), nenhuma imagem é inócua, pois sempre traz consigo um subtexto que é operado pelo autor. Voltando ao pensamento de Borges, compreende-se que há uma intenção no que é apresentado em um atlas:

[...] organizadores jogavam com a balança lembrar/esquecer para que os mapas cumprissem suas funções sociopolíticas e culturais. Recursos textuais, visuais e estatísticos, já devidamente assentados na cultura de seus consumidores, eram reunidos com a finalidade de fazer dos mapas um lugar de celebração de determinados fatos e da ordenação dos espaços segundo uma perspectiva temporal e funcional (BORGES, 2006, p. 370).

O que é importante perceber nessa citação é a recepção dos leitores desse atlas. A escola auxilia na compreensão dos signos cartográficos, e isso auxilia na força de uma comunidade imaginada de cima para baixo. A narração é inculcada a todos como universal.

Pela biografia de Candido Rondon, o destaque que é dado e a história que é contada em sua *Carta Schematica* tem uma lógica própria. O fato de ser engenheiro militar, explorador e positivista convicto faz com que seu mapa mostre o que ele efetivamente encontrou no interior do Mato Grosso. A mensagem que se quer passar é a de um Brasil que se conhece de forma científica. A história por trás da imagem é de conhecimento, tomada e ocupação de território.

Tanto um atlas quanto um mapa devem ser compreendidos como uma forma de comunicação visual e textual, e gostaria, então, de me deter na legenda da imagem na Figura 1. A *Carta Schematica* mostra o trabalho da Comissão como uma forma de estabelecimento de um Estado e institucionalização de um território pela República (RIBEIRO, 2005, p. 8), mas também é possível pensar em uma mudança de consciência sobre a ocupação deste mesmo espaço. Entendo que o uso de mapas anteriores ainda era comum, mas o desbravamento desse território era a tônica, como é possível notar pelo desenvolvimento e evolução dos mapas copiados para os produzidos pela Comissão Rondon, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. A carta pode ser vista como etno-histórica, mas na realidade é a narração dos trabalhos da Comissão e sua atuação sobre o homem e o espaço. Ou seja, é a história da apropriação do território de



um pelo outro. As terras habitadas pelos índios não são mais domínios de outra soberania, como visto em outros mapas e como comentado por Knauss (2010). Os índios são inseridos neste mapa como parte do Brasil.

Retomando o conceito de mapa-como-logo de Benedict Anderson (2008), a informação deve ser compreendida de imediato, pois o intuito de um logotipo é não deixar dúvidas sobre a informação passada. A *Carta Schematica*, no entanto, deve ser lida devagar, devido à quantidade de informações que apresenta. Os vinte tópicos da legenda, suas cores e convenções se misturam de maneira que o observador deve parar para pensar e fazer um vai e vem entre texto e imagem para conseguir identificar tudo o que está na imagem. Deve-se ter em mente que os autores eram engenheiros e cartógrafos militares e não diagramadores e *designers*. Mais uma vez, observa-se a mão do autor na obra.

Curioso que o nome oficial da instituição chefiada por Rondon era, como aparece na carta, “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas”. Porém, logo na primeira linha da legenda lê-se: “Linha telegráfica construída pela Comissão Rondon”. Acredito que se trate de agilizar a compreensão do público e economizar espaço.

Passando para a questão histórica, é importante observar essa legenda: “Época e sentido das explorações (por terra, por água)”. Três comissões são mais importantes, e as setas indicam o sentido dos trabalhos realizados sempre a partir de Cuiabá, a capital do estado. Devem se notar as direções seguidas pelas expedições: entre 1890 e 1900, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, chefiada pelo major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, segue rumo leste; as explorações entre 1900 e 1906, realizadas pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, seguem rumo sudoeste em direção ao Paraguai; e a que realmente deu projeção aos trabalhos rondonianos, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, segue rumo noroeste.

Creio ser interessante trabalhar alguns conceitos que podem ser encontrados nesta carta: descoberta, conquista, pacificação e desterritorialização. Todos são importantes para a época e para a desejada integração nacional.

Antonio Carlos de Souza Lima (1995) vê a diferença entre conquista e descoberta na forma como cada empreitada lida com as populações com as quais se



depara. Os conquistadores enfrentam as populações a fim de dar respostas adequadas para a obtenção dos fins pretendidos, enquanto os descobridores se interessam pelos espaços a serem mapeados, e o encontro com novas populações não é o centro da empresa. O autor mostra que a conquista é, em menor parte, transformar o nativo, fazê-lo pertencer a outra identidade, mesmo que esta seja composta de diversas outras que não se mostram à primeira vista. Como Lima interpreta o trabalho de Rondon como guerra de conquista, deve-se perceber que uma das finalidades desse esforço é o butim. O que ele chama de “guerra de conquista” deve ser compreendido com relação às alianças e fusões dos povos nativos (quer sejam etnicamente diferentes ou tenham inimizades entre si) ao conquistador, para que aumentem as forças deste (LIMA, 1995, p. 52).

Seguindo essa linha de pensamento, a desterritorialização do índio dentro da *Carta Schematica* surge nos núcleos indígenas, já a ideia original da Proteção Fraternal era reunir as diversas tribos em núcleos. O que se tem neste momento é o trabalho conforme apresentado por Lima (1995); o butim da guerra de conquista era a terra. O índio seria retirado de onde vivia anteriormente e realocado em terras reservadas especialmente para ele. No entanto, Rondon informa em outros textos que os índios seriam levados a terras mais férteis, já que estavam sendo integrados à civilização brasileira. Nessa mudança de terras há ainda uma questão de fronteiras identitárias e espaciais que pode ser vista na citação do cacique pareci Tôlôiri (conhecido pelo nome em português de Matias), em resposta à indagação de Rondon se trocava suas terras por outras, mais ricas, com grande número de seringais e solo melhor:

Não saio do rio Verde. Gosto do Chapadão onde Camaicôrê caçava veado, caçava ema. Olho para esse campo e fico saudosos. Não quero ser seringueiro. Fico poaieiro mesmo. Dizia o amúri. Dizia que as terras deles iam desde as cabeceiras do Júba até o Papagaio, que ele considerava – ‘seu marco’ (RONDON, 1947, p. 37).

Ainda sobre a desterritorialização, e entrando na autodeterminação dos índios, Lima (1995, p. 121) apresenta uma questão bastante interessante ao indicar que a retórica rondoniana de não intervenção e respeito pela família indígena, pelos seus usos e costumes se mostra anterior às concepções atuais sobre autodeterminação dos povos e respeito pela diferença étnica. Porém, o autor também salienta que Rondon queria, na realidade, trazer estes povos para o seio da pátria e não deixá-los autodeterminados.



Parece conflitante, mas não é, se pensarmos que os positivistas acreditavam que os índios sairiam do estado fetichista e um dia chegariam ao estado positivo. Seriam autodeterminados quando atingissem este último estágio.

Já a pacificação não é apenas com relação ao índio que não tinha contato com a civilização, mas também com relação ao território. O primeiro contato com diversas etnias e o mapeamento do espaço demarcam quem está dentro e quem está fora do Brasil. Ao lado dos relatórios e matérias jornalísticas, essa demarcação coloca as práticas e saberes indígenas dentro de uma comunidade brasileira imaginada. Considero que, ao esquadrihar a terra e informar quais tribos estavam em que parte deste espaço cientificamente delimitado, a Comissão inseriu estas etnias na identidade brasileira.

O trabalho da Comissão Rondon é um esforço oficial de reconhecimento e, sob este aspecto, as legendas dão visão do que e de quem aflora no Brasil, como, por exemplo: os Nhambiquara são os “Índios que foram pacificados pela Comissão Rondon”; os Parintintin são os “Índios em via de pacificação”; os Bacarei são os “Índios mansos em contacto com a Comissão”; a parte em rosa é a “Região selvagem descoberta e estudada pela Comissão Rondon”; e a parte marrom claro é a “Região semi-selvagem na qual a Comissão Rondon também realizou os primeiros levantamentos geográficos”.

A correspondência entre relatórios, elaborados pela Comissão Rondon, e mapa é boa para se perceber como diversas etnias são distintas entre si e, ao mesmo tempo, brasileiras. A título de amostra, comentarei rapidamente dois relatórios escritos por figuras de peso dentro dessa empresa: o próprio chefe da empreitada e o capitão Amilcar Botelho de Magalhães.

O relatório intitulado *História natural: índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara Etnografia* (1947) indica para a população brasileira que o encontro entre a Comissão Rondon e os Pareci se deu pela primeira vez em 1907, quando do início das explorações para o traçado da linha telegráfica que ligaria Cuiabá a Santo Antônio do Madeira (a futura cidade de Porto Velho, RO). Na época, os Pareci habitavam a Chapada dos Parecis e se subdividiam em três grupos: os Caxiniti, na parte oriental; os Uaimare, na parte central; e os Cozarini, na parte ocidental. Essa informação complementa a *Carta Schematica* e mostra a diversidade dentro de uma mesma etnia. Rondon coletou algumas lendas dessa tribo, e um desses relatos é curioso por trazer um episódio que



vejo como outra forma de mostrar o índio ao cidadão do Rio de Janeiro. Contudo, como observado pelos pesquisadores Vich e Zavala (2004, p. 18), uma narrativa de vida ou lenda primordial é uma construção política, baseada nos jogos de forças e tensões entre o falante e o ouvinte. Utilizando-se desse jogo de forças, os Pareci incorporaram “elementos” do colonizador branco (destacados por mim na citação a seguir) ao articularem o mito de criação com a chegada do “não índio” e o modificarem para atender a necessidade de adaptação. Essa lenda foi contada pelo cacique dos Pareci Uaimare, Coluizorocê (conhecido pelo nome em português de Libânio, o mesmo que foi condecorado pelo presidente Nilo Peçanha), ao próprio Rondon, que a apresenta de forma traduzida e resumida:

Enorê, o ente supremo, apareceu em Atiu – (rio Sacuriu-iná) – [...] Enorê chamou Zalúie e perguntou-lhe se queria ficar com espingardas, bois, cavalos, etc. ou si preferia as flechas, os arcos, etc. Zalúie respondeu que não queria espingarda, porque é pesada, nem bois e cavalos porque esses animais sujam muito o terreiro das casas. Aceitou as flechas e outros utensílios selvagens que Enorê lhe ofereceu. Então foi perguntado a Camaicorê si êle queria o que Zalúie tinha recusado. Camaicorê respondeu afirmativamente, ficando com tudo quanto hoje têm os brancos. Enorê acrescentou que Camaicorê faria assim a felicidade dos filhos. Levou-o ao Haloliaquá – (cabecera do rio Jauru) onde fez a primeira casa de pedra que lá ainda existe – (?) – e onde lhe mostrou o boi e o cavalo, também gravados em pedra como estão lá (?). (RONDON, 1947, p. 40).

Como observado por inúmeros pesquisadores, a identidade é uma construção sempre reorganizada com base na natureza das relações sociais – intragrupo e extragrupo. Entendo que Sabine Dedenbach-Salazar Saens (2012), em suas pesquisas sobre a mito-história do povo Chipaya, da Bolívia, expõe tais considerações de forma perspicaz. Ela considera que a narrativa de eventos do passado é relevante ou crucial para criação, explicação, formação ou conservação da identidade de um grupo étnico e sua concepção social. Considera-se ser verdade, ter autoridade e legitimidade e, por isso mesmo, deve ser adaptada às novas circunstâncias. Ou seja, compreendo que há uma necessidade de uma explicação mítica para cada novo evento ou experiência dentro de um grupo. Isso se deve também pela necessidade de coerência identitária e pela pura sobrevivência num momento de transformação do mundo. Sob esse aspecto, acredito que o índio queria se mostrar integrado ao branco. E, como posto por Ortiz (2010), penso que, ao incluir essa lenda no relatório, Rondon queria integrar o índio ao branco.





Botelho de Magalhães, por sua vez, em seu relatório da Expedição Roosevelt-Rondon, (1916), mostra a transformação da região ao comentar sobre as pequenas roças que já eram cultivadas nas proximidades das aldeias indígenas e vilas. O militar considera que há uma “espécie de transição entre a civilização das cidades e a selvageria do sertão bruto” (MAGALHÃES, 1916, p. 79). Os relatórios de militares e civis expressam para a população urbana a conversão de um território de semicivilizado, selvagem, para habitável. No capítulo VII, intitulado “Ligeira notícia sobre os índios da zona percorrida”, vê-se os anteriormente temidos Nhambiquara como pessoas inteligentes, que conseguem compreender as cartas que lhes são apresentadas e que desenham mapas simplificados na areia. Outra informação é o espaço que ocupam dentro do Brasil, descoberto e conquistado pela Comissão Rondon, entre o vale do rio Papagaio e a estação telegráfica de José Bonifácio (MAGALHÃES, 1916, p. 78). Já o caboclo é visto pelo autor de forma ambígua, pois parecia não compreender tão bem o mapa quanto o Nhambiquara, mas é exaltado como “tipo genuinamente nacional” (MAGALHÃES, 1916, p. 60) e dedicado ao trabalho.

Retomando a cartografia elaborada pela Comissão Rondon, entendo que as informações dadas na *Carta Schematica* pouco mostram o trabalho de geógrafos anteriores, mas minhas pesquisas no Arquivo Histórico do Exército me permitiram ver a diferença entre os mapas de estudo e os apresentados ao público. Isso significa que algumas informações podem ser retiradas conforme a vontade do autor. Penso que duas cartas exemplificam a distinção entre o rascunho e o texto final.

Na carta *Município de Mato Grosso*, de 1939, que é um extrato da futura *Carta do Estado do Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*, lê-se abaixo do título que a organização realizou múltiplos trabalhos de campo entre 1890 e 1930 e que esta é elaborada com documentação impressa e inédita proveniente de diversas fontes. Mas o que chama atenção está na legenda sobre as montanhas, que se divide em três: as que foram estudadas pela Comissão, as que não foram estudadas pela mesma empresa, e as que foram inseridas com base em informações de outras cartas ou de viajantes. Rondon confessa que também elabora seus mapas com uso de informações de terceiros. O que não foi visto na *Carta Schematica*, a grande obra até aquele momento, apresentada em 1922. Em outra parte da legenda, esta carta introduz a noção da divisão entre as moradas indígenas e caboclas, com aldeia, barracão, barraca, maloca, tapera, tapiri de



índio. Isso mostra que, diferente da *Carta Schematica*, aqui o espaço foi preenchido pelos seus habitantes originais.

Já na *Planta de Trabalhos Executados entre Campo Grande e Ponta Porã...*, executado pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, não há legendas. O que se lê, na planta em si, são os acidentes geográficos e a ocupação da região que margeia a linha telegráfica. De quilômetro em quilômetro, têm-se os povoados e estações telegráficas. Pelo que se pode observar no mapa, não há aldeias ou taperas, e a população que ocupa esse território é outra: a colônia japonesa e as muitas fazendas de propriedade da empresa americana Brasil Land and Cattle Co., que não são mostradas em outros mapas.



Detalhe da Planta de Trabalhos Executados entre Campo Grande e Ponta Porã

(Acervo: Arquivo Histórico do exército, RJ).

Para finalizar, gostaria de voltar à pergunta feita no primeiro parágrafo deste texto: por que os mapas não são iguais se representam o mesmo espaço? A resposta é agora diferente: houve modificação e ampliação na interpretação de um espaço geográfico.

## Referências

### Cartografia

CARTA da Parte da Capitania de Mato Grosso e Goyaz 1860, medindo 77,5 cm x 68,5 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).



CARTA Schematica do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas indicando os principais serviços realizados sob a direção do General Candido Mariano da Silva Rondon, 1890/1922, medindo 95,5 cm x 70 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exercito).

ESTADO de Mato Grosso – Município de Mato Grosso (...) 1939, Cópia heliográfica, medindo 90 cm x 64 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exercito).

PLANTA de Trabalhos executados entre Campo Grande e Ponta Porã incluindo a linha telegráfica, estradas de rodagem e trilhas de auto, pela CLTEMTA, S/D, escala 1: 400.000, 52 cm x 68,5 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exercito).

### **Bibliografia**

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradutor Denise Bottman. 2ª edição São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Paul S. *Princípios de cartografia básica*. Tradutores Noeli Vettori Anderson e Paulo Frederico Hald Madsen. Rio de Janeiro: FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Em: \_\_\_\_\_. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Atlas histórico: com eles também se escrevem memórias nacionais. Em: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 369-391.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. Em: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.



KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia e CHIAVARI, Maria Pace. *Brasil: uma cartografia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Amilcar A. B. de. *Relatório apresentado ao snr. coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1916.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Em: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Missão Rondon: Apontamentos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

\_\_\_\_\_. *História natural: índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara. Etnologia pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1947.

SAENS, Sabine Dedenbach-Salazar. Construção de identidade étnica através das narrativas míticas: os Chipayas da Bolívia. Rio de Janeiro, 6 nov. 2012. Palestra proferida aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Romantismo tropical: A estetização da política e da cidadania numa instituição imperial brasileira. Em: *Revista Penélope*, n. 23, p. 109-127. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. São Paulo: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n.1, p. 191-223. Rio de Janeiro: Fiocruz, jan.-mar. 2011.



TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2008.

TUCCI, Ugo. Atlas. Em: *Enciclopédia Einaudi*, v. 42. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, p. 130-158.

VICH, Victor e ZAVALA, Virginia. *Oralidad y poder, herramientas metodológicas*. Bogotá: Norma, 2004.





## MEMÓRIA E IDENTIDADE NO INTERIOR FLUMINENSE: A POSITIVAÇÃO DO PASSADO EM PETRÓPOLIS E CAMPOS DOS GOYTACAZES

PIMENTEL, Paula C.

*Mestranda do PPG -Memória Social-UNIRIO*  
*paula.pimentel\_@hotmail.com*

434

### RESUMO

Nosso objetivo é explorar a formação das identidades na produção de uma memória positivada da história e cultura de comunidades periféricas do capitalismo global. Nossos objetos são duas comunidades do interior fluminense, a saber, Petrópolis e Campos dos Goytacazes. Supomos queas duas cidades, apesar de sua formação socioeconômica diferenciada, produziram respostassimilares à sensação socialmente compartilhada de perda das suas tradições. Ambas priorizaram projetos identitários, em disputa entre si, ao positivassem a memória reelaborada e ressignificada de suas narrativas de origem das cidades. Em Petrópolis, estudamos a mudança da toponímia em momentos políticos decisivos, ora destacando sua memória lusitana/imperial, ora valorizando sua memória germânica/colonial. Já em Campos observamos a tendência à patrimonialização dos antigos solares ressignificando positivamente elementos do escravismo e da economia açucareira.

**Palavras-chave: Memória social; projetos identitários; projeto modernizante.**

### ABSTRACT

Our goal is to explore the formation of identities in the production of a memory positively valued in the history and culture of peripheral communities of global capitalism. Our objects are two communities in the interior of Rio de Janeiro, namely, Petropolis and Campos dos Goytacazes. We assume that these two cities, despite their different socioeconomic background, gave similar responses to the socially shared sense of loss of their traditions. Both cities have prioritized identity projects, disputed among themselves, when positively valued reworked memory and re-signified their narratives of origin of cities. In Petropolis, we studied the change of place names at key political moments, sometimes highlighting their Lusitanian / imperial memory, now valuing their Germanic / colonial memory. Already in Campos dos Goytacazes, we saw a trend for ancient patrimonialization of solar positively redefines elements of slavery and the sugar economy.

**Keywords: social memory; identity projects; modernizing project.**





## I. INTRODUÇÃO

Sendo este um estudo exploratório que relaciona *projeto identitário* e *memória social*, inicialmente, se toma por pressuposto o debate empreendido por Stuart Hall (2011) e Tomaz Tadeu da Silva (2012), que compreendem a identidade como um processo contínuo dentre forças opostas – igualdade e diferença – com a finalidade de produzir sentido intra e intersubjetivamente. Neste processo denominado de *identificação*, o indivíduo e o grupo se influenciariam mutuamente, por meio da *diferenciação*, cujo principal elemento de embasamento e reforço é a linguagem.

Sendo produto de um processo de formação discursiva, a identificação está inscrita, portanto, nas relações sociais, e traduz-se numa disputa assimétrica entre indivíduos e grupos sociais pela apropriação diferenciada dos bens simbólicos. Logo, a definição das identidades e das diferenças está sujeita às relações de poder, vindo a se constituir em seu instrumento.

Uma vez entendido que o processo de identificação é uma disputa, que se dá no confronto entre a igualdade e a diferença, e que estabelece “quem sou eu” em oposição a “quem é o outro”, o poder de definir as identidades e de marcar as diferenças, é também o poder de classificar, valorar e hierarquizar a sociedade e os indivíduos, que passam a se relacionar a partir de oposições binárias. É o poder de impor posições de sujeito - ou demarcar fronteiras – (os de dentro e os de fora); de atribuir valores (positivos e negativos); de classificar (normais e anormais) e de estabelecer pertencimentos (incluídos e excluídos).

Posto que o discurso não só organiza as identidades individuais e coletivas em torno de projetos sobre como deveria ser o mundo, mas também distingue e informa o lugar dos indivíduos nele, torna-se relevante verificar o alcance e as limitações do discurso que visa institucionalizar o projeto modernizante das economias centrais do sistema capitalista em todo o globo.

A descoberta de que a Terra se tornou mundo, de que o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos - essa descoberta surpreende, encanta, atemoriza. Trata-se de uma ruptura drástica nos modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular. Um evento heurístico de amplas proporções, abalando não só as convicções, mas também as visões de mundo. (IANNI, 2004, p. 13)



Entende-se que o projeto modernizante se constituiu num discurso poderoso, que instituiria: a) Estados e economias nacionais, enquadradas num modelo centro-periférico de produção e distribuição de riquezas e bens culturais; b) a primazia do futuro e da inovação, contra o passado e a tradição, brindando à impermanência; c) o solapamento das idiossincrasias locais; d) a apropriação e padronização diferenciada pelo modo de produção e consumo capitalista; e) a universalização de modos de viver, sentir e agir.

No entanto,

Ocorre que o globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, Estados-nações, em suas relações de interdependência, dependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo. Ao mesmo tempo, o centro do mundo não é mais voltado só ao indivíduo, tomado singular e coletivamente como povo, classe, grupo, minoria, maioria, opinião pública. Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, inquestionáveis e presentes todo o tempo, em todo lugar, povoando a reflexão e a imaginação, ainda assim já não são hegemônicos. Foram substituídos real ou formalmente, pela sociedade global, pelas configurações e movimentos da globalização. (IANNI, 2004, p. 13)

Assim, o projeto modernizante, criou as bases de seu desgaste. Mundialização e impermanência, preconizadas como condições da Modernidade, radicalizaram-se e deram substrato à mundialização e volatilidade do capital e dos seus recursos produtivos, dentre os quais, o financeiro e o humano. Assim, o projeto modernizante se equacionara na volatilidade que fez esboroar os sustentáculos dos Estados nacionais, principalmente no que tange: à sua autonomia; às suas identidades construídas sobre uma suposta base territorial e cultural comum em oposição aos demais Estados nacionais, mas, principalmente, em oposição às forças e elementos que contribuem para as diferenças internas. Tendo-se mundializado, também, projetos e movimentos de resistência ao modelo englobante. Questionamentos às bases do suposto pacto de equalização das diferenças internas; que reivindicam o lugar do antigo e o do singular; que atinam para solidariedades e acontecimentos que universalizaram o entendimento de humanidade. (CASTELLS, 2012)

Sabendo que o foco deste estudo está na formação de uma memória de resistência ao projeto modernizante, por comunidades periféricas e, portanto, excluídas do sistema global, busca-se destacar o impacto que um projeto desta magnitude imprime às comunidades



tradicionais, marginais às inovações tecnológicas e suas revoluções produtivas, em termos da formação de identidades locais que participam de disputas pelo poder entre si e contra um projeto identitário globalizante.

Busca-se sublinhar o abalo nos modos de ser, agir e sentir, sofrido por essas comunidades nas quais são diferenciados tanto a forma, quanto o conteúdo recebido desse mundo acelerado e de fronteiras cada vez mais fluidas; que experimentam-no de forma marginal, produzindo ambiguidades que se expressam no projeto identitário dos indivíduos e de seus grupos sociais. Comunidades nas quais os discursos de Modernização entram em conflito com os modos de agir, pensar e sentir locais, gerando formas culturais híbridas, nas quais encontram-se pequenos pedaços de Modernidade costurados com os fios da tradição, numa tentativa de atribuição de sentido ao presente que, por vezes, tende à nostalgia, por outras à utopia (HALL, 2011) e IANNI (2004).

Outra característica a ser observada nessas sociedades tradicionais é o papel do grupo sobre o indivíduo. Nelas, o grupo tem maior capacidade de atribuir sentido à existência do que indivíduo isolado preconizado pelo projeto modernizante, de tal modo que a memória socialmente relevante é a do grupo e as narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos àquela comunidade são as que os distinguem como seres biológicos, apontando para a relevância das narrativas de origem Norbert Elias (1994), Stuart Hall (2011) e Gilberto Velho (1994).

É a partir deste quadro inicial, que passo a estabelecer relações entre memória e projeto e sua importância para a constituição de identidade(s). Em uma sociedade tradicional, holista, em que o indivíduo é englobado pelo clã, linhagem, tribo, etc, a memória socialmente relevante é a da unidade 'encompassadora'. [...] Mas a persistência da unidade englobante é permanentemente fixada através de mitos, narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos biológicos àquelas unidades. Assim, a memória socialmente significativa é a da unidade englobante [...](VELHO, 1994,p. 99)

Assim, a experiência da falta de sentido, provocada pelas mudanças nas configurações das principais categorias ordenadoras do seu mundo, dentre as quais, a do Estado nacional, faz operar a tendência à formação de uma identidade de resistência à mudança e valorização de aspectos tradicionais da cultura, e principalmente de uma ideia de *retorno* às origens associada à valorização do local, tradicional, em oposição ao global modernizante.



Isto posto, a seguir serão estudados dois casos de comunidades que fizeram a opção pela nostalgia e pelas narrativas de origem. Que passaram a negociar o sentimento de mundo, as suas identidades e memórias neste campo complexo que são as transformações do mundo contemporâneo, nas novas teias de relações de poder, em meio a rearranjos políticos entre elites locais, regionais e transnacionais e na quase ausência de um Estado definidor das identidades, narrativas e das memórias, dada a falência do projeto universalizante nacionalista.

Serão objetos de investigação dois municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, são eles: Campos dos Goytacazes, situado no norte fluminense, e Petrópolis, situado na região serrana. Observou-se que, apesar de se tratarem de municípios com histórias diversas, ambos trazem uma característica comum: a sensação de perda dos sentidos, compartilhada pelos indivíduos, em reação aos processos modernizadores globalizantes.

## II. ESTUDO DE CASOS

### a. Poder, Identidade e Memória em Petrópolis

Propõe-se aqui que a identidade petropolitana seja forjada no embate entre três vertentes: a Lusitana/Imperial, a Germânica/Colonial e a *Outsider*<sup>1</sup>. A Primeira vertente, a Lusitana/Imperial, que dá à cidade o título de *Cidade Imperial*, vale-se da “história oficial” que conta as origens de uma cidade “especial”.

A segunda vertente, a Germânica/Colonial vivera o momento da colonização, num misto de mão de obra barata, alternativa à escrava, em oposição à mesma, pela possibilidade de constituir-se em arrendatária de sua terra. Com a saída de cena da elite cortesã, transformou-se numa espécie de burguesia local (sendo os donos de pequenas indústrias têxteis, cervejarias artesanais, e de outros produtos empreendimentos familiares).

Já a terceira vertente, conforme ora anunciado, é formada pelos *indesejados*, isto é, pessoas que não se enquadrariam na proposta de uma cidade símbolo da modernidade e de um processo de civilização. São as populações pauperizadas, em sua maioria negra e mestiça, que

<sup>1</sup>Neste trabalho serão observadas as disputas pelo poder simbólico da cidade, protagonizadas pelas duas primeiras vertentes, uma vez que são as principais reivindicantes da hegemonia do poder local. Não descartando a importância do terceiro grupo, apenas deixando para uma outra oportunidade.



habitavam os entornos da cidade, sua área rural, ou frutos das migrações internas da baixada fluminense e do sul de Minas Gerais. As duas primeiras relacionadas ao discurso e às práticas instituidoras do Estado nacional, e a terceira relacionada aos grupos sociais excluídos do projeto nacional<sup>2</sup>.

A identidade Imperial serve ao discurso que institui um grupo de privilegiados que já nasceram cidadãos urbanos e modernos. Não teria se formado a partir dos agrupamentos de indivíduos e famílias que ocuparam caoticamente um espaço e ali se fixaram, constituíram sua vida, seus vínculos sociais, desenvolveram suas atividades econômicas e políticas. Mas, uma cidade que nascera completa e organizadamente a partir da vontade soberana (AMBROZIO, 2008).

O marco oficial dessa identidade seria a fundação de Petrópolis em 16 de Março de 1843 (FRIDMAN, 2013), por meio do decreto imperial de número 155, no qual o Imperador D. Pedro II determinava o arrendamento das terras correspondentes à, então, fazenda do Córrego Seco pelo major engenheiro Júlio Frederico Köeler a fim de que o mesmo concebesse e executasse o projeto “Povoamento Palácio de Petrópolis”<sup>3</sup>.

Um dado projeto de urbanização e povoamento necessitava da criação de um novo modelo de gestão do espaço, que previsse a distribuição das terras e sua tributação entre os indivíduos segundo sua categoria social. Assim, desde o ato fundacional, fez-se a distinção entre “cidadãos de primeira, segunda, terceira e quarta categoria. O território foi dividido a fim de que no centro situassem as residências e comércios da corte e para a corte; e sob o modelo centro-periférico, fossem distribuídas as terras entre aristocracia, colonos, alguns grupos de moradores antigose, por fim, fossem expulsos do perímetro urbano o “não-cidadão”, isto é, o “invasor”<sup>4</sup>.

<sup>2</sup>Nota-se, aqui, a nítida tendência a apagar o passado colonial, relacionado às atividades de uma comunidade que vivia do comércio de “beira de estrada” - as estalagens, e pequenos serviços prestados aos viajantes que transitavam nos caminhos entre Minas Gerais e Rio de Janeiro -, dos escravos oriundos das lavouras da baixada fluminense, ou das minas e que se refugiavam na serra, ou dos índios coroados que já ali habitavam. Ver: ANGELO (2012)

<sup>3</sup>Dando enfoque não somente ao palácio de verão do imperador, mas a um núcleo urbano correspondente ao de uma vila imperial com seus quarteirões, Igreja Católica, cemitério.

<sup>4</sup>Entendia-se a categoria “invasor” como sendo aquela composta por alguns dos antigos residentes do espaço ainda não urbanizado, que não dispunham de meios para arrendar as terras agora valorizadas por estarem próximas à “nova corte. Já por cidadão, entendiam-se o antigo morador de origem lusitana, que desenvolvia atividades econômicas que lhe possibilitavam pagar pelo arrendamento da terra, o colono europeu (germânico,



Nascera, assim, uma *urbe* planejada e instituída como tal por decreto Imperial com a dupla finalidade: a) servir de residência de verão à família Imperial e à aristocracia, ou elite cortesã que lhe seguia; b) servir, portanto, de segunda sede de governo e destino turístico de altos padrões, sob a forma de vilegiatura; c) tornar-se modelo urbano-industrial do projeto civilizatório brasileiro, no período imperial.

Com a queda do poder Imperial produziram-se novos discursos de institucionalização do poder. E, como reflexo de uma política de apagamento da memória imperial, a então recém-instituída República, alterou os topônimos que se relacionavam diretamente à família Imperial, para nomes que remetessem a datas cívicas e personalidades que identificassem a transição para um Brasil moderno, industrial e republicano. Assim, a rua principal da cidade, que abrigava o seu centro comercial, perdia o nome de Rua do Imperador, para receber o nome que marcaria a transição do poder imperial para o republicano: Avenida XV de novembro; a Rua da Imperatriz, onde se situava o Palácio Imperial, se transformaria em Av. 7 de setembro; a Rua Princesa Isabel, onde se localizava a residência da mesma, se transformaria em Av. 13 de maio; a Rua Bourbon, em Rua João Pessoa, e assim, sucessivamente (ALMEIDA *et al.*, 2011).

Mas a política de apagamento da identidade e memória imperial, não impediu que o novo poder instituído encetasse uma política de apropriação da Cidade Imperial e de seu simbolismo sempre relacionado ao poder. Assim, obras inconclusas no período imperial, como a da Catedral de São Pedro de Alcântara, foram finalizadas com a parceria entre as elites locais e as elites nacionais (agora representando o poder republicano). A República passou, portanto, a se apropriar dos espaços simbólicos e do *status* que à cidade, essa segunda sede do poder central, se associava. E promoveu-se uma ambígua relação entre o poder central e as elites locais, que tiveram de submeter suas identidades étnicas ao projeto nacional (Elias, 1994).

Um segundo momento dessa submissão das etnias em relação ao projeto do Estado Nacional aconteceu durante o período da 2ª Guerra Mundial. Deu-se início a uma nova política de apagamento das origens, voltadas agora, ao elemento germânico. Novamente topônimos

---

italiano, suíço) trabalhador trazido para dar seguimento à execução do projeto urbanístico e de povoamento da terra; e a corte que acompanhava o imperador em suas viagens de veraneio





foram alterados. Topônimos que, desde o plano “Povoamento Palácio de Petrópolis”, homenageavam as regiões de origem dos colonos, bem como os nomes de seus heróis, passaram a receber nomes que mostravam o posicionamento do Estado brasileiro frente à configuração das políticas internacionais.

Assim, bairros cuja massa de moradores era de origem germânica e cujos nomes foram escolhidos para homenagear as regiões de origens dos colonos, tais como Bingen e Mosela, por exemplo, foram substituídos, respectivamente, pelos nomes de origem indígena Araraquara e Baependi, para cumprir a dupla função: utilizar um símbolo neutro da identidade nacional e fazer em alusão aos navios mercantes brasileiros supostamente afundados por submarinos alemães (LORDEIRO, 2014), mostrando o repúdio do Estado brasileiro ao posicionamento da Alemanha nazista.

A política de apagamento da memória germânica segue com a concomitante apropriação da cidade pelo poder central como símbolo civilizatório e espaço de recepção da diplomacia internacional, vindo ganhar nova visibilidade dentro e fora do cenário nacional. Reforçava-se, portanto, a “vocalização” turística de altos padrões, à custa do silenciamento sobre suas origens, e com a continuidade de uma política de repúdio à imigração de populações da circunvizinhança (baixada fluminense e sul de Minas Gerais).

Após o final da 2ª Guerra os topônimos germânicos foram gradativamente restituídos, e, mesmo os que não o foram, passaram a serem lembrados em documentos oficiais da cidade. Essa espécie de reparo à memória identitária foi reivindicada também pela vertente imperial, que em meados de 1980's, solicitou o retorno dos nomes “Rua do Imperador” e “Rua da Imperatriz”.

Desde então, as duas identidades locais, vem disputando o território, seu *status* o poder a ele associado. Por meio de uma política de patrimonialização de artefatos, datas e festas comemorativas, tanto imperiais, quanto germânicas<sup>5</sup>. E neste impulso de demarcação identitária da cidade, outros grupos surgem, reivindicando sua inscrição na memória local. A fim de afirmarem-se e organizarem seus modos de viver e sentir, atribuindo, desta forma, sentido num mundo fluido, fruto do projeto de modernização e globalização.

<sup>5</sup>Marco dessa “retomada da memória cultural germânica” são as festas do tradicionais alemães que, em 1989, se institucionalizaram e se transformaram em evento do calendário local e turístico: *A BauernFest*.



## **b. Memória e identidade: Opulência e decadência no Norte Fluminense**

O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p. 310).

A cidade de Campos dos Goytacazes localizada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no final do século XIX se inseriu no cenário nacional como importante região econômica produtora da atividade açucareira. Após a decadência dos engenhos a memória local ainda exaltada é a de uma nobreza aristocrática, a figura dos senhores dos engenhos ainda hoje está presente no imaginário social da vida coletiva. Nos dias atuais a região é conhecida pela bacia petrolífera, mas apesar do rápido desenvolvimento industrial e avanço tecnológico nota-se a tradição e a modernidade com seu novo modo de vida, ambos, presentes no espaço urbano. Uma vez dito isto, é relevante uma análise da identidade campista que consagra a opulência do período do açúcar e se torna uma memória histórica positivada na modernidade.

A atividade açucareira em Campos se desenvolveu rapidamente como aponta Alberto Lamego (1974) descrito nas páginas da obra 'O homem e o Brejo', o desejo e a busca pela riqueza na lavoura de cana, atividade agrária que se desenvolveu e expandiu-se nas planícies férteis da região. Com ela, a figura do Senhor do Engenho toma destaque e, segundo Alberto Lamego:

Na cidade que progride, nos canais que são rasgados, nas estradas de ferro que principiam, em qualquer obra progressista efetuada na planície, há sempre o dedo do senhor de engenho, o parecer do senhor de engenho, o incentivo do senhor de engenho. Nada sem ele se faz. Dele é o capital em todas as empresas. (LAMEGO, 1974, p. 139)

E desse modo, acontece lentamente o processo de modernização, primeiramente com os incentivos da elite agrária que surge com os novos engenhos a vapor e as novas técnicas de produção que fazem aumentar os lucros. Essa 'elite' entendida aqui como um grupo social detentor de riqueza e prestígio social atua com forte influência política na sociedade. E, mesmo tendo se renovado, continua imprimindo seu caráter marcador de distinção socioeconômica, haja vista que, segundo Bourdieu, *a cultura que une é também a que separa* (BOURDIEU, 1989, p. 11).



O momento de crise que se instaurou entre o período de opulência e de decadência deve ser reformulado e subvertido em uma situação de reequilíbrio social, a memória histórica, desse modo, é o ponto chave para se compreender o discurso construído por um determinado grupo social que reconstrói um passado no qual quer ser lembrado e projeta nessa história construída socialmente tudo que venha a positivar sua identidade. Trata-se do valor simbólico, os significados conferidos às narrativas, pois o que é contado sobre os homens é o que ficará representado na memória coletiva da sociedade.

Ocorre que a resistência ao programa de reforma modernizante que vem acontecendo no Brasil, tem reflexos em todo o globo. Mostrando a necessidade de compreender como a cultura aristocrática - que pertence a uma visão de mundo em que os elementos tradicionalistas que impulsionaram tanto a opulência, quanto a decadência econômica do Norte Fluminense - é hoje ressignificada e vista positivamente em contraposição às atividades econômicas do projeto modernizante.

Ao destacar as ações econômicas<sup>6</sup> que se processaram nessa região se torna compreensível o porquê da importância da busca pelo reconhecimento que a sociedade campista almejava. Assim, a elite agrária investiu na modernização com o projeto de urbanização realizado pelo engenheiro campista Saturnino de Brito, em 1902:

O projeto de urbanização via consagração da técnica sanitária/higienista elegia a remodelação e embelezamento da cidade como meio de integração ao mundo civilizado. Dotar a cidade de artefatos do progresso era o objetivo de uma elite econômica e política que buscava projetar-se na região e na vida política estadual e quiçá nacional. (SOUZA, 2011, p. 3)

Todas as disputas que se passaram na região até se chegar à modernidade podem ser compreendidas através do fenômeno da alteridade que se caracteriza pelo desejo do reconhecimento perante o “outro”, propiciada pelas relações humanas em sociedade, o que suscita o debate sobre a questão identitária como sendo um processo de construção social de representações na qual Stuart Hall apresenta como uma “narrativização do eu” (Hall, 2011, 109) e Manuel Castells a define como “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2000, p. 22).

<sup>6</sup>O cultivo do açúcar, do café, da agropecuária e a extrema dependência da mão de obra escrava e da terra, ou seja, a resistência a um modelo aristocrático que tinha em sua base estrutural a instituição da Casa Grande e Senzala (2003).



Na perspectiva sociológica a identidade é socialmente construída, nesse caso, trata-se aqui da identidade legitimadora que Castells, por uma perspectiva Foucaultiana, entende dar origem à sociedade civil. Perspectiva na qual se compreende que o processo da formação da identidade se faz possível pela “dominação internalizada e legitimação de uma identidade imposta, padronizada e não diferenciada” (CASTELLS, 2000, p. 25).

Um exemplo desta padronização de identidade é a quantidade expressiva de Solares que foram preservados e transformados em museus, em algumas dessas casas tombadas pelo IPHAN ou pelo patrimônio do Estado hoje funcionam o arquivo público, o museu histórico, uma escola municipal, abrigo de idosos e hotel. Apesar de terem sido conferidas outras funcionalidades ressaltamos que pertencem a um conjunto de estilo arquitetônico que representa uma determinada época e com isso imprimem seu significado na sociedade campista de uma memória histórica do ciclo do açúcar - O Solar da Fazenda do Colégio dos Jesuítas, Solar do Visconde de Araruama, Solar da Baronesa de Muriaé, A Residência Rural do Barão da Lagoa Dourada, A Casa do Engenho de Santo Antônio, entre outros<sup>7</sup>.

O último Solar restaurado e inaugurado no ano de 2012 foi o Solar do Visconde de Araruama que deu lugar ao Museu Histórico de Campos, mas o que de fato aconteceu neste evento que ilustra uma memória coletiva presente no imaginário social da sociedade campista? O evento comemorativo reuniu autoridades políticas e culturais para assistir uma apresentação teatral que tinha como título do esquete: "Histórias de nossa gente e de nossos antepassados" e, segundo a matéria jornalística publicada no site da prefeitura: *“A prefeita e os convidados foram recepcionados por atores vestidos de personagens históricos, como o Visconde de Araruama e sua esposa e o presidente Nilo Peçanha. Também houve uma degustação no Café, com música ambiente”*<sup>8</sup>.

Além dos personagens reconhecidos pela história oficial, como Visconde de Araruama e Nilo Peçanha, compunham a encenação atrizes negras que representavam as escravas e serviam aqueles que estavam sentados à mesa do café. A cena foi interpretada sob um olhar romantizado e nostálgico, como também aplaudido e elogiado pelos presentes, e, sobretudo, pela imprensa local. No evento comemorativo não houve polêmica e nenhuma repercussão

<sup>7</sup>Ver site do portal turístico: [www.camposturismo.com.br](http://www.camposturismo.com.br)

<sup>8</sup>Trecho extraído de uma matéria jornalística sobre a inauguração do Museu Histórico de Campos publicada no site da prefeitura de Campo



negativa, o que evidencia uma memória coletiva positivada da Casa Grande e Senzala que é aceita e absorvida por uma sociedade estratificada socialmente em que cada sujeito deve cumprir o seu papel social. As fotos foram exibidas na página do site e estão disponíveis. Chama atenção o fato não causado indignação ou repúdio públicos por parte da população negra da cidade.

Mas, então, o que os casarões revelam? Estes símbolos materializados de memórias presentes no espaço urbano inscrevem no universo simbólico o discurso de uma identidade legitimada que impõe a cultura do colono que se faz presente no espaço físico e omite a diversidade de identidades que participaram na formação étnica da sociedade campista – o negro e o índio -exaltando, assim, a opulência de uma determinada época que se faz presente no imaginário social, sendo elementos de significados para a memória coletiva. Portanto, a identidade é usada como discurso estratégico, entrelaçada à esfera política do poder, como observou Stuart Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são assim mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituídas, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2011, p. 109)

Ao abordar a questão identitária na sociedade campista conclui-se que a identidade campista na modernidade ainda é marcada por uma memória na qual predomina a cultura patriarcal, de elevada hierarquização social, de uma memória local marcada pela opulência dos privilégios que eram desfrutados pela aristocracia agrária. Aresistência ao sentimento que deve ser recuperado uma história vivida no passado representada como o “melhor vivido” e romantizados<sup>9</sup>.

Ao atentar para as políticas culturais desenvolvidas na cidade de Campos, a identidade homogênea que é apresentada entre a mídia local e as promoções de eventos culturais que

<sup>9</sup>Observação similar foi feita por Norbert Elias na sociedade de corte francesa que em consequência do processo de industrialização e urbanização modificou sua maneira de se relacionar principalmente na esfera econômica (ELIAS, 2001).



permanecem no imaginário social é a identidade do colonizador, revertendo o passado violento de dominação em uma memória histórica positivada, consagrando em período de sucesso econômico regional.

### III – Considerações Finais

Os dois estudos de casos descritos neste artigo apresentam similaridades no que diz respeito à maneira de lidar com o projeto identitário globalizante. Tanto Campos, quanto Petrópolis, apostam em assegurar um discurso em defesa de uma identidade que busca sustentar a sua origem tradicionalmente nobre. As duas cidades interioranas apoiam-se, uma na memória aristocrática, e a outra na memória imperial, se diferenciando entre os demais grupos sociais presentes na sociedade. Assim, se afastam e resistem ao projeto modernizante procurando exercer um caráter de distinção cuja dominação simbólica é exercida na reprodução de um discurso construído socialmente que evidencia as disputas identitárias que lidam com apropriações de diversos espaços simbólicos marcadores de diferença.

Neste caso, fica evidente a permanência de um discurso de origem na imaginação social, em que possuem “funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva, e, em especial, no exercício do poder” (BACZKO, 1985, p. 297). Nesta abordagem são perceptíveis os conflitos e as disputas caracterizando as relações de poder que envolvem a tentativa de preservar um projeto identitário local de uma memória homogênea, em ambos os casos. A discussão da temática proposta revela as duras consequências que envolvem a escolha homogênea da identidade que apela para uma unificação por um determinado modelo. Os fatos levantados apontam a inexistência de políticas culturais engajadas no comprometimento de incentivar uma diversidade cultural, atrelando isto à desvalorização das culturas híbridas, ou de culturas vindas de fora, como por exemplo, a influência de imigrantes. Tudo isso ocasiona uma tendência de afastamento em relação à formulação de um discurso de memória local tradicional.

A proposta do artigo ao leitor era o de indicar a validade do questionamento da temática identitária e da memória na sociedade. Nos casos ilustrados há uma imposição de homogeneidade e conseqüentemente um ocultamento, ou apagamento proposital das





contribuições culturais de outras identidades, como por exemplo, a identidade germânica em Petrópolis e a negra em ambas as cidades. Etniaque também povoou massivamente as duas regiões, possuindo Campos uma quantidade expressiva de descendentes de negros em consequência do povoamento forçado que a instituição escravista contribuiu em favorecimento da atividade açucareira desenvolvida no Município.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, HM. Modernização Urbana e Poder Político em Campos dos Goytacazes (1930-40). *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, UFBA, 2011.
- ALMEIDA, C *etal.*. Estudo Histórico Geográfico da Evolução administrativa do Município de Petrópolis e sua toponímia. *1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: passado presente nos velhos mapas – conhecimento e poder*. Paraty, RJ – 10 a 13 de maio de 2011.
- AMBROZIO, J C G. *O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial*. São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo).
- ANGELO, E R B. Percepções, Construções e Transformações na Cidade de Petrópolis, RJ. *Anais do XXI Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*: Campinas, setembro, 2012.
- BACZKO, B. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund *et al* .*Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção estudos: 20)
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- ELIAS, N. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- \_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERREIRA, M de M. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- FREYRE, G. *Casa grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. - 48 ed. - Fundação Gilberto Freyre. Recife: Global, 2003
- FRIDMAN, F. *De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis*. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 9, 2013.



- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HALL, St. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LAMEGO, A R. *O homem e o brejo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- LIFSCHITZ, J. De açúcar e orixás: Aonde foi parar a cultura negra em Campos dos Goytacazes? 26<sup>a</sup>. *Reunião Brasileira de Antropologia, 01 a 04 de junho*, Porto Seguro, Bahia, 2008.
- LORDEIRO, M de S. *Toponímia petropolitana: uma situação preocupante*. Disponível em <[http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/msl20010921.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/msl20010921.htm)>. Acessado em: 19/05/2014.
- MENEZES, M B. *O arquivo negro de Campos dos Goytacazes*. Edição do autor, 2011.
- Reportagem sobre a inauguração do Museu histórico de Campos. Disponível em: <[http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=14292](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=14292)> Acessado em:
- SILVA, T Tda. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VELHO, G. *Projeto metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SOUZA, B.C.P. et al. Geographical Names as a Cultural Expression: an Analysis of the City of Petrópolis – RJ, Brazil. 26<sup>th</sup> *International Cartographic Conference, Aug. 25 – 30. Dresden, Germany, 2013*.



## A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA NOS PRIMEIROS AFORISMOS DO YOGASUTRAS DE PATANJALI

449

MOURTHÉ, Ana Márcia C. Linhares  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social –  
Linha Memória e Patrimônio UNIRIO*  
*anamarcialinhares2@gmail.com*

ALVARES, Lucas Cardoso  
*Mestre em Memória Social UNIRIO*  
*lucasalvares07@gmail.com*

### RESUMO

O principal livro representativo da Ioga Clássica hindu intitula-se Yogasutras de Patanjali. Com um total de 184 aforismos, estruturado em quatro capítulos e indissociável de seus principais comentários, a obra ocupa-se, principalmente, do agrupamento de práticas ascéticas e contemplativas antigas e sua teorização e da descrição do funcionamento da psique, além de propor um método psicofísico para a supressão do sofrimento existencial. No décimo primeiro aforismo do primeiro capítulo, encontra-se a primeira definição de memória do livro, caracterizada como um dos cinco estados psicomentais. Este artigo tem por objetivo introduzir o estudo do papel que a memória possui na psicologia apresentada no primeiro capítulo da Ioga Clássica, analisando-o em seu próprio contexto.

Palavras-chave: *memória, educação, filosofia.*

### ABSTRACT

The main book presenting Classical Hindu Yoga is titled YogaSutras of Patanjali. With a total of 184 aphorisms, the book is divided into four chapters and their principal commentaries. The work primarily concerns ancient ascetic and contemplative practices, their theories and the functioning of the psyche, and proposes a psychophysical method to diminish human suffering. The eleventh aphorism, in the first chapter, presents the book's first definition of memory as one of the five psychometric conditions. This paper aims to introduce a study of memory's role in psychology present in the first chapter of Classical Yoga, analyzing it in its own context.

Keywords: *memory, education, philosophy.*



## INTRODUÇÃO

Ao tratarmos do tema desse artigo, que diz respeito ao papel que a memória exerce nos aforismos iniciais do primeiro capítulo da literatura (1) da Ioga (2) clássica, partiremos da admissão de que a escolha de nosso objeto de investigação situa-se de uma maneira específica no campo dos estudos da memória. Optar pelo estudo de um documento pertencente a uma tradição distinta da nossa e valorizá-lo, longe de ser uma seleção imparcial, demonstra uma intencionalidade no que se refere ao futuro dos estudos da Ioga. Como afirma Jô Gondar:

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuam a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir (2009, p.17).

Embora a nossa proposta não tenha o objetivo de defender a concepção de memória característica da Ioga codificada por Patanjali, nos posicionaremos frente ao texto clássico da Ioga, o Yogasutras, e seus comentários de uma maneira diversa da que é adotada, normalmente, no ambiente acadêmico ocidental. Em vez de avaliarmos a concepção de memória da Ioga a partir dos referenciais dos trechos de obras de pensadores ocidentais e seus conceitos de memória, tentaremos apresentar a concepção de memória da doutrina pensada em seu contexto. Esta pequena diferença na ordem do exame dos documentos, exemplifica a nossa proposta. Pretendemos analisar a concepção de memória da Ioga além dos exames racionalistas a que esta sabedoria indiana está, frequentemente, submetida. Tornamos nossas as palavras de Jean-Pierre Vernant:

No decurso dos últimos cinquenta anos, a confiança do Ocidente nesse monopólio da razão foi todavia abalada. A crise da física e da ciência contemporânea minou os fundamentos – que se julgavam definitivos – da lógica clássica. O contato com as grandes civilizações espiritualmente diferentes da nossa, como a da Índia e a da China, rompeu os quadros do humanismo tradicional. O Ocidente já não pode hoje considerar o seu pensamento como sendo o pensamento, nem saudar na aurora da filosofia grega o nascer do sol do Espírito. Em uma época em que se inquieta pelo seu futuro e em que põe em dúvida os seus princípios, o pensamento racional volta-se para as suas origens: interroga o seu passado para se situar, para se compreender historicamente (1990, p. 350). (3)



Além de Vernant, outro autor ocidental tem uma importância particular para a análise da concepção da memória no âmbito da Ioga Clássica hindu: F.M. Cornford. É importante ressaltar que embora estes autores não tratem de questões específicas relativas ao pensamento indiano, eles se opõem à tese da ruptura radical entre religião e filosofia na Grécia. Cornford, por exemplo, considerava indispensável o restabelecimento do fio da continuidade histórica entre o pensamento mítico-religioso e a filosofia. Segundo Vernant, graças a esta preocupação é que o problema das origens da filosofia tomou um novo rumo, pois a partir do momento em que as similaridades e a continuidade entre o mito e a filosofia são reconhecidas, é possível estabelecer-se também as diferenças entre eles (VERNANT, 1990, p. 354). Até então as análises favoreciam a tese de um rompimento radical entre as narrativas mítico-religiosas da realidade e o pensamento racional. John Burnet, por exemplo, presumia que o homem grego se encontrava acima de todos os outros povos devido às suas qualidades de inteligência excepcionais que condensavam o espírito de observação com a capacidade de raciocínio. (VERNANT, 1990, p.350).

Após estas breves observações, estamos prontos para responder o porquê dos estudos sobre os vínculos existentes entre o pensamento mítico-religioso e a filosofia são importantes para a apresentação da Ioga e de sua concepção de memória. Da mesma maneira que os filósofos da Grécia Antiga não abandonam por completo a narrativa mítica, mas atribuem uma nova significação aos seus temas, de maneira que estes se adaptem às mudanças políticas que alteraram a relação existente entre o soberano mítico ou deus e os fenômenos atmosféricos (VERNANT, 1990, p. 354), o principal texto representativo da Ioga Clássica, mantém um vínculo de pertencimento à literatura religiosa da tradição, os Vedas (4), conferindo-lhe, entretanto, novo tratamento aos seus conteúdos. Não se atesta mais no contexto da doutrina da qual estamos tratando, encantamentos purificadores como o sortilégio *Deter o Fluxo de Sangue* encontrado no Atharva-veda (5) e que reproduzimos abaixo:

As virgens que vão além, as veias, vestidas em roupas vermelhas, como irmãs sem um irmão, despedidas de força, elas pararão! Pára, tu que estás abaixo, para, tu que está acima: e tu que está no meio, para também! As menores veias param; que pare também a grande artéria! Das centenas de artérias e ilhares de veias, as do meio realmente pararam. Ao mesmo tempo os extremos cessaram de fluir. Por volta de ti passou um grande dique de areia: fica parado, rogo-te calma! (1.17) (RENOU, 1964, p.55).



E nem orações como *Às Águas*, pertencente ao Rg-Veda:

Avante, do meio da enchente, as águas – seu chefe, o mar – fluem limpando, jamais dormindo. Indra, o touro, o trovejante, cavou seus canais; aqui, deusas, deixem essas águas proteger-me. Águas que vieram do céu, ou as que eram retiradas da terra, ou correndo livres pela natureza, Claras, purificadoras, correndo para o oceano; aqui, deusas, deixem essas águas proteger-me. Aqueles, entre os quais vai Varuna, o soberano, o que distingue nos homens a verdade e a mentira – Destilando hidromel, o claro, o purificante; aqui, deusas, deixem essas águas proteger-me. Aqueles de quem Varuna, o rei, e Soma, e todas as deidades sorvem força e vigor, Aqueles em quem Vaishvanara Agni entrou; aqui, deusas, deixem essas águas protegerem-me. (7.49) (RENOU, 1964, p.44).

Sendo assim, a importância dos estudos dos dois autores citados para nosso trabalho, encontra-se em suas propostas de repensar a relação entre mito e filosofia, permitindo-nos apresentar o pensamento da Ioga Clássica com base na relativização das críticas de Hegel voltadas para o mito: *Uma vez que o pensamento alcançou a força suficiente para se construir a partir de seus próprios elementos, o mito torna-se ornamento supérfluo, do qual a filosofia não retira vantagem.* (HEGEL, 1955, p. 85), e também em relação ao pensamento hindu: *A cultura hindu é imponente e se encontra muito desenvolvida, mas a sua filosofia é idêntica a sua religião, de modo que os interesses da filosofia são os mesmos que se encontra em sua vida religiosa (...)* (HEGEL, 1955, p. 119).

Feitas essas considerações preliminares, apresentaremos alguns detalhes importantes referentes à Ioga Clássica para em seguida tratarmos da primeira apresentação da memória encontrada em seu livro doutrinal.

A Ioga Clássica é a designação de um conjunto de saberes de teor psicofísico, exposto em uma literatura em prosa, e cujas frases entrelaçam-se para promover um sentido único para a doutrina. Estas frases, embora nomeadas como aforismos, preceitos ou ainda como sentenças técnicas concisas (APTE, 1978, p. 1698), formam, na verdade, um gênero literário conhecido como *sutra* (fio).

Os tratados sistemáticos escritos em curtas e meias sentenças (sutras), embora não estruturassem o assunto de maneira detalhada, tinham o papel de manter o leitor ligado às lembranças dos elaborados ensinamentos com os quais ele já estava devidamente familiarizado. Portanto, parece que estas significativas meias-sentenças operavam como sinais de ensinamentos para àqueles que já





possuíam cuidadosas instruções orais sobre o assunto (DASGUPTA, 1922, p. 62).

Segundo Carlos Alberto Fonseca, a função da literatura sânscrita na Índia antiga era propiciar o conhecimento. Para isto, dois fatores constituíam-se como fundamentais e inseparáveis: a relação direta entre professor e aluno, e uma aura emocional ou sentimental que deveria envolvê-la. (1990, p. 44). Assim sendo, parece quase natural que as literaturas fossem divididas conforme a existência ou ausência das emoções em seus textos (FONSECA, 1990, p. 48). Se o homem e suas emoções fossem o tema do discurso, tratava-se de uma literatura artística. Se, ao contrário, as emoções estivessem na relação entre mestre e discípulo, o texto era somente um aparato de apoio, denominava-se como *sastra* (tratado), e subdividia-se em *sloka* - frases organizadas em dois versos, e *sutra* - tratado organizado em prosa e cujas frases entrelaçavam-se para produzir um conteúdo significativo à doutrina. (FONSECA, 1990, p. 44).

Historicamente situada no chamado Período Gupta ou Era Clássica da Índia (6), em um momento em que o pensamento filosófico indiano estabelecia alguns de seus princípios estruturais, a Ioga Clássica faz parte de um complexo de seis saberes aceitos pela ortodoxia hindu, e intitulado pelo termo sânscrito *darsana*. Este termo pode ser traduzido como visões - sobre os diversos pontos do domínio filosófico, como sistemas - uma vez que constituem agrupamentos coordenados de noções, ou ainda como escolas - pois, frequentemente, transmitem o ensinamento tradicional de mestre a discípulo (RENOU; FILLIOZAT, 2001, p.1). Em relação ao *darsana* da Ioga clássica, seu texto principal denomina-se Yogasutras, contém quatro capítulos (*pada*), dois comentários principais: Samkhya Pravachana de Vedavyasa (entre os séculos VII e VII) e Rajamartanda do Rei Bhoja de *Dhara* (início do século XI), e dois subcomentários relevantes de serem citados devido à importância que possuem para a compreensão do comentário de VedaVyasa: Tattva-vaisharadi de Vacaspati Misra (século IX) e Yoga-Varttika de Vijana Bhiksu (século XVI).

No que diz respeito à época de elaboração do Yogasutras, as opiniões especializadas divergem. Caso o autor do texto (Patanjali) seja identificado com o gramático de mesmo nome e autor de uma obra intitulada Mahabhasya, que é um comentário à obra de Panini (Astadhyayi) (7), como defende Surendranath Dasgupta (1922, p. 238), o texto poderia ser considerado como pertencente ao século II a.C.. Dasgupta, entretanto, ao identificar Patanjali com o autor do



Mahabhasya, refere-se apenas à autoria dos três primeiros capítulos do livro da Ioga. O quarto capítulo teria sido adicionado posteriormente e por outro autor com a finalidade de complementação de argumentos importantes para o fortalecimento da posição da Ioga diante de ataques da metafísica budista. Além disso, ao final do terceiro capítulo da literatura em questão, encontra-se determinado termo sânscrito *iti* que, geralmente, indica a finalização de um trabalho, parecendo tratar-se do final da autoria de Patanjali. Como complementação da hipótese, Dasgupta destaca que uma mudança de estilo visível pode ser atestada no quarto capítulo, indicando também uma possível mudança de autoria. (DASGUPTA, 1922, p. 230).

Sem invalidar as tentativas de descoberta da época em que a obra de Patanjali foi elaborada, o assunto nos remete a outra questão e que relativiza a importância da pesquisa histórica: a da identidade autoral. Segundo Gilberto Velho, em uma sociedade holista tradicional, como é o caso da sociedade indiana na época da composição do Yogasutras, a biografia individual não é realçada, pois (...) *a memória socialmente relevante é a da unidade “encompassadora”*. (VELHO, 1988, p. 99). Sendo assim, nos parece que o mais importante a assinalar não é a data de elaboração do Yogasutras ou a sua autoria. No caso específico da Ioga Clássica, se o coordenador desta doutrina era uma entidade fictícia utilizada pela comunidade de iogues ou o importante comentador da famosa gramática de Panini, pouco importa. O destaque é dado ao conjunto de indivíduos biológicos interessados na conservação e transmissão dos conhecimentos tradicionais.

Antes de seguirmos adiante, é necessário esclarecer mais um detalhe importante sobre o objetivo do texto a que temos nos referido seguidamente. Ele não se ocupa especialmente do corpo, como é o caso do tratado Hathayogapradipika (8). Sua abordagem sobre o assunto é modesta. O corpo é citado no Yogasutras de Patanjali, mas sempre pertencendo à estrutura do ensinamento composto por oito partes (*astanga*), como se pode verificar no aforismo 29 do segundo capítulo: *Restrição, observância, postura do corpo, regulação da respiração, abstração, concentração, meditação e absorção são os oito acessórios componentes da Ioga*.

Longe de ter o corpo como o objetivo central, a doutrina da Ioga Clássica caracteriza-se como um ensinamento que conduz a um estado mental distinto do ordinário, prometendo a seus adeptos a liberdade das ilusões existenciais, dos sofrimentos morais, e das constantes transmigrações da alma. Segundo Patanjali, o processo para se alcançar este estado



inicia-se com a prática de Ioga da ação (*kriya yoga*), em que as matrizes do fluxo psicamental (9) são atenuadas, e termina com o estado de Ioga conhecido como absorção sem apoio (*asamprajnata samadhi*), em que o adepto (...) *realiza igualmente um sonho que obceca o espírito humano desde o início de sua história: coincidir com o Todo, recuperar a Unidade, refazer a não-dualidade e heterogeneidade inicial, abolir em particular a fragmentação do real em objeto e sujeito.* (ELIADE, 1996, p.93).

Após esta breve consideração desses detalhes da doutrina da Ioga Clássica, faremos a apresentação de alguns aforismos que tratam da concepção de memória encontrada no livro organizado por Patanjali. Entretanto, devido à complexidade do assunto, optamos por abordar apenas o início da exposição do tema, que se encontra no décimo primeiro aforismo do primeiro capítulo da obra, associando-o a outros aforismos anteriores, mas fundamentais para o entendimento da evolução do tema discutido. Não nos parece excessivo lembrar aqui que os aforismos (*sutras*) característicos da principal obra da doutrina da Ioga Clássica, não se resumem a frases curtas e desconectadas entre si, mas constituem partes inseparáveis e imprescindíveis para a apreensão integral do texto.

No primeiro capítulo do livro, Patanjali define as características gerais da Ioga e introduz os temas tratados com mais detalhes nos capítulos posteriores. Todos os aforismos têm a sua importância para a compreensão da obra, mas para a apreensão do assunto do décimo primeiro aforismo, elegemos os aforismos dois, três, cinco, seis e uma parte do comentário de Vedavyasa ao primeiro aforismo como fundamentais para o entendimento do que venha a ser a memória no início do capítulo tratado.

Começando pelo comentário de Vedavyasa ao primeiro aforismo de Patanjali (10), é possível verificar que a doutrina da Ioga Clássica objetiva promover uma alteração na consciência humana com fins de libertação do sofrimento existencial. Vedavyasa estipula uma ordenação dos planos (estados) mentais da consciência (*citta bhumi*), separando-os em: comuns a todos os homens (instável, confuso, alternante entre instabilidade e estabilidade), e os exclusivos dos adeptos da doutrina psicofísicas da Ioga (concentrado em um só ponto e restringido). (VEDAVYASA, 1988, p.1).

Em seguida, Patanjali, no segundo aforismo, define exatamente o que vem a ser a Ioga ao enunciar que a doutrina favorece a habilidade de voltar à atenção somente para um objeto (*ekagrata*), descartando as outras atividades mentais que tumultuam o psiquismo.



No terceiro aforismo, aparece pela primeira vez no Yogasutras o conceito de *Si* (*Purusa, Drastr*), fundamental para a compreensão da motivação do trabalho realizado pela Ioga Clássica. Postulado conjuntamente com outro princípio inalterável (substância, *Prakrti*), o *Si*, apesar de sua natureza livre, encontra-se aprisionado pela experiência psicomenta criada pela substância (11). O trabalho da Ioga consiste justamente na revelação da natureza do *Si*. Profere o aforismo: *Então, aquele que vê (drastr) permanece em sua própria forma.* (PATANJALI, 1988, p. 9).

No quinto aforismo, Patanjali determina que as atividades mentais são cinco, alertando para o fato de cada uma delas poder ser auspiciosa ou nociva, enquanto no sexto, ele as apresenta: [As cinco atividades psicomentais são] *compreensão correta, compreensão errônea e dúvida, imaginação e memória.* (1988, p. 14).

Nos aforismos subsequentes, Patanjali descreve, em detalhes, as quatro primeiras atividades psicomentais, enquanto no décimo primeiro aforismo, estabelece a primeira definição de memória de sua obra: *A memória é a retenção das impressões dos objetos previamente experienciados.* (PATANJALI, 1988, p. 14)

Após verificarmos alguns comentários dedicados ao décimo primeiro aforismo do Yogasutras, destacamos uma parte dos comentários de Vyasa e de Bhoja por nos parecerem importantes tanto para a compreensão da concepção de memória exposta no livro, como também para o início do entendimento do que venha a ser o ato cognitivo para a doutrina da Ioga Clássica:

(...) na filosofia da Ioga, o objeto não é percebido diretamente. Ele é “tingido” pela substância mental. Apenas sua imagem (*akara*) é reproduzida na psique. É um reflexo que atinge o sujeito, e é este mesmo reflexo que se encontra na origem da lembrança. (VYASA, 2007, p. 61).

Memória significa não deixar que um objeto de conhecimento, experimentado por meio de um ato de cognição e afixado no intelecto (*buddhi*) por meio de uma impressão latente (*samskara*), escape. (...) (BHOJA, 1977, p. 90).

Para finalizar essa breve apresentação, salientamos que no contexto do Yogasutras de Patanjali a memória, além de ser qualificada como uma atividade mental, não pode ser um foco de atenções do adepto da doutrina da Ioga Clássica. Caso isto aconteça, torna-se impossível alcançar o estado mental diferenciado e libertador proposto pela doutrina.



Neste artigo nos prontificamos a abordar apenas os aforismos que foram citados. Antecipamos, porém, que outros significados poderão ser encontrados nos capítulos posteriores da obra de Patanjali.

## Conclusão

Atualmente, pensar em memória, além do senso comum, é levar em consideração os estudos sobre a sua construção a partir do presente, é considerá-la uma escolha feita como consequência de embates e disputas segundo conveniências presentes. Ao tratarmos neste artigo de um tipo de memória como a que é encontrada no Yogasutras (uma memória individual), o fizemos não apenas para introduzir um enfoque exótico nos estudos sobre a memória, mas devido a crença de que ela levanta uma questão diversa da que foi abordada na Grécia Antiga: a inutilidade da memória para fins de libertação ou em relação ao conhecimento. Expliquemos melhor.

Na Grécia, Mnemosyne, regente da função poética e mãe das musas, não confere aos poetas a aptidão de invocar lembranças individuais num passado que antecede o presente, mas os coloca em contato com um mundo além do presente, a sua fonte. O poeta conhecia não o passado, mas o presente do passado. Segundo Vernant, o passado é parte integrante do cosmo. Quem o explora, descobre o que oculta na profundidade do ser (VERNANT, 1990, p.113). É uma relação com um mundo invisível e não com um passado medido pelo tempo linear.

Em Platão, embora a memória perca quase todo o antigo significado, dois traços ainda a unem à antiga forma mítica de conceber a realidade: a ultrapassagem da experiência temporal humana e a revelação do Ser imutável e eterno (VERNANT, 1990, p. 127). Estes dois vestígios da memória mítica na obra do filósofo, integram-se o esforço da busca platônica pelo conhecimento não derivado das impressões sensoriais. Mnemosyne transmuta-se na faculdade de conhecer a verdade das essências inteligíveis que constituem a realidade, como se atesta no diálogo Fédon:

É de fato possível, como pelo menos parece demonstrado, que, ao percebermos um dado objeto pela vista, pelo ouvido ou por qualquer outro meio sensorial, nos transportemos a partir dele à ideia de um outro que estava já esquecido, e ao qual o primeiro andava associado, independente do fato de ser ou não semelhante a ele. De modo que, das duas: ou nascemos com o conhecimento dessas realidades e o conservamos, todos, pela vida afora, ou,



posteriormente, aqueles de nós que dizemos que aprendem não fazem mais do que recordar, e nesse caso, aprender não é senão recordar (PLATAO, 76 a).

Por intermédio dos sentidos é possível constatar a existência das coisas como iguais, maiores, menores, quadradas e circulares, mas nada do que seja sensível encontra-se adequado às noções classificatórias das coisas. É preciso, segundo Platão, que existam conhecimentos perfeitos na alma para servirem como modelos para que as coisas tendam.

458

- Pois bem, se essa aquisição se deu antes do nosso nascimento e se nascemos com ela, não é porque conhecíamos já, antes de nascermos e logo ao nascer, não apenas o Igual, o Maior, o Menor, mas todas as realidades desse tipo? Pois efetivamente este nosso argumento não se aplica mais ao geral do que ao Belo em si, ao Bem em si, ao Sagrado, a tudo enfim que, como digo, selamos genericamente com o rótulo de “realidade em si”, quer nas perguntas que fazemos quer nas respostas que damos. Donde se segue que, antes de nascermos, tínhamos já, por força, conhecimento de todas as realidades (FEDON, 75d).

Já em Aristóteles, a memória, dividida em poder de conservação (*mneme*) e evocação voluntária do passado (*anamneme*), nem é mais uma mnemotécnica para conhecimento do Ser e nem uma faculdade independente das impressões sensoriais que vise o conhecimento. Fica claro na obra de Aristóteles que a memória, assim como a imaginação, ainda que seja uma intermediação entre a percepção e o pensamento, experimenta uma situação decadente frente à dignidade encontrada na memória mítica e em Platão. Torna-se incluída no tempo (ainda que este permaneça ininteligível), implicando na diferenciação entre um anterior e um posterior, e cria algumas das condições para a exploração posterior da concepção do tempo linear (VERNANT, 1990, p.130). Enuncia o Estagirita em *Da Memória e da Revocação*:

Memória, portanto, não é nem percepção sensorial nem pensamento, sendo sim um estado ou afecção de uma ou outro no decorrer do tempo. Como foi dito, não é possível haver memória de algo no presente enquanto presente, sendo a percepção sensorial que se refere ao que é presente, a expectativa ao que é futuro, e a memória se referindo ao que é passado. Toda memória, portanto, implica o decorrer do tempo. (449 b 25).

Voltando a nossa afirmação inicial de que a concepção de memória na Ioga Clássica introduz um novo enfoque nos estudos sobre a memória, podemos afirmar que:





*Primeiro* – Ela não se assemelha a memória mítica grega, pois embora a Ioga Clássica almeje a saída do tempo em busca de uma liberdade distante dos condicionamentos humanos ligados ao sofrimento, ou busque estar presente em um tempo primordial, a definição de memória encontrada nos primeiros aforismos da obra de Patanjali, não auxilia nesse processo. Pelo contrário, ela se caracteriza como um obstáculo.

*Segundo* - Não é possível fazer comparações entre a memória caracterizada nos primeiros aforismos do Yogasutras com a concepção de memória na obra platônica. A memória dos primeiros aforismos do livro clássico da Ioga não está associada à faculdade de conhecer a verdade das essências, como é o caso do platonismo.

*Terceiro* – A concepção de memória na Ioga Clássica, embora apresente alguma semelhança com a característica de imperfeição encontrada na reminiscência aristotélica, conserva uma particularidade: ela é um dos componentes do fluxo das atividades psíquicas (*cittavrtti*) que precisa ser sobrepujado.

Para terminar, podemos dizer que a concepção de memória no contexto da Ioga Clássica continua a ser intrigante. Sendo uma mnemotécnica imprescindível numa cultura predominantemente oral, é curioso o fato de que ela nem conduza o adepto da Ioga ao tempo primordial e nem à percepção do tempo. De qualquer maneira, não acreditamos que a memória tenha apenas a função de memorização textual no domínio do Yogasutras, mas deixaremos a discussão para um próximo estudo em que serão analisados os outros aforismos associados à concepção de memória da doutrina.

## Notas

1. Segundo Carlos Alberto Fonseca, literatura, em sânscrito, pode ser traduzida como “sabedoria”, “saber”, ou conhecimento; letra, som (*aksana*); “feito de palavras” (*vanmaya*); “composição”, “reunião”, “associação”, “texto” (*sahitya*). Para este autor, a ideia sânscrita de literatura não se encontra distante da que é, normalmente, conhecida. Entretanto, há que se diferenciar as obras literárias de valor estético – que têm como tema o homem e suas emoções (*kavya*), das que se limitam à função de propiciar um conhecimento (*sutra, çloka*) (1990, p. 44).
2. O termo Ioga, em sânscrito, pertence ao gênero masculino e se inicia pela semi-vogal que, em sua transliteração latina, corresponde à letra y (como foi estabelecido pelo Décimo Congresso Orientalista em Genebra, em 1984). Optamos por utilizar a forma portuguesa do termo.



3. A primeira edição francesa do livro “Mito e Pensamento entre os gregos” de Jean-Pierre Vernant, data de 1965. Acreditamos na atualidade da obra no que diz respeito às críticas da racionalidade ocidental e à crença de que o pensamento ocidental com origem grega não seja o único a ser levado em consideração.
4. Vedas (conhecimento sagrado) é a designação de textos que, em conjunto, formam a base do vedismo (a forma mais antiga do Bramanismo). O termo refere-se a uma série de textos, de conteúdo e forma variados, mas têm em comum o fato de considerarem a “audição” (*çruti*), quer dizer, a revelação como a base do desenvolvimento doutrinal. Estes textos são compostos por quatro partes: *Samhita* (coleções), que contém, sobretudo, os hinos, as preces e fórmulas rituais; *Brahmana*, comentários teológicos dos *Samhita*, *Aranyaka*, textos da floresta; e *Upanisad*, comentários ligados aos *Brahmana*, mas com características mais esotéricas. (RENOU, FILLIOZAT, 1985, p. 270).
5. O Atharva-veda, composto por orações, sortilégios ou hinos em forma de versos, constitui, juntamente com o Rg, Sama e Yajur, o que se denomina como Vedas.
6. Segundo a historiadora Romila Thapar, a designação do período Gupta como Idade Clássica pode ser adotada desde que seja observado que ela se refere às classes superiores, e que ocorreu somente no norte da Índia durante o governo da dinastia Gupta do século IV ao VI d.C..
7. Segundo Carlos Alberto Fonseca, a gramática de Panini, elaborada no século V a.C., (...) é uma exposição detalhada dos morfemas da norma culta da língua indiana, os morfemas da “linguagem sânscrita (...)”. (1992, p. 12).
8. Hathayogapradipika (Luz no *Hatha Yoga*) é um tratado escrito em forma de versos que discorre sobre as posturas do corpo, disciplinas respiratórias, e técnicas fisiológicas de purificação.
9. As matrizes geradoras (*kleshas*) do fluxo psicamental (*cittavritti*) são: ignorância sobre o *Si* (*avidya*), egocentrismo (*asmita*), apego (*raga*), aversão (*dvesa*), medo (*abhinivesa*).
10. O comentário de VedaVyasa refere-se ao primeiro aforismo do Yogasutras: *Agora, o ensinamento da Ioga*.
11. A afirmação simultânea da liberdade do *Si* (*Purusa*) e de seu aprisionamento pelas experiências psicomentais criou inúmeros problemas teóricos para a Ioga Clássica. A doutrina foi criticada tanto por outros sistemas ortodoxos do pensamento hindu, como pelo Budismo.

## Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Da Memória e da Revocação*. In: Parva naturalia. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.

APTE, Prin. Vaman Shivaram. *The Practical Sanskrit English Dictionary*. Kyoto: Rinsen Book Company, 1978.



DASGUPTA, Surendranath. *A History of Indian Philosophy*. Vol 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1922.

ELIADE, Mircea. *Yoga: imortalidade e liberdade*. Tradução de Teresa de Barros Velloso. São Paulo: Editora Palas Athena, 1996.

FONSECA, Carlos Alberto da Fonseca. *O “bem-feito” e o “mal-feito” na estética sânscrita*. In: Bharata – Cadernos de Cultura Indiana. N.1. Publicação do Curso de Língua e Literatura Sânscrita. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. *A concepção da linguagem na Índia Antiga*. In: Bharata – Cadernos de Cultura Indiana. N.7. Publicação do Curso de Língua e Literatura Sânscrita. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2009.

HEGEL, G.W.F.. *Lecciones sobre a historia de la filosofia*. Tomo Primero. Traducción directa de Wenceslao Roces. Edición preparada por Elsa Cecilia Frost. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

MIRSA, Vacaspati. Tattva-vaisharadi. In: *Yoga-sutras: with commentary of Vyasa and the gloss of Vacaspati Misra*. New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers, 1988.

PATANJALI. *Yoga-sutras: with commentary of Vyasa and gloss of Vacaspati Misra*. New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers, 1988.

PATANJALI. *Les Yoga-sutras de Patanjali à la Lumière des premiers commentaires indiens*. Tradução e comentários de Erik Sablé. Paris: Éditions DERVY, 2007.

PATANJALI. *El Yoga Sutra de Patanjali: com el comentatio del Rey Bhoja*. Tradução de José León Herrera. Lima: Gráfica Morsom S.A., 1977.

PLATAO. *Fédon*. Introdução, versão do grego e notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. Volume II. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.



RENOU, Louis; FILLIOZAT, Jean. *L'Inde Classique: Manuel des études indiennes*. Tome II. Paris: École française d' Extrême-Orient, 2001.

*L'Inde Classique: Manuel des études indiennes*. Tome I. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1985.

RENOU, Louis. *Hinduismo*. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

THAPAR, Romila. *Historia de la India*, I. México: Fondo de Cultura Econômica, 2001.

VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e Projeto*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, n. 95, out./dez., 1988. Disponível <http://www.tempobrasileiro.com.br/revista.htm>. Acesso em 15/07/2014 às 18:44.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. II.edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VYASA. *The Sankhya Pravachana*. In: Patanjali's Yoga Sutras: with commentary or Vyasa and gloss of Vacaspati Misra.. Tradução de Rama Prasada. IV edição. New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers Pvt. Ltd, 1988.



## MEMÓRIAS DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XIX: SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

GAMA, Alexandre de Oliveira

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Brasília/Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu.*  
*alexandregama@iftm.edu.br*

463

### RESUMO

Todos os anos, no dia 20 de outubro, Paracatu, cidade pólo do noroeste mineiro, celebra as comemorações de seu aniversário. Tanto nas atividades que compreendem esta data quanto através dos escritos da historiografia tradicional, o século XVIII é mencionado como um marco responsável pela constituição, desenvolvimento e esplendor do centro histórico de Paracatu. Entretanto, esses mesmos memorialistas que ressaltam as características e esplendor da cidade nesse período silenciam sobre a importância para o desenvolvimento de Paracatu de regiões que estão distantes desse núcleo (como áreas quilombolas), atribuindo ao século XIX a representação de uma época de decadência e isolamento. Este artigo pretende revelar a importância dessas regiões para a cidade e as lutas de memórias que estão por trás desses silenciamentos.

**Palavras-chave:** Paracatu. Patrimônio. Disputas de memórias.

### ABSTRACT

Every year, at October the 20th, Paracatu, main city in Minas' Northwest, celebrates the festivities of its foundation. In the events taking place in this occasion as well as in traditional historiography, the 18th century is alluded to as the milestone for the constitution, development and splendor of its historic center. However, the same memorialists that underscore the city's golden age in this period are silent on the matter of the importance of areas faraway from this regional core (as the "quilombola" communities) for the development of Paracatu, ascribing to the 19th century the depiction of an age of decay and isolation. This article intends to reveal the importance of these areas for Paracatu, and the struggle behind the stifling of these memories.

**Key-words:** Paracatu. Heritage. Disputes memories.

### I. Introdução

Paracatu, cidade a 240 km de Brasília, no noroeste de Minas Gerais foi descrita inicialmente como um lugar de passagem de expedições terrestres que procuravam indígenas na região sob o ciclo do bandeirantismo na virada do século XVI para o XVII (MELLO, 1983, p.



19-20). Sob o ciclo do ouro no século XVIII, desenvolveu-se a ponto de representar uma das grandes economias da coroa na colônia (CARVALHO, 1992, p. 66). Várias estradas e picadas que ligavam diversas regiões do país a Goiás (Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro além da mineira) fizeram do pequeno arraial um importante ponto de confluência desses diversos caminhos com passagem pelo Brasil central (COSTA, 2005, p. 101). Apesar de se encontrar no interior do sertão das Minas Gerais, distante dos demais núcleos mineiros (Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei) e pelo fato de a descoberta de suas minas ter se dado quase meio século depois da descoberta do ouro nas outras cidades de Minas, nas fontes consultadas Paracatu está integrada a essas regiões, é dinâmica, não se encontra distante e, muito menos, isolada.

Esta é a representação da cidade - inicialmente denominada Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu (por volta de 1730) e, mais tarde, em 1798, Villa de Paracatu do Príncipe - consolidada na historiografia da região no que diz respeito ao recorte temporal relativo ao seu período aurífero, a partir do segundo quartel do século XVIII. Nos documentos que tratam deste período, o Arraial de Paracatu teria se tornado a grande *encruzilhada* do Brasil central.

Entretanto, a Paracatu do século XIX (vila desde 1798 e, a partir de 1840, cidade) e da primeira metade do XX passa a ser representada de maneira oposta pela historiografia. Todos os caminhos que antes vinculavam o arraial aos rincões da Colônia parecem ter desaparecido dos documentos consultados. O que não tinha sido problema para a época anterior (a distância do litoral e dos outros centros auríferos), agora se torna um dos principais motivos para a *decadência* da cidade.

Assim o século XIX em Paracatu é retratado pelas fontes consultadas como um período de “atraso” e “decadência”, com sua sociedade vivendo em estado de precariedade material e física. Tudo parece mudar, segundo levantamento da historiografia da região, a partir da construção de Brasília entre 1957 e 1960, quando a Paracatu de outrora, a Paracatu do século XVIII, do auge da exploração aurífera, parece ter sido “resgatada” nas narrativas encontradas em jornais e livros escritos por paracatuenses naquele período.

Essa representação de decadência e atraso foi reforçada de tal forma que a cidade ficou conhecida como a “eterna prisioneira das distâncias silenciosas” (MELLO, 1993, p. 43). Situação que somente teria sido revertida com a construção de Brasília. A ideia propagada nas





leituras feitas para essa pesquisa, passam a imagem de que Juscelino Kubitschek vai trazer a Paracatu a condição perdida de *encruzilhada* do Brasil central.

No período da construção de Brasília, Paracatu foi marcante para a vida da nova Capital do País que se levantava. E, além de passagem obrigatória de todos que se demandavam do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, era alvo de atenções pelo seu aspecto colonial e pela característica do isolamento que viveu durante séculos. Brasília muito iria exercer influência no seu despertar. Paracatu tornava-se novamente caminho rumo ao Oeste, como o fora no século XVIII, para os que procuravam o ouro dos Martírios (Mello, 1990, p. 207).

465

É interessante como uma determinada memória coletiva parece confirmar Brasília como um marco, um rasgo na história da cidade, marcada pela permanência da tradição do tempo lento e de um estilo de vida pacato com aspectos rurais. Existe essa memória da “não transformação” em Paracatu, como se o tempo de *isolamento* e *decadência* do período logo após o declínio da mineração perdurasse do final do século XVIII até meados do XX.

Como Paracatu durante o século XVIII e parte do XIX correspondia a todo o noroeste de Minas, focamos nessa cidade o estudo sobre as disputas de memórias no noroeste de Minas. Além disso, é hoje a única cidade a manter e preservar um centro histórico na região (tombado no ano de 2010 pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – IPHAN). Em Paracatu se comemora todos os anos, no dia 20 de outubro, o aniversário da cidade. As referências às suas histórias são comumente remetidas e limitadas ao século XVIII. Os desfiles cívicos exaltam o ouro, a história exalta o período do ouro (século XVIII), os jornais exaltam a Paracatu do “ouro e do esplendor”, mas e o século XIX? Será que os eventos e fatos que ali aconteceram em nada contribuíram para o desenvolvimento da cidade?

Autores como Oliveira Mello (que escreveu mais de 40 livros sobre a história e memória da cidade), Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho (1992), Afonso Arinos de Mello Franco – sobrinho (1955), Waldemar de Almeida Barbosa (1995), Diogo de Vasconcelos (1999), Ricardo Ferreira Ribeiro (2006) fornecem através de seus escritos os elementos que fundamentaram ao longo do tempo essa determinada memória que exalta dois momentos específicos de sua história (o século XVIII, como a época do esplendor do ouro, e meados do século XX, como aquele em que se recupera tal tempo, através da construção de Brasília em 1960), mas silencia sobre o que se encontra entre esses dois períodos: o século XIX.

O que me inquietou em tudo isso e me impulsionou a fazer esta pesquisa foi procurar compreender porque esse discurso memorialista silencia parte significativa da memória do



século XIX da cidade. O que estaria por trás desse fato? O que se “esconde” (ou se procura “confinar”) nesse século? Isso é o que pretendemos discutir e procurar revelar ao final deste artigo.

## II. Reflexão teórica

Para amparar esta pesquisa, lanço mão de alguns fios teóricos que vêm sendo tecidos no campo da história para esse tipo de reflexão que proponho fazer sobre as representações e memórias criadas em torno da cidade de Paracatu desde o século XVIII.

Ressalto, em primeiro lugar, a importância da noção de representação para a constituição desta pesquisa. Dentro dessa nova perspectiva dos estudos históricos, as imagens construídas pelos homens, sejam em documentos escritos ou imagéticos devem ser consideradas como formas de representação pelo qual os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo em que vivem. Conforme Sandra Pesavento, as representações são “*matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real*” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Analisando o campo da dinâmica social das representações, Jodelet afirma que toda a representação traz a marca do sujeito que a produziu e de sua atividade. Assim se estabelece a necessária relação entre o objeto representado e as condições de produção desta obra. Pois, segundo a autora, a posição social que os sujeitos ocupam ou as funções que assumem “*determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantém com o mundo social*” (JODELET, 2001, p. 22). Destaco aqui a importância de relacionar os conteúdos representacionais das obras analisadas às marcas de seus autores, ou seja, de procurar nas representações elaboradas por eles, as posições dos sujeitos que as produziram, buscando relacioná-las também ao contexto nas quais os mesmos sujeitos se inserem.

Essas reflexões relativas à noção de representação vão ao encontro do pensamento de Roger Chartier, que trabalha com a ideia de “mundo como representação”. Para ele, os documentos, vistos sob este ponto de vista, constroem significados sobre uma determinada realidade e esses significados não estão isentos de intenções, não são narrativas neutras, pois, conforme argumenta Chartier:



As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p 17).

Percebe-se, na afirmação acima, a grande contribuição de Chartier no sentido de realçar a historicidade intrínseca de qualquer representação, ou seja, à necessidade de se analisá-la à luz do momento histórico de sua produção e circulação pelo grupo social que a compôs e/ou a recebeu.

Neste sentido, cabe ainda destacar, nas reflexões de Roger Chartier, a importância de se perceber as representações como estando sempre inseridas num *“campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”* (CHARTIER, 1990). Como se pode perceber, o autor recusa a concepção de representação como algo totalmente consensual, livre de contradições e disputas, antes a inserindo numa relação direta com conflitos e disputas simbólicas. Ao analisar as representações e memórias coletivas que a cidade de Paracatu adquire ao longo do tempo, não exclui o fato de que o que temos nesse tempo são resultados de lutas de representações, disputas que, para o autor, *“tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”* (CHARTIER, 1990, p. 17).

Sendo assim, nesta pesquisa que desenvolvo, endosso o ponto de vista de Michel Pollak, quando este autor constata que os pesquisadores atuais têm demonstrado sua predileção pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade entre os seus objetos de pesquisa (POLLAK, 1992, p. 5).

Neste ponto, as percepções das narrativas ora assinaladas como portadoras/criadoras de representações sociais entrecruzam-se com os estudos que evidenciam o peso da memória no interior da atividade historiográfica. Parto do pressuposto de que as representações elaboradas sobre a cidade de Paracatu são responsáveis pela produção de uma determinada memória (ou, mais propriamente, memórias) sobre os períodos retratados, pois aquilo que representam, não é o passado em si, mas aquilo que seus criadores desejam solidificar no imaginário social.

Com esta afirmação, já se torna evidente que parto do princípio de que a memória é um fenômeno construído, e não um fragmento do passado, revivido em sua forma pura e intacta. Vários estudiosos percebem a memória segundo a perspectiva apontada. A partir de agora, passo a citar alguns deles.



Para Maurice Halbwachs, toda memória individual tem em si um caráter social. Com isso ele afirma que não existiria a memória individual no sentido mais estrito da expressão. Tudo que o indivíduo lembra dependeria de suas relações com a família, com a escola, com a profissão, com a igreja, enfim, com os grupos de convívio e de referências peculiares a esse indivíduo. Segundo ele, *“acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo”* (HALBWACHS, 2004, p. 51). Como afirma Ecléa Bosi, enfatizando o papel desse autor para o estudo da memória, *“Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”* (BOSI, 2006, p. 18).

Outra contribuição de Halbwachs refere-se ao seu entendimento de que a memória é um fenômeno construído coletivamente e que, portanto, está submetido às flutuações, transformações e mudanças constantes que o presente impõe sobre a mesma. Segundo o autor, lembrar não é reviver, mas refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado (HALBWACHS, 2004, p. 56-57).

Também Walter Benjamin valoriza as ações do presente sobre o ato de rememorar (BENJAMIN, 1987). Ele afirma que o passado não se constitui como um devir abstrato no tempo permanecendo fixo e imutável. Do passado, só nos restam fragmentos que vem aos pedaços e, portanto, não possuímos a capacidade de compreensão desse passado em toda a sua inteligibilidade. Somos nós quem o construímos, atribuindo sentidos para esses fragmentos. Percebe-se com isso, que a concepção benjaminiana da história é aquela que concebe o passado como estando sempre (re)significado pelo presente. A perspectiva apontada pelo autor tem a memória como elemento fundamental para a elaboração dessa nova temporalidade.

É através da memória que aqueles indivíduos invisíveis e anônimos para a historiografia tradicional passam a reivindicar o seu espaço no presente. Rememorar, para essas pessoas, é atualizar o passado, e não simplesmente evocá-lo. É trazer para o presente o resultado das experiências vividas para inseri-las num campo de batalhas. É, enfim, situar a memória num *“tempo saturado de ‘agoras’”* (BENJAMIN, 1987, p. 229). Assim, Benjamin evidencia o papel da memória para o ofício do historiador, apresentando uma proposta de tempo histórico descontínuo, marcado por rupturas e reconfigurações que são sempre elaboradas à luz do presente.



Avançando nas discussões relativas ao papel da memória para a história, os estudos de Michel Pollak constituem um instrumental teórico fundamental para os objetivos da presente pesquisa (POLLAK, 1989, 1992). O referido autor não desconsidera o caráter coletivo, seletivo e construtivo da memória revelado por Halbwachs; antes o reforça. Seu destaque se dá pelo fato de que não interpreta a memória coletiva somente por aquilo que ela teria de positivo: reforça a coesão social, estabelecendo no grupo que a compartilha o sentimento de pertencimento, de identidade, como propõe Halbwachs. Pollak, inversamente, destaca os seus aspectos “negativos”, ou seja, seu caráter uniformizador e opressor da memória oficial, procurando impor a sua hegemonia sobre as memórias de grupos marginalizados, a qual Pollak denomina de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 4). Introduz, assim, um sentido político ao papel da memória, que passa a contribuir para fixar as relações de poder, já que cada memória coletiva atua no sentido de tentar impor a sua visão do passado sobre as outras.

Vista dessa forma, a memória perde seu caráter consensual e passa a ser percebida no interior de um campo de disputas e embates. Essa abordagem, como afirma Pollak, privilegia “os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 5).

As representações elaboradas sobre a cidade de Paracatu evidenciam essas “batalhas de memória”. Os escritores que escrevem sobre a história da Paracatu e políticos que falam da cidade depois da construção de Brasília em 1960 reforçam a construção da imagem da cidade que rompe um longo período de “decadência” e “isolamento” que a teria marcado desde a decadência do ouro no final do século XVIII. Entretanto, quando Olympio Gonzaga escreve sobre a cidade no início de 1900, descreve “outra” cidade, dinâmica e com significativo destaque no comércio (GONZAGA, 1910). Porque as informações contidas nessa obra tão fundamental para a compreensão da história da cidade e, por conseguinte, do noroeste, não são divulgadas?

Aqui, retorno à Pollak para destacar a noção que ele constrói sobre o “trabalho de enquadramento de memória” (POLLAK, 1992, p. 5). Segundo ele, toda memória coletiva tem como função manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo mantém em comum, marcando sua identidade. Para isso, faz-se necessária a constituição de quadros de referência e, no estabelecimento dessas referências, vale ressaltar o importante papel do silêncio nas narrativas de memórias. Por que toda a dinâmica da cidade durante o século XIX foi apagada posteriormente no século XX? O que foi ocultado pelos escritores que escrevem



durante a construção de Brasília? Como afirma Pollak, a memória é organizada em função das preocupações do presente, portanto, tudo aquilo que ela “*grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização*” (POLLAK, 1992, p. 5). Sobre isso, veremos a seguir.

### III. A cidade, o patrimônio histórico e as memórias silenciadas

470

Mês de outubro, aniversário da cidade de Paracatu, comemorações, desfile das escolas do Município e muita história para contar. Conta-se sobre a chegada dos bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis disputando o ouro do Arrayal de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu que em 20 de outubro de 1798 seria elevada à categoria de Villa, mais especificamente, Villa de Paracatu do Príncipe. Divulga-se as imagens das Igrejas (Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres, construída em 1744, e a Catedral de Santo Antônio erguida em 1746), do chafariz e as imagens das casas tradicionais do Núcleo Histórico de Paracatu recheiam matérias jornalísticas, propagandas oficiais e de empresas variadas parabenizando Paracatu pelos seus mais de duzentos anos... enfim.

Pelo que se vê, a cidade se basta. Existe por si mesma. E deve tudo o que tem de histórico, ao ouro! E se aquele arraial ou vila do princípio não fosse tudo que imaginamos, não existisse por si mesma, mas dependesse de outras áreas que não estão dentro do núcleo histórico? E se essas áreas estivessem relativamente afastadas? E se fossem áreas ocupadas predominantemente por negros? E quilombolas? Não seria melhor esquecê-las? Não seria melhor deixá-las no entorno (geográfico e histórico)? Não seria interessante para os “proprietários” da cidade e educadores do século XIX que viviam no núcleo histórico com suas famílias simplesmente silenciá-los?

Lembro-me de Walter Benjamin com suas reflexões sobre a natureza da história. Para este filósofo alemão, todo documento histórico é um *documento de barbárie* (BENJAMIN, 1987, p. 225). Por que documento de barbárie? Porque qualquer documento não contempla a história como um todo, mas sempre irá silenciar algo, sejam pessoas, comunidades, idéias, pensamentos divergentes, enfim, ao falar, o historiador e a própria história seleciona, e por isso mesmo, também silencia!





Como vimos, apesar de as comemorações do aniversário da cidade de Paracatu e a historiografia tradicional ressaltar uma história sobre seu núcleo histórico focada nessa memória quase “oficial”, a pergunta que fazemos agora é: “o que então foi silenciado por essa história/memória oficial?”

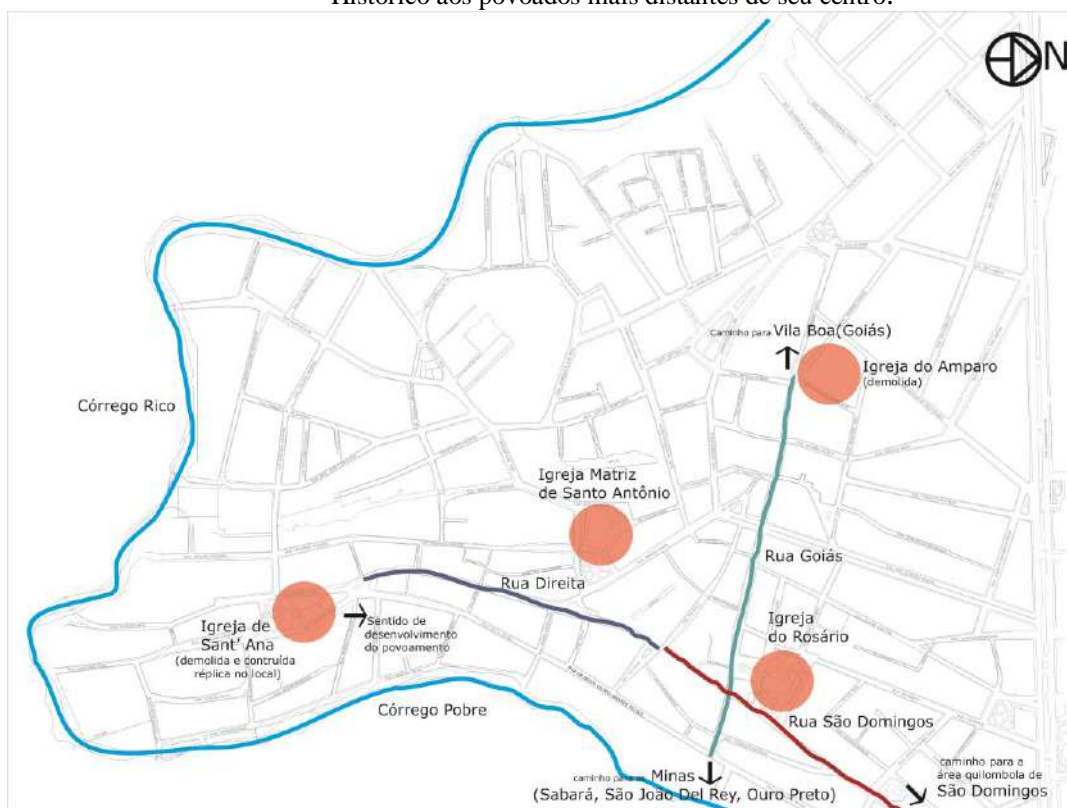
Percebo pelos documentos históricos (de barbárie, sempre!) que a história do Núcleo tradicional de Paracatu somente se desenvolveu devido ao seu forte vínculo com áreas como a do povoado quilombola de São Domingos, do São Sebastião e da Lagoa de Santo Antônio. Apesar disso, são regiões esquecidas, silenciadas, cuja história não é enfatizada ou discutida durante as comemorações do aniversário da cidade. O que faço a partir de agora é tentar lançar luz sobre algo muito pouco discutido pela historiografia da região.

Paracatu se desenvolveu em torno de dois grandes eixos. O primeiro vinculado pela formação de três grandes e principais igrejas, ligadas pela rua Direita e Goiás: a Igreja de Sant’Anna (1736), a de Nossa Senhora do Rosário (1744), e entre as duas, a de Santo Antônio (1746).

Um outro grande eixo vinculava esse núcleo aos povoados mais distantes, que também estiveram associados aos bandeirantes e a exploração do ouro, e chegaram a ser, alguns deles, tão ricos quanto o Arraial que se formava nessa região, em Paracatu. Este eixo era um prosseguimento da rua Direita, que a uma determinada altura passava a ser chamada rua São Domingos (FIGURA 1). Ele, portanto, remetia ao segundo núcleo de exploração aurífera descoberto por outro bandeirante, José Rodrigues Fróis, na mesma época (e talvez um pouco antes) da descoberta do ouro pelo bandeirante Felisberto Caldeira Brant, nessa região da cidade. Adiante do São Domingos, encontra-se o povoado de São Sebastião, e um pouco mais à frente, o da Lagoa de Santo Antônio. A importância e descrição de cada uma dessas regiões e povoados para Paracatu deu-se, sobretudo, durante o século XIX. Descrevo sobre cada uma dessas regiões a partir de agora.



FIGURA 1 - O grande eixo que se segue à Rua Direita, mais à frente chamada São Domingos. Vincula o Núcleo Histórico aos povoados mais distantes de seu centro.



Fonte: IPHAN, 2009, p. 46.

### a) O Povoado Quilombola de São Domingos.

A comunidade de São Domingos encontra-se a dois quilômetros da cidade de Paracatu. O povoado foi um dos primeiros núcleos a se estabelecer na região, por decorrência da chegada de um bandeirante vindo da Bahia para essas bandas à procura de ouro. José Rodrigues Fróis, ao encontrar ouro no córrego que batiza de São Domingos, fixa com seu grupo no lugar e dá início ao seu conseqüente povoamento (MELLO, 1983, p. 21-22). É este bandeirante que levará ao conhecimento da Coroa portuguesa tais descobertas, motivo pelo qual se tornará o administrador das minas de todo *Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu* (GONZAGA, 1910, p. 8).

Desde então, o São Domingos se caracterizou como uma área de grande presença da comunidade negra devido a grande exploração aurífera e mão de obra escrava na região. Isso, inclusive, pode ser percebido entre os habitantes ainda hoje, descendentes de três principais troncos familiares: Ferreira, Lopes e Pinheiro (MENESES, 2008, p. 58-63).



As marcas desse tempo da escravidão no lugar ficaram registradas na terra, com a presença de muros de pedras, canais de captação da água da chuva (FIGURA 2), o cemitério que remonta ao século XVIII, cachimbos antigos que ainda são encontrados enterrados no lugar e uma igreja antiga, presente somente na memória e por documentação fotográfica (MENESES, 2008, p. 33). Algumas edificações ainda preservam seu estilo e soluções arquitetônicas bem vernacular, com a utilização de adobe e cerâmica artesanal.

A comunidade de São Domingos ocupa uma área cercada por córregos e nascentes da encosta do Morro do Ouro e do Pina. Esse ambiente foi propício para o desenvolvimento do povoado que, por muito tempo e, sobretudo, durante o declínio da produção aurífera no século XIX, abasteceu Paracatu com frutas, verduras, tubérculos, doces e artesanatos. Por isso, ficou conhecida como o celeiro de Paracatu: mandioca, frutas, milho, feijão, doces, leite, rapadura, açafrão, entre outros eram vendidos em tabuleiros na cidade (MENESES, 2008, P. 71).

Uma marca da importância da relação e interação entre o centro histórico de Paracatu e o São Domingos permanece até os dias de hoje, através da rua conhecida antigamente como Rua São Domingos. Essa rua pode ser vista como um prosseguimento da antiga Rua Direita, a principal do período colonial, que se estendendo da área de mineração do Santana, seguindo cortando parte da cidade até que, com poucos acidentes, em forma quase retilínea, vinculava (e vincula) a região central do Núcleo Histórico da cidade de Paracatu à região do São Domingos (FIGURA 1). Era por meio dessa passagem que circulavam todas aquelas mercadorias que no passado abasteciam a cidade com seus variados gêneros alimentícios, contam os moradores mais antigos.



Figura 2: Canais de canalização da água da chuva feitos pelos escravos (no canto inferior esquerdo, um muro de pedras da época).



Fonte: MENESES, 2008, p. 73.

474

Figura 03: Forno artesanal para produção de biscoitos.



Fonte: MENESES, 2008, p. 82.

Figura 04: Edificações no São Domingos integradas à natureza.



Fonte: MENESES, 2008, p. 34.





## b) O Povoado da Lagoa de Santo Antônio.

Próximo ao São Domingos e a 15 km do centro de Paracatu encontra-se o povoado da Lagoa de Santo Antônio, sendo que no final do século XVIII para o início do XIX a região “*foi o mais prospero de todos naquelles tempos, chegando a possuir para mais de cem casas e ranchos e mil habitantes! Tinha diversos negocios de fazendas, medico e pharmacia*” (GONZAGA, 1910, p. 14). As três principais famílias que davam as cartas e patrocinavam as festas do lugar ‘com grande pompa’, segundo Olympio Gonzaga, eram a de Manoel d’Affonseca Silva, que ficou famoso por, antes mesmo da Lei Áurea, ter se adiantado nos princípios de defesa dos direitos humanos revelando suas disposições contrárias a escravidão, libertando na pia batismal os filhos dos escravos que nasciam em suas terras; também a família de Joaquim Martins Ferreira e a família de Manoel José da Cunha, casado com Dona Helena Rodrigues Fróis (esta em segundas núpcias), irmã de José Rodrigues Fróis, o primeiro bandeirante a explorar ouro em Paracatu, no São Domingos, conforme já visto (GONZAGA, 1910, p. 6-7).

O casario da Lagoa preserva as soluções e tipologias arquitetônicas muito próximas às do centro histórico da cidade (FIGURAS 5, 6 e 7). Os vãos predominantemente verticais, a cobertura em duas águas, uma dando para o fundo e outra para a frente do lote, típicas do barroco estradeiro (ÁVILA, 2004, p. 35 e 110). Mas, também, referências de arquiteturas ecléticas, semelhantes as encontradas no Núcleo tradicional de Paracatu.

A quantidade de profissionais e personalidades que nasceram ou se formaram e trabalharam nesse povoado demonstra o largo trânsito de ideias, saberes, práticas que a vincularam com a cidade de Paracatu (GONZAGA 1910, p. 14).

Figura 5: Ed. tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 6: Ed. Tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 7: Ed. Tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).



### c) O Povoado de São Sebastião

Um pouco depois do arraial de São Domingos encontra-se o arraial de São Sebastião, também com sua origem relacionada à época da exploração do ouro, já em meados do século XVIII. Entretanto, ao contrário dos demais núcleos de povoamento, este não esteve diretamente associado com a exploração aurífera.

Desde sua formação, o povoado de São Sebastião esteve associado à produção agrícola de produtos variados. Na narrativa de Olympio Gonzaga, desde o século XIX a região permanecia envolvida com o mesmo tipo de produção: *“Do alto do morro de São Sebastião, o observador contempla os extensos canaviaes e roças, ouvindo o troar animador dos engenhos de moer canna, daqueles honrados lavradores, que herdaram de seus avós o amor e a perseverança no trabalho!”* (GONZAGA, 1910, p. 13).

Entre as personalidades envolvidas com a fundação do povoado, são mencionadas por Olympio Gonzaga o coronel Theodosio Duarte Coimbra, possuidor de muitas terras e gado além de outras riquezas. No mesmo texto citado acima, afirma que *“era homem de gênio facilmente irritável, orgulhoso, gostava de mostrar o poderio de sua fortuna. Vingativo, não dava passagem à mais leve offensa que lhe fizesse, ou a seus amigos, razão pela qual era o mandante de varios crimes”* (GONZAGA, 1910, p. 13). Por isso, o historiador afirma que para evitar qualquer ‘perseguição’ do Ouvidor que havia acabado de chegar na Vila de Paracatu em 1799, Dr. José Gregorio de Moraes Navarro, o presenteou com um aparelho todo de ouro, para café. Também ressalta que foi possuidor de numerosos escravos que trabalhavam em minas profundas.

O fato de Gonzaga mencionar que possuía *numerosos* escravos e trabalhava com a exploração de minas, além de também colocar entre os fundadores desse povoado o Capitão João de Oliveira Paes, dono de uma *‘machina de socar ouro’* e o filho do bandeirante Fróis, Theodosio Rodrigues Fróis, demonstra que seus moradores não estiveram alheios ao processo de exploração aurífera da Vila (GONZAGA, 1910, p. 13). Entretanto, destaca-se a relação do povoado com a pecuária e agricultura.

Depois de tanto tempo, ainda predomina na região moradores tradicionais, que mantêm vivos determinados aspectos da vida tradicional, tais como a manifestação da cultura imaterial da Caretada, na virada do dia 23 para o dia 24 de junho (MENESES, 2008, p. 68), a culinária tradicional e a agricultura familiar.





Na virada do dia 23 para o dia 24 de junho, um grupo de 12 pares de mascarados, metade travestido de homem e metade de damas, recebem a bênção do padre na Igreja de São Sebastião (FIGURA 9), saem, levantam o mastro com a bandeira de São João e depois fazem as apresentações das danças que homenagearão o santo. Neste dia, as ruas, estradas e fazendas do povoado ficam iluminadas com os clarões das fogueiras que crepitam à espera dos caretas. Quando saem para o *giro* no povoado, param em frente à cada uma delas e fazem sua apresentação. Isso ocorre por toda a noite e madrugada, até a manhã do dia 24. A parada acontece no almoço na casa do festeiro.

477

O festeiro sempre é escolhido por sorteio na Missa do dia 23, momentos antes da chegada dos caretas, com a presença da comunidade na Igreja. O nome sorteado será o do festeiro do próximo ano. Sua função será organizar a festa e o almoço do dia 24. A festa envolve a participação direta de um conjunto de famílias e indireta de toda comunidade, pois todos durante o período da novena, que antecede à saída dos caretas, participam com doação de alimentos e/ou recursos financeiros.

Este é considerado um dos principais momentos de afirmação da identidade sócio-cultural do lugar, pois neste dia (23), o povoado recebe visitantes de toda região, uma vez que o evento é divulgado pelos meios de comunicação na cidade. Também promove o fortalecimento da comunidade ao envolver grande parte dos moradores no evento, tanto em sua preparação quanto durante as apresentações.

No campo do patrimônio material, deve-se ressaltar o antigo cemitério que ainda permanece no mesmo espaço, próximo à Igreja de São Sebastião, além do altar, obra de escultor desconhecido que prima por aspectos do barroco muito próximos do altar das duas principais igrejas da cidade, a Igreja da Matriz de Santo Antônio (1746) e a de Nossa Senhora do Rosário (1744).

Uma parte significativa dos feirantes que vendem seus produtos na feira municipal, que acontece todos os sábados na cidade, produzem seus produtos em pequenas propriedades na região de São Sebastião em negócios que envolvem a família (FIGURA 10). Essas práticas ainda são muito presentes ali por seus habitantes ainda preservarem um contato muito forte com a natureza. O povoado, com exceção de algumas de suas ruas, é um emaranhado de edificações envolvido pela vegetação do cerrado.



Figura 8: Ed. Tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 9: Caretas na Igreja.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 10: Agricultura familiar.



Foto: Alexandre Gama (2010).

#### IV. Considerações finais

Como revelado, essas três regiões foram e continuam sendo reiteradamente negligenciadas pela historiografia tradicional e, sua importância para o desenvolvimento da cidade de Paracatu, negligenciado (para não dizer intencionalmente silenciada e apagada). Áreas da cidade que são hoje associadas à carência, foram no passado regiões que ajudaram a construir a imagem de fausto criada para Paracatu.

Percebemos com mais clareza as lutas pelas representações (CHARTIER, 1990) e a constituição de determinadas memórias e silenciamento de outras, em um jogo onde a



necessidade de se rememorar (BENJAMIN, 1987) cumpre o objetivo de trazer para a história, numa perspectiva Benjaminiana, aquilo que foi recalcado, apagado e silenciado.

Essa relação entre esses povoados, as manifestações culturais que lhes são comuns, as práticas tradicionais ainda presentes na região e essa comunicação entre suas práticas culturais é que faz percebê-las em conjunto, e não como áreas isoladas dentro do Município de Paracatu. Seja pela comprovação através da própria história, ou pelo vínculo existente entre suas manifestações culturais, essas paisagens devem ser pensadas e entendidas como um todo, um território ou rede cultural que ajuda a compreender a história e a memória de Paracatu até então somente percebida a partir de seu centro histórico. Regiões que a história das comemorações do aniversário da cidade insiste em esquecer ou apagar, mas que cabe a nós, trazê-las para o debate historiográfico e nos posicionar concedendo espaço para que outras memórias também possam ter sua voz ouvida e considerada por aqueles que tem a função de escrever a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987).

479

## V. Referências:

- ÁVILA, Affonso. *Circularidade da ilusão e outros textos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- BARATA, José Henriques. *Paracatu Revivida*. Brasília: Editora Uberaba Ltda, s/d.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 13 ed., São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BRAYNER, Natália Guerra. Sentidos dilatados: identidades e representação em Brasília. In: MATSUMOTO, Roberta Kumasaka; BARBATO, Silviane (Orgs.). *Oralidade e outras linguagens*. Cadernos Ceam-Necoim, n.15, UnB, Brasília, 2004.
- CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. *Paracatu: Morro do Ouro*. São Paulo, Ed. Abril S. A., 1992.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1990.



FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, Maringá, UEM, v. 10, n. 3, 2006, p. 79-88.

FONSECA, Cláudio Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

GONZAGA, Olympio. *Memória histórica de Paracatu*. Uberaba, Tip. Jardim e Cia., 1910.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, jul/dez, 2006, p. 261-273.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê de tombamento do Núcleo Histórico de Paracatu*. Brasília, IPHAN, 2009.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELLO, Oliveira. *As Minas Reveladas*. 2ª Ed. Paracatu, Ed. Da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

\_\_\_\_\_. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Patos de Minas, Ed. Da Academia Patense de Letras, 1978.

\_\_\_\_\_. *Paracatu do Príncipe: a Imemorial*. Paracatu, Ed. da Prefeitura Municipal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Minhas opiniões. E as suas?.* Paracatu, Ed. Da Academia de Letras do Noroeste de Minas, 1998.

MENESES, Bruno Soares. *Relatório Antropológico Comunidade remanescente de quilombos São Domingos, Paracatu – Minas Gerais*. INCRA, 2008.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989.



\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto – Estado e sociedade nas Minas Gerais setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves. *Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.



## **PATRIMONIO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL: O CASARÃO ABRIGO JOÃO XXIII**

OLIVEIRA, Mariela

*Professor do Programa de Arquitetura e Urbanismo  
mariela@uft.edu.br*

BALSAN, Rosane

*Professor do Programa de Geografia  
rosanebalsan@hotmail.com*

MATOS, Suyanne

*Estudante de graduação de Arquitetura e Urbanismo  
suyannematos@mail.uft.edu.br*

482

### **RESUMO**

A cidade de Porto Nacional, localizada no estado do Tocantins, tem um grande número de edificações tombadas e de valor histórico. Nota-se que para a população há uma valorização desses imóveis, porém, pouco se sabe e se faz no que diz respeito a preservá-las. Nesse sentido, este trabalho aspira contribuir para o avanço em pesquisas bibliográficas sobre o sítio histórico da cidade de Porto Nacional. O casarão do Abrigo João XXIII, encontra-se em local estratégico da cidade inserido em um entorno urbano ambientado em um contexto de vida diurna e noturna, com fundamental importância para o setor turístico, esportivo e de lazer. O estudo constatou o estado de conservação da edificação definindo pontos que precisam ser restaurados e outro que ainda mantém um bom estado de conservação. O trabalho também visa a divulgação do município de Porto Nacional como centros urbanos tombado.

**Palavras-chave:** Preservação, Patrimônio Histórico

### **ABSTRACT**

Porto Nacional, located in Tocantins, has a large number of buildings toppled and of historical value. Note that for the population there is an appreciation of these buildings, however, little is known and if it makes with regard to preserve them. In this sense, this paper aims to contribute to the advancement in bibliographic research on the historical site of the city of Porto Nacional. The house João XXIII, lies in a strategic location the city entered into an urban environment set in a context of life daytime and nighttime, with fundamental importance for the tourism sector, leisure and sports. The study determines that the historic conservation of the building by setting points that need to be restored and one that still maintains a good state of preservation. The work also aims at dissemination of the municipality of Porto Nacional as urban centers listed to IPHAN.

**Key-words:** Preservation, Historic Heritage





## INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Nacional e Natividade constituem as duas cidades do estado do Tocantins que possuem centros urbanos tombados. Dentre as edificações existentes encontra-se o Abrigo João XXIII. O fato é que quando se investiga, estuda-se, examina-se um bem tombado, pode-se dizer que de certa maneira está se protegendo a história inerente a este patrimônio e, também a história local. Assim, a compreensão de patrimônio reflete na preservação da edificação, bem como na admiração e estudo das gerações futuras.

No caso de Porto Nacional, seu sítio histórico tem passado por um processo de pertencimento por parte da população, que de fato mora no centro e em cujo acontecem edificações com vários usos e funções, pois muitos casarões passaram a abrigar instituições públicas, hospitais, entre outros.

Desde sua origem, no século XVIII, até o início do século XX, a história dessa cidade foi representada no conjunto de casarios, que hoje se encontram em uma realidade de abandono e depreciação ou reformados e adaptados de maneira a intervir negativamente no patrimônio, sujeito a falsos. Cidades como Porto Nacional, oriundas de antigos arraiais, que experimentaram a ascensão econômica por um determinado período, possuem um representativo acervo arquitetônico. Desta maneira a consolidação da navegação para transporte da matéria decorrente da extração mineral na região traz a Porto Nacional este sítio arquitetônico.

O objetivo deste artigo é desenvolver uma pesquisa teórica sob o Abrigo João XXIII, além de realizar um levantamento histórico, fotográfico, métrico e patológico do edifício escolhido.

## A EDIFICAÇÃO E O SÍTIO HISTÓRICO – PORTO NACIONAL/TO

A cidade de Porto Nacional está localizada à margem direita do rio Tocantins, a 64 km da capital do Estado do Tocantins. Ao norte limita-se com os municípios de Palmas e Paraíso do Tocantins, ao sul com os municípios de Silvanópolis e Brejinho de Nazaré, a oeste com rio Tocantins e a BR 153.

Oriunda de um pequeno povoado, até o advento da construção da Belém – Brasília, no fim do século XIX, era pelo Rio Tocantins que as relações sociais, comerciais e políticas aconteciam em Porto Nacional, carregando consigo a importância do rio de onde surgiu seu núcleo urbano.



Alguns lugares falam com fluência e revelam-se facilmente: basta um primeiro olhar para detectar uma certa fisionomia, uma maneira inconfundível de ser das ruas, praças, edifícios ou monumentos (figura 1). Isso significa possuírem uma identidade forte, cunhada por seus habitantes ao longo dos anos. Kohlsdorf (2005).

A presença da ordem dominicana na região possibilitou a instalação de uma ordem arquitetônica na paisagem urbana da cidade e da região. A construção da imponente catedral Nossa Senhora das Mercês (figura 2) dá a dimensão dessa nova característica arquitetônica e paisagística que doravante orientaria as construções públicas e residenciais de inúmeras cidades na região. (LIRA, 2010)



Figura 1: Casarão e Seminário de Porto Nacional.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013

Dentre tantas outras questões políticas e econômicas que sucederam, Porto Nacional teve sua malha urbana expandida, em decorrência da localização de zonas comerciais fora do centro urbano. E nesse sentido, em geral, com essa dinâmica de transformação do espaço urbano, os centros históricos tendem a ser abandonados, inferiorizados ou ocupados por classes de baixo valor aquisitivo.

Neste caso, particularmente essa condição em relação a interação intraurbana, novo/velho - não aconteceu de forma significativa. Ao contrário, o Centro Histórico de Porto Nacional sempre foi algo que a população teve como o lugar da sociabilização e das manifestações. Através da arquitetura colonial, o centro conta muito sobre o início da cidade. Como registram os dados apontados por Lira (2010, p.108)

Com a construção do Lago da UHE de Lajeado, o centro histórico de Porto Nacional sofreu uma profunda descaracterização e houve um imediato processo de alteração no cenário da cidade”. Dessa forma, “a velha paisagem



com o rio ao fundo se transformou em um grande lago” e com a inundação de uma grande área, parte do centro foi destruído, assim como “foram destruídos casarões do período colonial e o velho coreto na Praça Nossa Senhora das Mercês.

Além disso, as famílias que residiam nesses casarões, em áreas inundadas no centro histórico, foram indenizadas e fixaram-se em diferentes bairros da cidade nova. Ação de expulsão, seriamente repreendida por diversos estudiosos. No ano de 2008, a cidade foi tombada pelo Patrimônio Histórico. Por unanimidade, os conselheiros decidiram pelo tombamento, elevando o Centro Histórico de Porto Nacional a Patrimônio do Brasil.

A edificação do Abrigo João XXIII está inserido no núcleo urbano de Porto Nacional e é Patrimônio Material. Outra interface, é que a edificação já passou por processos de manutenção à suas instalações e em 2012 a Prefeitura Municipal realizou parcerias com o propósito de restaurar a edificação.

Todavia, pelas condições físicas e pela dimensão da edificação seis meses de obras jamais seriam suficientes para executar um projeto de restauro eficiente e fidedigno aos princípios e diretrizes patrimoniais vigentes. O tombamento exemplifica assim, uma das razões para fomentar as ações de salvaguarda desta edificação em deterioração no núcleo urbano de Porto Nacional.

## CASARÃO DO ABRIGO JOÃO XXIII

“Inicialmente, pensou-se em preparar um dossiê para tombamento de seu monumento maior, a catedral de N. Sra. das Mercês. No entanto, uma observação mais acurada, a vivência da cidade, a fala de seus agentes sociais e sobretudo o clima positivo em que encontramos a cidade, levaram-nos a perceber que um conjunto significativo de por volta de 64 casas em torno daquele edifício merecia ser preservado. Esse conjunto de edificações, além de dar suporte ao monumento, propicia um melhor entendimento da história da cidade como um todo. Inventário Nacional de referências culturais” (IPHAN – 14/01/2005)

O antigo casarão do Abrigo João XXIII (FIGURA 2) é um prédio ícone para a cidade de Porto Nacional. Por ser uma construção datada entre 1904 e 1906, já possuiu vários usos, como residencial, agência dos correios e hospital. Seu último uso foi como abrigo para pessoas idosas.

Eu ouvi falar assim, quando essa senhora era muito rica (Ana Pinheiro), tinha muito ouro, muita prata, ela escondia toda essa riqueza debaixo do assoalho, eu ouvi falar que quando esse pessoal alugou esta



casa acharam um caixote cheio de ouro. Inventário Nacional de referências culturais (IPHAN – 14/01/2005)

Ao longo dos anos, a então residência do Cel. Josué Negre, passou a assumir funções de uso coletivo. Como seu segundo uso passou a ter função de um hospital, o primeiro hospital da cidade. Onde muitas pessoas, da época, trabalharam, nasceram e foram socorridas. Um hospital onde os moradores das cidades vizinhas se amparavam. Ainda na memória de muitos senhores, que em sua infância brincavam em seus arredores. Como em depoimento dado pelo senhor Jonas da Silva, 85 anos, hoje morador do Abrigo João XXIII. Ele relata que por lá brincou muitas vezes, que por vários momentos presenciou o entra e sai de famílias inteiras, às vezes com choro de alegria outras por tristeza.

486

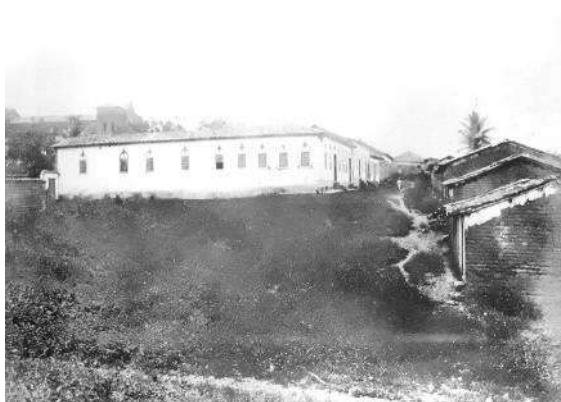


Figura 2: Hospital Layr Neto dos Reis (sem referência de data).  
Fonte: Porto Nacional somos nós, 2013.

Antes de se tornar o abrigo, foi utilizada como Agência dos Correios de Porto Nacional. A última função exercida, a de abrigo para senhores idosos, ainda vive hoje na memória de muitos jovens da cidade. Sendo o último refúgio para muitos, a última referência de família, pois as pessoas que trabalhavam para manutenção daquele ambiente o faziam com amor e em muitos casos como voluntário.

O edifício do Abrigo João XXIII (figura 3) faz parte da história da cidade, não só no espaço físico, mas é também memória viva de seus moradores, e deu uma valiosa contribuição para que a antiga cidade de Porto Real, hoje Porto Nacional, trilhasse passos importantes em busca do desenvolvimento.



Figura 3: Fachada e janela do Abrigo João XXIII (2013).  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

O projeto não tem referência de um arquiteto responsável. Segue o estilo arquitetônico das primeiras edificações do centro histórico, pois de acordo com o dossiê de Porto Nacional:

O partido arquitetônico segue o exemplo de outras residências como: planta em “L”; corredor central que inicia na porta da rua; quartos que terminam em uma grande sala e no braço da edificação localizava-se a cozinha e despensa. A planta atual possui planta retangular, provenientes dos diversos usos empregados ao imóvel. Possui uma área de 514,27m<sup>2</sup>, está implantado no lote com afastamento nas divisas laterais e fundo. Seu quintal possui acesso a Rua Joaquim Pinheiro de Lemos. Sua cobertura divide-se em 11 águas de estrutura de em Madeira e cobertura, a princípio, em telhas cerâmicas coloniais, hoje mistas por telhas cerâmicas francesas. Paredes em tijolos de adobe com espessura variando entre 48cm, 40cm, 30cm e 15cm. Como pode ser observado na figura 15, suas características mais antigas dispõem em suas fachadas, onde ainda encontra-se grandes portas e janelas de madeira.

### LEVANTAMENTO DE DADOS

A seguir será mostrado o levantamento feito em loco para averiguação da situação atual do bem tombando. Desta maneira começa-se a análise através da localização do imóvel no centro histórico Na figura 4, pode-se verificar a poligonal de tombamento (em azul) e a poligonal de entorno (vermelho). Compreendem aproximadamente 250 edificações e protege os principais pontos contidos na malha e até mesmo fora dela, no caso o Lago Tocantins no trecho que se encontra próximo região tombada.





Figura 4: Centro Histórico de Porto Nacional com as poligonais de tombamento  
Fonte: Alterada do Google Earth, 2007.

A área a que se faz o projeto encontra-se localizada na região norte do país, no estado do Tocantins, na cidade de Porto Nacional. Está situado na rua Cel. Josué Negre, nº1930, no município de Porto Nacional, estado do Tocantins.



Figura 5: Localização do Edifício.  
Fonte: Adaptada do Google Earth (2007)

O edifício (figura 5) possui a fachada principal voltada para o Lago Tocantins, próximo a Catedral Nossa senhora das Mercês, Seminário e Casarão Rosa ou da família Pedreira. A região onde se localiza é mista, compreendendo área residencial, pequenos comércio e de entretenimento.

Compreende três fachadas principais, estando à primeira voltada para oeste e medindo 85, 77 m<sup>2</sup>. A segunda fachada é voltada para norte, medindo 60,16 m<sup>2</sup> à terceira para leste, medindo 80, 58 m<sup>2</sup> e se posicionando quase de frente para o casarão rosa, monumento tombado





pelo patrimônio histórico. Para compor a quarta fachada, sendo secundária, porém com considerável importância, localiza-se no sentido sul e mede 59,72 m<sup>2</sup>. Dispõe-se lateralmente com pequena residência tombada pelo patrimônio histórico.

A edificação possui paredes de espessura larga, como se pode ver na figura 6, característica intrínseca às edificações construídas naquela época, apresentando anomalias e descaracterização dos materiais.



Figura 6: Espessura da Parede.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

Algumas paredes sofreram descaracterização, por parte dos materiais empregados para manutenção do imóvel. Na figura acima se pode notar que a tinta aplicada é de material a base de óleo, impermeabilizando a parede, porém impedindo que o material original das paredes trabalhe com excelência, impossibilitando sua respiração.

Há ainda em algumas paredes degradação pela ação de água, esmagamento e rachaduras. O exemplo da figura 10, logo abaixo, pode se constatar a patologia provocada pelo excesso de umidade. Isso se dá porque a região onde o imóvel foi construído, estado do Tocantins, passa por um período longo de chuvas, aproximadamente seis meses e não há um escoamento das águas que se mantem empoçadas, provocando a infiltração, consequentemente fungos, musgos e descamação. Na área externa, encontram-se tanto as patologias provocadas pela infiltração quanto a incidência de cupins.



Figura 7: Parede Externa.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

Na parte externa do edifício, figura 7, ocorre à umidade ascendente por capilaridade devido à longa exposição à umidade advinda da existência de um jardim acoplado a ela sem o tratamento de barreira física entre a parede e a terra úmida ali depositada. Entretanto não se percebeu o desenvolvimento de sais cristalizados no local na região logo acima do nível da terra. Observando os aspectos construtivos e os materiais utilizados, percebe-se que uma parte da construção foi adicionada ao projeto original, figura 8, a mesma apresenta todos os problemas acima citados.



Figura 8 :Jardim da Fachada Sul e Umidade na Parede Externa.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

A cobertura com uso de tesouras para sustentação tem peças de madeira bom estado e outras não. Nota-se que algumas tesouras apresentam umidade e contaminação por fungos, outras estão destruídas pela ação de insetos xilófagos precisando substituir as peças por serem elementos estruturais.



Sobre as esquadrias, alguns modelos de portas aparentam ser da época da concepção do edifício, com características construtivas inerentes ao estilo arquitetônicos, com bom estado de conservação e pintura conservada. Esses elementos são os posicionados na parte exterior do edifício, figura 9. Somente alguns exemplares internos se encontram em bom estado de conservação na parte interna há portas com precário estado de conservação, com uso de escoramento para permanecer in loco.



**Figura 9 – Esquadrias: Externas e Internas**  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

As vergas e contravergas e algumas peças que compõem o batente estão deteriorado por ataque de cupins xilófagos. Em algumas paredes internas e externas ouve a substituição das janelas originais por janelas basculantes e ou venezianas em aço. Além de promover à descaracterização do imóvel as janelas acrescentadas estão em mal estado de conservação, apresentando amassados e estado oxidação avançada.

Em relação a pequenos detalhes sobre as esquadrias, em algumas delas foram mantidos elementos originais, como fechaduras e dobradiça. Apesar de algumas portas se encontrarem em mal estado de conservação, as fechaduras, dobradiças e trincos se mantiveram conservados. (Figura 10)





**Figura 10: Fechadura e Dobradiça interna.**  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

Grande parte das janelas está em bom estado de conservação. Esses elementos não possuem adornos para destacar a fachada, nota-se na figura 11, logo abaixo.



Figura 11 Janelas.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

## RESULTADOS

Através de relatórios colhidos em loco, das fichas preenchidas sobre autenticidade e Dossiê de Tombamento, obtiveram-se informações que constavam que o imóvel a que se pretende restaurar contem características construtivas e adornos provenientes do século XIX. Por ter possuído vários usos durante os anos que seguiram, apresentou vários acréscimos. Acredita-se que nos nove primeiros ambientes representado na figura 12 pela cor amarela, foram concebidos no momento de sua construção, para a função residencial. Constatou que suas paredes apresentam espessura superior às outras, chegando a medir, em alguns casos 48 cm.



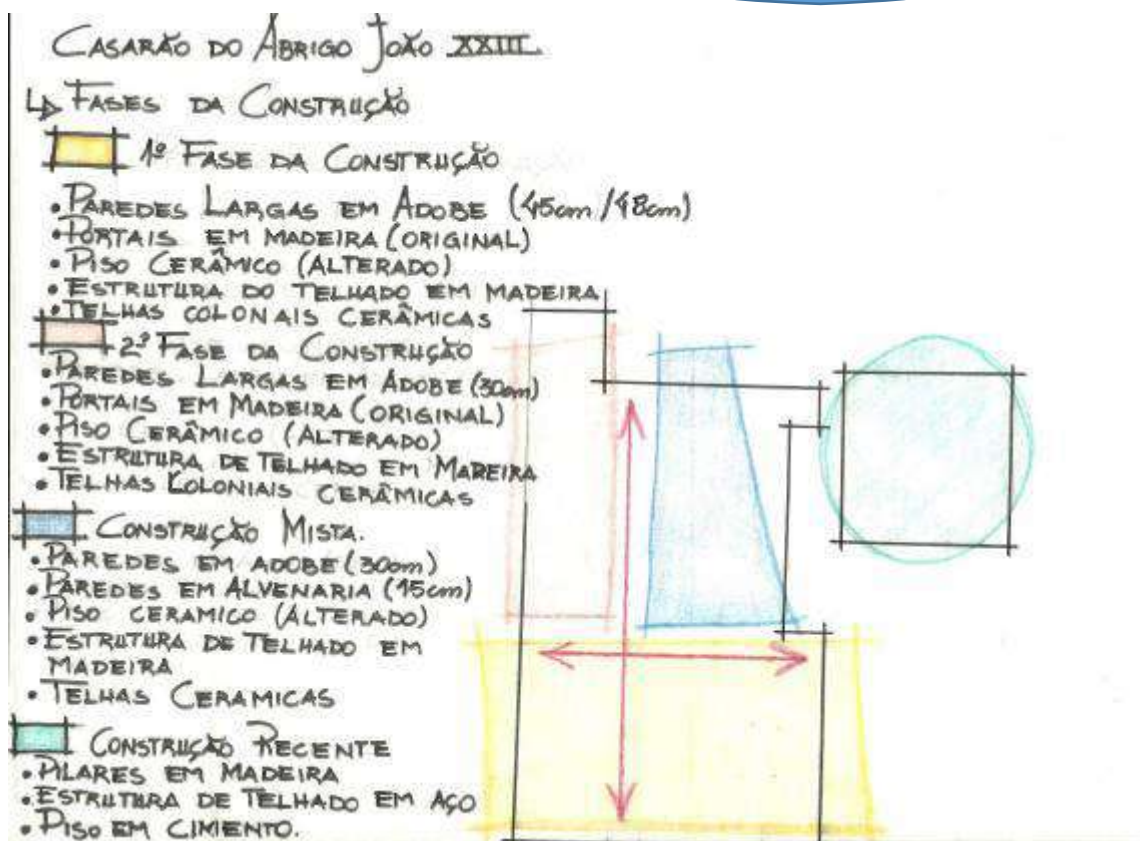


Figura 12: Esquema de Fases construtivas.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

O restante da construção foi acrescido para adaptação de seus novos usos. Seguindo o corredor, lado esquerdo, representado na figura acima pela cor rosa. Pode se perceber os cinco quartos que segue possui paredes de larguras entre 30 e 35 cm, quartos com tamanhos consideravelmente distintos uns dos outros e com o mínimo de alteração. Mantiveram-se suas paredes, portas e janelas inalteradas. Já seguindo o corredor e voltando o olhar para o lado direito, representado pela cor azul, pode se constatar que todas as paredes sofreram alterações, passando a ter espessuras de 15 cm.

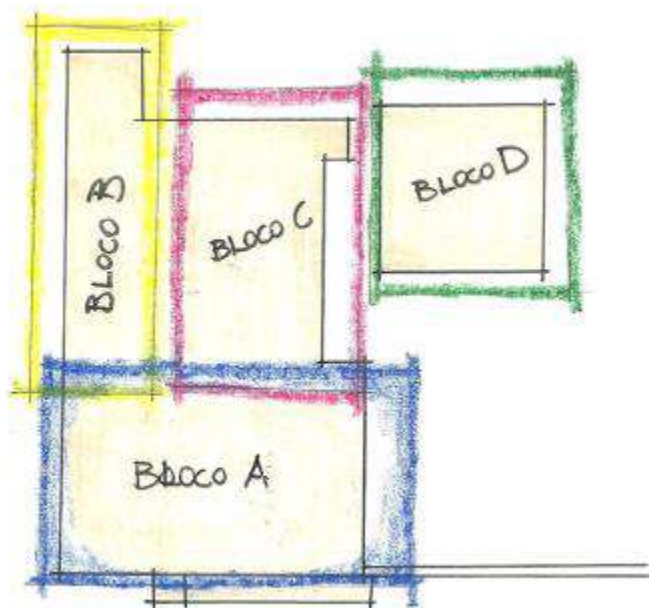
A edificação sofreu pouco mais de 20% de alteração. Levando em consideração paredes, estrutura de telhado, pisos, portas e janelas. Contudo o estado de alteração e autenticidade da edificação é bom.

O Telhado e a Cobertura terão que ser removidos para avaliação de suas peças individualmente, posterior a isso, se faz a recolocação das peças que se encontram em bom estado de uso e substitui-se as demais. Grande parte da estrutura de do telhado foi comprometida, sugere-se a substituição por novas peças idênticas em madeira. Em relação às telhas, recomenda-se a recolocação das telhas coloniais de bom estado de conservação,



substituição das avariadas por telhas tipo coloniais e substituição das telhas francesas existentes por telhas tipo coloniais.

Em todas as paredes externas, será necessária que faça a remoção dos agentes patológicos e o preenchimento de fissuras e rachaduras com argamassa a base de areia e cal, mantendo as características físicas da edificação. (figura 13)



**Figura 13: Esquema de Divisão do Abrigo João XXIII em Blocos.**  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

No bloco A, representado na figura 13, as paredes foram cobertas por argamassa comum. Propõe a retirada de toda argamassa, sem que se comprometam as mesmas e torne a reboca-la com argamassa a base de areia e cal. Fazendo com que a parede volte a apresentar aspecto referentes aos da época construtiva. As paredes do bloco C, representado na figura acima pela cor vermelha, sofreram muitos acréscimos. Nessa área consiste a mais alterada. Propõe-se a retirada das paredes acrescidas e reparo das paredes em adobe, consideradas de um período colonial.

As demais paredes internas devem passar por reparos afim de eliminar os fatores patológicos, como fungos, descamação e fissuras. Posteriormente passar por uma aplicação de cal para a proteção da parede estrutural. No bloco C, haverá o acréscimo de tijolos de adobe nas vedações entre os pilares externos, internamente adota-se alvenaria de barro cerâmico, ambos confeccionados na região. Ainda no Bloco C, será acrescentada uma falsa fachada, seguindo a mesma linha da edificação, porem mantendo distinções, para que não seja confundida com uma





falsificação. Essa falsa parede é composta de tijolos de adobe, com estruturas pilares estruturais em concreto armado.

Toda edificação sofreu alteração de piso. Sendo acrescentada a edificação piso cerâmico, figura 14. Não possibilitando a identificação do piso usado no momento de sua construção. No entanto em alguns casarões antigos, pertencentes ao Centro Histórico ainda mantem o seu piso original, como no Casarão dos Mayas, presentes na figura 18 abaixo. O piso consiste em lajotas de barro.



**Figura 14: Casarão dos Maya.**  
**Fonte: Dossiê de Porto Nacional, 2007.**

Contudo, sugere-se a remoção de todo o piso cerâmico e substituição do mesmo por lajotas de barro, como foi feito no restauro da Catedral nossa senhora das Mercês.

## CONCLUSÃO

Por ser uma edificação datada do século XIX, pelas alterações sofridas durante os anos, por já ter sido invadida e se encontrar em abandono acreditava-se que a edificação se encontrasse em estado de ruína. Porém estudos feitos com base em fichas e relatório obtidos através da visita em loco e com relatórios obtidos através da Secretaria da Cultura de Porto Nacional, pode se afirmar que o imóvel se encontra em bom estado de conservação.



Figura 15: Abrigo João XXIII – Fachada Sul.  
Fonte: Suyanne Paranhos Matos, 2013.

A área externa da edificação é onde se consiste maior conservação. As fachadas oeste e norte mantem a maioria das características construtivas. Suas janelas e portas são originais, com exceção da porta de acesso, fachada sul. Já substituída, após um arrombamento (figura 15). De acordo com o Dossiê de Tombamento de Porto Nacional, 2007. Que fez um levantamento sobre as casas pertencentes à área tombada pelo IPHAN, à edificação se manteve com bom estado de conservação. Algumas paredes foram acrescentadas internamente descaracterizando a obra, porem cabe restauro. As patologias encontradas em paredes, pisos, portas, janelas não apresentam agressividade as mesmas. Porem a estrutura do telhado requer maiores cuidados.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BASTOS, Paulo de Melo. **Restauro da Catedral da Sé**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/02.022/2186>>. Acesso em: 19 jan. 2013.
- BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- BRAGA, Marcia. **Conservação e Restauro: arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- DUTRA, Katia. **Restauração da Estação da Luz**. São Paulo. 2012. Disponível em:<<http://pnld.moderna.com.br/2012/02/16/estacao-da-luz-145-anos-de-beleza/>>. Acesso em: 19 jan. 2013.



**FFM.** Projeto de Restauro e Modernização da sede da Faculdade de Medicina da USP. **Relatório de Andamento de Obras.** Fundação Faculdade de Medicina. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo. Fevereiro de 2008. Disponível em:<<http://extranet.ffm.br/wfcontent/subportals/Downloads/lr2009.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2007. Disponível em:<[http://www.objetiva.com.br/livro\\_ficha.php?id=706](http://www.objetiva.com.br/livro_ficha.php?id=706)>. Acesso em: 09 jan. 2013.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de localização e Estatísticos da Cidade de Porto Nacional.** 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=171820&search=tocantins|porto-nacional|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>.

ITÁLIA. Carta de Veneza. Ministério de Instrução Pública. Itália. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ITÁLIA. Carta de Restauro/Circular N°117. Ministério de Instrução Pública. Itália. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

KOHLSDORF, Maria Elani. Patrimônio Cultural e Preservação da Identidade dos Lugares. **Artigo.** Arquitetura Revista. v.1, n°2, jul-dez 2005. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo - RS - Brasil. Disponível em:<<http://www.arquiteturarevista.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=7>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

LAVEZZO; et.al. **Conservação e Restauração.** Espírito Santo: 2002. Disponível em:<[http://www.conservacaorestauracao.com.br/index\\_antig](http://www.conservacaorestauracao.com.br/index_antig)>. Acesso em: 09 jan. 2013.

LIRA, Edmárcia Oliveira. A Construção da UHE de Lajeado e os Impactos Sócio-Territoriais no Espaço Urbano de Porto Nacional - TO. **Dissertação de Mestrado.** Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO - Brasil. 2010. Disponível em:<<http://www.uft.edu.br/pgdra/documentos/dissertacoes/Dissertacao%20Final%20-%20Edmarci%20Lira.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MORAES, Carolina Albuquerque de; RIBEIRO, Luiz Fernando Loureiro. Intervenções Metálicas em Edificações de Valor Histórico e Cultural: Estudos de Caso de Interfaces. Artigo. CONSTRUMETAL 2010 – Congresso Latino-Americano da Construção Metálica. São Paulo – Brasil – 31 de agosto a 02 de Setembro de 2010. Disponível em:<<http://www.construmetal.com.br/2010/downloads/contribuicoes-tecnicas/20-intervencoes-met-licas-em-edificacoes-de-valor-historico.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2013.



- ROCHA, Christiana Arruda Lee da. O Livro como Obra de Arte: Critérios Teóricos para Conservação de Obras Raras. **Monografia de Pós Graduação em Gestão e Conservação de Bens Culturais**. Universidade Estácio e Sá. Rio de Janeiro – Brasil, 2008. Disponível em:< <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ChristianaRocha.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2013.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.



## **ECOMUSEOLOGIA: RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E USO TURÍSTICO**

MONTEIRO, Jéssica de Oliveira.

*Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
jessica.o.monteiro@hotmail.com*

MONTEIRO, Jaqueline de Oliveira.

*Especialista em Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo.  
jackmonteiro28@yahoo.com.br*

499

### **RESUMO**

A ecomuseologia revela uma nova perspectiva de desenvolvimento integral do homem em uma vertente de relacionamento com o território e o efetivo envolvimento da comunidade na preservação e valorização de seu patrimônio natural e histórico-cultural. Este estudo consiste em uma análise sobre a localidade de Barra do Furado, localizada no município de Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro e a possibilidade de criação de um ecomuseu nessa localidade. Quanto ao aspecto metodológico foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas referentes ao tema, e para um melhor embasamento, realizou-se também pesquisa de campo com entrevistas feitas a moradores locais. Propõe-se assim, refletir sobre a importância da preservação do patrimônio natural e cultural e como a criação de um ecomuseu favoreceria o fortalecimento da identidade cultural dos moradores.

**Palavras-chave:** Ecomuseu. Identidade. Turismo.

### **ABSTRACT**

The ecomuseology reveals a new perspective on integral human development and its relationship with the territory and the effective involvement of the community in the preservation and enhancement of natural and historical-cultural heritage. This study consists of an analysis of Barra do Furado, in the municipality of Quissamã, in the State of Rio de Janeiro and the possibility of creating an ecomuseum in that locality. Bibliographic, documentary and electronic searches were held, and also field research with interviews with local residents. It is proposed to reflect about the importance of preserving the natural and cultural heritage and the creation of an ecomuseum would encourage the strengthening cultural identity of the inhabitants.

**Key-words:** Ecomuseum. Identity. Tourism.



## INTRODUÇÃO

A cultura, o legado de um povo, suas manifestações e costumes, enfim, toda a produção humana constitui uma forma de perceber as relações interpessoais e a importância da coletividade na formação do homem. É um direito de o indivíduo conhecer sua herança cultural e com isso possibilitar a valorização e preservação de seu patrimônio.

Nesse contexto, a ecomuseologia se faz relevante para reforçar laços sociais com a comunidade e contribuir para que a mesma se sinta pertencente ao seu meio e perceba as diversas questões relacionadas a ele. É uma alternativa para o desenvolvimento integral do ser humano na busca de sua cidadania cultural.

A Declaração de Quebec (1984) ressaltou a discussão dos princípios que norteavam as práticas da nova museologia, relativas às funções atribuídas aos museus na contemporaneidade, e nessa perspectiva, a ecomuseologia surge como um meio de atender a esses anseios, assim como em outras nomenclaturas que se pautam no desenvolvimento integral do homem. Com isso, alguns princípios e exemplos de ecomuseus foram abordados para fundamentar o presente estudo, que se baseia na localidade de Barra do Furado, pertencente ao município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Percebe-se que alguns moradores desconhecem ser partícipes de um passado histórico e não são conscientes do valor de suas expressões culturais. Aprendem, como muitas crianças, o contexto geral da história brasileira, mas não atentam para as características locais, como se não fossem pertencentes a um passado local e que este não contribuísse para o nacional e, ainda, não possuíssem uma memória coletiva.

Além disso, um fato alarmante e iminente é a possibilidade de implantação de um estaleiro nessa localidade. Sabe-se que empreendimentos desse tipo ocasionam impactos ambientais, sociais, culturais, dentre outros. Se a comunidade não for cônica de seu contexto sociocultural, como poderá se preparar para interagir com outros costumes, culturas distintas sem influenciar de forma a substituir seu legado cultural?

O ecomuseu se caracteriza por ser uma forma de tornar mais visível todo esse legado cultural da comunidade. É uma estratégia de fortalecimento da cultura e da memória da comunidade à medida que seus princípios filosóficos referem-se às





questões do território, preservação e valorização histórica e cultural do mesmo. Além disso, a prática ecomuseológica poderá propiciar um equilíbrio entre os impactos desse estaleiro.

A memória e a identidade estão intimamente relacionadas, sendo imprescindíveis para o indivíduo reconhecer-se em uma relação de passado/presente na construção de um sentimento de pertencimento ao lugar. A identidade, por sua vez, ressalta a maneira de se perceber no ambiente em que se está inserido e na perspectiva do outro, da alteridade e das implicações das relações na coletividade.

Para o embasamento deste estudo foram realizadas pesquisas a fontes documentais, bibliográficas e eletrônicas, bem como a realização de entrevistas a moradores locais.

Com isso, este trabalho objetiva analisar a importância da criação desse espaço museal para a memória coletiva da comunidade de Barra do Furado e a sua transformação em atrativo turístico.

## **ECOMUSEOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE CULTURAL**

As novas necessidades do mundo contemporâneo contribuíram para que a museologia adequasse suas práticas à perspectiva de um desenvolvimento humano integral. A ecomuseologia, então, surge como fruto desse pensamento.

O museu, ao longo do tempo, foi considerado como um “lugar de memória”, sendo uma instituição que propagava uma história oficial de caráter dominante e hegemônico das classes formadas pelo clero, nobreza e militares. Seus acervos eram, em muitos casos, manipuladores das referências e símbolos do indivíduo, contribuindo para sua alienação.

Novos termos surgem para uma especificação da atividade museológica como, por exemplo, o ecomuseu que enfatiza a relação homem-território com seu patrimônio natural e cultural, propondo uma gestão sustentável dos recursos em uma dimensão ecológica. Pode considerar-se, então, como a “memória do lugar”, contrapondo-se a estática de ambientes e acervos, relativizando a questão espacial em que o acervo é a localidade, sendo o palco das manifestações humanas.



Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984, s.p).

Com isso, a cultura popular permite outra abordagem, legitimando seu espaço na sociedade, na conquista pelos direitos culturais e fortalecimento de uma memória coletiva.

Percebe-se, então, que os museus passaram por diversas modificações de suas práticas frente ao cenário mundial ao longo dos anos. Esses espaços caracterizavam-se, muitas vezes, por instituições tradicionais, ressaltando o pensamento burguês em uma exposição de objetos descontextualizados.

Os objetos que fazem parte do acervo dos museus são retirados de seu meio e, conseqüentemente, adquirem outro significado referente ao seu novo ambiente, implicado assim, em sua autenticidade. O ecomuseu, em contrapartida, surge como forma de musealizar o território, contribuindo para a permanência dos elementos *inlocus* dentro de seu contexto, reafirmando-o (PEREIRO, 2002).

Dos gabinetes de Curiosidades entre os séculos XVII e XVIII à nova museologia do final do século XX, percebe-se a mudança de paradigmas referentes às funções atribuídas às instituições museais.

O caráter pedagógico inserido na função social dos museus conquista seu espaço, adquirindo relevância histórica durante a realização do Seminário Regional do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) sobre a Função Educativa dos Museus, em 1958, no Rio de Janeiro. O que se buscava não era somente a mera exposição de um objeto, mas agregar o exercício e desenvolvimento dos sentidos à experiência museal. As atividades museais podem se projetar como uma extensão do conteúdo de sala de aula, conferindo um aspecto complementar dessas práticas.

Essa ideologia é reforçada com o movimento de 1968, que refletia os anseios da sociedade quanto às implicações de uma ditadura naquela época no Brasil. Buscou-se, então, a conquista por uma nova concepção de museu e a luta contra a hegemonia elitista, assim como o autoritarismo e tradicionalismo de práticas museais. Novos



valores institucionais foram adquiridos e outras dimensões conferidas a esse movimento pela libertação das ideias.

Nessa percepção, verifica-se a mudança de paradigmas durante esse período. Isso ressalta que a existência de novos valores e atributos institucionais corresponde às influências dos diferentes contextos históricos.

A sociedade impôs suas convicções e contribuiu para novos rumos da museologia. Muitos museus passaram a ser contextualizados com acervos que remetiam aos hábitos de vida de comunidades, suas percepções de mundo, relativas ao seu imaginário museal, entre outros aspectos.

A toda ação libertária corresponde uma reação repressora; a toda contracultura corresponde uma cultura. E foi assim que 1968 ficou marcado não apenas como o ano de uma das maiores revoluções modernas, mas também como um dos anos de maior repressão” (CHAGAS; CHAGAS, 2008 s.p.).

Sendo assim, a ecomuseologia posiciona-se naturalmente na proposta de museologia ativa e sua abordagem surge como consequência de novos sentimentos e significados quanto à necessidade humana de construção de referências e símbolos genuínos no que concerne às manifestações populares.

## **ORIGEM E DEFINIÇÕES DE ECOMUSEU E MUSEU COMUNITÁRIO**

Uma nova forma de pensar a função de um museu, de seu papel frente à sociedade ganha outra perspectiva com a Mesa Redonda de Santiago do Chile – Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1972, um momento de discussão sobre a ação museológica na América Latina. Essa Mesa categoriza o museu a partir de uma visão integral, comprometido com o meio natural e cultural, juntamente com o envolvimento da comunidade, sua participação e interação nas atividades desses espaços. Considera-se que o indivíduo está inserido em um contexto em que atuam aspectos sociais, econômicos, culturais, entre outros, havendo a necessidade de uma compreensão pelo indivíduo dessas questões que influenciam em sua vida cotidiana.

O fato é que essa nova proposta museológica surge em meio a tendências de um mundo em constantes transformações, na revisão de determinados valores adotados e sua abrangência e adaptação à realidade contemporânea.



Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência (MESAREDONDA..., 1972).

Assim, o conceito de “ecomuseu” surge na França em 1970 e logo após a década de 80, aparece a ideia de “museu de sociedade”. De acordo com Claude Lévi-Strauss, essa ideologia se deu entre 1867 e 1889 em exposições universais com ênfase na vida cotidiana. Caracteriza-se pela participação da comunidade e sua relação com o território, objetivando a descoberta e criação de sua imagem. Um ecomuseu mostra as ideias e não somente se preocupa com a materialização da história e principalmente, reforça a nostalgia de uma expressão popular e não elitizada (PEREIRO, 2002).

A nova função social dos museus é ressaltada por Pereiro (2002) em sua assertiva sobre a importância da sustentabilidade ambiental e da interpretação para a preservação do patrimônio ambiental e cultural. Com esses atributos, a noção de integração do espaço torna-se efetiva. Para Oliveira (2007, s.p.):

Apesar de uma aproximação filosófica muito grande, há diferenciações entre o ecomuseu e o museu comunitário. O primeiro tem um envolvimento extensivo com o território e procura a preservação paisagística e histórica, com ou sem a comunidade originária. Ao contrário, o museu comunitário verifica, em primeiro plano, uma história hodierna da comunidade que ocupa o território, buscando as raízes do passado e os laços e produções culturais para a preservação do patrimônio e atividades que possam perpetuar o fazer artístico, a história cultural e as produções econômicas.

Verifica-se que o museu comunitário visa à valorização da herança cultural de um povo, seus testemunhos do passado e promove um espaço de discussão da comunidade, envolvendo a interação de diversos atores sociais e culturais. Caracteriza-se também pela luta de seus interesses e preservação de uma memória individual e coletiva.

Essas novas definições demonstram a necessidade de dinamização dos espaços museais e a utilização de símbolos comuns que sejam interpretados pelo público.

Nesse caso, a população deve ser cônica de sua história e da relação com o passado, presente e futuro. Esse movimento considera o porvir como consequência das



atitudes humanas e reforça a função da sociedade de colaboração e ajuda mútua para conservação e preservação.

De Varine (2008) observa que na museologia comunitária, a própria comunidade é o museu. Este museu começa com pessoas e não com objetos. Sua filosofia e sua prática são baseadas no relacionamento entre as pessoas da localidade e sua herança. A essência desse tipo de museu seria a integração da comunidade, na dialética de preservação e conscientização de toda uma cultura, em uma perspectiva popular de uma visão de “baixo para cima” em oposição à história tradicional da burguesia.

Já o ecomuseu estaria relacionado à territorialização e à musealização do espaço natural. Entretanto, nos dois casos, há a defesa pela preservação da história e dos laços culturais.

Segundo Priosti (2001), o ecomuseu é um desejo da comunidade na tentativa de defender uma identidade cultural e uma herança histórica. Essa autora não diferencia um termo de outro, considerando-os imanentes, com a reciprocidade de sua construção. Relata o processo de conscientização e de atividades educacionais do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH) que fizeram parte da ação ecomuseológica em Santa Cruz, Rio de Janeiro.

O fato é que esses termos ao revelarem pontos em comum tendem a se integrar, não sendo excludentes. Em ambos há relevância pelo desenvolvimento local.

Oliveira e Priosti divergem entre si na percepção de hierarquia. Oliveira percebe que num ecomuseu, a comunidade pode estar ou não envolvida no processo, priorizando o território e a história, enquanto no museu comunitário, a população é considerada essencial em sua construção com seus hábitos, costumes e tradições.

Para a idealização de um espaço que reúna uma memória social faz-se imprescindível o conhecimento do contexto histórico-cultural. Não há como desejar algos e não houver a consciência de sua existência.

Com isso, a formação desses ambientes implica no reconhecimento do indivíduo de pertencer a algum lugar e de toda uma relação com seu passado histórico.

Sendo assim, esse olhar frente a uma nova dimensão da museologia reflete o aspecto identitário, a cidadania cultural de uma população e de uma ressignificação, de uma simbologia implícita ao meio.



## IDENTIDADE CULTURAL

O ecomuseu, na perspectiva de revelar uma afirmação identitária na busca pelas referências culturais do indivíduo, proporciona a compreensão da obra humana e uma forma de expressão popular. Essa nova proposta museológica evoca o sentido de integração social, marcada pela construção de significados e mudança de olhar.

Esse termo facilita a existência de outra percepção de mundo do indivíduo, ressaltando fatores de coesão entre o grupo e a luta por objetivos comuns de seus marcos identitários e preservação de seu patrimônio (PRIOSTI, 2001).

O conceito de identidade refere-se não somente ao que concerne ao indivíduo, sua idiossincrasia, as características próprias de cada um, mas também corresponde a toda uma relação com o meio em que se está inserido, e a sua dinâmica de interação com os fatores sociais, econômicos, culturais, entre outros. Identificar-se é reconhecer a si mesmo com suas singularidades e no que tange ao elemento cultural, é sentir-se integrado a um grupo, a uma cultura, é perceber-se dentro de um conjunto de valores que vão ao encontro às suas perspectivas humanas.

A constituição da identidade tem a marca da ambiguidade, da síntese inacabada de contrários, daquilo que é individual e coletivo, daquilo que é próprio e alheio, daquilo que é igual e diferente, sendo semelhante a uma linha que aponta ora para um pólo, ora para outro. A utilização do conceito de identidade nos permite desvelar os indivíduos, grupos ou coletividades, localizá-los no tempo e no espaço, “identificando-os” como estes e não outros, mesmo em metamorfose (MAHEIRIE, 2002, s.p).

Percebe-se, então, que a análise do conceito de identidade não é unidimensional, tendo em vista que sua abrangência relaciona-se ao ser humano, e num contexto multifacetado, englobando o individual e o coletivo com os seus múltiplos papéis exercidos no espaço.

Para Morin (1986 *apud* MOESCH, 2002, p. 40) “o sujeito é o autor de seu processo organizador, por meio de sua singularidade. Sujeito é o ‘eu’ que se coloca no centro do mundo, ocupando o próprio espaço. Sua concepção é complexa, pois o ‘eu’ precisa de uma relação com o ‘tu’ e ambos pertencem ao mundo”.





Essa afirmação de Morin revela o caráter de potencialidade de um sujeito transformador de sua própria realidade, condutor de ideologias que se entrelaçam nessa relação entre “eu” e o “tu”, de modo que seja formado o “nós” para que seja desvelada a ideia de primazia da individualidade, desconsiderando a coletividade nesse processo.

A partir dessa reflexão sobre identidade, percebe-se a relevância da função de um espaço museal distinto da padronização de antigos museus que expunham, em muitos casos, um acervo que valorizava um contexto burguês, ainda que fosse um relato de uma herança nacional, ao invés de retratar um contexto mais próximo da realidade das comunidades. A estática das práticas adotadas dentro desses ambientes caracteriza-se pelo oposto da ecomuseologia.

O ecomuseu, pela via de mão dupla, interfere em dois pilares significativos: memória e identidade para o entendimento da essência humana. Caracterizando-se também por um reestabelecimento do vínculo do homem com a natureza, na tentativa de obter resquícios de seu passado e, através do sentimento de pertencimento ao lugar, sentir-se responsável pela conservação de seu legado cultural projetando-a para outras gerações.

Com isso, verifica-se a íntima ligação entre ecomuseologia e comunidade no estreitamento de laços sociais, pautados em uma ideologia de desenvolvimento sustentável.

## **ECOMUSEOLOGIA, COMUNIDADE E TURISMO**

Na perspectiva de reforçar laços com o passado e promover o desenvolvimento de uma localidade, essa nova ideologia assume o caráter revitalizador de uma cultura. Nessa ideologia relativa à ecologia, há a integração do homem com fatores imanentes à sua existência, ao seu meio social, ao conjunto de sua produção humana, seus saberes, suas práticas, etc.

Segundo Pereiro (2003/2004), um ecomuseu é o local ideal para o estudo das relações do indivíduo, a compreensão dos grupos humanos, possuindo uma ligação com seu patrimônio etnológico e ainda contribui para o desenvolvimento cultural e turístico de uma região.



Com isso, implícitos à prática ecomuseológica estão a comunidade e o turismo, este como âncora e vetor para o desenvolvimento local e, se bem planejado, mitigador de impactos sociais e culturais, a partir da valorização da alteridade como recurso e produto de sua prática.

O ecomuseu ainda poderia proporcionar um diferencial em Barra do Furado, localidade abordada durante este estudo, atraindo visitantes interessados em cultura e que almejam obter uma nostálgica experiência. A perspectiva de transformar uma localidade em um museu contribui para a concretude de muitas percepções que não se fundamentam pela abstração e superficialidade de diversos acervos. Com o ecomuseu, o visitante perceberia a gama de construções simbólicas que a comunidade produz em seus espaços de vivência.

Segundo Goodey (2002, p.50) “o visitante gosta de entrar em um mundo diferente do seu e de experimentar coisas e produtos desconhecidos, até mesmo atitudes diferentes em relação à sociedade e ao meio ambiente”.

O ecomuseu nessa perspectiva se diferencia e ganha novos atributos do visitante como uma experiência única envolta pela magia e por seu aspecto mítico, cercado de símbolos que constituirão o seu imaginário social.

A Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC) apresenta uma listagem de espaços museais com enfoque comunitário pelo Brasil e pelo mundo.

No Brasil, destaca-se no Estado do Rio de Janeiro, o Ecomuseu de Ilha Grande na região Norte do país, destaca-se o Ecomuseu do Seringal – Vale do Paraíso da Amazônia. E, ainda no Brasil pode-se também encontrar o Ecomuseu da Picada, localizado no Rio Grande do Sul, dentre outros.

Há também ecomuseus internacionais como o Ecomuseu de Seixal, em Portugal e também na Espanha, como por exemplo, o Molino de los Ojos e o Ecomuseu del Caserío Vasco.

Assim sendo, esses exemplos abordados reforçam as demandas por espaços museais que valorizam os laços sociais, históricos e territoriais das comunidades envolvidas no contexto de sua criação e origem e seus potenciais como atrativos turísticos.



## **BARRA DO FURADO E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

O ecomuseu, como vem sendo abordado no estudo, pode consistir em uma estratégia de integração da comunidade, na tentativa de promover a valorização da cultura e evidenciar os vínculos entre os moradores e o seu espaço no tempo. Visa à preservação e conservação do território e estimula novas percepções frente à mostra de expressões culturais de uma localidade, em que o lugar é o próprio museu, palco de diversos acontecimentos ao longo da história.

“O conceito de ecomuseu está marcado pelas iniciativas em favor do desenvolvimento sustentável e em harmonia com o ambiente, tem, portanto, uma orientação ecológica” (PEREIRO, 2002).

A localidade de Barra do Furado, pertencente ao município de Quissamã, interior do Estado do Rio de Janeiro, é marcada por sua relevância histórica no que concerne à chegada dos Sete Capitães ao longo da costa e diversos pernoites nessa região. Além disso, o povoamento se deu nessa área antes mesmo do centro do município.

Essa localidade é caracterizada por ser uma comunidade pesqueira, que pratica uma atividade artesanal, necessitando de equipamentos, infraestrutura e qualificação da mão-de-obra. Essa região possui particularidades referentes à existência de diversas espécies de cardumes.

Atualmente, Barra do Furado é referência nessa característica da pesca, mas visando apenas ao seu aspecto econômico, não atentando para o aspecto cultural de vivência desses pescadores e de seus hábitos e costumes reveladores de práticas e saberes. Nessa perspectiva econômica, há projetos para a construção de um estaleiro na região e, em seguida, de um porto.

Além dessa particularidade, Barra do Furado também é marcada pela realização de festas religiosas como a festa da padroeira Nossa Senhora da Boa Morte, ocorrida anualmente no mês de agosto e a festa de São Pedro, com a realização de procissão por meio de barcos no Canal das Flexas.

“As festas populares expressam as formas identitárias de grupos locais, onde o motivo de encontro, de fé ou simplesmente de celebrar atrai e identifica devotos e indivíduos de mesma identidade” (RIBEIRO, 2004, p. 49).



É interessante ressaltar o aspecto mítico que permeia essas manifestações, os laços sociais que são desvelados, conferindo uma referência comum a um grupo. Na interação com outras pessoas, evidenciam-se possibilidades, a percepção de suas raízes, contribuindo também para o fortalecimento da memória individual e coletiva.

As danças folclóricas que se realizavam na localidade de Barra do Furado já não fazem parte da vivência da geração atual. Essa tradição não é repassada aos demais e muitos jovens nunca souberam de sua existência.

De acordo com alguns relatos de moradores antigos, estes se reuniam na Casa da Baixada, local da proposta de sede do ecomuseu, e em um salão antigo da localidade. Dançavam valsas, quadrilhas, samba, forró, acompanhados por instrumentos musicais como violão, sanfona, pandeiro, dentre outros. A vestimenta correspondia a vestidos compridos para as mulheres, apelidadas de sereias por suas roupas arrastarem pelo chão. A quadrilha foi relatada pela maior parte dos moradores, sendo realizada nos meses de inverno.

Dentre essas danças, relataram ainda o “xote” e a mansuca. Essas manifestações caracterizavam-se por passos semelhantes, havendo pequena diferença entre uma e outra por um ritmo mais rápido em uma delas. No Estado do Pará, o “xote” perdura até hoje como tradição local, embora tenha sofrido algumas adaptações de sua forma primitiva.

Outra manifestação relatada foi Mana-Chica do Caboio, representação cultural oriunda da Baixada Campista e que influenciou a localidade de Barra do Furado. Há pouco estudo sobre essa dança, mas o que se observa é que a mesma tem semelhança ao jongo e particularidades como o “estalar de dedos”.

Inserida nessas manifestações, verificou-se a existência de um personagem do folclore brasileiro, além do bumba-meu-boi, que é o jaraguá, evidente nas festas de cunho religioso e que, em seu percurso, arrecadava dinheiro dos moradores. O jaraguá constitui-se por uma cabeça de animal, geralmente a de um cavalo, o seu pescoço é caracterizado por um cabo de madeira e o seu corpo por tecidos encobrendo o dançador. Este manipula a cabeça do jaraguá de forma a fazê-lo engolir o dinheiro e “dar vida” ao personagem.



Outras manifestações culturais podem ser percebidas, no que concernem ao patrimônio imaterial, referentes às práticas artesanais. Algumas mulheres utilizam fibra vegetal, como taboa e junco, frequentemente encontrados às margens do rio do Espinho que corta essa localidade, para a confecção de bolsas, tapetes, chapéus, cestas, dentre outros.

Na localidade em estudo apresentam-se também alguns pratos típicos que não são apreciados e elaborados pelos moradores mais jovens. Como Barra do Furado é caracterizada por uma região de praia e uma colônia de pescadores, os seus hábitos culinários são influenciados por esse perfil geográfico, tendo por base em sua alimentação peixes, camarão e frutos do mar.

Alguns pratos relatados pelos moradores antigos foram bolinho de peixe salgado, paçoca de banana verde, cachaça de pitanga, peixe com abóbora, geleia de pitanga, dentre outros. A gastronomia, então, surge como opção para incrementar o desenvolvimento turístico da localidade e, principalmente, tornar conhecida a herança cultural gastronômica de seus antepassados para os próprios moradores e também para os visitantes.

Em outras localidades do município de Quissamã, houve investimentos pelo poder público municipal na restauração dos prédios históricos, como a revitalização das senzalas, em Machadinha, o museu Casa Quissamã, o Centro Cultural Sobradinho, além da revitalização do jongo e do fado, etc. Entretanto, na localidade cerne do presente estudo, essas políticas públicas em prol da cultura, deixam à margem os moradores de Barra do Furado. O que se verifica é uma priorização dos possíveis ícones culturais pertencentes a uma elite burguesa dos barões e viscondes, com exceção de Machadinha, “marginalizando” uma cultura popular marcada por uma comunidade pesqueira, pertencente à história de Quissamã, principalmente na sua fundação como cidade.

É importante destacar que, ao longo dos anos, os mais jovens não conhecem essas tradições dos seus antepassados, não se percebem, talvez por esse próprio desconhecimento. Para se valorizar algo, deve-se conhecer primeiramente, para que assim possam ou não vir a ter atitudes preservacionistas de sua herança cultural.

Os moradores de Barra do Furado podem ou não possuir o interesse em valorizá-la, mas precisam ter o pleno conhecimento de sua existência, assim como houve no



jongo de Machadinha. A prática do jongo estava adormecida nessa comunidade, havendo então a sua revitalização e conscientização para os mais jovens. Houve investimento pelo poder público e o direcionamento desse legado para fins turísticos também como forma de alternativa de renda para a comunidade. Se havia ou não interesses alheios a essa revitalização, não compete essa discussão a este estudo, mas o que se questiona aqui são os níveis de priorização dessas revitalizações e as escolhas dos marcos identitários do município.

De acordo com as referências bibliográficas e os exemplos existentes que foram consultados, Barra do Furado poderia assim, musealizar seu território e possuir uma sede que reunisse suas manifestações culturais e que valorizasse a cultura popular, contrapondo-se à história oficial de uma elite dominante.

Nota-se em conversas com os moradores, o desejo em alguns por enfatizar a história local e conscientizar as novas gerações quanto a sua herança cultural. Percebe-se ainda a ausência de referência cultural de grande parte da comunidade, principalmente dos mais jovens. A ecomuseologia seria fundamental para atender a esses anseios e propor um marco identitário nessa comunidade, modificando sua percepção frente a seus símbolos e significados construídos no tempo e espaço. Algumas de suas manifestações não são mais frequentes em seus hábitos, tradições e costumes, estando à margem do esquecimento.

Valorizar os bens culturais de um lugar não é apenas importante para uma localidade, mas imprescindível para o desenvolvimento de um turismo que vise à nostalgia do diferente, a valorização da alteridade, das singularidades, da contemplação da paisagem, dentre outros. Trata-se, então, de uma questão de caráter educativo e interpretativo na tentativa de estabelecer vínculos com o bem patrimonial.

## **RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS RELACIONADOS AO ESTALEIRO**

Barra do Furado, por ser considerada um ponto estratégico na região, que engloba a Bacia de Campos, poderá ser alvo de fortes investimentos de empresas estrangeiras para a construção de um estaleiro e, posteriormente, de um porto. O município vem trabalhando com parcerias entre o governo do Estado do Rio de Janeiro





e o município de Campos dos Goytacazes. Esse empreendimento se situará entre os dois municípios, Quissamã e Campos, sendo Barra do Furado divisa entre eles.

Sabe-se que os diversos empreendimentos como estaleiros, usinas, portos, dentre outros trazem impactos que abrangem aspectos sociais, ambientais, culturais, e, principalmente, econômicos. Até mesmo o turismo em si gera esses tipos de impactos.

Com a implantação desses empreendimentos, muitas localidades veem-se assoladas pelo aumento da população e do fluxo de visitantes. Deve haver um planejamento participativo com a comunidade para o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto à chegada de “forasteiros” e, principalmente se é o desejo dos moradores pela construção dos mesmos.

Percebe-se, até a realização da primeira pesquisa, em 2010, a ilusão desses habitantes quanto à geração de emprego e desenvolvimento local, pois acreditavam que seriam efetivamente empregados. Mesmo o município capacitando jovens, por exemplo, muitas vagas serão destinadas às pessoas com alta especialização, deixando à margem os pescadores com baixa escolaridade e experiência nessa área. Vale ressaltar que a preocupação dos moradores era relativa à violência, perda da tranquilidade, por exemplo. A população não dimensionava os impactos negativos que estavam atrelados aos grandes empreendimentos e que o fluxo gerado por eles traria consigo uma pluralidade cultural de pessoas de diversas regiões.

Muitas pessoas, então, em busca de novas oportunidades de vida chegam a esses lugares sem um vínculo afetivo, em muitos casos, podendo interferir na perda de referência cultural de uma comunidade.

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA**

Para embasamento teórico do presente estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica em obras pertinentes ao tema e consultas a fontes eletrônicas. Houve também a realização de pesquisa de campo, para maior aprofundamento, sendo aplicados formulários para coleta de dados a respeito da percepção dos moradores da localidade de Barra do Furado quanto à sua história e experiência em espaços museais. Dentre as perguntas de natureza objetiva, optou-se por usar questões dentro do formato da escala



Likert, uma vez que esta escala permite conhecer a gradação das respostas e é adequada para medir atitudes e valores.

Os resultados referentes aos motivos avaliados segundo a gradação da escala Likert, com valores de 5 a 1, são apresentados na tabela 1. Deve-se ressaltar que nesta escala, as escolhas poderiam revelar desde a completa concordância (5 pontos) até a completa discordância (1 ponto). Cerca de 80 residentes foram entrevistados durante o período de setembro a outubro de 2010, na primeira realização da pesquisa.

Vale ressaltar que ao serem realizadas as entrevistas, esclareceu-se o sentido do termo “ecomuseu” e “patrimônio”, o que promoveu uma melhor compreensão do que foi proposto.

**Tabela 1:** Média obtida pelos motivos avaliados pela amostra pesquisada

<b>Motivos</b>	<b>Média ponderada</b>
A – Importância histórico-cultural da localidade	4,20
B – Identificação da história de Barra do Furado com a história de Quissamã	4,35
C – Benefícios da criação de um ecomuseu para a comunidade de Barra do Furado	4,25
D – Contribuição de um ecomuseu para o desenvolvimento turístico de Barra do Furado	4,86

**Fonte:** Elaboração própria

Pode-se perceber que, durante a aplicação dos formulários, houve uma certa dificuldade relacionada ao sentimento de uma referência cultural. Quando indagados sobre a relevância cultural da localidade, alguns respondentes atribuíram ao Casarão da Baixada a característica de ser o único elemento de sua história e herança cultural, mas grande parte desconhece as manifestações e expressões populares de seus antepassados. O motivo (A) “importância histórico-cultural” apresentou a menor média acumulada em comparação aos outros itens.

Quanto ao motivo (B) “a identificação da história de Barra do Furado com a história de Quissamã”, a maior parte dos entrevistados atribuiu-lhe o valor 5, concordando totalmente com essa afirmação. Dos que não concordaram, ou esse motivo lhes era indiferente, pode-se inferir uma não associação com a importância histórica da localidade e sua contribuição à formação do passado do município.



O fato de a criação de um ecomuseu em Barra do Furado trazer benefícios para a comunidade foi verificado no motivo (C). A maioria dos entrevistados (média 4,25) concordou com a possibilidade de criar um espaço museal que contasse a história da localidade e seus elementos culturais e que ao mesmo tempo trouxesse benefícios para a comunidade. Essa afirmação destinou-se a obter dos investigados a percepção quanto à função ecomuseológica em uma localidade.

O que se percebeu durante a entrevista foi que alguns moradores, ao relatarem suas opiniões, atribuíam aos benefícios da criação desse espaço o progresso e o desenvolvimento econômico apenas e não a dimensão social e cultural que esse tipo de atrativo traria à comunidade. Quando os moradores respondiam à escala de gradação, sempre explicavam de alguma forma o porquê das respostas.

A maioria, representada por 59% dos entrevistados, demonstrou ser sensível à importância de conhecer a história local e mostrá-la aos mais jovens. Cerca de 31% dos entrevistados declararam que o ecomuseu seria uma boa atração, aumentando o fluxo turístico e gerando renda para a comunidade.

O motivo (D) referente à “criação de um ecomuseu e a contribuição para o desenvolvimento turístico da localidade” obteve a maior média (4,86). Para os respondentes o ecomuseu seria uma atração que aumentaria o fluxo de visitantes. Além disso, divulgaria a localidade e mostraria aos turistas a história local.

Com essa pesquisa, pode-se observar que a comunidade associa diretamente aos benefícios de um ecomuseu uma visão econômica e não o fortalecimento da identidade, de laços sociais, dentre outros aspectos. As médias alcançadas pelos motivos A (menor média) e D (maior média) podem reforçar este entendimento.

Para atualização dos dados, realizou-se como técnica de investigação social, a observação participante com o mesmo grupo de moradores entrevistado, em 2010. Em reuniões frequentadas pelas pesquisadoras, em 2014, sejam elas realizadas pelas empresas envolvidas na construção do estaleiro, sejam pela Petrobrás, como a Agenda 21, percebeu-se que a visão relatada na pesquisa anterior permanece e que a construção do estaleiro divide opiniões. Atualmente, nesse grupo, percebe-se menor aceitação do que há quatro anos atrás. As obras iniciaram efetivamente e os impactos tornaram-se mais perceptíveis do que anteriormente.



## APROPOSTA ECOMUSEOLÓGICA DO ACERVO

O acervo do ecomuseu seria caracterizado, em sua maioria, pelo patrimônio imaterial a partir de crenças, saberes e expressões populares. O intangível torna-se presente nesse espaço, sendo “materializado” por técnicas de interpretação do patrimônio. Porém, o que não se deve esquecer é a estreita relação entre o material e o imaterial. O acervo não se torna menos relevante por ser caracterizado pelo intangível, desvelando-se, então, como uma pseudo abstração. De acordo com Horta (2005, p.225):

Inútil querer separar a matéria do espírito de uma cultura, o material do imaterial, pois o saber, a vontade, a configuração dessa cultura permanecerão inalcançáveis, impalpáveis, inatingíveis, se não se manifestarem em alguma forma sensível, perceptível aos nossos sentidos, se não se revelarem através de um meio ou suporte, para que sejam recebidos, reconhecidos *incorporados* por outros indivíduos, no processo infinito da *semiose* da cultura.

Os atrativos nessa localidade são caracterizados por gastronomia, danças folclóricas, festas religiosas, artesanato, dentre outros. Esses atrativos marcam o acervo da proposta do ecomuseu, que por sua vez, está contextualizado no ambiente que o originou.

No caso da ecomuseologia, o objeto museológico se insere na perspectiva de um “objeto no contexto” categorizado por Ulpiano Bezerra de Meneses. O que se verifica é a necessidade de uma exposição que rompa o superficial do que se percebe apenas como puramente empírico (MOUTINHO, 2002).

Nessa vertente, o acervo de um ecomuseu em oposição ao museu tradicional e de práticas conservadoras, propicia à comunidade e ao possível visitante a íntima ligação entre objeto e realidade.

A comunidade, então, passa a ser alvo de discussões no que tange à sua participação e função social de construtora de uma história, com seus saberes e tradições. O poder de atração de suas manifestações ainda pode representar a mudança de olhar da comunidade, atribuindo novos valores e significados. Faz-se necessária primeiramente, essa resignificação para, posteriormente, desenvolvê-las como atrativo turístico.

Como afirmam Murta e Goodey (2002, p. 45) “a construção de atrações culturais e ecológicas é crucial para o desenvolvimento do turismo sustentado e necessário para reconciliar os interesses da preservação e desenvolvimento”.



Dessa forma, Barra do Furado com seu legado cultural estruturado e revitalizado poderá incrementar o fenômeno do turismo, e, ainda ser um diferencial do lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou diversas questões sobre as novas práticas adotada sem museus e sua perspectiva de desenvolvimento humano integral ao longo na segunda metade do século XX. Discutiu-se neste trabalho uma das terminologias adotadas para esse fim, caracterizando o conceito ecomuseologia e museu comunitário.

Um ecomuseu pode atender aos anseios de dinamicidade das práticas museais e contextualização do acervo e, além disso, contribuir para o fortalecimento da identidade e memória coletiva da comunidade, ressaltando suas expressões e manifestações culturais. Na localidade de Barra do Furado, identificaram-se algumas dessas expressões como gastronomia, artesanato, festas religiosas, danças folclóricas, entre outras, sendo que parte desses costumes se restringe ao passado, não estando vinculada às práticas do presente.

Com isso, o turismo pode contribuir para o desenvolvimento da localidade de Barra do Furado, promovendo a geração de renda, mas primeiramente deve estimular a valorização de seu patrimônio pelo orgulho da comunidade em mostrar ao visitante sua história através do tempo. O ecomuseu poderia inserir-se nos segmentos de ecoturismo e turismo cultural, propiciando ao turista uma experiência no meio natural com seus aspectos culturais.

Faz-se necessária a realização de novos estudos relativos às manifestações culturais dessa localidade bem como maior atenção pelo poder público municipal em contribuir para o fortalecimento da memória social da comunidade de Barra do Furado, sendo esta “berço” da história do município de Quissamã.

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mário; CHAGAS, Viktor. 1968 e a morte dos museus. *Revista Museu*, 2008. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=17273>. Acesso em: 9 jun. 2014.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>. Acesso em: 29 mai. 2014.



- DE VARINE, Hugues. *Tomorrow`s community museums*. Disponível em: <http://assembly.coe.int/Museum/ForumEuroMusee/Conferences/tomorrow.htm>. Acesso em: 24 abr. 2008.
- GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 31, 2005.
- MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*. v.7, n.13, jun. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.
- MATTOS, Yara. Ecomuseu, desenvolvimento social e turismo. In: *Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários: coletânea de artigos*, 2006. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/pdf/2.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.
- MESA REDONDA de Santiago do Chile, ICOM, 1972. Disponível em: <http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/decalracoos.htm>. Acesso em: 24 mai. 2014.
- MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.
- MOUTINHO, Mário Canova. A construção do objecto turístico. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 34, 2002.
- MURTA, Stela Maris. GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. O patrimônio total: dos museus comunitários ao ecomuseus. *Revista Museu*, 2007. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>. Acesso em: 22 mai. 2014.
- PEREIRO, Xerardo. *Do museu ao ecomuseu: os novos usos do património cultural*, 2002. Disponível em: <http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/publica%20es/museus%20de%20antropologia/do%20museu%20ao%20ecomuseu.doc>. Acesso em: 24 mai. 2014.
- \_\_\_\_\_ Tema 7: *O papel dos museus no turismo cultural*. 2003-2004. Disponível em: [www.miranda.utad.pt/~xerardo/TURISMO%20CULTURAL/TEMA%207/TEMA%207.doc](http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/TURISMO%20CULTURAL/TEMA%207/TEMA%207.doc). Acesso em: 25 mai. 2014.
- PRIOSTI, Odalice Miranda. *Ecomuseus, museus comunitários e identidade cultural*:





*uma recíproca construção*, 2001. Disponível em:  
[www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/2246/12937/file/museus1.pdf](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/2246/12937/file/museus1.pdf). Acesso em 24  
mai. 2014.

RIBEIRO, Marcelo. Festas populares e turismo cultural-inserir e valorizar ou esquecer?O  
caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. In: *Revista de turismo y patrimonio  
cultural*.v.2, n.1, 2004. Disponível  
em:<http://www.pasosonline.org/Publicados/2104/PS040104.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2014.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS TRADIÇÕES POPULARES: REFLEXÕES EM TORNO DE ALGUMAS PRÁTICAS

MAGNO, Marluce

Estudante de mestrado do Programa de  
Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO  
*magnomarluce@gmail.com*

ABREU, Regina M.R.M.

Doutora em Antropologia Social pela  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional),  
Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.  
*abreuregin@gmail.com*

520

### RESUMO

As políticas públicas no segmento da *Educação Patrimonial* sofreram significativas reformulações nos últimos anos, encampando, de forma mais concreta, a dimensão imaterial do patrimônio. O reconhecimento do protagonismo dos grupos tradicionais no esforço de salvaguarda de suas próprias tradições é apontado como fundamental para o sucesso das políticas institucionais. Percebe-se que a sobrevivência das tradições depende da sobrevivência dos grupos. A proposta deste trabalho é refletir sobre algumas práticas de Educação Patrimonial em articulação com as formulações clássicas de Maurice Halbwachs em torno do conceito de Memória Coletiva. Uma análise das deliberações e materiais de referência produzidos pelo IPHAN no trato da temática, e um exercício tomando um grupo de *Folia de Reis* como caso de estudo embasam as reflexões aqui propostas.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Tradições Populares, Halbwachs.

### ABSTRACT:

The Brazilian pub

lic policies on Heritage Education segment suffered significant reformulations in recent years, incorporating, more fully, intangible dimension of heritage. The recognition of the role of the traditional groups in the effort to safeguard their own traditions is pointed as critical to the success of institutional policies. It is noticed that the survival of traditions depends on the survival of groups. The purpose of this work is to reflect about some practices of Heritage Education in conjunction with the classic formulations of Maurice Halbwachs around the concept of Collective Memory. An analysis of the deliberations and reference materials produced by IPHAN in dealing with the subject, and an exercise taking a group of *Folia de Reis* as case study support the reflections proposed here.

**Key-words:** Heritage Education, Popular Traditions, Halbwachs.



## INTRODUÇÃO

A ampliação do conceito de patrimônio adotando a perspectiva antropológica de cultura valorizou a cultura tradicional e popular. Nossa Constituição de 1988 reconhece as manifestações populares, conformadas na denominação “bens de natureza imaterial”, como expressão da diversidade cultural do país e anuncia que o Estado cuidará de protegê-las. No cenário internacional o marco é a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* da UNESCO, publicada em 1989. E em 2000 o Estado brasileiro materializa seu compromisso constitucional publicando o Decreto 3551 que instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e criou o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*.

Essa ampliação da noção de patrimônio trouxe inúmeros desafios às instituições públicas e a sociedade. Muito motivada, a comunidade acadêmica tem empreendido estudos e produzido vasto material para reflexão. No campo da Educação Patrimonial temos, por exemplo, *Educação patrimonial: perspectivas e dilemas*, de Flávio Leonel Silveira e Márcia Bezerra. Além de um breve histórico sobre o campo, os autores discutem conceitos, a temática das paisagens patrimoniais e abordam o tema no qual este estudo se insere, ao qual intitularam “a questão do Outro” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.84). Alertam para intervenções de técnicos e educadores em comunidades tradicionais que, frequentemente, baseiam-se em “perspectivas conscientizadoras [que] desconsideram a visão de mundo dos envolvidos [...] tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas.” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.87)

As considerações e reflexões que compõem este trabalho se alinham com a preocupação desses autores sobre a ética na relação entre agentes do patrimônio e grupos tradicionais, assumindo como “agentes do patrimônio” os atores externos que deliberam e atuam institucionalmente na *Educação Patrimonial*. Tais considerações foram construídas a partir da análise de deliberações, documentos e materiais de apoio produzidos no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para o segmento *Educação Patrimonial*, e tomou a *Folia de Reis* como caso de estudo. Os estudos de Maurice Halbwachs e sua construção do conceito de *memória coletiva* foram os elementos norteadores desta análise, entendendo sua obra *Memória Coletiva* como fundamental para discutir a intervenção de atores externos nos grupos tradicionais, e até mesmo se tais intervenções são recomendáveis.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Em sua recente publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos* o IPHAN traça um panorama da atuação da Instituição no campo da *Educação patrimonial*, além de apresentar as diretrizes e conceitos que vigoram atualmente na condução do trabalho da Instituição nesse campo. Para o IPHAN, na atualidade, a *Educação Patrimonial*

constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. [...] [Tais] processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

A publicação faz um percurso histórico sobre as ações nesse campo de atuação, observando que a percepção do caráter pedagógico do Patrimônio Cultural, inicialmente na amplitude de museus e imagens, está presente desde o anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPHAN. Mas o olhar para as tradições populares acontece na breve gestão de Aloísio Magalhães (entre 1979 e 1982) com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC . É a partir desse momento que indivíduos, grupos e comunidades são considerados como sujeitos da dinâmica da produção cultural, entendidos como legítimos detentores, tanto de um “saber-fazer” singular, como também de destinatários da sua própria cultura (IPHAN, 2014, p.7).

Nasce, também, o *Projeto Integração*, apresentado em 1981, destinado ao fortalecimento das condições para realização de trabalho educacional conectado a dinâmica cultural, fortalecendo a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. É quando se adota a visão de que o processo educacional transcende o espaço da instituição escolar. Defende-se a participação da comunidade local e professores em todos os níveis dos processos educacionais. Mas é apenas em 1983 que todo esse esforço educacional e visão metodológica adquire o nome *Educação Patrimonial*, inspirado no *heritage education* desenvolvido na Inglaterra. Um instrumento marcante na condução dos trabalhos no segmento foi o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, elaborado por Maria de Lourdes Hora, Evelina Grunberg e Adriana Monteiro. Esse guia foi utilizado como principal material de apoio para as ações



educativas pelo IPHAN durante a primeira década do século XXI (IPHAN, 2014, p.13), enriquecidas, em 2007, com a publicação do *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial* de Evelina Grunberg. Dirigidos principalmente a educadores, são instrumentos de teor pedagógico, cuja leitura é muito inspiradora. Difundem conceitos, fomentam ações, estimulam a conscientização. Seu foco, entretanto, é o patrimônio material, representado por museus, edificações, monumentos e restos arqueológicos. As particularidades do patrimônio imaterial demandariam outras ações e recursos específicos, como veremos a seguir.

Uma sequência de novas deliberações e ações iniciadas entre 2008 e 2009 indicam o início de uma nova fase, mais intensa no campo do imaterial, buscando proximidade maior com os agentes da sociedade civil, incluindo os “coletivos não formalizados”, associações de moradores, além das instituições formais de ensino, que tiveram parcerias incrementadas. Em 2009 a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC é vinculada ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF. A área se consolida e se adensa no interior do Instituto e série de eventos são realizados visando construir parâmetros de atuação, instrumentos legais e parcerias na área. Foram debatidas e consolidadas as diretrizes de funcionamento das *Casas do Patrimônio*, unidades através das quais se pretende a ampliação da capilaridade institucional do IPHAN (são onze na atualidade), que têm como desafio ampliar o diálogo com a sociedade no âmbito da Educação Patrimônio, fomentando a criação de novas práticas de preservação, principalmente através de ações educacionais, em parceria com organizações formais e não formais da sociedade local.

Consolidam-se os “macroprocessos institucionais” da política de *Educação Patrimonial* do IPHAN, organizados em três eixos de atuação: (a) inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal, (b) gestão compartilhada das ações educativas e (c) instituição de marcos programáticos no campo da *Educação Patrimonial*.

No eixo que contempla a educação formal, dois programas são suas principais referências: o *ProExt* e o *Mais Educação*. O *Programa de Extensão Universitário – ProExt* foi criado em 2008 e a parceria com o MEC foi estreitada. Esse programa estimula o corpo docente e discente de universidades a se envolverem em políticas públicas com ênfase na inclusão social. O IPHAN interage com o Programa na elaboração dos editais anuais e na avaliação de propostas da linha temática de “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”.



Entre 2009 e 2013 o governo federal destinou R\$18,6 milhões, atendendo duzentas e vinte e duas propostas (IPHAN, 2014, p.31).

Em 2011 o IPHAN se engajou numa outra ação do governo federal, o programa *Mais Educação*, que visa estender a jornada escolar e a organização curricular, priorizando municípios mais carentes. A *Educação Patrimonial* passou a integrar um dos macrocampos do programa: o de *Cultura e Artes*. A proposta é o mapeamento das referências culturais locais a partir do olhar dos próprios estudantes, e identificação de potencialidades educativas dentro da própria realidade escolar. Como instrumento de orientação para esse inventário foi produzido um *Manual de Aplicação*. De leitura fácil, o *Manual* traz instruções detalhadas sobre os questionamentos a serem feitos, incluindo o entendimento dos significados das práticas, os tipos de saberes, pessoas envolvidas, materiais/instrumentos necessários, produtos resultantes (se houver), como se dá a transmissão do saber, se o grupo atribui importância a essa transmissão, se precisam de apoio institucional e etc. (IPHAN, 2013). De seu conteúdo é possível depreender que foi elaborado com a preocupação de encorajar o agente do patrimônio encarregado do inventário a uma atitude de compreensão, respeito e humildade no trato com pessoas e grupos pesquisados. São ações que indicam que estamos em meio a um momento sem igual na história da *Educação Patrimonial* no país, de grande intensidade e vigor nas políticas públicas dirigidas ao aprofundamento do conhecimento das nossas referências culturais imateriais visando a sua valorização e salvaguarda, contando com o protagonismo dos indivíduos e comunidades mantenedores dessas práticas culturais e seus saberes.

Já no eixo de atuação “gestão compartilhada das ações educativas” é atribuída às *Casas de Patrimônio* a condição de principal agente fomentador. Essas deverão atuar reconhecendo o protagonismo local das ações educativas, articulando interações entre as três esferas de poder público, instituições e agentes envolvidos com o tema. Vale observar que, diferentemente das ações empreendidas através do *Mais Educação*, que tem o conhecimento e seu registro como elemento norteador de suas ações, as *Casas do Patrimônio* têm como perspectiva de atuação o desenvolvimento local sustentável, levando a geração de renda e oportunidades econômicas para a população.

É sobre esse segundo “eixo de atuação”, a cargo das *Casas do Patrimônio*, que esse estudo quer se debruçar. Num corte mais preciso, interessam as ações que se relacionam com





a transmissão de saberes no interior de grupos mantenedores de referências culturais que podem ser classificadas dentro da categoria do Patrimônio Imaterial como *Celebrações*. Encontramos no Decreto 3551/2000 a definição de *Celebrações* como sendo “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”. Mas é a religiosidade seu aspecto mais marcante como podemos verificar ao consultar a relação de *Bens Registrados* para esta categoria, disponível no portal do IPHAN. Pela natureza desse tipo de manifestação popular, podemos constatar que, pelo menos antes de alcançar a condição “oficial” de Patrimônio Cultural, predominam a informalidade, inclusive na transmissão de saberes de geração a geração, e a ausência de produtos ou serviços de valor econômico em seu histórico. Quanto à essa ausência de interesse econômico, é possível que o *Registro*, acompanhado da proposta de desenvolvimento sustentável local, que perpassa as ações do IPHAN, opere como estímulo externo para gerar renda e oportunidades econômicas, abrindo uma nova perspectiva no contexto da manifestação.

Um documento foi produzido ao final do *II Encontro Nacional de Educação Patrimonial* (IPHAN, 2014, P.52-58), em 2011, no qual foram estabelecidas diversas diretrizes organizadas em diferentes “eixos temáticos”. No que tange à participação social, sustentabilidade, espaços educativos e cooperação, é recorrente, nas ações propostas, recomendação para fomentar, reconhecer, legitimar ou garantir “a participação social em todas as instâncias”. Encontrar detalhes dos mecanismos e abordagens para identificar ou estimular as práticas de transmissão de saberes dentro dos grupos informais não é possível nesse documento, que já cumpre a hercúlea missão de listar diretrizes e construir ações. Considerando o tempo recente de sua produção, pode-se esperar que os agentes envolvidos estejam, nesse momento, em pleno processo de construção dos pormenores dessas ações, deparando com situações diferenciadas e provocadoras de profícuas reflexões. Espera-se que este estudo seja de alguma contribuição para essas reflexões.

É uma premissa-chave para esta análise a de que os grupos tradicionais, particularmente aqueles da categoria *Celebrações*, já tenham seus mecanismos informais de transmissões de saberes, com papéis, espaços e temporalidades definidos, perpassando todas as etapas que conformam a referência cultural da qual são portadores. Sua continuidade através de gerações é uma evidência disso! Assim, é possível considerar que qualquer



intervenção externa visando conhecer ou influir nas práticas educativas desses grupos, deve despir-se de conceitos científicos pedagógicos, adotando uma respeitosa postura antropológica de interação.

Mas o que este estudo quer propor é que a compreensão e atuação do elemento externo no cotidiano desses grupos e da forma de circulação de seus saberes encontra excelente embasamento teórico na formulação do conceito de *memória coletiva*, compreendido na obra *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs, de destaque no campo da *Memória Social*. Ao discorrer sobre como os grupos constroem a si e as suas memórias, como e porque se desfazem, o que fomenta ou dispersa suas lembranças, as relações entre memórias individuais e coletivas, a importância do afeto, Halbwachs formula um conhecimento cuja apropriação, no trato da questão da *Educação Patrimonial* concernente à transmissão de saberes no interior dos grupos tradicionais, pode ser bastante rentável.

Nesta oportunidade de estudo, buscar-se-á demonstrar onde podem ser encontrados os conceitos de Halbwachs dentro do cotidiano dessas manifestações e como pode ser significativa a contribuição desse sociólogo no pensar da sua *Educação Patrimonial*. Espera-se que novas reflexões surjam sobre o tipo de ações que podem ser empreendidas de fora para dentro dos grupos, ou se o melhor caminho é garantir a autonomia do processo de transmissão de saberes já presente no interior desses grupos. A *Folia de Reis* foi a celebração escolhida para este exercício.

### **FOLIA DE REIS E O GRUPO DA FOLIA DO TACHICO**

A jornada dos Magos do Oriente para conhecer e presentear o menino Jesus é a essência dessa manifestação do catolicismo popular conhecida por *Folia de Reis*. Apenas o Evangelho de Mateus, no seu capítulo 2, faz menção a existência e feitos dos magos. No século IV foi estabelecido o dia 6 de janeiro como “Dia de Reis da Epifânia”, sendo esta uma festa solene da liturgia cristã significando a comemoração da vinda do Messias, não apenas para o povo judeu, mas para todos os povos da humanidade. O registro literário mais antigo e mais referendado sobre o tema é o manuscrito *Historia Trum Regum*, por Johannes (Johan) Von Hildesheim, publicado entre 1364 e 1375, tendo por finalidade elucidar a origem histórica e sagrada dos magos do Oriente. A atribuição do título de “Reis” aos Magos foi de São Cesário (bispo de Arles, França) no século VI (SILVA, 2006, p.7-24).



A celebração chega ao Brasil através da colonização portuguesa e é prática regular em várias regiões do país. Os grupos de folia realizam uma jornada de treze dias (entre 25 de dezembro e 6 de janeiro) visitando casas, numa confraternização de fé, onde os foliões cumprem uma *missão* assumida voluntariamente, e os devotos os recebem em casa, reverenciando os *Santos Reis* e esperando deles colher bênçãos para sua vida e seus entes queridos.

O exercício de análise aqui apresentado toma por base o trabalho etnográfico empreendido pelo Doutor em Antropologia Social Wagner Diniz Chaves que descreve a *Folia do Tachico*, localizada no município de Rio das Flores, do Vale do Paraíba Fluminense. Seu levantamento foi realizado entre 2001 e 2003, ano em que a folia comemorou quarenta e três anos de atividades. Tomou como objetivo discutir os processos de transmissão e circulação de conhecimentos no interior desse grupo (CHAVES, 2013, p.17-25). Antes, porém, recorreremos ao trabalho de Chaves para descrever os elementos constituintes de uma folia a fim de auxiliar o leitor pouco familiarizado com a manifestação. Há diferenças nos rituais e no instrumental, de região para região, neste tipo de manifestação, mas seus elementos essenciais constitutivos sofrem poucas variações.

Começamos pelos papéis que cada pessoa desempenha, seguindo rígida hierarquia. A liderança e os saberes concentram-se nas mãos do *mestre folião*, o responsável pelo grupo. A função de *contra-mestre* é imediatamente inferior a do *mestre folião*, com o qual deve manter plena sintonia e substituí-lo quando necessário. Os *palhaços* são os personagens que simbolizam a perseguição dos soldados de Herodes em busca do menino Jesus. Representam a presença do mal, das ameaças invisíveis que pairam sobre a jornada. Sua participação, entretanto, realizada através de danças, recitativos irreverentes e acrobacias, configuram momentos de leveza e alegria ao ritual. Duas posições, geralmente ocupadas por crianças, são encarregadas do chamado *grito*, prolongamento musical da última sílaba proferida pelo *mestre folião* nos seus cantos: o *requinta* e o *baixão*. O *bandeiro* é aquele encarregado de portar o símbolo sagrado da folia: a *bandeira*. É o primeiro a entrar nas casas e o último a sair. Finalmente os *instrumentistas*, percebidos, por suas habilidades, como os “artistas” do grupo. Na *Folia do Tachico* o pesquisador encontrou instrumentistas para duas violas, sanfona, cavaquinho, pandeiro, caixa, tarol, bumbo e agogô. Registre-se que também o *mestre* e o *contra-mestre* são instrumentistas.



Como símbolos ritualísticos a manifestação dispõe da *bandeira*, das *fitas* e dos *uniformes*. A primeira expõe imagens da visitação dos três reis magos ao menino Jesus, ficando oculta por fitas e um véu transparente, além de vários adornos. As *fitas*, além de agregar valor estético à *bandeira*, simbolizam as promessas dos devotos. Os *uniformes*, em geral de cetim com dragonas nos ombros e chapéu tipo “quepe” de marinheiro, completam a estética ritualística do grupo.

A folia se configura através de trocas e interações entre *devotos*, *foliões* e o santo. Logo, não ocupando posição no interior da Folia, mas sendo primordial à existência e significados da própria manifestação, temos os *devotos da morada*. Representam o povo para o qual é transmitido a boa nova do nascimento de Jesus. Quando o devoto recebe a folia em sua casa, além de estar obtendo graças ou pagando votos e promessas, está também ajudando o *mestre folião* no cumprimento de sua *missão*.

## **A TRANSMISSÃO DE SABERES SOB O OLHAR DOS CONCEITOS DE HALBWACHS**

Chaves desvenda os mistérios do processo ensino-aprendizagem no interior de uma folia, a partir da vivência do *mestre folião* Tachico à qual adentra através de longas entrevistas com o mesmo. O pesquisador mantém uma postura respeitosa, porém reflexiva, e demonstra estar atento às limitações inerentes a dimensão do relato oral e à condição de reinvenção do passado que esse implica. Sua principal referência intelectual no campo da “antropologia do conhecimento” é Fredrik Barth e, quanto aos seus objetivos, declara que pretende

contribuir para uma reflexão sobre processos de ensino-aprendizagem e transmissão de conhecimentos veiculados à formação de especialistas nos rituais do catolicismo popular, mas especificamente *mestres foliões* de Santos Reis na região do médio Paraíba (CHAVES, 2013, p.71).

A infância de Tachico, sua relação com as lembranças dessa época, revelam-se definidoras da *missão* que escolheu pra si: o compromisso com a *Folia de Reis*. Seu pai era um *devoto* e gostava de receber folias. Quando criança, Tachico, já tocando cavaquinho, montou uma folia com colegas usando conhecimento que adquiria observando os grupos que visitavam sua família e a vizinhança. Chaves ressalta a importância da imitação dos adultos, como uma prática recorrente entre as crianças que integram grupos que mantêm tradições



populares, sendo fundamental para a reprodução dessas tradições. Em 2002, o pesquisador deparou com três grupos de crianças que improvisavam folia e que pararam à frente da casa de Tachico, a pedido do neto deste. Todos apreciaram e Tachico aproveitou pra transmitir ensinamentos à garotada, o que era feito de maneira informal e em tom de brincadeira. (CHAVES, 2013, p.75-76)

As “lembranças da infância” constituem um tópico específico na *Memória Coletiva* de Halbwachs. A família, grupo ao qual a criança integra em intenso convívio, comporá o “quadro” para suas lembranças futuras. Apesar de não ser capaz de atribuir valores diferentes aos acontecimentos que se desenrolam diante dela, os acontecimentos vivenciados pelas crianças se convertem em

imagens que atravessam as consciências individuais. Se você não retiver senão essas imagens, elas poderão sobressair-se das outros, no espírito de uma criança, por sua singularidade, seu brilho intenso, sua intensidade (HALBWACHS, 1990, p.61).

Pelo impacto da experiência vivida por Tachico na infância, que certamente não difere do impacto sobre os jovens imitadores aos quais Tachico, transmite informalmente alguns dos seus saberes, podemos entender que essas crianças já ultrapassaram a “etapa da vida puramente sensitiva”, passando a se interessar pelos significados das imagens e dos “quadros” que percebem e absorvem. Elas já comungam dos interesses do grupo, com seus pensamentos vagando entre as impressões pessoais e as diversas correntes de pensamentos coletivos. Na relação com seu próprio neto e com as crianças amigas desse, Tachico é aquele parente idoso cuja presença fica impressa em tudo o que se aprende sobre um período e uma sociedade antiga, e que fornecerá o destaque das lembranças na memória do futuro adulto, convertendo tal personagem na principal referência do “quadro” que resume e condensa todas essas lembranças (HALBWACHS, 1990, p.62 e 66). De acordo com Halbwachs, o “afeto” é um componente chave na construção da memória coletiva e as situações aqui relatadas validam sua afirmação.

Outro momento marcante no aprendizado de Tachico é quando ascende, ainda muito jovem, da condição de *contra-mestre* a de *mestre folião*. O estímulo dos companheiros é apontado como vital, demonstrando que, por mais habilidades individuais que tenha o candidato a *mestre folião*, este deve inspirar confiança, ter liderança, autoridade e carisma



junto ao grupo. Esse momento, entretanto, revela a presença de tensões e conflitos. O *mestre folião* ao qual Tachico sucede compartilha conteúdo muito restrito dos versos da cantoria que a função demanda. Tachico empreende sua jornada como *mestre* assim mesmo, até que visita uma casa onde residia um *ex-mestre folião*, o Hilário que vinha a ser pai de seu cunhado. Este percebe o pouco conhecimento de Tachico e oferece ao mesmo o seu saber dos versos que compõe a cantoria dos *Reis*, fazendo isso através da entrega de *cópias*, que são folhas de papel com texto manuscrito. As *cópias* e o gesto de entregá-las a alguém são bastante simbólicos no universo da *Folia de Reis*.

530

Geralmente um mestre-folião passa suas *cópias* para seu discípulo direto, que pode ser um filho, um neto ou até mesmo alguém de fora da família. Esse aprendiz, que um dia vai se tornar mestre folião, deve também entregá-las para seu discípulo e assim por diante [...]. Possuir *cópias* antigas, de mestres foliões afamados, é motivo de orgulho e sinal de prestígio para qualquer um (CHAVES, 2013, p.86).

Se o episódio revela conflito e tensões no interior de um grupo (o *mestre* predecessor de Tachico omitiu-lhe saberes), também evidencia a solidariedade presente na comunidade de grupos de folia. A contribuição alheia na construção da memória individual e coletiva é outro componente chave no pensamento de Halbwachs. Tachico certamente ouviu uma infinidade de conjunto de versos cantados nos muitos grupos de folia que conheceu, mas não conseguiu memorizá-los, até porque a necessidade só se fez presente mais tarde, quando se torna *mestre folião*. Hilário é a pessoa que ajuda Tachico a evocar seu próprio passado, ainda que com o apoio da escrita. Porém, mais que um texto, é uma experiência de vida que Hilário compartilha, e que não é estranha para Tachico pois dividem um “fundamento comum”, tal como encontramos no pensamento de Halbwachs.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam a seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p.34).

O livro de Chaves está repleto de outras situações de ensino-aprendizagem que integram o cotidiano dessas pessoas que vivem uma vida comum, mas que a cada Natal se vestem orgulhosas para empreender o seu ritual de fé. Espera-se, entretanto, que os exemplos aqui apresentados sejam suficientes para ilustrar as reflexões que esse estudo deseja propor às





pessoas que se interessam e agem, profissional ou voluntariamente, pela causa da *Educação Patrimonial*. A sobrevivência das tradições populares depende da sobrevivência da memória coletiva dos grupos que as mantêm? Sabendo-se que, conforme ensina Halbwachs, a sobrevivência da memória coletiva de um grupo depende da sobrevivência do próprio grupo, interferências externas podem contribuir positivamente nesse sentido?

As tradições populares, sabemos, estão ameaçadas pelos “processos de globalização e de transformação social [...] [que] geram [...] graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição” (UNESCO, 2003). Quando essas tradições se mantêm através de grupos, é inevitável concluir que é a sobrevivência desses grupos que garantem a sobrevivência da tradição. É claro que os grupos se transformam, novas relações e novos contatos se estabelecem, mas a velocidade e intensidade dessas transformações são bem maiores hoje do que quando Halbwachs produziu suas reflexões, o que torna mais urgente todo esforço para salvaguarda das tradições populares, que por sua vez estão alicerçadas na memória coletiva suportada por um determinado grupo. Ou seja, trabalhar para que o grupo continue a existir como tal, composto de pessoas de uma mesma família, de uma mesma vizinhança ou localidade, respeitando seu mecanismo natural de sobrevivência, seus valores, sua informalidade nas relações, inclusive naquelas onde se processam a transmissão de saberes, pode ser o caminho mais promissor à tomar por aquelas pessoas ou instituições interessadas na continuidade das manifestações populares. Uma atitude respeitosa como aquela que parece inspirar o *Manual de Aplicação* do programa *Mais Educação* citado anteriormente, com a postura de quem quer conhecer para aprender e não para apontar caminhos ou soluções, pode ser muito promissor. Por que se oralidade e a informalidade ainda incomodam as instâncias letradas de nossa sociedade, a sobrevivência desses grupos se apoia nelas e não podem ser menosprezadas. Com isso quero dizer que mecanismos muito usados no processo ensino-aprendizagem como, por exemplo, a realização de oficinas, podem ser interessantes na transmissão de saberes no segmento do artesanato, mas aplicar a mesma estratégia para saberes pertinentes a rituais de uma *Celebração* como a *Folia de Reis*, pode ser inócua e até desagregador. Outra possibilidade típica de ações didático-pedagógicas é ideia de promover aulas para que crianças aprendam a tocar instrumentos usados em certa manifestação. Estar-se-á investindo na técnica, mas e a confiança, o afeto e o respeito entre mestre e discípulo? O que as experiências relatadas por Chaves demonstram é que esses elementos, presente na



informalidade do cotidiano dos membros do grupo, são de fundamental importância para a coesão e para a mobilização do mesmo em torno da concretização de sua expressão de fé: a *Folia de Reis*. Tomando os jovens que gravitam em torno dos adultos foliões como referência, esses vão aprender, com as aulas, a tocar os instrumentos, mas quem garante que seu aprendizado será usado na manifestação? Podem tornar-se instrumentistas profissionais e priorizar os contratos para shows em detrimento dos compromissos da folia. Em suma, os grupos tradicionais tem sua sabedoria e seus próprios mecanismos de sobrevivência, interferências externas devem ser muito pensadas, inclusive se são realmente necessárias.

Então não haveria o que fazer em termos de ações institucionais para ajudar na salvaguarda das tradições populares que se expressam pela fé, através de grupos? Certamente que há! O que esse estudo quer propor é que seja percebido como mais importante o cuidado com a sobrevivência desses grupos, de sua forma de viver e se relacionar, entre si e com outros. É claro que não estão imunes a transformações, mas em grupos focados em seu universo, as mudanças

se resolvem elas mesmas em similitudes, já que [as mudanças] parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos, um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo. (HALBWACHS, 1990, p.88)

Os grupos de *Folia de Reis* são encontrados em cidades do interior, nem sempre econômica e socialmente autônomas. Políticas públicas que promovam oportunidades de educação e emprego nessas cidades, podem impedir que os jovens precisem afastar-se de suas famílias para estudar ou trabalhar, o que poderia afastá-los também do compromisso com a *Folia de Reis*.

A *Educação Patrimonial* desenvolvida no contexto escolar, como a planejada, por exemplo, através do programa *Mais Educação*, pode trabalhar a conscientização e o respeito dos jovens que não integram grupos de tradições populares, mas que interagem com eles. Esses poderão assumir uma atitude mais compreensiva na idade adulta, e situações como a que foi enfrentada, por exemplo, por um dos netos de Tachico poderá ter desfecho diferente. Determinado a cumprir a jornada junto com o avô, Fabiano tentou negociar seu horário de trabalho com o patrão. A inflexibilidade do patrão predominou: o jovem saiu com a *Folia*, mas perdeu o emprego (CHAVES, 2013, p.32).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um momento de intensa valorização da diversidade cultural. No Brasil o IPHAN já oficializou o Registro de vinte e sete manifestações do Patrimônio Imaterial e cinquenta e oito projetos de Inventário Nacional de Referências Culturais estão em curso, como revela o portal do Instituto. A instituição de políticas públicas no campo da *Educação Patrimonial* também acompanha essa efervescência: onze publicações disponibilizadas no mesmo portal reúnem valiosos conhecimentos construídos nesse campo desde 1999.

As tradições populares que se expressam através de grupos, inclusive aquelas que, originalmente, não são perpassadas por interesses econômicos, também estão no campo de interesse das políticas públicas. A busca do desenvolvimento local sustentável através do turismo cultural é o elemento fomentador dessas políticas, podendo revelar-se um caminho de sucesso para a desejada redução das desigualdades sociais que ainda aflige a nação brasileira. Mas a perspectiva econômica trás em si características, como imediatismo e pragmatismo, que põem em risco a subjetividade que envolve as tradições populares e seus mantenedores.

Esses riscos, entretanto, podem ser amenizados se os agentes e instituições que deliberam e atuam no campo da *Educação Patrimonial* priorizarem essa subjetividade no trato com as tradições populares. Manifestações como a *Folia de Reis* aqui abordada, que se enquadra na categoria das *Celebrações*, estão alicerçadas na memória coletiva de seus grupos mantenedores. Se queremos salvaguardar essas tradições, temos que atuar na salvaguarda desses grupos, o que pode significar ter que agir no entorno deles e não no seu interior. Se as novas relações que os grupos e seus membros estabelecem podem enriquecê-los, também podem provocar mudanças deturpadoras de crenças e valores sem que se deem conta disso pois,

na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas (HALBWACHS, 1990, p.47).

Nas publicações do IPHAN consultadas para este trabalho, não foram localizadas referências a obras de Maurice Halbwachs. Talvez suas ideias estejam tão incorporadas ao sentir e ao pensar acadêmico, afinando-se à subjetividade dos autores, que esses não se apercebam dos limites entre os seus pensamento e o do sociólogo alemão, que nos ensinou que, quando estamos bem afinados com os que nos cercam, “vibramos em uníssono, e não



sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros” (HALBWACHS, 1990, p.47). Mas também pode ser que Halbwachs não tenha sido lembrado, e certamente haverá justificativas para tal, que, entretanto, não são do conhecimento desta autora. Mas se o sociólogo francês foi esquecido por alguns teóricos das tradições populares, ele não esqueceu de destacar a importância dessas tradições para a sobrevivência da sociedade.

É preciso ainda que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, mesmo que o esteja, o melhor meio de fazê-las criar raiz, é ajudá-las em tudo aquilo que se puder aproveitar das tradições. (HALBWACHS, 1990, p.84)

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier.; VASCONCELLOS, Camilo de Mello.; ORTIZ, Joana Monteiro (Org.). *Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades*. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura-SP, 2012 (p. 28-40)

BRASIL. *Constituição*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. *Decreto 3551*, 4 ago 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

CHAVES, Wagner Diniz. *Na jornada de Santos Reis – Conhecimento, ritual e poder na folia do Tachico*. Maceió: EDUFAL, 2013.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3837>>. Acesso em: 18 jun 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em:

<[http://search.4shared.com/postDownload/9nn0N0TE/guia\\_bsico\\_de\\_educacao\\_patrimoni.html](http://search.4shared.com/postDownload/9nn0N0TE/guia_bsico_de_educacao_patrimoni.html)>. Acesso em: 18 jun 2014.



IPHAN, 2014. *Educação Patrimonial – Histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 15 jun 2014.

IPHAN, 2013. *Educação Patrimonial – Manual de aplicação – Programa Mais Educação*. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3429>>; Acesso em: 16 jun 2014.

SILVA, Afonso M. Furtado. *Reis Magos: História – Arte – Tradições – fontes e referências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editoria, 2006.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, M.F.; Beltrão, J.F.; ECKERT, C. (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e Desafios contemporâneos* . Blumenau : Nova Letra, 2007 (p.81-97).

UNESCO, 1989. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>>. Acesso em: 16 jun 2014.

UNESCO, 2003. *Recomendação de Paris. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 16 jun 2014.



## CONFLITOS DE MEMÓRIA ENTRE O TEMPO PRESENTE E O PASSADO PRESENTIFICADO: REFLEXÕES SOBRE O CLUBE CAIXEIRAL DE RIO GRANDE//RS

ATALLAH, Gianne Zanella<sup>1</sup>

*Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS)*  
gizaatallah@gmail.com

GONÇALVES, Margarete Regina Freitas<sup>2</sup>

*Docente pelo PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/ICH/UFPEL e PPG em Ciência e  
Engenharia de Materiais (UFPEL/RS)*  
margareterfg@gmail.com

536

**Resumo:** Enfatizaremos aqui o *Clube Caixeiral de Rio Grande* a partir da análise de um acontecimento registrado e promovido por uma imagem veiculada em jornais e sites, referindo-se ao desabamento de parte do telhado do Clube, no final do mês de março desse ano, tendo como uma pré-discussão a importância da imagem enquanto mediadora desse espaço no tempo. Para tanto, a referida reflexão encontra lastro nas teorias de Vilém Flusser (2013), bem como aciona conceitos de representação (escrita) e memória (leitura) do fato que estagnou no tempo o acontecimento, mas não o esvaziamento da memória de uma coletividade, e que ao mesmo tempo acelera o processo de esquecimento e acomodação quanto aos conflitos de memória de um passado que presentifica-se, e que cria subterfúgios diante de uma contemporaneidade que tem demonstrado dificuldades quanto a aproximação de um passado do qual é a responsável pela sua evolução.

**Palavras-Chaves:** Clube Caixeiral de Rio Grande – Coletividade - Passado

**Abstract:** Here we will focus on the Caixeiral Club of Rio Grande from the analysis of an event recorded and promoted by an image conveyed in newspapers and websites, referring to the collapse of part of the roof of the Club at the end of March this year, having such a pré-discussão the importance of the image while a mediator of that space in time. For both, this reflection is ballast in the theories of Vilém Flusser (2013), as well as triggers concepts of representation (writing) and memory (read) the fact that stalled at the event, but not the emptying of a collective memory, and that at the same time speeds up the process of forgetfulness and memory conflicts regarding accommodation of a past that is presentifica, and that creates a contemporary prevarication that have demonstrated difficulties as the approach of a past which is responsible for its development.

**Keywords:** Caixeiral Club of Rio Grande-Collective-Past

<sup>1</sup> Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS - 2011). Especialista em Patrimônio Cultural (ILA-UFPEL/RS-1997). Graduada em História - Licenciatura Plena (FURG/RS-1993). Dirigente do Núcleo de Patrimônio Municipal (Fototeca Municipal Ricardo Giovannini e Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti). Professora de História da Rede Municipal - SMED/Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS. E-mail: gizaatallah@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia-área: Ciências dos Materiais (UFRGS/RS - 1999). Pós-Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais (UFRGS/RS - 2007). Docente Associada atuando na Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Curso de Engenharia de Materiais (UFPEL/RS). Docente pelo PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/ICH/UFPEL e PPG em Ciência e Engenharia de Materiais (UFPEL/RS). Orientadora. E-mail: margareterfg@gmail.com.





## Introdução

A proposta aqui perfaz um estudo sobre o *Clube Caixeiral de Rio Grande /RS*, a partir da percepção de uma imagem que foi captada após uma desintegração parcial e física do prédio do Clube e que desafia o cotidiano a ser um mantenedor de um processo de memória, e ao mesmo tempo reivindica junto à transformação cotidiana a permanência como um lugar de memória. A partir dessa reinvidicação, pontuamos a relação do objeto com a memória coletiva, e leitura da imagem como referência ao reconhecimento desse patrimônio.

537

### 1. O objeto entre o presente e o passado *presentificado*

Esse prévio estudo, ressalta o Clube Caixeiral de Rio Grande/RS tomando como base a relação entre uma imagem que coteja uma vista aérea entre o Clube Caixeiral e ao fundo a transformação da paisagem urbana, prédios em um mesmo espaço físico, mas em temporalidades de permanência diferentes. Tal imagem foi capturada após a queda de parte do telhado do Clube, ocorrido no mês de Março de 2014.



Foto: Marcus Maciel - DP Acesso: 1º/04/2014



**Vista Parcial da Rua Marechal Floriano, onde o prédio está localizado.  
Acervo Pessoal da Autora (Imagem capturada em 09/09/2014)**

A partir desse fato, percebemos que há um divisor não oficial, mas no imaginário social. Antes o Clube, e agora como prédio que se desintegra. Assim retomamos ao processo de formação, ou seja, qual de fato era o propósito dessa imponência arquitetônica?

O Clube Caixeiral de Rio Grande foi fundado no ano de 1895, e o prédio da Rua Marechal Floriano, entre os anos de 1911 e 1912, sendo inaugurado nesse último. A classe de Caixeiros ao fundar os clubes desejava o fechamento das portas comércio aos domingos e os feriados na parte da tarde (DUARTE, p.04, s/d), além disso, DUARTE (s/d) ressalta que [...] os clubes caixeirais do Rio Grande do Sul fundados na última década do Império, foram incluídos entre as entidades de socorro mútuo. No entanto, é necessário salientar que afora a prestação de socorros, a instrução e a recreação constituíam os objetivos dos clubes (DUARTE, p.03, s/d). Para tanto, estavam alicerçados em uma forma de comunicação interna muito peculiar de cada clube, e em cada cidade.



Enquanto Clube, espaço físico e um dos “lugares de memória” da categoria classista, registrou na linha do tempo social, sua funcionalidade, sua convivência e abrangência que se associavam e dissociavam ao mesmo tempo dos processos a que estavam inseridos, através de uma linguagem simbólica que transcendia o espaço temporal.

A construção da memória não está na mesma linearidade que a vida útil de seu produtor. Enquanto a memória se auto produz através da lembrança daqueles que vivenciaram e daqueles que tomaram conhecimento dessa lembrança, a vida útil do seu produtor não consegue explicitar a extensão dessa memória, pois ela avança um campo de abstração muito acelerado, pois está condicionada a memória daqueles que não a vivenciaram. E isso se reporta claramente ao nosso objeto. Enquanto clube social atravessou o final do século XIX, todo o XX e sucumbiu a modernidade nos anos 2000.

Enquanto espaço e vestígios da memória, desde os anos 2000, remete a um desafio de como entender essa memória. Percebemos que o registro (máquina de escrita), enquanto produtor de texto e imagem (máquinas de leitura), ressignificam o valor dessa memória. Se antes tínhamos modos de fazer, ou seja, as sociabilidades dentro do Clube (festas, encontros familiares, encontros administrativos, entre outros) e fora do clube, hoje o valor simbólico agrega-se a uma estrutura distante de sua funcionalidade. Sucumbiu a memória daqueles que não a vivenciaram, mas que tem a intenção de recriar abstratamente através dos “lugares de memória”, monumentalizando o espaço, mas não suas práticas, e que ao deparar-se com as adversidades, embarcam em relações de poder, que tem um ou não um interesse nessa rememoração.

No que concerne à avaliação do patrimônio, o importante é entender a própria prática com relação ao passado, o modo de redirecionar o cuidado com essa identidade, mas sem esquecer que o patrimônio, não é o que ficou para trás, mas sim a identidade do conjunto em si.

Para isso é importante perceber dois aspectos essenciais ao que nos refere Poulot

a atitude patrimonial compreende dois aspectos essenciais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recreação anacrônica; e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade (POULOT, 2009:14).

Essa metamorfose que se deve entender tanto para os vestígios, quanto para os testemunhos, nos mostra também que as ações patrimoniais mudam de acordo com as expectativas do contexto ao qual está inserido. Quando falamos expectativas, entenda-se que



não estamos falando em suposições do que deverá ser feito, mas em expectativas do real, do concreto, do que pode ser feito de fato.

O trabalho do pesquisador de um modo geral enfrenta o desafio de quebrar a trajetória da história, com relação à ação do monumento/documento, Jacques Le Goff, nos coloca essa postura

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (LE GOFF, 2003:536).

540

Mas cabe lembrar que a história condicionada ao seu tempo, é escrita por várias perspectivas, de acordo com o meio e somente a quem interessa, será lembrada. O passado é “escravo” de si mesmo, pois os olhares construídos e concebidos estigmatizam-se em suas próprias verdades, e conflituam-se ao tratar da sua desmistificação. Questionar a verdade tida como absoluta, é pôr em evidência a veracidade não dos fatos, mas das fontes que assim a eternizaram.

Segundo Walter Benjamin, em 1940 em suas teses: “*Sobre o conceito da História*”, declara “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (GAGNEBIN, 2006:40). Ou seja, esse interesse recai do mesmo modo como é percebido a materialidade e a imaterialidade patrimonial, assim essa percepção está condicionada aos interesses de quem reivindica-o como seu.

## 2. O Objeto e a Memória Coletiva

A produção do cotidiano que é permissiva aos lugares de memória, ou seja, lugares que remetem a uma coletividade e que projetam um sentido contrário tornam-se lugares de sofrimento. Pois desintegram a coletividade, o processo histórico no qual ela está remetida, mas que o presente não consegue incorporá-lo não como paisagem, mas como rememoração dessa coletividade.



Analisar um espaço, onde as práticas dessa coletividade foram comprovadamente aprimoradas no processo de relações interpessoais, mas não memoriais, cria-se subterfúgios para entender o quanto a memória está remetida de abstração, mas não de identificação, ou seja, enquanto vestígios e pessoas que em algum momento conviveram com o processo de atuação, a memória sobrepõe-se, mas a abstração amplia-se, pois quando há o processo de esvaziamento. Da materialidade, promove-se um conflito de identidade social.

Importante ressaltar que não podemos confundir memória coletiva e memória histórica. Com relação à memória histórica, Maurice Halbwachs nos diz “guarda principalmente as diferenças - mas diferenças ou as mudanças marcam somente a passagem brusca e quase imediata de um estado que dura a um outro estado que dura” (HALBWACHS, 2006:132).

Assim, quando propomos a especulação de uma imagem capturada, não no momento ocorrido do fato, e que tão pouco privilegiou a ação de defesa promovida, ela está substanciada por significados, esses que se mantiveram do passado, e que conflituam-se entre o presente e o futuro, bem como sob a ideia do que pode significar os destroços. Como nos ressalta Flusser, “as imagens são mediações entre o homem e o seu mundo que para ele, se tornou imediatamente inacessível” (FLUSSER, 2013: 142). Quando a imagem torna-se mediadora, acreditamos que o homem não percebeu que está perdendo o controle dos vestígios do espaço no tempo, e que concomitante fortalece uma memória, supostamente perceptível e intocável.

A contemporaneidade traz à tona, outra questão, a valoração da imagem e do texto, a partir da banalização do trato documental enquanto imagem, nesse caso a fotografia, e que segundo Flusser,

o propósito das imagens é dar significado ao mundo, mas elas podem se tornar opacas para eles, encobri-los e até substituí-los. Podem constituir um universo imaginário que não mais faz mediação entre o homem e o mundo, mas ao contrário, aprisiona o homem. (FLUSSER, 2013: 143)

Seguindo a lógica do autor, nesse caso específico, é o texto da própria memória, uma *micro* memória que busca encontrar no presente o valor do passado, o simbolismo das práticas, dos lugares e das pessoas que ali passaram e perpassam diariamente, agora na sua ausência. Ou seja, aquilo que a câmera capturou é a representação dos vestígios, mas não da memória, enquanto objeto, pois o seu grupo produtor, os classistas caixeirais já se dissociou na temporalidade entre o passado e presente.

Quanto à imagem, esta representa muito mais do que simplesmente aquilo que capturou, pelo fato do fotógrafo ter um interesse no ato, completamente distanciado de uma releitura de





um “lugar de memória”. De acordo com as ideias de Flusser, toda a imagem (cena) parte de uma linha (texto), *ela “explica” a cena na medida em que enumera clara e distintivamente cada símbolo isolado. Por isso a linha (o “texto”) significa não a circunstância diretamente, mas a cena da imagem, que, por sua vez, significa a “circunstância concreta”* (FLUSSER, 2013). O sentimento de abandono está implícito na foto, mas quando falamos de “abandono”, precisamos entender que o começo da linha e imagem, como nos fala Flusser, estamos nós, somos os responsáveis pela existência e manutenção desse processo.

A imagem de um prédio pomposo que representava o seu tempo, e parte de um grupo da sociedade, permanece com essa mesma representatividade diluída no próprio espaço temporal, pois não tem mais a sua presença de um grupo na sua totalidade nem tão pouco, os vestígios que sustentam essa memória.

Ao percebermos essa imagem, que foi reproduzida, apontamos alguns pressupostos:

1. Reproduzir a mesma imagem, como forma de comunicar somente o fato; cria na sociedade ou estimula-a entender o seu comprometimento com o passado?
2. A reprodução, além de comunicar o fato, estimula a comunidade a repensar o seu papel enquanto sujeito de seu próprio patrimônio?
3. A conjunção da imagem, e das mídias que produzem uma mensagem, acabam por tornar-se *anti-códigos* da memória, pois a significação da memória individual ou coletiva está no abstrato que seria seus próprios subterfúgios?

Essa relação memória-história está no processo de identidade de um grupo, e que precisa ser revisto quanto ao seu entendimento, pois quando FLUSSER ressalta que *“com a invenção da escrita começa a história, não porque a escrita grava os processos, mas porque ela transforma as cenas em processos: ela produz a consciência histórica”* (FLUSSER, 2013). Essa consciência que se define a partir de uma “estrutura social” vista como forma ou organização, mas que ainda não tem um consenso sobre a medida dessa forma, o que segundo BOURDIEU (2005) manifestam propriedades que resultam de sua dependência relativamente à totalidade.

Quando percebemos que a imagem é uma mediadora entre o presente e o passado, contrapomos o que André Parente nos coloca, registrando,

vivemos num mundo onde tudo circula. Tudo deve circular o mais rapidamente possível: os veículos, os enunciados, as imagens, as informações, os homens. No entanto, tudo parece estar no lugar, todas as diferenças se anulam tudo se tornou intermutável. Os homens fazem viagens imóveis, como





se eles mudassem de lugar para evitar uma mudança de “clima” (PARENTE, 2011:17).

Essa circulação do qual falamos da imagem, remete muito mais a percepção da informação do que aos vestígios propriamente ditos, ou seja, a fotografia veiculada talvez não esteja mais disponível na rede <http://www.clicsul.net/portal/sul-telhado-do-clube-caixeiral-de-rio-grande-desabou-neste-sabado-29/>, mas o prédio continua desintegrando-se no mesmo local. A imagem que restou, certamente, serve como captura de um espaço no tempo, um momento que não se repetirá mais. Torna-se assim um processo de memória não vivenciado, mas vivido todos os dias pela abstração de sentido.

### 3. Para quem de fato Para “quem” o Clube Caixeiral de Rio Grande desabou?

Partindo do princípio, em que o Clube Caixeiral de Rio Grande, assim como os outros clubes localizados em outras cidades, os próprios “lugares de memória”, que se associavam e dissociavam ao mesmo tempo dos processos a que estavam inseridos, através de uma linguagem simbólica que transcendia o espaço temporal.

Quando propomos a especulação de uma imagem capturada, não no momento ocorrido do fato, e que tão pouco privilegiou a ação de defesa promovida no momento, ela está substanciada por significados, esses que se mantiveram do passado, e que conflituam-se entre o presente e o futuro, perguntamo-nos: como a sociedade reagiu? Como ela faz a releitura desse desgaste da memória?

Se fôssemos apenas definir memória, a partir do pensamento de Bergson, entenderíamos *que o passado não pode ser pensado como um antigo presente. Ele está associada ao lado subjetivo do conhecimento, sendo conservado autônomo e por inteiro* (BERGSON, 2006).

A memória tendo o seu lado subjetivo nos possibilita criar diversos caminhos para a construção do saber. A relação com o documento perfaz da objetividade exposta na informação escrita, uma significação cultural que está implícita ao olhar do pesquisador.

Segundo Jacques le Goff “os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 2003: 526). Se a memória apodera-se dessas formas, e faz desaparecer-se o quanto estagnamos a sobrevivência das memórias, pois ao delimitarmos dois pontos distintos corremos o risco de não aceitarmos as variantes dessas formas.



O trabalho do pesquisador de um modo geral, enfrenta o desafio de quebrar a trajetória da história, com relação à ação do monumento/documento, Jacques Le Goff, nos coloca essa postura

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde antes se decifravam traços deixados pelos homens, onde antes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (LE GOFF, 2003:536).

544

A história sempre se auto determinou por ser narrativa, pois a sua primazia está no selecionar, organizar e minimizar o “tempo”, em um espaço pequeno, como um livro que relata muitos séculos, milênios... em páginas contadas. Mas não podemos esquecer que há uma diferença entre o “vivido” e a “narrativa”, ou seja, no 1º, é o nível de importância das pessoas envolvidas em um determinado acontecimento, enquanto que no 2º, existe a limitação do contexto, pois se fundamentou através de indícios.

Transcrever a história de uma entidade classista, não garante a proximidade dos fatos mais relevantes do grupo, apenas redireciona a materialidade e a imaterialidade a processo menos agressivo de esquecimento.

Importante ressaltar que não podemos confundir memória coletiva e memória histórica. Com relação à memória histórica, Maurice Halbwachs nos diz “guarda principalmente as diferenças - mas diferenças ou as mudanças marcam somente a passagem brusca e quase imediata de um estado que dura a um outro estado que dura” (HALBWACHS, 2006:132). Ou seja, adiamos falsamente os conflitos de memória e nos tornamos desconhecidos dos lugares para a memória.

A coletividade, enquanto Memória que compõe um mesmo espaço deve contar sua história através não só do material, mas do imaterial, e a fragmentação de ambos pode propiciar espaço para a monumentalização, fato preocupante, pois acaba por conceber ícones, no caso da materialidade, completamente distinto do contexto a ser resgatado, reforça-se assim a complexa trajetória entre presente e passado.

Quanto ao aspecto político para nós, fica claro que o passado e o presente estão estruturados em uma relação de poder que se apoia na moralidade patrimonial, ou seja, qual a



relevância de um grupo econômico que já se dissipou no tempo? Como ele se resalta dentro da sociedade? A quem interessa cuidar o espaço físico que sobrou?

Constatamos também que a maioria das vezes para um grupo que não faz parte da coletividade a ser preservada, e sim um grupo que tem interesse em gerenciar o passado, como um trunfo ideológico, como se o passado precisasse ser “salvo”, e diferentemente disto, ele precisasse ser conduzido ao seu lugar, à revitalização da memória que tem uma identidade construída anteriormente, e que tenha força para estruturar-se como um suporte de tempo, mas sem criar limites entre o presente e o passado.

Constatamos que a coletividade incorporou a sua visualidade o conflito, e na maioria das vezes não reconhece esse conflito, pois não houve um preparo para essa mudança. A materialidade com o tempo desintegrou-se, e novas camadas memoriais surgiram agrupadas e confirmadas por novas materialidades.

Entender a “destruição” do patrimônio de uma entidade classista suscita o entendimento de destruição do seu entorno evolutivo, o espaço público e privado que desintegraram- e foram apropriados por outros novos processos. E aqui fica a pergunta: *A quem interessa o desabamento do Clube Caixeiral de Rio Grande?*

### **Considerações Finais**

Podemos previamente concluir que as mídias criam subterfúgios que não interrogam o cerne de importância do fato, e nesse caso, da imagem. Concluímos que as leituras dos fatos, não raras às vezes, são resultados do imediatismo, onde a insistência pelo descompasso dos conceitos aos quais está agregada a existência do que se retrata em uma imagem, sugere descaminhos, ou seja, o fato do desabamento dirige-se muito mais a comunidade de um modo geral, do que aos órgãos competentes, ou entenda-se que cada grupo expressa a sua vontade e permissão para atuar, mas isso não deve estar dissociado do restante do processo de identidade de um grupo.

Cabe aqui demonstrar que ao desenvolvermos esse trabalho, construiu-se um desafio, *que é entender como as mídias que tem uma vida tão acelerada, tratarão da releitura e entendimento do passado e da memória?*



A sociedade passa por momentos na contemporaneidade, onde tudo é muito rápido, a informação, os registros, as lembranças, a assimilação, e principalmente a relação de pertencimento para com o todo.

Não conseguimos nos entender como “seres” dentro de um processo de construção, e com essa dificuldade, como podemos entender o passado, como podemos entender o significado de entidades de classe, que não significaram apenas evolução econômica na cidade de Rio Grande, mas o seu significado como formadora de valores sociais, círculos familiares, costumes, imprensa entre outras questões.

O distanciamento do que entendemos por “pertencimento” é o principal vilão no que concerne o passado e toda a materialidade ainda existente, pois estes são os evocadores de memória, são eles que conjugam o passado em espaços temporais diferenciados, e essa negação dificulta ao passado encontrar o seu lugar, o que o torna presentificado, mas relegado a um segundo plano.

E a mídia, é um processo acelerador, registra, mas desintegra rapidamente. Como então provocar a mídia a ser menos instantânea e mais ativa na própria relação de poder que existe entre a comunicação e os documentos?

Como processar essa assimilação do passado, e prolongar esse registro para que tenha mais discussão, mas projeção e mais interrogações?

Concluimos que a trajetória que nos leva ao futuro, é a mesma que nos traz do passado, ou seja não entendemos a sociedade ainda como um todo, portanto não entendemos a relação de grupos de classes com a valoração devida a nossa evolução histórica e patrimonial, e isso aumenta a estranha relação de poder e o nosso distanciamento patrimonial.

## Referências

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Organização e seleção Sergio Micelli. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



DUARTE, Paulo César Borges. *A Fundação e os objetivos dos Clubes Caixeirais no RS – 1879 a 1890*. Disponível: [http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Volume\\_06\\_Paulo\\_Cesar\\_Borges\\_Duarte.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Paulo_Cesar_Borges_Duarte.pdf) Acesso em 22/12/2008.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª edição. 2ª reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MACHADO, Arlindo. *Máquina e Imaginário: O Desafio das poéticas tecnológicas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

PARENTE, André (Org.). *Imagem Máquina*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.  
<http://globov.globo.com/rbs-rs/rbs-noticias/v/predio-do-clube-caixerai-em-rio-grande-rs-nao-tem-previsao-de-restauracao/3253586/> - vídeo, acesso em: 02/04/2014.

PELEGRINI, Sandra C.A.; FUNARI, Pedro. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

\_\_\_\_\_. *Um Ecossistema do Patrimônio*. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (Orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

<http://defender.org.br/noticias/nacional/rio-grande-rs-sem-telhado-clube-caixeiral-aguarda-restauro/>

[http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n\\_sistema=3056&id\\_noticia=ODE1NzY=&](http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=ODE1NzY=&) acesso em: 02/04/2014

<http://www.clicsul.net/portal/sul-telhado-do-clube-caixeiral-de-rio-grande-desabou-neste-sabado-29/> acesso em: 02/04/2014.

<http://globov.globo.com/rbs-rs/rbs-noticias/v/predio-do-clube-caixerai-em-rio-grande-rs-nao-tem-previsao-de-restauracao/3253586/> - vídeo, acesso em: 02/04/2014



## O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

DODEBEI, Vera

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio*  
dodebei@gmail.com

WERNECK, Marcela

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio*  
marcelawerneck@yahoo.com

548

### RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo discutir, a partir do cenário atual das novas tecnologias digitais, de que forma determinadas ferramentas estão sendo utilizadas para a defesa do patrimônio cultural. Inicialmente realizaremos uma breve revisão histórica do desenvolvimento das políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil desde a criação do Sphan até a aprovação da legislação sobre o registro do patrimônio imaterial, seguindo sua trajetória de abertura em relação à participação da sociedade civil no processo. Em seguida faremos uma análise do uso de três recursos midiáticos do ciberespaço: a criação de páginas e comunidades sobre o *Rio Antigo* no Facebook, a organização de petições online e o website representativo da Associação Civil Defender.org.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural, preservação, internet.

### ABSTRACT

This paper aims at discussing how certain new digital technology tools are being used to defend the preservation of cultural heritage. Firstly we will present a brief historic review of the development of cultural heritage protection policies in Brasil, from the creation of Sphan until the approval of the intangible cultural heritage law, following its path of democratic opening to the participation of the civil society. As a follow-up we will analyze the use of three tools found in cyberspace: the creation of pages and communities about the ancient part of Rio de Janeiro on Facebook, the organization of online petitions and the official website of the Defend.org Civil Association.

**Key-words:** Cultural heritage, preservation, internet.

As primeiras políticas oficiais de proteção e preservação do patrimônio material surgiram após a Revolução Francesa, quando foi preciso dar destino aos bens confiscados da monarquia e disponibilizá-los para o usufruto cultural da sociedade (CHOAY, 2006). Ameaçados pela necessidade de capital financeiro do novo governo ou pela destruição ideológica, muitos bens anteriormente pertencentes ao clero, à coroa e aos emigrados foram poupados graças à intervenção de alguns antiquários-naturalistas, como Aubin-Louis Millin, aparentemente o primeiro a cunhar o termo *monumento histórico*. Neste período destaca-se o





ato da Constituinte de 2 de outubro de 1789, que coloca os bens do clero à disposição da nação, indicando o início de um processo de construção da identidade nacional francesa através de seu patrimônio cultural. É criada uma comissão dos “Monumentos”, que deveriam ser tombados, inventariados e postos fora de circulação, de modo a serem protegidos. Estas escolhas baseavam-se em quatro categorias: o valor nacional (formação da identidade francesa), o valor cognitivo e educativo (histórico, cívico, memorialista), o valor econômico (oferecendo modelos às manufaturas) e em último lugar o valor artístico. Maria Cecília Londres Fonseca assim resume este período:

549

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. A ideia de um patrimônio da nação, ou “de todos”, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, decretos e prescrições, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação (inventário, classificação, proteção) e, principalmente, definição de um campo de atuação política. (FONSECA, 2009, p. 58,59)

A autora reitera, portanto, a importância pedagógica da criação de uma coleção patrimonial para firmar os contornos das identidades nacionais. Estes bens reforçam a noção de cidadania, já que são uma propriedade comum. Também contribuem para tornar visível uma entidade abstrata e ratificam as narrativas da história oficial.

O conceito de patrimônio urbano surge no contexto das grandes reformas *haussemanianas* (BENCHIMOL, 1992), que evidenciam o conflito entre a preservação da cidade antiga – pré-industrial, guardiã dos princípios da arte e da estética – e o movimento progressista, que defende a reorganização do espaço sob a batuta da engenharia e do sanitarismo. Para os preservacionistas, a cidade histórica possui um papel museal, tal qual um objeto raro e frágil a ser conservado, aspecto esse também estimulado pelo desenvolvimento dos estudos arqueológicos. (CHOAY, 2006)

O Brasil passa a desenvolver políticas estatais de preservação do patrimônio a partir da era nacionalista do governo de Getúlio Vargas. A tarefa de construir a verdadeira identidade brasileira estava a cargo dos intelectuais modernistas, que tinham grande influência no cenário político-cultural (OLIVEIRA, 2008). Para Renato Ortiz, “O objetivo desses intelectuais é claro,



eles se propõem a compreender as crises e os problemas sociais e elaborar uma identidade que se adeque ao novo Estado nacional” (1994, p.130).

Podemos destacar duas fases principais deste percurso: na primeira considerava-se que a verdadeira brasilidade se traduziria no patrimônio cultural, composto por elementos harmoniosos, que se perpetuaria no espaço e no tempo e seria compartilhado pela maioria da população. Entretanto, segundo pensadores como Raymundo Nina Rodrigues, Sylvio Romero e Euclides da Cunha, a diversidade étnica brasileira dificultava a homogeneidade desta composição e formava uma barreira rumo ao patamar de civilização alcançado pelos países europeus e ao desenvolvimento econômico. (QUEIROZ, 1989).

Em contraponto a este primeiro momento, a segunda fase do movimento modernista acreditava que a identidade nacional poderia englobar toda essa diversidade. Este pensamento é bem representado por Mário de Andrade e seu *Macunaíma*, herói que apresentava características africanas, aborígenes e europeias de igual valor. Para Mario, a diversidade cultural era um elemento de riqueza e não de enfraquecimento. Também Oswald de Andrade, com sua teoria da antropofagia, via na aglutinação de diferentes elementos culturais a fórmula da originalidade e do valor da cultura brasileira (idem).

Mario de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, redigiu um anteprojeto para a criação do Sphan. Fonseca (2009) considera que a sua concepção de patrimônio, norteadada por uma noção antropológica de arte que unia a cultura erudita e a popular, era muito avançada e antecipou, em alguns aspectos, as diretrizes da Carta de Veneza de 1964. A preocupação com a valorização do fazer popular é facilmente identificável em seu pensamento, assim como um cuidado em estabelecer um diálogo com os interesses da população através dos museus municipais e propiciar ao público em geral a apreciação de estéticas que normalmente eram reservadas às camadas mais elitizadas da sociedade. Este projeto, entretanto, foi preterido pelo decreto-lei nº 25, de 30.11.37, elaborado por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que veio a ser o primeiro diretor do Sphan.

Rodrigo possuía grande experiência no campo do direito e concentrou seus esforços na redação de uma lei que pudesse resolver o conflito entre a preservação e o direito de propriedade. Assim, além do conceito de cultura e de patrimônio, ele se preocupou com o aspecto operacional das políticas de proteção, viabilizando o tombamento sem a necessidade de desapropriações. Este aspecto pragmático deixou de lado, entretanto, a produção cultural popular que Mario de Andrade defendia. A política inaugural do Sphan preconizava a proteção aos exemplares de *pedra e cal* e a elaboração de critérios técnicos e objetivos para a escolha dos



mesmos. A ênfase recaiu sobre os exemplares da arquitetura colonial mineira e das expressões da arquitetura barroca, valorizando o passado e a tradição e buscando definir critérios técnicos e objetivos para autorizar os tombamentos. (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002), Rodrigo de Mello Franco de Andrade encarava sua vida como uma missão de proteção ao patrimônio, tendo inclusive abdicado de outras carreiras mais rentáveis para se dedicar a esta tarefa. Acreditava firmemente que era através da preservação deste conjunto identitário que o Brasil caminharia verso a um status de país civilizado, sob moldes europeus. Rodrigo tentava persuadir a sociedade da importância do patrimônio e expressava grande frustração frente ao descaso das pessoas com a causa.

Nos anos setenta, sob a direção de Aloísio Magalhães, o Sphan sofreu significativas mudanças em suas diretrizes. Alinhando-se à antiga proposta das tradições móveis de Mario de Andrade, abriu espaço para o reconhecimento de expressões populares e dos bens culturais vivos, repudiando a visão eurocêntrica de cultura preconizada por Rodrigo. Em vez de “patrimônio histórico e artístico”, Magalhães referia-se a “bens culturais”, produções oriundas da vida cotidiana do povo. A noção anterior de “civilização” foi substituída pela de “desenvolvimento”:

Diferentemente de Rodrigo, seu propósito não é "civilizar" o Brasil preservando uma "tradição", mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento. Segundo ele, "nossas políticas econômicas e tecnológicas devem levar em consideração os bens culturais da nação, de modo que possamos realizar um desenvolvimento autônomo" (ibid.). Seu propósito é identificar e preservar o caráter nacional brasileiro de forma que o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico possa prosseguir sem que isto represente uma perda de autonomia cultural frente aos países do Primeiro Mundo (GONÇALVES, 2002, p.51).

Um exemplo significativo desta mudança de paradigma foi o processo de tombamento do terreiro da Casa Branca em Salvador: uma casa de candomblé, que nada tinha de valor arquitetônico ou artístico, mas que foi protegida da especulação imobiliária quando o conselho do Iphan reconheceu sua importância no contexto cultural-religioso da cidade. (VELHO, 2006)

A abertura proposta por Aloísio Magalhães acompanhou o movimento das recomendações da UNESCO, que oferecia cada vez mais espaço para o reconhecimento de culturas não-europeias com a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 e a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989. A Constituinte Brasileira de 1988 também abordou o tema da proteção à cultura popular,



considerando-a uma responsabilidade do Estado, mas recomendando a participação da sociedade no processo. Esta perspectiva acabou se concretizando definitivamente na aprovação do Decreto Federal 3.551, que instituiu o registro do patrimônio imaterial ou intangível (CHUVA, 2012). Marcia Sant'anna (2001) explica que o registro memorial do patrimônio imaterial apreende seu processo de produção e não apenas seus suportes materiais, a exemplo do Japão, onde templos são repetidamente destruídos e reconstruídos, pois sob a ótica daquele povo o importante é a preservação do *saber fazer*, e não da coisa em si.

Notamos, portanto, que as políticas de preservação do patrimônio no Brasil inicialmente obedeciam a critérios muito específicos de seleção, restringindo-se à conservação de bens materiais de determinadas características estéticas e arquitetônicas, e progressivamente foram ampliadas para incluir variadas formas de expressão, de caráter menos eurocêntrico e mais popular, com grupos minoritários podendo reivindicar espaços de reconhecimento. Esta abertura fez com que o poder de decisão não esteja mais somente não dos técnicos do Iphan, mas insere a questão na esfera da política:

Na atualidade, a temática do patrimônio cultural continua relacionada à questão das identidades, mas com novos recortes, sem perder completamente a referência ao pertencimento nacional. A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática, por meio de novas redes, dos movimentos sociais e de redirecionamento das tensões globais. (CHUVA, 2012, p.73)

Compreendemos assim que a preservação do patrimônio encobre um embate, um jogo de forças e de narrativas que procuram dar suporte às suas posições. O discurso protecionista é normalmente sustentado por uma retórica da perda, nos termos de José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002). Essa perda da transmissão memorial de geração para geração também é sublinhada por Pierre Nora (1993), o que explicaria a necessidade da criação e da proteção dos lugares de memórias.

Dada a importância da esfera discursiva para as políticas do patrimônio cultural, considera-se que a internet oferece várias ferramentas para que os grupos envolvidos nesta causa façam denúncias, divulguem informações e articulem ações de pressão popular para atingir determinados objetivos. Este quadro possibilitaria um aumento da esfera de influência da sociedade civil (FONSECA, 2009) no processo decisório sobre tombamentos e registros. A seguir examinaremos alguns exemplos destas ferramentas: páginas do Facebook que



colecionam imagens do Rio Antigo, o website oficial da Associação.Civil DEFENDER – Defesa do Patrimônio Histórico e ferramentas para a criação de abaixo-assinados online.

## O RIO ANTIGO NO FACEBOOK

Os processos memoriais sempre foram seletivos, por conta das limitações tanto do cérebro humano quanto da escrita. Com a revolução da informática, entretanto, parecemos ter inaugurado uma possibilidade de conservação quase infinita da memória: o meio digital. A ampliação da capacidade de acesso, do armazenamento e do compartilhamento de dados impulsionou a criação de vários sítios virtuais dedicados à memória individual, coletiva e histórica, na forma de coleções informais e sem grande organização (blogs, páginas do Facebook) assim como institucionalizadas (Memória do Mundo, da Unesco).

É neste sentido de produção de significados que podemos encontrar inúmeras páginas sobre a história e o patrimônio histórico do Brasil. Seus autores vão desde estudiosos das áreas relacionadas ao tema até pesquisadores informais. No Facebook são inúmeras as páginas dedicadas à memória do Rio antigo, como por exemplo O Rio de Janeiro Que Não Vivi (com mais de cinquenta mil seguidores), Fotos Antigas do Rio de Janeiro (com mais de vinte mil curtidas) e Fotos do Rio de Janeiro Antigo (com dez mil likes). Estas páginas se assemelham bastante no conteúdo: as postagens geralmente são compostas por fotografias em preto e branco das primeiras décadas do século XX. Nas duas primeiras, às vezes as imagens são acompanhadas das referências como tema, autor e data, mas nem sempre, o que leva os internautas a tentarem adivinhar o que está sendo retratado e a época. A terceira parece ser mais cuidadosa com a questão da autoria. Por vezes encontramos fotos mais recentes, como dos anos setenta e oitenta, embora não coloridas, o que reforça a ideia de antiguidade. Também são compartilhados filmes antigos, em geral de curta duração e hospedados no Youtube.

A popularidade deste tema nas redes sociais reforçaria a afirmação de Andreas Huyssen (2000) que há atualmente uma obsessão pela memória? Seus exemplos são bastante conhecidos: a proliferação de museus, filmes e livros sobre a memória do Holocausto, o History Channel, a moda retrô, as comissões da verdade pós-períodos ditatoriais, a profusão de biografias e até o filme Titanic, como metáfora do fim de uma era dourada, a falência do projeto iluminista. A mídia, para o autor, tem um forte papel constitutivo neste quadro de produção de memórias. Entretanto, em vez de tranquilizar, gera mais preocupação em relação ao esquecimento, talvez como resultado de uma sobrecarga gerada por ela própria.



Huyssen destaca ainda uma “lenta, mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global” (2000, p. 25). A aceleração da vida comercial, a compressão do tempo, a rapidez com que a tecnologia se torna obsoleta poderiam estar causando uma sensação de angústia e perda de referências seguras no homem moderno, e como em busca de um refúgio ele se voltaria para a estabilidade e previsibilidade das relações permanentes do passado. Neste sentido, estas páginas do Facebook reforçariam um sentimento de valorização do antigo como um viver mais desejável que o atual e também colocariam em primeiro plano a importância da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico.

554

### **DEFENDER.ORG – DEFESA DO PATRIMÔNIO NA WEB**

A Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico – é uma associação civil de direito privado, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que desde 2002 atua nas áreas de cultura e patrimônio, turismo, meio ambiente e cidadania, com sede e foro no Rio Grande do Sul. Qualifica-se como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, elaborando ou executando projetos, administrando recursos físicos, humanos e financeiros ou prestando apoio a outras organizações sem fins lucrativos que atuem na mesma área. Possui uma estrutura composta por diretores, um conselho fiscal e delegados regionais. Sua principal atividade é a promoção da defesa e da conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico, com quatro eixos de ações: preventiva/educacional, emergencial, consultiva e recuperativa.

Na página da entidade podemos encontrar, além das informações sobre sua constituição jurídica, resumos e registros fotográficos das ações desenvolvidas por seus delegados. Entre as mesmas destacam-se a oferta de cursos e oficinas, promoção de encontros e palestras, instalação de pontos de cultura, acompanhamento de inventários, processos de tombamentos e de recuperação, além da participação em atos públicos contra o abandono de bens patrimoniais. A Defender também ocupou o corpo de jurados da Comissão Nacional de avaliação das ações inscritas na 27ª edição do Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade, realizado pelo IPHAN.

O mecanismo de buscas do site é bastante eficiente e rapidamente fornece links para seu extenso arquivo de informações e notícias. Além da página na internet, a Defender possui perfis no Twitter e no Facebook, atualizados diariamente. Sua página no Facebook conta com mais de cinco mil seguidores, mesmo número do Twitter.





O objetivo de estimular a participação da sociedade civil no processo de proteção ao patrimônio fica bem explícito através da linguagem acessível e das figuras jovens de seus delegados, que transmitem uma ideia de dinamismo e mobilização. A comunicação é bastante proativa: mesmo em artigos sobre imóveis em estado crítico de abandono, o relato sempre busca levantar dados sobre as medidas que estão sendo tomadas para que o caso seja solucionado.

## PETIÇÕES PÚBLICAS

A Defender frequentemente encoraja os internautas a assinarem petições públicas online que exigem tombamentos ou a recuperação de prédios mal conservados. Entre os sites mais conhecidos que oferecem esta ferramenta estão o Avaaz e o Petição Pública. Qualquer pessoa pode abrir um abaixo-assinado, e no encerramento do processo o site informa qual destino foi dado às assinaturas e se a iniciativa alcançou seu objetivo. A comunidade Avaaz, que significa “voz”, se define como uma comunidade transnacional atuante em quatro continentes que conta com uma equipe profissional e voluntários de vários países. Além de coordenar os abaixo-assinados virtuais, financiam campanhas de anúncios, contactam governos por telefone e e-mail e organizam protestos. Um dos destaques de sua atuação foi a mobilização a favor da aprovação da Lei da Ficha Limpa, que alcançou 1.6 milhões de assinaturas.

O Petição Pública se apresenta como o primeiro site brasileiro desta modalidade, facilitando o acesso ao leitor que não fala outro idioma. Em sua página inicial, destaca o direito constitucional de petição aos Poderes Públicos, para defender direitos ou contestar ilegalidade e abuso de poder. Já o site Panela de Pressão, também bastante conhecido, diferencia-se dos demais por oferecer uma ferramenta de “pressão direta” aos governantes, prometendo acesso livre aos tomadores de decisão: através de um formulário, o internauta envia emails para os gabinetes dos envolvidos na questão. Também é possível “pressionar” através do Facebook, Twitter e por telefone. Quem cria uma mobilização é chamado de “cozinheiro” e ele se torna responsável por manter o fogo alto, através da divulgação nas redes sociais. O site procura assim incentivar a participação democrática, o desenvolvimento da cultura política e o uso do espaço público.

Em todas estas plataformas encontramos ações em prol do patrimônio de diversas categorias: no Avaaz, o pedido de que as sementes tradicionais brasileiras sejam consideradas patrimônio da humanidade, o tombamento do Cine Rio Grande em Manaus e o cancelamento



de um obra que vai reduzir a área de Mata Atlântica do Parque da Dunas, em Natal. Ou seja, exemplos de patrimônio genético, material e ambiental. No Petição Pública, constam reclames pela preservação da paisagem urbana de Bagé, Rio Grande do Sul, pelo registro das matrizes do forró como patrimônio cultural e da iguaria *ginga com tapioca* como patrimônio imaterial do Rio Grande do Norte. No Painel de Pressão, procura-se proteger teatros antigos de São Paulo da especulação imobiliária, que está forçando seu fechamento, pedindo que sejam tombados. Fica evidente, portanto, que a força da expressão da sociedade sobre estes assuntos é considerada muito importante pelos ativistas que lideram as iniciativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos descrever algumas modalidades de mobilização online pela preservação do patrimônio. A primeira diz respeito à guarda da memória: as páginas sobre o Rio antigo no Facebook se constituem como museus, como guardiões de peças fotográficas consideradas de extremo valor pelos internautas, que imprimem a elas um status de raridade, de documento histórico e memorial. Elas são reunidas em um formato de coleção que pode ser acessada de modo mais ou menos catalogado, através da visualização dos álbuns, ou aleatoriamente, seguindo o fluxo da timeline. Esta desorganização, característica hipertextual das novas tecnologias digitais poderiam estar nos remetendo à dinâmica da transmissão oral da memória, tomando como base os três pólos de transmissão do saber enunciados por Pierre Levy (2004), a oralidade, a escrita e a digital? O pólo da oralidade diz respeito à narrativa mítica, circular, transmitida através da memória coletiva e das tradições da comunidade, sem compromisso com a veracidade ou cronologia dos fatos e sim com as representações ali contidas, com as mensagens e símbolos a serem transmitidos para as próximas gerações. A escrita, em contrapartida, se baseia numa linearidade, num estatuto de verdade, abrindo espaço para o exercício da interpretação e da crítica; o saber científico, a prova, o documento, a historicidade. Na era digital temos o predomínio da imagética e da infografia, que estariam nos levando de volta ao pólo da oralidade:

Hoje, os atributos de reprodutibilidade e prova devidos ao relato escrito não convém às novas linguagens. A primeira grande ruptura na estabilidade da escrita é, como no relato mítico, a possibilidade de autoria múltipla. Recortes e recomposição da informação são processos incentivados pelo livre acesso aos estoques de conhecimento do espaço virtual, a despeito das inúmeras tentativas de preservar direitos autorais. (DODEBEI, 2008, p.18)



Considera-se que o sentido de patrimônio está acompanhando a evolução dos três pólos de transmissão de saber: na oralidade, o patrimônio como herança; na escrita, o desejo arquivístico no documento, no registro físico, nos museus, bibliotecas, monumentos, pedra e cal; e na era digital o patrimônio imaterial como informação hipertextual (DODEBEI, 2008). A dinâmica das páginas sobre o Rio Antigo no Facebook oscila entre as esferas do oral como deliberação e livre transmissão, e da imagética e da escrita como registro documental que dá suporte a um discurso protecionista, temeroso do apagamento e do esquecimento. Os criadores destas páginas fazem do suporte digital do Facebook um lugar de memórias, no sentido clássico de Pierre Nora - a possibilidade de preservação frente à perda da transmissão memorial espontânea de geração para geração - apesar das evidentes limitações técnicas desta ferramenta no que diz respeito a uma conservação a longo prazo, haja visto que redes sociais tendem a “morrer” e serem substituídas por outras à medida que novas tecnologias vão sendo implementadas, como aconteceu com o Orkut. Vale lembrar que muitas instituições brasileiras, como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional já possuem projetos de digitalização de seus acervos imagéticos e os disponibilizam ao público, embora sem este caráter sócio-interativo. Curioso também é o fato do Facebook produzir ele mesmo a sensação de compressão do tempo identificada por Huysen, por estar estruturado sob o formato de linha do tempo que avança impiedosamente. Por isso o cuidado dos administradores das páginas em postar as fotos nos álbuns e não como atualização de status, pois é muito trabalhoso recuperar um post de meses anteriores.

O outro aspecto que pretendemos abordar neste artigo diz respeito à dimensão democrática das ferramentas da internet que estão sendo usadas nos debates acerca do patrimônio. Maria Cecília Londres Fonseca, após examinar as solicitações de tombamentos entre 1970 e 1990, ressalta que os mecanismos de pedido se tornaram mais acessíveis à população, mas a decisão continuou centralizada nos órgãos técnicos e reconhece a complexidade de uma mudança: “criar mecanismos institucionais em que a sociedade esteja representada poderia converter a seleção de bens para integrarem o patrimônio numa decisão mais política que técnica” (FONSECA, 2009, p.185), considerando que a apropriação política das discussões sobre patrimônio é distinta de uma ideologização da mesma: “politizar no sentido de que esses bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira” (p.220).

O site da Defender.org é um bom exemplo de espaço virtual que aproxima a face institucional da proteção ao patrimônio aos anseios da comunidade. Procura traduzir os



meandros jurídicos que muitas vezes afastam a população da participação democrática e fornece canais para a mesma, como as petições públicas online que aqui destacamos. Manuel Castells lembra, entretanto, que as tecnologias de comunicação não são a “fonte de causação social” (CASTELLS, 2012, p.166), mas têm um incontestável papel determinante em processos de abertura democrática porque estimulam o desenvolvimento de uma cultura da autonomia, na qual o sujeito orienta suas ações de modo independente das instituições da sociedade, a partir de seus próprios códigos de valor e ligando-se em rede com outros sujeitos que compartilhem de suas visões de mundo. Essa autonomia representa, para o autor, “a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (p.167), uma cultura da liberdade própria da internet, que se constituiu a partir da cultura hacker de descentralização das tecnologias da informação. Os processos decisórios sobre a patrimonialização cultural, embora ainda firmemente institucionalizados, estão sem dúvida inseridos em novas dinâmicas por conta da revolução da informática.

558

## REFERÊNCIAS:

- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHOAY, Françoise. *A Alegria do patrimônio*. SP: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- CHUVA, Marcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (orgs). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.



GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. In: *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. V.1, n.1. São Paulo: 1989. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v011/v1n1a02.pdf>> Acesso em out 2014.

SANT'ANNA, Marcia. Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*. V. 12, n. 1. Rio de Janeiro: 2006.

## RECURSOS DA INTERNET

Abaixo-assinado pelo registro das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil. Petição Pública. Disponível em:

<<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N7394>>. Acesso em: nov 2014.

Cine Rio Grande – tomar como patrimônio histórico e reavivar. Petição Pública. Avaaz.

Disponível em:

<[autoridades\\_publicas\\_municipal\\_Natal\\_do\\_RN\\_e\\_da\\_Uniao\\_tombar\\_como\\_patrimonio\\_historico\\_e\\_reavivar\\_o\\_Cine\\_Rio\\_Grande](#)>. Acesso em: nov 2014.



Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico. Disponível em:

< <http://defender.org.br/>> Acesso em: nov 2014.

Declarar as sementes tradicionais patrimônio da humanidade. Petição Pública. Avaaz.

Disponível em:

<[https://secure.avaaz.org/po/petition/DECLARAR\\_AS\\_SEMENTES\\_TRADICIONAIS\\_PATRIMONIO\\_DA\\_HUMANIDADE/?pv=36](https://secure.avaaz.org/po/petition/DECLARAR_AS_SEMENTES_TRADICIONAIS_PATRIMONIO_DA_HUMANIDADE/?pv=36)>. Acesso em: nov 2014.

Fotos antigas do Rio de Janeiro. Página do Facebook. Disponível em:

< <https://www.facebook.com/fotosantigasdoriodejaneiro>>. Acesso em: nov 2014.

Fotos do Rio de Janeiro Antigo. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pages/Fotos-do-Rio-de-Janeiro-Antigo/420285374730071>>. Acesso em: nov 2014.

Ginga com Tapioca - Patrimônio Imaterial do RN. Petição Pública. Disponível em:

< <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR70094>>. Acesso em: nov 2014.

Movimento pela preservação do patrimônio histórico de Bagé. Petição Pública. Disponível em:

< <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=PHBAGE11>>. Acesso em: nov 2014.

O Rio de Janeiro que Não Vivi. Página do Facebook. Disponível em:

< <https://www.facebook.com/ORioDeJaneiroQueNaoVivi>>. Acesso em: nov 2014.

Salve os Teatros ameaçados – patrimônio cultural de São Paulo. Mobilização online. Painel de Pressão. Disponível em < <http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/498>>. Acesso em nov 2014.

Salve Parque das Dunas. Petição Pública. Avaaz. Disponível em:

<[https://secure.avaaz.org/po/petition/Gilberto\\_Occhi\\_Ministro\\_das\\_Cidades\\_e\\_Rosalba\\_Ciarlina\\_Governadora\\_do\\_RN\\_Salve\\_o\\_Parque\\_das\\_Dunas\\_do\\_projeto\\_de\\_reestrut/?pv=7](https://secure.avaaz.org/po/petition/Gilberto_Occhi_Ministro_das_Cidades_e_Rosalba_Ciarlina_Governadora_do_RN_Salve_o_Parque_das_Dunas_do_projeto_de_reestrut/?pv=7)>. Acesso em nov 2014.





## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 17**

**RELAÇÕES ETNICORRACIAIS**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 17

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 17

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 17

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
 Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
 Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Sinara Neves (UCSAL)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
 Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
 José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
 Leonardo Castriota (UFMG)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
 Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
 Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)





### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 17

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

PERCEPÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO UNIVERSO RACISTA, SEXISTA E CLASSISTA - REIS, Maria Clareth Gonçalves .....	1-19
POLÍTICA DE COTAS NO COLÉGIO PEDRO II: INICIANDO O DEBATE – BASTOS, Priscila da Cunha .....	20-38
CRÍTICA CULTURAL: UM MÉTODO INTERDISCIPLINAR PARA PESQUISA EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – SANTOS, Ana Fátima Cruz dos .....	39-50
DISCURSOS SOBRE A PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL – ROCHA, Jose Geraldo .....	51-62
DEPORTO-ME PARA SOBREVIVER. O HAITI TAMBÉM É AQUI – GUIMARÃES, Maristela Abadia; MULLER, Maria Lucia Rodrigues .....	63-76
A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013) – SILVA, José Bento Rosa da; SILVA, Dianne Kéthully Delfino da .....	77-87
IDENTIDADE, CULTURA E INDÍGENAS: PERSPECTIVAS DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR PARA O VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ – MIOLA, Ana Carolina Moreira .....	88-99
EM BUSCA DE RASTROS PRECONCEITUOSOS DE EXU, NA LEI 10.639/2003 – MARQUES, Maria Cristina .....	100-118
AS ELITES E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO: ALÉM DAS CONTAS UNIVERSITÁRIAS – SANTOS, Nilo Rosa; CARVALHO, Ana Barreiros de ....	119-133
A DANÇA DO SAMBA E DO FUNK: CULTURA ÉTNICA DE EXPRESSÃO CORPORAL ENTRE HOMENS E MULHERES NA CIDADE CARIOCA – RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira; SILVA, Cristina da Conceição; COELHO, Patricia Ferreira.....	134-147
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO FRENTE À CONQUISTA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA – SOUZA, Sidimara Cristina; BRANDÃO, André Augusto Pereira .....	148-166
COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA? – SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos .....	167-183



- DIFERENÇA E RECONHECIMENTO: A BUSCA DE UM REFERENCIAL NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS – SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias da; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da .....184-200
- A PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL – BAPTISTA, Ronaldo Pimentel ....201-215
- POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: O CONTEXTO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA – BORGES, Leda Marques; DOURADO, Thays Barbosa .....216-232
- ‘ETYMOLOGIAS, PRETO’: SENTIDOS DA NEGRITUDE EM DISPUTA NO PERIODISMO CARIOCA (1900-1920) – SILVA, Luara dos Santos .....233-245
- MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU’S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro .....246-262
- CORPOREIDADE E IDENTIDADE, O CORPO NEGRO COMO ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÃO – SILVA, Joyce Gonçalves da .....263-275
- MÚSICA E RAÇA: ANÁLISE DOCUMENTAL DENTRE AS LICENCIATURAS EM MÚSICA DE TRÊS UNIVERSIDADES DO RIO DE JANEIRO – MOUTINHO, Renan Ribeiro .....276-287
- LEI 10.639/2003: NOVOS RUMOS PARA AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL – SILVA, Rosilene da Conceição; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos .....288-301
- AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA – MACIEL, Álvaro dos Santos ...302-317
- O RACISMO NO TABULEIRO DE XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – COLOMBO, Cristiano da Silveira; STAHL, Nilson Sergio Peres; MOURA, Sergio Arruda .....318-330
- O ARTIGO 68 ADCT COMO INSTRUMENTO DE REPARAÇÃO TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO – VOGT, Gabriel Carvalho .....331-344
- AS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS E O JOGO TEATRAL PROPOSTO PELA METODOLOGIA DE ENSINO DO TEATRO DO OPRIMIDO – ARAUJO, Francisco W.B Sampaio de .....345-361
- HETERO OU AUTOIDENTIFICAÇÃO: QUAL MELHOR MECANISMO PARA UTILIZAÇÃO NAS COTAS? – BASTOS, Thiago Guerreiro; TERRA, Alessandra Dale Giacomini; NUNES, Lílían Cazorla do Espírito Santo .....362-379



**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 17

O ENSINO DO NEGRO E A HISTÓRIA DE AFRODESCENDENTES NO BRASIL NOS SÉCULOS XX E XXI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL – SOUZA, Hilma de Pinho .....	380-393
MULHER NEGRA É SERVIÇAL – A VERDADE DAS IMAGENS DE UMA REVISTA PARA JOVENS – OLIVEIRA, Iris Agatha de .....	394-412
A RELIGIOSIDADE E OS CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIAIS VISTOS A PARTIR DAS IRMANDADES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – SILVA, Maria Amélia Belisário da; CEZAR, Lilian Sagio .....	413-429



## PERCEPÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO UNIVERSO RACISTA, SEXISTA E CLASSISTA

REIS, Maria Clareth Gonçalves

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF*  
*clareth13@gmail.com*

1

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender processos de construção de identidades raciais de professoras negras atuantes no ensino superior. Como objetivos específicos, busquei perceber como processos de construção de identidades raciais, de gênero e de classe são vivenciados pelas professoras e; entender as suas percepções em relação à negritude e às classes sociais nas quais se enquadram. Para isto, utilizei a abordagem qualitativa, optando pelo uso da *história oral*, por compreender que este método melhor atende aos objetivos propostos. Na produção dos dados, utilizei *entrevistas de histórias de vida*, considerando as trajetórias das professoras. A escolha das entrevistadas foi guiada por critérios qualitativos, enfatizando o significado das suas experiências individuais e coletivas. Realizei cinco entrevistas, de acordo com o perfil previamente estabelecido, ou seja, que fossem professoras do ensino superior e que se autodeclarassem negras.

**Palavras-chave:** Professoras negras. Identidades. Histórias de vida.

### ABSTRAT

This work has as principal aim to understand the process of race identity construction of black university teachers. As specific aims, I tried to perceive how the process of race, gender and class identity construction are lived for the teachers and to understand their perceptions about blackness and social classes that they are included. For this, I used a qualitative approach, choosing the *oral history* because this approach it is the best for the aims proposed. To produce the data, I used *life stories interviews*, considering the teacher's trajectories. The choice of these teachers was guided by qualitative criteria, emphasizing the meaning of their individual and collectives experiences. I did five interviews, according with the profile previously settled, it means, university teachers that had declared themselves as black women.

**Key-word:** Black teachers. Identities. Life stories.



"(...) Minha negritude não é uma pedra  
E sua surdez arremessada contra o clamor do dia  
Minha negritude não é uma gota d'água morta  
Sobre o óleo morto da terra  
Minha negritude também não é uma torre ou uma catedral  
Ela mergulha na carne vermelha do solo  
Ela mergulha na carne ardente do céu  
Minha negritude perfura a aflição de seu sossego correto."  
Aimé Césaire  
(Tradução: Marília Matias de Oliveira)

2

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer alguns resultados da pesquisa realizada por mim no doutorado<sup>1</sup>. Busquei perceber como processos de construção de identidades raciais, de gênero e de classe são vivenciados pelas professoras e; entender as suas percepções em relação à negritude e às classes sociais nas quais se enquadram. Para isto, utilizei a abordagem qualitativa, optando pelo uso da história oral, por compreender que este método melhor atende aos objetivos propostos. Na produção dos dados, utilizei entrevistas de histórias de vida, considerando as trajetórias das professoras. Realizei cinco entrevistas, de acordo com o perfil previamente estabelecido, ou seja, que fossem professoras do ensino superior e que se autodeclarassem negras.

Pensei em trabalhar com seis entrevistas. Mas, no decorrer da pesquisa de campo, percebi que a quantidade de depoimentos que eu tinha coletado já era suficiente para fazer as articulações necessárias para, a partir daí, chegar a inferências significativas aos propósitos da pesquisa. Nesse sentido, a quantidade de entrevistas não foi algo determinado com rigidez. Pelo contrário, ela foi se definindo no decorrer do trabalho, até o momento em que eu percebi que esse número me possibilitava realizar comparações e perceber analogias entre as distintas versões apresentadas pelas entrevistadas sobre as suas trajetórias.

A escolha das entrevistadas foi guiada por critérios qualitativos, enfatizando o significado das suas experiências individuais e coletivas, levando em consideração a opção pela história oral como método de trabalho. Nesse sentido, decidimos chegar até às entrevistadas

<sup>1</sup> Cursado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense em 2008, tendo como tema título "Mulheres Negras no Ensino Superior: as histórias de vida que as constituíram".



através de contatos informais. Ou seja, elaboramos uma lista com alguns nomes de professoras negras que apresentavam o perfil que procurávamos e, a partir daí, entrei em contato com elas e coloquei o objetivo da pesquisa, procurando saber se tinham interesse em compartilhar suas trajetórias. Todas as professoras que tive a oportunidade de apresentar as intenções da pesquisa aceitaram participar, indicando, ainda, outras professoras dentro de perfil procurado.

As entrevistas foram realizadas a partir do final de 2005 com as professoras Abayomi, Daise, Mônica, Helena e Lourdes Brazil, seguida de um roteiro de acompanhamento. Para isto, adotei como dinâmica a realização de uma entrevista com cada professora, com duração de, aproximadamente, 60 minutos, considerando a disponibilidade de cada uma. No início de cada entrevista, eu solicitei às professoras que narrassem as suas trajetórias, levando em conta os momentos marcantes de suas vidas no que se refere às questões raciais, de gênero e de classe. Nesse sentido, o roteiro foi utilizado para direcionar melhor as entrevistas, para não perder de vista os objetivos propostos.

Ressalto, ainda, que o tempo predeterminado para coleta de dados foi pensando de maneira flexível, já que era a transcrição de cada entrevista que orientava a necessidade da realização, ou não, de um outro encontro, caso as narrativas não contemplassem as questões da pesquisa. E, isso foi feito apenas com duas entrevistadas, pois uma hora não foi suficiente para que expusessem as suas trajetórias e, além disso, algumas partes dos relatos não estavam suficientemente compreensíveis, sendo necessários alguns esclarecimentos.

Considero importante esclarecer também que a identificação de forma fictícia ou real foi opção das próprias entrevistadas. Algumas afirmaram que a opção do uso do próprio nome está relacionada com a própria afirmação de suas identidades. Outras não esclareceram o motivo pelo qual preferiram usar o nome verdadeiro e apenas uma preferiu usar um pseudônimo, não especificando o motivo de sua escolha. Outro aspecto que destaco no perfil das professoras entrevistadas refere-se à idade delas, ou seja, encontram-se na faixa etária entre 38 a 60 anos.

Todas as professoras entrevistadas concluíram cursos ligados à área de Ciências Humanas e, também, exercem as suas atividades profissionais nesta área. Apenas a professora Lourdes Brazil leciona no curso de engenharia, embora tenha feito o curso de economia. É importante salientar que a minha pretensão era trabalhar com narrativas de professoras negras de distintas áreas (humanas, exatas, biológicas, agrárias, tecnológicas, etc.). O meu interesse



era tentar perceber se a inserção em diferentes cursos, de distintas áreas, como aluna e como docente, poderia interferir no processo de construção de suas identidades raciais negras, mas isto não foi possível, já que, conforme estudo desenvolvido por Teixeira (2006), a inserção das mulheres nos cursos superiores e na profissão de magistério também está interligada aos quesitos cor, raça e classe.

Ao divulgar a realidade brasileira no que se refere à profissão de professor, inicialmente, Teixeira (2006) nos traz um dado que a nossa vivência cotidiana já vinha apontando, ou seja, a profissão de magistério é predominantemente branca e feminina. No entanto, em relação aos quesitos gênero e cor, estes variam de acordo com a modalidade de ensino ocupada.

Ainda conforme os dados apresentados por Teixeira (2006), as pessoas brancas e do sexo masculino ocupam o nível de ensino mais elevado, ou seja, estão alocadas nos cursos de ensino superior. Já as pessoas negras atuam nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e ensino profissionalizante. Confirmando o que foi dito antes, apesar de a profissão de professor ser eminentemente feminina, os dados apresentam uma disparidade no que se refere ao nível de ensino:

Em torno de 60% das mulheres professoras têm nível médio e atuam no ensino fundamental, enquanto os homens só atuam nesse nível de ensino em 23%; a maior parte (31,7%) atua no nível médio e em expressivo percentual (18,3%) trabalha no nível superior de ensino. Ou seja, através desses dados se pode concluir que o ensino superior é uma categoria masculina (a participação dos homens é mais de quatro vezes superior à participação das mulheres), assim como o ensino médio, os cursos de formação profissional e de educação física, enquanto o ensino fundamental e a educação infantil para profissionais de nível médio são femininos e mais representativos também para pretos e pardos (TEIXEIRA, 2006, pp. 27-28).

Outro dado importante apresentado pela autora mostra que as mulheres negras têm maior atuação no nível de ensino fundamental. Quanto ao ensino médio, há uma presença maior de homens, independentemente da cor, e em relação às mulheres há um percentual maior de mulheres brancas. Os dados apresentados mostram que à medida que se eleva o nível de ensino diminui a presença feminina e negra. Esse quadro confirma que as condições de cor, raça, de gênero e de classe (pois as mulheres negras, de um modo geral, encontram-se entre os mais pobres) interferem na escolha, no acesso e na permanência nos cursos superiores, bem como na atuação profissional, como docentes, tal como aponta Teixeira (2003): “o sistema de ensino é visto como um lugar, ou um dos lugares, onde a sociedade estaria reproduzindo as desigualdades” (p. 23).



A partir da contribuição da autora supracitada, no próximo item, darei ênfase a aspectos que tratam de processos de constituição de identidades negras e de gênero a partir das falas das entrevistadas.

## **O RELATO DE HELENA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE - CONCEITOS QUE SE ENTRECruzAM CONSTANTEMENTE**

5

Helena foi uma criança negra, como o seu pai sempre falava, privilegiada, por ter tido contato desde os cinco anos de idade com pessoas que participavam de discussões sobre a questão da *negritude* não só no Brasil, como na África e nos Estados Unidos (REIS, p. 42, 2008).

Todas as entrevistadas apontaram aspectos importantes concernentes a constituição de suas identidades negras, de gênero e de classe. A questão da responsabilidade de se reconhecer como negra, colocada por Helena, a primeira entrevistada, em seu depoimento, transcorre todo o seu relato. A consciência de sua condição de raça e de gênero sempre esteve presente em sua trajetória, desde a infância. Essa condição de ser mulher, ser negra e, também, de pertencimento a uma determinada classe social perpassa também a trajetória de todas as entrevistadas, de maneiras distintas e/ou semelhantes. Porém, os elementos que vêm sendo apontados nas entrevistas a partir destes três eixos apontaram maior incidência à discriminação racial<sup>2</sup> que, muitas vezes, se sobrepõe às discriminações de gênero e de classe. Isto justifica a maior atenção dada à questão racial neste estudo, sem deixar de lado as outras discussões, já que se entrecruzam constantemente.

Dando continuidade à análise do relato de Helena, é importante compreendermos que, histórica e universalmente, as mulheres buscam não somente entender a posição que ocupam na sociedade, mas procuram modificar e eliminar a visão sexista – a discriminação entre os sexos – que perdura há séculos. Sabemos que essa tarefa não tem sido fácil, principalmente porque essa

<sup>2</sup> Discriminação racial é compreendida neste texto a partir da definição elaborada pela Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada pelas Nações Unidas e ratificada pelo Brasil, pela África do Sul e pelos Estados Unidos. Ou seja, como [...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em condições iguais, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e qualquer outro da vida pública (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2000, P. 20).





ideologia sexista foi e tem sido fortemente introjetada (in)conscientemente, no pensamento de todas as pessoas, independentemente dos sexos.

Assim, objetivando um melhor entendimento e a busca pela supressão desse sexismo arraigado socialmente, surge, na década de 1970, o termo “gênero”, com a finalidade de teorizar a diferença sexual (SOIHET, s/d). Nesse sentido, é importante saber que os dois termos, gênero e sexo, estão interligados, mas não possuem o mesmo significado, sendo essa subdivisão necessária para entendermos as relações estabelecidas culturalmente entre homens e mulheres. “Sexo está interligado à dimensão biológica, condição orgânica que distingue o macho e a fêmea” (YANNOULAS et al 2000, p. 427).

Já o termo gênero, na concepção de Joan Wallach Scott, é recente. Começou a ser usado pelas feministas “mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (1995, p. 1). Para a autora, esse termo parece ter sido empregado, inicialmente, pelas americanas, implicando uma rejeição ao determinismo biológico contido na palavra “sexo” ou “diferença sexual”. Além disso, estas defendiam que os estudos deveriam centralizar-se não somente nas mulheres, mas também nos homens, já que eram definidos como termos recíprocos. O foco, portanto, destes estudos concentrava-se nos aspectos históricos que envolviam a compreensão dos papéis sexuais e do simbolismo sexual em determinados locais e períodos; e, ainda, na busca pela acepção e funcionamento da manutenção da ordem social vigente, bem como nas possíveis intervenções e mudanças.

A partir da compreensão do estudo desenvolvido por Scott (1995), percebo que entender a dinâmica de gênero nas relações sociais entre os sexos, opondo-se às explicações biológicas, seja um dos aspectos essenciais para compreensão de sua aplicabilidade. Porém, entender tal conceito não é tão simples, mesmo porque trata-se de uma teoria em construção. Como afirma a autora citada, muitas/os estudiosas/os associam esse conceito a coisas meramente relacionadas às mulheres, sem construir outras relações.

Ainda na percepção de Scott (ibidem), o conceito de gênero, empregado dessa forma, não tem forças suficientes para apreender e intervir nos contextos históricos existentes. Assim, o seu sentido deve ir além, precisa vincular-se “com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder” (SCOTT, 1995, p. 82). Entender gênero, nessa perspectiva, é perceber a opressão das mulheres no conjunto das relações sociais, bem como as relações de poder que também são desigualmente distribuídas entre os sexos. Além disso:



É preciso abrir novas possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça (SCOTT, 1995, p. 90).

Neste sentido, conhecer esses elementos que orientam a discussão de gênero faz-se necessário para compreendermos a trajetória de lutas e embates travados, historicamente, pelas mulheres. Afinal, aprendemos a ser mulher numa sociedade androcêntrica, sendo levadas a aceitar tal desigualdade e introjetando características que nos depreciam e nos constroem cotidianamente (ROSADO E LAMPHERE, 1979).

Pois, desde a tenra idade, a menina já aprende a ser menina e, por sua vez, o menino a ser menino (MORENO, 1999). A família, a escola e outros espaços sociais contribuem fortemente para a manutenção e a reprodução do sexismo. Além disso, a escola, fazendo uso do pensamento científico, geralmente de forma dogmática, desconsidera que a “ciência constitui uma forma particular de interpretar o mundo em cada época histórica e não está em absoluto isenta de preconceitos ideológicos” (Ibidem, p. 21). Pois, através de sua forma de “transmitir” o conhecimento, determina “os modelos de pensamento e os padrões de conduta que os/as seus/suas alunos/as devem seguir num determinado momento histórico” (Ibidem). Assim, nas diversas concepções científicas, está presente a discriminação da mulher, que se manifesta através dos preconceitos com os quais a ciência compactua. Nessas concepções, encontram-se, ainda, o racismo que, através de estigmas e estereótipos, faz com que as pessoas negras se sintam marginalizadas.

E, para entendermos como, historicamente, as mulheres negras se mobilizam para desconstruir esses estigmas e estereótipos, recorro ao texto de Sueli Carneiro (2003), intitulado “Mulheres em Movimento”, onde a autora faz uma abordagem sobre a trajetória de luta das mulheres no Brasil nas últimas décadas. Para ela, esse movimento é bastante respeitado não só em nível nacional, mas também internacional. A principal marca deixada por esse movimento está presente na Constituição de 1988, onde obteve ganhos significativos, mudando de maneira profunda a situação jurídica das mulheres brasileiras, tendo destaque também na criação de políticas públicas voltadas para as questões femininas.



Dentre essas políticas, a autora destaca: a criação dos Conselhos de Condição Feminina, objetivando a elaboração de políticas públicas voltadas para o combate à discriminação das mulheres e a promoção da igualdade de gênero; as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), inclusive compostas por abrigos para proteção das mulheres, em caso de violência; e a luta das mulheres pelo direito de tomar decisões em relação ao seu próprio corpo, como, por exemplo, decidir se querem ter filhos ou não. Em meio às várias conquistas das mulheres, destaco a implementação da Lei 11.340, intitulada Lei Maria da Penha – de combate à violência doméstica e familiar que provoque morte, sofrimento físico, sexual, psicológico, e dano moral ou patrimonial.

Todas essas conquistas têm grande relevância para o Movimento de Mulheres no Brasil, pois as desigualdades são evidentes. No entanto, a autora destaca a visão universal desse movimento que não reconhecia outras faces das desigualdades relacionadas às mulheres negras. Gonzáles (1982) também teve essa percepção, ao descrever a exclusão da mulher negra dos textos e do próprio movimento feminino brasileiro. Para ela, “a maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social, e econômica que a mulher estava submetida [...] não atentaram para o fato da opressão racial” (p. 100).

Foi a partir dessas e de outras necessidades que se originou o movimento de mulheres negras no Brasil, entre o final da década de 1970 ao início de 1980, colocando na pauta o combate às desigualdades de gênero e intragênero. Passaram a levar em consideração as especificidades das mulheres negras nesse país, que sofrem discriminação tríplice: por serem mulheres, por serem negras, e por serem de classe social superexplorada. A esse respeito, Crenshaw (2002) utiliza o termo interseccionalidade, metaforicamente, como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou três eixos da subordinação” (p. 177).

No contexto da criação do movimento de mulheres negras no Brasil, Schumacher e Vital Brasil (2007) dão destaque ao desempenho de duas grandes mulheres no processo de criação do movimento, deixando marcas inapagáveis na nossa história. Uma delas é Lélia Gonzáles, doutora em antropologia, militante, cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), com extensa produção intelectual, que teve grande destaque na mobilização e na luta das mulheres negras. A outra mulher citada pelos autores é Maria Beatriz Nascimento, poetisa, ativista, historiadora, desenvolveu vastos estudos sobre quilombos e que participou da fundação do



Instituto de Pesquisas e Cultura Negra, no Rio de Janeiro (IPCN). Como afirmam Schumacher e Vital Brasil (2007), “ambas deixaram como legado o entendimento imprescindível da necessidade de se ancorar as ações na ‘feminização’ das questões raciais e na ‘racialização’ do ideário feminista” (p. 329).

Os autores apontam, ainda, o crescimento do movimento de mulheres negras brasileiras, nas últimas três décadas, marcado pelo surgimento de inúmeros grupos que se organizam na intenção de dar continuidade à luta pela superação de todos os tipos de exploração e discriminação. De acordo com o Manifesto Marcha das Mulheres Negras (2014), no Brasil, as mulheres negras são 49 milhões, 25% da população brasileira. Ainda, conforme o Manifesto entre os maiores problemas enfrentados por esse grupo social destaca-se a violência, além da dificuldade ao acesso à saúde de qualidade e liberdade e respeito ao culto de religiões afro-brasileiras.

Mobilizadas, as mulheres negras continuam lutando para reverter essa realidade que os indicadores sociais vêm confirmando. O conjunto de iniciativas que elas estão buscando, confirma mudanças importantes neste quadro discriminatório. Pois não podemos negar que há uma maior participação das mulheres negras no mercado de trabalho, no sistema educacional e em outros setores sociais. E que muitos avanços foram obtidos através da participação das mulheres negras nas instâncias governamentais e não-governamentais, em seminários, colóquios, conferências nacionais e internacionais, entre outros espaços de debate. Estas discussões dão sustentação à luta pela criação de políticas públicas voltadas para as questões das mulheres negras, como saúde, educação, mercado de trabalho, meios de comunicação, sexualidade etc.

Não obstante, ainda há muito a conquistar, pois as desigualdades sócio-raciais e de gênero ainda são significativas. É preciso continuar a luta por melhores oportunidades, sem nenhum tipo de discriminação de gênero, de classe ou de raça. Pois, apesar de todas as conquistas que as mulheres negras vêm obtendo no decorrer de sua trajetória, nos dias atuais, muitas ainda são vítimas de violência física, sexual e psicológica, sofrendo a interferência de vários fatores que as impedem de conseguir emprego, como idade, estado civil, número e idade dos filhos, cor da pele, padrões estéticos, dentre outros.



## **O RELATO DE MÔNICA: A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE ENQUANTO MULHER NEGRA**

“Eu nunca tive dificuldade em me perceber como negra”! (Mônica, p. 1, 2006),

Como vimos, as mulheres negras, comumente, estão situadas num espaço onde há discriminação racial, de gênero e de classe. Geralmente, as três vias, ora se sobrepõem, ora se cruzam. Uma das situações narradas por Mônica exemplifica esse entrecruzamento, sobretudo, entre raça e classe. Ela descreve um dos fatos ocorridos quando estudava numa escola frequentada, principalmente, por estudantes da classe média. Conforme relata, “nessa escola, eram pouquíssimos negros, isso eu me lembro com clareza, porque eu tinha dois sofrimentos na época: eu era uma das únicas negras e era pobre [...] Aí vem a questão de classe social interferindo!” (Mônica, p. 3).

Em relação ao pertencimento de classe, Mônica observa que isso a impedia de realizar alguns trabalhos escolares, já que não possuía condições financeiras para aquisição de materiais necessários. Ao fazer este relato, ela relembra de um trabalho sobre fotografia, solicitado pela professora de língua portuguesa e literatura. A turma teria que se dividir em grupos para coletarem fotos para uma produção de texto. Nesse episódio, dois aspectos chamaram a atenção de Mônica. O primeiro foi o fato de ela não ser aceita pelos grupos, como descreve: “eu não tinha máquina fotográfica, não tinha como ter acesso [...] Ninguém quis fazer grupo comigo. Eu era a única que morava em Vaz Lobo. Todos moravam em Irajá e Vista Alegre, bairros de elite da região” (Ibidem).

Apesar disso, Mônica recolheu as fotos dos álbuns de sua família e de seus parentes mais próximos, todas em preto e branco, pois na época não tinham acesso à fotografia colorida, e montou uma composição textual com as imagens de sua infância. O resultado de todo o empenho na elaboração do trabalho foi a obtenção da menor nota da turma. O comportamento da professora diante de tal situação é o segundo aspecto destacado por Mônica, ou seja, em sua opinião, ela não considerou o esforço, o desempenho e a criatividade da aluna, nem mesmo a rejeição sofrida na formação dos grupos. Ao contrário de Mônica, a produção textual dos/as outros/as alunos/as foi feita coletivamente, com imagens coloridas, coletadas naquele contexto. Mas, conforme o seu depoimento, isso não desqualifica o seu trabalho. Além disso, ela



percebeu uma conotação racista na atitude da professora e dos/as colegas, pois “para mim, foi uma situação de preconceito contra a negra. Só associei à questão de classe social. Eu acho que a partir dali eu tentei marcar um pouco o meu lugar dentro da escola” (p. 3).

A leitura dessa situação feita por Mônica expressa, mais uma vez, a existência do racismo que, algumas vezes, surge de forma sutil, porém com frequência. Esse acontecimento narrado por ela é apenas mais um dentre os vastos acontecimentos racistas presentes na vida das entrevistadas. Muitas vezes, o reflexo negativo dessas manifestações racistas e preconceituosas, por ser tão intenso, pode perdurar por toda a existência da pessoa discriminada, transformando-a num adulto, até mesmo, com sérios problemas psíquicos. O sentimento de rejeição interfere diretamente na autoestima daquele/a que está sendo discriminado/a, sendo prejudicial, sobretudo, no processo de construção identitária, conforme nos relatam, também, Mônica:

Eu sempre me senti discriminada. Não era uma coisa dita, tão visível em alguns espaços, mas eu sempre me senti inferior em alguns momentos, em diferentes espaços, mais propriamente, na escola (Mônica, p. 12). A gente cresce ouvindo que negro é feio. Eu acho que eu aceitei com muita docilidade a ideia de que o negro era feio. Aceitei com muita docilidade! E demorei a romper com isso. (Ibidem, p. 6).<sup>3</sup>

A ideologia racista impregnada na sociedade brasileira é tão perversa que as pessoas negras, desde muito pequeninas, já crescem ouvindo comentários nocivos sobre as suas características físicas, especificamente, sobre a cor da pele e o tipo de cabelo, conforme depoimento da professora. Esses comentários vão sendo assimilados, muitas vezes, sem muitos questionamentos, pois, essas coisas quase não se falam dentro de casa nem tampouco em outros espaços sociais frequentados por ela.

Ainda que, de uma forma geral, haja ausência de indagações sobre as diversas formas pelas quais o racismo se manifesta, é importante saber que muitos sentimentos vão se acumulando a partir da discriminação sofrida, dentre eles: frustração, raiva, dor, rejeição, impotência, injustiça, irritação, agressividade, solidão. Nas diversas manifestações racistas, os estigmas e os estereótipos construídos, ideologicamente, sobre determinadas pessoas ou grupos sociais são os mais perniciosos, pois contribuem para a perpetuação do racismo. Revisando os

<sup>3</sup> Grifo meu.





depoimentos das entrevistadas, perceberemos as maneiras pelas quais os estigmas e os estereótipos se realizam, mas, para isso, é crucial entender o seu significado.

Por que eu estou te relatando isso? Eu acho que na minha formação de identidade enquanto mulher negra, acho que essa sempre foi a minha maior dificuldade: *lidar com um estereótipo que é criado em torno do que é ser mulher, do que é ser negra e como isso gerou e gera dificuldades nessa...* Como eu posso dizer... Eu não estou encontrando a palavra... Para que eu me relacione até com outros homens, para que eu consiga me avaliar, porque profissionalmente isso nunca interferiu na minha vida (Mônica, p. 5).<sup>4</sup>

12

A narrativa da professora Mônica explicita uma das formas que as suas características são apreendidas por um determinado grupo, transformando-as num estereótipo. Para Cashmore (2000), no campo das relações étnico-raciais, estereótipo é definido como uma generalização excessiva a respeito do comportamento ou de outras características a respeito de membros de um determinado grupo (p. 194). Geralmente, os estereótipos referentes ao fenótipo expressam preconceito contra o grupo que está sendo estereotipado (no caso descrito por Mônica, refere-se às mulheres negras)<sup>5</sup>. Nesse sentido, é preciso compreender que preconceito refere-se a um “conjunto de crenças e valores apreendidos que levam um indivíduo ou um grupo a nutrir opiniões a favor ou contra os membros de um determinado grupo, antes de uma efetiva experiência com estes” (CASHMORE, 2000, p. 438). Acrescenta ainda o autor que nas relações étnico-raciais o preconceito:

[...] costuma se referir ao aspecto negativo de um grupo herdar ou gerar visões hostis a respeito de um outro grupo, distinguível com base nas generalizações. Essas generalizações derivam invariavelmente da informação incorreta ou incompleta a respeito do outro grupo. Tais preconceitos podem não se restringir a grupos étnico-raciais, mas podem ser aplicados praticamente a qualquer grupo (incluindo nações ou continentes inteiros) aos quais se possa atribuir características generalizadas. Desse modo, é negado aos membros de tais grupos o direito de ser reconhecidos e tratados como pessoas com características individuais. (pp. 438-439).

<sup>4</sup> Grifo meu.

<sup>5</sup> Tomando como referência (Cashmore, 2000), neste estudo, fenótipo é definido como “a aparência visível ou mensurável de um organismo quanto a um ou mais traços, o fenótipo é o que se vê, a aparência ou o comportamento de um organismo em contraste ao genótipo ou constituição genética elementar. Todas as pessoas de olhos castanhos, por exemplo, tem o mesmo fenótipo quanto à cor do olho. A aparência externa quanto a cor da pele, tipo de cabelo, estrutura óssea etc. é mais bem identificada como variação fenotípica; um modo relativamente livre de conceitos culturais designar as diferenças em oposição à palavra raça, cujo sentido varia de um período histórico e cultural para outro” (p. 217).



Assim, o preconceito também pode ser compreendido como um julgamento prévio feito a grupos estereotipados, racialmente ou não. Geralmente, os estereótipos raciais vão se transformando, ideologicamente, em ideias tão fixas, tomadas como verdadeiras e que, muitas vezes, torna-se difícil contestá-los; especialmente, devido à persistência do racismo em nossa sociedade.

A narrativa de Mônica revela, ainda, o seu sentimento a respeito da maneira que era percebida por colegas, especialmente na adolescência, quando afirma: “a negação de meninos, em relação à minha estética, porque isso eu ouvia o tempo inteiro; cansei de ouvir dos meninos que eu era feia” (p. 5). Como Mônica relata, na percepção de seus colegas, ela era feia para ter relacionamentos de namoro, ou até mesmo de amizade, mas o seu corpo era apreciado e desejado pelo grupo de meninos. Ou seja, “o corpo perfeito, mas o rosto [...] Eu ouvi isso uma vez de um amigo na faculdade que eu era a Raimunda. A famosa Raimunda: ‘feia de cara, boa de bunda’” (Ibidem)!

Para Mônica, esse olhar que lhe era dirigido, era um olhar preconceituoso, proveniente dos estereótipos produzidos socialmente em relação à mulher negra que, geralmente, é vista como “a gostosa do grupo, o corpo perfeito que é a característica da mulher negra” (Ibidem). Esse estereótipo de cunho sexual tem sua origem no período colonial, e persiste até os dias atuais. Conforme aponta Seyferth (1995), “está relacionado à figura da “mulata”, que “sintetiza o velho adágio que diz ‘preta para cozinhar, mulata para fornicar e branca para casar’” (p. 198). É interessante ressaltar que, atualmente, como professora dos cursos de pedagogia e educação física, Mônica procura problematizar estes estereótipos e preconceitos relacionados ao corpo da mulher negra. Ela tenta mostrar como eles foram criados histórica e socialmente, questionando também a contribuição da escola para a sua reprodução.

Conforme Seyferth (1995), os estereótipos foram criados pelos “cientistas” que elaboraram as teses racistas, especialmente, a partir do século XIX, objetivando amparar a tese do branqueamento. Eles confiavam na superioridade da raça branca, bem como na civilização europeia; por isso, utilizavam os estereótipos, principalmente aqueles relativos a moral, para dar sustentação a essa hierarquia. Nesse sentido, o comportamento e as características fenotípicas são usados para tirar a qualificação das raças vistas como inferiores.



Em relação à população negra, muitos a classificavam usando estereótipos do tipo: ‘reduzido desenvolvimento mental’, ‘espírito de sujeição’, ‘incapacidade de progredir’, ‘são brutais’, ‘atrasados’, ‘violentos’, ‘nenhuma aptidão para a civilização’, ‘impulso sexual acentuado’, ‘falta de honra e dignidade’ etc’. (SEYFERTH, 1995, pp. 187-188). Todos estes estereótipos presumem que tanto os vícios quanto as qualidades das pessoas negras, conforme exemplo, são determinados biologicamente.

Outro aspecto apontado por Seyferth (1995) nessa discussão, além dos estereótipos, refere-se às anedotas<sup>6</sup>, piadas, provérbios, quadrinhas e ditos populares, que também expressam julgamentos estereotipados em relação aos grupos inferiorizados (negros, índios, mulheres negras, dentre outros). Muitas vezes, estas formas de expressão são vistas, popularmente, como manifestações folclóricas, deixando a conotação racista que as sustentam passarem, muitas vezes, despercebidas, conforme afirma (SEYFERTH, 1995):

[...] As anedotas, piadas etc., disfarçados em brincadeiras não passam de preconceito racial. Além disso, reforçam os estereótipos que, por sua vez, reforçam a condição de inferioridade do negro e de superioridade do branco [...] as anedotas que situam o negro na posição de marginal, analfabeto, irracional, animal etc. não são inocentes expressões de jocosidade e tem o poder de reforçar os estereótipos, os estigmas de raça, numa sociedade onde existem leis que punem o racismo como crime inafiançável e imprescritível (p. 201).

Apesar disso, conforme afirma a autora supracitada, “os próprios estereótipos – muitos deles têm caráter de estigma – e a negatividade das características não brancas do fenótipo são evidências concretas dos critérios de raça e hereditariedade que presidem a ordenação desigual de identidades sociais” (pp. 191-192). Nesse sentido, os estereótipos, muitas vezes, são confundidos com estigmas que são atributos pessoais que fazem com que alguém, individualmente ou em grupo, não seja aceita socialmente. De acordo com Cavalleiro (2000),

<sup>6</sup> Segundo Seyferth (1995), é através das anedotas que o racismo atinge o seu alto grau de perversão, justamente porque vem camuflado como brincadeira. Nas anedotas com caráter étnico-racial, as pessoas negras compõem as personagens protagonistas, como constam nos seguintes exemplos trazidos pela autora citada: 1) quem se parece com o macaco? O preto ou o branco: - o branco, porque preto é igual. 2) Qual a diferença entre uma preta grávida e um carro com pneu furado? – Os dois estão esperando um macaco. 3) Por que preto não erra? – Porque errar é humano. 4) Como se define a raça negra? – Deve-se ir embaixo de uma árvore jogar um punhado de negros para cima; quem voa é urubu, quem fica pendurado nos galhos é macaco, quem chegar ao chão é bandido...(p. 199).



“os estereótipos dão origem ao estigma que, imputado ao indivíduo negro, dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social, impondo-lhe a característica de desacreditado” (p. 24).

Mônica, em outra parte da entrevista, diz que cresceu com o estigma de ser o “patinho feio” da família, pelo fato de ter o cabelo mais crespo e a pele mais escura entre as irmãs. Na sua percepção, essas características colaboravam com o distanciamento dos/as seus/suas colegas, confirmando a existência da discriminação racial. Como ela relata: “eu sempre me senti muito estigmatizada” (p. 2), pois o relacionamento que mantinha com os/as colegas tinha apenas caráter intelectual, ou seja, era sempre para fazer atividades escolares. Quanto à relação social, fora dos muros da escola, isto não existia. As outras entrevistadas também falam dos estigmas raciais relacionados também a cor da pele e ao tipo de cabelo que dão origem à discriminação nos espaços de convivência social.

Para entendermos melhor como os estigmas foram criados e como eles se reproduzem socialmente, recorro aos estudos desenvolvidos por Goffman (1986). De acordo com o autor, o termo estigma foi criado pelos gregos para fazer referência aos “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava” (p. 11). Os sinais, que eram produzidos no corpo, determinavam a condição social da pessoa marcada na sociedade em que vivia, ou seja, se era escravo, criminoso etc. Geralmente, as pessoas que recebiam essa marca deveriam ser evitadas, principalmente, nos espaços públicos. Ainda na concepção do autor, na era cristã, o termo estigma ganha outros significados. O primeiro refere-se aos sinais corporais em forma de flores que representavam relação com a graça divina. O segundo “uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico” (p. 11).

Para Goffman (1986), nos dias atuais, o termo ainda é usado conforme seu sentido original, mas está mais voltado “a própria desgraça do que a sua evidência corporal” (p. 11). Ainda na sua percepção, não há descrições sobre as precondições estruturais do estigma, ou seja, os/as pesquisadores/as que se debruçaram nesse estudo não deixaram definições precisas sobre o conceito. Essa ausência o leva a tentativa de apresentar definições e afirmativas bastante gerais sobre o assunto. Assim, ao tentar definir estigma, o autor, apresenta três distintos tipos de estigma:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deficiências físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como



vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, vício, alcoolismo [...]. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1986, p. 14).

Conforme aponta o autor, os três tipos de estigmas apresentados possuem as mesmas características sociológicas. Uma pessoa que possui um determinado traço distinto dos demais, pode não ser aceita socialmente e ser afastada daqueles que encontra, eliminando a possibilidade de que os outros atributos que possui sejam percebidos. Na concepção de Goffman (1986), essa pessoa “possui um estigma, uma característica diferente...” (p. 14). Nesse sentido, as pessoas estigmatizadas são tratadas pelas pessoas ditas “normais”<sup>7</sup> como não humanas, gerando a partir daí possíveis discriminações, diminuindo as suas oportunidades sociais.

Historicamente, a sociedade brasileira estabelece normas, especificando o que é “normal” e o que é “anormal”. E, dentro dessa classificação, elaborada por uma elite branca dominante, a população negra é vista como “anormal”, “diferente”; os seus traços fenotípicos são percebidos de forma depreciativa, por isso tornam-se estigmas. Nesse caso, o estigma localiza-se na categoria racial, isto é, no ser “negra”, no pertencer a uma “raça” denominada negra. Percebemos, ainda, que a estigmatização acontece na medida em que o individual passa a caracterizar o coletivo. Quando Mônica reproduz a expressão que ela cresceu ouvindo, “negro é feio”, há uma absolutização implícita nessa expressão, significando que não é só ela que é “feia”, mas toda a população que é negra.

Outras categorias estigmatizadas também são apresentadas por (Goffman, 1986), dentre elas: pobres, desempregados, prostitutas, deficientes etc. Enfim, o termo estigma é usado pelo autor para fazer referência a atributos intensamente desacreditados na construção das identidades sociais. Ao tomar essa percepção do autor como referência, (Seyferth, 1995) afirma que “os estereótipos raciais estão muito próximos da concepção grega de estigma, palavra usada para fazer referência a signos corporais que apontavam para algo de mau ou pouco habitual, associados ao *status* moral de uma pessoa” (p. 194).

<sup>7</sup> Para Goffman (1986) “nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão chamados de *normais* [...] As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar” (pp. 14-15)



Habitualmente, o estigma significa fazer um julgamento precoce de alguém, individualmente, ou em grupo, pelo que aparenta exteriormente. Embora estigma e estereótipo tenham relações estreitas, o estigma pode estar mais vinculado à aparência corporal, traços que fazem com que uma pessoa ou um grupo seja discriminado, e o estereótipo vai além, pois tem conotação psicossocial, fazendo-se valer, também, pelos traços da personalidade (MOREIRA, E. F et al, 2004).

A definição de estigma e de estereótipo não para por aqui, mas, para este estudo, creio que seja suficiente para compreendermos, principalmente, como os estigmas e os estereótipos relacionados ao fenótipo negro se manifestam socialmente. Assim, os depoimentos das entrevistadas nos trazem alguns elementos importantes que nos instigam a entender melhor o significado e a origem desse racismo tão perverso e tão antigo, alimentado pelos estigmas e estereótipos sociais. Mônica cresceu ouvindo que “negro é feio”, e aceitou essa afirmação com muita “docilidade. Como entender questões tão complexas? Creio que um dos caminhos seja conhecer como essa ideologia racista foi se constituindo historicamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver Brasília – 13 de maio de 2015, 25 de Julho de 2014.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: WERNECK, Jurema et all. *O livro da saúde das mulheres negras*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 22-41.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, set./dez. 2003, vol. 17, n. 49, p. 117-133.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. [Tradução: Dinah Kleve]. – São Paulo: Summus, 2000. CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.





CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial em relativos ao gênero. University of Califórnia, Los Angeles. Tradução de Liane Schneider. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, Jan., 2002, p. 171-188.

GOFFMAN, I. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia B. M. L. Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

\_\_\_\_\_. A mulher negra na sociedade brasileira. In: *O lugar da mulher*: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Organização de Madel T. Luz. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MOREIRA, E. F et al. Estereótipos sociais de universitários em relação aos ambientalistas. *Revista Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, vol. 21, n. 2, maio-agosto, 2004, p. 117-127.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina*: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Tradução Ana Venite Fuzatto.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira*: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

NASCIMENTO, Abdias do & NASCIMENTO, Elisa Larkin. Enfrentando os termos: O significado de raça, racismo e discriminação racial. *Revista para além do racismo*: Abraçando um futuro interdependente. Estados Unidos, Brasil e África do Sul, jan. de 2000.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. *Mulheres negras no ensino superior*: as histórias de vida que as constituíram. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.



ROSADO Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (coord.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Trad.: Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SCHUMAHER, Schuma; & VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995,

19

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discriminatório dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, v. 93. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1995, p. 175-204.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões*. NET - Núcleo de Estudos Contemporâneos. s/d.

TEIXEIRA, Moema De Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

\_\_\_\_\_. A presença negra no magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006, p. 13-54.

YANNOULAS et al. Feminismo e academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, set/dez, 2000, p. 425-451.



## **POLÍTICA DE COTAS NO COLÉGIO PEDRO II: INICIANDO O DEBATE**

BASTOS, Priscila da Cunha

*Estudante de doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social  
prilabastos@yahoo.com.br*

20

### **RESUMO**

O processo brasileiro de democratização do acesso à educação escolarizada, mais recentemente com iniciativas voltadas para o Ensino Médio, tem permitido que grupos sociais diferentes possam passar pela mesma etapa de vida, mas não com a mesma qualidade, fato que constitui o ponto mais frágil da política educacional. A instituição que se pretende pesquisar, o Colégio Pedro II, representativo das políticas educacionais desenvolvidas no país desde a sua fundação, também passa por um processo de ampliação, principalmente do número de matrículas. A partir da lei 12.711/2012 que regulamenta a política de cotas para negros, pardos e indígenas em todos os Institutos Federais de Educação, o colégio passou também a reservar um percentual de vagas para este segmento da população nos concursos de acesso ao Ensino Médio Regular e Integrado. Com isso algumas questões emergem a fim de se buscar uma avaliação dos novos rumos das políticas de acesso ao Pedro II.

**Palavras-chave:** política de cotas, desigualdade racial, acesso à educação

### **ABSTRACT**

The Brazilian process of democratization of access to school education, most recently with initiatives aimed at high school, has allowed different social groups to go through the same stage of life, but not with the same quality, a fact which is the weakest point of educational policy. The institution to be screened, the Colégio Pedro II, representative of the educational policies implemented in the country since its founding, also undergoes a process of expansion, mainly in enrollment. From the Law 12,711 / 2012, which regulates the policy of quotas for blacks, mulattos and Indians in all Federal Institutes of Education, the college also began to reserve a percentage of vacancies for this segment of the population in contests for access to Regular High School and Integrated. With this certain issues emerge in order to get an assessment of new directions of access policies Pedro II.

**Keywords:** quota policy, racial inequality, access to education



## **Introdução**

O processo brasileiro de democratização do acesso à educação escolarizada, mais recentemente com iniciativas voltadas para o Ensino Médio, tem permitido que grupos sociais diferentes possam passar pela mesma etapa de vida, mas não com a mesma qualidade, fato que constitui o ponto mais frágil da política educacional. A instituição que se pretende pesquisar, o Colégio Pedro II (CP2), representativo das políticas educacionais desenvolvidas no país desde a sua fundação, também passa por um processo de ampliação, principalmente do número de matrículas.

O Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que ministra ensino público e gratuito em diferentes níveis, desde a Educação Infantil ao Mestrado Profissional, ambos iniciados em 2012, passando pela Educação Básica (1º e 2º segmentos), Ensino Médio Regular e Integrado e Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Possui atualmente 14 *Campi* espalhados em 6 bairros da cidade do Rio de Janeiro (Centro, Engenho Novo, Humaitá, São Cristóvão, Tijuca e Realengo) e estendendo-se também para outros municípios, a saber, Niterói e Duque de Caxias.

A partir da lei 12.711/2012 que regulamenta a política de cotas inclusive para negros, pardos e indígenas em todas as Instituições Federais de Ensino, o colégio passou também a reservar um percentual de vagas para este segmento da população nos concursos de acesso ao Ensino Médio Regular e Integrado. Com isso algumas questões emergem a fim de se buscar uma avaliação dos novos rumos das políticas de acesso ao Pedro II. Torna-se necessário, com isso, verificar quem são os alunos e alunas beneficiários/as dessa política, assim como avaliar se a distinção na forma de entrada dos alunos e alunas é um determinante nos seus desempenhos. Por ser tratar de uma mudança recente, esse trabalho pretende destacar elementos para dar início ao debate sobre a política de cotas raciais no Colégio Pedro II.

## **Escola, identidade e desigualdade racial**

Muitas pesquisas (Boudon, 1973, Silva e Hasenbalg, 1988) já relataram que a expansão dos sistemas educativos não tem resultado numa igualdade das oportunidades



educacionais e até apontam para a permanência das desigualdades sociais. O que se observa é que os principais beneficiários da expansão educacional no Brasil foram os grupos já em situação de relativa vantagem. E no processo perverso de seletividade educacional a variável cor ainda é muito significativa. Isto é, os jovens brancos desfrutam de maiores vantagens nas suas trajetórias de escolarização. Daí emerge uma questão fundamental: considerando a dimensão racial, como se dá o desenvolvimento dos percursos escolares no Colégio Pedro II?

Neste trabalho, parte-se do entendimento de que raça é “um critério socialmente relevante no preenchimento de posições na estrutura de classes bem como nas dimensões distributivas da estratificação social<sup>1</sup>” (Hasenbalg, 1979, p.88) e de que as desigualdades raciais no Brasil são também determinadas por práticas passadas e presentes da discriminação racial e que, embora permaneçam em nossa sociedade, tais desigualdades não são irreversíveis.

Para tanto, faz-se necessário entender o racismo como ideologia e como um conjunto de práticas discriminatórias que caracteriza todas as sociedades multirraciais contemporâneas e pensar sua persistência histórica incluindo seu legado relacionado à escravidão – que fundamenta a ideologia racial brasileira –, mas indo além dele, isto é, compreendendo a questão racial no Brasil não como uma mera reprodução de desvantagens históricas, mas como elemento estruturador até hoje das relações sociais no país.

Nas análises acerca da produção e reprodução de desigualdades no campo da educação, a raça aparece como critério significativo para a distribuição desigual de oportunidades educativas. Alguns dados confirmam esta hipótese. Sabe-se, por exemplo, que no Brasil crianças e jovens negros/as completam menos anos de estudo, mesmo quando se considera a mesma origem social. Essa existência de marcantes diferenças raciais no que diz respeito à produção de desigualdades educacionais na sociedade brasileira tem sido comprovada em análises diversas como no trabalho de Hasenbalg e Silva (1988).

---

<sup>1</sup> Para Hasenbalg (1979), estratificação social refere-se às formas, funções e consequências de desigualdades sociais estruturadas.



Quando nos referimos ao Colégio Pedro II, critérios como cor ou raça ainda não aparecem nas pesquisas que consideram esta escola como *locus* de observação<sup>2</sup>. Portanto, se faz necessário, parafraseando Guimarães e Huntley (2000), *tirar a máscara* que há 175 anos reveste o Colégio Pedro II a fim de visibilizar os processos de desigualdades raciais produzidos e reproduzidos dentro desta instituição, no sentido de oferecer elementos para se pensar em possíveis reformulações curriculares e práticas pedagógicas que contribuam para a superação da discriminação racial e de gênero, assim como incentivar políticas sociais que realmente representem as demandas da população estudada e que possam gerar impactos nos efeitos das desigualdades educacionais.

Dessa forma, as relações sociais de raça na sociedade brasileira são a base sobre a qual se localiza o problema deste estudo. Raça considerada como produto da dinâmica das relações sociais que geram formas de classificação com implicações nas oportunidades individuais dos sujeitos e que constroem desigualdades, isto é, uma distribuição desigual de oportunidades, recursos e resultados materiais e simbólicos. Em relação ao sistema de ensino, cabe perguntar como ele participa desse processo.

A escola é um lugar privilegiado no complexo processo de construção de identidades. Os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo desencadeado por instituições de ensino – professores, professoras, alunos, alunas e responsáveis – constroem diferentes identidades ao longo de sua história de vida e a escola, como espaço de aprendizagem e socialização, tem grande importância nisso. Nesse sentido, o reforço de estereótipos e representações negativas do que é ser negro/a marca as trajetórias escolares dos sujeitos que desenvolvem diferentes estratégias para lidar com o preconceito e o racismo. É na escola que ocorre um dos mais marcantes confrontos de pertencimentos e é neste território, para além da família, que as identidades em relação à cor são também construídas. Não que este processo de constituição das identidades tenha fim, mas a escola, com suas práticas socializadoras, aparece como especial lugar de embates entre o reconhecer-se e o ser reconhecido/a nas suas diferenças.

Para se pensar nos caminhos teóricos que contribuirão para o desenvolvimento do trabalho, é necessário considerar que as contradições e os conflitos presentes na dinâmica das relações sociais que estruturam a sociedade brasileira, como o racismo, a

<sup>2</sup> De acordo com levantamento no banco de dados de teses e dissertações da Capes realizado em março de 2013.





discriminação racial, aparecem na escola, na relação entre educadores, educandos e responsáveis. Muitas vezes se quer dar a ideia de que a escola é um espaço neutro, reduzindo esses conflitos a apenas questões socioeconômicas ou mesmo psíquicas.

Bourdieu nos ajuda muito a pensar no peso da origem social nos destinos escolares dos sujeitos oferecendo categorias que nos permitem olhar o espaço escolar como lugar de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Seus estudos foram de grande importância para se olhar os condicionamentos sociais no desempenho dos estudantes, o que contribuiu de forma bastante contundente para a ruptura com a ideologia do dom e com a noção de mérito pessoal.

Na teoria de Bourdieu, o conceito de capital cultural fornece a base para analisar contextos de desigualdades educacionais. O sucesso na escola estaria condicionado ao capital fornecido pelo grupo de origem, isto é, ao acúmulo de conhecimentos e informações específicas relacionadas à cultura considerada legítima e que é valorizada no sistema escolar.

Para o autor,

... um sistema de ensino como este só pode funcionar perfeitamente enquanto se limite a recrutar e a selecionar os educandos capazes de satisfazerem às exigências que lhe impõem, objetivamente, ou seja, enquanto se dirija a indivíduos dotados de capital cultural (e de aptidão para fazer frutificar esse capital) que ele pressupõe e consagra, sem exigí-lo explicitamente e sem transmiti-lo metodicamente. (Bourdieu, 1998, p.57).

Assim, a escola funcionaria de forma a legitimar e reproduzir a cultura dominante sancionando as desigualdades iniciais diante da cultura, ignorando na escolha e transmissão de conteúdos e nos métodos de avaliação, as diferenças e desigualdades sociais entre os alunos, tratando formalmente a todos como iguais. “É uma maneira de privilegiar quem por sua origem, já é privilegiado” (Galvão, 2003, p. 14).

Torna-se importante agora relacionar fatores como as condições sociais e a raça na trajetória de escolarização de jovens alunos do CP2. Isto é, de que maneiras o sistema escolar contribui para a distinção e hierarquização dos grupos sociais, considerando especialmente a cor dos sujeitos pesquisados. Considerar raça como um elemento formador de identidades implica reconhecer os diferentes pertencimentos dos sujeitos a fim de entendermos a identidade como um jogo relacional em que aparecem ao mesmo tempo a diversidade e as relações de poder e a produção de desigualdades. Neste sentido,



pensar sobre as trajetórias de jovens negros e negras alunos/as do Colégio Pedro II permite o reconhecimento do tipo de espaço relacional que essa identidade se constitui e pelo qual é constituída, assim como contribui para desvendar as marcas dessa identidade nos processos de seletividade e análise do desempenho escolar, revelando as condições da desigualdade.

Assim como a discriminação e o preconceito racial presentes na dinâmica das relações sociais estão intimamente associados à disputa por posições na estrutura social, a conformação de identidades subalternas no interior das escolas por meio, por exemplo, de situações de racismo certamente interferem nos desempenhos e nas trajetórias de escolarização dos/as jovens. As evidências empíricas já permitiram caracterizar os negros/as como estando sujeitos a um “processo de acumulação de desvantagens” ao longo de suas trajetórias sociais (Silva, 1981; Hasenbalg, 1979 e Hasenbalg e Silva, 1988).

No processo de socialização escolar

grupos sociais distintos apropriam-se de maneiras distintas dos recursos disponibilizados pelo sistema escolar, experimentando, nas trajetórias até certo ponto parecidas, sentidos, sensibilidades, significados, facilidades e dificuldades muito diferentes, cujas regularidades evidenciam as bases estamentais da socialização primária e o caráter socialmente distintivo das estratégias individuais (Barbosa, 2007, p.10).

Barbosa (2009) explorando as relações estabelecidas entre o desempenho escolar e a situação social dos alunos/as considera a cor, o sexo e a idade como indicadores de padrões sociais que precisam ser desvendados uma vez que produzem objetivamente diferenças nas trajetórias educacionais.

Nesse sentido, pensar no conceito apresentado de raça contribui para promover a desnaturalização das desigualdades sociais e se contrapõe ao pensamento que toma as características físicas e biológicas como definidoras das qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais de um indivíduo. Esta abordagem relacional modifica o olhar diante das desigualdades e das formas de dominação.

A identidade enquanto processo inacabado de conhecimento de si em relação ao outro se constrói nos caminhos de socialização ao longo de toda a vida que incluem nossas



relações familiares, de vizinhança, os círculos de amizades, a escola, o trabalho e também as relações conflituosas entre raças, classes, homens e mulheres, jovens e adultos.

A escola é o lugar de socialização diferente da família no qual as primeiras diferenças são percebidas em situações preconceituosas. Para Gomes (1995)

(...) é no contato extra-familiar que o negro, na maioria das vezes, começa a ver-se a si mesmo através da nomeação que o outro lhe dá. É o espaço onde aparecem os primeiros apelidos dados pelo grupo de colegas, as brigas, os pareceres dos pais, dos amigos e dos conhecidos (p.117).

26

Mas há que se estar atento, pois na escola nem sempre a discriminação racial se dá apenas de forma explícita, por agressões, apelidos, entre outros mecanismos. Ela aparece especialmente nos discursos, nas profecias auto-realizadoras dos professores, nas expectativas das famílias em relação ao desempenho escolar de seus filhos/as, na ausência de referenciais negros, nas festas, no livro didático, na organização da sala de aula, na regulação dos corpos femininos, entre outros. Apesar das políticas atuais que visam fazer da escola um território de conhecimento e posicionamento sobre a história e cultura negras e as relações raciais no Brasil, como a lei 10.639/2003<sup>3</sup>, ainda há uma resistência grande por parte da comunidade escolar em tratar destas questões.

O território escolar é um espaço privilegiado de formação que não deve se furtar das discussões sobre a natureza das relações interraciais construídas historicamente e reelaboradas na atualidade. Para Oliveira (1999),

(...) só a tomada de consciência, de parte dos afrodescendentes, de terem sido excluídos e rechaçados e de parte dos brancos de serem discriminadores ou de terem origem racial de um grupo excludente, é que se poderá tender para relações inter-raciais não-conflitantes. (p.14)

Embora avanços tenham ocorridos nas últimas décadas, no que se refere ao acesso a uma escolarização, ainda há muito o que se corrigir afim de se promover igualdade de oportunidades às populações historicamente discriminadas e o combate às diferentes formas de discriminação. Alguns desafios que precisam ser enfrentados dizem respeito

<sup>3</sup> A lei 10639/03 alterou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional instituindo como obrigatório nos currículos das escolas públicas e particulares o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Em 10/03/2008, foi complementada de modo a incluir o ensino da cultura e da história indígena (Lei 11.645/08).



às condições de permanência da população negra nos diferentes níveis de escolaridade e à qualidade dos ensino, considerando a necessidade de reformulações das propostas curriculares das escolas básicas, assim como dos cursos universitários, principalmente àqueles dedicados à formação de professores.

### **Políticas de Ação Afirmativa**

Ação afirmativa, de acordo com Sabbagh e Weiner (apud Feres Junior, 2006, p.21) defini-se por

“qualquer medida que aloja bens, tais como ingresso em universidades, empregos, promoções, contatos públicos, empréstimos comerciais e o direito de comprar e vender terra, como base no pericimento a um grupo específico, com o propósito de aumentar a proporção de membros desse grupo na força de trabalho, na classe empresarial, na população estudantil universitária e nos demais setores nos quais esses grupos estejam atualmente sub-representados em razão de discriminação passadas ou recentes”.

São políticas desenvolvidas a partir do referencial de que no suposto universalismo do Estado, reproduzem-se mecanismos de exclusão social e racial . Isto quer dizer que as políticas universalistas não são suficientes no combate às desigualdades. Isto é o princípio da equidade, promover um tratamento desigual a sujeitos socialmente desiguais.

No Brasil, as políticas de ação afirmativa são aplicada para a superação das desigualdades entre diferentes populações, como indígenas, mulheres, professores da rede pública, deficientes físicos, filhos/as de policiais mortos, entre outros. No entanto, as políticas que tem gerado maior debate social são as voltadas para os autodeclarados pretos e pardos, grupo que constitui a população negra brasileira.

Algumas das principais críticas às políticas de ação afirmativa para esse segmento da população dizem respeito ao possível aumento da discriminação, variando desde a possibilidade de estimular uma divisão entre negros e brancos até à utilização do conceito de raça como uma forma de acentuar o racismo.

No cenário político do país, a luta do Movimento Negro que colocou em pauta esse modelo de política como alternativa para a superação das desigualdades raciais. Mas



foi no contexto de preparação e participação do Brasil na III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban na África do Sul, no ano de 2001, da qual o país saiu signatário, que o estado passa a desenvolver políticas ação afirmativa especificamente para a população negra, criando estratégias de cotas raciais como uma política pública específica para inclusão desse segmento.

De fato, desde 2002 as universidades brasileiras vem implementando políticas de ações afirmativas, chegando atualmente a 76,6% das universidades públicas. As avaliações das políticas de cotas nas universidades públicas brasileiras mostram que tanto os índices de desempenho quanto o grau de evasão entre cotistas e não cotistas são praticamente os mesmos. Assim, desfazem-se os argumentos de que cotistas não conseguiriam se manter na universidade, seja pela dificuldade econômica ou pedagógica (Brandão, 2007).

A reserva de vagas nas universidades tem possibilitado aos negros tanto a chance educacional efetiva de acessar uma instituição superior de ensino de qualidade quanto a “procura de uma inserção na universidade mais voltada para seus anseios pessoais e menos marcada por estratégias nas quais as escolhas refletem muito mais a avaliação das possibilidades reais”(Brandão e Matta, 2007, p.79). Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas educacionais que favorecem especialmente a população negra alinham-se às políticas de combate a pobreza no Brasil?

O investimento em políticas que visam diminuir a desigualdade de acesso ao ensino, principalmente ao nível superior com iniciativas recentes ao ensino médio, é permeada pelo debate entre cotas raciais e cotas sociais. Qual sujeito social deve ser o beneficiário da política? Esta é uma discussão que engloba aspectos do debate conceitual sobre pobreza e desigualdades sociais e é nesse sentido que a decisão sobre os grupos a serem beneficiados pelas intervenções públicas no combate tanto à pobreza quanto à desigualdade torna-se uma decisão política. Por isso a importância dos movimentos sociais nessa disputa.

Ainda que não se chegue a um conceito comum, os debates das últimas décadas vem mostrando a importância de se entender a pobreza e a desigualdade social como fenômenos multidimensionados, isto é, que envolvem para além da questão de renda aspectos referentes, por exemplo, aos modos de vida e bem-estar da população,



relacionando-os à estrutura da sociedade e incorporando os aspectos que dizem respeito à vivência da pobreza em cada parte do mundo. Isso significa que ser pobre e negro no Brasil afeta os sujeitos de uma forma diferente do que nos Estados Unidos ou na África do Sul, em vista disto, as respostas públicas a estes fenômenos devem ser diferente em cada região.

Paugam (2003) contribui bastante para esse debate ao sugerir que na análise da pobreza e das desigualdades sociais assim como para a elaboração das estratégias de superação deve-se considerar a multidimensionalidade desses fenômenos relacionados a três fatores: trajetória, identidade e territorialidade. A exclusão social, nesse sentido, opera de forma processual, ao longo do tempo, estigmatizadora, interferindo na identidade dos sujeitos, e localizada espacialmente.

Relacionando esses aspectos ao debate sobre as políticas de ação afirmativa, pode-se dizer que as cotas raciais interferem de forma a quebrar a trajetória de exclusão não só ao ensino público de qualidade de famílias negras brasileiras, mas também funciona de modo a propiciar uma atribuição de um valor positivo ao sujeito que alcança, por exemplo, um nível superior de ensino, além de contribuir de para ampliar o espaço de circulação e o campo de probabilidades objetivas dos sujeitos terem suas necessidades básicas satisfeitas.

Historicamente a pobreza no Brasil se constituiu com uma marca racial estrutural. O Censo de 2010 produz indicadores que comprovam que a pobreza tem cor e é negra. Pelos resultados, considerando o Brasil como um todo, 70,8% das pessoas que se encontram na situação de extrema pobreza no Brasil são negras, sendo que esse percentual atinge 77% na região Norte e 75,1% no Nordeste<sup>4</sup>. A população que se declara preta ou parda possui renda menor, taxa de desemprego maior e escolaridade significativamente menor em relação à população brasileira branca (ainda que este último índice tenha indicado uma ampliação da escolarização de negros, a desigualdade entre negros e brancos permanece alta).

O sistema educacional brasileiro pouco tem contribuído para diminuir a desigualdade educacional, ao contrário, reproduz e amplia a desigualdade entre brancos e negros, uma vez que as políticas que o promovem preocupam-se apenas em aumentar os índices de escolaridade e acabam por agravar as desigualdades sociais de acesso ao

<sup>4</sup> Percentuais obtidos em nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário.





saber, com isso a diferença estabelece-se pelo acúmulo de capital cultural do sujeito, e neste ponto a renda é um fator importante. Em suma, o Estado oferece um escola escola pobre para os pobres e negros, visto que a universalização da educação pública brasileira em sua história é infelizmente acompanhada pela deterioração da qualidade do ensino (Libâneo, 2012). As cotas raciais são mecanismos que procuram justamente interromper esse processo e procuram como fim promover também a ascensão social de setores marginalizados.

### **Política de cotas no Colégio Pedro II**

Fundado em 1837, o Colégio Pedro II funcionou como espaço de formação das elites brasileiras recebendo alunos de diferentes regiões do país, a princípio quase que exclusivamente ligados à elite política e intelectual. A entrada de segmentos mais diversificados da população ocorreu a partir dos anos de 1940 com os filhos de pequenos comerciantes, posteriormente com a classe média urbana instruída e liberal nos anos 1950/60 e, a partir de 1984, o acesso foi permitido também às camadas mais populares quando da implantação do primeiro segmento do Ensino Fundamental com ingresso na classe de alfabetização feito por sorteio universal. (Cavaliere, 2008).

Com a missão de “educar crianças e adolescentes, tornando-os capazes de responder às transformações técnicas, culturais, emocionais e sociais do mundo de hoje”<sup>5</sup>, o Colégio Pedro II, ministra ensino público e gratuito em diferentes níveis, desde a Educação Infantil ao Mestrado Profissional. Desde 2004 vem ocorrendo um processo de expansão da escola com a criação de novas unidades escolares não acompanhadas de uma ampliação da sua infraestrutura, como prédios apropriados e novas vagas docentes e técnicas. A contratação de professores temporários tem servido basicamente a essa expansão, extrapolando o real objetivo desta prerrogativa. Poucas instituições públicas de educação básica tem a sua qualidade reconhecida socialmente, como o caso do Colégio Pedro II, comprovada pela grande concorrência em seus concursos de admissão (realizados para ingresso do 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio). Sua tradição em formar ilustres cidadãos e a qualidade de seu corpo docente lhe confere

<sup>5</sup> Retirado da página eletrônica do Colégio Pedro II ([www.cp2.g12.br](http://www.cp2.g12.br)).



uma identidade renomada no campo da educação e funciona como atrativo às famílias que veem na possibilidade de ter acesso a essa escola de qualidade uma estratégia de mobilidade social.

Com a introdução de uma nova forma de acesso à instituição em 1984, através de sorteio para ingresso no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, o perfil do corpo docente tem se transformado, como mostra um levantamento socioeconômico feito em 2000 e relatado no Projeto Político Pedagógico do Colégio. No entanto, ainda se faz necessário investir na produção de um perfil docente e discente que considere cor como categorias de análises, até para investigar se a importante mudança que ocorreu em 2005, quando 50% das vagas oferecidas nos concursos passaram a ser preenchidas por candidatos oriundos das escolas que integram a rede pública municipal e estadual de ensino fundamental, provocou algum impacto na constituição das turmas no Pedro II.

Essas iniciativas de acesso ao CP2, tanto por sorteio, quanto por reserva de vagas para alunos/as de escolas públicas, tentam garantir certa democratização nas formas de inserção à instituição, mas a permanência desses alunos/as ainda merece atenção. Primeiro porque o Colégio aplica a prática da jubilação, isto é, estudantes que repetem duas vezes a mesma série são expulsos<sup>6</sup>. O estudo de Galvão (2003) mostrou que os mais vulneráveis à jubilação são os alunos oriundos do sorteio no primeiro ano do Ensino Fundamental o que faz referência à segunda questão, que diz respeito aos exames de admissão. A alta seletividade deste processo reafirma um modelo de exclusão por captar alunos/as com trajetórias de sucesso escolar já construídas. Para Cavaliere (2008) “isso pode reforçar uma concepção de qualidade preestabelecida, pode camuflar problemas, dificultando políticas mais radicais de busca dos meios para se alcançar o bom desempenho para todos”.

Segundo porque, como demonstra o estudo de Brandão e Perroni (2009), a destinação de 50% de vagas para alunos de escolas públicas é insuficiente se se considera o número de matrículas no ensino público em relação ao privado no estado do Rio de Janeiro. A aparente democracia na distribuição do número de vagas para o Colégio Pedro II ainda se torna menos justa quando se considera a distribuição final das vagas. Além disso, os autores chamam atenção para o fato de que os alunos da rede pública sequer se

<sup>6</sup> A partir de 2005 passaram a ser passíveis de jubilação somente os estudantes do 3º ano do ensino fundamental em diante.



inscrevam de forma significativa para esse concurso de seleção, levantando a hipótese de que “a baixa inscrição de candidatos oriundos de escola pública se explica pelo fato de que os alunos das camadas mais pobres reconhecem que o Colégio Pedro II se encontra em um campo no qual suas chances de sucesso são mais reduzidas” (Brandão e Perroni, 2009).

Assim, constitui-se a necessidade de investigar mecanismos institucionais presentes na dinâmica dessa escola que estejam propiciando a seletividade social, oferecendo uma distribuição desigual de oportunidades e recursos, privilegiando um determinado grupo social e de cor. A pesquisa já mencionada de Maria Cristina Galvão (2003) que investigou em que medida o Colégio Pedro II, sendo considerado uma escola de excelência, alinha-se ou não às tendências de exclusão escolar que se caracterizam em nosso país pela reprovação e abandono, considerou que a instituição realiza em seu interior um processo de seleção que reafirma e reproduz a distinção social. Aponta que as diferentes formas de acesso já são marcadores desta desigualdade quando privilegiam os segmentos sociais mais favorecidos, no caso dos concursos para admissão no 6º ano do Ensino Fundamental ou no 1º ano do Ensino Médio, como era feita na época do estudo, antes da implementação da reserva de vagas para estudantes da rede pública de ensino. Mas mesmo depois dessa iniciativa, Brandão e Perroni (2009) ainda confirmam o caráter elitista da escola em questão.

Mais recentemente, ocorreu uma mudança na política de acesso ao Ensino Médio. A lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, determina que as Instituições Federais de Ensino Superior e Técnico de Nível Médio reservem para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, destes, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. As vagas reservadas para estudantes de escolas públicas, deverão ainda ser preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), seguindo a proporção de pretos, pardos e indígenas na população do Estado onde está instalada a instituição.

As iniciativas voltadas agora para o ensino médio respondem a uma demanda a população por acesso à esta modalidade de ensino. O estudo de Osório (2009) sobre os dados produzidos pela PNAD de 2006, revela que os jovens de 18 a 24 anos com ensino



médio completo estavam concentrados na classe média e na alta<sup>7</sup>, e em número reduzido na classe baixa. Naquele momento, apenas 43,8% dos jovens de 18 a 24 anos tinham ensino médio completo, sendo que na classe baixa, essa porcentagem era 34,2%. O autor resume considerando que "embora não exista uma associação forte entre ser jovem de 18 a 24 anos e pertencer a uma determinada classe, existe uma associação forte entre a classe de origem e a conclusão do ensino médio" (p. 870).

Quando considerados aspectos referentes à cor tanto a população negra total quanto a população negra de 18 a 24 anos apresentavam uma distribuição semelhante pelas classes, concentrada na classe baixa e na média. Os dados apresentados por Osório (2009) confirmam que para além da associação entre classe e ter completado o ensino médio existe uma associação entre raça e ter completado o ensino médio, visto que dos jovens negros apenas 33,9% tinham completado esta modalidade de ensino.

Em vista disso, justifica-se que no CP2, mesmo tendo o dispositivo legal estabelecido as cotas apenas para seus cursos técnicos, a instituição, desde 2012, tenha estendido o precedente para todos os seus editais de admissão para 1a Série do Ensino Médio, seja Regular (noturno e diurno), integrado e PROEJA.

Dessa forma, considerando como exemplo o quadro de vagas em seu último concurso de admissão para o Ensino Médio Regular Diurno 2013/2014, verifica-se que do total das 616 vagas oferecidas nos diferentes *Campi*, o número de vagas para pretos, pardos e indígenas correspondeu a 164, cerca de 26%, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1

Quadro de Vagas por Campus					
Fonte: Edital n. 10/2013 PROEN - CP2					
	São Cristóvão III	Centro III	Duque de Caxias	Niterói	Realengo II
<b>1. Total</b>	100	30	180	186	120
<b>2. Vagas reservada à escola pública</b>	50	15	90	93	60

<sup>7</sup> Nesse estudo classe foi considerada a partir do extrato de renda.



Quadro de Vagas por Campus						
Fonte: Edital n. 10/2013 PROEN - CP2						
<b>2.1. Vagas reservadas a candidatos com renda igual ou superior a 1,5 salário-mínimo</b>	25	8	45	47	30	
<b>2.1.1. Vagas reservadas a PPI no corte de renda</b>	13	5	24	25	16	
<b>2.1.2. Demais vagas no corte de renda</b>	12	3	21	22	14	
<b>2.2. vagas reservadas a candidatos com renda superior a 1,5 salário-mínimo</b>	25	7	45	46	30	
<b>2.2.1. Vagas reservadas a PPI</b>	13	4	24	24	16	
<b>2.2.2. Demais vagas</b>	12	3	21	22	14	
<b>3. Vagas escola particular</b>	50	15	90	93	30	
<b>4. Total de vagas PPI</b>	26	9	48	49	32	

Observando a tabela, nota-se que o número de reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas (PPI) é menor em todos os *Campi* que o número de vagas que são destinadas aos alunos/as de escolas particulares. Considerando ainda que, de acordo com o Censo 2010, no Estado do Rio de Janeiro o número de pessoas que frequentavam o Ensino Fundamental Regular em escola pública é cerca de 3 vezes maior que os de escolas



particulares, o percentual de reserva de vagas de 50% ainda não representa um padrão de equidade, como mostra o gráfico abaixo:

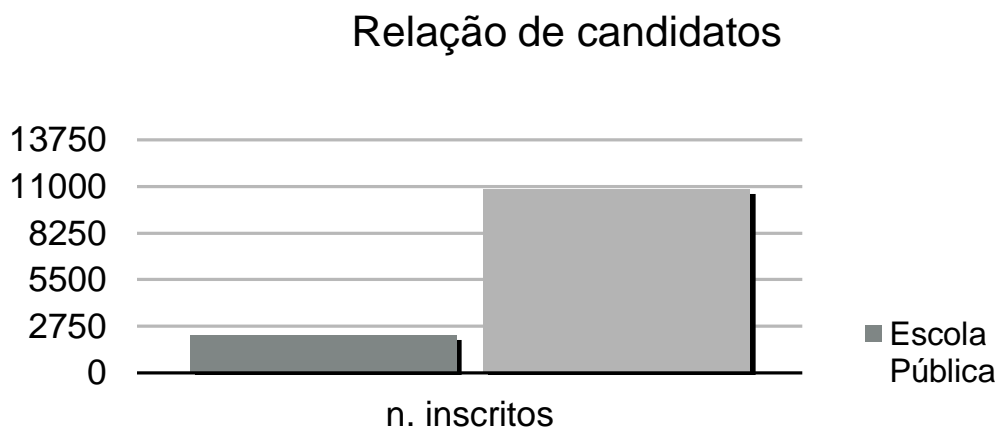


Gráfico 1

Verifica-se que 83% dos inscritos são de escolas particulares e 17% de escolas públicas. Apesar no CP2 ser uma escola pública, a seletividade em seu procedimento de acesso acarreta em um número muito reduzido de os/as alunos/as oriundos de escola pública, pois mesmo ofertando reserva de vagas esses jovens nem chegam a se inscrever no concurso.

Em relação ao número de candidatos inscritos e aprovados, verifica-se que dos 995 pretos, pardos e indígenas inscritos, 433 foram aprovados, cerca de 43,5% do total. Já os/as alunos de escolas particulares atingiram 63% de aprovação. Agregando os valores, o percentual de aprovação de alunos/as de escola pública é de cerca de 45%, bem abaixo daqueles provenientes de escolar particulares.

Os dados preliminares podem alertar para a seguinte questão: o Colégio Pedro II, como uma escolas públicas de excelência tende a reforçar o padrão de vantagem para os sujeitos com possibilidades socioeconômicas melhores e o caráter altamente seletivo dos concursos de acesso, mesmo com a adoção de cotas, ainda se apresentam como a primeira barreira para as camadas mais vulneráveis da população.

Outra barreira está na própria representação dos sujeitos sobre suas possibilidades de sucesso e fracasso em determinada instituição de ensino. As diferenças de oportunidades entre alunos/as de escolas públicas e particulares refletem no número de





inscritos de cada rede de ensino. A população que enfrenta maior desigualdade é a que menos de inscreve.

### **Considerações Finais**

A lei no 12.711 que reserva vagas nos Institutos Federais parece tentar oferecer uma alternativa ao debate cotas sociais X cotas raciais. Não se pode negar a existência de coincidência entre ter renda baixa, estudar em escola pública e ser negro. Mas alguns problemas devem ser considerados, como por exemplo a exigência de estudo em escola pública. Para Osório (2009) "seria necessário decidir quando e por quanto tempo uma pessoa que teve uma trajetória mista no sistema de ensino precisaria ter estudado em escolas públicas" (p. 877). E no caso daquelas famílias que apesar da baixa renda esforçam-se para manter os filhos em escolas particulares considerando-as de melhor qualidade? E os alunos bolsistas destas escolas? O corte por renda da família tenta resolver essas questões.

No entanto, são ações insuficiente do ponto de vista das desigualdades raciais. A probabilidade de um jovem de baixa renda concluir o ensino médio é pequena, mas é ainda menor se o jovem for negro, como também é maior a desigualdade educacional para os grupos negros, comparando negros e brancos em qualquer classe. Por isso, se o objetivo é atacar a desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino médio e/ou à universidade, é preciso haver simultaneamente quotas sociais e raciais. (Osório, 2009).

Ainda considerado o caso específico do CP2, se faz necessário avaliar a permanência desses alunos/as que entram via cotas e a relação dos desempenhos escolares para se ter uma melhor dimensão do impacto dessa política.

O trabalho pretendeu levantar alguns questionamentos sobre a política de acesso ao Colégio Pedro II a fim de contribuir para futuras investigações e análises sobre as desigualdades raciais nesta instituição.

### **Referências Bibliográficas**

BARBOSA, M. L. As desigualdades diante da educação e seus efeitos sociais. *Caderno CRH*, Salvador, v.20 n.49, p. 9-13, jan/abr. 2007.



BARBOSA, M. L. O. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise nº 13, Edição Especial. Brasília: IPEA, 2007

BASTOS, Priscila da Cunha. *Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2009.

BOUDON, R. *A desigualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Coleção Sociedade Moderna, v. 1. Brasília: Editora UNB, 1973.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A. e CATANI, A. (orgs.). *Pierre Bourdieu – escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRANDÃO, A. e MATTA, L. Avaliação da política de reserva de vagas na Universidade Estadual do Norte Fluminense: estudo dos alunos que ingressaram em 2003. In: BRANDÃO, A. (org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BRANDÃO, A. e PERRONI, J. Seleção ou exclusão: difícil acesso a instituições públicas de ensino. *Educação e Realidade*. nº 34, pp 65-81, jan/abr 2009.

CAVALIERE, A. M. (org.). *O Colégio Pedro II - Instituição Federal de Ensino do Rio de Janeiro*. *Revista Contemporânea de educação*, v. 3, n. 6, 2008 (Online).

FERES JUNIOR, J. e ZONINSEIN, J. (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: UNB, 2006.

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. *A jubilação no Colégio Pedro II: que exclusão é essa?* Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

GUIMARÃES, A. S. e HUNTLEY, L. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



HASENBALG, C., SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.38, n.1., p.13-28, 2012.

OLIVEIRA, Iolanda. *Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto, 1999.

OSÓRIO, R. G. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* 39 (138), 2009. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

PAUGAM, S. Prefácio. In: *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, A.; BRANDÃO, A. e MARINS, M. *Educação superior e relações raciais*. Niterói: Eduff, 2009.

SILVA, N. V. Cor e o processo de realização socioeconômica. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v.24 n. 3, pp391-409, 1981.



## CRÍTICA CULTURAL: UM MÉTODO INTERDISCIPLINAR PARA PESQUISA EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.<sup>1</sup>

SANTOS, Ana Fátima Cruz dos<sup>2</sup>  
*Mestranda do PÓS-CRÍTICA/UNEB/CAMPUS II*  
*Bolsista CAPES*  
*anafatimadossantos@yahoo.com.br*

39

### RESUMO

Observa-se que as ciências sociais estão continuamente envolvidas em discutir teorias antirracistas, a relevância da estética e da linguagem nos eventos globais e a busca por métodos, principalmente nas Humanidades, a fim de desenvolver estratégias contra as desigualdades sociais e raciais em um pensamento descolonial. O objetivo deste trabalho é apontar a Crítica Cultural enquanto este *entrelugar* para a reconstrução de sentidos, entendimento do que seja cultura na diáspora negra brasileira e a compreensão de uma teoria em Crítica Cultural que envolva os fenômenos de globalização, multiculturalismo e interdisciplinaridade. A problemática pontuada neste texto se refere ao questionamento de quais são os conceitos a serem contextualizados no cenário escolar para inviabilizar as retaliações sócio-raciais? O argumento apresentado propõe o uso das diferentes linguagens a fim de realizar arqueologias, ligações epistêmicas e transformação das estruturas socioculturais através do método do crítico cultural.

**Palavras-Chave:** Crítica Cultural. Método. Relações étnico-raciais

### ABSTRACT

It is observed that the social sciences are continually involved in discussing anti-racist theories, the importance of aesthetics and language in global events and the search for methods, especially in the humanities, in order to develop strategies against social and racial inequalities in a de-colonial thinking. The objective of this work is to point to this as Cultural Critique between place for the reconstruction of meaning, understanding of what Brazilian black culture in the Diaspora and the understanding of a theory in Cultural Criticism involving the phenomena of globalization, multiculturalism and interdisciplinarity. The issue scored in this text refers to the question of what are the concepts to be contextualized in the school setting to derail the socio-racial retaliation? The argument proposes the use of different languages in order to perform archaeologies, links and epistemic transformation of the socio-cultural structures through the cultural critic method.

**Key Words:** Cultural Criticism. Method. Ethnic-racial relations

<sup>1</sup> Artigo apresentado durante o 3º CONINTER, UCSAL, Salvador-BA, durante os dias 8, 9 e 10 de outubro de 2014.

<sup>2</sup> Pesquisa orientada pela Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (PÓS-CRÍTICA/UNEB/CAMPUS II).



“A cultura é, de expressão, primeiro de uma nação, suas preferências, seus tabus, seus modelos. “

(Frantz Fanon)

## APRESENTAÇÃO

Aos desafios da vida contemporânea, desviamos nosso olhar de muitas intervenções de ordem social e ideológicas. Não é o questionamento das mesmas que se faz necessário abordar aqui, até mesmo porque, algumas instituições acadêmicas, teóricos, pensadores e movimentos sociais já o fizeram por nós antes deste texto ser editado. O caso a ser discutido nestas próximas páginas é de que maneira, nós educadores, estamos cuidando para que essas intervenções cotidianas de diferentes ordens auxiliem ou reformem as deficiências de nosso ensino tradicional, ocidental e excludente. O objetivo desse texto é propor estratégias crítica, interdisciplinar e multidisciplinar a ser aplicado em escolas brasileiras enriquecidas de tantas vozes e diversidade étnico-racial e cultural.

Argumentamos que a Crítica Cultural, enquanto método de descolonização epistêmica, linguística/literária quebra a hegemonia científica eurocêntrica dando voz ao pensamento do Sul<sup>3</sup> em função das relações sociais. É nesta reconfiguração do pensamento humano diante das turbulências da globalização que a interdisciplinaridade em sala de aula vem a ser uma estratégia pedagógica. A conversa entre as ciências, entre as disciplinas, entre os diferentes textos das humanidades-ciências biológicas- ciências exatas é um dialogismo que favorece o crescimento cognitivo, cultural e humano. Aliada à educação, a sociedade afirma demais instrumentos para assegurar a polifonia do saber, e a regulamentação de leis, decretos e ementas legislativas faz parte desse novo olhar.

Após sanção da lei 10.639/2003, que implementa o ensino de história e culturas africanas e afro-brasileiras na educação básica das escolas brasileiras (março de 2003) - uma das leis que legitimam a luta pelas ações afirmativas no Brasil e a abertura do sistema de cotas no mesmo ano por diversas universidades brasileiras - alguns pesquisadores e estudiosos (as)

<sup>3</sup> Referência ao conceito de Epistemologias do Sul defendido por Boaventura Souza e outros pesquisadores descoloniais a fim de romper com a linguagem discriminatória quanto às leituras de mundo nos países do sul, os quais não têm suas teorias reconhecidas como ciência. (Cf. Boaventura Ed Souza Santos. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010).



das questões étnico-raciais no Brasil passaram a efetivar maiores produções com um teor educacional sobre o assunto a fim de que temas que dizem respeito a preconceito racial, discriminação e outros tipos de violências voltadas especificamente às pessoas negras possam ser discutidos e revistos pela sociedade contemporânea.

Dentre eles estão: Ana Célia da Silva (2001/2011) com a elaboração de pesquisas sobre a representação do negro em livros didáticos de língua portuguesa; Rosa Margarida Rocha com manuais que propõe estratégias pedagógicas para diferentes profissionais da Educação (2007). As linhas a seguir são sugestões ao leitor para realizar a interdisciplinaridade desde o pensamento mais simples com as situações cotidianas até as complexidades das relações humanas.

Da mesma forma, a alteração desta lei pela Lei nº 11.645/2008, a qual institui o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica não isenta a responsabilidade do Estado em investir em políticas públicas e ações afirmativas que auxiliem a educação para as relações étnico-raciais. O que se observa é um processo crescente de produções artísticas, literárias e metodológicas a fim de interagir conhecimentos e diferentes formas de saberes de povos tradicionais em um ambiente que sociabiliza estes indivíduos culturalmente globais.

O uso de uma literatura que elucide a realidade desses povos tradicionais – regionais, indígenas, quilombolas, ciganos – aguçam a imaginação e proliferam equidade ao expor a dinâmica de vida dos diferentes, seus contextos e vivências e manifestações culturais que se intercalam e/ou difundem. Isto é educação, ou seja, ter acesso à experiência do outro sem menosprezá-lo é um ato interdisciplinar.

## **A PRIMEIRA IMPRESSÃO**

Feliz em ver como a humanidade se desenvolve a cada dia, a cada milímetro de pensamento para com seu futuro que nada mais é que o próprio presente o qual no momento desta lembrança já virou passado. Contudo, muito damos razão ao sistema em série que a vida parece determinar. Fato enganado. A parte boa é que podemos problematizar todas as cismas e potências da caminhada dinâmica dos Homo Sapiens. O pensamento crítico se alimenta das fissuras entre o real e os outros mundos.





Alguns referenciais devem ser notados: falamos pouco de nossas entranhas, e quando as cito parto do lugar de mulher negra, educadora e sobrevivente na terra dos Macunaímas, Amadianos e Lobatos. Esse lugar é convergente e divergente, ou seja, nascemos da visão única e contraditória sobre lançarmos a identidade múltipla, repleta de outras identidades a partir da ideia de diáspora. No caso dos negros no Brasil, diáspora negro africana, que segundo Bairros (1996),

42

Um constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo (...). O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido, globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social. (BAIRROS, 1996)

O fio tênue entre local e global, assim como a corda da bailarina, serve para admirarmos todos os lados de nossas adversidades e competências de superação às discriminações e imposições epistêmicas. Conseqüentemente, a escassez do diálogo sobre as histórias, culturas, conhecimentos, tecnologias dos africanos, dos caribenhos, dos latinos americanos seja um sintoma de nosso desprezo ao saber do *outro*. E se esses saberes viessem em livros em forma de narrativas, lendas, histórias de vida? Será que reconheceríamos a simbiose das culturas?



*Relógios Derretidos*. Salvador Dali. Fonte: Google imagens



Muito discutimos sobre os construtos periféricos dessa tal modernidade tardia<sup>4</sup>. Discutimos e analisamos sem pensar problemas que brotam em nossos pensamentos para reavaliar os sentidos e significados do mundo, das palavras, das coisas. Se nos remetemos “a coisa”, nos reportamos à “palavra”, e assim, detectamos o signo de Saussure<sup>5</sup> mais latente que antes a procura de uma estruturação da linguagem. Entretanto, todo esse processo de sistematizar já não nos cabe completamente; o signo e sua versão simbólica transborda em imagens, conceitos, possibilidades. O momento agora é “espalhar”!

[...] Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pareceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser “sagrada”, pois foi “violentada” – não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. (HALL, 2003, p.30)

O tempo do Hoje é: disseminar nossos pontos de interrogação. Interrogar a memória fotográfica dessa nova Era que insiste em sinalizar a todo o tempo formações de identidades fragmentadas (HALL, 2011) e ramificadoras, propondo revoluções epistêmicas, afinal, tudo está em intensa transformação e mudança. Uma potencializadora desses despejos culturais eurocêntricos e hierarquizantes é a língua. A mesma pode ser entendida (e compreendida) a partir do indivíduo que a usa e a identidade deste através e na sociedade que o cerca. Os interesses socioculturais que são ideologicamente formados se exercem por meio da língua e se mantêm com o falante da mesma.

A compreensão de identidade (e podemos contextualizar a identidade racial neste âmbito) recai sobre alguns questionamentos como o da pluralidade de um povo e seus parâmetros de marca comum. Talvez, a língua não seja um desses parâmetros, contudo, as comunidades de populações negras disseminadas pelos cinco continentes contemplam linguagens únicas da nossa ancestralidade afro. Isto, sim, é impresso em nossas manifestações culturais, e assim começam a ser impressas em nossos livros didáticos/paradidáticos e expressões orais/escritas de ensino-aprendizagem. Conforme nos apresenta Gomes (2005),

<sup>4</sup> Termo calcado por Hall para referenciar a pós-modernidade (HALL, 2011).

<sup>5</sup> Ferdinand de Saussure é considerado um dos precursores da Linguística estruturalista em que, dentre seus estudos, argumenta sobre a arbitrariedade do signo linguístico e a análise da linguagem em diacronia e sincronia.



A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas(sic), festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2005, p.41)

As relações humanas não estão ausentes de uma leitura sobre os aspectos culturais e identitários do *outro*, definindo-o e re-significando os signos que o representam diante do diferente. Nessa troca de símbolos, faz-se necessário interpretar as ações interpessoais para a partir deste ponto (re)elaborar mecanismos educacionais para a formação coletiva dos indivíduos inseridos em determinado grupo social.

44

## **E AGORA: A GAVETA**

*Esta manhã em uma das faxinas – aquelas que fazemos em dias de chuva – achei no fundo da gaveta da escrivaninha um pedaço de papel ofício com alguns escritos. Li com cautela por medo de ser alguma anotação importante, mas logo percebi que se tratava de um desses contos literários que eu me aventurei há anos atrás em projetar. Sem sucesso. Assim como deixei este conto no esquecimento, são os acontecimentos do hoje. Tudo muito fragilizado nessa prova do instantâneo, do “logo”, e quando paramos pra prestar mais atenção ao objeto, ele já passou. (Apontamentos da autora)*

Sem perceber, usamos diferentes saberes indiciários para produzir conhecimento e interpretar sinais, pistas e os indícios (GINZBURG, 1990). O uso constante de elementos comparados para se chegar a um resultado. *E agora eu encontrava o segredo da gaveta!* Não tinha nada a ver com simples esquecimento, brincadeiras da memória relativa; tinha relação com o pouco que eu, enquanto sujeito/protagonista de uma realidade coletiva, apostava nessa minha(nossa) escrita errante, nos traços iniciantes da minha(nossa) configuração poética que testemunha a futilidade das ações humanas diante do fato pontualmente posto sobre a folha de



ofício branca. A estética deste ato traduziu estritamente o meu sentimento de *resíduo* no espaço líquido do cromos. E ser *resíduo* enquanto hipótese crítica

[...] conota o modo pelo qual o secundário e o não-integrado são capazes de deslocar a força da significação para os limites mais desfavorecidos das escalas de valor, sociais e culturais, com o objetivo de questionar suas hierarquias discursivas a partir de posições laterais e descentramentos híbridos. (RICHARD, 2002, p.175).

45

Contudo, a história da gaveta não acaba aqui. Podemos perceber também a capacidade de questionar a travessura literária da *persona*. Nota-se que vencer obstáculos epistemológicos é o próximo objetivo. Ou seriam obstáculos do conhecimento? É preciso saber formular problemas e sair do lugar de quem "sabe tudo". Mergulha-se na gaveta e lá vê-se as demais possibilidades de achar referências para continuar o parágrafo solto, terminar a ideia em aberto, traduzir aquela metáfora mal proferida entre a vírgula e a letra seguinte. Procura-se interpretar os ditos para além das linhas imaginárias do texto impresso. Seria este o diferencial da próxima tentativa.



*Itaú Cultural*. Fonte: Google imagens

Após as investidas contínuas em busca da composição textual mais linear aos olhares dos possíveis leitores, observa-se que não poderia dar importância a tal desatino: nunca



encontraria uma direção única pra algo que está sempre em movimento. Este algo - o saber - que manipulamos a todo instante é incessantemente cambiante e descompromissado com a marcação unidimensional do tempo. Percebia com maior nitidez, como quem manuseia uma luneta, que as coisas ganham forma na maneira a qual a conduzimos e deste modo interferimos no resultado dessas mesmas coisas.

Por fim, o texto volta pra gaveta sem maturação externa, mas sim, com marcas latentes nas sinapses que a partir daquele fato insistiam em prolongar os desmontes de paráfrases, orações e sentidos. As figurações simbólicas, os gestos, as marcas e codificações de poder – exercido através da linguagem – estão imbuídas no processo de ressignificação do texto, do discurso. E por que não dizer, ressignificação do *outro*? Pensemos, então, na relevância da interdisciplinaridade:

[...] o interdisciplinar envolve interesse e respeito pela voz do outro, isto é, por ouvir o que outro está dizendo com a finalidade de analisar como suas ideias se coadunam com as perspectivas que se tenha. (MOITA LOPES, 1998, p.104)

É preciso recordar que a educação escolar traduz em um determinado espaço, cercado pelos muros enrijecidos ou decorados com grafites-liberdades, as imagens da sociedade em que se situa as identidades cambiantes de seus *moradores-passageiros* (porteiros, cozinheiras, diretores, professores, estudantes, pais). A escola é um espelho que reflete diferentes cenários, diferentes vivências, diversidade em todos os modos de ensino-aprendizagem. Não tem como ser incolor, não possuir as amostras socioculturais do universo lá fora. Afinal, ela deveria ser um ambiente que filtra essas radiações de energias artísticas, sociais, culturais, históricas e educativas.

Desde o lápis até o data-show, tudo é material didático para uma sala de aula e uma educação que vença as barreiras da intolerância e do colonialismo de nossas mentes. A interdisciplinaridade é uma forma de apresentar – por meio de recursos materiais e humanos - os diversos letramentos possíveis para a educação da pessoa humana e estimular seu desenvolvimento crítico. Disciplinas plurais fomentam respeito à diversidade (de classe social, de gênero, de etnia, de raça/cor).

Conseqüentemente, a interdisciplinaridade é para além de uma troca simbólica ou convergência entre disciplinas e saberes teóricos/científicos; a interdisciplinaridade cruza o



caminho da transdisciplinaridade por comportar essas imagens mutantes, a experiência e a vivência como agregadores de conhecimento: “O conhecimento transdisciplinar é gerado no contexto de aplicação [...], ou seja, não envolve aplicação de conhecimento que já existia previamente à investigação no próprio contexto de aplicação.” (MOITA LOPES, 1998, p.106).

Porém, há de se incentivar um caminho rumo à interdisciplinaridade dentro do espaço escolar, entrelaçando projetos das disciplinas, contemplando temas da contemporaneidade e os pontos que interferem nas relações humanas. Mesmo com a consciência de que a identidade é uma síntese de nossas diferenças, necessitamos conviver com as disparidades para buscar a superação das desigualdades, das discriminações, dos avessos.

47

### **EU-CRÍTICO-CULTURAL**

À primeira vista pode parecer desconexa a relação entre a citação de Fanon, no início deste ensaio, e a trama da “gaveta”, porém, pedimos ao leitor que pare imediatamente e questione sua capacidade de leitura. Pronto! O leitor acaba de precipitar seu passo inicial enquanto um crítico cultural. Devemos nos questionar a todo momento, provocar a dúvida quanto ao nosso conhecimento e busca do mesmo. Construímos nosso próprio método de interação cultural e intervenção política a fim de descolonizar o saber ocidentalizado, eurocêntrico e vertical que nos impunham desde os tempos de Cabral. Assim como nos diz Sartre, "o método é uma arma social e política" (SARTRE, 2002, p.20), pode ser capaz de doutrinar ou subverter pensamentos, atitudes e comportamentos sociais.

Logo, a Crítica Cultural pode funcionar como elemento de fomento, reconstrução e desconstrução. É uma máquina de eterno desmonte, em que os holofotes se voltam para as vozes dos *resíduos* sociais para se tornarem sujeitos na inter/trans/multidisciplinaridade. A “gaveta” é nosso momento de desmonte, desmantelamento das ideias solidificadas; período para se observar gestos e marcas (a estética), formações simbólicas (a cultura), e as codificações de poder neste mundo envolto pela globalização (a política). Deslocamos a potência das significações a todo o instante observando as nuances do pensamento político e estético, nesse sentido,





[...] O deslocamento estético e o olhar político da crítica cultural percorrem estas falhas e estes excessos com o objetivo de ficcionalizar o modo como se mobilizam as heterodoxas pulsões de mudança que levam sintaxes, representações e gêneros até seus limites de máxima tumultuosidade e discordância. (RICHARD, 2002, p.186)

Criticamos tudo a toda hora para testar a possibilidade de existir algo diferente no mesmo objeto anterior. Estamos mudando de foco a cada aventura que a contemporaneidade nos propõe e com isto, multidirecionar os nossos olhares para as posturas dissonantes do pensamento crítico a que tanto convergimos sem atender ao chamado. É preciso compreender a importância da pesquisa, em qualquer tipo de área do conhecimento, como um modo de construir a vida social, dar sentido a mesma levando em conta a pluralidade do conhecimento. A pesquisa aliada ao ensino é uma proposição constante nos estudos sobre o fazer pedagógico, as ações docentes e abordagens para a formação continuada de professores.

É sobre isto que a epígrafe no início deste texto quer apontar: um olhar atento a determinadas instituições ideológicas, políticas e sociais que existem no Brasil e o torna um Estado plural e sinônimo de resistência – resistência esta que pode ser apontada na legitimação das vozes quilombolas e indígenas enquanto comunidades tradicionais que detêm saberes próprios e representativos de um pensamento em coletividade. Ao passo que observamos as relações interpessoais, notamos também que as identidades têm atingido um estágio fluido. Estas identidades são globais e locais ao mesmo tempo; dão sentido a um mundo multifacetado e com referencia ao simbólico assim como ao cultural.

Não se trata mais de uma identidade única, mas sim, do compartilhamento de ideias e ideais de diferentes grupos sociais. O que nos interessa é ressaltar a escola enquanto este ambiente polivalente de difusão desses conhecimentos, do respeito e compreensão da historicidade brasileira, além de propor um novo modo de estudo: numa perspectiva coletiva, plural e interdisciplinar (ou entre disciplinas).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações são finais apenas nas práticas acadêmicas, contudo, nada aqui tem uma conclusão definitiva. São propostas, sugestões de um pensamento descolonial e em busca, constantemente, de modos pedagógicos para contestar as hierarquias discursivas, os



preconceitos e as distintas manifestações de discriminação racial. Para tal, estes modos precisam ser discutidos no meio educacional entre os docentes, gestores e construídos junto ao corpo discente.

Como símbolo de poder, a língua – e suas manifestações em linguagem oral, escrita, imagética – favorece potencialmente à multiplicidade de vozes culturais, socioeconômicas e étnico-raciais. Os diferentes letramentos de comunidades rurais ou urbanas devem ser somados aos conhecimentos tradicionalmente ministrados nas salas de aula brasileiras. Em um primeiro momento, isto é um acréscimo de métodos, para o objetivo futuro pela libertação das estruturas coloniais, de um ensino pragmático. Uma postura afrocentrada transversaliza a cada dia nossa cultura escolar e pluraliza o discurso de respeito às diferenças.

A dimensão étnico-racial e a prática pedagógica vêm a ser uma aliança rumo à interdisciplinaridade e à construção de novos referenciais com o auxílio das Leis 10.639/2003 nas instituições educacionais, assim como a 11.645/2008 na aplicação do ensino de história e cultura indígena e, recentemente, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (novembro/2012). Estas conquistas dos movimentos sociais envolvidos validaram a promoção de materiais voltados pra a descolonização linguística na educação. É mais uma manifestação de “despejo” às imposições coloniais em nossa linguagem. Deste modo, concluímos que língua é poder, e poder pode ser conquistado por todos.

## REFERÊNCIAS:

BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: *Afro-Ásia*, nº. 17, Salvador: EdUFBA, 1996.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o Estruturalismo? In CHÂTELET, François (org). *História da filosofia – ideias, doutrinas*. Vol 8. Rio de Janeiro: Zahar, 1974[1972].

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 1990, p. 143-179.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62



HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. 2008. p. 287-324.

MOITA LOPES, Luiz Paula da. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Inês Signorini, Marilda Cavalcanti (orgs.). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998, p. 101-114.

RICHARD, Nelly. 2002. Resíduos e metáforas. In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Tradução de Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002, p. 175-187

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

SANTIAGO, Silviano. Análise e interpretação. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Rocco. 2000, p. 200-217.

SARTRE, Jean Paul. Marxism e existencialism. In: *Crítica da razão dialética: precedido por questões de método*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP e A. 2002.p. 19-39.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.



## DISCURSOS SOBRE A PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

ROCHA, Jose Geraldo

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - UNIGRANRIO  
rochageraldo@hotmail.com)*

51

### RESUMO

Discutir as possibilidades de desenvolvimento de ações políticas em prol da promoção da igualdade racial tem sido um desafio colocado como um imperativo na agenda social brasileira nos últimos anos. A discrepância existente entre os interesses antagônicos das classes sociais e grupos organizados envolvidos na questão, tem se explicitado diferentes discursos, concepções e compreensões. A presente comunicação tem por objetivo analisar esses discursos carregados de significados ideológicos, contextualizando-os na perspectiva da efetivação dos direitos dos segmentos historicamente excluídos das instâncias de participação bem como das possibilidades de vivenciar a dimensão da dignidade enquanto cidadãos na sociedade brasileira. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas retratando a temática em pauta permitem afirmar que a promoção da igualdade racial exige um direcionamento do discurso a ser assimilado pelos gestores públicos responsáveis pelo processo de implementação de tais políticas nas esferas municipais, estaduais e federal. A sincronização dos discursos apresenta-se como desafio para alcançar êxito nas proposições. A compreensão do racismo, da discriminação racial e dos preconceitos, bem como a estrutura social que secularmente gera desigualdades de todas as naturezas quando se trata de negros e não negros no país tornou-se indispensáveis aos gestores públicos no momento de formulação das políticas de promoção da igualdade racial. Palavras, e realidades mal compreendidas, mal colocadas oferecem armadilhas à não efetivação da promoção da igualdade racial.

**Palavras-chave:** Igualdade Racial. Política. Discurso

**Abstract:** Discuss the possibilities for policy development actions for the promotion of racial equality motion has been a challenge as an imperative in the Brazilian social agenda in recent years. The discrepancy between the interests and antagonistic social classes and groups involved in the issue, has explained different discourses, conceptions and understandings. This Communication aims to analyze these speeches laden with ideological meanings, contextualizing them in the context of the realization of the rights of historically excluded segments of instances of participation and the possibilities of experiencing the dimension of dignity as citizens in Brazilian society. The studies that have been developed depicting the issue in question allow us to state that the promotion of racial equality requires an orientation speech to be assimilated by public managers responsible for the implementation of such policies on the local, state and federal proceedings. Synchronization of speech is presented as a challenge to achieve success in the propositions. The understanding of racism, racial discrimination and prejudice, and the social structure that generates secular inequalities of all kinds when it comes to blacks and non-blacks in the country has become indispensable to managers at the time of formulation of policies to promote racial equality. Words, and misplaced misunderstood realities traps offer non realization of racial equality.

**Keywords:** Racial Equality. Politics. Speech



## Introdução

Nada melhor para início de conversa a polêmica gerada com a atitude de Daniel Alves, jogador de futebol do Barcelona e da Seleção Brasileira diante de um ato de racismo durante um jogo pelo campeonato espanhol onde se enfrentavam Villa Real e Barcelona. Em uma cobrança de escanteio, um torcedor atirou uma banana, gesto característico de racismo ao associar os negros a macacos. Daniel descascou a banana e comeu, em seguida cobrou o escanteio. Ao gesto de Daniel, inicialmente, Neymar se solidarizou e postou em sua página “somos todos macacos”, onde aprecia ele e seu filho comendo uma banana cada um. A polêmica virou o mundo. A mídia brasileira, mas não só, fez um estardalhaço elogiando as atitudes de Daniel e Neymar. Após vários dias acabei postando o seguinte texto em minha página no facebook intitulado: *Racismo e Babaquices - É impressionante! Daneil Alves come a banana, Neymar diz que somos todos macacos e o "mundo" aplaude! É verdade que cada um reage ao racismo em conformidade com seu grau de conhecimento, consciência e vivência. Entretanto, não se pode deixar de considerar que o racismo é uma ideologia perversa onde a dignidade humana é rebaixada. Ora, sendo assim, afirmar que somos todos macacos, em certo sentido, é professar aquilo que a ideologia racista incute nas mentes dos desavisados. Achar que o caminho apontado pelos nossos ilustres atletas é solução, parece-me um equivoco sem igual. Eu não sou macaco! Os negros todos, do mundo todo, não são macacos, embora alguns nos querem fazer crer nisso. Continuo apostando naquilo que me dá alegria e motivo de lutar: "nós somos humanos"! ... E foda-se os racistas quem pensam o contrário.*

### 1. Compreendendo a lógica do discurso dominante

Os dominados falam o discurso que seus dominadores desejam que eles falem. Os discursos sobre o racismo e as realidades neles ocultadas atuam como grandes empecilhos à promoção de igualdade racial. Que igualdade é essa que rebaixa a todos nós a macacos? Que discurso é esse? Qual a sua origem? O que ele oculta? Por que tanta gente gostou tanto? Isso nos permite conjecturar que as vítimas do racismo, em muitas situações acabam agindo, e ou reagindo dentro de uma lógica estrutural em consonância com a ideologia dominante. Não raras



são as situações em que se pode constatar que o dominado se transforma em um fiel “reprodutor” do discurso dominante. Isso é feito de maneira inconsciente, e é aprendido no modo subliminar de intuir um pensar das classes dominantes. A afirmação “somos todos macacos” altamente propalada nos meios midiáticos após o episódio da banana comida por Daniel Alves num estádio de futebol na Espanha é um retrato de como é assimilado pelos dominados a concepção de negros presente nas classes dominantes. Não se pode afirmar que Neymar quisesse negar a humanidade aos negros, nem a ninguém. No entanto sua afirmação corrobora com o modo de pensar colonial instaurado nas Américas a respeito dos negros que podiam ser escravizados, tratados desumanamente, pois não passavam de animais. Em sendo animais e pretos, faz-se a alusão aos macacos. Na verdade, esse modo de pensar não contribui em nada para a superação do racismo e dos preconceitos, ao contrário, coloca “panos quentes” sobre uma realidade que a muitos incomoda mas que outros tantos não gostariam abordar. Aqui encontram-se os elementos fundantes do famoso “mito da democracia racial” tão bem propalado em nosso país. É apregoado por tal teoria e seus teóricos o postulado de que no Brasil “somos todos iguais”. Esse é o discurso que esconde a gritante realidade de desigualdades existente entre negros e brancos e tenta incutir uma visão problemática do lugar dos negros na sociedade brasileira. Segundo Jacooud, tal teoria está:

Assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma história de boa convivência e paz social que caracterizaria o Brasil. Todavia cabe lembrar que tal análise, ancorada na cultura, não implica na integral negação do caráter irreversível da inferioridade dos negos (JACOUD, 2008:55)

Buscando responder algumas dessas indagações, nosso trabalho objetiva apontar possibilidades de um pensar diferente sobre o racismo e as desigualdades por ele geradas na sociedade brasileira.

## **2. O desafio da promoção da igualdade racial**

Não é possível se promover aquilo que não se compreende e que não foi assimilado. A promoção da igualdade racial está diretamente associada ao desenvolvimento das políticas afirmativas, cujos objetivos:





Eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado que tende a se perpetuar; implementação de uma certa diversidade e maior representatividade dos grupos minoritários e ou excluídos nos mais diversos domínios da atividade pública e privada; promover os historicamente excluídos dos espaços socioculturais e políticos; caracterizar o ideal de igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos sociais e étnicos existentes no país. (ROCHA, 2017:76)

As últimas décadas os diferentes atores sociais têm vindo à público manifestar suas opiniões a respeito das mesmas. Isso tem gerado diferentes conceitos e concepções de promoção de igualdade e de políticas de ação afirmativa. Em determinadas situações têm, inclusive, gerado contestação jurídica de tais iniciativas em virtude do caráter de tais medidas. Alguns segmentos representantes das classes dominantes, mas não só, entendem que a questão da promoção da igualdade não passa de retórica com finalidade eleitoral. Outros, entretanto, atestam que diante de tamanhas desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e suas implicações na vida cotidiana de alguns segmentos sociais demandam atitudes políticas dos governantes no sentido de proposição de políticas específicas em benefício dos grupos e setores marginalizados e excluídos, sejam do ponto de vista econômico como do ponto de vista sociocultural.

A promoção da igualdade racial tem sido colocada como um imperativo na agenda social brasileira nos últimos anos. Em decorrência dos conflitos e interesses antagônicos das classes sociais e grupos organizados envolvidos na questão, tem se explicitado diferentes discursos, concepções e compreensões. A presente comunicação tem por objetivo analisar esses discursos carregados de significados ideológicos, contextualizando-os na perspectiva da efetivação dos direitos dos segmentos historicamente excluídos das instâncias de participação bem como das possibilidades de vivenciar a dimensão da dignidade enquanto cidadãos na sociedade brasileira. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas retratando a temática em pauta permitem afirmar que a promoção da igualdade racial exige um direcionamento do discurso a ser assimilado pelos gestores públicos responsáveis pelo processo de implementação de tais políticas nas esferas municipais, estaduais e federal. A sincronização dos discursos apresenta-se como desafio para alcançar êxito nas proposições. A compreensão do racismo, da discriminação racial e dos preconceitos, bem como a estrutura social que secularmente gera desigualdades de todas as naturezas quando se trata de negros e não negros no país tornou-se indispensáveis aos gestores públicos no momento de formulação das políticas de promoção da igualdade racial. Palavras, e realidades mal compreendidas, mal colocadas oferecem armadilhas à não efetivação da promoção da igualdade racial.



Os diferentes discursos propalados através das mídias como rádios, jornais, tvs e redes sociais a respeito do significado de promoção de igualdade racial, em muitas situações ao invés de auxiliar na compreensão temática acabam contribuindo com o processo de disseminação de um teor ideológico tal que aumentam as incompreensões. Nesse sentido a compreensão da fala de Nelson Mandela é um achado para que se possa compreender o sentido das políticas de promoção de igualdade racial. Mais do que nunca, é chegada a hora de, no Brasil, se falar aos negros na sua própria linguagem.

*“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.”(Mandela)*

O Estado do Rio de Janeiro é formado por 92 municípios, dos quais, apenas 28 tem colocado em sua agenda política a questão da promoção da igualdade racial. Dentre esses 28 municípios alguns apenas acenaram com a possibilidade de criação de um organismo responsável pela execução de tais políticas. Existem municípios que criaram os órgãos mas não destinaram recursos no orçamento municipal, outros não priorizaram recursos humanos para tal função, de modo que efetivamente, são poucos os municípios que têm efetivamente assumido o compromisso com a promoção da igualdade racial.

Nelson Mandela nos deixou um legado quando nos referimos à igualdade racial. A luta é longa e exige de todos um comprometimento tal que gastar a vida, os recursos e esforços em prol de entendimento, respeito e promoção de todos significa uma causa nobre, que vale a pena. A promoção da igualdade racial tem sido nos últimos anos ponto de pauta nas agendas públicas em diversos estados e cidades pelo país, ainda que nem sempre com a devida compreensão. Segundo Vieira,

*“Mencionar combate às desigualdades raciais significa, antes de tudo, desconstruir um longo caminho que moldou o imaginário social de que os problemas que envolvem a raça deveriam ser percebidos como uma questão de segunda categoria, posto que se referiam a uma dimensão não-institucionalizada, restrita apenas no plano subjetivo dos preconceitos, não havendo, de acordo com este raciocínio, uma questão social ou estrutural que associasse raça às condições objetivas da vida” (SILVA, 2007: 79)*

Uns com mais outros com menos dificuldades, intentam desenvolver iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de segmentos populacionais que historicamente têm sido relegados a segundo plano na gestão pública. Referimo-nos aqui de modo particular,



aos negros, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, público alvo direto das ações de promoção da igualdade racial. A presente pesquisa vem buscar compreender o que realmente se passa na região da Baixada Fluminense no tocante às Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, coisa que não é possível visualizar em função da escassez de documentação e informações disponíveis daquilo que pretensamente é desenvolvido. Trata-se de uma investigação alocada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio, vinculada ao Grupo de Pesquisa “Relações Raciais, Desigualdades Sociais e Educação” por mim liderado no CNPq. A superação das desigualdades e a promoção da igualdade racial, para a comunidade negra no Brasil significa o Estado Brasileiro falar a linguagem dos negros, linguagem essa que segundo Mandela, atinge o seu coração e não apenas à sua mente.

Como desenvolver ações de promoção de igualdade racial em um contexto onde as palavras atuam como entraves para a compreensão das desigualdades? O campo das relações raciais tem se mostrado extremamente profícuo nas últimas décadas para as universidades brasileiras e institutos de pesquisas quando se trata de desenvolvimento de pesquisas voltadas à superação dos problemas relacionados ao racismo, preconceito e desigualdades raciais no Brasil. A necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de caráter afirmativo para a comunidade negra tem sido evidenciada cotidianamente pelos dados estatísticos dessa população em suas relações na sociedade. Segundo Jacooud,

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatísticas e de pesquisa como Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), O Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), mostram que grandes diferenças raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. (JACOUD, 2008:135)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005), no Brasil, os 1% mais ricos se apropriam da mesma fatia de renda que os 50% mais pobre. Os 10% mais ricos se apropriam de 46% da renda nacional 90% da população ficam com 54%. Segundo Nascimento, “pode-se dizer que no Brasil as desigualdades fazem parte da formação histórica, das dinâmicas da sociedade e suas instituições (NASCIMENTO, 2007:178). Só é possível tratar e pleitear promoção da igualdade quando se reconhece a existência das desigualdades.



O reconhecimento da diversidade de culturas existentes no Brasil é um passo fundamental para a compreensão de diversidade humana que compõem a população brasileira. Povos indígenas de inúmeras tribos, cada uma com seu modo de ser, de fazer e de estar no mundo; povos negros de origem africana, oriundo de grupos étnicos tão diversos, com culturas e valores tão diferentes, assim como povos europeus, demandam um modo de convivência que salvguarde os seus direitos elementares. Tem se verificado ao longo da história do país, que alguns desses grupos não têm tido a devida oportunidade de participar e usufruir das riquezas, bens, serviços e direitos de forma igual. Vivemos em uma democracia do “faz de conta”. As desigualdades são gritantes em todos os aspectos que queiramos analisar. “Estudos apontam que os rendimentos derivados do trabalho são invariavelmente menores entre os negros, em todos os estratos ocupacionais estudados” (JACCOUD, 2008: 49) Elas o são do ponto de vista socioeconômico, educacional, bem como racial. “É fato conhecido no panorama das desigualdades brasileiras que há uma desigualdade racial considerável no país. Pretos e pardos, doravante denominados negros, tem menos que a metade da renda domiciliar per capita de brancos” (SOARES, 2008:123). Nesse cenário, no plano federal, no início da década de 2000 são tomadas algumas iniciativas que vão desembocar na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. A partir daí, desencadeia-se as discussões da necessidade do país encontrar caminhos para superação das desigualdades raciais, sobretudo após a conferência de Durban. É bem verdade que no âmbito dos movimentos sociais organizados, tais reivindicações já faziam parte da agenda de luta. Cabe lembrar aqui que em 1995 na Marcha de Zumbi, realizada em Brasília, o movimento negro entregou o Governo Federal um documento onde contava suas reivindicações por um Brasil mais democrático e igualitário. No âmbito das Universidades, iniciaram-se as discussões quanto ao direito do ingresso dos negros por meio das cotas, medida tomada por algumas Universidades, sobretudo no Rio de Janeiro, Bahia e Brasília.

A promoção da igualdade racial no âmbito da educação afluava-se como um imperativo, dado os índices de exclusão dos negros no ensino superior, onde em cada 100 estudantes que concluíam seus estudos nas universidades públicas, apenas 2 eram negros. A retomada do discurso das Ações Afirmativas enquanto possibilidade política e fundamentação da promoção de igualdade criou um cenário novo no país. Está caracterizado na compreensão de muitos ativistas do movimento negro brasileiro que as ações afirmativas contribuíram significativamente para colocar definitivamente, a discriminação e o preconceito na agenda pública. Com isso pode-se afirmar que um dos grandes impactos das medidas de ações



afirmativas é a mudança de lógica no processo de discussão das desigualdades sociais no Brasil. Assim, foi possível vislumbrar inúmeros segmentos sociais que necessitavam de políticas específicas para se recolocarem como sujeitos, com valores e dignidade humana reescrevendo a história, (BURKE, 1992) cujo reconhecimento tinha que partir dos gestores públicos.

A Baixada Fluminense é uma região composta por vários municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Num estudo desenvolvido na Escola Nacional de Ciências Estatísticas em 2007, que resultou em uma dissertação de mestrado, “*Mortalidade e condições de vida na Baixada Fluminense*”, para a autora Aline de Moura Souza a região apresentada como um “cenário de baixo desenvolvimento econômico e precárias condições de saúde”. O intenso processo de ocupação e crescimento demográfico, experimentado durante o século XX, foi acompanhado de uma melhora parcial nas condições de saúde, habitação e infra-estrutura básica, mas vários problemas ligados à situação de pobreza e necessidades básicas não atendidas ainda persistem. Outra característica da região é o fato dela ser conhecida como “cidade dormitório” em função do deslocamento de grande parte de sua população pela manhã para a cidade do Rio de Janeiro para trabalhar e retornar somente à noite. Saúde, transporte, educação, segurança, saneamento básico, trabalho, constituíram-se nos grandes desafios ao longo de décadas. A violência é uma realidade com a qual a população vive cotidianamente, e que nos últimos tempos tem se agravado em função da política de segurança implantada na cidade do Rio de Janeiro com as UPPs. A região tem se tornado “refugio” dos criminosos que abandonam suas “bases” nos morros e periferias da “cidade maravilhosa”

Nesse cenário político onde parece que nada funciona o discurso de igualdade evoca análises em seus múltiplos aspectos. A igualdade racial passa necessariamente pelo tratamento sócio econômico dado à região, pelo modo como os aspectos culturais com suas riquezas são enfocados, a maneira como é encarada a segurança pública dos cidadãos, em sua maioria negras e negros, assim como pelas políticas de combate ao racismo e superação de todas as formas de intolerâncias presentes no cotidiano da vida da população. A promoção da igualdade racial é uma questão ética bem como uma questão do próprio desenvolvimento do país. Esse é inclusive o indicativo que se pode encontrar no discurso feito pelo Presidente da República por ocasião da Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial realizada em Brasília em junho de 2005. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assim se referia:

Companheiros e companheiras,

Esta Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pela forma como foi preparada- 27 Conferencias estaduais com intensa



participação de mais de 90 mil pessoas- e pelo que significa na história de nosso país, já é por si mesma, uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial. Uma vitória de que há muito tempo o Brasil precisa, e que a consciência democrática da sociedade, em especial a do nosso povo negro, sempre buscou (...) por isso a igualdade racial é para nós, além de um compromisso ético, uma diretriz política e econômica de desenvolvimento. (LULA, 2005)

Conforme podemos constatar no discurso de Lula, a igualdade racial será uma conquista de todos e é um bem para o desenvolvimento do país. Daí a certeza de que não cabem mais os meios termos para o tratamento da promoção de igualdade racial. O discurso necessita ser recolocado sem falos pudores, sob pena de continuar a escamotear a realidade de desigualdades.

Oxalá novos discursos obtenham novos significados em uma perspectiva da força da palavra e suas possíveis materializações no que tange a efetivação dos direitos de todos.

### **Considerações finais**

O que se fala sobre igualdade, como se fala sobre igualdade influencia no que se faz para promovê-la. O que se fala sobre os negros e racismo no Brasil, como se fala sobre os negros e racismo marcam decisivamente a atuação dos gestores públicos responsáveis diretos na elaboração, implementação, efetivação e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial. É verdade que apenas a mudança do discurso não garante a promoção da igualdade racial, mas é verdadeiro também que um discurso viciado, emaranhado de desentendimentos conscientes ou não sobre a realidade em que vivem os negros no país, acaba funcionando como um elemento de entrave das ações de promoção de igualdade. A superação do discurso viciado sobre o tema da igualdade é uma exigência para que se possa efetivar políticas de promoção.

A igualdade racial não é apenas um sonho então e sim um horizonte possível de ser alcançado. Ir além das artimanhas dos discursos significa ver além do que aparentemente pode ser visto num primeiro instante. Esse novo olhar para a região da Baixada Fluminense cobra novas posturas diante dos problemas socioeconômicos e culturais vividos pela população local. Promover igualdade racial passa a significar colocação da dignidade humana no seu devido lugar. Assim, não mais seremos “todos macacos”, mas seremos todos humanos. Esse é o horizonte novo que essa discussão nos aponta.





As ações afirmativas passam então significar todo e qualquer tipo de esforços tanto na esfera pública quanto na esfera privada cujos objetivos esteja em consonância com a promoção dos direitos elementares das pessoas, principalmente os direitos dos grupos socialmente excluídos.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992. .

BRAZ, Antonio Augusto & ALMEIDA, Tânia Maria Amaro. De Meriti a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade. Duque Caxias: APPH-Clio, 2010.

BURKE, Peter (org.). A Escrita da História – Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992

CAVALLEIRO, Eliane. Valores civilizatórios – dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006

FORO DE ONG's. Conferencia Mundial Contra el Racismo. Durban: Sudafrica, 2000.

GUIMARES, Antônio Sergio. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre ação afirmativa no Brasil. In SOUZA, Jessé (org). Multiculturalismo e racismo: uma compreensão Brasil- Estados Unidos. Brasília: paralelo 15, 1997.

HERINGER, Rosana. A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Ierê, Núcleo da Cor, LPS, IFICS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

HASENBALG, Carlos Alberto. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



HENRIQUES, Ricardo (org.) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008

\_\_\_\_\_. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mario. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008

61

MUNANGA, Kabengele. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: 1996.

NASCIMENTO, Alexandre. Ações Afirmativas: combate ao racismo e promoção da igualdade: in ROCHA, José Geraldo & SANTOS Ivanir. Diversidade e Ações Afirmativas. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

ROCHA, José Geraldo & SANTOS Ivanir. Diversidade e Ações Afirmativas. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 3ª Edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Sales Augusto. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Andrea Lopes Costa. A Experiência de Ação Afirmativa no Brasil. In: ROCHA, José Geraldo & SANTOS Ivanir. (Orgs.) Diversidade e Ações Afirmativas. Rio de Janeiro: CEAP, 2007

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos. N. 26, Rio de Janeiro: 1994.



SILVA, Petronilha B. G& SILVERIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e Ações Afirmativas no Brasil: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, INEP, 2003.

SOARES, Sergei. Trajetória da Desigualdade: a evolução da renda relativa aos negros no Brasil. In: THEODORO, Mario. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após.



## DEPORTO-ME PARA SOBREVIVER. O HAITI TAMBÉM É AQUI

GUIMARÃES, Maristela Abadia<sup>1</sup>

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMT  
maristelaabadia@uol.com.br*

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues<sup>2</sup>

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMT  
Orientadora  
rodriguesmarialucia10@gmail.com*

63

### RESUMO

Cuiabá tem sofrido alterações visuais em sua paisagem populacional. Um novo grupo de pessoas, com uma nova língua, tem estranhado os lugares. Quem são eles? De onde vêm? O que os trazem para cá? Como vêm? São haitianos. Homens e mulheres. De acordo com a Pastoral do Migrante, cerca de 2.700 haitianos vivem atualmente na cidade. A intenção deste estudo é pensar essa população que chega a Cuiabá e também as fronteiras simbólicas racialmente construídas pelas barreiras da cor, como se pronunciam e enunciam o elo entre este – “o local” – cuiabano - e aquele - o “de fora”, o negro? Do ponto de vista racial, como se dá esse contato que muda a paisagem local? Quais conflitos poderiam ser verificados desse contato? As técnicas qualitativas de etnografia e fenomenologia serão basilares neste estudo. São poucas as pesquisas sobre o tema e não há registros no Estado de Mato Grosso.

**Palavras-Chaves:** Haiti. Cuiabá. Relações Raciais.

### ABSTRACT

Cuiabá has suffered visual changes in its population landscape. A new group of people, with a new language, has made places odd. Who are they? Where do they come from? What brings them here? How do they come? They are haitians. Men and women. According to the Pastoral of Migrants, about 2,700 haitians currently live in the city. The aim of this study is to think this population that reaches Cuiabá and also the symbolic boundaries racially built up by the barriers of color. And also how it pronounces and enunciates the link between this - "the local" – from Cuiabá - and that – “the outside”, the black people? From the racial standpoint, how is this contact that changes the local landscape? Which conflicts could be verified from this contact? The qualitative techniques of ethnography and phenomenology will be fundamental in this study. There are few researches on this subject and there are no records in the state of Mato Grosso.

**Keywords:** Haiti. Cuiabá. Race Relations.



“Irmão, onde você está?” [...] “Bem aqui, irmão. Estou bem aqui”  
(DANTICAT, 2010, p.228).

## INTRODUÇÃO

Pensar um objeto de pesquisa consiste em tatear esse objeto em busca daquilo que poderia ser visto sob um ou vários ângulos. Um olhar incrustador sobre a realidade pode nos levar a descobrir lugares e espaços que poderiam ser visitados pela pesquisa. Assim, tem se constituído este objeto de pesquisa que ora apresentamos.

Desde 2011, a cidade de Cuiabá tem sofrido alterações visuais em sua paisagem populacional. Um novo grupo de pessoas, com uma nova língua, tem estranhado os lugares. Quem são eles? De onde vêm? O que os trazem para cá? Como vêm?

## A PAISAGEM É OUTRA

Cuiabá, cuja população é composta por maioria negra, tem suas ruas tornadas mais enegrecidas. Grupos de uma cor preta forte tem andado unidos, vê-los nos ônibus circulares, vê-los nos trabalhos das obras da copa, vê-los nos bares como garçons ou limpando os corredores das faculdades, vê-los nos jornais de tvs locais ou noticiados nos escritos não é difícil. São haitianos. Homens e mulheres que, a cada ano, chegam em número maior a Cuiabá e, de acordo com a Pastoral do Migrante, cerca de 2.700 haitianos vivem atualmente em Cuiabá<sup>1</sup>.

Muitos são os comentários sobre eles. No salão de beleza: “você sabia que esses haitianos estão trazendo um novo tipo de aids para Cuiabá?”<sup>2</sup>, ou na fala de um vereador: “o que faremos com esse bando que está invadindo Cuiabá?”<sup>3</sup>. Ou, ainda, em metáforas depreciativas, “O Pronto-Socorro de Cuiabá chamamos de ‘Haiti’, porque você só vê maca, gente no chão. É um absurdo”<sup>4</sup>. Dizeres assim não têm sido exceções. Diante dessas situações, trazemos Fernandes (2007) que, ao explicar sobre as pesquisas que realizou em conjunto com Roger Bastide, expôs terem elas intenção de “atingir o homem e suas condições gerais de existência” (FERNANDES, 2007, p. 30) e, de certo modo, é este nosso querer ao olhar a realidade local

<sup>1</sup> Informação dada pelo diretor da Pastoral em 07 ago. 2014, na sede da Pastoral quando foi realizado o primeiro contato para esta pesquisa.

<sup>2</sup> Conversa presenciada num salão de beleza do Jardim Itália em Cuiabá, em 03 de maio de 2014.

<sup>3</sup> Conversa entre uma estudante de mestrado do grupo de Pesquisa do Nepe e um vereador de Cuiabá relatada pela mestranda.

<sup>4</sup> *MidiaNews*. Cotidiano/O desabafo de um médico. 05.07.2014. Disponível em: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=202761> Acesso em 06 maio 2014.

DEPORTO-ME PARA SOBREVIVER. O HAITI TAMBÊM É AQUI – GUIMARÃES, Maristela Abadia; MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues



cuiabana. Ainda em conformidade com o sociólogo, e na intenção de pensar essa nova população que chega a Cuiabá, ressaltamos a importância deste estudo.

São culturas diferentes em contato, e isso causa estranhamento tanto para quem chega, como para quem está. Ao debater sobre negros no mundo dos brancos e a integração entre eles, Florestan Fernandes (2007) enfatiza que o contato entre culturas diferentes tende a fazer com que um lado perca suas heranças culturais. Diz o autor, “Eles se perdem como *raça* [o autor referia-se a negros e brancos] e como *raça portadora de cultura*” (FERNANDES, 2007, p. 35, grifos do autor). Como os migrantes haitianos buscarão manter sua história? Usariam eles de estratégias para manter viva sua cultura, sua língua, suas memórias? Em conversa informal<sup>5</sup> com o diretor da Pastoral do Migrante, este informou que está sendo criada uma Associação de Haitianos, seria este um dos mecanismos para garantir a sobrevivência cultural?

## SÃO VÁRIAS AS PERGUNTAS

No início do século XIX, vivenciamos e teorizamos sobre o branqueamento da população. Queríamos construir um projeto de nação e esta era branca. Tentativas de branqueamento foram feitas e a mestiçagem tornou-se um dos males raciais do Brasil, conforme postula Da Mata (1986) em *O que faz o Brasil, Brasil?* Assim, se solidificou o mito das três raças como “modo de esconder a profunda injustiça contra negros, índios e mulatos [...]. É mais fácil dizer que o Brasil foi formado por um triângulo de raças” (1986, p. 47). Passado mais de um século, que nação construímos?

O Brasil é negro dizem os dados, sejam os indicadores do IBGE (2010) que apontam ter a população preta e parda autodeclarada ultrapassado os brancos - dos 190.755.799 habitantes, 91.051.646, declararam-se brancos; 14.517.961 declararam-se pretos; 82.277.333, pardos, num total, somando-se pretos e pardos, de 96.795.294 negros - seja nosso olhar sobre o tipo brasileiro. Mas, apesar de a maioria da população ser negra, o Brasil ainda passa a imagem de país branco lá fora, como se verifica na fala do cineasta Spike Lee, em 2012, quando de sua visita ao Brasil “Quero olhar o país a partir dessa questão racial [...]. Fiquei surpreso quando

<sup>5</sup> Conversa informal com o diretor da Pastoral do Migrante, ocorrida em 07 ago. 2014, na sede da Pastoral quando foi realizado o primeiro contato para esta pesquisa.





vim ao Brasil pela primeira vez e soube que metade da população era negra e que essa metade era também a mais pobre. Ligava a TV e não via nenhum negro”<sup>6</sup>.

O Censo de 2010 registrou em Mato Grosso população total de 3.035.122 mato-grossenses, destes, 1.820.597 se autodeclararam pretos e pardos (IBGE, 2010). Cuiabá também é uma cidade negra, 64,8% de sua população é negra (IBGE, 2010), e com a chegada dos haitianos tem-se enegrecido mais, quais impactos traz esse novo panorama racial?

Estaríamos, portanto, ao receber os haitianos, sofrendo um revés na história: queríamos/idealizamos uma sociedade branca e, em contrapartida, recebemos negros de um país pobre? Como supostamente pensamos ao desconhecer a história do Haiti. Estaríamos revivendo o atraso do século XIX?

Talvez seja justamente o contrário, por sermos considerados, aos olhos dos outros países, uma nação onde se tem esperança de vida melhor, temos aumentado os números de imigrantes de países pobres nestas duas décadas do século XXI. Observando os dados de migração dos haitianos de 1970 a 2000, temos: em 1970 entraram 90; em 1980, 127; em 1991, e 15 em 2000, de acordo com os dados obtidos no Documento do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE *Perfil Migratório do Brasil 2009*. A diferença entre esses números para os de após o terremoto de janeiro de 2010 é significativamente superior e, conforme reportagem no jornal *Folha de São Paulo*, de janeiro de 2012, citando fala do Itamaraty, “essa situação só é comparada historicamente à imigração de italianos e japoneses [...] no período imperial e nos primeiros anos da República”.<sup>7</sup> Que fenômeno é este que se instala nas mais diferentes regiões do Brasil, em específico Cuiabá?

O Haiti foi assolado pela corrupção, pela ditadura e sucessivos golpes de Estado, a população vive devastada também pela violência urbana, e também desastres naturais, como o de 2010, e em virtude disso vidas são ceifadas e o número de mortes de jovens é assombroso.

A escritora haitiana Edwidge Danticat, radicada nos Estados Unidos para onde mudou aos 12 anos, narra em seu livro de memórias, *Adeus, Haiti*<sup>8</sup>, as várias faces do País. Como ilustração, trazemos fragmentos dos discursos da autora.

<sup>6</sup> Matéria sobre Spyke Lee veiculada no jornal *A Folha- Ilustrada*. “Novo documentário de Spyke Lee retrata o Brasil sob a ótica racial”. 01/05/2012. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/a/1083\\_577-novo-documentario-de-spike-lee-retrata-o-brasil-sob-otica-racial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/a/1083_577-novo-documentario-de-spike-lee-retrata-o-brasil-sob-otica-racial.shtml). Acesso em 08 ago. 2014.

<sup>7</sup> *Folha de São Paulo. Mundo*. Vinda de haitianos é a maior onda imigratória do país em cem anos. 12/01/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml> Acesso em: 09 ago.2010

<sup>8</sup> A obra foi publicada originalmente em inglês em 2004 e traduzida em português em 2010.



Em 1956, Magloire renunciou após uma greve nacional devido, entre outras coisas, à insatisfação crescente com seus gastos extravagantes (DANTICAT, 2010, p. 36).

Crianças que morriam por causa de micróbios ou vírus na infância, os adolescentes atropelados por motoristas relapsos a caminho da escola, os das mulheres atingidas pela malária, pelo tifo ou pela tuberculose, os dos homens que eram surrados ou mortos a tiros pelos lacaios de François Duvalier (DANTICAT, 2010, p.69).

Em 7 de fevereiro de 1986, [...] ‘Baby Doc’ Duvalier fugiu do Haiti para a França, deixando uma junta militar governando o país. [...] Quatro meses depois de assumir, Leslie Manigat foi derrubado pelo tenente-general Namphy [...] (DANTICAT, 2010, p.116).

Seria, então, somente de violência a história de vida dos haitianos em seu país de origem, como supostamente pensamos ao desconhecer ou conhecer parcialmente a história do Haiti?

Para Thomaz (2011), Danticat (2010) e Carpentier (1985), a história haitiana está para além dessas demarcações. Ultrapassam-nas, embora por um lado, seja mantida por a uma visão racista da historiografia que precisa ser revisitada, ainda que não seja este nosso propósito nesta pesquisa (THOMAZ, 2011), por outro, num olhar literário que adentra os campos da memória e do simbólico (DANTICAT, 2010; CARPENTIER, 2011).

Pensando nas fronteiras simbólicas racialmente construídas pelas barreiras da cor, como se pronunciam e enunciam o elo entre este – “o local” – cuiabano, branco ou branqueado - e aquele - o “de fora”, o negro? Do ponto de vista racial, como se dá esse contato que muda a paisagem local? Trazendo Fernandes (2007, p. 49) para este princípio de reflexão, vemos as relações raciais, aqui adaptadas ao contexto cidadão cuiabano/cidadão haitiano, entregues a “processos sociais espontâneos”, e nestas culturas distintas são colocadas em contato, momento em que se estabelecem fronteiras simbólicas onde há, como em toda fronteira, disputas de poder e, por conseguinte, conflito. Quais conflitos poderiam ser verificados desse contato entre cuiabanos e haitianos? Como podemos, do ponto de vista da etnografia, pensar essa questão?

Despontam dessas ponderações, alguns questionamentos além dos que postos, que, se pensados metodologicamente, podem ser respondidos se não plenamente, pelos menos refletidos em suas minúcias. Ao investigar sobre a vinda dos imigrantes haitianos para Cuiabá, verificamos que eles vieram espontaneamente a partir de 2010. Ao contrário dos negros africanos, que foram trazidos para o Brasil-Colônia na condição de escravizados, os haitianos não foram traficados, mas há um fundo que os trouxe para cá. Que fundo é este? E por que o



Brasil? Em específico Cuiabá? Haveria alguma relação entre a identidade cultural entre Cuiabá e Haiti?

Os haitianos que aqui chegam entram pelos Estados do Acre e da Amazônia e, a partir de lá, dirigem-se para Rondônia, Mato Grosso, São Paulo, Brasília entre outros Estados. Como esses Estados têm se organizado para recebê-los? Quais políticas para migrantes têm sido implantadas? Qual o comportamento de cada Estado, seja na política de migração nacional, estadual e local?

Em fevereiro de 2014, foi publicado o Projeto *Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral*, coordenado pelo prof. Duval Fernandes, PUC\_MG, e parcerias institucionais, Centro Zanmi, Belo Horizonte; Instituto Migrações e Direitos Humanos, Brasília – IMDH; Núcleo de Estudos de População-UNICAMPI, Campinas; Pastoral do Migrante de Curitiba e Manaus; Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo e UNIR, Porto Velho.

O estudo traz dados referentes a duas pesquisas realizadas sobre os migrantes haitianos. A primeira entrevistou 340 haitianos nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Porto Velho, e a segunda, com técnica de grupo focal, num total de 9, nessas cidades e também Manaus. Os resultados desses projetos, em síntese, apontam que os migrantes são pessoas predominantemente jovens, com idades entre 20 e 39 anos; a maioria possui ensino fundamental incompleto; os sem visto de entrada adentram o Brasil em condições de extrema vulnerabilidade; as condições de trabalho e moradia brasileiras não permitem que eles enviem regularmente dinheiro para seus familiares e, por fim, “necessidade do estabelecimento de um diálogo bilateral entre o governo brasileiro e o do Haiti para combater as redes de tráfico e fornecer informações aos candidatos à emigração sobre as condições de vida e trabalho no Brasil” (2014, Resumo, p. 3). Para o diretor da Pastoral do Migrante em Cuiabá, este Relatório não traz medidas práticas para resolver a situação dos haitianos no Brasil<sup>9</sup>.

Trazendo para Cuiabá, onde, até o momento, nenhum estudo científico sobre o assunto foi feito, tentaremos, no transcorrer da pesquisa de doutoramento, parte da qual este trabalho é fruto, pensar como estão sendo construídas as políticas locais para recepção desse migrante, que é negro, oriundo de um país assolado por problemas econômicos e políticos e com singularidades culturais, dentre elas a língua falada, o crioulo. O *créole* é a língua criada por negros escravos no Haiti, Grondim (1985) explica que

<sup>9</sup> Fala informal feita durante conversa com o Diretor da Pastoral do Migrante, Cuiabá, em 07 ago. 2014



oriundos de centenas de grupos linguísticos diferentes, misturados entre si por seus captosres [...] os escravos do Haiti tiveram que criar um meio de comunicação oral e cultural entre si mesmos e entre eles e seus donos. Utilizando o francês, língua da colônia, como base, criaram o *créole* (GRONDIN, 1985, p. 73).

Essa singularidade linguística tem sido ouvida em diferentes espaços em Cuiabá, seja nos ônibus urbanos, meio de transporte comumente usados pelos haitianos para se locomover, seja nos ambientes de trabalho como, por exemplo, num supermercado onde um rapaz que exercia a função de caixa e uma moça que trabalhava como empacotadora, ambos haitianos, conversavam em sua língua nativa, o crioulo, e isso, de certo modo, causava um “estranhamento” dado os olhares percebidos<sup>10</sup>.

Florestan Fernandes, na obra *O negro no mundo dos brancos* (2007), ajudou-nos a pensar e a construir algumas dessas questões. Ainda que parcialmente, temos observado que os haitianos que estão em Cuiabá ocupam posições subalternas quando verificados os postos de trabalho que estão ocupando. Estariam eles em Cuiabá, no “porão da sociedade” (FLORESTAN, 2007, p.63)? Como coloca o sociólogo, quando se refere à integração nacional entre brancos e negros.

Nunca tentamos pensar numa direção diversa e imaginar como poderia ser essa mesma unidade se em vez de integrar por exclusão, ela (sociedade/integração nacional do Brasil) integrasse por multiplicação. De fato, tanto pode haver a união fundada na imposição de cima para baixo quanto a união que se cria com base no consenso e no respeito por diferentes culturas em contato (FERNANDES, 2007, p.63).

Seria possível essa realidade no Brasil, sociedade construída historicamente para a valorização da meritocracia? Buscando novamente Fernandes, o autor, ao se referir a culturas distintas em contato, observa que estas “se perdem como raça e como raça portadora de cultura (2007, p.35). Ainda que muito recente a vinda dos haitianos para Cuiabá, correm eles o risco de perder o contato com sua cultura materna por estarem submetidos aos “porões da sociedade”, ou exatamente por estarem nessa condição reverterão este quadro pela resistência cultural?

Ou serão também alvos do racismo, conforme explícito nas palavras de Thomaz (2011, p. 274) “racismo que, sob outras vestes, se manifesta quando se trata de enfrentar a situação

<sup>10</sup> Essa situação ocorreu em um supermercado de Cuiabá onde uma das pesquisadoras fazia compras e, ao ver que o caixa, era haitiano, decidiu por passar pelo atendimento dele, momento que se deparou com o acontecido e observou os olhares dos clientes que também aguardavam na fila e o dela mesmo porque achou uma situação pouco usual. Acontecimento em 09 de maio 2014.



contemporânea do Haiti?”. Um aprendizado que talvez ainda não se tenha tido e que poderia ser vitalizado, apresenta-se, mais uma vez, na voz de Fernandes.

Temos de aprender a não expurgar os diferentes grupos raciais e culturais do que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação, para que se atinja um padrão de brasilidade autenticamente pluralista, plástico e revolucionário [...]. Mas que o mundo dos brancos desapareça, para incorporar em sua plenitude, todas as fronteiras do humano, que hoje coexistem apenas ‘mecanicamente’ dentro da sociedade brasileira (FERNANDES, 2007, p.36).

Talvez o que se tenha visto e vivido, seja exatamente o contrário, “A mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade [referindo-se aos negros] que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças” (FLORESTAN, 2007, p. 47, grifos nossos). Para verificar se essa assertiva é verdadeira, tentaremos compreender como Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) tem exercido o papel de “atuar na proteção dos direitos humanos, promoção da cidadania e assistência jurídica a migrantes - internos, internacionais ou retornados - e a refugiados”<sup>11</sup>, para isso um dos momentos da pesquisa de doutoramento consistirá em conviver e compartilhar dos trabalhos da Pastoral do Migrante em Cuiabá, local de acolhida dos haitianos que chegam a Mato Grosso.

O que objetiva este estudo? Trata-se de uma tentativa de investigar haitianos residentes em Cuiabá e voltar nosso olhar para as suas *condições gerais de existência*, na nova terra e, em consonância com Fernandes (2007), numa perspectiva socioantropológica. Buscar-se-á também pensar pontos de contato entre Haiti e Brasil em se tratando das questões raciais.

Por que pensar o contato racial? Muitas são as evidências historiográficas que a situação socioeconômica e política do Haiti são consequências de comportamento racista contra aquele território.

O Haiti foi o único país, ainda na primeira década do século XIX, a estabelecer a primeira república negra do mundo. Tratou-se, nas palavras de Grondim (1985), “a revolução de negros e escravos contra os padrões brancos das plantações” (p.11). A partir daí, foram constantes e permanentes as intervenções estrangeiras sejam da França – que cobrou altíssimos impostos desta independência, perseguindo o país e não permitindo acordos políticos e econômicos com outras nações – seja da Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, este até o momento mantém intervenções regulares com o fito de “manter a ordem” por meio da Minustah - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti.



Em dois romances, escritos em épocas diferentes, o primeiro na década de 1940, de Alejo Carpentier, *O reino deste mundo*, e o outro já no século XXI, *Adeus Haiti*, de Edwidge Danticat há episódios que confirmam a existência do racismo contra o povo haitiano. O primeiro é um romance histórico que conta a história da libertação do Haiti e, numa narrativa permeada pelo realismo maravilhoso<sup>12</sup>, o narrador conta a tentativa de os brancos colonizadores subjugar o negro, “Uma vez mais os brancos eram batidos pelos Altos Poderes da Outra Costa” (CARPENTIER, 1985, p. 31). Em várias passagens da obra, o narrador, em detalhes, descreve o horror da colonização francesa, permeada por cenas grotescas de torturas, degolas entre outras atrocidades.

Apesar disso, a obra traz em seu bojo a força e resistência do povo haitiano, cuja língua e religião são alguns dos pilares para o fortalecimento do povo então subjugado “Tinham, pois, os escravos uma religião secreta que os encorajava e os mantinha unidos nas suas rebeliões” (CARPENTIER, 1985, p. 49).

E, ao final da tessitura, numa reflexão visceral, o protagonista constata “Já que a pele do homem costumava trazer tanta calamidade, mas valia livrar-se dela por algum tempo” (p. 113). Outras evidências do racismo estão na obra contemporânea de Danticat (2010).

*Adeus, Haiti* é um livro de memórias. Nele, a autora, haitiana, busca por meio de suas memórias, dar voz ao tio que a criou. Assim, Danticat vai, pouco a pouco, desvelando para o leitor o Haiti e a vida de sua família. Na obra também há vários relatos que visibilizam comportamentos racistas.

Dentre essas posturas tanto acontecem interna, no próprio país, como externamente. Como exemplo interno, citamos dois: o patrão do pai da autora, um italiano que, por diversas vezes em suas falas denotavam a crença em sua superioridade europeia, “O patrão disse a meu pai que enfatizasse que todos os sapatos, assim como ele próprio, vinham da Itália” (DANTICAT, 2010, p. 50); o tratamento que as Nações Unidas dispensam aos haitianos é anunciado em várias passagens da obra, ““É uma limpeza física das ruas’, contou mais tarde à Associated Press Daniel Moslauk, o porta-voz dos instrutores das Nações Unidas junto à polícia haitiana, ‘para que possamos recuperar o tráfego normal nessa região, ou tão normal quanto possa ser para estas pessoas’” (p. 147).

<sup>11</sup> Sobre o Papel do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), ver: [http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com\\_content&view=article&id=112&Itemid=1195](http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=112&Itemid=1195) Acesso em: 04 ago. 2014.

<sup>12</sup> Para Carpentier, “o maravilhoso começa a sê-lo, de maneira inequívoca, quando surge uma inesperada alteração da realidade (o milagre) [...]. Antes de tudo, para sentir o maravilhoso é necessário ter fé” (O reino deste mundo, PREFÁCIO, 1985).





Externamente, a autora narra trechos de sua vida nos Estados Unidos para onde mudou aos doze anos. Nesses enunciados, a romancista deixa transparecer a diferença entre o tratamento dado pelos Estados Unidos aos imigrantes cubanos e haitianos, por exemplo. Ou, ainda quando o pai da autora morreu nos Estados Unidos, ela foi duramente questionada pela polícia norte-americana, o que a fez perguntar para o policial se aquela era uma prática normal.

Saindo do campo da literatura e retornando aos estudos científicos, Thomaz (2010), no artigo “Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti”, aponta o que, a princípio, já se tem notado em Cuiabá.

A ignorância e o medo não fazem mais do que alimentar o que prevalece em grande medida na relação entre os estrangeiros e os haitianos, e que está para além da consciência e da sua bondade ou maldade: o racismo. Comportamentos, reações, limites e expectativas são associados a características inatas de haitianos e haitianas, cuja singularidade se expressa no corpo. Eles são assim, no limite, porque são negros (THOMAZ, 2011, p. 275-276).

E, por fim, a leitura que nos instigou a voltar nossos olhos para a compreensão dessa nova realidade que desabrocha em Cuiabá foi “Raça, o significante flutuante”, de Stuart Hall<sup>13</sup>. Neste texto, o autor tece alguns constructos que nos inspiraram a pensar as relações raciais do ponto de vista do contato entre o local – Cuiabá/cuiabano/negro/branqueado - e o migrante/ de fora - Haiti/haitiano/negro/.

Hall aponta que “raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas” (Palestra, 1995, p. 1). Por conseguinte, o autor revigora o conceito de diferença e, em o situando no contexto de Fernandes (2007), poderíamos, quiçá, pensar o migrante haitiano a partir de suas “condições gerais de existência”. O que o faz deportar-se de sua Pátria para buscar o novo num outro território. Ou como se coloca no título deste estudo *deporto-me para sobreviver*.

## **Haver Respostas Não Significa Ter Certezas**

Desse modo, podemos retomar as questões já enunciadas: como os migrantes haitianos buscarão manter sua história? Usariam eles de estratégias para manter viva sua cultura, sua

<sup>13</sup> Este texto é uma conferência proferida por Stuart Hall em 1995 em Goldsmiths College — University of London e reproduzida em documentário por Sut Jhally © Media Education Foundation, 1996. Está disponível na íntegra, em inglês, ilustrada por fotos e diagramas, no YouTube. Começa no minuto 6’40” da parte 2 do documentário *Race, the Floating Signifier*, disponível em: [www.youtube.com/watch?v=SIC8RrSLzOs&list=PL9DB8464B43CFAC14](http://www.youtube.com/watch?v=SIC8RrSLzOs&list=PL9DB8464B43CFAC14) Acesso em: 15 jan. 2014.



língua, suas memórias? Pensar o migrante haitiano nas suas relações com o outro, enquanto este outro-cuiabano o olha como “o diferente”, o “inusitado”, o que nos poderia relevar do ponto de vista da cultura e das relações raciais?

O facebook tem sido uma ferramenta de contato e de observação entre esta pesquisa e haitianos residentes em Cuiabá. Numa busca informal na página de um migrante haitiano que vive em Cuiabá há algum tempo e trabalha de garçom num bar popular da cidade, encontramos uma foto cuja legenda remete ao terremoto de janeiro de 2010. A foto foi postada por ele em 12 de janeiro de 2014, com a legenda “Hoje é um dia nunca se esqueça de 12 de janeiro de 2010. o terremoto no Haiti.”<sup>14</sup>.

Amigos dele responderam ao post, um deles, residente no Haiti, escreveu: “Ayiti peyi mw,peyi tout pep ayisyen anjeneral.”<sup>15</sup>. Nota-se nesta página e em outras que os migrantes que aqui vivem mantêm contato por meio do facebook com seus parentes e amigos que estão no Haiti, bem como mantêm na página informações sobre seu país de origem, denotando a manutenção de vínculos identitários.

Isso posto, apesar da complexidade que este estudo pode apresentar e dos vários vieses que ainda precisam ser delineados, o que propomos também é o estabelecimento de um diálogo com as ciências sociais e ainda a possibilidade de um novo campo de estudos para as relações raciais em Mato Grosso.

Como construir metodologicamente um trabalho dessa natureza? Os caminhos metodológicos serão construídos ao longo da pesquisa. Todavia, como resultado das leituras realizadas, sejam estas de cunho historiográfico, sociológico, antropológico e também literário, percebe-se que nos encontramos diante de histórias de vida cujas constantes foram marcadas com as presenças de “genocídio, escravidão, e brutalidade física”, conforme Harris (2010, p. 33); ou como coloca Thomaz (2011, p. 273), histórias de homens e mulheres que sempre “se negam, como sempre se negaram, a assumir a condição de vítimas passivas”.

Portanto, diante disso, a etnografia é um método que não poderá ser desconsiderado, e por meio da qual podemos ouvir as vozes haitianas, suas memórias trazidas e guardadas, os sonhos que os acompanham, suas resistências e pensar, concomitante a essas posturas, os espaços que ocupam em Cuiabá e quais ocupavam no Haiti, as semelhanças e dessemelhanças. A fenomenologia também pode nos ajudar a pensar o objeto investigado. Para isso, pensamos

<sup>14</sup> Por uma questão ética os dados da página do facebook não serão fornecidos.

<sup>15</sup> Tradução livre do Crioulo para o português, feito pelo google tradutor e adaptado pelas autoras: Haiti é meu país, somos todos os povos do Haiti.



com Merleau-Ponty (2004) sobre a necessidade de se ter, conforme recomenda o autor, cuidado com o objeto, com o campo, com as verdades puras e construídas, a necessidade de ver o oculto, de buscar os detalhes e aquilo que pouco aparece e também sobre a incompletude do conhecimento. Todas essas ponderações são importantes quando trabalhamos como o humano na tentativa de re-humanizá-lo.

Retomando a etnografia, Angrosino (2009) a conceitua como “arte e ciência de descrever um grupo humano” (p. 30), e completa que os etnógrafos “se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam” (p. 31). Destarte, a princípio, parece que a pesquisa etnográfica não deve prescindir da fenomenologia, sob o risco de o pesquisador perder-se num labirinto de certezas.

Ainda não se completou a busca pelas teses e dissertações referentes ao tema desta pesquisa. Mas pelas buscas feitas tanto Base de Dados: banco de teses capes<sup>16</sup>, com as palavras-chaves *Haiti*, obtivemos 24 ocorrências, 3 de doutorado, as demais de mestrado.

Ressaltaremos as teses. Uma na área de saúde pública, “Estudo prospectivo do impacto da violência na saúde mental das tropas de paz brasileiras no Haiti”, Wanderson Fernandes de Souza; outro em Antropologia Social, “Sê tou melanje: uma etnografia sobre o universo social do vodu haitiano”, Jose Renato de Carvalho Baptista e em Estudos Estratégicos Internacionais, “Paz segurança internacional e a inserção brasileira”, de Clovis Eugenio Georges Brigagão.

Na Base de Dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações<sup>17</sup>, encontramos, pesquisando pela mesma palavra-chave, 17 estudos. De doutorado, 2. Na área de Letras, “O Haiti como lócus ficcional da identidade caribenha: olhares transnacionais em Carpentier, Césaire e Glissant”, de Maria Helena Valentim Duca Oyama; em Fisiologia, “Impacto de eventos traumáticos em militares brasileiros enviados ao Haiti: estudo prospectivo do cortisol salivar”, Ana Carolina Ferraz Mendonça de Souza.

No Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – Copene, acontecido em Belém, em julho de 2014, somente um trabalho sobre o tema foi apresentado, “Refletindo sobre a imigração de haitianos para o Brasil e a descolonização de saberes a partir do cinema afro-diaspórico”, de Liliane Pereira Braga.

À vista disso, compreendemos que pensar a vinda de haitianos em massa é uma tentativa para se pensar novos fenômenos para as Ciências Sociais, não excluindo o diálogo com outras ciências como a Psicologia, a Antropologia, as Artes, a Medicina, a Literatura, a Linguística, a

<sup>16</sup> <http://bancodeteses.capes.gov.br/>

<sup>17</sup> <http://bdtd.ibict.br/>



Religião e também e Educação e o número ainda incipiente de pesquisas e em áreas distintas possibilitam validar essa ideia.

Fenômeno que se intensificou a partir do terremoto de 2010 no Haiti, a migração haitiana em massa para o Brasil tem mudado não somente o visual das cidades, também os fluxos migratórios e as políticas de migração, conforme a Resolução Normativa 106, de 25 de outubro de 2013 que prorrogou os vistos humanitários a haitianos até janeiro de 2015, “Art. 1º - Fica prorrogado por doze meses o prazo de vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012”.

“Deporto-me para sobreviver. O Haiti também é aqui” não é somente uma metáfora. Esta nomeação tenta ultrapassar e, ao mesmo tempo alcançar, as fronteiras físicas e simbólicas que separam irmãos em identidades. Aqueles que saem de sua terra natal em busca de sobrevivência e deixam suas raízes fincadas em terras que talvez nunca mais pisarão, mas que sabem que nela deixaram seus outros irmãos e que permanecem para sempre além e aquém dessas fronteiras: “Irmão, onde você está?” [...] “Bem aqui, irmão. Estou bem aqui” (DANTICAT, 2010, p.228).

## REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michel. *Etnografia e observação participante*. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Rio de Janeiro: Record; Altaya, 1985. (Mestres da Literatura Contemporânea).
- Da MATA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DANTICAT, Edwidge. *Adeus, Haiti. Memórias*. Tradução de Geraldo Galvão Ferraz. Rio de Janeiro: Agir, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. revista. Apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, DUVAL (Coord.). *Projeto estudos sobre a migração haitiana ao brasil e diálogo bilateral*. Belo Horizonte, fevereiro de 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C816A45B266980145DCAB8EF42233>. Acesso em: 07 ago. 2014.
- GRONDIN, Marcelo. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é história, 104).



HARRIS, Leila Assumpção. *História e memória na literatura diaspórica de Edwidge Danticat*. [artigo contém trechos do trabalho “Edwidge Danticat: de história(s) em história”, apresentado como palestra em mesa redonda durante o Fazendo Gênero 9 (UFSC, 2010) e o II Encontro da linha de pesquisa “A voz e o olhar do Outro”(UERJ, 2010)] Disponível em [http://www.pgletras.uerj.br/vozhlaro\\_uro/volum\\_e002/003.pdf](http://www.pgletras.uerj.br/vozhlaro_uro/volum_e002/003.pdf) Acesso em 04 maio 2014.

HALL, Stuart. *Raça, o significativo flutuante*. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. In. Revista Z Cultural. Ano VIII, 2. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/> Acesso em: 15 jan. 2014.

IBGE. *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf> Acesso em: 08 ago. 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas. 1948*. Tradução Fabio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. In. *Revista USP. Cadernos de campo*, São Paulo, n. 20, 2011. p. 273-284. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/36802/39524> Acesso em: 02 fev. 2014.

## DOCUMENTOS e LEGISLAÇÕES

BRASIL. *Perfil migratório do Brasil 2009*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Disponível em [http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil\\_Profile2009.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf) Acesso em: 09 ago. 2014.

Brasil. *Resolução Normativa nº 106, de 24 de outubro de 2013*. Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141F0140AA718A4/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20106.pdf> Acesso em: 03 jun. 2014.



## A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013)

SILVA, José Bento Rosa da.

*Professor do Programa de Pós-graduação em História da UFPE*

*E-mail: negrobento@bol.com.br*

SILVA, Dianne Kéthully Delfino da.

*Estudante de graduação do Departamento de Serviço Social, Bolsista do programa de iniciação científica do CNPQ*

*E-mail: negrazulu1@hotmail.com*

77

### RESUMO

Este trabalho tem por finalidade trazer para a cena as dificuldades as quais passam as estudantes negras que se encontram inseridas dentro da Universidade Federal de Pernambuco, num dado período que vai de 2009 a 2013, a partir de relatos disponíveis em um grupo na rede virtual. Passando a ser analisado seus discursos a partir de uma visão de si em conexão com o mundo a sua volta, trazendo uma maior valorização de suas estórias, tirando-as da condição de invisibilidade. Para isto foi utilizado como material de coleta discussões feitas em um grupo formado na rede virtual a respeito de seu reconhecimento como mulher negra e a relação desta afirmativa com sua condição de mulher, negra e estudante. Com isto foi possível visualizar de modo mais preciso a forma, a qual esta mulher se insere na Universidade, ao mesmo passo em que se fez possível a identificação delas sobre elas mesmas dentro desse espaço, onde é apresentado muitas deficiências, na forma utilizada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para acolher tais estudantes negras.

**Palavras-chave:** Mulheres. Negras. Universidade.

### ABSTRACT

This work aims to bring to the scene of the difficulties which are the black students that are inserted into the Federal University of Pernambuco, in a given period that goes from 2009 to 2013, from reports available in a group in the virtual network. Going to be analyzed his speeches from a vision of himself in connection with the world around him, bringing a greater appreciation of their stories, taking them out of the condition of invisibility. To this was used as a collection made on a discussion group formed in virtual network about its recognition as a black woman and the relationship of this statement with their womanhood, black and student material. With this it was possible to visualize more precisely the form which this woman fits into the University at the same step that made it possible to identify them about themselves within that space where many deficiencies is presented in the form used by the University Federal de Pernambuco (UFPE) to accommodate such black students.

**Key-words:** Women's. Black. University.





## INTRODUÇÃO

É fato que as questões sobre desigualdades raciais e de gênero no Brasil, nas mais diversas áreas da sociedade, existem e se perpetuam por séculos. Na atualidade, tais questões possuem maior espaço para debates e proposições acerca das temáticas, entretanto, muitas delas continuam a não possuírem respostas ou soluções efetivas para seus problemas.

Uma dessas questões é relativa à educação que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, é entendida como um direito social que deve ser garantido a todo e qualquer cidadão para a viabilização de valores supremos como a igualdade e o desenvolvimento humano (CF/88).

Voltando as questões raciais e de gênero e ainda correlacionando-as com a educação, surge como questionamento e preocupação a trajetória para inserção, permanência e autorrepresentação de mulheres negras nos cursos de ensino superior.

Este cenário se faz presente devido ao modo o qual nossa sociedade foi se relacionando com homens e mulheres negros desde o período colonial. Esses homens e mulheres chegaram a terras brasileiras, em suma maioria, através do tráfico humano de escravos e suas situações por séculos foram as mais degradantes possíveis.

Mesmo após o fim da escravidão esses sujeitos continuaram a ter papéis considerados inferiores para a sociedade, estando a grande maioria dos sujeitos negros sem acesso as mínimas condições de sobrevivência. Para os homens existiam os trabalhos mais precários e que poucos aceitavam fazer, já para as mulheres restavam os trabalhos domésticos e de cuidadoras que, por muitas vezes assemelhavam-se as condições do trabalho escravo (Gênero e diversidade na escola, 2009.).

Sem acesso igualitário a educação e formação profissional a mulher negra só consegue se inserir mais tardiamente e de forma mais penosa, explicando-se assim a razão pela qual o numero de mulheres negras inseridas nas graduações, pós-graduações e carreira acadêmica é ainda ínfimo.

Os nossos questionamentos surgem a partir de observação participante e estudos na academia, no curso de graduação na Universidade Federal de Pernambuco sobre a história do país e relações étnico-raciais e de gênero. Dessa forma, nos autoquestionamos sobre as condições de acesso, permanência e autorrepresentação dessas estudantes negras.



Considerando o acima exposto temos como objetivo principal investigar a presença das estudantes negras na Universidade Federal de Pernambuco, no período compreendido entre 2001 a 2013. Com o intuito de identificar quais os cursos elas estão inseridas e aqueles onde elas jamais se inseriram e a partir disto fazer visível sua condição enquanto estudante mulher e negra.

O recorte temporal da pesquisa (2001-2013) está relacionado com a participação do Brasil na segunda conferência mundial contra o racismo, xenofobia, preconceito, discriminação, intolerância e formas correlatas; realizada na cidade de Durban, na África do Sul<sup>1</sup> no ano de 2001. Na ocasião o Brasil foi signatário das resoluções que entre outras se comprometeu em construir políticas de equidade étnica/racial, e de gênero; e 2013 foi escolhido por ser o ano em que a Universidade Federal de Pernambuco começou a implementar a política de cota sociais e raciais em decorrência da exigência da lei<sup>2</sup>.

## OBJETIVOS E METAS

O projeto tem como objetivo central trazer a realidade das estudantes negras na Universidade Federal de Pernambuco num dado período compreendido entre 2001 e 2013, no sentido de revelar como se dá a inserção desta estudante, quais as dificuldades apresentadas no que se refere à integração no ambiente universitário no seu sentido de coletivo, em relação professores/aluno, coordenação/aluno e aluno/aluno.

Sendo retratado segundo o ponto de vista das estudantes o qual será descrito livremente pela entrevistada, não vindo a sofrer influências do pesquisador, de forma a não haver roteiro e/ou questionário a ser seguido uma vez que o foco da pesquisa centrasse na autobiografia, ou seja, na escrita de si, por si<sup>3</sup>.

Com isto preocupa-se com a descrição (segundo o formato de autobiografias) das estudantes sobre sua realidade dentro da Universidade Federal de Pernambuco, do período de seu ingresso até o momento da entrevista, com isto o projeto se propõe a desvelar as formas de

<sup>1</sup> Sobre as resoluções de Durban. Ver: <http://www.social.mg.gov.br/documentos/Conselhos/cnn/durban.pdf>. Acessado em 20 de Dezembro de 2012.

<sup>2</sup> Estamos nos referindo a Lei nº 12.711/2012 assinada pela presidenta Dilma Rousseff, em 11 de Outubro do referido ano.

<sup>3</sup> Como visto em: Pierre Domincé no livro Biografia e Educação: Figuras do indivíduo-projeto.

A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013) – SILVA, José Bento Rosa da; SILVA, Dianne Kéthully Delfino da.



violências<sup>4</sup> as quais são (caso aconteçam) expostas devido a sua condição, condição esta que diz respeito a sua cor, gênero e/ou classe social.

Auxiliando na formação de um olhar crítico da realidade por parte das estudantes sobre o meio ao qual estão inseridas e sobre sua condição de mulher, mas não se esgotando nisto, bem como “esbarrando” na sua cor, uma vez que carregam na cor de sua pele um legado de séculos de exploração, os quais não se restringiram ao período escravocrata, mas se arrastando por todo o pós abolição, atingindo todos os momentos históricos<sup>5</sup>.

Fazendo isto, buscar mecanismos para dismantelar as formas de violências existentes, por meio da denúncia a comunidade científica e as demais camadas da sociedade, por meio deste documento, o qual assume esta responsabilidade pela necessidade eminente de material sobre tal temática, uma vez que se fazem presente com mais evidência no cotidiano de afro-descendentes e do gênero feminino tais violências, estas que não se restringem aos ambientes externos, mas antes ao interno a Universidade, na qual este assumira formas dificilmente detectáveis, devido ao mito criado pela sociedade vigente que não se cansa em afirmar a existência de uma suposta democracia racial<sup>6</sup>.

## JUSTIFICATIVA

A população negra e parda no Brasil, segundo registros do ano de 2010, representa um total de 51% da população do país<sup>7</sup>, é valido ressaltar que esta informação é retirada a partir de autodeclaração, uma vez que segundo Eliane Azevêdo (1987) “senão é possível delimitar biologicamente as raças, sua definição terá que necessariamente ser imprecisa”.

Sendo, portanto a maior parcela da população brasileira, porém sendo detentora das piores condições econômico/sociais, pois segundo Chiavenato (2012) 70% da população pobre

<sup>4</sup> A violência e posta no plural uma vez que há várias expressões da mesma, além de atingir o individuo de variadas formas. Sob esta questão ver: Saúde, Gênero e Violência: Um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra. Sob autoria de Maria de Fátima Gomes de Lucena.

<sup>5</sup> Sobre esta questão. Ver. NOGUEIRA, Oracy. Preconceito De Marca. SP: Edusp. 1998.

<sup>6</sup> Termo que nasce com as obras de Gilberto Freyre (Casa Grande Senzala e Sobrados e Mocambos), mas que não se acham citadas nas mesmas, tal termo traz a alusão de que no Brasil não teria racismo, tendo sido o mesmo esgotado com o período escravocrata e que após dado período todos teriam igual oportunidades dentro da sociedade de se desenvolverem, esbarrando apenas na sua própria capacidade em um sentido focalizado apenas no individual, não vendo o macro, pensamento próprio do modelo da sociedade capitalista.

<sup>7</sup> Esses dados se encontram no Livro “O negro no Brasil” de José Júlio Chiavenato (2012), porém refere-se aos dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010, data do último senso. A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013) – SILVA, José Bento Rosa da; SILVA, Dianne Kéthully Delfino da.



é negra, refletisse na quase total escassez de condições para uma possível mobilidade social, sendo mais abrupta quando o sujeito em questão é uma mulher negra.

O Brasil possui histórica e culturalmente um legado social machista e paternalista. Historicamente a mulher é vista como ser frágil e dependente de um companheiro. A situação da mulher negra no Brasil é ainda pior, pois além do país ter passado mais de quatro séculos se favorecendo do trabalho do escravo negro, suas marcas continuam ainda nos dias atuais nos mais diversos espaços sociais.

O povo negro foi posto a margem da sociedade vivendo na miséria, sem trabalho e em condições indignas de sobrevivência. A história nos mostra que a mulher negra ficou com a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos de outras mulheres para que elas, as mães do lar, pudessem cumprir uma jornada de trabalho fora de casa.

Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra numa sociedade racista. (MUNANGA, 2006, p. 133).

Em relação ao recorte da mulher negra na educação, tem-se um campo ainda pouco disseminado. Vera Maria Candau (2003) afirma que o âmbito educacional é espaço de diferentes relações sociais que refletem a diversidade cultural da sociedade brasileira e sobre a questão racial diz que:

A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras, se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditos e outros gestos influem na educação. (CANDAU, 2003, p.29,30).

Para que seja possível um diálogo saudável sobre as questões étnico-raciais na sociedade, a educação é fator de suma importância. Para que esta educação possa deixar de ter

A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013) – SILVA, José Bento Rosa da; SILVA, Dianne Kéthully Delfino da.



legados tão fortemente racistas e machistas se faz necessário que o debate sobre as temáticas de gênero, raças e educação estejam presentes desde as escolas até as universidades.

Dessa forma, surge o autoquestionamento sobre as condições de acesso, permanência e autorrepresentação desse segmento populacional.

Tal delimitação do objeto a ser pesquisado foi posto a partir de dois fatores principais: o primeiro seria pela participação ínfima de negros de ambos os sexos nas Universidades uma vez que segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, o percentual de negros no ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011, ainda assim, esse aumento não foi suficiente para alcançar uma equivalência entre homens e mulheres de cor branca dez anos antes - que era de 39,6%. Hoje, o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total.

Procurou-se saber qual é o quantitativo de mulheres negras na universidade e, com certa surpresa, esse quantitativo não existe nos dados da universidade, ficando clara a posição de invisibilidade a qual ocupam esses sujeitos dentro da IES em questão. Assim, inquieta-nos saber de que forma tais mulheres inserirem, permanecem e se veem frente aos departamentos que compõe a Universidade, bem como de seus iguais.

Com isto, busca-se tirar tais mulheres da sombra e inserí-las no foco do debate, bem como as possíveis dificuldades por elas encontradas em seu processo formativo e/ou profissional. Além disso, servir de material para futuras pesquisas, devido à quase completa escassez de material que buscasse trazer uma visão diferenciada sobre tais mulheres, uma vez que tratasse da visão delas mesmas, sobre elas e sobre sua condição de discentes e docentes e poder contribuir para que a inserção e permanência dessas mulheres tanto na formação quanto carreira acadêmica sejam ampliadas.

## **METODOLOGIA DO TRABALHO**

Entendendo a trajetória de vida “como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa” (BORN, 2001, p.243.) e a história de vida como um conjunto de “interpretações individuais de experiências sociais” (KOFES, 1994, p.118), toma-se como ponto de partida para a pesquisa de conclusão de curso a busca pela visibilidade das trajetórias e histórias de vida



de um grupo social que por vezes ainda é localizado as margens das discussões do cotidiano acadêmico e social; as mulheres negras.

Busca-se, partir de relatos autobiográficos, compreender a historicidade e dificuldades encontradas por mulheres negras dentro do campo acadêmico do Serviço Social e também contribuir para os campos de estudos gênero, relações étnico-raciais e profissionais e, dessa forma, contribuir para a igualdade dos mesmos. O presente projeto tem o intuito de valorizar as experiências de cada mulher negra dando voz a suas formas de interpretação de suas próprias histórias.

Sendo através da pesquisa qualitativa que vem a ser considerada por JOSSO (2009) como uma “guinada epistemológica”, uma vez, que essa forma de pesquisa parte do princípio do desligamento de “análises fundamentadas nos grandes números para análises baseadas na singularidade de uma vida ou da vida de um grupo”, como é o caso da pesquisa quantitativa.

Ainda dentro da pesquisa qualitativa buscamos fazer nossa coleta de dados a partir da história oral, de forma a inaugurar uma prática característica de trabalho tanto com um novo tipo de material, bem como, uma nova forma do pesquisador se relacionar com o sujeito, pela implicação, o lugar da subjetividade que podem trazer “problemas de memória, dublados com o problema da imagem de si, cuja seleção é feita com interesses que escapam ao pesquisador” (JOSSO, 2010, p. 131). Além de percorrer um caminho pautado por uma maior valorização da oralidade como instrumento de pesquisa, segundo Paul Thompson:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo como a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos para investigação. (THOMPSON, 1992, p. 22 )

Sendo utilizados outros métodos de pesquisa tais como a pesquisa participante, a qual nos possibilitará não apenas extrair o conhecimento, mas também contribuir na construção da identidade das estudantes negras da UFPE, ao mesmo passo em que a nossa vai sendo fortalecida.

Para atingir este fim, foi criado um grupo dentro de uma rede virtual, dada a possibilidade de usar o material sem precisar de alvará do comitê de ética, além de ser um método mais cômodo para todas as partes. Para podermos ter uma margem de que locais estavam inseridas as estudantes negras foi procurado primeiramente os centros: foram eles o

Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), porém em nenhum A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013) – SILVA, José Bento Rosa da; SILVA, Dianne Kéthully Delfino da.





dos dois centros encontrou-se uma lista dos alunos negros ou cotistas, tal busca não obteve sucesso, foi procurada a Pro - reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAS), porém, a mesma também não dispunha de tal documento. Sem saber ao certo onde estavam essas mulheres, o trabalho deu início de forma mais rudimentar, uma vez que cada centro foi visitado, na tentativa de conseguir pessoas que aceitassem trocar experiências, sendo limitada a cinco mulheres em cada curso.

A partir destas significações é possível conhecer a dinâmica de inserção, permanência e autorrepresentação de mulheres discentes negras da Universidade Federal de Pernambuco. Dessa forma, as biografias podem ser usadas como fonte documental angular para serem destrinchados os históricos da presença/ausência de tais representações dentro do departamento de Serviço Social e, através desta, ampliar-se o debate em torno das questões referentes ao gênero e relações étnico-raciais dentro do Serviço Social e das lutas representativas de cada grupo social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres negras possuíam uma forma particular de acesso no país, sendo elas vitimadas pelo processo de escravidão ao ser encerrado este processo viu-se sem ter onde apoiar-se, pois não foi recebida na sua nova condição de liberta e cidadã, foi entregue a própria sorte, tendo que conseguir trabalhos que simulavam os do período de escravidão, com muita luta e bastante sofrimento tais mulheres começaram a lutar por sua autonomia, por melhores condições de vida e direito ao acesso a educação, campo que era de direito apenas para homens no geral e mulheres brancas.

Tanto lutou-se que se conseguiu acessar as universidades, mas de forma muito sofrida e precarizada até os dias atuais, pois tais mulheres ainda são a minoria dentro dos espaços acadêmicos e ainda não se vêem como possuidoras deste. De que forma se faria possível para que sua inclusão se desse de forma menos dolorosa e sua permanência não viesse a se tornar um martírio, o que ocorre na maioria das vezes, uma vez que na sociedade de modo geral sua posição não foi alterada, ainda restando para elas os subempregos e como as mulheres das escolas de samba, das cervejas, sendo coisificadas ao máximo em um modelo de sociedade que se apóia nisto, ou seja, no alargamento das contradições entre os humanos.

As mulheres negras estão na universidade, mas ao mesmo tempo não são vistas com facilidade, estão em uma condição em que as mesmas têm que se fazerem vistas, algo que foi recorrente nos relatos é que elas não se viam representadas dentro do espaço acadêmico, seja

A PRESENÇA DAS ESTUDANTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2001-2013) – SILVA, José Bento Rosa da; SILVA, Dianne Kéthully Delfino da.



pelo número ínfimo de alunas negras dentro das pós-graduações, de professoras negras, da escassez de obras as quais elas pudessem se reconhecer e reconhecer sua ancestralidade dentro das diversas bibliotecas.

Tais insuficiências fizeram e fazem as mulheres negras se omitirem frente as discussões, dentro dos mais variados temas na Universidade, implicando em uma fragilidade sobre sua visão de si mesma e sobre as demais coisas que se encontram ao seu redor. O que corrobora para que sua condição de gênero e raça sejam ainda mais minimizadas, sendo tais mulheres reconhecidas como um número (sua matrícula) e não por suas características físicas e subjetivas.

## CONCLUSÕES

As mulheres negras ainda são vítimas de preconceitos dentro do espaço acadêmico, a maior prova deste se dá pela ausência de material que indiquem onde elas estão inseridas, em quais os cursos e centros, colocando-as na condição mais uma vez de invisíveis.

Sendo necessários mais estudos que viessem cumprir a tarefa de tira-las desta condição e que contribui-se para o empoderamento das mesmas. Tal estudo se fez importante por ser um “ponta pé” em estudos futuros e como um instrumento para auxiliá-las a uma auto-reflexão sobre si mesmas e sua condição de estudantes universitárias.

Porém, não se finda na sua condição de estudante, uma vez que esta vem a ser um estado temporário/transitório na vida dessas mulheres, mas que esse espaço que serve para o seu crescimento nas mais diversas áreas de saberes sirva para que haja um maior fortalecimento de sua identidade negra e de gênero.

Podendo este estar relacionado com a criação e fortalecimento de grupos de discussão sobre raça, ciência, gênero e ou produção de conhecimentos. Passando a auxiliar tais estudantes negras em seu processo de reconhecimento, para que elas possam ver na Universidade um local de pertença.



## REFERÊNCIAS

### a) Livros:

AZEVEDO, Eliane. Raça: conceito e preconceito. Ed. Ática, 1987.

FERNANDES, Florestan. A inserção do negro na sociedade de classes. Ed. Globo, Vol. I e II, 1964.

GONDIM, Linda M. P. A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso / Linda M.P. Gondim, Jacob Carlos Lima.- São Carlos: EdUFSCar, 2010.

SAFIOTTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. Ed. Expressão popular. 2013.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil. Ed. Cortez, 1987.

SARDENBERG, M. Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>> Acessado em: 01 de julho de 2014.

SCHIEBINGER, Londa. O Feminismo mudou a Ciência?, tradução de Raul Fiker. - Bauru, SP : EDUSC, 2001.

### b) Artigos na internet:

BARBIERI, Teresita. Sobre a categoria gênero: Uma introdução teórico-metodológica. Revista Interamerica de Sociologia. Ano VI, nº2-3(segundo semestre), maio-dezembro/1992.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos, Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº5, jan/jun 2001, p.240-265.

CISNE, Mirla. Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade. Disponível em:

<[http://www.ocomuneiro.com/nr02\\_09\\_Genero,%20marxismo%20e%20pos-modernidade.htm](http://www.ocomuneiro.com/nr02_09_Genero,%20marxismo%20e%20pos-modernidade.htm)>. Acessado em: 25 de Maio de 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. Disponível em:

<[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046)>, Acesso em: 12 de julho de 2014.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850](http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850)>, acesso em: 14 de junho de 2014.

CRUZ, Lindalva Alves. Crítica epistemológica do feminismo. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/.../57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVE...>>, acesso em: 01 de julho de 2014.

SILVA, Maria Nilza da. A mulher negra. Revista espaço acadêmico. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.html](http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.html)>, Acesso em: 12 de junho de 2014.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Revista estudos feministas, ano 01, 1º semestre. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15984/14483>>, acesso em: 02 de julho de 2014.

### c) Teses:

MATIAS DOS SANTOS, Vívian. Sobre mulheres, laboratórios e fazeres científicos na terra da luz. Disponível em:

<<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6302/1/2012-TESE-VMSANTOS.pdf>> >  
Acessado em: 04 de Julho de 2014.



## **IDENTIDADE, CULTURA E INDÍGENAS: PERSPECTIVAS DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR PARA O VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ**

MIOLA, Ana Carolina Moreira

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PPGCSA

[anamiola@hotmail.com](mailto:anamiola@hotmail.com)

ANTUNES, Alfredo Cesar

88

### **RESUMO**

Este artigo se propõe a apresentar uma breve revisão de literatura que abarque questões de cultura, identidade e indígenas, com vistas a uma pesquisa interdisciplinar. Neste sentido, procura contemplar estudiosos de várias áreas do conhecimento, buscando pluralidade para estudo de possíveis objetos nestas áreas de estudo. O artigo sugere o desenvolvimento de uma pesquisa que desvende o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, especificamente na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Os conceitos levantados podem ser considerados como ponto de partida para discussões que envolvam as questões indígenas e étnicas em diferentes pesquisas, que visem um olhar interdisciplinar nas mesmas.

**Palavras-chave:** Identidade. Cultura. Indígenas.

### **ABSTRACT**

This article aims to present a brief literature review that covers issues of culture, identity and indigenous, in order to interdisciplinary research. In this sense, seeks to address scholars from various fields of knowledge, searching plurality of possible objects for study in these areas of study. The article suggests the development of a research that unveils the Vestibular of Indigenous Peoples of Paraná, specifically at the State University of Ponta Grossa. The concepts raised can be considered as a starting point for discussions involving indigenous and ethnic issues in different surveys, aiming an interdisciplinary at this.

**Keywords:** Identity. Culture. Indigenous.



## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país plural quanto às etnias presentes em seu território, sendo a formação da população brasileira resultante da mistura entre o negro (do continente africano), o branco (do continente europeu) e o indígena (povos nativos). Em relação ao povo indígena, segundo dados do IBGE Censo 2010, são cerca de 800 mil pessoas pelo território nacional, espalhados em 683 Terras Indígenas e que abarcam 180 línguas distintas. Ocupam 12% do território brasileiro. No Paraná, são 10.375 indivíduos, divididos em três povos: Guarani, Kaingang e Xetá (este último, os dados do IBGE mostram estarem extintos como povo, possuindo alguns indivíduos inseridos em outras terras indígenas). Segundo o Censo do IBGE 2010, apenas 0,42% da população se declararam índios, porém, estes possuem representatividade histórica e cultural.

As comunidades indígenas possuem demandas próprias. É válido ressaltar o processo de extermínio que sempre foi imposto aos indígenas, não apenas como etnias, mas em suas manifestações culturais e religiosas, de modo geral, por todo o país quando do convívio com os índios (de índios com não-índios). Desse modo, além da luta por sua sobrevivência como povo, enfrentaram/enfrentam uma desvalorização quanto às suas identidades. Para Santilli:

Durante séculos, a política oficial foi de extermínio, físico ou cultural, aos índios. Civilizar e evangelizar, tutelar enquanto isso, massacrar quando preciso. A superação da condição indígena foi um valor incutido nas comunidades indígenas e na própria sociedade nacional. Um complexo de inferioridade cultural ainda paira sobre os índios e afeta a própria auto-estima da cultura nacional. (SANTILLI, 2000, p.21)

Pensando em diferenças culturais, pensa-se que uma política de sucesso em determinada comunidade não necessariamente se aplica a outra, já que esta possui demandas próprias. No caso indígena, reconhecer diferenças, necessidades, lutas e demandas, vagarosamente fez com que o olhar do Estado se voltasse a estes.

Por exemplo, trazemos que desde a Constituição de 1988 a escola indígena é assegurada, como forma de os moradores das terras indígenas terem um ensino diferenciado e que os respeitasse, abordando suas línguas, costumes, história e cultura. Através da escola dentro das aldeias, o direito à educação é assegurado e facilitado, e



também, rompe com a dinâmica de que o mesmo modo de ensinar se aplica a todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) corrobora com esta ideia, quando posto (Artigo 78 do Título VIII):

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Depois da educação básica obrigatória, poucos indígenas chegam ao ensino superior. Os motivos para isto vão desde qualidade do ensino recebido, dificuldades de acesso físico à Universidade, importância despendida a adquirir este conhecimento, até diferenças culturais. De acordo com o Ministério da Educação (MEC – 2011) haviam apenas 3540 indígenas matriculados no ensino superior público, de um total de 1.773.315. Isto dá uma média de um acadêmico índio para cada 500,9 demais alunos.

Estes dados exemplificam a pouca participação indígena dentro das Instituições de ensino superior. Considerando a baixa representatividade, foi criado pelo Estado do Paraná, em 2001 a Lei Estadual nº 13.134/2001, modificada pela Lei Estadual 14.995 de 2006 que no seu Art. 1º expõe:

Art. 1º. Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3 (três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses.

A partir disto, institui-se o “Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná”, realizado anualmente em conjunto com todas as instituições de ensino superior do Paraná – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).





O 1º Vestibular para indígenas aconteceu em 2001, em Guarapuava; desde então, são 13 vestibulares realizados, sendo que o último foi sediado na Universidade Estadual do Norte Pioneiro. Ele não funciona como ‘cota’, já que as vagas ofertadas são sobressalentes, ou seja, não são parte do todo.

Deste modo, o Vestibular dos Povos Indígenas é um processo ainda recente que está em constante aprimoramento, visando atender adequadamente seu público. O processo apresenta pontos a serem estudados, ainda, no que diz respeito à sua implantação como políticas públicas, mas também pensando nos sujeitos que participam deste processo, as experiências que estão vivenciando e como isto os atingem no sentido de pertencimento a comunidade indígena.

O acadêmico indígena não passa por problemas somente na dificuldade em entrar na Universidade e em relação às competências educacionais, mas também quanto a permanência nas cidades para prosseguir os estudos, enfrentando dificuldades financeiras. Outra característica presente nos indivíduos é o apego à família, sendo que devido a estes laços familiares a separação entre homem/mulher e seus filhos se torna uma questão delicada, o que desencadeia a intenção de sempre que o indivíduo sair de sua terra visar trazer mulher/marido e filhos juntamente. Cada instituição auxilia os estudantes de modo particular, o que também pode interferir na permanência dos mesmos em cada universidade.

Hoje, a UEPG totaliza 19 acadêmicos, quatro em cursos de licenciatura e 15 em cursos de bacharelados. Outro dado relevante que expressa dificuldades que passam os indígenas é de que apenas dois indivíduos na Universidade Estadual de Ponta Grossa concluíram a graduação, contando a utilização do tempo máximo para integralização do currículo. Os acadêmicos indígenas precisam cumprir frequência e média escolar assim como os demais estudantes, no entanto, podem solicitar maior tempo para conclusão do curso.

Deste modo, para compreender melhor os acadêmicos que ingressaram na instituição, se mostra evidente a necessidade de levantamento de dados a respeito do vestibular indígena, questões políticas envolvidas, realidade e posição da UEPG, bem como se deu seu ingresso (da instituição) no processo. Também é preciso conhecer dados sobre os índios que são acadêmicos na instituição, quais cursos estudam e o



motivo desta escolha, tempo de permanência na instituição, escolha do curso, possível auxílio financeiro e outras.

Estudar como o acadêmico indígena sai de sua terra e chega a universidade nos leva a observar as oportunidades que este teve durante sua vida - como, por exemplo, ser próximo à lideranças locais - e como e quando surgiu a vontade/necessidade de se aperfeiçoar academicamente. Este estudante carrega consigo vivências e histórias que o constituem e formam suas múltiplas identidades, que se fundem às perspectivas encontradas na nova realidade que se insere. Neste caso, considera-se uma prática cultural, incluindo rituais da vida cotidiana, instituições e práticas – a cultura vivida.

Durante a análise, há de se considerar que estes indivíduos passarão por mudanças. Estas mudanças, olhando especificamente para os indígenas que ingressaram por Vestibular Indígena na UEPG, possuem pontos de vista a serem explorados e estudados, principalmente em um estudo sociológico que volte seu olhar para os índios. Assim, a referida pesquisa tem relevância acadêmica ao estudar políticas afirmativas para indígenas no contexto específico da UEPG, analisando como os alunos ingressantes nesta instituição por meio desta oportunidade diferenciada, encontram uma nova realidade, que alteram diversos sentidos de pertencimento que perpassa a questão ‘índio’.

Os vestibulares são organizados pela Comissão Universidade para os índios, a CUIA. Os custos de realização do mesmo ficam por conta da Universidade que sedia o processo seletivo, sendo totalmente gratuito para os indígenas. A Reitoria de cada universidade elege três membros, que constituirão a CUIA juntamente com os demais eleitos. Compete à CUIA, de acordo com o Anexo da Resolução CA N° 262, de 30 de agosto de 2004:

- I - proceder a discussão, avaliação e propor a adequação dos instrumentos legais do processo seletivo a que se refere à Lei n° 13.134, de 18/04/2001, sobretudo a Relação Conjunta n° 035/2001;
- II – realizar integral e anualmente o processo seletivo específico e interinstitucional, elaborando e apresentando relatório conclusivo;
- III – acompanhar pedagogicamente os estudantes indígenas nas universidades nos seus respectivos colegiados de cursos;
- IV – avaliar sistematicamente o processo geral de inclusão e permanência dos estudantes indígenas nas universidades;
- V – elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os estudantes indígenas e suas respectivas comunidades;



VI – sensibilizar e envolver a comunidade acadêmica acerca da questão indígena,

VII – buscar diálogo, integração e parcerias interinstitucionais.

Vale a ressalva de que é realizado um único processo seletivo para todas as universidades e que somente indígenas do Paraná podem participar. A Universidade Federal do Paraná integra o vestibular indígena e aceita inscrições de índios de todo o Brasil, ofertando 10 vagas, sendo, portanto, outro processo seletivo, com critérios específicos e mais abrangente.

Quanto ao aporte financeiro destinado aos acadêmicos ingressantes no VPIP, o Governo Federal repassa ao Governo Estadual quantia anual para redistribuição entre as instituições de ensino. Atualmente, o repasse estadual por estudante é dado em forma de bolsa. Para os estudantes solteiros o valor é de R\$ 633 e para os casados, R\$ 949. É ofertado ainda, pela UEPG, custeio das refeições no Restaurante Universitário e transporte público municipal, para locomoção. Cada estudante deve, todo mês, assinar documento na PROGRAD para ter acesso a este dinheiro, que é depositado em contas bancárias criadas com este fim. Para que recebam as bolsas, o único critério observado é se a frequência da pessoa está dentro do estabelecido pelas normas da instituição, 75%. Ou seja, as notas acadêmicas não são critério para recebimento de bolsa e a frequência é buscada para que não seja repassado dinheiro para possíveis desistentes.

Em 2008 foi constituída, na UEPG, através da Resolução CA N° 436 de 17 de novembro que criou e instituiu a Comissão de Graduação para os índios da Universidade Estadual de Ponta Grossa – CIUEPG. Ela é constituída por três servidores da UEPG indicados pelo Reitor (os mesmos membros da CUIA designados pela instituição), um representante da Coordenação de Auxílio e Orientação ao Estudante – CAOAE, um representante do Conselho de Integração Universidade e Comunidade – CONINT e um representante do corpo discente, escolhido dentre os estudantes indígenas da UEPG. O repasse de bolsas e assinatura de termos de liberação de dinheiro são efetuados pelo representante do CAOAE, na PROGRAD.

Deste modo, entende-se que reconhecer diferenças e especificidades agregam ao estudo e que o olhar interdisciplinar permite analisar questões sob ângulos e pontos de



vista distintos. Estas diferenças de abordagem no objeto indígena permitiria pluralidade nos estudos e avanços em relação a trabalhos já realizados.

## 2. IDENTIDADE E CULTURA

Começando a abordagem pelo entendimento do que é cultura e pela escolha de seguir o entendimento de cultura da corrente dos Estudos Culturais, cujo conceito de cultura é importante e possui significado específico. Ao discorrer sobre cultura, o conceito envolve o espaço social e econômico dos sujeitos e as expressões culturais tomam formas materiais e simbólicas. A cultura não é dependente da questão econômica, mas sofre influência dela. Os estudos consideram uma prática cultural, incluindo rituais da vida cotidiana, instituições e práticas – a cultura vivida – e questionam a hierarquia dentro da cultura, com divisões entre alta e baixa, melhor e pior. No caso do estudo proposto, o desafio é, por meio do entendimento que os estudos culturais oferecem, compreender a cultura do povo indígena de modo mais amplo e agregador, que considerasse os vieses que perpassam suas vidas e cotidiano, entendendo a cultura como todo o contexto histórico que permeia o grupo.

Ainda, ressalta-se que não é porque tratamos de grupos minoritários que devemos concluir que os indivíduos devem buscar uma unificação em uma única identidade, sendo necessário considerar as nuances inerentes a qualquer sociedade.

Cabe dizer que a identidade não é um limitador. A noção de pertencimento aparece ao longo da vida do sujeito, que reconhece pontos convergentes entre si e um grupo. Em se tratando de indígenas, a identidade ‘índio’ é apenas uma das facetas do indivíduo, que não pode ser resumido a ela.

No caso de minorias indígenas, o desafio é conseguir além de manter sua cultura já hibridizada, renová-la, reavê-la na medida em que sentem esta necessidade, diferenciá-la e prever que dentro dos povos indígenas, o seu pertencimento à uma aldeia e/ou etnia é apenas uma das faces do sujeito.

Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma



“negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada. (OLIVEIRA, 2007, p.120)

O VPIP é uma política pública, que como tal, se configura em um conjunto de ações que visa assegurar direitos e cidadania de determinados públicos. Para assegurar direitos constitucionais, o Estado intervém com projetos e ações específicas, visando esta garantia de direitos. No caso dos indígenas e do Paraná, o VPIP veio para preencher uma lacuna referente a esta não-representatividade no campo do ensino superior.

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. Um dos elementos importantes deste processo – hoje insistentemente incorporado na análise das políticas públicas – diz respeito aos fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. (HOFLING, p. 38, 2001)

Como os Estudos Culturais apontam, dentro de um grupo não há apenas submissão, mas também resistência, ou seja, por mais que haja mudanças, não é possível qualificá-la como melhor ou pior para o grupo, e sim, apenas como mudança, já que o que define cultura são as práticas construídas por quem nela está inserido. Escosteguy (2006, p. 143) afirma que “com a extensão do significado de cultura – de textos e representações para práticas vividas – considera-se em foco toda a produção de sentido”. Corroborando com as afirmações, Jhonson (2006, p.20) diz que os estudos culturais optam particularmente “no esforço para retirar o estudo da cultura do domínio pouco igualitário e democrático das formas de julgamento e avaliação que, plantadas no terreno da ‘alta’ cultura, lançam um olhar de condescendência para a não-cultura das massas”. Assim, neste estudo, entende-se que apenas quem está inserido no grupo pode entender completamente o que e como se passaram mudanças e permanências em suas realidades.

Nos Estudos Culturais, o conceito de identidade é intrinsecamente ligado à questão do pertencimento. Ela é uma relação social na medida em que o sujeito se sente inserido em determinado grupo a partir de semelhanças com o restante dos sujeitos. A identidade se forma no compartilhamento de interesses e na noção de pertencimento,



que está em constante mutação. São interesses e definições que permeiam este indivíduo que permitem visualizar traços de identidade.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 1992, p.38)

O caráter identitário não infere número de pessoas para cada grupo, variando de acordo com sua representatividade. O conceito de identidade toma força com a modernidade<sup>1</sup> e as mudanças mais rápidas no conceito são proporcionadas pela globalização. Os Estudos culturais tentam entender estas mudanças como novas reconfigurações que alteram os modos de vida e o entendimento do próprio ser, do ‘eu’. Entende-se por esperadas as modificações que acontecem dentro de cada cultura. Não é possível afirmar e qualificar que existe/existiram épocas melhores ou piores em termos de manter determinados traços, mas, sim, que a identidade é algo em permanente construção. Considerando os indivíduos que virão à Universidade, tendo contato, assim, com vivências específicas do período universitário, o caráter mutável da identidade e influências de dentro para fora e fora para dentro, é possível pensar em identificar traços da identidade destes sujeitos.

Dentro de uma Universidade que apresenta uma maioria branca e onde os indígenas serão numericamente minoria, acredita-se que e a questão do pertencimento pode se apresentar de outros modos, como por exemplo, realização de eventos relacionados com a temática indígena, convivência entre os seus (outros acadêmicos indígenas), continuidade de tradições (rituais, práticas, língua), entre outros. Na UEPG, por exemplo, são realizadas semanalmente reuniões com os estudantes indígenas, juntamente com um membro da CUIA da instituição. A UEPG conta com dois Campus dentro da cidade de Ponta Grossa, o Campus Central e o Campus de Uvaranas. A reunião agrega somente os estudantes cujos cursos acontecem no Campus Central. No

<sup>1</sup> No livro **Identidade Cultural na Pós-Modernidade (1992)**, Stuart Hall apresenta três concepções de identidade. A primeira seria a do Sujeito do Iluminismo, que possuía uma concepção individualista do indivíduo e sua identidade. A segunda, o Sujeito Sociológico, que com a multiplicidade de seu meio percebe a influência do exterior a ele, o que cria uma concepção ‘interativa’ de identidade. E, por último, o Sujeito Pós-moderno, que é um indivíduo exposto a tamanha complexidade do Mundo e velocidade de interações que não possui mais identidade ‘fixa’, com esta estando em constante deslocamento.





Campus de Uvaranas isto ainda não acontece. Além do mais, de acordo com representantes da CIUEPG, quando há eventos que discutam a temática indígena, os estudantes se reúnem para assisti-los. Deste modo, são os interesses que permeiam este indivíduo que permitem visualizar traços de identidade.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade não surge tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 1992, p.39)

Dentro da sociedade contemporânea, não é possível pensar no sujeito como enquadrado em apenas uma identidade, pois cada situação de seu cotidiano passa por uma adequação inconsciente ao novo grupo que haverá interação. Há um descentramento na questão identitária. No caso dos indígenas que optam por cursar uma graduação que implique em mudança para nova cidade, é possível pensarmos em uma liberdade de exercer sua própria identidade, que se alterará com as novas interações sociais.

Este indivíduo indígena carrega consigo vivências e histórias que o constituem e formam suas múltiplas identidades, que se fundem às perspectivas encontradas na nova realidade que se insere. Neste caso, considera-se uma prática cultural, incluindo rituais da vida cotidiana, instituições e práticas – a cultura vivida.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo que se proponha a desvelar o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná sob o viés da cultura e identidade, com vistas a uma pesquisa interdisciplinar, precisa perpassar um caminho teórico que fundamente suas escolhas. Neste breve estudo apresentado, alguns caminhos a seguir foram apresentados, que deveriam/deverão ser aprofundados por quem se proponha a desenvolver tal trabalho de pesquisa. Também, conceituar bibliograficamente como se deu a implementação deste



processo seletivo e baseado em que intentos ajudará a entender o papel dos ingressos na Universidade através do programa.

É válido ressaltar que o caminho do estudo das identidades com o viés apresentado entende como centro do estudo o indígena e suas experiências, colocando-o como central para apreensão de traços identitários, sua cultura, mudanças e permanências. Tomar por base a cultura vivida enaltece as experiências dos indivíduos e valorizam a trajetória de vida e formação do sujeito. Em uma situação de inserção no Ensino Superior, pensa-se que esta nova reconfiguração permitiria avançar no estudo de identidades e cultura ao pensarmos em como a mudança de realidade e inserção social também é influenciadora da formação identitárias.

Pensando em identidade como algo em permanente construção, as novas realidades tendem a alterar o entendimento de cada um sobre si próprio, e logo, entende-se por naturais/esperadas modificações culturais, sem sobrepujar como superior e/ou inferior estas por suas alterações. E deste modo, a cultura é a realidade vivida, com suas práticas e rituais que tornam o indivíduo como é.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Fontes orais: história dentro da história*. In: BASSANEZI, Carla. **Fontes Históricas**. 2ª ed.; 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. P. 165.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação. 1988.
- IBGE, Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2013.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, estudos culturais?* 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 133-166.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1992.
- HOFLING, Eloísa de Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, p. 30-41, nº55, 2001.
- JHONSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que é, afinal, estudos culturais?* 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 07- 131.
- MENDES, Ana Paula; BARROS, Solange. História oral e transformação: reescrevendo a história a partir de narrativas. In: *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012.
- PARANÁ. Lei nº 14995 de 09/01/2006. Dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais). Diário Oficial, nº 7140, 9 jan. 2006
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade étnica, identificação e manipulação*. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/912/1117> Acesso em: 10/10/2013.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2000.



## EM BUSCA DE RASTROS PRECONCEITUOSOS DE EXU, NA LEI 10.639/2003

MARQUES, Maria Cristina<sup>1</sup>

*Mestranda em Relações Étnico-Raciais – CEFET-RJ*  
*mariacmarques2010@hotmail.com*

100

**RESUMO:** O presente artigo apresenta reflexões a respeito da noção de Arquivo. Nos interstícios desse conceito, o paradidático Lendas de Exu<sup>2</sup>, e como o fio condutor desse embate bibliográfico, o orixá Exu, que se configurará em quase todo o trabalho. Para enriquecer ainda mais esse conceito de Arquivo, inserem-se algumas anotações das obras de autores como Derrida e Foucault, como protagonistas iniciais deste estudo. Para se exemplificar a memória, apresenta-se, Arthur Ramos, com intuito de iniciar reflexões da teoria de Arquivo.

Em busca de rastros preconceituosos de Exu, vistos pelos olhares epistemológicos, adentra-se no presente, e por essas vias, introduzem-se os conceitos de Paulo Lins, que comprova ser sua obra, dentre outras existentes, uma amostra cultural da presença ativa da etnia negra, em relação à presença religiosa como formato cultural de uma Nação.

**Palavras-chave:** Arquivo, Exu, Lei 10.639/2003

**Abstract:** This article presents reflections on the notion of File. In the interstices of this concept, the paradidactic Legends of Eshu, and as the conductor of this bibliographic clash, the Orisha Eshu, which will set in almost any article. To further enrich this concept Archive, fall into a few notes from the works of authors such as Derrida and Foucault, as protagonists of this initial study. To exemplify memory, presents, Arthur Ramos, in order to start reflections Theory archive. In search of biased traces of Eshu, seen by epistemological looks, it enters in the present, and these pathways, introduce the concepts of Paulo Lins, who proves to be his work, among other existing cultural sample of the active presence of black ethnicity in relation to religious presence as a cultural form of a Nation.

**Keywords:** File, Eshu, Law 10639/2003

<sup>1</sup>Mestranda em Relações Étnico Raciais pelo CEFET-RJ, Especialista em Afrocartografia pela FUNEMAC – Fundação Educacional de Macaé, Especialista em Línguas Latina (UERJ), e Portuguesa (FEUC). Professora de Língua Portuguesa na Rede Municipal de Macaé, Inglês na Rede Estadual. Sacerdotisa de Umbanda dos templos CROHR&CIRPAIJA [www.ogumhorusra.com.br](http://www.ogumhorusra.com.br)

<sup>2</sup>O fato que envolveu o paradidático *Lendas de Exu* do autor Adilson Martins, 2009. Trata-se de preconceito com a Lei 10.639/2003 que foi confundida com a religiosidade de matriz africana, quando a mitologia de África foi exposta para os discentes de uma escola de Macaé. Disponível em: [estudosnegros.blogspot.com/.../lendas-de-exu-na-escola-ignorancia.html](http://estudosnegros.blogspot.com/.../lendas-de-exu-na-escola-ignorancia.html), acessado em: 16 de junho de 2014.



## **EM BUSCA DE RASTROS PRECONCEITUOSOS DE EXU, NA LEI 10.639/2003**

Este artigo apresenta ideias e análises que demandam um aprofundamento da demonização que Exu, orixá yourubano da cultura de um país do continente africano. Através da noção de Arquivo, de leituras que tratam diretamente ou indiretamente da questão, delineia-se a tentativa de transpor a mitologia africana dos terreiros de religiosidade afro à Educação. Para enriquecer ainda mais esse conceito de Arquivo, inserem-se algumas anotações das obras de autores como Derrida e Foucault, como protagonistas iniciais deste estudo. Considerando a abordagem bastante peculiar a cada um desses autores, e para se exemplificar a memória, apresenta-se, Arthur Ramos, com intuito de iniciar reflexões da teoria de Arquivo.

A partir disto, o que se pretende, na verdade, é trazer à tona, estudiosos do passado que estavam relacionados ao tema religioso de matriz africana que somados a um escrito da contemporaneidade, vão enriquecer, ainda mais, esses conceitos. Em busca de rastros preconceituosos de Exu, vistos pelos olhares epistemológicos, adentra-se no presente, e por essas vias, introduzem-se os conceitos de Paulo Lins, que comprovam ser sua obra, dentre outras existentes, uma amostra cultural da presença ativa da etnia negra, em relação à musicalidade do samba e a presença religiosa como formato cultural de uma Nação.

Em relação aos conceitos de escritores de outrora, ao manter um contato profícuo com eles, o que se pretende, na verdade, é trazer à tona os discursos religiosos afros, que não são mais encontrados à venda nas prateleiras das livrarias. Vale ressaltar que construídos a partir deste olhar, se certos ou errados, são arquivos e foram construídos em seu tempo, de acordo com os acontecimentos da época e que podem estar sujeitos a novas ressignificações, dentro de outros universos de saberes.

O que se busca, com afinco, é um leque de aberturas para transformar os discursos religiosos em pedagógicos<sup>3</sup>, de modo que perpassem os discursos de intolerância religiosa advinda de comunidades preconceituosas, nos arredores da escola, a Lei 10.639/2003<sup>4</sup>, também, contribui com isso. Comentar acerca da religiosidade africana, principalmente, Exu,

<sup>3</sup> Esse discurso é chamado por Eni Puccinelli Orlandi (2011) por “discurso autoritário”, no sentido em que se diz “isto é uma ordem” (p.17)

<sup>4</sup> **LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**- Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em: 08 de julho de 2014.



renderia por si só, diversos conceitos remotos e atuais. Além do mais, à medida que cada interessado no tema, produzir ainda mais a sua defesa, nessa desconstrução de visão demoníaca, certamente, haverá uma transformação advinda pelo cunho acadêmico, que reforçará esse discurso. Para somar ainda mais, o preconceito oriundo dentro da religiosidade por quem não tem o devido conhecimento desse deus, possibilitará, também, a exclusão dessa alcunha negativa que assombra, nos meandros dos terreiros de Umbanda e de Candomblé.

### O Arquivo

Dentro de todo esse contexto apresentado, retoma-se o conceito de Arquivo, a partir do significado de Jaques Derrida, em “Mal de Arquivo – Uma Impressão Freudiana”, quando diz que “O vocábulo “arquivo” remete ao grego *arkhé*, que designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da Natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* - [...] (grifos do autor) (DERRIDA, 2001, p. 11)”. Em sua obra, escrita em 1995, Derrida estabelece conexões capazes de produzir um novo conceito para os pensamentos filosóficos, amparando as noções atuais de questões, que foram mal colocadas, no passado. O autor propõe o retorno à origem, à busca de explicação e ao entendimento de um passado. Nela, encontra-se a ideia de que todo Arquivo deixa marcas, preservação de memórias, retratos do viver de uma sociedade numa época determinada, o armazenamento de ideias de um tempo, cronologicamente, marcado.

Em referência ao vocábulo “Mal”, o estudioso diz ser necessário para mantermos um enlace de registros na história. Alerta da necessidade do registro de quase tudo, sem perda. Entretanto, a censura e a repressão sempre trabalharam para destruir o Arquivo, antes de apresentá-lo. Dentre muitos fatores que contribuem para essa estratégia, ressaltam-se a amnésia, a falta de interesse por pesquisadores, dentre outros aspectos, devido à erradicação de restos preconceituosos do passado ou até mesmo à falta de entendimento de uma ideologia que se sustentava como certa nesse passado, em relação à documentação escrita. Na verdade, tratam-se de conhecimentos produzidos num momento da escrita de um discurso. Todo arquivo, diz Derrida, é o mesmo tempo instituidor e conservador, revolucionário e tradicional. O autor defende e convida a pensar que todo arquivo tem força de lei, que pode ser representado por uma casa (*oikos*), família ou instituição.

Ainda, seguindo os pensamentos de Derrida, quando se tem uma definição de lugar para arquivo, aquele que guarda documentos, histórias de vida particular e acadêmica,





remonta-se, nestes escritos, a Arthur Ramos. Percebe-se, então, que a memória desses documentos solapou muitos conceitos errôneos e certos, acerca do negro e de sua religiosidade. Através dela, dessas origens de bagagem intelectual de um passado, se bem pesquisada no presente, pode-se defrontar com muitos conceitos, que passaram despercebidos pelos olhos leitores em certa ocasião de um passado, não tão distante assim.

No caso do arquivo de Arthur Ramos<sup>5</sup>, depois de estar estagnado por uma vida inteira num local residencial, foi doado por sua esposa, à Biblioteca Nacional. Como outros arquivos, ilustra toda a vida intelectual e pessoal do autor, e que serve para recuperar o grande esforço desse pesquisador, imbuído na causa da compreensão da cultura negra e dos problemas enfrentados pelos brasileiros, num certo período da história do Brasil. A partir disso, o contato com as obras e as anotações desse intelectual, produzidas por ele, e por seus auxiliares, recupera uma melhor compreensão da História das Ciências Sociais do Brasil. Por essa via epistemológica, é que se observam os conhecimentos críticos produzidos sobre a realidade nacional do Brasil da época referida.

Segundo Maria José Campos, 2003, em seus estudos de dissertação, que se transformaram na obra “Arthur Ramos – Luz e Sombra na Antropologia Brasileira”, talvez, a única publicada, chama a atenção à necessidade de mais pesquisas acerca desse escritor, enfatiza que,

[...]exigiria o desenvolvimento mais exaustivo tanto de outras dimensões de sua obra como o de seu desempenho profissional, [...]. Até então, as referências existentes sobre Ramos não alcançaram a densidade suficiente para a compreensão de sua trajetória e da gama de intenções que seus textos sugerem (CAMPOS, 2003, p.25).

Como se observa, os escritos de memória de Ramos têm muito a contribuir e essa autora aborda, com destreza, em sua plenitude, o discurso da fantasmagórica democracia social brasileira, que se camufla, até nos dias atuais, na sociedade brasileira. Através da leitura de Campos, observa-se que naquele contexto social, as relações raciais eram de total harmonia. Nesse sentido, vale um aparte de Foucault (2012) quando chama atenção à existência de um processo de eternização, quando diz que não há como se pensar numa escrita estática, feita pelo dono do texto, porque a cada reescrito vê-se a renovação da ideia, a intenção de se mostrar aquilo que sempre escapa à ideia da escrita primeva. A partir disto,

<sup>5</sup>Arthur Ramos, também médico de formação e proclamando-se discípulo e continuador do que denomina a "Escola Nina Rodrigues", iniciou a publicação de seus principais livros sobre o tema. O negro brasileiro (revisto e ampliado em 1940) surge neste contexto sendo o primeiro volume de uma série que compreende O folclore negro do Brasil (1935), As culturas negras no novo mundo (1937) e a Aculturação negra no Brasil (1942).



Foucault ressalta a "crítica do documento", a sua legitimidade, se são sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, o que esses documentos queriam dizer. Percebe-se, então, que esses escritores não escreviam sozinhos, contavam sempre com a ajuda de outros pesquisadores que saíam a campo e vivenciavam muito mais o que era registrado. Ao informante, cabia toda a descrição a que assistia. A exemplo disso, eis um fragmento de uma pesquisa feita pela informante Zilah, de Arthur Ramos<sup>6</sup>.

104

**“3ª pesquisa, abril, 1942, 21 – inf. Zilah**

RUA ANTONIO REGO 786. GENTE PRETA. Olaria. Trabalha com o africano Joaquim (recebe Pai Joaquim Miranda (!)) não cobra nada.

Rua Jorge Rudge. Vila Isabel. Centro - Redentor. Linha Branca. Tem filial em Correias. Linha Auxiliar.

Em Correias (linha Auxiliar) há muitas macumbas, grande quantidade. São Diogo (linha Auxiliar) também, assim como Caxias, São Mateus. São João de Merity.

D. Virginia/falecida) quem está no lugar dela é o filho. TODOS OS SÁBADOS À NOITE INTEIRA. NOS LOGARES ACIMA REALIZAM-SE NO MESMO DIA. SÃO LICENCIADOS PELA POLÍCIA. PAGAM MAIS OU MENOS 100\$ a polícia explora muito.

(D. Maria r. Bento do Amaral 85. Espírita Branca. Linha de Umbanda.

(Tenda da Verdade. Dr. Francisco Santana. Edifício Rex. Engenho de Dentro, rua Henrique Said 124. Branco com. 3ªs, 5ªs e sab. Médico médium receitista linha branca. Pior que macumbeiro. Ex de receita do Dr. Santana: luitoco para a febre 3 ao dia carquejo para a febre 3 ao dia alternando.

“Dr. Santana toca os 7 instrumentos” diz Zilah, receita conforme a aparência da pessoa. Se vai bem vestida receita de farmácia, si é pobre receita de hervanario, etc

(rua da Abolição 440. Preta. D. Maria (vide pesquisa do dia 30.04.42 pg 2) recebe a vovó camaradinha. Perigosa, ignorante, explora e faz partos. Macumba. (BIBLIOGRAFIA - AUTOR: RAMOS, ARTHUR -TÍTULO: Macumba: plano de pesquisa, anotações e informações coletadas sobre o assunto. Rio de janeiro 1942- 1945- T 38,2,26)”.

O trecho aqui apresentado, retirado de forma integral dos manuscritos de Zilah, não tem a intenção, ainda, de se aprofundar na bibliografia de Arthur Ramos e sim, ratificar a importância desse escritor no contexto religioso afro-brasileiro, como também, ilustrar a importância de Arquivo, através de manuscritos, feitos por seus pesquisadores. Com essas anotações, feitas em folhas de caderno, observa-se a importância dada aos terreiros de Umbanda do Rio de Janeiro, principalmente as suas localizações. Sendo assim, o que se percebe, e que caberia mais pesquisa, acerca de uma herança familiar ligada à religiosidade de Umbanda, se há ou não uma continuidade da família ao culto dos Orixás. Vale notar, nas

<sup>6</sup> Pesquisa feita por mim, no dia 16 de março de 2009, na Biblioteca Nacional. Através dos rascunhos de Arthur Ramos



observações pesquisadas, a relevância de saber a cor da pele, a cobrança dos trabalhos de magia, como também as ervas utilizadas em tratamentos, a perseguição incansável da polícia aos cultos afros brasileiros.

Assiste-se, a partir das anotações, à exposição da ritualística da religiosidade afro-brasileira, como também o grande interesse do médico Arthur Ramos, em relação ao tratamento profilático com uso de ervas, por ter sido ele, um grande médico. Esses arquivos, ainda por serem pesquisados com afinco, trazem um grande panorama da sociedade do Rio de Janeiro, e estão lá, na Biblioteca Nacional, prontos por serem vistos por outros pesquisadores. Trata-se, portanto, de um despertar ao aprofundamento das vozes inseridas, em documentos de um passado e a transformação deles, com olhares do presente, adormecidos, à espera de curiosos. No bojo dessa discussão, retoma-se Foucault quando enfatiza que,

[...] reconstituir, a partir do que dizem esses documentos - às vezes com meias palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável (FOULCAULT, 2012, p.7).

Na verdade, infelizmente, hoje, observa-se o pouco número de adeptos ligados à religiosidade afro, talvez até, devido a um modo peculiar do passado em administrar as magias dessa crença. A partir disto, nota-se que alguns hábitos que foram colocados na pesquisa de Zilah, ainda perduram. Vale dizer que, esses documentos silenciados, não estão mais em seu local de origem, mas num lugar à espera de outros observadores. Esses arquivos podem contemplar análises de ideias e de saberes, com a devida atenção às diferenças e às grandes transformações da religião e da sociedade, desde o tempo marcado pelas pesquisas de Ramos.

Somando a isso, perpassa-se, sorrateiramente, ao conceito de língua, o que sustenta o discurso do arquivo. Dentro desse enfoque, os sujeitos entrelaçam-se numa linguagem, numa teia de sempre mostrar o que não foi visto, num embrenhado de dizeres, que não foram ditos ou até mesmo camuflados, através de outras ideias que se apontam. Neste contexto de conceituação, percebe-se que esses arquivos analisados no presente, machucam, ferem o brio de um religioso da cultura africana. Devido a esses sentimentos, infere-se que a língua, o social e o histórico caminham, ao mesmo tempo. Consequentemente, os homens têm a capacidade de transformá-la, e através dela, pode-se resgatar a sua historicidade, assim como sua função na sociedade, e transformar os discursos errôneos, mas que se pretendiam certos



(ORLANDI, 2011, p.99). Despontam, então, duas importâncias, a do Arquivo e dos códigos que o compõem.

Dadas estas características, retoma-se mais uma vez o filósofo Michel Foucault. Convém salientar que, segundo esse autor, a História é considerada uma disciplina louvável quando se refere a documentos, porém não mais tem a imagem de memória de um passado. Além do mais, não é vista como depósito de lembranças do passado, que somente continha material, e que tinha a obrigação de transformá-lo apenas em documentos. Ela, a História, é mais que isso. Sua primordial função não é mais decifrar para autenticar a sua veracidade, mas descrever relações com outras formas de conhecimentos. Para tanto, não “memoriza” e sim transforma os registros em “monumentos” (grifos do autor) que têm a função de decifrar os rastros feitos pelo homem. Ainda, acrescenta o autor, que a Arqueologia, considerada como disciplina dos monumentos mudos e dos rastros não mexíveis, só se valida pelo registro histórico. Entretanto, percebe-se a retomada da História para esta disciplina, com a finalidade de uma descrição intrínseca do monumento, o que facilita os estudos de restos de memória (FOUCAULT, 2012, p.8).

Por outro lado, Derrida chama de "violência arquivar", a vontade de não se mudar a História. Talvez, esse enclausuramento possa não ser o indicado, mas se espera um novo porvir, uma nova transformação dos rastros deixados por estes Arquivos. É a partir destas relações, que se menciona a possibilidade de se assistir às histórias vivenciadas por Arthur Ramos, e inferir que se podem transformá-las em outras histórias. Essas narrativas de época são transformadas a cada leitura feitas por pesquisadores. Se o interesse for estudos acerca somente do negro e do seu papel na sociedade, eles podem ser feitos por esse ângulo, caso o objeto seja pelo princípio religioso, pode ser visto de outro modo, tudo se encontra numa só teia de escritos. Partindo desse entendimento textual, percebe-se que um documento de Arquivo pode trazer à atualidade, diversos pontos de vista, dependendo da direção, do tema estudado nele. Discursivamente, entende-se que vários assuntos são sugeridos em uma só pesquisa, pois os rastros deixados pelo autor dão essa oportunidade. No bojo desta teoria, que é pela religiosidade, tem-se a ideia de como eram os rituais, as magias, a prática do curandeiro, uma série de pormenores escritos, como também de imagens, deixadas nestes arquivos.

Nesse joguete de autores relacionados ao conceito de Arquivo, postula-se a proposta de Jacques Derrida (2001) quando conceitua Arquivo. Ele escreve de modo a entender que



não se refere a um passado, um "conceito arquivável", porém se trata de uma questão para responder a indagações de um futuro (DERRIDA, 2001, p.50). Se quiser entender ou supor saber, realmente, a intenção de Ramos ao pesquisar o negro, só acontecerá, através de muitos estudos num tempo futuro. Esta nova história, centrada no entendimento da busca ao passado, busca uma sobremaneira de "Uma messianidade espectral atravessa o conceito de arquivo e o liga, como a religião, como a história, como a própria ciência, a uma experiência muito singular da promessa (DERRIDA,2001, p.50)". Para tanto, sabe-se que o tempo para a pesquisa a ser feita é indeterminável, pois a Arquivo dá esta dimensão.

Retomando Ramos, em relação ao quantitativo bibliográfico doado por sua esposa à Biblioteca Nacional, ressalta-se, mais uma vez, que são quase 5000 escritos. Neles, destacam-se os discursos da religiosidade do negro, os de um médico sanitarista, os discursos de um pesquisador que pretendeu se expressar, com toda objetividade. Como foi enfatizado, anteriormente, Ramos era precursor de Nina Rodrigues, imagina-se, então, que algumas de suas pesquisas surgiram, a partir de outros arquivos velhos. O que se pretende frisar é que Ramos fez uso desses objetos para novas interpretações. Contudo, o que se cogita, pela falta de interesse de pesquisadores ligados ao tema do negro, é que esses arquivos de memória feitos por Nina, não foram assim tão renovados por Ramos. É preciso que se esclareça que o assunto abordado neste contexto é o religioso.

Por conseguinte, apesar de mortos, os mestres e os seus arquivos são sustentados, com seus traços incompletos. Vale salientar que esses teóricos não colocam um pesquisador em uma posição confortável, na fonte religiosa afro, frente a alguns de seus comentários acerca do sagrado africano. Porém, serve-se da visão para o entendimento do cotidiano do negro, a compreensão de traços escondidos que podem ser encontrados na polissemia de outros discursos, onde os sentidos de arquivo sempre estão prontos a emergir. O fato é que o arquivo proporciona isso, o aparecimento de novos dados, o silêncio, que estava engavetado em pastas, em armários ou em gavetas, aquilo que deveria ser dito e não foi, uma multiplicidade de vozes num só discurso.

### **Memória da religiosidade africana, contemporaneidade, pede passagem na educação**

Emergindo, nesse momento, num contexto da religiosidade afro-brasileira, e voltando-se à linha de pensamento de leituras ligadas à cultura religiosa no contexto africano, dentro das escolas, introduz-se a obra "Desde que o samba é samba", de Paulo Lins (2012). Trata-se



de uma trama fictícia baseada no estilo de vida de um grupo que mora no Estácio e arredores, na década de 20, tecendo problemas do cotidiano, tais como prostituição, musicalidade e religiosidade.

Acenando para autores contemporâneos ligados à cultura, que traz sempre em seu bojo a religião e a música, esse autor retrata, em demasia, o enfoque cultural da participação do negro no cotidiano da sociedade brasileira. Indícios disso podem ser observados em sua faceta mais depravada, sórdida e decadente quando retrata esse espaço, como uma cidade africanizada constituída de uma população pluriétnica com ciganos, judeus, europeus dentre outros. Para tanto, há de se considerar que embora se trate de uma narrativa fictícia, ilustra, com perfeição, imagens de um Rio de Janeiro, numa época em que o negro tinha destaque, e com ele, a sua religiosidade, com a qual essa obra dialoga intensamente.

Pontua-se, novamente, o autor da ficção sobre a origem do samba, que relata essa hibridez e uma necessidade de desafricanização, ressaltada com a ideologia do branqueamento. No tempo da narrativa, pensar em progresso e modernidade é estar sustentado nessa limpeza étnica e Lins ilustra isso muito bem. Observa-se, na trama traçada pelo escritor, intensos conflitos com paixões exacerbadas e a inserção da religiosidade africana, junta ao sincretismo católico. É importante salientar a importância dessa obra quando se assumi um caráter especial, oferecendo elementos imagéticos, com personagens inseridos num tempo cristalizado que reconta a boemia, a prostituição dos espaços urbanos do Estácio, da Cidade Nova e dos arredores do centro do Rio de Janeiro.

Nessa ênfase cultural dada na leitura de Lins, ao mesmo tempo em que traz a sua memória e a de outros escritores nesse enredo, anuncia uma construção histórica e uma suspensão do tempo da cidade do Rio de Janeiro da época. Dentro dessa perspectiva, a discussão da diversidade religiosa é um grande referencial do autor, pois a apresenta, numa total simplicidade, um imaginário do sagrado, com a simples intenção de romper os preconceitos da época, o mesmo que se perdura na atualidade. Em termos mais práticos, o autor traz à tona a memória da religiosidade de Umbanda, a qual só é conhecida, em profundidade, por seus adeptos. O enredo é cercado de conceitos denotativos extraídos do discurso religioso africano e que se mesclam à narrativa ficcional da obra. Para o escritor, “é essa religião nova a que a gente vem dando corpo e que você tá vendo aí. Ela mistura tudo, tem santo do Oriente, tem santo da Igreja Católica, tem orixá do Candomblé, espírito de índio,





de exu, de criança, de malandro, pombagira, cigano, marinheiro, vovó e vovô (LINS, 2012, p.38).”

Para dar mais visibilidade ao enredo, Paulo Lins não só interpreta essa religiosidade, como busca a história de Zélio Fernandino de Moraes como fundador da Umbanda em 1908, que na visão e no conhecimento de alguns autores religiosos, é verdadeira. Ele narra, através de cinco longas páginas e conta, exatamente, como ela é narrada nos livros religiosos. Essa literatura religiosa não deixa de ser uma história questionada, pois muitos estudiosos da religião, que não estão de acordo com o dito, não aceitam essa origem e cogitam que a Umbanda foi fundada antes mesmo de Zélio, que sua origem foi nos tempos imemoriais.

Entretanto, esses enredos pertencem à religiosidade, e o autor da Origem do Samba abusa desse jogo de ficção e realidade. Por esse viés de conhecimento de uma religião genuinamente brasileira, comprova que a Umbanda carrega os deuses mitológicos africanos e pode, um dia, ser inserida num contexto narrativo atual, e com isso, adentrar os espaços educacionais. Para tanto, nesse sentido, carrega um conceito de cultura, quando não se pensa na religiosidade (LINS, 2012, p.38-43). Da mesma forma, exagera com termos e expressões marginais, o que talvez, cause alguns desembaraços para esse público específico, mas se trata também de uma literatura que esbanja o uso do coloquialismo, talvez até, uma literatura marginal.

Continuando nessa vertente religiosa, que orbita quase todo o universo dessa obra, nota-se que o escritor dá conta, muito bem, de inserir o leitor num contexto religioso afro. A exemplo, a partir do momento em que traça um monólogo com Senhor Tranca Ruas e Maria Padilha e o protagonista da narrativa. Percebe-se a transgressão e os desdobramentos desses atos, quando retrata as divindades não apenas como uma forma humanizada, mas como suporte psicológico para tomada de ações na vida cotidiana do protagonista com Valdirene, a personagem polêmica da obra. Através disso, dá lhes vida e mostram-nas como portadoras de defeitos e inquietações, tais como os seres humanos, quando diz que “Seu Tranca-Rua da Calunga Grande lhe dissera que, se cumprisse a sua recomendação, sua vida caminharia no rumo que ele sempre quis: arrumaria um emprego, seus sambas seriam comprovados e moraria no mesmo cazuá que a mulher que lhe dava prazer de verdade [...] (LINS, p.12, 2012).”

Dentro dessa fantasia para alguns e realidade para os religiosos, do que acontece nos terreiros de Umbanda, os personagens místicos são apresentados como psicólogos, os Exus da



Umbanda, incorporados<sup>7</sup>, em seus médiuns. Abrem-se parênteses para explicar que Exus do candomblé, não são os mesmos na Umbanda. Nesta religião, são espíritos que tiveram vida terrena, cumprem o seu papel de aconselhador e atuam em seus solos físicos sagrados, para dar conselhos a quem os procuram, no caso, os consulentes de Umbanda. Para tanta artimanha, são lhes dados poderes de adivinhação, de abertura de caminhos e cura, conseqüentemente, esses desencarnados encaminham as pessoas que os procuram. Entretanto, os conselhos devem ser acatados, é como se fossem ordens, que os adeptos da religiosidade costumam seguir à risca. Na concepção do autor, “Devia ter ido direto para casa comemorar com a esposa o êxito no trabalho. Seu Tranca-Rua tinha lhe dito para não ficar plantado em botequim, onde surgem as energias negativas de espíritos obsessores. E agora? O projeto de ser feliz para sempre se acabara antes mesmo de tomar fôlego (LINS, 2012, p.75).”

Diante dessas perplexidades de realidade religiosa umbandista, de prostituição, de vantagens e outras virtudes mais, o autor vai delineando a sua história, e com ela, insere os aspectos da cultura africana. Num outro contexto, o estudioso não se esquece de trazer a musicalidade dos atabaques dos terreiros. Construídos a partir desses olhares, percebe-se que o campo em que esse ambiente de troca se estabelece é o da cultura.

Por essas vias de entrosamento de Entidades de Umbanda, novos posicionamentos são percebidos, a ficção e a religião são os motivos dos conflitos dos personagens dessa história. No que se refere aos Guias de Umbanda, consulta-se, negocia-se e conversa sobre a vida de quem lhes pede conselhos, diferentemente, da religiosidade do Candomblé.

### **Orixá, espírito desencarnado, personagem dos contos de África, transmutação do panteão religioso em mito africano, na Educação?**

Percebe-se, então, que as culturas de matrizes africanas não devem ser colocadas, à parte de sua religiosidade. Assim, diante dessas confissões religiosas na ficção de Paulo Lins, é que se inserem os deuses do panteão africano, principalmente os exus. É a partir dessas relações, que esses orixás deuses pinçaram na cultura, mantivessem-se vivos até os dias atuais, nos templos e terreiros. Esse autor constrói um retrato religioso, inserido no cultural, o ler a vida da Umbanda e de seus deuses e entidades, através de sua obra.

Retornando à proposta deste trabalho, repassa-se o que já foi dito até o momento, nesse joguete de Leis, literatura, racismo, cultura, samba trazendo para a religiosidade, para

<sup>7</sup> Incorporação – transe mediúnico, ação que acontece nos terreiros de Umbanda e candomblé quando se tem a presença de desencarnados no corpo físico de um aparelho mediúnico.



finalmente se chegar a Exu, o foco principal desses escritos. Neste momento, buscam-se ojerizas e preconceitos, nas narrativas com esse panteão religioso africano que se estabeleceu num modelo comparativo da figura de demônio, dado pelo europeu nos solos brasileiros. Seja ele Orixá, espírito desencarnado, deus, personagem dos contos de África, o que se percebe é a transmutação do panteão religioso, em mito africano nos enredos permitidos pelas legislações educacionais presentes, através de obras de autores atuais. Vale lembrar que uma vez que as outras mitologias já foram apresentadas aos leitores brasileiros, o Livro Lendas de Exu, obra voltada aos estudiosos infanto-juvenis além de outros têm muito a acrescentar.

111

“Uma mitologia que nada fica a dever às demais em matéria de encanto e originalidade. Apesar disso, um fato claramente observável é o de que os deuses africanos continuam a estar em segundo plano na preferência dos aficionados pela mitologia, como se fossem deuses menores ou de pouca importância. (Basta observar, p. ex., os manuais de RPG – jogo virtual caracterizado pela apropriação maciça de elementos ficcionais oriundos da mitologia universal -, para verificarmos a quase total ausência dos deuses negros no panteão das divindades consideradas dignas de tomarem parte nos seus *rocamboles* interativos.). Mas, afinal, o que acontece para que um deus audaz como Xangô, uma deusa sedutora como Iansã, ou um deus ladino como Exu (verdadeiro “mano Black” do Hermes grego e do Loki escandinavo) não mereçam dos entusiastas da mitologia o mesmo apreço que costumavam votar a Zeus, Thor ou Isis? (FRANCHINI, p.7, 2011)”.

Diante dessa defesa aos deuses de África, o propósito dessa mitologia nas escolas poderá suprir essa demanda a que se refere o autor, nos jogos virtuais. Esta revelação corrobora ainda mais para se fazer conhecer esses deuses mitológicos africanos, e é, através da Educação, que se pode implementar essa cultura, defendida pela Lei 10.639/2003. Dentro do contexto do fragmento acima, pode-se concluir que Loki é branco e “o mano” é preto, Thor é branco e Xangô é negro, Isis é branca e Iansã é negra, assim como enfatizou Stela Guedes Caputo (2012) acerca de Exu<sup>8</sup>. Assiste-se, então, ao jogo da antítese branca e negra, marcado pelo discurso religioso e mitológico. Observa-se, com isso, a rejeição da cultura a que pertence o negro, seja por desconhecimento, seja por preconceito. Ainda dentro deste contexto, questiona-se qual o motivo de tanta rejeição a Exu.

### **Os arquivos raros de memória de Exu**

Considerou-se até o momento abordagens feitas acerca de um autor contemporâneo, relacionado à cultura e, principalmente, à religiosidade africana. Retomam-se, agora, os

<sup>8</sup>Educação nos Terreiros, p.246



arquivos de escritos ligados a esses discursos. Parte-se, então, de Exu, o protagonista desta pesquisa e postula-se de onde vem toda essa ojeriza, e essa demonização. Será somente das religiosidades que o atacam ou da falta de esclarecimentos acerca dele? Algumas questões se colocam nesse momento, e há de se recorrer ao passado, aos arquivos, à memória desse panteão. Há de se lembrar o que escreviam os antigos religiosos da Umbanda, escritos raríssimos, atualmente, que, às vezes, só se encontram adormecidos em prateleiras de sebos.

No seio dessas vertentes, mais uma vez, Michel Foucault (2012) quando ressalta a importância de reconstrução desses antigos documentos. É importante mencionar que adentrar no mundo foucaultiano é descobrir a existência de um campo de memória, seja pela oralidade ou escrita, e que se traduz em uma riqueza de pormenores. Na verdade, o intuito de se observar as obras consultadas é que as mesmas estão abertas à repetição, à transformação dos que buscam trazer para a escrita atual, os enunciados antigos, com intuito de reativá-los, de modo a se buscar motivos, inserir-lhes outros conceitos (FOUCAULT, 2012, p.35-82). Para se dá início a outras reflexões, basta lembrar que o autor insiste em dizer que os discursos estão prontos a serem desconstruídos por outros discursos afins, “aberta à possibilidade de uma evolução”. Neste caso, o arquivo traz uma produção de sentido, uma reinterpretação sob as condições de produção de uma época. Visto por esse prisma, a sociedade vê no arquivo, a real informação que está ligada ao aspecto histórico, um arsenal de cultura que remonta a um enredo do passado de um povo, facilitando o acesso à informação, e do que for preciso. Portanto, arquivo é a memória de um povo e que está pronto para ser consultado e questionado, através de encadeamentos argumentativos de conceitos vindouros.

Reforçando a sua importância, o arquivo traz o dito de um passado com sua multiplicidade de sentidos que se renovam. Através de outros conceitos, são sinagogas do passado, tanto lembram os escritores de sucesso quanto os rejeitados, como também, os conceitos certos e errados, sob o limiar da atualidade, em que se pesquisa um objeto. No processo investigativo do pesquisador, cumpre-se trazer nesse tempo e no espaço acadêmico, uma nova trajetória de conhecimento. Na verdade, um estudioso deve ser considerado como usuário de uma informação do passado, de livros, nos quais podem ou não serem atualizados, para que sejam vistos sob outro prisma, com o intuito de resgate do preconceito, do errado, do que sofreu demanda por não ter sido bem entendido.

Por essas vias, percebe-se a importância do arquivo na investigação histórica da alcunha demoníaca dada a Exu, retoma-se o porquê dele não adentrar os espaços escolares e



recorre-se à explicação dos erros do passado, dando oportunidades para justificativas desses conceitos errôneos e trazendo à luz novos conceitos. Por esses meandros, postula-se que os escritos preconceituosos dados a esse Orixá, não vem de fora, e sim de autores da própria religião. Na tentativa de ratificar o assunto, observa-se o que o autor umbandista Antônio Alves Teixeira diz, em 1957.

*Exu – Orixá, o Homem das Encruzilhadas; espírito mau, assimilado ao Demônio. O mesmo que Bará, Elegbará, Rei do Mal e Senhor Lêba. Apesar de se o considerar como tal, não é mais do que a consequência do seu antagonico – o Bem. Sem êle, na verdade, talvez muitas criaturas humanas (espíritos incarnados) não se melhorassem. Nada existe sem que haja, para tanto, uma forte e indispensável razão. (NETO, 1957, p.108)*

113

Partindo dessa perspectiva, na história dos Orixás existem valores éticos que revelam o penar entre o bem e o mal. Para tanto, mune-se de tal percepção, através desses escritos, e percebe-se que o sincretismo influenciava também os adeptos do afro, que denominavam a sua própria religião, de culto “fetichista” (grifo do autor). Quando se refere a Exu, diz que ele não é mal, mas isso era uma consequência de ser antagonico com o bem. Em meio a algumas vivências atuais dos adeptos de religiosidade africana, ainda se perduram alguns resquícios do passado, infelizmente, e tudo de ruim é atribuído a Exu. Vale ressaltar outra grande preocupação no espaço religioso, e que esta revelação coloca-se diante de próprios autores pertencentes à religiosidade. Era exatamente assim, a visão demoníaca dada a Exu. Entretanto, felizmente, esse tipo de descrição dada a ele, está bem longe do presente, e agora, só se perdura em alguns arquivos, pois a nova concepção umbandista, com sacerdotes ligados ao conhecimento acadêmico e exímios estudiosos da religiosidade afro, vêm modificando essa visão estereotipada, dentro de seus próprios espaços religiosos ou em seus escritos.

Adentrando nesse mundo do bem e do mal, chega-se ao da tragédia. Atente-se ao escrito de Paulo de Deus, quando relata em sua obra, as “perseguições provocadas pelos exus e que tiveram sua origem numa brincadeira ou falta de respeito para com eles, [...] (DEUS, 1957, p.69)”. Na estruturação desse enredo, o autor revela muitos casos que tiveram vítimas acidentadas porque ofendeu Exu. Nesse contexto, o autor exemplifica usando um acidente acontecido na Praça Paris, com dois rapazes mais ou menos da mesma idade, quando chutou uma oferenda dedicada a Exu.

O que se observa é que, em muitos lugares sacros afros, essas tragédias atribuídas a Exu perduravam. Percorre-se agora, para bem longe, para fora do país, através de uma escritora americana que veio ao Brasil para realizar pesquisas sobre o negro. Nesse percurso



desviante exuniônico, adentremos no espaço religioso cobiçado, academicamente, pela escritora Dr<sup>a</sup>Ruth Landes, acompanhada pelo Dr. Edison Carneiro, nos meados de 1937-39, quando esteve em pesquisa antropológica de campo na Bahia e no Rio de Janeiro, apoiada pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais da Universidade de Colômbia.

Na verdade, sua pesquisa estava ancorada na vivência das mulheres negras dos terreiros de candomblé. Na tentativa de trazer à luz a função dessas sacerdotisas e adeptas ao culto, o seu tutor acompanhante, Edison Carneiro, apresentou-lhe Exu, durante uma de suas visitas a um terreiro na Bahia. Em diálogo com o estudioso que a acompanhava, conheceu, pela primeira vez, o modo como se trata Exu no candomblé,

“Ele consultou o relógio e me disse:

- Já são quase cinco horas e vai ter começo uma cerimônia especial, chamada *padê*. É para despachar o diabo para as estradas, é para afastá-lo do caminho dos deuses esta noite! O diabo se chama exu – uma espécie de demônio muito engraçado, que até parece um parente. A cerimônia é curiosa. Entremos para assisti-la. [...] Atrás da porta havia uma gaiola grande contendo uma massa de ferro, e aquilo era Exu, que não deve estar na sala ao mesmo tempo que os deuses (LANDES, 1967, p.50-51).”

Para um conhecedor do culto, ficaria mais fácil decifrar o ocorrido, do que aqueles que estavam vivenciando o momento da narrativa. Dentro dessa perspectiva religiosa, uma cerimônia dada a Exu, é vista sob múltiplos aspectos, ora para acalmá-lo, ora para satisfazê-lo, ora para dar-lhe obediência, como também para hierarquizá-lo, a um patamar maior referente aos deuses. Isso ocorre para que Exu tenha quase o mesmo privilégio que os outros deuses do panteão. Problematisa-se que o sincretismo influenciava também os adeptos do culto “fetichista”, ele não é mal, mas como dito, isso era uma consequência de ser antagônico com o bem.

Retoma-se o vocábulo, *padê*, de Édison Carneiro, de fato, *Ipadê*, nome dado à oferenda constituída de farofa, dendê e outros paramentos, que é ofertada antes de qualquer cerimônia no terreiro de candomblé ou de algumas Umbandas mescladas com outras Nações Africanas. Na concepção de um entendedor do culto, não é para mandar exu para outro lado, afastá-lo dos caminhos dos deuses, pois são estes que colocam Exu mais perto da Orbi terrestre. Na religiosidade de candomblé, os Orixás, são superiores e muito densos para se manifestarem num templo religioso, através do ser humano, então, enviam o seu mensageiro, Exu, através dos jogos de búzios e quando os médiuns estão incorporados, trazem as





mensagens dos deuses, através dos erês, espíritos de criança. Por essas vias, oferta-se o *Ipadê* a Exu, para que proteja um ritual ou converse sobre a vida de quem procura a arte divinatória.

Voltando à linha de pensamento de Carneiro, retoma-se a expressão “é para despachar o diabo” que só poderia ser dita, por quem não estava envolvido dentro da comunidade religiosa, ou para corroborar que os próprios crentes dessa religiosidade tratavam Exu desse jeito, no passado. Atesta-se, hoje, que são poucos os adeptos do candomblé e da Umbanda que consideravam Exu, desse modo.

Adentrando ainda mais nesta memória, que pode ser conceituada pelos preconceitos a Exu, retoma-se a outro fragmento do passado, o tratamento íntimo dado pelo autor, a Exu: “parente”, o que se faz alusão à nomenclatura dada pela Umbanda, a exus e pombagiras: compadres e comadres, que se perdura até hoje.

Visto por esse viés, o Arquivo perpassa por alguns equívocos de certos autores que construíram paradigmas discursivos religiosos, que derão chances à reconstrução de conceitos. Traduzindo toda essa amplitude, retorna-se ao estudioso Michel Foucault, quando relata sobre “a busca de significações ocultas, da análise do erro (FOUCAULT, 2012, p.68)”. Esse autor expõe um fato importante em relação a uma pesquisa, a importância do “sujeito falante” estar envolvido no contexto, vivenciando o objeto, a partir do campo de estudo, para estar imbuído no que fala e no que escreve, ele deve estar vivenciando o objeto, de modo que se profira o discurso com status de direito [...]” (FOUCAULT, 2012, p.61-62)”.

### **Religiosidade e cultura**

Na formação cultural brasileira, fé caminha com a religiosidade e são traços fortes da cultura negra, branca e indígena, em nossos dias. No entendimento desses estudos, os orixás, deuses iorubanos, chegaram ao Brasil como deuses e divindades que tinham uma participação efetiva na vida do cativo. A partir disto, insere-se que havia um papel a desempenhar no contexto que surgiram. Para tanto, tiveram seus feitos reconhecidos por uma grande parcela de pessoas, que extrapolavam desde um nível social ao núcleo familiar, conseqüentemente, estavam imbuídos nos valores da sociedade.

Quando os orixás, aqui, se instalaram nos terreiros sacralizados na religiosidade afro-brasileira, percebeu-se que havia várias etnias africanas oriundas de várias nações. Portanto, não existe somente o sincretismo com a religiosidade católica, como também, os diversos modos de se cultivar a religiosidade dos deuses do continente africano. Para tanto, não existe



uma pureza africana porque existem várias Áfricas, vários povos que possuem cultos e rituais diferentes. Pode-se dizer que isso continua sendo um grande problema das religiões africanas, que à procura de uma padronização, acaba criando uma África fictícia deste continente. Na verdade, não existe, também, a necessidade de se legitimar o culto afro-brasileiro, em relação ao culto africano porque se tem fatos e acontecimentos originais, que não têm significados no continente africano, mas que aqui, têm. Desse modo, os rituais quando acontecem no continente africano, através de seus paramentos e músicas quando chegam aqui, ganham novas funções, novos ressignificados, porque cada país tem o seu jeito de viver a sua cultura original. Para tanto, não só adquirem outros elementos como também, são usados em situações diferentes.

Disso tudo decorre um novo princípio, o da diversidade, da pluralidade religiosa que nenhum momento está preocupado, com a finalização do que se pratica em um terreiro da religiosidade afro. Diante disso, levanta-se o famoso conceito da colcha de retalhos, que sempre foi explanada nos meios religiosos quando se pegam vários elementos cultuados para se formara religiosidade afro-brasileira e tudo passa a ser uma fácil explicação. Para muitos, essa não é a nova ideia, e parte-se, então, do conceito de bricolagem, uma vez que há a junção, não se guarda particularidades, resultam de uma ressignificação. A partir disto, infere-se que a religiosidade afro tem essa facilidade de adaptação constante e sempre tenta se modelar e se reestruturar, de acordo com o modo em que está inserida.

### **Considerações finais**

A partir das assertivas expostas nestes estudos, pode-se entrever que o Brasil conserva, ainda, a herança religiosa africana, por causa dos terreiros de Umbanda e Candomblé, e com isso, a tentativa de se perdurar a cultura trazida da diáspora afro-brasileira.

É notável que compreender a trajetória dessa religiosidade por estudiosos do passado, porque emerge a causa do preconceito enraizado com os deuses de África. Para tanto, essas obras de autores antigos são como forma de arquivo, importantes para se tentar ultrapassar esses percalços demoníacos atribuídos a esse Orixá ou ser mitológico, como queiram denominar Exu. O mais notável, ainda, é ter registros de uma sociedade, e de um modo de viver de uma época, que ojerizou esse panteão ou não soube dar-lhe o devido valor cultural ou religioso. Segundo Jaques Derrida, “O arquivo sempre foi um *penhor* e, como todo penhor, um penhor do futuro” (DERRIDA,2001, p.31). Através disto, o arquivo fica a frente para o



futuro, para ser reavaliado, reescrito, retomado e modificado, pois através desses registros, analisar-se-á a história da sociedade, da religiosidade, e de outros campos do discurso, e com isso, dá base para outros surgimentos de outras comparações acadêmicas.

Pode-se entrever que essas obras são exemplos de lugares de memória e de espaço onde se constroem enredos. Para tanto, abusa-se da análise desses discursos que têm o intuito de trazer à tona, os pormenores ocultos no processo da escrita de um autor do passado. Nesse percurso, o que foi dito, fixado e permeado através do tempo e suas ligações do espaço, com o arquivo, pode ser ressignificado. Adentrar nesse mundo de pesquisa histórica dá a chance de obter outros argumentos, a desconstrução de outros paradigmas discursivos, trazidos, inclusive, pela compreensão dos mitos africanos que permitem o cruzamento harmônico da religiosidade e da literatura, com uma estrutura de linguagem que compõe o real, representado pela diversidade de deuses. Por esse viés, é factível dizer que o arquivo tem o poder de mudar a memória do panteão Exu, a sua definição e criação de novos olhares, de outras significações.

Sendo assim, urge o aceleração para a recuperação desse cognome demoníaco dado a Exu, que de jeito algum pode se encerrar nessa investigação e somente, através desses documentos. Na verdade, o trajeto requer muito mais percursos, pois além de alcançar os meios educacionais, que se cheguem aos meios religiosos africanos e principalmente, em outras crenças. Diante de outro contexto de renovação de ideias, solicita-se o respeito à crença do outro, que só pode ser alcançado, através do conhecimento e da desmistificação.

Cabe ainda esclarecer que o arquivo permite distintas discussões enunciadoras e algumas específicas, desde que se acompanhe o seu tempo. Partindo deste princípio, a cada consulta do arquivo, dependendo do momento em que se situa, existirá uma leva de variedades discursivas, redefinindo o dito. É a partir destas relações, que eles podem ou não estar interligados, através de uma transformação ao longo da história. No arquivo, tem-se a chance de atualizar significados, conseqüentemente, percebe-se que um enunciado se faz através de muitos outros, que sofrem sempre modificações.

Pontuam-se, novamente, os mitos, que, por sua vez, não deixam de ser arquivos, à medida que são salvos por ele. Diante disto, a memória, nesse contexto, torna-se objeto de estudo para ser analisada e dissecada. Ressaltam-se que os personagens mitológicos dão sentido à vida social, pois remontam aos primórdios da oralidade, que mesmo sem a escrita, não se deixou apagar os indícios de civilização do aparecimento da humanidade.



Construídos a partir desse olhar de arquivo, o princípio do Universo, de conflito dos deuses, essas referências do passado, de crenças, de simpatias, de poder e de medo estão inseridas na construção identitária de um povo, e são depósitos de possibilidades de resgate de valores sociais de uma nação, pois funcionam como vastos relatos produzidos, com a função de narrar, e perpetuar o dito que podem ser transformados em restos.

Finalizando de vez, Exu, um narrador personagem, que tem um traço peculiar de apresentação de uma identidade religiosa trazida pelos negros da diáspora, transforma-se em ficção no arquivo, pois comporta uma cultura e uma identidade, uma memória como fonte desses conceitos, o mitológico e o religioso. Portanto, retoma-se, aqui, um aspecto religioso, que não foi o propósito desse trabalho, mas que perpassa, sem querer, por ele, e finaliza esse discurso, temporariamente, com uma saudação do Rei, *Laroriê Exu!*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DERRIDA, Jacques, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- CAMPOS, Maria José. *Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.
- DEUS, Paulo de, *Kardecista e Umbandistas*, Rio de Janeiro, Editora Espiritualista, 1965.
- FLUSSER, Vilém. *A História do Diabo*. Revisão técnica de Gustavo Bernardo, 3a. Edição. São Paulo: Annablume, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FRANCHINI, A.S., *As melhores histórias da mitologia africana* A.S. Franchini & Carmem Seganfredo, 3ª edição, Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2011.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*, tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A, 1967.
- LINS, Paulo, *Desde que o samba é samba*, São Paulo, Planeta, 2012.
- NETO, Antônio Alves Teixeira, *Umbandismo*. Coleção espiritualista, nº 16, Rio de Janeiro, Gráfica Editôra, Ltda, 1957.
- ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6ª edição. Campinas, SP, Pontes Editores, 2011.



## **A DANÇA DO SAMBA E DO FUNK: CULTURA ÉTNICA DE EXPRESSÃO CORPORAL ENTRE HOMENS E MULHERES NA CIDADE CARIOCA**

RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira

*Estudante de mestrado do programa de Letras e Ciências Humanas-UNIGRANRIO*  
*rangelluisa@ig.com.br*

SILVA, Cristina da Conceição

*Professora de graduação - UCAM UERJ-FEBF/UNIGRANRIO*  
*Cristinavento24@yahoo.com.br*

COELHO, Patricia Ferreira

*Estudante de mestrado do programa de Letras e Ciências Humanas-UNIGRANRIO*  
*paticoelho2003@hotmail.com*

134

### **Resumo**

O presente artigo visa observar aspectos da influência da cultura afro nos ritmos e danças do samba e do funk, levando em consideração a expressão corporal dos negros e negras, com seus movimentos sensuais que incomodavam a elite da cidade do Rio de Janeiro, desde o tempo em que os africanos, arrancados de sua terra natal, diversos países da África, chegaram nos portos. Este grupo étnico, em contato com demais grupos de inúmeras nações do continente africano, rompem com suas identidades natal, mas sentem necessidade de manter vivo seus valores, costumes, tradição e cultura, de forma que recriam novos modelos culturais, como o samba, que após processo de resistência, passou a ser reconhecido como movimento cultural nacional. Séculos depois, surge um novo modelo cultural do negro, o funk, que ainda está no processo de resistência perante a sociedade, uma vez que trata-se de uma cultura de negros e pobres.

**Palavras chaves:** Cultura – Samba – Funk

### **Abstract**

This article aims to observe aspects of the influence of African culture in rhythms and dances of samba and funk, taking into consideration the bodily expression of black men and women, with their sensual movements that bothered the elite of the city of Rio de Janeiro, from the time where Africans uprooted from their homeland, many countries in Africa, arrived in port. This ethnic group in contact with other groups of numerous nations of the African continent, break with their christmas identities, but feel the need to keep alive their values, customs, tradition and culture, so that recreate new cultural models, such as samba, which after resistance process, has been recognized as a national cultural movement. Centuries later, arises a new cultural model in black, funk, which is still in resistance before society, since it is a culture of blacks and poor process.

**Key words:** Culture - Samba - Funk



## Introdução

O presente artigo visa apresentar aspectos que envolvem a cultura étnica carioca, que compreendem-se como modelos de resistências, retomando a história do período colonial escravocrata na cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, apresentaremos um breve histórico sobre a chegada dos africanos em solo carioca, que de diversas nações africanas foram arrancados para serem os pés e as mãos dos europeus que na cidade residiam.

Neste contexto, observaremos a perda da identidade dos escravos, em virtude do desligamento forçado com sua terra natal e com os seus compatriotas. Ao saírem de seus países, os negros tinham que conviver com outros de sua etnia, mas de outras nações, o que reforçava a troca de cultura entre os escravos. Esse fato, na cidade carioca, entre o século XVIII e XIX, era comum, tendo em vista que o comércio escravo do Rio de Janeiro era bastante movimentado e o trânsito de escravo era frequente nas ruas da cidade por atuarem em atividades urbanas e não agrícolas.

Outrossim, buscamos apresentar que esta ruptura com os seus e com sua pátria e a união com outros grupos promoveu um modelo de entretenimento, que culminou em ritmo e dança, resultando na origem do samba carioca. E nesta ambiência, é que seus corpos passam a manifestar cultura e alegria, através de movimentos sensuais que incomodam a elite do Rio de Janeiro. E este corpo negro, através de sua arte de dançar, jogar capoeira, bater palmas e utilizar, através da voz onomatopéias para representarem instrumentos de percussão, resiste durante séculos a perseguição de grupos de elite, que impunham sua cultura no território carioca.

Entretando, com o passar do tempo, o samba ganhou identidade nacional através do poder público, sendo considerado Patrimônio Imaterial Nacional, e, séculos depois, estes grupos étnicos, já longe dos açoitados do branco, recriam, nas geografias periféricas da cidade carioca, um ritmo acompanhado de uma dança sensual e erótica, que é o funk, seguindo o mesmo histórico do samba, no que tange a perseguição da elite carioca. Todavia, através de um modelo de resistência, esses homens e mulheres da periferia do Rio de Janeiro ganharam espaço na mídia e no poder público, conseguindo transformar o funk em Patrimônio Cultural Carioca. Esse movimento tornou-se parte de suas identidades, tendo em vista suas falas, vestes e jeito de andar.





Neste sentido, objetivamos através deste artigo, que foi elaborado através de pesquisas acadêmicas, periódicos e livros, promover um conhecimento acerca da cultura negra e periférica da cidade do Rio de Janeiro.

## 1 Ruptura com suas identidades

Ao serem escravizados, os negros africanos tiveram seus laços sociais e culturais rompidos. Souza (2006) comenta que, embora os negros viessem de um mesmo continente, eram de povoados diferentes e possuíam línguas e habilidades diferentes e ao serem capturados, muitas vezes, não conseguiam estar próximos de conhecidos ou família, mesmo quando capturados juntos.

Chegando ao Brasil, depois de uma sofrida viagem no navio negreiro, precisaram se organizar, buscando referências para que numa terra nova pudessem se situar cultural e socialmente. Essas referências e valores motivaram estratégias de resistência à aculturação por parte dos brancos europeus. Mattelart (2010) declara que o termo 'resistência' está ligado ao poder cultural que os dominados exercem, criando uma série de repertórios de obstáculos à dominação, de forma que se trata de um processo básico de convivência entre os dois grupos, dominante e dominado, em que a parte marginalizada tenta alcançar seu reconhecimento social, logo, também cultural. Os negros africanos sentiam a necessidade de manter identidade cultural, como religiosidade, dança, canto e alimentação dentro de um universo diferente do seu, precisando em alguns momentos fazer adaptações para sobreviver (SOUZA, 2006).

O escravo frequentemente não recebia a designação de sua verdadeira etnia, mas a do porto de embarque. Por exemplo, chamava-se indistintamente *mina* a todos aqueles que passavam pelo Forte de Mina, fossem achântis, jejes ou iorubás. Esses catálogos inventariados não aconteceram só no Brasil, mas nos países do novo mundo, fato que inicia uma ruptura com sua identidade nacional e de naturalidade.

Esta identidade marcada por nações dos portos de onde saíam, provocou, no Brasil, a organização dos negros em nações. No exército, os soldados negros formavam quatro batalhões: minas, ardras, angolas e crioulos. Na Bahia, por exemplo a confraria negra católica de Nossa Senhora do Rosário era formada apenas pelos angolas, enquanto os iorubás reuniam-se numa igreja da Cidade Baixa. Enfim, organizavam-se em associações de lazer, de ajuda mútua, mantendo casas nos subúrbios, onde se escondiam as cerimônias religiosas



propriamente africanas e onde se preparavam as revoltas, conforme Bastide (1974). Até o final do século XIX, a identificação, através de nação, ainda que esta fosse uma construção brasileira, estava presente nos documentos que se referem a negros, como testamentos, escrituras e relações oficiais, como enfatiza o autor.

Enfim, o encontro de culturas de diversas regiões da África e o processo de resistência de uma identidade cultural afro no meio social, que é dominado por padrões europeus, na época colonial e pós abolição, culminaram na formação da identidade cultural do povo brasileiro.

## 2 Encontro de culturas étnicas no Rio de Janeiro

Esta união, entre diversos grupos étnicos vindos por força de uma política de escravidão para o Brasil, nos século XVII, especificamente para o Rio de Janeiro no século XVIII, declara Silva (2013), trouxe para a cidade um jeito especial de andar, dançar e vestir. Essa característica muito incomodava as senhoras de fino trato da elite, ao verem as danças das negras e suas roupas sobre um corpo torneado, bem como os negros com suas calças de tecidos finos e com o dorso desnudo, dançando e desfilando na cidade carioca.

A história do Samba carioca se mistura com este estilo dos negros de viverem, bem como apresenta, ao longo de sua existência, um modelo de representação de expressão cultural de grupos étnicos, que do continente africano vieram para cidade com seus ritmos, danças e costumes, de acordo com Sodré (1998). O samba trata-se de uma representação cultural, formada ao longo dos séculos, que incorporaram as expressões culturais afro de grupos variados na cidade do Rio de Janeiro, como declara Karasch (2000).

No cenário brasileiro, há artes musicais identificadas pelo termo, como o samba de roda do Recôncavo e o samba rural paulista. No entanto, o samba do Rio de Janeiro se destaca por ser um acontecimento cultural forte, que atravessou o século XX, nas primeiras décadas, passando de alvo de discriminação e perseguição a ritmo coligado com a própria nação, a ponto de ser um de seus símbolos (THEODORO ET ALLI, 2006).

Outrossim, a dança do samba tem inspirado durante séculos, outros ritmos e danças, que levam corpos a se mostrarem com extrema evolução e sexualidade. Muitas vezes, este ritmo foi alvo de crítica da sociedade elitista da cidade do Rio de Janeiro, conforme Silva (2013). De acordo com Garcia (2001), pela sua origem negra e popular, tal gênero musical



sempre foi combatido por setores mais conservadores. Aceitar o samba como música nacional era misturar-se ao povo e ver, assim, um Brasil atrasado, primitivo e inferiorizado frente aos países desenvolvidos.

Haroldo Barbosa (1915 – 1979) e Janet de Almeida (1919 – 1946), em 1941, compuseram um samba “Pra que discutir com Madame”, que foi gravado em 1945, valorizando o samba diante da crítica negativa da sociedade.

Madame diz que a raça não melhora/ Que a vida piora/ Por causa do samba/  
Madame diz que o samba tem pecado/ Que o samba é coitado/ Devia acabar/  
Madame diz que o samba tem cachaça/ Mistura de raça, mistura de  
dor/Madame diz que o samba é democrata/ É música barata/ Sem nenhum  
valor/Vamos acabar com o samba /Madame não gosta que ninguém  
sambe/Vive dizendo que o samba é vexame/Pra que discutir com Madame  
(HAROLDO BARBOSA & JANET DE ALMEIDA, PRA QUE DISCUTIR  
COM MADAME, 1956)

Garcia (2001) comenta que a Madame, de quem a música fala, realmente existiu. Trata-se de Magdala da Gama de Oliveira, crítica de rádio, que escrevia numa coluna do jornal Diário de Notícias<sup>1</sup> com o pseudônimo de Mag. Ela conseguiu entrar para a história da MPB com ataques contra o samba, em que tentava desclassificá-lo como música brasileira.

No começo do século XX, comunidades negras do Rio de Janeiro “rejeitada de participação integral nos processos produtivos e políticos formais, caçadas e impedidas de comemorar abertamente suas folias e sua fé” deram forma a um novo samba, diferente dos tipos então conhecidos, que viria a ser chamado de samba urbano, samba carioca, samba de morro ou simplesmente samba. Elas também criaram as escolas de samba, espaços de reunião e troca de conhecimentos, estabelecimento de redes de solidariedade, criação artística e festa, de acordo com Theodoro et alii (2006). Ao longo de sua história, o samba deixou de ser uma prática de negros e pobres e de moradores de morros e subúrbios para fazer parte da cultura carioca e do Brasil.

Kellner (2001) declara que, até o final da II Guerra Mundial, a mídia em evidência era o rádio. Com a expansão da televisão, no pós-guerra, é que a mídia tornou-se força dominante de cultura, socialização, política e vida social. Nesse sentido, a consolidação das escolas de samba, através do advento do rádio, principal veículo de comunicação entre as diferentes

<sup>1</sup> Foi por durante três décadas um dos mais importantes jornais do país, liderando a circulação no Rio de Janeiro. É um dos mais importantes, também, veículo de opinião livre e independente, com alto padrão de confiabilidade, de acordo com Garcia (2001).



classes sociais, e o uso político do ritmo, para definir a etnia brasileira, atrai músicos da classe média. Tais fatores deram ao samba notoriedade e prestígio para grande parte da sociedade.

A televisão provocou uma revolução, tornando-se uma realidade cotidiana para uma grande camada da população, de forma que com o advento da televisão fez com que o samba, paulatinamente, deixasse de ser um costume enclausurado para adentrar na sociedade brasileira através dos desfiles das escolas de samba. Essa notoriedade televisiva atraiu, para o universo do samba, os brancos, os bem-sucedidos financeiramente e artistas. Consequentemente, aos poucos originou a exclusão dos negros como verdadeiros sambistas (SILVA, 2013).

### **3 Música, ritmo e dança dos afrodescendentes**

No período colonial, as músicas dos brancos consistiam em hinos religiosos, toques e marchas religiosas. Já as músicas africanas, apresentavam características próprias de sua terra natal com alterações provocadas pelo processo de resistência – ritmo e dança.

O negro, dentro de suas manifestações culturais, tem o canto e a dança numa sintonia, em que um completa o outro. De acordo com Sodré (1998), as músicas negras são basicamente rítmicas, diferente da música ocidental, que conduz à arte individualizada e solitária, se firmando como autônoma. Na cultura africana, a música é carregada de sentido, associada às danças, lendas, mitos e objetos, permitindo a interação entre o mundo visível e invisível.

“A informação transmitida pelo ritmo não é algo separado do processo vivo dos sujeitos da transmissão-recepção. Transmissor e receptor se convertem na própria informação advinda do som”, elemento indispensável nas culturas africanas – jongo, capoeira, na religiosidade, no samba. No funk não é diferente (SODRÉ, 1998, p. 20).

Conta Karasch (2000) que a música para o negro sempre foi cantada, seja no momento de dor, de tristeza e de alegria. Para o negro, o ato de cantar sempre esteve presente nos momentos de suas atividades ou folgas, inclusive, após as refeições, os negros ao invés de descansarem, aproveitavam seus momentos folgas para cantar e dançar. Os ritmos cantados por eles variavam, apresentando características de lamentos e de saudades da terra natal ou mais alegres. A música e a dança não são elementos desassociados, mas, dentro da cultura



afro, são elementos imprescindíveis, como nos momentos de cultos a seus ancestrais, em que tais aspectos de canto e movimento do corpo se faz presente.

A dança imita a vida, isto significa dizer que seus movimentos representam as diferentes formas de viver, no âmbito do trabalho, lazer e religiosidade. “Explica que Toda arte e cultura africana refletem a experiência de vida e arte do africano”. Significa que os movimentos presentes nas danças dos orixás são retirados da experiência espaço-temporal e simbólica em que o mito e o rito perpassam as várias dimensões do viver e se traduzem em gestuais e movimentos presentes nas danças. Desta forma, a dança é a expressão do labor e possui uma função sagrada. (PAIXÃO, 2006, p.54).

A dança africana é a busca da inserção do ser humano no cosmo. Neste sentido, a dança solicita o corpo em sua totalidade para que os movimentos realizados integrem os princípios básicos das danças africanas. É o físico e o emocional interligando-se em uma trama de sentidos utilizando o movimento, gestos, espaço, o tempo e o ritmo na tradição africana (PAIXÃO, 2006).

Na passagem do século XIX para XX, muitos foram os ritmos musicais e danças expressados nos encontros entre negros, que marcaram sua época e sofreram perseguições, críticas. Até mesmo, eram, o ritmo e dança, motivo de vergonha para as famílias de nome, em virtude dos movimentos sexuais proferidos pelos bailarinos (as) negros (as).

Foi através da dança dos Cucumbis, performance que absorvia elementos indígenas misturados com os elementos africanos é que surge os folguedos carnavalescos promovidos pelos negros. Em suas representações como dançarinos, eles lançavam mão de elementos indígenas, como tangas e cocares (em trajes), arco e flecha (como adereços de mão) e instrumentos musicais os ganzás, xequerês e chocalhos e misturavam esses elementos a adufes, agogôs e piano- de- cuia de procedência africana.

Dizem que a dança do Cucumbis nasceu na Bahia, mas que tomou forma no Rio de Janeiro. Organizando-se em sociedades carnavalescas, deu origem aos cordões e blocos através dos grupos, como Iniciadores dos Cucumbis, Cucumbis Carnavalescos, Cucumbis Lanceiros Carnavalescos e Triunfo dos Cucumbis (COSTA, 2000).

Essa representação cultural também acontecia nas senzalas no momento dos festejos promovidos pela circuncisão dos filhos dos negros de origem congos e munhambanas. No momento em questão, eles cantavam, dançavam e comiam e essas características culturais aconteciam entre gemidos e sussurros, o que estimulava a imaginação dos moradores das casas-grandes. Esse ritmo ficou conhecido como lundu, que é o mais remoto ancestral do



samba. Foi o primeiro elo musical entre a casa grande e a senzala, além de ser o primeiro ritmo musical brasileiro a fazer sucesso fora do país, por meio do mulato violinista e compositor Domingos Caldas Barbosa, filho de pai português e mãe angolana, nascido no Rio de Janeiro em 1740, segundo Costa (2000).

Nessa ocasião, declara ainda o autor, inicia-se a dança e o ritmo do samba, cujos elementos básicos, dos movimentos e ritmos, eram da dança da umbigada (movimentos típicos do lundu). O ritmo era marcado nos pés e nas mãos e os instrumentos iam sendo improvisados. Nessa época, esses encontros ritmados e danças promovidas pelos negros eram denominados como batuque, que consistia em um círculo formado por negros dançadores. Era convidado para o centro do círculo um negro ou uma negra, que após executar vários passos, chamava o próximo dançador para ocupar o seu lugar no centro do círculo com uma umbigada, e no momento o grupo gritava semba.

Com o passar dos tempos, pouco mudou sobre as produções culturais dos grupos afro brasileiros e, neste contexto, as letras musicais produzidas pelos mesmos, passam por uma grande censura no cenário brasileiro.

#### **4 As composições musicais dos negros**

A letra musical do negro também era considerada chulá, quando não imoral e desrespeitosa, nessa conjuntura letras como *pelo telefone* teve interferências do poder público, como conta Grande Otelo no documentário *a Verdadeira História do Samba* e o *bonde de São Januário* de Wilson Batista. Dentro desta premissa, compositores afamados foram, muitas vezes, solicitados pela censura a não abordarem temas que, na visão do poder, fizessem apologia a malandragem e a boêmia.

O Chefe da Folia/ Pelo telefone Manda-me avisar/ Que com alegria/ Não se questione/ Para se brincar (DONGA - ERNESTO JOAQUIM MARIA DOS SANTOS E MAURO DE ALMEIDA, 1917)

O Bonde São Januário Leva mais um sócio otário/ Sou eu não vou trabalhar...( WILSON BATISTA E ATAULFO ALVES, 1940)





Tendo em vista que ambas em sua versão original não agradavam a político do momento, foram alteradas em sua essência. Exemplo no samba *Pelo telefone* as trocas foram: O chefe da folia/ Chefe da polícia; Com alegria/ na Carioca; Não se questione/Tem uma roleta; Para se brincar/ para se jogar. Na letra o Bonde de São Januário, a troca ficou assim: Leva mais um sócio Otário/ leva mais um operário; só eu não vou trabalho/ sou eu que vou trabalhar.

Dando continuidade a música e a dança negra, temos uma perseguição, já na década no final da década de 70, com o cantor e ator Toni tornado ao cantar e dançar seu Soul na BR3.

A gente corre na BR-3/A gente morre na BR-3/Há um foguete/Rasgando o céu, cruzando o espaço/E um Jesus Cristo feito em aço/Crucificado outra vez/E a gente corre na BR-3/E agente morre na BR-3/Há um sonho/Viagem multicolorida/Às vezes ponto de partida/E às vezes porto de um talvez/E a gente corre na BR-3/E a gente morre na BR-3/Há um crime/No longo asfalto dessa estrada/E uma notícia fabricada Pro novo herói de cada mês (BR3, ANTÔNIO ADOLFO E TIBÉRIO GASPAS -INTERPRETE TONI TORNADO 1º LUGAR NO FESTIVAL DA CANÇÃO EM 1970).

A letra da referida música foi mal interpretada pela imprensa através do colunista Ibraim Sued, como apologia às drogas. O intuito do colunista era de divulgar o livro escrito por seu amigo General Jaime Graça, denominado “Tóxico”, mas implicou na perseguição e prisão do cantor, conforme Dolores (2009) e Mello (2003). Inclusive, a atriz Arlete Salles, branca, que estava tendo um romance com Toni Tornado na época, sofreu restrições na emissora de TV em que trabalhava.

No entanto, declara Mello (2003) que o júri no Festival da Canção indicou para o primeiro lugar a interpretação de Tony Tornado para “BR-3”, música composta por Antônio Adolfo e Tibério Gaspar, que, na verdade, fazia alusão à estrada – anteriormente denominada BR-135 – que ligava o Rio de Janeiro a Belo Horizonte. Por conta dos inúmeros acidentes que nela ocorriam em 1970, Gaspar decidiu fazer uma letra relacionada ao momento em que se vivia com a perigosa via interestadual. Mas nada ficou mais marcado do que a performance do cantor na ocasião, que gerou um enorme debate.

A exposição de Tony Tornado no palco do festival, inspirada nas performances sensuais de James Brown, passou a conceber, de certa forma, o prenúncio de um perigo para a sociedade brasileira: de que um negro pudesse desestabilizar o tradicionalismo da família branca.



Afirma Mello (2003) que se Toni fosse branco, no V Festival Internacional da Canção, talvez tudo fosse diferente. A etnia do cantor foi outro fator que intensificou a perseguição e o levou ao exílio – do seu apartamento para Praça XV, depois Brasília e, por fim, convidado a sair do país, foi a aproximação dele com o público dos bailes Black da periferia

Algumas atitudes assumidas pelo cantor em suas aparições nos programas de televisão, após seu retorno ao Brasil, seriam tomadas por agentes do governo militar como uma maneira que poderia causar “prejuízos” a “harmonia” social.

### **5 Movimento cultural nas periferias**

Todo esse processo reflete nos dias atuais, quando se trata de cultura de negros e pobres, como o funk, que passou e passa pelo processo de resistência a fim de manter-se nessa sociedade.

Os negros, ao chegarem ao Brasil, descreve Souza (2006), através do tráfico de escravos, trouxeram consigo seu ritmo adquirido por instrumentos de sua terra natal, como tambor, berimbau, agogô e reco-reco e incorporaram instrumentos de origem portuguesa, como pandeiro, viola e rabeca. No funk, surge a batida tamborzão em que a representação eletrônica do som reproduz instrumento afro com a tecnologia dos tempos atuais.

Não há registro oficial de quem produziu esse som, mas, dentro do movimento, essa batida aconteceu na zona oeste do Rio de Janeiro no final da década de 90, através do ex-locutor, produtor e DJ carioca, Luciano Oliveira, conforme Ivanovici (2010). O Dj, na tentativa de colocar sons percussivos nos timbres eletrônicos, descobriu um som de atabaque bem grave numa bateria eletrônica modelo R-8, e fez um loop, repetição de som constante, do atabaque, e este som ficou conhecido como “atabacão”.

A percussão do tamborzão segue as modificações inerentes no mundo que está em constante transformação, de forma que esse som se alia à tecnologia, dando aspecto de discotecagem. D’Adesky (2009) expõe que, nos últimos 20 anos, houve velocidade e diversificação nos meios de comunicação com aparecimento de novas tecnologias e o advento da informática, reforçando a capacidade de informação.

A primeira gravação com essa batida ocorreu em 98 com o Rap do Comari dos Mc’s Tito e Xandão e no mesmo ano o Dj Cabide, equipe de som A Gota, produziu a montagem “UUU a Gota”, que fez sucesso na Rádio Imprensa carioca por ter um ritmo que estimula a



dança. Entretanto, foi no Festival de Galeras dos Coroados, em 2000, na Cidade de Deus que o atabacão passou a ser conhecido como tamborzão, em que a batida virou hit como Bonde do tigrão com a música “Cerol na mão”:

...Vou passar cerol na mão, assim, assim/ vou cortar você na mão/ vou sim, vou sim/ Vou aparar pela rabiola, assim, assim/ E vou trazer você pra mim, vou sim, vou sim/ Eu vou cortar você na mão/ Vou mostrar que eu sou tigrão/ Vou te dar muita pressão/ Então martela, martela/ Martela o martelão/ Levante a mãozinha na palma da mão/ É o Bonde do Tigrão (CEROL NA MÃO, BONDE DO TIGRÃO, 2000)

Ivanovici (2010) comenta que o produtor e Dj Sany Pitbull (Sérgio Reis Silva) da equipe Live, disse que, com o tamborzão no funk, as raízes africanas ganham força como os outros ritmos em que há uso de tambor, atabaques e berimbaus. A autora também comenta que para o Dj Cabide, que produziu bases para Mr. Catra e MC Frank, o tamborzão tornou-se indispensável para assegurar o balanço do funk.

Os negros, também, trouxeram no período colonial, suas danças e movimentos corporais, muitas vezes, sensuais. A música e o ritmo entram em conexão com a dança e o corpo, se completando. Falar de dança implica falar de corpo, não sobre a questão biológica, mas culturalmente, porque o corpo e seu movimento estão inseridos na história e trata-se da representação dela.

Antonacci (2009, p.54) comenta que os gestos e ritmos dos corpos negros contam história, outrora memorizadas e repassadas de geração a geração, realidades que “materializaram-se em diferentes gêneros não-verbais de comunicação e expressão no Brasil”, de forma que funcionam como base para a cultura africana no Brasil, dessa forma o corpo, música e memória são indissolúveis. Nesse sentido, o corpo como elemento cultural, contribui para construção de identidade.

A cultura afro dos primórdios contribuiu para a formação da cultura brasileira, e sua contribuição é refletida nos movimentos culturais dos tempos atuais, como, por exemplo, o samba e o funk, especialmente este último que em sua essência evidencia um modelo de diáspora africana. Esse movimento foi fortalecido nas geografias periféricas e na população empobrecida dos subúrbios e favelas, locais onde há concentração da classe pobre e negra, e um dos redutos da cultura popular, conforme Silva (2013).

Vianna (1988) aponta que não se pode desconsiderar que o baile funk, além de ser suburbano, também é frequentado em sua maioria por pessoas negras, portanto, vindo a ser uma questão identitária étnica. Continua o autor dizendo que o funk nos Estados Unidos,



sempre esteve ligado a história da música norte-americana negra e o processo de formação de identidade étnica dos negros.

O funk inicia-se na zona sul do Rio de Janeiro, relata Vianna (1988), em meio à classe elitizada, com a importação de ritmo Black dos EUA. No entanto, migra para a periferia, onde assume características próprias, se tornando um ritmo carioca de negros e pobres de comunidades. E que atualmente é marcado e também criticado pelo jeito de vestir, falar e dançar de seus admiradores.

Segundo Lopes (2011), os bairros populares no Rio de Janeiro são o núcleo da mestiçagem racial brasileira, e são nesses lugares, subúrbios e favelas, que a diáspora africana é ressignificada. O movimento funk está intimamente associado a esse espaço e é nele que tomou força e transformou-se, incorporando características próprias. É um movimento que possibilita a convivência e a valorização da cultura, envolvendo a comunidade periférica e marginalizada na produção de suas manifestações culturais que permitiram um legado histórico. D'Adesky (2009) comenta que a solidariedade grupal introduz a afirmação da identidade coletiva, que possibilita, de alguma forma, um nível seguro de existência e consciência de si próprio.

Por fim, como resultado de muitas táticas de resistência, vem o reconhecimento legal, em que o samba é considerado Patrimônio Imaterial do Brasil e o funk considerado Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, sendo a dança em conexão com o corpo e o ritmo na música são instrumentos de representação de um estilo de viver e interpretar o mundo.

## 6 Considerações Finais

E assim, por tudo que foi considerado, chega-se à conclusão de que a cultura africana conseguiu permanecer com transformações. Por meio dos antecedentes históricos, a identidade afro foi reafirmada e tornou-se base para o surgimento de novas, como o samba e o funk.

Para a população negra, a história revela a sua marginalização antes e hoje, para que a classe dominante fique em evidência por ser considerada como bela e digna de

<sup>2</sup> O funk foi considerado Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro pela Lei Nº 5543, de 22 de setembro de 2009.

A DANÇA DO SAMBA E DO FUNK: CULTURA ÉTNICA DE EXPRESSÃO CORPORAL ENTRE HOMENS E MULHERES NA CIDADE CARIOCA – RANGEL, Patricia Luisa Nogueira; SILVA, Cristina da Conceição; COELHO, Patricia Ferreira.



engrandecimento. Neste contexto, o samba sofre perseguições, mas consegue o reconhecimento da sociedade brasileira, a ponto de ser apropriado pela elite.

Certo tempo depois, o advento do funk, cultura periférica de grupos étnicos, também passa pelas mesmas críticas e perseguições, no entanto, apesar de ser oficializado como Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, ainda sofre discriminação, uma vez que, por ser movimento de periferia e comunidades, a sociedade dominante estigmatiza e criminaliza seus sujeitos e suas práticas culturais.

Considerando ainda os escritos deste artigo, podemos observar também o quanto o corpo do negro, que por pura inocência, nos primórdios da formação da cidade carioca, não só sofreu os suplícios, mas também, foram alvo de críticas por uma elite perversa que denominavam seus movimentos corporais, como atitudes imorais, desconsiderando suas culturas.

Enfim, tanto o samba como o funk tem raízes no passado, através da cultura africana, que teve grande influência nas questões identitárias das expressões culturais do povo e, para se firmarem, esses ritmos precisaram passar pelo processo de resistência, usando táticas que permitiram que inserissem na sociedade.

### Referências Bibliográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta. *África/Brasil: corpos, tempos e histórias silenciadas*. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 46 – 67, jan./jun. 2009.

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras*. São Paulo, Difel e Edusp, 1974.

COSTA, Haroldo. *Na cadência do Samba*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2000.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturismo: racismo e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DOLORES, Maria. *O festival dos festivais*. Revista Bravo, julho de 2009.

GARCIA, Tânia da Costa. *Madame existe*. FACOM, Revista da Faculdade de Comunicação da FAAP, nº 9, 2º semestre de 2001. Disponível em: [http://www.fAAP.br/revista\\_faap/revista\\_facom/artigos\\_madame1.htm](http://www.fAAP.br/revista_faap/revista_facom/artigos_madame1.htm) Acesso em 26/07/2013.

IVANOVICI, Tatiana. *Tamborzão, conheça a origem do ritmo que comanda o funk*. Revista Eletrônica Do lado de cá, 2010. Disponível em: <http://www.doladodeca.com.br/2010/10/01/tamborcao-conheca-a-origem-do-ritmo-que-comanda-o-funk/> Acesso em 17/05/2014.



- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850*. RJ: Cia. Das Letras, 2000.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.
- SILVA, Cristina da conceição. *O samba no Rio de Janeiro: elementos socializadores dos grupos étnicos nos quintais de Madureira e Oswaldo Cruz*. Unigranrio, Rio de Janeiro, 2013.
- SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Mauad Editora Ltda, 1998.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. Parábola Editorial: 2010.
- MELLO, Zuzana Homem de. *A era dos festivais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- PAIXÃO, Maria de Lurdes Barros da. *Re-elaborações estéticas da dança negra brasileira na contemporaneidade: análise das diferenças e similitudes na concepção coreográfica do balé folclórico da Bahia e do grupo Grial de dança*. Unicamp, Campinas, SP, 2009.
- THEODORO Helena; et alli. *Dossiê das Matrizes do samba do Rio de Janeiro*. RJ: IPHAN, 2005.
- VIANNA, Hermano. *O mundo do funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.





## A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO FRENTE À CONQUISTA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.

SOUZA, Sidimara Cristina.1

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal Fluminense.*

*E-mail (sidi.mara@hotmail.com)*

BRANDÃO, André Augusto Pereira

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal Fluminense.*

*E-mail ([aapbuff@globocom](mailto:aapbuff@globocom))*

148

### RESUMO

A luta por um mundo mais justo e igualitário é constante e faz parte das bandeiras levantadas pelo movimento negro. Com o objetivo de analisar esse processo de lutas e conquistas e a contribuição desse movimento para a elaboração e implementação das políticas de ação afirmativas é que apresentamos esse trabalho. Além de buscar levantar os projetos, programas e políticas voltados para as comunidades quilombolas no Brasil, fazendo uma análise inicial do programa Brasil Quilombola, criado em março de 2004, como uma política de Estado para garantir direitos às comunidades quilombolas. Para alcançar os objetivos propostos foi preciso o levantamento e as leituras bibliográficas acerca da realidade que envolve as comunidades remanescentes de quilombo existentes no território nacional, em especial no estado de Minas Gerais. Inicialmente, foi feita uma coleta de fontes primárias, tal como a pesquisa documental nos sites de internet de diversos órgão governamentais.

**Palavras-chave:** Movimento Negro; Política de ação afirmativa; Remanescentes de Quilombo.

### ABSTRACT

The struggle for a more just and equal world is constant and is part of the flags raised by motion. In order to analyze this process of struggles and achievements and the contribution of this movement for the development and implementation of policies of affirmative action is that we present this work. Besides seeking to present the projects, programs and policies that prioritize the remaining Quilombo communities in Brazil, making a smooth Brazil's Quilombo program. To achieve the proposed objectives was accurate survey and bibliographic readings about the reality that surrounds the remaining Quilombo communities existing in the country, especially in the state of Minas Gerais. Initially, we collected from primary sources, such as documentary research in the internet websites of various governmental body.

**Key-words:** Black Movement; Affirmative action policy; Remaining Quilombo.



## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem como intuito discutir o a trajetória do movimento negro e a contribuição deste para a elaboração e implementação das políticas de ação afirmativa. Além disto, procuramos discutir as políticas de ação afirmativas dentro do contexto histórico brasileiro, no qual são extremamente recentes e ainda foco de debates e controversias. Estas, no entanto, representam a luta e as reivindicações do Movimento Negro, que durante décadas atua no sentido de fazer com que o racismo seja tratado como questão de Estado e seja reconhecido pela própria sociedade brasileira. Nesta direção, procuramos aqui resgatar a trajetória histórica do movimento social<sup>1</sup> negro na busca por direitos e por políticas sociais destinadas à população negra.

Os movimentos de resistência à desigualdade racial e pela inclusão social têm início desde o período pré-abolição, como foi a quilombagem (movimento organizado e dirigido pelos escravos, resultando em insurreições), movimentos que se opunham à ordem vigente e por isso eram reprimidos de forma coercitiva pela força militar (GOMES, 2011).

No pós-abolição, já no século XX, após a Revolta da Chibata em 1910, os movimentos de protesto negros emergem dos clubes recreativos e esportivos, das associações beneficentes negras, da Imprensa Negra (*O Getulino; O Progresso, O Clarim da Alvorada; A Voz da Raça; Alvorada; O Novo Horizonte, entre outros*), atuando na denúncia do racismo e da discriminação racial, e de todas as consequências negativas imputadas à população negra, buscando medidas para combatê-las e que viabilizassem a promoção da educação. (ANDREWS, 1998)

No período de 1931 a 1937, a Frente Negra Brasileira (FNB), associação de caráter político, recreativo e beneficente, diante do não compromisso do Estado brasileiro com a questão da desigualdade racial, elaborou uma “proposta ousada de educação”, visando “agrupar, educar e orientar”, tanto alunos negros quanto não-negros, de ambos os sexos. Essa proposta não se restringiu apenas à escolarização, mas também buscou a formação política de futuras lideranças; criou escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Em 1936, transformou-se em partido político. Entretanto, foi extinta em 1937, no momento em que

<sup>1</sup> Entendemos movimento social enquanto grupo político que reivindica e se opõe em relação a determinadas situações, buscando transformação social. Ou, ainda, um grupo que se mobiliza coletivamente em prol de determinada causa.



o Estado Novo de Getúlio Vargas colocava na ilegalidade todos os partidos políticos e inúmeros movimentos sociais.

A ditadura Vargas (1937 a 1945) impôs o silêncio a várias organizações políticas, inclusive às organizações negras, embora elas não tenham desaparecido por completo e sim permanecido na retaguarda (SILVA, 2010a *apud* ANDREWS, 1998). No período pós-1945 a os movimentos negros voltam a se articular de forma ainda incipiente, mas são novamente reprimidos com a instauração no pós-64 da ditadura militar.

Com a gradativa abertura política, a partir do final dos anos 1970, os movimentos sociais (re) surgem e, entre eles, o movimento negro que se articula com força em torno do Movimento Negro Unificado (MNU). Conforme nos mostra Nascimento (2007), a luta contra o racismo veio se ampliando desde os anos 1970 com uma postura diferenciada, já que passa a agregar a luta pela valorização da identidade e cultura negra.

Criado em julho de 1978, o MNU surge no contexto dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África; dos direitos civis e do poder negro (*Black Power*) nos Estados Unidos; do assassinato de um jovem trabalhador negro vítima de tortura policial e da expulsão de quatro jovens atletas negros do Clube Regatas Tietê, em São Paulo; mas também da “crescente sensação de frustração entre os negros de classe média diante das barreiras raciais que continuavam a impedir seu progresso ascendente” (SILVA, 2010a, p. 54 *apud* ANDREWS, 1998).

O Movimento Negro exerceu um forte impacto no processo de conscientização da população negra quanto à discriminação e as desigualdade raciais no Brasil, na organização de seus membros para a luta contra o racismo, na busca por políticas afirmativas, trazendo consigo uma extensa agenda de demandas, denúncias e reivindicações: contra a discriminação, contra a violência racial, participação expressiva dos negros nos órgãos públicos, valorização e respeito pela cultura negra, educação, entre outras.

Nos anos 1980 há também a criação de instituições promotoras da igualdade racial, exemplo disso é a Fundação Palmares, no Ministério da Cultura, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, no Rio de Janeiro.

A partir de suas bases as várias entidades componentes do Movimento Negro realizam, em 1988, em São Paulo e Rio de Janeiro, manifestações em celebração aos 100 anos da



abolição da escravidão negra como forma de lembrar e afirmar a persistência do racismo no Brasil. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, surgem diversas organizações negras (ONG's) e outras já existentes se modificam, ganhando espaço e liderando movimentos antirracistas.

Em 1992 e 1993 temos o surgimento de cursos pré-vestibulares para estudantes negros, fortalecendo a necessidade de políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes negros de baixa renda em universidades. O que dá origem ao Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. Em 1994 inicia-se o Movimento Pelas Reparações dos Afrodescendentes no Brasil (MPR), que tinha em suas ações a busca pela reparação financeira aos afrodescendentes. Em 1995 temos a “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida”, um marco dentro do contexto sociopolítico.

*A Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida foi também um marco para a própria luta contra o racismo e por ações afirmativas, pois significou uma mudança na atuação do movimento social negro, de um movimento de denúncia do racismo para um movimento de proposição de políticas de igualdade racial. Não que o movimento negro tenha deixado a denúncia, mais como o momento em que a luta contra o racismo passou a ser, também, a luta pela promoção da igualdade racial (NASCIMENTO, 2007, p.5. Grifo do autor).*

Como podemos observar, é através do Movimento Negro que o Estado se vê compelido a assumir o racismo como uma questão a ser enfrentada pela agenda das políticas públicas. Sendo assim, nos anos 1990, o Estado passa a reconhecer o racismo e seus efeitos, dando abertura a debates sobre a temática, mas ainda sem implementar medidas que o combatam. Um exemplo disto é a criação em 20 de novembro de 1995 do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com o objetivo de diagnosticar, debater e elaborar propostas para a população negra.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial foi elaborado um relatório sobre a marcante desigualdade existente entre negros e brancos no que diz respeito ao acesso aos direitos fundamentais, no entanto nenhuma ação concreta foi efetivada. Já 1996 foi realizado pelo Ministério da Justiça o seminário internacional “*Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos contemporâneos*”, atividade que pela primeira vez discutiu políticas públicas específicas para a população negra brasileira. O encontro partiu da afirmação da existência da discriminação e da desigualdade racial no país.



Mesmo com tantos documentos elaborados, eventos realizados e pressão do Movimento Negro, o governo nada fez para intervir na situação diagnosticada. No entanto, a continuidade da presença do Movimento Negro na luta incessante contra o racismo e a discriminação fez com que tais demandas chegassem a um evento internacional, realizado em Durban, África do Sul, em 2001. Com esta a Conferência Mundial, a “questão racial” torna-se parte da agenda. A repercussão foi tão grande que, em 2002, alguns candidatos à presidência da república trazem como proposta eleitoral a discussão sobre ações afirmativas.

Em 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, este tema ganha maior visibilidade, a começar pela sanção da Lei 10.639/2003<sup>2</sup>, e a implantação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>3</sup>. A partir de então foram criados conselhos, programas, projetos e realizados eventos, como a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial realizada em Brasília em 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2005, entre outros.

## **2. CONCEITOS DE AÇÃO AFIRMATIVA: experiências transnacionais e o caso brasileiro.**

As discussões ligadas à questão racial junto à sociedade brasileira ganha visibilidade e ênfase, ultrapassando o mundo acadêmico e ganhando espaço dentro da agenda política do Estado, na década de 1990, mais precisamente em julho de 1996, com o Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneo”.

<sup>2</sup> Esta Lei torna obrigatório o ensino da história e cultura da África e afro-brasileira nas escolas da rede pública e privada do ensino fundamental e médio, e também sinaliza para a necessidade de inserção dessa mesma temática no ensino superior.

<sup>3</sup> A SEPPIR é um dos reflexos das diversas conquistas do Movimento Negro. Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, é convertida na Lei 10.678, tendo como finalidade formular, coordenar, avaliar e articular políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, assim como as políticas de ação afirmativa de promoção e proteção à igualdade dos direitos. A mesma tem como objetivo planejamento, coordenação, execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas; acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica. Conforme pode ser visto no site <http://www.seppir.gov.br/sobre>, acessado em 20 de agosto de 2012 às 20h30min.



Conforme nos mostra Guimarães (2005), o Seminário “Multiculturalismo e racismo” foi à primeira ação do Estado brasileiro relacionada às políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra. Essa ação tomou como referência o “*affirmative action* americano”.

De acordo com Moehlecke (2002), a redemocratização no Brasil é um tema extremamente atual, no entanto controverso e com lacunas a serem preenchidas. Diversos são os estudos científicos relacionados à discriminação e à desigualdade, entretanto, as polêmicas de como alterar ou mudar esta situação em âmbito nacional e internacional são grandes e por décadas ainda permanecem inalteradas. Segundo a autora, as políticas de ação afirmativa surgem com o propósito de tentar solucionar tais problemas (discriminação e desigualdade), dando maior ênfase à questão racial.

As políticas de ação afirmativa têm origem nos Estados Unidos, por volta de 1960, momento de grandes reivindicações internas na busca por igualdade de oportunidades e ampliação dos direitos civis. Neste contexto, inicia-se a abolição de algumas leis segregacionistas vigentes, além da manifestação atuante do movimento negro norte-americano em parceria com líderes do projeto nacional, liberais e progressistas, todos juntos em prol da garantia dos direitos civis.

Este momento de lutas e protestos nos Estados Unidos converge para a ascensão de uma ação afirmativa que obriga o Estado a garantir leis antissegregacionistas e ações que viabilizassem melhores condições de vida para a população negra estadunidense.

Mas a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se frequentemente a expressão ação ou discriminação positiva. Em 1982, a discriminação positiva foi inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Económica Européia (Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 1995, Estudos Feministas, 1996) (MOEHLECKE, 2002, p.3).

Como podemos observar, a experiência dos Estados Unidos repercutiu em diversos países, porém em cada lugar com uma conotação diferente. Em alguns lugares como ações voluntárias, ou seja, medidas realizadas por determinados grupos ou entidades que, por iniciativa própria, efetivam intervenções junto aos mais discriminados pela sociedade vigente, sem apoio do Estado. Em outros lugares, essas ações eram realizadas por estarem pautadas em





Leis, e por isso eram cumpridas como prescritas. Entretanto, tínhamos ações que eram intercaladas, ora voluntárias e ora respaldadas por alguma legislação, sendo assim uma ação voluntária e obrigatória ao mesmo tempo, abrangendo um público variado - minorias étnicas, raciais e de gênero.

As primeiras ações afirmativas contemplaram melhorias no acesso ao mercado de trabalho (contratação, qualificação e promoção), à educação e à política.

Além desses aspectos, a ação afirmativa também envolveu práticas que assumiram desenhos diferentes. O mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. Existem ainda as taxas e metas, que seriam basicamente um parâmetro estabelecido para a mensuração de progressos obtidos em relação aos objetivos propostos, e os cronogramas, como etapas a serem observadas em um planejamento a médio prazo (MOEHLECKE, 2002, p.3).

Segundo Guimarães (2005, p.165-167), o debate sobre ações afirmativas perpassa duas vertentes: uma “axiológica e normativa” e outra de “natureza histórica e sociológica”. Na primeira – axiológica - temos uma tendência a direcionar o assunto para o lado da correção, tratamento a partir de determinadas características descritas a um grupo, por exemplo, a cor da pele. Sintetizando, podemos dizer que todo sujeito deve ser tratado de acordo com suas particularidades, no que tange a sua capacidade de desempenho e mérito, desconsiderando o pertencimento de classe, ou grupo social. Perspectiva que tende a naturalizar os reflexos da questão social.

A segunda perspectiva – histórica e sociológica - busca compreender todos os contextos sociais e históricos que possibilitam a criação e materialização de políticas públicas que não discriminem, analisando a eficiência, eficácia e efetividade de tais políticas. Destaca como essas políticas se constituíram e quais os impactos sobre a estrutura social vigente, tentando entender como as políticas de combate à discriminação podem se desenvolver em países plurirraciais.

Essas duas perspectivas se confrontam e circulam na sociedade norte-americana, refletindo dois valores: igualdade e individualismo. Até os dias atuais temos debates polêmicos e divergentes no que tange às políticas de ação afirmativa. De um lado os que acreditam que tal medida é discriminatória, do outro, os que acreditam que é uma ação emancipatória.



Na perspectiva dos movimentos sociais, as ações afirmativas não são o fim das lutas sociais anti-racistas – são as próprias lutas. E, como tais, são ações de afirmação de identidade e produção de direitos. Como políticas públicas e institucionais resultantes dessas lutas, as ações afirmativas constituem intervenções nas instituições, com o objetivo de promover a diversidade sócio-cultural e a igualdade de oportunidades entre os diversos grupos sociais – sobretudo entre os grupos étnico-raciais de uma sociedade (NASCIMENTO, 2007, p.1-2).

As ações afirmativas têm, portanto, o objetivo de garantir direitos, viabilizando igualdade e a inserção dos sujeitos discriminados junto às instituições<sup>4</sup>, públicas ou privadas, na área da saúde, da educação, da cultura e do lazer, possibilitando a erradicação do racismo e a ampliação das relações sociais.

Mas, como já havíamos sinalizado, há controvérsias sobre o conceito de ação afirmativa. Para parte da sociedade, políticas de ação afirmativa são:

(...) políticas compensatórias, específicas, focalizadas, sendo, portanto, opostas ao ideal republicano de igualdade e direitos universais, que devem ser materializados através de políticas também universalistas, aquelas definidas como “para todos” (NASCIMENTO, 2007, p.2).

As ações afirmativas são descritas como medidas seletivas, centradas na singularidade e não na totalidade, no específico ao invés do universal. Em síntese, pode-se dizer que são políticas que atendem apenas a um grupo seletivo, restringindo os direitos fundamentais elencados na Constituição Federal, os quais têm como princípio a universalidade. Sendo assim, tais medidas são consideradas por alguns como instrumentos de discriminação.

Por um lado, trata-se de um alerta, pois pensar políticas de ação afirmativa sem pensar em democratização de direitos surge como um equívoco, pois o verdadeiro objetivo dos movimentos sociais é a universalização dos direitos, a constituição material daquilo que a constituição formal define como direitos da cidadania. Por outro lado, trata-se de uma concepção estreita do que significa ação afirmativa, que não leva em consideração o seu potencial constituinte, à medida que o que está instituído e socialmente aceito (caso das desigualdades e dos privilégios corporativos) está sendo profundamente questionado pelos defensores de tais ações e pode sofrer abalos significativos se algumas políticas forem implementadas (NASCIMENTO, 2007, p.2).

As políticas de ação afirmativa são medidas que constroem possibilidades de universalizar o acesso aos direitos fundamentais, mesmo que por processos diferenciados.

De acordo com Andrews (1997), algumas considerações devem ser feitas em relação ao conceito de políticas de ação afirmativa. Segundo ele: “Ações afirmativas indicam intervenção

<sup>4</sup> Podemos citar como exemplo as cotas para inserção nas universidades, sendo tal medida foco de grande debate.



estatal para promover o aumento da presença negra – ou feminina, ou de outras minorias étnicas – na educação, no emprego, e nas esferas da vida pública (p.137)”. O autor quer dizer que a cor da pele será considerada como um critério para promover oportunidades de acesso dos direitos fundamentais, contribuindo para que todos usufruam dos benefícios que o próprio Estado ou a sociedade oferecem.

Ao tentar disponibilizar políticas mais justas e igualitárias, o Estado busca intervir com a elaboração e execução de políticas afirmativas junto aos menos favorecidos. Assim, podemos dizer que as políticas de ação afirmativa são:

(...) Como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado (MOEHLECKE, 2002, p.7).

Para Gomes (2001), citado por Sales (2007), as políticas de ação afirmativa são descritas como incógnitas, ou seja:

Trata-se, com efeito, de tema quase desconhecido entre nós, tanto em sua concepção quanto nas suas múltiplas formas de implementação (...). [Nota nº 5] Frise-se que, se a teoria das ações afirmativas é praticamente desconhecida no Brasil, a sua prática, no entanto, não é de toda estranha à nossa vida administrativa. Com efeito, o Brasil já conheceu uma modalidade (bem brasileira!) de ação afirmativa. É a que foi materializada na chamada Lei do Boi, isto é, a Lei nº 5.465/68, cujo artigo 1º era assim redigido: „Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio“(GOMES, 2002: 125 *apud* SALES, 2007, p. 425).

Esse autor ainda afirma que as práticas de ação afirmativa são realizadas involuntariamente, tornando-se próxima de nós, mesmo que desconheçamos seu significado, e hesitamos em debatê-las.

De acordo com Ronald Walters (1997, p.106) as políticas de ação afirmativa surgem como tentativa de proibir a discriminação no trabalho, no que diz respeito à raça, sexo, etnia, nacionalidade, ou qualquer outra forma de discriminação. Medidas que são encaminhadas pela Lei dos Direitos Civis de 1964.



A primeira medida nos Estados Unidos que poderia ser caracterizada como uma intervenção indicativa de ação afirmativa foi feita por Arthur Fletcher<sup>5</sup>, com o intuito de nortear o empregado sobre seus direitos. Conforme nos mostra Walters (1997, p.105), o reflexo de desemprego e conseqüentemente de desordem na empresa que Arthur Fletcher trabalhava foram fatores primordiais para análise da conjuntura posta, possibilitando a inserção de grupos raciais em todas as áreas de abrangência da empresa. Essa medida foi conjugada a um Plano, denominado Plano Filadélfia, cujos recursos para as contratações trabalhistas advinham do governo vigente.

Mais tarde a ação foi legalizada e materializada na Lei dos Direitos Civis de 1964, contendo como foco a igualdade no ambiente de trabalho, quebrando barreiras preconceituosas e racistas impostas por uma elite branca. E daí então a Lei, diagnosticada hoje como uma Lei de Ação afirmativa, se expande, criando diversos debates sobre sua definição e aplicabilidade.

Conforme alguns conceitos apresentados até o momento, pode-se observar que desde a primeira iniciativa de ação afirmativa, as medidas apresentadas são elaboradas e propostas por tempo determinado, possibilitando equalizar direitos, de modo a alcançar uma maior universalização das políticas públicas.

O estudioso Gomes, *apud* Sales (2007), relata que:

(...) As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Constituem, por assim dizer, a mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promotivo, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação. Construção intelectual destinada a viabilizar a harmonia e a

<sup>5</sup> Secretário Assistente de Trabalho para Padrões de Emprego durante a gestão de Presidente Nixon, afro-americano.



paz social, as ações afirmativas, por óbvio, não prescindem da colaboração e da adesão das forças sociais ativas, o que equivale dizer que, para o seu sucesso, é indispensável a ampla conscientização da própria sociedade acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias (Gomes, 2001: 06-07, *apud* SALES, 2007: p.435).

Mais uma vez podemos observar a definição de políticas de ação afirmativa atrelada a um ato que busca reparar processos discriminatórios vividos por determinado grupo social, viabilizando direitos e universalizando-os.

Como podemos observar, há uma diversidade conceitual acerca das ações afirmativas, assim como sobre sua relevância e legitimidade. No entanto, para efeitos deste trabalho tomaremos como referência a noção de ação afirmativa exposta no Estatuto da Igualdade Racial<sup>6</sup>, que, em seu Título I, Artigo 4º, parágrafo único, define ação afirmativa da seguinte forma: políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do país (BRASIL, 2012).

Esse conceito abrange os critérios de promoção da igualdade de oportunidades, assim como a inclusão social e a erradicação da discriminação, reafirmando a luta do movimento negro pela construção da identidade étnico-racial e da cidadania. Ele reafirma também o direito à vida, à dignidade e à liberdade, princípios estes contidos na Constituição Federal de 1988 e que ainda não são efetivados.

É importante frisar que a opção por esse conceito que vem do Estatuto da Igualdade Racial se dá em virtude dele expor com maior clareza a dimensão reparatória da ação afirmativa, no sentido de retratar a desigualdade racial sócio-historicamente construída, e que

<sup>6</sup> Lei nº 12.288, que entra em vigor no dia 20 de julho de 2010. Que trás como objetivo principal a promoção da Igualdade Racial via ação afirmativa, além de buscar a inclusão social da população negra do Brasil; acessibilidade à saúde, educação, cultura, lazer, moradia e terra; Também defende a liberdade de crença e de qualquer manifestação cultural. Prezando pela inserção ao trabalho e a utilização e acesso dos meios de comunicação. Conforme nos mostra Ceert (2012, p.V), ainda têm três pontos nessa Lei que precisam de um olhar mais aprofundado. Precisa-se analisar o fator da descentralização; previsão de recursos próprios para ações que visam promover a igualdade racial dentro de todos os níveis da esfera pública (União, Estados, Distrito Federal e municípios); e por fim, um olhar voltado para a participação da sociedade civil e empresas para a execução das políticas propostas. Pontos primordiais para um desenvolvimento eficaz e efetivo da Lei apresentada.



atinge de forma significativa a população negra brasileira. Esse conceito ainda sinaliza, assim como também defende Guimarães (2005), que as ações afirmativas devem, temporariamente, tratar como desiguais, aqueles que não têm a garantia da igualdade, tal como postulada pela Lei. Em síntese:

Não podemos continuar a dispensar um tratamento formalmente igual aos que, de fato, são tratados como pertencentes a um estamento inferior. (...) Por isso, e só por isso, é preciso, em certos momentos, em algumas esferas sociais privilegiadas, que aceitamos tratar como privilegiados os desprivilegiados (GUIMARÃES, 2005,p.196).

159

Vale destacar que as políticas de ação afirmativa complementam a legitimidade dos direitos civis conquistados, assim como reafirmam os princípios da Constituição Federal, valorizando aqueles que por muito tempo foram esquecidos e desconsiderados enquanto cidadãos de direitos.

### **3. QUILOMBO E REMANESCENTE DE QUILOMBO: DO CONCEITO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO**

Muitos são os sentidos atribuídos ao termo quilombo, desde a ideia de quilombo histórico até a de “quilombo contemporâneo” ou “remanescente de quilombo”.

Para Ratzz (2006), no contexto do período colonial, os quilombos foram vistos como redutos de negros fugidos, e pejorativamente associados à rebeldia e à indisciplina:

Em 1740 o Conselho Ultramarino, órgão colonial responsável pelo controle central patrimonial, considera quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. (MOURA *apud* RATZZ. 2006: p. 311-312).

Para efeito desta pesquisa, tomaremos como referência o conceito de remanescente de quilombo proposto no artigo 2º do Decreto 4887/2003, o qual também se aproxima da definição de grupo étnico tal como definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e com ampla circulação no universo acadêmico:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas,





com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

No que tange ao conceito de quilombo, podemos observar que se o quilombo tradicional é “reduto de negros fugidos” em busca de liberdade e de uma sociedade diferente daquela imposta pelo sistema escravocrata, uma comunidade baseada no bem comum, na partilha, na troca; o quilombo contemporâneo também busca uma vida mais digna e igualitária diante dos diversos problemas sociais vivenciados no contexto social, econômico, político e cultural no qual estão inseridos.

Conforme estudos realizados pelo Cedefes (2008), Silva (2010), entre outros, as comunidades remanescentes de quilombo sofrem diversas mazelas como falta de saneamento básico, energia elétrica, água tratada, posto de saúde, pavimentação e melhoramento das estradas de acesso, educação contextualizada, entre outras tantas carências.

Diante de tanta miséria e descaso para com as comunidades negras rurais, surge a necessidade de intervenção do Estado via a elaboração e implementação de projetos, programas e políticas públicas específicas destinadas a esse tipo de comunidade. Ações que só são percebidas pelo Estado pós-reivindicações e mobilizações de movimentos sociais como o Movimento Negro e o Movimento Quilombola.

#### **4. POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

De acordo com o Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, realizado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR (2012), a base legal que ampara os quilombolas é:

- a Constituição Federal de 1988, com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que dispõem sobre o direito à preservação de sua própria cultura;
- o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias- ADCT, que expõe sobre o direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos;
- a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Dec. 5051/2004), que determina o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.
- o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 – Trata da regularização fundiária de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais, no que tange ao papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério do



Desenvolvimento Agrário (MDA), da SEPPIR e da Fundação Cultural Palmares (FCP), pertencente ao Ministério da Cultura (MINC);

- o Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- o Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.
- a Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007 – Institui o Cadastro das comunidades remanescentes de quilombo.
- a Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, que institui as Diretrizes Para Educação Quilombola, as quais deverão estar de acordo com o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais, porém trazendo as especificidades histórica, econômica, social, política, cultural e educacional dos quilombolas.

Para garantir a efetivação das políticas públicas destinadas às comunidades remanescentes de quilombo foram elaborados programas governamentais consolidados no Programa Brasil Quilombola, criado em março de 2004, como uma política de Estado para garantir direitos às comunidades quilombolas. Ele é gerido pela SEPPIR e mais onze Ministérios<sup>7</sup> que compõem os Comitês Gestores. Entretanto, muitas vezes, as ações executadas extrapolam a organização vigente, possibilitando abertura para parcerias com outros órgãos do Governo Federal. Essas ações estão estruturadas em quatro eixos, resultantes da Agenda Social

<sup>7</sup> Os Ministérios que compõem o programa Brasil Quilombola são:

1. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR);
2. Casa Civil da Presidência da República (CC/PR);
3. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
5. Ministério da Cultura (MinC) e Fundação Cultural Palmares (FCP);
6. Ministério das Cidades;
7. Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
8. Ministério da Saúde (MS) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);
9. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
10. Ministério da Integração Nacional (MIN);
11. Ministério de Minas e Energia (MME).

Chamo a atenção para os dois primeiros órgãos, eles não são ministérios, porém são elencados dentro do programa como tais, conforme relatório da SEPPIR (2012, p. 31-32), órgão responsável pela coordenação geral do programa. Segundo o mesmo relatório o número de órgãos envolvidos ultrapassa o de 11, porém fazem parte do Comitê Gestor apenas os elencados.



Quilombola<sup>8</sup> (Decreto 6.261/2007) que as agrupou em diferentes áreas: 1. Acesso a terra; 2. Infraestrutura e qualidade de vida; 3. Desenvolvimento local e inclusão produtiva; 4. Direitos e cidadania.

O eixo acesso à terra tem como objetivo executar e acompanhar o processo de regularização fundiária nos territórios quilombolas, cujos trâmites legais levam ao título coletivo de posse das terras tradicionais ocupadas. Para aquisição do título, pleiteado junto ao INCRA, em conjunto com os Institutos de Terras Estaduais, Fundação Cultural Palmares e Ministério Público, as comunidades necessitam dar início ao processo de autorreconhecimento enquanto remanescentes de quilombo, solicitando em seguida a certificação junto à FCP.

No que diz respeito ao eixo infraestrutura e qualidade de vida temos as ações voltadas para atender as questões relacionadas ao saneamento básico, acesso a água, energia elétrica, saúde e educação.

Segundo documentação emitida pela SEPPIR (2012), essas intervenções devem ser desenvolvidas em consonância total com as comunidades, proporcionando debates sobre tais possibilidades, pois em cada comunidade existem demandas diferentes e, por isso, a importância de diagnosticar a realidade vigente para só então propor mudanças. É preciso um diálogo constante do Governo Federal com órgãos Estaduais que direcionem tais ações e possibilitem um contato mais próximo com as comunidades, no que tange a elaboração e execução de políticas, programas e projetos. Cabe destacar que são muitos os limites para sua efetivação, bem como as dificuldades das próprias comunidades em acessá-los.

Para ter acesso aos programas de infraestrutura, o Ministério da Fazenda baixou, em 2008 a Portaria n° 127 que os disponibiliza somente às comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares ou tituladas pelo INCRA. Essa Portaria torna mais lento o acesso às políticas públicas, pois ter a certificação ou titulação implica não apenas a autodeclaração, mas também a construção de uma identidade quilombola, que remete a um resgate histórico de luta e sofrimento. Além disso, os processos burocráticos também são morosos, exigindo recurso financeiro e assistência técnica qualificada.

---

<sup>8</sup> A Agenda Social é um documento que subdivide as ações do programa Brasil Quilombola em eixos temáticos, e é elaborada de forma diferente em cada região. A Agenda pode ser considerada como um planejamento de ações que atuarão junto às comunidades quilombolas, e é integrada ao Programa Brasil Quilombola. Para a constituição das ações propostas a Agenda conta com um Comitê Geral de gestão.



O terceiro eixo do Programa Brasil Quilombola - desenvolvimento local e inclusão produtiva - visa criar mecanismos de desenvolvimento local, tomando como base as particularidades de cada comunidade rural negra, assim como seu desenvolvimento sustentável, social, econômico, político e cultural, além da preservação ambiental.

As ações dentro desse eixo buscam trabalhar em articulação com o saber popular local, utilizando as próprias ferramentas da comunidade para contornar seus problemas sociais e econômicos. A intervenção tem como meta contribuir para o fortalecimento das organizações sociais internas.

E, por fim, o quarto eixo do Programa Brasil Quilombola – Direitos e Cidadania – objetiva a ampliação e efetivação da cidadania. No que diz respeito aos quilombolas, ele garante seus direitos enquanto grupo étnico. Nele encontram-se os trabalhos realizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), que defende a vida e garante os direitos fundamentais resguardados pela Constituição Federal de 1988. Uma frente de trabalho dessa Secretária é o Programa Nacional de Documentação das trabalhadoras rurais, que busca registrar todas as crianças, dando prioridade aos registros daquelas de origem quilombola.

Como podemos observar, é significativo o número de políticas, programas, projetos e planos envolvendo as comunidades quilombolas. Porém cabe saber se essas iniciativas chegam até as comunidades, se as mesmas conseguem acessá-las e se elas são eficazes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento das políticas, programas e projetos criados para atender às necessidades das comunidades negras rurais, nos permite destacar que diversos foram os avanços conquistados pelo Movimento Negro e pelo Movimento Quilombola em todo território brasileiro. Entretanto, ainda é limitado o acesso dessa população aos direitos adquiridos. Grande parte das comunidades ainda os “desconhecem” e vivem “esquecidos” pelos governantes locais, estaduais e nacionais.

De acordo com a SEPPPIR (2012, p.17) são 1.948 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro; 1.834 comunidades certificadas pela Fundação Cultural



Palmares<sup>9</sup> (FCP); 1.167 processos abertos para titulação de terras no INCRA; 193 comunidades tituladas com área total de 988,6 mil hectares, beneficiando 11.991 famílias, das quais 75,6% se encontra em situação de extrema pobreza, 23,5% não sabe ler nem escrever, 62% não possui água tratada e canalizada, 76% não tem acesso à saneamento básico, 58% não possui coleta do lixo e 36% banheiro ou sanitário, mesmo havendo programas e projetos que atendam essas necessidades básicas no interior dos territórios quilombolas.

Esses dados nos alertam para a abrangência populacional e também geográfica das comunidades quilombolas, entretanto são poucas as que têm acesso às políticas públicas específicas. Para se ter uma idéia, das comunidades certificadas, menos de 6% delas teve acesso a ações voltadas para habitação. No que tange a titularão territorial, somente aproximadamente 10,5% conquistaram a propriedade definitiva de suas terras. Em relação às medidas voltadas para saneamento básico, até 2010, apenas 421 comunidades foram beneficiadas, correspondendo a 22,9% do total, conforme nos mostra relatório da SEPIR (2012). Esses dados nos levam reafirmar a falta de acesso das comunidades negras rurais às políticas, programas e projetos criados e destinados a atender suas carências.

Muitos são os limites e desafios para a efetivação de fato das políticas públicas. É necessário, portanto, mais fiscalização, controle social, mecanismos de divulgação e informação nas comunidades sobre seus direitos. O acesso às ações governamentais precisam ser agilizados e disponibilizados a partir de ferramentas que as associações quilombolas consigam manusear, acionar e elaborar.

Mas de um século após a escravidão, a população negra ainda grita por liberdade, por dignidade e respeito. O movimento negro e quilombola lutam por visibilidade. Sabemos que as conquistas foram muitas e que outras ainda estão sendo adquiridas, entretanto precisamos tornar essas conquistas instrumentos de realização no interior das comunidades.

<sup>9</sup> A Fundação Cultural Palmares é fruto das lutas travadas pelo movimento negro, sendo criada em 1988, com vinculação ao Ministério da Cultura. Tem como objetivo preservar, proteger e dar visibilidade à cultura negra, formulando políticas públicas que busquem potencializar e proporcionar à acessibilidade da população negra brasileira. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>. Acessado em: 15 de abril de 2013, às 19h21min.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. Ação afirmativa: um modelo para o Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4303/estatuto\\_igualdade\\_racial\\_2ed.pdf?sequence=7](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4303/estatuto_igualdade_racial_2ed.pdf?sequence=7). Acessado em 20 de dezembro de 2012 às 15h.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola Diagnóstico de Ações Realizadas*. Disponível em: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br). Acessado em 22 de agosto de 2012 às 17h30min.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Comunidades Quilombolas Brasileiras Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Disponível em: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br). Acessado em 10 de julho de 2012 às 14h.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm). Acessado em 19 de julho de 2012 às 19h11min.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*. Política & Sociedade. v.10, n.18, abr/2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 2º, 2005.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação Afirmativa: História e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217/2 novembro/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso: 31 de julho de 2012 às 20h59min.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Ações Afirmativas, combate ao racismo e promoção da igualdade*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/as-politicas-de-acao-afirmativa-como-instrumentos-de-universalizacao-dos-direitos-alexandre-do-nascimento>. Acesso: 11 de agosto de 2012 às 14h38min.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re) *Conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações*. In: Fonseca, Maria Nazareth Soares (org). *Brasil afro-brasileiro*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.





SALES, Augusto dos Santos. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. Tese de doutorado: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB, 2007.

SILVA, Eva Aparecida da. *Ser remanescente de quilombo em comunidades do Vale do Mucuri: reflexões preliminares de pesquisa*. Revista Identidade: São Leopoldo, RS, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2010.

WALTERS, Ronald. Racismo e ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.



## COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?

SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos  
*Doutorando em Memória Social, UNIRIO*  
*j.rodriguesantos@gmail.com*

167

### RESUMO

O ato de comunicar é “transmitir informação, dar conhecimento de; fazer saber, participar”. É também, “tornar comum. Pôr em contato ou relação; ligar, unir. Estabelecer comunicação, entendimento, convívio”. Entretanto, o significado “do dicionário” não é o que efetivamente ocorre nas produções e relações estabelecidas como produto da comunicação de massa do Brasil. A forma como os conteúdos midiáticos são produzidos e difundidos, diferentemente de unir, estabelecer entendimento, promovem a invisibilização, a estigmatização, e a exclusão da população negra brasileira, hoje majoritária demograficamente.

Pretende-se refletir sobre este “racismo midiático”, que ocorre cotidianamente por meio de diferentes linguagens, através de diversos canais de circulação comunicativa, e mostram a seletividade midiática racista que pretende assegurar os privilégios da branquitude à elite branca dominante no Brasil.

**Palavras-chave:** Racismo; comunicação social; mídia étnica.

### ABSTRACT

The Act of communication is "convey information, making public; to convey, attend ". It is also "become common. Put in contact or relationship; connect, unite. Establish communication, understanding, conviviality ". However, the meaning "the dictionary" is not what actually occurs in the productions and relations established as a product of mass communication from Brazil. The way media content is produced and broadcast, unlike unite, establish understanding, promote the invisibility, stigmatization, and the exclusion of the Brazilian black population, today majority demographic.

It is intended to reflect about this "media racism", which occurs daily through different languages, through various channels of communication, circulation and show selectivity racist media plans to provide the privileges of the branquitude for the white elite dominant in Brazil.

**Key-words:** Racism; social communication; ethnic media.



## COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?

(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (Michel Foucault, 2008, p.10)

Os meios de comunicação de massa (*mass media*) ocupam extrema importância nas sociedades contemporâneas. As interações mediadas no passado pelo contato “face a face”, são agora realizadas “toque a toque”. A linguagem oral e escrita, facilitadora da comunicação entre as pessoas desenvolve-se e amplia-se incrivelmente, e por meio de aparatos tecnológicos e sistemas computadorizados, desdobra-se em outras linguagens (imagens, sons) e impregna de sentidos as mensagens. A presença física deixou de ser fundamental, e pode-se estar instantaneamente em qualquer lugar do planeta, desde que se disponha de um artefato tecnológico e uma conexão em rede.

A proliferação de conteúdos comunicativos é infinita, e cresce em escala exponencial. Os meios de comunicação, difundem em diferentes linguagens, informações que podem ser compartilhadas por bilhões de pessoas por segundo. Discursos com variadas intenções atingem e formam opiniões, alteram comportamentos e influenciam relações poderosamente. A comunicação reveste-se de extrema importância no cotidiano das pessoas e na construção de relações:

(...) A comunicação como parte do comportamento humano é de grande relevância, é a essência do Homem, o templo onde habita a linguagem e sociabilidade. Comunicar é pôr em comum, é aproximar distâncias. Por esse motivo, a comunicação social assume uma elevada importância, já que estuda a comunicação humana e a interação entre pessoas dentro da sociedade.<sup>1</sup>

A comunicação social<sup>2</sup>, enquanto ciência social aplicada, desenvolve

<sup>1</sup> O que é Comunicação Social. Disponível em: <http://www.significados.com.br/comunicacao-social/>  
Acesso em: 28/06/2014

<sup>2</sup> A comunicação social é uma ciência social aplicada e consiste em um conjunto de sinais ao serviço da formação e conservação do grupo social. A comunicação social tem como objetivo estudar os fenômenos que ocorrem graças à relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa. A comunicação social abarca processos de informação, persuasão e entretenimento de indivíduos e grupos.

Os meios de comunicação social são objetos de estudo da comunicação social e consistem em sistemas mecânicos de emissão e transmissão de mensagens para um público vasto, disperso e heterogêneo. A designação abrange essencialmente os órgãos de informação de massas (*mass media*, na terminologia inglesa) das áreas da imprensa periódica, rádio, televisão, teatro, propaganda e cinema.

COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?  
– SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos



o estudo das causas, funcionamento e conseqüências da relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa – rádio, revista, jornal, televisão, teatro, cinema, propaganda, internet. Engloba os processos de informar, persuadir e entreter as pessoas. Encontra-se presente em praticamente todos os aspectos do mundo contemporâneo, evoluindo aceleradamente, registra e divulga a história e influencia a rotina diária, as relações pessoais e de trabalho.<sup>3</sup>

Considerando as definições de “comunicação social” apresentadas, podemos perceber que ela é uma ciência ampla, e um campo de luta, posto que pretende “persuadir as pessoas” e também está a “serviço da formação e conservação do grupo social”. No caso do Brasil, em particular, a mídia<sup>4</sup> de acordo com Borges e Borges (2012, p.36)

(...) tem sido um “território interdito às populações negras e, também, um espaço de constante criação de estereótipos. Se levarmos em consideração que as mídias formam/produzem opiniões, e não somente informam/reproduzem (sobre) fatos, podemos inferir que a imagem dos negros e negras que se quer incutida ou ratificada no imaginário social ainda tem sido, com grande frequência, a daquele(a) que ocupa o “lugar a menos”.

Esta situação talvez possa justificar a reduzida presença de negros/as nos diferentes conteúdos produzidos, bem como a invisibilidade, ausência e exclusão a que são submetidos nos diversos veículos midiáticos da sociedade brasileira. O grupo dominante (branco) procura de seu lugar de poder difundir o discurso da subalternidade do negro, conforme define Frankenburg (apud Sovik, 2009, p.19): “uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo”. Sovik (2009, p. 22) afirma que “a branquitude não é genética, e não define um lugar de fala. É uma questão de imagem e, portanto, tem como um de seus principais campos de observação os meios de comunicação”. Neste sentido, Almada (2012, p.26), destaca:

Embora sejam concessões públicas, os meios de comunicação no Brasil são administrados como bens patrimoniais de natureza familiar. São gerenciados por elites descendentes dos grupos sociais que, no passado histórico do país, sempre gozaram de privilégios (inclusive o de formular e legitimar

---

#### **O que é Comunicação Social. *Idem e Ibidem***

<sup>3</sup> **O que é Comunicação Social?** Disponível em: <http://www.ort.org.br/comunicacao-social/o-que-c>  
Acesso em: 28/06/2014.

<sup>4</sup> **Mídia:** Qualquer suporte de difusão de informações (rádio, televisão, imprensa escrita, livro, computador, videocassete, satélite de comunicações etc.) que constitua simultaneamente um meio de expressão e um intermediário capaz de transmitir uma mensagem a um grupo; meios de comunicação, comunicação de massa. Disponível em: [http://www.dicio.com.br/midia\\_2/](http://www.dicio.com.br/midia_2/). Acesso em: 28/06/2014.



enunciados sobre o Outro e de difundi-los nos espaços de afirmação dos discursos sociais, a literatura científica e ficcional, entre eles) e que perpetuam, agora através de aparatos tecnológicos cada vez mais sofisticados, mitos e estereótipos ainda fortemente presentes no imaginário coletivo. É deste imaginário que são absorvidas, reelaboradas e retransmitidas pelos *mass media*, representações carregadas de juízos de valor negativos sobre parcelas da sociedade do país.

O discurso racista está presente nas sociedades colonizadas (como a brasileira), e parece ter objetivo “pedagógico”, visto que o racismo não é inato; aprende-se (de diferentes formas) a ser racista. De acordo com van Dijk (2008, p. 15) “as pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas”. E van Dijk (2008, p.15) prossegue afirmando que:

Esse processo de aprendizagem é amplamente discursivo, isto é, baseado na conversação e no contar de histórias diárias, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nos estudos científicos, entre outros. Muitas práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação, podem até certo ponto ser aprendidas pela observação e imitação, mas até mesmo estas precisam ser explicadas, legitimadas ou sustentadas discursivamente de outro modo. Em outras palavras, a maioria dos membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de ventos comunicativos.

A difusão de discursos racistas em escala global, por meio de diferentes produtos midiáticos difundidos em diferentes veículos de comunicação, acaba por promover uma “pedagogia racista” que fundamenta a ocorrência de práticas racistas. Estas práticas são “naturalizadas”, e se apresentam massivamente nas sociedades, influenciando (e sustentando) as relações entre os “diferentes sujeitos sociais” (no caso brasileiro, as relações entre brancos e negros, de modo particular). Silva e Rosemberg (2008, p.74) observam que:

É nosso entendimento que o Brasil constitui uma sociedade racista na medida em que a dominação social de brancos sobre negros é sustentada e associada à ideologia da superioridade essencial de brancos. A mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros.

As consequências destes “aprendizados racistas” resultam na situação de invisibilidade, inferiorização, desvalorização e exclusão da identidade negra na comunicação social brasileira, que se mostra, portanto, racista. Como descreve Borges (2012, p. 188), a respeito dos discursos veiculados na mídia brasileira a respeito dos negros e da mulher negra, em diferentes conteúdos



e veículos comunicativos, “olhando de soslaio para a paisagem midiática brasileira podemos observar um trajeto, pontilhado por estigmas e estereótipos, que parecem se repetir indefinidamente”.

### **Discurso racista, prática racista: ocorrências do racismo cotidiano contra os negros**

As diferentes opiniões formuladas a respeito da identidade negra acabam por influenciar os modos de produção/veiculação de conteúdos midiáticos. A desvalorização dos traços corpóreos, estética, práticas culturais e valores africanos e afro-brasileiros fortemente presente na sociedade brasileira, acaba por orientar/sustentar as práticas racistas que cotidianamente são difundidas na mídia nacional. Invisibilidade, estereotipia, marginalização são traços recorrentes dos conteúdos veiculados sobre negros/as.

A partir da “lógica da branquitude”, que considera “o branco como padrão”, qualquer diferença é considerada negativa, e deve portanto, ser (des)tratada ou negada. De modo geral, as notícias e conteúdos sobre negros tenta/pretende mostrá-los dentro de uma geografia própria, em um espaço determinado, a partir de estereótipos já estruturados. Quando superam a situação de invisibilidade, tem uma visibilidade “limitada”, de maneira que não ameace os privilégios do grupo dominante. Silva (2009, p. 83) destaca que

Fixar uma identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças.” (...) Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade.

Diferentes discursos, imagens, conteúdos midiáticos expressam esta hegemonia da identidade branca, que acarreta exclusões, interdições e até mesmo, apagamentos e invisibilidade. A notícia veiculada no jornal O Globo<sup>5</sup> em 18/07/2014, destaca em seu subtítulo que “sistema da PF impediu que jornalista exibisse cabelos volumosos”. A repórter descreve fato ocorrido nas dependências da unidade da Polícia Federal do Salvador Shopping, com a jornalista baiana Lília de Souza (34 anos), que até lá se dirigiu para realizar a renovação de seu

<sup>5</sup> BACELAR, Carina. *Baiana teve de prender ‘black power’ para tirar passaporte*. In, O Globo, 18/07/2014, O país, p. 10.  
COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?  
– SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos





passaporte. O texto destaca que “agentes da PF perguntaram se Lília poderia prender seu cabelo estilo “black power” já que o sistema de imagens não aceitava a imagem gerada, por causa do formato volumoso tomado pelos fios”.

– Falaram: o problema é o seu cabelo”.

No decorrer do texto, a jornalista “vítima” desta situação declara:

- Aí peguei um elástico de borracha para prender o cabelo. Tenho uma relação muito forte com a minha identidade negra. Eu gosto do meu cabelo e, naquela foto, fiquei terrível – conta ela, que chegou a chorar do lado de fora do SAC”.

172



Prosseguindo seu relato, Lília afirma:

- A gente que vê que é o padrão. Um padrão que desvaloriza um determinado formato. Se você não faz parte do convencional, o sistema simplesmente rejeita. Essas coisas podem não ser intencionais, mas tudo, no fundo, tem um padrão que desvaloriza a estética que foge do convencional.

(...) – Tem gente que não gosta e gosta do meu cabelo. Ouço todo tipo de comentário. **É uma coisa pela qual todo negro passa.** Quem é o negro que abre a boca no Brasil para dizer que nunca sofreu preconceito? A gente sofre preconceito nas pequenas coisas, no dia a dia – desabafa a jornalista. (grifos meus)

Uma “máquina”, um “sistema digital” não estava aceitando um “formato” (fora do padrão). O delegado Thiago Sena, chefe do setor de Comunicação Social da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, citado na reportagem

afirmou que a questão é meramente técnica. (...) – O problema foi tecnológico. Não é que não possa tirar foto com cabelo “Black Power”, claro que pode. A gente concorda com ela que isso é inadmissível. O caso já foi passado para a nossa sede em Brasília, para sabermos que medidas podem ser adotadas.



No final da referida reportagem, há a opinião da modelo e publicitária Luana Génot, “organizadora da mostra sobre diversidade étnica ID\_BR. Ela diz que “o sistema da PF, ao ser incapaz de captar a imagem de Lília com o penteado afro, acaba marginalizando quem está fora de um padrão determinado” E conclui:

- Essa tecnologia é programada para ser racista, é desenvolvida pelo homem. É uma questão de referências, temos um que é padrão branco e com cabelo liso. Um absurdo é perder sua identidade justamente em uma foto que serve de identificação.

173

O fato relatado, apesar da reportagem descrever diferentes pontos de vista, inclusive de militantes de organizações negras, parece deixar implícito uma mensagem de “padronização das estruturas e sistemas do Estado”, que exige uma submissão dos sujeitos diferentes, “aos padrões estabelecidos hegemonicamente”, que não reconhece a(s) diferença(s).

Entretanto, este fato que parece isolado, não é exceção. Na mesma semana, mais precisamente no dia 17/07/2014, a revista “Contigo”<sup>6</sup> tem em sua capa a imagem da atriz Taís Araújo e a seguinte manchete: “o preconceito está presente”. O subtítulo destaca que “a atriz fala sobre racismo”. O texto da reportagem diz:

“Taís conta que percebe o preconceito no dia a dia. “Acontece até hoje. Quando eu chego a um restaurante no Brasil, as pessoas que são iguais a mim só estão limpando e servindo. É o Brasil dizendo que meu lugar é servir e limpar, quase falando que não tenho o direito de estar ali comendo. Ser Taís Araújo ameniza, mas não isenta. No nosso país, o preconceito está presente no momento em que saímos de casa”, desabafa.

<sup>6</sup> MORETTI, Lucas. *O preconceito está presente*. Revista Contigo, edição no. 2026, 17/07/2014.



A superação de barreiras econômicas, e a inserção em espaços de prestígio não isentam os negros de sofrerem discriminação. A reportagem diz que “ser Taís Araújo ameniza, mas não isenta”. Quando o texto destaca a fala da atriz “o preconceito está presente no momento em que saímos de casa”, parece querer mostrar o racismo como “natural e aceitável” no Brasil, mesmo para os negros e negras que são bem sucedidos social e economicamente.

### **Paradigmas e paradoxos racistas da mídia brasileira: algumas ocorrências.**

A reduzida presença de negros em condições de destaque, e de modo afirmativo na mídia brasileira é histórica. Apesar dos avanços tecnológicos, da melhoria das condições sociais e econômicas e de sua maior participação demográfica, a mídia não alterou a “lógica excludente” dirigida aos negros. Raras ainda são as imagens de negros na propaganda (principalmente de produtos de elevado poder aquisitivo), como âncoras de programas de grande audiência, ou em papéis de protagonismo em produções televisivas ou cinematográficas (e que não sejam, quando ocorrem, em papéis de marginais, violentos, ou estereotipados/caricaturais). Há a necessidade da mídia em geral, dar espaço para que a identidade, estética, valores e práticas culturais negras sejam afirmativamente enunciadas, e permitam assim a construção de uma visibilidade positiva. Desconstruir um padrão que, de acordo com Tavares e Freitas (2010, p.216) acarreta uma homogeneização cultural:



Através da televisão, do cinema, da publicidade, do rádio e de todos os outros veículos de comunicação, milhares de brasileiros formam e deformam as suas identidades culturais e identidades alheias. Vítimas de uma mídia impregnada pela colonialidade, sofrem os efeitos do processo de homogeneização cultural. O paradoxo reside no fato de que, ao invés de incluir homogeneizando, a mídia brasileira diferencia e cria o excluído, que nada mais é do que parte integrante (e indispensável) do sistema capitalista.

O paradigma que exclui o negro dos conteúdos midiáticos (principalmente na propaganda), em sociedades que sustentam-se principalmente do consumo de produtos e serviços, e que deveria aproveitar-se de uma melhoria da situação social e econômica da população negra (no caso do Brasil), produz um paradoxo. A parcela de “consumidores”, emergente, com mais poder aquisitivo e que deveria ser foco das empresas dos mais diferentes setores é “invisível/marginal” nas produções midiáticas. E quando aparece é de modo negativo, o que acaba criando problemas e rejeição, pela forma desrespeitosa como o negro é (re)tratado. A mídia, em particular, é um poderoso instrumento de representação da alteridade, e mostra-se particularmente racista em relação aos negros. Podemos verificar isto analisando as representações imagéticas que retratam o negro preconceituosa e negativamente. Neste sentido Wieviorka (2007, p. 129) destaca que:

As representações da alteridade, tais como são propostas pelas mídias, foram por muito tempo dominadas por imagens totalmente despidas de sutileza. desqualificando suas vítimas, elas insistiam sobre o que o grupo tratado de maneira racista e seus membros apresentavam de inferior, de sujo, de abjeto, ou de desprezível; o Outro não podia, pois, ser senão um ladrão, um violador, um criminoso nato, ou ainda, ser ignorante, inculto, retardado.

A respeito da declaração de Wieviorka, podemos verificar a sua veracidade em ocorrências do ano de 2012. Duas campanhas publicitárias foram consideradas inadequadas pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), devido aos conteúdos considerados racistas.



**CAMPANHA DA DULOREN**



**CAMPANHA DA CERVEJA DEVASSA**

Com relação a campanha da Duloren, “o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) decidiu por unanimidade determinar a retirada da campanha "Duloren - Pacificar foi fácil. Quero ver dominar"<sup>7</sup>. A reportagem informa que:

Em decisão de segunda instância, em 31 de julho, após julgar recurso da marca de lingerie, por unanimidade os conselheiros do Conar mantiveram a decisão de maio que recomendava a suspensão da propaganda. O G1 entrou em contato com a Duloren e aguarda sua manifestação.

Segundo o relatório do Conar sobre o recurso impetrado pela Duloren, “numerosos consumidores questionaram anúncio em internet de marca de lingerie que mostra foto de uma jovem negra trajando roupas íntimas e segurando um quepe militar com ar desafiador. Ao fundo, aparece um homem ressonando, com uniforme desabotoado que lembra a farda dos policiais cariocas, tudo ambientado no que sugere ser a laje de uma casa em uma favela carioca”.

Ainda de acordo com o Conar, para os consumidores, a imagem sugeria desrespeito ao trabalho da polícia e também à imagem feminina, além de expressar racismo e machismo.

A respeito da campanha da cerveja “Devassa”<sup>8</sup>, a reportagem informa que “o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) determinou que o grupo responsável pela produção da Devassa altere o polêmico anúncio da cerveja Devassa Negra”. E prossegue explicitando os motivos:

Segundo o órgão, a propaganda continha informações e associações ambíguas de teor racista e sexista. (...) Além de evidenciar o corpo da mulher negra, o conteúdo continha a seguinte frase: “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra. Devassa negra encorpada. Estilo dark ale de alta fermentação. Cremosa com aroma de malte torrado”. O Conar entendeu que

<sup>7</sup> **Conar determina retirada de anúncio de lingerie da Duloren em favela.** Globo.com, 03/10/2012.

Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2012/10/conar-determina-retirada-de-anuncio-de-lingerie-da-duloren-em-favela.html> . Acesso em 03/10/2012.

<sup>8</sup> **Conar: Propaganda de cerveja terá de ser mudada.** Viomundo.com.br, 02/03/2012. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/conar-propaganda-de-cerveja-tera-de-ser-mudada.html> . Acesso em 05/03/2012.

COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA? – SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos





as infrações cometidas pela publicidade estão previstas nos artigos do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

Para o ouvidor da Seppir, Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, houve a propagação de veiculação de uma imagem deturpada da mulher negra. “A frase utilizada na peça associa a imagem de uma mulher negra à cerveja, reforçando o processo de racismo e discriminação a que elas estão submetidas historicamente no Brasil e que é caracterizado, entre outras manifestações, pela veiculação de estereótipos e mitos sobre a sua sexualidade”, considerou.

A invisibilidade de negros em conteúdos midiáticos também é outra ferramenta de manutenção do paradigma racista da mídia brasileira. A exclusão de negros parece querer sugerir que eles devem estar situados em determinados lugares e condições, que não possuem recursos ou possibilidades de ocuparem/possuírem determinados bens/produtos/serviços. A Volkswagen do Brasil, em 2014, faz o lançamento de um novo veículo, o “Up”, e no vídeo promocional<sup>9</sup> não estão presentes entre os potenciais compradores do carro nenhum/a negro/a. Personagens de ficção são elencados como potenciais consumidores, mas os negros do mundo real, não existem (ou não podem) adquirir o veículo. A mídia invisibiliza e subalterniza/inferioriza os negros, de modo sutil, mas poderoso, e exige que se faça uma leitura crítica profunda deste conteúdos racistas veiculados. Kellner (2001, p.123) observa que:

Os produtos da cultura da mídia, portanto, não são entretenimento inocente, mas têm cunho perfeitamente ideológico e vinculam-se à retórica, a lutas, a programas e a ações políticas. Em vista de seu significado político e de seus efeitos políticos, é importante aprender a interpretar a cultura da mídia politicamente a fim de decodificar suas mensagens e efeitos ideológicos. (...) interpretar politicamente a cultura da mídia exige que se amplie a crítica ideológica para abranger a intersecção de sexo, sexualidade, raça e classe, e ver que a ideologia é apresentada na forma de imagens, figuras, códigos genéricos, mitos e aparato técnico de cinema, televisão, música e outros meios, bem como por intermédio de idéias ou posições teóricas.

E as lutas que se travam no campo da mídia brasileira, com relação aos negros e suas demandas, são intensas, e possuem caráter político e ideológico, confirmando a declaração de Kellner. No momento que ações políticas focais são desenvolvidas para reparar/afirmar a identidade negra, ampliar direitos e garantir acesso à espaços e posições de prestígio, a veiculação de discursos contrárias por meio de veículos da mídia, posicionam-se de modo contundente. Exemplo disso é a publicação do jornal “Folha de São Paulo”<sup>10</sup>, em sua versão online, a respeito do sistema de

<sup>9</sup> **Novo Volkswagen Up! Comercial Have Fun.** Volkswagen, 06/02/2014. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vFJsz0pt8FI>. Acesso em 10/02/2014.

<sup>10</sup> **Sistema de Cotas: o que a Folha pensa.** Folha de São Paulo, 01/08/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2014/08/1493905-sistema-de-cotas-o-que-a-folha-pensa.shtml>. Acesso em 03/08/2014.

COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?  
– SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos





cotas raciais. No vídeo a publicação posiciona-se contra o sistema, e no texto que acompanha a postagem declara:

Não deve haver reserva de vagas a partir de critérios raciais, seja na educação, seja no serviço público.

São bem-vindas, porém, experiências baseadas em critérios sociais objetivos, como renda ou escola de origem.

A **Folha** é contra as cotas raciais.

Concordando ou não, siga a **Folha**, porque ela tem suas posições, mas sempre publica opiniões divergentes.

The image shows a screenshot of the Folha de S. Paulo website. At the top, the newspaper's name 'FOLHA DE S. PAULO' is prominently displayed, along with the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL'. Below this, there are navigation menus for various sections like 'Opinião', 'Política', 'Mundo', etc. The main content area features a video player with a play button and a video thumbnail of a young Black woman. To the right of the video player, there is a list of related articles or topics, including 'O que a Folha pensa?' and 'Drogas: o que a Folha pensa?'. On the far right, there is a social media-style post featuring the same young Black woman with the text 'A FOLHA É CONTRA AS COTAS RACIAIS. EU TAMBÉM.' and 'siga a folha'.

Apesar da sinceridade que o texto apresenta, é surpreendente perceber que ao manifestar a “sua opinião”, a Folha sirva-se de uma jovem negra para dizer-se “contra as cotas”. Por que não é uma jovem branca (uma possível prejudicada pela política de cotas) a porta-voz da posição da Folha? Acredito que a intenção seja a de utilizar a imagem de uma jovem negra para “persuadir/confundir” a população negra que deveria ser favorável à política de cotas, insinuando que os negros (e não apenas os brancos) devem também ser contra a política (como a Folha e sua porta-voz). Como bem declarou Kellner, faz-se necessário realizar uma interpretação crítica e política do conteúdo veiculado, e verificar seus efeitos ideológicos e consequências nas relações e práticas cotidianas.

### **Visibilidade, valorização e afirmação; a construção de uma mídia ética e étnica no Brasil.**

A população negra, como historicamente sempre fez, também resiste e luta pela ocupação da mídia, e pela possibilidade de também se fazer presente nos conteúdos



comunicativos e veículos de comunicação. Por meio de estratégias ousadas e persistentes, busca difundir discursos e imagens que afirmem, incluam e disseminem as suas demandas, e tem logrado sucesso em algumas de suas empreitadas. Além de sua criatividade e esforço, a “mídia negra” também conta com importantes aliados nos veículos de comunicação de massa, e consegue, deste modo, reverberar o que lhe diz respeito, rompendo com a invisibilidade e exclusão que é imposta pela “mídia hegemônica”, e com isso, muitas mudanças tem ocorrido. Empresas de porte, de diferentes segmentos, já desenvolvem ações que demonstram uma mudança positiva. Um bom exemplo é a empresa “O Boticário”<sup>11</sup>, que na campanha “dia do homem”, apresenta um homem negro, bem trajado e com imagem afirmativa. Outro exemplo são as lojas “Riachuelo”<sup>12</sup>, que no seu site, na campanha do “dia dos pais”, apresenta a imagem de um pai e um filho negros, também bem trajados e em pose de afeto e alegria.



**DIA DO HOMEM – O BOTICÁRIO**



**DIA DOS PAIS – LOJAS RIACHUELO**

As demandas da população negra também tem recebido um tratamento mais positivo e uma visibilidade que permite a afirmação de seus valores, práticas e demandas. Alguns veículos da mídia impressa possibilitam a elaboração de um discurso que valorize os valores culturais negros (africanos e afro-brasileiros), permitindo romper com uma lógica excludente e racista, promovendo uma ampliação dos laços identitários e permitindo uma maior integração social.

<sup>11</sup> **Dia do homem.** O Boticário, 25/06/2014.

Disponível em: <http://www.cbsp.com.br/site/ultimas/70229/Dia-do-Homem> . Acesso em 03/07/2014

<sup>12</sup> **Dia dos pais.** Lojas Riachuelo, 29/072014.

Disponível em: <http://www.riachuelo.com.br/blog/nas-lojas/dia-dos-pais/4637> Acesso em 02/08/2014

COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?  
– SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos



O jornal “O Dia”, veículo de mídia impressa de grande circulação no Rio de Janeiro, é um dos que tem realizado ações neste sentido. Um dos exemplos foi a reportagem intitulada “O cabelo enrolado que todos querem imitar”, em 19/07/2014<sup>13</sup>. O texto de capa destaca que “o orgulho dos fios crespos subiu à cabeça de famosas e de mulheres negras comuns”. Além de realizar a valorização e fortalecimento da auto-estima das mulheres negras, serviu como resposta (rápida) aos fatos noticiados por outros veículos de mídia (anteriormente citados neste texto, com a atriz Taís Araújo – Revista Contigo, 17/07/2014 - e com a jornalista Lília de Souza – jornal O Globo, 18/07/2014), de cunho negativo para a imagem da população negra.



A necessidade de se inserir num espaço ainda reduzido, o da comunicação de massa, acaba por incentivar o surgimento de publicações direcionadas a um público que se pretende ver cada vez mais incluído e presente socialmente.

O surgimento de revistas dirigidas ao público negro multiplicam-se, dentre as quais podemos citar a revista “Raça Brasil”<sup>14</sup>, que na sua edição de número 1, de setembro de 1996, afirmava:

Raça Brasil nasceu para dar a você, leitor, o orgulho de ser negro. Todo cidadão precisa dessa dose diária de auto-estima: ver-se bonito, a quatro cores, fazendo sucesso, dançando, cantando, consumindo. Vivendo a vida feliz.

<sup>13</sup> **O cabelo enrolado que todos querem imitar.** Jornal O Dia, 19/07/2014. Capa.

<sup>14</sup> **Revista Raça Brasil.** Disponível em: <http://racabrasil.uol.com.br/>



Todos os meses, Raça Brasil vai falar de nossos problemas e apresentar soluções. Vai ajudá-lo a se cuidar melhor, a viver com mais alegria e segurança. Vai também discutir nossa identidade, resgatar nossa herança cultural, e mostrar que a negritude é alegre, rica e linda. Estaremos atentos para negar o preconceito, mas, acima de tudo, queremos afirmar as nossas qualidades.



### Revista Raça Brasil, ano1, número 1

Pereira e Gomes (2001, p.253) já haviam vislumbrado esta situação, quando afirmaram:

O que se observa é a formação de um nicho de publicações voltadas para as questões étnicas, demonstrando a abertura de espaços para a difusão de diferentes discursos. (...) Esse quadro revela mudanças no tratamento das questões étnicas demonstrando que a imprensa negra dialoga com as injunções sociais de seu tempo.

A era digital facilita a produção e difusão de conteúdos que atendam as necessidades da população negra brasileira, e a internet se transforma em uma ferramenta em que se articulam a resistência e a luta contra o racismo. Diferentes iniciativas são desenvolvidas, por diferentes grupos e intenções, que convergem para um objetivo único: a luta contra o racismo e o fortalecimento e valorização identitária da população negra brasileira. Dentre estes grupos e iniciativas podemos destacar a “Afropress”<sup>15</sup>:

A **Afropress** é uma Agência de Notícias on line que trata, especialmente, dos temas de interesse da maioria da população brasileira, que é preta e parda (50,7%), de acordo com o Censo do IBGE 2010.

No ar em tempo real, desde junho de 2007, comprometida com um Jornalismo crítico e independente de partidos e de Governos, a Afropress é a única fonte de notícias no Brasil especializada na produção de conteúdo jornalístico focado nesse tema, que interessa não apenas aos negros, mas ao Brasil, ainda

<sup>15</sup> **Afropress**. Disponível em: <http://www.afropress.com/quemSomos.asp>





profundamente marcado nas relações econômicas, sociais e políticas pela herança perversa de quase 400 anos de escravidão.

Desde que entrou no ar, inicialmente concebida e incubada como projeto da ONG ABC sem Racismo, a Afropress tem se caracterizado, na sua linha editorial, pela recusa a um Jornalismo “chapa branca”. É dirigida e editada pelo jornalista Dojival Vieira e mantém uma equipe de colunistas, colaboradores e correspondentes, não apenas no Brasil, mas também em Nova York e Londres.

O portal “Geledés – Instituto da Mulher Negra”<sup>16</sup>, criado em 30 de abril de 1988, é outra iniciativa importante, que veicula em seu portal variados conteúdos de interesse da população negra brasileira:

O Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

Posiciona-se também contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, tais como: a homofobia, a lesbofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social.

Dessa perspectiva, as áreas de atuação prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa e as políticas públicas.

Em todos esses temas Geledés desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania além de monitorar

e reproduzir nesse Portal o debate público que ocorre sobre cada um deles no país e no mundo.

O “Instituto Mídia Étnica”<sup>17</sup> “é uma organização da sociedade civil que realiza projetos para assegurar o direito humano à comunicação e o uso das ferramentas tecnológicas pelos grupos socialmente excluídos, especialmente a comunidade afro-brasileira”, sendo uma outra iniciativa importante na área de mídia voltada para a população negra. A exclusão dos negros no panorama midiático brasileiro acaba por confirmar o que Kellner (apud Tavares e Freitas, 2010, p. 207) já observara que :

(...) essa mesma mídia, supostamente onipotente em termos de transmissão, presença e controle social, oferece, paradoxalmente, recursos para que os indivíduos possam acatar ou rejeitar os modelos aparentemente dominantes distribuídos para a formação de suas identidades.

Podemos concluir que a comunicação social brasileira, no que se refere aos conteúdos disseminados nos mais diferentes veículos comunicativos a respeito da população negra

<sup>16</sup> **Geledés**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/geledes-o-que-fazemos/>  
COMUNICAÇÃO SOCIAL RACISTA NO BRASIL: CADÊ OS NEGROS QUE ESTÃO POR AÍ E A MÍDIA NÃO VÊ E NÃO MOSTRA?  
– SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos



brasileira, permanece estruturalmente discriminatória, racista e excludente. Entretanto, percebem-se iniciativas que pretendem alterar significativamente esta situação. Novos contra-discursos estão sendo produzidos e veiculados, e já provocam uma transformação perceptível nos modos de interação e fortalecimento da população negra nos mais diferentes espaços e níveis da sociedade brasileira. Espera-se que, em pouco tempo, estas mudanças permitam eliminar a invisibilidade e a exclusão midiática da população negra brasileira, permitindo a esta majoritária parcela da população brasileira uma presença afirmativa também na comunicação social do Brasil. Uma mídia inclusiva, étnica e ética!

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, Sandra. Prefácio. *In*, BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e racismo*. Petrópolis, RJ : DP ET Alii; Brasília, DF : ABPN, 2012, p. 24-31.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane. Apresentação. *In*, BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e racismo*. Petrópolis, RJ : DP ET Alii; Brasília, DF : ABPN, 2012, p. 32-39.
- BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. *In*, BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e racismo*. Petrópolis, RJ : DP ET Alii; Brasília, DF : ABPN, 2012, p. 178-203.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, S.P. : EDUSC, 2001.
- PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. *Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira*. Belo Horizonte : Mazza Edições, Editora PUCMinas, 2001.
- SILVA, Paulo Vinicius da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. *In*, VAN DIJK, Teun (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo : Contexto, 2008, p. 73-117.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*, SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009, p. 73-102.
- SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro : Aeroplano, 2009.
- TAVARES, Júlio César de Souza; FREITAS, Ricardo Oliveira de. Mídia e racismo: colonialidade e resquícios do colonialismo. *In*, MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio (Orgs.). *Racismo: olhares plurais*. Salvador : UFBA, 2010, p. 205-221.

<sup>17</sup> Instituto Mídia Étnica. Disponível em: <http://midiaetnica.ning.com/>





VAN DIJK, Teun A. Introdução. In, VAN DIJK, Teun (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo : Contexto, 2008, p. 11-24.

WIEVIORKA, Michel. *O Racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 129.



## **DIFERENÇA E RECONHECIMENTO: A BUSCA DE UM REFERENCIAL NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS**

SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias da  
*Professora do Curso de Especialização em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena da UNIPAMPA*  
*martasilveira@unipampa.edu.br*

184

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da  
*Professor do Núcleo Interdisciplinar em Extensão e Pesquisa sobre Alimentação e Sociedade*  
*prcs1064@yahoo.com.br*

### **RESUMO**

Este artigo realiza uma crítica metodológica à forma como é trabalhada tradicionalmente a educação para as relações étnicas e raciais, baseadas apenas no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Baseado em duas pesquisas sobre a implantação da Lei Federal 10.639/03, demonstra-se os limites desta estratégia e a potencialidade das vivências culturais como espaços de problematização das diferenças. Ao tirar do ocultamento as diferenças, inicia-se um processo de desvinculação do fenótipo com atributos culturais e morais, retirando as bases do distanciamento e estranhamento entre os diferentes grupos étnicos. Aponta-se a mudança na formação dos educadores de um enfoque orientado para os conteúdos para um enfoque centrado em uma referencia teórico-metodológica.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais – Educação – Lei Federal 10.39/03

### **ABSTRACT**

This article performs a methodological critique about the way that education is traditionally worked for ethnic and racial relations based only on the teaching of African history, african and african-Brazilian culture. Based on two researches on the implementation of the Federal Law 10.639/03, it demonstrates the limits of this strategy and the potential of cultural experiences as spaces for discussion of the differences. When the differences are taken from the hide, begins a process of untying the phenotype with cultural and moral attributes, removing the foundations of detachment and estrangement among different ethnic groups. Points to a change in the training of teachers from a content-oriented approach to an approach centered on a theoretical-methodological reference.

**Key-words:** Ethnic-racial relations - Education - Cultural Diversity - Federal Law 10.39/03 - african-Brazilian culture.



## Introdução

O aprofundamento das políticas de ações afirmativas com corte racial no Brasil neste início de século traz com a Lei Federal 10.639/03<sup>1</sup> novas demandas aos educadores: focar suas práticas pedagógicas no respeito à diversidade, combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. Neste contexto, surge a temática das relações étnicas e raciais como componente fundamental no agir do educador, o que nos remete a uma reflexão sobre os fundamentos destas relações na forma como historicamente foram instituídas e reproduzidas na sociedade contemporânea.

Por trás deste conceito de relações étnicas e raciais está o componente étnico como fator de referência para as relações sociais. Esta referência ancora-se no patrimônio cultural associado a determinadas características, objetivadas no discurso socialmente instituído como um conjunto de valores e práticas sociais, incluindo manifestações artístico-culturais e religiosas consideradas atributos identificadores de uma etnia. Estas referências étnicas subjazem as relações étnicas e raciais, ou seja, atuam como princípio de orientação do agir individual e coletivo.

No caso dos negros e indígenas o atributo étnico está associado ao fenótipo<sup>2</sup>, o que o institui como um marcador da diferença impossível de ser ocultado, gerando uma referência para atitudes de preconceito racial. Através de mecanismos ideológicos, associam-se a um padrão fenotípico (marcador étnico) atributos culturais, um verdadeiro universo simbólico reproduzido histórica e socialmente que desvaloriza estas etnias, as identificando com valores de inferioridade na hierarquia social. Este mecanismo tem origem na forma de discriminação

---

<sup>1</sup> Aprovada pelo Congresso Nacional em 2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais 9.394/06, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas nos níveis fundamental e médio.

<sup>2</sup> Com argumenta-se em SILVEIRA e SILVEIRA (2012), em caso de um cigano, judeu ou um europeu qualquer, esta identificação não é fenotípica, exige conhecer outros identificadores como vestimenta, estilo de fala, crenças, ritos, enfim, comportamentos sociais que serão relacionados a uma determinada etnia e aí sim podem gerar preconceito.

Diferença e Reconhecimento: a Busca de um Referencial na Educação para as Relações Étnicas e Raciais – SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias da; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da.



adotada por uma elite política e econômica, a qual necessita legitimar a marginalização a que submete os negros e indígenas para manter seus privilégios de classe.

Propõe-se que estas relações sejam compreendidas a partir de um processo dialético de reconhecimento-distanciamento-estranhamento entre pessoas de diferentes origens étnicas, pois historicamente o componente étnico tem sido fator de distanciamento entre pessoas e grupos sociais, um gerador de diferenças. Estas diferenças podem ser socialmente transformadas em estranhamento, o que passa a opor um grupo contra outro, explicitando manifestações racistas. No caso brasileiro, a subalternidade diante da história e cultura dominante colocou os afro-brasileiros e indígenas em posição hierarquicamente inferior na estrutura social, gerando distanciamento e estranhamento destes grupos étnicos em relação aos “brancos de origem europeia”. Valores civilizatórios entram em cena, fazendo da diversidade racial historicamente construída um componente da discriminação, das desigualdades de oportunidades e da reprodução do racismo.

A educação não esteve afastada desse processo e, através de práticas discriminatórias e de distanciamento social, tem contribuído para a baixa-estima destes grupos étnicos socialmente marginalizados e os tem despotencializado na construção de sua identidade, ao desvalorizar sua relevância histórica e sua cultura. Busca-se, aqui, apontar alguns elementos para constituir possibilidades de superação deste contexto educacional, visando à construção coletiva de novos parâmetros para uma prática pedagógica compromissada com uma educação para as relações étnicas e raciais de aproximação e de reconhecimento.

A base empírica deste trabalho constitui-se de uma investigação realizada sobre o trabalho desenvolvido junto ao NEAB – UNIPAMPA – Campi de Uruguaiana, onde se analisa os contextos das escolas estaduais do município em relação à implantação da mesma lei; esta pesquisa realizada de 2010 a 2013, envolveu várias etapas: reuniões com gestores e coordenadores pedagógicos da 10ª Coordenadoria Regional de Educação, acompanhamento dos espaços de formação de professores da rede estadual, trabalhos de observação em dez escolas da rede, selecionadas entre aquelas que realizam um programa específico sobre a Lei Federal 10.639/03 e aquelas em que não acontecem ações sistemáticas neste sentido; atividades realizadas pelo NEAB no contexto escolar com a participação de docentes e discentes (atividades de discussão sobre a implantação da Lei Federal 10.639/03, vivências de capoeira,



dança-afro e percussão, produzindo relatórios de observação), realizadas durante dois anos letivos.

Procura-se demonstrar, a partir destas referências, que a questão do reconhecimento do racismo nas práticas pedagógicas cotidianas é negado no discurso de gestores e docentes, sendo as diferenças étnicas e raciais ocultas em seu agir pretensamente igualitário; a alegação da falta de formação e material de apoio é colocada como limites para sua ação, apesar dos recorrentes processos formativos e a disponibilização farta de material, os quais frequentemente não são utilizados.

Pretende-se apresentar de forma preliminar uma construção teórico-metodológica capaz de orientar os processos educativos, propondo-se repensar a abordagem das relações étnico-raciais no contexto escolar do ensino fundamental.

## **2 - A Constatação: as Dificuldades para uma Educação focada nas Relações Étnico-raciais**

Ao olharmos para os dez anos de existência da Lei Federal 10.639/03, percebe-se que as expectativas com sua implantação no sistema educacional brasileiro como importante instrumento de combate ao racismo, encontram-se, em muito, frustradas. A obrigatoriedade da inserção no currículo escolar das temáticas da história e cultura africana e afro-brasileira, apesar dos esforços realizados pelo Conselho Nacional de Educação ao elaborar as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (parecer CNE/01 de 2004), além de um plano interministerial lançado pelo governo brasileiro em 2009 para enfrentar a desigualdade racial e o racismo (PLANAPIR<sup>3</sup>), ainda enfrentam-se limites no cotidiano escolar.

Como várias pesquisas têm demonstrado são inúmeras as dificuldades enfrentadas para que concretamente se afirmem práticas pedagógicas capazes de confrontar o racismo que permeiam as relações sociais e criem-se metodologias efetivas de educação para as relações étnico-raciais, pautadas no respeito à diversidade e na construção de uma sociedade multicultural. Esta sociedade seria caracterizada pela convivência entre diferentes patrimônios culturais sem estabelecermos hierarquias de valor entre as diferentes matrizes culturais que constituem a sociedade brasileira.

---

<sup>3</sup> Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, aprovado pelo Decreto nº 6.872/2009.



São inúmeros os limites para que as escolas possam efetivar práticas capazes de atender ao espírito da lei, o combate ao racismo e a discriminação étnica e racial:

O desinteresse pelas questões étnico-raciais notado em algumas escolas não diz respeito apenas às questões do racismo, da discriminação, do preconceito e do mito da democracia racial. Está relacionado também ao modo como os/as educadores/as lidam com questões mais gerais de ordem política e pedagógica, por exemplo, formas autoritárias de gestão, descompromisso com o público, desestímulo à carreira e à condição do/a docente, bem como visões políticas conservadoras de maneira geral (Gomes e Jesus, 2012, 30).

188

Também se enfatiza neste estudo supra citado, os limites relacionados aos gestores que buscam ocultar a existência da discriminação no espaço escolar e não compreendem a necessidade de transformar as práticas pedagógicas para fazer da diversidade étnico-racial um princípio orientador do trabalho docente. Muitas vezes, tais gestores tendem a mascarar sua inércia com o discurso de que existem projetos na escola com as manifestações artísticas afro-brasileiras e a realização de momentos específicos dedicados à cultura afro-brasileira, como a realização da “semana da consciência negra”. Tais argumentos somente demonstram a descontinuidade e o caráter fragmentário destas iniciativas.

Com base na mesma pesquisa, centrados na região nordeste do Brasil, ressalta-se que

A lógica predominante nas entrevistas e nas conversas informais parece fundamentar-se nos discursos da cordialidade e tolerância ao outro; racismo e a discriminação são temas imediatamente rechaçados, sem qualquer reflexão crítica. “Isto não acontece aqui” parece um bordão repetido pela maioria de gestores/as e professores/as, os quais mascaram para si e para os outros as práticas racistas ainda vigentes na sociedade resguardadas sob o véu do discurso da democracia racial e que, com certeza, de modo mais pontual ou não, aparecem nas conversas e nas respostas às entrevistas (Souza e Pereira, 2013, 60).

Ou seja, continua-se mascarando a desigualdade racial, preferindo-se ressaltar a crença no “mito da democracia racial” e na “convivência harmônica” entre etnias, mas reproduzindo estereótipos que desvalorizam os negros e os colocam em posição hierarquicamente inferior. Neste sentido, é importante destacar exemplos retirados da mesma pesquisa referida acima que, pautados em conhecimentos ditos científicos, reproduzem tal estigma de inferioridade: “Quanto menor a presença de tambores na música, mais qualidade musical. Por isso que a música negra americana é melhor que a musicalidade negra do Brasil, que tem muito uso da percussão” (texto escrito por docente em aula da disciplina de cultura afro-brasileira e africana em escola participante da mesma pesquisa referenciada acima, relatado por SOUZA E PEREIRA, 2013, 55-56).





Tal exemplo demonstra que a falta de uma formação consistente dos educadores é um aspecto fundamental para que as ações realizadas não atinjam os efeitos pretendidos. No caso acima, uma leitura simplificada e descontextualizada de uma compreensão mais ampla dos processos socioculturais acaba por reforçar preconceitos sobre os negros brasileiros e ainda desvalorizar a cultura musical de raiz africana, a qual assume importante relação com a cultura e a religiosidade do povo negro. Mas os problemas não se esgotam na formação dos educadores.

Como demonstra Silveira (2009), em sua tese de doutorado<sup>4</sup>, mesmo quando as iniciativas de formação são frequentes, a falta de um efetivo compromisso dos gestores em fazer do cotidiano da escola um espaço de desconstrução dos mitos que reproduzem as práticas racistas, acaba-se por proporcionar momentos esporádicos de discussão sem decorrências sobre a prática docente. Além disso, a pesquisadora demonstra que o discurso dos professores legitima sua inação, pois afirmam não possuir formação sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, não possuir materiais didáticos adequados e não possuir instrumental metodológico para enfrentar o desafio que traz a Lei Federal 10.639/03. No entanto, se observou em nossa investigação que foram inúmeros os espaços formativos, os materiais didáticos existentes raramente são consultados e nenhum esforço mais sistemático tem resultado em aportes metodológicos que possam introduzir a temática da diversidade étnica e racial na sala de aula.

Para Santana, Luz e Silva (2013, 103-104), outra limitação está na incompreensão da cosmovisão africana, o que dificulta aos educadores adentrar no universo simbólico da cultura de matriz africana, tendo como consequência a sua apropriação de forma fragmentária. Assim, não contribuem para valorizar e compreender aquilo que pretendiam tornar relevante e compreendido.

No entanto, estas limitações nos parecem ter um fundo no não entendimento do sentido que assume uma educação para as relações étnico-raciais e a necessária construção de metodologias capazes de fazer do contexto escolar um espaço de convivência com a

<sup>4</sup> SILVEIRA, Marta I.C. Messias. O Movimento Social Negro: da contestação às políticas de ações afirmativas e a implicação para a aplicação da Lei Federal 10.639/03 – o caso da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria - RS. Salvador, FAGED/UFBA, 2009, Tese de Doutorado.



diversidade étnico-racial. Neste sentido, entendemos que ressaltar as diferenças como histórica e socialmente foram instituídas, seu mecanismo de reprodução e de sua transformação em comportamentos de afastamento e exclusão, poderá ser um caminho profícuo na busca de uma educação para o combate das desigualdades raciais e o racismo. Pois, desta forma, desvinculam-se valores e características culturais de uma condição fenotípica fundada em pressupostos genéticos e se desconstrói a falsa igualdade histórico-social entre brancos e negros, utilizada como mascaramento da desigualdade racial de fato observada no Brasil.

### **3- O Desafio: a Educação para as Relações Étnico-raciais no Brasil**

Nas ações desenvolvidas nas escolas da rede estadual de Uruguaiana, foram propostos espaços de vivência sobre a capoeira, percussão e dança-afro como estratégias de aproximação com o universo destes jovens da periferia, constituindo-se de espaços de ludicidade, de troca de experiências e encontro com a matriz cultural africana e afro-brasileira. Certamente, para os meninos e meninas negros representa uma forma de resgate de sua autoestima, o que se observou no decorrer do projeto. Mas, deve-se ressaltar aqui, um ponto fundamental para a abordagem que realizamos neste artigo: participaram das atividades jovens brancos (reconhecidos como tal) e a percepção da equipe de pesquisa foi que estes também se identificam com estas manifestações culturais, podendo através deste espaço aprender sobre a história e cultura africana e afro-brasileira e, assim, valorizar o patrimônio cultural do povo negro de importância facilmente identificada no contexto brasileiro.

No entanto, percebe-se que os estereótipos em relação aos negros estão presentes no imaginário social<sup>5</sup> e a associação de atributos morais com a pertença a um segmento étnico-racial orientam as ações cotidianas de alunos e professores. Se valorizar a história e a cultura afro-brasileira tem uma contribuição evidente para aumentar a autoestima de jovens negros, não se pode dizer o mesmo da capacidade de provocar mudanças nas relações de sociabilidade no espaço escolar e fora dele, onde se continua reproduzindo a discriminação racial. Mesmo o projeto de ação junto as escolas da rede estadual de Uruguaiana ter proposto ações de formação junto aos professores para que incorporassem em suas práticas pedagógicas a dimensão étnico-racial, os avanços foram limitados.

---

<sup>5</sup> Adiante, denominaremos de universo simbólico, estes elementos não-problematizados no agir cotidiano que estão “as costas” dos processos de sociabilidade, onde se ancoram os estereótipos que levam a discriminação racial.



Sem a pretensão de concluir sobre uma experiência que tem como ponto forte a formação de futuros profissionais, pois envolve os discentes universitários dos cursos de licenciatura, principalmente da Educação Física, apontaremos minimamente alguns elementos que podem ajudar a contribuir na reflexão que aqui desenvolvemos:

- Percebe-se que os docentes e gestores, de forma hegemônica, assumem um comportamento de ocultar as diferenças étnico-raciais, silenciando sobre atitudes racistas<sup>6</sup>, mantendo um discurso de que todos são tratados como iguais no espaço escolar. Assim, ao não dar vazão as diferenças étnico-raciais, perde-se a oportunidade de problematizá-las e superar o distanciamento que elas provocam, além de assumir-se uma postura passiva diante dos comportamentos de discriminação que acometem as crianças negras;

- No convívio com o cotidiano escolar se percebe que existem manifestações de discriminação racial nas brincadeiras entre alunos e na sociabilidade desenvolvida entre estes e professores, mas estas aparecem como algo normal, subsumidas em práticas instituídas culturalmente, comportamentos irrefletidos, ou seja, não produzidos intencionalmente. Este racismo institucionalizado nas práticas sociais permeia as relações no espaço escolar e não pode ser superado, apenas, com a valorização da cultura afro brasileira;

- As manifestações artísticas e culturais, de origem afro brasileira, muitas vezes, são consideradas pelos gestores, professores e estudantes, como admiráveis, bonitas, impressionantes pela técnica ou manifestação de corporeidade que representam, até por que fazem parte do universo cultural brasileiro, vivenciado por pessoas de várias etnias. Exemplo disso é o carnaval e a apreciação do samba como estilo musical, normalmente apresentado como desvinculado da cultura afro-brasileira, mesmo por que se trata de manifestações apropriadas pela cultura hegemônica, descaracterizando-as como ritual da cultura de matriz africana.

No entanto, cabe refletir se o conhecimento dessas manifestações culturais e o respeito que trazem ao universo cultural negro tem poder de destituir toda uma referência pejorativa em relação aos descendentes de africanos reproduzida historicamente no Brasil. É verdade que

---

<sup>6</sup> Atitudes que se reproduzem no cotidiano de forma subliminar, como nas brincadeiras, apelidos e nas expressões populares (“isto é coisa de negro”; “os negros são assim”,...), são tidas como válidas e repetidas frequentemente nas falas dos alunos e professores.



admitir a diferença pode ser um começo, mas para poder interferir nas relações étnico-raciais necessita-se desvincular estas diferenças de valores moralmente depreciativos.

- Na formação dos estudantes, as iniciativas de proporcionar espaços de reflexão sobre a desigualdade racial e os mecanismos de reprodução do racismo no espaço escolar pode ter uma contribuição relevante. Mas temos claro que para a formação dos professores precisamos adentrar na dimensão metodológica de suas práticas pedagógicas, o que exigiria um trabalho de formação continuada e de repensar o projeto pedagógico da escola, não deixando a cargo do professor decidir como trabalhar a temática da diversidade étnica e racial.

Para ancorar a crítica que se pretende realizar aos pressupostos convencionais da educação para as relações étnico-raciais, propomos uma reflexão sobre a ótica das ciências Humanas sobre seus fundamentos.

#### **4- A Reflexão: Alguns Apontamentos Teóricos sobre as Relações Étnico-raciais**

Cabe trazeremos ao debate a importante contribuição das ciências humanas contemporâneas: a desvinculação entre conformação gênica e atributos relativos a comportamentos sociais, a qual impossibilita sustentar as antigas teorias racistas que atribuíam superioridade a determinadas etnias (era comum o uso de raças como definidas a partir de pressupostas diferenças genéticas) em aspectos de ordem moral.

Trata-se de analisar criticamente os processos sociais de exclusão e suas legitimações. Como analisa Bauman (1998), trazendo como exemplo o caso da solução final do nazismo, tratava-se de combater os impuros, aqueles que sujavam o ambiente, ameaçavam a harmonia, ou seja, representavam a impureza. Zygmunt Bauman utiliza como referência os estudos de Michel Foucault sobre a criação de instituições para eliminar do convívio social aqueles que apresentem comportamentos considerados anômalos diante das regras sociais válidas em determinado momento histórico, vistos como os estranhos a serem combatidos (caso dos manicômios e das prisões), para apontar que a preocupação com a manutenção da ordem e da pureza tem uma longa história que se confunde com o alvorecer da era moderna. Substituiu-se a perseguição aos hereges, comum na Idade Média durante a “Santa Inquisição”, pelo esforço em identificar os desviantes da ordem social estabelecida.

Resgatando os estudos da Antropóloga Mary Douglas, Baumam lembra que para esta autora,

o interesse pela pureza e a obsessão com a luta contra a sujeira emergem como características universais dos seres humanos: os modelos de pureza, os



padrões a serem conservados mudam de uma época para outra, de uma cultura para a outra – mas cada época e cada cultura tem um certo modelo de pureza e um certo padrão ideal a serem mantidos intactos e incólumes às disparidades (Bauman, 1998,16).

E lembra o autor, a busca da pureza está entranhada na nossa forma de agir: “varrer o assoalho e estigmatizar os traidores ou expulsar os estranhos parecem provir do mesmo motivo de preservação da ordem, de tornar ou conservar o ambiente compreensível e propício à ação sensata” (Bauman, 1998, 16). Ora, facilmente se percebe a presença desta preocupação em preservar a pureza na contemporaneidade. Nas sociedades fiéis ao islamismo, o estado islâmico mostra-se intolerante com os estranhos, àqueles que não comungam os valores e princípios do islã. Em Israel, segmentos religiosos radicais defendem a guerra de extermínio aos palestinos, pois estes representam os estranhos que ameaçam a Terra Santa.

E é importante lembrar que nas décadas de 1950 e 1960 nos E.U.A., no período que ganha força o movimento em prol dos direitos civis, ainda havia a chancela social e jurídica para um regime de segregação racial, a qual diferenciava os direitos entre brancos e negros. Não se pode deixar de citar o mais conhecido e mais abominável regime de segregação racial, vivenciado em pleno século XX, o *Apartheid* na África do Sul, onde em um país de maioria esmagadora de população negra, os negros são submetidos à opressão e à ausência de direitos básicos, como de ir e vir, acesso aos serviços públicos e exercício dos direitos políticos. Em todos estes casos, o que legitima estas situações de dominação e exclusão é a diferença étnico-racial associada a uma pressuposta superioridade dos brancos de ordem cultural e moral.

Deve-se analisar mais profundamente este comportamento social em relação àqueles que se apresentam como estranhos, representando a insegurança causada pelas diferenças entre grupos sociais, marcadas por características culturais e religiosas, do ponto de vista dos grupos que detém o poder político e exercem uma dominação econômica, social e cultural. No Brasil, os negros aos serem declarados livres da escravidão, deixam um lugar em que estavam inexoravelmente distanciados socialmente (pois em estado de cativo, considerados não cidadãos), impossibilitados de misturar-se e ameaçar a ordem estabelecida que garantia diferentes direitos a brancos, negros, indígenas e mestiços. Ao deixarem a condição de cativos, ao circular nos diferentes espaços sociais passam a misturar-se e ameaçar a ordem vigente, tornam-se os estranhos que chegam para contestar o estabelecido, buscando compartilhar o que lhes é negado.



Esta ameaça dos estranhos pode ser visualizada na perseguição a capoeira e aos terreiros de matriz africana, também as rodas de samba, ocorrida até os anos 1960, espaços em que os estranhos se manifestam e geram desconforto ao contrapor os padrões vigentes. A cultura e a religião de matriz africana confrontam os valores da sociedade brasileira do ponto de vista da cultura branca europeia e suas estruturas de dominação político-cultural. Todo um universo simbólico é colocado em cheque, e com ele a própria dominação que busca legitimar.

Do ponto de vista da ideologia do branqueamento vigente no final do século XIX, a pureza racial dos imigrantes europeus iria superar a impureza representada pelo sangue africano e indígena que havia se espalhado na população brasileira. E a atribuição de valorização moral superior aos brancos institui culturalmente uma preocupação com os “impuros”.

Tal perspectiva exige uma legitimação social, um universo simbólico na definição de Berger e Lukmann (1997), que atribua a uns grupos sociais o valor de pureza e a outros de impureza, onde a etnia no Brasil ocupa uma posição de destaque nesta clivagem. Deste modo, fornece-se densidade moral a definição de alguns grupos como estranhos a serem vigiados, já que inevitavelmente devem ser tolerados no convívio social. Neste sentido, que operam as formas institucionalizadas de controle e vigilância permanente sobre os negros, o que se percebe com nitidez na ação da polícia e de vigilantes em geral<sup>7</sup>.

Se lembrarmos dos ensinamentos de Alfred Schütz, considerado o criador da Fenomenologia como perspectiva de compreensão social, existe um “fundo de conhecimentos a mão” que são mobilizados para atender às necessidades cotidianas, conhecimentos estes tacitamente aceitos e não mais problematizados pelos atores sociais. Desta forma, existem elementos desse universo simbólico que legitimam as ações sociais que passam como evidentes e, deste modo, não são passíveis de reflexão. Com base nesta perspectiva, Bauman (1998) acentua que os humanos tomam como mecanismo necessário de segurança esta evidência não problematizada, pois ela permite sem sobressaltos a “plausibilidade da vida cotidiana” nas palavras de Berger e Luckman (1997).

Sobre estas evidências necessárias, pode-se afirmar:

---

<sup>7</sup> É de conhecimento comum que em espaços como supermercados ou shopping-centers os cidadãos negros são observados pelos sistemas de vigilância como suspeitos a serem “monitorados”. O mesmo mecanismo que se percebe no cotidiano da população negra em relação à ação de guardas municipais e as polícias em geral.





“para a maior parte das coisas que faço, e para todas que faço rotineiramente, elas oferecem um guia suficiente e de confiança. Elas têm todo o aspecto de uma suficiente coerência, clareza e solidez para dar a qualquer pessoa uma oportunidade razoável de compreender e ser compreendida” (Bauman, 1998, 18).

E a preservação destas evidências leva a necessidade de silenciar os estranhos, evitando a criação de insegurança.

Essa despreocupada situação só pode existir desde que ninguém ao redor comece a colocá-las em dúvida, pergunte sobre seus fundamentos e razão, ressalte as discrepâncias, exponha a sua arbitrariedade. É por isso que a chegada de um estranho tem o impacto de terremoto...o estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a vida diária (Bauman, 1998, 19).

O estranho por não compartilhar as convenções consensualmente aceitas, cria uma situação em que a diferença deve ser combatida. Este é o fundamento sociológico que explica por que a diferença não é tolerada e faz que os estranhos sejam combatidos<sup>8</sup>. No contexto escolar, onde é comum a minoria de alunos negros (em especial no sul do país), a diferença é silenciada. E poderia ser dito que ao buscar preservar uma ordem sem que os estranhos possam questioná-la, o mecanismo de desvalorização do estranho é acionado como forma de deslegitimá-lo, pois se inferiorizado não pode aparecer como modelo para mudança. A manutenção de um discurso de manutenção de uma igualdade somente idealizada, a qual na prática não ocorre, tem servido para ocultar a presença do estranho. Poder-se-ia dizer que não dar voz ao estranho é um mecanismo de anulação de sua influência.

Este processo, em nossa perspectiva, precisa ser superado com o resgate das diferenças do ocultamento em que costumam permanecer, trazendo-as a tona como elemento necessário para que os negros (e outros grupos sociais que colocam em perigo a sensação de normalidade social) não se tornem estranhos a serem combatidos, o que impede a convivência com a diversidade. O estranhamento trazido pelo distanciamento entre as etnias pode ser superado pelo reconhecimento da diferença cultural como componente importante em uma sociedade multicultural, mas exige o questionamento da produção do distanciamento e isto, como já dissemos anteriormente, tem motivação na associação do negro com atributos negativos, parte de um universo simbólico que se reproduz historicamente no Brasil.

<sup>8</sup> Esta intolerância com as diferenças é vista hoje em vários casos de discriminação social como a perseguição aos homossexuais, aos negros e judeus pelos movimentos neonazistas, por exemplo.



Assim, como implicação metodológica, devemos buscar estratégias pedagógicas em que as diferenças étnicas e raciais sejam problematizadas como produzidas histórica e socialmente, propondo a aproximação entre os diferentes para reconhecimento mútuo e desmitificando a hierarquia entre diferentes culturas. Neste sentido, a história e a cultura africana e afro brasileira passam a ser apenas um elemento importante para compreensão da origem das diferenças, mas não suficiente para superação do distanciamento, produzidas por essas.

### **5 - A Proposição: Implicações Metodológicas para pensar a Educação para as Relações Étnico-raciais**

Nosso argumento de que a intransitividade entre universos simbólicos diferentes leva a impossibilidade de compreensão da gênese histórico-social destas diferenças e que reproduz a manutenção das diferenças como motivação do distanciamento e do estranhamento, exige um pensar metodológico que vai além do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no contexto escolar. Mesmo reconhecendo a importância de resgatar conteúdos esquecidos em nosso sistema de ensino, entendemos que tais ações são insuficientes para atender a expectativa de uma educação etnicorracial coerente com o espírito da Lei Federal 10639/03, o que é corroborado por outros pesquisadores.

Muitas vezes, a implementação [da Lei Federal 10.639/03] é pensada como inclusão apenas de conteúdos históricos, literários, sociológicos, ou seja, é um problema de ausência de conteúdos específicos da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Contudo, a ausência diz respeito a algo maior, a um modo de ser e estar no mundo. Essa ausência coloca o desafio de repensarmos a instituição escolar em profundidade (Santana, Luz e Silva, 2012).

Para estes pesquisadores trata-se de fazer com que o espaço escolar reconheça um modo de ser afro-brasileiro, o qual não encontra guarida em um universo simbólico cultivado pelos colonizadores portugueses, elo com a chamada civilização ocidental. O universo simbólico de matriz africana parte de “uma unidade indissociável, organicamente estabelecida entre religiosidade, gastronomia, musicalidade e corporeidade” (Santana, Luz e Silva, 2012).

Ora, esta organicidade não pode ser fragmentada em uma interpretação da história e cultura africana ou afro-brasileira que não articule esta ritualidade como base na cosmovisão africana. Somente a vivência das manifestações culturais negras poderá rearticular as diversas partes de um universo simbólico que foram sendo afastadas pela apropriação de que foram vítimas na sua inserção em outro universo simbólico. Assim, as apresentações de arte inspirada



na cultura de matriz africana necessitam de um sentido atribuído pelo seu lugar em um universo simbólico tributário da cosmovisão africana.

Neste sentido, afirma Muniz Sodré de forma precisa: “A força de conviver com a diversidade e integrar as diferenças sem perder o horizonte da matriz simbólica originária é a principal característica do jogo negro” (SODRÉ, 1988, p. 130).

Trata-se aqui de proporcionar o diálogo entre as diferentes matrizes culturais sem estigmatizar as diferenças como estranhezas a serem refutadas, pois inaceitáveis diante de determinadas concepções morais e religiosas. Para Santana, Luz e Silva (2012):

Apontamos a necessidade de aprofundarmos a discussão em torno de perspectivas pedagógicas que contribuam com a formulação de projetos formativos que efetivamente possibilitem o diálogo e o trânsito entre as diferentes matrizes culturais brasileiras. Esse diálogo poderá ocorrer sugestivamente a partir de uma perspectiva que redesenhe a maneira de perceber e de interagir, nos diferentes espaços educativos. Esses processos formativos mais abertos e criativos devem incorporar a diversidade biossociocultural enquanto um princípio orientador de políticas formativas e curriculares.

Neste sentido, tratando-se da diversidade biossociocultural, incluímos nesta reflexão o conceito de corporeidade, para o qual os corpos-sujeitos são territórios de tensões, de mutações, de movimentos de espaços, de consensos e de conflitos, de fronteiras fruídas, de estabelecimentos de relações de dor e prazer, alegrias e tristezas, conquistas e frustrações, processo sem fim (Gomes et all, 2009).

Para os mesmos autores, os corpos-sujeitos são as encarnações de nossas corporeidades, são as materialidades corpóreas imbricadas por histórias que são singulares e plurais inscritas por acontecimentos, experiências e vivências individuais, mas também coletivas, com as quais nos construímos praticantes do mundo, sempre a partir de múltiplas redes de conhecimentos e significações nas quais circulamos em nossas vidas cotidianas. Para eles deve-se usar sempre “corporeidades” no plural.

Partimos do pressuposto que existem diferentes formas de linguagens artísticas, entre elas, as citadas anteriormente. Sendo assim, buscamos a partir da cultura corporal compreender os condicionantes históricos de uma sociedade dividida em classes que se estrutura com base em diferenças raciais para manter as relações de poder. Compreendendo cultura corporal como sendo a materialidade corpórea, a qual foi historicamente construída, sendo resultado de



conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade, os quais necessitam ser resgatados e, de forma crítica, transmitidos para nossos pares (Coletivo de Autores, 1992:26).

É nesta construção que a cultura se coloca como potencializadora do movimento de resistência que coletivamente buscamos manter e no qual as manifestações artísticas e culturais negras se movimentam e se corporificam na conformação de diversas linguagens, e para que se vivenciem estas diferentes formas de linguagem, elas precisam ser permitidas a partir de espaços de socialização e compreensão do sentido e significado das mesmas.

Ainda nos resta dizer que a criação de espaços abertos e criativos, exige a abertura das escolas para projetos que tragam mudanças significativas no agir pedagógico. Necessita-se criar espaços de produção cultural a partir das experiências pregressas dos estudantes e docentes, envolvendo os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros das Universidades, os grupos musicais, as danças, o teatro e a capoeira (representantes da arte negra) e representantes do Movimento Social Negro para que façam das suas manifestações artísticas e culturais de matriz africana, um patrimônio cultural imaterial a ser resgatado no cotidiano escolar. Estes espaços podem e devem transcender os muros escolares, permitindo que a vivência da diversidade seja um elemento do processo de aprendizagem.

Trata-se de uma forma concreta de diálogo que rompe com a postura pedagógica do professor como único detentor do conhecimento, quando sua forma de acesso ao conhecimento é orientada pela lógica científica e existem outras formas de conhecimento, entre elas as que nos são oferecidas por meio da cultura popular e que precisam ser valorizadas. Claro que nesta perspectiva, a estratégia de formação para a educação para as relações étnico-raciais afasta-se dos cursos para professores, debates e produção de material didático que os preparariam para agir em sala de aula. Não se trata de mudar o professor para mudar a escola, mas mudar a escola para que esta permita que educadores e educandos mudem.

## **6- Algumas Considerações Necessárias**

Pensar a educação para as relações étnico-raciais como instrumento de superação do racismo exige compreender a diversidade em sua gênese histórico-social e desmitificar a associação entre etnias e valores culturais e morais, a qual ideologicamente reforça as relações de poder e de dominação que marginalizam negros e indígenas. A diferença historicamente



tratada como fator de distanciamento ou até de estranhamento entre etnias, deve ser problematizada no contexto escolar e não ocultada pelo discurso da igualdade formal.

Assim, negamos a possibilidade que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana desconectado da visão de mundo que lhe dá sentido possa contribuir na educação anti-racismo, advogando-se pela necessidade de trazer as vivências das manifestações artístico-culturais negras para a cena escolar. Assume-se que tais vivências relacionam-se com poderoso mecanismo de reconhecimento identitário da negritude, onde assume relevância o desenvolvimento da cultura corporal vista como libertação biossociocultural. Estas vivências são espaços de fortalecimento da identidade negra, mas também de reflexão sobre a presença da cultura de matriz africana na sociedade brasileira. Ao se reconhecerem como diferentes negros e não negros podem compreender tais diferenças, sua origem histórica e cultural, aproximando-se e não se distanciando, pois tais diferenças não são mais associadas a posições hierárquicas na estrutura social e nem assumem dimensão moral.

Propõe-se que os educadores devam assumir as diferenças e não ocultá-las, prática hoje dominante, pois aliada ao medo de explicitá-las e ter que reconhecer que existe racismo e que, o contexto escolar como um micro universo social, o reproduz em suas formas de ação cotidianas. Preparar educadores para tal desafio que aqui anunciamos, exige mais do que uma formação baseada em conteúdos, mas necessita-se convencê-lo de que a tolerância e a solidariedade são os princípios de uma educação anti-racista. Se o universo cultural do negro não for tratado com equidade, continuará marginalizado e condenará os negros à marginalidade social e cultural.

### **Referências Bibliográficas**

- BAUMANN, Z. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1998.
- COLETIVO DE AUTORES, *Metodologia de Ensino de Educação Física*, Petrópolis-RJ, Vozes, 1992.
- GOMES, N.L. e JESUS, R.E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa; In: SILVA, Paulo V.B. da., GOMES, Nilma Lino e ARAUJO, Débora C. (Orgs.) *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 19910.639/2003*. SECADI-MEC, 2009.
- GOMES, N.L. e outros. *Identidades e Corporeidades Negras: uma Experiência com Formação de Professores(as) para diversidade étnico-racial*. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2009.
- SANTANA, M.M., LUZ, I.M. e SILVA, A.M. Dilemas e aporias subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003; In: SILVA, Paulo V.B. da., GOMES, Nilma Lino e ARAUJO, Débora C. (Orgs.) *Práticas*



*pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003.* SECADI-MEC, 2009.

SILVEIRA, M.I.C.M. da, TIER. C. G. Manifestações artísticas e culturais negras; a dança afro no espaço do Ensino Superior; In: SILVA, Fabiane. F. e MELLO, Elena. B. (orgs.). *Corpos, Gêneros, Sexualidade e relações étnico-raciais na educação* [recurso eletrônico], Uruguaiana, RS: Unipampa, 2011.

SILVEIRA, M.I.C.M. da, SILVEIRA, P.R.C. da. As relações étnico-raciais e a diversidade cultural: implicações para a Educação; Em: SILVA, F.F. e FREITAS, D.P.S. de. *II Seminário Corpos, Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-raciais na Educação*, Uruguaiana, UNIPAMPA, 2012, disponível em <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/>

SOUZA, F. da S. e PEREIRA, L.M. de S. Implementação da Lei Federal 10.639/2003: mapeando embates e percalços; In: SILVA, Paulo V.B. da. , GOMES, Nilma Lino e ARAUJO, Débora C. (Orgs.) *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003.* SECADI-MEC, 2009.





## A PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

BAPTISTA, Ronaldo Pimentel

Mestre pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS -

NEAB-CEFET-RJ

pimentel.ronaldo80@gmail.com

201

### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os possíveis processos de exclusão via raça, classe e gênero e perceber como isso se manifesta na produção das diferenças sociais no mercado de trabalho no Brasil. Utiliza como base para essa compreensão uma matéria veiculada no Jornal O Globo em 19/08/2013, cujo título é “**Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados**”. A discussão se dá a partir de autores/as que discutem as categorias raça, classe e gênero como produtoras de hierarquias na estrutura social.

**PALAVRAS-CHAVES:** Raça; Gênero; Mercado de trabalho

### ABSTRACT:

This article aims to present a reflection about possible processes of exclusion by races, class and genre and understand how this is expressed in the social differences in the job market in Brazil. Uses as a reference to its perception an article published at O Globo Newspaper in 08/19/2013, whose title is “**work’s Exclusion: Women and black people stay for more time unemployed**”. The discussion is evidenced since authors which reflects race, class and genre as leads of hierarchies in social structure.

**KEY-WORDS:** Race; Genre; Market job



## INTRODUÇÃO

Os processos diversos de discriminação que atravessam os/as sujeitos/as nas estruturas sociais são responsáveis por compor um processo de exclusão perene que faz com que alguns grupos sejam hierarquizados em todos os contextos sociais.

Entre esses processos discriminatórios estão o racismo e o sexismo, “que são vivenciados cotidianamente por grande parte da população brasileira, justamente em uma sociedade que se conclama democrática, mas que não se materializa como igualitária para diversos de seus segmentos” (LOPES, 2013, p. 16).

É perceptível assim, que as relações sociais no Brasil continuam se desenvolvendo a partir de um constructo estrutural racista e machista, que em última instância permanece discriminando e preterindo as mulheres negras em detrimento das mulheres brancas e de homens.

Apesar das nuances ideológicas que ainda habitam parte significativa do imaginário social coletivo brasileiro, e de ainda serem apregoadas numa perspectiva racial democrática, as engrenagens que movem a dinâmica da sociedade, explicitam a gritante contradição em relação àquilo que é propalado pela inventiva ideológica da democracia racial brasileira.

Entre os diversos eixos de subordinação a que estão inseridos grupos que são alijados do processo democrático do país, podemos destacar alguns níveis de hierarquização das relações sociais no Brasil. É possível observar as várias formas de discriminação racial, social e gênero ainda nos contextos contemporâneos.

Fazendo um recorte mais preciso sobre as questões de gênero e raça, podemos perceber as mulheres negras como um segmento que vivencia diversos eixos de discriminação. Nesse sentido, tanto a experiência de ser mulher como a de ser negra constituem marcações que colocam esse segmento em posições hierárquicas desfavoráveis na pirâmide social do país.

Autoras como Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Luiza Bairros problematizam o lugar social da mulher negra na sociedade brasileira e apontam direcionamentos que definem as mulheres negras como construtoras de sua história e



detentoras de estratégias que pretendem amortecer ou diluir os efeitos do racismo e sexismo em nossa sociedade. Essas autoras ajudam a pensar os contornos que emergem em torno dos conceitos de mulher negra e feminismo negro além de situarem suas escritas num campo de discussão teórico-militante cujo intuito é construir um espaço acadêmico-político que viabilize acesso aos direitos às mulheres negras.

Nesse sentido, faz-se importante refletir sobre os diversos campos em que é possível observar os efeitos do racismo e do machismo na sociedade brasileira, compreendendo assim as nuances que estão imbricadas nesse processo.

Em virtude disto e com o objetivo de ilustrar o arcabouço argumentativo e teórico que desenvolveremos ao longo do referido artigo, pautaremos nossas reflexões e ponderações tendo como base a matéria jornalística que tem como título “*Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados*”. A referida matéria que se encontra no anexo do artigo, foi publicada no Jornal O Globo em 19/08/2013.

O próprio título da matéria nos dá elementos pra refletir sobre as hierarquias de exclusão presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, a partir do conteúdo exposto na matéria do “Jornal O Globo” podemos pensar essas peculiaridades que circundam as estruturas sociais no Brasil.

Para compor o presente artigo, faremos uma breve discussão sobre as questões que demarcam os processos de hierarquização no contexto brasileiro, analisando desse modo a classe, a raça e o gênero como fatores marcantes nesses processos de exclusão.

Em seguida será feita uma breve análise da matéria aqui citada para identificação de possíveis processos de exclusão via raça, classe e gênero e como isso se manifesta no mercado de trabalho como reflexo da produção das diferenças sociais no Brasil. Por fim apresento algumas considerações que encerram o presente artigo.

## **2 PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS: CLASSE, RAÇA E GÊNERO**

Pensar as diversas formas de marcações identitárias que produzem hierarquizações na nossa sociedade é uma tarefa desafiadora, tendo em vista que



consiste num campo complexo de distintas formas de produção de diferenças e diferenciações.

De acordo com Aguiar (2007), as hierarquias sociais estão presentes nos temas mais variados no cerne dos estudos das Ciências Sociais. Segundo o autor, “no Brasil, a questão do preconceito e da discriminação, estão implicados na associação entre a raça e classe” (AGUIAR, 2007, p. 83).

O autor faz uma discussão sobre o conceito de classe e acrescenta elementos, que no Brasil, são composições inevitáveis na produção de hierarquia social. Reflete

Que no caso brasileiro nossa noção nativa de cor pode mudar. A raça ou a cor funciona como um critério relevante no preenchimento de posições na estrutura de classes. Nesse sentido, a raça funciona como um mecanismo adscritivo de criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e outros setores da vida social. (AGUIAR, 2007, p. 84).

Podemos observar segundo a perspectiva do autor que a relação entre o critério de classificação das pessoas pela cor da pele está intimamente relacionado, no Brasil, à divisão das classes sociais, ou seja, “pode-se afirmar que a pobreza tem cor no Brasil” (AGUIAR, 2007, p. 84).

Entendemos que o racismo está sobremaneira ligado as questões de posições de classe, contudo é visível que ele atravessa todas as classes e as nuances das estruturas sociais no país. É necessário compreender que olhar somente para problematização das classes sociais que são atravessadas pelo racismo não é suficiente pra percebermos os processos de hierarquização da nossa sociedade.

Assim, cabe refletir a partir de Stuart Hall quando menciona que,

A categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2009, p. 66).

É possível analisar que mesmo a categoria raça sendo uma construção sócio-histórica está disseminada na nossa construção cultural e estabelece discursos que



produzem o racismo. Refletindo sobre tal conceito é possível ainda, discorrer sobre o mesmo, já que é importante pensa-lo para problematizar o modo como às pessoas são socialmente racializadas nas práticas sociais em que vivem. Munanga (2006) embasa a discussão, quando ressalta que,

O conceito de raça, tal qual empregado hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias ele esconde algo não proclamado: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, naturalizada é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, 2006, p. 27).

A partir dessa reflexão esboçada por Munanga entendemos que do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça em uma sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência.

Nesse sentido, em outras margens, porém, não desvincilhadas das questões de classe o gênero é também uma das dimensões fundamentais na construção das hierarquias sociais (AGRUIAR, 2007). Sob essa perspectiva, as discussões a cerca do gênero nos orientam para um caminho possível na compreensão e na tentativa de diluição das hierarquias sociais.

Essas questões entram em cena com mais ênfase, na conjuntura do século XX, com os chamados Novos Movimentos Sociais pós década de 1970, que se tornam cada vez mais especializados e complexos, refletindo de forma mais densa uma semântica em torno de reivindicações pelo direito às diferenças e ao reconhecimento. Nesse sentido, Gohn (1997), destaca que,

Chegamos, portanto aos anos 80 com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais basicamente alterado. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na



África, e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática dos antagonismos entre as classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizados das lutas sociais. O desenvolvimento do novo cenário passou pela revolta dos negros no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação da problemática de gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares; assim como pela constituição do movimento dos “pobladores” ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha (GOHN, 1997, p. 333).

Dessa forma, são questionados, junto com os feminismos diversas estruturas e práticas sociais vigentes no modelo hegemônico. Esses movimentos,

Acabam por questionar as categorias fundamentais da ciência, teorias metodologias ocidentais. Para essas autoras há uma necessidade de mudança do paradigma marxista para o pensamento feminista. O que seria chamado indivíduo portador da razão e que busca a liberdade? Será que ele possui gênero, cor e etc.? Será que tais diferenças têm alguma atuação na formação do seu eu e da sua posição social? (AGUIAR, 2007, p. 85).

Essas indagações colocam em cheque além do discurso hegemônico os lugares e papéis sociais a que são colocados homens e mulheres na sociedade. Aguiar (2007) reflete em seu texto sobre o percurso que o feminismo percorre em se propor a questionar o padrão machista e a naturalização do sexo como fator predominante para classificação dos gêneros. No entanto, podemos refletir como os marcadores de raça e gênero produzem processo de exclusão nas sociedades.

## **2.1 Raça e Gênero como marcadores que produzem exclusão**

Se as identidades de gênero e raça são construídas e vividas, se comportando também como princípios estruturantes da vida humana (MOORE, 2000), discutir tais categorias dentro de determinados contextos, é importante para compreensão de como estes produzem reflexos nos sistemas sociais.

Judith Butler (2012) reconhece que o gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente - raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e





culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma também que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos. Assim, tanto a perspectiva de gênero como a de raça são marcações que atravessam os sujeitos históricos.

A partir dessa discussão é possível compreender os processos de exclusão produzidos na sociedade brasileira, por exemplo, a partir da discriminação através do racismo ou machismo. Nesse sentido, Avtar Brah (2006) menciona que a racialização do gênero ainda faz da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença “racial” enfatizando também diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero” e “classe”.

Podemos destacar nessa reflexão as mulheres negras, que sofrem um duplo processo de exclusão, por ser mulher e por ser negra. Assim, como argumenta Bairros (1995), esta categoria é construída a partir da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Ainda a partir dessa reflexão, segundo, Carneiro (2003),

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, por que nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Na fala exposta pela autora podem ser destacados a raça, o gênero e a classe como fato preponderante na exclusão das mulheres negras. Nesse sentido, é possível perceber que este segmento é o que mais “sofre” nas disputas por uma vaga de trabalho por exemplo.

Na matéria analisada neste artigo a fala de uma jovem menciona bem esse quadro, quando ressalta que,



“Dá a impressão de que nunca está bom, que não estou atendendo às exigências”.

(Matéria “**Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados**”. Veiculada no jornal “O Globo” em 19/08/2-13. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho9603327#ixzz2fBYU7UAi>>)

A fala da jovem Leila, que também é fotografada na matéria deixa visível um duplo processo de discriminação sofrida no mercado de trabalho, que está visivelmente relacionado a dois eixos de subordinação, ligados ao gênero e a raça. A partir dessa construção é possível trazer as considerações de Jurema Werneck (2010), quando destaca que,

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2010. s/p).

De acordo com a reflexão exposta pela teórica e ativista, os eixos de subordinação tratados aqui são responsáveis por processos de exclusão que atravessam de forma mais aguda às mulheres negras.

No tópico seguinte será discutido como a produção dessas hierarquias figura no cenário do mercado de trabalho no Brasil, refletindo em dados apresentados em reportagem do jornal “O Globo” já mencionado aqui.

### **3 A PRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**

Ao enveredarmos na direção do universo do mercado de trabalho no Brasil, faz-se imperativo um movimento de retorno, ainda que breve, a algumas vicissitudes do trabalho escravo no Brasil desde os idos coloniais.



A demanda mercadológica europeia a partir do século XVI que impeliu sentido à estruturação e organização do trabalho no Brasil colonial, desenvolveu-se no âmbito da Plantation (concentração latifundiária, monocultura, mão- de- obra escrava e produção voltada para o mercado externo). Desta forma, a utilização da mão- de- obra escrava masculina predominou no mercado de trabalho colonial do Brasil.

Contudo, principalmente na zona rural do Brasil, onde se desenvolviam as primárias atividades agroexportadoras, através dos engenhos nas grandes fazendas, havia também as “casas grandes”, onde residiam os senhores (as) e seus familiares. É neste núcleo familiar que boa parte da mão- de- obra escrava feminina será empregada, atendendo com mais proximidade aos mandos e desmandos de seus senhores (as) no interior do universo doméstico, universo este de estruturação social e hierárquica onde predominavam as prerrogativas patriarcais.

Grosso modo, ao longo do período colonial e imperial no Brasil a dinâmica do trabalho escravo no país não apresentou significativas alterações. De acordo com as peculiaridades econômicas, a empregabilidade ora de um maior ou menor quantitativo de mão- de- obra escrava, alteravam-se no eixo urbano e rural em atividades ligadas ao plantio, a colheita, aos engenhos, a mineração, ao ganho, a extração, entre outras.

Entretanto, as referidas práticas não exigiam uma efetiva especialização da mão- de- obra. Portanto, de acordo com os interesses mercadológicos senhoriais não se investiu regularmente na especialização da escravaria. Em suma, a regulação das relações entre senhores (as) e escravos (as), dava-se com base no modelo de dominação de classes.

Com o advento do término da escravidão algumas alterações concernentes ao âmbito do trabalho se efetuaram no Brasil, porém, não tão significativas assim. A condição jurídica do trabalho escravo ganhou contornos de trabalho livre. Ainda no pós-abolição o Estado brasileiro empreendeu a vinda de trabalhadores europeus para substituírem a mão- de- obra ex- escrava e que seriam empregados no mundo de trabalho “qualificado”. Com isso, reduziam-se também oportunidades de inserção do trabalhador (a) negro (a) ex- escravo (a).

Diante de mais um fator de dificuldade de inserção no mercado de trabalho, cabe ao ex- escravo (a) às atividades subalternas, precárias, com baixos salários e pouco



prestígio social, tais elementos nos levam a crer que muitos aspectos da estrutura escravista de trabalho permaneceram arraigados na construção de hierarquias sociais de classe, raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil pós- abolição.

Neste sentido, podemos observar as considerações de Flávio Dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha (2007), sobre o assunto:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, forma requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo. (Gomes e Cunha, 2007, p.11)

Nota-se, no entanto, que o mercado de trabalho no Brasil ainda carrega as marcas de um sistema opressor e excludente, que hierarquiza e mantém grupos em posições desprivilegiadas na sociedade.

### **3.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**

O século XX no Brasil efetiva uma dinâmica produtiva de caráter industrializado. A concentração fabril nas grandes cidades inverte a lógica da concentração populacional da zona rural para a zona urbana. Fatores econômicos, culturais e sociais, conjugados com o crescimento das atividades industriais, bem como a alteração de algumas estruturas produtivas ocorridas nas últimas décadas do século XX, contribuem para entendermos a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Dentre as inúmeras formas de desigualdades existentes no conjunto da sociedade brasileira, evidenciamos àquelas que se estruturam e se hierarquizam a partir das relações de gênero. Apesar de um aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho, bem como uma diminuição nas diferenças salariais quando comparadas ao sexo masculino, algumas incongruências ainda permanecem. Dificuldades de acesso a cargos de chefias, equiparação salarial com homens que ocupam os mesmos cargos;



restrita diversificação das ocupações no mercado de trabalho, tais empecilhos adquirem maior peso e aumentam em dramaticidade se atrelados às mulheres negras e pobres.

Isto, pois, ademais da abolição da escravatura em fins do século XIX, as estruturas básicas da sociedade permaneceram: Latifúndios, propriedade privada, monopólio dos meios de produção, restrição de acesso à educação formal e de qualidade, discriminação racial. Em suma, não se modificou as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista.

Pesquisas atuais apontam que o nível de escolaridade determina os ganhos salariais, e também que, paulatinamente as mulheres vêm acumulando uma maior formação acadêmica, o que em última instancia amplia as possibilidades empregatícias e salariais das mulheres em relação aos homens. Porém esta nuance não se aplica ao conjunto universal das mulheres brasileiras.

A maioria das mulheres de origem afrodescendente não dispõe das mesmas oportunidades de acesso à educação, se comparadas às mulheres brancas. Um desdobramento desta dinâmica que ainda apresenta vestígios de um passado escravista refere-se ao fato de o maior contingente populacional negro feminino, no que tange ao mercado de trabalho, encontrar-se trabalhando na informalidade ou em atividades domésticas de baixa remuneração. Desta maneira, de acordo com a autora Bergman (2011):

Se levarmos em consideração a dimensão da esfera de trabalho composta por empregadas domésticas é possível notar que, esse era um setor fundamental do universo do trabalho dentro das grandes cidades, na virada do XIX para o XX, pois ele assegurou de maneira acentuada a incorporação dessas trabalhadoras no sistema produtivo. Verifica-se então, que neste contexto a divisão sexual do trabalho, já assumia um nível de hierarquização importante, entre libertas e ex-senhores (as), a ideologia predominante no mercado de trabalho foi a de manter as mulheres negras (ex- escravas), como cuidadoras dos lares. O trabalho como empregada doméstica foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a essas mulheres. Existe historicamente uma precariedade estrutural do trabalho doméstico no país, com trabalhadoras que foram colocadas imersas em proletariedade extrema, à margem da regulação salarial estatal. Sendo assim o trabalho doméstico contém, em si, a síntese da dominação, na medida em que articula a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe. (Bergman, 2011, p.4)



Outro aspecto significativo desta apreciação é a temática da matéria jornalística que anima o referido artigo, onde a mesma nos sugere que devido ao passado escravista e racista de nossa sociedade, cidadãos juridicamente iguais permanecem dispendo de tratamentos e oportunidades desiguais no mercado de trabalho, e esta vicissitude faz-se mais aguda e evidente entre negros e mulheres, que quando se encontram fora do mercado formal de trabalho tem muito mais dificuldades de se recolocarem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a hierarquização das estruturas sociais brasileira, observamos que grupos sociais compostos de mulheres e negros (as) sofrem com maior contundência os efeitos de diversos processos de discriminação, tais qual o racismo e o sexismo. É notável que o módus-operandis racista e machista continua atuando de maneira discriminatória, bem como preterindo as mulheres negras em detrimento das mulheres brancas e de homens.

Apesar do ideário propagado através da dita “democracia racial”, faz-se visível inúmeras contradições que abarcam uma desigualdade de oportunidades pautadas em distintas formas de discriminação racial, social e de gênero, ainda nos contextos contemporâneos. A pirâmide social do país deixa explícita que a experiência de ser mulher e a de ser negra impelem á esse segmento posições hierárquicas imensamente desfavoráveis.

Ainda na perspectiva de discriminação racial concluímos que o racismo está efetivamente atrelado às questões de posições de classe, contudo é visível que ele atravessa todas as classes e estruturas sociais no país. Entretanto, é necessário compreender que olhar somente para a problematização das classes sociais que são atravessadas pelo racismo não é suficiente para percebermos os processos de hierarquização de nossa sociedade.

As dimensões de classe e gênero enquanto categorias que auxiliam na compreensão da construção das hierarquias sociais, passam a vigorar com maior ênfase





a partir dos “Novos movimentos sociais” pós década de 1970. Com isto, o modelo hegemônico de padrão machista, bem como suas diversas estruturas e práticas sociais passam a ser constantemente questionados.

O mercado de trabalho no Brasil contemporâneo resguardando-se as devidas proporções apresenta ainda algumas hierarquizações sociais, raciais, de classe e gênero que foram erigidas desde os idos do período colonial escravista. Em suma, as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista não se alteraram substancialmente e a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho por parte de mulheres e negros (as) demonstram a persistência desta engrenagem excludente.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* — n. 36/37 — ano 20 — p. 83-88 — 2007.
- BAIROS, Luíza. **Nossos Feminismos Revisitados**. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pg. 329-376.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: *Racismos contemporâneos*. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. **Criadas para servir: Domesticidade, intimidade e retribuição**. IN:\_\_\_\_\_; GOMES, Flavio (Org.) **Quase- cidadão: Historias e Antropologias da pós-emancipação no Brasil**. RJ: FGV,2007.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, Flavio dos Santos et al. **Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. SP: Alameda,2006.



HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovick. Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. 1ª Ed atualizada. Belo Horizonte: Editora IFMG, 2009.

LOPES, Jussara de Cassia Soares. **Os mecanismos de naturalização do racismo e do sexismo em meninas negras: memórias de assistentes sociais negras catrumanas**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

“**Exclusão no trabalho: Mulher e negro ficam mais tempo desempregados**”. Veiculada no jornal “O Globo” em 19/08/2-13. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho9603327#ixzz2fBYU7Uai>>. Acesso em 22 de agosto de 2013.



## Anexo

### Reportagem o Globo

#### Os excluídos do trabalho

- Mulheres e negros são mais de 60% entre os que estão desempregados há mais de um ano. **A mineira Leila Gomes veio para o Rio há oito anos em busca de oportunidades, mas mesmo com o ensino médio completo não consegue** Paiva

RIO - O bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos expôs um grave problema: a existência de um grupo de pessoas que dificilmente consegue uma vaga, mesmo quando as taxas de desemprego são as menores da história, em patamares próximos a 6% (pelos cálculos do IBGE), como vem ocorrendo no Brasil nos últimos dois anos. Segundo especialistas, para esse grupo, se o emprego é difícil quando o quadro é favorável no mercado de trabalho, a situação se torna ainda mais crítica quando a perda de fôlego na economia começa a se refletir na geração de vagas, como está acontecendo agora.

Estudo feito pelo Dieese, a pedido do GLOBO, mostra que mulheres e negros, que já são a maioria entre todos os desempregados, são ainda mais numerosos entre os que buscam vaga há mais de um ano. Entre os trabalhadores que procura emprego há menos de um ano, 53,9% são mulheres e 53,3%, negros. Essas fatias sobem para 63,2% e 60,6% entre os que estão desempregados há mais de um ano.

— O desemprego caiu nos últimos anos. Mas é como uma piscina com um fluxo de entrada e saída. Tem gente sempre ficando no fundo e, quanto mais tempo a pessoa fica desempregada, mais tempo ela tende a ficar desempregada — diz a economista Lúcia Garcia, coordenadora das Pesquisas de Emprego e Desemprego do Dieese.

Quanto menor a taxa geral de desemprego, mais numerosos são negros e mulheres entre os desempregados de longo prazo. Segundo o Dieese, em 1999, quando a taxa de desemprego pela instituição era perto de 20%, negros e mulheres eram cerca de metade dos trabalhadores sem emprego há mais de um ano. Em 2012, quando a taxa de desocupação foi de 10,5%, nas contas do Dieese, eles superavam 60% dos desempregados de longo prazo.

O IBGE, que calcula a taxa de desemprego oficial do país a partir de seis regiões metropolitanas, estima que há 205.155 pessoas nessa situação, ou 14% de quem buscava vaga em junho.

— O desemprego alto afeta todos, nivela por baixo. Quando a taxa de desemprego cai, atinge de maneira mais persistente os grupos sociais mais vulneráveis — diz Lúcia.



Segundo o estudo do Dieese, quando se considera a escolaridade, trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto são a maior parcela: 46,2% dos que estão há muito tempo desempregados. Na avaliação de Lúcia, o aumento da escolaridade média do brasileiro explica a maior parcela de desempregados de longa duração com ensino médio ou superior incompleto. Nos últimos anos, os jovens puderam ficar mais tempo estudando antes de buscar emprego, mas essa escolaridade maior nem sempre garantiu a entrada no mercado de trabalho.

A mineira Leila Soares, de 27 anos, conta que com o ensino médio completo tem visto as portas do emprego se fecharem por falta de experiência. Cursa o ensino profissionalizante para auxiliar administrativa e viu como é difícil conciliar estudo e trabalho. Em um dos últimos trabalhos, como vendedora, acabou demitida:

— Queria estudar também e falavam que não dava — conta.

Leila veio para o Rio há oito anos em busca de condições melhores de emprego e até agora não encontrou:

— Dá a impressão de que nunca está bom, que não estou atendendo às exigências.

**‘Essas pessoas estão a Deus dar’**

Claudio Dedecca, professor da Unicamp, diz que, quando a economia começa a crescer e o desemprego cai rapidamente, como ocorreu no Brasil, as empresas admitem primeiro as pessoas mais bem posicionadas no mercado e só depois aquelas com defasagem profissional:

— A taxa de desemprego baixa fica carregada de trabalhadores com qualificação desfavorável. Essas pessoas sobrando no desemprego estão a Deus dar, porque o país não tem política pública para reingresso no mercado.

Para o coordenador de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Renda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gabriel Ulyseu, a maior escolaridade da força de trabalho e a política de valorização do salário mínimo ampliaram exigências dos empregadores:

— Eles buscam maior produtividade do empregado e optam pelos mais qualificados.

Desde que deixou o Piscinão de Ramos em fevereiro de 2012, onde vendia sacolé com a filha, Ileanne Ambrósio da Silva, 42 anos, madruga em busca de emprego. Sai de casa às 4h30 para ir aos centros de atendimento profissional e conta que os empregadores estão mais exigentes para pessoas como ela, que conseguiu estudar apenas seis meses e só sabe assinar o próprio nome.

— Nunca tive carteira de trabalho, mas agora parece que ficou pior, não consigo achar nada. Eles querem segundo grau, mas para quê se vou empacotar ou limpar o chão? Se tivesse segundo grau, estava em um escritório — reclama.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/economia/os-excluidos-do-trabalho-9603327#ixzz2fkWTIEeA>

© 1996 - 2013. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.



## **POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: O CONTEXTO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**BORGES, Leda Marques**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social  
E-mail: ledamarquesborges@yahoo.com.br*

**DOURADO, Thays Barbosa**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social  
E-mail: douradothays25@yahoo.com.br*

216

### **RESUMO:**

Este trabalho busca compreender a história de vida dos negros na sociedade brasileira, reconhecendo os fatores responsáveis pela desigualdade social a que foram submetidos, desde o Brasil Colônia até o Brasil das políticas afirmativas. Apontaremos os processos de exclusão social a que foram relegados perante as políticas estatais segregacionistas adotadas ao longo de nossa história, enfatizando o campo da educação. Para tanto, recorreremos à análise temporal, histórica e multicultural, com valorização da diversidade social e com vistas a identificar na política de ações afirmativas, especialmente no caso das cotas para negros em universidades públicas, uma forma legítima de reconhecimento e de ascensão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** negros; racismo; políticas afirmativas.

### **ABSTRACT:**

This work seeks to understand the life history of blacks in Brazilian society, recognizing the factors responsible for social inequality they have undergone since the colonial Brazil until Brazil affirmative action. Will point out the processes of social exclusion that have been relegated before the segregationist state policies adopted throughout our history, emphasizing the field of education. To do so, we will use the temporal, historical and multicultural analysis, an appreciation of social diversity and in order to identify the affirmative action policy, especially in the case of quotas for blacks at public universities, a legitimate form of recognition and social mobility.

**KEYWORDS:** blacks; racism; affirmative action policies.



## INTRODUÇÃO

Hoje na sociedade brasileira as diferenças raciais são responsáveis por grandes dissensos presentes em vários aspectos da vida social de negros e brancos. É visível que o negro é quem nessa história encontra-se em situação desfavorável. Foram eles que, por meio de um sistema escravista, onde eram explorados e excluídos pela e da sociedade, que mais contribuíram para a construção da economia do país. Inclusive, a necessidade de desenvolvimento do mercado interno brasileiro foi uma das condicionantes propulsoras da abolição, visto que a população de negros (que não eram consumidores dentro do mercado) estava em maior número que a população de brancos (FURTADO, 1959).

O objetivo do presente trabalho é analisar a situação do negro brasileiro na sociedade desde o Brasil colônia até os dias atuais. Verificar quais as consequências do passado de exploração e escravidão para a inserção do negro na sociedade, principalmente no tocante à esfera educacional. Segundo Candau (2008), o debate que valoriza a integração cultural, assim como diz Freire (1980), transpõe essa questão para o centro do discurso educacional e do engajamento político, permite que a educação se mostre como uma arma poderosa contra a discriminação e a desigualdade social sentidos pelos grupos oprimidos socialmente. Não obstante, a educação também se mostra capaz de viabilizar o processo de socialização do indivíduo e de construção da sua identidade.

Aquilo que fazemos, individualmente ou em grupo, exprime em larga medida aquilo que pensamos de nos mesmos e do outro. Nesse cenário a escola se torna, inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais. Daí, a necessidade imediata de educadores e educandos se articularem, a fim de estabelecer redes de convivência que resultem não só no ensino-aprendizado de determinados saberes, mas, para além disso, na percepção e na aceitação da importância de outras tantas maneiras de viver e de saber (PEREIRA, 2010, p.15).

Para tanto, o presente artigo se organizará por dois subitens. No primeiro, apresentaremos um resgate histórico do contexto dos negros na sociedade brasileira, como maneira de estudar as implicações das atuais políticas afirmativas educacionais voltadas para esta categoria, assim como expressar os processos de exclusão social a





que foram submetidos no decorrer do desenvolvimento político do país. Pelo segundo subitem, trataremos das formas de acesso da população negra à esfera educacional brasileira, como esse acesso se deu ao longo dos tempos e quais são os desafios para a efetivação da inclusão social deste segmento, por meio das políticas afirmativas (concessão de cotas) educacionais, especialmente no tocante ao acesso ao ensino superior público. Em ambos os itens serão abordados temas relativos às formas de propagação do racismo e de naturalização da discrepância social no cotidiano dos indivíduos, envolvendo a problemática do acesso (ou do não acesso) equânime a bens materiais e imateriais disponíveis na sociedade e entre as distintas raças de brancos e de negros.

## **1. A QUESTÃO RACIAL DESDE O BRASIL COLÔNIA ATÉ O BRASIL DE AÇÕES AFIRMATIVAS**

Por muito tempo perdurou a crença de que no Brasil a escravidão havia sido suave, de que a relação entre escravos e senhores fosse tranquila e harmoniosa (SILVEIRA, 2009). Na verdade não era bem assim, o negro, tanto no Brasil quanto no mundo, sofreu com o sistema escravista e sofre até hoje as suas consequências por meio do preconceito e das diversas formas de exclusão social. O sistema escravista trazido pelos portugueses que, inicialmente escravizaram os índios e, depois os negros por meio do tráfico marítimo por volta do século XVI, foi o grande impulso para a economia do Brasil colônia. “Sem a presença dos índios e dos negros, com sua disposição e força para o trabalho pesado, não haveria como Portugal desbravar e tornar lucrativa a terra descoberta”. (SILVEIRA, 2009).

A escravidão dos negros era justificada pelos europeus por meio do racismo; e assim foi imposta a superioridade de uma raça sobre a outra, nesse caso do branco sobre o negro. Guimarães (2003), ao pensar nessa temática, problematiza que:

o que chamamos de racismo não existiria sem essa idéia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário (GUIMARÃES, 2003, p. 96).



Foi ela que permitiu e legitimou a escravidão e a ideia do negro como sendo uma raça inferior, com qualidades negativas, que tinha como única opção de vida se sujeitar à exploração do seu trabalho, vivendo em condições desumanas e, muitas vezes, sendo tratados como animais.

A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação (IANNI, 2004, p. 23).

Em 1888 acontece a abolição da escravatura, que teoricamente representaria a libertação dos negros, o fim do trabalho escravo e sua inserção na sociedade. Mas não foi o que houve. O movimento abolicionista não se preocupou com a situação social dos negros, o seu real objetivo era acabar com o trabalho escravo por interesses políticos, já que a maioria dos homens que compunham o movimento era da raça branca. “Por isso é que o abolicionismo foi uma revolução branca, isto é um movimento político que não se orientava no sentido de transformar, como se afirmava, o escravo em cidadão, mas transformar o trabalho escravo em livre” (IANNI, 1962, p.235). É desta falta de preocupação com a situação do negro livre na sociedade, que surge a maioria dos problemas enfrentados por eles na atualidade. É evidente que hoje todas as dificuldades e preconceitos sofridos pelos negros são consequências do passado de trabalho escravo e exclusão a que foram submetidos.

Segundo Luciana Jaccoud (2008), o racismo tem sua origem no Brasil junto ao processo de escravidão e se torna discurso a partir das ideias de inferioridade biológica dos negros, surgidas após a abolição. Nesse momento há a formação de uma “ideologia racial” adotada pela sociedade brasileira.

A abolição não significou o início da desconstrução dos valores associados às “designações de cor”. Não apenas se observou a continuidade dos fenômenos do preconceito e da discriminação racial, como esses foram fortalecidos com a difusão das teses do chamado “racismo científico” (JACCOUD, 2008, p.47).

A ideia de inferioridade biológica do negro e de que a sua existência interferia no desenvolvimento do país, trouxe o processo de miscigenação como solução para tal.



Acreditava-se que a teoria do branqueamento (1920 e 1930) diminuiria o número da população negra e consequentemente o país se modernizaria, resolvendo-se assim a questão do problema racial.

Jaccoud (2008) mostra que em 1930 esta concepção começa a desaparecer, o discurso racista dá lugar à democracia racial. Esse pensamento trouxe o lado positivo da miscigenação, o Brasil passou a ser visto como um país de diferentes raças com uma convivência harmônica em relação a outros países: “(...) se a democracia racial afirmasse como deslegitimadora da hierarquia social ancorada na identificação racial, ela não deixa de fortalecer o ideal do branqueamento ao promover a mestiçagem e o seu produto, o mulato” (JACCOUD, 2008, p. 50-51). Na verdade a democracia racial tinha o papel de mascarar que o fator racial era ainda o fator responsável pelas desigualdades raciais, sociais e pelo preconceito, ainda prevalentes na sociedade brasileira, por isso ela foi considerada um “mito”, prevalecendo até os anos 80. Desta forma e sobre as desigualdades raciais a autora afirma que:

Efetivamente, durante todo o decorrer deste século, em que pesem importantes mudanças sociais pelas quais passou o país, seja no campo da modernização da economia, da urbanização, ou da ampliação das oportunidades educacionais e culturais, não se observou uma trajetória de redução das desigualdades raciais. Apesar de seu progressivo reconhecimento, as desigualdades raciais ainda eram largamente interpretadas pela via da pobreza e como resultado de um acúmulo de carências da população negra, e seu despreparo para participar do mercado de trabalho moderno, que se consolidava gradativamente no país (JACCOUD, 2008, p. 53).

De acordo com Telles (2003), foi a partir de 1970 que o Movimento Negro se torna mais engajado a lutar por melhores condições de vida para a população negra e para denunciar a democracia racial como mito. Mas será nos anos de 1980, depois de muitas reivindicações, que as políticas de ações afirmativas começam a ser elaboradas pelo governo federal com o objetivo de promover algum tipo de reparação em favor da população negra. Tais ações partem do pressuposto de que, historicamente e socialmente, este segmento fora prejudicado em seus direitos à “igualdade de direitos”, em função da exploração da sua mão-de-obra e da discriminação racial a que foram submetidos, tornando-se meio de viabilizar a inserção do negro na sociedade.



Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticadas no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2003, p. 27).

Segundo Barros e Rego (2009), “o Estado neoliberal moderno se contentava em não produzir institucionalmente a desigualdade” (*ibid*, p. 237) estando apenas de acordo com os princípios constitucionais de igualdade, enquanto que o “o Estado social contemporâneo, buscava de forma intencional a diminuição das desigualdades” (*ibid*). E, neste novo cenário, as políticas afirmativas são as formas de intervenção estatal voltada para essa questão social, qual seja, a discrepância social a que a raça negra fora conduzida mediante o contexto e a trajetória de desenvolvimento do país. Essa nova perspectiva rompe com a neutralidade estatal. Moehlecke (2002) busca à seguinte definição proposta por Bergmann (1996) para ações afirmativas:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente (BERGMANN, 1996 *apud* MOEHLECKE, 2002, p. 199-200).

Santos (2007) apresenta a definição do ex-ministro Gomes quando afirma que as ações afirmativas são “políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de competição física” (SANTOS, 2007, p. 8). Para o ex-ministro Gomes, esta temática insere-se nas chamadas “questões de sociedade”, as quais o direito constitucional brasileiro admite-a, tardiamente, a partir das discussões sobre crimes raciais. E, considera ainda, que este



problema social abarca cerca de 45% da população brasileira, que se apresenta na qualidade de “portadores de ascendência africana” (GOMES, 2007, p. 47). Tal discussão tardia é percebida como um contraponto, visto que a ideia de igualdade constitucional está presente nos documentos oficiais desde as revoluções do final século XVIII. Assim como retrata a seguinte passagem:

[...] o princípio da igualdade perante a lei consistiria na simples criação de um espaço neutro, onde as virtudes e as capacidades dos indivíduos livremente se poderiam desenvolver. Os privilégios, em sentido inverso, representavam nesta perspectiva a criação pelo homem de espaços e de zonas delimitadas, susceptíveis de criarem desigualdades artificiais e nessa medida intoleráveis (DRAY (Mo), 1999 *apud* GOMES, 2007, p. 48).

Apesar disto, a regulamentação da igualdade de direitos não foi suficiente para garantir a acessibilidade a indivíduos socialmente marginalizados dos bens materiais e imateriais disponíveis na sociedade. E neste sentido, seria preciso mais do que a proibição às formas de discriminação social e racial. Seria necessário ações que superassem essa abstrata concepção de igualdade, proposta pelo pensamento liberal pós-revoluções; ações estas que fossem capazes de promover a inclusão a indivíduos que foram historicamente desfavorecidos e marginalizados da sociedade. E um dos caminhos possíveis é por intermédio da educação, como ressalta a seguinte passagem:

O papel da educação seria de um agente transformador, colaborado para (a) (...) “desintoxicação mental” e para a implantação de uma verdadeira democracia em nosso país. Respeitando-se a diversidade cultural, étnica e social, as oportunidades entre brancos e negros estariam em pé de igualdade, exterminando-se as profundas desigualdades raciais que ainda presenciamos em nossa sociedade (SILVEIRA, 2009, p. 17).

Ao contrário do sentido de “compensação”, que requer a identificação de um agente causador do dano histórico a que os negros foram submetidos, a ideia de políticas afirmativas possibilita que o Estado seja responsabilizado pelas políticas segregacionistas que executaram no decorrer dos tempos. Apesar de não demonstrarmos aqui todas as posições contrárias, esta é uma das críticas que este tipo de ação recebe, pois pressupõe que para adotar políticas afirmativas seria necessário que este Estado



tivesse praticado em suas ações, durante algum momento histórico anterior, políticas segregacionistas.

No próximo item, enfatizaremos o campo educacional, com vistas a compreender a maneira como se deu o acesso à educação para a população negra brasileira, destacando aspectos relativos ao Ensino Superior e a questão das cotas em Universidades Públicas.

## **2. A EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Visto toda a difícil trajetória do negro na sociedade brasileira e as políticas que hoje tem sido desenvolvidas para reparar essa situação desigual dos afrodescendentes, ainda é lamentável persistir a desigualdade racial e social em relação a negros e a brancos. Assim denota a seguinte passagem:

Pois o mito das relações sociais harmoniosas entre escravo/senhor faz com que o racismo seja visto no senso comum, como algo que não existe em nosso país. As pesquisas indicam que isso não é uma verdade. Os dados estatísticos não deixam dúvidas quanto a desigualdades sociais e econômicas que criam um abismo entre os brancos e os não brancos. É necessário um enfrentamento para que essa situação não persista por mais tempo (SILVEIRA, 2009, p. 88).

Na educação são evidentes essas desigualdades nas várias etapas do ensino o que contribui para a grande diferença da qualidade de vida entre ambos já que:

A esfera educacional é um espaço estratégico para a construção de uma sociedade mais dinâmica, igualitária e integrada. Além da imprescindível função formativa, a educação, como geradora de oportunidades, constitui-se numa porta de entrada privilegiada ao mercado de trabalho e representa instrumento poderoso de ascensão social (JACCOUD, 2008, p.151).

A defasagem escolar existente entre negros e brancos na educação para Jaccoud (2008) vem desde as séries iniciais e assim, reforça o atraso e o bom desenvolvimento dos alunos negros que acabam por iniciar tardiamente as próximas etapas (ou séries/graduações), ou ainda, por abandonar a escola antes do seu término letivo. Muitas vezes eles abandonam a escola sem concluir seus estudos para entrarem no mercado de trabalho; por essa razão, acabam ocupando no mercado de trabalho posições inferiores a





dos trabalhadores brancos, em função dessa diferença no nível de escolaridade. “(...) na década de 1990, os negros não conseguem alcançar mais do que 70% da média de anos de estudos dos brancos”. (JACCOUD, BEGHIN, 2002, p. 31)

A Jaccoud (2008) afirma que várias pesquisas apontam para a presença da discriminação e das manifestações de preconceito racial no ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma imagem negativa do negro e para tornar difícil o seu cotidiano na escola. E, segundo a autora, um dos fatores que contribuem para a negação da identidade histórica e cultural do negro dentro da sala de aula é tanto a falta de preparação de material didático especializado, como também o despreparo do professor para enfrentar essas situações de discriminação racial.

Várias iniciativas foram adotadas pelo governo federal para reconhecer a contribuição cultural e econômica do povo africano em nossa sociedade. E, como instrumento para reverter à situação de desigualdade e promover a melhoria na inserção dos estudantes negros nos diversos níveis de ensino, a autora apresenta a seguinte passagem:

A aprovação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo do Ensino Básico do estudo da Cultura Afro-Brasileira. Pretendendo preencher uma lacuna na formação dos estudantes, assim como promover um maior conhecimento sobre a sociedade brasileira e suas raízes, a Lei tem ainda como objetivo contribuir para eliminar preconceitos e a reprodução de valores racistas, promovendo maior conhecimento e valorização da diversidade (JACCOUD, 2008, p.152).

O cumprimento da Lei encontra dificuldades na falta de professores especializados para cumprir as exigências propostas, mais precisamente para tratar das questões raciais. Porém a lei foi um grande avanço para auxílio na inserção do negro no sistema educacional, mostrando-se tanto como um meio para redução da prática de discriminação e de manifestações de preconceito nas salas de aulas, como recurso para a diminuição das desigualdades aí existentes entre negros e brancos.

As políticas de ações afirmativas marcam o reconhecimento estatal mediante as desigualdades sociais sofridas por certos segmentos societários e, no tocante à educação mostra-se eficaz enquanto ação imediata que possa viabilizar alguma forma de inclusão social e de combate à discriminação racial. No entanto, essas políticas não isentam a



responsabilidade do Estado em buscar melhoria de qualidade para o campo da educação brasileira, mesmo que estas possam tornar instrumento de combate ao racismo, como é o caso das cotas para negros em universidades públicas. O que se observa é a sistematização do princípio da igualdade constitucional, que passa do âmbito meramente formal jurídico para o âmbito das ações do Estado e dos interesses da sociedade. Aliás, as ações que retratam a busca por reparação moral numa perspectiva de igualdade racial anteriores a esse tipo de política (as afirmativas) somente se faziam percebidas por mecanismos judiciais específicos, para dirimir conflitos relativos à discriminação. Estas estavam inseridas apenas no âmbito do direito penal brasileiro, enquanto punição a crimes acontecidos no presente e de maneira individual (caso a caso).

A compreensão de que seria necessário apresentar formas de reparação à população negra, pelos danos sofridos em função da desumanização a que foram submetidos desde o período da escravidão, ganhou força a partir da Declaração de Durban, elaborada na Conferência de Durban, realizada pela Organização das Nações Unidas / ONU, em 2001. No Brasil, temos o Estatuto da Igualdade Racial (2002) que adota expressamente os princípios contidos nesta declaração, quais sejam, “a reparação, a compensação, a inclusão das vítimas da desigualdade e a valorização da diversidade racial como diretrizes político jurídicas de sua ação” (JÚNIOR, 2007, p. 89). Dessa maneira, não faculta mais ao Estado a decisão de adotar ou não ações afirmativas voltadas ao negro, esta medida se faz compulsoriamente e expande-se também à esfera privada.

A implantação de ações afirmativas nas universidades teve uma considerável contribuição para o aumento das oportunidades sociais da população negra no sistema educacional brasileiro. Tem-se buscado com essa iniciativa a integração e participação do negro no ensino superior.

Pode-se afirmar que essas iniciativas, a despeito de seu caráter restrito e limitado, tem representado um significativo avanço nas políticas de combate á desigualdade racial e nas perspectivas abertas à população negra no Brasil. Vêm igualmente permitindo aprofundar o debate sobre a interação do negro e seu lugar em nossa sociedade, além de recolocar no debate a discussão sobre a educação pública no Brasil, seu papel e a qualidade de seu ensino. E por fim, tem feito avançar



nossa compreensão sobre democracia e sobre a variedade de instrumentos que devem ser mobilizados na construção de maior justiça social. (JACCOUD, 2008, p. 150).

As diferenças étnicas no Brasil refletem uma importante característica da desigualdade social, que requer tratativas por meio de ações públicas que visem à superação da discriminação racial. Neste sentido, a educação se destaca como campo que permite a “equalização de oportunidades e, portanto, de combate à desigualdade social” (JACCOUD, 2007, p. 106).

Segundo Bento (2007), “as cotas de 100% nos lugares de poder em nossa sociedade não são explicitadas. Foram construídas silenciosamente, ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas, e foram naturalizadas” (BENTO, 2007, p. 165). A essa cota a autora atribui um movimento de naturalização e de aceitação por parte da mesma população (a branca), que silencia a dimensão da exclusão racial relegada aos negros. Em contraposição, o acesso dos negros às universidades, visto que extrapola esse “consenso naturalizado” que privilegia a raça branca, precisa ser declarado e regulamentado, como alternativa para quebrar esse ciclo de desigualdades. E esse movimento contrário à tendência dominante – e que reproduz privilégios, enfrenta importantes resistências, especialmente em relação ao lugar de exercício do poder na sociedade, ou seja, qual raça o exerce com hegemonia.

Essa temática evoca diversas opiniões entre o meio social acerca das cotas em universidades públicas para negros. Chama-nos atenção ao impacto que essa política pode implicar em curto prazo, visto que a possibilidade de acesso ao ensino superior implica também em possibilidade de acesso a cargos públicos de chefia em instâncias federais. Tal movimento permite, portanto, redesenhar o perfil dos indivíduos que ocupam lugares de poder na sociedade, representando uma forma legítima de ascensão social e, conseqüentemente, permite a igualdade de condições entre os indivíduos, conforme princípio constitucional, e não mais pela raça que o qualificaria. Essa condição representa um contrassenso à nossa história de exclusão racial, conforme apresentado anteriormente. Sendo que também marca a possibilidade de superação desse problema social, por meio do acesso aos mecanismos de poder da própria sociedade.



A autora Bento (2007) aponta diversas opiniões contrárias à questão das cotas, com as respectivas fundamentações, dentre elas citamos as seguintes:

- a opinião de que “as cotas para negros em universidades diminuiriam a qualidade de seus alunos e, conseqüentemente, do ensino universitário” (Bento, 2007, p. 170); e rebate com o exemplo de uma pesquisa realizada no primeiro semestre letivo de universidade do Rio de Janeiro que mostrou exatamente o contrário em relação ao desempenho dos estudantes negros e brancos<sup>1</sup>;
- e contrapõe também a percepção de que:

as cotas para negros em universidades seriam humilhantes para os negros que delas desfrutassem, pois eles guardariam eternamente o ‘estigma’ de ‘parasitas do Estado’, ou de ter entrado na universidade não por mérito próprio, mas por um ‘favor’ ou ‘concessão’ do Estado (*ibid*, p. 172).

E prossegue com o argumento de que se não foi constatada essa forma de “humilhação” por parte dos brancos que sempre foram historicamente “favorecidos” pelas políticas de Estado e por ocuparem os lugares de poder e de tomada de decisão na sociedade, tampouco ela deveria ser sentida em relação à população negra, haja vista que tal “aquisição” se deu como conquista obtida por meio da luta dos movimentos sociais.

Neste sentido, a autora também descreve sobre outras críticas e concepções que permeiam essa temática. E afirma que “estes aspectos da atitude branca envolvem séculos de pensamentos e atos racistas, e carregam consigo uma evidente lacuna afetiva, ética e moral” (*ibid*, p. 173). O que novamente nos remete à carga histórica de segregação a que a população negra sofreu em sua trajetória de vida na sociedade, especialmente na brasileira. Segundo Cavalleiro (2007):

Esse quadro vai além da violação individual. Em termos coletivos, remete ao cotidiano da população negra, no qual a cor acaba por explicar parte significativa das desigualdades encontradas nos níveis de renda, educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, violência, entre outros (CAVALLEIRO, 2007, p. 210).

Podemos dizer que as ações afirmativas são realidade no meio educacional brasileiro na atualidade. E elas representam uma forma legítima de enfrentar as raízes da

<sup>1</sup> Esse exemplo foi retirado do jornal Folha de São Paulo, em 14/12/2003. E pode ser consultado à íntegra no texto de referência, conforme referências bibliográficas deste artigo.  
 POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: O CONTEXTO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA – BORGES, Leda Marques; DOURADO, Thays Barbosa.



desigualdade social e racial brasileira, fundamentando-se em perspectivas voltadas ao direito à diversidade cultural, de identidades e de raças.

Essa mudança alude ao direito de igualdade que a Constituição de 1988 estabelece. Passa a ser, na verdade, a efetivação tardia de algo que já fora formalizado, mas que as raízes de uma sociedade racista e segregacionista não permitiram alcançar. E, não podemos deixar de lembrar que essa conquista também incita discussões sobre a necessidade de elaborar políticas específicas para outras minorias que também estiveram excluídas dos processos societários. Entre estas podemos citar: os indígenas, as mulheres, os homossexuais, entre outros.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, se torna necessário que a sociedade brasileira assuma que é uma sociedade historicamente racista, e reconheça que a desigualdade entre brancos e negros é sim uma questão racial e não só uma questão de pobreza. É preciso reconhecer o passado de exploração e de luta do negro, que até hoje busca se inserir na sociedade e ter uma vida digna, sem essa alarmante discrepância social. A democracia racial tem que, de uma vez por todas, ser encarada como uma realidade inexistente no país, mas que pode haver vias para superação dessa realidade. É muito simplista identificar apenas no negro o agente que proporcionará a igualdade de condições, por meio da elevação da sua autoestima e da sua identidade racial. Antes, faz-se necessário o esforço crítico para compreender os percursos de sua história social, para além de uma visão individualista e considerando a multidimensionalidade que a questão requer.

As políticas de ações afirmativas, que o governo começou a desenvolver por volta do ano de 2003 e que, de acordo com Jaccoud (2008) são “uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva”, já são um grande avanço para a inserção do negro na sociedade e para sua equiparação em relação aos brancos. É um sinal de que o governo brasileiro começa a reconhecer que o Brasil é sim um país racista e que é imprescindível, bem como prerrogativa constitucional, reparar os danos e efeitos causados aos negros pela exploração do trabalho escravo.



A educação, como já foi ressaltada neste trabalho, é a grande responsável pela formação social dos indivíduos, a arma que os negros precisam para conquistarem seu espaço na sociedade, tanto que desde os anos de 1930 o Movimento Negro vem lutando pelo direito a educação. O sistema de cotas nas universidades públicas vem como uma proposta de ascensão social e de participação nos lugares de tomadas de decisão na sociedade. Remete à possibilidade de superação da tradicional forma branca de ocupação dos lugares de poder na sociedade, conforme fora apresentado anteriormente, permitindo participação política e equânime nos processos societários. Esse movimento caracteriza-se como um resgate às concepções de igualdade e de liberdade a que Toquenville (1977) se propôs escrever e que foram relegadas em nosso percurso histórico-social.

A esse movimento proporcionado pelas políticas afirmativas, que retira das intervenções do Estado na sociedade o seu caráter de neutralidade até então identificado em sua forma de fazer política social e, no tocante à questão racial, coube-lhe a ressignificação social que transpõe tais políticas para o campo dos direitos sociais. Torna-se um marco para a inauguração de formas democráticas de participação social, especialmente em relação ao acesso à educação superior. Não obstante, revalida também reflexão acerca de outras minorias que também estiveram à margem da sociedade, visto que a questão da raça é uma das manifestações de grupos específicos que sofreram e sofrem formas distintas de exclusão social. Admitir o segregacionismo brasileiro implica também em reconhecer o caráter teleológico das transformações sociais que essas políticas podem proporcionar, elevando à compreensão epistemológica acerca das desigualdades sociais brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, E. de S., BARROS, C. C. S. e RÊGO, B. F. *As ações afirmativas e seus aspectos jurídicos e sociais: o caso das cotas para afro-descendentes nas Universidades públicas brasileiras*, 2009. Disponível em: [http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufg\\_artigo\\_2009\\_EdeSBarros\\_CCdaSBarros\\_BFRego.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufg_artigo_2009_EdeSBarros_CCdaSBarros_BFRego.pdf), em 22/06/2014.





BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Poder: a questão das cotas para negros. In: SANTOS, S. A. (Org). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Edição eletrônica, 2007, P. 165 - 178.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CÂMARA, N. *Escravidão nunca mais!:* um tributo a Luiz Gama. São Paulo: Letterra, 2009.

CAVALLEIRO, R. H. E. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: SANTOS, S. A. (Org). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Edição eletrônica, 2007, P. 209 - 224.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 11e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GOMES, Joaquim Barbosa. Ação Afirmativa e princípio constitucional da igualdade. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Edição eletrônica, 2007, P.47-82.

\_\_\_\_\_. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: políticas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-57.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Como trabalhar com "raça" em sociologia*. Educação e Pesquisa. São Paulo: 2003, v.29, p. 93-107.



IANNI, Octávio. *A Dialética das Relações Raciais*. [S.I.: s.n.]. 2004. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a16-oianni.pdf>, em 12/07/2014.

\_\_\_\_\_. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; THEODORO, Sergei. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*/ Mario Theodoro (org). Brasília: Ipea. 2008, P. 45-64.

\_\_\_\_\_. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; THEODORO, Sergei. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*/ Mario Theodoro (org). Brasília: Ipea, 2008, P. 131-166.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

JÚNIOR, R. J. V. Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Edição eletrônica, 2007, P. 83 - 104.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. São Paulo: Cad. Pesquisas n. 117, 2002.

OLIVEIRA, I. A. S/d. *Contribuições da educação de Paulo Freire para a gênese da interculturalidade no Brasil*. Disponível em:



<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/viewFile/492/449>, em 22/06/2014.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. 2. Ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SANTOS, Hélio. Ações Afirmativas para a Valorização da População Negra. In: *Parcerias Estratégicas*, 1997, vol. 1, no 4.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Edição eletrônica, 2007.

SILVEIRA, Aparecida Maria Ribeiro. *Relações interétnicas e a escola infantil: o desafio da construção de uma identidade positiva*. 108 f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Montes Claros: Montes Claros, 2009.

TELLES, Edward. *Racismo a brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: Edusp, 1977. Disponível em: <http://www.eaic.uel.br/artigos/CD/2791.pdf>, em 14/06/2014.



## **‘ETYMOLOGIAS, PRETO’: SENTIDOS DA NEGRITUDE EM DISPUTA NO PERIODISMO CARIOCA (1900-1920).**

SILVA, Luara dos Santos  
*Aluna do Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais – PPRER/Cefet -RJ*  
luarasantos.07@gmail.com

233

### **RESUMO**

Tendo como “fio condutor” a trajetória do intelectual negro Hemetério José dos Santos, o presente texto se propõe a analisar os modos pelos quais as noções de cor e raça eram utilizadas no periodismo carioca, entre os anos de 1900 e 1920, bem como os discursos racistas veiculados pelo mesmo. Os principais periódicos selecionados para esta discussão, *Tagarela*, *Fon-Fon* e *Careta*, se dedicavam à satirização do cotidiano da cidade e de seus personagens importantes: políticos, intelectuais, governantes. Os “figurões” da cidade não escapavam das palavras e charges afiadas desses veículos de comunicação. O intelectual negro Hemetério José dos Santos fez parte do grupo dos “notáveis” ironizados. Enquanto homem negro, bem sucedido e polêmico, ele era alvo constante de troças racistas nas páginas de tais periódicos. Como ferramenta contrária a esse quadro, se utilizava das páginas de outros periódicos na disputa por dar novos sentidos à negritude. Discutiremos as relações entre investimentos simbólicos em negatar os negros, hierarquias raciais e a construção de novos significados para negritude.

**Palavras-chave:** raça; periodismo carioca; negritude.

### **ABSTRACT**

This paper aims to analyse the ways in which the notions of colour and race were intensely disputed in the Rio de Janeiro's journalism, between 1900's and 1920's, and racist discourses conveyed by it, using as “guiding thread” the black intellectual Hemetério José dos Santos' trajectory. The main journals selected for this discussion, *Tagarela*, *Fon-Fon* and *Careta*, were dedicated to satirize the life of the city and its major characters: politicians, intellectuals, governors. Important people have not escaped the sharp words and cartoons of these communication vehicles. The black intellectual Hemetério José dos Santos was part of this "notable" satirized group. As black, successful and polemic man, he was constant target of racist mockery pages of such journals. Hemetério, teacher at the renowned school Colégio Militar, used the pages of other journals in contention for giving new meanings to blackness. Thus, we will discuss the relation between symbolic investments in turn into negative black people, racial hierarchies and the construct of new meanings to blackness.

**Keywords:** race; Rio journalism; blackness.



Aqui há quatro anos passados, um estudioso gramático brasileiro supôs enxergar na palavra ‘preto’ o vocábulo latino - ‘spetrum’, de ‘sperno’, desprezar.

Assim o pensou, por imaginar também que o trabalho, por servidão, havia lançado o negro no mais baixo estado de vida e trato nas relações sociais.

Não lhe cabia razão nenhuma, nem histórica, nem literária e nem socialmente visto o caso que se vai examinar.

O trecho acima integra o artigo publicado pelo professor Hemetério José dos Santos, no periódico carioca *Almanaque Garnier*, em 1907, intitulado *Etymologias – preto*<sup>1</sup>. Nas três páginas que se seguem, seu autor se utiliza de conhecimentos históricos, etimológicos e literários para afirmar categoricamente que a palavra “preto” nada tem de sentido pejorativo. De acordo com as suas reflexões nem a palavra nem o ser preto poderiam ser entendidos enquanto sinônimos de coisas ruins ou desprezíveis. Sua linha argumentativa é a escravidão e ele entende que o sentido negativo dado à palavra estava diretamente associado à condição cativa sob a qual seus patrícios negros estiveram durante três séculos. Percorrendo a história da humanidade, Hemetério demonstra que a condição escrava era muito mais antiga que a conhecida em terras brasileiras, tendo sido experimentada não somente pelo negro, mas também pelo branco. Nesse trajeto pela história, o intelectual negro analisa também as origens de palavras como “cativo”, “escravo”, “servo”, “ethiope”, sempre reforçando o caráter não pejorativo e não associado exclusiva e diretamente aos negros. Em suas palavras, o termo “escravo” passa a ser utilizado com sentido de servo a partir do século XII, “sem distinção de cor e nacionalidade”<sup>2</sup>.

Lançando mão de produções literárias portuguesas, como a de Luiz de Camões, Hemetério reforça seus argumentos contrários aos sentidos negativos conferidos à palavra “preto”:

O que é certo é que, como vimos, esta palavra era já corrente nas composições genuinamente populares, no século de quinhentos, e que o contemplativo Luiz de Camões não a excomungou do seu épico e lírico vocabulário (...)<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Periódico Almanaque do Garnier, 1907, pp.237-239.

<sup>2</sup> Idem. Página 237.

<sup>3</sup> Ibidem. Página 238.



Em outubro de 1913 o jornal *O Imparcial* publica um artigo de autoria de Hemetério, em resposta ao intelectual Alcindo Guanabara, proprietário do periódico *A Imprensa*. Este último, ferozmente ataca o fato de o professor ter recorrido ao político Pinheiro Machado em carta particular, buscando tratar de questões relativas às dificuldades enfrentadas por homens negros como ele em ocupar determinados espaços sociais e políticos. De acordo com Alcindo, “preconceito de raça”, “má vontade contra o negro, ódio ao negro, repulsão ao negro”, não se verificavam na sociedade brasileira. A questão se explicaria, então, pelo simples fato de que em seu tempo eram “raros os negros de inteligência, energia e ‘saber querer’”. Ou seja, a questão não seria racial, mas de cunho individual. Recorrendo ao pensamento científico da época, fortemente influenciado pelas teorias raciais em voga na época, Alcindo defende que:

(...) a raça definha, absorvidos os seus melhores elementos pela raça branca, mais numerosa e possuidora das melhores qualidades para a luta (...)

(...)A raça depauperada já não produz tipos dessa grandeza [dos que se mostravam fortes o bastante para defenderem publicamente sua negritude]. Há o que dizem como o professor Hemetério: ‘nós os negros...’ Mas, a esses é uma lástima ouvi-los: a confissão é sempre um grito de angústia e fraqueza – um brado de impotência clamando misericórdia aos homens de pele branca.<sup>4</sup>

Fazendo uso de seus conhecimentos em literatura e história, mais uma vez, Hemetério se utiliza de textos de Camões e outros pensadores para reforçar seus argumentos contrários aos discursos que negativam a negritude. Tanto o escritor português, quanto o jurista português Gil e o tenente P. Roeckel, da infantaria colonial francesa, em tempos históricos distintos, registram boas observações dos povos africanos e negros com os quais tiveram contato<sup>5</sup>. O artigo, intitulado “Resposta ao Sr. Alcindo Guanabara”, ocupou três das cinco colunas do jornal e ainda contava com uma fotografia de seu autor. Em seu desenvolvimento,

<sup>4</sup> Jornal *A Imprensa*, 29/09/1913, 1ª página. Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Hemetério destaca alguns versos de Camões em que o poeta luso, ao narrar sua viagem pela África, reforça as virtudes dos negros de “bons vizinhos” e respeitadores das leis. Já em relação ao jurista português Gil, ele destaca a fala deste em relação à ausência de “expostos” e de “prostituição”. Quanto ao tenente francês, ele destaca a “admiração” do militar em relação à “moralidade da família negra”. Todas essas observações positivas em relação ao negro expostas por Hemetério foram escritas e publicadas por seus autores, ou seja, de conhecimento público nos meios letrados e que o intelectual negro toma como tarefa divulgá-las e, como consequência, torná-las de amplo conhecimento entre os círculos letrados brasileiros.





o intelectual defende seu posicionamento em favor das boas qualidades do negro e sua importância para a formação da nação brasileira. De acordo com ele:

(...) o negro nunca foi estúpido, fraco, imoral ou ladrão.

(...) Todos sabem como o negro, em pouco tempo, vinculando-se ao solo, perdendo o hábito de nomada, adquiriu a rudimentar ciência conhecida de seus dominadores, e se tornou o único lavrador nosso, a quem, na mingua e na má qualidade dos alimentos, o inclemente sol respeitava, desenvolvendo-lhe, sem letras e sem livros, a inteligência portentosa pelo calor que lhe derramava no cérebro, dando-lhe admiráveis qualidades assimiladoras, tornando-o de cedo o só operário nosso da cidade, o abridor de roteiros, o prático de estradas de ferro, o artesão, o artista, nos vários aspectos da estética, cantor em desafios, repentista e tropeiro, tudo isto no estado de incultura, empiricamente...(..)

Nunca a honra nacional teve defensor mais esforçado, mais dedicado e de mais épicas varonilidades. (...)

(...) e foi também o defensor da honra e da dignidade nacional nas cruentas e barbaramente trágicas campanhas do norte e do sul, ahi pela auroreal e fecunda regência de D. João VI, e pelo enamorado governo de Pedro I, e pelo luminoso e redentor reinado de Pedro II, o imperador letrado.

Do oito saíam, repousavam as enxadas e as foices, empunhavam as armas, e libertos pelo dinheiro que eles próprios haviam ganho lá iam, completamente esquecidos dos maus tratos recebidos, caminho da vitória, fazendo triunfador o seu torrão querido(...)

Ao longo do artigo são mencionados diversos outros exemplos de personalidades negras, como Gonçalves Dias, Alexandre Dumas, Tobias Barreto, assim como o movimento insurgente da Balaiada, para reafirmar seus argumentos. Ao utilizar como fontes as produções literárias de intelectuais notáveis e respeitados socialmente, entendidos como referências de “bom gosto” e daquilo que era “melhor” em termos culturais, o intelectual negro movimentava-se no sentido de legitimar seus posicionamentos. Ou seja, não era apenas ele quem defendia as “boas qualidades” dos negros, mas também homens europeus, símbolos da cultura e da “evolução”. Nesse “palco de disputas” em que se converte o uso da linguagem, conforme aponta BAGNO (2011), Hemetério optou por utilizar-se das mesmas ferramentas legitimadoras de uma dita, e socialmente vivenciada, “supremacia branca” na construção de outros discursos e olhares em relação ao ser negro. O tom de seu artigo é extremamente áspero e o mesmo não mede palavras ao criticar os argumentos de seu opositor, pois, de acordo com ele, “causa nojo ler” o que Alcindo havia escrito e o que este deveria “ler de novo” o que escrevera e perceber o “quão injusto e mau fora para nossa gente”.



A postura veemente na defesa das qualidades do negro é uma característica destacada por alguns de seus contemporâneos, assim como alvo das pilhérias e ironias publicadas nas revistas satíricas que serão analisadas mais adiante. Nas palavras do intelectual Luiz Edmundo, Hemetério era “um tanto discutidor” e isso acabava por “lhe criar algumas antipatias”<sup>6</sup>.

\*\*\*

Na contramão dos investimentos do intelectual Hemetério caminhavam as revistas satíricas *Tagarela* (1902-1910)<sup>7</sup>, *Fon-Fon* (1907-1915)<sup>8</sup> e *Careta* (1909-1919)<sup>9</sup>. Suas “ímpiedosas” páginas não deixavam escapar das críticas contumazes, e por vezes ácidas, nenhuma das personalidades importantes do cenário republicano. Dentre diferentes artigos, notinhas, notícias sobre eventos, se encontram referências ao professor Hemetério e seu “patrício”, Monteiro Lopes. São sátiras e críticas políticas, tais como as endereçadas aos demais “figurões” da época, entretanto o que mais se destaca é um conteúdo racial explicitamente preconceituoso. Silvia Almeida e Rogério Silva em estudo sobre as formas de representação caricatural do negro na Primeira República reúnem reflexões importantes sobre esse contexto histórico<sup>10</sup>. Ambos apontam ser esse contexto o de tensões em torno na presença do negro na sociedade brasileira, especialmente em espaços de ascensão social. Outro aspecto importante destacado se refere à relação entre a construção de uma cultura letrada e de massas e o periodismo. Tais autores apontam que as revistas em questão:

*Estabeleciam um diálogo profundo com a sociedade e com a modernidade carioca, inaugurando novas formas de leitura (ler e ver imagens; incorporar sons do cotidiano) e captando as mudanças políticas e de costumes, os*

<sup>6</sup> O Rio de Janeiro do meu tempo. Artigo publicado no Jornal Correio da Manhã, em 04/08/1935.

<sup>7</sup> A revista *Tagarela* iniciou suas publicações em março de 1902 e tinha por objetivo ser um “Semanário crítico, ilustrado e de propaganda comercial”. Sob a direção de Peres Junior, tinha colaboradores “variados e escolhidos”. Seu escritório localizava-se na Rua Gonçalves Dias, Centro do Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> A revista *Fon-Fon* iniciou suas publicações em 1907 e intitulava-se “Semanário alegre, político, crítico e esfuziante”. Sua redação e oficinas localizavam-se na Rua da Assembleia, Centro do Rio de Janeiro. Foi dirigida até o ano de 1914 por Raul Pederneiras.

<sup>9</sup> De acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré, a revista *Careta* começou a circular em 1908, sendo fundada por Jorge Schmidt.

<sup>10</sup> ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. *Do (in) visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 316-345, julho-dezembro de 2013.*

‘ETYMOLOGIAS, PRETO’: SENTIDOS DA NEGRITUDE EM DISPUTA NO PERIODISMO CARIOCA (1900-1920) – SILVA, Laura dos Santos.



*novos ritmos sociais, as inovações tecnológicas e gráficas, as correntes artísticas recentes (...)* (ALMEIDA; SILVA, 2013, p.319)

A Abolição e instauração de um novo regime político, a República, engendram mudanças significativas para a vida da população negra. Porém, as mudanças significaram muitas das vezes a *manutenção* de muitos dos elementos anteriores, entre eles o preconceito racial e das desigualdades sociais. O tempo do novo regime político, da República, é o tempo também da chamada “Belle Époque” na cidade do Rio de Janeiro; é o tempo das grandes demolições e dos “bota - abaixo” empreendidos pela administração do prefeito Pereira Passos<sup>11</sup>.

Com uma população de quase um milhão de habitantes<sup>12</sup>, o Rio de Janeiro de fins do século XIX e início da República sentia as mudanças em sua composição social: chegada massiva de imigrantes europeus, algo que vinha ocorrendo desde a década de 1870, mas que foi se intensificando nos anos posteriores, e as relações diretas travadas com a população negra e parda da cidade<sup>13</sup>. Isso significa dizer que a cidade estava pontilhada de diversidade, tanto étnica quanto cultural, e que era palco de intensas disputas e conflitos. Disputas também de caráter simbólico, em meio às demarcações sociais implícitas que entendiam o negro como pertencente ao lugar da subalternidade. Nos anos iniciais da República, entre fins do século XIX e início do XX, o momento da chamada *Belle Époque*, em que a cidade do Rio de Janeiro vive um processo de europeização dos costumes visíveis até mesmo na própria arquitetura da cidade<sup>14</sup>, lá está o professor a polemizar e rebater críticas e injúrias raciais. A sociedade que viveu a libertação oficial dos negros escravizados não conseguia associar a condição social de negro ao *status* de “bem sucedido”.

<sup>11</sup> Discussão feita em meu trabalho monográfico, já citado anteriormente, a partir de apontamentos desenvolvidos nas obras *Trabalho, Lar e Botequim* e *Quase cidadãos*, pelos autores Sidney Challoub e Flávio Gomes respectivamente.

<sup>12</sup> MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. Pag. 63.

<sup>13</sup> ARANTES, Erika Bastos. *Negros do porto – Trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910*. In: *Trabalhadores da cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Elciene Azevedo et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

<sup>14</sup> DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. *Revista Tempo*, Niterói, (v. 13, nº 26): 56-79 jan 2009.



Para muitos dos seus contemporâneos, como é evidenciado nas páginas das revistas “para fazer rir”, Hemetério estava “fora do lugar”. Entretanto, não se pode perder a dimensão dialética e conflituosa desse processo, pois o intelectual negro não somente sofria as consequências do racismo, mas buscava interferir sobre as mesmas, como evidenciado anteriormente. De acordo com BAGNO (2011, p.64), os sujeitos não vivem esmagados sob ideologias e estruturas sociais, facetas do universo social, mas, ao contrário, possuem uma agência e muitas das vezes são capazes de se utilizar das brechas existentes para burlá-las. É fundamental pensar a construção e a manutenção das hierarquias raciais na sociedade brasileira do pós-abolição através das manifestações e dos discursos racistas. Porém, é também de suma importância evidenciar a agência negra no movimento de superação desse quadro, mesmo que tais estruturas não tenham sido desconstruídas por completo.

Outro aspecto importante a ser destacado se refere à “polifonia quanto ao lugar do negro” presente nas caricaturas das revistas ilustradas em questão, conforme apontado por ALMEIDA e SILVA (2013, p.340). Nas páginas dos jornais estava presente essa polifonia de discursos e mesmo entre os intelectuais e homens das letras do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. E é neste contexto em que se situam as iniciativas do professor Hemetério. A sociedade que, de um lado, convivia e até aceitava que alguns homens de cor ascendessem socialmente e ocupassem posições de prestígio era e mesma que, de outro, sustentava velhos preconceitos e práticas discriminatórias. Essa mesma sociedade, a do “Brasil café com leite” (DANTAS, 2010), estava, assim, pontilhada de vozes, entendimentos, consensos e dissensos em torno da questão racial. Estava marcada, também, por assimetrias que guardavam em sua gênese a ordem hierárquica escravocrata e que, de acordo com GUIMARÃES (2009, p.256), não foi superada com a Abolição e nem com a República.

Pensar a manutenção do racismo é pensar na continuidade dessa ordem hierárquica escravocrata por meio de estruturas sociais excludentes como o não acesso pela maioria da população afrodescendente à educação formal, o não acesso à terra, bem como a desigualdade de condições no acesso ao mercado de trabalho. Esta reflexão necessita também incorporar o papel da linguagem e dos discursos engendrados por meia dela na consolidação de visões estereotipadas do negro e que se materializam em práticas racistas. De acordo com BORGES e GIORGI (2014, p.167), “a linguagem é fundamental na construção dos modos de ser e pensar de sujeitos e culturas”. Ou seja, um contexto histórico-social estruturado por meio do racismo é construído através de diversos recursos ideológicos e discursivos, legitimadores das



hierarquias. No caso da sociedade brasileira, esses recursos se mesclam ao forte discurso da não existência do racismo em nosso seio. Ainda de acordo com BORGES e GIORGI (2014, p.175), perpetuou-se no imaginário social a naturalização de hierarquias construídas a partir das noções de raça e cor.

As páginas das revistas “para fazer rir” se inserem dentro desse contexto histórico em que “natural” era encontrar o negro nos lugares da subalternidade e não o da erudição, da polidez, da intelectualidade e do domínio da cultura letrada. “Natural”, para muitos que certamente riam bastante com as páginas desses periódicos, eram os usos de palavras como “macaco” e “símio” para se referirem ao professor Hemetério e os demais negros notáveis como ele. A seguir destaco algumas das passagens encontradas entre as mais de cem ocorrências relacionadas ao professor e algumas ao deputado Monteiro Lopes. Tais revistas por vezes se utilizavam de pseudônimos como “M. Ethereo” “M. Terio”, “Cemitério”, “Meterio”, ao se referirem ao professor ou mesmo atribuírem-lhe a autoria de artigos ou frases como esta publicada por *Careta*: “A prova mais evidente de que o homem descende do macaco, é que quando se sente perdido se agarra a todos os ramos”<sup>15</sup>. Outra publicação satírica, em 1909, caminha na mesma direção:

O programa da *Careta* é a *careta* do próximo. No entanto, não podemos publicar o retrato de muita gente. (...).

Deixou de sair o retrato do sr. Professor Meterio por uma circunstância especialíssima. O nosso fotógrafo não conhecia o sr. Meterio. Em vez de procura-lo à porta da Escola Normal, tocou-se para o Jardim Zoológico e assentou a máquina para a gaiola de um símio bem simpático é verdade, mas que em todo caso não é precisamente a respeitável veronica do respeitável pedagogo brasileiro.

Menções à cor e ao fenótipo do intelectual negro, assim como os do deputado Monteiro Lopes, eram constantes e sempre em tom satírico. A *Careta* noticia, também em 1909, ter recebido carta de leitor se opondo às caricaturas e troças feitas com a figura do político, ao que responde estar “na massa do sangue” da publicação. Associações à África, também em tom satírico, estavam presentes nas páginas do periódico em questão. Em 1909 a revista noticia que “o Sr. M.Ethereo dos S. iria requer sua nomeação como embaixador no Congo”; alguns anos depois, em 1913, a mesma reporta que o “simpático matutino carioca” e

<sup>15</sup> Revista *Careta*, s/d. Assinado sob o pseudônimo “M. Ethereo”.



“vigoroso defensor das virtudes etíopes”, se candidataria a “qualquer cousa” e contaria com a “solidariedade morena da sua raça”. Mais adiante, em setembro 1919, ao noticiar um evento no Palácio do Catete em presença do presidente da república Epitácio Pessoa, o periódico nomeia os presentes e dentre esses o “simbólico africano Hemetério”. O mesmo recurso era utilizado em relação ao deputado Monteiro Lopes, associado à Libéria pela *Careta* em abril de 1909<sup>16</sup>. Outra publicação da revista, em outubro de 1910, em seu calendário satírico associa São Benedito, santo católico negro, como padroeiro de ambos. Note-se que as associações e ironias, explícita ou implicitamente, expressam um conteúdo racial e o lugar do negro como o do “risível”, tal como apontam ALMEIDA e SILVA (2013).

Em abril de 1909, *Careta* publica pequeno texto assinado sob o pseudônimo “Zagloba” e que evidencia o grande desconforto em relação à possibilidade de uma inversão de hierarquias por parte dos negros:

E por falar em macacos os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma cousa que não existia: o preconceito da cor.(...)

Está aí no que deu toda intrigalhada feita em torno do caso Monteiro Lopes! Agora os brancos vão ver o que é perseguição (...)  
Porque os pretos perderam a paciência e querem enfim tomar o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muitas cousas entre as quais que o que hoje nós chamamos ‘cabelo ruim’ vai agora ser chamado ‘cabelo bom’.

As mesmas comparações e ironias, associando tanto Hemetério quanto Monteiro Lopes a símios e primatas se verificam durante o período abordado neste texto nas revistas *Tagarela* e *Fon-fon*. Em 1903, *Tagarela* passa a publicar uma coluna intitulada “Lições de Mythologia”, contendo artigos satíricos e com o intuito de ironizar o intelectual Medeiros e Albuquerque<sup>17</sup>. No artigo intitulado “A criação do homem”, de 16 de abril de 1903, o autor, sob o pseudônimo de “Dr. Medeiros”, discorre sobre a criação do homem, lançando mão de

<sup>16</sup> De acordo com LOPES (2004, p.387) a Libéria, ou “país dos libertos” foi uma nação formada por ex- escravos estadunidenses que emigraram para o continente a partir da primeira metade do século XIX, tendo por auxílio principal a atuação das sociedades filantrópicas emancipadoras.

<sup>17</sup> José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque foi professor, jornalista, poeta, político, romancista e fundador da cadeira de número 22 na Academia Brasileira de Letras. Foi uma figura bastante atuante no cenário intelectual e político carioca. Foi também diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Fonte: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=526&sid=235>. Consultado em 16/07/14, às 14h30min.





perspectivas criacionistas e darwinistas. Em relação a esta última, colocada em patamar diferenciado da primeira, por ser comprovadamente científica, o autor do texto conclui:

Assim é que se entre mim e um gorila há aparentemente grande dessemelhança, essa mesma dessemelhança já é bem pequena entre ele e o ilustre conselheiro V. Anna, tornando-se ainda quase nula se tomar-se para termo de comparação o meu distinto amigo M. Ethereo, que é quem entre nós representa com mais perfeição esse nosso primata.

242

Em março de 1908 a revista Fon-Fon publica em sua “folhinha” (calendário) a seguinte nota:

No dia 3 o S. Hemetério ou Hemetério dos Santos. Continuam as loucuras do carnaval.  
Grande sucesso dos Cucumbis<sup>18</sup> municipais que vão dançar no pedagogium em homenagem ao dedicado educador natural da Liberia.

Outra publicação da mesma revista, fevereiro de 1909, intitulada “Os três filhos de Rozendo”, contam uma historieta satírica de um casal que tem um filho “tão escuro e tão carapinha” como o professor Hemetério. Ao se justificar, a esposa diz ao personagem que o fato ocorrera devido a ela ter assistido aos discursos do deputado Monteiro Lopes e de ter pensado e mesmo sonhado com ele por diversas vezes. Em seus sonhos, a mulher via o político por vezes como um “monarca coberto de riquezas”, por outras o via como um “macacão desabusado, tal qual um gorila”.

É importante pensar a respeito da recepção desses discursos por parte da sociedade carioca, problematizando o impacto da veiculação tanto de textos quanto de caricaturas que estereotipavam a figura do negro num contexto recém-saído da escravidão. Ou seja, tais veiculações eram consumidas por determinados públicos, podendo ser rejeitadas ou reproduzidas nas relações cotidianas. De acordo com DANTAS (2010, p.38) o período compreendido entre fins do XIX e início do XX se configura como de expansão do comércio de edições periódicas. Esse processo de expansão significou enorme investimento por parte

<sup>18</sup> Em “Carnavais da Abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)”, NEPOMUCENO (2011, p.201-225) propõe reflexões em torno desses grupos carnavalescos compostos por homens e mulheres negros que saíam ruas vestidos como africanos e cantavam as belezas da África. Disponível em: <http://emancipacoeseuposabolicao.files.wordpress.com/2014/02/pronex-carnavais-da-abolic3a7c3a30-eric-brasil-nepomuceno.pdf>. Acesso em: 21/07/2014, às 11h40min.



dos que o empreendiam: manutenção das publicações e assinaturas; divulgação; captação de investidores e colaboradores dispostos a investir em propagandas nas páginas dos mesmos, conquista de um público leitor, dentre outros esforços. Vale ressaltar os altos custos na produção desses periódicos, como salienta a autora, especialmente devido aos altos custos com o papel que precisava ser importado. Ainda de acordo com DANTAS (2010, p.41), o público leitor desses periódicos era composto pelas camadas urbanas, letradas e alfabetizadas, englobando funcionários públicos, profissionais liberais, homens de letras, estudantes, homens de negócios e comerciantes, dentre outros.

No clássico estudo sobre a história da imprensa no Brasil, SODRÉ (1999, p. 302) caracteriza tais revistas semanais como bastante populares, especialmente *Careta* que em suas palavras (...) *tornou-se popular como nenhuma outra, encontrada nos engraxates, barbeiros, consultórios, etc.* Ainda que estejamos falando de um contexto de elevado índice de analfabetismo entre a maioria da população, como aponta MACIEL (2008, p.03), havia uma crescente alfabetização dos seus moradores. Assim, como salienta a autora, no ano de 1906 havia na cidade do Rio de Janeiro um percentual de 59,8% de pessoas alfabetizadas e “leitoras em potencial”. Não cabe nos limites deste trabalho aprofundar a discussão sobre *como* se deram as recepções desses discursos racistas, entretanto não se pode negar que os mesmos circulavam entre amplos espaços e eram claramente voltados a questionar, ridicularizar, fazer troças dos sujeitos negros que porventura tenham ousado sair do lugar da subalternidade.

### Considerações finais

Ao longo de três séculos de escravidão a sociedade brasileira e seus diferentes grupos sociais, compostos por indivíduos brancos, negros, “mulatos”, “mestiços” ou quaisquer que sejam as demais denominações, experienciou a manutenção e o reforço de hierarquias raciais das mais variadas formas. É importante ressaltar que tais hierarquias encontraram suporte tanto nas leis vigentes, como a que legitimava e oficializava a instituição da escravidão, quanto em discursos e práticas sociais cotidianas em que a cor da pele, mais clara ou mais escura, e os traços fenotípicos se configuravam enquanto símbolos do que era “bom”, no primeiro caso, e “ruim”, no segundo. Ou seja, além das barreiras concretas como falta de acesso a terra, à educação formal, inerentes à própria condição de escravizado, havia também o investimento simbólico em negativar o ser negro. Esse investimento simbólico, que teve



efeitos muito concretos na vida da população negra, não cessou ao raiar da Abolição da escravidão. Ao contrário, se manteve e foi reforçado, incidindo diretamente sobre as possibilidades de ascensão e mudança do lugar social ocupado pela maioria da população negra.

Desse modo, é de suma importância considerar a relação dialética entre manutenção das hierarquias e as disputas em torno da transformação das mesmas. Ainda que saibamos que discursos precisam ser transformados em ações concretas para que possam engendrar transformações reais, não podemos de modo algum descartar a importância dos mesmos nesse processo. Nesse mesmo movimento dialético devemos pensar nas relações entre as estruturas racistas e excludentes e as formas pelas quais sujeitos negros como o professor Hemetério buscaram escapar a elas. Positivar a negritude e o negro na história do Brasil foram ferramentas utilizadas por esse sujeito histórico. E por isso reafirmo a importância de reconstituir a trajetória deste sujeito e sua importância nas disputas simbólicas em torno do lugar do negro na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. Do (in) visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Em: Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013, p. 316-345.

ARANTES, Erika Bastos. *Negros do porto – Trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910*. *Em: Trabalhadores da cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Elciene Azevedo et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORGES, Roberto Carlos da Silva e GIORGI, Maria Cristina. Discurso, propaganda e estereótipos raciais: uma questão de segurança. *Em: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso e*



COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). *Relações Étnico-Raciais e Diversidade*. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2014, 165-178.

DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil Café com Leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

\_\_\_\_\_. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. *Em: Revista Tempo*, v. 13, nº 26. Niterói: UFF, janeiro de 2009, p. 56-79.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. *In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Laura%20Antunes%20Maciel.pdf>. Último acesso em: 21/07/2014, às 13:10hrs.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011. Disponível em: Disponível em: <http://emancipacoeseuposabolicao.files.wordpress.com/2014/02/pronex-carnavais-da-abolic3a7c3a3o-eric-brasil-nepomuceno.pdf>. Acesso em: 21/07/2014, às 11h40min.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.



## MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU'S

OLIVEIRA, Glécia Carneiro

Estudante de mestrado do Programa em Estudos étnicos e Africanos  
*glecia\_carneiro@hotmail.com*

246

### RESUMO:

O presente artigo faz uma análise histórica e discursiva da questão racial e social nas letras de quatro músicas da Banda Reflexu's. A análise é feita a partir de postulados da Análise de Discurso de orientação francesa, especificamente, a memória discursiva e as condições sociais de produção. O discurso da banda evidencia um perfil de contestação e combate a práticas discriminatórias, em virtude disso, é objetivo desse trabalho, observar por meio disso, como os discursos por meio das músicas podem denunciar práticas e valores sociais, de maneira a apresentar as concepções importantes e mostrar como se constituem esses valores discursivos.

**Palavras-chave:** Música - Discurso - Racismo – Resistência

### ABSTRACT:

The present article makes an analysis history and discursive of the racial and social subject in the letters of four music of the Banda Reflexu's. the analysis is made starting from postulates of the Analysis of Speech of French orientation, mainly, the discursive memory and the social conditions of production. The speech of the band evidences a reply profile and combat to discriminatory practices, because of that, it is objective of that work, to observe through that, as the speeches through the music can denounce practices and social values, in way to present the important conceptions and to show as those discursive values are constituted.

**Word-key:** Music - Speech - Racism - Resistance

### Introdução

Investigar sobre a música baiana enquanto um fenômeno musical de massa é desafiador. Já que exige certa habilidade, além de um olhar crítico sobre esse produto cultural, visto que o seu conteúdo reitera construções discursivas de um discurso dominante. Nesse sentido, a atuação de blocos afros na década de 70 e a disseminação da axé music nos anos 80, fez com que a música baiana transcendesse o âmbito do carnaval, materializasse dentro de um projeto estético-político e estendesse ao trabalho de recuperação, preservação e valorização da cultura de origem africana.

MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU'S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro.



A origem do discurso da afirmação da diferença é antiga e remota o final do século XVIII tendo, portanto, raízes na Revolução Francesa. Nesse período, utilizou-se do discurso das tradições, para defender costumes historicamente construídos e legitimados como naturais. Tal discurso da natureza da diferença, nós podemos encontrar em fins do século XIX e começo do XX, que pautavam-se no “dato biológico” para justificar a legitimidade do racismo, que tratava a diferença preconceituosamente, respaldado pelo valor “científico”. O racismo, tal como concebemos hoje passou por profundas transformações, em decorrência das mudanças provocadas pela globalização.

É válido ressaltar que a natureza e a complexidade da temática aqui proposta exigiriam, pelo seu rico conteúdo, uma cuidadosa análise. Com esta certeza, meu propósito, neste artigo, é tão somente levantar pontos para contribuir para o debate e contextualização, dando assim, suporte histórico e metodológico a análise das letras das músicas.

Dessa forma, o presente trabalho analisa discursivamente e historicamente letras de músicas da banda Reflexu’s, tendo em vista que a Análise de Discurso trabalha com a língua no mundo, “com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (ORLANDI, 2005, p.16).

As músicas da banda Reflexu’s descrevem cenários históricos que caracterizam o racismo na África e no Brasil, denunciando por meio delas, as diversas formas de preconceito. É perceptível que os compositores se preocupavam em apontar momentos de transformação do homem e de sua realidade, analisando criticamente as relações raciais no Brasil e na África, especialmente, tarefa difícil, sobretudo, porque nelas, persistiam uma imagem de nações racialmente democráticas.

### **Um breve percurso histórico da música brasileira: o caso axé-music**

A música, uma das mais evidenciadas manifestações da cultura popular, como ressalta Tinhorão (1998), exerce uma relevante função no processo de construção de identidades na sociedade moderna. A produção musical reafirma sentimentos de pertencimento e distinção, colocando em jogo a elaboração de uma identidade





multicultural. Destaco aqui o importante papel da música, que como forma de expressão conseguiu romper a barreira das diferenças, viabilizando a universalidade de novas práticas sociais, capazes de romper com o pensamento tradicional racista. A música é, acima de tudo, um importante meio, uma arma vital para a negociação dessas diferenças.

A década de 80, caracterizada pela redemocratização brasileira e marcada por diversas transformações políticas, sociais e culturais, a qual impulsionou a busca de novas alternativas musicais como resposta à já institucionalizada Música Popular Brasileira, configurou-se de forma a deslocar as produções musicais do eixo Rio - São Paulo, o centro de produção, distribuição e divulgação da música produzida em qualquer lugar do país, para as demais regiões do Brasil, a exemplo da Bahia (MIGUEZ, 2002). O lançamento da música Fricote, de Luiz Caldas, em 1985, é considerado o marco inicial de um movimento de renovação no panorama do mercado da música baiana. Essa mistura de ritmos, segundo Risério, resultou no estilo que ficou conhecido como axé music (1981, p.113).

A axé-music tem suas raízes ligadas diretamente às condições históricas do fim do século XVIII com a vinda de iorubanos para o Brasil e, posteriormente, ao trabalho de reorganização das comunidades jeje-nagôs na Bahia, em Recife e no Rio de Janeiro, fez com que esses povos passassem a ser vistos como uma referência fundamental no processo civilizatório da diáspora africana no Brasil. Nessa época, as tradições iorubanas já faziam presença na música, a exemplo, o desfile no carnaval de 1897, do clube Pândegos d'África, considerado o primeiro afoxé baiano, o qual encenou, com canto, danças e alegorias, temas da tradição nagô.

De acordo com CASTRO (2010) o axé, como diversos ritmos contemporâneos, nasceu da mistura de estilos musicais, como o frevo, o ijexá, o samba, o reggae, a salsa, o rock, lambada, utilizando percussão e guitarras. “Sendo resultado de uma série de acontecimentos históricos e de influências, locais e globais. Os meios de comunicação e difusão cultural desempenharam um importante papel nesse processo, em especial os discos e o rádio”.

Segundo LEME (2003), a indústria musical popular brasileira nos anos 80 e 90 caracterizou-se sobretudo pela ascensão e monopólio de três formatos: a música “sertanejo



romântica”, a “axé-music” e o “pagode romântico”. Nessa conjuntura, é possível compreender o aumento significativo do número de gravadoras na Bahia, a exemplo da WR, que se especializou na gravação e produção de várias vertentes de música baiana, quase sempre associados ao carnaval soteropolitano (GUERREIRO, 2000).

Para Miguez (2002, p.265), é na década de 1980 que o mercado de bens simbólico-culturais no Brasil configura-se e consolida-se. No caso Bahia, duas dinâmicas se solidificam, especialmente, na formatação e legitimação da Axé music: os blocos afro e os blocos de trio. Segundo Goli Guerreiro (2000), o encontro processado entre os “blocos de trio” (de frevo) e os blocos-afro (de “samba-reggae”) no final dos anos 1980 fez surgir comercialmente um dos maiores fenômenos da música nacional: o axé music (p. 133).

Goli Guerreiro afirma ainda que nos anos 80, o meio musical de Salvador estava tramando um novo movimento (2000, p.15), que acolhia a percussão e a temática dos blocos afro, numa tentativa de reafirmar a música baiana. Utilizando temas vinculados a África e a afirmação da negritude, essas corporações instituíram uma nova estética. Como acentua Reis (1993), eles reinventaram as ricas tradições da cultura negra local, “para exaltar publicamente a beleza da cor, celebrar os heróis afro-brasileiros e africanos, para contar a história dos países da África e das lutas negras no Brasil, para denunciar a discriminação, a pobreza, a violência no dia-a-dia do negro”. Além disso, foram responsáveis pela estruturação de uma nova linguagem musical, que se expressa no estilo comercialmente conhecido como axé music, transformado em produto de domínio nacional.

Até a década de 70, a música produzida pelos blocos afro e afoxés era música de gueto, inacessível e até mesmo repudiada pelos participantes dos blocos de trio. Era considerada coisa tribal, pouco evoluída, e não tinha visibilidade na mídia. Nos anos 80, esses blocos começaram a se tornar receptivos às mudanças. Entenderam que, para sobreviver, precisavam se adequar aos novos tempos (Guerreiro, 2000, p.62). A partir disso a música baiana toma novos rumos iniciando um processo de produção baseado na recuperação de elementos culturais que remetesse à África, internacionalizando essa música dentro de um contexto de ser ligada a diáspora africana. Concomitante a esse processo, a atuação do movimento negro, dá visibilidade à luta política contra o



preconceito, a discriminação e o racismo, conscientizando a população negra quanto aos seus direitos, aumentando a sua auto-estima e estimulando-a para o exercício da cidadania.

A música "Fricote", do baiano Luiz Caldas, consagra o movimento axé music. Entretanto, o primeiro fenômeno, que lança nacionalmente a axé music, acontece com a disseminação da música "Madagascar Olodum", da banda Reflexu's, em 1987. As músicas gravadas pela banda Reflexu's ao longo dos anos 80 e início dos 90, estão firmemente fundadas sobre matrizes culturais históricas, produzida a partir da afirmação de uma cultura afro brasileira em que a miscigenação e a constituição de novos contextos foram os meios possíveis de sobrevivência de uma herança, principalmente, africana. As letras das músicas revelam também a beleza do negro, e há um resgate das suas tradições, mostrada a partir do figurino numa nova moda afro de penteados, estampados e adereços.

### **A banda - Reflexu's**

A banda Reflexu's tem sua origem datada no ano de 1986 em Salvador-Ba, no Bairro do Cabula, quando ainda se chamava Raízes do Sol e formada por Marquinhos, Raí Amorim, Gilda, Julinho e Noy, mais tarde Marinez. A Banda Reflexu's alcançou seu apogeu em 1987 com a seguinte formação: Marinez, Julinho, Marquinhos, Ronaldo, Waschington, Ubirajara (Bira), Ednilson, Abílio, Wilson Pedro, primeiro na Bahia com a música Guaratimiriba e depois Alfabeto do negão. Seu sucesso maior veio com a música Madagascar.

Detentora de cinco discos de ouro, três discos de platina duplos, quatro CD's lançados no Brasil e no exterior, foi a 1ª banda baiana a se apresentar no Canecão (Rio Janeiro), projetando-se no cenário nacional a música feita na Bahia, abrindo as portas para outros artistas baianos.<sup>1</sup>

Discografia:<sup>2</sup>1987 – Reflexu's da Mãe África / 1988 - Serpente Negra / 1989 - Kabiêssele / 1990 - Bahia de Todos os Sons / 1993 – Atlântida / 1994 - Meus Momentos

<sup>1</sup> Informações retiradas do endereço, <http://bandareflexus-bahia.blogspot.com.br/2012/01/banda-reflexus.html>, blog mantido por integrantes da banda.

<sup>2</sup> Discografia completa disponível em: <http://bandareflexus-bahia.blogspot.com.br/2009/09/discografia.html>.  
MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU'S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro.



## Um pouco de história...

Analisar sob uma visão crítica as relações raciais foi e tem sido uma tarefa difícil, sobretudo, pela disseminação de um discurso igualitário entre as raças. Ao avaliar as várias dimensões das relações existentes entre indivíduos negros e brancos, torna-se perceptível que os negros sempre foram colocados numa esfera de inferioridade e dependência, em prol do progresso humano. Para tentar justificar esta afirmativa evoca-se, como argumento, a herança da escravidão.

É fato que a escravidão foi um processo singular que deixou prejuízos significativos para os negros, no entanto, não deve ser vista como fator principal, já que mesmo abolida, não resolveu os problemas raciais. A discriminação sempre existiu ao longo da história como um fenômeno social, entretanto, o racismo tal como concebemos hoje, é um conceito relativamente recente. Surgiu essencialmente como uma justificativa da escravidão e do colonialismo.

O vocabulário da Ciência natural no século XVIII pretendia formalizar uma associação européia existente de continentes escuros com corpos negros e mentes fracas. Para tanto, propôs a separação entre homem selvagem e europeu. Dessa forma, as classificações raciais desse período colocaram os negros na parte inferior da escala, determinando o lugar dos homens no mundo. (COMAROFF E COMAROFF 1992, p. 218).

Desse período em diante, se disseminou uma teoria, fundamentada no pensamento da teoria humoral dos séculos XVI e XVII, sobre o papel do clima na origem da diversidade humana, baseando na idéia de que os “climas do sul” eram associados com o calor, sensualidade, esgotamento e decadência, uma conexão que se repete repetidamente nas percepções dos europeus do século XVIII e XVIII, reconhecendo aquele continente como hostil à existência civilizada.

No século XIX a África recebeu diversas missões, oriundas da Europa, com o discurso baseado na civilização e cura. O “Africano” era tido como um objeto de especulação Européia, personificação do sofrimento e da degeneração. Na realidade, essas



missões nada mais eram, “que uma arte persuasiva, os regimes de saúde do estado colonial repousavam sobre uma autoridade maior, cujas certezas globais eram o produto dos regimes, sustentados mutuamente, pela ciência e pelo império” (COMAROFF E COMAROFF 1992, p. 216).

Foi nesse momento também, que estudos sobre a ciência da vida, observaram que esse período foi marcado por uma reestruturação da "cadeia do ser", a qual foi diferenciada e classificada internamente, colocando o africano para marcar os limites mais baixos da espécie humana, comparando-o como a própria encarnação da barbárie e detentor de uma “Natureza” fundamentada na cor, forma, e substância do corpo negro (COMAROFF E COMAROFF 1992, p. 217).

Mediante um discurso de inferioridade entre as raças e baseado nas diferenças físicas e mentais, o influente holandês Petrus Camper,

desenvolveu uma escala que correlacionava a forma do crânio com a aparência estética e a capacidade mental. Seu ângulo facial determinado pela medida da projeção da mandíbula, salientou um perfil a ser associado na mente Européia com os focinhos longos, baixas sobrelhas, e o estado salto-sensório de animais. (COMAROFF E COMAROFF 1992, p. 218).

Influenciado por esses estudos, Georges Cuvier, um prestigiado anatomista comparativo suíço, tomou o ângulo facial e a redução biológica de cultura para novos níveis de sofisticação, desenvolvendo,

uma escala que pretendia avaliar não só a perfeição do intelecto, mas do ego introspectivo - núcleo moral da pessoa. Ao medir a proporção do midcranial para com a área do rosto, ele buscou revelar o grau de dependência de um organismo em sensações externas; o tamanho do próprio crânio foi levado para refletir o desenvolvimento da razão e auto-controle. (COMAROFF E COMAROFF 1992, p. 219).

Assim, Cuvier comparava o negro aos “macacos ferozes” e os europeus, com os homens e divindades da Grécia antiga.

Essa caracterização, ao lado de um conjunto de evidências, definiram esta medida e a



classificou de caráter nacional, dando forma física à atual preocupação filosófica com relação à raça, nacionalidade e civilização, amadurecendo, dessa forma, uma linguagem que, no século XIX consolidou o racismo científico.

O racismo é uma teoria construída sob a égide da pureza e separação da raça, respaldada em uma falsidade cultural ou científica que nasce no século XVIII, mas eclode no século XIX, período em que surgem as teorias sobre as diferenças entre as raças. É considerado ainda como a manifestação do preconceito e da discriminação que permeiam as relações de raças em uma sociedade (MUNANGA, 1996).

Skidmore (1976) divide as teorias raciais em três grupos: A primeira escola é a etnológico-biológica, cuja afirmação centrava-se no argumento de que as diferenças fisiológicas representavam as variedades da raça humana e que tais diferenças tinham ligação com o clima a que cada raça estava exposta, confirmando assim a superioridade branca sobre índios e negros. A segunda, a escola histórica, argumentava que as raças podiam ser fisicamente diferentes umas das outras, com a branca superior a todas as outras, por que o gene do homem branco seria mais forte. O terceiro grupo teórico de pensamento racista foi o chamado darwinismo social, defendia um processo evolutivo que iniciava com uma única espécie, na qual as raças evoluíam de formas inferiores para superiores, resultado da sobrevivência dos mais aptos. Todas essas teorias tinham intuito de justificar a superioridade do homem branco.

O então chamado, racismo científico, ganha corpo nas grandes nações do mundo. No Brasil, o seu desdobramento na política e na sociedade do período tornou-se assunto amplamente debatido entre os historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Essa nova abordagem histórico-sócio-antropológica considera que a origem do racismo não é científica, e o homem não nasce com preconceito. É política, social ou econômica, prestando-se para justificar seus interesses, exploração econômica, ou como argumento para a dominação política (CARNEIRO, 2005, p. 9). Ou seja, a teoria raciológica, serviu principalmente para concretizar os interesses econômicos e políticos das grandes potências colonizadoras que estavam interessadas em dominar certos segmentos populacionais, como exemplo, os povos da América, Ásia e África.





Em suma, as teorias raciais impulsionaram as desigualdades entre os seres humanos e por meio do conceito de “raça” puderam classificar a humanidade. Para Munanga “a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem” (2004, p. 19).

Esta contextualização não é objetivo central desse artigo, no entanto, é necessária para justificar e mostrar que os processos pelos quais os negros passaram, no Brasil, na África, ou em qualquer lugar, não foram diferentes, na realidade, o que mudou apenas é a justificativa elaborada. Na África, as metáforas de cura justificaram o “imperialismo humano”. No Brasil, é evocada a herança da escravidão para justificar a posição social desigual em que o negro se encontra. Esses discursos moldaram a visão imperial fazendo dela uma resposta heróica, em vez de uma empresa de auto-interesse político e econômico (COMAROFF E COMAROFF, 1992).

Diante desta explanação fica evidente que a discriminação sempre existiu ao longo da história como um fenômeno social, no entanto, o racismo tal como concebemos hoje, é um conceito relativamente recente. E como o já foi dito anteriormente, surgiu essencialmente como uma justificativa da escravidão e do colonialismo.

### **Músicas da banda Reflexu’s: construindo o sentido da resistência**

Os sentidos e significados dados às letras das músicas serão representados aqui a partir do levantamento dos enunciados que expressam discursos referentes a denuncia e combate ao preconceito racial.

É importante ressaltar que esse trabalho recorrerá aos postulados da Análise de Discurso de orientação francesa, a fim de possibilitar entender os sentidos e significados presentes nos enunciados das músicas selecionadas. Entre as diversas categorias da AD foi escolhido como norte principal e metodológico, as condições sociais de produção e a memória discursiva.

Para Orlandi, a memória recria discursivamente sentidos que dialogam com a



produção dos acontecimentos ocorridos no passado através da referência a fatos históricos. Pode ser considerada ainda como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31).

Já as condições sociais de produção referem-se ao contexto histórico em que a música foi produzida, a década de 1980. Todas influenciam na produção de sentido da música.

Partindo do pressuposto de Pêcheux, de que o discurso é sempre produzido por sujeitos sócio-historicamente determinados e, por isso, condicionado a regras que regulam as práticas discursivas, as quais determinam as condições de exercício da função enunciativa (2006), a AD possibilitará uma investigação minuciosa dos enunciados, a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento de certos sentidos nas letras das músicas e, concomitantemente em nossa cultura.

Os enunciados foram retirados das letras de 4 músicas da banda *Reflexu's* intituladas: Jardim do Ébano, Transformação, Madagascar Olodum e Negro.<sup>3</sup>

Os enunciados serão representados uniformemente através das marcas: E.1, E.2 e assim por conseguinte.

**E.1<sup>4</sup>** - *E viva Pelô Pelourinho*  
*Patrimônio da humanidade ah*  
*Pelourinho, Pelourinho*  
*Palco da vida e negras verdades*  
*Protestos, manifestações*  
*Faz o Olodum contra o Apartheid*  
*Juntamente com Madagascar*  
*Evocando liberdade e igualdade a reinar*

*A priori* pode-se observar que toda a composição dos dois enunciados foi construída utilizando-se de um passado histórico. A representatividade do Pelourinho, centro histórico da cidade de Salvador e patrimônio histórico e cultural da humanidade, é apresentado de forma marcante, como “Palco da vida e negras verdades”, ou seja, é histórico por que

<sup>3</sup> As letras estão disponíveis no endereço: <http://letras.mus.br/banda-reflexu/>.

<sup>4</sup> ZULU, Rey; JESUS, Marinez de. Madagascar Olodum. In: Reflexu's da Mãe Africa. Emi, 1987. Faixa 1. MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU'S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro.



representa a origem dos negros que aqui foram escravizados.

No trecho, “Protestos, manifestações - Faz o Olodum contra o Apartheid”, além da formação discursiva de resistência ser baseada em uma memória discursiva, considerada aqui como o que já foi dito, que remete a política de segregação do Apartheid. É possível perceber claramente a relação existente entre o desejo e o poder abordado por Foucault (2004), pois considerando que o poder é causador de discursos, os discursos de protestos e manifestações expressam o poder que se quer privilegiar e apoderar, surgindo como defensor dos negros, revelando dessa forma o discurso enquanto desejo proclamado por – “Juntamente com Madagascar - Evocando liberdade e igualdade a reinar”.

Tem-se aí uma formação discursiva baseada em fatores simbólicos que se referem a fatores sócio-históricos e ideológicos. Os fatos históricos mencionados possuem alguma ligação com o tema da negritude e resistência ao preconceito racial. Isso pode ser observado com mais clareza nos enunciados abaixo:

*E.2<sup>5</sup> Não apartai não, não apartai não, não.  
Não apartai as flores da primavera.  
Quero ver florir liberdade a flor mais bela  
no jardim de ébano/ florescer lírios e Mandela  
Não apartheid, Não apartheid, apartheid, não  
Não no Brasil, não na África não, na Bahia ou Jamaica  
no apartheid no, no apartheid no, o no apartheid no.*

Para MAGNOLI (1992), o *Apartheid* que quer dizer separação na língua africâner<sup>6</sup> foi um regime de discriminação racial que vigorou na África do Sul ligado principalmente à política do país, a qual incluía artigos que refossavam a discriminação racial entre os cidadãos, mesmo os negros sendo maioria na população. Atingia a habitação, o emprego, a educação e os serviços públicos. Os negros não podiam ser proprietários de terras, não tinham direito de participação na política e eram obrigados a viver em zonas residenciais separadas dos brancos. Os casamentos e relações sexuais entre pessoas de raças diferentes eram ilegais. Para lutar contra essas injustiças, os negros acionaram o Congresso Nacional

<sup>5</sup> REFLEXU’S. ALMEIDA, Marcos. Jardim do Ébano In: Serpente Negra. 1988. Faixa 10.

<sup>6</sup> É uma língua de origem europeia falada na África do Sul e na Namíbia  
MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU’S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro.



Africano - CNA, uma organização negra clandestina, que tinha como líder Nelson Mandela<sup>7</sup>. Após anos de luta, uma nova Constituição não-racial passou a vigorar, com o desafio de transformar o país numa nação mais humana e com melhores condições de vida para a maioria da população (PEREIRA, 1985).

*E. 3.<sup>8</sup> Apartado está, quem não pode entrar na escola,  
vive sempre a escutar que é pra esperar lá fora,  
faz tempo que agente espera e nunca chega a hora.*

*E.4.<sup>9</sup> Apartado esta o povo lá na favela  
que vive sempre a sonhar com samba e passarela.  
Mas tudo que há é dor, fome e miséria  
Mas tudo que há é dor, fome e miséria.*

*E. 5.<sup>10</sup> Está apartado, discriminado na terra condenado,  
a ser favelado, povo marcado como se fosse gado.  
O povo apartado seja agora povo revelado,  
não quer somente ser essa gente nem eleitorado.*

A escola e a favela representam os lugares discursivos. Essa noção de campo discursivo foi introduzida por Dominique Maingueneau (1997), trata-se do local onde é produzido e consumido o enunciado. O campo discursivo não é estável, mas um lugar que procura esta estabilidade todo o tempo, não é homogêneo, e se dá em relações como dominados e dominantes, centrais e periféricos. A escola, ganha na letra o sentido de educação precária e segregacionista. A favela, lugar de marginalizados e de negros, em sua grande maioria, é terreno fértil para os bandidos, pois os que ali vivem são deixados a margem da sociedade.

O E.3. é construído por uma formação discursiva, ligada diretamente as condições sociais de produção do discurso. Ambas fortalecem um discurso denunciativo que remete a um período histórico brasileiro, não muito distante, em que o acesso a educação era privilégio de poucos, deixando a margem aqueles considerados como inferiores.

<sup>7</sup> Ícone mundial de luta contra o preconceito racial, líder do Congresso Nacional Africano - CNA, organização negra clandestina, foi condenado a prisão perpétua sendo libertado apenas na década de 1990 quando foram realizadas as primeiras eleições multirraciais que o elegeu para a presidência da República,

<sup>8</sup> Id.,1988, faixa 10

<sup>9</sup> Id.,1988, faixa 10.

<sup>10</sup> Id.,1988, faixa 10.



O discurso articulado no enunciado E.4 revela a influência do contexto em que a música foi criada. Na década de 1980, o país atravessava uma forte crise econômica, sendo o Nordeste, o Estado mais atingido, enfrentava uma situação de fome e miséria, causadas, principalmente, pela seca e falta de investimentos estatais.

O enunciado em sequência, E.5, fortalece a ideia de que os negros no país, em sua grande maioria, se encontravam nessa situação. Os debates atuais que se referem às questões da exclusão social, afirmam que quase sempre, essa exclusão se dá pela cor e/ou classe social do indivíduo (DAMAS, 2010). Retrocedendo um pouco na história em uma relação dialética com o presente, é possível compreender melhor como se formaram os processos que afirmaram as classes e posições sociais brasileiras, ou seja, os excluídos e os incluídos na nossa sociedade atual.

O que é bem visível, e não foge da temática, é que realmente havia uma classe excluída naquela sociedade, remanescentes, sobretudo, do processo de abolição. Entende-se, dessa forma, que essa música representa a voz daqueles que estão marginalizados pelo poder, realizando a construção de um sujeito que, por meio de suas ações, mostra-nos um modelo a não ser seguido, “não quer somente ser essa gente nem eleitorado”. A crítica a esse tipo de posicionamento social, a posição que apenas reproduz as regras do sistema, fica evidente no seguinte trecho: “Está apartado, discriminado na terra condenado, a ser favelado, povo marcado como se fosse gado”. Ao observarmos o tratamento dado ao sujeito, nota-se que o agir do sujeito não é valorizado como tal, mas como um animal. O sujeito, nesse sentido, torna-se apenas uma peça na engrenagem da estrutura.

*E.6.<sup>11</sup> Quando lutei, sofri e chorei, e o destino me fará um vencedor ô Jha.  
E a babilônia é a razão de tudo sou sempre mais e mais dos negros, e o que fazer? Se a  
transformação não dará pros negros, eu, você e Deus será  
Na negra cor ôôô, ôôôô Jha  
Na negra cor ôôô, ôôôô Jha*

*Eu sei tudo não resume aqui, vou sair e vou lutar como Mandela nos ensinou  
Sei meu papel nesse jogo da vida, ficar assim parado vai assentar a ferida que eu ajudei a  
curar*

<sup>11</sup> REFLEXU'S. ALMEIDA, Marcos. Transformação. In: Atlântida. Som Livre, 1993. Faixa 09. MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU'S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro.



A formação discursiva em questão é caracterizada pelo caráter contestatório e denunciativo, pois todo o seu discurso é organizado em torno da contestação quanto às oportunidades, quais sejam, políticas, sociais, culturais ou econômicas, as quais foram por muito tempo, prioridade para as pessoas consideradas brancas.

Considerando que qualquer formação discursiva é resultado de uma dispersão de elementos históricos, sociais e ideológicos podemos dizer que a formação em questão, resulta de aspectos como: A alusão ao processo histórico de discriminação “Eu sei tudo não resume aqui, vou sair e vou lutar como Mandela nos ensinou”; a condição social de submissão deles que ainda persiste mesmo após a abolição “Se a transformação não dará pros negros”, e a ideologia do discurso de resistência representado por elementos históricos, religiosos e culturais. Em suma, podemos dizer que temos um sujeito enunciador com uma formação discursiva contestatória, correspondente a sua formação ideológica de defensor da causa dos negros, e determinada também por fatores históricos, sociais e ideológicos. Através do discurso direto e ideológico da letra, os autores chamam o sujeito que interage com ele, a uma mudança, a um deslocamento do lugar de acomodação social.

*E.7<sup>12</sup>. Eu hoje quis ver você, pensei em te encontrar no ar,  
o povo do meu Brasil castigo tem mais de mil,  
um povo gentil e varonil, ama a pátria a mãe gentil,  
passei, passei, passei, passei por lá.*

*Ó negro tu não tem vez e não é de Cingapura,  
tem na raça a mistura e o suingue do ylê, ylê, ylê, ylê ylê, ylê, ylê<sup>13</sup>  
Tem na cor da pele sua cantoria e hoje eu canto com você.*

O enunciado E.7 é constituído por uma formação ideológica, na qual o sujeito insere-se como negro que é consciente e orgulhoso de sua cor, como defensor da causa negra que critica o movimento racista brasileiro. Visto que todo o seu discurso se constrói em oposição a este determinado poder vigente, faz um apelo de resistência e mudança sem

<sup>12</sup> REFLEXU’S. ALMEIDA, Marcos. Negro. In: Atlântida. Som Livre, 1993. Faixa 10.

<sup>13</sup> Faz referência ao grupo cultural afro baiano que tem o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira. Desde que foi fundado vem homenageando os países, nações e culturas africanas e as revoltas negras brasileiras que contribuíram fortemente para o processo de fortalecimento da identidade étnica e da auto-estima do negro brasileiro, tornando populares os temas da história africana vinculando-os com a história do negro no Brasil, construindo um mesmo passado, uma linha histórica da negritude.

MÚSICA E RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E DISCURSIVA DO PRECONCEITO RACIAL E SOCIAL NAS MÚSICAS DA BANDA REFLEXU’S – OLIVEIRA, Glécia Carneiro.





pregar superioridade entre as raças, esse sujeito busca igualdade de tratamento e reconhecimento, ressaltando o processo de miscigenação. Isso pode ser denotado nas frases “tem na raça a mistura e o suingue do ylê ” e “ Tem na cor da pele sua cantoria”. O sujeito discursivo se situa em um determinado lugar sócio-histórico que é o período de redemocratização brasileira, caracterizado pelo surgimento de diversos movimentos em prol da luta anti-racista.

260

### Considerações finais

Como formas de consciência historicamente construídas e determinadas, as teorias raciais e o racismo perpassaram todas as culturas e todas as civilizações. Juntos, cortaram, através dos milênios, as religiões, filosofias e ideologias, sustentando um discurso baseado nas diferenças fenotípicas, cujas raízes se perderam na memória esquecida da humanidade que remetem a longínquos conflitos insolúveis.

Se o racismo resiste hoje com a virulência que possui, apesar de todos os avanços no conhecimento científico sobre as diferenças humanas, é porque ele tem se convertido ao longo do tempo numa realidade tenaz, arraigada na consciência e na prática social. Penso ainda que o discurso racista é responsável pelo silenciamento em relação à raça em nossa sociedade. O tema é pouco discutido porque causa incômodo. Ademais, quando é abordado, muitas vezes, é cercado de “pudores” que levam a eufemização.

A análise do discurso proporcionou ferramentas para melhor entender o sujeito e seu dizer. Dessa forma, foi importante compreender não só o ser como indivíduo, mas a uma complexidade histórica e social que é representada pelo sujeito.

Na música, como representante de um gênero textual, a produção discursiva se apresentava constituída de vários sujeitos, identificados num discurso heterogêneo em que o sujeito, ora se apresenta dono único do seu dizer, ora representante de várias outras vozes.

Os enunciados transcritos das letras das músicas da banda *Reflexu's* possuem uma relação estreita com uma série de formulações com as quais eles coexistem. É através dessas relações que os discursos de resistência se constituíram, como também, pelas quais se apagará ou tomará um lugar, podendo ser ou não valorizado, conservado, sacralizado e



oferecido, como objeto possível, a um discurso futuro. (GREGOLIN, 2006, p.27). Além disso, são estabelecidos por formações discursivas que condicionam os sujeitos por uma determinada ideologia regulando aquilo que podem ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais. São construídos a partir de uma memória discursiva que remete a símbolos da cultura, como também, a fatos históricos.

O discurso de resistência aparece nas letras das músicas da banda *Reflexu's* por meios de representações histórico-culturais que remetem a uma ancestralidade baseada na religião e em fatos históricos, ou seja, na memória discursiva, que nesse sentido pode ser entendida como as experiências passadas, retomando os sentidos já ditos em algum momento anterior, produzindo dessa forma um efeito no discurso da fala corrente, ou seja, o já-dito possui uma relação com o que se está dizendo (ORLANDI, 2001).

### Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CASTRO, A. A. *Axé music: mitos, verdades e world music*. Per Musi, Belo Horizonte, n.22, 2010, p.203-217.
- DAMAS, Sérgio Nuno. *Pobreza e Exclusão Social*. Coimbra, 2010.
- FALCÓN, Maria Bárbara Vieira. *O Reggae no Recôncavo Baiano. Remanescentes do Paraguaçu. Música e Identidade Cultural em Cachoeira*. Monografia de Conclusão de Curso. Salvador: UFBA, Departamento de Antropologia, 2002.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 10 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004
- GUERREIRO, G. *A Trama dos Tambores – a música afro-pop de Salvador*. São Paulo: Editora 34, 2000.



COMAROFF, Jhon e Jean. *Ethnography and the Historical Imagination*. Boulder, San Francisco, Oxford, Westview Press, 1992.

LEME, Monica Neves. *Que “tchan” é ess?: Industria e produção musical no Brasil dos anos 9º*. São Paulo: Annablume, 2003.

MAGNOLI, Demetrio. *África do Sul - capitalismo e apartheid*. São Paulo: Contexto, 1992.

MAIGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes. 1997.

MIGUEZ, Paulo. *A organização da cultura na “cidade da Bahia”*. 2002. 348 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

MOTA, Fabrício dos Santos. *Guerreiros do Terceiro Mundo: Identidades Negras na Música Reggae da Bahia (anos 80/90)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Pos Afro/CEAO/ UFBA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Cadernos Penesb (Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira). UFF, Rio de Janeiro, nº 5, p. 15 – 34, 2004.

ORLANDI, E P.. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas (SP): Pontes; 2001.

PEREIRA, Francisco José. *Apartheid: O horror branco na África do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi.- 4ª edição- Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

REIS, João José. *Aprender a raça*. Veja, São Paulo, Abril Cultural, 1993, p. 189-195.

RISÉRIO, Antônio. *Carnaval ijexá: notas sobre afoxés e blocos do novo carnaval afrobaiano*. Salvador: Corrupio, 1981.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: editora 34, Ed. 10, 1998.



## **CORPOREIDADE E IDENTIDADE, O CORPO NEGRO COMO ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÃO.**

SILVA, Joyce Gonçalves da

*Estudante de Mestrado do Programa PPRER- CEFET/RJ.*  
*gsilva.joyce@gmail.com*

263

### **RESUMO:**

A análise proposta pressupõe que a relação entre a cultura e os corpos negros constituem uma corporeidade que traz consigo, em suas movimentações e expressões, visões estereotipadas sobre a população negra. A maneira como estas visões estereotipadas repercutem na corporeidade do indivíduo e influenciam na sua identificação são pontos a serem abordados. A corporeidade se constitui na relação do sujeito com o seu mundo. Considerando que a sociedade brasileira investe na marginalização dos corpos negros, através da difusão de estereótipos e do racismo, temos no corpo do indivíduo negro um possível espaço de resistência a essas correntes. Cientes do corpo como espaço para a significação do "Eu", percebemos na população negra, a identidade influenciada por toda a trama que se abate sobre sua corporeidade, da opressão à luta contra estereótipos. Pretende-se então a discussão sobre o corpo negro como espaço de significação e luta contra os estereótipos atrelados à sua corporeidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corporeidade; Estereótipo; Identidade.

### **ABSTRACT:**

The proposed analysis assumes that the relationship between culture and black bodies are a corporeality that brings in their movements and expressions, stereotypes about black people. The way these stereotypes have repercussions on the corporeality of the individual and influence their identification are points to be addressed. The corporeality is constituted in the subject's relation to his world. Whereas the Brazilian society invests in the marginalization of black bodies, through the dissemination of stereotypes and racism, we have the body of the black guy as a space of possible resistance to these currents. Aware of the body as a place to construct the meaning of "ME", is noticed in black population, the identity influenced by the whole plot that befalls its corporeality, from the oppression through combating stereotypes. The intend of this propose is a discussion over the black body as a place of significance and combating stereotypes tied to his corporeality.

**KEY-WORDS:** Embodiment; Corporeality; Stereotype; Identity.



## O Corpo e os sistemas de diferenciação

O corpo é a dimensão biológica que materializa a nossa presença no mundo. É o lugar concreto onde manifestamos nossas vontades, desejos, tudo o que foi aprendido e observado ao longo de nossa história pessoal e por esta razão, o corpo, também é fruto de construção social, repleto de representações culturais e simbólicas de uma sociedade.

O corpo, como relata Foucault, "é uma jaula desagradável, na qual terei que me mostrar e passear. É através de suas grades que eu vou falar, olhar, ser visto. Meu corpo é o lugar irremediável a que estou condenado (2010, p.01)". É o canal por onde nos diferenciamos dos outros, é por onde somos vistos, observados e julgados, é o caminho pelo qual as sensações e percepções que temos de nós mesmos, de todas as pessoas e das coisas que nos cercam se internalizam e assim se tornam participantes da estruturação de um conceito que pré-estabelecemos sobre a diferença.

A diferença é como uma conceituação criada por nós mesmos, influenciados pela cultura, sobre o que nos difere das coisas do mundo. Assim sendo, as características físicas e visíveis de todas as coisas do mundo são utilizadas como elemento diferenciador, as cores, os formatos, as texturas. Segundo Hall (2013,p.04) " O que importa com relação às diferenças são os sistemas que utilizamos para dar sentido a elas, a forma como organizamos essas diferenças em sistemas de sentido, com os quais fazemos com que o mundo nos seja inteligível." Isso somente é possível quando, ainda segundo o autor, estas diferenças são organizadas dentro da linguagem, quando elas adquirem sentido.

Este sentido é adquirido através dos sistemas de representação oferecidos pela cultura. Estes sistemas nos oferecem subsídios para o sentido/significado do que nos é diferente. Segundo Rodrigues (2006, p.20) "os sistemas de representação estabelecem cortes e contrastes e instituem diferenças." Estas diferenças são assimiladas pela cultura em forma de sistemas classificatórios e a marcação destas diferenças é o componente chave destes sistemas.

A marcação da diferença ocorre tanto no processo de classificação, quanto nos processos simbólicos de representação, formando a partir daí um significado para o que é visto no mundo. Esta marcação das diferenças ocorre também nas formas de exclusão social. A autora Kathryn



Woodward contempla a questão ressaltando como a cultura estabelece sua ação nos processos de diferenciação e constituição de sentido.

" Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. ' (WOODWARD, In: SILVA, 2013, p.42)"

O processo de conscientização da diferença ocorre ainda na infância, quando a criança descobre o seu corpo, construindo seu esquema corporal e com a ajuda dos pais e do meio ambiente, estrutura-se sua imagem corporal. Desta maneira, a criança institui o que é semelhante e o que é diferente de seu corpo. A estruturação da imagem corporal só se completa mais tarde quando o contato desta criança com a sociedade aumenta e a cultura se instaura no cotidiano desta. A cultura é o dinamizador da constituição da diferenciação na criança, como podemos observar nas palavras de Rodrigues:

"Quando crianças, habituamo-nos a absorver as características de nossa cultura tão inconsciente como aquela pela qual aprendemos o idioma que falamos. De fato, o comportamento social liga-se a uma pauta que está para a consciência do agente de maneira tão sutil e disfarçada como as regras da língua estão para o falante. Da mesma forma, os contrastes e oposições que se responsabilizam pela constituição de sentido das coisas e do mundo estão muitas vezes implícitos e dissimulados numa região de difícil acesso para a consciência dos indivíduos" (RODRIGUES, 2006, p.42)

Desta maneira, a cultura e seus conceitos são internalizados pelos corpos dos indivíduos, naturalizando as diferenças, havendo mesmo assim uma conceituação sobre cada uma delas, por onde se baseia a discriminação: Eu/outro.

Logo, se analisarmos as diferenciações a partir das características físicas das coisas que compõe o mundo, o corpo do Outro, será avaliado também a partir disto. Ao considerarmos a nossa sociedade, onde pessoas são discriminadas e oprimidas em razão de sua cor de pele e posição social, observaremos que nela a cultura apresenta o corpo do Outro sendo caracterizado exclusivamente pela cor, características físicas e condição social. Segundo Bhabha (1998, p.107) "o corpo está sempre simultaneamente inscrito tanto na economia do discurso, da dominação e do poder." O corpo, neste caso, é o instrumento de representação do poder.





Cientes de nosso passado colonial, estabelecemos uma relação entre o discurso construído sobre a população negra, e que ainda resiste, e os corpos dos excluídos socialmente. Observamos então que, utilizando a cultura e a educação, são disseminados os conhecimentos do colonizador. Isto ocorre por meio de seu discurso e de sua atuação política, impondo aos corpos dos indivíduos, os saberes e normas de conduta dentro dos quais estão as visões e percepções acerca do sujeito colonial. Este discurso colonial tem como "seu objetivo apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução." (BHABHA, 1998, p.111)

266

### O corpo e o discurso colonial

O discurso colonial europeu manteve sua força e poder por meio do discurso da dominação colonial e da desmoralização dos povos colonizados onde a supremacia da raça branca europeia sobrepujava todos os outros que desta não faziam parte. Este discurso segundo Bhabha (1998, p. 111), "emprega um sistema de representação, um regime de verdade, que é estruturalmente similar ao realismo." Desta maneira, reconhecido é, como conhecimento, os regimes discursivos do colonizador proporcionando ausências referenciais na formação identitária dos povos, onde estas referências aos seus atributos culturais e corporais são difundidos somente por aspectos negativos ou sobrecarregados por exotismo.

Como a Europa era o ponto central da civilização, centro de cultura e conhecimento, abarcamos em nossa cultura, os termos utilizados pela alta cultura europeia, que se estrutura e se mantém a partir do discurso da superioridade colonial.

Em nossos discursos atuais temos resquícios e conceituações advindas deste período, que ainda permanecem como verdades. É esta a dinâmica que ocorre nas sociedades que foram colônias europeias, incluindo o Brasil. Dinâmica que "procura a legitimação de suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados mas avaliados antiteticamente" (BHABHA, 1998, p.111). Assim sendo, os conhecimentos e atitudes atribuídas às populações oprimidas pelo sistema colonial demonstram uma variação de verdade, sendo assimilada por seus corpos e tornando-se parte de sua história pessoal expressa por este corpo.



É a partir desta dinâmica de apreensão do conhecimento e de uma cultura genuína oferecidas pelo colonizador que as diferenças culturais e as características físicas se tornam parte de um esquema de diferenciação e discriminação. Ao instituir seu discurso de superioridade enquanto verdade, o colonizador conceitua negativamente as características físicas e culturais dos outros povos, julga seus comportamentos e ações e condena as atitudes corporais de seus colonizados. Tudo isso na tentativa de normatizar os comportamentos da sociedade que pretende construir nas colônias onde difunde as ideias estereotipadas sobre aqueles que não se enquadram em seu desejo de sociedade.

### O corpo e a cultura

Acreditamos que a consequência desta postura tenha atingido a formação de nossa cultura, de maneira que a cultura brasileira se torna no decorrer dos anos uma mostra da cultura periférica do país, sendo apropriada e ressignificada a fim de satisfazer as normas delineadas pela elite, que ainda mantém, como dito anteriormente, resquícios de um discurso eurocêntrico, mesmo com a globalização e a ascensão da cultura americana.

Laraia (2013,p.67), nos diz que "a cultura de uma sociedade é como uma lente através da qual o homem vê o mundo". Nesta lente estão embutidos todos os conceitos, regras e comportamentos que a sociedade estabeleceu como característicos e ideais para a boa convivência de seus cidadãos. Com isso, assistimos na cultura brasileira, toda a gama de preconceitos e estereótipos empregados a fim de definir o que é melhor e o que é pior para o consumo cultural e para a vida em sociedade. No período de definição do que seria a cultura nacional brasileira, a fim de melhorar a imagem da mestiçagem e legitimar a imagem do país no exterior, ocorreu uma apropriação e uma ressignificação das produções artístico-culturais de negros e mestiços, transformando estas manifestações em nacionais, o que de uma maneira ou de outra, as descaracterizou enquanto manifestações negras.

"Foi nos anos 1930 que o mestiço transformou-se definitivamente em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé, na comida e no futebol. A valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não encontra contrapartida fácil na valorização das populações mestiças e negras, que continuam a ser, como veremos, discriminadas nas esferas da justiça, do direito, do trabalho e até do lazer."(SCHWARCZ, 2012, p.28)



Nossa lente foi habituada, após este momento pontual, a enxergar manifestações de matriz afro brasileira como uma produção nacional, ou seja, engloba o mito das três raças e não valoriza a matriz africana de grande contribuição. Neste processo de apropriação da cultura negra, alguns estereótipos insistiram em permanecer no imaginário social, atingindo as manifestações culturais, e conseqüentemente os corpos negros, que passaram a ser vistos por imagens que exaltam a sexualidade e o erotismo. Mais uma vez o corpo negro é renegado às esferas intelectuais. Não que não houvessem intelectuais negros neste período, mas a imagem massificada pela mídia foi a da sensualidade da mulata, da malemolência do malandro mulato e da predisposição dos negros ao futebol, como podemos observar nas palavras de Schwarcz:

"Para além do debate intelectual, tudo leva a crer que, a partir dos anos 1930, no discurso oficial "o mestiço vira nacional" ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados. Esse é o caso da feijoada, naquele contexto destacada como um prato típico da culinária brasileira. A princípio conhecida como comida de escravos, a feijoada se converte em prato nacional, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem. Era, portanto numa determinada cultura popular e mestiça que se selecionavam os ícones desse país: da cozinha à oficialidade, a feijoada saía dos porões e transformava-se num prato tradicional."(SCHWARCZ, 2012,p.59)

A matriz negra desta maneira é clareada e melhor aceita no diferentes meios onde ainda predominam os não negros, a elite brasileira.

As conseqüências desta arquitetura para a corpo negro: Estigmatização de suas atitudes corporais, mais uma vez. O que poderia ser positivo, se tornou uma referência negativa quando generalizada e apimentada com os recorrentes estereótipos negativos com relação ao trabalho e aos estudos.

Dito isto, podemos observar na cultura a presença de um discurso para difusão dos ideais da política dominante. Sua ação por sobre o corpo, atravessa a razão, chega-nos até a corporeidade influenciando visões, percepções, ações e comportamentos dos sujeitos. A atitude corporal da população negra foi, então, atrelada ao malandro e a boemia, aos jeitinhos e ao roubo, a preguiça e à falta de instrução.

Desta maneira, percebemos como os estereótipos sobre o Outro ganham força ao utilizar o corpo como referência, sendo "o estereótipo a principal estratégia discursiva do colonialismo."



(BHABHA,1998, p.105), temos aí uma grande moeda de força para impedir a ascensão dos que foram excluídos socialmente.

O estereótipo estrutura a imagem do sujeito, transforma a sua auto imagem e o seu corpo, tornando este em um ser desajustado na sociedade. As populações atingidas por estereótipos têm na constituição de sua identidade o peso dessas visões. São instituídos rótulos, padrões de comportamentos e ações que acabam por marcar a corporeidade do indivíduo na sociedade.

Estas diferenciações instituídas a partir das características físicas dos indivíduos acabam por modificar os corpos destes. Assim, toda a linguagem e imagem corporal que é construída pelo indivíduo a partir de seu corpo e de seu contato com o meio onde vive, é influenciada pela atuação dos estereótipos. Os comportamentos e atitudes deste corpo obedecem às ordens impostas pela cultura e pelos olhares que o Outro mantém sobre ele, neste caso, olhares estereotipados, que influenciam diretamente em seu autoreconhecimento, que:

"se caracteriza pela capacidade do ser humano de construir uma representação interna do universo e também uma representação interna de si mesmo. Cada um de nós avalia sua posição no âmbito físico e social. Leva-se em conta a posição, prestígio social, a aprovação do outro, o respeito e a segurança." (LEE MANOEL, 2002, p.34)

O auto reconhecimento é também uma forma de identificação. A representação interna que o indivíduo faz de si e dos que os cercam, é o que constitui a sua identidade pessoal e esta constituição da identidade é marcada por símbolos. Os símbolos em uma sociedade, marcada pela presença de um discurso com resquícios do tempo colonial, se apresentam numa cultura onde eles servem como objetos de diferenciação. Na história do Brasil os símbolos que representavam a população negra foram ressignificados e alguns invisibilizados em função da criação de uma identidade nacional, desta maneira "uma série de símbolos vão virando mestiços, assim como uma alentada convivência cultural miscigenada se torna modelo de igualdade racial."(SCHWARCZ, 2012,p.68)

É através da difusão destes símbolos como objetos de diferenciação que ocorre a marginalização dos corpos dos excluídos, da periferia. Como os símbolos expressos na cultura da periferia onde se encontram estes corpos excluídos é julgada como inferior e vulgar, a elite dominante, em seu discurso, hoje amparado pela mídia, amplia e divulga as ideias e os



estereótipos sobre este corpo, discriminando, segregando, estabelecendo locais e ações para sua expressão. Considerando que a população negra possui uma enorme expressão cultural, voltemos a alertar que este é o corpo que sofre com a marginalização.

A marginalização da corporeidade negra segue por caminhos que chegam a impedir que seus jovens frequentem locais, onde por imposição da cultura dominante, não haveria espaço para eles. Sua arte não é tão bem vista, pois está atrelada, devido aos estereótipos, à sexualidade e a vulgaridade. As imagens difundidas e defendidas pela a mídia não contemplam a corporeidade e a estética negra, assim sem referencial, os corpos negros se encontram perdidos em meio a uma inundação de perfis que não se encaixam na realidade social que se encontram.

Temos a partir desta conjuntura um paradigma de identidade para a população negra. Como o corpo negro estará presente em uma sociedade que o invisibiliza? Que linguagem será expressa por este corpo?

Seguindo a observação de Hall (2013, p.06) podemos enxergar o corpo como um texto, um texto pronto para ser lido e interpretado. Um texto que segundo Fanon, já tem uma leitura pronta, que é aquela do observador branco: "Pois o negro não tem mais de ser negro , mas sê-lo diante do branco.(2008, p.104)" Atentamos para o fato que nosso corpo, enquanto texto, se constrói a partir do que sabemos sobre ele e também sobre o que é dito sobre ele. A população negra brasileira tem um texto pré-escrito não muito favorável à sua ascensão e valorização cultural. A corporeidade negra sofre em ser-no-mundo.

Sendo a corporeidade o próprio agir no mundo, a complexidade do entendimento do ser/estar, temos na corporeidade a expressão do EU.

Acompanhando o pensamento de Gumbrecht (2004, p.91), a corporeidade é como o nosso componente de presença. Somos e estamos no mundo através de nossa relação com as coisas do mundo, de nossas atitudes e comportamentos neste mundo, de nossa intencionalidade de movimento, através de nossa corporeidade.

Nossa corporeidade ao expressar a linguagem de nosso corpo, traz consigo as conceituações e a normalização estabelecida pela cultura. Assim sendo, a corporeidade negra traz consigo as marcas concretas dos discursos vigentes sobre a população negra, "marcas estas que



hoje podem ser reconhecidas pelo olhar da discriminação que as mantêm vivas, enquanto mecanismo de opressão e dominação." (MATTOS, 2010, p.34). Não esquecendo que com isso a expressão da corporeidade negra está imbuída da resistência e dos estereótipos atribuídos a este corpo. Mattos (2010, p.49), esclarece que a representação corporal do sujeito negro é um atributo pelo qual ele é avaliado e, por esta razão, influenciado pelos estereótipos. Assim, assistimos a invisibilização e a inferiorização desse atributo.

No corpo negro, temos além do esquema corporal e as percepções de si, a atribuição da raça às características fenotípicas. O cabelo e a cor de pele são como insígnias da raça negra.

Estas características físicas em si não são capazes de caracterizar um grupo de pessoas ou determinadas culturas como diz Hall (2013, p.01), mas com relação à população negra torna-se sinônimo de ancestralidade e preconceito. Os discursos discriminatórios sobre o corpo negro, foram criados justamente a partir destas características físicas e por isso raciais, sendo ainda relacionados aos comportamentos e atitudes corporais. Crescem desta conjuntura as visões estereotipadas sobre a população afro brasileira, estampadas tanto nos discursos como na corporeidade de sua população negra.

A atribuição do significado de raça enquanto caracterização física dos indivíduos, influencia a corporeidade e a estética das populações negras, porém reconhecemos que o significado de raça no Brasil é mais profundo, associa ainda atributos físicos e posição social. A raça é como na citação de Hall (2013, p.01)," um significante flutuante, um componente discursivo". O seu significado está atrelado ao sentido histórico cultural que este meio de diferenciação tem em uma sociedade e na sociedade brasileira. Sujeitos negros foram desprovidos da cidadania por séculos, passaram pelo abandono do poder público no pós-abolição e tiveram a raça associada à causa de todas as mazelas da sociedade. Tornando assim, a raça um parâmetro de avaliação do olhar branco sobre a população negra no Brasil. A raça para as populações negras é a marca concreta de sua diferença, que está explícita em seu corpo. Hall (2013, p.01), em seu texto esclarece que "como elemento discursivo, a raça é uma construção social, que só aparece nos corpos pela distinção da diferença."

A raça associada às características físicas, a condição social e ao comportamento esperado, atribui ao corpo negro um significado/sentido na sociedade. Este sentido "cercado"





por preconceitos tem no corpo negro brasileiro a incorporação dos estereótipos defendidos desde os tempos coloniais. Desde então temos atrelado ao corpo negro a noção de intelectualidade inferior, propensão aos trabalhos manuais extenuantes, insatisfação pelo trabalho formal, sexualidade exacerbada, pele não limpa, cabelos crespos, descuidados e fealdade. São estereótipos atribuídos aos negros que até hoje vigoram marcando profundamente a corporeidade destes.

A corporeidade negra brasileira, tem a sua história contada a partir destas visões, o que reforça o racismo e a discriminação racial. As tradições afro brasileiras relacionadas às expressões corporais e às artes, tem sido incorporadas pela cultura vigente, realizando uma leve valorização, porém o corpo negro, que foi posto às margens da sociedade sofre com a estigmatização de sua imagem. Desta maneira, os corpos negros na atualidade brasileira tem em suas expressão e corporeidade, suas movimentações e atitudes, ainda atribuídos à comportamentos desaprovados para o convívio em sociedade, sendo esses atributos atrelados à sua condição social. O racismo brasileiro possui esta característica e os corpos da população negra sofrem esta imposição, como bem reconhece Lilian Schwarcz:

"Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno privado o jogo da discriminação. Em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica." (SCHWARCZ, 2012, p.32)

A corporeidade negra: a linguagem corporal.

As movimentações e atitudes corporais do corpo negro, trazem em suas linguagens, a ancestralidade corporal, uma referência em sua linguagem aos movimentos e expressões exercidas por seus antepassados.

"São muitas as ação repetidas das tradições ancestrais, outras foram adaptadas, algumas criadas ou fundidas, mas têm sempre no corpo possível, no corpo do trabalho, o principal elemento-base para realizar, nos momentos permitidos, a celebração da pessoa com a sua história, sempre marcada pela música e dança." (SABINO; LODY, 2011, p.80)



É como se o que foi vivido pelos antepassados negros estivesse marcado na corporeidade das populações afro descendentes. Isto posto, as linguagens corporais expressadas pelos corpos negros estariam carregadas, além de todo o estereótipo atribuído a ele, de um movimento de resistência às imposições de normatização de seus aspectos culturais para enquadramento na sociedade. Deste modo, este corpo é repleto de expressões sobre a luta difundida pelos antepassados por sua libertação e conquista da cidadania.

Segundo Hall (2013, p. 324), "dentro de toda exclusão e opressão sofrida na colonização, restou às populações de descendência africana o seu corpo como forma de expressão e identificação na diáspora". Mais uma vez o corpo se torna um espaço de significação. Os sistemas de representação impostos pela cultura estão neste momento internalizados na corporeidade.

Desta maneira, concluímos que a constituição da identidade se dá também através da corporeidade. A corporeidade é constituída a partir de nossa relação com o mundo. Se o mundo onde vivemos se constitui de uma sociedade que foi colonizada, onde os conhecimentos reverenciam uma parcela da população e invisibilizam outra, acreditamos que a corporeidade dos invisibilizados esteja formada de maneira a manter-se invisível. Porém, pela ação da resistência cultural, temos um novo panorama para a corporeidade negra. O mesmo corpo que é marginalizado, subjugado como incapaz de alguns afazeres intelectuais, tem hoje o seu retrato modificado pela ação das linguagens corporais negras incorporadas à cultura vigente. Apesar da globalização e do deslocamentos das culturas para a periferia, o que assistimos é o crescimento das vertentes de matriz africana participando cada vez mais da cultura de massa, tornando a corporeidade negra, sim visível.

O corpo negro, a partir de então com toda a sua corporeidade, englobando expressões corporais, estética e comportamento, tem a sua visibilidade assegurada a partir das lutas das populações negras em legitimar sua cultura, lutando pela anulação dos estereótipos. Essa é uma luta de forças como coloca Deleuze (1976, p.21), as forças reativas na atualidade têm demonstrado sua força ao encontrar espaços para legitimação de seus significantes culturais. A estética, as políticas afirmativas, a cultura de massa, são vertentes que auxiliam nesta legitimação.



Esperemos da sociedade brasileira modificações nas visões e percepções de forma que sejam maximizados os espaços de intervenção da população negra engajada na luta contra a sua invisibilidade.

### Referências:

- BHABHA, H.K. **O local da Cultura**. Belo horizonte: Editora UFMG, 1998. p. p.105 - 128..
- DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976. p.21-23.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008. p. 103 - 126.
- FOUCAULT, M. O corpo Utópico. Trad. Cepat. Página/12 (Buenos Aires), 29/10/2010 (1966). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/noticias/38572-o-corpo-utopico-texto-inedito-de-michel-foucault#.Uc-c\\_xLbGa](http://www.ihu.unisinos.br/noticias/38572-o-corpo-utopico-texto-inedito-de-michel-foucault#.Uc-c_xLbGa)>
- GUMBRECHT, H.U. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2004 p.75 - 117.
- HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. 2ª.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 372-388.
- \_\_\_\_\_. Raça, o significante flutuante. Revista Z Cultural (PACC-UFRJ), Ano VIII, No.2, 2013. Disponível em:<<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>>
- LEE MANOEL, C.L. O corpo em movimento gerando autoconhecimento. In: **Corpo, Prazer e Movimento**. São Paulo: SESC/SP, 2002. p.32 - 41.
- MATTOS, I.G. **Estética Afirmativa: Corpo negro e Educação Física**. Salvador: EDUNEB, 2009.
- RODRIGUES, J.C. **Tabu do corpo**. 7.ed., Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- SABINO,J; LODY,R. **Danças de matriz africana: Antropologia do movimento**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- SCHWARCZ,L. M. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1.ed - São Paulo; Claro Enigma,2012.
- SCOTT, D. **Refashioning Futures: Criticism after postcoloniality**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.
- SILVA, T.T. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 13.ed, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- SIQUEIRA, M.L. Identidade e racismo: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002. p. 73- 85.



## MÚSICA E RAÇA: ANÁLISE DOCUMENTAL DENTRE AS LICENCIATURAS EM MÚSICA DE TRÊS UNIVERSIDADES DO RIO DE JANEIRO

MOUTINHO, Renan Ribeiro

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ*  
*renanmus@gmail.com*

276

### RESUMO

A lei nº 10.639/03, assim como a lei 11.769/08, instituíram mudanças significativas no plano educacional, seja no currículo Oficial da Rede de Ensino de Educação Básica como em novas orientações de aplicação na formação docente dentre as licenciaturas no âmbito acadêmico. A primeira lei instituiu a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica e, a segunda instituiu a obrigatoriedade do ensino de música neste mesmo sistema educacional. Consideramos, juntamente com Munanga (2008) e Guimarães (2009) que o conceito de raça, embora sobejamente superado pelas Ciências Biológicas, persiste utilizável e necessário em estudos de caráter sociológico. Dessa forma, a metodologia deste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória a partir de análise documental dentre as propostas curriculares dos cursos de Licenciatura em Música de três universidades do Rio de Janeiro, a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário (CBM/CEU). fim de perceber quais as propostas destes cursos, quais os princípios que os permeiam, como estão organizados e a forma pelo qual se articulam com as DCN's, com destaque para as Diretrizes Curriculares para o Ensino das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana – assim como com a legislação vigente, em especial os objetivos expressos na CNE/CP Resolução 01/2004, as leis nº 10.639/03 e a Lei nº 11.769/08. Pretendemos, com esta investigação, fundamentar a segunda fase do trabalho de pesquisa em desenvolvimento no mestrado, em andamento, além de realizar uma importante análise sobre como as referidas leis vem sendo incorporadas dentre importantes instituições sociais, como a Escola e a Universidade, que possam viabilizar seu efetivo e pleno desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Ensino de música; Relações Étnico-raciais; Teses e dissertações.

### ABSTRACT

The Law 10.639 / 03 , as well as the law 11,769 / 08 , introduced significant changes in the educational level or in the Official curriculum of Basic Education Education Network as new application guidance in teacher education among the degrees in the academic area . The first law established the obligation of the subject History and Afro - Brazilian Culture in Basic Education and the second established the obligation of music education in the same school system. We believe , along with Munanga (2008 ) and Guimarães (2009 ) that the concept of race, although widely overcome by Life Sciences, remains usable and necessary in sociological studies. Thus, the methodology of this study is characterized as an exploratory research from document analysis among the proposed curriculum of Bachelor of Music courses at three universities of Rio de Janeiro , namely: Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ ) State Federal University of Rio de Janeiro ( UNIRIO ) and Brazilian Conservatory of Music - University Center (MBC / CEU ) . order to understand what the proposals of these courses , which the principles that underlie them, how they are organized and the way by which articulate with the DCN 's , especially the Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic - Racial Relations and the History Teaching and Afro -Brazilian Culture and African - as well as with current legislation , in particular the objectives expressed in CNE / CP Resolution 01/2004 , the law 10.639 / 03 and Law No. 11,769 / 08 .  
MÚSICA E RAÇA: ANÁLISE DOCUMENTAL DENTRE AS LICENCIATURAS EM MÚSICA DE TRÊS UNIVERSIDADES DO RIO DE JANEIRO – MOUTINHO, Renan Ribeiro.



We intend, with this research , support the second phase of developing research work in the master , in progress , and perform an important analysis of how these laws has been incorporated among important social institutions such as the School and the University, which may enable their full and effective development.

**Key-words:** Music education ; Ethnic and racial relations; Theses and dissertations.

## Introdução

Neste trabalho, a partir do prisma das Ciências Sociais, partimos da discussão no âmbito das Relações Étnico-raciais de que o termo “negro” está diretamente relacionado a noção de raça. Desta forma, “se os negros considerarem que as raças não existem, acabarão também por achar que eles não existem integralmente como pessoas, posto que é assim que são, em parte, percebidos e classificados por outros” (GUIMARÃES, 2009: p. 67). Neste ponto, a necessidade de relacionar o “ser negro” com o conceito de identidade, especificamente com o de identidade negra se deve ao fato de coadunarmos com a premissa de Silvia Novaes (1993) de:

(...) perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado não porque os antropólogos decretaram sua importância (diferentemente do conceito de classe social, por exemplo), mas porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam (NOVAES, 1993: p. 24).

A promulgação da lei 10.639/03, como supracitado, trata especificamente de uma reivindicação afirmativa de direitos de um grupo social que teve sua cultura e sua presença renegados e inferiorizados. A discussão sobre identidade, neste contexto, também pode desenvolver-se quando “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (NOVAES, 1993: 25). De acordo com Philip Gleason (1980), partimos da premissa de não existir uma resposta completa e definitiva sobre o que viria a ser identidade, apesar da extensão dos trabalhos feitos sobre o tema. Porém, destacamos a concepção de Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do



grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178)

Desta forma, pode ser representativo sublinhar os processos pelos quais os sujeitos sociais definem suas respectivas identidades sociais, apresentadas sob um “caráter fragmentado, instável, histórico e plural. (LOURO, 2000: 72) Ao ampliar esta concepção para o processo de construção de uma identidade negra, entendemos que esta pode ser compreendida como “uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005: 43).

Destarte, recorremos à concepção plenamente sociológica do termo a fim de ajudar “o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais” (GUIMARÃES, 2009, p. 31). De todo modo, sublinhamos a concepção apresentada na Resolução nº 01/2004 CNE/CEP:

Raça é a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. (BRASIL, 2004: 5).

A pesquisadora Maria José de Jesus Alves Cordeiro (2008) comenta o trabalho de MUNANGA ao analisar discursos que enfatizam o pressuposto de que os negros “não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres”. Ao comentar este discurso, Munanga (2007, p. 07), lembra que “neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades”.





A lei 11.769/08, por sua vez, vem ao encontro de luta histórica da comunidade de educação musical, bem como da comunidade artística, em incluir novamente a obrigatoriedade do componente música no âmbito da educação básica.

### **Metodologia da Pesquisa: pesquisa exploratória e análise documental**

A pesquisa exploratória neste trabalho será utilizada juntamente com a análise documental. O propósito de utilizar a análise documental nesta pesquisa é a possibilidade que esta ferramenta metodológica proporciona a fim de que sejam feitas inferências sobre valores, intenções e ideologias das fontes ou autores dos documentos (LÜDKE E ANDRÉ: 1986). Ademais, esse tipo de análise pode levantar pistas e problemas, como a justificativa para a predileção por determinados conteúdos e a ausência de outros, os quais poderão ser aprofundados em outros procedimentos, como a entrevista.

Neste trabalho, dividimos os documentos a serem analisados em três eixos, a saber: documentos de Formação Docente para a Educação Básica, documentos para a formação docente na disciplina Música e documentos para a formação docente especificamente das universidades selecionadas.

### **Análise Documental - Formação Docente para a Educação Básica**

As diretrizes e bases da educação nacional são prerrogativas legislativas da União asseguradas pela Constituição Federal . A regulamentação direta deste princípio constitucional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/1996, a qual aloca a educação superior como um dos níveis escolares previstos no ordenamento educacional brasileiro ; devendo, portanto, ser orientado pelo Ministério da Educação.

Atualmente, o ensino de música em nível superior no Brasil é regulamentado por três dispositivos legais . Dentre eles, ressaltamos as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música (e de outros dez cursos) (2004), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação. Estas diretrizes curriculares subdividem-se em diretrizes gerais e em diretrizes específicas para cada curso abrangido. Dentre as diretrizes gerais, são realizadas recomendações para o Projeto Pedagógico, a Organização Curricular, os Estágios e Atividades Complementares, o Acompanhamento, a Avaliação e a Monografia das respectivas graduações.



Por sua vez, as diretrizes específicas ressaltam o perfil desejado do formando, o desenvolvimento de competências e habilidades e apresentam proposições quanto os conteúdos curriculares.

Inicialmente, para além de uma análise qualitativa das divisões da DCN para a graduação em música, considera-se uma evolução que especialistas em diferentes especialidades tenham tido a oportunidade de realizar audiências públicas regionais e nacionais com Associações e Instituições diversas de pesquisa/extensão, assim como em constituírem um Conselho com o fim de elaborar orientações para o respectivo desenvolvimento de programas de curso dentro da disciplina Arte. Vale ressaltar a previsão constitucional de autonomia universitária, o qual garante a prerrogativa de elaboração orgânica nas universidades, como os projetos de curso, projetos políticos pedagógicos, dentre outras resoluções das respectivas comunidades acadêmicas desde que sejam respeitadas as orientações gerais ligadas ao Ministério da Educação. Acredita-se que essa possibilidade de interação, se efetivamente realizada, pode trazer benefício para uma formação docente que efetivamente interaja com sua comunidade acadêmica.

A fim de nos aprofundarmos dentre as orientações gerais para a formação de professores, acreditamos também importante destacar documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para o Ensino Médio, assim como as diretrizes curriculares nacionais que tratam de assuntos específicos, como as DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Estes documentos orientam, dentre outros assuntos, o universo de atuação dos futuros docentes (educação básica ou ensino médio) assim como quanto aos conteúdos que devem considerar em sua prática docente. Dessa forma, estes documentos podem nos revelar visibilidades e invisibilidades de conteúdo para além de objetivos mais gerais, bem como servir de matrizes curriculares gerais para a fundamentação dos sistemas avaliativos.

### **Análise Documental - Formação Docente em Música**

Historicamente, os cursos de graduação em música no Brasil são divididos entre a formação de professores (licenciatura) e uma formação profissional teórico-prática (bacharelado) que privilegia o processo de aprendizagem de instrumentos musicais



majoritariamente europeus . De forma a dialogar e localizar nossa discussão dentre a Educação para as Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Música, ratificamos a importância de analisar os conteúdos dos cursos que visem a formação de professores especificamente em música, o que justifica a opção em analisar os documentos ligados aos cursos de licenciatura que se seguem.

De todo modo, apresentamos brevemente uma análise documental dentre as instituições selecionadas, com ênfase para os seus projetos políticos-pedagógicos e para os seus fluxogramas de curso.

### **Análise Documental – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

A Escola de Música da UFRJ é internacionalmente reconhecida como a alma mater no desenvolvimento de alguns dos mais célebres músicos, dentre instrumentistas, compositores e regentes, na recente História da Música Brasileira. Destes, podemos destacar compositores de hinos da pátria, como Francisco Manuel da Silva (autor do Hino Nacional Brasileiro) e Francisco Braga (autor do Hino à Bandeira) assim como compositores internacionalmente reconhecidos como Antônio Carlos Gomes, todos eminentemente ligados à elite social da época.

A partir de forte inspiração europeia, a sua atual sede (fundada em 1922) possui estilo eclético, localizando-se no bairro boêmio da Lapa, centro do Rio de Janeiro. Invariavelmente, a história da atual Escola de Música da UFRJ confunde-se, de forma inseparável, com a constituição da sociedade carioca e brasileira. De forma a não mergulhar profundamente na história desta escola, consideramos importante citar que, assim como diversas outras unidades de educação superior do país à época, esta Escola também servia a formar membros da alta sociedade de então, excluindo-se negros escravos, índios e outros membros da sociedade, além de ressaltar conteúdos musicais majoritariamente europeus e não o que era produzido, resignificado e reapropriado por intermédio de diversos processos de hibridização entre “erudito” e “popular” nas ruas e vielas do Rio de Janeiro da década de 1920 .

O curso de licenciatura em Música nesta Instituição Federal foi reconhecido inicialmente pelo Decreto nº 19.852, de 11/04/1931. A autorização s/n/CEG/UFRJ/2003 estipula periodicidade planejada para oito semestres e carga horária total de 3.150 horas divididas em disciplinas obrigatórias (1.540 horas) e em disciplinas optativas (1.610 horas).



Atualmente, esta instituição, assim como as outras instituições de ensino superior federais, estabelece o quantitativo mínimo de vinte e seis (26) vagas distribuídas de forma variável e por conveniência da administração a partir do ingresso por intermédio de transferências externas e internas; isenção de vestibular como forma de reingresso; além da escolha do curso por intermédio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) vinculado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De forma adicional e obrigatória, todos os candidatos às vagas são submetidos à testes de habilidades específicas (THE's) específicos para a prática musical.

O projeto político-pedagógico da licenciatura em Música da UFRJ que trata de uma reformulação do antigo projeto de curso de 2002, veio a ser aprovado em 2008, por ocasião de ampla reforma curricular realizada em seu âmbito. Este documento orienta o projeto político de curso especificamente da licenciatura, não abrangendo o curso de bacharelado. De uma forma geral, o documento é dividido em oito capítulos, que buscam ratificar sua proposta de reforma apresentando uma análise histórica do curso; os marcos que caracterizam o perfil do curso; sua concepção de currículo; o perfil do ingressante, assim como outros elementos destinados a orientar a formação técnico-profissional do discente.

Vale ressaltar que o fluxograma das disciplinas busca se sustentar em uma divisão básica dentre três módulos (I: Música; II: Pedagogia e III: Estudos Complementares). O primeiro relaciona disciplinas que atendam as prerrogativas da DCN para o curso de Música; o segundo sugere disciplinas voltadas propriamente para a formação profissional docente em música e o terceiro almeja enriquecer a formação geral do discente no campo da Música, ressaltando sua formação estética e cidadã.

### **Análise Documental – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) tem sua origem ligada à Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e, após denominar-se Universidade do Rio de Janeiro, adquire sua atual denominação há pouco mais de dez anos . O curso de música é oferecido pelo Instituto Villa-Lobos, ligado à estrutura da UNIRIO e não possuidor de ampla bibliografia histórica. Porém, amplos fatos de sua história foram contadas em um artigo publicado pelo Profº Ricardo Ventura, o qual evidencia a importância em



conhecer a trajetória histórica do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO) para compreender a história do Instituto Villa-Lobos (VENTURA, 2005).

O CNCO (Conservatório Nacional de Canto Orfeônico) foi fundado na década de 1940 sob idealização de Heitor Villa-Lobos, à essa época já conhecido pela sua trajetória de músico assim como pelos grandes grupos corais que organizava (VENTURA, 2005). A trajetória do CNCO confunde-se diretamente com a história da educação musical e política no Brasil, pois notabilizou a educação musical como veículo de uma política estatal “política e demagógica” (VENTURA, 2005, p. XX) assim como revelou os potenciais de massificação de ideologias através de uma disciplina escolar. Após anos de formação de professores para replicar os conteúdos do canto orfeônico, o CNCO sofreu um enfraquecimento estes objetivos, até tornar-se um estabelecimento de educação musical com objetivos mais gerais em fins da década de sessenta (VENTURA, 2005).

O curso de bacharelado em Música Popular Brasileira (MPB) na UNIRIO é conhecido pelo pioneirismo de sua proposta. Segundo VENTURA (2005), este curso materializa o caráter de vanguarda do Instituto Villa-Lobos na busca constante por integração com os músicos e com diferentes vertentes da denominada música popular, como chorões, integrantes de bandas de rock, etc. Embora houvesse uma intenção inicial em acompanhar e valorizar a música popular brasileira (VENTURA, 2005) por intermédio de um curso de formação superior, o curso atualmente volta suas atividades essencialmente para a formação de arranjadores .

Segundo dados do Portal E-MEC, o curso de licenciatura em Música teve início na data de 01 de janeiro de 1976 e foi ratificado por Portaria do Ministério da Educação nº 122 de 01 de abril de 1982. De caráter semestral, com sugestão de realização em oito semestres, possui carga horária mínima de 2.840 horas e sessenta vagas autorizadas. No site da Instituição, no portal denominado “Portal do Ementário”, são listados cinquenta e quatro docentes e uma oferta geral de cento e quarenta e sete disciplinas.

O projeto pedagógico da licenciatura em música da UNIRIO propõe uma ampla reflexão a partir das novas orientações sugeridas pelas DCN’s para a formação de professores assim como pela DCN para o curso de música. De forma geral, está dividida em sete capítulos que partem do trabalho desenvolvido na Comissão Executiva do Fórum de Licenciaturas da UNIRIO, pela Comissão de Reforma Curricular do próprio Instituto Villa-Lobos (IVL) e pelas reivindicações da comunidade acadêmica do Centro de Letras e Artes (CLA) para especificar o curso de formação de professores em Música.



O fluxograma do curso fundamenta-se dentre cinco eixos (Eixo de Fundamentação Pedagógica; Eixo de Fundamentação Sócio-Cultural; Eixo de Estruturação e Criação Musical; Eixo de Práticas Interpretativas e Eixo de Articulação Teórico-Prática) divididos dentre um mínimo de sessenta e uma disciplinas obrigatórias e optativas.

### **Análise Documental – Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário (CBM/CEU)**

284

O Conservatório Brasileiro de Música - Centro Universitário (CBM/CEU) é internacionalmente reconhecido como Instituição intimamente ligada à oferta e desenvolvimento de cursos ligados à educação musical. De postura vanguardista, professores como Liddy Mignone e Hans Joachim Koellreutter desenvolveram, já nas primeiras décadas do Século XX, propostas e ideias musicais pioneiras nas salas e auditórios desta Instituição.

Fundada em 1936 por um conjunto de professores, é considerado o primeiro centro universitário especializado em música do Brasil, segundo reconhecimento do Ministério da Educação e divulgado em seu website institucional. Atualmente, apesar da delicada situação financeira da Instituição, esta sobrevive oferecendo onze de trinta e quatro cursos cadastrados no Ministério da Educação em nível de graduação; e com onze cursos, em nível de pós-graduação lato sensu desenvolvidos em caráter modular .

Segundo dados consultados no Portal E-MEC do Ministério da Educação, o Conservatório Brasileiro de Música - Centro Universitário (CBM/CEU) apresenta cadastro junto àquele Ministério desde os anos 1930. De caráter privado, possui a Sociedade Civil Conservatório Brasileiro de Música como mantenedora.

Segundo o Edital 2014 de 27 de dezembro de 2013, o ingresso na Instituição é realizado por intermédio de quatro fases, a saber: prova de núcleo comum (Redação); entrevista; prova de habilidade específica (teórica) e prova de habilidade específica (prática). O curso de licenciatura em música é oferecido para aqueles em primeira graduação, com duração mínima de 7 meses e para aqueles que busquem complementação por já possuírem uma primeira graduação em música em nível de bacharelado, com duração estimada de 3 semestres sob os sistemas regular e modular.

O projeto pedagógico do Conservatório Brasileiro de Música não foi analisado tendo em vista que o mesmo só pode ser obtido junto à Coordenadora do Curso da Licenciatura em





Música e a mesma não respondeu às nossas mensagens eletrônicas até o final de outubro do presente ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“a instituição escolar representa um microuniverso social, que se caracteriza pela diversidade social e cultural e por, muitas vezes, reproduz padrões de conduta que permeiam as relações sociais fora da escola” (Moreira e Candau: 2003, p. 24)

285

A análise documental do projeto político-pedagógico de curso assim como da matriz curricular das licenciaturas das universidades selecionadas subsidiaram a formulação de algumas hipóteses e questões que buscamos desenvolver nesta pesquisa .

A observação do projeto político-pedagógico dos cursos aponta para uma grande preocupação em cumprir as principais orientações diretivas do Ministério da Educação, reproduzindo alguns discursos genéricos como “construção de sua cidadania” (UFRJ, 2008: p. 5), “educação estética” (UFRJ, 2008: p. 5) e “diversidade cultural” (UNIRIO, 2006: p. 11), sem um profundo debate sobre sob quais prismas e discussões o estudante articulará estes conhecimentos em sua carreira e em suas práticas pedagógicas.

Historicamente elitista, assim como a trajetória de desenvolvimento da universidade pública no Brasil , as universidades de Música supracitadas dedicam mais de oitenta por cento de suas matrizes curriculares no desenvolvimento de disciplinas consideradas fundamentais para a formação técnico-profissional do futuro discente e apresentam a justificativa de que isto vem a conferir maior grau de especificidade às suas áreas de atuação. Porém, questiona-se o que orienta a escolha destes conteúdos assim como a exclusão de outros.

A DCN para a Educação das Relações-Raciais não foi incluída ou citada em nenhum dos documentos analisados apesar de sua publicação ter sido anterior à aprovação da reformulação do projeto político-pedagógico, em junho de 2004. Da mesma forma, a Lei 10.639/03 e a Lei 11.769/08 também não foram contempladas. Conseqüentemente, o compromisso em discutir, de forma integrada e dentro de seus conteúdos a educação para as relações raciais e conceitos subsequentes, como História e Cultura Afro-brasileira, não veio a ser contemplado.

A reflexão sobre a sociedade segundo a qual o futuro docente virá a exercer sua profissão é discutida na oferta de algumas disciplinas de caráter optativo, embora



majoritariamente ligadas ao curso de Pedagogia. Este distanciamento entre conteúdos pedagógicos e conteúdos musicais pode revelar uma oportunidade de integração direta que não é aproveitada em todo o seu potencial.

Não se pode deixar de mencionar que a análise inicial das ementas de algumas das disciplinas da grade curricular das Licenciaturas em Música, como História da Música Popular Brasileira I (UNIRIO) e Folclore Nacional Musical (UFRJ) revelaram o reconhecimento de algumas manifestações artísticas - como o samba, o choro, o frevo, dentre outros - e desconsidera outras como o charme e algumas variações do funk majoritariamente presentes na identidade de parcela dos jovens negros cariocas. Os motivos desse distanciamento dos cursos de Licenciatura em Música e do povo podem vir a ser mais profundamente analisados. Não se trata de acusar a estruturação dos conteúdos das Licenciaturas em Música de inflexíveis, mas sim de inquirir a forma como estes relacionam-se com as manifestações culturais não-européias.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez.1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer CES/CNE nº 0146/2002. 2002.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11769 de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, Brasília/DF, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Música. Resolução CNE/CES nº 2, de 08 de março de 2004.
- GLEASON, Philip. Identifying identity: a semantic history. *The journal of american history*. p. 910-931, 1980, (mimeogr.).
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 29, n. 1, June 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>.



- GUIMARÃES, Antônio Sergio A. Racismo e Antirracismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2000.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 6ª reimpressão, 2003.
- MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa and CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.23 [cited 2013-05-30], pp. 156-168.
- MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia:algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil.In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- \_\_\_\_\_. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Revista Estudos Avançados, 2004. São Paulo, V. 18, no 50, p. 51-66.
- NOVAES, Silvia Caiuby. Jogo de espelhos. São Paulo: EDUSP,1993.
- SILVA, Rosilene da Conceição. O movimento negro e as lutas para a (re)afirmação da identidade negra no Brasil. Dissertação (Especialização) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2012.
- UFRJ. Projeto Político-Pedagógico. Rio de Janeiro, 2008.
- UNIRIO. Projeto de Político-Pedagógico. Rio de Janeiro, 2006.
- VENTURA, Ricardo. O Instituto Villa-Lobos e a música popular. Rio de Janeiro, outubro de 2005. Disponível em: <http://brazilianmusic.com/articles/ventura-ivl.html>. Acesso em 03/jun/2007



## LEI 10.639/2003: NOVOS RUMOS PARA AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

SILVA, Rosilene da Conceição

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ*

*rosi.csilva@hotmail.com*

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ*

*chlobo@oi.com.br*

288

### RESUMO

Fazendo uma análise reflexiva sobre a formação do pensamento social brasileiro acerca das relações raciais e procurando demonstrar como as tensas relações entre os grupos étnicos foram sendo construídas, buscamos relacionar os avanços oriundos da luta dos movimentos negros às possibilidades de (re)afirmação da identidade negra a partir da implementação da lei 10.639/03. Esta determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares em todo o país e a sua própria promulgação é um dos mais importantes resultados das lutas dos setores sociais preocupados com as demandas dos negros no Brasil. O artigo propõe um diálogo entre alguns teóricos das questões raciais e a realidade do negro no Brasil, apontando a implementação comprometida da lei 10.630/03 pelos diferentes sistemas de ensino, como caminho potencial para a transformação de situações de exclusão e discriminação em possibilidades de (re)construção de identidades negras ressignificadas e fortalecidas.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03. Identidade negra. Movimento negro.

### ABSTRACT

Making a reflective analysis on the formation of Brazilian social thought about race relations and trying to demonstrate how the tense relations between ethnic groups have been constructed, we seek to relate the advances arising from the struggle of black movements to the possibilities of (re) affirmation of black identity from the implementation of the Law 10.639/03, which determines the mandatory teaching of History and Afro-Brazilian Culture in establishments of elementary and middle school, officials and individuals across the country and whose enactment itself is one of the most important results of concerned about the struggles of blacks in Brazil demands of social sectors. This paper proposes a dialogue between theorists of racial issues and the reality of black in Brazil, pointing to compromised implementation of the law 10.630/03 by different education systems as a potential way for the transformation of situations of exclusion and discrimination possibilities for (re) construction of new meanings and strengthened black identities.

**Key-words:** Law 10.639/03. Black identity. Black movement.



## LEI 10.639/2003: NOVOS RUMOS PARA AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

289

O presente artigo tem por objetivo sinalizar algumas novas perspectivas nas relações raciais no Brasil a partir da implementação da lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares em todo o país. É válido ressaltar que entre todas as reivindicações do movimento negro, aquela que se apresentou constantemente, desde a fundação da Frente Negra Brasileira<sup>1</sup>, ainda nas primeiras décadas do século XX, está relacionada à preocupação com a educação<sup>2</sup>, como afirma Hédio Silva, em depoimento prestado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

A temática da educação sempre foi muito cara ao movimento negro. (...) a produção acadêmica até alguns anos atrás e o discurso corrente no movimento negro, a questão da educação sempre ocupou papel central. Certamente, derivado ao fato de que havia uma reivindicação de mudança no padrão das relações e na forma de as pessoas encararem a diversidade (in ALBERTI & PEREIRA, 2007, p 431).

A construção da identidade de um grupo está diretamente associada ao conhecimento que este mesmo grupo possui de sua história. Não pode haver construção de uma identidade, sem que saibamos quem somos. A educação, além de promover a obtenção da dignidade, da elevação social e cultural do indivíduo negro, também é o caminho mais eficaz para a (re)afirmação da identidade negra.

<sup>1</sup>A Frente Negra Brasileira Nasceu na cidade de São Paulo em 1931, chegando a aglutinar milhares de negros – espalhados por mais de 60 delegações (“filiais”) - em torno de um programa que tinha como abordagem central o “preconceito de cor”. Mantinha escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral, oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios; além de publicar o jornal *A voz da raça* (DOMINGUES, 2004: p 102).

<sup>2</sup> O artigo 3º do Estatuto da Frente Negra Brasileira, aprovado em 12 de outubro de 1931, afirmava: “A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra. (...) Para a execução do Art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira”.



Antes, porém, é importante que se faça uma breve análise do tratamento das questões raciais no Brasil, para que possamos visualizar a dimensão do resgate histórico que a lei 10.639/03 pode realizar, se for eficazmente implementada sem perder de vista os entraves que esse processo tem enfrentado.

### **1. O racismo no Brasil: algumas teorias raciais.**

O pensamento racial no Brasil foi fortemente influenciado por pensadores europeus que viram na peculiar formação étnica brasileira um campo propício para os seus estudos e observações. Contudo, antes de se passar ao conhecimento do pensamento racial no Brasil é imprescindível que se faça uma breve análise do pensamento racial europeu e o seu determinismo.

As teorias raciais surgem na Europa do século XIX como uma tentativa de explicar e justificar cientificamente o desenvolvimento político e econômico deste continente e a sua dominação sobre as demais partes do mundo. Essas teorias defendiam, em suma, a supremacia racial dos europeus seguindo os critérios de hereditariedade e de ambientação a um clima favorável. É possível concluir a partir daí que o contrário também é verdade, ou seja, os não europeus pertencentes às regiões de clima tropical seriam, em tese, inferiores. Dessa forma, segundo Thomas Skidmore: “uma Europa em expansão encontrou uma racionalidade científica para as suas conquistas políticas e econômicas” (SKIDMORE, 1976, p.44). As teorias raciais europeias configuraram, no seu interior, um mecanismo de legitimação do processo expansionista europeu.

Conde Arthur de Gobineau, que escreveu sobre as relações raciais, não criticava a existência de diversas raças, mas condenava sim a mistura entre elas. Gobineau destacou em seus escritos que a mistura entre as raças trazia consigo um aspecto degenerativo e o ápice dessa degeneração seria a figura do mulato ou mestiço. Quando Gobineau esteve no Brasil, demonstrou o seu ponto de vista negativo em relação à sociedade brasileira. Julgava o Brasil um país sem futuro e um risco para a saúde. Desprezava os brasileiros e os via como que manchados pela miscigenação. Raeders nos informa que Gobineau, em um de seus escritos,





considera os brasileiros “uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo” (RAEDERS, 1996, p. 39). Além disso, destaca que no tocante à miscigenação, Gobineau via que:

Nenhum brasileiro é de sangue puro, as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicam-se a tal ponto que os matizes de carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto (RAEDERS, 1996, p. 39).

291

O ponto de vista negativo retratado por Gobineau em sua estadia no Brasil revela mais do que o pessimismo com o futuro do país. Traz embutida a própria essência das teorias raciais originadas na Europa. O Brasil é visto por ele como um lugar sem futuro, impossibilitado de civilização e fadado a desaparecer graças à sua “degenerescência” genética, enquanto a disseminação da miscigenação estivesse presente na sociedade uma vez que “Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas, que sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos” (RAEDERS, 1996, p. 40).

Para Gobineau, a única maneira de evitar o desaparecimento da população seria o fortalecimento da mesma através dos costumes e valores europeus, ou seja, das raças superiores: “Então a raça renasceria, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral seria revigorado, e as melhores mudanças possíveis se operariam na condição desse admirável país” (SKIDMORE, 1976, p.46).

Essas e outras teorias raciais vindas da Europa configuram o marco teórico que influencia o pensamento racial brasileiro a ponto de torná-lo tão diferenciado como foi, ou seja, um pensamento racial que não conseguia subtrair de si as mazelas do abominável fardo de mais de trezentos anos de escravidão.

Segundo Maria Isaura Pereira, em seu artigo Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil, no qual faz uma análise das questões da “existência e características da brasilidade” (QUEIROZ, 1989, p. 29), levando em consideração aspectos culturais e sociais da formação do Brasil, vai defender em relação ao traço racial existente no Brasil e os estudos que deles foram realizados que:

(...) cientistas sociais acusavam a persistência dos costumes bárbaros,



aborígenes e africanos, de serem obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor da civilização europeia. Consideravam-no assim como uma barreira retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional que naturalmente embaraçava também um desenvolvimento econômico mais eficiente (QUEIROZ, 1989, p. 30).

A mistura étnica, traço mais marcante da formação do povo brasileiro, foi considerada pelos intelectuais da época como importante fator de impedimento ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Queiroz (1989) aprofunda essas considerações buscando nos escritos desses intelectuais os vestígios desse pensamento forjado em princípios raciológicos. Atingir o “esplendor da civilização europeia”, era o ideal almejado pela elite brasileira, mas como alcançar esse ideal tendo como barreira a diversificação étnica? Como alcançar a civilização com a coexistência de culturas e costumes tão diferenciados no mesmo território? Como poderiam essas culturas distintas e tão particulares existirem juntas em um mesmo espaço sem destruir-se reciprocamente?

Essas indagações estão no centro do pensamento racial brasileiro, nas primeiras décadas do século XX. Raimundo Nina Rodrigues, em seu livro *Os africanos no Brasil*, vai destacar que:

Os atrasos e os desequilíbrios da sociedade brasileira, fenômenos sociais, provinham das misturas raciais, - bases biológicas, - e culturais encontradas no país. (...) o fator biológico era o principal responsável pelas anomalias nacionais (RODRIGUES, Apud, QUEIROZ, 1989, p.30).

O pessimismo era uma característica presente nos trabalhos dos intelectuais brasileiros no início do século XX. As disparidades culturais dos diversos grupos étnicos que constituíam o Brasil incomodavam esses autores que não viam uma possibilidade de civilização senão a que estivesse alicerçada nos padrões europeus, o que significa dizer, um povo branco e educado, o que não era a realidade brasileira à época, principalmente com o fim da escravidão.

Os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues, baseados em métodos biológicos de comparação entre as etnias, vai detectar, em suas amostragens, muitas diferenças nos traços biológicos dos diversos grupos por ele estudados. Os cruzamentos inter-raciais são vistos pelo autor como o principal fator da degenerescência da espécie brasileira, e o mulato, indivíduo híbrido, seria o mais alto grau de degenerescência.

O Brasil, forjado a partir de pensamentos e ideias das elites, que por sua vez foram educadas e instruídas na direção de trabalhar ideologicamente um conceito de nação que



pudesse satisfazer às suas necessidades, com o pensamento demasiadamente “entranhado” de ideias preconceituosas, não estava preparado para se contrapor às teorias raciais, que no nosso país encontraram terreno fértil para a sua plena reprodução, afinal era preciso lidar com as demandas da nascente estrutura social que originada com o fim da escravidão. De certo as elites que se estruturavam e cujos interesses giravam em torno do poder institucionalizado não estavam preparadas nem tampouco admitiriam tamanha distorção nos papéis desempenhados pelos homens, agora livres, dentro da sociedade brasileira.

O período que se estende do final do século XIX ao início do século XX é de forte expressão da intelectualidade brasileira que influenciada pela ciência europeia, passa a produzir teorias que pretendiam dar conta de explicar a diversidade racial do Brasil a partir do olhar de dentro. Daqueles que vivenciavam a realidade que ora se apresentava no país. Intelectuais como Silvio Romero, Oliveira Viana, Oswaldo Cruz e Gilberto Freire, por exemplo, tiveram grande importância nos estudos raciais no Brasil, embora estivessem, como já sinalizamos, mergulhados nas ideias racistas advindas da Europa. Estes, entre outros, puseram-se a serviço de compreender e de certa forma “resolver”, ao seu modo, os conflitos raciais oriundos da miscigenação e como resultado desse empenho, colocar o Brasil no caminho do tão almejado progresso.

## **2. O combate ao racismo e elaboração de identidade**

Após os séculos de escravidão e dos esforços, nem sempre “ortodoxos”, da intelectualidade brasileira em discutir o racismo, queremos apontar o que para nós é um dos principais avanços no combate ao racismo no Brasil e fruto dos empenhos cultivados por diferentes setores sociais, mas que se concretizou na luta do movimento negro no Brasil. Trata-se da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que representa um marco muito significativo no processo de (re)construção e (re)afirmação da identidade negra.

Como já observamos, a história das questões raciais no Brasil é profundamente marcada pelo ideal racial europeu e pelas suas estruturas de dominação, que embora tenham sido “nacionalizadas” pela intelectualidade brasileira, ainda apresentam grande influência das teorias raciais estrangeiras. O resgate e a reconstrução do pensamento social brasileiro a partir



de uma lei, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares em todo o país é um fato extremamente relevante para um país como o Brasil, cujas relações raciais ainda estão socialmente mal estruturadas, para não dizer preocupantemente desestruturadas.

As vitórias do movimento negro podem ser consideradas avanços revolucionários, na medida em que, dentre elas, destaca-se a referida lei que aponta para mudanças significativas na direção de uma educação que compreenda a totalidade e a radicalidade do processo de formação do povo brasileiro. É através da educação escolar, por meio de cumprimento da nova legislação, que a história da formação do Brasil pode ser desmistificada e ressignificada, uma vez que tem a possibilidade de ser revisitada sob uma nova perspectiva, “não-racialista”, livre de estereótipos. Sobre esta desconstrução e sobre a importância da lei 10.639/03, Jurema Batista, em depoimento ao CPDOC, aponta que:

Sempre foi uma reivindicação do movimento negro que a nossa história fosse contada. (...) tirar Zumbi lá dos porões da história já foi uma tremenda vitória. Mas ainda falta muita coisa, ainda falta falar do que eu chamo “seqüestro” dos negros de África para o Brasil. E também falta falar muita mais de como foi que aconteceu a libertação. A princesa Isabel ainda é referência. (...) E aí, quando contar a história do negro realmente, aí vai ver que a gente não veio todo mundo de um mesmo lugar só (...). Eram povos com suas religiões, com suas crenças, com seus costumes. Porque parece que é tudo igual, é tudo negro. Nós somos negros, mas eram etnias diferentes na época, na África. (in ALBERTI & PEREIRA, p 438).

Batista sinaliza uma missão importante da aplicação da lei, que é o ensino de história sob um novo olhar, ensinada com outro enfoque que permita uma análise que vá além do que foi (im)posto até hoje, ou seja, uma história que se afaste da subserviência e da passividade, amplamente difundidas, principalmente nos livros didáticos que colaboram drasticamente para a construção de um imaginário mergulhado em teorias discriminatórias e preconceituosas. Uma perspectiva eurocêntrica, que marca e reafirma processos de invisibilização do negro, ainda influenciada pelas teorias raciais, é o único viés histórico analisado.

A formação do pensamento social livre de preconceitos é uma das lutas que vem sendo travadas desde as primeiras décadas do século XX no Brasil por diversos grupos ligados à questão étnico-racial empenhados na missão de ressignificar estruturas de pensamento que estavam enraizadas nos paradigmas eurocêtricos, garantindo assim a afirmação política, social



e cultural do povo negro. Porém, esta mudança não pode somente ser entendida como algo distante da realidade, mas, ao contrário, é a mudança das relações sociais no dia a dia e a relação do negro com a sua própria identidade. Não há mudanças de estruturas sem a mudança das mentalidades dos indivíduos que a sustentam. Por esse motivo, além do potencial de mobilização política, a lei 10.639/03 pode ser entendida também no importante papel de conscientização da população negra, naquilo que se refere a direitos, dignidade e, principalmente, no resgate histórico de sua identidade.

Ao refletir sobre a relevância da lei 10.639/03 e as lutas para a afirmação da identidade negra no Brasil, queremos relacionar o passado e o presente e nesse embate perceber os esforços da intelectualidade brasileira – e principalmente das lideranças negras, que, organizadas em associações, organizações políticas, clubes recreativos e uma série de estruturas voltadas para a causa negra –, fizeram para conquistar espaços para as discussões raciais.

Assumir uma identidade é um caminho difícil, pois trata-se de um processo que se inicia com a tomada de consciência que ocorre, em grande parte, através do resgate histórico, uma vez que não existe identidade sem memória, sem o conhecimento histórico necessário para que haja o re-conhecimento e se elabore os sentidos e significados que potencializem o sentimento de pertencimento a determinado grupo. Por intermédio de muitas lutas as relações raciais estão emergindo como espaço potencial de discussões e através desses embates, gradualmente é possível fazer o resgate da história do negro no Brasil, sob uma perspectiva ressignificada e afastada do paradigma eurocêntrico, promovendo o necessário e oportuno refinamento do olhar do negro sobre si, sobre a sua história e para o aprofundamento do debate a respeito das questões étnico-raciais, deixando de lado as superficialidades sobre as quais a sociedade brasileira foi supostamente formada.

Entretanto, é preciso também reconhecer que as reflexões acerca da construção da identidade de qualquer grupo de indivíduos consistem em uma análise extremamente complexa, pois trata-se da tentativa de definir a subjetividade inerente ao indivíduo ou ao grupo. No caso da identidade negra, essa subjetividade potencializa-se quando enfrentamos o desafio de a olharmos sob a perspectiva histórica. A própria utilização do termo “negro”, por exemplo, modifica-se: analisado preliminarmente o termo remete a valor negativo, associado



principalmente à escravidão. Porém, ao longo do tempo, a sua utilização ou não em determinado período histórico já reflete, ainda que inconscientemente, a identidade do grupo. Guimarães sinaliza:

Na primeira metade do século XIX, na Bahia, dois termos raciais principais: ‘preto’, que designa os africanos, e ‘crioulos’, que designa os negros nascidos no Brasil. Na segunda metade do século XIX, entretanto, na mesma província, a tendência é que o termo ‘preto’ passe a abarcar igualmente africanos e descendentes de africanos. ‘Negro’ deixa então de designar a ‘cor’ e passa, paulatinamente, a ter um significado racial e pejorativo. (...) nos anos de 1920 encontramos aqueles que são considerados os pioneiros dos movimentos negros atuais referindo-se a si mesmos e construindo uma certa identidade social a partir de vocábulos, conceitos e ideias legados do passado. Chamam a si mesmos de ‘homens de cor’. A princípio as palavras ‘raça’ e ‘negro’ são usadas por eles de maneira bastante distinta da que hoje é usada pelos ativistas negros (GUIMARÃES, 2003, p. 250-51).

296

É importante a reflexão sobre a utilização do termo negro no decorrer da história por dois motivos iniciais: primeiramente a partir deste conhecimento inicial podemos ter a compreensão da complexidade que marca a definição do que seja a identidade negra, pelo fato de que o “negro” torna-se uma variável histórica de acordo com a perspectiva de análise. Em segundo lugar, é preciso ter consciência dos perigos de uma análise deslocada no tempo, tendo em vista que diversos foram os caminhos percorridos pelos negros na sociedade brasileira e nestes caminhos o processo de construção da identidade negra foi sendo forjado. Para tentar dar conta da pluralidade de identidades construídas, pensemos, por exemplo, nesse processo segundo a reflexão de Munanga:

(...) é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social etc. (MUNANGA, 2006, p. 14).

Percebendo a formação da identidade como processo contínuo, procuramos sinalizar para a importância e, ao mesmo tempo, para a complexidade da questão que trazemos para o nosso trabalho. A identidade se constrói, segundo o referido autor, tomando como base elementos que perpassam comumente a realidade dos indivíduos de um determinado grupo, que assume aí um caráter identificador. No caso da identidade negra, Munanga aponta que:





A identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros (MUNANGA, 2009, p. 20).

Temos em Munanga o ponto de partida para as nossas análises no tocante à elaboração da identidade negra, pois há um aprofundamento na subjetividade que gira em torno das questões referentes à identidade. E a subjetividade consiste, em grande parte, na simples identificação da raça a partir da cor da pele do indivíduo, desconsiderando os fatores históricos que são integrantes da construção e da afirmação da identidade negra.

Os processos históricos mais destacados – a diáspora, a exploração, o sincretismo religioso e cultural e principalmente a resistência –, são momentos fortes que não podem ser deixados de fora quando existe a preocupação em compreender o que é a identidade negra. A história comum é capaz de dar o sentido mais amplo ao que é ser negro e, mais ainda, ao que é ser negro em uma sociedade orientada pelos paradigmas eurocêntricos. É também sobre a necessária tomada de consciência que aponta Hanchard:

A conscientização da raça, que foi o toque de clarim das décadas de 1970 e 1980, só virá depois que os ativistas, junto com os acadêmicos e com os cidadãos bem informados da sociedade, puderem ligá-la a uma atividade política prática. Uma suposição que comumente se faz na política da diáspora africana é de que a conscientização levará automaticamente ao reconhecimento da opressão e, em seguida, à resistência. No entanto, assim como consciência de classe (...), a consciência racial não leva automaticamente a uma ação e pensamentos coletivos. A simples apresentação de uma forma de consciência como superior a outra, sem perspectivas de diálogo entre elas, equivale a uma fórmula de atividade política semelhante a uma receita na qual alguns ingredientes são substituídos por outros, o que redundará num movimento de negros, e não num movimento com metas coletivas específicas (HANCHARD, 2001, p. 188-89).

A tomada de consciência não abre por si o caminho para a formação de uma identidade negra como a que defendemos aqui, ou seja, uma identidade criada a partir do entrelaçar dos elementos históricos, culturais e sociais comuns. A consciência da raça por si não levará os negros brasileiros ao enfrentamento das estruturas sociais, culturais e políticas dominantes enquanto um diálogo perseverante entre consciência, teoria e prática étnico-racial não ressoe em toda a sociedade. Uma afirmação deste fato foi que na década de 1930 a consciência da cor



da pele não foi suficiente para levar grupos como a Frente Negra Brasileira a romperem com os paradigmas eurocêntricos de forma definitiva. Ao invés disso, muitos sucumbiram às estratégias de aceitação da sociedade dominante à medida que foram cooptados pelos ideais da democracia racial.

Contudo, a análise da formação de uma identidade negra representa grande avanço nas concepções intelectuais brasileiras, no que tange à questão étnico-racial. Isso porque, nas primeiras décadas do século XX, a ideia dominante era a da miscigenação, ou seja, a diluição das diferenças dentro dos pretendidos padrões europeus almejados pela elite brasileira. A questão da miscigenação é observada a partir da análise de Munanga:

Algumas vozes nacionais estão tentando, atualmente, encaminhar a discussão em torno da identidade “mestiça”, capaz de reunir todos os brasileiros (brancos, negros, mestiços). Vejo nessa proposta uma nova sutileza ideológica para recuperar a ideia da unidade nacional não alcançada pelo fracassado branqueamento físico. Essa proposta de uma nova identidade mestiça, única, vai na contramão dos movimentos negros e outras chamadas minorias, que lutam para a construção de uma sociedade plural e de identidades múltiplas (MUNANGA, 2006, p. 16).

A identidade “mestiça” que propõe a união é a mesma que dilui, em seu interior, a sua cultura e herança e tende à imitação do padrão sociopolítico hegemônico, pois é esse o padrão idealizado como válido pela sociedade brasileira baseada no paradigma eurocêntrico. O ideal da mestiçagem “naturaliza a diferença”, conforme aponta Stuart Hall:

O momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado do encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir (HALL, 2011, p. 326-27).

O caminho para o qual se dirige o ideal da mestiçagem é este: o deslocamento do cultural, histórico e político para o plano biológico, desconsiderando-se as lutas, os esforços e caminhos que os diversos grupos étnicos percorreram em suas diversidades de momentos históricos. A miscigenação apresenta-se, assim, como um caminho de unidade racial, enquanto, na realidade, a formação da sociedade brasileira é plurirracial. Nesse sentido, vale ressaltar que “Ou a sociedade brasileira é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade



econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática” (NASCIMENTO, 1978, p. 20).

A tomada de consciência, aliada ao reconhecimento e à conseqüente afirmação da identidade negra, por meio da implementação da lei 10.639/03 pelos sistemas de ensino de todo o país, são importantes formas de garantir que nossa sociedade seja de fato democrática, no sentido de conferir aos seus cidadãos a igualdade de direitos e deveres em suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Ao refletir sobre as lutas para a afirmação dos negros no Brasil, e estabelecendo diálogo entre o passado e o presente, percebemos que os espaços hoje alcançados para as discussões raciais foram duramente conquistados e são parte de um esforço contínuo para a constituição de uma sociedade menos injusta e menos desigual. Ao tomar as “rédeas” da história pelas mãos o povo negro assumiu a responsabilidade de revelar os caminhos de sofrimento e humilhação que foram impostos pela diáspora africana com a sensibilidade suficiente para redirecionar seu caminho que se traduziram em vias que pudessem levar à (re)construção da identidade negra.

Esta (re)construção foi o alvo central da luta do movimento negro, uma vez que, através de suas estratégias de ação operam gradualmente um rompimento com os paradigmas relativistas, discriminatórios e superficiais, como, por exemplo, o mito da democracia racial. A implementação da lei 10.639/03, nos deve levar a ressignificar o pesado fardo do olhar branco (FANON, 2008), transformando essa opressão em caminhos que apontem para a afirmação do indivíduo negro na sociedade. A sociedade brasileira vem obtendo, através da luta do movimento negro, a possibilidade ímpar de rever e repensar a sua história e, a partir desse processo, elaborar não só outra análise teórica dos fatos históricos embasados em uma perspectiva acadêmica, mas, principalmente, transportar dessa nova perspectiva histórica uma nova relação com a questão étnico-racial dentro dessa mesma sociedade. Isso porque não é possível mudar o que não se conhece.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar Araújo (Org). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC/FGV, 2007.

BRASIL. MEC. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. “Disponível em” <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acessado em 12/05/2014.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2004.

FANON, Franz. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. Vol. 2. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”. Bahia. *Revista Afro-Ásia*, n° 30, pp. 247-269, 2003.

\_\_\_\_\_. “Preconceito de cor e racismo no Brasil”. São Paulo: *Revista de Antropologia da USP*. Vol. 47, n° 1, 2004.

\_\_\_\_\_. “A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)”. São Paulo: *Tempo Social*; vol. 13, n. 2, novembro de 2001. pp. 121-142. “Disponível em” <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a07.pdf>. Acessado em: 20/03/2014.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org). 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HANCHARD, Michel George. *Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, Ed., 1986.

MUNANGA, Kabengele. *Negritudes: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.



NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. *Tempo Social*; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 1 (1): pp.29-45, 1º sem. 1989.

RAEDERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

RIOS, Flavia Mateus. A institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo. São Paulo, USP. 2008. “Disponível em” [http://pandora.cisc.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/publico/FLAVIA\\_MATEUS\\_RIOS.pdf](http://pandora.cisc.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/publico/FLAVIA_MATEUS_RIOS.pdf). Acesso em 15/03/2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 25-59.

SCHWARCZ, Lilia Moriz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

WERNECK, J. (s.d.). *Ou belo ou o puro?* Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. “Disponível em:” [http://www.criola.org.br/artigos/artigo\\_ou\\_o\\_belo\\_ou\\_o\\_puro.pdf](http://www.criola.org.br/artigos/artigo_ou_o_belo_ou_o_puro.pdf) Acesso em: 02/07/2014.



## ACÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA

MACIEL, Álvaro dos Santos

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação de Sociologia e Direito*

*macielalvaro@gmail.com*

### RESUMO

A pesquisa demonstra a tensão existente entre o direito à igualdade e o direito à diferença na questão das ações afirmativas no Brasil. O objetivo é abordar os fundamentos da justiça distributiva bem como pontos polêmicos atinentes ao tema sob o enfoque de doutrina especializada, tais como John Rawls, Ronald Dworkin dentre outros. Trata-se de um tema atual, haja vista que diversas são as políticas públicas que tentam privilegiar os menos favorecidos por meio de cotas. São apresentadas leis que tratam sobre o tema bem como fundamentações jurídicas, filosóficas e sociológicas. Conclui-se que a análise da ação afirmativa deve ser analisada em suas finalidades, sendo que, se a política afirmativa atende as reais necessidades dos grupos mais vulneráveis reconhecendo o direito à diferença, o princípio constitucional da igualdade será respeitado e, por conseguinte, a ação afirmativa será justa.

**Palavras-chave:** ação afirmativa, direito à igualdade e à diferença, justiça distributiva.

### ABSTRACT

The research demonstrates the tension between the right to equality and the right to difference on the issue of affirmative action in Brazil. The goal is to address the fundamentals of distributive justice and controversial points relating to the topic under the approach of specialized doctrine, such as John Rawls, Ronald Dworkin among others. This is a current topic, given that many public policies are trying to focus on the disadvantaged through quotas. Laws are presented that deal with the topic as well as legal reasoning, philosophical and sociological. The conclusion is that the analysis of affirmative action must be analyzed in their purposes, and, if affirmative policy meets the real needs of the most vulnerable groups recognizing the right to difference, the constitutional principle of equality will be respected and therefore affirmative action is fair.

**Keywords:** principle of equality, affirmative action, the right to difference, distributive justice.





Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo que a resposta se abrigava segura de si no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou (...) somos diferentes de fato (...), mas somos também diferentes de direito.

É o chamado “direito à diferença”, (...)

Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos, motiva-nos muito mais, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros. (PIERUCCI, Antonio Flavio. *Ciladas da diferença*. 1999, p. 7)

## 1. UMA ABORDAGEM ACERCA DA AÇÃO AFIRMATIVA

Há uma expansão global de políticas afirmativas que visam ao combate das desigualdades como um todo e o reconhecimento de identidades. Nota-se a crescente preocupação em adotar medidas eficazes com o intuito de promover a conscientização de que a igualdade real transcende a mera igualdade formal.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado *Liberdade cultural num mundo diversificado* explicita que:

O que é novo, hoje, é a ascensão de políticas de identidade. Em contextos muito diferentes e de modos muito diversos – desde os povos indígenas da América Latina às minorias religiosas na Ásia do Sul e às minorias étnicas nos Bálcãs e em África, até os imigrantes na Europa Ocidental – as pessoas estão se mobilizando de novo em torno de velhas injustiças segundo linhas étnicas, religiosas, raciais e culturais, exigindo que sua identidade seja reconhecida, apreciada e aceite pela sociedade mais ampla. Sofrendo de discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, econômicas e políticas, também exigem justiça social. (PNUD, 2004, p. 1)

Além do Brasil, mecanismos que visam melhoria de oportunidades como as ações afirmativas – intituladas “discriminações positivas” na Europa – já foram implementadas em diversos países (Gomes, 2001; Moehlecke, 2002; Piscitelli, 2009), tais como a Índia, África do Sul, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nigéria, Argentina, Cuba, dentre outros.

A expressão “ações afirmativas” tem origem Estados Unidos na década de 60 no bojo do movimento pelos direitos civis e como uma das medidas eficazes de combate ao preconceito.<sup>1</sup> Observou-se que a mera revogação das leis segregacionistas era insuficiente para

<sup>1</sup> “(...) Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira centra era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país e o AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA – MACIEL, Álvaro dos Santos.



promover a integração dos grupos discriminados. (Moehlecke, 2002; Souza Neto & Feres Jr., 2008).

No entendimento de Lewandowski (2012), ao abordar a questão da política propriamente dita e não o termo que fora escolhido para tal, explica que as políticas afirmativas tiveram início na Índia, sociedade marcada pela estratificação social, pela diversidade cultural e étnico-racial que levou a Constituição de Independência a adotar a discriminação positiva em benefício das classes menos favorecidas.<sup>2</sup>

As ações afirmativas podem ser consideradas como evolução de políticas, eis que contém um comando no sentido de proibir a discriminação que marginaliza um ou mais grupos do processo produtivo ou da convivência social e outro no sentido de minorar os efeitos gerados por esta discriminação (Menezes, 2001, p. 88). Para Lopes (2005, p. 83-92), o Estado Democrático de Direito e a proteção contra práticas discriminatórias são conceitos indissociáveis.

Na ótica de Menezes (2001, p. 28), ação afirmativa é um mecanismo de inclusão das minorias em postos mais elevados para que estes também usufruam com efetividade das benesses sociais.

Vê-se que são instrumentos manejados por políticas públicas ou privadas cujo objetivo é tentar neutralizar efeitos discriminatórios ao providenciar a concretização da inclusão de classes vitimizadas, seja em decorrência de cor, de gênero, de estratificação social, de religião, de origem, ou mesmo de deficiências, consolidando a necessidade da observância dos princípios atinentes ao pluralismo e o respeito à diversidade nas diversas esferas de convivência.

Medeiros (2002, p. 22) formula uma metáfora que traduz o conceito, os objetivos e o alcance das ações afirmativas:

---

movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos... nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Os Estados Unidos completam quase quarenta anos de experiências, o que oferece boa oportunidade para uma análise de longo prazo do desenvolvimento e impacto dessa política". (Moehlecke, 2002, p. 17)

<sup>2</sup> Neste sentido é a tradução livre do art. 16 Constituição da Índia de 1949 realizada por Piscitelli, (2009, p. 84): "Art. 16. (...) (4) Nada neste artigo deve impedir o Estado de prover a reserva de compromissos ou postos em favor de qualquer classe desfavorecida de cidadãos que, na opinião do Estado, não esteja adequadamente representadas nos serviços públicos. (4A) Nada neste artigo deve impedir o Estado de prover a reserva em matéria de promoção para qualquer classe ou classes de postos nos serviços estatais em favor das castas e tribos incluídas as quais, na opinião do Estado, não estão adequadamente representadas nos serviços públicos."

AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA – MACIEL, Álvaro dos Santos.



Imaginem dois corredores, um amarrado e o outro solto. É claro que o corredor solto ganha sempre. Mas um dia a platéia dessa competição imaginária chega à conclusão de que essa situação é injusta. À custa de muita pressão, consegue-se convencer os organizadores a cortar as cordas que prendiam um dos corredores. Só que ele continua perdendo. Motivo: seus músculos estão atrofiados pela falta de treinamento. Se tudo continuar como está, a tendência é de que ele perca sempre. Que fazer para promover a igualdade de condições entre os dois corredores? Alguns sugerem que se dê um treinamento especial ao corredor que estava amarrado. Pelo menos durante algum tempo. Outros defendem uma medida mais radical: por que não lhe dar uma vantagem de dez metros em cada corrida? Logo se ouvem vozes denunciando que isso seria discriminação. Mas há quem defenda: discriminação, sim, mas positiva porque visa promover a igualdade, pois tratar igualmente os desiguais é perpetuar a desigualdade. Essa história ilustra muito bem o conceito de “ação afirmativa” e o debate que o tema desperta na sociedade. Podemos dizer que os negros, as mulheres e outros grupos discriminados são como o corredor amarrado: por muito tempo estiveram presos pelas cordas do racismo e da discriminação, por vezes traduzidos até mesmo em leis. Não podem ganhar a corrida. Mesmo depois de “soltos”, continuam perdendo. Isso porque a discriminação, mesmo que ilegal, prossegue funcionando de forma disfarçada. (...) O objetivo da “ação afirmativa” é superar essas desvantagens e promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade. Isso pode ser feito de várias maneiras. Proporcionar bolsas de estudos e promover cursos de qualificação para membros desses grupos é como dar um treinamento especial para o corredor que estava amarrado (...).

Quanto ao prazo de duração das políticas afirmativas, é importante destacar que devem ter vigência até que sejam sanados ou minimizados os efeitos do preconceito e da discriminação. Para Alexy (apud KAUFMANN, 2007), as ações afirmativas são entendidas como instrumentos de política social dotados de temporariedade, cujo objetivo é integrar e aumentar a participação, na sociedade, de grupo de pessoas que tendem a ficar alijadas por razões de raça, sexo, etnia, deficiência física e mental, ou classe social.

Em tom uníssono, Mèlin-Soucramaniem (1997) afirma que a discriminação positiva é um tratamento diferenciado que visa favorecer determinados grupos, com o objetivo de reparar desigualdades por um período temporário.

Portanto, a discriminação positiva é uma forma de materialmente igualar a diversidade como mecanismo de justiça. Assim, quando os objetivos das ações afirmativas forem satisfeitos, tais políticas devem ser extintas, sob o risco de manter distinções que não mais se justificariam.



Após este traçar das linhas gerais das ações afirmativas, passa-se a analisá-las no contexto jurídico-positivo brasileiro.<sup>3</sup>

A Constituição Federal de 1988, considerada como marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil, elenca dispositivos que traduzem a tentativa de igualdade material. Objetiva, como princípio fundamental, construir uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação (artigo 3º, I, III e IV).

Ademais, para as mulheres e para as pessoas com deficiência estabelece a possibilidade de ações afirmativas assim como prevê o inciso XX do artigo 7º, inciso XX, ao abordar sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher por meio de incentivos específicos, bem como o inciso VII do artigo 37 ao determinar que a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.

Piovesan (2008) destaca diversos instrumentos afirmativos implementados no ordenamento jurídico pátrio<sup>4</sup>, tal como a “Lei das cotas” de 1995 (Lei n. 9.100/95)<sup>5</sup>, que introduziu uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres; o Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto 1.904, de 13 de maio de 1996), que prevê como meta o desenvolvimento de ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis; o Programa Nacional de Ações Afirmativas (Decreto Federal 4.228/02) que contemplou incentivo à inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência, como critérios de pontuação em licitações que beneficiem fornecedores que comprovem desenvolver políticas compatíveis com o programa; o Programa Diversidade na Universidade (Lei n. 10.558/02) que estabeleceu a criação de bolsas de estudo e prêmios a

<sup>3</sup> Deu-se em 1980 a primeira formulação de um projeto de lei referente a medidas de políticas afirmativas. O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória, que estabelecerá mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuam (MOEHLECKE, 2002)

<sup>4</sup> Também os Estados federados passaram a adotar políticas de promoção da igualdade material. A Constituição do Estado da Bahia elenca capítulos específicos no que se refere ao afrodescendente e ao índio. O Estado do Paraná, por meio da Lei n. 10.183/92 e Santa Catarina, por meio da Lei n. 10.064/96, prescreveram sanções administrativas às empresas que praticarem atos discriminatórios – no primeiro contra a mulher e no segundo por questões raciais –, prevenindo a impossibilidade de participar em licitações e convênios públicos até a proibição de parcelamento de débitos, dentre outras medidas. O Estado de São Paulo criou regionalmente a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes (Decreto 48.328/06). Outros Estados também têm adotado políticas de ações afirmativas.  
AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA – MACIEL, Álvaro dos Santos.



alunos de instituições que desenvolvessem ações de inclusão no espaço universitário, além de autorizar o Ministério da Educação a estudar, implementar e apoiar outras ações que servissem ao mesmo fim<sup>6</sup>; a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) de 2003, que reforça a eficácia das ações afirmativas e determina a criação de diversos mecanismos de incentivo e pesquisas para melhor mapear a população afrodescendente; criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Lei n. 10.678/03), que auxilia o desenvolvimento de programas, convênios, políticas e pesquisas de interesse para a integração racial.

Cumprir acrescentar também o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010.) destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

## **2. A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA**

Verifica-se, em diversos ordenamentos contemporâneos, que a justiça transmuta-se em duas concepções clássicas, uma que a caracteriza como cumprimento da legalidade e outra que se fundamenta na igualdade de relações.

Neste diapasão, Bobbio (1997, p. 15) afirma “a alteração da igualdade é um desafio à legalidade constituída, assim como a não-observância das leis estabelecidas é uma ruptura do princípio de igualdade no qual a lei se inspira”.

A fundamentação de igualdade de relações é um tema complexo, polêmico e controverso.

Candau (2008) explica que a matriz da modernidade enfatizou a questão da igualdade. A igualdade de todos os seres humanos, independentemente das origens raciais, da nacionalidade, das opções sexuais, enfim, a igualdade é uma chave para entender toda a luta da modernidade pelos direitos humanos. No entanto, parece que hoje o centro de interesse se deslocou, e em que pese a igualdade não seja descaracterizada, o tema da diferença é posto

<sup>5</sup> Essa lei foi posteriormente alterada pela Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que, ao estabelecer normas para as eleições, dispôs que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

<sup>6</sup> É nesse contexto que foram adotados programas de cotas para afrodescendentes em universidades – como é o caso da UERJ, UNEB, UnB, UFPR, entre outras (Piovesan, 2008).



muito mais em evidências nas pesquisas e nos debates. Ao citar Pierucci (1999), traz à lume inquietantes considerações acerca da valorização da diferença.

Rawls (2002), em sua obra *Uma Teoria da Justiça*, de 1971, pressupõe que a desigualdade é inerente à condição do homem sendo este um “egoísta racional” que pode superar este jugo ao se vincular a outros indivíduos visando a concretização de princípios da vida em comum. Para que a escolha dos princípios não seja distorcida por esses interesses individuais, ela ocorre por trás do “véu de ignorância”, ou seja, os agentes devem ignorar sua posição original – posição atual e/ou chances futuras na sociedade.

Rawls (2002, p. 03) ao fomentar temas como a justiça distributiva e a igualdade de oportunidades preconiza que “a justiça é a primeira virtude das instituições sociais como a verdade é o dos sistemas de pensamento”. Tal afirmativa demonstra sua convicção na justiça como um sistema que prevalece a qualquer outro dentro da sociedade, e como consequência disso, é possível se afirmar que em uma sociedade justa, as leis e as instituições merecem especial atenção quanto à proporcionalidade de sua aplicação e, quando quedarem-se injustas precisam ser modificadas ou até mesmo revogadas.

Uma sociedade fulcrada em parâmetros de justiça detém uma característica essencial, tal qual o reconhecimento e aceitação dos mesmos princípios de justiça que deflagra o agir conforme os ditames por ela estabelecidos. “Portanto numa sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis; os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais.” (RAWLS, 2002, p. 03).

Assim, todo cidadão deve ser receptor daquilo que lhe é de direito de acordo com sua capacidade, porém com especial atenção aos que estão em posição social desprivilegiada, valorizando, portanto, o princípio da diferença.

(...) ninguém merece a maior capacidade natural que tem, nem um ponto de partida mais favorável na sociedade. Mas, é claro, isso não é motivo para ignorar essas distinções, muito menos para eliminá-las. Em vez disso, a estrutura básica [da sociedade] pode ser ordenada de modo que as contingências trabalhem para o bem dos menos favorecidos. Assim somos levados ao princípio da diferença se desejamos montar o sistema social de modo que ninguém ganhe ou perca devido ao seu lugar arbitrário na distribuição de dotes naturais ou à sua posição inicial na sociedade sem dar ou receber benefícios compensatórios em troca. (Rawls, 2002, p. 108).

É de se ressaltar então que, os talentos advindos da distribuição que a própria natureza se encarregou de premiar a cada um, ou a posição que cada indivíduo ocupa na estratificação social não seriam elementos para se aquilatar a justiça nem mesmo a injustiça; o





que concretiza a justiça ou o seu oposto é o modo pelo qual as instituições sociais irão manejá-las.

Rawls (2002, p. 79), ao aliar o princípio da igualdade de oportunidades – também chamado de oportunidade equitativa<sup>7</sup> com o princípio da diferença, propõe o que define como igualdade democrática. Neste escólio, cabe a exemplificação de Kymlicka (1996, apud MOEHLECKE, 2004):

Aqueles que nasceram com alguma deficiência não possuem uma igual oportunidade de adquirir benefícios sociais, e sua ausência de sucesso não tem nenhuma relação com suas escolhas ou esforços. Se estivermos genuinamente interessados em remover desigualdades não merecidas, então a visão dominante de igualdade de oportunidades é inadequada.

Ainda que não tratem do mesmo objeto, o princípio da diferença proposto por Rawls apresenta várias similitudes com as políticas de ação afirmativa. Assim, as desigualdades dos dons naturais e/ou posições menos favorecidas advindas de gênero, raça, etnia, por questão de deficiências, dentre outras, não são merecidas e por isso, devem ser compensadas de alguma forma (Moehlecke, 2004). Ao se referir acerca do princípio da diferença, Rawls (2002, p. 107) enfatiza a necessidade da atenção que ser atribuída a determinadas pessoas como forma de compensação:

O princípio determina que a fim de tratar as pessoas igualitariamente, de proporcionar uma genuína igualdade de oportunidades, a sociedade deve dar mais atenção àqueles com menos dotes inatos e aos oriundos de posições sociais menos favoráveis. A idéia é de reparar o desvio das contingências na direção da igualdade.

Ademais, Rawls demonstra àqueles que consideram injusta a compensação, e aqui se poder subentender as ações afirmativas, por supostamente atentar contra a noção de mérito. É questionado o quão meritórios são os dotes naturais ou as posições sociais desfavoráveis. No que se refere ao tema, o desenvolvimento das habilidades detém uma perspectiva problemática uma vez que seu caráter depende de ligações a uma família privilegiada e de circunstâncias sociais, que é dissonante de caracteres meritórios.

Talvez alguns pensarão que uma pessoa com maiores dons naturais mereça aquelas vantagens e o caráter superior que tornou possível seu desenvolvimento. Porque é mais digno neste sentido, merece as maiores vantagens que puder alcançar com seus dons. Esta visão, entretanto, é

<sup>7</sup> Rawls (2002, p. 109) enfatiza a sua objeção ao princípio da oportunidade equitativa por conduzir a uma sociedade meritocrática.



certamente incorreta. Um dos pontos recorrentes de nossos juízos analisados até agora é que ninguém merece o seu lugar na distribuição dos dons naturais, mais do que mereça seu ponto de partida na sociedade. Afirmar que um homem merece o caráter superior que lhe permite esforçar-se para cultivar suas habilidades é igualmente problemático, pois seu caráter depende largamente de uma família privilegiada e de circunstâncias sociais, pelas quais não tem mérito algum. Não parece aplicar-se a noção de merecimento a tais casos. Dessa forma, o homem representativo mais privilegiado não pode dizer que o mereça e, portanto, que tenha direito a um esquema de cooperação no qual lhe seja permitido adquirir benefícios de modo que não contribuam ao bem-estar alheio. (Rawls, 1973)

Por conseguinte, Rawls promove um debate acerca de ideais meritocráticos, promovendo objeção da tradição liberal estabelecida na idéia de igualdade de oportunidades e de sua respectiva concepção de mérito, em algumas situações sociais.

Nas políticas de ação afirmativa, como ressalta Moehlecke (2004) há uma relação complexa de igualdade que se baseia nos direitos individuais, ao propor uma redefinição da igualdade de oportunidades liberal, introduzir a utilização de particularidades grupais.

Em que pese não seja o objetivo deste trabalho abordar os contrapontos à teoria de Rawls, tangencialmente aponta-se que no entendimento de Fraser (2006)<sup>8</sup>, a ação afirmativa não se relaciona apenas como a justiça social no campo da distribuição, e sim como justiça social na esfera do reconhecimento de valores culturais diversificados e identidades marginalizadas, integrando-os à sociedade.

O debate sobre ações afirmativas permite diversas conexões entre filosofia política, teoria crítica e teoria social. Acredita-se que a questão da igualdade seja a principal delas. Como aponta Nancy Fraser, embora a perspectiva distributiva tenha prevalecido, pelo menos, nos últimos 150 anos, ela tem sido substituída por uma perspectiva do reconhecimento.<sup>9</sup> É o que Fraser denomina risco da substituição. (...) Por que o projeto universalista moderno de garantia formal da igualdade não se realizou a contento? Acredita-se que a produção da desigualdade baseada na diferença foi o esteio do fortalecimento das políticas de reconhecimento. (FRASER, 2002 apud LIMA, 2010).<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Neste sentido explica Neves (2005): Para Fraser (1997) “é preciso romper com a dicotomia das teorias da justiça contemporâneas, as quais ou privilegiam as injustiças socioeconômicas – como o fazem os autores que pregam uma justiça pautada na redistribuição dos bens, como Rawls (1971) ou Sen (2001), por exemplo –, ou se restringem às injustiças culturais, como Taylor (1992), Honneth (1997) ou Young (1990). Para Fraser, que toma as questões de raça e de gênero como paradigmáticas, ‘os eixos da injustiça são simultaneamente culturais e socioeconômicos’, razão pela qual é necessário unir os critérios de redistribuição e de reconhecimento na construção de uma sociedade justa.”

<sup>9</sup> No campo teórico, o reconhecimento tornar-se-á um tema importante na crítica que alguns autores – Taylor (1989), Sandel (1982), Walzer (1983), entre outros – endereçarão às teorias de justiça distributivas que, na esteira dos trabalhos de John Rawls (1971) se desenvolvem a partir das décadas de 1970 e 1980.

<sup>10</sup> Neves (2005) detalha que, “em trabalhos posteriores, Fraser (2000) propõe um modelo interpretativo baseado no *status (status model)* para compreender as demandas por reconhecimento das identidades e de facilitar a compreensão da justiça tanto em termos distributivos como de reconhecimento (...) As críticas mais importantes a AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA – MACIEL, Álvaro dos Santos.



Vê-se, por conseguinte que, atualmente a questão da diferença assume determinada importância que transforma-se num direito, não só o direito dos diferentes a serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença com reconhecimento social.

Percebe-se que a produção da desigualdade baseada na diferença fortaleceu as políticas de reconhecimento.<sup>11</sup> Esse processo em que os binômios igualdade/desigualdade e igualdade/diferença<sup>12</sup> ganharam complexidade e tem produzido fortes embates analíticos e políticos.

311

(...) a relação entre igualdade e diferença torna-se um tema espinhoso na medida em que impregna e ao mesmo tempo transborda a questão da cidadania. O potencial integrador da igualdade opera como idéia extraordinariamente potente para equacionar em registros distintos tanto a questão da desigualdade quanto a questão da diferença: a primeira concebida no plano das disparidades socioeconômicas, das condições a perpetuarem o acesso desigual aos recursos materiais; a segunda entendida no terreno da atribuições do status da cidadania, da delimitação do conjunto de iguais que formam a comunidade política, isto é, da identidade. (LAVALLE, 2003).

Dworkin (2005) na obra intitulada *A virtude soberana*, se coloca como outro marco teórico que pretende resgatar o ideal da igualdade distributiva ao sustentar o igualitarismo liberal em que as pessoas por terem certa responsabilidade por suas escolhas não farão jus a uma distribuição equânime das riquezas, salvo quando a desigualdade material decorrer de circunstâncias alheias às vontades dos indivíduos.

Nós assumimos responsabilidade por nossas escolhas de variadas maneiras. Quando essas escolhas são feitas livremente, e não ditadas ou manipuladas por outros, nós nos culpamos se concluimos que deveríamos ter escolhido de modo diverso. [...] Nossas circunstâncias são outra história: não faz sentido assumir responsabilidade por elas a não ser que sejam o resultado de nossas escolhas. Ao contrário, se estamos insatisfeitos com nossos recursos pessoais e não nos culpamos por nenhuma escolha que afetou nossa parcela nesses recursos, é natural que reclamemos que outros — geralmente os oficiais de nossa comunidade — foram injustos conosco. A

essas teses versam sobre a dicotomia entre justiça redistributiva e justiça pautada no reconhecimento. (YOUNG, 1997, p. 148), por exemplo, critica a separação entre economia e cultura, que embasa essa dicotomia. Para ela, numa linha próxima aos trabalhos de Pierre Bourdieu sobre a reprodução social, não se pode separar a cultura da economia, pois são inúmeras as interconexões entre ambas. Razão pela qual, sob sua ótica, Fraser não teria percebido “o reconhecimento cultural como um meio para a justiça econômica e política”

<sup>11</sup> A premissa básica para os autores que desenvolvem uma teoria pautada no reconhecimento é que este é fundamental para o processo de formação da identidade pessoal e que, por isso, deve ser considerado um importante critério de justiça em uma sociedade (NEVES, 2005).

<sup>12</sup> Para Candau (2008) não se trata de afirmar um pólo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro.



distinção entre escolha e circunstância é não só familiar, mas fundamental em ética de primeira pessoa.[...] Não podemos planejar ou julgar nossas vidas senão pela distinção entre aquilo sobre o que devemos assumir responsabilidade, porque o escolhemos, e aquilo sobre o que não devemos porque estava além de nosso controle. (DWORKIN, 2005).

Deste modo o critério da escolha-circunstância coloca a liberdade no cerne da igualdade distributiva (FERRAZ, 2007).

A igualdade de recursos, em resposta ao questionamento de Sen (1992) – “igualdade de quê?” – dentro de um enfoque do igualitarismo liberal é o que Dworkin (2005) defende em seus entendimentos, para que assim os indivíduos possam enfrentar suas decisões e escolhas, e não a controversa igualdade de bem-estar que os mesmos podem alcançar com esses recursos.

Dessa forma, as ações afirmativas têm relação, principalmente, com a redistribuição de ônus e benefícios entre os membros da sociedade. Sua finalidade, discriminar por meio de ações que promovam a distribuição equânime dos bens, por si só mitigará os efeitos da discriminação outrora praticada e embasa a justiça distributiva, através da qual, os indivíduos ou os grupos reivindicam vantagens, bens ou benefícios aos quais teriam acesso se houvesse justiça social. (GOMES, 2001, p. 67).

Ao analisar o caso de DeFunis<sup>13</sup>, Dworkin (2002, p. 349) defende que tal análise propicia o reconhecimento da distinção existente entre a igualdade como política e a igualdade como direito. A fim de analisar tal questão o autor faz a seguinte indagação: *que direito a igualdade têm os cidadãos enquanto indivíduos que podem sobrepor-se a programas voltados para importantes políticas econômicas e sociais, inclusive a política social que consiste em melhorar a igualdade em termos gerais?*

Para responder esta pergunta, Dworkin (2002, p. 349 *et seq.*) apresenta a sua concepção de direito a igual tratamento e a concepção de direito ao tratamento como igual:

O primeiro é o direito a igual tratamento (*equal treatment*), que é o direito a uma igual distribuição de alguma oportunidade, recurso ou encargo. Todo cidadão, por exemplo, tem direito a um voto igual, em uma democracia; este é o cerne da decisão da Suprema Corte de que uma pessoa deve ter um voto, mesmo se um arranjo diferente e mais complexo assegurar melhor o bem-estar

<sup>13</sup> Dworkin apresenta um fato que ocorreu em 1945 com um negro chamado Sweatt que foi recusado de ingressar na Faculdade de Direito da Universidade do Texas, sob a alegação de que uma lei estadual determinava que somente brancos poderiam frequentar a Universidade, bem como apresenta um fato que ocorreu em 1971, com um judeu chamado DeFunis, em virtude deste não ter ingressado na Faculdade de Direito da Universidade de Washington, apesar de ter atingido uma média alta nos exames realizados.



coletivo. O segundo é o direito ao tratamento como igual (*treatment as equal*), que é o direito, não de receber a mesma distribuição de algum encargo ou benefício, mas de ser tratado com o mesmo respeito e consideração que qualquer outra pessoa.

Noutras palavras, para o referido autor (2002, p. 350), o direito ao tratamento como igual é fundamental, sendo que o direito ao igual tratamento seria derivado, sendo que, nem sempre o direito ao tratamento como igual implicará em adoção de um direito a igual tratamento.

Dworkin (2005, p. 461) afirma que há diferenças entre programas de ação afirmativa por cotas (reserva de vagas para a minoria) e planos mais flexíveis que fazem da raça apenas um fator na composição das vagas, porém, tais diferenças seriam apenas administrativas e simbólicas. De fato, Dworkin ressalta que um programa flexível provavelmente será mais eficiente, uma vez que permitirá o acesso maior das minorias quanto ao total de candidatos for maior. Contudo, a diferença existente entre tais programas não respalda qualquer distinção constitucional, salvo se ficar constatado que um programa de cotas viole direitos constitucionais de uma forma que não ocorra com os sistemas flexíveis.

Além disso, assevera que o argumento utilitarista possui alguns questionamentos que não ocorrem com os argumentos de ideal, quais sejam: o que seria bem-estar médio ou coletivo? Como podem ser calculadas as perdas e os ganhos dos indivíduos a fim de respaldar a afirmação de que os ganhos superam as perdas? (DWORKIN, 2002, p. 358)

Os argumentos favoráveis a um programa que discrimine em favor dos negros, por exemplo, são ao mesmo tempo utilitaristas e ideais. Os argumentos utilitaristas se baseiam, mesmo que indiretamente, em preferências externas, enquanto que os argumentos de ideal não se baseiam em preferências, mas sim no argumento de que uma sociedade mais igualitária será melhor, independente de seus membros preferirem a desigualdade, sendo que este argumento, segundo o autor, não negaria a ninguém o direito de ser tratado como igual. (DWORKIN, 2002, p. 364-365).

Ou seja, de acordo com as lições de Dworkin, o argumento utilitarista que se respalda nas preferências pode aparecer num argumento igualitário, mas se forem analisadas as diversas preferências existentes na sociedade, tal argumento igualitário se demonstrará enganoso.

Ademais, os argumentos utilitaristas que pretendem justificar a segregação não são errados apenas em seus detalhes, mas também inapropriados em princípio. Isto porque em



outros casos, a contabilização das preferências externas viola os direitos dos cidadãos de serem tratados como iguais, considerando que em alguns casos, o sucesso das preferências pessoais de um candidato dependerá da estima e aprovação dos outros (DWORKIN, 2002, p. 366).

Dessa forma, Dworkin (2002, p. 368) conclui que os argumentos favoráveis a um programa de admissão que discrimine os negros, por exemplo, em admissão nas universidades, são argumentos utilitaristas baseados em preferências externas, violando o direito constitucional dos negros de serem tratados como iguais.

O referido autor ressalta a importância de se estabelecer as diferenças necessárias para o entendimento das injustiças decorrentes das classificações raciais. Em razão disso, defende (DWORKIN, 2002, p. 369) que um programa de admissão preferencial poderá não criar uma sociedade mais igualitária – mas não é correto afirmar que tais programas são injustos, mesmo quando funcionam, pois o autor afirma que é necessário ter cautela para que a Cláusula de Igual Proteção não seja utilizada para fraudar a igualdade.

Dworkin afirma que uma política não deve se adequar às preferências da sociedade, mas sim às reais necessidades dos membros que pertencem aos grupos mais vulneráveis. Tal concepção visa dar efetivação à justiça material, por meio de uma postura ativa do Estado.

Dessa forma, o que vai respaldar um programa de ação afirmativa será o respeito aos direitos dos indivíduos de serem tratados como iguais, mas tal afirmação do autor só será compreendida através do conceito de igualdade num sentido material, não meramente formal.

De fato, o argumento ideal que se baseia na concepção de que uma sociedade igualitária será uma sociedade melhor, não negaria a ninguém o direito de ser tratado como igual.

Contudo, deve ser feito um acréscimo nesta afirmação, no sentido de que o conceito de sociedade igualitária deve ser analisado de forma conjunta com o conceito de dignidade humana, pois é justamente a dignidade humana que sustentará o tratamento diferencial dado às minorias.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em verdade, as sociedades estão em sucessivos processos de transformação, tornando, assim, mutável o conceito de igualdade, tanto em relação à época, ou em relação a





determinado grupo e deslocando o foco para a valorização das diferenças sem descaracterizar os preceitos da igualdade.

O Direito, para concretizar a justiça, se utiliza dos critérios isonômicos, ora determinando o equilíbrio, ora o desequilíbrio positivo, uma vez que há desigualdades provenientes de inúmeras divergências, dentre elas as desigualdades humanas, que privam muitos até de ter as suas necessidades básicas supridas.

Rawls intensifica os debates ao propor a justiça distributiva. Dworkin expõe suas idéias ao debater casos jurídicos que ocorreram nos Estados Unidos. Contudo, de igual modo, seus argumentos são de suma importância para o debate sobre a legalidade e justiça das ações afirmativas.

Talvez as ações afirmativas não estejam respaldadas tão somente na concepção de justiça compensatória, que transmitiria a idéia de limitação de sua concessão, visto que só poderia ser “compensado” quem porventura tivesse um direito violado, sendo que somente poderia ser “penalizado” quem causasse, de fato, tal violação.

Por meio da distribuição igual de oportunidades, deve ser dado tratamento diferenciado às classes menos favorecidas, o que não significa dizer que os demais sofrerão por pertencerem à classe não incluída nas ações afirmativas, pois essas pessoas já estão em posição de vantagem, sendo medida de justiça dar tratamento diferenciado.

Portanto, a análise de uma ação afirmativa deve ser direcionada para as suas finalidades. Se a medida for necessária para que seja efetivada a justiça material, ou seja, se a política afirmativa atende às reais necessidades dos grupos mais vulneráveis, o princípio constitucional da igualdade estará sendo respeitado e, por conseguinte, a ação afirmativa será justa ao reconhecer o direito à diferença viabilizando a inserção da diversidade no sistema democrático.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYMA, Fátima. Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, June 2012.

BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, Apr. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Set. 2013

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERRAZ, Octávio Luiz Motta. Justiça distributiva para formigas e cigarras. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 77, Mar. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Set. 2013.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002.

\_\_\_\_\_. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de Campo*, nº 14-15, 2006.

\_\_\_\_\_. *Justice interruptus: critical reflections on the pos-socialist condition*. Nova York/Londres, Routledge, 1997.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HONNETH, Axel. Recognition and moral obligation. *Social Research*, 64 (1): 16-35, 1997.

KAUFMANN, R. F. M. *Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? uma análise histórico-jurídico comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

KYMLICKA, W. *Contemporary political philosophy: an introduction*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

LAVALLE, Adrian. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova*, n. 59, 2003.

ACÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À IGUALDADE E O DIREITO À DIFERENÇA – MACIEL, Álvaro dos Santos.



LEWANDOWSKI, R. *Íntegra do voto do ministro Ricardo Lewandoski na ADPF sobre cotas*. Brasília, DF: STF, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 87, July 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Set. 2013.

LOPES, Gláucia Gomes Vergara. *A Inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho: A efetividade das Leis Brasileiras*. São Paulo: LTR, 2005.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.

MÈLIN-SOUCRAMANIEM, F. *Le Principe d'égalité dans la jurisprudence du conseil constitutionnel*. Paris: Economica, 1997.

MENEZES, Paulo Lucena de. *A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano*. São Paulo: RT, 2001.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. São Paulo: USP/Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002.

\_\_\_\_\_. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, Oct. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 Set. 2013.

NEVES, Paulo Sérgio da C.. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 59, Oct. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Set. 2013.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, Dec. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Set. 2013.

PISCITELLI, R. M. *O Estado como promotor de ações afirmativas e a política de cotas para o acesso dos negros à universidade*. Curitiba: Juruá, 2009.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Mensagem, 2004.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge, Harvard University Press, 1971.



\_\_\_\_\_. *Uma teoria da justiça*. 2ª ed. Trad. Almiro Pissetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANDEL, Michael. *Liberalism and the limits of justice*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

SEN, Amartya. *A desigualdade reexaminada*. São Paulo: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Inequality reexamined*. Oxford, Oxford University Press, 1992.

SOUZA NETO, C. P.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa: normatividade e constitucionalidade. In: SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. *Igualdade, direitos sociais e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalism and the "politics of recognition"*. Princeton, Princeton University Press, 1992.

TAYLOR, Charles. *The sources of the self*. Cambridge, Harvard University Press, 1989.

WALZER, Michael. *Spheres of justice: a defense of pluralism and equality*. Oxford, Blackwell, 1983.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton, Princeton University Press, 1990.



## O RACISMO NO TABULEIRO DE XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

COLOMBO, Cristiano da Silveira

*Estudante de mestrado do PGCL da UENF e Professor do IFES  
cristiano.colombo@gmail.com*

STAHL, Nilson Sergio Peres

*Professor do PGCL da UENF  
nilson8080@gmail.com*

MOURA, Sergio de Arruda

*Professor do PGCL da UENF  
arruda.sergio@gmail.com*

318

### RESUMO

Com base na heterogeneidade e intertextualidade, princípios da Análise do Discurso, este trabalho tem como propósito analisar o filme brasileiro “O Xadrez das Cores”, cujo tema é o racismo. A pretexto de ensinar a empregada a jogar, a patroa, solitária e convicta de sua superioridade racial, destila todos os preconceitos a partir da mera distinção das cores das peças, espelhando assim o dilema racista da sociedade. Por meio desta análise, pretende-se demonstrar como o xadrez, em seus processos comunicativos e expressivos, promove a reflexão de um tema delicado por meio de duas narrativas que se desenvolvem, a do filme em si e a do jogo. É oportunidade de comprovar que a segunda contribuição metafórica do xadrez é possibilitar que as pessoas vejam a si mesmas no tabuleiro, funcionando como um espelho social. Metodologicamente, inseriu-se na discussão a teoria do discurso tal como desenvolvida em Maingueneau ao conceber o discurso como um posicionamento assumido entre sujeitos em interação, constituindo assim um *ethos* em conflito.

**Palavras-chave:** racismo, xadrez, interdisciplinaridade.

### ABSTRACT

Based on the heterogeneity and intertextuality, principles of Discourse Analysis, this paper aims to analyze the Brazilian film "The Colors of Chess", whose theme is racism. On the pretext of teaching employed to play the boss, lonely and convinced their racial superiority, distills all prejudices from the mere distinction of color of parts, just mirroring the racial dilemma of society. Through this analysis, we intend to demonstrate how chess in their communicative and expressive processes promotes the reflection of a sensitive issue through two narratives that develop in the film itself and the game. It is an opportunity to prove that the second contribution metaphorical chess is to allow people to see themselves on the board, working as a social mirror. Methodologically, was inserted in discussing the theory of discourse as developed at Maingueneau to conceive discourse as a position assumed in interaction between subjects, thus constituting an *ethos* in conflict.

**Key-words:** racism, chess, interdisciplinarity.



## 1- INTRODUÇÃO

O filme brasileiro “O Xadrez das Cores” (Marco, 2004) apresenta uma história entre duas mulheres, uma branca e a outra negra, que se desenvolve como um jogo de xadrez e cuja temática é a discriminação racial. Com o apoio dos conceitos da Análise do Discurso (AD), este trabalho tem como propósito analisar o enredo da história, buscando extrair o melhor desta obra que trata com sentimentalismo e firmeza um tema delicado que atravessa os tempos.

Na seção 2, são abordados conceitos da Análise do Discurso, como enunciação, enunciado, *ethos* e heterogeneidade. Na seção 3, são apresentados os conceitos básicos do xadrez e como o jogo pode ser utilizado como metáfora para representar situações da vida real. Na seção 4, é apresentado o contexto do filme, personagens principais e enredo. Na seção 5 são apresentadas as conclusões.

## 2- A ANÁLISE DO DISCURSO

A Escola francesa de Análise do Discurso, segundo Milanez (2009), passou por várias reformulações empreendidas por seu principal fundador, Michel Pêcheux, na França, desde 1969. A Análise do Discurso, que toma por objeto o discurso “no qual confluem a língua, o sujeito e a história”, segundo Gregolin (2003 *apud* Milanez, 2009, *op. cit.*), resumidamente, procurava compreender a produção de sentidos em uma sociedade. Neste caso, os sentidos e os efeitos de sentido, por sua vez, são:

- Históricos e sociais (teoria marxista);
- Realizados por sujeitos (teoria freudiana);
- Realizáveis por meio da materialidade da linguagem (teoria saussuriana).

Isso significa que podemos apreender o discurso através dos meios que o materializam, que lhe atribuem uma forma material. Por essas e outras razões, a Análise do Discurso se constitui como um lugar de enfrentamentos teóricos, um campo de entremeio e vizinhanças constitutivas.

### 2.1- A ENUNCIACÃO E O ENUNCIADO

Não há como desprezar o caráter discursivo de que se reveste uma partida de xadrez. O confronto entre dois sujeitos se instala como discurso uma vez que, a cada lance, um jogador provoca o outro a uma resposta à maneira mesmo de uma troca de turno durante uma





conversação. Dessa forma, a interação é alimentada a cada jogada e o discurso vai se constituindo a partir de sujeitos estabelecidos, sendo a partida em si um enunciado, e a disputa, o confronto, o lugar em que o contexto se instala, se enunciação.

A Análise do Discurso, para Maingueneau (1998, p. 33), relaciona os enunciados com seus contextos. Ela se esforça a apreender o discurso como uma atividade inseparável desse “contexto”. Os fatores que levamos em conta no contexto dependem amplamente da problemática que desenvolvemos. Há, no entanto, um núcleo de constituintes que fazem unanimidade: os participantes do discurso, seu quadro espaço-temporal e seu objetivo. No que diz respeito aos participantes, faz-se uma distinção entre os indivíduos social ou biologicamente descritíveis e os papéis que eles desempenham no discurso. Ainda segundo Maingueneau (1998, *op. cit.*, p. 34), para o quadro espaço-temporal distingue-se entre o quadro empírico e o quadro institucional associado ao gênero do discurso. Já o objetivo que os participantes do discurso estabelecem depende do gênero de discurso. O contexto não é um dispositivo que um observador exterior poderia apreender, pois ele deve ser considerado através das representações que os participantes fazem para si.

A enunciação é classicamente definida como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização, de acordo com Maingueneau (1998, *op. cit.*, p. 52). Ela opõe-se ao enunciado como o ato distingue-se de seu produto. A enunciação não deve ser concebida como a apropriação, por um indivíduo, do sistema da língua. Ou seja, o sujeito só acede à enunciação através das limitações múltiplas dos gêneros de discurso. A enunciação não repousa sobre um único enunciadador, pois a interação é preponderante. O indivíduo que fala não é necessariamente a instância que se encarrega da enunciação. O enunciado apenas se refere ao mundo refletindo o ato de enunciação que o encerra. Desta forma as pessoas e o tempo do enunciado são assinalados com relação a essa situação de enunciação. Na visão de Maingueneau (1998, *op. cit.*, p. 53), a enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: ela permite representar no enunciado os fatos, mas ela constitui em si um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço.

O enunciado, segundo Maingueneau (1998, *op. cit.*, p. 54), designa o produto do ato de enunciação. Do ponto de vista sintático, opõe-se frequentemente enunciado e frase, considerando-se a frase como um tipo de enunciado. O enunciado aqui é definido como a unidade de comunicação elementar, uma sequência verbal dotada de sentido e sintaticamente completa. Outros linguistas, colocando-se numa perspectiva enunciativa, veem na frase uma estrutura fora do emprego que corresponde a uma infinidade de enunciados segundo a infinita

O RACISMO NO TABULEIRO DE XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – COLOMBO, Cristiano da Silveira; STAHL, Nilson Sergio Peres; MOURA, Sergio de Arruda.



variedade de contextos particulares. Em nível superior, enunciado é frequentemente considerado como um equivalente de texto, ou seja, como uma sequência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador e que forma um todo dependente de um gênero de discurso determinado, como um boletim meteorológico, um romance, um artigo de jornal, etc.

## 2.2- UNIVERSO, CAMPO E ESPAÇO DISCURSIVOS

Segundo Maingueneau (1997), entende-se por “universo discursivo” o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Este conjunto é necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD. Quando uma tal noção é utilizada, é essencialmente para aí recortar os “campos discursivos”.

O “campo discursivo” é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região, de acordo com Maingueneau (1997, *op. cit.*). O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo. Certamente, a tradição legou um certo número de etiquetas tais como, campos discursivos religioso, político e literário. Porém, estas grades extremamente grosseiras, de pouco interesse para a AD, que é obrigada a considerar múltiplos parâmetros para construir campos pertinentes.

O “espaço discursivo”, para Maingueneau (1997, *op. cit.*), enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. Não é por simples comodidade que determinados subconjuntos são recortados porque seria difícil apreender um campo discursivo em sua totalidade. Mas também e sobretudo porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada.

## 2.3- O ETHOS

A palavra grega *ethos*, designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso, segundo Charaudeau (2004). É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que

O RACISMO NO TABULEIRO DE XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – COLOMBO, Cristiano da Silveira; STAHL, Nilson Sergio Peres; MOURA, Sergio de Arruda.



definem uma comunidade ou nação. O *ethos* são os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo. Os gregos também usaram essa palavra para se referir à influência da música nas emoções dos ouvintes, nos seus comportamentos e até mesmo na sua conduta. O *ethos* também exprime o conjunto de valores característicos de um movimento cultural ou de uma obra de arte. Além disso, pode ainda designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. O *ethos* se refere ao espírito motivador das ideias e costumes.

Na retórica, o *ethos* é um dos modos de persuasão ou componentes de um argumento, caracterizados por Aristóteles. O *ethos* é a componente moral, o caráter ou autoridade do orador para influenciar o público. As outras componentes são o *logos* (uso do raciocínio, da razão) e o *pathos* (uso da emoção) (Charaudeau, 2004, *op. cit.*).

Segundo Maingueneau (2006), nos anos 80, Oswald Ducrot propôs uma caracterização pragmática do *ethos* por meio da distinção entre “locutor-*L*” (o enunciador) e “locutor-lambda” (o locutor como ser do mundo), distinção que recobre a dos pragmáticos entre mostrar e dizer: o *ethos* se mostra no ato da enunciação, mas não se diz no enunciado. Ele permanece por natureza no segundo plano da enunciação; deve ser percebido, mas não ser o objeto do discurso.

Com base na Retórica de Aristóteles, o *ethos*, de acordo com Maingueneau (2006, *op. cit.*):

- está intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro, como ocorre na relação entre duas pessoas durante uma partida de xadrez;
- é uma noção intrinsecamente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela mesma integrada a uma dada conjuntura sócio-histórica.

O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não podemos ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo de ele começar a falar. Neste caso, a partir das reflexões construídas por Maingueneau (2006, *op. cit.*), pode-se entender que o *ethos* permanece em segundo plano de modo a se mostrar no ato da enunciação, mas sem se dizer no enunciado.

No *ethos*, segundo Ducrot (1984, *apud* Maingueneau 1998) é o locutor enquanto tal que interessa, o personagem que fala, não o indivíduo considerado independentemente de sua enunciação. Já para Maingueneau (1998) todo discurso, oral ou escrito, supõe um *ethos*:



implica uma certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele. Sua fala participa de um comportamento global, ou seja, uma maneira de se mover, de se vestir, de entrar em relação com o outro, etc. Atribuímos a ele, dessa forma, um caráter, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático) e uma corporalidade (um conjunto de traços físicos e indumentários). Caráter e corporalidade são inseparáveis, apoiam-se em estereótipos valorizados ou desvalorizados na coletividade, em que se produz a enunciação.

#### 2.4- HETEROGENEIDADE

Para Maingueneau (1997, *op. cit.*), as formações discursivas não possuem duas dimensões, por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior. Mas é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior. Neste contexto, encontramos a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir da diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

Os múltiplos fenômenos dependentes da “heterogeneidade mostrada” vão bem além da noção tradicional de citação e mesmo daquela, mais linguística, de discurso relatado, ou seja, direto, indireto e indireto livre. O levantamento exaustivo e a classificação das marcas de heterogeneidade representam uma tarefa perigosa, talvez impossível, de acordo com Maingueneau (1997, *op. cit.*). Assim, vamos nos contentar em agrupar, de forma empírica, um conjunto de mecanismos, cujo destaque parece-nos ser de utilidade para as análises de discurso.

Como exemplo, vejamos o fenômeno da ironia, descrito por Maingueneau (1997, *op. cit.*). Se o discurso indireto livre institui um jogo na fronteira entre discurso citado e discurso que cita, a ironia subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor. Enquanto a negação pura e simplesmente rejeita um enunciado, utilizando um operador explícito, a ironia possui a propriedade de poder rejeitar, sem passar por um operador desta natureza. O “locutor” coloca em cena um “enunciador” que adota uma posição absurda e cuja alocação não pode assumir: esse distanciamento é marcado por diferentes índices tais como os linguísticos, os gestuais e os situacionais.

Desta forma, pode-se compreender as dificuldades colocadas pela transcrição da ironia, pois não é possível recorrer à entonação ou à mímica para desvendá-la. Torna-se obrigatória, O RACISMO NO TABULEIRO DE XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – COLOMBO, Cristiano da Silveira; STAHL, Nilson Sergio Peres; MOURA, Sergio de Arruda.



então, a diversificação dos meios utilizados: caráter hiperbólico do enunciado, explicitação de uma entonação (“diz ele ironicamente”), aspas, ponto de exclamação, reticências. Na ausência destes índices, resta apenas confiar no contexto para nele recuperar elementos contraditórios.

A ironia é um fenômeno sutil, passível de análises divergentes e cuja extensão é difícil de circunscrever, por menos que nos afastemos de exemplos simples. É conveniente, ainda segundo Maingueneau (1997, *op. cit.*), jamais perder de vista que a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada.

### 3- O XADREZ

Segundo Tirado e Silva (1995), o xadrez pode ser praticado por pessoas de qualquer idade. Um enxadrista (jogador de xadrez) pode começar a jogar quando garoto e seguir jogando até o fim da vida. Outro ponto importante é que o xadrez não requer muitos equipamentos para sua prática. Um jogo de peças e tabuleiro é suficiente.

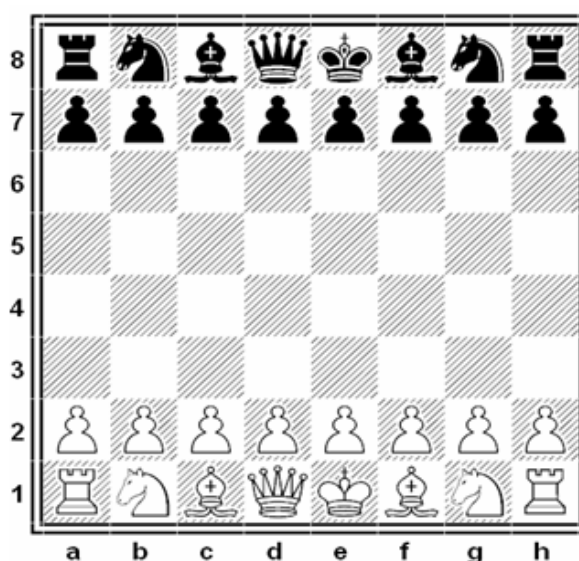


Figura 1: O tabuleiro e as peças de xadrez. (Acervo próprio)

A sua invenção já foi atribuída a chineses, egípcios, persas, árabes e, quem diria a Aristóteles e ao rei Salomão. Porém a história não confirma tais lendas. Ao que tudo indica, o xadrez surgiu no norte da Índia, durante os séculos V e VI da era cristã. Nessa época não se chamava xadrez nem tinha a forma que conhecemos hoje. Evoluiu a partir de um jogo indiano chamado chaturanga, em que quatro jogadores moviam suas peças de acordo com o resultado de um dado arremessado. Os movimentos das peças não eram todos iguais aos do xadrez. Com o advento da Renascença, o jogo de xadrez sofre as alterações definitivas, transformando-se em



um jogo mais ágil. Novos poderes foram dados a algumas peças (dama, bispo, peões), nascendo assim, o xadrez moderno (Tirado e Silva, 1995, *op. cit.*).

O xadrez é um jogo praticado em um tabuleiro de 64 casas (8 x 8), de cores alternadas, claras e escuras, como apresentado na Figura 1. O posicionamento correto do tabuleiro indica que a casa à direita do jogador deve ser de cor clara. Todas as casas do tabuleiro possuem uma denominação específica que é dada pelo encontro de uma fila com uma coluna. As colunas recebem letras de a até h e as filas são numeradas de 1 a 8 (Tirado e Silva, 1995, *op. cit.*).

Cada jogador inicia a partida com 16 peças. As brancas estão situadas nas duas primeiras filas (1 e 2) e as pretas nas duas últimas filas (7 e 8). Cada jogador inicia a partida com 8 peões, 1 rei, 1 dama, 2 bispos, 2 cavalos e 2 torres, dispostos em suas posições iniciais, como mostra a Figura 1.

As peças possuem movimentos distintos e a maioria realiza a captura, ou seja, a retirada de uma peça adversária do tabuleiro, da mesma forma que se movimenta. O objetivo do xadrez é aplicar o “xeque-mate”, ou simplesmente “mate”. É o momento no qual o rei está em xeque e não existem casas para ele ocupar que não estejam ameaçadas. Para um estudo detalhado das regras do xadrez recomenda-se a leitura de Rezende (2002). Outra sugestão é Tirado e Silva (1995, *op. cit.*), que possui uma versão eletrônica disponível em [http://www.wilsondasilva.com.br/clube\\_xadrez/aulas/basico/meu\\_primeiro\\_livro\\_de\\_xadrez.pdf](http://www.wilsondasilva.com.br/clube_xadrez/aulas/basico/meu_primeiro_livro_de_xadrez.pdf)

Segundo Becker (2002), na partida de xadrez costuma-se distinguir três fases sucessivas: a abertura, o meio-jogo e o final, cujos limites não são absolutamente precisos. Não é possível, nem é necessário, delimitar com rigorosa exatidão o começo e o fim de cada uma dessas fases. Ainda, segundo Becker (2002, *op. cit.*) está claro que uma partida pode terminar logo na abertura se o mate sobrevier nos primeiros lances ou se por ter cometido um erro grosseiro ou por achar evidente a derrota, um dos jogadores abandonar. Há mestres que impugnam a existência dessas três fases. Mas, apesar de suas falhas, a divisão é cômoda para o estudo sistematizado do xadrez.

### **3.1- O XADREZ COMO METÁFORA PARA A VIDA**

O xadrez é um dos jogos mais antigos da humanidade e, de acordo com Shenk (2008), atravessou quase 15 séculos e culturas tão díspares quanto a antiga Índia, a Europa medieval, a União Soviética e o Ocidente capitalista. Sua história está tão intimamente relacionada com a civilização humana que estudá-la é entender melhor o próprio homem.





Desde a invenção do jogo em algum ponto da Índia até a entusiástica adoção pelos persas e a divulgação pelos guerreiros islâmicos, é possível passar pelo notável uso do xadrez como guia moral na Idade Média, sua utilização política no Iluminismo, sua importância crucial no nascimento da ciência cognitiva e o papel-chave que desempenhou na estética do modernismo, como relata Shenk (2008, *op. cit.*). Hoje, alguns neurocientistas defendem que ele é capaz de alterar a estrutura do cérebro humano, e escolas o adotam como método para estimular o raciocínio lógico e o pensamento competitivo.

Mas como o xadrez foi utilizado como veículo de comparações e metáforas? Um exemplo interessante e certamente pouco conhecido é relatado por Shenk (2008, *op. cit.*). Por volta de 1300, o monge da basílica de São Domingos em Gênova, Jacobus de Cessolis, escreveu um manuscrito sobre o xadrez em latim, considerado a obra da época medieval tão copiada e popular quanto a própria Bíblia. O título traduzido da obra é “O livro da moral dos homens e dos deveres dos nobres e dos comuns – ou Sobre o jogo de xadrez”. Cessolis escreveu algo muito mais importante que um simples jogo de tabuleiro. A obra era uma coletânea de sermões sobre a forma como cada pessoa deve agir na sociedade, demonstrando a preocupação do autor em esclarecer e refinar as normas sociais.

No xadrez, Cessolis encontrou um modelo, uma literal miniaturização da sociedade medieval. Cada peça do jogo podia ser relacionada com uma distinta posição social – a começar pela óbvia relação do rei, da dama e do cavalo. As torres representavam, nesse esquema, os emissários do rei. Para cada um dos oito peões, Cessolis designava uma diferente profissão na classe dos camponeses: lavradores da terra; trabalhadores com metais; alfaiates e notários; mercadores e cambistas; médicos e farmacêuticos; trabalhadores em tabernas e hotéis; guardas da cidade; mensageiros. A obra de Cessolis é criada no berço do século XII, que presenciava a “primeira Renascença”, momento no qual ocorria uma nova consciência política na classe da nobreza, grande aumento na alfabetização e a criação das grandes universidades do norte da Europa.

Antes disso, no relato de Shenk (2008, *op. cit.*), a metáfora predominante para o Estado era o corpo humano, que representava os tipos de pessoas como subordinadas ao corpo como um todo. Ou seja, se a cabeça (o rei) decidisse que o corpo devia caminhar, os pés teriam de acompanhá-la. Em contrapartida, a alegoria do xadrez imagina os súditos como possuindo corpos independentes, sob a forma de peças, ligadas ao Estado por regras, e não pela biologia. Se o rei do xadrez avançar, os peões não serão obrigados a fazer a mesma coisa. Naturalmente, ainda segundo Shenk (2008, *op. cit.*), essa nova consciência não alterou a divisão fundamental

O RACISMO NO TABULEIRO DE XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – COLOMBO, Cristiano da Silveira; STAHL, Nilson Sergio Peres; MOURA, Sergio de Arruda.



de classes entre uma diminuta minoria de nobres e a maioria de servos. Porém, efetivamente mudou a forma como essas divisões eram mantidas.

A metáfora do xadrez de Cessolis modelou com perfeição esta dinâmica de mudança, pois

“Um cavaleiro, ao jogar, não pode mover-se para qualquer parte, mas deve agir segundo sua movimentação legal. Não fazer isso colocará tanto o seu próprio corpo quanto a sua comunidade em risco. Tampouco o fracasso ficará escondido, mas será exposto sobre o tabuleiro diante de todos... Se uma pessoa pode ver o seu próprio ‘eu’ no tabuleiro, outros jogadores poderão ver os próprios também.” (Shenk, 2008, *op. cit.*)

Possibilitar que as pessoas vissem a si mesmas no tabuleiro tornar-se-ia a segunda grande contribuição metafórica do xadrez, ao longo de séculos, seguindo-se à capacidade do jogo de demonstrar imensa complexidade.

#### 4- O XADREZ DAS CORES

O filme “O Xadrez das Cores” (Marco, 2004, *op. cit.*) é uma ficção com 22 minutos de duração, produzido em 2004 e dirigido por Marco Schiavon. Conta no elenco com Anselmo Vasconcellos (o sobrinho), Zezeh Barbosa (Cida) e Mirian Pyres (Maria). Uma versão completa é encontrada em <http://www.youtube.com/watch?v=NavkKM7w-cc>.

A história narra a convivência entre duas mulheres, uma branca e outra negra, nossos locutores principais. Maria é viúva, idosa, sem filhos, doente e solitária. Cida é uma jovem negra, habitante em uma comunidade muito pobre. Maria contrata Cida para ser sua empregada e, apesar da eficiência e da honestidade da funcionária, Maria a trata com palavras ofensivas e preconceituosas. A satisfação de Maria era humilhar Cida pelo simples fato dela ser negra, afinal, na visão da patroa, os negros são seres nascidos para servir os brancos (raça superior).

Uma das poucas diversões de Maria era jogar xadrez. Mesmo não tendo com quem jogar ficava manuseando as peças. Curiosa, Cida observava a atitude da patroa e certo dia pediu-lhe que ensinasse o jogo. Maria ensinou as regras para Cida, porém, a patroa usava o jogo para discriminar a empregada. Durante as partidas, ela só ficava com as peças brancas, enquanto Cida jogava somente com as peças negras. Por ter um domínio maior das regras, Maria sempre ganhava. Não satisfeita com as vitórias, com risos sarcásticos, sempre que capturava uma peça



retirava-a do tabuleiro jogando-a lixo. Era uma forma de humilhar Cida indicando a inferioridade dos negros, representados pelas peças negras.

Triste com a atitude de Maria, Cida compra um jogo e um livro de xadrez. Enquanto estudava em casa, com o intuito de vencer a patroa, reparou que as crianças da comunidade onde morava brincavam com temas violentos. O mais comum era se separarem em dois grupos: um de policiais e outro de ladrões. Ou seja, a temática das brincadeiras não era educativa. Neste contexto, Cida busca no xadrez uma alternativa para que as crianças tivessem uma diversão menos violenta, evitando trilhar o mesmo caminho de seu filho, que foi assassinado. Cida leva o tabuleiro para o local onde as crianças brincavam e, em pouco tempo, elas se interessam pelo jogo. Logo, ela percebe como a prática do jogo tornou as crianças mais calmas, concentradas e socializáveis.

Importante destacar que, apesar do conflito entre Maria e Cida, elas possuem um ponto comum: a violência. Maria foi obrigada pelo marido a abortar o seu filho, enquanto Cida teve o seu filho morto em decorrência do crime.

Desmotivada pelas seguidas humilhações, Cida pede demissão do trabalho. O sobrinho de Maria contrata outra empregada, uma mulher branca. Porém, a nova empregada não cuidava de Maria com o mesmo zelo que Cida. Com isto, Maria percebe a falta que a “negrinha” fazia e dispensou a empregada branca. Ela então pede ao sobrinho que procure Cida e tente contratá-la novamente. Esta, por sua vez resiste inicialmente, mas volta ao antigo emprego, mas com outro pensamento e visão da vida. Ela havia aprendido a lição! Tornara-se uma cidadã consciente de seus direitos e deveres, ou seja, sua posição no tabuleiro da vida. Ao retornar, elas iniciam uma partida de xadrez, mas com Maria jogando com as negras e Cida com as brancas. À princípio Maria reluta, mas cede pois reconhece em Cida valores que anteriormente não percebia nos negros, pois o véu do racismo não permitia. Por fim, as duas se tornam amigas.

## 5- CONCLUSÕES

Percebe-se na ficção dois *ethos* cotidianos que se apresentam como forças contrárias: o rico e o pobre; o branco e o negro; a patroa e a empregada, ou seja, que compõem a nossa enunciação, nosso universo discursivo. Além disso, temos uma outra problemática que se refere ao idoso sem filhos e poucos familiares muitas vezes relegados aos ambientes sem qualquer contato com parentes ou amigos. Em contrapartida, temos o trabalhador que é marginalizado pela “classe dominante”.



Maria vive sozinha e depende do sobrinho que viaja a trabalho. O sobrinho contrata Cida, uma empregada que causa receio em Maria por causa de sua cor de pele. A relação diária entre as duas é recheada de comentários racistas feitos pela aposentada contra a empregada, promovendo o enunciado irônico, caracterizado principalmente pelo termo “negrinha”. Cida mora sozinha, em região pobre e perigosa, na casa onde teve o filho morto por um tiro. Apesar da relação contrária existente, ambas possuem em comum a força e a determinação. Maria insiste em oprimir e Cida aceita a situação por causa da necessidade do emprego, mas utiliza-se do tabuleiro do xadrez para conhecer sua oponente. Não se satisfaz com suas derrotas. Apesar de ver suas peças negras sendo jogadas no lixo prazerosamente por sua patroa, estuda a adversária, busca um conhecimento que não tem. Temos a nossa enunciação, o nosso universo discursivo.

Maria joga xadrez sozinha e num certo dia Cida pergunta que jogo era aquele. Cida diz que é um jogo de brancos. Porém, ela ensina Cida a jogar xadrez, destacando que os brancos sempre têm que estar à frente dos negros. Durante as partidas, Maria aproveitava o desconhecimento de Cida para humilhá-la jogando cada peça negra capturada no lixo. Com isso, na sua visão, indica que tais peças eram dispensáveis demonstrando o seu desprezo pelos negros. Com seu esforço no estudo, Cida consegue uma vitória. Neste contexto, temos o nosso campo discursivo.

Como espaço discursivo, destacamos que Maria usa o xadrez como instrumento para reafirmar seus princípios racistas. Se interessa em ensinar Cida o jogo para se divertir e, no seu modo de pensar, colocar a “negrinha” no seu devido lugar. Por outro lado, a empregada decide ensinar xadrez para as crianças da região onde mora. As crianças que antes brincavam de assaltos e assassinatos começam a praticar o jogo, tornando-se mais calmas, concentradas e socializáveis. Temos aqui o tabuleiro de xadrez como o ponto em comum nestes espaços.

Diante do exposto este trabalho demonstra que situações do mundo real, mesmo tão controversas como as racistas, podem ser analisadas no contexto de um tabuleiro de xadrez. Não obstante, com os princípios da AD, é possível analisar tais situações sob um enfoque mais científico sem deixar para o segundo plano a importância social de tais discussões.

## 6- REFERÊNCIAS

Becker, Idel. *Manual de xadrez*. São Paulo: Nobel, 2002.



Charaudeau, Parick; Maingueneau, Dominique. *Dicionário da Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

Maingueneau, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

Maingueneau, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Maingueneau, Dominique. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

Maingueneau, Dominique. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCO SHIAVON. *O Xadrez das Cores*. Direção: Marco Shياvon. Fotografia: Gilberto Otero. Roteiro: Marco Shياvon. Direção de arte: Irene Black. Edição de som: Mariana Barsted. Câmera: Gilberto Otero. Direção de produção: Claudia Couto. Elenco: Anselmo Vasconcellos, Mirian Pyres, Zezeh Barbosa. Produção e distribuição Midmix Entretenimento: Brasil. 2004.

Milanez, Nilton; Santos, Janaína de Jesus. *Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos: Claraluz, 2009.

Rezende, Sylvio. *Xadrez na escola – Uma Abordagem Didática para Principiantes*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002.

Shenk, David. *O jogo imortal: O que o xadrez nos revela sobre a guerra, a arte, a ciência e o cérebro humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Tirado, Augusto C. S. B.; Silva, Wilson da. *Meu primeiro livro de xadrez: curso para escolares*. Curitiba: Expoente, 1995.



## **O ARTIGO 68 ADCT<sup>1</sup> COMO INSTRUMENTO DE REPARAÇÃO TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO**

VOGT, Gabriel Carvalho

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO

*vogt.gabriel@hotmail.com*

331

### **RESUMO**

Este artigo tem como proposta caracterizar o artigo 68 ADCT como mecanismo fundamental de reparação e proteção do patrimônio cultural representado pelas comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, transformando grupos até então silenciados por sofisticados mecanismos de violência simbólica em sujeitos de direito. Desta forma, estabelece-se não apenas o direito à propriedade das terras historicamente ocupadas, mas, e ainda mais importante, a inserção destes como protagonistas da própria história, ressignificando sua identidade, sua percepção de si mesmo, sua autoestima e, acima de tudo, tendo seu papel e importância reconhecidos pelo Estado, seja através da agenda jurídica, seja através de sua derradeira inserção na história e na identidade oficial do país.

**Palavras-chave:** quilombos, reconhecimento, memória.

### **ABSTRACT**

This article aims to characterize the Article 68 ADCT as a fundamental mechanism of reparation and protection of cultural heritage represented by the quilombos remaining communities of in Brazil, turning groups so far silenced by sophisticated mechanisms of symbolic violence in subjects of rights. Thus, it establishes not only the right to land ownership, but, even more importantly, the inclusion of these as protagonists of their own history, redefining their identities, their perception of their selves, their self-esteem and, above all that, having their role and importance recognized by the State, either through legal agenda, either through their ultimate inclusion in the official history and identity of the country.

**Key-words:** quilombos, recognition, memory.

---

<sup>1</sup> Ato das Disposições Constitucionais Transitórias





## INTRODUÇÃO

“Eu falei, padre, nosso tipo de fome é diferente, nossa fome é por justiça. Nós não temos fome de comida porque nós temos batata, nós temos mandioca, nós temos inhame, quem tem isso e folha verde, né, até rama de batata, se você botar ela na panela e jogar um salzinho e cozinhar, você come com angu, né, e tá satisfeito. Agora, a fome nossa é de justiça, é de reconhecimento, porque, você vê, eu acho que é até uma covardia o que o Brasil faz com os negros, tá. Não só o negro daqui, não, você vê os negros nas favelas, o negro em qualquer lugar é discriminado. Então esse é o tipo de fome... você tem que provar, você tem que provar, tá, você tá com um carro novo, você chega em uma blitz de polícia, ele te para com arma na cara, então, de cara ele acha que você é um bandido, que você é um ladrão, e você tem que provar que aquele carro é seu... aí o cara ainda fica pensando, mas o que é esse negro pra comprar esse carro, tá. Então é tudo isso, o Brasil deve muito a gente, ele tem que, não é só dar explicação, ele tem que reconhecer e tem que começar pelos quilombos, pelos quilombos.”<sup>2</sup>

332

As concepções filosóficas, políticas e sociais pós-modernas foram, tanto no Brasil como em diversos outros países, veículo de emergência de novos atores sociais no fim do século XX, bem como sua influência se fez sentir na mudança de comportamento dos Estados no tratamento das questões sociais. Segundo a professora de Direito Constitucional da PUC-PR Amália do Carmo Sampaio Rossi, a inserção de valores como respeito e dignidade nas Constituições nacionais ocorreu como resposta aos regimes autoritários que dominaram parte da Europa na segunda metade do século XX. É o que se depreende dos trechos abaixo, retirados do seu trabalho intitulado “Neoconstitucionalismo<sup>3</sup> e direitos fundamentais”:

O neoconstitucionalismo, emergindo no âmbito dos valores pós-modernos, baliza a reformulação da Carta Magna brasileira e insere o conceito de multiculturalismo. A partir de então, novos sujeitos de direito passam a gozar de proteção específica. A pluralidade étnica e cultura, entendida como

<sup>2</sup>FERNANDES, Antônio do Nascimento: depoimento [jul.2012]. Entrevistador: L.V.C VOGT e G. C. VOGT. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. .mp3 (59 min.). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão do curso de Direito da UERJ.

<sup>3</sup>Apesar da inexistência de uma teoria neoconstitucional clara e bem definida, podemos entender o neoconstitucionalismo como um conjunto de novos valores em vigência no campo das ciências jurídicas a partir da segunda metade do século XX. Este proclama a primazia do princípio da dignidade da pessoa humana, a qual deve ser protegida e promovida pelos Poderes Públicos e pela sociedade. Da mesma forma, esse movimento enaltece a força normativa da constituição, a qual deixa de ser um mero catálogo de competências e de recomendações políticas e morais, para se tornar um sistema de preceitos vinculantes, capazes de conformar a realidade.



base formativa da identidade nacional deve ser protegida como patrimônio imaterial da nação. As Constituições da Itália (1947), Alemanha (1949), Portugal (1976), Espanha (1978) e Brasil (1988) são exemplos desta mudança que tem demarcado o espaço do constitucionalismo contemporâneo, com a abertura das Constituições aos valores, por meio dos princípios constitucionais e, por conseguinte, a necessária abertura de todo o sistema jurídico. A introdução destes elementos ocorre, como se sabe, num contexto de reação aos regimes políticos marcados pela opressão, pelo autoritarismo e pela barbárie e marcados singularmente pelo não reconhecimento do outro, da alteridade, a ausência da solidariedade.(ROSSI, 2012,p.3085)

Nesta mesma linha, o Estado brasileiro, sob pressão de diversos setores sociais antes dissolvidos sob o olhar monolítico do nacionalismo militarista, segue a mesma tendência dos Estados europeus e institui, na Constituição de 1988, uma série de direitos que constituem irradiações do princípio da dignidade da pessoa humana: os direitos fundamentais.

Ao longo da década de 1980, o fortalecimento dos movimentos negros por todo o país produziu um novo olhar sobre a memória da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, sobre a cultura negra no país. Nas palavras de Abreu e Mattos,

À imagem da princesinha branca, libertando por decreto escravos submissos e bem tratados, que durante décadas se difundiu nos livros didáticos brasileiros, passou-se a opor a imagem de um sistema cruel e violento, ao qual o escravo negro resistia, especialmente pela fuga e formação de quilombos.” (ABREU E MATTOS, 2011, p.2)

Esta releitura vai, aos poucos, impactar sobre a produção intelectual nacional e, em especial sobre a estrutura jurídica, convertendo o afro-brasileiro, em suas múltiplas e peculiares formas de organização e expressão cultural, em sujeito de direitos específicos, baseados na proteção do patrimônio cultural<sup>4</sup> e na promoção da dignidade. Em nosso trabalho, procuraremos analisar uma categoria particular destes direitos (fundamentais), chamados *direitos de reconhecimento* (FIGUEIREDO, 2011). Neste contexto, o artigo 68 do ADCT

<sup>4</sup> O Decreto do governo federal no 3.551, de 4 de agosto de 2000 permitiu considerar como patrimônio da nação as manifestações culturais imateriais.



merece nossa especial atenção. Em nome da conservação do patrimônio cultural da nação e do resgate de uma dívida histórica com a população negra do país (ARRUTI, 2006, p.102), o referido artigo assim foi elaborado: “*Aos remanescentes das comunidades de quilombos<sup>5</sup> é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.*”

## RECONHECIMENTO

O direito embutido no artigo 68 do ADCT traz, antes de tudo, uma reflexão sobre a questão do negro no Brasil. Na sociedade brasileira, apesar dos avanços em termos de implementação de políticas de diferenças, persiste em relação ao negro uma dinâmica hierarquizante e uma desigualdade de oportunidades, se comparado à população branca<sup>6</sup>.

A visão estigmatizante sobre o negro, fomentadora de racismos de todo tipo, impacta negativamente no olhar que o indivíduo possui sobre si mesmo, desvalorizando elementos relacionados à cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que cria reações da parte de alguns grupos que buscam a revalorização identitária.

Embora ainda se proclame o discurso da democracia racial<sup>7</sup> no Brasil, que nega a existência de um problema racial no país, o abismo entre população negra e branca vai além das desigualdades socioeconômicas, alcançando dimensões aviltantes de violência simbólica<sup>8</sup>.

<sup>5</sup>É interessante destacar que o sentido atribuído ao termo quilombo passou por um processo de ressemantização. A Associação Brasileira de Antropologia apresentou, no ano de 1994, uma sugestão de interpretação da categoria “remanescentes de quilombos”, baseada fundamentalmente, em aspectos culturais, que privilegia a visão que os próprios membros do grupo étnico possuem sobre si mesmos. Essa nova proposta interpretativa é qualificada por Arruti (2006, p.92) como *ressemantizadora*, em contraposição à ultrapassada interpretação *dicionarizante* ou *historicizante* dos termos “quilombo” ou “quilombola”. O cerne da proposta ressemantizadora está na adoção do critério de *etnicidade* formulado por Frederick Barth, segundo o qual os grupos étnicos seriam “*um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão*”, ou, nas palavras de André Figueiredo (2011, p.48), grupos que “*se definem a partir de critérios intersubjetivos de pertença e não pertença*”.

<sup>6</sup>Diante da ampla mistura racial existente no Brasil, o antropólogo Jacques d’Adesky (2006) sugere, em vez de questionar quem é negro no Brasil, questionar quem sofre privações por motivos raciais ou étnicos, resolvendo, assim, o dilema da cor da pele, tão polêmico atualmente.

<sup>7</sup>Para considerações mais profundas sobre o mito da democracia racial, vide d’ADESKY, Jacques, 2006.

<sup>8</sup>O conceito de violência simbólica foi criado pelo pensador francês Pierre Bourdieu para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Bourdieu, juntamente com o sociólogo Jean-Claude Passeron, partem do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrária, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural. O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. A violência simbólica se expressa na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável. L’APICCIRELLA, Nadime. **O Papel da Educação na Legitimação da Violência Simbólica.** Disponível em: [http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art\\_20/violenciasimbolo.html](http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_20/violenciasimbolo.html). Acesso: 23/08/2013



.A busca pela restauração da igualdade, nesse contexto, deve ser pensada não apenas como uma questão econômica (embora também o seja), mas também como uma questão moral, que busca resgatar o respeito e o reconhecimento de grupos em situação de desvantagem por motivos raciais.

A adoção de políticas universais, nesse caso, demonstra-se insuficiente, pois não leva em conta as particularidades dos grupos em desvantagem, mantendo as disparidades já existentes. O reconhecimento igualitário perpassa, antes de qualquer coisa, o reconhecimento da diferença, permitindo a cada indivíduo que desenvolva sua identidade própria, sem sofrer os danos decorrentes do olhar menosprezante lançado pelo outro.

Na filosofia moderna, o nome de Charles Taylor se destaca na lista dos grandes pensadores comunitaristas, que defendem a interpretação de valores como liberdade e igualdade a partir de uma ótica que privilegie as particularidades de cada comunidade política existente em uma sociedade plural, como é o caso da sociedade brasileira.

Os comunitaristas entendem o homem como um ser essencialmente coletivo, e não apenas individual. Dessa forma, a identidade humana se desenvolve e se perpetua dentro do coletivo (ou dos coletivos<sup>9</sup>) a que cada indivíduo pertence, não havendo comunidades culturais superiores a outras, já que todas as culturas possuem o mesmo valor intrínseco e devem ser respeitadas nas suas singularidades.

Diante do quadro de múltiplas desigualdades nas sociedades multiculturais, Taylor afirma que o não-reconhecimento de uma identidade constitui uma forma de opressão, capaz de gerar danos incomensuráveis à imagem do grupo vitimizado. Ele defende, assim, uma política de reconhecimento da diferença, baseada no respeito à alteridade, no reconhecimento do “ser humano concreto”, portador de uma identidade fundada em fontes morais sem as quais ele não seria capaz de nortear-se ou compreender-se. Apenas a recuperação da dignidade dos grupos que sofrem algum tipo de exclusão dentro do território que dividem com outros grupos privilegiados estaria hábil a restabelecer a igualdade substancial entre eles. Trata-se, aqui, fundamentalmente, de resgatar a autoestima do grupo historicamente menosprezado por sua diferença, haja vista:

<sup>9</sup>D’ADESKY(2006, p. 87) explica que cada indivíduo possui identidades múltiplas e sobrepostas, “*começando pela identidade universal do ser humano, que é abstrata; as identidades nacional, étnica etc*”.



(...) nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorrecto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que o rodeiam reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto podem afectar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe. (TAYLOR, 1998, p. 45.)

O antropólogo Jacques d'Adesky, pesquisador da temática do negro e do racismo no Brasil, traz um exemplo emblemático envolvendo reconhecimento e ideal de beleza, no caso do negro. Ele sustenta, na esteira de Taylor, que o olhar que lançamos uns sobre os outros é extremamente impactante em nossa autoestima e orgulho próprio. Um olhar negativo gera danos permanentes, fomentando preconceitos de ambas as partes.

No quesito beleza, por exemplo, prevalece em nossa sociedade o padrão “pele branca, de cabelos lisos”. Esse padrão ideal pode ser constatado em publicidades, propagandas, novelas, cinema e até mesmo no critério de recrutamento para certas profissões. Indivíduos de pele negra aparecem em ampla desvantagem em profissões subalternas que lidam diretamente com o público (como porteiros, garçons, recepcionistas etc.). Segundo o antropólogo, não é de se admirar, por essa razão, que a procura por tratamentos capilares para alisar cabelos afro seja muito freqüente entre as mulheres negras, aspirando alcançar, assim, uma aparência mais bem aceita na sociedade brasileira.

D'Adesky conclui reafirmando que a plena autonomia só pode ser assegurada

por políticas de promoção daqueles que sofrem efetivamente com injustiças sociais e culturais específicas (menores oportunidades no mercado de trabalho, imagens inadequadas na mídia etc.); injustiças que não atingem o grupo majoritário e nem lhes são visíveis pelo motivo, mesmo, de pertencer ao grupo dominante<sup>10</sup>. (D'ADESKY 2006, p. 98)

<sup>10</sup>Em brilhante trabalho intitulado “A Repersonalização do Direito Civil a partir do pensamento de Charles Taylor: algumas projeções para os Direitos de Personalidade”, José Carlos Moreira da Silva Filho (2008) nos chama a atenção para o perigo do argumento que desqualifica as políticas de reconhecimento da diferença no âmbito público. O jurista assinala: “*O grande leitmotiv da filosofia tayloriana é, portanto, que não há instâncias neutras e despidas de configurações morais. O argumento liberal de que as regras do mercado e da democracia – fundadas na separação entre Estado e sociedade e no estabelecimento da meta social de maximização dos interesses pessoais e do respeito aos direitos individuais – são neutras e universais é falacioso e ingênuo. Por esse viés liberal tradicional, qualquer tentativa de situar outras concepções de bem, que envolvam o*



Na corda bamba dos discursos históricos, o equilíbrio entre o dito e o não-dito se dá de acordo com o ordenamento das forças políticas. Na história oficial do Brasil, a tentativa de eliminar o componente racial das discussões culturais e sociais relegou boa parte da identidade afro-brasileira ao silêncio e ao esquecimento. Nas palavras de Abreu e Mattos,

a incorporação de uma agenda política patrimonial nas reivindicações pelo direito à terra e à identidade quilombola não envolveu unicamente expressões culturais de música e dança associadas à escravidão e à afrodescendência. Envolveu também a *percepção da própria história, memória e tradição oral do grupo como patrimônios que precisam ser valorizados, lembrados e, desta forma, reparados* (ABREU E MATTOS 2011, p.8) (grifo nosso).

Há um gradual entendimento entre os vários grupos quilombolas pelo país de que não se trata apenas da formalização de um direito agrário, por assim dizer, de um direito à terra, como se da simples reprodução material da vida se tratasse a questão. Não. O que se inicia, em verdade, é o protagonismo político destes grupos minoritários ante a sociedade englobante (POLLACK, 1992). É na reescrita da história que reside o foco político das políticas<sup>11</sup> de reparação.

## TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

O direito encerrado artigo 68 ADCT - de conferir a titularidade das terras ocupadas por grupos remanescentes de comunidades quilombolas - busca, antes de tudo, preservar a identidade cultural do grupo-alvo, identidade essa que estaria ameaçada de extinção na ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e perpetuação.

---

*reconhecimento substantivo da identidade de certos grupos ou segmentos sociais, é vista como restrição de um princípio que se imagina neutro e universal, daí por que a esfera moral fica aprisionada no âmbito privado entendido de modo restrito.*"

11 Ortiz (1994), ao esclarecer as relações entre poder o político e as políticas, deixa claro que o empoderamento produzido pelo novo protagonismo político dá aos grupos cuja voz foi outrora calada por discursos mais poderosos, capacidade de conduzir a reinterpretação simbólica de si próprios enquanto manifestações simbólicas da cultura nacional.





Deve-se tomar cuidado para não confundir a questão com simples questão fundiária<sup>12</sup>. Se assim o fosse, não haveria que se falar em direito àquela terra específica que ocupam, mas a qualquer uma. Os territórios tradicionais de que trata o referido artigo, por analogia com o §1º do art. 231, da CF, que dispõe sobre as terras indígenas, são aqueles “(...) utilizados para suas atividades produtivas [da comunidade], as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Para compreender tal definição, devemos esclarecer certos conceitos como território e territorialidade. Pode-se dizer, em linhas gerais, que as comunidades tradicionais caracterizam-se, primordialmente, por sua territorialidade, isto é, pelos estreitos laços existentes entre as práticas econômicas, culturais e espirituais e a terra que ocupam. A relação terra/cultura é o elemento que confere coesão ao grupo, aquele que sustenta a existência do grupo. Extirpados desse elemento, o indivíduo deixa de pertencer a uma comunidade e é jogado em um limbo. Neste sentido, esclarece Sarmiento,

Para comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ele apresenta para a cultura ocidental hegemônica. Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. (SARMENTO, 2006):

Na mesma linha, ressaltando o valor especial que a terra possui para povos ditos “tribais”, assim dispõe o art. 13 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>13</sup>:

<sup>12</sup>Embora a responsabilidade pelo processo de titulação de terras quilombolas caiba, hoje, quase na totalidade, ao INCRA, entender esse processo como reforma agrária especial não parece adequado, em função das demandas por reconhecimento cultural embutidas no propósito da edição do art. 68 do ADCT. ARRUTI (2006) atesta, a esse respeito: “*O posicionamento primordialista, orientador dos responsáveis diretos pela formulação e aprovação do ‘artigo 68’, é inicialmente estranho a essas questões agrárias e fundiárias, estando ligado às preocupações com a produção de uma identidade e de um orgulho racial que têm na recuperação do ‘mundo africano em nós’ e no exemplo de resistência o seu foco.*”

<sup>13</sup>A Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais foi ratificada pelo Brasil em 2003. Os tribunais brasileiros recorrem com frequência à dita Convenção para proteger os direitos de comunidades remanescentes de quilombos, por se tratarem de povos “*cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que sejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial*”.



Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar *a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira* e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (grifo nosso).

O conceito de territorialidade possui importância vital na fundamentação dos processos de regularização de terras quilombolas. É preciso, neste ponto, distingui-lo da noção de território, conceito do qual deriva o primeiro.

O termo *território* é quase sempre utilizado em sua acepção política, fazendo referência ao espaço diretamente vinculado ao exercício do poder, especialmente do poder exercido pelo Estado-nação<sup>14</sup>. Em uma análise superficial, pode parecer que o território, visto por este ângulo, resume-se a uma dimensão física, concreta, dentro da qual caberia ao Estado gerenciar as bases materiais de reprodução da vida de um dado grupo social. O Estado e o território representariam a manifestação do poder político exercido, através da separação entre os que podem e os que não podem adentrar tal porção do espaço.

Tal acepção não é equivocada, mas reducionista. Segundo Haesbaert (2004, p.1), desde sua origem, o termo território possui, etimologicamente, uma dupla conotação, envolvendo as dimensões material (domínio do território) e simbólica (identificação, identidade territorial).

Partindo destas possíveis dimensões é que nos apropriamos dos conceitos de território e territorialidade nas discussões sobre as comunidades remanescentes de quilombo.

Se extrapolarmos em direção à compreensão de que território diz respeito não apenas ao poder político exercido sobre uma dada parcela do espaço, mas às múltiplas modalidades de poder, vislumbraremos novas possibilidades de recortes territoriais.

Além da *dominação*, ligada à propriedade, observamos que territórios podem se construir mediante mecanismos de *apropriação*, onde as estratégias de reprodução e produção da vida ditam as relações que se estabelecem com o espaço habitado. O relacionamento continuado de um determinado grupo social com a terra em que sua existência se reproduz

---

<sup>14</sup>No âmbito da Teoria do Estado, território corresponde ao espaço onde o Estado exerce seu poder de *imperium*, isto é, seu poder soberano. (DALLARI, 2007, p. 90)



estabelece novas formas de se perceber o território, baseadas fundamentalmente em valores simbólicos, em valores de uso ligados às experiências, ao “vivido”.

O território ganha simbolismo a partir e através do uso<sup>15</sup>. O uso continuado do território produz o gradual enraizamento que conecta o grupo ao espaço construído dinâmica e coletivamente. É esse espaço que servirá de base para a construção dos vínculos identitários de todo o grupo que coletivamente o constitui.

As comunidades remanescentes de quilombos têm sua identidade constituída sobre os referidos elementos simbólicos, amparados na apropriação e no uso cotidiano de seu constructo territorial. As inúmeras comunidades quilombolas existentes pelo país, embora apoiadas em elementos identitários comuns, desenvolveram variadas estratégias de apropriação do espaço e também de dominação territorial e, portanto, variadas territorialidades.

Reforçando esse entendimento, Haesbaert (2004, p. 3) diz que a territorialidade, “além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’”.

As relações simbólicas com o espaço variam sobremaneira na sociedade brasileira devido, entre outros fatores, a sua multiplicidade cultural. Pode-se dizer que o olhar dominante sobre o território é o olhar capitalista. Para ele, acima de quaisquer dimensões subjetivas, o território é dotado de dimensão funcional que o transforma em mercadoria, em recurso.

Na ótica desenvolvimentista que dominou o pensamento econômico e político brasileiro durante décadas, o uso do território esteve diretamente associado a sua capacidade de produção de riqueza material. Tal ótica vem desenhando um amplo mapa de choques de territorialidades pelo país. Territorialidades economicamente mais frágeis vêm sendo sacrificadas em nome do desenvolvimento e do progresso econômico do país<sup>16</sup>. Conforme Haesbaert,

<sup>15</sup>Arruti (2006) fala em “processo de territorialização”, através do qual um “objeto político-administrativo”, como um grupo remanescente de quilombos, se converteria em uma coletividade organizada, “*unificada por uma identidade própria, por uma série de mecanismos que decidem sobre a representação, assim como por uma série de reestruturas das suas formas culturais*”.

<sup>16</sup>A historiadora Lílian Gomes (2010, p. 193) ensina que o processo de distribuição de terras no Brasil que culminou na grande concentração fundiária atual remonta ao período colonial e tornou-se definitivo com a



“Para os ‘hegemonizados’, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), ‘perder seu território é desaparecer’”. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. (HAESBAERT, 2004,p. 4):

Sarmiento (2006) reforça essa ideia, comparando a privação da terra, nesses casos, a um verdadeiro etnocídio:

“Privado da terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer, tragado pela sociedade envolvente. Portanto, não é só a terra que se perde, pois a identidade coletiva também periga sucumbir. Dessa forma, não é exagero afirmar que quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está apenas violando o direito à moradia dos seus membros. Muito mais que isso, se está cometendo um verdadeiro etnocídio”.

## CONCLUSÃO

Não há nada mais estreitamente relacionado à dignidade da pessoa humana do que o sentimento de pertencimento a um grupo identitário, especialmente em se tratando de grupos tradicionais. Mas não é apenas sob a ótica dos grupos imediatamente beneficiados que podemos perceber a relevância do artigo 68 do ADCT.

A Constituição brasileira estabelece a pluralidade étnica e cultural brasileira como patrimônio imaterial a ser protegido, sob o risco de serem comprometidos os fundamentos de nossa identidade nacional. Como sociedade pluriétnica e multicultural, a existência de multiterritorialidades, onde as comunidades quilombolas se inserem, é a garantia de

---

aprovação da Lei de Terras em 1850, que associou o uso da terra ao mercado, eliminando, assim, a “possibilidade de a pequena propriedade de terras vigorar na estrutura agrária fundiária brasileira”. Esse processo deu origem a uma elite agrária muito poderosa, que até hoje exerce grande influência na política do Estado. A historiadora continua: “Essa ancoragem entre Estado e poder econômico confere capacidade às elites agrárias de legalizar pelas vias formais o domínio sobre as terras através da compra, fazendo sucumbir relações calcadas na construção de territórios tradicionais que estabeleceram teias de relações em profunda harmonia com os ecossistemas de referência, constituindo-se em patrimônio histórico e cultural de toda a população brasileira.”



preservação do patrimônio cultural imaterial do país, constituindo verdadeiro “direito fundamental cultural”.<sup>17</sup>

Essa nova concepção de patrimônio cultural adotada pela Constituição de 88 rompeu com a antiga visão monumentalista, enaltecendo valores até então depreciados, como os da cultura popular e dos grupos étnicos não-caucasianos formadores da nação brasileira.

A reconstrução e afirmação da identidade de grupos minoritários como os remanescentes de comunidades quilombolas é realizada em proveito não apenas dos integrantes das comunidades, mas de todos os brasileiros, que se beneficiam com a preservação deste patrimônio cultural imaterial tão rico, que poucos países possuem. A reconstrução da memória e da identidade das comunidades se transforma, gradualmente em projeto de reconstrução da memória e identidade nacionais. Na construção do discurso oficial universalizante, a identidade nacional é forjada através da escolha arbitrária de elementos da cultura particularizável. Tal escolha segue sempre um projeto político, não sendo jamais isenta. Para Pollack (1992, p.8) “toda organização política veicula seu próprio passado e a imagem que *forjou para si mesma*” (*grifo nosso*). A verdadeira reparação passa, indiscutivelmente, pela reescrita da história, pela construção de um *novo passado*.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. 2011. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Disponível em: <[http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/IberoAmericana/42-2011/42\\_Mattos\\_y\\_Abreu.pdf](http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/IberoAmericana/42-2011/42_Mattos_y_Abreu.pdf)>. Acesso em: 10/08/2013.

ADESKY, Jacques d'. *Anti-racismo: Liberdade e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Daut Design Editora, 2006.

<sup>17</sup>Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.



ARRUTI, José Maurício. *Mocambo*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BOURDIEU, Pierre.. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERNANDES, Antônio do Nascimento: depoimento [jul.2012]. Entrevistador: L.V.C VOGT e G. C. VOGT. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. .mp3 (59 min.). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão do curso de Direito da UERJ.

FIGUEIREDO, André Videira de. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba, PR: Appris, 2011.

GOMES, Lilian. *Justiça seja feita: Direito Quilombola ao Território*, in: *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos* / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade*. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf) Acesso em: 13/08/2013.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Traduzido por Yara Aun Khoury. In: Projeto História. São Paulo: Brasil, 1993.





ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 169, de 07 de junho de 1989*. Disponível em: <<http://www.institutoamp.com.br/oit169.htm>> Acesso em: 25/01/2013.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Tradução de Monique Augras. Em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

ROSSI, Amália do. C. S.. *Neoconstitucionalismo e direitos fundamentais*. Disponível em: <[http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/amelia\\_do\\_carmo\\_sampaio\\_rossi.pdf](http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/amelia_do_carmo_sampaio_rossi.pdf)>. Acesso em 2 de nov. 2012.

SARMENTO, Daniel A. de M. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. *A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação*. Disponível em: <[http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs\\_artigos/Dr\\_Daniel\\_Sarmento.pdf/view](http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs_artigos/Dr_Daniel_Sarmento.pdf/view)> Acesso em 31 de out. 2012

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *A Repersonalização do Direito Civil a partir do pensamento de Charles Taylor: algumas projeções para os Direitos de Personalidade*, in: XVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2008, Brasília. Anais... Brasília: CONPEDI, 2008. p. 6800-6826. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo09.pdf>>. Acesso em: 01/05/2013.

SOUZA, M J L de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; Gomes, P C da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 13ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TAYLOR, Charles. *A política de reconhecimento*. In: TAYLOR, Charles; APPIAH, K. Anthony, et al. *Multiculturalismo*. Lisboa: Piaget, 1998.



## **AS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS E O JOGO TEATRAL PROPOSTO PELA METODOLOGIA DE ENSINO DO TEATRO DO OPRIMIDO.**

*ARAUJO, Francisco W.B. Sampaio de*  
*Estudante do Programa de Mestrado em Relações Étnico-raciais pelo CEFET/RJ*  
*Email: [chico\\_sampaio@msn.com](mailto:chico_sampaio@msn.com)*

345

### **RESUMO**

Na perspectiva da Lei 10.639/03, acreditamos que a arte possa ser um espaço privilegiado de criação e conscientização de nossos alunos. A partir da utilização da metodologia de ensino para as Relações Étnico-raciais, com o auxílio dos jogos do Teatro do Oprimido irá nos revelar. O presente projeto pretende discutir uma observação feita a partir de duas sessões de Teatro do Oprimido, utilizando especificamente as técnicas do Teatro Imagem e do Teatro Fórum, promovida com jovens de um projeto social na cidade do Rio de Janeiro, onde foram recolhidos vários depoimentos sobre suas experiências após a prática do Teatro de Oprimido. Essas experiências foram registradas em “Diários de Bordos”, relatos esses que nos deram uma dimensão bastante objetiva, do alcance dessa prática de ensino, em suas Relações Étnico-raciais cotidianas.

**Palavras-chaves:** arte-educação; relações étnico-raciais; teatro do oprimido.

### **ABSTRACT**

From the perspective of Law 10,639 / 03, we believe that art can be a privileged space for creation and awareness of our students. From the use of this methodology for Ethnic and Racial Relations, with the aid of the Theatre of the Oppressed games will tell us. This project aims to discuss a point made from two sessions of Theatre of the Oppressed, specifically using the techniques of Image Theatre and Forum Theatre, promoted with young people in a social project in the city of Rio de Janeiro, where several testimonies were collected on their experiences after the practice of Theatre of the Oppressed. These experiences were recorded in "Diários de Bordo", these reports have given us a fairly objective dimension, the scope of this teaching practice in their everyday Ethnic and Race Relations.

**Keywords:** art education; ethnic-racial relations; theater of the oppressed.



## **AS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS E O JOGO TEATRAL PROPOSTO PELA METODOLOGIA DE ENSINO DO TEATRO DO OPRIMIDO.**

As identidades em jogo dentro de uma aula de teatro, poderá nos revelar muito de nossa turma, já que é através de uma representação simbólica do real que os mesmos irão construir suas cenas. Direcionando esses jogos para as Relações Étnico-raciais, com textos, músicas, vídeos, imagens que estimulem a discussão para os assuntos comuns ao tema, sensibilizaremos nossos alunos à reviverem momentos nos quais os mesmos passaram algum tipo de problema em relação à questão racial, para posterior debate sobre o assunto, tentando encontrar quais os problemas a serem resolvidos, e finalizarmos a atividade com a desconstrução da cena original, a partir da interferência de todos os envolvidos nesse processo cênico. Apesar de ser um caminho simples, essa metodologia de discussão das Relações Étnico-raciais a partir de uma atividade cênica, encontra um campo fértil para desenvolvermos projetos escolares nos quais estejam envolvidos temas como: racismos, estereótipos e preconceitos. A sala torna-se uma imensa “panela de pressão” a ponto de explodir de tantos debates, de tantas opiniões, de tantas vivências a serem compartilhadas e muitas das vezes até bem parecidas, o que reflete numa postura fechada e enraizada de preconceitos, pela sociedade, para com os negros e negras em nosso país.

Entender como uma postura de preconceito social foi construída, ao longo da sua história, poderá ser favorável ao processo de desconstrução social, experimentada e elaborada a partir de um jogo de cena, como os propostos pelo Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, como uma espécie de ensaio para a revolução, como bem mencionava o autor em seus discursos.

Flavio Desgranges(2010) em seu livro *Pedagogia do Teatro: Provocação e Dialogismo*, no qual trás reflexões sobre algumas metodologias de ensino de teatro experimentadas nos espaços educacionais brasileiros, e uma delas é a do Teatro do Oprimido, nos traz uma reflexão importante para justificarmos a utilização desse método em sala para as Relações Étnico-raciais. A que público essa forma teatral se destina? Já que o mesmo tem que desenvolver cenas com ressonância em sala de aula, algo que diga respeito àquela comunidade “um tema que engaje os *espect-atores*, que



percebem que a sua vida está de fato em jogo”. (p. 73) É a partir dessa percepção que os envolvidos como plateia (espectadores) serão levados a interferir em cena como atores e agentes de mudança daquela realidade social colocada em debate.

Ou seja, a necessidade de criar estratégias de combate à exclusão social e preconceito, encontra na escola, nas aulas de teatro, um espaço efetivo para essa discursão, e a partir disso, através do reconhecimento e a valorização da cultura africana e afro-brasileira, levarmos os sujeitos a refletirem sobre essas condições, indo de encontro com o pensamento de Nilma Lima Gomes (2005, p.147) a qual defende que “colocar as pessoas diante de seus próprios valores raciais, levando-as a questioná-los, a partir do momento em que se encontram numa situação de discriminação semelhante àquela vivida pelo outro, pelo diferente”, poderá fazer com que esse sujeito entre em contato diretamente com situações que o levarão a um pensamento crítico das relações étnico-raciais nas quais o mesmo possa estar envolvido. O que aproxima esse conceito das técnicas do Teatro do Oprimido, ditado por Boal (1996, p.27): “O ser humano pode ver-se no ato de ver, de agir, de sentir, de pensar. Ele pode se sentir sentindo, e se pensar pensando”.

### **Os Estudos Culturais e o seu legado para com as Relações Étnico-raciais.**

Os anos de 1970 representaram um momento de muita euforia no campo cultural, político e social, no mundo inteiro. Os jovens seguem o lema do *Sexo, Drogas e Rock and Roll*. Os movimentos feministas passam a fazer mais barulho. A televisão passa a fazer parte do dia a dia do brasileiro, com seus telejornais o cidadão passa a ter acesso a informações que antes eram mantidas em sigilo, ou pensa-se ter acesso a mesma, já que estamos falando de uma época em que a *censura* era influente sobre o que deveria ou não ser propagado de acordo com os militares que comandaram os *Anos de Chumbo*. As telenovelas começaram a ditar normas de comportamentos e a ser tema de conversas familiares. No mundo, assistimos a recessão dos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã, a Revolução dos Cravos em Portugal, as Guerras Civis em Moçambique e Angola. Para citar somente uma pequena parte do que acontecia naquele momento, podemos observar que esses anos foram marcados por turbilhões de acontecimentos que fizeram parte do dia a dia dos indivíduos de qualquer parte do mundo, e que os levaram



a refletir sobre cada um desses destaques em suas atividades e relacionamentos sociais com uma postura mais crítica perante o mundo.

Imerso a esses conflitos, surge uma forma de se pensar cultura, denominada *Estudos Culturais*, cujo mito de origem reza que o teórico cultural jamaicano Stuart Hall é o seu pai, segundo Liv Sovik (2009) em sua apresentação intitulada *Para ler Stuart Hall*, que abre da obra “Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais”, na qual a mesma organiza doze ensaios e duas entrevistas do escritor, traduzidos para o português. Sovik faz uma breve apresentação de Hall para entendermos a sua influência como um dos iniciadores das discussões que se denominou Estudos Culturais. Hall foi diretor do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, ainda na época fértil dos anos 70. Foi um dos primeiros a assumir os Estudos Culturais como projeto institucional na Open University, e continuou discutindo e pesquisando sobre suas influências, até se tornar um movimento acadêmico-intelectual internacional. Segundo Sovik, nessa mesma apresentação:

“Foi no período sob a direção de Stuart Hall, de 1968 a 1979, que se consolidaram os Estudos Culturais, a partir de uma preocupação política e do projeto de colocar em bases teóricas mais sólidas as leituras de ‘textos’ da cultura, que incluíam desde o fotojornalismo e programas de televisão, a te a ficção romântica consumida por mulheres e as subculturas juvenis britânicas (leia-se teds, mods, skinheads, rastas) às vésperas do movimento punk” (idem, p.11).

Começamos a observar a preocupação em teorizar as novas formas de comunicação que estreitavam relações com o dia a dia dos indivíduos, e as tensões ocasionadas na cena cultural contemporânea. Assim como Boal procura deslocar os poderes sociais de opressão com seus métodos cênicos, Hall procura formular estratégias culturais que possam deslocar as disposições do poder, em uma “guerra de posições”. Hall também procura focar a “questão paradigmática da teoria cultural”, observando o social e o simbólico de forma não reducionista.

Em dos ensaios, intitulado “Estudos Culturais e seu Legado Teórico”, Hall (2009) organiza algumas orientações com relação a esse campo de estudos. Para entender as múltiplas linguagens adquiridas no campo cultural contemporâneo, o



mesmo nos direciona que os estudos culturais dão conta de discursos múltiplos, assim como de numerosas histórias distintas. Por conta disso a grande diversidade de trajetórias seguidas pelos Estudos Culturais: “muitos seguiram e seguem percursos distintos no seu interior; foram construídos por um número de metodologias e posicionamentos teóricos diferentes, todos em contenção uns com os outros” (p.201).

Não confundamos essa abertura aos discursos múltiplos com uma visão reducionista do projeto dos estudos culturais e com isso a um pluralismo simplista, e ao mesmo tempo há uma recusa à grande narrativa ou a um metadiscorso, seja ele de qualquer espécie. O que Hall defende é projeto que seja aberto ao desconhecido, àquilo que ainda se consegue nomear.

A relação dos Estudos Culturais com um projeto político é de tamanha importância, que ao mencioná-lo, não que uma dada política se encontre inscrita, mas algo esta *em jogo*, como, por exemplo, nos estudos sobre o Teatro do Oprimido, segundo Boal (2011) “Fazer Teatro do Oprimido já é resultado de escolha estética, já significa tomar o partido dos oprimidos” (p.25), ou seja, já significa uma postura crítica e política.

Um termo interessante levantado por Hall (2009) é o de “mundanidade” dos estudos culturais, usando nesse caso um termo emprestado de Edward Said, um dos mais importantes críticos literários e culturais palestino. Essa tal “mundanidade” seria especificamente a “sujeira” em um jogo semiótico. “Estou tentando devolver o projeto dos estudos culturais do ar límpido do significado, da textualidade e da teoria, para algo sujo, bem mais embaixo” (Idem, 202).

Para entender mais ainda os Estudos Culturais, Hall (2009) vai tentar desconstruir vários traços relacionados às conjunturas. O primeiro traço é a que relaciona esses estudos enquanto uma teoria crítica marxista. Hall faz uma série de indagações, questionando essa designação “teoria crítica marxista”, ao momento o qual esses estudos estariam passando, e ressalta que não pretende construir uma única narrativa possível, em relação ao assunto proposto, mas pretende apresentar de um modo que talvez nos surpreenda.





Hall (2009) deixa bem claro que em nenhum momento os estudos culturais e o marxismo se encaixaram perfeitamente, em termos teóricos, ressaltando as “insuficiências, teóricas e políticas, dos silêncios retumbantes, das grandes evasões do marxismo – as coisas de que Marx não falava nem parecia compreender, que eram o nosso objeto privilegiado de estudo: cultura, ideologia, linguagem, o simbólico” (p.203)

Procurando contestar o modelo de base e superestrutura, através do qual ambos os marxismos, o sofisticado e o vulgar, tentaram pensar o relacionamento entre sociedade, economia e cultura, Hall (2009) transfere para a sua sociedade de origem na qual presenciou uma profunda imposição de economia e cultura capitalistas, por conta do seu Regime Colonialista. Sem julgar Marx pelo local de onde nasceu, Hall apenas questiona uma teoria destinada a apoiar um modelo onde se encontra articulado com um profundo pensamento eurocêntrico.

Assim, a noção de que o marxismo e os estudos culturais encaixaram um no outro, reconhecendo uma afinidade imediata entre si e dando as mãos sem algum momento de síntese hegeliana ou teleológica – constituindo este no momento fundador dos estudos culturais – está totalmente errada. (p.205)

Hall (2009) também menciona a contribuição de Gramsci aos estudos culturais britânicos, no qual consiste precisamente no deslocamento radical de algumas heranças marxistas, “deslocamento” esse ainda não compreendido, e segundo o autor nunca seja levado em conta, por conta da entrada na era do pós-marxismo. Mas Hall (2009) afirma que mesmo tendo lido diversos registros, são os de Gramsci que para o mesmo parecem ser os que mais se aproximam do que eles procuravam fazer. E utilizando a expressão de Gramsci: “intelectual orgânico”, defendida pelo autor como uma problemática. Hall (2009) afirma: “Éramos intelectuais orgânicos sem qualquer ponto orgânico de referência”. Gramsci ressalta a importância desses intelectuais orgânicos simultaneamente em duas frentes: na vanguarda do trabalho teórico intelectual: “Se jogarem o jogo da hegemonia terão que ser mais espertos do que ‘eles’”; no segundo, “o intelectual orgânico não pode subtrair-se da responsabilidade da transmissão dessas ideias” (p.207).



Hall (2009) ainda afirma que a não ser que essas duas frentes estejam operando simultaneamente, ou pelo menos a não ser que essas duas ambições façam parte do projeto dos estudos culturais, qualquer avanço teórico nunca será acompanhado por um envolvimento no nível do projeto político.

Dois outros momentos teóricos foram importantíssimos para os Estudos Culturais, salientando uma outra metáfora para o trabalho teórico, que a da “interrupção”. Duas dessas interrupções foram as intervenções feministas e as questões de raça. As importâncias do feminismo por exemplo, foram consideradas como específica e decisiva para os estudos culturais, primeiro por propor uma questão do pessoal como político e conseqüentemente uma mudança de objeto de estudo nos E.C.; segundo, pela expansão radical da noção de *poder*, a qual era vista tão central na problemática da hegemonia, já não se pode mais utilizá-la da mesma maneira; terceiro, as questões de gênero e sexualidade, passaram a ser o centro, para a compreensão desse *poder*; quarto, as tais áreas ditas perigosas do subjetivo do sujeito, deixaram de ser abolidas e ganharam uma entrada nas discussões; quinto, a reabertura à psicanálise.

Abríamos a porta aos estudos feministas, como bons homens transformados. E, mesmo assim, quando o feminismo arrombou a janela, todas as resistências, por mais insuspeitas que fossem, vieram à tona – o poder patriarcal plenamente instalado, que acreditara ter-se desautorizado a si próprio. (...) E, todavia, quando se chegava à questão da leitura curricular... Foi precisamente aí que descobri a natureza sexuada do poder. (p.210)

Em relação à questão racial, fez com que os Estudos Culturais começassem a despertar seus interesses às “questões críticas de raça, a política racial, a resistência ao racismo, questões críticas da política cultural” (p. 210), o que ocasionou e ainda ocasiona uma dura luta rumo a outras formas de relações étnico-raciais, como as pretendidas aqui nesse projeto com as indicações do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

### **As Relações Étnico-raciais**



Hoje, podemos falar em lutas pelos direitos civis de mulheres, negros e gays, mas para que essas lutas tornassem legítima, muitos entraves aconteceram a esses grupos. Em relação às questões raciais, apesar da abolição, muitos entraves sociais continuaram perseguindo os negros e negras em suas atividades sociais, fruto de séculos de escravidão. Apesar de serem considerados cidadãos livres, muitos comportamentos e relações de superioridade ainda continuaram presente no cotidiano do brasileiro, o que ocasionou a exclusão da participação desses grupos em determinadas posições sociais de prestígio.

O campo educacional assistiu de várias formas, inclusive através de leis que impediam o acesso de negros e negras nos espaços escolares, atitudes de exclusão de cunho racista. Apesar de termos a Lei 10.639/03, no âmbito educacional, que instaura as discussões em torno das Relações Étnico-raciais como obrigatória dentro da Educação Básica Brasileira, a necessidade de entender como essas relações se construíram e se constroem em nossa sociedade, torna-se importante para entender como determinadas posturas de racismos e exclusões ainda é fator determinante para o difícil acesso de negros e negras em determinados setores da sociedade.

Traçar como as Relações Étnico-raciais no Brasil se construíram, torna-se matéria principal quando o assunto é discutir as posturas racistas e de intolerância com a cultura e a história do negro em sala de aula, já que o ensino brasileiro, ainda tem um tendência fortemente marcada por critérios eurocêntrico.

As relações humanas sempre foram entremeadas de conflitos das mais variadas naturezas. Esses conflitos sempre geraram, como se observa hoje em dia, uma sociedade de privilégios e exclusões. Por mais que os grupos organizados tenham se solidificado e angariado um grande contingente de benefícios para a sua inserção social, através de políticas públicas, muitos espaços ainda continuam inacessíveis para determinados grupos sociais. Entender como essas estruturas sociais foram construídas e justificadas, nos levará a repensar de que forma a escola poderia reverter esse quadro, propondo e ferramentas para a construção de uma relação étnicorracial menos discriminadora e , portanto, mais igualitária. Para refletir sobre essas questões em sala de aula, e mediante reivindicações de grupos que defendiam uma mudança na forma como a imagem do



negro era trabalhada na escola, a Lei 10.639 encontrou grande impulso para sua aprovação.

A utilização do método de improvisação do Teatro do Oprimido, talvez possa nos auxiliar na compreensão e no enfrentamento de aspectos identitários conflituosos, principalmente os referentes às questões Étnico-raciais, entendendo na “realização da ação” como esses processos se constituem e como se manifestam em nosso cotidiano.

A prática do teatro, relacionada a essas questões identitárias, pode se tornar eficiente a partir do momento em que entendemos que o teatro tem o poder de expurgação de todo sentimento de dor, decepção, alívio ou amor, através da catarse. Esse poder, conseguido através da apropriação simbólica de cada potencial exposto em cena, é aquele que, para além da ferramenta política e da transformação social, pode também funcionar como uma verdadeira “atividade terapêutica”, despertando a partir da ludicidade, criatividade e improvisação inerentes ao jogo dramático, o olhar sensível-crítico-cognitivo dos alunos.

Essa apropriação simbólica poderá expandir as formas de contato e comunicação que os envolvidos no processo de teatro-educação mantêm com o seu próximo e com o seu meio, servindo-se de possível agente transformador da sua realidade e, por conseguinte, de toda realidade que o envolve.

Dentro da perspectiva teatral em forma de jogo, encontramos nas pesquisas de Peter Slade (1978, p.17-18, grifo do autor) uma importante consideração em trabalhá-lo com nossos alunos: “O *Jogo Dramático* é uma parte vital da vida jovem. Não é uma atividade de ócio, mas antes a maneira da criança pensar, comprovar, relaxar, trabalhar, lembrar, ousar, experimentar, criar e absorver[...]”. Como na etimologia da palavra, *drama*, originada do grego *drao*: “eu faço, eu luto”, a criança vai descobrindo aos poucos a vida e a si mesma, através das tentativas de improvisação emocionais e físicas, nas práticas repetitivas a partir do jogo. Por conta disso, explicita o mesmo Slade(1978, p. 63): “O Jogo Dramático bem-sucedido é não só educação no que ela tem de melhor, mas prevenção também. Ele oferece uma válvula de escape legítima para a energia de bomba-atômica desse grupo social que chamamos de turma.”



## As Técnicas do Teatro do Oprimido

A utilização do teatro para as questões raciais obteve grande impacto durante a formação e resistência do TEM – Teatro Experimental do Negro, onde Abdias do Nascimento, e vários grupos que discutiam e defendiam as Relações Étnico-raciais, batalharam para que negros e negras pudessem ocupar seus espaços no palco, e que personagens negros possam ser feitos por atores negros, o que raramente pode ser encontrado em sala. Dessa ideia de busca de um teatro mais socialista e político, que chegamos até o Teatro do Oprimido de Augusto Boal

Com o intuito de desenvolver, nesses jovens, a aceitação de suas identidades negras e conseqüentemente a sua valorização rumo a uma autoafirmação, e uma libertação opressora que dita as regras de exclusão da nossa sociedade, procurei uma metodologia de ensino que pudesse auxiliá-los nessa compreensão de mundo, e cheguei até o Teatro do Oprimido, o qual têm o intuito de constituir-se no ensaio de um processo de transformação, ou seja, “se o participante experimentou no teatro a sua capacidade de mudar a ordem estabelecida, tentará agir da mesma maneira na sua vida” (Desgranges, 2010, p.71).

Foram desenvolvidos quatro sessões de Teatro Imagem, com jovens entre 15 a 17 anos, da Comunidade do Muquiço, subúrbio do Rio de Janeiro, participantes de um projeto social que trabalha com Esporte, Artes e Reforço Escolar, que atende a essa comunidade há mais de 10 anos, no qual eu trabalhava como instrutor profissional e de onde se originou a ideia do projeto de pesquisa em 2012. A oficina de Teatro do Oprimido atendeu em torno de 42 alunos, divididos em 04 turmas, duas no horário da manhã e duas no horário da tarde. As sessões aconteceram em dois dias, utilizando primeiramente as técnicas do Teatro Imagem, quando os alunos, divididos em grupos, foram sensibilizados a construir quadros estáticos, espécies de fotografias humanas, nas quais o restante da turma deveria identificar quais as relações de opressão estavam sendo representadas ou reproduzidas, partindo para o desenlace da mesma, rumo à libertação. Procurei trabalhar primeiramente com essa técnica, para incluí-los aos poucos na linguagem teatral. Logo em seguida, nas sessões seguintes, trabalhamos com as técnicas do Teatro Fórum, que exige dos participantes uma inclusão em cena, com



diálogos e movimentos, deixando uma pergunta no ar, um incômodo opressor, que faça com que alguém da plateia queira interferir em cena para transformar aquela situação de opressão.

As sessões seguiam o seguinte planejamento de aula, de duração de 1:30h:

- *Alongamento*: despertar o corpo e deixá-lo disponível para a ação cênica;
- *Aquecimento*: acordar o corpo e a mente para o trabalho de improvisação cênica, proposto através de um jogo.
- *Montagem cênica*: o grupo foi dividido em equipes, e cada equipe, desenvolveu suas cenas a partir de ou tendo como alvo reproduzir alguma situação de opressão. Para as sessões de Teatro Imagem, as cenas eram estáticas, fotografias; para as sessões de Teatro Fórum, as cenas tinham movimento e falas, com duração de no máximo 15 minutos, seguidas das interferências da plateia para a resolução do problema posto em questão.
- *Roda de Discussão*: ao final o grupo discutiu sobre as relações de opressão desenvolvidas em cena, quais as mais comuns que apareciam e o que cada um pensava sobre as mesmas. Dessas “Rodas de Discussão” os alunos foram orientados a desenvolver “Diários de Bordo”, nos quais cada um deveria relatar por escrito as suas observações em jogo durante as sessões de Teatro do Oprimido.

Tanto esses “Diários de Bordo”, quanto algumas imagens propostas pelos alunos e registrados em fotografias, serão utilizadas nas análises dessa dissertação. A pesquisa se servirá mais de dados qualitativos do que quantitativos. Quais imagens de suas identidades negras aparecerão em jogo, nas técnicas do Teatro do Oprimido, e quais as relações de opressão relacionadas a elas?

Ao analisar seus escritos, observaremos que muitos fazem associação de alguns temas desenvolvidos nas improvisações com acontecimentos observados em seu próprio cotidiano, construirão narrativas biográficas para tentar entendê-las no contexto do trabalho proposto.





## 2.2. Os Diários de Bordo

“[...] toda matéria imaginada, toda matéria meditada torna-se imediatamente a imagem de uma intimidade”.

Gaston Bachelard

Essa expressão, “Diário de Bordo”, faz menção às anotações registradas por viajantes em suas conquistas, em descobrir o que até então não era do conhecimento de todos, e para conduzir essa busca, registrava-se tudo em “diários”, como uma atividade de reflexão sobre determinados acontecimentos. Com esse intuito, é usada assiduamente por pesquisadores acadêmicos em Artes cênicas, através de suas observações em pesquisa-ação, o que em teatro é chamado de *work in process*. Segundo Maria Marcondes Machado, em seu artigo *O diário de bordo como ferramenta fenomenológica para o pesquisador em artes cênicas*, publicado na Revista Sala Preta. Nº 2/2002, editada pela Escola de Comunicação e Artes – ECA/USP: “O *Diário de Bordo* é a compilação de todas as anotações que um encenador-criador faz durante a escritura, montagem e encenação do espetáculo” (p.261). Esse escrito reflexivo pode se estender até os alunos, ou seja, a todos os indivíduos envolvidos nesse trabalho em processo, o que ajuda a entender, qual a visão de cada um no desenvolvimento/experiência do jogo proposto.

Através do “Diário”, os alunos são orientados a escreverem seu dia a dia nas aulas de teatro, como se fosse um diário cotidiano, com linguagem simples, do próprio vocabulário. Por conta disso, Machado (2002) nos alerta para as características desses registros: “trata-se de um metatexto, de um escrito, *misto de realidade e ficção*, inicialmente caótico e mais tarde reflexivo, meditativo, até mesmo confessional” (idem).

## 2.3 - Algumas Palavras dos Diários de Bordo

As duas sessões de Teatro Imagem com jovens entre 15 a 17 anos, da Comunidade do Muquiço, subúrbio do Rio de Janeiro, despertaram nos mesmos uma outra forma de encarar suas posições sociais em suas comunidades e mais especificamente com seus amigos. Conforme análise de alguns depoimentos, cuja autoria tem suas identidades preservadas, como por exemplo o de B.R de 17 anos:



“O mais interessante foi o fato de trabalhar com sentimentos, dando liberdade para cada um expressar o que estava sentindo. Eu puder refletir sobre várias coisas, e principalmente sobre o assunto dos oprimidos e opressores, que foi o mais comum na aula, e infelizmente também está presente em nosso cotidiano”. (B.R. 17 anos)

Se o aluno destaca que foi trabalho o “sentimento”, podemos entender uma certa busca a um sensível perdido no cotidiano escolar. É necessário então pararmos e refletirmos sobre a seguinte questão: “para quem se destina essa educação?” O aluno ao destacar que o trabalho ocorreu “*dando liberdade*” deixa-nos claro seu sentimento de sujeito aprisionado a algo, que nesse caso pode ser a um sistema educacional que orienta o “repasso de conhecimentos” e não a troca. É nessa “troca” que se dá o processo de ensino-aprendizagem. O que fica de conhecimento com esses alunos é exatamente aquilo que se torna evidente em seu dia a dia, um conhecimento de mundo atuante, e isso fica bastante claro nas palavras do aluno B.R. ao constatar, a partir das técnicas do T.O., que seu cotidiano está repleto de relações opressoras, camufladas com um sentimento de aceitação baseado na ideia de que “isso é normal”.

A partir dessa fala podemos estabelecer uma correlação com questões exploradas por Stuart Hall através dos Estudos Culturais desde os anos 70, em meio a um turbilhão de transformações, que se refletem na sociedade multicultural que presenciamos atualmente. Hall tem uma preocupação em teorizar as novas formas de comunicação que estreitavam as relações no dia a dia dos indivíduos, e as tensões ocasionadas na cena cultural contemporânea. Assim como Augusto Boal, também nesse mesmo período, ao presenciar um sistema de opressão militar, procura, com seu teatro, deslocar os poderes sociais de opressão, através de métodos cênicos destinados à todos os oprimidos desse sistema. Hall procura formular estratégias culturais que possam deslocar as disposições do poder, o que ele, inspirando-se em Gramsci, chamou de “guerra de posições”, procurando também focar a “questão paradigmática da teoria cultural”, observando o social e o simbólico de forma não reducionista.

Seguir essa análise dialogando com o campo dos Estudos Culturais e com a obra de Stuart Hall (2009) parece ser bastante produtivo para entender as múltiplas linguagens adquiridas no campo cultural contemporâneo; o autor nos direciona que os estudos culturais dão conta de discursos múltiplos, assim como de numerosas histórias



distintas, em um dos ensaios, intitulado “Estudos Culturais e seu Legado Teórico”, encontrado na compilação de ensaios e entrevistas organizados por Liv Sovik no livro “Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais”.

Um outro depoimento também recolhido dos “Diários de Bordo” produzidos nessas sessões de T.O.:

“(…) fez com que enxergássemos coisas que não estávamos enxergando. Eu passei a perceber algumas atitudes erradas que estava tendo, passei a entender mais como me comportar, estar, me expressar, lidar com as pessoas. Foi divertido e ao mesmo tempo com um propósito(…)”. (D.M. 16 anos)

O aluno D.M. assume uma postura política ao identificar traços de opressão em sua postura, para com os outros colegas e entende que uma mudança nessa relação passa a ser um propósito em sua vida, e isso foi despertado no mesmo enquanto era envolvido pelo processo cênico no qual o mesmo sentiu prazer em estar inserido, podendo vir a ser um possível multiplicador dessa técnica em sua comunidade. Nos estudos sobre o Teatro do Oprimido, segundo Boal (2011) “Fazer Teatro do Oprimido já é resultado de escolha estética, já significa tomar o partido dos oprimidos” (p.25), ou seja, já significa uma postura crítica e política.

Um termo interessante levantado por Hall (2009) é o de “mundanidade” dos estudos culturais, usando nesse caso um termo emprestado de Edward Said, um dos mais importantes críticos literários e culturais palestino. Essa tal “mundanidade” seria especificamente a “sujeira” em um jogo semiótico. “Estou tentando devolver o projeto dos estudos culturais do ar límpido do significado, da textualidade e da teoria, para algo sujo, bem mais embaixo” (Idem, 202).

Nessa visão, é trazer de volta às camadas populares uma arte que realmente dialogue com elas, que mostre suas identificações, que fuja dos estereótipos das classes elitizadas, e que retomemos esse espaço de poder que é o teatro.

Mas um depoimento:

“(…) e ali eu fiquei muito sentida, porque isso já aconteceu comigo. As pessoas me ofendiam e eu ficava quieta, porque o calado vencerá. As pessoas são muito racistas, isso me ofendia muito, me



chamavam de macaca e outras coisas. E eu acho isso errado, não é por causa da cor, do cabelo, que nós não somos humanos, não tem que ser tratado como um bicho(...)”. (M.S. 16 anos)

A identificação com seus sentimentos em cena, deve partir de uma situação de opressão para a libertação desse indivíduo da mesma. O aluno M.S. lembrou que um das cenas propostas pelo grupo, o mesmo já tinha vivido em seu dia a dia, mas aceitava com um discurso religioso de que: “*o calado vencerá*”. Compreender a continuidade do seu discurso, e o entendimento sobre aquela relação como uma postura de opressão, preconceito e racismo, faz-nos enxergar uma mudança transformadora no modo de pensar e de agir desse aluno. Ela reconhece claramente *as pessoas são muito racistas*, ao mencionar que por vezes era chamada de: “*macaca e outras coisas*” (a palavra “macaco” apareceu em cena em uma das improvisações), mas deixa claro a sua posição política em relação a isso: “*e eu acho isso errado*”, houve uma quebra com o pensamento passivo, manso e religioso, para uma postura mais ativa de buscar mudança, explicitando seus motivos: “*não é por causa da cor, do cabelo, que nós não somos humanos, não tem que ser tratado como um bicho*”. O opressor ou o oprimido sai do seu estado de opressão, aceitação, o qual Boal chama de sujeito reprimido, e parte para a libertação. A partir dessa reflexão a atividade propõe que o mesmo interfira na cena de opressão que a incomodou nesse aspecto e faça, ele mesmo, sua libertação.

Em relação à análise das imagens, utilizarei os O livro “*As aparências enganam? Fotografia e pesquisa*”, lançado pela pesquisadora Tânia Mara Pedroso Müller, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual a autora investiga a hipótese de que a imagem pode ser utilizada como “tradução da verdade” em pesquisa e a possibilidade de se desvendar a intenção do autor ou da agência que a produziu.

Para entendermos como uma prática cultural poderia ter uma grande influência nos “deslocamentos” de poder, pretendidos por Stuart Hall (2009), basta que entendamos como a máquina ideológica do poder opera em favor de uma massificação e de uma espécie de *estética anestésica*, defendida por Augusto Boal (2009), ao citar como jornais, televisões, música, teatro, cinema, etc., tornaram-se armas letais daqueles que procuram a todo instante manter as relações poder, contra os excluídos socialmente.



Como o próprio Boal levanta, como uma “palavra de ordem”, precisamos retomá-las a qualquer custo!

A cultura dos excluídos, dos classificados como “oprimidos”, palavra que veio de origem diretamente do campo educacional, a partir da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, o que se pretende com essa metodologia é trazer à tona tudo aquilo que é silenciado, porque está marcado a viver nas “sombras” de uma sociedade, tentando se desprender das amarradas sociais de uma estrutura, fortemente marcada como eurocêntrica.

Concluo refletindo sobre as palavras de Terry Eagleton (2011), e sua obra *A ideia da Cultura*: “A cultura é, assim, sintomática de uma divisão que ela se oferece para superar. Como observou o céptico a respeito da psicanálise, é ela própria a doença para a qual propõe uma cura” (p. 50). Imerso a tantos caminhos, sigamos refletindo, e reflitamos sobre esses caminhos seguindo!

### Referências Bibliográficas

BOAL, Augusto. *O arco-íris do desejo: método Boal de teatro e terapia*. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. *200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro*. 12ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos> Acesso em: 10 abr. 2011.



BRASIL. Lei 10.639/03 de

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)> Acesso em: 14 mar. 2011.

DESGRANGES, Flávio. *A pedagogia do teatro: provocação e dialogismo*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Hucitec: Edições Mandacaru, 2010.

EAGLETON, Terry. *A Ideia de Cultura* (Trad. Sandra Castello Branco). 2. ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOMES, Nilma Lino Gomes. *Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação*. In *Superando o Racismo na Escola*, Kabengele Munanga(org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11ª. Edição. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2009.

MACHADO, Marina Marcondes. O diário de bordo como ferramenta fenomenológica para o pesquisador em artes cênicas. *Revista Sala Preta*. Nº 2/2002. [www.eca.usp/salapreta/PDF02/SP02\\_035\\_machado.pdf](http://www.eca.usp/salapreta/PDF02/SP02_035_machado.pdf)

SLADE, Peter. *O jogo dramático infantil*. São Paulo: Summus, 1978.





## **HETERO OU AUTOIDENTIFICAÇÃO: QUAL MELHOR MECANISMO PARA UTILIZAÇÃO NAS COTAS?**

BASTOS, Thiago Guerreiro

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC-UFF)

[thiagoguerreirobastos@gmail.com](mailto:thiagoguerreirobastos@gmail.com)

TERRA, Alessandra Dale Giacomini

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF) e

Professora Substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

[alessandragterra@gmail.com](mailto:alessandragterra@gmail.com)

NUNES, Lílian Cazorla do Espírito Santo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC-UFF)

[lilian\\_cazorla@hotmail.com](mailto:lilian_cazorla@hotmail.com)

### **RESUMO**

Trata-se de pesquisa sobre ações afirmativas implementadas em universidades públicas, em especial no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se consubstanciavam em reserva de vaga para negros e índios. Este artigo tem por objeto refletir sobre como tais medidas voltadas a uma concretização da igualdade material se fundamentam no Estado Democrático de Direito e como são vistas pelo restante da população. Pretende-se também analisar os critérios utilizados para verificar quais pessoas poderão ser beneficiadas pelo sistema de cotas (heteroidentificação e autoidentificação) bem como analisar a constitucionalidade do sistema, com base na jurisprudência do STF.

**Palavras Afirmitivas:** Ações Afirmitivas; Autoidentificação; cotas.

**ABSTRACT:** It is implemented research on affirmative action at public universities, particularly in the context of the State University of Rio de Janeiro, which consubstanciavam in reserve vacancy for blacks and Indians. This article aims to reflect on how those aimed at achieving equality measures materials are based on democratic rule of law and are seen by the rest of the population. We also intend to examine the criteria used to determine which people may be benefited by the quota (hetero identification and self-identification) system as well as analyze the constitutionality of the system, based on the jurisprudence of the STF.

**Key-Words:** Affirmative Action; self-identification; quotas.



## INTRODUÇÃO

Ao longo da formação de nosso país foi possível vislumbrar cidadãos vistos como de “segunda classe”, pois estes apenas possuíam obrigações e pouquíssimos direitos lhes eram assegurados. Viveram e vivem à margem da sociedade por séculos sob o fetiche da igualdade formal ou tutela da isonomia perante aqueles que detinham tudo: estudo, ambiente familiar estruturado e condições financeiras.

Contudo, no início dos anos dois mil houve uma mudança. Governos estaduais como foi o caso do Estado do Rio de Janeiro implementaram **ações afirmativas** no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ que foram denominadas de cotas sócio-econômicas. A medida foi duramente criticada pela classe média dominante sob argumentos inúmeros tais como **tratamento desigual, queda da qualidade do ensino superior, sucateamento do corpo discente, fuga de intelectuais do centros de ensino** entre inúmeros outros argumentos rasos.

A verdade é que as ações afirmativas trouxeram para o centro do debate a questão do negro e do índio. Atualmente as medidas que buscam inserir aqueles que estiverem marginalizados por tantos anos busca ir além. Após o amplo sucesso das cotas para ensino superior, existem no âmbito do Rio de Janeiro cotas para ingresso em concurso público. Tal medida serviu de inspiração para que o Governo Federal trilhasse o mesmo caminho conforme se atesta do Projeto de Lei que foi encaminhado pela Presidente Dilma Rouseff.

Por mais que as medidas busquem inserir aquele que está a margem, é preciso determinar com precisão os critérios e parâmetros que serão adotados para evitar que haja uma desvirtuação do fim teleológico dessas ações afirmativas: incluir aqueles que sofrem com os efeitos de sua marginalização. Portanto, será possível que pessoas “brancas” ocupem vagas destinadas a negros ou índios? Este é o tema que será discutido a seguir.

### **Ação Afirmativa**

A reserva de vaga é uma modalidade de **ação afirmativa** que são medidas **temporárias** executadas pelo Estado com objetivo de eliminar a disparidade social



acumulada com o transcorrer dos anos. O intuito é “compensar” aqueles que estão à margem em razão de cor, raça, gênero e etc. Essas ações buscam um acerto de cunho histórico, assim como almejam propiciar a pluralidade/diversidade do seio social se reflita no meio acadêmico ou do serviço público.

Quando um cidadão afirma que “é brasileiro” isso gera duas consequências: recebe as glórias, mas também assume as mazelas. Por mais que nenhum cidadão do século XXI tenha sido responsável pela escravidão ou pela matança de índios; por mais que o cidadão que exerce seus direitos políticos e civis atualmente não tenha nenhuma relação de ancestralidade com aqueles que cometeram atrocidades, ainda assim, todos são responsáveis pelos acontecimentos nefastos, pois assumir ser brasileiro é assumir o peso histórico da construção de nossa identidade. Se há motivos para se orgulhar e dividir as glórias do fato de ser brasileiro, também tem que se responsabilizar pelos fatos do passado. São ideias conexas e indissociáveis. Nesse sentido:

“Grande parte dos muitos pedidos de perdão refere-se a erros históricos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha pagou o equivalente a bilhões de dólares em indenizações pelos danos causados pelo Holocausto, sob a forma de indenizações aos sobreviventes e ao Estado de Israel. Ao longo de anos, líderes políticos alemães fizeram pedidos públicos de desculpas, assumindo a responsabilidade pelo passado nazista em diversos graus. (...) Eu gostaria, porém de me concentrar em outro argumento muitas vezes utilizado por aqueles que se opõem a pedidos de desculpas por injustiças históricas – um argumento moral que não depende das contingências da situação. É o argumento de que as pessoas d geração atual não deveria – na verdade, não poderiam- desculpar-se pelos erros cometidos pelas gerações anteriores. Pedir perdão por uma injustiça e, afinal, assumir alguma responsabilidade por ela. E uma pessoa não pode pedir desculpas por algo que não fez. Ou seja, como você pode pedir perdão por algo que foi feito antes de você nascer?”

(...)

Argumento semelhante foi usado no debate nos Estados Unidos relativo às indenizações pela escravidão. Henry Hyde, deputado republicano, criticou a ideia de indenizações com base neste argumento: “Nunca tive um escravo. Nunca oprimi ninguém. Não vejo por que deveria pagar por alguém que fez isso [possui escravos] muitos anos antes de eu nascer”. Walter E. William, economista negro contrário às indenizações, expressou um ponto de vista semelhante: “Estaria tudo certo se o governo ganhasse o dinheiro do Papai Noel. Mas o governo teria de tirar o dinheiro dos cidadãos, e nenhum cidadão ainda vivo foi responsável pela escravidão.”

(...)

Não é fácil deixar de lado a objeção moral ao pedido oficial de desculpas. Ele se baseia na noção de que somos responsáveis apenas por nossos atos, e não pelos atos dos outros ou por acontecimentos



além de nosso controle. Não podemos responder pelos pecados de nossos pais, nossos avós ou, no caso, nossos compatriotas.

(...)

Se, ao pensar em justiça, tivermos de abstrair nossas identidades particulares, será difícil defender a ideia de que os alemães de hoje têm a obrigações de indenizar as vítimas do Holocausto ou que os americanos da nossa geração devem retratar-se pela injustiça da escravidão e da segregação. Por quê? Porque, ao abstrair minha identidade de cidadão alemão ou americano e pensar em mim mesmo como um ser livre e independente, não há fundamento para afirmar que a minha obrigação de reparar essas injustiças históricas seja maior do que a de qualquer outro pessoas.”<sup>1</sup>

Portanto, não é possível que alguém que diga e se identifique como cidadão **brasileiro** possa se despir de seu passado histórico, pois a sua atual condição social é reflexo de fatos que ocorreram no passado. Ser brasileiro, portanto, faz com que se carregue esse peso histórico que necessita ser corrigido.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu preâmbulo pauta a intenção do Estado brasileiro em se atingir um desenvolvimento social pleno.

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, **o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social** e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.” (grifos acrescentados)

O preâmbulo não detém carga normativa, mas é de grande importância para fins interpretativos, pois representa o espírito ideológico máximo da sociedade perante a um novo ordenamento jurídico. Portanto, cabe a cada cidadão ser parte desse processo para construção de uma sociedade onde haja o **bem-estar, desenvolvimento, igualdade, FRATERNIDADE** e etc.

É com esse intuito e principalmente pautado na **fraternidade** que as ações afirmativas foram implementadas. A UERJ é uma das pioneiras no país ao adotar a modalidade de reserva de vagas para assegurar o ingresso de cidadãos que estão à

<sup>1</sup> SANDEL, Michel. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.



margem e, assim, propiciar um ambiente acadêmico plural e representativo da sociedade fluminense, no caso.

## HETEROIDENTIFICAÇÃO E AUTODECLARAÇÃO

É preciso ter em mente que não existe “negro verdadeiro”, pois assumir esta postura significa um retorno a uma noção de eugenia que foi superada e é rechaçada pela comunidade internacional. Almejar que “negros verdadeiros” ocupem as vagas é dar um giro de 180° na eugenia ariana de Hitler e buscar uma “eugenia afro”.

O que se observa na doutrina é que as questões fenóticas<sup>2</sup> são delicadas e devem ser estudadas/trabalhadas com o maior cuidado possível, pois um terceiro classificar alguém como negro, branco, amarelo, pardo, moreno, mameluco... **impõe** uma visão externa que não se compatibiliza com a questão da identidade do indivíduo que é única, intrínseca e totalmente influenciável pelas suas experiências sociais. Nesse sentido, é importante dizer que a questão genótipa<sup>3</sup> é indiferente para determinar o grupo ao qual o indivíduo pertence. Por estes motivos, as reservas de vagas não são destinadas aos “negros verdadeiros” ou ao “índio verdadeiro”. O critério adotado pela UERJ, por exemplo, é de autodeclaração ou autoidentificação. Essa modalidade veda a heteroidentificação para evitar o arbítrio, pois somente o indivíduo pode dizer como ele se vê perante a sociedade. Somente o indivíduo é capaz de dizer o que ele sente com o olhar da classe dominante. Nesse sentido é importante trazer o trecho do parecer da Procuradoria Geral da República na ADPF 186:

“Então, por que as cotas com recorte étnico-racial incomodam tanto?”

Primeiro, há aquele argumento surrado de que não existem raças. Esta, contudo, é uma visão positivista naturalizando de raça.

É óbvio que raça, nessa visão biológica, não existe. O próprio Supremo já disse isso, naquele caso das publicações antissemíticas. Na ocasião, o Ministro Maurício Corrêa falou expressamente: **“o racismo persiste enquanto fenômeno social”**.

<sup>2</sup> São as características físicas, morfológicas e fisiológicas apresentadas por um indivíduo. A cor da pele é um claro exemplo.

<sup>3</sup> Informações hereditárias, é a constituição genética do indivíduo.



A raça, nos valendo de Ludwig Wittgenstein, é questão de linguagem, é questão de como o conceito é ressemantizado e mobilizado por todos: por quem olha e por quem é olhado.

(...)

E, por fim, uma última palavra a respeito do critério adotado. **O único possível é do autorreconhecimento. Por quê? Apenas numa sociedade hegemônica é que um dado grupo tem o poder das classificações e das definições; de estabelecer fronteiras; de dizer quem está dentro e quem está fora. Numa sociedade plural cada um tem a possibilidade de afirmar a sua identidade.** Essa afirmação traz consequências que vão muito além do mero ingresso numa universidade. A permanência nesse ambiente e mesmo o posterior ingresso no mercado de trabalho também se fazem acompanhar desse dado.” (grifos acrescentados)

Autorreconhecer-se como negro, branco, indígena e etc é algo que vai além do fenótipo e genótipo. A autoidentificação está pautada muito mais na questão social e econômica do que em atributos de pigmentação da pele ou o fato de ter cabelo crespo. Apegar-se ao fenótipo ou genótipo é uma falha, pois a exclusão é um fenômeno social e não exclusivamente racial. O resgate e a inclusão desses marginalizados não tem cor porque o Brasil é um país extremamente miscigenado.

“O debate sobre o embranquecimento da população brasileira surgiu no início do século XX, ganhou força em meados da década de 1930, e fez nascer em nossa sociedade uma enormidade de gradientes de cor, que pretendemos debater a partir da análise do quesito cor ou raça do IBGE. É preciso lembrar, porém, que foi também o debate sobre a necessidade de embranquecimento de nossa população que desencadeou, segundo Schwarcz (1996), o surgimento de uma nova vertente no debate, a de valorização da mestiçagem.

(...) construir uma identidade negra no Brasil ainda é extremamente complicado **se entendemos que a construção da identidade se realiza por meio de trocas com a coletividade.** (...) Além disso, podemos ainda salientar que **a construção de identidade também é cultural, posto que a cultura e a identidade são constantemente reinventadas, recompostas, investidas de novos significados numa dinâmica que não tem fim.**” (Cunha, 2009)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> SABÓIA, Evandro Finardi. Identidade e cultura: reflexões sobre auto identificação racial no Brasil





A doutrina deste tema é bastante concisa ao trabalhar a questão étnica sob aspectos sociais e de autoidentificação.

**“Há de se compreender a identidade como um processo, uma construção que está vinculada ao tempo e sociedade aos qual o indivíduo pertence. Do ponto de vista da antropologia, todas as identidades são construídas (...)**

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas os indivíduos, os grupos sociais, as sociedades transformam todos esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo.<sup>5</sup>

**O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc., com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática.**

Todos nós, homens e mulheres somos feitos de diversidade. Esta, embora esconda também a semelhança, é geralmente traduzida em diferenças de raças, de culturas, de classe, de sexo ou de gênero, de religião, de idade, etc. A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas.

(...)

A tomada de consciência das diferenças desemboca em processo de formação das identidades contrastivas hetero-atribuídas e auto-atribuídas. Os processos identitários, sabe-se, são estritamente ligados à própria história da humanidade. Como escreveu Calhoun, não conhecemos nenhum povo sem nome, nenhuma língua e nenhuma cultura que não fazem, de uma maneira ou de outra, a distinção entre “ela” e a “outra”, entre “nós” e “eles”.<sup>6</sup>

A sociedade já é responsável por fazer a distinção entre “nós” e “eles”; entre “negros” e “brancos”. Cabe ao Estado, portanto, reequilibrar e dirigir a sociedade para uma composição cada vez mais harmônica pautada em uma interpretação que seja filtrada pelos ideais consagrados no preâmbulo constitucional. Além disso, é importante

<sup>5</sup> CASTELLS, Manuel. Le Pouvoir de l'Identité. Paris: Fayard, 1999 *apud* MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania.

<sup>6</sup> MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania.



ressaltar que os preceitos do preâmbulo são reproduzidos ao longo do texto constitucional, sendo, portanto, **normas constitucionais** que devem ser utilizadas ao interpretar a política de cotas. Nos **objetivos** do Estado brasileiro consta o seguinte:

**Art. 3º** - Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

**I - construir** uma sociedade livre, justa e solidária;

**II - garantir** o desenvolvimento nacional;

**III - erradicar** a pobreza e a marginalização e **reduzir** as desigualdades sociais e regionais;

**IV - promover** o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para que os quatro incisos possam ser atingidos é preciso que haja uma ação estatal que busque reduzir a disparidade social existente no Brasil. Por este motivo existem inúmeros programas sociais que almejam diminuir o abismo entre classe dominante e classe dominada. O agir do Estado é um fenômeno típico de um contexto de direitos fundamentais de segunda geração.

As leis estaduais do Rio de Janeiro que regulam a reserva de vagas são claras ao afirmar que o conceito adotado para determinar se um indivíduo faz jus ou não à cota é o da autodeclaração. Mas esse critério **necessita** estar associado à questão econômica também. O legislador se preocupou em inserir os excluídos independente de suas influências genéticas. Ao falar em reserva para “negros” e reserva para “indígenas” está se preocupando em dar *status* a esses grupos que sofrem preconceito social. O vocábulo acaba por transcender conceitos fechados e adota uma carga axiológica mais ampla, pois não é possível determinar que um brasileiro não tenha influência genética ou cultural de origem afro ou indígena.

“(…) identidade racial fenotípica, semi aberta ou inconclusa, gera enormes dificuldades de autodefinições e de identificações étnico-raciais, posto que **a cor é apenas uma informação para se construir o edifício étnico-racial brasileiro, não é um fim em si mesma, mas apenas e tão somente um item neste processo.**”<sup>7</sup>

<sup>7</sup> PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades. Rio de Janeiro, 2013.



Portanto, por tudo que foi exposto é possível concluir que exigir que haja uma heterodeclaração ou que a autoidentificação seja avaliada por “técnicos” significa almejar uma eugenia às avessas, pois a autodeclaração é de caráter intrínseco e personalíssimo do indivíduo. Por isso, para atenuar possíveis fraudes a questão não é analisada somente sob um prisma étnico, mas também socioeconômico. É preciso que essas minorias estejam à margem social e economicamente. No fim, é o aspecto socioeconômico que definirá a situação daquele que opta pela cota, pois o parâmetro econômico é auferível.

### **Debate no Supremo Tribunal Federal**

O acórdão da ADPF 186 ainda não foi publicado, mas é de conhecimento público que o STF julgou **com unanimidade** a constitucionalidade das políticas de cotas na UnB. Acerca desta ação é importante destacar alguns trechos de votos que foram disponibilizados à época como o do Ministro Relator Ricardo Lewandowski e do Ministro Gilmar Mendes.

O Ministro Relator se posicionou da seguinte forma em relação a autoidentificação:

“Além de examinar a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, é preciso verificar também se os instrumentos utilizados para a sua efetivação enquadram-se nos ditames da Carta Magna.

Em outras palavras, tratando da utilização do critério étnico-racial para o ingresso no ensino superior, é preciso analisar ainda se os mecanismos empregados na identificação do componente étnico-racial estão ou não em conformidade com a ordem constitucional.

Como se sabe, nesse processo de seleção, as universidades têm utilizado duas formas distintas de identificação quais sejam: a **autoidentificação e a hetero identificação** (identificação por terceiros).

Essa questão foi estudada pela mencionada Daniela Ikawa, nos seguintes termos:

“**A identificação deve ocorrer primariamente pelo próprio indivíduo, no intuito de evitar identificações externas voltadas à discriminação negativa e de fortalecer o reconhecimento da diferença.** Contudo, tendo em vista o grau mediano de mestiçagem (por fenótipo) e as incertezas por ela geradas – há (...) um grau de consistência entre autoidentificação e identificação por terceiros no patamar de 79% -, essa identificação não precisa ser feita exclusivamente pelo próprio indivíduo.”



Tanto a autoidentificação, quanto a heteroidentificação, ou ambos os sistemas de seleção combinados, desde que observem, o tanto quanto possível, os critérios acima explicitados e **jamais deixem de respeitar a dignidade pessoal dos candidatos**, são, a meu ver, plenamente aceitáveis do ponto de vista constitucional.” (grifos acrescentados)

O Ministro Gilmar Mendes, por sua vez, enfatizou a questão social:

“A noção de “raça”, que insiste em dividir e classificar os seres humanos em “categorias”, resulta de um processo político-social que, ao longo da história, originou o racismo, a discriminação e o preconceito segregacionista. Como explica Joaze Bernardino, **“a categoria raça é uma construção sociológica, que por esse motivo sofrerá variações de acordo com a realidade histórica em que ela for utilizada”**. Em razão disso, **uma pessoa pode ser considerada branco num contexto social e negra em outro, como ocorre com “alguns brasileiros brancos que são tratados como negros nos Estados Unidos”** (BERNARDINO, Joaze, In: Levando a raça a sério: Ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 19-20).

De todo forma, é preciso enfatizar que, enquanto em muitos países o preconceito sempre foi uma questão étnica, **no Brasil o problema vem associado a outros vários fatores, dentre os quais sobressai a posição ou o status cultural, social e econômico do indivíduo**. Como já escrevia nos idos da década de 40 do século passado Caio Prado Júnior, célebre historiador brasileiro, “a classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos.” (PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense; 2006, p. 109).

(...)

Em 2005, o jogador de futebol Ronaldo – “O Fenômeno” -, presenciando as agressões racistas que jogadores negros estavam sofrendo nos gramados espanhóis, deu a seguinte declaração:” Eu, que sou branco, sofro com tamanha ignorância. A solução é educar as pessoas”. Tal declaração gerou grande repercussão no Brasil e obrigou Ronaldo a explicar o que ele quis dizer: “Eu quis dizer que tenho pele mais clara, só isso, e mesmo assim sou vítima de racismo. Meu pai é negro. **Não sou branco, não sou negro, sou humano. Sou contra qualquer tipo de discriminação**”. Ali Kamel utiliza esse acontecimento como exemplo das mudanças que estariam ocorrendo na mentalidade brasileira. **Alerta, dessa forma, que a crise gerada pela declaração do jogador é a prova de que estamos aceitando a tese da “nação bicolor”; que antes o discurso predominante era favorável à autodeclaração e que agora achamos que temos o direito de classificar as pessoas** (KAMEL, Ali. Não Somos Racistas? Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 139-140).



(..)

**A adoção de critério de análise do fenótipo para a confirmação da veracidade da informação prestada pelo vestibulando pode suscitar alguns problemas. De fato, a maioria das universidades brasileiras que adotaram o sistema de cotas “raciais” seguiram o critério da autodeclaração associado ao critério de renda.**

**A comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia ( Crer-ABA), em junho de 2004, manifestou-se contrária ao critério adotado pela UnB, nos seguintes termos:**

**“A pretensa objetividade dos mecanismos adotados pela UnB constitui, de fato, um constrangimento ao direito individual, notadamente ao da livre autoidentificação. Além disso, desconsidera o arcabouço conceitual das ciências sociais, e, em particular, da antropologia social e antropologia biológica. A Crer-ABA entende que a adoção do sistema de cotas raciais nas Universidades públicas é uma medida de caráter político que não deve se submeter, tampouco submeter aqueles aos quais visa beneficiar, a critérios autoritários, sob pena de se abrir caminho para novas modalidades de exceção atentatória à livre manifestação das pessoas”** (MAIO, marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de Cotas Raciais, os “Olhos da Sociedade” e os usos da antropologia: O caso do vestibular da Universidade de Brasília)

Defendendo a adoção do critério da autodeclaração no lugar da análise do fenótipo, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos concluem:

“A comissão de identificação racial da UnB operou uma ruptura com uma espécie de “acordo tácito” que vinha vigorando no processo de implantação do sistema de cotas no país, qual seja, o respeito à auto-atribuição de raça no plano das relações sociais. A valorização desse critério, próprio das sociedades modernas e imprescindível em face da fluidez racial existente no Brasil, cai por terra a partir das normas estabelecidas pela UnB” (MAIO, marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de Cotas Raciais, os “Olhos da Sociedade” e os usos da antropologia: O caso do vestibular da Universidade de Brasília)

(...)

**Assim, somos levados a acreditar que a exclusão no acesso às universidades públicas é determinada pela condição financeira. Nesse ponto, parece não haver distinção entre “branco” e “negros”, mas entre ricos e pobres. Como apontam alguns estudos, os pobres no Brasil têm todas as “cores” de pele. Dessa forma, não podemos deixar de nos perguntar quais serão as consequências das políticas de cotas raciais para a diminuição do preconceito. Será justo, aqui, tratar de forma desigual pessoas que se encontram em situações iguais, apenas em razão de suas características fenotípicas?** E que medidas ajudarão na inclusão daqueles que não se autoclassificam como “negros”? Com a ampla



adoção de programas de cotas raciais, como ficará, do ponto de vista do direito à igualdade, a situação do “branco” pobre? A adoção do critério da renda não seria mais adequada para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil? Por outro lado, até que ponto podemos realmente afirmar que a discriminação pode ser reduzida a um fenômeno meramente econômico? **Podemos questionar, ainda, até que ponto a existência de uma dívida histórica em relação a determinado segmento social justificaria o tratamento desigual.**”

O teor do voto do ilustre ministro é exatamente contrário a utilização do fenótipo como único critério para determinar se alguém faz jus ou não a uma vaga reservada. A crítica feita a esse aspecto da política de cotas da UnB não pode ser esquecida. É importante que haja a autodeclaração e que esta não necessite de chancela por parte de terceiros sob pena de autoritarismo. O **objetivo teleológico** da política de cotas é incluir aqueles que estão esquecidos e a margem da sociedade. A marginalização não tem cor; a pobreza não tem cor.

A política de cotas adotada na UERJ não se restringe somente a questão étnica, mas também ao caráter econômico. Na verdade, todo ordenamento elaborado sobre este tema (estadual ou federal) aglutinou os dois critérios. Ou seja, dizer que a vaga é para “negro” ou “índio”, frisa-se mais uma vez, tem intuito de dar *status* a esse grupo. É demonstrar que há política inclusiva para esta parcela da população brasileira que sofreu no passado. Contudo, não é absurdo dizer que a questão do fenótipo ou genótipo fica em segundo plano frente a questão socioeconômica e cultura porque a **marginalização, frisa-se mais uma vez, não tem cor.**

### Legislação

As ações afirmativas encontram seu fundamento de validade primeiro na Constituição e depois nas leis ou atos normativos infraconstitucionais. Desta forma, é importante a leitura da **Lei Federal 12.711/12**, **Decreto 7.824/12** que busca regulamentar a referida lei, **da Portaria nº 18 do MEC** e a **Lei Estadual 5.346/08**. O teor dos dispositivos citados são taxativos ao informar que será beneficiado pela cota aquele que se **autodeclarar** como um dos integrantes dos grupos tutelados pela política pública e **comprovar** sua situação financeira.

### Lei 12.711/12

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, **por**





**autodeclarados pretos, pardos e indígenas**, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (grifos acrescentados)

#### **Decreto 7.824**

Art. 2º **As instituições federais** vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam **vagas de educação superior** reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o **caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita**; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, **aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas**.

Art. 3º **As instituições federais** que ofertam vagas de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada **concurso seletivo para ingresso nos cursos de nível médio**, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o **caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita**; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE, que será reservada, por curso e turno, **aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas**. (grifos acrescentados)

#### **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 - MEC**

Art. 3º: As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação - MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para



estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o caput **serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;** e

II - proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, **será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.**

Da Condição de Renda

Art. 6º: **Somente poderão concorrer às vagas reservadas de que tratam o inciso I do art. 3º e o inciso I do art. 4º os estudantes que comprovarem a percepção de renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita.**(grifos acrescentados)

Além disso, no site do MEC na seção de “Perguntas Frequentes” relacionado a questão das cotas há o seguinte teor:

**10) Como será comprovada cor e renda declarados pelos candidatos?**

**O critério da raça será autodeclaratório**, como ocorre no censo demográfico e em toda política de afirmação no Brasil. **Já a renda familiar per capita terá de ser comprovada por documentação, com regras estabelecidas pela instituição e recomendação de documentos mínimos pelo MEC.**

**11) No critério racial, haverá separação entre pretos, pardos e índios?**

**Não.** No entanto, o MEC incentiva que universidades e institutos federais localizados em estados com grande concentração de indígenas adotem critérios adicionais específicos para esses povos, dentro do critério da raça, **no âmbito da autonomia das instituições.**

**Lei Estadual 5.346/2011**

**Art. 1º** Fica instituído, por dez anos, o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final nos exames vestibulares aos seguintes estudantes, desde que carentes:

**I - negros;**



## II - indígenas;

§1º Por **estudante carente entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio-econômico** do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio-econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais.

§3º O edital do processo de seleção, atendido ao princípio da igualdade, **estabelecerá as minorias étnicas e as pessoas portadoras de deficiência beneficiadas pelo sistema de cotas, admitida a adoção do sistema de auto-declaração para negros e pessoas integrantes de minorias étnicas,** e da certidão de óbito, juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço, para filhos dos policiais civis, militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, cabendo **à universidade criar mecanismos de combate à fraude.**

§4º **O candidato, no ato da inscrição, deverá optar por qual reserva de vagas estabelecidas no caput e nos incisos I ao V** do presente artigo irá concorrer.

§5º As **universidades estaduais, no exercício de sua autonomia, adotarão os atos e procedimentos necessários para a gestão do sistema, observados os princípios e regras estabelecidos na legislação estadual,** em especial:

**Art. 4º É mantido o procedimento de declaração pessoal para fins de afirmação de pertencimento à raça negra, devendo a administração universitária adotar as medidas disciplinares adequadas nos casos de falsidade.**

Por mais que o regramento federal não seja aplicável à UERJ (nível estadual) é importante que seja citado para fins de compreensão da política das ações afirmativas no âmbito da União. Ao comparar os ordenamentos é visível a compatibilidade no tocante a adoção do binômio **autodeclaração** associado com **questão socioeconômica** do candidato.

No tocante ao âmbito da autonomia da universidade (art. 309 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro) a UERJ instaurou e promoveu sua política de cotas. O regramento consta no Anexo 3 do Vestibular que assim determina:

### 1. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1.1 Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas, o candidato deverá:



a) **atender à condição de carência socioeconômica** definida como renda per capita mensal bruta igual ou inferior a R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) das pessoas relacionadas no Formulário de Informações Socioeconômicas;

b) **preencher os requisitos indicados no item 1.6 do Edital para um dos grupos de cotas.**

1.2 O candidato deverá informar, no momento da inscrição, durante o preenchimento do Formulário de **Informações Socioeconômicas**, os dados solicitados de todas as pessoas que residem em seu domicílio, inclusive as crianças, definindo, assim, o seu grupo familiar.

1.6 **A comprovação da condição de carência socioeconômica e dos requisitos necessários para ingressar por um dos grupos de cotas** dar-se-á pela análise da documentação indicada nos itens 2 e 3 e seus subitens deste Anexo, a ser encaminhada em envelope, juntamente com o Formulário de Informações Socioeconômicas, ao Departamento de Seleção Acadêmica (DSEA), localizado na rua São Francisco Xavier, nº 524, Pavilhão João Lyra Filho, 1º andar, bloco F, sala 1141, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20550-013, na modalidade de postagem registrada, no período indicado no calendário (Anexo 1).

1.7 **A análise da documentação comprobatória da carência socioeconômica e da opção de cota será realizada por comissões técnicas, respectivamente denominadas Comissão de Análise Socioeconômica e Comissão de Análise de Opção de Cota, sendo esta última subdividida por grupos de cota.**

1.8 **A Comissão de Análise Socioeconômica confrontará a documentação encaminhada com as informações prestadas no Formulário de Informações Socioeconômicas**, podendo utilizar, também, outros instrumentos técnicos, com o objetivo de confirmar a veracidade da condição de carência socioeconômica do candidato.

### **3. DA DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DA OPÇÃO DE COTA**

3.1 Se concorrente ao grupo de cota para estudantes oriundos da rede pública de ensino, o candidato deverá encaminhar, para comprovação de sua opção de cota, a seguinte documentação:

3.2 Se concorrente ao **grupo de cota para estudantes negros e indígenas, o candidato deverá encaminhar, para comprovação de sua opção de cota, a seguinte documentação:**

a) **para negros** – **autodeclaração específica**, conforme o modelo abaixo:

#### **DECLARAÇÃO**

De acordo com a Lei Estadual nº 5346/2008, eu (nome completo), inscrito no Vestibular Estadual 2012, sob o nº (inscrição), declaro, sob



as penas da lei, **identificar-me como negro**. (data e assinatura do candidato)

b) **para indígenas – autodeclaração específica**, conforme o modelo abaixo:

#### DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 5346/2008, eu (nome completo), inscrito no Vestibular Estadual 2012, sob o nº (inscrição), declaro, sob as penas da lei, **identificar-me como indígena**. (data e assinatura do candidato)

#### Conclusão

Por tudo que foi exposto fica evidente que não há parâmetros para certificar ou comprovar a opção de cota por autodeclarados negros ou indígenas, pois estes são fatores genéticas. O fato social e cultural é extremamente relevante e não pode ser desconsiderado ao “avaliar” a autodeclaração do indivíduo. Portanto, o art.4º da lei 5.346/2011 determina que será verificada a fraude por meio da análise do campo socioeconômico. A autodeclaração só seria fraudulenta se fosse redigida e assinada por terceiros. Não sendo o caso **não há que se questionar** a autodeclaração do indivíduo porque fatores externos que influenciam a sua decisão não são auferíveis por uma comissão por mais técnica e capacitada que esta venha a ser. As áreas especializadas (antropologia e ciências sociais) compreendem que a identidade de uma pessoa é reflexo do meio ao qual ela está inserida; é fruto de suas experiências culturais e sociais. Esses elementos não são perceptíveis em uma entrevista ou por meio de análise documental/fotográfica. Por isso a questão econômica é o norte a ser seguido, pois é completamente possível de ser apurada por estar no âmbito da área das ciências exatas e não das ciências humanas.



## BIBLIOGRAFIA

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**.

PETRUCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. **Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades**. Rio de Janeiro, 2013.

SABÓIA, Evandro Finardi. **Identidade e cultura: reflexões sobre auto identificação racial no Brasil**

SANDEL, Michel. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.





## **O ENSINO DO NEGRO E A HISTÓRIA DE AFRODESCENDENTES NO BRASIL NOS SÉCULOS XX E XXI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL.**

SOUZA, Hilma de Pinho.

Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em  
Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de  
Taubaté, SP.

hilmapiinho@hotmail.com

380

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto de estudo refletir sobre a importância do trabalho do Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, pois a História brasileira mostra a exclusão do negro do processo educativo. O ambiente escolar ainda é excludente com relação aos negros, antes tido como escravos, os quais são alvos de todo o tipo de preconceito, mas que tiveram papel fundamental na formação da sociedade brasileira. Tem como escopo demonstrar a importância da implantação da lei 10.639/03, que confere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira maior especificidade no tocante ao ensino de História e Cultura da África e afro descendentes. Por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento e análise documental de leis a respeito objetivando investigar os caminhos da formação da inferioridade ideológica do negro e as formas de resistência em busca de sua emancipação.

**Palavras-chave:** Diversidade Sociocultural. Inclusão. Educação Básica.

### **Abstract**

The present work has as study object to reflect on the importance of the work of Ensino de História and culture Afro-Brazilian and African in the Basic Education, therefore Brazilian History shows the exclusion of the black of the educative process. The pertaining to school environment still is exculpatory with regard to the blacks, before had as enslaved, which are white of all the type of preconception, but that they had had basic paper in the formation of the Brazilian society. It has as target to demonstrate the importance of the implantation of law 10,639/03, that it confers to the Law of Lines of direction and Bases of the Brazilian Education bigger especificidade in regards to the education of History and Culture of descending Africa and afro. By means of bibliographical research, survey and documentary analysis of laws the respect objectifying to investigate the ways of the formation of the ideological inferiority of the black and the forms of resistance in search of its emancipation.

**Word-key:** Sociocultural diversity. Inclusion. Basic Education.



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu do projeto de pesquisa dissertativa na Universidade de Taubaté/SP, e apresenta a finalidade de investigar a inclusão do negro e/ou afro descendente na escola pública por meio de um estudo da legislação vigente no Brasil ao longo dos séculos XX e XXI.

O estudo do tema pretende oferecer sua contribuição favorável ao processo de inclusão da diversidade na escola pública e analisar o que se tem realizado através das políticas de ações afirmativas e as lacunas que ainda existem na realidade da população negra e sua inclusão de fato nas relações que estabelecem na escola.

O tema abordado será dissertado por meio de uma pesquisa qualitativa e a metodologia utilizada será a coleta e análise documental de leis, decretos e normas brasileiras dos últimos dois séculos sobre o ensino e a história de afros descendentes e as políticas públicas de ações afirmativas da inclusão sociocultural.

O problema a ser discutido é a questão de como a legislação oficial influenciou a organização do ensino dos negros e afrodescendentes no Brasil nos séculos XX e XXI e as políticas públicas de ações afirmativas de inclusão se relacionam com as praticas pedagógicas contra o racismo?

A expectativa referente à efetivação da lei 10.639/03 no cotidiano escolar, cerne do trabalho, concebe a educação formal como um meio de ruptura das desigualdades raciais no Brasil. Sugere, pois que, o trabalho pedagógico fundamentado em um currículo que contemple a diversidade, dotado de consciência política vinculado à ação de educadores capacitados para a articulação didática na perspectiva das ações afirmativas só tem a contribuir para o fim das tensões raciais e com a supressão dos conteúdos eurocêtricos, por muito desarticulados com a realidade em sala de aula.

### Superando desafios

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela – 1995



Ao longo dos últimos séculos, a legislação brasileira tem caminhado para uma ampliação das possibilidades de acesso e de participação da população afro descendente no universo escolar. Exemplo disso é a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, e os pareceres e resoluções sobre educação das relações étnico-raciais – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana –, posteriores a essa e a Lei de Cotas nas Universidades Públicas para alunos Afro-Descendentes, Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, importantes passos institucionais nesse sentido.

Fazer o levantamento das normas que regulamentam estes processos da educação no Brasil é um caminho possível para compreender a própria história da educação e de como o Estado brasileiro vem tratando esta parcela significativa do grupo de cidadãos.

No geral os trabalhos sobre legislação e educação abordam a questão do ensino por meio de uma justificativa de que os povos teriam a capacidade de modificar o estado natural, a partir da racionalidade, pensamento este, corroborado, durante o século XVIII, nos pensamentos de Buffon, Voltaire, Diderot, Gobineau e outros iluministas uníssonos na disseminação de um discurso de superioridade da raça branca em face das raças negra e amarela.

Nesse trabalho focaremos na teoria da reprodução social de Bourdieu.

Para Bourdieu (1992) o ambiente escolar é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra, onde a herança familiar transforma-se em capital cultural, o que segundo ele, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Os alunos tendem a ser julgados pela quantidade e qualidade de conhecimento que já trazem de casa, bem como de seus predicados como a postura corporal e a habilidade de articulação com os outros.

Para Bordieu (1998) um dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto-alimenta, ou seja, os próprios alunos “mais pobres” acabam enfrentando a trajetória dos bem-sucedidos como resultado de um empenho recompensado.

De acordo com Nogueira e Nogueira (2009) em seus primeiros livros, Bourdieu, presumia a possibilidade de superar-se tal circunstância se as escolas admitissem a bagagem cultural que os alunos trazem de casa e partissem do zero, o que, infelizmente, só causou um

O ENSINO DO NEGRO E A HISTÓRIA DE AFRODESCENDENTES NO BRASIL NOS SÉCULOS XX E XXI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL - SOUZA, Hilma de Pinho.



aumento em seu pessimismo, pois passou-se a enxergar a competição escolar como incontornável.

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (BORDIEU, 1998).

De acordo com Bourdieu “às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 2004), condições essas que se configuram em uma relação de força que muitas vezes são ofuscadas pela legitimidade, o que acaba garantindo o sentimento de liberdade dos dominados.

Nesta perspectiva Nogueira e Nogueira (2009) asseveram que a educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel de instância transformadora e democratizadora das sociedades, que lhe fora atribuído, passando a ser vista como instituição por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais, tratando-se de uma inversão total de ponto de vista.

A Educação de forma geral, desde os primeiros fundamentos até os mais altos níveis de graduação, deve ser a base de um programa para a eliminação do preconceito que se “esconde” na história e até mesmo nas ações que se firmam em prol de uma convivência saudável entre iguais e diferentes; se é que a diferença exista, é nela que se instala a opção de se vencer os preconceitos no ambiente escolar para uma verdadeira inclusão da diversidade sociocultural.

Ao pensar-se na concepção de uma educação escolar que considere e valorize o capital cultural afro descendente, tem-se como objetivo discutir qual a importância da inserção de aspectos da história africana no currículo escolar brasileiro, pois para se ter uma história brasileira ampla e justa, é necessária a imersão na história e na cultura africana, visto que a sociedade brasileira resulta da imensa participação de africanos e afros descendentes, transmitindo conhecimento material e imaterial para a cultura brasileira (Cunha Junior, 2006).

De acordo com Nogueira e Catani (2013) observa-se que, do ponto de vista sociológico de Bourdieu, o capital cultural constitui o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. Sua sociologia se notabiliza, precisamente, pela diminuição que promove do peso do fator econômico, comparativamente ao cultural, na explicação das desigualdades escolares. Em um plano inicial, a detenção de capital cultural



favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos escolares, ou seja, o domínio maior ou menor da língua doutra, referência cultural considerada culta e apropriada, trazida de casa, facilitaria o aprendizado escolar na medida em que funcionaria como ponte entre o mundo familiar e o escolar. A educação para as crianças provenientes de meios culturalmente favorecidos, seria uma continuidade da educação familiar, enquanto para as outras crianças significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador.

É nesse contexto de ambiente escolar que o capital cultural de um povo é negligenciado e negado às futuras gerações por meio da educação. A escola tradicional, predominante no Brasil, restou como única possibilidade de aprendizado do colonizado, assim a memória que lhe impõe não é a de seu povo. A história de seus ancestrais é substituída pela História europeia de povos de pele e olhos claros. Aprende-se a língua do colonizador para participar, mesmo que minimamente, da vida social, pois apenas com a sua torna-se um estranho dentro de sua própria terra.

A língua do colonizado não possui dignidade nenhuma no país e nos concertos dos povos. Se o negro quiser obter uma colocação, conquistar um lugar, existir na cidade e no mundo, deve, primeiramente, dominar a estranha, de seus senhores (MUNANGA, 1996, p. 24).

Schwartz (2001) assevera que o preconceito racial no Brasil, acontece no nível da intimidade e não no aspecto formal, pois segundo a Constituição Brasileira de 1988, racismo é crime inafiançável, mas como se sabe os apelidos, a seleção por entrevistas, currículos que exigem fotos são ações cotidianas que instrumentam e permitem o preconceito.

Candau (2003) afirma que o cotidiano escolar é um espaço de diferentes relações sociais, as quais refletem a diversidade cultural da sociedade brasileira. Contexto esse, que nos apresenta diversos estilos, crenças, costumes, cores, etnias, pois a escola é um micro ambiente social, destarte as formas de relacionamento com o outro demonstram práticas sociais e mecanismos sutis de difusão do preconceito e estereótipos, ou seja, o ambiente escolar pode tornar-se local de reprodução do preconceito, exigindo-se uma reflexão sobre esses mecanismos que podem favorecer a naturalização desses preconceitos.

Ribeiro (2004) relata que o Brasil manteve uma permissividade perante a discriminação e o racismo, e até hoje são sentidos os reflexos, pois embora, de maneira “enrustida” ainda se haja como à época da escravidão. O decreto nº 13.331 de 17 de fevereiro de 1854 estabelecia



que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas do país e a previsão para a instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de professores.

De acordo com Fazzi (2006) não se tem exatidão na data em que o povo negro pôde compartilhar o ambiente escolar no Brasil, visto que mesmo antes da abolição, essa era uma prática não regulamentada de poucos senhores de engenho, que permitiam o estudo das crianças negras nas escolas em sua propriedade.

Essa situação se agrava quando se trata do ensino superior, pois diante de tal processo histórico, pode-se inferir que os processos de exclusão vividos pelo negro, desde a definição de sua “raça”<sup>1</sup> como inferior e a conseqüente suspensão de seus direitos, tornando-o cidadão de segunda classe, admitindo tal circunstância perante a sociedade. No entanto, o acesso e a permanência destes ainda são questões que fazem diferença quanto à etnia, como aponta Souza Alves (2007) citando Fazzi:

[...] os fenômenos brasileiros de baixa escolaridade média e da desigualdade educacional, que caracteriza a população no seu conjunto, atingem com especial gravidade aquela que se autocalifica como preta ou parda, a qual é particularmente desfavorecida. Enquanto os brancos possuem, em média, 6 anos de escolaridade, os pretos e pardos pouco ultrapassam 4. (FAZZI, 2006 *apud* SOUZA ALVES, 2007)

### ***Ações afirmativas do trabalho educativo perante as leis***

A Casa Civil da Presidência da República, em 9 de janeiro de 2003, outorgou a Lei nº. 10.639<sup>2</sup>, com o intuito de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a temática de “História e Cultura Afro-Brasileira”, estabelecendo-se o estudo da história da África e dos africanos, resgatando a contribuição desse povo nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à

---

<sup>1</sup> O termo raça é utilizado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) que o define como construído nas tensas relações sociais estabelecidas entre brancos e negros e é muitas vezes utilizado para informar características físicas como cor da pele, cabelo e não no sentido biológico.

<sup>2</sup> Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003).





História do Brasil (BRASIL, 2003).

Assim, institui-se a obrigatoriedade do ensino da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional na Educação Básica de todo o país, onde todas as escolas deveriam se adequar para o cumprimento desta política de reparação no prazo de até um ano, a partir da data da publicação da Deliberação.

De acordo com A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR, 2006) procura-se oferecer uma resposta, na área da educação, à demanda da população afro descendente, políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata-se, no sentido de políticas de ações afirmativas, de uma política curricular no combate ao racismo e as discriminações fundadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira.

O advento da Lei n.º 10.639/03 foi um grande passo. A seguir, a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, foi um mergulho de cabeça na questão, estabelecendo passos, ritmos, princípios e programas. Alguns ainda poderão dizer que isto é um racismo às avessas, que todos sempre tiveram direito à educação, que tudo é uma questão de mérito, etc, Mentira ou mistificação; de várias formas, direta ou indiretamente, velada ou abertamente, os negros-descendentes têm sofrido um processo de constrangimento e exclusão (SEED, 2006).

O povo negro vem lutando pelo seu reconhecimento ao longo da historia do país e por meio do Movimento Social Negro foi melhor visibilizado a partir de 1995, na Marcha Zumbi+10<sup>3</sup> em comemoração aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares

---

<sup>3</sup> Em novembro de 1995, no ano das comemorações dos trezentos anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, o movimento negro brasileiro realizou a Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. Uma manifestação que conseguiu reunir cerca de trinta mil pessoas, militantes do movimento negro e de outros movimentos sociais no dia 20 de novembro daquele ano em Brasília. A marcha influenciou os rumos da luta contra o racismo em nosso país. Nos anos seguintes o movimento negro é fortalecido e a questão racial negra passa a ser vista como um dos impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um Brasil sem racismo, justo e igualitário (COMITÊ IMPULSOR ZUMBI +10, 2005).



empreendida sobre a capital federal, onde buscam políticas de combate ao racismo por meio do estudo das reminiscências africanas no país.

Nesta perspectiva, o que faltava para dar subsídio a esta busca era uma legislação de caráter nacional, e com isso, a Lei 10.639 surge como forma de fazer valer o resgate da história e da cultura dos afros descendentes nos ambientes escolares, reconhecendo assim sua identidade étnica, que de acordo com Munanga:

A identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência.... É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação. (MUNANGA, 1999 *apud* SEED/PR, 2006, p. 18).

A implementação da Lei não dependeu apenas dos professores e dos demais membros da escola, e sim de um reconhecimento<sup>4</sup> da sociedade para fazer com que a lei acontecesse, permitindo aos alunos e ao resto da população afro descendente que se assumissem como cidadãos e fossem aceitos como pessoas “autônomas, críticas e participativas” (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a Educação assume a importância de fazer valer a Lei, afinal são nos ambientes escolares que irão acontecer os estudos sobre estes conteúdos, fazendo-se imprescindível a formação de novos docentes e capacitação dos antigos para trabalhar com os conteúdos pertinentes à educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

---

<sup>4</sup> Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL, 2004).



Com base na efetivação desta Lei, todos os professores, sejam negros ou brancos, devem conhecer e estar dispostos a buscar cursos de aperfeiçoamento e materiais que tratam a respeito do assunto, pois essa Lei não é só para os negros, e sim para toda a população que compõem o Brasil.

Em contrapartida os professores devem trabalhar os conteúdos da História da África e da presença do negro no Brasil de maneira positiva, sem deixar de retratar seu sofrimento na época da escravidão. Deve-se realçar a contribuição do negro na formação social e cultural do país, e assim desmistificar a idéia de negro “coitadinho” presente na sociedade e outras expressões, presentes em livros didáticos, que acabam ridicularizando e rebaixando esse membro da população.

Nesse contexto afirma Hélio Santos:

A história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são. Os fatos são apresentados por todos na sociedade como se houvesse uma preponderância absoluta, uma supremacia definitiva dos brancos sobre os negros. Assim o que se mostra é que o lado bom da vida não é nem pode ser negro. Aliás, a palavra negro, além de designar o indivíduo deste grupo étnico-racial, pode significar sujo, lúgubre, funesto, sinistro, maldito, perverso, triste, nefando, etc. (SANTOS, SD. *apud* SEED/PR, 2006).

Todavia, cabe ao professor, enfatizar os conteúdos pertinentes à Lei, destacando a riqueza da Diversidade Cultural e a beleza de cada etnia, bem como se necessita que todos os afros descendentes tenham orgulho de sua história e de sua cultura.

É preciso que os professores trabalhem com a individualidade das crianças. Elas serão tão mais sujeitos da história quanto mais forem sujeitos em seus quotidianos. Há que se valorizar aquilo que as tornam diferentes dos outros grupos que compõem a população. Destacar suas ancestralidades. Sempre que se pergunta a descendência dos alunos, todos os euro descendentes falam com brilho nos olhos, com orgulho de seus avós, detalhando inclusive de que parte da Europa vieram até o que faziam lá. Quando chega a vez do aluno(a) negro(a), não há o que dizer. Via de regra responde que o avô era francês, alemão, inglês e a avó índia, morena de cor, ou... brasileira (SEED/PR, 2006).

Dessa forma, os alunos negros poderão apreender um pouco mais sobre sua descendência e igualmente assumir sua negritude, afinal, acabam por não se declarar como negros pela vergonha de um povo que é visto na sociedade, devido a visão apresentada nos



livros didáticos, como um “[...] povo escravizado, como vítimas de castigos horríveis, como coitado, como miserável...” (SEED/PR, 2006).

Não se pode deixar de lado, neste contexto, o Continente Africano, o lugar de origem dos negros escravizados no Brasil, pois ele está carregado de estereótipos de inferioridade, que com a implementação dos estudos sobre a História e Cultura Africana, pode-se vislumbrar uma transformação em relação à sua História.

Na esteira das lições do SEED/PR:

Cabe agora, aos professores e professoras nas escolas de ensino básico recuperar a África das grandes civilizações, destacar a grandiosidade do império egípcio que perdurou por trinta séculos, da grande agricultura já desenvolvida há 6 mil anos antes de Cristo, do majestoso rio Nilo, das monumentais pirâmides, da escrita, do calendário de 365 dias, do excepcional desenvolvimento da perfumaria, de uma medicina muito desenvolvida para a época, da extraordinária técnica da mumificação, do eficiente sistema de navegação, das monumentais pirâmides, ainda hoje mistério e encantamento para o mundo todo (SEED/PR, 2006).

No entanto, contorna-se um **desafio**<sup>5</sup>, a preparação por meio de estudos, leituras e pesquisas por parte dos docentes, além de que as escolas devam organizar livros, palestras, filmes e tudo o mais que for necessário para romper o atraso, fornecendo subsídio a estes, pois de nada adianta ter uma Lei e para fazê-la acontecer a escola não se dispuser de recursos para tal ensino.

Cabe também aos educadores liderar a luta para que as mantenedoras de estabelecimentos de ensino garantam condições humanas, materiais e financeiras para a execução de projetos que tratem da Educação das relações

---

<sup>5</sup> **Desafio**, esta é a melhor expressão para definir a responsabilidade de elaborar um marco conceitual capaz de orientar as inúmeras iniciativas – de produção áudio-visual, recursos pedagógicos à capacitação de professores – que compõem o projeto “**A Cor da Cultura**”. Esse desafio se torna ainda mais expressivo quando nos dispomos a sugerir um marco conceitual para a história do negro Brasil. Em cinco séculos de história, a experiência de africanos e de seus descendentes foi sendo consolidada nos mais diversos aspectos da sociedade brasileira. Genericamente, a alusão à influência africana na cultura brasileira é sempre ressaltada como uma das mais sólidas demonstrações do quanto seria impossível falar de cultura brasileira sem mencionar as matrizes africanas que a compõe (SANT’ANNA, 2005– grifos do autor).



étnico-raciais (SEED, 2006).

Dessa forma, a lei não objetivou acabar com o preconceito racial, e sim proporcionar uma educação onde todos possam conhecer e valorizar a história e cultura do negro como sujeito pertencente a nossa sociedade, passando a vê-lo como cidadãos merecedores de respeito assim como os demais.

390

### *O ensino de História da África e as novas bases para a educação escolar*

Serrano e Waldman (2007) argumentam que compreender e contextualizar as informações sobre os aspectos do continente africano é, indubitavelmente, um exercício crítico, aonde existem visões estereotipadas cultivadas contra seu povo e suas regiões. O imaginário europeu devotou um amplo leque de injunções desqualificantes para ele. Mais do que qualquer outro continente, acabou encoberto por um manto de preconceitos, que, ainda hoje, marca a percepção de sua realidade, sendo condenado ao papel de espaço periférico da humanidade. Estes autores ainda revelam que o discurso europeu a respeito do continente africano é antigo, onde se pode localizar um variado conjunto de elaborações socioculturais. Na realidade, os mecanismos simbólicos de sua exclusão remontam de muitos séculos, estando profundamente enraizados no legado cultural europeu. É a partir desse passado remoto que se estratificou o preconceito cultivado, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos negros africanos.

Cunha Júnior (1998) afirma que o continente africano foi, inegavelmente, o mais desqualificado pelo pensamento europeu. É notório que o mundo ocidental construiu o seu relacionamento com as populações extra-européias com base em preconceitos de todo tipo. Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo do tempo em decorrência de diferentes formas de relacionamento estabelecidas com os seus povos, é indiscutível que este continente tenha sido naturalizado pelo pensamento ocidental com imagens negativas e excludentes.

O embrião dessas concepções discriminatórias se remete às formulações dos antigos gregos e romanos de que a África compreendia as terras habitadas por povos de idioma



berbere<sup>6</sup>, referindo-se a povos cujas características são, em alguns contextos, discrepantes entre si, como países da área do Magrebe - Sahara - Sahel: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Níger, Mali, Burkina-Faso e Mauritânia, costumeiramente mencionados nas crônicas e documentos do Império Romano. O termo berbere deu origem à palavra, bárbaro, para identificar as populações cuja língua e cultura eram consideradas inferiores em relação às greco-romanas, consideradas como padrão hegemônico (SERRANO. WALDMAN, 2007).

Na modernidade, a humilhação da África relaciona-se intimamente às demandas da sociedade capitalista ocidental, que proporciona ao continente a condição periférica do sistema de produção de mercadorias. Desse modo, se, no período do mercantilismo lhe foi reservado o papel menor de fornecer mão-de-obra compulsória para a monocultura açucareira e para a extração de metais e pedras preciosas, com a hegemonia do capitalismo industrial, o continente é novamente inferiorizado pela condição de manancial de mão-de-obra barata e de fornecedor de matérias primas para as potências industriais.

Mais uma vez, a África foi alvo da política de hierarquização do conhecimento imposto pelas expectativas do mundo europeu e, agora, a constituição do discurso desclassificatório voltado a ela é de que não era civilizada, cabendo ao europeu levar-lhe a civilização, sendo assim inteiramente retalhada e distribuída entre as potências coloniais, que reorganizaram o espaço africano aos seus interesses, ignorando todo e qualquer arranjo espacial anterior.

Segundo Serrano e Waldman (2007), com exceção da Etiópia, a totalidade do continente ficou de uma forma ou de outra, sob os interesses econômicos e políticos do imperialista ocidental. Não sem motivo, a África passou a ser conhecida como o continente colonial por excelência.

Atualmente, o continente continua dominado pela pobreza, subdesenvolvimento, doenças, guerras entre os grupos sociais ali viventes, golpes de Estado contínuos, analfabetismo, refugiados da seca e da falta de perspectivas. Em um mundo desigualmente unificado pela globalização, como todas as desprezadas regiões meridionais do planeta, ainda integrando a periferia de flagelos sociais.

---

<sup>6</sup> O termo não designa nenhuma etnia, diz respeito a um grupo linguístico composto de 25 ou 26 línguas e cerca de trezentos dialetos pertencentes à família linguística afro-asiática. São línguas faladas pelos povos berberes, que vivem, sobretudo no Norte de África (DAMÁSIO, 2011).





Como se viu, todas as construções formadas sobre a África nunca se distanciaram da pretensão de dominá-la e de configurá-la como contraponto de uma Europa que se atribuía um papel dominante. Ademais, para submeter o que quer que seja, é necessária, antes de tudo, a iniciativa de concretizar-se no nível do imaginário europeu, habilitando, desse modo, a invasão de uma ideologia de dominação.

### Considerações Finais

Após a exposição do contexto histórico e atual da situação discriminatória por que passam os negros e afros descendentes no Brasil apontamos a necessidade de um trabalho pedagógico fundamentado em um currículo que contemple a diversidade, dotado de consciência política; vinculado à ação de educadores capacitados para a articulação didática na perspectiva das ações afirmativas só tem a contribuir para o fim das tensões raciais e com a supressão dos conteúdos eurocêntricos por muito desarticulados com a realidade em sala de aula. Esta pesquisa trabalhará com a necessidade dos professores compreenderem a real importância desta Lei 10639/03 e suas orientações exposta ao longo do trabalho, para que conhecendo a história e cultura dos negros se possa construir uma sociedade menos preconceituosa e uma real valorização destes povos, a fim de minimizar o preconceito racial existente na sociedade construído ao longo da história.

### REFERÊNCIAS

- BORDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 26 jul. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 26 jul. 2014.
- CANAU, V. L. (Coord.). *Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COMITÊ IMPULSOR ZUMBI +10. *Manifesto Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida*. Brasília, 22 de Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=771>. Acesso em: 26 jul. 2014.



- FAZZI, R. C. *O drama de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (1ª reimpressão)
- MUNANGA, K. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ática, 1996. (Série Princípios).
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) *Pierre Bourdieu: Escritos em Educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. *Bourdieu e a educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2009.
- SANT'ANNA, W. *Marco conceitual do projeto "A cor da cultura"*. 2005. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/Marco%20Conceitual.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2014.
- SCHWARCZ, L. M. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL. *História e cultura afro-brasileira e africana: educando para relações étnico-raciais*. Curitiba: SEED/PR, 2006. (Cadernos Temáticos).
- SERRANO, C. WALDMAN, M. *Memórias d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.



## **MULHER NEGRA É SERVIÇAL – A VERDADE DAS IMAGENS DE UMA REVISTA PARA JOVENS**

OLIVEIRA, Iris Agatha de  
Pesquisadora e Mestre em Memória Social

394

### **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo trazer à discussão as ilustrações da matéria “O Gosto Brasil” da revista Superinteressante, veiculada pela Editora Abril S/A, em dezembro de 2013. A publicação exibiu a reportagem sobre os esforços de empresas multinacionais em atender as preferências dos consumidores brasileiros. Esta traz a assinatura do editor Emiliano Urbim, e ilustrações de Alexandre Jubran. A matéria, ilustrada em desenho, tem três cenas com as mesmas personagens. São duas mulheres: uma de pele escura, outra de cor branca; e um homem também branco. Em dois cenários, a negra representa a serviçal e os brancos são os servidos. Com o presente artigo, pretendemos problematizar a relação entre o discurso imagético e o discurso verbal publicitário da revista, que proclama dizer a verdade. Nesta linha, usamos recursos conceituais de verdade, discurso, memória e identidade.

Palavras-chave: Mídia – mulher preta – preconceito racial

### **ABSTRACT**

This work aims to bring to discussion the illustrations of matter "Taste Brazil", published in issue number 326 of the magazine Superinteressante conveyed by Editor Abril S / A. In December 2013, went to the stalls and to subscribers to the publication, showed a report about the efforts of multinational companies to meet the preferences of Brazilian consumers. The article bears the signature of the editor Emiliano Urbim, and graphics Alexandre Jubran. The report-illustrated design has three scenes with the same characters. Are two women, one dark-skinned, the other white; and a man also white. The black is the servant and whites are served. In this article we discuss the speech imagery with verbal discourse of the magazine that proclaims tell the truth. In this line, we use conceptual resources of truth, discourse, memory and identity.

Keywords: Media - black woman - racial prejudice



## Introdução

Em dezembro de 2013, a edição nº 326 da revista Superinteressante publicou a reportagem “O Gosto Brasil” que ocupou seis páginas com textos e ilustrações. A matéria, sob a edição de Emiliano Urban, inicia com página dupla na qual se destacam as ilustrações de Alexandre Jubran. Trata-se do desenho de uma mulher de pele escura, que seria classificada como mulata – segundo critérios brasileiros de fenótipos miscigenados – segurando duas bandejas: em uma estão talheres, em outra, café e salgados (assemelham-se a pães de queijo); ao fundo um casal de pele branca em pose romântica. Ao visitarmos a seção de publicidade do portal da Superinteressante<sup>1</sup>, somos informados de que:

A **SUPERINTERESSANTE** é a maior revista jovem do País. Ela inova nas pautas com abordagens criativas para os temas que todos estão discutindo e antecipa tendências, contando para o leitor, em primeiríssima mão, aquilo que vem por aí. **SUPERINTERESSANTE** é a revista essencial para entender este mundo complicado em que vivemos, ajudando a separar a verdade do mito, o importante do irrelevante, o novo do velho – tudo de forma surpreendente, provocativa e ousada. (<http://super.abril.com.br/>)

Também nesta seção, a editora Abril divulga que, segundo pesquisa da Projeção Brasil de Leitores consolidado 2013, a Superinteressante tinha, naquele ano, a média mensal de 2.155.767 de leitores, para uma tiragem de 409.601, sendo que 241.492 foram vendidas por assinaturas e 69.819 em venda avulsa. Nas bancas, livrarias e similares, o exemplar custava R\$ 13,00. A assinatura anual da edição impressa saía por volta de R\$ 180,00, podendo ser paga em oito prestações.

Em sendo corretas as informações da Editora Abril, – e a princípio não há por que duvidar – a revista tem uma certa circularidade entre os seus compradores, transformados, portanto, em multiplicadores das informações por ela divulgadas. Ou é lida por um grupo familiar ou de amigos, provavelmente, por uma maioria de jovens estudantes. O “mundo complicado” ao qual se refere, presume-se, é o mundo acadêmico, científico, que na revista é traduzido em linguagem coloquial, usando gírias, inclusive, como na seção “Papo”, da versão impressa. Na página 36, do mesmo

<sup>1</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/>.



exemplar 326, apresenta o engenheiro luso britânico Antonio Espingardeiro, especialista em robótica, que testa um protótipo para melhorar a qualidade de vida dos idosos, particularmente da própria avó.

Tratamos neste artigo de ilustrações, de imagens, abordadas como discurso, cuja propriedade é a produção de sentidos. Seguimos, desta forma, Tânia Clemente de Souza (2001), para quem a imagem constitui-se em texto, em discurso, portanto informa, comunica, produz sentidos. Ainda segundo a linguista, em sendo um texto não-verbal, entre o olhar, a imagem e a possibilidade de recortes na sua visualização, opera-se um efeito de sentidos resultado das formações sociais nas quais se situam o autor da imagem e quem a vê.

Do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a (...) partir do simbólico, da iconicidade. Ler uma imagem, portanto, é diferente de ler a palavra: a imagem significa não fala, e vale enquanto imagem que é. Entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação dos elementos visuais. (Souza, 2001)

Eni Orlandi (1994) considera que uma Análise de Discurso não procura “conteúdos” ideológicos ocultantes de uma realidade e sim a investigação dos processos discursivos da produção de sentidos organizada pela ideologia e pela linguagem. Orlandi argumenta que o sujeito se relaciona com a linguagem de forma interpretativa; tanto o emissor quanto o receptor de texto verbal ou não verbal interpretam-na objetivando apreender o que se quis dizer. E tal interpretação é determinada pela referência a outros discursos, pela materialidade da língua na história. Ela explica que a noção de imaginário adquire lugar específico na AD por que é ele, o imaginário, que estabelece a relação direta entre a linguagem e o mundo. Ou seja, ao entrar em contato com um material linguístico, ao ler ou escrever, ouvir ou falar, ao compô-lo ou olhá-lo, o autor ou o receptor fará uso da dimensão imaginária dada pelo discurso para relacioná-lo à realidade. Isso porque

todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. (Orlandi, 1994)



Vamos relacionar o discurso publicitário da revista à matéria em questão, “O Gosto Brasil”, que ocupa as páginas de número 66 a 71. Foi publicada na edição mensal de nº 326, e disposta nas bancas de jornais, aos assinantes e em lojas em dezembro de 2013. Na auto apresentação, a “Super” afirma que serve como esteio a seus leitores, ao “separar a verdade do mito, o importante do irrelevante, o novo do velho”.

Os textos da matéria tratam de comida – macarrão, café, pizza – serviço de restaurante, cosméticos, produtos de beleza e higiene, automóvel. Na primeira das três páginas duplas, a ilustração em desenho tem como cenário uma lanchonete. Quem serve a refeição e os talheres é uma mulher preta – com fenótipo “atenuado” pelo afinamento do nariz e lábios carnudos, de médio volume –, cabelos crespos encaracolados, com olhar sensual (à meia pálpebra). O desenho indica que ela seja empregada do estabelecimento, pois veste-se de uniforme semelhante ao característico de doméstica (vestido preto e avental branco) cuja blusa deixa entrever parte dos seios volumosos. A diagramação, ou seja, a distribuição do desenho e as caixas de texto verbal, faz da figura negra o ponto central da página e o espaço destinado a ela é semelhante ao ocupado pela informação escrita. O olhar do espectador captará ao fundo da imagem, por trás da negra – que, pela postura, presume-se que está em pé –, um casal branco. Em pose de intimidade, ela traça um vestido, meias finas e sapato de salto alto; o homem veste terno e gravata.





As páginas 66 e 67, iniciais da reportagem da Superinteressante.

É importante enriquecer a discussão com o estudo de Ernest Fisher<sup>2</sup>, na comparação entre figura e fundo em artigo de Flavia Simonini Paradella. A explicação é que uma figura se destaca do fundo pela atenção que desperta no observador.

A atenção sobre a FIGURA ocorre pelas características próprias do objeto ou por características presentes no observador. O contraste é o responsável pela distinção entre a FIGURA e o FUNDO. Contraste que pode ser formal, pela qualidade da superfície ou pelo significado da FIGURA. A FIGURA possui algo formalmente diferente em relação ao contexto sobre o qual está colocada. Pode ser um formato diferente, uma cor, uma textura etc. Com relação ao observador, as motivações pessoais podem ajudar a destacar uma FIGURA em relação ao seu contexto. (Paradella, ano desconhecido)

A figura central e o fundo de cena também representam contraste, como observam Karen Cristina Kraemer Abreu e Marilene Aparecida Pinheiro dos Santos ao discorrerem sobre “A Linguagem Visual Aplicada a Anúncios Publicitários”. Elas citam a formulação de Alves (2010), destacando que “o contexto no qual é apresentado um objeto pode influenciar nossa percepção, os objetos são percebidos em relação ao seu

<sup>2</sup> Este texto é a adaptação de um capítulo do livro: A Necessidade da Arte, de Ernest Fisher. Tradução – Leandro Kondel. Ed. Guanabara (1987). MULHER NEGRA É SERVIÇAL – A VERDADE DAS IMAGENS DE UMA REVISTA PARA JOVENS – OLIVEIRA, Iris Agatha de.



fundo, e essa relação faz que o indivíduo chegue a um julgamento”. E a ilustração abre tal possibilidade de (talvez imponha) influência ao observador atento, que pode apreender o contraste entre a garçonete e a moça ao fundo. Enquanto a primeira estaria no cenário por necessidade, alternativa, servidão, a outra estaria por prazer, opção, para ser servida. A servil é negra; a servida é branca. A negra subserviente sobressai no contexto social resumido no ambiente da imagem.

Retornamos ao texto publicitário da “Superin” no trecho que diz a revista separar “a verdade do mito” para questionarmos sobre esta “verdade”; quem a constrói, qual a perspectiva de quem a constrói, qual a posição social de quem a constrói, de que perspectiva afirma-se o que é verdadeiro. A nos determos na literalidade dos termos, existe uma só verdade, a “verdade” delimitada pela revista. Em “Microfísica do Poder”, Michel Foucault (2004) discute os efeitos de poder que a verdade é capaz de gerar; e denomina “regime da verdade”, uma composição de regras que ditam a distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso. A preocupação do filósofo francês é com o papel econômico-político que a verdade desempenha, já que a verdade não existe fora do poder ou sem poder, afirma. Na concepção de Foucault, a verdade pertence a este mundo, e nele produz efeitos regulamentados de poder graças a múltiplas coerções. O filósofo formula ainda que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros: os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 2004)

Do ponto de vista histórico, a “economia política” da verdade elencada por Foucault (2004), liga-se diretamente a este artigo. Podemos apontar três procedimentos. O primeiro é que a verdade é um objeto constituído de várias formas; e é difundida e consumida no corpo social, em grandes proporções, ao circular nos aparelhos de educação e de informação. A segunda característica é que ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de grandes aparelhos políticos ou econômicos, tais como a universidade, o exército e os meios de comunicação. A terceira é que é um elemento de lutas ideológicas em debates políticos e confronto social.



Cabe a nós questionarmos, então, que sociedade é esta, brasileira, em que vivemos, e qual seu regime de verdade, especificamente, em relação à população de pretos e pardos. Será desnecessário retroceder ao tempo do escravagismo. Basta-nos partir dos anos de 1970 para captarmos o regime de verdade da sociedade brasileira. Na década mencionada, emergiram diferentes e (até) divergentes manifestações do Movimento Negro moderno como classifica o antropólogo Júlio Cesar Tavares (2008).

No início daquele decênio, sob o regime de ditadura militar, o mito da “democracia racial” no País tornou-se um dogma (Telles apud Jaccoud, 2008, p.56) com a afirmação do ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza. Afirmava ele não serem necessárias medidas no sentido de “assegurar a igualdade de raças no Brasil”, em razão da inexistência de discriminação contra pretos e pardos. Porém, casos de preconceito e discriminação eram noticiados nos jornais e anúncios de empregos em classificados que exigiam como condição a uma vaga o requisito “boa aparência”, considerado uma barreira à admissão às pessoas de pele escura e fenótipo não europeu.

Em 1979, o sociólogo Carlos Hasenbalg publicou o resultado de longa pesquisa sobre situações de preconceito e discriminação racial ocorridas e noticiadas em jornais durante toda a década de 1970. Sobre a democracia racial, Hasenbalg afirmava que mesmo os brasileiros brancos mais esclarecidos haviam aderido àquela ideologia que tinha por preceitos a negação da existência de discriminação e toda a expressão de discriminação racial manifestada deveria ser vista como estranha, como não-brasileira.

Em sua crítica àqueles brancos, o sociólogo classificou como “verdadeiro culto da igualdade racial”, que resultava, entre outras consequências, no apagamento da questão racial nos debates sobre desigualdades sociais, atribuindo às manifestações de preconceito contra os pretos a diferenças de classe e não de cunho racial. Na análise de Hasenbalg, tal ideologia de igualdade seria a grande responsável pela apatia política do Movimento Negro. Ela englobaria vários fatores que impediriam a solidariedade e a mobilidade ascendente do segmento étnico subordinado.

Outro fator resultante do mito da democracia racial seria a inibição e reprovação de demonstrações explícitas de discriminação que, no entanto, seria sobreposta por um tipo sutil e disfarçado de discriminação. Este cumpriria o papel eficaz de garantir “o baixo nível de mobilização política dos negros brasileiros”. Tem mais: o dogma oficial da democracia racial teria dispensado a legalização da segregação



racial após a abolição da escravatura, “fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção”. (Hasenbalg, 1979, p 201, 246)

A narrativa da universitária Tais Telles corrobora as duas formulações de Hasenbalg. A aluna contou com a solidariedade dos colegas que repudiaram o racismo contido na inscrição anônima referente a ela com nome e sobrenome. Xingaram-na de "preta", "macaca" e "safada" – em um cartaz afixado atrás da porta de um banheiro do Departamento de Geografia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Presidente Prudente, onde estuda. O Coletivo Mãos Negras, criado naquela universidade para discutir a valorização dos negros, recebe vários tipos de denúncias, informa Tais. Como sobre alguns professores que não permitem aos alunos usarem autores africanos em seus trabalhos sob o argumento de que estes "não são reconhecidos". Tais lamenta ainda que, apesar de cursar licenciatura em geografia, não teve nenhuma aula sobre África ou cultura afro-brasileira, quando desde 2003, a Lei 10.639 obriga o ensino da história da África.

Pelo relato da estudante, presumível é que existam verdades construídas no interior de ambiente acadêmico, a universidade – local instituído para observar, pesquisar, construir, repassar, multiplicar, questionar, forjar conhecimento. Essas verdades se manteriam veladas, mas capazes de irromperem em momentos indeterminados. Uma delas teria sido revelada nas ofensas escritas por um colega universitário, por um professor, um funcionário ou até um visitante. Segundo esta verdade, pessoas de cor seriam indignas de frequentarem o ambiente universitário, supostamente degrau para ascensão social. Pelos dizeres do manifesto racista anônimo, “preta”, “macaca”, “safada” são significantes tornados verdadeiros por teorias racialistas e no imaginário preconceituoso. A pele preta foi tornada símbolo de inferioridade mental e intelectual; macaca encerra a similitude da irracionalidade, a desumanização; safada teria conotações como desonestidade e lascívia que se atribuiu às mulheres negras e mestiças sobre o que falaremos mais adiante. Seres com tais atributos não deveriam estar presentes em local reservado à construção do saber e, segundo o inominado cartaz, aquele local é reserva do segmento branco, de posição social e intelectual elevada. Portanto, os pretos estariam fora de lugar.



A segunda verdade é a expressão do pensamento de professores daquele ambiente e a rejeição que demonstram à cultura africana, no caso específico, a difundida por seus expoentes intelectuais, ignorados e recalcados pela ideologia eurocêntrica aplicada à geração do conhecimento. A gênese dos discursos racistas, na visão de Sodré (1988) surge na operação de produção de um “outro” pela identidade europeia, criado pela força comparativa ocidental,

repelido ou segregado nos momentos em que se odeia a diferença (as fases agudas da consciência racista) e tolerado ou preservado sob o princípio do direito à diferença) nos instantes de boa consciência ou de necessidade de acomodação civil. (Sodré, 1988)

O fato é que "ser uma mulher negra não é simplesmente ser uma mulher", sentencia a escritora Conceição Evaristo (2013). É sinônimo de constrangimento constante e em diferentes ambientes e situações. Esta militante do Movimento Negro atual classifica como miseráveis privilégios sociais, privativos da mulher branca, que tem suas implicações na luta feminista.

Se nunca te perguntaram se a “patroa” estava em casa, quando você foi atender alguém no portão da residência onde mora; se você nunca reparou que foi vigiada por seguranças ao entrar em um Shopping Center; se você nunca se preocupou com o fato de um porteiro ou inquilino te mandar entrar pela área de serviço do condomínio privado em que mora uma amiga; se provavelmente você jamais buscou saber dos estudos que comprovam que os professores tendem a tratar melhor e dar maiores notas aos alunos e alunas brancas; ou se jamais notou que, à medida que sua escolaridade aumentava, existia cada vez menos meninas negras sentadas ao seu lado, sinta-se uma miserável privilegiada, pois provavelmente você deve ser branca. (...)

Agora, você já se perguntou por que te chama a atenção o fato de que a maioria das doutoras da faculdade tinha a pele clara? Ou por que sua ginecologista, dentista e psicóloga nunca eram negras? (Evaristo, 2013)

O questionamento da escritora evidencia o imaginário embutido de ideologia preconceituosa, de uma sociedade que não concebe a possibilidade de pessoas negras – mesmo que em pequeno número relativo à população brasileira – ascenderem socialmente; terem maior possibilidade de aquisição de bens e serviços, habitarem em regiões privilegiadas por ofertas de serviços públicos. É a verdade ilustrada na revista, na figura da negra ainda subserviente, em 2013.

As páginas centrais da reportagem requerem uma análise à parte. Sendo assim, passamos às páginas finais, nas quais reafirma-se a defasagem de status social entre a





mulher preta e a branca. A negra, de pé, é frentista do posto de gasolina, mão de obra não qualificada. Ela abastece o carro, um cadillac, no qual, no banco do carona está sentada a loura sorridente se refrescando ao abanar-se com um leque; enquanto a preta trabalha.



Páginas 70 e 71 da Superinteressante.

Ao nos remetermos ao discurso verbal da revista, que “separa a verdade do mito, o importante do irrelevante, o novo do velho” e visualizarmos a ilustração acima, é possível “ler” na imagem a contradição editorial da revista. Ela não separaria. Estaria, com seu próprio imaginário, com seu próprio discurso, desmentindo o mito da democracia racial ao mesmo tempo que estaria exprimindo, confirmando e difundindo o preconceito contra os negros. Como se vê nas ilustrações, neste imaginário de preconceito, a preta não teria um par, não seria servida por uma garçonne branca, não poderia ser proprietária nem companheira do dono de um carro de luxo. Neste imaginário não seria a mulher branca a servi-la.





Páginas 68 e 69. As linhas das caixas de textos indicam: cuidados para os cabelos às brancas. Desodorante para a mulata evitar o mal cheiro.

As páginas intermediárias da reportagem, de número 68 e 69 (este último remetente à metáfora de posição sexual) são instigantes. Mais uma vez, a figura central é a mulata. O texto versa sobre produtos para os chamados cuidados pessoais de higiene: sabonetes, desodorantes, lâminas de barbear, xampu e condicionador. O cenário é o banheiro e as personagens são uma mulher branca, a mulata e o homem branco.

Nos boxes que abrigam os textos, chamamos a atenção para dois deles: acima, à esquerda, uma linha indica que a “manutenção capilar” com tinturas, hidratantes, xampu e condicionador é recomendado às mulheres de cabelos lisos. Já embaixo, também à esquerda, a caixa de texto sobre o “desodorante de alta performance” tem uma linha direcionada à axila da mulata. A primeira frase do texto diz: “Andar mal cheiroso é imperdoável na nossa cultura” – brasileira. Mais uma vez, a figura da mulata centraliza a página dupla da reportagem.

Souza (2001) concebe que, ao contrário da convenção ocidental, em que a leitura de um texto verbal, segue uma direção única, da esquerda para a direita. (Acrescentamos a este pensamento a possibilidade das leituras convencionadas também no Oriente, em que a decodificação das palavras segue o ritmo da direita para a



esquerda ou mesmo na sequência vertical, como no caso dos japoneses.) Em se tratando da leitura da imagem, Tânia de Souza (Ibid.) formula que ela é multidirecional, “uma imagem não produz o visível; torna-se visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar”. Então, como o jovem – público-alvo da revista – interpretaria esta cena? Qual aspecto lhe surtiria efeito de sentido? Qual sentido? E que tipo de efeito?

Objeto de estudos de viajantes estrangeiros no século XIX e de pesquisadores brasileiros, a sexualidade da mulata sempre foi assunto para escritores, poetas, compositores musicais e para maledicências. Gilberto Freyre (2000) cita um dos mais cruéis ditados populares: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar” (Freyre, 2000, p. 85). Queiroz Júnior (1975), que dedicou um ensaio à mulata brasileira argumenta que

Pressionada pela sufocação do cativo e cercada pela cobiça de seus senhores, compreende-se que a mulata terminasse, em certos casos, por explorar seus dotes físicos como recursos de autoafirmação e como meio de libertar-se de fato, quando não chegava a uma libertação de júri, da sujeição total em que se encontrava a escrava. (Queiroz Júnior, 1975, p. 26)

A mulata estaria indefesa para a lascívia de seus proprietários que, quando solteiros, tinham sua iniciação sexual com as negras e mestiças. O objetivo era resguardar a virgindade das moças brancas. Quando casados, saciavam sua libido com as escravizadas a fim de preservarem a moral patriarcal-cristã. Acrescentamos que nos centros urbanos, as cativadas mais jovens e consideradas bonitas eram mandadas às ruas para a prostituição. A finalidade era aumentarem a renda dos senhores, nos informa Soares (2007, pp. 178 e 179).

Mas é intrigante o fato de a mulher preta estar na banheira, nua, no centro da imagem; que à esquerda uma mulher branca, também nua, esteja sentada em uma cadeira, cobrindo parcialmente o corpo com uma toalha; e à direita, um homem sorridente, vestido com um roupão de banho, a se barbear frente ao espelho, pelo qual, deduz-se, tenha o domínio do campo de visão onde estão as duas mulheres. Em relação a esta cena, apoiamo-nos em Queiroz Júnior (Op. cit.), que recorre às narrativas do sociólogo francês Roger Bastide para explicar que a mulher branca, durante o regime escravista no Brasil, mantinha um “amor lésbico” com escravizadas. Bastide teria citado



diversos exemplos daqueles relacionamentos em “Psicanálise do Cafuné”<sup>3</sup>, baseado em pesquisas nos apontamentos do Santo Ofício.

A Superinteressante informa sobre si mesma ser “a maior revista jovem do País”. Ou seja, é uma revista destinada a jovens; seu público-alvo são os jovens. E, em sendo “a revista essencial para entender este mundo complicado em que vivemos”, como afirma, a publicação explica o mundo aos jovens com a sua verdade: a mulher negra situada em posição subalterna, intelectual, social e economicamente inferior à da branca.

Jean Davallon (1999) recomenda que consideremos a eficácia simbólica que determinadas imagens perpetuam sobre quem as observa. Seu argumento é que a eficácia simbólica da imagem é mais importante do que o que ela represente ou informe, pois a significação de uma imagem é produzida por quem a observa (Davallon, 1999 p. 28). Seria como se a atividade de produção de significação fosse uma operação contínua em que o indivíduo compreende um signo e o liga a outros já compreendidos, numa cadeia ininterrupta.

A esse encadeamento imagético, Jean-Jacques Courtine (2005) chamou de intericonicidade, em que o sujeito, conscientemente ou não, aciona o seu arquivo mnemônico imagético e nele encontra as imagens associáveis àquela que vê no momento. A rede associativa de imagens tanto pode ser tecida por aquelas que se tem na memória, “na história das imagens vistas”, quanto as que a imagem em foco venha a sugerir. Courtine (2005) coloca nesse bojo imagético-mnemônico até as imagens visualizadas em sonhos e as sugeridas pela imaginação.

A intericonicidade de Courtine (2005) concebe imagem como enunciado; ela pode ser “lida”. Tal qual um discurso, com seus silêncios e não-ditos, o conceito estabelece que há de se considerar a incompletude da imagem, que abre campo para a memória discursiva, quando uma sequência de imagens equivaleria ao discurso atravessado pelo interdiscurso, a intertextualidade, como Júlia Kristeva interpreta o dialogismo de Bakhtin (Stam, 2000, p. 34). É possível, então que o a memória do jovem brasileiro remeta as ilustrações da revista a várias outras imagens, inclusive às

<sup>3</sup> Bastide, Roger. “Psicanálise do Cafuné”. In: Sociologia do Folclore Brasileiro. São Paulo, Ed. Anhembi, 1959, pp. 315 – 316 – 318.  
MULHER NEGRA É SERVIÇAL – A VERDADE DAS IMAGENS DE UMA REVISTA PARA JOVENS – OLIVEIRA, Iris Agatha de.



gravura de Debret, que retrataram o cotidiano das famílias abastadas e seus escravizados domésticos; também a outras imagens do seu cotidiano.



Gravura de Jean-Baptiste Debret



Gravura de Jean-Baptiste Debret





Maurício – Recife,  
 c.1860–1869.  
 Monumento a mãe-  
 preta na matriz da  
 Fraternidade Eclética  
 Universal.

Silva (2007) adverte sobre a função do fortalecimento estético, político e cultural da imagem no seu uso para a afirmação das pertenças identitárias nos jogos de informação dos espaços públicos midiáticos. E ainda que

a construção de imagens tem sido uma forma de mobilização de interesses determinada por padrões de comportamentos que ora reproduzem valores hegemônicos da cultura de massa, ora criam formas estéticas alternativas de propagação de valores culturais locais. (Silva, 2007)

Na visão de Pollak (1992), a distância geográfica e cronológica não impede a constituição da memória grupal e nem individual, pois mesmo que não haja lembrança conjunta presencial, por contato efetivo, existe a possibilidade da afetação e a pertença ao grupo.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (Pollak, 1992 p. 204)

Pollak concebe que fatos, pessoas, personagens com as quais nos relacionamos, direta e indiretamente, edificam a memória. Ou seja, ela é um constructo sujeito a mudanças e flutuações conforme a circulação dos elementos memoráveis que o



indivíduo e o grupo apreendam e com os quais se sintam afetados. Dessa forma, a memória estabelece o elo com a sensação de pertencimento, a identidade, também em estruturação. Neste ponto, Pollak encontra-se com Hall (2005) – embora este prefira, em vez de identidade, denominar de identificação o germinar e o expandir do processo em que um indivíduo se reconhece no outro ou “naquele” coletivo, se diferenciando dos demais.

(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (...) Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. (Hall, 2005, p. 38-39)

Tanto Pollak (1992) quanto Hall (2011) formulam que o processo da construção da identidade é um somatório da imagem que o indivíduo forma de si com o olhar do “Outro” sobre ele.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (Pollak, 1992, p. 204)

E Hall complementa:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (op. cit. p. 39)

A partir dessas definições, a presumível resposta do sujeito à pergunta “Quem eu sou?” está imbuída do imaginário formado a partir do meio em que ele vive e o influencia.

Com base no conceito de imaginário de Michel Maffesoli (2006) é possível compreender a “imaginação do nós” aplicada ao Brasil multiétnico.

O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado, nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une uma mesma atmosfera, não pode ser individual. (...) O imaginário é uma força





social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (Maffesoli, 2006, p. 75)

Em se tratando da reportagem abordada, a revista em questão estampa eloquentemente o passado-presente dos negros e mestiços brasileiros que recheia o imaginário social. A “imaginação do nós” expressa pela verdade da publicação seria, então, da superioridade branca frente à perene submissão a que estariam sujeitos os descendentes de escravizados africanos. Afinal, a verdade que propaga é que o coletivo permaneceu no patamar inferior da escala social, sem progressos significativos, mesmo após 126 anos da abolição, de leis punitivas para a discriminação racial, de cotas para acesso ao nível superior de ensino e outras (ditas) ações afirmativas.

Diante das concepções de identidade/identificação, memória e “imaginação do nós”, resta-nos refletir sobre que identidade as moças e rapazes, brancos ou negros, os jovens brasileiros, enfim, estão construindo. Qual a identificação que neles se constituirá? Ao olharem gravuras de artistas sobre as relações escravistas no Brasil; ao folhearem uma revista que insiste na imagem submissa da mulher negra, mulata “safada” que se interpõe entre casais brancos; ao se depararem com uma mulher preta amamentando um bebê branco enquanto o seu pretinho lhe solicita atenção. Qual a “imaginação de nós” terá como coletivo e como nação?

A Superinteressante publica regularmente as opiniões – críticas e elogios – de leitores sobre matérias divulgadas em edições imediatamente anteriores. Na edição de nº 327, seguinte à da matéria “O Gosto Brasil”, a revista não publicou sequer um comentário a respeito da referida reportagem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Karen Cristina Kraemer e SANTOS, Marilene Aparecida Pinheiro dos. *A Linguagem Visual Aplicada a Anúncios Publicitários*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-santos-marilene-a-linguagem%20visual-aplicada.pdf>.

ALVES, Marina. *Criação Visual e Multimídia*. São Paulo: Cengage/ Thonson learning, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, SP: Editora Hucitec. Humanismo, Ciência e Tecnologia, 2006

MULHER NEGRA É SERVIÇAL – A VERDADE DAS IMAGENS DE UMA REVISTA PARA JOVENS – OLIVEIRA, Iris Agatha de.



COURTINE, Jean-Jacques. Entrevista concedida ao prof. Dr. Nilton Milanez em 2005. O vídeo original se encontra no blog do GRUDIOCORPO / LABEDISCO - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. Disponível no site Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=eKjlliOU100>

DAVALLON, Jean. *A imagem, uma arte de memória?* In ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

EVARISTO, Conceição (2013) - <http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/20237-os-privilegios-de-ser-uma-mulher-branca>. Publicado em Sábado, 03 Agosto 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

HALL, Stuart HALL, Stuart. *A identidade cultural pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora, 2011.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Edições Graal Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 1979.

JACCOUD, Luciana. *Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil*. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Org. THEODORO, Mário. Brasília, DF: Ipea, 2008.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Discurso, imaginário social e conhecimento*. Em Aberto, Brasília, DF, ano 14, n.61, jan./mar.1994. Disponível em [www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817](http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817)

PARADELLA, Flavia Simonini. *Teoria da forma - ponto/linha/plano*. Disponível em [http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/uploads/documentos-pessoais/documento-pessoal\\_314.pdf](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/uploads/documentos-pessoais/documento-pessoal_314.pdf)

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v 5. Nº 10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. Editora Ática. São Paulo, SP: 1975.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos – O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 2006.

SILVA, Sérgio Luiz P.. *Cultura visual e afirmações identitárias: novos processos de reconhecimento social*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, SC.



SOARES, Luiz Carlos. O “povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro, RJ: Faperj – 7Letras, 2007.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida. Por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora, 2005

SOUSA, Tânia Clemente de Souza. *A análise do não verbal e os usos da linguagem nos meios de comunicação*. Ciberlegenda n. 6, 2001. Disponível em <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/323/204>.

STAN, Robert. *Bakhtin da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000.

SUPERINTERESSANTE, revista edição nº 326, dezembro de 2013

TAVARES, Júlio Cesar. *Etnografando orfeu afro-brasileiro*. Resenha do livro Orfeu e Poder - Movimento Negro no Rio e São Paulo de HANCHARD, Michel G. Revista Espaço Acadêmico - Ano II – Nº22 – Março de 2003, mensal. Disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/022/22res\\_tavares.htm](http://www.espacoacademico.com.br/022/22res_tavares.htm). Acesso em 13.01.2013.

TELLES, Edward E.. *Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro*. Estudos Afro-Asiáticos 26. Setembro de 1994. Rio de Janeiro, RJ: Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos CEEA – Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Reportagem com Tais Telles – disponível em [http://www.brasilpost.com.br/2014/04/04/racismo-Unesp\\_n\\_5093063.html?utm\\_hp\\_ref=tw](http://www.brasilpost.com.br/2014/04/04/racismo-Unesp_n_5093063.html?utm_hp_ref=tw)

Figuras de Debret: [http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2010/11/historia-da-infancia-e-da-educacao-no\\_29.html](http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2010/11/historia-da-infancia-e-da-educacao-no_29.html)

Foto da imagem da “Mãe preta”: <http://cnnbca.blogspot.com.br/2012/05/mulher-preta-e-o-desafio-da-maternidade.html>

Site da Superinteressante:

<http://publicidade.abril.com.br/marcas/superinteressante/revista/informacoes-gerais#average>



## **A RELIGIOSIDADE E OS CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIAIS VISTOS A PARTIR DAS IRMANDADES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.**

SILVA, Maria Amélia Belisário da  
Mestranda em Políticas Sociais da Universidade  
Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CEZAR, LÍlian Sagio  
Doutora em Antropologia  
Professora Associada - UENF

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel político e social das Irmandades Religiosas de “Santos de Pretos” no Município Fluminense de Campos dos Goytacazes e a participação do negro nesta sociedade, uma vez que tais irmandades acolhiam escravos e libertos a partir da ajuda mútua e assistência religiosa em geral. Buscamos compreender o significado dado por essas instituições à noção de proteção, religiosidade e participação, comparando-as com as atuais inflexões dadas às tais noções dentro das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Para tanto listamos quais são as Irmandades Religiosas presentes no município, quais os segmentos sociais ali presentes e os tipos de comunicação realizados por essas instituições no jornal Monitor Campista entre 1859 e 1889.

Palavras-chaves: Irmandades Religiosas. Políticas Sociais. Proteção

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the social and political role of religious brotherhoods of “Saints of Black” in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ and the participation of black in this society since such fellowship welcome slaves and freedmen from the mutua aid and religious care in general. We seek to understand the meaning given by these institutions to the notion, of protecting religious participation and comparing them with the current inflections given to notions within public policies promoting racial equality. Which are listed for both the Religious Brotherhoods presente at the council, which social segments presente there and the types of communications conducted by these institutions in Munitor Camper between 1859-1889.

Key words: Religious Brotherhoods. Social Policies. Protection.



## INTRODUÇÃO

As pesquisas e estudos sobre as formas de resistência da população negra são pertinentes, tendo em vista, que ao longo de nossa história os mesmos foram excluídos sistematicamente de participarem do cenário social e político, sendo relegados a ocupar os extratos inferiores da sociedade, daí decorre a importância das pesquisas sobre as Irmandades Religiosas e Confrarias, instituições que congregavam boa parte dos então denominados “homens pretos”.

“As Irmandades Religiosas de Homens Pretos, congregados a partir dos ditos “santos de preto”, assim identificados Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, Santo Elesbão, São Benedito e outros de menor incidência” (QUINTÃO, 2002: p. 136) e outros autores como (MELLO e SOUZA, 2002: p. 207), foram importantes na medida em que possibilitaram a criação de espaços de sociabilidades que permitiram aos negros a manutenção de raízes africanas, além de prestarem assistência aos irmãos, às viúvas, tratamento de saúde e de possibilitarem enterro digno, conforme ritos que inflexionaram o modelo cristão aos modos africanos, assim prestavam proteção e locus de socialização para esta parcela da população.

Era comum, mas não obrigatório, que as Irmandades de “homens pretos” tentassem agrupar os negros com afinidades étnicas, e que permitissem que os mesmos restabelecessem relações de parentesco, porém em várias situações nem sempre isso ocorria, tendo em vista que muitas “nações” diferenciadas se encontravam nas Irmandades onde os interesses comuns os congregavam num mesmo espaço acolhedor das mazelas originárias da escravidão. “Era a confraria que o homem de cor podia recorrer, quando às voltas com doenças, a miséria, o abandono, ou quando desejasse conseguir sua liberdade sem precisar fugir”. (SCARANO, 1976: p.149)

As práticas desenvolvidas nas Irmandades constituiu o que hoje denominamos de religiosidade popular, marcada pela participação ativa de leigos na organização de ladainhas, festas, procissões e romarias. Essas práticas religiosas foram combatidas pela romanização, imposta pela Igreja Católica a partir de sua metrópole que seguia as determinações do Concílio de Trento de 1545, convocado pelo Papa



Paulo III. “Os conflitos entre leigos e clero, e entre festividades e sacramentos, isto é, entre uma religiosidade espontânea e uma religião vertical, imposta autoritariamente” (CHAUI, 2012: p. 97).

A visão da Igreja era diferente da visão do Estado, pois ao longo do Império, a Igreja aproximara-se cada vez mais de Roma para fortalecer os vínculos com a Santa Sé e assim, discordava das práticas controladoras e autônomas do Imperador por meio do Padroado, instituição herdada de Portugal, mantida durante o Império, que fazia do Imperador o chefe civil da Igreja, o que subordinava o clero aos ditames do Estado em assuntos não religiosos. Os atritos entre o governo e o clero eram frequentes em razão da interferência estatal em assuntos temporais da Igreja.

“Respeitava-se o poder temporal do Imperador, mas a autoridade máxima para os da fé e eclesiásticos era a do Sumo Pontífice Romano. Esse contexto deflagrou o chamado processo de Reforma e Romanização, na segunda metade do século XIX” (OLIVEIRA, 2001: p. 2)

Segundo o autor, “a Reforma da Igreja, com base nas deliberações do Concílio de Trento, possibilitaria uma religião mais “autêntica” e espiritualizada, afastando as representações tidas como profanas”, principalmente as africanas, utilizadas durante as cerimônias nas Irmandades Religiosas. Daí todo o empenho em se controlar essas instituições, já que as mesmas desfrutavam de autonomia, o que limitava as ações dos capelães dentro das Irmandades. A Igreja Católica sentia-se limitada pelo Padroado e as Irmandades posicionavam-se ora entre o Estado e ora entre a Igreja, numa área de convergência extremamente delicada.

Nas Irmandades acontecia a inter-relação entre o poder laico e o religioso. O Estado, por meio do rei que gozava do Padroado, era quem aprovava o Compromisso, espécie de estatuto descritivo da hierarquia e estrutura de cada uma das Irmandades Religiosas. Ao mesmo tempo, essas organizações leigas estavam vinculadas à Igreja Católica, que conferia legitimidade à organização e articulação dos irmãos de uma mesma Irmandade no sentido de proporcionarem entre si meios para a ajuda mútua.

Em consequência desse conflito observamos a pouca ingerência dos vigários nas questões principais que ocorriam nas Irmandades e como consequência a autonomia das mesmas nas organizações das festas.





Dentro das Irmandades os leigos tinham o aval concedido pelo Estado para determinar o roteiro de saída das procissões, a composição das Mesas, realizavam eleições internas, e todas essas ações acabavam por limitar a ingerência do poder eclesiástico sobre tais instituições. O clero criticava as festas, as danças, o excesso no modo de se vestir, a música sensual e como os componentes utilizavam os símbolos sagrados nas procissões, enfim o objetivo central da Reforma era acabar ou reformar as Irmandades, em especial às dos Homens pretos e pardos, por se constituir espaço de deliberação de negros e forros, assim como a execução de políticas sociais integradoras e protecionistas a esses grupos.

“As críticas também recaíam sobre a presença de maçons nas Irmandades e a ausência do perfeito sentimento católico demonstrado pela não obediência ao Papa, às autoridades diocesanas ou mesmo aos vigários das Igrejas”. (ABREU: 1994; p.197)

## **AS IRMANDADES RELIGIOSAS**

As Irmandades foram uma das mais importantes instituições leigas presentes no Brasil colonial (1500-1822) e também congregavam escravos, pardos, forros e libertos que contribuíam para manter viva a instituição e, em muitas situações, recorriam para a ajuda dos seus senhores que viam nas mesmas uma forma de pacificação e controle desse grupo populacional, sempre suscetível às rebeliões.

As duras condições de trabalho e o regime de terror a regular e condicionar a vida dos escravos eram em parte aliviados através de instituições como casamentos, grupos de Irmandades, a fundo religioso e, não sempre, também pela alforria, ou seja, a plena emancipação dos escravos. (LEVI, 2006: p.11)

A Irmandade é o espaço de diálogo de interlocução do negro, enquanto ator social que merece ser ouvido, no sentido de representação político religioso, pois a releitura que fizeram dos símbolos e liturgia da Igreja Católica e dos rituais da encenação do poder e as formas como eram associados às instituições que compunham o Estado é extraordinária na medida em que, ao mesmo tempo compactuavam veladamente dos mecanismos de dominação, mas o faziam sob a



roupagem de seus valores e símbolos trazidos da África. Exemplo máximo de tais leituras pode ser encontrado nas festas dos simbólicos reis e rainhas de nação conforme análise de (MELLO e SOUZA, 2002: p.25) e se efetivaram na eleição e coroação dos mesmos aos sons de instrumentos africanos.

Toda essa organização materializava-se nessas associações leigas, compostas por negros, escravos, forros ou livres ao redor de um ou mais santo protetor, de um altar erguido em capelas e igrejas, onde as cerimônias eram realizadas de forma a congregar diversos grupos.

A relevância do tema se deve pela presença das Irmandades Religiosas em nossa cidade que desde o início foi pautada na mão-de-obra escrava, sendo o espaço urbano marcado pelo poder dos senhores de engenho. Em meio a essa conjuntura econômica e política as mesmas constituíram forma de organização da vida social e religiosa na cidade.

A história das Irmandades no nosso município está articulada à estruturação e organização da então Vila de São Salvador do Rio Paraíba do Sul, onde o poder público e o poder econômico estavam concentrados na pessoa do grande proprietário; já o poder eclesiástico procurava marcar presença, fazendo valer as suas regras. Havia a praça central, às margens do rio Paraíba do Sul e no entorno do quadrilátero dessa praça, a justiça, a Santa Casa de Misericórdia contígua à Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e mais afastadas a de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. Percebe-se que as Irmandades dos homens de cor localizavam-se mais afastadas da área central.

Nesse contexto o negro e os forros buscam nas Irmandades, localizadas na região menos nobre da cidade, um porto seguro para serem reconhecidos como agentes em uma sociedade que tendia a os enxergar somente como força de trabalho. Esse distanciamento geográfico ocorria de forma premeditada pelo branco quando concedia terrenos para a construção das mesmas, cuja finalidade era manter o controle sobre esse grupo. Em nossa cidade as Igrejas das Irmandades de Santa Efigênia e São Benedito estão localizadas em áreas mais afastadas do centro.

De fato, um dos aspectos mais importantes dessas associações era o de dar dimensão humana ao escravo negro. Apesar e pela lei do cativo ter posição comparável à das bestas e ser em inúmeras circunstâncias



tratado como tal, dentro da confraria ele já é alguém. (SCARANO, 1976: p. 146)

Cabe realçar a dificuldade do negro em inserir-se numa sociedade marcada pelo preconceito e intolerância, tendo como senhor absoluto os fazendeiros de cana-de-açúcar que eram “os donos do poder”. Por muitos e muitos anos resquícios desse período permearam a vida do negro nessa região assim como divisões e disputas dessas Irmandades Religiosas. Nesse cenário econômico, político e religioso é que as ações sociais aconteciam e configuravam relevância na organização do espaço público.

O Monitor Campista, jornal relevante da época, registra publicações de anúncios sobre: convocação para eleições para posse dos irmãos na composição da mesa administrativa das Irmandades, convites e convocações para o comparecimento às procissões, demonstrando as atividades constantes dessas instituições e a interação de algumas delas com a comunidade.

Nos exemplares pesquisados, entre 1859 e 1889, observa-se que a Irmandade Santa Efigênia não aparece nos anúncios do dito jornal. As Irmandades de Nossa Senhora do Terço, de Nossa Senhora do Rosário e Nosso Senhor dos Passos e São Benedito publicaram anúncios de atividades, sendo que essa última possui apenas cinco publicações, o que nos permite supor a fragilidade financeira relacionada aos seus membros.

Interessante destacar uma matéria dirigida ao público em geral no referido jornal de 05 de março de 1859, envolvendo o Secretário Joaquim Narciso Ferreira Dias e o Senhor José Narciso de Macedo Braga, “ex-thesoureiro” da Irmandade de Nossa Senhora do Terço, que congregava brancos em situação militar e econômica superior aos demais. Por meio da dita matéria o secretário vem a público expor a conclusão de uma contenda com o “ex-thesoureiro” a respeito de um recibo da quantia de 505\$240 réis que o mesmo alegava não ter recebido do secretário.

Após muitos insultos e acusações, ainda segundo a matéria, a questão é levada ao Meritíssimo Juiz provedor de capelas, que reúne os envolvidos perante uma comissão em que a defesa apresenta os motivos, a acusação se pronuncia e provas são apresentadas, sendo a mais contundente o recibo que o próprio secretário havia guardado. Ao final o Juiz provedor apresenta à comissão o seu parecer: o tesoureiro



é destituído do cargo, é obrigado a devolver aos cofres da Irmandade não só a quantia do saldo demonstrado na conta que apresentou como também a quantia de 505\$240 réis que sustentava não ter recebido do secretário.

A circulação de muitas contribuições, esmolas e joias que eram fornecidas pelos seus membros, conforme os livros de contas corrente da receita e despesa das Irmandades demonstram, propiciava a ocorrência de desvios no momento da mudança dos membros da Mesa, o que ocorria de dois em dois anos e quando deveriam fazer a prestação de contas para os novos membros, suscitando polêmicas, debates e confrontos que eram levados ao público por esse jornal.

## **IRMANDADES DE SANTOS DE PRETO**

As Irmandades Religiosas também foram importantes enquanto meio de manutenção de parte da herança dos saberes ancestrais africanos. Para que isso acontecesse, sabiamente foram contornados à ordem vigente e a religiosidade do branco através da releitura de ritos africanos, em um total hibridismo cultural.

“É óbvio que algumas Irmandades eram só um pretexto, a única maneira para legalmente preservarem ritos e crenças religiosas ancestrais, como no caso do candomblé, do xangô e da macumba, práticas severamente condenadas pela Igreja.” (LEVI, 2006: p.26).

Ocorria uma convivência harmônica tendo em vista a solidariedade religiosa em consonância com a atividade econômica e os aspectos sociais, tudo isso envolvido em uma comunhão espiritual, porém é importante registrar que nem sempre a coesão social dentro dessas Irmandades foi pacífica, uma vez que havia momentos de conflitos dentro das entidades, haja vista a diversidade étnica e os constantes sobressaltos pelos quais seus membros passavam por conta das condições de trabalho e das angústias advindas do sistema escravista. Alguns desses conflitos ocorriam principalmente durante as eleições dos reis e das rainhas das Irmandades Religiosas, também chamados de Reis e Rainhas de Nação (Mello e Souza, 2002),



porém nada que não pudesse ser resolvido ali mesmo, em nome da unidade do grupo.

A participação nas Irmandades possibilitava a esses negros o reconhecimento social, acolhida entre os seus, a preservação dos laços religiosos e acima de tudo a ajuda mútua. Vale ressaltar que para a total efetividade da mesma era necessário à emissão da Carta de Compromisso pela Coroa Portuguesa para que a Irmandade pudesse ser reconhecida socialmente a fim de realizar suas funções e começar a funcionar. “O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi emitida em 1759” (QUINTÃO, 2002: p. 59).

### **A COMPOSIÇÃO DA MESA**

A composição da Mesa Administrativa se fazia de forma hierarquizada onde os seus membros deviam respeito, comprometimento com a causa e prestação de contas. Os oficiais eram assim designados: 01 Juiz de Nossa Senhora, 01 Juiz de São Benedito, 01 escrivão que representava a terceira pessoa da Mesa, cujo cargo era passado ao Juiz de São Benedito; 01 Tesoureiro, cuja responsabilidade era guardar todas as relíquias e joias doadas à Irmandade; 01 Procurador a quem cabia a responsabilidade de fiscalizar os livros caixas e conferir todas as doações, bens e serviços e ainda 12 irmãos de Mesa assim distribuídos: 02 andadores, 01 Rei, 01 Rainha e 10 Juizes de ramallete: 05 para acompanharem a Juíza de Nossa Senhora e 05 para a de São Benedito (QUINTÃO, 2002) .

Essas Irmandades de “homens pretos” eram organizadas com registros de todas as atividades exercidas e as obrigações do capelão nas atividades e cerimônias, porém a função de escrivão e tesoureiro ficava reservada para os brancos, em consequência da necessidade em se resolver as carências de ordem legal, o analfabetismo da maioria da população negra e também pelo fato dos mesmos não terem personalidade jurídica, impedindo-os de exercerem tal função. Aos brancos impunham-se limites como a impossibilidade de exercerem funções na Mesa, assim como a assistência ou presidência das mesmas, papel este exclusivo para os negros.



As celebrações em sua maioria eram exclusivamente religiosas e eram abertas ao público. Nessas ocasiões festivas oportunizava-se ao preto o papel de organizador da festa dirigida ao seu santo protetor.

Apesar da restrição aos brancos e dos mesmos constituírem uma minoria da população, eram eles que ditavam os pontos fundamentais que concorriam para o funcionamento das Irmandades assim como uma série de restrições raciais.

Cabia ao Tesoureiro especificar em um livro todas as despesas, doações, as esmolas arrecadadas, a ajuda aos irmãos necessitados, saída de dinheiro para algum empréstimo, devoluções, enfim, toda a atividade contábil da Irmandade. Ao Procurador cabia à conferência, a organização do espaço e em caso da ocorrência de algum desvio ou irregularidade, o mesmo encaminhava uma petição ao Juiz, para que o mesmo intimasse o tesoureiro para que prestasse contas do ocorrido.

A importância do papel das Irmandades no cenário político do Brasil é interessante e forte e está presente em várias regiões assim como na nossa, exercendo atribuições sociais como: ajuda aos necessitados, que muitas vezes haviam se deslocado do campo para as cidades sem qualquer referência e abrigo, assistência aos doentes, proteção contra o abandono e aos maus tratos dos senhores, ajuda para compra de carta de alforria, pensão às viúvas e órfãos assim como ajuda nos enterros e em muitas situações de ajuda e acompanhamento nas questões de concessão de terras.

Vemos nesse cenário a proteção de uma entidade privada realizando funções que posteriormente foram assumidas como atribuições do poder público. A proteção aos congregados pelas Irmandades era personificada por membros da sociedade que faziam parte do cenário político da região e que ao mesmo tempo participavam dessas Irmandades. Em Campos dos Goytacazes/RJ, muitos membros das Irmandades Religiosas eram grandes proprietários, oficiais militares e membros da Igreja. Percebe-se que a Igreja procurava de certa forma a harmonização da parcela da população negra que representava uma força significativa e que a qualquer momento poderia eclodir em rebeliões e insatisfações que poderia comprometer a ordem estabelecida.

Muitos negros chegaram a ocupar cargos importantes dentro das Irmandades e recepcionavam os irmãos que chegavam, inserindo-os nas cerimônias, nas





procissões e nas festas, onde ocorria então, a integração entre os cultos afros com a religião católica.

## A SEPARAÇÃO DA IGREJA DO ESTADO

Com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, há a ruptura entre a Igreja e o Estado. O mesmo assume as funções sociais ora exercidas pelas Irmandades que perdem força no cenário político em decorrências das inúmeras críticas que sofriam por parte dos católicos reformadores, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, local em que os conflitos entre as autoridades dos bispos brasileiros, da maçonaria e do governo já vinham se intensificando desde a década de 70. “Até o final do século, o número e a pompa das procissões diminuíram; as tradicionais festas perderam popularidade e a do Divino Espírito Santo, transformou-se numa festa de paróquia” (COARACY, 1965; MORAES FILHO, 1979 *apud* ABREU, 1994: p. 185).

As festas religiosas conduzidas pelas Irmandades não acabaram, porém perderam o monopólio que exerciam no tocante a atrair um grande número de pessoas, dando lugar para outras manifestações festivas mais contidas, de acordo com o momento político em que se vivia. O principal objetivo dos reformadores era manter uma estrutura rígida, hierárquica da Igreja no Brasil que diminuísse a influência dos leigos, por acreditar que os mesmos estivessem mais preocupados em manter o poder, a ostentação e a acumulação de bens, afastando-se da essência espiritual presentes nos sacramentos da confissão e da comunhão.

As funções sociais ora exercidas pelo Estado perdem em importância, pois o mesmo privilegia a questões políticas e econômicas num cenário de concorrência internacional, melhoria nas exportações e no comércio interno.

Em 1930 com o governo de Getúlio Vargas as políticas sociais continuam de competência do Estado, porém com maior força em face de inúmeras reivindicações dos trabalhadores e atuação dos sindicatos. O ápice da concretização desses direitos se materializa com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), regulamentando os direitos dos trabalhadores urbanos, concretizando os anseios reivindicados ao longo



de anos de lutas. Nesse universo o negro veio à deriva, tentando enquadrar em seu cotidiano as conquistas gerais, aplicáveis aos demais trabalhadores brancos, tendo em vista ainda presentes os preconceitos e discriminações pelos quais ainda passavam.

## **A INSERÇÃO DO NEGRO VIA POLÍTICAS PÚBLICAS**

O grande desafio é estabelecer essa comparação entre o período analisado, quando a inserção do negro ocorreu via as Irmandades Religiosas e as políticas de proteção e inserção via política pública, após a Constituição de 1891 e ainda o papel do Estado nessa configuração de lutas por maior reconhecimento no espaço social. Nesse cenário as mudanças ocorrem de forma verticalizada em que os direitos ora concedidos não partem dos trabalhadores e suas reais necessidades, pois não ocorreu uma construção a partir dos mesmos. São direitos ora concedidos pelo Estado como dádivas; os sindicatos são controlados, as fábricas vigiadas e as Irmandades, antes espaço de articulações advindas dos próprios membros, se transformam em entidades sem expressão e sem viço.

As ordens e as determinações a serem seguidas são as das festas e das procissões, a organização dos livros, a entrada e saída de recursos são de total competência dos vigários. As Irmandades são controladas e as manifestações que não sejam católicas são literalmente proibidas. Muitas se transformam em colégio interno e mais tarde em prisão como ocorreu com a Irmandade de Nossa Senhora do Terço em nossa cidade.

A ingerência do Estado compromete de certa forma a possibilidade de articulação e autonomia dessa parcela da população, que buscava tão somente o reconhecimento, a participação e aceitação em uma sociedade discriminadora.

No processo de conhecimento sobre a inserção do negro via políticas públicas é interessante analisar a questão dos remanescentes das populações negra que ocupavam e ainda ocupam terras e lutam pelos seus direitos, reivindicando através do Programa da Reforma Agrária, a possibilidade de chegarem à condição de donos dessas terras ocupadas. O órgão competente para execução da política de imissão e



posse dessas terras habitadas pelas populações quilombolas é o INCRA, que é uma autarquia federal, criada pelo Decreto nº 1.110 de 09 de julho de 1970, cujo objetivo é realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas no Brasil.

Ainda na esfera de proteção aos povos afrodescendentes cabe destacar o papel da Fundação Cultural Palmares, fundada em 22 de agosto de 1988, cuja diretriz é promover e preservar a arte e a cultura desses povos, difundindo-as de forma abrangente e enriquecedora na construção de nossa história. É uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Cultura e tem como competência primordial zelar e desenvolver políticas de valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras, reconhecendo os direitos das comunidades quilombolas assim como dar apoio e efetividade à lei 10.639/03, que torna obrigatória o ensino da História da África-brasileira nas escolas, no intuito de que as crianças conheçam a trajetória dessas populações, que se integrem, se relacionem e se aceitem, destruindo qualquer forma de discriminação e desrespeito ao outro.

A efetividade da política relacionada aos quilombolas no Brasil ocorreu com os Atos de Disposições Transitórias (ADCT), dispositivo legal que vigorou antes da Constituição de 1988, amparando direitos até que a mesma passasse a vigorar. Esta recepcionou o que dispunha os Atos, elencando em seu artigo 68, o direito dos quilombolas às terras em que viviam. “Aos remanescentes das Comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”<sup>1</sup>

A ADCT tem uma importância extraordinária, pela sua abrangência nacional, documento legítimo após a abolição que possibilitou à população afrodescendente a possibilidade de acesso a terra, mas mesmo assim a primeira titulação de terra quilombola ocorreu somente em novembro de 1995, quando já havia transcorrido 07 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. Como se vê a aplicação de políticas públicas não foi tão fácil para esses povos, a caminhada foi gradativa e difícil, não importando por qual via, seja pela pública ou privada ainda há muito por se conquistar.

---

<sup>1</sup> Fonte: [http:// quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos 68-215 e 216. Pdf.](http://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos_68-215_e_216.Pdf) Acesso em 20/01/14.



Na esfera internacional, podemos destacar duas Convenções importantes para o reconhecimento e ações afirmativas para essas populações: A Convenção nº 169, sobre os povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho promovida pela OIT em 1989. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais (SILVA: 2014) e a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial adotado pela ONU em 21 de dezembro de 1965, tendo sido aprovada pelo Parlamento Brasileiro em 21 de junho de 1967 através do Decreto Legislativo nº 23. (ASSIS: 2007).

A Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial tem como objetivos primordiais a efetivação do direito à igualdade que deve ser materializada através da eliminação de qualquer forma de discriminação racial, assim como o comprometimento com a igualdade plena e efetiva e mais do que nunca ela se faz necessária em um país como o Brasil, pautado por práticas discriminatórias, injustas e vergonhosas para com uma parcela significativa da sua população: os descendentes de africanos que ao longo da nossa história, contribuíram para a formação cultural, econômica e social desse país.

O artigo 1º define a discriminação racial como sendo:

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, baseadas em raças, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito de anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condições) de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer domínio da vida pública. Portanto, para a garantia da integral fruição dos direitos humanos é imprescindível o combate a toda e qualquer forma de discriminação racial que obstaculize o exercício dos referidos direitos.

A citada Convenção chama a atenção e exige dos Estados signatários o cumprimento das disposições da mesma no sentido de abolir qualquer ato discriminatório que ainda possa persistir e impedir a aplicação de políticas de inserção nas áreas da educação, cultura e informação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Entender hoje o que é a participação, proteção e inserção, perpassa não só pelo Estado, pela sociedade civil, agindo na esfera pública via Conselhos representativos, que conhecem a realidade local de suas comunidades, também pelas ONGs; dos Movimentos Sociais, que a partir da década de 90, passaram a dar voz não só para a população negra, mas a todos os excluídos, não no sentido de substituir o Estado, mas de atuar junto dele, cobrando, acompanhando a aplicação das verbas, para que cumpram com as suas responsabilidades no tocante a fornecer educação de qualidade, assistência hospitalar descente, posto de saúde devidamente equipado nos bairros, saneamento, enfim qualidade de vida para a população.

A atuação do Estado a partir dessa década ficou mais maleável e flexível tendo em vista que vai atuar bem mais como gestor e fiscal dos recursos que serão alocados para as organizações da sociedade civil organizada, através de programas e parcerias em projetos e programas sociais como as ONGs e entidades do Terceiro Setor, que ganharam espaço e força para fazer cumprir e sanar o máximo possível os problemas sociais das populações mais carentes, inseridos aí os negros.

A partir dessa análise, percebe-se que não há uma linha de continuidade entre um e outro, devido às mudanças políticas, mas há a certeza de que essas Irmandades eram organizadas e que desempenharam funções importantes que caracterizam o processo de inserção desse negro. Nelas se realizavam eventos que remetiam os negros às suas comemorações e festividades da terra mãe, assim como, procissões, missas, coroação do rei e da rainha do Congo, enfim momentos de congregação e aceitação tácita dos mesmos numa sociedade escravista, discriminadora e seletiva.

Apesar dos conflitos as autoridades em algumas situações eram tolerantes com relação a algumas festividades, com as procissões, com a emissão de autorização para a montagem de barracas e os batuques, tendo em vista que com a chegada do protestantismo, as Irmandades Religiosas continuavam a ser uma instituição representativa do catolicismo para juntos fazerem frente a essas mudanças.



Os senhores aceitavam e participavam, pois vislumbravam nas mesmas a possibilidade de terem os negros em constante controle e observação. Por outro lado o negro construiu dentro das Irmandades um espaço de atuação e consolidação da própria instituição dando voz e sentido aos seus símbolos como o rosário, que é o próprio reinado do negro, que ali negocia o acesso à liberdade, acolhe e agrega seus companheiros e se faz ouvir.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e Tolerância no século XIX.** Estudos Históricos. RJ. Vol. 7, nº 14, 1994.p.183-203

ASSIS, Jorge Batista de, **A Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e a gênese da ação afirmativa no Brasil.** Artigo <http://conpedi.org.br/arquivos/anais/campos/jorgebatistadeassis.pdf>

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil.** Primeiro volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1971.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial.** Brasília: Iphan, Monumenta, 2006. p. 66.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil. Um longo caminho.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 200

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas.** 2ª ed. São Paulo: Moderna. 1981.

CHALOUB, Sidney. **Medo Branco de Almas Negras- escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro in Ver. Brasileira de história. Volume 8 nº 16.** P. 91 março 1988.

\_\_\_\_\_ **Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder- Formação do Patronato Político Brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo. 2002

FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro-RJ: Editora Esquilo Ltda.1979.





GOHN, Maria da Glória. Artigo: Participação de representantes da sociedade **civil** na esfera pública na América Latina, publicada na **Revista Política e Sociedade**, volume 10- n 18 – abril 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. 2003

LAMEGO, Alberto. **História da Santa Casa de Campos**. Rio de Janeiro: Brasil. 1951.

LEVI, Joseph Abraham. **Compromisso e Solução: Escravidão e as Irmandades afro-brasileiras: Origem e formação das confrarias religiosas no Brasil-Colonial (1522-1822)**. Estudos brasileiros- Brazilian Studies. Bd2 Lit Verlag Berlim. 2006. Disponível [http://www.lit\\_verlag.de](http://www.lit_verlag.de) acesso dia 08.03.2014.

MARSHALL, T. A. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1967.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de, **Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial**. Revista de História Regional. 2001

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**. Brasília, DF: 2001.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Contexto. 2005

QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Lá vem o meu parente. As Irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco- século XVIII**. São Paulo: Annablume. Fapesp. 2002

\_\_\_\_\_. **Irmandades Negras: Outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)**. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2002

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na Tabacaria dos Goytacazes**. Biblioteca de Estudos Fluminenses- Série Municípios Niterói: Imprensa Oficial. 1988

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**. São Paulo: Editora Nacional. 1976.

SOARES, **Devotos da cor- Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2000.



**CONINTER 3**  
Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de  
2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 17, p.413-

SOUSA, Horácio. **Ciclo Áureo- História do 1º Centenário de Campos**. 2ª edição. Campos-RJ: Editora Damadá. 1985.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista- História da Festa de Coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002





## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 18**

**SEGURANÇA PÚBLICA**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 18

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 18

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 18

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**





### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 18

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3





## SUMÁRIO

UMA ABORDAGEM EMPÍRICA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NOS CRIMES DE HOMICÍDIO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM DE 2007-2010 - COSTA, Marco A.B; PEREIRA, Carla Vicente .....	1-18
DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO AO PLANO COLÔMBIA: UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO CONTROVERSO DE SEGURANÇA PÚBLICA – OLIVEIRA, Andressa Somogy de.....	19-38
CONTROLE SOCIAL INSTITUCIONAL REPRESSIVO E O PAPEL DO ESTADO – SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco; BURGUIGNON, Jussara Ayres.....	39-54
A FAMÍLIA E O CRIME: RELATOS DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO FRAGMENTADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – SIQUEIRA, Carolina de Oliveira .....	55-73
O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E A GESTÃO DO TRABALHO REALIZADO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – BARÇANTE, Luiza Felix de Souza .....	74-88
DISQUE RACISMO E O PAPEL DO CENTRO DE REFERÊNCIA CONTRA O RACISMO E O ANTISSEMITISMO: UMA EXPERIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – LEMOS, Rosalia de Oliveira .....	89-105
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O TRABALHO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS PROMOVIDO PELA APAC DE POUSO ALEGRE, MG – CARVALHO, João Francisco Sarno; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo .....	106-120
O AUXÍLIO RECLUSÃO: ENTRE SUAS LIMITAÇÕES ATUAIS E AS ABERRAÇÕES JURÍDICAS PROPOSTAS PELA PEC 304/2013 E O PROJETO DE LEI 5671/13- HUMANIZAR É PRECISO – CONCEIÇÃO, Eric Fernando Mendes; NETTO, Mariana Correa .....	121-138
A REDUÇÃO ECONOMICISTA DA CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA A PRIVATIZAÇÃO DE PRESÍDIOS – BROGNARO, Carolina.....	139-155
MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas .....	156-171



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 18

EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA E O CIRCUITO REPETITIVO DA VIOLÊNCIA – FARIAS, Francisco Ramos; VIANNA, Glaucia Regina .....	172-185
A PAZ SEM VOZ; FAVELA, CONTROLE SOCIAL OU PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA? – GOMES, André Luís; BARROS, Nivia Valença .....	186-201
A SELETIVIDADE CRIMINALIZANTE E O USO DA LEI Nº. 12.850/2013 COMO INSTRUMENTO DA RAZÃO DE ESTADO – FEITOSA, Heloisa de Carvalho.....	202-218
O “CASO JUÍZA”: BREVE ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA CLASSIFICAÇÃO DOS MORTOS NA ADMINISTRAÇÃO POLICIAL E JUDICIAL DE MORTES PROVOCADAS INTENCIONALMENTE – MEDEIROS, Flavia .....	219-236
"MORAL E DIREITO: REFLEXÕES SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS" – GOMES, Fabio de Medina da Silva .....	237-257
MEMÓRIA E PRISÃO – SOUZA, José Paulo de Moraes.....	258-268



## UMA ABORDAGEM EMPÍRICA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NOS CRIMES DE HOMICÍDIO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM DE 2007-2010

COSTA, Marco A.B

*Estudante de Doutorado em Ciências Humanas / Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor e pesquisador do Centro Universitário São Camilo ES*  
*marcobcosta@gmail.com*

1

PEREIRA, Carla Vicente

*Bacharel em Direito, Advogada*  
*carlavicente@live.com*

### Resumo

As instituições que compõem o sistema de justiça criminal tem sido alvo de diversos estudos nos últimos anos acerca da prestação jurisdicional do Estado. O presente estudo aponta as dificuldades do modelo brasileiro de funcionamento e de relacionamento entre os órgãos deste sistema, em especial Polícia, Ministério Público e Judiciário. O trabalho enfoca na prestação jurisdicional em relação ao crime de homicídio em Cachoeiro de Itapemirim/ES, no período de 2007 a 2010. Após análise de dados sobre o crime e a vítima em si, a ênfase recaiu na continuidade do processo de incriminação.

**Palavras chave** – homicídios – persecução penal – justiça criminal

### Abstract

The institutions that composes the criminal Justice System have been the target of several studies in the last few years about the State's providing court. This study indicates the difficulties that the Brazilian model of operation and relationship has between the administrative units, in particular Police, Prosecutor e and Judiciary. This study focuses on the providing court concerning about the murder crimes in Cachoeiro de Itapemirim/ES, on the period of 2007 until 2010. After the data analysis about the crime and the victim itself, the emphasis incurred on the continuity of incrimination process.

**Key words** – homicides – penal persecution – criminal justice

### Introdução

Apesar da longa história de criminalização do ato de tirar a vida de outro ser humano, o crime de homicídio, por mais que aparente uma unânime rejeição ainda provoca ambíguas reações que por vezes não se coadunam com as leis propostas ou com os compromissos internacionais assumidos.



O crime de homicídio, como qualquer outro, é um comportamento criminalizado por uma determinada sociedade, ou seja, é uma invenção, uma construção social que se dá no tempo e no espaço: “The fact that legal codes vary between different countries and across different historical periods is a clear indication of the socially constructed nature of crime and deviance.(BROOKMAN, 2005, p3.).

Sustentado na sociologia pura de Donald Black, Mark Cooney afirma que os homicídios são, antes de tudo, meios pelos quais as pessoas administram seus conflitos (1997, p.382). E vai mais longe, defendendo que ao longo do processo “civilizatório”, segundo percebido por Norbert Elias, a violência letal se reduz entre as elites e se amplia junto às classes baixas pelo antagonismo dessas para com a lei. Meios legais de resolução de conflitos são indisponíveis na base da pirâmide social. Há uma distância social significativa entre o sistema legal e essas pessoas (p.381).

No Brasil e, em especial, no Estado do Espírito Santo, ao observarmos a ampliação das taxas de homicídios e o perfil das vítimas e de seus algozes, preferencialmente negros/pardos, jovens e de classe baixa, como retratam insistentemente os incontáveis mapas e estudos sobre violência letal com maior ou menor precisão, e as respectivas taxas de punição a essa modalidade de crime, nos vemos compelidos a refletir até que ponto as concepções de primazia do direito à vida preconizada em tantos discursos é um fato no âmbito geral da sociedade. Ou se, ao contrário, não se trata de uma primazia seletiva da vida, na qual alguns seres humanos são merecedores dessa proteção enquanto outros são dispensáveis, *homo sacer*, nas palavras de Giorgio Agamben (2007).

A análise da continuidade do processo persecução penal do crime de homicídio e a prestação jurisdicional do Estado nessa modalidade criminal, assim como a atuação da polícia e dos demais atores do sistema de justiça criminal é uma excelente oportunidade para refletir sobre até que ponto os princípios de primazia do direito à vida são um discurso amplo e aceito na sociedade ou uma estratégia de seletividade das vidas que devem ser preservadas e protegidas pelo Estado e aquelas dispensáveis, vítimas algumas vezes do próprio Estado na sua face marginal, na forma de grupos de extermínio, esquadrões da morte, autos de resistência e outras formas.

A impressão geral que sobressai dos dados que apresentamos e discutimos é que, de fato, as classes baixas administram seus mais básicos conflitos por meio da violência ilegítima, ilegal, não dispondo dos meios legais ou mesmo não os podendo utilizar em virtude da própria



ilegalidade de seus meios de sobrevivência. Tal fato se apresenta tacitamente aceito no universo das (in) competências sistêmicas que impedem que os homicídios, crimes supostamente tão rejeitados pela sociedade, sejam devidamente processados e punidos pelo Estado, tornando fato àquilo que é segundo clássicas teorizações sua caracterização essencial, o monopólio da violência.

O texto se desenvolve apresentando o perfil da pesquisa, passando, a seguir, a dispor os dados coletados e confrontando-os com outras realidades apuradas em outras pesquisas a nível nacional, sugerindo algumas percepções conclusivas temporárias conquanto a pesquisa segue em andamento, conforme a agenda de trabalho descrita no segmento final.

3

## 1. A pesquisa

Os dados apresentados nesse texto são resultados de trabalhos de pesquisa que se realizam no âmbito do Programa de Ciência e Tecnologia do Centro Universitário São Camilo – ES. A pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, na forma de um bolsista de Iniciação Científica para o período 2013-2014, tendo, ainda, recebido essa modalidade de apoio nos períodos 2010-2011 e 2011-2012.

A coleta de dados e as inserções a campo se iniciaram no segundo semestre de 2010, quando os acadêmicos bolsistas, voluntários e o orientador da pesquisa, munidos de um roteiro amplo, realizaram levantamento de informações dos inquéritos policiais instaurados no período de 2005 a 2010 sob a condução da Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim/ES, tendo publicado alguns trabalhos a respeito. O objetivo inicial era traçar um perfil das vítimas de homicídio no município e comparar com o perfil estadual e nacional, identificando aproximações e diferenças. Superada a primeira etapa, de cunho vitimológico, passou-se a buscar novas informações nos sistemas eletrônicos do Fórum da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim no que se referia à persecução penal dos crimes já analisados. Verificou-se que o sistema eletrônico de informações judiciais não apresentava nenhuma confiabilidade, com dados contraditórios e, quando não, equivocados. A opção foi verificar diretamente nos livros tombo que registram a entrada dos inquéritos e utilizar outras formas de verificação manual, diretamente nos documentos, para evitar qualquer falha na coleta dos dados e na apresentação dos números correspondentes.



Os dados foram tabulados e os gráficos e tabelas gerados permitiram uma análise da situação atual da prestação jurisdicional do crime de homicídio em Cachoeiro de Itapemirim no período de 2007-2010.

Diante dos resultados, buscou-se estabelecer contextualizações teóricas e comparações com estudos que focam o funcionamento da justiça criminal no Brasil, visando situar a situação do município em um contexto mais amplo, apontando para as similaridades e diferenças, considerando as peculiaridades locais, contribuindo para uma “teorização” mais ampla acerca da persecução penal em crimes de homicídio.

4

## **2. A Prestação Jurisdicional nos Crimes de Homicídio em Cachoeiro de Itapemirim/ES**

### **2.1 Investigação preliminar**

Cachoeiro de Itapemirim conta com um Departamento de Polícia Judiciária (DPJ), que abriga a Delegacia de Crimes Contra a Vida - DCCV, responsável pela investigação dos homicídios no município. O fluxo dos crimes de homicídio em Cachoeiro de Itapemirim não difere muito ao padrão. Quando se encontra a arma realiza-se a perícia de balística. A única informação técnica do inquérito policial é o exame realizado no DML. Ademais, as provas colhidas para buscar a verdade “real” dos fatos se resumem em depoimentos de testemunhas. Em 2008, quando da chegada do atual delegado responsável, o titular acumulava duas delegacias, dentre elas a Delegacia de Crimes Contra a Vida que contava com apenas um escrivão e dois investigadores. Atualmente são dois escrivães e sete policiais investigadores, coordenados por um delegado com dedicação exclusiva.

Após algumas reorganizações na delegacia, foi instituída uma Central de Inquéritos para analisar os inquéritos instaurados que ainda não tiveram conclusão. Muitos desses já possuem mais de 03 (três) anos que foram instaurados.

Não obstante a boa vontade de policiais, delegados e funcionários em geral, trabalhar na Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim era arriscado até para os próprios pesquisadores que frequentaram o local à época da pesquisa. O lamento dos profissionais da Polícia Civil do Espírito Santo em Cachoeiro de Itapemirim é justo. A situação





da estrutura física do prédio era tão deplorável que o prédio foi demolido e hoje o setor funciona em local alugado até a construção de uma nova sede.

Haveria de se esperar que com um número absoluto de crimes proporcionalmente menor do que muitas delegacias do Estado do Espírito Santo, as condições da DCCV (Delegacia de Crimes Contra a Vida) de Cachoeiro de Itapemirim fossem um pouco melhores. Não são. Os recursos para perícias são quase inexistentes. A situação do IML chegou a um ponto de gravidade que o local precisou ser fechado para uma reforma emergencial em 2011<sup>1</sup>. Os funcionários são poucos para os serviços burocráticos do cartório e outras diligências burocráticas. O uso de tecnologia para a investigação dos crimes e produção de provas é quase inexistente. Foram anunciados investimentos e um novo prédio para a Delegacia de Cachoeiro em 2010. Até hoje nada de concreto ocorreu.

Faz-se necessário assinalar, ainda, o depoimento de funcionários da delegacia acerca da troca constante de delegados na Delegacia de Crimes Contra a Vida, tendo a chegada de o atual titular em 2008, representado um momento importante de reorganização interna e estabilização do trabalho. A Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim afirma ter ampliado sobremaneira sua capacidade de resolução dos crimes de homicídio nos últimos anos, chegando ao percentual de 85% dos casos em 2012<sup>2</sup>, o que ainda não foi verificado por outras fontes.

O contraste entre o espaço de trabalho dos policiais, extremamente insalubre e precário em todos os sentidos, desde o cheiro à aparência passando pelas condições sanitárias, com o espaço do Ministério Público e da Justiça é extremamente chamativo. Os prédios à época da pesquisa eram separados por poucos metros. Nada sugere, entretanto, que tal fato facilitasse a relação entre os órgãos.

## 2.2 Dados apurados

No período de 2007 a 2010 ocorreram 175 homicídios, apurados diretamente no estudo de campo na Delegacia de Crimes Contra a Vida. Desses, apenas 83 foram recebidos pela justiça, conforme verificado diretamente no livro Tombo que registra o recebimento dos inquéritos no único Fórum da cidade. Ou seja, cerca de 47% dos inquéritos, quase a metade do

<sup>1</sup>FOLHA DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução de Inquérito Policial em Cachoeiro de Itapemirim**. Disponível em [http://www.folhadoes.com/site/pagina\\_interna.asp?nID=9431&tp=1](http://www.folhadoes.com/site/pagina_interna.asp?nID=9431&tp=1). Acesso em: 10 out 2013.



total do período, ainda não chegou ao conhecimento formal da justiça até o fechamento dessa pesquisa, no dia 31 de março de 2013.

Dos recebidos, nem todos constam no sistema eletrônico, tendo havido a necessidade de apurar alguns dados manualmente no livro tomo.

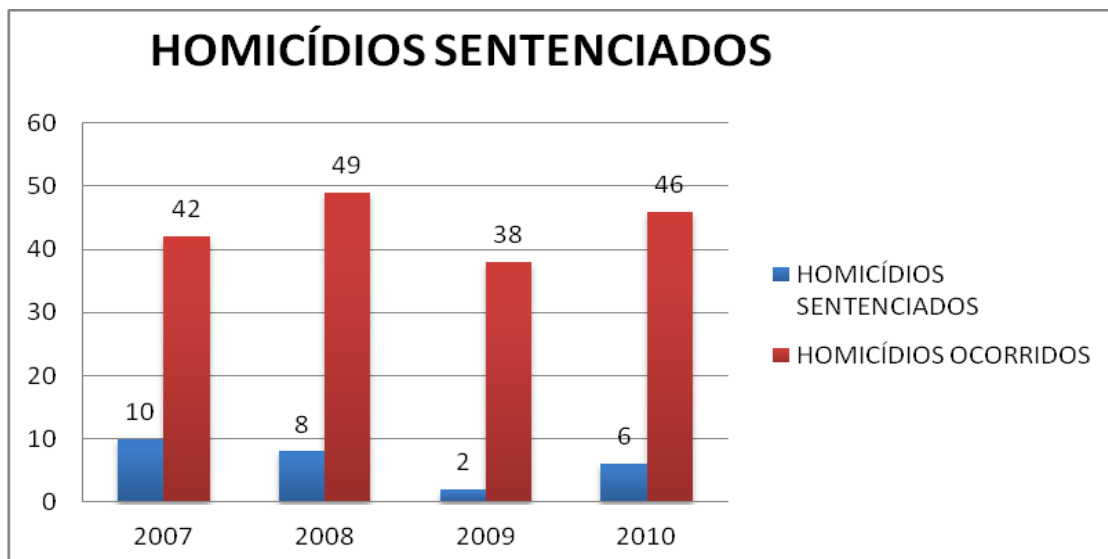
	2007	2008	2009	2010	Total
Homicídios apurados	42	49	38	46	175
Inquéritos remetidos à Justiça até 31 de março de 2013	19	23	20	21	83
Inquéritos não remetidos à Justiça até 31 de março de 2013	23	26	18	25	92

6

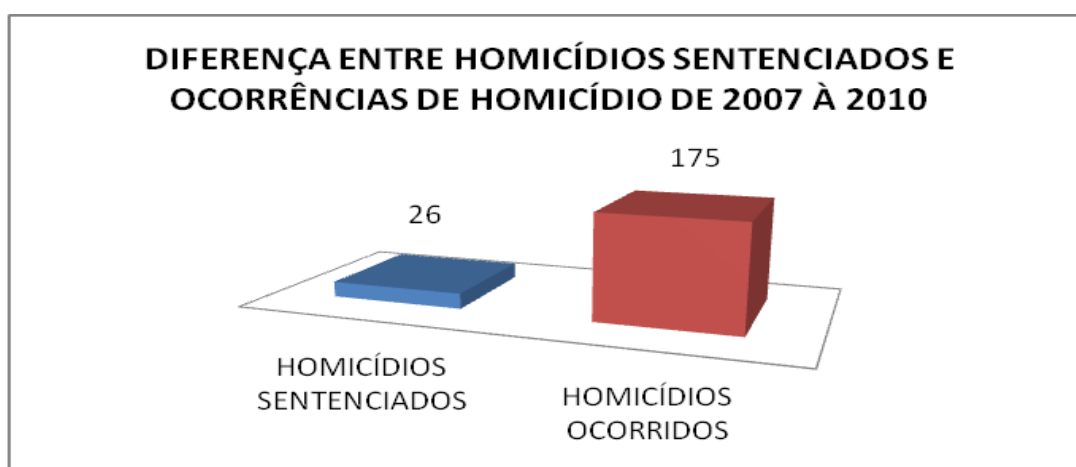
**Tabela 01 – Inquéritos Policiais instaurados e remetidos à justiça em Cachoeiro de Itapemirim/ES – no período de 2007 a 2010**

Os 92 inquéritos policiais que não foram recebidos pela Justiça, não puderam ser analisados no âmbito da persecução penal pelo simples fato de que o sistema judiciário sequer possui conhecimento da instauração destes. Tal fato constitui situação de profundo interesse, já que, somado ao fato de que apenas 26 dos 83 inquéritos recebidos pela justiça terem sido sentenciados com trânsito em julgado, observa-se que aproximadamente 15% dos casos de homicídio no período de quatro anos – 2007 a 2010 tiveram sua prestação jurisdicional completa até o fechamento da pesquisa, em março de 2013.

<sup>2</sup> FOLHA DO ESPÍRITO SANTO. < Reforma no IML de Cachoeiro de Itapemirim/ES>. Disponível em:



**Gráfico 1 - Homicídios sentenciados referentes aos crimes de homicídios ocorridos no período de 2007 a 2010 em Cachoeiro de Itapemirim/ES**



**Gráfico 2 - registro de sentenças nos crimes de homicídios ocorridos no período de 2007 a 2010 em Cachoeiro de Itapemirim/ES**

O inquérito policial à luz da lei processual possui prazos para conclusão a fim de ser remetido ao titular da ação (Ministério Público), não havendo autoria e materialidade do delito a autoridade policial deve requerer dilação de prazo para concluir a peça administrativa, entretanto, muitos inquéritos instaurados continuam na esfera administrativa sem qualquer



andamento, restando, portanto, um processamento moroso, muitas vezes associado aos sentimentos de impunidade e insegurança.

Assim, não observado os prazos legais para conclusão do inquérito policial não permitem a aplicação das garantias constitucionais, conforme descreve Joana Vargas<sup>3</sup>:

O tempo ordenado é definido por regras do processo penal que estabelece a cronologia de intervenção da justiça e que deve ser conhecido e, em princípio, seguido pelos seus operadores. Segundo os manuais de direito, este tempo ritualizado tem por finalidade permitir a aplicação de um direito que proteja as garantias constitucionais<sup>3</sup>.

8

#### PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

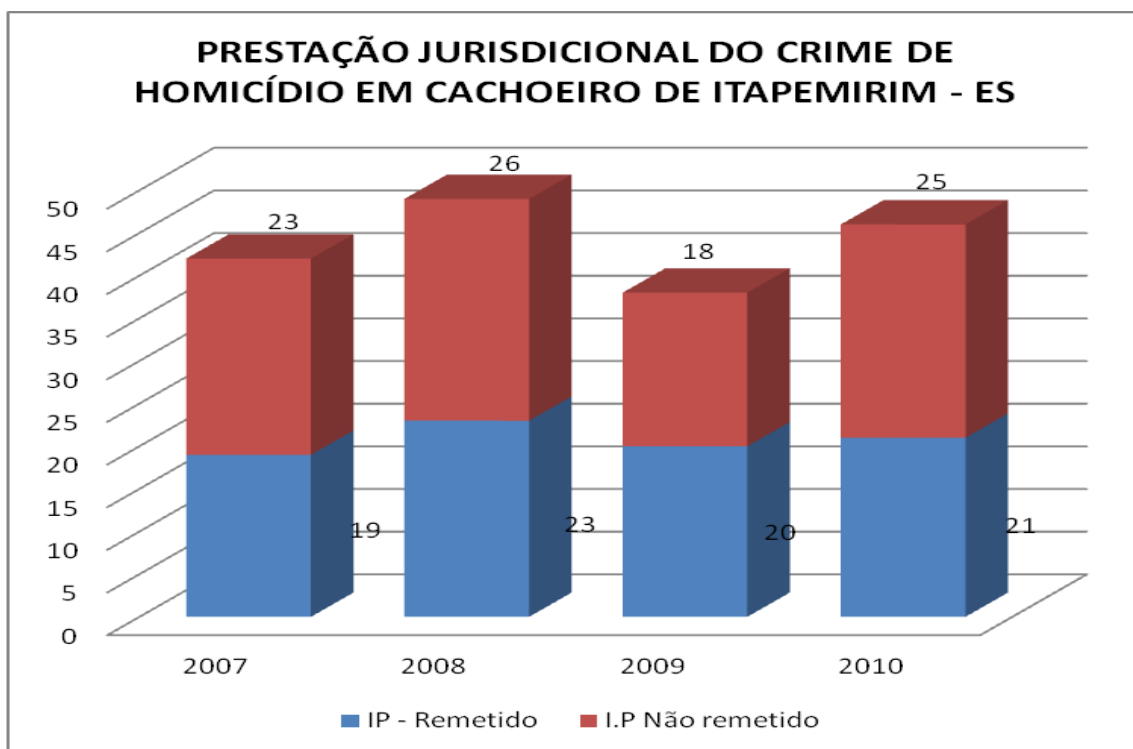
	PRESO	SOLTO
<b>Regra geral</b> <b>(art. 10 do CPC)</b>	10 dias	30 dias

**Tabela 02 – Prazos processuais para conclusão do inquérito policial<sup>4</sup>**

A análise dos dados evidência que no ano de 2007 foram instaurados 42 inquéritos, 23 destes inquéritos não foram remetidos ao Poder judiciário. Essa realidade foi frequente nos demais anos (2008 – 2010), conforme se observa no gráfico abaixo:

<sup>3</sup> VARGAS, Joana. **Estupro: Que justiça? Fluxo do funcionamento e análise do tempo da justiça criminal para o crime de estupro**. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas: Sociologia. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004, p. 207.

<sup>4</sup> Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela. § 1º A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente. § 2º No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas. § 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.



**Gráfico 3 - registro policiais de homicídios dolosos e inquéritos remetidos ao poder judiciário – período de 2007 a 2010**

Não há indicativos de plena eficiência desse procedimento, pois dos 83 inquéritos que chegaram às mãos do Ministério Público, ignorados os 92 que sequer foram encaminhados, 64 se converteram em ações penais e 26 chegaram à fase de condenação.

Considera-se que os problemas administrativos relativos ao funcionamento do sistema de justiça criminal, em especial as ambiguidades já analisadas por Michel Misse<sup>5</sup> e colaboradores sobre o inquérito policial são uma hipótese com amplo poder explicativo desse caso, ainda mais se somado às péssimas condições infraestruturais da delegacia responsável por investigar os crimes de homicídio no município estudado.

Contudo, no pano de fundo dessas explicações, propõe-se que esses mortos constituem o alvo de um tipo de estado de exceção, onde não se pode matar a não ser em certas circunstâncias e em nome de uma vaga noção de “segurança”. Não se trata de afirmar, obviamente, que policiais, promotores ou os operadores em geral do Direito e da Segurança Pública sejam objetivamente a favor das mortes, ou com elas consintam de forma clara. Em

<sup>5</sup>AMORIM, Maria Stella de; KANTE DE LIMA, Roberto; MENDES, Regina Lúcia Teixeira. **Ensaio sobre a igualdade jurídica: Acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005, p. 110.



outros tempos tal concepção poderia, inclusive, ser explícita. Atualmente, percebe-se que os ainda adeptos da máxima “bandido bom é bandido morto” acabam recriminados pelo filtro do “politicamente correto”. O que se pode observar, é que esses operadores em geral, mesmo os bem intencionados, são informados pelo que Misse chama de sujeição criminal, no qual a vítima de homicídio padrão “Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável.” (MISSE, 2010, p.21) <sup>6</sup>

10

O gráfico seguinte permite uma visualização dos dados que colocamos em questão:

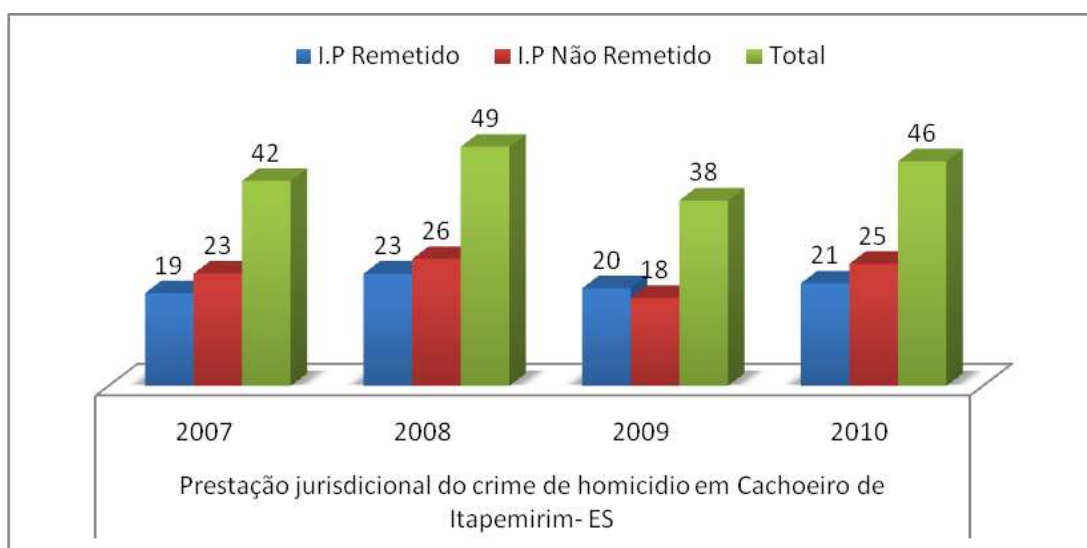


Gráfico 4 - Inquéritos remetidos ao Poder Judiciário - no período de 2007 a 2010 em Cachoeiro de Itapemirim/ES

Os estudos realizados por Michel Misse e colaboradores e que resultaram no livro “O inquérito policial no Brasil, uma pesquisa empírica” apontaram aspectos importantes relativos à tramitação dos inquéritos policiais desde a sua instauração até as decisões adotadas pelo Ministério Público. Serão indicados a seguir alguns dados desses estudos que permitem ter uma noção de como é a situação em algumas capitais do Brasil. Naturalmente, observar esses dados nos permite traçar algum paralelo com a situação encontrada em Cachoeiro de Itapemirim. Há de se ressaltar que o município foco do estudo apresenta diferenças muito significativas em

<sup>6</sup> MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010. P21.





relação às cidades estudadas por Misse e colaboradores. A virtude da comparação, nesse caso, consiste em verificar semelhanças e diferenças em contextos diversos, contribuindo para uma compreensão mais acurada do que seja comum a todo país, independentemente do tamanho da cidade, e o que seja característico de uma grande ou média cidade.

Assim, Misse e colaboradores<sup>7</sup> concluíram que no Rio de Janeiro:

(...) cerca de 92,5% dos registros de homicídios tentados e consumados em 2005 chegaram ao conhecimento do MP dentro de um período de 4 anos e meio – até agosto de 2009 – após sua ocorrência. Apenas 111 inquéritos de homicídios dolosos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro em 2005 chegaram a transformar-se em ação penal, isto é, 3,8%”.

Em Belo Horizonte<sup>8</sup>, capital do Estado de Minas Gerais, os investigadores policiais procuram elucidar os fatos por meio de um farto material probatório baseado em depoimentos. Entretanto, na maioria dos casos analisados, houve lacuna de informação técnica resultando em prejuízo tanto para acusação quanto para defesa.

Os dados demonstram que entre 2000 a2005 em média, apenas 15% das ocorrências de homicídios dolosos registradas foram remetidas à justiça. Essas baixas taxas de esclarecimentos policial dos homicídios tornaram-se objeto das atenções e ações da política de segurança pública implementada em Minas Gerais, que privilegiou, a partir de 2005, o controle dos homicídios com reestruturação da DCCV.

No Distrito Federal<sup>9</sup> foram analisados processos judiciais transitados em julgado e arquivados, referentes ao crime de homicídios dolosos, cujos inquéritos foram instaurados em 2004.

Os dados apurados apontam que foram instaurados 556 inquéritos, apenas 311 converteram em processos judiciais, desses 311 processos, 87 contam como arquivados. Dentre os 87 processos analisados, 68 (78,2%) foram denunciados pelo Ministério Público, 49 (72,1%) receberam sentença de pronuncia do juiz criminal e foram encaminhados ao Tribunal do Júri. Dos que foram pronunciados 22 (44,9%) receberam sentença condenatórias privativas de liberdade”.

<sup>7</sup> MISSE, Michel (org). **O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica.** NECVU/IFCS/UFRJ;BOOKLINK. Rio de Janeiro, 2010, p. 80.

<sup>8</sup>Ibid. p. 128.



Já em Porto Alegre<sup>10</sup>, no período de 2007 e 2008 foram instaurados 326 inquéritos policiais, onde 134 haviam sido remetidos ao poder judiciário e 192 encontravam-se em andamento sem que tenha havido remessa, isto é, “(...) 59% dos inquéritos abertos no período ainda não haviam sido remetidos ao Poder Judiciário, 38% foram remetidos em um tempo de até uma ano da abertura, e 3% com mais de um ano de abertura”.

De modo geral, a pesquisa coordenada por Michel Misse constatou que o índice de elucidação dos crimes de homicídios é muito baixo, bem como a capacidade de produção de provas periciais, ressaltando, ainda, que nos países moderna taxa de elucidação de homicídio é muito maior ante a capacidade de verificar detalhes do crime por provas periciais complexas. Outro aspecto relevante que foi apontado no estudo que em todas as delegacias pesquisadas há excesso de papeis visando uma atividade fim, entretanto, exigências cartorárias, regras de formalização entre a autoridade policial, Ministério Público e Judiciário, tomam excessivo tempo aos agentes e autoridades, entretanto, representam um poder que poucos admitem perder<sup>11</sup>.

No caso de Cachoeiro, a situação precária em termos humanos e materiais parece agravar o problema da “administração” do papel e as condições de perícia são ainda piores do que nas grandes cidades. Nesse quadro, a situação do município poderia ser ainda pior no que se refere à prestação jurisdicional quanto aos crimes de homicídio.

No Estado do Espírito Santo, não foi possível estabelecer uma comparação adequada pela ausência de estudos dessa natureza. O site de notícias G1 em uma matéria datada de 18/06/2012 traz uma afirmação do então Secretário Estadual de Segurança informando que cerca de 16 mil homicídios estão sem investigação no Estado<sup>12</sup>.

Segundo dados da SENASP de 2011, o Espírito Santo possui menos de dois peritos criminais por 100 mil habitantes<sup>13</sup>. No relatório “Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil” do Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2012, o Espírito Santo é

<sup>9</sup> MISSE, Michel (org). Op cit.p. 229.

<sup>10</sup> MISSE, Michel (org). Op cit.p. 334.

<sup>11</sup>MISSE, Michel (org). Op cit, p. 17.

<sup>12</sup> 16 mil casos de homicídios estão sem investigação no ES, diz secretário. Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/06/16-mil-casos-de-homicídios-estao-sem-investigacao-no-es-di-z-secretario.html>. Acesso em 16/agos/2013.

<sup>13</sup>Matéria secundária da “Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública da SENASP – Diagnóstico. Disponível em <http://www.mp.pa.gov.br/upload/noticia/materia%20secundaria%20-%20diagnostico%20-%20editada.pdf>. Acesso em 18 agos2013.



Estado que apresentou maior acúmulo de inquéritos não concluídos. Contudo, o mesmo relatório aponta para uma mobilização dos atores estaduais na direção de corrigir esse fato.

Em pesquisa realizada na Serra, um dos municípios com a maior taxa bruta e proporcional de homicídios do Espírito Santo, Zanotelli<sup>14</sup> informa que

Em 2006 na Serra, segundo as informações da DHPP, a autoria conhecida com inquérito relatado sobre o numero de vitimas foi de 20% e, em 2005 esse número foi de 45%, como veremos na análise do fluxo de inquéritos entre o judiciário, a promotoria e a policia, há ciclos viciosos que fazem com que boa parte dos inquéritos dos homicídios não seja concluída e as autorias apuradas.

13

No mesmo estudo, o autor<sup>15</sup> aponta que

O Ministério Público nos informou que a maioria dos inquéritos na realidade vem sem autoria e vão e voltam várias vezes entre o MP e as Delegacias de Policia responsáveis das investigações. Inclusive muitos inquéritos se encontram vazios e às vezes as vítimas de homicídios tentados não são ouvidas. Certos inquéritos nem os laudos do DML têm. Além do que por medo as pessoas que poderiam contribuir para o inquérito não testemunham. Sem provas os processos ficam parados, são arquivados. Foi-nos informado que mesmo com poucos indícios às vezes é feita denúncia para que a pessoa suspeita não seja colocada em liberdade. Muitas vezes se constrói uma historia um roteiro, um enredo, do crime, sem se saber exatamente como as coisas aconteceram, por pura dedução, pois faltam elementos e provas cabais para condenar, mesmo se tudo concorre contra o suspeito.

Por fim, com um espanto indisfarçável, Zanotelli<sup>16</sup> informa que dos 656 inquéritos e processos referentes a homicídios consumados e tentados no município da Serra, em 2008, apenas três tinham os denunciados condenados e cumprindo pena, no dizer do autor “incríveis 0,45%”.

## Conclusão

Considerando os dados empíricos de Cachoeiro de Itapemirim, ora apresentados, constata-se que a prestação jurisdicional nos crimes de homicídios no período de 2007 a 2010 é

<sup>14</sup> ZANOTELLI, Cláudio. **Planejamento estratégico Agenda 21 2007-2027. Estudo temático Segurança Pública**. Serra, 2008, p.33.

<sup>15</sup>Ibid, p. 89.

<sup>16</sup>Ibid, p. 91.



ineficaz. Após comparação aos dados nacionais, verifica-se que a realidade deste município é similar as grandes capitais do Brasil. Embora o índice de criminalidade seja inferior em relação às capitais analisadas neste estudo e inferior, também, à media geral de mortes por assassinato no Espírito Santo.

Esse quadro lastimável de impunidade no Brasil é decorrente de vários fatores que influenciam na prestação jurisdicional estatal. Um desses é o relacionamento entre o Poder Judiciário, Ministério Público e a Polícia. Esses órgãos que, como regra, deveriam atuar juntos com intuito de garantir à sociedade todos os direitos e garantias constitucionais, apesar de cada órgão possuir suas funções típicas.

O sistema criminal brasileiro apresenta inúmeras ambiguidades que impedem a atuação efetiva do Estado. Constatou-se, através de estudos que o Brasil não possui um sistema criminal e sim “arquipélagos”, haja vista que referidos órgãos não tem ligação efetiva entre si. Na visão do sociólogo Michel Misse<sup>17</sup> cada ilha desse arquipélago possui um saber específico que não funciona na prática.

Além do relacionamento entre os órgãos, existem outros fatores que influenciam na fragilidade da justiça criminal, desde aspectos estruturais, falta de recursos humanos, perícia ineficiente. É notável que a prestação jurisdicional não funciona no Brasil. O que se questiona porque o Estado não possui interesse em resolver esta questão?

No presente estudo constatou-se que a Polícia Civil de Cachoeiro de Itapemirim não apresenta falta de interesse em desempenhar suas atividades - ao contrário - simplesmente não conseguem desenvolver seu trabalho por não terem infraestrutura e policiais suficientes.

Entretanto, apresenta semelhança nas demais regiões do país no que tange ao relacionamento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. No cometimento do delito a Polícia Militar é a primeira a chegar ao local do crime por estar na rua por trata-se de uma polícia ostensiva, no entanto não tem competência para instaurar o inquérito. Muitas vezes não realiza seu trabalho de forma eficiente a fim de resguardar o local de prova o que dificulta o andamento do inquérito. Em seguida, a Polícia Civil chega ao local do crime, normalmente com horas de atraso, para diligenciar acerca de provas para corroborar na conclusão do inquérito. Este

<sup>17</sup> MISSE, Michel. **Pesquisa sobre Inquéritos Policiais “Aspectos Metodológicos”**. Anfiteatro 02 - Anexo do IC 2- CCHN- UFES (Universidade Federal do Estado do Espírito Santo).



sistema não funciona desde a prática da conduta delituosa, assim o trabalho da polícia não tem continuidade o que Michel Misse<sup>18</sup> denomina de “meia polícia”

O inquérito policial no Brasil apresenta resquícios desde período medieval, necessitando, portanto, de uma reformulação em caráter de urgência. Todavia, percebe-se que em outros países que adotaram o mesmo sistema de investigação não enfrentam os mesmos problemas decorrentes no Brasil. Desde modo, porque os fatores históricos que norteiam o procedimento inquisitivo apenas influenciam de maneira negativa na persecução penal no Brasil?

Embora, o Poder Público esteja atuando para melhorar esta questão, considerando o clamor social, não tem atitudes cabais. Ao contrário, buscam alternativas superficiais com intuito de “aparecer” politicamente.

Para o Estado exercer seu poder de punir de forma satisfatória se faz necessária uma reforma no sistema criminal a fim de afastar quaisquer resquícios de um período já ultrapassado com parâmetros constitucionais e investir na infraestrutura das delegacias viabilizando meios para que a polícia possa exercer seu trabalho com um mínimo de dignidade. Desta forma, basta ter interesse público para que a prestação jurisdicional apresente dados de eficiência e principalmente prestar a sociedade justiça.

Vale ressaltar, que além de reformas no sistema criminal e investimento em infraestrutura, se faz necessário que o fiscal da lei (Ministério Público) atue conforme determina os ditames legais. No decorrer do presente estudo constatou-se que o Ministério Público apenas quer acusar, esquecendo de que se trata de um órgão que representa a sociedade e como *custos legis* deve atuar a fim de evitar qualquer impunidade fazendo que a lei seja cumprida para contribuir com a prestação jurisdicional.

É importante ressaltar, ainda, que o Brasil não possui um controle efetivo das mortes decorrentes deste crime tão brutal como homicídio apesar de dados assustadores quanto à prestação jurisdicional do Estado realizado em diversas regiões do País. Muitas mortes não são computadas, os denominados homicídios ocultos ou cifras ocultadas da criminalidade, contribuindo para alto índice de impunidade.

Após o estudo em Cachoeiro de Itapemirim/ES, constatou-se que a persecução penal não funciona, mesmo sendo um município que apresenta baixo índice de criminalidade, mas

<sup>18</sup> Misse, Michel. Op cit.



para surpresa dos pesquisadores este município enfrenta os mesmos problemas das grandes capitais, ante um sistema criminal frágil e vulnerável.

O Espírito Santo foi quem apresentou maior acúmulo de inquéritos inconclusos, em termos proporcionais, no ano de 2012, segundo o Conselho do Ministério Público. Não há estudo desta natureza no Estado para apontar os dados e muito menos indicação dos principais fatores que impedem a resolução dos Inquéritos Policiais instaurados. Diante deste problema, se questiona: Porque Espírito Santo possui uma capacidade ainda mais limitada que outras regiões do país no que se refere ao esclarecimento de crimes e em que esse processo se assemelha e se diferencia dos padrões nacionais em termos de velocidade/lentidão na tramitação processual e taxas de condenação?

Questões cujas respostas não se incluem no escopo desse estudo, mas que continuam a ser perseguidas por diversos pesquisadores pelo Brasil a fora.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Stella de; KANTE DE LIMA, Roberto; MENDES, Regina Lúcia Teixeira. **Ensaio sobre a igualdade jurídica: Acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

ANDRADE, Vinicius Lucio de; OLIVEIRA, Gleick Meira. **Inquérito Policial: um modelo em colapso**. Disponível em: <<http://www.ojs.abarriguda.org.br/index.php/revistaabarrigudaarepd/article/view/10/pdf>>. Acesso em: 26 ser2013.

Senado Federal. **Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração deAnteprojeto de Reforma do Código de Processo Penal**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de EdiçõesTécnicas, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 19. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.





FOLHA DO ESPÍRITO SANTO. < **Reforma no IML de Cachoeiro de Itapemirim/ES**>. Disponível em: [http://www.folhadoes.com/site/pagina\\_interna.asp?nID=21035&tp=1](http://www.folhadoes.com/site/pagina_interna.asp?nID=21035&tp=1). Acesso em 02 de maio de 2013.

FOLHA DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução de Inquérito Policial em Cachoeiro de Itapemirim.** Disponível em [http://www.folhadoes.com/site/pagina\\_interna.asp?nID=9431&tp=1](http://www.folhadoes.com/site/pagina_interna.asp?nID=9431&tp=1). Acesso em: 10 out 2013.

17

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB – **Rev.Bras. de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS/RelumeDumará, n 50, 2 sem, 45-123,2000.

LIMA, Roberto Kant de. **Cultura Jurídica e Práticas Policiais “A TRADIÇÃO INQUISITORIAL”**. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_04.htm)>. Acesso em: 16 de out de 2013.

MACHADO, Antonio Alberto. **Teoria Geral do Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2009.

Matéria secundária da “Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública da SENASP – Diagnóstico. Disponível em <<http://www.mp.pa.gov.br/upload/noticia/materia%20secundaria%20-%20diagnostico%20-%20editada.pdf>>. Acesso em 18 jun2013.

MISSE, Michel. (org). **Inquérito Policial no Brasil**. Uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ/ Booklink, 2010.



MISSE, Michel. **Pesquisa sobre Inquéritos Policiais “Aspectos Metodológicos”**. Anfiteatro 02 - Anexo do IC 2- CCHN- UFES (Universidade Federal do Estado do Espírito Santo).

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REIS. Alexandre Cebrian Araújo e GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

18

SERAFIM, Rafael Largueza. **A atuação do Ministério Público na investigação criminal: uma análise quanto à sua legalidade e necessidade**. Monografia (Bacharelado)<2012>. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/2863/2642>>. Acesso em: 28 set. 2013.

TÁVARA, Nestor. **Curso de Direito Processual Penal**. 6º Ed. São Paulo: Editora JusPodium, 2011.

VARGAS, Joana. **Estupro: Que justiça? Fluxo do funcionamento e análise do tempo da justiça criminal para o crime de estupro**. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas: Sociologia. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

ZANOTELLI, Cláudio. **Planejamento estratégico Agenda 21 2007-2027**. Estudo temático Segurança Pública. Serra, 2008.



## **DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO AO PLANO COLÔMBIA: UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO CONTROVERSO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

OLIVEIRA, Andressa Somogy de  
*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito  
da Universidade Federal Fluminense  
andressasomogy@hotmail.com.br*

19

### **RESUMO:**

O presente trabalho objetiva analisar as Unidades de Polícia Pacificadora que, de acordo com o conceito dado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, teriam como objetivo central proporcionar uma aproximação entre a população e a polícia. Esse novo “modelo de Segurança Pública” seria a forma encontrada pelo Governo do Rio de Janeiro para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Analisaremos os pilares das UPPs, desde o policiamento comunitário, até o Plano Colômbia, buscando demonstrar se os referenciais para a construção do projeto estão sendo utilizados quando ele é colocado em prática. Neste sentido, serão estudadas percepções de moradores e de policiais que moram e trabalham em favelas onde foram instaladas UPPs, visando entender a visão dos principais envolvidos e atingidos por tal projeto de segurança pública.

**Palavras-chave:** unidades de polícia pacificadora – policiamento comunitário – segurança pública

### **ABSTRACT:**

This paper aims to analyze the Pacifying Police Units that, according to the concept given by the Secretary of Public Security of Rio de Janeiro would have as its main objective to provide a connection between the population and the police. This new "model of Public Security" was the way found by the Government of Rio de Janeiro to recover lost territories for trafficking and lead to social inclusion to the poorest part of the population. Analyze the pillars of the UPPs, from community policing to Plan Colombia, seeking to demonstrate that the reference to the construction of the project are being used when it is put into practice. In this sense, perceptions of residents and police who live and work in favelas where UPPs have been installed will be studied, in order to understand the views of key stakeholders and affected by such public safety project.

**Keywords:** pacifying police units - community policing - public safety

## **INTRODUÇÃO**

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) começaram a ser implantadas na cidade do Rio de Janeiro em 2008. Este programa de segurança pública, desenvolvido e posto em prática pelo Governo e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro



(SSP/RJ), teria como objetivos levar paz aos moradores, permitir a entrada de investimentos privados, serviços públicos e de projetos sociais e culturais nas comunidades, além do desenvolvimento econômico e social. Foram instaladas, até julho de 2014, trinta e oito UPPs na cidade do Rio de Janeiro.

A principal justificativa para a criação das UPPs é a necessidade de prover à Polícia Militar do Rio de Janeiro uma tropa capacitada para lidar com ações que tratassem da promoção da ordem pública em comunidades carentes.

Sua implantação, atuação, estrutura e funcionamento estão normatizados no decreto nº 42.787/2011, que traz em seu texto que as UPPs se destinam a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas onde atuam. Embora a SSP/RJ coloque que a polícia de proximidade vai além da polícia comunitária o motivo colocado para tal diferenciação, que seria a parceria entre população e polícia existente na polícia de proximidade, é um dos principais elementos da polícia comunitária que surge nos Estados Unidos na década de 60 e tem como principal característica a participação ativa da população na manutenção da ordem, na administração da segurança e na garantia do cumprimento da lei (MELO, 2009, p. 66).

Sendo assim, a temática que envolve as Unidades de Polícia Pacificadora e os postulados filosóficos que a norteiam são de extrema importância para que, ao menos, se tente evitar que mais uma vez os interesses de mercado e a busca desenfreada pelo lucro passem por cima daqueles que estão no meio do caminho.

## **HISTÓRICO, CONCEITO, LEGISLAÇÃO**

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um programa de segurança pública implantado em 2008 na cidade do Rio de Janeiro pelo Governo do Estado e pela Secretaria de Segurança Pública, que se baseia nos princípios da polícia de proximidade, que iria além da polícia comunitária e teria como base a parceria entre a população e a polícia.

Além de levar paz aos moradores da comunidade, a pacificação tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades (SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, online).



Até julho de 2014 haviam sido instaladas trinta e oito UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Em números, ainda de acordo com os dados da Secretaria, são “1,5 milhão de pessoas beneficiadas, 9.543 policiais com treinamento de polícia de proximidade e 9.446.047m<sup>2</sup> de extensão” (RIO DE JANEIRO, online).

Os precedentes normativos para a criação e instalação das Unidades de Polícia Pacificadora são os decretos nº 41.650 de janeiro de 2009 que dispõe “sobre a criação da unidade de polícia pacificadora” e o nº 42.787 de janeiro de 2011 que dispõe “sobre a estrutura, implantação, atuação e funcionamento das UPPs”, ambos emanados do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro representado pela pessoa do governador Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho. Cabe salientar que tal programa de segurança pública foi desenvolvido pelo Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame.

A Unidade de Polícia Pacificadora teve sua principal justificativa na necessidade que a Polícia Militar do Rio de Janeiro teria de possuir uma tropa que fosse especializada e preparada tecnicamente para executar ações relativas “[...] à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”. Há aqui dois pontos que devem ser analisados, o primeiro deles é o treinamento dessa polícia que atua na “pacificação” e posteriormente na favela “pacificada”, tal treinamento é de responsabilidade da Coordenadoria de Ensino e Pesquisa (pertencente à Coordenadoria de Polícia Pacificadora) que capacita os policiais e difunde os princípios da polícia de proximidade com o objetivo de padronizar as ações policiais nas UPPs visando garantir uma qualificação profissional. Os policiais que trabalham nas UPPs têm que ser recém-formados, passando por seis meses de curso no Centro de Formação de Praças tendo aulas teóricas de: policiamento comunitário, Direito Militar, armamentos menos letais, mediação de conflitos etc. e aulas práticas de: educação física, defesa pessoal, treinamento de tiro e de abordagem de pessoas e veículos em favelas, além de fazerem estágio em uma unidade já implantada.

O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes promoveu em 2010/2011 uma pesquisa que visava descobrir o que pensam os policiais que trabalham nas Unidades de Polícia Pacificadora e que, em última instância, são quem leva adiante esse projeto. A primeira etapa da pesquisa se constituiu de ouvir vinte e nove policiais, dentre eles os comandantes da UPPs pesquisadas, cabos, sargentos e soldados, para montar o questionário. Com o questionário de sessenta questões montado (que abrangeu



temas como perfil dos policiais, formação e treinamento, condições de trabalho, relação dos policiais com moradores, avaliação dos policiais sobre o projeto das UPPs, características da comunidade e grau de satisfação dos entrevistados) foram entrevistados, em seus locais de trabalho, 349 soldados e 10 cabos, de 22 de novembro a 14 de dezembro de 2010. As UPPs pesquisadas foram Batan, Borel, Formiga, Cidade de Deus, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Providência, Chapéu Mangueira e Babilônia e Tabajaras.

Quanto à avaliação da formação profissional, 63% dos entrevistados afirmaram ter recebido uma preparação adequada para trabalhar nas UPPs, embora 48,5% tenham afirmado que sentiam falta de um profissional mais experiente para lhes dar orientações. Os itens que foram considerados como inadequadamente ministrados na formação dos policiais foram: relacionamento com o público (46,5% dos entrevistados acharam que esse item foi ministrado inadequadamente), treinamento de tiro (47,5%), uso de armas não letais (42%) e procedimentos para violência doméstica (43%) (CESEC, 2011, p. 2).

As três principais atividades e atribuições dos policiais das UPPs, de acordo com os entrevistados são: mediar conflitos entre moradores (98,6%), reduzir a violência doméstica (95,8%) e proibir e autorizar atividades de lazer (85,4%). As atividades realizadas com mais frequência são abordagem e revista de suspeitos (79,4%) e recebimento de queixas (59,9%), enquanto que as menos realizadas são atividades com jovens e idosos (12,8%) e reunião com moradores (5%) (CESEC, 2011, p. 3).

Como colocado pelos pesquisadores do relatório, apenas 35,3% dos policiais entrevistados tentaram estabelecer contato com associações de moradores, 18,1% com Organizações não-governamentais (ONGs), 17,9% com grupos culturais e 9,9% com imprensa comunitária (CESEC, 2011, p. 5). Considerando-se a filosofia de policiamento comunitário das UPPs, esses números são bastante baixos e preocupantes.

Para 56,2% dos entrevistados os sentimentos da população das comunidades com relação aos policiais são positivos. A maioria das ocorrências presentes nas comunidades “pacificadas” são: perturbação do sossego (75,1%), desacato (62,6%) e violência doméstica (61,6%). Apesar das ocorrências serem consideradas de menor potencial ofensivo, 94% dos policiais entrevistados acham necessário portar o fuzil no dia-a-dia, o principal motivo para esse uso é o medo de ataques externos de traficantes. Quanto às armas não letais, embora apenas 1/3 dos entrevistados as portem, 95,8% as acham importantes (CESEC, 2011, p. 6-7).





A avaliação das condições de trabalho é preocupante, 80,5% dos entrevistados avaliou negativamente os dormitórios e 64,5% avaliou negativamente os sanitários. 60% dos entrevistados consideram o salário ruim. Dos policiais entrevistados, 31,4% estão insatisfeitos com seu trabalho e 28% se sentem indiferentes. 49,3% afirmam que a mídia retrata as UPPs de maneira mais positiva do que elas realmente são e 70% dos policiais preferia trabalhar fora das UPPs. Cabe salientar que apesar de apenas 31% estarem insatisfeitos, 70% queriam trabalhar em outro batalhão, o que demonstra uma falta de comprometimento dos agentes das UPPs com o projeto (CESEC, 2011, p. 8).

As observações finais colocadas pelos pesquisadores foram que os policiais ainda não se sentem pertencentes a esse modelo de policiamento, alguns elementos básicos do policiamento comunitário não estão presentes nas UPPs como a falta de treinamento adequado em áreas como uso de armas não letais e mediação de conflitos e a falta de contato entre policiais e moradores.

Um dos resultados mais interessantes dessa pesquisa foi com relação à percepção que os policiais tinham das UPPs. 70% concordavam que estas foram criadas para garantir a segurança durante a Copa e as Olimpíadas, 65% acreditavam que as UPPs são um programa eleitoral, 57% afirmaram que a criminalidade não seria resolvida com a “pacificação”, ela só seria deslocada e 68% acreditavam que a escolha das comunidades havia sido feita focando na tranquilização da classe média (CESEC, 2011, p. 12).

Outro ponto que deve ser analisado no texto do Decreto é a questão da pacificação. O que é pacificar para o governo do Rio de Janeiro? Lendo o Decreto 42.787 conclui-se que pacificar seria “[...] consolidar o controle estatal nas comunidades [...]” que estão “[...] sob influência da criminalidade ostensivamente armada e devolver à população a paz e tranquilidade[...]”, garantindo o desenvolvimento social e econômico. Aqui tem-se uma questão intrigante. Em momento algum o Estado toma para si a responsabilidade que lhe cabe de discutir como tal criminalidade conseguiu tanta influência nas comunidades que estiveram abandonadas pelo Estado desde que surgiram. Pelo contrário, as políticas de urbanização nos raros casos em que existem nas favelas são extremamente precarizadas e não-universais, o Estado atua nas comunidades carentes prestando serviços de péssima qualidade, ineficientes, com brutalidade policial e desrespeito aos habitantes (LEITE, 2012).



O Decreto 42.787, que trata da “[...] implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora [...]”, traz em seu texto diversos conceitos, dentre eles o de polícia de proximidade.<sup>1</sup> O conceito colocado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro (SSP/RJ) é de que a polícia de proximidade iria além da polícia comunitária por ter como base a parceria entre a população e a polícia, entretanto, como veremos a seguir, não há diferença entre o conceito de polícia comunitária e o conceito dado pela secretaria de polícia de proximidade e a semelhança entre eles é que ambos são inexistentes nas UPPs.

## POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O policiamento comunitário surgiu no final da década de 60 nos Estados Unidos, tendo como estopim as diversas crises civis ocorridas nessa época. Concluindo que a polícia não sabia lidar com as chamadas “minorias étnicas” (negros, latinos, etc...) tal programa possuía o objetivo de aproximar a polícia da comunidade. Em 1967 a primeira experiência do policiamento comunitário nos EUA foi chamado “policiamento em grupo” que como afirmado por Melo (2009, p. 58), teve seu início na Inglaterra, no período pós-segunda Guerra Mundial, devido a reclamações dos policiais por terem que fazer as rondas individuais. Nos Estados Unidos esse programa propunha que um grupo de policiais fosse responsável por todo policiamento em determinada área, de modo que os moradores da região conhecessem quem ali atuava, promovendo assim uma aproximação entre a polícia e a comunidade. Devido a uma grande resistência por parte dos comandos policiais, o policiamento em grupo não foi bem sucedido.

Entre teóricos, o conceito de policiamento comunitário ainda é controverso, mas há um ponto pacífico: o papel central exercido pela população na administração da segurança (MELO, 2009, p. 66). A lei e a ordem deixam de ser uma obrigação somente da polícia e passam a ser dever da sociedade civil que deve atuar ativamente na manutenção da ordem e para que as leis não sejam desrespeitadas.

<sup>1</sup>Art. 1º - As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação.

Art. 6º § 2º - Os policiais militares classificados nas unidades de polícia pacificadora deverão ter formação especial, com ênfase em Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária [...].



Melo coloca quatro importantes elementos que são intrínsecos ao policiamento comunitário. O primeiro deles é a prevenção do crime com base na comunidade, que seria justamente a posição ativa que a pessoa exerce, sendo intolerante a comportamentos que vão contra a ordem e a sociedade. Quem tem a função de motivar a sociedade civil a agir dessa forma é a própria polícia. É necessário que haja participação da comunidade na manutenção e na gestão da ordem e da segurança.

O segundo elemento essencial do policiamento comunitário é a reorientação das atividades de patrulhamento através, por exemplo, do policiamento sendo feito a pé ou de bicicleta e não com automóveis ou motocicletas, o que proporcionaria uma aproximação entre o policial e a população, tendo entre eles um canal direto de comunicação. Tal reorientação teria um maior caráter de prevenção e incentivaria a postura ativa da sociedade civil, sendo necessária também uma postura mais ativa do policial, que teria que se comunicar mais com os indivíduos da sociedade civil.

O aumento da responsabilização da comunidade seria o terceiro elemento, para isso seriam criados espaços de livre manifestação dos moradores e um mecanismo de controle sobre a polícia, de modo que o morador teria a segurança de não se sentir coagido e saber que suas reclamações e sugestões seriam ouvidas e levadas em consideração. O quarto elemento seria a descentralização do comando policial que se flexibilizaria de acordo com as necessidades e anseios de cada comunidade.

Em suma, o policiamento comunitário eleva em muitos decibéis a comunicação entre polícia, demais órgãos públicos e sociedade civil, recaindo as maiores responsabilidades da interação ao primeiro componente da tríade. (MELO, 2009, p.69)

Dentre os maiores problemas que inviabilizam um policiamento comunitário real, efetivo e eficaz esta a adesão da população e dos policiais. A população não está acostumada com essa participação ativa, e por todo o histórico de violência estatal tem receio e até mesmo temor com relação à polícia, tal aproximação e, por que não, tal convencimento tem que partir dos policiais. Contudo, na maioria das vezes os policiais não estão preparados para buscar essa relação. Como Silva (2012, p. 148-149) aponta:

No caso do policial, há um juízo sobre que tipo de reclamações o morador faria em uma delegacia e isso leva a uma crença de que não adianta a colocação de determinados órgãos de acesso à Justiça nas áreas pobres da



cidade, já que não haveria demanda da população para esse tipo de atendimento. [...] No caso do morador, há ressentimento e falta de confiança de que as suas demandas possam ser atendidas. De fato, o morador tem medo de chegar até o batalhão para pedir ajuda.

Outro fato que colabora para a dificuldade de se ter um programa efetivo de policiamento comunitário é a visão existente na sociedade do “policial de verdade”, que é aquele que dá tiros, combate o crime, prende criminosos. Mediar conflitos, trabalhar em comunidades pacificadas, conscientizar a população não é, nessa visão ultrapassada, ser um “policial de verdade”. Segundo Barbosa (2012, p. 259), é necessário que, antes de tudo, a polícia seja pacificada. Por exemplo, o formato de trabalho de policiais em plantões de 24 por 72 horas dificulta em muito a aproximação destes com os moradores das comunidades. Não se pode ignorar as condições de trabalho dos policiais, que são precarizadas, muitas vezes com equipamentos obsoletos, e péssimos salários que os obriga a buscar o trabalho informal para poder complementar sua renda. Esses são fatores que dificultam muito a existência de uma boa relação entre comunidades e policiais.

É importante destacar um ponto crucial do programa. Ao modificar as funções da polícia, que deixa de servir meramente para controlar o crime e passa a ter também a responsabilidade de manter a ordem, mediar conflitos e resolver problemas, causa uma modificação na essência da polícia, naquilo que a caracteriza. Tem que haver uma assimilação por parte dos policiais que trabalham nessas comunidades, as quais “[...] trazem em si [...] idiossincrasias locais permeadas que são por interesses divergentes e conflitos de ordem diversa” (MELO, 2009, p. 71). Não pode haver imposições de nenhuma das partes, entretanto as experiências de policiamento comunitário que existiram nos Estados Unidos e a experiência das UPPs no Rio de Janeiro nos mostram que houve uma “[...] ampliação dos recursos destinados para o controle social e a (re)produção de consenso a respeito das atividades policiais.” (MELO, 2009, p.113). Em parte, isso ocorre pela falta de treinamento eficaz, por parte do Estado, dos policiais que ali trabalham, de modo que o que deveria fomentar e desenvolver a justiça social acaba apenas reproduzindo e aumentando os mecanismos de controle. Corre-se então um risco grave, que é o de “policializar” (SILVA, 2010) as atividades político-administrativas nas favelas pacificadas e as Unidades de Polícia Pacificadora se tornarem um “braço da repressão”.



Analisando todos esses critérios e características do policiamento comunitário, conclui-se que as UPPs não se utilizam dessa filosofia sendo, na realidade, um poder de polícia que tem três características. A primeira característica é a “produção de territorialidade” através da ocupação do espaço e da tentativa de controle de tudo e todos que por ali transitam buscando-se o “inimigo interno”. Esse controle é exercido pela polícia muitas vezes de forma invasiva, desrespeitosa e preconceituosa com os moradores que são vistos como potenciais criminosos, e não com o apoio e participação destes, o que descaracteriza o suposto policiamento comunitário. Outra característica da UPP é a polícia que ali atua enquanto “agente civilizador”, o que se exerce através do controle dos bailes funks, do volume do som nas festas, da censura das músicas etc.<sup>2</sup> A terceira característica desse programa de segurança pública é a abertura desses territórios para investimentos e ações privadas corporativas, como a legalização da propriedade privada; a oferta de serviços como luz, água, telefone, sinal de televisão a cabo; controle do transporte “informal” etc., cabe ressaltar que tais ações do capital privado geram consequências que muitas vezes prejudicam os moradores, pois o custo de vida aumenta muito e alguns deles são obrigados, por não ter condições, de se mudar das comunidades<sup>3</sup> (BARBOSA, 2012, p. 261-262).

Como foi colocado na conclusão da pesquisa coordenada por Ignacio Cano (2012, p. 172):

Há várias diferenças entre o modelo da UPP e os princípios tradicionais do policiamento comunitário. Entre elas, o funcionamento interno da UPP é fortemente centralizado, o projeto não possui instâncias formalizadas de interlocução comunitária para além do Café Comunitário comum em muitos batalhões, e não adota as prioridades da comunidade na área de segurança como próprias. Em suma, o projeto das UPPs é vertical, de cima para baixo, e de fora para dentro das comunidades, que não possuem muita influência na sua concepção e na sua aplicação.

Segundo Leite (2012, p. 382) a pacificação pretendida se baseia na questão nítida do controle moral e social, busca-se pacificar o morador da favela, transformá-lo em um cidadão nos moldes colocados pelo Estado, adentra-lo dentro da cultura e das normas dominantes, ignorando todas as peculiaridades culturais e morais de cada comunidade.

<sup>2</sup> Não se pretende aqui exercer nenhum juízo de valor sobre as ações policiais nem no que diz respeito aos bailes funks e festas. O que se pretende é tão somente exemplificar ações sociais da polícia enquanto agente civilizador dentro das favelas

<sup>3</sup> Novamente, não se quer aqui fazer juízo de valor.



Não são necessárias mais ações policiais, mas sim reformas sociais. E isso não será conseguido através do policiamento comunitário e nem das UPPs. Tais reformas só serão alcançadas com mudanças na estrutura social, o Estado precisa garantir os direitos sociais de todos, diminuir as desigualdades sociais, sem isso chega a ser ingenuidade acreditar em uma mudança efetiva da polícia que, desde seu surgimento, teve o objetivo primordial de reprimir a pobreza.

## **O PRONASCI E O PLANO COLÔMBIA**

As Unidades de Polícia Pacificadora surgem num contexto em que começou a se visar uma segurança pública voltada para a população, promotora dos direitos humanos e menos violenta. Desde 2007, com a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI) vem se buscando no Brasil, uma segurança pública que seja mais preventiva, tais programas, assim como as UPPs, visariam diminuir o padrão militar existente na segurança pública brasileira.

O Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI) foi criado em 2007 pelo Ministério da Justiça e visa combater a criminalidade através de ações sociais, da reestruturação do sistema carcerário, do fim da corrupção promovida pela polícia, da valorização dos policiais e da participação popular na prevenção da violência.

O Sistema Único de Segurança Pública integra o PRONASCI, visando proteger os direitos humanos, promovendo a dignidade do cidadão resolvendo pacificamente os conflitos, utilizando-se da força somente quando necessário e de maneira proporcional, focando na prevenção e na participação da sociedade civil. O SUSP está previsto no Projeto de Lei 3734/2012 que se originou do Projeto de Lei 1937/2007.

No projeto de lei 3734/2012 estão dispostos também os princípios e diretrizes da Segurança Pública, que deverão ser seguidos e respeitados pelos Estados ao desenvolverem e implantarem suas políticas de segurança pública. Embora o projeto ainda não tenha sido aprovado (em julho de 2014, está pronto para pauta na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados), é interessante analisar essas novas diretrizes, pois muitas delas foram utilizadas na criação, e não na efetivação, das Unidades de Polícia Pacificadora. A segurança pública é colocada, em tais diretrizes, como um direito e uma responsabilidade de todos, e tendo como





princípios: a proteção aos direitos humanos, a promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, o uso proporcional da força, a resolução pacífica dos conflitos e a participação comunitária.

Indo no sentido contrário dessa política nacional, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, se inspirou na experiência do Plano Colômbia para elaborar o modelo fluminense das UPPs (CABRAL..., 2007, online).

Quando surgiu, em 1998, o Plano Colômbia objetivava o desenvolvimento e investimentos em áreas pobres do país, além das negociações de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Entretanto, quando os Estados Unidos começam a participar desse plano, em 1999, as FARC foram excluídas das discussões e começou uma intensa venda de armamento bélico. Ou seja, toda a busca pela paz que havia no plano inicialmente foi substituída por uma guerra contra o narcotráfico, e nada mais. E pior, a linha seguida pelo plano se baseava na política dos Estados Unidos, que vê o consumo de drogas meramente como um problema de produção/venda de drogas, focando na militarização e na estratégia de guerra implantada nos países produtores (cabe lembrar que na Colômbia quase todo armamento é oriundo de empresas bélicas estadunidenses).

A participação dos Estados Unidos no Plano Colômbia, além de afastar as discussões em busca da paz, deu a ele outro sentido. A política estadunidense de combate às drogas sempre teve um eixo central bélico e econômico, colocando o problema como terrorismo e não como questão de saúde pública. Tal fato é facilmente comprovado quando se nota que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano teve uma forte e decisiva pressão vindo das grandes empresas petrolíferas dos Estados Unidos que possuíam reservas na Colômbia à época, como OXY, Harken, BP, Chevron, Texaco, Global, Eron e Halliburton afora a pressão houve também o apoio econômico de UU\$92 milhões (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2001).

Durante todo o século XX os Estados Unidos sempre tiveram uma política antidrogas que criminaliza a todos (vendedores, produtores, usuários) e coloca como principal problema dos altos índices de consumo os “terroristas” que vendiam as drogas para dentro do país. Como não foi capaz de acabar com o tráfico e o consumo internos, o governo estadunidense começou então a pressionar os países que produziam drogas a adotar uma legislação e uma política de combate ao narcotráfico semelhantes às suas (SANTOS, 2006, p.170).



Bill Clinton e Andrés Pastranas (presidente da Colômbia à época) assinaram em 2000 o Plano Colômbia que tinha como principais objetivos oferecer ajuda militar dos Estados Unidos à Colômbia e erradicar ao máximo possível o plantio de coca. Em três anos, dos US\$ 7,5 bilhões previstos em investimentos, US\$ 1,97 bilhões foram transferidos para a execução do plano. Inicialmente, sua previsão de duração seria até dezembro de 2005 (SANTOS, 2006, p. 174-175)

A política inicialmente proposta para o Plano Colômbia retrocedeu mais ainda quando Álvaro Uribe foi eleito como presidente da Colômbia (2002-2006), conhecidamente defensor da política implantada por George W. Bush, Uribe focou numa repressão e numa visão ainda mais militarista do combate ao narcotráfico, “[...] dando uma falsa ideia de segurança e permitindo o aumento de violações dos direitos humanos na Colômbia” (FRAGA, 2007, p. 82).

Para muitos observadores de Direitos humanos e estudiosos do conflito colombiano, a “Política de Segurança Democrática” foi reduzida aos aspectos militares e policiais, não contemplando as questões referentes ao desenvolvimento econômico e social, que são fundamentais para a resolução dos conflitos e para a consolidação de um Estado democrático. [...] Críticas ao Estado, por envolver a população civil no conflito, por disseminar um clima de intolerância e perseguições na sociedade e por ferir os Direitos humanos, foram frequentes ao longo da primeira gestão de Álvaro Uribe (SANTOS, 2006, p. 181).

Essa política pública, que teve como eixo central a militarização, a violência e a não tentativa de paz, além de focar-se na guerra e esquecer-se de políticas públicas que visassem garantia dos direitos fundamentais da população pobre (que é a mais atingida pelo narcotráfico) serviu como exemplo para a construção e consolidação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Dentre os diversos problemas do Plano Colômbia, o maior deles é justamente a falta de interesse em atender as necessidades e expectativas da população empobrecida. Foram gastos bilhões de dólares em uma “guerra” e não houve nenhum tipo de investimento na saúde, na educação, na moradia etc. que são fatores primordiais. O combate ao narcotráfico é necessário, entretanto esse não pode ser o eixo central de políticas públicas e permitir o desrespeito aos direitos humanos e a morte de pessoas inocentes seja por assassinato, seja por falta de alimentação e saneamento.

Lamentavelmente, essa é a mesma lógica que tem sido utilizada nas UPPs, de acordo com dados (BASTOS, 2010), a partir de 2014 os gastos estatais anuais com as UPPs serão de



no mínimo R\$720 milhões de reais, valor maior do que a soma dos Produtos Internos Brutos de 60% dos municípios do Rio de Janeiro, além dos investimentos privados. Embora seja importante ter essa grande quantidade de dinheiro investida em políticas públicas, uma política pública que não foca na questão social e nem nos direitos fundamentais dos cidadãos, que tem um caráter militarista e violento, e pior, que é efetuada apenas nas comunidades próximas a bairros turísticos e entornos das áreas mais movimentadas pelos megaeventos esportivos da qual a cidade será sede (ignorando os bairros que possuem os níveis mais elevados de violência), é mesmo a melhor forma de se investir?

31

Podemos reconhecer aqui a continuidade de uma linha antiga que nos remete aos projetos de modernização pelos quais passou a cidade desde o início do século XX, desde Pereira Passos. Se naquela época eram as políticas de saúde e as preocupações sanitaristas que forneciam a justificativa e o motor para a renovação do espaço urbano, hoje é em nome da segurança que o mesmo se dá, com o bônus de transformar a cidade em uma mercadoria valiosa para o capital imobiliário e para os demais investimentos de toda espécie, entre eles, o turismo nas favelas pacificadas (BARBOSA, 2012, p.263).

### **ALGUNS IMPACTOS DAS UPPS DENTRO DAS FAVELAS: CRIMINALIDADE, PERCEPÇÃO DOS MORADORES E DOS POLICIAIS.**

Em pesquisa desenvolvida em 2012, coordenada por Ignacio Cano, foi feita uma análise da incidência criminal nas comunidades antes e depois da “pacificação”, considerando as treze primeiras UPPs instaladas (de Santa Marta a Morro dos Macacos), tendo como fontes o Instituto de Segurança Pública e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CANO, 2012).

De acordo com tal pesquisa, houve uma redução de 75% do número de mortes violentas, sendo que essa redução é maior para as mortes em intervenções policiais, os conhecidos “autos de resistência” e menor para os homicídios dolosos, é uma redução de quase sessenta mortes por mil habitantes. Houve também uma redução de quase 50% no número de roubos. Ou seja, as mortes de civis por ações policiais se tornaram quase inexistentes, assim como os roubos, demonstrando uma diminuição nos confrontos armados pelo território e uma ação policial menos letal. Outros crimes como ameaças, crimes relativos a drogas, lesões dolosas e furtos tiveram um aumento considerável, tendo quase triplicado. Importante ressaltar que tanto a diminuição dos homicídios e roubos quanto o aumento de



registros de furtos, lesões e ameaças é uma tendência em toda a cidade do Rio de Janeiro desde 2009, sendo difícil afirmar que esses fatores tenham sido devidos somente pela instalação das UPPs. Além disso, o aumento de alguns crimes pode ter se dado pelo aumento do sentimento de segurança da população que, com as UPPs, se sente mais a vontade para denunciar a ocorrência destes delitos. Nas comunidades onde há Unidade de Polícia Pacificadora, a grande diminuição no número de homicídios se deu pela diminuição dos confrontos com a polícia, já os homicídios dolosos sem envolvimento policial foram menos reduzidos nas comunidades “pacificadas”.

Estupros e furtos tiveram maior registro dentro das comunidades com UPPs do que na cidade em geral. No caso dos registros de estupros, por exemplo, em 2007 eram dois casos por mês (dentro das comunidades analisadas que ainda não eram “pacificadas”) e, em 2010, esse número subiu para cinco casos por mês. Os roubos tiveram queda mais acentuada na UPPs do que na cidade.

Apesar dos índices demonstrarem uma diminuição na disputa pelo território, é consenso entre policiais e moradores, conforme colocado na pesquisa coordenada por Cano, que o tráfico ainda existe dentro das favelas, entretanto com menos armamento e menos poder. Quanto aos crimes que tiveram aumento nos registros, são colocadas duas explicações. A primeira delas é que os moradores agora registram na delegacia a ocorrência desses crimes e a segunda afirma que com o fim do domínio pelo tráfico o julgamento que era feito pelos traficantes, que matavam, expulsavam e/ou torturavam quem cometia esses delitos, não existe mais.

Outro ponto que deve ser analisado quando se fala das Unidades de Polícia Pacificadora é a percepção dos moradores das comunidades onde elas foram instaladas e dos policiais que ali atuam. É claro que os relatos e percepções são muito diversos, mas há sempre alguns pontos em comum. Nas diversas pesquisas analisadas, nos relatos e entrevistas em jornais e revistas, nota-se que a maioria dos moradores se sente feliz com as UPPs no sentido da redução da criminalidade, por ter o direito de ir e vir, pela diminuição da influência do tráfico na vida das pessoas, principalmente dos menores de idade. Entretanto, as ações policiais sempre geram críticas e questionamentos, é quase unânime a fala dos moradores no sentido de criticar os abusos policiais e as abordagens violentas.



Porque eles chegam pra revistar as pessoas, já chegam batendo. Já presenciei isso perto da minha casa, já chegam batendo. Já falam, falam direito... —Encosta aí, acabou. E, ficam aí catucando, eles pegam a identidade e ficam... Olham e reolham até achar. Eles querem é achar alguma coisa, não conseguem... (I., 22 anos, desempregada, moradora do Morro dos Macacos) (CANO, 2012, p. 117).

Outra questão que sempre é colocada pelos moradores é quanto aos impactos sociais e econômicos das UPPs. Esse fator varia muito de uma comunidade para a outra, sendo que em algumas é notável a melhora das atividades comerciais, geração de empregos, estimulação do mercado local, cursos de formação. Enquanto que em outras comunidades a regularização de serviços públicos e atividades econômicas geram aumento do custo de vida, tanto para o comerciante que tem que se regularizar quanto para o consumidor que paga mais caro pelo serviço legal do que pagava pelo que era fornecido ilegalmente. Infelizmente, na maioria das comunidades o aumento do custo de vida tem sido maior e mais preocupante do que o aumento de oportunidades.

Os policiais militares que atuam nas UPPs também têm muitas críticas a esse projeto. A primeira delas é que ele estaria diretamente ligado a interesses políticos, eleitoreiros e partidários. Exemplo disso é o uniforme que os policiais utilizam, que embora passe uma boa imagem é danoso para que se exerça adequadamente as atividades policiais. De acordo com os policiais entrevistados, o uniforme utilizado pelos policiais que andam no asfalto é o chamado MUG que é uma farda operacional para ser utilizada no dia-a-dia do policial. O uniforme utilizado pelos policiais das UPPs é um uniforme para cerimônia, é uma calça social e uma camisa, o que torna o uniforme inviável para quem tem que andar no morro, subindo e descendo escadas íngremes (CANO, 2012, p. 134).

Como já colocado, na pesquisa do CESeC conclui-se que 70% dos policiais das UPPs preferiam trabalhar no batalhão do que nas comunidades e diversos são os motivos dessa falta de comprometimento e dessas infelicidades dos agentes. As condições de trabalho, conforme também colocado na pesquisa, são muito ruins e mais difíceis dentro das comunidades, isso porque o dia-a-dia do policial que trabalha no morro é mais intenso, visto que os policiais tem que subir e descer o morro a pé; muitos policiais tem que se deslocar até o batalhão para ter acesso à viatura e à arma, o que torna mais demorado e trabalhoso o início da jornada; muitas UPPs tem sua sede em ‘containers’ o que torna as condições profissionais bastante precárias, além da falta de sanitários espalhados pelas comunidades; a maioria das UPPs possuem



alojamentos de baixa qualidade, sendo que muitas nem tem alojamentos, o que dificulta a vida dos policiais que, em sua maioria, moram longe da Zona Sul, da Tijuca e do Centro, que são as regiões onde mais tem UPPs, além do tempo que eles perdem se deslocando até as comunidades; os policiais da UPP recebem gratificações determinada por lei, entretanto essa gratificação, que é paga pela Prefeitura, sempre sofrendo atrasos, além de ocorrerem descontos mensais devido aos impostos e o não recebimento dos auxílios-transporte, ou seja, o que era pra ser uma gratificação acaba, muitas vezes, se tornando um peso para o policial.

Outro problema enfrentando pelos policiais é que o policiamento nas UPPs foge daquele policiamento padrão, de prender bandidos, o que faz com que muitos se sintam desrespeitados enquanto policiais. Não há um esforço na mudança de pensamento dos agentes, eles são enviados para as UPPs, para um novo modelo de policiamento, uma nova filosofia com uma visão doutrinária totalmente nova para eles, sem que estejam devidamente engajados e preparados para isso. O relato abaixo de um policial explicita bem essa questão:

Porque o batalhão é mais trabalho de polícia, né. Tem um sistema melhor, uma liberdade pra se trabalhar. As pessoas te respeitam mais, na verdade. Aqui é muita política. Aqui, você não é tratado como polícia, aqui você é tratado como UPP. Eles nem te chamam de polícia, eles te chamam de UPP. Nós somos os UPPS. No batalhão, você tem um respeito maior, as pessoas te respeitam (CANO, 2012, p. 137).

É de suma importância que se destaque os problemas vividos pelos policiais militares que atuam na UPPs. Embora haja muitos casos de violência policial e ação truculenta e desrespeitosa desses dentro das comunidades “pacificadas”, há muitos agentes que estão trabalhando de maneira extremamente precarizada nas UPPs, sem receber os incentivos que lhe foram prometidos, sendo desrespeitados pelo Estado, colocados em uma situação totalmente desfavorável, posto que a relação dos policiais com os moradores das favelas nunca foi boa. Eles sempre foram vistos com desconfiança e até mesmo raiva pelos moradores e, de repente, após uma ação muitas vezes violenta das Forças Armadas e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) são colocados dentro das favelas para mediar conflitos, manterem a ordem, se relacionarem com a população de maneira pacífica. Embora a tentativa do policiamento comunitário seja boa, a maneira como ela tem sido posta em prática não é satisfatória nem para a população e nem para os agentes do Estado. O treinamento policial não é sempre adequado e a população não é preparada para receber os policiais





militares dentro das favelas e encará-los como companheiros na manutenção da ordem, como alguém com quem conviverão e trabalharão junto.

A situação da polícia dentro das UPPs apenas corrobora a falta de maturidade desse projeto de segurança pública, que impôs mudanças nas vidas de muitas pessoas sem estar com todos seus detalhes acertados e sem prever as consequências para todos os envolvidos nesse processo de “pacificação”.

## CONCLUSÃO

“Isso é desastroso. É uma arma de guerra, uma arma de operação policial em comunidades, em favelas. Não é uma arma para ser usada num ambiente urbano.” (PIMENTEL, 2013). Foram essas as palavras de Rodrigo Pimentel, analista de segurança pública, ao comentar a ação de um policial que atirou para cima com seu fuzil quando, no dia 17 de junho de 2013, manifestantes tentaram invadir e destruir a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Criticando essa ação, Pimentel, que foi capitão do BOPE durante cinco anos, explicou que esse tipo de armamento só pode ser utilizado em operações dentro de favelas.

Refletindo sobre essa frase, que foi veiculada no jornal RJTV da Rede Globo, e comparando a repercussão que teve as ações violentas da polícia no dia 13 de junho de 2013 na Avenida Paulista, onde muitos se feriram mas, felizmente, não houve mortos, e as ações violentas da polícia no Complexo da Maré nos dias 24 e 25 de junho desse mesmo ano onde pelo menos dez pessoas foram assassinadas, se faz necessário o questionamento: a vida no ambiente urbano vale mais do que a vida na favela?

Políticas públicas como as Unidades de Polícia Pacificadora demonstram, mais uma vez, a tentativa de dar uma sensação de segurança à sociedade mantendo as fronteiras bem colocadas. A intervenção estatal continua sendo mínima na garantia dos direitos sociais, e máxima na garantia da segurança através da força e da violência. Grande parte da sociedade se sente segura, a imprensa divulga a felicidade dos moradores que não temem mais o tráfico (se esquecendo de divulgar as violências e arbitrariedades cometidas pela polícia “pacificadora” dentro das favelas), o Rio de Janeiro fica bem visto internacionalmente como a cidade olímpica e os investidores privados tem seu mercado consumidor expandido.

Eliana Silva, moradora do complexo da Maré por mais de trinta anos e autora do livro “Testemunhos da Maré” afirma: “Os moradores precisam ser incorporados à pacificação e



devem se tornar sujeitos desse processo. Eles têm consciência disso. Agora é o estado que têm que vê-los dessa forma” (OS DESAFIOS..., 2013, online). A segurança nunca foi um direito dos moradores das favelas, eles sempre foram os empecilhos das políticas de segurança pública e nunca os contemplados por ela.

É necessário que mude essa realidade, que se entenda as complexidades dos moradores das comunidades e como estes se relacionam com a polícia, é impossível se desfazer um histórico de anos de violência e repressão policial e querer que de repente a população passe a se relacionar com a polícia sem medo e sem restrições e contribua com os agentes policiais. Apesar de ter o policiamento comunitário como filosofia a ser seguida, as UPPs não têm alcançado esse objetivo, pois ocupam espaços urbanos para combater um inimigo, utilizam-se de agentes civilizadores e abrem-se os territórios para investimentos privados. De modo que a presença policial acabou gerando apenas um maior controle social e moral dentro das comunidades.

A desconfiança existente entre moradores e policiais deslegitima a presença do Estado dentro das comunidades. O Estado representado pelos seus agentes tem que provar à comunidade que essa é uma política pública que visa garantir direitos e não criminalizá-lo novamente. Só assim as Unidades de Polícia Pacificadora se tornarão efetivamente uma política pública, e não um mero instrumento de controle social dos moradores das comunidades exercido pela polícia através da lógica de guerra e da militarização dos conflitos sociais.

É importante ressaltar que para haver uma política eficiente de segurança pública se faz necessária uma participação efetiva do Estado nessas comunidades, proporcionando infraestrutura, melhorias na saúde, na educação, lazer, moradia, saneamento básico, investimentos que gerem empregos, segurança, ou seja, condições dignas de vida e não de mera sobrevivência. O Estado tem um dever constitucional, expresso nos artigos 5º e 6º da Carta Magna, de garantir os direitos básicos de toda população. “Pacificar” através de ações violentas das Forças Armadas, abrir espaço para os investimentos do capital privado e cobrar impostos não são ações suficientes para que se tenha uma política pública eficaz e legítima dentro das favelas. São necessários projetos públicos que rompam com a desigualdade social para que haja segurança ampla e não somente controle violento dos pobres.



As Unidades de Polícia Pacificadora nada mais são do que a continuação das reformas urbanas do início do século 20 que queria acalmar a sociedade e buscar investimentos privados, são reformas que não pensam na questão social, apenas na econômica. As remoções violentas, o uso de força policial, a exclusão social, a remoção das pessoas, são características dessa política pública que se utiliza da segurança pública como carro-chefe e ignora todos os problemas sociais, políticos, econômicos, culturais etc. que permeiam a questão das favelas. Tenta higienizar, militarizar, combater o “inimigo do Estado” como se este fosse um criminoso e não um conjunto de problemas que vem se estendendo por séculos.

37

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. *Proyecto sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina*. Washington, 2001. Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org/>>. Acesso em: abr. 2014.

BARBOSA, Antonio R. Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro *In: Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 256-265, 2012.

BASTOS, Marcelo. Gasto com UPPs do Rio no ano da Copa será de R\$ 720 milhões. *R7 Notícias*, Rio de Janeiro, 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/gasto-com-upps-do-rio-no-ano-da-copa-sera-de-r-720-milhoes-20111210.html>>. Acesso em: jun. 2014

CABRAL diz que vai à Colômbia para aprender a recuperar áreas degradadas. 20 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2007/not20070220p14497.htm>>. Acesso em maio 2014.

CANO, Ignacio (Coord.) *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Cooperação com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012. Disponível em: <<http://riorealblog.files.wordpress.com/2012/07/relatc3b3riofinalcaf13.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.



CESeC *Unidades de Polícia Pacificadora*: o que pensam os policiais: relatório de pesquisa. Mar. 2011. (Mimeo). Disponível em:

<<http://riorealblog.files.wordpress.com/2011/05/pesquisa-upp-o-que-pensam-os-polciais-com-introduc3a7c3a3o-21.pdf>>. Acesso em jul. 2014.

FRAGA, Paulo C. P. A geopolítica das drogas na América Latina. In: *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 67-88. 2007.

LEITE, Márcia P. *Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação*: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012.

MELO, Thiago de S. *Policiamento comunitário no Rio de Janeiro: uma estratégia de ampliação do controle social no contexto do neoliberalismo*. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

OS DESAFIOS da Maré. 26 fev. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/os-desafios-da-mare-7557579>>. Acesso em: abr. 2014.

PIMENTEL, Rodrigo. *Especialista em segurança pública comenta ação de policiais durante manifestação* [jun./2013] Entrevistador: RJTV. Disponível em:

<<http://globov.globo.com/rede-globo/rjtv-1a-edicao/v/especialista-em-seguranca-publica-comenta-acao-de-policiais-durante-manifestacao/2640971/>>. Acesso em jul. 2014.

RIO DE JANEIRO. *UPP*: Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em:

<<http://www.upprj.com/>>. Acesso em: abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. *Instituto de segurança pública*. Unidades de Polícia Pacificadora – o que são. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=261>>. Acesso em abr. 2014.

SANTOS, Marcelo A política dos Estados Unidos de combate ao narcotráfico e o plano Colômbia (1998-2005). *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.12, n.22, p. 169-188, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

*UPP*: Unidade de Polícia Pacificadora. 12 abr. 2012. Disponível em:

<<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=1349728>>. Acesso em: jun. 2014.

SILVA, Eliana S. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.



## **CONTROLE SOCIAL INSTITUCIONAL REPRESSIVO E O PAPEL DO ESTADO**

SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco

*Estudante de Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG*  
*lupsilvestre@hotmail.com*

BOURGUIGNON, Jussara Ayres

*Professora adjunta da UEPG no curso de graduação em serviço social e pós graduação em Ciências Sociais Aplicadas*  
*jubourg@yahoo.com.br*

39

### **RESUMO**

Este artigo apresenta parte da dissertação de Mestrado que teve como título “Privação de liberdade e a criminalização de adolescentes: um estudo sobre o Centro de Socioeducação de Ponta Grossa”. Tratou-se de uma pesquisa interdisciplinar, de cunho sociojurídico, que articulou as dimensões qualitativa e quantitativa, através do estudo de caso. Apresenta-se parte da pesquisa bibliográfica e documental que possibilitaram a identificação de alguns dos aspectos que apontam para o controle institucional repressivo do Estado diante de um processo de etiquetamento que seleciona pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica para uma atenção privilegiada e coercitiva do sistema de segurança pública através de mecanismo de repressão.

**PALAVRAS- CHAVE:** Controle social; Criminalização; Estado.

### **ABSTRACT**

This article presents part of the Master's thesis which was titled "Deprivation of liberty and the criminalization of adolescents: a study of the socio-educational center of Ponta Grossa." This was an interdisciplinary research, sociojurídico die, which articulated the qualitative and quantitative dimensions, through the case study. It presents part of the literature and documents which enabled the identification of some of the aspects that point to the repressive institutional control of State before a labeling process that selects people facing socioeconomic vulnerability to a privileged and coercive attention of the security system public through repression mechanism.

**KEY-WORDS:** Social control; criminalization; State.



## Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de Mestrado<sup>1</sup> que teve como título “Privação de liberdade e a criminalização de adolescentes: um estudo sobre o Centro de Socioeducação de Ponta Grossa”<sup>2</sup>. O objeto da pesquisa foi as relações existentes entre a privação de liberdade e a criminalização de adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação no Cense de Ponta Grossa<sup>3</sup> – Pr, a partir dos aspectos socioeconômicos. Tratou-se de uma pesquisa interdisciplinar, de cunho sociojurídico, que articulou as dimensões qualitativa e quantitativa, através do estudo de caso.

Para este artigo apresenta-se parte da pesquisa bibliográfica e parte da pesquisa documental que possibilitaram a identificação de alguns dos aspectos que apontam para o controle institucional repressivo do Estado diante de um processo de etiquetamento que seleciona pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica para uma atenção privilegiada e coercitiva do sistema de segurança pública através de mecanismo de repressão.

## Desenvolvimento

A fim de buscar subsídios para identificar os fatores que vêm contribuindo para que o controle social institucional exercido pelo Estado seja repressivo, criminalizando determinadas parcelas da população, e que acabam por atingir também de forma direta determinados adolescentes<sup>4</sup>, refletiu-se sobre o Estado, com apontamentos acerca das finalidades que determinaram a formação deste e os instrumentos utilizados desde a sua gênese a fim de cumprir com as referidas finalidades, considerando, ainda, os elementos específicos da formação do Estado Democrático de Direito no Brasil. Diante do que, apontou-se para alguns aspectos que acabam por interferir nas possibilidades de efetivação dos instrumentos legais constituídos a partir deste processo de redemocratização, que teve no país como um importante marco legal a promulgação da Constituição Federal de 1988.

<sup>1</sup> Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, concluído em 2013, disponível na íntegra no site: [http://www.bicen-tede.uepg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1005](http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1005).

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada mediante autorização da COEP da UEPG, que emitiu parecer nº 134/2011 aprovando a pesquisa no dia 24/11/2011, e da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, sendo estas as autoridades competentes que precisavam autorizar a realização desta pesquisa.

<sup>3</sup> O Cense de Ponta Grossa é uma das 19 unidades de execução de medida socioeducativa de internação do Estado do Paraná. Atualmente as referidas unidades estão sob a gestão da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

<sup>4</sup> O art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente define “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.”





O controle social, conforme define Zaffaroni (2011), mantém estreita ligação com as relações de poder existentes na sociedade, através do que se “[...] ‘controla’ socialmente a conduta dos homens [...]” (ZAFFARONI, 2011, p. 62), com a finalidade de constituição de uma sociedade “disciplinada” e “harmônica”.

Ao falar sobre a estrutura de poder, diante do que existem “[...] grupos que dominam e grupos que são dominados” (ZAFFARONI, 2011, p. 62), pode-se identificar que estas relações estabelecidas acabam por definir de que forma o controle social é exercido, o que se diferencia de acordo com a maneira como se constitui cada sociedade, tornando o controle social mais difuso ou mais institucionalizado, considerando as relações de poder existentes. Conforme define Zaffaroni (2011), esta análise não pode ser realizada somente a partir da ótica do direito penal, pois este fenômeno tem uma amplitude muito maior, diante do que, o autor declara:

[...] é mister analisar a estrutura familiar (autoritária ou não), a educação (a escola, os métodos pedagógicos, o controle ideológico dos textos, a universidade, a liberdade de cátedra etc), a medicina [...] e muitos outros aspectos que tornam complicadíssimo o tecido social. (ZAFFARONI, 2011, p. 63)

Ressalta-se que estes se constituem como alguns dos mecanismos de controle social difusos existentes em nossa sociedade.

No entanto, quando se trata do controle social institucional, Zaffaroni (2011) considera as grandes possibilidades de que ele tenha caráter mormente punitivo, ressaltando que quando se fala em institucional não se refere somente às cadeias ou penitenciárias, mas também aos hospitais psiquiátricos, aos asilos, aos abrigos e, acrescente-se a estes, os Centros de Socioeducação, ou outras nomenclaturas dadas as entidades que executam a medida socioeducativa de internação. Zaffaroni faz ainda uma classificação destes mecanismos de controle social institucionalizado entre os que são punitivos com discurso punitivo, como é o caso das penitenciárias e outros ligados diretamente ao sistema penal, e as instituições que são punitivas com discurso não punitivo, conforme citado anteriormente em que se classificam também os Centros de Socioeducação.

O Estado mantém ainda hoje, como uma de suas principais funções, o controle social institucional, além de exercer o controle social difuso, com o objetivo de buscar garantir, conforme se relata anteriormente desde sua origem, que é a vida em sociedade, dentro de um contexto de relações de poder constituídas e que se dão de forma desigual e excludente. Estes fatores, analisados em conjunto, permitem identificar os elementos que determinam que o



controle social não seja exercido da mesma forma diante de toda a sociedade, mas que se mostre muito mais punitiva diante de determinadas parcelas da população.

Busato (2008), faz importantes reflexões no que se refere às formas como o direito penal vem contribuindo para este processo, quando descreve que:

O discurso que aparece então é o da necessidade absoluta de segurança, que faz justificar um tratamento diferenciado e recrudescente ao delinquente, convertendo o modelo de controle social do intolerável em um modelo intolerável de controle social, transformando-se de um Direito Penal do risco em um Direito Penal do inimigo. (BUSATO, 2008, p. 97).

42

Fato que, conforme menciona o autor, se refere a “[...] institucionalizar a diferença de tratamento entre o ‘cidadão’ e o ‘inimigo’ [...] legitimando o Estado a escolher o perfil dos ‘inimigos’ de plantão” (BUSATO, 2008, p. 112) processo que dentro do sistema penal é denominado como ideologia da defesa social em que “[...] o delito e o delinquente seriam o mal e a sociedade o bem” (BISSOLI FILHO, 2002, p. 76). Esta divisão nos remete a teoria contratualista, no que se refere à formação do Estado e às finalidades atribuídas a este diante da organização da vida em sociedade, em que se abre mão da vida no estado de natureza a fim de buscar a proteção diante de um estado de guerra que seria instituído sem a presença de um poder regulador das relações.

O fato é que este “inimigo” não é um ser indefinido dentro da sociedade em que vivemos, mas foi criado a partir de características, estereótipos, estigmas específicos, que os tornam vulneráveis<sup>5</sup> diante do sistema penal e diante de outros mecanismos de controle social punitivos já mencionados. Este processo, conforme Mongruel, é denominado como teoria da rotulação ou enfoque do etiquetamento, e se constitui em processos formais e informais de seleção de pessoas a serem criminalizadas, pois se diz sem dúvidas que não são todas as pessoas que cometem contravenções penais ou atos infracionais que são responsabilizadas por isto, o que

<sup>5</sup> Pautamos a concepção de vulnerabilidade conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004), que ao definir os usuários da referida política, descreve “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.” (BRASIL, 2004, p. 33). Desta forma, as situações de vulnerabilidade podem estar relacionadas a fatores econômicos ou a outros fatores que levam a fragilização de vínculos familiares e comunitários ou discriminações, enquanto que as situações de risco podem resultar de determinadas vulnerabilidades existentes, e se referem a situações de violações de direitos, como situações de violência e rompimento de vínculos, por exemplo, situações que demandam serviços mais complexos e sendo compreendido pela Política Nacional de Assistência Social (2004) como de proteção social especial.



nos remete a compactuar com Mongruel quando afirma que “[...] o processo de criminalização é um processo de produção de criminosos” (2002, p. 171).

Em geral, é bastante óbvio que quase todas as prisões do mundo estão povoadas por pobres. Isto indica que há um processo de seleção das pessoas às quais se qualifica como ‘delinquentes’ e não, como se pretende, um mero processo de seleção de condutas ou ações qualificadas como tais. (ZAFFARONI, 2011, p. 60).

Desta forma, a criminalidade se constitui como uma característica, uma etiqueta atribuída a determinados sujeitos e que seleciona os indivíduos a serem criminalizados, o que para Péres (2002), ocorre primeiro através da definição legal do que é o crime e posteriormente pela seleção que etiqueta, seleciona o autor como criminoso entre todos os que praticam a referida conduta. Ressalta ainda que:

[...] a regularidade com que os estratos sociais mais pobres são envolvidos neste processo desnuda a constatação de que a criminalidade, sob tal ângulo, se afigura como uma realidade social construída de forma extremamente seletiva e desigual. (PÉRES, 2002, p. 68).

Através deste enfoque, identifica-se que o criminoso é criado a partir de determinados atributos e características decorrentes da condição social e econômica em que vive. Ressalta-se que este processo de etiquetamento recebeu em outro momento enfoque biologista a partir da teoria Lambrosiana, que:

[...] proporcionou uma justificação ‘científica’ dos três p do sistema penal: pobre, preto e prostituta. Mostrando que o delinquente é feio, tem características físicas da pobreza, não sabe escrever direito, não tem gosto pela poesia, usa gírias, tem alta incidência de cáries, não é dado aos valores do atual estágio da civilização. (OLIVEIRA, 2002, p. 199).

De acordo com esta teoria, existiria uma propensão da população possuidora das características descritas a cometer crimes, tornando-as vulneráveis diante dos mecanismos de controle social, especialmente os de caráter punitivo.

Estes fatos, além de deixar determinadas parcelas da população, que se enquadram nos estereótipos citados, em consideráveis desvantagens diante do sistema penal, as tornam as principais vítimas da violência e as que apresentam maiores dificuldades em constituir defesa, apesar do estabelecimento legal de garantia de defesa em todas as fases do processo.

O processo de etiquetamento se mostra muito presente no nosso cotidiano, no entanto, existem enfoques teóricos diversos que vêm contribuindo de uma maneira significativa para avançar nestas concepções, a partir do que citamos a criminologia crítica como um dos viés que



vem contribuindo para subsidiar novos debates e posturas. Esta teoria propõe uma nova reflexão sobre o fenômeno criminal:

[...] atenta às condições em que se realiza o processo de criminalização e às distinções que o sistema de controle social faz quando da distribuição do bem negativo que são as etiquetas de criminoso [...] Propõe, também, a criminalização das condutas que lesam direitos sociais, difusos e coletivos, a fim de que haja mais justiça na distribuição dos meios de sobrevivência. (BISSOLI FILHO, 2002, p. 87).

Desta forma, tira-se de foco o indivíduo e amplia-se o debate, sinalizando para a necessária efetivação dos direitos sociais estabelecidos para a consolidação dos aspectos relacionados a cidadania e democracia, além de trazer a tona os crimes que não vêm sendo punidos como os de colarinho branco, por exemplo. Tema debatido por Baratta (2002), que ao fazer uma diferenciação sobre os crimes cometidos pela classe dominante, conhecidos como crimes do colarinho branco, e os cometidos pela classe proletária, afirma:

[...] o comportamento criminoso se distribui por todos os grupos sociais, que a nocividade social das formas de criminalidade próprias das classes dominantes e, portanto, amplamente imunes, é muito mais grave do que a de toda a criminalidade realmente perseguida. (BARATTA, 2002, p. 198).

Apesar desta nocividade social, não são estes atos que vêm sendo criminalizados, e não são estas pessoas que estão constituindo a grande massa de encarcerados do sistema de controle social penal.

Este fenômeno é citado, dentre outros, por Thompson (2007), que em seu estudo intitulado “Quem são os criminosos”, descreve a existência de diferenças significativas entre os crimes que são registrados e que compõem as estatísticas oficiais, e os crimes que são cometidos - fato que o autor considera como uma brecha existente e que é denominado como “cifra negra da criminalidade” (THOMPSON, 2007, p. 3); ao que Pastana identifica como cifra oculta: “[...] o que irá determinar o risco projetado não é o número de crimes cometidos, mas sim o número quantificado. A diferença entre estes dois números é a chamada ‘cifra oculta’”. (PASTANA, 2003, p. 102).

Com relação a estes aspectos, Thompson (2007) cita as etapas que devem ser percorridas para que um crime cometido acabe por determinar que o autor deste ato seja levado a prisão, são elas:



a) ser o fato relatado à polícia; b) se relatado, ser registrado; c) se registrado, ser investigado; d) se investigado, gerar um inquérito; e) se existente um inquérito, dar origem a uma denúncia por parte do promotor; f) se denunciado, redundar em condenação pelo juiz; g) se, havendo condenação e expedido o consequente mandato de prisão, a polícia efetivamente o executa. (THOMPSON, 2007, p. 3).

No decorrer destas etapas, muitas condutas são criminalizadas e muitas deixam de ser. Certamente, o processo de etiquetamento mencionado anteriormente também apresenta relação com estas cifras, através da perpetuação de privilégios e exclusões diante de comunidades e indivíduos que possuem determinadas características. No Brasil, o autor faz uma estimativa de que “[...] no mínimo dois terços da globalidade das condutas delituosas de fato adotadas não chegam à ciência da polícia” (THOMPSON, 2007, p. 7).

Ante estes elementos, concorda-se com Zaffaroni quando descreve que:

Diante da absurda suposição – não desejada por ninguém – de criminalizar reiteradamente toda a população, torna-se óbvio que o sistema penal está estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere, e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente, aos setores vulneráveis [...] Em razão da seletividade letal do sistema penal e da consequente impunidade das pessoas que não lhe são vulneráveis, deve admitir-se que seu exercício de poder dirige-se à contenção de grupos bem determinados e não a ‘repressão do delito’ (ZAFFARONI, 2001, p. 31).

O que nos remete a refletir sobre os motivos que levam o Estado a optar pelo controle social punitivo. Weber (2006) considera o Estado um aparelho de dominação que tem como pressuposto as relações desiguais, e reivindica o monopólio do uso legítimo da violência para administrar a ordem e coibir a violência.

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. (WEBER, 2006, p. 62).

Neste cenário, o Estado, desde sua gênese, é a “[...] única fonte do direito à violência” (WEBER, 2006, p. 56). É a violência institucionalizada, o uso da força legitimado, tornando o direito penal um importante aliado neste processo, pois é considerado um dos meios mais eficazes para exigir o cumprimento de leis e normas a fim de coibir a violência e manter a ordem - direito penal que se torna cada vez mais repressivo: “[...] se diz, sem meias palavras,



que as ferramentas de contenção da criminalidade são novas leis de matéria penal.” (BUSATO, 2008, p. 93).

O que evidencia que as formas como se punem têm, na contemporaneidade, íntima relação com aspectos sociais e econômicos vigentes na sociedade brasileira, bem como entre as formas como se constituem as políticas sociais, diante do que retomamos alguns aspectos das proposições da criminologia crítica.

Através desta perspectiva, realizam-se estudos que buscam identificar as possíveis relações existentes entre economia e controle social, além de descrever como vêm ocorrendo as opções realizadas por alguns Estados de substituir as políticas públicas por políticas de vigilância e encarceramento. Waccquant (2003) descreve que:

O desdobramento dessa política estatal de criminalização das conseqüências da pobreza patrocinada pelo Estado opera de acordo com duas modalidades principais. A primeira, e menos visível, salvo para os diretamente afetados por ela, consiste em reorganizar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e controle das categorias indóceis e nova ordem econômica e moral. [...] O segundo componente da política de contenção repressiva dos pobres é o recurso maciço e sistemático à prisão. (2003, p.111).

Este fenômeno é descrito como:

[...] substituição progressiva de um (semi) Estado-providência por um Estado penal e policial, para o qual a criminalização da marginalidade e a contenção punitiva das categorias deserdadas fazem às vezes da política social na extremidade inferior da estrutura de classe e étnica (WACQUANT, 2003, p. 86).

Ainda sobre isto, Alessandro De Giorgi, ressalta que:

O controle do desvio enquanto legitimação aparente das instituições penais constitui, pois, uma construção social por meio da qual as classes dominantes preservam as bases materiais da sua própria dominação. As instituições de controle não tratam a criminalidade como fenômeno danoso aos interesses da sociedade em seu conjunto; ao contrário, por meio da reprodução de um imaginário social que legitima a ordem existente, elas contribuem para ocultar as contradições internas ao sistema de produção capitalista. Em outras palavras, numa sociedade capitalista o direito penal não pode ser colocado a serviço de um ‘interesse geral’ inexistente: ele se torna, necessariamente, a expressão de um poder de classe (2006, p. 36).

Desta forma, identifica-se que, na medida em que o Estado reduz a sua atuação diante da efetivação de políticas públicas, tende a aumentar as políticas de repressão e contenção. “[...]”





este Direito Penal, que se regula atualmente, não é só a mais violenta intervenção do Estado na vida dos cidadãos, mas também é um instrumento de perpetuação da dominação através do medo” (PASTANA, 2003, p. 121). Fato que, para Pisarello (2007), demonstra a relação existente entre a crise das garantias sociais e a expansão do direito penal como formas de controle social, em que os pequenos delitos precisam ser controlados, ocorrendo um agravamento do direito penal na medida em que ocorre a redução dos direitos sociais.

Neste contexto, não se pode deixar de mencionar o importante papel exercido pela polícia, como um dos elementos que constituem os meios explícitos do sistema penal e que, conforme o depoimento do policial civil Helio Luz no documentário “Notícias de uma guerra particular”, tem uma função repressora muito clara:

[...] foi criada para ser violenta e corrupta, para fazer segurança do Estado e da elite. Eu faço polícia de repressão em benefício do Estado, o policial mantém os excluídos com repressão [...] É polícia política mesmo, isto aqui é uma sociedade injusta, e nós garantimos esta sociedade injusta, o excluído fica sob controle e ai dele que saia disto. (NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR, 1999).

É evidente que esta postura dos policiais e a constituição deste aparato repressivo não se dão ocasionalmente, mas ocorrem diante de interesses vigentes e de orientações e determinações realizadas em diversos âmbitos e que respondem a estes interesses.

Esta é a opção preferencial dos governos modernos. O direito penal utilizado como instrumento de depuração da sociedade, através da exclusão do âmbito das nossas vistas das pessoas que não pertencem a um determinado estamento social. Esta realidade criminológica é de conhecimento geral de todos os juristas, especialmente dos penalistas. Ninguém ignora que as orientações de recrudescimento político-criminal estão na ordem do dia de países centrais, que dominam o modelo político-criminal no mundo, influenciando, por via direta ou indireta, a política criminal manejada em todos os lugares do globo. (BUSATO, 2008, p. 103).

Fatos que têm também relação com a forma como foi instituído o Estado Democrático de Direito no país e as contradições existentes neste Estado.

O exposto torna os indivíduos portadores de uma cidadania escassa, na mesma medida em que o acesso aos direitos estabelecidos não se concretiza de maneira universal, pois, conforme definiu Faleiros, trata-se da “[...] questão da desigualdade real frente aos direitos formais” (FALEIROS, 2010, p. 76). Este processo é tratado por Fleury (2007), que, ao debater sobre o conceito de seguridade social enquanto instituidor de proteção social de responsabilidade do Estado, possibilitou aos seus usuários uma condição de cidadania não



existente anteriormente, bem como, o “[...] rompimento com as forma de proteção anteriores, tanto do modelo de assistência como de seguro social” (FLEURY, 2007, p. 76). No caso da assistência, o que vigorava era:

[...] um modelo que tem lugar em sociedades cujos valores predominantes se baseiam na ideologia liberal, no individualismo, na liberdade e na crença na auto-suficiência do mercado. Nesse contexto, a proteção social só ocorre para as pessoas pobres ou indigentes, ou seja, aquelas que fracassaram no mercado, tornando-se objetos da caridade privada ou publica, em uma condição de cidadania invertida [...] por meio de medidas de caráter preventivo e punitivo. (FLEURY, 2007, p. 76).

48

Modelo que mantém seus resquícios presentes na forma como são geridas e executadas as políticas de assistência social na contemporaneidade, apesar dos avanços já conquistados, relacionados a forma de gestão, a descentralização, o financiamento e a organização dos serviços como exemplos. No entanto, conforme tratado no item anterior, estes avanços se dão em um contexto neoliberal, de valorização do mercado e com ações fortemente punitivas e criminalizadoras. Neste sentido, “cidadania invertida” é conceituada pela autora como um processo que ocorre:

[...] quando o individuo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não-cidadão. Tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas assistenciais, além de uma base que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais. (FLEURY, 2007, p. 76).

Situando como exemplo o caso da assistência social<sup>6</sup> para ilustrar o debate sobre este conceito que se relaciona diretamente com a forma como eram organizadas as ações e serviços da referida política no período que antecedeu a instituição desta dentro da lógica de seguridade social, e demonstra que, para que a pessoa tivesse acesso à proteção social, precisaria abdicar de sua condição de cidadania, constituindo desta forma, uma cidadania invertida.

Além deste, a autora trata também do conceito de cidadania regulada, que está relacionado à política de seguro social, anterior a lógica de seguridade social:

[...] quando o seguro social destina-se a cobertura da população assalariada com a qual se estabelece relação jurídica do tipo contratual. Os benefícios são, em regra, proporcionais a contribuição efetuada, não guardando relação imediata com as necessidades do beneficiário. (FLEURY, 2007, P. 76).

<sup>6</sup> Considerando-se a interface da assistência social com as demais políticas, inclusive com a área da criança e do adolescente.



Este modelo de proteção social que vigorou no Brasil no período que antecedeu a Constituição Federal estruturou-se com base no modelo contributivo ligado diretamente ao trabalho formal, excluindo parcela considerável da população que por não possuir este tipo de vínculo de trabalho também não poderia estar vinculado ao acesso as políticas sociais, fato que evidentemente contribuiu em muito para o agravamento das desigualdades e riscos sociais.

Estes processos não contribuem para a universalização das políticas públicas, tornando o aparato repressivo muito mais significativo e presente na vida de muitas pessoas do que os direitos sociais foram capazes de se fazer.

Faleiros trata da crítica realizada por Marx diante destes aspectos, considerando que as leis não são neutras e podem significar “[...] a cristalização do poder de um grupo dominante ou dirigente em detrimento de outros grupos” (FALEIROS, 2010, p. 279); o que mostra a importância da participação da sociedade civil neste processo de consolidação de instrumentos legais, e que constitui um dos aspectos da cidadania dentro de um Estado Democrático de Direito.

Deve-se então pensar como a instituição do Estado Democrático de Direito, suas contradições e o controle social repressivo exercido por este se relacionam com a instituição do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, bem como, com a forma como vêm sendo determinadas e executadas as medidas socioeducativas para adolescentes que cometem atos infracionais, que de maneira bastante considerável, apresenta-se com caráter punitivo e criminalizador.

### ***MARCAS PRESENTES NAS DECISÕES JUDICIAIS***

Apresentam-se trechos de decisões judiciais que ao ser relacionados ao perfil dos adolescentes<sup>7</sup> internados no Cense de Ponta Grossa durante o período da pesquisa<sup>8</sup> empírica, bem como, da pesquisa bibliográfica em que, dentre muitos outros aspectos, ressalta-se a teoria do etiquetamento, a cifra oculta, e o papel do Estado, já em sua origem, como responsável pela manutenção da “segurança e paz” através de diferentes mecanismos coercitivos e até mesmo violentos, pois:

<sup>7</sup> Ao lado da prova da autoria da infração e da consciência da ilicitude do delito, a situação de pobreza, a noção de família desestruturada, a evasão escolar e o envolvimento com as drogas são termos que amplificam a certeza jurídica e psicossocial da ação poluidora dos jovens infratores e robustecem o histórico que recobre a regularidade das práticas discursivas nos tribunais juvenis. (LIMA, 2009, p. 183).

<sup>8</sup> A pesquisa foi realizada no Cense de Ponta Grossa, com recorte temporal de janeiro a abril de 2012, a fim de identificar o perfil dos adolescentes privados de liberdade no referido período.



[...] a justificativa da punição corretiva é vista como um mecanismo de prevenção geral e uma mensagem enviada pelo sistema de justiça penal com os seguintes propósitos: a) mostrar ao jovem que o crime não compensa; b) alertá-lo a evitar a prática de certos atos porque eles são moralmente impróprios ou incorretos (educação moral); c) ensiná-lo a evitar certos hábitos que afrontam a integridade dos costumes familiares burgueses resguardados pelo Estado. (LIMA, 2009, p. 177).

Assim, apresentam-se trechos de algumas decisões judiciais identificadas no decorrer da realização da pesquisa documental dos 91 adolescentes<sup>9</sup> internados no Cense no período da pesquisa, que são considerados relevantes:

50

DECISÕES JUDICIAIS	
E. 13 anos	<p>“Muito embora a certidão negativa de antecedentes, as informações processuais demonstram que o adolescente [...] já praticou outros atos infracionais, exigindo deste Juízo da Infância e Juventude a adoção da medida mais grave, não só para salvaguardar os interesses da comunidade, aturdida com o ato infracional ora analisado e praticado pelo adolescente mas, principalmente, para tentar fazer reviver no menor a noção de culpa e arrependimento no escopo maior de reconduzi-lo ao convívio social saudável.”</p> <p>“A internação provisória se faz presente para garantia da ordem pública, para evitar que o adolescente refratário às normas de boa conduta, com notória periculosidade, não descambe para a senda criminosa, bem como para acautelar o meio social, que diante de crime tão bárbaro crime exige a pronta atuação das autoridades, sob pena de abalo da credibilidade da justiça e a instalação da desordem civil”</p>
E. 18 anos	<p>“Em casos graves como o dos autos, medidas mais brandas podem passar a sensação de impunidade ao infrator, sendo prejudicial ao seu desenvolvimento [...] vislumbra-se que a internação seja a medida mais adequada, visando a reeducação e a ressocialização dos adolescentes.”</p>
L. 17 anos	<p>“[...] considerando a grave repercussão social do fato imputado aos adolescentes, dos quais decorrem evidentes reflexos negativos e até traumáticos na vida da comunidade local, cujos membros foram tomados por forte sentimento de impunidade e insegurança, cabe ao Poder Judiciário a determinação da segregação provisória, sob pena de ter ferido a própria credibilidade perante a sociedade”</p>
J. 17 anos	<p>“[...] atualmente desvinculado de sua família. A equipe apontou ainda que não há respaldo familiar ao adolescente, mas este já está conformado com a situação, já não demonstra mais interesse em residir com os pais”</p> <p>“A sugestão técnica é realmente a medida mais adequada ao adolescente, pois permitirá que seja acompanhado por equipe interprofissional de forma sistemática, na esperança de que incorpore e passe a agir em conformidade com valores positivos para que, quando estiver preparado a retornar ao convívio social, não volte a reincidir. A medida também será benéfica ao adolescente para que de continuidade aos estudos e participe de atividades que desenvolva suas potencialidades, a fim de que se prepare para o mercado de trabalho”</p>
S. 17 anos	<p>“A delinquência juvenil é um problema de educação já que muitos adolescentes não chegariam a cometer atos tipificados como crime caso existisse uma orientação protetora tanto por parte da família como da sociedade em que se encontra. A falta de orientação torna os adolescentes agressivos e com comportamento social considerado inadequado”</p>

<sup>9</sup> Para garantir a preservação da identidade dos adolescentes, estão sã apresentados com uma das letras de seu nome e idade.



	“[...] quando ouvido em juízo, não demonstrou, em momento algum, qualquer sentimento de arrependimento, nem mesmo deixou nesta magistrada a impressão de que falasse a verdade. Ao contrário, mostrou-se evasivo, frio e articulado, crendo, talvez, na propalada impunidade que muitos menores enxergam como sendo a resposta da justiça. Não aqui ‘S 17 anos’!”
E. 20 anos	“O defensor dos representados em suas alegações finais [...] requereu a improcedência da representação diante a nulidade do auto de prisão em flagrante, lavrado sem assinatura de testemunhas. Ressaltou ainda que os adolescentes já cumpriram a medida já imposta anteriormente, não existindo motivos para sustentar a internação dos mesmos, além de que as internações não são medidas que reintegram ou preparam os menores para a vida, se mostrando como “escolas do crime [...] observo que embora já tenham sido submetido a outras medidas sócio-educativas, nenhum êxito foi alcançado, tanto que reiteraram na prática de atos infracionais, conforme se vê do presente procedimento [...] Com relação ao menor E 20 anos, consta na informação prestada pelo serviço auxiliar da infância e juventude [...] que a família sofre em razão de seu envolvimento com drogas, pessoa de má índole, sofrendo ameaças de morte [...] O comportamento desregrado reclama pronta intervenção jurisdicional no sentido de retrain os adolescentes do meio pernicioso em que vive e tentar buscar sua reinserção social a partir da internação em estabelecimento educacional adequado, onde possa receber orientação, apoio especializado e educação [...] cumpre destacar que uma das finalidades do internamento é de ressocializar e reeducar os adolescentes, mediante privação de liberdade. Porém, do outro lado, o internamento também reflete a resposta estatal, evidenciando aos menores infratores que a limitação do exercício de ir e vir é a consequência da prática dos atos contrários ao ordenamento jurídico, como forma de garantir que não se propale a falsa ideia de impunidade dos menores infratores. É portanto, a última ratio, na perene luta de combate a perversão adolescente. Diante disso, resta configurada a hipótese do art. 122, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, impondo-se a aplicação da medida sócio-educativa de internamento em estabelecimento educacional, pois não há outra apta a atender a finalidade pedagógica exigida na espécie”
D. 18 anos	“O adolescente precisa refletir um pouco mais sobre a gravidade de sua conduta, bem como sobre as consequências dela advindas, sendo certo que, por se tratar de um ser em pleno desenvolvimento, não se pode permitir que lhe seja incutida prematuramente a crença na impunidade” (Pedido de continuação de internação - Promotora)
E. 16 anos	“Infelizmente essa é a realidade de milhares de famílias de adolescentes infratores. Os jovens não aceitam a autoridade dos pais e esses por sua vez não possuem mecanismos, condições ou até mesmo vontade de imporem ordens e regras de convívio, relegando a criação e educação de seus filhos para um segundo plano. É aí que o Estado tem o dever de preencher essa lacuna, utilizando-se dos mecanismos estabelecidos pelo ECA, na tentativa de recuperar e ressocializar as crianças e adolescentes infratores”.

*Quadro 1 - Decisões judiciais referente aos adolescentes internados no Cense de Ponta Grossa entre janeiro e abril de 2012*

Fonte: Decisões judiciais referentes aos adolescentes internados no Cense de Ponta Grossa entre janeiro e abril de 2012

Organização: a autora

A vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto instrumento legal exige ainda hoje que ocorram mudanças significativas no que se refere aos serviços, ações e posturas profissionais dos técnicos das mais diversas áreas, inclusive do judiciário, para que possa ser efetivado e signifique uma mudança real e universal para a vida das crianças e adolescentes diante dos Códigos de Menores que existiram anteriormente.



Sendo incapaz de remover o entulho penalizador que o circunda, o estatuto vigente, com suas instituições, seus peritos e duas decisões, permanece filiado ao sistema punitivo que intercepta pequenas existências para efeito de vigilância, controle e ressocialização. O propósito é mostrá-las, conforme a propalada gravidade a repercussão social do caso [...] (LIMA, 2009, p. 10).

Identificam-se alguns posicionamentos bastante enfáticos, diante dos quais destacam-se alguns elementos.

A utilização do termo “menor” nas decisões judiciais, com caráter fortemente pejorativo utilizado nos momentos em que se buscava justificar a aplicação da medida de internação através da demonstração da periculosidade e da violência praticada pelos adolescentes, “[...] na área infracional é mais do que comum a existência de ‘menoristas enrustidos’ sob a fachada de operadores da Infância e Juventude [...]” (ROSA, 2007, p. 5). A utilização deste termo ocorre juntamente com a justificativa de determinação da medida de internação face a necessidade de manutenção da ordem – seguindo o velho modelo de lei e ordem - através da manutenção de credibilidade do sistema de justiça e de segurança, o que, conforme as determinações, se deve a aplicação de medidas punitivas junto aos adolescentes, o que não ocorre por acaso, pois “A punição é um ato de demonstração do poder estatal, uma ação eficaz que ilustra o que é realmente o poder absoluto” (PASTANA, 2003, p.81), conceito que mantém relação com a definição de Hobbes, ao tratar da instituição do Estado e da atuação deste com o objetivo de manter o pacto estabelecido. Nesta lógica, através do recebimento de uma resposta prática diante da prática dos atos infracionais, o adolescente deveria vivenciar os sentimentos de culpa e arrependimento, além de compreender e demonstrar para a sociedade que estes atos não ficam impunes perante a justiça, sendo conforme uma das determinações, este o momento em que o Estado deveria se fazer presente diante dos adolescentes.

Posicionamentos que evidenciam a existência de resquícios do código de menores e da doutrina da situação irregular instituída por este, em que o adolescente, considerado então como menor, tornava-se objeto de intervenção do judiciário através de mecanismos de controle social punitivos.

Além disto, estas justificativas utilizadas pelo poder judiciário ao determinar a medida socioeducativa de internação mantêm íntima relação com os fatores que impulsionaram a formação do Estado moderno a partir de funções específicas estabelecidas, aspectos tratados





pelos contratualistas<sup>10</sup>, que identificam como função central do Estado a manutenção da vida com segurança e paz, e que para isto seria necessário, conforme Hobbes (1983), força e poder, e um poder que deveria ser visível, capaz de levar as pessoas, por respeito ou por medo do castigo, a cumprir com os pactos estabelecidos para manutenção da ordem e desta vida em “paz e segurança”, e que acabaram por legitimar mecanismos repressivos e coercitivos, como bem pode ser observado através destas determinações.

Conforme definiu Foucault, estas determinações devem estar embasadas no entendimento de que “[...] a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 13). Esta certeza da punição está, como os próprios juízes descreveram, ligada a uma questão muito maior que a responsabilização dos autores dos atos infracionais, mas deve atingir a toda sociedade, servindo de exemplo, pois “[...] o culpado é apenas um dos alvos do castigo. Este interessa principalmente aos outros: todos os culpados possíveis. Que esses sinais-obstáculos que são pouco a pouco gravados na representação do condenado circulem então rápida e largamente [...] a boa moeda que, nos espíritos, toma o lugar do falso proveito do crime.” (FOUCAULT, 2007, p. 90). Estes mecanismos ganham força a partir dos efeitos panópticos totalmente perceptíveis nestas decisões judiciais e que devem “fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 2007, p. 166). São entendidos como de caráter “preventivo”, generalizador de uma “sociedade disciplinar” com o objetivo de normalizar condutas e formatar indivíduos conforme determinados padrões.

Outro importante aspecto observado refere-se a aplicação da medida socioeducativa de internação como uma medida de proteção que possibilitaria o acompanhamento do adolescente por profissionais, o afastamento do uso de drogas, a inserção em atividades educacionais e de preparação para o mercado de trabalho.

### **Conclusão**

Estes trechos apontam para importantes aspectos do processo de criminalização dos adolescentes internados no Cense de Ponta Grossa, pois mantêm primordialmente o foco no indivíduo, com discurso ideológico fortemente moralista, autoritário e repressor. “[...] com seu discurso hegemônico de paz e ordem social, com maquiagem de homogeneidade, escamoteia o

<sup>10</sup> Thomas Hobbes (1651), John Locke (1689) e Jean Jacques Rousseau (1762), pensadores clássicos que fizeram parte de um movimento teórico e político conhecido como contratualismo, que entenderam que o Estado Moderno surge a partir da formação de um contrato. Neste contrato, os súditos abdicam da vida em liberdade a fim de viver sob o comando do Estado para terem a garantia de uma vida de segurança e paz.



modelo de sociedade excludente que sustenta/legítima” (ROSA, 2007, p. 32). Há uma descontextualização, tira-se de foco o debate em torno da estrutura sócio-econômica desigual e excludente que vulnerabiliza os adolescentes, e concomitantemente promove o desmonte do Estado, que, conforme pudemos identificar, acaba por manter forte e de maneira bastante presente os mecanismos de repressão e punição.

## Referências

- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia. 2002.
- BISSOLI FILHO, F. **Punição e divisão social**: do mito da igualdade a realidade do apartheid social. In ANDRADE, V. R. P. (org.) Verso e reverso do controle penal: (des) Aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, v.2. (p 75 – 91).
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. 1990.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2004. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf). Acesso em: 20/03/2013.
- BUSATO, P. C. **Modernas Tendências de controle social**. In Lucia Cortes da Costa (org.) Estado e democracia: pluralidade de questões. Ponta Grossa: Editora UEPG. 2008.
- FALEIROS, V. de P. **Cidadania e Política** in LUIZ D. E. C. (org.) Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas. São Paulo: Veras Editora, 2010 (Coleção coletâneas).
- FLEURY, S. **Por uma sociedade sem excluídos (as)**. Observatório da Cidadania. (p. 76 – 80), 2007. Disponível em: [http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2007\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2007_bra.pdf). Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.
- FOUCAULT, Michel, **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 34. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007 – 288p.
- GIORGI, A. D. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2006.
- HOBBS, T. **Leviatã, ou, Matéria, Formas e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. [Tradução Rosina D'Angina]. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- LIMA, Cezar Bueno de. **Jovens em conflito com a lei: liberdade assistida e vidas interrompidas**. Londrina: EDUEL, 2009.
- LOCKE, John. **O segundo tratado do governo civil**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril, 2001.
- MONGUEL, A. Q. Criminalidade um problema socialmente construído. In ANDRADE, V. R. P. (org.) Verso e reverso do controle penal: (des) Aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, v.2. (p 169 – 179).
- NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR**. 1999. <http://www.youtube.com/watch?v=EAMihC0klRo>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.
- OLIVEIRA, A. L. Redução da idade penal: um velho sonho para os jovens sonhadores. In ANDRADE, V. R. P. (org.) Verso e reverso do controle penal: (des) Aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, v.2. (p. 195 - 220).
- PASTANA, D. R. **Cultura do medo: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo, 2003. Editora Método.
- PÉRES, Q. T. V. A máquina e suas engrenagem ideológica: uma leitura do discurso judicial e da ideologia da defesa social a partir da constrinuição de Alessandro Baratta. In ANDRADE, V. R. P. (org.) Verso e reverso do controle penal: (des) Aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, v.2. p. 55-74.
- PISARELLO, G. **Los derechos sociales y sus garantías**. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- ROSA, A. M DA. **Introdução crítica ao ato infracional**: Princípios e garantias constitucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2007.
- ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Coleção os Pensadores, São Paulo: Abril. 1978.



- THOMPSON, A. **Quem são os criminosos?** O crime e o criminoso: Entes Políticos. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2007.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WACQUANT, L. **Punir os Pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.
- WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas:** a perda da legitimidade do sistema penal. 5 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro.** Volume 1: parte geral. 9 ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2011.



## **A FAMÍLIA E O CRIME: RELATOS DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO FRAGMENTADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira

*Estudante de mestrado do Programa de Políticas Sociais da UENF*  
*carolinasiqueira.as@gmail.com*

55

### **RESUMO**

O presente trabalho se propõe analisar os impactos sociais que a família sofre com o aprisionamento de um dos seus membros. Através do estudo de caso de duas famílias de presos atendidas na Secretaria Municipal de Família e Assistência Social em Campos dos Goytacazes foram identificados que estes impactos estão diretamente ligados às representações sociais que a sociedade elabora sobre o preso, criando assim o estigma. Além disso, busca compreender como este estigma influencia na ressocialização do preso, aspecto fundamental para concretização da Política de Segurança Pública.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Ressocialização. Família

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the social impacts that the family suffers with imprisonment of one of its members. Through the case study of two families of prisoners attend in the Municipal Secretariat of Social Welfare and Family in Campos, these impacts have been identified and that are directly linked to the social representations that the society elaborates about the prisoner, thus creating stigma. It also seeks to understand how this stigma affects the rehabilitation of the prisoner, key to implementing the Public Security Policy.

**Key-words:** Public Security. Reintegration. Family

### **INTRODUÇÃO**

A Política de Segurança Pública tem sido um grande desafio para os profissionais que são responsáveis por sua implementação. A dificuldade se apresenta na medida em que a causa das demandas atendidas é multifatorial e por isso, as estratégias de ação e principalmente de prevenção dependem do trabalho em rede das várias políticas: de saúde, habitação, educação, entre outros. Partimos do pressuposto de que não há apenas um determinante para o cometimento de crimes. Pois, “há uma diversidade imensa de práticas criminosas, associadas a dinâmicas sociais muito diferentes. Por isso, não faz sentido imaginar que seria possível



identificar apenas uma causa para o universo heterogêneo da criminalidade.” (SOARES, 2006, p. 93)

Indiscutivelmente, a desigualdade social própria do funcionamento do Sistema Capitalista é geradora dos diversos fatores que têm contribuído de forma significativa para violência e para o crime e tem sido uma das grandes barreiras para atuação dos profissionais, pois se reconhece que a criminalidade, não tem solução simples, à medida que ela é estrutural.

Porém, não se pode afirmar que a desigualdade é a única questão determinante, como podemos observar no caso nacionalmente conhecido do casal Nardoni. O fato é que a violência “é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade” (MINAYO, 1994, p.7). Ela representa atualmente um dos maiores riscos para vida humana, pois, “ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima”. (AGUDELO, 1990, apud MINAYO, 1994, p. 9)

Quanto à gravidade dos impactos da violência e que a mesma vem mobilizando as diversas políticas públicas, parece ser consenso entre os autores (MINAYO, SOARES, ADORNO, CHESNAIS), porém, as estratégias para lidar com ela não são um ponto de acordo entre eles, por entenderem que a causa da violência e do crime é estrutural, alguns acabam por estagnarem neste aspecto e se posicionarem contra qualquer mudança que não seja estrutural, pois para eles outras saídas não terão validade alguma, porque não irão atingir a causa da mesma. Porém,

Em segurança pública, as consequências tornam-se causas no movimento subsequente do processo social; (...) Atuando-se sobre o crime, interrompe-se uma dinâmica autofágica, porque se afeta, positivamente, o conjunto de fatores que funcionam como causas mediatas e imediatas do crime. Menos crime equivale a melhor economia, melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, menos crime. (SOARES, 2006, p. 95)

Para Soares (2006, p. 94–96) a prevenção dos múltiplos fatores que influenciam o cometimento de crimes contribui para diminuição dos danos e da incidência dos mesmos, assim, possibilitando que se estabeleçam condições para uma transformação mais significativa da realidade, quebrando um ciclo negativo como ele citou acima.

Por isso, o aspecto da prevenção é de fundamental importância e já está contido na Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/84) em vários artigos, garantindo legislativamente que todo preso tem direito a assistência material, a saúde, jurídica, emocional, social e religiosa



(Capítulo II, do artigo 10º ao 37º, além do artigo 41º). A intenção é estabelecer condições para que o mesmo vislumbre novas perspectivas e viabilize a sua ressocialização.

Mas o que se pode observar é que o sistema penitenciário não tem dado conta dos cinco objetivos a que está destinado que são: reabilitação e reinserção daquele que transgrediu a lei; a punição do mesmo; a prevenção para que ele não venha cometer outros crimes; interdição dos mesmos (tirando-os da sociedade) e a resposta social ao crime. (MATHIESEN, 1997 apud STELLA, 2006, p. 23)

No livro *Recuperar ou Punir*, Antônio Luiz Paixão (1991, p. 9) remonta o caminho percorrido para formação da penitenciária nos moldes que temos hoje, nos levando a compreender que a sua estrutura de funcionamento é determinada pela representação que a sociedade e os governantes fazem dela e logo na introdução nos coloca a seguinte definição:

Presídios e penitenciárias são organizações que evocam imagens socialmente degradantes, das quais a mais imediata e óbvia é a do local de provação. Nelas o criminoso experimenta os custos da infração dos códigos normativos da sociedade. Prisão significa aprendizagem do isolamento. Segregado da família, dos amigos e de outras relações socialmente significativas, o preso, espera-se, vai cotidianamente refletir sobre o ato criminoso e sentir a representação mais direta da punição – preservar os cursos normais da interação das externalidades do crime. Em outras palavras, a penitenciária é a escola do sofrimento e da purgação.

Ou seja, independente de qual crime e por quais circunstâncias ele se deu, o fato do individuo estar acautelado em uma instituição penitenciária já faz o mesmo herdar o estigma que ronda a representação daquele local e esse estigma pode ser aumentado ou não dependendo de qual artigo do código penal foi infligido.

Porém, o que a maioria da sociedade não reflete é que “o crime não é um acontecimento individual, mas sim social” (MISSE, 2008, p. 20), pois a definição do que seja crime ou não é socialmente e culturalmente constituída. “Uma sociedade se revela tanto pelo que preza como sagrado e como fundamental para o seu bem estar, quanto pelo que teme e despreza como pecado, crime e violência.” (MATTA, 1982, p. 15). E assim como o que é e o que não é crime é decidido socialmente, as causas do cometimento residem também na sociedade e não apenas na subjetividade daquele que comete, pois, toda individualidade é formada por vivências compartilhadas em sociedade.





E sem refletir neste fato e na busca desenfreada da defesa do primeiro direito de todo ser humano, o da vida, a sociedade exige que medidas sejam tomadas, soluções sejam dadas, mas, não pensa em como isto está sendo feito. E de forma imediatista acreditam que quanto maior a pena, melhor será, pois, não se terá que conviver muito tempo com esse indivíduo, ignorando que esta perspectiva não trabalha causa real do problema. Porque a prisão não tem funcionado como reabilitação, nem como prevenção, muito menos como resposta social ao crime.

Então, o que temos visto é que o Estado com sua perspectiva extremamente punitiva, não têm garantido os direitos dos presos e de sua família e assim não tem cumprido o aspecto ressocializador contemplado na Lei de Execuções Penais. Trata-se de uma perspectiva historicamente constituída por um Estado que culpabiliza as vítimas das expressões da questão social e que está a serviço do capital. “As medidas tomadas pelo Estado são violentas, autoritárias, desumanas, descumprem as determinações básicas dos direitos humanos, criminalizam, torturam e matam.” (ABRAMIDES, 2010, p. 2)

E essa criminalização não fica contida apenas naquele que comete o crime, mas muitas vezes é estendida aos seus familiares, infligindo coletivamente sem que se perceba o artigo 5, inciso XLC da Constituição Brasileira, de que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado.”(BRASIL, 1988, p. 19).

O que nos parece é que para parte da população a prisão não representa punição suficiente (nos instigando até a construir futura pesquisa a respeito), o que vemos surgir e está sendo noticiado pelos jornais e pelas redes sociais são grupos com postura de justiceiros, onde o criminoso e sua família nunca serão merecedores de perdão, independente do que façam.

Este artigo busca oferecer ao leitor através do relato (estudo de caso) de duas mães de presos e usuárias da Secretaria Municipal da Família e Assistência de Campos dos Goytacazes/RJ, às quais chamamos de Cristiane e Mariana (nomes fictícios), quais os impactos que o aprisionamento de um dos seus membros trouxe para suas famílias. Além disso, pretende levantar como a proposta de ressocialização contida na Lei de Execuções Penais está longe de ser colocada em prática.

Os dados contidos neste artigo foram retirados de parte da pesquisa realizada (entrevista aberta) durante a elaboração da monografia para o curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (2011), onde abordamos os impactos socioeconômico e físico-emocional

A FAMÍLIA E O CRIME: RELATOS DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO FRAGMENTADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – SIQUEIRA, Carolina de Oliveira.



do aprisionamento na família. Este trabalho, porém, se aterá principalmente no impacto social, abordando o estigma, como categoria central para formação da representação social negativa destes presidiários e de suas famílias e assim sendo um dos fundadores principais deste impacto.

## 1. MEU FILHO PRESO. E AGORA?

Rafaela, filha de Mariana (nossa primeira entrevistada), estava casada há seis anos e tinha uma filha de seis e um filho de cerca de um ano. Até então seguia normalmente sua vida pelo menos aos olhos de sua mãe, que apenas foi perceber o comportamento “estranho” da filha após o cometimento do crime ao lembrar os últimos meses que haviam se passado.

Aí, depois que ela teve o menino, às vezes eu notava um comportamento... Às vezes ela aparecia aqui de manhã do mesmo jeito que ela levantava, de babydoll. Não tem shortinho e blusinha?! Parecia que... Teve uma vez que ela apareceu aqui com o cabelo... Ela tinha um cabelo grande, pareceu com o cabelo igual homem, baixinho. Eu: Rafaela o que houve? Ela: Mãe não sei, quando eu acordei já tava com o cabelo picado. E nisso ‘sá menina’, a gente vê uma coisa, vê outra né?! Tudo pra mim sozinha. Eu nem... Nem desconfie. Aí minha filha nisso ela só foi piorando. (MARIANA, mar, 2012).

O dia do crime na narrativa de Mariana revela um dia corriqueiro, onde depois da novela ligou para Rafaela e para sua filha mais nova como de costume. Conversaram normalmente e despediram-se. Ela relata que: quando foi meia noite, a sogra e o sogro dela tão me chamando aí no portão. Aí eu levanto abro a porta, o sogro dela falou assim: vai lá vê Rafaela que Rafaela colocou fogo na casa. Aí eu falei assim: e as crianças? E a sogra dela falou assim: não tem mais criança. (MARIANA, mar, 2012).

Mariana foi correndo de sua casa até a casa de sua filha ao chegar lá os bombeiros já a haviam levado para o Hospital Ferreira Machado entre a vida e a morte e os seus netos não haviam resistido ao fogo.

Em depoimento no julgamento de Rafaela seu marido alega que ela já vinha mostrando um comportamento agressivo e visivelmente perturbado, mas sempre com ele, nunca em relação aos filhos, assim como foi comprovado com as cartas que escreveu endereçadas a ele e encontradas no computador.



Na hora, no dia, ah elas... é como que fala, na hora até eu, até não aceitava, sabe?! Depois eu fui botando a minha cabeça no lugar e minha filha não... num fez normal, no normal dela, sabe?! (MARIANA, mar, 2012).

No que diz respeito a José (filho de Cristiane) já demonstrava certa revolta e se negava a estudar por motivos que não nos propomos e nem nos cabe explicar e que nem sua mãe sabe ao certo. O fato é que aos doze anos José saiu de casa e foi morar com Sara, que Cristiane identificou como sendo um travesti, só retornando a casa de sua avó aos seus vinte e poucos anos, e a mesma é quem descobre que ele era usuário e traficante de drogas.

Começou a usar droga, minha mãe que descobriu. Ela achou dentro de casa. Ela foi parar no hospital. Aí ela foi descobriu e ele discutiu, debateu com ela e tudo. [...] Pra poder ter como comprar, pra não trabalhar né?! Pra não trabalhar. Pra ganhar fácil. Que aí dali tirar o dinheiro pra comprar isso, comprar aquilo, porque quem não quer trabalhar vai fazer o que? Boa coisa não é né?! (CRISTIANE, abri, 2012).

Foi preso pela primeira vez por tráfico de droga. Cumpriu pena. Os irmãos o visitavam e davam todo o apoio. Depois em liberdade sumiu, sua mãe o buscou para lhe dar assistência e um lugar para ficar, porém, não conseguia encontrá-lo. Quando finalmente entrou em contato com ele, foi preso novamente. Havia ficado dois meses em liberdade e foi preso pela segunda vez pelo mesmo motivo.

Cristiane e os irmãos ficaram muito chateados com a atitude de José e não o visitaram mais. Porém tudo foi esquecido quando o mesmo foi internado no Hospital Ferreira Machado sob desculpa de que havia tido uma queda. Estava correndo grave risco de morte e tinha muitas complicações resultantes de ser HIV positivo. E de acordo com ela: caiu ele não caiu não, foi espancado mermo. Disse que foi coisa tudo de colega de cela, colega de cela. (CRISTIANE, abri, 2012).

Depois de longo período de internação tanto Rafaela quanto José foram transferidos para Bangu, no município do Rio de Janeiro, bem distante do município de origem, Campos dos Goytacazes. José não pode voltar para Presídio, ou para a casa de custódia onde se encontrava por falta de vaga no Presídio Carlos Tinoco porque ainda estava muito debilitado física e mentalmente, ficara com graves sequelas da surra e por isso foi transferido para um Hospital Penitenciário no Rio de Janeiro. E Rafaela saiu do Hospital para o presídio feminino, porém só pode permanecer uma noite, pois, estava sendo ameaçada pelas outras presas, que em seu “código de conduta interno” não admitem “maldade com criança”.



## 2. OS INVISÍVEIS: OS FILHOS DE NINGUÉM, OS DONOS DE NADA.

Nem todo dia de visita é a mesma pessoa. Então uma já trata você melhor, outras já se acham né?! Então é muita humilhação. Muita humilhação.

(MARIANA, mar, 2012).

A visita é mecanismo indispensável para que os presidiários mantenham contato com o mundo exterior, recebendo apoio emocional e muitas vezes material para a estadia obrigatória em lugar tão hostil quanto o presídio. De acordo com Resolução SEAP nº 142 de 06 de novembro de 2006, a visita é um instrumento de prevenção e de estreitamento dos laços familiares e de amizades, sendo extremamente importante no processo de reinserção social do preso. (SIQUEIRA, 2007, p. 11).

Como já abordamos a prisão está longe de cumprir sua função, o tratamento dispensado aos apenados é degradante e despersonalizante, muito longe do que está previsto na Lei de Execução Penal, tornando a visita a única possibilidade de ressocialização para alguns presos, já que os outros meios que deveriam existir (avaliados e aplicados de acordo com o perfil do aprisionado) como trabalho externo; atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas; assistência educacional, social e religiosas; entre outros, praticamente não acontecem e se acontecem não alcança a todos.

Nesta conjuntura, o interno tem sua identidade 'mortificada' através de rituais de humilhações, degradações e profanações do eu. O indivíduo é afastado de utensílios e signos que lhe confere noção de identidade, como o nome, cabelo e roupas próprias, entre outras, e deve obedecer a todas as regras da Instituição, sem questionamentos. Há muitas vezes, a instauração de um processo de 'desaculturação', ou seja, um destreino da atuação do interno na vida em sociedade, tornando-o temporariamente incapaz de enfrentar aspectos da vida cotidiana. (LIMA, CARVALHAES, s.d., p. 4).

Apesar dos efeitos da visita serem extremamente positivos nos presidiários, são ao mesmo tempo em que reconfortantes, degradantes para a família (para nós aqui especificamente a mãe). Traz o alívio de ver que seu ente está vivo, pois, apesar de estarem presos, não os livra do perigo ostensivo que o permanente ambiente de tensão da Instituição traz, porém com o passar dos meses acompanham a visível degradação e modificação que seus filhos passam.

Aí eu tô comprando aquelas frasquerinha, compro linha. Ah eu: Rafaela, num fica dormindo o dia todo. Pra ela ficar... Pra ela distrair a cabeça né?! Levei papel e caneta pra ela ficar escrevendo. (MARIANA, mar,2012).



E não é apenas o acompanhamento da degradação dos filhos que penalizam estas mães, mas a maneira como funciona a instituição, a organização, o tratamento dos funcionários com essas famílias como observamos na fala de Mariana que abre este item.

Desde o início o ritual da visita é penoso, “a fila é grande minha filha” (MARIANA, mar, 2012), “[...] além de ter que esperar por horas na fila expostos ao sol e a chuva [...]”. (SIQUEIRA, 2007, p. 22-23). A revista é um dos momentos mais ultrajantes. Quando questionado a Mariana o momento mais difícil no processo da visita, ela não precisou nem pensar para responder que era a revista, sem ainda condições de expressar em palavras sobre a mesma, talvez por vergonha, notava-se claramente a expressão de incomodo e repulsa.

Por isso muitos presos optam por não receber algumas visitas para que não passem pelo constrangimento de se submeterem à revista íntima e entrar no espaço prisional (SIQUEIRA, 2007, p. 20), como é o caso de Cristiane, que não visitava seu filho, pois, “ele foi falou também que ele num queria que fosse, que ele num queria me expor aquele momento ridículo lá.”

Não apenas por esse motivo, mas também porque Cristiane não aceitava bem o fato do filho ter sido preso, sentia-se envergonhada diante de seu companheiro, que pra ela é um exemplo de homem com caráter e de moral ilibada. Relatou: *Tá bom ficou lá. Aí eu nunca fui. Lá na casa de custódia fui não, não fui. Fiquei envergonhada perante aqui a situação.* (atual companheiro) (CRISTIANE, abri, 2012).

Por isso, apenas os irmãos o visitavam, na primeira vez que foi preso. Na segunda vez sua mãe e seus irmãos começaram a visitá-lo quando souberam que estava internado. A percepção da mudança de tratamento em relação ao presídio é nítida na fala de Cristiane, que logo se apressou em dizer que todos o tratavam muito bem e que permitiam que ela entrasse para cuidar dele. Assim ela relata que: eu ia lá de manhã todo o dia pra ajudar elas (enfermeiras) a cuidar dele. E eu ia de tarde. Dia de visita os irmãos deixavam sempre um ou dois entrar, ficar com ele. (CRISTIANE, abri, 2012).

O mesmo não aconteceu com Mariana e sua filha Rafaela, que foram hostilizadas em todos os lugares pelos quais passaram. Este fato se deve pelas diferentes origens dos crimes aos quais os dois cometeram e também pela repercussão que o caso de Rafaela teve na mídia, causando grande comoção social e sobre o qual trataremos nos tópicos abaixo.



Com a transferência dos dois para Bangu o problema se agravou ainda mais, para além do custo emocional que a visita já representava, o custo material triplicou, e dificultou ainda mais a permanência e a manutenção dos laços afetivos.

A assistente social, eu tenho carta guardada um dia eu vou te mostrar... A assistente social teve uma vez que mandou carta pra mim cobrando a presença porque eu ia lá, mas num deixava eu entrar. A assistente social mandou uma carta pra mim procurar por ela pra ela conversar na portaria pra eu poder entrar que ele passando mal, que ele passava mal cobrava a presença de alguém da família, pensando que eu num estava indo lá porque ninguém queria. (CRISTIANE, abri, 2012).

Além da distância que os separavam, Cristiane ainda tinha que transpor a barreira burocrática que a carteirinha tem representado para maioria das famílias usuárias dos serviços da Secretaria de Assistência. O desencontro de informações e a falta de organização e clareza quanto aos procedimentos necessários tem sido verdadeiros impedimentos, muitas vezes maior do que a própria distância. Muitos foram os relatos desconsolados dos usuários, que recebiam a passagem (que nos últimos meses estava bem difícil de conseguir) e chegavam lá não conseguiam entrar e nem resolver seu problema.

Quanto ao tratamento dispensado pelos funcionários era ainda mais constrangedor em Bangu: foi horrível, minha filha. Pior do que aqui. Na revista. (Mariana) Assim como as regras eram mais recrudescidas devido ao porte da Instituição e grau de periculosidade.

Não! Por umas quatro vezes que eu consegui entrar, ou três só consegui entrar durante esse tempo foi... era só 5 minutos. [...] Aí quando eu entrava era uma policial e um policial, um agente. Ficava ali oh! Do meu lado, dois de paus. E ele babando, num tava nem sabendo de nada. (CRISTIANE, abri, 2012).

De acordo com Lima e Carvalhaes (2010, p. 1-4) no artigo “Abrir e fechar de cadeado: análise das representações sociais de agentes penitenciários sobre o cotidiano de trabalho” o comportamento hostil dos agentes penitenciários para com os presos e suas famílias perpassa pela representação social que eles têm dos mesmos e essa variante oscila entre: vigiar, punir e recuperar/ressocializar.

Mas para as autoras o principal fator determinante é que o ambiente de trabalho do agente penitenciário é extremamente tenso, perigoso, vivendo em constante ameaça, sob a responsabilidade de manter a segurança e a ordem, tendo que compreender e se moldar dentro da lógica do cárcere, sofrendo uma prisionização.





Esse fenômeno de ‘prisionização’ também se dá nos agentes penitenciários, pois, na prisão, funcionários e presos convivem em uma área restrita, deixando mais facilmente a vista às intimidades de ambas as partes. Tal visibilidade facilita o estabelecimento de ‘influência recíproca’, vínculos e interação entre internos e agentes penitenciários (THOMPSON<sup>1</sup>, 2002). Como nos diz Silveira<sup>2</sup> (2009, p.16) ‘essa relação fusional do agente penitenciário com o ambiente de trabalho tornar-se maior por estes estarem vinculados a uma instituição total<sup>3</sup>, cuja lógica favorece o isolamento de seus membros do resto da sociedade e a incorporação de regras próprias da instituição’. (LIMA, CARVALHAES, 2010, p. 4).

Além disso, o estigma não ronda apenas os presos e os seus familiares, mas também todos aqueles que fazem parte do cotidiano da prisão, ou seja, os que trabalham nesta instituição. Há hoje uma descrença por parte da sociedade na honestidade e seriedade do trabalho do agente penitenciário que é visto como corrupto e facilitador do crime e do tráfico dentro do presídio.

Ou seja, trabalhando em um lugar de alta tensão, desacreditado pela sociedade; numa função em que os mesmos não gostariam de exercer de acordo com a pesquisa levantada pelas autoras, despreparados, pois, apesar do curso que o governo instituiu, eles alegam que aprendem fazendo, passando de um para o outro aquilo que os mais experientes ensinam (geralmente marcado de preconceito e estigma), carregam para casa uma postura de vigília pelo medo das ameaças constantemente sofridas na prisão e por isso costumam não estabelecer um convívio social externo ao lar por medo de ser morto. Os agentes penitenciários desenvolvem uma série de doenças decorrentes deste cotidiano como depressão, dependência química (álcool e remédios controlados), síndrome de burnout, entre outros.

Os agentes (assim como outros funcionários) se consideram vítimas do sistema, ironicamente o mesmo discurso dos presos, entretanto, quem é vítima de quem? Muitos agentes pontuaram que a diferença entre eles e os presos é que ‘nós temos a chave da cadeia’(diário de campo). Mas por outro lado, ‘se tirar o colete não dá pra saber quem é agente e quem é preso’. (LIMA, CARVALHAES, 2010, p.10).

<sup>1</sup> THOMPSON, A. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

<sup>2</sup> SILVEIRA, J. T. Se tirar o colete não dá para saber quem é preso, quem é agente: trabalho, identidade e prisionização. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA e POLITICA, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFPR, p. 2-19.

<sup>3</sup> “[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 2005, p.11).

A FAMÍLIA E O CRIME: RELATOS DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO FRAGMENTADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – SIQUEIRA, Carolina de Oliveira.



Então percebemos que o presídio é local de adoecimento de todos aqueles que participam de forma direta ou indireta de seu cotidiano, seja o preso, os funcionários ou mesmo a família dos presos.

### 3. A RETALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: ESTIGMA

Eu falo pra ela, eu: Rafaela eu tô passando muita humilhação lá fora. Eu acho mais do que você aqui dentro, sabe?! Ela fica quieta. (MARIANA, mar, 2012).

65

Ao longo deste artigo o estigma esteve no cerne das proposições levantadas. Ele é o motor que funda e reproduz os principais problemas aqui identificados, ao mesmo tempo que é consequência de uma ideologia disseminada pela cultura, aprofundada e explorada pela mídia.

“O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. [...] Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito.” (GOFFMAN, 1982, p.13).

Ou seja, a sociedade é regida por um estereótipo, por um padrão e todo aquele que não se molda nos limites deste ideal é depreciado e desacreditado pela sociedade. Isto não quer dizer que o atributo seja bom ou mal, ele é julgado desta forma de acordo com a circunstância e com a ideologia que rege e dita o que é socialmente aceito.

Goffman divide o estigma em três tipos: os que acontecem devido as deformidades físicas, os que se apresentam devido divergência de crenças, religiões, nações ou raças e o que será nosso foco de estudo neste tópico que é causado por culpas de caráter individual entendidas pela sociedade como “vontade fraca” (ex.: o desemprego, o vício, a prisão, etc).

Em todos esses exemplos de estigma [...], encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, **destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.** (GOFFMAN, 1982, p. 14, Grifo nosso).

Deste modo, após o cometimento do crime a vida daquele que o protagonizou passa muitas vezes a ser resumida pela sociedade neste ato que ela cometeu e seus outros atributos deixam de ser percebidos pelas demais pessoas. Mais que isto, passam a ser esquecidos os



outros aspectos e vivências de sua história, como se o indivíduo tivesse sido concebido no instante da transgressão.

E por isso, todas as suas ações anteriores passam a ser julgadas e raciocinadas diante do aspecto crime. Ele deixa de pertencer a “classe dos normais” e passa a não ser merecedor do respeito e da dignidade com a qual todo ser humano deveria ser tratado.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. [...] Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1982, p. 15).

Mariana acompanhou sua filha ser julgada e condenada pela sociedade, que lamentou não existir pena de morte para “tamanho monstro”. Um ato, uma noite, uma transgressão e toda construção de uma vida foi jogada no lixo. A partir de então Rafaela jamais será tratada com respeito novamente, não por aqueles que conhecem a procedência do seu crime. Ela transgrediu um dos mais sérios códigos de conduta, atentou e pôs fim a vida de pessoas indefesas.

(Como foi o tratamento dispensado a Rafaela no Hospital) De bandida né?! De... de... Por eles ela tinha morrido minha filha. Ninguém queria, ninguém queria! [...]Disse que tinha umas que falavam que pra deixar ela ter um infecção, sabe?! Falava, sabe?! Deixa morrer isso aí não presta não. Mas minha filha tá lá. (MARIANA, mar, 2012).

Não temos aqui pretensão de absolver ninguém, assim como não temos de julgar, apenas refletir sobre o fato e ressaltar que o tratamento degradante e humilhante na prisão assim como se negar atender devidamente um paciente também são crimes perante a lei e não colaboram com o aspecto de “recuperar” e elaborar uma possível ressocialização deste interno quando for o momento.

Porém, parte deste tratamento dispensado a Rafaela é responsabilidade da mídia, que em casos como o dela e o do casal Nardoni, que se tratam de crimes hediondos envolvendo crianças, a mesma explora o assunto, divulgando os mínimos detalhes e moldando opiniões, disseminando uma onda de ódio coletivo, explorando sempre de maneira contundente determinados aspectos e colocando um véu de esquecimento sobre outros (mostrar ocultando – distorcendo a realidade), passando semanas, às vezes meses noticiando o mesmo fato recrudescendo no pensamento da população o aspecto da pena e da punição.



Aí a gente pergunta é legal, mas é moral? Uma mulher que mata os filhos bota fogo na casa e tudo mais?! Ela pega 30 anos tem um bom comportamento na cadeia, isso de acordo com a nossa lei! O juiz não tá dando nenhum benefício extra pra ela não! Tá escrito no papel como se diria antigamente. E ela vai ganhando esses benefícios. Vai passando o tempo, passando o tempo, enrolando... Dali a pouco ela tá na rua. Isso porque matou os dois filhos, hein meu amigo?! É assim a justiça aqui no Brasil. São assim as leis no nosso país. Uma mulher dessa no exterior já tava sentada numa cadeira elétrica há muito tempo. Em determinadas cidades dos Estados Unidos, por exemplo, ou na Europa dependendo do país, prisão perpétua. A mulher não ia ver nunca mais... Ia ver o sol nascendo quadrado pro resto da vida. E aqui a coisa rola solta assim dessa maneira né?! Todo mundo faz o que quer. Mata filho, mata qualquer um no meio da rua. Cumpre um pedacinho da pena dali a pouco já tá no meio da rua por comportamento recebe o benefício. (Reportagem do dia 23/11/11 - transcrita do jornal de televisão RJ no ar).

67

A informação com a globalização se tornou um produto altamente rentável. Criou-se um mercado sedento por noticiar fatos que aumentem os índices de audiência e que a todo custo buscam o grande furo jornalístico, que irá atrair a atenção do público, fazendo-o ficar ligado no canal, ou na notícia, acompanhando por longo período o acontecimento. Moldando o fato, “os ‘trabalhadores da mídia’ transformam-se cada vez mais em ‘pequenos diretores de consciências que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa” (BOURDIEU, 1997 apud CALLEGARI, WERMUTH, 2009, p. 59 e 60) e para que ele seja mais atrativo para aquele que vê, mexendo com o emocional, quase como uma novela, diminuindo os níveis de distância social, trazendo a identificação geralmente com aquele que sofre a injustiça ou o crime, jamais com aquele que o comete.

O crime nos meios de comunicação de massa tem lugar certo, por corresponder os níveis de audiência desejados. Quando dissemos a Mariana que não havíamos visto a reportagem a respeito do julgamento de Rafaela, ela não pode conter o espanto: “Você não viu não? Um mês. Foi agora. Ê, ê, menina num tinha outra... outro assunto a não ser disso.” (MARIANA, mar, 2012).

E não apenas pela audiência, investem também, de acordo com as orientações de grupos econômicos e políticos que tem por interesse o recrudescimento do sistema punitivo, tirando foco da causa real do problema, criando uma massa de opiniões pré-moldadas que acreditam que a solução para todos os problemas da sociedade é a punição das personificações do mal (assim passam a enxergar aqueles que transgridem a lei) e não o investimento em saúde, educação, habitação e diversos outros direitos que muitas vezes sua ausência é o ponto de partida de uma história que irá desembocar no crime.



A alta disseminação do estigma que gera uma postura punitiva por parte do Estado e da população, e que afinal de contas alimenta um ciclo de violência que não será resolvido enquanto esta ideologia for reproduzida acriticamente pela população, fazendo com que a mesma não exija aos seus representantes o desenvolvimento de uma política séria e que traga soluções efetivas as causas deste problema e não as consequências.

Esta imobilidade de consciência causa danos graves aqueles que cometem crimes, como a inaceitação da ressocialização do mesmo depois do cumprimento de sua pena por exemplo. E não apenas aquele que comete sofre o estigma, mas também sua família, que começa a ser rejeitada pela sociedade. Quando questionado a Mariana se já havia sofrido algum preconceito na rua por causa de Rafaela ela respondeu que

Não, mas as meninas já. Disse que elas tinha um trabalho pra fazer em um grupo. Disse que não quiserem fazer junto delas, e era as duas Rosane e C. Disse que não queriam fazer com as meninas, diz que elas já ouviram muita coisa. Eu até quase não saio mesmo, eu só saio daqui pra mim ir lá. (MARIANA, mar, 2012).

Se o sofrimento destas mães já muito grande por seus filhos terem cometido crimes e não terem seguido o caminho ao qual se preocuparam ensinar e almejavam para o seu futuro, se torna muito pior ao ver pelas palavras do apresentador do jornal a maneira como o assunto é exposto, como ele é julgado e condenado sem direito a absolvição como vimos na reportagem descrita acima.

Quando questionado qual foi a sensação que Mariana teve ao assistir a notícia na televisão ela disse: Ruim né, Sá menina?! Ruim, horrível, eu passei mal. Passei mal a primeira, a segunda vez. E quando ela coloca que passou mal pela segunda vez é que a mídia não explora apenas quando ocorre o crime, mas também quando chega a época do julgamento. Mariana nos diz que assistir aos fatos pela televisão é como reviver a dor de maneira intensa novamente.

E o estigma se projeta sobre a mãe quando a sociedade se questiona porque esta pessoa cometeu crime tão atroz, logo se levantam as questões: a família é desestruturada? Não tinha o pai para dar limites (no caso de Cristiane e Mariana)? Ou então onde estava a mãe que não percebeu que o filho não era normal ou não estava bem? Porque elas (as mães) não fizeram alguma coisa para impedir?



Mas eu acho que tem [pessoas que a culpam]. Porque eu não vi. Que eu tinha que vê, mas ela morava longe de mim, né?! Não, tem gente que pergunta assim cê não percebeu não?! Quem tinha que perceber era o marido dela, num é?! Que convivia com ela, que sabia que ela não tava bem. Pra mim quando ela vinha aqui ela tava bem. A única coisa que falo pra você que eu notei, foi esse negocio dela vir aqui de camisola. É, que guardei isso pra mim. Eu falei Rafaela, isso aí não é roupa de andar na rua não. Me deixa mãe. Ela tava até de bicicleta. Me deixa mãe. (MARIANA, mar, 2012).

E é importante ressaltar que Mariana coloca que aqueles que conheciam ela e suas filhas, apesar de não entender o porquê de Rafaela ter cometido o crime, não se afastaram dela. O estigma sempre parte daqueles que não conhecem sua vida, sua história, sua filha, isto porque, os outros lados que a mídia ocultou são acessados por estas pessoas (vizinhos, por exemplo), a distância social é bem pequena, aumentando a alteridade (capacidade de se colocar no lugar do outro) também com o criminoso e sua família e não apenas com a vítima.

Esta repercussão midiática não esteve presente no caso de Cristiane, devido ao tipo de crime (tráfico de drogas) que já se tornou banal e comum na sociedade de hoje. Não aumenta ibope, não é um “furo” que traria grande repercussão. É apenas mais um viciado, mais um doente, ou um vagabundo perante a sociedade.

Mas a ausência de espaço na mídia não finda a existência do estigma, acontece em menor escala, porém continua presente. Interessante observar que no caso de Cristiane, o estigma não emerge apenas da sociedade, mas dela própria que não conseguia se desvencilhar das ideias já disseminadas socialmente sobre a questão das drogas e do tráfico.

Quanto a postura dos profissionais que atenderam José e Cristiane no Hospital já se mostrou diferenciada em relação a de Mariana e Rafaela, com um posicionamento profissional, tratando com respeito a mãe e o paciente, mesmo sendo ele um presidiário. O estigma não foi identificado na fala Cristiane quando relatava sobre o atendimento no local: Os enfermeiros tudo ali já, tudo na maior amizade com ele. Me ajudava muito, tratava eu bem.

Assim como o policial que escoltou José para Bangu, Rio de Janeiro, também demonstrou ter a mesma postura de acordo com o relato de Cristiane. Mas o que se observa é que o comportamento que deveria ser o padrão comum observado em todos os que lidam com o acautelado e sua família se torna exceção, devido a cultura disseminada socialmente ser a do estigma (como viemos relatando) influenciando nas posturas dos profissionais.





A reflexão que a presente diferença de tratamento dos dois casos nos traz é que o aumento dos estudos e discussão sobre a dependência química, tratando como problema de saúde pública já projeta mudanças no estigma socialmente disseminado, começando a dividir opiniões e posturas a respeito do assunto. Enquanto que os crimes hediondos continuam estagnados no mesmo ponto de discussão sobre ser este fruto de um caráter individual.

O estigma é arma nociva que compele a sociedade a agir com a mesma desumanidade que tanto criticam naqueles nos quais enxergam criminosos, incitando homicídios (pena de morte), torturas cruéis (linchamentos), ameaças e perseguições à familiares e parentes, entre outras coisas. Onde está o limite que torna uns “homens de bem” e outros em indivíduos indignos da aceitação social?

70

## CONCLUSÃO

“Dos meus cuidado eu e dos seus cuida você”, esta tem sido a máxima preconizada pelo Estado e pela sociedade em relação a família dos presos, ainda mais por se tratarem de pessoas marcadas pelo estigma (menos dignas). As mães, mulheres e filhos dos presidiários têm buscado alternativas para suprir suas necessidades as quais o Estado vem se desresponsabilizando ao longo dos tempos, seja através do trabalho mesmo que precário, da caridade, ou do crime, garantem sua reprodução material e social.

A família antes mesmo do cometimento do crime, já tem acumulado o cargo de desenvolver a proteção social, porém esta capacidade só é possível se a mesma tiver acesso a todos seus direitos de maneira integral através das políticas sociais, que são um dos instrumentos especializados para cumprir esta função. (VILLA LOBOS, 2000<sup>4</sup> *apud* SPOSATI, 2008, p. 21)

Proteção social – o sentido de proteção (protectione, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida -, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais.

---

<sup>4</sup> VILLAS LOBOS, V. S. *O estado de bem estar social na América Latina: necessidade de redefinição*. São Paulo: Fundação Kontad Adenauer, 2000 (Cadernos Adenauer: proeza e política social).  
A FAMÍLIA E O CRIME: RELATOS DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO FRAGMENTADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – SIQUEIRA, Carolina de Oliveira.



Como as famílias, principalmente usuárias da assistência social, não tem acesso nem a segurança social, nem aos direitos sociais, elas se alteram e se moldam ao longo de sua história sob as formas das dificuldades.

Mesmo frente às dificuldades de implementação há diversas políticas para dar conta das diversas necessidades sociais, saúde, assistência social, entre outras que tem complexa rede de programas e projetos que visam à garantia dos direitos. Porém quando se trata da população carcerária e suas famílias não encontramos uma política própria que dê conta de suas demandas, que são realocados em programas de outras políticas que muitas vezes não dão conta de suas questões particulares. E ao questionarmos a Mariana se ela achava que deveria ter um lugar específico que atendesse as famílias de presidiários ela afirmou: Com certeza minha filha. Tem muita gente que precisa. Muita gente nessa situação. (MARIANA, mar, 2012).

Além disso, observamos a falta de qualificação dos profissionais para trabalhar com estes usuários, que já vem de uma vivência difícil que a presença do estigma traz. A falta de profissionalismo, o desrespeito, ou às vezes até o medo fruto de uma qualificação inadequada, do despreparo e até mesmo de condições inadequadas de trabalho tem trazido consequências devastadoras como pudemos atestar ao longo deste artigo.

Deste modo, percebemos que é identificado por estes profissionais da rede, a necessidade de um trabalho especializado nestes termos, ressaltando a necessidade de amparo a estas famílias e a importância das mesmas em todo o processo de cumprimento da pena, principalmente do egresso. Ainda identifica-se em suas falas o traço do estigma, mas principalmente da desinformação, ou melhor, da formação padrão que a mídia dissemina.

Neste debate, entendemos ser fundamental o desenvolvimento de programas específicos com um atendimento interdisciplinar, ou mesmo um Centro de Referência, com profissionais devidamente capacitados para atender as demandas específicas, sendo fundamental a presença do profissional de Serviço Social expandindo o que a própria LEP preconiza como atribuição do Serviço Social dentro da instituição penitenciária: VII – Orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Durante o estágio na Secretaria de Família e Assistência Social, seja na pesquisa para a monografia, seja no levantamento bibliográfico, não encontramos um precedente que nos mostrasse que o serviço de orientação e amparo não foi e não é necessário para estas famílias.



Ele se mostra imprescindível em todos os casos que tivemos acesso, apesar de não encontrarmos programa ou instituição que preste tal serviço.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C. Encarceramento em massa. In: *PUC VIVA*, n 39. São Paulo, Set/ Dez 2010, p. 1-3.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: *Sociologias*, ano 4, n. 8, Porto Alegre, 2002, p. 84-135.

BRASIL. *Lei n. 7.210 de 11 de Julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. In: Portal da Legislação: Leis Ordinárias. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)

CALLEGARI, A.L., WERMUTH, M.A.D, “Deu no Jornal”: Notas sobre a contribuição da mídia para a (ir)racionalidade da produção legislativa no bojo do processo de expansão do direito penal. In: *Revista Liberdades*. n. 2. São Paulo: IBCCRIM, set/dez. 2009, p. 56-77.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para sua prevenção. In: *Ciênc. Saúde coletiva*. Vol. 4, n. 1. Rio de Janeiro, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LIMA, E. C. S, CARVALHAES, F. F. Abrir e fechar cadeado: análises das representações sociais de agentes penitenciários sobre o cotidiano de trabalho. Disponível em: [http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i\\_jornada/051.pdf](http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/051.pdf)

MATTA, Roberto da. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In: *Caderno de Saúde Pública*. n. 10. Rio de Janeiro, 1994, p. 17-18.

MISSE, M. *Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou punir? Como o estado trata o criminoso*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SIQUEIRA, E. S. *Trajectoria para a vida extra-muros: a importância dos laços familiares*. Campos dos Goytacazes, 2007. Trabalho Final de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2007.

A FAMÍLIA E O CRIME: RELATOS DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO FRAGMENTADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – SIQUEIRA, Carolina de Oliveira.



SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. In: *Estudos Avançados*. v 20, n. 56, São Paulo, 2006, p.91-105.

SPOSATI, A. S. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 2008.

STELLA, Cláudia. *Filhos de mulheres presas*. São Paulo: LCTE, 2006.



## **O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E A GESTÃO DO TRABALHO REALIZADO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

BARÇANTE, Luiza Felix de Souza.  
*Estudante de mestrado do Programa do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF).*  
E-mail: lulubarcante@hotmail.com

74

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo compreender, a partir de experiências de campo, como se organiza o trabalho realizado dentro dos gabinetes dos procuradores de justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Os dados utilizados provêm da minha atuação enquanto assessora contratada na instituição. Enfatizo os protocolos práticos dos gabinetes, onde cada procurador de justiça organiza e gere o trabalho no seu gabinete de uma maneira diferente, o que interfere diretamente na forma de trabalho dos analistas processuais e assessores, que aprendem a trabalhar “*pensando com a cabeça do outro*”, pois se submetem às formas diferentes de gestão de trabalho dos procuradores. Como conclusão, o estudo identifica a maneira como a Instituição se organiza a partir do trabalho em conjunto desses diferentes profissionais, a partir da existência de regras, às vezes rígidas, às vezes frouxas, algumas explícitas e acordadas, outras implícitas e particularizadas em cada gabinete.

**Palavras-chave:** Ministério Público. Gestão do trabalho. Independência funcional contextualizada.

### **ABSTRACT**

This paper aims to understand, from field experiences, how it organizes the work done in the offices of prosecutors in the Public Attorney of the State of Rio de Janeiro. The data used come from my acting as advisor hired in the institution. Emphasize the practical protocols of the offices, where each attorney justice organizes and manages the work in his office in a different way, which interferes directly in the form of work procedural analysts and advisors who learn to work “*thinking with the head of another*” because undergo different forms of prosecutors work management. In conclusion, the study identifies the way the institution is organized from the working together of these different professionals, from the existence of rules, the rigid, sometimes loose, some explicit and agreed, other implicit and individualized in each case .

**Key-words:** Public Attorney. Work management. Contextualized functional independence.



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender, a partir de experiências de campo, como se organiza o trabalho realizado dentro dos gabinetes dos procuradores de justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O artigo possui como enfoque teórico o debate sobre profissões jurídicas e a atuação dos operadores do direito. Assim, busco discutir o papel dos procuradores de justiça, analistas processuais e assessores jurídicos e sua relação com a instituição e analisar aspectos empíricos, como por exemplo, o desenvolvimento das rotinas e das formas de trabalho, a partir da observação desses diferentes atores.

A pesquisa encontra-se inserida na perspectiva da sociologia das profissões jurídicas, pois busca, através da descrição detalhada do trabalho cotidiano dos profissionais do direito, compreender a constituição das rotinas de trabalho.

Adoto o entendimento de que a sociologia do direito busca compreender como o direito orienta a ação das pessoas através da análise do cotidiano prático dos profissionais. Em minha concepção, o Direito não é avaliado como uma ciência, mas como objeto de estudo da Sociologia, esta sim uma ciência analítica. Assim, para estudar o Direito torna-se suficiente analisar as práticas, uma vez que a perspectiva sociológica estuda o sentido que é dado para as ações dentro das relações sociais.

As pesquisas existentes no Brasil sobre o papel do Ministério Público enfatizam aspectos institucionais sob diferentes abordagens, seja sob a constituição de uma identidade profissional, seja ressaltando os aspectos do trabalho cotidiano.

A pesquisa de SILVA (2001) realiza uma análise tipológica do perfil dos promotores de justiça no contexto das novas atribuições conferidas ao Ministério Público a partir da Constituição Federal de 1988, contribuindo para o debate a respeito aos limites da atuação dos promotores de justiça e no modo como essas novas funções são incorporadas à atuação de cada um deles.

A autora identifica duas maneiras distintas de descrever a relação que eles têm com seu trabalho, construindo dois tipos ideais por meio da ênfase em certas características e elementos encontrados na atuação dos promotores selecionados. Em síntese, o tipo “promotor de gabinete” se limita às fronteiras da esfera jurídica, podendo ser considerado como um agente judiciário que prioriza o trabalho processual e atua principalmente pela via judicial. Por sua vez, o tipo “promotor de fatos” indica a tendência da ampliação das funções dos promotores para além da esfera jurídica, transformando-os em articuladores políticos nas comunidades em que





trabalham.

Na perspectiva da sociologia das profissões jurídicas no Brasil, esta pesquisa realiza uma análise tipológica do perfil dos profissionais (promotores de justiça) e trata de representações sobre o trabalho, identidades e práticas profissionais a partir de narrativas dos promotores.

Ainda no contexto das novas atribuições conferidas ao Ministério Público no final da década de 1980, em que os membros da instituição iniciaram um movimento por independência e autonomia administrativa frente a outros órgãos do Estado, tais como o Executivo e o Judiciário, MOUZINHO (2007) analisa os procedimentos de “criminação” (enquadramento de um comportamento como um crime), bem como os de “incriminação” de determinados agentes (a rotulagem de um sujeito como responsável por um comportamento criminoso em particular), antes não incrimináveis pelos Procuradores Federais, e as razões pelas quais os procuradores justificam essa iniciativa no sistema de justiça criminal brasileiro.

A autora explicita a relação estreita do MP com a mídia, ora sendo utilizada como fonte, ora para divulgação de fatos ou de casos que os procuradores desejam tornar público (na transformação de eventos em “escândalo público”), principalmente no que tange aos crimes econômicos e financeiros.

Ademais, analisa a investigação direta pelo Ministério Público em casos criminais, a maneira como se dá a seleção dos casos pelos membros da instituição, discute a relação entre a produção da verdade no sistema de justiça criminal, sua relação com a “sujeição criminal” e o comprometimento da honra dos denunciados pelo MP.

Outra pesquisa relevante sobre a atuação do Ministério Público na área criminal analisa o perfil socioprofissional e as concepções de política criminal do Ministério Público Federal. Os autores identificam correlações existentes entre as diferentes correntes de política criminal auto imputadas pelos respondentes e as respostas obtidas para temas apresentados no questionário como, por exemplo, a redução da idade de imputabilidade penal, as funções da pena e as prioridades para a redução da criminalidade no Brasil. A respeito das concepções de política criminal, os resultados sugeriram a existência de três campos bem definidos (defensores do movimento de Lei e Ordem, do Garantismo Penal e de uma posição intermediária) e indicaram haver vinculação entre a escolha teórica pelos membros da Instituição e as opiniões dos respondentes em cada um dos temas pesquisados (AZEVEDO; VASCONCELLOS, 2013).



No Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, minha pesquisa analisa o princípio da independência funcional, que garante liberdade de atuação aos promotores e procuradores, de forma contextualizada, percebido a partir da organização na prática do trabalho pelos procuradores de justiça.

Ressalto que a análise do trabalho realizado dentro dos gabinetes dos procuradores de justiça no Ministério Público não se limitou ao trabalho dos procuradores, uma vez que eu observei todo o trabalho cooperativo entre procuradores, analistas e assessores, merecendo destaque a divisão do trabalho dentro dos gabinetes, o princípio da independência funcional contextualizado, a rotina de trabalho dos profissionais, a relação entre eles, a especialização do trabalho em setores, e a produção de documentos (elaboração dos pareceres).

Já que as instituições são feitas pelas pessoas, torna-se importante analisar os protocolos práticos dos gabinetes onde, muitas vezes os assessores e analistas processuais são responsáveis pela tomada inicial de decisões e os procuradores pela alteração/revisão e assinatura dos pareceres. Ao tratar das práticas de trabalho realizadas dentro do Ministério Público, a maneira de organização desta instituição se torna explícita, ou seja, em minha concepção, a organização do trabalho orienta as práticas e mostra o funcionamento da instituição.

Assim, enfatizo os protocolos práticos dos gabinetes, onde cada procurador de justiça organiza e gere o trabalho no seu gabinete de uma maneira diferente, o que interfere diretamente na forma de trabalho dos analistas processuais e assessores, que aprendem a trabalhar “*pensando com a cabeça do outro*”, pois se submetem às formas diferentes de gestão de trabalho dos procuradores.

Como conclusão, o estudo identifica a maneira como a Instituição se organiza a partir do trabalho em conjunto desses diferentes profissionais, a partir da existência de regras, às vezes rígidas, às vezes frouxas, algumas explícitas e acordadas, outras implícitas e particularizadas em cada gabinete.

## **PESQUISA DE CAMPO**

Os dados utilizados nesta pesquisa provêm de minha experiência de trabalho como assessora na Procuradoria de Justiça, função que exerço desde 02 julho de 2012, data em que fui nomeada e tomei posse de Cargo em Comissão de Assessoramento a Procuradoria no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (símbolo CCP).

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (PGJ/RJ) fica localizada



na Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro. Ela é composta por três prédios que se interligam no 4º andar, a saber: Edifício-Sede do MPRJ, o Edifício Canavarro e o Edifício das Procuradorias de Justiça, cuja edificação abriga, além dos órgãos da administração superior, à exceção da Corregedoria-Geral que se situa no Edifício Atenas (localizado à frente ao Edifício-Sede do MPRJ), todas as Procuradorias de Justiça e também os órgãos auxiliares da instituição.

Em minha nomeação para exercer o cargo em comissão de Assessoramento a Procuradoria, fui lotada para trabalhar no 1º Centro de Apoio Operacional às Procuradorias de Justiça, ao qual estão subordinadas 42 (quarenta e duas) Procuradorias Criminais, divididas 5 procuradorias para cada câmara criminal (que são oito no total), e 2 procuradorias criminais junto à seção criminal e 85 (oitenta e cinco) Procuradorias Cíveis, das quais 80 são vinculadas às 20 câmaras cíveis, ou seja, 4 para cada câmara, e 5 procuradorias cíveis de tutela coletiva<sup>1</sup>, sendo designada para prestar assessoramento direto a uma Procuradoria de Justiça junto à uma Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo vinculação direta ao Procurador de Justiça que solicitou minha nomeação.

As 42 (quarenta e duas) procuradorias de justiça criminais contam com o auxílio de analistas processuais e de 42 (quarenta e dois) assessores, todos titulares de cargos em comissão, vinculados aos procuradores de justiça.

Assim, como meu trabalho no Ministério Público consiste em ser assessora de um Procurador que atua na área criminal, minha pesquisa de campo é limitada as Procuradorias Criminais. A pesquisa lança mão de uma metodologia qualitativa para examinar as formas de atuação e a percepção dos atores da Procuradoria: os procuradores, os analistas processuais e os assessores.

Para tanto, a propriedade das ações dos indivíduos é analisada através da observação da sua atividade cotidiana, o que se deu com minha inserção no contexto da pesquisa de campo, realizando um processo de observação da prática, mais especificamente nas arenas privilegiadas em que circulam esses atores. A investigação compreendeu trabalho de campo e pesquisa bibliográfica. Analisei documentos, utilizei entrevistas, conversas informais e principalmente a “observação participante” (KANT DE LIMA, 2009).

## **O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL CONTEXTUALIZADO**



Para refletir sobre o trabalho realizado dentro dos gabinetes dos procuradores de justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, devo explicar que a expressão “*gabinete*” é utilizada pelos atores do campo de duas maneiras. A primeira faz referência ao local físico. Os Procuradores de Justiça dispõem, cada um, de uma sala privativa com área aproximada de 10m<sup>2</sup>, guarnecida com ar condicionado, impressora, computador, telefone, frigobar, e armário. Os analistas processuais ficam localizados no corredor, normalmente próximos dos “*gabinetes*” aos quais estão vinculados, dividindo espaços denominados de “*baias*”. O ar condicionado é central. Cada analista processual

computador, armário. impressora é cada 08 os andares “*gabinetes*” contam ainda que possui micro-ondas, servido por terceirizadas Estes espaços



possui um telefone e Porém, a compartilhada a analistas. Todos que possuem e “*baias*” com uma copa, geladeira, além de café, duas copeiras na instituição. ficam situados

no Edifício das Procuradorias de Justiça. Para os assessores foi destinado um espaço em um comum localizado no 9º andar do Edifício Canavarro. Cada assessor possui seu computador. Impressora, armário e telefone são compartilhados.

<sup>1</sup> Dados obtidos no relatório de inspeção realizado pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de 20 a 24 de agosto de 2012.



**Foto1:**  
procurador de  
Edifício das  
de Justiça.



**Gabinete de um  
justiça -  
Procuradorias**

**Foto2: “Baia” de trabalho dos analistas processuais - Edifício das Procuradorias de Justiça.**



**Foto3: “Geral” dos assessores - Edifício Canavarro.**





O segundo sentido que a expressão “*gabinete*” assume, faz referência à estrutura de trabalho organizada por cada procurador de justiça no sentido de coordenar suas ações e funções, dos analistas processuais e dos assessores. Nesse sentido, um analista processual em conversa informal me informou que “*-cada um tem um gabinete e um procurador diferente, o que faz com que o trabalho de cada um seja diferente dos outros*”.

Na 2ª instância o Ministério Público atua como fiscal da lei e sua função é emitir um parecer sobre o processo, realizando uma análise dos autos e sugerindo a manutenção ou revisão da sentença, por exemplo, aos desembargadores que julgam o caso no Tribunal de Justiça, considerando a intervenção realizada pelo procurador de justiça através de seu “*parecer*”.

Atualmente, quase todos os processos das câmaras criminais são tramitados eletronicamente pelo sistema do Tribunal de Justiça. Os processos são encaminhados eletronicamente diretamente aos gabinetes dos procuradores e a distribuição dos feitos é feita da seguinte forma: as primeiras procuradorias criminais recebem os processos com final 1 e 2; as segundas procuradorias criminais recebem os processos com final 3 e 4; as terceiras procuradorias criminais recebem os processos com final 5 e 6; as quartas procuradorias criminais recebem os processos com final 7 e 8; e as quintas procuradorias criminais recebem os processos com final 9 e 0.<sup>2</sup>

Muito raramente chega algum processo físico. Os processos físicos que ainda chegam ao MPRJ possuem vários volumes e por isso não foram digitalizados pelo TJRJ.



<sup>2</sup> Dados obtidos no relatório de trabalho realizado entre os dias 20 a 24 de agosto de 2014. Disponível em: [www.mpe.rj.gov.br/portal/portal.do?acao=C3%A3o/RJ\\_-\\_MPE.RJ\\_Aprovado](http://www.mpe.rj.gov.br/portal/portal.do?acao=C3%A3o/RJ_-_MPE.RJ_Aprovado)

...onal do MPRJ de  
...C3%A3o/RJ\_-





**Foto 04 – autos de um processo físico**

A partir do recebimento dos autos em seu gabinete, os analistas, assessores e os Procuradores analisam o desenrolar do processo - já com decisão de 1ª Instância nele proferida - e, então, formam sua convicção a respeito do acerto ou não do quanto ali processado e decidido.

Para assegurar o cumprimento das funções institucionais, entre elas a elaboração dos pareceres, o Ministério Público é dotado de uma série de garantias e princípios previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

O princípio da independência funcional garante liberdade de atuação aos promotores e procuradores, impedindo uma subordinação que não seja às normas jurídicas ou à sua própria consciência (MAZZILLI, 2013). Isto possibilita que os membros do Ministério Público tomem posicionamentos divergentes em sua atuação, uma vez que não existe subordinação funcional dos membros da Instituição, apesar de existir no Ministério Público hierarquia administrativa em relação à chefia única (Procurador Geral de Justiça).

O princípio da independência funcional contextualizado é percebido a partir da forma como cada procurador de justiça organiza sua equipe de trabalho, definindo a função de cada um, e elaborando “*modelos de pareceres*”. Nesse sentido, analistas processuais e assessores informam que “- *olha .... tem a independência funcional e cada um pensa o que quer. Aí cada procurador vai ter um modelo próprio de parecer e também a sua forma de organizar sua equipe*”.

Nesse sentido, em conversa informal com um analista processual, fui informada que:

*“- O procurador de justiça é seu chefe imediato. Se você não tiver problema com ele aqui dentro não vai ter com mais ninguém. O local de trabalho é definido por eles, o horário de trabalho, a forma de trabalho e até mesmo a função dos analistas e assessores. Aqui dentro não tem que comparar trabalho entre gabinetes porque é diferente mesmo, já que cada procurador trabalha de forma diferente com sua equipe. Não fica falando para os outros o que você faz ou deixa de fazer, não compara trabalho não porque cada um aqui faz o que seu procurador quer e você só se submete a ele. Não tem que dar satisfação para ninguém. Só para seu procurador. Porque se você está de acordo com ele, ele te protege. Tem que estar certo com ele”.*



Esta noção reforça o fato de não haver necessidade de transparência em relação ao trabalho realizado pelos procuradores de justiça, porque “- *um não precisa saber como o gabinete do outro funciona*”, como me foi dito por um analista processual em entrevista. Cada procurador pode estabelecer as regras de organização de seu próprio gabinete e organização do trabalho.

Cabe ressaltar que a expressão “*independência*” é utilizada pelos atores tanto para se referir ao entendimento jurídico dos membros da instituição que se explicita na análise dos “*modelos de pareceres*”, quanto para justificar a convivência de modelos de gestão de trabalho completamente diferentes dentro do Ministério Público.

Comparando a uma pesquisa realizada no judiciário, FONTAINHA (2012) indica que o papel dos magistrados não é somente julgar, mas também gerir seu local de trabalho. E Essa opção é reafirmada no seu cotidiano, em que o setor administrativo (servidores) torna-se cada vez mais jurisdicional e o setor jurisdicional (juízes) torna-se cada vez mais responsável pela gestão administrativa.

Quanto ao trabalho dos serventuários que trabalham nas instituições judiciais, o número de estudos é quase inexistente, apesar de sua função ser importante e essencial no funcionamento de tais instituições. BRITO (2013) descreve e explicita as práticas e representações dos serventuários de justiça que trabalham nos cartórios judiciais na comarca da capital do Rio de Janeiro, analisando as relações e representações desses profissionais e de que forma interferem no tempo de duração e fluxo dos processos.

Em relação à função exercida pelos servidores do MPRJ, que se insere na gestão do trabalho realizada pelos procuradores de justiça, não existe uma fixação normativa que delimite as atividades básicas desenvolvidas por servidores efetivos, por servidores titulares de cargos exclusivamente comissionados e por estagiários. Este fato reforça a opacidade em relação às diferenças entre as atividades por eles realizadas.

No âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 5.891/2011, que revogou a Lei Estadual nº 3.899/2002, dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público, sendo composto pelos cargos de provimento efetivo, organizados em carreiras, e pelos cargos de provimento em comissão.

Em relação às atribuições dos cargos em comissão, por exemplo, a lei dispõe que:

art. 18 - Os servidores ocupantes dos Cargos em Comissão de Assessoramento a Promotoria e de Assessoramento a Procuradoria deverão atuar com estrita observância às ordens, orientações e critérios estabelecidos pelo membro do



Ministério Público ao qual estejam subordinados, competindo-lhes, em especial:

I - a organização e operacionalização do trâmite de documentos e processos no órgão de execução;

II - a realização das pesquisas necessárias ao desempenho da atividade funcional do membro do Ministério Público;

III - o auxílio na elaboração de minutas de manifestações e peças processuais;

IV - o atendimento ao público, quando necessário;

V - a execução das demais atividades que lhes forem determinadas.

§ 4º - Resolução do Procurador-Geral de Justiça definirá as demais atribuições dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, inclusive quanto às ordens, orientações e critérios, bem assim as respectivas posições na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Sobre essas atribuições, um analista processual em entrevista me informou que: “- *A Resolução do PGJ ainda não foi editada. Aliás, para os procuradores é até bom que não tenha regulamentação porque isso legitima mais ainda a gente ter que submeter ao que eles decidem. Faz a gente até passar espanador de pó na casa dos procuradores se deixar.*”

A partir da observação realizada no campo, percebi que alguns procuradores dividiram o trabalho e a responsabilidade pelo “*gabinete*” entre analistas e assessores de forma igual, separando a atuação deles nos processos apenas pela numeração dos autos: número par com assessor, número ímpar com analista, e vice-versa. Alguns procuradores designaram os analistas processuais para reverem os pareceres feitos pelos assessores, para dar uma “*-peneirada inicial nos pareceres para depois enviar para o procurador revisar e assinar o processo e enviar para o Tribunal de Justiça*”, conforme me foi dito por analistas. Outros procuradores não dividiram o trabalho de forma igual entre analistas e assessores: enquanto analistas elaboravam os pareceres, assessores eram responsáveis por transcrever (digitar) os depoimentos das testemunhas, vítimas e interrogatório dos réus contidos nas mídias eletrônicas das audiências na 1ª instância e outros eram responsáveis por pesquisar doutrina e jurisprudência atualizada.

Da mesma forma, o princípio da independência funcional contextualizado é percebido em relação a entendimentos jurídicos diversos dos membros da instituição que se explicita na análise dos “*modelos de pareceres*”.

Os “*modelos de pareceres*” tratam-se de arquivos no Word salvos nos computadores que possuem o “*-entendimento jurídico de cada procurador sobre os casos*”, como me foi explicado por um analista processual. Na maioria dos casos observados, no processo de construção dos pareceres, os assessores e analistas processuais são responsáveis pela tomada



inicial de decisões que são direcionadas pela existência de “*modelos de pareceres*” salvos nos computadores e os procuradores pela alteração/revisão e assinatura dos pareceres.

A partir da análise dos pareceres e do entendimento jurídico adotado por cada procurador de justiça, analistas e assessores os definem em categorias denominadas “*pro reo*” ou “*pau no réu*”, diferenciando aqueles que seriam mais “- *bonzinhos com os réus*” daqueles que “- *querem mais é que a pena do réu aumente*”. Trata-se de representações sobre o trabalho e são importantes porque são compartilhadas na relação entre analistas e assessores (e não entre procuradores).

Em entrevista com um assessor, fui informada que:

*“- O meu procurador é considerado pro reo (...) sempre que pode, ele sugere substituir pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, a favor da progressão de regime. Por exemplo, se o réu é traficante primário, sugere a pena mínima de 05 anos com redução de 2/3 que dá uma pena de 1ano e 8 meses, substituindo por restritiva de direitos e dá regime aberto. Ele é uma das exceções na procuradoria, se enquadrando na 7ª câmara criminal do TJRJ, que também é considerada uma câmara pro reo”.*

A partir da comparação entre o conteúdo dos pareceres de diferentes procuradorias de justiça e dos acórdãos proferidos pelos desembargadores das câmaras criminais do TJRJ, é que analistas processuais e assessores categorizam o trabalho realizado pelos procuradores e desembargadores. Essa representação informa que: “- *Em uma ponta estaria a 7ª câmara criminal, que é considerada pro reo, que pega leve com os réus, e na outra a 4ª câmara criminal, a câmara de gás, que é considerada linha dura com os réus. As demais são meio termo*”.

Na prática essa categoria é mobilizada e ganha destaque quando um procurador (01) entra de férias e seu analista (01) e assessor (01) passam a trabalhar com outro procurador (02) que está o substituindo. Nesse momento, analista (01) e assessor (01) têm que fazer os pareceres de acordo com “os modelos” do procurador (02) ao qual eles estão vinculados naquele momento, não importando o pensamento do procurador (01) que está de férias.

Nesses casos, analista processual e assessor do procurador (equipe 01) que entrou de férias entram em contato com sua nova equipe de trabalho temporária (equipe 02) - procurador de justiça que está substituindo, analista processual e assessor - para apreender a novas regras de trabalho que os regerão nesse período.



Nesse sentido, segue uma conversa entre analista processual (01) e analista processual (02) que iriam trabalhar juntos durante um mês, sob a coordenação de um mesmo procurador de justiça (02):

*Analista 01: “-posso passar aí para pegar os modelos? Posso levar meu pen drive para salvar?”*

*Analista 02: “-pode sim”*

*Analista 01: “- como é a forma de trabalho dele? Ele é pro reo ou pau no réu? Como ele organiza e controla nosso horário de trabalho?”*

*Analista 02: “Ele é pro reo e é tranquilo em relação a horário de trabalho. Quer o trabalho em dia e bem feito. Mas não importa muito se você vai fazer isso de casa ou do trabalho”.*

86

Contrastando com esta forma de gestão do trabalho MELLO (2012) enfatiza uma lógica distinta no poder judiciário, segundo a qual, os juízes substitutos tendem a se alinhar ideologicamente com os juízes titulares quando os substituem. Em artigo que trata sobre “dilemas e obstáculos referentes à implementação de demandas por direitos de reconhecimento de união estável e/ou casamento homoafetivo no Rio de Janeiro” (2012, p.85), ela explicita que advogados entendem como uma transgressão a ética que preside o comportamento compartilhado por eles quando um juiz substituto dá uma decisão com entendimento jurídico contrário ao juiz titular.

Em um dos casos que ela analisou sobre conversão de união estável em casamento de um casal de homossexuais, o juiz substituto foi criticado por ter “concedido parecer favorável ao processo de conversão de união estável em casamento, diferindo radicalmente do posicionamento ideológico do juiz titular” (2012, p. 93).

No Ministério Público, diferentemente, o procurador de justiça substituto pode elaborar seu parecer de forma completamente distinta do procurador de justiça titular, sem que isso seja apreendido como quebra da ética profissional.

Nesse sentido, os analistas processuais e assessores entrevistados informam uma dificuldade que encontram em suas atuações profissionais, que é “*pensar com a cabeça do outro*”. O “*outro*” é o procurador de justiça ao qual eles se submetem. Nesse sentido, segue trecho de uma entrevista realizada com um assessor:

*“- Quando o meu procurador entra de férias eu tenho que trabalhar com outro. O que pode ser muito bom ou muito ruim. Vai depender de como ele organiza o trabalho dele. Já trabalhei com um procurador uma vez que era muito desorganizado. Também já trabalhei com um que os modelos eram*



*muito diferentes dos que eu estava acostumado a trabalhar. Prefiro trabalhar com procurador que tem o estilo parecido com o meu. É mais fácil”.*

Assim, percebe-se que, cada analista e assessor fica submetido ao “*seu procurador*” e às suas determinações em relação à divisão do trabalho, bem como ao entendimento jurídico emanado no parecer. Nesse sentido, um assessor em conversa informal comentou que:

*“- a maior dificuldade no trabalho dos analistas e dos assessores é ter que trabalhar com a cabeça do outro. O procurador de justiça tem o pensamento dele. E eu tenho que escrever de acordo com o que ele pensa e trabalhar da forma que ele determina. Se ele não pensar aquilo ele vai mandar mudar. Várias vezes ele já me ligou e falou olha eu não penso isso não e você vai ter que alterar. Eu as vezes nem concordo com o que eu estou escrevendo. Mas, fazer o que? O pensamento no parecer é o dele não o meu”.*

87

Assim, cada procurador de justiça organiza e gere “*seu gabinete*” de uma maneira diferente, o que interfere diretamente na forma de trabalho dos analistas processuais e assessores, que aprendem a trabalhar “*pensando com a cabeça do outro*”, pois se submetem às formas diferentes de gestão de trabalho dos procuradores.

## CONCLUSÃO

O papel dos procuradores de justiça é definido formalmente nas prescrições do direito, mas é precisamente na formas diferentes de colocar em prática essas prescrições, de interpretá-las, que eles constroem um prática profissional que tem por referência o jurídico, mas não se confunde com ele. A análise das práticas visualiza-o como indivíduo, sujeito de um espaço social determinado, ao mesmo tempo intérprete da lei e ator social.

Na assessoria de um procurador, pode observar como o trabalho de produção de pareceres é realizado e compreender como as regras de elaboração dos pareceres são transmitidas e utilizadas pelos diferentes atores. Neste âmbito, posso dizer que não existe um espaço de transmissão organizada de conhecimento, uma vez que as funções que eu aprendi para realizar meu trabalho foram através das práticas do dia a dia, sem existir uma escola profissional que realizasse esta transmissão de maneira organizada (BOIGEOL, 2010).

A autora discute a criação da escola magistratura francesa e informa que este tipo de formação se opõe ao aprendizado na prática. No Brasil, cada pessoa que entra na instituição tem uma experiência de aprendizado diferente. O que estrutura a ética profissional não é o fato





das pessoas terem a mesma formação, diferente da escola da magistratura francesa. No caso brasileiro não tem um espírito de corpo estruturado dessa maneira. O espírito de corpo do Ministério Público Brasileiro é estruturado por esta “*independência*” onde “*-cada um faz o que quer e organiza como quer o trabalho*”.

A pesquisa, dessa forma, identifica a maneira como o Ministério Público se organiza a partir do trabalho em conjunto de diferentes profissionais, e a partir da existência de regras, às vezes rígidas, às vezes frouxas, algumas explícitas e acordadas, outras implícitas e particularizadas em cada gabinete.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. A influência das concepções de política criminal nos posicionamentos adotados pelos membros do Ministério Público Federal sobre as funções e a eficácia do sistema penal. *In: ANAIS DO 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*. Águas de Lindóia/SP, 2013.

BOIGEOL, Anne. A formação dos Magistrados: Do aprendizado na prática à escola profissional. *In: Revista Ética e Filosofia Política*, Volume 2, Nº 12. Juiz de Fora: Julho de 2010, pp 61-97.

BRITO, Wagner de Mello. Instrumentos e interferências no desempenho do Judiciário no Rio de Janeiro. Cartórios judiciais: suas práticas, ritos e impactos na marcha processual. [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2013.

FONTAINHA, Fernando de Castro. *Juízes Empreendedores: um estudo a partir da informatização dos tribunais brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

KANT DE LIMA, Roberto. *Por uma Antropologia do Direito, no Brasil*. In: Ensaaios de Antropologia e de Direito. KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel. (Coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p.33-34.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A independência do Ministério Público. *Revista dos Tribunais*, 1996. Disponível em: <http://www.mazzilli.com.br/>. Acesso em 15/06/2013.

MELLO, Kátia Sento Sé; SANTOS, Ana Carolina Lima. União homoafetiva: liberdade de orientação sexual ou normalização estatal da homossexualidade? *In: Revista Praia Vermelha*, v. 22 nº 1. Rio de Janeiro: Outras Expressões, Jul- Dez, 2012, p. 85-99..

MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes. *Sobre culpados e inocentes: o processo de criminalização e incriminação pelo Ministério Público Federal Brasileiro*. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ, 2007.



Rio de Janeiro, *Lei nº 5.891 de 17 de Janeiro de 2011*– Dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

SILVA, Cátia Aida. *Justiça em Jogo: Novas facetas da Atuação dos Promotores de Justiça*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.



## **DISQUE RACISMO E O PAPEL DO CENTRO DE REFERÊNCIA CONTRA O RACISMO E O ANTISSEMITISMO: UMA EXPERIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO**

*Lemos, Rosalia de Oliveira*

*Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense  
do Rio de Janeiro – UFF e Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro.*

*E-mail: [rosalia.lemos@ifrj.edu.br](mailto:rosalia.lemos@ifrj.edu.br)*

89

### **Resumo:**

Apresentaremos uma breve evolução da política de Segurança Pública, no período de 1982 – 2002 com ênfase às ações direcionadas às populações vitimadas pelo preconceito e racismo no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Discutiremos a evolução dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e o Antissemitismo (1999-2002), no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança Pública que, através do Serviço Disque Racismo (2000), atuou na resolução de conflitos raciais, com equipe multidisciplinar, fundamentada na filosofia da Segurança Pública Cidadã, priorizando populações que tradicionalmente estiveram à margem do exercício pleno da cidadania. Como resultado, tivemos a criminalização das práticas racistas e a articulação com diferentes movimentos sociais, potencializando tal política na agenda e compromisso intragovernamental.

**Palavras-chave:** Segurança Pública, Racismo e Políticas Públicas.

**Keywords:** Public Security, Racism, and Public Policy.

### **Abstract:**

This is presentation a brief evolution of Public Security policy in the period from 1982 - 2002 with emphasis on actions directed to people victimized by prejudice and racism in the state of Rio de Janeiro, Brazil. We will discuss the progress of work developed by Nazareth Cerqueira Reference Center Against Racism and Anti-Semitism (1999-2002), under the State Department of Public Safety that through the Service Dial Racism (2000), served in the resolution of racial conflicts, a multidisciplinary team, based on the philosophy of Citizen Public Security, prioritizing populations that traditionally were outside the full exercise of citizenship. As a result, we had the criminalization of racist practices and articulation with different social movements, with potentiality such a policy on the agenda and intra-governmental commitment.



## 1. Reflexões sobre a importância de uma nova polícia no Rio de Janeiro: a cidadania em discussão

A Constituição Federal de 1988 foi, sem dúvida alguma, um marco para a sociedade brasileira, tendo em sua formulação a participação de diferentes segmentos da sociedade como os movimentos feministas, favelados e negros, por exemplo. Era um momento de grande envolvimento e Carvalho (2003, p. 07) afirma que havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que por termos conquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da república seria a garantia de liberdade, de participação de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social, além do acesso às políticas sociais de qualidade.

Queríamos muito, aliás, queríamos tudo! Mas, de certa forma, conquistamos a liberdade, o poder de livre manifestação e alguns direitos, que ao longo dos tempos tem sido ampliado, porém estamos ainda muito longe do ideal. Corroborando Fleury (2003, p. 06), a cidadania pressupõe a inclusão ativa dos indivíduos em uma comunidade política nacional que comparta um sistema de crenças em relação aos poderes públicos, à própria sociedade e ao conjunto de direitos e deveres que estão envolvidos nesta condição de cidadania. A esta dimensão pública dos indivíduos costumamos chamar de cultura cívica, que é fruto dos mecanismos de socialização – escola, família, comunidade – e dos mecanismos de repressão – comunidade, polícia.

Esse artigo faz parte do resgate de um momento importante, quando cientes de que a ação da polícia do Rio de Janeiro traduzia um tratamento desigual e discriminatório em relação à população negra e favelada ao longo de sua história. Queremos compartilhar a experiência na implantação do Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e Antissemitismo, no ano de 1999, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro – SSP.

Vale ressaltar, que essa política social encontra suas origens nas demandas dos moradores de favelas, da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que foram - e ainda são - registrados constantes conflitos entre moradores e policiais – mesmo com a implantação recente das Unidades de Polícia Pacificadora. Já nos anos 1980 ocorreram reivindicações e denúncias de setores do Movimento Negro do Rio de Janeiro, diante de práticas discriminatórias por parte dos agentes de segurança pública. Por isso, a afirmação aludida na



letra da música dos Titãs: *Polícia para quem precisa de polícia!* entoava como um hino por grande parte dos moradores e negros dessas áreas, mesmo reconhecendo o papel importante e necessário da segurança pública, mesmo que não estivesse ao acessível a todos. A letra da música a seguir diz muito sobre esse momento.

Polícia  
Titãs

Dizem que ela existe  
Prá ajudar!  
Dizem que ela existe  
Prá proteger!  
Eu sei que ela pode  
Te parar!  
Eu sei que ela pode  
Te prender!...

Polícia!  
Para quem precisa  
Polícia!  
Para quem precisa  
De polícia... (2x)

Dizem prá você  
Obedecer!  
Dizem prá você  
Responder!  
Dizem prá você  
Cooperar!  
Dizem prá você  
Respeitar!...

Polícia!  
Para quem precisa  
Polícia!  
Para quem precisa  
De polícia... (2x)

O processo histórico da polícia e moradores de favelas sempre foi conflituoso, uma vez que ela classificava cidadão em merecedores de respeito e aqueles que, por questões sociais e raciais, eram colocados em segundo plano e merecedores de tratamento de segunda classe, violento e discriminatório. “Elemento Suspeito” e “Elemento Cor Padrão” eram usados para designar pobres e negros – não obstante, ainda persiste essa cultura<sup>1</sup>. Assim, o governo fluminense foi obrigado a buscar ações concretas para mudar essa realidade.

<sup>1</sup> Em 2013, a polícia de São Paulo foi acusada de racismo institucional, quando o Comando ordenou que fossem abordados, de forma prioritária, negros e pardos que circulassem nos bairros nobres, por serem considerados suspeitos. Disponível em:

<http://diariosp.com.br/noticia/detalhe/42509/PM+da+ordem+para+abordar+%91negros+e+pardos%92>

DISQUE RACISMO E O PAPEL DE REFERÊNCIA CONTRA O RACISMO E O ANTISSEMITISMO: UMA EXPERIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – LEMOS, Rosalia de Oliveira



Em relação aos setores do Movimento Negro, que sempre denunciaram que a sociedade brasileira vivia uma extrema divisão étnicorracial proporcionando aos negros e pardos, os piores índices de qualidade de vida e, agregando à cultura racista, via na ação policial uma predominância de atitudes discriminatórias e preconceituosas.

No Brasil, de certa forma se consolidou dois tipos de segurança pública: uma para o rico, outra para o pobre. Essa cultura, de certa forma provocou a consolidação de que, o acesso às políticas públicas, incluindo o direito à segurança, era um direito das classes dominantes. Foi sistematizada, então, uma visão de que segurança pública estava sempre associada ao caráter repressivo dos agentes policiais sobre as populações pobres, negras e pardas, que sempre estiveram à margem do direito de gozar, como qualquer cidadão, da sensação de se sentirem seguros. Assim, a imagem que nos vem à mente quando falávamos em segurança pública era a de um policial de arma em punho e arrogância no olhar, numa atitude explícita de repressão.

Carvalho (2003, p. 53) constata que até hoje a população negra ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos acesso à educação, com empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social. Ao compararmos a Lei Áurea (1888), com o Estatuto da Terra, Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1950 era composta por 26 artigos<sup>2</sup>. Podemos identificar a ausência de formulação de política pública para a população negra, uma vez que a Lei Áurea continha apenas dois artigos: um que abole a escravidão e o outro, que determina o dia 13 de maio para entrar em vigor. A população negra, segundo o autor, teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança.

Segundo dados do IPEA (2013), ao analisar a PNAD 2011:

(...) conquanto os negros representem 51,3% da população, correspondem a apenas 26,7% daqueles que concluíram ensino superior ou pós-graduação; o que corresponde a 3,8% da população negra, contrastando com 10,9% da população branca que alcançou este nível educacional IPEA (2013, p. 429).

Em se tratando de segurança pública para essa população, De acordo com a Nota Técnica do IPEA: *Vidas Perdidas e o Racismo no Brasil*:

<sup>2</sup> A Lei em questão dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.





Analisando os dados sobre letalidade violenta no Brasil, apontamos que a violência atinge diferentes grupos da população brasileira. No entanto, as mortes violentas – homicídios, acidentes de transporte, suicídios e outros acidentes – geram perda maior de expectativa de vida ao nascer para os homens e, dentre estes, para os negros. (IPEA, 2003, p. 14).

Casos recentes sobre incidentes de violência envolvendo a população negra têm sido recorrentes, seja por causa da fluidez das notícias ou pela coragem em denunciar, possibilitam fazer a leitura de que problemas dessa natureza estavam submersos devido a invisibilidade histórica vivida por essa parcela da população em relação aos meios de comunicação. No entanto com as ferramentas de acompanhamento de dados instituídos na esfera pública tais questões vieram a tona e estão sendo disseminadas:

Segundo informações do Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM/MS) e do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, enquanto a taxa de homicídios de negros no Brasil é de 36 mortes por 100 mil negros, a mesma medida para os “não negros” é de 15,2. Essa razão de 2,4 negros para cada indivíduo de outra cor morto é muito mais ampla quando se analisa a vitimização por Unidades Federativas. (IPEA, 2013, p. 06).

Um exemplo recente foi em decorrência do assassinato por policiais, na favela do Cantagalo, em 23 de abril de 2014, do bailarino Douglas Rafael da Silva Pereira, conhecido como DG, de 26 anos. Tais problemas demonstram a necessidade da mudança da postura dos agentes de segurança pública para com essa população. No entanto, esforços nesse sentido tem um processo histórico, que procuraremos demonstrar analisando o período de 1998-2002 no estado do Rio de Janeiro, como veremos a seguir.

## 2. Tempos de mudança

As primeiras iniciativas que buscavam tratar pobres de forma respeitosa por parte dos agentes de segurança pública, surgiram no então governo do estado do Rio de Janeiro durante a gestão de Leonel de Moura Brizola, no ano de 1982, quando a foram dadas orientações para que os policiais modificassem suas ações em comunidades de baixa renda. Estes deveriam seguir padrões que respeitassem os Direitos Humanos. Talvez venha deste tempo a confusão do que sejam Direitos Humanos, uma vez que muitos policiais entenderam que ao serem orientados a respeitar as casas de moradores de favela, estariam protegendo de forma indireta bandidos, na perigosa associação de que todos dos moradores de favelas estavam implicados com o tráfico de drogas e, a associação direta de que Direitos Humanos era para bandidos e não para policiais.

No entanto, o período, de 1995 a 1998, na gestão do governador Marcelo Alencar, a área de segurança pública sofreu muito com as novas orientações, quando segundo dados DISQUE RACISMO E O PAPEL DE REFERÊNCIA CONTRA O RACISMO E O ANTISSEMITISMO: UMA EXPERIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – LEMOS, Rosalia de Oliveira



oficiais, foram registrados um número significativo de crimes, com a justificativa de “resistência à prisão”, ou seja: auto de resistência e uma medida administrativa que tem origem no período da Ditadura, que geralmente legitima o assassinato de pessoas, muitas vezes inocentes, por considerar que estes resistiram à prisão. Nesse tempo, a ação policial era contemplada com a “gratificação faroeste”, valor pago aos policiais por cada cadáver computado na sua ação “profissional”.

O governo de Antony Garotinho, eleito em 1998, foi instalado nomeando a área de segurança pública como prioridade. Um estudo minucioso desenvolvido por uma equipe de intelectuais propõe mudanças significativas. Eles definiram que o comportamento do policial era decisivo para a promoção da credibilidade das instituições democráticas, mesmo que nas esquinas dos bairros pobres, o representante fardado do Estado revelava a todos que o princípio universalista da cidadania só valeria para os membros das elites: o que se observava são tratamentos diferenciados para classes desiguais (SOARES, 1998).

Por isso, podemos afirmar que o Estado passou por um momento singular no tratamento dispensado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, que investiu e priorizou a integração de agentes de segurança pública com os movimentos sociais organizados: homossexuais, negro, mulheres, favelas, dentre outros.

As primeiras sementes plantadas durante a gestão do Coronel Nazareth Cerqueira nos anos anteriores, quando esteve à frente da segurança pública do estado, possibilitou rediscutir – ainda que timidamente – o papel tanto da polícia militar e o da civil em relação aos negros residentes do estado, de fato estavam dando seus frutos. Vale lembrar que naquele período, anos 1980, o Movimento Negro participou de inúmeras palestras, visando sensibilizar os agentes policiais sobre as questões raciais. O IPCN – Instituto de Pesquisa e Cultura Negra - desempenhou papel fundamental neste processo com criação do SOS RACISMO. Foram desenvolvidas ações integradas pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção da População Afro-brasileira - SEDEPRON, culminando na criação da Delegacia Especializada em Crimes Raciais.

A polícia estava presente em nosso cotidiano de diferentes formas: seja numa revista em ônibus, seja numa incursão na favela que morávamos, seja numa blitz, quando nossos carros eram abordados de forma altamente intimidatória. Essas experiências induziram à associação da imagem do policial como algo negativo e perigoso, ou seja, o perfil repressor dos agentes de segurança pública e não daquele que proveria nossa proteção estava presente em nossas mentes.



Mas, uma experiência que tentaria modificar essa realidade, ainda estava por vir, como veremos mais adiante.

Em janeiro de 1999, o então Subsecretário de Pesquisa e Cidadania, da SSP, Prof. Luiz Eduardo Soares convidou entidades do Movimento Negro, para discutirem a filosofia de uma nova política. Como resultado desta reunião, foi criado um grupo de trabalho visando a elaboração de aulas para policiais que faziam o segundo grau dentro de Batalhões da Polícia Militar. Quando recebi o convite para compor a equipe, a princípio fiquei em dúvida, mas o desafio era estimulador. A partir daquele momento, entramos em contato com pessoas que não podiam lavar seus uniformes de trabalho em suas residências, por medo de serem identificados como policiais e mortos por traficantes do local, uma vez que grande parte dos policiais mora favelas. Ouvimos depoimentos que demonstravam criatividade em burlar tal dificuldade, quando alguns secavam suas fardas atrás da geladeira, aproveitando o calor do motor numa tentativa de proteger suas vidas.

O curso era ministrado no Quartel General – QG e ao falar para turmas de 150 a 180 PM, num total de 3.200 homens (apenas duas mulheres neste universo) vivemos vários momentos de tensão ao debater sobre a diversidade social e racial que nosso país fecunda. Vivemos momentos de crise ao ver alunos, que passavam pelo curso, mortos. Sofremos ao sermos informadas que a cabeça de um soldado “passeou” pela comunidade, numa demonstração corriqueira da violência que vivemos em nosso estado. Vimos pessoas criativas, mas também pessoas ruins e cruéis. Outras, que saíam de casa e não sabiam se iriam voltar, depois de um dia de trabalho e do confronto diário. Sofremos com a morte do Coronel Nazareth Cerqueira e de tantos outros. Ficamos indignadas com o assassinato à queima roupa, depois de várias horas de tortura, de um soldado de apenas 29 anos, após deixar em casa sua namorada, numa das favelas da cidade.

Entretanto temos que falar que víamos – e vemos -, muitos jovens de favelas morrendo precocemente, vítimas deste mesmo conflito, como foi assinalado anteriormente.

Alguns policiais negros relatavam seu cotidiano com o racismo, quando estavam sem fardas (voltando dos “bicos” que faziam em dias de folga) e sofriam constrangimentos com as abordagens preconceituosas de seus colegas que faziam *blitz* nos ônibus. Naqueles momentos eles passavam a vítimas da cultura preconceituosa que elegia – e elege - todo negro como suspeito imputando as mais humilhantes revistas policiais. Percebíamos a dor por terem que permanecer calados e se tornarem “elemento cor padrão” - termo empregado pela corporação



para definir negro suspeito<sup>3</sup>. Era visível a revolta por esta situação vivida, por sentirem na própria pele a naturalização dessa prática, que muitas vezes eles eram os protagonistas, quando estavam no exercício profissional com suas fardas. Bourdieu (2012) oferece uma reflexão sobre esse problema:

As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de facto, e mais geralmente, os níveis ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo, os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam; e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas. (BOURDIEU, 2012, p. 145).

Por isso, quando fomos convidadas para ministrar aulas no Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais – GEPAE, sob o comando o Major Carballo, projeto que foi o embrião para as UPPs, vimos possibilidade de trilharmos mais um caminho em busca de minimização – em longo prazo – para a diminuição dos conflitos em diversos pontos do estado, e assim contribuir para aumentar nossa sensação de segurança.

Corroborando o pensamento dos autores do livro *Violência e Criminalidade no Rio de Janeiro*, o terrível desafio que a segurança pública representa exige de todos uma atitude mais humilde e mais séria. Mais humilde, para compreender sua complexidade; e mais séria, para enfrentá-la com mais eficiência (SOARES, 1998, p. 18). Sobre esse ponto sou obrigada a refletir, que não basta eficiência técnica e das ideias trabalhadas em cursos de capacitação. A articulação e visão política é também um dado de contínua resistência, para a promoção de mudanças da realidade. Foi assim que me senti quando houve a crise na segurança pública, culminando com a destituição de Luiz Eduardo Soares.

Houve naquele momento, um desmonte no trabalho já iniciado, vi as salas vazias, computadores sem memória, o que me fez sentir no gueto, no vazio. Foi na resistência, adquirida nos vinte e tantos anos de militância no Movimento Negro e no Feminismo Negro, que pude ter a humildade preconizada pela equipe de Luiz Eduardo, e reunir forças para prosseguir mais uma etapa enquanto uma mulher militante por justiça racial e pelo fim da violência policial.

De acordo com o sociólogo Monteiro (2003):

<sup>3</sup> Não podemos esquecer que durante o treinamento dos aspirantes ao cargo de policiais, o alvo usado para o treinamento de tiros é um boneco negro, coisa que sempre mereceu críticas por parte de militantes do Movimento Negro.



Segundo a professora Rosalia Lemos, existiram fatores que teriam contribuído para a permanência do centro de combate ao racismo. Tendo entrado em contato a equipe de Luiz Eduardo, ainda no período das aulas ministradas nos batalhões de polícia, a professora, responsável pelos assuntos ligados à questão da mulher negra, dada sua história de militante do movimento negro e também no movimento de mulheres, já havia encaminhado um pedido de financiamento para um projeto com as feições do Disque-Racismo ao Ministério da Justiça que se demonstrou solícito em apoiar o empreendimento. Rosalia Lemos destaca que o contexto nacional e internacional era favorável, pois já estavam iniciadas as mobilizações para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que seria realizada em Durban, no ano de 2001. A questão “racismo” estava colocada como uma espécie de tema da moda, o que ajudava a demonstrar a pertinência do centro. Neste contexto, é ainda lembrado que a polícia fluminense ainda era alvo de observação de entidades internacionais de defesa dos direitos humanos, o que fica bem exemplificado na visita que a Alta Comissária das Nações Unidas, Mary Robinson fizera aos Centros de Referência da Cidadania. Visita esta onde a presença de policiais, mesmo da alta cúpula da Segurança Pública, teria sido impedida como forma de garantia de uma interlocução mais franca com os militantes das minorias ali representadas (MONTEIRO, 2003, p. 30).

Dizem os mais velhos, que é na dificuldade que encontramos os verdadeiros parceiros e, foi na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, através do deputado Carlos Minc, que estabelecemos estratégias para manter o trabalho, realizando diversas Audiências Públicas, que não só aprofundou o papel dos Centros de Referências, como consolidamos a sua importância para contribuir para a mudança do quadro naquele momento. Consideramos esse processo vitorioso para a consolidação de uma política social. O Estado ganhou com a manutenção desta política na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Os movimentos sociais também ganharam por tornar sua bandeira parte de uma política pública na área social.

A seguir apresentaremos a concepção dos Centros de Referência de Cidadania.

### **3. O papel dos Centros de Referência da Cidadania**

Formular políticas de segurança pública nos tempos atuais (ano 2000) é tentar sair do senso comum que consolidou o aspecto repressivo, em detrimento da integração, participação, negociação e tolerância na relação cotidiana entre agentes – policiais civis e militares – e a população na sua totalidade. Neste sentido, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro investiu em ações em da busca da cidadania plena de populações tradicionalmente marginalizadas das políticas de segurança.

Como vivemos numa sociedade que apresenta uma enorme diversidade sociocultural e econômica. Sociedade composta por negros, brancos, judeus, ciganos, turcos e indígenas. Se



pensarmos sob o ponto de vista da opção sexual, temos os heterossexuais e os homossexuais, masculinos e femininos. Temos ainda, pessoas pobres e ricas; moradoras de bairros de classe média e de favelas. Enfim, se fossemos elencar toda a diversidade este artigo não teria fim.

Então, esta sociedade – como muitas – apontava para a necessidade de criação de mecanismos sociais, para que a diferença não fosse usada para oprimir, agredir ou constranger os Outros. Viver a diferença, mas na perspectiva e prática da igualdade de direitos. Assim, o acesso à segurança pública deveria ser entendido como um direito universal e acessível para a população em geral. E visando garantir esse direito, o Coordenador Setorial de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania, Professor Cel. Jorge da Silva, também não mediu esforços para promover a mudança de paradigma e reconhecer a grande dificuldade das populações discriminadas de exercerem seus direitos. Por isso foram criados os Centros de Referência da Cidadania, com a missão de desenvolver, irradiar, integrar e monitorar políticas de ampliação do direito à segurança pública alicerçada na busca de consolidação da segurança pública cidadã.

Os Centros de Referência da Cidadania foram estruturados a partir da construção e consolidação de parcerias diretas com os diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuavam nessas áreas sociais, propiciando uma relação mais aberta e democrática entre Poder Público e Comunidade.

A equipe do Professor Luiz Eduardo Soares concebeu os Centros de Referência da Cidadania com o objetivo de implantar novas culturas no interior dos órgãos de polícia e a difusão da existência de novos padrões de segurança, visando que seus agentes pudessem conhecer não só a dinâmica interna dos Movimentos Sociais - Negro, GLTS (Gays, Lésbicas, Travestis e Simpatizantes), Comunitário e de Gênero -, como tivessem acesso às informações técnicas, que contribuíssem para a melhoria no atendimento das demandas diárias no exercício profissional.

Com a implantação dos Centros de Referência de proteção àqueles que sofriam discriminações – homossexuais, negros, mulheres, favelas, idosas e ambientais – tornou possível criar um canal de interlocução entre estes diferentes segmentos da sociedade. Neste sentido, além da simples constatação dos problemas vividos por estas populações, se buscou soluções para aperfeiçoar o padrão profissional da ação policial, numa aliança inédita em nosso estado.

A seguir apresentaremos o Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e Antissemitismo.





#### 4. Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e Antissemitismo

O primeiro nome dado ao que atuaria contra a violência racial, foi Centro de Referência Contra a Discriminação Racial, no entanto, foi reformulado em virtude à homenagem prestada ao exemplar Coronel Nazareth Cerqueira. No ano de 1999 nasceu o Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e o Antissemitismo que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, com a concessão de uma bolsa de pesquisador mestre. Outra parceria foi com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, que aprovou o projeto de criação do serviço DISQUE RACISMO, aberto ao público visando atender denúncias de racismo, com o devido acompanhamento jurídico e psicológico, para pessoas vítimas de racismo, que acionavam o serviço através do telefone: 3399-1300.



Figura 01: Cartaz de divulgação do Disque Racismo



Este foi um projeto inovador e só tornou realidade devido o aumento da consciência de que o acesso à segurança pública deveria ser amplo e acessível a todas as pessoas que fazem parte da sociedade. Uma Segurança Pública Cidadã deveria ter o compromisso de contemplar a diversidade e trabalhar em conjunto, não só na busca para resolução para os conflitos, mas também num processo educativo no qual todos deveriam ser responsáveis pelos rumos que a sociedade deveria trilhar.

Durante o período que estive a frente do Disque Racismo, muitos foram os atendimentos e resolução de conflitos raciais, que podem ser resumidos na figura abaixo:

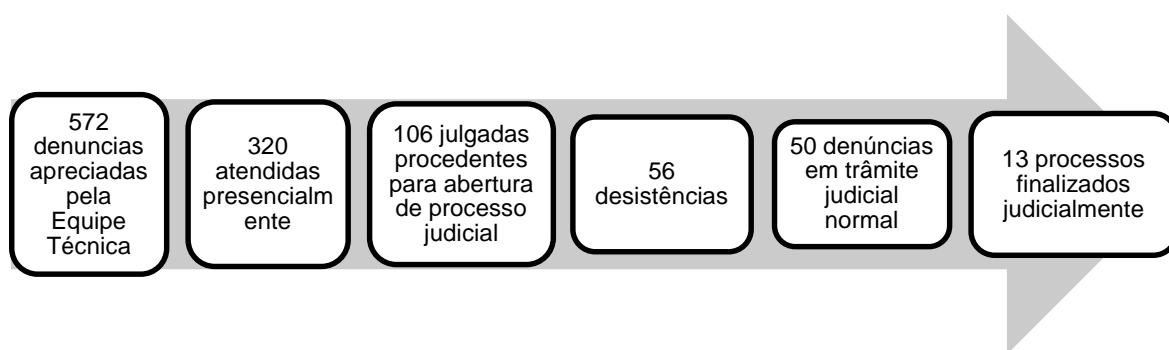


Figura 02 – Denúncias que geraram processos judiciais – Disque Racismo

É importante ressaltar que as ligações recebidas pelo serviço nem sempre aludem aos crimes raciais e a tabela abaixo discrimina os tipos de ligações recebidas no período de 2001-2002:

Tipo da Ligação	Ligações	%
Denúncias	838	66,3
Solicitações (Material de Propaganda)	269	21,3
Informes	94	7,1
Críticas	15	1,4
Ameaças	08	0,6
Sugestões	08	0,6
Trotes	07	0,5
Não identificada	28	2,4



Total	1267	100
-------	------	-----

*Tabela 01 – Tipologia das ligações recebidas – Disque Racismo*

Um aspecto relevante foi a promissora aliança entre uma demanda social reprimida com a vontade política de mudança, traduzida no compromisso governamental através da incorporação de bandeiras de movimentos sociais em programas de governo. Como bem diz uma policial parceira das ações do Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e o Antissemitismo, “esta convivência é necessária”. Acrescentaria que além de necessária, a articulação das políticas públicas com a população que se beneficiará de tal política é imprescindível, ainda mais diante da realidade brasileira em relação à discriminação e ao racismo.

Os objetivos do Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra o Racismo e o Antissemitismo eram:

- 1) estabelecer e manter canais permanentes de diálogo com entidades, grupos e pessoas que representam os setores alvos dessas políticas especiais de segurança;
- 2) Criar condições de ação e trabalho em parceria com entidades da sociedade civil;
- 3) Estabelecer estratégias para treinamento, sensibilização e capacitação das polícias civil e militar nas temáticas em questão;
- 4) Criar mecanismos de resolução de conflitos nas áreas em questão que permitam o pronto atendimento de problemas de segurança mobilizados pelas populações alvo dos Centros de Referência;
- 5) Implantar serviços que estimulem a recuperação ou a criação de laços de confiança entre as populações alvo e os órgãos de segurança;
- 6) Promover a integração dos diversos organismos do sistema de segurança para permitir ações rápidas e eficazes nas áreas específicas das populações alvo;
- 7) Desenvolver mecanismos de monitoramento das atividades dos Centros de Referência que permitam a avaliação das estratégias desenvolvidas.
- 8) Elaborar material didático e de divulgação para formação continuada dos profissionais da segurança pública;
- 9) Realizar campanhas socioeducativas visando a sensibilização-informação da sociedade acerca do papel desempenhado pela polícia cidadã.

Com esse elenco de atribuições, o processo de estruturação e consolidação dos Centros de Referência foi conduzido através das seguintes linhas de ação:

- 1) Capacitação de Atores Estratégicos: Elaborar metodologias e instrumentos de capacitação; Ministrando e supervisionando atividades de treinamento e capacitação;
- 2) Banco de Dados: Subsidiar a estruturação do programa de inserção de dados, Levantar fontes secundárias de dados; Sistematizar indicadores;



- 3) Acervo de Material de Referência: Receber, selecionar e armazenar materiais de referência que possam subsidiar a atuação dos Centros de Referência;
- 4) Rede de Serviços e Apoio: Elaborar os métodos e instrumentos de funcionamento da rede (ex.: Banco de Horas), Identificar, contatar, sensibilizar e articular potenciais parceiros para compor a Rede de Serviços e Apoio;
- 5) Comunicação Social: Divulgar as ações de forma contínua e permanente;
- 6) Palestras, Encontros e Seminários (nacionais e internacionais): Atendimento às solicitações de palestras, participação em encontros e seminários nacionais e internacionais;
- 7) Rede de Voluntários: Estruturar o Programa de Mobilização de Voluntários; Supervisionar as atividades dos voluntários;
- 8) Materiais: Elaborar textos, cartilhas, etc.
- 9) Avaliação do Processo: Agendar, propor pauta e participar de reuniões periódicas de avaliação e planejamento; Elaborar relatórios periódicos.
- 10) Concursos: Realização de concursos junto à corporação sobre a temática racial.

As ações acima mencionadas foram todas cumpridas: produzíamos relatório mensal que era publicado em Diário oficial; as aulas tiveram continuidade; realizamos uma campanha estadual no dia da Consciência Negra, em 2001, com inúmeros *outdoors* por todo estado do Rio de Janeiro, em alusão ao fim do racismo; participamos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas – África do Sul - 2001, Encontro de Entidades Lusófonas – Angola – 2000, Conferência das Américas – Chile – 2000 e no ano de 2001 participamos de uma seleção mundial, realizada pelos Estados Unidos da América, e conhecemos as ações afirmativas para mulheres e negros realizadas naquele país, através do Programa Visitante Internacional – 2001. Foram inúmeras participações nos meios de comunicação nacional com apresentação e divulgação do serviço, além da realização de concurso de redação no interior da corporação sobre a experiência dos policiais com a temática racial.

##### 5) “Positivo e operante!”: considerações finais

Apresentamos na introdução desse trabalho a letra da música dos Titãs, que nos faz refletir sobre o papel dos agentes policiais. Considero que o papel da Segurança Pública, para garantia de segurança para todos e todas, deve priorizar um trabalho integrado com a população de forma a modificar os amálgamas que estruturaram sua trajetória, historicamente alicerçada em atitudes de opressão e discriminação de alguns segmentos considerados à margem de direitos em nossa sociedade, o que acarretou sentimentos de constante vigilância e desconfiança por parte dos negros e pobres do estado do Rio de Janeiro.



Durante período de intensa atividade do Centro de Referência Nazareth Cerqueira contra o Racismo e o Antissemitismo – 1999-2002 –, foi possível consolidar a crença de que, as políticas de segurança pública devem sempre se afastar do senso comum que consolidou o aspecto repressivo em detrimento da integração, participação, negociação e tolerância nas relações cotidianas entre agentes – policiais civis e militares – e a população na sua totalidade. Infelizmente, por ser uma área muito sensível às mudanças de programas de governo, presenciamos retrocessos e avanços intermitentemente. A atual prioridade da segurança pública em nosso estado, que tem disseminado as UPP – Unidades de Polícia Pacificadoras em diversas favelas - mesmo constatando que, aparentemente, não conflitam com a anterior cultura de segurança pública -, venha a reforçar os estereótipos em relação à população negra e parda nesses “*territórios*”, uma vez que algumas denúncias de violações de Direitos Humanos têm sido realizadas por seus moradores. Eles tem classificando a ação policial nessas áreas de violenta, de constante postura de vigilância comunitária, de assumir a ingerência sobre os eventos que podem acontecer, de definir horários de festas, de terem uma postura de eterna negação das culturas *Funk e Rap*. Diante desse quadro percebo, que esse programa estabelece uma cidadania vigiada, muito aquém do desejo da possibilidade do exercício da cidadania plena.

Meu relato é apenas um exemplo que a cidadania ainda é inconclusa, pois necessitamos de ações políticas e sociais nas quais a diferença não possa ser usada para oprimir, agredir ou constranger iguais, temos que exercitar o viver a diferença, mas na perspectiva e prática da igualdade de direitos.

Assim, se entendermos que o acesso à segurança pública deva ser compatível ao que é feito nos bairros do Leblon ou Ipanema poderíamos diminuir conflitos, assassinatos, constrangimentos e insatisfações. A complexificação do tecido social brasileiro, com a emergência de inúmeras organizações e movimentos populares de base, permite a introdução de novos temas na agenda pública, vocaliza as demandas sociais emergentes e constitui-se em recurso organizacional que produz o adensamento da sociedade civil e o aumento do capital social (FLEURY, 2003, p.12).

Quando realizamos a sobreposição da questão racial à estrutura social brasileira, os negros se contextualizam dentro de um esquema de posicionamento, que é reconhecido enquanto uma “verdade social” traduzido no mito da democracia racial. Passam a ter seu lugar próprio, bem como habilidades e características próprias, diferentes da equiparação universal



enquanto utopia no ideário democrático-igualitarista. Eis então o problema em sua forma mais desnudada. O preconceito, engendrado e verbalizado de forma clara, ou mascarado pelo cinismo de piadas sutis, conclama essa readequação de pessoas aos seus “devidos lugares”. É o clássico “cada macaco no seu galho”, que demonstra o ritual de posicionamento dos lugares sociais e de reafirmação de hierarquias, que ao longo destes quinhentos e quatorze anos de Brasil teima em não desaparecer e os coloca no lugar de cidadãos de segunda classe. Vale citar Bauman (2005), para ilustrar nossa reflexão, quando faz a definição de subclasse:

São as pessoas recentemente denominadas de “subclasse”: exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade – fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas. Se você foi destinado à subclasse (porque abandonou a escola, é mãe solteira vivendo da previdência social, viciado ou ex-viciados em drogas. Sem-teto, mendigo ou membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis), qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada a priori. (BAUMAN, 2005, p. 46).

A humanidade deve caminhar para eliminar discriminações e violações de Direitos Humanos em todas as teias das relações sociais e reafirmar as diferenças, com vistas à busca de igualdade de direitos e exercício pleno da cidadania, uma vez que os mecanismos racistas tentam funcionar como um engenhoso artefato de ordenamento, capaz de colocar as coisas em seus “devidos lugares”. E como bem discorre Bauman (2003) -, estamos *líquidos*, penetrando em todas as esferas e tentando mudar o *status quo* nas diferentes formas que assumimos ou nos que nos adequamos.

## 6. Referências Bibliográficas

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. *Indicação Legislativa Nº 679/2004*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:  
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/b36d5431768d799b83256f7100589e77>, 28 de agosto de 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de JANEIRO. Bertrand Brasil. 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.





FLEURY, S. *Políticas sociais e democratização do poder local*. In : VERGARA, S. C. & CORRÊA, V. L. A. (org.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil. Daniel R. C. Cerqueira (DIEST/IPEA) e Rodrigo Leandro de Moura (IBRE/FGV).

IPEA. Brasília, 2013, N° 10.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília, Periódicos. I. Ipea, 2000 , v. 21 - (jun. 2013). Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_19\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf),

23 de agosto de 2013.

MONTEIRO, Fabiano Dias. *Retratos em Branco e Preto, Retratos sem Nenhuma Cor: A Experiência do Disque-Racismo da Secretaria de Segurança pública do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA-IFCS, 1988. xi, 186p. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS.

SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e Criminalidade no Rio de Janeiro: Diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*. Rio de Janeiro, Hama, 1998, 2ª Ed.



## **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O TRABALHO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS PROMOVIDO PELA APAC DE POUSO ALEGRE, MG**

CARVALHO, João Francisco Sarno

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*  
*jfsarcar@gmail.com*

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo

*Professor do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*  
*carlosalbertopimenta@gmail.com*

106

### **RESUMO**

Este trabalho circunscreve-se as demandas de *Gestão Pública e da Cidadania Participativa*, levando em consideração o trabalho realizado na unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – Pouso Alegre, MG. Justifica-se tendo em vista que a gestão de políticas públicas participativas, mesmo que em condições de vulnerabilidade, podem servir como aporte para o fomento do desenvolvimento social, o que merece reflexão. Tem-se como objetivo identificar a relação entre o processo de ressocialização de detentos, sustentado por uma política pública que se baseia de um novo modelo de penitenciária gerida pela iniciativa privada. Com base nos resultados da sistematização documental realizada, observou-se que este modelo de privação de liberdade que envolve atividades profissionalizantes e de gestão privada tem potencial para influenciar positivamente políticas públicas prisionais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Social. Políticas Públicas. Ressocialização.

### **ABSTRACT**

This paper confines itself the demands of Public Management and Participatory Citizenship, taking into account the work performed in the unit of Association of Protection and Assistance to Convicts (APAC) – Pouso Alegre, MG. It is justified given that the management of participatory public policy, even in vulnerability conditions, may works as contribution to promote of social development, which deserves reflection. Has as it's objective identify the relation between the process of social rehabilitation of inmates, sustained by a public policy, which is based in a new model of penitentiary managed by private companies. Based on the results of the performed documentary systemization, it was observed that this model of deprivation of liberty, which



involves professionalizing activities and private management has the potential to positively affect correctional policies.

**Key-words:** Social Development. Public Policies. Social Rehabilitation.

## **Introdução**

O presente trabalho circunscreve-se as demandas de *Gestão Pública e da Cidadania Participativa*, levando em consideração o trabalho realizado na unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – Pouso Alegre, MG.

Trata-se de recorte de uma dissertação de mestrado em elaboração pelo programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá, justificando-se tendo em vista que a gestão de políticas públicas participativas, mesmo que em condições de vulnerabilidade, podem servir como aporte para o fomento do desenvolvimento social, o que merece reflexão.

Realizou-se um enfoque voltado para as discussões teóricas, de cunho interdisciplinar, abordadas no trabalho e também os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada, com sustentação teórica nas preposições do desenvolvimento como liberdade, dentro do campo de demandas da administração pública, da gestão social e políticas públicas, em que se leva em consideração as repercussões dos aparatos do Sistema Carcerário Brasileiro e Mineiro e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

Tem-se como objetivo identificar a relação entre o processo de ressocialização de detentos, sustentado por uma política pública que se baseia de um novo modelo de penitenciária gerida pela iniciativa privada. Dentro desse objetivo espera-se, a partir do diálogo entre autores e dos resultados coletados, tensionar a discussão em torno de como uma política pública gerida pela iniciativa privada e se esta pode influenciar de maneira positiva as políticas públicas prisionais brasileiras.

## **Novas Perspectivas do Desenvolvimento**

Na atualidade, soa pertinente a concepção de que o desenvolvimento econômico não solucionou problemas vistos na esfera capitalista como a má distribuição de renda e



as diversas problemáticas sociais, fazendo com que seja necessária uma desvinculação do conceito de desenvolvimento do ideal de geração de riquezas e que também seja construída a necessidade de se pensar para além deste panorama<sup>1</sup>.

Enxergando além deste panorama, Sen (2000) abordou o desenvolvimento como liberdade, e afirmou que:

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2000, p. 28)

Demonstra-se a necessidade de se transcender do ideal da acumulação de riquezas, e se faz necessário o esforço para se pensar em um desenvolvimento permeado por um conceito plural que impulse a reflexão acerca dos problemas que o desenvolvimento econômico não conseguiu solucionar. Neste trabalho, o foco se dá sobre a problemática da má gestão penitenciária no Brasil que precisa lidar com a 3ª maior população carcerária do mundo que se estabelece com 711.463 presos para uma disponibilidade de 357.219 vagas<sup>2</sup>.

No panorama atual do sistema carcerário brasileiro, muitos caminhos devem ser percorridos para que sejam garantidos os direitos e as liberdades individuais e coletivas de todos. Sen (2000) mostrou vários destes caminhos e exemplificou situações que mostram que para o desenvolvimento “necessitamos de um Estado e uma sociedade que sejam amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas” (SEN, 2000, p. 77).

E para que a sociedade contribua para esse processo, pode-se agir por meio do próprio Estado com a Administração Pública eficiente e a presença das instituições, associações e organizações não governamentais que podem contribuir para a ampliação e

<sup>1</sup> Para impulsionar a reflexão acerca da necessidade de se pensar o desenvolvimento para além do enfoque econômico, sugere-se a leitura do texto: “Tendências do Desenvolvimento: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade” de Pimenta (2014).

<sup>2</sup> Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Sócioeducativas – DMF. Site: [http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf). Acesso em: Julho de 2014.



consolidação das liberdades individuais. Corroborando esta ideia, Sen (2000) afirma novamente que:

uma abordagem adequada do desenvolvimento não pode realmente concentrar-se tanto apenas nos detentores do poder. É preciso mais abrangência, e a necessidade da participação popular não é uma bobagem farisaica. A ideia de desenvolvimento não pode, com efeito, ser dissociada desta participação. (SEN, 2000, p. 317)

Esta participação popular afirmada anteriormente por Sen pode ser feita pela sociedade e pelo Estado, a partir de políticas públicas que envolvam o trabalho conjunto de associações, ONGs (Organização Não Governamental) e o próprio Estado a partir de seus instrumentos de administração, como o Governo e a Administração Pública.

### **O Estado, a Administração Pública, a Gestão Social e as Políticas Públicas**

Pode-se abordar diversos conceitos de estado, transcendendo as ciências que buscam defini-lo de diferentes modos. Das ciências sociais, Weber (2003, p. 19) mostrou que “Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”.

Na visão jurídica de Maluf (2013, p. 22) “o Estado é o órgão executor da soberania nacional”. Na atual necessidade deste trabalho, não se pode ignorar as duas definições anteriores. Porém, deve-se ter clareza sobre a magnitude do Estado moderno que visando exercer o monopólio da violência, desenvolveu uma nova forma de organizar e controlar as relações sociais, a partir de um conjunto de novas regras jurídico-legal, moral, política, econômica, sociocultural e simbólica. (PIMENTA; COSTA, 2006).

Para a execução da soberania, “o Estado necessita do governo que é a expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente” (MEIRELLES, 2004, p. 65).

Além disso, na visão de Sachs (2004) o Estado nacional tem três funções principais:

- a) A articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional (que deve ser



objeto de uma política cautelosa de integração seletiva, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno);

b) A promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável;

c) A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio de um planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a keynesiana, a social e a ecoeficiência). (SACHS, 2004, p. 11)

Analisando as funções anteriormente citadas por Sachs (2004), notou-se que para a execução destas funções nos conceitos gerenciais<sup>3</sup> de eficácia, eficiência e efetividade é necessário um estado com uma Administração Pública, que é instrumento da manutenção da ordem, sendo ferramenta de governabilidade do Estado.

Na visão de Meirelles (2004, p. 65) “a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Cabe a Administração Pública ter uma gestão que ofereça aos cidadãos instituições que respeitem os direitos coletivos e individuais previstos na Constituição Federal e nas demais leis existentes no país, visando ampliar os direitos coletivos e individuais da população para atingir o desenvolvimento em seus diferentes modos.

Para esta construção desenvolvimento a Gestão Social aparece como alternativa dentro da Administração Pública. Tenório e Da Silva (1998), propõem:

“o social é o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação (...) e a gestão social é um processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais) objetivando a construção da cidadania, a partir da ótica da sociedade e da ótica do trabalho” (TENÓRIO; DA SILVA, 1998, p. 108).

<sup>3</sup> Eficiência: racionalidade econômica em vista do custo/benefício; Efetividade: demonstra se o que é ofertado pela organização está atendendo ou não as necessidades das pessoas ou do mercado; Eficácia: Capacidade da organização adquirir e gerir recursos na obtenção de seus objetivos. Conceitos adaptados da obra: DE ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; AMBONI, Nerio. **TGA: Teoria Geral da Administração: das origens às perspectivas contemporâneas**. M. Books, 2007.





E nesse sentido, a APAC aparece como fruto da gestão social pois iniciou-se a partir do diálogo e do trabalho entre cidadãos voluntários com o apoio do poder público que juntos buscaram gerir de maneira eficiente um presídio em São José dos Campos, São Paulo. Fato que posteriormente se estendeu a outras unidades de diversos estados brasileiros.

### **Sistema Carcerário: Brasil e Minas Gerais**

No Brasil, a primeira prisão instalada foi mencionada na Carta Régia de 1769 e é denominada Casa de Correção, no Rio de Janeiro (SILVA MATOS, 1885). Desde o período citado existem registros que confirmam a existência de superlotação e de maus tratos (FAZENDA, 1921). Ainda sim já eram discutidas melhorias nas prisões da época. Na abordagem de Trindade (2012), fica claro que a discussão sobre a reforma do sistema prisional brasileiro é histórica, já que a partir da Lei de 23 de Maio de 1821 – assinada por Dom Pedro I -, era proibida a manutenção de presos em masmorras, além da proibição de qualquer tormento aos mesmos. “Já em 1824, a Constituição do Brasil, também determinava a construção de cadeias arejadas, limpas, com várias celas e com a separação de presos pelos crimes que haviam cometido” (TRINDADE, 2012, p. 17). Semelhanças que serão encontradas posteriormente no método APAC de gerenciamento de presídios.

Em 1861, foi inaugurada na Bahia a Casa de Prisão com Trabalho, construída na periferia de Salvador com o ideal de ser uma casa com a nova ideologia de privação de liberdade com reabilitação do condenado a partir da disciplina e do trabalho (TRINDADE, 2012).

No século XX, os problemas do sistema carcerário brasileiro persistem e são evidenciados por acontecimentos marcantes, como “O Massacre do Carandiru”<sup>4</sup>, que fez o presídio ganhar fama internacional em 1992, quando ocorreu uma rebelião seguida de uma invasão policial que culminou na morte de 111 detentos.

<sup>4</sup>Para um maior aprofundamento sobre o Massacre do Carandiru recomenda-se a leitura dos Livros “Pavilhão 9” de Hosmany Ramos (2001), “Estação Carandiru” de Dráuzio Varella (1999) e “Carcereiros” também de Dráuzio Varella (2012). Embora não sejam obras acadêmicas, os enredos contextualizam o massacre e o cotidiano do presídio.



Na tentativa de solucionar os problemas existentes na atualidade, discute-se pelo Ministério da Justiça, o déficit de vagas no sistema comprovados pelos dados do Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mostram que a população carcerária brasileira estimada para o ano de 2014 é de 711.463 pessoas e com um déficit de vagas estimado para 354.244 vagas em todo o território nacional<sup>5</sup>. Situação que muito se assemelha ao panorama do sistema carcerário mineiro, que de acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário Brasileiro, possui 34.608 encarcerados para 23.560 vagas, havendo um déficit de 11.048 vagas em todo o Estado<sup>6</sup>.

Nessas condições, a problemática fica por conta de se estabelecer a diminuição da violência criminal e ao mesmo tempo conseguir viabilizar políticas públicas prisionais tornando os presídios, centros de ressocialização de condenados, como indicam a Lei de Execução Penal e a Constituição Federal, buscando-se diminuir a reincidência e por consequência, a violência.

### **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)**

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) foi idealizada e estruturada por Mário Ottoboni e uma equipe de voluntários em 1972 na cidade de São José dos Campos, São Paulo. Consiste em uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos indivíduos condenados a penas privativas de liberdade. Amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios, possui estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal. Tem como finalidade de promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado<sup>7</sup> se recuperar. Embora administrada por

<sup>5</sup> Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Sócioeducativas – DMF. Site: [http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf). Acesso em: Julho de 2014.

<sup>6</sup> Informações obtidas no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário Brasileiro. Site: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/sistema-prisional/relatorio-final-cpi-sistema-carcerario-2008>>. Acesso em: fevereiro de 2014.

<sup>7</sup> O condenado no sistema APAC é chamado de Recuperando. A partir daqui utilizarei esta denominação.



uma gestão privada a APAC recebe apoio dos governos estaduais e municipais, além do Tribunal de Justiça. Atualmente, sua atuação se dá em alguns Estados Brasileiros e em outros países<sup>8</sup>.

A APAC se sustenta em uma metodologia composta por 12 elementos (OTTOBONI, 2001):

- I. Participação da comunidade: a Lei de Execução penal em seu artigo 4º dispõe que o “Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de Execução da Pena e da medida de segurança”. (LEP, 1984, art. 4º) Nesse sentido a APAC só consegue atuar com a participação da comunidade a partir do voluntariado e dos funcionários na busca da implementação e da consolidação das propostas apresentadas pela metodologia da associação;
- II. Recuperando ajudando o recuperando: No convívio em sociedade é necessário relacionar-se com o próximo e é neste sentido que o recuperando é convidado a refletir para a ajuda mútua. Nessa parte da metodologia está inserido o Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) que é o órgão auxiliar de administração da APAC, mas que não tem poder de decisão. O CSS é responsável por auxiliar no desenvolvimento das atividades e também busca representar os recuperandos perante a direção para a solução de problemas e proposição de ideias;
- III. Trabalho: O trabalho dentro do presídio é permitido pela Lei de Execução Penal, tem a finalidade educativa e produtiva e é abordado nos seus artigos 28, 29 e 30. Na APAC ele é dividido entre os regimes fechado, semiaberto e aberto. No regime fechado o foco é na recuperação, no regime semiaberto, o foco é na profissionalização e no regime aberto o foco é a inserção social;

<sup>8</sup>Texto extraído de informações do endereço eletrônico da Diretoria de Políticas de APAC e Co Gestão. Site: <[http://www.dac.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=55](http://www.dac.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55)>. Acesso em: abril de 2014.



- IV. Religião: Nesta abordagem do método APAC a religião é explorada pela importância do recuperando explorar a existência de Deus, sem imposição de credo atendendo o artigo 24 da LEP;
- V. Assistência jurídica: Também atendendo ao cumprimento da LEP, a APAC oferece assistência jurídica aos recuperando, mas é forçoso ressaltar que:

Método APAC, recomenda, pois, uma atuação especial a este aspecto do cumprimento da pena advertido que: a assistência jurídica se restringe somente aos condenados na proposta da APAC, evitando sempre que a Entidade se transforme num escritório de advocacia, cuidando de prestar assistência jurídica aos recuperandos comprovadamente pobres, e nada mais (OTTOBONI, 2004, p. 82).

- VI. Assistência à saúde: Ao estarem no ambiente da APAC os recuperandos tem total assistência odontológica, médica, psicológica e outras visando a melhoria na qualidade de vida e a restauração da dignidade humana;
- VII. Valorização humana: Ao ingressar na APAC o preso se torna recuperando, sua denominação é mudada, ele também é chamado pelo nome e há o interesse em saber sobre sua história de vida, seus anseios, seus sonhos, suas angústias a fim de se conhecer o homem e trabalhar para a formação de um novo cidadão;
- VIII. A família: Considerada como elo de formação humana é valorizada no método APAC, onde o recuperando não perde os laços afetivos podendo encontrar com seus familiares nas datas especiais como Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, Dia das Crianças onde a APAC recebe os familiares para que seja estabelecido o contato com o recuperando. Além disso, pode-se também escrever cartas e efetuar uma ligação por dia por recuperando para a família. As visitas íntimas com familiares também são permitidas desde que sejam marcadas com antecedência para que não aconteçam inconvenientes relacionados à imoralidade, promiscuidade e outros.
- IX. O serviço voluntário: Na formação voluntária, a APAC se relaciona com o trabalho e o serviço ao próximo, mas para que o trabalho do voluntário seja eficiente, há um treinamento de formação de voluntários que dura cerca de



- 42h e esclarece toda a metodologia APAC e os modos de se trabalhar. Já os funcionários da Administração da APAC não são voluntários e exercem atividade remunerada formalizada por lei;
- X. Centro de Reintegração Social (CSR): O CSR consiste no estabelecimento prisional e oferece possibilidade de recuperação do ser humano com uma estrutura que possibilite à formação profissional, educacional e outras. A LEP em seus artigos 91 e 92 permite que o condenado em regime semiaberto possa cumprir a sua pena em colônia agrícola, industrial ou similar visando o trabalho e a profissionalização;
- XI. Mérito: O mérito consiste no conjunto de todas as tarefas exercidas pelo recuperando, bem como as advertências, as eventuais saídas, os elogios e outros eventos que constam no registro de cada recuperando. Todas essas ações são registradas para que seja traçado um referencial de cada recuperando e que será consultado quando houver possibilidade de progressão de regime ou até mesmo concessão de liberdade.
- XII. Jornada de libertação com Cristo: Inspirada no Movimento de Cursilho de Cristandade<sup>9</sup> da Igreja Católica, a jornada é uma adaptação do Movimento de Cursilho para os recuperandos, e se assemelha na realização de um encontro com duração de três dias e com o conteúdo formado por palestras, grupos de oração e debates levando o recuperando a realizar uma reflexão religiosa, social e humana.

Em Minas Gerais, a APAC foi instaurada a partir da lei nº 15.299 de 9 de agosto de 2004 que acrescentou o inciso VIII a lei nº 11.404 de 25 de Janeiro de 1994 que rege sobre as normas de execução penal no Estado. A partir de então, é autorizado o convênio entre as entidades de direito privado sem fins lucrativos para a administração de unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena privativa de liberdade. Atualmente são 33

<sup>9</sup>Consiste em um curso de peregrinação que foi criado por jovens católicos e teve início na Espanha nas décadas de 1930 e 1940. Posteriormente foi difundido em outros países, inclusive o Brasil. Site: <http://www.cursilho.org.br/historia.php>. Acesso em: abril de 2014.



unidades da APAC em funcionamento pelo Estado e outras 70 estão em processo de formação e implantação<sup>10</sup>.

A APAC que servirá como cenário abrangente do objeto de estudo deste trabalho está inserida na cidade de Pouso Alegre, sul de Minas Gerais e atende toda sua comarca<sup>11</sup>. Com uma população de 140.223 habitantes, a cidade é a segunda mais populosa da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas. Destaca-se também o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,774 considerado alto. E em sua economia o setor de serviços e a indústria ganham destaque pela grande diversidade, fator que faz a cidade ter o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) da região com o valor de R\$ 3, 408 bilhões<sup>12</sup>.

Segundo dados institucionais, a APAC foi fundada na comarca de Pouso Alegre no ano de 2003. Entre 2004 a 2007, a instituição cooperou com a Polícia Civil auxiliando-a na administração da casa do albergado. E já em 2008 iniciou a suas atividades como APAC, com gestão própria, e sem intervenção da polícia. A APAC-PA vem exercendo suas atividades em parceria com a Vara de Execuções Penais da Comarca de Pouso Alegre e pela Lei Municipal nº 4.262/2004 foi declarada de utilidade pública municipal. Atualmente, a APAC-PA conta com colaboradores e voluntários trabalhando em sua sede denominada: Centro de Reintegração Social (CSR) Dr. Mário Ottoboni, que está inserida em um imóvel rural em Pouso Alegre às margens da rodovia MG 290 (APAC, 2013).

Toda esta estrutura abriga, atualmente, 176 recuperandos, sendo 102 no regime fechado, 53 no regime semiaberto e 21 no regime aberto de condenação. Para a formação profissional destes recuperandos, existem oficinas profissionalizantes em diversas áreas: Sítio Escola (Agricultura), Serralheria, Cozinha, Funilaria e Pintura, Padaria e Confeitaria, Marcenaria e Torrefação de Café. Além de oficinas profissionalizantes, a

<sup>10</sup>Informações extraídas do site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sessão Novos Rumos – APAC. Site: <<http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/programa-novos-rumos/apac/>>. Acesso em: abril de 2014.

<sup>11</sup>A Comarca de Pouso Alegre abrange as cidades de Congonhal, Estiva, Senador José Bento e os distritos de Pântano das Rosas e São José do Pântano. Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais. <http://ftp.tjmg.jus.br/info/pdf/index.jsp?uri=/servicos/gj/guia/docs/comarcas.pdf>. Acesso em abril de 2014.

<sup>12</sup>Texto elaborado com dados extraídos da ferramenta Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Site: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=315250>> Acesso em: março de 2014.





estrutura também conta com escola regular, atendimento médico e psicológico e oficina de laborterapia para a elaboração de artesanatos diversos (APAC, 2014).

### **Considerações Finais**

Em congruência ao objetivo traçado nesta discussão, coube demonstrar neste trabalho que não existe a reflexão que tenta demonstrar qual sistema é mais eficiente: o público ou o privado. Cabe aqui exemplificar um modelo que é financiado pelo poder público, a partir do Estado e da Prefeitura, e apoiado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais com uma gestão privada, que pode ser um exemplo a ser discutido, seguido e adaptado em diversas penitenciárias públicas brasileiras que se mostram ineficientes.

No sistema da APAC de Pouso Alegre, percebe-se que embora o recuperando esteja encarcerado, ele desfruta de liberdades de escolha e de uma cidadania que não é encontrada nos presídios comuns, onde a lei é desrespeitada. Na visão de Sen (2000, p. 33) “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

Não se tem o sistema como modelo único de gestão, pois há estudos<sup>13</sup> que tecem críticas a algumas unidades de APAC que não funcionaram da maneira adequada e deixaram de existir. O que se deve notar é que existe a real necessidade de se aprofundar na discussão e no fomento de políticas públicas prisionais para a solução dos problemas relacionados à violência criminal e a má gestão das penitenciárias brasileiras, buscando atingir o desenvolvimento em seu cunho social.

---

<sup>13</sup> Massola (2005) realizou em sua tese um estudo aprofundado sobre o caso da APAC de Bragança Paulista/SP. Neste estudo são abordadas as justificativas para o fracasso da unidade.



## Referências Bibliográficas

APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Relatório Institucional. Pouso Alegre. 2013.

APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Site Oficial. Disponível em: <http://www.apacpousoalegre.com/>. Acesso em: Julho de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei de execução penal**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez Oliveira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986 (Série legislação brasileira).

Conselho Nacional de Justiça. **Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil**. Brasília. 2014. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf). Acesso em: julho de 2014.

CPI sistema carcerário. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. – (Série ação parlamentar; nº 384) Disponível em: <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>. Acesso em: fevereiro de 2014.

DA COSTA, Maria Regina; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural?**. Paulus, 2006.

DE ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; AMBONI, Nerio. **TGA: Teoria Geral da Administração: das origens às perspectivas contemporâneas**. M. Books, 2007.

FAZENDA, José Vieira. **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921, p. 426.

IBGE. **Ferramenta Cidades**. 2014, <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=315250>>. Acesso em: março de 2014.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado** (atualizador Miguel Alfredo Maluf e Neto), 31ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

MASSOLA, Gustavo Martineli. **A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista**. 2005. 388 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 798 p.



MINAS GERAIS. Lei estadual nº 11. 404, de 25 de Janeiro de 1994. Dispõe sobre as normas de execução penal. **Diário Oficial [do] Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 26 Jan. 1994. p. 01.

\_\_\_\_\_. Lei estadual nº 15.299, de 9 de Agosto de 2004. Dispõe sobre realização de convenio entre o Estado e as Apacs. **Diário Oficial [do] Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 10 Ago. 2004. p.01.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Ações e Programas. **APAC – Apresentação**. Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/programa-novos-rumos/apac/>>. Acesso em: outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. Lei municipal nº 4262, de 1 de Julho de 2004. Município de Pouso Alegre. Declara a utilidade pública municipal a Associação de Proteção de Assistência aos Condenados – APAC. Disponível em: <<http://legislador.diretriznet.com.br/legisladorweb.asp?WCI=LeiTexto&ID=122&inEspécieLei=1&nrLei=4262&aaLei=2004&dsVerbetes=>>>. Acesso em: abril de 2013.

Movimento de Cursilhos de Cristandade do Brasil. Disponível em: <http://www.cursilho.org.br/index.php/historia.html>. Acesso em: abril de 2014.

OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável: APAC: a revolução do sistema penitenciário**. 2ª ed. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

PAIVA, Alexandre. Mário Ottoboni ganha medalha de Mérito Municipal. **APAC em Revista**. pp. 4-10. 2014.

PIMENTA, C. A. M. Tendências do Desenvolvimento: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté. São Paulo. UNITAU. 2014 (No Prelo).

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão nove. Paixão e morte no Carandiru**. São Paulo, Geração Editorial, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 461 p.

SILVA MATOS, João da. **Reforma penitenciária, passado e presente**. Lisboa, Sousa Neves, 1885.

VARELA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 297 p.

\_\_\_\_\_. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 232 p.



TENÓRIO, Fernando Guilherme; DA SILVA, Antonio Cláudio Lima. **Gestão social: metodologia e casos**. FGV Editora, 1998.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Lista de Comarcas**. Disponível em: <<http://ftp.tjmg.jus.br/info/pdf/index.jsp?uri=/servicos/gj/guia/docs/comarcas.pdf>>. Acesso em: abril de 2014.

TRINDADE, Cláudia Moraes. “**A implantação do trabalho prisional na penitenciária da Bahia (1833-1865)**”. COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; FILHO, Milton Júlio de Carvalho. (org.) *Prisões Numa Abordagem Multidisciplinar*. Salvador, EDUFBA, 2012, 218 p.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, 110 p.



## **O AUXÍLIO RECLUSÃO: ENTRE SUAS LIMITAÇÕES ATUAIS E AS ABERRAÇÕES JURÍDICAS PROPOSTAS PELA PEC 304/2013 E O PROJETO DE LEI 5671/13- HUMANIZAR É PRECISO**

<sup>1</sup>Eric Fernando Mendes Conceição

<sup>2</sup>Mariana Correa Netto

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar as configurações normativas e hermenêuticas atuais do auxílio-reclusão no direito brasileiro, buscando localizar suas principais diretrizes e limitações. Posteriormente, se observará como tal benefício se concretiza na realidade da vida das pessoas beneficiárias, quais são os basilares princípios protetores de sua existência e como as propostas da PEC 304/13 e do Projeto 5671/13 desvirtuam o mesmo, por meio de intenções rasas e incoerentes com o Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** auxílio-reclusão, Estado democrático de Direito, crime.

**RESUMEN:** En este artículo se analizan los ajustes regulatorios actuales y hermenéutico ayuda reclusión en la legislación brasileña, tratando de localizar a sus principales directrices y limitaciones. Posteriormente, se observará como tal beneficio se realiza en la realidad concreta de la vida de las familias, cuáles son sus principios rectores de protección de su existencia y cómo la propuesta PEC 304 / 13 y la ley 5671 /13 distorsionan a través de intenciones poco profundas e incompatible con el Estado democrático de derecho.

**Palabras clave:** asignación para la reclusión, el Estado democrático de derecho, el crimen.

<sup>1</sup> Mestrando em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação de Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense ( PPGDC-UFF).

<sup>2</sup> Mestranda em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação de Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense ( PPGDC-UFF).



## 1) Introdução

O mundo contemporâneo é marcado por grandes transformações que levaram as sociedades a se questionarem acerca de todos os âmbitos componentes da vida social. Assim como a diversificação e dicotomias sentida nas artes, filosofia, economia e ideologias, entre outros campos da vida social, o Direito também se reforça como cenário de intensos questionamentos atuais. Diversificadas teorias, escolas e correntes são produzidas, recuperadas ou rechaçadas nas ciências jurídicas a fim de captar e responder juridicamente a autêntica crise instalada em nosso ramo científico.

Especificadamente, o Direito sente uma necessidade inerente de responder as ansiedades sociais que, até então, não foram juridicamente satisfatórias. Em meio ao aprofundamento das violações à humanidade, que fazem com que o ser humano seja tratado como mero objeto dentro de uma perspectiva liberal ou militar dos poderosos; a falência da representatividade democrática também leva a questionamentos acerca da finalidade das ciências jurídicas. Deve o direito representar a proteção de um *status quo*, impedindo que as sociedades alcancem novos patamares ou deverá assumir um protagonismo de mudanças, no qual será um veículo motriz para transformações?

Nesta diapasão, devemos pensar que a atividade social exigida pela nossa Constituição, que representa uma grande viragem normativa em nosso país pós-ditadura, se enquadra nesses novos parâmetros. O constituinte originário previu uma gama de direitos e garantias objetivando o controle da marginalidade e o avanço de políticas públicas a fim de conformar uma sociedade marcada pela igualdade. Igualdade esta não apenas formal, ou seja, aquela exigida perante a lei, mas também material, que pressupõe o tratamento desigual entre os desiguais.

O seguro-reclusão pode ser entendido como um benefício afim dos propósitos constitucionais acima elencados. O objetivo do constituinte em realiza-lo, foi proteger as famílias do recluso, que, devido a prisão de seu ente querido, sofre um impacto financeiro em sua renda, que sem a presença do Estado, levaria a entidade familiar à





penúria. Assim, cumpre o Estado, pelo menos minimamente, seu compromisso moral e constitucional de proteção da família, além de impossibilitar que a mesma seja punida pelos crimes de seu recluso.

Neste artigo, pretendemos realizar uma proposta diferente de observação do seguro-reclusão. Em um primeiro momento, vamos demonstrar a configuração jurídica do benefício em nosso ordenamento jurídico, despontando seus princípios inerentes, os progressos e os embaraços ainda constantes em sua normatividade atual de acordo com a doutrina especializada. Posteriormente, procuraremos a efetividade social do auxílio, ou seja, como este se satisfaz sociologicamente e suas subjetividades visíveis. Quer dizer, vislumbrar quais as dinâmicas sociais presentes nas famílias beneficiárias e como este cumpre com o intuito de contenção da marginalização social. Por fim, avaliaremos as propostas de alterações legislativas que intentam esvaziar este benefício previdenciário, quais sejam a PEC 304\13 e o Projeto 5671\13, bem como as falácias justificadoras presentes nos discursos de seus autores, e a consequente aberração jurídica legitimada, caso as mesmas sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

## **2) O auxílio-reclusão e sua normatividade no direito brasileiro contemporâneo: avanços e limites.**

Objetivando fundar uma nova perspectiva democrática e de justiça, a Constituição brasileira de 1988 elencou diversos direitos e garantias, considerados fundamentais, até então negligenciados juridicamente pela nação. Por via da necessidade de ultrapassar os traumas do período antecedente, demarcado pelo autoritarismo e repressão, além do fator social, no qual maior da parte da sociedade brasileira se encontrava à margem “milagre do crescimento”, a “Constituição cidadã” previu a inauguração de uma nova base político-jurídico para o país. Era a urgência de um novo fundamento constitucional que velasse por uma democracia plena e socialmente equilibrada, no qual o Estado assumia para si a obrigatoriedade de equalizar



as diferenças sociais que tanto marcaram a história nacional. Enfim, foi a iluminação de uma nova era constitucional: o Estado democrático de Direito.

Entre os diversos princípios que despontam a formalização de um Estado demarcado por uma sociedade constitucionalmente democrática, sem dúvidas, a dignidade da pessoa humana se sobrepõe em importância. Este princípio é a força-motriz da constituição, uma vez que eleva o ser humano a sua dignidade útil e sem o qual nenhum sistema político-jurídico poderia ser considerado justo. Daí a preocupação do constituinte em discernir todos os direitos e garantias fundamentais que julgou serem premissas para fazer valer a centralidade do homem e da sociedade na vida estatal. Isto, pois, toda organização política serve o homem, e não o homem que serve os aparelhos organizatórios (CANOTILHO, 1998, p.219). Justamente por este viés interpretativo que o constituinte originário instituiu o benefício do auxílio-reclusão.

O auxílio-reclusão não adentrou em nosso sistema normativo somente em nossa constituição atual. Sua origem pátria remonta à previsão pelo extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), e posteriormente também legitimado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Somente em 1960, este ganha normatividade jurídica, ao ser previsto pela Lei Orgânica da Previdência Social. Curiosamente, o benefício ganhou contornos bem sólidos no decorrer da Ditadura Militar, uma vez que foi continuamente utilizado neste período de “chumbo” da história nacional, com o intuito de não desamparar as famílias de presos políticos.

Atualmente, o auxílio-reclusão possui contornos e percepções mais elaboradas. Ele é a contraprestação paga pelo Estado aos beneficiários do seguro da Previdência Social que se encontra recolhido à prisão, durante todo o período que este estiver recluso, sob o regime penal fechado ou semi-aberto. Quer dizer, não é cabível, previamente, ao segurado que estiver em livramento condicional ou cumprindo pena em regime aberto, como bem lembra o próprio site da Previdência Social, órgão governamental responsável pelo seu pagamento. Sua previsão constitucional está disposta no capítulo VII, denominado “Ordem Social”, no qual trata da Seguridade Social. Esta colocação normativa abona o acúmen do constituinte de que o auxílio-reclusão se enquadra nas ações harmônicas exigidas do Estado e de toda a sociedade, que visam a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos, especificadamente



direcionados à saúde, assistência social e previdência. É justamente no último, especificadamente, que se encontra a determinação do referente auxílio.

A configuração do auxílio-reclusão como benefício previdenciário pressupõe a necessidade de preenchimento de inúmeros requisitos previstos na legislação para sua concessão aos dependentes. De antemão, é determinante, até pelo respeito ao princípio contributivo que rege a Previdência nacional, que só terá o direito reconhecido o preso tenha sido contribuinte previdenciário. Só nisto, observa-se o contraste da realidade constitucional com a opinião popular, que fomenta inúmeras formulações rasas e infundadas, de que todo dependente teria tal direito, de forma indiscriminada. No entanto, este é somente a primeira de diversas requisições instituídas para a percepção do tão comentado benefício.

Cabe ressaltar que existe uma equiparação prevista em lei para a utilização do benefício para o menor infrator (jovens entre 16 e 18 anos). Este não se enquadra categoricamente na figura do recluso, uma vez que se encontra protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim sendo, aquele que é apreendido por ato infracional e esteja em custódia do Juizado da Infância e da Juventude, desde que também seja contribuinte previdenciário, pode justificar a gozo do benefício aos seus dependentes. Casos estes em que, não muito raramente, se configura a mãe do menor como beneficiária, porém não deslegitima que sejam outros familiares habilitados, desde que comprovem a essencialidade do menor para o seu sustento.

É a Lei 8213 de 1991 que determina os requisitos legais para a concessão do subsídio. De acordo com seu artigo 80, o mesmo seguirá as mesmas condições da pensão por morte, desde que o segurado preso não receba remuneração da empresa a qual trabalhava, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou mesmo abono de permanência em serviço. Complementando, o parágrafo único institui a exigência de comprovação da situação de efetivo recolhimento à prisão, não havendo carência, já que, como a pensão por morte, os destinatários são os beneficiários e não o próprio segurado (PEREIRA, 2012, p.66).

A reivindicação para a fruição não termina com essas exigências. Especificando e adicionando novas condições, o artigo 116 do decreto 3048 de 1999 determina que a última contribuição previdenciária seja inferior ou igual a R\$ 360,00. Este valor, obviamente, não se tornou estanque, passando a ser atualizado de acordo com Portarias



do Executivo, sendo atualmente fixado em R\$ 1.025,81 (de acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 19, de 10/01/2014). Esta fixação de valor máximo de contribuição a possibilitar o acesso a um benefício contributivo gera a primeira das grandes discussões da doutrina quanto ao tema.

Esta formulação legal que estabelece um teto máximo de contribuição se espelhou na alteração constitucional trazida pela Emenda 20 de 1998 que reformulou diversas disposições da previdência. Foi incluso no inciso IV, do artigo 201 da Carta Magna, a equiparação do auxílio ao salário-família, instituído a condição de baixa renda para a possibilidade de seu desfrute. Em outros termos, a reforma constitucional, em tese, objetivou retirar da proteção previdenciária os dependentes do segurado que até sua reclusão possuía meios suficientes para prover satisfatoriamente sua família.

A doutrina mais abastada considera tal reforma um contrassenso jurídico, sendo flagrantemente inconstitucional. Como é sabido, nossa Constituição em seu artigo 5º, caput, dispõe acerca do princípio da isonomia: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim sendo, desigualdades de tratamento da lei não pode se dar de forma absurda ou arbitrária, devendo apenas ocorrer no intuito de se obedecer à razoabilidade e a busca da igualdade material (tratar os desiguais, a medida de sua desigualdade) ordenado os preceitos normativos, inclusive os constitucionais por atuação do constituinte reformador. Neste sentido confirma Bandeira de Mello, ao denotar os contornos legítimos da desigualdade possibilitada pelo âmbito normativo:

“a) que a desequiparação não atinja, de modo atual e absoluto, um só indivíduo;

b) que as situações ou pessoas desequiparadas pela regra de direito sejam efetivamente distintas entre si, vale dizer, possuam características, traços, nelas residentes, diferenciados;

c) que exista, em abstrato, uma correlação lógica entre os fatores diferenciais existentes e a distinção de regime jurídico em função deles, estabelecida pela norma jurídica;

d) que, in concreto, o vínculo de correlação supra-referido seja pertinente em função dos interesses constitucionalmente protegidos, isto é, resulte em diferenciação de tratamento jurídico fundada em razão valiosa – ao lume do texto constitucional – para o bem público.” (BANDEIRA DE MELLO, 2005, p. 41).



Pela reflexão apurada da distinção criada pelo constituinte derivado, é visível a falta de explicação plausível. Primeiramente, o auxílio-reclusão não se direciona ao recluso e sim aos seus dependentes, o que cria o contorno de renda máxima incompatível com as finalidades do benefício; que é a proteção da família desamparada pela impossibilidade daquele permanecer a sustentando, devido ao cumprimento da pena. Esta evidência é comprovada, inclusive, pela previsão dada pelo jurista Arnaldo Zanela, em seu artigo “Previdência Social: auxílio-reclusão”, em que, de acordo com o artigo 482, d, do Código de Leis Trabalhistas, que versa este ser motivo de dispensa por justa causa a condenação criminal. Ora, se este é motivo atual passível de demissão do empregado, como pode o constituinte se aferir da condição financeira pretérita do segurado para garantir a exclusão de seus beneficiários? Claramente, em uma situação normal e plausível de relação de trabalho, não interessaria o empregador manter a relação trabalhista com um recluso, muito mais por se abster sem grandes ônus para o seu desfazimento, alinhado também pelos estigmas que um “presidiário” carrega socialmente. Por conseguinte, a condição da necessidade familiar seria suficiente, justa e juridicamente aceitável para a definição dos contemplados pelo auxílio, não fomentando assim discriminações odiosas dentro do ordenamento jurídico, respeitando, conclusivamente, o princípio que rege a seguridade social que é a universalidade da cobertura e do atendimento a quem dela necessita.

Infelizmente, esse não é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal ( STF), corte jurídica máxima do país, que reconheceu a constitucionalidade do dispositivo alterado e contradizendo posições claras da maioria doutrinária:

PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ART. 201, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LIMITAÇÃO DO UNIVERSO DOS CONTEMPLADOS PELO AUXÍLIO-RECLUSÃO. BENEFÍCIO RESTRITO AOS SEGURADOS PRESOS DE BAIXA RENDA. RESTRIÇÃO INTRODUZIDA PELA EC 20/1998. SELETIVIDADE FUNDADA NA RENDA DO SEGURADO PRESO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. I- Segundo decorre do art. 201, IV, da Constituição, a renda do segurado preso é que a deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício previdenciário e não a de seus dependentes. II- Tal compreensão se extrai da redação dada ao referido dispositivo pela EC 20/1998, que restringiu o universo daqueles alcançados pelo auxílio reclusão, a qual adotou o critério da seletividade para apurar a efetiva necessidade dos beneficiários. III – Diante disso, o artigo 116 do Decreto 3.048/1999 não padece do vício da



inconstitucionalidade. IV- Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 587365, Relator (a) Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 25/03/2009, repercussão geral-mérito.Dje-084 divulg. 07/05/2009, public. 08/05/2009, ement vol. 02359-08 pp 0136).

Para a manutenção do auxílio-reclusão, assim como sua concessão, é cogente a observância de requisitos enumerados pelo decreto já comentado, sob pena de sua extinção ou suspensão. Faz-se imprescindível, por exigência do artigo 117, §1º do artigo já revelado, que os beneficiários cumpram a obrigatoriedade, trimestralmente, de comprovar, por via de atestado de autoridade competente, a permanência de reclusão em regime fechado ou semi-aberto de seu respectivo segurado. Esta requisição preceitua o resguardo da condição contínua de reclusão do provedor, que é “fato gerador” do benefício, uma vez que tal pode ser extinto, seja pela colocação definitiva do mesmo em liberdade (ou regime aberto), óbito no cumprimento da pena privativa de liberdade (caso em que será convertida em pensão por morte), ou mesmo suspensa pela sua fuga ou não apresentação da comprovação, por negligência. Aqui, novos questionamentos podem ser expostos.

É plausível, se não sociologicamente, pelo menos juridicamente, a extinção do benefício por término da pena de efetiva/parcial reclusão ou óbito do segurado; bem como sua suspensão pela não apresentação do atestado. Todavia, a sua suspensão por fuga não se mostra razoável. Prevalece o entendimento da doutrina majoritária, conjuntamente com jurisprudências condizentes, que só caberia a restituição do benefício, caso o fugitivo fosse capturado. Espanta a isenção de nossos juristas pela ausência de críticas quanto ao dispositivo da lei e a solução encontrada pelo legislador como causa suspensiva do direito previdenciário, sem levantar possibilidades (não foram encontradas opiniões divergentes, dentro de uma pesquisa realizada) acerca da legitimidade constitucional de tal “resolução jurídica”.

A fuga concretizada pelo aprisionado configura uma situação peculiar, com evidências explícitas da singularidade social que tal fato possui. A responsabilidade de tal ato deve ser dirigida ao fugitivo (mitigado pela compreensão de que a busca pela liberdade é inerente ao ser humano), em concorrência com a ineficiência obrigacional do Estado de valer seu poder coercitivo e, por fim, impedir o escape. A família, ou seja, os dependentes financeiros, em nada pode ser responsabilizada e muito menos punida





por ato exclusivo de seu provedor e pela incapacidade de ação estatal. Claramente, o mero fato da fuga, não tende a alterar a situação de inópia vivida pelo núcleo familiar já que, dificilmente, seu provedor, em condições de fugitivo, encontraria meios hábeis para satisfazer as necessidades de seus familiares. Consequentemente, não é somente a efetiva prisão do segurado que cria a situação de calamidade social e sim, com mais razoabilidade, a existência de uma pena privativa de liberdade daquele que impossibilita, por meios legítimos, de continuar o sustento de seus entes. É, em nosso ver, um novo meio imoral de se apenar a família por erros cometidos por seu familiar preso, o que, *prima facie*, configura sua inconstitucionalidade, já que a pena não pode ultrapassar a figura do preso (princípio da pessoalidade, que justifica também, a inconstitucionalidade da exigência de “baixa renda” já discernida).

O valor pago pelo auxílio-reclusão obedece correções previstas, também, em portarias do Executivo e, por determinação legal, não poderá ser inferior ao salário mínimo. Esta imposição procura resguardar a dignidade dos familiares, pois se assim não fosse, as contínuas ingerências inflacionárias dinamitariam o seu real poder de sustento. Cabe ressaltar, por fim, que divergentemente da opinião popular, o auxílio assume um valor global, ou seja, o valor auferido de acordo com a contribuição realizada pelo recluso não é devido para cada um dos dependentes, mas este quantitativo total é rateado. Isto preceitua que salvo a existência de um único dependente, o benefício recebido será sempre menor que o salário mínimo vigente, o que desmitifica a opinião corrente de que o auxílio-reclusão criaria uma situação de privilégio aos familiares do preso, já que, de acordo com este frágil discurso, estes receberiam mais que um trabalhador não condenado com rendas auferidas pelo mínimo salarial permitido.

Observamos, em linhas gerais, os contornos atuais referentes ao auxílio-reclusão no Brasil. Diferentemente de informações correntes, para a concessão do referente benefício, não é todo recluso que possui a qualidade jurídica suficiente para possibilitar aos seus dependentes o seu recebimento. Pelo contrário, a sistemática jurídica estabelece múltiplos requisitos a serem preenchidos, sendo os principais a prévia de contribuição previdenciária, conjuntamente com a comprovação de baixa renda do recluso (condição considerada constitucional pela Suprema Corte). Logo, não somente se configura plenamente compatível com o princípio da dignidade da pessoa humana,



como também necessita-se extirpar suas ainda incoerências contemporâneas para que atinja sua máxima que é a atuação de um Estado Social coerente, com a busca incessante da contenção das marginalidades sociais.

### **3) O auxílio-reclusão como justiça, sua realidade social e frese política legitimada pela PEC 304/13 e o Projeto de Lei 5671/13**

De acordo com dados obtidos no site da Previdência Social, o auxílio-reclusão vem, desde junho de 1998, aumentando sua base de beneficiados, tendo atingido em 2009 o total de 25.078 auxílios liberados. Ainda assim, de acordo com estes dados oficiais, o total, se comparado com a margem global de benefícios pagos pelo referido órgão, representou apenas 0.09%. Estes dados revelam o baixo impacto financeiro do benefício-reclusão, em contraste com o frenesi causado socialmente pelo seu pagamento.

Não são poucos os sites populares na internet que refletem acerca do que consideram “injusto” o pagamento do benefício. A opinião disseminada se dá pela interpretação errônea de que o auxílio-reclusão seria um prêmio à família do preso por este ter cometido um crime, sendo comum e ironicamente denominado “bolsa-marginal” ou “auxílio-bandido” e “prêmio-crime”. O que se revela é a completa leviandade em se perceber a sua utilidade social e seu importante papel de minimizador das marginalidades tão características da sociedade brasileira.

O auxílio reclusão, como os demais benefícios pagos pela Previdência, possui um valor máximo a ser pago aos dependentes do recluso, além da exigência de baixa renda promulgada constitucionalmente. Obviamente, pelos requisitos aqui elencados, esse benefício se destina aos mais necessitados, aqueles que efetivamente sentirão a ausência financeira de seu ente preso. Seu objetivo maior é resguardar a família do aprisionado, que tende a ter uma situação precária pela coerção estatal, marginalizando-se ainda mais do que quando este, parcamente, contribuía para o sustento do lar. É a própria reflexão moral de um Estado que pretende ser social, que visa proteger seus



cidadãos e não fazer com que erros do recluso alcance financeiramente aqueles em que nada contribuíram para tal fato divergente. Afinal, já se torna suficientemente doloroso o sofrimento trazido pela ausência física de seu parente e pela sua condição de indignidade, que em nome de um Direito penal falido, lhe coloca em situações deploráveis de cárcere tão comuns no sistema presidiário nacional.

Não bastasse esta advertência, a exigência da prévia contributiva do recluso denota outro dado sociológico interessante. É razoável pensar, dentro de uma possibilidade fática e não meramente legal (afinal o Direito representa uma ciência humana, logo conectado com a dinâmica social), que se o então recluso contribuía para a previdência social, a ilicitude não tenderia a ser sua prática principal. Esta contribuição corrobora a densa possibilidade do aprisionado ser um trabalhador comum, legitimado em seu anseio pela sobrevivência e que, por questões díspares da vida, cometeu um ato criminoso. Afinal, mais uma vez diferentemente do pensamento popular, a reclusão de regime fechado ou semi-aberto pode ser alcançada por diversos crimes e não apenas pelo crime de latrocínio, tráfico de drogas ou, em resumo, crimes hediondos. Neste sentido, a humanização do benefício precisa ser alcançada, a fim de que se interprete a realidade a qual se propõe proteger e exterminar, por vez, as desconfianças de sua eticidade.

Em brilhante artigo intitulado “Acesso à justiça, exclusão social e auxílio-reclusão: constatações de uma pesquisa empírica”, Elizabete David Novaes e Maressa Mello de Paula científicam esta discussão. Como premissa, analisam que deve se ter em mente que o acesso à justiça aos mais necessitados não é uma realidade vivida no país (muito embora prevista constitucionalmente), associado ao fato de que o cárcere somente cumpre sua função de retirar o criminoso do convívio social. A conjugação desta triste verdade enfatiza a permanência de uma sociedade em que maiorias são colocadas ao relento, impossibilitando o exercício da ampla defesa na dinâmica penal, estratificando ainda mais uma sociedade hierarquizada em que o Direito Penal se direciona ferozmente aos necessitados.

Observam as autoras que o acesso informativo também não é cumprido após a condenação do apenado, principalmente quando este é pobre. Basta afirmar a fragilidade da Defensoria Pública no Brasil, representado pela sua inexistência em muitos estados federativos e quando existe, esta é escassa de funcionários, se



comparado os muitos pedidos de assessoria gratuita. Fatores que provocam a permanência da injustiça aos mais pobres, que não possuem, em muitos casos, informação imprescindível para o acesso ao seu direito previdenciário, pelo órgão governamental.

A fim de substanciar as dinâmicas reais provocadas pelo recebimento do auxílio em questão, as eminentes pesquisadoras efetivaram uma pesquisa de campo com famílias beneficiárias. Por meio de entrevistas não direcionadas, a contemplação da vida concreta destas se tornou possível, expondo situações individuais e outras corriqueiras que fazem parte de seu cotidiano.

Entre as conclusões presentes, afirmam as cientistas que todas as famílias entrevistadas convergiram para a importância do pagamento do benefício e que este é essencial para o provimento familiar, além de possibilitar recursos para visitas rotineiras ao seu familiar preso. Este foi o relato emocionado da “entrevistada 1”, ao confirmar:

“A única coisa é que eu gasto um tantão indo visitar ele na cadeia. Quando teve a rebelião na cadeia que ele estava queera aqui perto, ele foi transferido para longe. Eu gasto mais dinheiro para visitar ele. E agora eu recebo o dinheiro, que antes ele não me dava nada.” (NOVAES & DE PAULA, 2009, p.84).

Em continuidade, outros depoimentos são relevantes das nuances que precisam ser concatenadas à efetividade social do auxílio-reclusão. Muito interessante o comentário, por mais de uma entrevistada, da ausência de informação oficial (como pré-confirmado) quanto ao seu direito. A comunicação da possibilidade de auxílio estatal, quando seu familiar, contribuinte costumeiro da previdência se encontra em cárcere, se deu por vias de uma intensa rede de relações sociais que são formalizadas em suas vizinhanças. A situação anacrônica, além da pobreza emergente comum entre os vizinhos dos beneficiários, enfatiza que o encarceramento não é uma excepcionalidade vivenciada. Em outros momentos da entrevista, familiares abonam a experiência de se ter um familiar recluso como um fato habitual entre suas relações pessoais, sendo este o meio efetivo de comunicação do direito previdenciário. Infeliz verdade, como demonstrado a seguir:



“É que aqui no meu bairro tem mais gente que está na cadeia, e as vizinhas me falaram que se ele tivesse carteira de trabalho que eu receberia dinheiro enquanto ele estava preso” (Entrevistada 01)

“A minha comadre que me contou, ela recebia do marido que estava preso, aí eu fui lá na sua faculdade para que pedissem o dinheiro para mim. (Entrevistada 03)

“Eu pedi sim (o auxílio-reclusão). Aqui no bairro todo mundo sabe desse benefício, né, tem bastante gente que já foi presa por aqui.” (Entrevistada 04)” (NOVAES & DE PAULA, 2009, p.83).

Este trabalho realizado, em que procurou a vivência factual dos que usufruem do auxílio reclusão, reflete aspectos muitas vezes negligenciados, seja pelos poderes, seja pela sociedade. A ausência de pesquisas de campo no âmbito jurídico quanto à existência concreta do benefício (em uma rápida pesquisa, não foram encontrados outros trabalhos do ramo jurídico que buscassem ouvir os beneficiários) estimula a ignorância da importância socializante e da marginalidade financeira que aqueles que o obtêm vivem. Preceito suficiente para o avanço de proposições legais esdrúxulas que estratificam preconceitos e estigmas quanto ao auxílio em debate, que em nada se conformam com a incessante realização de uma sociedade igualitária e afeita aos mais necessitados. Modelos destas propostas abomináveis que tão-somente atestam o fosso entre a política brasileira e os parâmetros de justiça e igualdade, estão a PEC 304/13 e o Projeto de Lei 5671/13.

Intencionando recepcionar as abominações sociais que censuram a existência do auxílio-reclusão no direito brasileiro, a Proposta de Emenda Constitucional 304/13 (PEC 304\13) e o Projeto de lei 5671/13 sugerem alterações legislativas, a fim do que julgam ser uma resposta aos clamores sociais pelas “injustiças” trazidas pela sua continuidade, nos moldes atuais. A PEC 304/13, apresentada pela deputada Antônia Lúcia (PSC-AC) sugere a extinção do auxílio.

Em contrapartida ao aniquilamento do benefício previdenciário, esta emenda constitucional cria um benefício mensal no valor de um salário mínimo para as vítimas de crimes e suas famílias. Este novo benefício objetiva pagar à pessoa ofendida por um crime, durante o tempo em que esta estiver afastada ou no caso de sua morte, a seus familiares; de acordo com legislação posterior. Em consonância com o substituído,



prevê que esta nova modalidade de “auxílio-vítima” será impossibilitada aos que usufruem de pensão por morte, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Nas palavras da própria deputada, isto seria uma medida de justiça, uma vez que ao disponibilizar o pagamento previdenciário pra vítima e não para a família do recluso, assumiria o Estado seu papel de amparo aos injustiçados pela atividade criminal. Não satisfeita, ainda declara considerar uma aberração o Estado ter benefícios ao criminoso e seus familiares, enquanto que a vítima permanece desamparada, sendo isto um estímulo à atividade criminosa. Em outras palavras, na percepção da representante popular, o auxílio-reclusão seria uma bonificação ao aprisionado por este não seguir as proibições exigidas pelo Estado.

A proposta, claramente popularesca, ganhou imensa visibilidade, sendo discutida em diversos fóruns na internet e petições eletrônicas, no intuito de pressionar os órgãos do Poder Legislativo a aprovarem a emenda. A neurose pública chegou a tal ponto, que o próprio sítio eletrônico da Câmara dos Deputados disponibilizou uma enquete para verificar o apoio popular à proposta apresentada. No dia 26/04/2014, a imensa maioria dos votantes (precisamente 94,52%) apoia à emenda, contra os poucos 5,04% que se posicionaram contra seu teor.

Já a proposta de lei 5671/13 é menos abrupta que a famigerada emenda. Sugerida pelo deputado André Moura (PSC-SE), concidentemente do mesmo partido da deputada antecedente, esta lei objetiva o rateio do benefício-reclusão entre os familiares do recluso e os da vítima. Em consonância com a opinião refletida pela deputada, sugere o deputado ser injusto se beneficiar apenas os familiares do aprisionado, deixando a vítima e seus familiares sem proteção social ou financeira. Além do mais, em sua entrevista ao próprio veículo de comunicação da Câmara dos Deputados, reafirma o autor do projeto a fatídica opinião, já explicitada aqui suas falhas, que o valor médio do auxílio é de R\$ 900,00, bem acima do valor do salário mínimo. Assim, apontando o que considera ser um caminho mais equilibrado, explica que sua preposição legislativa não busca o fim do benefício, mas sim a divisão, em partes iguais, entre os familiares da vítima e do segurado.

Tais sugestões de alteração legislativas podem ser configuradas como aberrações jurídicas. Em seus discursos há um completo desvirtuamento do propósito social do benefício, na qual se objetiva atrair a atenção das majorias contra as minorias





necessitadas, com argumentativas falseadas. Antes de adentrarmos nos princípios jurídicos, além daqueles já comentados e que resguardam o auxílio-reclusão como fonte de igualdade social, façamos algumas prévias.

Primeiramente, a argumentativa utilizada de que não há previsão legislativa que socorra a vítima de crimes no ordenamento jurídico se mostra falível. Nossa Constituição descreve em seu artigo 245: “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito”. Ou seja, existe a previsão constitucional para a configuração assistencial aos dependentes das vítimas de crimes. O que carece é a omissão legislativa para a efetividade deste *mandamus* constitucional, havendo, então, uma preocupação máxima do constituinte tanto com os dependentes da vítima quanto com os do recluso e a intenção explícita de prever separadamente ambas, não fazendo substituir uma pela outra. Logo, tal intencionalidade seria uma verdadeira fraude ao constituinte originário, dilapidando reflexamente as proteções sociais de competência do Estado, que este não pode se eximir de efetivar.

Além deste argumento jurídico, temos dados sociológicos que afirmam o baixo impacto do benefício perante a população carcerária nacional. Segundo fontes da Previdência Social, no ano 2009, aproximadamente 25.000 auxílios foram liberados, ocasionando um gasto estimado de R\$148.000.000. Se compararmos os gastos da Previdência Social com o pagamento de benefícios, que foi na ordem de R\$ 224,876 bilhões, percebemos que o valor global do auxílio tão atacado é irrisório para as despesas previdenciárias (cerca de 0,5% do total). Tem-se também a realidade que a população carcerária brasileira neste período, de acordo com o Ministério da Justiça, era próxima dos quinhentos mil, reafirmando que nem 5% dos reclusos recebem o benefício, quer dizer, porcentagem ínfima. De tal modo, observa-se o baixo impacto financeiro e de captação da população carcerária que o auxílio-reclusão possui no país (e aqui sim, em nossa visão, ocorre uma séria deficiência do Estado em resguardar as famílias dos reclusos carentes, retirando a potencialidade do benefício como política pública protetiva da população carente).

Destarte aos tamanhos ataques que a configuração do benefício sofre, este se apresenta como fundamental. Ele se adequa perfeitamente, além dos preceitos de justiça



social e outros já discutidos, à proteção da família determinada ao Estado pelo artigo 226 de nossa Carta Maior. A dignidade da entidade familiar, sofrida pelo impacto financeiro de ver seu provedor condenado e impossibilitado de concorrer para o sustento é o cerne do auxílio em questão. Neste sentido, acertadamente, o constituinte instituiu a proteção familiar do recluso como norma cogente constitucional, efetivando sua manutenção e não ausentando a responsabilidade dos poderes públicos perante tal propósito. Nesse sentido que a doutrina reconhece o mesmo não como um benefício previdenciário de natureza indenizatória, mas sim alimentar, já que intenciona garantir a subsistência dos familiares do preso, que pela exigência (questionada neste artigo) da baixa renda, configura ser uma família não apenas prejudicada pela ausência de seu parente recluso, mas também vítima das desigualdades sociais. Finalizando, arremata Zambitte:

“Daí a importância da participação estatal, por meio de instrumentos legais, propiciando uma correção ou, ao menos, minimização das desigualdades sociais. Além disso, o Estado não pode aceitar a desgraça alheia como resultado de sua falta de cuidado com o futuro - devem ser estabelecidos, obrigatoriamente, mecanismos de segurança social.”(ZAMBITTE, 2008, p.1).

#### 4) Conclusão

O seguro-reclusão se consolida como uma importante proteção constitucional, na qual, a família do recluso fica minimamente resguardada pela ausência do suporte financeiro de seu recluso a cumprir pena em regime fechado ou semi-aberto. Sua essencialidade é demonstrada pelo direcionamento às famílias marginalizadas, uma vez que, mesmo inconstitucionalmente na opinião da doutrina avançada, a emenda constitucional 20/98 exige a baixa renda como requisito de concessão. Além do mais, podemos observar que, apesar da neurose social causada pela interpretação incorreta do benefício, legislativamente transpostas pela PEC 304/13 e do Projeto 5671/13, este não se dirige ao preso, nem mesmo causa grande impacto aos cofres públicos. O que se verifica é justamente o contrário, a continuidade da escassez financeira de diversas famílias que necessitariam do benefício, visto que somente uma pequena parcela da



população carcerária é capaz de cumprir os delineamentos legais. Requisitos que, ao nosso ver, são excessivos, excludentes e estritamente objetivos, pois não levam em consideração as especificidades e necessidade de cada família para sua concessão.

Assim, conclui-se que o auxílio-reclusão necessita de mais pesquisas que vão além dos aspectos legais, no intuito de adentrar na realidade social que o envolve, as desigualdades que o contorna e, principalmente, entender como a Constituição ganha vivacidade perante esta parcela da sociedade. Somente assim, exterminará, em definitivo, as apreensões de que este seria um benefício injusto, propostas legislativas absurdas, seja em sua dinâmica jurídica ou social. Reflexamente, os intuitos do constituinte em prevê-lo serão valorizados: resguardar o bem-estar da família do recluso, a dignidade de seus membros e a conformação maior de um Estado Social e Democrático de Direito.

## Bibliografia

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta divide auxílio financeiro entre família do preso e da vítima. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/448406-PROPOSTA-DIVIDE-AUXILIO-FINANCEIRO-ENTRE-FAMILIA-DO-PRESO-E-DA-VITIMA.html>.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. PEC acaba com auxílio-reclusão de criminoso e cria benefício para vítimas de crimes. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/460890-PEC-ACABA-COM-AUXILIO-RECLUSAO-DE-CRIMINOSO-E-CRIA-BENEFICIO-PARA-VITIMAS-DE-CRIMES.html>.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de Benefícios da Previdência Social. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 de agosto de 1991.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Sistema Prisional. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=ptbr&params=itemID%3D%7B364AC56A-DE92-4046-B46C-6B9CC447B586%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>.

\_\_\_\_\_. Previdência Social. Auxílio-reclusão: uma abordagem conceitual. 2009. Disponível em: [http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_091124-161649-231.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_091124-161649-231.pdf).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 2ª ed. Coimbra: Ed. Almedina, 1998.

GONÇALVES, Daniel da Silva. Discussão sobre o benefício do auxílio reclusão. In: Revista Jurídica de Presidente Prudente. Presidente Prudente, v6, nº6, 2010.



GRAGNER, Fábio. Previdência teve arrecadação e gasto recorde em 2009. In: Folha de São Paulo. 2010.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. Auxílio-reclusão ajuda no sustento de famílias de 40,5 mil presos segurados do INSS. In: Portal do CNJ. 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/26167-auxilio-reclusao-ajuda-no-sustento-de-familias-de-405-mil-presos-segurados-do-inss>.

NOVAES e DE PAULA, Elizabeth David, Maressa Mello. Acesso à justiça, exclusão social e auxílio-reclusão: constatações de uma pesquisa empírica. In: **Revista Jurídica COC**. Ribeirão Preto: Editora COC, ano 1, nº1, 2008.

PEREIRA e LOPES, Sarah Caroline de Deus e Tassya Gonzales. Maximização dos Direitos Fundamentais pelo benefício previdenciário do auxílio-reclusão. In: **Revista SJRJ**. Rio de Janeiro, v.19, nº 35, 2012.

RODRIGUES, Daiane Dias. As restrições estabelecidas pela Emenda Constitucional 20/1998 na concessão do benefício previdenciário de auxílio reclusão frente aos princípios constitucionais de proteção. In: **Revista do Instituto de Estudos Previdenciário**. Belo Horizonte, ano 08, nº. 29, 2014. Disponível em: <http://www.ieprev.com.br/conteudo/id/33969/t/as-restricoes-estabelecidas-pela-emenda-constitucional-20-1998-na-concessao-do-beneficio-previdenciario-de-auxilio-reclusao>.

ZAMBITTE, Fábio. **Curso de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

ZANELA e BAEZ, Arnaldo e Narciso Leandro Xavier. Previdência Social: Auxílio-Reclusão. In: **Unoesc & Ciência-ACSA**. Joaçaba, v.1, n.2, jul\dez, 2010.



## **A REDUÇÃO ECONOMICISTA DA CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA A PRIVATIZAÇÃO DE PRESÍDIOS**

BROGNARO, Carolina

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – UFF*  
*carolbrognaro@gmail.com*

139

### **RESUMO:**

O artigo analisa a redução economicista da crise do sistema penitenciário, utilizada como argumento principal para justificar a privatização de presídios em diversos países. As realidades dos EUA e do Brasil são examinadas para demonstrar que os dois países lançam mão de tal argumento, alegando que a superlotação carcerária e as péssimas condições de encarceramento advêm da falta de investimentos no setor, fazendo com que a solução para esse cenário seja meramente econômica: a obtenção de recursos privados para a construção de vagas prisionais. A questão prisional não é debatida em sua complexidade, tendo em vista não haver interesse em seu desmonte, mas sim em seu fortalecimento devido aos diversos lucros frutos desse ramo. Pretende-se evidenciar, neste artigo, como a privatização de presídios gera ainda mais lucros, diretos e indiretos, para as empresas privadas, sendo esse o real motivo ao seu estímulo.

Palavras-chave: Presídio – Privatização – Interesse econômico

### **ABSTRAT:**

This article analyzes the economic reduction of the prison system crisis, used as the main argument to justify the privatization of prisons in several countries. The realities of the US and Brazil are examined to demonstrate that the two countries resort to such an argument, alleging that prison overcrowding and bad prison conditions arise from the lack of investment in the sector, causing the solution to this scenario is merely economic: to obtain private funds for the construction of prison vacancies. The prison issue is not discussed in its complexity, in order to be no interest in their dismantling, but in its strength due to the many profits of this branch. It is intended to highlight in this article, how the privatization of prisons generates more profits, direct and indirect, to private companies, which is the real reason to its stimulus.

Keywords: Prison - Privatization - Economic Interest



## 1. Apresentação

O presente artigo analisa o principal argumento utilizado para fundamentar a privatização de presídios nos EUA e no Brasil, qual seja, a superlotação carcerária. Apesar da realidade distinta dos dois países, as péssimas condições de encarceramento advindas da superlotação dos presídios são a justificativa para a implantação da política privatizadora, que coloca o recurso financeiro da empresa privada como solução para o problema carcerário, reduzido, portanto, a uma questão econômica no discurso oficial dos dois Estados.

Será feita uma análise da realidade estadunidense por ter sido esse país um dos primeiros a implantar a privatização de presídios e por ser hoje o país com o maior número de presos em presídios privados. Por sua vez, a análise da realidade brasileira se dará, através, em especial, do exame do complexo penitenciário público-privado de Ribeirão das Neves, primeiro presídio construído e gerido em parceria público-privada no Brasil.

## 2. Cenário estadunidense de privatização de presídios

A privatização de presídios vem crescendo nas últimas décadas em todo o mundo. O país com o maior número de presídios privatizados é os EUA, que investe maciçamente nessa política e possui grandes empresas, dedicadas exclusivamente a esse ramo, com lucro crescente no decorrer dos anos.

Essa política de privatização de presídios é parte de uma política de privatizações mais ampla, que ganhou força no Estado neoliberal a partir da década de 1980 com Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA, para se espalhar por todo o Ocidente em alguns anos. A crise fiscal é o ponto realçado por esses governos e serve para justificar as privatizações, fazendo com que o privado passe a prover os serviços públicos.

No Estado neoliberal, a obrigação pública se torna negócio privado e o titular de um direito social se torna consumidor de um serviço, como bem nos alerta Faria (apud Minhoto, 2000). Há flexibilização e desconstitucionalização da regulação de direitos sociais e, concomitantemente, expansão do direito penal. O Estado se torna mínimo em políticas sociais e máximo em políticas penais, transformando-se no que muitos chamam de Estado policial,





aquele que possui e exerce, especialmente, o poder de punir. Bauman (1999) reproduz um trecho de um artigo de jornal de autoria do “Subcomandante Marcos” que é esclarecedor:

No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas...

Os novos senhores do mundo não têm a necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles. (BAUMAN, 1999, p.64)

Em tal cenário, há uma clara escolha política de cortes e de investimentos dos recursos públicos. Esse novo Estado retira recursos financeiros da área social e os aplica, de maneira cada vez mais crescente, na área de segurança pública, em especial na construção e manutenção de prisões, ou seja, na área repressiva. A área preventiva da segurança pública fica relegada a segundo plano, recebendo poucos recursos e, conseqüentemente, podendo fazer pouco para alterar os índices de criminalidade de maneira eficaz.

Além disso, com os cortes realizados nas políticas sociais, a distribuição desigual de riqueza e trabalho aumenta, o que gera intranqüilidade. É o momento também do capitalismo global, que cria uma nova figura, o desemprego estrutural. Além de causar distúrbio, o desemprego revela uma contradição com a moral oficial de dedicação ao trabalho. Algo tem que dar conta disso, dessas pessoas não produtivas, que não são úteis e possuem um estilo de vida ofensivo. A indústria do controle do crime vem para fornecer lucro e trabalho para poucos, além de produzir controle sobre a parte indesejável da população, que são os acionistas do nada, como bem nomeia Christie (1998). Em poucas palavras, os acionistas do nada são aqueles que não têm nada a perder, por não possuírem bens materiais e imateriais, tendo em vista que muitas vezes nem rede social possuem.

Com essa indústria florescente, pessoas supérfluas e ociosas fora da prisão, ou seja, economicamente desinteressantes e irrelevantes, se tornam importantes quando presas, pelas suas necessidades de manutenção e alimentação, que resultam na matéria-prima da indústria do controle do crime. Assim, o não consumidor ou consumidor limitado quando livre se transforma em consumidor da indústria do controle do crime, ganhando utilidade dentro do sistema capitalista. Deixa de ser descartável como era do lado de fora da penitenciária e se



torna peça essencial para o complexo industrial capitalista

Devido a esse cenário político neoliberal instaurado e todos os incentivos, diretos e indiretos, ao encarceramento advindos de tal cenário, o número de presos aumenta exponencialmente. Com os cortes realizados nas políticas sociais, a criminalidade de rua aumenta. Com a formulação de políticas criminais focadas na criminalidade de rua, em especial nos crimes patrimoniais e relacionados ao tráfico de drogas, como, por exemplo, a Política da Tolerância Zero nos EUA, o número de prisões cresce. E os presos são, em sua esmagadora maioria, pobres e negros.

Nos EUA, o crescimento do número de presos a partir da década de 1980 foi estrondoso. Em 1980, haviam 501.886 pessoas presas. Em 1985, esse número subiu para 742.579, chegando a 1.295.000 pessoas em 1992, ou seja, mais do que o dobro em cerca de 10 anos. E esse aumento continua até os dias de hoje, chegando a 2.240.000 presos em 2011, o que representa a assustadora taxa de 716 presos a cada 100.000 habitantes, segundo dados extraídos da tabela do instituto Avante.

Para prender mais e manter essas pessoas presas, são necessários maiores gastos por parte do Estado. Assim, o orçamento estatal foi direcionado cada vez mais para as políticas de repressão, em especial de construção e administração de prisões, e os cortes em outras políticas, em especial nas políticas sociais, foram aumentando. Wacquant (2013) demonstra com diversos dados essa realidade nos EUA, concluindo que

(...) a despeito de a desigualdade social e da insegurança econômica terem aumentado enormemente no curso das três últimas décadas do século XX, o Estado caritativo estadunidense reduziu continuamente seu campo de intervenção e comprimiu seus modestos orçamentos, a fim de satisfazer o explosivo aumento das despesas militares e a redistribuição das riquezas dos assalariados em direção às empresas e as frações afluentes das classes privilegiadas. Essa política chegou a tal ponto que a “guerra contra a pobreza” foi substituída por uma *guerra contra os pobres*, transformados em bodes expiatórios de todos os grandes males do país e agora intimados a assumir a responsabilidade por si próprios, sob pena de se verem atacados por uma batelada de medidas punitivas e vexatórias, destinadas, se não a reconduzi-los ao estreito caminho do emprego precário, pelo menos a minorar suas exigências sociais e, por conseguinte, sua carga fiscal. (WACQUANT, 2013, p.96)

É evidente que o crescimento da população prisional no ritmo acelerado em que esse



se deu resultou em precarização das condições de encarceramento. Nos EUA, as penitenciárias eram violentas, insalubres e superlotadas, o que deu origem a ações judiciais e, conseqüentemente, intervenção judicial no sistema penitenciário. As decisões judiciais determinavam melhorias nas condições de encarceramento, muitas vezes impondo indenizações ao Estado.

Para tentar melhorar as péssimas condições de encarceramento, o Estado optou por investir na capacidade do sistema, aumentando o número de vagas prisionais disponíveis. A prisão como mecanismo de controle social não foi e até hoje não é colocada em debate. Não foi construída uma política de diminuição do número de prisões, com criação de alternativas ao cárcere, ainda que a pena de prisão não tenha conseguido sucesso em ressocializar os ditos criminosos ou mesmo reduzir o número de crimes praticados. Afinal, são inúmeras as críticas sobre o alto índice de reincidência criminal, o que constata que a prisão não funciona para reabilitar o condenado.

Apesar disso, ela ainda é mantida como a melhor resposta para o crime, sem qualquer discussão acerca da prisão como instituição ou das questões sociológicas, políticas e econômicas que a circundam historicamente. O crescente Estado policial é colocado como necessário, não havendo qualquer discussão sobre os motivos do aumento exponencial do encarceramento, em especial sobre as possibilidades de lucro decorrentes de tal aumento.

No discurso dominante, o que predomina é uma redução economicista da crise do sistema penitenciário e, conseqüentemente, a defesa de soluções meramente econômicas para tal crise. Há um diagnóstico peculiar comum da crise das prisões em quase todos os países ocidentais, qual seja, superpopulação e custos crescentes, que juntos geram precarização das condições do encarceramento.

Nos EUA, há ainda uma peculiaridade, que é a necessidade de autorização da população, usualmente através de plebiscito, para ultrapassar o limite de endividamento previsto em lei. Conforme nos informa Minhoto (2000), em plebiscitos e pesquisas realizados em estados estadunidenses na década de 1980, a população não autorizou o aumento do endividamento para a construção de novos presídios, apesar de desejar o aumento do combate ao crime, tendo em vista as campanhas já em curso na época.

É nesse cenário que o discurso favorável à privatização dos presídios ganha força. A



sociedade, de modo geral, o aceita bem, tendo em vista desejarem mais segurança, afinal, estão aterrorizados face à espetacularização da violência produzida pela mídia e por campanhas do próprio Estado, mas não enxergarem com bons olhos gastos públicos com prisões.

As empresas, obviamente, têm interesse no negócio das prisões, pois o lucro é certo, uma vez que não falta a matéria-prima essencial, qual seja, os presos, além de ser um mercado em crescimento, tendo em vista que o número de presos aumenta exponencialmente nos últimos anos na maioria dos países ocidentais. A privatização aparece, então, como a resposta ideal, pois supostamente diminui os gastos públicos com as prisões, solucionando a crise do sistema penitenciário, vista apenas em seu ângulo econômico, uma vez que propicia a construção de novas vagas prisionais com o recurso de empresas privadas.

Além disso, ainda há o discurso da maior eficiência do setor privado, no qual se afirma que esse setor irá gerenciar os presídios com mais competência que o Estado. O Estado neoliberal estimula a penetração da ideologia empresarial na administração do Estado e nas universidades, tornando comum o foco em produtividade, a exigência de metas, de resultados numéricos que pouco traduzem o trabalho realizado, etc.. O pensamento crítico é desprezado porque, na visão dos gestores públicos, esse pensamento complica por complexificar as questões ao invés de buscar resultados, preferencialmente rápidos, ainda que simbólicos.

A ideia disseminada e absorvida pela sociedade é a de que tudo o que o Estado faz, a empresa privada pode fazer melhor ou igualmente bem. Pela teoria econômica neoclássica, há uma eficiência intrinsecamente superior do setor privado em relação ao público e, portanto, esse setor privado deve ser ampliado enquanto o setor público é reduzido. Como bem coloca Minhoto (2000), a política neoliberal transforma direitos sociais em serviços a serem prestados pelo particular. Entre esses direitos sociais, está a segurança pública.

A privatização de presídios é um dos meios existentes para o particular se apropriar da segurança pública. Entretanto, o que se percebe pela análise dos presídios privatizados, tanto nos EUA quanto no Brasil, é que a maior eficiência do setor privado não se concretiza na prática. Inúmeros são os casos de maus tratos e condições ruins de encarceramento, como alimentação precária, ocorridos nos presídios privados dos EUA, todos eles com o intuito de se lucrar mais, reduzindo os gastos com os presos.



### 3. Cenário brasileiro de privatizações de presídios

A partir da década de 1990, o Brasil passou a adotar a privatização como central em sua política econômica, instituindo o Programa Nacional de Desestatização (PND) através da Lei 8.031/90.

Com o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi dada grande prioridade à privatização, instituindo-se um governo claramente neoliberal. Nesse governo, o PND é colocado como um dos principais instrumentos da reforma do Estado, sendo parte integrante do Programa de Governo e o Conselho Nacional de Desestatização (CND) é criado em substituição à Comissão Diretora. Nessa época, os serviços públicos começaram a ser transferidos ao setor privado, tendo como objetivo alegado a melhoria na qualidade desses serviços. É clara a ideologia que se instala, segundo a qual o setor privado pode fazer mais e melhor, reduzindo-se, com isso, os gastos públicos e o papel do Estado, que deve abrir espaço para o livre mercado.

Não é por acaso que surgem, nessa década, as primeiras propostas de privatização de presídios.

Em 27/01/1992, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) apresentou uma proposta de adoção de prisões privadas no Brasil, através do conselheiro Edmundo Oliveira. Tal proposta foi colocada como solução para a superlotação das prisões, por ser o meio possível de se cumprir a Lei de Execução Penal, garantindo boas condições de encarceramento. O CNPCP argumentava não defender a entrega da execução penal ao particular, tendo em vista que seria um sistema de gestão mista, no qual a iniciativa privada seria responsável pelos serviços de alimentação, saúde, vestuários, educação, trabalho, etc.. O Estado, por sua vez, seria responsável pela direção do estabelecimento penitenciário, zelando pelo fiel cumprimento do contrato com a empresa privada, além de ser o responsável por prestar a assistência jurídica aos presos, como nos informa Cordeiro (2006). A Ordem dos Advogados do Brasil foi contrária a essa proposta, considerando-a inconstitucional.

Em 1999, foi apresentado o Projeto de Lei 2.146/99, de autoria do deputado Luiz Barbosa, para regulamentar os contratos de concessão no sistema penitenciário. O artigo 1º



previa que “ficam os Estados da Federação autorizados a firmar contratos de concessão com entidades particulares, visando a construção e exploração de Casas de Correção destinadas ao cumprimento de sentenças condenatórias que impliquem em confinamento carcerário.”

O artigo 8º, por sua vez, previa a remuneração da concessionária, que seria uma diária a ser paga pelo Estado de acordo com o número de detentos, cujo preço seria fixado anualmente.

Na justificativa do projeto de lei, a situação calamitosa do sistema penitenciário é colocada como impeditivo da ressocialização dos detentos, o que demanda mudanças. Defende-se, com isso, uma parceria com a iniciativa privada, a fim de solucionar tal situação. Eis um trecho:

Embora a segurança pública seja dever do Estado, o presente Projeto de Lei visa compartilhar o gerenciamento e a participação da iniciativa privada na solução de um grave problema que não tem encontrado resposta enquanto limitado à exclusiva competência do poder público. (BRASIL, 1999)

Tal Projeto de Lei foi devolvido ao autor pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 09/03/2000, por questão de competência, tendo em vista que tal matéria foi considerada competência dos Estados, conforme artigo 25 da Constituição.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária foi instado a oferecer parecer sobre tal projeto de lei e se manifestou contrariamente à proposta legislativa tendente a privatizar o sistema penitenciário. Tal parecer foi proferido em abril de 2000, pelo conselheiro Maurício Kuehne.

Nele, são citados artigos e livros diversos de autores brasileiros que se posicionaram contrariamente à privatização de presídios na década de 1990. Os argumentos principais referem-se ao risco de o preso deixar de se tornar sujeito de direito para ser visto como objeto da atividade de uma empresa e à impossibilidade de transferência da execução penal ao particular. Também a OAB (Ordem dos Advogados Brasileiros) emitiu opinião contrária à privatização. Em suma, apesar de haver a preocupação com a condição precária das prisões e com a dignidade dos presos, é consenso entre tais autores e institutos que a privatização não é a melhor solução para esse quadro.

Em 2002, o CNPCP edita a Resolução nº 8, através da qual confirma sua posição





contrária à privatização do sistema penitenciário, enfatizando dois pontos cruciais para a adoção de tal posicionamento, quais sejam, a função jurisdicional como atribuição indelegável do Estado e a incompatibilidade entre os fins da pena privativa de liberdade e a lógica de mercado.

147

RESOLUÇÃO N.º 08, de 09 de Dezembro de 2002.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a decisão unânime tomada na Reunião realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, oportunidade na qual culminaram as discussões a respeito da proposta de Privatização do Sistema Penitenciário Brasileiro, apresentada em janeiro de 1992;

Considerando decisão já firmada por este Colegiado no Processo SAL n. 08027.000152/00-71, de Privatização do Sistema Penitenciário Brasileiro;

Considerando propostas legislativas a respeito do tema;

Considerando que as funções de ordem jurisdicional e relacionadas à segurança pública são atribuições do Estado indelegáveis por imperativo constitucional;

Considerando a incompatibilidade entre, de um lado, os objetivos perseguidos pela política penitenciária, em especial, os fins da pena privativa de liberdade (retribuição, prevenção e ressocialização) e, de outro lado, a lógica de mercado, ínsita à atividade negocial;

RESOLVE:

Art. 1º – Recomendar a rejeição de quaisquer propostas tendentes à privatização do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Art. 2º - Considerar admissível que os serviços penitenciários não relacionados à segurança, à administração e ao gerenciamento de unidades, bem como à disciplina, ao efetivo acompanhamento e à avaliação da individualização da execução penal, possam ser executados por empresa privada.

Parágrafo único: Os serviços técnicos relacionados ao acompanhamento e à avaliação da individualização da execução penal, assim compreendidos os relativos à assistência jurídica; médica, psicológica e social, por se inserirem em atividades administrativas destinadas a instruir decisões judiciais, sob nenhuma hipótese ou pretexto deverão ser realizadas por empresas privadas, de forma direta ou delegada, uma vez que compõem requisitos da avaliação do mérito dos condenados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial a Resolução n. 01/93, de 24 de março de 1993, deste Conselho.

Como se depreende do cenário acima, foram diversas as manifestações, contrárias e favoráveis, no Brasil acerca dessa nova proposta de privatização de presídio, que chega ao país após o seu crescimento em outros países como EUA e Inglaterra. Como qualquer tema



recente, suscitou debates. Mas a maior parte da doutrina e das instituições consolidou o posicionamento contrário à privatização dos presídios, admitindo a atuação do privado apenas nos serviços de hotelaria através do instituto da terceirização. Entretanto, não foi isso o que ocorreu na prática.

Como não existe lei autorizando a privatização de presídios, a participação da iniciativa privada na execução penal assume, no papel e não na prática, formas jurídicas previstas em lei. A primeira forma comumente utilizada é a adoção do contrato de co-gestão, chamado de modelo terceirizador. Tal modelo existe em diversos estados, entre eles Paraná (Penitenciária Industrial de Guarapuava) e Ceará (Penitenciária Industrial Regional de Cariri), pioneiros na experiência.

Em um modelo terceirizador, a empresa privada exerceria apenas as atividades-meio. No caso das prisões, essas atividades-meio seriam os serviços de hotelaria como alimentação, vestuário, limpeza. Entretanto, na prática, o que ocorreu foi a privatização dos presídios, tendo em vista que a empresa privada nas duas penitenciárias mencionadas era responsável pela segurança interna, avaliação do comportamento dos sentenciados, e todas as atividades necessárias ao funcionamento interno da unidade prisional, ficando a cargo do Estado apenas a segurança externa, como nos relata Cordeiro (2006).

Recentemente, um novo mecanismo de privatização das penitenciárias, a parceria pública-privada, começa a ser utilizado no Brasil. Foi inaugurada, em 2013, a primeira PPP penitenciária em Ribeirão das Neves/MG.

Em 2013, a primeira penitenciária construída e gerida em parceria público-privada (PPP) do Brasil foi inaugurada em Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Tal PPP é fruto do contrato de concessão assinado em 16 de junho de 2009 entre o governo de Minas Gerais e o consórcio vencedor da licitação realizada, GPA (Gestores Prisionais Associados). O prazo para a gestão do complexo penitenciário é de 27 anos com previsão de 3.040 vagas, divididas em 05 unidades.

A parceria público-privada é regulada pela Lei nº 11.079/04, e sua finalidade é obter investimentos privados para suprir as demandas públicas face à alegada falta de recursos financeiros do Estado. Além disso, visa usufruir da suposta maior eficiência do setor privado na execução de serviços. Isso fica claro nos discursos dos representantes do governo de Minas



Gerais que, ao discursarem sobre a PPP prisional, enfatizam tanto a economia de recurso devido à construção da penitenciária pelo consórcio privado quanto a inovação e competência de tal parceiro privado devido aos aspectos tecnológicos de sua gestão, supostos garantidores de segurança e de melhores condições prisionais.

O governo de Minas Gerais, em seus discursos oficiais favoráveis à PPP prisional, argumenta que o maior problema existente hoje é a superpopulação carcerária e a conseqüente falta de vagas e condições degradantes de encarceramento. Discurso que se encaixa perfeitamente na redução economicista da crise do sistema penitenciário e, conseqüentemente, abre portas para soluções meramente econômicas de tal crise. A crise do sistema penitenciário é reduzida a uma questão econômica bastante simples: a falta de recursos para a construção de mais prisões. A prisão é claramente colocada como a única via possível para o enfrentamento do crime ou, pelo menos, a principal e mais adequada das vias existentes. Construir mais vagas prisionais é essencial.

Mesmo quando questionados sobre o aumento exponencial do número de presos e sobre outras políticas criminais possíveis, em especial aquelas ligadas à prevenção do crime, pouco dizem a respeito. É o que extraímos do debate do programa Conexão Futura, a seguir exposto.

No programa Conexão Futura do Canal Futura, o subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, Murilo Andrade de Oliveira, afirma que o maior problema do sistema penitenciário em Minas Gerais é a superlotação, uma vez que existe um déficit de 17 mil vagas. Aponta que uma primeira grande vantagem da parceria público-privada é o não investimento inicial na construção do presídio, que é de responsabilidade do parceiro privado. Assume que o valor da construção é diluído no valor mensal repassado ao consórcio privado pelo Estado, que depende do número de presos encarcerados em tal unidade prisional. Entretanto, argumenta que diluir esse valor durante o tempo da concessão é mais vantajoso do que arcar com o custo total da construção logo no início.

Quando questionado por Marcos Fuchs sobre o motivo de se prender tanto e sobre a possibilidade de se repensar essa política de encarceramento em massa no lugar de se aumentar o número de vagas prisionais, Murilo responde que talvez esse seja um lado da



questão, mas ressalta que a prioridade do governo de Minas Gerais é aumentar o trabalho e estudo dentro das unidades prisionais, já que elas existem, para permitir uma ressocialização e aí sim diminuir o número de prisões. Afirma que na PPP a meta é de 100% dos presos trabalhando e estudando, para que quando liberados, esses presos não voltem a delinquir.

Nitidamente, o representante do governo de Minas Gerais se furta a uma discussão mais aprofundada do sistema prisional e da política pública prisional, trabalhando com um discurso raso, focado apenas nas prisões e em como supostamente melhorá-las, sem discutir a instituição prisão e a escolha da prisão como resposta para o crime, com a clara intenção de afirmar a prisão como a única via possível para o enfrentamento do crime ou, pelo menos, a principal e mais adequada das vias existentes.

A defesa da adoção da PPP pelo estado de Minas Gerais se dá, portanto, na mesma linha da redução economicista da crise do sistema penitenciário utilizada para justificar as privatizações de presídios em outros lugares do mundo, como já visto. A superlotação é enfatizada como o grande problema, por impedir a devida ressocialização da pessoa presa. O recurso financeiro do parceiro privado é visto como solução, por permitir a abertura de novas vagas prisionais e, com isso, melhores condições de encarceramento. A ressocialização como fruto de tais melhores condições de encarceramento é pressuposta. A verdade está dada: a prisão limpa, com trabalho e estudo, com comida e cama para os presos é a solução para frear o aumento da criminalidade.

Um problema complexo, que envolve escolhas políticas, desde o momento de se definir o que configura crime até o momento de previsão de penas, passando pela perseguição e execução penais, não pode ser reduzido a um problema econômico, qual seja, recursos para vagas prisionais decentes. O sistema penal precisa ser discutido e a sua função dentro do sistema capitalista esclarecida.

Outro aspecto salientado pelo governo de Minas Gerais é a maior eficiência do setor privado se comparado ao setor público. Isso fica claro nos discursos dos representantes do governo de Minas Gerais que, ao discursarem sobre a PPP prisional, enfatizam, além da economia de recurso devido à construção da penitenciária pela empresa privada, os aspectos tecnológicos e de gestão do parceiro privado. Eis as palavras do governador Antônio Anastasia:



A PPP prisional consolida duas tendências importantes do governo de Minas Gerais. A primeira é a busca pela modernização da gestão pública, sem sucumbir às armadilhas ideológicas ou às falsas dicotomias. O que se buscou foi a maneira mais eficiente de usar os recursos públicos e de alcançar os melhores resultados para os cidadãos. (MINAS GERAIS, 2014)

Ao nos aproximarmos do caso concreto do complexo penitenciário público-privado de Ribeirão das Neves para verificar os dois pontos centrais de justificativa para a parceria público-privada prisional, nos deparamos com uma divergência entre a realidade implantada e as justificativas oficiais.

Em relação à economia de recursos, o governo de Minas Gerais declara que o custo mensal do preso na PPP (R\$2.788,20) é maior que o do preso no setor público (média de R\$1.800,00), mas argumenta que a construção do presídio sem qualquer investimento público já gera uma grande economia. Importante lembrar que o parceiro privado não tem o gasto inicial da compra do terreno, uma vez que esse pertence ao Poder Público, que o cedeu ao consórcio vencedor da licitação, nem tampouco gasto com construção de vias de acesso à penitenciária, que também fica a cargo do Poder Público.

Além disso, o valor de R\$2.788,20 é aquele repassado à concessionária pelo governo por cada preso. Mas o gasto do governo com a PPP prisional é muito maior do que esse, uma vez que tal valor não inclui gastos com escolta, segurança externa, supervisão do contrato, pagamento da auditoria, internações médicas que se dão fora do presídio, etc., enfim, com todas as atribuições que permanecem como responsabilidade do Estado.

Ademais, são três as formas de remuneração da concessionária, contraprestação pecuniária mensal, parcela anual de desempenho e parcela referente ao parâmetro de excelência, o que traz ainda mais dúvidas em relação à economia de recursos.

A contraprestação pecuniária mensal visa remunerar a construção, disponibilização e a ocupação de celas, com base no valor da vaga dia disponibilizada e ocupada, o que demonstra diretamente a relação do número de presos com o lucro do parceiro privado. O valor da contraprestação pecuniária mensal a ser paga à concessionária será calculado a partir da mensuração do número de vagas disponibilizadas pela concessionária, chamado de “número



de vagas dia” por mês. O número de vagas dia disponível em uma unidade penal é calculado com base no número de celas existentes, na quantidade de dias que tais celas permaneceram disponíveis no mês e no número de vagas de tais celas.

No cálculo da contraprestação pecuniária mensal computa-se tanto o número de vagas dia disponibilizadas quanto o número de vagas dias efetivamente ocupadas durante determinado mês. Quanto maior a ocupação das vagas, maior será o valor da contraprestação pecuniária mensal. Assim, quanto maior o número de presos em cada unidade penal, maior o valor a ser recebido pela concessionária e, por conseqüência, maior o seu lucro. Está formatada a lógica de que prender mais significa lucrar mais. É mais um estímulo para que o Brasil siga encarcerando e se mantenha no topo dos países com maior número de presos, transformando esse cenário em uma lucrativa indústria, sedenta de crescimento contínuo.

A parcela anual de desempenho visa remunerar os aspectos qualitativos do desempenho operacional. Assim, além de parcelas mensais, a concessionária receberá uma parcela anual de pagamento.

A parcela referente ao parâmetro de excelência (parâmetro E) visa remunerar a excelência da concessionária, considerando sua atuação relacionada com o trabalho do sentenciado e suas características associadas à ressocialização. É devida mensalmente à concessionária, condicionada ao alcance de níveis mínimos de desempenho relacionados ao estudo e trabalho. Em um dos anexos do edital de licitação (Sistema de Mensuração de Desempenho e de Disponibilidade), o próprio Estado diz que o parâmetro E está “associado à capacidade da concessionária em atuar externamente buscando empresas (as quais guardem com ela independência societária, comercial e financeira) interessadas em empregar o trabalho dos sentenciados”.

Apenas por essa definição do que consiste o parâmetro E fica impossível dizer que a concessionária privada não lucra com o trabalho prisional. Ainda que de maneira indireta, esse lucro existe claramente. O valor do pagamento realizado à concessionária é calculado com base no ressarcimento recebido pelo Estado como fruto do trabalho dos sentenciados.

Assim, resta evidente que o consórcio privado também lucra com o trabalho dos presos e que quanto mais presos trabalhando, maior o lucro. As condições de trabalho não são analisadas para o cálculo do valor a ser recebido pela concessionária que, por isso, não se





preocupa em fiscalizar tais condições. No Relatório da Pastoral Carcerária e no Relatório do Mutirão Carcerário do CNJ, existem notícias de falta de equipamentos de proteção individual para os presos nas fábricas instaladas dentro do complexo prisional.

A maior eficiência, segundo ponto central da justificativa para a adoção da PPP, por sua vez, é também questionável. As obras da penitenciária estão atrasadas. Prevista para ser finalizada em dezembro de 2011, acabou sendo inaugurada apenas em janeiro de 2013 e de maneira parcial. Apenas uma unidade das cinco unidades previstas ficou pronta. Em setembro de 2013, a segunda unidade ficou pronta. Ambas direcionadas para presos em regime fechado. Em junho de 2014, foi inaugurada a terceira unidade, para presos em regime semi-aberto e até o momento apenas essas três unidades funcionam.

Além disso, em novembro de 2013, ocorreu uma fuga de um preso na PPP, que ainda encontra-se foragido.

Apesar da previsão de 100% dos presos trabalhando e estudando, é sabido que isso ainda não ocorre dentro dessa unidade prisional, como citado em diversas reportagens sobre esse complexo penal, entre elas o Relatório da Pastoral Carcerária e o Relatório do Mutirão Carcerário do CNJ. Em fevereiro de 2014, haviam 1294 presos na PPP. Desse total, 215 presos trabalhavam e 411 presos estudavam, o que representa 16% e 31% respectivamente, índice infinitamente inferior ao contratado.

Dessa maneira, a empresa privada enfrenta os mesmos problemas do Poder Público na gerência do sistema prisional, que inclui atrasos em obras, fugas e falta de trabalho e estudo para todos os presos. A intrínseca eficiência superior do setor privado não se confirma na prática.

#### **4. Conclusão**

Pela análise dos cenários de privatização de presídios nos EUA e no Brasil, percebe-se o uso comum da redução economicista da crise do sistema penitenciário para justificar a privatização de presídios. A questão carcerária é reduzida a uma questão econômica, facilmente solucionável com recursos privados para a construção de vagas prisionais. A prisão continua a ser a melhor forma de controle dos crimes em tal discurso.



Entretanto, quando a análise dos presídios privados se aprofunda, fica claro que o discurso da redução economicista da crise do sistema penitenciário esconde o real motivo da adoção desse novo modelo prisional, qual seja, o interesse econômico das empresas privadas, que lucram com essa nova indústria, direta e indiretamente.

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Arquivo em meio digital.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Resolução nº 08 de 09 de dezembro de 2002*. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.146 de 1999*. Autoriza o Poder Executivo Estadual a promover a privatização do sistema penitenciário. Brasília: Deputado Luis Barbosa, 1999.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Tradução de Luís Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Mutirão Carcerário Local do Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves*. Relatório Geral. Março de 2014.

CORDEIRO, Grecianny Carvalho. *Privatização do sistema prisional brasileiro*. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência das prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, Christiane Russomano. *A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

KUEHNE, Maurício. Privatização dos presídios. *Em: Revista CEJ*, n.15. Brasília, set./dez. 2001, p. 12-29.

MINAS GERAIS. *Edital de Licitação da Concorrência nº 01/2008 - SEDS/MG*. Exploração mediante concessão administrativa da construção e gestão do complexo penal, em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 e a Lei Estadual nº 14.868/2003. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, 2008.

MINAS GERAIS. *Contrato de concessão administrativa*. Contrato de concessão administrativa para construção e gestão de complexo penal na região metropolitana de Belo Horizonte, celebrado entre o estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, com a interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Gestores Prisionais Associados S/A (GPA), firmado em 16/06/2009. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Unidade Parceria Público-Privada. *Aécio Neves assina contrato para início da construção da primeira A REDUÇÃO ECONOMICISTA DA CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA A PRIVATIZAÇÃO DE PRESÍDIOS – BROGNARO, Carolina.*



*penitenciária do país por meio de PPP*. Disponível em: <http://www.ppp.mg.gov.br/noticias/ultimas-noticias/aecio-neves-assina-contrato-para-inicio-da-construcao-da-primeira-penitenciaria-do-pais-por-meio-de-ppp/>, 10/03/2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Unidade Parceria Público-Privada. *Inovação na gestão prisional é tema de artigo do governador na Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www.ppp.mg.gov.br/projetos-ppp/projetos-celebrados/complexo%20penal/noticias/inovacao-na-gestao-prisional-e-tema-de-artigo-do-governador-na-folha-de-s-paulo/>, 10/03/2014.

MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização de presídios e criminalidade: A gestão da violência no capitalismo global*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. *Prisões Privatizadas no Brasil em debate*. Coordenação de obra coletiva: José de Jesus Filho e Amanda Hildebrand Oi. São Paulo, ASAAC, 2014.

PRIVATIZAÇÃO DE PRESIDIOS. Programa Conexão Futura. Rio de Janeiro: Canal Futura, 14 de março de 2013. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7EvjabgueYM>, 10/10/2013.

SACCHETTA, Paula. *Quanto mais presos, maior o lucro*. In: [www.apublica.org](http://www.apublica.org). Disponível em: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>, 30/05/2014.

VIANNA, Túlio Lima. *Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Tradução de Sérgio Lamarão. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



## MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH

CARDOSO, Antônio Dimas<sup>1</sup>  
*antonio.dimas@unimontes.br*

GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas<sup>2</sup>  
*E-mail:keithdantas@hotmail.com*

156

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo uma reflexão acerca dos adolescentes em conflito com a lei e a Teoria do Labelling Approach, tendo como paradigma a atuação do Estado Democrático de Direito para garantia dos direitos dos adolescentes infratores, em especial, o direito à ressocialização. Para o desenvolvimento do referido artigo, será necessário analisar o processo de modernização do Estado para que se entenda de que forma se dá a atuação do Estado no que tange aos direitos das crianças e dos adolescentes. Observa-se que os Direitos Fundamentais da Criança e do adolescente passaram por muitas transformações ao longo dos anos e hoje estão explicitados na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB7/1988), em seu artigo 227, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante direitos, no entanto, elenca as medidas socioeducativas para os adolescentes que incorrerem na prática de ato infracional. No artigo 112, do ECA, poderão ser aplicadas as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional. Objetiva-se, através deste estudo, analisar a medida socioeducativa de maior gravidade, a internação, a fim de refletir se a Teoria do Labelling Approach pode ser aplicada neste contexto. A Teoria do Labelling Approach foi delineada a partir dos anos 60, em especial nos Estados Unidos, com estudo de Howard Becker, Edwin Shur, David Matza, dentre outros, que passaram a relacionar o crime a uma etiqueta atribuída a uma série de sujeitos – Teoria do Etiquetamento. A Teoria da reação social, conforme demonstra Juarez Cirino dos Santos (1981, p. 97), teve o objeto de estudo, bem como o método de estudo do objeto modificados. O objeto é deslocado da criminalidade para a criminalização, como realidade construída, vez que o crime é uma qualidade atribuída a pessoas e comportamentos pelo aparato repressor do sistema penal. Adnaldo Dominices Baía Filho (2010), afirma que “ao analisar o fenômeno criminal como realidade construída, constata-se a falsidade do discurso jurídico penal revelando uma de suas facetas mais perversas, qual seja, a seletividade no processo de criminalização”. A relevante discussão que se propõe por meio deste trabalho deve-se ao fato de que o tema “Políticas Socioeducativas e a Teoria do Labelling Approach: Debates e medidas de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei” interliga-se ao desenvolvimento social, visto que, para que haja uma sociedade equilibrada, far-se-á necessário que também exista um adolescente equilibrado, livre e com possibilidades reais de ter um futuro compatível com os seus anseios. As medidas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei devem ter o condão de punir e ao mesmo tempo educar, demonstrando valores a serem seguidos. Esse é o entendimento de Ramidoff (2005), que aduz que as medidas legais aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei podem sim privá-los da liberdade, desde que o Estado seja capaz de cultivar os valores humanos, o respeito e as práticas de ressocialização, com a inserção gradativa desses adolescentes na sociedade. É a partir das considerações elencadas acima que se pretende desenvolver o tema proposto.

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB); Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (UNIMONTES), Docente do Departamento de Políticas e Ciências Sociais da UNIMONTES.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Advogada; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (UNIMONTES)

MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.



**Palavras-chave:** Estado. Medidas Socioeducativas. Proteção Integral. Estatuto da Criança e do Adolescente. Labelling Approach.

## ABSTRACT

This work aims to reflect about adolescents in conflict with the law and the Theory of Labelling Approach, taking as a paradigm the role of democratic rule of law to guarantee the rights of juvenile offenders, namely the rehabilitation. For the development of this article, necessary to analyze the evolution of the model state to the current model, as well as from the Habermasian vision, analyze the types of democracy for the modernization of the state can be studied will be made-and as the importance of creating the rules for a society. Observed and that the Fundamental Rights of the Child and Adolescent gone through many transformations over the years and are now explicit in the Constitution of the Federative Republic of Brazil (CRFB7/1988), article 227, as well as in the Statute of the Child and teenager, as will shortly be demonstrated. Already Labelling Theory Approach, from the 60s, especially in the United States, studies of Howard Becker, Edwin Shur, David Matza, among others, began to relate the crime to a label assigned to a series of subject-Theory labeling. The theory of social reaction, as shown Juarez Cirino dos Santos (1981, p. 97), had the object of study, and the study method of modified object. The object is moved to the criminalization of the crime, as constructed reality, since the crime is a quality attributed to people and behaviors by repressive apparatus of the criminal justice system. Adnaldo Dominices Bay Son (2010), states that "when examining the criminal phenomenon as constructed reality, it appears the falsity of the criminal legal discourse revealing one of his most perverse facets, namely the selectivity in the criminalization process."

The relevant discussion proposed by this study is due to the fact that the theme "Socio-Educational Policy and the Theory of Labelling Approach: Debates and measures for rehabilitation of children in conflict with the law" is fully interconnected social development, as that, so there is a balanced society, necessary will be made that there is also a balanced, free and with a real chance of having a compatible with their future aspirations teenager. Nevertheless, it is believed that adolescents who commit offenses should be held accountable and there falls the Theory of Integral Protection, which aims to establish the way these teens be punished and at the same time, ressocializados for a dignified life. Measures applied to children in conflict with the law shall have the power to punish and educate at the same time, showing values to be followed. This is the understanding Ramidoff (2005), who argues that legal measures applied to children in conflict with the law can indeed deprive them of freedom, since the state is able to cultivate human values, respect and practices ressocialization, how the gradual integration of these adolescents in society. It is from these listed above that we intend to develop the theme considerations.

**Keywords:** State. Educative measures. Integral protection. Statute of Children and Adolescents. Labelling Approach

## 1. MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DEMOCRACIA

### 1.1 – Evolução dos modelos de Estado

Uma definição de “Estado” possui inúmeros sentidos na linguagem comum. Pode significar um aparato de governo ou de poder, mas também pode significar um sistema social como um todo subordinado a uma estrutura institucional, com seus órgãos administrativos. De modo geral, as formas de aparato do Estado consistem em uma pluralidade de organizações burocráticas.



Se para a concepção marxista clássica o Estado se baseia na sociedade civil, que não transcende mas reflete a composição de classes, na concepção liberal o Estado é o pressuposto não só histórico mas jurídico da sociedade democrática. Bobbio (1986) argumenta que a própria concepção de Estado se transforma ao longo dos séculos, a partir da evolução da economia política, tendo suas bases filosóficas atuais inspiradas nas abordagens contratualistas, também incluindo a teoria de poder de Maquiavel.

Historicamente a transição para a era moderna remonta ao século XVI, já que, com o Renascimento e com a Reforma Protestante foi possível descobrir um novo mundo e novas possibilidades. Apesar disso, o termo modernidade, conforme preleciona Hegel, somente foi utilizado a partir das mudanças ocorridas em países europeus no século XVII, sendo que conceitos como Revolução, desenvolvimento e progresso constituíram as bases para o processo de modernização.

Marshall Berman divide a modernidade em três fases: a primeira fase marcada pela formação dos Estados Nacionais, descobertas marítimas e pelo capitalismo manufatureiro. Já a segunda fase compreende a Revolução Francesa, que buscou formas para exercerem a liberdade política, social e econômica. Por fim, a terceira fase é marcada pela expansão do pensamento moderno e a difusão e aceitação de distintos pensamentos. (Berman, 1986)

O termo Estado, na acepção moderna da palavra, foi empregado pela primeira vez na Itália por Maquiavel, em “O Príncipe”, quando, no capítulo 9 afirmou que “o Estado tem necessidade de seus cidadãos.” (MAQUIAVEL, 2004, p.58). No entanto, Maquiavel também utilizou a palavra Estado como sinônimo de governo, e foi preciso uma evolução no pensamento político até que o termo Estado fosse utilizado separando-se o Estado propriamente dito do governo.

Karl Marx e Max Weber estudaram, sob perspectivas diferentes, a forma de atuação do Estado e Marx entendia que o capitalismo teve o condão de motivar a modernidade, já que as ações humanas, anteriormente influenciadas pela divindade, passaram a ser influenciadas pelo sentimento individualista.

Marx insere o processo histórico como força motriz para o desenvolvimento econômico e afirma que a burguesia modificou as formas anteriores de exploração a partir do surgimento do trabalho industrial. Dessa forma, as relações de produção transformar-se-iam em relações de dependência e de dominação. Florenzano (2007, p.3) ao analisar a concepção de Estado Moderno de Marx afirmou que: “levados por sua visão negativa do poder instituído, preocuparam-se sobretudo em examinar o caráter classista do Estado, em minimizar sua

MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.





autonomia com relação as classes sociais, em denunciar, portanto, sua suposta neutralidade.” A fragilidade do discurso de Marx dá-se quando subestima as formas de Estado, em especial o Estado Constitucional ou de Direito (Estado burguês para os marxistas), pois o abandono do Estado Constitucional “não é menos que desastroso, como mostraram as experiências totalitárias do século passado.” (Florenzano, 2007,p.4)

Max Weber (1994) via o Estado alicerçado a uma constituição redigida de forma racional e uma administração baseada em leis. Weber valorizava o Estado Nacional e a burocracia era vista como símbolo da modernidade e ainda dividiu o capitalismo em antigo e moderno, sendo que o moderno é representado pela racionalidade, bem como por um sistema administrativo e jurídico (devidamente organizados) que possibilitou o desenvolvimento econômico de forma efetiva.

Bobbio (2000) acrescenta que a introdução da palavra Estado foi substituindo, gradativamente, outros termos como *civitas*, que se referia a *polis e res publica*, expressões utilizadas para indicar as instituições políticas existentes em Roma.

Como dito, o Estado é fruto de uma evolução histórica, sendo necessário recorrer às outras formas existentes (que são facetas do Estado Moderno) para possibilitar a compreensão sobre o paradigma da modernização do Estado.

Assim, o Estado absolutista surge em razão da necessidade de estabilizar a sociedade da época, vez que era marcada por lutas sociais e conflitos entre a Igreja Católica e o Sacro Império Romano. A instabilidade instaurada era prejudicial à economia e a sociedade e, por isso, a idéia de concentração de poder político foi ganhando força. (DALLARI, 1998, p.70)

A busca da unidade política foi aclamada pela sociedade feudal (clero, senhores feudais e servos) já que estavam em busca de proteção, segurança e essa parecia ser a única forma de fortalecimento dos reinos. A teoria do direito divino dos reis assegurava que o poder do monarca era a representação dos deuses e, conforme preleciona Maluf (2010, p. 135) “ o poder de *imperium* era exercido exclusivamente pelo Rei, cuja pessoa era sagrada e desligada de qualquer liame de sujeição pessoal.(...)”

Maquiavel (2004, p.20), em O Príncipe, discorre sobre como o príncipe alcançaria e se manteria no poder e pregava o rompimento de todos os valores éticos e morais para a arte de governar. Para ele “o cuidado maior de um Príncipe deve ser o da manutenção do seu Estado; os meios que ele utilizar para esse fim serão sempre justificados e terão o louvor de todos (...)”

O Monarca passa a considerar o Estado como sua propriedade e a burguesia não mais se contenta com a atuação do monarca, já que não possuíam voz com ele e, assim, os ideais de

MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.



desenvolvimento político e econômico da burguesia não prosperariam jamais. Com a insatisfação da burguesia tem-se o início da crise do absolutismo até que no final do século XVIII começa a ser delineada uma nova forma de Estado, o liberal. John Locke propõe um contrato social para garantia das liberdades. Em síntese, os homens transfeririam ao Estado a responsabilidade pela proteção, a devida punição aos transgressores da lei, em troca da garantia do exercício de liberdade e proteção dos seus direitos, principalmente o da propriedade.

Os principais representantes do Estado Absoluto foram Inglaterra, França, Portugal e Itália, destacando-se aqui os processos ocorridos na Inglaterra e na França.

Na Inglaterra o rompimento com o absolutismo dá-se com o segundo Bill of Rights, que declarou o poder do parlamento superior ao do rei e instituiu a monarquia de direito legal. O poder era tripartite (para evitar abusos) e as liberdades de imprensa e individual seriam respeitadas pelo rei, que também não poderia instituir impostos sem a aprovação do parlamento. Assim, a burguesia retoma o poder com a Revolução Gloriosa, iniciando nova fase na Inglaterra baseando-se no ideário liberalista.

Já na França, a decadência do absolutismo inicia-se a partir da insatisfação da burguesia com as limitações econômicas que sofriam e com a desigualdade do regime, já que as classes privilegiadas correspondiam à nobreza e ao alto clero (parcela mínima da população), sendo que o povo (maior parte da população) vivia em condições de miséria. O iluminismo insurge contra o antigo regime e filósofos como Montesquieu, Voltaire e Rousseau, com idéias revolucionárias, incentivaram o rompimento com o absolutismo e propuseram o liberalismo para que a burguesia pudesse alcançar o que almejava.

A Revolução Francesa eclodiu em 1789 e baseava-se nos ideais liberais, buscando a liberdade, igualdade e fraternidade. Além disso, o princípio da soberania nacional ganhou força, sendo que seria imprescritível, inalienável e indivisível; o governo legítimo seria aquele que tivesse o consentimento popular e a lei representaria a expressão da vontade da população e por isso deveria ser respeitada. A Assembleia Nacional, em 1789, proclama a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, declaração que teve como consequência a garantia de direitos políticos, civis e de liberdade, bem como a criação de uma Constituição escrita, tendo em seu bojo a tripartição de poderes e os direitos fundamentais do homem. Referida Declaração teve grande impacto não só na França, mas em vários países da Europa e da América. Dessa forma, o liberalismo é instaurado na França.

Após a retomada de poder pela burguesia e com o declínio do absolutismo estavam lançadas as bases para o liberalismo. Com a Revolução Francesa de 1789 os ideais de liberdade, MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.



igualdade e fraternidade foram aclamados e aceitos não só pela burguesia, mas por toda a população. No entanto, a burguesia que antes era dominada, passa a dominar e o governo burguês não foi um governo que assegurou o interesse de todos, assegurou somente os dela, de forma disfarçada, “princípios constitutivos de uma ideologia de classe”, conforme entendimento de Bonavides (2011, p. 42) Ainda conforme entendimento de Bonavides “a representação e a soberania popular deram passos agigantados para a época, os quais significavam, já, rompimento visceral com a ideologia do passado, com a autoridade decaída do “*ancien regime*” (2011, p.44).

Com o advento do Liberalismo ganha espaço o Estado de Direito burguês, que garantia liberdades (para a própria burguesia como dito anteriormente) e a característica mais marcante deste momento dá-se com a separação de poderes proposta por Montesquieu, um representante clássico do liberalismo. Montesquieu propôs a separação entre o poder legislativo, executivo e judiciário como forma de limitar o poder e também como forma de proteger as liberdades. Além disso, as revoluções populares ocorridas na França, Inglaterra e Estados Unidos refletiram nos ideais de

soberania nacional, exercida através do sistema representativo de governo; regime constitucional, limitando o poder de mando e assegurando a supremacia da lei; separação entre o direito público e o direito privado; neutralidade do Estado em matéria de fé religiosa; liberdade, no sentido de não ser o homem obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei; igualdade jurídica (...) (MALUF, 2010, p. 145)

A burguesia passou a explorar aqueles que não detinham os meios de produção e estes eram obrigados a aceitar tais condições e os baixos salários já que não dispunham de outra alternativa. Assim, a crise do liberalismo ocorre quando a burguesia, ao não se atentar para Revolução Industrial, revolução esta que modificou toda uma lógica existente tendo o desemprego em massa como uma de suas consequências, aniquilou os ideais sedutores e construtores do liberalismo. A exploração do trabalho, o trabalho infantil, as más condições de vida, a pobreza generalizada era contrastada com riquezas, com luxo e ostentação de poucos e, assim, os ideais de igualdade se perderam. Dessa forma, “as multidões espoliadas, oprimidas, sem lar, sem agasalhos, sem pão (...) começam a reagir violentamente contra as injustiças sociais, já agora arregimentadas sob a bandeira do socialismo materialista, levando o Estado Liberal ao dilema de reformar-se ou perecer.” (MALUF, 2010, p. 147)



O ideário liberalista foi sendo substituído pelas idéias do Estado Social que, conforme ensinamento de Bonavides “ representa efetivamente uma transformação superestrutural por que passou o antigo Estado liberal.” (2011, p. 184) O Estado vai aos poucos se distanciando do controle burguês e passa a ser o Estado de todas as classes.

O Estado passava a ser a solução para a minimização da miséria e da desigualdade social deixadas pelo liberalismo. A atuação estatal modifica-se e a intervenção passa a ser necessária. O Estado Social, para Bonavides (2011, p.200) é “um Estado intervencionista, que requer sempre a presença militante do poder político nas esferas sociais, onde cresceu a dependência do indivíduo, pela impossibilidade e, que este se acha, perante fatores alheios à sua vontade, de prover certas necessidades existenciais mínimas.” Além da intervenção na economia, era preciso mais, era preciso intervenção na própria sociedade carente de emprego, de condições mínimas de sobrevivência.

O Estado passa a controlar atividades e gerar empregos, possibilitando uma melhora na condição de vida da população. Com o passar do tempo e com a intervenção em vários setores e com a ampliação das obrigações do Estado, dá-se a crise do Estado Social, vez que houve aumento da burocratização e conseqüente ineficiência do Estado. O aparato administrativo tornou-se demasiadamente grande e a centralização da atividade econômica no Estado afugentava os investidores, fazendo com que o Estado não se desenvolvesse.

O Estado neoliberal surge neste contexto e “acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive.” (MORAES, 2002, p.13) As principais características do Estado neoliberal a abertura de mercados, privatizações, fortalecimento e valorização da moeda. O Estado poderia intervir na economia para regular o mercado, como ocorreu nos Estados Unidos com o programa de governo *New Deal*<sup>3</sup>, que “era, na realidade, uma política intervencionista.” (Bonavides, 2001, p. 278). Assim, conforme demonstra Bonavides, “procurou-se dar uma nova definição do liberalismo, retratando uma nova concepção do papel do Estado na sociedade.”

O Estado possui a função de organizar, de regular, de executar, e para tanto, os direitos são importantes para legitimação e também para que haja a jurisdição organizada. Bobbio

<sup>3</sup> O *New Deal* constitui-se em medidas elaboradas pelo governo Roosevelt (EUA) como tentativa de recuperar a economia americana devido à crise de 1929. A intervenção do Estado na economia baseava-se na criação de empregos, a partir de construções de obras de infraestrutura financiadas pelo próprio governo.



argumenta que “quando por direito se entende o conjunto das normas, o sistema normativo, dentro do qual se desenvolve a vida de um grupo organizado, a política tem a ver com o direito sob dois pontos de vista: enquanto a ação política se exerce através do direito, e enquanto o direito delimita e disciplina a ação política” (BOBBIO, 2000, p. 232)

O Estado como pessoa jurídica foi formalmente designado através dos estudos de Savigny, que afirmou que a personalidade jurídica do Estado é uma ficção, pois a atuação dá-se através de pessoas físicas que tem o poder de representar a vontade do Estado, sendo que a sua atuação é limitada pela lei. Na concepção de Dallari (2001, p. 125) “só pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, podem ser titulares de direitos e de deveres jurídicos, e assim, para que o Estado tenha direitos e obrigações, deve ser reconhecida como pessoa jurídica.”

O Estado é definido através de elementos constitutivos: povo, território e soberania. O povo, que é considerado elemento essencial, já que sem a “substância humana” não é possível a formação de um Estado. No que tange aos direitos políticos há uma diferenciação entre o povo em sentido amplo e em sentido estrito, já que é considerado parte da tomada de decisões do Estado os cidadãos, ou seja, apenas aqueles que possuem direito ao voto. Já o território, conforme definição de Kelsen, representa a base física da nação onde ocorre a validade da sua ordem jurídica e, por fim, a soberania liga-se à governo, ou seja, “o governo – terceiro elemento do Estado – é uma delegação de soberania nacional, no conceito metafísico da escola francesa.” (MALUF, 2010, p. 26)

A atuação do Estado baseia-se em leis, que são criadas pelos detentores de poder, mas de onde surgem as leis a que o próprio governante deveria obedecer? A resposta que se dava a esta pergunta trilha dois caminhos: primeiro pelo fato de que antes mesmo das leis criadas pelos governantes já existiam outras, como as leis da natureza, que independiam de poder e que eram próprias da natureza do homem social. As tradições e costumes também independem de poder, sendo leis não escritas. Já no outro caminho o que se via era a importância que se dava ao homem sábio e culto, ou seja, aquele que criava a lei. As primeiras constituições escritas – americana e francesa – nasceram a fim de transformar a lei da natureza em lei positiva, ou seja, em lei que deveria ser obedecida por todos, inclusive pelos criadores das mesmas. (BOBBIO, 2000, p. 95-97)

Por fim, destaca-se que as leis são consequências da modernização do Estado e que as transformações (pressões) sociais foram responsáveis pela modificação e adequação do Estado em cada época.



## 2. Breve Histórico dos direitos das crianças e adolescentes

A evolução dos direitos das crianças e dos adolescentes deve ser analisada observando-se a evolução do pátrio poder. Antigamente, o pátrio poder era exercido pelo chefe da família e o genitor tratava os seus filhos da maneira que quisesse, podendo, inclusive, matá-los sem serem punidos. Com o passar do tempo, os direitos dos genitores foram sendo suprimidos, e, com a influência do Cristianismo, o pátrio poder foi substituído pelo Poder Familiar. Ao se tratar do poder familiar é importante destacar que aqui os pais é que deviam obrigações aos filhos, como educação e alimentação.

O Brasil foi fortemente influenciado pelo olhar internacional na questão dos adolescentes. Em 1924, a Liga das Nações, através da Declaração de Genebra, destaca a preocupação com os direitos dos menores. Em seguida, em 1933, com a Convenção de Genebra fica determinado o combate ao tráfico das crianças e das mulheres. Em 1948 com a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem, no artigo XXX tem-se que é dever dos pais prestar auxílio, alimentação e educação aos filhos menores de idade. Também em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo XXV, 2, atenta-se para cuidados especiais com os direitos dos menores. Em 1950 o Brasil ratificou a Convenção e Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio que dava uma atenção diferenciada para as mulheres e crianças. Por fim, a ONU publicou a Declaração dos Direitos da Criança em 1959 e reconheceu que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e, por isso, mereciam a proteção integral.

No entanto, antes da teoria da Proteção Integral ser recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro, a teoria que predominava era a Teoria da Situação Irregular. Tal teoria foi baseada no Código de Menores de 1927, em que foram reunidas as normas existentes sobre a proteção dos menores.

O Código de Menores foi promulgado em 1927 com o Decreto nº 17943-A e dispunha sobre o menor em situação irregular, ou seja, o menor que não possuía família (órfão), bem como aqueles considerados delinquentes. O Estado passa a tutelar os menores em questão e priorizavam a orientação dessas crianças e adolescentes bem como busca-se oportunidade para trabalhar. Até meados de 1935 os menores eram apreendidos nas ruas e levados para triagem, fato que passa a se modificar a partir da vigência do Código Penal Brasileiro, em 1941, uma vez que o CPB/1941 definiu a imputabilidade penal aos 18 anos.

Cria-se, em 1942, o Serviço de Assistência ao Menor, órgão de orientação correcional-repressiva, já que estrutura-se sob forma de reformatórios e casa de correção para MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.





adolescentes infratores e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964 o Serviço de Assistência ao menor foi extinto e o novo governo cria a Fundação Nacional do Bem estar do menor, bem como as Febems – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. A partir da década de 70 percebeu-se um aumento significativo de violência, exploração sexual e analfabetismo infanto-juvenil. Assim, em 1979 um novo Código de Menores é promulgado na tentativa de minimizar tais problemas. O principal foco do Código de Menores de 1979 era recolher crianças e adolescentes que não estavam conforme os padrões estabelecidos no Código e colocá-los em um internato até a maioridade.

O Código de menores não mais é suficiente na década de 80 já que, durante o processo de redemocratização vivido no Brasil, começa-se a questionar a validade dos atos do governo.

Assim, em 1988 a Teoria da Proteção Integral é recepcionada pela Constituição, em seu artigo 227, como dito anteriormente, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. A teoria da Proteção Integral começa a desenvolver-se de forma efetiva a partir de 1988, já que com a promulgação da constituição as crianças e adolescentes passaram a ser consideradas pessoas em desenvolvimento psicológico, físico e mental e que, por isso, suas ações deveriam estar amparadas pela lei.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, as crianças e adolescentes passam a serem vistos como sujeitos de direito, culminando no artigo 227 da CRFB/1988: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O ECA trouxe como pressuposto a municipalização da política de atenção direta, eliminação das formas coercitivas de internação, implementação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, hierarquização da função judicial, etc. Já as práticas de medidas socioeducativas são cometidas por adolescente entre 12 e 18 anos de idade, não podendo ser denominado de crime.



### 3. Medidas socioeducativas de internação e a Teoria do Labelling Approach

Aquele que possui até 12 anos incompletos é considerado criança para o ECA. Caso pratique algum ato infracional será encaminhada ao Conselho Tutelar, estando sujeitos a medidas protetivas. Já os adolescentes - que possuem entre 12 e 18 anos de idade - estarão sujeitos a medidas socioeducativas e/ou medidas protetivas, sendo que tais medidas serão aplicadas pela autoridade judiciária.

A medida de internação consta do artigo 121 do Estatuto e constitui medida privativa de liberdade. Aplica-se a tal medida princípios como o da excepcionalidade e brevidade. Existem três modalidades de internação: a provisória, a internação com prazo determinado e com prazo indeterminado. A diferença entre as modalidades consiste no tempo em que o interno cumprirá a medida, sendo que na provisória o prazo é de no máximo 45 dias, a com prazo determinado possui o prazo máximo de três meses, e com prazo indeterminado possui prazo máximo de três anos. Observa-se que apesar das diferenças entre as medidas, tem-se que é obrigatória a implementação de atividades pedagógicas, conforme consta no Estatuto.

Cumprido neste artigo não um aprofundamento e detalhamento das medidas socioeducativas, mas sim uma reflexão acerca da atuação do Estado neste âmbito bem como se a Teoria do Etiquetamento enquadra-se nesta discussão.

A medida de internação, a mais severa dentre todas, deve assegurar aos menores infratores possibilidades reais de ressocialização. Para tanto, necessário se faz um ambiente adequado, com incentivo à educação, boa alimentação, cuidados com a saúde, incentivo ao trabalho, higiene, oferecimento de vestuário, assim como preconiza a CRFB/88 em seu artigo 227, que garante às crianças e adolescentes “absoluta prioridade”, bem como o artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garante direitos que devem ser respeitados.

A aplicação de penas perpassa pela história da humanidade e as práticas cruéis eram uma constante. Observa-se que Foucault demonstrou que as penas foram aplicadas de forma diversa em cada época, conforme entendimento da sua obra “Vigiar e Punir”. O processo penal objetiva a pena, porém a aplicação das medidas socioeducativas almeja a transformação do adolescente em conflito com a lei, objetiva que esse adolescente ressocialize e que não permaneça na vida delitiva.

A Teoria do Labelling Approach, denominada também Reação Social, surge em decorrência da evolução das teorias criminológicas. A criminologia positiva teve como principal representante Cesare Lombroso que teve as suas idéias relacionada com a figura do

MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.



delinquente nato. Conforme ensinamentos de Vera Regina Pereira de Andrade (2002, p. 197-216), Henrique Ferri demonstrou que existiam outras causas além das elencadas por Cesare Lombroso relacionadas à etiologia do crime, como as causas individuais, físicas e sociais, sustentando, ainda, que o crime resulta dessa ordem de fatores.

Para Molina, “o crime é uma função das interações psicosociais do indivíduo e dos diversos processos da sociedade.” (MOLINA; GOMES, 2006) Surge, dessa forma, a necessidade de explicar o crime a partir dos conceitos de reação social e conduta.

A Teoria do Etiquetamento seleciona como delinquentes – prioritariamente – aqueles que pertencem às classes sociais menos favorecidas devido à estigmatização e a reação social. Essa é a posição de Molina, ao relatar que:

O delito é carente de sentido material ou ontológico. Uma conduta não é delitativa em si ou por si (qualidade negativa inerente a ela), nem seu autor criminoso por merecimentos objetivos (nocividade do fato, patologia da personalidade); o caráter criminoso de uma conduta e de seu autor depende de certos processos sociais de definição, que atribuem a esta conduta tal caráter, e de seleção, que etiquetam o autor como delinqüente. (1996, p. 227-229).

Erving Goffman (1988, p.11/12) afirma que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.

” O autor afirma ainda que um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito. (1988, p. 13)

SILVA (2012) assevera que a atuação dos “empresários morais” possui forte influência no processo de criminalização, uma vez que atuam nos crimes com maior facilidade de detecção, já que normalmente são cometidos em locais mais populares, e estigmatiza, assim, os pobres, os negros, os “pivetes” e prostitutas.

No que tange às discussões relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei e as medidas socioeducativas observa-se que Franco (2006, p.52), entende que “no campo do direito da infância e juventude, especificamente quanto à pratica de ato infracional, a finalidade maior do processo de privação de liberdade deve ser a formação de cidadãos, aptos ao convívio social.”



Para Mogiolino; Guará (2013) “a implementação de projetos socioeducativos ainda estão atrelados aos parâmetros legais, sem tradução em metodologias e abordagens de caráter pedagógico e social, o que constitui um desafio que exige urgente aprofundamento tanto da academia quanto dos órgãos técnicos de execução.”

O que se percebe a partir deste estudo é que o Estado possui o objetivo de garantir a paz social, e, por este motivo, atua intervindo nos adolescentes que praticam atos infracionais. Quando o Estado assume a responsabilidade pela punição dos adolescentes – observando os princípios do contraditório e ampla defesa – ele chama para si também a responsabilidade de zelar pelos direitos fundamentais dos adolescentes, constantes, como dito outrora, do artigo 227 da Constituição Federal, bem como do artigo 4 do Estatuto.<sup>4</sup>

No caso da medida de interno a tutela do Estado d-se em grau máximo, pois há restrição da liberdade. Devido a isso, o Estado deve garantir a integridade física do interno, bem como saúde, educação, alimentação, local adequado para sua interno bem como possibilidades reais de ressocialização, como por exemplo, a inclusão destes adolescentes em programa de meio aberto (exceto quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência).

Em relação  Teoria do Labelling Approach conclui-se que o adolescente em conflito com a lei não  estigmatizado pela sociedade após a medida de interno considerando a legislação vigente. Isso porque a medida de interno não gera antecedentes criminais aos adolescentes, conforme dispõe o artigo 143 do Estatuto, que proíbe a notícias que envolvem a prática de ato infracional, sendo que os processos também correm em segredo de justiça. No entanto, sob outro aspecto, percebe-se sim a aplicação da estigmatização no momento em que tais adolescentes são recolhidos a casas de interno e ficam segregados socialmente. Destaca-se, por fim, a necessidade de reflexão sobre os benefícios e malefícios desta medida severa para a vida dos adolescentes, já que, se não aplicada da forma correta, ao invés de ressocializ-los, poderá transformá-los em adolescentes ainda mais vulneráveis  violência e ao cometimento de novas infrações.

<sup>4</sup> Artigo 4: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes  vida,  saúde,  alimentação,  educação, ao esporte, ao lazer,  profissionalização,  cultura,  dignidade, ao respeito,  liberdade e  convivência familiar e comunitária.

Parágrafo nico. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH – CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.



#### 4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira. *Fragmentos de uma grandiosa narrativa: homenagem ao peregrino do humanismo*. Verso e Reverso do sistema penal: (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Vol.1 Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Companhia de Bolso, 1986.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 2012.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 17ª edição. 2º semestre. São Paulo, 2013.

BOBBIO, Norberto. *Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. Campus Elsevier, 2000.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 26ª Ed. Saraiva, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral de Estado*. 20ª Ed. Saraiva, 1998.

FILHO, Adnaldo Dominices Baía. *Considerações sobre o moderno saber criminológico: do mito do “homem-criminoso” à deslegitimação do direito de punir*. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas. RECJ 07.01/10 – ISSN 1808-494X. Disponível em [www2.mp.ma.gov.br/ampem/ampem1.asp](http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/ampem1.asp). Acesso em: 20/11/2013

FLORENZANO, Modesto. *Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno*. Lua Nova. São Paulo, 2007.

FRANCO, Raissa Neiva de Melo. *Adolescente em conflito com a lei. Uma abordagem sociojurídica dos poderes familiar e estatal quanto à privação da liberdade*. 2006. 126f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

MAGIOLINO, Lavínia; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. *Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 2013.

MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. 30ª Ed. Saraiva, 2010.

MORAES, Reginaldo C. *Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: Hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade*. Educ. Soc., Campinas. v. 23, n. 80, Setembro, 2002.

---

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.  
MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A TEORIA DO LABELLING APPROACH –  
CARDOSO, Antônio Dimas; GUIMARÃES, Keith Shelley Dantas.



*Machiavelli, Nicolò. O Príncipe / Nicolau Maquiavel; tradução Maria Júlia Goldwasser; revisão da tradução Zelia de Almeida Cardoso. - 3ª ed. totalmente rev. - São Paulo : Martins Fontes, 2004*

RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, Juez Cirino dos. *A criminologia Radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SILVA, Leandro Oliveira. *O conceito de desvio no pensamento sociológico de Becker e sua contribuição para uma releitura crítica da culpabilidade na Teoria Finalista de Hans Welzel*. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2012. Acesso em: 10/04/2014. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/artigos/2012/06>.

WEBER, Max. *Economia e sociedade* (Volume I). Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1994.





## A CONTENÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NO ESTADO NEOLIBERAL BRASILEIRO E OS LAÇOS FAMILIARES DOS PRESOS

GUERRA, Rodrigo Ribeiro

*Doutorando do Programa de Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI da Universidade de Coimbra*

*rodrigoguerra@outlook.com*

171

### RESUMO

A crise econômica mundial iniciada em 2008 tornou mais evidente o uso do aparelhamento do Estado na contenção da violência, evidenciando a utilização do Sistema de Justiça Criminal para a criminalização da pobreza e controle social, conforme os interesses do mercado e da política neoliberal. Em um contexto onde os números são alarmantes e as violações imensas, principalmente as praticadas pelo Estado, a pena é tida como promotora do afrouxamento quando não do desfazimento dos laços familiares dos presos. O trabalho visa apresentar uma noção sobre a relação entre família e dignidade humana, ademais observar como as normas e as políticas públicas relativas ao cárcere consideram o sujeito social família. A conclusão a que chega este trabalho é que o respeito aos Direitos Humanos da pessoa em cumprimento de pena privativa de liberdade e a manutenção dos laços familiares são componentes fundamentais para a sua dignidade e integração social.

**Palavras-chave:** Família. Prisão. Dignidade.

### ABSTRACT

The global economic crisis that began in 2008 became more evident using the machinery of the state to contain the violence, showing the use of the Criminal Justice System for the criminalization of poverty and social control, as the interests of the market and neoliberal politics. In a context where the numbers are staggering and immense violations, especially those committed by the State, the penalty is seen as a promoter of loosening when not undoing the family ties of prisoners. The paper presents a notion about the relationship between family and human dignity, moreover observe how the standards and policies relating to the jail consider the social subject family. The conclusion reached is that this work respect the human rights of the person in compliance with deprivation of liberty and the maintenance of family ties are critical components for their dignity and social integration.

**Key-words:** Family. Prision. Dignity.



“Bem-vindo à Idade Média” é o título da matéria do *The Economist* (WELCOME..., 2014) do dia 18 de janeiro de 2014, onde o sistema carcerário brasileiro é qualificado como infernal, “superlotado, violento e brutalizante”. O texto tem como mote os fatos ocorridos no Presídio de Pedrinhas no Estado do Maranhão, local-retrato de uma rebelião de presos. O saldo de mortes e a sua brutalidade comoveram o país após terem sido noticiados pelo periódico Folha de São Paulo no dia 07 de janeiro do mesmo ano (PRESOS..., 2014).

Além dos qualificativos da matéria jornalística britânica, o Brasil ocupava no ano de 2012 a quarta posição no ranking das maiores populações carcerárias do mundo (BRASIL TEM..., 2012) tendo ultrapassado a marca dos 550.000 (quinhentos e cinquenta) mil presos, segundo dados do Ministério da Justiça (BRASIL, 2012). Tal destaque demonstra que as cifras nos elevam ao lugar imediatamente atrás apenas dos Estados Unidos da América (2,2 milhões), China (1,6 milhão) e Rússia (740 mil). As justificativas para o grande encarceramento norte-americano podem ser encontradas na política criminal da “tolerância zero” e da Lei e Ordem como nos ensina Wacquant (2008), refletindo sobremaneira a ideia de que o sistema de justiça criminal e segurança pública caminham lado a lado com a política econômica de redução dos benefícios sociais. Em países como a China e Rússia, o sistema criminal, pela sua rigidez, também fomentam o encarceramento em massa e são Estados pouco afetos à democracia e que, por isto, usam o sistema de justiça criminal para conter e controlar socialmente.

No caso brasileiro, podemos dizer que somos uma sociedade eminentemente totalitária (CHAUÍ, 2013b), inserida em uma democracia em construção. Democracia esta que ainda se pauta nos mecanismos criados na época do Estado de Exceção (ADORNO, 2006) para a gestão da segurança pública e justiça criminal. Estes elementos somados com a grande influência da política criminal norte-americana apresentam o panorama e ajudam na compreensão dos números e da clientela do sistema prisional.

O aumento expressivo do número de pessoas encarceradas juntamente com a crescente da violência na sociedade brasileira (WAISELFISZ, 2013) dá sinais de que a segregação pode não estar atendendo aos objetivos declarados da função da pena criminal<sup>1</sup>. Por outro lado,

---

<sup>1</sup> A Lei de Execuções Penais (Lei Federal nº 7.210/1984) diz no seu artigo primeiro: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” (Grifo nosso)



estabelece-se como um ciclo perverso e contínuo de produção e reprodução da segregação social e da violência. A preocupação com os índices de reincidência, por mais que ainda não tenhamos métodos confiáveis de aferição dos dados no Brasil (JULIÃO, 2009), juntamente com a sensação da violência e impunidade (ADORNO, 1991; 2002; 2008) e o aprisionamento em massa, demonstram que as soluções buscadas com o cárcere não tem resolvido ou até diminuído os números relativos ao cometimento dos delitos. Como em Camus em O Mito de Sísifo, estamos em busca da racionalidade em um mundo regido pelo absurdo.

Os objetivos declarados quanto à finalidade da pena: a reintegração do apenado na sociedade, não convencem e nem seduzem mais os olhares cada vez mais estarecidos com a própria violência institucional no (des)cuidado com aqueles que estão sob a sua tutela provisoriamente. O perfil do preso no Brasil reflete a escolha pela política criminal envolvida e a falácia da “ressocialização”, fetiche típico de uma “sociedade do espetáculo”, nunca foi um objetivo concreto a ser perseguido pelo Estado na administração da Justiça Criminal. Tanto acontece que os agravos relativos às condições da população presa é vexatória e incluem estatísticas alarmantes. Em verdade, os motivos não declarados da aplicação da pena, no dizer de Guimarães (2006) e Wacquant (2001; 2003; e 2008), ficam mais claros e comprovam que têm sido atingidos: o controle social da pobreza ou dos excluídos do mercado de trabalho e de consumo.

Escapar do paradigma angelical da imposição do cumprimento da lei e exorcizar o mito demoníaco do “complexo industrial prisional” são duas etapas necessárias e complementares para localizar de forma apropriada as novas funções que a prisão carrega no sistema reconfigurado de instrumentos para gerir o trabalho não-regulamentado, a hierarquia etnorracial e a marginalidade urbana nos Estados Unidos dos dias de hoje. Realizar essas duas etapas revela que a liberação de um aparato penal hipertrófico e hiperativo após meados da década de 1970 não é a lâmina cega de uma “guerra contra o crime”, nem o engendramento de um acordo secreto demoníaco entre oficiais públicos e corporações privadas com vistas a faturar com o encarceramento. Em vez disso, revela que o fenômeno participa da construção de um Estado reformado capaz de impor requerimentos econômicos e morais adstringentes do neoliberalismo após o descarte do pacto social fordista-keynesiano e a implosão do gueto negro. O aparecimento dessa nova administração da pobreza de mãos dadas com o *workfare* restritivo e com punições expansivas exige que tiremos a prisão dos domínios técnicos da criminologia e da política criminal, e a coloquemos diretamente no centro da sociologia política e das ações civis. (WACQUANT, 2008)

Paralelamente ao cenário descrito, a ideologia globalizada da economia de mercado leva mais uma vez os Estados aderentes ao neoliberalismo a uma crise financeira no ano de 2008. As consequências da crise afetam diversas economias e as soluções pregadas pelos Estados são



o recuo das políticas do Estado de Bem Estar Social e o socorro de instituições financeiras. Diversas manifestações populares, e principalmente dos jovens, começam a surgir na Grécia, na Espanha, no Chile, no Egito e até nos Estados Unidos (HARVEY, 2011) contra os rumos impostos e a especulação sem limites do mercado. O que começa a ser questionado, mesmo que não tenham sido levantadas bandeiras de uma posição única de contestação, é a manutenção do sistema econômico e social promovidos pelo neoliberalismo (HARVEY, op. cit.), a moralização da política e a ampliação ou efetivação da democracia e espaços democráticos de discussão. Estas manifestações populares chegam ao Brasil de forma mais aguda e evidente em junho de 2013.

No início de 2014, após a proibição do uso de ruas para realização de bailes ou festas funk, os jovens de classes populares nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte começam a organizar passeios em grupo nos centros comerciais, os chamados “rolezinhos” (ROLEZINHOS, 2014) embalados ao som do “funk ostentação”. Dentre outras motivações, a ousadia dos jovens de classes populares ao “invadirem” em grupo o espaço reservado à clientela de consumo dos grandes centros comerciais demonstra contestação das barreiras invisíveis ou visíveis impostas ao acesso naqueles ambientes. A reação imediata de alguns estabelecimentos foi de buscar no Poder Judiciário uma decisão que garantisse a manutenção das barreiras de acesso àqueles jovens:

Na verdade, não se trata apenas do conflito entre direito de propriedade e de manifestação. Trata-se de uma nova agenda de desigualdade que não se encerra em programas de transferência de renda, mas com questão de como se cria um país de convivência e não de segregação.

Esses jovens querem ser ouvidos, ser vistos – aliás, não apenas os jovens da periferia vão ao shopping para serem vistos. E eles não estão sendo escutados. Tapar os ouvidos não ajuda a solucionar o problema, ao contrário, tende a criar novos. (ABRAMOVAY, 2014)

A prática usual de simplificar a juventude como um corpo único e uniforme e não buscar compreender a sua linguagem, anseios, manifestações e toda a sua complexidade acabaram fomentando a reação dos Estados no intuito de reprimir e criminalizar aqueles atos como aconteceu nas manifestações de junho (CASTRO, 2013). As soluções encontradas pelo Estado passam longe de políticas sociais de assistência e promoção, preferindo-se a criminalização e utilização da segurança pública para contenção do “problema”. Sintomático esse quadro quando são inexistentes os benefícios sociais proporcionados pelo poder público ou quando aqueles passam a ser limitados. Semelhante receita passou a ser adotada na Hungria no ano de 2013 com a criminalização da pobreza em crescimento, após a crise europeia de 2008 (DORMIR...,



2013).

Podemos aproveitar o cenário de tantas manifestações e contestações e buscar analisar criticamente a realidade paralela atrás das grades. Afinal, dentro e fora existem questões sociais emergentes e de caráter promocional do discurso sobre democracia e Direitos Humanos. Democracia esta que no Brasil está longe de ser a desejada, bastando observar a existência das duas cidadanias ou a cidadania e a exclusão característica da sociedade autoritária brasileira (CHAUÍ, 2007; 2013b) que revelam a existência de dois tipos de justiça: a dos que estão incluídos e a dos excluídos do mercado de consumo e de trabalho. De modo semelhante acontece com o discurso dos Direitos Humanos, onde a fala hegemônica apregoa a defesa dos direitos humanos indistintamente, mas que se direcionam apenas à uma parcela da população, que no dizer de Robert Kurz (2002): “se uma pessoa já não é economicamente utilizável e funcional também já não é, em princípio, sujeito de direito, e, se já não é sujeito de direito, não é já um ser humano”.

[...] a universalidade dos direitos humanos conviveu sempre com a ideia de uma “deficiência” originária da humanidade, a ideia de que nem todos os seres com fenótipo humano são plenamente humanos e não devem por isso se beneficiar do estatuto e da dignidade conferidos à humanidade. (SANTOS; CHAUÍ, 2013, p. 76)

O tratamento inumano que é dispensado àqueles que seriam os destinatários de tantos direitos reconhecidos interna e nacionalmente resultam em inúmeras e gravíssimas violações, como no exemplo do Presídio de Pedrinhas. Dentre as violências que são cometidas contra os que habitam as celas dos presídios e delegacias pelo Brasil afora, existe uma que passa despercebida, seja porque são vidas que não interessam, seja porque não se compreende a gravidade da situação. Trata-se do rompimento dos laços familiares entre a pessoa presa e os seus familiares que ficam do lado de fora.

A família deve ser encarada como um elemento fundamental na construção da dignidade e identidade do ser humano (PEIXOTO; SINGLY; CICCHELLI, 2000), *locus* no qual se encontra a sua integral concepção e plenitude (DONATI, 2008).

Os vínculos familiares realizam uma relação na qual a pessoa entra com a totalidade de sua existência, de seu temperamento, de suas capacidades e seus limites, diferentemente do que acontece com quase todos os outros ambientes da vida, nos quais se estabelecem relações parciais, limitadas a capacidades específicas, correspondentes a funções determinadas. (PETRINI; DIAS, 2013, p. 19)

É premente reconhecer que aquele que está atrás das grades apenas deve ter restringida a sua liberdade de locomoção, mas não é legítimo que o Estado lhe retire também a dignidade.



Dignidade<sup>2</sup> esta que é extremamente prejudicada não só pelas condições dos estabelecimentos prisionais, mas, primordialmente, porque os laços familiares entre os apenados e os que ficam de fora, quando não são rompidos, são extremamente afrouxados, como nos faz compreender Milton Júlio de Carvalho Filho:

A fronteira é um campo que se estabelece com as interações possíveis. Conclui-se que na saída do estabelecimento prisional, como na chegada em casa, as interações e as trocas se processam de forma delicada e ambígua. A família estranha à presença do sujeito, ele estranha a casa, os hábitos, há um estranhamento com o espaço urbano, o transporte, as pessoas nas ruas. Em pouco tempo a família lhe cobra o que não tem e, portanto, não pode dar: a sua participação no orçamento familiar acrescido pela sua volta. Passam a viver no primeiro cenário de lutas que é a sua casa e os seus próximos. O segundo estágio é viver na margem das duas culturas, e o terceiro, o reforço de uma delas, seja a do mundo seja a do cárcere. A vivência da fronteira é, portanto a maior dificuldade para que o ex-presos se torne ex-ex-presos. (2012, p. 193).

176

O sistema prisional nos moldes reproduzidos pelo Estado, promotor da criminalidade com o fornecimento dos serviços na “universidade do crime”, funciona sob a invisibilidade ou desprezo da sociedade, que só lhe dá atenção quando são noticiadas as barbaridades cometidas dentro dos seus muros, ainda assim, com o “silêncio sorridente”<sup>3</sup> nos lábios. Entretanto, mesmo diante das violências praticadas contra quem está cumprindo pena no “Condomínio do Diabo” (ZALUAR, 1994), o Estado ao invés de promover o fortalecimento de laços e a criação de redes de cuidado e assistência, seguindo a determinação constitucional da proteção especial à família como base da sociedade<sup>4</sup>, vulnerabiliza ainda mais o sujeito e seus vínculos familiares, reforçando sobretudo o que intitula-se como violência sobreposta ou múltiplas vulnerabilidades (CAVALCANTI; COSTA GOMES, 2013). Além de a política de mercado neoliberal se inserir na gestão da justiça criminal no Brasil, provoca um efeito mais amplo e profundo, segundo David Harvey, um efeito nocivo sobre a socialização da personalidade humana, pois gera um

<sup>2</sup> A dignidade humana é reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU no seu preâmbulo num disposição de destaque e direcionamento daquele documento: “Considerando que o reconhecimento da **dignidade** inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, [...]” (Grifo nosso)

<sup>3</sup> Alusão à letra da música Haiti de autoria de Caetano Veloso e Gilberto Gil que nesse trecho remetem ao massacre do Carandiru ocorrido em 1992 na cidade de São Paulo.

<sup>4</sup> CF/88, artigo 226. “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”





“maior isolamento individualista, ansiedade, visão de curto prazo e neurose” (2011, p. 144). Este estado de coisas leva, dentre outras consequências, a uma desvalorização contínua da família. Não é acaso o fato de as políticas públicas passarem a focalizar mais nos indivíduos em detrimento da família ou nem precisam considerar esta sujeito social por não reconhece-la como tal (DONATI, 2008; PETRINI, 2003, 2007; PETRINI; DIAS, 2013). Esse contexto demonstra que as normas de proteção previstas, a exemplo do artigo 226 da Constituição Federal que determina que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, também se tornam invisíveis ou são desconsideradas.

Por entender que o ser humano, independentemente do crime que tenha cometido, merece respeito pelo simples fato de ser humano, pois, sagrado (JOAS, 2012), e sua dignidade não pode ser prejudicada pelo Estado por essa razão (SARLET, 2012a), a Constituição Federal de 1988 proíbe a aplicação de penas de morte, de caráter perpétuo, cruéis, de banimento ou de trabalhos forçados<sup>5</sup>.

Nesta realidade, serve a observação de Estevão (2004) quanto à necessidade do Estado, que se queira democrático, intervir no sentido da sociedade se instituir como uma comunidade política, contribuindo antes de mais nada para que ela seja justa, solidária e livre, ademais de promover educação para e sobre Direitos Humanos. Reconhecer a realidade da situação das famílias e seus “presos” se faz urgente. O futuro do sistema de contenção de pessoas nos estabelecimentos prisionais e o prejuízo que tem sido gerado para as famílias envolvidas precisa ser colocado na pauta e nas agendas de políticas públicas, além das discussões sociais sem os apelos midiáticos, que quando observam a questão: ou apenas enxergam as famílias das vítimas, ou colocam a família do “criminoso” como causadora daquele comportamento e depois como um peso que o Estado e a sociedade têm de sustentar no pagamento de um auxílio-reclusão, por exemplo.

A defesa dos Direitos Humanos das pessoas que sofrem a violência perpetrada pelo Estado no sistema de justiça criminal ainda é vista com preconceito pela sociedade. Propositadamente, o governo militar na época do estado de exceção difundiu o discurso contrário aos que se propunham a defender os presos políticos os qualificando como “defensores de bandidos”, como bem nos ensina Soares (2004):

Infelizmente, terminada a parte mais repressora do regime militar, a idéia de

<sup>5</sup> Constituição Federal, artigo 5º, XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis.



que todos, independentemente da posição social, são merecedores da preocupação com a garantia dos direitos fundamentais – e não mais apenas aqueles chamados de presos políticos, que não mais existiam – não prosperou como era de se esperar. A defesa dos direitos humanos (DH) passou a ser associada à defesa dos criminosos comuns que, quando são denunciados e apenados, pertencem, em sua esmagadora maioria, às classes populares. Então, a questão deixou de ter o mesmo interesse para segmentos da classe média que incluía familiares e amigos daqueles presos do tempo da ditadura. E aí vemos como já se explica uma parte da ambigüidade que cerca a idéia de direitos humanos no Brasil, porque depois da defesa dos direitos daqueles perseguidos pelo regime militar se estabeleceria uma cunha, uma diferenciação profunda e cruel entre ricos e pobres, entre intelectuais e iletrados, entre a classe média e a classe alta, de um lado, e as classes populares de outro, incluindo-se aí, certamente, grande parte da população negra.

A família quando inserida nas análises ou considerações sobre o contexto da violência e prática de crimes, no comum dos casos, é vista quanto à sua ausência ou contribuição como *locus* criminógeno, colocada na posição de uma das causas que contribuem para o cometimento de delitos, quando se qualificam as famílias de “desestruturadas” (GOLDANI, 1993) ou outros qualificativos equivalentes (a exemplo em TOLEDO, 2003). Reverte-se em culpada e indiciada por negligência e não conformidades, ao invés de observada como território de acessibilidade (justiça e cidadania) e sociabilidade. Dificilmente é percebida como uma via de acesso à reintegração do preso na comunidade de forma direta, a família deixa de ser observada como produtora de capital social (PETRINI; DIAS, 2013; CUNHA, 2013) apto a contribuir fundamentalmente com aquele objetivo.

Qual a importância da presença das famílias no cumprimento da pena privativa de liberdade no que se refere à reintegração do apenado criminalmente à comunidade? Ao manterem vínculos e laços, existe realmente a possibilidade de reintegração e construção de projeto de vida. Por esse princípio, vale recuperar a definição de “recurso” apresentada a seguir:

A família também constitui um recurso para a sociedade, pois facilita respostas a problemas e necessidades cotidianos de seus membros. A família é um recurso sem o qual a sociedade, da forma como está organizada atualmente, entraria em colapso, caso fosse obrigada a assumir tarefas que, via de regra, são desempenhadas, de forma melhor e a menor custo, por ela. Através da proteção, da promoção, do acolhimento, da integração e das respostas que oferece às necessidades de seus membros, a família favorece o desenvolvimento da sociedade. (PETRINI, 2003, p. 16).

Do ponto de vista da Sociologia da família, levantar debates sobre o conceito, de acordo com o professor Giancarlo Petrini, implica considerá-la como “arranjos familiares” na sociedade contemporânea, e é uma maneira de buscar, se não respostas, indícios ou testemunhos que nos levem a entender suas funções sociais e a relevância da mesma na produção e promoção



do capital social e cultural de seus integrantes, em medida que

as autoridades públicas, no Brasil, bem como no exterior, estão tomando consciência do recurso social representado pela família, especialmente para socializar seus membros jovens, cuidando das etapas iniciais do desenvolvimento e dos estágios primários da educação. Por isso, crescem as políticas públicas que procuram fortalecer as famílias, de forma tal que sofram menos os condicionamentos de circunstâncias adversas e tenham mais condições de desempenhar funções educativas e de amparo. (PETRINI, 2005b, p.19).

Este trabalho tem como argumento essencial a existência do Direito Fundamental à Preservação dos Laços Familiares das pessoas submetidas à privação da liberdade de locomoção em razão da aplicação de uma pena criminal. A importância da família no cárcere – não no sentido de encarcerada, mas de presença, de manutenção e continuidade de projetos comuns, de acolhimento - contribuiria com à manutenção do mínimo de dignidade humana daquele que está segregado da sociedade.

A Família deve ser reconhecida como sujeito social e produtora de capital social a ser considerado nas políticas públicas da justiça criminal e da própria prisão para o respeito à dignidade humana do apenado e seus familiares, bem como para o alcance do objetivo da (re)integração social do apenado.

Quando a Constituição Federal de 1988 no artigo 226 determina que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e não encontramos em outra parte do texto constitucional previsão semelhante, podemos entender que esta proteção deva ser mais qualificada que a destinada aos direitos e garantias fundamentais e colocar a família no mesmo patamar de importância e preponderância do valor da Dignidade Humana? Acreditamos que sim, com a ressalva de que não foi prevista a família como um dos fundamentos no artigo primeiro da CF/88 como está posta a Dignidade, mas o que não impede de esta gozar de status jurídico semelhante.

Se o Estado deve prestar proteção especial à família; se a família tem como principal função constitucional o desenvolvimento da personalidade dos seus membros e promoção da dignidade humana destes; se a dignidade humana é colocada como o valor maior da República Federativa do Brasil, o Poder Público nacional tem como dever primordial preservar as entidades familiares, os laços familiares e garantir que a família seja observada como um lugar e um sujeito social que tem um papel dominante para a promoção da dignidade da pessoa humana. Para esta proteção é imperioso que a família tenha reconhecida a sua identidade de **sujeito social** e produtora de **capital social**.



O Capital Social Familiar tem uma dimensão interna às relações familiares e uma dimensão social. A primeira oferece benefícios diretamente aos membros da família e a segunda, a dimensão social, oferece recursos para o conviver em sociedade, recursos dos quais as pessoas se apropriam. É relevante que fique bem claro que se constitui de uma propriedade da relação e não dos indivíduos. Na família, obviamente, o Capital Social Familiar encontra o seu lugar básico para a sua geração, tanto para os seus membros quanto para a sociedade, uma vez que gera vínculos intersubjetivos e sociais. (CUNHA, 2013, p. 53)

A compreensão do capital social familiar abre caminho para políticas públicas de tipo subsidiário que apresentem de modo explícito a finalidade de sustentar as relações familiares, quando que fragilizadas ou em situação de risco, para que as famílias sejam ajudadas a realizar suas tarefas próprias e não substituídas por órgãos públicos. Assim, é interessante lançar um olhar sobre as políticas dirigidas às famílias, a fim de verificar em que medida elas colaboram ou não para o fortalecimento das relações familiares. (PETRINI; DIAS, 2013, p. 36)

Nesta perspectiva, o sistema de justiça criminal e o encarceramento de seres humanos como um exercício legítimo do poder do Estado, independente de qual seja o objetivo a ser alcançado como a aplicação da pena criminal, deve respeitar o ser humano, por ser sagrado, e a sua dignidade humana. Isto porque, o ser humano que for submetido ao cumprimento de pena privativa de liberdade deve apenas ter limitada temporariamente a sua liberdade, mas não há nenhuma justificativa legítima e constitucional para que ele também seja despojado da sua dignidade.

Se conseguirmos entender que a família funciona como um lugar de desenvolvimento e humanização do ser humano e que a dignidade humana também é forjada naquele núcleo, que permanecerá como seu alicerce e referência no mundo, não será difícil compreender que na “proteção especial” à família, determinada pela CF/88 no artigo 226, deverá o Estado proteger a família e as relações familiares dos que estão sob sua custódia no sistema prisional. Existindo a determinação de proteção por parte do Estado quanto à família, que é colocada no mesmo dispositivo como base da sociedade, mais sensível se mostra a situação daquelas que tem entes segregados socialmente e que, por isso, estão em situação de maior vulnerabilidade, merecendo, portanto, mais atenção e proteção. Caso contrário, as violências permaneceram sendo múltiplas e sobrepostas (CAVALCANTI; COSTA GOMES, 2013).

Logicamente que, garantida a convivência e o contato com os que estão cumprindo pena, esse convívio será limitado dentro dos parâmetros estritos da privação de liberdade e a preservação dos laços familiares se refere aos existentes quando da submissão da pessoa ao



sistema de justiça criminal, mesmo antes do encarceramento. Laços ou vínculos familiares têm o mesmo sentido para este propósito e são aqueles construídos no decorrer da vida em comum entre os familiares. Portanto, independem do número de componentes de tal entidade familiar e não se identificam com os conceitos jurídicos de vínculos de parentesco, indo além. São de caráter emocional, psicológico e afetivo que conjugados compõem os elos que caracterizam a entidade familiar e suas relações internas. Mesmo que rompidos os laços emocionais e psicológicos ainda permanecer os vínculos jurídicos para a legislação.

Portanto, entende-se que o Estado não pode ser furtar a proteger as famílias e seus laços, garantindo ao mesmo tempo a dignidade humana da pessoa presa e evitando que os seus vínculos familiares se percam no trajeto da (in)justiça criminal e da prisão.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 3(1-2): 7-40, 1991.

\_\_\_\_\_. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, Abril/Junho, p. 7-8, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Crimen, punición y prisiones em Brasil**: un retrato sin retoques. *Quórum* (Alcalá de Henares), v. 16, p. 41-49, 2006.

\_\_\_\_\_. Crime, violência e impunidade. *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Campinas, 10 de mai. 2008.

ARRIAGADA, Irma. La diversidad y desigualdad de las familias latino-americanas. *Rev. Ampl. Revista Latinoamericana de Estudios da Família*. Vol. 1. pp. 9-21. Janeiro-dezembro, 2009.

CARVALHO FILHO, Milton Júlio de. Sujeitos da fronteira: a saída da prisão. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; CARVALHO FILHO, Milton Júlio. **Prisões numa abordagem interdisciplinar**. Salvador: EDufba, 2012.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; COSTA GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira. Violência familiar e doméstica em foco interdisciplinar: possibilidades contemporâneas e grandes enfrentamentos. In: MOREIRA, Lúcia Vaz. (org.). **Psicologia, família e direito**: interfaces e conexões. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 355-372.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a violência**. 2007. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/contraviolencia-por-marilena-chauí>>. Acesso em 05 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Contra a Servidão Voluntária**. Escritos de Marilena Chauí. Vol. 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Escritos de Marilena Chauí. Vol. 2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013b.

CUNHA, José Onofre Gurjão Boavista da. **Capital social, família e redução da pobreza**: um percurso A CONTENÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NO ESTADO NEOLIBERAL BRASILEIRO E OS LAÇOS FAMILIARES DOSPRESOS – GUERRA, Rodrigo Ribeiro.



na literatura. 360 f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, 2013.

DONATI, Pierpaolo. **Manuale di Sociologia della Famiglia**. Bari: Laterza, 1998.

\_\_\_\_\_. **Família no século XXI: abordagem relacional**. Tradução de João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

ESTEVÃO, J. C. **Educação, justiça e democracia**: um estudo sobre as geografias da justiça em educação. São Paulo: Cortez, 2004.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação**. Cadernos Pagu, n. 1, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1993, pp.67-110.

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. **Funções da Pena Privativa de Liberdade no Sistema Penal Capitalista**: do que se oculta(va) ao que se declara. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito: Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis, UFSC, 2006.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: histórias e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

JARVIN, Magdalena. O individualismo na cultura sueca: a recuperação da dimensão privada pela esfera pública. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICHELLI, Vincenzo. **Família e Individualização**. Tradução de Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa**: nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A Ressocialização Através do Estudo e do Trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Revista eletrônica **Exit**. 1994. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. A economia política dos direitos humanos. Revista eletrônica **Exit**. 2002. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz110.htm>>. Acesso em 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Paradoxos dos direitos humanos. Luis Repa (Tradutor). **Exit**. 2003. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz116.htm>>. Acesso em 20 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Doping Económico. Revista eletrônica **Exit**. 2011. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz394.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; e CICHELLI, Vincenzo (Org.). **Família e Individualização**. Tradução de Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICHELLI, Vincenzo. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa  
A CONTENÇÃO DA “VIOLÊNCIA” NO ESTADO NEOLIBERAL BRASILEIRO E OS LAÇOS FAMILIARES DOSPRESOS – GUERRA,  
Rodrigo Ribeiro.





e no Brasil: Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICHELLI, Vincenzo (Org.). **Família e Individualização**. Tradução de Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PETRINI, João Carlos. Notas para uma antropologia da família. In: PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família**: um itinerário de compreensão. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas Sociais Dirigidas à Família. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia. (Org.). **Família, gênero e gerações**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PETRINI, João Carlos; DIAS, Marcelo Couto. **A família como Capital Social e as Políticas Familiares**. [S.l.]: 2012.

\_\_\_\_\_; DIAS, Marcelo Couto. **Família no debate cultural e político contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SANTOS, Boaventura Souza; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. 9. ed. rev. atual. 2. tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012a.

\_\_\_\_\_. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11 ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012b.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, José Sérgio. (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TOLEDO, Michele Abdo Merlone dos Santos. **Um Estudo Acerca de Crianças Vítimas de Violência em uma Instituição de Atendimento em Campo Grande-Ms**. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Psicologia, com área de concentração em Psicologia da Saúde, Comportamento Social e Cultura. Campo Grande: [s. n.], 2003.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Joerge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. Ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Novos estudos. – **CEBRAP [on line]** n. 80. pp. 9-19. São Paulo: Marçõ, 2008

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. São Paulo: Ministério da Justiça/SENASP/Instituto Sangari, 2013a.



## EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA E O CIRCUITO REPETITIVO DA VIOLÊNCIA

FARIAS, Francisco Ramos

*Coordenador do PPGMS PPGMS/UNIRIO*

VIANNA, Gláucia Regina

*Doutora pelo PPGMS/UNIRIO*

*Pesquisadora CNPQ*

184

### RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre a experiência de impotência e a violência, tendo como pressuposto a violência como um fenômeno inerente à condição humana. Não obstante, pensaremos sobre o sujeito praticante da violência, o qual por ter sido submetido a uma experiência de impotência, configurada como um trauma, e em resposta ao contexto social passa a praticar a violência. É importante salientar o percurso de vida desse sujeito em termos das situações de violência a que se submeteu; seja pela ausência de acesso aos bens culturais; seja pela falta de condições mínimas de sobrevivência como educação, saúde, habitação e segurança ou na própria família, sendo alvo de agressões físicas e psíquicas constantes. Concomitante a isso, as políticas Públicas, em suas aplicações, não atingem a todos, de modo que determinadas camadas da população não são objeto de atenção do Estado em programas de saneamento, segurança, habitação, saúde e educação. **Palavras-chave:** Violência; trauma; memória; experiência de impotência.

### ABSTRACT

This paper aims to reflect on the experience of powerlessness and violence, with the assumption that violence is a phenomenon inherent in the human condition. Nevertheless, we will think about the practitioner the subject of violence, for which he was subjected to an experience of powerlessness, configured as a trauma, and in response to social context goes to practice violence. It is important to point out the way of life of this subject in terms of situations of violence they underwent; is the lack of access to cultural goods; is the lack of minimum conditions for survival such as education, health, housing and safety or the family itself, the target of physical and psychological aggression constant. Concomitant to this, Public policies in your applications, do not reach everyone, so that certain sections of the population are not subject to state attention on sanitation, security, housing, health and education programs.

**Keywords:** Violence; trauma; memory; experience of powerlessness.



## Introdução

Primeiramente, é mister esclarecer que existem várias outras possibilidades que levam o sujeito a eleger a prática do crime, dentre elas destacamos a busca de notoriedade, vontade de gozo, e outros caminhos. Porém, o presente estudo tem como foco aqueles que passaram da condição de vítima à de algoz, ou seja, da experiência de impotência à prática da violência, cuja à condição precária de suas existências os mantêm em estado de alienação, impossibilitados de avaliar adequadamente suas ações.

Nesse contexto, perpetua-se um ciclo repetitivo de práticas criminosas, visto que viver em constante ausência de acesso aos direitos primordiais – como educação, saúde, alimentação – reativa a experiência de desamparo, levando o sujeito a regredir a posições impensáveis, relativas a situações traumáticas a que fora submetido. A prática de uma ação criminosa tem pouca ou nenhuma potencialidade no sentido de elaborar os vestígios da experiência traumática, tendo como consequência o incremento do desamparo e também a dissolução de laços sociais.

No processo de dissolução dos laços tem-se, obviamente, a presença de forças destrutivas relacionadas à pulsão de morte. Por esse motivo, Freud (1933) destaca a importância do amor na manutenção do laço social. Com isso, preconiza ser esta uma das possíveis saídas que minimizaria o estado de desamparo. Cabe salientar que a dinâmica amorosa consiste na possibilidade de reconhecimento pelo homem do seu semelhante, sendo esta uma fórmula possível de freio à potência destrutiva. Seria, assim, uma espécie de amortecimento à vontade do homem no que concerne ao crime.

Todavia, a constatação da existência da potência destrutiva no homem deu-se por meio de um processo, em decorrência do qual, no mais pronunciado estado civilizatório da humanidade, ocorreu uma das mais sangrentas barbáries que a história testemunhou. Essa catástrofe, a I Guerra Mundial, serviu de alerta para desiludir o homem acerca da esperança de que a marcha civilizatória poria fim à barbárie. Os ecos desse alarde já eram ouvidos em Benjamin (1994c), quando sinalizou que os monumentos de cultura produzidos pela civilização são fundados em estados de barbárie. Conforme assinala Morin, (2009) a



civilização que tem como finalidade eliminar, na medida do possível, a barbárie, também a fomenta.

### **A experiência de impotência como propulsora do circuito repetitivo da violência**

Até antes do advento da I Guerra Mundial reinava a ilusão e a esperança em um progresso da civilização. Entretanto, com a guerra, a ideia de progresso é radicalmente questionada, revelando-se uma utopia, e Freud (1932/1976) é obrigado a admitir que as nações mais civilizadas são também capazes de praticar os maiores horrores. Sendo a eclosão da barbárie uma possibilidade sempre presente, quando o ser humano, ou mesmo nações, veem-se ameaçados e devem enfrentar o seu estado de desamparo, são também capazes de programar e executar o desaparecimento de pessoas, comunidades e até nações inteiras. É interessante observar que seja o homem ou uma nação que se encarregue do desencadeamento de uma barbárie, geralmente são desenvolvidos mecanismos para justificar a barbárie e políticas para apagar possíveis vestígios que, futuramente, possam ser encontrados e servirem como testemunha da destruição ou denúncia. Em situações de violência é comum o movimento de não deixar rastros, produzindo assim um impedimento na recordação tanto no âmbito individual quanto de nações. Desse modo, é produzido um tipo de memória que Ricoeur (2010) denomina de memória impedida.

Esse tipo de memória concerne a um esquecimento forçado no contexto das relações sociais, fazendo com que as pessoas convivam com uma visão distorcida dos acontecimentos em função de interesses das mais diversas naturezas. Essa memória impedida faz pressão para figurar no contexto da recordação, ou seja, há uma exigência para ser elaborada coletivamente, no caso de nações. É nesse sentido que Ricoeur (2010, p. 453) recorre à “tese do inesquecível” para assinalar o caráter de indestrutibilidade desses vestígios, fazendo alusão à concepção do inconsciente, instância onde o material recalado mantém-se intacto.

O ponto de partida nas argumentações de Paul Ricoeur fundamenta-se na convicção freudiana de que o passado é indestrutível e se apoia em dois textos freudianos: “Recordar,



Repetir e Elaborar” e “Luto e Melancolia”. É importante salientar que esses textos escolhidos por Ricoeur não são textos nos quais Freud reflete sobre a cultura, outrossim, Ricoeur os utiliza a fim de mostrar em que medida a memória individual pode ser transposta para a memória coletiva, seu intuito é promover uma passagem da clínica para o social.

A passagem do pensamento freudiano, no primeiro texto, acerca da possibilidade de que o sujeito repete ao invés de se lembrar (FREUD, 1914/1976), em lugar da produção de uma lembrança que seria um protótipo de elaboração, acontece à repetição da própria ação, criando assim um circuito que mantém a ação tal qual ocorreu, sem propiciar o distanciamento necessário para a elaboração da situação traumática, ocorrendo à compulsão a repetição, ou seja, o fato de que, muitas vezes, o sujeito “ não lembra, de forma alguma, do que foi esquecido e recalado, mas age. Ele nada reproduz como lembrança, mas como ato, ele repete, sem, naturalmente, saber que repete” (FREUD,1976/1912, p. 89)

Analisando a questão por essa ótica, convém assinalar que o esquecimento é chamado de trabalho, na medida em que o sujeito não consegue lembrar, mas também não consegue esquecer, uma dinâmica inconsciente, porém é justamente aquilo que representou perigo à instância do Eu e precisou ser recalado. A elaboração se faz a partir de um distanciamento da experiência traumática, caso contrário, tem-se a recorrência da imagem da situação como obra da compulsão a repetição que impede a conscientização do acontecimento traumático. Possivelmente as situações da vida que atenuam o estado de impotência, configurando-se em experiências traumáticas, são verdadeiros potenciais de núcleos repetitivos de ações automáticas em relação às quais o sujeito, dificilmente, tem cálculo dos seus efeitos.

Sobre a evidência que conjuga repetição com esquecimento, Ricoeur (2010) retira duas lições. A primeira consiste na interpretação de que o trauma permanece mesmo quando inacessível, indisponível, e no seu lugar surgem fenômenos de substituição, quer dizer, sintomas que mascaram o retorno do recalado de modos distintos, oferecidos à decifração. A segunda diz respeito ao fato de que, em determinadas circunstâncias, porções inteiras do passado aparentemente esquecidas e perdidas podem voltar, no contexto da



compulsão à repetição. Baseado nessas premissas, adverte que considera o trabalho freudiano, não só em termos de lembrança, mas sim um trabalho de rememoração.

Atento as lições freudianas, Ricouer percebe que há um trabalho conjunto entre analista e analisando, no qual o passado não é apenas lembrado, mas rearranjado, tendo em vista o presente. Nesse contexto, há um duplo reconhecimento: primeiro, o de que o passado passou e o que evocamos são apenas rastros, restos e vestígio de memória. Segundo, que o trabalho de recomposição implica em atenção no presente, ou seja, mudanças necessárias. Mas para que essa dinâmica se realize Ricouer fala sobre o trabalho de luto e propõe uma comparação com o trabalho de rememoração. Ele toma o luto tal qual Freud o concebe, como um processo natural e doloroso, porém ao final desse processo de desinvestimento de libido, “o eu se encontra de novo livre e desinibido” (FREUD, 1914/1976, p.). Com isso Ricouer salienta a aproximação entre o trabalho de rememoração e luto. Sendo que o luto pressupõe um trabalho de reconhecimento de uma perda real, em que não há apagamento de memória, outrossim, sua recomposição, por mais dolorosa que seja.

Já no contexto da melancolia, Ricouer tece comparações com a compulsão à rememoração. Nesse contexto, Ricouer assevera que todo trabalho de luto implica na rememoração de uma perda, “o trabalho de luto é o preço do trabalho de lembrança, mas o trabalho de lembrança é o benefício do trabalho de luto” (RICOUER, 2008, p. 85). Utilizando-se da perspectiva psicanalítica, Ricouer pensa sobre uma memória ferida na esfera social, ou seja, situações históricas vão além do romance familiar, deixando traumatismos e feridas na memória coletiva.

Em muitas circunstâncias da vida, o homem exposto a situações de violência de grandes intensidades pode, em razão de convicções morais, crenças, e determinações políticas, lançar para uma zona de esquecimento todos os vestígios dessas experiências, agindo como se as mesmas não tivessem ocorrido. No entanto, nesse terreno obscuro, esse material mantém-se ativo e atuante, a ponto de modular e determinar ações do sujeito. Quer dizer, de alguma maneira, aquilo que é mantido como memória impedida busca expressão devido à sua propriedade de expansão. Essas modalidades de cerceamento dos vestígios da





experiência, ao invés de eliminá-los, possibilitam a sua mobilização em termos de serem significados como lembranças e não somente permanecerem na condição de impressões recorrentes.

Quando vestígios de experiências vividas configuram-se como lembranças, ocorre um distanciamento mínimo entre o acontecimento e a impressão que dele resulta, sendo possível a produção de sentidos pelos mais variados meios. O objetivo de uma ação psíquica dessa natureza seria evitar o circuito repetitivo que apenas reproduz a situação em uma dimensão temporal restrita somente ao presente. Tratando-se da repetição no contexto das ações criminosas, podemos interpretar que tais ações têm como finalidade a busca de meios para suplantam estados de impotência, mas ao reproduzirem ações violentas difundidas no contexto social, fomentam o estado de desamparo e impossibilitam elaborações que ponham diques na dinâmica dos circuitos repetitivos.

Em relação ao nosso objeto de estudo, ou seja, o sujeito que transitou em posições subjetivas de exposição e praticante da violência, encontramos elementos que poderão ser compreendidos à luz da memória impedida, cujos arranjos mnésicos produzidos pela exposição do homem atual, em seu pronunciado estado de desamparo, às circunstâncias traumáticas de grandes intensidades, acabam sendo experimentadas sob o signo de grande violência. Estamos assim pensando o arranjo mnêmico e sua expressão em situações da ordem do indizível que insistem em acompanhar o homem contemporâneo e que acabam por marcá-lo e obrigá-lo a caminhar por sendas obscuras e difíceis.

As condições de coerção às quais o sujeito é exposto funcionam na contramão: ao invés de obstáculo ou declínio do sujeito para a realização de ações criminosas, parecem ser, ao contrário, um incremento para a prática da violência. Considerando que determinadas pressões podem acarretar a prática da violência, ao invés de contê-la, o resultado dessa situação é quase sempre a segregação do excluído do segmento da população que, no imaginário social, representa o perigo à ordem, sendo por isso mesmo objeto de suspeita, acabando facilmente nas instituições prisionais. O referido segmento sob suspeita aglutina uma tipologia social com características específicas, pois, como adverte Sá (1996, p. 20), “ser pobre justifica ser preso, ser preso significa ser condenado, nem



sempre por um tribunal organizado e localizável, mas pelo tribunal difuso das relações sociais, perpassadas, sobretudo, por normas e preconceitos de origem moral, religiosa e outras”. Com esses instrumentos o contexto social produz a categoria de homem perigoso e, conseqüentemente, a ideia de sua segregação em prol da defesa da sociedade. Para atender às expectativas, o Estado cria as instituições prisionais para estas e outras finalidades. Sobre essa ótica, Wacquant (2001, p. 11) afirma que as prisões do mundo atual são projetadas como “fábricas de exclusão”. Certamente, a exclusão de determinadas pessoas em relação à competição no mercado de trabalho; as disputas por vagas nas instituições escolares; o impedimento ao acesso às instituições públicas voltadas para habilitação. O processo de exclusão social ocorre numa sistemática de desvinculação em cinco dimensões, quais sejam: econômico-ocupacional, sócio familiar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana, conforme assinala Escorel (1999). Como se pode depreender, a segregação decorrente da reclusão à prisão tem conseqüências em níveis bem amplos.

Podemos compreender o processo de exclusão ao qual estamos nos referindo como uma segregação realizada em dois tempos. Em primeiro lugar, há o sequestro de direitos pela restrição ou total impedimento de acesso de determinados sujeitos aos serviços voltados para o atendimento das necessidades básicas. Esses sujeitos nessas condições são alvo de discriminação social, compondo aquilo que Soares (2011) denomina de população vulnerável, que facilmente cai nas garras do aparato policial, acabando nas prisões. Em segundo lugar, esses sujeitos, uma vez encarcerados, são incluídos no sistema prisional de forma alienada, funcionando com presas fáceis para assumirem a potencialidade criminosa, ou seja, revestem-se do estigma de bandido, mas à custa de estarem submissos às determinações do sistema prisional que, em função de suas condições precárias, não oferece, minimamente, possibilidades de reinserção social; salvo raríssimas exceções. Essa segunda etapa do processo de segregação corresponde a um movimento duplo de inclusão para finalmente excluir de forma irreversível. Dito em outras palavras: dificilmente um preso conseguirá, após a sua liberdade, livrar-se do estigma de criminoso. No âmbito das relações sociais, o egresso do sistema penitenciário é visto como um bandido potencial. Isso mina quase todas as possibilidades de ascensão social, não só para o egresso como



também para seus parentes.

Além de ser um processo, a segregação é, ao mesmo tempo, um estado, isto é, “as formas de exclusão social podem ser caracterizadas por trajetórias de labilidade dos vínculos sociais até a sua ruptura total, atravessando terrenos de dissociação ou desvinculação” (ESCOREL, 1999, p. 67). A dimensão das representações sociais, por sua vez, inserida na concepção de desligamento de vínculos, é uma abordagem que possibilita entender a exclusão social para além dos elementos de sua produção (vínculos econômicos) e de sua consolidação (vínculos sociais e políticos) nos elementos que o tornam natural (vínculos culturais e éticos). Consoante com essas ideias, podemos deduzir que, de acordo com esse raciocínio e ante a possibilidade de não haver mais o sentimento de representação de pertencimento coletivo e de proteção de direitos, ocorrem sérias rupturas no âmbito dos laços sociais, tornando o contexto social de certa forma invisível, principalmente pela difusão de estigmas.

No que concerne aos protagonistas de transgressões que vivem no sistema prisional, a situação de exclusão é extrema. Um grande fator que contribui para isso é a própria especularização feita pela mídia. Existem determinados programas de televisão (programas especiais) que noticiam e mesmo acompanham perseguições policiais a suspeitos ou criminosos. Uma especial atenção é dada aos casos de crimes, perseguições e prisões. Conforme assinala Bava (2013), tem-se, nesse processo, a produção de um imaginário de guerra, que rotula como inimigos não só os criminosos, mas todos os atos em movimento de protesto contra a ordem instituída. Na figura dos presos se criminalizam os negros e os pobres. Não por acaso, um percentual significativo dos encarcerados no Brasil corresponde a esses sujeitos que são criminalizados no contexto social (SOARES, 2011). O processo de criminalização tem sua dinâmica mantida em função de artifícios que funcionam de forma eficaz, como por exemplo, a difusão de uma ameaça generalizada que obriga as pessoas a buscarem meios de defesa e de proteção, exercendo uma função que cabe ao Estado.

Cria-se um clima de medo, desconfiança, individualismo e reforço à proteção. Nesse contexto, a população apavorada e completamente alheia aceita o retorno à militarização da gestão de segurança pública, que representa a substituição do controle democrático por



regras de ocupação militar. É comum na sociedade contemporânea o sentimento de pânico devido à insegurança, posto que o par complementar seja exatamente o criminoso e a vítima. Num teatro chamado Estado a cena se desenrola no dia a dia e, dessa forma, um sentimento de rivalidade perpassa um silêncio que a ambos domina e aterroriza. Nessa inconsistência do Estado, o sujeito recorre a meios violentos para se proteger e também para tentar soluções frente às condições de impotência nas quais se encontra e que, em muito, acentuam o estado de desamparo.

192

### **Violência e crime: possíveis respostas ao desamparo**

Espera-se da sociedade que a mesma ofereça determinados esteios para o sujeito administrar, quando possível, o estado de desamparo. Nesse sentido, as políticas públicas teriam por função propiciar condições para amenizar a experiência de impotência e, com isso, dar ao sujeito alternativas para construir metas de vida. É dever do Estado oferecer os serviços da polícia e da justiça para proteger direitos e liberdades na vida coletiva. Sem essas ações seria praticamente impossível haver democracia. Conforme Soares (2010) esclarece, a justiça é sinônima de equidade.

Porém, é muito comum que esse sinônimo seja tomado como antônimo: a justiça brasileira funciona diferente ante uma ocorrência, dependendo se o agente é de uma classe social ou de outra. Atualmente, a falta de acesso à justiça pelas camadas mais baixas da população, bem como a falta de um tratamento de igualdade pela polícia, revelam uma das manifestações mais repulsivas e ostensivas da desigualdade social, tornando-se evidente que a democracia é, para alguns, negada. Em decorrência desse modo de agir seletivo, o Estado torna-se um instrumento de desigualdade e de injustiça. Não obstante, o fato da polícia e de aparatos militares converterem-se em fonte de violência contra criminosos e população mais pobres denota que, segundo o pensamento de Wacquant (2001), o Estado perdeu o seu poder junto com sua capacidade de fazer justiça.

Disso chegamos a uma dedução que ressoa a afirmação de Arendt (2009) de que onde há violência não há poder. Nesse sentido, quando o estado adota métodos de violência em



suas ações estaria demonstrando um enfraquecimento do poder ou até mesmo sua ausência, o que pode ter como resultado o incremento da experiência de desamparo e de impotência naqueles para quem o Estado abre mão do poder em prol da violência.

A inoperância do Estado aponta para um grave quadro de exclusão social, o qual se apresenta desde a abordagem policial, que é determinada por meio de quesitos tais como o local, a roupa, a cor da pele, faixa etária, sexo, nível de renda, classe social e orientação sexual, assim como a sentença do juiz e o próprio cumprimento da pena.

Diante de tal quadro de segregação social, Soares (2010) assevera que há uma urgência em modificar a ideia predominante sobre o que significa fazer justiça, pois, o fato do princípio de equidade não ser respeitado, só faz com que o aprisionamento aumente em larga escala, e junto com ele a seletividade.

O cenário produzido caracteriza-se pelo aumento crescente do abandono de camadas da população pelas políticas públicas e, disso então, resulta “um país que está se credenciando para tornar-se campeão mundial do encarceramento e que se esmera em produzir, nas prisões, o espetáculo grotesco da barbárie” (SOARES, 2010, p. 10). Isso é o reflexo imediato da desigualdade social e da precariedade dos serviços de justiça, pois somente podemos pensar a ativação do estado de barbárie pela ineficiência da justiça ou por uma política que, utilizando-se do progresso científico, ponha em xeque valores concernentes à vida. Não obstante, o estado de barbárie referido às prisões concerne à forma de desumanização e coisificação que são aqueles cujo destino é a reclusão e segregação, decorrentes da condenação pelo aparato de justiça, para instituições penitenciárias. Em certo sentido, a condenação incide, quase sempre, no segmento vulnerável que não dispõe de meios de acesso à justiça, engrossando as estatísticas de encarcerados, mantidos em condição de sobrevivência, quando muito.

Indagamos: qual a posição ante essa constatação? Há alguma coisa a ser feita para mudar ou os esforços destinam-se a mantê-la? E como se posiciona o Estado em relação às condições precárias de vida?

A prisão de quem é socialmente estigmatizado como ameaça à sociedade é vista como uma solução. No entanto, questionamos se esse método resolve o problema ou se



simplesmente serve de repressão e controle para camadas da população em condição de impotência, desamparadas pelo Estado e que não têm nem forças para lutar e mudar o cenário em que vivem. Analisando a questão por esse viés, Wacquant (2001, p. 11) aponta para o estado apavorante em que se encontram as prisões no Brasil e chega a compará-las “com campos de concentração para pobres ou empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo com alguma função penalógica, dissuasão, neutralização ou reinserção”.

Como entender essa afirmação que equipara a prisão a um campo de concentração, onde as pessoas decaem para a categoria de dejetos sociais? A alusão à expressão campo de concentração para caracterizar a prisão sugere que, fundamentalmente, as instituições são efetivas naquilo que Foucault (2008) denominou de sequestro de almas. Consequentemente, tem-se nas prisões corpos mortos que se deslocam, de sujeitos aplainados em suas subjetividades.

Como podemos depreender, o aprisionamento não só representa a restrição do direito à liberdade, mas sobretudo corresponde a uma transformação subjetiva radical de adestramento com docilização e, obviamente, a uma produção de homens submissos, obedientes e moldados segundo critérios das políticas criminal, penitenciária e jurídica. Se a prisão deveria preparar aquele que transgride as normas sociais para o retorno a vida em sociedade, como pode cumprir essa finalidade quando seus princípios são executados em nome da subserviência? Disso podemos constatar que a prisão funciona, salvo raras exceções, para aumentar a impotência, dando contornos cada vez mais nítidos ao estado de desamparo.

### **Considerações finais**

Em virtude da observação dos aspectos analisados nos acontecimentos vividos por sujeitos, que no percurso de suas vidas, passaram pela inversão da condição de quem sofre a violência, identificado como vítima, a quem pratica a violência, identificado como agressor, observou-se que suas vidas foram marcadas por situações de abandono, humilhação, privação, frustração excessiva e rejeição, as quais se configuram como





experiências traumáticas.

Por meio do método de pesquisa etnografia de arquivo, extraímos o material de análise, e observamos que a passagem de vítima a algoz acontece porque a violência do evento traumático, foi capaz de ofuscar a subjetividade, ocasionando o mais contundente estado de desamparo. Experiências de perdas, dor e sofrimento, vividas na própria família, devido a falta de condições mínimas de sobrevivência, como saúde, educação, habitação, segurança, falta de acesso a bens culturais. As Políticas Públicas, em suas aplicações, não atingem a todos, cuja dinâmica acirra o ódio, segregação e gozo desmedido.

Ressaltamos que para compreender a ação do trauma, é importante imaginar a vida como uma narrativa encadeada e contínua, a qual dá sentido a existência, mesmo diante das intempéries. Porém, quando a experiência traumática se instala, o que sobra são rastros e vestígios da ruptura abrupta das cadeias de associações psíquicas. Impressões e signos repetem-se, alucinatoriamente, na busca de elaboração. Sendo a especificidade da repetição, o funcionamento em termos de uma espécie de memória, que embora não seja equivalente ao acontecido, apoia-se nos seus rastros. Todavia, esses rastros são esvaziados de significação no momento do choque, trazendo sempre a impressão e repetição do pior, como vemos refletido no contexto social.



## Referências

- ARENDET, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Afiliada, 2009.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAVA, S. C. Sob o domínio do medo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 6, n. 67, fev. 2013.
- BENJAMIM, W.O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:**Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996c. v.1
- FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. . In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XII.
- \_\_\_\_\_. (1933[1932]). Por que a guerra? In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXII.
- \_\_\_\_\_. (1933[1932]). Por que a guerra? In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXII.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2010.
- SÁ, G. R. **A prisão dos excluídos**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- SOARES, L.E. Crime e preconceito. (Entrevista exclusiva/Luiz Eduardo Soares, por Silvio Bava). **Le Monde Diplomatique Brazil**, ano 4, n. 37, ago. 2010. p. 4-5
- \_\_\_\_\_. **Justiça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



## A PAZ SEM VOZ; FAVELA, CONTROLE SOCIAL OU PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA?

GOMES, André Luís 1

*Estudante de mestrado do Programa de estudos Pós Graduandos em Política Social UFF-RJ*

[Andreluisgomes23@gmail.com](mailto:Andreluisgomes23@gmail.com)

BARROS, Nivia Valença 2

*Professora da Escola de Serviço Social UFF-RJ, Doutora em Psicologia e mestre em Educação*

[barros.nivia@gmail.com](mailto:barros.nivia@gmail.com)

197

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender como esta o processo de inclusão, participação das populações residentes em territórios de favelas pacificadas do Rio de Janeiro. Para isso, serão trabalhadas primeiramente, informações históricas. No segundo momento a proposta é avançar na discussão trazendo elementos ligados à participação, controle social e democracia. No terceiro momento a proposta é explorar questões como o processo de urbanização e pacificação em territórios de favelas, reuniões de comitês locais e o processos de mobilização. Na conclusão a ideia é buscar entender até que ponto a voz desses territórios foi ampliada.

**Palavras-Chaves:** participação, democracia, controle social, inclusão.

### ABSTRACT

This study aims to understand how this process of inclusion, participation of local residents in territories pacified favelas of Rio de Janeiro. Para it will be worked first, second moment information históricas. No the proposal is brought forward in the discussion related elements participation, social control and democracia. No third moment the proposal is to explore issues such as the process of urbanization and slum pacification territories, meetings of local committees and the processes mobilização. Na conclusion the idea is to try to understand to what extent the voice of those territories was expanded.

**Key Words:** participation, democracy, social control, inclusion.



## **Introdução:**

Há alguns anos vem aumentando os estudos sobre grupos sociais que historicamente sofreram repressão direta do poder público e que, a seu modo, construíram articulações, mobilizações que pudessem ajudar a minimizar os impactos sofridos, seja pelo aumento da violência e precariedades em seu território, seja pela ausência de investimentos sociais. Neste sentido, as grandes cidades, desenharam uma realidade social de acordo com influências econômicas, migratórias e culturais, peculiares. O Rio de Janeiro Por exemplo, teve em seu espaço urbano divisões sociais e econômicas que marcaram profundamente o seu desenvolvimento. Cortiços e favelas foram os principais espaços que abrigaram grupos considerados marginalizados. Fatos como esse podem ser identificados entre o século XIX e o início do século XX. Entretanto a derrubada dos cortiços fazem surgir às favelas no Rio de Janeiro, isoladas, situadas ao redor da grande cidade e com uma construção geográfica e social bastante peculiar. O fato é que, naquele momento, este território não inspirava a construção ou discussão mais ampla sobre uma política de participação, cidadania, qualidade de vida, etc. A questão estava relacionada à separação de grupos e territórios a partir de uma imposição vinda de cima para baixo. Nesse caso, a questão principal dos governantes entre os séculos citados, seria do cuidado com a estética da cidade e com a questão do perigo que determinados grupos poderiam trazer para o espaço urbano. A estratégia então seria afastá-los da grande metrópole. Sendo assim, até o início do século XX, o controle social estava limitado à questão da manutenção da ordem a partir da certeza de que os grupos que partilhavam a cidade, sabiam, de fato, dos limites impostos pela ordem pública no que se refere à ocupação principalmente de territórios. Há de fato uma exclusão no que diz respeito à participação das coisas da cidade que dirá das questões políticas.

Os temas participação, Cidadania ou democratização, nunca obtiveram tantos espaços para discussão e criação de projetos como vêm acontecendo nos últimos anos. Até o início dos anos noventa, essas questões não eram tão disseminadas no interior da sociedade. Os resquícios da ditadura talvez tenham transformado estes temas em um pudor, que ao serem cogitados, poderiam gerar interpretações como balburdia, confusão, etc. A solução era então pensar em medidas de controle que garantissem a segurança no Brasil. Tornou-se durante muito tempo uma prática utilizar-se da repressão em benefício de determinadas classes sociais. Neste sentido, se uma cidade ou bairro estivesse muito agitada ou “violenta”, a idéia seria conter a situação. Equipar melhor os agentes de segurança, aumentar o efetivo e estimular a repressão



sobre os indivíduos ou populações consideradas propensas a produzir distúrbios era o objetivo. Garantia-se desse modo, o controle social sobre camadas sociais.

As populações mais pobres das grandes cidades, desde início do processo de industrialização, foram as que mais sofreram com as investidas do poder público no que se refere à repressão e controle. Estes grupos em sua maioria eram formados por indivíduos negros e pobres que foram se tornando cada vez mais visíveis a partir das transformações da sociedade brasileira. Neste sentido, ao se verem ameaçadas, as elites recorrem às velhas práticas de segregação e intimidação.

O que pretendo com este trabalho é analisar como as medidas de controle social foram utilizadas, principalmente em territórios de favelas com o objetivo de manter a ordem social e o afastamento de determinados grupos, negros e pobres da cena social e como os processos de participação nestes territórios tiveram avanços e retrocessos ao longo dos anos, pelo fato das interpretações seculares sobre favelas e sobre os indivíduos que nelas residem, continuarem sendo permeadas por equívocos e preconceitos marcados pela cor, território e condição econômica. Neste sentido, discutir aspectos históricos sobre esses territórios e as intervenções contemporâneas e os seus efeitos será o que permeará todo esse artigo.

Este trabalho está dividido em três partes com uma conclusão final. No primeiro momento irei trazer aspectos históricos sobre a favela, utilizando autores comprometidos com estudos de pesquisa aprofundados sobre o assunto. A ideia é observar como, mesmo em períodos distantes do século XX, a questão do controle social tem características e presença marcantes, enquanto a questão da participação nem se quer é cogitada. Neste sentido, o segundo momento terá o compromisso de analisar algumas décadas e os processos de evolução do controle social e também os avanços ligados a participação e democracia nestes territórios. O terceiro momento estará voltado para apresentar programas sociais e de intervenções urbanísticas nos territórios, implantação de programas de pacificação e os seus efeitos. A conclusão estará voltada para se pensar nas contribuições, efeitos e impactos desses processos e chamar a atenção para o problema das favelas, como um território que precisa continuar na busca de construir capacidades autônomas para reivindicar direitos que ainda se colocam distantes destes territórios.



## Parte I: Favela: História, cidade e novas cidades.

As favelas cariocas tiveram seu aparecimento marcado pelos novos investimentos econômicos, estéticos, arquitetônicos, políticos e culturais na cidade. Diversas famílias e indivíduos moradores de cortiços foram obrigados a deixar seus lugares para tentar a sorte ao redor da grande cidade, ocupando as elevações, os morros que a circundavam a metrópole, sob a autorização de governantes locais. Dito isto, podemos afirmar que esta nova aglomeração trouxe consigo, inevitavelmente, já que havia uma ausência de acompanhamento do poder público, novas configurações culturais políticas e econômicas que de fato irão se distinguir da grande cidade.

No que diz respeito às questões políticas, culturais e econômicas das favelas, muito há o que se perceber de diferente da grande cidade. Necessidades básicas como saneamento, água, luz, urbanização, sempre foram algo que marcaram ausência nesses territórios. A população local vivia o drama de conviver diariamente com a insalubridade sem qualquer intervenção governamental. Na verdade, este novo território ao redor da cidade é algo a parte, o “não lugar”, utilizando do conceito do Antropólogo Marc Augé\*. Não se pensa a favela como espaço de convivência, mas sim da miséria, pobreza e marginalidade onde grupos específicos como negros, descendentes de escravos ou não habitam ao redor da cidade.

Silva e Barbosa, (2003) no livro; “*Favela; alegria e dor na Cidade*” extraem de um artigo do correio da manhã, comentários sobre o processo de ocupação dos arredores da cidade do Rio de Janeiro, que numa leitura desatenta, poderíamos interpretar como um processo espontâneo, natural, esse início de estruturação dos territórios de favelas e seus indivíduos:

“O êxodo não cessa. Diariamente passam carrocinhas carregando trastes desconjuntados, latas vasilhas de barro, gaiolas, baús arcaicos, e vão pelas estradas dos subúrbios, param nas fraladas das montanhas. Os bosques alpestres e os da planície abrem-se acolhedores e entre as árvores aboletam-se os expulsos, sentam-se nas pedras, nas grossas raízes, penduram fardos aos ramos e, enquanto os homens à pressa vão levantando os ranchos, as mulheres instalam a cozinha a tempo. A montanha povoa-se, é a caridade da terra... Assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigando-se nos cerros, repelida pela grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo progresso que não consente na permanência de um pardieiro no coração da cidade. A montanha abre seu manto verde e acolhe os pobrezinhos *como santos no templo suave dos eremitas*”. (*Correio da Manhã, [02 de Junho de 1907]- apud-Jailson Silva e Jorge Luiz Barbosa, pág. 27*).





Boétie no discurso da servidão voluntária, caso tivesse tido contato com esta passagem do correio da manhã, iria associar este cenário a sua teoria ou crítica. “Afinal, qual seria o animo desses seres humanos para mudarem a sua realidade”? Não seria de fato mais cômodo permanecerem nesta condição esperando qualquer ajuda, caso surgisse. “Neste caso, em hipótese alguma se pode pensar em processos organizativos com esses grupos, muito menos em seu território”. Resta apenas fazer valer o controle para que permaneçam onde estão e é claro acomodado com tal situação”. Caso Boétie fizesse essa reflexão, estaria totalmente imbuída do discurso do senso comum da época que viam as populações desses territórios como parasitas no que diz respeito à produtividade ou ameaça no que diz respeito à marginalidade.

A partir da “permissão” para se fazerem aglomerações ao redor da grande cidade, o controle, a segurança passam a serem temas principais da opinião pública no dia a dia da grande metrópole. Aqueles “pobrezinhos e perigosos”, citados no trecho extraído do Correio da Manhã, são identificados e estigmatizados, assim como o local onde residem. Assim, o estereótipo de desordeiros e anti-sociais, serão marcas que atravessarão os tempos de grupos negros, mestiços e pobres. Sendo assim, o que restou foi à construção de uma estrutura de controle e segurança que garantisse a ordem local permanente, para que a sociedade não fosse surpreendida de uma hora para outra com questões como, por exemplo, o aumento de roubos, furtos ou violência resultado do uso demasiado de álcool, etc..

Cortiços e as favelas eram os espaços considerados fora dos padrões pela sociedade da época. Lugar onde “deveriam” viver aqueles descendentes de africanos e pobres que numa nova conjuntura econômica, teriam que alugar sua força de trabalho para ganhar a vida na grande cidade e é claro deixar para trás essas habitações. Sendo assim, a política permissiva de ocupação dos morros, facilitou o controle do Estado, como também a exclusão do território de favelas, que em 1924, é visto como; “a outra cidade, terra sem lei”, por parte das autoridades da época.

Esses territórios urbanos “inquietavam, amedrontavam a vida da Sociedade do início do século XIX. Vamos Retornar ao trabalho de Jailson S. Silva e Jorge Luís Barbosa, que retratam em artigos de jornais a indignação da sociedade, com o surgimento gradativo de favelas nos grandes centros;

“Para nós Cariocas de todos os bairros, o Rio de Janeiro é o nosso Bairro, a Avenida Central, Botafogo e os pontos pitorescos celebrados pela admiração embasbacada dos estrangeiros. Não suspeitamos que dentro do nosso bairro, qualquer que seja o da nossa residência, uma cidadezinha pobre e exótica floresce ou vegeta, aninhando em sua escura modéstia um vasto turbilhão de



ambições humanas”. (Correio da Manhã, 02 de Junho de 1907- apudJailson Silva e Jorge Luiz Barbosa, pág. 27).

Por outro lado, ainda naquele início de século, movimentos artísticos aparecem com o objetivo de deslegitimar essas idéias pré-concebidas sobre as favelas, apesar do controle exercido pelo estado e do olhar negativo da opinião pública de modo geral. Classes de artistas como Noel Rosa, sobem o Morro para compor com sambistas, atitude, aliás, pouco apoiada na época por parte das elites da época. Algum tempo depois Abdias do Nascimento cria o teatro experimental do negro, onde a experiência da favela é retratada em seus personagens através da questão racial. Deste modo, mesmo os discursos de repulsa sobre a favela saltando nas páginas de jornal ou no cotidiano de cada morador da cidade, outros grupos procuravam legitimar o espaço urbano como lugar de todos, e que, se a realidade de algumas áreas apresentava precariedades, era sinal de que algo estava deixando de ser feito. Cada um deles o seu modo procurava expressar tais questões.

Podemos incluir neste momento uma discussão breve sobre identidade. Neste caso, trazemos como referencia Stuart Hall e o seu trabalho; Identidade Cultural na pós modernidade. Podemos identificar que há um esforço para a construção de uma nova identidade sobre o território de favelas por parte de atores externos a ela. Mesmo sendo limitado este processo identitário, isto é, tendo aspectos apenas culturais como marca identitária do individuo e do território de favelas, torna-se valido pelo fato de diminuir o estereótipo de marginal daqueles que ali residiam e também da impossibilidade de transito entre esses dois mundos diferentes, favela e asfalto. Assim, Noel Rosa , Abdias do Nascimento e outros atores não citados neste trabalho , cumprem esse papel de resignificar a favela, incorporando questões até então pouco ou nada visíveis.

O historiador Marcos Bretas ao falar sobre a intervenção do poder público em territórios de favelas, resgata que:

“No período de 1890, assistiu-se às primeiras investidas das autoridades sanitárias contra as condições de habitação nos cortiços da cidade. Essas investidas contribuíram para expulsar os pobres do centro do Rio para os subúrbios, ou para as construções precárias nas encostas dos morros, dando origem às primeiras favelas. Apesar do crescimento demográfico da cidade, algumas freguesias do centro começaram a mostrar um crescimento negativo. Mas o golpe definitivo contras as freguesias centrais foi desfechado em 1904, quando o prefeito Pereira Passos deu inicio a um programa de reurbanização da cidade demolindo uma parte significativa do velho centro e desalojando cerca de 13.000 pessoas”. (BRETAS ,Marcos, Ordem na Cidade,R.J,1997,Pág., 20)

Outro fato colocado pelo autor é que “a abolição da escravidão em 1888 e o fluxo contínuo de imigrantes europeus forçaram uma completa reestruturação do comportamento



social, introduzindo novos, e não imediatamente classificáveis, indivíduos no espaço público, que constituíam um desafio específico para as forças que auxiliavam na manutenção da ordem.

“a nova cidade europeizada fazia jus a algo melhor do que seus velhos habitantes (pobres...). Expulsá-los de suas moradias não era o suficiente :urgia livrar o centro da capital do espetáculo de sua miséria. Mas eles não podiam ser eliminados pura e simplesmente, pois forneciam a mão de obra barata e indispensável à elite. Nesses primeiros anos de reforma urbana, o papel da polícia cresceu consideravelmente a fim de controlar essa massa de trabalhadores pobres”.(BRETAS, Marcos Ordem na Cidade, R.J, 1997 pág.,21).

A possibilidade de organização de grupos sociais, nos períodos históricos citados, era inviável, melhor dizendo, inaceitável. Já que lhes estavam sendo concedida a ocupação nas extremidades da cidade. Sendo assim, garantir direitos a essas populações não era uma questão de governo. O controle do poder público redobrava-se. O fato de representarem em sua maioria uma camada da sociedade que guardava uma herança marcada pela escravidão era preponderante. Por isso, a responsabilidade do Estado era de conter em algum lugar da cidade esse público e manter todos sob a tutela da ordem deveria ser a questão principal. A favela abriga os desvalidos da sociedade que se moderniza, não se esperam contribuições para o avanço da cidade mas sim que esses indivíduos sejam controlados em seus territórios, na verdade, nesta outra cidade, dentro da cidade.

## **Parte II- Controle social, participação e democracia.**

Durante os anos de ditadura, especificamente no início dos anos 30, a política de controle nas favelas se dava pela aplicação de medidas repressivas pautadas na idéia de identificação dos indivíduos, situação empregatícia e residência, isto é, o indivíduo era julgado marginal ou não, a partir também do local onde residia geograficamente. Esse controle estabelecido estava relacionado à proposta de inibir o ir e vir desses sujeitos. Muitas vezes o entorno da grande cidade e as áreas periféricas eram de fato espaços entendidos como de trânsito possível para aqueles que viviam em aglomerações construídas a certa distância das áreas mais urbanizadas.

Os anos 50 foram marcados pela idéia de progresso e pelo crescimento da indústria e da construção civil. Assim, muitos migrantes vindos de diversas partes do Brasil, chegavam às grandes metrópoles na esperança de conquistarem empregos e começarem uma nova vida. Entretanto, como veremos na citação a seguir, a favela é o único espaço da cidade que estes indivíduos irão também ocupar. Para este grupo que chega, os mecanismos de controle e repressão são as únicas possibilidades de contenção de qualquer distúrbio:

”A favela é, dos bairros desconhecidos, o mais falado graças às ocorrências que, desenroladas ali com frequência, fazem o seu nome figurar nos registros



policiais. A polícia, por vezes, exerce a sua vigilância nesses antros, onde raras vezes penetra a higiene” (*Silva, e Barbosa*). *Favela: Alegria e dor na Cidade, RJ, 2003, pág. 33*).

Até os anos 70, boa parte das favelas do Rio de Janeiro não eram urbanizadas. Condições insalubres tomavam conta de boa parte desses espaços urbanos. Nenhum tipo de serviço público ligado à área de saneamento era fornecido. Além disso, o serviço de iluminação também não fazia parte da realidade dos moradores, os quais precisavam, muitas vezes, utilizar velas para iluminar seus lares. A iluminação começa a chegar de fato nas favelas, no início dos anos 80, quando o projeto de urbanização do governo Leonel Brizola, beneficia diversas famílias com um relógio individual.

A chegada dos anos 80 é marcada pela idéia de abertura política e neste momento, o Brasil dá sinais políticos de querer se destituir dos mecanismos de controle impostos aos mais pobres. As favelas do Rio de Janeiro também sentem esse impacto ao construírem de maneira autônoma seu processo de mobilização, e também serem utilizadas como cenário para ampliação as ações do Partido dos Trabalhadores (PT), que começa a ter como base o trabalho de organização comunitária. A população local começa a construir canais de articulação importantes, apesar de ainda sofrer forte controle do Estado. Afinal, a favela é “algo à parte”, “desconhecida”, “incontrolável”, no imaginário social.

Os anos 80 são marcados também pela chegada dos primeiros telefones públicos na favela (coisa rara). Quem tinha um telefone particular em sua residência adquiria um status especial, assim como aqueles que tinham suas primeiras TVs coloridas. Estas situações foram vividas durante muito tempo, O acesso a bens de consumo era muito restrito, assim como o trabalho formal que era muito escasso para alguns indivíduos, substituído na maioria das vezes pelas atividades informais. Neste sentido, a precariedade e ausência de investimentos, darão margem para a institucionalização de relações que irão ser reconhecidas a partir de uma lógica particular, que não se relaciona diretamente com a Grande Cidade. O espaço da favela será marcado por relações informais baseados em contratos fortalecidos pela palavra empenhada entre as partes. A quebra do “contrato” implica em uma sensação que não passaria por processo jurídico formal, mas sim por leis estabelecidas internamente entre moradores e “lideranças locais”.

Sobre essa questão, Soares, no livro; “*Prevenção da Violência*”. RJ, 2005., enfoca a possibilidade de se construir outra prática no que diz respeito à Segurança, baseada na não letalidade por parte do governo em relação aos problemas de conflito. Uma nova prática que poderia auxiliar na construção de outro conceito de Segurança Pública. Neste sentido, ações



que levem à dissolução do medo e da insegurança, podem trazer para a sociedade efeitos mais positivos e também outros significados. Vale dizer que o exercício para concretização de tais atitudes positivas, como a mediação de conflitos, o cumprimento de fato da lei no sentido formal e não o julgamento sobre a vida e a morte de maneira arbitrária e sentencial como ocorria, principalmente em territórios fragmentados como as favelas cariocas, o olhar humanizado para os indivíduos destes territórios, o convite a participação nas decisões locais, a construção de políticas sociais a partir da participação local, o incentivo a formação de comissões de segurança e o apoio do poder público a essas instâncias locais e a toda e qualquer política local que vise o diálogo e execução de ações em conjunto, possibilitará a projeção de um outro futuro para essas Localidades.

### **Parte III-O final do Sec. XX e início do sec.XXI.**

Na última década do sec. XX, intensificou-se o olhar sobre a favela como lugar perigoso, violento e marcado pelo tráfico de drogas intenso. Isto quer dizer que os problemas se agravaram e pouco foi feito para que fossem solucionados. Deste modo, toda aquela dimensão lúdica construída em torno das favelas, apesar das adversidades, praticamente desapareceu. Inviabilizou-se o espaço de diálogo. Para o poder público, a ocupação nesses territórios tem objetivo claro: **“estabelecer a ordem a qualquer custo”**.

Ao invés de a opinião pública descobrir os problemas desses territórios e a partir daí se indignar, foram se tornando mais e mais comuns idéias como a extinção desses territórios, assim como a repressão aos indivíduos que ela entenderia como ameaçadores. No início dos anos 90 então, construiu-se o consenso, no âmbito das instâncias governamentais, de que as favelas deveriam sofrer uma intervenção do Estado através da força. Aumentou, por exemplo, o investimento em material bélico, como os “caveirões”, fuzis e pistolas para o combate ao tráfico. O argumento utilizado era o poder de armas do tráfico de drogas, que “justificavam” a entrada, nas favelas, de uma polícia bem equipada. Entretanto, o saldo desta luta continuava negativo e a cidade perdeu muito, assim como muitos indivíduos desses territórios, fossem eles culpados ou inocentes.

Os anos 90 marcam um período crítico nas favelas do RJ. A violência ultrapassa os “limites estabelecidos anteriormente”. O tráfico de drogas toma uma proporção que vai além dos limites de controle dos aparelhos de Segurança pública. O Estado endurece bruscamente. A política de execução, consubstanciada na figura de premiação por bravura, concedida aos policiais que matavam indivíduos nas favelas e também em outras áreas periféricas da cidade, é algo garantido por alguns gestores das instituições de segurança pública, a ponto de servir como



bônus no cumprimento de serviço do operador de segurança. A idéia de controle desses espaços então chega ao seu limite.

Assim, esta última década é marcada por conflitos constantes. As estatísticas de mortes ligadas aos confrontos entre policiais e traficantes, tomam as páginas de todos os jornais. Diversas manifestações são feitas por moradores dessas localidades, denunciando maus tratos por parte dos aparelhos de segurança pública. Organizações ligadas aos direitos humanos começam a cobrar do Estado uma atitude diferente em relação a esses espaços e aos indivíduos que neles residem. “Nenhum tipo de ação do Estado na área da segurança pública era constatado dentro das favelas que não fosse o uso da força”. Esse era um dos argumentos mais fortes utilizados por essas organizações, ao reivindicarem uma ação mais eficaz do Estado no que se refere à construção de alternativas positivas.

Entretanto, surpreendentemente o final dos anos 90 começa a apresentar iniciativas promovidas por novos atores sociais nas favelas, resultado de manifestações anteriores, como a reivindicação por justiça feita em memória das pessoas assassinadas em Vigário Geral e também a manifestação das Mães de Acari, que reivindicavam justiça pela morte de seus filhos por policiais. Neste sentido, vários projetos começam serem viabilizados para estes espaços. Grupos culturais utilizam a própria realidade como objeto de expressão artística, para se afirmarem como cidadãos e também para denunciar a ausência e a violência do Estado em seu território. Este período da história marca uma mudança de atitude da favela. Vários atores sociais, oriundos desses espaços ganham visibilidade. Surgem falando sobre a sua própria realidade, ao mesmo tempo em que biografias e trabalhos acadêmicos começam a serem produzidos e discutidos dentro das universidades. Há um outro olhar sendo construído nesses espaços e sobre esses espaços e o que é mais interessante, fomentado principalmente pelos próprios atores locais.

Apesar destas mudanças identificadas no território, os mecanismos de controle do Estado no início do 2000 intensificam-se drasticamente. Não se fala mais em abordagem, averiguação e até prisão. O controle deste território pelo Estado se constitui através do confronto direto. Os indivíduos moradores desses locais tornaram-se alvo direto de discriminação, desconfiança e medo, por toda Sociedade. Desse modo, passou-se a valorizar a política de repressão nos espaços das favelas, pautadas na pouca tolerância, na morte e não garantia de direitos como cidadãos. Isso se dá pelo fato desses territórios a cada ano ou cada dia, agregarem mais poderio de fogo. Armas sofisticadas, que nem mesmo a polícia era autorizada a utilizar eram encontradas nesses locais. Por esse motivo, a sensação de fragilidade da “sociedade” e o medo,





influenciados também por uma parte da opinião pública, tenha talvez ajudado os aparelhos de segurança a aumentarem a carga de enfrentamento nesses territórios.

No entanto, o final da primeira década do sec.XXI(2000) é marcado finalmente, por uma entrada do Estado nos territórios de favelas de outra forma que não pela repressão. Programas para jovens são criados. Convênios com empresas para financiamento de projetos são colocados em pratica, sob a responsabilidade do Governo. Programas como o Pró-Jovem e PROTEJO, marcam essa inserção nas favelas. A questão da segurança Pública nesses espaços, apesar de resultados negativos ainda existentes, começa a dar outros sinais. “Cafés comunitários” que reuniam batalhões de policia e populações de favelas são organizados. Intervenções permanentes da policia são programadas e eram de certo modo, colocadas em pratica, ao contrario daquelas que ocorriam anteriormente que eram tópicas, violentas e de curta duração. Claro que não deixaram de existir. O que ocorre neste momento é uma nova proposta no que diz respeito às incursões que deveriam ser feitas de maneira calculada, incorporando o discurso de proteção ao morador e valorizando o cumprimento da lei de maneira integra e formal.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é criado com o objetivo de intervir em áreas urbanas precárias, removendo e construindo novas habitações, sob o perfil do dialogo e da participação comunitária.

As UPP’S,(Unidades de Policia Pacificadora) são colocadas em pratica. Principal estratégia de atuação do Governo Estadual, têm o objetivo de ocupar permanentemente as favelas do Rio de Janeiro, de forma pacífica. Cerca de 19 comunidades já haviam sido ocupadas até o final de 2011, sendo considerado algo inédito nunca feito por qualquer outro governante. Os resultados vinham se apresentado como positivos, apesar de problemas que eram detectados com a permanência da polícia no território. A relação, por exemplo, entre policiais e moradores em algumas comunidades, que chegam a hostilizar militares ou expressar repulsa pela presença dos mesmos em sua localidade. No entanto, a maioria das pessoas, no inicio da ocupação, não esboçavam essas reações. Havia o sentimento de proteção que se misturava com o sentimento de continuidade do programa. Vamos ver algumas entrevistas colhidas em jornais colocadas neste trabalho mais a frente. A questão para os moradores é se após os eventos programados para a cidade do Rio de Janeiro, tudo não voltaria a ser como antes ou pior.

Em 2009, sustentando uma visão crítica, a Socióloga Julita Lemgruber, em entrevista para o Jornal do Brasil, afirma que esta ação é apenas uma gota no oceano. Segundo ela, “Este processo desenvolvido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro não abrange a totalidade do



problema”, pois existem cerca de 1020 favelas em todo o Rio de Janeiro. Na opinião da especialista, o Governo não teria um efetivo que garantisse uma ocupação em todos os territórios dominados por gangues criminosas. Julita Lemgruber não acredita na política do confronto, para ela esta prática fracassou, embora ela não reprove a ocupação nas favelas, mas sim a falta de critério da polícia e seu histórico de truculência que manteve dezenas de pessoas inocentes sob sua mira. A questão que coloca é que “a política da violência, não diminui o problema, ao contrario faz aumentá-la em proporções muito maiores” (Jornal do Brasil, 2009).

Sobre conflitos gerados com o tráfico de drogas em 2009, o jornal o “O Globo” informou que 100.267 alunos da rede pública municipal, haviam sido impedidos de freqüentar a escola ou creche, por pelo menos um dia letivo em razão dos tiroteios. Depois disso, varias matérias abordaram o retorno da tranqüilidade nas favelas ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. Em relação às festas de final de ano, por exemplo, o Jornal publicou a seguinte manchete; **“UPP devolve a paz a dois morros”**. Nesta reportagem, ressalta-se a implantação de mais uma Unidade de Polícia Pacificadora no Morro dos Tabajaras na Zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo as informações registradas, cerca de 110.000 moradores de favelas do Rio de Janeiro estariam livres das garras do tráfico de drogas. Mesmo assim, a população do morro dos Tabajaras, ainda desconfiada, solicita a entrada de projetos sociais na sua comunidade, pois entendem que serão estes os caminhos que a livrarão realmente do tráfico de drogas (O Globo, caderno Rio, “UPP devolve a paz a dois morros, 18 Dezembro 2009. Pág., 10)

“O Jornal o Globo de 31 de Dezembro de 2009, por exemplo, traz o seguinte título, em matéria no caderno retrospectiva 2009”: **“O Rio encurrala o trafico”**. Nesta matéria, aparece a foto de um menino negro, brincando de se pendurar em um policial no morro Dona Marta. O fato é inusitado no cenário de repulsa que se consolidou nas favelas durante muito tempo em relação aos aparelhos de Segurança Pública. O jornal ressalta o fato de se acreditar ter vencido uma primeira barreira contra o trafico de drogas, que é o restabelecimento gradativo da confiança da população nos órgãos de proteção (O Globo, caderno Rio: “O Rio encurrala o trafico”. 31 Dezembro 2009, pág., 13)

Neste mesmo caderno, outra matéria fala sobre **“redenção das favelas”**, na qual um policial aparece brincando de consertar uma pipa com uma criança. Neste caso, a matéria mostra a ampliação das UPPS, que já haviam tomando conta de pelo menos uma favela da Zona sul, o Dona Marta, onde, segundo o jornal, os roubos de carros, por exemplo, teriam caído 44%. Noutro extremo da cidade, outra favela foi ocupada (Cidade de Deus), e após essa ação, o numero de homicídios teria caído 82%. Ao mesmo tempo, diz o Jornal, a repressão ao uso de



drogas, antes permitidas nas favelas, teria aumentado 100% no Dona Marta e 550% na Cidade de Deus (O Globo, caderno Rio, “Redenção da Favelas”.31 Dezembro 2009pág 13)

Outra matéria produzida pelo Jornal “O Globo”, sobre as UPPS apresenta resultados que surpreendem devido ao pouco tempo de intervenção nas localidades. Por exemplo, a matéria intitulada: “**A implantação das UPPS na Cidade de Deus**”, mostra os seguintes resultados; “As UPPS chegaram à localidade em Fevereiro do ano passado. Daquela data até o momento, houve uma queda em vários índices de criminalidade, apesar de ainda haver uma resistência do tráfico em algumas partes do território. ”Segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre Novembro de 2008 e Novembro de 2009, o numero de homicídios diminuiu de 34 para seis; os autos de resistência (mortes em confronto com policiais) caíram de 20 para dois; a apreensão de drogas aumentou de 56 para 364; e o numero de prisões subiu de 58 para 185. Diante desses números, o Secretario e Segurança Pública José Mariano Beltrame, ao ser interpelado pelo jornal sobre a eficácia das UPPS, argumentou que o Estado esta devolvendo o morro aos moradores. A prioridade, segundo o Secretario, é devolver o território aos seus verdadeiros donos” (O Globo, caderno Rio, “A implantação da UPPs na Cidade de Deus”.31Dezembro 2009,pág.,10)

Saltando para o ano de 2012 a 2014 , o cenário relacionado à política de pacificação mudou. Diversas denuncias sobre arbitrariedades de policiais contra moradores foram detectadas. Na favela da Rocinha, um dos casos mais graves, o comandante da UPP local foi preso por ordenar a morte , tortura e sumiço do corpo de um morador que fora acusado de envolvimento com o tráfico de drogas. Noutras favelas como no complexo do Alemão, veiculavam-se notícias relacionadas a conflitos, mortes de moradores após o processo de ocupação. No complexo de São Carlos foram identificados policiais que recebiam propina do tráfico para fazerem vista grossa em relação ao comercio local , ainda existente. Todos esses problemas relacionados a essa política causaram um desgaste no governo , no programa e intensificaram o descrédito da população local na polícia e na política do governo vigente.

Paremos então para fazer a seguinte análise: Onde estão incorporados neste processo a construção do diálogo e da participação com o poder público com a população local? Como resolver um problema de vinte anos de ressentimento, isso se falarmos dos anos noventa até o dias de hoje, que ajude a dissolver o descrédito e o medo do morador dos aparelhos de segurança pública no território de favelas? Quais foram às parcerias sociais realizadas no processo de pacificação que auxiliaram no processo de mudança do território que não através da ocupação? Qual o poder de voz destas populações locais no que diz respeito à capacidade de



monitorar ,denunciar e propor novas praticas e projetos sociais nestes territórios?Não indagar sobre essas e outras questões é deixar lacunas importantes abertas , que sob nosso ponto de vista ajudariam na resignificação de fato desses territórios.

### **Considerações Finais:**

Norbert Elias no livro : Estabelecidos e Outsiders, discute sobre processos de exclusão , discriminação, pré-conceito, a partir de uma pesquisa realizada em uma comunidade chamada Winston Parva. Nesta localidade o autor relata que , grupos de indivíduos , discriminavam outros indivíduos apenas pelo fato de serem antigos em seus territórios. Entretanto, esta simples forma discriminatória de um grupo pelo outro suscitavam outras formas de exclusão e justificativas para tais atos. Nesse sentido , não querer o outro grupo compartilhando do mesmo espaço se dava pelo fato de serem considerados forasteiros, não pertencentes ao território e sem laços estabelecidos ao longo do tempo. Deste modo, o grupo que se considera coeso, dirá o autor que este exercerá o poder sobre o outro , mais enfraquecido no que diz respeito aos vínculos familiares e locais. serão implacáveis.

Não querer um grupo estranho ao seu redor faz com que diversas formas de exclusão sejam colocadas em pratica. A associação a assiduidade , marginalidade, cor da pele, condição econômica, dentre outras formas de discriminação podem ser acionadas no grupo e nos indivíduos , a partir do momento em que as posições sociais de cada um estejam xeque. No caso desses grupos estudados por Norbert Elias , havia a questão voltada para a antiguidade territorial que estabeleciam relações de poder. Não eram aspectos raciais , econômicos, habitacionais, mas sim o fato de um grupo pertencer mais tempo no território do que outro. A questão complexa colocada pelo autor é que o grupo fragilizado em vários momentos ou situações , assumia essa condição de inferior e subjugava-se a tal relação de poder. Como reverter essa questão de modo positivo? Isto é, transformando aquilo que hora era negativo em reações positivas de enfrentamento?

Os indivíduos das favelas cariocas hoje estão vivendo circunstâncias críticas no que diz respeito a pensar, discutir e exercitar em suas localidades questões como: segurança, cor, inclusão social, políticas públicas, sentimento de pertencimento e deslocamento territorial. As ações do poder público no momento atual, se colocam muito longe de resolver tais questões, ao contrário, agravaram-nas pelo fato de que nestes territórios, longe de serem iguais a Winston Parva onde apenas um aspecto criava situações de diferenciações entre os grupos, nas favelas



cariocas vários aspectos como os já citados formam um conjunto de exclusões promovidas muitas vezes por grupos já estabelecidos.

Não podemos dizer que a favela hoje é um espaço da passividade, onde as pessoas que nela residem, não buscam inserção no mundo, que são apáticas, etc. A seu modo, no mundo contemporâneo, este território mostra o seu rosto. Ora através do conflito armado que invade a cidade, ora com o Funk que abole momentaneamente as diferenças extremas entre favela e asfalto, hora com o Rap ou Grafite, que busca uma construção de identidade marcada pela autenticidade da cultura local. Enfim, há uma nova característica apresentada por este espaço urbano, cabendo à sociedade entender, participar com outro olhar sobre essas questões, auxiliando na construção de e um espaço de todos. Não existe para isso, tarefa ou solução fácil, afinal há mais de um século que estes espaços existem e poucas políticas foram implementadas para mudança do seu perfil. Sendo assim, não será do dia para noite que se dará a construção de uma cidade melhor, mas será mudando a forma de perceber e de lidar com os territórios e grupos sociais tradicionalmente excluídos que chegaremos resolução gradativa de problemas tão contundentes e que são de responsabilidade de toda a sociedade.



### Referências bibliográficas:

- SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luís. *Favela; alegria e dor na cidade*; R.J: Ed. SENAC- Rio. 2005
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio Janeiro: 1907-1930*. R.J: Ed Rocco. 1997
- NASCIMENTO, Abdias. *Drama para Negros e Prólogo para Brancos*; R.J: Ed Teatro Experimental do Negro (TEN). 1961
- SENTO SÉ, João Trajano. *Prevenção da Violência: o papel das cidades*.RJ; civilização Brasileira; 2005.
- La BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*.São Paulo;Brasiliense,1982.
- HALL,Stuart.*A identidade cultural na pós-modernidade*,Rio de Janeiro:DP&A ed.,2002.
- AUGÉ,Marc.*Não Lugares;Uma introdução a antropologia da super modernidade*,São Paulo:Papirus,4º Ed,1994.
- O GLOBO,jornal.Morros com UPPs terão festa com gringos,*In:Caderno Rio*,R.J,31de Dezembro , 2010, pag11-11.
- O GLOBO,jornal.*A redenção das Favelas*,*In:Caderno especial*,R.J,31 de Dezembro de 2010, pág.3-3.
- O GLOBO,jornal.No Pavão –Pavãozinho, a festa da integração ,*In: Caderno Rio*,R.J, 01 de Janeiro de 2010, pág.11-11.





## **A SELETIVIDADE CRIMINALIZANTE E O USO DA LEI Nº. 12.850/2013 COMO INSTRUMENTO DA RAZÃO DE ESTADO**

FEITOSA, Heloisa de Carvalho

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal*

*Fluminense – PPGDC-UFF*

*E-mail: heloisacfeitosa@gmail.com*

213

### **RESUMO**

O presente trabalho monográfico se ocupa da verificação do eventual reforço à seletividade criminalizante do Direito Penal em face da entrada em vigor da Lei nº. 12.850/2013. O Direito Penal atua de forma seletiva, tanto no que diz respeito à criminalização primária (tipificação de determinadas condutas como criminosas), quanto na criminalização secundária (persecução penal com imputação aos supostos delinquentes dos tipos penais e punição efetiva). Essa seletividade é produto da Razão de Estado que traduz o princípio de inteligibilidade da atuação dos órgãos estatais orientados para a autopreservação e para a concretização de determinadas finalidades de quem está no poder. Na pesquisa em questão buscou-se enfocar o tema a partir de uma perspectiva de criminologia crítica e de direito penal crítico.

**Palavras-chave:** Seletividade criminalizante. Razão de Estado. Crime organizado.

### **ABSTRACT**

This monograph is concerned with the verification of possible strengthening in criminal law criminalizing selectivity in face of the entry into force of Law nº. 12.850/2013. Criminal law acts selectively, both with regard to primary criminalization (classification of certain conduct as criminal), as the secondary criminalization (criminal prosecution of offenders charged with alleged criminal types and effective punishment). This selectivity is the product of Reason of State reflecting the principle of intelligibility of action oriented to self-preservation of state agencies and to the achievement of certain goals of those in power. In research question we sought to focus on the issue from a perspective of critical criminology and criminal law critical.

**Key-words:** Criminalizing selectivity. Reason of state. Organized crime.

### **1. Introdução**

A Lei nº. 12.850/2013, de 02 de agosto de 2013 foi amplamente festejada pela doutrina. Isso porque o diploma normativo em questão aperfeiçoou o conceito de “organização criminosa” (art. 2º da lei em comento) e trouxe a previsão de sanção a ser aplicada ao delito em questão, diferenciando-o da “associação para o crime” (art. 288 do CP) e da “constituição de milícia privada” (art. 288-A, CP).



É bem verdade que a lei ora em estudo pôs fim a uma série de questionamentos e discussões doutrinários no que tange ao delito de organização criminosa. Verdadeira também é a alegação da existência de lapsos no diploma normativo em questão e a abertura que o diploma legal promove para o tratamento desigual de certas modalidades de delito, resultando em beneficiamento da alta criminalidade.

Ante o exposto, o presente estudo foi desenvolvido com a pretensão de responder aos seguintes questionamentos: o direito penal e seus mecanismos de atuação refletem uma seletividade punitiva e criminalizante? A nova lei sobre o crime organizado reforça a seletividade punitiva e criminalizante do direito penal? De que forma os seus mecanismos trabalham ou não para esse reforço?

Far-se-á uma abordagem analítica dos principais pontos do diploma normativo em comento, a fim de destacar, a partir da adoção de uma perspectiva de criminologia crítica, o seu caráter político e a opção do Estado brasileiro de ampliar o nível da seletividade punitiva do direito penal no ordenamento pátrio.

Por criminologia crítica entende-se a abordagem do fenômeno da criminalidade levando em consideração todos os elementos envolvidos na sua concretização. Crítica no sentido de reconhecer a necessidade de consideração de aspectos sociológicos para entender o crime, bem como por refutar o mito da igualdade entre os cidadãos que se encontra no fundamento da ideologia penal da defesa social. O mito da igualdade pode ser resumido no entendimento de que o Direito Penal protege igualmente a todos os cidadãos contra as ofensas aos bens essenciais, cuja preservação seria de interesse de todos os cidadãos; e na concepção de que a lei penal é aplicada de forma igual para todos, a ponto de todos os autores de condutas tidas como violadoras das normas penais terem igual chance de se tornar alvo do processo de criminalização (BARATTA, 2002, p. 162).

Para o desenvolvimento do trabalho fez-se uso de revisão e pesquisa bibliográficas. Impende destacar que revisão bibliográfica e pesquisa bibliográfica não se confundem, sendo aquela uma das etapas desta (bem como de toda e qualquer pesquisa). Adota-se a noção de pesquisa bibliográfica de Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamasso Miotto, exposta no artigo *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*:

não raro a pesquisa bibliográfica apareça como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto



ordenado de procedimentos e de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. (LIMA, MIOTO, 2007).

A pesquisa em comento foi concebida em uma abordagem qualitativa em perspectiva crítica, na linha metodológica de sentido crítico-metodológico, alinhada à vertente teórico-metodológica e jurídico-sociológica.

A pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA, 2001, p. 20), de forma que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são as bases do processo de pesquisa. Cumpre esclarecer em que sentido o trabalho proposto centrou-se na linha metodológica de sentido crítico-metodológico, de vertente teórico metodológica. Para tanto, se toma por parâmetro a classificação elaborada por Miracy B. S. Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias.

Para as autoras citadas, a linha crítico-metodológica sustenta duas teses: 1ª) o pensamento jurídico é tópico e problemático, ao invés de dedutivo e sistemático, tese que trabalha com a razão prática e com a razão prudencial como formas de se chegar a uma decisão jurídica; 2ª) compreende o Direito como uma rede complexa de linguagens e significados (2006, p. 21). A vertente jurídico-sociológica busca compreender o Direito no ambiente social de forma mais ampla, entende que o mesmo depende da sociedade (GUSTIN, LIMA, 2006, p. 22); se ocupa do sentido de eficácia, de realização concreta dos objetivos da norma.

Posto isso, trabalhou-se com a concepção de Direito Penal desenvolvida por Eugênio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista na obra *Direito Penal Brasileiro – I*, bem como com os conceitos de criminalização primária e criminalização secundária, orientação seletiva da criminalização secundária, seletividade e vulnerabilidade. Complementou-se o esforço teórico com a conceituação desenvolvida por Michel Misse (*apud* MOUZINHO, 2007) sobre a criminação, incriminação, criminalização e sujeição criminal.

A fim de demonstrar o caráter político abordou-se a definição de razão de Estado delimitada por Michel Foucault em sua obra *Segurança, território e população* (2008). Com o escopo de enriquecer as respostas encontradas observou-se as ideias de alguns autores como Alessandro Baratta e Orlando Zaccone. Isso para demonstrar a diferença de tratamento dado pelo Estado aos criminosos que cometem delitos “comuns” e aos que cometem delitos contra a ordem econômica, relacionando a teoria com trechos das previsões contidas na lei. A fim de ilustrar o quão enraizado é o tratamento diferenciado devotado ao sujeito a depender de sua



proveniência, a ponto de refletir na formação da cidadania brasileira, fez-se breve diferenciação entre pessoa e indivíduo, baseada na lição de Roberto Damatta (1979).

Por fim, analisaram-se os instrumentos previstos na Lei nº. 12.850/2013, relacionando-os com o reforço a seletividade punitiva e com a clara incidência da razão de estado, revelada na opção por reforçar a criminalização de um dado estereótipo de criminoso. A fim de ilustrar o uso da nova lei de organizações criminosas como instrumento de reforço à seletividade criminalizante, com fulcro de coibir condutas indesejáveis para o Estado realizou-se análise acerca do enquadramento de diversos manifestantes envolvidos nas jornadas de junho de 2013 com base na lei.<sup>1</sup>

## 2. A seletividade criminalizante e os processos de criminalização

O Direito Penal é um saber jurídico composto por dados do mundo selecionados a partir de uma determinada intencionalidade. Nessa esteira, impende observar a trajetória histórica do saber para se identificar qual a sua intencionalidade, qual a sua opção política, conforme asseveram Zaffaroni e Nilo Batista:

Todo saber se manifesta como um processo no tempo. A definição atual do seu sentido e de seu horizonte de projeção é sempre precedida por outras. Seus horizontes mudam em função de revoluções epistemológicas e mudanças de paradigmas científicos. Uma ciência que considere seu horizonte marcado para sempre estará morta. Tais horizontes são construídos sobre os restos de seus precedentes, como os corais. Por isso, em todos os saberes é necessário distinguir entre sua definição atual e seu conceito histórico e, em todo caso, é indispensável estabelecer a diferença entre: a) o direito penal histórico, como processo de conhecimento do saber referido ao poder punitivo, com seus diversos e sucessivos horizontes e objetivos políticos; e b) a definição do direito penal atual, como seu momento contemporâneo e sua proposta de futuro imediato. Cabe precisar que não se trata de dois conceitos opostos, mas

<sup>1</sup> Em junho de 2013 o Brasil vivenciou a eclosão de uma série de manifestações populares em diversas cidades. Tais manifestações eclodiram a partir do aumento das passagens de ônibus, e se desenrolaram em protestos marcados pela diversidade de demandas e pluralidade de propostas, sem, no entanto, haver formulação de um projeto a ser galgado. Entre as características marcantes do acontecimento que continua a reverberar na atualidade, observa-se, ainda, a não formação de uma subjetividade coletiva e a ausência de lideranças e organização que lhe dêem corpo e direcionamento. A reação estatal aos movimentos foi violenta, tendo havido diversos confrontos entre policiais e manifestantes, chegando a ponto de em um deles, ocorrer a morte de um cinegrafista que fazia a cobertura jornalística. A lei de organizações criminosas foi o instrumento utilizado para ligar os manifestantes e possibilitar a sua prisão durante o período da copa.



de duas visões temporais de um mesmo processo de conhecimento: uma longitudinal e outra transversal. Por isso, não é possível invalidar uma definição atual esgrimindo o argumento que deixa fora de seu horizonte entes que outrora foram abarcados por outros universos conceituais, porque isso faz parte da essência do saber humano e, com maiores razões, do saber jurídico, onde a teoria do garantismo responde à ideia do direito como processo histórico conflitivo. A progressividade também é da essência de qualquer saber (tende a acumular conhecimentos, a aumentá-los). As regressões (retornos a etapas superadas) são acidentes negativos em seu curso, daqueles contra os quais convém prevenir-se, incorporando a análise de seu conceito histórico. Isto é notório no direito penal, pois, com maior frequência que em outras disciplinas, aparecem, como descobertas, verdadeiras regressões: costumam ser festejadas quais novidades teóricas proposições correspondentes a etapas de menor conhecimento, ignorando-se a acumulação de saber posterior a elas. (BATISTA, ZAFFARONI, 2003, p. 42).

Para os autores é necessário ter em mente que o Direito é intrinsecamente valorativo, e o Direito Penal não foge a essa regra na elaboração das suas normas. Dada essa característica, torna-se crucial que o estudioso do Direito Penal abra a sua visão para observar esse ramo da ciência jurídica sob um viés sociológico, considerando a realidade e não somente o “dever ser”.

Como discurso político o Direito Penal possui uma finalidade política. Para se desvendar qual seria essa finalidade há que se analisar a forma com que trata o indivíduo, o Estado e a sociedade. Com essa intenção abordar-se-á a seguir os conceitos de criminalização primária e criminalização secundária (ZAFFARONI, BATISTA, 2003), bem como os de criminalização, incriminação, criminalização e sujeição criminal (MISSE, 2002).

### **2.1. Criminalização primária e criminalização secundária**

Todas as sociedades que institucionalizam e formalizam o poder nas mãos do Estado operam a seleção de um reduzido número de pessoas que se submetem à sua coação, sendo punidos. Como asseveram Zaffaroni e Nilo Batista (2003, p. 43), “esta seleção penalizante se chama criminalização e não se leva a cabo por acaso, mas como resultado da gestão de um conjunto de agências que formam o chamado sistema penal”.

Por *criminalização primária* entende-se “o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas” (BATISTA, ZAFFARONI, 2003, p. 43). Constitui ato formal fundamentalmente programático, ou seja, toma por base o dever ser, as finalidades do Estado, um programa que deve ser cumprido. Em geral é exercida por agências políticas e pelo parlamento.

Doutro lado, *criminalização secundária*



é a ação punitiva exercida sobre as pessoas concretas, que acontece quando as agências policiais detectam uma pessoa que supõe-se tenha praticado certo ato criminalizado primariamente, a investigam, em alguns casos privam-na de sua liberdade de ir e vir, submetem-na a agência judicial, que legitima tais iniciativas e admite um processo (ou seja, o avanço de uma série de atos em princípio públicos para assegurar se, na realidade, o acusado praticou aquela ação); no processo, discute-se publicamente se esse acusado praticou aquela ação e, em caso afirmativo, autoriza-se a imposição de uma pena de certa magnitude que, no caso de privação da liberdade de ir e vir da pessoa, será executada por uma agência penitenciária (prisonização). (ZAFFARONI, BATISTA, 2003, p. 43).

Observa-se, dessa forma, que o processo geral de criminalização envolve diferentes agências: a agência política – poderes legislativo e executivo – que exercem a criminalização primária; e as agências policiais – policiais, membros do Ministério Público, advogados, juízes agentes penitenciários – que efetuam a criminalização secundária.

## **2.2. Criminação, incriminação, criminalização e sujeição criminal: conceitos de Michel Misse**

Fazendo um paralelo com a conceituação realizada por Michel Misse observa-se que, para o referido autor, o processo de *criminação* se verifica quando há a transferência para o Estado do enfrentamento de determinado evento. Assim, fala-se em *criminação* somente quando o aparato estatal toma conhecimento do ocorrido e inicia a sua atuação. Observa-se que o conceito definido é bem próximo do que Zaffaroni e Batista denominam de *criminalização secundária*. A *incriminação*, por sua vez, se verifica com o processamento e condenação de um dado acusado.

A *criminalização* para Misse consiste na mera tipificação, previsão de uma conduta como criminosa. Nota-se que o conceito em questão equivale ao que Zaffaroni e Batista denominam de *criminalização primária*. E, por fim, a *sujeição criminal* consiste na auto-identificação do sujeito com um perfil criminoso que lhe é imputado (o sujeito se reconhece como criminoso).

Uma vez que a criminalização primária revela-se um programa extenso e a capacidade de atuação das agências de criminalização secundária é limitada, estas têm de atuar optando pela inatividade ou pela seleção dos fatos que serão efetivamente punidos. Essa seleção é efetuada basicamente pelas agências policiais e não é feita livremente, sendo condicionada por circunstâncias conjunturais variáveis. Entre essas circunstâncias pode-se citar a mídia e os empresários morais (ilustrados por Zaffaroni e Nilo Batista pelas figuras de um comunicador social após uma audiência, de um político em busca de admiradores, de um grupo religioso à





procura de notoriedade, etc. – p. 45). A atuação dos empresários morais sempre desemboca em um processo comunicativo, através do qual a seleção é direcionada e legitimada pela formação da opinião do senso comum. No caso das manifestações populares, tratadas aqui como *jornadas de junho* a mídia foi determinante para a legitimação da atuação repressiva do Estado.

A regra geral para a criminalização secundária ou criminalização acaba resultando na seguinte forma de seleção punitiva: fatos criminosos burdos ou grosseiros (crimes facilmente identificáveis); fatos cometidos por pessoas que causem menos problemas para o sistema, dada a sua falta de acesso ao poder político, econômico ou aos meios de comunicação em massa. Há que se observar, entretanto, que os interesses do Estado se sobrepõem a esse padrão de seletividade, de forma que quando ele se vê minimamente ameaçado age contra sujeitos que não se encaixam exatamente no perfil de vulneráveis sociais. Essa quebra de padrão pode ser observada quanto às prisões de manifestantes durante a copa, uma vez que a grande maioria era proveniente de classe média, com formação intelectual. Entretanto, nota-se que o aparato estatal encontra mais dificuldade de dar cabo à incriminação no caso específico dos manifestantes, exatamente pelo seu perfil. Conforme a classificação de Damatta (1979), a grande maioria dos manifestantes que foram presos durante a copa é *pessoa*<sup>2</sup> e não mero *indivíduo*. Vale abrir um parêntese, a fim de compreender o alcance do que se disse. Segundo Damatta há diferença entre os termos, de forma que *indivíduo* é o sujeito que se submete às leis gerais, é o ser abstrato, já *pessoa* consiste no ser especificado, localizado na teia das suas relações sociais.

Retornando ao tema da seleção, interessante notar que sua recorrência acaba por criar um estereótipo de criminoso, gerando um verdadeiro processo de estigmatização pelo encaixe de determinadas figuras no estereótipo do papel que lhe é atribuído. Esse processo de estigmatização impacta de tal forma que quem está fora do estereótipo tem de fazer grande esforço para ser punido caso cometa um delito (tendo como regra para si a impunidade). No que toca aos manifestantes presos das jornadas, acontece fenômeno intrigante: embora a grande maioria não possua um perfil de vulnerabilidade social, acaba por se tornar mais atingível e alvo certo da máquina estatal, vez que foi tecido um estereótipo (vândalos, arruaceiros) pelos empresários morais e pelo aparato estatal ao qual, para o senso comum, eles correspondem.

<sup>2</sup> Entre os detidos em razão da suposta formação de organização criminosa figuram professores universitários (inclusive um coordenador de pós-graduação de uma importante universidade pública do Rio de Janeiro), advogados, jornalistas e muitos estudantes de classe média.



A seletividade opera reforçando a sua reprodução, à medida que os crimes punidos com maior recorrência são apresentados pelos meios de comunicação como sendo os únicos crimes lesivos e seus autores como únicos e mais perigosos delinquentes. Essa divulgação, por sua vez, também contribui para a concretização do estereótipo no imaginário coletivo.

Sobre esse aspecto, interessante observar as palavras de Alessandro Baratta:

Estas conotações da criminalidade incidem não só sobre os estereótipos da criminalidade, os quais, como investigações recentes têm demonstrado, influenciam e orientam a ação de órgãos oficiais, tornando-a, desse modo, socialmente “seletiva”, mas também sobre a definição corrente de criminalidade, que o homem da rua, ignorante das estatísticas criminais, compartilha. Realmente, essa definição de criminalidade, e as correspondentes reações não institucionais por ela condicionadas (a reação da opinião pública e o *alarme social*) estão ligadas ao caráter estigmatizante que a criminalidade leva, normalmente, consigo, que é escassíssimo no caso da criminalidade de “colarinho branco”. Isto é devido, seja a sua limitada perseguição e à relativamente escassa incidência social das sanções correspondentes, especialmente daquelas exclusivamente econômicas, seja ao prestígio social de que gozam os autores das infrações. (BARATTA, 2002, p. 103).

Nesse diapasão, se tornam mais vulneráveis a criminalização secundária aqueles que possuem baixas defesas perante o poder punitivo. Seja porque suas características pessoais se enquadram nos estereótipos criminais, ou porque sua educação só lhes permite realizar ações ilícitas explícitas e, conseqüentemente, de fácil detecção, ou mesmo porque a etiquetagem suscita a assunção do papel correspondente ao mesmo (BATISTA, ZAFFARONI, 2003, p. 47).

### 3. Direito Penal e Razão de Estado

Para Michel Foucault (2008), o Estado constitui-se em ideia reguladora da razão governamental, na busca de uma racionalidade, de uma arte de governar, sendo de início um princípio de inteligibilidade do real. Dessa forma, o Estado é formado em um esquema de intelegibilidade de todo um conjunto de instituições estabelecidas antes do seu surgimento. E atua na coordenação de fatores pré-existentes, tentando ser fator de intelegibilidade do que é (da realidade) e do que deve ser (objetivos estratégicos do Estado).

Em sua atuação o Estado opera intervindo na realidade através da política. Desde o seu surgimento, como instituição necessária à convivência social pautada na justiça e não mais na força<sup>3</sup>, orienta suas intervenções sempre buscando a sua preservação. Vale dizer, enxerga-se a

<sup>3</sup> Em *O Leviatã* Thomas Hobbes entende o estado de natureza como um ambiente de barbárie e desordem geral, que só cessaria a partir do momento que os indivíduos se submetessem ao soberano que seria a personificação do Estado. Já John Locke no seu *Ensayo sobre el gobierno civil* concebia o



necessidade de governar racionalmente porque há um Estado e para que haja um Estado. E a razão de Estado reflete todas essas intervenções racionais orientadas à “sobrevivência” do Estado em sentido Luhmanniano<sup>4</sup>.

Não é forçoso ressaltar que o Estado busca manter-se e assegurar a consecução dos seus objetivos e finalidades tanto em face do seu povo, quanto em face de outros Estados. Foucault desenvolve a ideia de que no mundo pós - segunda guerra mundial, em que os Estados passam a conviver em uma sociedade internacional, sendo igualmente dotados de soberania, eles passariam a desenvolver visão concorrencial e a se sobrepor uns aos outros na seara das relações econômicas. Reconhece-se que o Império não é a vocação última de todos os Estados, não sendo a forma na qual um dia os Estados se fundirão. Abandona-se a intenção e a tendência de unificação (ótica imperial de conquistar territórios e mantê-los sob sua égide), para se adotar a ótica concorrencial de mercado, que oportuniza revoluções reais (perceptíveis na vida dos indivíduos) e no plano dos mecanismos que asseguram a riqueza e o poder das nações.

No entanto, essa ótica concorrencial é bem mais complexa do que a simples busca de dominar faticamente a outra nação. Há que se estabelecer um equilíbrio para que a dominação não resulte em aniquilamento das demais nações, na impossibilidade de sua sobrevivência. A concepção das relações entre os Estados sob o prisma da concorrência, em detrimento do da rivalidade, que vigorara até então, provoca, como dito, transformações, revoluções.

Entre essas transformações destacam-se as formas de valorização e de aferição de riqueza de um Estado. Sob o prisma da rivalidade a riqueza do príncipe era encarada como um dos fatores de poder do Estado e suas posses aferidas com base na extensão de suas terras e no volume de bens materiais que possuía. Ao revés, sob o prisma da concorrência a riqueza do Estado é vista como a sua força e passa a ser aferida pela análise das forças sólidas de que dispõe, tais como as riquezas naturais, seus recursos hídricos, possibilidades comerciais,

---

estado de natureza como um estágio de completa liberdade para dispor do próprio segundo as leis naturais, de forma que a pena vem a tutelar o direito de todo homem de defender a humanidade, tutelando direitos essenciais; sendo assim, o criminoso que viola algum desses direitos naturais fundamentais torna-se inimigo da humanidade, merecendo a sanção.

<sup>4</sup> Niklas Luhmann trabalha a partir de uma visão sistêmica a noção de autodiferenciação dos sistemas com o intuito de simplificar as suas funções e assegurar a sua sobrevivência em um ambiente complexo. O Estado visto como sistema orienta as suas intervenções com o intuito de sobreviver ao meio, de perdurar, ainda que de forma diferente, reconhecendo mais ou menos direitos aos cidadãos a depender do contexto social, político e cultural vigente.



situação de balanço de trocas, etc. Nota-se, ademais, modificação também na maneira pela qual se dá a formação de alianças em casos de enfrentamentos: no prisma da rivalidade as alianças eram formadas lastreadas em relação de parentesco entre os príncipes das nações; já no prisma da concorrência são motivadas pela combinação provisória de interesses das nações envolvidas.

O Estado passa a enxergar a importância de aumentar as suas forças, que seriam constituídas de suas riquezas sólidas e de alianças políticas de cunho provisório. A força como novo elemento da razão política passa a ter por objeto principal a utilização e o cálculo das forças dos demais Estados. Dessa forma, o pensamento político se desenvolve pretendendo ser a um só tempo uma dinâmica de forças e uma estratégia.

Os Estados do Ocidente criam dois grandes conjuntos para pôr em prática essa nova forma de racionalidade governamental, quais sejam, o dispositivo diplomático-militar e a polícia. Esses grandes conjuntos formam mecanismos que se ocupam do objetivo de manter a segurança, a partir da intervenção nas relações de força e no incremento da mesma sem que haja a ruptura do conjunto – Estado. A convivência entre os Estados passa a ser orientada pelo ideal da paz universal, havendo intervenção sempre que necessário para a manutenção do equilíbrio entre as forças de cada um.

“É esse o objetivo, para garantir essa segurança na qual cada Estado poderá efetivamente aumentar suas forças, sem que o aumento das suas forças seja causa da ruína para os outros e para ele próprio” (FOUCAULT, 2008, p. 402).

Finalizando a sua abordagem da Razão de Estado, Foucault destaca que as nações se utilizam de alguns instrumentos para a manutenção dessa paz universal, por óbvio, precária, frágil e provisória. O primeiro instrumento seria a guerra: de forma paradoxal há a concepção do dever de guerrear sempre que a paz estiver ameaçada pelo comportamento de uma dada nação. A guerra agora passa a ser do Estado – vale dizer, da Razão de Estado – e não mais do Direito, vez que pode ser deflagrada por um simples descumprimento de regra diplomática. O argumento do avilte a um direito é deixado de lado, sendo a mais das vezes mascarada a banalidade do conflito pelo uso de um argumento jurídico-procedimental<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Em sentido semelhante observa-se a crítica feita por Costas Douzinas em *O fim dos Direitos Humanos*. Na obra o autor denuncia uma série de atrocidades e máculas a direitos cometidas em nome da defesa dos direitos humanos. Usa no título engenhosamente a palavra *fim* em duplo sentido: de encerramento, aniquilamento dos direitos humanos e de seu uso como finalidade, como discurso que justifique ações estatais violentas.



No fundo, já não é necessário alegar uma razão jurídica para deflagrar uma guerra. Tem-se perfeitamente o direito de alegar, para deflagrar uma guerra, uma razão puramente diplomática – o equilíbrio está comprometido, é necessário restabelecer o equilíbrio, há um excesso de poder de um lado e não se pode tolerá-lo. Claro, vai-se achar um pretexto jurídico. [...] se a guerra perde a sua continuidade em relação ao direito, vocês percebem que ela recupera outra continuidade, e essa outra continuidade, claro, é a continuidade em relação à política. [...] é a partir desse momento que surge o princípio que, como vocês sabem, será formulado quase duzentos anos depois por alguém que dirá: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. (FOUCAULT, 2008, p. 404).

O segundo instrumento posto a serviço da paz universal seria o instrumento diplomático. Na sociedade de nações há a necessidade de criação de regras através de acordos entre os Estados que regulem as suas relações e trabalhem em prol do equilíbrio.

Na versão original da obra Foucault ainda levanta um terceiro instrumento que seria a manutenção de um organismo de investigação e espionagem, hábil a manter o Estado ciente da força dos outros Estados, a fim de poder se manter preparado em caso de eventual conflito. Aliada a esse organismo de espionagem, o autor ressalta a necessidade de manutenção de um dispositivo militar permanente e forte, de grande envergadura e inteligência como instrumento de garantir-se contra ataques.

### **3.1.A Lei nº. 12.850/2013 como instrumento da Razão de Estado**

Tomando-se como base o esforço doutrinário anterior, observa-se que o Estado como coração da organização social, econômica e política atua com vistas a se manter e manter a ordem e controle necessários à sua segurança.

A Razão de Estado traduz os mecanismos de que o Estado se vale para se rearranjar sempre visando a sua preservação e manutenção. Assim, resta evidente que Estado não concede direitos por reconhecer o seu louvor, concede por ser necessário à sua sobrevivência, como forma de anestesiamento de pressões e movimentações que possam levar ao caos e à sua desestabilização. Entretanto, no que tange a seara penal, a adoção de tratamentos benéficos a um dado grupo de autores de delitos, promovida pela nova lei de organizações criminosas, ainda que visando um fim maior de desarticulação da criminalidade organizada e de ressarcimento dos cofres públicos no caso de crimes contra a ordem financeira, acabam por evidenciar essa opção política e deslegitimar a pena e a criminalização.

Ao mesmo tempo, por ter requisitos demasiadamente subjetivos, permite o uso do diploma legal e do enquadramento no crime de organização criminosa do que seja conveniente aos interesses do Estado.



Nesse diapasão, há que se considerar que ao legislar e tipificar determinadas condutas o Estado está sim tomado por essa finalidade maior de sobrevivência, e imbuído de estratégias implícitas que vão muito além das justificativas apresentadas nos preâmbulos das leis e nos seus processos de elaboração.

Nesse sentido, vale atentar para as palavras de Orlando Zaccone, na obra *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*:

O sistema punitivo se apresenta, no contexto da criminologia crítica, como um subsistema reprodutor das relações de poder e propriedade existentes, sendo um instrumento que vai muito além da tutela de interesses e direitos dos indivíduos. Todos os sistemas penais, na lição de Zaffaroni, apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que cancelam o discurso jurídico penal. (ZACCONE, 2007, p. 70).

224

O autor prossegue citando Zaffaroni,

A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício do poder de todos os sistemas penais. (ZACCONE, 2007, p. 70).

Torna-se explícito que a pena possui finalidade outra qualquer que não coincide com a ressocialização, utilizada como justificativa para a privação da liberdade de forma retórica. Afinal, como leciona Alessandro Baratta o cárcere apresenta mais efeitos criminógenos do que de reeducação.

A comunidade carcerária tem, nas sociedades capitalistas contemporâneas, características constantes, predominantes em relação às diferenças nacionais, e que permitiriam a construção de um verdadeiro e próprio modelo. As características deste modelo, do ponto de vista que mais nos interessa podem ser resumidas no fato de que os institutos de detenção produzem efeitos contrários à reeducação e à reinserção do condenado, e favoráveis à sua estável inserção na população criminosa. O cárcere é contrário a todo moderno ideal educativo, porque este promove a individualidade, o auto-respeito do indivíduo, alimentado pelo respeito que o educador tem dele. As cerimônias de degradação no início da detenção, com as quais o encarcerado é despojado até dos símbolos exteriores da própria autonomia (vestuários e objetos pessoais), são o oposto de tudo isso. A educação promove o sentimento de liberdade e de espontaneidade do indivíduo: a vida no cárcere, como universo disciplinar, tem um caráter repressivo e uniformizante. (BARATTA, 2002, p. 183-184).

Ainda abordando os efeitos nocivos da privação de liberdade o aludido autor prossegue:

Exames clínicos realizados com os clássicos testes de personalidade mostraram os efeitos negativos do encarceramento sobre a psique dos condenados e a correlação destes efeitos com a duração daquele. A conclusão a que chegam estudos deste gênero é que “a possibilidade de transformar um





delinquente anti-social violento em um indivíduo adaptável, mediante uma longa pena carcerária, não parece existir” e que “o instituto da pena não pode realizar a sua finalidade como instituto de educação”. (BARATTA, 2002, p. 184).

O direito penal incide de forma diversa para pessoas que estão enquadradas em um determinado estereótipo, sendo as mesmas criminalizadas de forma muito mais fácil do que outras. Os benefícios como o perdão e a extinção de punibilidade aventados na Lei nº. 12.850/2013 possuem um resultado bastante nocivo no sentido de demonizar a criminalidade comum e reforçar velhos estigmas mantidos em nossa sociedade desde tempos remotos.

A Lei nº. 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. A lei em questão revoga a Lei nº. 9.034/1995 que se prestava à disciplinar a matéria e altera outros tipos penais correlatos como o antigo tipo de quadrilha ou bando.

Dessa forma, passam a existir três diferentes tipos penais: a) Associação criminosa, tipificada no art. 288 do Código Penal, com pena de reclusão de 1 a 3 anos; b) organização criminosa, tipificada no art. 2º, da Lei nº. 12.850/2013, com pena de reclusão de 3 a 8 anos; c) constituição de milícia privada, tipificada no art. 288-A, com pena de reclusão de 4 a 8 anos.

A diferença entre os tipos é que para a configuração de associação criminosa é dispensável a presença de estrutura ordenada e divisão de tarefas, a reunião se dá com a finalidade de cometer crimes dolosos, visando ou não vantagem para o grupo. A configuração da organização criminosa exige a estrutura ordenada e a divisão de tarefas, ainda que informalmente, e tem o fim de cometer infrações penais com o objetivo de auferir vantagem de qualquer natureza. Já na constituição de milícia privada o requisito indispensável é a formação de organização paramilitar, sendo a busca de vantagem dispensável, e presente a finalidade de praticar crimes.

Assim, quanto ao conceito de organização criminosa, nota-se a modificação no número mínimo de integrantes, que passa de três para quatro, bem como na natureza das infrações penais praticadas pelo grupo, vez que passam a ser admitidas as contravenções, pelo uso do vocábulo “infrações penais” em detrimento de “crimes”.

No caso em análise da imputação do crime de organização criminosa aos manifestantes das jornadas de junho, o inquérito corre em sigilo e não há maiores informações sobre as provas que sustentariam os indícios do intuito de prática delitiva ou a existência de organização no grupo. O que salta aos olhos é que a decisão que decretou as prisões temporárias e mais recentemente as preventivas não encontra fundamentação adequada e não formula a



individualização da conduta de cada um dos manifestantes<sup>6</sup>, revelando indício de manobra a fim de desarticular injustificadamente as manifestações durante a copa. É a Razão de Estado trabalhando para a manutenção da situação “em ordem”.

Ademais, o Direito Penal lida com fatos, de maneira que a punição de meras suposições acerca da possibilidade da prática de algum delito caracterizaria um Direito Penal do Autor<sup>7</sup>, o que não é inadmissível em um Estado de Direito e avilta flagrantemente a Constituição pátria.

#### 4. Conclusão

Assim sendo, viu-se que o Sistema Penal é seletivo e trata de forma diferente autores dos mesmos delitos a depender do contexto social em que os mesmo estejam inseridos. O processo de criminalização incide massivamente sobre determinadas camadas sociais que fazem parte do estereótipo de criminoso, incidindo de maneira mais branda quanto às elites.

A criminalização primária é orientada para a tipificação de condutas que atendam aos interesses de uma elite que se mantém no poder e se afasta dos tipos penais. O sistema penal como observou Foucault em *Vigiar e Punir* produz a delinquência que quer para si. Colaborando com o processo de seletividade punitiva, a criminalização secundária também recai sobre quem os seus agentes selecionam. É flagrante que o Direito Penal não se aplica a todos de forma igual, tampouco tutela da mesma maneira os direitos fundamentais de todos os indivíduos.

No processo de criminalização e na seletividade punitiva promovida pelo Direito Penal e toda a sua estrutura de atuação, a Lei nº. 12.850/2013, que passou por todo o processo legislativo previsto no ordenamento pátrio, próprios dos estados democráticos, incide como um reforço à dita seletividade. Reforça a seletividade ao prever a possibilidade de perdão judicial a autores de delitos que seriam de máxima gravidade e de alto potencial lesivo, portanto tratados

<sup>6</sup> Vide trecho da reclamação disciplinar feita contra o juiz Flávio Itabaiana de Oliveira Nicolau, da 27ª Vara Criminal da Cidade do Rio de Janeiro, que determinou a prisão preventiva de 26 ativistas feita por deputados ao CNJ: "Sem precedentes no regime democrático, o magistrado reclamado utilizou dos poderes conferidos ao Judiciário para, através de decreto de prisão, coibir supostas tentativas de práticas ilícitas que não tiveram sequer o início de ato preparatório algum. Foram prisões cautelares destinadas a reprimir delitos imaginários forjados pelos aparatos da repressão governamental", afirma trecho da reclamação assinada pelos deputados Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Chico Alencar (Psol-RJ), Jean Wyllys (PsolRJ) e Ivan Valente (Psol-SP).

<sup>7</sup> O Direito Penal do Autor se caracteriza pela punição em função de quem é o agente, sem preocupação com a análise dos seus atos e da averiguação da sua culpa.



em lei especial e ao deixar que a avaliação seja pautada em critérios tais como a repercussão social do fato criminoso. Tal critério obsta a concessão de benefícios para autores de crimes comumente repugnados e facilita a sua concessão aos autores de crimes contra a ordem tributária, por exemplo.

O critério da avaliação da repercussão social do fato dota de amplo poder forças de pressão e formação de opinião pública (os empresários morais), como a imprensa em todas as suas formas (televisiva, impressa, internet, etc.). Atrelado a isso, há o fato de que a criminalidade organizada é incutida no senso comum, juntamente com o terrorismo, como inimigo número um do Estado, como forma de legitimar ações repressivas contra quem o Estado queira enquadrar como componente de organização criminosa.

Há, assim, imenso perigo em se misturar conceitos e normas, podendo ocasionar a aplicação de medidas de estado de polícia ou destinadas a acontecimentos criminosos específicos que exigem maior sofisticação de investigação e processamento a casos corriqueiros, que deveriam ser abordados com o uso dos métodos regulares de investigação.

Esse é o caso do recente enquadramento de manifestantes que protestaram nas capitais do país no ano de 2013 no delito de organização criminosa, fortemente noticiado por todos os meios de comunicação. No caso em questão, os agentes policiais se valeram da previsão legal de permissão de acesso aos registros de ligações telefônicas e telemáticas, aos dados cadastrais constantes em bancos de dados públicos ou privados e as informações eleitorais ou comerciais, para ampliar ainda mais a vigilância e desarticular os protestos. É possível vislumbrar que com isso buscou-se criminalizar o movimento popular e possibilitar a punição desarrazoada de depredações, pondo-as em pé de igualdade com a mais alta criminalidade. A seletividade penal é verificada nos fatos narrados colocando a opinião pública contra os “vândalos”, a cargo de quem resta a posição de inimigo da vez.

Nesse aspecto, até mesmo o autor do texto sancionado, o deputado federal Vieira da Cunha do PDT considerou uma aberração o uso da lei que trata das organizações criminosas para autuação dos manifestantes<sup>8</sup>. O parlamentar observa que a lei exige a obtenção de vantagens que não foram auferidas pelos manifestantes, acrescenta ainda, que o movimento é de cunho político.

Dita utilização da lei de organizações criminosas para aplicação aos “baderneiros” das manifestações é flagrantemente forçada. Lança-se mão do aparato legal de forma esdrúxula

<sup>8</sup> Vide reportagem veiculada no jornal eletrônico Zero Hora, publicada em 19/10/2013.



para tentar calar o caos que estaria por eclodir em face da grande mobilização alcançada e da insatisfação com a precarização da vida, refletida na conjuntura política, econômica e social do país.

Não há como se vislumbrar a estrutura organizacional nos movimentos populares em análise. Estrutura que compõe elemento essencial do tipo penal de organização criminosa. Imputa-se um delito dessa natureza, mesmo com os próprios agentes do Estado tendo ido a público manifestar a dificuldade de entender quais seriam as reivindicações pela ausência de líderes e mesmo de pautas elaboradas de requerimentos.

Tampouco se vislumbra o objetivo de obtenção de vantagem. A denúncia de uma situação insustentável de disparidade entre o que prevê a Constituição e o que se verifica na realidade gera revolta. Constitui direito fundamental, assegurado na Constituição Federal de 1988 a livre manifestação do pensamento. Da mesma forma, o direito ao progresso e a busca de melhores condições de vida vem ganhando força como direito fundamental. Não se vislumbra a ratificação dos meios empregados no protesto pelos denominados “baderneiros”, mas o reconhecimento da legitimidade da livre expressão do pensamento. Ademais, os meios deveriam ser criminalizados de acordo com o que são: crimes comuns de dano ao patrimônio, tendo como atenuante a influência de multidão e tumulto.

Verifica-se que no Estado Democrático de Direito a Razão de Estado permanece, tendo a seu serviço a pena e as leis penais que criminalizam determinadas condutas. Conclui-se, portanto, que a função da pena nada mais é do que a de manter a Razão de Estado, restabelecendo o equilíbrio das forças em seu interior.

O Estado se pauta em suas relações internas e externas pela necessidade de autopreservação. Se conceder direitos os concede porque o seu interesse coincide no momento com os interesses dos seus subordinados, ou porque se não o fizer terá sua existência perturbada. E como destaca Hanna Arendt em *Da Violência* será mais violento quanto mais rarefeita se tornar a sua legitimidade e representatividade.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, Hanna. *Da violência*. Tradução de Maria Claudia Drummond. Publicado originalmente em 1969 e digitalizado em 2004. Disponível em: [www.sabotagem.revolt.org](http://www.sabotagem.revolt.org)

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, E. Raúl. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume*. 4ª edição de maio de 2011 reimpressa em julho de 2013. Rio de Janeiro: Revan, 2004.



BRASIL, *Lei nº. 12.850/2013*. **Define** organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

DAMATTA, Roberto. *Você sabe com quem está falando: um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Tradução de Eduardo Brandão e revisão de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re) Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Revista Katálisis. Florianópolis, v. 10, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext). Acesso em 25/05/2013.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARIE, Fhoutine. *Aos inimigos, a lei*. Carta Capital. Publicado em 17/10/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 19/10/2013.

MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes. *Sobre culpados e inocentes: o processo de criminalização e incriminação pelo Ministério Público Federal brasileiro*. Tese de doutorado em Antropologia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ROVER, Tadeu. *Deputados pedem no CNJ punição a juiz que decretou prisão de ativistas*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jul-17/deputados-cnj-juiz-decretou-prisao-ativistas>. Acesso em: 30/07/2014.

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.



## O “CASO JUÍZA”: BREVE ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA CLASSIFICAÇÃO DOS MORTOS NA ADMINISTRAÇÃO POLICIAL E JUDICIAL DE MORTES PROVOCADAS INTENCIONALMENTE

MEDEIROS, Flavia

*Doutoranda em Antropologia do PPGA/UFF*

*Pesquisadora do InEAC e do NUFEP/UFF*

[flaviamedeiross@yahoo.com.br](mailto:flaviamedeiross@yahoo.com.br)

230

### RESUMO

No presente artigo, analiso o caso de três mortes, incluindo entre os mortos uma juíza criminal, que foram provocadas por um grupo de policiais militares de um município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Tendo como referência os dados construídos a partir dos discursos de policiais civis que trabalharam na investigação desses “*homicídios*”, bem como do levantamento de notícias sobre os casos e do acompanhamento de audiências de julgamento do “*Tribunal do Júri*”, pretendo demonstrar como determinados processos de construção de mortos redundam das classificações produzidas pela polícia e pela justiça. E, ademais, discutir quais valores morais são articulados como variáveis na hierarquização destes mortos.

**Palavras-chave:** Mortos, Polícia, Justiça, Etnografia, Rio de Janeiro

### ABSTRACT

In this paper, I analyze three deaths, including death of a criminal judge, which were caused by a group of military police on a municipality in the metropolitan region of Rio de Janeiro/Brazil. My research data comes from speeches of police officers who worked on the investigation of these "murders", as well as the lifting of news about the case and the observation of "jury trial", I intend to demonstrate how certain processes of construction of dead redound of classifications produced by the police and justice. And, in addition, I discuss which moral values are articulated as variables in the elaboration of hierarchy between these dead.

**Key-words:** Dead, Police, Justice, Ethnography, Rio de Janeiro





## APRESENTAÇÃO

Três de julho de 2011. Já passava das 18 horas quando um jovem de 18 anos, vendedor ambulante e morador de uma favela da região metropolitana do rio de janeiro, saía de casa em direção a uma farmácia. Lá iria encontrar sua mãe e acompanhá-la ao hospital. Durante o trajeto porém, policiais, membros da pmerj<sup>1</sup>, que faziam uma incursão na favela começaram a atirar em sua direção. Com o objetivo de se proteger dos projéteis, o jovem pulou o muro de uma casa abandonada na rua. No entanto, no interior da casa, outros dois policiais se escondiam e preparavam uma emboscada. Assim que o jovem conseguiu sair da linha de tiros na rua, foi atingido por um tiro de fuzil no peito pelos policiais que estavam no interior da casa e caiu, desfalecido.

Moradores da favela e vizinhos do jovem foram até o local e viram que, após ser baleado, ele ainda estava com vida. Logo em seguida, familiares do jovem também se aproximaram e tentaram, em vão, socorrê-lo. Isto porque foram impedidos pelos policiais militares que afirmavam que o jovem era um “*bandido*”<sup>2</sup> e que todos deveriam se afastar do local. O jovem agonizou por aproximadamente uma hora quando, já morto, foi resgatado por uma ambulância do corpo de bombeiros militar, chamada pelos policiais militares, que o levou ao hospital geral. Os policiais militares responsáveis pela incursão declararam em delegacia policial que a morte do jovem ocorreu numa situação de confronto entre policiais e traficantes da favela que ele era participante do comércio ilegal de drogas, e havia resistido à ação policial, por isso sua morte se configurava como um “*auto de resistência*”.

Trinta de julho de 2011. Aproximava-se das 15 horas quando um adolescente, de 14 anos, filho de uma das testemunhas da morte ocorrida no dia três de julho, caminhava pelas ruas da favela onde morava quando foi capturado por policiais militares. Estes o levaram a uma região

<sup>1</sup> Sigla para Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Esta instituição tem como principal atribuição o controle ostensivo do espaço público. Sua organização interna é militarizada e altamente hierárquica, e apropriando-se de forma particularizada do espaço público, impõe regras e identifica conflitos com o intuito de suprimi-los, sendo o confronto e a repressão violenta os principais mecanismos de controle utilizados pela PMERJ. (KANT de LIMA, 2009).

<sup>2</sup> Ao longo do texto, inclusive como já utilizado no título, as categorias nativas serão apresentadas entre aspas e em itálico. Essas são oriundas de dados de trabalho de campo construídos durante o acompanhamento e observação de audiências no Tribunal do Júri, de entrevistas realizadas com policiais e delegados que investigaram os casos, de uma entrevista realizada com a irmã de uma das vítimas e, também, das diferentes notícias em veículos da mídia.



erma da comunidade e o torturam por aproximadamente duas horas com o objetivo de obter informações sobre o paradeiro da sua mãe. O adolescente, resistiu as torturas realizadas pelos policiais e nada revelou. A sessão de tortura se encerrou quando três tiros de fuzil foram disparados em seu corpo, pelos policiais. Já sem vida, o adolescente foi levado pelos policiais militares, em viatura policial, ao hospital. Posteriormente, os policiais que torturaram e mataram o adolescente registraram em delegacia policial, sua morte como um “*auto de resistência*”.

Na manhã seguinte, sua mãe procurou a delegacia da região para registrar o “*desaparecimento*” do seu filho. Ao mesmo tempo, passou a procurar o filho em casas de conhecidos e instituições públicas. Dois dias depois, a mulher foi informada que seu filho havia “*dado entrada*” no hospital geral baleado e morto e que seu corpo havia sido encaminhando para o instituto médico-legal (iml), onde fora submetido a exames de necrópsia. Após reconhecer o filho e encaminhar os procedimentos funerários, a mãe deixou o iml, voltou à delegacia e solicitou proteção policial, pois sabia quem havia matado seu filho e por que.

Onze de agosto de 2011. Era quase meia noite quando uma mulher de 49 anos, juíza criminal do estado do rio de janeiro, foi morta ao chegar de carro do trabalho em sua casa, num condomínio de classe média. Dois homens a seguiram de moto, desde a saída do trabalho, preparam uma emboscada em frente à sua casa e dispararam 21 tiros em sua direção. Horas antes, a mesma juíza havia decretado a prisão preventiva de oito policiais militares acusados da morte do jovem de 18 anos. Na ocasião, em cooperação com o ministério público e com a polícia civil, a juíza já acumulava provas suficientes de que os policiais militares em questão compunham um “*grupo de extermínio*” que, na função de policiais militares, forjava “*autos de resistência*” e havia cometido no último ano (2010 a 2011), aproximadamente, onze “*homicídios*” em favelas no município,<sup>3</sup> entre eles os do jovem e do adolescente<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Apesar de não ser o principal foco no artigo, cabe mencionar a atuação da juíza enquanto titular da Vara Criminal do município, definida como “*dura*”, “*rigorosa*” e “*pela justiça*”; e também o seu dito “*polêmico*” relacionamento amoroso com um policial militar. Tais elementos foram redundantemente acionados pelos meus interlocutores em entrevista, e nas audiências do júri para descrever a personalidade, o estilo de trabalho e as relações pessoais da juíza. Ela mesma, em entrevista concedida em 2008 a pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos de Pesquisa (NUFEP/UFF), mencionou que “gosta de trabalhar em processos que envolvem o crime organizado (...) Nestes a investigação envolve outros agentes de segurança pública em parceria com a polícia e o Ministério Público. Buscam testemunhas, realizam interceptação telefônica para obter provas técnicas. (A juíza) Acredita que quando prende um grupo de extermínio há um impacto imediato em uma região onde ele atuava, porque isso evita, ainda que temporariamente uma grande quantidade de homicídios, mesmo quando não há a prisão de todos os O “CASO JUÍZA”: BREVE ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA CLASSIFICAÇÃO DOS MORTOS NA ADMINISTRAÇÃO POLICIAL E JUDICIAL DE MORTES PROVOCADAS INTENCIONALMENTE – MEDEIROS, Flavia



Uma semana após a morte da juíza, as investigações realizadas pela “*divisão de homicídios*” da polícia civil indicaram que os policiais militares que mataram os jovens de 18 e 14 anos foram os mesmos que planejaram e executaram a morte da juíza<sup>4</sup>.

\*

No âmbito da pesquisa que realizo<sup>5</sup>, venho analisando como a categoria “*homicídio*” é elaborada dentro de um sistema classificatório acionado pela polícia e pela justiça do Rio de

233

envolvidos, mas há a desestruturação o grupo.” E ainda, segundo o relatório dos pesquisadores, a juíza afirmou que “Os grupos de extermínio sempre contam com a participação ou de policiais civis e militares, ex – policiais bombeiros ou guardas municipais. Isso é uma regra. (...)Relatou ainda que acontecem muitos autos de resistência (no município) e que ela é muito severa com o julgamento desses casos, pois às vezes os autos são forjados e que por isso já sofreu diversas ameaças. Por outro lado, ressaltou que é casada com um PM e que por isso não é muito convidada a frequentar os ambientes que os outros colegas magistrados frequentam, por isso e por suas atitudes polêmicas. Dentre elas, a de discordar que bandido tem mesmo é que morrer como pensam a maioria dos colegas.” (trechos do relatório de entrevista concedidos as pesquisadoras André Ana do Nascimento e Célia Regina do Nascimento de Paula em 15 de abril de 2008)

4 Uma descrição mais detalhada do caso da Juíza, bem como uma análise dos julgamentos no Tribunal do Júri pode ser encontrada no artigo, ainda em avaliação por revistas científicas, que produzi em co-autoria com Lucía Eilbaum, intitulado “Quando existe “violência policial”? – direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro’ que analisa contrastivamente os casos “Juan” e “Juíza” e aborda possíveis significações e codificações, no Rio de Janeiro, para categoria “violência policial”. A partir do trabalho de pesquisadores da Argentina também contrastamos os usos desta categoria com aquelas acionadas naquele país na demanda dos “direitos humanos” e refletimos sobre as sensibilidades legal e morais que daí se constroem.

<sup>5</sup> Desde janeiro deste ano (2014), realizo trabalho de campo numa “*Divisão de Homicídios*” da região metropolitana do Rio de Janeiro. A principal atribuição dessa “*delegacia*” policial é a realização de “*investigações*” para “*elucidação*” de “*homicídios*”. Meu principal objetivo é compreender como determinadas mortes, elaboradas como “*homicídios*” são objeto de tais “*investigações*” e quais são as “*técnicas*” e as “*moralidades*” acionados pelos policiais na relação com vítimas, testemunhas, suspeitos, culpados e entre policiais. Para tanto, tenho acompanhando o cotidiano desta “*Divisão*”, incluindo plantões dos setores responsáveis pela realização das investigações nos locais de ocorrência de “*homicídios*” e pela tomada de depoimentos com testemunhas e suspeitos. Realizo também entrevistas com policiais civis e delegados de polícia e analiso inquéritos das investigações em andamento. Também estou sistematizando e arquivando notícias dos jornais locais sobre a atuação da “*Divisão de Homicídios*” e observando a relação estabelecida entre jornalistas e policiais no cotidiano da delegacia. Para a realização da pesquisa, conto com o fomento da CAPES, via edital nº 20/2010/CAPES/CNJ, através do projeto Instrumentos e Interferências no desempenho do judiciário Brasileiro, coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Kant de Lima, e do qual sou bolsista de doutorado.



Janeiro. Com fins de produzir uma determinada ordem social, esse sistema classificatório (DURKHEIM e MAUSS, 2001) expressa e engloba diferentes maneiras que as instituições geridas pela polícia e pela justiça tem de tratar os mortos. Assim, o modo como determinadas mortes são classificadas neste sistema tem sido meu principal foco de análise, considerando que a classificação das mortes é orientada pela forma como os mortos são moral e situacionalmente hierarquizados, ao mesmo tempo em que orienta a temporalidade e o desenrolar dos procedimentos institucionais (MEDEIROS, 2012, 2014).

Através da observação das práticas dos agentes do Estado que são responsáveis por “desvendar” as mortes, os policiais civis que trabalham na “*Divisão de Homicídios*”, tem sido possível compreender como a “*investigação*” dos “*homicídios*” é um “jogo de classificações” (FERREIRA, 2012) que localiza alguns mortos mais, outros menos, próximos de conteúdos que os classifiquem enquanto vítimas e responsáveis por suas mortes. Isto porque tal “jogo”, como proponho aqui, é orientado por “valores morais” oriundos tanto de experiências profissionais quanto de acúmulos pessoais dos meus interlocutores que, em contato com diferentes casos (e mortos, vítimas, dinâmicas e suspeitos distintos), explicitam “moralidades situacionais” (EILBAUM, 2012) que dizem muito a respeito de como determinados mortos são tratados pelo Estado e, inclusive, a respeito de como os agentes do Estado representam o seu próprio contexto de atuação.

Neste sentido, no presente artigo, analiso o caso das três mortes específicas (já brevemente introduzidas) que foram provocadas por um grupo de policiais militares de um município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Tendo como referência os dados construídos a partir dos discursos de policiais civis que trabalharam na investigação desses “*homicídios*”, bem como do levantamento de notícias sobre os casos e do acompanhamento de audiências de julgamento do “*Tribunal do Júri*”<sup>6</sup>, pretendo demonstrar

<sup>6</sup> Tanto o levantamento de notícias, quanto o acompanhamento das audiências foi realizado no âmbito de dois projetos de pesquisa que participo. O primeiro, correspondente ao Edital Universal– MCTI/CNPQ N° 14/2012 se intitula: “*Crimes de repercussão*” x “*crimes comuns*”: a administração judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro, e é coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Kant de Lima, meu orientador de doutorado. O segundo, coordenado pela Dra. Lucía Eilbaum, minha co-orientadora de doutorado, se intitula: *Entre a "verdade" e a "mentira": a dimensão moral na administração policial e judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro* e foi aprovado no âmbito do Edital Universal MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 14/2013. Além disso, sou associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) através do sub-projeto: “*Os 'crimes de repercussão': racionalidades e moralidades na administração judicial de conflitos no estado do Rio de Janeiro*” também coordenado pela Dra. Lucía Eilbaum. O “CASO JUÍZA”: BREVE ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA CLASSIFICAÇÃO DOS MORTOS NA ADMINISTRAÇÃO POLICIAL E JUDICIAL DE MORTES PROVOCADAS INTENCIONALMENTE – MEDEIROS, Flavia



como determinados processos de construção de mortos redundam das classificações produzidas pela polícia e pela justiça. E, ademais, discutir quais valores morais são articulados como variáveis na hierarquização destes mortos.

Além da apresentação inicial dos casos e desta breve introdução, apresento no artigo uma discussão sobre como o “*homicídio*” é, ao lado de “*desaparecimentos*”, “*autos de resistência*” e “*latrocínios*”, uma das categorias acionadas para classificar “*mortes violentas*”. Como pano de fundo, apresento um debate sobre o lugar dos registros quantitativos que circunscrevem, e por isso deixam escapar, a multiplicidade classificatória presente na abordagem de tais tipos de morte. Destaco aí, em determinados momentos, em quais categorias se inserem as mortes supracitadas e aponto algumas implicações institucionais na administração dessas mortes, de acordo com sua classificação. Em seguida, descrevo as representações sobre os casos acionadas por um Investigador Policial, meu interlocutor na “*Divisão de Homicídios*”, envolvido na investigação dos três casos e, por isso, posteriormente testemunha na fase judicial dos mesmos. Apresento o discurso desse interlocutor na tentativa de demonstrar alguns dos valores morais que orientaram a investigação policial e o julgamento judicial dos acusados. Por fim concluo demonstrando como o “jogo de classificações” possível de inferir a partir dessas três mortes se relaciona situacionalmente com determinadas moralidades. Essas, por sua vez, foram explicitadas, através da construção dos casos e, principalmente, do vínculo elaborado entre eles produzindo o que proponho denominar de “jogos morais de classificações” dos mortos.

## ENTRE NÚMEROS E CATEGORIAS

Em geral, quando se fala de “*homicídios*”, o “senso comum” faz referência às taxas quantitativas e a estatísticas<sup>7</sup>. E é, inclusive, com essa metodologia de pesquisa que os policiais estão mais acostumados a lidar. Isto porque tanto eles mesmos têm suas atividades avaliadas e padronizadas a partir de dados quantitativos que impõe metas, planos e produtividade, quanto

---

7 No Brasil, em média, 36 mil pessoas são mortas por ano. Tais dados deixam o Brasil entre os dez primeiros países no ranking mundial da taxa de homicídios, junto com países como Jamaica, Colômbia, África do Sul e Etiópia (WAISELFISZ, 2012). No estado do Rio de Janeiro, dados do ISP (Instituto de Segurança Pública) informam que a média diária de mortos por homicídio é de treze indivíduos, o que leva a uma taxa de 32,9 casos de homicídios por cada 100 mil habitantes (PLATONOW, 2012).



representam que as pesquisas (acadêmicas ou de opinião pública) sobre a polícia “*ou falam de desgraça, ou são estatísticas*”<sup>8</sup>.

É importante destacar que as estatísticas utilizadas nas pesquisas quantitativas, sejam do Sistema de Saúde<sup>9</sup>, ou dos Sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal<sup>10</sup>, são feitas a partir de registros administrativos. Logo, longe de trazer um retrato fiel ou ao menos aproximado da realidade, tais estatísticas se referem apenas à prestação de contas do que é feito pelas instituições a partir daquilo que é por elas registrado. Afinal, a produção de estatísticas se refere à produção de uma “*linguagem do Estado*” que configura as classificações produzidas por seus agentes, as comunica à sociedade e exclui um grande número de fatos e eventos que não passaram pelo filtro controlado pelo Estado via seus agentes públicos (DIRK e MIRANDA, 2010; PAES, 2012). Dessa maneira, os registros estatísticos são reflexo das categorias escolhidas pelo Estado para que ele diga sobre ele próprio. (MIRANDA e PITA, 2011)

É por isso, ou pelo menos este é um dos bons motivos que apresento de forma eficaz aos meus interlocutores para justificar porque não utilizar-me de dados quantitativos na pesquisa. Se observados os números em relação às categorias e ao sistema classificatório acionado pelo Estado vemos como os dados estatísticos forjam informações relevantes sobre a gestão de corpos e de vidas através de diferentes usos e tratamentos institucionais dedicados aos “*homicídios*” e “*mortes violentas*”. Para não escapar totalmente dos números, de acordo com as pesquisa apontadas aqui (e apresentadas em notas de rodapé), se considerado os últimos 10

<sup>8</sup> Como me falou um inspetor, quando conversávamos sobre o método da minha pesquisa.

<sup>9</sup> De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (CERQUEIRA, 2012 e 2013), no estado do Rio de Janeiro, em média 16,2 pessoas, em cada 100 mil, são vítimas de homicídio, sem que suas mortes sejam registradas como tal pelos sistemas oficiais. A pesquisa leva em conta dado do SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), vinculado ao Ministério da Saúde, que concentra informações sobre a taxa de mortalidade no Brasil. Estimando quantos homicídios foram registrados sob a forma de “*morte violenta com causa indeterminada*”, a pesquisa demonstra que no Brasil, aproximadamente 60 mil homicídios por ano não são registrados sem que se tenha explicitada sua causa, conformando o que o autor chama de “*homicídios ocultos*”.

<sup>10</sup> Os dados do Conselho Nacional do Ministério Público (DANTAS, 2012), indicam que o estado do Rio de Janeiro apresenta o maior número absoluto de casos de homicídios não solucionados do país. Explico, a maior quantidade de homicídios que tiveram seus inquéritos arquivados no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro. Os dados divulgados da pesquisa demonstram que somente nos anos 2000, mais de 60 mil casos não foram resolvidos pelo “*Sistema de Justiça Criminal*”. O arquivamento de inquéritos foi a estratégia que o estado do Rio de Janeiro, através do Ministério Público Estadual, utilizou para cumprir uma meta nacional que recomendava que todos os inquéritos abertos até o ano de 2007 deveriam estar concluídos em 2011.





anos, temos 120 mil mortes de indivíduos sem receber um tratamento padronizado por parte das instituições responsáveis, apenas no estado do Rio de Janeiro.

Assim, seja quando acionada como categoria penal<sup>11</sup>, ou como categoria médica<sup>12</sup>, os “*homicídios*” excluem uma série de outras mortes classificadas como oriundas de “*crimes dolosos contra a vida*” e de “*mortes violentas*”. Vemos aí um quadro já complexo. Quando, porém, trazemos para análise outras formas de classificar e registrar fatos relacionados à morte e olhamos para o cotidiano das instituições que lidam com os registros, as mortes e os mortos, complexificamos ainda mais o contexto de análise.

É assim que, ao discutir às formas de classificar e registrar fatos relacionados à morte, Kant de Lima (2012) chama atenção para como diversos pesquisadores têm os resultados de seus trabalhos sobre “*homicídios*” distorcidos porque consideram que este é o “*crime*” com menor possibilidade de apresentar “*subnotificação*” devido ao que seria a presença imediata de uma “*materialidade*” incontestável: o corpo morto.

Para além dos efeitos estatísticos que apresentei anteriormente, Kant de Lima (ibid.) demonstra como no Brasil nem todos os crimes intencionais contra vida são classificados como “*homicídios*” havendo aqueles que, por serem considerados contra o patrimônio, apesar da ocorrência de uma morte, são classificados como “*latrocínios*”<sup>13</sup>. A existência desta tipificação penal, que toma a morte como uma mera consequência de uma apropriação indevida do bem de

11 O “*homicídio*” aparece como “*crime*” no artigo 121 do Código Penal (BRASIL, ano), sob o título “I - Dos crimes contra a pessoa” no capítulo “I - Dos crimes contra a vida”. Além do “*homicídio*” são “*crimes contra a vida*”: “*Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio*”, “*Infanticídio*” e algumas formas de “*Aborto*”. (BRASIL, 2001)

12 O Código Internacional de Doenças está em sua décima atualização e tem como pretensão estabelecer códigos alfanuméricos que abarquem todos os tipos de doença possíveis. As mortes violentas estão dispostas no Capítulo XX que se refere às Causas externas de morbidade e de mortalidade e tem seus códigos entre V01 a Y 98. Assim como o Código Penal, o CID-10 tenta, através da maior quantidade possíveis de títulos englobar previa e abstratamente uma totalidade de eventos.

13 O “*latrocínio*” aparece no Código Penal (BRASIL, 2001) no parágrafo terceiro do artigo 157 que se refere ao “*crime*” de “*roubo*”, estando sob o título “II - Dos crimes contra o patrimônio” no capítulo “II – Do roubo e da Extorsão”. Nesse “*crime*”, o “*homicídio*” surge como um qualificador do “*roubo*” e possibilita, em caso de transação penal ampliação das penas mínima e máxima previstas. Comentadores do direito fazem questão de destacar que para um fato se configurar como latrocínio, há a lesão a dois direitos: a vida e o patrimônio. O que os comentadores do direito, em geral, não destacam é que, ao sopesar estes dois direitos o “*legislador*” optou por valorizar o direito ao patrimônio sobre o direito à vida.



outrem, permite que diversas mortes, apesar de materialidade incontestável, sejam tratadas de forma diferenciada no que concerne aos aspectos da administração policial e judicial e, também, em seus aspectos morais estabelecendo autores de mortes e mortos com status diferenciado:

Ora, por que o *homicídio*, categoria de registro criminal das mais confiáveis, significando um crime intencional contra a vida humana, recebe duas classificações no Código Penal (Brasil, 2001), que conduzem a dois procedimentos penais distintos? Uma, a do artigo 121, leva os acusados de *homicídio* ao Tribunal do Júri; a outra, a do art. 157, parágrafo 3, leva os acusados de *latrocínio* ao julgamento pelo juiz singular. A resposta mais aparente é a de que os procedimentos processuais penais variam em função das intenções das pessoas envolvidas, e não de acordo com os resultados de suas ações. Pode-se também inferir que, em certos casos, quando o crime se verifica entre pessoas, a classificação é de *homicídio*, registrado em primeiro lugar na parte do Código Penal que define os *crimes contra a pessoa*, mesmo quando relacionado a outros crimes (inciso V). Quando se verifica entre proprietários e seus expropriadores, classifica-se como *latrocínio*, crime contra o patrimônio, segundo o Código Penal (Brasil, 2001). Entretanto, para além das constatações óbvias de que o Direito Penal de um país capitalista é seletivo e protege os proprietários, ainda assim caberia perguntar por que o acusado é submetido a diferentes *processos*, um diante do *juiz singular* e o outro diante de um *júri*?. (KANT de LIMA, p. 27, 2012.)

Dessa forma os “*latrocínios*” conformam uma categoria penal de crime que está sob o título dos “*crimes contra o patrimônio*” e caracteriza-se por ter o “*homicídio*” como o meio para um roubo. A questão apresentada nos orienta a olhar para os processos de administração judicial de fatos que resultam intencionalmente em morte. E outras duas formas de classificação de mortes provocadas intencionalmente por parte dos mecanismos classificatórios da polícia, e através das quais os jovens de 18 e 14 anos mortos foram inicialmente classificados institucionalmente, também fazem com que mortes e mortos sejam tratados de forma diferenciada burocrática e moralmente: os “*autos de resistência*” e os “*desaparecimentos*”.

O “*auto de resistência*” é um procedimento administrativo da polícia criado em 1969, durante o último Regime Militar no Brasil, que se refere à classificação nos registros policiais



das mortes cometidas pela polícia (seja militar ou civil) em ocasiões consideradas de “*legítima defesa*” policial, quando há resistência por parte daqueles que estão em confronto com a polícia. Embora o “*auto de resistência*” seja um homicídio, são mortes classificadas separadamente pela polícia por serem tratadas como mortes com exclusão de ilicitude. Ao longo do tempo, esse procedimento passou a ser utilizado nos registros de ocorrência para classificar a maioria das mortes cometidas pela polícia, como no caso das mortes dos jovens de 18 e 14 anos, que aqui tomadas para a análise.

Esses registros, por sua vez, quando encaminhados à justiça, a partir de denúncia do Ministério Público, o que raramente acontece, são arquivados. A atuação do Ministério Público, da Polícia Civil e da Juíza criminal analisadas neste artigo extraordinariamente escapa a essa prática que entre os anos de 2001 a 2011 já estabeleceu como legítimas as mortes cometidas por agentes do estado de mais de 10 mil pessoas. A maioria dessas mortes ocorreu em favelas vitimando principalmente homens jovens, negros e pardos. (MISSE et al, 2013).

Em dezembro de 2012, foi expedida uma resolução da Secretaria Nacional de Direitos Humanos que abole o uso do termo e recomenda que os registros sejam feitos sob a categoria de “*homicídio decorrente de intervenção policial*” (BRASIL, 2012). Seguindo esta resolução, em janeiro de 2013 a Polícia Civil expediu uma portaria para que tal termo técnico passe a ser utilizado no lugar de “*auto de resistência*”. (RIO DE JANEIRO, 2013).

Ainda assim, no cotidiano das delegacias, na atuação da polícia e nos jornais, o termo “*auto de resistência*” continua a ser utilizado. E, no que concerne ao seu tratamento institucional, ou melhor, à sua investigação, apenas alguns “*homicídios de decorrentes de intervenção policial*” são “*avocados*”, isto é: encaminhados sob determinação da chefia de polícia, à “*Divisão de Homicídios*”. Em geral, essas mortes ainda que registradas como “*homicídios de decorrentes de intervenção policial*”, continuam a ser “*investigadas*” nas delegacias distritais que por sua vez, não apresentam como prática de trabalho a investigação dos crimes sob sua responsabilidade.

Em relação aos “*desaparecimentos*”, esta é uma categoria que, como demonstra Leticia Ferreira (2011), é submetida a uma dicotomia classificatória que separa casos decorrentes de “*violência intrafamiliar*”, daqueles vistos como parte da “*violência urbana*”. E compreendem tanto um tipo de ocorrência policial quanto um problema social que se classifica pela exclusão e pela ausência geográfica e relacional de uma determinada pessoa. Este fenômeno complexo conforma um “*jogo de classificações*” (p. 23) que pode englobar casos de “*violência urbana*”,



casos de “violência intrafamiliar” e “casos sociais”, em cada um deles componentes criminais podem vir a surgir de forma mais ou menos presente.

No artigo ora apresentado, o “jogo de classificações” a ser analisado é aquele que se refere à categoria “*homicídio*” e por isso que, para compreender como fatos relacionados aos homicídios são classificados, deve-se incluir no jogo os “*desaparecimentos*”. Em especial aqueles oriundos da “violência urbana” e que se constituem, sob o ponto de vista policial, como um “trabalho de polícia”. No Rio de Janeiro tais “*desaparecimentos*” são tanto realizados por grupos de traficantes, principalmente nos conhecidos “*microondas*”, quanto pela polícia, como no caso do Adolescente de 14 anos que redundou na execução da morte e posterior desaparecimento do corpo da vítima.

No âmbito das discussões sobre a análise de “números” e de “categorias”, pesquisadores vinculados ao campo das Ciências Sociais e, especialmente, ao “campo da Segurança Pública” têm divergido no que concerne à relevância das análises críticas e qualitativa dos dados. Alguns pesquisadores, inclusive, vêm debatido publicamente tal questão, havendo aqueles que desconsideram a relação entre “*homicídios*”, “*autos de resistência*” e “*desaparecimentos*” e outros que, por sua vez, reforçam que os dados sobre “*desaparecimentos*” estariam encobrindo crimes. Diante da afirmativa do sociólogo Glaucio Soares, um dos realizadores de um levantamento solicitado pelo ISP de que: “as estatísticas fluminenses não eram maiores do que a de outros países e que homicídios e desaparecimentos ‘não eram farinha do mesmo saco!’” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2014), a antropóloga Ana Paula Mendes de Miranda, que fora presidente do ISP, informou que “o governo não contabilizava autos de resistência na soma final de homicídios dolosos” e que “alguns casos que são claramente homicídios [os casos] estavam sendo registrados como encontro de cadáveres e ossadas”.

O debate destes cientistas sociais demonstra como, para além de outras questões, a “Segurança Pública” se configura como um campo onde, inclusive, as análises e as categorias acionadas para tal são objeto de disputa. Nesse escopo, pretendo aqui demonstrar que essas são apenas diferentes formas institucionais e morais de classificar e tratar as mortes e que, portanto, concordando com Miranda (op. Cit.) que numa perspectiva antropológica tais categorias são sim “farinha do mesmo saco!”.

Em suma, quando observada em relação a outras mortes intencionalmente provocadas, vê-se o “*homicídio*” como uma categoria que, pela diferenciação na classificação, implica uma série de distinções nos procedimentos administrativos, investigativos e judiciais, em relação às mortes e aos mortos, e também nas formas acionadas moralmente. Logo, no âmbito da pesquisa

O “CASO JUÍZA”: BREVE ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA CLASSIFICAÇÃO DOS MORTOS NA ADMINISTRAÇÃO POLICIAL E JUDICIAL DE MORTES PROVOCADAS INTENCIONALMENTE – MEDEIROS, Flávia



que venho realizando, tais consideráveis diferenças são objeto de compreensão tendo em vista o “jogo de classificações” que rodeiam as práticas e os discursos dos processos de produção e gestão de corpos e vidas, e os saberes e as moralidades que se dirigem aos corpos sem vida.

Sabendo que há mortes provocadas intencionalmente que não são classificadas como “*homicídios*”, o objetivo é refletir sobre e o que foi construído nas mortes da Juíza e, principalmente nas do Jovem e do Adolescente para explicitar, então, o que há nessas mortes para que fossem (re) classificadas como tais.

## O INVESTIGADOR

“Um homem marcado para morrer”, foi assim que o Investigador, um homem de aproximadamente 60 anos, alto, grisalho, de barba e olhos fundos, se apresentou para mim. Atualmente, ele trabalha no Setor de Busca Eletrônica da “*Divisão de Homicídios*”<sup>14</sup>. Porém, durante sete anos, dos 25 anos que está na polícia, foi o responsável pelo Núcleo de Investigação de Homicídios da Delegacia Policial que fica na região onde viviam e foram mortos pela polícia os jovens de 18 e 14 anos.

Foi lá que o Investigador se vinculou ao empreendimento de investigar “*homicídios*” e, principalmente, “*autos de resistência*” realizados por policiais militares. Foi também onde conheceu a Juíza tendo, enquanto trabalhavam em parceria, encaminhando a ela, quase 100 mandados de prisão de policiais militares do Batalhão Policial do município.

Por conta deste trabalho, seu nome foi incluído entre outros onze, na referida “lista de marcados para morrer”, apreendida junto com um “*miliciano*” que fora preso em janeiro de 2011, sob ordem da Juíza, acusado de ser líder do “Bonde do Zumbi”, um dos grupos de extermínio mais ativos naquele município. O autor da lista, no entanto, afirmou que “teria

---

14 No caso Juíza, no qual o Investigador é testemunha de acusação, as informações oriundas a partir do trabalho da Busca Eletrônica foram uma das principais provas utilizadas na argumentação do Ministério Público no “*Tribunal do Júri*” para demonstrar aos jurados a dinâmica utilizada pelos policiais acusados. Além disso, escutas telefônicas e histórico de ligações foram apresentados como “*provas incontestáveis*” de que os policiais acusados eram os autores da execução da Juíza e que compunham uma quadrilha, que além de outros crimes, planejou e executou o assassinato da Juíza. Em júri conclui-se que tal quadrilha era articulada por todos os policiais de um Grupamento de Ações Táticas Especiais do Batalhão de Polícia, tendo como líder o comandante deste Batalhão na ocasião.



apenas colocado no papel os nomes da Juíza, do Promotor e de policiais que atuavam no processo contra ele”<sup>15</sup>.

Foram, porém, outros membros do Batalhão de Polícia Militar que em agosto de 2011 executaram a Juíza criminal (esta era primeira da lista)<sup>16</sup>. É por isso ainda que, desde a morte da Juíza, o Investigador somente se desloca em lugares abertos quando está armado e com um colete a prova de balas da Polícia Civil. Nos seus estritos percursos, “de casa pro trabalho, do trabalho pra casa” é sempre acompanhado de uma escolta policial, que também realiza sua segurança quando é necessário comparecer ao Tribunal para prestar depoimentos.

Tendo uma visão muito particular do município no qual vive e trabalha há anos, o Investigador descreve, coincidido com o discurso que era elaborado pela Juíza<sup>17</sup>, que os grupos de extermínio são antigos e tem uma história que vai “desde o carro da lingüiça, que foi se dividindo, formando os bondes”, até o “Bonde dos Zumbis”, responsável pela lista de “marcados para morrer” e o “Bonde dos Neuróticos”, composto pelo grupo de policiais que “fez o que fez”, isto é: matou a Juíza. Para o Investigador, “há uma história antes e uma história depois da Juíza”, pois o fato de ter sido morta uma magistrada e de terem sido condenados os policiais demonstra uma ação contra tais grupos de extermínio.

<sup>15</sup> CORRÊA, 2011. Patrícia Acioli estava no encalço de seus assassinos. In.: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI259015-15223.00-PATRICIA+ACIOLI+ESTAVA+NO+ENCALCO+DE+SEUS+ASSASSINOS.html> Acessado em 07 de julho de 2014.

<sup>16</sup> De acordo com as investigações, a execução da juíza já vinha sendo planejada há alguns meses. Esta seria uma resposta à insistente atuação da juíza “contra” os policiais militares, em especial investigando os “autos de resistência” por ele praticados, como já exposto. De acordo com o que relataram algumas testemunhas no “*Tribunal do Júri*” e, principalmente, com o que foi apresentado por dois réus em “delação premiada”, inicialmente, a ideia de um dos policiais (o de maior hierarquia militar no grupo) era matar o policial que fazia as investigações dos “autos de resistência”. (o Investigador) Porém, em conversa com o comandante do Batalhão de Polícia, este disse que, caso a Juíza fosse morta, estariam lhe “fazendo um grande favor”. Após algumas tentativas e planos frustrados de executar a juíza, o decreto de prisão dos policiais pela juíza pela morte do Jovem foi o estopim para a realização da execução. No mesmo dia, três policiais, um deles num carro e dois deles numa motocicleta compradas com o dinheiro oriundo do “espólio de guerra”, armas próprias e projéteis do batalhão, seguiram a Juíza desde a saída do Fórum até a porta do seu condomínio no bairro e ali, como já descrito anteriormente, a executaram com 21 tiros.

<sup>17</sup> Explicitado na nota de rodapé 3(três).





Seu discurso, claramente “anti-PM”<sup>18</sup>, destaca a morte da Juíza como uma “injustiça” pela qual, no “*Tribunal do Júri*” com a condenação de todos os réus, foi feita, posteriormente “justiça”. E ainda, demarcando uma profundidade histórica e uma valoração moral dessa morte, um antes e depois, apresenta indícios dos efeitos que a vinculação da morte dos jovens com a morte da Juíza podem apresentar. “Agora é fazer justiça pelos garotos. Era isso que ela queria fazer e eles (os policiais) não quiseram deixar”.

### **DIEGO, ANDERSON E PATRÍCIA**

Apesar de em nossas regras punitivas<sup>19</sup>, “matar alguém” seja sempre considerado um “*homicídio*”, como já aponte, quando este ato é cometido por um agente policial em situação descrita pelo mesmo, ou por um de seus colegas, como “*de confronto*”, tal morte não se insere no sistema classificatório do sistema de sanções penais e é tratada como uma ocorrência administrativa por ter excluída sua ilicitude sendo denominada “*auto de resistência*”. Tal morte se restringe assim, ao primeiro registro institucional burocrático no denominado Boletim de Ocorrência Policial. Esta morte só vai ser investigada, isto é, só vai constar num inquérito, que é o procedimento que orienta e controla o trabalho policial, caso uma autoridade (em geral, “delegado” ou “promotor público”) solicite e/ou autorize.

No caso aqui apresentando, foi uma Juíza Criminal quem, atenta e ciente que as “*mortes por auto de resistência*” cometidas pelos policiais lotados no batalhão de polícia da área de jurisdição de sua comarca coadunavam com uma prática tomada por ela como “intolerável” no tratamento a determinado grupo da população. Esta prática se resume em, por sua origem social, seu local de residência, sua cor da pele ou ainda, sua prática econômica<sup>20</sup>, matar determinados indivíduos. Em alguns discursos, os “*autos de resistência*” são uma forma de “eliminar inimigos”, como definido por aqueles que expressam uma valoração moral que

<sup>18</sup> Na DHNISG, o chefe do SBE é um policial bem conhecido. Não só pelo tempo que trabalha na polícia ou por sua simpatia mas, principalmente, pelo fato de “estar ameaçado de morte” e de sempre ser coerente com o seu discurso contra a Polícia Militar. Em certa ocasião, conversando com o delegado titular, ele me perguntou se eu já tinha conversado com o chefe do SBE e se, na conversa, “ele já tinha falado bastante mal da PM”.

<sup>19</sup> Dispostas por escrito sob a forma de um código denominado “Código Penal”, elaborado em 1940. Além deste, regem o sistema de sanções penais brasileiro o “Código de Processo Penal”, redigido em 1941 e que indica como deve ser organizado o sistema de justiça penal e como deve ser aplicado aquilo disposto no “Código Penal”.

<sup>20</sup> No caso, uma prática ilegal, como o tráfico de drogas também está classificada no “Código Penal”, sendo passível de uma sanção penal.



reforça a idéia de que “*bandido bom é bandido morto*” e de que essa seria a forma que o Estado de intervir. Para outros, seguindo um discurso mais coerente com a perspectiva dos direitos humanos, os “*autos de resistência*” fazem parte de uma política de Estado, que através da polícia, visa “*exterminar jovens, negros e pobres da favela*” e que a justiça deve ser feita, responsabilizando aqueles provocaram intencionalmente a morte de alguém.

Dentre os diferentes discursos que acessei sobre os casos judiciais aqui apresentados, destaquei uma figura que me pareceu central para compreender o “jogo de classificações” existentes entre essas três mortes: o Investigador. Isto porque a perspectiva deste policial delimita como no intuito de “fazer justiça”, em relação às mortes de quem agora eu denomino aqui: Diego Belieni (o jovem de 18 anos) e Anderson Matheus (o adolescente de 14 anos), que Patrícia Acioli (a juíza) foi morta. Apresentando os limites entre a atuação dos Policiais Militares e da Juíza, o Investigador permite compreender alguns dos valores morais em jogo na elaboração desses corpos sem vida enquanto indivíduos vítimas de homicídio.

Portanto, como apontado pelos meus interlocutores e pelo que pude acompanhar das audiências no “*Tribunal do Júri*”, foi o encontro de diferentes “jogos morais de classificação” sobre os mortos que possibilitaram a classificação destes sob a categoria “*homicídio*”. De um lado, o sistema classificatório estabelecido por alguns policiais militares, que via nos corpos de Diego e Anderson vidas não dignas de serem vividas e por isso, vidas matáveis (PITA, 2010). De outro lado, um jogo moral de classificação que identificava nos “*autos de resistência*” um processo de execução sumária e, por isso, pretendia combater tal prática tradicional e ilegal de mortes provocadas pelo e em nome do Estado.

Diversos eram os valores, econômicos, sociais e morais que estavam em jogo. E foi por, enquanto juíza criminal, interferir na maneira como essas mortes eram classificadas e tratadas que Patrícia foi morta. Se, por um lado, Patrícia via como “*intolerável*” os homicídios provocados pelos policiais, do outro lado a sua morte, como insistentemente afirmado durante os julgamentos dos acusados no “*Tribunal do Júri*”, os “*21 tiros na justiça*” foram tomados como uma “*afrenta*” um “*desrespeito a Justiça*” e redundou num novo significado a aquelas mortes que ela investigava e pretendia julgar e prender os culpados<sup>21</sup>. Em suma, foi a morte de Patrícia, que reforçou o caminho aberto por ela para que Diego e Anderson também fossem

<sup>21</sup> Todos os acusados pela morte da Juíza já foram julgados e condenados no “*Tribunal do Júri*”. Os julgamentos desses acusados em relação às mortes de Diego e Anderson ainda estão em andamento.



tomados como vítimas dignas de “justiça” e que suas mortes, antes “autos de resistência” fossem institucional e moralmente classificados como “homicídios”.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: POUILLON, Jean (org.). Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato & BOURDIEU, Pierre Coleção Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

CERQUEIRA, Daniel. *Mapa dos homicídios ocultos no Brasil*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1848.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1848.pdf)> Acessado em 20 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, June 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502012000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502012000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 22 de Março de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502012000200001>.

DANTAS, Pedro. *Rio soma 60 mil homicídios a esclarecer em 10 anos*. In: Estadão, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,rio-soma-60-mil-homicidios-a-esclarecer-em-10-anos,743007,0.htm>> Acessado em 28 de maio de 2012.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita *Uma Etnografia para Muitas Ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, 2011.

FIGUEIRA, Luiz E. de Vasconcellos. *O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri*, Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 2007.

FIGUEIREDO, Isabel Seixas, NEME, Cristina e LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (org.) *Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013.

KANT DE LIMA, Roberto, PIREZ, Lenin, EILBAUM, Lucía. *Constituição e segurança pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos*. In: A Constituição de 1988 na vida brasileira. 1ª ed. São Paulo: Aderaldo&Rothschild Ed.; ANPOCS, 2008, p. 152-190.



\_\_\_\_\_. *Cultura Jurídica e Práticas Policiais: A tradição inquisitorial*. In.: Ensaios de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2009.

MEDEIROS, Flavia. *“Matar o morto”*: a construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós – Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 2012.

\_\_\_\_\_. O “Monstro” e o “Homem”: aspectos da construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro.

246

DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - n<sup>o</sup> 2 - ABR/MAI/JUN 2014 - pp. 347-365. Disponível em: [http://www.dilemas.ifcs.ufrj.br/page\\_62.html](http://www.dilemas.ifcs.ufrj.br/page_62.html)

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; e, DIRK, Renato. *Análise da construção de registros estatísticos policiais no Estado do Rio de Janeiro*. In: KANT DE LIMA, EILBAUM e PIRES. Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada, vol. 2, Ed. Garamond, 2010, p. 245-284.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de & PITA, Maria Victoria. *O que as cifras cifram?* Reflexões comparativas sobre as políticas de produção de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Buenos Aires. In: KANT de LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía & PIRES, Lênin (org.) Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em antropologia do direito. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PAES, Vívian. *Gestão dos Números da Criminalidade no Brasil*. In: Crimes, Procedimentos e Números: estudo sociológico sobre a gestão dos crimes na França e no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2013, p. 295-323.

PITA, Maria Victoria. *Formas de morir y formas de vivir: uma etnografia del activismo contra la violencia policial*. Buenos Aires: CELS/Editores del Puerto, 2010

PLATONOW, Vladimir. *Rio tem menos homicídios, mas ainda registra 13 assassinatos por dia, de acordo com levantamento do ISP*. In.: Agência Brasil, Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-26/rio-tem-menos-homicidios-mas-ainda-registra-13-assassinatos-por-dia-de-acordo-com-levantamento-do-isp>> Acessado em 28 de agosto de 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil* CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIIR/PR, 2012. Disponível em: <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_cor.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf)> Acessado em 27 de agosto de 2013.

## SITES E NOTÍCIAS

AGÊNCIA BRASÍLIA, BRASIL,  
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/desaparecidos-e-esquecidos-1402.html> Acessado em 20 de fevereiro de 2014.



## LEGISLAÇÃO

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 08 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012. Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. [www.sdh.gov.br/sobre/participacao.../resolucao-08-auto-de-resistencia](http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao.../resolucao-08-auto-de-resistencia)

RIO DE JANEIRO. LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997  
Disponível em:  
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/573ad0b372ea8c96032564ff00629eae/eb26342129c7ae9203256571007be153?OpenDocument>. Acessado em 21 de março de 2014.

RIO DE JANEIRO. PORTARIA PCERJ Nº 617 DE 10 DE JANEIRO DE 2013. DISPÕE SOBRE O USO DO TERMO TÉCNICO “LESÃO CORPORAL DECORRENTE DE INTERVENÇÃO POLICIAL” OU “HOMICÍDIO DECORRENTE DE INTERVENÇÃO POLICIAL” NO REGISTRO DE OCORRÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <http://www.adepolrj.com.br/Portal2/Noticias.asp?id=13015>



## "MORAL E DIREITO: REFLEXÕES SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS"

Fabio de Medina da Silva Gomes<sup>1</sup>

### Resumo

No presente estudo utilizou-se o método de observação direta, visando entender a relação de trabalho doméstico remunerado em Niterói, em especial com atenção ao papel do judiciário na administração de conflitos entre empregadores e trabalhadoras domésticas. Essa pesquisa é exemplar para o estudo das relações entre os espaços de privacidade e a esfera pública no Brasil. O trabalho de campo realizado inclui observação de dezoito audiências sobre trabalho doméstico e muitas conversas com donas-de-casa, trabalhadoras domésticas, advogados, juízes e sindicalistas. No judiciário, percebe-se um elevado número de acordos. Além das interrelações entre fato e norma, foi explorada a questão da dádiva-retribuição nesse tipo específico de contrato. Por fim, o campo trouxe questões de gênero. Pretende-se, assim, uma compreensão ampla sobre esse tipo de relação na cidade de Niterói.

**Palavras-Chave:** Trabalho Doméstico Remunerado, Administração Institucional de Conflitos, Dádiva, Gênero, Judiciário.

### Resumen

Para el presente estudio por el método de la observación directa, con el fin de entender la relación entre el trabajo doméstico remunerado en Niterói, en particular en atención con el papel del poder judicial en la administración de los conflictos entre empleadores y trabajadores domésticos. Esta pesquisa es ejemplar para el estudio de las relaciones entre los espacios de la vida privada y la esfera pública en Brasil. El trabajo de campo incluyó la observación de dieciocho audiencias sobre el trabajo doméstico y de muchas conversaciones con ama de casa, trabajadoras domésticas, labogados, jueces, y sindicalistas. En el poder judicial, se ve un gran número de acuerdos. Además de las interrelaciones entre la realidad y la norma, se exploró el tema del don-retribución en este contrato en particular. Por último, el campo ha incorporado las cuestiones de género. De este modo, se pretende un entendimiento ampliado de este tipo de relación en la ciudad de Niterói.

**Palabras-clave:** Trabajo Domestico Remunerado, Administración Institucional de Conflictos, Don, Género, Judicatura.

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Pós-Graduando Strictu Sensu do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense, e-mail: fabiodemedina@gmail.com





Essa pesquisa é uma pesquisa empírica e interdisciplinar, envolvendo direito e antropologia. Utilizo elementos do método da observação direta. Quero expor aqui algumas explorações que, mais tarde, serão usadas na minha dissertação. Nela, eu pretendo entender o papel dos juízes do trabalho do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na administração do conflito entre empregadores e trabalhadoras domésticas. Neste artigo, tentei fugir da tentação de uma simples narrativa ou de um simples resumo dos textos clássicos do direito ou da antropologia.

O trabalho foi construído em quatro partes. Na primeira, escrevo sobre o meu interesse pela questão. Em seguida, mostro a importância da empiria para o estudo do direito. Após, demonstro como tem sido o meu trabalho de campo e que apontamentos posso fazer. No último momento, pretendo ressaltar como devo prosseguir com a pesquisa.

Utilizei-me do instrumental trazido por Charles Wright Mills (2009). A linguagem clara desse autor, aliada às suas considerações me despertaram muito interesse. A partir da sua leitura, quis cada vez mais me afastar da postura do cientista social clássico, que encara as ciências sociais como um ofício. Guardei, sobretudo, a ideia de que a metodologia interrompe os estudos. Essas linhas a seguir não são menos do que aquilo vivido por mim em dois meses de pesquisa. Como mencionei, tentei me afastar de modelos metodológicos rígidos, evitei o chamado fetiche de método, me importei, sobretudo, com minhas experiências e percepções.

As minhas experiências pessoais são importantes nesse estudo. Aliás, são o centro dessa pesquisa. Os meus arquivos guardam, além da minha escrita em treinamento, meu hábito de refletir. As várias ideias, observações cotidianas, planos incompletos que seguem estão devidamente catalogados no meio caderno de campo.

### **POR QUE PESQUISAR O SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO E AS VARAS DO TRABALHO?**

Durante todo o ano de 2012, me dediquei a um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Centro de Referência de Mulheres da Maré (CRMM). O CRMM é fruto de articulações entre a Universidade e o Governo Federal, e tem por meta coibir e prevenir a violência contra a mulher, nos termos da Lei nº.



11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Essa norma criou uma ampla rede de proteção, criando, inclusive, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

O Centro se organiza em duas frentes de atendimento para aquela Comunidade da Vila do João (região do Complexo da Maré). Como preparação, nós, os bolsistas de extensão, tínhamos reuniões de treinamento e estudos de casos. Eu adquiri leituras sobre gênero nesses encontros com profissionais de diversas áreas, entre elas, direito, psicologia, serviço social, pedagogia, artes, letras, geografia e sociologia. O foco dos estudos era promover o resgate da cidadania feminina.

Além de oficinas sociais, espaço privilegiado de debates, existe o atendimento interdisciplinar. As mulheres são atendidas por uma equipe de dois profissionais. Os atendimentos sempre eram realizados por profissionais de áreas diferentes (direito, serviço social e psicologia), para garantir a interdisciplinaridade. Eu gostava muito dos atendimentos, era um grande laboratório para compreender a realidade local. Muito embora o centro da atenção do serviço fosse violência doméstica, os problemas mais recorrentes não eram dessa ordem, versavam sobre pensão alimentícia, guarda de menores, direitos do trabalho e previdenciário. O desrespeito no trabalho era uma constante. Observava também a precarização das ocupações e das profissões femininas.

Como trabalho para o Congresso de Extensão da UFRJ, realizei um levantamento de todos os atendimentos individuais no período de janeiro de 2011 a março de 2012. Na ocasião, foram analisados todos os registros de 327 mulheres, o total de mulheres atendidas no período. A quantidade de mulheres com problemas nas relações de trabalho era muito grande. Isso me levou a questionar sobre a importância de reflexões sobre as articulações entre gênero e trabalho. Em muitos atendimentos percebia, na prática, acompanhando relatos de vida daquelas mulheres, as conexões entre relações sociais de sexo e condições de trabalho.

Certo tempo depois dessa experiência no CRMM, escolhi o tema da minha dissertação de Mestrado. Mesmo sem poder utilizar os dados pesquisados em 2012, pretendo estudar um assunto muito visto nos atendimentos, o trabalho doméstico. A inspiração da minha pesquisa atual é orientada, sobretudo, por minhas experiências em diversos atendimentos, oficinas sociais e reuniões. Não raro atendia mulheres procurando ajuda porque “trabalhou em casa de família” e não recebeu “tudo o que



deveria”. Muitas não queriam “colocar a patroa na justiça”, uma vez que “eram quase da família”. Outras já procuraram advogados, já procuraram o judiciário, já tinham audiência marcada, mas pediam para ver no *site* do Tribunal Regional do Trabalho alguns detalhes. Muitas não confiavam em seus advogados.

Na minha mente vinham várias questões sobre as quais eu não poderia refletir naquele momento de atendimento. As regras jurídicas não falavam sobre sentimentos, “ser quase da família” era expressão usada pelas mulheres e sem sinônimos entre os juristas. Os livros de direito não se importavam com isso. Como se comporta essa mulher, empregada doméstica, diante da figura do juiz? O que a fez procurar a justiça, mesmo se sentindo “da família”? O judiciário possui algum mecanismo especial para “resolver”<sup>2</sup> esse tipo conflito? Como eram as audiências nesse tipo de conflito? Quais eram os papéis dos juízes, advogados e partes nesses processos? Eles falavam de emoções? Ou apenas de indenizações em dinheiro?

Qual era, enfim, a posição das trabalhadoras domésticas? Inegável a lembrança das frágeis fronteiras entre a casa e a rua, nesse caso. Como veremos adiante, a relação de trabalho doméstico é muito peculiar. Esse tipo de relação é um bom exemplo para explicar a indefinição dos espaços privado e público no Brasil. Uma relação de cuidado e afeto pelo qual se paga. E o mais interessante: não há nenhum questionamento moral sobre essa situação. (DAMATTA,1985) Certo tempo mais tarde, as aulas de Antropologia do Direito no mestrado significaram oportunidade de revisitar essas perguntas pelo método do trabalho de campo.

## **A ANTROPOLOGIA E O DIREITO**

Escolhi, para fazer a presente pesquisa, o método de observação direta ensinado na Antropologia. O atual debate sobre a empiria na pesquisa do direito ressalta a importância da pesquisa de campo. Roberto Kant de Lima (2008) explica o atual sistema de produção e reprodução do saber jurídico. O autor problematiza o uso de práticas profissionais no campo acadêmico, enfatizando a chamada lógica do contraditório. Essa lógica consiste em uma oposição infinita de teses, sempre contraditórias, só se resolvendo pela intervenção de um terceiro dotado de autoridade

<sup>2</sup>Naquele tempo eu acreditava que o judiciário resolvia, e não administrava conflitos.



externa à disputa. Esse terceiro escolhe uma das posições entre as que se opõe. Não apenas teses, mas inclusive os fatos, são objeto de controvérsia. Prevalece o argumento de autoridade.

A lógica do contraditório contrasta com o atual modelo de construção do conhecimento científico. Nesse, procede-se pela construção lenta de consensos, até ser esse conhecimento contrariado por um processo de revolução científica, produzindo nova legitimidade. A direção desse processo não é dada por um terceiro, mas pelos próprios contendores. Esses agem demonstrando que seus argumentos são convincentes. Prevalece a autoridade do argumento.

O Direito pode aprender com a antropologia, visto que esta constrói seu conhecimento pela interlocução com autores que participam do campo estudado. Por isso, privilegiei o método empírico. Tanto durante a relação de trabalho quanto durante as audiências percebi que os discursos oficiais não se traduziam em realidade. Afastei-me, inclusive, da forma de realização de algumas pesquisas empíricas no direito, elas não têm outro papel, senão confirmar o que já se sabe. A minha pesquisa pretende trazer a luz paradoxos sensivelmente ocultos, além de promover o diálogo entre esses dois campos do saber.

Com o prosseguimento da pesquisa, percebo que os valores e as práticas informadas como oficiais no campo do direito têm poucas conexões com a realidade. Amparando-me em outras referências para comparação, valendo-me de minuciosa descrição e da repetição dos dados do campo, o intento é dar visibilidade a uma teoria diferente da oficial, que orienta práticas e rituais. Em outras palavras, trata-se da descrição detalhada e interpretação do fenômeno observado, explicitando-se as categorias nativas e as usadas por mim. (LIMA, 2010)

Por fim, ratifico a necessidade de entender o direito, sem olhar para o referencial dos códigos, da lei ou da jurisprudência. O enfoque é o contratante entre o que de fato ocorre e o que os “operadores do direito” e cidadãos dizem que fazem, veem acontecer e sentem, todos os dias. (LIMA, 2010) Algum tempo depois da minha experiência naquele Centro de Referência, já cursando o mestrado, percebi a possibilidade de responder a algumas das minhas dúvidas usando o trabalho de campo.



O instigante entrelace entre intimidade e dinheiro, entre a casa e a rua, voltava a minha mente.

As questões levantadas por Roberto Damatta (1981) sobre ressocialização e abandono de preconceitos também foram levados em conta. Estou tentando, espero que com algum êxito, absorver costumes do universo social dessa relação de trabalho doméstico. Transformar o familiar em exótico, e o exótico em familiar, tem significado todo um esforço de questionamento sobre os dados extraídos do campo. Por que tanta referência aos afetos nesse campo? Por que tamanha quantidade de acordos?

## **O CAMPO**

### **NO SINDICATO**

No dia 7 de novembro de 2013, fui ao Sindicato dos Empregados Domésticos em Niterói. O sindicato funciona numa sala pequena no centro de Niterói. A base territorial do sindicato é Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e toda a Região dos Lagos.

Assim que cheguei, sentei-me numa antessala e esperei minha vez de conversar com a presidente do sindicato. Ouvi uma história de duas senhoras. Uma provavelmente empregada doméstica. Ela conversava com sua amiga. Falavam sobre a pressão de quem trabalha em “casa de família” e como o médico receitou remédios antidepressivos. Essa amiga estava preocupada com o fato de a estarem “fazendo pensar com a vontade dos outros”. Segundo essa amiga, ela deveria ir ao médico e tentar que ele lhe passasse um remédio mais fraco. A administração de antidepressivos era assunto comum entre as mulheres do CRMM.

### **PARA ALÉM DA EC 72/2013: DIARISTA OU EMPREGADA DOMÉSTICA?**

Durante a conversa com a presidente, obtive importantes indicações sobre o que pesquisar quando eu fosse às varas do trabalho de Niterói. Existiam dificuldades práticas que poderiam ser percebidas durante as audiências. A primeira questão colocada por ela parece ser de muita importância, era o reconhecimento de vínculo de emprego. Numa relação de trabalho dentro de casa há dificuldade de encontrar testemunhas que atestem haver uma relação de continuidade, como requerido pelos tribunais.



Essa questão da dificuldade de comprovação do vínculo empregatício remete, inevitavelmente, a reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 72 de 2013 (EC 72/2013). Essa Emenda tratou de aumentar o rol de direito dos empregados domésticos, para incluir: o direito a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, remuneração do serviço extraordinário em cinquenta por cento à do normal, reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, entre outros, muitos dos quais dependendo de futuras regulamentações.

Para alguns, a EC72/2013 pode ser entendida como positivação necessária para garantir o trabalho decente, adequadamente remunerado, exercido em condições de equidade e segurança, como objetivado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.177, de 2010). Mas, por outro lado, a própria jurisprudência da Justiça do Trabalho tem dificultado a comprovação do vínculo de emprego. Cuida-se de um debate antigo entre a diferença do termo *não-eventual*, constante no Artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho e do termo *natureza contínua*, segundo o Artigo 1º da Lei 5.859 de 1972. (ALEMÃO, 1998)

Entre nós, fluminenses, temos que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (do Estado Rio de Janeiro) publicou a Súmula nº 19<sup>3</sup>. Essa súmula limitou o reconhecimento de vínculo de emprego apenas aos trabalhadores domésticos que prestam serviço três vezes por semana. Essa questão suscita controvérsias dentro da Justiça do Trabalho.

Coloca-se a questão das leis, no caso da EC 72/2013, e da realidade, a dificuldade em comprovar o vínculo de emprego. Como notado, o direito vai além das normas positivas. Essas imbricações entre a lei e a realidade, foram objeto de estudo de Clifford Geertz (2000). Segundo ele, a hermenêutica jurídica sofre influências dessa relação entre as normas jurídicas e os costumes/crenças. De um lado não basta o conhecimento da lei e de outro não adiantam apenas entender a jurisprudência. Necessita-se um ir e vir entre o fato e a lei. Os processos de representação que ocorrem nos tribunais são base de toda a cultura.

<sup>3</sup> Súmula nº 19 - *Trabalhador doméstico. Diarista. Prestação laboral descontínua. Inexistência de vínculo empregatício.* A prestação laboral doméstica realizada até três vezes por semana não enseja configuração do vínculo empregatício, por ausente o requisito da continuidade previsto no art. 1º da Lei 5.859/72.





Apesar desse debate não ser suscitado em muitas audiências<sup>4</sup>, esse é debate é importante para entender a grande quantidade de acordos. Os advogados das trabalhadoras domésticas receiam não conseguir provar o vínculo de emprego. Enquanto que, por sua vez, os empregadores têm medo de que seja provado o vínculo de emprego. Isso já me disseram alguns advogados nas salas de audiências, ou nas salas de espera dos tribunais.

Nesse sentido, o saber local<sup>5</sup> criou três categorias nativas: a diarista<sup>6</sup>, a empregada doméstica e a doméstica. A primeira não tem vínculo de emprego, tendo poucos direitos. São profissionais autônomas. A empregada tem o vínculo de emprego, com mais direitos. Podendo ter ou não a sua formalização do contrato de emprego, sua *carteira assinada*<sup>7</sup> pelo empregador. A última categoria nativa é simplesmente doméstica, ela identifica tanto a diarista quanto a empregada doméstica. É uma forma de se referir ao trabalho doméstico remunerado de qualquer espécie. Embora essas diferenciações apresentem alguma certeza, na prática, não há essa certeza, devido à dificuldade de comprovação do vínculo empregatício.

### **COMO SE INDENIZA O CARINHO, O CUIDADO E O AFETO DE QUEM ERA “QUASE DA FAMÍLIA”?**

No sindicato, apontam como são insuficientes as indenizações. Eu me pergunto como indenizar quem “*trabalhou para a família*”. Trata-se de um contrato de trabalho com a peculiaridade do afeto. Nele, uma parte paga para que a outra tenha o cuidado com a casa, com as crianças e idosos. O judiciário, definitivamente, não está preparado para entender essas questões.

Mais uma vez refletimos sobre as imbricações entre a lei e a realidade, como quer Geertz (2000). Segundo muitos autores, uma das características do vínculo de

<sup>4</sup> Como se verá mais adiante, as partes estão mais interessadas no acordo do que em qualquer discussão, mesmo o debate sobre vínculo empregatício. Esse fato me causou estranhamento.

<sup>5</sup> Na obra de Geertz (2000), o saber local engloba o direito, a crença, costumes, tradições,...

<sup>6</sup> Interessante o uso do termo *diarista* no campo estudado. Os livros de Direito do Trabalho definem *diarista* como uma forma de pagamento (ALEMÃO, 1998; BARROS, 2007). Diarista seria aquele que recebe por dia de trabalho. Esse vocábulo foi ressignificado para denotar a *doméstica sem carteira anotada*, como eu ouvi muitas vezes no campo.

<sup>7</sup> Termo escutado repetidamente em campo.



emprego é a subordinação. O contratante, empregador, tem a faculdade de direcionar e intervir na execução da prestação do serviço. (ALEMÃO, 2000) O direito, como aponta Arnaldo Sussekind (2010), entende a subordinação jurídica como adstrita às faculdade de direção e fiscalização, sem qualquer tipo de submissão por uma vinculação social. Delgado (2009) acentua que a vinculação da subordinação não deve incluir elemento subjetivo. Esses manuais comumente se referem ao trabalho doméstico elencando direitos e deveres, explicando as verbas indenizatórias devidas, mas sem menções a categorias como afeto e cuidado.

Todas essas referências do parágrafo acima ressaltam a inconsistência do direito em entender a realidade. É incoerente a ideia do trabalho doméstico como apenas um vínculo jurídico, sem o elemento social de afeto. A ausência desse debate cria a imagem de um conflito que pode ser administrado apenas se discutindo sobre valores, indenizações em dinheiro. A questão que se coloca é exatamente essa.

### **“MAS ELA QUE NÃO TEM ESCOLARIDADE, MAL SABE LER, AGORA TEM DIREITOS IGUAIS AOS MEUS?” O DESPRESTÍGIO**

A presidente comentou, por último que essas empregadas-diaristas são vistas com desprestígio pelas suas patroas. Muitos acordos são feitos no sindicato, antes de serem homologados diante do juiz. A presidente do sindicato contou que muitas patroas falam que não deveriam pagar “tanto dinheiro” uma vez que não se trata de “profissional qualificado”, “muitas possuem baixa escolaridade”. O desprestígio é frequente.

Outras questões foram levantadas, como a falta de proteção quanto a acidentes de trabalho e problemas ligados à previdência social. A presidente do sindicato apresentou um dado que achei interessante: o fato da maioria das empregadas-diaristas serem de mães solteiras. Segundo ela, ainda, certos acordos judiciais são prejudiciais às domésticas. Trata-se de uma questão vista cotidianamente no meu campo nas Varas do trabalho e que me trazem muitas reflexões. Prefiro fazer maiores apontamentos sobre essa problemática na sessão seguinte.

### **NAS VARAS DO TRABALHO DE NITERÓI**



Juiz do Trabalho: - Tem acordo? Vocês aceitam um acordo de R\$ 695? Olha lá, conforme for instruindo vai ficar mais distante para os dois lados!

Advogado da Reclamada: Nós aceitamos R\$ 500.

Juiz do Trabalho: - A senhora aceita? (se dirigindo a empregada). O seu processo é de pequeno valor e isso daqui pode ir até o TST. Acho melhor aceitar.

Empregada: - Não sei. (fala muito baixa).

Advogado da Reclamante: Se for de 750 nós aceitamos.

Juiz do Trabalho: - A senhora aceita? (se dirigindo a empregada).

Empregadora: - Não sei. (fala muito baixa).

Juiz do Trabalho: - Então eu vou deixar vocês quinze minutos lá fora, pensando sobre o acordo. Enquanto isso eu vou fazendo outra audiência. Quando voltarem, eu quero um acordo.

(Passado o tempo as partes retornam para a sala de audiência)

Juiz do Trabalho: - Então, fecharam o acordo?

Advogado da Reclamante: Sim, R\$ 875,00.

Durante toda essa audiência, a Reclamante e a Reclamada não se entreolhavam. Esse acordo foi homologado sem problemas pelo juízo. Essa foi uma das muitas audiências assistidas durante a minha pesquisa. Resolvi trazê-la para enfatizar a questão do acordo nessas audiências. Segundo muitas conversas com vários advogados trabalhistas no campo, além de alguns juízes, o número de acordos na Justiça do Trabalho é elevado. Nos processos onde são partes as domésticas os valores das indenizações são pequenos e, muitas vezes, a polêmica do vínculo pode estender a discussão até as instâncias superiores. Esse quadro leva todos os contendentes a preferirem o acordo. Quase todos, diria. A exceção, repetidamente vista em campo, é da própria empregada doméstica. Mas de fato, a doméstica pretende acordar? E acordar, o quê? O afeto pode ser acordado?

Antes de continuar com as minhas indagações, prefiro explicar como procedi para explorar esse campo. Para compreender o que ocorre nos tribunais, resolvi visitar o *site* do Tribunal Regional do Trabalho e buscar as audiências de domésticas. Faço isso uma vez por mês. Listo todas as audiências sobre domésticas, nas varas de Niterói, e tento ir à maior parte possível. Assim tenho procedido de novembro de 2013 a fevereiro de 2014, totalizando dezoito audiências sobre emprego doméstico, em todas as sete Varas do Trabalho de Niterói. Assinale-se que, durante o recesso forense, do final de dezembro ao início de janeiro, não houve audiências.

Tal como assinalado por Geertz (2000), cada sociedade tem suas leis e elas se ajustam aos seus costumes. Interessa-nos abordar como o direito não é o que parece ser



e como os costumes estão em conjunto com as regras jurídicas criando uma realidade que não corresponde ao “dever ser” da lei. Assim, os direitos que deveriam ser irrenunciáveis, segundo o direito do trabalho, são renunciados em prol de um acordo. E, em oposição aquilo que é dito, em prol da própria ritualística.

A primeira coisa que eu faço é anotar todas as audiências de domésticas do mês (é disponibilizado no *site*). Tirei fotos dos processos também, para ter informações como idade, raça, etc. Em vez de ir apenas às audiências sobre domésticas, eu resolvi ficar uma manhã ou uma tarde toda nas salas de audiências. A minha ideia foi entender qual o desenrolar cotidiano das audiências em geral e contrastar com as das domésticas. Após as audiências, eu saio e tento conversar com a trabalhadora.

## ACORDO COMO FORMA DE ADMINISTRAR CONFLITOS? O PAPEL DO JUIZ

O mecanismo das audiências é bem burocrático, tudo se desenrola em torno do acordo. Como os valores das ações das domésticas são pequenos, pois elas recebem menos que outras ocupações e a comprovação do vínculo é algo complicado, é muito comum os próprios juízes começarem com a frase: "Tem acordo?". Os acordos são comuns também em outras categorias, mas nas domésticas é de quase a totalidade das que eu vi. Das dezoito audiências presenciadas, em apenas uma não houve acordo.

<i>O que aconteceu?</i>	<i>Quantas vezes aconteceu?</i>	<i>Percentual</i>
Não houve acordo.	01	5,5%
Houve acordo.	08	44,4%
Audiência adiada por iniciativa do juiz, ausência do advogado ou das partes.	09	50 %
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autor

Os acordos se colocam como forma especial e privilegiada de administrar esses conflitos. Shelton Davis (1973) esclarece três proposições gerais vistas em várias sociedades sobre dívida e contrato. Segundo ele, em toda a sociedade há um corpo de categorias culturais, de regras/códigos, definindo direitos e deveres entre os homens. Quando essas regras são rompidas surgem disputas, conflitos. As sociedades elaboram meios institucionalizados para administrar conflitos, nos quais as regras jurídicas são reafirmadas e/ou redefinidas. A resolução institucional de conflitos é objeto de estudo



da Antropologia do Direito. Cabe-nos perguntar qual a forma de resolução de conflitos está-se utilizando nesse caso.

Empregada: - Meu advogado não veio, sentia muito medo do juiz, daquela posição, de tudo. Me sentia (sic) desamparada, mas Deus estava comigo. E Deus sabe que eu estava limpa diante dele.

Longe de um acordo entre as partes, trata-se de uma dinâmica em que a figura do juiz é muito presente. Os acordos não se dão entre as partes, livremente. Os juízes propõem valores desde o começo das audiências. Em muitas, a primeira frase do juiz é “Tem proposta de acordo?” Há verdadeira preocupação entre todos, advogados, empregadores, juízes em fazer um acordo. Enquanto isso, a trabalhadora doméstica pouco opina. Geralmente elas têm dúvidas sobre se o acordo é benéfico. Contudo, é sempre chamada pelo juiz. “A senhora aceita a proposta?” A resposta quase sempre é: “Não sei”. Comumente se houve o juiz retrucar: “Mas, olha... tem certeza...?” Assisti a uma audiência onde o juiz falou para o advogado da doméstica. “O senhor é mais instruído do que ela. Explique a ela as razões da necessidade desse acordo”. E o fim da história se repete com a aceitação do acordo pela trabalhadora.

A figura de liderança se exerce de forma peculiar nessa relação. A diferença social de escolaridade e renda entre os juízes e a empregada doméstica é acentuada. Isso gera toda uma situação de receio. Repetidas vezes, nas conversas com as trabalhadoras domésticas depois das audiências, elas demonstraram medo do juiz. Trata-se de uma relação que contrasta muito com o observado por Pierre Clastres (2003) em sociedades ditas *arcaicas* sul-americanas. Nessas sociedades, ser um líder, ser responsável por administrar conflitos significava sempre se despojar de seus bens quando requerido. O líder era reconhecido pelo seu aspecto sempre empobrecido na tribo. Não raro os líderes deixavam seu posto, de tão penoso. Cuidava-se de sociedades sem esse tipo de poder político. E ainda assim, muito coesas.

Presenciei a atuação de juízes muito ríspidos com todo mundo nas outras audiências, mas falando muito pausadamente e querendo explicar tudo para a doméstica. Numa posição de infantilizar a trabalhadora, como se ela não entendesse o que acontecia. Além disso, eles chamavam atenção das domésticas "para elas cobrarem mais" dos seus advogados. Muitos advogados faltam à audiência e aí não tem acordo. O que é um problema nesse sistema. Cheguei a ouvir de certo Juiz sobre a necessidade de

"MORAL E DIREITO: REFLEXÕES SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS" – GOMES, Fabio de Medina da Silva.



se neutralizar a figura do advogado. Determinada juíza fala abertamente, “não homologar acordo menor do que as verbas rescisórias”. Mas eu não tenho como afirmar tratar-se de uma postura uníssona. Fato é que alguns juízes expressamente se preocupam com isso.

O acordo é algo muito interessante, eles não se importam mérito, ou seja, não importa se trabalhou tantos dias, se gozou férias, se recebeu Aviso Prévio, 13º, nada. Isso não é nem mencionado. O que importa é o "chute" que as partes decidem como valor, respeitado as verbas rescisórias. A doméstica geralmente não opina nesse valor, quem opina é o juiz, o advogado da doméstica, o advogado do empregador e o empregador. Em certa audiência, a empregada doméstica, antes de firmar o acordo, queria falar sobre as férias. “As férias que estão aí, ...” Imediatamente foi interrompida pelo juiz. “Isso nós não vamos falar. Primeiro vamos ver se temos acordo.”

O costume dessa dinâmica é muito forte. Certo dia, porém, houve uma audiência que me chamou atenção. No começo daquela audiência, o juiz perguntou se as partes já haviam chegado com um acordo. O advogado da empregadora propôs um acordo, mil e quinhentos reais, parcelados em seis vezes. Enquanto os advogados e o juiz conversavam, a doméstica se dirigiu à empregadora. “Esquece eles. Olha para mim, vamos ver um valor entre nós. Um valor pequeno desses dividido em seis vezes!?” A empregadora retrucou. “Você sabe que eu não posso mais”. Por fim, estabeleceram o acordo de mil e seiscentos reais, parcelado em quatro vezes. O que mais me chamou atenção nessa história toda foram alguns advogados que assistiam àquela audiência comigo. Eles esperavam a hora das suas audiências. Segundo eles, era “um absurdo as pessoas discutirem valores de acordo sem a opinião de seus advogados ou do juiz” e “um desrespeito ela falar que o valor era pequeno”.

Por fim, assevere-se ainda, haver acordos estipulados de forma tão rápida que se torna um desafio para minha pesquisa. Alguns advogados já levam acordos feitos antes das audiências. Os juízes apenas homologam. Como ouvi recentemente de uma juíza para os advogados, “a qualquer hora que vocês trouxerem um acordo aqui, eu homologo. Faço audiências de segunda à quinta”.

## **OS SENTIMENTOS NO CONTRATO DO CUIDADO**





Eu: - Como foi pra vocês estarem aqui? O que você sentiu agora na audiência?

Empregada: - Eu tive que entrar na justiça porque meu pai morreu e minha mãe estava com câncer. Mas a gente era amiga, sabe? Confidente. Ela tem uma filha de dois anos que eu amo. Queria muito ligar para eles, ver ela (sic) novamente.

Advogado da Empregada: - Agora que você fechou o acordo é bem capaz dela te chamar para trabalhar lá de novo.

Esse diálogo é uma conversa minha com uma doméstica e seu advogado após audiência. Como extensivamente observado no campo, desde o primeiro dia, de modo diferente de outros contratos de trabalho, a prestação devida pela trabalhadora doméstica é o cuidado. Nessa relação, no espaço da casa é incluído um elemento da rua. O espaço da intimidade recebe o componente da negociação.

A obra de Marcel Mauss (1974) pode nos ajudar a entender essa relação específica da doméstica com seu empregador. De forma distinta de outros contratos de trabalho, quem contrata uma doméstica não espera apenas alguém para passar a roupa, varrer a casa ou limpar as janelas. Espera-se, para além, o afeto, o cuidado e a dedicação. Desenvolvem-se, naturalmente, muitas amizades. Mas cabe uma pergunta. Seria uma relação realmente desinteressada? Mauss estudou diversas etnografias de Boas, Malinowski, Radcliffe-Brown, entre outros. Ele desenvolveu uma teoria sobre a importância da retribuição e da dádiva, tanto nas sociedades arcaicas quanto nas nossas sociedades.

A noção de aliança é o fio condutor na obra desse autor. A dádiva produz alianças religiosas, econômicas, políticas, matrimônios, e um sem-número de outros tipos de relação. Por dádiva ele compreende uma imensidão de tipos de prestações, entre elas, comunhões, heranças, esmolas, hospitalidade. Existe toda uma obrigação em dar e também em receber. Chega a citar ocasiões em que pessoas, de determinadas sociedades, empobreciam-se com doações que tinham a obrigação moral de prestar. E faziam isso na expectativa de que aquele que recebeu seus bens o retribuísse em determinado momento. Não existe dádiva sem esperança de retribuição. A retribuição-dádiva não ocorre apenas com as coisas, mas havia a circulação de mulheres, títulos, festas, valores morais e a própria alma do doador. A doação possui forte identidade religiosa para muitas sociedades.



Mauss pensa de outra forma o contrato social, para ele a coesão de determinada sociedade não depende de um acordo entre indivíduos racionais, mas antes, depende de regras de organização social herdadas das sociedades ditas primitivas. Ele reformula a própria noção de contrato. Mauss reflete sobre as indagações de seu tio, Émile Durkheim, sobre a importância da religião para a economia, concluindo pelo sistema de dar-retribuir como aspecto importante da economia das sociedades contemporâneas.

A obra desse autor ajuda a maiores reflexões sobre essa relação de trabalho doméstico. Em todas as minhas conversas com as domésticas, o elemento “família”, “casa”, “amizade”, “acolhimento”, “traição” são frequentes. Certa vez, conversando com uma empregadora doméstica extremamente angustiada ouvi o seguinte: “Não se pode mais ter empregada. Não se pode mais confiar em ninguém. Eu tive câncer, estou fazendo diálise, e pior que da diálise foi a traição.” Explicou que o pagamento o estipulado em juízo não seria um problema. “A gente pede para família, dinheiro não é problema, mas ela me traiu. Ela podia ter pedido. Esse dinheiro não trará benção para ela.” Nesse caso, segundo a empregadora, a doméstica teria recebido as verbas devidas e não teria assinado o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, uma vez que a confiança reinava.

O marcante dessa relação é que há a obrigação de retribuir o cuidado e a confiança com o cuidado e a confiança. Assim, o conflito se estabelece quando não há retribuição. Existe uma obrigação moral na retribuição. Segundo um advogado, “para a doméstica procurar o judiciário precisa de um problema na relação com a patroa.” Ele prossegue, “geralmente, trata-se de um dinheiro que não foi emprestado, ou de um doce que a empregada viu, mas a patroa não a deixou comer. Aí a doméstica continua trabalhando lá até achar outro lugar. Em seguida, ela procura advogado e vai à juízo.”

Entre nós, Roberto Damatta (1985) traz o par estrutural *casa* e *rua*. Explica a casa como espaço das relações subjetivas, e a rua como a esfera pública. Identifica ainda como elo entre a casa e a rua, o *outro mundo*, espaço da mística e da religião. Duas éticas, a da casa e a da rua são preservadas. Não se verifica contraposição entre elas. A relação da empregada doméstica com seu patrão significa a fala com subordinados usando idioma da casa. Nesse sentido, tenho observado muito no trabalho de campo como esses dois códigos se conectam sem maiores questionamentos. Um código do



afeto, da moral e outro da subordinação e do trabalho. Assim, uma empregada torna-se *quase da família*.

Em outras sociedades, como a americana, a conexão entre intimidade e dinheiro pode ser problemática. Segundo Viviana Zelizer (2011), nos Estados Unidos, a concomitância da condução de atividades econômicas e das relações de personalidade é reputada por muitos como incompatível. Existe toda uma crença que a intersubjetividade corrompe a economia e vice-versa. Esse argumento é geralmente usado pelos tribunais americanos. A autora faz alusão à tese de que intimidade e negociação fazem partes de *mundos hostis* que não devem misturar-se. O contato entre os mundos traz contaminação moral, segundo essa ótica.

Assim, continua Zelizer (2011), a interseção entre dinheiro e intimidade gera conflitos e corrupção. Alguns, no entanto, debatem a possibilidade da propriedade de doação remunerada de óvulos, a compra de atendimento aos idosos e, por fim, o pagamento de salários às donas de casa. Para a autora, é surpreendente o não reconhecimento do convívio entre transações íntimas e monetárias. Pais pagam para as babás, pais adotivos pagam por seus bebês, pais dão mesadas aos filhos, conjugues divorciados pagam pensão. Assim, a autora constrói toda uma teoria para negar essa idéia de mundos hostis.

No Brasil e no meu campo de pesquisa, podemos perceber um quadro bem diferente. A intimidade e a economia se misturam sem nenhum constrangimento. Todas as trabalhadoras domésticas que conversaram comigo se referiram, de várias formas, a sentimentos. Para além de um simples contrato, elas sempre se referem a uma doação em forma de dedicação, afeto, cuidado. É uma relação menos racional do que pensam os manuais jurídicos.

## **E OS TRABALHADORES DOMÉSTICOS HOMENS? ELES EXISTEM?**

Durante a pesquisa, outra questão é latente, a ausência de trabalhadores domésticos homens postulando em juízo. A explicação para isso é simples, como é notório, a quantidade de homens no serviço doméstico é mínima, se comparado a de mulheres. O trabalho doméstico é feminino. Além disso, curiosamente, durante as audiências sobre domésticas, vejo muito poucos homens na posição de empregadores.



Geralmente, predomina a figura da patroa. Esses dados são de extrema importância na pesquisa, contudo, a problemática envolvendo trabalho e gênero é ampla. Pretendo trazer aqui apenas algumas reflexões que podem ser usadas na interpretação do trabalho de campo.

Muito embora a filosofia feminista seja de longa data, o papel da mulher na sociedade é retratado por Simone de Beauvoir (1949). Para ela, os homens adotaram como padrão o masculino, chamando-o de natureza humana. Enquanto isso, as mulheres foram definidas como diferentes desse padrão, logo, o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea. Ela chamou atenção para dois perigos distintos. O primeiro é o da mulher se tornar passiva frente ao papel social esperado. O outro é querer ser como os homens, sem perceber as especificidades de ser mulher.

Um dos importantes elementos comuns dos autores feministas é a negação de uma essência comum e natural do masculino e do feminino. Nesse sentido, uma das mais importantes áreas de atenção dos estudos de gênero é a divisão sexual do trabalho. Essas análises afirmam uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho por meio de relações de hierarquia muito específicas. As novas gestões de controle do trabalho e as novas tecnologias criaram condições da mencionada colocação no mercado de trabalho. Contudo, essa inserção se deu sob a lógica da precarização. Hirata e Kergoat (1994) consideram as relações de sexo e de classe como elementos constitutivos da experiência humana, edificando relações sociais.

As autoras questionam a concepção masculina do operário. As concepções mais tradicionais ignoram o sexo dos trabalhadores e colocam as operárias como grupo sem identidade própria. Trata-se da invisibilidade do trabalho feminino. A classe trabalhadora não é assexuada. Neves (1988) explora essa temática da divisão sexual do trabalho ao estudar a relação entre reprodução e produção. A importância de autores como Magda Neves está em superar a naturalização de uma antiga dicotomia. Segundo esse pensamento, os homens seriam responsáveis pelo trabalho produtivo assalariado, ligados diretamente ao espaço público. Enquanto isso, as mulheres seriam responsáveis pelos trabalhos de casa, domésticos, não remunerados e tidos como improdutos. Aliadas da esfera pública se dedicariam a vida privada e à reprodução.



Para essas autoras a expressão reprodução complementa a palavra produção, além disso, é uma categoria importante que significa o cuidado de todo o serviço de casa, incluindo a educação de filhos. O trabalho reprodutivo pode ser remunerado (como o realizado pela empregada doméstica) ou o não remunerado (como realizado pelas mulheres do lar). É muito forte sua importância para a própria manutenção do sistema capitalista, não devendo ser invisibilizado social ou economicamente.

Hildete Pereira de Melo (1998), em estudo publicado pelo IPEA, analisou o serviço doméstico remunerado no Brasil. No ano de 1995, o Brasil contava com cinco milhões de mulheres (e apenas trezentos e cinquenta mil homens) envolvidos no trabalho doméstico. Quase vinte por cento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina estava no chamado trabalho doméstico. Essa colocação específica no mercado de trabalho constitui culturalmente o lugar da mulher. Esse lugar é considerado ocupação menor e é distante do circuito mercantil. Não há exigência de qualificação. Trata-se de um refúgio de mulheres com baixa escolaridade e sem treinamento. Outro dado importante levantado pela autora é, mesmo nesse segmento, o fato dos rendimentos masculinos serem maiores.

A autora optou por uma perspectiva histórica sobre a problemática. Durante a escravidão existiam escravos domésticos, encarregados de afazeres do lar. A figura da escrava doméstica é uma constante no Brasil do Século XIX. Ela convivia com a possibilidade de contratar meninas para o trabalho doméstico. Com o tempo, a industrialização e a urbanização, transformaram a ajuda em serviço doméstico, realizado em troca de moradia e alimentação, para população das migrantes oriundas do campo. Essa ideia perdurou até os anos cinquenta do século passado, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste. (MELO, 1998)

Marcio Pochmann (2012) demonstra como a participação relativa do trabalho doméstico no total da ocupação urbana diminuiu sensivelmente de 1900 até 2009. Se em 1900 esse percentual era de 53,1%, em 1960 era de 26,1%, e, por fim, em 2009 era de apenas 7,8%. Em 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o trabalho doméstico remunerado era ocupação de 6,3 milhões de pessoas (ou seja 6,7% dos brasileiros e brasileiras economicamente ativos). A disparidade de gênero no serviço doméstico remunerado permanece até os dias atuais. Assinalo que dessas 6,3



milhões de pessoas, apenas 492 mil são homens. Temos que, nessa ocupação, quase 95% são mulheres.

Fato é que, até a presente data não encontrei nenhuma audiência envolvendo homem empregado doméstico. Talvez, se minha pesquisa fosse em alguma região turística, por exemplo Angra dos Reis ou Campos do Jordão, conseguiria assistir audiências de caseiros. Ocorre que, como na maioria das vezes se trata de casa de veraneio, a relação dos caseiros com as famílias não é cotidiana, o que o distancia muito do tipo de vínculo observado nessa pesquisa. O que eu consigo perceber na minha pesquisa nas varas de Niterói é exatamente essa ausência de empregados domésticos homens postulando em juízo, denunciando tratar-se de ocupação eminentemente feminina. A divisão sexual do trabalho doméstico é de tema de profunda relevância. Infelizmente, o judiciário ainda não entendeu o caráter diferencial do conflito advindo dessa relação.

## **PLANEJAMENTOS FUTUROS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os próximos passos da pesquisa consistem em visitar espaços onde as empregadoras domésticas se concentram, no sindicato dos empregadores domésticos. O sindicato dos empregadores é uma inovação necessária por conta da Emenda Constitucional 72/2013. Essa emenda permitiu aos empregadores e empregados domésticos o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. Para tanto, há um sindicato estadual dos empregadores domésticos, contando com um escritório na Barra da Tijuca e um em Niterói.

Além disso, pretendo conversar com os juízes. Já estou fazendo um movimento nesse sentido. Já tenho conversado com quatro juízes do trabalho de Niterói, todos tem sido muito solícitos. O intuito é saber para além das representações sobre empregadas e empregadores, é ter mais imagens de formas de administrar esse conflito.

Por fim, deixo aos leitores uma história contada por um juiz do trabalho de Niterói. Esse juiz afirmou para mim que a intimidade sobrepõe-se ao dinheiro. Trata-se de uma audiência sobre emprego doméstico. Duas mulheres de aproximadamente setenta anos. Um vínculo de trabalho estabelecido durante quarenta anos. Ocorre o seguinte: a patroa ficou viúva e resolveu casar pela segunda vez com um rapaz de vinte





anos, surfista. A família, e isso inclui a empregada doméstica, se opõem à união. Depois de demitida sem justa causa, com todas as verbas indenizatórias corretamente pagas, a empregada vai ao juízo contra a patroa. O advogado da empregada era pago pelas filhas da patroa.

Empregadora: - Essa mulher é uma megera. Como ela pode fazer isso?

Empregada: - Ave Maria Cheia de Graça, o senhor... (rezando)

Juiz do Trabalho: - Mas a senhora está com todas as verbas indenizatórias pagas. Férias, horas extras, 13º Salário,... Está tudo pago. O que a senhora quer?

Empregada: Eu quero uma casinha.

Juiz do Trabalho: - Vou propor um acordo que o advogado da Reclamada vai me matar. Mas, vamos fazer um acordo de R\$ 100 mil?

Empregadora: - Eu vou fazer um cheque desse valor. Eu pago para nunca mais ter que olhar para essa mulher...

Juiz do Trabalho: - A senhora não quer parcelar? É um cheque único de R\$ 100 mil, se ele voltar a multa será enorme!

Empregadora: - Não vou parcelar! Não quero mais olhar para essa mulher.

Dessa história, não sei os detalhes dos acontecimentos, nem entendo os sentimentos envolvidos. Entretanto, é evidente que a administração de conflitos advindos de uma relação tão complexa, como a do trabalho doméstico, deve levar em consideração duas questões. A primeira é o desejo das partes do reconhecimento moral que se agiu certo. A outra é a moralidade do julgador. Ou seja, as moralidades não se separam do direito e devem sim ter papel central nos estudos sobre administração de conflitos.

## REFERÊNCIAS

ALEMÃO, Ivan. *Direito das relações de trabalho*. Ltr, 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. Ltr, 2007.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

CLASTRES, Pierre. Copérnico e os selvagens. \_\_\_\_\_. *A sociedade contra o estado* – pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



\_\_\_\_\_. *Relativizando uma introdução à antropologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DAVIDS, Shelton. *Antropologia do Direito: estudo comparativo de categorias de dívida e contrato*. Zahar, 1973.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2009

GEERTZ, Clifford James. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *A classe operária tem dois sexos*. Estudos Feministas, v. 2, n. 3, p. 93, 1994.

LIMA, Roberto Kant de. A Antropologia do Direito, no Brasil. In :*Ensaio de Antropologia e de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

LIMA, Roberto Kant e BAPTISTA, Barbara L . *O desafio de realizar pesquisa empírica no direito*. Trabalho apresentado à Reunião da ABCP, 2010.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas*. Sociologia e Antropologia. São Paulo; EDUSP, 1974.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Serviço Editorial, 1998.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Zahar, 2009.

NEVES, Magda de Almeida. *Divisão sexual do trabalho e relações de gênero: anotações em torno do tema*. XII Encontro Anual da ANPOCS, 1998.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de direito do trabalho*. Ltr, 2010.

ZELIZER, Viviana. *A negociação da intimidade*. Vozes: Petrópolis, 2011.



## MEMÓRIA E PRISÃO

SOUZA, José Paulo de Morais

*Estudante de doutorado do Programa de Memória Social*

*E-mail: zepms@ig.com.br*

### RESUMO:

O presente trabalho tem como proposta analisar a função da memória implícita na ideologia da “ressocialização” de pessoas em instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro e submetidas ao ensino de regras e normas para transformá-las em pessoas dóceis. Essa proposta de “ressocialização” e de transformação pressupõe alguma tentativa de apagamento, uma vez que transformar significa deixar algo de lado em detrimento do novo, ou seja, deixar de ser essa pessoa “perigosa” para, através de ações provenientes do Estado, adquirir novos hábitos. O artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, tendo como principais referenciais teóricos FOUCAULT (2009), GONDAR (2000), POLLAK (1992) e THOMPSON (1980); propondo a realizar reflexões e questionamentos, como: O Estado pode e consegue transformar alguém? De que maneira o Estado busca a transformação da pessoa presa? O apagamento de memórias de fato é utilizado nesse processo?

**Palavras chave:** Preso, Memória Social. Apagamento. Ressocialização e Prisão

### ABSTRACT:

The present paper aims to analyze the role of implicit memory in the ideology of "resocialization" of people in prison institution of the State of Rio de Janeiro and subjected to the school rules and standards to transform them into docile people. This proposed "rehabilitation" and transformation presupposes some attempt to delete, since transforming means leaving something aside at the expense of the new, ie, stop being such a "dangerous" person to through actions from the State to acquire new habits. The article was developed from a literature review, the main theoretical frameworks Foucault (2009), GONDAR (2000), Pollak (1992) and Thompson (1980); propose to do reflections and questions, such as: The state can and can transform someone? How does the State seeks the transformation of the prisoner? Erasing memories is actually used in the process?

**Key words:** Prison; Social Memory; Deletion; Resocialization and Prisoner



## 1- Introdução

A memória é ao mesmo tempo natural e complexa, complexa e ao mesmo tempo natural, a Memória nasce com o homem e esse, por motivos diversos, em alguns momentos de sua vida, tenta livrar-se de algumas memórias que o incomodam, criando um paradoxo inexorável sobre lembrar e esquecer, armazenar e descartar memórias. Alguns interesses sociais e políticos são os condutores dessa engendradora trama que nos leva a essa discussão sobre o recalçamento e o apagamento que percebido, em alguns momentos, por meio de uma observação mais atenta das relações político-sociais, nos remete a reflexões.

Pretendemos trazer contribuições para tais reflexões em um contexto mais específico, que é o prisional, um campo espinhoso para estudo, repleto de contradições, inversões, falácias e inconclusões. Um campo muito amplo e fértil para estudo, mas há poucos trabalhos conclusivos sobre ele.

Estamos em época de *reality show* televisivos, onde um pequeno grupo fica recluso observado por todos através de câmeras de TV, nesse observar, os telespectadores querem “dar seus palpites” sobre aquelas vidas expostas naquela imagem de televisão. A prisão é uma reclusão semelhante, sem o *glamour* televisivo, mas que restringe as pessoas a um confinamento e, portanto, a choques de personalidades, vivências, classes e valores. Além de levar o indivíduo a separar-se de seus familiares e amigos. No entanto, a sociedade preocupa-se em resolver, ou pelo menos, discutir os problemas de convívio dos *realities show*, enquanto que os presos ficam relegados ao esquecimento e simples confinamento sem o *glamour* da mídia, de fato, esquecido por ela.

Partimos então para o preso que chega a seu confinamento. Ao ser preso a pessoa é conduzida a uma casa de Custódia, local esse que faz a vez das antigas delegacias, onde agora preso fica aguardando o julgamento pelo possível delito cometido e fica separado conforme localidade onde mora e, portanto da facção criminosa que atua naquela área de moradia dele. Caso condenado, o preso é encaminhado, conforme determinação do Juiz da Vara de Execuções Penais a uma pena específica, conforme a sua condenação. Podendo ir para uma penitenciária ou para uma unidade semiaberta ou aberta, dependendo do tempo a ser cumprido.



Caso seja encaminhado para uma unidade de regime fechado que pode ser uma Penitenciária, cumprirá parte da pena até obter o benefício para a progressão da pena, que irá levá-lo provavelmente a uma unidade semiaberta que deveria ter um regime mais brando e posteriormente, encaminhado a uma unidade aberta.

Esse cumprimento da pena poderá variar, há casos em que o Juiz pode condenar direto a regime aberto ou semiaberto, ou encaminhar direto do regime fechado para o aberto; dependerá muito de cada caso, de cada crime, de cada preso e de seu comportamento.

Ao ingressar em uma unidade prisional, o preso leva com ele suas memórias, vivências de seus familiares e experiências próprias, estas geralmente rechaçadas pelo estado por não fazer parte do padrão social desejado. Nesse sentido o Estado, na verdade, identifica o sujeito com a infração, reduzindo-o ao seu ato, condenando-o como ser e não por ser. Foucault (2003).

Geralmente sobre a bandeira da “ressocialização”, esta usada como lema da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do estado do Rio de Janeiro, na verdade busca-se um apagamento de algo, como se o estado pudesse mudar alguém, apagar vestígios de um passado tortuoso, reflexo de uma minoria esquecida.

O próprio termo ressocializar, que é um verbo transitivo direto e que dessa forma entendemos *tornar a socializar (-se)*, uma ação de re fazer algo e, por tanto, perpassa por uma significação extremamente complexa e contraditória, uma vez que nos leva a ideia de que o preso está à margem da sociedade, portanto fora dela, quando na verdade ele é fruto dessa sociedade, ele não precisa ser reconduzido de um lugar de onde ele não saiu; na verdade, precisa ser esclarecido, dar ao preso a oportunidade de pensar sua subjetividade.

Entendemos assim que a socialização foi indigna da condição de sujeito e da condição de cidadão, que é preciso ser reconhecido antes de se oferecer uma nova possibilidade. Isso implica não trata-lo como tábula rasa, sujeito ausente de impressões anteriores. Implica, portanto, considerar e reconhecer suas memórias antes de qualquer coisa.



## 2- Breve olhar sobre a prisão:

O preso ao chegar a uma unidade prisional, após a identificação de praxe, é posto em “isolamento preventivo” e, segundo as autoridades, teria o cunho meramente de observação e adaptação, para que seja percebido se há algum problema entre o preso e o coletivo. No entanto, podemos pensar esse isolamento como forma de adaptação àquela nova realidade. Mesmo que o preso venha de outra unidade prisional ele passa por esse procedimento; cada prisão tem a sua particularidade, cada indivíduo cria sua rotina, mesmo com a imposição de uma única rotina através de normas e determinações, a criação humana acontece em qualquer momento ou circunstância.

Pensando a memória como processo de construção, o conceito de memória trazido por GONDAR (2005), é bem ilustrativo quando observado que a memória no presente é uma forma de pensar o passado a partir do futuro que se almeja. Isso nos leva à reflexão sobre o presente trabalho, que pretende contribuir para refletir sobre o tema prisão e a transformação do homem.

Para analisar a memória da instituição social “prisão”, ressaltaremos inicialmente à questão do ingresso do preso, que é regulamentado por duas legislações, a Portaria número 758, de 18 de setembro de 1997- que dispõe sobre a conferência do efetivo carcerário das unidades prisionais e hospitalares do DESIPE -; e a Resolução SEAP número 338, de 29 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre o ingresso, reingresso e transferência de presos no âmbito das distintas unidades prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e dá outras providências.

A primeira (Portaria 758) trata a conferência diária dos presos nas unidades prisionais, essa prática é realizada para o controle de ocorrência de fuga e ou se o preso está em boas condições físicas e mentais. A segunda (Resolução 338) determina como devem ocorrer as transferências no âmbito da Secretaria. Cabe ressaltar que não há nenhuma legislação que regulamente a rotina desse ingresso, ou seja, essa prática de como a pessoa presa deve ingressar em uma unidade prisional ocorre através de uma rotina perpassada de funcionário para funcionário durante gerações e, em muitos casos, não há uma explicação lógica. Um exemplo é a raspagem da cabeça do indivíduo que ingressa, em seus primórdios, justificava-se pela infestação de parasitas. Atualmente, não existem dados e informações da SEAP que





constatem a incidência de uma epidemia ou evidência de parasitas e, mesmo existindo casos de contaminação, a mesma é facilmente controlada por medicamentos de uso tópico. Porém, o uso da raspagem continua sendo reproduzido automaticamente, sem justificativas ou questionamentos.

A instituição social prisão se constitui e se reproduz como um espaço de uma rotina não escrita trata-se de um mundo de mergulhado na memória oral. Outro exemplo desse processo de mecanização de rotinas é a submissão do preso – no seu processo de ingresso no sistema prisional – nesse momento, há um período de isolamento preventivo de 5 dias antes de ir para o convívio com os outros presos. A explicação vigente seria a de que ao ingressar, o preso precisa de um tempo para saber se tem algum tipo de problema de convívio com outro interno daquela unidade, antes de ser direcionado à carceragem. Essa prática é naturalizada tanto para os presos quanto para os funcionários que a reproduzem há gerações sem qualquer questionamento ou reflexão de seu uso.

Entendemos essa prática de isolamento do preso como uma tentativa de provocar o esquecimento de seu passado, este visto como equivocado. Nesta forma o Estado coloca-se em uma posição superior de detentor da verdade, no intuito de que preso repense seu futuro. Segundo GONDAR (2000), esquecemos não somente a segregação, mas a maneira pelas quais segregamos, e desta forma, o esquecimento torna-se um fenômeno natural e ainda, segundo a autora, o tempo passa a ser visto como um caminho na direção do idêntico, da mesmidade e da homogeneidade. Essa suposição nos trás a questão: O Estado tenta apagar esse traço subjetivo do preso?

O ingresso do preso no sistema prisional está de certa forma, vinculado à legislação que, por sua vez, tem um papel importante na prática de uniformidade. Temos na portaria 758, e mais específico em seu Artigo 2º seguinte:

Art 2º - A conferênciaprocessar-se-á da seguinte forma:

-nas unidades que possuam cubículos individuais, o interno apresentar-se-á de pé, na porta do cubículo, trajando bermuda ou calça, camisa ou camiseta.

II- nas unidades que possuam celas coletivas, o interno deverá ficar de pé, ao lado de sua respectiva cama, trajando como descrito acima;



III-nos hospitais, o interno responderá à chamada postada de pé, ao lado do leito, ou deitado, se assim o exigir o seu estado de saúde.

Fica nítida na portaria a prática da mesmidade, da ideia de massa através da rotina que ocorre no mínimo duas vezes ao dia através da conferência, quando todos devem estar vestidos de maneira semelhante, colocando-se com uma mesma postura em lugar pré-determinado. Foucault (2009) observa-nos que a reclusão do século XIX é constituída de uma combinação de controle moral e social. Percebemos no confere realizado ainda nos dias de hoje a submissão do preso quando o Estado determina a roupa, uma camisa que identifica e, sendo assim, uma homogeneização a ser cumprida, uma falta de respeito ao indivíduo e, também pelo fato da grande maioria dos presos serem de classes mais humildes. Nesse sentido, fica evidente a ocorrência de um controle social naquele espaço de confinamento.

Além desses aspectos retratados na Lei, podemos exemplificar com prática do ofício, que faz cumprir a determinação do silêncio e do uso da cabeça baixa para interno; práticas essas sem o respaldo de nenhuma legislação, mas perpetuada pelos custodiadores através de um discurso oral.

Após o isolamento preventivo, o preso é posto em convívio com os demais, este grupo ao qual ele integrará é denominado de coletivo; o preso que chegou é imediatamente recebido por um grupo, uma pequena comissão, que é proveniente desse coletivo. Essa comissão é escolhida para obter informações sobre sua condenação, local de residência e o tempo de sua condenação.

O preso que chega traz influências, novidades e contribuições ao coletivo, seja a mesma oriunda de sua subjetividade ou das relações sociais vivenciadas no âmbito da vida social ou em outra unidade prisional. O local de convívio - que pode ser uma cela, galeria ou alojamento - muda a partir dessa nova influência, que pode ser a simples inclusão de seu nome no confere ou por meio de uma nova visita que entra na lista de visitantes.

Há uma memória de resistência que é proveniente das facções que atuam dentro do Sistema Prisional, principalmente, aqui no Rio de Janeiro, aquela denominada de Comando Vermelho, essa possui regras rígidas que surgiram na década de 70 e persistem dentro das prisões do Estado do Rio de Janeiro até o momento atual. Gognebim (2009) nos traz uma contribuição de Benjamim no que diz respeito ao desmoronamento da tradição, que somente



através do novo teremos uma retomada inventiva uma produção da mudança. Nesse sentido, o preso está entre a facção e o Estado, aqueles que conseguem transpor essas duas barreiras conseguem construir sua subjetividade de forma criativa, dar um destino diferente àquele pré-estabelecido pelo estado ou pelo crime, uma tarefa árdua tendo em vista serem Estado e facção, dois entes fortes e de domínio extenso na sociedade onde o preso vive.

O Estado e as facções utilizam a coerção e a força como forma de reprimir o preso e moldá-lo, cada um a seu interesse, isso demonstra um tipo de violência. Essa ocorrência é ressaltada por Foucault (2003), quando este nos remete à existência de dois julgamentos: o feito pelo Juiz e o produzido pelos funcionários da instituição prisional enquanto custodiadores, levando o preso à dupla punição conforme seu comportamento. Foucault denomina este julgamento de micro-tribunal, destacando àquele tipo de julgamento realizado pelos funcionários, quando este decide punir ou inocentar o preso em ações do cotidiano.

O Estado negou a existência dessa memória da facção por muito tempo, depois reconheceu sua existência e a definiu como destrutiva, na tentativa de que, relegando-a ao esquecimento ou negação, ela simplesmente deixasse de existir.

Nietzsche (2003, pág. 7-8) nos traz ao entendimento de que “o homem não pode esquecer e por sempre se ver novamente preso ao que passou; por mais longe e rápido que ele corra, a corrente corre junto.” Com isso nos mostra que o homem está preso ao passado e este se encontra no presente, junto com esse homem. Assim também a facção, o Estado e o preso estão restritos e reclusos ao passado. O passado está sempre presente, por mais que o Estado tente apagá-lo e negá-lo, essa lembrança não se esvai pura e simplesmente pelo querer do homem.

Ao negar a existência da facção, o Estado traz à tona o que estava reprimido, o que ele não quer mostrar: suas mazelas. Freud (1979) nos fornece subsídios quando trata da negação, como um modo de tornar notícia do recalcado. Ou seja, o Estado por mais que tente esconder o que o incomoda, suas mazelas, seus abusos, acaba expurgando e deixa transparecer. Quando me refiro ao Estado, refiro-me as pessoas, governantes, dirigentes de órgão de alto-escalão que o representam, e são afetadas pelo psiquismo como qualquer pessoa.

Esquecer é inerente à natureza humana percebemos quando nos apoiamos na suposição de Nietzsche (2003), para qual o esquecer é natural e inerente ao homem, no que “a



todo agir liga-se um esquecer”, ou seja, vinculado a todo ato de lembrar, esquecemos algo, um pressupõe o outro, um está intimamente atrelado ao outro.

Quanto ao lembrar, não escolhemos o que queremos lembrar, mas no simples ato de lembrar trazemos embutido nele uma seleção, dentre tantas outras recordações apenas uma pode ser escolhida e por isso, as outras que ficaram de lado e por isso, esquecidas.

A burocracia considera o preso um número ou um prontuário no arquivo, representando uma tentativa de apagamento da subjetividade do preso pelos diversos agentes do Estado, que tenta transformá-lo, reconduzi-lo, intimidá-lo. Percebemos na obra de Nietzsche (2003) a possibilidade de viver sem esquecimento, ou seja, o homem não teria como armazenar tudo, sendo necessário esquecer. Na verdade, há uma busca pelo equilíbrio de lembrar e esquecer. Nietzsche (2003, pág.11) entendeu: “que se saiba mesmo tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo.” Mas no caso do preso ao ingressar não se trata de esquecimento e sim de uma tentativa de apagamento de suas memórias por parte do estado ou de algumas memórias que são consideradas perigosas.

O apagamento seria um esquecimento forçado, ou uma tentativa de forçar a esse esquecimento, como uma censura. Lembramo-nos da censura psíquica dos sonhos apresentada por Freud (2006), este relata que sonhamos sempre, mas que apenas uma pequena parcela de sonhos é lembrada. Isso porque o nosso psiquismo escolhe, censura aquela parte do sonho, que não nos interessa - sem que sejamos conscientes disso.

Apagar a subjetividade é apagar a memória porque a subjetividade se constrói a partir do que se faz com os traços de memória. Se isso é feito como medida disciplinar o que está sendo apagado não é a memória singular de um sujeito, mas a memória social dos antecedentes da prisão. Esses antecedentes são constituídos por uma série de injunções ou falhas do Estado quando, no âmbito das políticas públicas, não consegue garantir os direitos de toda a população, deixando de lado grande parte do segmento de baixa renda e de certa forma atinge a subjetividade e a memória social.

Quanto à memória, o homem não consegue dar conta de tudo, de todo conhecimento. Ou seja, podemos esquecer aquilo que é trivial, a rotina, talvez, mas fatos marcantes de um período permanecem como algo que não esquecemos. Esquecer é mais político do que natural e mais Institucional do que social; há uma condução em certos tipos de esquecimento ou uma



tentativa de apagamento realizado pelos órgãos Estatais como uma forma de controle, mas esse controle nem sempre é efetivo, o homem reage a essas tentativas.

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada... , podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (Michael Pollak, pág. 201)

A prisão é algo marcante na vida de qualquer um, um traço agregado à subjetividade do indivíduo, que passa a fazer parte de sua trajetória social e humana.

Por outro lado, precisamos renovar. Nietzsche (2003) traz à luz a questão da historicidade, em que esta pretende a exatidão, à verdade e à objetividade e, por isso promove um perigo ao crescimento da vida. É preciso renovar para inovar

### **3- Considerações finais**

A subjetividade do preso passa pelo envolvimento das pelas malhas do Estado e pelo poder da facção, mas o preso pode resistir a partir de sua subjetividade, de modo a influenciar outros e mudar uma realidade marcada por fatores sociais precários.

O isolamento do preso como prática não atinge um de seus objetivos que é o esquecimento. O preso não esquece, na verdade aviva toda sua história e reafirma quem é. O traço subjetivo do preso é afetado por uma prática antiga de isolamento preventivo que é sem sentido, ressaltando mais o distanciamento do Estado.

O não entendimento da fragilidade do preso, como se esse sujeito fosse algo fora da sociedade é uma ponte para a revolta e a ratificação do processo contínuo de agressão. Não é por acaso que a questão é complexa e a partir de um olhar crítico sobre esse processo, percebemos que o número de presídios aumenta assustadoramente no Brasil.

Conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Brasil é o quarto país que mais encarcera no mundo, na ordem quantitativamente temos Estados Unidos, China, Rússia e Brasil. A solução está longe de ser alcançada. Constroem-se presídios e cada



vez o Estado precisa de mais unidades, o que evidencia que algo está errado nesse planejamento da máquina pública de Estado. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, são gastos por ano cerca de 20 mil reais por preso, o que nos leva a questionar, não simplesmente esses gastos, mas aonde isso levará.

Qual a prioridade do Estado, investir na diminuição da violência e de presos ou investir na ampliação da prisão, que cada vez são construídas mais com o objetivo de “limpar a cidade”? Creio que a prioridade do Estado é a custódia de presos e não tratar a causa que leva o indivíduo à prisão. A máquina pública é constituída de memórias de repressão, esta se reproduz em todas as esferas em um presídio, principalmente com o objetivo de moldar o preso em indivíduos dóceis para a sociedade.

Mesmo com a legislação em sua tentativa de engessar o preso, corrigi-lo e isso é bem nítido desde o símbolo do antigo Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (DESIPE) que funcionou até o ano de 2003, data de inauguração da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - que em sua flâmula constava em latim *Fronde virere nova*, que significa podar a copa da árvore para que venha uma nova copa. O Estado pensou desde tempos atrás em transformar, modificar o preso, mas não em esclarecê-lo, aprimorá-lo para que dele seja a escolha do seu modo de vida. Ao desrespeitar a subjetividade do preso acaba criando uma revolta, uma resistência, a qual podemos chamar de Memória de Resistência.

Nas Resoluções, Portarias e Decretos até os dias de hoje, essa questão é bem nítida no que diz respeito a tratar o preso como coisa, coisificá-lo, desta forma o respeito não precisa ser total, pode ser parcial e por tanto o Estado pode definir por legislação o que o preso deve e não deve fazer até mesmo o que ele deve esquecer, mas sua subjetividade é esquecida por parte das autoridades, inclusive pelas normas não escritas, que são criadas verbalmente e repassadas por gerações de funcionários.

Pensar a questão prisional não é fácil é complexa em sua forma de lidar com as diferenças dos indivíduos e ao mesmo tempo da coletividade em um local de punição. O preso encontra-se entre tensões contínuas, forças e embates que nunca terminam tanto políticas, quanto sociais. Essa questão não se resolve rapidamente, mas o simples fato de questionarmos





e apontarmos para a existência das de tais pontos que aqui tratamos, ocorre uma pequena contribuição para a humanização desse sistema.

### **Bibliografia:**

- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.
- FREUD, S. **Nota sobre lapizarra mágica**. O.C. Tomo XIX El yo y outras obras (1923-1925). Buenos Aires/ Madrid, 1979.
- FREUD, S. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana vol 1.(A)O esquecimento dos sonhos**. Imago, 2006.
- GONDAR, J. **Lembrar e esquecer: desejo de memória**. In: COSTA, I.T.M. e GONDAR, J. (orgs.) Memória e espaço. Rio de Janeiro: 7 letras,2000.
- GOGNEBIN, J.M. Não contar mais in **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- NIETZSCHE, F.W. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida** / Friedrich Nietzsche; tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003 -(Conexões; 20).
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- THOMPSON, A. F. G. **A questão penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1980.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2236-8736, n.3,  
Volume 18**

**CIÊNCIAS SOCIAIS,  
LITERATURA E ARTE**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 19

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 19

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

### **8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

### **10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 19

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)





### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 19

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

O ANJO CIGANO: EMBLEMÁTICA DE UM POEMA - TABOSA, Leila .....	1-12
PARA ALÉM DA TRANSGRESSÃO: A ESTÉTICA DO HORROR EM RUBEM FONSECA - SILVA, Regina Coeli Machado e .....	13-29
DE SEVERINOS A NANETTO PIPETTA: LITERATURA, MIGRAÇÃO E POBREZA NO BRASIL - BAGNO, Silvana .....	30-48
EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, POLÍTICA E MEMÓRIA: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE OS EDITAIS DE PREMIAÇÃO NA INTERFACE ARTE E SAÚDE MENTAL – PINTO, Diana de Souza; MECCA, Renata Caruso .....	49-64
FOTOGRAFIA: MEMÓRIA, RESTO E ESQUECIMENTO - FRAGA, Nayhara Marylin.....	65-76
A MEMÓRIA QUE NOS TRAS “O DESAFIO” DO CINEMA NOVO- ARENDT, Iara Machado .....	77-90
LEITURA DA IMAGEM CÊNICA NA FOTOGRAFIA DE DAVID LACHAPPELLE – SEIXAS, Jordana .....	91-105
ARTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O ENSINO DE ARTE CONTEMPORÂNEA SOB UMA PERSPECTIVA MULTICULTURAL – ANDRE, Bianka Pires; MELO, Amanda Cristina Figueira Bastos de .....	106-120
A CORRESPONDÊNCIA DO POETA CRUZ E SOUSA COMO MEMÓRIA DA EXCLUSÃO – OLIVEIRA, Fátima Maria de .....	121-134
O PESSOAL É POLÍTICO: JUNTAR A GRANDE E A PEQUENA HISTÓRIA – RAFAEL, Raisal Damascena .....	135-150
“BENDITO FRUTO”: MINORIAS, ÉTICA DIALÓGICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de .....	151-166
A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO A POSTERIORI NO CINEMA –ROMANCE HIROSHIMA, MON AMOUR DE MARGUERITE DURAS – ASSIS, Paulo .....	167-181
INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE – CHAMPANGNATTE, Dostoiowski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua .....	182-197





A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NOS TEXTOS LITERÁRIOS BRASILEIROS: UMA QUESTÃO DE LÓCUS DE ENUNCIÇÃO – KAUSS, Vera Lucia T.....	198-211
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, CINEMA E MEMÓRIA NA ERA DA TRANSMÍDIA – COSTA, Robson Santos; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill .....	212-228
A MEMÓRIA COMO CORPO ANIMAL EM “OS QUE BEBEM COMO OS CÃES” – RIBEIRO, Luiz Antonio .....	229-243
UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL DA MÚSICA “QUE PAÍS É ESSE” DA BANDA LEGIÃO URBANA – PAIVA, Marília Luana Pinheiro de .....	244-260
O CORPO NO ESPELHO DAS NARRATIVAS PARA CRIANÇAS: ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DOS ELEMENTOS QUE MARCAM AS DIFERENÇAS NA CORPOREIDADE – SAMPAIO, Lenise Oliveira Lopes .....	261-279
PETROGRADO: O BERÇO DA REVOLUÇÃO RUSSA RETRADO NA POESIA DE PAULO LEMINSKI E NA PINTURA DE PETROV-VODKIN – FERNANDES, Mônica Luiza Socio; JESUS, Bruna Kelly de .....	280-294
ISAIAS CAMINHA E SUAS RECORDAÇÕES SOBRE OS LIMITES DA INSERÇÃO DOS NEGROS E MESTIÇOS NO BRASIL PÓS-ESCRAVOCRATA – BARBOSA, Ivan .....	295-306
ETHOS MACHISTA: DOMINAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO MASCULINA NA OBRA BARROSIANA UM NOME PARA MATAR? – BRITO, Martha Caroline Duarte de .....	307-318
A BUSCA PELA REELABORAÇÃO DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS EM ELENA – RODRIGUES, Rejane Lopes .....	319-331
ARTE E SOCIOLOGIA DA ARTE: (IM)POSSIBILIDADE DE SEPARAÇÃO - LEITE, Caroline Alciones de Oliveira .....	332-344



## O ANJO CIGANO: EMBLEMÁTICA DE UM POEMA

TABOSA, Leila  
UERN/UNAM – MÉXICO  
[leilatabosa@uern.br](mailto:leilatabosa@uern.br)

1

### RESUMO

O presente ensaio propõe uma abordagem analítica do poema O Anjo Cigano, do livro ARAME FALADO, de Marcus Fabiano Gonçalves, a partir das influências da emblemática desenvolvida a partir da obra de Andreae Alciati (1492-1550).

**Palavras-chave:** Poesia visual. Emblemática. Cultura cigana.

### ABSTRACT

This paper proposes an analytical approach to the poem O ANJO CIGANO, in Marcus Fabiano Gonçalves' book ARAME FALADO, using the influences of the emblematic developed after Andreae Alciati's (1492-1550) works.

**Key words:** Visual poetry. Emblematic. Gypsy Culture.

*“O estilo pode ser muito claro e muito alto; tão claro que o entendam os que não sabem e tão alto que tenham muito que entender os que sabem.”* - essas palavras do Padre Vieira no Sermão da Sexagésima servirão aqui de guia para minha análise do poema O ANJO CIGANO, de Marcus Fabiano Gonçalves, que está presente no seu livro ARAME FALADO. Impossibilitada de empreender uma crítica abrangente de toda a obra, elegi este poema paradigmático pela relação que vislumbro entre sua tessitura expositiva e a emblemática barroca dos séculos XVI e XVII que venho pesquisando. Durante o exame, mencionarei outros poemas da obra que me atraíram por seus versos espirituosos e não raras vezes difíceis, características que, sem muito esforço, apresentam-se como predominantes do ARAME FALADO. O poema em questão se encontra no capítulo *O Alfanje e a Foice* do livro, dedicado a criações ligadas aos orientes arabo-muçulmano e sino-asiático. Assim, o primeiro a dizer a seu respeito é que tal ambientação capitular de



plano suscita uma indagação sobre o lugar que os ciganos ocupariam para além desses dois polos de alteridade à cultura ocidental.

À diferença de outros poemas também longos do ARAME FALADO, acredito que em O ANJO CIGANO o autor sirva-se de modo mais livre e fecundo do dispositivo retórico dos emblemas de Andreae Alciati (1492-1550). Desenvolvida no século XVI como uma fórmula estilística constituída pela escolha de um tema imagético acompanhado de um lema, a emblemática compunha-se de uma glosa poética na forma de um adágio ou de um epigrama. Jurista e pensador humanista de enorme prestígio, Alciati desenvolveu os seus emblemas essencialmente como uma coleção de alegorias morais e diversões eruditas. O seu Livro de Emblemas alcançou tamanha difusão por toda a Europa que chegou a contar centenas de edições desde o seu surgimento (1549, Lyon; 1621, Pádua) até o século XVIII.

Essa tríade imagem-lema-glosa pode ser deparada de modo bastante frequente em diversos passagens do ARAME FALADO, sobretudo nos poemas que adotam dicções mais sentenciosas e declarativas. Originalmente, o emblema cultivava uma representação alegórica apresentada com fins que ultrapassam o do mero símbolo, servindo-se tanto de uma elucidação reveladora (diretamente voltada à decifração de algum hermetismo) como do estabelecimento de novos nexos ocultos (estes já mais dispostos a afrontar os cânones religiosos). Definido por Andreae Alciati (1492-1550) como um passatempo didático e humanista, os emblemas empregaram epigramas latinos, redondilhas, hieróglifos, sextinas, silvas e comentários, disseminando-se por todo o Ocidente como fonte de máximas, conceitos e, sobretudo, de um novo estilo, muito mais conciso e incisivo, que recusava a pompa e a prolixidez. Ademais, os emblemas chegaram também a ser utilizados como *espejos de príncipes*, verdadeiros manuais de aconselhamento e etiqueta virtuosa consultados pela nobreza.

Mas não haveria de ser a emblemática sempre acompanhada de figuras ou de ilustrações? Na verdade, não. Até mesmo os emblemas de Alciati só foram ilustrados por uma mera contingência editorial. Necessário é apenas que os emblemas tenham a disposição para erigir uma imago realmente concentrada e consistente. Assim, apesar de o livro de Marcus Fabiano ter cada abertura de capítulo belamente ilustrada pelo artista



plástico gaúcho Antonio Augusto Bueno, O ANJO CIGANO não vem acompanhado de nenhuma imagem em particular, ficando a sua imaginação completamente a cargo do leitor, assim como acontecia em outros livros de emblemas, sobretudo os espanhóis. Considerando o amplo emprego pelo poeta dos registros visuais da língua e suas referências à pintura e à fotografia dispersas pelo livro (atividade esta à qual ele também se dedica), resta então compreender o seu poema a partir dos dois elementos restantes do esquema emblemista, isto é, a partir do lema (a máxima de sua *inscriptio*) e da glosa (o desenvolvimento analítico-expositivo da *subscriptio*).

O próprio título e a epígrafe de Lorca que o precede, funcionam como a *inscriptio* a dispensar a figuração pictórica da imagem. Mas ao se referir a *serafines y gitanos que tocaban acordeones*, quase nada permite que se conclua algo mais complexo a respeito dessa figura misteriosa e surpreendente que é O ANJO CIGANO, devendo-se passar à sua glosa, que é o próprio corpo desse poema que mescla uma notável erudição (mediada por diversas ciências sociais), uma tomada de posição política (imbuída de uma postura crítica a respeito da situação étnica dos ciganos) e até mesmo uma orientação metafísica (os indícios teológicos apurados em fatura derrisória).

O ANJO CIGANO aborda a errância que envolve a história do povo *gitano*: seja no sentido da sua falta de um lugar determinado pela fixidez sedentária, seja no sentido daquele lugar mínimo garantido pela aceitação social. Em uma troca de mensagens com o autor, ele me revelou a sua investigação que deu suporte ao poema. Disse-me que, atualmente, pesquisas em genética das populações somaram-se a outras, em sociolinguística, para resolver o velho enigma da origem do povo cigano. Exames de DNA mitocondrial teriam comprovado, segundo o poeta, que os ciganos descendem de duas castas originárias do subcontinente indiano que se tornaram nômades por volta do século X, talvez por conta de uma rejeição social pelos brâmanes, talvez porque passaram a migrar para a Pérsia em busca de ocupações provavelmente ligadas ao entretenimento daquela corte. Após permanecerem por um longo período na Anatólia, os ciganos se dispersaram pela Europa forçados a tanto pelas invasões mongóis do século XIII.



Marcus Fabiano parte então do postulado de que essa prova segura de uma hereditariedade genética comum corroborou uma antiga suspeita dos etnolinguistas, nascida do fato de a palavra *trusula*, que originalmente significa *tridente* em sânscrito ser a mesma empregada para designar a *cruz* em romani, a língua das comunidades ciganas pertencente ao tronco indo-ariano. Chamo a atenção também para o fato de que o tridente é precisamente o instrumento portado pelo deus Shiva, que, juntamente com Vishnu e Brahma, são mencionados de modo nada acidental no poema. A imensa distância cultural que existe entre Cristo e Shiva é a mesma que se estabelece entre o *tridente* e a *cruz*, algo só compreensível uma vez considerado à luz de uma ampla miscigenação, étnica e cultural, ensejada pela longa dispersão por territórios distantes.

A palavra cigano provém do grego Ἀθίγγανοι (*athinganoi*) que significa *intocável*. Essa palavra, com um longo histórico de emprego no mundo cristão, alcançou o Império Bizantino e aos poucos foi mudando para *atsigan* e *tsigane*, de onde se formou o francês *tzigane* e o nosso português *cigano*. Enquanto isso, na Espanha, o cigano ficou conhecido pelo nome de *gitano*, corruptela do gentílico *egiptano*, um equívoco alimentado pelo próprio povo romi que, ao se aproximar de diversos povos, alegava uma ascendência ligada à nobreza egípcia, com a qual compartilhava, em realidade, nada mais do que a tez trigueira.

Tecido como uma grande glosa explicitadora do seu emblema, o poema dispõe engenhosamente desses elementos dos imaginários eruditos e populares a respeito de ciganos presentes nos submundos marginalizados de diversas sociedades e culturas. Entretanto, o que o torna tão bem realizado é a atribuição dessa carga conflitiva, que pesa sobre o povo cigano, aos anjos, essas entidades que lhe são praticamente antitéticas, signo maior de uma pureza quase divina. Eis o verso que precisamente estabelece esse nexos atributivo: “*Um anjo cigano que lia mãos e falava fumando*”. Tal verso opera aí como um enunciado que apresenta o personagem central do poema, deixando evidente que tanto a existência como as características dos anjos ultrapassam, e de longe, a teologia católica para alcançar sendas de variados universos míticos e místicos, haja vista que tais entidades



celestiais estão igualmente presentes no judaísmo, no islamismo, no espiritismo, no budismo, no hinduísmo e até mesmo na umbanda.

O poema ainda recolhe da identidade *gitana* a prática da quiromancia, os lenços, o fumo, as flores, os perfumes, as danças e os instrumentos musicais habitualmente presentes em suas celebrações. Também as caravanas são lembradas no texto, pois foi em virtude da alta mobilidade desse tipo de nomadismo organizado que os ciganos se dispersaram de Bizâncio em direção à Andaluzia e ao Cáucaso. Depois do apagamento dos seus rastros e de uma fixação massiva na Romênia, não é nada surpreendente que se tenha acreditado que o povo cigano fosse mesmo originário da Europa Oriental, crença essa também discutida no poema pela referência a *moldávios* e *transilvanos*.

Pesquisador da Hermenêutica e da Antropologia, Marcus Fabiano parece sentir-se muito à vontade com o pensamento de Santo Agostinho para colecionar e combinar, com vigorosa precisão, diversos elementos da angelologia dos três monoteísmos abraamicos. Identifiquei em O ANJO CIGANO elementos presentes no Gênesis, no Apocalipse, no Corão e na Cabala. Entretanto, quando o poeta se refere aos *serafins de seis asas* e aos *querubins de quatro caras* (leão, boi, homem e águia), demonstra estar seguindo estritamente a classificação das hierarquias angelicais presente em Pseudo-Dionísio, o Areopagita, na obra *De Coelesti Hierarchia* (séc. V) e em São Tomás de Aquino, na *Suma Teológica* (séc. XIII). Por esse caminho, uma farta iconografia do mundo cristão é invocada na composição do emblema desse anjo cigano, incluindo-se nela, subrepticamente, até mesmo o *anjo caído*, que, embora não seja explicitamente nomeado como Lúcifer, faz-se presente quando o autor alude a certos anjos que “*envergonhavam-se desse ofício e assim sucumbiam*”.

A palavra *anjo* provém do latim *angelus* que, por seu turno, origina-se do grego *aggelos* (ἄγγελος), com significado de *anunciador* ou *mensageiro*, uma característica reiterada no poema por dois epítetos atribuídos a tais entidades: o de *postino* (*carteiro*, em italiano) e de o *oficial de justiça [do altíssimo]*, isto é, o funcionário de um juízo incumbido da entrega de mandados, citações e intimações. Ao se referir a um anjo fumante vale ainda observar, para além da evidente ironia, que o poeta pode estar recordando a intervenção





divina feita através de um sopro, o *pneuma*, muito embora esse sopro esteja aí nitidamente marcado por características mundanas, tais como a do prazer físico e mesmo do vício. O que temos então é o desenho de uma entidade essencialmente híbrida, integrada por cargas axiológicas colidentes e por um acumulado de diversas camadas culturais que se distribuíram entre duas naturezas ontológicas polares, a divina e a humana, a celeste e a terrena.

No seu início, o poema situa o leitor em um ambiente desértico, em uma atmosfera caracteristicamente bíblica, mas que é logo desvirtuada por elementos fantásticos, na qual anjos e najas eclodem de ovos, em uma perspicaz alusão tanto ao *ovo da serpente* como ao *ovo de anjo*. Tais anjos, contudo, ainda têm a sua invisibilidade muito bem resguardada contra a “*impudica facúndia*” do olho nu curioso e perscrutante. O texto é constituído de versos em prosa encadeados por belas e às vezes raras sequências de rimas toantes e aliterações. Entretanto, o domínio ecfrástico do autor, ao entrelaçar traços descritivos e narradores em uma dicção cortante e lapidar, reclama uma alta agilidade de leitura ao percorrer entre figuras e conceitos, imagens e doutrinas, referências explícitas e alusões. Todo esse movimento seguramente requer um nível elevado de atenção interpretativa, pois esse poema, para ser fruído em toda sua densidade, ainda exige que se detectem algumas menções a ilustres representantes da cultura cigana, tais como a do guitarrista de jazz Django Reinhardt e da Santa Sara Kali, a mítica virgem negra que teria sido a parteira ou a escrava de Maria.

Com efeito, essa opulenta evocação cultural e histórica só se volve palatável graças àquele elemento satírico que quase sempre Marcus Fabiano introduz em suas criações, o tal *grano salis* muito bem identificado pelo crítico e tradutor norte-americano Richard Zenith na sua apresentação do ARAME FALADO. A imensa carga mítica que poderia recair sobre um poema acerca de anjos e de ciganos passa então a ser aliviada por um tom sofisticado e bufo que inclusive aceita prosseguir rumo a um ambiente de verdades incômodas e delicadas. A aversão de grande parte da Europa pelos ciganos torna fácil encontrar na literatura, no jornalismo e no cinema de diversos países o uso, sem pejos nem cerimônias, do termo *cigano* como um verdadeiro insulto. Será que isso se deve à tolerância da ética



romi aos pequenos furtos? Se isso o poeta não nos responde, tampouco deixa de registrar. A respeito de seu anjo cigano ele diz: “*por seus hábitos esquivos, diziam tê-lo visto roubando*”.

Acossado pela perseguição racial, esse anjo cigano torna-se a presa de uma desconfiança generalizada por onde quer que passe. Não é demais recordar o leito histórico dessa circunstância. Recentemente, os ciganos também foram alvo do genocídio nazista ao serem deportados aos milhões para campos de prisão e extermínio. Mas como um ente *quase humano*, cuja casta alastrou-se pelo mundo, ele logrou sobreviver e acabou indo parar na umbanda brasileira e até na Grécia Antiga, lá aprendendo com o *clinâmen*, o *desvio* das partículas em queda imaginado pela doutrina atomista de Epicuro. Nessa altura, ao aproximar-se do seu fim, o poema realiza um enlace transtemporal ao unir negros e gregos e ao associar a discriminação dos primeiros com a ideia de um desvio físico (um dribble? uma ginga?) elevado à condição de estratégia de sobrevivência das minorias oprimidas e dos itinerantes tratados como indesejáveis em diversos lugares e momentos. O poema logo encerra-se dizendo que, o anjo cigano, “*com os párias aprendeu a viver desviando-se.*” Outra vez aqui é preciso retirar a palavra *pária*, empregada pelo poeta, da sua acepção mais genérica de homem excluído. Acredito que o autor esteja arrematando o poema com a mesma concepção da ancestralidade indiana dos ciganos que desenvolveu desde o início, pois, no sistema de castas do hinduísmo, rigidamente hierárquico em sua interpretação da Lei de Manu e dos Vedas, os párias são justamente aqueles indivíduos intocáveis e impuros (*dalits*) por serem desprovidos de quaisquer direitos na sociedade bramânica (DUMONT, 1992).

Em meio a outras, essa tomada de posição, todavia, não é excepcional no ARAME FALADO. O espelho literário dos poemas de Marcus Fabiano depende intimamente do seu engajamento estético e político, impossível de ser aqui apreciado em sua extensão. Apenas a título de exemplo, recordo, no mesmo capítulo de O ANJO CIGANO, os contundentes versos dedicados à memória do poeta palestino Mahmoud Derwich em SHUKRAN. Na correspondência que ensejou a elaboração do presente ensaio, o poeta certa vez empregou a o termo *pseudoanagógico* para caracterizar os seus poemas que tratam de alegorias,



conceitos e sentimentos associados à experiência do divino. Mas se o poeta, ao usar o prefixo *pseudo*, declara que finge, não sei se devo confiar plenamente nessa sua autodefinição – ela pode muito bem envolver o fingimento de um fingimento e, assim, estar ocultando algum real sentimento místico, tido talvez por inconfessável. Corroborariam essa minha dúvida os poemas OS DADOS DE DEUS e CARTA À POETA QUE EXAMINA SEUS MEDOS – OU GLOSA SOB OS AUSPÍCIOS DA LÍNGUA DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA (TAMBÉM DITO DE PÁDUA) QUE OPEROU MILAGRES QUANDO FOI PREGAR AOS PEIXES E TOMAR SOPA ENVENENADA.

O presente ensaio crítico nasceu de uma proposta de entrevista que seria posteriormente abandonada pelo autor. Ainda em Natal, na UFRN, onde foi Professor por um breve período, o poeta exprimia o seu desconsolo com o esgotamento da poesia visual brasileira. Referia-se não apenas ao concretismo, como também às suas fontes e aos seus epígonos. Era ainda a época de elaboração do Arame Falado e ele contava sobre a sua descoberta decisiva da emblemática ibérica em um congresso sobre Teoria da Metáfora em Portugal, no ano de 2006 e das pesquisas teóricas e iconográficas que empreendeu nas bibliotecas de Paris, onde residia. De fato, as vanguardas modernas que reclamaram a inovação das poéticas da visualidade, sobretudo a partir de Mallarmé, ignoraram solenemente o imenso patrimônio da emblemática (LÓPES, 1987; LEAL, 2010). E mesmo que o Brasil tenha conhecido uma escassa circulação de livros durante o *Siglo de Oro*, o expediente associativo do discurso emblemático foi aqui amplamente responsável pela nutrição do imaginário assim chamado *barroco*. Além do milenarismo dos sermões de Vieira, os emblemas plasticamente preservaram-se entre nós em painéis, azulejos, púlpitos, entalhes, altares, telas, painéis, retábulos e outros suportes que fazem da arte sacra e do humanismo ibero-americano um tesouro cultural e intelectual de difícil decifração (TRINDADE, 2001). Não trato aqui, portanto, de identificar Marcus Fabiano como um poeta emblemista exótico e extemporâneo. Procuro, isso sim, reconhecer nele alguém que soube aliar a investigação à criação poética para revitalizar e habilmente incorporar uma tradição decisiva na construção da identidade cultural luso-brasileira (AMARAL JR., 2008a e b). Uma leitura de sua obra poética, mesmo célere, já de plano revela uma abundância de



fontes, teorias, interesses e estilos que jamais poderiam ser enfeixados na perspectiva única dos emblemas. No entanto, ignorar a excepcionalidade dessa influência no terreno disputadíssimo da visualidade seria tratar como irrelevante algo que merece ser destacado como inovador pelos resultados que produziu no campo da poesia brasileira.

Em um universo literário saturado pela platitude cotidiana e pelo lirismo romântico, a presença dos poemas de Marcus Fabiano distingue-se por sua agudeza. Enfrentar a metafísica sem incidir no vulgarmente supersticioso demanda uma segura compreensão filosófica do sentido existencial da experiência mística. Ao mesmo tempo, isso ainda reclama uma paradoxal distância crítica, como essa do autor, que não aparenta abordar o seu tema sob o influxo de arroubos ou arrebatamentos. Como diz em seu poema *A MÁQUINA DO FUNDO*, Marcus Fabiano preocupa-se com a *soldagem* entre forma e substância em um dispositivo de ecos que se propõem a instaurar uma cadência específica em versos irregulares que revezam assonâncias, aliterações e rimas toantes cautelosamente escolhidas para evitarem os OO, reiterando assim que o anjo *cigano* “*recusava a auréola e a trombeta*” - forma anelar da primeira, silhueta do grafema que exprime o som da segunda. A tônica acústica dominante do poema é o som do A (Á/Â/Ã). Na resposta ao e-mail no qual lhe propus um longo questionário sobre *O ANJO CIGANO*, o poeta disse-me que procurou com insistência “*algo do som timpânico, daquela frequência grave e surda do ruído provocado pela percussão auscultatória dos pulmões, capaz de expressar tanto o fluido do pneuma armazenado na caixa torácica quanto a oca carnalidade das vísceras.*” (e-mail de 07/04/2014). Esse som timpânico do ã/â faz-se presente desde a aliteração que dá título ao poema até a sua parte final, alternando-se em duas séries de AA tônicos que reverberam os termos *Anjo* e *cigAno*: a primeira, formada pelo grupo de palavras *fumAndo, humAno, brAnco, bAnjos, DjAnjo*; e a segunda, integrada por *caravAnas, roubAndo, cÂnones, transilvAnos, BrAhma, umbAnda, clinÂmen e desviAndo-se*.

Ao arquitetar esse minucioso emblema das relações entre o divino e humano, Marcus Fabiano incita-nos, com seus chistes e fraturas, seu sarcasmo e sua acuidade, sua profusão sonora e sua precisão conceitual, a inquirirmos mais sobre o anjo e o cigano. Tendo a reflexão sobre a própria linguagem como matéria primordial de grande parte de



seus textos, o autor combina a ironia com a profundidade analítica em uma obra que, graças ao seu rigor, já mereceu elogios de críticos da dimensão de Richard Zenith, Carlos Felipe Moisés e Alcir Pécora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCIATO, Andrea. Los emblemas de Alciati traducidos en rimas españolas (Lyon 1549).

AMARAL Jr., Rubem, *Programa emblemático do recebimento das santas relíquias na igreja de S. Roque, em Lisboa (1588)*, en *Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Emblemática Paisajes Emblemáticos: la construcción de la imagen simbólica en Europa y América*, César Chaparro, José Julio García, José Roso, Jesús Ureña (eds.), Cáceres, Junta de Extremadura, 2008, pp. 317-339.

AMARAL Jr., Rubem, *Emblemática mariana no convento de São Francisco de Salvador, Bahia, e seus modelos europeus*, en *Imagen y Cultura. La interpretación de las imágenes como Historia cultural*, Rafael García Mahiques y Vicente Francesc Zuriaga Senent (eds.), 2 vols. Valencia, Biblioteca Valenciana, 2008, vol. I, pp. 203-216.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2004.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP. 1992

GONÇALVES, Marcus Fabiano. *Arame Falado*. Rio de Janeiro: 7Letras. 2012

Leal, Pedro Germano. *Emblemática: breve introdução a uma literatura esquecida*. In: IVAN, Francisco (Org.). *Colóquio Barroco*. Volume 2. Natal: EDUFRN, 2010.



LÓPEZ, Santiago Sebastián. *La edición española del 'Theatro Moral de la Vida Humana' y su influencia en las artes plásticas de Brasil y Portugal*, In: *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, coordenação de Pedro Dias, Coimbra, Minerva, 1987, pp. 381-405.

THE AREOPAGITE, Dionysius. *The Celestial Hierarchy*. Londres: Skeffington & Son, 1894.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Vieira, o império e a arte: emblemática e ornamentação barroca*. ACTAS III CONGRESO INTERNACIONAL DEL BARROCO AMERICANO: Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2001, p.19.

VIEIRA, Antônio. *Sermões I e II*. Org. Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.





*Fachadas de cal ponían  
 cuadrada y blanca la noche.  
 Serafines y gitanos  
 tocaban acordeones.*

*Federico García Lorca*

## O ANJO CIGANO

o bem e o mal ainda na mesma barra. no berçário congeminavam ninhadas de anjos e najas. fora dos ovos, na jacente areia desértica, as serpentes feneciam como vermes, enquanto os anjos afluíam ao firmamento eterno. azuis e sobre as nuvens, eram infensos ao olho nu e sua impudica facúndia, translúcidos pois do mesmo tom de seu fundo. no alto treinavam flanquear beiras protegendo suas plumas. tornavam-se perscrutantes como o periscópio das corujas. havia serafins de seis asas e querubins de quatro caras (leão e touro, homem e águia). logo abaixo, os arcanjos eram reputados devotos *postinos*, oficiais de justiça do altíssimo, mensageiros de seus urgentes desígnios. os mais briosos envergonhavam-se desse ofício e assim sucumbiam. outros cuidavam de glorificar seus estilos. dentre estes, destacava-se um anjo cigano que lia mãos e falava fumando. ria alto, era quase humano. lenço no lugar dos cachos, pardo em vez de branco. tornara-se exímio com violinos e banjos. soprava acordes à guitarra de Django e só fazia seus anúncios dançando. recusava a auréola e a trombeta. era mais de perfumes e rosas vermelhas. assistiu Sara Kali como parteira e correu o mundo em incontáveis caravanas. por seus hábitos esquivos, diziam tê-lo visto roubando. aos poucos misturou-se a outras quinas e cânones. entre moldávios e transilvanos falava de Shiva, Vishnu e Brahma. pretos e gregos o iniciaram nos couros da umbanda e no apedrejamento do clinâmen. com os párias aprendeu a viver desviando-se.



## PARA ALÉM DA TRANSGRESSÃO: A ESTÉTICA DO HORROR EM RUBEM FONSECA

SILVA, Regina Coeli Machado e.

*Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras*

*coeli.machado@yahoo.com.br*

13

### RESUMO

Compreender os dilemas éticos que subjazem à estética do horror em contos da primeira fase de Rubem Fonseca, do ponto de vista da antropologia da arte, constitui o objetivo desse artigo. Enfoco contos cuja característica comum é suscitar o horror no tratamento de temas ligados ao universo classificatório ligado à sexualidade e às interações sociais, no contexto urbano brasileiro. Concluo argumentando que os horizontes imaginativos dos contos de horror de Rubem Fonseca são o inverso simétrico das práticas e das expectativas biotecnológicas, expondo os medos e as ansiedades daí derivados. Para desenvolver meu argumento, na primeira parte abordo como os temas da fascinação pelo real e do horror se apresentam na literatura recente, na segunda, apresento as contribuições da antropologia da arte e da literatura e, na última, evidencio as tensões éticas do processo classificatório que configuram a estética do horror nos contos.

**Palavras-chave:** Rubem Fonseca – antropologia da arte – sexualidade - biotecnologia

### ABSTRACT

Understanding the ethical dilemmas that underlie the horror aesthetic in the tales of the first phase of Rubem Fonseca, from the Anthropology of Art and literature of point of view, is the goal of this article. I focus on tales which have the common feature of evoking the horror on the treatment of themes related to the classified universe related to sexuality and social interactions, in the Brazilian urban context. I conclude arguing that the imaginative horizons of the horror tales of Rubem Fonseca, are the symmetric opposite of the biotechnological practices and expectances, exposing the fears and anxieties that come from it. To develop my argument, I approach, on the first part, how the themes about fascination for the real and the horror are presented in recent literature. On the second, I approach the contributions given by Anthropology of art and literature, and, on the last one, I evidence the ethical tensions of the classificatory process that configure the horror aesthetic in the tales.

**Key-words:** Rubem Fonseca- Anthropology of art and literature – sexuality –biotechnology



## DA FASCINAÇÃO PELO REAL

Múltiplas expressões de horror nas relações intersubjetivas e nas interações sociais do cotidiano brasileiro, expondo os abismos que aí podem dar lugar, tem sido objeto das narrativas brasileiras contemporâneas, enfocando ficcionalmente dilemas fundamentais da nossa vida cultural. Um deles, interesse desse artigo, pode ser sintetizado na pergunta sobre o que significa a “natureza humana”, às vezes trazida de forma penetrante mas não explícita nas narrativas. Talvez por isto – o espanto angustiante diante de um impensável que se tornou possível – a arte contemporânea, e especificamente as narrativas literárias, seja uma boa via de acesso para explorar as razões da pergunta aí colocada, sobretudo por pretenderem ser parte do pulsante “mundo real”, nele imergindo, aparentemente, como um meio para ultrapassar as convenções sociais. Pretendendo distanciar-se do mundo da arte para aproximar-se do “mundo real” e do “espectador real” essas narrativas ficcionais, ao focar a vida cotidiana, aspiram aproximar-se o máximo possível da realidade bruta, situando-se nela por meio da ação, da interação e da participação<sup>1</sup>. Um exemplo desse experimento na literatura brasileira contemporânea foi o romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (2002), qualificado na crítica publicada por Roberto Schwarz, 2004, como uma “aventura artística” excepcional pelo “interesse implosivo no assunto” (a expansão da criminalidade em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro) e pelo ponto de vista interno e diferente. A narrativa foi resultado da junção da experiência do narrador como pesquisador da antropologia, de forma que uma situação social e histórica foi ficcionalizada por quem era objeto de pesquisa<sup>2</sup>.

Tal fascinação pelo “real” da arte contemporânea, diferente do gênero realismo e de suas controvérsias no final do século XIX (WATT, 1998), ao pressupor a intervenção do artista no cenário artístico através de performances<sup>3</sup>, abre dois caminhos paralelos para a literatura: o primeiro são as subversões das regras do trabalho artístico ao tentar descrever “a vida como ela é” e, imersa na radicalidade desse real, a própria narrativa literária seria a descrição dessa imersão, fazendo coincidir o narrado com o real, promovendo um estranhamento do familiar por excesso de proximidade. O segundo é o tipo de preocupação, comum nesse tipo de literatura, com o obsceno e

<sup>1</sup> A teoria da arte do real foi definida por Paul Ardene como “arte contextual”, em parte por se realizar fora dos museus e do mercado e por recusar explicitamente a idéia da criação individual (cf. Hernández-Navarro, 2006).

<sup>2</sup> O autor participou da pesquisa de uma pesquisa coordenada pela antropóloga Alba Zaluar, sobre crime e criminalidade no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> No teatro, um dos exemplos extremos desse tipo de *performance* foi a criação do grupo conhecido como Acionistas Vienaenses formado por Mühl e Brus, juntamente com Rudolf Schwarzkogler e Hermann Nitsch, em 1962 (cf. Hernández-Navarro, 2006).



com a abjeção suscitando o horror, meios através dos quais o real irrompe ao mesmo tempo como efeito da representação (não a representação) e um acontecimento traumático<sup>4</sup>. O horror artístico no contos em questão é entendido, como nos romances, pela capacidade de provocar certo afeto que desperta esse sentimento (de horror), acompanhado de emoções envolvendo “não só perturbações físicas, mas também crenças e pensamentos a cerca das propriedades dos objetos e das situações” (CARROL, 1999, p.43). Tais pensamentos colocam em ação dois componentes avaliativos: o perigo e a impureza, normalmente suscitando abjeção<sup>5</sup>. O horror artístico se cristalizou na época da publicação de Frankenstein, persistiu nos romances, no teatro e na arte figurativa do século XIX, entrando nos quadrinhos, filmes e revistas do século XX, permanecendo até hoje. Várias narrativas literárias brasileiras contemporâneas podem aí ser incluídas, pois nelas a abjeção é um dos efeitos centrais, freqüentemente associada à descrição dos mais diversos tipos de violência no universo das interações subjetivas envolvendo a sexualidade, com relações e práticas vistas como repugnantes<sup>6</sup>. Dentre eles podemos citar Rubem Fonseca, Marcelo Mirisola, Sérgio Santanna, Dalton Trevisan e João Gilberto Noll, cujas narrativas buscam, de maneira desigual, entre eles, e no interior das suas produções, esse efeito.

Se as narrativas acima mencionadas colocam em debate, por um avesso abjeto, a desestabilização da segurança ontológica das classificações nos sistemas simbólicos relativo ao significado da vida e da natureza humana no universo das interações, há outras que tematizam esse mesmo objeto, explorando o lado cada vez mais disciplinado, normatizado e aceitável desse universo. Embora não seja esse enfoque aqui privilegiado, menciono como exemplo *O filho eterno*, de Cristovão Tezza, ganhador de vários prêmios, inclusive o Jabuti de 2008. O narrador enfoca o nascimento e a convivência com o filho com síndrome de Down, bem como o “périplo por clínicas e consultórios médicos numa época em que o assunto não era tão estudado...”<sup>7</sup>. Também explora a vergonha experimentada como pai.

<sup>4</sup> Hernandez Navarro reitera o conceito de realismo traumático de Hal Foster, que estudou Cindy Sherman, Kii Simith, mas também parece incluir os Acionistas Austríacos, que fizeram do horror e da obscenidade os elementos centrais de suas apresentações encenando uma série de situações tabu: Otto Mühl se masturbou e encenou uma interação sexual com companheira com um ganso.. Talvez seja esse o contexto no qual emerge uma das mais inusitadas “acusações” aos pesquisadores sociais e da cultura, de que seus trabalhos não possuem a mesma “acuidade” dos artistas.

<sup>5</sup> As encenações que emergem desse entre-dois imaginado, construindo o ser disforme, parecem ser comuns neste tipo de literatura contemporânea<sup>5</sup>, como observou Kristeva (1980). Esse ser disforme seria um ser abjeto, sem lugar próprio, um errante nas fronteiras móveis entre os significados das configurações do ser vivo e do humano.

<sup>6</sup> Evidentemente que há uma diversidade de outros temas hoje na literatura brasileira, tão rica e tão inesgotável quanto os fenômenos que nos afetam.

<sup>7</sup> Apresentação da orelha do livro, sem identificação.



O desejo de se aproximar da “notícia crua da vida”, como Antônio Candido se referiu a essas narrativas, somente realiza esse efeito ao “dizer” o que não dizem e ao fazer “falar” o que está silenciado. Minha hipótese sobre esse paradoxo é que esse tipo de narrativa evoca experiências que se situam além da percepção imediata do senso comum e ganha significado pelo que está fora delas, por mais que pretendem aproximarem-se do real. Na Antropologia, Crapanzano (2004) identifica essa via paradoxal como uma estratégia na qual a irrealidade do imaginário imprime o real na realidade, buscando as razões pelas quais o real da realidade compele a irrealidade do imaginário. Tal antropologia implica reconhecer os horizontes imaginativos e os esforços para se ater para uma dimensão da experiência que, ao resistirem a enunciação, desaparecem ao ser enunciada, reintegrando o vago e o inarticulado ao lugar que lhe cabe, não apenas na vida mental, mas na percepção e na experiência.

Neste artigo pretendo apreender os horizontes imaginativos da estética do horror em alguns contos de Rubem Fonseca e, para isto, recorro primeiro à tematização do imaginário feita por Crapanzano (2004) e suas relações com a antropologia da arte proposta por Lévi-Strauss (1997). Em seguida, enfoco alguns contos da primeira fase da produção de Rubem Fonseca que tem em comum suscitar o horror no tratamento de temas ligados ao universo classificatório ligado à sexualidade nas interações sociais, no contexto urbano brasileiro. Concluo argumentando que os horizontes imaginativos dos contos de horror de Rubem Fonseca são o inverso simétrico das práticas e das expectativas biotecnológicas, expondo os medos e as ansiedades daí derivados. Entendida como um conjunto de práticas e saberes para aplicação tecnológica, a biotecnologia manipula sistemas biológicos e organismos vivos para fazer e/ou modificar produtos ou processos para fins específicos. Produtivo campo de pesquisa e de experimentação, a biotecnologia tende a identificar a mente, o corpo e suas partes às matérias primas manipuláveis e controláveis, visíveis em diversas reparações clínicas do corpo e da pessoa, nas dietas alimentares, na assistência médica à procriação, com suas técnicas de fertilização *in vitro*. Assim, a idéia é acompanhar as tensões dos processos classificatórios que se movem e se cruzam em um terreno comum de construção de significados da “natureza humana”, dando, às avessas do ocorre no campo da biotecnologia, inteligibilidade à narrativa de Rubem Fonseca.



## ANTROPOLOGIA DA LITERATURA E HORIZONTES IMAGINATIVOS

Uma antropologia da imaginação, como sugere Crapanzano (2004), pode parecer, à primeira vista, contraditória à abordagem da arte proposta pela antropologia de Lévi-Strauss (1997). Mas são abordagens complementares e podem ser vistas como círculos concêntricos, pois os horizontes imaginativos estão contidos na abordagem da arte elaborada por Lévi-Strauss. O pressuposto antropológico desse último autor é o de que as manifestações artísticas e literárias são reificações das abstrações sociais, no sentido durkheiminiano, ou materialidades do pensamento e da cultura, diferentes da linguagem comum. Nesse sentido, os objetos artísticos funcionam como um tipo de conhecimento, desvendando significados que não lhes são imediatamente perceptíveis. Dessa maneira, a especificidade da perspectiva antropológica para compreender a literatura permite evidenciar a inteligibilidade dessas narrativas não em seu conteúdo aparente, mas naquilo que, fora dela, lhe dá significado: nas contradições, nas assimetrias e no deslocamento dos valores axiomáticos envolvidos no significado da natureza humana que ordenam as interações sociais operantes na cultura brasileira.

É importante mencionar a crítica Gell (1998), de que há análises antropológicas da arte e não teorias antropológicas da arte, o que talvez contribua para o alcance limitado das teorias antropológicas para pensar a literatura<sup>8</sup>. Além do mais, a antropologia, quando se trata de estudar a arte, interessa-se pelas artes visuais e pela arte das sociedades não ocidentais, normalmente seus objetos tradicionais. Talvez por isso, as narrativas literárias como “objetos” artísticos, por estarem mais distantes de níveis observáveis da ação, mais condicionadas seja ao conteúdo semântico, seja à codificação, encontram pouco espaço para análise. Em contrapartida, foram essas as dimensões cruciais tomadas por Lévi-Strauss (1997) e Geertz (1997) para pensar a arte. Apesar de suas diferenças, esses autores tem em comum o fato de abordarem a arte como uma forma particular de cultura, um subsistema de sistema de significação mais abrangente, diferente da linguagem comum e do conhecimento sistematizado.

Geertz define a arte como um sistema particular inserido no sistema de formas simbólicas que chamamos cultura, cuja relação com a vida coletiva se dá em um plano semiótico. Tais formas

<sup>8</sup> Deslocado do foco da antropologia da arte, um interesse recente pela narrativa literária foi despertado na Antropologia, especialmente a norte-americana. Colocando sob suspeita a autoridade etnográfica, em suas pretensões de objetividade, e problematizando interferência da subjetividade do antropólogo, esse movimento evidenciou as aproximações do texto etnográfico às narrativas literárias (GEERTZ, 2002) e a preocupação com a escrita passou a ser um dos elementos nucleares envolvendo o estudo das culturas (CLIFFORD, James e MARCUS, George E. 1986 e CLIFFORD, James, 1998).





simbólicas “materializam uma forma de viver e trazem um modelo de específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível”(GEERTZ, 1997, p. 150). A arte transmite significados como um meio de comunicação, mas é também “uma forma de pensamento, um idioma a ser traduzido”(p.181). Como “documentos primários” que transmitem modelos de ação, a arte, equiparada a outras expressões sociais como a religião, a ciência, a política e a moralidade dá sustentação a essa ação.

18

Lévi-Strauss, contrapondo-se à Geertz, enfatiza a arte “pela posição intermediária que ocupa entre a estrutura e o fato, realizando a síntese das suas propriedades intrínsecas” (dependendo do objeto de representação) “e das que dependem de um contexto espacial e temporal” (p.41). Neste sentido, produz um objeto que funciona como conhecimento, pois desvenda estruturas não imediatamente perceptíveis no objeto. Além do mais, o objeto artístico, como as criações literárias, compartilham da natureza de uma miniatura, sendo um modelo reduzido. Esse modelo reduzido é construído, segundo Lévi-Strauss, não como “um homólogo passivo do objeto”, mas como uma experiência sobre o objeto (p.39): por exemplo a Capela Sistina que, a despeito de suas dimensões, é um modelo reduzido que ilustra a visão do fim dos tempos (1997, p.38). O resultado final é tal como aparece, mas, no mesmo instante é modificado pela perspectiva em que se apresenta, pondo em evidência certas partes e ocultando outras, cuja existência continua, contudo, a influir sobre o restante<sup>9</sup>.

É esse caráter elusivo, essa ausência determinante do acessível, que são assustadores, pois o que percebemos sempre é determinado – até certo ponto – pela ausência, aquela “presença imaginada”, como sugeriu Crapanzano (2004). O que nos amedronta é mais que a contingência gerada, justamente, pelo artifício de factualidade e pela busca de realismo. Deste modo, o escopo dos horizontes imaginativos não é puramente limitado pelos nossas convenções e expressões estéticas, mas também por nossos arranjos institucionais. Reside aí a importância de buscar as diferentes relações entre planos de classificação e de categorização envolvidos, dentro e fora das narrativas, assim como o grau de angústia provocado por elas, atentos à própria relação e seus interstícios. Ao enfatizar os silêncios deixados pela desestabilização da segurança ontológica dos

<sup>9</sup> No Brasil, mais próximo de Geertz (1997) e de Foucault (1996) do que de Lévi-Strauss, Damatta estudou a literatura brasileira partindo da premissa de que o texto literário é um texto deslocado, que “faz falar a sociedade”(1993, p.49). “Por exemplo: numa sociedade dominada por valores religiosos, um texto profano tenderia a ser ‘lido’ como ‘literário’ (p.37). Nesse ensaio, Damatta faz uma pequena retrospectiva de suas análises da literatura brasileira (p.49) que, mesmo apontando seus próprios limites, continuam tanto mais empreendimentos criativos para pensar a cultura brasileira quanto mais contribuem para demarcar a especificidade da antropologia no estudo das narrativas literárias.



nossos sistemas simbólicos, o efeito estético resulta menos das cenas enfocadas do que das lacunas resultantes da fissura do simbólico, evocando algo que não nomeia.

### Rubem Fonseca e a ficcionalização das indagações sobre a natureza humana

19

Passo agora aos contos de Rubem Fonseca publicados na primeira fase do autor. A teoria cognitiva da arte de Lévi-Strauss é esclarecedora do procedimento adotado para a criação do conto (a idéia do modelo reduzido), pois ele é pensado como análogo a técnica fotográfica: focaliza-se “um ponto , o central, e capta-se os arredores de forma a fixar o que vê, mas abarcar o que não vê” (MOISÉS, s/d, p. 27). Tal analogia do conto com a fotografia é comum nos estudos literários, tendo sido enfatizada por Cortázar ao afirmar o caráter significativo de um conto não no tema em si, mas no fato de um acontecimento fictício irradiar alguma coisa além dele mesmo, “se convertendo num resumo implacável de uma certa condição humana, ou no símbolo candente de uma ordem histórica ou social” (CORTAZAR, 2008, p. 153). Por isto Lévi-Strauss afirma que a arte nos emociona. Ela assume a “condição de parar a tempo essa dissipação da contingência em proveito do pretexto e de incorporá-la à obra, conferindo-lhe a dignidade de um objeto absoluto” (1997, p.45).

Resumo implacável, “símbolo candente de uma ordem histórica e social” ou modelo reduzido, os contos de Rubem Fonseca se incluem na forma como Vera Lúcia F. de Figueiredo se referiu à produção do autor publicada nesse período, em que a abordagem do crime e da violência, sob vários ângulos adotados pela narrativa, usa a estratégia análoga à técnica fotográfica. “O autor ‘imobiliza’ uma cena retirada do contínuo da vida urbana, provocando um efeito de explosão do sentido para além da moldura, do recorte imposto de maneira violenta a este real”(2003, p. 31). Retendo e cristalizando a cena desse encontro em colisão, seccionando o tempo e provocando o escândalo de que estamos diante de algo que não podemos entender e aceitar, a experiência da leitura desses contos permanece vívida na lembrança de qualquer leitor, mesmo tendo sido feita há muitos anos.

Um das estratégias do autor, propiciadoras desse efeito no leitor, é concentrar o foco na ação do ponto de vista narrativo, assim nos inserindo no ritmo incessante das urgências vividas pelos personagens. O impacto da sua leitura é o de estar experimentando quase uma intimidade com o horror, um certo entorpecimento que não deixa chegar à banalização. Bastante “reconhecido” no campo literário brasileiro, ocupa uma posição de prestígio, tanto mais valorizada quanto mais seus



livros e contos são reimpressos, adaptados para a TV e cinema, estudados nas academias e discutidos nas revistas especializadas. Ele também fez roteiros para o cinema e para a televisão e ganhou muitos prêmios. Publicando desde 1963, a narrativa de Rubem Fonseca enfoca a vida de diferentes grupos sociais dos grandes centros urbanos e está inserida naquela tendência que Antonio Candido chama “ultra realismo” ou “realismo feroz” (1987, p.211), que quer o “envolvimento agressivo do leitor”. Muitos dos seus contos parecem ter conquistado própria, isto é, existirem por eles mesmos, pois parecem catalisar experiências dilacerantes de certas figurações do “horror-excesso” da nossa cultura e do nosso cotidiano urbano como, por exemplo, “Passeio noturno Parte I e Parte II”, “Feliz ano novo”, “O cobrador”, “Intestino Grosso”. Na edição de *64 Contos de Rubem Fonseca*, uma compilação de 800 páginas de contos lançada em 2004 pela editora Companhia das Letras, Tomas Eloy Martinez afirma que o sentido habilmente extraído da sua linguagem “vai sempre além do que se diz como as turbulências de um comportamento cujas linhas se escrevem certas, mas se lêem tortas. (...) como a realidade que ela cria, “tão turva que pode ser tocada com as mãos” (2004, p.11). O leitor “fica de fora, pasmado”, porque “a violência é tão excessiva que envolve tudo, mas não se vê” (FONSECA, 2004, p. 12).

Nos contos de Rubem Fonseca essa violência explode no domínio da sexualidade, tanto mais invisível quanto mais excessiva. Ela está nas práticas sexuais entre homens e mulheres em diferentes etapas da vida (muito jovens ou mais idosos), entre homens e menores, entre mulheres bonitas e homens com alguma anomalia física (“O corcunda” e a “Vênus de Botticelli”), homens e travestis (“Dia dos namorados”), entre mulheres casadas e homens em condição de incapacidade física (“O anão”) e em muitas relações heterossexuais em que a sedução é antes de tudo uma armadilha, desencantada, interessada e calculista, usada com o único objetivo de obter relações sexuais (“Miss Julie”). Essa sedução em grande parte é uma prerrogativa masculina, exercida como uma atração que visa privar o outro da autonomia de si, com uma promessa de prazer, mas também é usada de forma invertida, por homens “invisíveis” por sua condição física ou com alguma deficiência física (como um idoso doente e um homem acidentado). Mas há violência brutal. Ela é explícita na descrição de estupros (“Feliz ano novo” e “O cobrador”) envolvendo assassinatos ou não.

Para elucidar as porosas fronteiras classificatórias envolvendo práticas sexuais consideradas abjetas, na narrativa de Rubem Fonseca, recorro ao conto “Pierrô da caverna”. Entre o horror e a abjeção, o conto enfoca uma experiência íntima e angustiante do narrador com a pedofilia e, aos



poucos a ampliando e complexificando o tema, evidencia múltiplos significados da pedofilia à medida em que se desenvolve. O narrador, que também é protagonista, conta para a amante, pelo telefone, ter lido no jornal que “em Londres organizaram uma associação de pedófilos e seus membros, no dia da inauguração, foram agredidos por uma multidão de cidadãos irados, mulheres, na maioria” (p.259). A narrativa prossegue por *flashs*, em que o protagonista mistura lembranças da infância com outras percepções do momento, como estar deitado no sofá pensando que gosta de pensar e lembrando-se dos pensamentos sobre certos acontecimentos que presenciou, que poderiam ser objeto de um poema

21

como a briga de galos que vi outro dia. Num dos intervalos da luta o galeiro tirou um esporão cravado no peito do galo e colocou-o de volta na rinha, sangue escorrendo do ferimento, as pernas marcadas de nervuras estremeendo num tremor contínuo; o galo morria, feroz, e o homem aceitava as apostas que faziam contra ele sabendo que perderia. Então saí de lá pensando em fazer um poema usando a morte do animal como um símbolo. Toda arte é simbólica, mas não seria preferível, mais simbólico, escrever sobre pessoas se matando? (FONSECA, 2004, p.59).

Perguntado pelo companheiro de sua ex-mulher sobre o que ele está escrevendo, o protagonista responde que é sobre a pedofilia, explicando tratar-se de atração erótica por crianças, uma “palavra composta grega que originalmente não tinha conotações perversas” (p.59). De forma indireta, o conto prossegue justapondo os encontros sexuais do protagonista/narrador com a amante e as noites sem sono, atormentado por dúvidas a respeito de sua capacidade como escritor. Ele se achava velho e acabado, com 50 anos, e com o “diabólico” pensamento fixado na vizinha de 12 anos. Como narrador, ele conta à amante as circunstâncias do linchamento de um carpinteiro acusado de pedofilia que, na visão dos vizinhos, era um “um homem delicado e prestativo”, “nunca tinha prejudicado ninguém” e “trabalhava de graça para quase todo mundo”. Uma das vizinhas, segundo ele, afirmava que

sabia que ele tinha doença, mas não sei quantos casos foram. Fiquei de longe vendo o espancamento, disse Maria da Penha, que mora na favela, bateram tanto nele que me deu pena, depois que ele caiu, continuaram chutando e pisando e dando pauladas até ele morrer” (FONSECA, p. 2004, 261).

A amante pergunta se ele estava interessado em alguma garotinha, porque havia mencionado a notícia de homem preso em Israel, pelo mesmo motivo, e de um homem com 70 anos que havia se casado com uma garotinha de 12 anos. O conto prossegue mostrando a crescente aproximação do narrador com a vizinha de 12 anos, até que um dia, com ela, ele se sentiu em um “abismo noturno de



gozo e volúpia”. A garota perguntou se o “sangue no lençol era dela” e se o “orgasmo era uma espécie de agonia”. Disse: “não doeu nada”, “foi bom e isso tinha que acontecer um dia”. Depois de uma rotina de encontros, a garota estava grávida. Em uma clínica, enquanto estava sendo submetida a um aborto, o narrador esperava e, “pela primeira vez na vida” (p.271), conseguiu “esvaziar a cabeça de qualquer pensamento”, como se o “cérebro tivesse sido arrancado” e o “dentro do crânio restasse um espaço vazio”. Depois desse “tempo infundável”, aos poucos sua cabeça começou a 22 povoar de pensamentos e o conto termina, de um modo lacônico. “Nada mudou, nada vai mudar. Macacos me mordam” (p.271).

Não só esse conto de Rubem Fonseca, bem como outros que foram aqui objeto de análise ficcionalizam o território incerto e movediço no qual as indagações sobre a natureza humana não encontram respostas simples e se tornam visíveis por horizontes imaginativos expostos pelo avesso abjeto. Essas narrativas evidenciam os desafios éticos trazidos pelo atravessamento da transgressão da lei e da cultura ao expor uma configuração da sexualidade que do ponto de vista da cultura pode ser abjeta e, da lei, criminosa, mas que nos impõe questões fundamentais evidenciando, ficcionalmente, práticas sexuais<sup>10</sup> vividas, na maioria das vezes, de forma assimétrica. Elas acontecem envolvendo: a) menores, cujo estatuto na nossa cultura é de quem precisa de cuidados e proteção, porque incapazes, moral e fisicamente, de se defenderem, b) corpos desfigurados fisicamente (por acidente ou doenças), c) ambivalentes quanto à sua definição social por falta de clareza, como transexuais, d) enfermos (não é saudável nem doente, nem completamente vivo, nem morto, nem fora, nem dentro da sociedade), e) idosos, com limitações físicas e mentais, com perda de controles relacionados a capacidades motoras e cognitivas. Aí estão incluídas também relações sexuais com corpos “desqualificados” e marginalizados, como travestis, prostitutas, transexuais, homossexuais e bissexuais, vistos como abjetos do ponto de vista da matriz heterossexual dominante. Evidentemente, o tipo de sensibilidade exposta nessas narrativas é aquela da intensidade das sensações, de uma vida afetiva feita movimento e ação, de superexcitação, cujas emoções predominantes são a repugnância, a raiva, a angústia. Os personagens e narradores são incansáveis

<sup>10</sup> A sexualidade, como mostrou Foucault (2001, 1977) tem importância política pelo fato de ser a dobradiça entre os mecanismos da disciplina e as técnicas do biopoder, os dois eixos da tecnologia da vida. Nas sociedades modernas, em que o dispositivo da aliança foi substituído pelo da sexualidade, a temática religiosa da carne passou a dizer respeito ao corpo, às sensações, aos mais secretos movimentos de concupiscência. É também neste contexto que o incesto é permanentemente requisitado, forma pela qual se deseja manter o dispositivo da aliança na família. Do mesmo modo, o dispositivo da sexualidade constrói figuras como a mãe indiferente, o jovem homossexual, o onanismo, a masturbação, a loucura e todos os comportamentos polimorfos da perversidade consolidados no corpo e no prazer. Tal sexualização da família é que dará origem ao “anormal”, na figura do indisciplinado, que foi antecedido pelo monstro judiciário e pelo masturbador, como esse autor sugeriu.



“buscadores de sensações” (cf LACROIX, 2006) e suas relações evidenciam uma sucessão caótica de engajamentos, na qual estão “ligados, mas distantes”, experimentam a necessidade da presença dos outros, mas deles permanecem afastados (GAUCHET, 1992).

A tensão irreduzível, entre a necessidade da presença e o distanciamento entre personagens e narradores e a não coincidência entre diferentes expectativas que (des) ordenam suas relações no nível vivencial, é enfatizada, e através dela é possível ver uma das chaves para compreender as razões do horror para além da transgressão. É nessa ênfase nos desencontros, bem marcados nos contos, que há uma desestabilização das classificações e dos significados, colocando sob tensão, simultaneamente, as relações de alteridade e as vacilantes linhas de demarcação entre o eu e o outro, o normal e o patológico, entre o morto e o vivo, entre estar fora e dentro da cultura, em diversas situações. Os limites turvos dessa linha de demarcação torna as relações entre os personagens próximas à indiferenciação porque não promove nem união e nem separação. O horror que causa vem da incerteza e da exaltação que o desconhecido pode provocar, abalando nossas premissas que ordenam nosso convívio com o outro. Como demonstrou Carrol<sup>11</sup>, observamos que o objeto particular do horror do artístico é um pensamento, obliterando bruscamente o intelecto, tornando o mundo estranho, fazendo com que as categorias do nosso mundo falhem (JEUDY, 2002).

Assim, um dos efeitos de horror observados nos contos é expor os interstícios instáveis do estruturante processo de classificação no sistema simbólico que abrange o campo da sexualidade, nos deslocamentos observados entre o jogo da identidade e diferença. O abjeto se atualiza como uma resolução arbitrária, levando ao paroxismo a negação do outro ao pressupor a alteridade radical, mas também o seu inverso, a aniquilação do outro pelo Mesmo. Em um contexto cultural no qual a ideologia individualista é predominante, e no qual as diferenças são interiorizadas, compreendem-se os desafios éticos (e lógicos) da sociabilidade colocados em evidência pelo efeito de horror suscitado pelos contos. Ao desconstruir limites entre o eu e outro, produz “ansiedade interpretativa”, expondo o risco suposto em qualquer relação intersubjetiva.

A negação do outro pela alteridade radical aparece nas narrativas pelas oposições intercambiáveis e suas sucessivas reviravoltas nas práticas relacionais entre personagens. Tal jogo oscilante das diferenças parece claro no conto, “Dia dos namorados”, sobre a relação de um executivo com uma garota de programa. O que a princípio foi apresentado como uma “garota

<sup>11</sup> “Dizer que somos horrorizados artisticamente por Drácula significa que somos horrorizados pelo pensamento de Drácula, mas o pensamento de um tal ser possível não nos obriga a uma crença em sua existência. Aqui o pensamento de Drácula, o objeto que me horroriza artisticamente, não é o acontecimento real do meu pensar em Drácula, mas sim, o conteúdo do pensamento, ou seja, Drácula, um ser impuro e ameaçador de tais e tais dimensões, poderia existir e fazer essas coisas terríveis” (1999, p.47). Por isto, Drácula, o pensamento, é o conceito de certo ser possível (idem).





bonita”, “não era uma garota. Era um homem, o pênis se refletindo, ameaçadoramente rijo, nos inúmeros espelhos” (p.216). O que era demonstração de carinho se transformou em “medo e nojo” provocados pela descoberta da “garota/homem”; o que era “doçura” recíproca, transformou-se em acusações sucessivas, o suposto engano primeiro do executivo (o travesti estava convicto de que o executivo sabia quem ele/a era) transformou-se em violência física pelos ferimentos desferidos no corpo do executivo, pelo travesti, tentativa de sinalizar, *in vivo*, uma separação insuficiente. 24 Finalmente, o que seria um encontro sexual transformou-se em um roubo e em crime, envolvido pelo poder policial. Esse tipo de relações, aqui narradas ficcionalmente, foi estudado por Girard, que observou a entrega a violências recíprocas, nas quais se viola mas se é violado. “Má reciprocidade”, mas reciprocidade. Não é simples recusa ou transgressão da ordem simbólica, mas descoberta de que não há diferenças. Há antagonismos, como aparece no jogo de sedução.

Nos contos, muitas relações, heterossexuais ou não, a sedução é, antes de tudo, uma armadilha, desencantada, interessada e calculista, usada com o único objetivo de obter relações sexuais, como no conto “Miss Julie”. Mesmo naqueles em que a sedução, em grande parte, é uma prerrogativa masculina, exercida como uma atração que visa privar o outro da autonomia de si, com uma promessa de prazer, também é usada de forma invertida, por homens “invisíveis”, por sua condição física ou com alguma deficiência física (no conto, um idoso doente e um homem acidentado, e no “Dia dos namorados”, o travesti). “A reciprocidade é assim a soma de momentos. É verdade que os dois antagonistas nunca ocupam a mesma posição ao mesmo tempo, mas eles ocupam estas mesmas oposições sucessivamente. Não há nada de um lado do sistema que não acabe por se transformar em outro” (GIRARD, p. 198).

As inversões sucessivas de diferenciação, em que os momentos recíprocos entre os personagens deixam de ser distintos, faz com que as classificações oscilem cada vez mais e mais intensamente. Como lembrou Girard, quando isso ocorre, não há síntese de diferenças de gêneros, de sexo, de cultura, mas mistura informe, disforme, monstruosa, de seres fragilmente separados. Por isto evocam o horror ao chamar atenção para esses momentos refratários que escapam, correndo o risco de destruir as exigências de coesão e continuidade.

Girard designa o resultado dessa experiência de oscilação vacilante entre as diferenças pelo princípio do duplo monstruoso. “A identidade e a reciprocidade que os irmãos inimigos não quiseram viver como fraternidade do irmão, como proximidade do próximo, acaba se impondo como duplicação do monstro, neles mesmos e fora deles mesmos, em suma, sob a mais insólita e mais inquietante das formas (p.201).



A criação do horror artístico nos contos de Rubem Fonseca estudados emerge no limite dessa mistura, quando ocorre um curto-circuito nos interstícios daquela tensão pelo atrito e descompasso das classificações no encontro de personagens. Nesse encontro, a violação recíproca aparece como perda das diferenças, evidenciando, nas relações entre os personagens, o processo de tornar-se semelhante aos que já se tornaram semelhantes uns às outros, seja pelas violências brutais, seja pelos crimes e assassinatos. É a erosão das diferenças, a eliminação de tudo o que ultrapassa as tensões na criação do horror.

Nos contos de Fonseca, o foco narrativo para expor essa aniquilação do outro está no enfoque aos estupros com violências brutais até a morte (“O cobrador”) e nos assassinatos. Em um dos contos, “Henri”, a vítima era seduzida pelas “mãos suaves” de um “homem encantador” que “apoiaram-se com força na base do crânio e as pontas dos demais apertaram rápidas e firmes na garganta”. Sem muito esforço ele carregou o corpo da mulher para a cozinha e depositou sobre uma mesa. “Um mancha verde, que ele não esperou que surgisse (era algo de raro!) na barriga de Madame Pascal, pois de facão e machado começou a esquartejar seu corpo com uma segurança de mestre” (p.51).

No conto “Confraria das espadas” um grupo de amigos se reúne com o objetivo de descobrir como atingir, plenamente, o orgasmo sem ejaculação. A confraria funcionou com sucesso até que um dos personagens alegou que a mulher dele acreditava que ele fingia prazer, quando na verdade agia mecanicamente como um robô sem alma. Ela deixara de sentir prazer e os participantes da confraria, incapazes de anular essa “função” defrontaram-se com a falta de prazer de suas mulheres, que queriam essa secreção como “símbolo poderoso da vida”. Então as mulheres começaram a ser trocadas constantemente, antes que descobrissem “que somos diferentes, estranhos, capazes de gozar com infinita energia sem derramamento de sêmen. Não podemos nos apaixonar, pois nossas relações são efêmeras. Sim, eu também me tornei um monstro e meu único desejo na vida é voltar a ser um macaco”. (p. 691). Não poderíamos ver aí, por meio desse conto, uma perda ou uma renúncia relacional que implode o valor nuclear e sagrado, além da vida do personagem, que é o “símbolo maior da vida”, a vida?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espero ter mostrado que explorar temas vinculados à estética do horror nos contos de Rubem Fonseca nos permite também acompanhar as categorias e representações sociais presentes nas



vívidas tensões constitutivas sobre o significado da vida e da natureza humana nas interações sociais. Deste modo, não são apenas formas contestatórias de transgressão moral, mas dramatizam, sobretudo, e para além do excesso, a experiência da indeterminação da vida, tanto biológica e quanto social. Elas se contrapõem e ganham significado não nos temas enfocados e nem nas estratégias narrativas. Sua inteligibilidade está além do que expressam, pois se encontra no horizonte imaginativo das tentativas de aperfeiçoar e de prolongar a vida, visível no conjunto de práticas que denominamos biotecnologia e que se articula ao campo da sexualidade (identificável no projeto do genoma humano, nas técnicas de fertilização *in vitro* e nas reparações clínicas e estéticas). Deste modo, no rearranjo e na tensão entre diversos significados e representações da vida nas interações sociais, o horror ganha visibilidade ao lado da abjeção. A ficcionalização de situações e personagens que ultrapassam os limites regulatórios, mesmo frágeis e vacilantes, em experiências de morte e de violências recíprocas, desafiam e desestabilizam fronteiras entre o eu e o outro, envolvendo subjetividades, corpos e sexo, de modo irreparável. Assim tornam visível o dilema advindo do confronto entre o horizonte de expectativas do desenvolvimento técnico-científico - de prolongar e de aperfeiçoar a vida, debelar as doenças incuráveis, diminuir a dor e o sofrimento, e transformar o corpo e a mente como matérias manipuláveis - e as experiências limítrofes que o contradizem, visíveis na morte, nas doenças, no sofrimento, nas limitações físicas e mentais, na infertilidade e nos atos violentos nas relações interpessoais e intrafamiliares, enfatizados nos contos.

Resta mencionar que, nessa mesma direção, e, sobretudo, diante desse tipo de expectativa da cultura contemporânea, Fischer (2003), fora do Brasil, propôs explorar um vasto campo de manifestações artísticas cuja característica principal é a tematização das “formas emergentes de vida”. Essas manifestações abrangem desde as narrativas ficcionais, que exploram as possibilidades e os problemas de tecnologias computacionais, bem como outras tecnologias atravessando e alterando corpos e mentes, até *performances* artísticas que tematizam o significado da vida em hospitais, ou em laboratórios transferidos para salas de exposições. Entre nós, há as contribuições analíticas trazidas recentemente pelas pesquisas de Leila Amaral (2007), focadas em trabalhos artísticos que incorporam idéias, processos e materiais da genética e da biotecnologia em suas estratégias estéticas, criando esculturas “vivas” ou “semi-vivas”.

Se, por um lado, o significado da vida é claramente tematizado em *performances* artísticas e em narrativas ficcionais em que há diálogo explícito com a biotecnologia, por outro, há narrativas literárias como as de Rubem Fonseca em que esse contraponto parece ficar de fora e bem longe do



que, à primeira vista, seria a valorização da vida. Finalmente, cabe lembrar que esses dilemas contemporâneos, expressos nas diferentes formas de manifestações artísticas, reeditam temas centrais da cosmologia da moderna sociedade ocidental, como as tentativas de ampliar as capacidades humanas através da ciência e da racionalidade, desencadeando poderes que irrompem de maneira incontrolável, a exemplo do Frankenstein de Mary Shelley. O que nos amedronta é menos a contingência gerada pelas “notícias cruas da vida” e pela busca de realismo do que as lacunas resultantes da fissura do simbólico, evocando algo que não nomeia

27

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Leila. *In Vivo ou De que Deus que se brinca na arte biotecnológica*. Trabalho apresentado no Seminário Temático “Imagética e Religião: mediações tecnológicas e fluxos de sentido na contemporaneidade”. 31º. Encontro Anual da ANPOCS de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG. 20 f..

AZEVEDO, Luciene. *Estratégias para enfrentar o presente: a performance, o segredo e a memória*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UERJ, 2004. mimeo.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. São Paulo : Editora Atica, 1987.

CARROL, Noel. *A filosofia do horror ou paradoxos do coração*. (Trad. Roberto Leal Ferreira).Campinas, SP, Papirus, 1999.

CLIFFORD, James e MARCUS, George E. *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley/Los Angeles/ London, University of Califórnia Press, 1986.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. (Trad. Patrçi Farias). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. (Trads. Davi Arriguci Jr. e João Alexandre Barbosa). 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CRAPANZANO, Vincent. *Imaginative horizons: an essay in letrary-philosophical anthropology*. Chigado, Chicago of University Press, 2004.

DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. (TRad. Sonia Pereira da Silva). Lisboa, Edições 70, s/d.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Os crimes do texto: Rubem Fonseca e a ficção contemporânea*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

FIGUEIREDO, V. L. F. . A morte do escritor maldito. *Jornal do Brasil. Caderno Idéias*, Rio de Janeiro, p. 4 - 4, 17 abr. 2004.

FISCHER, Michael M. J. *Emergents forms of life and the anthropogical voice*. Durham and London, Duke University Press, 2003.

FONSECA, Rubem. Passeio noturno parte I e II; Feliz ano novo; O cobrador; Intestino grosso; O corcunda; Vênus de Botticelli; Dia dos namorados; O anão Miss Julie; Pierrô da caverna; Henri;

Confraria das espadas. *In 64 contos de Rubem Fonseca*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. La Plata, Editorial Altamira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo, Martins Fontes, 2001.



\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. (Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque). Rio de Janeiro, Graal, 1977

GAUCHET, M. “Un réflexologue inconnu: Valéry”, in *L'inconscient cerebral*. Paris: Seuil, 1992.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Trad. Vera Mello Joscelino). Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. New York: Clarendon Press Oxford, 1998.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. (Trad. Martha Conceição Gambini). São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

HERNANDÉZ-NAVARRO, Miguel A. El arte contemporáneo entre a experiência, lo antvisual y lo siniestro. In *Revista Observaciones Filosóficas*. <http://www.observacionesfilosoficas.net/ocorpocomoarte.html>. Acesso em 13/09/2009.

JEUDY, Henri-Pierre. *O corpo como objeto de arte*. Tradução: Teresa Lourenço. São Paulo: Estação Liberdade, 2002

KRISTEVA, Julia. *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*. Paris: Editions du Seuil, 1980.

LACROIX, Michel. *O culto da emoção*. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem* (Trad. Tânia Pelegrini). 12ª Ed. Campinas SP, Papirus, 1997.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, s/d.

SCWARZ, Roberto. Netrovisk, Arthur (org.). Uma aventura artística incomum. In In Netrovisk, Arthur (org.). *Uma aventura artística incomum*. In *Em preto e branco*. Artes brasileiras na Folha, 1990-2003. São Paulo: Publifolha, 2004.

SILVA, Deonísio. *O caso Rubem Fonseca: violência e erotismo em Feliz Ano Novo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

TEZZA, Cristovão. *O filho eterno*. Editora Record, 2007. 223 p.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. (Trad. Hildegard Feist). São Paulo, Companhia das Letras, 1998.



## DE SEVERINOS A NANETTO PIPETTA: LITERATURA, MIGRAÇÃO E POBREZA NO BRASIL

BAGNO, Silvana

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Memória Social (UNIRIO)*

*E-mail: silvana.memoriasocial@gmail.com*

### RESUMO

Este artigo aborda o tema da migração e da pobreza, a partir do percurso de Severino, personagem de *Morte e Vida Severina* (NETO, 1986) e de Nanetto Pipetta (BERNARDI, 1988). Através da análise destas obras da literatura brasileira, buscou-se conhecer o migrante nordestino e sua história, compreender o processo de migração do meio rural para as cidades, o imigrante italiano e o significado do emigrar, especialmente no que diz respeito à pobreza e desigualdade social. As obras são o fio condutor das reflexões apresentadas, a luz da trama vivida pelos personagens centrais. O tema da migração foi apresentado a partir das noções de enraizamento e desenraizamento, e a pobreza foi trabalhada em sua articulação com as noções de desigualdade e exclusão social. Concluiu-se que é preciso políticas públicas voltadas para a construção da cidadania e consolidação do capital humano e social e que respeitem as diferenças culturais.

**Palavras-chave:** literatura; pobreza; migração.

### ABSTRACT

This article presents the issue of migration and poverty, considering Severino's trajectory, the personage of *Morte e Vida Severina* (NETO, 1986) and Nanetto Pipetta's (BERNARDI, 1988). Through the analyses of these Brazilian literature work, it was studied the history of the northeast Brazilian migrant, his migration process from rural area to the cities, the Italian immigrant and the meaning of emigration, specially its connection to poverty and inequality. The works were the guideline to the reflections that were done, being the personage's flow of experience, a central issue. Migration was studied by the concepts of rooting and unrooting, and poverty was worked through the concepts of inequality and social exclusion. The conclusion is that it depends on public politics related to citizenship and the consolidation of human and social capital, in regard to the respect of cultural differences.

**Keywords:** literature; poverty; migration.





## Introdução

Somos muitos Severinos  
 iguais em tudo e na sina:  
 a de abrandar estas pedras  
 suando-se muito em cima,  
 a de tentar despertar  
 terra sempre mais extinta,  
 a de querer arrancar  
 alguns roçado da cinza.  
 Mas, para que me conheçam  
 melhor Vossas Senhorias  
 e melhor possam seguir  
 a história de minha vida,  
 passo a ser o Severino  
 que em vossa presença emigra.

30

Sabe-se que, de um modo geral, a migração, nacional e internacional, é motivada por fatores sócio-econômicos. A carência de recursos, de trabalho, de alimento e de condições de vida propicia a motivação para buscar, em outras terras, aquilo que a terra natal não supre.

No presente trabalho, interessa-nos conhecer, sob o viés da literatura, a *pessoa* do migrante nordestino, assim como os anseios do imigrante italiano, que veio para o Sul do Brasil no início do século XX. Apreendê-los em sua história, sua riqueza de experiências, suas lutas, com derrotas e vitórias; compreender a garra, a força e coragem daqueles que realizaram essa travessia, que reiniciaram sua vida em busca de melhores condições de vida e perceber o *significado* que o migrante atribui à sua escolha e expectativa, especialmente no que diz respeito à miséria e desigualdade social.

Tendo em vista que a literatura retrata a vida e as transformações da sociedade, fomos buscar na literatura brasileira, tanto o retirante nordestino, quanto o imigrante italiano, em seus sentimentos, história, motivações e descobertas. Ao retratar o percurso de Severino, personagem de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1986), buscamos refletir sobre o fenômeno migratório e a pobreza. Do mesmo modo, o jovem Nanetto Pipetta, criado por Aquiles Bernardi (1924), revela a trajetória do imigrante italiano que veio colonizar as terras do Sul do Brasil.

### 1. A Pessoa do retirante: Severino e a história de sua vida

— O meu nome é Severino,  
 (...) Severino de Maria;  
 como há muitos Severinos  
 com mães chamadas Maria,



fiquei sendo o da Maria  
 do finado Zacarias.  
 (...) o Severino  
 da Maria do Zacarias,  
 lá da serra da Costela,  
 limites da Paraíba.  
 (...) Mas isso ainda diz pouco:  
 se ao menos mais cinco havia  
 com nome de Severino  
 filhos de tantas Marias  
 mulheres de outros tantos,  
 já finados, Zacarias,  
 vivendo na mesma serra  
 magra e ossuda em que eu vivia.

Severino é a personificação do retirante brasileiro, nordestino, o oprimido socialmente, cuja vida é determinada pelas desigualdades econômicas e sociais. Suas tentativas de se diferenciar, de firmar sua identidade, resultam infrutíferas ao se perceber *um* entre tantos iguais. Seu nome, assim como o de seus pais, como se pode observar no poema, é genérico. Severino, nome próprio, torna-se comum, e é também adjetivo. O personagem, na tentativa de se apresentar, fica enredado na condição do anônimo e miserável retirante. A voz de Severino é a voz dos retirantes, dos muitos Severinos que, a despeito de sua ligação com a terra natal, se vê forçada a deixá-la devido às precárias condições que encurtam a vida e abreviam a morte, buscando fugir da miséria e sonhar com uma melhor expectativa de vida.

O que me fez retirar  
 não foi a grande cobiça  
 o que apenas busquei  
 foi defender minha vida  
 de tal velhice que chega  
 antes de se inteirar trinta  
 se na serra vivi vinte,  
 se alcancei lá tal medida,  
 o que pensei, retirando,  
 foi estendê-la um pouco ainda.

Severino nos apresenta a dura realidade do sertão brasileiro, em que as secas impelem o nordestino a migrar para não morrer de fome e de sede. O título da obra "*Morte e Vida Severina*" destaca a inversão da ordem natural entre "vida" e "morte", em que a prevalência da morte sobre a vida traduz a extrema miséria e falta de recursos mínimos e essenciais de sobrevivência e de oportunidades. Tal velhice antes dos trinta revela a existência de outros tantos Severinos, cujas vidas são abreviadas ou retiradas por uma existência em que a carência de quase tudo impõe restrições definitivas à pessoa. A



morte de que nos fala Severino é a expressão de outras tantas mortes e de vidas sem perspectivas ou alternativas, roubadas pela fome crônica, fraqueza e doença, pela miséria, no nordeste brasileiro. A emigração de Severino é uma fuga atemorizada da morte, ao mesmo tempo, em que é plena na esperança de viver mais e melhor.

A penúria e a devastação da seca do Nordeste são retratadas por Severino, que, sem uma política pública que enfrente o problema da seca, se vê diante de uma condição de morte em vida, de uma consciência da mais absoluta exclusão social, ou seja, da falta de toda a sorte de suprimentos para viver e sobreviver.

Somos muitos Severinos  
 iguais em tudo na vida:  
 na mesma cabeça grande  
 que a custo é que se equilibra,  
 no mesmo ventre crescido  
 sobre as mesmas pernas finas  
 e iguais também porque o sangue,  
 que usamos tem pouca tinta.

Ao falar dos Severinos, o personagem revela as condições de saúde e de existência de sua gente - anêmica, sem vitalidade e tida como sem importância no mundo dos excluídos.

Costa e Carneiro (2004) apresentam uma definição que situa três dimensões da vulnerabilidade social que nos ajuda a pensar a situação dos Severinos. As vulnerabilidades sociais devem ser vistas como processos e transições, mais do que como situações específicas e estanques; como algo que afeta mais grupos e comunidades, do que indivíduos; como algo que está relacionado a diferentes dimensões de vulnerabilidade e de privação, e não, como um aspecto isolado. O nosso personagem traduz uma condição de grande vulnerabilidade social que atinge sua gente, de muitas formas, em múltiplas privações, ou seja, a Seca que avança e que vai extinguindo a tudo e a todos. Para fugir dessa condição, de tamanha vulnerabilidade, Severino abraça então os desafios de um migrante e, como tantos nordestinos, se lança seguindo as margens do Rio Capibaribe em busca de cenários mais promissores.

## 2. O imigrante italiano Nanetto Pipetta: vida e travessia

A América, que será esta América? Pensava Nanetto com seus botões.  
 Que ela seja uma grande “cocanha”? [...]  
 A América, penso eu, deve ser um jardim de delícias, que Deus fez [...]  
 A América, dizia o avô, é para as crianças como uma grande praça cheia  
 de doces e basta plantar uma moeda, para que nasça uma bela árvore e



todos podem trepar a elas e apanhar quanto dinheiro quiserem até encherem os bolsos. Nessa praça a gente brinca, corre, salta, vozeia; e quando está com sede, toma água doce, licor de anis, bom vinho, cerveja, gasosa e que mais ainda? Também biter e mel, e refrescos, e quentão e por fim ainda muitas coisas boas... (Bernardi, 1988, p. 48)

O personagem Nanetto Pipetta, criado pelo frade capuchinho Aquiles Bernardi, cujas aventuras foram publicadas no formato de folhetim no jornal dominical gaúcho *Stafetta Riograndense* (atual *Correio Riograndense*), entre 23 de janeiro de 1924 e 18 de fevereiro de 1925, era um jovem veneziano com treze anos de idade, que se aventurou a emigrar sozinho para o Brasil, a fim de encontrar a cocanha<sup>1</sup>.

Garoto levado, ele cresceu ouvindo seu pai dizer que o mandaria para a América para que criasse juízo. De seu avô, ouvia maravilhas sobre a América. Assim, em seu imaginário, a América era um lugar de muitas delícias, onde havia tudo de mais apetitoso e em grande quantidade e fartura.

Em sua narrativa, Bernardi traça a trajetória do imigrante italiano para as terras do sul do Brasil, em seus vários aspectos – da decisão de emigrar à vida no novo país. Nanetto Pipetta revela uma infância junto à família italiana com seus costumes e crenças, sua fé religiosa, e denuncia a carência alimentar do povo italiano, na ocasião do início da emigração italiana, em 1875. E Nanetto expõe – através de sua busca pela Cocanha - o desejo daqueles que se lançaram na aventura emigratória, de encontrarem melhores condições de vida.

Cocanha é o nome de um país imaginário descrito por um poema francês do século XIII, e que seria depois traduzido e adaptado em várias línguas, além de versões iconográficas. A narrativa envolvendo a Cocanha surge na Idade Média Européia, reunindo elementos oriundos da tradição oral, folclórica. Franco Junior (1998) aponta que, embora o primeiro registro escrito tenha ocorrido no século XIII, sua narrativa oral já existia, provavelmente, desde o século XII, fruto da composição de material mítico, enraizado na cultura e no imaginário ocidental, há muito tempo.

Acredita-se, pois, que o *fabliau* da Cocanha foi fruto de uma criação coletiva, sob forma oral, em que cada um acrescia fragmentos, provavelmente pertencentes aos séculos X a XIV, aos elementos do poema que conhecia, numa troca em que o ouvinte torna-se co-autor da obra, reunindo-se assim, vários textos do mesmo gênero, numa reescrita e

<sup>1</sup>Cocanha: doc., em fr., no sXIII, como nome de um país imaginário onde tudo é abundância, (1553) *pays de Cogaigne* 'país de Cogaigne'. In: Dicionário virtual Houaiss da Língua Portuguesa.



criação contínua, em que, os trechos do *fabliau* eram lidos em voz alta e cada poeta reforçava o que os outros haviam dito, fazendo as suas próprias adaptações, seleções e traduções, razão pela qual, de acordo com Franco Junior (1998), se encontram variantes de uma mesma narrativa, que ocorre ao longo de gerações.

Nanetto constrói uma imagem da América, baseado nos elementos que ouvira seu avô dizer e em elementos fantasiosos que ele vai mesclando aos do seu habitat: ele concebe a América como o país da Cocanha e sua tarefa, neste *jardim das delícias*, era a de endireitar rosquilhas (sic) (idéia oriunda da fala do seu avô).

A fim de familiarizar o leitor com a história de vida de Nanetto Pipetta, segue-se um breve resumo de sua epopéia, desde o seu nascimento até sua morte.

Nanetto Pipetta nasceu na lua minguante, no dia 22 de julho, em Veneza. Este fato é destacado, por se acreditar ser este o motivo dele ser azarado, levado, desajeitado e resistente a aprender as orações que sua mãe tentava, em vão, lhe ensinar. Seu pai volta e meia dava-lhe um corretivo com o chicote e, de vez em quando dizia que o mandaria para a América, “onde a lua nunca míngua” – e quem sabe assim, Nanetto criasse “um pouco de juízo”. (Bernardi, 1988, p. 47)

O garoto passa a sonhar com a América, imaginando-a como uma grande “cocanha”, como vimos na passagem acima.

Aos 13 anos, “sua única preocupação era brincar e fazer malandragens” (passim, p. 49). A situação em casa se complicou quando sua mãe tornou-se surda, pois Nanetto a desrespeitava continuamente. Seu avô “ralhava muito com ele”, mas também a ele Nanetto desobedecia... O pai, operário, quando parava em casa e se dava conta do que acontecia, usava o chicote...

Nanetto resolve ir até a estação de trens de Veneza, ver de perto o meio de ir até a América. Feitas as perguntas que julgou necessárias, voltou para casa. Mais uma briga familiar se desenrola. Seu pai manda-o embora – senha para a sua partida. Nanetto se despede acenando com a mão, e parte.

O jovem consegue esconder-se em um vagão do trem e assim, chega ao porto de Gênova, acreditando já ter chegado à América. Após informar-se a respeito dos procedimentos para ir para a América, ele descobre que é necessário o passaporte... e leva um “passa-fora” do homem que lhe deu a informação.

Em seguida, começa a chorar de fome e faz então, promessas para Nossa Senhora a fim de obter um pouco de comida. Uma família de emigrantes que vai embarcar no



navio aportado, o vê chorando e depois de alguma conversa, o convidam para embarcar com eles. Nanetto aproveita-se da confusão causada pela multidão no embarque e esgueirando-se, consegue passar entre as pernas do funcionário que controla os passaportes e... embarca, escondendo-se entre as bagagens. O viajante clandestino é descoberto e mantido preso até o final da viagem.

Após 30 dias de travessia marítima, o garoto avista o horizonte. É o momento em que se dá conta de que chegara à América. Nanetto consegue escapular pela janela e vai nadando até a praia.

Assim se dá a travessia da Nanetto Pipetta: um *continuum* de fugas. Em terra firme, novas aventuras: o jovem imigrante conhece uma série de pessoas, abriga-se nas casas de algumas pessoas, consegue alimento, pouso, trabalho, mas continua fugindo de um lugar a outro e assim sucessivamente. Em sua trajetória, depara-se com vários elementos que lhe causam surpresa: animais, frutos e frutas, a selva, pessoas com costumes e pertencentes a outras raças, etc.

Lá pelos seus 18 a 20 anos (a idade não é precisa), Nanetto parece ter criado algum juízo: está prestes a conseguir sua própria colônia e a se casar, quando morre afogado no Rio das Antas...

Aquiles Bernardi o apresenta como o camponês típico da época: pobre e maltrapilho. Na cena abaixo, podemos ver o retrato do emigrante italiano que Bernardi, na opinião de Zílio, registra com realismo contundente:

[...] em Veneza, junto à estação da via férrea, chegava um rapazote mal trajado, sem casaco, com a camisa rasgada nos cotovelos, as calças remendadas e super-remendadas com retalhos de panos de diversas cores, calçando um par de sapatos usados, um de cor branca e outro de cor preta, esbranquiçado com farinha de trigo para emparelhar com o de cor branca. Era ele o nosso Pipetta, já pronto para ir à América ... (Bernardi, 1988, p. 50)

Há, certamente, uma intenção do autor de provocar o riso diante de tal figura que, a despeito de sua situação de penúria, apresenta-se da melhor forma que pode, com certa astúcia até, tentando disfarçar o irremediável. Imaginemos agora, o camponês nascido no Vêneto naqueles tempos, final do século XIX. Como seriam suas indumentárias? Será que eles possuíam pares de sapatos?





### 3. O processo de migração

A migração é o movimento e realocação de pessoas de uma região para outra, motivada principalmente por fatores econômicos e sociais, como a possibilidade de se buscar maiores salários nas regiões urbano-industriais, fato que tem incentivado a migração do campo para a cidade, desde a emergência da revolução industrial (Brito 2000). A migração é atravessada por uma relação custo-benefício, considerando o balanço dos ganhos esperados na região de origem e de destino. Do ponto de vista do indivíduo, há uma busca de ascensão social e melhoria de condições de vida, apesar da perda psíquica resultante do afastamento dos familiares e amigos, configurando-se num investimento em capital humano. De um prisma macro-social, na abordagem histórico-estrutural, a migração é uma decorrência da desigualdade econômica entre as regiões, sendo as áreas mais prósperas, pólos de atração de fluxos migratórios. Ou seja, as desigualdades entre as regiões, com diferentes ofertas e demandas do mercado de trabalho, são os principais fatores motivadores da migração (MASSEY, 1999).

Vainer & Britto (2001) situam três grandes períodos da migração no Brasil: (a) 1888 a 1930, fase de constituição do mercado de trabalho livre, caracterizado pela migração internacional; (b) 1930 a 1980, fase marcada pelo processo de industrialização e pela ocupação da fronteira agrícola, propiciando a migração interna para as cidades, num processo explosivo de urbanização; (c) 1980 em diante, fase marcada pela queda do crescimento econômico, saturação da capacidade de absorção do mercado de trabalho, havendo a marginalização e exclusão do mundo do trabalho, marcada por uma circulação interna de migrantes e retomada da migração internacional.

Segundo Brito (2000), as décadas de 1940/60 foram marcadas por migrações interestaduais, em virtude de desequilíbrios regionais e sociais, como consequência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Os fluxos migratórios vinham, sobretudo, de Minas Gerais e Nordeste em direção aos estados com maior crescimento urbano-industrial, como São Paulo e Rio de Janeiro, além das regiões da fronteira agrícola, como o Paraná e a região Centro-Oeste. De 1960/80, os investimentos públicos e a política econômica agravaram ainda mais as desigualdades regionais e reforçaram a tendência migratória rural-urbana, que também foram facilitadas pelos transportes públicos e telecomunicações. A partir de 1980 houve o enfraquecimento dos fluxos migratórios do Nordeste e de Minas em virtude da redução do crescimento econômico e, além disso,



houve a desconcentração espacial de atividades industriais ocorridas nos pólos de atração. A ilusão migratória resultou na alocação dos migrantes no mercado informal de trabalho. Grande parte desses migrantes encontrou nas favelas cariocas e nas periferias paulistanas, um habitat.

### 3.1 A travessia Severina em busca de uma vida melhor

A travessia de Severino, nosso personagem central, é motivada pela busca de uma maior expectativa de vida e, as migrações em massa ocorridas nos períodos de seca do Nordeste, deixam pra traz o rastro de morte, embora nos grandes centros urbanos não encontrem condições de subsistência que venham lhes propiciar o que buscavam. A maior parte dos migrantes encontra desemprego, miséria, violência e passa a engrossar o contingente populacional que vive em precárias condições, sem direito à água encanada, luz elétrica e saneamento básico, sem acesso à saúde, educação, habitação digna e vive à margem dos avanços tecnológicos.

(...) Desde que estou retirando  
só a morte vejo ativa,  
só a morte deparei

Desenraizado, Severino é a própria imagem do risco de não sobreviver, do risco de não conseguir encontrar um lugar fértil para semear um novo amanhã e, por isso, tudo o que vê a cada passagem é a sombra da morte lhe espreitando e lhe ameaçando com persistência, já que as novas condições de subsistência não se apresentam. Até o Rio Capibaribe, em certa altura de sua jornada, parece “morrer”, deixando-o sem referencial por onde prosseguir: “Pensei que seguindo o rio eu jamais me perderia: ele é o caminho mais certo, de todos o melhor guia. Mas como segui-lo agora que interrompeu a descida?”, interrogou Severino. O rio era o fio condutor que o acompanhou da terra natal até uma parte de sua travessia e, quando Severino viu o rio secar, vivenciou, nesse instante, uma perda fundamental: a perda de suas referências, do elo com seu lugar de origem, da imagem da vida e da abundância que ele procurava. Ele então, se sentiu perdido e temeroso, completamente só e desenraizado, sem saber por onde seguir, se iria sobreviver ou chegar ao seu destino. Mesmo assim, ele prosseguiu e, em sobressalto, viu sua primeira imagem ao longo da jornada - o enterro de um Severino, lavrador, que morreu de morte matada, numa emboscada, pelas roças que possuía. Na casa a que



chegara, mais adiante, uma cantoria se fazia ouvir, o ritual para outro defunto, outro finado Severino, que sofreu “coisas de não”, fome, sede e privação. Esses destinos são mortes esperadas nessa vida severina. A vida severina tem o sabor de uma morte em vida, e dá a sensação de que não há motivos para se viver. Entretanto, o retirante não perdeu ainda as esperanças e decidiu interromper sua viagem, pelo menos até o Capibaribe estar cheio. Como o rio, interrompeu a travessia, para vencer a fadiga e prosseguir em seu intento.

Decidiu, então, procurar “um trabalho de que se viva”, uma vez que viver é trabalhar, pois sem trabalho a vida severina aproxima-se mais rapidamente da morte. Assim, Severino perguntou à mulher que encontrou no caminho, se haveria algum trabalho que ele pudesse realizar. Nesse diálogo, ele, respondendo às perguntas da mulher, discorreu toda sua experiência profissional: - trabalhador incansável, de sol a sol, conhecedor de todos os tipos de roçado e também de como cuidar do gado e da moenda -, atividades que ela vai desaconselhando naquela região.

O migrante, além de viver os riscos da jornada e deixar para traz suas raízes, carrega consigo aprendizados, habilidades e competências desenvolvidas no local de origem – o meio rural, as quais não encontram acolhimento e aplicabilidade nos centros urbanos; isto o deixa sem perspectivas de conseguir trabalho ou remuneração adequada para superar as desigualdades sociais e romper com o ciclo da pobreza. Severino, não conseguiu trabalho temporário, nem tampouco viu perspectivas nos trabalhos industrializados, ao substituir o trabalho humano pela máquina e, ainda, sentiu o desalento daqueles que se dedicam a terra e morrem sem o seu pedaço de chão. Por tudo isso, apressou o seu passo rumo ao Recife.

Segundo Ecléa Bosi (1992 p. 16), “o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir”. A autora afirma que seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento, e que o foco não deve recair sobre o que se perdeu, pois as raízes já foram arrancadas, partidas; ao contrário, deve-se “procurar o que pode renascer.” O migrante, segundo ela, deixa para trás a terra natal e suas paisagens, seu roçado, sua geografia, seus animais, sua casa, sua rede social, e seu modo de se vestir, festejar, falar, cultuar a Deus, viver. A autora explicita que o desenraizamento vivido pelo migrante é a mais perigosa doença que atinge a cultura. A fala de Severino traz como herança os efeitos das vulnerabilidades, impressas no biótipo corporal e no sangue, deixando para



traz um cenário fortemente marcado pelo desenraizamento de uma terra que não mais acolhe vidas e raízes.

### 3.2 A travessia de Nanetto Pipetta em busca da cocanha

Se, como vimos, Severino peregrina em busca de sobrevivência, a travessia de Nanetto Pipetta para a América teve como mote, num primeiro momento, o sonho de encontrar no novo mundo, maravilhas inenarráveis. O jovem deixa seu lar, sua família, suas raízes para trás, partindo em busca da realização do desejo e da esperança de que o mundo novo lhe acolha e lhe proporcione o prazer da fartura, da abundância, diante da escassez de alimentos e proventos que mantinha grande parte da população européia em condições de miserabilidade e de uma fome milenar....

A narrativa expõe a alusão feita ao Brasil enquanto o país da Cocanha, o que provavelmente povoava o imaginário dos italianos em geral, graças a uma extensiva propaganda que objetivava aliciar imigrantes para as terras brasileiras.

Através do jovem aventureiro que desperta de seu sonho para a realidade da vida, Bernardi procurava desmistificar a imagem da América, veiculada na Itália como o País da Cocanha, revelando a realidade encontrada pelos imigrantes italianos, muito distante do sonho da fortuna e felicidade com que sonharam antes de atravessar o Atlântico.

## 4. Pobreza e desigualdade social

### 4.1 A morte como anfitriã da vida severina

(...) E esse povo lá de riba  
de Pernambuco, da Paraíba,  
que vem buscar no Recife  
poder morrer de velhice,  
encontra só, aqui chegando,  
cemitérios esperando.  
- Não é viagem o que fazem,  
vindo por essas caatingas, vargens;  
aí está o seu erro:  
vem é seguindo seu próprio enterro.

Quando Severino vem ao Recife buscando “morrer de velhice”, ele, como tantos retirantes, vem em busca de uma melhor qualidade de vida, acreditando que poderia ter algumas de suas necessidades básicas atendidas e a expectativa de vida ampliada. A



pobreza, como a história de Severino demonstra, não se restringe a dimensão econômica apenas. Ela é um fenômeno múltiplo cujos efeitos estão além dos recursos materiais e são acompanhados por diferentes desigualdades que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. A sina do retirante severino é marcada pela pobreza, sob a forma de “múltiplas privações” (COSTA & CARNEIRO, 2004), especialmente por uma pobreza extrema e persistente. Essa sina reproduz a saga de muitos retirantes anônimos, que até hoje chegam às cidades, resignados, com baixa auto-estima e baixas expectativas quanto às possibilidades futuras. No entanto, apesar de todas essas vulnerabilidades, Severino, rompeu com esse “destino” e fez a travessia em busca de uma vida melhor. Mas, para o seu lamento, sua travessia, como a de tantos retirantes, parecia fadada ao insucesso, pela falta de alternativas e oportunidades que mantém os altos índices de desigualdades e de excluídos sociais em nosso país.

As desigualdades de renda, a má distribuição de recursos sociais (educação, saúde, habitação, crédito) e a precária divisão de oportunidades (acesso à profissionalização, trabalho e renda) são os principais fatores responsáveis pela profunda desigualdade social em nosso país. Segundo Barros et al (2001), o Brasil não é um país pobre, é um país de muitos pobres. O abismo entre ricos e pobres é o principal responsável pela perpetuação da pobreza e da exclusão social.

O que salta aos olhos na história de Severino, de um modo absolutamente eloqüente, é a falta de políticas públicas para redução da pobreza e desigualdade. Severino deixa o sertão e encontra um centro urbano despreparado para recebê-lo, ficando a mercê de quase as mesmas mazelas que agora se reapresentam num novo contexto histórico-social. Como será possível receber Severino, acolhendo suas capacidades e a de seu grupo de origem? Como lidar com as dimensões “não materiais” e simbólicas de sua travessia, favorecendo a nova construção de si, o seu enraizamento em novo local e a construção de uma rede de relações? Será preciso uma política de combate à exclusão social voltada aos migrantes, que esteja orientada à construção da cidadania e que tenha como diretriz a consolidação do capital humano e social desses grupos vulneráveis, respeitando sua cultura e suas tradições (COSTA & CARNEIRO, 2004).

É difícil defender,  
só com palavras, a vida,  
ainda mais quando ela é  
esta que vê, severina  
mas se responder não pude  
à pergunta que fazia,



ela, a vida, a respondeu  
 com sua presença viva.

Segundo Oliveira (2003), os nordestinos que deixaram o sertão em busca de uma vida melhor na cidade, ao agregar novas experiências e valores a sua tradição, criaram novas formas de construir sua identidade cultural. Na história de Severino, embora ele só encontre a morte com várias faces em seu percurso, a sua perspectiva é otimista. A vontade de encontrar melhores condições de vida só termina ao ouvir a conversa dos coveiros em Recife, que abordam a desigualdade social representada pelas distintas alas dos cemitérios - avenidas dos ricos (usineiros, políticos e banqueiros), com toda a pompa e protocolo; o bairro dos funcionários (contratados e mensalistas); dos operários e dos indigentes (retirantes e pobres vários). A morte carrega as características do morto, enquanto vivia, e seu lugar depende de sua inserção social, que se reflete num cemitério hierarquizado e espelha a sociedade. Uma vez tendo concluído que seu sonho não passava de uma ilusão, Severino pensou em se matar. No entanto, o auto de Natal encenado e o nascimento do filho de Seu José, o mestre Carpina - uma criança magra, pálida, franzina, um “menino guenzo”, mais uma vida severina -, traz uma lição de fé na vida e um veio de esperança a essa gente severina. Ao visitar o bebê recém-nascido, os vizinhos ofertam presentes e sintetizam a pobreza de suas vidas: “Minha pobreza tal é que coisa alguma posso ofertar: somente o leite que tenho para o meu filho amamentar. Aqui todos são irmãos, de leite, de lama, de ar”.

E não há melhor resposta  
 que o espetáculo da vida:  
 vê-la desfiar seu fio,  
 que também se chama vida,  
 ver a fábrica que ela mesma,  
 teimosamente, se fabrica,  
 vê-la brotar como há pouco  
 em nova vida explodida (...)  
 mesmo quando é a explosão  
 de uma vida severina.

O ponto alto do sofrimento de Severino está em sua consciência de que sua vida não mudaria tanto ao chegar a Recife. Ele imaginava que continuaria trabalhando muito, com ferramentas e instrumentos semelhantes aos que usava em sua terra natal. Ele acreditava que seu trabalho lhe traria mais água, comida, roupas para o corpo magro, abrigo para o repouso e então percebe que era o seu próprio enterro que estava seguindo. A falta de acesso ao mundo do trabalho e o lugar de excluído que lhe era reservado selou





seu destino, ou seja, só lhe restava a morte ou a morte em vida severina. A morte não era a sua companheira de viagem, como pensava Severino, e sim sua anfitriã.

#### 4.2 O amargo despertar do sonho de “fazer a América”

- E os teus, estavam satisfeitos com a tua saída?

Ao que ele responde:

- Creio que sim, porque a comida era escassa e eu lhes papava tudo!

- E agora que é que irás fazer?

- Sei lá eu! Quero trabalhar, fazer fortuna e, depois, voltar até à casa de minha mãe e trazê-la comigo para a América, para que possa ela também comer batatas-doce com leite. (Bernardi, 1988, p. 76)

Entre 1880 a 1920, 1,4 milhões de italianos emigraram para o Brasil, impulsionados por uma legião de aliciadores que lhes prometiam todas as facilidades para se “fazer a América”. De um lado a Itália, que enfrentara guerras, a peste, fome e desemprego, encontrava na emigração maciça, uma solução; de outro, o Brasil necessitava de mão-de-obra livre como alternativa para a extinção da mão-de-obra escrava nas fazendas.

(...) Havia quem chorava, quem ria, quem gritava, quem “fofocava”, quem enfim, cantava (...)

Nanetto também tinha a sua paixão. Veio-lhe à mente, sua mãe, seu pai, o avô!...

Estava quase, quase por gritar, quando um apito assustador, dando o sinal de partida.

Uma agitação o fez esquecer-se de tudo.

Partida!... Partida!... , gritava um marinheiro.

Agora, toda aquela gente se move

Todos se chamam, todos se beijam, todos se cumprimentam!...

Adeus papai, adeus mamãe... irmãos, adeus... fiquem bem.... até a vista!

...pela eternidade ou daqui a um par de anos...

E Nanetto!? ... Nanetto não cumprimenta ninguém!...

Ao saírem de seus vilarejos, ainda em solo italiano, foram enganados e roubados por aproveitadores. Se a travessia, em condições de higiene e alimentação precárias, tornou-se um fantasma de peste e de morte, as dificuldades que enfrentaram ao chegarem ao sul do Brasil transformaram-se num pesadelo do qual não conseguiam acordar. (DE BONI, 1984). Ao desembarcarem, descobriram ter chegado a um lugar outro, que não a terra prometida.

(...) finalmente um marinheiro gritou: Rio Grande! (...)

Um monte de barcos com rapazes, homens e também garotas que portavam cestas de frutas se aproximam do navio para vender artigos aos passageiros.



O rapaz olhava toda esta graça de Deus e não podia pegá-los e ninguém lhe oferecia...  
 O sol se escondia atrás da mata.  
 No navio, haviam anunciado o jantar.  
 Todos estavam alegres e contentes. Só Nanetto estava pensativo.

Fugindo da pobreza de sua terra natal, sujeitaram-se às maiores privações, em busca de um modo digno de ganhar a vida, em condições dignificantes de trabalho. Encontraram empregos aviltantes, em condições equiparadas a dos escravos, com os salários mais baixos do mercado e foram estigmatizados e segregados socialmente. Descobrimo que as facilidades prometidas transformaram-se em dívidas impossíveis de serem quitadas, muitos buscaram refúgio na loucura ou no suicídio.

- Ah! Meu querido Santo Antonio! Eis-me aqui perdido na América, num matagal sem fim, por onde nunca ninguém passou antes de mim. [...] Fazei, por favor, que o tigre não me devore! E que não morra de medo! (Bernardi, 1988, pp. 86-88)

## 5. A Vida narrada: literatura, migração e pobreza

A saga de Nanetto Pipetta traduz a vivência da comunidade italiana instalada no sul do Brasil, no início de sua colonização, confirmando a declaração de autores como Chalhoub & Pereira (1988) e Facina (2004), de que podemos estudar as sociedades através da literatura, uma vez que a obra literária é fruto de seu tempo, historicamente situada.

Aquiles Bernardi e João Cabral de Melo Neto, como todo escritor, produto de sua época e de sua sociedade, estão sujeitos aos condicionamentos impostos pelo pertencimento a uma classe, a uma origem étnica, um gênero e a um processo histórico de que faz parte. Nanetto Pipetta e Severino, como tantas outras criações literárias, são produtos históricos e expressam realidades históricas, produzidos numa sociedade específica, por um indivíduo inscrito nela por meio de múltiplos pertencimentos. Bernardi, descendente de imigrantes, nasceu na Região de Colonização Italiana; sua narrativa era, pois, fruto de sua experiência, num momento histórico específico. João Cabral, nascido em Recife, em 1920, passou a infância em engenhos de açúcar. Conhecia de perto, as agruras do sertanejo que migrava para a capital, fugindo da fome e da sede. Primo de Manuel Bandeira e Gilberto Freyre e amigo de Carlos Drummond de Andrade, participou, desde jovem, de rodas literárias. Ao conceber seu personagem e tecer sua trama, o autor expressava as visões de mundo coletivas daquele grupo social, em



consonância com a afirmativa de Facina (2004) de que aquilo que se transforma em literatura, foi construído coletivamente.

Tanto os valores, quanto as técnicas de comunicação de que a sociedade dispõe, influem na obra, sobretudo quanto à forma, determinando suas possibilidades de atuação no meio, aclara Candido (2000).

Assim, pois, “Nanetto Pipetta” era dedicado a um público específico de imigrantes analfabetos e Bernardi dava voz ao personagem e ao narrador da ficção, na mistura de dialetos falados pelos emigrados, com todos os seus trejeitos e expressões típicas, publicado no jornal, de modo que fosse facilmente acessível aos colonos e de forma coloquial, facilitando sua reprodução oral para os que não pudessem adquirir o periódico, ou não soubessem ler. E “Morte e Vida Severina” toca fundo a alma do leitor, ao exprimir a fome, a sede, a esperança, a desilusão e o sofrimento da população do sertão nordestino.

As obras de Bernardi e Melo Neto, por sua popularidade e a repercussão alcançada, atestam a afirmação de Candido (2000, p. 22) de que a literatura, como um produto social, exprime as condições de cada civilização em que ocorre, pois há forças sociais condicionantes que guiam o artista, determinando a ocasião de a obra ser produzida, julgando a necessidade de ela ser ou não produzida, bem como, se esta vai ou não se tornar um bem coletivo. Em sua concepção, *autor, obra e público* estão indissoluvelmente ligados.

Através de Nanetto, o emigrado, identificando-se com o personagem, foi revendo sua trajetória, narrando suas experiências aos descendentes, trocando com os vizinhos e amigos e, assim, foi ressignificando sua história e passando a valorizar sua escolha pela aventura de emigrar para o Brasil.

Fiel às experiências do imigrante, Nanetto Pipetta reproduzia o modo de falar, de pensar e de fazer do italiano, os gestos dos imigrantes, suas manifestações culturais e religiosas, suas relações familiares e vinculação ao trabalho, seus objetivos, esperanças e desilusões diante da realidade encontrada no Brasil. Bernardi levou os elementos desta realidade à ficção.

As experiências de Nanetto retratavam, com muita similitude, aquelas vivenciadas pelos colonos, revelando os temores, a curiosidade e a estranheza que os imigrantes sentiam frente à imensidão das matas brasileiras, seus animais e seus frutos; diante dos índios, dos negros, enfim, de seu povo e seus costumes.



O personagem foi, a cada aventura, descortinando para o seu leitor, a realidade da vida na América, muito distante do sonho da fortuna fácil e felicidade incondicional que lhes fora vendida para que fizessem a travessia do Atlântico, muitas vezes, em definitivo, sem condições de retorno.

Aquiles Bernardi, como vimos, por meio da criação literária, e valendo-se da construção de memórias coletivas dos hábitos e costumes dos e/imigrantes italianos instalados no Rio Grande do Sul, retratou as identidades étnica e cultural destes, num determinado momento histórico, com grande adesão do público leitor que, por sua vez, transformava-se em contador de estórias a uma platéia atenta e muitas vezes emocionada. E, acredita-se que a ficção tenha fornecido, ao retratar a realidade, um espelho ao imigrante, colaborando com a estruturação de sua identidade e com o fortalecimento do seu pertencimento, ao estimular o estreitamento de laços sociais proporcionado pela transmissão oral da narrativa e os depoimentos que ela suscitava entre os colonos.

Através da literatura, pôde-se lançar luz sobre a subjetividade do imigrante italiano e seus descendentes, depreendendo-se inclusive dos fragmentos de memória publicadas por imigrantes, aspectos de seu imaginário, no tocante ao que era concebido, na ocasião, como “viver mais e melhor”, encontrar a fortuna e “viver no país da Cocanha”.

Pela voz de Severino, resta ainda a esperança de que outros tantos Severinos cresçam saudáveis, sintam-se pertencentes, incluídos, representados, inclusive nas políticas públicas.

A literatura possibilita que se lance luz sobre diversas questões sociais; a ficção escrita por Bernardi contempla questões identitárias dos imigrantes italianos, sobretudo as relativas às identidades étnica, cultural e nacional, que precisam ser reconstruídas. Há que emergir um novo eu, transformado, e se fazer uma reinvenção e (re)afirmação de si, bem como, uma reconstrução de suas referências.

Dramas pessoais, desafios e dificuldades enfrentados pelo homem comum, em sua vida diária pela sobrevivência são atestados na narrativa de Bernardi, a qual revela a gradual adaptação desses imigrantes a uma cultura completamente estranha, bem como, as conquistas e realizações por eles alcançadas, em estreito paralelismo com a realidade vivida pelos imigrantes.

Destacamos a relação entre literatura e história, considerando-se que Aquiles Bernardi trouxe elementos da realidade vivenciada pelos colonos para a sua narrativa e



que João Cabral de Melo Neto retratou de forma contundente e poética, as penúrias vividas pelo migrante nordestino.

Assim, pois, este artigo situa a literatura como testemunho histórico, de acordo com Chalhoub & Pereira (1988), produto social que exprime as condições da civilização em que ocorre (Cândido, Antonio, 2000), atravessada pelas questões sociais de sua época (Ewald, 2007), resultado de elementos que foram construídos coletivamente, e que expressa visões de mundo coletivas de determinados grupos sociais (Facina, 2004), reflete a moral de uma determinada época, segundo a qual, pode-se discernir a maneira de se compreender a subjetividade humana e o que é valorizado numa dada sociedade (Lopez Quintáz, 2009).

### Referências Bibliográficas:

- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*, Texto de Discussão N° 800. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ IPEA, 2001.
- BERNARDI, AQUILES. *Nanetto Pipetta*. Versão Portuguesa. Trad. de Maria Adami Tcacenco e Alberto Víctor Stawinski. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, EDUCS, 1988.
- BOSI, Eclea. Cultura e Desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo: Editora Ática. 1992.
- BRITO, Fausto. (2000). *Brasil, Final de século: a transição para um novo padrão migratório?* Anais da ABEP, Caxambú. 2000.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiróz, 2000.
- CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. de M. (Orgs.). *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. [Apresentação, Capítulo 5].
- COSTA, B. L. D & CARNEIRO, C. B. L. *Implicações do enfoque da exclusão social sobre as políticas públicas: desafios para o desempenho governamental*. Texto para discussão N° 08, Minas Gerais: Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2004.
- DE BONI, L. A.; COSTA, R. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Est, 1984. 3ª. Edição. 1996.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. <<http://houaiss.uol.com.br/gramatica.jhtm>>, em 16/10/2008>.
- EWALD, A.P. A vida da crônica e a crônica da vida. Psicologia Social, literatura e circulação da notícia. In *Revista Rio de Janeiro*, n. 20-21, jan-dez. 2007, pp. 175 a 190.
- FACINA, A. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *Cocanha. Várias Faces de Uma Utopia*. [1]. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998
- LÓPEZ QUINTÁS, A. *El Análisis Literario y su Papel Formativo*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit/lql.htm>>. Extraído em 27/05/2009.
- MASSEY, D. S. *Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration*. Population Index 56 (1): 3-26. 1990.



NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta*. 22<sup>a</sup>. edição. Editora José Olympio, RJ: 1986.

OLIVEIRA, Marta Francisco de. *A Migração Nordestina e a Construção da Identidade Cultural: uma Análise da Realidade Coxinense à Base de A hora da Estrela*, de Clarice Lispector. 2003. Disponível em <<http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacao-marta-fran.htm>> Acesso em 11/04/2008.

NOGUEIRA JR, A. *Projeto releituras*. Resumo biográfico e bibliográfico. João Cabral de Melo Neto. <[http://www.releituras.com/joaocabral\\_bio.asp](http://www.releituras.com/joaocabral_bio.asp)>. Extraído em 20/07/2014.

VAINER, C. B. e BRITO, F. *Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil*. Presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24 th General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001. (disponível em CD-ROM)





## **EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, POLÍTICA E MEMÓRIA: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE OS EDITAIS DE PREMIAÇÃO NA INTERFACE ARTE E SAÚDE MENTAL**

PINTO, Diana de Souza

*Professor do Programa de Pós Graduação  
em Memória Social – UNIRIO  
Email: dianap@globo.com*

MECCA, Renata Caruso

*Estudante de doutorado do  
Programa de de Pós Graduação  
em Memória Social – UNIRIO  
E-mail: meccadasartes@yahoo.com.br*

48

### **RESUMO**

Com Reforma Psiquiátrica, surgiram muitos grupos artístico-culturais na saúde mental e editais de premiação específicos para este campo, configurando um novo momento da relação loucura e sociedade. Trabalharemos em nossa pesquisa de doutorado com a construção da memória social das produções artísticas premiadas desde 2000, dando ênfase à afetação que estas obras produzem nos avaliadores destes editais. Traremos aqui uma discussão teórica sobre a relação entre experiência estética, política e memória como aporte para debater um questionamento sobre o trabalho de memória dos avaliadores dos editais: se avaliam as obras por uma lógica de continuidade entre as formas sensíveis e uma esperada mudança de comportamento da sociedade em relação à loucura; ou pela descontinuidade que altera o mapa do sensível e dá lugar a produções à margem do sistema da arte.

**Palavras-chave:** arte. saúde mental. memória social

### **ABSTRACT**

Many artistic and cultural groups in the mental health field and specific awards to these productions arose along with Psychiatric Reform, setting a new time of madness and society relationship. Our doctoral research will work with the construction of social memory of the artistic productions awarded since 2000, emphasizing the affectation that these works produce in evaluators of these awards. We will bring here a theoretical discussion of the relationship between aesthetic experience, politics and memory as contribution to debate a question about the memory work of the evaluators of the awards: the art works are evaluated by a logic of continuity between the sensible forms and an expected change in society behavior relating to madness; or discontinuity by changing the map of sensible and giving rise to productions on the sidelines of the art system.

**Key-words:** art. mental health. social memory



## INTRODUÇÃO

A partir da Reforma Psiquiátrica no Brasil, surgiram muitos grupos artístico-culturais configurando um novo momento da relação loucura e sociedade. No final da década de 1990, foram criados Editais de premiação específicos para este campo artístico-cultural por organizações sociais e pelo Ministério da Cultura.

Trabalharemos em nossa pesquisa de doutorado com a construção da memória social das produções artísticas premiadas nos últimos 6 anos, dando ênfase ao processo de construção de representações sociais acerca destas produções e ao campo de tensão permanente entre forças que o engendra, dando lugar a distintos atores sociais, às disputas e negociações de sentidos e à investigação sobre a existência ou não de memórias dominantes.

Para isso, entendemos que a este estudo cabe não somente a memória das representações, mas também a memória do irrepresentável, no que tange a afetação que estas obras produzem nos avaliadores destes editais, e que fazem “apostar em um outro campo de possíveis” e em práticas inovadoras no território de interface entre a arte e a saúde mental (GONDAR, 2005, p.25)

Em 2007, o Ministério da Cultura (MinC) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ organiza uma oficina para a construção de uma política de fomento a produções na interface entre a arte e a loucura que culmina num Edital de premiação específico para este campo artístico cultural (AMARANTE et. al., 2012). Isto se fez possível pela construção de uma política pautada no reconhecimento da cultura como direito social básico; e na valorização da diversidade cultural como patrimônio (DORNELES, 2011).

O Edital Loucos pela Diversidade de 2009, oriundo das diretrizes desta Oficina, teve 362 iniciativas para 55 premiados em todo Brasil. Dentre o total das experiências, 54% são de iniciativa de grupos autônomos e pessoas físicas. Segundo os pesquisadores, estes dados indicam atividades independentes de uma finalidade sanitária e um processo de autonomização dos sujeitos vinculados ao campo da saúde mental. (AMARANTE et. al., 2012)

Num primeiro contato com o edital e as fichas de inscrição e em conversa com um dos gestores do edital sobre a forma como os trabalhos foram avaliados e



selecionados, surgiram questões que nos fazem indagar em que medida a experiência estética é parte determinante do processo avaliativo dos trabalhos inscritos, do reconhecimento destas produções como patrimônio cultural, e ainda se esta faz parte dos dispositivos que estes editais criaram para dinamizar o sistema da cultura com relação às representações a cerca da loucura.

Os tópicos contidos nas fichas de inscrição dos trabalhos foram utilizados pelos avaliadores para pontuar os trabalhos inscritos e segundo a gestora do edital, foi a partir da pontuação destas fichas que os trabalhos foram premiados. Não caberia neste trabalho fazer uma análise pormenorizada destas fichas, mas sim ressaltar quais pontos geram questionamento para a análise deste e dos demais editais que compõem o corpus desta pesquisa. Após identificar-se, descrever a iniciativa e relatar um breve histórico de vida de maneira a aferir sua relação com o campo da saúde mental, os inscritos devem responder a questões sobre a maneira como a iniciativa contribui para a Reforma Psiquiátrica Brasileira e a outras que avaliam a forma como a iniciativa se articula a rede intersetorial de serviços de saúde, cultura e educação e a comunidade local; como colabora para a promoção da cidadania e da participação sócio-cultural dos sujeitos envolvidos; e quais benefícios foram alcançados por estes a partir da iniciativa.

Claramente são aspectos que estão em correspondência direta com os princípios da Reforma Psiquiátrica, entendida como um processo social complexo, pois além das mudanças no modelo assistencial em saúde mental, propõe a elaboração de novas referências conceituais para a questão da “loucura”, a sustentação da idéia do protagonismo e cidadania de usuários e familiares, e a construção de um novo lugar social para a população assistida.

Porém, nos fazemos indagar em que momento o contato com as produções e a experiência estética dos avaliadores foi determinante durante o processo de seleção e premiação. Nesse sentido, em que medida o ativismo político, os princípios da Reforma Psiquiátrica, e um desejo de memória da Reforma antecipariam um resultado esperado destes trabalhos pelos avaliadores que se sobrepõe à experiência sensível, ao estranhamento e ao imponderável, o real que nos escarpa e que só pode ser aprendido por uma experiência sensível que se pode ter no contato com estes trabalhos?

Ainda cabe perguntar em que medida as obras e seus autores ainda se vêm ancorados a categorias identitárias que associam de maneira direta arte e loucura, em



virtude da expectativa dos próprios editais de que as obras produzam transformação na relação loucura e sociedade, como uma certa lógica causal de eficácia política da arte, e a conseqüente antecipação desta transformação como um resultado esperado das obras a ser traduzido nas mesmas?

A transformação da relação loucura e sociedade e a experiência estética na relação com os trabalhos inscritos são questões que se conjugam ou se atravessam? Seguem uma lógica de continuidade entre a produção de formas sensíveis e a mudança de comportamento e/ou de percepção que se espera dos espectadores; ou produzem dissonâncias, descontinuidades que alteram o mapa do sensível, como aponta Rancière (2012)?

Gumbrecht (2010), ao criticar a compreensão do mundo pela construção do sentido e pela interpretação largamente difundida pelas ciências humanas, localiza a experiência estética na oscilação entre efeitos de presença, relação espacial de impacto imediato dos objetos “presentes” nos corpos humanos, e efeitos de sentido. Chama atenção ao plano sensível e nos permite pensar em como lidar com o excesso, com aquilo que não foi apreendido pelo discurso ou pela funcionalidade, aquilo que o sentido não dá conta e que convoca o corpo. Sintonizamos estas colocações com Didi-Huberman na sua crítica ao primado da linguagem sobre a imagem e na sua defesa em favor da imagem. As imagens em suas imanências e não-sentidos produzem impacto sobre nós, transformando a mônada temporal do acontecimento numa montagem de tempos, e surgem quando a reflexão parece impossível e a memória, contudo, necessária (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Dar lugar ao irrepresentável é desfazer a lógica do visível, a idéia de que só há aquilo que vejo, o que o arquivo diz e o que o monumento, a imagem fixa, nos dá a ver. Pra isso é necessário brincar com as convenções da representação, profanar e dessacralizar as representações, restituí-las à esfera do contágio e do uso comum, emancipá-las da sua relação com uma finalidade, desativando seus dispositivos para, no jogo próprio da arte, tornar possível um novo uso (AGAMBEN, 2007).

Como a experiência estética pode constituir memória? Como ela pode nos colocar face ao intangível, àquilo que a história não toca, e que ao mesmo tempo pode dar movimento à memória e à história?



Para tangenciar estes questionamentos faremos uma exposição teórica sobre a experiência estética e sua relação com a memória e com a política que nos auxilie a debater a construção de memória das produções oriundas da interface arte e saúde mental pelos atores envolvidos nos editais a luz de uma discussão sobre a expressão “experiência estética” e sobre a política na arte. Inicialmente os apontamentos sobre a destruição da experiência a partir de Agamben e Benjamin podem nos ser úteis.

### EXPERIÊNCIA, ESTÉTICA, ANESTÉTICA

Segundo Agamben (2005), o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência, como já diria Benjamin (1933). No cotidiano das cidades, o homem vive inúmeros eventos sem que, no entanto, algum deles se torne experiência, como uma nova forma de miséria que surgiu com o desenvolvimento da técnica. O que não significa que não existam mais experiências, mas estas estão postas fora do homem, e a imensa maioria se recusa a experimentá-las. Esta recusa pode constituir uma defesa legítima dos expropriados de experiência frente a uma experiência manipulada.

O entendimento da experiência moderna por Benjamin está centrado no choque. Sob o excesso de energias o ego emprega a consciência como para-choque, bloqueando a abertura do sistema sinestésico<sup>1</sup>, isolando a consciência presente da memória do passado. Sem a dimensão da memória, a experiência empobrece.

Ao reler “A obra de arte na era da sua reproduzibilidade técnica”, Buck-Morss (1996) retoma a advertência de Benjamin de que o resultado lógico do fascismo é a introdução da estética na vida política. O fascismo, em sua espetacularização e estetização da política, promove a anestetização da recepção: a população passa a ver sua própria destruição de maneira prazerosa. A alienação sensorial se encontra na origem da estetização da política que o fascismo manipula.

Em resposta a isso, Benjamin propõe uma politização da arte, na qual a arte desfaça a alienação do aparato sensorial do corpo, restaure o poder instintual dos sentidos corporais humanos em nome da auto-preservação da humanidade, não através

<sup>1</sup> Buck-Morss (1996) chama de sinestésico o sistema descentrado do sujeito clássico de consciência transcendental que separa mente e cérebro, no qual as experiências sensoriais exteriores se enfeixam nas imagens internas de memória e antecipação. Que abrange sensação física, reação motora e significado psíquico. Este sistema é aberto à experiência sensorial e ao mundo pelos órgãos dos sentidos e descontínuo nas possíveis formações de redes nervosas.



do rechaço às novas tecnologias, mas pela passagem por elas. Quando faz esta proposição retoma a idéia de que o campo original da estética não é a arte, mas a natureza corpórea, material dos sentidos, que mantém um traço não civilizável resistente à domesticação cultural.

No mundo moderno, o sistema sinestésico é sobrecarregado de estímulo e entorpecimento e assim, levado a proteger o corpo do choque perceptual, ele inverte seu papel, passa a insensibilizar os sentidos, reprimir a memória, se torna um sistema de anestésica.

‘Nesta situação de “crise na percepção”, não se trata de educar o ouvido rude para ouvir musica, mas de lhe restituir a audição. Já não se trata de treinar os olhos para ver a beleza, mas de restaurar a "perceptibilidade"’. (BUCK- MORSS, 1996, p. 24)

Agamben (2005) se pergunta se é possível uma experiência muda, inapreensível pelo discurso, e qual sua relação com a linguagem?

É na linguagem que o homem se constitui como sujeito, e esta é organizada de modo a permitir a cada locutor apropriar-se da inteira língua designando-se como eu. Se o sujeito é o locutor, nós jamais apreenderemos a experiência pura, ainda muda, no sujeito. A constituição do sujeito na linguagem é a expropriação desta experiência muda. Uma experiência originária, longe de ser algo subjetivo, não poderia ser nada além daquilo que no homem está antes do sujeito, antes da linguagem: sua infância.

Portanto, segundo ele, a idéia de uma infância com uma substancia psíquica pré-subjetiva é um mito. Infância e linguagem parecem remeter-se como um círculo em que uma é origem e limite da outra.

Agamben (2005) procura neste círculo o lugar da experiência como infância do homem. É a infância que produz a descontinuidade entre língua e discurso, entre natureza e cultura, é a origem transcendental da linguagem. Pois o próprio fato de que exista uma infância, de que exista experiência enquanto limite transcendental da linguagem, exclui que a linguagem possa ela mesma apresentar-se como totalidade da verdade. Linguagem torna-se então o lugar onde a experiência deve tornar-se verdade.

É sobre esta descontinuidade que se encontra o fundamento da historicidade humana. Pois a pura língua é anistórica é considerada absolutamente a natureza e não





necessita de história. É nessa diferença que uma história se produz. Um homem que fosse já desde sempre falante, seria já sempre natureza, seria uno à língua da natureza e jamais poderia opô-la como objeto.

É a infância, o fato de não ter sido sempre falante, que possibilita o homem entrar no mundo fechado dos signos e transformá-lo radicalmente em discurso. A infância é uma potência que permite a renúncia do previsível, a quebra da continuidade linear da história e ilumina aquilo que não se revela de imediato. Por isso a história não é progresso contínuo da humanidade falante em tempo linear, mas é descontinuidade, intervalo onde ocorre a experiência.

Uma leitura positiva de Benjamin (1933) recolocaria a experiência da pobreza como possibilidade de reinvenção de nossa experiência com o mundo, na possibilidade de dar contorno aos fenômenos impossíveis de captar, o que escapa à técnica de manipulação estetizante e à compreensão intelectual e linear. A experiência não sobrevive na nostalgia da tradição, mas na condição do fragmentário e da precariedade, do relampejo do extraordinário na banalidade cotidiana. Ou no hiato que constitui a infância do homem, e onde a história é originária, e para onde, segundo Agamben (2005) ela deve retornar e manter-se em viagem.

Falamos, portanto, de uma experiência estética voltada ao sensorial, ao estranho, ao inapreensível, àquilo que nos escapa e nos coloca de frente ao vazio que nos olha, nos concerne e nos constitui (DIDI-HUBERMAN, 2010). E que ao escapar, resiste à dominação e à manipulação de uma memória estetizante e suporta uma construção política de múltiplas possibilidades de leitura.

Mas vamos nos aproximar mais deste termo.

### EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Na modernidade, tal qual descrita por Benjamin (1935/1936), as artes gráficas e a reprodução técnica afetaram a obra de arte na sua autenticidade, no seu caráter de autoridade, no seu peso tradicional e na sua sacralidade. A noção de obra de arte se dissolve, a experiência estética impregna o mundo cotidiano e isto abre um campo indeterminado no qual não existem categorias de apoio para se julgar a produção artística.



Shusterman (1997) se pergunta se a experiência estética chegou ao fim frente ao sintoma de uma transformação em nossa sensibilidade contemporânea de uma cultura experiencial para uma cultura informacional. Examina o desenvolvimento de seu conceito e as tensões teóricas marcadas na crítica anglo-americana e européia, e ao final constrói argumentos para reconsiderar e redimir seu propósito.

O autor aponta quatro dimensões da experiência estética na sua tradição moderna que geram tensões teóricas sobre seu conceito no século XX. A dimensão avaliativa se refere à experiência estética como essencialmente valiosa e agradável; a dimensão fenomenológica refere-se a esta ser algo vivamente sentido e saboreado subjetivamente que se destaca da rotina; a dimensão semântica que a torna significativa e não mera sensação imediata; e a dimensão distintiva que a faz critério de distinção da arte das demais experiências.

Na crítica europeia (cita Adorno, Benjamin, Derrida, Barthes e Bourdieu) destaca-se que a experiência estética não pode ser entendida como conceito imutável; é condicionada pelas mudanças sociais que afetam não só o campo da arte como nossa capacidade de experienciar em geral; sem negar a importância da sensação imediata, entende-se que ela requer a interpretação para lhe dar forma.

Na crítica anglo-americana, entre diversos autores, Schusterman (1997) destaca a posição de Dewey que quebra a concepção museológica da arte e recobre a continuidade da experiência estética com o próprio processo do vivo, pois entende que nela nos sentimos mais vivos ao engajar todas as nossas faculdades humanas dada por uma experiência imediata cujo senso de unidade, afeto e valor é diretamente satisfeito. Nesses termos, Dewey propõe que a experiência estética seja uma definição teórica da arte, o que para Schusterman (1997) é inadequado, já que nem toda forma de arte engendra a experiência de satisfação que Dewey propõe e já que o conceito de arte é historicamente condicionado.

Em sua exposição destaca ainda a posição de Danto que propõe abandonar o conceito de experiência estética por considerá-lo perigoso, no sentido do entendimento de que a arte só deva provocar prazer, e não significado e verdade.<sup>2</sup> Schusterman (1997)

<sup>2</sup> Identificamos aqui talvez uma preocupação de Danto com a estetização da arte, no sentido de uma manipulação, porém ainda não fomos à fonte. Isto serve como indagação para continuidade do trabalho.



considera que este argumento sugere uma divisão entre prazer e significado, sentimento e cognição; quando na arte estes termos constituem uns aos outros. Com relação a dimensão distintiva, considera que posições teóricas que abandonam o conceito de experiência estética em favor da interpretação, produzem uma anestetização, subordinando a experiência estética aos termos semânticos e refletem tendências de trabalhos em arte contemporânea, que são mais conceituais e não evocam experiências fortes, prazerosas ou significativas.

Por fim, para o autor a experiência estética como algo extraordinário não define a arte, mas serve como condição de fundo para esta, já que se o extraordinário nunca tivesse sido produzido por trabalhos artísticos, a arte poderia nunca ter existido.

As indagações do autor sobre a dimensão distintiva da experiência estética nos levam a pensar sobre seu papel como critério, meio ou processo avaliativo nas seleções dos editais pesquisados. Porém, a posição do autor quanto a sua concepção ainda não fica clara, pois em algumas passagens parece enaltecer a satisfação e o sentido de unidade como efeitos fundantes da experiência estética tradicional que devem ser buscados na arte.

Sustentamos que a experiência estética a partir da modernidade se situa entre o sentimento de prazer e de estranhamento, vazio e plenitude. As produções artísticas modernas não aspiram à totalidade da norma, do valor ou do sentido na qual o sujeito se espelha e através da qual reconcilia sua unidade perdida, mas, ao invés disso, contém na sua aceção a categoria do choque e da ruptura. O sujeito, na relação com elas, está o tempo todo de encontro com imagens e coisas que o dispersam e o repelem. Há um impacto sensorial disruptivo, que provoca o estranhamento, mas que momentaneamente leva ao sentimento de plenitude, portanto estamos diante de um paradoxo.

O estranhamento se faz importante, pois provoca deslocamentos na percepção. Talvez possamos compreender este estranhamento naquilo que Didi- Huberman (2010) fala sobre o vazio que nos olha que remete a uma cisão inelutável em que sempre algo nos escapa: o que não vemos com tanta evidência visível nos olha como uma obra de perda e perturba nossa capacidade de ver simplesmente o evidente. A experiência de ver é sempre uma experiência intersubjetiva, que produz um deslocamento a partir do próprio vazio que nos olha, já que



“ o ato de dar a ver não é o ato de dar evidências visíveis a um par de olhos (...) Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito”(p. 77).

Segundo Bourriaud (2009) a arte de hoje se processa na esteira do projeto moderno com a diferença que não se propõe a apresentar uma visão global de mundo que lhe confira o peso de uma ideologia. As obras já não têm mais o intuito de formar realidades imaginárias ou utópicas, mas apresentar universos possíveis, modos de existência dentro da realidade vigente. E nesse sentido tem o propósito político de destruir todo o acordo apriorístico sobre o percebido.

### EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, ARTE E POLÍTICA

Para Bourriaud (2009) a arte contemporânea tem como horizonte a esfera das relações humanas, cujo substrato é dado pela intersubjetividade e funcionam como interstício social, pois sugerem outras possibilidades de troca além das vigentes no sistema. Destaca que sua finalidade política não é representar formas de alienação, como numa arte sociológica engajada, mas estabelecer o papel de interstício que se define contra a alienação reinante em todos os outros lugares, deslocando as formas de alienação como um inimigo a combater.

Toma o paradigma estético de Guatarri para entender a arte, não como domínio separado, e sim como invenção de possibilidades de vida, território privilegiado para a desnaturalização da subjetividade (seu descentramento do domínio reservado ao sujeito) e seu desdobramento no campo da produção, criando focos mutantes de subjetivação e engajamento em processos de heterogênese.

O autor aponta que a arte dá asilo a práticas desviantes que atingiram pontos limite em outros campos. E se por um lado empodera práticas em campos de interface, por dissolver os limites da arte e colocá-la no lugar da invenção de possibilidades de vida e produção de subjetividade, e por assim dizer possa se aproximar de uma redistribuição de competências; por outro lado, apesar de fazer uma crítica à arte engajada, cai na sua própria armadilha, pois ao tomar a arte como interstício e antídoto contra a alienação, vincula o valor da arte a uma ação direta no mundo social, e assim antecipa os efeitos da obra restituindo a arte ao lugar da informação e a lógica da representação.



Rancière (2012) na sua crítica aos modelos de eficácia política da arte, critica a posição de Bourriaud, bem como toda uma série de produções artísticas contemporâneas que pretendem ser politicamente subversivas, ao supor que a arte tem o poder de nos transformar em opositores do sistema dominante e que assim reproduzem a lógica da causal do modelo pedagógico da arte pelo pressuposto de continuidade entre as formas sensíveis e a percepção de uma situação que compromete pensamentos, sentimentos e ações dos espectadores. A dispersão destas obras nas relações sociais é banalizada, segundo o autor, porque não compreende a inversão nela contida: de que só tem sua eficácia se for vista no espaço destinado às obras de arte ou se for espetacularizada fora dele.

Advoga pela eficácia estética que é produzida pelo dissentimento, ou seja, pela suspensão da relação direta entre produção de formas de arte e produção de um efeito determinado em um público determinado. Para o autor, a arte toca a política não por uma ação direta com um efeito social determinado, mas pelo dissentimento, pelo choque entre diferentes regimes de sensorialidade. Já que o dissentimento está no âmago da política.

A reflexão sobre as diversas formas de manicômio presentes na sociedade, sobre as diversas formas de exclusão presentes na cultura contemporânea e a luta por formas de cuidado em liberdade e comprometidas com exercício pleno da cidadania são conteúdo manifesto em diversas produções artístico-culturais oriundas do campo da saúde mental. Num primeiro contato com os editais que premiam estes trabalhos, estes parecem dar valor à produção de formas sensíveis em função de uma ação social direta que corresponda a uma mudança no estatuto social das pessoas com transtornos mentais, ou numa mudança de comportamento da sociedade em relação a elas, ou no próprio lugar ocupado pela loucura na sociedade. Premiar produções a partir da sua articulação com os princípios da reforma ou com práticas intersetoriais e comunitárias podem prever a antecipação deste efeito e restituir a lógica da causalidade.

Segundo Rancière (2012), o dispositivo artístico pode contribuir para transformar o mapa do perceptível e do pensável, mas este efeito não pode ser uma operação calculável entre choque artístico sensível, tomada de consciência e mobilização política. Para ele, a política começa quando há uma ruptura na distribuição



dos espaços e das competências e há a reconfiguração dos enquadramentos sensíveis no seio dos quais se definem os objetos.

“(…) quando seres destinados a permanecer dentro do espaço invisível passam a se afirmar como gente que partilha também um mundo em comum” (p.90).

Talvez aqui os princípios da Reforma psiquiátrica possam se encontrar com a experiência estética, não no sentido de produzirem reações determinadas com fins sociais definidos que afirmem uma transformação no estatuto social da loucura, mas na qualidade da partilha, na possibilidade de dar escuta, visibilidade à produções que se encontram à margem, fazer ver aquilo que está ao lado, fazer ouvir aquilo que era ruído do corpo, fazer parte do mundo comum pela reconfiguração do mapa sensível.

Pois é aí que a experiência estética se cruza com a política, porque ela também se define como experiência de dissentimento, de choque entre dois regimes de sensorialidade que promove dissociação das maneiras de ser, inversões quanto à disposição dos corpos, e redistribui os lugares, funções e competências. É um modelo de democracia dissensual (e não consensual), pois rompe a configuração do sensível deslocando o corpo do lugar que lhe estava reservado, e reestabelece o elemento comum dando visibilidade aos que não tem parte. (RANCIÈRE, 2009, 2012).

“(…) para os dominados, a questão nunca foi tomar consciência dos mecanismos de dominação, mas sim constituir um corpo voltado a outra coisa distinta da dominação” (RANCIÈRE, 2012, p.93).

Nesse sentido a posição de Rancière (2012) difere da de Benjamim (1933) que ao observar a estetização da política operada pelo fascismo propõe contra ela uma politização da arte. Para Rancière (2012), a arte, independente de seu conteúdo, causa ou efeito político, tem em si uma política na medida em que redefine os modos de apreensão do sensível. As práticas artísticas são maneiras de fazer que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer, modos de ver e de sentir, abrindo passagem para novas formas de subjetivação estética.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembrar os séculos de isolamento e privação sofridos por sujeitos com transtornos psíquicos e ao mesmo tempo marcar que todos estamos submetidos a uma lógica de controle dos comportamentos e patologização da vida é uma estratégia de combater práticas de repressão e violência encobertas pelo discurso psiquiátrico que está presente nas diversas manifestações culturais associadas à Reforma Psiquiátrica.

As produções artísticas por vezes são utilizadas para cristalizar imagens de práticas repressivas que se tornam símbolo da luta e correspondem a um sistema de valores que se deseja transmitir através da recepção das obras. Mas também são utilizadas para criar sentidos de loucura associados à liberdade, a criação e a arte; e sentidos de saúde mental desvinculados ao cuidado da doença e associados a práticas de qualidade de vida e respeito às diferenças.

A linguagem artística, nesse sentido, é uma estratégia para criação de dispositivos para dinamizar o sistema da cultura com relação às representações a cerca da loucura e empoderar as experiências dos serviços de atenção psicossocial.

A questão que paira e que pode nos conduzir na parte de campo da pesquisa é em que medida estas produções seguem a lógica causal da mediação representativa ou da imediaticidade ética quando preveem o efeito de sua recepção como tomada de consciência ou mobilização política por parte da sociedade e isto é o que é validado na seleção dos editas.

Nesse sentido não estariam a fixar imagens e memória por uma lógica do consenso, por um acordo ou relação direta entre as formas de apreensão sensível e a interpretação dos respectivos dados?

A política na Reforma e a política na arte podem se aproximar não por esta relação de causa e efeito, mas pela lógica do dissentimento que está no âmago da política e que é inerente à arte independente de seu conteúdo ou causa política.

A política na arte, nesse sentido se refere a um entrelaçamento de lógicas heterogêneas. A política dos dissentimentos altera a nossa percepção dos acontecimentos sensíveis e a maneira de colocá-los em relação aos sujeitos, gera novas relações entre aparência e realidade, singular e comum, possibilitando uma nova



distribuição de formas de vida possíveis para todos. Mas isso independe da causa ou efeito que a arte queira produzir.

O dissentimento acontece quando o sensível é tornado estranho a si mesmo. Ao acolher o estranho numa nova configuração estética, é possível acolher a memória em seu movimento e não engajá-la numa causa política e fixá-la.

A política do dissentimento, do choque entre lógicas heterogêneas proposta por Rancière nos aproxima da luta das imagens que faz a história sem se fixar na tradição, como desenvolve Didi-Huberman (também em sua leitura de Warburg).

A forma como Didi-Huberman (2010) compreende a memória enquanto encontro de heterogêneses faz desta próxima do aberto desejante, como reminiscência que lampeja para que se possa arrancar as coisas do conformismo. Memória é dar a ver o que está ao lado, o que está obscurecido na nuvem do que nos olha no que vemos, aquilo que não foi lido e não foi dito. É preciso descentrar e desfazer os quadros escritos e prontos, desdobrar as sequências lineares da história. Assim, é possível ver as discontinuidades que podem desconstruir a história e remontá-la. Reorientar a história ao hiato da infância como diria Agamben (2005), onde a experiência relampeja e cria memória como movimento.

Pensar as articulações da experiência estética com a memória nos conduz a explorar um processo que se configura como corpo de sensações que provoca deslocamentos, destitui as amarras convencionais, um trajeto aberto a uma multiplicidade de tempos e espaços que produz diferença. Na continuidade desta discussão pretendemos articulá-la a memória em Didi-Huberman e Warburg e assim esperamos que uma memória dos intervalos, que dá a ver o que não tem rosto e que relampeja pela afetação que produz, nos ajude a compreender o movimento empreendido pelos avaliadores dos editais de dar lugar a experiências até então fora (ou ao lado) do sistema da arte.

Nesse sentido, ler nos intervalos, na malha dos buracos de memória, operar na intermitência das imagens através da perspectiva do detalhe, permite incorporar experiências e articulá-las como gestos em potência, sempre abertos a múltiplas conexões e a precariedade. Porém, estas questões serão exploradas em momentos subsequentes da pesquisa.



## REFERENCIAS

AMARANTE, P. et. al. Da arteterapia nos serviços aos projetos culturais na cidade. In: AMARANTE, P; CAMPOS, F. N.(org.) **Saúde Mental e Arte: Práticas, saberes e debates**. São Paulo: Zagodoni, 2012.

AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARTHOLOMEU, C. (org) **Dossiê Warburg**. Escola de Artes da UFRJ, s.d.

BENJAMIM, W. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica (1935/1936) In: \_\_\_\_\_ **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENJAMIM, W. Experiência e pobreza (1933) In: \_\_\_\_\_ **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURRIAUD, N. **Estética Relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUCK- MORSS, S. Estética e anestésica: o “Ensaio sobre a obra de arte” de Walter Benjamin reconsiderado. **Travessia-** revista de literatura, n.33, ago-dez, 1996.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM/UNL, 2012.

DORNELES, P. S. **Identidades inventivas: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS/ POS Gea, 2011.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEL, V. (org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GUMBRECHT, H. U. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC Rio, 2010.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental/ Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SHUSTERMAN, R. The end of aesthetic experience. **The Journal of Aesthetics and art Criticism**, vol 55, n.1, winter 1997, p. 29-41.



## FOTOGRAFIA: MEMÓRIA, RESTO E ESQUECIMENTO

FRAGA, Nayhara Marylin

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social*

*fraganayhara@ig.com.br*

63

### RESUMO

O presente artigo procura argumentar sobre os processos de produção de memória e esquecimento através da fotografia como constituidora de uma marca identitária. A fotografia é apresentada aqui como objeto da memória cultural e se relaciona com a produção da experiência visual da contemporaneidade nos espaços reais de esquecimento e nos cibernéticos, compreendido aqui como espaço virtual. Estes locais possibilitam a fotografia deixar seu rastro ou resto, estando sujeita assim, ao esquecimento. O rastro e o resto estão relacionados, mas se distinguem e na fotografia é delimitado por seu contexto sociocultural. Assim, desde a fotografia analógica à fotografia digital pode-se compreender como o esquecimento está imbricado nos modos de agir e pensar, da distinção e dos códigos sociais, na prática fotografia como uma representação sócia e imaginária e produtora de memória.

**PALAVRAS-CHAVES:** Fotografia; memória social; esquecimento;

### ABSTRACT

This paper tries to argue about the production processes of memory and forgetting constitute through photography as an identity mark. Photography is presented here as an object of cultural memory and relates to the production of the visual experience of contemporaneity in real and cyberspaces, understood here as a virtual space. These sites allow photography or else leave your trail, subject therefore to oblivion. The trail and the rest are related, but differ on the picture and is bounded by their socio and cultural context. So from analog photography to digital photography can be understood as forgetting is interwoven modes of thinking and acting, distinction and social codes in practice photography as a producer socio and imaginary representation and memory.

**KEYWORDS:** Photography; social memory; forgetfulness;

### INTRODUÇÃO

A fotografia é um objeto da memória cultural que se relaciona intrinsecamente entre os atos de lembrar e esquecer. Podemos pensar neste processo químico, visual e simbólico de recorte da realidade que é a fotografia, uma forma dos indivíduos produzirem mediante uma determinada cultura e contextos históricos, uma negociação no processo de produção de uma imagem fotográfica. Neste contexto, para Aleida Assmann (2011) lembrar e esquecer é algo inerente ao processo de produção de memória, onde a memória individual se caracterizaria de forma seletiva. Assim, em consonância com os conceitos de Assmann, ao fotografar escolhe-se



aquilo que é mais importante a ser registrado. Se considerar a fotografia um meio de memória, a mesma participa deste processo de seleção, onde os indivíduos tem a opção de não capturar as imagens que não são importantes na construção de suas histórias individuais. Ou quando capturadas, aleatoriamente, as mesmas podem ser descartadas ou cair no esquecimento.

Muitas formas de descarte fotográfico podem ocorrer em prol dos diversos recursos tecnológicos que estão a serviço dos indivíduos. A fotografia passou de uma existência material ao virtual, suscitando diversas indagações acerca de sua função e relação com seus produtores no século XXI. Ressaltando-se que o material está relacionado às imagens que eram reveladas e o virtual quando as mesmas não passam por esse processo de materialidade. Estas existem apenas no cartão de memória, nos HDs ou são compartilhadas na internet. Podem-se relacionar os processos de seleção e descarte que Aleida Assmann (2008) fala do processo de produção, seleção e descarte de uma imagem fotográfica como mediadora de memória, pois “not only individual memories are irretrievably lost with the death of their owners, also a large part of material possessions”<sup>1</sup>, quando estes materiais são descartados e passam a ocupar outros lugares e a adquirir outras funções em “flea markets, trashed, or recycled”<sup>2</sup> (ASSMANN, 2008, p. 90). Sendo assim, outra indagação permitida está acerca da função simbólica que a fotografia representa como resto e rastro da memória cultural tanto nos espaços reais ou virtuais.

O descarte não significa apenas o desfazer de objetos dos quais não se quer mais. Quando uma fotografia não é mais desejada, significa não só um recusa estética, mas uma necessidade de apagamento de um momento, de um evento vivenciado individualmente ou coletivamente. Inclui-se também um esquecimento necessário, desejado pelos detentores daquela imagem, cujo somente o tempo, não é suficiente para dissolver as lembranças, sendo então, necessário o descarte, pois aquela fotografia é a representação de uma memória não desejada. Em determinadas circunstâncias, um esquecimento pode ocorrer pelo tempo, onde outras representações substituem aquela imagem ou quando a mesma imagem é reapropriada e ressignificada. Desta forma, neste pequeno ensaio busca-se compreender a produção da imagem fotográfica no século XXI, em seus novos espaços de representação, onde a memória é negociada em prol da representação identitária e está sujeito ao se tornar resto ou esquecimento.

## **ESPAÇOS REAIS DE ESQUECIMENTOS E RESTOS**

<sup>1</sup> Tradução: não apenas lembranças individuais são irremediavelmente perdidas com a morte de seus proprietários, também uma grande parte de seus bens materiais.

<sup>2</sup> Tradução: mercados de pulga, lixeira, ou reciclado.



Depois da obtenção da imagem, os indivíduos possuem além de uma imagem que referencia o real, um objeto que representa o imaginário social e cultural. A imagem fotográfica possui uma função social de acordo com os contextos históricos o qual a mesma está inserida. Uma de suas funções que se perpetua é o de objeto memorial, de forma parecida ao conceito de construção de monumento como um lugar de recordação e de representação simbólica. Le Goff sintetiza esse pensamento associando o monumento como o lugar dos mortos e a fotografia que ao apreender o real, apreende também o tempo, a cronologia dos seus referentes, reavendo assim a forma como a memória pode ser transmitida e produzida. (LE GOFF, 1996, p. 460).

Na imagem fotográfica a memória pode ser revisitada, reafirmada ou idealizada como imagem tanto no plano mental quanto na esfera material. Quando uma memória é esquecida, pode-se tentar revê-la através de uma série de conexões, de eventos, de fragmentos que se unem para ajudar a recordar aquilo que se escondeu nas redes neurais. Neste momento, os objetos de memória possuem a função de representar aquele dado esquecido. A imagem fotográfica serve como um meio de memória, uma possibilidade de lembrança num contexto sociocultural, onde os lugares de memória teriam sido perdidos pela fragmentação dos sujeitos e suas representações identitárias, com a dissolução da relação espaço-tempo, com a mecanização dos meios de se comunicar, antes dados pelas narrativas orais ou pelos meios manuais ou artesanais de se produzir um objeto. (HALL, 2006; BENJAMIN, 1994; NORA, 1993)

A prática facilitada de fotografar, através de vários meios tecnológicos como câmeras de celulares, tablets e máquinas portáteis, não só aumentou o número de fotógrafos amadores, mas também o número de imagens produzidas por estes dispositivos. Por si só, eles possibilitam a imagem fotográfica se tornar meios de memórias compartilhadas coletivamente de forma instantânea, quando são inseridas nos circuitos virtuais de sociabilidades, como o Facebook e Instagram. Contudo, a retirada da imagem fotográfica dos tradicionais álbuns de família para os álbuns virtuais dos espaços cibernéticos não garantiram as mesmas durabilidade. A imagem fotográfica pode se tornar resto e esquecimento ainda que inseridas nestes circuitos de trocas de experiências, de amizades e de reencontro com o passado.

É necessário ainda, ressaltar brevemente, as conexões entre a prática fotográfica exacerbada como meio de memória. Bourdieu (1990) relata que esta prática foi definida socialmente em prol de uma distinção, onde através de seus grupos, determinaram os valores que os representavam. Com a popularização das câmeras, criaram-se “clubes de fotografia”, cujos fotógrafos não queriam ser associados à estética popular de produção de imagens. O registro dos ritos tradicionais somou-se ao registro dos momentos de lazer, onde o fotógrafo





amador selecionava os objetos do cotidiano, dando aos mesmos um caráter individualizado dentro deste processo de produção de imagem. Além disso, tornaram esses objetos banais com um significado importante para aquele que o selecionava e registrava fotograficamente. Assim, a fotografia deixava de sacralizar os ritos sociais tradicionais e passava a apreender também as banalidades do dia a dia.

Bourdieu também elucidou algo importante em relação ao local que esta fotografia veio ocupar ao longo da dinamização da prática fotográfica, como um meio de socialização e de relação com os valores socialmente impostos. O local da fotografia é na casa daqueles que ela representava e em cômodos específicos como “a sala de jantar” ou até mesmo no “quarto”, por se tratar da imagem de caráter pessoal, como as que representavam parentes mortos,

“junto com as imagens religiosas, o crucifixo e o *buis bénit* (madeira abençoada em cima do ramo bento)” (BOURDIEU, 1990, p. 24).

Há neste sentido, um processo de lembrança muito específico, onde a memória dos mortos é associada à dimensão religiosa. A fotografia faz parte de um pequeno monumento particular criado num espaço visto como sagrado. O morto será sempre rememorado através da rotina das orações, onde a fotografia é um meio de memória, um objeto que se relaciona no imaginário simbólico de uma coletividade restrita.

Os álbuns de fotografia para Bourdieu (1990) é a representação material da memória social. É o local onde as histórias estarão dispostas na ordem cronológica de seus eventos. O álbum se torna um local de narrativa visual e escrita, através dos comentários nas fotos, a nomeação daqueles que foram fotografados e onde se sucedeu os eventos. Está inserido numa dimensão privada, lacrada e só é aberto em determinados momentos e para pessoas importantes. A fotografia definia um momento de ritualização e socialização, com o convite de entrar na esfera privada da casa e acessar seus objetos de valor simbólico e material. O álbum é uma caixa de arquivos de imagens da história da família e suas relações sociais. É interessante também dizer que só é guardada no álbum, a fotografia que melhor representa aquela pessoa ou momento. As fotos ruins ou que possuem distorções fora do padrão tradicional de representação são esquecidas em caixas, engavetadas ou são jogadas fora.

No entanto, com a popularidade e facilidades de se fotografar que ocasionaram o aumento de fotógrafos amadores, como já foi dito, a fotografia torna-se uma banalidade, com a propagação de valores urbanos de representação. Quando se aumenta o número de imagens, geram-se novos mecanismos de armazenamento que não será tão cuidado como um único álbum de família, mas a produção de muitos álbuns e muitas imagens que se perdem com a



difusão dos meios de troca de informação. A rotina adquiriu um tempo mais acelerado, os indivíduos passam a ter a disposição outras seduções. Neste sentido, o próprio mercado fotográfico se reinventa, minimiza o custo de suas películas e revelações. Algumas fotos do passado vão se apagando com o tempo e são substituídas por papéis que prometem mais durabilidade. Para cada grupo social, a prática fotográfica adquiriu valores e funções específicas.

Por outro lado, a digitalização dos meios de produção imagéticos, com a chegada da câmera digital e a criação de um lugar virtual para seu armazenamento, foi cedendo outro lugar de memória para a fotografia mais tradicional. Muitos álbuns que eram passados de geração em geração, se perdem com o esquecimento do valor simbólico familiar que o mesmo representou para gerações passadas, e são dissolvidos em feiras populares. As feiras por si só já é o lugar do resto, daquilo que uns julgaram não ser importante e que outros passam a atribuir outro valor tanto em escala simbólica quanto em valor financeiro. No fluxo das feiras é possível ter acesso ao passado, a memória de outros grupos sociais. São fotografias em preto e branco, que revelam sua idade e ainda mantém algum tipo de esfera nostálgica. Como argumenta Bourdieu a própria entrada da película em cores, na prática fotográfica, valorizava uma contemplação estética facilitada de reconhecimento do real (BOURDIEU, 1990, p. 59). Enquanto que nas fotografias em preto e branco se mantém uma esfera tradicional das funções sociais da fotografia.

As histórias narradas visualmente de indivíduos ou famílias inteiras são fragmentadas e acumuladas a outras histórias. Metaforicamente, as histórias se cruzam e se interlaçam em arquivos de memórias que foram considerados restos para outro alguém nas bancas das feiras populares. Desconectadas de seu contexto original, essas fotografias podem ou não ser reapropriadas simbolicamente por outros indivíduos. Essa apropriação simbólica pode ser exemplificada com o trabalho da artista Rosangela Rennó, que monumentaliza esses restos e arquivos fotográficos que já representaram alguém, elucidando o papel da fotografia na sociedade e a construção da própria memória em meio a uma época de crescente meios tecnológicos, como “o uso indiscriminado de aparelhos digitais com recursos cada vez mais sofisticados, quando não enfrenta a formação da experiência fotográfica, pode levar a uma produção “ingênuo”” (LAGNADO, 2004, p. 1).

No entanto, a priori, não é importante a dimensão estética dessas fotografias, mas sim seus rastros de história e memória. A relação complexa construída ao longo dos tempos entre produtores, referentes e contempladores. Quando foi digitalizada, a fotografia também passou a deixar novos rastros. Elas deixam de ser reveladas e passam a ocupar a pasta de arquivo dos



programas computacionais e dispositivos moveis de armazenamento como cartão de memórias, CDs, entre outros. E, conseqüentemente, com a internet como um espaço cibernético de socialização, através de redes sociais virtuais, a fotografia estabelece novos lugares de permanência. Ela se transforma em um dado virtual e em logaritmos que deixam um rastro invisível para seus usuários descompromissados na compreensão do funcionamento dos programas e do layout dos sites da internet.

Mas tanto a fotografia, enquanto imagem impressa quimicamente ou como um dado, um código binário virtual, determina um papel de mediadora da memória e, conseqüentemente, está convidada ao esquecimento. Pois, segundo Rossi é o medo do esquecimento que requer aos indivíduos o desejo de memória. Neste processo de esquecimento, a fotografia poderia ser associada a primeira noção que Rossi traz, onde o esquecimento da imagem fotográfica estaria “ligado à perda definitiva ou provisória de ideias, imagens, noções, emoções, sentimentos, que um dia estiveram presentes na consciência individual ou coletiva” (ROSSI, 2010, p. 18). Assim, essas seriam qualidades inerentes a uma imagem fotográfica, que perpassa por uma produção massiva de representação. Esta imagem tem a sua disposição muitos possíveis lugares de memória, desde o álbum tradicional ao universo da internet, onde está a mercê de ser tornar resto e/ou esquecimento.

## **ESPAÇOS VIRTUAIS DE RASTRO E ESQUECIMENTO**

A possibilidade de produzir imagens em grande número, imagens que se tornaram arquivos como dados eletrônicos, conduz um novo desdobramento da função da fotografia no século XXI. Os usuários podem fazer *download* e *upload* de arquivos de imagens. Podem modificar os seus referentes fotográficos com colagens e a inserção de novas imagens. A fotografia não é mais um dado real confiável de referência. No espaço cibernético ela é manipulada de acordo com os desejos daqueles que se apropriam dela. Este espaço também dá a fotografia uma permanência efêmera. Os álbuns virtuais criados pelos usuários de plataformas como Facebook, Twitter, Pinterest, Tumblr, Instagram, etc, estão à mercê do arquivamento eletrônico e a possibilidade de diversos esquecimentos.

Plataformas como o Orkut, que foi abandonada com a migração para ao Facebook, fez com que usuários deixassem de compartilhar suas imagens e mensagens escritas digitalmente, a favor de uma inércia, até o momento em que o perfil de suas antigas redes virtuais de sociabilidade, era apagado com todas suas histórias visuais ali postadas. Assim, nem todos os dados de ordem visual, as imagens compartilhadas em álbuns e grupos de relacionamento, eram



realocadas nas novas plataformas. O arquivo visual de imagens era esquecido e depois apagado e, dependendo das circunstâncias, apagada pelo próprio servidor, sem o conhecimento ou consentimento dos seus usuários.

Neste sentido que podemos reaver os conceitos de Jens Ruchatz (2010) de traço e exteriorização associados aos usos da fotografia em consonância com as formas de armazenamento dos meios tecnológicos. A tecnologia proporciona um meio mnemotécnico de armazenamento da memória, contudo não garante a mesma sobreviver ao esquecimento. A fotografia proporciona um meio de “reproduzir a experiência visual” (RUCHATZ apud DRAAISMA, 2010, p. 368), e o seu traço é algo, com qualidade estética e de ordem afetiva, que remete ao passado capturado pela imagem fotográfica. Este passado é uma aparência do que já foi real. É um produto que serve como “a reminder that triggers or guides remembering than as a memory in itself”<sup>3</sup> (RUCHATZ, 2010, p. 370).

O traço da imagem fotográfica é a captura e fixação dos referentes que já não estão mais presente, o traço seria como a “incorporação da ausência” e está mais visível nas fotografias privadas, onde Ruchatz diz que estas

“(…) taken for the single purpose to serve as future aide-memoires”<sup>4</sup>  
(RUCHATZ, 2010, p. 370; 372).

Nesta perspectiva pode-se repensar o papel dos “usuários” (*users*) e dos “leitores” (*readers*) nas fotografias privadas que são compartilhadas nos meios virtuais de sociabilização. A definição de “usuários” de fotografias privadas parte do compartilhamento de experiências capturadas por estas imagens, e que são reconhecidas apenas por aqueles que participaram daquele evento ou que tiveram conhecimento do mesmo. A memória individual nesta imagem privada só existe a partir dos códigos e valores construídos e transformados socialmente, associando esta afirmativa ao conceito de memória individual e coletiva de Halbwachs.

Contudo, um traço não pode ser facilmente interpretado pelos “leitores”. Os mesmos precisam ter acesso às camadas de conhecimentos da imagem fotográfica privada para compreender “os códigos sociais ali presentes”. (RUCHATZ, 2011, p. 372). O conceito de Halbwachs de reconhecimento dos códigos construídos socialmente conduz a uma problemática, quando se pensa neste conceito nos grupos formados no espaço cibernético, onde os limites entre o coletivo e o individual são revistos. Halbwachs ressalta que mesmo quando o indivíduo não permaneça no mesmo grupo ao longo da vida, ainda há possibilidade da

<sup>3</sup> Tradução: lembrete de que desencadeia ou guia a recordação como uma memória em si.

<sup>4</sup> Tradução: são tiradas para o único propósito de servir como futuros aide-memoires.



sobrevivência de uma determinada memória através das percepções construídas socialmente. No espaço cibernético as memórias mediadas pela fotografia privada, são compartilhadas numa velocidade tão acelerada quanto sua produção, tornando esse reconhecimento de códigos ou a lembrança sobre um determinado dado mais complexo ou ao menos mais fragmentado.

As relações sociais nestes espaços cibernéticos de acúmulo de amigos e imagens dificulta o acompanhamento de todas as atualizações dos “supostos” amigos das redes sociais. Essas plataformas acabam inovando as formas de interação para grupos mais fechados, ligados por área de interesse, sem precisar sair do grupo maior de relação. Pode-se, assim, retomar a afirmativa de Halbwachs de que

“(…) basta que se conserve em uma parte limitada do corpo social para que ali sempre se consiga reencontrá-la” (2006, p. 105).

Nos grupos menores de interação os códigos da fotografia privada serão mais facilmente decodificados, ainda que nestes grupos pertença indivíduos que não se conheçam. As imagens privadas compartilhadas fazem parte de uma relação complexa de produção de códigos e conteúdos imagéticos entre os “usuários” no reconhecimento dos traços. Em Halbwachs o processo de negociação por uma memória é pacífico. Na constituição de uma memória através da fotografia digital, este processo é uma disputa na reafirmação de identidades. Estabelece-se, assim, um reconhecimento de códigos, traços, que não parte de uma experiência real, mais de uma construção virtual de redes de afetividades.

Esse processo de disputa engloba muitas negociações, onde algumas estão no plano do simbólico e do estético. Muitas manipulações são feitas com programas de computadores ou softwares adaptados para aparelhos celulares. Ao fazer um recorte do real, os indivíduos podem transformar suas imagens em representações de como elas desejam ser. Os dispositivos fotográficos tornam-se meios de modificar não só a realidade, mas a representação de uma identidade individual. Logo, a experiência construída por este indivíduo também é alterada. José van Dijck afirma que está manipulação ou morfização da forma como o indivíduo se relaciona com a imagem de si, modificam as formas de se produzir memória: “The digital camera derives its revamped application as a memory tool from a culture where manipulability and morphing are commonly accepted conditions for shaping personhood”<sup>5</sup> (DIJCK, , p. 118).

Logo, a memória construída através de uma narrativa visual através de imagens, compartilhadas no espaço cibernético constrói referências imagéticas de um real inexistente.

<sup>5</sup> A câmera digital deriva sua aplicação renovada como uma ferramenta de memória de uma cultura onde manipulabilidade e *morfização* são condições comumente aceitas para moldar a personalidade.



Por um lado, reafirma que a fotografia nunca foi um espelho do real, assim como a pintura estava ligada a uma produção pelo imaginário. No entanto, a fotografia foi vista popularmente, como um arquivo que transmite a verdade, por se relacionar diretamente com seu referente. Mas este referente, capaz de produzir imagens de si, também tem a autoridade de adequá-las as suas aspirações imaginárias, seus desejos e aos ditos da moda, onde corpos perfeitos são veiculados pelas mídias sociais. A manipulação de uma imagem fotografia altera seu rastro e seu traço, as experiências vivenciadas, comprometem as lembranças e a rede de ligação, individuais e coletivas, que a mesma faz para se constituir como memória. Com isso, o esquecimento de uma visualidade real fica a critério das percepções construídas pelas identidades individuais.

71

## CONCLUSÃO

A história da representação do mundo restringiu-se por décadas a estruturas tradicionais como a escrita, o desenho, a escultura e a pintura. Enquanto que a memória foi associada a mnemotécnicas, a reminiscência, a reencarnação, a cargo das narrativas históricas oficiais, orais ou negociadas. Muitos meios de memória foram atrelados a necessidade de se preservar eventos através de monumentos, da escrita, de objetos industrializados e artesanais, entre outros. A fotografia trouxe não só uma nova forma de representação da realidade, mas uma indagação sobre a forma como a realidade apreendida se traduz na maneira de ser e ver dos indivíduos e de como eles apreendem e representam o passado.

O referente fotográfico, aquilo que é apreendido da realidade, traz um diálogo incessante com a imagem dele obtida, na época em sua capacidade de projetar uma imagem por processos químicos, e agora transformada em dados através das fotografias digitais. Em contraposição, no percurso da história da arte, a pintura “pode simular a realidade sem tê-la visto” e está vinculada muito mais diretamente a um ideal imaginário. A fotografia que para Barthes possui um caráter conotativo, quando está atrelada “à consciência afetiva” (BARTHES, 1984, p. 85;115), não pode se desvencilhar de um estado real, de seu referencial, não que a mesma esteja fadada a representação única deste estado.

Contudo, a fotografia se popularizou por ser um meio muito mais acessível de representação, incluindo o fator temporal de demora na execução da pintura. A fotografia contribuiu como o estudo feito pelos artistas na constituição de uma pintura impressionista, intimamente relacionada aos efeitos de luz sobre os objetos e a impressão que as pinceladas poderiam produzir e estruturar uma imagem que emanava o real, mas que não se preocupava





em representa-lo realisticamente. Talvez, o que tenha atraído os pintores impressionistas na fotografia seja a vida própria emanada pela fotografia, quando, por exemplo, Barthes fala do

“corpo fotografado [que] vem me tocar com seus próprios raios, e não com uma luz acrescentada depois” (...), “mas o real no estado passado: a um só tempo o passado e o real”. Assim, a fotografia para Barthes não espelha o real e nem é uma cópia, mas é “uma emanção do *real passado*”(1984, p. 122-124;132).

Os “usuários” dos dispositivos fotográficos, também definidos como os produtores das imagens fotográficas, são responsáveis por disseminar em redes virtuais de sociabilidade ou através de imagens reveladas, imagens de memórias que se transformam de acordo com o contexto sociocultural de cada grupo social. Imagens que são incorporadas pela coletividade em grupos fechados de plataformas sociais, como o Facebook, ou que são publicadas em perfis aberto ao acesso de qualquer pessoa, independente das fronteiras físicas ou culturais. Como objetos de memórias, as fotografias em preto e branco circulam como *souvenirs* de um tempo passado, associadas a uma prática social tradicional de produção de imagens e salvagam um sentimento nostálgico do passado, apropriados pela arte ou por colecionadores descompromissados com questões acadêmicas acerca da memória.

Numa perspectiva mais global, os “leitores” inseridos nas redes sociais virtuais precisam decifrar as camadas de conhecimentos dos traços das imagens compartilhadas. Vale ressaltar também, que nem toda imagem compartilhada por estas redes de interação virtual são imagens fotográficas privadas. Muitas delas dialogam com a esfera política e cultural do momento, em que se o indivíduo não partilha do conhecimento daquele assunto, também não irá compreender seus códigos. Além disso, com a possibilidade de manipulação e apropriação da imagem de outros indivíduos que nem sempre faz parte de seu grupo, os indivíduos compartilham imagens de outros “usuários” ou de outros “leitores”, reinventando seus códigos. A aceleração do tempo ou a ausência do mesmo no espaço cibernético em confluência com as mudanças no mundo tornam essas imagens tão efêmeras quanto seus significados, sendo substituídas e esquecidas, ao menos por um momento.

A fotografia digital como meio de memória amplia as complexas relações entre a imagem fotográfica como resto e esquecimento. Em tempos fraturados e efêmeros, onde a internet possibilita o acesso virtual de lugares não visitados, de disseminação de informação, para que uma imagem fotográfica seja reconhecida pela coletividade, é necessário que a mesma se torne um ícone, que seu conteúdo dialogue com um contexto cultural e que seus códigos



possam ser reapropriados por diversas épocas, para que não sejam esquecidas. Como afirma Ruchatz a “fotografia pode se tornar canonizada como verdadeiro *lieux de mémoire* quando entra na memória cultural, e termina nos livros de história” (2011, p. 375). Por outro lado, a fotografia pode iconizar lugares, principalmente quando estes já caíram no esquecimento coletivo ou já se tornaram restos, como as modificações nas estruturas físicas da cidade, onde monumentos são derrubados, construídos ou reconstruídos.

Assim, quando se vê uma necessidade quase compulsiva de fotografias do cotidiano e de banalidades compartilhadas em tempo quase que real na internet, pode-se refletir não só uma mudança nas relações espaço e temporais e perceptivas, mas também uma necessidade de produzir memória e de não cair no esquecimento, como resto que compõe as massas que se aglomeram nas idas e vindas dos seus compromissos para casa, nos transportes públicos lotados ou na imensidão dos engarrafamentos. Fotografam suas experiências e a compartilham como meio de se reafirmarem como identidades e donos de suas próprias narrativas visuais, que pode se dissolve rapidamente em tempos tão fraturados, mas que proporciona uma chance de narrar através da imagem, a lembrança do homem como ser existente em tempo real e virtual na troca de relações e ressignificações na construção de uma memória.

73

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradutor: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

\_\_\_\_\_. *Canon and Archive*. In.: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (orgs). *A companion to cultural memory studies*. Berlin/New York: De Gruyter, 2010.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984 (1980).

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. \_\_\_\_\_ *Experiência e pobreza [1933]* In.: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Photography: A Middle-brow Art*. Translated: Shaun Whiteside. Cambridge : Polity, 1990 (1965).

DIJCK, José van. *Mediated Memories in the digital age*. Stanford University Press: California, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.



HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. DP&A: Rio de Janeiro, 2006.

LAGNADO, Lisette. “*Pequena e grande memória* (sobre o trabalho de Rosângela Rennó)”. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2004. Folder de exposição [exhibition folder]. Disponível em: <http://www.rosangelarenno.com.br/bibliografia/pt> último acesso em 23 de maio de 2014.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo, Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

RUCHATZ, Jens. *The Photograph as Externalization and Trace*. p. 366-378. In.: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Eds.). *A companion to Cultural Memory Studies*. Berlin, Deut.: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2008.



## A MEMÓRIA QUE NOS TRÁS “O DESAFIO” DO CINEMA NOVO

ARENDT, Iara Machado

Formada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense; mestrando em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *iara\_arendt@yahoo.com.br*

### RESUMO

O presente trabalho busca entender os desdobramentos do movimento cinematográfico brasileiro denominado Cinema Novo, em um momento marcado pelo excesso de restos e rastros produzidos pela sociedade contemporânea, quando o evocamos através da análise do filme “O Desafio” de Paulo Cesar Saraceni, e as possibilidades de transformação social dentro do contexto político e ideológico em que foi produzido um ano após o início da ditadura militar apontando para as angustias de intelectuais que buscavam trazer a prática suas teorias, mas nem sempre conseguiam, assim como deixar claro princípios acerca da ideologia, cultura, arte, linguagem cinematográfica para realização de uma obra artística cinematográfica engajada politicamente como é o caso da película “O Desafio” e o que nos trás a memória hoje a análise de tal obra.

**Palavras-Chave:** memória, cinema novo, e linguagem cinematográfica.

### ABSTRACT

This study seeks to understand the ramifications of the Brazilian film movement called Cinema Novo, in a time marked by excess debris and traces produced by contemporary society, when we evoke through the analysis of the film "O Desafio" by Paulo Cesar Saraceni, and the possibilities of social transformation in the political and ideological context in which it was produced a year after the beginning of the military dictatorship pointing to the anguish of intellectuals who sought to bring his theories to practice, but could not always as well as make it clear principles about the ideology, culture, art, film language for conducting a politically engaged film artistic work such as the film "O Desafio" and what today brings us the memory analysis of such work.

**Key-words:** memory, Cinema Novo and cinematic language.

### INTRODUÇÃO

Em um momento em que a mídia atinge praticamente todo o planeta, em que se percebe a crise de valores que banaliza atitudes antes inconcebíveis e mudança de comportamento da sociedade capitalista em que vivemos com produção excessiva de informação e conseqüentemente acúmulo de restos que deixam rastros que são deixados de lado ou esquecidos (Gagnebin, 2006) que a sociedade contemporânea mostra não estar dando conta, faz-se presente a importância de se refletir sobre a relevância da produção cinematográfica do Cinema Novo no Brasil e sua abrangência vinculada a um conteúdo político, estético e ideológico determinado por seus realizadores, sua influência sobre o público e a importância desse movimento sobre o que é produzido hoje e os desdobramentos do mesmo.



Pretendo também apontar questões referentes aos múltiplos entendimentos acerca da ideologia, sua relação de convergência e distinção conceitual com a cultura; e o entendimento da arte enquanto expressão de subjetividade.

Refletindo sobre o papel do artista em relação à obra que produz e a ideologia vinculada à sua obra ou sua postura e posicionamento político e ideológico, foi levantada a ideia de realizar um estudo sobre tal objeto, elegendo o filme “O Desafio” de Paulo Cesar Saraceni, pertencente ao movimento cinematográfico brasileiro denominado Cinema Novo. Com tal intuito será feito um estudo sobre memória social, ideologia, cultura, arte e linguagem cinematográfica relacionada à postura política ideológica do movimento do Cinema Novo.

76

## DESENVOLVIMENTO

A escolha pelo filme “O Desafio” de Paulo Cesar Saraceni se deu por ser uma obra realizada durante Cinema Novo que em sua narrativa exhibe o período que seus proponentes viveram, assim como seus dilemas em um momento de dúvidas e angústias em relação ao futuro do país, já que foi lançado em 1965, um ano após o golpe militar no Brasil, sendo a política cultural repressora em relação a produções artísticas que iam contra a ideologia imposta pelo governo levando seus proponentes perplexos a seguirem diferentes rumos, pois houve um esvaziamento político no nacionalismo cultural proposto que fugiu a perspectiva de luta cultural. (Ramos, 1983).

Nesse sentido, a análise de “O Desafio” é um exercício de rememoração e reconstituição de um passado pertinente ao discurso da memória:

O aspecto fragmentário do discurso de memória, mais que uma qualidade a se afirmar como destino de toda obra de rememoração, é um reconhecimento exato de que a rememoração opera sobre algo que não está presente, para produzi-lo como presença discursiva com instrumentos que não são específicos do trabalho de memória, mas de muitos trabalhos de reconstituição do passado: em especial, a história oral e aquela que se apóia em registros fotográficos e cinematográficos. (SARLO, 2007, p.99)

O filósofo Jaques Le Goff afirma que memória é “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 2007 p.476).

Ponderando sobre a ideologia vinculada à postura e posicionamento político do artista ao produzir suas obras e sua veiculação desta com o público, se torna necessário um maior entendimento sobre o termo, assim como o entendimento de cultura que também é bastante



abrangente, oscilante e está relacionado a contextos históricos, permeados por relações de poder e distintas concepções.

Depois da contextualização teórica dos princípios que fundamentam este estudo, desde o entendimento da ideologia enquanto princípio de relações desiguais de poder dentro da sociedade e sua ligação com a cultura, relacionada a possibilidades de diferentes pessoas atribuírem distintos sentidos à sua realidade, pretende-se pontuar reflexivamente princípios de cinema enquanto arte e a presença de tais elementos no filme “O Desafio” de Paulo Cesar Saraceni.

Marilene Chauí, ao discorrer sobre os pensamentos de Karl Marx e sua dialética materialista, explica a ideologia no contexto capitalista em que acontece a divisão social do trabalho, estando os homens alienados, para que permaneça a hegemonia burguesa dos dominantes sobre os dominados. Dentro desse contexto, toda produção artística está vinculada a um posicionamento político e ideológico, alienado ou consciente.

Em verdade, ideologia possui um caráter múltiplo em termos de sentido, abarca ideias relacionadas à formulação do discurso.

Segundo Moniz Sodré (1983): “a palavra cultura relaciona-se com as práticas de organiza o simbólica, de produ o social de sentido, de relacionamento com o real” (p.17).

Existe uma percep o de que a cultura se desenvolve espontaneamente de acordo com as necessidades humanas. Nesse sentido, ela cumpre o papel de veículo normativo da sociedade para forma o do indivíduo, o que se relaciona com o conceito de ideologia, ao estabelecer normas de conduta a serem seguidas sem que os indivíduos reflitam ou questionem essas regras estabelecidas pelas rela es sociais de poder.

Partindo de outro viés, de cunho mais romântico, o entendimento de cultura, na Alemanha, como singularidade da na o ou grupo social,   marcado pela palavra ‘Kultur’.

No contexto da divisão burguesa de classes, dentro da lógica de ideologia criticada por Marx, a cultura passou a ser privilégio das classes dominantes, havendo uma divisão entre uma cultura superior, erudita, entendida como universal, e uma cultura popular, inferior (Sodré, 1983).

No decorrer desses estudos sobre a cultura, temos a teoria antropológica clássica que entende a cultura enquanto atividades padronizadas comportamentalmente, reconhecidas universalmente como feitas pelo homem e comandadas pelo intelecto. O que está ligado   idéia do contínuo processo de civiliza o. Entretanto, universalizar emprega juízos de valor, pois não respeita as diferenças entre distintas culturas e acaba por estabelecer em padrão ocidental





européu como modelo etnocentrista a ser seguido, o que dá respaldo teórico ao racismo e se relaciona diretamente à concepção marxista de ideologia, que permite e legitima relações sociais desiguais entre dominantes, colonizadores europeus, a Igreja Católica e dominados, escravos da África e da Ásia, assim como os índios das Américas.

Por outro lado, há um entendimento de ideologia que se contrapõe ao seu papel de alienação, falta de consciência em relação aos problemas da sociedade, pois entende que pessoas distintas atribuem diferentes sentidos à sua realidade e mensagens que recebem. De qualquer maneira, John Thompson (1990) afirma que: “fenômenos simbólicos são ideológicos quando servem em circunstâncias particulares, para manter relações de poder” (p.76).

Dentro desse contexto, o artista está submerso às referências culturais ao momento histórico e cultural que pertence. O artista se utiliza dos mecanismos referentes à sua realidade para produzir artisticamente, podendo apresentar para seu público realidades sócio culturais conflitantes e difíceis, relacionadas ou não com o poder político e governamental vigente em seu contexto histórico, que levem a uma reflexão da sociedade. Na inversão dessa lógica, o artista obtém espaço para inventar fora de cânones pré-estabelecidos e/ou retificar ideias dominantes estabelecidas pelo Estado.

Refletindo sobre a produção artística do cineasta em relação a sua obra de arte e a vinculação desta com o público, é interessante pensar sobre algumas de suas principais abrangências: a arte enquanto mercadoria, a arte engajada e a arte autônoma, imbuída de subjetividade.

A arte como mercadoria pode ser instrumento de dominação, ou perder seu sentido para produção de subjetividade quando os artistas priorizam o capital sobre a realização artística.

A postura do artista pode estar voltada apenas ao ato de criar, sem relação a um posicionamento ideológico, ou com o poder político e governamental vigente em seu contexto histórico.

Nesse sentido, pode-se traçar um paralelo com transformações radicais de conceitos artísticos, que aparentemente não tem relação alguma com o que vinha sendo pensado anteriormente, o que se relaciona diretamente com o discurso e posicionamento político e ideológico do artista.

Dentro desse contexto, pode-se considerar que no espaço em que se encontra presente e livre a subjetividade, o artista tem plenas condições de se aprofundar individualmente no conteúdo estético da obra, tendo também possibilidades de se posicionar política e ideologicamente.



O entendimento da arte autônoma, sinônimo de subjetividade, criatividade, é essencial para o entendimento do criar artístico livre.

Criatividade para Rollo May (1975) é mais do que “se passa no íntimo de uma pessoa” (p.49), situa-se também no contato do homem com o mundo num entendimento do criar voltado para subjetividade.

Nesse sentido, é interessante levar em consideração que o homem se difere dos outros seres vivos por viver em sociedade inserido em uma teia de signos e costumes que é sua cultura, interagindo com outros homens e com o que está ao seu redor, vivenciando constantemente relações em que a comunicação e diversos graus de participação estão presentes, assim como o potencial em criar.

Fayga Ostrower (1978) afirma que o ser humano é impelido “como ser consciente, a compreender a vida” (p.9) e para tal é impulsionado a criar e a entrar em contato com outros seres humanos. Para a autora, os processos de criação acontecem também pela intuição quando o homem tem que tomar uma decisão no trabalho ou outro contexto de sua vida e se depara com diversas opções.

O pensador Antônio Gramsci (1955), refletindo sobre uma das características do ser humano, constata que “somos criadores de nós mesmos, da nossa vida, do nosso espírito” (p.38) e assim como Ostrower (1978) declara que o homem interfere modificando o conjunto de relações de que faz parte.

Em relação à consciência, dinamização cultural através da cultura e sensibilidade, Ostrower (1978) esclarece que:

Nos processos de conscientização do indivíduo a cultura influencia também na visão de vida de cada um. Orientando seus interesses e suas íntimas aspirações, suas necessidades de afirmação, propondo possíveis ou desejáveis formas de participação social, objetivos e ideais, a cultura orienta o ser sensível ao mesmo tempo que orienta o ser consciente.[...] a sensibilidade guia o indivíduo nas considerações do que para ele seria importante ou necessário para alcançar certas metas de vida. (p.17).

Como diria Antônio Costa (1987), o cinema mesmo tendo a imagem como principal característica é também a arte de contar histórias, como na literatura, tendo o uso da palavra dos personagens como uma forma de transmitir os discursos de seus autores, do produtor, do diretor. A narração, nesse sentido, é fundamental para conservação da memória do ouvinte (Benjamin, 1985).

É importante apontar para os princípios da linguagem cinematográfica, sua relação com a produção de significado nos espectadores em distintos contextos e a ligação entre ideologia



como instrumento de dominação, e a arte cinematográfica que possibilita a ampliação da subjetividade.

Nesse sentido, podemos dizer que o cinema, com o uso de seus materiais específicos, que constituem sua linguagem, tem caráter artístico formativo e informativo, não apenas mecânico ou reprodutor que podem ser utilizados para a formulação de propostas revolucionárias na política artística (Benjamin, 1985)

Assim, o cinema enquanto linguagem cinematográfica é um discurso composto de som e imagem, produzido e controlado de distintas maneiras, que produzem sentido, e significado (Xavier, 1977).

Dentro do contexto de ponderação sobre o discurso cinematográfico enquanto linguagem artística, afirma Adriana Fresquet (2007):

[...] a semiologia do cinema continuou inspirando-se na lingüística e buscando na sétima arte o que ela tem em comum com as estruturas profundas da linguagem ou com seus efeitos intersubjetivos.

A possibilidade de criar por meio da linguagem parece evidente. Usamos as mesmas palavras desde há muitos anos e, mesmo assim podemos criar com elas. Essa imagem do velho e do novo aproxima-se [...] ao pensar no cinema como arte. (p.42)

Partindo desse princípio, o cinema com regras e convicções, que são fontes de documentação históricas e meios de representação da história, constitui um objeto interessante de arquivo e registro de distintos contextos sócio históricos, como o filme que é objeto de nosso estudo.

Por outro lado, há diferentes compreensões sobre a expressão cinematográfica, é uma arte passível de modificações, mesmo possuindo os mesmos fundamentos desde seu primórdio; não é uma linguagem universal, pois de tempos em tempos parte de sua produção se torna obsoleta; tem tendência realística; é fruto da fotografia instantânea; possibilita e cria autonomia e diferenciação da imagem em relação à realidade produzida.

Dentre as teorias do cinema, ele pode servir, além de linguagem, como pensamento, manifestação dos sentimentos e simbolização do desejo, como substituto do olhar, além de arte e escrita (Aumont e Marie, 2003). Nesse sentido, nos permite ver, pelos olhos de outros, aquilo que não conseguimos ver, requerendo a percepção de todos os nossos sentidos, sendo considerado herdeiro de todas as artes, suscitando, pois, cada uma de nossas emoções, aguçando nossa imaginação por suas múltiplas possibilidades de interpretação, possibilitando o estímulo de nossa memória.



A partir do entendimento do contexto do cinema como escrita e como modo de pensamento, temos a seguinte fundamentação de Jacques Aumont e Michel Marie:

A propósito do cinema, os primeiros que a levaram a sério sistematicamente foram Eisenstein, que continuou nesse sentido suas considerações o sobre hieróglifo cinematográfico, e Epstein, que fez do cinema a personificação, mais ou menos mítica de um filósofo singular (em particular um filósofo do tempo). Está idéia está também na base dos trabalhos de Gilles Deleuze (1983, 1985), que vê na história das firmas cinematográficas a colocação em prática sucessiva de grandes funções mentais – o imaginário, a memória -, em um modo absolutamente diferente daquele de nosso psiquismo, descrevendo o cinema, portanto, como uma máquina de pensar. (p.290)

No âmbito de entendimento da história, Michel Foucault (1979) afirma que ela “[...] com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes é próprio corpo do devir” (p. 21). A história está em constante mudança no decurso do tempo, assim como também podemos dizer sobre a recepção e os sentidos produzidos pelo conjunto de métodos e processos para registro e projeção fotográfica de cenas animadas como meio de comunicação e expressão entre integrantes de um grupo social.

Analisar o papel do cinema nos contextos em que foram realizados seus filmes, para qual público ele foi destinado, é um interessante exercício de reflexão para o nosso estudo, pensando em que medida ele é capaz de sensibilizar e conscientizar, ou não, os indivíduos da época em que foram produzidos e na contemporaneidade.

O cinema é um produto midiático que se destaca, entre outros fatores, como elemento de impacto na formação cultural, e que, representando dominantes e dominados, atinge todas as camadas da população, possuindo um público diverso.

É interessante levar em consideração que o homem se difere dos outros seres vivos por viver em sociedade inserido em uma teia de signos e costumes que é sua cultura, interagindo com outros homens, com o que está ao seu redor, vivenciando constantemente relações em que a comunicação e diversos graus de participação estão presentes.

Assim, o cinema é um interessante meio de passagem de valores aberto a diversos discursos que se utiliza da linguagem com uma perspectiva própria, em que signos são apresentados e interpretados por seus espectadores.

A linguagem exerce importante função cultural na criação dos significados e sentidos, o que se relaciona com que é produzido cinematograficamente. Nesse sentido, o cinema, que é um fenômeno comunicativo da mídia, pode exercer papel de sociabilidade para o homem contemporâneo, enquanto linguagem produtora de sentido.



Dentro desse contexto, a mídia cinematográfica interage com a cultura, levando à sensibilização e a modos de vida mais conscientes, ou alienantes, interferindo constantemente nas práticas socioculturais.

Ainda nesse contexto, Robert Kurtz comenta que “Kraakauer já dizia que os filmes de uma nação eram capazes de refletir, mais diretamente do que qualquer meio artístico, a sua mentalidade”.<sup>1</sup>

Outra possibilidade para aumento de sensibilidade e conscientização através do cinema é sua capacidade de auto-representação e interpretação ao pensar no processo de criação do diretor e se imaginar em seu lugar, refletindo sobre o processo de criação (Bergala, 2002).

Assim, o cinema é um interessante meio de comunicação relacionado à produção de subjetividade dentro e fora da cultura ocidental, interferindo no comportamento da sociedade contemporânea e moderna, em modos de pensar, na capacidade de sonhar e refletir, nas possibilidades de tomar conhecimento de diferentes estéticas, descobrir outros entendimentos sobre o mundo e si mesmo, estar em outros espaços, tempos, ao reinventar, fantasiar e/ou transformar a realidade, imbuído ou não de um discurso político ideológico.

A produção cinematográfica, assim como sua abrangência vinculada a um conteúdo, exerce uma maior ou menor influência sobre o público, existindo inúmeras possibilidades de subjetivação do homem através do cinema como experiência artística, que permite outras percepções sobre o mundo.

O cinema é uma mídia capaz de expressar afetos e simbolizar o desejo, constituindo alternativas – ao mesmo tempo individual e coletiva – de realização, de produção ou reprodução de ideias, de criação de espaços onde possam encontrar-se distintos segmentos políticos e ideológicos, distintos artistas e espectadores para pensar, sentir e criar uma experiência diferente pelas possibilidades de interação social, interpretação, atribuição, pela sensibilização do homem, levando-o a uma consciência sobre si e sua cultura, sendo meio político pedagógico.

Inegavelmente o artista, no nosso estudo o cineasta, é responsável e deve ser responsabilizado por sua criação, o que incorre na possibilidade de correr riscos que se relacionam, ou não necessariamente, com seu posicionamento político e ideológico.

Nesse sentido, a produção artística do cineasta, para alguns, não deve interferir na apreciação do público por sua obra, pois:

<sup>1</sup> IN: <http://www.pcrc.utopia.com.br/tiki-index.php?page=O+NAZI-FASCISMO+E+A+IND%C3%9ASTRIA+CULTURAL&bl>



A preocupação de quem assiste não deve ser com o lado em que, aparentemente, um filme se coloque, mas com o fato de ele estar atrás ou à frente de seu tempo. É a mesma coisa falar mal da obra de Ezra Pound pelas posturas fascistas dele em vida, ou de T.S. Eliot porque era monarquista. Ambos são poetas extraordinários, cuja obra transcende as sombras de sua personalidade. A obra de arte talvez seja o único espaço livre onde podemos expor nossas idiossincrasias, as nossas vilanias, os pequenos fascismos de cada dia. O câncer da criação artística é a autocensura. Embora a responsabilidade nunca deva ser negligenciada, criação e invenção pressupõe risco. (Reichenbach, 2007)

Por outro lado, como diria Bertolt Brecht, o artista não pode ser imparcial, pois sua obra de arte é instrumento político.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o cinema confirma a “vitória da razão tecnológica sobre a verdade” (p.128).

É importante enfatizar que as técnicas desenvolvidas no decorrer da história da humanidade tornaram viável a existência de grandes padrões de qualidade mesmo que levando à crise o caráter de sacralidade e de unicidade da obra de arte. Nesse sentido, a técnica de reprodutibilidade sempre teve intensa importância em diversos momentos da história, permitindo, por exemplo, a produção em massa de obras artísticas e novas maneiras de percepção coletiva pelo público, ao contrário do sistema tradicional das artes. O filme está diretamente relacionado à reprodutibilidade e recepção, pela fruição e/ou atitude crítica ou não, de um público de massa (Benjamin, 1985).

Pode-se pensar que a escola tradicionalmente transmite conhecimentos e valores para seus alunos, numa lógica semelhante a da mídia, que no nosso estudo tem o cinema como maior representante. Ambos, escola e mídia – cinematográfica -, estão relacionados à construção de saberes e opiniões, interferindo na maneira das pessoas enxergarem, tomarem conhecimento do mundo (apud SETTON, 2004, p. 37).

Podemos depreender então que praticamente tudo na mídia é pensado previamente (LOPES, 2007, p.55), ocupando atualmente um grande espaço em nossa sociedade, como a principal fonte de informação sobre o que acontece no dia-dia. Entretanto muitas vezes é consequência de interesses políticos, econômicos e/ou publicitários.

As especificidades do desenvolvimento cinematográfico brasileiro se deram tomando como questões centrais o desenvolvimento da linguagem cinematográfica em suas relações com outras práticas artísticas e discursivas, e experiências estilísticas próprias construídas através do contágio das matrizes cinematográficas formais e dramáticas com realidades sociais locais. A preocupação com a linguagem provoca uma maior consciência metodológica e a





reflexão sobre os próprios termos e procedimentos de cada projeto intelectual, como foi o caso do Cinema Novo no Brasil.

O Cinema Novo surgiu da vontade de jovens e intelectuais de criar um cinema combativo que tinha como ideal transformar a realidade partindo de uma estética “revolucionária”, propriamente brasileira. O movimento refletiu e praticamente criou uma imagem visual, contínua e coerente, que procurava expressar a maioria do povo brasileiro, montando um universo uno e mítico integrado por sertão, favela, subúrbio, vilarejos do interior ou da praia, gafeira e estádio de futebol, em que o que estava fora do filme também era importante, onde a subjetividade era valorizada e que em alguns momentos sensações eram passadas através das peculiaridades da câmera na mão, e o que estava ao seu redor e ao redor da filmagem também era importante, assim como a música popular brasileira que estava presente e era valorizada.

A partir daí, será analisado o contexto político, ideológico e cultural, em que “O Desafio” foi produzido, assim como seu conteúdo ideológico e artístico relacionado ao engajamento e concepção estética dos cineastas integrantes do Cinema Novo. Tentando refletir sobre a recepção do público dentro dessa realidade.

A percepção que temos de “O Desafio” hoje pode permitir a vivência de uma memória dos brasileiros que passaram pelo período da ditadura militar, assim como seus filhos e netos, e essa memória vivida é ativa, viva, incorporada no social – isto é, em indivíduos, famílias, grupos, e regiões (Huyssen, 2000).

Evocar este filme depois de cinquenta anos do golpe militar, em um momento em que estão sendo apuradas graves violações de Direitos Humanos ocorridas no período da ditadura militar pela “Comissão Nacional da Verdade” é um interessante exercício de rememoração e análise da proposta política do Cinema Novo e seus desdobramentos.

O cineasta Paulo Cesar Saraceni que nasceu em 5 de novembro de 1933 no Rio de Janeiro e morreu em 2012 aos 79 anos, foi um dos fundadores do Cinema Novo junto com cineastas como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos. Além de diretor o mesmo foi roteirista, ator, crítico e produtor de cinema.

No filme “O desafio” ele fez uso das técnicas cinematográficas propostas pelo cinema novo, com quebras na diegese, opção pela estética imagética do preto e branco, narrativa focada nos diálogos entre os protagonistas que vivem um drama íntimo de amor proibido em face às desigualdades sociais, protagonizado pelo ator Oduvaldo Viana Filho, conhecido carinhosamente como Vianinha, artista reconhecidamente engajado politicamente.



A trama oferece ao espectador de hoje e da época de sua produção uma impactante estética imbuída da linguagem cinematográfica proposta pelo Cinema Novo que buscava quebrar com padrões estéticos americanizados, exibindo sequências bem alegóricas como a em que Maria Bethânia canta “Carcará” de João do Vale e José Cândido em sua estreia nos palcos, em 1965. Nesse sentido, o discurso, linguagem artística cinematográfica pode influir na produção e elaboração de significado, sentido, produzindo imaginários.

Hoje percebemos os intuitos que moveram os realizadores do filme dentro da proposta ideológica e estética do cinema novo, e percebemos as dificuldades por quais os mesmos passavam em um momento político repressor apoiado pela classe média e alta em detrimento às classes populares, manifestantes, intelectuais e artistas engajados politicamente. Dentro deste contexto:

A verdade é que, se uma percepção evoca uma lembrança, é para que as circunstâncias que precederam e acompanharam a situação passada e seguiram-se a ela lancem alguma luz sobre a situação atual e mostrem como sair dela. (Bergson, 2006: P.62)

O longa na época de sua realização, criou polêmica por se tratar de um amor proibido entre um jovem intelectual e uma mulher burguesa, casada com um industrial, o que levou muitos intelectuais a questionarem sua relevância política ao ser lançado um ano após o golpe militar, assim como trouxe a tona o fato dos proponentes do Cinema Novo buscarem realizar uma produção inovadora esteticamente brasileira, abordando temáticas relacionadas a contextos sociais em que a identidade brasileira estivesse presente e o próprio público muitas vezes considerar de difícil entendimento os filmes do movimento.

## **CONCLUSÃO:**

Se pensarmos que “O Desafio” foi feito por Paulo Cesar Saraceni, no declínio do movimento do Cinema Novo, um ano após o golpe militar, pode-se observar um discurso em favor da classe operária e desejo de transformação social por intelectuais contra a opressão econômica da burguesia. O que na época de sua produção (1965) expressou a angústia de intelectuais que queriam modificar a realidade socioeconômica do país para condições mais igualitárias entre as classes sociais, mas não conseguiam dialogar da maneira desejada com as classes populares, sendo sua produção relacionada e confundida com a vida pessoal e o projeto político de seus realizadores.

O mesmo filme hoje nos faz lembrar de uma época marcada pelo medo, por incertezas, por uma linguagem que se assemelha com a Nouvelle Vague francesa e expressa os ensejos do



Cinema Novo, entendemos seu discurso, mas ideologicamente ele já não tem o mesmo significado, o mesmo impacto que antes, pois vivemos em um outro momento em que a principal temática do filme, diferença de classes, arte engajada e principalmente a ditadura militar não são mais tabus e pode ser falado abertamente sobre o teor desta memória evocada, discutida, abordado por diferentes vieses além do filme em si. Ao se evocar tais imagens, lembranças, se permite a vivência da memória. Assim,

Uma lembrança, à medida que se atualiza, sem dúvida tenta a viver uma imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me remeterá ao passado e menos que tenha sido de fato no passado que eu a tenha ido buscar, seguindo assim o progresso contínuo que a levou da obscuridade para a luz. (Bergson, 2006. P.49).

Hoje quase não se fala mais dos cinemanovistas que sem dúvida protagonizaram um movimento de grande importância para o cinema brasileiro por suas inovações técnicas, beleza estética, propriedade no uso e criação da linguagem cinematográfica brasileira.

O filme analisado neste artigo parece acreditar no discurso de sua obra e angústias pelas quais passavam seus proponentes, entretanto, com o passar do tempo, e em função da ditadura repressora em relação a movimentos artísticos que questionavam o poder político vigente os proponentes do Cinema Novo seguiram caminhos distintos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. *A Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BERGALA, Alain. *L'hypothèse cinema: Petit traité de transmission du cinema à l'école et ailleurs*. Paris, Cahiers du Cinema, 2002.
- BERGSON, H.. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Primeiros Passos, 1980.
- COSTA, Antonio. *Compreender o Cinema*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, RJ: Graal, 1979.
- FRESQUET, A. (Org). *Imagens do Desaprender – Uma Experiência de Aprender com o Cinema*. Rio de Janeiro: Booklink, 2007



GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer* São Paulo: Ed. 34, 2006

GRAMSCI, Antonio, *Concepção Dialética da História*, 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

LE GOFF, Jacques. *História e memória* 5ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003

LOPES, J. S. MIGUEL . *Educação e cinema: novos olhares na produção do saber*. 1a. ed. Porto: Profedições, 2007

MAY, Rollo, *A Coragem de Criar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975

OSTROWER, Fayga, *Criatividade e Processos de Criação*, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais (Anos 50/60/70)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo. Companhia das Letras : 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacinto (Org.). *A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação*. São Paulo: Annblume, 2004.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida - Por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1983.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REICHENBACH, Carlos. *Logo Cinema + Ideologia*. Segundo Caderno – O Globo, 30 de setembro de 2007

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Sites: <http://www.perc.utoxia.com.br/tiki-index.php?page=O+NAZI>

**FASCISMO+E+A+IND%C3%9ASTRIA+CULTURAL&bl** – por Adriana Kurtz

Produtor: SÉRGIO SARACENI. *Título do filme: O Desafio*. Diretor Paulo César Saraceni. Ficha técnica: roteirista: Nelson Xavier. Elenco principal: Isabella Saraceni, Oduvaldo Vianna Filho e Joel Barcelos País: Brasil. Ano da realização:1965



## LEITURA DA IMAGEM CÊNICA NA FOTOGRAFIA DE DAVID LACHAPPELLE

SEIXAS, Jordana

*Estudante de Mestrado do programa de Pós - Graduação da Unirio*

*jordanaseixasalexandre@yahoo.com.br*

88

### RESUMO

Vivemos em uma sociedade composta por múltiplas imagens que povoam o estético cotidiano; o processo da leitura de imagem é uma aventura ao mundo imagético presente no mundo e nas artes, uma proposição de relação do leitor, acompanhado de suas percepções e subjetividades, com as imagens que falam, entretanto não como um receptor de visualidades mortas que se anunciam mas não dialogam, não se relacionam com a bagagem cognitiva do espectador. O estudo se propõe a realizar a leitura da imagem cênica na fotografia de David LaChapelle, considerando o fotógrafo um diretor teatral que compõe cenas em imagens, percebendo a relação que se estabelece nas suas composições e reconhecendo o que estas imagens refletem e querem dizer sobre o indivíduo na modernidade.

**Palavra - Chave:** Teatro-Imagem. Leitura de Imagem. David LaChapelle.

### ABSTRACT

We live in a society composed of multiple images that populate the everyday aesthetic; the reading process image is an adventure to the imagery present in the world in the arts world and a proposition regarding the reader, accompanied by their perceptions and subjectivities, with images that speak, though not as a receiver dead visualities that advertise but they do not talk, do not correlate with cognitive baggage the viewer. The study aims to perform the reading of the image, scenic photography of David LaChapelle considering the photographer a theatrical director who composes scenes in images, realizing the relationship established in their compositions and recognizing that these images reflect and want to say about the individual in modernity.

**Word - Key:** Theatre-image. Reading image. David LaChapelle.

### INTRODUÇÃO

A presença da imagem tem se apresentado como uma potente ferramenta de comunicação que se impõe na sociedade, vivemos em mundo de imagens que povoam o estético cotidiano por toda parte, estampam as ruas das cidades, a mídia e a publicidade apropriaram-se dela como ferramenta prioritária para alcançar o cliente e o espectador, uma cultura das visualidades tem se apoderado da identidade dos sujeitos de forma crescente,





compondo a arquitetura dos países, o design do dia a dia, a imagem que vendemos de nós e a imagens de outros passeando entre outdoors e muros pichados.

Imagem espontânea, imagem manipulada, imagem comercial, imagem cinematográfica, imagem produzida, encontrada, capturada, somos rodeados por inúmeras imagens que estão abertas ao olhar sensível do leitor, que podem ser lidas pelo auxílio de técnicas e ferramentas oferecidas pela semiótica plástica, mas não podemos ignorar a singularidade que existe no ato da leitura, a percepção, a memória, o conhecimento, a composição do universo cognitivo do leitor.

Analisar as imagens fotográficas de Davi LaChapelle é sentar nas poltronas do teatro e assistir ao um espetáculo teatral, um espetáculo que dispensa o uso das palavras, do diálogo e do movimento corporal, trata somente da cena capturada, do momento sublime, o gesto expressivo dos atores que no auge do gozo dramático são imobilizados em suas ações expressivas; cenário, figurino e atores congelam em cena, para compor o espetáculo-imagem, a espera de serem traduzidos como expressão e reflexo do homem e do consumo da sua imagem na sociedade moderna.

**Imagem 1:** The House at the End of the World



Fonte: <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>

Uma fotografia, escreve o romancista e crítico de arte inglês John Berger, “ao mesmo tempo registra o que foi visto, sempre e por sua própria natureza refere-se aquilo que não é visto. (...). Conhecemos os limites de um documento fotográfico, sabemos que ele mostra apenas aquilo que o fotógrafo quis enquadrar e aquilo que determinada luz e sombra lhe permitem relevar, e no entanto o espelhar factual que Plínio considerava uma virtude ultrapassa essas restrições e hesitações. Ao contrário: a fidelidade que a fotografia reivindica permitiu ( e ainda permite) que ela seja manipulada sem protestos,





uma manipulação que as técnicas eletrônicas agora tornaram ainda mais imperceptível. (MANGUEL, ALBERTO, 2001, p.92)

Manguel aponta a progressiva manipulação autoral como parte integrante do seu processo, uma direta interferência daquilo que o fotógrafo desejou enquadrar, cortar ou dar ênfase, desde a seleção de personagens nas cenas de guerra de um documentário, as montagens artificiais das modelos perfeitas refém do milagroso photoshop, as cenas excluídas ou evidenciadas. O foco é determinado não pela lente da câmera, mas pelo olhar conceitual e subjetivo do autor.

As fotografias de David LaChapelle raramente retratam a espontaneidade do cotidiano, não se trata de recortes da sociedade capturados pelo seu olhar, existe um trabalho de composição da imagem, cenários são construídos e personagens são caracterizados por figurinos, maquiagem, expressões faciais e corporais que buscam uma encenação através de poses que substituem possíveis densos diálogos. Esses textos poderiam ser teatralizados e expressos em uma extensa literatura dramática, mas são substituídos pela imagem cênica congelada na fotografia. Ao contrário do fotógrafo americano Edward Weston, que se recusava a cortar as fotos originais, acreditando que a fotografia deveria ser o retrato fiel da realidade, sem alterações e interferências, autêntica e idêntica se opondo a composição montada e manipulada pós moderna de David LaChapelle.

**Imagem 2:** Edward Weston (Tina Modotti)



**Fonte:** <http://www.theguardian.com/artanddesign/picture/2013/aug/17/photography-tina-modotti>

A fotografia é a escrita visual, e nada que contém nela é vazio de intenção, tudo existe para servir a ideia do autor, nem o quadro velho jogado no chão encostado na parede, nem a boneca na mão da mulher, nem o pedaço de telhado despedaçado no chão, nada, nenhum adereço em cena é desprovido de discurso, ou objetiva alcançar a beleza padronizada e a



contemplação do espectador, cada mínimo detalhe compõe a narrativa da imagem e quer dizer alguma coisa. Segundo Alberto Manguel, toda imagem tem uma história pra contar, são narrativas embrionárias, traduzindo-se em palavras, e estas são histórias que permanecem a espera de um narrador. Na fotografia de David LaChapelle o fotógrafo trata-se na verdade de um grande diretor teatral, que idealiza um texto e o constrói através da imagem. Todas as linguagens artísticas segundo o autor Alberto Manguel, suprimem informações, seja da obra ou do autor, entretanto, todas estão abertas a subjetividade e a ficção imaginária do público.

91

A fotografia, porém, embora admitindo a subjetividade da câmera, repousa na convicção de que aquilo que nós espectadores, vemos existiu de fato, que aquilo que ocorreu em determinado e exato momento e que, como realidade, foi aprendido pelo olho do observador. Qualquer fotógrafo, conscientemente censurado ou inconscientemente manipulado, manifestamente artificial (como na obra de Man Ray) ou esmeradamente fraudulento (como nos falsos instantâneos de Cindy Sherman), e mesmo que se apresente como “fixo, rígido, incapaz de qualquer intervenção”, depende integralmente desse embuste necessário... Toda fotografia (ampliada, cortada, tirada de determinado ângulo, iluminada de certa forma) cita a realidade deturpada. (MANGUEL, ALBERTO, 2001, p.92 e 93)

A serviço dessa narrativa da imagem, juntamente com a composição do cenário e direção cênica dos modelos-atores, o artista utiliza-se da manipulação digital para interferir visualmente na estética da cena, com o intuito de dar ênfase ao seu teatro-imagem, através do exagero e da fantasia surreal, da saturação e contraste exacerbado das cores, e da grande intensidade de luz provocada. O artista busca compor uma expressão da sua subjetividade, do seu olhar crítico sobre o mundo pop, sobre a cultura de massa e a cultura do consumo, compondo uma imagem sobre outras imagens, apropriando-se da vida como suporte para exprimir cenicamente suas ideias sobre ela.

Na fotografia acima, da série *The House at the End of the world*, a peça-imagem situa um ambiente cenográfico de caos e destruição, como o próprio nome já diz, o onde, é definido por uma casa que se encontra no fim de mundo, como se um terremoto ou tsunami tivesse passado e deixado rastros da sua decadência. Pela perspectiva da imagem nota-se que a destruição passou por ali e continua ao longo do caminho nas paisagens que não se vê, a fotografia exhibe a casa destruída pelo fim do mundo que chegou, mas insinua milhares de outras paisagens e casas que também se extingue com mesmo fim do mundo.

No primeiro plano, no canto esquerdo da peça-imagem posa uma mulher com um bebê no colo, e no segundo plano, a direita e no centro da fotografia, concentrando a maior parte da



imagem, situa o cenário com as casas destruídas. Existe entre esses dois planos um contraste inusitado, assim como em quase todas as fotografias de David LaChapelle, pois os dois planos não dialogam na mesma estética visual, a mulher parece estar em um contexto totalmente avesso ao contexto da paisagem, desta forma, embora exista uma assimetria desproporcional de enquadramento que evidencie o cenário, ambos se protagonizam pelas diferenças de intenções, chocando, contrastando e dando assim ênfase a cada plano por igual, da mesma forma como as cores complementares que estão opostas no círculo cromático, quando são unidas na mesma composição, provoca um choque pelas diferenças de matizes, acentuando o contraste e assim colocando em evidência ambas as cores.

Embora impregnada de influências da arte pop, utilizando da publicidade, da moda e da mídia para fazer uma crítica a sociedade de consumo e ao mundo superficial da aparência, esse contraste existente entre os planos executado na fotografia, resulta em um explícito afastamento da realidade e a situa como uma peça-imagem-surrealista, encenando uma desconexão com a lógica pela falta de sentido e coerência que exprime, teatralizando uma imagem irracional fruto do subconsciente do autor. É o fim do mundo expresso pela árvore caída nos estilhaços da casa, mas em oposição a esse fim derradeiro, o céu brilha de um azul límpido e degrade, o sol cintila os destroços despedaçados no chão e a mulher de meia calca rendada branca, combina seu batom vermelho com a calcinha, o sapato e o edredom, é o espetáculo do fim dos tempos.

Estamos todos refletidos de algum modo nas numerosas e distintas imagens que nos rodeiam, uma vez que elas já são parte daquilo que somos: imagens que criamos e imagens que emolduramos; imagens que compomos fisicamente, á mão, e imagens que se formam espontaneamente na imaginação; imagens de rostos, árvores, prédios, nuvens, paisagens, instrumentos, água, fogo, e imagens daquelas imagens- pintadas, esculpidas, encenadas, fotografadas, impressas, filmadas. Quer descubramos nessas imagens circundantes lembranças desbotadas de uma beleza que, em outros tempos, foi nossa ( como sugeriu Platão), quer elas exijam de nós uma interpretação nova e original, por meio de todas as possibilidades que nossa linguagem tenha a oferecer ( como Salomão intuiu ), somos essencialmente criaturas de imagens, de figuras. (MANGUEL, ALBERTO, 2001, p.21)

A personagem carrega um bebê no colo, como uma propaganda, da mulher na sociedade moderna que precisa se virar para trabalhar, cuidar da casa e dos afazeres domésticos, cuidar dos filhos e marido e ainda corresponder as expectativas impostas pelos cânones da mídia e da sociedade, através dos bens, do consumo, e do status que se vende com o consumo, a promessa eterna de felicidade. Ela está vestida por um tecido que parece um edredom, como se estivesse



acabado de sair da cama, porém mesmo o edredom, da forma como foi posicionado e projetado, com seu vermelho exuberante, dá um ar de soberania e elegância a mulher, como se estivesse com um luxuoso vestido de grife, pronta para entrar na passarela, é o sangue disfarçado de vermelho-moda-luxo, um choro contido que pulsa na cor da dor.

Na sua cabeça encontra um travesseiro, dialogando com o edredom, como se ela realmente estivesse acabado de sair da cama, ou ainda permanecesse nela. Embora o travesseiro permaneça na cabeça da mulher, pela forma como foi disposto o seu cabelo, como se ela estivesse em uma vitrine com o vento batendo no seu rosto e estática na posição de bela, não concilia com a imagem real de uma mulher dormindo, com os cabelos desalinhados na cama. Está mulher não dorme... ela é fruto da sociedade pós moderna, onde a renovação e a beleza devem ser constante, conforme descreve o filósofo francês Gilles Lipovetsky, a pós modernidade é a sociedade do hiperconsumo, a civilização que vive a felicidade paradoxal em um lugar onde o objeto a ser consumido é a construção da própria imagem para estar a altura dos status de padrões estéticos ditados pela sociedade e pela mídia . A real sociedade é maquiada e encena a sociedade feliz e perfeita, mas existe uma real sociedade que vive no submundo, nas entranhas da modernidade, sofrendo as consequências do hiperconsumo e da constante insatisfação.

A noiva será tão bonita quanto esta fotografia em grande plano mostra? A imensa maioria das pessoas diz-se feliz, e todavia a tristeza e o stress, as depressões e a ansiedade formam um rio que ganha caudal de forma preocupante. (...). O PIB duplicou desde 1975, mas o número de desempregados quadruplicou. As nossas sociedades são cada vez mais ricas: no entanto, um número cada vez maior de pessoas vive em condições precárias e tem de economizar em todos os pontos do seu orçamento, com o dinheiro a tornar-se uma preocupação cada vez mais obsessiva. Temos acesso a cuidados de saúde cada vez melhores, mas isso não impede que muitos de nós se tornem hipocondríacos crônicos. Os corpos são livres, e a impotência sexual é um problema comum. As solicitações hedonistas são omnipresentes: a inquietação, a decepção, a insegurança social e pessoal aumentam. Estes são alguns dos aspectos que fazem da sociedade de hiperconsumo a civilização da felicidade paradoxal. (LIPOVETSKY, GILLES, 1944, p.12)

A narrativa das imagens da fotografia de LaChapelle contém signos visuais que narram o mundo pós-moderno, globalizado, expressando em imagens cênicas, os personagens como objetos de consumo, como consumidores e produtos consumidos. Gilles Lipovetsky descreve em seu livro a era do vazio, a sociedade pós-moderna como um deserto, o lugar da indiferença provocada pelo excesso, pela saturação, pela informação e pelo isolamento, provocando no indivíduo uma consequente desestabilização e anemia emocional . Na imagem-peça, a distância



e desconexão surrealista que existe, contrasta personagem e cenário, correspondendo a imagem do deserto da indiferença de Lipovetsky, um lugar que segundo o autor, a oposição entre sentido e ausência de sentido já não é dilacerante e perdeu o seu radicalismo diante da frivolidade e da futilidade da moda, dos lazeres e da publicidade. É o fim do mundo, a casa desabou e o tempo parou, mas a mulher inabalável continua bela e inatingível, nada lhe chega, nada lhe alcança, é indiferente, sua beleza fria e estática representa a era do vazio, o vazio dos sentimentos em oposição ao desejo do consumo que transborda, sacia, e mantêm a bela e poderosa mulher no pedestal da sociedade. De acordo com o autor, o deserto não seria mais a revolta, o grito ou o desafio da comunicação, e sim a indiferença pelos sentidos, uma ausência inelutável, uma estética fria da exterioridade e da distância, mas não de distanciamento.

94

<<Quem fala de felicidade tem muitas vezes os olhos tristes>>, escrevia Aragon. Deveremos, então, dar razão ao poeta e, actualmente, às leituras paranóicas, do consumo que prevêem o abismo por detrás do espetáculo radioso da abundância e da comunicação? (LIPOVETSKY, GILLES, 1944, p.12)

**Imagem 3:** What was Paradise is now Hell



**Fonte:** <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>

A imagem – O que era o paraíso é agora o inferno – também compõe a série *The House at the End of the world*, as modelos posam em cima de uma maca como doentes que foram atingidas pela catástrofe, prontas para serem conduzidas a um pronto socorro, na tentativa de sobreviverem ao fim do mundo que a tudo dissipou. A fumaça sobre o avião corrompido ainda paira no ar, como vestígio da recente presença do fim que chegou, mas as mulheres inabaláveis não sangram, não expressam feições horrendas de dor e pavor, as mulheres inabaláveis são





incapazes até mesmo de morrer, elas não dormem e não morrem, elas posam na maca a beleza dos seus potentes cílios e da prata cintilada sobre suas pestanas. A mulher a direita, segura no cotovelo da mulher a esquerda, suas mãos também não repousam, suas mãos tencionam e performam o gesto ideal.

No cintilante purpurinado da meia calça branca, das sandálias de ponta fina, das tiaras prateadas e do vestido reluzente, existe um brilho superficial e mentiroso, assim como é possível indagar a mesma veracidade das casas-cenários de fundo, que não se assemelham a moradias reais para habitar pessoas reais, são semelhantes a cenários montados apenas na parte frontal, como espécies de cavaletes, feitos para dramatizar novelas, longas-metragens e histórias fictícias.

É o efêmero e a banalidade da moda nas roupas que vestem, nas casas que abrigam, na beleza desmedida e questionável, cenários feitos não para serem confundidos ou retratarem o real com fidelidade e perfeição, mas confeccionados para serem vistos de fato como cenários, e personagens como atores, que encenam, são manipulados e comandados, sendo possível equiparar assim ao similar conceito de distanciamento ou estranhamento Brechtiniano, criado pelo dramaturgo Bertolt Brecht, técnica que desnuda os atores em cena, separando-os e distinguindo-os de seus personagens, tornando perceptível e consciente para o público no ato de encenação quem é um e quem é o outro, que ambos se tratam de pessoas distintas, assim, provoca a desilusão no espectador, e no caso da imagem, a desmistificação ao leitor de que a representação teatral, ou a imagem, é uma ilusão.

No cenário, o contraste permanece entre a destruição provocada pelo avião que desabou e o cenário de fundo bucólico e esperançoso, um verde ensolarado e suspeito que escapou da tragédia que chegou mas não o alcançou, como uma oposição entre a simbologia rotineira da imagem, e o que de fato a imagem o é, ou haveria de ser. Ilustro essa afirmação de oposição entre a simbologia da imagem e a sua expressão de conteúdo com o filme pássaros de Alfred Hitchcock, que retrata uma cidade pacata a beira de um rio chamada bodega Bay, em que Tippi Hedren com sua singela beleza carrega na gaiola dois inofensivos e líricos pássaros, tradicionalmente rotulado como a pureza, a liberdade e a natureza, porém, na película, a suposta simbologia não anuncia a posterior trama de suspense e horror que vai ser desencadeada pelos temíveis e diabólicos pássaros, acentuando no discurso da leitura uma longa distância entre aquilo que a imagem convencionalmente induz, pelo que somos habituados a ler, e aquilo que a imagem quer dizer, com interferência do autor e do contexto que ele a usa.





A imagem de uma obra de arte existe em algum local entre percepções: entre aquela que o pintor imaginou e aquela que o pintor pôs na tela: entre aquela que podemos nomear e aquela que os contemporâneos do pintor podiam nomear; entre aquilo que lembramos e aquilo que aprendemos; entre o vocabulário comum, adquirido, de um mundo social, e um vocabulário mais profundo, de símbolos ancestrais e secretos. Quando tentamos ler uma pintura, ela pode nos parecer perdida em um abismo de incompreensão ou, se preferirmos, em um vasto abismo que é uma terra de ninguém, feito de interpretações múltiplas. O crítico pode resgatar uma obra de arte até o ponto da reencarnação; o artista pode repudiar uma obra de arte até o ponto da destruição. (MANGUEL, ALBERTO, 2001, p.29)

**Imagem 4:** Pássaros de Alfred Hitchcock



**Fonte:** <http://minhavidaeofilmes.com/tag/alfred-hitchcock/>

**Imagem 5:** Pássaro Aldemir Martins



**Fonte:** <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=A&cd=2602>

Recorrendo ao conceito da semiótica plástica, que define dois planos na imagem, o plano de expressão já citado anteriormente, e o plano de conteúdo, é possível perceber que nem sempre o plano de expressão, que diz respeito a características externas da imagem, tais como a luz, volume, profundidade, cor, equilíbrio, espaço e forma, esta dialogando de maneira óbvia dentro da simbologia dos signos das imagens com o plano de conteúdo, aonde se expressa o tema do objeto retratado, a narrativa do ponto de vista do sujeito retratado e a interpretação e



interlocução do autor, como é possível perceber nas duas imagens acima. Podemos constatar a mesma imagem, o pássaro, sendo usado para trazer atmosferas totalmente avessas, Aldemir Martins pintou pássaros, utilizando cores vivas e complementares, a partir da experiência de observação das paisagens brasileiras e da vivência íntima com o meio natural, já Hitchcock explorou a oposição da simbologia que carrega a imagem do pássaro, explorando a crueldade e a morte provocada não pelo grotesco e assustador, mas pelo sublime, pelo mesmo lírico e poético animal que voa e enfeita as paisagens de Aldemir Martins. Ambos autores comunicam a ficção através da mesma imagem para expressar a poética que atribuíram a elas, seja pela fantasia, ou pela experiência real de vida, mas todas capazes de suscitar leituras múltiplas, que por serem vivas, estão abertas a um possível diferente entendimento daquele que se idealizou provocar enquanto ainda era um projeto mental de uma imagem.

97

Leituras críticas acompanham imagens desde o início dos tempos, mas nunca efetivamente copiam, substituem ou assimilam as imagens. “Não explicamos as imagens, comentou com sagacidade o historiador da arte Michael Baxandall, “explicamos comentários a respeito de imagens. Se o mundo revelado em uma obra de arte permanece sempre fora do âmbito dessa obra, a obra de arte permanece sempre fora do âmbito da sua apreciação crítica. “A forma”, escreve Balzac, “em suas representações, é aquilo que ela é em nós: apenas um artifício para comunicar ideias, sensações, uma vasta poesia. (MANGUEL, ALBERTO, 2001, p.29)

**Imagem 6:** World is Gone



**Fonte:** <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>

**Imagem 7:** Can You Help Us?



Fonte: <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>

**Imagem 8:** When the World is Through



Fonte: <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>





**Imagem 9**



**Fonte:** <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>

**Imagem 10: Are You Out There?**



**Fonte:** <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>



**Imagem 11:** From Handbags to Sandbags



Fonte: <http://www.davidlachapelle.com/series/the-house-at-the-end-of-the-world/>

A sequencia anterior de seis fotos também corresponde a série *The House at the End of the world*, cenas que teatralizam a permanência do supérfluo no fim do mundo, o capitalismo mantendo homens mortos-vivos, refém do consumo da imagem, maquiados de soberanos e regidos pela efemeridade e superficialidade do mundo das aparências. Desta forma, imbuída de conhecimentos sobre David LaChapelle, o surrealismo e arte pop que estão impregnados na sua arte, interpelo suas imagens traduzindo através da percepção e de um discurso sobre o consumo, suas fotografias como espetáculos-imagens, que estão a espera de serem lidas e traduzidas a luz da sociedade moderna e de suas seduções e alienações.

A natureza dupla da imagem estética: a imagem como cifra de história e a imagem como interrupção. Trata-se, por um lado, de transformar as produções finalizadas, inteligentes, da imageria em imagens opacas, estúpidas, que interrompem o fluxo midiático. Por outro lado, de despertar os objetos úteis adormecidos ou as imagens indiferentes da circulação midiática para suscitar o poder dos vestígios de história comum que eles comportam. (RANCIÈRE, JACQUES, 2012, P.35)

A leitura propõe uma relação entre aquilo que foi produzido, textual ou visual, composto por uma carga de emoções e intenções do autor sobre o que ou quem ele produziu, e se mistura nas emoções daquele que lê. A leitura desta forma seria a relação do olhar do leitor com o texto visual, não um olhar desmistificador e crítico que antecede a relação de leitura, mas um olhar flexível, aberto, ainda que recorra a repetidas ferramentas e técnicas de leitura da



semiótica, encontra sempre resultados e leituras múltiplas sobre lugares, paisagens e seres singulares, sejam ele leitores, ou produtores de imagem.

Diante da prática de leitura perceptiva das imagens, as pesquisas mergulham a prática em um campo de transformações, que possibilitam o diálogo constante com o mundo globalizado que tem se apresentado em imagens, bombardeando o cotidiano nos caminhos que percorremos, nos panfletos e outdoors que visualizamos, no ônibus que nos conduzem estampados por propagandas. Embora exista esse acúmulo de imagens, passamos por elas sem que ocorra uma relação, existe apenas a imposição dessas imagens, absorvemos exatamente a verdade que a mídia e a publicidade deseja que acredite sobre elas.

A experiência de pensar sobre as imagens e ler essas imagens, coloca o espectador na posição de estranhar e indagar essas verdades impostas, de se colocar como leitor de uma sociedade camuflada em signos visuais. A criação de um processo educativo que permita um olhar investigativo, nos situa como pensadores autônomos, que entende e interpreta o sentido da sociedade através do mundo imagético.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS;

- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.
- ROSSI, Maria Helena Wagner. *Imagens que falam: leitura de arte na escola*/ Maria Helena Wagner Rossi. – Porto Alegre: Mediação, 2009. ( 4. ed. Rev. e atual.) 144p.–(coleção Educação e Arte; v.2)
- MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*/Alberto Manguel; tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch. – São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- *Parâmetros curriculares nacionais: arte*/ Secretaria de Educação Fundamental. –2. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino de arte*. São Paulo: Editora perspectiva, 1994.
- GOMBRICH, E. H. ( Ernest Hans), 1909-2001. *A história da Arte*/ E. H. Gombrich; tradução Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques, 1940- *O destino das imagens*/ Jacques Rancière; tradução Mônica Costa Netto; organização Tadeu Capistrano. – Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012.
- PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Análise do texto visual: a construção da imagem*/ Antonio Vicente Pietroforte.– 2. Ed., 1ª reimpressão; São Paulo : Contexto, 2013.
- FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade - Exercícios práticos*. Porto Alegre:





Editora Sulina.

- OLIVEIRA, Ana Cláudia de (org.). *Semiótica Plástica*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 115-158.
- PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Semiótica Visual os percursos do olhar*. São Paulo, Contexto
- FERNANDES, Sílvia. *Teatralidades Contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GUINSBURG, J e Fernandes, Sílvia. (org.). *O Pós – Dramático*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- LEHMANN, Hans-Thies. *Teatro pós – dramático*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- TELFORD, Charles W, SAWREY, James M. *Psicologia: Uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento*, 5.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.
- BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. *Brecht na pós- modernidade*. São Paulo: Editora perspectiva, 2001.



## **ARTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O ENSINO DE ARTE CONTEMPORÂNEA SOB UMA PERSPECTIVA MULTICULTURAL**

ANDRE, Bianka Pires

*Professora do Programa de Cognição e Linguagem - UENF*  
*biankapires@gmail.com*

MELO, Amanda Cristina Figueira Bastos de

*Estudante de mestrado do Programa de Cognição e Linguagem - UENF*  
*amandacfb@gmail.com*

106

### **RESUMO**

Traçando um breve panorama das relações entre o multiculturalismo e o ensino da arte no Brasil, o presente artigo faz uma reflexão sobre a Arte Contemporânea e sua perspectiva multicultural, através da análise dos trabalhos dos artistas brasileiros Vik Muniz e Monica Nador, que dialogam não só com os espaços, mas também com os problemas, com as influências, com a cultura e com as pessoas da sociedade que os cerca. Partindo dos estudos sobre multiculturalismo e uma breve reflexão sobre a relação da arte com a cultura da sociedade que a cerca, pretende-se ressaltar a importância da arte como fonte de estudos multiculturais e a necessidade de lidar com essas questões dentro do âmbito escolar. São comentadas as obras dos dois artistas brasileiros citados, dando ênfase aos aspectos culturais presentes nas obras com o objetivo de mostrar as possibilidades e a importância da abordagem do tema dentro do universo artístico.

Palavras-chave: Educação. Multiculturalismo. Arte contemporânea.

### **ABSTRACT**

Tracing a brief overview of the relationship between multiculturalism and the teaching of art in Brazil, this article is a reflection on contemporary art and its multicultural perspective, by analyzing the work of Brazilian artist Vik Muniz and Monica Nador, that dialogue not only with the spaces, but also the problems with the influences, with the culture and people of the society that surrounds them. Starting from studies on multiculturalism and a brief reflection on the relationship between art and culture of the society that surrounds it, it is intended to emphasize the importance of art as a source of multicultural studies and the need to deal with these issues within the school setting. The works of the two aforementioned Brazilian artists are discussed, emphasizing the cultural aspects in the works in order to show the possibilities and the importance of approaching the subject in the art world.

Keywords: Education. Multiculturalism. Contemporary art.



## 1. O ENSINO DE ARTE NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA

O ensino de Arte no Brasil vem sofrendo muitas mudanças no decorrer dos anos. De acordo com Martins, Picosque e Guerra (2009), vários desvios vêm comprometendo o ensino de arte no país, que mostra essa inconstância inclusive no nome da disciplina. Elas destacam que ainda é comum as aulas de arte serem confundidas com lazer, terapia, descanso das disciplinas “sérias”, decoração da escola, entre outros. A falta de formação do professor de Arte, visto que as licenciaturas nessa área são recentes no país, contribuiu para essa visão.

Porém, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9.394), aprovada em dezembro de 1996, estabelece o ensino de arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, com o intuito de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Arte, “são características desse novo marco curricular as reivindicações de identificar a área por arte (e não mais por educação artística) e de incluí-la na estrutura curricular como área com conteúdos próprios ligados à cultura artística, e não apenas como atividade.”. Os PCN destacam ainda que o aluno deve desenvolver sua competência estética tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade. Entre outros objetivos do ensino de Arte citados nos PCN, podemos destacar:

- compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno,
- buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias. (PCN Arte, 1997)

Observa-se, portanto, que o termo “cultura” aparece com frequência nos documentos oficiais do ensino de Arte. A arte como manifestação cultural, deve contribuir para o desenvolvimento cultural do aluno. E a escola, como espaço cultural, deve estar inserida nesse processo.



Atualmente a cultura vem sendo entendida como um código simbólico, que possui dinâmica e coerência interna. O significado original da palavra deriva da palavra latina *cultura*, que significa o ato de cultivar o solo. A cultura, como entendemos hoje, é, de acordo com Santaella (2004) uma metáfora da vida, cuja tendência é crescer, desenvolver-se, proliferar. Assim, ao encontrar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, a cultura floresce. Santaella diz também que:

“Outra importante metáfora para compreensão da cultura, menos biológica do que a da vida, é a metáfora da mistura. Se a mistura é o espírito, como dizia Paul Valéry, e a cultura é a morada do espírito, então cultura é mistura. Embora se apresente como uma simples brincadeira silogística, aí está enunciada uma condição fundamental para se entender o que está acontecendo com a cultura nas sociedades pós-industriais, pós-modernas, sociedades globalizadas deste início do século.” (SANTAELLA, 2004, p.30)

Chalmers (2005) fala sobre culturas e identidades híbridas, que caracterizam a contemporaneidade. Além das interferências de outras culturas, devemos considerar o fator tempo, pois há uma tendência em tratar as culturas como algo sólido, imutável. Em vez de explorar como uma cultura pode reverter seu fazer artístico, tende-se a retratar as chamadas culturas tradicionais como se estivessem fixas, imaculadas num tempo/espço imaginado. Chalmers acrescenta ainda que:

“Nos estudos culturais a noção de hibridade é quase antiga, mas na educação visual de Arte nas escolas, só raramente o aluno/as estudam esse fenômeno, a não ser quando, talvez, considerem a influência das máscaras africanas em Picasso ou a relação entre o trabalho de Van Gogh e as gravuras japonesas. As fronteiras físicas podem ter permanecido intactas, mas as fronteiras culturais ficam cada vez mais porosas. (...) É importante e crítico que os educadores procurem compreender o conceito de que as culturas são simultâneas e diferentes internamente e estão em constante mudanças.” (CHALMERS, 2005, p. 258)

Sem uma concepção clara do que é cultura, sem conteúdos e objetivos definidos, os professores acabam por ignorar aspectos muito importantes da cultura e da arte de um povo. Trabalham apenas com a dimensão afetiva da arte. Ignoram que no homem, três dimensões estão presentes – a afetiva, a cognitiva e a social – e devem ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem. (BARBOSA, 2002)



Na era da globalização, as questões sobre diversidade cultural se tornam cada vez mais pertinentes. As relações virtuais entre indivíduos de diferentes culturas são muito comuns nos dias de hoje devido o acesso a informações em tempo real possibilitado pelos meios de comunicação, em especial pela Internet. Por isso, termos como “multiculturalismo” estão sendo discutidos nos estudos mais recentes que envolvem educação, arte e cultura.

## 2. AS RELAÇÕES DA ARTE COM A SOCIEDADE

*“A arte é um motor da sociedade e não, simplesmente seu pálido reflexo”.*  
Catherine Millet

A relação entre a arte e a sociedade é alvo de estudos em diversas áreas do conhecimento. Segundo com Bay (2006) o enciclopedista Denis Diderot foi o primeiro a destacar o caráter social da arte, inaugurando esse diálogo sobre a arte e a sociedade. A arte representa um fator fundador, unificador e agente nas sociedades, desde as mais simples às mais complexas. Ainda de acordo com Bay, esse fato pode ser constatado ao longo da história, visto que, não só não houve sociedade sem arte, mas também em cada contexto específico a arte sempre teve um significado social preponderante.

“O porquê desta presença marcante tem sido objeto de incessantes investigações sobre a natureza da criação artística, os fatores internos e externos envolvidos e a função do artista na sociedade. As inúmeras respostas variam desde a função da arte como substituta da vida, mantenedora de equilíbrio com o meio, caminho para o alcance da totalidade, anseio de união da individualidade com o social; passam pela busca da verdade permanente expressa na arte, de algo que tenha significação transcendente, para além da simples descrição do real; e alcançam o entendimento de que o homem necessita da arte, incluindo aí a inerente parcela mito-mágica, para conhecer e transformar o mundo, ou seja, a arte como imprescindível meio de conhecimento e transformação.” (BAY, 2006, pág. 4)

As ideias de Karl Marx (1979) sobre arte e sociedade interpretam a arte como reflexo da realidade social e como uma forma de conhecimento capaz de interagir com ela, com o poder de modificá-la. Ele acreditava que o modo de produção seria decisivo para a vida social e intelectual, portanto a arte e a literatura somente poderiam ser estudadas diretamente no contexto da história, do trabalho e da indústria. Marx acreditava também que a arte, mesmo condicionada histórica e socialmente poderia mostrar um “momento de humanidade”.

Bay (2006) destaca também os estudos de Freud sobre a arte e a sociedade, afirmando que podem ser observadas duas vertentes principais na sua abordagem sobre o tema: uma



centralizada na figura do artista, mostrando que a obra representa uma relação direta com a sua vida pessoal; e outra que entende a arte conduzida por um processo de simbolização, o mesmo mecanismo que determina a cultura. Bay diz ainda que:

“Para Freud a arte teria o poder de liberar o artista de suas fantasias, permitindo-lhe exorcizar os fantasmas interiores, canalizando-os para a obra, num processo catártico e terapêutico. Desta maneira entendeu que o ponto inicial de criação era a própria vida do artista, a qual determinaria a temática, o estilo e toda forma plástica, de tal maneira que a obra poderia ser vista como um substituto das fantasias geradas pelo seu inconsciente”(Bay, 2006, pag. 7)

110

Bastide (1970) vai procurar as relações da arte com as instituições sociais, inclusive encarando-a como uma instituição social. Como sempre houve em uma determinada época um grupo dominante, a arte do país variará segundo predomine um ou outro grupo. A arte, portanto, é considerada pelo autor como uma manifestação que caracteriza determinado grupo, assim como os costumes, a gíria, a vestimenta. Daí esta ligar-se intimamente aos grupos sociais enquanto meio ou sinal de distinção.

Nota-se nesses estudos, uma preocupação aparente de cunho sociológico sobre a arte: um jogo de forças entre a predominância ou antecedência de fatores sociais condicionantes na arte, ou dos individuais, internos, determinantes da obra. Na medida em que os estudos se aproximam da pós-modernidade esta preocupação vai cedendo lugar à compreensão de que os dois fatores são indissociáveis e interagem. Que a ligação entre a arte e a sociedade é um caminho de mão dupla, ou de múltiplas entradas, onde as duas coisas não podem ser pensadas separadamente.

Canton (2009) chama a atenção ao destacar a importância dessa relação na hora de ler uma obra de arte:

“Nos anos 60, já dizia o crítico brasileiro Mario Pedrosa que a “arte é o exercício experimental da liberdade”. Acredito que é uma definição poderosa, sobretudo se considerarmos que o conceito de liberdade depende de um contexto para se definir. O que é considerado ato ou pensamento de liberdade em um determinado momento histórico, pode não ser em outro. Por isso, em se tratando de arte, é necessário prestar atenção nos sinais do tempo e em seus significados.” (Canton, 2009, pág.11-12)

A partir dos movimentos modernistas as inter-relações entre a arte e a sociedade vão se tornando mais complexas e visíveis. Os pintores impressionistas, por exemplo, saíram de seus ateliês e foram às ruas para pintar as cenas do cotidiano, observando as transformações que a luz causava nessas imagens. Os expressionistas por sua vez, horrorizados com as atrocidades da





guerra, retratam nas suas telas o sofrimento e o estado anestésico da sociedade da época. Com o passar do tempo, os artistas começam a inserir objetos comuns nas pinturas através de colagem, como fizeram alguns pintores cubistas como Pablo Picasso e Georges Braque.

Na pós-modernidade a relação da arte com a sociedade se torna cada vez mais explícita e visível, podendo ser observada não só nos temas sociais tratados nos trabalhos, mas também no material utilizado, no local onde a obra pode ser exposta (espaço público) e através das pessoas que participam na criação ou na experiência proporcionada pela obra.

Dentro dessa vertente, temos a Pop Art, caracterizada por ser uma arte popular e efêmera, que se destacou na década de 50. As obras da Pop Art se relacionam com a cultura de massa, as propaganda e os meios de comunicação em geral. Entre os vários artistas, podemos citar Andy Wharol (1928-1987), famoso por suas obras com figuras em série de Marilyn Monroe. Ele questionava o fato de que as pessoas também tinham se tornado um produto a ser consumido. Sobre a Pop Art, McCarthy afirma que o efeito causado por ela captava o ritmo da vida contemporânea:

“O efeito é como zapear pelos canais de comunicação ou folhear rapidamente as páginas de uma revista. Muita informação é dada imediatamente sem nenhuma narrativa orientadora para ajudar a entendê-la. (...) Muitas informações divulgadas rapidamente e com interligações sutis, complicavam o comentário político, que nos anos da arte pop era amplamente entregue à comunicação verbal, tal como declarações impressas, discursos e textos engajados (muitos deles endossados pelos artistas pop). Em vez disso, os artistas se concentravam em questões e imagens específicas altamente carregadas, como a pena capital e a cadeira elétrica, ou o consumismo e a marca da Coca-cola, para identificar os sinais externos desses fenômenos complexos.” (McCARTHY, 2002, pág. 74)

Surgem a partir desse período novas técnicas de criação artística como *Assemblage*, que pode ser entendida como uma colagem tridimensional para ser vista às vezes de todos os lados, se aproximando na natureza tridimensional da escultura; e *Ready Made*, que teve como precursor Marcel Duchamp no início do século XX, mas se desenvolveu com maior expressividade a partir da década de 50. A técnica de *Ready Made* consiste em trabalhar com objetos prontos, daí o seu nome (ready = pronto e made = feito), dando a eles novos olhares e significados. Os objetos utilizados tanto no *Assemblage* quanto no *Ready Made* faziam parte do cotidiano das pessoas comuns, buscando uma aproximação entre a arte e a vida cotidiana.

A relação entre a arte e a sociedade na pós-modernidade também se reflete no desejo dos artistas contemporâneos em dialogar com os espaços públicos da cidade e encontra no



grafite um de seus maiores expoentes. Surgindo a partir da década de 80, a ideia do grafite vinha acompanhada à noção de rebeldia, porém o grafite propõe, acima de tudo, uma experiência de estética e fluidez, por ser a arte do movimento, que se modifica junto com o dia a dia da cidade. Ao ser entrevistado por Katia Canton (2009), o arquiteto e urbanista Sérgio Leal, que realiza uma pesquisa sobre os grafiteiros de São Paulo, comenta que:

“Os artistas grafiteiros buscam lugares reclusos, passagens invisíveis para torna-los visíveis. (...) Acho que é um protesto belo e também uma maneira sensível de chamar atenção. (...) Se você tiver um olhar atento, perceberá que alguns dos desenhos que se veem em um bairro são encontrados em outros locais da cidade. É a identidade de cada grafiteiro se espalhando e demarcando territórios. Eu acho que isso faz parte dessa atitude do grafite, eles rodam a cidade inteira e fazem sua arte visível para o maior número de pessoas possível.” (CANTON, 2009, pág. 45-46)

As novas técnicas e estilos artísticos desenvolvidos na pós-modernidade dialogam com a sociedade em todos os seus aspectos. Materiais, espaços, temas, tudo se conecta dentro do universo artístico. Alguns artistas contemporâneos ainda vão além dessas questões ao lidar diretamente com as pessoas na hora de criar uma obra. Esses trabalhos surgem a partir da interação do artista com um determinado grupo de pessoas que se tornam agentes no processo artístico, como os trabalhos dos artistas Vik Muniz e Mônica Nador.

### 3. MULTICULTURALISMO NO ENSINO DE ARTE

No Brasil, o ensino da arte tem contemplado pouco as questões relativas à diversidade étnica e cultural, os diferentes modos de aprendizagem e outras características dos diversificados grupos culturais que compõem a sociedade e a cultura brasileira. Uma das primeiras arte-educadoras a mencionar a abordagem multicultural para o ensino das artes visuais foi Ana Mae Barbosa. No livro *A imagem no ensino da arte*, publicado em 1991, eixo fundamental da Proposta Triangular, a autora menciona uma visão multicultural para o ensino das artes. Segundo Barbosa, a educação em arte:

“(...) deve exercer o princípio democrático de acesso à informação de todas as classes sociais, propiciando-se na multiculturalidade brasileira uma aproximação de códigos culturais dos diferentes grupos. (...) a ideia de reforçar a herança artística e estética dos alunos com base em seu meio ambiente, se não for bem concluída, pode criar guetos culturais e manter os grupos amarrados aos códigos de sua própria cultura sem possibilitar decodificação de outras culturas.”(BARBOSA, 1994, pag. 33)



A necessidade de se propor um enfoque multicultural na Proposta Triangular já havia sido enfatizada por Nascimento (1996). O autor propôs um diálogo metodológico entre a Proposta Triangular e a multiculturalidade no ensino da arte, amparado nos posicionamentos defendidos por Bugus Fatuyl, no artigo – *O ensino da arte nos países do terceiro mundo*. Para Fatuyl:

“Não existe arte pela arte, ao contrário do que muitas culturas consideram. A arte tem uma funcionalidade e um propósito. Ela é dialética e comunicativa (...). A arte tem muitas linguagens. Como existem muitas culturas, há muitas formas de arte que devem se relacionar reciprocamente nos programas educativos nos países de terceiro mundo (...), a arte representa os símbolos de uma cultura, de um povo ou valores de um grupo e a forma de vida social das comunidades.” (FATUYL, 1990, p. 159):

113

Entretanto, os três países que mais se preocuparam com a questão do multiculturalismo, a partir da década de 60, foram os Estados Unidos, a Inglaterra e o Canadá, movidos pelo intenso número imigrantes recebidos por esses países.

Ao comentar os estudos de Banks (EUA) e Walkling (ING), Richter (2005) comenta que, nos referidos estudos, pouca atenção é dada nesses países para a questão social de classes, considerada por ela como a maior forma de discriminação e injustiça social no Brasil. Ela destaca ainda que, somente após o fortalecimento do movimento feminista, alguma atenção foi dada a outros aspectos da multiculturalidade que vão além da questão racial, como as questões de gênero, preferência sexual, necessidades especiais, entre outros.

Um aspecto interessante destacado por Valente (1999) é o caráter ambíguo das relações interétnicas no nosso país, que se caracteriza por uma realidade movediça, cheia de meios-tons e contradições. A autora comenta ainda que as discussões multiculturais eclodem com uma força devastadora e o Brasil pretende ser um exemplo de convivência, de miscigenação, de mestiçagem, de assimilação e reelaboração de culturas, mas precisa enfrentar a vergonha da desigualdade e da discriminação existente no país.

Em sua atuação como diretora do MASC/USP e nas atividades desenvolvidas, como arte-educadora, Ana Mae Barbosa realizou diversas experiências multiculturais, destacando-se as realizadas no período entre 1987 e 1993, no MAC/USP, denominado *Estética das Massas*. O projeto consistia em trazer para o museu pelo menos uma exposição por ano sobre os códigos estéticos das minorias. Segundo Barbosa, o projeto foi realizado “[...] contra o desejo dos historiadores tradicionais de arte e curadores da Universidade, mas muito bem aceito pelos antropólogos e muitos críticos de arte.” (BARBOSA, 1998, p. 81)



Valorizar os diferentes códigos, a variedade de expressão, o pluralismo de manifestações culturais, é obrigação do arte-educador competente. A reflexão sobre qual é a função da Arte-Educação é imprescindível, e essa está diretamente relacionada à concepção que se tem de Arte. A partir do momento em que se trabalha com o sujeito que lê e aprende, deve-se pensar maneiras de inseri-los no universo artístico. Isso porque este universo não é aquele julgado como Arte Maior, mas como um universo plural e original em suas expressões.

São muitas as diferenças existentes no nosso país: questões de gênero, cor, idade, classe social, religião. Enfim, um pluralismo extenso de culturas, que valem ser contextualizadas e estudadas como arte e não desconsideradas do currículo. Dessa forma, o conceito de Arte pode ser diferente de um grupo para outro. Arte relaciona-se à identidade. O valor estético que um norte-americano dá a sua obra, certamente difere do valor estético dos indígenas, e, nem por isso, uma produção é superior a outra. Assim, não existe leitura de obra ou aprendizagem efetiva em Artes, se não houver uma leitura sobre o lugar, o tempo e a história deste leitor ou aluno.

#### **4. LIXO EXTRAORDINÁRIO E PAREDES PINTURAS: INTER-RELAÇÃO ENTRE ARTE E VIDA**

As relações entre a arte e a vida cotidiana das pessoas se torna muito mais explícita na pós-modernidade, em especial nos trabalhos desenvolvidos pelos artistas brasileiros contemporâneos Vik Muniz e Mônica Nador.

Vicente José de Oliveira Muniz, nascido em São Paulo em 1961, mais conhecido como Vik Muniz, é um artista plástico brasileiro radicado em Nova York, que faz experimentos com novas mídias e materiais. Suas obras são feitas normalmente de materiais diversos, como lixo, açúcar, fios, arame, e xarope de chocolate, com o qual produziu uma recriação da *Última Ceia* de Leonardo da Vinci. Ele fez ainda duas réplicas detalhadas da *Mona Lisa*: uma feita com geleia e outra com manteiga de amendoim.

Vik preenche igualmente seu tempo com pesquisas e trabalhos midiáticos a serviço do laboratório do MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Em seu currículo constam exposições na Flórida, em Miami, Montreal, Nova Iorque, México, Canadá, Austrália, e no Rio de Janeiro. O objetivo maior de Vik Muniz é alcançar também o público que não costuma ir a galerias de arte, mas que também fica fascinado com sua obra. Esse é o maior reconhecimento



profissional que o artista poderia desejar; ele fica extasiado ao ver seu trabalho admirado por aqueles que se encontram à margem do convívio social.

Uma de suas mais importantes séries é “Crianças de Açúcar” (1996) com a qual Vik Muniz participou da mostra *New Photography*, de 1997-1998, no MOMA. Essa série retrata filhos de trabalhadores de plantações de cana no Caribe, mostrando o paradoxo da doçura do açúcar com o amargor de suas vidas. As obras foram feitas com vários tipos de açúcar, e depois de fotografada, o açúcar foi colocado em potes rotulados com as fotografias originais e expostos em diversos museus pelo mundo. Nesse trabalho fica explícita a interação do artista com a comunidade em questão: além de fotografar as pessoas que vivem no local, ele recria as fotografias com o mesmo material com o qual aquelas pessoas lidam diariamente.

Dentro dessa mesma perspectiva, Vik Muniz realiza um trabalho no Aterro Sanitário Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, que em 2010 seria conhecido como o documentário “Lixo Extraordinário”. O longa já conquistou o prêmio norte-americano de melhor documentário da *International Documentary Association*, além de ter angariado a premiação máxima em sua categoria no Festival de Berlim e receber uma indicação ao Oscar 2011 de melhor documentário.

O filme enfoca a interação do artista com as fontes de seu trabalho, os coletores do lixão, os quais serviram de modelos e arrecadaram o material utilizado na composição de suas imagens. Em troca, Vik empregou dez catadores para organizar as efígies por ele elaboradas.



Lixo Extraordinário  
Pictures of garbage – Marat (Sebastião)  
Vik Muniz, 2009





Ao realizar esse trabalho artístico, Vik Muniz não só chama a atenção para a questão do acúmulo do lixo e dos problemas sociais daquela comunidade, mas também aproxima essas pessoas do universo artístico, mudando radicalmente o modo de pensar e de agir das mesmas.

Outra artista que também enfoca essa perspectiva sobre arte e vida é a pintora, desenhista e gravadora Mônica Nador. Nascida em Ribeirão Preto (SP) em 1955 e formada na Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, a artista se destaca pela produção de grandes pinturas murais, em comunidades carentes, onde passa a residir. Desenvolve pinturas em fachadas de residências, em trabalho conjunto com seus moradores, partindo de motivos decorativos.

A artista obtém grande motivação da população, partindo da transformação da realidade do lugar, e explorando o potencial transformador da arte, como no projeto Paredes Pinturas, realizado em São José dos Campos, São Paulo.

Mônica Nador afirma que não é possível fazer arte sem levar as estruturas sociais em consideração. Ela apropria-se dos padrões islâmicos, que para ela representam o choque ou o espanto do belo e se põs a aplicá-los de todas as formas por todos os cantos. Seu trabalho inicial foi na parede de um hospital em Uberlândia, feito individualmente. Depois, pintou um coreto em praça pública na Bahia com ajuda da comunidade local. Também na Bahia fez um trabalho de pintura em uma clube em Nilo Peçanha utilizando motivos resgatados do repertório local, como máscaras e figuras de boi, associadas ao grupo de precursão folclórico da cidade.

Projeto Paredes Pinturas  
Jardim Miriam Arte Clube (SP)  
Mônica Nador, 2005



No projeto “Paredes Pinturas” a artista trabalhou com a técnica do estêncil a partir de desenhos criados por pessoas daquela comunidade. A artista busca o reconhecimento e a

ARTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O ENSINO DE ARTE CONTEMPORÂNEA SOB UMA PERSPECTIVA MULTICULTURAL – ANDRE, Bianka Pires; MELO, Amanda Cristina Figueira Bastos de.





valorização dos locais em que cria seus trabalhos, promovendo cursos técnicos de desenho para os moradores e criando uma política através da beleza. Em entrevista, Mônica Nador afirma que:

“Quando fiz o trabalho na Vila Rhodia, que consistia em levar tinta e ensinar a técnica do desenho (estêncil) para elas pintarem seus lares, várias casas foram pintadas utilizando o seguinte acordo cromático + motivos: flores vermelhas, folhas verdes, miolo amarelo sobre fundo branco. Muito óbvio (simples) e muito eficiente (bonito), pensei em como poderia ter passado despercebida por mim, “pintora sofisticada” tal combinação. Aí as mulheres me contaram: “É que nós pinta pano de prato!”. Pronto: repertório de pintura de pano de prato. Desde então fiquei com essa vontade de pintar uma parede pano de prato num fundo branco...” (CANTON, 2009, pág. 42)

117

Ao trabalhar inseridos na própria comunidade, esses artistas buscam propiciar experiências estéticas, deixando os limites entre arte e vida, tão bem delimitados nas “belas-artes”, praticamente invisíveis. Essa aproximação com o cotidiano, característica da arte contemporânea, é essencial para compreender as novas propostas artísticas atuais, levando a uma reflexão sobre os valores do dia-a-dia e permitindo rever conceitos e preconceitos sobre a comunidade na qual estamos inseridos.

## 5. CONCLUSÕES

A arte e a sociedade sempre estiveram relacionadas. O artista é um sujeito inserido na sociedade que encontra em suas obras uma maneira de expor suas ideias através das imagens que cria. Essas imagens sempre refletiram as condições sociais da época, mas de uma maneira superficial, sendo tratadas apenas como temas.

Na pós-modernidade as coisas acontecem numa frequência e velocidade avassaladora. As mudanças e problemas sofridos pela sociedade transformaram o modo de ser, de pensar e de agir das pessoas. É óbvio que essa mudança interfere e sofre interferência dos artistas, até hoje vistos como a vanguarda de uma época. Para entender a arte contemporânea é necessário compreender que a arte, assim como todos os outros aspectos da sociedade, também sofre mudanças.

Vik Muniz afirma que quanto mais perto estamos de algo, mais difícil é enxergá-lo, fazendo uma comparação à arte ao afirmar que quanto mais perto no nosso tempo mais dificuldades temos em entender. A arte pede um olhar curioso, livre de pré-conceitos, mas repleto de atenção. Assim, afim de falar sobre as relações com a sociedade, a arte precisa ser



repleta de verdade. Precisa conter o espírito do tempo, refletir visão, pensamento, sentimentos de pessoas, tempos e espaços. Dessa forma pode-se tornar a arte cada vez mais acessível a todas as pessoas, proporcionando experiências estéticas, conhecimentos e visão de mundo, para um público cada vez mais crítico e atento às mudanças ao seu redor.

O Ensino de Arte é um campo fértil para as discussões multiculturais, visto que o termo “cultura” é usado com frequência em todos os documentos que legitimam e oficializam essa disciplina. Contribuir para o desenvolvimento cultural do aluno é um dos objetivos do ensino de arte, porém não fica claro como isso deve ser feito.

Fica claro que o ensino de arte é bastante mal interpretado quando comparado com as disciplinas de cunho mais técnico. A esfera da arte ocupa um lugar distinto das disciplinas formais do currículo fundamental. Ela habita o espaço da construção do conhecimento estético, devendo coerentemente, analisar a produção estética existente e simultaneamente permitir uma produção local, individual e coletiva. Tal produção só pode existir amparada pelo estudo da produção que já existe e que representa a história e a cultura de diferentes manifestações artísticas.

Em seu livro “A Imagem no Ensino da Arte” (1994) Ana Mae Barbosa ressalta a importância de se levar em consideração a herança artística e estética dos alunos com base em seu ambiente. Porém ela adverte que, se não for bem conduzida, pode criar guetos culturais e manter grupos amarrados aos códigos de sua própria cultura, impossibilitando a decodificação de outras culturas.

Richter (2003) também fala do multiculturalismo no ensino de arte ao trabalhar com a cultura e a arte popular. Ela comenta que é importante incluir a arte de outras culturas no currículo escolar e acrescenta que:

“Um aspecto que considerei dos mais importantes para que a multiculturalidade fosse tratada de forma positiva na escola foi a mudança e ampliação do conceito de arte usualmente trabalhado na disciplina Educação Artística, que passou a incluir a arte de outras culturas, seu contexto, não sofrendo nenhuma hierarquização em termos de erudito e popular.”  
(RICHTER, 2003, p. 87)

Portanto, podemos perceber a variedade de propostas e temas para trabalhar o multiculturalismo através do ensino de arte no Brasil. Ao utilizar imagens artísticas as discussões sobre esse tema podem ser enriquecidas, considerando não só as culturas do artista e as retratadas nas obras, mas também a do próprio leitor que se relaciona com essas imagens.



A expressão artística pode ser estimulada a partir da análise da expressão do “outro”, seja ele configurado dentro de uma obra analisada e interpretada, assim como a produção de arte de uma tribo, dentro de um espaço informal ou até mesmo na produção artística realizada na sala de aula. Ler uma obra de arte e deter seus códigos de interpretação supõe não só um conhecimento intelectual, mas uma outra capacidade de ler e interpretar o mundo, através do contato com diferentes culturas, modos distintos de dar significado estético a sensações e emoções que a arte provoca.

Sem uma concepção clara do que é arte, sem conteúdos e objetivos definidos, os professores acabam deixando de lado a questão cultural das obras de arte. Trabalham apenas com a dimensão afetiva da arte. Ignoram que no homem, três dimensões estão presentes – a afetiva, a cognitiva e a social – e devem ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem. (BARBOSA, 2002).

Trabalhar com obras de artistas brasileiros contemporâneos possibilita uma aproximação entre os alunos e a arte na medida em que os problemas e situações retratadas estão presentes no dia-a-dia de cada um. É necessário que o aluno desenvolva um olhar crítico também em relação à própria cultura e, a partir dela, conhecer e interpretar as demais.

Falar de Arte é falar de cultura. Utilizar a perspectiva multicultural na escola, não só é coerente com as questões contemporâneas como pode auxiliar no desenvolvimento cultural do aluno e contribuir para uma educação de qualidade no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. C.; OLIVEIRA, A. A. Sobre métodos de Leitura de Imagem no Ensino da Arte Contemporânea. In: *Imagens da Educação*, v. 3, n. 2, p. 70-76, 2013.

BARBOSA, Ana Mae (org). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. (org). *Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais*. São Paulo, Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (org). *Arte-educação: leitura no subsolo*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

\_\_\_\_\_. *A imagem no ensino da arte*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ARTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O ENSINO DE ARTE CONTEMPORÂNEA SOB UMA PERSPECTIVA MULTICULTURAL – ANDRE, Bianca Pires; MELO, Amanda Cristina Figueira Bastos de.



- BASTIDE, Roger. *Arte e Sociedade*. Companhia São Paulo: Editora Nacional, 1970.
- BAY, Dora M. *Arte & Sociedade: Pinceladas num tema insólito*. In: Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas – ISSN 1678-7730 - Nº 78 – Florianópolis, mar. 2006.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- BUORO, A. B. *Olhos que pintam: a leitura de imagem e o ensino da arte*. São Paulo: Educ, FAPESP, Cortez, 2002.
- BUORO, A. B.; KOK, B.; ATIHÉ, E. A. *Coleção O Leitor de Imagens – De todos um pouco*. São Paulo, Instituto Arte na Escola, Companhia Editora Nacional, 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia; ANDRADE, Gênese. Ana Regina Lessa, Heloísa Pezza Cintrão (trad.). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª Edição, São Paulo, EDUSP, 2011.
- CANDAU, Vera Maria F. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. In: Revista Brasileira de Educação, v:13, nº37, pág 45-56, jan./abr. 2008.
- CANTON, Kátia. *Coleção Temas da Arte Contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- CHALMERS, Graham. Seis anos depois de celebrando o pluralismo: transculturas visuais, educação e multiculturalismo crítico. In: BARBOSA, Ana Mae. (Org.) *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São paulo: Cortez, 2005
- DaMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 7ª Edição, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- FATUYL, R. B. O ensino da arte nos países do terceiro mundo. In: BARBOSA, A. M. (Org.). *O ensino da arte e sua história*. São Paulo: MAC/USP, 1990.
- FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Metodologia do Ensino de Arte*. Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor. 2ª Edição, São Paulo, Cortez, 1999
- FREUD, Sigmund. *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. S/d. São Paulo: Imago/Z - Movie Studio. DC-ROM.
- HALL, Stuart. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo (trad.). *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. 11ª Edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IAVELBERG, R. *Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.



- LA PASTINA, Camilla Carpanezzi. Reflexões sobre desenho escolar e cultura. In: *Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais : Anais do 16º Encontro Nacional da ANPAP*. Sandra Regina Ramalho e Oliveira ; Sandra Makowiecky. (Org.). Florianópolis: ANPAP, UDESC, Clicdata Multimídia, 2007. I CD ROM. ISBN 85-98958-04-2
- LÉVY, Pierre. Luiz Paulo Rouanet (trad.) *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. 7ª Edição, São Paulo: Loyola, 2011.
- MARTINS, Mirian Celeste. PICOSQUE, Gisa. GUERRA, M. Terezinha Telles. *Teoria e Prática do Ensino de Arte: a língua do mundo*. Volume único, livro do aluno – São Paulo, FTD, 2009.
- MARX, K. ENGELS, F. *Sobre Literatura e Arte*. São Paulo: Parma, 1979.
- MCCARTHY, David. Otacílio Nunes (trad.). *Pop Art*. São Paulo: Cosac Naif, 2002.
- NASCIMENTO, Erivaldo Alves. Perspectivas multiculturais na Proposta Triangular. In: *Arte & Educação em Revista*, Porto Alegre, n. 3, p. 7-11, jul./dez. 1996.
- OSINSKI, Dulce. *Arte, história e ensino – uma trajetória*. 2ª Edição, São Paulo, Cortez, 2002.
- RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e Estética do Cotidiano no Ensino das Artes Visuais*. São Paulo, Mercado de Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. Multiculturalidade no Ensino da Arte e sua Influência na Leitura dos Códigos Estéticos. In: *A Compreensão e o Prazer da Arte*. Anais. São Paulo: SESC Vila Mariana, 4º encontro, 1998, p. 12-17.
- VALENTE, A. L. *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade*. São Paulo: Moderna, 1999.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura*. 2ª Edição, São Paulo, Paulus, 2003.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994
- WILSON, Brent; WILSON, Marjorie. (1982). Uma visão iconoclasta das fontes de imagem nos desenhos de criança. In: BARBOSA, A M. *Arte-educação: leitura no subsolo*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.



## A CORRESPONDÊNCIA DO POETA CRUZ E SOUSA COMO MEMÓRIA DA EXCLUSÃO

OLIVEIRA, Fátima Maria de  
Professora EBTT do CEFET/RJ  
*fmorj@uol.com.br*

### RESUMO

O artigo percorre as cartas enviadas pelo poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898) aos amigos de Santa Catarina, quando viaja para o Rio de Janeiro, nos anos de 1888 e 1889, em busca de oportunidades de trabalho na imprensa, como forma de divulgação de sua obra poética e de sua inclusão no meio literário, e algumas outras escritas posteriormente, quando se estabelece definitivamente na capital da República em 1890, onde permanece até 1898, ano de sua morte. Verificam-se através da correspondência de Cruz e Sousa diferentes aspectos da cena literária das últimas décadas do século XIX, bem como as barreiras intransponíveis encontradas por ele em um meio social de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, que implicaram a marginalização e exclusão social de amplos setores da população, principalmente os negros, entre os quais o poeta se inclui.

**Palavras-chave:** correspondência, Cruz e Sousa, exclusão social

### ABSTRACT

The article goes through the letter sent by the symbolist poet Cruz e Sousa (1861-1898) to friends of Santa Catarina, when traveling to Rio de Janeiro, in the year 1888 and 1889, in search of job opportunities in the press as a means of dissemination of its work poetic and his inclusion in the literary world, and a few other letters written afterwards, when he definitively settled in the capital of Republic in 1890, where he remained until 1898, the year of this death. Are verified by Cruz e Sousa correspondence different aspects of the literary scene of the nineteenth century, as well as insurmountable barriers encountered by him in a social environment of traditional elitist, undemocratic and authoritarian values, which led to the marginalization and social exclusion of broad sectors of the population, especially blacks, among whom the poet is included.

**Keywords:** correspondence, Cruz e Sousa, social exclusion





## INTRODUÇÃO

A experiência de narrar-se através da correspondência constitui um ato autobiográfico largamente utilizado tanto pelos chamados homens públicos – políticos, intelectuais, escritores, cientistas – como por pessoas “comuns”. A preferência pelo escrito autobiográfico, segundo Contardo Calligaris, implica uma cultura na qual

o indivíduo (seja qual for a sua relevância social) situe sua vida ou seu destino acima da comunidade a que ele pertence, na qual ele conceba sua vida não como uma confirmação das regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada. (CALLIGARIS, 1998, p. 46)

É em busca dessa “aventura a ser inventada” que o jovem João da Cruz e Sousa, apesar de ter seu reconhecimento garantido na pequena imprensa e nas rodas literárias de Desterro, então capital de Santa Catarina, estado onde nasceu, decide, incentivado pelo amigo e conterrâneo Oscar Rosas, escritor já estabelecido no Rio de Janeiro, mudar-se para a Corte. Era o ano de 1888, e a abolição, iminente. Em 13 de maio veio a tão esperada abolição oficial e logo depois Cruz e Sousa parte para a capital do Império, com uma carta de recomendação de políticos catarinenses a ser entregue ao Sr. Taunay, ex-presidente de Santa Catarina, que, segundo relato epistolar feito por Cruz e Sousa, recebeu a carta, mas não convidou o jovem negro a entrar em sua residência. Cruz e Sousa ficou do lado de fora da casa e, nesse momento, percebeu a delimitação de fronteiras sociais e raciais com as quais teria de conviver até sua morte aos 37 anos.

É por meio da literatura que Cruz e Sousa pretende adquirir relevância social e durar, sobreviver na memória cultural de seu país. No entanto, sabia o quanto a cor de sua pele afastava-o da aventura de inventar para si um destino memorável num momento de transição política. A elite brasileira reivindicava o direito à modernidade, fundando-se em teoria deterministas e evolucionistas que nos condenavam a considerar atrasada e bárbara grande parte da população mestiça e negra. O fato de ser filho de escravos negros, ele próprio nascido escravo, vivendo em um momento de ampla difusão de teorias raciais no Brasil, torna-o, como tantos outros negros, estigmatizado no meio social, e no caso particular de Cruz e Sousa, dotado de notáveis dons



intelectuais e artísticos, aprimorados pela leitura, a exclusão estendia-se ao plano da realização de sua obra de poeta simbolista.

O Simbolismo brasileiro foi durante muito tempo considerado “corpo estranho, excrecência exótica, no conjunto de nossas letras” (MURICY, 1987, p. 20). A estranheza amplia-se quando encontramos como principal representante dessa manifestação estética, entre nós, um negro, filho de escravos, vindo de um estado do sul. Sobre *Missal*, o primeiro livro publicado por Cruz e Sousa em 1893, o respeitado crítico Araripe Jr. publicou uma resenha, na qual manifesta uma interpretação cujo conteúdo evidencia a origem racial do poeta em detrimento da qualidade literária da obra. Diz ele:

De origem africana, [...] sem mescla de sangue branco ou indígena, todas as qualidades de sua raça surgem no poeta em interessante luta com o meio civilizado que é o produto cerebral de outras raças. A primeira consequência desse encontro é a sensação da ‘maravilha’. [...] O autor de *Missal* é um poeta maravilhado. [...] Ingênuo no meio da civilização ocidental, para a qual seus antepassados concorreram apenas com o braço físico, ele olha para tudo com os olhos de um Epimênides; e todas as suas sensações são condicionadas por movimentos de surpresa que se diluem imediatamente em gestos de adoração. (Apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1975, p. 207)

Para o consagrado crítico, soavam estranhos aqueles versos em que nada havia do sentimento lírico parnasiano dominante e, principalmente, em que se esgarçavam as significações reconhecíveis, tanto mais que vinham de um poeta negro em luta contra o que se considerava inferioridade, herdada da raça.

Da perspectiva atual, vê-se como João da Cruz foi objeto de profunda incompreensão e injustiças, parte das quais seguramente se deu por ser negro e pobre numa sociedade, em que apesar das propostas de transformação do governo republicano, perpetuavam-se valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários. Some-se a isso o fato de ser um poeta simbolista em um meio literário dominado pelo parnasianismo. O biógrafo Magalhães Júnior transcreve em seu livro *Poesia e vida de Cruz e Sousa*, o trecho do artigo “Evocação de B. Lopes”, publicado na *Revista do Livro* de dezembro de 1958, em que Mello Nóbrega atesta o incômodo provocado pela presença do poeta negro nas rodas de literatura da capital da República.



Eis a narrativa sobre o que representava o poeta adepto da escola simbolista para a literatura canônica da época:

Cruz e Sousa, negro incômodo pelo talento e pelo orgulho, irritava, por esse tempo, as rodas literárias cariocas. Procurando renovar nossa poesia, o homem invulgar desafiava os confrades de pele branca e de tendências parnasianas. A abolição ainda era recente e, se José do Patrocínio lhes freqüentava o grupo, ainda assim não escapava a remoques e piadas. Cruz e Sousa chefiava a facção literária empenhada em por abaixo o templo grego em que se contrafazia, entre nós, o culto de Leconte de Lisle e de Herédia. Ligados pelo feiticismo da Forma e, pior, brancos ou havidos por tais, muitos dos nossos poetas parnasianizantes viam com maus olhos o negro evolucionário, desfechando impiedosa campanha de ironias e perfídias, que fundamente lhe arranhavam a sensibilidade. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1975, p. 238)

124

Desde Desterro, sua cidade natal, onde nascera como escravo em 1861, o talentoso Cruz e Sousa buscava formas de ultrapassar as barreiras sociais impostas ao negro brasileiro e legitimadas pelas verdades científicas dos poderosos. Escreve e publica sonetos, ainda que imperfeitos, participa como “ponto” da Companhia Julieta dos Santos, com a qual tem a oportunidade de viajar pelo Brasil, sem se descuidar do envio por carta aos amigos de Desterro dos poemas que produzia para publicação na imprensa local. O jornalismo era o meio em que despontavam escritores talentosos no século XIX e Cruz e Sousa via nessa atividade a promessa do fortalecimento de uma sociedade mais esclarecida e justa, como se pode comprovar na mensagem enviada em 1885, pelo jovem de apenas 24 anos, à comissão organizadora do Clube dos Jornalistas, quando de sua fundação:

Como representante da *Gazeta da Tarde*, da Bahia, congratulo-me com o Clube dos Jornalistas, aplaudindo, no maior grau das minhas convicções sociais, essa brilhante idéia regeneradora. Assim como a biblioteca é o restaurante do espírito, a imprensa é o grande sol da consciência coletiva. Abraço por isso o jornalismo fluminense, que deve ser a consubstanciação da democracia moderna. (CRUZ E SOUSA, *apud*, MAGALHÃES JR., 1975, p. 67)

O mesmo momento histórico que constringia a vida do jovem João da Cruz, negro liberto, também lhe acenava para a liberdade em terrenos menos acanhados do



que aqueles a que estavam condenados seus pais quando alforriados. Sua inteligência lhe permitia sonhar com reconhecimento, fama e glória, uma vez que, a partir da década de 1870, a vida cultural brasileira alargava as possibilidades para jovens talentos literários com a expansão do periodismo e o surgimento de instituições que se queriam modernas e permitiam, portanto, que a carreira intelectual deixasse de ser miragem ou privilégio de classe. É assim que em 1888, por insistência do amigo Oscar Rosas, Cruz e Sousa partiu para a Corte em busca de uma posição de maior visibilidade. Conseguira os recursos necessários para a viagem graças à generosidade do comerciante Germano Wendhausen, que juntamente com seu irmão Guilherme se ligara com entusiasmo ao movimento abolicionista catarinense. Um mês depois de feita a abolição, estava Cruz e Sousa na Capital do Império, onde viveria algumas desilusões. A maior delas foi a completa indiferença com que se viu tratado pelo antigo Presidente de Santa Catarina, Alfredo Taunay, então prestes a receber o título de visconde. Taunay, dois dias antes, conquistara a cadeira vitalícia de senador por Santa Catarina, que já representava na Câmara dos Deputados. Tinha ligações políticas com a província sulina e Cruz e Sousa trouxera, para ele, recomendações, em que depositava vivas esperanças. Entretanto, escreveria no próprio mês de sua chegada ao Rio:

Corte, junho de 1888. – Caro amigo Germano Wendhausen. – Cá estou nesta grande capital que cada vez mais se distingue pelo movimento e atividade mercantil de que dispões em alto grau. [...] O senador Taunay recebeu a minha carta, isto é, a carta que os adoráveis e distintos amigos aí me deram para ele; porém nem ao menos me mandou entrar, procedimento esse que me autorizou a não mais voltar à casa de tal senhor. Embora eu precise fazer carreira, não necessito, porém, ser maltratado; e, desde que o sou, pratico conforme a norma do meu caráter. – Deixemos o senhor Taunay que não passa de um parlapatão em tudo por tudo. [...] A imprensa tem me recebido bem, tenho sido apresentado a todos os escritores da corte, alguns dos quais conhecem-me. --- Queira dar-me a honra de escrever e recomendar-me à Exma. Família [...] Sou, com consideração e sinceridade, amigo e criado agradecido – Cruz e Sousa. (CRUZ E SOUSA, 2000, p. 821)

Apesar de ter sido, conforme diz na carta, apresentado nas redações e nos círculos literários pelo amigo Oscar Rosas, a concorrência por uma colocação era acirrada e Cruz e Sousa, na Corte, não era senão um desconhecido disputando um lugar com



outros jovens talentosos. O desalento de Cruz e Sousa fica evidente na carta que envia da Corte ao amigo Virgílio Várzea. Lemos na carta:

Corte, 8 de janeiro, de 1888. / Adorado Virgílio: Estou em maré de enjô físico e mentalmente fatigado. Fatigado de tudo: de ver e ouvir tanto burro, de escutar tanta sandice e bestialidade e de esperar sem fim por acessos na vida, que nunca chegam. Estou fatalmente condenado à vida de miséria e de sordidez, passando-a numa indolência persa bastante prejudicial à atividade do meu espírito e ao próprio organismo que fica depois amarrado para o trabalho. Não sei onde vai parar esta coisa. Estou profundamente mal e, ao mesmo tempo, longe daí... [...] Não imaginas o que se tem passado por meu ser vendo a dificuldade tremendíssima, formidável em que está a vida no Rio de Janeiro. Perde-se em vão tempo e nada se consegue. Tudo está furado, de um furo monstro. Não há por onde seguir. Todas as portas e atalhos fechados ao caminho da vida e, para mim, pobre artista ariano, ariano, sim porque adquiri, por adoção sistemática, as qualidades altas dessa grande raça, para mim que sonho com a torre de luar da graça e da ilusão, tudo vi escarnecedoramente, diabolicamente, num tom grotesco de ópera bufa. Quem me mandou vir cá abaixo à terra arrastar a calceta da vida! procurar ser elemento entre o espírito humano?! para quê? Um triste negro, odiado pelas castas cultas, batidos das sociedades, mas sempre batido, escorraçado de todo o leito, cuspidos de todo o lar como um leproso sinistro! Pois como! Ser artista com esta cor! Vir pela hierarquia de Eça ou de Zola, generalizar Spencer ou Gama Rosa; ter estesia artística e verve, com esta cor? Horrível! [...] (CRUZ E SOUSA, 2000, p. 822)

As cartas permitem-nos acompanhar a dramatização do corpo do poeta negro em sua luta pela sobrevivência material e constituem um tipo de documento em que se delineiam as linhas de força da trama histórica que atuaram sobre esse corpo. A carta, em que se representa como um “triste negro [...] escorraçado como um leproso sinistro” resume todo o drama do poeta, sentindo-se afastado da maioria dos homens de sua raça pela ilustração literária e pelo talento, e ao mesmo tempo repellido pela maioria esmagadora dos brancos. Cruz e Sousa confronta-se com uma sociedade ainda fortemente marcada pela escravidão e insatisfeita com os rumos da economia e com a perda do braço escravo. Diante deste quadro de exclusão, decide voltar para Santa Catarina em março de 1889, onde retomará suas atividades de escritor na precária imprensa provinciana. Apesar dos dissabores vividos na Corte, não abandonará o desejo de aproximar-se dos meios intelectuais da Corte, onde poderia afirmar seu engenho e sua arte e, mais uma vez, agora definitivamente, irá ambarcar em 1890 para o Rio, então



capital da República, depois de ter aceitado a magra oferta de cinquenta mil réis para trabalhar como noticiarista da *Cidade do Rio*. Além de trabalhar nesta revista, o poeta se esforçava ao máximo para divulgar colaborações em verso e em prosa em outras publicações, sem receber qualquer remuneração, a fim de tornar mais conhecido o seu nome. Apesar das adversidades encontradas e das decepções vividas na capital, detalhadamente expostas por Raimundo Magalhães Jr., em seu *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*, o poeta não se curvava à pretensa superioridade intelectual do meio em que viveu por aproximadamente oito anos, até sua morte em março de 1898, nem se deixou cooptar pelas instâncias de poder. Mantinha-se fiel ao princípio ético exposto na carta citada anteriormente, de junho de 1888, ao amigo Virgílio Várzea: “Embora eu precise fazer carreira, não necessito, porém, ser maltratado; e, desde que o sou, pratico conforme a norma do meu caráter.” O comportamento de Cruz e Sousa afirma-se na contramão do estilo de vida e aspirações dos novos grupos urbanos, incluindo negros e mestiços. É o que se revela sem escrúpulos ou dissimulação no conselho dado por Oscar Rosas ao amigo Cruz e Sousa, por ocasião das eleições para o Congresso Constituinte, em que Oscar Rosas pede ao amigo catarinense apoio político para a campanha do também poeta Luiz Delfino, candidato a um mandato eletivo no referido Congresso. Eis o curioso e desconcertante conselho, ainda que provavelmente sincero:

Á vista dos acontecimentos, tu, homem de talento e de espírito, deves te agachar e preparar um bote formidável para esmagar alguém. Embora a situação seja dos pulhas, embora a república esteja sendo explorada pela imbecilidade, onde se notam Boiteux, Lauro, Esteves e todas as zebras humanas, é preciso que tu, meu velho, fingindo que estás muito de acordo com eles, que os admiras, te metas, pregando os nomes dos atuais ministros ao povo como o evangelho da liberdade [...] a fim de ganhares certa popularidade, que mais do que ninguém podes ter, porque então aí te ajuda a máscara negra que a natureza te deu, e a fim de empulhares esses falsos apóstolos que te embrulharão, que te farão sumir se tu não te meteres já, mesmo fingindo de intrujão por entre eles, bajulando até se for preciso. [...] E então terás posição, dinheiro, empregos, e oh, mulheres alvas! (ROSAS, Oscar, apud, NETO, 2010, p. 84)

A crueza das instruções de Oscar Rosas sobre como vencer naquele meio social republicano, remetem-nos aos recursos típicos da elite brasileira em sua avidez por lucros e posições de destaque social. Se a burocracia do Império tornou-se um cabide de





empregos, a República herdará essas mazelas e dará continuidade à ética de favores, comum no período monárquico, em detrimento da ética competitiva, favorável a homens de “talento e espírito”, como Cruz e Sousa, e manterá o comportamento de intercâmbio entre bens públicos e bens pessoais. Ainda que fosse avesso a esse tipo de postura, a fim de escapar desses “falsos apóstolos”, que de fato contribuíram para a derrota material de Cruz e Sousa, o poeta em 1894, precisou recorrer, como veremos adiante, ao “empenho” do amigo Nestor Vítor, para conseguir um emprego público na capital e, posteriormente, para obter uma promoção na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde era funcionário.

A sensibilidade de que era dotado Cruz e Sousa, a sua predestinação para a Arte, dificultava-lhe a convivência com “pulhas”, “bajuladores” e “intrujões” e, assim, a “máscara negra que a natureza” lhe “deu”, segundo as palavras do amigo, reveste-se de brios e de uma altivez que o protege do embate permanente que tinha de manter nesse meio em que um “bote formidável” estava sempre à espreita. Sobre a altivez do poeta diante dos que dele se aproximavam, é significativo o depoimento de Gonzaga Duque, no artigo “O Poeta negro”, de 1909, publicado na revista mensal *Kosmos* e transcrito por Magalhães Jr., na biografia de Cruz e Sousa:

Esse exterior prejudicou-o muitas vezes. Os que para ele iam, conduzidos pelos elogios de seus amigos e recalavam por delicadeza as prevenções que, por ventura, houvessem contra a sua escola literária ou, tolamente, contra a cor de sua epiderme, lhe sentiam o arzinho desafiante, a atitude provocadora, o modo irreconciliável, quando lhes faltava espírito para se dominarem o conflito estalava. (MAGALHÃES JR., 1975, P. 172)

O suposto “arzinho desafiante” irá render-lhe a antipatia de José do Patrocínio, dono da *Cidade do Rio*, o que irá resultar na demissão de Cruz e Sousa em 1891. Mesmo antes da demissão, Cruz e Sousa já era alvo de perseguição na redação do jornal, conforme registro do amigo Araújo Figueiredo, no livro de memórias *No caminho de destino*, onde lemos:

Queridíssimo na redação da *Cidade do Rio*, pelos seus irmãos de arte, o Cruz e Sousa ajudava a fazer um bloco resistente contra o abuso de Serpa Júnior, gerente do jornal, quando negava-se ao pagamento integral dos honorários dos redatores, sendo que os de Cruz e Sousa



eram dos mais retardados, dando-se-lhe em pequenas parcelas semanais. E, todas as vezes que isso acontecia, víamos o Cruz mergulhado numa profunda nostalgia, a cofiar o queixo, à porta da redação do jornal, e com a sua indispensável bengala debaixo do braço, sereno nas misérias que o rodeavam invisivelmente, as quais, se criassem forma e se materializassem, apareceriam negras e maiores do que as águias famintas, em torno de Prometeu acorrentado à coluna do seu destino. É que a fome o devorava, impenitente, num segredo inviolável, nem ao menos sondado e compreendido por seus amigos íntimos. (FIGUEIREDO, apud MAGALHÃES JR., 1975, p. 173).

Além da penúria material, ainda segundo o memorialista Araújo Figueiredo, por essa ocasião surgiam contra Cruz e Sousa as maiores infâmias e até cartas anônimas, em cujo conteúdo multiplicavam-se os ataques aos seus escritos, considerados pelos remetentes anônimos “de uma obscuridade impenetrável”, tirando espaço em colunas que poderiam ser ocupadas por uma linguagem menos delirante e confusa, segundo os detratores.

A perseguição dos concorrentes tira-lhe o emprego, mas não o afasta do projeto de firmar-se como poeta. Continua colaborando em prosa e em verso nas colunas da *Revista Ilustrada* e do *Novidades*, o que coloca em evidência a tenacidade de Cruz e Sousa diante do meio adverso. Por essa época, Cruz e Sousa e outros poetas seus contemporâneos como Oscar Rosas, Virgílio Várzea, Emílio de Menezes, Araújo Figueiredo, entre outros, não eram considerados simbolistas. Eles se declaravam simplesmente *os novos* ou adeptos da Nova Escola e estavam empenhados em demolir as reputações literárias já estabelecidas o que os expunha aos mais desenfreados revides.

É na capital, em meio a esses conflitos com o meio literário, das dificuldades financeiras e de um período de intranqüilidade da República, cuja desfecho é a Revolta da Armada, que irá escrever os seus poemas e publicá-los em 1893 nos volumes *Missal* e *Broqueis*. É ainda nesse ano que irá formar uma família ao oficializar sua união com Gavita Rosa Gonçalves, moça negra, também descendente de escravos.

Uma das primeiras vozes a reconhecer o valor da novidade inscrita nos versos de Cruz e Sousa foi a do naturalista Adolfo Caminha. Em texto escrito em 1893, ele assim se referiu a Cruz e Sousa:



Se me perguntassem, porém, qual o artista mais bem dotado entre os que formam a nova geração brasileira [...] eu indicaria o autor dos *Broqueis*, o menosprezado e excêntrico aquarelista do Missal, muito embora sobre mim caísse a cólera olímpica do Parnaso inteiro. Erro, talvez, de observação e de crítica, mas o que é certo é que eu vejo em Cruz e Sousa um poeta originalíssimo, de uma rara sensibilidade estética, sabendo compreender a Arte e respeitá-la, encarando a vida com a independência de quem só tem um ideal – a perfeição artística. (CAMINHA, apud GUIMARÃES, 1997, P. XXI)

Nessa avaliação, encontramos a alguns pontos que esclarecem o lugar ocupado pelo poeta e sua postura em relação ao trabalho poético. Seu lugar é o de um “menosprezado”, tanto que Adolfo Caminha está ciente de que a sua indicação como o artista mais bem dotado da nova geração provocaria a “cólera olímpica do Parnaso”, pois essa escolha iria frontalmente contra a hegemonia dos parnasianos. Cruz e Sousa é ainda tido como “excêntrico”, ou seja, “afastado do centro” literário dominante. No entanto, o ideal desse “poeta originalíssimo” é a “perfeição artística”, no que sem dúvida é ajudado pelo fato de possuir uma “rara sensibilidade”, além de “estesia artística e verve”, conforme assume na carta de 1888 escrita ao amigo Vírgilio Várzea.. Ainda que distanciada do centro parnasiano, a poesia de Cruz e Sousa, teria em comum com ele o “esteticismo que balizou algumas poéticas do fim de século”. (GUIMARÃES, 1997, p. XXIII)

Mesmo depois da publicação dos dois livros, Cruz e Sousa continua a incomodar as rodas literárias cariocas. A origem racial do poeta bem como a linguagem própria do Simbolismo tornam-se alvo de ironias e perfídias, que o afastam cada vez mais daqueles que se dedicavam a humilhá-lo, catalogando em seus versos rimas e expressões peculiares com as quais faziam pastiches e paródias de seus sonetos, como a que se encontra no seguinte soneto satírico, cujo autor manteve-se desconhecido, apesar da desconfiança de tratar-se de uma paródia de Emílio de Meneses:

**BROQUEL**  
 (Sousa e Cruz)

Espiritualizante manipanço  
 gerado nos confins de Moçambique,  
 acaba de passar n'Arte em debique,  
 sonoramente, em mórbido balanço.



Ó Cristos de oiro e de marfim, não canso  
de convulso gritar que foi a pique  
a velha escola romba! Ei-lo Cacique;  
nunca se viu assim tão grande avanço!

As explosões de prônuvas alvuras  
do Florido noivado das alturas  
adora imerso em fúlgidos luaires...

Todos os pretos-minas da cidade  
um batuque de estranha alacridade  
preparam com foguetes pelos ares!

(MAGALHÃES JÚNIOR, 1975, p. 243)

O casamento e o nascimento do primeiro filho em 1894, tornam improvável a sobrevivência de Cruz e Sousa apenas como colaborador de periódicos e revistas. Sendo assim, mais uma vez, passa a depender de favores dos amigos para conseguir uma colocação remunerada e outras vezes algum empréstimo financeiro. É Nestor Vítor, paranaense com quem Cruz e Sousa travará contato pela primeira vez em 1889, por ocasião de sua primeira estada no Rio de Janeiro, quem lhe conseguirá inicialmente o cargo de auxiliar de escrita da Estrada de Ferro Central do Brasil. É a ele a quem mais uma vez se dirigirá por carta em dezembro de 1894, em busca de um posto na Estrada de Ferro em que obtivesse melhor remuneração. Diz ele na carta a Nestor Vítor:

Sobre a minha pretensão tenho a dizer-te que um dos lugares que me serve é o de amanuense, que tem um vencimento maior do que o lugar que exerço atualmente.

O dr. Piragiba que aluda a isso ao marechal Jardim, pois o meu amigo Ricardo de Albuquerque também se interessa com grande e decidido esforço. Também não deixo de aceitar o teu empenho, conforme falaste para o dr. Antonio Olyntho a quem sou bastante simpático, segundo estou informado.

O momento é de decisão e eficácia. Já longo e doloroso tempo tenho aguardado uma melhora na vida. (CRUZ E SOUSA, 2000, p.829)

A melhora aguardada pelo poeta não chegará. A doença da mulher, a morte do filho, a sua própria doença tornam a vida cada vez mais dolorosa. As cartas tornam-se uma sucessão de pedidos de socorro material e moral aos amigos, como verificamos nesta carta a Alberto Costa de maio de 1896:



Meu caro amigo. [...] Ouso insistir no pedido que lhe fiz por carta, pois acho-me na maior angústia e não tenho outro recurso senão importuná-lo mais uma vez. Peço-lhe encarecidamente que me sirva, se não em toda ao menos na metade da importância que eu lhe solicitei. As minhas contrariedades e aflições avolumam-se cada vez mais. / O amigo não pode calcular certamente nem a metade da situação por que estou passando.[...] (CRUZ E SOUSA, 2000, p.831)

Os pedidos de Cruz e Sousa denunciam a cruel exclusão vivida pelos negros que se viram despojados de qualquer benefício social depois da abolição. Abandonados à própria sorte, desvalorizados como mão-de-obra e como cidadãos, os negros tornam-se perigosos ou inúteis, verdadeiros fardos sociais. Para Cruz e Sousa, cujo sofrimento se atualizava a cada dia diante de seus olhos, na miséria experimentada pela família e na humilhação a que se expunha para sobreviver, a doença, manifestada pela tuberculose, é o modo de seu corpo dizer que as forças estão se esgotando. Foucault lembra o ensinamento de Nietzsche em *A genealogia da moral*:

Pensamos [...] que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que escapa à história... ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. (FOUCAULT, 1984, p., 27)

Em suma, o corpo também é histórico, ele é a superfície de inscrição dos acontecimentos. No corpo doente de Cruz e Sousa dramatizam-se os sofrimentos gerados pela violência excludente dos mecanismos de poder político e social republicanos. Em carta de dezembro de 1897, Cruz e Sousa apresenta ao amigo o apelo pungente de quem sente a proximidade da morte e o testemunho de quem já padece há tempos de um estado de indigência material que só fez piorar com a doença. O texto traz o relato desesperado de quem se encontra na fronteira entre a vida e a morte e clama por socorro:

Meu Nestor. / Não sei se estará chegando realmente o meu fim; -- mas hoje pela manhã tive uma síncope tão longa que supus ser a morte. No entanto, ainda não perdi nem perco de todo a coragem. Há 15 dias tenho tido uma febre doida, devido, certamente, ao desarranjo intestinal em que ando. / Mas o pior meu velho, é que estou numa



indigência horrível, sem vintém para remédios, para leite, para nada, para nada! Um horror! / Minha mulher diz que eu sou um fantasma que anda pela casa! / Se puderes vir hoje até cá, não só para me confortares com a tua presença, mas também para me orientares n'algum ponto desta terrível moléstia, será uma alegria para o meu espírito e uma paz para o meu coração. (CRUZ E SOUSA, 2000, p. 834)

Mesmo doente, escreve os poemas e a prosa poética que irão compor os livros póstumos “Evocações” e “Últimos sonetos” e “Faróis”. Os manuscritos foram entregues a Nestor Vítor, antes de partir para a cidadezinha de Sítio, no interior de Minas, em busca de repouso e recuperação. No entanto, seu caso era irremediável e de lá voltará morto, acompanhado pela companheira Gavita. O transporte do corpo, de Sítio pra o Rio, em um vagão destinado ao transporte de animais é o coroamento do descaso e da exclusão com a qual foi obrigado a conviver durante seu curto tempo de vida, pois morre aos 37 anos.

Encerro este estudo citando um trecho do texto “Emparedado”, que se encontra no livro póstumo de Cruz e Sousa, *Evocações*. Diz o poeta negro:

[...] deve ser espantoso, estupendo o esforço, a batalha formidável de um temperamento fatalizado pelo sangue e que traz consigo, além da condição inviável do meio, a qualidade fisiológica de pertencer, de proceder de uma raça que a ditadora ciência d'hipóteses negou em absoluto para as funções do Entendimento e, principalmente, do entendimento artístico da palavra escrita. Deus meu! por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições [...]. Mas, que importa tudo isso? Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febres? (CRUZ E SOUSA, 2000, p.669 )

E eu me apresso a responder ao grande poeta que sonhos e gritos, desejos e febres, naquele contexto social em que viveu, pós-abolição, não se desgrudavam da cor da pele que o acorrentava como “negra algema” aos preconceitos sócio-históricos. Os gritos do poeta, tanto nos poemas, quanto nas cartas, fazem ressoar a “loucura mais suprema” da “ditadora ciência d'hipóteses” e dão-nos a medida do “Poeta, o grande Assinalado / que povoa [s] o mundo despovoado, / De belezas eternas, pouco a pouco.”





## REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *In: Estudos Históricos*, vol. 11, nº 21, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 43-58

CRUZ E SOUSA, João da. *Cruz e Sousa: obra completa*. Organização, Andrade Murici; atualização Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a Genealogia e a História”. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984

GUIMARÃES, Júlio Castañon. Simbolismo e Cruz e Sousa. In: CRUZ E SOUSA, João da. *Últimos sonetos*. 3ª edição revista, Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997

MAGALHÃES JR., Raimundo de. *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987, vol 1

NETO, Godofredo de Oliveira. *Cruz e Sousa: o poeta alforriado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010



## O PESSOAL É POLÍTICO: JUNTAR A GRANDE E A PEQUENA HISTÓRIA

RAFAEL, Raisal Damascena

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social- UNIRIO*  
*raisarafael@yahoo.com.br*

135

### RESUMO

Este artigo tem por objeto o documentário *Cabra marcado para morrer*, de 1984, e seus acréscimos, disponibilizados em 2014. No percurso, aborda-se o procedimento cinematográfico de Eduardo Coutinho, caracterizado por inovações no modo de fazer documentário, fronteiro à ficção por ser adepto da narrativa pessoal. Investiga-se o compromisso ético em fazer cinema de entrevista. Essa metodologia de direção nos levará a questionar se o cinema pode apresentar um papel redentor entre a memória individual e a coletiva. Para tanto, utiliza-se o arcabouço teórico em torno de Walter Benjamin. Verifica-se que o modo de produção de Coutinho possibilita o cinema como acontecimento e como vivência aurática.

**Palavras-chave:** Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, memória

### ABSTRACT

This article's object of analysis is *Twenty Years Later*, a 1984 Brazilian documentary and its 2014 additions. It approaches the Eduardo Coutinho cinematic procedure, characterized by innovations in the documentary form, borderlining to fiction, because of its proximity to personal narrative. It investigates the ethical commitment on interviewing. This leads us to question whether cinema can present a redemptive role between individual and collective memory. To answer that, we use the theoretical approach around Walter Benjamin. It is verified that the form of Coutinho production enables cinema as event and as auratic experience.

**Key-words:** Eduardo Coutinho, *Twenty years later*, memory



## INTRODUÇÃO

Em julho de 2013, durante a Festa Literária de Paraty – Flip, foi lançado um volume de 704 páginas, organizado por Milton Ohata, intitulado somente *Eduardo Coutinho*. A edição reúne textos críticos; depoimentos pessoais de amigos e colaboradores; entrevistas com o diretor; textos jornalísticos e ensaios escritos por ele. Essa publicação constitui um mapa para aqueles interessados no legado artístico de Eduardo Coutinho. Este artigo segue essa cartografia, focalizando a dinâmica entre memória individual e contexto histórico-social que se evidencia de modo mais explícito em *Cabra marcado para morrer*, concentrando-se nos extras produzidos para o lançamento dessa obra em dvd, trinta anos após o estrondoso sucesso de seu lançamento no cinema.

Duas afirmativas de Coutinho norteiam a presente análise:

**Juntar a grande e a pequena história é maravilhoso.** No Brasil, em que quase não existe cidadania, se você for perguntar como uma pessoa viveu o golpe de 1964, você vai ver que tudo que eles viveram nesse ano, tirando uma minoria politizada, são visões da vida familiar. **Os marcos provêm da vida privada.** Se você falar da Copa de 1950, isso tem penetração, as pessoas ligam com sua vida real, mas os marcos históricos...eu queria fazer um filme só sobre isso. Eu gosto de mostrar (demonstrar é uma palavra que eu não gosto) e aguçar essa separação entre o real e o ideal. (...) Só me interessa trabalhar no micro e ir até o fim. Senão pode ficar uma coisa um pouco estéril e superficial: “o mosaico do Brasil”. **E gosto de trabalhar no singular, não procurar o caso típico.** (OHATA, 2014, p. 228, grifo nosso)  
Eu nunca teria feito *Cabra* se o filme não tivesse se tornado pessoal. **O pessoal é político.** (OHATA, 2014, p. 368, grifo nosso)

As implicações dessa visão sobre um modo de fazer documentário dizem respeito não apenas ao cinema, mas a uma postura política diante do outro. Ao abordar o balanço de *Cabra marcado para morrer*, contido nos extras do dvd homônimo, nos defrontaremos com a ambivalência que a intervenção do filme efetuou na vida de seus personagens, bem como a ambivalência histórica da abordagem da luta pela reforma agrária.

*Cabra marcado para morrer* oferece uma multiplicidade de linhas de interpretação: um processo reflexivo sobre o fazer documental, o panorama histórico compreendido de 1962 a 1984 marcado pela ruptura ditatorial e sua lenta abertura, a formação das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, a migração de nordestinos para o sudeste, o drama familiar da morte do pai, o paralelismo entre tragédia familiar e o fracasso de um projeto de esquerda no Brasil, entre outras.



A produção crítica a respeito de *Cabra marcado para morrer* concentrou-se, primordialmente, nos impactos que o filme gerou no processo de produção do documentário, investigando como essa produção indicou os caminhos para a metodologia de trabalho dos filmes posteriores de Coutinho. São apontados como componentes dessa metodologia: tensionamento da fronteira ficção/documental; economia de recursos cênicos, privilegiando a fala do personagem; diálogo com a reportagem televisiva; abordagem não paternalista das classes populares; produção de um acontecimento diante da câmera, produção do encontro.

A questão do limiar entre ficção e documentário se exprime quando enxergamos a reversibilidade entre esses gêneros, explicitada em *Jogo de Cena*, por exemplo. O próprio Coutinho frisou esse ponto em inúmeras entrevistas, bem como no ensaio “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”:

o documentário, ao contrário do que os ingênuos pensam, e grande parte do público pensa, não é a filmagem da verdade. Admitindo-se que possa existir uma verdade, o que o documentário pode pressupor, nos seus melhores casos – e isso já foi dito por muita gente – é a verdade da filmagem. A verdade da filmagem significa revelar em que situação, em que momento ela se dá e todo o aleatório que pode acontecer nela. (...) isso que é “verdade”, em parte, não tem a menor importância porque às vezes é mais importante que a câmera catalise essa comunidade, catalise as pessoas que estão diante dela, para que elas revelem uma “superverdade” delas. (OHATA, 2014, p. 22)

Revelar que a filmagem é uma filmagem, lembrar esse fato ao espectador, desnaturaliza o processo cinematográfico, convocando a plateia a uma reflexão ativa, a experimentar o cinema. Quando esteve à frente do Globo Repórter, Coutinho aproximou-se do documentário como híbrido da reportagem. Aprendeu a chegar filmando, a filmar em curto prazo, a fazer pesquisas prévias de personagens, como nos aponta Cláudio Bezerra em “Um documentarista à procura de personagens” (OHATA, 2014, p. 400). Em *Cabra marcado para morrer* a pergunta final a Dona Elizabeth é “Foi boa a reportagem?”. Seu tempo na televisão o ensinou a abordar de perto seus personagens, pois, filmando de longe, a fala soaria como um depoimento policial. Nessa aproximação, passou a deixar-se ver na filmagem, aparecia em cena, apareciam equipamentos (câmeras, microfones, refletores), aparece o projetor sendo montado logo na cena de abertura do *Cabra*.

Essa circunstância exposta sublinha o que já mencionamos: a única verdade do documentário é a da filmagem. A fronteira com a ficção se torna mais tênue no documentário de Coutinho não só pelo procedimento explicitador da filmagem, mas, principalmente, pela ênfase na fala do entrevistado, o qual, no momento de abertura para a narração, se inventa. Mais uma vez com Cláudio Bezerra:



O acontecimento fílmico produzido por Coutinho faz da imagem-câmera dos seus documentários um espaço virtual, onde as pessoas realizam performances de suas vidas. Cada performance se caracteriza como um meio de a personagem marcar presença e de estar no mundo do filme e da vida. (OHATA, 2014, p. 408)

A entrevista filmada no documentário tem um caráter performático, um caráter de fabulação, construção. A esse respeito, Coutinho declarou:

O que pode ser interessante pensar é que o real e o imaginário estão entrelaçados. Não existe um cinema de documentário que seja o real. Não estou preocupado se o cara que eu entrevisto está dizendo a verdade – **ele conta sua experiência, que é a memória que tem hoje de toda a sua vida, com inserções do que ele leu, do que ele viu, do que ele ouviu; e que é uma verdade, ao mesmo tempo que é o imaginário.** Não estou preocupado com a verdade pedestre das coisas, por isso a palavra dele me interessa. (OHATA, 2014, p. 222, grifo nosso)

138

Por colocar em cena personagens que surgiam na montagem dos relatos gravados, Coutinho proporcionava-lhes, mediante o encontro relacional, um espaço de construção:

A escolha dos entrevistados, o modo de conduzir a entrevista (instigando o entrevistado a “ir mais fundo”) e o modo de montá-la (sem comentários retóricos) criam um espaço cinematográfico onde as pessoas podem construir-se como personagens capazes de superar as adversidades, apresentado-se como seres únicos e autênticos (e não como vítimas, como acontece com os ressentidos). (OHATA, 2014, 390)

Esse apontamento de Cláudio Mesquita e Leandro Saraiva em “O cinema de Eduardo Coutinho – notas sobre método e variações” conduz à ética radical daquele modo de direção cinematográfica. A referência aos ressentidos dialoga com um artigo de Ismail Xavier a respeito das personagens de ficção do cinema brasileiro da década de 1990, contrastando-os com as personagens de Coutinho, as quais, embora em um contexto igualmente violento e pobre, conseguiam compartilhar suas experiências na entrevista como forma de encontro e de entrega: “a postura dialógica espera que se elimine qualquer dimensão de ressentimento, de um lado, e de manipulação, do outro, fatores que travariam a relação e não permitiriam a identificação capaz de produzir um campo genuíno de experiência” (XAVIER, 2002, p.170).

Assim, essa ética radical de Coutinho se moldava na preocupação de preservar o entrevistado, na recorrente devolução de suas imagens (apresentando-lhes o filme pronto ou dando-lhes fotografias das filmagens) e, principalmente, no estabelecimento de uma diferença prévia, que garantia a abertura relacional, com vistas a proporcionar uma igualdade na filmagem:

Eu não sou especialmente simpático com as pessoas. Quando falo com um nordestino, aparentemente não tenho nada a ver com ele. **E essa diferença eu**



**não procuro falsamente diminuir.** É claro que eu uso uma linguagem coloquial, mas não tento fingir que sou igual. **Eu não sou igual duplamente: porque estou atrás da câmera e porque não sou igual socialmente.** Ao não fingir, você começa a limpar a área. **É a partir dessa diferença assumida que certa igualdade pode se estabelecer.** (OHATA, 2014, 224, grifo nosso)

Partindo da diferença, o diretor não buscava filmar respostas prontas às suas questões, e sim, filmar o existente, numa escuta que aceitava a fala do outro para compreendê-lo: “o povo é visto na TV como uma espécie de orquídea que convém olhar com distante consideração, ou então, de muito perto, como um ingênuo repositório de folclore e ‘sabedoria’” (OHATA, 2014, 18); “Só se pode subverter o real, no cinema ou alhures, se se aceita, antes, todo o existente pelo simples fato de existir” (OHATA, 2014, 20); “No documentário, para mim, interessa o encontro. Uma câmera e dois lados. Diferenciados, porque o lado que tem a câmera tem o poder e o outro não tem. Mesmo que não tivesse a câmera, são diferenciados, porque um cara em geral é socialmente diferente do outro” (OHATA, 2014, p. 274); “só a partir de uma diferença clara é que você consegue uma igualdade utópica e provisória nas entrevistas. (...) eu sou o curioso que vem de fora, de outro mundo, e aceita, não julga. A primeira coisa: a pessoa não quer ser julgada” (OHATA, 2014, p. 276); “É espantosa a arrogância intelectual, a nossa arrogância, a de quem dirige filmes principalmente. Você tem de criar um vazio para aprender no contato. Tem um jogo que interessa aos dois lados. E vamos ver no que vai dar esse encontro” (OHATA, 2014, p. 290).

Há um dado a se destacar: embora focasse no singular, Coutinho filmava séries de personagens, não realizava filmes sobre um personagem apenas, e sim coletava relatos de vários. A construção da série, como apontado por Mateus Araújo em “Eduardo Coutinho, Pierre Perrault e as prosódias do mundo”, constitui, na tela, uma comunidade:

Forçar o singular a constituir uma série, pela estruturação e pela montagem mesma dos filmes, talvez traduza o vislumbre de uma comunidade a construir, para além da mera celebração do indivíduo, que se tornou no mundo contemporâneo um ardil de dominação. Potencializando os laços comunitários dados geograficamente pelos lugares em que escolhe se concentrar (sejam eles uma favela, um prédio, um vilarejo), o cineasta parece buscar, ou vislumbrar, uma *comunidade de experiência*, para além da que encontrou, entre os indivíduos singulares com os quais conversa. (OHATA, 2014, p. 442)

O compromisso ético de Coutinho, portanto, irradiava-se para além do tratamento particular de seus personagens, constituindo-se também como compromisso político perante uma comunidade: aquela filmada, unida àquela formada pelos espectadores. Podemos dizer que esse compromisso é evidente em *Cabra marcado para morrer*. A comunidade em questão é o Engenho Galileia, em





Pernambuco, local irradiador do modelo de Ligas Camponesas no Brasil, sob a liderança de Francisco Julião no campo jurídico-institucional. Filmado em 1964, o primeiro filme seria uma ficção com atuação experimental de moradores do engenho, mostrando a luta de outro líder, João Pedro Teixeira, assassinado em Sapé, Paraíba, em 1962. Colaborador no projeto da UNE volante, Coutinho filmara em 1962 o comício de protesto contra a morte de João Pedro. O roteiro, inicialmente, seria filmado em Sapé, porém, em 1964, o conflito de terras ainda era forte na região e tal filmagem colocaria em risco os envolvidos. Transplantou-se o cenário para Galileia, para onde Elizabeth Teixeira, a viúva de João Pedro, foi levada. Era a única personagem “real” no filme, interpretando a si mesma. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 impediu o prosseguimento da filmagem e somente em 1981 houve condição política de se retomar o projeto, desta feita, um filme documental sobre um filme de ficção que não chegou a existir.

Desde 1984, quando foi lançado, *Cabra marcado para morrer* foi objeto de muita reflexão crítica. Não se objetiva, neste espaço, fazer uma revisão do que já foi dito sobre a obra, e sim, com base nas reflexões anteriores, acrescentar algo a respeito da revisão que o próprio diretor fez ao *Cabra*, com os extras e os comentários contidos no dvd lançado em 2014. Veremos, a seguir, que os procedimentos que marcaram seu fazer cinematográfico são invocados mais uma vez para revelar as convergências entre a tragédia familiar dos Teixeira, a luta camponesa, a história pessoal de Coutinho e a política nacional.

## OS EXTRAS

29 de março de 2014, Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro. Na sala escura, fãs, amigos, equipe técnica, personagens de outros filmes, todos se reuniram para o lançamento do dvd de *Cabra marcado para morrer*, trinta anos após o lançamento desse filme no cinema. Naquela oportunidade, além da exibição do filme principal, foram exibidos os extras que acompanham o dvd: os filmes *A família de Elizabeth Teixeira* e *Sobreviventes de Galileia*. Em seguida, formou-se uma mesa de debates com Zelito Viana, Eduardo Escorel e José Carlos Avellar. Visivelmente emocionados, comentaram os extras, saudaram o lançamento do dvd e lastimaram a violenta ausência do realizador dos filmes, do amigo. Uma personagem de *As canções* entoou a música que, para ela, era a de que Eduardo Coutinho mais gostava: “Fascinação”. Assistente de som, câmera, assistentes de direção, amigos contaram episódios de sua convivência com o diretor. Contar histórias sobre ele, naquela noite, parecia a melhor forma de homenagear aquele que sabia ouvir e captar para o cinema bons contadores.



O texto-homenagem lido por Eduardo Escorel, e publicado dias depois, finalizava dizendo: “Se nos fosse dado o direito de guardar na memória uma única lembrança do Coutinho eu escolheria o do encontro em Paraty, durante a Flip, no ano passado. Ele parecia estar bem e, na medida dele, feliz”. Quem esteve presente na tenda dos autores em 6 de julho de 2013, ou acessou posteriormente a gravação pela internet, pôde observar Coutinho expondo alguns de seus princípios na direção de filmes: concisão na filmagem; abertura para o que o outro tinha a dizer, sem preocupação com verdades que não a da filmagem; escolha de personagens pela sua habilidade narrativa.

Na oportunidade, estimulado por Escorel, mediador daquele encontro, revelou que sua única utopia se encontrava no seguinte trecho de *A miséria do mundo*:

a entrevista pode ser considerada como uma forma de *exercício espiritual*, visando a obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida. A disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e a compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular é uma espécie de *amor intelectual*: um olhar que consente com a necessidade, à maneira do “amor intelectual de Deus”, isto é, da ordem natural, que Spinoza tinha como a forma suprema do conhecimento. (BOURDIEU, 2008, p. 704)

Sua utopia dizia respeito, pois, à aceitação dos fatos naturais como eles são, a assentir com o mundo, com os fatos naturais. Sabendo deste dado, compreende-se porque uma de suas perguntas mais frequentes nas abordagens era “Isso é bom ou é ruim?”. Seu método de entrevista estava aberto para o que quer que o outro contasse, desde que contasse bem, desde que se contasse com afeto, jamais partindo de um pressuposto saber sobre a pessoa ou a situação de filmagem.

Na fala, o entrevistado se tornava personagem quando se passava “algo de extraordinário”, outra expressão que ele usava muito. Esse algo de extraordinário se dava ali no instante da gravação, ou não se dava. Esse era outro de seus princípios de filmagem: prazo curto e espaço cênico limitado. Se algo de extraordinário acontecesse ali, seria irrepitível: ou estava gravado, ou não estava. A única verdade da filmagem era que houve uma câmera num tempo e num lugar.

Contudo, a atenção aberta à fala do outro produz ambivalências, pois, por mais que se tente tocar o outro, há uma impossibilidade em fazê-lo. Na Flip, foi exibido o trecho de *Peões* no qual o personagem questiona, após sofrido silêncio, se Coutinho já havia sido peão, após o que se houve muito baixo a resposta de que não, não que soubesse. Sobre esse trecho, Coutinho afirmou que, justamente por não ter sido peão é que poderia fazer um filme sobre peões, um



filme de fora para dentro. E prosseguiu dizendo que “todos gostaríamos de ser de tudo, rinoceronte, mulher, homem, e não é, e as pessoas sofrem disso, por isso as pessoas se inventam”. Fazer filmes de entrevista, escutar as pessoas, portanto, é um desafio à intransmissibilidade da experiência, apostando na narração como possibilidade de brecha para a transmissibilidade.

Ainda naquele 6 de julho, o cineasta comentou seus últimos projetos, um filme no qual reencontrava três personagens e um reencontro com os personagens de *Cabra marcado para morrer*, que seria lançado como extra. Assim, esse último projeto teria sido filmado por obrigação, a pedido da Cinemateca Brasileira e da Petrobras, que investiriam no lançamento do dvd. Desse modo, as narrações desse filme eram irregulares, pois nem todos tinham habilidade para relatar as histórias, mas o resultado final demonstraria o que Coutinho chamou de “o preço da militância”, o preço que a família Teixeira pagou pela morte de João Pedro e pelo golpe.

Que preço foi esse? Os traumas, as marcas profundas que esses eventos deixaram na família, pulverizada: dos onze filhos, apenas o caçula, Carlos, foi criado integralmente por Elizabeth. Em *A família de Elizabeth Teixeira*, vemos as entrevistas de Marta, Marinês, Isaac, Maria José, Carlos e Nevinha. A filha mais velha, Marluce, como dito no *Cabra marcado para morrer*, suicidou-se. Peta, um dos filhos, matou o irmão, José Eudes. Abraão, o filho jornalista, também já havia morrido quando da filmagem de *A família de Elizabeth Teixeira*.

O filme começa na favela de Ramos, com Marta. Marcos André, filho de Marta, gosta de ir a João Pessoa visitar Elizabeth, e diz que, na sua última visita, a avó estava participando do Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Marta revela mágoa da mãe, que nunca a visitou nem procurou, nem os irmãos a procuraram após o encontro em 1984, no MAM, para o lançamento do filme.

Marinês, ao falar do distanciamento da mãe, diz que aceita, mas não entende: “É como se você estivesse vendo um filme. Você vê um bom filme, você chora, você sente, você ri, mas não é a tua vida, é um filme”. Seu referencial de vida é a irmã, Marta: “nada mais tem pra me provar a não ser seja mulher aí pra saber da onde eu vim, quem sou eu, aquela ali é minha irmã”. O avô, a quem chamava “pai Mané”, a expulsou de casa quando tinha doze anos. Um avô que “era um cara bom”. Como explicar que mandou matar seu pai? Não entende, é muito confuso. Foi morar com o tio, Antônio Vitor, que ajudou a matar seu pai. Em *Cabra marcado para morrer*, o planejamento do assassinato é atribuído ao fazendeiro Agnaldo Veloso Borges, que assumiu um cargo político para livrar-se de uma condenação.



O filme prossegue com entrevistas de Issac, Maria José e Carlos. Na entrevista de Carlos, Coutinho pede para filmar no quintal, o que nos remete ao *Cabra*, quando Elizabeth refaz sua entrevista, mais relaxada. Neste outro quintal, é Elizabeth mais uma vez o foco da cena: Coutinho lhe pede que leia a transcrição do discurso final do documentário de 1984. Ela lê com dificuldade, está idosa, tropeça em algumas palavras, mas quando Coutinho dispara: “A senhora acredita ainda?”, tem uma resposta vigorosa: “Acredito. João Pedro dizia que iam tirar a vida dele, mas a reforma agrária ia ser implantada em nosso país. Quantos anos do assassinato de João Pedro e que a reforma agrária ainda não foi implantada em nosso país?”.

A trajetória da família se encerra com o diálogo com Nevinha, que se diz traumatizada por tudo que lhe aconteceu, e Juliana Elizabeth, que se tornou professora de História e ganhou um prêmio fazendo com seus alunos, que se tornaram guias do Memorial das Ligas Camponesa, na antiga casa de João Pedro Teixeira, em Sapé. No caminho, Juliana aponta para Coutinho um conflito por terras ocorrendo ali, em 2013, com assentados na margem do rio, confirmando, sem o saber, a frase da avó.

A luta pela reforma agrária é retomada em *Sobreviventes de Galileia*, cenário primordial das Ligas Camponesas. Os sobreviventes filmados são Cícero e João José. Cícero Anastácio da Silva foi atuante na formação das Ligas. Após uma experiência de três anos numa metalúrgica em São Paulo, retratada em 1981 no *Cabra marcado para morrer*, retornou ao Engenho Galileia, de onde não mais saiu. O filho de Cícero, Wilson, informa que permanecem as atividades da Associação dos Pequenos Agricultores de Galileia – no momento, com projetos de construção de casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. A gravação prossegue com a exibição num MacBook de uma entrevista de 2007. A tela do computador exhibe o pesquisador Claudio Bezerra perguntando: valeu a pena a luta? Cícero responde: “Valeu a pena, a luta. Porque hoje ninguém é cativo mais como eu era não, eu era cativo, vivia no cativo, eu trabalhava sete dias da semana, eu pagava nove dias de um sítio, nove dias por semana, de um sítio com 1 hectare de terra, na época. Olha, a semana só tem sete dias, eu trabalhava os sete, de sete a sete, não podia descansar. Se eu me escondesse pra sair o encarregado ia me procurar onde eu estivesse, se ia na minha casa e não encontrasse saía me caçando por dentro dos matos ao redor. Às vezes eu pegava uma gaiolinha e me escondia pra mim pegar um passarinho, eu saía com uma baleadeira pra pegar um passarinho pra comer, quando dava o infeliz me achava: ‘vai pro engenho, fazer ração pros boi, pros burro’. Eu tinha que vir, ou ia ou botava pra fora. Então a luta valeu a pena, hoje ninguém é cativo de ninguém mais, é cativo sim de suas obrigações porque tem que trabalhar pra arrumar alguma coisa pra comer, mas não é cativo



mais de patrão, hoje não tem mais ninguém cativo, nenhum da rua é cativo mais, os trabalhador que trabalha na rua, trabalha de boia fria não é cativo mais”. Equipe, diretor e personagem assistem essa cena. A imagem final se fecha com um close no rosto circunspecto de Cícero, em silêncio.

Contrastando com esse desfecho, segue-se a entrevista de João José, o Dão da Galileia, que vendeu o sítio e comprou seis casas em Vitória de Santo Antão. João José é alegre, expansivo, contador de causos: sua viagem a Cuba (que, durante a Flip, Coutinho mencionou ser duvidosa, mas como era maravilhoso o modo como contava, pouco interessava se verdadeira ou não), seus namoros com as cubanas, seus casamentos e filhas. A entrevista termina com a despedida gravada de dentro do carro em movimento, que lentamente se afasta, como terminava a gravação de *Cabra marcado para morrer*, dessa vez sem discurso. No lançamento do dvd, essa despedida não deixou de ser notada pelos presentes como doloroso prenúncio.

Finalizando os extras do dvd uma faixa comentada: o áudio de uma conversa entre Carlos Alberto Mattos, Eduardo Escorel e Eduardo Coutinho, gravada em 30 de janeiro de 2014. *Cabra marcado para morrer* é novamente exibido, quase sem som, enquanto sobressai o áudio dos comentários simultâneos. Destaquemos alguns pontos dessa conversa: logo de início, Coutinho informa que João Pedro Teixeira foi filiado ao partido comunista, mas isso não entrou no filme de 81 porque, mesmo com a abertura, ainda se pensava que “comunista não era gente”. Quando Carlos Alberto pergunta sobre o dispositivo de devolver a imagem ao entrevistado, dispositivo recorrente nesse filme, e após, no documentário brasileiro em geral, Coutinho responde que, naquele momento, não se tratava de reflexão filosófica prévia, mas simplesmente um mecanismo de evidente deflagração dramática. Ao comentar sobre a noite do golpe, o diretor fala que “vocês não sabem o que é sentir medo” e revela que chegou a ser detido por algumas horas na prisão de Recife, tendo dividido a cela com Tona, irmã de Liana, do comitê estadual do partido e sabia onde ela estava. Seu pavor era saber que se fosse torturado, a teria delatado. Diz que queria fazer um filme sobre os delatores, pois ficaria louco se fosse torturado, ninguém sabe o que é o medo, chegou a sonhar com esse dia durante anos. Depois de liberado, não foi mais importunado, acredita que porque o filme inicialmente era um projeto da UNE, entidade legal até dias antes de sua prisão.

Quando o filme se volta para a linha narrativa da procura pelos filhos de Elizabeth, Coutinho aponta que muitos espectadores se envolvem mais com essa parte final do filme, pois o Rio de Janeiro não se interessa pela liga camponesa, mas pelo drama familiar. Por fim, destaquemos o comentário sobre o epílogo do filme, a cena na qual João Virgínio sorri perante



brincantes de folia de reis: “Se você demora esse homem não existe, a memória dele não existe. Todas as coisas que você constrói estão destinadas a morrer, sabe? A derrota está sempre ali. Isso é, sabe, não pode ter ilusão nisso, esse triunfalismo de todo filme de esquerda dos anos 60, eu via e dizia assim ‘Mas nós estamos no poder! Nós já estamos no poder!’ (...) a gente foi derrotado, po! Todas as alas! Os soviéticos, anarquia, e dizem que não, querem dizer que foi um sucesso, sabe?”

## CONSIDERAÇÕES

Por ocasião do lançamento de *Cabra marcado para morrer*, muito se falou em redenção. Os motivos são vários: em diversas entrevistas Coutinho se referia a Walter Benjamin como uma influência em seu pensamento, o próprio momento político da abertura inspirava um sentimento de retomada dos projetos interrompidos em 1964, o conteúdo da filmagem revelava a fala dos esquecidos pela história oficial, os que não teriam voz não fosse aquela intervenção artística, o formato fragmentário da montagem estabelecia afinidades com a forma não-linear do tempo messiânico judaico.

João Moreira Salles, a respeito da fascinação de Coutinho pela famosa imagem do anjo da história, considerou que o *Cabra* promovia um balanço final da tempestade ao dar voz aos sobreviventes, que contam suas histórias em forma de réquiem. Jean-Claude Bernadet também cita as teses de “Sobre o conceito de história”, quando Benjamin afirma que somente para a humanidade redimida o passado é citável. Em sua análise, Bernadet concentra-se na dinâmica entre resgate e perda que se dá no filme, denominando esse processo de resgate histórico como construção em abismo, redemoinho do resgate, vórtice fílmico, pois uma história está dentro da outra o tempo todo, e o tempo é estilhaçado, fragmentário: “O fragmento não é uma arbitrariedade estilística, mas é a própria forma da história derrotada, motivo pelo qual, mesmo na busca da coerência e da significação, o caráter fragmentário não pode nunca ser abandonado” (OHATA, 2014, p. 470).

Entretanto, em revisão de seu ensaio de 1984, Bernadet aponta: “A ‘ponte’ – metáfora que continuo achando aplicável aos filmes *A queda* e *Cabra marcado para morrer* – não elimina a ruptura. O trabalho de resgate não repõe a perda” (OHATA, 2014, p. 474). Mais recentemente, Laércio Rodrigues retoma esse apontamento para seu artigo “Coutinho, leitor de Benjamin” no qual classifica de benjaminianos quatro filmes de Coutinho (*Cabra marcado*, *O*





*fiio da memória, Peões, O fim e o princípio*) em que reconhece o esforço por “demover dos escombros as vozes esquecidas” (RODRIGUES, 2011, p. 125).

Em outra vertente, Roberto Schwarz, com “O fio da meada”, frisa o contraponto da atmosfera esperançosa criada pelo resgate histórico (de abertura política) e pessoal (de reinvestimento da identidade de Elizabeth, que pode deixar de se esconder por causa da filmagem):

A visita aos filhos e aos outros membros da equipe inicial, que emigraram, é o que o filme mostra, o seu elemento de constatação, contrabalançando o fim feliz do primeiro plano. Estão jogados e desperdiçados pelo Brasil, sem saberem uns dos outros, sem trabalho que preste, dando a medida do desmembramento e do retrocesso humano que a evolução do capitalismo significou para os trabalhadores da região. (...) São frações da vida popular consistente que se criou no Nordeste e que a evolução geral do país não se cansa de pulverizar. (OHATA, 2014, p. 464)

146

Tales Ab’Sáber complementa:

Em *Cabra marcado para morrer* o próprio ceticismo predomina, bem demonstrado pela dispersão, isolamento e dissociação da vida de seus personagens. No entanto, o filme continua sendo, em seu princípio ordenador de fundo, uma reserva de lucidez para a vida pública brasileira. O seu próprio nível estético – na expansão dialética do pensamento realizada pelo filme – comprova que algo de vital não se perdeu com a violência da descontinuidade histórica. (OHATA, 2014, 514)

A pá de cal, porém, advém do próprio Coutinho:

Primeiro, o filme termina se referindo ao cinema – ‘quando este texto foi escrito’ – ou seja, há a contingência do tempo. Segundo, eu estava querendo dizer: olha, passaram-se dois anos, e ela nem os filhos viu. E mais: o filme volta para o João Virgínio, e o texto diz que ele morreu dez meses depois das filmagens. Ou seja, **a catástrofe é sempre iminente, você está sempre precisando resgatar, porque está sempre perdendo**. Um ano depois não haveria mais filme, e a memória daquele cara teria se perdido. Então, ao contrário daquela coisa triunfalista que eu odeio nos filmes em geral, documentário e ficção, *Cabra* tem esses dois lembretes, que as pessoas esquecem um pouco. O filme não resolveu a vida de Elizabeth com os filhos, um dos personagens morreu e a memória dele podia ter-se perdido como a de tantos outros. Esse troço é essencial: evitar de todas as formas resolver a sociedade nos filmes. **O cinema não vai resolver o social**. (LINS, 2004, p. 54-55, grifos nossos)

O cinema não resolveu o social. O cinema não reconciliou a família de Elizabeth Teixeira. O cinema não impediu que a tragédia se repetisse pelos mesmos motivos na mesma família: o ciclo iniciado com a morte do genro e cunhado (João Pedro morto a mando de seu sogro e cunhado) se conclui com um fratricídio também por disputa de terras e discordância quanto a atividades de associação rural. O cinema não contribuiu para a reforma agrária:



retornando a Sapé, a luta por terras permanece, agora sob a bandeira do MST. Se a louvada redenção promovida pelo *Cabra* foi apenas parcial, desconfiada, cética, podemos nos colocar a pergunta: qual o alcance do cinema?

Outro ensaio de Walter Benjamin, reiteradamente citado no campo do cinema, intitulado “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, levantava essa perene questão em torno do papel do cinema e da arte em geral, agora destituída de aura. Nesse ensaio, Benjamin postula que o cinema ativa o inconsciente ótico, podendo assumir contornos revolucionários sobre as massas, haja vista que sua própria estrutura técnica libera o choque. O cinema poderia, então, politizando a arte, dar uma resposta à estetização da arte, elemento fascista. Susan Buck-Morss, em “Estética e anestésica: uma reconsideração de *A obra de arte* de Walter Benjamin” detém-se sobre o que seria politizar a arte em vez de estetizá-la. Para tanto, retoma o significado etimológico de estética, que diz respeito ao corpo, à experiência sensorial da percepção. Assim, a tarefa conclamada por Benjamin exige “desfazer a alienação do sensorio corporal, restaurar a força instintiva dos sentidos corporais humanos em prol da autopreservação da humanidade, e fazê-lo não evitando novas tecnologias, mas perpassando-as” (CAPISTRANO, 2012, p. 156). Em sua argumentação, Buck-Morss salienta o caráter anestético e anestésico da modernidade: o excesso de informação nos entorpece, pois não suportaríamos os choques contínuos, os estímulos excessivos. Como mecanismo de defesa, a consciência amortece o presente, impedindo-o de se tornar memória, e, portanto, experiência. Instigado pelas leituras que fez de Freud, Benjamin refletia sobre o empobrecimento da experiência e admirava a poesia de Baudelaire, cujo material era justamente o choque como essência da experiência moderna. No ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire”, Benjamin trata da memória involuntária abordada por Proust e a relaciona à duração, de Bergson. O afloramento da memória involuntária diria respeito à aura:

A experiência da aura repousa portanto na transferência de uma forma de reação normal na sociedade humana para a relação do inanimado e da natureza com o homem. Quem é olhado ou se julga olhado levanta os olhos. Perceber a aura de uma coisa significa dotá-la da capacidade de olhar. Isto é confirmado pelas descobertas da *mémoire involontaire* (BENJAMIN, 1983, p. 52-53)

Miriam Hansen, em “Benjamin, cinema e experiência: a flor azul na terra da tecnologia” discorre sobre esse momento de percepção da aura como uma teoria da experiência em Benjamin. Dadas as circunstâncias de pobreza de experiência, haveria uma possibilidade de transformação do modo aurático da experiência na citação, na alegoria: “É que só em estado fragmentado, como ‘citação’, o sedimento utópico da experiência pode ser preservado,



arrancado do *continuum* vazio da história” (CAPISTRANO, 2012, p. 215). Se alegoria tem o condão de transpor a experiência, rompendo o tempo linear, essa operação se dá na linguagem:

O que está em jogo para Benjamin é a possibilidade de um *uso* diferente da linguagem, um uso capaz de mobilizar o poder mimético historicamente concentrado nela contra o “era uma vez” da narrativa histórica clássica”. Ao definir o “lado pedagógico” do *Projeto das Passagens*, ele cita Rudolf Borchardt: “Treinar nossa faculdade de criação de imagens para olhar de forma estereoscópica dimensional para as profundezas das sombras da história”. Esse olhar heurístico deveria produzir não imagens hermenêuticas (nas quais o passado e o presente se iluminam mutuamente como um *continuum*), mas “imagens dialéticas” – imagens “em que o passado e o agora cintilam numa constelação”. A óptica dialética do olhar histórico detém o movimento das imagens (“naturais”, arcaicas, míticas, oníricas) no momento de seu “acesso à legibilidade”; dá-lhes um “choque”, ou seja, alegoriza-as, possibilitando que sejam citadas. No entanto, só “na paralização” elas podem tornar-se imagens genuinamente históricas, mônadas que resistem à continuidade catastrófica do tempo. “A primeira etapa dessa viagem será transpor para a história o princípio da montagem” (CAPISTRANO, 2012 p. 222)

148

Miriam Hansen indica a possibilidade de transposição deste uso mimético da linguagem para o cinema:

A promessa de coletividade do cinema reside menos na milagrosa conversão da quantidade economicamente motivada em qualidade política, sugerida em *A obra de arte*, do que na configuração ou reconfiguração de choque dos documentos sociais – imagens, sons, fragmentos textuais de uma experiência alienada, porém comum. O potencial revolucionário da montagem não depende apenas da repetição formal do efeito de choque, mas também, talvez primordialmente, do poder mimético de seus elementos, da “cumplicidade da técnica cinematográfica com o meio”. Como o espaço permeado pelo inconsciente e revelado nessa conjuntura histórica só pode ser coletivo, o cinema torna-se um lugar em que as estruturas tradicionais de classe caem por terra, permitindo que o intelectual burguês mude de posição (CAPISTRANO, 2012 p. 222)

Nosso percurso sobre o *Cabra marcado* e seus acréscimos parece configurar exatamente esse uso, que faz aflorar memórias recalçadas (individual e socialmente) por vinte anos no filme de 1984 e continua a apresentar revelações nos filmes de 2014. Se o cinema não é capaz de redimir o passado, é capaz de expô-lo, constituindo uma memória do presente. Tomemos como exemplo dessa operação a fala de Cícero Anastácio, o agricultor de Galileia, sobre a validade de sua luta. Os termos com que avalia o que se passou repetem, tal e qual, o cordel de Ferreira Gullar, escrito em 1962 para o CPC da UNE, *João Boa-morte, cabra marcado para morrer*, que dá título ao documentário de Coutinho:

Trabalhava noite e dia



nas terras do fazendeiro.  
Mal dormia, mal comia,  
mal recebia dinheiro;  
se recebia não dava  
pra acender candeeiro.  
João não sabia como  
fugir desse cativo. (GULLAR, 2004, 112)

O cordel prossegue incentivando João Boa-morte, também chamado João Pedro, a entrar para as Ligas Camponesas e sair do jugo do latifúndio. A crença ingênua numa conscientização de fora para dentro é marca também do *Cabra* original, de 1964, fruto do mesmo CPC da UNE. O filme de 1984 expõe a ingenuidade dessa premissa, e reexpõe, em 2014, a fala lúcida de Cícero, para quem, se hoje não se é mais cativo de fazendeiro, ainda se é cativo do trabalho para ter o que comer.

Esse é um exemplo de dobra que a narração da memória proporciona. O relato afeta não só quem rememora, mas também o espectador, que compartilha uma experiência. Os vórtices temporais construídos no cinema de Eduardo Coutinho nos dão uma dimensão da vida, nos devolvem a experiência, nos enredam na retribuição do olhar que seria proporcionada pela aura. Nesse encontro com a vida e com o outro, o fazer cinema, para Coutinho, era a própria felicidade: “Eu sou um cara tido folcloricamente como pessimista, mas, se há uma coisa que acho bacana em meus filmes, é que no cinema eu vejo o mundo com um olhar feliz” (OHATA, 2014, p. 294).

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. Trad. de E. A. Cabral e J. B. de Oliveira Damião. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, W.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito da história. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAPISTRANO, Tadeu (org.). *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. tradução Marijane Lisboa e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SCOREL, Eduardo. *Cabra marcado em dvd*. disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/questoes-cinematograficas/geral/cabra-marcado-em-dvd> Acesso em 18/04/2014.



GULLAR, Ferreira. *Toda poesia (1950-1999)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

LINS, Consuelo. *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OHATA, Milton (org.). *Eduardo Coutinho*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

RODRIGUES, Laércio Ricardo de Aquino. Coutinho, leitor de Benjamin. in: *Devires* v. 8, n. 2. Belo Horizonte: UFMG, julho/dezembro 2011, 118-137.

XAVIER, Ismail. Documentário e afirmação do sujeito: Eduardo Coutinho, na contramão do ressentimento. in: *Estudos de cinema Socine*, ano IV. São Paulo: FAPESP, 2003, 163-171.

*Cabra marcado para morrer*. Direção: Eduardo Coutinho. Produção e distribuição: AMZ Mídia Industrial S.A. Brasil, 2014.



## “BENDITO FRUTO”<sup>1</sup>: MINORIAS, ÉTICA DIALÓGICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de  
Doutorando em Direito - FADISP.  
*affonsodir@gmail.com*

### RESUMO

A concepção de sociedade plural passa pelo reconhecimento das minorias, conforme previsão constitucional fundada no princípio da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, na superação das desigualdades, na isonomia material independente de cor, sexo, origem, opção sexual, condição social, em suma na efetividade dos direitos humanos fundamentais. É esse o pano de fundo do filme “Bendito fruto”. Edgar, um cabeleireiro, vive em união estável, mantida por relações de afetos com sua “empregada”, ao mesmo tempo em que nega a existência dessa relação a partir do modelo patriarcal de sua formação cultural e deseja encontrar uma esposa branca. No entanto, tem um filho homossexual, fruto do amor com Maria, não reconhecido. Conhece uma pretendente ao posto de esposa pelo padrão social e cultural familiar tradicional. Entretanto, quando desmistifica valores e passa ao reconhecimento da pluralidade cultural na alteridade, vai ao encontro do justo. Descobre a relevância do respeito mútuo pelo afeto como entidade familiar, na liberdade e no convívio com a diversidade pela solidariedade como caminho da felicidade.

**Palavras-chave:** Dignidade da Pessoa Humana; Afeto; Minorias.

### ABSTRACT

The concept of plural society depends on the recognition of minorities as constitutional provision founded on the principle of human dignity, solidarity, overcoming inequities in equality regardless of the material color, sex, national origin, sexual orientation, social status, in short the effectiveness of basic human rights is the backdrop for the movie blessed fruit. Edgar a hairdresser living in stable relationships maintained by affections with his "housemaid". At the same time it denies the existence of this relationship from the patriarchal model of their cultural backgrounds and want to find a white wife. However, the fruit has a gay son the love with Maria unrecognized. Knows a pretender to the wife by the social and cultural traditional family pattern post. However, when demystifies values and passes the recognition of cultural plurality in otherness meets the fair. Discover the importance of mutual respect for affection as a family, living in freedom and solidarity with diversity as the path to happiness.

**Key-words:** Human Dignity; Affection; Minorities.

<sup>1</sup> “Bendito Fruto – uma divertida história de amores” é um filme dirigido por Sérgio Rosenberg. Trata-se de uma comédia. O enredo se dá a partir do reencontro de dois antigos colegas de Escola: Edgar (Otávio Augusto) e Virgínia (Vera Holtz), a viúva que, de férias na Cidade Maravilhosa, acaba atingida por uma tampa de bueiro no táxi onde se encontrava. O filme aborda o relacionamento entre Edgar e Maria (Zeze Barbosa), que tem um filho, fruto dessa união afetiva. Trata-se de Anderson (Evandro Machado), não assumido pelo pai. Por sua vez, Anderson tem um relacionamento homoafetivo com Marcelo Monte (Eduardo Moscovis). Edgar é dono de um salão de cabeleireiro no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro e tem, como funcionárias, Choquita (Camila Pitanga) e Telma (Lúcia Alves) personagens secundários que testemunharão os fatos, envolvendo as relações amorosas e seus desdobramentos com segredos, surpresas, momentos de alegria e tristeza típicos da condição humana (ROSENBERG, 2004).





## INTRODUÇÃO

“Bendito Fruto” é um retrato do Brasil contemporâneo, suas contradições, dilemas existenciais, desigualdades, preconceitos, discriminações. Uma referência às famílias que se constituíram com base na união estável; “histórias de vida” de pais e filhos que mantêm relações de afeto, mas que tiveram negado o reconhecimento pelo direito, durante o Século XX. Com o advento da Constitucionalização do Direito, encontramos campo aberto à efetividade dos direitos das minorias, tendo, como fundamento, a dignidade da pessoa humana para além de cor, sotaque, condição social, língua, opção política, cultura, religião. No filme, há clara menção ao preconceito, pelo fato de não assumirem publicamente a união entre Edgar, um branco, “patrão”, e Maria, uma preta, “empregada”, embora se constituam em união estável pelos laços de afeto, que permitem o reconhecimento como entidade familiar, como a convivência pacífica, contínua e duradoura e tenham, inclusive, frutos dessa união, próprios da constituição da família.

No entanto, se há o afeto entre os amantes, falta esse elemento na relação entre o pai e o filho, este não assumido. Da mesma forma, o pai não assume, perante a sociedade, a relação afetiva por sua companheira ser “empregada e preta”, o que não configuraria o padrão familiar da época para uma família tradicional de classe média.

Observa-se, no caso brasileiro, o preconceito e a discriminação como elementos históricos, que mantêm a distância entre o legal e ilegal, com padrões moralmente construídos por uma elite conservadora. Esses, trazem, consigo, uma concepção familiar, tradicional e da propriedade privada dos meios de produção, como fator que distingue ricos e pobres, brancos e pretos, casados e “amigados”. Certamente, o fator fanatismo religioso alimenta essa distinção, tendo, como base, a família reprodutora, patriarcal e de manutenção de desigualdades pelo não reconhecimento das minorias como parte na constituição do Estado e País. Essa questão central, arraigada na sociedade autoritária e escravocrata ao longo do período colonial e republicano, foi sedimentada, como cultura dominante, pelas elites, embora, mais recentemente, haja mudança de paradigma, com a ascensão social de grupos, outrora colocados à margem da sociedade ou, mesmo, que tinham seus direitos negados como partícipes do Estado Democrático de Direito.



Certamente, o preconceito e a discriminação racial e sexual que, ainda, permeiam a sociedade brasileira, guardam raízes no modelo econômico, social e político. Tal modelo precisa ser rediscutido, em especial por instituições ilegítimas, as quais não contemplam a diversidade, mesmo diante de leis que tratam do racismo como crime e que flexibilizam as relações afetivas, como o casamento homoafetivo e o divórcio consensual em cartórios. Além disso, persiste muito fanatismo religioso, negando as minorias e a manutenção de desigualdades pelas alas conservadoras, que apostam o preconceito e a discriminação como caminhos para segregação social e cultural. Isso gera o sofrimento humano e o suicídio moral de sujeitos considerados indesejados aos padrões dominantes impostos no cotidiano, até mesmo pela pressão social que recai sobre aqueles que optam por não casar ou não ter filhos, ou, ainda, pela separação para, assim, ficar sem parceiro, especialmente sobre a figura feminina que precisaria da “proteção” masculina ao seu lado.

Ao mesmo tempo, temos o conflito do “ter” em detrimento do “ser” na pós-modernidade. Insiste-se, dessa forma, em negar ao outro seu espaço de pertencimento como cidadão na *Polis*, pela pouca efetividade do direito das minorias. Encontramos, aqui, a base principiológica do direito, que aponta, como sua função social, condição humana que assegure a liberdade na diversidade, isonomia formal e material, em suma, no direito a ser parte para homens, mulheres, homossexuais e filhos mantidos nas relações de afeto.

Para além do isolamento e individualismo segregando sujeitos considerados fora dos padrões hegemônicos e os colocando à margem da sociedade, encontramos a luta do direito do porvir no novo milênio, calcado na ética dialógica inclusiva, pela solidariedade, respeito mútuo, amor e felicidade como direitos humanos fundamentais.

### **1. A “CIDADE MARAVILHOSA” ENTRE A TRADIÇÃO E O PROGRESSO: UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA QUE CONVIVE COM O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO DAS MINORIAS.**

As grandes cidades são constituidoras de padrões estéticos, culturais e sociais, o que deveria afirmar a diversidade pela pluralidade de atores e instâncias sociais. Porém, o que temos visto, em pleno Século XXI, são ações depreciativas de valores humanos universais. A simbiose local-global acaba por manter excluídos sujeitos considerados



fora da ótica dominante. Ainda que se garanta o tratamento como consumidores de bens e serviços, a sua inserção social e jurídica fica prejudicada pela discriminação com que são tratados cotidianamente.

A pós-modernidade trouxe avanços significativos para a melhoria da vida das pessoas, com o tratamento de doenças antes sem chance de cura. Ao mesmo tempo, a banalização da vida ganhou relevo e a negação do outro é mantida à custa do conservadorismo, arraigado ao fanatismo religioso patriarcal e ao evolucionismo eurocêntrico do século XIX. Essa visão insiste no não reconhecimento dos “povos” como uma só raça e tampouco no planeta como *habitat* de todos os seres racionais e irracionais. Essa questão ganha relevo quando tratamos do caso brasileiro a partir da colonização lusitana durante o pacto colonial até o advento republicano: a escravidão, como marca indelével da nossa história, a casa grande, a senzala, os capitães do mato, a empresa colonial voltada para a exportação de produtos primários e a escravidão indígena, africana e a negação do elemento nacional na construção do País que somos. Trata-se de uma utopia de civilidade branca, machista e de sotaque estrangeiro incorporado como dominante pelas elites locais.

Esses traços seriam definidores de uma cidade que legitima desigualdades a partir não só do *status social*, mas da cor da pele e, ainda, do trabalho como característica associada a pessoas pobres, afrodescendentes, indígenas e nordestinos.

Ao longo do pacto colonial, essa característica marcaria o estereótipo de que o prestígio social não é para todos, e que cada um teria o seu lugar na sociedade, no espaço público e privado: a casa associada à família patriarcal, monogâmica, do senhor de engenho, proprietário dos bens e incluído os escravos; a senzala, a rua, para os excluídos.

Na passagem do século XIX para o XX, temos outro traço marcante da sociedade brasileira na transição semifeudal para o incipiente capitalismo periférico.

A imigração pela pressão do neocolonialismo inglês permite a substituição do trabalho escravo associado ao negro. Isso repercute na escassez de mão de obra com a iminência do fim da escravidão e a proibição do tráfico. Num primeiro momento, temos a entrada de chineses e, posteriormente, uma grande leva de italianos, alemães, japoneses, entre outros. Ficou, no entanto, pelas elites locais, o ranço de quem manda e



quem deve obedecer e ter deveres, não direitos. Da mesma forma, quem tem privilégios acima dos direitos.

Durante o período colonial e republicano, a supremacia européia parece ter ficado impregnada na mente das elites, em especial pela colonização e presença católica, associada ao Estado até a proclamação da República do ponto de vista formal. Não por acaso, no modelo colonial e neocolonial, a religião é parte constituidora do projeto metropolitano. No caso brasileiro, foi marcado pela companhia de Jesus, ala conservadora católica, que combate a expansão do protestantismo pelo mundo afora na denominada contrarreforma.

Com o advento republicano, temos a utopia de civilidade, pela associação entre pobreza e higiene. Os cortiços representam uma ameaça ao projeto burguês de cidade ordenada aos padrões eurocêtricos. Essa perspectiva histórica nos faz analisar, mais profundamente, as raízes do preconceito e da discriminação, em especial pelo perigo social que os pobres e negros representam às elites, o risco de greves, manifestações, rebeliões. A ideia de civilidade circulava pelas elites cafeeiras no Rio de Janeiro, outrora centro administrativo do império e República até a transferência da capital para Brasília, na década de 1960.

A pequena burguesia, nesse período formada, traz, consigo, características marcantes de negação do elemento negro e nacional associado à escravidão, ao atraso e à “ignorância”, bem como a concepção de família calcada na figura do homem e da mulher de influência religiosa cristã e Greco-romana. Seria o velho mundo constituidor de uma civilidade nos trópicos: a associação do elemento nacional com a pouca instrução, como forma de controle político. Assim, a afirmação do estrangeiro como civilizado reproduz o autoritarismo das elites e barões do café. Era preciso miscigenar o Brasil pelo enbranquecimento dos “povos”. Para tal, imigrantes, advindos de regiões pobres da Europa e com baixa escolaridade, são trazidos para o trabalho na lavoura, com a tarefa de construir a América, o novo mundo. Dessa forma, a educação para o trabalho passa a ser objeto da instrução pública.

Ao mesmo tempo, a escravidão, paulatinamente, é associada à ignorância, ao trabalho forçado, chegando a ganhar contornos sociais preocupantes, como a vinculação entre o atraso ao sertão, por se constituir geograficamente uma área pouco fértil. Seria uma forma de afirmar a supremacia nórdica às condições de clima do sul e sudeste



brasileiro ao avanço da modernidade, na constituição de um Brasil próspero e civilizado e o fanatismo religioso: “cimento” social de conformismo e naturalização de desigualdades.

Esses mitos não revelam a exploração a que são submetidos trabalhadores tanto europeus quanto o próprio nacional, ex-escravos e mestiços, na construção da cidade. Eles reforçam, sim, o preconceito e a discriminação contra o elemento nacional como constituidor de uma identidade nacional na cidade e na vida pública, sempre visto com desconfiança e cuidado pela associação do que é “bom”, o que é exógeno e o que é “ruim”, associado à própria pobreza material, à ignorância do nacional e ex-escravo.

Essas observações são relevantes para o estudo da questão do filme e do problema da democracia racial no Brasil que naturaliza desigualdades e a vulnerabilidade social dos pobres, pretos, homossexuais, em especial da periferia: marginalizados na própria formação histórica, cultural e política das elites. Formam-se valores morais deturpados de negação do nacional e adota-se a repressão como marca nas insurgências populares, associando-os à marginalidade. Entretanto, os maiores levantes sociais do período colonial e republicano forma liderados por líderes negros e mestiços, em regiões onde havia mais repressão: Zumbi dos palmares, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, revoltas como a Sabinada, Balaiada, Revolta do Malês, Revolta da vacina. A própria resistência contra a ditadura civil-militar teve um ilustre baiano, mestiço: Carlos Marighela.

Resta o reconhecimento social do preto em espaços restritos como o divertimento do futebol ao samba. A musicalidade, em geral como força cultural africana, permanece com Cartola, Milton Nascimento, Jorge Ben Jor, Gilberto Gil, entre outras ilustres vozes, expressões artísticas e intelectuais reconhecidas nacional e internacionalmente. Também homossexuais se destacam pela diversidade cultural e social na moda, no carnaval, nas novelas e artes, pela espontaneidade e criatividade brasileira, mas não são afirmados como heróis nacionais. Esse mito é do bandeirante (homem), do Duque de Caxias (militar), sempre repressores e que usam da violência, julgamento do “forte sobre o fraco”, como caminho para o sucesso. Criam-se, pois, estereótipos depreciativos do outro, reproduzidos no universo de chefia por ambos os sexos, como forma de autoafirmação perante a sociedade autoritária, traduzido na negação à pluralidade social e cultural.



Essas considerações são relevantes para situarmos nossa história aos 25 anos da Constituição Cidadã, ao mesmo tempo em que o preconceito, o racismo, as desigualdades sociais se fazem tão presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, o filme “Bendito Fruto” aborda o cotidiano de pessoas comuns que têm suas vidas entrelaçadas pelos dilemas existenciais e sociais. É o que acontece com o personagem Edgar, um solteirão, protótipo de família patriarcal, que deseja casar com alguém da mesma condição social e, por esse motivo, nega um relacionamento com sua “empregada” negra, mantendo as aparências pela necessidade moralista da tradição familiar. O fruto desse relacionamento afetivo é um rapaz que mantém um namoro homoafetivo, objeto de preconceito pela sociedade machista e autoritária como a nossa.

A personagem Virgínia (viúva), por sua vez, parece satisfazer o desejo dessa utopia cristalizada por Edgar, por ter características que ora a aproxima ora a afasta, como ser branca, de família tradicional, de classe média: biótipo almejado por ele como padrão de esposa voltada aos afazeres doméstico-familiares. No entanto, como “boa cozinheira” é reprovada. Reforça-se a cultura machista e preconceituosa do universo masculino: a procura por padrões socialmente esperados, mesmo constituindo famílias reprodutoras de infelicidade e frustração existencial, conduzindo conflitos, tragédias e sofrimento humano.

No entanto, prevalece a relação afetiva, ao invés das aparências, e Edgar acaba por “assumir” o relacionamento com sua companheira, embora não oficialmente como esposa, mantendo as aparências e reforçando o preconceito social e de cor.

## **2. “BENDITO FRUTO”: DAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS E AFETIVAS EM FACE À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

O enredo do filme se passa no Rio de Janeiro, “Cidade Maravilhosa”, pelas suas belezas naturais. Centramos nosso estudo nos personagens Virgínia, Edgar, Maria e no fruto da relação afetiva entre Edgar e Maria, o “Bendito Fruto”, pois Anderson é o centro da trama por mexer, justamente, com o afeto entre pais e filhos e entre ele e seu amor, fruto de relação homoafetiva: Marcelo Monte. Ao mesmo tempo, Telma e Choquita (personagens secundárias) trazem ao debate a aproximação entre a ficção e a realidade com que a mídia impõe comportamentos e a violência como algo presente no cotidiano pelo preconceito, discriminação, banalização das vidas e criação de





estereótipos a partir de padrões estéticos e deturpação de valores morais dominantes. Isso conduz ao sofrimento humano pelo isolamento do corpo social das pessoas indesejadas aos padrões moralmente impostos, resultando em conflitos existenciais e entre aqueles que convivem no mesmo espaço público e/ou privado.

“Bendito Fruto” mostra o retrato da sociedade carioca e brasileira do final do Século XX, fazendo-nos refletir sobre qual sociedade queremos para o Século XXI, por meio de contradições entre o passado e presente. Temos uma sociedade que prega a “cordialidade” e a “democracia racial”, respeito à diversidade, por sermos um País aparentemente sem desigualdades, nem sociais, nem culturais. Porém, a realidade de vulnerabilidade social de minorias se revela em preconceito, discriminação e criação de estereótipos, ferindo, frontalmente, o previsto no art. 3º, inciso III e IV da Constituição de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CRFB, 1988).

Também o art. 5º, caput e o inciso XLI da Carta Constitucional são explícitos quanto aos direitos e garantias fundamentais, inclusive das minorias:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (CRFB, 1988).

Ademais, é previsão constitucional da Carta Magna, no art. 4º, o reconhecimento de que o Brasil é regido nas relações internacionais, entre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos. Nesse sentido, é relevante destacar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos ao qual o Brasil é signatário em especial na proteção das minorias, anexado ao Decreto 592/1992.

O Pacto de Direitos Civis e Políticos de 1966, em seu artigo 2º, assegura aos povos pertencentes aos Estados partes do referido pacto o respeito, bem como garantias



aos indivíduos sujeitos à sua jurisdição, sem discriminação por cor, sexo, raça, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem social ou nacional, situação econômica, de nascimento ou quaisquer outras condições, demonstrando uma evidente proteção aos direitos das minorias. Por sua vez, o art. 10 trata da liberdade como valor essencial, o qual não pode ser privado, e do tratamento com respeito à dignidade inerente à pessoa humana. Entendemos que, com relação à dignidade da pessoa humana, o núcleo a ser protegido, em especial, trata-se de minorias. Também o art. 27 trata explicitamente da proteção das minorias:

Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua” (Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992).

O Pacto de San José da Costa Rica de 1969 em seu art. 1º, tratando dos deveres dos Estados e dos Direitos protegidos em seu art. 1º, dá ênfase à proteção das minorias:

[...] Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social” (Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948 explicitava o respeito às minorias nos artigos I, II e VII, respectivamente citados:

[...] Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

[...] Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...] Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (Declaração dos Direitos Humanos Universais da ONU).



No que tange à existência familiar, é previsão do art. 226, § 3º da Constituição Federal, a proteção à família na sua pluralidade de relações afetivo-amorosas:

“[...] para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (CRFB, 1988).

“Bendito Fruto” aponta para o debate do reconhecimento mediante as opções individuais, às liberdades civis e a transmutações sociais do novo milênio para além do consenso da maioria. O direito existencial, sua complexidade, dilemas, conflitos da pós-modernidade, tendo, por baliza, a Dignidade da Pessoa Humana como princípio fundante de todo ordenamento jurídico. É a previsão do Art. 1º, III, que assegura à relação afetiva os mesmos direitos da união estável, além do reconhecimento da união homoafetiva como núcleo familiar.

Conforme previsão de vanguarda do Supremo Tribunal Federal, a ainda recente Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 decidiram pela interpretação conforme a Constituição para excluir qualquer impedimento que prejudique o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar a partir do art. 1723 do Código Civil, por haver a equiparação da união homoafetiva à união estável, com base nos princípios da igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.

Por sua vez, com a Constitucionalização do Direito Civil, as relações de parentesco assumem um viés sócio afetivo para além do fato biológico:

Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem.

Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 1.614. O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação (Lei 10.406 de 10/01/2002)

Nesse sentido observamos, em “Bendito Fruto”, justamente, a falta dos laços de afeto entre Edgar e Anderson, Pai e filho, ao mesmo tempo em que entre Anderson e



Marcelo há a presença marcante da afetividade pelo respeito mútuo, na solidariedade, isonomia material, amor e felicidade no justo.

Maria Berenice Dias em “Sociedade do Afeto” identifica um termo que caracteriza a nova entidade familiar para os que vivem em união estável: “amantes”.

Na contemporaneidade, a concepção verticalizada e heterogênea da sociedade é rediscutida pela pluralidade de esferas sociais, novos atores e instâncias. A relação entre amantes, companheiros e de gênero são rediscutidas, a própria intimidade, honra, imagem das pessoas, ao mesmo tempo em que são expostas pela mídia, precisam ser preservadas, inclusive mediante indenização em caso de violação, conforme art. 5º, incisos I e X da Constituição Federal.

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (CFRB, 1988).

Por outro lado, descendo do plano formal ao material, há relações assimétricas entre o direito positivado e a realidade social pela distinção entre sujeitos considerados indesejados pela sua cor, origem, opção sexual, condição social, enquanto outros privilegiados gozam de plenos direitos e garantias constitucionais no plano formal e material. Edgar reproduz a própria concepção de sociedade patriarcal, conservadora e elitista de negação do outro, de preconceitos e discriminação histórica e culturalmente sedimentadas pelas elites conservadoras. Uma sociedade de extremos, afirmando, pela violência simbólica e física, a segregação no mesmo espaço. Nesse sentido, riqueza e pobreza convivem com a repressão do Estado e da própria sociedade, traduzidas na intolerância, na depreciação do outro e na violência, ao invés de acolher e dar afeto.

Demonstra-se, dessa forma, uma sociedade midiática, capaz de se chocar e solidarizar com vítimas da violência, ao mesmo tempo em que afirma todos os dias desigualdades, naturalizando-as e normatizando-as em agressões físicas e simbólicas aos pretos, homossexuais e mulheres, como minorias, mediante a repressão do Estado e, mesmo, a discriminação cotidiana.

Tal cenário é agravado quando leis são interpretadas por julgadores tirânicos com os “olhos” de classe abastada no trágico da ação, no ato de proferir sua sentença condenatória: empurrar pobres, pretos e periféricos para as prisões superlotadas, sem



perspectiva de ressocialização e reinserção social. Apostam, pois, no aprisionamento como regra para retirar “suspeitos” do convívio social, muitas vezes já excluídos por muros visíveis e invisíveis dos condomínios e favelas, da indiferença, do olhar que subjuga o outro a partir da vestimenta, sotaque, cor da pele, opção sexual.

Nesse sentido, temos campo aberto à reflexão de nossa sociedade e a que queremos como espaço de convívio pacífico e harmônico, ou de mais segregação e violência cotidiana.

A questão central do filme “Bendito Fruto” é, portanto, do ponto de vista jurídico, repensar o direito desde o campo filosófico pela ética dialógica inclusiva, de pertencimento pelo reconhecimento da alteridade como parte constitutiva da cidade, como cidadãos que exercem sua democracia participativa. Discute-se o próprio espaço urbano como produtor de desigualdades produzidas pelo próprio homem, referendado pelo Estado nas políticas públicas que não contemplam a inclusão das minorias (seja pela educação, saúde, moradia, renda, mobilidade precárias para quem está à margem da sociedade), embora com o discurso de mudança e desenvolvimento de governos ditos democráticos, mas que não se traduzem na efetividade dos direitos humanos, fundamentados na dignidade da pessoa humana para todos.

### **3. A ÉTICA DIALÓGICA INCLUSIVA NA ANÁLISE DE “BENDITO FRUTO”**

Reconhecimento é um tema complexo, em especial numa sociedade que insiste em afirmar desigualdades de toda ordem. O Consenso da maioria, simbolicamente representado na figura individual da autonomia privada, precisa ser revisto pelo alargamento de instâncias e atores sociais por laços de solidariedade e uma ética calcada no respeito mútuo. Nessa medida, na relação entre Edgar e Maria há a busca pela felicidade. Embora tenham liberdade para manter seu relacionamento, há a negação por parte de Edgar do reconhecimento do seu filho com Maria. Nesse sentido, a busca pela dignidade, mediante o egoísmo e conservadorismo patriarcal da formação de Edgar, torna a relação amorosa incompleta. Trata-se, assim, de um sujeito que, ainda, idealiza uma relação nos moldes tradicionais.

Em certa medida, o filme reproduz a sociedade contemporânea, que insiste em negar o reconhecimento de pretos, homossexuais, não os elevando ao status de cidadãos. Dessa forma, prevalece a discriminação das minorias. Essa concepção, mesmo



com resistência, tem mudado com o papel de vanguarda do STF, no reconhecimento da união homoafetiva e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, realizado por Cartórios por todo o País.

Edgar, no filme, acaba por manter uma visão “preconceituosa” contra sua companheira, na figura da “empregada doméstica”, visando manter aparências impostas socialmente. E o direito do mais forte também se impõe, pelo simbolismo de isonomia formal e desigualdade material, tanto que o arcabouço normativo constitucional, fundado em princípios, fala em pluralidade, diversidade, solidariedade, dignidades, igualdade, mas a realidade se mostra diversa. Nisso, a Constituição Federal parece distante da realidade como algo inalcançável para a esmagadora maioria de “Marias” (mulher, doméstica, preta e da periferia) e “Andersons” (mestiços, homossexuais), espalhados pelo país e encontrados nas ruas, vistos como “suspeitos” pela cor, sotaques, vestimentas, opção sexual, gênero.

Embora supostamente legitimados formalmente como sujeitos de direitos, a norma jurídica não alcança sua legitimidade material pela negação da ética dialógica inclusiva. Assim, nosso sistema jurídico, que assenta, no Estado de Direito, a democracia, funciona num sistema representativo de elites que dominam e ditam as regras do direito como privilégio para poucos: nega-se a democracia participativa como essencial ao acesso à justiça, em especial das minorias. Temos um sistema de pesos e contrapesos fadado ao fracasso, pois nossa sociedade patriarcal é cristã, conservadora e dominante. Não por acaso, a pirâmide social não vislumbra mudanças de paradigmas, mas apenas reformas naquilo que não agrada aos grupos no poder.

As esferas de instâncias e atores sociais que buscam alcançar o status de legitimidade material normativo esbarram na burocracia estatal e numa sociedade autoritária, que insiste em manter distante o diálogo para a inclusão do outro, seu reconhecimento como sujeito.

As instituições ilegítimas reproduzem esse discurso normativo pelo poder nas mãos de poucos, que decidem os rumos das massas carentes de justiça distributiva e social. Nesse cenário, se formam os preconceitos materializados na discriminação, no racismo, na perseguição aos homossexuais. A diversidade é tratada com desrespeito, estereótipos, aumenta-se o fosso social e cultural entre possuidores e não possuidores pelos padrões econômicos, políticos e sociais moralmente impostos de homem, mulher,





família, casamento, amizade, comportamento, revelados na intolerância à diversidade. Até laços de solidariedade, tão expressos na Carta Magna, passam a ser ignorados pelo distanciamento que une e separa. Essa realidade é mais notória nos presídios superlotados, campo de refugiados de pobres, pretos e da periferia, bem de sujeitos que não se encaixaram nos padrões moralmente determinados por uma elite que não compreende nem quer entender, apenas isolar, segregar para não misturar.

Embora com o discurso racional normatizado em ressocialização, reinserção e oportunidades que visem à superação de desigualdades, solidariedade, cidadania, entre outros princípios (como a dignidade da pessoa humana, expressos na Constituição Federal), todos os dias são reforçados e reafirmados os espaços de cada um em seu mundo à parte por privilegiados e quem está à margem, seja nos veículos de grande circulação, seja nos olhares que se cruzam nas ruas, praças, avenidas, centro, bairros nobres e periferia, heterossexuais e homossexuais, brancos e pretos.

## CONCLUSÃO

“Bendito Fruto” aborda o preconceito numa sociedade patriarcal que não reconhece o outro como partícipe, mesmo estando próximo. Reflete a própria sociedade pós-moderna e o individualismo como causa do sofrimento humano; os dilemas existenciais e morais pela falta de uma ética dialógica como caminho de enfrentamento do preconceito e do respeito à diversidade: temas propícios ao campo de estudo da filosofia do direito, já que se observa a pouca efetividade dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal em especial para as minorias. Além disso, reflete o peso do fator econômico para a produção de desigualdades, aliado aos estereótipos e padrões estéticos de beleza, na formação do preconceito e racismo, entre outros aspectos históricos como o patriarcalismo, a escravidão e o modelo Greco-romano associado ao fanatismo religioso cristão na formação ocidental.

As desigualdades são fruto, também, de uma ideologia elitista de pensar o País de cima para baixo, a partir de valores que não são o cotidiano do povo pobre das periferias e, muito menos, das minorias.

O caminho de superação do preconceito e discriminação, com fulcro nos princípios norteadores do direito entre os quais a solidariedade, o amor e o afeto, tendo como fundamento a dignidade da pessoa humana, é o belo e justo desfecho do filme



Bendito Fruto. Reconhecimento é algo complexo em especial numa sociedade de ranços patriarcais, em que prevalecem preconceitos e discriminação de toda ordem.

Assim, a constitucionalização dos direitos civis é caminho a ser percorrido como instrumento de transformação social que assegure ao outro a dignidade na singularidade pela ética dialógica inclusiva. Isso ocorre quando Edgar assume o relacionamento afetivo, como entidade familiar, com Maria, tornando-a pública e tentando se reaproximar de seu filho, Anderson, mesmo após ter negado, durante muitos anos, essa união estável.

## Referências

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado 1988.

\_\_\_\_\_. *Lei 10.406* de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em 12 Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_politicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm)>. Acesso em: 30 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. *Pacto de São José da Costa Rica*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 28 jul. 2012.

DIAS, Maria Berenice. *Sociedade de Afeto*. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/1\\_-\\_sociedade\\_de\\_afeto.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/1_-_sociedade_de_afeto.pdf)>. Acesso em: 11 Mar. 2014.

GOLDENBERG, Sérgio. *Bendito Fruto – uma divertida história de amores*. Comédia. 89 minutos. Paris Filmes. 2004.

ONU. Assembleia geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC, Rio, 005, Dezembro 2000. Disponível em:



<[http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Supremo reconhece união homoafetiva*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em 12 Mar. 2014.



## A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO A POSTERIORI NO CINEMA – ROMANCE HIROSHIMA, MON AMOUR DE MARGUERITE DURAS

ASSIS, Paulo

*Mestrando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*

### RESUMO

O presente artigo objetiva investigar, delimitar e analisar como a narrativa pós-estruturalista da escritora francesa Marguerite Duras (1914 -1996), especificamente o cinema-romance *Hiroshima, mon amour* (1960), a partir do processo de reescritura como estabelecido por Andrea Paraíso (2002), engendrada sob o conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari (2002), e memória retroativa identificado por Freud (1920), possibilita observar a elaboração da memória como construção *a posteriori* como apontada por Ricouer (2007). Atribuindo, assim, à memória uma função de busca pelo eu biespectral moderno na reescritura durassiana.

**Palavras-chave:** Pós-estruturalismo. Memória retroativa. Reescritura.

### ABSTRACT

The presente article aims to investigate, define and analyse how the pos-structuralist narrative of the French writer Marguerite Duras (1914 – 1996), specifically the cine roman “Hiroshima mon amour” (1960, from the rewriting process established by Andrea Paradise (2002), engendered under the concept of rhizome proposed by Deleuze and Guattari (2002) and retroactive memory identified by Freud (1920) makes it possible to identify the elaboration of memory as *a posteriori* construction as indicated by Ricouer (2007). Thus ascribing the memory a search function for the modern bispectral “I” in the Durassian rewriting.

**Keywords:** Post-structuralism. Retroactive memory. Rewriting.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra uma pesquisa maior que objetiva investigar, delimitar e analisar como a narrativa pós-estruturalista da escritora francesa Marguerite Duras (1914 - 1996), especificamente aquela que emerge em diálogo com a proposta estética desenvolvida pelo Nouveau roman (fase iniciada com *Moderato Cantabile: suivi de Moderato cantabile et La Presse française* de 1958),<sup>1</sup> a partir do processo de reescritura (PARAÍSO, 2002), engendrada sob o conceito de memória retroativa (FREUD, 1920), possibilita identificar a

<sup>1</sup> Paraíso (2001) aponta que “a partir de *Moderato cantabile, de 1958, a escrita de Marguerite Duras começa a modificar-se. O cenário passa a ser representado apenas por raras descrições, e o enredo torna-se mais conciso*” (PARAÍSO, 2001, p. 19). Todavia, indica, também, que Leyla Perrone-Moisés (1996) identifica, já em *Le square* de 1955, influências do Novo Romance, mas prefere fixar as fases da narrativa durassiana a partir de Maria Cecília de Moraes Pinto (1996): fase realista, até 1958; a fase do novo romance, que se estenderia até 1980; e a fase pós-moderna.



construção da memória como construção *a posteriori* assim como estabelecida por Ricoeur (2007). Atribuindo, assim, à memória uma função de busca pelo eu biespectral moderno na reescritura durassiana.

Perrone-Moisés (2007), ao observar a obra Duras, assim como Paraíso (2002), identifica a conformação de um efeito autobiográfico no qual, por meio do processo de reescritura, o narrador *não apenas retoma os textos anteriores, como modifica a maneira de enxergá-los, reescreve-os* (PARAÍSO, 2002, p. 107). O sujeito durassiano inserido nessa dinâmica discursiva é múltiplo, narrador e personagem no mesmo instante:

em que são transposições das experiências existenciais da autora. De uma existência que, narrada de maneira objetiva (se tal coisa é possível), seria predominantemente triste, e por vezes trágica, a escritora conseguiu extrair um esplendor artístico que se refletiu em sua própria pessoa, transformada, no fim da vida, em personagem enigmática, quase ficção (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 103).

Linguagens distintas, nessa perspectiva, confluem na formação dos textos durassianos: o teatro é subvertido pela linguagem cinematográfica e a prosa assume um fluxo poético proporcionando o apagamento de fronteiras. O atravessamento por todas as linguagens artísticas torna as obras de Marguerite Duras inclassificáveis, transitando em territórios híbridos delimitados por diálogos constantes entre o cinema, a literatura, as artes plásticas e a música. Sendo que o

cine-roman (filme-romance) é um pouco [mais] impreciso, pois ele pode equivocadamente sugerir (1) o romanceamento de um filme ou (2) um romance ilustrado, quando, na verdade, o termo se refere a uma espécie de criação artística paralela, que assume duas formas simultâneas: prosa ficcional e filme. O texto é escrito para a tela – e, neste sentido, ele parece um roteiro de cinema – mas ele também possui uma existência literária autônoma. Para os teóricos do cine-roman, a relação filme-literatura não pressupõe nem mesmo a suspeita de subordinação ou hierarquia entre as duas artes (STAM, 2008, p. 338).

Na configuração do *cine-roman* como gênero literário, nesse quadro, prescinde compreendê-lo como autônomo em relação ao roteiro, reconhecendo sua existência literária independente pois “no caso do cine-roman, portanto, é errôneo até mesmo falar em adaptação, que Resnais muitas vezes comparou a requestrar uma comida” (STAM, 2008, p. 338).



Brum (2003) relata que o primeiro cinema-romance de Marguerite Duras *Hiroshima, mon amour* (HMA) é de 1960 e foi publicado pela editora Gallimard, mas foi levado para as telas de cinema por Alain Resnais no ano 1958 e excluído da seleção oficial do Festival de Cannes de 1959 por seu tema sensível. O horror atômico no imediato pós-guerra e no prelúdio da Guerra Fria assumiu na obra de Renais aquilo que Jean-Luc Godard chamou de a primeira película sem referências cinematográficas da história. O presente artigo dialoga com o cinema-romance de Duras e não, com o filme de Resnais.

A obra durrassiana foi diretamente atravessada por dois movimentos estéticos da metade do século XX: o Nouveau Roman e a Nouvelle Vague. O primeiro teve como expoentes Michel Butor (1926-), Claude Simon (1913-2005), Alain Robbe-Grillet (1922-2008), Nathalie Sarraute (1900-1999) e a própria Duras (1914-1996). Simon foi o Prêmio Nobel do movimento em 1985. Os novo-romancistas questionavam a estrutura clássica do romance consolidada no século XIX, a narrativa incorpora o caos, a fragmentação se afastando da configuração de figura humana central ou como aponta Robbe-Grillet (1986) ao propor que:

se em muitas páginas emprego conscientemente o termo Novo Romance, não o faço com o intuito de designar uma escola, nem mesmo um grupo definido e constituído por escritores que trabalhariam num mesmo sentido; trata-se apenas de um rótulo cômodo que engloba todos aqueles que procuram novas formas de romance, capazes de exprimir (ou de criar) novas relações entre o homem e o mundo, todos aqueles que se decidiram a inventar o romance, isto é, a inventar o homem (ROBBE-GRILLET, 1986, p. 8).

Robbe-Grillet (1968) ao estabelecer “*uma crítica de uma ordem estabelecida e uma proposição para uma ordem nova*” (ROBBE-GRILLET, 1986, p. 11) abole a figura clássica de herói, liberando a narrativa de toda carga humanista e antropocêntrica, e a conduzindo para um nível autorreflexivo, narcisista,

portanto, atribuamos à noção de compromisso o único sentido que ela pode ter para nós. Em lugar de ser natureza política, o compromisso é, para o escritor, a plena consciência dos problemas atuais de sua própria linguagem, a convicção da extrema importância desses problemas, a vontade de resolvê-los a partir do lado interno. Reside aí, para ele, a única possibilidade de continuar a ser um artista e também, sem dúvida, por uma consequência obscura e distante, a de talvez servir um dia a alguma coisa — talvez mesmo à revolução (ROBBE-GRILLET, 1986, p. 23).





A narrativa durrassiana, em consonância com essa proposta, emerge repleta de “destruição, vazio, ambiguidade” (PINTO, 1996, p. 156), com um trabalho permanente de reescritura e predominância da duração psicológica em detrimento de presença de acontecimentos. Pela reescritura,

a mesma história é recriada com outras linguagens, reescrita. Aliás, reescritura é uma das palavras-chave da obra de Marguerite Duras. Personagens, épocas, histórias passeiam de um livro a outro, passam do livro à peça teatral e ao filme. Motivos são repetidos, episódios e personagens são recriados (PARAÍSO, 2002, p. 23).

170

A Nouvelle Vague se caracterizou como vanguarda estética ao incorporar a narrativa fílmica o antcinema, diminuindo valores funcionais e técnicos, e abordando um estilo intimista no qual a recriação de meios sociais e perspectivas éticas são demasiadamente valoradas (BRUM, 2003). Os expoentes da Nova Onda, grupo composto por Jean-Luc Godard (1930-), Claude Chabrol (1930-2010), Eric Rohmer (1920-2010), Agnès Varda (1928-) e Alain Resnais (1922-2014), imprimiram o que foi rotulado de “cinema de autor” influenciando, inclusive, no Brasil, o Cinema Novo. Cardoso (2007) aponta que:

a Nouvelle Vague herdava facetas de Renoir, Vigo, Becker, Bresson, do Neo-Realismo italiano (Rossellini, De Sica, Visconti) e do cinema-verité (Jean Rouch): filmagens no exterior, luz natural, improvisação, planos-sequência, fidelidade ao real, atores não profissionais, recusa do star-system (CARDOSO, 2007, n.p).

O cinema-romance *Hiroshima, mon amour* reúne o atravessamento dessas duas propostas estéticas: diálogos visuais, subversão da estrutura romanesca em que, embora engendrado sob o formato clássico do roteiro, possui uma narrativa essencialmente literária. O cinema-romance é dividido em: a) sinopse (*synopsis*), b) proposta inicial (*avant-propos*), c) Parte I, d) Parte II, e) Parte III, f) Parte IV, g) Parte V, h) notes sur nevers, i) nevers (Pour mémoire), j) Portrait du japonais, l) Portrait de la française. Os diálogos, por serem ricos em imagens, recriam, a partir das falas das personagens, cenários, atmosferas, sensações psíquicas e, abaixo de muitas falas diretas, há descrições de emoções, sentimentos e reações das personagens. O cinema-romance possui uma tradução para o Português no Brasil feita por Henfil em 1966 e não reeditada. Integra, também, o cinema-romance: “As evidências noturnas



– notas sobre Nevers”em que Marguerite Duras pormenoriza os acontecimentos vividos pela personagem feminina na cidade de Nevers, então sob ocupação nazista.

## A MEMÓRIA COMO BUSCA NA REESCRITURA DURASSIANA

A partir de Fuks (2001), sentimos que Freud, inventando o conceito de trauma, o estabeleceu como ligado, também, ao sentimento angustiante já comum ao seu conceito anterior sobre as neuroses de angústia: experiências vivenciadas pelo aparelho psíquico criado por ele que, por demandarem uma conformação estrutural acima daquelas dispostas no momento da experiência, fugiram da representação, não são conscientes, estão recalçadas<sup>2</sup>. Sebald (2011), analisando a literatura que emergiu nos momentos imediatos ao fim da Segunda Grande Guerra, percebeu, também, inibição e sufocamento:

De todas as obras literárias surgidas no fim dos anos 1940, apenas de Heinrich Boll *O anjo silencioso* oferece de fato uma idéia aproximada da dimensão do horror que ameaçava tomar conta de qualquer um que realmente olhasse para as ruínas ao seu redor (SEBALD, 2011, p. 19).

Os caminhos desse intraduzível também inquietaram Ricoeur (2007) ao pensar, a partir Freud, a memória como construção retroativa, *a posteriori*, como ficção elaborada pela razão e encobridora de um possível trauma. Segundo a leitura de Farias (2012) sobre esse fenômeno psíquico, existiria uma dissimetria entre elaboração da memória, sempre ficcional, e o trauma geracional. O recalçado não se manifestaria racionalmente pela fala, sempre suspeita, sempre mentira, pois não é percebido pelo ego<sup>3</sup>. Um de seus campos de evasão seria a repetição em que o paciente não reproduz o trauma “*em forma de lembrança, mas em forma de ação: ele o repete sem, obviamente, saber que o repete*” (FREUD, 1914, p. 161).

Esse movimento-memória demanda uma legenda, por si somente, não expressa um conhecimento objetivo do não conhecido, demanda contextualização, associação,

<sup>2</sup> Endo (2012) observa com estranheza a ausência de escritos de Freud sobre a neurose traumática até 1920: [...] Diferentemente da neurose histérica, da neurose obsessiva e da neurose de angústia, a neurose traumática não foi matéria do pensamento de Freud até 1920 (ENDO, 2012, p. 171).

<sup>3</sup> Para Freud (1924), em uma neurose, o ego, sempre dependente da realidade, suprime grande parte do id (instintos subterrâneos, pulsão sexual, medo da morte). Na psicose, esse mesmo ego, sob comando do id, se afasta da realidade. Desta forma, para uma neurose, o fator decisivo seria a predominância da realidade, enquanto na psicose, o id predominaria. Na psicose, haveria um desligamento da realidade. Já na neurose, essa perda não ocorre.



interpretação, leitura e escrita. Tal movimento foi nomeado por Paraíso (2001) ao sentir a obra de Marguerite Duras como reescritura em que:

[...] tal relação, na obra de Duras, identifica-se com o processo de reescritura, pelo qual episódios são reinterpretados e recriados em novos textos que remetem aos anteriores, integrando com eles uma trajetória de busca (PARAÍSO, 2001, p. 106).

Duras, em seu cinema-romance *Hiroshima, mon amour*, empreende essa busca pela cidade devastada pelo absurdo atômico imposto pela Força Aérea dos Estados Unidos, comandada por Harry Truman, no dia 6 de agosto de 1945. Sebald (2011) percebe essa impotência na tentativa de assimilação das bombas-trauma<sup>4</sup>:

Em vez disso, o outro fenômeno da natureza despertou novamente com uma velocidade surpreendente: a vida social. A capacidade do ser humano de esquecer o que não quer saber, de não fazer caso daquilo que está diante de seus olhos (SEBALD, 2011, p. 43).

Assim, na tentativa de encontrar o recalcado, a reescritura na narrativa durassiana se aproxima do conceito de citação em Walter Benjamin (2011) em que esta estabelece um elo entre o presente e o passado, evidenciando como a autora se posiciona em relação a esse passado, o inventando a partir do seu eu-presente. Nesse aspecto, a citação benjaminiana se aproxima da memória retroativa em Freud na qual a lembrança é ficção atravessada pela razão no atual, invenção no qual:

tornou-se necessário para Freud pensar a guerra como fenômeno psíquico e sociopolítico, movendo a psicanálise, de modo mais ou menos inseguro, a uma seara que ele não tencionava visitar. Freud foi provocado pela guerra, não foi em busca dela. Freud foi atropelado pela maquinaria bélica que avançou sobre toda a Europa, cujas consequências alcançaram-no [...] (ENDO, 2012, p. 173).

<sup>4</sup> Endo (2002) observa, dentro da evolução do pensamento de Freud, uma hesitação em compreender a violência como objeto da clínica psicanalítica. Segundo o autor, ainda, Freud passa a se preocupar de forma abrangente sobre a questão em sua obra *Mais além do princípio do prazer* de 1920: [...] Portanto, a neurose traumática ingressou no pensamento de Freud pela força e contundência dos efeitos dos fenômenos das guerras, o que o obrigou a plantar modificações fundamentais na teoria e na clínica psicanalíticas, evidenciando a psicanálise como uma teoria potente, única capaz de analisar fenômenos da sociedade e da cultura a partir das dinâmicas inconscientes que os determinam [...] (ENDO, 2012, p. 172).



Embora, ao analisar Baudelaire, Benjamin (1989) identifique no choque as condições para a experiência poética, se opondo, assim, a Freud<sup>5</sup> em que o choque traumático causa imobilização e ânsia na busca de um estado anterior ao trauma, podemos propor um momento de aproximação entre os dois autores no qual, em *O Narrador* (1936), a experiência da guerra também provoca silêncio, interdição, pois:

no final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso [...] (BENJAMIM, 2011, p. 1998).

Sebald (2011), ao retornar suas observações acerca das possíveis razões do sufocamento que teria atingido a literatura no imediato pós-guerra, inclusive no seu *fazer* como escritor, relata que, mesmo diante do não dito, é possível se extrair dos frágeis relatos que emergem desse real opaco, elementos de uma memória coletiva que, *mesmo na sua forma imperfeita, elas abrem certas perspectivas para a maneira como a memória individual, coletiva e cultural lidam com experiências que extrapolam o limite do suportável* (SEBALD, 2011, p. 73).

O conceito de história em Benjamin (2001), nessa perspectiva, também desiste de recuperar os fatos históricos como eles realmente ocorreram, pois o historiador materialista sabe que não pode negar sua influência sobre a interpretação. Ainda segundo o autor, seria necessário um trabalho de esquecimento em relação à memória voluntária que possui limitações para reconstruir o passado, sendo o presente o único capaz de encontrar o significado de um passado adormecido (PENIDO, 1989, p. 66). O conceito de alegoria, nesse momento, surge na teoria benjaminiana sobre a história como sendo o meio pelo qual o passado, enquanto significação alegórica, desenvolve-se de formas sempre novas. Pela alegoria, seria possível alcançar a eternidade ao se descontextualizar criando novos sentidos, pois:

tal como o alegorista trabalha, o historiador deve proceder com os documentos. O alegorista descontextualiza os objetos de seus significados

<sup>5</sup> Ainda Endo (2012): [...] a experiência poética possibilitada pelo choque é o oposto da nulidade ou da impossibilidade da constituição da memória e da experiência como efeito do choque traumático pensado por Freud no texto de 1920 (ENDO, 2012, p. 183).



originais dando-lhes um novo sentido. O historiador deve fazer o mesmo com os fragmentos da história [...] Ao utilizar os cacos da história como citação, o historiador os descontextualiza de sua intenção original dando-lhe um novo sentido (PENIDO, 1989, p. 67).

Ao se compreender a memória como busca na reescritura de Duras, identificamos a existência de um narrador biespectral moderno. Seligmann-Silva (2012), a partir das críticas de Walter Benjamin à modernidade, identifica a coexistência de forças motrizes díspares na conformação do espírito moderno, um eu dentro do eu consciente, incluso e em disputa no gerenciamento da escritura em que:

ele deixa de ser um “indivíduo” e se revela agora, a partir da modernidade, como um “divíduo”. O outro dentro dele é, na verdade, plural, são seus outros, seus fantasmas, seu inconsciente e seus traumas [...] (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 269).

Iniciando a narrativa, o narrador durrassiano, em sua busca pela revelação do eu biespectral moderno no cinema-romance, diz “*Nós estamos em Agosto de 1957 em Hiroshima*” (DURAS, 1960, p. 9, tradução nossa) para, em seguida, introduzir a personagem feminina, uma mulher francesa que está na cidade para realizar um filme sobre a paz, sobre a Hiroshima após as bombas-trauma. Sobre uma cidade e seus habitantes mergulhados na memória retroativa construída sobre o terror-trauma provocado pela bomba atômica enviada pelos EUA. Compreendendo o conceito de aparelho psíquico de Freud (1924)<sup>6</sup>, em um sentido *lato*, podemos adesivá-lo a toda malha urbana da Hiroshima do cinema-romance, incluindo nele seus habitantes como um corpo psíquico uno e seus equipamentos urbanos (museus, escolas, hospitais, praças) já que:

a transposição de categorias patológicas para o plano histórico justificar-se-ia mais completamente caso se conseguisse mostrar que ela não se aplica apenas às situações excepcionais evocadas acima, mas que elas se devem a uma estrutura fundamental da história com a violência (RICOEUR, 2012, p. 92).

<sup>6</sup> Freud (1924), em sua terceira hipótese acerca do aparelho psíquico humano, nomeada de estrutural, propôs a formulação dos conceitos de id, ego e superego. Primeiro, se refere às pulsões e aos instintos inconscientes (medo da morte, pulsão sexual). O segundo é o princípio da realidade e introduz a razão, harmonizando os desejos do Id e o real. O superego seria os valores morais da sociedade e forçaria o ego a se comportar adequadamente.



O trauma, nesse sentido, não se reduzindo à representação, não sendo consciente, é encoberto por uma memória ficcional, elaborada pela razão. A mulher francesa, sendo umas das feições da reescritura durassiana, não viu a Hiroshima anterior à bomba, logo, conhece somente a cidade construída pela memória ficcional e retroativa. A mulher pode ser compreendida como uma construção egoica (FREUD, 1923), uma vez que sua consciência dialoga, inicialmente, com a Hiroshima elaborada *a posteriori*, a cidade racionalizada. A personagem masculina é japonesa e não possui nome, assim como a mulher. Doravante, iremos nos referir a eles como Lui e Elle. No início da primeira parte, Lui diz a Elle: *you do not know anything about Hiroshima. Nada* (DURAS, 1960, p. 22). Lui é japonês e conheceu a Hiroshima de antes da bomba-trauma, logo, Lui sugere a Elle que a cidade que ela vê não é a Hiroshima real e, sim, a cidade construída pela razão sobre o trauma. “*Há um Hospital, eu o vi*”, diz Elle a Lui que responde “*You did not see a hospital in Hiroshima, you did not see Hiroshima*” (DURAS, 1960, p. 23, tradução nossa) em que:

pode-se dar mais um passo e sugerir que é no plano da memória coletiva, talvez mais ainda do que no da memória individual, que a coincidência entre trabalho de luto e trabalho de lembrança adquire seu sentido pleno. O fato de se tratar de feridas do amor próprio nacional que se fale em objeto de amor perdido. É sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar (RICOEUR, 2012, p. 93).

A dissimetria entre o fato geracional e a memória retroativa construída sobre ele, segundo Freud (1920), pode ser percebida pela repetição, não por palavras, mas por ações reiteradas. A ação de negar várias vezes um fato denota, em Lui, um sufocamento. A associação de palavras na conformação da frase encobre um sentimento que está recalcado e é reelaborado pela razão. Lui nega, mas sua negativa remete a algo negado inconscientemente, ele não se refere ao museu e à escola e, sim, a uma Hiroshima apagada, contida. O narrador durassiano se manifestando por Lui repete, *repete sem, obviamente, saber que o repete* (FREUD, 1914, p. 161). Alcançar o fato geracional recalcado na reescritura de Duras demanda investigação, associação e contextualização. Aproximando-se, assim, do método associativo proposto por Freud<sup>7</sup> em que, estabelecida a *polis* psicanalítica, o analista

<sup>7</sup> Andersson (2000) aponta que no método terapêutico proposto por Freud a lembrança do trauma pode ser revelado através de processos associativos com outras lembranças e sofrer correções por parte de outras representações. Ainda, aponta que uma pessoa sã, dissiparia seus afetos ligados a eventos traumáticos por esse meio.





identificará, na fala do paciente, a dinâmica de associações entre ideias, sentimentos e percepções. Alcançando, nas fraturas dessas elaborações egoicas, o recalçado. Nesse sentido, a memória na narrativa do cinema-romance assume uma função de busca pelo sufocado e escondido. A busca pelo oculto eu biespectral moderno. Assim, nessa perspectiva, atravessar, na memória ficcional reelaborada sobre a bomba-trauma, as estratégias egoicas de defesa possibilita um reencontro com o eu biespectral moderno em Duras. O real na modernidade se torna, segundo Deleuze e Guattari (2002), rizomático. Tornando-se acêntrico, passa a ter eu's descentrados. As entradas são múltiplas. A Hiroshima reconstruída pela reescritura durassiana é um rizoma com inúmeras possibilidades de penetração. A cidade discursivizada sobre o horror da bomba é uma Hiroshima estabelecida na superfície e inconsciente de suas camadas subterrâneas. Sebald (2002) ao identificar inibição nos escritos literários que emergiram no imediato pós-guerra sugeria, possivelmente, que a literatura como real se manifestava com impedimentos. Nesse sentido, a Hiroshima do cinema-romance é uma Hiroshima também elaborada, o que se aproxima do processo elaborado pela citação como estabelecida por Walter Benjamin (2012), segundo o qual o passado é inventado pelo eu-presente a partir de uma relação dialética entre o que se passou e o que se vive: *“a reconstituição é feita o mais seriamente possível, os filmes são feitos o mais seriamente possível. A ilusão é bem simples, ela é feita para os turistas chorarem”* (DURAS, 1960, p. 25, tradução nossa). Embora imersa nos efeitos da bomba, a cidade parece ter a necessidade de se lembrar, necessidade de se lembrar o que, talvez, consiga sentir, mas não identificar. Ela sabe da existência de algo subterrâneo. O recalçado, em Freud, gera angústia, um desejo de retornar ao estado anterior. Na reescritura durassiana, *“o duplo faz parte de uma desconstrução da ideia de Eu como um ser consciente de si e dono de suas ações”* (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 269). No eu biespectral moderno em Duras, o trauma parece se mexer, provocando tanto a elaboração de uma memória retroativa como aquela inventada por Freud (1920) quanto propiciando a experiência poética, assim como na proposta de Walter Benjamin (1989). Em ambos os casos, a memória é criativa. Mas, ainda em Benjamin, a experiência traumática da guerra também pode causar sufocamento na figura do narrador, não sendo, nesse caso, criativa, pois *“no final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”* (BENJAMIN, 2011, p. 198).

Em HMA, podemos identificar essas duas facetas benjaminianas. No primeiro caso, na Hiroshima inventada, refeita em museus e monumentos públicos. Uma cidade experienciada



no terror-bomba poetizado. Elle está na cidade para realização de um filme sobre a paz, não para a realização de um filme sobre qualquer faceta de Hiroshima e, sim, sobre a cidade elaborada *a posteriori* para se experienciar a paz, para percebê-la. Uma elaboração, uma ressignificação do evento traumático. Há uma cidade sob a Hiroshima-paz:

Lui: Para você é fácil reencontrar Hiroshima. É um filme francês? Elle: Não, internacional. Sobre a paz. Lui: É o fim. Elle: para mim, sim, acabou. vamos transformar as cenas de multidão, pois nela aparece um monte de comerciais sobre o sabão. Então ... força ... talvez. Ele está muito confiante sobre seus projetos. Lui: sim, pela vontade. Filmes aqui em Hiroshima, não se pode deixar intimidar pela paz. (DURAS, 1960, p. 66, tradução nossa).

177

A outra, no oculto, naquilo que se manifesta na repetição (Freud) e na citação (Benjamin). Mas, em ambos os casos, a memória é busca. Tanto a busca pela invenção de uma Hiroshima poética sobre o horror quanto pela busca de uma Hiroshima soterrada, sufocada. O trauma, em alguns momentos da reescritura durassiana, escapa das estratégias egoicas de defesa e consegue emergir. O evento traumático na proposta Freud (1893) pode ser liberado por meio da ab-reação que, dentro do método psicanalítico, é a liberação de um sentimento, uma descarga das emoções ligadas ao trauma. Pode ser provocada pelo psicanalista pelo método associativo ou pode ser espontânea, por empatia. Em HMA, “*a título de exemplo, os cabelos caídos das mulheres “anônimas” de Hiroshima refletem os cabelos tosquiados da protagonista em Nevers, cidade na qual [Elle] morava na adolescência*” (FERREIRA, 2011, p. 94). As estratégias egoicas de defesa de Elle são desfeitas pela empatia sentida pela personagem em relação às mulheres calvas. O evento traumático, até então oculto, sem representação, emerge, sendo liberado o

tesouro das lembranças. Com essa bela expressão, Freud refere-se várias vezes ao reduto de nossas memórias, aquelas lembranças que, muitas vezes sem sabermos delas, subitamente afloram ao nosso pensamento com todo seu vigor. Nem sempre agradáveis, mas cuidadosamente retidas como restos de experiências e vivências, podem indicar desde vagas sensações incompreendidas até pontos de intenso prazer que darão origem a fantasias e desejos inconscientes (PORTUGAL, 2012, p. 1991).

Com ele, sob a experiência pessoal de Elle, emerge a França de Vichy. Elle se apaixonou por um oficial alemão na, então, França sob comando nazista. Um amor proibido e que foi censurado com o corte de seus cabelos. Um trauma subterrâneo na reescritura



durrassiana que emerge reconfigurando a narrativa, tencionando o eu biespectral em Duras a se realinhar. Os efeitos desse realinhamento dentro do efeito autobiográfico da reescrita de Duras podem ser aproximados do conceito de alegoria em que:

Benjamin viu a alegoria como a revelação de uma verdade oculta. Uma alegoria não representa as coisas tal como elas são, mas pretende antes dar-nos uma versão de como foram ou podem ser, por isso Benjamin se distancia da retórica clássica e assegura que a alegoria se encontra "entre as idéias como as ruínas estão entre as coisas (CEIA, 1998, p. 23).

178

O oculto em HMA como ruína, ao vir à tona como aquilo que escapa da superfície das coisas, revela o que não é consciente ao narrador biespectral moderno durrassiano e pode ser colocado "*ao serviço da representação da degenerescência e da alienação humanas*" (CEIA, 1998, p. 23) ao mostrar uma verdade sob uma fantasiosa mentira. O trauma durante parte da narrativa guiou a reescritura e, ao ser revelado pela ab-reação, produzirá o realinhamento da memória retroativa, a deslocando para novas construções de sentidos. Essa reelaboração do passado pode ser aproximada do conceito de história em Walter Benjamin (2012) em que o passado deve passar por "*um penoso decifrar de momento em momento na tentativa de restaurar uma continuidade em instantes aparentemente heterogêneos e desconexos*" (TROMBETTA, 2011, p. 392). Assim, é possível libertar a Hiroshima do cinema-romance de um *continnum* que a reprime, extraíndo dela o recalcado em que

o papel do historiador autêntico, a quem Benjamin denomina de "historiador materialista", é buscar no passado os germes de uma nova história, uma história que leve em consideração os sofrimentos acumulados (os "documentos de barbárie"), dê um novo impulso às esperanças solapadas e inaugure outro conceito de tempo, um "tempo dos agora" (TROMBETTA, 2011, p. 391).

O eu biespectral moderno oculto na reescritura durrassiana traz em si um desconforto em que "*o fracionamento do sujeito desconcerta, perturba e faz refletir sobre a narrativa e suas muitas instâncias*" (PARAÍSO, 2002, p. 108), mas também revela toda a complexidade do cinema-romance *Hiroshima, mon amour* (1960). Notadamente, seu compromisso com a modernidade, com as teorias modernas, com seu tempo. Observá-lo, por meio da crítica de Walter Benjamin, a modernidade reafirma esses compromissos, assim como revê-lo a partir



de Freud. Portanto, direciona-se o narrador durassiano para o protagonismo como revelador de um tempo, de uma história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase da obra de Marguerite Duras que emerge em diálogo com o Nouveau Roman e a Nouvelle Vague traz junto de si o signo do novo. Inclassificáveis, os textos durassianos dialogam com rupturas, descontinuidades e negações presentes em ambos os movimentos. Rompe com a tradição literária, emergindo com uma poética ímpar. A reescritura durassiana, além de imprimir um efeito autobiográfico, que, ao mesmo tempo, remete às experiências vividas pela autora, também possibilita o encontro com as propostas modernas.

O eu biespectral moderno imerso nos textos durassianos revela um constante diálogo com a psicanálise freudiana e com as críticas elaboradas por Walter Benjamin ao moderno, subvertendo-as, deslocando a obra de Duras para alta modernidade poética e tencionando concepções de tempo, espaço, história e memória. As imagens que surgem das fraturas do texto reelinham a narrativa evoluindo para novos sentidos; revelando, assim, camadas subterrâneas repletas de lirismo.

O uso da memória como busca, tanto pelo oculto quanto pelo construído no *a posteriori*, demarca imprecisões intencionais da reescritura, sempre aberta, sempre modificável. A memória no cinema-romance percorre a reescritura, a modificando, remetendo o narrador durassiano a ambiguidades e tencionando o texto para incursões pelo inconsciente moderno; revelando, assim, o fragmentado, o dúbio e as contradições da modernidade.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. O narrador. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *O anjo da história*. São Paulo: Autêntica, 2011.

BRITO JUNIOR, A. B. de. *Obra aberta: teoria da vanguarda literária nas obras teórico-críticas de Umberto Eco*. 257f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.



- BRUM, A. S. M. *Hiroshima mon amour e a recepção da crítica no Brasil*. f. Tese (Doutorado em Estudos Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- CARDOSO, L. M. A vanguarda e a dialéctica: uma nota sobre a nouvelle vague. In: *Revista Millenium*, n. 33, p. 47-53, jan./jun. 2007.
- CEIA, C. Sobre o conceito de alegoria. In: *Revista Matraga*, n. 10, p. 19-26, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Lisboa: Assino & Alvim, 2002.
- DURAS, M. *Hiroshima, mon amour*. Paris: Gallimard, 1960.
- ENDO, P. C. Walter Benjamin, Sigmund Freud e o trauma das máquinas. In: GINZBURG, J; SEDLMAYER, S. *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Edufmg, 2012.
- FARIAS, F. R. Memória Social e temporalidade retroativa. In: PINTO, D. S; FARIAS, F. R. (org). *Novos apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- FERREIRA, J. S. O segredo íntimo em *Hiroshima mon amour* de Marguerite Duras e Alain Resnais. In: *Revista Todas as Musas*, ano 2, n. 2, p. 94-102, jan./jun. 2011.
- FIGUEIREDO, 2011. O segredo íntimo em *Hiroshima mon amour* de Marguerite Duras e Alain Resnais. In: *Revista Todas as Musas*, ano 2, n. 2, p. 94-102, jan./jun. 2011.
- FREUD, S. (1914). *Recordar, repetir e elaborar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 10)..
- \_\_\_\_\_. (1920). *Além do princípio do prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14).
- \_\_\_\_\_. (1924). *O eu e o id*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 16).
- FUKS, B. B. Notas sobre o conceito de angústia. In: *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2001.
- PARAÍSO, A. C. *Marguerite Duras e os possíveis da escritura*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- PENIDO, S. Walter Benjamin: a história como construção alegórica. In: *Revista O que nos faz pensar*, n. 1, p. 61-70, 1989.
- PERRONE-MOYSÉS, L. Posfácio. In: DURAS, M. *O Amante*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- PINTO, M. C. M. As Índias possíveis e impossíveis: Marguerite Duras e o Oriente. In: HEISE, E. (org). *Facetas da pós-modernidade*. São Paulo: UduSP, 1996.



PORTUGAL, A. M. O tesouro das lembranças: vestígios. In: GINZBURG, J; SEDLMAYER, S. *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Edufmg, 2012.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.

ROBBE-GRILLET, A. *Pour un nouveau roman*. Paris: Minuit, 1986.

SEBALD, W. G. *Guerra aérea e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SELIGMANN-SILVA, M. Sombras e luzes: reprodução técnica, os rastros efêmeros do desaparecimento e o “puro traço” na obra de Regina Silveira. In: GINZBURG, J; SEDLMAYER, S. *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Edufmg 2012.

STAM, Robert. *A literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação*. Belo Horizonte: Edufmg, 2008.

TROMBETTA, G. L. As “frestas” do tempo: sobre a concepção de história em Walter Benjamin. In: *Revista História: debates e tendências*, v. 10, n. 2, p. 390-401, 2010.





## INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE

CHAMPANGNATTE, Dostoiowski Mariatt de Oliveira  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - UNIGRANRIO*  
*prof.tico@gmail.com*

CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua  
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - UNIGRANRIO*  
*marcus\_nathan1203@hotmail.com*

182

### RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre as relações e os processos de comunicação promovidos pelas redes digitais e os meios de comunicação de massas, no sentido de perceber, na contemporaneidade, como ambos se integram e se complementam em suas práticas. No decorrer desta apresentação, serão abordados os conceitos de indústria cultural, hegemonia, contra-hegemonia e rizoma. Tais conceitos serão utilizados para analisar e apontar as dinâmicas e configurações das formas verticais/centralizadas e horizontais/descentralizadas de comunicação. As metáforas das ramificações arborescentes e rizomáticas serão utilizadas nesse contexto para visualizar e comunicar melhor o funcionamento desses dois sistemas. Discutem-se as características desses dois paradigmas, como eles convivem e se agenciam de maneira colaborativa e concomitante, potencializando e ampliando as práticas comunicacionais.

**Palavras-chave:** Indústria Cultural. Novas Mídias. Hegemonia.

### ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the relationships and communication processes promoted by digital networks and means of mass communication, in order to realize, in contemporary times, as both complement and integrate into their practices. During this presentation, we will focus on concepts of cultural industry, hegemony, counter-hegemony and rhizome. These concepts will be used to analyze and point out the dynamics and configurations of vertical / horizontal and centralized / decentralized forms of communication. The metaphors of arborescent and rhizomatic ramifications will be used in this context to better communicate and visualize the functioning of these two systems. Observe the characteristics of these two paradigms, as they coexist and tout collaboratively and concurrently, enhancing and expanding the communication practices.

**Keywords:** Cultural Industry. New medias. Hegemony.

### INTRODUÇÃO

O debate sobre o papel das indústrias culturais nas sociedades contemporâneas pode ser renovado com o advento das tecnologias de informação e comunicação, sendo possível observar mudanças na reprodução da cultura com o uso e a difusão dessas tecnologias. As



indústrias culturais – televisão, jornais, rádios, impressos – empregam meios informativos utilizados nas esferas pública e privada e atuam produzindo/distribuindo conteúdos para as massas. A comunicação de massa, segundo Camponez (2002), é entendida como um tipo de comunicação em que a mensagem é transmitida de um centro emissor para uma “pluralidade de indivíduos receptores” (idem, p. 76). E, por sua estrutura, pode se tornar uma forma unidirecional de transmissão de informações que tende a ser, hegemonicamente, autoritária e vertical.

Diferentemente dessa estrutura, as redes digitais permitem estabelecer processos bidirecionais, em que os receptores também podem se tornar agentes emissores, aumentando a possibilidade efetiva de ocorrência de fenômenos comunicativos de forma rizomática<sup>1</sup>. Ele se difere dos meios utilizados pela indústria cultural, que na maioria das vezes mantém uma arquitetura vertical e centralizada. O território digital cria uma zona dentro de outros territórios onde é possível acessar, produzir e distribuir informação, de maneira autônoma, estabelecendo redes colaborativas e processos comunicativos mais complexos.

Observa-se que, pode haver uma renovação do embate pela hegemonia na sociedade civil, e a mídia pode ser analisada como suporte ideológico dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social atuando como instrumento de ação contra-hegemônica. Compreende-se que as redes digitais são os territórios onde as idéias contra-hegemônicas dos movimentos sociais encontram instrumento, divulgação e penetração na sociedade civil para exercer a sua resistência.

## 1. A INDÚSTRIA CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Nos tempos atuais, a família, a escola, o Estado, a religião e o trabalho não podem ser mais analisados e interpretados sem levar em conta as práticas midiáticas e as recepções/apropriações de seus conteúdos. As mídias exercem um papel fundamental na sociedade contemporânea devido ao seu poder de penetração material e simbólico no cotidiano das pessoas, tornando-se plausível, e até mesmo necessário, pensar a cultura e as ações sociais relacionando-as às mídias. A maioria dos conglomerados midiáticos globais está nas mãos de

<sup>1</sup> Rizoma é um conceito utilizado por Deleuze e Guatarri (1995), nas ciências sociais, a partir de uma apropriação de um conceito da botânica, área da biologia que estuda as plantas. Nessa área, rizoma refere-se a um tipo de caule que algumas plantas verdes possuem que cresce horizontalmente. Deleuze e Guattari (1995) apropriaram-se desse conceito para explicitar fenômenos sociais nos quais não se determina um começo ou fim, os fenômenos estão

INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE – CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre Pádua.



grandes empresas, que veiculam informações e conteúdos de acordo com seus interesses econômicos e parcerias ideológicas. Entre esses conglomerados estão estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, TVs abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, portais on-line, agências de publicidade e marketing, telefonia celular e agências de notícias (MORAES, 2004).

Os estudos dos meios de comunicação atrelados a questões econômicas, políticas e sociais tiveram, inicialmente, grande contribuição de dois pesquisadores, Adorno e Horkheimer (1985), que, a partir de uma abordagem interdisciplinar do marxismo, criaram o termo/conceito indústria cultural. Adorno (1977) informa que ele e Horkheimer empregaram o termo indústria cultural, pela primeira vez, no livro *Dialética do Esclarecimento*, publicado em 1947, após abandonarem a expressão cultura de massa que utilizavam em seus esboços. O abandono de tal expressão se justifica porque cultura de massa pode dar a entender que se está analisando uma cultura produzida por uma massa, por um povo. Quando, na verdade, os autores queriam era denunciar a cultura imposta ao povo e, assim, tem-se que indústria cultural é radicalmente definida como uma expressão distinta daquela:

Em nossos esboços tratava-se do problema da cultura de massa. Abandonamos essa última expressão para substituí-la por ‘indústria cultural’, a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; estes pretendem, com efeito, que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. Ora, dessa arte a indústria cultural se distingue radicalmente. Ao juntar elementos de há muito correntes, ela atribui-lhes uma nova qualidade. Em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo (ADORNO, 1977, p. 287).

A ênfase dada, por Adorno, às diferenças entre os termos cultura de massa e indústria cultural é exposta de forma radical. Enquanto a cultura de massa se originaria do povo, de maneira espontânea, sem visar ao consumo deliberado e apresentando originalidade e identidade própria; a indústria cultural revelaria meios de comunicação preocupados em homogeneizar conteúdos a fim de gerar hábitos de consumo para os produtos que ela promove, percebendo o povo como receptor e consumidor passivo.

---

sempre no meio, imbuídos de outros fenômenos, em um intermezzo, sem uma causa definida ou consequência pré-estabelecida.

INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE – CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre Pádua.



Dessa forma, a expressão indústria cultural estaria associada não somente aos meios de comunicação, mas também à produção industrial de bens e serviços culturais para as massas. E sua função principal consiste em oferecer o que é vendável, o que tem mercado para ser consumido e o consumidor como objeto de lucro. Com a amplitude da definição do conceito de indústria cultural, cunhado por Adorno e Horkheimer (1985), pode-se afirmar que o mesmo é bastante contemporâneo e aplicável a análises de práticas sociais que envolvem os grandes conglomerados de comunicação.

Os meios de comunicação de massa configuram-se, ainda, como fortes colaboradores da formação do senso comum na esfera pública, dada as suas estruturas verticais e centralizadas, sob o comando de poucos emissores e distribuindo conteúdos para uma grande massa de receptores. E como os grandes meios de comunicação estão nas mãos de empresários, e muitas vezes com parcerias com o Estado, podem ser observadas intenções/práticas de hegemonização de pensamentos e consensos junto ao público.

Warnier (2000), em uma análise do desenvolvimento da aplicabilidade do conceito de indústria cultural, forneceu um panorama de comparação deste com culturas ditas tradicionais, alheias às mídias. O autor aponta que foi preciso esperar que o conceito de indústria cultural passasse a ser utilizado, no final dos anos 1970, para que se pudessem vislumbrar questões interdisciplinares relativas às práticas dos meios de comunicação e suas relações com manifestações culturais já existentes, como a música, a fotografia e até mesmo a cultura oral. Warnier (2000) também aponta que as indústrias culturais, estruturalmente,

necessitam de grandes meios financeiros; utilizam técnicas de reprodução em série; trabalham para o mercado (ou mercantilizam a cultura); são baseadas em uma organização do trabalho do tipo capitalista (transformam o criador em trabalhador e a cultura em produtos culturais) (p. 27-28).

A partir dessas características, torna-se viável fomentar reflexões complexas sobre as indústrias culturais, em que é possível salientar que estas são, portanto, antes de mais nada, atividades industriais que produzem e comercializam discursos, sons, imagens, artes, e qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem enquanto características da cultura. Diante disso, faz-se necessário elucubrar que os estudos feitos por Adorno e Horkheimer (1985) foram de total importância, não só para sua época, mas para os dias de hoje. Adorno reelaborou o conceito de indústria cultural não se permitiu cair no ostracismo, renegando as formas tecnológicas da cultura, bem como os meios de divulgação de massa presentes à época. Embora complexo, o conceito de indústria cultural é algo que faz parte do cotidiano e a sociedade atual

INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE – CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre Pádua.



é irremediavelmente o lar da indústria cultural. Neste trabalho, o que se propõe é a compreensão e a contextualização da indústria cultural para que seja possível se pensar em alternativas à comunicação hegemônica.

## 2. HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NAS MÍDIAS

O conceito de hegemonia, proposto por Gramsci, é bastante relevante para análises dos sistemas político, econômico e social, como também oferece uma boa base para o estudo das práticas midiáticas imbricadas por tais sistemas. Para Gramsci (2002), a hegemonia corresponde à liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as demais, pressupondo a capacidade de um bloco histórico (aliança de classes e frações de classes, duradoura e ampla) dirigir moral e culturalmente, de forma sustentada, toda a sociedade. Segundo Moraes (2009, p.35), a hegemonia “tem a ver com disputas de sentido e entrecosques de visões de mundo, bem como com mediações de forças em determinado contexto histórico”.

Contudo, um processo hegemônico não pode ser percebido como algo estanque e imposto para sempre, segundo Fairclough (2001), a

hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo, de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’ (p. 122).

Por ser uma categoria dinâmica, a hegemonia pressupõe negociações, compromissos e renúncias por parte do grupo dirigente que se pretende hegemônico. Para Gramsci (2002), a hegemonia não pode ser garantida sem desconsiderar demandas mínimas da classe dominada, sendo fundamental a classe dirigente saber ceder e saber realizar sacrifícios no intuito de preservar este instável equilíbrio de forças. Ainda segundo Gramsci, a conservação da hegemonia

pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de ordem econômico-corporativa, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa (idem, p. 47).

As indústrias culturais buscam, em suas práticas, hegemônizar valores e sentidos junto aos receptores, sendo que tais valores podem estar ligados às suas estratégias econômicas,



como também ideológicas, estabelecendo, assim, parcerias com diversos segmentos sociais, tanto privados como estatais. Os grandes conglomerados midiáticos se empenham em manter realidades que lhes são benéficas e lucrativas, para isso, aprisionam e sincronizam os seus espectadores e os deixam inertes a seus controles, tornando-os marionetes dos seus espetáculos. Hegemônicos na defesa de seus interesses, os conglomerados manipulam fatos sociais e os transformam, muitas vezes, em uma realidade falsa, mas crível, para os espectadores.

Como dito, a hegemonia não existe passivamente como forma de dominação, ela se renova continuamente, recria-se, defende-se, modifica-se e sofre uma resistência continuada e desafiante, tal resistência foi denominada, por Gramsci (1995), de contra-hegemonia. A função primordial de uma ação contra-hegemônica é a de fazer com que a sociedade reflita, pense e seja dona de suas próprias escolhas de acordo com a sua consciência crítica. Para tanto, a convergência ideológica, política e cultural, na sua totalidade é condição determinante para consolidar a contra-hegemonia.

Segundo Gramsci (1995), uma força contra-hegemônica só pode ser reconhecida como tal na medida em que consegue ultrapassar a espontaneidade do movimento, que contribui com a capacidade de modificar e alterar uma dada estrutura social. Por exemplo, para quebrar as amarras hegemônicas da mídia tradicional, que pensa somente em seus próprios interesses e no consumo, é preciso que haja mais mídias contra-hegemônicas. Estas, por sua vez, têm que estar dispostas a alterar o cenário e buscar saídas democráticas e de participação popular, a partir de iniciativas como rádios e televisões comunitárias, imprensas alternativas e o acesso a livre circulação das informações na internet, por exemplo. Para Góes (2007, p. 13)

dentro de uma leitura gramsciana, o ciberespaço na atualidade seria o ambiente onde as idéias contra-hegemônicas dos movimentos sociais encontram instrumento, divulgação e penetração na sociedade civil para exercer a sua luta. A sua importância estaria na ruptura da unidirecionalidade da comunicação; a pluralidade e diversidade de informações e pontos de vistas que a Web oferece; as novas possibilidades do público terem de verificar, direta ou indiretamente, a veracidade da informação que está recebendo, e de tomar sua própria decisão.

A internet, portanto, pode permitir processos de comunicação alternativos aos grandes conglomerados, em que receptores podem ser emissores e receptores ao mesmo tempo, criando suas próprias plataformas comunicacionais. Isso não quer dizer que os conglomerados não estejam na internet, pelo contrário, suas estratégias caminham cada vez mais para a web, porém,





os espaços oferecidos pela internet são infinitos, permitindo mobilizações alternativas que antes eram raras nos meios de comunicação tradicionais.

É válido ressaltar que Gramsci (2001) refletiu sobre o principal meio de comunicação de sua época - a imprensa. “A arte da imprensa revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional” (p. 67). Ele não teve tempo de vida para aquilatar a evolução dos modernos meios de comunicação no século XX, entretanto, ainda no início da década de 1930, observava que a imprensa escrita já sofria a concorrência de outros veículos, como o da comunicação falada. Nos Cadernos do cárcere, há a seguinte e expressiva observação sobre mutações que começavam a ocorrer na mídia de então, graças ao avanço técnico e às tecnologias que despontavam

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal-mural) (GRAMSCI, 2001, p. 67).

Gramsci (idem) também apontou que os meios de comunicação estavam sendo utilizados como estratégicas hegemônicas do Estado, muitas vezes em parceria com setores privados da sociedade de interesses ideológicos comuns aos seus. Nesse sentido, também apontou usos contra-hegemônicos dos meios de comunicação, como os jornais e manifestações da comunicação falada, principalmente a partir do uso de alto-falantes, produzidos e lideradas pela classe trabalhadora.

Diante dos apontamentos de Gramsci e das apropriações contemporâneas de seus conceitos, por Góes (2007), pode-se afirmar que o papel principal da mídia contra-hegemônica deveria ser o de lutar contra o poder e controle social hegemônico, como, por exemplo, a partir de iniciativas que estimulem a cobrança das políticas públicas sociais e que motivem o cidadão a se tornar um sujeito de direito e participante ativo da comunicação, no intuito de transformar realidades. O cenário contra-hegemônico contemporâneo, a partir da internet, por exemplo, poderá se transformar em um espaço de debates e de apoio ao movimento de ideias que estimulem a informação e a reflexão sobre os mecanismos e instrumentos da dominação.

### **3. SISTEMA ARBORESCENTE E RAIZ FASCICULADA**



Com os avanços tecnológicos do último século, podem-se observar significativas modificações nas formas de interação humana, principalmente, por meio da proliferação das mídias digitais. Estas passaram a alterar exponencialmente a comunicação mundial por intermédio não mais exclusivo dos veículos de comunicação de massa, como impressos, rádios e televisões, mas, agora, pautados pela crescente disponibilidade de telefonia móvel, internet banda larga, satélites e toda a tecnologia digital de grande velocidade.

Nesse viés de análise tecnológica, Marshall McLuhan (1994) atribuía à mídia um papel ativo nos processos de transformação de toda estrutura do social, em que “as sociedades sempre foram influenciadas mais pela natureza dos media, através dos quais os homens comunicam, do que pelo conteúdo da comunicação” (p. 74). A partir dessa perspectiva, nota-se a importância estrutural da introdução de uma nova tecnologia da comunicação que, desde o advento da escrita e da impressão no século XV, com a invenção de Gutenberg, acabou não somente alterando a forma de perceber, armazenar e comunicar, mas também incidiu sobre as diversas formas de organização da sociedade e do mundo. A cada nova tecnologia comunicacional, altera-se não apenas a forma de comunicar – isto é, a quantidade de público atingido pela informação, reduzindo-se o tempo e os custos necessários à difusão –, mas, ao mesmo tempo, a organização da sociedade inteira, que passou por qualitativas transformações.

Na atualidade, os crescimentos das redes mundiais de comunicação estão sendo incorporadas ao cotidiano das pessoas e passando a mediar interações sociais.

De fato, as novas tecnologias da comunicação permitiram esse maior e mais acessível fluxo de informação, ainda com menor censura, mas cabe ponderar. Especialmente nas duas últimas décadas, com o crescimento da internet e das telecomunicações, não só as expectativas em relação à democratização cresceram, como a tensão entre o micro e o macro (entre o público e o privado) tornou-se cada vez mais presente na sociedade, por meio da comunicação em rede sem fronteiras, que leva espaços individuais ao chamado espaço-mundo, com diferentes produtores de informação e conteúdo, sendo cada indivíduo um emissor em potencial (AGNEZ, 2012, p. 38).

É importante perceber que a comunicação, nessa nova conjuntura, não pode mais ser pautada apenas no paradigma clássico do emissor e receptor de mensagens, como também as novas tecnologias passam a ter um novo papel social. André Parente (2004) aponta que a contemporaneidade é o momento em que as tecnologias de informação e da comunicação passam a ter um papel crucial na nova ordem mundial e que as redes são, a um só tempo, uma



espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso. O funcionamento das redes se difere das práticas da indústria cultural porque não possuem centros ou organização centralizadora, seja estatal ou privada. Os agrupamentos ou conexões de indivíduos se dão em diversas direções diferentes e sem nenhum critério além das intenções dos indivíduos. É como aponta André Lemos (2008, p. 68) “aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos) e sim a multiplicidade do rizoma (todos-todos)”.

Nessa nova configuração rizomática existe a possibilidade do sentido todos-todos, alterando os papéis clássicos do modelo emissor-receptor. Pode-se afirmar, também, que no paradigma de comunicação em rede é incorporada a prática da informação em tempo real, de maneira multidirecional. Isso vem modificando a estrutura de produção e difusão da informação e, diante disso, André Lemos (2006) propõe três categorias/explicitações que regem essa nova estrutura. A primeira delas refere-se à liberação do polo da emissão, possibilitando, assim, a multiplicação de agentes emissores e a quebra de monopólios de elaboração da informação. A segunda diz respeito ao princípio da conexão generalizada, que é a participação e colaboração de pessoas nos conteúdos. E a terceira está relacionada à reconfiguração da paisagem comunicacional, sendo que reconfiguração refere-se à ideia de modificação das estruturas sociais, das instituições e das práticas comunicacionais. É válido apontar que a nova paisagem comunicacional não aniquila o poder e a força dos meios de massa da indústria cultural, eles coexistem, porém a nova paisagem pode permitir a reconfiguração das formas de produção e da circulação de informação.

Como se percebe, quando se pensa na comunicação em redes qualquer pessoa pode produzir textos, mensagens e informações e publicá-las na internet, tornando-a acessível a todos aqueles que se conectam a ela. Lévy (2003 p. 209) afirma que "como dizia um consultor americano a um dirigente da IBM, uma criança encontra-se aí, em situação de igualdade com uma multinacional", pois o rizoma pressupõe a inexistência de hierarquias ou centros.

Compreende-se que as redes digitais instauram uma forma comunicativa feita de fluxos e de troca de informações de todos para todos, modificando as práticas de comunicação que eram apenas verticais. Sergio Amadeu (2009) destaca a importância da observação das estruturas das redes, primeiro porque elas:

têm um desenho e uma geometria diferenciados. Segundo, porque as redes são flexíveis e é provável que o grau de flexibilidade interfira na comunicação; Terceiro, porque as características de uma rede digital, por exemplo, a organização, as regras de conectividade, o desenho, podem influenciar a formatação dos conteúdos comunicados, a velocidade de



transferência das informações e, até mesmo, os próprios conteúdos (AMADEU, 2009, s/n)

Como exemplo, têm-se aqueles que constroem páginas, perfis na rede e expõem seus pontos de vistas, tanto sobre um determinado assunto, quanto sobre sua própria vida. Quando alguém escreve algo em um blog, por exemplo, mostra ali sua opinião, seu ponto de vista sobre determinado assunto. Quando alguém cria um perfil em uma rede social, posta suas melhores fotos, seus melhores links, suas melhores frases, aquilo que ela pensa de si, e da sociedade na qual está inserida. Lévy (2003, p. 214) afirma que "qualquer um terá a sua página, o seu mapa, o seu site, o seu ou os seus pontos de vista. Cada um se tornará autor, proprietário de uma parcela do ciberespaço". Entretanto, essas páginas, sites e mapas dialogam, interconectam-se e confluem através de canais móveis e labirínticos, o que Lévy (1999) também denomina de rizoma

191

Na web, tudo se encontra no mesmo plano. E, no entanto tudo é diferenciado. Não há hierarquia absoluta, mas cada site é um agente de seleção, de bifurcação ou de hierarquização parcial. Longe de ser uma massa amorfa, a web articula uma multiplicidade aberta de pontos de vista, mas essa articulação é feita transversalmente, em rizoma, sem o ponto de vista de Deus, sem uma unificação sobrejacente (p. 160)

Verifica-se, então, que na comunicação rizomática há uma dimensão descentralizada e cada vez menos hierarquizada. No contexto da internet não interessa criar modelos, propor caminhos, impor soluções, não se trata de buscar a complexidade de uma suposta unidade perdida, mas viabilizar conexões horizontais descentralizadas. Já os meios de comunicação de massa da indústria cultural correspondem a um modelo fundado na visão arborescente que, diferentemente do modelo rizomático, possui formato hierárquico, elege mecanismos de delimitação de fronteiras e mapeia os canais de circulação de pessoas e coisas em um território estratificado na forma de um espaço estriado<sup>2</sup>. A árvore é como uma foto, um rádio que começaria por eleger ou isolar o que ele tem a intenção de reproduzir, com a ajuda de meios

<sup>2</sup> Deleuze e Guattari (1995, pág. 487), propõem uma distinção entre dois tipos de espaço: o liso e o estriado. No espaço liso do controle, as instituições se volatilizam, perdendo suas fronteiras e mantendo entre si uma relação de modulação num continuum regulador. Já o espaço estriado é abordado, segundo Deleuze, como aquele demarcado por fronteiras e hierarquias, no interior do qual as instituições exercem poder. Espaço delimitado, fixo, distinto, ao contrário do espaço liso, que funciona a partir de redes flexíveis moduláveis. Deleuze e Guattari deixam claro que esses dois espaços podem interpenetrar-se e transformar-se um no outro, o que implica dizer que INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE – CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre Pádua.



artificiais. Escrever, pensar, coletar, colecionar, classificar e registrar; todas essas atividades ou habilidades podem ser agenciadas a partir do modelo árvore e, então, se pode perceber que no sistema arborescente existe uma segmentação das áreas de conhecimento em que estes só se comunicam a partir do tronco central, como nas mídias de massa (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

O rizoma não é modelo, mas processo imanente descentralizado, sem chefe ou estrutura administrativa superior, em que os canais de comunicação não são preexistentes e nos quais todos os elementos são intercambiáveis.

É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre  $n-1$  (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser construída; escrever a  $n-1$ . um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 14-15).

Deleuze e Guattari (1995) propuseram alguns princípios relacionados à constituição/funcionamento do rizoma, que permitem vislumbrar ainda mais a complexidade desse conceito. Inicialmente, o primeiro e segundo princípios - de conexão e heterogeneidade – significam que qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro, “um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma boa cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos” (p. 16). Ou seja, não há dicotomizações nem processos hierárquicos, como em uma árvore e a heterogeneidade se desenvolve no bojo das conexões, visto que, ao se conectar com qualquer ponto, as características produzidas acabam por serem diversas.

O terceiro princípio - de multiplicidade – afirma que o rizoma não mantém relação com o uno, pois em um rizoma encontram-se somente linhas<sup>3</sup> e não pontos ou posições como numa estrutura, numa árvore. Assim, na instância da multiplicidade, não faz sentido se falar de sujeito ou de objeto, já que se trata aqui de grandezas e determinações que se expandem de acordo com seus agenciamentos. “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa

---

esses espaços convivem lado a lado. Na verdade, pode também se dizer que a comunicação em redes não elimina a comunicação de massa da indústria cultural, e que ambas convivem lado a lado na contemporaneidade.

<sup>3</sup> Deleuze e Guattari (1995) apontam três tipos de linhas que compõem nossas relações: as de segmentaridade dura, características dos grandes conjuntos molares ou estratos, como as classes sociais e os gêneros; as de segmentaridade maleável, caracterizadas por relações moleculares de desestratificações relativas, com velocidades acima ou abaixo dos limites da percepção, e que, ao contrário dos grandes movimentos e cortes que definem os estratos, compõem-se de elementos rizomáticos, esquizos, sempre em devir, fluxos sempre em movimento que retiram o homem da rigidez dos estratos; e as linhas de fuga, que se caracterizam por uma ruptura com os estratos ou sua desestratificação absoluta.

INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS MÍDIAS – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE – CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; CAVALCANTI, Marcus Alexandre Pádua.



multiplicidade que muda necessariamente de natureza na medida em que ela aumenta suas conexões” (p.17). O quarto princípio - de ruptura a-significante – considera que um rizoma pode ser rompido e quebrado em um lugar qualquer, mas, também pode retomar-se a partir de suas próprias linhas ou agrupando outras. Cada vez que há uma ruptura no rizoma, as linhas segmentares explodem em uma linha de fuga, mas estas linhas de fuga são parte do rizoma, ou seja, as linhas não param de remeter umas às outras. Nesse sentido, o quinto e o sexto princípios - de cartografia e de decalcomania – podem ser interpretados neste contexto, como o refazer do já feito.

O mapa rizomático é feito de conexões, é aberto, “desmontável, invertível, susceptível de receber modificações constantes” (p. 32). Cartografar é acompanhar os acontecimentos, perceber as constantes mudanças do mapa que está sempre se reconfigurando através de seus movimentos, ou seja, mapas que se fazem e desfazem instantaneamente e, por isso, um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural. Isto significa que os rizomas não podem ser modelados, pois eles são sempre esboços incompletos e abertos.

De acordo com Pinheiro e Silva (2008), o rizoma, utilizado como metáfora para as redes, constitui-se de nós interligados, que conectam qualquer ponto independentemente da sua natureza. Além disso, não é feito de unidades e sim de dimensões, não tem começo nem fim, mas possui um meio pelo qual cresce e se estende. Para os autores, o conceito de rizoma reforça o sentido de horizontalidade das formas de comunicação e organização sociais, se opondo ao sentido hierárquico que seu crescimento vertical nos remete.

Pensando a comunicação como rizoma e não como árvore, se pode observar que as informações tendem a soar como linhas que se misturam, como teias de possibilidades, multiplicidade de nós, de conexões e de interconexões. Se a árvore não estimula e não permite o diálogo, o rizoma, ao contrário, estimula os encontros e as conjunções. E se a imagem da árvore implica num sistema fechado e unitário, a imagem do rizoma, por sua vez, implica num sistema aberto e múltiplo, pois não é composta de um percurso apenas, mas inúmeros percursos, com pontos de partida e pontos de chegada distintos. O que não inviabiliza encontros, pelo contrário, os possibilita, os promove e os estimula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, observou-se que o debate sobre o papel da indústria cultural e da mídia, nas sociedades contemporâneas, é renovado com o advento das redes digitais de comunicação,





em que o modelo de redes promove uma série de mudanças e disputas. As novas mídias, com funcionamento em rede, caminham pelos espaços lisos e promovem a desterritorialização dos espaços estriados das mídias de massa, resistindo a sua captura. Guattari e Deleuze (1995) descrevem uma dinâmica do social como um plano de segmentaridades rígidas e segmentaridades flexíveis, sendo o Estado um organizador centralizante de políticas chamadas molares, ou seja, que formatam e homogenizam. Os autores também descrevem a existência de redes complexas, de diferentes modos de organização, que produzem conflitos e linhas de fuga, micropolíticas, que se conectam reticularmente, pois "do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares" (p. 94).

Pode-se observar que, nas redes, todos estão em constante movimento, seus fluxos são micro-moleculares e possuem um plano de segmentaridades flexíveis, pois a rede é nômade por excelência. Já os meios de comunicação de massa da indústria cultural são sedentários e territorializados e seus fluxos são macro-molares. A relação dos meios massivos com a mobilidade é sempre constrangedora, pois eles possuem um plano de segmentaridades rígidas, em que os sujeitos não têm voz e são apenas consumidores. Já com as mídias de função pós-massiva<sup>4</sup>, móveis e em rede, há possibilidades de consumo, mas também de produção e distribuição de informação por todos os participantes.

O modelo reticular das novas mídias e o modelo arbóreo da indústria cultural existem concomitantemente, pois, como já abordado, a indústria cultural está englobando a internet em suas atividades. Percebe-se a complementaridade entre diferentes meios de comunicação, a proliferação da oferta midiática e a ampliação dos usos possíveis feitos para cada um deles ou, cada vez de forma mais incisiva, entre eles e de forma combinada. Assim, pode-se dizer que o modelo de comunicação massiva se mantém e pode ser identificado em lógicas presentes na própria rede, mas é impactado por um modelo de comunicação que se baseia, entre outros aspectos, na relação entre as mídias, em um espaço de participação maior do público na produção da informação e de autonomia no processo comunicativo.

As novas tecnologias de comunicação e informação poderão ser vetores de agregação social, de vínculo comunicacional e de recombinações de informações das mais diversas sobre formatos variados, evidenciando muito bem o movimento de recombinação cultural em um

---

<sup>4</sup> As chamadas mídias pós-massivas, "caracterizam-se por abertura do fluxo informacional, pela liberação da emissão e pela transversalidade e personalização do consumo da informação" (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 48)



território eletrônico (LEMOS, 2003). A conexão em rede instaura uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade, na qual, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode produzir e publicar informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações, adicionar e colaborar em rede com outros, inclusive reconfigurando a indústria cultural. Trata-se de crescente troca e processos de compartilhamento de diversos elementos da cultura a partir das possibilidades abertas pelas tecnologias eletrônico-digitais e pelas redes telemáticas contemporâneas. Pode-se dizer que, atualmente, estamos imersos em uma paisagem audiovisual dupla, na qual dois sistemas comunicacionais amplos, complementares e, às vezes, antagônicos, coexistem, oferecendo maior pluralidade infocomunicacional. O modelo arbóreo da indústria cultural, caracterizado pelas mídias tradicionais, e o modelo rizomático, caracterizado pelas mídias digitais, redes telemáticas e processos recombinatórios de conteúdo informacionais emergentes.

O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos: um [a árvore] age como modelo e como decalque transcendente, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro [o rizoma] age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 31).

Enfim, este trabalho procurou tecer considerações sobre a indústria cultural e as novas mídias, no intuito de vislumbrar que tais conceitos representam estruturas que existem concomitantemente na contemporaneidade, cada uma com um modo de funcionamento diferenciado. O primeiro, voltado ao lucro e a hegemonização das massas e o segundo, permeado e produzido por conglomerados comunicacionais, mas também por todos. Encerra-se este trabalho incitando práticas horizontais nas novas mídias, que produzam novos conteúdos e que questionem a indústria cultural, esta que, por sua vez, sorrateiramente, em suas estratégias, já está tentando dominar as novas mídias, hegemonizando, ali também, seus conteúdos e ideologias.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. e HORKHEIMER, Max. A Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento - fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das*



*manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

AGNEZ, Luciane Fassarella. *A convergência digital na produção da notícia*. Natal: UFRN, 2012.

AMADEU, Sérgio. Arquiteturas em disputa: ativistas P2P e a indústria da intermediação. *Revista de Economia Política de las tecnologías da información y comunicación*, vol. 11. Aracaju, Eptic: 2009.

CAMPONEZ, Carlos. *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995. V. 1.

\_\_\_\_\_ *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995. V. 5.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_ *Cadernos do cárcere*. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques (Tradução e Organização). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (vol. 3).

GÓES, Laércio. *Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais*. In: IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste: Mercado, Região e Comunicação na Sociedade Digital, 2007, Salvador - BA.

LEMOS, André. *Cibercultura: Alguns pontos para entender a nossa época*. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs.). *Olhares sobre a Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

\_\_\_\_\_ *Ciber-cultura-remix*. In: ARAUJO, Denize Correa (Org.). *Imagem (ir)realidade: comunicação e cibermídia*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

\_\_\_\_\_ *Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_ *A Revolução contemporânea em matéria de Comunicação*. In: MARTINS, Fernando (Org.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. 3. ed. Porto Alegre: Sulinas/Edipucrs, 2003.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1994.



MORAES, Dênis de. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. In: *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. 6. Aracaju, Eptic: maio-agosto de 2004, pág. 16-36.

\_\_\_\_\_. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

PARENTE, André. *Tramas da Rede: Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PINHEIRO, Liliane Vieira; SILVA, Edna Lúcia da. As redes cognitivas na Ciência da Informação brasileira: um estudo nos artigos científicos publicados nos periódicos da área. In: *Ciência da Informação*, vol. 37. Brasília: IBCIT, 2008.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru/SP: Edusc, 2000.



## **A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NOS TEXTOS LITERÁRIOS BRASILEIROS: UMA QUESTÃO DE *LÓCUS* DE ENUNCIÇÃO**

KAUSS, Vera Lucia T.

Prof. Adjunto I do Mestrado em Letras e Ciências Humanas  
Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO  
*verakauss@gmail.com*

### **RESUMO**

Este texto, seguindo um caminho interdisciplinar, faz uma abordagem das representações dadas aos indígenas brasileiros nos textos literários, passando pela forma como foram transformados em fatos históricos os acontecimentos do período da conquista e colonização do Brasil pelos portugueses. Nesse caminhar ao longo dos séculos, a importância dos saberes ancestrais dessas culturas foi, propositalmente, relegados a uma condição de inferioridade e esses povos confinados a viver às margens de sociedades que ajudaram a construir. Na contemporaneidade, tomando posse da escrita, esses povos assumem mais um instrumento de luta e passam a escrever seus próprios textos em diversas áreas do conhecimento retratando-se a partir de sua própria maneira de se ver e se pensar, reivindicando seus direitos enquanto cidadãos brasileiros.

Palavras chave: Literatura, Escrita e Oralidade, História.

### **ABSTRACT**

This text following a path interdisciplinary approach makes the representations given to indigenous Brazilians in literary texts, through the way they were transformed into historical facts of the period the events of the conquest and colonization of Brazil by the Portuguese. In walking over the centuries, the importance of ancestral knowledge of these cultures were purposely relegated to an inferior status and these people confined to live on the margins of societies who helped build. In contemporary times, taking possession of writing, these people take more an instrument of struggle and begin to write their own texts in various fields of knowledge portraying themselves as they really are and claiming their rights as Brazilian citizens are.

Keywords: Literature, Writing and Orality, History



## INTRODUÇÃO

Podemos, hoje, dizer que a literatura indígena é uma realidade, confirmando o que disse José Carlos Mariátegui, que somente poderíamos chamar de indígena a literatura escrita por autores indígenas. Até então, o que tínhamos eram textos de escritores não indígenas que muitas vezes distorciam, por falta de conhecimento, as cosmogonias dos povos autóctones que tentavam retratar.

Em nossos dias, no Brasil, encontramos muitos escritores indígenas que, usando como instrumentos de luta textos escritos, lutam para conquistar seu lugar de direito nas sociedades construídas a partir da chegada do colonizador europeu no século XVI. Apesar de habitarem essas terras muito antes da chegada de Cabral, o Brasil, como o conhecemos hoje, passa a existir desde o momento do desembarque dos portugueses no Continente americano.

São muitos os representantes desses povos escravizados, marginalizados e, de certa forma, invisibilizados que buscam, hoje, através do estudo e do domínio da escrita acadêmica, se tornar visíveis, mas sem fazer concessões àqueles que ainda os querem assimilados, transformados em autênticos representantes das culturas dominantes. Estão lutando para provar que, apesar dos incessantes e massacrantes processos aculturadores a que foram submetidos, continuam a ser e a existir a partir de suas cosmogonias, de acordo com o que lhes foi ensinado por seus ancestrais.

Através de processos transculturadores, (ORTIZ *apud* RAMA: 1982, pp. 32-33) conseguem, atualmente, vivenciar as duas culturas: a de origem e a dominante, sem se deixar enredar ou perder, procurando usar o que lhes interessa da maneira de viver do segmento dominante, mas sem deixar de manter viva a maneira de ser e estar no mundo que aprenderam com seus pais e avós através dos conhecimentos passados de geração à geração, na tradição oral. Mesmos aqueles que já nasceram fora das comunidades de origem, buscam conhecer suas tradições e passam a vivenciá-las mesmo que morem em centros urbanos.

Sabemos que os povos indígenas são muitos – já foram muitos mais – e diversos. Quando aqui chegou, pensando em ter um segmento social para a exploração, para colocar como base da pirâmide social, o europeu criou o que denominou de “índio”, ou seja, frente à imensa diversidade que encontrou, para facilitar sua vida ou por incapacidade de enxergar verdadeiramente o *outro*, nomeou todos os homens que aqui habitavam simplesmente de *índios*. Essa homogeneização do “outro” facilitou suas intenções: não importava saber a que nação pertenciam aqueles homens, o único interesse era colocá-los em um nível social que





permitisse explorá-los, escravizá-los, matá-los, transformá-los; enfim, fazer com eles o que aprouvesse aos *vencedores* das guerras da conquista e do processo de colonização implantado nas terras brasileiras.

As sociedades autóctones não haviam desenvolvido o conceito de progresso como os europeus. A ideia de juntar para legar aos filhos qualquer coisa que fosse não lhes parecia lógica ou necessária. Para eles, o importante era ensinar seus filhos a viver como os ancestrais: caçar, pescar, plantar e colher – tanto o que foi plantado como o que a natureza oferece –, a construir suas moradias, a viver de acordo com suas crenças, respeitando os deuses, os mais velhos, os animais e a natureza. A ideia de ter mais, de ser mais poderoso do que o outro não fazia parte de sua cosmovisão: todos lutavam para si e para os irmãos. Havia – e há - disputas entre eles, mas tinham outro sentido, diferente motivação, muitas eram, e continuam sendo, rituais. Sobre esse assunto, nos diz Daniel Munduruku que:

Quando, em tempos antigos, os portugueses tentaram escravizar os indígenas, esses não aceitaram aquela imposição. Trabalhar, para o português colonizador, era acumular. Acumulação é uma das dimensões do futuro. Acumula-se, poupa-se, guarda-se com a intenção de utilizar depois, amanhã. Os indígenas não sabem o que é o amanhã. E fugiram da escravidão. Os portugueses inventaram, então, que eles eram preguiçosos demais para aquela função nobre. E assim ficou. (MUNDURUKU: 2009, p. 50)

As sociedades indígenas que habitavam as terras que viriam a ser o Brasil eram ágrafas. Mas todas possuíam relatos de mitos, de lendas, de histórias de fundação, de guerras, de deuses; enfim, de narrativas que traziam a marca daquele povo que estava contando. As palavras ou os saberes ancestrais eram transmitidos pela oralidade, porque os povos indígenas não dependiam da escrita: eles possuíam uma forte tradição oral que era mantida através da memória. Esses relatos explicam a origem do mundo, dos povos e, ao serem passados de geração em geração, tornam-se mecanismos de construção de identidade e de história que se faz da memória. Como nos diz Bessa Freire: “Não estamos tratando de sociedades que eram *carentes* de escrita, mas sim *independentes* dela”. (FREIRE, 2008, p. )

Outra diferenciação, sobre a qual escreveu Daniel Munduruku, refere-se à maneira de se pensar a literatura apenas como relacionada com a palavra escrita. O escritor nos convida a deixarmos essa forma linear de pensar e procurarmos compreender a ideia de literatura como algo mais circular, tradicional, ancestral e, como os indígenas, entendê-la como sendo mais uma manifestação que acontece “através do corpo, assim como a palavra, o canto, a dança, o rito, a cura, o ser”. (MUNDURUKU: 2009, p. 9). O convite que nos faz Daniel Munduruku é reforçado pelo escritor tukano Gabriel Gentil, que recolheu narrativas míticas em sua língua



materna, quando diz que: “existem várias maneiras de contar o Mito Tukano. Os velhos cantores gostam de contá-lo por meio de cantos, na língua antiga, dando assobios, e até dançam nas grandes festas tradicionais.” (BESSA, *Vozes da Terra: te mandei um passarinho*, 2009)

A literatura, para esses povos, envolve muito mais do que apenas a palavra escrita que, por muito tempo, não exerceu sobre eles nenhuma influência, não foi objeto de fetiche ou qualquer outro sentimento. Viveram sem ela por séculos e não sentiram necessidade de conhecê-la, de trazê-la para dentro de suas vidas. Entretanto, eles foram levados a perceber que, através da escrita, podem marcar seu lugar nessa sociedade que os envolve e, apoderando-se dela, usá-la como um instrumento de luta para conseguirem impor seus direitos de cidadãos brasileiros, abrirem seu espaço e resgatarem o reconhecimento que lhes é devido nessa sociedade que os relegou a viverem marginalizados de um contexto social que ajudaram a construir.

201

## **REPRESENTAÇÕES DO ÍNDIO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Para os conquistadores europeus, os povos autóctones aqui encontrados representavam verdadeiras páginas em branco em que eles escreveriam a História do continente, porque, para eles, a América e o Brasil só passaram a existir a partir do momento de sua chegada.

Todos os povos que aqui existiam há muitos séculos e que possuíam suas próprias organizações sociais e religiosas foram considerados bárbaras. Nenhum conhecimento desenvolvido por estes povos – que eram muitos – foram levados em conta pelo europeu: o vencedor não conseguia admitir que alguém pudesse saber mais do que ele sobre o que quer que fosse. Por essa atitude de incapacidade para olhar de verdade o “outro”, muito se perdeu como, por exemplo, os conhecimentos desenvolvidos pelos povos indígenas com relação à agricultura, aos acidentes geográficos, ao uso das ervas...

Toda a estrutura colonial criada pelo europeu, que se forma a partir do “choque” de culturas que acontece desde a conquista e que se estende pela colonização, se apresenta dividida em dois segmentos: a do colonizador, que se coloca sempre como *superior*, *hegemônico*; e o colonizado, sempre considerado como *inferior* e *explorado*. Os povos indígenas vivenciam esse estigma da inferioridade desde o primeiro momento da chegada do europeu e somente há pouco tempo a situação de colonizado tem passado por questionamentos que tentam levar ao seu entendimento e reformulação.



Todos os fatos históricos acontecidos com o início da era pós-Cabral levam a um rompimento dos povos autóctones com o passado anterior à chegada dos europeus, ou seja, com a continuidade de sua própria história, para se ver inserido na do *outro* à força, pela violência da dominação, da subjugação que passam a vivenciar. Neste período, no convívio em tensão das culturas aqui encontradas, observamos que ambas se transformam, tem seus traços alterados, ou melhor, deixam de ser elas mesmas para se tornarem parte de um sistema maior que se forma a partir de então, ou seja, passam a formar o que se pode chamar de *cultura da conquista*. Apesar do esforço que fazem os colonizadores, no sentido de transformar os povos vencidos em um todo homogeneizado, esse objetivo não é alcançado com sucesso, porque as diferenças são mantidas, elas não desaparecem.

202

Desde esse primeiro momento, podemos perceber as marcas que diferenciam as culturas que passam a existir a partir do contato com as que vieram trazidas das metrópoles europeias: nunca foram como espelhos que apenas refletiam o que vinha da fora; desde o começo as diferenças ficaram bem marcadas. Infelizmente, a diferença foi vista como inferioridade e não como apenas diferença, algo que não diminui nem aprimora mais ou menos nada nem ninguém, apenas é diferente. A mestiçagem, por muito tempo, recebeu uma carga pejorativa imensa e desnecessária, pois era uma ameaça aos que se consideravam pertencentes a uma *raça* superior a todas as outras do mundo.

No Brasil, apenas no século XX os povos indígenas tomam posse da escrita e passam a produzir seus textos e, neles, nos contam a sua versão do confronto cultural aqui ocorrido com a chegada dos europeus. Além disso, nos mostram a riqueza de suas culturas, que foram preservadas na oralidade até então e também seu olhar sobre si mesmo: eles deixam de ser *falados* para *falarem*, nos mostram a representação que fazem deles mesmos num olhar que vem de dentro para fora, que é contrário a tudo que tivemos até esse momento de nossa História.

O discurso histórico criado para dar conta dos fatos contraditórios da conquista e colonização do *Novo Mundo* foi apresentado de modo a privilegiar a ideologia europeia que buscava construir uma identidade homogênea dentro de um contexto diversificado. A tomada de consciência deste direcionamento do discurso histórico levou a uma revisão dos discursos, inclusive do literário. A partir desse momento, aqueles sujeitos que se convencionou chamar de



*vencidos* foram procurados para se buscar conhecer o outro lado da história, contado e vivenciado, desde o primeiro momento da chegada dos europeus à América, pelos povos autóctones que aqui viviam e pelos negros que para cá foram trazidos, isso para falar apenas do primeiro momento da formação desse complexo chamado de América Latina e, dentro dela, especificamente, do Brasil.

A construção da identidade multifacetada, polifônica e inconclusa desde então elaborada pelo segmento mestiço de nossas sociedades passa a ser representada nos textos que são produzidos por esses escritores. Esta identidade, desde sua origem até nossos dias, mostra-se como um ponto de partida em que se inicia uma convivência conflituosa das variadas etnias e culturas que aqui viviam e das que aqui aportaram desde 1492, para a América Hispânica, e 1500 para o Brasil.

Essa identidade, construída na heterogeneidade cultural, eclode nos textos literários e, a partir de um primeiro momento, no Romantismo, e, mais efetivamente, no Modernismo e Pós-Modernismo, neles, também podemos observar uma descolonização do discurso em relação ao europeu, que se colocou como hegemônico desde o início da construção do Brasil. Esse processo apresenta como traço fundamental a aceitação de nossas diferenças: se nascemos de uma polifonia de vozes torna-se imprescindível ouvir todas para compreender e continuar a tecer nossa identidade que não traz em si a marca de apenas uma das vozes formadoras, mas resulta da mescla de todas elas.

Para estudarmos esses textos literários feitos por escritores indígenas hoje, precisamos, em primeiro lugar, entender que, durante muitos séculos apenas sendo “falado”, a figura do índio aparece retratada de formas diversas em diferentes momentos de nossa História e da ficção brasileira. No período da conquista e colonização, ele é apresentado em duas visões distintas: ou é o *bom selvagem*, representado por aqueles índios que se deixam catequizar, que aceitam a assimilação, ou seja, aqueles que tentam abandonar suas culturas, suas cosmogonias e passam a viver como ditam as normas estabelecidas pelos *vencedores*; ou são os terríveis e temidos *canibais*, que não aceitam a presença do *homem branco* em suas terras, que lutam para manter a liberdade de seus povos. Na realidade, hoje sabemos que muitas etnias chamadas de *antropófagas* não o eram, mas foram assim designadas porque, com essa peja, os europeus recebiam do rei a legitimação para dizimá-las.



Logo depois, no período do Neoclassicismo ou Arcadismo, a figura do indígena aparece, por exemplo, na epopeia *O Uruguai*, de Basílio da Gama. O texto deste escritor foi feito com o intuito de agradar o Marquês de Pombal, portanto, nele, os *vilões* da história são os jesuítas, que o representante do poder português, naquele momento, expulsara do Brasil. Na narrativa, o herói deveria ser o capitão português que comandava, junto com os espanhóis, um exército nascido da coligação das duas metrópoles para expulsar os jesuítas que fundaram e habitavam, junto com os indígenas guaranis, uma região chamada Povos das Sete Missões, no sul do Brasil. No entanto, quando lemos o texto de *O Uruguai*, percebemos que a posição de herói é ocupada, também, pelas figuras dos indígenas – Sepé, Cacambo e Lindoia, entre outros -, pois eles são descritos como sendo possuidores dos verdadeiros sentimentos que movem um herói: honra, coragem, altivez, determinação, preocupação com os outros... Mesmo que não tenha tido a intenção primordial, o autor nos apresenta uma representação positiva do indígena em seu texto.

No Romantismo, a figura do indígena aparece idealizada, muito distante do que realmente era até pelo desconhecimento dos próprios escritores que se propunham a escrever sobre essas culturas. Essa idealização da figura do indígena recebeu o nome de Indianismo. No Brasil, é nesse momento que surge a necessidade de se criar um herói nacional, pois a ideia de nação está sendo construída. Enquanto, na Europa, os escritores se voltam para a Idade Média e encontram no cavaleiro andante das trovas medievais sua figura de herói, os brasileiros se voltam para o período correspondente em nosso continente, ou seja, a era pré-cabralina, no exato momento da chegada do europeu. Nossos escritores vão buscar aqueles índios que aqui existiam no momento da conquista e da colonização, vão exaltar seu heroísmo, sua luta pela liberdade, sua altivez. Entretanto, na realidade, nosso herói será, por exemplo, Peri, personagem do romance *O Guarani*, de José de Alencar, o qual representa o índio que, deixando de viver com seu povo, se aproxima do “branco” e, por amor a uma donzela portuguesa, se torna um vassalo de sua amada vivendo para fazer-lhe as vontades. Por isso é uma figura idealizada: ela é criada a partir do que o pensamento hegemônico vigente na época queria como modelo de herói nacional.

Existem muitos outros textos que trabalham essa ideia de herói, mas os de José de Alencar são especialmente representativos dessa intenção de criar um modelo de herói para a nação brasileira. É ainda em Alencar que encontramos uma representação bastante evidente do pensamento disseminado e aceito de que os povos indígenas representariam a barbárie e, os



européus, a civilização: o romance *Iracema*. Nesse texto, Alencar pretende contar a história da gênese do brasileiro: uma relação de amor entre uma índia tabajara e um colonizador português de nome Martim. Segundo conta a história, Iracema e Martim se encontram na floresta, se apaixonam e, abandonando seu povo, a índia vai viver só, mas com seu amor. Ela fica grávida, tem Moacir, que significa *filho da dor* e morre, entregando o menino recém-nascido ao pai, que volta para a cabana onde moram depois de guerrear. Martim leva o filho para ser criado em Portugal e, quando adulto, ele voltará a sua terra, mas será um homem civilizado e não bárbaro, pois terá estudado na Europa.

205

Para José de Alencar, Moacir é o primeiro brasileiro, ou seja, ele nasce da mestiçagem entre os representantes das duas culturas primeiras aqui encontradas, mas, a indígena deve morrer, por ser representante da barbárie, enquanto que a europeia, por ser considerada a civilização, deve florescer, prosperar em nosso país. Este era o pensamento vigente na sociedade em construção de então.

Tanto em *Iracema* como em *O Guarani*, Alencar busca mostrar que nossa formação mestiça se fez em relacionamento de amor e não de violência – o que condiz mais com o que realmente aconteceu. Se em *Iracema*, a personagem indígena precisa morrer para que o país se torne civilizado; em *O Guarani*, no final apoteótico, o indígena e a mulher branca vão viver junto ao povo original de Peri e, uma vez lá, Ceci poderá ser uma difusora da civilização trazida pelos europeus de quem descendia e por quem fora criada. Nos dois romances, predomina a ideia de que as culturas indígenas, que simbolizam a barbárie, devem deixar de existir – fisicamente ou ideologicamente - para que a civilização, representada pela cultura trazida da Europa, seja a única predominante na nação que está sendo construída então.

No movimento do Realismo, esse não foi um tema muito explorado. Machado de Assis fala sobre o lugar de moradia, das crenças e, também, das tentativas que sofreram nos constantes processos de tentativa de aculturação a que os povos indígenas foram submetidos desde a conquista e colonização, no seu livro *Americanas*, de 1875. O escritor trabalha, nessas poesias, a representação poética dos indígenas, falando, também das consequências do contato entre os povos autóctones e os europeus. É um livro em que podemos observar a influência de Gonçalves Dias e do Indianismo. As influências de José de Alencar também se fazem presentes, mas é um Indianismo que não mostra de forma ostensiva a cor local que tornou tão popular o gênero. Dentro dessa temática intensamente trabalhada pelos românticos, parece-nos





que Machado de Assis se mostra bastante reservado em suas expressões. Certamente, o livro apresenta-se como sendo uma tentativa interessante de recriar mais um "americanismo" do que um indianismo e isso em um momento em que a consciência de pertencer a um continente parecia criar raízes entre os intelectuais da época. Podemos perceber, nesse fato, a presença da preocupação com a construção de uma identidade brasileira.

No Pré-Modernismo, Lima Barreto, através de seu personagem Policarpo Quaresma, protagonista de seu livro *O triste fim de Policarpo Quaresma*, expõe a condição de esquecimento, de total desprezo e rejeição que a sociedade brasileira daquele momento – o governo republicano do Marechal Floriano Peixoto – vivencia em relação aos costumes e tradições dos povos indígenas que, na realidade, são parte importante na nossa formação enquanto povo brasileiro. No romance, o Major Policarpo é considerado incapaz mentalmente quando resolve redigir, por exemplo, documentos do departamento público em que trabalhava na língua que considerava como brasileira autêntica: o tupi-guarani. A sociedade carioca daquele momento também estranha quando o Major passa a reproduzir, socialmente, formas de comportamento dos povos autóctones como, por exemplo, receber pessoas em sua casa chorando ostensivamente para demonstrar que estava com saudades como faziam os indígenas brasileiros de determinadas etnias. O autor critica a sociedade por não ter a mínima ideia da junção de culturas que a formava, por repelir tão enfaticamente outras formas culturais que não fosse a considerada “civilizada” e hegemônica: a trazida da Europa.

No Indigenismo, que acontece no período do Modernismo brasileiro, a figura do indígena aparece problematizada, ou seja, os escritores, principalmente com o respaldo do olhar dos antropólogos, se voltam para esses povos que vivem à margem da sociedade. Eles buscam uma solução para essa exclusão, mas acabam entendendo que esses povos seriam assimilados pela sociedade hegemônica e acabariam desaparecendo dentro dela. Sabemos, hoje, que essa profecia não se realizou e as etnias indígenas continuam lutando por seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, em igualdade com os outros segmentos sociais de nosso país. Além disso, atualmente, os indígenas tem apresentado um número considerável no aumento de suas populações, desfazendo essa premissa de que estariam à beira da extinção, da integração ou da assimilação. São muitos os povos originários que deixaram de existir desde a colonização portuguesa, mas, atualmente, muitas etnias estão renascendo e buscando o reconhecimento de suas existências enquanto sociedades organizadas que aqui viviam desde a era pré-cabralina e



que continuam, mesmo que em desvantagem frente aos segmentos hegemônicos da sociedade construída no que, antes, eram seus domínios.

Na primeira geração modernista, Mario de Andrade cria, em *Macunaíma*, um personagem principal que representa a mestiçagem de que nasceu o brasileiro: ele é, ao mesmo tempo, índio, negro e branco. O escritor paulista teve conhecimento desse ser mítico para os povos indígenas de Roraima – Wapichana, por exemplo – através de um trabalho de pesquisa realizado por um etnólogo alemão, Koch-Grunberg. Nesse texto, encontramos o que se pode chamar de fase demolidora do nosso Modernismo – a primeira, de 1922 a 1928, ano da publicação de *Macunaíma* – que pode ser observada na própria estruturação do romance e também, por exemplo, na aproximação da língua com a oralidade brasileira em detrimento das regras lusitanas. Cristino Wapichana, escritor indígena da atualidade, diz que Mário de Andrade:

Com liberdade poética, inspirou-se no personagem principal dos povos indígenas Taurepang, Arekuna, Wapichana, Macuxi, Ingarikó, Pemon e outros. Mas Mário nunca teve contato direto com nenhum desses povos indígenas, sua fonte foi importada diretamente da Alemanha e em alemão, que mesclou a outras de Capistrano de Abreu, Couto de Magalhães, Pereira da Costa e relatos orais. (WAPICHANA: 2010, p. 16-17)

No segundo momento desse período, Darcy Ribeiro, depois de viver por dez anos entre os indígenas da etnia Urubus-Kaapor, escreve seu romance *Maíra* e, nele, nos mostra o problema de identidade que vivencia um indígena mairum – etnia criada pelo escritor - que fora retirado do convívio de sua gente por padres missionários e que tenta voltar para assumir um lugar especial – de líder religioso - junto de seu povo. Isaias – esse é o nome que o indiozinho recebeu no batismo cristão – vive um conflito constante entre as crenças, os costumes, as tradições de seu povo de origem e tudo o que aprendeu na convivência com a Igreja Católica. Por todo o texto, acompanhamos o dilaceramento que ele sofre por não saber mais quem é. Nesse romance, podemos observar como o pensamento de que os povos indígenas não conseguiriam resistir por muito tempo mais ao processo assimilacionista da sociedade hegemônica do entorno se faz evidente. Os mairum vivem cercados por mestiços, *brancos* e até mesmo outros indígenas que já não vivenciam suas cosmogonias, se desligaram de suas comunidades originais e que os ameaçam de todas as formas possíveis. *Maíra*, título do romance, na realidade, é o nome que esse povo dá ao seu deus criador, que é representado pelo sol.



No momento atual, o Pós-Modernismo, encontramos escritores como Antonio Torres que, após uma pesquisa em documentos históricos, publica um romance intitulado *Meu querido canibal*, em que procura resgatar a história de Cunhambebe, o mais temido chefe indígena do período da colonização por ser um canibal. Para os indígenas, na realidade, o que eles faziam era um ritual religioso: eles comiam o corpo e bebiam o sangue dos inimigos capturados, mas só serviam para o ritual aqueles que fossem jovens, fortes, corajosos; enfim, os que tivessem os valores de um verdadeiro guerreiro. Cunhambebe não é descrito assim: ele era mesmo canibal. Comia aqueles que vencia nas lutas, nas guerras pelo prazer de comer carne humana. Pelo menos é isso que registram os livros e documentos da nossa História. Não podemos nos esquecer, porém, de que nossa História foi contada, registrada pela ótica dos *vencedores* e, portanto, precisamos tentar resgatar como esse mesmo fato seria narrado pela ótica dos *vencidos*.

Além de escritores como Antônio Torres, que busca resgatar a imagem desse indígena por um viés menos marcado pela influência do bárbaro, incivilizado, bugre; enfim, pela visão preconceituosa elaborada desde o princípio da convivência entre as culturas primeiras, temos, hoje, a possibilidade de acesso a uma representação feita pelo próprio personagem retratado: o indígena. Em diferentes gêneros de textos, são muitos os escritores e poetas indígenas que se retratam, que se deixam ver como realmente se sentem e são. Os “selvagens” invadem, hoje, as Academias e, tomando posse da escrita trazida pelos colonizadores e usada como um instrumento de poder e fetiche para subjugar sua oralidade de arco-íris musical, escrevem e se mostram por um *lôcus* antes nunca conhecido: o próprio olhar. Carlos Tiago, da etnia Saterê-Mawé, do Amazonas diz que:

Sou índio, sou cor, sou raça de mil florestas.  
 Meu tacape, dança da tucandeira, minha tradição,  
 se mostra em noites de muitas festas.

Lembranças e madrugadas correm em minhas veias  
 E preservam o gosto das águas antepassadas  
 Colhidas nas belas noites de lua cheia.

Chuvas de tradição molham meu rosto.  
 Sou índio, minha cultura é minha pele.  
 A mata sobrevive em minha canção;  
 Faz parte de minha sina, do meu índio coração.

Sou índio, sou sonho, raiz da nação brasileira.  
 Minha bandeira pela igualdade, minha história renascendo em livros  
 E minha luta solfejando a sobrevivência.



(TIAGO: 2009, p.17)

Atualmente, já é bem numerosa a lista de nomes de indígenas das variadas etnias que, superando os processos aculturadores a que foram submetidos, estão escrevendo textos literários em que afirmam sua identidade que, mesmo passando por processos transculturadores, permanece viva até hoje.

Para esses escritores, o texto literário ou mesmo os textos escritos em qualquer outra área, como a do Direito, a da História, a da Antropologia, a da Educação, só para citar alguns exemplos dos lugares pelos quais eles estão transitando com muita competência, o escrever é mais um instrumento na luta pelo reconhecimento dos direitos que lhes foram usurpados desde o momento do “encontro” aqui acontecido com a chegada dos europeus no século XVI até nossos dias.

Os textos literários que esses escritores estão publicando contam suas lendas, mitos, gênese de formação; enfim, nos falam de suas cosmogonias que sobreviveram e estão mais vivas do que nunca no imaginário desses povos. Mas, além disso, em muitos desses escritos podemos observar que eles nos contam também a sua forma de ver os fatos acontecidos em nossa História, cuja versão oficial só foi escrita pela ótica dos considerados *vencedores* das guerras da conquista e da colonização de nosso continente. Ainda nas palavras de Cristino Wapichana, podemos observar uma das preocupações principais que perpassam seus textos: o direito ao respeito.

Não desrespeitamos ou menosprezamos o sagrado e a crença dos outros povos, mesmo aqueles que não conhecemos. O sagrado é parte integral da cultura indígena durante toda a vida, e a vemos em tudo o que vive. A terra, o rio, as florestas, os campos naturais, os animais, tudo tem a presença do Criador. Nossas histórias tradicionais estão carregadas de símbolos e significados, fazendo parte de nossa educação e formação como seres inseridos no mundo. Essa ligação íntima, necessária ao equilíbrio da vida, funde o mundo físico e o espiritual de forma tão homogênea que nos torna seres completos.

(WAPICHANA: 2011, p. 16-17)

São muitos os escritores indígenas que, atualmente, buscam a academia num movimento de conhecer, entender e usar tudo que puderem aprender para seguirem a luta iniciada por seus ancestrais, desde o primeiro momento do “encontro” entre culturas aqui acontecido em 1500, pelo respeito à diferença e que essa diferença não seja marca de inferioridade.



## TENTATIVA DE FECHAMENTO PROVISÓRIO DE UM TEXTO AINDA EM CONSTRUÇÃO

Apesar dos incalculáveis processos de aculturação a que foram expostos por tantos séculos, ainda hoje podemos observar que os povos indígenas mantêm determinadas características formadoras de sua identidade que nada conseguiu abalar. Por exemplo, a importância muito maior do coletivo do que do individual: a construção do sujeito individual se faz, naturalmente, no coletivo, na imersão profunda na alma viva de uma comunidade que não se deixou destroçar por nenhuma ameaça de fora. Seus textos nos mostram exatamente isso: seres que formam sua individualidade dentro de um coletivo que os torna completos.

Lendo um livro que relata uma experiência riquíssima vivenciada por uma equipe de pesquisadores devidamente orientados pelo Professor José Carlos Sebe Bom Meihy, em Dourados, Mato Grosso do Sul, percebi, desde as primeiras palavras, essa impossibilidade de construção desses sujeitos fora de um pensamento de comunidade. Ao tentar fazer entrevistas para a organização da estrutura do trabalho, não se conseguiu que acontecessem individualmente, porque “se nos evidenciou que o discurso, apesar de dirigido por um narrador, espelhava as marcas de uma fala comunitária”. (SEBE BOM MEIHY: 1991, p. 20) Essa é uma das características que não sofreu modificação mesmo com a exposição a processos tão violentos de tentativas de desestruturação desses sujeitos.

Outra constatação que aconteceu em nossos dias: os índios não estão mais apenas vivendo nas aldeias, eles, hoje, estão espalhados pelas metrópoles, pelos estados, pelas ruas e bairros de todas as cidades brasileiras. Muitos não se conformaram em ficar tutelados à administração do governo, saíram em campo e vieram das matas, das aldeias para a cidade em busca de sua sobrevivência. Como terá sido, para os pioneiros, essa questão de viver em uma sociedade que milenarmente não os aceitava em seu meio? Afinal, os povos indígenas estavam bem escondidos sob uma capa de invisibilidade lançada sobre eles fazia séculos...

Alguns processos foram acontecendo para que esse manto começasse a ser retirado e, entre eles, podemos citar a Constituição de 1988, que reconheceu o direito à autoidentificação desses povos. Também os estudos de pensadores, como Darcy Ribeiro, Betty Mindlin, entre muitos outros, que levantaram a questão de nossa formação plural, afinal, nascemos como povo do ventre de negras e índias também.

Mesmo vivendo na cidade, o indígena é coletivo. Como encontramos em um documento do IBGE de 2002:

Na cidade, formam redes de reciprocidade e sempre riscam uma linha de onde estão agora que vai dar lá no pátio da antiga aldeia, vila ou paróquia da missão



onde foram seus avós aldeados. Estão na cidade, mas, definitivamente, não são da cidade. (MUNDURUKU e WAPICHANA: 2009, p. 42)

Em alguns momentos, essa convivência com o *outro* que continua, em sua grande maioria, não conseguindo entendê-lo, deve ser bastante insatisfatória para os indígenas das várias etnias que estão nas cidades. Conversando com um deles, Thini-á Funiô, um grande e querido amigo, ele me contou que, uma vez, no Museu do Índio, onde estava promovendo uma roda de contação de histórias, se aproximou uma mulher “branca” toda maquiada e perguntou o porquê dele se pintar da maneira como havia feito. Ele olhou para ela e retornou a pergunta: por que ela se pintava da maneira como havia feito? No final, ele respondeu que ambos haviam se pintado pelo mesmo motivo: sentiam-se mais belos assim. Na realidade, continua a barreira que impossibilita a aceitação do diferente simplesmente como diferente, ainda continuamos a olhar os indígenas como o diferente exótico, causa estranhamento o fato de eles não se comportarem de acordo com as regras de uma sociedade que se impõe como a conhecedora do único caminho possível para a realização que trará a felicidade tão almejada por todos nós. Como no século XVI, muitos continuam incapazes de olhar e ver que o arco-íris é tão lindo porque dá lugar a todas as nuances possíveis de cores, mas precisamos nos colocar na posição de parar e observar sem querer imediatamente colocar dentro de uma classificação pré-existente e considerada a única possibilidade de *verdade cientificamente comprovada*.

Enquanto nos colocarmos nessa posição de *donos do saber*, não conseguiremos nos abrir para compreendermos as riquezas que estão a nossa volta e que deixamos de aproveitar, apreender o conhecimento que nos vem desses saberes ancestrais por tanto tempo relegados a uma conceituação preconceituosa apenas pelo medo de descobrirmos que o *outro* também é dono de saberes que desconhecemos. Eles encontraram, no caminho da transculturação, a forma perfeita: assimilar o que a sociedade do entorno tem a oferecer sem abrir mão daquilo que é seu, que seus povos construíram nos muitos séculos de caminhada nessas terras férteis e abençoadas.




**Referências bibliográficas:**

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida, org. *Povos indígenas & educação*. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002
- CLASTRES, Pierre. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Trad. Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papyrus, 1990.
- CORNEJO-POLLAR, Antonio. *Escribir en el aire: ensayo sobre la heterogeneidad sócio-cultural en las literaturas andinas*. Peru-Lima: Editorial Horizonte, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O condor voa. Literatura e Cultura Latino-Americanas*.
- VALDES, Mario J., coord. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- FREIRE, José Ribamar Bessa e ROSA, Maria Carlota, org. *I Colóquio sobre Línguas Gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. 2ª ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.
- LIENHARD, Martin. *La voz y su huella: Escritura y conflicto étnico-social en América Latina (1492-1988)*. La Habana: Casa de las Américas, 1990.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1995.
- MUNDURUKU, Daniel & WAPICHANA, Cristino, orgs. *Antologia Indígena*. Cuiabá: Palavra de Índio-SEC, 2009.
- ORTIZ *apud* RAMA, *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.
- SEBE BOM MEIHY, José Carlos. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.
- WAPICHANA, Cristino. Makunaima X Macunaíma. In: *Revista Educação em Linha-Encontros com a Literatura*. Rio de Janeiro: Secretara de estado de Educação, Ano IV, nº 13, julho-setembro/2010.



## HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, CINEMA E MEMÓRIA NA ERA DA TRANSMÍDIA

COSTA, Robson Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social –  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
*robson.sc2001@gmail.com*

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill

Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social –  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
*orrico.evelyn@gmail.com*

212

### RESUMO

Este trabalho trata da atual proliferação de produções cinematográficas adaptadas de histórias em quadrinhos de super-heróis. Compreende as histórias em quadrinhos e o cinema como gêneros secundários do discurso de acordo com a concepção do pensador russo Mikhail Bakhtin, admitindo que esses gêneros possuem uma memória de gênero que constitui a base das adaptações. Essas obras cinematográficas são analisadas dentro do processo que o autor Henry Jenkins denomina como *transmídia*, ou seja, uma cultura de cooperação horizontal entre diversos gêneros midiáticos que convergem para um ponto em comum. Uma breve análise do filme Os Vingadores é apresentada com o intuito de esboçar como a memória de gênero é construída no processo de adaptação dos atuais filmes baseados em quadrinhos de super-heróis.

Palavras-chave: histórias em quadrinhos; cinema; adaptação.

### ABSTRACT

This paper presents the current proliferation of comic book film adaptation. It assumes the comics and the movies as secondary speech genres according to the concepts of the Russian thinker Mikhail Bakhtin, adopting the genre memory of these genres as a baseline of film adaptations. These movies are included in the process that the author Henry Jenkins calls as *transmedia*, that is, a culture of horizontal cooperation among several media genres that converge to a common point. A brief analysis of the movie The Avengers is presented with the intention to outline how the genre memory is built during the current film adaptation process of super-heroes comic books.

Key-words: comics; movies; adaptation.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento que pretende verificar como a memória de gênero é trabalhada nas atuais adaptações



cinematográficas de histórias em quadrinhos de super-heróis no contexto das chamadas produções transmidiáticas.

Em finais dos anos 1990 e início dos 2000 novos filmes de super-heróis produzidos pela indústria cinematográfica hollywoodiana estrearam nos cinemas de todo o mundo. Até então não havia nada de novo nesse acontecimento, visto que adaptações de quadrinhos de super-heróis não eram nenhuma novidade para milhões de espectadores nas mais variadas partes do planeta.

Para sermos mais exatos devemos destacar que os personagens intitulados de super-heróis, surgiram em 1938 nos *comics* norte-americanos – sendo o primeiro gênero criado especificamente na linguagem das histórias em quadrinhos - e em apenas dois anos, ou seja, em 1940, já podíamos vislumbrar adaptações desses personagens para emissoras de televisão, rádio etc. (MORRISON, 2012).

Nas décadas posteriores esses personagens sempre estiveram presentes na televisão e no cinema. O filme Superman de 1978 é considerado um marco dessas adaptações, pois foi o primeiro filme do tipo a ter um alto investimento de produção e a contratação de atores e roteiristas ganhadores de diversos prêmios, como Marlon Brando, Gene Hackman e Mario Puzo – escritor do livro e do roteiro do filme O Poderoso Chefão (MORELLI, 2009). O cartaz do marketing do filme na época possuía a chamada “você irá acreditar que um homem pode voar” (ZWEIST, 2014). Essa chamada de fato chama a atenção, pois é fruto de um avanço tecnológico que começava a tornar essas adaptações mais “plausíveis”, pois, no lápis e nanquim das páginas das histórias em quadrinhos, voar, lançar raios, não eram tarefas das mais difíceis. Mas fazer isso como espetáculo visual em movimento demandava dinheiro, equipamentos, pessoal e sobretudo possibilidades tecnológicas.

Nas décadas de 1980 e 1990 filmes de super-heróis continuaram a ser produzidos, porém de forma esporádica – e muitas vezes com orçamentos extremamente baixos - e com resultados nem sempre considerados satisfatórios por crítica e público. Para entendermos melhor por que essas adaptações não eram bem aceitas, devemos levar em consideração que ao serem produzidos nos finais dos anos 1930 os super-heróis criaram



uma legião de fãs que acompanhavam todas as revistas e que enviavam centenas de cartas para as editoras com elogios, críticas e opiniões para escritores e artistas.

Tal fato se intensificou ainda mais nos anos 1960, quando Stan Lee, Jack Kirby, Joe Simon e outros criaram personagens como o Homem-Aranha, os X-men, Thor, Hulk, Quarteto-Fantástico, Os Vingadores ou, em resumo, o intitulado “Universo Marvel”, que seria a diegese narrativa em que todos esses personagens viveriam.

O Universo Marvel era uma estratégia de criação e de marketing em que “todas as aventuras eram interligadas em altíssimo nível de complexidade” (HOWE, 2013, p. 11), ou seja, cada história de um personagem publicada em uma edição do Homem-Aranha, por exemplo, tinha relação com histórias de outro personagem, como o Capitão América e desse com o Hulk e assim sucessivamente. Muitas vezes todos os personagens do Universo Marvel se encontravam em determinadas edições. Para isso ocorrer de forma satisfatória toda a equipe de escritores e artistas precisa se reunir com regularidade para não haver discrepâncias na interligação entre as histórias (HOWE, 2013).

Stan Lee, criador da maioria dos personagens e editor-chefe da Marvel Comics – surgida como Timely Comics na década de 1930 como a divisão de quadrinhos da editora Magazine Management - teve enorme sucesso com a criação do “universo” e respondia pessoalmente cartas, fazendo os leitores se sentirem como parte do processo criativo de construção dos personagens. Stan Lee apelidou a Marvel Comics como a “Casa das Ideias” (HOWE, 2013).

### **UM POUCO DA HISTÓRIA DA MARVEL COMICS**

Os personagens da Marvel Comics surgiram, em sua maioria, nos anos 1960, uma década em que grande parte dos leitores de quadrinhos dos anos 1940 estava na universidade e o mundo estava em um período de efervescência cultural com as lutas por Direitos Civis, discussões sobre temas como racismo, drogas, existencialismo, direitos femininos etc. Os quadrinhos de super-heróis – e o Universo Marvel – refletiram esses momentos em suas narrativas, às vezes como pano de fundo, mas em outros casos de forma explícita.



Ou seja, os leitores de quadrinhos de super-heróis sentiam-se como parte da criação, já que eles podiam opinar e, muitas vezes, mudar o rumo de histórias. No cinema isso nunca foi possível, tendo em vista que o espectador se via de forma muito mais passiva. Normalmente as editoras vendiam direitos dos personagens para os estúdios e estes filmavam da forma como achavam que seria mais lucrativo, sem contato direto – pelo menos não de forma tão intensa – com os espectadores. Dependendo de como a adaptação era feita, a relação emotiva criada entre esses personagens e os leitores de quadrinhos geravam duras críticas aos estúdios e, em determinados casos, baixo retorno financeiro – como no caso do filme *Batman e Robin* de 1997.

Entretanto a partir de 1998 com o lançamento do filme *Blade* e, mais especificamente, a partir do lançamento do filme *X-Men* de 2000 as coisas começaram a mudar. Os filmes baseados em super-heróis começaram a ter uma melhor aceitação de crítica, do público de cinema em geral – algo que geralmente ocorria – e, algo mais raro, do público leitor de histórias em quadrinhos. A partir de então dezenas de adaptações cinematográficas de super-heróis são produzidas por ano, algo “similar ao *boom* dos seriados das matinês nas décadas de 1930 e 1940 ou a proliferação das séries de televisão” (MORRISON, 2012, p 368).

Assim, como ocorreu em 1978 com o filme do *Superman*, o avanço tecnológico foi essencial para a produção desses filmes, como nos afirma Morrison (2012, p. 368) para quem “a tecnologia havia chegado ao nível dos quadrinhos, e acreditar que um homem podia voar era tão fácil quanto acreditar que um gigante poderia ser anão”.

Além disso, a editora *Marvel Comics* realizou um investimento até então inédito e financeiramente arriscado: criar seu “universo *Marvel*” no cinema e passar a ter um maior controle sobre as adaptações de seus personagens, não mais vendendo os direitos de filmagem – alguns personagens da editora como *Homem-Aranha* e *X-Men* ainda possuem os direitos de filmagem ligados a estúdios como *Sony* e *Fox*. Desse modo a *Marvel Comics*, criou a *Marvel Studios* nos anos 2000.

Até então o cinema possuía as chamadas “franquias”, ou seja, sequência de filmes de mesmos personagens. Mas a *Marvel Studios* traçou um projeto baseado no que fizeram



com as revistas em quadrinhos nos anos 1960, ou seja, cada filme do estúdio teria relação com filmes de outros personagens e todos os personagens poderiam aparecer em todos os filmes. Cada filme separadamente poderia ser compreendido, porém para um entendimento “global”, o espectador deveria ver todos os filmes, assim como os leitores deveriam ler todas as revistas nos anos 1960.

A estratégia não só deu certo como é vista por muitos como “a salvação financeira de Hollywood” (TAVARES, 2012, P. 33) nos últimos anos, visto que as empresas de cinema encontravam-se em crise financeira no início do século XXI. A Marvel Studios começou seu projeto em uma etapa intitulada como “primeira-fase”, quando produziu seis filmes: O Incrível Hulk (2008); Homem de Ferro (2008); Homem de Ferro 2 (2010); Thor (2011); Capitão América, O Primeiro Vingador (2011) e Os Vingadores (2012). Atualmente o projeto encontra-se em uma segunda fase com uma terceira já planejada com projetos até, pelo menos, o ano de 2020.

A aceitação desses trabalhos, entretanto, não se deve somente a um maior controle de um estúdio de cinema pelas pessoas que fazem as histórias em quadrinhos e possuem um contato supostamente mais direto com os leitores – ou que, em muitos casos foram leitores desses personagens, já que estamos falando de criações de mais de 70 anos em alguns casos.

### **SUSTENTAÇÃO DA ANÁLISE**

Para alguns pesquisadores, como Jenkins (2008), esses filmes seriam parte do que ele intitula de narrativa transmidiática, ou seja, narrativas que abarcam inúmeros textos nas mais variadas mídias. São narrativas tão amplas que não poderiam ser contidas em uma única mídia (JENKINS, 2008, p. 134). Para esse autor, em épocas anteriores, quando perguntávamos se alguém “entendeu um filme”, essa pergunta se referia geralmente a filme “de arte” com uma maior complexidade narrativa. Na atualidade, tal pergunta pode se referir ao caso de o sujeito ter visto todos os filmes de uma franquia, lido os quadrinhos, os romances, jogado o vídeo-game, discutido com outros espectadores ou produtores em chats de internet etc., ou seja, se o sujeito está realmente inserido no “universo” que cria um maior sentido para o “elemento” desse complexo com o qual ele





teve contato. Ver apenas “um” filme não seria mais suficiente. Até filmes valorativamente compreendidos como “fracos”, podem não ser ruins se o espectador estiver inserido no “todo”, pois tal filme seria apenas um fragmento desse complexo maior.

Essas narrativas transmidiáticas estariam inseridas em uma “cultura de convergência”, uma nova lógica econômica da indústria do entretenimento de massa que funcionaria de forma horizontal. Assim como falamos da relação da indústria dos quadrinhos desde os anos 1960 com seus leitores – quando esses possuíam uma maior influência na produção das narrativas – atualmente a indústria cultural não possuiria mais uma forma rígida de “distinção entre autores e leitores, produtores e espectadores, criadores e intérpretes” (LEVY apud JENKINS, 2008, p. 134-135). Tal distinção estaria se dissolvendo cada vez mais, caminhando para uma maior interferência de cada participante na atividade dos demais. Entretanto esse processo ainda ocorre, de certa forma, regido pela indústria do entretenimento, que mantém a palavra final de qual e como o produto final será lançado, mesmo que esse resultado final tenha uma maior interferência de variados sujeitos, ou, pelo menos, a ilusão dessa interferência. Essa lógica que cria um sentido mais amplo por meio do contato do sujeito com as diversas mídias em que o seu produto de consumo aparece – e sua interferência na criação desse produto – “sustenta uma profundidade de experiência que motiva mais consumo” (JENKINS, 2008, p. 135) na atualidade.

Possivelmente podemos afirmar que os atuais filmes da Marvel Studios fazem parte dessas narrativas transmidiáticas, visto que, além do fato de o espectador ter que ver todos os filmes do “Universo Marvel” no cinema, ele também deve assistir à série televisiva “Agentes da Shiled” - que possui relação direta com os filmes – jogar os vídeo-games, ver curtas em canais como youtube que completam, provavelmente, a narrativa. Ou seja, estar inserido no “Universo Marvel” do século XXI demanda um esforço de tempo, de participação, busca por informação e, logicamente, gasto financeiro. Lembremos que o acesso a uma determinada “cultura” – sem entrar em uma definição específica desse termo – e aos bens culturais produzidos por ela “requer”, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar



ao economicismo” (BOURDIEU, 2007, p. 9), ou seja, as necessidades culturais dos sujeitos em relação aos bens culturais são fruto da complexidade que envolve as mais variadas esferas sociais.

Neste trabalho estamos trabalhando com a noção de adaptação de Stam (2006) para quem tal processo significa a relação entre variadas vozes sociais de diferentes gêneros que são retrabalhadas em novos contextos de produção e compreendendo tanto a mídia dos quadrinhos quanto a do cinema como gêneros do discurso no sentido bakhtiniano do termo. Bakhtin (2011, p. 262) compreende que os campos das atividades humanas estão diretamente ligados ao uso da linguagem que é empregada na forma de enunciados. Assim, os enunciados refletiriam as condições sociais em que foram produzidos, mostrando as “vozes sociais” de determinada época. Porém os enunciados – que podem ser falados, escritos, imagéticos – para serem compreendidos pelos sujeitos sociais devem se aproximar semelhanças em relação a cada campo em que atuam, possuindo elementos e estilos próprios que os caracterizam.

Podemos entender, dito assim, que cada enunciado será sempre único, particular em relação a outros enunciados, porém o campo a que determinado enunciado pertence possuirá “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 262), com elementos e estilos semelhantes, a que Bakhtin denomina gêneros do discurso.

Bakhtin divide os gêneros em duas categorias distintas: gêneros primários (simples) e gêneros secundários (complexos). Os gêneros primários seriam os gêneros simples do discurso, visto que se apresentam em situações de comunicação mais “simples” e diretamente ligadas ao cotidiano social. Seriam as conversas entre sujeitos no dia-a-dia, cartas, diários, bilhetes, etc. Os gêneros secundários seriam “complexos”, pois “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa” (BAKHTIN, 1997, p. 281). Nesse contexto pertenceriam os discursos teatrais, literários, científicos, políticos e ideológicos etc. Uma das principais características dos gêneros secundários é a agregação de um ou mais gênero primário em sua produção. A partir de sua incorporação ao gênero secundário, o gênero primário sofre um processo que o modifica, fazendo-o perder “sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” (BAKHTIN, 1997), e fazendo-o compor o conjunto



relativamente estável no qual esse enunciado passa a estabelecer relação com os demais. Bakhtin cita como exemplo a inclusão de um gênero primário, como o diálogo cotidiano, em uma narrativa romanesca e afirma que, a partir dessa inclusão, esse gênero primário passa a fazer parte da realidade do gênero secundário do romance literário.

Entendermos essas mídias como gêneros do discurso é importante para nosso trabalho, pois o gênero discursivo no sentido de Bakhtin e o processo adaptativo entre gêneros que Stam (2006) adota seriam elementos constitutivos da memória. Assim sendo, podemos dizer que os gêneros possuem uma memória de gênero, que pode ser entendida como algo próximo do conceito de memória discursiva empreendido por Orlandi (2005), que a compreende como um saber discursivo que torna possível e é retomado na produção de novos discursos. Tal memória apresenta-se como elemento essencial, não somente como uma base, mas como um *locus* no qual novos enunciados se ancoram e se sustentam ao construir o “novo”.

Ao adotarmos a ideia de narrativas transmidiáticas de Jenkins (2008) em relação aos filmes produzidos pela Marvel Studios, dizemos que nesse processo a memória é um elemento essencial, em constante construção e que é de suma importância para o entendimento dessas narrativas. Vendo as mídias como gêneros, estamos afirmando que cada mídia é uma linguagem com enunciados próprios construídos nos mais variados contextos sócio-históricos. Desse modo, mesmo havendo um processo transmidiático, cada mídia - entendida como um gênero do discurso - mostra uma independência de elementos e estilo e de, diríamos, memória de gênero que lhe é singular.

Esta afirmação vai ao encontro do que Jenkins (2008) diz ao enfatizar que cada acesso à determinada mídia inserida no elemento do “todo” de uma franquia deve ser autônomo, para que não seja estritamente necessário ver o filme para gostar do vídeo-game ou da história em quadrinhos. Ou seja, embora relacionadas em um contexto mais amplo, cada mídia deve se autossustentar. Até porque, cada gênero possuiria além de elementos, nichos de mercado diferentes, com diferentes públicos. Cada produção inserida em um gênero alterna seu conteúdo para as características de tal gênero – embora a estratégia



de mercado, atesta Jenkins (2008), deva incentivar o espectador a ter contado com todos os gêneros nos quais aquele produto se insere.

Se cada enunciado pertencente a um gênero é sempre único quando proferido e fruto de uma condição de produção específica, podemos nos perguntar que enunciados essas adaptações cinematográficas apresentam? Como a memória de gênero está sendo trabalhada e que elementos são selecionados no processo adaptativo, que é uma permutação de vozes entre os gêneros? Lembremos que os super-heróis são personagens que existem desde finais dos anos 1930 e as adaptações se pautam nas variadas reformulações que esses personagens sofreram no decorrer dos tempos, tanto em nível imagético, quanto textual.

Pegemos como exemplo o filme os Vingadores de 2012. O filme é a última produção da chamada “primeira-fase” da Marvel Studios, além de ser uma continuação da narrativa dos outros filmes do projeto, reunindo personagens de todas essas obras anteriores.

### **ANÁLISE DE “OS VINGADORES”**

Os Vingadores foram criados nas histórias em quadrinhos em 1963 por Stan Lee e Jack Kirby. A ideia dos criadores era reunir personagens das outras publicações da editora que, como vimos, possuíam histórias interligadas. A primeira equipe desses personagens era formada por Thor, Homem de Ferro, Vespa, Homem-Formiga e Hulk contra o vilão Loki, meio-irmão do personagem Thor. Na edição número 4, o Capitão América é introduzido na equipe. Esse personagem foi criado em 1941 como um instrumento de propaganda norte-americano na Segunda-Guerra. Na quarta edição de Os Vingadores, o personagem é achado congelado - desde 1945 - e ao ser reanimado em plena Guerra do Vietnã — e nos protestos contra ela — começa a repensar seu papel como um símbolo norte-americano e da eficácia da guerra. Lembremos que, no lançamento da revista, os movimentos sociais e protestos contra a guerra eram frequentes nos Estados Unidos, desse modo, um personagem concebido no contexto sócio-histórico da década de 1940 seria inconcebível para os anos 1960.



Autores como Marny (1970, p.129) acreditam que as modificações ocorridas com o passar do tempo nesses personagens são oriundas de “necessidades e tendências, de fantasmas próprios de uma determinada época”. Dentre esses fatores, o autor aponta: conjuntura política; mudanças e crises sociais; progressos tecno-científicos; fenômenos de compensação, dentre outras situações.



Ilustração 1: primeira e quarta edição da revista Os Vingadores de 1963

Fonte: CONTEST (2012)

Ao trabalharmos com a noção de gênero discursivo e memória de gênero, podemos ver nesse retorno do Capitão América um exemplo de como a memória em torno desse personagem dos anos 1940 é construída com novos sentidos para os anos 1960. E como a indústria estava em consonância com o pensamento da maioria de leitores à época – que era composto, em sua maioria, por estudantes universitários contrários à guerra e que se correspondiam em cartas com a editora.

A adaptação cinematográfica produzida em 2012 contava com os personagens Gavião Arqueiro, Viúva Negra, Nick Fury, Thor, Homem de Ferro, Hulk e o Capitão América. A própria escolha dos personagens mostra uma seleção específica para a época. Quando





falamos em um produto transmídia, devemos levar em conta as escolhas dos produtores para esse produto não somente como uma adaptação da memória quadrinística relacionada a esses personagens, mas uma memória ligada a outras mídias das quais esses personagens fizeram parte de 1963 até 2012. Como exemplo podemos citar, além das revistas em quadrinhos, os desenhos animados, os contos, e, principalmente os vídeo-games. Os personagens que provavelmente tinham mais “a dizer” para esse atual público foram selecionados tendo em vista que ele foi concebido como produção transmídia, já que o filme teria o intuito de gerar desenhos, séries de televisão, vídeo-games e, diríamos, quadrinhos.



Ilustração 3: pôster do filme Os Vingadores de 2012

Fonte: ROCHA (2012)

Embora seja uma adaptação das histórias em quadrinhos do “Universo Marvel”, a produção dos filmes de super-heróis de 2000 até os dias atuais leva em conta um tipo de público que nunca leu ou que não quer ler quadrinhos produzidos nos últimos 51 anos para compreenderem esse “universo”. Desse modo, em 2000, a Marvel Comics cria uma linha de quadrinhos com os mesmos personagens recomeçando do zero, mas tendo os HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, CINEMA E MEMÓRIA NA ERA DA TRANSMÍDIA – COSTA, Robson Santos; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill.





filmes como base das histórias, ou seja, primeiramente, os filmes são baseados nos quadrinhos, mas em um segundo momento, geram novos quadrinhos mais “fieis” aos filmes. Como diz Jenkins (2008) em relação a essa nova concepção de produção de que é uma nova “cultura”, tanto de mercado, como de comportamento de público, assim como dos produtores desses bens culturais.

Um segundo aspecto que merece nossa consideração é de que o filme foi dirigido por um antigo escritor de quadrinhos dos X-Men e produtor de série televisivas, ou seja, a escolha da equipe para essa nova produção não é mais por pessoal que entenda apenas de uma mídia, mas que compreende e atua em diversas mídias, em diversos gêneros, pensando – e compreendendo, pois dela faz parte como espectador e produtor – em todo o potencial transmidiático dessas produções.

Desse modo o filme é produzido de forma cujo sentido pode ser compreendido pelo telespectador, mas talvez não o “sentido total”. O espectador não inserido no universo quadrinístico ou cinematográfico dos filmes anteriores não saberá de onde veio Thor, porque Hulk está desaparecido ou a Viúva Negra já conhece o Homem de Ferro. Se esse espectador ficar interessado e quiser despender esforço, ele verá os outros filmes, a série de televisão “Agentes da Shield” e, talvez, lerá os quadrinhos e jogará o vídeo-game, pois o filme Os Vingadores é apenas um fragmento de algo maior.

Como a memória de gênero é trabalhada nessas adaptações? Adaptações de obras literárias possuem uma fonte única, mas nesse caso que fonte seria essa? Apesar de falarmos nesse texto que são adaptações de histórias em quadrinhos de super-heróis, será que poderíamos realmente dizer que são somente de histórias em quadrinhos? Ou de diversas mídias que foram produzidas com esses personagens nas últimas décadas?

Em relação aos personagens, podemos nos remeter novamente a Bakhtin (1988, p. 119), quando este diz que – em relação às obras-ficcionais, em especial o romance – os personagens, suas características e falas funcionam, primeiramente, como uma segunda linguagem do autor e como elementos que representam, que falam sobre uma determinada época, ou seja, seriam as vozes sociais de uma época. As obras de ficção e seus personagens são essenciais para entendermos uma época, seus discursos e



pensamentos. Eles auxiliam o processo de construção de uma memória da época em que foram produzidos. E tal afirmação não exclui obras de ficção em geral, pois, mesmo uma ficção científica que se passe em tempo futuro ou em “mundos distantes” surgem nas condições de produção de sua época e “nas mudanças sociais advindas do desenvolvimento técnico-científico” (OLIVEIRA, 2009, f. 124), ou seja, elas, por mais absurdas que possam parecer, são uma voz de sua época.

Nesse sentido podemos falar que personagens como Hulk e Homem de Ferro, que são, em suas identidades secretas, cientistas e engenheiros que representam um discurso científico. Inclusive nos recentes filmes de super-heróis, tanto os Vingadores como o último Batman, O Cavaleiro das Trevas Ressurge – também de 2012 – os cientistas trabalham com um discurso da importância da energia renovável para o mundo atual.

Os discursos políticos e que remetem a gêneros de histórias de espionagem estão voltados para personagens como a Viúva Negra – única super-heroína – e o Capitão América, haja vista que ambos são personagens criados em épocas de tensão política específicas como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra-Fria – a Viúva Negra era uma espiã da KGB que se “converte” aos Estados Unidos – cujos enredos, nos quadrinhos, tinham como pano de fundo tais conflitos políticos. Assim, ambos os personagens são as “vozes políticas” do filme e trabalham com uma memória do gênero de espionagem de revistas *pulp* da época da Guerra-Fria – tal fato ficou mais óbvio no segundo filme do Capitão América lançado em 2013.

No filme, o Capitão América, assim como na quarta edição da revista Os Vingadores de 1963, é descongelado e acorda em 2012, repensando o comportamento dos Estados Unidos não mais na guerra do Vietnã, mas no Iraque e na vigilância que o governo exerce sobre a sua população e a do resto do mundo. Thor é um personagem interessante por representar o fantástico e ter uma relação direta com uma memória mitológica que, inclusive, serviu de base para a criação do gênero quadrinístico dos super-heróis (COSTA, 2007). Ou seja, é um personagem cuja memória de gênero remete tanto a uma memória do gênero quadrinístico como a uma memória da mitologia nórdica – o vilão da história, assim como nos quadrinhos de 1963 é Loki, o Deus nórdico da mentira em sua “versão Marvel”.



No final do filme, a terra é salva de Loki e de um exército de alienígenas graças à ciência e ao projeto de energia renovável do Homem de Ferro. O discurso científico se apresenta novamente como a solução para os heróis derrotarem o inimigo. O discurso científico é uma característica presente no gênero quadrinístico de super-heróis desde seu surgimento em 1938. Segundo Reynolds (1994, p. 16), tal discurso é parte integrante e fundamental do gênero quadrinístico dos super-heróis, sendo “tratada como uma forma especial de mágica, capaz de realizar o bem e o mal”.

Em relação ao aspecto imagético, podemos falar que o filme adapta, em especial por meio de uniformes a memória dos super-heróis, visto que elementos como o bracelete da Viúva Negra que lança descargas elétricas, o novo uniforme do Capitão América – diretamente adaptado do Universo Ultimate de 2000 e outros remetem às memórias de diversas épocas desses personagens.

Uma breve análise das capas da primeira e quarta edição da revista Os Vingadores (Ilustração 1) e do pôster do filme de 2012 (Ilustração 2) é interessante pois remete às condições atuais de produção dos filmes. Além da diferença de alguns personagens selecionados do Universo Marvel para comporem o filme, podemos notar que no pôster todos os personagens estão sem máscaras. Além disso, mesmo o Capitão América sendo o líder da equipe no filme – assim como nos quadrinhos – ele não é o destaque da imagem promocional dessa produção cinematográfica, diferentemente da quarta edição de 1963.

Tal fato se deve a dois fatores ligados diretamente à indústria hollywoodiana. A falta de máscaras tem relação com a promoção dos atores que fazem os personagens, os empresários querem a “marca”, ou seja, o rosto dos atores divulgados e não escondidos por máscaras. Tal fato, inclusive, já foi alvo de revolta de fãs em chats de páginas na internet. Já em relação ao personagem Homem de Ferro, mesmo não sendo o líder da equipe, aparecer em primeiro plano diz respeito à renda de cada filme anterior dos personagens. Como o filme do Homem de Ferro (2008) rendeu mais em bilheteria e produtos correlatos do que o filme do Capitão América (2011), o estúdio utilizou como estratégia de marketing colocar o Homem de Ferro em destaque em primeiro plano, pois



assim, acredita-se, atrairia o público que viu o primeiro filme do personagem e comprou os demais produtos relacionados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta uma breve mostra de pesquisa inicial em andamento. Uma análise mais aprofundada dos filmes da primeira fase do projeto da Marvel Studios está sendo elaborada. Porém podemos chegar a algumas considerações acerca do que vimos até o momento.

Filmes como Os Vingadores representam uma nova forma de produção cultural de massa. Uma forma que, segundo Jenkins (2008), foi iniciada com o filme Matrix de 1999. Ou seja, o filme é uma adaptação de um gênero específico de histórias em quadrinhos surgido em 1938, o dos super-heróis. Mas ele adapta não somente elementos desses personagens surgidos nesse gênero específico, mas de todas as mídias em que esses personagens apareceram nas últimas décadas.

Além disso, é um filme que funciona sozinho, cuja compreensão mais “ampla” exige do espectador uma imersão em todos os outros filmes e nas outras mídias com a qual o filme possui conexão direta ou indireta – quadrinhos, vídeo-games, animações, web. Ou seja, é um filme que pode ser entendido como parte de uma cultura transmidiática onde determinada obra será uma parte e terá relação com um todo que pode ser de mídias variadas.

O processo adaptativo será um diálogo com as mais diversas vozes de gêneros variados e construirá diferentes sentidos e diferentes memórias para o gênero dos super-heróis. Tal processo é uma nova leitura desse gênero para o século XXI, onde as obras cinematográficas não são vistas como uma obra única, onde poderíamos fazer uma analogia ao “Adão mítico” de Bakhtin, mas como enunciados que remetem à memórias anteriores e que criarão enunciados posteriores, pois a criação nunca é *ex nihilo*.

As adaptações “super-heróicas” trazem a problemática de quais memórias e quais vozes a compõem no século XXI no processo de criação. O que o gênero discursivo dos super-heróis “fala” para os tempos atuais? E quando falamos em “vozes” elas seriam de



quem e para quem numa cultura transmidiática - cujo dialogismo que a compreende abre diversas possibilidades?

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.(Coleção Ensino Superior).

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007

CONTEST of champions. 2012. Disponível em: <<http://www.contestofchampions.net/loki-vs-the-avengers>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

COSTA, Robson Santos. **Linguagens contemporâneas: discurso e memória nos quadrinhos de super-heróis**. Rio de Janeiro, 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HOWE, Sean. **Marvel Comics: a história secreta**. São Paulo: Leya, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MORELLI, André. **Super-heróis no cinema e nos longas-metragens da TV**. São Paulo: Europa, 2009.

MORRISON, Grant. **Superdeuses: mutantes, alienígenas, vigilantes, justiceiros mascarados e o significado de ser humano na era dos super-heróis**. São Paulo: Seoman, 2012

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. **O remake: produzir sentidos diferentes a partir do mesmo, ou como a informação não-científica articula a relação cinema/memória/ciência**. Niterói, 2009. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense/IBICT, Niterói, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

REYNOLDS, Richard. **Super Heroes: a modern mythology**. Jackson: University Press of Mississippi, 1994.



ROCHA, Danilo. **Review:** Os vingadores. 2012. Disponível em: < <http://filmesetal.net/2012/04/29/review-os-vingadores-2012/>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

STAM, Robert. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 51, jul./dez. 2006. p. 19-53.

TAVARES, Luiz Felipe do Vale. Como os super-heróis salvaram o cinema. Super-Interessante. In: **NASCEREM os super-heróis**. São Paulo: Abril, 2012. (Superinteressante Coleções)

ZWEIST. **Fazendo o homem acreditar:** a história do Super-Homem que vale. Disponível em: < <http://www.superamiches.com/fazendo-o-homem-acreditar-a-historia-do-super-homem-que-vale/> >. Acesso em: 18 jul. 2014.





## A MEMÓRIA COMO CORPO ANIMAL EM “OS QUE BEBEM COMO OS CÃES”

RIBEIRO, Luiz Antonio

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO*

*luiz.tvni@gmail.com*

### RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo a análise da obra *Os que bebem como os cães*, do escritor brasileiro Assis Brasil, levando em conta aspectos relativos à memória e, principalmente, aos conceitos de memória dentro da memória social. A partir de referências pré-estabelecidas sobre o que seria memória, resgate, manutenção e perda – especificamente nas questões relativas à excessos, restos e sobras de memórias – foi escolhida como proposta uma abordagem teórica que tentasse desmontar essas ambiguidades e engendrar uma ambivalência em que memória é vista como uma espécie de corpo animal. Dentro das violências que passa a personagem do livro de Assis Brasil, tentamos pensar como, em alguns casos, o ato de lembrar é um gesto em direção à morte, um devir-morte dentro da existência, enquanto que o esquecimento pode levar a diversas pulsões do que seria a chamada vida – uma possibilidade de sobrevivência dentro do espaço.

**Palavras chave:** memória, violência, corpo

### ABSTRACT

This article intend to analyse brazilian writer Assis Brasil’s book “Os que bebem como os cães” (“The ones that drink like dogs”, in a literal transcription), considering aspects related to memory and, mostly, to the concepts of memory in the field of social memory. Based in pre-established references of what is memory, rescue, maintainence and loss, this paper is an atempt to dissamble these ambiguities and engender an ambivalence in which memory is perceived as some kind of visceral composition. Within all types of violences that Assis Brasil’s character goes through, we try to think of how, in some cases, remembering is a gesture towards death, while forgetting can lead us to all kinds os pulses of what we call life.

**Key-words:** memory, violence, corpus



“O grito das gerações mortas,  
A aguda elegia dos séculos desaparecidos”.

Flávio de Carvalho

## 1- INTRODUÇÃO

Toda discussão que permeia a relação entre história, memória e literatura ainda é baseada em conceitos que precisam, *a priori*, serem desconstruídos para a composição de uma teia de significações que consigam transdisciplinarmente dar conta de todo um universo teórico. A história ainda é vista por muito com toques de “verdade” e de “representação da realidade”, já a memória permanece sendo vista em uma zona indistinta entre a reconstrução do passado pela subjetividade do sujeito e a realidade palpável da memória oficial. Ao lado, está a literatura como uma mera produção de ficção, de narrativas do imaginário e da mente de um artista.

Entretanto, desde o final do século XIX todos esses conceitos, ao mesmo tempo em que iam se afirmando como campos autônomos, sofriam diversos entrecruzamentos e começavam a se relacionar entre si. Por exemplo, o pensamento de Halbwachs (2004) em que a memória é uma mediação entre o que é coletivo, ou seja, a realidade compartilhada, e a recomposição do passado pelo sujeito. A história, por sua vez, é também relativizada enquanto verdade e vista como a construção de narrativas que tem como função exercer um determinado poder de consolidação, afirmação ou, até, segmentação de uma estrutura.

Na perspectiva da modernidade em que a reprodução acaba por produzir uma grande quantidade de lixos, restos e sobras, a grande questão do homem deixa de ser pensar na totalidade das questões, mas sim na proposição do mundo enquanto fragmentos. O excessos produzidos pela reprodução, nos coloca diante do reproduzível e do reproduzido, do útil e do não-útil – da sobra e da sombra. Os corpos dos sujeitos não vão escapar dessa lógica.

A pergunta moderna em relação aos corpos que sobram pode nos levar diretamente àquilo que Nietzsche (1987) vai chamar de “pulsão de morte”, ou seja, de que a vida enquanto impulso nos leva diretamente ao nosso fim, enquanto que, ainda nessa chave, Freud (1996) vai pensar nas multipossibilidades da ideia de origem que seria nada mais do que uma vida ainda sem memória ou uma pré-vida. Neste sentido, o que está sendo levantado é que o pensamento moderno se volta para a memória daquilo que está nas duas extremidades do processo narrativo do homem – a origem, o início e o fim, o perecimento.



Walter Benjamin (2000) vai afirmar que toda ideia de progresso ou, enfim, o projeto moderno, se torna um projeto de barbárie que se dá por sobre as experiências dos sujeitos que perecem frente à impossibilidade da construção de uma narrativa una. Essas narrativas mudas, silenciadas, encarnadas na figura do anjo da história – este ser de costas para o progresso sendo empurrado para frente por ele – nada mais são que a produção de escombros de corpos e subjetividades que são massacradas por essa ordem. Em relação aos corpos, a pergunta que se pode fazer, pensando na modernidade, na perspectiva de que somos também objetos da fragmentação e da reprodução, deixa de ser “o que fazer com a morte?”, mas sim “o que fazer com o morto?”. A morte, nesse caso, tem a noção abstrata e não corporificada da perda da vida, ao contrário do morto que é resto, dejetado de ser encarnada em uma carcaça. Encarar o morto está, então, na pergunta “o que fazer com ele?”.

Creio que podemos avançar nesse questionamento e coloca-lo também em relação ao texto (nesse sentido, chamo de texto o que seria a prosa, a poesia, enfim, a arte escrita): “O que fazer com o texto?” A pergunta parece fazer sentido quando se pensa em uma estrutura social montada no viés econômico da acumulação, do lucro e da proposição da desindividuação em prol da expansão da virtualidade de uma imagem, ou seja, uma maneira de tornar o corpo enquanto forma de resistência, impulso erótico e capacidade de intervenção social em algo asséptico, higiênico, padronizado, mecanizado, incapaz de produzir sentidos que não sejam os veiculados pelas fontes de informação e poder.

Justamente por isso, “O que fazer com o texto?”, espécie de espectro, sombra dentro da sociedade e de sua época - na perspectiva de Agamben (2009) quando afirma que o contemporâneo é uma sombra no presente, - se torna talvez a pergunta mais importante feita na pós-modernidade, principalmente no pós-guerra, quando se pensava se “ainda era possível fazer poesia”, questão adorniana (ADORNO, 1995). O texto é, então, esse corpo que resiste à morte, mas é também corpo morto porque o morto é, de alguma maneira, aquele que resiste à morte. E essa resistência não tem a ver com algo engrandecedor de magnitude, como proporia o mercado e a publicidade, o morto resiste, mas é também escombros, cinza, resto. Aquilo que existe, mas que deixa o vivo sem saber o que fazer, como lidar, como utilizar, como manipular. A manipulação do corpo do morto é tal como manipular o morto: dar a si a dimensão dele, do outro e nessa fricção, sem que haja simbiose, seja composta uma nova forma de se compor textualidades.

Ainda nessa chave, a reflexão sobre a memória encontra o mesmo lapso. O que fazer com a memória ou as memórias? De que elas podem nos servir e como elas podem se tornar,



ao mesmo tempo, objeto de monumentalização e normatização e, por outro lado, fonte de luta de minorias que querem resgatar um passado que está sobre o escombro?

A memória do corpo-texto-morto está diametralmente do lado oposto de uma memória institucional. Ela se coloca – como o morto e o texto – como uma espécie de espectro de passagens de sujeitos e agentes históricos que, ao não serem capaz de monumentalizar as suas narrativas, deixam esses rastros no decorrer da história para que sejam, quiçá, pensados e atualizados por aqueles que possam ou façam alguma abordagem. Ao contrário do que diz Halbwachs (2004), para quem a memória coletiva é uma mediação entre uma narrativa individual com a realidade do sujeito que narra, em um corte temporal do presente do depoimento, a memória como pulsão, como movimento de vida e morte, está naquilo que é impassível de se concretizar como real.

O problema é que a memória do campo de lutas das minorias, muitas vezes, busca um espaço justo de legitimação que se torna, entretanto, uma nova forma de monumentalização, com a formação de universos de subculturas institucionalizadas a partir de diversas questões provenientes do multiculturalismo. Neste presente trabalho, pretendo analisar um tipo de memória que esteja à margem desses dois tipos de formação de memória: nem a oficial, nem a sub-oficial, mas uma que esteja latente no corpo como memória, como pulsão de vida e que enfrente o oficial e o sub-oficial numa completa inversão do estabelecido. Uma memória que sendo memória de pulsão, memória de corpo, memória animal, seja impassível de ser institucionalizada, ou seja, que não se permita enquanto tal se tornar monumento. Para isso, foi escolhido o romance *Os que bebem como os cães*, do piauiense Assis Brasil, publicado e premiado em 1975.

Já a epígrafe da obra, frase do escritor Ernesto Sábato, nos dá uma medida daquilo que coloca a ficção, ou como dito acima, a morte, o texto e a memória, dentro de um parâmetro que se descola na noção temporal tradicional: “A verdade histórica está mais na novelística do que nos próprios relatos dos fatos que constituem a história reconhecível como tal.” (BRASIL, 2010, p.7)

A epígrafe sugere, entre outras coisas, que há na escrita da ficção, ou seja, na produção de um universo ficcional como reprodução mimética da realidade, mais estatuto de “verdade” do que as próprias narrativas históricas. O que Sábato afirma, no fim das contas, é que tanto a história como literatura são projetos de invenção, de produção de narrativas via imaginário e criação – jogo de imagens e de linguagem – na medida em que funcionam como mediação entre o que se ousa chamar de “real” e a outra ponta, a subjetividade dos indivíduos.



## **2- OS QUE BEBEM COMO OS CÃES – VIOLÊNCIA DO CORPO, AUTORIDADE E MEMÓRIA QUE ESCAPA**

*Os que bebem como os cães* é uma obra que conta a história de um sujeito que é preso por algum regime autoritário. Não se sabe qual, não se sabe o tempo, não se sabe a época, apenas que ele acorda e se encontra diante de “uma escuridão ampla e envolvente” com um “silêncio total” e apenas um “zumbido do próprio corpo”, cuja opressão do ambiente está no “corpo” e “nos poros” (BRASIL, 2010, p.7). Não se sabe sequer se é dia ou noite, não se tem memória e apenas se sabe que existe uma “espera” e um “lá fora”. No mais, a personagem que ali se encontra e sente o cheio de terra úmida e de seu próprio sangue, não possui qualquer vestígio de memória, nem de seu nome, nem de sua história: é apenas um ser lançado ao nada. Os capítulos da obra são apenas três: a cela, o pátio e o grito, que se alternam quarenta e uma vezes até o fim, contando um relato que se repete eternamente em que esta figura que está no escuro é levada amordaçada a um pátio para se levar e ouve alguns gritos, jogados em torneiras por breves segundos.

A repetição dos capítulos, no entanto, faz uma narrativa que absorve uma ideia claustrofóbica das situações de cárcere, ao mesmo tempo em que produz uma composição de que repetir se revela como diferença. Os sucessivos capítulos da cela em que o homem se vê apenas diante de si, de seus excrementos, da terra úmida e de um alimento que lhe entorpece e aparece por uma pequena fenda; do pátio que lhe coloca em fila ao lado de homens que, amordaçados, se lavam e, nos instantes de liberdade clamam por ajuda, ou por força, nos capítulos do grito, compõe uma repetição do mesmo, ou seja, uma memória do mesmo que, aos poucos, se transforma em alteridade.

Estar diante dessa repetição é, de alguma forma, produzir seu oposto, a diferença que se dá diretamente na passagem de tempo sem memória daquela personagem, muito na medida em que destaca Deleuze (1988) em “Diferença e Repetição”:

Qual é a essência da repetição – que não se reduz a uma diferença sem conceito, que não se confunde com o caráter aparente dos objetos representados sob um mesmo conceito, mas que, por sua vez dá testemunho da singularidade da potência da ideia? O encontro de duas noções, diferença e repetição, não pode ser suposto desde o início, mas deve aparecer graças a interferências e cruzamentos entre estas duas linhas concernentes, uma, à essência da repetição, a outra à ideia de diferença. (DELEUZE, 1988, p.61)



A singularidade da potência da ideia, neste caso, reside no fato de que a personagem de Assis Brasil se coloca diante de um mundo encarcerado, mas de extensa produção de uma linguagem. Mesmo que quase não se fale e sua memória retorne de maneira lenta e desconexa, aquilo que ela produz será, em certa medida uma violência contra si próprio, uma vez que, no caso, lembrar é uma espécie de morte. A palavra, em uma escrita que marca a si própria e que, ao repetir, se difere, se tornará no grande vilão da figura construída por Brasil, ao mesmo tempo em que, a dimensão da memória animal, ou da memória do corpo, constituição sua única possibilidade de sobrevivência.

Não se pode perder de vista que o contexto da obra era justamente um regime totalitário de uma ditadura. Em 1975, vivíamos em um período de intensa violência institucionalizada, principalmente após o AI-5 de 1969 em que o congresso era fechado e as pessoas podiam ser presas sem prévio aviso e para investigação de qualquer coisa que pudesse vir a ser uma ameaça. Uma característica essencial dos anos de chumbo da ditadura brasileira era uma governabilidade amplamente tecnocrata, ou seja, e, que especialistas eram colocadas para a composição da chamada “engenharia social” cujas respostas eram inquestionáveis:

Desse modo, a “tecnocracia” opera a partir de imperativos inquestionáveis, tais como a necessidade de maior eficácia e de maior segurança social. A tecnocracia” é o auge da era da “engenharia social” e que acaba expandindo sua área de influência para além do complexo industrial e tenta orquestrar todo o comportamento humano: “A política, a educação, o ócio, as diversões, a cultura em seu conjunto, os impulsos inconscientes e, inclusive, como veremos, o protesta contra a tecnocracia mesma, tudo se transforma em objeto de exame puramente técnico e de manipulação puramente técnica” (ROSZAK, 1984, p. 20)

A tecnocracia era, então, no fim das contas, mais um modelo de instrumentalização dos meios de produção, da ideia de progresso e dos artefatos tecnológicos e os corpos que se colocavam diante deste *modus operandi* estavam diante de uma espécie de “máquina de guerra” como no caso do conto “A Colônia Penal”, de Franz Kafka:

Eis o leito, conforme já mostrei. Está completamente coberto por uma camada de algodão em rama, descobrirá mais tarde para o que serve. Neste algodão o condenado é estendido de braços e, evidentemente, nu; aqui estão as correias para as mãos, estas para os pés e esta para o pescoço, e assim estará firmemente amarrado. Esta peça é a cabeceira do leito, e estando o condenado estendido de braços, esta mordaca de feltro poderá ser introduzida em sua boca sem dificuldade. Serve para evitar que grite ou morda a língua. É claro que o homem tem que se resignar a ficar com ela, pois de outra forma poderá quebrar o pescoço devido à correia. (KAFKA, 1978, p.102)





A máquina da Colônia Penal diferencia-se de outras máquinas de guerra e tortura pelo fato de que escreve no corpo do preso sua sentença com diversas agulhas até que este seja lançado à própria morte. Pode-se observar, tanto no modelo tecnocrático ditatorial, quanto no modelo kafkiano, uma imensa preocupação com a palavra. É ela, em certa medida, que é responsável por grande parte tanto da violência institucionalizada por eles, pelo estatuto das regras e das leis, como pela possibilidade de um ato violento diametralmente oposto, proposto pela fuga via linguagem do próprio estatuto que ela inscreve. É nessa perspectiva que se coloca o regime ditatorial do Brasil: da tentativa violenta de se impedir que se tenha voz, que se possa tornar linguagem uma manifestação do que é um mundo subjetivo. A tecnocracia só permite que se fale aquilo que é oficial ou oficioso.

Este ambiente especializado, tecnocrático, se aproxima do que Foucault chamou de “sociedade disciplinar” que nada mais é do que a forma como transformamos a sociedade em que homens legislam para a maioria e pela maioria compondo forças de lei que devem ser seguidas, colocando à margem hábitos e costumes que chamamos de “crimes” e que, formam “inimigos sociais” (FOUCAULT, 1996, P.81). O aprisionamento surge, então, como a forma habitual de purgar as penas daqueles que cometeram o vício de cometer um dano social:

Se o crime é um dano social, se o criminoso é o inimigo da sociedade, como a lei penal deve tratar esse criminoso ou deve reagir a esse crime? (...) A lei penal deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade. (FOUCAULT, 1996, p.81)

Entretanto, essas leis que deveriam para manter a ordem, segundo o próprio Foucault, vão se transformando em uma sociedade disciplinar, em que homens passam a ter a função de controlar homens e, posteriormente, em uma biopolítica, em que a pena já está impressa no corpo de todos nós, como na máquina de Kafka, que somos nossos próprios vigilantes e purgadores de penas, nossas e de nossos semelhantes. No que tange o universo das ditaduras, como é o caso do regime da personagem de *Os que bebem como os cães*, o que se implanta é a força de lei, um a força da autoridade policial carcerária em que há “um tipo de poder que a lei valida e que a justiça usa como sua arma preferida.” (FOUCAULT, 2009, P. 285)

A cela, a prisão, se torna, então, não um lugar de purgar uma culpa, mas de infringir uma pena ao corpo do preso, mesmo que não se saiba qual crime havia sido cometido. Os espaços prisionais dessa sociedade disciplinar são:

(...) a tecnologia disciplinar promove a distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando diversos procedimentos: o enclaustramento (baseado no modelo conventual); o quadriculamento celular e individualizante (“cada indivíduo no seu lugar; e, em cada lugar, um indivíduo”); a regra das



localizações funcionais (vigiando ao mesmo tempo em que cria um espaço útil); a classificação e a serialização (individualizando os corpos ao distribuí-los e fazendo-os circular numa rede de relações), assim, essa tecnologia, organizando celas, lugares, fileiras, cria espaços altamente complexos, incidindo nos planos arquitetônico, funcional e hierárquico. (BENELLI, 2004, p. 238)

Dentro da prisão, o corpo se torna então “sua sinalização de poder individual.” Aparece, então, neste sujeito individual, via memória, a lembrança do que seria um “outro”. Assim, podemos nos aproximar da personagem de Assis Brasil pois, este outro vai, aos poucos, retornar à sua memória. Primeiro, sua história volta como palavras, como instâncias turvas do passado, depois em gritos internos, inclusive na possibilidade de um Deus, talvez em uma tentativa de se manter são em um ambiente absolutamente violento e inóspito, a memória lhe faz retornar aquilo que é senso comum, que é manifesto, conhecido ou, de alguma forma, institucionalizado:

Oh Deus – repetia (...) O meu amor por Ti é novo, pois não Te conhecera antes (...). Minha mãe, os entes que amei, ficaram na escuridão do mundo, perdidos, e eu Te achei na claridade desta cela. Peço que me equilibres os gestos e os pensamentos, assim como os gritos dos homens atormentados receberam a harmonia da tua presença. (...) Perdoa este teu servo rebelde e perdido. (BRASIL, 2010, p.46, 47)

Entretanto, a memória de Deus que ele chega, aos poucos, se traduz em algum que não é, como se podia crer, tradicional, de uma memória do cotidiano ou do óbvio. Pelo contrário, é no encontro com sua situação limite que ele encontra aquele Deus que buscava Clarice Lispector em grande parte de suas obras, uma espécie de Deus ex machina interior, uma voz que lhe salta de dentro para seu corpo e lhe resgata. Este Deus é a fome, o apetite, é o grito do corpo. Um Deus, talvez, de origem animal, como vai ressaltar Flávio de Carvalho:

É no aparelho digestivo onde nascem os deuses do mundo. O nascimento, a vida, a morte e a ressurreição do alimento conduzem ao espasmo religioso. A sensação de religião é gerada na sensação de fome. A satisfação religiosa é a satisfação da fome. (...) É pela fome que o homem entra em contato com o mundo animal e vegetal que ele devora e o ato de devorar é a primeira religião do homem. A memória do apetite é estereotipada antes de qualquer outra. Apetite é religião. (CARVALHO, 1973, p.9)

É evidente que esse aspecto da fome da divindade, ressaltada por Carvalho, traz a tona a questão antropofágica brasileira, em que metamorfosear-se no outro, à partir do contato idílico dos corpos, resulta em uma possibilidade de potência:



O ato de fé consiste na carícia bucal e intestinal. Este elementar contato e modificação de energias, pela repetição, gera a Fé e cria o apetite, isto é, a ânsia para ter Fé. Mastigando a natureza ele tem Fé e acredita nessa natureza. É pelo intestino e pelo sexo que o homem entra em contato íntimo com a natureza: devorando a natureza ele perpetua-se. Admitindo como incontestável um animal inferior na ascendência do homem, não parece haver objeções plausíveis para admitir também uma origem animal idêntica ao Deus que é em si um subproduto de suas necessidades anímicas e cerebrais do homem. (CARVALHO, 1973, p. 11,12)

O que se extrai em Jeremias, à partir da colocação de Carvalho, é que, na medida em que a fome aparece com sua significação mais bruta, ou seja, em que no gesto da personagem de não se alimentar para evitar o entorpecimento, mas sim deixar seu alimento para que um rato faça sua refeição, ele se coloca diretamente como aquilo que é seu espaço de religiosidade animal. Será neste corpo que perece, dentro desta memória de Deus no corpo, enquanto silêncio, violência, opressão e entorpecimento, no limite da sobrevivência, que ele encontrará com essa quase morte uma parceria passível de organizar sua história não a partir do passado, enquanto recordações, rememorações e lembranças, mas como peles de seres que se reconhecem. Assim, Jeremias vai encontrar em um rato que habita sua cela e com quem divide comida, alguém como ele, um ser em estado bruto de fome e espera:

Os ratos não eram simplesmente autômatos irracionais, programados para a sobrevivência, para a procriação. Havia algo além da necessidade física de um pequeno animal, de um grande animal – dois deles viviam ali na semiescuridão de uma existindo sob o impulso primordial da sua natureza, que não era apenas um feixe de células e nervos. (BRASIL, 2010, p.130)

O que faz Jeremias é, como Gregor Samsa de Kafka em *A Metamorfose* (1997), metamorfosear-se em rato, assim como antropomorfizar no rato a sua figura, formando uma comunidade afetiva de relação de parceria. A privação em que vive, lhe coloca diante de sua dimensão animalesca e a-histórica:

Sentiu-se mais tranquilo com os últimos pensamentos – os ratinhos eram seus companheiros: no ar que respiravam, num sentimento que acalentavam – alguma coisa maior, além daquele prato fumegante. Além daquele prato – e seus olhos estavam cravados nele, bem no meio da cela, envolvo no mistério de sua aparição silenciosa. (BRASIL, 2010, p. 130-131)

Dentro dessa zona indistinta entre ainda homem e devir animal, a memória da personagem, então, a memória daquele sujeito vai cada vez mais se focando no que lhe é próprio do ambiente que lhe foi imposto. Ele é lançado em um ambiente onde não lhe



permitem sequer lembrar e, talvez, esta seja sua única saída. Vejo nessa configuração de impossibilidade de lembrar, ou seja, de um esquecimento absoluto, uma possibilidade de potência de vida, de uma memória animal que recorda primeiro do próprio corpo sem a mediação das lembranças. Este corpo e estas cicatrizes expostas por ele, durante um período de *Os que bebem como os cães* se configura numa temporalidade que se coloca num entre: entre o passado inexistente e o futuro desconhecido, uma zona de limbo, indistinta e opaca, como alguns personagens de Beckett e Pirandello.

É preciso pensar o que configuraria este entre que tentamos colocar e que está fora da institucionalização e fora da resistência à institucionalização, um entre que não se produz nem de monumentos nem de restos, mas de uma memória que se rejeita a tornar restos. Creio que temos o que Henri Bergson chamou de “duração” em *Memória e Vida* (2006). A duração, segundo ele, é o “progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha a medida que avança”. Neste passado que se acumula,

Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua.” (BERGSON, 2006, p.47)

Estamos diante, então, de uma memória que é duração, ou seja, uma memória que não se dá pelo arrefecimento ou pela planarização das ideias e dos conceitos, mas de uma acumulação incessante do passado como mesmo sem que possa ser traduzido em projetos, dogmas, ou resoluções. Bergson afirma que somos o que somos enquanto vivemos e que quando sonhamos (BERGSON, 2006), nosso eu se dispersa na acumulação de tempos. Vejo em Assis Brasil justamente o procedimento de impedir a dispersão, impedir o sonho e, via acumulação eterna do mesmo, produzir o que chamo aqui de memória animal, via palavras que se veiculam por fora das narrativas políticas e, até, da própria vida do sujeito.

Digo isto, pois, conforme prossegue a obra, aos poucos, este ser começa a se lembrar de algumas coisas, lembra, de início que se chama Jeremias. Este nome, até então inexplorado, lhe coloca diante diretamente com uma relação entre nome-memória. Automaticamente, somente a menção desta palavra na forma em que sua memória pode se lembrar, lhe coloca ao lado da dimensão bíblica-animalesca do profeta Jeremias. O leitor, então, como agente também desta escrita, como proporia Roland Barthes (1987) e como vê Deleuze (1988) em “Diferença e Repetição”, se vê diante, ao lado da personagem da dimensão violenta da palavra.



Esta lembrança repentina, de certa forma, também lhe violenta, como ressalta Fontinelles Filho, em seu artigo *Além da Escrita e do Grito: Literatura e Violência em Os que Bebem como os Cães*:

Aos poucos, Jeremias vem se reconhecendo: lembra-se de seu nome e profissão; que era casado com Dulce (criticando-o por se envolver em questões políticas); que possuía uma filha, Cacilda (de longas tranças, desejando a boneca da avó); de sua mãe, Matilde (com uma expressão serena) e do pai (não nomeado, chamando-o de profeta em alusão à Bíblia). Seu momento auge é quando o personagem diz: ‘Meu nome é Jeremias’. (FONTINELLES, 2013, p.18)

A dimensão destas palavras que ressurgem como memória parece ser importante justamente pelo fato de que Jeremias, essa personagem quase muda, em *Os que bebem como os cães ter sido* ser inspirada neste profeta bíblico, como é comum em diversas obras de Assis Brasil. Enquanto que este foi posto “*neste dia sobre as nações, e sobre os reinos, para arrancares, e para derrubares, e para destruíres, e para arruinares; e também para edificares e para plantares (Jeremias 1:10)*”, o outro para que não destrua e para que não arruine, tal qual na Bíblia, não deve ou não deveria fazer uso da palavra. Para isso, Assis Brasil derruba Jeremias do altar teológico e em mais um movimento de queda – após a prisão, a impossibilidade de lembrar, do entorpecimento dos sentidos, das torturas e do amordaçamento impedindo até que se diga *Vivam, Homens!* - lhe metamorfoseia em uma dimensão animal, assim como também no som que esse sujeito emite para o mundo: um grito.

No entanto, este grito provém de quem opta por lembrar e, como vai ressaltar Fontineles, lembrar para Jeremias, é morrer, pois “na medida em que recobrava sua sanidade e sua consciência, após período de entorpecimento, aceitar aquela realidade se tornava algo extremamente insuportável.” (FONTINELLES, 2013, p. 28)

A lembrança, de certa forma, traz de volta à Jeremias uma consciência do outro, uma alteridade via lembranças que lhe dá consciência, porém uma consciência difícil de aguentar. Os gritos, até então palavras desconexas ou mensagens de desespero, se tornam discursos políticos, palavras de resistência. Tratam-se de gritos que nasce dos outros, também Jeremias, e que se espalham por aqueles que no pátio tentam transitar na dimensão entre humano-animal limpando-se num tanque.

Agamben (2004/2002) traça em algumas obras, como em *O Estado de Exceção* e *Homo Sacer*, o poder soberano e a vida nua, a imagem do *Homo Sacer*, que se trata de um sujeito que em algumas civilizações após ser condenado é deixado para morrer, sem que ninguém possa nem assassina-lo, nem alimentá-lo. Um sujeito que era largado e deixava de



fazer parte da vista dos homens. O Homo Sacer atualiza, de certa forma, a imagem de Jeremias como um Gregor Samsa, aquele que se metamorfoseia, mas que não deve ser visto, pois é também um ser em estado de morte. Lembrar para Jeremias é isso: estar em estado de morte. Lembrar é morrer, memória é a falência da vida. Jeremias é já um morto e todo seu processo de vida é em direção a essa morte. Não por acaso, ao fim, Jeremias, assim como os outros presos, vai esfregar seu pulsos em um muro e sangrar até sua vida se esvaír. O sangue, o rio que ainda corria, agora escorre em direção ao chão.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fez-se neste artigo a tentativa de se pensar uma memória que não esteja inserida dentro de um contexto tradicional em que, mesmo que se trabalhe com grupos de minorias, na tentativa de manter ou resgatar memórias silenciadas e/ou perdidas, elas sejam, de alguma forma instrumentalizadas e tornadas espécies de monumentos conceituais que são apreendidos tanto pelo mercado, quanto pela academia como programação de ideias que impeçam um pensamento que seja movente ou circule por uma zona indistinta de percepção. Para isso, foi escolhido o romance *Os que bebem como os cães*, do escritor piauiense Assis Brasil, cujo contexto é a prisão, tortura e manutenção de um preso de nome Jeremias em uma cela durante um período de ditadura. O esforço conceitual foi de pensar como, em certa medida, a ausência de memória apresentada por Jeremias representa uma forma de potente capacidade de vida e sobrevivência, a partir da ideia de que, em contato apenas com seu corpo como referência, o mundo se organiza de forma a viver tudo aquilo que ele lhe pode proporcionar.

É preciso que se diga que não se quer com isso, de forma alguma, justificar ou aceitar qualquer tipo de forma autoritária de controle de ideias ou de corpos. Toda abordagem foi feita, levando-se em conta que estava se tratando de uma situação absolutamente limite apenas como uma referência de como nossos corpos agem em sociedades de controle e vigilância. Pode-se dizer, de certa forma, que todos nós somos um pouco como Jeremias, uma vez que somos acossados pelo Estado, pelas empresas e pela militarização de toda forma de tentativa de pacificação. Jeremias, no fundo, é o reflexo de um corpo da cidade moderna: tem suas potências negadas, sua memória invadida, perseguida e roubada, deixando-lhe apenas a capacidade de gestão do próprio corpo. Para inverter esta ideia de que lhe deixam um “apenas”, busquei pensar nesta memória que seria apenas corpo, uma memória animal, ao contrário do racionalismo tecnocrata ou das sucessivas e agressivas formatações de





pensamentos que, em nome do bem ou da liberdade, propõe agressões às nossas escolhas e individualidades.

Como ressalta Pollak (1989), uma grande dificuldade de se trazer memórias silenciadas à forma é que:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p.4)

241

Então, para evitar que se deixe de falar, que se esqueça de falar ou que se aproprie de falas dos outros, este presente artigo tentou anular essa ambiguidade entre silêncio e voz, violência e opressão, ao tentar refletir que no corpo cicatrizado daquele que sofre violência há potências de vida e na organização da sua forma de sobrevivência é que sua história se estabelece, mais do que nos museus ou nos livros de história.

Se, como foi dito, no caso de Jeremias “lembrar é morrer”, podemos concluir que, em todo caso, esquecer é viver. Isso não significa que devemos apagar a memória, com o esquecimento, mas pensar em um universo que, enquanto projeto, ressalta o corpo que lançado no mundo é a maior forma de fazer jus aos que morreram sem poder viver.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO. Educação após Auschwitz. Palavras e Sinais. Trad., notas e glossários de Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P- 104-123.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo e outros Ensaio, Chapecó: Ed. Argos, 2009
- \_\_\_\_\_. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- Barthes, Roland. *O Prazer do Texto*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987
- BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, setembro/dezembro 2004
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000



- \_\_\_\_\_ Sobre o Conceito de História. In: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000
- \_\_\_\_\_ Experiência e pobreza. In: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BERGSON, Henri. Memória e Vida. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006
- BRASIL, Francisco de Assis Almeida. Os que bebem como os cães. 7. ed. Teresina: Renoir, 2010.
- CARVALHO, Flávio de. A Origem animal de Deus e o Bailado do Deus Morto. São Paulo: Ed. Difusão Europeia de Livro, 1973.
- DELEUZE, G. Diferença e repetição. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- \_\_\_\_\_ Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FREUD, SIGMUND. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud [ESB]. Rio de Janeiro: Imago, s/d. v. VII 1996.
- \_\_\_\_\_ S. O inconsciente (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud [ESB]. Rio de Janeiro: Imago, s/d. vol. XIV 1996.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- KAFKA, Franz. A Metamorfose. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KAFKA, Franz. A Colônia Penal. Editora Nova Época, São Paulo, 1978.
- NIETZCHE, FRIEDRICH. Assim falou Zaratustra 5a ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. II, número 3, 1989
- ROSZAK, Theodore. Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis, Vozes, 1984.



## UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL DA MÚSICA “QUE PAÍS É ESSE” DA BANDA LEGIÃO URBANA

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de<sup>1</sup>

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa(2014)

marilia-lua1@hotmail.com

244

### RESUMO

Utilizando a música como documento histórico que permite desvendar algumas das representações sociais presentes no contexto político da ditadura militar e do momento de redemocratização do Brasil. Este artigo analisa a música “Que País é Esse”, da banda Legião Urbana, a qual pode ser considerada uma arte engajada, que através de um discurso marcado pela contradição, pela ironia e pela crítica social, possibilita uma reflexão sobre a nossa identidade nacional através do Rock Brasileiro. Utilizou-se a metodologia da análise de discurso, para perceber a relação entre os elementos centrais desta representação artística e o contexto da sua produção e disseminação na sociedade brasileira. Verificou-se que este tipo de fonte, permite perceber a sintonia fina de uma época, revelando a forma como determinados grupos sociais pensaram e expressaram as suas ideologias.

**PALAVRAS CHAVES:** MÚSICA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, LEGIÃO URBANA.

### ABSTRACT

Using music as a historical document that allows to untangle some of the social representation installed in the political context of the military dictatorship and the moment of redemocratization of Brazil. This article analyses the song “Que País é Esse”, from the Brazilian band Legião Urbana, which can be considered a committed art, going through a discourse marked by contradiction, by irony and social criticism, which enable a reflection on our national identity over the Brazilian Rock. It is utilized the method of discourse analysis to establish a relation between the central elements of this artistic representation and the context of their production and dissemination in the Brazilian society. It was checked that this source allows to realize the tuning of an era, revealing how some social groups thought and expressed their ideologies.

**KEYWORDS:** MUSIC, SOCIAL REPRESENTATION, LEGIÃO URBANA.

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História (2013) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa(2014). Orientador: Miguel Archanjo de Freitas Júnior



A música é um produto cultural presente no nosso dia-a-dia. Ela está em diferentes lugares, tendo grande alcance e repercussão social, fato que levou a escolhê-la como tema para se estudar aspectos políticos e sociais da história do Brasil.

Ao se falar de música não há um consenso entre os autores, o que eu venha a ser música. Schafer (1992, p. 36) aponta que música é arte, uma atividade cultural, porém para defini-la é necessário englobar todos os seus aspectos citados. E que estes aspectos sejam definidos e apresentados, eis aí um obstáculo.

Música é um som organizado com ritmo e melodia, sendo o ritmo uma sequência de combinações de apoios, e melodia uma série organizada de sons. Organização é o que diferencia a música de um ruído na rua, por exemplo, mas também pode ser desorganizada para que exista a música não precisa necessariamente que se apresentem melodia e ritmo juntos. O que a distingue e a determina como música é a intenção de ser música, esse o fator que faz dela uma música: a sua intenção, o fato de ter sido composta para ser ouvida.

Ainda Schafer (1992, p. 51) argumenta que nem toda música é escrita, como a música erudita e muito do jazz, por exemplo, onde não há letras. Porém o compositor utiliza de valores básicos em sua composição, que assume uma maneira peculiar na música, uma vez que esses valores tem o poder de afetar o ouvinte de variadas maneiras. A música apresenta acordes tanto agudos como fortes, o que expressa certa “agressividade”, e leves e graves, propagando talvez uma tristeza. “O papel do compositor é usar esses materiais para produzir algo com significado e movimento” (SCHAFER, 1992, p. 51). Ainda na perspectiva de compreendermos a música, nos defrontamos com o ouvinte que assume uma função de integrante desse processo, pois é a partir do homem que a música se consolida como produto cultural. A música é formada por um conjunto de materiais que se diferencia de ruídos, como os sons incidentes, como a buzina de um carro, por exemplo. “Schopenhauer disse que a sensibilidade do homem para a música varia inversamente de acordo com a quantidade de ruído com a qual é capaz de conviver”. O ruído seria aquilo que não tem a intenção de ser música, barulhos que interferem naquilo que queremos ouvir.

Ao falar sobre música Ribeiro (2003, p. 18) se diferencia de Schafer pois Ribeiro a enxerga como uma obra de arte, dotada de códigos e símbolos, com a intenção de comunicar, podendo alterar o comportamento e até a visão de mundo daquele que a



recebe. Enquanto Bennett(1986, p.12) defini que a música é formada por melodia, harmonia, ritmo, timbre, tessitura e letra.

A música, além se seus acordes, melodias, ritmos, harmonia, também é formada em sua maioria por letras, palavras cantadas formando um discurso articulado. As letras das canções expressam ideias, comportamentos e representações, documentando a seu modo às questões vividas de seu tempo, que podem expressar diferentes emoções e temas correlatados, Ross (2010, p. 19) ressalta:

A música pode ser grande e séria, mas grandeza e seriedade não são suas características definidoras. Ela também pode ser estúpida, vulgar e insana. Os compositores são artistas, não colunistas de etiqueta; eles têm o direito de expressar qualquer emoção, qualquer estado mental.

Segundo Pinto (2001, p. 223) a música também é possuidora de uma identidade peculiar, e esta quase sempre em conexão com outras culturas . Ela tem a função de comunicar, através da sua linguagem, suas letras e seus códigos. O que faz das suas letras grandes propagadoras de culturas, crenças e um conjunto de ideias presente no seu tempo, afirmando-se como produto identitário de um grupo social, de uma classe, de um povo, expressando em suas letras valores e fragmentos históricos da realidade vivida. Em outros termos, as músicas são fontes de representações culturais do seu tempo, como também um meio de interação social e de comunicação entre indivíduo e grupo.

Tendo em vista que a música é um produto cultural expressivo de uma identidade, dotado muitas vezes de um discurso de cunho ideológico, ela se caracteriza como símbolo e representação presente na sociedade. É o caso das culturas nacionais. Segundo o crítico cultural Stuart Hall

As culturas nacionais são compostas não apenas por instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influência e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.(2011, p. 50)

Os compositores, assim como todos os artistas, são filhos do seu próprio tempo e espaço. “Mozart só emerge claramente como um ser humano quando seus desejos são considerados no contexto de seu tempo” (ELIAS, 1991, p. 15). As músicas (letra e música) são assim frutos da história e dos próprios hábitos e ideologias que permeiam a sociedade e a cultura em um determinado período histórico



De um ponto de vista político, a música pode ter uma característica tanto engajada como alienada e sem nenhum sentido, como pode ser problematizadora e politizada, transmitindo anseios e insatisfações de determinados grupos, classes ou segmentos sociais. Da mesma forma há diferentes estilos de músicas como por exemplo que vai deste o samba ao rock. É neste último estilo que pretende-se abordar, nesse projeto, uma músicas de rock brasileiro com uma letra de cunho político e social, investigando as representações sobre a democracia e os problemas do sociais do país.

A produção musical brasileira do século XX difundiu várias novas sociabilidades, vindas da urbanização, da modernização, expressando valores nacionalistas no Brasil, assim como conflitos sociais. Portanto, produzindo e disseminando sentido ideológico e estético em suas canções. As expressões são visíveis através de suas letras significativas, as quais muitas trazem uma série de valores, representações. Sendo produtos de uma situação histórica, ela assume um papel não apenas para ouvir, mas também para refletir. Conforme salienta Napolitano (2002, p. 5)

[...] a música tem sido, ao menos em boa parte do século XX, a tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais. Para completar, ela conseguiu ao menos nos últimos quarenta anos, atingir um grau de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental. Portanto, arrisco dizer que o Brasil, sem dúvida uma das grandes usinas sonoras do planeta, é um lugar privilegiado não apenas para ouvir música, mas também para pensar a música

Considerando a música como um meio de representações sociais, procuro abordar na canção “Que país é esse” da banda Legião Urbana, uma música que trás representações sociais de uma época vivida, analisando as críticas contrapondo com a realidade histórica vivida e a composição da música. Produzida em 1978, porém publicada apenas em 1987, no álbum “Que País é Este<sup>2</sup>, a música com o mesmo nome do álbum revela o contexto social e político do país

A música faz uma indagação sobre quem somos? Que país é esse? País do desenvolvimento, país de terceiro mundo, país do governo militar, da corrupção. País das diferenças culturas, país do índio, dos imigrantes e do futebol. A resposta é que somos uma mistura de povos, crenças e raças, com muito influência exterior.

<sup>2</sup> URBANA. Disponível em <<http://www.renatorusso.com.br/biografia-legiao-urbana/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.





Assim como aos poucos formamos a nossa identidade híbrida, não só nacional como a identidade individual ela é complexa e fragmentada, uma vez que esta diretamente ligada ao seu campo social em que o indivíduo está inserido e as ligações que permeiam a sua vivência. Pois segundo Bauman( 2005, p. 17)

Tornamo-nos consciente de que o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age- e a determinação de se manter firme a tudo isso- são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”

248

Nessa perspectiva, a identidade está sempre em construção, uma vez que ela não é determinada e está sempre em um processo de reconstrução no seu espaço e tempo, sendo constantemente resignificada na história. O contexto social e político do sujeito influenciam no modo de produção da identidade, tanto na sua forma de “ser” individual quanto de “pertencer” – à nação, por exemplo – na medida em que o indivíduo encontra-se inserido em um processo social de longa duração.

O contexto social da ditadura civil e militar iniciou-se com o golpe político no governo de João Goulart, presidente que governava com seus poderes limitados devido ao governo parlamentarista, foi foco em seu mandato de grandes manifestações sociais, tanto as ligas camponesas como os movimentos estudantis e organizações sindicais. Goulart tentou instaurar uma política social democrática, trouxe um desconforto aos conservadores, instituições que contribuíram para o golpe que o retirou do poder em 1964. Foi um processo de movimentos internos no governo e externos, agindo como uma ação preventiva a uma revolução social, que culminou ao golpe. Florestan Fernandes afirma que o caminho em direção ao socialismo foi determinante para a retirada de João Goulart do poder. Instaurou-se uma ditadura no Brasil, impedindo a ampliação da democracia. (DELGADO, 2009 p. 126-131).

Foram mais de vinte anos de ditadura civil militar, com o governo de Castelo Branco 1964- 1967, Costa e Silva,1969- 1974 Médici 1969-1974, Geisel 1974-1979, Figueiredo 1979-1985 e de 1985-1990 período da transição política na qual o Brasil já era considerado democrático, porém ainda não havia se efetivado o voto direto, que acabou acontecendo apenas em 1990 com a eleição de Fernando Collor. (COTRIM, 2008, p.556-573).



Foi um aparelho militar, e não um líder, que assumiu o poder; começou dominando o governo, depois o Estado. (CODATO, 2005). A partir do golpe ao governo de João Goulart, com a justificativa de evitar o comunismo, a ditadura se estendeu por mais de duas décadas. Com os poderes nas mãos, os militares utilizaram de meios legais e ilegais para a sua legitimação no poder, a partir de atos institucionais que determinavam a ordem vigente. A repressão, a perseguição, a censura, a prisão em cárceres fechados, o exílio, a morte dos chamados “desaparecidos políticos”, são consequências de um governo ditatorial no Brasil. (ARAUJO et al., 2013)

Durante a ditadura civil-militar, a democracia e a cidadania foram abafadas. Como aponta Murilo de Carvalho, a cidadania estende-se a direitos civis (direito à vida e à liberdade), sociais (direito à saúde, educação, trabalho) e também a direitos políticos no que diz respeito à participação do indivíduo no governo e na sociedade, como o direito de organizar partidos políticos e votar. Este último foi extinto totalmente durante o regime. (CARVALHO, 2002, p. 10).

Para Arruda e Piletti (1995, p. 236) o poder era centralizado nas mãos do presidente, que fazia parte de um junta militar em nome da segurança e do desenvolvimento do país, porém esse desenvolvimento foi proporcionado par apenas uma camada da sociedade. “De fato, os 10% mais ricos do país, que se apropriavam de 45,4% da renda nacional em 1960, passariam a apropriar-se de 54% em 1976.”<sup>3</sup>. Ou seja o lucro foi destinado a uma camada elitista da população, sendo visualmente a desigualdade social do país. Marcado pelo autoritarismo e repressão a todos aqueles que iam contra o governo. Ainda salientam:

As publicações foram censuradas, as coonestações armadas reprimidas com tortura e execuções; políticos casados. Perto de 5.000 pessoas perderam os direitos políticos, entre militares, professores, governadores, prefeitos, deputados federais, juízes, servidores públicos.[...] Cerca de 150 militantes desapareceram e 180 mortos.(ARRUDA; PILETTI, 1995,p. 238)

Rezende (2003) afirma que o governo procurava uma interação com as instituições sociais e os objetivos políticos, e que os poderes centrais se concentrava nas mãos do executivo. Contudo censura, atos institucionais que limitavam e extinguíam poderes individuais em determinadas instancias políticas, havia controvérsias.

<sup>3</sup> ARRUDA; PILETTI, 1995. p.328



Os representantes civis e militares do regime teimavam que não haviam perda de direitos humanos para aqueles que confiavam na compatibilidade de uma suposta fórmula de democracia com o regime militar. O AI-5, por exemplo, não ameaçava, segundo eles, a maioria da população, uma vez que estava de acordo com os seus dispositivos. Havia uma nítida separação entre os que aceitavam as regras da ditadura e os que contestavam. Subtrair alguns direitos de determinados indivíduos era uma forma, diziam eles, de atender aos interesses da maioria (REZENDE, 2013, p. 116)

A democracia estava nas mãos do regime e sendo moldada por ele, em razão de garantir a segurança econômica e social. E a repressão se destinava parapracamente quase todos os esquerdistas, assim como a prisão e a tortura, física e psicológica. O Governo atuava de forma severa e tênue no regime militar.

Os militantes possuíam suas próprias linguagens, leis e códigos paralelos, era como se eles tivessem exilados em seu próprio país. Sem direito de expressão e de intervenção, a sociedade era marcada por uma construção social demarcada por leis e doutrinas (ARAUJO. et al, 2013).

Nos meios de comunicação e na indústria fonográfica, no regime ditatorial há uma espécie de conflito de representações, pois os militares impõem o domínio e escondem o país de desigualdade social, e de oposições representado nas letras das músicas (muitas censuradas devido ao seu conteúdo, ser abusivo e conter críticas sociais e ao governo). São letras, são músicas que representam o cenário político e sociais que esses indivíduos vivem, e criam suas próprias representações, pois como aponta Moscovici as representações sociais, fazem parte do nosso mundo, do cotidiano, o que convivemos em sociedade, nos comunicamos, constitui a nossa realidade forma como vemos ao nosso redor uns aos outros (MOSCOVICI 2003, p. 8).

As representações sociais são formadas em meio às relações sociais, e interação indivíduo-sociedade; assim, as subjetividades, nesse processo das condições sociais são moldadas e criadas. Desse modo, as representações sociais interfere no processo da subjetivação. (JODELET, 2009. p. 688). Todas as relações entre duas ou mais sujeitos conjectura representações. Um dos dobramentos dessa afirmação recai no problema da mudança que as representações são capazes de provocar ao influenciar o comportamento do indivíduo inserido em uma coletividade. Pois as representações não são criadas de maneira isolada, é uma criação indivíduo-sociedade. O processo coletivo intervém de forma decisiva na formação e transformação do pensamento individual.



Somos nós quem criamos as representações sociais no escopo da sociedade sempre em movimento, onde se criam, modificam-se, morrem. Estando elas ligadas a uma estrutura social, ou comportamento, elas constituem a realidade social em que vivemos. (MOSCOVICI, 2003, p. 40).

Se pensarmos aqui a música mais precisamente o rock brasileiro há muito de subjetividade representada, o que faz do rock também uma representação coletiva à medida que é aceito pelos ouvintes. Suas canções expressam os anseios de uma coletividade, constituem símbolos e representações de uma identidade coletiva da época, de modo que o sujeito sofre alterações do meio e exprime as suas representações sociais. Portanto, música é um produto cultural que vincula críticas e ideologias. O que nos faz pensar o rock brasileiro não apenas como música, como aponta Napolitano, mas como música de cunho ideológico e reflexivo, propagador de críticas sociais. (NAPOLITANO, 2002 p.6).

Ao analisar a música optamos pelo método de análise de discurso, que nos permite compreender a letra da música, não apenas a categoria linguística, verbal do discurso, mas o sentido que ele trás, ou seja: os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que cercam a produção de um discurso. Outro fator relevante é atentar para o lugar do qual o sujeito está falando, ou seja, o meio social, cultural, que o sujeito está inserido, vai influenciar na sua fala, assim como na interpretação de mundo que este tem. (FOUCAULT, 1999)

Análise de discurso é um método qualitativo que depende de uma interpretação, já que por vezes o discurso possui expressões dotadas da ideologia, trazem as visões e aptidões daquele que está falando, se atendo especificamente com o sentido, com o corpo do texto. Segundo Caregnato & Mutti (2006, p. 681)

A AD trabalha com o sentido e não com conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar.



Desta forma, considera que os sentidos do texto também se refere à produção de sentidos interpretativos, reconhecendo a forma lingüística enquanto social e histórica. Uma música que nos permite essa o uso da metodologia de análise de discurso no sentido histórico e social é a música “Que país é esse” da banda Legião Urbana<sup>3</sup>.

Nas favelas, no Senado  
 Sujeira pra todo lado  
 Ninguém respeita a Constituição  
 Mas todos acreditam no futuro da nação  
 Que país é esse?  
 Que país é esse?  
 Que país é esse?  
 (LEGIÃO URBANA, 1987)

Levando-se em consideração que a música foi escrita em 1978 e só publicada em 1987, ela nos revela muito de contextos políticos históricos, e reflexos dos problemas críticos do país. Na primeira frase o compositor estabelece uma crítica, nas “favelas e no senado sujeira pra todo lado” favelas e senado ambos colocados na mesma frase, pode ser interpretado a partir da análise de Bourdieu (1989, p. 11), como ambos instrumentos de dominação, são dois campos que apresentam poder, dominação. O Senado é um mercado pela ideologia, e campo de produções simbólicas termo qual Bourdieu coloca como um produto coletivo e também apropriado, direcionado a um interesse individual e que tendem a se apresentar como interesse coletivo. Assim as relações de comunicação são relações de poder, que cumprem uma função de instrumento de dominação e legitimação a partir de seu discurso que fazem parte de um sistemas simbólicos, na qual essa legitimação e dominação contribui para a dominação de uma classe sobre outras, o que Bourdieu vai chamar de violência simbólica. Nesse sentido o Senado se encaixa de maneira que este é dotado de poder, na qual as leis formuladas por uma classe (minoría) com seus interesses e que definem os interesses coletivos.

Da mesma maneira o governo, como um aparelho representativo e ideológico, mais especificamente o período do regime militar ( 1964-1985) produziu representações sociais sobre distintos aspectos, e formulou a sociedade conforme o interesse político de um grupo de governantes, estes que praticavam uma “violência simbólica” além da física. Como aponta ainda Bordieu(1989,p.11)

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social



mas conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tornadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais

O senado âmbito de representatividade, assim como próprio governo autoritário estava sob vigência ditatorial( 1964- 1985) E apenas em 1978 começou a haver o início de abertura política , os poderes ainda se estendiam. Estes atos institucionais eram como normas e decretos que estavam acima da própria constituição.

Nas favelas, que o compositor se refere, é passível de interpreta-la além da violência física, como uma violência simbólica a medida que é representada nas mídias e noticiários. Sendo um campo de poder na qual o bandido é o detentor da autoridade e das leis da comunidade. É um espaço de dominação de poder na qual manda aquele que o possui, seja ela algum motivo, seja por dinheiro, por drogas, por aliados, ou qualquer outra instância. O poder de dominação como aponta Bourdieu( 1989, p. 13) esta nos conflitos simbólicos da vida cotidiana constituindo o campo de produções simbólicas.

Se atendo a outro ponto considerando a alta inflação que atingiu o governo de Medici devido ao fim do “milagre econômico”que subiu de forma descontrolada o aumento das favelas e de pessoas na condição de pobreza cresceu significativamente nesse período, sendo visíveis as desigualdades sociais e regionais, na medida em que os ricos enriqueciam com o desenvolvimento do país, e os pobres sofriam com o aumento da inflação e o desemprego. (ARRUDA; PILETTI, 1995, p.325)

Na frase seguinte “Ninguém respeita constituição, mas todos acreditam no futuro da nação”.Pode ser analisada em relação ao regime ditatorial os (AI) atos institucionais, decretos que eram superiores a própria constituição, modificando-a e fazendo valer aquilo que estava vigente no ato, era superior a constituição à medida que valia o que estava no AI e não na constituição, ou seja os AIs criados pelo poder executivo, eram normas que violavam os direitos civis, pois em detrimento a segurança nacional, iam contra aos adversários do regime político, ou seja extinguindo o seu direito de expressão, de se comunicar, ate o direito de fazer greve, paralisações legais não eram leis aprovadas pelo Congresso Nacional, assim como perseguições, torturas, censuras, desaparecidos políticos. (FAUSTO, 1995, p. 465). Ou seja, fazendo com que a própria constituição seja como um órgão ineficiente, não respeitado, pois na medida que o presidente pode altera-la conforme os seus interesses. E até mesmo o desrespeito que há





com normas e leis que na maioria das vezes não são cumpridas pelos próprios políticos, e mesmo a corrupção.

Quando na segunda linha, a música se refere, “mas todos acreditam no futuro da nação”. O Governo de Medici expressa bem essa categoria, pois o país atingiu um elevado crescimento, ministrado pelo Delfim Neto, o PIB aumentou, a inflação diminuiu, e a população estava mais esperançosa. A facilidade do crédito pessoal aumentou, e com isso o número de compra de televisores também aumentou, a indústria se expandia. “Foi à época que muitos brasileiros idosos de classe média, levantavam não ter condições biológicas para viver até o próximo milênio, quando o Brasil se equipararia com o Japão” (FAUSTO, 1995 p. 485).

Porém o milagre econômico durou pouco, pois as suas vulnerabilidades tornaram visíveis, era uma política voltada não para a situação econômica do próprio país, mas para uma situação externa que se encontrava favorável, com empréstimos internacionais. Mas com o aumento do preço do petróleo no mercado externo, a economia brasileira sofreu grande choque, com isso a inflação começou a subir e a dívida externa aumentou. Com isso se configurou uma grave crise econômica, e assim a ditadura foi perdendo a sua autonomia, pois o regime ditatorial não era capaz de garantir o desenvolvimento. Com isso a revolução a favor da volta da democracia crescia cada vez mais. (COTRIM, 2007, p.563)

O refrão trás “Que país é esse” o que nos revela uma indignação com o país, diante do governo ditatorial, a corrupção, as diferenças sociais, regionais das demais instâncias, no âmbito da crise econômica, a alta inflação, a censura, e a violação da democracia. O Brasil encontra-se em um período dramático, com várias mudanças políticas e sociais, marcado pela desigualdade social. (ARRUDA; PILLETTI, 1995, p. 325).

No Amazonas, no Araguaia iá, iá,  
Na baixada fluminense  
Mato grosso, Minas Gerais e no  
Nordeste tudo em paz  
(Ibid.)

Nessa estrofe da música são citadas diversas regiões do Brasil, regiões com acentuadas desigualdades políticas e sociais, quando citada no Araguaia analisamos a referência a Guerrilha do Araguaia foi um movimento rural existente na região da Amazônia, ao longo do rio Araguaia, região onde Goiás, Pará e Maranhão fazem divisa.



Criada pelo PCB (partido comunista brasileiro) entre 1970 e 1971, esses militantes se espelhavam na Revolução Cubana e Revolução Chinesa, o intuito se seguir os mesmos caminhos, iniciou o movimento. O exército descobriu em 1972 este foco no Rio Araguaia, mas apenas em 1975 o exército extinguiu com os militantes, cerca setenta deles são considerados até hoje como “desaparecidos políticos”. Foi uma grande repressão política, que aconteceu em 1975 no rio Araguaia. Porém o fato foi silenciado, pois a censura comprimia qualquer informação negativa sobre o regime. (FAUSTO, 1995, p. 485).

Configurando o cenário da ditadura, a censura e a repressão se fazem presente na Guerrilha do Araguaia, assim nas frases posterior, na baixada fluminense (região do Rio de Janeiro), Mato Grosso, Minas Gerais e Nordeste; são estados com acentuadas diferenças sociais e econômicas. Assim Fausto (1995, p.467) aponta que a repressão mais violenta se deu no campo, especificamente no Nordeste região referindo se as ligas camponesas, e nas cidades, no meio urbano os sindicatos eram os alvos das perseguições, muitos de seus dirigentes acabavam sendo presos.

Na morte eu descanso  
Mas o sangue anda solto  
Manchando os papéis, documentos fiéis  
Ao descanso do patrão  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
(Ibid.)

Remetendo-me a censura, nessa estrofe quando é mencionado “Na morte eu descanso, mas o sangue anda solto, manchando os papéis, documentos fiéis ao descanso do patrão” pode se interpretar diante da censura, das tantas perseguições e prisões. Como aponta Fausto (1995) a censura se estendeu nos meios de comunicação, nas escolas. Sendo tirados de seus cargos funcionários públicos, políticos, professores, jornalistas, escritores, músicos. Todos acusados de crime contra o regime, através da censura limitados e exilados, torturados, presos e até mortos.(p. 480)

Carlos Fico(2003) argumenta que a censura existe há muito tempo no Brasil, no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) com o famoso DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que censurava os meios de comunicação e divulgava as características positivas do Estado e de Getúlio Vargas.(p.252)



No regime político, com o AI-5 e com a “operação limpeza” com prisões, cassações de mandatos, e vários militantes desaparecidos, documentos adulterados, desaparecidos camuflando as mortes aos adversários do regime. A Intenção era eliminar todos aqueles que pregavam a revolução, o comunismo, iam contra o regime de extrema direita, seja ele na música, na arte, nas escolas, nos jornais. (p. 254)

Terceiro mundo, se for  
Piada no exterior  
Mas o Brasil vai ficar rico  
Vamos faturar um milhão  
Quando vendermos todas as almas  
Dos nossos índios num leilão  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?

(Ibid.)

Aqui nesta última estrofe, o compositor reforça sobre a situação econômica do país, fazendo uma ponte com a situação econômica do país já mencionada anteriormente, o Governo do Medici (1969-1974) e o “milagre econômico”, que não teve um duração como esperávamos, pois se baseava no comércio exterior, que com o aumento do petróleo, acabou que gerou uma alta inflação no Brasil, entrando então numa crise.

Na frase “Quando vendemos todas as almas, dos nossos índios num leilão” a interpretação que fazemos aqui é em relação a outro problema no Brasil em relação aos índios e a colonização.

Ao se discutir toda a questão histórica da colonização no Brasil compreendemos que um processo social, econômico, político e social. Na medida em que os indígenas foram submetidos à cultura europeia, hábitos e modo de vida, religião. O cotidiano dos indígenas mudou completamente, e da mesma maneira foram explorados, assim como submetidos à submissão. (JUNIOR, 1970, p. 21)

Foram tratados como “tabulas rasas” assim a suas culturas sufocadas. Um exemplo disso Boaventura trata ao falar da colonização, que também teve uma desvalorização no conhecimento. A sua visibilidade está na invisibilidade das formas de conhecimento, referindo-se aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas. O colonialismo foi também uma dominação epistemológica, uma relação



desigual do saber-poder. O colonialismo fez com que povos colonizados tivessem muitas de suas formas peculiares de saber suprimidas. ( SANTOS, 2010, p. 31)

Assim a essa ação de sufocamento das demais epistemologias e suas culturas acarretou no que o autor chama de epistemicídio. Devastadores de sabres locais, desvalorizando e superiorização de tantos outros. O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, ou seja, um pensamento dotado de buracos, aquele pensamento que é excludente em sua hegemonia e acaba por suprimir e opor-se a outras versões epistemológicas. Possuem distinções visíveis e invisíveis, as visíveis são as que dividem a realidade social em dois lados “deste lado da linha” e do “outro lado da linha”, consiste que acaba que o lado de lá se torna inexistente, é excluído, permanece exterior ao universo. (SANTOS, 2010, p. 34).

Podemos pensar os índios também como sujeitos produtores de representações sociais tiveram sua cultura local sufocada, e seu trabalho escravo em trocas de migalhas, assim como a desvalorização da religião e seus hábitos, todos modificados com a vinda dos portugueses no Brasil.

Em um de seus estudos sobre representações sociais, Moscovici (2003, p. 43) concorda com a ideia de Frege de que o pensamento é o principal meio que influencia tanto pequenos quanto grandes acontecimentos, que de fato não teriam acontecidos sem a comunicação de pensamento. Porém caminhamos em um sentido a desconsiderar os pensamentos como reais, talvez por não serem palpáveis e sim abstratos, pois sentimos a sua influência, mas não os vemos necessariamente.

Ao estudar sobre as representações sociais nos debruçamos sobre o ser humano e suas problemáticas, suas perguntas, desejos e inquietações, compreendendo o homem como indivíduo e ser social pensante que busca de respostas para o sentido de sua própria existência. Dessa forma, esta pesquisa procura incorporar a música, e mais especificamente o rock nacional, a Banda Legião Urbana e a sua canção “Que país é esse” seu contexto político da ditadura, no âmbito dessas representações de cunho ideológico. Conforme o questionário de Moscovici (2003, p. 43)

O que é uma sociedade pensante? Essa é a nossa questão e é isso que nós queremos observar e compreender, através do estudo (a) das circunstâncias em que os grupos se comunicam, tomam decisões e procuram tanto revelar, como esconder algo, e suas ações e crenças, isto é, das suas ideologias, ciências e representações (MOSCOVICI, 2003, p. 43)



Entendemos que os indivíduos da geração jovem são pensantes, e nem todos são manipulados pela mídia, pela ideologia de uma classe social, ou institucional. Ou seja, não são caixas vazias, rasas, são articuladores e disseminadores de questões críticas políticas que muitas vezes são explícitas no rock brasileiro em suas músicas. De modo geral, essas letras expressam o descontentamento com a situação econômica, social, histórica que o país está enfrentando. Trazem reflexos daquilo que vivem, e reflexos da história que estão inseridos. Nesse sentido, as letras das músicas são um meio de comunicação problematizadora, compostas e consumidas culturalmente por jovens que vivenciam os problemas e produzem representações sociais do mundo em que vivem. Moscovici( 2003, p. 45) ressalta:

[...] pessoas e grupos, estão longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam.

Na história do rock brasileiro há muito de subjetividade representada, o que faz do rock também uma representação coletiva à medida que é aceito pelos jovens. Suas músicas expressam os anseios de uma coletividade, constituem símbolos e representações de uma identidade coletiva da época, de modo que o sujeito sofre alterações do meio e exprime as suas representações sociais. Portanto, música é um produto cultural que vincula críticas e ideologias. O que nos faz pensar o rock brasileiro não apenas como música, como aponta Napolitano, mas como música de cunho ideológico e reflexivo, propagador de críticas sociais. (NAPOLITANO, 2002 p.6).

E estas músicas como geradoras e formadoras de representações sociais, pois na medida que é produzida e vivenciada no âmbito de uma sociedade marcada por códigos, símbolos e histórias, as representações de seu contexto político se faz presente, e elas nos direciona para a realidade vivida, elas não são dadas, mas são construídas e fazem parte do processo ao longo da história, e que esta relacionada a uma camada da sociedade, seja por questão política, social, identitária, econômica

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo



impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990: 16-17).

Contudo a música traz referências a um mundo, a uma realidade, seja ela no campo social, emocional a música é indenitária, é discursiva, que nos traz ideologias e símbolos, que queremos comunicar.

E então nos perguntamos que país é esse? País das regiões desiguais, da corrupção, do autoritarismo, da democracia? Que país é esse? Um país colonizado, com culturas sufocadas, tradições estilhaçadas. País da violência física, da violência simbólica. Todos esses correlatos vemos demarcados na música “Que país é esse”, música” algumas representações e frases escancaradas, e nas entrelinhas, passíveis de interpretação.

Nesse sentido a música é um documento que nos revela muito do que o autor que nos comunicar e da nossa identidade criada a partir da realidade social, que estamos inseridos. Como toda interpretação também está ligada ao meio social que o indivíduo está inserido, a interpretação que faço aqui permeia a subjetividade aliado ao campos histórico, social e político, com a intenção de compreender partir dessas instâncias as representações sociais dos problemas de um país, a partir de um viés documental, pois toda música também é um documento para se analisar e pesquisar historicamente e socialmente.

## **REFERÊNCIAS**

- ARAUJO, P. M; SILVA, P.I; SANTOS, R.D. Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho. Rio de Janeiro ;Ponteio, 2013
- FICO, C. “Prezada Censura”: cartas ao Regime Militar. Rio de Janeiro; Topoi dezembro 2002, pp. 251-286.
- ARRUDA, J.A. ; PILETTI, N. Toda a História. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BOAVENTURA, S. S. Epistemologias do Sul. Almeidina S.A. ,
- BOURDIEU, P.O Poder Simbólico. Memória e Sociedade. Portugal, Lisboa; Difel, 1989.
- BENNET, R. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1986.
- CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.





- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CAREGNATO, R, C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: Texto Contexto Enfermagem, p. 679-684, out/dez, 2006.
- CODATO A, N. Uma história da política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. Revista Social Política, p 83-106, nov.2005.
- COTRIM, G. História Global Brasil e Geral. São Paulo; Saraiva, 2005
- DELGADO, N. A de L. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. 2009.
- ELIAS, N. Mozart. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro; Zahar, 1991.
- FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo,1999.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- JODELET,D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009
- JUNIOR, P,C. História econômica do Brasil. São Paulo; Editora Brasiliense,1970.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais, investigações em psicologia social. Petropolis: Editora Vozes, 2003
- NAPOLITANO, M. História e música: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
- PINTO, T. O. Som e Música. Questões de uma Antropologia Sonora. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2001, V. 44 nº 1.
- REZENDE, J. M. A ditadura militar no Brasil . Repressão e Pretensão de Legitimidade(1964-1985).Londrina; Editora Uel, 2013
- RIBEIRO, S. Prepare seu Coração. A história dos grandes festivais. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- ROSS, A. Escuta só: do clássico ao pop. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- SCHAFER, M. R. O ouvido pensante. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1992.
- URBANA, LEGIÃO. In Que país é esse. Brasília; EMI, 1987. Faixa 1.



## **O CORPO NO ESPELHO DAS NARRATIVAS PARA CRIANÇAS: ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DOS ELEMENTOS QUE MARCAM AS DIFERENÇAS NA CORPOREIDADE**

SAMPAIO, Lenise Oliveira Lopes<sup>1</sup>

*Profa. da Universidade Federal da Paraíba*

*E-mail lenisesampaio@gmail.com*

261

### **RESUMO**

Esse texto é fruto da minha tese de doutoramento e tem como foco a análise das narrativas e das imagens destas narrativas escritas para crianças que apresentam crianças como personagens principais. Particular atenção é dada às marcas corporais que estão nas palavras em uma estreita conexão entre *sema* (linguagem) e *soma* (corpo). Essas narrativas trazem em si elementos que podem (ou não) marcar, modelar, alienar ou libertar os corpos infantis para estes exercerem, com plenitude suas capacidades físicas, mentais e intelectuais. Utilizei a metodologia documental como procedimento científico, a fim de analisar o conteúdo de um *corpus* constituído a partir do acervo do “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras/2012”. Os achados demonstram que do total de 26 narrativas analisadas algumas apresentam corpos fluidos, com traços de autonomia e empoderamento, outras ainda estão presos ao padrão tradicional.

Palavras chave: Corpo. Narrativas escritas para crianças. Identidades.

### **ABSTRACT**

This text is the result of my doctoral thesis and focuses on the analysis of the narratives and images of these narratives written for children who have children as main characters. Particular attention is given to bodily marks which are the words in a close connection between *sema* (language) and *soma* (body). These narratives bring itself elements that may (or may not) mark, model, transfer or release the bodies for these children to exercise with their fullest physical, mental and intellectual abilities. I used the documentary methodology as scientific procedure in order to analyze the content of a corpus from the collection of the "National Program of the School Library (PNBE): reading and library in Brazilian public schools / 2012". The findings show that the total of 26 narratives analyzed fluids with traces of autonomy and empowerment, others are still stuck to the traditional pattern.

Key words: Body. Narratives written for children. Identities.

<sup>1</sup> Mestre e doutora em Educação/ UFPB; Docente da Universidade federal da Paraíba/Centro de Educação/ Departamento de Habilitações Pedagógicas/ Campus I – João Pessoa.



## INTRODUÇÃO

Quando observo o corpo e as formas como os/as estudantes usam-no, conheço um pouco mais de cada um/uma deles/as. Por isso, abordarei sobre o **corpo**. Para tanto, meu intento é que seja algo pontual e singelo, o mais próximo possível das pessoas simples como eu - professores e professoras, trabalhadores/as na área de educação, educadoras e educadores sociais.

Passei a ver, a partir de observações assistemáticas, o quanto o corpo poderia aprisionar ou limitar o desenvolvimento das competências cognitivas. Sobre essa questão, Delors (1998) explica que a educação, para dar conta das suas missões, precisa concentrar-se em quatro aprendizagens ou “pilares do conhecimento”:

Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta (DELORS, 1998, p. 89).

Portanto, considero que um dos pontos de contato que torna essas formas de saberes uma via única é o corpo. O corpo é a interface entre todas as formas de saberes. É ao corpo que se dedicam todas as ações, por outro lado, o corpo é também um meio de construção de conhecimento. Sendo assim, simultaneamente ele é instrumento de construção do fazer, do agir, do pensar. Quando se pensa em realizar algo é o corpo o nosso principal instrumento.

Desse modo, poderia dizer que *aprender a viver junto*, é aprender o limite até onde coloco e uso o meu corpo socialmente, pois ele ocupa um espaço social que deverá terminar quando começa o espaço de outro corpo, ou seja, de outro indivíduo. Delors (1998, p.07) nos pergunta: “Poderemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de resolvê-los de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros (indivíduos sociais) <sup>2</sup>, das suas culturas, da sua espiritualidade?” Diante disso,

<sup>2</sup> Nota: acréscimo da pesquisadora.



passsei a refletir sobre coisas simples, aparentemente do senso comum, tais como - tudo que fazemos é físico, mesmo que seja elaborado pela mente, e esta só existe no corpo. Isso me levou a buscar maiores conhecimentos sobre esse elemento corpo que até então parecia ser alvo de maiores atenções de outros campos de estudo e não do campo da educação, da cultura, da sociologia. Vejo agora que se o corpo é esse elemento limitador do meu ser social, quem sou eu como ser social? Que corpo é esse que me simboliza ou que corpo é esse que eu simbolizo?

De acordo com a historiadora Sant'Anna (2001) é muito recente essa postura adotada pelos/as pensadores/as em suas diversas teorias ao considerar a natureza corporal do ser humano, ou seja, assumirem que não existimos sem o nosso corpo.

Expandindo essa compreensão, li a seguinte frase em um artigo de Callegari (2011, p.29): “É no corpo que, desde a infância, reprimimos sensações”. Isso me fez entender que a criança cria couraça por todo o seu corpo inibindo sensações como dor, percepções como sentir o vento, sentimentos de dor ou mesmo alegria. Ela também perde agilidade, força e coordenação. Isso acontece a cada momento em que nós educadores, pais, adultos responsáveis pela criança limitamos os seus movimentos. Há, por exemplo, concepções que falam da agilidade corporal das meninas, o que em grande parte se perde devido à formação educacional, à orientação de modos, à transmissão dos costumes, os quais na maioria das culturas garantem um espaço de liberdade muito maior aos meninos do que às meninas. Ainda poderia citar a força do meio (espaço social) como espaço de aprendizagem e onde o corpo da criança se desenvolve:

Em sua relação com o meio, formado por costumes, linguagens, valores, relações humanas e técnicas, as crianças desde cedo tentam apreendê-lo e significa-lo, mediadas direta ou indiretamente por parceiros mais experientes, como por exemplo, o professor, que lhes assegura uma gradativa apropriação da cultura historicamente constituída. Essa experiência é de fundamental importância para que a criança também possa ser produtora de cultura, manifestando-se por meio de diferentes linguagens, afetando o meio do qual faz parte e sendo afetada por ele (ZUMPARO e ALMEIDA in PLACCO; ALMEIDA, 2012, p. 22).



Outro aspecto que me chama particular atenção é o quanto as marcas corporais estão em nossas palavras em uma estreita conexão entre sema e soma. Aqui nasce o foco do meu objeto de estudo: **narrativas escritas para crianças**<sup>3</sup> como lugar onde encontramos marcas corporais e seus significados. Essas narrativas podem trazer marcas que conformem os corpos, que os alienem ou mesmo que os libertem para poderem exercer com plenitude as suas capacidades físicas, mentais e intelectuais.

Mas, onde estão essas narrativas para as crianças brasileiras no contexto das escolas públicas? Será que a maioria das nossas crianças está tendo acesso a elas? Se as nossas crianças estão tendo a garantia de acesso ao livro paradidático, também denominado de Literatura Infanto-juvenil, aqui chamado de narrativas escritas para crianças, o que essas narrativas dizem e demonstram, sobre a corporeidade? Esse conhecimento é fundamental para formação dos profissionais que trabalham com as crianças nos níveis de Creche, Séries Iniciais e Ensino Fundamental:

[...] é preciso conhecer o desenvolvimento infantil, as possibilidades de aprendizagem e relacionamento da criança com os estímulos do meio e a importância deste para o desenvolvimento e o processo de diferenciação (do meio e do outro) Por intermédio dos relacionamentos que a criança estabelece não só com os adultos, mas também com outras crianças, ela nomeia objetos, imita pessoas ou outros elementos que observou, movimenta-se, torna consciência de seu corpo e descobre suas possibilidades motoras (...) constantemente significando o mundo a sua volta, influenciando-o e sendo influenciada por ele (PLACCO; ALMEIDA, 2012, p. 33).

Hoje, podemos contar com um amplo programa nacional – Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras – finalmente surgiram as tão sonhadas bibliotecas. Sem dúvidas fruto de cobranças ao Governo Federal, por professores/ras e profissionais que militam na área de Educação.

Considero esse momento historicamente de grande relevância para consolidação do estado democrático, visto que se oferecem alicerces para a construção de uma consciência crítica. Além de ser uma resposta a lutas e desapontamentos de tantos e tantos outros projetos de menor porte, os quais foram abandonados ou interrompidos por razões, como “falta de verba”. Contudo, o atual programa já completa 16 anos de

<sup>3</sup> Nessa pesquisa usarei o termo “**narrativas escritas para crianças**” ao invés de literatura infanto-juvenil ou livros de histórias para crianças ou outros termos similares. Entretanto, esclareço que o que aqui denomino de “narrativas escritas para crianças” seja a produção literária Infanto-juvenil.



existência e tem mantido atualizações anuais nas escolas de educação básica. Para essa pesquisa escolhi o acervo/ano 2012, o qual seria o mais atual possível no momento dessa pesquisa e que está disponível nas escolas públicas do município de João Pessoa/PB.

De fato não só enfrentamos a negligência histórica dos governantes em relação ao compromisso de assegurar o respeito à infância e a educação como direito de cidadania, como, também, se negou ao profissional responsável por cuidar e ensinar nas creches e nas séries iniciais uma formação de qualidade que realmente pudesse formá-los/las e informá-los/las no sentido do fortalecimento dos direitos da criança, ou melhor, o direito à infância. Mesmo as políticas interministeriais, durante anos não foram criadas para oferecer ações voltadas para uma profícua formação de professores para creches e séries iniciais, que os capacitassem em termos de mecanismos (legais), conhecimentos teóricos e princípios adequados à infância. Esse reconhecimento da infância existia apenas para as classes média e alta da população. Os descendentes dessas classes, já desde os anos 80 desfrutavam dos aparatos como creches e ensino das séries iniciais na rede privada, ao menos nas grandes capitais da federação. Já para o assalariado/a ou o/a pobre, estes foram esquecidos/das, e conseqüentemente seus filhos/filhas não foram incluídos/das nos programas e políticas de governo. Eles/elas ficaram invisíveis aos olhos da maioria dos representantes das classes média e alta. Só a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é que se instala no país um processo de valorização ou ascensão da educação infantil<sup>4</sup>.

Se finalmente posso afirmar que temos livros de Literatura Infanto-juvenil nas escolas públicas, também posso verificar se temos bons acervos, já que os livros que compõem o PNBE são selecionados a partir de critérios<sup>5</sup> estipulado pelos MEC, a partir de uma equipe de profissionais especialistas da área de educação, linguística e literatura. As obras são selecionadas a partir de rigoroso processo de avaliação pedagógica,

<sup>4</sup> A LDB /1996 atesta que esta é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, social e intelectual (...). (PLACCO e ALMEIDA, 2012, p.23).

<sup>5</sup> Os critérios adotados para seleção das narrativas que compõe o acervo 2012, não são explicitados pelo MEC.





conforme aparece explícito nas páginas de apresentação do próprio programa<sup>6</sup>. Além disso, conta com uma distribuição que envolve desde a creche até o ensino médio.

Com as narrativas para crianças chegando às escolas e às creches, e com um número muito maior de escritores/ras para crianças, interessa-me conhecer o que essas narrativas contam. Principalmente as crianças da escola pública, pois é lá onde se encontra a maioria das nossas crianças, que não dispõem de aparatos para o lazer, de um contexto familiar estimulador para a leitura, ou de variadas fontes de conhecimento e informação. Em sua maioria são crianças oriundas de famílias excluídas da cultura escrita.

É nesse contexto que escolhi mais precisamente como objeto desta investigação as materialidades e subjetividades dos corpos presentes nas narrativas e nas imagens (ilustrações) dessas narrativas escritas para crianças, as quais formam o acervo do “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras/2012”. Este programa entrelaça como atores principais a Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e parcelas da indústria editorial brasileira.

A partir daí, surgiu a seguinte pergunta: quais os significados dos corpos, dos sentimentos, dos valores disseminados através das narrativas e das imagens contidas nestas narrativas escritas para crianças? Essa pergunta gerou um pressuposto: o

<sup>6</sup>Brasil, Ministério da Educação, PNBE, 2012. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997 (Portaria Ministerial Nº 584 de 28 de abril de 1997), tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. O PNBE é um Programa executado no âmbito do Ministério da Educação, que consiste na distribuição de acervos literários destinados a bibliotecas públicas escolares de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Para tanto, a Secretaria de Educação Básica – SEB coordena rigoroso processo de avaliação pedagógica dessas obras que é realizado por Universidade Pública Federal. Além da participação de Universidade Pública Federal no processo de avaliação, o Programa conta com uma Comissão Técnica que tem como atribuição subsidiar e assessorar a SEB no processo de avaliação e seleção de obras de literatura inscritas em cada edição do Programa. O MEC passou a realizar também Seminários Nacionais, com a participação de professores, coordenadores e responsáveis por ações de incentivo à leitura nos estados e municípios brasileiros que têm como objetivo apresentar os princípios didático-pedagógicos e critérios que orientam a avaliação e seleção das obras que compõem os acervos de literatura do PNBE, com vista à apresentação de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento de uma política de formação de leitores nas escolas públicas de Educação Básica. (Fonte PDE, 2008).



conjunto de 200 títulos, distribuídos nas escolas públicas e em Creches, Pré-escolas e anos Iniciais do Ensino Fundamental (considerando o limite da faixa etária de 0 a 10 anos), apresenta pluralidades nas corporificações, sentimentos e valores humanos; conteúdos flexíveis, com significados, sentidos e identidades em consonância com o multiculturalismo. Sendo assim, estabeleci a finalidade da pesquisa construindo o objetivo geral e os objetivos específicos.

O objetivo geral é: analisar as dimensões corporais identitárias apresentadas nas narrativas escritas para crianças com base nas teorias sociológicas, filosóficas e antropológicas e, como objetivos específicos:

(1) revelar os achados através de categorias de análise, tais como: raça, etnia, sexo e gênero; e (2) identificar os bens culturais e simbólicos transmitidos através do conteúdo das narrativas.

Ressalto que essa pesquisa está situada no campo dos Estudos Culturais, portanto, contem em sua perspectiva epistemológica os pilares teóricos que rompem as fronteiras disciplinares formando um campo plural criado pelas interseções de campos do conhecimento, tais como: Sociologia, Educação Infantil, Literatura Infanto-juvenil, Teoria Literária, Antropologia e Filosofia.

Contudo, é fundamental esclarecer que o foco principal dessa pesquisa, é o corpo da criança como sujeito social e compreender as suas lógicas sociais e culturais. Assim, Le Breton (2010, p, 31) lembra que os corpos podem aparecer **encarnados** por personagens de natureza ficcional. Portanto, quando anuncio: corpo **encarnado** é exatamente porque compreendo que o corpo encarnado é o corpo possuído pelo seu ator social e o corpo desencarnado é aquele ausente do ator social - é a morte desse ator. Além disso, é ver o corpo no lugar onde ele ocupa as dimensões pessoal, social e cultural. Le Breton (2010) aponta que a tarefa do sociólogo seria a de descobrir as raízes sociais e culturais que pesam sobre a condição humana.

Entretanto, como educadora, tenho apenas a pretensão de alcançar dentro deste contexto apresentado uma leitura analítica com bases sociológicas das imagens e do texto das narrativas.

Para este estudo acontecer foi fundamental entender o que Le Breton (2010) destaca sobre possíveis ambiguidades nas análises sociológicas:



A variabilidade de uma cultura e de um grupo para outro, a influência na história, mas, sobretudo a não caracterização como tal em números de comunidades humanas; Os perigos de um impensável dualismo inerente ao uso despreocupado do significante corpo que pressupõe o ator em vez de confundir-se com ele. **O corpo é, antes de tudo, um termo da doxa e o uso desse significante, dentro do pensamento sociológico, deve ser esclarecido de antemão através de uma ‘história do presente’, uma genealogia do imaginário social que produziu.** É preciso afastar o risco da fragmentação da identidade humana entre o homem de um lado e esse belo objeto que seria o corpo. Desconfiemos, ademais, da réplica dos que propõem uma sociologia da alma. **Em outras palavras, a sociologia do corpo é aquela das modalidades físicas da relação do ator com o mundo** (LE BRETON, 2010, p.35). (grifo meu)

Sendo assim, dentro dos procedimentos metodológicos adotados, assumi como ponto de referência a análise sociológica relacionada ao corpo, pois esta reúne uma constelação de fatos sociais e culturais que está organizada ao redor do significante corpo. Esses fatos formam um campo com lógicas discerníveis. É esse o campo delimitado para essa pesquisa – o lugar onde estão os fatos sociais e culturais reunidos de diversas formas, através da linguagem literária e da linguagem pictórica (seja pintura ou desenho). Poderei através destas narrativas, desvendar o imaginário social que os suscita? Ao que parece, segundo Le Breton (2010), perceber, ler e interpretar as projeções do corpo pode conduzir a um rico “observatório” cheio de revelações sobre o desconhecido mundo social.

Assim o corpo não é somente uma coleção de órgãos arranjados segundo leis da anatomia e da fisiologia. É, em primeiro lugar, uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais. Em outras palavras, o conhecimento biomédico, conhecimento oficial nas sociedades ocidentais, é uma representação do corpo entre outras, eficaz para as práticas que sustenta (LE BRETON, 2010, p. 29).

Porque exatamente concentrei o meu olhar no corpo? - porque ele carrega as histórias dos sujeitos sociais que neles se fundem. Quero compreender como hoje apresentamos os corpos às nossas crianças. O que, por exemplo, queremos que elas aprendam como modos e maneiras relativas ao corpo? Em que medida os corpos que aparecem nas narrativas para crianças apresentam modelos e modos de comportamentos da corporeidade atual?



O corpo das narrativas escritas para crianças é o meu foco de observação e da leitura analítica buscando as verossimilhanças<sup>7</sup> que elas disseminam. Afinal de contas, a formação do adulto acontece ao longo da vida, mas tem a infância como sua principal fase e, portanto, essa é a fase da vida humana que mais me interessa estudar. É estudando, que posso reestruturar caminhos de compreensão e aprofundamento com a intenção de colaborar para uma vida mais plena.

Vejo-me diante do símbolo de maior apelo em termos imagéticos e escritos. Tenho posto em minha frente um dos elementos de ampla exploração e repercussão de todas as mídias e em toda a produção artística considerada culta ou popular. Observo que existe concretamente o elemento corpo que é o ser humano e que toma espaço em tudo. Existe um culto ao corpo como um deus, como se o corpo e o ser humano fossem coisas separadas e que às vezes ficam juntas. Poderia chamar de corpolatria, pois retoma a velha dicotomia de Platão só que agora invertida, dando ao corpo o grau de superioridade e poder.

Se por um lado posso ver o corpo como um mito e objeto de desejo, por outro, vejo corpos que carregam e repercutem uma imensa carga de agressividade construída a partir do social. Essa violência simbólica se materializa em diversas formas de negação e exclusão do corpo humano – rejeição ao corpo negro, ao corpo gordo, ao corpo idoso, ao corpo albino, ao corpo deficiente e ao corpo transgênero, essas são algumas entre outras formas de rejeição social ao corpo, considerando que as variadas formas de exclusão mudam de acordo com as influências dos elementos culturais particulares do lugar de onde se fala.

Tomo apenas um dos exemplos que é a situação do corpo transgênero. Este segundo Le Breton (2009):

É comum escutarmos a expressão 'transgênero' para designar as experiências de gênero que se deslocam do referencial binário. No

<sup>7</sup> Jakobson (1978) aponta diversos realismos na obra de arte: o realismo do autor, o realismo do leitor e o realismo do momento literário; para o primeiro, realismo é a obra que ele propõe como verossímil e a significação do realismo é julgada como imanente. Do ponto de vista do receptor, a obra pode também ser tomada como realista e o critério decisivo será a impressão nele causada. Enquanto movimento, tornou-se princípio fundamental do programa estético dos fins do século XIX, o máximo de verossimilhança artística externa. Aqui e acolá, o que se registra é a preocupação com a representação do real de modo que este esteja imediatamente reconhecível, embora logo se assinala que a noção de verossimilhança artística não possui uma interpretação uniforme.



entanto, a discussão de como identificar e nomear experiências de gênero que se constroem em uma tensa negociação com as normas de gênero está longe de um consenso na academia e na militância. Para muitos, o guarda-chuva ‘transgênero’, amplamente utilizado nos Estados Unidos e em outros países, nada releva das especificidades daqueles que reivindicam o reconhecimento social do gênero identificado (as pessoas transexuais), tampouco a dimensão conflituosa de assumir-se e reivindicar a posição identitária de ‘travesti’ (LE BRETON, 2009, p.206).

Essas formas de rejeição são muitas vezes interiorizadas nas pessoas levando-as à construção de sentimentos de não adequação, de inibição, de desconforto consigo mesmo/a, ou melhor, de vergonha de si. Mas, em que situações a vergonha aparece? Qual a função ou dimensão desse sentimento? Quais as consequências sociais? As manifestações de vergonha parecem ser contraditórias: ao demonstrar vergonha às pessoas voluntária ou involuntariamente, através de gestos chamam a atenção para si mesmas indicando que algo acontece com elas, (GOUDESBLOM, 2009).

Para Elias (2009) nenhuma emoção de uma pessoa humana adulta é um padrão inteiramente não aprendido, uma reação geneticamente estabelecida. Povos diferentes experimentaram a vergonha por razões diferentes. Além disso, a experiência da vergonha é vivida de forma diferente em classes sociais distintas. Os seres humanos são totalmente influenciados pelos grupos e deixam que seus próprios julgamentos e ações sejam influenciados pelo que outras pessoas do grupo dizem. A vergonha não é muito estudada, nem muito mencionada nos livros de Psicologia Social. Mas, Goudeblom (2009) entende como uma emoção desajeitada e forte que poderia manter alguém acordado uma noite inteira e impedi-la/lo de realizar coisas simples e cotidianas. Definiu a vergonha como sentimento estranho e desagradável, aparentemente incompreensível, como um sentimento que o impede de *fazer* e *dizer*, porque a vergonha como outras emoções implica o processo de aprendizagem e o ser humano é o ser que mais precisa e depende da aprendizagem.

Aprendemos que a vergonha pode ser dolorosa para quem sofre dela e isso leva o indivíduo a escondê-la de si mesmo. Se não admitida, a vergonha cresce enormemente e pode ter consequência na personalidade e na sociedade em geral. O foco de Goudeblom (2009) é a vergonha “normal” que afeta muitas pessoas, sem procurar analisar os casos patológicos. Nesse contexto, o autor preocupa-se com a vergonha



“normal” sentida e expressada por pessoas que participam ativamente das rotinas da vida social, e que são envergonhadas ocasionalmente por *flashes* momentâneos como, por exemplo, algumas manifestações visíveis: mudanças corporais involuntárias - quando enrubescemos.

É uma ação involuntária e descontrolada; esconder o rosto atrás das mãos; curvar a cabeça para baixo; essas ações podem ser altamente espontâneas, sendo também susceptíveis de aprendizagem, controle e ritualização (gestos moldados culturalmente).

Pessoas que expressam vergonha fazem isso de forma involuntária ou voluntária. Aparentemente emitem mensagens contraditórias. De um lado seus gestos deixam a impressão que não querem mais ser vistos, as pessoas se apequenam, encolhem-se, escondem seus rostos. Por outro lado, todos estes gestos corporais são feitos de uma maneira notória. Ao expressar a vergonha, a pessoa não está tentando apenas se esconder, está chamando a atenção sobre si. É um sinal duplo cego, olhe para mim, não olhe para mim. O mesmo ocorre quando uma pessoa é elogiada, ou quando está apaixonada. É uma reação descontrolada e involuntária, não aprendida.

Há sempre uma dimensão social para as ocasiões de vergonha. Elias (2009, p. 55) acredita que a vergonha seja um sentimento tão determinante para o indivíduo como o amor ou o medo: “não penso que a vergonha é mais fundamental do que o amor ou medo, do que a alegria ou a tristeza. Ela é derivada do medo; do medo da perda dos dois mais preciosos reconhecimentos da vida social, o respeito e a afeição”. Mais que qualquer outra emoção a vergonha é uma emoção exclusivamente social, emerge da interação social, e funciona nela, mesmo que não tenha ciência das origens sociais ou dos significados sociais de sua vergonha.

Indubitavelmente as crianças nascem com a capacidade para aprender a sentir vergonha, a expressá-la, bem como infligi-la aos outros. Elas passam por um processo de aprendizagem no curso do qual adquirem um determinado padrão de vergonha que prevalece no mundo social ao qual pertencem. A partir de Elias (2009) fica claro que a vergonha é um dos sentimentos que afligem o corpo e que se aprende socialmente. Além disso, avança dentro de nós e aqueles que não fazem uso dos valores simbólicos da distinção e do poder estão expostos à vergonha, ao desconcerto e à exclusão.





A vergonha é um sentimento fortemente presente na escola e podemos encontrar esse sentido de envergonhamento e exposição pública de certa maneira induzido pelo não conhecimento da diversidade cultural que temos. O que não conhecemos pode nos causar repulsa e estranhamento. Veremos isso melhor a partir do que encontrarmos nas narrativas através das análises. Portanto, cabe perguntar: quais os significados, sentimentos, emoções e valores transmitidos pelas narrativas através das corporeidades construídas para o diálogo com as faixas etárias de creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental (as quais correspondem de 0 a 10 anos)?

Testemunho na minha prática docente há alguns anos (1980- 2014) o desafio de estudantes que se esforçam para romper a barreira de falar em voz alta, em público, saber colocar o corpo em sintonia com a sua própria voz e ideias. O/a estudante não aprendeu a usar o seu corpo em seu próprio favorecimento, no sentido de proporcionar-lhe conforto, prazer, segurança e encorajamento. Ao contrário disto, em sua maioria, eles/elas apresentam em sala de aula o medo de si, dos seus corpos, demonstram claramente rejeição, timidez, submissão – vergonha.

Parece-me que nós professores deveríamos partilhar com maior perspicácia os conhecimentos sobre as dimensões do corpo, essencialmente em uma perspectiva sociológica. Acredito que preciso compreender o corpo como uma construção social e que eu e outros profissionais da educação devemos favorecer aos sujeitos para que estes se assumam nos múltiplos espaços de forma inteira - com seu “corpoalma”.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Nota: “CORPOALMA” é um termo que construí para definir o que entendo ser hoje essa união inseparável, a inteireza entre corpo e alma, a partir de todas as leituras que realizei nessa pesquisa.



Pensadores como Piaget (1983), Freinet (1978), Vygotsky (2008), entre outros que deixaram grandes contribuições para o entendimento sobre o desenvolvimento da criança e a aprendizagem, enfatizam o uso intenso do corpo como elemento fundamental para a construção do conhecimento, seja a partir da criança ou da interação com o social e o mundo externo.

Mas, para tanto, entendo que, para os professores e professoras das séries iniciais, seja necessária a ampliação da compreensão das dimensões dos seus próprios corpos e a revisão, a todos os momentos, dessa relação com o seu próprio corpo e com o corpo dos estudantes.

A metodologia adotada nessa investigação científica foi de caráter documental e tomou o método quantitativo e qualitativo da Análise de Conteúdo. Construí critérios para definição do corpus de análise:

**Quadro 1: Critérios para construção do *corpus* para análise**

1	200 narrativas que compõem o Programa Nacional do Livro na Escola (PNBE/MEC/2012).
2	Narrativas dirigidas a crianças de Creches, Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental (0 a 10 anos).
3	Narrativas que apresentem crianças como personagens principais na capa ou no enredo.
4	Edições de editoras apresentadas no acervo do PNBE/2012, exceto em casos em que, mesmo sendo publicadas em editora diferente da lista do PNBE, as histórias apresentam a mesma programação gráfica.
5	Narrativas editadas e/ou reeditadas na atualidade (normalmente se faz uma releitura ou atualização de contos de fadas, por exemplo). Isso considerando que a história da literatura brasileira está dividida em períodos que vai até a modernidade e as chamadas tendências contemporâneas (ALFREDO BOSI, s.d.).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A partir desses critérios pude selecionar 26 narrativas para serem analisadas, segue quadro de narrativas:

**Quadro 2: Títulos das narrativas escolhidas**

	TÍTULO	AUTOR	ANO
1	A árvore generosa	Shel Silverstein	2011
2	A grande fábrica de palavras;	Agnès de Lestrade	2010
3	A melhor família do mundo.	Suzana López	2010
4	À procura de Maru;	Kumiko Yamamoto	2009



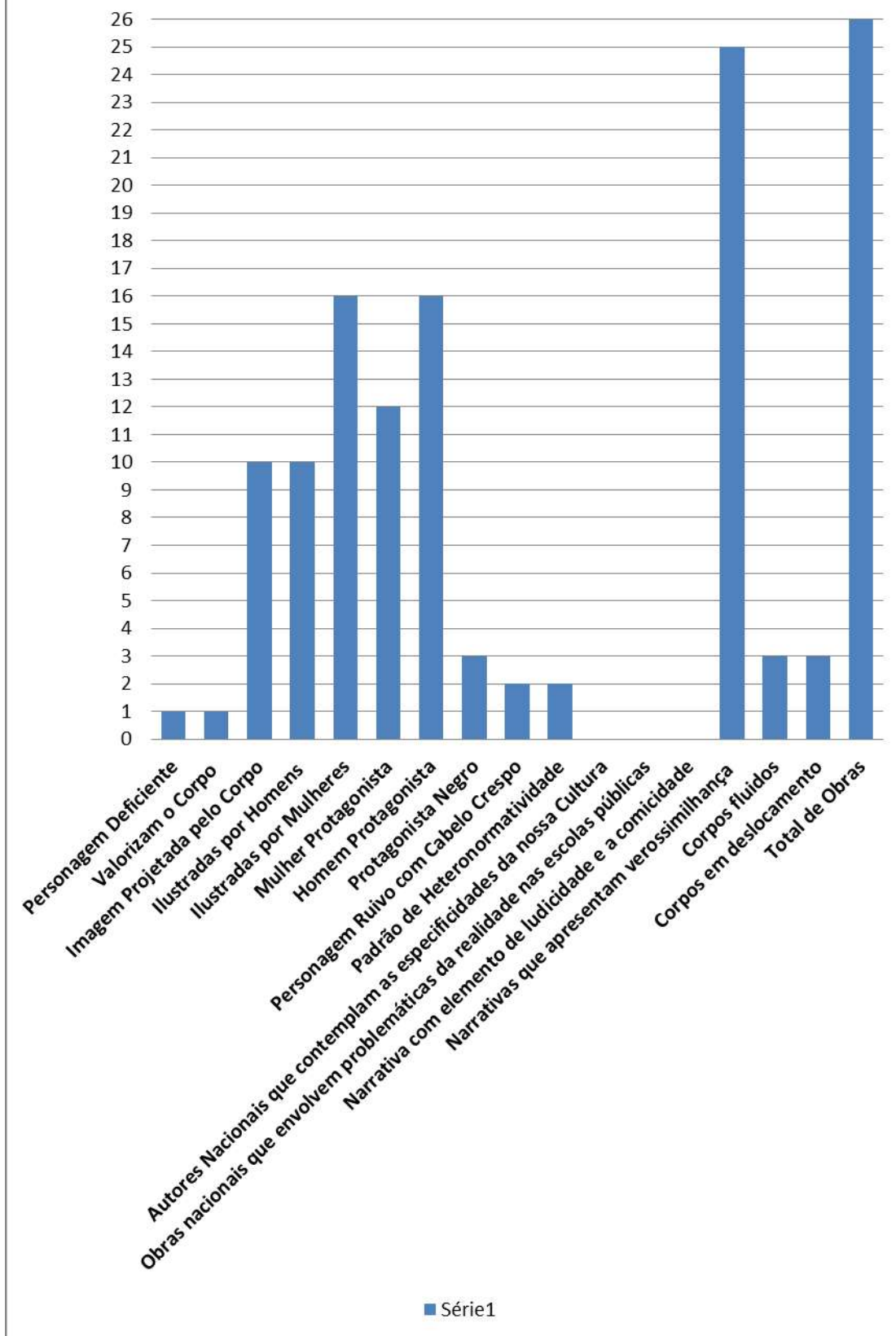
5	Aqui é a minha casa;	Jérôme Ruillier	2009
6	Arapuca;	Daniel Cabral	2012
7	Até as princesas soltam pum;	Illan Brenman	2008
8	Bagunça e arrumação;	Marília Pirillo	2009
9	Chapeuzinho vermelho: a verdadeira história de	Antonio R. Almodóvar	2008
10	Chapeuzinhos coloridos;	José R. Torero	2010
11	Como um peixe na água;	Daniel Nesquens	2010
12	Controle remoto;	Tino Freitas	2009
13	Cuidado com o menino!	Tony Blundell	2007
14	Esperando mamãe;	Lee Tae-Lee	2012
15	Feminina de menina, masculino de menino;	Márcia Leite	2011
16	Gabi, perdi a hora!	João Basílio	2009
17	Insônia	Antonio Skármeta	2008
18	João esperto leva o presente certo	Candance Fleming	2011
19	Junta, separa e guarda	Vera L. Dias	2010
20	Lendas da África moderna	Heloisa P. Lima	2010
21	Lila e o segredo da chuva	David Conway	2010
22	O guarda-chuva verde	Yun Dong-jae	2011
23	O menino que espiava pra dentro	Ana M. Machado	2008
24	Obax	André Neves	2010
25	Papai urso	Cecilia Eudave	2011
26	Tanto, tanto!	Trish Cooke	1997

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O levantamento das categorias de análise acima responde a este objetivo geral. No entanto, os objetivos específicos serão respondidos a seguir com a apresentação dos achados e o que eles revelaram. Assim, retomo aqui os objetivos específicos (1): revelar os achados através das categorias de análise, tais como: raça, etnia, sexo e gênero; e (2): identificar os bens culturais e simbólicos, transmitidos através do conteúdo das narrativas. Abaixo apresento o gráfico com os achados revelados através da análise do *corpus*:



## Achados do *corpus*





As narrativas analisadas apresentam por um lado uma força libertadora, mas ainda não rompe com certas fronteiras dos modos e dos costumes tradicionais, a exemplo da família nuclear, a quase ausência do negro, do indígena, do pobre, do deficiente, do albino, do gordo, do homossexual, da lésbica, do transgênero. A ocultação desses sujeitos nas narrativas reforça o desconhecimento da realidade pela criança e estimula o lado mais perverso da escola – lugar de humilhação, de exposição pública, do envergonhamento, e do não empoderamento.

Encontrei a marca da literariedade, mas este não parecia ser um lugar onde se pudesse expande as possibilidades do existir humano, nem no plano real, nem no imaginário. Porque anulam a presença de grupos sociais em estado de vulnerabilidade social. Como podemos ocultar das crianças as múltiplas verdades? Sem a aceitação, o domínio e o conhecimento do nosso *corpoalma* não construímos o empoderamento das camadas excluídas.

As narrativas na sua maioria não apresentam corpos dóceis, e sim corpos que se aproximam da mutabilidade e flexibilidade que gera autonomia para moverem-se dentro dos espaços sociais. Apesar disso, não são corpos que representam pessoas de grupos em estado de vulnerabilidade social. Levei em conta as formas de representação expressas nessas narrativas e ilustrações compreendendo representações, também, segundo Minayo (1994, p. 71): “[...] Como pensamentos, ações e sentimentos que expressam a realidade em que vivem as pessoas, servindo para explicar, justificar e questionar essa realidade”. Em alguns casos essa forma é acentuada, às vezes reforçada com a utilização da linguagem pedagógica. Percebo que ainda as narrativas escritas para crianças são meios em que os autores/as utilizam para fins pedagógicos de ensinamento, de forma subliminar, perpassando partes do conteúdo como, por exemplo, a narrativa intitulada *Bagunça e arrumação* de Marília Pirillo.

Outro aspecto a ser ressaltado são os conteúdos que trazem as marcas da diversidade de raça e etnia de forma mais evidente. Estes, em sua maioria, aparecem nas narrativas escritas por autores/as estrangeiros/as. As narrativas dos/das escritores/as brasileiros/as ainda se mantêm presas, em sua maioria, aos padrões dos limites culturais



hegemônicos<sup>9</sup>, fiéis à tradição das elites econômicas e culturais. As obras brasileiras não contemplam a diversidade das etnias que existem no Brasil, por exemplo, não encontrei nesse *corpus* nem uma obra que cite as etnias indígenas ou os remanescentes de quilombolas. Acredito que as narrativas deveriam revisitar as tradições e mitos brasileiros, os quais, aliás, apregoam uma visão totalmente atual da sustentabilidade, do respeito e equilíbrio de vida no planeta.

Mas, encontrei duas obras brasileiras - *Obax* de André Neves e *Lendas da África Moderna* de Heloísa P. Lima -, que apresentam ricos elementos da nossa multiculturalidade. Uma das obras é um conjunto de lendas representativas das etnias africanas, o que me parece um abrir de fronteiras para a diversidade. A narrativa - *Lendas da África Moderna* de Heloísa P. Lima abriga quatro narrativas, duas delas são protagonizadas por homens e outras duas por mulheres. Apenas uma obra, *Feminina de menina, masculino de menino* de Márcia Leite, possui uma narrativa que distribui de forma igualitária o protagonismo entre homens e mulheres, embora carregue consigo um tom depreciativo sobre a figura da mulher e tem uma unanimidade cultural heteronormativa.

Saliento que encontrei obras onde o apelo ao sexismo é construído de diversas maneiras, tais como: a recorrência da presença do cão como animal de estimação dos protagonistas do gênero masculino, enquanto que o gato representa o apelo ao carinho, à meiguice e à doçura, estavam amplamente associados às meninas. Esses elementos hoje perpassam a imagem dos felinos construída por alguns personagens americanos como “Hello Kitty”. Encontrei apenas uma narrativa onde a personagem principal é uma menina e possui um cachorro, mas esse cachorro era muito frágil e sofria maltratos do pai da menina (*Papai Urso* de Cecilia Eudave).

Entre as narrativas analisadas encontrei apenas quatro que apresentavam etnias/raças diferentes, tais como: *Obax* de André Neves e *Lendas da África Moderna*

<sup>9</sup> A definição do termo “hegemonia”, segundo Houaiss, consta que “na tradição marxista, liderança política calcada no consentimento e não na violência, especialmente aquela que, na luta de classes, o proletariado industrial exerce sobre o campesinato e sobre outros grupos submetidos da sociedade; em Gramsci (1981-1937), forma de exercício do poder, comum às sociedades modernas e a um projeto de construção gradativa do comunismo, em que instrumentos, como a geração de consenso, alianças e convencimento no âmbito cultural, são priorizados em detrimento da violência.” (HOUAISS 2001, p.1510).





de Heloísa P. Lima, *Esperando Mamãe* de Lee Tae- Lee, *O guarda-chuva-verde* de Yun Dong-jae.

Procurei, através dessa pesquisa, uma contribuição para os/as estudantes e profissionais da área de educação. Tive a intenção de aglutinar informações, conhecimentos e propor uma nova atitude a partir das análises dos achados.

Aprendi com essa pesquisa que o corpo é um lugar de disputa e de controle, portanto, as narrativas escritas para crianças deveriam abraçar elementos mais significativos para um novo projeto social, onde se reflita a pluralidade de gênero, sexo, raça e etnia, desnaturalizando as desigualdades sociais. Explorando as possibilidades do existir, tanto no plano real (verossímil) como no imaginário.

278

## REFERÊNCIAS

- DELORS, J. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 1998.
- EUDEVA, Cecília. **Papai Urso**. Tradução de Gabio Weintraub. São Paulo: Comboio de Corda, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungman. Revisão Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- FREINET, É. **Nascimento de uma pedagogia popular: métodos Freinet**. Tradução Rosália Cruz. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- GOUDSBLOM J. A vergonha: uma dor social. In GEBARA, A.; WOUTERS, C. (orgs.). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- HOUAISS, A. *et. al.* **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- DONG-JAE, Yun. **O guarda-chuva verde**. Tradução Yun Jun Im. São Paulo: Edições SM, 2011.
- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Tradução de Marina Appenzeller. 4. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- LIMA, Heloisa; ANDRADE, Rosa Maria Tavares. **Lendas da África moderna**. São Paulo: Elementar, 2010.
- LEITE, Márcia. **Feminina de menina, masculino de menino**. São Paulo: Leya, 2011.
- MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PIAGET, J. **A epistemologia genética/ sabedoria e ilusões da filosofia; problemas de psicologia genética**. Tradução Nathanael C. Caixeiro, Zilda A. Daeir e Célia E. A. Di Piero. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).
- PIRILLO, M. **Bagunça e arrumação**. São Paulo: Prumo, 2009.



PLACCO, V. M. N. De S.; ALMEIDA, L. R. (Orgs.). **O coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.  
SANT'ANNA, D. B. de. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** Michel Cole; *et al.* (Org). . Tradução José Cipolla Neto; *et al.* 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



## **PETROGRADO: O BERÇO DA REVOLUÇÃO RUSSA RETRADO NA POESIA DE PAULO LEMINSKI E NA PINTURA DE PETROV-VODKIN**

FERNANDES, Mônica Luiza Socio

*Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
msociofernandes@gmail.com*

JESUS, Bruna Kely de

*Mestranda e bolsista PRPPG/Unespar do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar  
bruu\_kelly@hotmail.com*

280

### **RESUMO**

Esta pesquisa busca estudar a relação entre o poema *O velho Leon e Natália em Coyoacán*, de Paulo Leminski (1985) e a pintura *A Petrogrado, 1918*, de Kuzma Petrov-Vodkin (1920), sob uma perspectiva interdisciplinar. É importante refletirmos que a leitura da poesia, com base na percepção das relações dialógicas com outros textos e sua articulação com outros campos do saber, pode ser uma alternativa que propiciará uma leitura de maior complexidade dos sentidos do literário. Baseamos esse trabalho nos estudos sobre literatura comparada, de Carvalho (2003), que aborda as possibilidades de integração de elementos coerentes, que passam pelas relações intraliterárias, interliterárias e pelas relações entre literatura e outras artes, os estudos sobre imagens, de Alberto Manguel (2001) e Bosi (2001), a obra *O Arco e a Lira*, de Octavio Paz (1982) e os estudos sobre dialogismo, de Mikhail Bakhtin (2011).

**Palavras-chave:** Poesia. Pintura. Intertextualidade

### **ABSTRACT**

This research seeks to study the relationship between the poem *O velho Leon e Natália em Coyoacán*, by Paulo Leminski (1985) and the painting *A Petrogrado, 1918*, by Kuzma Petrov-Vodkin (1920), from an interdisciplinary perspective. It is important to reflect that the poetry reading based on perception of the dialogical relations with other texts and its linkage with other fields of knowledge, can be an alternative which will provide a reading of higher complexity of the literacy text meanings. We based this work in the studies about comparative literature, by Carvalho (2003), which approaches the integration possibilities of coherent elements that pass by intraliteracy and interliteracy relations and by relations between literature and other arts, the studies about images, by Alberto Manguel (2001) and Bosi (2001), the work *O Arco e a Lira*, by Octavio Paz (1982) and the studies about dialogism, by Mikhail Bakhtin (2011).

**Keywords:** Poetry. Painting. Intertextuality



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Escolhemos a abordagem da relação entre poesia e pintura com o intuito de demonstrarmos como imagem e texto verbal se correlacionam, uma vez que a imagem, repetidas vezes, antecipa os sentidos revelados pela palavra, converge para os significados do texto e até mesmo complementa os seus sentidos.

Para Bosi,

a experiência da imagem, anterior à da palavra, vem enraizar-se no corpo. A imagem é afim à sensação visual. O ser vivo tem, a partir do olho, as formas do sol, do mar, do céu. O perfil, a dimensão, a cor. A imagem é um modo da presença que tende a suprir o contado direto e a manter, juntas, a realidade do objeto em si e a sua própria existência entre nós. O ato de ver apanha não só a aparência da coisa, mas alguma relação entre nós e essa aparência: primeiro e fatal intervalo. (BOSI, 2000, p. 19)

Partindo dessa perspectiva, a imagem está muito além das palavras, além do que é representativo. Além de representar uma realidade, a imagem pode criar uma outra realidade que nos faz andar por caminhos até então desconhecidos, para a abstração.

A abordagem intertextual das poesias de Paulo Leminski pode ser uma alternativa de leitura que contribui para a construção e ampliação dos sentidos do texto poético.

Nesse sentido, apresentamos a leitura intertextual do poema *O velho Leon e Natália em Coyoacán* e a pintura *A Petrogrado, 1918*, de Kuzma Petrov-Vodkin (1920), por considerar enriquecedora a relação entre a literatura com outros campos do conhecimento.

## A RELAÇÃO ENTRE POEMA E IMAGEM

O texto poético convida o leitor a vivenciar outras realidades deste mundo e a de outros criados pelo próprio poema. A leitura poética possibilita experienciar, sentir, pensar sobre o eu e sobre o outro, pois humaniza, além de contribuir para o desenvolvimento intelectual, existencial e linguístico de cada leitor.

É importante esclarecer que para o leitor apreender os sentidos do poema, é necessário entender como o discurso é organizado, compreendendo as relações internas e externas do texto poético. As relações internas dizem respeito à estrutura, ao material linguístico, ao metro dos versos e também o som que constituem o poema em uma espécie de desenho. Já as externas,



estão diretamente ligadas a fatores histórico-culturais manifestadas por meio da relação do poema com outros textos (MICHELETTI, 2006).

Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar por meio do estudo das relações intertextuais entre poesia e outras linguagens, como a pintura, por exemplo, torna-se possível, entendendo que

o interdisciplinar, de que se fala muito, não consiste em confrontar disciplinas já constituídas (nenhuma delas, com efeito, consente em entregar-se). Para praticar o interdisciplinar, não basta escolher um “assunto” (um tema) e convocar à sua volta duas ou três ciências. O interdisciplinar consiste em criar um objeto novo, que não pertence a ninguém. O texto é, creio, um desses objetos. (BARTHES 1987, p. 81)

282

Portanto, olhar além das palavras, das combinações dos signos linguísticos, é olhar para onde a linguagem aponta de forma interdisciplinar.

Na poesia há elementos que possuem igual importância na produção de sentido: “a magia verbal, o encantamento rítmico e a imagem” (TREVISAN, 2000, p. 225). Para perceber tais elementos, o olhar da sensibilidade estética do leitor deve estar atento a cada detalhe da linguagem em questão e também das construções e combinações que sempre são reveladoras de sentidos. Segundo Pound,

podemos dispor de três meios principais para carregar a linguagem de significado até ao máximo grau possível: Melopéia: produz correlações emocionais por meio do som do ritmo da fala. Fanopéia: projeta o objeto fixo ou em movimento na imaginação visual. Logopéia: produz ambos os efeitos. (POUND, 1970, p. 63)

O mesmo autor, em outra obra, afirma que a poesia é a arte que existe quase exclusivamente graças à fanopeia (POUND, 1976), pois a própria organização do poema é visual e como tal, “conjuga realidades opostas, indiferentes ou distanciadas entre si. Isto é, submete à unidade a pluralidade do real” (PAZ, 1982, p. 120).

Assim, o leitor precisa preparar a mente, os olhos e os ouvidos para a leitura do poema, considerando a organização do mesmo (GOLDSTEIN, 2006), e portanto, constituído pela amplitude de significados secretos que precisamos decifrar nessa linguagem tão condensada.



## **INTERTEXTUALIDADE: AMPLIANDO OS DOMÍNIOS DA LEITURA NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**

Certamente, há diferentes formas de se ler poesia. Um poema pode ser apreciado considerando somente as relações internas que possui, ou ser analisado sob a perspectiva do contexto de produção e das possíveis influências sociais, históricas e culturais que abrangem as relações externas, incluindo outras áreas do conhecimento.

Pensar nessas relações, é levar em conta as diferentes linguagens que constitui o tecido do poema, considerando que a intertextualidade orienta interpretações, resultando em significados que se entrelaçam como numa trama, que se tece combinando um conjunto de textos e possibilitando que os fios internos dessa continuidade sejam recompostos, em seus prolongamentos e rupturas (CARVALHAL, 2003).

Dessa forma, a intertextualidade permite uma leitura além do espaço interdiscursivo, abrangendo o diálogo entre diferentes textos. Esse processo de interação entre textos, que ocorre na polifonia, ou seja, as diferentes vozes que se manifestam no discurso, é denominado dialogismo (BAKHTIN, 2011). Pode ocorrer tanto na escrita como na leitura, uma vez que o texto não é visto isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares ou próximos.

O Dialogismo se dá a partir da noção de recepção e compreensão de uma enunciação. Isso se aplica ao poema, pois

os discursos poéticos se caracterizam, em resumo, pela ambivalência intertextual interna que, graças à multiplicidade de vozes e de leituras, substitui a verdade “universal”, única e peremptória pelo diálogo de “verdades” textuais (contextuais) e históricas (BARROS, 2003, p. 7).

Assim, esse trabalho torna-se possível ao considerar o poema um texto “tecido constituído polifonicamente por fios dialógicos de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras” (BARROS, 2003, p. 4). Nesse sentido, ler um poema desconsiderando as relações intertextuais seria minimizar a produção de sentidos.

Alguns textos apresentam diálogos explícitos com diferentes discursos, tanto literários como filosóficos, culturais, históricos, artísticos e outros. Por outro lado, há aqueles que dialogam implicitamente com outros discursos, sem menção alguma da fonte. O não reconhecimento da presença do intertexto pela ativação do texto - fonte na memória discursiva





do leitor pode prejudicar consideravelmente, a construção de sentido. “É, portanto, na trama do que se perde e do que se recupera, na alternância de esquecimento e memória do que se lê que se organiza a continuidade literária, tal como ela se manifesta em cada texto” (CARVALHAL, 2003, p. 75).

Portanto, a leitura intertextual de poemas, além de tornar possível a abordagem interdisciplinar, pode ser realizada com base na literatura comparada, considerando que a intertextualidade trouxe novas perspectivas para os estudos da mesma, pois possibilita a compreensão do texto literário como um todo, uma vez que redefine permanentemente, a prática de leitura, remetendo constantemente a outros textos, ampliando os seus domínios numa análise interdiscursiva e interdisciplinar (CARVALHAL, 2003).

### **PAULO LEMINSKI: POESIA E HISTÓRIA**

Ao ler um poema de forma intertextual, é importante lembrar que além da análise estilística, aquela cuja função é encontrar no material linguístico a expressividade do sujeito (MICHELETTI, 2006), - o contexto histórico, a biografia do autor e dos envolvidos, bem como as possíveis relações com outras obras ou artes, são extremamente relevantes. No entanto, ao nos referirmos à contextualização do poema, não reduzimos a análise à datas, pois conforme Bosi, contextualizar o poema

é inserir as suas imagens e pensamentos em uma trama já em si mesma multidimensional; uma trama em que o eu-lírico vive ora experiências novas, ora lembranças de infância, ora valores tradicionais, ora anseios de mudança, ora suspensão desoladora de crenças e esperanças. A poesia pertence a História Geral, mas é preciso conhecer qual é a história peculiar imanente e operante em cada poema. (BOSI, 2000, p. 13)

Essa forma de análise pode contribuir muito para a compreensão de determinados poemas. Isso não significa que contextualizar o poema deva ser a única forma de analisá-lo. A contextualização pode constituir parte da análise, assim como os dados biográficos também acrescentam, em alguns casos, importantes informações para o exame da obra. Paz afirma que,

a história e a biografia podem dar a totalidade de um período ou de uma vida, esboçar as fronteiras de uma obra e descrever, do exterior, a configuração de um estilo; também são capazes de esclarecer o sentido geral de uma tendência e até desentranhar o porquê e o como de um poema. Não podem, contudo, dizer o que é um poema. (PAZ, 1982, p. 19)



Assim, é importante que o leitor prepare-se para a leitura do texto literário, sobretudo do poético, o qual “envolve operações complexas que vão desde o entendimento da camada superficial até as camadas mais profundas e, portanto, menos claras, menos imediatas” (MICHELETTI, 2006, p. 17). Isso pode ser percebido pela leitura do poema *O velho Leon e Natália em Coyoacán*, de Paulo Leminski que passamos a analisar.

desta vez não vai ter neve como em petrogrado  
aquele dia  
o céu vai estar limpo e o sol brilhando  
você dormindo e eu sonhando

nem casacos nem cossacos como em petrogrado  
aquele dia  
apenas você nua e eu como nasci eu dormindo e você sonhando

não vai mais ter multidões gritando como em petrogrado  
aquele dia  
silêncio nós dois murmúrios azuis  
eu e você dormindo e sonhando

nunca mais vai ter um dia como em petrogrado  
aquele dia  
nada como um dia indo atrás do outro vindo  
você e eu sonhando e dormindo (LEMINSKI, 2013, p. 67)

Paulo Leminski, em um depoimento de 24 de junho de 1985, expressou sua vontade em publicar um ciclo de biografias<sup>1</sup> de homens que fizeram história e os quais admirava, abordando modos de como a vida pode se manifestar. Um desses homens compõem o título do poema analisado neste trabalho, o político, militar, intelectual, escritor, ideólogo e revolucionário, Leon Trótski, “que ao lado de Lênin realizou a grande Revolução Russa, a maior de todas as revoluções, porque transformou profundamente a sociedade dos homens (...) hoje dividida em dois blocos: o ocidental e o oriental” (LEMINSKI, 2013, p. 10).

Natalia Sedova Trótski, também abordada no poema, foi revolucionária russa, nasceu na Ucrânia, estudou em Genebra. Conheceu Trótski em Paris, em 1902, com quem se casou e teve dois filhos. Trabalhou com Trótski e seus companheiros por alguns anos.

Coyoacán, o lugar que compõe parte do título do poema, era uma pequena cidade no México, que aos poucos foi crescendo e manteve, por um lado, muitos de seus encantos de

<sup>1</sup> Leminski escreveu quatro biografias, as quais foram publicadas no livro *Vida* (2013). O autor escolheu Cruz e Souza (poeta), Bashô (poeta), Jesus (profeta judeu) e Trótski (ideólogo, militar).



cidade pequena com a praça central movimentada, as ruas tranquilas que serpenteiam até praças menores, passando por casas coloridas, e por outro, desenvolveu o seu lado de cidade grande.

A relação entre Coyoacán, Leon e Natália resume-se ao fato de que após o exílio na Turquia, em decorrência da Revolução Russa, em 1933, Leon Trótski e sua esposa Natália mudaram-se para Coyoacán.

## A PETROGRADO NA POESIA

286

“A revolução tinha começado na capital, em Petrogrado. E sua implantação em todo o vastíssimo Império Russo, embora rápida, foi conflituosa e sangrenta” (LEMINSKI, 2013, p. 308). A Revolução Russa foi feita por jovens operários, pelo proletariado. “Não apenas operários. Logo começam a aparecer soviets<sup>2</sup> de soldados (...), que discutem politicamente a guerra, julgam seus oficiais, organizam-se de baixo para cima. Humanidade ascendendo à consciência e à liberdade” (LEMINSKI, 2013, p. 297). Essa é a grande temática do poema de Leminski, o qual analisaremos.

Na primeira estrofe do poema, temos o eu – lírico olhando para o céu, prevendo como será o seu dia, comparando-o com uma lembrança do passado na cidade de Petrogrado, a qual é conhecida por ser o berço da Revolução Russa. Se por um lado o local é marcado pela dor, tristeza, aflição, tirania e morte, por outro é palco da democracia, conquista e vitória dos revolucionários.

Setembro e outubro, os meses da Revolução, “são os piores do ano na Rússia, principalmente em Petrogrado”. As ruas ficam cobertas com um “pesado manto de neblina gelada” (LEMINSKI, 2013, p. 303). O clima da referida cidade, é evidenciado no poema e constrói-se a partir da antítese, “que consiste na aproximação de ideias contrárias” (GOLDENSTEIN, 2006, p. 96), presente nos três primeiros versos, constituídos pelas palavras: *neve, céu, limpo, sol brilhando*.

A palavra *neve*, além de representar o clima frio da referida cidade, representa os sentimentos de dor e o sofrimento causados pela guerra, responsável por tantas mortes em tão pouco tempo.

Em contraposição, estão as palavras *céu limpo* e *sol brilhando* que retratam, além do clima da atual cidade Coyoacán, em que vivem Leon e sua esposa Natália após o exílio,

<sup>2</sup> Um conjunto de assembleias de uma democracia popular e proletária espontânea (LEMINSKI, 2013, p. 297).



representam a paz, a esperança e a vitória que os referidos revolucionários alcançaram com o fim da monarquia na Rússia.

No último verso, da primeira estrofe, estão duas palavras importantes para essa análise: *dormindo – sonhando*. Ferreira (2013, p. 186) em seu *Dicionário de imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos bachelardianos*, explica que Bachelard distingue o sonho noturno do devaneio, pois

no devaneio, o sujeito tem consciência de que é o autor de sua “atividade onírica”, preservando desse modo a unidade de seu cogito. O mesmo não ocorre com o “sonhador de sonho noturno” em que o seu eu “se dissolve” e ele perde a individualidade.

Assim, a amada que dormia, não estava consciente da atividade sonhadora, enquanto o eu – lírico, sim. Podemos dizer que Leon ainda pensava como revolucionário, com seus ideais socialistas, não somente por uma Rússia socialista, mas um mundo socialista.

No entanto, há uma união do casal, Natália e Leon, em relação aos ideais e lutas, pela inversão nas formas de sonhar do casal. Assim como Leon está consciente da atividade onírica no verso 4, e a esposa não, no verso 7 ocorre o contrário, a esposa está consciente e Leon não. Isso se deve ao fato de que, Natália também é revolucionária e possui ideais assim como o esposo. A referida união é mais acentuada nos versos 11 e 15, pois mostram a aproximação do casal, por meio dos pronomes, *eu*, que refere – se a Leon e *você*, a Natália.

No verso 5 do poema, percebemos novamente, a comparação que o eu –lírico faz entre o presente e o passado, por meio das palavras: *casacos* e *cossacos*, que por sua vez, constituem-se de aliterações e paronomásia – fuguras de som que acentuam e chamam a atenção para as palavras. A palavra *casacos* nos remete, ao inverno, um clima frio, à situação de morte, como consequência dos combates durante a Revolução, bem como à temperatura do corpo sem vida.

Em contrapartida, no verso 7, as palavras mostram a situação presente do casal: *apenas você nua e eu como nasci*, que por assim estarem, demonstram a leveza, o alívio e a liberdade pós-guerra e exílio.

A palavra *Cossacos* refere-se aos homens que lutaram no exército branco, os quais pretendiam a volta à monarquia, contra o exército vermelho, dos bolcheviques, um partido, cujo cérebro e coração, era “uma concentração de intelectuais militantes, na maioria, de origem não operária, fortemente centralizada, equipada (...)” (LEMINSKI, 2013, p. 297).



Após a derrota do exército branco para o vermelho, muitos cossacos foram mortos ou deixaram o país. Isso mostra, mais uma vez, a vitória de Leon Trótsky e seus companheiros socialistas.

A relação do poema com a história da Revolução Russa pode ser evidenciada nos versos que a pouco analisamos e nos leva a conhecer algumas peculiaridades da guerra, como a formação dos exércitos.

Há uma contraposição entre o verso 8: *não vai mais ter multidões gritando como em petrogrado* e o verso 10: *silêncio nós dois murmúrios azuis*. Essa oposição encontra-se, acentuadamente, nas palavras *gritando* e *silêncio*.

De acordo com Ferreira,

O grito poético é aquele que vai às profundezas e repercute quando encontra uma alma em que ele possa penetrar como uma aura matinal, suavizando e dando-lhe tranqüilidade e alento. Esse não é o grito atormentador e neurotizante que se ouve a todo instante nas ruas das movimentadas metrópoles. O grito mais intenso e de maior amplitude é o do poeta que nasce na solidão e no silêncio do seu ser, estendendo-se no espaço onírico daquele que busca também no repouso o silêncio e a solidão. (FERREIRA, 2013, p. 92)

Leon Trótski, mesmo considerado um ótimo orador, não conseguiu fazer com que os seus ideais permanecessem comuns ao do governo da Rússia em 1924, entrando em conflito com o mesmo e sendo exilado na Turquia em 1933. Como afirma Leminski (2013, p. 301), “os poderes de Trótski deviam-se, em grande parte, a seus dotes excepcionais como orador e tribuno. Onde falava, sua palavra era fogo e ordem, lógica e fonte de entusiasmo”. Mesmo assim, Trótski, não foi ouvido, ao tratar de suas ideias comunistas, e por expressá-las, foi preso. Portanto, esse grito, essa voz, contrário ao grito do poeta, não possibilitou a conquista dos objetivos.

O poeta escreve no verso 10, que mesmo longe de Petrogrado, Leon e Natália não desistiriam de seus ideais (essa esperança é evidenciada no verso 14 também) e o que lhes possibilitaria a vitória seria o silêncio que, segundo Ferreira,

não tem voz, não fala, mas diz uma imensidão que é preciso decifrar com a grandeza e a profundidade de que um ser tonificado pelos sonhos é capaz de fazê-lo. O silêncio é captado na solidão de instantes inefáveis e irrepetíveis. O silêncio penetra no ser humano fazendo-o vibrar, cantar, sonhar, falar [...] Tal é o silêncio da mata quando o sol vai lentamente desaparecendo no horizonte e a noite vem. Para apreender a ontologia poética do silêncio, é preciso estar em sintonia com o seu cogito sonhante e com o cosmos. Com o pensamento claro, com a razão, o silêncio nada significa. O mundo é estatizado e mudo. Para o



poeta, o silêncio fala mais alto que qualquer voz ou som que se expande no universo. (FERREIRA, 2013, p. 180)

Com a intenção de revolucionar e vencer, Trótski e seus companheiros comunistas resolveram conduzir a luta, sem gritos, sem marchas. Começaram a escrever palavras de ordem do partido nos suportes de seus órgãos de representação. “Realizava-se um dos slogans bolcheviques fundamentais: ‘todo poder aos soviets!’” (LEMINSKI, 2013, p. 305). Os revolucionários conseguiram abranger grande parte da população. “A Rússia está sob o controle dos soviets. O socialismo acaba de sair dos livros e das tentativas. O sonho era possível” (LEMINSKI, 2013, p. 306).

289

## **A PETROGRADO NA PINTURA**

Ao ler uma pintura, sentirmos o reflexo de nossas próprias emoções, ativamos e desenvolvemos nossas percepções, pois o que vemos é a pintura traduzida nos termos da nossa experiência (MANGUEL, 2001).

Manguel, afirma que

quando nos confrontamos com uma obra de arte, essa talvez seja nossa única reação possível: o equivalente a uma prece de gratidão por nos permitir, com os nossos sentidos limitados, um número infinito de leituras, que, para o nosso maior proveito e alegria, trazem a possibilidade de esclarecimento. (MANGUEL, 2001, p. 55)

No entanto, ao lermos uma imagem não podemos pensar que ela é suscetível à todas as interpretações. Ela comunica sensações, ideias, e aponta para um passado e para fontes de expressões (MANGUEL, 2001).

Segundo Lima (2008), a consciência da substância visual é percebida não apenas pela visão, mas por meio de todos os sentidos, e não produz segmentos isolados e individuais de informação, mas sim unidades interativas integrais, totalidades que assimilamos, direta e muito velozmente, por intermédio da visão e da percepção. O processo leva ao conhecimento de como se dá a organização de uma imagem mental e a estruturação de uma composição.

Diversos tipos de imagens são expostas a todo o momento. Compreender as imagens significa aumentar nossas possibilidades de enxergar mais e mais longe, tornando-nos capazes de extrair os diversos sentidos de um objeto. O mundo paralelo da arte nos faz “reconhecer a experiência do mundo que chamamos de real” (MANGUEL, 2001, p. 23).





Atendendo aos interesses específicos da área de leitura, a relação entre poesia e pintura revela pormenores percebidos por diferentes sentidos que refletem o contexto em que circularam as obras. Para Manguel,

a imagem de uma obra de arte existe em algum local entre percepções: entre aquela que o pintor imaginou e aquela que o pintor pôs na tela; entre aquela que podemos nomear; entre aquilo que lembramos e aquilo que aprendemos; entre o vocabulário comum, adquirido, de um mundo social, e um vocabulário mais profundo, de símbolos ancestrais e secretos. (MANGUEL, 2001, p. 29)

290

Importa para a compreensão das obras, a linguagem verbal e não verbal, uma vez que compreender as relações entre elas propicia uma leitura de maior complexidade dos sentidos. Essa comparação foi desenvolvida a partir do diálogo entre as diferentes obras, imagética e literária, explorando as cores, as formas, as expressões, as simbologias, as retomadas e as apropriações que a arte literária faz da arte pictórica e vice-versa.

A temática da Revolução Russa é comum tanto ao poema, quanto à pintura. As ocorrências, durante e após a revolução, podem ser identificadas em ambas as obras, considerando que “poesia e pintura têm marchado constantemente de mãos dadas, numa fraterna emulação de metas e meios de expressão” (PRAZ, 1982, p. 3).



PETROGRADO: O BERÇO DA REVOLUÇÃO RUSSA RETRADO NA POESIA DE PAULO LEMINSKI E NA PINTURA DE PETROV-VODKIN – FERNANDES, Mônica Luiza Socio; JESUS, Bruna Kely de.



Fig. 1 - *1918 in Petrograd* Kuzma Petrov-Vodkin (1920)<sup>3</sup>

Logo à primeira vista, é fácil perceber que a mulher ocupa o lugar de protagonista da pintura, pois está posicionada verticalmente e em primeiro plano, ocupando grande parte da tela. Expressa equilíbrio, capacidade fundamental naquele momento de revolução, guerra, em especial, porque carrega uma criança, ser indefeso que necessita de cuidado e proteção.

A mais importante influência tanto psicológica como física sobre a percepção humana é a necessidade que o homem tem de equilíbrio, de ter os pés firmemente plantados no solo e saber que vai permanecer ereto em qualquer circunstância, em qualquer atitude, com certo grau de certeza. (DONDIS, 1997, p. 32)

291

A proteção expressa pela posição da mulher é acentuada também pelo cercado atrás dela, que de acordo com Chevalier e Gheerbrant (1986, p. 275), simboliza o eu interior, chamado pelos místicos medievais de "célula da alma", o lugar sagrado de visitas e a morada divina. Sobre esta cidadela de silêncio, o homem espiritual se retira para defender - se de todos os ataques do exterior, e sensação de ansiedade. Além do cercado, as mãos junto à criança, a capa vermelha que ela usa pode representar um casulo, uma proteção (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1986, p. 248). Portanto, o objetivo da mulher é a proteção da criança, pelo colo, pelas mãos, pela capa e pelo cercado.

Para que a criança sobreviva aos açoites da guerra, ela precisa de alguém que a proteja, por ser indefesa. A imagem da criança remete à infância, que por sua vez, é símbolo da inocência: o estado antes da falha e, portanto, pelo estado edênico, simbolizado por várias tradições, é o retorno ao estado embrionário, que permanece perto da infância (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1986, p. 752).

Nesse sentido, a criança pode representar, o recomeço, o renascimento de uma cidade, após uma revolução, bem como a esperança que é exposta também, nos versos 3 e 8 do poema de Leminski acima analisado.

À direita e à esquerda da mulher, há duas colunas, elementos essenciais da arquitetura e estão relacionados à sustentação. Assim, as colunas garantem a solidez da construção. Quebrá-las é ameaçar todo o edifício. É por esta razão que elas são, muitas vezes, tomadas para o todo, simbolizam a força de um edifício, seja arquitetônico, pessoal ou social (CHEVALIER

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.wikiart.org/en/kuzma-petrov-vodkin/1918-in-petrograd-1920>. Acesso:02/05/2014.



e GHEERBRANT, 1986, p. 323). Essa força é expressa no poema por meio da ideia do sonho, da esperança, luta e a vitória.

A mulher chama a atenção para si na pintura, e embora isso aconteça, a construção atrás dela consegue uma atenção especial, pelo destaque da cor azul e das formas que a compõem. A cor é um elemento importantíssimo para a análise da pintura. “As cores são fisicamente agradáveis em si mesmas (vale dizer, na nossa percepção), mas são também emblemas do nosso relacionamento emocional com o mundo, por meio dos quais intuímos o insondável” (MANGUEL, 2001, p. 50).

A cor azul, presente na grande construção azul atrás da mulher, é a que mais influi no espiritual, ligada a divindades, “a verdade e probidade” (MANGUEL, 2001, p. 51). A Petrogrado após a revolução, foi marcada pela dor, pela morte, mas também pela conquista do poder para aqueles que buscavam a justiça e a verdade. Esse sentido também está presente no poema, no verso 10, que expressa a luta, a busca da verdade e integridade daqueles que até então, eram explorados.

Quanto à forma de arcos que compõe a construção azul, pode simbolizar a “passagem entre o conhecido e o desconhecido. (...) A porta se abre para um mistério. Mas ele tem um valor dinâmico, (...) pois não somente indica uma passagem, mas convida a atravessá-la” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1999, p. 734-5). Com relação à revolução, é a passagem da monarquia à república, do poder na mão da classe burguesa, para a proletária, oportunizando novos ares, novas formas de viver. Tal mudança é marcada logo na primeira estrofe do poema e na tela.

O poema remete, em seu início, ao clima de inverno, aludindo à neve da cidade de Petrogrado nos tempos da guerra. Em seguida, percebemos a mudança do clima frio para o quente, coincidindo com o período após os combates. Já na pintura, é mais difícil mostrar uma evolução, pois apresenta sempre um momento congelado no tempo, assim, a opção foi a de omitir a guerra, mostrando um clima ameno semelhante ao de Coyocán, pós-revolução.

Na pintura, aparecem pessoas, possivelmente trabalhadoras, proletárias, que saem às ruas após a conquista do poder. Assim como no poema, não há multidões na pintura, há a circulação e ocupação do espaço de forma tranquila (observe que as pessoas param para fazer coisas rotineiras como, conversar) numa maneira de retomar suas vidas na nova proposta política.

Outro detalhe interessante notado na pintura, é que a mulher e a criança estão vestidas, exatamente, com as cores da bandeira da Rússia: a mulher trajando uma túnica azul, e com os



adereços de um lenço branco (o lenço branco acenado sempre significa um sinal de paz) e uma capa vermelha; já a criança, enfatizando o sentido da paz almejada, está vestida totalmente de branco. São atribuídos a essas cores os sentidos: branco - a magnanimidade; azul - a lealdade e pureza moral e vermelho, a coragem e o amor.

Podemos perceber, portanto, que a temática da cidade de Petrogrado, considerada o berço da Revolução Russa foi abordada no poema de Paulo Leminski e na pintura de Petrov-Vodkin, compreendendo as especificidades das duas artes, ou seja, embora tratem do mesmo tema, cada uma traz diferentes significações, e juntas podem ampliar as possibilidades interpretativas do texto literário, o conhecimento histórico, artístico e simbólico de cada leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível em leituras intertextuais, estabelecer relações entre uma obra literária e uma obra pictórica, embora sejam campos bem diferentes de representação. Contudo, precisamos entender que não lemos e produzimos sentidos apenas por meio das palavras, mas também, por meio das imagens criadas e interpretadas.

A analogia estabelecida entre a palavra e a imagem no poema *O velho Leon e Natalia em Coyoacán*, de Paulo Leminski (1985) e a pintura *Petrogrado, 1918*, de Kuzma Petrov-Vodkin (1920) apresenta uma alternativa interpretativa para o texto literário, de modo a ampliar as possibilidades de produção de sentidos num processo contínuo de leitura.

Tanto a literatura, quanto a imagem, são representações da realidade que nos permitem vivenciar experiências riquíssimas e produtivas. Para isso, se faz necessário a reflexão sobre a importância da literatura e sua correspondência com outras artes, bem como a potencialização de abordagens dialógicas.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da Criação Verbal*. 6ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. FIORIN, Luiz José (orgs). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Lisboa, 1987.





- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. 5ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Diccionario de los símbolos*. Barcelona: Editorial Herder, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de símbolos*. Tradução: Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- FERREIRA, Agripina Encarnación Alvarez. *Dicionário de imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos bachelardianos*. Londrina: Eduel, 2013.
- GOLDSTEIN, Norma Seltzer. *Versos, sons, ritmos*. 14ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- LEMINSKI, Paulo. *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Vida: Cruz e Souza, Bashô, Jesus e Trótski*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JENNY, Laurent. *Poétique - revista de teoria e análise literárias: Intertextualidades*. Tradução: Clara Crabbé Rocha. Portugal: Almedina Coimbra, 1979.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. Tradução: Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICHELETTI, Guaraciaba. *Estilística: um modo de ler poesia*. 2ed. São Paulo: Editora Andross, 2006.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Tradução: Olga Savary. Editora: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. 10ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- POUND, Ezra Loomis. *A arte da poesia: ensaios escolhidos por Ezra Pound*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas e José Paulo Paes. 3ed. São Paulo: Cultrix, 1991.
- REMAK, Henry H. H. Literatura Comparada: definição e função. In: COUTINHO, Eduardo F; CARVALHAL, Tânia Franco (orgs). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.175-190.
- SOURIAU, Étienne. *A Correspondências das Artes: elementos de estética comparada*. Trad. Maria Cecília Queiroz de Moraes Pinto e Maria Helena Ribeiro da Cunha. São Paulo: Cultrix, 1983.
- TREVISAN, Armindo. *A poesia: uma iniciação à leitura poética*. Porto Alegre: Uniprom, 2000.



## ISAIAS CAMINHA E SUAS RECORDAÇÕES SOBRE OS LIMITES DA INSERÇÃO DOS NEGROS E MESTIÇOS NO BRASIL PÓS-ESCRAVOCRATA

BARBOSA, Ivan  
Departamento de Ciências Sociais (UFPB)  
*ifb@bol.com.br*

295

### RESUMO

Este trabalho reflete os momento inicial de uma pesquisa que tem por objetivo atestar na literatura de Lima Barreto a continuidade de formas de crítica e rejeição dos negros e mestiços ao primado das teorias raciais e científicas e aos limites e entraves encontrados por estes no processo de sua incorporação na sociedade brasileira. A obra *Recordações do Escrivão Isaiás Caminha* apresenta uma dimensão mais incisiva no conjunto destas reações ao denunciar a dissimulação dos pressupostos raciais mantidos na nova ordem republicana. O livro relata as veredas de um mulato pobre morador de um subúrbio do Rio de Janeiro, que migra para a capital com o fito de fazer Direito, trabalhar e ser reconhecido. Nesta senda, existencialmente condicionada pelo racismo e por precárias formas de reconhecimento oferecidas a estes quando inclusos, reflete e satiriza a complexidade de uma sociedade marcada por preconceitos e desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Lima Barreto, mestiços, racismo.

### ABSTRACT

This work reflects the initial stage of a research that aims to certify in Lima Barreto literature continuity of forms of criticism and rejection of blacks and mestizos to the primacy of racial and scientific theories and the limits and obstacles encountered by them in their process incorporation in Brazilian society. The work *Recordações do Escrivão Isaiás Caminha* presents a more incisive dimension in all these reactions to denounce the concealment of racial assumptions retained in the new republican order. The book recounts the ways of a poor mulatto resident of a suburb of Rio de Janeiro, which migrates to the capital with the aim of making law work and be recognized. In this vein, existentially conditioned by racism and precarious forms of recognition offered them when included, reflects and satirizes the complexity of a society marked by prejudices and social inequalities.

**Key-words:** Lima Barreto, mestizos, racism.





## INTRODUÇÃO

As imagens que orbitavam acerca do Brasil no mundo ocidental dos novecentos eram marcadas pela crença de que éramos um país de mestiços comprometidos congenitamente, na história da evolução humana, pela condição de inferiores, intelectual e culturalmente falando. Era um período de difusão do ocidente a partir do metro oferecido pelas científicas teorias cognominadas de evolucionistas e positivistas. Esta medida justificava a natureza das relações que as sociedades ocidentais haveriam de estabelecer com as demais sob a égide dos conceitos de raça e evolução. Grosso modo o esquema resumia-se a constatar que as culturas ocidentais alçaram à evolução por questões raciais, geográficas e climáticas. O caráter ideológico do uso dos conceitos é constatado em significativas abordagens sobre o pensamento social brasileiro, tais como as de Lilia Schwarcz (1996), Dante Leite (2002), Thomas Skidmore (1976).

No Brasil, em meio à ordem escravocrata, a evidência do mestiço e do forro saltava aos olhos no cotidiano de sua população e dos enunciados teóricos preocupados em circunscrever a singularidade da nação brasileira. Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro, Machado de Assis, José do Patrocínio, Cruz e Souza e uma plêiade de letrados e anônimos que compunham os situados nos interstícios da casa grande e da senzala, cindiam a homogeneidade do sistema escravocrata e atestavam a miscigenação como um dado incontornável. Foram ao seu modo e a partir de suas circunstâncias específicas, críticos das teorias raciais e dos seus usos ideológicos.

Conforme Gilberto Freire (2000, p.601) o [...] *Bacharel e o Mulato (muitas vezes reunidos na mesma pessoa) foram as duas grandes forças novas e triunfantes no Brasil do século XIX*. Em outro momento advoga que o mulato que vinha *desabrochando em padre, em doutor, em bacharel*, possuidor do *diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias* é que iria dinamizar a sociedade brasileira no século XIX. Eles seriam a *meia raça* a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal (FREIRE, 2000a, p. 335).

Entre esses duros antagonismos é que agiu sempre de maneira poderosa, no sentido de amolecê-los, o elemento socialmente mais plástico e em certo sentido mais dinâmico, da nossa formação: o mulato. Principalmente o mulato valorizado pela cultura intelectual ou técnica (FREIRE, 2000, p.11).

Thomas Skidmore (1976, p.60) sugere que os homens livres de cor tiveram importante papel no Brasil muito antes da abolição e haviam conseguido atingir considerável mobilidade ocupacional enquanto a escravidão era dominante no país. Estas informações não turvam o fato de que a escravidão excluiu e comprometeu substancialmente a integração dos negros e mestiços na nova ordem republicana como demonstrou o instigante trabalho de Florestan



Fernandes (1978). Elas apenas indicam que estas fraturas que integravam mestiços e mulatos nas searas do campo intelectual e literário, permitiram formas de resistência e de denuncia das condições impostas à inserção dos negros e mestiços no contexto da ordem republicana e capitalista brasileiras.

Neste sentido a miscigenação e a alforria, na perspectiva aqui explorada, atuaram como vetor para que alguns segmentos participassem da parca e incompleta mobilidade social. Esta questão implicava, na sociedade brasileira, uma realidade que já era notada pela existência de alguns mestiços ocupando posições de prestígio e destaque. Tratava-se de um fenômeno definido por Sylvio Rabelo (1967, p.14) como um processo de *aristocratização pela inteligência*, que traduzia a negligência parcial do uso do critério racial como fundamento da relação com os destacados intelectuais mestiços.

Em estudo recente atestamos que a rejeição do mestiço Tobias Barreto à sociologia, ao positivismo e as teorias raciais estava fundada nesta fratura. O apego, por vezes chistoso, à cultura germânica, cujas raízes remontam a essa índole social, ou seja, a possibilidade que emergia do espaço fornecido ao mestiço na sociedade brasileira, concorreu para que Tobias buscasse reflexões sobre a natureza dessa sociedade e da possibilidade de pensar o seu reconhecimento naquele contexto. Não foi positivista nem percutiu as teorias raciais uma vez que essa vereda inevitavelmente contradiria as conquistas que a sua singular biografia colheu no transcurso de um período marcado pelo orbe da escravidão. Assim, nos autores alemães encontrou a resposta paliativa para acalantar suas angústias e lutar timidamente contra o sistema social iníquo.

O uso da sociologia por Tobias Barreto naquele momento esteve vinculado à possibilidade de fornecer um status científico e filosófico a pressuposição que advogava que as razões dos males do Brasil não estavam inscritos nas dimensões naturais e sim na forma como a cultura possibilitava a seleção e estímulo dessas dimensões. Neste contexto, a educação passou a ser tida como elemento embrionário para pensar a sociedade brasileira e as possibilidades e/ou razões de seu malogro, uma vez que suas escolhas teóricas já não mais possibilitavam deduzir que a raça fosse um fator mais determinante ou mais importante que a cultura para o entendimento da sociedade e de sua configuração.

Era um período extremamente delicado para a reflexão sobre a sociedade brasileira, pois esse entendimento era mediado por categorias de pensamento que intimidavam aqueles que assumiam essa missão. Oracy Nogueira (1978, p.185) propõe que os intelectuais brasileiros deste período estavam envoltos num clima contraditório, uma vez que *os círculos mais letrados*



*eram ambivalentes em relação ao contexto que estavam inseridos: vendo-os com os olhos do europeu, exacerbavam seus aspectos negativos, sem conseguir romper com os laços afetivos que a ele os prendiam.*

É dentro deste horizonte que as resistências às teorias raciais se davam. Primeiro o obstáculo de natureza social, ou seja, a escravidão e o desamparo da população negra ao ser liberta excluía um contingente significativo do universo intelectual e de suas possibilidades. O segundo óbice era de natureza teórica uma vez que as teorias não resguardavam um bom lugar para o brasileiro. E por último o de natureza política institucional, pois eram poucos espaços em que os mestiços e negros libertos poderiam anunciar as suas rejeições e resistências.

Neste ambiente marcado por formas de mobilidade limitada e articuladas ao universo da produção literária, não serão poucos os que verteram esforços, via literatura, para afirmar suas posições, seu reconhecimento e sua crítica. Lima Barreto permite pensarmos como se dava a inserção e a rejeição do mestiço e do negro na nova ordem social republicana, eivada dos pressupostos pessoais e estamentais e como essa constelação de fatores moldaram formas específicas de subjetividade que impediam, no âmbito psicológico e sociológico, à integração plena destes a também iniqua configuração social que emergiu no bojo do esmorecimento da escravidão.

Mestiço, filho de descendentes diretos de escravos, Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 1881 no Rio de Janeiro e faleceu nesta mesma cidade em 1922. Os cenários onde transcorre sua vida são marcados pelo período de transição nada abrupto entre o Império e a República e profundamente caracterizado pelas persistências dos valores racistas. A questão que se coloca acerca de Lima Barreto é justamente entender como ele reagiu a essa configuração social marcada por esta especificidade a partir de sua produção intelectual.

Nicolau Sevcenko (2003, p.146) assevera que sua obra era *confessadamente uma reação do colonizado diante da avalanche colonizadora*. Autor, com *acentuada mestiçagem de negro*, imerso numa atmosfera marcada pelo positivismo, evolucionismo e pela crença irrestrita no alcance e poder da ciência, *nela via somente uma fonte de preconceitos e superstições*.

A verdade é que, admiradas com o grande desenvolvimento econômico e militar das potências europeias, as elites coloniais, ou de passado colonial, começaram realmente admitir o modelo europeu como padrão absoluto. Daí também, como corolário, admitiam a sua teoria das raças. E esse era um dado que Lima Barreto, mulato, vivendo em meio de mulatos e negros e identificando com esse lado da sua herança, não poderia admitir (SEVCENKO, 2003, p.147).



Conforme Clóvis Moura (1988, p. 29) uma das substanciais contribuições de Lima Barreto é ter posto o negro como personagem ficcional na literatura brasileira, retratando suas individualidades e suas dimensões humanas. Cuti (2009, p.251) aponta que a sátira foi o instrumento de crítica utilizado por Lima Barreto para atender a necessidade de fazer uma correção moral da sociedade. *Em Lima Barreto isso se dá plenamente. O autor está voltado para a realidade social em seus textos, na tentativa de, com eles, corrigir aquela.*

Neste sentido, enquanto manifestação da resistência proveniente dos poucos espaços abertos aos libertos e mestiços, o livro de Lima Barreto assume a feição de documento histórico. Ele traduz, no âmbito literário, a reação deste autor ao contexto e suas fórmulas teóricas e cotidianas de estruturar relações desiguais. Não são os diários íntimos de quem não sabia escrever, os relatórios dos presidentes das províncias, os discursos parlamentares e o registro autopromocional, familiar e intelectual (muitas vezes indissociáveis) das elites letradas que permite investigarmos a *sensibilidade enfermiça* dos mestiços. Foram os romances, principalmente os provenientes daqueles que tiveram a sensibilidade de estar e sentir como povo, que guardaram os dramas íntimos de foro coletivo do contingente apagado e personificado na palavra povo brasileiro. São estas genuínas fontes para entender o Brasil de baixo para cima. Eles representam os poucos documentos de como os libertos e mestiços brasileiros comportavam-se e percebiam-se.

Munidos destes esclarecimentos, passemos as memórias de Isaias Caminha. Conforme Francisco de Assis Barbosa (2003, p.182) em Recordações do escrivo Isaias Caminha, *conta-se a história de um rapaz inteligente, bom, honesto, ambicioso, possuindo todos os requisitos para vencer na vida, menos um – a cor. Era mulato e, além de mestiço, pobre. É um livro áspero e amargo, com páginas fortemente agressivas contra as instituições, a sociedade, os preconceitos, o exército não tinha sido feito para garantir promoções. Foi feito para afirmá-lo como escritor (Idem, p.193).*

Conforme Lima Barreto, em carta para Gonzaga Duque, este livro foi propositalmente *malfeito, brutal por vezes, mas sincero sempre*. Foi um livro feito para *escandalizar e desagradar*. A crítica às teorias que explicavam o comportamento social por intermédio de dimensões raciais e naturais está presente no escopo de sua obra.

Não é meu propósito fazer obra de ódio; de revolta enfim, mas uma defesa de acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatia, de fortuna, isolados contra inimigos que rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno (Apud, BARBOSA, 2003, p.184).



O livro, pela natureza da crítica que fazia à sociedade e ao universo literário e jornalístico de então, foi mal recebido pela imprensa e pela crítica literária de então. Consoante Francisco Barbosa, nos jornais, poucas foram às notas que anunciaram o aparecimento do livro. Dos críticos literários vieram as seguintes avaliações: (1) Medeiros de Albuquerque reconhece a qualidade de romancista mais lamenta as *alusões pessoais, a descrição de pessoas conhecidas pintadas de um modo deprimente*. (2) Alcides Maia aponta como principal *defeito do livro, a sua nota pessoal, que o reduz quase a um álbum de fotografias. Não era um romance, era uma crônica íntima de vingança, diário atormentado de reminiscências más, de surpresas, de ódios*. (3) José Veríssimo avalia-o como excessivamente personalista e pessoal (BARBOSA, 2003, p.196-199).

Logo no início de sua ventura Isaias Caminha deixa claro as representações que orbitavam naquele momento acerca do valor do conhecimento e da inteligência. Era fundamental se destacar nesta área que muitos mestiços já haviam se destacado. Era a pequena senda para a mobilidade social que a sociedade escravocrata permitia.

O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento. Pareceu-me então que aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente (BARRETO, 1995, p.01).

A valorização pela inteligência era uma das condições de reconhecimento, tanto é que Isaias insiste em registrar que quando havia acabado *o curso do liceu, tinha uma boa reputação de estudante, quatro aprovações plenas, uma distinção e muitas sabatinas ótimas*. Alimentava a esperança de que esta era a única via de ascensão social legítima e enobrecedora. Não é a toa que alegava ter sido contaminado pela *pose*, pela *necessidade de ser diferente*, pois só ela garantiria o destaque e o respeito que os intelectuais possuíam. Sendo assim, motivado pela vereda do saber, recebe da professora Ester, o livro *o poder da vontade*, que tratava dos feitos de grandes nomes da história ocidental. Existiam naquele momento, a partir dos casos de forros e mestiços que galgaram posições intelectuais de destaque, fortes indícios de que a volição e as condições sociais falam mais alto que o determinismo biológico. Neste universo ele acreditava ainda haver espaço para a criatividade e para o destaque sem o critério censitário e racial. A ideia, muito comum, acerca da existência de gênio para além da raça atesta isso.



Dadas às raras circunstâncias de ser mulato e possuir um diploma de conclusão do Liceu, e estimulado por Ester, Isaias começa a vislumbrar sua ida para o Rio. Um acontecimento, no entanto, daria vigor a este impulso e culminaria na decisão de ir para a capital, trabalhar e estudar.

li no Diário de \*\*\* que o Felício, meu antigo condiscípulo, se formara em Farmácia, tendo recebido por isso uma estrondosa, dizia o Diário, manifestação dos seus colegas.

Ora o Felício! Pensei de mim para mim. O Felício! Tão burro! Tinha vitórias no Rio! Por que não as havia eu de ter também — eu que lhe ensinara, na aula de português, de uma vez para sempre, diferença entre o adjunto atributivo e o adverbial? Por quê!? (BARRETO, 1995, p.02).

A partir daí narra como alimentou o sonho de ir para a capital do Império a partir do apoio do tio Valentin e a indicação do Coronel para conseguir emprego. Acreditava que desta forma a sua situação no Rio de Janeiro estaria garantida. *Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!*

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro (BARRETO, 1995, p.06).

Munido da esperança de ser aceito a partir do critério intelectual, parte para o Rio de Janeiro. Neste itinerário depara-se com o primeiro indício da ordem racista que persistia e a precariedade do reconhecimento do mestiço na ordem senhorial de então.

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: "Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!" Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa. Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição, a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o





perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada (BARRETO, 1995, p.08).

Remete aí a natureza intimista das relações que eram estabelecidas com aqueles que viviam no poder ou a ele ligados de alguma forma. Demonstra como era frágil a sua autoestima e a traduz a partir da ideia de *sensibilidade enfermiça*. Esta sensibilidade implicava numa interpretação intimidante do gerente e de toda a sua relação com a cidade.

Oprimido com sua antevisão de misérias a passar, de humilhações a tragar, o meu espírito deformava tudo o que via. Os menores fatos que lhe caíam ao alcance, eram aumentados de um lado, diminuídos de outro; fazia-se outra coisa muito diversa para minha sensibilidade enfermiça, que a imaginação guiava para sentir todos os terrores e ameaças (BARRETO, 1995, p.21-22).

302

A história da sua *sensibilidade enfermiça* inicia com a natureza de sua família e de seu nascimento. Filho de um Padre era reconhecido enquanto tal apenas parcialmente. Ao lembrar um dos poucos momentos em que fora tratado como filho, depõe:

Ele amou-me sempre, talvez me quisesse mais por causa das condições que envolviam o meu nascimento. Em público, olhava-me de soslaio, media as carícias, esforçava-se por fazê-las banais; em casa, porém, quando não havia testemunhas, beijava-me e aflagava-me com transporte. Ele temia o murmúrio, temia dar-lhe força com atos ou palavras públicas; entretanto toda a redondeza quase seria capaz de atestar em papel selado a minha filiação [...] Era assim que se falavam. Encontrei sempre esse tratamento distante entre eles. Pareceu-me que o seu encontro fora rápido, o bastante para me dar nascimento. Uma crise violenta do sexo fizera esquecer os votos do seu sacerdócio, vencera a sua vontade, mas, passada ela, viera, com o arrependimento da quebra do seu voto, a dor inqualificável de não poder confessar a sua paternidade (BARRETO, 1995, p.24).

Outro episódio fundamental para pensar o lugar do mestiço e a sua *sensibilidade enfermiça* foi quando foi suspeito de praticar um furto no hotel que estava hospedado. Ao ser chamado de *o tal mulatinho*, pelo delegado, assim descreve a sua reação:

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se ajuntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez [...] O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso. (BARRETO, 1995, p.33-34).



Estas recordações de caráter biográfico foram escritas por Isaias com intuito político, com o fito de sensibilizar a opinião pública para as agruras enfrentadas pelos mestiços e libertos nas parcas sendas que a eles se apresentavam. Criticava a artificialidade do ambiente que dissimulava o preconceito e não garantia a efetivação da igualdade formal e jurídica. Seu testemunho é assaz esclarecedor:

Eu não sou literato, detesto com toda a paixão essa espécie de animal. O que observei neles, no tempo em que estive na redação do O Globo, foi o bastante para não os amar, os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. Se me esforço por fazê-lo literário é para que ele possa ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos meus sofrimentos ao espírito geral e no seu interesse, com a linguagem acessível a ele. É este o meu propósito, o meu único propósito. Não nego que para isso tenha procurado modelos e normas. Procurei-os, confesso; e, agora mesmo, ao alcance das mãos, tenho os autores que mais amo [...] procuro descobrir nos grandes romancistas o segredo de fazer. Mas, não é a ambição literária que me move o procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas Recordações. Com elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo; a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha a dez anos passados. Tento mostrar que são legítimos e, se não merecedores de apoio, pelo menos dignos de indiferença (BARRETO, 1995, p.39).

Isaias Caminha valoriza e conhece os negros e mestiços, principalmente os de maior destaque no cenário intelectual e político. Cita Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro, Silva Alvarenga, Caldas Barbosa e José Maurício. Era um entusiasta da valorização dos negros mestiços e da queda dos preconceitos assentados em teorias que partiam das coordenadas raciais do século XIX.

O texto remete, em seu conjunto, aos óbices que se interpuseram ao processo de integração de Isaias a sociedade carioca. O mestiço e o negro, valorizado pela inteligência e pelo talento literário, não se livrava dos chistes e das associações e restrições imputadas como legítimas às raças inferiores. Foi um processo de adaptação às circunstâncias pessoalizadas e preconceituosas de então, fornecendo um repertório de situações que marcavam a trajetória dos mestiços e negros situados nas mesmas circunstâncias.

Eu tinha cem mil-réis por mês. Vivia satisfeito e as minhas ambições pareciam assentes. Não fora só a miséria passada que assim me fizera; fora também a ambiência hostil, a certeza de que um passo para diante me custava grandes dores, fortes humilhações, ofensas terríveis. Relembrava-me da minha vida anterior; sentia ainda muito abertos os ferimentos que aquele choque com o mundo me causara. Sem os achar, em consciência, justo acobardava-me diante da perspectiva de novas dores e apavorei-me diante da



imagem de novas torturas. Considerei-me feliz no lugar de continuo da redação do O Globo. Tinha atravessado um grande braço de mar, agarrara-me a um ilhéu e não tinha coragem de nadar de novo para a terra firme que barrava o horizonte a algumas centenas de metros. Os mariscos bastavam-me e os insetos já se me tinham feito grossa a pele... (BARRETO, 1995, p.65).

Em diálogo com o crítico literário do jornal em que trabalhava, sobressai a tradução das peculiares formas de rejeição aos mestiços e negros.

Que nome! Félix da Costa! Parece até enjeitado! É algum mulatinho?

— Não. É mais branco que o senhor. É louro e tem olhos azuis.

— Homem, você hoje está zangado...

Ele não compreendia que eu também sentisse e sofresse (BARRETO, 1995, p.98).

304

As manifestações dos mecanismos de exclusão e inclusão, presentes na construção de Lima Barreto, indicam que elas eram sutis: a indiferença ante a presença, o desprezo pelas referências familiares, o espanto ante a percepção de que os pobres, negros e mestiços também estudavam representavam algumas das formas de relacionar-se a partir do critério racial e de classe na recente República. Conforme o depoimento de Isaias Caminha:

Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário. O que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, ele achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse seu íntimo pensamento mais tarde. Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, pianistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos políticos; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas.

A indolência mental leva-os a isso e assim também pensava o doutor Loberant. Não tive grande trabalho em o fazer modificar o juízo na parte que me tocava. Mas não me dei por satisfeito. Percebi que me viam como exceção; e, tendo sentido que a minha instrução era mais sólida e mais cuidada do que a da maioria deles, apesar de todos os seus diplomas e títulos, fiquei animado, como ainda estou, a contradizer tão malignas e infames opiniões, seja em que terreno for, com obras sentidas e pensadas, que imagino ter força para realizá-las, não pelo talento, que julgo não ser muito grande em mim, mas pela sinceridade da minha revolta que vem bem do Amor e não do Ódio, como podem supor. (BARRETO, 1995, p.114).

Assumir a condição de jornalista deveu-se à indicação e ao seu capital cultural. A primeira permitiu a passagem da condição de exótico a aceitável. A segunda o tornou útil, ainda mais quando ele demonstrava certa genialidade, habilidades que se sobressaiam diante dos outros. Ao narrar suas projeções e perspectivas quanto ao seu futuro, não conseguia livrá-las dos limites que a condição de mestiço e de suas trajetórias impunha.



Queria-me um homem do mundo, sabendo jogar, vestir-se, beber, falar às mulheres; mas as sombras e as nuvens começavam a invadir-me a alma, apesar daquela vida brilhante. Eu sentia bem o falso da minha posição, a minha exceção naquele mundo; sentia também que não me parecia com nenhum outro, que não era capaz de me soldar a nenhum e que, desajeitado para me adaptar, era incapaz de tomar posição, importância e nome. Sofria com essa “consideração” especial que tanto irritava o poeta cubano Plácido. Continuava, porém, a ir com ele aos teatros, às pândegas. Saíamos com raparigas, jantávamos nos arrabaldes pitorescos. Eu ia contente mas o meu contentamento durava pouco. Não sei o que sentia de ignóbil em mim mesmo e naquilo tudo, que no fim estava sombrio, calado e cheio de remorsos. Desesperava-me o mau emprego dos meus dias, a minha passividade, o abandono dos grandes ideais que alimentara. Não; eu não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejara ser; abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza... Sentia bem a desproporção entre o meu destino e os meus primeiros desejos; mas ia.

Sentia-me sempre desgostoso por não ter tirado de mim nada de grande, de forte e ter consentido em ser um vulgar assecla e apaniguado de um outro qualquer. Tinha outros desgostos, mas esse era o principal. Por que o tinha sido? Um pouco devido aos outros e um pouco devido a mim (BARRETO, 1995, p.118).

### III

O objetivo deste livro, como expresso em carta a Esmaragdo de Freitas, era demonstrar que com todas as capacidades, um jovem nas circunstâncias do Isaias, *pode falhar, não em virtude de suas qualidades intrínsecas, mas, batido, esmagado, prensado pelo preconceito com o seu cortejo, que é, creio, coisa fora dele... Se lá pus certas figuras e o jornal, foi para escandalizar e provocar atenção para a minha brochura* (Apud, BARBOSA, 2003, p.186).

A omissão e a crítica que foi feita a Lima Barreto no contexto da recepção deste livro denuncia o comprometimento da elite intelectual e a falta de interesse desta em escrutinar o conjunto de relações preconceituosas que marcavam aquele contexto. Ele representa a tentativa de denunciar que as questões que envolvem a integração dos mestiços e negros no contexto republicano se davam em função de fatores sociais e não de fatores raciais. É a partir da dimensão literária que ele torna público e denuncia o caráter racial e preconceituoso da sociedade brasileira.

Lima Barreto inaugura uma resistência que começa a ser pensada a partir das circunstâncias que vivam os negros e mestiços e que foi expressa de forma literária. Ela perde a sutileza que Tobias Barreto, por exemplo, utiliza ao criticar as teorias raciais a partir do debate teórico. A literatura de Lima Barreto descreve as situações concretas pelas quais os mecanismos de perpetuações das desigualdades sociais se davam a partir de critérios raciais. Ela tenta alçar à



agenda da opinião pública estas questões, pois elas eram desmerecidas sob a égide da liberdade, igualdade formal e mais tarde, ideologicamente falando, da suposição de uma democracia racial.

### Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Francisco de Assis (2003) A vida de Lima Barreto. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- BARBOSA, Ivan Fontes (2014) Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX. In: Moderna Språk. Disponível em: <http://ojs.ub.gu.se/ojs/index.php/modernasprak/article/view/2876>
- BARRETO, Lima [1909] (1995) Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo, Ática. \_\_\_\_\_ Diário Íntimo. São Paulo, Globus Editora.
- CUTI (2009) A consciência do impacto nas obras de Cruz e Souza e Lima Barreto. Belo Horizonte, Autêntica editora.
- FERNANDES, Florestan (2008) A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da raça branca. São Paulo, Globo. Vol. 1.
- FREIRE, Gilberto (2000) Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Interpretes do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 2. \_\_\_\_\_ (2000a) Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Interpretes do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 2.
- GILENO, Carlos Henrique (2010) Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na primeira república (1889-1930). São Paulo, Annablume.
- LEITE, Dante Moreira (2002) O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. São Paulo, Editora UNESP.
- MOURA, Clóvis (1988) A sociologia do negro brasileiro. São Paulo, Ática.
- NOGUEIRA, Oracy. A sociologia no Brasil. In: FERRI, G. M. e MOTOYAMA, S. (orgs). História das Ciências no Brasil. São Paulo, EDUSP/EPU-CNPQ, 1978. Vol. 3.
- RABELLO, Sylvio (1967) Itinerário de Sylvio Romero. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.
- SEVCENKO, Nicolau (2003) A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo, Cia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia (1996) Usos e Abusos da mestiçagem e da raça no Brasil do século XIX In: Afro-Ásia, 18 (1-99 6), 77-101.
- SKIDMORE, Thomas E. (1976) O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.



## ***ETHOS MACHISTA: DOMINAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO MASCULINA NA OBRA BARROSIANA *UM NOME PARA MATAR?****

BRITO, Martha Caroline Duarte de.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL-UENF)*

*marthacarolduarte@hotmail.com*

307

### **RESUMO**

A dominação masculina é um paradigma ideológico enraizado na sociedade há séculos, configurando-se como valor imposto num espaço social de forma natural e aceitável. Este trabalho desvenda, à luz de Pierre Bourdieu, os traços androcêntricos, ou melhor, o *ethos* machista – conceito defendido por Dominique Maingueneau –, na premiada e célebre obra *Um nome para matar*, de autoria da escritora Maria Alice Barroso. O estudo envereda por conceituações de dominação do homem sobre a mulher, ao mencionar, por exemplo, a noção de violência simbólica, e também demonstra a influência do discurso e da enunciação na análise do texto e na construção dos personagens a partir da *incorporação* da qual o leitor faz de seu fiador. Constatou-se que a dominação masculina assim como o *ethos* respectivo são evidentes em *Um nome para matar*, ao revelar, paradoxalmente, uma subordinação ao sexo feminino e às regras machistas vigentes.

**Palavras-chave:** Dominação masculina. *Ethos* machista. *Um nome para matar*.

### **ABSTRACT**

Male dominance is an ideological paradigm rooted in society for centuries, becoming tax value as a social space of natural and acceptable manner. This paper reveals the light of Pierre Bourdieu, the androcentric, or better features, the macho *ethos* - a concept defended by Dominique Maingueneau - the award-winning and celebrated work *A name to kill*, authored by writer Maria Alice Barroso. The study is appealing to concepts of domination of men over women, by mentioning, for example, the notion of symbolic violence, and also demonstrates the influence of speech and utterance in text analysis and the construction of the characters from the incorporation of which the reader makes his guarantor. It was found that male domination and its ethos is evident on *A name to kill*, when, paradoxically, reveal a subordinate female and the prevailing sexist rules.

**Keywords:** Male Domination. Macho *ethos*. *A name to kill*.

### **1-INTRODUÇÃO**

Muitas foram as conquistas da mulher, ao longo do tempo, o que se reflete, por exemplo, em seu modo de vestir, no seu posicionamento diante dos obstáculos e dos preconceitos, na sua participação política e, quando é o caso, no seu desdobramento como mãe e profissional inserida no concorrente mercado de trabalho. Por todas essas vitórias e superações, a mulher já deveria – e deve - ser engrandecida, ou melhor, reconhecida como figura constituinte e transformadora do seu meio. Entretanto, uma sombra ainda a persegue e tenta amedrontá-la ao





ascender ao seu não-progresso, a qual se pode identificar como machismo ou dominação masculina.

Essa posição machista diante do despontamento da mulher pode ser verificada desde os tempos passados e até mesmo nos dias atuais, servindo de objeto de estudo para algumas obras científicas. É o caso de autores como Drumont (1980), Gutman (2013) e o célebre Bourdieu (2002), cuja obra *A dominação masculina* servirá de base para este estudo.

Partindo dessas considerações, este trabalho debruça-se sobre a obra barrosiana *Um nome para matar* (1968), que recebeu o consagrado Prêmio Walmap, em 1967, tendo como júri os escritores Antonio Olinto, Jorge Amado e Guimarães Rosa. Assim, diante das investigações, surge a seguinte pergunta: “No romance *Um nome para matar*, de autoria de Maria Alice Barroso, a partir da análise do *ethos* machista, existe uma dominação ou uma subordinação masculina na relação entre Oceano de Moura Alves e sua mulher, Maria Corina?”. Para chegar a uma resposta, será verificado o *ethos* - a interpretação por meio da enunciação - termo, originalmente, analisado por Aristóteles. Neste trabalho, o conceito de *ethos* será interpretado a partir das considerações de Dominique Maingueneau. Assim, procura-se “farejar” os traços do *ethos* machista nas identidades dos personagens, principalmente na de Oceano de Moura Alves (personagem central).

Verifica-se a importância de tal pesquisa por tratar de um tema tão atual, embora, como foi dito anteriormente, seja assunto recorrente para alguns pesquisadores. Além disso, analisar a obra de Maria Alice Barroso, através deste ângulo, é mergulhar numa trama que aponta questionamentos e, paradoxalmente, certezas a respeito desta relação entre homens e mulheres, de forma a enriquecer esta pesquisa literária (e por que não?) inserida num contexto social.

Evidencia-se como hipótese para este trabalho que a relação dominadora de Oceano de Moura Alves em relação a sua mulher Maria Corina é alicerçada, sobretudo, numa subordinação à mesma. Deste modo, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre estes dois personagens de *Um nome para matar*, bem como as enunciações dos demais personagens, de modo a comprovar uma das definições de dominação masculina colocadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

No desenvolvimento desta pesquisa, o estudo qualitativo está presente na metodologia, a qual engloba as pesquisas bibliográficas, as análises dos termos “Dominação Masculina” e “Ethos” e um olhar específico no referido romance barrosiano.



## 2- A DOMINAÇÃO MASCULINA

Sabe-se que, há tempos, a mulher era criada, educada e direcionada para determinadas tarefas, como casar, ter filhos, cuidar do marido e do lar. Sua voz não tinha som, sua expressão deveria ser a mais fria e/ou indiferente possível. Qualquer manifestação do sexo feminino era considerada depravação, um insulto para a sociedade, uma ofensa aos “bons costumes”. Sandra Nascimento Sousa (2007), em sua pesquisa sobre os movimentos feministas nos anos 1970 a 1980, comprova tal afirmação: “Neste ideário, a mulher deveria permanecer virgem até o casamento, depois ficar na proteção do lar, dedicando sua vida à procriação e à educação dos filhos. Deveria enfim, manter-se afastada das atividades políticas e profissionais, pertencentes ao mundo do sexo masculino” ( SOUSA, 2007, p. 129).

O homem era aquele sujeito provedor dos bens, o indivíduo que deveria trabalhar fora, colocar alimento dentro de casa e ser responsável pela família. A liberdade, a política e tudo, que de certa forma era proibido à mulher, era permitido ao sexo masculino. De alguma maneira, manter a mulher reclusa em seu lar, com os filhos, era uma estratégia de manter a estrutura familiar intacta e vigente (SOUSA, 2007).

Ao se pensar sobre essa reclusão (no sentido, psicológico também) a que a mulher é submetida, lembra-se do machismo, prática e visão preconceituosa e muitas vezes, invisível, como o próprio Bourdieu (2010) menciona, uma violência velada a suas próprias vítimas.

Antes de adentrar na visão de Bourdieu, é necessário, sobretudo, definir o que é o machismo. De acordo com Drumont (1980, p.81), o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistificam as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher (...) mediado pela liderança masculina. Desta forma, pode-se associar machismo à dominação do masculino sobre o feminino.

É interessante observar que esta relação desproporcional não é apenas visível ao longo da história. O pensamento machista também é observável nas nossas casas ou nas escolas, quando ainda éramos crianças. A imposição daquilo que o menino pode e a menina não pode (fazer/ter/ser) é uma forma oculta de machismo (ou vice-versa). Não sejamos hipócritas, pois, de certo modo, somos “domesticados” a aceitar a exigência da sociedade; é o caminho natural das relações, visto que já é uma cultura determinada a isso, como Bourdieu menciona:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”) em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como



sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2010, p.17)

Gutmann advoga que há vários sentidos para o termo machismo. Dentre eles, um que se destaca é o referente à questão física; neste caso, ao contrário do termo “violência não declarada” que Bourdieu menciona, ele cita o machismo como ideia relacionada a uma violência clara e revelada:

gostaria de mencionar outro tema central e recorrente em muitos se não a maioria dos significados de machismo: o corpo físico. Este tema se manifesta como espancamentos, proezas sexuais, consumo de bebida alcoólica, travessuras temerárias e o problema nem tão simples assim de definir as categorias de “homem” e “mulher”. Por mais confusas que as identidades de gênero possam parecer, estas geralmente compartilham relações de dependência mútua com esses âmbitos somáticos (GUTMANN, 2013, p.72)

310

Em conformidade com este pensamento, alguns autores vinculam o machismo à sexualidade. Assim como a dominação masculina revela-se, claramente, no espaço familiar/doméstico, é na relação sexual que traços da mesma também são percebíveis: o homem deve ser dominador, submetendo a mulher ao seu poder. Enquanto o masculino é orientado a sujeitar, o feminino deve se rebaixar, se humilhar a qualquer ordem.

Gutmann (2013) conceitua esse mecanismo de dominação e de controle (não só no ato sexual) como estigma, uma das categorias utilizadas por ele para estudar o machismo e suas principais formas de segregação. Diante da virilidade imposta, a mulher torna-se oprimida, vulnerável e subordinada a esta visão androcêntrica (Bourdieu, 2002), corroborando com Drumont:

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em pólo dominante e pólo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. Ao apropriar-se da realidade sexual, o machismo, em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens e representações eróticas, instituições sexuais, etc) produzindo duas linguagens: uma masculina e uma feminina. (DRUMMONT, 1980, p. 82)

Drumont (1980) ainda destaca que o machismo nada mais é que uma estrutura ideológica, uma ramificação das demais ideologias e instituições de controle. Para esclarecer, Fiorin explica o termo ideologia:

A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia(...) é uma “visão de mundo”, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a



respeito da realidade, maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social (FIORIN, 1993, p.28 e 29)

O problema é que esta “classe social” nem sempre se enxerga machista. Não aceita nenhuma ação superior da mulher, porém não se nomeia dominadora e sim, uma classe mantenedora de uma ordem já estabelecida, na qual os mesmos são os protagonistas e as mulheres, as coadjuvantes (invisíveis), fato que as impede de assumirem seus papéis de construtoras de seus destinos. (DRUMMONT, 1980).

311

### 3- O ETHOS MACHISTA EM UM NOME PARA MATAR

*Um nome para matar* (1967), de Maria Alice Barroso inaugura o Ciclo “Parado de Deus” (nome fictício da cidade que serve como plano de fundo para as histórias relatadas), criado pela escritora, o qual é composto por mais 4 obras: *Quem matou Pacífico?* (1971), *O Globo da morte* (1985), *A saga do cavalo indomado* (1991) e *A morte do presidente ou amiga de mamãe* (1995).

A respectiva obra escolhida para a análise deste trabalho recebeu o 2º lugar no prêmio Walmap 1967. Trata-se de um romance forte, envolvente e que surpreende ao utilizar uma maneira criativa no modo de narrar:

De que maneira narra Maria Alice Barroso em *Um nome para matar*? De vários ângulos, de muitos pontos de vista. O alcance dramático de sua narrativa ganha, com isto, uma expansão maior.(...)No caso de Maria Alice Barroso, usou ela o mas difícil dos sistemas: quatro ângulos, sendo que eles estão sempre em mudança, já que o narrador é geralmente um personagem da história. . (BARROSO, Prefácio de *Um nome para Matar* por Antônio Olinto, 2001, p.5)

Esta categoria narrativa é citada por Ligia Chiappini Moraes Leite (1985) em seu livro *O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)*, ao falar das tipologias de narrador estudadas por Norman Friedman (1967), dentre elas a nomeada *câmera* que possibilita aos personagens a exposição de seus respectivos ângulos a respeito de determinada questão e/ou problemática do enredo.

Ainda no Prefácio de *Um nome para Matar*, Antônio Olinto declara que a mudança de ângulos na obra possibilita também a transformação de posicionamento do leitor, ou seja, o leitor é parte integrante da narrativa. É válido dizer que essa participação mostra-se clara e evidente quando o leitor busca assimilar pontos/traços a partir da enunciação. É partindo deste aspecto que o presente trabalho prossegue, visto que analisar a enunciação, assim como o *ethos* presente na(s) fala(s) do(s) personagem(ns), é ponto-chave desta pesquisa. A respeito das ETHOS MACHISTA: DOMINAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO MASCULINA NA OBRA BARROSIANA UM NOME PARA MATAR? – BRITO, Martha Caroline Duarte de.



análises e /ou interpretações, Bakhtin (1997) diz que é a língua que proporciona esta variedade e multiplicidade de sentidos, tanto a oral quanto a escrita.

Neste sentido, ao analisar os escritos da obra, objeto deste trabalho, percebe-se que várias vozes emanam, realçam-se a fim de persuadir o leitor e neste caso, o texto é envolvido pela suposta traição de Maria Corina, mulher de Oceano de Moura Alves, prefeito de Parada de Deus. A história ocorre, aproximadamente, em 1935 e conta a saga da Família Moura Alves, descrevendo seu poder e contando, através de *flashes*, a fundação da cidade a partir do bisavô de Oceano, Chico das Lavras.

É importante destacar que toda fala/enunciação é carregada de particularidades de quem pronuncia, e muitas vezes, tal enunciação aponta um valor ideológico. Sobre essa colocação, Orlandi complementa: “Todo gesto de interpretação é caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica, configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer” (1996, p.100).

Assim, o discurso de Oceano de Moura Alves é o ponto principal desta verificação de discurso, uma vez que tal personagem deixa transparecer características de um homem dominador, machista, obcecado/obstinado a ouvir de sua esposa – inclusive este fato ocorreu na primeira noite de casados - o nome de seu suposto amante para que ele pudesse matá-lo (daí vem o nome da obra): “Diga o nome dele para eu matar” (BARROSO, 2001, p.138). Partindo destes traços característicos de Oceano e a repercussão dos mesmos no discurso, Possenti afirma que:

O discurso é entendido como um tipo de sentido, uma posição, uma ideologia, que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua. É pela exploração de certas características da língua que a discursividade se materializa. Ou seja, o discurso se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específica. (POSSENTI, 2009, p.16)

Desta maneira, a personalidade revelada na enunciação é chamada de *ethos*. Este termo vem da *Retórica* de Aristóteles e era utilizado como meio de convencimento do indivíduo, conforme Maingueneau aponta: “A prova pelo *ethos* consiste em causar uma boa impressão por meio do modo como se constrói o discurso, em dar de si uma imagem capaz de convencer o auditório ao ganhar sua confiança (2009, p. 267). Entretanto, a noção de *ethos* já ultrapassou este aspecto persuasivo, inserindo-se no mundo das disciplinas discursivas e assumindo também um papel não só na oralidade, como em discursos escritos.



As características enunciadas nos textos constroem um fiador (a figura criada pelo leitor), porém não só os aspectos físicos, mas também os psicológicos. É o que Maingueneau (2006, p.60) chama de *corporalidade* e *caráter*, respectivamente. Estes conceitos são inseparáveis e reúnem desde o modo de vestir, de se portar no meio social até os traços mais implícitos. A seguir, segue a fala de Carmosina (a qual sempre cuidou de Maria Corina, uma espécie de babá) a respeito de Oceano:

Eu sempre disse pra minha florzinha: siô Oceano traz a tempestade dentro dele, não vá se fiando naquela fala mansa, naquele jeito distraído de quem não acordou, no fundo ele não perde nada, principalmente quando se trata doce. Mas Maria Corina nunca ligou pros meus conselhos, ela sempre só fez rir, e dizer que eu era uma boba e não entendia nada. Foi assim que ela namorou ele, debaixo dos meus olhos, mas contra minha vontade, que sabia o quanto aquele namoro desgostava Nhonhô, o pai dela. (BARROSO, 2001, p. 21)

Desta simples declaração, já se pode deduzir alguns indícios do personagem Oceano: desconfiado, com um ar de mistério/suspense. O seguinte trecho revela a aparência do Prefeito de Parada de Deus:

E é assim na posição de frente para ele, que se tem noção de seu enorme porte e como todas as coisas de tamanho normal se tornam pequenas dentro dele – no entanto, os traços do seu rosto não são grosseiros, embora a boca seja rasgada em demasia e o nariz tem uma curva profundamente irregular, porém há uma lenta sutileza que liga a testa alta aos olhos cinza-chumbo e às faces avermelhadas, quase gordas; seus olhos, aparentemente alheios ao que se passa em torno, estão na verdade muito atentos a tudo, piscando de raro em raro, com uma anormal capacidade de fixação. (BARROSO, 2001, p.20)

Todavia, explicitar as características de Oceano não é suficiente para que o *ethos* fique claro. Maingueneau explica que para haver a *incorporação*, ou seja, a ação do *ethos* sobre o coenunciador, é preciso que a enunciação leve este a conferir a “personalidade” ao *fiador*, além de incorporar e assimilar um conjunto de esquemas que irão definir o sujeito. Assim, ele define a *incorporação* também como o objeto de um investimento pelo imaginário (2011, p.99).

Ao esclarecer tais noções, volta-se ao questionamento que deflagrou a pesquisa. É necessário olhar cuidadosamente para os discursos e tentar incorporá-los de modo a verificar o *ethos* machista do personagem Oceano de Moura Alves.

O modo manso de Oceano revela uma falsa aparência. A visão que outros personagens tem do prefeito também é fundamental para a construção do *ethos*:

Maria Corina, esse homem de fala macia é capitão Heleno outra vez: não vê o jeito que ele tem de te olhar, como se tivesse te vigiando?(...) Carecia de alguém escutar os berros que ele dava, parecia um animal danado, nem palavra saía, era só berro de alma perdida, uma baba fina espumava na boca, nunca vi coisa tão feia. (BARROSO, 2001, p. 24-25)





Bourdieu (2010, p.39) revela que a dominação masculina está coberta por uma violência simbólica, a qual envolve o sexo feminino num cerco invisível, enquanto os homens assumem os papéis centrais. Este tipo de violência fere e subordina a mulher tanto quanto a violência física. Referente a isto, o ódio de Oceano era em relação ao comportamento de Maria Corina, uma moça alegre, sorridente e que ia de encontro ao que era imposto pelos homens daquela cidade como o adequado e correto para uma “mulher de família”, como mostra a fala de “Setenta-e-Um”, empregado de Oceano, ma espécie de capataz:

D. Maria Corina, a mulher dele, essa então nem nunca sonhou com o que o marido é. Na verdade, ela nem se preocupava com o marido – parece que não queria perder seu rico tempo com ele. Do que D. Maria Corina gostava era de festas, risadas, conversaria. Era de festas, risadas, conversaria. Era o único tipo de mulher que não deva casar com m homem do gênero do capitão: nem entendo como os dois viveram juntos tanto tempo, pois esse casamento não devia durar nem um mês. Basta a gente imaginar uma mulher morena, muito pintada, ombros sempre de fora, um riso descobrindo os dentes brancos e lançando tudo quanto é feitiço pra cima dos amigos do marido: esse é o retrato de D. Maria Corina. (BARROSO, 2001, p. 76)

Ainda é destacado por Bourdieu(2010) que a dominação masculina encontra-se investida até mesmo nas posturas de homens e mulheres, ou seja, de como cada um deve se portar fisicamente - o homem deve sempre erguer-se, levantar-se; já o sexo feminino é submetido a curvar-se, abaixar-se: “(...) E só quando Maria Corina quis tirar ele para dançar foi que eu vi ele dar um riso, puxar ela pro seu lado, no sofá, e obrigando a minha florzinha a ficar sentada, enquanto a música tocava e Maria Corina fazia muxoxo, desconsolada” (BARROSO, 2001, p. 36).

É importante destacar que a maioria dos personagens reconhece o amor de Oceano por Maria Corina, um amor possessivo e doentio, que não poderia ser demonstrado a sua mulher, como forma de manter viva a sua superioridade e autoridade: “Agora uma coisa eu tenho que dizer, a bem da verdade: nunca vi um homem gostar tanto de uma mulher e procurar disfarçar tanto esse gosto, como se fosse um pecado ou castigo de Deus” (BARROSO, 2001, p.36 – fala de Carmosina). Inclusive, a própria Maria Corina expõe que seu marido tentava “maquiar” /encobrir seu sentimento por ela:

Posso dizer que fui pouco beijada por meu marido, que sempre pareceu ter vergonha de beijos: também não quero dar impressão de que Oceano seja um homem frio, pelo contrário: às vezes eu achava que ele parecia estar se controlando a fim de demonstrar só um pouco daquilo que ele tinha por demais; muita vez disse isso pra ele, sem receber resposta ou negação; e quando eu pedia a ele pra me beijar, ele franzia a testa, contrariado, e



resmungava que aquilo era coisa de prostituta: eu caía na risada e chamava ele de “puritano”.(BARROSO, 2001, p. 513)

A população de Parada de Deus nutria um pensamento machista, correspondente à dominação masculina, até porque tal ideologia já estava incorporada nos homens, e também nas mulheres daquela cidade, conforme revela a enunciação de uma amiga de Maria Corina: “‘Quem semeia ventos, colhe tempestades’, diz o velho ditado. E eu não podia continuar sendo uma amiga íntima, diante daquele comportamento com o qual eu nunca concordei. Sempre fui de opinião que não basta uma mulher ser honesta – é preciso, sobretudo, que ela pareça ser honesta” (BARROSO, 2001, p. 276) / “Sim, ela sempre quis liberdade: mas toda mulher desonesta precisa de liberdade pra fazer o eu lhe dá na telha, não é mesmo?” (BARROSO, 2001, p. 237 – fala de D. Paula, mãe de Oceano). Bourdieu explica como e porque a assimilação do pensamento dominador masculino e de sua “superioridade” é natural para as mulheres:

A representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 2010, p. 45)

A virilidade é outro quesito importante para se manter a dominação masculina. Ser reconhecido e respeitado como homem viril, poderoso e dominador é o que alinhava toda a visão machista. Bourdieu garante que: “ser homem já implica um dever-ser (...) como a honra, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens.’” (2010, p.65). A partir do momento que a virilidade é questionada ou não-percebida pelos outros, a situação adquire um outro contexto: o homem não admite se sentir inferiorizado. “A seguir, destacam-se alguns fragmentos de Um nome para matar que colocam a posição viril de Oceano em dúvida: “Me dói o peito só de pensar que tava reservado pro meu filho mas velho esta desdita triste que é a de ser o primeiro marido traído de toda a nossa família” (BARROSO, 2001, p.458 – fala de D. Paula, mãe de Oceano) / “ O capitão nunca teve coragem de chegar pra mim e dizer: Olha aqui, Setenta-e-Um, eu acho que minha mulher me corneia e quero saber a verdade” (BARROSO, 2001, p.110 – fala de Setenta-e-Um) . Até mesmo o próprio Oceano reconhecia-se como inferior, tendo sua honra zombada na cidade, em que era prefeito:



Mas o pior erro em nosso casamento foi que ela se casou sem amor: aquilo que eu pensava serem provas desse sentimento, descobri mais tarde que constituíam apenas artimanhas, essas malditas artimanhas das quais ela lança mão para sentir seu triunfo sobre o próximo(...) Toda a população de Parada de Deus ria de mim, divertida de ver o espetáculo do filho mais velho do capitão Heleno de Moura ser enganado pela filha de Nhonhô. (BARROSO, 2001, p.89)

Expressões como “capitão homem sisudo” e “homem de coragem” já não tinham tanta repercussão em Parada de Deus. Oceano passou a ser visto como o homem traído (embora não se confirme esta traição na obra; são suposições de Oceano e de alguns personagens), que precisava ter a sua honra e seu prestígio resgatados, perante os outros:

Não sou um assassino profissional, mas nunca hesitei nem hesitarei em eliminar uma pessoa, contanto que esse ato seja necessário para a defesa da minha honra e para sustentar o respeito que exijo para a minha pessoa. / A primeira hipótese deverá ser vencida porque durante toda sua vida Oceano ouviu do seu pai, de sua mãe, de seus amigos senão isso: o ser humano nada mais é senão aquilo que os outros temem nele. A Oceano foi ensinado que respeito é o que os outros deixam de fazer de mal contra você apenas por te temerem (...) constitui não apenas um surrado código de ética, mas sua única forma de conhecimento e contato com seus semelhantes. (BARROSO, 2001, p. 91 e 508)

Ao mesmo tempo em que Oceano tinha o seu nome desmoralizado, assim como sua reputação humilhada, o seu sentimento por Maria Corina era confuso; não sabia se nutria amor ou ódio (Oceano manteve Maria Corina como prisioneira em sua casa, até que a mesma confessasse a traição e lhe dissesse o nome de seu amante) pela mesma, uma espécie de submissão, paradoxalmente, em relação a sua esposa:

Meu Deus, meu Deus, eu odeio Maria Corina, mas o que vai ser da minha vida sem ela?/ Para ter Maria Corina controlada, quieta, submissa, com jeito de mãe de família, tive que criar um permanente clima de terror em torno dela, colocando um oratório ao lado de sua cama e ordenando que as velas e os lampiões ficassem noite e dia acesos, enquanto fechava a prego a única janela do quarto: tudo isso para que ela se sentisse num ambiente de expiação, de remorsos, de arrependimento./ Eu sofria pela ausência de uma outra mulher que não aquela, deitada na cama; eu me desesperava com a saudade de uma mulher que tinha morrido no dia em que matei seu amante, em Friburgo.(BARROSO, 2001, p.541, 542 e 550)

Um misto de tortura e amor resguardado/abalado aliados a uma virilidade envergonhada/degradada era o que atormentava Oceano, que se mascarava na mansidão, porém revelou-se um homem dominador e seguidor de uma ideologia machista enraizada em Parada de Deus.



#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, *Um nome para matar* é uma obra instigante que promove no leitor um desejo descontrolado de se enveredar pelo enredo e desvendar o tema central: a traição de Maria Corina. Com a morte da mesma - fato registrado nas últimas páginas do livro -, tal mistério continua oculto, visto que para todos a esposa do Prefeito suicidou-se (procurando desconsiderar qualquer tipo de suspeita em relação a Oceano, por parte da população).

Neste contexto, percebe-se, a partir da análise feita, que não só Oceano de Moura Alves é subordinado às regras androcêntricas impostas, mas também a maioria dos personagens que fazem parte da história, como os empregados e os familiares. Assim, o *ethos* machista é comprovado em grande parte da obra, pois as identidades encarnadas nos personagens são demonstradas através de suas enunciações. Já dizia Maingueneau que “todo texto é sustentado por uma voz” (2011, p.95) e deste modo, as vozes reveladas na obra barroiana expressam os valores ideológicos arraigados em Parada de Deus, conforme Milton José Pinto diz:

Aprendemos a ser o que somos por meio das regras e convenções subjacentes aos discursos que dominamos, as quais não podemos alterar em situações de mudança social(...) Entramos nesse mundo de aparências, no mundo do ideológico e do poder, que é o mundo da linguagem, e no qual estamos condenados a viver.” (PINTO, 1999, p.43)

Além disso, vale ressaltar que por meio deste trabalho nota-se que a dominação de Oceano era, concomitantemente, uma subordinação dele no que diz respeito aos valores impostos pela sociedade e também, em relação a sua esposa Maria Corina. Esta conclusão atesta o que Bourdieu afirma: “A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.” (2010, p.67).

Nesta perspectiva, as lacunas aparentes levantadas a partir dos questionamentos deste trabalho podem (e são) ser preenchidas pelas enunciações dos personagens de *Um nome para matar*, sobretudo, de Oceano de Moura Alves, ao desvelar o pensamento/a personalidade/a identidade machista, a dominação masculina.

#### 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ªed. São Paulo: Martins fontes, 1997.



- BARROSO, Maria Alice. *Um nome para matar*. 3ªed. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 9ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. In: *Perspectivas*, v.3, São Paulo, 1980, p. 81-85.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- GUTMANN, Matthew. O machismo. In: *Antropolítica*, n. 34. Niterói, 1. sem. 2013, p. 95-120.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*. São Paulo: Ática, 1985.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. 2ªed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Discurso Literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ORLANDI, Em Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso*. São Paulo: Hackers Editores, 1999.
- POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.



## A BUSCA PELA REELABORAÇÃO DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS EM *ELENA*

RODRIGUES, Rejane Lopes

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

*lopes.rejane@gmail.com*

319

### RESUMO

A partir do filme *Elena* (Petra Costa, 2013), colocamos a seguinte questão: até onde podemos utilizar o fazer cinema como instrumento de reelaboração criativa de memórias traumáticas? Ao vivenciar alguma experiência dolorosa e de grande intensidade emocional, o sujeito pode produzir resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Diante de tal situação, surge a necessidade da construção de uma memória criativa, onde o sujeito precisa assumir um papel ativo-reflexivo e significar o vazio produzido pela experiência traumática. Partindo de um movimento de audiovisualização da cultura sem precedentes e da concepção de memória do filósofo Henri Bergson, tentaremos mostrar de que forma a diretora Petra Costa buscou sublimar as angústias da existência causadas pela morte da irmã a partir da feitura do documentário em questão.

**Palavras-chave:** Cinema; Psicanálise; Memória.

### ABSTRACT

Based on the film, *Elena* (Petra Costa, 2013), we pose the following question: to what point can filmmaking be used as an instrument for the creative working through of traumatic memories? When a subject goes through a painful and very emotionally intense experience, they may respond with resistance and displacement in their attempt to work through it. In this situation, there arises the need for the construction of a creative memory, where the subject needs to take on an active reflective role and signify the void produced by the traumatic experience. Starting out with the unprecedented audio-visualization of culture and the conception of memory proposed by philosopher Henri Bergson, we will attempt to show how filmmaker Petra Costa tried to sublimate the existential anguish caused by the death of her sister by making the documentary in question.

**Key-words:** Film; Psychoanalysis; Memory.





## INTRODUÇÃO

O conceito de trauma é bastante antigo e significa “ferida no tecido humano”. Com o tempo, tal dano deixa de ser entendido somente como uma ruptura no tecido humano e se converte também em uma ferida do tecido nervoso, uma lesão não visível, que só pode ser percebida por seus sintomas, condutas estranhas e memórias involuntárias e dissociadas. Neste momento, aparece o termo “memória traumática” para referir-se aos modos em que o corpo recorda, involuntariamente, eventos de muita intensidade e dificuldade emocional.

A ideia de trauma só ganha a especificidade que buscamos com a formulação e descrição do inconsciente, o que explica a importância da Psicanálise para o posterior desenvolvimento desta ideia. Freud afirma que o trauma constitui a resposta do organismo a algo que ocorre de maneira tão repentina que não é completamente assimilado pelo sujeito. Desta forma, o ego se vê na necessidade de repetir a experiência através de pesadelos, ou ações conscientes ou inconscientes com o objetivo de conhecer e reduzir o domínio da experiência traumática. A intensidade emocional e dolorosa associada à memória do fato ocorrido produz resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Quando não há a devida resignificação em relação aos fatos ocorridos, tem-se a depressão causada pelo vazio de sentido.

Diante de tal situação surge a necessidade da construção de uma memória criativa, onde o sujeito precisa assumir um papel ativo-reflexivo e significar o vazio produzido pela experiência traumática. O homem diante do trauma terá que se empenhar na produção de sentido, pois só assim poderá ser o agente que produz a história pela qual se apresenta ao mundo. Este papel reconstrutivo será vital, inclusive, para que o sujeito possa, a partir da experiência traumática, significar a própria existência.

A partir de um movimento contemporâneo de audiovisualização da cultura sem precedentes, colocamos a seguinte questão: até onde a reelaboração criativa das memórias traumáticas é possível através do fazer cinema? O cinema não apenas transformou a maneira como se dá a criação, mas também a maneira como os seres humanos percebem a realidade. Desta forma, a cinematografia é uma ferramenta expressiva elástica, uma contínua incorporação e abertura de possibilidades expressivas. O cinema não é apenas uma ferramenta cultural, mas cultura, no sentido de cultivo e fonte, donde provém um leque imenso de possibilidades vivas: possibilidades de pensamento, de afecção, de expressão e de reflexão.



Além de estabelecerem uma nova linguagem, as mídias audiovisuais também possuem a característica de servir como suportes materiais para a memória cultural e também para a memória individual de cada um. Cada memória individual é hoje em dia cercada de um conjunto de mídias tecnológicas de memória que borram a fronteira entre os processos intra e extrapsíquicos. Através do cinema a memória passa a valer como uma possibilidade de reconstrução das recordações. No caso das memórias traumáticas, esse poder especial de memorização passa a ser ainda mais importante.

Como instrumento para pensarmos esta questão, utilizo o filme *Elena* (Petra Costa, 2013). Narrado pela diretora, o filme reconstrói a trágica trajetória da irmã Elena, que viaja para Nova York para ser atriz no início da década de 1990. Lá, ela entra em depressão e se suicida, gerando uma memória traumática em Petra. Doze anos mais tarde, Petra também se torna atriz e vai para Nova York em busca da reelaboração desta memória traumática. Através de filmes caseiros, recortes de jornal, diários e cartas antigas, ela constrói um ensaio poético e também busca uma redenção para si mesma. Em entrevista para um programa de televisão, Petra afirma que buscou não só refazer os passos de Elena, como também reencontrar o próprio caminho. Nascida em uma família onde o suicídio apresentou-se como uma ideia sempre presente, ela afirma ter encontrado na arte uma estratégia para sublimar as angústias da existência.

### **MEMÓRIA E TRAUMA**

A concepção de memória que irá nortear o nosso trabalho será a do filósofo Henri Bergson que, no século XIX, vai contra o determinismo cientificista da época e funda um pensamento calcado na liberdade do sujeito. Em primeiro lugar, ele afirma que a realidade é composta por “imagens em movimento”. E o que seriam essas imagens em movimento? Ultrapassando o impasse estabelecido entre o idealismo e realismo, ele concebe a realidade enquanto expressão de imagens-móveis se propagando ao infinito. Para ele, as imagens são reais e a consciência não possui o poder de engendrar representações. As imagens não estão na consciência, mas sim no mundo, e agem e reagem umas sobre as outras e em todas as direções. Desta forma, a sua concepção de matéria é dinâmica, uma matéria fluente onde o movimento se apresenta como dado imediato. E como dado imediato, também indivisível, contínuo e heterogêneo.

Aliás, para Bergson, matéria, imagem e movimento constituem uma única e mesma realidade.



Com efeito, vêmo-nos diante de um mundo onde a matéria se confunde com um conjunto de imagens móveis, mundo em que o real material nada mais é que uma multiplicidade de imagens-movimento; mundo que é pura mobilidade, onde as imagens não se distinguem do movimento que executam ou que recebem, não havendo nenhum móvel por debaixo do que se movimenta, como tampouco matéria oculta para além do que aparece. Há tão somente o que aparece, ou seja, um conjunto de imagens que já são imediatamente movimento. (MACIEL: 1997, p. 23)

Na imediatez perceptiva não apenas o movimento é indivisível, mas também o tempo. O tempo que o movimento implica é tão contínuo quanto ele e será chamado, na linguagem bergsoniana, de duração. Assim, o plano material, como movimentos extensivos se propagando ao infinito, deve ser compreendido dinamicamente. Em constante mutação, ele seria um plano que expressa uma totalidade essencialmente aberta, tendo como característica fundamental a mudança.

A matéria viva, por sua vez, em nada se diferenciaria da matéria não viva, já que em seu aspecto material, apresenta-se também como transmissora de movimento. No entanto, uma diferença se faz patente: o corpo vivo parece escolher, em certa medida, a maneira de devolver o que recebe, já que as imagens não vivas agem e reagem automaticamente. Desta forma, toda escolha, enquanto hesitação, pressupõe ação e reação mediadas por um intervalo. Eis a diferença: as imagens vivas no mundo material, onde tudo reage sobre tudo imediatamente, comportam um intervalo de movimento. E é justamente este intervalo de tempo que coincide com a subjetividade. A consciência pode ser identificada como o “intervalo de indeterminação”, ou seja, o lapso entre o estímulo e a resposta. Por isso, quanto maior é o intervalo, maior é a liberdade do sujeito.

Parece-me, pois, verossímil que a consciência, originalmente imanente a tudo o que vive, se entorpece quando não há mais movimento espontâneo e se exalta quando a vida se apoia na atividade livre. (...) Quais são, por outro lado, os momentos em que nossa consciência atinge maior vivacidade? Não são os momentos de crise interior, em que hesitamos entre duas ou várias opções, quando sentimos que nosso futuro será o que dele tivermos feito? (BERGSON: 1974, p. 80)

É em função desta indeterminação que o privilégio humano se evidencia: o homem é, segundo Bergson, o que apresenta uma consciência mais intensa por ser o vivo mais indeterminado e, conseqüentemente, o mais capaz de introduzir no mundo ações criadoras. Mas o que seria exatamente esta consciência? Para ele, consciência significa primeiramente memória. A consciência é o traço de união entre o que foi e o que será, uma ponte entre o passado e o futuro.



(...) consciência significa primeiramente memória. À memória pode faltar amplitude; ela pode abarcar apenas uma parte ínfima do passado; ela pode reter apenas o que acaba de acontecer; mas a memória existe, ou então não existe consciência. (...) Toda consciência é, pois, memória – conservação e acumulação do passado no presente. (BERGSON: 1974, p. 77)

A vida se empenha desde o começo em conservar o passado e antecipar o futuro numa duração em que passado, presente e futuro penetram um no outro e formam uma continuidade indivisa: esta memória e esta antecipação são, como vimos, a própria consciência. O espírito, então, será concebido como variação: fluxo contínuo de tempo, onde momentos se penetram uns nos outros. Ele seria um movimento de diferenciação que avança evolutivamente, retendo os momentos presentes para transformá-los em experiência passada. Ao mesmo tempo, com a totalidade do passado, o espírito vai imprimindo no presente a sua marca, modificando-o a cada instante. Nesse sentido, o espírito deve ser compreendido como uma força contraente e cumulativa de todas as excitações oriundas do mundo material. Contraí as excitações que contempla e, ao contraí-las, funde-as numa qualidade distinta. A duração, enquanto coextensiva à subjetividade, isto é, identificada ao espírito, apresentar-se-á como uma síntese intratemporal.

Desta forma, haveria uma distinção de natureza entre imagem percebida e imagem-lembrança. A imagem-lembrança, segundo Bergson, seria uma atualização da lembrança pura, já que esta não é conservada pelo cérebro. Como o cérebro pertence ao plano material, pode atualizar as lembranças quando os interesses práticos assim o exigirem, mas não detém o poder de armazená-las. Isto quer dizer que o passado não se conserva e não pode ser pensado como um ser em si. O passado em geral não é aquilo que se forma depois de os presentes terem passado, mas o elemento que confere a estes presentes, a marca passada. Logo, ao invés de ser posterior a tais presentes, o passado é seu contemporâneo. Isto nos permite dizer que a teoria bergsoniana admite dois tipos de realidade coexistindo: a atual e a virtual. E nesta totalidade concebida como uma gigantesca memória cósmica em uma totalidade temporal, o presente pode ser concebido como a ponta mais contraída do passado. As imagens-lembrança coexistem com as imagens presentes porque estão sempre sendo atualizadas.

Como já vimos, a subjetividade é fundamentalmente memória sob dois aspectos: enquanto contraí uma pluralidade de momentos presentes tornando-os passados, e enquanto contraí a totalidade do passado no presente avançando em direção ao porvir. Neste caso, a compreensão do tempo para Bergson passa a ser completamente distinta do senso comum: a duração deixa de ser definida pela sucessão e passa a sê-lo como coexistência.



Quanto maior a porção de passado que adere a seu presente, tanto mais pesada será a massa que ele joga no futuro para comprimir as eventualidades que se preparam: sua ação, semelhante a uma flecha, dispara com tanto mais força para a frente quanto mais sua representação estava vergada para trás. Ora, vejamos como nossa consciência se comporta diante da matéria que percebe: justamente, em um só de seus instantes, ela abarca milhões de estimulações que são sucessivas para a matéria inerte, e das quais a primeira apareceria à última como um passado infinitamente longínquo, se a matéria pudesse recordar. (BERGSON: 1974, p. 82)

Este todo seria as contrações de um tempo único e impessoal, atualizações-criações. O que faz a existência uma perpétua novidade passível de elaborações e reelaborações. Concepção esta fundamental para pensarmos uma memória não estática e criativa.

No entanto, Bergson não pensa a questão do trauma. Isto porque trauma é ruptura no fluxo do tempo e para ele, como já vimos, o tempo é um fluxo contínuo. Para analisarmos a memória relacionada ao trauma, iremos recorrer aos conceitos e teorias da Psicanálise. Segundo Francisco Ortega (2011), o conceito de trauma é bastante antigo e remonta do grego *traumat*, que significa “ferida no tecido humano”. No século XVIII, aparece em vários textos médicos em francês e inglês para designar uma ferida em um tecido vivo causado por um agente externo. Pouco a pouco o seu uso se generaliza, com este sentido técnico que ainda preserva a medicina contemporânea. No entanto, as investigações médicas sobre o sistema nervoso durante o século XIX, iniciaram os estudos sobre o impacto das emoções no comportamento humano. Gradualmente o dano percebido deixa de ser entendido somente como uma ruptura no tecido humano e se converte também em uma ferida do tecido nervoso, uma lesão não visível, que só pode ser percebida por seus sintomas, condutas estranhas e memórias involuntárias e dissociadas. Nesta mesma época aparece o termo “memória traumática” para referir-se aos modos em que o corpo recorda, involuntariamente, eventos de muita intensidade e dificuldade emocional. A ideia de trauma só ganha especificidade justamente com a formulação e descrição do inconsciente, o que explica a importância de Sigmund Freud e da Psicanálise para o posterior desenvolvimento desta ideia.

Freud inicia os seus estudos fazendo uma análise do sistema nervoso. Ele parte do princípio de que os neurônios criam canais a partir de estímulos internos e externos construindo, desta forma, a nossa memória. Esses caminhos facilitam o escoamento da energia psíquica, fazendo com que as respostas aos estímulos tendam aos mesmos caminhos ou às mesmas respostas. Essa repetição seria uma doença da memória: o caminho viciado que chamamos de neurose. A neurose se expressa



através de determinados sintomas, reduzindo os danos de estímulos que não conseguem ser elaborados. O sintoma seria justamente o melhor caminho que o sujeito encontra para lidar com as suas experiências traumáticas, tendo um sentido inconsciente. Jamais se constroem sintomas a partir de processos conscientes e tão logo esses processos se tornem conscientes, devem desaparecer. Desta forma, faz-se necessário a busca de novos caminhos para a reelaboração das memórias traumáticas e, conseqüentemente, a construção de novos caminhos para o escoamento da energia psíquica.

Segundo o próprio Freud (FREUD: 1976), o termo ‘traumático’ não tem outro sentido senão o econômico. Ele deve ser aplicado a uma experiência que acrescenta à mente um estímulo excessivamente poderoso para ser elaborado de maneira normal. Este tipo de experiência certamente resulta em perturbações permanentes da forma como a energia psíquica passa a operar.

As neuroses traumáticas dão uma indicação precisa de que em sua raiz se situa uma fixação no momento do acidente traumático. Esses pacientes repetem com regularidade a situação traumática, em seus sonhos; onde ocorrem ataques histeriformes que admitam uma análise, verificamos que o ataque corresponde a uma completa transportação do paciente para a situação traumática. É como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada; e levamos muito a sério esta impressão. Mostra-nos o caminho daquilo que podemos denominar de aspecto *econômico* dos processos mentais. (FREUD: 1976, p. 325)

## O CINEMA E A REELABORAÇÃO DAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS

O processo de elaboração das memórias traumáticas não é uma tarefa simples. Freud afirma, como já vimos, que o trauma constitui a resposta do organismo a algo que ocorre de maneira tão repentina que não é completamente assimilado pelo sujeito. Desta forma, o ego se vê na necessidade de repetir a experiência através de pesadelos, ou ações conscientes ou inconscientes com o objetivo de conhecer e reduzir o domínio da experiência traumática. A intensidade emocional e dolorosa associada à memória do fato ocorrido produz resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Desse modo, a memória traumática opera como um corpo estranho dentro do paciente. Quando não há a devida ressignificação em relação aos fatos ocorridos tem-se a depressão causada pelo vazio de sentido.

Na fratura daí tem-se a adesão às soluções tóxicas e a recorrência impensada aos objetos de consumo, mas sem mediação da memória, visto que o cenário atual impõe ao sujeito não pensar: deve apenas apropriar-se do objeto de consumo e





descartá-lo, pois, o lançamento traz o decreto da sua saída de circulação. Assim, não há mais garantia do recurso aos registros mnêmicos para significar a experiência. Nesse novo cenário, que meios o homem dispõe para transformar suas vivências em relatos de experiências a serem utilizados no confronto com situações da ordem do inominável? (FARIAS: 2008, p. 32)

É através da memória que podemos acessar os eventos ocorridos em outras épocas. Mas, na prática, esse mecanismo não é tão simples, já que aspectos são acrescentados ou retirados dos fatos durante o processo de recordação. Assim, temos um tempo para a elaboração psíquica que não reproduz o fato ocorrido, mas ganha novos contornos em razão da formação de um intervalo intransponível entre o evento, geralmente de natureza traumática, e o surgimento do sintoma. E é justamente essa dessimetria entre o fato ocorrido e a lembrança construída acerca desse fato que Freud vai designar através do conceito de “a posteriori”. Em *Memória Social e temporalidade retroativa*, Francisco Ramos Farias (2012) afirma que o trauma é uma lembrança de um vazio de significação, uma experiência para a qual não haveria possibilidade de representação. Desta forma, o valor traumático de uma experiência não pode ser pensado em relação ao fato ocorrido, mas à lembrança elaborada posteriormente acerca deste fato. Há, sem dúvida alguma, uma defasagem entre rememoração e construção de uma história.

A memória é algo que deve ser concebido como um texto a ser decifrado e, como vimos no pensamento de Bergson, a ser reelaborado. Essa construção, numa temporalidade posterior, deve ser lida como uma lacuna referente ao resto de uma experiência que escapou à ordem da compreensão, principalmente no que se refere aos eventos traumáticos.

A memória seria a propriedade definível da substância viva e se desenha às custas do que é narrado sendo, por isso, somente integrada parcialmente à história, pois permanece como uma incógnita em torno da qual as associações (lembranças) são construídas.

(...)

A estrita vinculação do conceito de “a posteriori” com o conceito de memória nos faz pensar que uma lembrança não concerne exclusivamente ao passado. (FARIAS: 2012, p. 18)

Desta forma, o sujeito assume um papel ativo-reflexivo, e é capaz de significar o vazio produzido pela experiência traumática. O homem diante do trauma terá que se empenhar na produção de sentido, pois só assim poderá ser o agente que produz a história pela qual se apresenta



ao mundo. Este papel reconstrutivo será vital, inclusive, para que o sujeito possa, a partir da experiência traumática, significar a própria existência.

E de que forma a arte cinematográfica poderia contribuir no processo de elaboração destas memórias traumáticas? No caso específico do nosso trabalho, iremos analisar de que forma o “fazer cinema” pode ser utilizado como instrumento para esta tão desejada reelaboração. Afinal, a nossa sociedade contemporânea baseia-se em uma cultura centrada, sobretudo, na imagem: acelerada, vertiginosa, distorcida, ampliada e quase onipresente. É uma verve visual disseminada em outdoors, televisão, internet e cinema. Em *Sociedade excitada: filosofia da sensação* (2010), Christoph Türcke afirma que a época do surgimento da fotografia é a época da Revolução Industrial, quando um novo modelo de produção, o uso de máquinas a vapor, começou a marcar o compasso da sociedade ocidental.

A fotografia possui um efeito bruto: seu caráter de instantâneo. (...) Seus pioneiros previam com muita clareza que em breve ela deveria tornar-se um artigo de massa que penetra igualmente todas as classes sociais, o público e a esfera privada. Menos evidente era para eles em que medida o novo artigo também atuaria como uma nova forma de intuição. (TÜRCKE, 2010: 187)

Já o cinema surge no final do século XIX não apenas como a evolução técnica da fotografia, mas também como a evolução da representação do pensamento em imagens, da mobilização das imagens por um pensamento e da “produção de metáforas” para a vida, em busca de uma inteligibilidade e expressividade melhores. O cinema promove, recolhe e integra em seu âmago as diversas artes precedentes, acrescentando-lhes uma dimensão nova que o aproxima da vida. Afinal, o movimento e a temporalidade passam a ser introduzidos no fluxo das imagens, não como produto mecânico de um encadeamento de fotogramas, mas como força de organicidade e vivacidade de um pensamento.

Há, desta forma, a incorporação das novas tecnologias audiovisuais em nosso cotidiano com o tempo. Incorporamos toda uma reestruturação das funções das práticas culturais de memória, de saber, do imaginário e criação devido a um contexto social e cultural que não se restringe mais à produção de narrativas orais e escritas, mas que também se apresentam através de imagens e sons. É justamente neste novo contexto cultural em que os indivíduos são progressivamente inseridos desde que nascem. Isso permite que vejamos o mundo de “outra forma”, com outros parâmetros narrativos, agora mais ancorados na visualidade.



Walter Benjamin em *O narrador* (1994) nos ajuda a perceber que as novas formas de percepção expressam-se num *sensorium* diferente em razão da técnica, das novas tecnologias, e mostra o quanto é necessário considerar que as mudanças no espaço da cultura transformam as experiências dos sujeitos, interferindo nos seus modos de produzir cultura. Vemos que os sentidos nas sociedades contemporâneas se organizam cada vez mais a partir das imagens, que exercem o papel de grandes mediadores entre sujeito e cultura. De fato, a imagem audiovisual não só assegura formas de socialização e transmissão de informações, como também faz parte da nossa prática social e cultural. Estamos vivendo uma audiovisualização da cultura sem precedentes.

Hoje, as narrativas audiovisuais não são uma complementação da mensagem escrita, do texto como é tradicionalmente entendido. No século XXI, o homem jamais seria o que é se não tivesse entrado em contato com a imagem em movimento. O cinema não apenas transformou a maneira como se dá a criação, mas também a maneira como os seres humanos percebem a realidade. Desta forma, a cinematografia é uma ferramenta expressiva elástica, uma inesgotável geradora de metáforas, para um pensamento que deseja mover-se e expressar mais, que é essencialmente “movimento crítico”. Uma contínua incorporação e abertura de possibilidades expressivas. O cinema não é apenas uma ferramenta cultural, mas cultura, no sentido de cultivo e fonte, donde provém um leque imenso de possibilidades vivas: possibilidades de pensamento, de afecção, de expressão e de reflexão.

Partindo da importância que a linguagem audiovisual alcançou na contemporaneidade, podemos pensar o processo que levou a cineasta Petra Costa a reelaborar suas memórias traumáticas ao construir o documentário *Elena* (2013). O filme, como já vimos, é narrado pela diretora e reconstrói a trágica trajetória da irmã Elena, que viaja para Nova York para ser atriz no início da década de 1990, deixando para trás uma infância passada na clandestinidade durante a ditadura militar e Petra, então com apenas sete anos de idade. Lá, ela entra em depressão e se suicida, gerando uma memória traumática na irmã. Duas décadas mais tarde, Petra também se torna atriz e vai para Nova York em busca da reelaboração desta memória traumática. Reestrutura-se a si própria a partir da reelaboração da história da irmã.

Em uma definição mais simplista sobre o que vem a ser o gênero documentário, podemos afirmar que este se caracteriza por “uma montagem cinematográfica de imagens visuais e sonoras dadas como reais e não fictícias. O filme documentário tem, quase sempre, um caráter didático ou informativo, que visa, principalmente, restituir as aparências da realidade, mostrar as coisas e o



mundo tais como eles são” (AUMONT; MARIE: 2003, p. 86). No entanto, as fronteiras entre o filme documentário e o filme de ficção (ou de criação), não são tão estanques assim. Quando pensamos em um filme como *Elena*, basicamente construído a partir de fragmentos de memórias, esta questão torna-se ainda mais importante. Isto porque não importa o que seja feito, mas um filme sempre estará no tempo presente. Como já vimos, a lembrança é sempre um trabalho, e os sonhos do presente desempenham aí um papel tão grande quanto os fatos verdadeiros desaparecidos para sempre. Se o passado é sempre criação, ele conta mais pelo que fazemos com ele do que por que ele aconteceu realmente.

Outra questão que não podemos deixar de analisar é a importância dos suportes utilizados no filme. Além de estabelecerem uma nova linguagem, as mídias audiovisuais também possuem a característica de servir como suportes materiais para a memória cultural e também para a memória individual de cada um. Cada memória individual é hoje em dia cercada de um conjunto de mídias tecnológicas de memória que borram a fronteira entre os processos intra e extrapsíquicos. Sob o signo da tecnologia de armazenamento eletrônico, por outro lado, passa a valer sobre a memória o princípio de sobreescrita permanente e de uma possibilidade de reconstrução das recordações. A escrita, que acompanha a língua, armazena coisas diferentes e de maneira diferente em comparação ao que as imagens fazem. Estas, por sua vez, contêm expressões e experiências independentes da língua. Elas possuem “imagens agentes”, com um poder especial de memorização. No caso das memórias traumáticas, que fraturam o aparelho psíquico, levando a possíveis esquecimentos dos fatos ocorridos, esse poder especial de memorização passa a ser ainda mais importante.

O corpo estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder da afecção. A afecção como componente corporal das lembranças possui uma qualidade ambivalente: pode ser vista tanto como indício de autenticidade quanto como motor da falsificação. Quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência, estamos falando de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência encapsulada corporalmente, que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora. Por fim, as mídias externalizadas da memória incluem localizações que são convertidas em lugares de memória, devido a algum acontecimento de relevância religiosa, histórica ou biográfica. (ASSMANN, 2011: 25)

Desta forma, através de filmes caseiros, recortes de jornal, diários e cartas antigas, Petra Costa reconstrói a história trágica da irmã e, com isso, busca uma redenção para si mesma. Optando por uma narrativa mais poética, enfatizando associações visuais e descrições oníricas, a linguagem utilizada deixa bem claro o envolvimento afetivo com a história contada. As memórias de um



passado vão sendo associadas a partir do suporte audiovisual, construindo uma narrativa quase analítica. Voltando à Freud, buscamos associar o trabalho de pesquisa dos suportes imagéticos, suportes de memória, escolhidos pela diretora e o alinhar dado pela montagem com o trabalho construído em sessões psicanalíticas. Freud afirma que a tarefa da análise consiste em preencher todas as lacunas da memória do paciente através da linguagem falada, já que a amnésia dos pacientes neuróticos possuem importante conexão com a origem de seus sintomas. Acreditamos que a amnésia traumática de Petra foi sendo removida à medida que os suportes de memória eram utilizados para construir a sua narrativa fílmica, como também para reconstruir de forma criativa o seu passado marcado por lembranças que precisavam ser transformadas.

## CONCLUSÃO

Como vimos ao longo do desenvolvimento do trabalho, a memória aqui pensada é uma memória em movimento, que está sempre sendo atualizada. A partir do pensamento do filósofo Bergson, vimos que o passado não é algo cristalizado no tempo. Segundo ele, a imagem-lembrança seria uma atualização da lembrança pura, já que esta não é conservada no cérebro. Como o cérebro pertence ao plano material, pode atualizar as lembranças quando os interesses práticos assim o exigirem, mas não detém o poder de armazená-las. Isto quer dizer que o passado não se conserva e não pode ser pensado como um ser em si, o que faz a existência uma perpétua novidade passível de elaborações e reelaborações.

Quando nos remetemos à questão do trauma, a repetição passa a determinar as ações humanas. Freud afirma que quando o sujeito vivencia determinadas experiências dolorosas de grande intensidade emocional, pode ocorrer resistências e deslocamentos na tentativa da sua elaboração. Daí a doença da memória que ele chamou de neurose, um caminho viciado que gera a repetição. Segundo ele, os sintomas neuróticos referem-se a processos mentais inconscientes, onde só há a possibilidade de lhes conferir algum sentido a partir da interpretação analítica. A terapia age transformando aquilo que é inconsciente em consciente, removendo as lacunas de memórias que estão diretamente relacionadas com a origem dos sintomas. Este trabalho visa justamente ir ao encontro dessas mesmas possibilidades, só que através de outro caminho: a criação artística. Buscamos defender a ideia de que através do “fazer cinema” é possível superar o esquecimento de um acontecimento traumático e reelabora-lo de forma criativa tendo em vista a sua superação.



O filme analisado para tentarmos pensar a possibilidade acima descrita foi *Elena*, recente produção brasileira em que a diretora/narradora reconstrói a história da irmã a partir de fragmentos de memórias e, de forma indissociável, também a própria história. Assumindo um papel ativo-reflexivo, Petra Costa ressignifica o vazio produzido pela experiência traumática causada pela trágica morte da irmã. A produção artística reconstrói as lembranças muitas vezes fragmentadas e desconexas, produzindo finalmente sentido às experiências passadas e principalmente significando a própria existência presente e futura.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. J. de. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.
- AUMONT, J. & MARIE, M. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas: Papyrus, 2003.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, H. A consciência e a vida. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- FARIAS, F. R. de. Acontecimento traumático, fraturas de memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. A. (org.). *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. Memória Social e temporalidade retroativa. In: PINTO, D. de S. & FARIAS, F. R. de. (org.). *Novos apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.
- GAUTHIER, G. *O documentário: um outro cinema*. Campinas: Papyrus, 2011.
- FREUD, S. Conferências introdutórias sobre psicanálise (1917). Conferência 18: Fixação em traumas – O inconsciente. In: *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MACIEL, A. *O todo aberto. Tempo e subjetividade em Henri Bergson*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UERJ, 1997.
- TÜRCKE, C. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.
- ORTEGA, Francisco. *Trauma, cultura e história*. Bogotá: Lecturas, 2011.





## ARTE E SOCIOLOGIA DA ARTE: (IM)POSSIBILIDADE DE SEPARAÇÃO

LEITE, Caroline Alciones de Oliveira

*Mestranda do Programa de Estudos Contemporâneos das Artes*

*alcionesdol@gmail.com*

332

### RESUMO

Esta pesquisa investiga o quanto as questões da arte e da sociologia da arte podem se entrelaçar na composição de um trabalho de arte de crítica institucional, problematizando a real possibilidade de apartar questões da sociologia da arte, em sua investigação das relações sociais que se dão no âmbito das artes, de questões próprias às artes. Neste contexto, analisamos *Untitled, 2003*, da artista Andrea Fraser, buscando enfatizar as condições nas quais o trabalho se deu, bem como sublinhar não somente aquilo que o consenso ou o dissenso do mundo da arte teriam a afiançar a respeito do trabalho, mas levando em consideração como atores institucionais externos ao mundo da arte podem responder quando confrontados com um trabalho do escopo de *Untitled, 2003*.

**Palavras-chave:** Arte. Sociologia da Arte. Performance

### ABSTRACT

This research investigates the degree to which the issues of art and sociology of art can be interwoven in the composition of an institutional critique art work, problematizing the real possibility of depart from questions of sociology of art, in its investigation of social relations that are within the scope of the arts, issues unique to arts. In this context, we analyzed *Untitled, 2003*, authored by the artist Andrea Fraser, seeking to emphasize the conditions under which the work was made, as well as highlight not only what the consensus or the dissent of the art world would have to assure the respect of labor, but considering how institutional actors external to the world of art can respond when confronted with a work of scope of *Untitled, 2003*.

**Key-words:** Art. Sociology of Art. Performance



## INTRODUÇÃO

Ao se dedicar à análise das relações sociais no âmbito das artes, sociólogos da arte como Howard Becker e Nathalie Heinich estabelecem não ser tarefa da sociologia da arte um estudo dedicado às questões da arte em si. Apesar deste posicionamento teórico, alguns trabalhos de arte parecem suscitar a necessidade de pensar as relações sociais de maneira intrínseca às questões estéticas. Neste sentido, podemos observar o trabalho da artista norte-americana Andrea Fraser, *Untitled, 2003*.

Antes, cabe observar que para a socióloga Nathalie Heinich, a arte contemporânea estaria fundamentada essencialmente em um processo de experimentação a partir das possibilidades de rupturas com o passado, em se tratando das instituições de arte. (2012, p. 186) Por outro lado, Terry Smith entende haver um movimento de arte política, levado a cabo por artistas conceituais e pós-estúdio, que promove gradativamente a substituição de uma tradicional hostilidade contra os museus por um processo de negociação, lastreado em especial pela flexibilidade demonstrada por curadores na busca de redefinição do papel do museu (2012, p. 157). Neste ponto, *Untitled, 2003* parece se inserir ao promover uma crítica às instituições, atuando e questionando o sistema em seu interior.

Em *Untitled, 2003*, Andrea Fraser realizou, com a participação direta de um colecionador, uma performance que envolvia uma relação sexual com esse mesmo colecionador, no caso o comprador e proprietário da performance. O projeto, que se desenvolveu com a intermediação da Friedrich Petzel Gallery, consistiu em um encontro gravado em vídeo em um quarto de hotel, sem qualquer edição, exceto pela eliminação do áudio. O vídeo tem duração de 60 minutos e foram feitas cinco cópias em DVD, cabendo a primeira cópia ao colecionador comprador da performance, cujo nome não foi revelado, e as demais cópias foram destinadas à venda.

O trabalho de Andrea Fraser é dirigido às instituições de arte e àqueles que nelas transitam em um processo que explora os limites das instituições e do próprio trabalho de arte. A artista revela que, em determinado momento, o trabalho foge de seu controle. Podemos compreender esta perda de controle como consequência da substituição da audiência típica de seus trabalhos, de caráter *site-specific*, por uma câmera de vídeo cuja lente não permite antever aqueles que terão acesso ao vídeo da performance e assim acompanhar sua reverberação.



Assim, a partir de alguns apontamentos da sociologia da arte em espécie de contraponto com o trabalho de Andrea Fraser, buscamos refletir acerca da possibilidade de separação entre questões da arte e da sociologia da arte.



Fig. 1 - Andrea Fraser  
*Untitled*, 2003.  
(Fonte: <http://www.select.art.br/article/critica/>)



## O TRABALHO DA ARTISTA

A obra de Andrea Fraser é reconhecidamente uma obra de crítica institucional. Em trabalhos como *Museum Highlights: A Gallery Talk*, 1989; *Welcome to the Wadsworth*, 1991; *Inaugural Speech*, 1997; *Official Welcome*, 2001; os quais, apesar de se darem em espaços institucionais ou institucionalizados como Philadelphia Museum of Art, Wadsworth Atheneum, inSITE, Maryland Institute College of Art (MICA Foundation), respectivamente, a artista critica diretamente as instituições de arte bem como parece dar lugar para questionamentos acerca daqueles que se relacionam com esses espaços institucionais, mesmo que somente no papel de audiência. Ao se inserir nesses espaços institucionais para criticá-los, revela-se um denominador extremamente presente a nortear o trabalho da artista: a consciência dos limites e dos processos institucionais.

Segundo Howard Becker,

Os artistas visuais criam seus próprios espaços ou, de forma mais abrangente, elaboram trabalhos que não podem ser expostos em museus e galerias – *land art* ou arte conceitual – escapando assim o que sentem ser a tirania dos diretores de museus, curadores e daqueles que dão suporte financeiro. (1997, p. 235, tradução nossa)

Andrea Fraser parece subverter a lógica descrita por Becker ao levar para o interior da instituição um trabalho que não cabe nesse espaço, tecendo contundente crítica através de estratégias capazes de capturar a performance que se deu em um espaço físico diverso daquele da exposição e de reatualizá-lo a cada momento que se faz presente no cotidiano institucional. *Untitled*, 2003 lida com questões que perpassam a relação com a galeria agenciadora do trabalho do artista, com os colecionadores particulares, com as instituições expositivas, com o artista e com o público, reafirmando que ao “longo do século XX, a galeria comercial se transformou no veículo fundamental do mercado de arte”. (SMITH, 2012, p. 154, tradução nossa) Neste sentido, Andrea Fraser recorreu à Friedrich Petzel Gallery para que a galeria procedesse a intermediação com um colecionador particular que atendesse aos requisitos estipulados pela artista e que participasse do processo de venda das cópias da performance e da exibição do vídeo.



Naquilo que tange ao mercado de arte, o historiador e crítico de arte australiano Terry Smith afirma que, até o início dos anos 1990, o mercado de arte, através das casas de leilões de todo o mundo, se pautava em uma lógica que dividia a arte em impressionista, moderna, do pós-guerra e contemporânea. (2012, p. 161) O investimento de grandes somas de dinheiro realizado pelos colecionadores em obras de arte teria se dado, dentre outros fatores, devido à crise do petróleo de 1973 e à crise econômica na década de 1990. Assim, se podia e se pode verificar um panorama no qual pessoas com elevado poder aquisitivo compram qualquer tipo de arte. (SMITH, 2012, p. 163-164) Smith afirma que o mercado se globalizou e novos estilos de colecionadores surgiram. (2012, p. 169)

É neste contexto que as relações entre artistas e mercado de arte se dão. As galerias de arte angariam para si poder sobre o artista e sua obra, negociando-o com ricos colecionadores, definindo um valor, por vezes mais do que econômico, para a arte. Os colecionadores compram aquilo que galerias e casas de leilões estabelecem como valoroso. As instituições de arte, galerias e museus se encarregam de legitimar artistas e trabalhos que consideram pertinentes a partir de uma lógica de valores, de contratos, de negociações e interesses cujo poder é concentrado pelas instituições de arte. Este é o cenário que Andrea Fraser ataca de forma clara, contundente e consciente em suas performances.

Contudo, as instituições de arte, diante de cada novo fazer da arte, se adaptam em movimentos de modificação de sua estrutura mais superficial para conservar sua estrutura central e hierárquica de manutenção de poder. Esta dinâmica de adaptação já fora observada e analisada como um movimento de artistas políticos, conceituais e pós-estúdio de substituição gradual da hostilidade contra os museus por um processo de negociações, principalmente no que diz respeito à flexibilidade demonstrada por curadores que buscam redefinir o papel do museu. (SMITH, 2012, p. 157) Essa realidade se coaduna com a afirmação do sociólogo Norbert Elias segundo a qual “à medida que vai mudando a relação entre os que produzem arte e os que precisam dela e a compram, muda a estrutura da arte, mas não o seu valor” (2013, p. 46).

No caso de *Untitled, 2003*, mesmo face ao histórico de crítica institucional que perpassa a obra de Andrea Fraser, a Friedrich Petzel Gallery atuou como a intermediária da venda do trabalho a um colecionador particular cujo nome é mantido em sigilo. Este processo de negociação, que já contém o trabalho da artista, parece evidenciar a perspectiva da instituição





que tende a fagocitar ou mesmo a deglutir o novo que outrora despontou fora dos muros institucionais. Ou ainda, a perspectiva institucional ao compreender um trabalho que lhe confira a dimensão democrática capaz de conjugar instituição e sociedade se apressa em fazê-lo.

Em entrevista ao *The Brooklyn Rail*, Fraser afirmou ter sido necessário que se estabelecesse uma relação de confiança entre ambos – artista e colecionador – para que o trabalho pudesse ocorrer, não tendo sido assinado, portanto, nenhum contrato com o colecionador anônimo (2004, publicação online). Para a artista, tratava-se de transformar uma relação econômica de compra e venda em uma troca mais pessoal, em uma troca mais humana. Neste ponto, cabe indagar em que medida o colecionador se mantém tão somente como colecionador e em que medida ele já não é um *performer*, ou mesmo um artista, uma vez que é parte incontestada da performance?

Howard Becker, ao observar as inúmeras discussões próprias do mundo da arte sobre o que seria arte ou não, sobre as diferenças entre arte e artesanato, dentre tantas outras questões, afirma que “os mundos da arte são compostos por todas as pessoas que são necessariamente envolvidas na produção de trabalhos característicos que esse mundo, e talvez outros também, definam como arte” (1997, p. 34, tradução nossa). Em diálogo com este contexto, podemos compreender que o trabalho de Andrea Fraser versa a respeito dos mundos, ou do mundo da arte, ao tangenciar a teoria de Becker, nos permitindo observar a importância de se considerar os agentes envolvidos e envolvidos nas relações do mundo da arte, uma vez que Fraser se vale destes agentes e das relações sociais que se estabelecem no mundo da arte como material para a elaboração de seu trabalho.

Neste sentido, interessante faceta de *Untitled, 2003* se revela na composição da crítica institucional – as relações sociais estabelecidas na realização do trabalho são consideradas por Andrea Fraser parte do trabalho:

Para mim, um dos legados mais importantes do minimalismo e da arte conceitual é a ideia de que o que constitui uma obra de arte não é apenas a coisa, mas todas as condições de produção e apresentação e distribuição da coisa. Porque, em sentido amplo, é onde o sentido, o significado social, de uma obra de arte é feito. Assim, mesmo que *Untitled, 2003* não seja um trabalho *site-specific*, eu ainda considero todos os aspectos como parte da obra. (FRASER, 2004, publicação online, tradução nossa)





Não somente a relação que a artista estabelece com a Friedrich Petzel Gallery e com o colecionador são partes constituintes da obra, como também a relação de negociação das cópias do DVD com outros colecionadores particulares faz parte da obra. A própria escolha dos jornais com os quais Andrea Fraser estabeleceu diálogo constitui parte do trabalho. Contudo, a relação com a audiência é modificada. À medida que o público das performances é substituído pelo público encoberto pela lente da câmera de vídeo, o trabalho de Andrea Fraser tem seu caráter *site-specific* modificado. Não se trata mais de uma plateia constituída na fugacidade do tempo presente da performance, conforme Miwon Kwon destacou ao observar o caráter *site specific* das performances de arte, compreendendo que a experiência com o objeto de arte se dava no âmbito do presente e da relação corporal com cada espectador (2008, p. 167): o público outrora tão próximo da artista é substituído por um público coberto pelas lentes da câmera de vídeo.

Perde-se então, o controle da interação e da reverberação da obra, apesar de todos os critérios estabelecidos com o comprador, tais como restrições para fazer cópias ou distribuir representações do DVD e, em caso de produção de qualquer material gráfico, o mesmo deve ser submetido à apreciação da artista. Neste momento, o contrato se apresentou como caminho para o trabalho de Fraser. Contudo, se em momento anterior havia sido estabelecida uma relação de confiança entre Andrea Fraser e o colecionador, a artista passa a expressar desconforto com a possibilidade de o colecionador ser exposto ou afetado pelas consequências que o próximo momento de seu trabalho – a venda das demais cópias dos DVDs – pudesse propiciar.

## QUESTÃO DE CRÍTICA

Neste tocante, a crítica do jornal *The New York Times* afirmou que o abalo de Fraser ao se preocupar com o colecionador seria um típico caso de uma “prostituta com o coração de ouro” (2004, publicação online, tradução nossa). Torna-se patente outra vez que o controle da artista sobre seu trabalho se dissipa nas relações sociais que se dão. Se para Andrea Fraser, a decisão sobre com quem falar, como falar ou não falar a respeito de *Untitled, 2003* é também parte do trabalho (FRASER, 2004), fica evidente, contudo, que não se pode controlar aqueles que falam e como falam de um trabalho de arte. O artigo do *The New York Times* nos confronta com uma forma de crítica de arte distinta daquela na qual o crítico quase realiza o trabalho em



conjunto com o artista, como observou a autora Lucy R. Lippard ao refletir sobre a arte conceitual nos anos 1960 para 1970:

Eu nunca gostei do termo crítica. Tendo aprendido tudo o que sabia sobre a arte nos estúdios, me identifiquei com artistas e nunca me vi como sua adversária. [...] Houve um período em que eu me via como um escritor-colaborador com os artistas, e agora e em seguida, fui convidada pelos artistas a tomar esse papel. [...] Quando fui acusada de me tornar uma artista, eu respondi que eu estava apenas fazendo críticas, mesmo que isso tivesse tomado formas inesperadas. (1997, p. x, tradução nossa)

339



Fig. 2 - Andrea Fraser  
*Untitled*, 2003.  
(Fonte: <http://www.artnet.com/Magazine/features/jsaltz/>)

Assim, Andrea Fraser parece buscar ao máximo o controle das reverberações de seu trabalho. O *The Brooklyn Rail* parece harmonizar com esse propósito, como podemos verificar no início da entrevista quando a artista afirma ter buscado sempre se envolver nos processos de edição de suas entrevistas, editando-as juntamente com os entrevistadores, buscando garantir que o mesmo se daria com aquela entrevista. (FRASER, 2004)

Por outro lado, o *The New York Times* (2004), ao expor o trabalho da artista a partir de conotações compatíveis com uma ideia de prostituição, caminha na contramão das críticas de



arte em geral. A artista é comparada com a personagem interpretada por Demi Moore no filme *Proposta Indecente*, além da menção à atriz italiana de filmes pornográficos Cicciolina. Por mais que Fraser zeze pela circulação de seu trabalho mesmo no nível da crítica, ainda assim seu trabalho parece construir para si um cenário de relações sociais no qual as questões de arte extrapolam os debates da crítica de arte.

O debate que se estabelece entre a percepção de Andrea Fraser sobre o próprio trabalho e a de um jornal de repercussão internacional parece constituir evidência de que o trabalho da artista não se dá somente no âmbito da performance gravada em vídeo, mas também no âmbito das relações sociais que o trabalho super-expõe e, ao fazê-lo, problematiza a lógica institucional. Não se trata, no entanto, de um trabalho que ao se relacionar com as instituições, inclusive de forma financeira, teria se rendido à lógica institucional. Antes, ao lidar também com essas questões, o trabalho de Fraser permite observar como se dão as relações sociais que envolvem as artes mesmo diante de um trabalho que expõe a intimidade de uma relação sexual vendida sob a chancela de performance de arte:

*Untitled* é sobre o mundo da arte, é sobre as relações entre artistas e colecionadores, é sobre o que significa ser um artista e vender o seu trabalho – vender o que poderia ser, o que deveria ser, uma parte muito íntima de si mesmo, de seu desejo, de suas fantasias e permitir a outros usá-lo como uma tela para suas fantasias. Na verdade, não se trata de um trabalho sexual, não trata de prostituição, e não é sobre ter meus quinze minutos. (FRASER, 2004, publicação online, tradução nossa)

Ao contrário do que o artigo do *The New York Times* apregoa, Andrea Fraser parece estar léguas de distância de uma postura ingênua por se preocupar com eventual quebra de um acordo verbal, mesmo diante das restrições impostas. Fraser afirma ainda que a ideia da performance e sua condução estavam sob seu controle e que “nunca [se sentiu] usada pelo colecionador. Na verdade, ela estava muito mais ocupada em usá-lo. E expor isso tem sido empoderador – incrivelmente empoderador” (FRASER, 2004, publicação online, tradução nossa). A artista construiu para si um cenário no qual se subverte a lógica de um mercado que estabelece as regras e que lucra com o artista, revertendo sua lógica e utilizando o mercado de arte como material de arte.

A venda e a compra da relação sexual, assim como a venda e compra dos DVDs da performance, constituem o trabalho *Untitled, 2003*. Para além da relação sexual, os momentos de compra e de venda são momentos que deflagram a crítica institucional de Andrea Fraser. Se



“o que é raro não são os objetos, mas a propensão em consumi-los, ou seja, a ‘necessidade cultural’ que, diferentemente das ‘necessidades básicas’, é produto da educação” (BOURDIEU; DARBEL, 2007, p. 69), cabe considerarmos a indagação proposta por Fraser de se *Untitled, 2003* teria conotação de prostituição pelo fato de ela ter tido relação sexual com o colecionador mais do que se ela tivesse vendido qualquer outro trabalho de arte. (FRASER, 2004, publicação online)

*Untitled, 2003*, na condição de um trabalho de crítica institucional, problematiza a própria prática do artista, bem como daqueles que, com maior ou menor frequência, visitam as instituições de arte, consumindo o que o circuito lhes oferece. É neste sentido que o trabalho de Andrea Fraser parece ter considerável dose de consciência acerca das relações institucionais:

Se a crítica institucional é um reflexo de como obras de arte circulam pelas instituições – não somente pelos museus, mas a instituição da arte como um todo, o mercado, a galeria, a imprensa, e assim por diante – a crítica institucional nunca foi apenas uma reflexão sobre essas instituições, mas também sobre a prática artística e a forma como os artistas alimentam essas instituições. (FRASER, 2004, publicação online, tradução nossa)

Neste tocante, acrescente-se ainda um processo de consciência no tocante ao próprio público de arte. Se nas demais performances de Andrea Fraser, a artista conhecia o perfil de seu público, em *Untitled, 2003* a câmera de vídeo retira da artista este controle. A performance do aqui e agora e o caráter *site-specific* dão lugar a uma performance exibida no suporte de um vídeo cujo controle, no momento de sua exibição, já não pertence à artista. O trabalho passa a ser uma mercadoria. Contudo “[*Untitled, 2003*] também existe como uma representação, sendo ainda mais difícil de controlar a circulação de representações do que a das mercadorias.” (FRASER, 2004, publicação online, tradução nossa)

Outro ponto é que o trabalho, enquanto mercadoria, atinge aqueles não treinados para o usufruto dos museus, principalmente em relação à performance. Norbert Elias, ao analisar as relações sociais em torno da obra de Wolfgang Amadeus Mozart e como o trabalho do compositor se relacionava com a sociedade da época, afirmou que

tornou-se corriqueira a ideia de que os artistas têm uma tendência a apresentar um comportamento “selvagem”, ou ao menos incomum, que inventam novas formas que o público inicialmente não consegue perceber e, portanto, não entende; isso é quase um componente do trabalho do artista. (ELIAS, 2013, p. 51)



A constatação de Elias se aplica também ao âmbito das artes visuais, o que, por extensão, nos permite observar que a dificuldade inicial do público, em se tratando de artes visuais, ao se relacionar com a obra parece agravada quando se trata de performances. Segundo Arthur Danto, o público de performances de arte é um público extremamente específico, a ponto de afirmar que

talvez o que constitua a diferença entre trabalhos de arte e, particularmente trabalhos de performances de arte, [...] seja somente a especificidade da audiência. Por outro lado, o que se poderia pensar como qualificações estéticas ou críticas [?] [Um] trabalho direcionado com grande especificidade talvez seja superior a um cujo público-alvo é variável e indiferente. (DANTO, 1992, p. 68, tradução nossa)

342

Contudo, *Untitled, 2003* parece ser capaz de causar estranhamento não somente no público não treinado pela história do modernismo e pela vanguarda da arte. Para Fraser, “um dos sinais mais claros de que *Untitled, 2003* é um trabalho de sucesso é que ele perturba não somente as pessoas de fora do mundo da arte, mas também muitas pessoas que estão dentro do mundo da arte” (2004, publicação online, tradução nossa). Assim, a percepção desta obra tanto pelo público que, em certa medida, possa ter algum estranhamento quanto por aqueles afinados com a lógica institucional, evidencia a afirmação de Bourdieu e Darbel quando, ao refletirem sobre o fato de os instrumentos de avaliação da percepção da obra ser complemento indispensável da história dos instrumentos de produção da obra, compreendem que “toda obra é, de alguma forma, elaborada duas vezes: pelo criador e pelo espectador, ou melhor ainda, pela sociedade a que pertence o espectador.” (2007, p. 76)

Neste sentido, o estabelecimento de relações com a instituição de arte para realizar trabalhos de crítica institucional, mais do que incorrer no perigo de se deixar absorver pelos anseios e pelas ideologias institucionais, parece exercer sentido e acontecer de forma eficaz ao se embrenhar no espaço institucional como forma de criticá-lo. A consciência de Andrea Fraser acerca destes espaços, das relações institucionais, das relações de compra e venda do sistema de arte, faz com que perceba que

recusar em estabelecer e aplicar critérios específicos e articulados frequentemente tem menos a ver com a manutenção da neutralidade ou da defesa da área livre de experimentação artística do que com a proteção do capital social, econômico e simbólico que geralmente é a verdadeira base, nestes casos, para a legitimidade artística. (FRASER, 2005, p.42-43, tradução nossa)





Neste tocante, parece saltar da composição do trabalho de Fraser sua habilidade em coadunar em sua performance aspectos que dizem respeito tanto a proposições da ordem da estética, em se tratando de performance, quanto a questões da ordem das relações sociais do mundo da arte. Ambos os aspectos parecem compor de forma inseparável *Untitled, 2003*, como evidenciado em outra reflexão de Elias a respeito de Mozart:

Diferentes das ideias dos sonhos, as ideias do artista sempre estão ligadas ao material e à sociedade. São uma forma específica de comunicação que pretende arrancar aplausos, acolhida positiva ou negativa, despertar alegria ou raiva, palmas ou vaias, amor ou ódio. (ELIAS, 2013, p. 64)

343

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Untitled, 2003*, a conjugação de uma linguagem estética com questões do plano das relações sociais nas quais trabalhos de arte circulam compõe o trabalho de arte que ora investigamos e sua inserção no campo da crítica institucional. A consciência do limite de cada instância, a percepção das fronteiras e de suas conseqüentes porosidades entre arte, sistema de arte, relações sociais do mundo da arte, artista e sociedade constituem os elementos fundamentais para que *Untitled, 2003* fosse viável enquanto trabalho de arte e como crítica institucional, sendo capaz de permanecer coerente e coeso mesmo no interior de um espaço e de uma lógica que se propõe a criticar e a atacar.

A crítica institucional tecida em *Untitled, 2003* parece se valer de diferentes aspectos do mundo da arte em sua composição. As razões estéticas para chamar *Untitled, 2003* de performance somente parecem fazer sentido uma vez que se considere as relações sociais estabelecidas no mundo da arte que abriga a performance em questão. Não se trata de um trabalho que se apropria de materiais evidentes. Afinal, a performance de Andrea Fraser toma para si o corpo, o outro, o desconhecido, as relações sociais, a representação, a projeção de significados, a noção e a circulação de mercadorias e de circulação de representações. Apesar de serem frentes distintas, de serem materiais de diferentes composições, Andrea Fraser os articula em um único e mesmo trabalho, sem título, sem som, sem controle de sua própria reverberação.





## REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard. *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Zouk, 2003.
- CRIMP, Douglas. *Sobre as ruínas do museu*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DANTO, Arthur C. *Beyond the Brillo Box: The Visual Arts in Post-Historical Perspective*. Nova York: Farrar Straus Giroux, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- FRASER, Andrea. *Museum Highlights: the Writings of Andrea Fraser*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2005.
- FRASER, Andrea; BAJO, Delia; CAREY, Brainard. Conversation: Andrea Fraser. *The Brooklyn Rail: Critical Perspectives on Arts, Politics, and Culture*. Nova York, 1 out. 2004. Disponível em: < [www.brooklynrail.org/2004/10/art/andrea-fraser](http://www.brooklynrail.org/2004/10/art/andrea-fraser) > Acesso em: 28 jul. 2014.
- HEINICH, Nathalie. Para acabar com a discussão sobre arte contemporânea. In: BUENO, Maria Lúcia; CAMARGO, Luiz Octávio de Lima (Org.). *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Senac, 2012.
- KWON, Miwon. Um lugar após o outro: anotações sobre site-specificity. *Arte & Ensaios*, ano 15, n. 17, p. 167-187, 2008 [1997].
- SMITH, Terry. *?Qué es el arte contemporáneo?* Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- TREBAY, Guy. Sex, Art and Videotape. *The New York Times*. Nova York, 13 jun. 2004. Disponível em: [www.nytimes.com/2004/06/13/magazine/13ENCOUNTER.html](http://www.nytimes.com/2004/06/13/magazine/13ENCOUNTER.html). Acesso em: 28 jul. 2014.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2236-8736, n.3,  
Volume 20**

**DESAFIOS DAS  
INTERDISCIPLINARIDADES**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 20

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 20

**9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

**10h20-10h50 – Intervalo, Café**

**10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Livia A. Fialho Costa

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 20

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**



### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)



**Comissão científica**

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 20

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



## SUMÁRIO

O PRINCÍPIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA DE PROFESSORES DA DISCIPLINA PROJETO APLICADO DO INSTITUTO UNA DE TECNOLOGIA - MACHADO, Lucília Regina de Souza; BICALHO, Vítor De-Lazzari .....	1-17
APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING EM MODELOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES QUE INCENTIVAM MUDANÇAS E INOVAÇÕES – FIALHO, Francisco Antonia Pereira; SILVA, Camila Wohlmuth da; MENEZES, Graciela Sardo.....	18-31
ESTRATÉGIA DE PROJETOS: CULTURA, INTERDISCIPLINARIDADE E CONHECIMENTO - PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; PÁTARO, Ricardo Fernandes .....	32-50
O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E O CASO EMPÍRICO VARIG – ROMEIRO, Taíssa Salles .....	51-64
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES NO BRASIL: REFLEXO DA COMPLEXIDADE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO – COELHO, Gabriel Bandeira .....	65-84
MORALIDADES E TENSÕES NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA – AGUERA, Olívia .....	85-98
DESAFIOS PARA O PESQUISADOR INTERDISCIPLINAR: RELATOS DE UMA TESE EM CONSTRUÇÃO - PINTO, Diana de Souza; CAMPOS, Tamara de Souza.....	99-116
INTERDISCIPLINARIDADE: CONTEXTO ATUAL E SEUS DESAFIOS - MADEIRA FILHO, Wilson; CALLEGARI, José Antônio .....	117-129
EL SISTEMA FAXINAL EN LA REGIÓN CENTRO–SUR DEL PARANÁ: UNA REVISIÓN A SU HISTORIA CON UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL – GONZAGA, Carlos Alberto Marçal; CAMPOS, Roger Alexis Solis; FUJINAGA, Cristina Ide .....	130-142
PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS – QUARESMA, Adilene Gonçalves .....	143-155





**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2236-8736, n.3, v. 20

OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES: MODELOS ORGANIZADOS NO BRASIL E NA BAHIA – FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Oliveira .....	156-173
PROJETO MIGRATÓRIO: UMA COMPREENSÃO INTERDISCIPLINAR DO TEMA – SCHUTTE, Giorgio Romano; MAZER, Roberta de Moraes .....	174-190
CURRÍCULO E INTERDISCIPLINARIEDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS – FIGHERA, Mariângela Lindner; SILVA, Luciane Bidinoto; GRITTI, Silvana Maria .....	191-204
PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES EM ESTUDO EMPÍRICO: PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL – PALMEIRA PR – LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia; GIUSTINA, Emilie Faedo Della; MIOLA, Ana Carolina Moreira .....	205-224
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha .....	225-242
A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM MOVIMENTO SOCIAL – Balsa, Casimiro .....	243-255
TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CREAS: RELATOS E DESAFIOS - MUSIAL, Denis Cezar; DIETRICH, Sibyl .....	256-266



## O PRINCÍPIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA DE PROFESSORES DA DISCIPLINA PROJETO APLICADO DO INSTITUTO UNA DE TECNOLOGIA

MACHADO, Lucília Regina de Souza

*Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA. Doutora em Educação e pós-doutora em Sociologia do Trabalho. Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.*

*lsmachado@uai.com.br*

BICALHO, Vítor De-Lazzari

*Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Psicólogo Organizacional. Professor do Centro Universitário UNA*

*vitorbhz@gmail.com*

1

### RESUMO

Este artigo analisa resultados de investigação qualitativa e descritiva sobre a prática da interdisciplinaridade de docentes da disciplina Projeto Interdisciplinar Aplicado de cursos de graduação tecnológica do Instituto UNA de Tecnologia (Belo Horizonte, Minas Gerais). A proposta do diálogo interdisciplinar, que tem penetrado diversos espaços da vida social, do mundo do trabalho e da escola, tem sido apresentada como forma de superar a visão fragmentada da realidade e promover processos colaborativos de produção e socialização do conhecimento. Os dados obtidos mediante entrevista aos professores foram organizados em cinco categorias de análise: motivos, recursos, facilitadores, dificultadores e condições que precisam ser criadas. A investigação encontrou evidências de que os docentes têm agido de forma intuitiva e pouco estruturada na interpretação prática desse princípio. Conclui que a efetivação da intenção institucional de desenvolvê-lo se apresenta como um grande desafio e que, apesar das dificuldades encontradas, os professores demonstraram grande interesse em superá-lo.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Projeto aplicado Prática docente. Graduação tecnológica.

### ABSTRACT

This article analyzes the results of qualitative and descriptive research about professor's practice of interdisciplinarity in the discipline of Applied Interdisciplinary Project at undergraduate courses of UNA Institute of Technology (Belo Horizonte, Minas Gerais). The aim of interdisciplinary dialogue, which has been presented in many areas of social life as work field and school, it is a way to overcome the fragmented view of reality and to promote collaborative processes of production and socialization of knowledge. The data collected through teacher's interviews were organized into five categories of analysis: reasons, resources, enablers, difficult aspects and conditions that need to be created. The investigation has found evidences that teachers have acted in an intuitive way in addition to lack of practical interpretation of this principle. The article concludes that the effectiveness of the institutional intention in developing this principle presents itself as a challenge and that, despite the difficulties found, teachers have demonstrated great interest in overcoming it.

**Keywords:** Interdisciplinarity. Applied Project. Teaching practice. Technological undergraduation courses.



## 1 Introdução

O Instituto UNA de Tecnologia (Unatec) oferece apenas cursos superiores de tecnologia. No primeiro semestre de 2013, contava com 6.500 alunos, 24 cursos e cinco *campi* localizados em Belo Horizonte e Contagem (MG). Há dez anos, quando foi criado, possuía apenas 360 alunos e seis cursos.

Seus cursos são organizados por módulo conforme faculta o art. 5º da Resolução CNE/CP, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. A modularização é uma das formas de flexibilizar e organizar o currículo, de prever o conjunto de conhecimentos profissionais que devem ser estruturados para responder a etapas do processo de formação, de materializar a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos.

Na Unatec, os módulos são constituídos por um conjunto de disciplinas articuladas por ações didático-pedagógicas em torno de um eixo tecnológico. Tem-se com isso a intenção de fornecer certificações intermediárias por módulo, possibilitando atuação profissional em temas da área antes mesmo da obtenção do diploma. Cada módulo é, assim, estruturado de maneira independente. A obtenção de certificações intermediárias está prevista no § 1º do art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais acima mencionadas, garante um determinado nível de terminalidade e confere possibilidade de exercício imediato de uma ocupação.

Há o entendimento de que, nos cursos superiores de tecnologia, os alunos devem ser estimulados a produzir trabalhos acadêmicos que lhes propiciem aprendizados efetivos no campo da sua futura atuação profissional, por meio de uma aproximação maior entre a realidade prática do mundo do trabalho e os conhecimentos aprendidos em sala de aula.

Como forma de garantir a prática da interdisciplinaridade, em todos os módulos dos cursos da Unatec foi inserida uma disciplina destinada à elaboração de projetos, que deve estar diretamente relacionada ao tema do eixo de formação do aluno e também à certificação intermediária a ser adquirida. Trata-se do Projeto Aplicado.

Orientados pelos professores dessa disciplina, os alunos devem desenvolver, em todos os períodos, projetos interdisciplinares, que abranjam atividades de pesquisa e de intervenção de interesse empresarial, social, cultural, artístico, ambiental, extrapolando os limites da sala de aula e da instituição universitária, o que estimula parcerias com organizações, poder público e comunidades.



Conforme sua concepção original, o Projeto Aplicado busca o envolvimento direto ou indireto de diversos profissionais que podem colaborar com suas atividades didático-pedagógicas. Mediante a Resolução nº 100/2008 do Conselho de Ensino e Extensão do Centro Universitário UNA foram estabelecidas as normas para a implantação dessa disciplina.

Buscou-se, assim, investigar como os professores dessa disciplina vêm interpretando nas suas ações didático-pedagógicas a determinação institucional de colocar em prática o princípio da interdisciplinaridade. Partiu-se da conjectura de que eles têm se guiado, para tanto, de forma intuitiva e pouco estruturada.

3

## 2 As interpretações práticas dos docentes

A proposta do diálogo interdisciplinar nos processos de ensino-aprendizagem visa responder à necessidade de superar a visão fragmentada da realidade e promover processos colaborativos de produção e socialização do conhecimento. Trata-se de um movimento que propõe novas formas de organização e de construção de conhecimentos e saberes, que penetrou diversos espaços da vida social, do mundo do trabalho e da escola.

As instituições de ensino superior têm sido interpeladas a promover processos de ensino-aprendizagem interdisciplinares, cooperativos e integradores. Todavia, tal demanda se apresenta como um grande desafio para o qual as respostas não estão dadas *a priori*, pois se trata de um processo, uma prática ou uma dinâmica socialmente situada, que pressupõe intercomunicação, intercâmbios, compartilhamentos, reciprocidades, respeitos mútuos, ética e atitudes que permitam construir convergências, reconhecer divergências. Ou seja, requer pedagogia apropriada. Segundo Leis,

A interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora (Jantsch & Bianchetti, 2002). Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva (Lenoir & Hasni, 2004). Por último, ela tem a ver não apenas com um trabalho de equipe, mas também individual (Klein, 1990) (LEIS, 2005, p. 9).

No desenvolvimento da pesquisa, buscou-se, então, ouvir professores da disciplina Projeto Aplicado sobre como suas ações didático-pedagógicas exprimem a intenção da



interdisciplinaridade e como elas servem para explicar esse princípio pedagógico. Como pesquisa de natureza qualitativa, foi desenvolvida de modo a compreender, conforme Godoy (1995), o fenômeno no contexto em que ocorre e do qual faz parte.

Considerou-se o universo formado por 106 professores com atuação nessa disciplina na Unatec e a intenção de entrevistar 20 deles, 19,6% desse total, contemplando uma distribuição representativa de cursos. Alguns docentes, por alegarem de forma recorrente dificuldades de agendamento ou de disponibilidade, não foram entrevistados. As entrevistas foram realizadas até o momento em que o entrevistador percebeu uma quantidade excessiva de respostas repetitivas, indicando saturação estatística (não agregação de informações diferentes). Dessa forma, foram entrevistados 15 professores. Em duas entrevistas realizadas foram detectadas falhas na gravação que inviabilizaram sua transcrição e, conseqüentemente, não puderam fazer parte do cômputo dos dados analisados.

É importante registrar que a coleta de dados somente foi iniciada após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNA. Os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos foram observados em todas as etapas dessa consulta, considerando os interesses de todos os participantes e a produção de resultados cientificamente significativos e socialmente úteis.

Dessa forma, todos os participantes da pesquisa foram solicitados a se manifestarem previamente sobre sua concordância de participar da pesquisa e autorizaram o uso dos dados coletados mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho, em horários que antecederiam as aulas ou nos intervalos entre elas.

A amostra de docentes participantes desta pesquisa se mostrou bastante heterogênea com relação ao perfil pessoal (gênero, formação, idade, tempo de formação e tempo de trabalho na Instituição). Alguns eram recém-contratados e outros com mais de oito anos de experiência. Todos os entrevistados lecionavam outras disciplinas além de Projeto Aplicado.

Antes das entrevistas, os docentes foram informados dos objetivos da pesquisa, do roteiro de perguntas, da necessidade de autorizarem a gravação das suas falas, do caráter de confidencialidade das informações concedidas. Depois disso, foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para o tratamento e análise dos dados foram utilizadas as técnicas da análise de conteúdo. Segundo Bardin, elas dizem respeito a:



um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2008, p. 44).

Pode-se dizer que é um método de análise de texto que se utiliza em questões abertas de questionários e sempre no caso de entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, observando-se a fidedignidade das informações. Não foram levados em consideração os equívocos semânticos e gramaticais na reprodução do que foi dito pelos sujeitos entrevistados. Para sua apresentação, foi utilizada a grafia em *itálico*.

O cuidado nessa fase da investigação foi o de transformar as informações obtidas nas entrevistas em algo que fosse interpretável e que fizesse sentido para o investigador. Dessa forma, posteriormente, as respostas foram agrupadas por categorias.

Somente após a realização dessa fase de tratamento das informações foi possível fazer a análise delas. Para tanto, buscou-se conhecer o contexto em que cada professor da disciplina está inserido.

Os dados obtidos nas entrevistas foram devidamente registrados em planilha, observando-se a confidencialidade, a preservação da identidade do respondente, a fidedignidade das informações, de forma a assegurar a validade e a representatividade dos resultados.

As informações foram colhidas, organizadas e consolidadas por cinco categorias principais:

- a) **Motivos:** compreendem as interpretações que docentes fizeram das razões pelas quais a instituição estabeleceu que a disciplina Projeto Aplicado deve ser desenvolvida com enfoque interdisciplinar.
- b) **Recursos:** compreendem os meios didático-pedagógicos mediante os quais os docentes afirmaram desenvolver a disciplina Projeto Aplicado.
- c) **Facilitadores:** compreendem as interpretações dos docentes sobre fatores e circunstâncias existentes na instituição que amparam as ações e procedimentos que visam à realização da interdisciplinaridade na disciplina de Projeto Aplicado.





- d) Dificultadores: compreendem as interpretações dos docentes sobre fatores e circunstâncias existentes na instituição que atrapalham as ações e procedimentos destinados à realização da interdisciplinaridade na disciplina de Projeto Aplicado.
- e) Condições que precisam ser criadas: compreendem as interpretações dos docentes sobre fatores e circunstâncias que precisam ser gerados ou expandidos para que a interdisciplinaridade na disciplina de Projeto Aplicado se efetive.

O agrupamento das respostas por subcategorias dentro de cada uma dessas cinco categorias passou igualmente por interpretações sobre as informações obtidas dos entrevistados e foi feito respeitando o teor das ideias dos entrevistados e os objetivos da investigação.

Essa fase do tratamento dos dados por meio de inferências interpretativas permitiu que os conteúdos recolhidos se transformassem em informação substantiva para a análise reflexiva.

6

## **2.1 Interpretações docentes sobre motivos para a prescrição institucional do princípio da interdisciplinaridade no desenvolvimento da disciplina Projeto Aplicado**

Nas falas dos docentes entrevistados ficou claro que eles entendem que o principal motivo para tratar a disciplina P.A. com uma abordagem interdisciplinar é a possibilidade de realizar a aproximação do aluno com o mundo do trabalho, sobretudo o empresarial. Consideraram que ele precisa compreender a realidade multifacética dos extramuros da escola. O professor Y interpreta que essa disciplina, com sua abordagem interdisciplinar, deve

*...fazer com o os alunos se aproximem de empresas e façam um diagnóstico empresarial como se fossem consultores aos quais os professores vão dando subsídios para o desenvolvimento da consultoria.*

Segundo o professor Z, a interdisciplinaridade se justifica nessa disciplina considerando que é necessário:

*...trazer outros conteúdos, que nem sempre são curriculares, para serem trabalhados de forma associada aos conteúdos curriculares.*

Essas são afirmações para as quais os professores argumentam que a disciplina deve contribuir como meio de promoção do desenvolvimento intelectual e da autonomia dos sujeitos



diante da necessidade de enfrentarem situações-problema, de refletir sobre a complexidade da realidade do mundo do trabalho e atuar sobre ela.

As falas dos entrevistados sinalizaram para interpretações muito favoráveis à adoção do princípio da interdisciplinaridade por essa disciplina, que viria, segundo eles, para: a) possibilitar a apropriação de conhecimentos diversificados, inclusive não-acadêmicos; b) desenvolver habilidades especiais; c) favorecer a produção de múltiplos significados; d) a agregação de valores e de princípios éticos; e e) para tornar os alunos sujeitos ativos do próprio processo de aprendizagem.

Os docentes entrevistados ressaltaram, ainda, que a interdisciplinaridade nessa disciplina possibilita que o aluno desenvolva um perfil de pesquisador, pois ele precisa fazer investigações e se apropriar do conhecimento gerado por elas.

As manifestações dos docentes indicam que tal exigência implica uma nova situação com relação ao seu papel no desenvolvimento dessa disciplina, que requer abordagens específicas no processo de ensino-aprendizagem, de reflexão crítica sobre sua contribuição na formação dos alunos e de maior intimidade com processos de produção de conhecimento, de pesquisa.

Para Demo (2003), para que a educação pela pesquisa aconteça, o professor deve se colocar como um orientador do questionamento da realidade, o que requer mudança de atitude e olhar diferenciado frente às demandas do processo de ensino-aprendizagem.

Esse novo paradigma de professor definido por outro tipo de relação com o processo de ensino-aprendizagem pede, conseqüentemente, maior formação do docente da disciplina de P.A.

Para Fazenda (1979), a introdução da interdisciplinaridade implica uma transformação profunda da pedagogia, o que requer um novo tipo de professor. Segundo ela, passa-se de uma relação pedagógica baseada na transmissão do saber de uma disciplina ou matéria, que se estabelece segundo um modelo hierárquico linear, a uma relação pedagógica dialógica na qual a posição de um é a posição de todos.

Assim, também emergiu das entrevistas a importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento do trabalho de P.A. para a interlocução didática e teórica envolvendo os demais professores das disciplinas do módulo. Os professores de P.A. disseram que a interdisciplinaridade nessa disciplina pode contribuir para proporcionar aos alunos



oportunidades de desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipe e de estabelecer relações mais efetivas com os colegas, levando-os ao sentimento de pertencimento a um grupo.

Disseram, ainda, que outro bom motivo para a exigência da interdisciplinaridade é a possibilidade que ela tem de favorecer a aproximação dos professores do módulo, no contexto do qual a disciplina é desenvolvida. Por causa dela e por meio dela os professores realizam aproximações e conversam, mesmo que informalmente, durante os intervalos das aulas. Trocam informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos e as necessidades de trabalharem determinados temas com maior ou menor profundidade.

Eles relataram que a interdisciplinaridade que a disciplina Projeto Aplicado requer se justifica pela colaboração de forma efetiva que ela faz à melhor compreensão da inter-relação das disciplinas do módulo pelos alunos. Ela ajudaria a suprir a necessidade de extrapolar a visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento e de favorecer o desenvolvimento do raciocínio crítico e científico dos alunos.

Segundo os professores entrevistados, os alunos da graduação tecnológica encontram-se distanciados da pesquisa acadêmica, apresentam escassa familiaridade com o método científico e dificuldades no letramento, o que corrobora para a pouca compreensão e interpretação da realidade cotidiana. Para eles, a prática interdisciplinar na disciplina de P.A. ofereceria oportunidades para minimizar essas fragilidades e para trabalhar com os alunos, de forma abrangente, questões referentes ao mundo do trabalho e formas de interpretar a realidade em que irão atuar profissionalmente.

O que foi mencionado pelos professores remete à preocupação de Demo (2003, p. 2) quanto à preparação docente para incorporar em seu trabalho com os alunos a pesquisa como princípio educativo.

[...] educar pela pesquisa tem como condição primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana”. [...] Não se busca um profissional da pesquisa, mas um profissional da educação pela pesquisa (DEMO, 2003, p.2).

Segundo o autor, para que a educação pela pesquisa aconteça como prática educativa, o professor deve adotar uma postura muito mais de orientador do processo de questionamento da realidade. Dessa forma, do docente, são exigidos uma nova atitude e um olhar diferenciado frente às demandas do processo de ensino-aprendizagem.



Assim, a atribuição da tarefa de promover o processo de diálogo e intercâmbio interdisciplinar à disciplina Projeto Aplicado encontra suas razões também na necessidade de implementar o princípio educativo e científico da pesquisa na formação do aluno e nas relações entre os docentes, reinterpretando o lugar de cada um desses sujeitos na construção e reconstrução de conhecimentos e saberes.

## **2.2 Recursos didático-pedagógicos mediante os quais os docentes disseram desenvolver a interdisciplinaridade na disciplina Projeto Aplicado**

Os professores entrevistados partiram do pressuposto de que o recurso principal que precisam utilizar para desenvolver a prática interdisciplinaridade é a aproximação do aluno com o mundo do trabalho.

O P.A. é uma atividade acadêmica que visa à formação profissional por meio da aproximação entre os conhecimentos obtidos no curso e os desafios colocados pela futura atuação profissional do aluno. É um trabalho acadêmico voltado para a resolução de problemas e aplicação de conhecimentos à realidade concreta, o que sempre requer pesquisa e o concurso de diferentes olhares disciplinares.

De maneira geral, os professores relataram que a dinâmica da interdisciplinaridade na disciplina se inicia com a apresentação dos temas aos alunos, temas esses que estão previamente definidos nos projetos pedagógicos dos cursos e em suas matrizes e ementas curriculares. Na sequência, é estabelecido um cronograma como ponto de partida para o planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Segundo os entrevistados, eles solicitam aos alunos que busquem orientação e sugestões dos professores das demais disciplinas, mais especificamente sobre recortes dentro dos temas e objetivos a serem alcançados pelo projeto. Alguns deles adotam o uso de um formulário que os demais professores consultados pelos alunos devem preencher e assinar para que se comprove a orientação fornecida.

A Resolução nº 123/2012, do Conselho de Ensino e Pesquisa do Centro Universitário UNA – Cepe, que aprova e dispõe sobre a elaboração do Projeto Aplicado nos Cursos Superiores de Graduação Tecnológica instrui sobre a obrigatoriedade de utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT na construção do Projeto Aplicado.



Determina também que o trabalho escrito deverá apresentar introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas. Tal resolução é, portanto, um recurso didático-pedagógico muito importante para que os professores tenham uma referência comum sobre as exigências cobradas aos alunos nessa disciplina. Porém, como relataram alguns dos entrevistados, os alunos têm apresentado grandes dificuldades para redigir e consolidar o trabalho acadêmico de acordo com tais orientações, apesar de essas exigências constituírem conteúdo curricular oferecido aos alunos nos primeiros períodos dos cursos de graduação tecnológica do Instituto UNA de Tecnologia.

Uma prática bastante comum entre os professores, adotada quase como uma prescrição institucional, mas que não encontra respaldo normativo é a orientação levada aos alunos de que eles devem, durante o desenvolvimento do trabalho, buscar auxílio dos professores coorientadores na elaboração de um objetivo específico para cada disciplina do módulo. Conforme afirma a professora M:

*...aí ele pede um objetivo específico que no final não soma ao objetivo geral. ... então, é uma tentativa – não sei se efetiva de fato – mas é uma tentativa de escolher o objeto de estudo de acordo com o eixo temático e tentar fazer com que os professores se encaixem nessa perspectiva que eles já escolheram... porque se cada professor trabalha com uma diretriz de maneira separada não dá certo. ... cada um vai pra um lado e no final das contas você não tem um trabalho com um problema, com uma pergunta. Aí, eles respondem assim “p’rá atender à Estatística eu fiz isso, p’rá atender Comportamento eu fiz isso.”. No final das contas, essa soma não dá um trabalho.*

O que se percebe como resultado dessa prática é a superposição de conteúdos, caracterizando o processo como multi ou pluridisciplinar, mas não interdisciplinar. Como esclarece Santos (2006),

A pluri e multidisciplinaridade podem ser designadas como a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas ou, ainda, a integração de conteúdos numa mesma disciplina (FAZENDA, 1979). Em ambas recorremos a informações de várias disciplinas para estudar um determinado fenômeno sem a preocupação de interligá-las entre si. Ao analisar, por exemplo, uma peça de teatro clássica, podemos recorrer à História, à Linguística, à Geografia ou à Política, cada uma trazendo a sua contribuição específica, mas sem uma verdadeira integração entre elas. Esta forma de relacionar disciplinas é considerada ainda incipiente, uma vez que, dificilmente realiza a articulação que ultrapasse a tão criticada fragmentação dos conhecimentos. (SANTOS, 2006)



Como esclarece a autora, a interdisciplinaridade é um desafio a ser buscado de forma devotada e é uma opção capaz de favorecer a integração dos conteúdos curriculares promovendo, assim a reorganização das áreas do conhecimento, promovendo um modelo de aprendizagem inovador.

Ela favorece a transformação de uma organização curricular fragmentada e fragmentária, reprodutora de posições desiguais para saberes de igual importância.

Agindo dessa forma, estimulando alunos e professores coorientadores a desenvolverem objetivos específicos para cada disciplina do módulo, os professores de PA podem estar trabalhando no sentido contrário ao da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade se constrói com uma nova atitude frente ao conhecimento, tanto por parte dos alunos, mas principalmente, por parte dos docentes, que devem romper com os limites disciplinares, abrindo mão da defesa do conteúdo da sua disciplina como o mais importante para o aprendiz aluno, passando a entendê-lo como parte integrante e integradora da construção do conhecimento do aluno. Para isso, é preciso, como propõe Fazenda (1999), “uma atitude interdisciplinar”, que nada mais é do que uma atitude de busca, de inclusão, de acordo e de sintonia diante do conhecimento.

### **2.3 Interpretações dos docentes sobre fatores e circunstâncias existentes na instituição que facilitam ações e procedimentos para a realização da interdisciplinaridade na disciplina de Projeto Aplicado:**

Alguns professores interpretam que o perfil generalista e a experiência profissional variada dos professores da disciplina de P.A. são fatores facilitadores no desenvolvimento do processo interdisciplinar. Creem, também, que o professor com perfil de pesquisador, com domínio de diferentes conteúdos, de técnicas de investigação e das normas aplicadas à construção de projetos acadêmicos também é uma condição facilitadora para o desenvolvimento da prática interdisciplinar na disciplina. Assim, justifica o professor B:

*O professor da disciplina de P.A. sendo um profissional experiente e generalista facilita muito a integração dos conteúdos.*





Esse professor generalista também despertaria nos alunos mais confiança e passaria a ser uma referência pela contribuição que lhes daria em assuntos de diferentes conteúdos curriculares. Azevedo e Andrade (2011) se apoiam em Tomazetti (1998) para dizer que, na perspectiva da interdisciplinaridade, o professor não pode ser mero repassador de conhecimentos. Deve se envolver com seus alunos e outros docentes na reconstrução dos saberes. Isso exige que seja um professor-pesquisador, que possibilite aos alunos, também, a prática da pesquisa. O professor-pesquisador constitui-se, portanto, como agente necessário a uma formação mediada pela interdisciplinaridade.

Alguns professores entrevistados interpretaram também que o perfil do aluno trabalhador colabora substancialmente com a possibilidade do exercício interdisciplinar da disciplina, pois traz saberes de outras experiências e contextos, o que facilita a construção e a aquisição de novos conceitos e significados.

Japiassú (1976) considera que a relação de reciprocidade, a mutualidade e o regime de copropriedade são condições que facilitam o diálogo entre os vários campos do conhecimento e do saber. Para esse autor, a exigência interdisciplinar impõe a cada disciplina que transcenda sua especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições de outras disciplinas.

Nesse sentido, os professores entrevistados também fizeram referência à importância do ambiente convival e da existência de relações profissionais próximas envolvendo os professores de cada módulo, criando-se, assim, oportunidades de troca de experiências e de conhecimentos. O ambiente da sala dos professores e o horário do intervalo foram interpretados por eles como fatores muito importantes para que essas relações se tornem mais efetivas, apesar de informais.

O sistema de avaliação dos discentes utilizado pela disciplina foi também lembrado pelos professores entrevistados como um dos fatores facilitadores da aplicação do princípio da interdisciplinaridade. A nota do aluno precisa passar por um consenso de docentes, o que tem representado um desafio para a sua operacionalização.



## **2.4 Interpretações dos docentes sobre fatores e circunstâncias existentes na instituição que dificultam as ações e procedimentos para a realização da interdisciplinaridade na disciplina de Projeto Aplicado**

Alguns professores entrevistados afirmaram que, por vezes, não é possível fazer uma amarração interdisciplinar coerente entre todas as disciplinas do módulo. Essa dificuldade seria gerada pela própria matriz curricular dos cursos.

Eles foram unânimes em afirmar que também se ressentem da falta de um espaço institucional para troca de ideias e acompanhamento do desenvolvimento dos grupos de alunos, para traçar ou replanejar estratégias de elaboração dos projetos.

São nos momentos informais de encontro que eles buscam superar a deficiência encontrada para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. Essa é uma questão sobre a qual adverte Japiassú (1976) ao afirmar que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto. Ou seja, a falta de um espaço institucional para trocas pode colaborar para que a interdisciplinaridade não se concretize de forma efetiva.

Alguns professores apontaram a falta de padronização e/ou deficiências nas normas institucionais vigentes e a falta de cobrança por parte da instituição sobre o que está prescrito com relação ao princípio da interdisciplinaridade, como um dos principais empecilhos aos bons resultados dessa prática na disciplina de Projeto Aplicado.

Além disso, alguns deles apontaram a ausência de um banco de dados, contendo todos os projetos já desenvolvidos, o que cria a oportunidade de cópia de trabalhos e/ou plágio.

Houve também relatos de que há professores da disciplina que dominam apenas conteúdos normativos e não os conteúdos técnicos ou não tem perfil generalista ou experiência relevante para desenvolver bem a orientação dos alunos nos temas sugeridos. Isso estaria gerando maior demanda da colaboração dos demais professores. Entretanto, não existe um momento institucional para a troca de experiências. Assim, eles creem ser urgente a criação de espaço e tempo para a troca de experiências e o planejamento envolvendo todos os professores de cada módulo.

Outro aspecto mencionado pelos professores diz respeito à falta de comprometimento dos colegas na observação dos prazos de entrega das orientações, avaliações e lançamento de notas compartilhadas. Alguns professores declararam que ainda existem colegas que não dão a



devida importância à disciplina de P.A., que sustentam uma visão exclusivista e buscam trabalhar apenas os conteúdos de sua disciplina, esquecendo-se da relevância da visão integrada dos conteúdos para a formação dos alunos. Assim, alguns professores não estariam obedecendo à diretriz institucional de dedicar 10% (dez por cento) de sua carga horária à orientação dos projetos aplicados.

A falta de compromisso dos professores com a disciplina de Projeto Aplicado e, conseqüentemente, de interação com os colegas não estaria, assim, gerando oportunidades para a troca de informações e experiências, comprometendo a construção do conhecimento interdisciplinar.

Por parte dos alunos, haveria, segundo os professores entrevistados, alguns fatores dificultadores para o desenvolvimento da interdisciplinaridade na disciplina de P.A. Muitos alunos não lhe dariam importância, a considerariam pouco relevante para suas formações, acreditariam que ela não reprova, que ela seria apenas uma forma de colaborar com a nota obtida em outras disciplinas. Com isso, se empenhariam pouco na realização do diálogo interdisciplinar e para obter melhores resultados em sua pesquisa.

Os professores entrevistados manifestaram que a falta de entendimento e sensibilização por parte dos alunos sobre a importância da disciplina para sua formação, assim como a deficiência na formação básica desses alunos são componentes que impactam desfavoravelmente no desenvolvimento da interdisciplinaridade da disciplina.

O baixo nível de letramento dos alunos também é apontado pelos professores entrevistados como um dos empecilhos encontrados para o bom andamento da interdisciplinaridade na disciplina, inclusive para o desenvolvimento dela. A insuficiência de letramento, inclusive do acadêmico, seria um fator de forte interferência negativa no desenvolvimento da desenvoltura do aluno para exercitar a interdisciplinaridade, que precisa contar com sua compreensão, motivação e capacidade de interpretação e de elaboração de textos, condições fundamentais para o desenvolvimento de projetos científicos.



## **2.5 Interpretações dos docentes sobre fatores e circunstâncias que precisam ser criados para que a realização da interdisciplinaridade na disciplina de Projeto Aplicado se efetive**

Com quase unanimidade, os professores entrevistados apontaram como fundamental o aprimoramento das relações entre os docentes de P.A. e os demais professores do módulo para o desenvolvimento dessa disciplina e a efetivação do seu caráter interdisciplinar.

Esse aprimoramento poderia ser desenvolvido por meio de reuniões. Uma delas a que ocorre no início de cada semestre, momento propício para a discussão com mais profundidade dos temas a serem desenvolvidos pelos alunos e das contribuições de cada disciplina para a construção dos P.A.

Eles sugeriram a criação de reuniões específicas envolvendo os professores dos módulos e o professor de P.A. Essas reuniões poderiam ser realizadas no início do semestre letivo e durante o semestre, como na semana de orientação de P.A.

Outra sugestão apresentada pelos professores entrevistados diz respeito à formação e à qualificação dos professores, tanto dos professores de P.A. quanto das demais disciplinas. Alguns deles relataram que há colegas, normalmente os recém-contratados, que não têm os conhecimentos necessários ou o domínio dos conteúdos para atuarem como docentes da disciplina. Os entrevistados apontaram ainda uma prática recorrente na Instituição de atribuírem a disciplina de P.A. a determinado professor como forma de não lhe reduzir a carga horária, ainda que ele não possua conhecimento ou perfil para atuar nela. Além do dano ao conteúdo, essa prática indica a forma como a própria escola trata a disciplina e a importância que lhe é conferida, quando, na verdade, ela deveria ser o eixo onde se apoia todo o projeto acadêmico da instituição.

Criar padrões para processos e metodologia para a disciplina Projeto Aplicado também foi proposição dos entrevistados. Eles acreditam que, apesar de existir o caráter normativo e institucional, definido por meio da Resolução nº 100/2008 do Conselho de Ensino e Extensão do Centro Universitário UNA e portarias da direção definindo o edital da disciplina, ainda existem muitas variações nas orientações e na construção do produto final da disciplina, advindas das distintas formações dos docentes orientadores. Essas diferenças podem ser decorrentes não apenas da formação distinta dos professores, mas também da falta de qualificação deles ou da sua inadequação aos padrões normativos da instituição, e ainda da falta de um acompanhamento mais efetivo por parte das coordenações.



Outra colaboração dos entrevistados para a efetivação da interdisciplinaridade da disciplina de P.A. diz respeito à construção das matrizes curriculares. Alguns professores sugerem que elas deveriam ser revisadas, levando-se mais em consideração a necessidade de favorecer o diálogo interdisciplinar.

Além disso, sugerem minimizar a troca de professores de Projeto Aplicado, pois a alternância de docentes tem causado descontinuidade nas relações que mal começaram a ser estruturadas, prejudicando, assim, a construção do processo e da dinâmica da interdisciplinaridade.

### 3 Considerações Finais

Segundo Azevedo e Andrade (2007), a prática da interdisciplinaridade tem como proposta promover uma nova forma de trabalhar o conhecimento, na qual haja interação entre sujeitos, sociedade e conhecimentos. Ela compreende a relação professor-aluno, professor-professor e aluno-aluno, de maneira que o ambiente escolar seja dinâmico e vivo, e os conteúdos e/ou temas sejam conhecidos e problematizados com a cooperação, interação e compartilhamento de diferentes disciplinas. A consulta a uma amostra de professores da disciplina Projeto Aplicado do Instituto UNA de Tecnologia teve, portanto, o objetivo de compreender como eles vêm interpretando nas suas ações didático-pedagógicas a determinação de colocar em prática tal proposta.

Conjecturou-se, ao início da investigação, que eles vêm atuando de forma intuitiva e pouco estruturada na interpretação prática do princípio da interdisciplinaridade.

Os dados obtidos confirmaram essa resposta antecipada sobre a prática docente na disciplina de P.A. Verificou-se que há determinação formal da instituição para a implementação da interdisciplinaridade nessa disciplina, consubstanciada em instrumentos normativos e na fala dos entrevistados. Esses, porém, interpretaram que ainda há dificuldades importantes para transformar essa intenção institucional em realidade. Demonstraram interesse em efetivá-la, consideraram-se entusiasmados com a proposta, mas têm atuado de maneira limitada e intuitivamente. Eles revelaram ter conhecimentos superficiais sobre o tema, o que faz com que sua prática pedagógica pouco se aprofunde na concretização do processo interdisciplinar.



#### 4 Referências

- AZEVEDO, M. A. R. de; ANDRADE, M. de F. R. O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 30, p. 235-250, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2008.
- DEMO, P. Educação Científica. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro: v. 36, n.1, jan./abr. 2003.
- FAZENDA, I. C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**: v. 35, n. 3, 1995
- JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber**. São Paulo: Imago editora, 1976.
- KLEIN, J. T. **Interdisciplinarity: History, Theory and Practice**. Detroit: Wayne State University Press, 1990.
- LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar**: n. 73, ago. 2005.
- LENOIR, Y.; HASNI, A. La interdisciplinaridad: por un matrimonio abierto de la razón, de la mano y del corazón. **Revista Ibero-Americana de Educación**, n. 35, 2004
- SANTOS, E. H. A interdisciplinaridade como eixo articulador do ensino médio e do ensino técnico de nível médio integrados. In: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê? 1ª ed.** Brasília: MEC/SEB, 2006, p. 139-153.
- TOMAZETTI, E. **Estrutura conceitual para uma abordagem do significado da interdisciplinaridade: um estudo crítico**. Rio de Janeiro: Atlas, 19989.





## APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING EM MODELOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES QUE INCENTIVAM MUDANÇAS E INOVAÇÕES

FIALHO, Francisco Antonio Pereira

*Professor do Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento*  
fapfialho@gmail.com

SILVA, Camila Wohlmuth da

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Design*  
camila.wohlmuth@gmail.com

MENEZES, Graciela Sardo

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Design*  
graegra@gmail.com

18

### RESUMO

O *Design Thinking* apresenta-se como um relevante método contemporâneo para gerar inovações em empresas que buscam manter-se competitivas no mercado. Para implantar este método é preciso que as organizações trabalhem com modelos de gestão incentivadores de mudanças. Assim, a partir de uma revisão bibliográfica e sistemática sobre modelos de gestão empresariais voltadas para inovação, o presente artigo faz uma análise de estruturas e culturas organizacionais com ambientes propícios à inovação por meio do *Design Thinking*. Esta pesquisa também indicou as características de gestão inovadora, os agentes organizacionais resistentes a mudanças e um processo de transição que pode facilitar a implantação de mudanças em uma empresa. Com isso, observou-se que as relações pessoais, a valorização do profissional e a coparticipação são fatores fundamentais para inovação. É importante que, a partir deste estudo, haja uma reflexão a cerca dos tipos de gestões empresariais e um ambiente organizacional que potencialize o *Design Thinking* como método gerador de inovação.

**Palavras-chave:** *Design Thinking*. Modelos de Gestão. Inovação.

### ABSTRACT

The *Design Thinking* presents itself as a relevant contemporary to generate innovations in companies seeking to remain competitive in the market method. To implement this method is that organizations need to work with management models motivators for change. Thus, from a literature review on models of innovation focused on business management, this paper analyzes structures and organizational cultures conducive to innovation through design thinking environments. This research also indicated the characteristics of innovative management, organizational agents resistant to change and a transition process that may facilitate the implementation of change within an organization. With this, it was noted that personal relationships, appreciation of the professional and co-participation are key factors for innovation. It is important that, from this study, there is a discussion about the types of business managements and an organizational environment that leverages the *Design Thinking* as a method of generating innovation.

**Key-words:** *Design Thinking*. Management Models. Innovation.



## INTRODUÇÃO

O *Design Thinking* vem se consolidando no século XXI como uma importante ferramenta estratégica no campo do planejamento de negócios. Enfatizando a solução de problemas pelo emprego de métodos e processos utilizados pelos designers, o *Design Thinking* busca inserir no contexto organizacional componentes essenciais para a inovação e criatividade.

A aplicação de metodologias e técnicas baseadas no *Design Thinking* não é suficiente para efetivar sua influência nos esquemas das organizações. O ambiente fértil nas organizações é essencial para que talentos se manifestem, ideias floresçam e equipes interajam de forma harmônica e sinérgica.

No entanto, atualmente ainda existem organizações com modelos de gestão tradicionais, baseados nas relações hierárquicas e mecanicistas, focadas no trabalho, na especialização, na autoridade e no processo. Neste caso, organização é percebida como uma máquina, com estruturas rígidas, onde aspectos relacionados ao equilíbrio entre a vida no trabalho e a vida privada foram perdidos (SOUZA, 2002).

Nessa pesquisa reuniram-se referenciais bibliográficos sobre modelos de gestão empresarial, organizações relacionados à inovação e valorização dos funcionários, com intenção de encontrar um modelo de ambiente que seja propício à implantação dos critérios de inovação propostos pelo *Design Thinking*. Além dessas referências, este artigo mostra as características de uma gestão inovadora, alguns agentes organizacionais que resistem à mudança e a importância de um processo de transição que facilite a adaptação dos funcionários a um novo projeto organizacional.

Com base na análise das características dos modelos organizacionais elencados, observou-se que as mudanças das organizações para implantar o *Design Thinking* e, conseqüentemente, gerar inovação, não se restringem a ajustes nos sistemas tradicionais. Exigem uma reformulação de paradigmas a cerca das relações humanas, em um ambiente de trabalho que priorize o bem estar e a qualidade de vida de seus funcionários. E transforme o local de trabalho em um lugar onde as pessoas gostem de passar a maior parte de seu tempo e se sintam respeitadas e valorizadas pelo que estão desenvolvendo.



## 1. Modelos de Gestão Organizacional

Com base na análise das características dos modelos organizacionais elencados, observou-se que as mudanças das organizações para implantar o *Design Thinking* e, conseqüentemente, gerar inovação, não se restringem a ajustes nos sistemas tradicionais. Exigem uma reformulação de paradigmas a cerca das relações humanas, em um ambiente de trabalho que priorize o bem estar e a qualidade de vida de seus funcionários. E transforme o local de trabalho em um lugar onde as pessoas gostem de passar a maior parte de seu tempo e se sintam respeitadas e valorizadas pelo que estão desenvolvendo.

O modelo de gestão pode ser entendido como a maneira particular de como a organização desenvolve suas atividades empresariais. Para Padoveze e Benedicto (2003) o modelo de gestão é a base para formatação de todo o processo de gestão e este traduzirá a cultura organizacional da empresa. Dessa forma, o processo de gestão visa garantir que as decisões dos gestores contribuam para melhorar o desempenho da organização.

Segundo Robbins (2002) as organizações necessitam de modelos porque eles ajudam na compreensão das relações organizacionais, substituindo, algumas vezes, a complexidade por simplicidade. Para Pereira (1995, p.25) o modelo de gestão é “um conjunto de conceitos e práticas que, orientadas por uma filosofia central, permitem a uma organização operacionalizar todas as suas atividades, seja no seu âmbito interno ou externo”.

Griffin e Audi (2007) ressaltam que um modelo de gestão não é eficaz em si, mas sim ele será efetivo quando for aderente às lógicas do negócio ao qual a organização esta ligada. O grande desafio das organizações é implantar um modelo de gestão adaptado às frequentes mudanças no meio ambiente empresarial. Porém, as empresas precisam ter visão estratégica, motivação e sinergia organizacional. Com isso, elencou-se três modelos de gestão que corroboram com essas características: Gestão Participativa, Gestão Empreendedora e Gestão Holística.

### 1.1. Gestão Participativa

Para Predebon e Sousa (2013) o tema gestão participativa vai surgir no cenário da administração como uma das estratégias para as empresas envolverem seus colaboradores no processo de produção, e assim, obterem vantagens competitivas. A administração participativa consiste, em uma filosofia ou política de administração de pessoas, que valoriza sua capacidade

APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING EM MODELOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES QUE INCENTIVAM MUDANÇAS E INOVAÇÕES – FIALHO, Francisco Antonia Pereira; SILVA, Camila Wohlmuth da; MENEZES, Graciela Sardo.



de tomar decisões e resolver problemas, aprimora a satisfação e a motivação no trabalho, contribui para melhor desempenho e a competitividade das organizações. Para Paro (2007) a gestão participativa, compreende aquele modelo em que todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. Dentro do processo democrático e descentralizador, a gestão participativa propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios.

A participação dos funcionários nas decisões da empresa, em maior ou menor escala, vem sendo constante em uma série de modelos de gestão *pós tayloristas*.

A democratização das relações sociais, o desenvolvimento de uma consciência de classe trabalhista, a elevação do nível educacional, a complexidade das empresas modernas, a velocidade vertiginosa de mudanças e a intensificação das comunicações são algumas das razões que justificam a adoção de um maior grau de envolvimento dos funcionários na gestão das empresas (SILVA, 2010). Freitas (1991), enfatiza que a administração participativa é o instrumento mais indicado e necessário para infundir no sistema vivo e dinâmico da sociedade humana, tendo em vista sua melhoria relacional.

## 1.2. Gestão Empreendedora

O termo *entrepreneur* foi cunhado por volta de 1800 pelo economista francês Jean-Baptiste Say, para identificar o indivíduo que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada de maior rendimento (SILVA, 2010). A "economia empreendedora", como esclarece Drucker (1986) *apud* Carneiro (2008), surge como novo padrão de comportamento dos agentes econômicos que se baseia principalmente na busca acelerada e constante pela inovação, a fim de atender a demanda dos novos consumidores. Processo em destaque nas áreas de ciência e tecnologia do processo produtivo, com ênfase na pesquisa, desenvolvimento e valorização do intangível.

Assim, para Peter Drucker (1998), o empreendedor sempre está buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo uma oportunidade. Ele cria algo novo, algo diferente, muda ou transforma valores, não restringindo o seu empreendimento a instituições exclusivamente econômicas, é capaz de conviver com os riscos e incertezas envolvidos nas decisões. Mas, seu espírito empreendedor não é uma característica de personalidade. Qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode aprender e se comportar de forma empreendedora.



Segundo Silva (2010) o empreendedor é percebido como um indivíduo com um profundo senso de missão a cumprir, definindo esta missão através de quais produtos e para quais mercados fornecerá. Tratando seus funcionários como colaboradores, conseguindo transmitir o senso de missão e conquistando a dedicação de cada um para a obtenção dos resultados.

### 1.3. Gestão Holística

Segundo Pereira (1995) de origem grega, a palavra hólos = todo, vem crescentemente penetrando nas abordagens cada vez mais complexas de todos os ramos do conhecimento humano. Dessa forma, o holismo significa: o homem como um ser indivisível, não podendo ser entendido através de uma análise separada de suas diferentes partes. Dessa forma, na Gestão Holística a empresa não pode ser vista como um conjunto de departamentos que executam atividades isoladas, mas sim como em conjunto único, um sistema aberto em contínua integração.

A administração Holística procura realizar plenamente os objetivos dos dirigentes e funcionários da empresa, procurando integrar os objetivos individuais com os interesses da organização. E, ao mesmo tempo, a organização deve buscar a satisfação plena dos clientes.

A administração holística não constitui apenas um modelo inovador de administração. Ela também propõe uma integração de conceitos defendidos por outros modelos de administração, como: a valorização da intuição; o desenvolvimento pessoal, defendida pela administração por objetivos e a interação valorizada pelo Desenvolvimento Organizacional (DO). Por outro lado, estes modelos repousam sobre a teoria sistêmica que remonta aos anos 50, sendo natural que o modelo de administração holística integre conceitos desses modelos (SILVA, 2010).

Quanto à aplicabilidade da Administração Holística, Pereira (1995) relata que sua principal dificuldade é de natureza cultural, pois a mudança comportamental é radical em relação a outras formas organizacionais mais tradicionais. O alto comprometimento individual com a equipe exige mudança de características pessoais, enquanto a multifuncionalidade exige o desenvolvimento de novas habilidades técnicas e humanas (relacionamento e integração com a equipe). Por se tratar de um modelo de vanguarda na administração, os cuidados na adoção de suas práticas e instrumentos gerenciais deverão ser muito mais rigorosos.

No modelo de Gestão Holística dos Recursos Humanos o colaborador é visto como um todo indivisível, com aspectos psicológicos, emocionais e familiares que devem ser

APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING EM MODELOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES QUE INCENTIVAM MUDANÇAS E INOVAÇÕES – FIALHO, Francisco Antonia Pereira; SILVA, Camila Wohlmuth da; MENEZES, Graciela Sardo.



observados. Como exemplos de modelos baseados na visão holística surgem algumas concepções de organizações que tendem a valorizar o ser humano em sua completude. Dentre elas, as Organizações Autentizóticas, que ajudam os colaboradores a estabelecer equilíbrio entre vida pessoal e organizacional.

## 2. Organizações Autentizóticas

O termo “Autentizótico” é a tradução para a língua portuguesa de *Authentizotic*. Trata-se do neologismo derivado da junção de duas palavras gregas: *authentikos* (autêntico) e *zotikos* (indispensável para a vida). De acordo com Kets de Vries (2001) a primeira palavra determina que a organização é autêntica, merecedora de confiança. A segunda que ela é “vital para a vida” das pessoas, proporcionando sentido de equilíbrio, de realização pessoal, de competência, de autonomia e de iniciativa. O termo é usado para designar organizações que ajudam seus colaboradores a estabelecer o equilíbrio entre a vida pessoal/familiar e o trabalho. Representam um espaço no qual se cruzam dois desígnios: elevados desempenhos das organizações e realização pessoal dos seus membros. (REGO e CUNHA, 2008).

A percepção do clima *autentizótico* por parte dos colaboradores influencia seu desempenho individual, criando maior senso de comprometimento em relação à organização e a equipe. As investigações apontam que os indivíduos mais empenhados afetivamente tendem a desenvolver níveis superiores de desempenho e a contribuir mais efetivamente para o sucesso das organizações. O princípio é que as pessoas tendem a desenvolver o seu trabalho com maior entusiasmo e dedicação quando se sentem ligadas afetivamente à sua organização e quando nutrem por ela um sentido do dever de lealdade (REGO et al., 2003).

Macedo (2008) cita seis dimensões do clima *autentizótico* que demonstram quais os principais conceitos observados dentro deste tipo de organização:

*Espírito de camaradagem*: grau em que as relações interpessoais dentro da organização possam ser caracterizadas como amizade, espírito de equipe e preocupação mútua entre os colaboradores;

*Credibilidade e confiança no superior*: grau em que os colaboradores reconhecem comportamentos de confiança por parte dos seus líderes bem como a credibilidade das suas ações;





*Comunicação aberta e franca com o superior:* grau em que os níveis de comunicação dentro da organização sejam considerados de abertura e franqueza;

*Oportunidades de desenvolvimento/aprendizagem:* grau em que é percebido pelo colaborador a possibilidade de aprendizagem profissional e crescimento pessoal dentro da organização;

*Justiça/equidade:* grau em que é percebido pelos colaboradores o tratamento equitativo, com respeito e dignidade, dentro da organização;

*Conciliação trabalho-família:* grau em que os colaboradores percebem o equilíbrio existente entre a sua vida familiar e profissional.

As razões pelas quais as organizações autênticas tem apresentado elevados graus de desempenhos explica-se no fato destas possuírem características que auxiliam seus colaboradores a conferir significado às suas vidas, tanto dentro como fora da organização, e assim captando com maior profundidade o potencial humano (Macedo, 2008).

O trabalho nessas organizações será um antídoto para o stress, proporcionará uma existência saudável, incrementará a imaginação humana e contribuirá para uma vida mais realizadora. Elas serão o tipo de organizações que ajudarão os seus empregados a equilibrar as suas vidas pessoal e organizacional. (KET DE VIES, 2001, p. 110).

### 3. Resistência a Mudança

A intensidade de mudanças no meio empresarial tem sido desafiadora para os que compõem o universo organizacional. As organizações possuem identidades próprias, caracterizando assim seu meio cultural de relações e trabalhos. Interferir nesse processo requer o planejamento cauteloso dos gestores para que seus liderados entendam, aceitem e se adaptem às transformações necessárias para o desenvolvimento do negócio (REZENDE; FREITAS; SILVA, 2011).

Para Gray (2004) a resistência é o fator que confere maior dificuldade em se implementar mudanças, e muitos esforços são dedicados a procurar meios para superá-la. As pessoas geralmente resistem às mudanças porque esta trazem prejuízos a elas, não somente em questões psicológicas relativas ao medo e a incerteza, mas por algumas razões claras: a maioria das iniciativas de gerenciamento da mudança confere, pelo menos para alguns, mais trabalho, menos salário ou demissões. Se essa perspectiva não fosse verídica, provavelmente não haveria



resistência. Pode-se dizer que é um fenômeno multifacetado, e é possível pensar em uma situação em que haja resistência à mudança mesmo quando as pessoas têm vantagem sobre ela.

A resistência pode estar presente mesmo em organizações que estão dispostas a mudar e isso não acontece por acaso, ou simplesmente porque as pessoas não querem sair de sua zona de conforto. Segundo Cohen e Fink (2003) as pessoas resistem à mudança quando as consequências para elas são negativas, embora sejam diferentes em termos de sua disposição de consequências negativas, e mesmo quando suas razões pareçam lógicas, as pessoas não resistem automaticamente às mudanças. E sim, resistem por alguma razão específica, e a tarefa do gerente é tentar identificar essas razões e, quando possível, planejar a mudança de modo a reduzir ou eliminar os efeitos negativos e corrigir as percepções erradas.

Hernandez e Caldas (2001) afirmam que não existe uma “receita” para sanar o problema da resistência a mudança. Argumentam que as variáveis individuais e situacionais são tão ou mais importantes que o processo de percepção em si mesmo, uma vez que, em condições de mudança organizacional, essas variáveis moderam todos os estágios do processo de percepção da mudança, influenciando a maneira como cada indivíduo cria a sua própria representação da realidade. Mais, ou tão importante quanto à análise das causas da resistência, particularmente para a mudança organizacional, é a identificação dos grupos e indivíduos que terão maior inclinação a resistir à mudança e das razões desse comportamento (HERNANDEZ; CALDAS, 2001).

#### **4. Transição – Gestão Tradicional para Gestão Inovadora**

A inovação é condição chave de sobrevivência e diferenciação das corporações. Mas para inovar é necessário construir uma cultura organizacional<sup>1</sup> capaz de proporcionar incentivos às práticas de mudança que conduzam aos objetivos da empresa (ARRUDA, 2009). Com isso, o modelo de gestão tradicional vem perdendo espaço para dar vazão a esta nova linha de pensamento.

A inovação organizacional decorre da administração como um processo contínuo e evolutivo. Ancorado no pensamento de McKinlay e Starkey, Ventura afirma que atualmente a mudança não é mais uma opção da empresa e que os gestores devem entender que é essencial mobilizar as forças sociais intangíveis, desarticulando a inércia, o que propicia a obtenção da vantagem competitiva em uma condição para além do paradigma estrutura-estratégia, vigente até a década de 1980. (VENTURA, 2011, p.82).



A ruptura de um padrão organizacional é feita a partir de uma mudança radical que modifica sua missão, sua natureza e até os objetivos da organização. Alguns autores preferem evitar a mudança radical por causa dos impactos indesejáveis e incontroláveis na organização e altos custos de implementação. Antes da mudança radical, na fase de transição, deve haver uma mudança incremental em alguns aspectos da empresa a partir do aumento da eficiência de seus próprios recursos. Nessa fase, as modificações devem acontecer de forma gradual, necessitando de uma maior velocidade de resposta da organização com pequenos momentos de mudança abrupta (VENTURA, 2011).

Contudo, apenas as mudanças incrementais não são suficientes para acompanhar as transformações de um mercado em constante evolução, é fundamental que haja um processo de inovação. Segundo Kiss (2010), um crescente número de líderes empresariais acreditam que o *Design Thinking* desempenha um importante papel para mobilização do capital humano no processo de inovação.

## 5. Aplicação do *Design Thinking*

Segundo Brown (2010 apud MARTIN, p. 61),

*Design Thinking* é esta disciplina que usa a sensibilidade e os métodos para gerar inovações e satisfazer as necessidades das pessoas com que é tecnologicamente factível, e recorre ao que uma estratégia de negócios viável pode converter em valor para o cliente e oportunidade de mercado.

O *Design Thinking* surgiu da busca de estabelecer uma relação das necessidades humanas com recursos técnicos disponíveis levando em consideração as restrições práticas do negócio para criar produtos inovadores. Segundo Brown (2010), as restrições estão sobrepostas em três ideias: praticabilidade, o que é funcionalmente possível; viabilidade, um modelo de negócio sustentável; e desejabilidade, o que faz sentido para as pessoas.

Brown (2010) propõe que, para manter-se inovando, as empresas devem buscar relevância em uma cultura de empatia, co-criação e experimentação constante. E usar o design, não como um fator elitista, estético ou artístico, mas como um modelo mental e estratégico para dar vida a novas ideias, construir serviços impactantes, sustentáveis e inovadores.



Com isso, gestão empresarial inspirou-se no pensamento do designer para possibilitar caminhos de inovação que busque o bem estar do profissional. O designer enxerga como um problema tudo aquilo que prejudica ou impede a experiência (emocional, cognitiva, estética) e o bem estar na vida das pessoas (considerando todos os aspectos da vida, como trabalho, lazer, relacionamentos, cultura etc). Isso faz com que sua principal tarefa seja identificar problemas e encontrar soluções.

Dunne e Martin (2006), defendem o Design como estratégia organizacional e as empresas deveriam funcionar como uma “Loja de Design” (Quadro 1), isso significa inovação contínua em cinco dimensões: processo de trabalho, estilo de trabalho, modo de pensar, posicionamento e atitude dominante. As empresas tradicionais também deveriam trabalhar em fluxo de projetos colaborativos e não como tarefa contínua.

#### Quadro 1: Mudança de empresas tradicionais para inovadoras (“Loja de Design”)

Características	Da empresa tradicional...	para a “Loja de Design”
Processo de trabalho	Tarefas em andamento Trabalho permanentes	Projetos Tempo e termos definidos
Estilo de trabalho	Papéis definidos Espera até dá "certo"	Colaborativo Iterativo
Modo de pensar	Dedutivo Indutivo	Dedutivo Indutivo Abdução
Posicionamento	Gerenciando grandes Orçamentos e grandes equipes	Resolver “grandes problemas”
Atitude dominante	Nós só podemos fazer o que nós temos no orçamento Restrito e sem flexibilidade	Nada não pode ser feito Restrições aumentam o desafio e a emoção

Fonte: Dunne e Martin (2006, p.12)

Para Silva (2012), o processo de inovação baseado no *Design Thinking* além de envolver os funcionários, busca entender os consumidores, fornecedores e especialistas, co-criando soluções a partir do contexto onde se encontram.



Mas o desempenho das pessoas deve ser motivado pela inspiração e pelo incentivo. A mudança deve ser impulsionada por uma liderança executiva contínua e inspiradora que entenda a necessidade da mudança no sistema. O incentivo faz todos se sentirem parte ativa dos processos. E estes devem ter desenvolvimento centralizado nas pessoas e nas suas experiências. O envolvimento dos funcionários em uma cultura colaborativa e em grupos interdisciplinares possibilita a verdadeira inovação.

De acordo com Martin (2010) a PROCTER & GAMBLE (P&G), maior empresa do mundo de bens de consumo não duráveis, reestruturou-se com a adoção do *Design Thinking* como estratégia de negócio para contornar a crise da década de em 1990. A liderança ficou por conta de alguém que dialogava com design e negócio: Claudia Kotchka, vice-presidente de estratégia de design e inovação incorporou o design no DNA da P&G a partir das etapas:

1. Definição das expectativas de forma clara e com o aval do chefe: iniciar o processo por áreas da empresa com mais afinidade ao design de negócios;
2. Procurar ajuda de especialistas: parcerias e conexões com especialistas externos e recrutamento de pessoal com experiência na área;
3. Na mudança nos processos, os obstáculos são inevitáveis: adaptar os sistemas internos para permitir que o *Design Thinking* seja implantando na organização;
4. Vivenciar o *Design Thinking*: criar experiência que possa ser acessada pelo pessoal da empresa – da equipe sênior para baixo.

Além destas etapas, deve-se capacitar os gerentes em habilidades e expertise em *Design Thinking* e mudar as normas organizacionais com o objetivo de apoiar o novo processo.

De acordo com o modelo de Viana (2012), o processo de *Design Thinking* pode ser resumido em três etapas permeáveis e de forma não linear:

1. Imersão: uma aproximação do contexto. Inicia-se com uma Imersão Preliminar na busca de entender a situação e a necessidade do problema. Depois, na Imersão em Profundidade, identifica-se as necessidades dos autores envolvidos e prováveis oportunidades com o entendimento de suas experiências no trabalho;
2. Ideação: análise e síntese, geração de ideias e busca de padrões de forma colaborativa com os resultados da etapa anterior. As ideias são direcionadas ao contexto do trabalhado, ao objetivo do negócio, a viabilidade tecnológica e a necessidade humana;



3. Prototipação: experimentação tangível das ideias escolhidas na etapa anterior.

Brown (2010), não divide o processo em etapas, mas defende sua natureza iterativa e não linear em uma jornada exploratória. Onde o percurso seria um sistema de espaços sobrepostos:

1. Inspiração: espaço da empatia. As pessoas ficam em primeiro lugar. Consiste em observar e aprender com a relação pessoa/pessoa e pessoa/produto, ou seja, ver o mundo com o olhar do outro. Compreender o mundo por meio de experiências e emoções do outro na busca de solucionar seus problemas

2. Idealização: espaço de geração e testes de ideias. Análise e síntese das condições e possibilidades de solução com *brainstorming*, *pensamento visual*, *post-ist* etc. É a fase onde o pensamento da equipe converge para um único resultado, a melhor resposta em oposição à resposta correta.

3. Implementação: espaço de prototipagem. São as experimentações e testes de hipóteses a fim de gerar resultados com maior rapidez. “Quanto mais rapidamente tornamos nossas ideias tangíveis, mais cedo poderemos avaliá-las, lapidá-las e identificar a melhor solução” (BROWN, 2010, p.85).

As duas descrições de processo do *Design Thinking*, de Viana (2012) e Brown (2010), são similares e compartilham a ideia de iteração durante todo o processo para explorar novos direcionamentos.

## 6. Procedimentos metodológicos

Utilizou-se uma revisão sistemática teórica, organizada de forma conceitual e seletiva como metodologia deste estudo. Inicialmente foi elencadas teorias de gestão que possam criar ambiente fecundo a mudanças organizacionais com empatia pelos clientes internos. O objetivo foi identificar propriedades favoráveis à aplicação do *Design Thinking* como método gerador de inovação.

Com isso, analisou-se características dos modelos de organizações destacados, os atributos de uma gestão inovadora, os agentes organizacionais resistentes a mudança e o processo de transição que possa facilitar a implantação de mudanças em uma empresa.

## 7. Considerações finais

APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING EM MODELOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES QUE INCENTIVAM MUDANÇAS E INOVAÇÕES – FIALHO, Francisco Antonia Pereira; SILVA, Camila Wohlmuth da; MENEZES, Graciela Sardo.





Os métodos de gestão que procuram incentivar a inovação de forma coparticipativa estão baseados em modelos que valorizam o capital humano como um organismo integral em toda sua complexidade. Assim como o modelo Holístico, que procura integrar objetivos dos funcionários com objetivos da empresa na busca da plena satisfação do cliente. O modelo das Organizações Autentizóticas também proporciona um campo fértil para aplicação dos métodos do *Design Thinking*, pois propiciam um maior nível de desempenho com o envolvimento dos funcionários de forma integral e que, por sua vez, impulsiona equipes e empresas rumo ao desenvolvimento e a inovação. Os processos do *Design Thinking* necessitam de equipes motivadas e comprometida com os resultados. As empresas aos poucos percebem que a melhor forma de se garantir isso é tendo em seu quadro pessoas satisfeitas e felizes, tanto dentro como fora da organização.

Os modelos de negócios atuais ainda estão fortemente voltados para as relações verticais, postos de trabalho e funções bem definidas. Porém, o sucesso dos que se aventuram em buscar novos caminhos tem servido de exemplo, mesmo as gestões mais tradicionais que percebem que mudar é necessário à sobrevivência dos negócios. Acredita-se nos princípios do *Design Thinking* e em um modelo de gestão que valorize o profissional de forma holística. Para isso é importante que se respeite as relações pessoais e interdisciplinares e que envolva os funcionários em uma cultura coparticipativa para uma organização manter-se viva e ativa no campo da inovação. Espera-se que a partir deste estudo haja uma reflexão sobre as possíveis mudanças na gestão e no ambiente organizacional a fim de incentivar a implantação do *Design Thinking* como método gerador de inovação.

## REFERÊNCIAS

- a) **Livros:** BROWN, Tim. **Design thinking**. Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. (tradução: Cristina Yamagami). Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.  
BRUNNER, Robert; EMERY, Stewart. **Gestão estratégica do Design**: como um ótimo design fará as pessoas amarem sua empresa. (tradução: R. Brian Taylor). São Paulo. M. Books do Brasil, 2010.  
COHEN, R. Allan; FINK, L. Stephen. **Comportamento Organizacional**: conceitos e estudos de casos. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.  
DRUCKER, P. **Inovação e Espírito Empreendedor**: Prática e Princípios. 5. ed. São Paulo: 1998.  
FREITAS, Fernando. **Parceiros na Vitória**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.  
GRIFFIN, R. W; AUDI, M. T. **Introdução à administração**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.



MARTIN, Roger L. **Gestão de Negócios**: porque o design thinking se tornará a próxima vantagem competitiva dos negócios e como se beneficiar disso. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

PARO V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2002.

ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2002.

TACHIZAWA, CRUZ JÚNIOR e ROCHA. **Gestão de negócios**. Visões e dimensões empresariais da organização. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Vera Lucia de. **Gestão de Desempenho**: julgamento ou dialogo? Rio de Janeiro: JGV. 2002.

VIANNA, Maurício...[et al.]. **Design thinking**: inovação em negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

- b) Artigos em periódicos: ARRUDA, Carlos; BARCELLOS, Érica. **Criando Empresas Inovadoras**. Maio, 2009. Disponível em:

<[http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/inovacao/Documents/200906\\_arruda\\_barcellos\\_criando\\_empresas\\_inovadoras.pdf](http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/inovacao/Documents/200906_arruda_barcellos_criando_empresas_inovadoras.pdf)>. Acesso em 25. Maio. 2013.

DUNNE, David; MARTIN, Roger. Design Thinking and how It will change management education: an Interview and discussion. **Academy of Management Learning & Education**, 2006, Vol. 5, No. 4, 512–523.

HERNANDEZ, José M. C.; CALDAS, Miguel P. Resistência à mudança: uma revisão crítica. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 2001.

KETS DE VRIES, M. F. R. (2001), “Creating authentizotic organizations: Well-functioning individuals in vibrant companies”, **Human Relations**, 54(1), 101-111.

KISS, E. **Design Thinking**: design como inspiração para inovação e transformação organizacional. São Paulo, mai. 2010. Disponível em: <

<http://www.sp.senai.br/spdesign/infopapers/info02-10.pdf>>. Acesso em: 20. Jun. 2013.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. Cultura organizacional: análise e impactos dos instrumentos no Processo de gestão. In: **Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração**, Atibaia, 2003.

REGO, A.; CUNHA, M. P. (2008). Authentizotic Climates and Employee Happiness: Pathways to Individual Performance. **Journal of Business Research**, 61, p. 739-752.

VENTURA, Valmir Alves. **Mudança organizacional na transição entre as fases do ciclo de vida das pequenas e médias empresas**. Reuna. Belo Horizonte, v.16, n.4, p. 79-94. Out. – dez. 2011.

- c) Tese: PEREIRA, H.J. **Os Novos Modelos de Gestão**: Análise e Algumas Práticas em Empresas Brasileiras. Tese de Doutorado. São Paulo: EAESP- FGV, 1995.



## **ESTRATÉGIA DE PROJETOS: CULTURA, INTERDISCIPLINARIDADE E CONHECIMENTO**

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira

*Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campo Mourão - PR*  
*crispataro@gmail.com*

PÁTARO, Ricardo Fernandes

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM – Universidade Estadual de Maringá e professor do Colegiado de Pedagogia da UNESPAR/Campo Mourão - PR*  
*ricardopatato@yahoo.com.br*

32

### **RESUMO**

Abordaremos, no presente trabalho, de que maneira a prática de projetos na escola pode ser encarada como uma estratégia pedagógica que permite um trabalho interdisciplinar contextualizado na cultura de alunos e alunas. Partimos do pressuposto de que a cultura é um conjunto de práticas que produzem significados compartilhados por um determinado grupo social e a escola é um espaço de cruzamento de culturas. Diante disso, os saberes e práticas escolares devem ser compreendidos no contexto das diferentes culturas presentes na sociedade. No artigo, analisamos atividades de um projeto realizado com crianças do 4º ano do Ensino Fundamental. O objetivo foi identificar como tais atividades possibilitaram um trabalho interdisciplinar que partiu do estudo de um tema de relevância social e permitiu que a cultura e questões conflituosas da vida cotidiana de alunos e alunas fossem abordadas na escola.

**Palavras-chave:** Educação básica. Interdisciplinaridade. Contextualização do conhecimento.

### **ABSTRACT**

We discuss, in this paper, how project-based curriculum allows an interdisciplinary work contextualized in student's culture. We assume that culture is a set of practices produced and shared by a particular social group and the school is an institution who allows the crossing of cultures. It is defended that the knowledge and school practices must be understood in the context of different cultures. This paper discuss a project developed with a ten years old students of brazilian elementary school. The objective was to identify how the project-based curriculum may enable an interdisciplinary school work introducing studies of nowadays social problems, social conflicts and issues of culture.

**Key-words:** Elementary school. Interdisciplinarity. Contextualized knowledge.



## INTRODUÇÃO

O presente texto aborda algumas possibilidades que a estratégia de projetos oferece para o desenvolvimento de um trabalho escolar interdisciplinar e contextualizado. Partimos do pressuposto de que a cultura é um conjunto de práticas que produzem significados compartilhados por um determinado grupo social. Para além da hierarquização e priorização de padrões relacionados a grupos e culturas dominantes, a compreensão que adotamos permite olhar para a cultura em seu caráter dinâmico, compreendendo-a em suas aceitações e conflitos travados entre diferentes grupos culturais. Acreditamos que os saberes e práticas da escola podem ser compreendidos no contexto das diferentes culturas presentes na sociedade e o currículo escolar deve ser visto como espaço de produção e reprodução da cultura. Diante disso, partimos do pressuposto de que não é possível discutir a escola sem compreender sua relação com a(s) cultura(s) de alunos(as) e grupos sociais aos quais pertencem. Nesse sentido, a estratégia de projetos possibilita um trabalho interdisciplinar que promove não só a interligação entre saberes disciplinares, mas entre estes e a cultura dos(as) estudantes, almejando uma educação contextualizada que leve em consideração a diversidade de alunos(as), suas condições de vida, experiências e interesses na construção de uma aprendizagem significativa.

## ESCOLA, CULTURA E MUNDO CONTEMPORÂNEO

Para compreender a ideia de contextualização do conhecimento escolar na cultura de alunos(as) é importante abordar as relações entre escola e cultura. O intuito é reconhecer a diversidade cultural presente na escola e a necessidade de valorização das diferentes experiências de alunos(as). De início vale lembrar que a palavra cultura possui uma diversidade de interpretações. Diante disso, recorreremos ao trabalho de Moreira e Candau (2007) para definir cultura. De acordo com esses autores há vários significados da palavra na literatura, relacionando o termo desde ao cultivo da terra e da mente até ideias recentes que admitem a necessidade de reconhecermos a existência de várias culturas. Em seu trabalho, Moreira e Candau adotam um sentido proveniente da antropologia social. A interpretação dos autores toma a cultura como um conjunto de significados compartilhados, dissociando o entendimento do conceito de cultura daquela ideia de conhecimentos e práticas de determinados grupos, classes sociais e nações, que supostamente possuiriam os padrões elevados e o refinamento que



os caracterizariam como cultos. Ao contrário disso, a ênfase recai sobre as práticas de produção e atribuição dos significados por meio da linguagem. Em outras palavras:

Quando um grupo compartilha uma cultura, compartilha um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. A palavra cultura implica, portanto, o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo. São os arranjos e as relações envolvidas em um evento que passam, predominantemente, a despertar a atenção dos que analisam a cultura com base nessa quinta perspectiva, passível de ser resumida na ideia de que cultura representa um conjunto de práticas significantes. (MOREIRA, CANDAU, 2007, p. 27).

34

A partir dessa compreensão, entendemos que as diferentes culturas presentes na sociedade são o resultado de diferentes práticas por meio das quais são construídos e compartilhados significados. Essas práticas não são estáticas, e não representam uma produção pronta, mas estão em transformação, em um movimento de produção e reprodução da cultura.

É fundamental compreendermos, portanto, que as diferentes culturas expressam os interesses e as condições de cada um dos grupos existentes, conduzindo a manifestações culturais muitas vezes opostas, que disputam entre si. Isso significa dizer que a diversidade cultural que caracteriza nossa sociedade se expressa em conflitos, confrontos e disputas.

Em discussões sobre a sociedade contemporânea (HALL, 1997) a dimensão cultural tem sido reconhecida, valorizada e posta como central na compreensão da sociedade. Entende-se, assim, que a cultura se faz presente em todas as práticas sociais, inclusive nas práticas escolares. Diante disso, evidencia-se que a escola e suas práticas devem ser compreendidas no contexto dos significados e da(s) cultura(s) que constituem a sociedade contemporânea. Sabemos que a escola trabalha com os saberes escolares, são selecionados dentre o vasto conhecimento construído historicamente pela humanidade. Atualmente, os tais saberes se organizam nas diferentes disciplinas, como: língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, dentre outras. Para além dos conteúdos trabalhados, podemos dizer que todo o currículo da escola expressa um conjunto de práticas que produzem significados, associados a determinados grupos sociais – em especial os dominantes. As relações entre o currículo escolar e a cultura, portanto, ficam evidentes. Por meio do currículo escolar, apresentam-se os conflitos, os embates e as disputas entre as culturas. Em outras palavras:

Se, em uma sociedade cindida, a cultura é um terreno no qual se processam disputas pela preservação ou pela superação das divisões sociais, o currículo é



um espaço em que esse mesmo conflito se manifesta. O currículo é um campo em que se tenta impor tanto a definição particular de cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura. O currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados. O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura. (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 28)

Sabemos que a escola é a instituição criada pela sociedade para transmitir a cultura, os saberes e as produções significativas da humanidade às novas gerações. No entanto, muitas vezes a escola, por meio de seu currículo, procura impor uma determinada cultura – isto é, um conjunto de práticas que produzem significados compartilhados por um determinado grupo social. Diante desse quadro, cabe-nos questionar: Quem define os aspectos culturais que orientam as práticas e os saberes trabalhados na escola? Será que a escola de fato contempla as diferentes culturas presentes na sociedade?

Diante desses e outros questionamentos, estudos e pesquisas educacionais demonstram que a escola tem se baseado em uma visão monocultural de educação (DAYRELL, 1996). Isso significa que a escola vem se baseando em uma visão que busca homogeneizar e padronizar os conhecimentos e os sujeitos que a frequentam, o que dificulta um olhar para a diversidade. Para melhor compreensão dessas ideias, vejamos o trecho a seguir, no qual de Dayrell aborda a concepção homogeneizante, ou monocultural, adotada frequentemente pela escola:

Sob o discurso da democratização da escola, ou mesmo da escola única, essa perspectiva homogeneizante expressa uma determinada forma de conceber a educação, o ser humano e seus processos formativos [...]. Expressa uma lógica instrumental, que reduz a compreensão da educação e de seus processos a uma forma de instrução centrada na transmissão de informações. [...] Essa perspectiva implementa a homogeneidade de conteúdos, ritmos e estratégias, e não a diversidade. Explica-se assim a forma como a escola organiza seus tempos, espaços e ritmos bem como o seu fracasso. Afinal de contas, não podemos esquecer – o que essa lógica esquece – que os alunos chegam à escola marcados pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola. O tratamento uniforme dado pela escola só vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos. (DAYRELL, 1996, p.139-140).

O trecho apresentado demonstra de que modo a visão homogeneizante, a partir da qual a escola, em geral, se organiza, acaba por resultar em uma educação que desconsidera a diversidade de seus alunos e alunas, suas condições de vida, experiências e interesses. A partir do que nos traz o autor, verificamos que tal homogeneização se faz presente tanto na concepção





de que os saberes escolares são conhecimentos prontos e acabados – e que devem ser transmitidos aos alunos e alunas como informações, em geral, desvinculadas de seu cotidiano – quanto na homogeneização dos conteúdos, ritmos, estratégias e propostas educativas, e na não valorização das experiências e relações vivenciadas por estudantes e docentes fora do espaço escolar. Desse modo, ao tratar todos como iguais e desconsiderar as diferenças, a escola acaba por acentuar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade.

Diante do exposto, Dayrell (1996) argumenta sobre a necessidade de considerarmos a escola não com um sentido único, mas como polissêmica, compreendendo que seus espaços, seus tempos, suas relações, seus saberes, dentre outros, são significados de modo diferente pelos diferentes sujeitos que a frequentam. O autor também chama a atenção para a necessidade de a escola, para além da transmissão de conteúdos, tornar-se um lugar de reflexão, um espaço onde seja possível a ampliação de experiências.

Sabemos que, no último século, o acesso à escola foi democratizado: grupos e classes sociais que até então não tinham acesso à escola, passaram a frequentá-la. A educação escolar, ao ser concebida como direito de todos e todas, trouxe novos sujeitos, pouco habituados ao universo escolar, para dentro das salas de aula. O processo de democratização trouxe consigo a necessidade de considerar a diversidade cultural que passou a se fazer presente na escola. No entanto, podemos dizer que a estrutura, as práticas e o currículo escolar pouco se alteraram, e continuam a ter em vista uma educação que era para poucos.

Cabe ressaltar que os apelos para que a escola passe a reconhecer as diferenças e levar em conta a diversidade em seu cotidiano – no currículo, nas práticas, nas relações, nos saberes priorizados – são fruto de reivindicações de grupos até então excluídos pela sociedade e pela escola. No Brasil, os movimentos sociais que impulsionaram esses debates, sobretudo a partir da década de 1990, foram compostos pelos grupos feministas, grupos de diferentes etnias, movimento negro, grupos de homoafetivos, etc.

Diante desse quadro, a escola não pode mais ser vista como transmissora de uma cultura “verdadeira”, mas deve ser entendida como espaço de cruzamento de culturas, onde se fazem presentes diferentes manifestações culturais que dialogam e conflitam entre si. Compreender a escola como espaço de cruzamento de culturas significa, em primeiro lugar, reconhecer as



diferentes culturas existentes no cotidiano escolar. Mais do que isso, implica buscar novas formas e novas práticas que passem a contemplar essa diversidade:

Em vez de preservar uma tradição monocultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. É essa, a nosso ver, a questão hoje posta. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161).

É importante que a escola se abra à diversidade cultural que caracteriza a sociedade contemporânea. Para superar a visão monocultural de educação, é necessário que se problematize as práticas escolares, os conteúdos e até mesmo o papel desempenhado pela escola na sociedade. Atualmente, portanto, acreditamos que cabe-nos questionar: Qual deve ser o papel da escola nesse novo contexto no qual está inserida? É o que trataremos a seguir.

### **OS OBJETIVOS DA ESCOLA: INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO ÉTICA**

A sociedade contemporânea – com a globalização, as novas tecnologias e outras mudanças de ordem política, econômica e social – vem aproximando cada vez mais as culturas e os povos, e redimensionando os tempos e espaços que estruturam a vida dos indivíduos. Nesse contexto, saber conviver com as diferenças e lidar com os conflitos e as tensões decorrentes desta nova realidade torna-se fundamentais aos seres humanos. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a sociedade contemporânea traz consigo diferentes formas de acesso ao conhecimento sistematizado, de modo que a escola deixou de ser a única fonte de saber. Nesse novo contexto, portanto, a função desempenhada pela escola deve ser muito maior do que apenas a transmissão de conhecimentos. Segundo Araújo (2003, p.30), a função central da escola atualmente deveria girar em torno de dois eixos básicos: a instrução e a formação ética.

O eixo da instrução escolar refere-se à construção dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, delimitados pelas disciplinas escolares. Já o eixo da formação ética diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para o desenvolvimento de uma vida saudável, como define Araújo, e que permitam a participação, de forma crítica e autônoma, na vida política e pública da sociedade contemporânea, buscando, em última instância, a superação das desigualdades e injustiças. Trata-se, em última instância, de um trabalho voltado para os valores e as disposições internas dos sujeitos, que são construídos nas interações e aprendizagens que ocorrem na escola.



De acordo com Araújo, o trabalho com o eixo da instrução é importante, mas sozinho não atende à formação ética. À escola cabe mais do que transmitir saberes, cabe um trabalho que se volte para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, que estimule a reflexão, o diálogo e as ações pautadas em princípios de democracia e justiça. Para tanto, o trabalho da escola deve se articular às vivências dos estudantes, levando em conta seus contextos, suas experiências, seus conflitos e inquietações. Nesse sentido, Paulo Freire (1996) nos auxilia ao defender que as experiências e conflitos vivenciados por estudantes devem ser problematizados pela escola. Deste modo, torna-se possível que o conteúdo das disciplinas seja articulado à cultura e à realidade dos diferentes grupos sociais que frequentam a escola, e que tem sido deixada de fora dos muros escolares. Nas palavras de Paulo Freire:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 1996, p.33-34).

Entendemos que a articulação entre os conhecimentos escolares e a experiência de alunos(as), como nos lembra Paulo Freire, deve ser vista como um caminho possível na busca por uma educação que contemple as diferentes culturas presentes na escola. Apontamos como positiva a articulação entre conhecimentos escolares e a cultura de alunos(as) como possibilidade de aproximar o trabalho escolar dos conflitos e das vivências cotidianas de seus estudantes e de seu entorno. É nesse sentido que apresentamos o trabalho com projetos como uma estratégia que pode, interdisciplinarmente, abordar os eixos da instrução e da formação ética, simultaneamente, possibilitando uma educação que vá além da transmissão de conteúdos e contemple a contextualização dos conhecimentos escolares na cultura de alunos e alunas.

Antes de abordarmos a estratégia de projetos, no entanto, consideramos importante apresentar algumas bases históricas que influenciaram a forma como a escola está organizada em nossa sociedade. Depois desse breve histórico será possível reconhecer a importância de ir



além da atual estrutura disciplinar da escola, buscando a interdisciplinaridade e uma educação contextualizada com as atuais preocupações da sociedade contemporânea.

## **ALGUMAS ORIGENS DO PENSAMENTO DISCIPLINAR**

Uma das matrizes da organização disciplinar encontra-se nas ideias do filósofo francês René Descartes (1596-1650). Descartes estruturou o conhecimento em um método, depois chamado de científico, que se baseava na linguagem matemática e aproximava o funcionamento da natureza ao de máquinas, regidas por leis imutáveis, naturais, necessárias e eternas (DESCARTES, 2000). O relógio e suas engrenagens compõem a metáfora que foi empregada para explicar a natureza. Da mesma forma que o tempo passou a ser contido dentro do relógio, permitindo sua matematização, a natureza pôde ser dividida em inúmeras partes, mais simples. O relógio podia ser analisado desmontando-o em pequenas peças que, sendo mais simples, tornavam mais fácil a compreensão de seu funcionamento. A natureza e o ser humano começaram a ser analisados também dessa maneira, sendo divididos em partes, mais fáceis de estudar. O pressuposto adotado foi o de que se entendendo as partes entender-se-ia o todo.

Essa forma de encarar a realidade contribuiu para a divisão disciplinar da natureza. A formação de especialistas em cada uma das disciplinas que iam sendo criadas forneceu condições únicas na história para que os fenômenos fossem melhor compreendidos. Tais ideias, revolucionárias, foram sistematizadas nos séculos seguintes por cientistas e filósofos como Newton, Leibnz e Kant, e propiciaram avanços inacreditáveis para a compreensão da natureza e da vida humana. Sua consolidação efetiva ocorreu no século XIX e foram, imediatamente, trazidas para o âmbito acadêmico universitário e, posteriormente, escolar.

É importante reconhecer que o desenvolvimento da ciência em áreas disciplinares trouxe a vantagem da divisão do trabalho. No entanto, precisamos entender que, se por um lado o desenvolvimento do chamado método científico e a especialização disciplinar permitiram ao ser humano tentar dominar e controlar a natureza – e foram eficazes para o progresso científico dos séculos XVIII, XIX e XX – a superespecialização gerou também ignorância ao não considerar a complexidade que caracteriza os fenômenos da natureza. De acordo com Morin (1997), tal forma de ver a realidade constitui um “paradigma de simplificação”, cujos princípios são a disjunção, a redução e abstração. O pensamento simplificante, oriundo das ideias de Descartes, tende a fragmentar os fenômenos da natureza ao estudar apenas algumas partes da



realidade (disjunção); entendendo tal realidade exclusivamente a partir dessas partes fragmentadas (redução); e distanciando o objeto de estudo do contexto que o produziu (abstração). Tal pensamento influencia a organização escolar e a disjunção se manifesta nos conteúdos e disciplinas que estão separados e não se relacionam (ARAÚJO, 2002). Em paralelo é possível verificar na escola a redução do complexo ao simples, na medida em que se supõe que basta estudar as partes simplificadas que formam a realidade complexa para se ter uma visão do todo e dominar a realidade. Já a abstração, que consiste em formalizar o conteúdo e afastar-se do objeto de estudo, pode conduzir a um ensino distante do cotidiano a que pertencem estudantes. A simplificação, portanto, pode promover fragmentação e distanciar alunos(as) e realidade, fazendo com que a escola se desconecte da vida.

Enfim, essa organização educacional tradicional baseada nos princípios da disjunção, redução e abstração está associada à ideia de programas curriculares, que são sequências lineares de ações que têm por finalidade atingir objetivos pré-determinados. Sabemos que a vantagem que se encontra nesta forma de organização tradicional é a economia de tempo, pois a rigidez dos programas curriculares não permite alterações e nem requer maiores reflexões. Por outro lado, os programas podem se tornar falhos, as disciplinas estudadas não se relacionam entre si e a necessidade de seguir uma sequência pensada previamente deixa de lado as novidades que surgem durante o desenvolvimento do trabalho. Isso ocorre porque os programas disciplinares engessam as ações de professores e professoras, reduzindo a natureza do objeto de estudo e dificultando uma participação mais ativa dos alunos e alunas na construção do conhecimento, já que o caminho do estudo está todo traçado pelo programa.

Assim, falar de programas curriculares implica uma visão de conhecimento disciplinar, linear e hierarquizado. Essa visão encerra a realidade dentro dos limites das disciplinas, o que dificulta às crianças e jovens a construção de uma visão global sobre os fenômenos.

As propostas para uma reorganização desse conhecimento escolar baseado no pensamento cartesiano têm início com a ideia de interdisciplinaridade. A partir do entendimento do conceito de interdisciplinaridade, poderemos dar sequência às possibilidades que a estratégia de projetos oferece à construção de processos de contextualização e de articulação dos conhecimentos das diferentes áreas e disciplinas escolares.



## INTERDISCIPLINARIDADE

Os avanços científicos alcançados no século XX evidenciaram que o estudo disciplinar no qual a escola se baseia já não é suficiente para explicar a complexidade da realidade à nossa volta. Cada vez mais, em diferentes pesquisas, vimos como os estudos dos fenômenos exigem a colaboração de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Há vários exemplos do surgimento de novas ciências que reúnem elementos de diversas disciplinas, até então tidas como isoladas entre si. Este é o caso da ecologia, por exemplo, que estabelece relações com as ciências biológicas e políticas, na medida em que a degradação ocasionada pelos seres humanos ao planeta traz consequências sociais e políticas para os seres humanos enquanto espécie. Assim também ocorre com a demografia, que era um problema puramente biológico, mas tornou-se político quando a questão do controle da natalidade e o aumento da população tornaram-se preocupações de ordem social (MORIN, 1997).

Assim, ao se tornar interdisciplinar, um objeto de estudo deixa de ter um caráter fechado e passa a levar em consideração suas interações com diferentes campos disciplinares. No entanto, valorizar a interdisciplinaridade não significa desvalorizar as disciplinas. Ao contrário, a disciplinarização continua sendo importante, pois as disciplinas tomam como objeto de análise uma parte da realidade que ajuda a compreender o todo, como veremos a seguir.

## ESTRATÉGIA DE PROJETOS

Quando a escola adota uma visão monocultural de educação – homogeneizando e padronizando os conhecimentos e os sujeitos que a frequentam – isso dificulta o desenvolvimento de um olhar pluridimensional, que valorize a diversidade de culturas presentes em nossa sociedade. Como alternativa a essa visão monocultural, afirmamos a necessidade dos saberes e práticas escolares passarem a ser entendidos no contexto das diferentes culturas, como vimos anteriormente. Em termos práticos, a escola deve considerar a necessidade de trabalhar com os conhecimentos curriculares tradicionais – situados no âmbito da instrução – ao mesmo tempo em que incorpora as experiências culturais de alunos(as). Dessa maneira, os conhecimentos escolares abririam espaço para a diversidade cultural que se faz presente no interior da escola, auxiliando na produção e reprodução da cultura.

A visão disciplinar de conhecimento – fruto de um pensamento que considera a linearidade como única forma de se alcançar o saber – hierarquiza fortemente os conteúdos

ESTRATÉGIA DE PROJETOS: CULTURA, INTERDISCIPLINARIDADE E CONHECIMENTO – PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira;  
PÁTARO, Ricardo Fernandes.





escolares e os organiza sob a forma de programas curriculares rígidos. Tais programas dificultam as relações interdisciplinares entre os diferentes campos do saber e não proporcionam às crianças e jovens a construção de uma visão global sobre os fenômenos estudados. Dessa forma, o estudo dos conteúdos é visto como um fim em si mesmo, e a escola se afasta cada vez mais da realidade cotidiana. Com esse afastamento, a educação acaba por desconectar-se das temáticas socialmente relevantes que poderiam religar de maneira interdisciplinar as áreas do saber às necessidades da sociedade contemporânea.

42

Nesse sentido, a estratégia de projetos visa a superação da visão monocultural e tem como ponto de partida a cultura, as necessidades e os interesses particulares a crianças e jovens em idade escolar. Essa estratégia pedagógica nos ajuda a pensar uma forma diferente de concretizar as relações e o trabalho com as disciplinas dentro de sala de aula, além de colocar alunos e alunas no centro do processo educativo, na tentativa de responder aos problemas sociais. Assuntos de relevância social e temáticas atuais, estudadas na escola com ajuda da estratégia de projetos, passam a servir de guia para o trabalho escolar e o objetivo da educação deixa de ser apenas o trabalho com os conteúdos e a interpretação da realidade em que vivemos, passando a considerar também a necessidade de atuação para transformação dessa realidade em busca de um ensino preocupado com as necessidades da maioria da população.

Diante disso, podemos afirmar que o trabalho com a estratégia de projetos contempla, ao mesmo tempo, os dois objetivos da escola: a instrução e a formação. Ao considerar como complementares essas duas dimensões do trabalho escolar, passamos a observar a realidade a partir de múltiplos pontos de vista, e não apenas sob a ótica da divisão disciplinar do conhecimento. Isso quer dizer que não se trata de olhar para a educação e optar apenas pela instrução ou pela formação das futuras gerações, mas adotar como objetivos da escola tanto a instrução quanto a formação em valores de crianças e jovens. A seguir, apresentaremos os pressupostos da estratégia de projetos e como ela pode ser desenvolvida na escola.

## **O PROJETO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA**

A palavra projeto é utilizada em nosso dia-a-dia com diferentes significados. As ideias de realizar um empreendimento, por exemplo, um plano para o futuro e até mesmo um plano geral a ser realizado, todas estão relacionadas à palavra projeto. Em nosso caso, vamos recorrer ao trabalho de Machado (2006), que nos ajuda a entender o significado de um projeto na escola



e suas implicações para o planejamento docente. Na escola, a palavra projeto envolve a busca por objetivos, o que não necessariamente pressupõe percorrer um único caminho para alcançá-los. Se projetar envolve a busca por metas, envolve também um planejamento, que é responsabilidade do(a) professor(a) e serve para guiar essa busca. Mas, como um projeto pressupõe o engajamento em algo ainda em construção, esse processo envolve riscos e incertezas. Portanto, a ideia de ter um projeto implica uma referência ao futuro, que está em aberto e depende das ações e decisões de alunos(as) e professores(as).

A ideia de que um projeto envolve decisões e, portanto, riscos e incertezas, nos leva a um outro conceito, o de estratégia. Como alternativa à visão de programas curriculares tradicionais que discutimos anteriormente, apresentamos a noção de estratégia pedagógica por acreditar que ela nos ajuda a superar a ideia de um conhecimento linear e hierarquizado, previamente definido. Assim, a estratégia de projetos está fundamentada no pensamento complexo (MORIN, 1997) e não apresenta a rigidez do programa, permitindo ampliar a visão disciplinar, tendo em vista que se pode organizar o currículo escolar também a partir dos imprevistos que surgem durante o processo de construção do conhecimento.

Diante do que foi exposto, um projeto ajuda a concretizar os princípios de interdisciplinaridade ao permitir que os conhecimentos disciplinares se integrem e se abram a relações com feixes externos ao currículo escolar. A estratégia de projetos aponta, portanto para novas perspectivas de trabalho com o conhecimento no âmbito da educação básica.

## AS ETAPAS DE UM PROJETO

Como vimos anteriormente, um dos possíveis caminhos para concretizar a interdisciplinaridade é o trabalho com projetos. Tal proposta vem sendo desenvolvida em escolas públicas e privadas a partir de uma metodologia que envolve quatro procedimentos.

**1. Proposição de um tema de relevância social:** O planejamento se inicia com a escolha de um tema a ser desenvolvido no projeto, considerando uma temática que seja socialmente relevante. A escolha do tema deve centrar-se em conteúdos relacionados à ética – por exemplo, as questões relacionadas aos direitos humanos (ARAÚJO, 2001). Os conteúdos escolares também devem ser levados em consideração nesta etapa.

**2. Elaboração de questões:** Depois de apresentar o tema à classe, são elaboradas as questões que nortearão o projeto. Tais questões são formuladas pelas próprias crianças com a mediação docente. Esta é uma forma de valorizar as diferentes experiências e interesses dos alunos e alunas, sem deixar de lado o trabalho com os conteúdos. Os(as)



estudantes participam elaborando perguntas e atuando na busca por respostas junto ao docente, que planeja as aulas, os conteúdos e as pesquisas.

**3. Planejamento das estratégias e metodologias:** Aqui, o(a) professor(a) começa a articular as questões levantadas pelos alunos(as) aos conteúdos que auxiliarão na compreensão de cada resposta. O(a) professor(a) planeja os conteúdos e métodos para a busca por respostas às questões do projeto. A metodologia utilizada deve ser variada, contemplando diferentes recursos e articulando diferentes disciplinas.

**4. Início do projeto:** O projeto se inicia com a busca pelas respostas às questões. É importante que cada atividade desenvolvida articule os conteúdos disciplinares à temática escolhida, em um trabalho que ressalte a autoria dos(as) alunos(as) no desenvolvimento e registro das atividades. Ao longo do projeto, registra-se o trabalho em portfólios individuais e/ou coletivos, contendo as produções da turma, avaliações, comentários do(a) professor(a) e as reflexões de ambos.

A dinâmica entre as etapas descritas anteriormente contempla, de forma breve, os princípios de contextualização da cultura e interdisciplinaridade presentes no trabalho com projetos na escola. A seguir, apresentaremos um exemplo de projeto, na intenção de discutir o projeto como método pedagógico para um ensino contextualizado e interdisciplinar.

### **O PROJETO “PIADAS E PROPAGANDAS DISCRIMINATÓRIAS”**

O projeto aqui exemplificado possibilitou momentos de articulação entre a temática abordada (direito à não-discriminação) e os conteúdos curriculares previstos para o 4º ano do Ensino Fundamental. No presente tópico, apresentaremos alguns desses momentos para indicar como o conhecimento na perspectiva dos projetos pode adquirir significado ao constituir-se por meio da contribuição entre as áreas do saber e temáticas atuais. Ao analisar os exemplos verificaremos como os conteúdos de algumas matérias curriculares foram trabalhados, não como finalidades em si mesmos, mas como instrumentos para compreender e transformar a realidade, promovendo uma educação que contempla os dois eixos básicos – instrução e formação ética – e preocupada com a melhoria da sociedade.

O projeto iniciou-se com a apresentação do artigo II da Declaração Universal dos Direitos Humanos – direito à não-discriminação. O tema específico foi escolhido pelos(as) estudantes e chamado “Piadas e propagandas discriminatórias”. Esse tema expressa a diversidade cultural de nossa sociedade expressa em conflitos, confrontos e disputas. Na figura 1, vemos a rede do projeto, as perguntas de alunos(as) e os conteúdos planejados pelo professor.

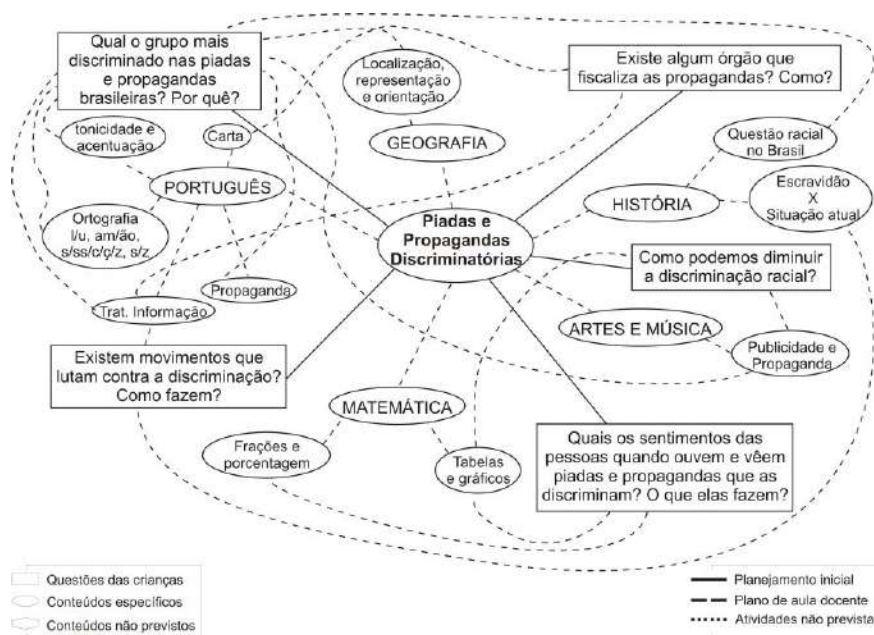


Figura 1: Rede do projeto “Piadas e propagandas discriminatórias”. Embora não seja assunto de reflexão no presente artigo, a metáfora da rede é discutida por Araújo (2003) e Machado (2011) como alternativa à concepção linear e fragmentada de conhecimento e adotada no trabalho com projetos.

Em um dos estudos do projeto, o texto “O bifê e a pipoca”, de Lygia Bojunga foi trabalhado. A história narra o encontro, amizade e percalços entre um menino rico e um menino pobre. Vários conteúdos foram trabalhados nesse momento, entre eles o “texto carta”. Foram encaminhadas cartas a uma escola vizinha, onde trabalhava a mãe de um aluno da classe.

Essa possibilidade de articulação entre escola e comunidade foi fundamental para o projeto. Na concepção que adotamos assumimos que não se pode isolar a escola do restante da sociedade. Por isso decidimos valorizar os sujeitos, suas culturas, bem como fatos e conflitos da comunidade de entorno, na construção de um projeto que levou em consideração a participação de professores, alunos, alunas, pais e demais membros da comunidade. A partir desse contato, foram desenvolvidas várias atividades. As turmas de escolas diferentes passaram a trabalhar juntas em busca de formas de diminuir a discriminação oriunda de piadas e propagandas, vivenciando um processo contextualizado com preocupações da sociedade contemporânea. Entre outras atividades, foram escritos textos narrando trabalhos realizados, cartas, teatros, músicas, todos registrados em portfólios, onde constam os trabalhos desenvolvidos no projeto.

Uma das atividades consistia em um trabalho com a música “Inclassificáveis”, de Arnaldo Antunes, quando discutiu-se o conceito de miscigenação – base da formação de nossa



sociedade. Tal conceito transformou-se em um importante apoio para o entendimento da questão racial e cultural que permeava o projeto, como expresso na figura 2 abaixo.



Figura 2: Colagem realizada por estudantes das duas escolas como representação do conceito de miscigenação estudado no projeto.

Pesquisando em busca de uma resposta à pergunta “Existe algum órgão que fiscaliza as propagandas?” a turma encontrou uma organização não-governamental que fiscaliza propagandas potencialmente discriminatórias. Trata-se do CONAR (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), que observa propagandas e a discriminação presente nelas, fazendo com a publicidade esteja de acordo com o artigo II da DUDH.

Foram encontradas pela classe, inclusive, algumas propagandas em jornais e revistas entendidas como discriminatórias. A partir da análise dessas propagandas, foram produzidas novas propagandas, com alterações objetivando minimizar os aspectos discriminatórios. Abaixo, podemos ver o exemplo de uma propaganda refeita pelas crianças. É importante destacar que a propaganda original colocava um homem chegando à frente de uma mulher na “corrida para o mercado de trabalho”. Ao refazer a propaganda, as crianças colocaram os dois, mulher e homem, chegando juntos, como pode ser visto na figura 3 a seguir.





Figura 3: Atividade de “releitura de propaganda discriminatória” desenvolvida no projeto.

No trabalho com a questão “Como podemos diminuir a discriminação racial?”, as crianças tiveram a ideia de confeccionar uma cartilha a respeito da discriminação. Para compor a cartilha, entre outros materiais, foram produzidos textos, tirinhas, músicas, etc. com a intenção de conscientizar as pessoas a respeito da necessidade de respeito à diversidade. Foi realizada até mesmo uma pesquisa para saber quantas pessoas já tinham se sentido discriminadas ao ouvir piadas preconceituosas. A pesquisa foi feita com alunos, alunas, professores, pais e comunidade escolar em geral. Isso possibilitou um trabalho com vários conteúdos, em especial de português e matemática, para interpretação e organização dos dados numéricos. Nessa atividade, ficam evidenciadas as possibilidades que a estratégia de projetos oferece para atuação de estudantes na transformação da realidade. Ao abordar a discriminação presente em nossa sociedade o objetivo do projeto foi desenvolver um ensino contextualizado na cultura de alunos e alunas e preocupado com as necessidades da maioria da população. Na figura 4 abaixo, podemos ver algumas páginas da cartilha.





## Nosso Projeto

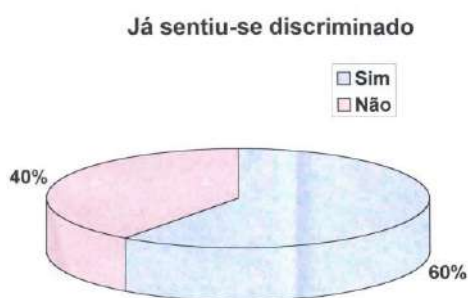
O nosso Projeto esse ano é sobre o artigo II (direito à não discriminação) da D.U.D.H, que é uma declaração.

O que é uma declaração?  
É um documento escrito com direitos e deveres que todas as pessoas precisam respeitar.

O assunto do nosso projeto é a discriminação racial e o tema do projeto é "Piadas e propagandas Discriminatórias".

Em nosso projeto tivemos a idéia de fazer uma cartilha para conscientizar as pessoas sobre o preconceito e a discriminação que estão no nosso dia-a-dia.

48



### Observação do gráfico

Com este gráfico, percebemos que 60% das pessoas entrevistadas já se sentiram discriminadas ao ouvirem uma piada, e 40% nunca se sentiram discriminadas.

Isso mostra como as piadas são usadas para discriminar e espalhar o preconceito.

Figura 4: Trechos da cartilha produzida por alunos e alunas para tratar da discriminação com a comunidade de entorno da escola.

De maneira específica, o trabalho com a cartilha nesse projeto possibilitou uma série de discussões e reflexões a respeito de condutas que valorizam as diferenças e a diversidade humana. A articulação entre os conteúdos trabalhados e a cultura de alunos(as), transformou-se em possibilidade de aproximar o trabalho escolar dos conflitos e das vivências cotidianas de estudantes e de seu entorno. Os conteúdos trabalhados ganharam significado ao ajudarem a compreender que a discriminação está presente em nosso cotidiano, o que nos leva a crer que a atividade prestou auxílio não só ao estudo dos conteúdos (eixo da instrução), mas também à educação em valores (formação ética), já que as crianças partiram para a tentativa de transformação de sua realidade a partir da articulação entre a temática estudada e os conteúdos.

As atividades exemplificam um conhecimento visto sob a ótica da interdisciplinaridade e da contextualização – trabalhado a partir da estratégia de projetos – que pode adquirir maior significado para alunos e alunas da escola básica, ajudando a formar sujeitos que almejem por



uma vida mais justa, digna e feliz para todos os membros de nossa organização social. Importante destacar que, na perspectiva do trabalho com projetos, a contextualização dos conhecimentos escolares na cultura de alunos(as) é uma ferramenta para a constituição de uma escola que tenta responder a problemas sociais e se conectar a vida das pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto analisado no presente artigo exemplifica com professor e alunos(as) refletiram sobre o significado das diferenças individuais e desigualdades sociais, realizando um trabalho para além do discurso e promovendo questionamentos a respeito de atitudes e valores preconceituosos – que muitas vezes, por serem “velados”, passam despercebidos e nosso cotidiano. Este é um exemplo de como entender a escola como espaço de cruzamento de culturas e não mais como transmissora de uma cultura “verdadeira” hierarquicamente superior.

Partindo do pressuposto de que escola é um espaço onde se fazem presentes diferentes manifestações culturais que dialogam e conflitam entre si, o estudo de temáticas socialmente relevantes proporcionado pela estratégia de projetos possibilita que a cultura e questões conflituosas da vida cotidiana sejam abordadas na escola – como foi o caso da discriminação, no projeto analisado no presente artigo. Em vista disso, vale lembrar que os temas de projetos não são novos campos disciplinares, mas sim áreas do conhecimento que atravessam as diferentes disciplinas do currículo escolar de maneira interdisciplinar, promovendo uma integração entre os saberes e a realidade vivida por alunos e alunas.

Bale lembrar também, a partir do que discutimos ao longo do artigo, que o trabalho com a estratégia de projetos na escola ultrapassa os aspectos metodológicos e assume também um pressuposto epistemológico, na medida em que permite questionar quais os tipos de conhecimentos a humanidade e a ciência devem produzir.

Em suma, o trabalho com a estratégia de projetos na escola não objetiva apenas a contextualização dos conhecimentos científicos na cultura e cotidiano das pessoas. Ao partir de temáticas socialmente relevantes, o objetivo de um projeto escola passa a ser a busca de soluções para essas temáticas, de forma que as ações docentes não objetivam apenas o trabalho com os conteúdos e a interpretação da realidade, mas também a transformação da própria realidade. Esta é uma das maneiras de contemplar o que consideramos os dois objetivos da educação: a instrução e a formação ética das futuras gerações, almejando uma educação que

ESTRATÉGIA DE PROJETOS: CULTURA, INTERDISCIPLINARIDADE E CONHECIMENTO – PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira;  
PÁTARO, Ricardo Fernandes.



leve em consideração a diversidade cultural de seus alunos e alunas, condições de vida, experiências e interesses na construção de uma aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Moderna, 2002.

ARAÚJO, U. F. & AQUINO, J. G. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

ARAÚJO, U. F. *Temas transversais e a estratégia de projetos*. São Paulo: Moderna, 2003.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

DAYRELL, J. T. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

FREIRE, P.. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

MACHADO, N. J. A vida, o jogo, o projeto. In: ARANTES, Valéria A. (org). *Jogo e projeto: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: *Revista Brasileira de Educação*, n.23. p. 156-168, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

\_\_\_\_\_. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica: 2007.

MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. In: SHNITMAN, D. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MOLL, J. Reinventar a escola dialogando com a comunidade e com a cidade: novos itinerários educativos. In: *Pátio - Revista Pedagógica*, Porto Alegre, p. 58-61, 2003.



## O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E O CASO EMPÍRICO VARIG

ROMEIRO, Taíssa Salles

*Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito –  
UFF e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
taissaromeiro@yahoo.com.br*

51

### RESUMO

O presente resumo versa sobre o papel da justiça social na aproximação do Direito e da Economia. É necessário preencher este vazio em termos de análise, com uma visão mais multidisciplinar do Direito, através da base ética filosófica do princípio da função social da empresa, previsto no artigo 47 da Lei 11.101/2005, além de verificar as conseqüências para os trabalhadores, mediante o estudo do caso empírico e da pesquisa qualitativa de caráter exploratório, dos 225 volumes do processo de Recuperação Judicial da companhia Varig, que foi considerada a maior companhia aérea da América Latina. Os resultados apresentados mostram que os trabalhadores tiveram seus direitos mínimos usurpados, em prol da manutenção da empresa, restringida a aplicação do artigo 54 da Lei 11.101/2005 por força do acordo. Os dados apresentaram a ética utilitarista afasta o princípio da função social da justiça social e viola a dignidade da pessoa humana.

**Palavras chaves:** Função Social da Empresa. Recuperação Judicial. Justiça Social.

### ABSTRACT

This summary is about the role of social justice in the approximation of Law and Economics. You must fill this void in terms of analysis, with a more multidisciplinary view of the law, through philosophical ethical basis of the principle of the social function of the company, pursuant to Article 47 of Law 11.101/2005, besides verifying the consequences for workers, through the empirical case study and qualitative exploratory research, the 225 volumes of the proceedings of Reorganization company Varig, which was considered the largest airline in Latin America. The results show that workers had their minimum rights usurped for the maintenance of the company restricted the application of Article 54 of Law 11.101/2005 under the agreement. The data showed the utilitarian ethics departs the principle of the social function of social justice and violates the dignity of the human person.

**Key words:** Social Function of the Company. Judicial recovery. Social Justice.



## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o estudo da base filosófica do princípio da função social da empresa e seu objeto é a aplicação do artigo 54 da Lei 11.110/2005 no processo de recuperação judicial da companhia Varig. O objetivo é estudar os reflexos da sua aplicação para a classe trabalhadora a partir do seguinte problema de pesquisa: o embasamento ético filosófico do princípio da função social da empresa seria incompatível com a justiça social?

A Lei de Recuperação de Empresas e Falências (LREF) tem o princípio da função social da empresa como embasamento teórico. Todas as práticas judiciais e legais na consecução da lei e na análise do processo de recuperação judicial da Varig se fundamentaram no princípio da função social da empresa; por isso, a análise desse princípio é uma ferramenta essencial para se entender o caso empírico.

Metodologicamente adota-se uma análise multidisciplinar do Direito, mediante uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com a pesquisa de campo dos 225 volumes do processo de recuperação judicial da companhia Varig.

## 2. O ESTADO DA ARTE SOBRE A QUESTÃO LEVANTADA

A função social da empresa é vista como um princípio jurídico que permeia o social e o econômico. Assim, segundo Coelho (2013), a empresa cumpriria sua função social ao gerar empregos, tributos e riqueza, ao contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade em que atua, de sua região ou do país, ao adotar práticas empresariais sustentáveis, visando à proteção do meio ambiente e a respeitar os direitos dos consumidores, desde que com estrita obediência às leis a que se encontram sujeitos.

Através de uma visão sistemática, a partir da Carta Magna de 1988, verifica-se que a tendência constitucional é pela função social dos institutos jurídicos, a que se precisa incluir a empresa, como operadora de um mercado socialmente socializado (COMPARATO, 1996). Logo, a função social da propriedade foi elevada ao *status* de princípio constitucional fundamental (artigo 5º, inciso XXIII), constando, ainda, como princípio ordenador da economia (artigo 170, inciso III). Dessa forma, a função social da empresa asseguraria a função social dos



bens de produção, ou seja, o poder-dever do proprietário de dar uma destinação compatível com o interesse da coletividade.

Passou-se, então, a discutir a noção de função social da propriedade, de acordo com sua destinação (bem de produção ou de consumo), sendo o exercício da função social um poder-dever, isto é, algo que deve ser cumprido não só pelos bens de produção, considerados “fontes de riqueza da sociedade”, como também pelos de consumo. O poder-dever, elemento de funcionalização da propriedade e demais institutos jurídicos, portanto, acarreta na “necessidade de condicionamento do exercício dos respectivos direitos aos interesses maiores da sociedade”, sendo estes últimos caracterizados como “as escolhas democráticas do legislador constituinte” (GAMA; BARTHOLO, 2007, p.17).

O professor Comparato (1996) define a função social como “(...) o poder-dever de vincular a coisa a um objetivo determinado pelo interesse coletivo”. Logo, segundo Magalhães (2011), a função social não tira a liberdade do indivíduo de agir de acordo com os próprios interesses, mas terá deveres com a sociedade, determinados pelos princípios e normas jurídicas, positivadas ou não.

Nesse contexto, a função social da empresa deve ser entendida como o respeito aos direitos e interesses dos que se situam em torno dela. A geração de empregos pode ser considerada como função social da empresa, à luz do preceito constitucional econômico, que promulga a busca pelo pleno emprego. Com efeito, se toda propriedade, no Brasil, necessita cumprir uma função social, a empresa também necessita e seria encarada como função social dos bens de produção. Ela surge, portanto, de uma necessidade do Estado contemporâneo que, não podendo mais promover o bem-estar social por si mesmo, tenta limitar o individualismo das empresas “frente à exigência social de garantir o interesse da coletividade, que não é satisfeita dentro do Estado liberal atual” (MAGALHÃES, 2011, p.8).

A legislação falimentar, que entrou em vigor em junho de 2005, conhecida como Lei de Recuperação de Empresas e Falências (LREF), é uma legislação recente no Brasil, com menos de 10 (dez) anos, mas que surgiu como uma vertente inovadora de que a crise do empresário não poderia ser mais vista como um problema individualizado, mas que, ao gerar reflexos para toda a sociedade, exigia por parte dos atores envolvidos uma nova postura, ganhando uma conotação coletiva.





Nesse sentido ressalta-se o artigo 47 da Lei 11.101/2005:

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Essa conotação coletiva tende a fazer uma intersecção do Direito e da Economia e muitas vezes tem gerado um problema, pois seu fundamento ético filosófico é utilitarista, ou seja, de “bem comum” ou “maioria” e despreza os pilares de “justiça social<sup>1</sup>”, obrigando as minorias, desprovidas de proteção legal, a negociarem sem o mínimo de igualdade material.

Historicamente, a Revolução Industrial e as ideias iluministas tornaram o homem o centro do mundo ocidental para se rebelar contra os privilégios concedidos à monarquia, inaugurando a modernidade. O fundamento da modernidade é o fortalecimento da burguesia, com base na racionalidade<sup>2</sup> do mundo ocidental. Weber (2003) enfatizava a necessidade de leis previsíveis que pudessem garantir, também, o funcionamento econômico. O mercado<sup>3</sup> se amplia e ganha força e as ações dos indivíduos são pautadas, cada vez mais, em uma racionalidade econômica em prol da sobrevivência do próprio mercado, ou seja, despreendida de valores universais. Nesse momento, há necessidade de se resguardarem direitos humanos universais, que possam proteger os indivíduos contra a força do mercado e das práticas mercantis (BOBBIO, 2001). Touraine (2006) também enfatiza que o grande problema da sociedade moderna é a perda de valores em prol do mercado.

---

<sup>1</sup> Em 1891, Leão XII, na Encíclica *Rerum Novarum*, chamava a atenção da humanidade para a justiça social: “estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio de miséria imerecida”.

<sup>2</sup> A racionalidade é vista como um grande diferencial da modernidade, em que a ciência é feita despreendida de misticismo, religião e crenças.

<sup>3</sup> Local onde ocorre as relações de troca. Pode atender a um simples comércio local, regional ou globalizado. Hoje esse mercado se fortalece com inúmeras atividades que não mais se restringem à atividade comercial, como a atividade financeira e a de prestação de serviços entre outras.



A função social da empresa estaria embebida na corrente filosófica conceituada por Bentham (1989) como o “utilitarismo”, que tem como lema o maior bem para o maior número de pessoas, prezando pela coletividade e o maior prazer do conjunto em detrimento do indivíduo e de qualquer princípio norteador em relação ao certo e errado. O utilitarismo, nesse caso, se faz presente, não só na empresa, como também no governante, figura do Estado, que tem como tarefa atender às necessidades da sociedade como um todo.

Porém, para o utilitarismo as ações estariam pautadas na consecução de determinado fim, que seria o bem estar coletivo, porém despido de valores e que não tem, nos direitos humanos, o seu patamar universal, o que contraria as ideias de Kant (1999) no pensamento ocidental, em que a dignidade da pessoa deveria ser um limite para a prática de qualquer ação. Ao contrário da ética utilitarista, que não tem como base os direitos naturais e sim a “coletividade”, a ética kantiana elege princípios maiores, que não poderiam ser usurpados do cidadão, sob pena de ferir a dignidade da pessoa humana.

Segundo Magalhães (2011), “a função social é um princípio que trouxe um maior grau de justiça nas relações sociais, visando coibir os abusos individuais. As empresas estariam direcionadas a fazer o bem comum, possibilitando um ganho econômico mais justo para todos”.

É necessário saber o que é justiça dentro de uma mentalidade coletivista, para se saber se a função social da empresa trouxe, efetivamente, um maior grau de justiça nas relações sociais e confrontar o conceito de justiça, baseada em premissas filosóficas utilitaristas, que desprezam a existência de direitos naturais.

O jargão como “o que importa é a justiça para a classe social, para o povo ou para grupos e coletividades” deve ser visto com ressalva, pois se distancia das premissas dos valores individuais, permitindo o sacrifício de um determinado grupo e elegendo o que é justo para a coletividade. Segundo Hervada (2006, p. 34), “é disparatada essa ‘justiça do grupo’ que não hesita em atacar direitos dos indivíduos. Digamos isso com todas as letras: isso é hipocrisia que encobre uma injustiça”.

O grande problema é que a mentalidade coletivista foi se infiltrando tão fortemente, que se pretende aplicar a justiça a grandes blocos, a classes sociais, a grupos e se esquece do indivíduo, como no caso do plano de recuperação judicial em que os trabalhadores são chamados a participar do processo em situação de igualdade, com plena autonomia contratual, ignorando o seu *status* de desigualdade e os direitos naturais.



### 3. ANÁLISE DO CASO EMPÍRICO: APLICAÇÃO DO ARTIGO 54 DA LEI 11.101/2005

Na fase de tramitação do Projeto de Lei nº 4376 de 1993, apresentado na Câmara dos Deputados, no governo do Presidente Itamar Franco e, convertido, em 2003, no Senado, na Subemenda Substitutiva de Plenário, PLP 71/03, o relator da Comissão, Senador Ramez Tebet, em seu parecer, enfatizou que a norma do artigo 54 da Lei representava uma proteção aos trabalhadores<sup>4</sup>.

Assim, a Emenda nº 98, apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy, que propunha alterações ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de alterar o artigo 54 e para reduzir o prazo de pagamento dos créditos trabalhistas, vencidos antes do pedido de recuperação judicial, de um ano para três meses, foi rejeitada pelo Senado. O fundamento estava, exatamente, no fato de a postergação do pagamento do crédito trabalhista ter, como limite, o princípio da proteção aos trabalhadores para se evitar abusos. Nesse sentido:

A emenda nº 98 também deve ser rejeitada, pois a nova Lei de falências pressupõe que os trabalhadores poderão, por acordo, contribuir para a recuperação das empresas brasileiras. Claro que deve haver uma limitação da possibilidade de postergação do pagamento do passivo trabalhista no plano de recuperação judicial, a fim de se evitarem abusos. No entanto, entendemos que os dois prazos estabelecidos no Substitutivo – trinta dias para pagar os salários vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação no limite de cinco salários mínimos (art. 54, parágrafo único) e um ano para pagar os demais créditos trabalhistas – representa a configuração mais equilibrada para, ao mesmo tempo, proteger os trabalhadores e permitir lhes participar do esforço de recuperação<sup>5</sup>.

O artigo 54, parágrafo único, da LREF, que impunha o pagamento de verbas salariais no limite de até cinco salários mínimos por empregado antes de outras obrigações, foi apreciado pelo Congresso Nacional como uma solução que melhor harmonizava os princípios fundamentais, que deveriam permear a LREF. De um lado, a necessidade de se proteger os

<sup>4</sup> Parecer nº 535, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003 (nº 4.376/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividade econômica, regida pelas leis comerciais, e dá outras providências. Senador Ramez Tebet.

<sup>5</sup> Idem.



trabalhadores e de garantir-lhes a subsistência. De outro, o imperativo de reduzir o custo do crédito, mas corolário do art. 54, parágrafo único, da LREF, que seria o princípio da dignidade da pessoa humana, que deveria estar acima de qualquer outro.

A alternativa que encontramos foi definir um valor até o qual os trabalhadores terão prioridade absoluta de recebimento, inclusive sobre as restituições em dinheiro. Esse valor deve satisfazer às necessidades imediatas dos trabalhadores sem comprometer a eficiência dos ACC<sup>6</sup>.

Propomos que essa superprioridade seja dada às parcelas de natureza estritamente salarial, vencidas nos três meses anteriores à decretação da falência ou à distribuição do pedido de recuperação judicial, no limite de cinco salários mínimos por trabalhador. Além de proteger o crédito trabalhista de caráter mais evidentemente alimentar, essa providência evita que o inadimplemento das obrigações salariais possa servir como estratégia para o planejamento da recuperação judicial ou de falências fraudulentas. Por outro lado, o risco que se acrescentará ao ACC será pequeno e, melhor que isso, completamente mensurável<sup>7</sup>.

Então, a proteção conferida aos trabalhadores poderia se caracterizar como uma norma protecionista, que permitiria àqueles receberem seus créditos com precedência aos demais créditos na recuperação judicial. Essa norma, além de garantir o pagamento antecipado dos créditos trabalhistas, também poderia assegurar uma maior participação dos empregados no processo de recuperação judicial, tendo em vista que já teriam recebido um valor mínimo que lhes permitissem suportar as delongas e os custos que o processo de recuperação exigiria deles.

Entretanto, na fase de aplicação da Lei nº 11.101/2005, o que se verificou foi uma mudança de interpretação em seu artigo 54, pois este havia sido criado para assegurar o mínimo aos trabalhadores, mas acabou sendo relativizado, para ser objeto de acordo. O entendimento que prevaleceu na 1ª Vara Empresarial, responsável pelo processo de recuperação judicial da Varig, era de que os credores trabalhistas eram livres para acordarem novas formas de pagamento no plano de recuperação judicial.

<sup>6</sup> ACC - adiantamento de contrato de câmbio.

<sup>7</sup> Idem



Cabe mencionar que o parágrafo único do artigo 54 da LREF preceitua que:

O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

À época da recuperação judicial, cada trabalhador que exercia sua função durante os três últimos meses anteriores à distribuição do pedido de recuperação judicial, no dia 17/06/2005, teria, a princípio, o direito de receber R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais), referente aos créditos salariais em atraso, que não poderiam ultrapassar a cinco salários mínimos por credor<sup>8</sup>.

Segundo a norma prevista no art. 54 da LREF, o crédito trabalhista, referente aos últimos três meses trabalhados antes do pedido de recuperação judicial, no limite de até cinco salários mínimos por credor, teria preferência sobre qualquer outro, inclusive os advindos dos contratos de câmbio.

No caso concreto da Varig, desde o início do processo de recuperação judicial das empresas que compunham o grupo Varig, já se visualizava, com certa dificuldade, o cumprimento da norma acima transcrita, pelo menos na sua integralidade. As Recuperandas não tinham, sequer, previsão para a entrada de recursos suficientes para fazer frente aos créditos trabalhistas no prazo de 1 (um) ano.

Como a companhia encontrava-se em um processo de recuperação judicial e, conseqüentemente, em uma situação financeira difícil para honrar seus compromissos creditícios, ela precisou alienar parte do seu ativo para o pagamento de seus credores, efetuando, primeiramente, a alienação de duas subsidiárias, a Vem e a VarigLog em dezembro de 2005 e, em um segundo momento, alienou a sua Unidade produtiva (UPV)<sup>9</sup> para a VRG Linhas Aéreas, que foi efetivada em dezembro de 2006. Desde a data da arrematação do primeiro leilão até o início de 2008, os trabalhadores ainda não haviam recebido nenhuma parcela, conforme ressaltou o Ministério Público Estadual (MPE) em seu recurso, chamando a atenção para a violação do artigo 54 parágrafo único da LREF:

<sup>8</sup> O valor do salário mínimo era de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

<sup>9</sup> Conjunto de bens corpóreos e incorpóreos que o empresário utiliza na exploração da sua atividade econômica.



É fato que até hoje as Recuperandas não cumpriram tal obrigação sob a alegação de que não dispunham de recursos em caixa para tal pagamento. Contudo, a falência das Recuperandas só não foi requerida pelo Ministério Público ou decretada de ofício pelo Juízo em razão da conjugação de outro princípio que inspirou o legislador, o da preservação da empresa...

No entanto, com o resgate antecipado da debênture UPV classe I não há mais razão para o processo permanecer fora dos trilhos. Se a contingência nos obrigou, Ministério Público e Poder Judiciário, a fechar os olhos para evidente violação ao disposto no parágrafo único do artigo 54 da Lei 11.101/05, hoje, com os recursos disponíveis em caixa, já é possível sair da escuridão e concretizar as aspirações legislativas, efetivando o comando legal em foco (Recurso proposto pelo MPE no dia 18/02/2008).

O MPE não recorreu do descumprimento do artigo 54, parágrafo único, da LREF. Entretanto a doutrina não admite tal violação. Para o professor Campinho (2006, p. 159) o respeito do artigo 54 da LREF, “é condição de validade do plano, estando à questão, afeta ao controle de legalidade, o respeito ao limite temporal estabelecido no artigo 54, para que paguem os créditos de natureza trabalhista.”

O juiz responsável pelo processo de recuperação judicial, Luiz Roberto Ayoub, mencionou, em decisão, que a norma do artigo 54 da LREF poderia ser modificada diante da autonomia conferida aos credores para votarem o Plano de Recuperação Judicial. Segundo o Magistrado, “o Plano de Recuperação Judicial é um título executivo, constituído em razão do voto soberano emanado pelos credores... E, ainda, o que prevaleceu foi a liberdade das partes em contratar”.

Porém, a doutrina é enfática na emergência do crédito trabalhista. Para a professora Sztajn (2005, p. 405):

A atual opção do legislador, de limitar a prioridade conferida a créditos trabalhistas em atraso, restringindo o período de três meses e o total a ser pago em cinco vezes o salário mínimo em vigor, embora a alguns se afere injusta, é salutar. De um lado porque impede oportunismos; de outro, porque, se salários são alimentos, não se justifica que empregados aceitem ficar muito tempo sem receber...

O professor Lobo (2005, p. 145 e 146), dentro da doutrina de Direito Empresarial, também defende a imperatividade do pagamento desses valores com absoluta prioridade. Já Coelho (2013, p. 437) ressalta que, no tocante à alteração das obrigações da beneficiária, a lei se





preocupou em estabelecer quatro balizas, dentre elas destaca a primeira, que se refere à norma do artigo 54, parágrafo único, da LREF:

Primeiro, os empregados com direitos vencidos na data da apresentação do pedido de recuperação judicial devem ser pagos no prazo máximo de um ano, devendo ser quitado em trinta dias os saldos salariais em atraso. Não há na lei a menção ao termo a quo do prazo para regularização dessas pendências trabalhistas. Deve-se considerá-lo o dia do vencimento da obrigação. Assim se a impetrante da recuperação judicial, na data da distribuição do pedido, devia há cinco meses uma indenização ao empregado Antonio, ela deve pagá-la nos sete meses seguintes; se a obrigação vencera há dois meses, deve regularizá-la nos nove meses seguintes ao aforamento da recuperação judicial.

60

E, concluiu o autor (COELHO, 2013, p.438):

Portanto, com a exceção feita aos créditos referidos nas quatro balizas acima, todos os demais titularizados perante a Requerente da recuperação judicial podem ser objeto de ambas as alterações no valor, forma de pagamento, condições de cumprimento da obrigação etc.

Segundo o pleito ministerial, com o pagamento do artigo 54, parágrafo único da LREF, mais de 3.100 (três mil e cem) credores receberiam integralmente seus créditos, o que permitiria reduzir, consideravelmente, o passivo trabalhista. Mediante análise dos autos judiciais, segundo informação do Administrador Judicial em seu relatório de novembro de 2008 (fls. 37728), o número exato de trabalhadores que receberam o valor integral de seus créditos foi de 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis). Era óbvio que esse valor não seria suficiente para pagar todos os credores, mas o juízo poderia ter reservado uma quantia do valor arrematado no primeiro leilão para pagamento desses credores, o que não ocorreu.

Cabe destacar as palavras do órgão ministerial estadual, visto que aquele que deveria ter zelado pelo fiel cumprimento da lei tangenciou a respeito e violou o princípio da dignidade da pessoa humana: “a peculiaridade do processo levou todos, inclusive o Ministério Público, a tangenciar a norma sob enfoque em prol da preservação da empresa, contando com o apoio dos próprios trabalhadores, que aprovaram o Plano de Recuperação então apresentado.”

A efetivação do princípio da função social da empresa exigiu dos trabalhadores, no Plano de Recuperação Judicial, a aprovação de um Acordo Coletivo de Trabalho que restringia a aplicação do artigo 54 da Lei 11.101/2005. Nesse sentido os empregados, mediante



Assembleia Geral Especial, realizada pelos Sindicatos na forma do artigo 612 da CLT<sup>10</sup>, deveriam aprovar o Acordo Coletivo de Trabalho, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que os credores reunidos na AGC<sup>11</sup> de 17/07/2006 aprovaram o PRJ<sup>12</sup> da EMPRESA condicionado, contudo, a sua eficácia à celebração de um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, disciplinando os desligamentos dos funcionários das Companhias e tratando do regime de liquidação dos créditos concursais e extra-concursais derivados da legislação do trabalho e de acidentes de trabalho, inclusive as verbas rescisórias, exclusivamente através dos meios de pagamento previstos no PRJ, as partes CELEBRAM O PRESENTE ACORDO<sup>13</sup>

61

Embora os credores trabalhistas tivessem achado que a venda lhes garantiria o crédito emergencial previsto no artigo 54 da LREF ou, pelo menos, que o pagamento dos seus créditos fosse efetuado dentro de um prazo de um ano a contar da homologação, eles se equivocaram. No momento em que concordaram com o Plano de Recuperação Judicial proposto, eles passaram a se sujeitar às regras do Plano e deveriam receber com o que ali foi disciplinado, renunciando aos seus direitos.

O acordo judicial restringia o artigo 54 da LREF, que havia sido considerado uma conquista na fase de elaboração da lei, pois visava garantir o mínimo aos trabalhadores, para conseguirem suportar o processo de recuperação judicial, diante das tantas restrições e limitações sofridas no Projeto da Lei de Falências. O artigo 54 da LREF era uma segurança que foi extirpada do Plano de Recuperação Judicial, pois segundo a interpretação aplicada no juízo da 1ª Vara Empresarial<sup>14</sup>, o artigo 50, VIII da LREF enumerava, de forma exemplificativa,

<sup>10</sup> Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>11</sup> AGC – Assembleia Geral de Credores.

<sup>12</sup> PRJ- Plano de Recuperação Judicial.

<sup>13</sup> Modelo de acordo coletivo de trabalho retirado dos autos Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 1ª Vara Empresarial. Processo de Recuperação Judicial nº 2005.001.072887-7, fls. 21207/21209.

<sup>14</sup> Inicialmente o processo da companhia Varig foi distribuído para a 8ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro. Com a aposentadoria compulsória do juiz titular daquela Vara, Alexander dos Santos Macedo, a



algumas hipóteses que poderiam ser modificadas pelo Acordo Coletivo ou a Convenção Coletiva de Trabalho, incluindo, entre elas, o artigo 54 mencionado.

O acordo judicial feito em 17/07/2006 previu que os créditos pretéritos ao requerimento de recuperação judicial só seriam pagos após 30 (trinta) dias da homologação do auto de arrematação, que ocorreu em 15/12/2006. Mas, mediante a análise do caso empírico, o que se verificou foi que durante o período de tramitação do processo até a efetivação do acordo e início do pagamento dos credores, os trabalhadores aguardaram 3 (três) anos e 4 (quatro) meses para receber o limite de até 150 salários mínimos por credor, não contemplando o valor total do crédito de muitos credores trabalhistas.

O grande problema de se retirar as garantias mínimas da lei em prol do coletivo, que seria a manutenção da unidade produtiva, é violar o direito das classes menos favorecidas, como os trabalhadores, fazendo-os suportar o ônus da atividade empresarial e as delongas de um processo judicial.

Portanto, o que se percebe é que o princípio da função social da empresa embasado na ética utilitarista de “maioria” despreza os pilares de “justiça social”, obrigando as minorias, desprovidas de proteção legal, a negociarem sem o mínimo de igualdade material.

## CONCLUSÃO

Assim, ao contrário dessas interpretações, que procuram reduzir esta transição de uma legislação obsoleta com bases individualistas para uma legislação vanguardista, que recupera o crédito, o presente trabalho procurou sair do senso comum, para mostrar a importância do estudo das bases filosóficas e entender a dimensão e aplicação de determinado estudo jurídico.

É inevitável que o acordo judicial exija algumas concessões por parte dos atores envolvidos, mas a supressão do mínimo do mínimo, com a violação do artigo 54 da Lei 11.110/2005, sem que os trabalhadores recebam nenhuma antecipação salarial para lhes permitir aguardar as delongas do processo, é exigir mais do que eles podem dar.

A busca do atendimento da função social da empresa não poderia violar os direitos dos trabalhadores e, conseqüentemente, a dignidade da pessoa humana, que teria uma base moral,

---

administração do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro resolveu extinguir aquele juízo, sendo todos os processos do acervo do cartório redistribuído para os outros juízos empresariais. O processo de recuperação judicial da Varig foi encaminhado para a 1ª Vara Empresarial.



que transcende a noção de utilidade e de preservação da empresa. A função social da empresa deve atender ao interesse social, que deve ser produzido sem violar os direitos universais. Mas isso só é possível se for afastada a ética utilitarista do acordo judicial e tratados os desiguais de forma desigual, antecipando, no mínimo, as verbas previstas no artigo 54 da Lei 11.101/2005 e não permitindo que esta norma seja objeto de acordo ou restrição de direitos.

### Referências Bibliográficas:

BENTHAM, Jeremy; Stuart Mill. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo de Recuperação Judicial nº 2005.001.072887-7. 1ª Vara Empresarial. Juiz titular Luiz Roberto Ayoub, 2005-2009.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recurso Ministerial. Proc. de origem nº 2005.001.072.887-7. 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Promotor Leonardo Araújo Marques, 2008.

BRASIL. *Lei 11.101/2005*. Regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 fev. 2005. Seção 1, Edição Extra, p.1.

BOBBIO. Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Tradução de Fernando Arian. São Paulo: Edipro, 2001.

CAMPINHO, Sérgio. *Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. v. 1, 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. Estado, empresa e função social. *Revista dos Tribunais*, ano 85, v. 732, p. 38-46, out., 1996.

\_\_\_\_\_. A Reforma da Empresa. *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro*, v. 50, p. 57-74, 1983.

GAMA, Guilherme; BARTHOLO, Bruno. Função social da empresa. *Revista dos Tribunais*, v. 857, p. 12-27, mar., 2007.

HERVADA, Javier. *O que é o direito? A moderna resposta do realismo jurídico*. Tradução de Sandra Marta Dolinsky. São Paulo: Martin Fontes, 2006.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura. Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.



LOBO, Jorge. Da Assembleia Geral de Credores. In: TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (Coord.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 83-172.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. *Princípios constitucionais do direito empresarial: a função social da empresa*. 1. ed. v. 1. Curitiba: CRV, 2011.

ROMEIRO, Taíssa Salles. *O uso da Lei de Falências no caso Varig*. 2014. 225f. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 16 jun. 2014.

SZTAJN, Rachel. Da realização do ativo. In: TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (Coord.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 371-427.

\_\_\_\_\_. Reorganização societária e concorrência. *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, v. 148, p. 7-16, 2007.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. v.2. Brasília: UNB, 2012.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Vinicius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Política como vocação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.



## **PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES NO BRASIL: REFLEXO DA COMPLEXIDADE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

COELHO, Gabriel Bandeira  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
*gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br*

65

### **RESUMO**

A necessidade da formulação de pesquisas interdisciplinares que vão para além das fronteiras disciplinares passa a ser central no campo científico como estratégia para lidar com a alta complexidade decorrente da atual dinâmica do universo social. Isto tem se evidenciado nas políticas governamentais de fomento à Ciência, onde é possível destacar a criação de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares, principalmente no Brasil, fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, o objetivo deste trabalho é o de trazer o debate epistemológico no que diz respeito à formação desses Programas no cenário de pesquisa brasileiro mediante às abordagens sobre complexidade, disciplinarização e interdisciplinaridade no que diz respeito à produção de conhecimento científico.

**Palavras-chave:** Pós-Graduação; Interdisciplinaridade; Complexidade; Disciplinarização; Ciência.

### **ABSTRACT**

The necessary to formulate interdisciplinary research that goes beyond disciplinary boundaries becomes central in the scientific field as a strategy to cope with the high complexity due to the current dynamics of the social universe. This has been evidenced in government policies to encourage science, where it is possible to highlight the creation of Programs Graduate Interdisciplinary, mainly in Brazil, promoted by the “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” (CAPES). The objective of this work is to bring the epistemological debate regarding the formation of these programs in research setting by the Brazilian approaches to complexity, disciplining and interdisciplinarity as regards the production of scientific knowledge.

**Key-words:** Postgraduate; Interdisciplinarity; Complexity; Disciplinarization; Science.

### **INTRODUÇÃO**

Frente à atual crise dos pressupostos modernos – método analítico, verdade indubitável e independente do tempo e do espaço, não - linearidade –, frente à Sociedade altamente dinâmica e complexa e frente à emergência de um paradigma complexo, quem vem contemplando a pluralidade, a indeterminação, a precariedade, contingência etc, tem emergido um importante debate em torno da produção de conhecimento científico, principalmente nos centros de pesquisas (programas de pós-graduação) das Universidades brasileiras e fora do país. Uma das principais questões diz respeito, sobretudo, ao conflito entre disciplinarização do





conhecimento *versus* maior integração entre as disciplinas, ou seja, interdisciplinaridade<sup>1</sup>. Nestes termos, o próprio desenvolvimento alcançado pela ciência moderna, facilitado, num primeiro momento, pela disciplinarização do conhecimento, parece ter levado a um esgotamento no que diz respeito aos aspectos epistemológicos e institucionais do modelo disciplinar. Isto fez com que a CAPES fomentasse, junto aos Programas de Pós-Graduação, pesquisas que contemplassem o âmbito interdisciplinar, a partir de 2008. Tal iniciativa buscava (e ainda busca) uma maior cinergia de esforços teóricos e empíricos para o avanço na pesquisa, em diferentes disciplinas, que apresentam maior grau de complexidade, não podendo ser apreendido na sua integralidade dentro dos limites disciplinares. Isto requer que se conheça mais detalhadamente, a luz da teoria sociológica, as razões que levaram a CAPES a incentivar o desenvolvimento e consolidação de Programas Interdisciplinares, bem como tais programas estão lidando, enfrentando o desafio de produzir conhecimento de forma interdisciplinar e afrontando as dificuldades epistemológicas e político-institucionais da tradicional ideia de produção “disciplinar” de conhecimento. Isso significa dizer que a emergência de tais programas de Pós-Graduação Interdisciplinares, bem como os fatores – sejam epistemológicos (dimensão internalista da ciência), sejam político-institucionais (dimensão externalista da ciência) – que envolvem a sua produção de conhecimento, tornam-se um importante objeto a ser problematizado pela Sociologia do Conhecimento e da Ciência.

## 1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO E NA CIÊNCIA: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA

Ao falarmos da mútua relação entre Ciência e Sociedade, alguns pontos necessitam ser detalhados, a fim de melhor compreendermos as transformações na produção de conhecimento científico<sup>2</sup> e no universo social. Um desses pontos diz respeito à mudança de *episteme* – no sentido proposto por Foucault (2000), para caracterizar a descontinuidade histórica de diferentes saberes que passam a estruturar todo o conhecimento de uma determinada época – que ocorreu com a “Revolução Científica”, realizada pelos pensadores modernos. Nomes como

<sup>1</sup> Não diferenciamos aqui os conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade pluridisciplinaridade etc.

<sup>2</sup> O termo Ciência provém do latim e significa “conhecimento”. A palavra era utilizada na Idade Média para fazer referência à “arte” ou à “disciplina”: “ciência da guerra” ou “ciência da cavalaria”. O seu uso, tal qual conhecemos atualmente, só fora utilizado a partir de 1800 (SHORTO, 2013). Para Karl Popper (1979, p. 70 e 71) “o conhecimento científico pode ser considerado como destituído de objeto. Pode ser encarado como um sistema de teorias... [cuja] meta é descobrir teorias que, à luz da discussão crítica, cheguem mais perto da verdade. Desse modo, a meta é o aumento do conteúdo de verdade das nossas teorias...”



Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, Isaac Newton entre outros, fundaram, a partir do século XVI, o pensamento moderno e a ruptura epistemológica entre a doutrina clerical – a qual dominava a sociedade ocidental na Idade Média – e a razão (SHORTO, 2013). Tal ruptura na evolução do pensamento humano<sup>3</sup>, isto é, na maneira de perceber o homem, Deus e a natureza e suas relações, fez emergir o que conhecemos como “Ciência Moderna”. Durante séculos, o modelo teocêntrico e o modelo aristotélico<sup>4</sup> – uma visão orgânica e espiritual, para quem a Terra era o centro do Universo – foram centrais para explicação dos fenômenos do mundo. Todavia, as crenças pré-modernas passaram a ser fortemente criticadas, principalmente, a partir dos esforços teóricos e metodológicos de René Descartes – arauto da filosofia e da cultura moderna – com a sua mais relevante obra: “O discurso sobre o método” – que foi, sem dúvida, para muitos teóricos contemporâneos, “a linha divisória da história do pensamento [medieval e moderno]” (SHORTO, 2013, p. 35) – e com as descobertas da “nova filosofia”. Tais descobertas dizem respeito, sobretudo, à visão de um mundo mecanicista – a ideia cartesiana do mundo como uma máquina perfeita – regido por leis universais e invariáveis, ou seja, um universo infinito, homogêneo, dinâmico, atual e não mais um cosmo finito e hierarquizado. Pensamento este que dominava a filosofia aristotélica e medieval. (KOYRÉ, 1982). Além disso, o pensamento cartesiano tem na razão a base segura para o conhecimento sobre a natureza e o homem. Em verdade, o objetivo de Descartes, assim como o dos demais pensadores que inauguram a modernidade, era o de controlar a natureza através de métodos científicos e, com isso, garantir o progresso humano.

Uma das principais características dessa ruptura é o surgimento de um indivíduo que pensa e que produz conhecimento livremente, isto é, de um sujeito autônomo que reflete sobre si e o mundo. Um indivíduo que vê na dúvida o princípio inquestionável para chegar ao que é verdadeiro. Assim, no decorrer da história da modernidade, no século XVII, Isaac Newton, fora o pensador moderno responsável por colocar em prática o arcabouço teórico cartesiano, formando uma base sólida para que a revolução científica fosse, de fato, deflagrada. É neste sentido que a modernidade representou uma importante ruptura com as estruturas que alicerçavam o pensamento humano e suas manifestações sociais. Dessa forma, a “revolução do

<sup>3</sup> A evolução do pensamento científico não pode ser analisada independentemente da evolução das ideias “*transcientíficas*, filosóficas, metafísicas e religiosas” (KOYRÉ, 1982, p. 11).

<sup>4</sup> Conforme Shorto (2013), o aristotelismo ou a escolástica constitui-se na união entre a teologia cristã e as derivações do pensamento aristotélico e de outros gregos que representaram a Antiguidade.



método” cartesiano, de modo geral, produziu um processo de descontinuidade<sup>5</sup> no que tange a *episteme* medieval (KOYRÉ, 1982).

O pensamento moderno manteve-se frutífero até meados do século XX, quando passou a sofrer duras críticas devido ao seu caráter de fragmentação e de análise, que buscava a verdade segura sobre os fenômenos com base em um fundamento último e absoluto. Com o amplo desenvolvimento e consolidação da Ciência, no que se refere às descobertas científicas e produções tecnológicas, a partir dos séculos XVII, XVIII e XIX, esta entra no século XX apresentando a necessidade de rever os seus pressupostos. Isto ocorre principalmente após a crise do positivismo lógico, com o surgimento da Filosofia da Linguagem e com as abordagens epistemológicas de orientação histórica<sup>6</sup> (RODRIGUES, 2007). O contexto social, dentro de sua reflexividade com o desenvolvimento da Ciência, também apresentou profundas transformações: as duas Guerras Mundiais; a 2ª Revolução Industrial, entre outros, são eventos que demonstram as mudanças do tecido social no século XX. Na ciência também temos adventos que marcam importantes rupturas, tais como: a Teoria Geral da Relatividade, em 1905; a física quântica, na década de 1920 e mais tarde, na década de 1940, os estudos cibernéticos.<sup>7</sup> Em regras gerais, tais concepções teóricas marcaram diversas revoluções científicas, nos termos de Thomas Kuhn (1996), baseadas na perspectiva de observar o mundo a partir de inúmeras possibilidades, ou seja, o mundo fenomênico passara a ser visto sob os olhares de um paradigma complexo – desordem, caos, contingência, indeterminação, integração, precariedade<sup>8</sup> – e não apenas a partir de um fundamento, de uma verdade universal e absoluta, alicerçada na ordem e em leis invariáveis, como acreditavam os modernos. Nesse sentido, conforme Florentino (2007), o mundo já não podia mais ser visto pelo viés cartesiano

<sup>5</sup>Podemos dizer que a descontinuidade encontra-se, sobretudo, na reformulação de noções fundamentais, tais como movimento, espaço, saber e ser (KOYRÉ, 1982). Sabemos que esta discussão é controvertida no âmbito da história da Ciência. Para aprofundamento dessa discussão, ver artigo “As origens da Ciência Moderna: uma nova interpretação” (KOYRÉ, 2011).

<sup>6</sup>Referimo-nos ao debate epistemológico que se iniciou com Karl Popper, Imre Lakatos, Thomas Kuhn, além dos epistemólogos de orientação histórica, tais como Gaston Bachelard, Michel Foucault, Georges Canguilhem etc. Para um maior aprofundamento dessa discussão, ver MOREIRA e MASSONI (2011), BOMBASSARO (1992) e RODRIGUES (2007).

<sup>7</sup>Segundo Lima (2006 p. 139), a física quântica surge como um dos maiores componentes do paradigma da complexidade, evidenciando “o princípio da historicidade e do tempo, dentro dos princípios paradigmáticos”. A Teoria Geral da Relatividade, do físico Albert Einstein, mesmo que considerada física clássica, também teve um importante papel nas transformações da Ciência, no início do século XX.

Foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1943, com a publicação do artigo *Phylosophy ofs cience*, de Rosenblueth, Wiener e Bigelow que surgiu os estudos sobre a Teoria da Mensagem, conforme aponta Rodrigues (2006).

<sup>8</sup>Todos esses conceitos são importantes para destacar as características deste novo paradigma da complexidade, mostrando a oposição ao caráter mecânico e fragmentado das teorizações modernas.



da máquina perfeita e da linearidade. Segundo o autor, o paradigma da simplificação, da ordem e da simetria começa, então, a mostrar sinais de crise paradigmática.

Diante da crise dos pressupostos que davam sustentação inabalável à ciência dos modernos como forma de produção de conhecimento, no ascender das luzes do século XX, surge o que podemos classificar como a possibilidade de uma nova visão de mundo e de Ciência. Assim, Neves e Neves (2006) ressaltam que todo o arcabouço teórico complexo que se desenvolveu nas Ciências a partir do século passado – principalmente em algumas ciências naturais, incluindo as ciências cognitivas – contaminou outras áreas da Ciência, tais como a Biologia – dentre vários enfoques, o conceito de *autopoiesis* – e as Ciências Humanas – com as teorias pós-estruturalistas e as novas teorias sistêmicas – elevando assim, a teoria da complexidade ao nível de um novo paradigma<sup>9</sup>. O termo “complexo” deriva do latim *plecto*, *plexi*, *complector*, *plexus* e é aquilo que está ligado e tecido; remete a um trançado ou a um enlaçado. No senso comum, o termo significa algo complicado que necessita ser simplificado (LIMA, 2006). Tal definição leva-nos a destacar as características de integração (como uma teia ou um sistema), de heterogeneidade e de criação de inúmeras possibilidades de verdade acerca de um fenômeno, evidenciando a complexidade do mundo e sua impossibilidade de confinamento disciplinar, por isso a necessidade de um modelo interdisciplinar<sup>10</sup> que possibilite uma maior compreensão da grande complexidade do mundo fenomênico. Dessa forma, a complexidade apresenta a crença de que não existe apenas um único plano de realidade. Existem, de fato, diversos planos simultâneos de uma realidade integrada (LIMA, 2006).

O mundo contemporâneo, principalmente a partir da emergência de uma sociedade pós-industrial, nas décadas de 1960 e 1970, conforme aponta Daniel Bell (1977) em sua obra “O advento da Sociedade Pós-Industrial”, tem se caracterizado pela ampla e complexa dinâmica dos fenômenos sociais. Ponto de vista semelhante tem Manuel Castells (1999) em “A Sociedade em redes”, quando afirma que estamos diante de um novo paradigma tecnológico. Esse paradigma, frente ao amplo desenvolvimento da inovação tecnológica, com as chamadas “tecnologias da informação” (TI), passa a organizar-se em torno do processamento, da

<sup>9</sup>Ao utilizamos o termo “Paradigma”, estamos baseados na definição de Thomas Kuhn (1996), para quem o paradigma é um conjunto de crenças e valores compartilhados por uma determinada comunidade científica. Em síntese, paradigma é o que Kuhn denominava de “Ciência Normal”.

<sup>10</sup>Utilizamos o termo “interdisciplinaridade” para falar em integração e diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento científico, posto que o conhecimento científico tem sido organizado por disciplinas (sociologia, biologia, geografia, economia...). A perspectiva de uma Ciência interdisciplinar, em regras gerais, tem por objetivo apreender os fenômenos do mundo de maneira integradora, mostrando, a partir disso, as dificuldades enfrentadas por de um modelo fragmentador, mecanicista e disciplinar.



comunicação e da informação, fazendo surgir, dessa forma, um novo modelo de sociedade: a chamada Sociedade do Conhecimento<sup>11</sup>. De fato, o mundo em que vivemos está marcado pela permanente mudança dos processos sociais globais. Culturas e identidades, comumente, organizam-se num amplo processo de reflexividade no que concerne a essas transformações. A complexidade das diferentes dimensões que formam a tecitura social apresenta-se cada vez maior. Esse aumento tem criado novas relações sociais de cunho dinâmico e complexo, diferenciando-se, dessa forma, de períodos anteriores, como a sociedade precedente à primeira metade do século XX. Neste sentido, é importante salientarmos que a velocidade das mudanças, com relação a períodos anteriores, constitui-se em um fator que compõem este paradigma complexo.

Todas as transformações no campo científico não estão dissociadas das mudanças sociais. Portanto, a Ciência, como produtora de conhecimento, é causa e efeito das modificações que ocorrem na Sociedade, assumindo um papel central na modelação/remodelação do tecido social. Nesse sentido, há uma relação inextrincável entre Ciência e Sociedade e, conforme afirma Castells (1999), existe um processo de realimentação entre ambas. Assim, as transformações econômicas, políticas e sociais que aconteceram, por exemplo, com a Revolução Francesa e com a Revolução Industrial, ambas no século XVIII, não ocorreram separadas da produção de conhecimento científico. Ademais, o desenvolvimento humano<sup>12</sup> está intimamente relacionado à tecnologia, compreendida como a criação de novas ferramentas, onde o homem passa a agir, transformando e controlando o mundo de maneira criativa (SIQUEIRA, 2008). Com efeito, os elementos (métodos e teorias, relações epistemológicas e políticas) que subjazem à produção de conhecimento científico alteram-se na medida em que a humanidade reivindica novos recursos para continuar em seu permanente processo de inovação, controle e transformação da natureza social. Ainda nessa linha de reflexão, Fourez (1995) conclui que só faz sentido falarmos de Ciência e de técnica se elas estiverem imersas no contexto humano.

O debate teórico – no sentido de evidenciar a produção de conhecimento científico como objeto de estudo da própria Ciência e, portanto, produzindo uma Sociologia do

<sup>11</sup>“As teorizações de Bell (1977) sobre a sociedade pós-industrial marcam a característica central do termo. O conceito “Sociedade do conhecimento” é utilizado para representar a transição de uma sociedade baseada na economia de produtos para uma economia alicerçada em serviços e que prioriza uma mão-de-obra tecnicamente qualificada. Nesse sentido, o conhecimento teórico passa a ser a principal fonte de inovação dos programas políticos e sociais. [A concepção de progresso] tecnológico orienta essa nova Sociedade do Conhecimento, tendo como característica central a criação de uma tecnologia intelectual baseada em processos de decisão” (KRUGER, 2006).



Conhecimento e da Ciência – em torno da produção de conhecimento científico traz elementos importantes para entendermos a base da relação reflexiva entre Ciência e transformação do contexto social. Sendo assim, uma das principais questões que tem se colocado é o debate sobre a disciplinarização do conhecimento *versus* maior integração entre as disciplinas, ou seja, interdisciplinaridade. Segundo Rodrigues (2007), a disciplinarização, no contexto moderno, surge a partir da grande diferenciação, no século XVII, entre conhecimento filosófico e conhecimento científico. Posteriormente, o século XIX é marcado pela consolidação do processo de autonomização da Ciência, compreendida como ciência da natureza. Ainda para o autor, foi a partir desse século que o processo de diferenciação (formação de disciplinas) mostrou-se intenso, tanto do ponto de vista epistemológico como do ponto de vista institucional. É importante sublinharmos que a prática de disciplinarização do conhecimento científico é produto da analítica cartesiana que marcou a Ciência Moderna. Capra (1972) aponta que a grande ênfase dada ao método analítico cartesiano acarretou a fragmentação do conhecimento e a formação das disciplinas acadêmicas. Essa divisão, conforme o autor, destaca o caráter reducionista da perspectiva cartesiana, para quem a redução de todas as partes que formam os fenômenos é suficiente para dar conta da compreensão dos mesmos em sua dimensão complexa.

Com as profundas transformações que se operaram nos cenários do conhecimento e da sociedade como um todo, com as descobertas da modernidade no século XVII e que se estenderam até o século recém passado e mesmo o atual, a pesquisa científica e filosófica têm apontando, há algumas décadas, para o esgotamento da *episteme* cartesiana, renunciando um novo paradigma: o paradigma da complexidade. É a partir de então que observamos a pesquisa, como uma dimensão essencial da Ciência, buscando saídas epistemológicas, metodológicas e políticas, a fim de melhor compreender a complexidade do mundo fenomênico decorrente do próprio desenvolvimento da Ciência. Dentre as estratégias que têm sido adotadas pela Ciência para lidar com a complexidade crescente, encontra-se a possibilidade de produções interdisciplinares que se empenham em articularem-se para conhecer e identificar, de fato, como estão se constituindo esses novos e complexos fenômenos, cujo método analítico e disciplinar tem apresentado dificuldades em lidar.

Diante da permanente mudança do mundo contemporâneo – e diante da consolidação da sociedade pós-industrial, nos termos de Bell (1977) – isolar-nos dentro dos limites disciplinares

<sup>12</sup>Entendemos por desenvolvimento humano os avanços obtidos pelo homem tais como: a longevidade; o controle epidemiológico; o controle de natalidade, entre outros.





confronta-se com objetivo integrador do novo paradigma complexo. Dessa forma, a complexidade do mundo atual exige maior diálogo entre as disciplinas, integrando métodos e ferramentas, somando esforços para uma consistente apreensão da característica dinâmica dos fenômenos. Faz-se mister, então, a adoção de redobrados esforços interdisciplinares que vão para além do confinamento disciplinar e que atendam, de fato, as necessidades de apreensão de um universo social cada vez mais complexo. Em verdade, a prática interdisciplinar tem por função contribuir para o avanço da produção do conhecimento científico, pois a complexidade a qual nos referimos transborda os limites disciplinares, fazendo com que o paradigma monodisciplinar passe à condição de não mais dar conta das constantes transformações do mundo fenomênico.

Nesse sentido, a necessidade da formulação de pesquisas interdisciplinares que vão para além das fronteiras disciplinares passa a ser central no campo da Ciência e como estratégia em lidar com a complexidade. Isto tem se evidenciado nas políticas governamentais de fomento à Ciência, onde é possível destacar a criação de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares, principalmente no Brasil, fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tais programas começaram a desenhar-se no quadro de pesquisa do país a partir de ainda na década de 1990 com a Comissão de Área Multidisciplinar (CAM). Conforme aponta o documento da subárea interdisciplinar (2009), a relevância da área interdisciplinar emerge da necessidade de resolver novos problemas de naturezas diferentes e com crescentes níveis de complexidade, decorrentes das dinâmicas do mundo contemporâneo. Tais problemas decorrem do avanço do conhecimento científico e tecnológico, alicerçados em uma lógica fragmentada e disciplinar (CAPES, 2009). A natureza complexa dos fenômenos reivindica maior diálogo, não apenas entre áreas afins do conhecimento, mas entre disciplinas situadas em áreas diferentes. O documento ainda evidencia que esses programas caracterizam-se pela abertura das fronteiras disciplinares, por uma proposta de maior integração entre as diferentes áreas do conhecimento científico, por um corpo docente de formação disciplinar plural e pela criação de novas áreas do saber (CAPES, 2009).

## **2 O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

A disciplinarização do conhecimento científico é produto humano e social, ou seja, é o resultado de práticas sociais, sobretudo científicas, fundadas, especialmente, na analítica cartesiana. É neste sentido que Capra (1972) argumenta que a grande ênfase dada ao método



analítico de René Descartes suscitou a atomização do conhecimento e das disciplinas acadêmicas. Essa divisão, de acordo com o autor, sublinha o caráter reducionista da perspectiva cartesiana, para quem a redução de todas as partes que formam os fenômenos é suficiente para dar conta da compreensão do mundo fenomênico em sua dimensão complexa. Ou ainda, segundo Santos (2007, p. 15) ao referir-se aos postulados da ciência moderna, “conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou”.

A palavra – ou o conceito “disciplina” –, conforme Rodrigues (2007), possui raiz latina e significa instrução, ensino e ciência. Em grego, o equivalente e mais próximo é *mathema* que remete à ideia de um objeto de aprendizado. A disciplinarização, no contexto da modernidade, emerge a partir da grande diferenciação, no século XVII, entre conhecimento filosófico e conhecimento científico. Posteriormente, o século XIX é marcado pela consolidação do processo de autonomização da ciência, compreendida como ciência da natureza. Nestes termos, foi a partir desse século que o processo de diferenciação (formação de disciplinas) mostrou-se intenso, tanto do ponto de vista epistemológico como do ponto de vista institucional (RODRIGUES, 2007).

Diante disto, podemos apontar para o fato de que o processo de disciplinarização do conhecimento, no decorrer histórico da ciência moderna, fora impulsionado por inúmeros fatores. Não obstante, “tal processo (...) teve influência da concepção ocidental racionalista, empirista e experimental de conhecimento, na qual práticas metódicas de análises e sínteses constituíam-se em axiomas centrais” (RODRIGUES, 2007, p. 24). Com efeito, ao longo do século XIX, o surgimento de inúmeras disciplinas, abrindo um amplo leque epistemológico, dividiu a ciência da seguinte forma: em um dos extremos estava a matemática (não experimental) e as ciências naturais (experimentais). No outro extremo, situava-se as humanidades, as literaturas e a pintura. No centro estavam os estudos da realidade social, a história e as ciências sociais (WALLERSTEIN, 1996).

Se por um lado, no que diz respeito às ciências sociais, enquanto campo de produção de conhecimento científico, sua história de desenvolvimento e de diferenciação disciplinar esteve, de fato, atrelada ao desenvolvimento das universidades no fim do século XIX e meados do século XX; por outro lado, conforme argumenta Wallerstein (1996), as ciências naturais não esperaram a revitalização das universidades para construir sua autonomia (disciplinar). Segundo o autor, isto ocorreu devido ao fato de que as ciências da natureza conseguiram obter apoio político e social com a promessa de mostrar resultados práticos e imediatos para a



sociedade. Além disso, os cientistas naturais, diferentemente dos cientistas sociais, não precisavam da universidade para realizar suas pesquisas. Em outros termos, de acordo com Rodrigues (2007, p. 25-6):

A história da disciplinarização do conhecimento social praticamente se confunde com a história da revitalização das universidades, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Mesmo assim, o reconhecimento formal de muitas das disciplinas como hoje a conhecemos (sociologia, história, economia (...) etc) só passou a ocorrer da primeira metade do século XX. Foi neste período que ocorreu a institucionalização das diferentes disciplinas vinculadas às ciências sociais e (...) a institucionalização da formação de profissionais.

74

No decorrer de seu desenvolvimento, a formação disciplinar, na primeira metade do século XX, já possuía um cabedal significativo de disciplinas. Neste sentido, conforme sublinha Rodrigues (2007), tal diferenciação disciplinar do conhecimento esteve acompanhada de dois movimentos, a saber: um de ordem epistemológica e outro de ordem sociopolítico institucional. Isto significa dizer que o primeiro movimento refere-se a questões de caráter puramente epistemológico (dimensão internalista da ciência)<sup>13</sup>, no sentido da própria autonomia e particularidade de fundamentação e produção de conhecimento no interior de cada disciplina. Já o segundo movimento encontra-se ligado à dimensão institucional (dimensão externalista da ciência) que, além de se constituir no espaço da “justificação”, também é o *locus* onde se funda a luta pelo espaço de poder, de capital, de dominação e de legitimidade, isto é, de “bens simbólicos”, nos termos de Pierre Bourdieu (1989). É com base nesta realidade da disputa institucional, que Rodrigues (2007) enfatiza a questão de que o conhecimento social da ciência não deve ser visto apenas pelo viés “internalista” da ciência, isto é, pelas questões puramente racionais “e portanto, epistêmico-metodológico, como fora visto por sociólogos como Robert Merton (1970) e Ben-David (1974) e por outros não-sociólogos” (RODRIGUES, 2007, p. 28). Assim, o processo de disciplinarização do conhecimento deve ser observado, também, a partir da lógica institucional, social e cultural da ciência – caráter externalista –, ou seja, um olhar a partir da contextualização (relação entre ciência e sociedade) da formação das

<sup>13</sup> “A dicotomia interno/externo, para dar conta da história da ciência, é uma das polêmicas que mais tem afetado os distintos campos do conhecimento ocupados pelo fazer científico. A explicação internalista enfatiza que o progresso científico deve-se a fatores estritamente cognitivos, ligados ao trabalho cotidiano dos cientistas (...) A visão externalista sublinha que o desenvolvimento da ciência moderna só pode ser entendido a partir de várias condições que circunscrevem o trabalho dos cientistas (sócio-econômicas, políticas, culturais etc)” ( LAMO *et al*, 1994, p. 461; nota 20; tradução nossa).



disciplinas, bem como de sua constituição em campos e sub-campos com relativa autonomia. Destarte, essas duas dimensões da prática disciplinar, a saber: a epistemológica e a político-institucional, tornaram-se aspectos constitutivos da lógica disciplinar na evolução e consolidação da especialização do conhecimento científico. Timothy Lenoir, em sua obra “Instituindo a Ciência”, onde discorre sobre a produção cultural das disciplinas científicas, enfatiza que:

As disciplinas são a infra-estrutura da ciência corporificada, antes de qualquer coisa, nos departamentos universitários, nas sociedades profissionais, nos manuais e livros didáticos. Como Charles Rosenberg tem apontado, a identidade disciplinar forma a identidade vocacional de um investigador, estabelecendo problemas e definindo ferramentas para abordá-los; além disso, a disciplina premia realizações intelectuais. Ao mesmo tempo, a disciplina ajuda a estruturar as relações dos cientistas com contextos particulares institucionais para regular as relações de mercado entre consumidores e produtores de conhecimento. Elas são também instrumentos para distribuir status; ao fundar especialidades e habilidades, a disciplina estabelece limites e demarca hierarquias entre especialistas e amadores (...). Ao mesmo tempo, na quantidade de operadores práticos corporificados, as disciplinas são estruturas políticas que de forma crucial fazem a mediação entre a economia política e a produção do conhecimento (LENOIR, 2004, p. 65).

Lenoir (2004), baseado na perspectiva conceitual de “campo” de Bourdieu, argumenta que as disputas disciplinares têm como grande objetivo cartografar, mapear e demarcar as fronteiras do campo/disciplina. Tal demarcação, de acordo com o autor, visa “legitimar e consagrar novas combinações de bens com prestígio cultural e autoridade, para reavaliar uma forma de capital previamente considerada impura e para assegurar essa avaliação por meio de uma estrutura institucionalizada” (LENOIR, 2004, p.22). Não obstante, o que está em jogo dentro de um determinado campo – quando falamos em campo, estamos referindo-nos ao campo científico, principalmente a disciplinas como a matemática, a física, a sociologia, a geografia etc. – é a luta por “capital simbólico” a fim de legitimar e adquirir o domínio cultural (poder), de forma interessada, de um determinado espaço social. Com efeito, “o campo científico é um campo de posições ocupadas por agentes com posturas diferenciais uns em relação aos outros” (LENOIR, 2004, p. 27). Isto significa dizer que cada campo possui sua própria lógica em relação aos seus bens simbólicos.

No que diz respeito à relação de poder e à disciplinarização do conhecimento científico, Lenoir (2004) sublinha, baseado na ideia discursiva de Michel Foucault (2000) – para quem o discurso é um regime de verdade fundado pela *episteme* e que o poder baseia-se nesse estatuto de verdade –, que as disciplinas são estruturas fundamentais que sistematizam, organizam e



incorporam as práticas sociais e institucionais “das quais dependem tanto o discurso coerente quanto o exercício legítimo do poder” (LENOIR, 2004, p. 67). É nestes termos, então, que o autor afirma que a formação de disciplinas é efetivamente uma formação discursiva<sup>14</sup> que institui um regime de verdade, de conhecimento. Deste modo, tal perspectiva sobre o caráter disciplinar do conhecimento, enquanto discurso, leva-nos a concordar com Lenoir (2004) quando ele argumenta que as disciplinas são essenciais à micropolítica que constitui a produção de conhecimento científico, bem como são relevantes para compreendermos o caráter desunificado da ciência (moderna). Em síntese, em uma mesma linha de reflexão, Wallerstein (1996, p. 134) salienta que as disciplinas desempenham, em verdade, um objetivo, uma função, ou seja, “a função de disciplinar as mentes e de canalizar a energia utilizada na atividade intelectual e de investigação”.

Portanto, a disciplinarização do conhecimento científico é resultado da constante expansão do campo científico. Assim, conforme a ciência tem se expandindo, especialmente ao longo dos séculos que marcaram a consolidação da ciência, na modernidade (XVIII, XIX e meados do século XX), o processo de especialização, disciplinarização do conhecimento, ou seja, de aumento da escala de disciplinas e de subdivisões internas, tem se desenvolvido alheio à desconexão do saber, da ciência, do conhecimento científico; ou ainda, nos termos de Pombo (2006): um mecanismo “infinito” de subdivisões do campo de investigação. Em verdade, a autonomia disciplinar tem resultado na fragmentação dos saberes científicos, formando, dessa forma, inúmeras especialidades desconectadas entre si que não se comunicam, tampouco se constituem em uma integração sistemática. Tal dispersão do conhecimento científico tem acarretado no isolamento e na incomensurabilidade entre as disciplinas, pois cada uma possui seu próprio método e sua própria linguagem, o que as torna intraduzíveis, haja vista que o campo disciplinar somente ganha sentido, significado se contextualizado em suas teorias (DE ZAN, 1983 *apud* POMBO, 2006).

Com efeito, frente à fragilidade dos pressupostos tradicionais da ciência (ciência moderna) e frente à emergência de um novo paradigma, isto é, ao paradigma da complexidade, que tem por características a integração e a homogeneidade, no que diz respeito à compreensão do mundo, surge um importante debate acerca dos limites da disciplinarização do conhecimento – limitações no que tange à explicação do contexto dinâmico e complexo no qual estamos imersos – e sobre a possibilidade de maior integração entre as disciplinas, ou seja, a

<sup>14</sup>“A formação discursiva é, dessa forma, um sistema de regularidades historicamente condicionado para a PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES NO BRASIL: REFLEXO DA COMPLEXIDADE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO – COELHO, Gabriel Bandeira.



interdisciplinaridade. Em suma, percebemos que diante da ampla complexidade do mundo, que tem se apresentado na contemporaneidade, o confinamento disciplinar torna-se falho ao buscar compreender a sistematicidade complexa desses fenômenos. Ou seja, a pesquisa disciplinar, na busca pela apreensão de um determinado fenômeno complexo, acaba transbordando suas fronteiras devido à ampla complexidade do universo social, expandindo-se (transbordando), assim, para além de seus limites disciplinares.

### **3 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES NO BRASIL: UM BREVE CONTEXTO**

77

Conforme temos abordado, a atual dinâmica do universo social e do conhecimento científico tem renunciado a exatidão da *episteme* cartesiana, ao mesmo tempo em que mostra-nos a possibilidade da emergência de um novo paradigma: o paradigma da complexidade. É com base nisto que observamos a pesquisa, como dimensão essencial da ciência, buscando saídas epistemológicas, metodológicas e políticas, com o objetivo de apreender, de compreender, de fato, a sistematicidade dos fenômenos complexos que têm se apresentado no mundo contemporâneo. Dentre as estratégias que têm sido adotadas pela ciência para lidar com a crescente complexidade encontra-se a produção de conhecimento científico interdisciplinar.

De acordo com Rodrigues (2007), se a disciplinarização do conhecimento científico é muito recente – basta atentarmos para o fato de que muitas disciplinas consolidaram-se no fim da primeira metade do século XX –, a noção de interdisciplinaridade é ainda mais. Segundo argumenta o autor, a emergência deste conceito tem apontado mudanças de ordem epistemológica e institucional, no que diz respeito à produção de conhecimento científico. Nestes termos, a lógica da interdisciplinaridade caracteriza-se por um esforço na busca da apreensão e da compreensão “do [atual] processo de instabilização tanto epistemológico como institucional do conhecimento científico, decorrente do próprio desenvolvimento da ciência” (RODRIGUES, 2007, p. 37).

Quando falamos em interdisciplinaridade, não podemos deixar de elencar suas principais características, tais como: integração, diálogo, intercâmbio de saberes, comunicação, entre outras. Neste sentido, a interdisciplinaridade tem por função conjugar os diversos ‘ramos’ do saber, além de dilatá-los, construindo, dessa forma, emergentes espaços de investigação

---

coexistência de afirmações” (LENOIR, 2004, p. 68).





(POMBO, 2006). Com isso, podemos afirmar que o conhecimento científico, pautado na lógica interdisciplinar, com o objetivo de lidar com a crescente complexidade do mundo contemporâneo, é um conhecimento que emerge como resultado de um “rompimento” ou “alargamento” das fronteiras disciplinares. Esses limites, impostos pela disciplinarização do conhecimento, parece estarem obstaculizando o contínuo desenvolvimento da ciência. Em regras gerais, conforme Coimbra (2000), o modelo interdisciplinar traduz o vínculo de um saber para com outro saber, formando, dessa forma, uma completude, uma cumplicidade no que tange aos fenômenos a serem estudados e conhecidos. O autor ainda acrescenta que:

78

A interdisciplinaridade, doravante, é uma vocação necessária para a Ciência, como tal; não apenas para os seus cultores e aplicadores. A verdadeira Ciência não para em si; não se contenta com os objetos particulares de um saber, por mais valioso e indispensável que seja ele, porquanto tal objeto não é isolado de um contexto. Mais do que a consecução pura e simples de um determinado conhecimento, é a necessidade intrínseca de prosseguir que impõe à Ciência maior amplitude de horizonte (extensão) e mais profundo entendimento (compreensão). À medida que se ampliam os horizontes, impõe-se por igual o imperativo do aprofundamento (COIMBRA, 2000, p. 65).

A interdisciplinaridade, para além de um plano meramente “ideal” de pesquisa e de compreensão da complexidade dos fenômenos, também é prática. É com base nisto que Pombo (2006, p. 225) afirma que:

A interdisciplinaridade existe, sobretudo, como prática. Ela se traduz na realização de diferentes tipos de experiências interdisciplinares de investigação (pura e aplicada) em universidades, laboratórios, departamentos técnicos; na experimentação e institucionalização de novos sistemas de organização (...).

É assim que a necessidade da formulação de pesquisas interdisciplinares, ultrapassando as fronteiras de disciplinarização, passa a ser central no campo da ciência, além de servir como estratégia para lidar com os sistemas complexos. Isto tem se evidenciado nas políticas governamentais de fomento à ciência, em que é possível destacar a formulação dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares, principalmente no Brasil, fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tais programas começaram a surgir no cenário de pesquisa do país a partir de 1999 com a Comissão de Área Multidisciplinar (CAM). Conforme aponta o documento da Área de avaliação Interdisciplinar (2013), a relevância da interdisciplinarização do conhecimento, emerge da necessidade de resolver novos



problemas *de naturezas diferentes e com crescentes níveis de complexidade*, oriundos da dinâmica do próprio *avanço da ciência e da tecnologia* (CAPES, 2013).

Em decorrência do grande crescimento da área de avaliação multidisciplinar, a partir de 2006 – nomeada de interdisciplinar, em 2008 – a CAPES começou a organizar os trabalhos de avaliação dos programas de pós-graduação interdisciplinares em quatro câmaras temáticas conforme segue: I - Meio ambiente e Agrárias; II – Sociais e Humanidades; III – Engenharia, Tecnologia e Gestão; IV – Saúde e Biológicas (CAPES, 2013). Neste sentido, segundo argumentam Almeida e Oliveira (2011), a crescente demanda e o crescimento dos programas multidisciplinares e interdisciplinares acarretaram na criação da “Grande Área Multidisciplinar”, dividida em cinco áreas de avaliação. Atualmente, a grande área multidisciplinar concentra as seguintes áreas de avaliação: Interdisciplinar; Ensino; Materiais; Biotecnologia; e Ciências Ambientais. Em vista disto, a Comissão de Área Interdisciplinar aglutina as quatro câmaras temáticas citadas anteriormente. Segundo a CAPES (2009, p. 3) “em se tratando de programas multidisciplinares e interdisciplinares, tal distribuição surgiu como resposta de caráter organizacional e não conceitual para avaliação de expressivo número de programas de pós-graduação com elevada diversidade”.

É possível constatar também que os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares surgem da insatisfação de professores e pesquisadores vinculados a programas e produções disciplinares. Tais atores sociais (professores e pesquisadores) estavam atentos à complexidade do contexto social, percebendo a necessidade de produzir conhecimento para além das fronteiras da disciplinaridade, questionando, assim, as formas tradicionais de produção de conhecimento científico. Em verdade, a estratégia adotada por esse movimento (professores e pesquisadores) foi, sobretudo a produção coletiva entre as áreas consideradas até então como “distintas” (ALMEIDA e OLIVEIRA, 2011). Conforme Almeida e Oliveira

Construir problemáticas de investigação conjunta, compartilhar metodologias, parece o caminho para sínteses que buscam enfrentar os problemas trazidos com a fragmentação e a dualidade. As práticas interdisciplinares passam a ocupar centralidade na produção científica que visa ultrapassar as fronteiras da formação inicial disciplinar, pois permitem que se estabeleça uma colaboração científica para estudar os objetos a partir de duas dinâmicas (ALMEIDA e OLIVEIRA, 2011, p. 48).

É deste modo que a natureza complexa dos fenômenos reivindica maior diálogo, não apenas entre áreas afins do conhecimento, mas entre disciplinas situadas em áreas diferentes. Em vista disto, o documento da área interdisciplinar (2009) ainda evidencia que esses



programas caracterizam-se pela abertura das fronteiras disciplinares, por uma proposta de maior integração entre as diferentes áreas do conhecimento científico, por um corpo docente de formação disciplinar plural e pela criação de novas áreas do saber.

Mesmo sendo relativamente recentes, os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares têm apresentado um significativo crescimento. Assim, a área de avaliação interdisciplinar é formada por 289 programas, divididos em 369 cursos, sendo 202 mestrados, 89 doutorados e 78 mestrados profissionais, conforme o quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 – Distribuição dos Cursos dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares**

ÁREA	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
INTERDISCIPLINAR	289	122	9	78	80	369	202	89	78
<b>Brasil:</b>	<b>289</b>	<b>122</b>	<b>9</b>	<b>78</b>	<b>80</b>	<b>369</b>	<b>202</b>	<b>89</b>	<b>78</b>

Fonte:

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&identificador=45> Acesso em 30/07/2014 – Atualizado em 25/07/2014.

Segundo aponta o documento da área interdisciplinar (2013), os programas de pós-graduação interdisciplinares, desde a sua criação, são os que mais têm crescido, atualmente, na CAPES. Este fato, que por sua vez, é corroborado por recente matéria<sup>15</sup>, intitulada “Pós-Graduações Interdisciplinares são as que mais crescem”, de Bárbara Ferreira Santos, publicada no jornal Estadão de São Paulo, no dia 25 de março de 2014. Tal aumento está relacionado, provavelmente a dois grandes fatores, a saber:

Em primeiro lugar, a existência da área propiciou e induziu na Pós-Graduação brasileira a proposição de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos tratando de questões intrinsecamente interdisciplinares e complexas. Em segundo lugar, a comissão serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes, com estruturas de Pós-Graduação em fase de formação e consolidação, com dificuldades naturais em fase de formação e consolidação, com dificuldades naturais de construir densidade docente. Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-Graduação nacional, na medida em que serve como elo e entrada de número expressivo de

<sup>15</sup>Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/vida,pos-graduacoes-interdisciplinares-sao-as-que-mais-crescem,1144574.0.htm> Acesso em: 29 mar. 2014.



universidades em atividades de pesquisa e ensino de mais alto nível, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada nas várias regiões do território nacional (CAPES, 2009, p. 1).

Com efeito, a CAPES percebe a prática interdisciplinar como um desafio para o avanço da ciência e da tecnologia. Nestes termos, os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares são vistos pela instituição (CAPES) como espaços privilegiados de produção de conhecimento científico, pois possibilitam o progresso da ciência para além das fronteiras impostas pelas disciplinas, além de ser uma relevante estratégia para apreensão dos fenômenos no que tange a sua crescente complexidade.

Neste sentido, percebemos, mesmo com o significativo aumento quantitativo dos Programas na área interdisciplinar, que a CAPES reconhece que se faz necessário avançar em alguns fatores, tais como: o aprofundamento em relação ao debate sobre os prefixos “pluri” “multi”, “inter” e “trans”; intensificar, aprofundar o diálogo e a integração entre as câmaras temáticas<sup>16</sup> que aglutinam os programas de pós-graduação da Área interdisciplinar (CAPES, 2013). Por fim, para que os programas interdisciplinares possam, efetivamente, atingirem seus objetivos – apreensão da crescente complexidade do conhecimento e a formação de profissionais que atendam a necessidade científica de observar o mundo a partir de inúmeras possibilidades – será necessário um intenso debate entre os atores envolvidos nesse cenário de pesquisa e que leve em consideração as dimensões internalistas (dimensão epistemológica) e externalistas (dimensão político-institucional) da ciência. Em outros termos, é preciso um olhar atento para o interior desses programas, problematizando como está se dando, de fato, a produção de saberes interdisciplinares e em que medida os resultados destas pesquisas estão, efetivamente, levando em consideração a crescente complexidade do mundo contemporâneo na produção de ciência.

Frente ao exposto, é visível que a complexidade que temos observado no mundo contemporâneo, oriunda da dinamicidade crescente do universo social, não cabe mais dentro dos limítrofes disciplinares. Neste sentido, conforme a pesquisa desenvolve-se, maior torna-se a necessidade de rompimento dos limites impostos pela lógica disciplinar. Em outras palavras, o conhecimento científico de um determinado fenômeno não pode mais limitar-se apenas aos “objetos” particulares de uma disciplina. Assim, se o nosso anseio – enquanto pesquisadores e

<sup>16</sup> A área de avaliação interdisciplinar está dividida em 4 subáreas de avaliação (Câmaras temáticas), a saber: Meio ambiente e Agrárias; Sociais e Humanidades; Engenharia, Tecnologia e Gestão; Saúde e Biológicas.



cientistas – é o de contribuir para o progresso e o avanço da ciência, faz-se necessário desprendermo-nos do monismo disciplinar e buscarmos alternativas de integração e diálogo que possam, de fato, apreender a sistematicidade da crescente complexidade da sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione; OLIVEIRA, Marlize Rubin. Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação CAPES. In: RBPG, Brasília, v. 8, n. 15, março de 2011, p. 37 - 57. Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8\\_15/2\\_Artigo.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_15/2_Artigo.pdf) Acesso em: 21/03/2014.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social.** São Paulo: Cultrix, 1977.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da Epistemologia: como se produz o conhecimento.** Petrópolis, RJ: 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da Área Interdisciplinar.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf> Acesso em: 13/12/2013.

CAPRA, Fritjoj. **O Ponto de Mutação.** São Paulo: Círculo do livro, 1972.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura;** v1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a Interdisciplinaridade. In: A. Philippi Jr.; C. E. M. Tucci, D. J.; Hogan, R. Navegantes (Orgs). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 52-70.

DESCARTES, René. Discurso do Método. In: **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FLORENTINO, José Augusto. Linearidade, complexidade e sistemas. In: RODRIGUES, Leo Peixoto. (Org.). **Sociedade, Conhecimento e Interdisciplinaridade: abordagens contemporâneas.** 1ed. Passo Fundo - RS: Universidade de Passo Fundo, 2007, v. 1, p. 47-94.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.



FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_. As origens da Ciência Moderna: uma nova interpretação. In: KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

KRÜGER, K. **El concepto de la Sociedad del Conocimiento**. *Biblio3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XI, nº 683, 25 de septiembre de 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-683.htm>. Acesso em: 30/01/2014.

83

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LENOIR, Timothy. **Instituindo a Ciência: A produção cultural das disciplinas científicas**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

LIMA, Gilson. Sociologia na complexidade. In: **Sociologias** / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Porto Alegre, ano 8, nº15, jan/jun 2006, p. 136-148.

MOREIRA, Marco Antônio; MASSONI, Neusa Teresinha. **Epistemologias do século XX: Popper, Kuhn, Lakatos, Laudan, Bachelard, Toulmin, Feyerabend, Maturana, Bohm, Bunge, Prigogine, Mayr**. São Paulo: E.P.U, 2011.

NEVES, Clarissa; NEVES, Fabrício. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e Teoria dos Sistemas Sociais. In: **Sociologias** / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Porto Alegre, ano 8, nº15, jan/jun 2006, p. 182-207.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. In: **Sociologias** / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Porto Alegre, ano 8, nº15, jan/jun 2006, p. 208-249.

POPPER, Karl. A Ciência Normal e seus perigos. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Orgs). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 63-71.

RODRIGUES, Leo Peixoto. A (des)estruturação das estruturas e a (re)estruturação dos sistemas: uma revisão epistemológica crítica. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Orgs). **Ernesto Laclau e NiklasLuhmann: pós fundacionalismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 35-67.

RODRIGUES, Leo Peixoto. A Filosofia e o desafio contemporâneo: trata-se de uma perspectiva meramente epistemológica? In: BIRCK, Odélio Bruno, RODRIGUES, Leo Peixoto, PIVATTO, Pergentino S. (Orgs). **Filosofia na atualidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 83-108.





RODRIGUES, Leo Peixoto. Obstáculos Epistemológicos e Sociológicos à Interdisciplinaridade. In: RODRIGUES, Leo Peixoto. (Org.). **Sociedade, Conhecimento e Interdisciplinaridade: abordagens contemporâneas**. 1ed. Passo Fundo - RS: Universidade de Passo Fundo, 2007, v. 1, p. 19-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

SIQUEIRA, Ethevado. **Tecnologias que mudam nossa vida**. 2. ed: São Paulo: Saraiva, 2008.

SHORTO, Russel. **Os ossos de Descartes: a história do esqueleto por trás do conflito entre fé e razão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.



## MORALIDADES E TENSÕES NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

AGUERA, Olívia

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Polícia Sociais – PPGPS UENF*  
*oliviaaguera@gmail.com*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte de uma etnografia em uma universidade federal brasileira no estado do Rio de Janeiro, que atravessou um processo de expansão decorrente do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais desde 2008. Após a criação de novos cursos, multiplicaram-se queixas, manifestações de dores e de doenças, as quais eram formuladas em corredores da universidade e em conversas particulares entre docentes e/ou discentes. Alunos associavam suas dores às exigências de produtividade discente ou, em alguns casos, a casos de assédios. Por sua vez, docentes se queixavam da expansão que alterou a sociabilidade profissional, isolando-os e criando novas regras de produção acadêmica, além de conflitos geracionais. Casos de assédios morais foram denunciados por docentes e discentes e resultarem em processos administrativos. Paulatinamente, altera-se o modo de problematizar a dor, dando lugar ao tópico do sofrimento profissional nos casos que não foram tratados. Apresentarei este continuum entre dor, sofrimento e doença nesta instituição.

**Palavras-chave:** Sofrimento, publicização, universidade

### ABSTRACT

This work seeks to present part of an ethnography in a Brazilian federal university in the state of Rio de Janeiro, which went through a process of expansion established by the Plan of Reorganization and Expansion of Federal Universities since 2008. After the creation of new courses, the complaints increased, expressions of pain and diseases were occurring in the corridors of the university and in private conversations between teachers and students. Students associated their pain to the demands for the new productivity requirements or, in some cases, instances of harassment. In turn, teachers complained about the expansion that changed professional sociability, isolating them and creating new rules of academic production, and generational conflicts. Cases of moral harassment were reported by teachers and students and resulted in a few administrative proceedings. Gradually changes the mode of questioning pain, giving way to the topic of professional suffering in cases that were not treated. I will present this continuum between pain, suffering and disease in this institution.

**Key-words:** Suffering, Publicizatio, University



## INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresento parte de uma pesquisa que realizo desde 2012 em uma universidade federal brasileira no estado do Rio de Janeiro, que atravessou um processo de expansão decorrente do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) desde 2008. Ressalto que esta pesquisa foi inicialmente realizada de um projeto de iniciação científica, sob orientação de Denise Juncá. Este semestre, iniciei um mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual Norte-Fluminense e propus dar continuidade a este projeto, privilegiando uma abordagem em sociologia e antropologia das emoções e das moralidades. Por este motivo, desde 2013, para aprofundar a primeira pesquisa, propus realizar uma etnografia do ambiente de trabalho dos docentes e discentes desta universidade. A escolha por deste objeto de pesquisa pode ser relacionada com minha própria vivência neste campus universitário, como aluna e pesquisadora, percebendo que muitos dos alunos e professores se queixavam da exigência de produtividade vinculada com a criação dos novos cursos. Após a implantação do REUNI, que resultou na criação de oito novos cursos desde 2009 (de bacharelado e licenciatura em cinco áreas de ciências humanas e ciências humanas aplicadas), o campus analisado passou por fortes mudanças. Antes de 2009, havia apenas um curso de graduação (que acaba de comemorar seus cinquenta anos). Após a expansão, o campus tornou-se um “pólo universitário”. Em 2009, foram criados três novos de bacharelado (dois dentre eles criaram tempo depois duas licenciaturas) e, em 2011 mais dois (um dentre eles também criou, além do bacharelado, uma licenciatura). Por fim, em 2013, foi criado um curso de pós-graduação *lato sensu*. A criação destes cursos se acompanhou de obras importantes e de construção de novos prédios provisórios (containers), que mudaram significativamente a paisagem desta instituição. Atualmente, ainda pode-se destacar a construção em andamento de um campus novo no centro da cidade (uma cidade média do interior do estado do Rio de Janeiro) que também altera bastante o cenário do bairro da cidade.

Desde este período de expansão, multiplicaram-se queixas, manifestações de dores e de doenças, as quais eram formuladas em corredores da universidade e em conversas particulares entre docentes e/ou discentes. Em 2012, realizei uma primeira observação de situações e 12 entrevistas semi-diretivas com docentes de um departamento desta instituição e de discentes deste curso (o primeiro, criado há décadas). A partir desse contato e observação, pude perceber que alunos associavam suas “dores” às exigências de produtividade discente



ou, em alguns casos, a assédios. Por sua vez, professores se queixavam que a expansão, além de alterar a sociabilidade, gerou uma extrema exigência de produtividade. Também descrevia uma forte concorrência entre pesquisadores e grupos de pesquisa. Ainda observam que, devido ao número grande de novos profissionais ingressando na universidade, não havia mais conhecimento nem proximidade entre os docentes e funcionários. Pelo contrário, diziam, devido às exigências de produtividade, “o que se vê cada vez mais é cada um por si”. Os meus interlocutores relatavam que perderam espaços importantes de convivência como, por exemplo, a sala de professores. Devido à inadequação da estrutura disponível, em particular no que tange ao espaço necessário para atender as disciplinas dos cerca de 1400 alunos, as salas de professores foram transformadas em salas de aula.

Observei que o modo de problematizar a dor vem se alterando, dando lugar ao tópico do sofrimento (Boltanski, 1993) profissional. Destaco que percebi uma diferenciação nas referências da “dor” e do “sofrimento”. No primeiro caso, os atores empregavam o tópico da dor para se referir a um mal estar decorrente destas mudanças institucionais, mas não necessariamente estas emoções eram mobilizadas em caso de denúncias públicas ou de afastamentos destes profissionais “por motivos de saúde”. No segundo caso, que observo agora, o “sofrimento” refere-se às tênues fronteiras entre esta sensação com sua expressão física e moral, isto é, quando ela afeta o profissional física e moralmente, momento durante a qual “a doença” pode ser acionada (a partir dos diagnósticos) e justificar, faltas, licenças curtas ou longas (que analiso aqui ora como momento de “exit” do profissional diante da insuportabilidade de viver neste ambiente), ora como dispositivo que ancora uma denúncia pública (processos administrativos, em particular).

Desta forma, neste trabalho em andamento, não tomo como *taken for granted* as definições científicas e/ou psicanalíticas do sofrimento (que costumam mensurar e enquadrar esta emoção a partir de diagnósticos de síndromes, de patologias ou de outras doenças psíquicas), ainda que estes recortes sejam de suma importância para meu estudo, como expliquei acima. Parto das definições dos atores em situação de problematizar experiência de “dor” e de “sofrimento” para mapear os significados e lugares destas emoções no ambiente que analiso. Em seguida, quando estes tópicos ancoram a definição de uma doença, uma queixa ou ainda uma denúncia pública, proponho entender como os tópicos da dor e do sofrimento são mobilizados para justificar as necessidades de afastamentos, as denúncias e queixas dos profissionais. Desta forma, o sofrimento orienta, de forma particular, uma tomada de voz dos profissionais em situação de narrar a insuportabilidade (Breviglieri, 2009) do ambiente de



trabalho (relacionadas com queixas sobre o atual “super-productivismo”, em particular, e a tensão e conflito que estas novas exigências provocam neste ambiente de trabalho). Deste modo, as minhas observações atuais buscam sustentar o fato de que a emoção pode ser compreendida como uma voz nas situações em que é denunciada a insuportabilidade (Breviglieri, 2009) do viver-juntos em um ambiente de trabalho – a universidade sendo um caso particular de um ambiente de trabalho possível.

Como acima mencionado, propus realizar uma etnografia deste ambiente, considerando que a metodologia da pesquisa anterior, entrevistas semi-diretivas, me permitiam analisar este complexo de problemas apenas a partir de situações de face-a-face com o pesquisador. Neste sentido, pareceu-me importante explorar outras situações e o ambiente de trabalho para além de uma situação de entrevista. Por este motivo, desde 2013, minha etnografia contempla três outros departamentos além do anterior, nos quais os docentes entrevistados eram vinculados. No entanto, a pesquisa anterior me ofereceu preciosas ferramentas no que tange ao conhecimento de vários casos classificados como “assédio moral” nestes outros cursos. Destaco que as observações deste trabalho correspondem a um momento inicial de minha etnografia. No entanto, apesar do caráter exploratório deste texto, procurei apresentar diferentes situações que permitem delimitar o problema que norteia minha etnografia. As experiências de dor adquiriram forte visibilidade nas conversas ordinárias, mas tiveram pouca repercussão quanto à “sensação de serem tratadas institucionalmente”. Por este motivo, busquei analisar as situações de sofrimento no trabalho nesta universidade *in lócus* para mapear as tensões e conflitos que provocam estas sensações. Neste *paper*, mostrarei, em primeiro lugar, como é interpretado o sofrimento vinculado ao ambiente de trabalho acadêmico. Em segundo lugar, analiso os repertórios de sofrimentos quando estes se referem à “superprodução” e às novas exigências que esse mundo acadêmico traz.

Destaco ainda que procuro analisar o recurso ao tópico do sofrimento com o objetivo de analisar diversas competências dos atores para agir em um mundo do trabalho possível. Por este motivo, minha etnografia volta-se para os modos como esses atores se justificam, e, nestas situações, apresentam diferentes operações críticas e morais<sup>1</sup>. Este modelo analítico permite refletir sobre as competências mobilizadas pelos atores em situação de busca de publicização de assuntos considerados problemáticos por eles. No caso em análise, procuro

<sup>1</sup> Na obra *De la justification*, Boltanski e Thévenot (1991) propõem um modelo analítico para investigar o modo como os atores justificam suas ações. Este modelo apresenta um recorte analítico que permite analisar disputas, desacordos, controvérsias e acordos em situações ordinárias da vida social. Estas situações permitem compreender as competências que são mobilizadas pelos atores para viver-juntos em torno de ordens de grandezas situadas ordenadas em torno de um bem comum.



compreender, portanto, como o t3pico da dor do sofrimento pode ser compreendido como dispositivos de publiciza33o.

## **O SOFRIMENTO NO AMBIENTE ACAD3MICO**

### *Uma reuni3o de departamento*

Dia de reuni3o de departamento (2012). A tens3o era imediatamente percept3vel. Neste ano, eu era ainda aluna de gradua33o e era representante discente no colegiado. A principal pauta da reuni3o tratava da informa33o e resolu33o de uma impugna33o de um concurso p3blico. Nesta altura, j3 estava quase confirmada sua anula33o. O concurso havia ocorrido h3 pouco mais de um ano para este departamento. Dois candidatos haviam sido aprovados e j3 assumiam o cargo. A impugna33o decorreu de den3ncia de fraudes ao longo das provas do concurso. Solicitou-se, ent3o, uma investiga33o. Um professor, um dos candidatos aprovado e investigado, leu uma carta para todos os participantes da reuni3o. Nela, ele se explicava e lamentava pelo ocorrido: “eu pensava que problemas pessoais n3o interfeririam nas rela33es profissionais”. Ainda acrescentou que, ao longo do inqu3rito, tinha adoecido e estava em tratamento. A express3o de seu rosto traduzia uma profunda tristeza. Espelhava-se pelo seu corpo, curvado, e tamb3m na sua voz tremida ao ler a carta. Apresentou sua trajet3ria pessoal e sua migra33o para a cidade desta universidade, os seus esfor3os em conciliar o trabalho nesta universidade, sua vida familiar (a sua fam3lia residia em outra cidade), e ainda, seu doutorado que realizava em uma terceira cidade. Por fim, despediu-se. J3 sabia que deveria deixar o cargo na universidade. Neste dia, outra docente, candidata aprovado e que tinha tamb3m come3ado a exercer o cargo, tamb3m “envolvida” no processo, j3 havia se desvinculada da universidade. Neste 3ltimo caso, a professora alegou “sofrer persegui33o pessoal” por parte de um dos professores que tinha denunciado o concurso e solicitado sua anula33o. Por decis3o institucional e judicial, os dois professores foram desligados da universidade e o concurso anulado.

### *Uma aula*

Era uma quarta-feira, no per3odo noturno, enquanto eu ainda era aluna de gradua33o desta institui33o. Os alunos da turma ajeitavam a disposi33o das carteiras da sala de um dos containers em c3rculo, como era um h3bito na aula desta professora, e se sentavam para que a aula pudesse come3ar. Desde o come3o de 2010, a universidade havia alugado containers para





acomodar as novas turmas recém-chegadas e também as que estavam por vir. A mesma professora – esta que se desvinculou alegando perseguição pessoal - estava na sala. Nós, alunos, pensávamos que apresentariamos nossos trabalhos, atividade prevista nesta aula. No entanto, este assunto não foi tocado. A professora começou a expor a situação em que se encontrava. Queria tornar públicos os fatos e informar sobre “o que estava acontecendo”. Mas ela ainda acrescentou que sua intenção era de dividir o seu sofrimento conosco. Até então, os alunos sabiam do ocorrido por meio de circulação de fofocas. Antes de a professora explicar o caso, só ouvíamos comentários e burburinhos. A professora explicou que tinha esperança que tudo se resolveria de uma “boa maneira” e esperava que a anulação do concurso fosse evitada. Mencionou sua “fé em Deus”: A sua esperança na evitação da anulação do concurso. A fé em Deus orientava seu discurso: “Deus não deixaria de fazer justiça”. Expôs, triste, o quão esse processo tinha gerado mudanças na sua vida, naquela de sua família e no seu próprio corpo, pois tinha emagrecido demasiadamente. Estava recebendo o apoio de seu marido e seus dois filhos, e também dos colegas da universidade que acreditavam na sua idoneidade. Por outro lado, ela acusou um grupo de colegas de profissão que se manifestava publicamente contra ela. Neste fluxo discursivo, e em seqüência da situação, citava explicitamente os nomes de docentes deste grupo. Não era mais segredo para ninguém. Todos os alunos presentes sabiam, nomeadamente, quem estava contra e quem estava a favor desta docente. Por fim, a professora relatou que iria se afastar para aguardar o andamento do caso, pois estava sofrendo perseguição declarada de uma professora. E também ia aproveitar para cuidar de sua saúde que estava debilitada em função do ocorrido. Algumas semanas depois, na reunião descrita acima, a resolução do caso seria publicizada e a professora desvinculada permanentemente da instituição.

Estas cenas apresentam, de um lado, interconexões entre os sentidos de justiça destes atores com as emoções, que ancoram a formulação de defesa diante de acusações. Pode-se observar que a sua expressão corporal (a doença e o emagrecimento, por exemplo) se apresenta claramente como um contínuo do sofrimento. Neste movimento moral, são entremeados os sentidos de justiça que aparecem nas apresentações das acusações, suas respostas e as contra-acusações. A tristeza, a fé, a dor, a vergonha diante desfecho, o incômodo, as tensões são algumas das substâncias da categoria sofrimento. Por outro, nas seqüências destas duas situações, observa-se o movimento moral que permite relacionar a exposição da emoção em público com a sua repercussão no corpo da pessoa. Nesta



controvérsia, o sofrimento é assim acionado como redefinição da substância moral da pessoa (Cardoso de Oliveira, 2011) que permite repor uma dignidade ameaçada pelo caso.

Nos dois casos, a intenção era de publicizar um problema que tornou particularmente tenso o ambiente de trabalho (durante este período, mas que continua sendo um referencial na memória coletiva da instituição). Publicizar, nos casos em análise, significava responder publicamente a uma acusação e se despedir de forma *digna*. Observa-se que nestas duas situações a controvérsia não gera uma defesa dos acusados nos termos de uns questionamentos dos sentidos de justiça alheios que gerou esta decisão, ou ainda, da fidedignidade das acusações que provocaram a anulação do concurso. Ao contrário, os atores aqui publicizam suas trajetórias pessoais, seus contextos familiares, seus sentidos de integridade da pessoa, repercussões corporais das dores, e sofrimentos. Somente na segunda situação, porém em seqüências avançadas, nomes são citados, o que poderia anunciar uma contra-acusação. No entanto, a citação dos nomes precede a descrição da fé que ancorava a expectativa da evitação da anulação e este recurso parece ser acionada para realçar “o grupo de apoio” e situar a origem, citando o “grupo contra”, do sofrimento e de sua repercussão no corpo destas pessoas. Pode-se também observar as situações selecionadas por estes atores para publicizá-las. Uma reunião de departamento (interações com colegas de trabalho, na sua grande maioria) e uma sala de aula (interações com alunos, *público* deste mundo do trabalho).

Nos termos da sociologia das operações críticas e morais, estas situações apresentam uma composição entre diferentes *cités* (Boltanski e Thévenot, 1991)<sup>2</sup>. Nestes dois casos, entre a *cité* doméstica (com as referências à família, ao apóio dos maridos, filhos e amigos), a *cité* cívica, com a presença do dispositivo de anulação do concurso (ainda que com traço bastante diferenciados em relação a proposta destes autores), ou ainda, a *cité* inspirada (com as referências a fé a à graça de Deus).

---

<sup>2</sup> Segundo Freire (2013), apresentando o modelo analítico destes autores, “Boltanski e Thévenot denominaram de “cidade” (“*cité*”, cuja tradução mais apropriada seria “ordem”) este modelo de “humanidade comum”: um enquadramento ou regime situado, a partir do qual existe um acordo em relação aos princípios do que é justo para seus membros, em nome de um “bem comum” visado que permite estabelecer uma relação de equivalência entre os seres. Portanto, estas cidades distribuem e hierarquizam os seres em uma situação, sem que haja necessidade de questionar a pertinência dos estados de grandeza, já que há um consenso em torno destes”. O pressuposto dos autores é que o acordo em cada *cité* é elaborado a partir de uma relação de equivalência entre os seres. Cada *cité* se refere a um modelo específico de bem comum, que permite a generalização das operações de críticas.



Porém, no caso desta pesquisa, procuro compreender a articulação destes quadros morais com as emoções que neles emergem e seus lugares nas situações de justificações públicas. Nestes dois casos, observa-se uma linha tênue entre o singular X e o geral, ou ainda, entre o pessoal e o público. Assim, as emoções parecem ser um dispositivo fundamental para ancorar as críticas destes atores e o lugar do sofrimento parece indicar fortes diferenciações no que tange ao modelo proposto por Boltanski e Thévenot (1991) cujo contexto é francês. Partindo deste modelo, com esta reapropriação, a compreensão do engajamento e desengajamento neste mundo de trabalho se apresenta particularmente frutífera. Nestas duas situações, num mesmo espaço-tempo, os atores fazem variar suas posições, seus repertórios, seus enquadramentos da situação. Estes são elementos que permitem compreender as formas de coordenações dos atores em situação.

Por exemplo, quando a professora escolheu este modo de publicizar o caso, os alunos não ficaram reticentes ou assustados. Logo, nestas situações, havia um acordo (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007) dos atores envolvidos, que permitiu o compromisso de ouvi-la e, por exemplo, não seguir a atividade planejada neste dia. Na situação anterior, o professor recorre à leitura pública de uma carta para publicizar a sua insatisfação e tristeza com o caso. Estas duas situações são momentos críticos que requerem uma justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007). Na segunda situação, aciona a carta, um não-humano (LATOUR, 2000)<sup>3</sup>, para compartilhar a sua indignação com o caso e o seu sofrimento no espaço institucional. Nesse sentido, estas duas situações envolvem uma rede heterogênea de actantes (op. cit), humanos e não humanos. O sofrimento é neste sentido um dispositivo (nos termos da obra de Latour). Ele aparece então como um dispositivo que ancora estas formas de justificação pública. Permite a visibilidade de uma reivindicação de justiça, muitas vezes denunciando uma injustiça e pedindo reparação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007). A compreensão destas situações me parece chave para compreender a natureza dos engajamentos dos atores, além de retomar os processos, também situados, que constroem as suas justificativas. Portanto, não parece exagero ver nesta situação, como na outra, um fundamento de legitimidade do acordo entre os participantes da situação.

## **O SOFRIMENTO A PARTIR DA SUPERPRODUÇÃO ACADÊMICA**

<sup>3</sup> Segundo Latour (2000) os objetos deixam de ser apenas artefatos e passam a ter agência, ou seja, participam das ações e provocam transformações, diferenciando-se assim de uma perspectiva antropológica funcionalista. Os não-humanos deixam de ser meros intermediários para se tornarem mediadores da ação e adquirem essa característica por sua agência.



*“Hoje não temos prazer em trabalhar, antes tínhamos menos pressão, menos conflito. A competitividade que está aí hoje nada mais é que o resultado dessa produção exigida a todo tempo”*

A passagem transcrita foi extraída de uma das entrevistas realizadas na primeira etapa da pesquisa. Inicialmente, este relato despertou minha curiosidade de compreender os modos de vocalizações dos incômodos dos docentes e da dor no ambiente acadêmico.

No momento da pesquisa atual e com o problema apresentado na introdução deste trabalho, procuro analisar as percepções dos estudantes e professores em relação ao que avaliam ser motivo de sofrimento no seu cotidiano universitário. Procuro observar paralelamente como tratam destes momentos na instituição ou fora dela.

Observei, desde o início da pesquisa, a centralidade da problematização dada produção acadêmica dos docentes:

*“Se não publicar, não sobe na carreira. Se não tiver projeto aprovado, você fica para trás. O Lattes é o que rege a sua vida. Quem tem projeto sempre em andamento é aquele considerado bom, e na verdade nem sempre é. A gente quer dar uma aula legal, fazer a nossa parte, mas acaba ficando engessado nessa coisa de produzir, produzir, produzir” (Professora.)*

O “Lattes”<sup>4</sup> aparece como dispositivo de nivelamento entre as pessoas que circulam no mundo acadêmico, tanto para os professores de que para os alunos (porém estes integram esta pesquisa). Os docentes entrevistados e as situações observadas sempre apontam para um incômodo no que tange à ao nível de cobrança por produção e pesquisa, que se soma a outros aspectos que são relacionados com seu sofrimento.

Entre conversas informais nos corredores, entrevistas e observações, eu percebi que a explicitação do que gerava sofrimento encobria uma soma de uma grande diversidade de assuntos. Ao exporem seus descontentamentos, docentes transitavam de um mundo a outro<sup>5</sup>. Novamente, percebi composição e arranjo entre diversas *cites*. “O lattes” era criticado a partir das *cités* doméstica e cívica em relação a *ité* industrial. Para os docentes mais antigas, o “lattes” traduz uma grandeza industrial que não correspondia com o ambiente doméstico

<sup>4</sup> Quando o assunto é dado referente a pesquisa, o Brasil apresenta uma característica própria: a existência de um cadastro nacional de pesquisadores, a Plataforma Lattes, que concentra informações sobre publicações, orientações, projetos de pesquisa, e redes de colaboração entre pesquisadores. Longe de ser algo estranho àqueles que compõe o universo acadêmico, o Currículo Lattes se tornou um padrão nacional de registro, sendo adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Ele foi lançado e padronizado em 1999 pelo CNPq, que estabeleceu-o como o currículo a ser utilizado no âmbito da Ciência e Tecnologia. Ainda em 2007, já ultrapassava a marca de 1 milhão de currículos cadastrados.

<sup>5</sup> Essas passagens de mundo exigiam deles uma capacidade cognitiva enorme, em termos da transição de uma condição a outra. São cenários nos quais os papéis vão guiando, mas não é apenas uma dimensão do discurso. Não se trata



desta instituição (pelo menos antes da expansão). Ele gerava mais competição, alterando uma sociabilidade de trabalho que seria agora norteadada apenas pela busca de aumento de produtividade, tirando o caráter hospitaleiro e de intimidade da universidade. Além disso, a Plataforma Lattes tornou-se uma rede social de pesquisadores, que promove um conexãoismo, principalmente entre os “produtivos”. Também era visto como dispositivo de mensuração de mérito, de competência profissional e das habilidades em propor projetos. Desta forma, os relatos dos docentes sobre o “lattes” apresentam uma nova modalidade de engajamento no mundo acadêmico, na qual são valorizadas as pessoas propositivas e conectadas em redes (acadêmicas). Após a expansão do campus estudado, a “*cité par projet*” (Boltanski e Chiapello, 1999) tornou-se um novo enquadramento que ora orientavam as ações dos professores (principalmente os recém-chegados), ora era veementemente criticados por alguns docentes antigos, como apresento mais adiante.

Para compreender os significados das críticas dos professores, apresento uma breve descrição da plataforma lattes. Entrei em um currículo da minha. O primeiro texto é um breve resumo da trajetória acadêmica do pesquisador com apresentação das áreas de pesquisa, dos títulos e da atividade profissional. A estrutura do Lattes é composta de diferentes rubricas: da identificação do pesquisados às orientações. As referências ao orientador, às colaborações entre pesquisadores e os orientandos são remissivas, clicando em um círculo ao lado do orientador ou co-autor, por exemplo, pode-se entrar no currículo destas outras pessoas automaticamente. Esta plataforma está conectada com outras, como aquela dos grupos de pesquisa Diretório CNPq. Nesta última, aparece o nome do grupo, seu(s) líder(s) e uma relação dos pesquisadores. Nesta relação, novamente, é possível clicar no nome dos pesquisadores e ter acesso aos “lattes” individuais. Estes diferentes níveis de conexões apontam, de um lado, para a valorização do conexãoismo (Boltanski, 2001) no ambiente acadêmico, mas por outro para profundas alterações no que tange aos modos de se engajar neste mundo que se ordena cada vez mais em torno deste tipo de plataforma (que publicizam também a habilidade de integrar este conexãoismo, “os indicadores de produção” e o espírito de ser um profissional propositivo).

Deste modo, o “lattes” é um dos dispositivos que permite mensurar a grandeza (BOLTANSKI, 2001)<sup>6</sup> que o autor denominou de *cité par projet*. O pertencimento a (e a

---

apenas da capacidade que o ator tem de se armar de um discurso. Ele deve se armar de uma série de outros equipamentos, como por exemplo, a corporeidade.

<sup>6</sup> Ao analisar a cidade por projeto - que nada mais é que uma proposta de novo regime de justificação sob a ótica de Boltanski, a partir de uma literatura sobre gestão dos anos 90 - esta se caracteriza como uma organização por projetos. Podemos então falar de uma nova modalidade de coordenação em torno dos projetos. Esses projetos sucedem-se e



coordenação de) várias redes e grupos de pesquisa, por exemplo, ilustra este argumento. A relação de grandeza nessa *cit *   baseada na troca. Decorrentes disso, as rela es naturais nessa mesma *cit * são constituídas das liga es entre os atores, no sistema de confiar e dar confiança, uma vez que um dos princípios da atividade por projeto   a rede.

Essa abordagem permite compreender novo significado do sofrimento. No caso dos atores que não se ajustam a estes princípios, os custos são grandes no ambiente acadêmico, como observei:

“Há uma competi o interna e ao mesmo tempo h  uma contradi o muito grande, veja bem: você tem que trabalhar sozinha, fazer o seu, montar a sua aula e dar conta das suas disciplinas. Ao mesmo tempo existem as exigências da política educacional. Nesse âmbito, a gente deve, para além de produzir, produzir em rede. Mas como fazer isso se cada vez mais encontramos dificuldades em rela o a coletividade, face às vaidades, ambiente hostil, com rela es conflituosas no trabalho? Dá para entender? Não querem saber se você está produzindo com qualidade, importa de fato,   se você está produzindo. Parece não importar pra eles, que façamos com qualidade, desde que tenhamos projetos em vista, desde que tenhamos bons contatos, importantes inser es. Cobram de nós que produzamos em grupos. Cobram de nós redes de colabora o. O Lattes e a nossa política educacional como um todo, valorizam isso. E de fato   muito mais importante produzir e gerar conhecimento em grupo.   muito mais interessante para alunos e professores numa universidade, se reunirem em laboratórios, ainda que com diferentes linhas, para pensar junto e produzir junto. Então, ao mesmo tempo que, o que parece importar   a produ o em rede, a cria o de redes e tudo mais, as questões de ordem profissional são colocadas como pessoais e a gente não avança. Não sou obrigado a gostar de todos e ser amigo de todos, mas sou obrigado a ser profissional. Está faltando isso. Isso me deixa muito angustiada. Aumentou muito a competitividade nos últimos 4 anos, a vaidade entre os professores, as rela es antiéticas e os apadrinhamentos. Publicar causa incômodo, quando na verdade deveríamos publicar juntos, socializar as informa es, trabalhar em rede. Entende? Ao mesmo tempo há muitas exigências em torno do professor. Você tem que ir a congresso, participar de reuniões, publicar artigo, orientar. O trabalho   um fator para o adoecimento, em alguns casos   o fator preponderante.   muito complicado.” (Professora)

Desta a forma, o sofrimento acadêmico pode ser lido a partir da pluralidade de mundos que ordenam as situa es ordinárias do mundo do trabalho e das implica es emotivas que

---

substituem-se, não existindo fim, pois um mundo em rede não   passível de fechamento. Nessa nova *cit * proposta por Boltanski, o princípio superior comum - que   o princípio de coordena o de cada *cit * e que permite uma convenço quanto   equivalência entre os seres da cidade -   a atividade. Esta atividade está acima do trabalho e do não trabalho, ou do trabalho estável e do não estável, escapando   avalia o contabilística. Boltanski assinala que a atividade aqui está ligada   gera o e a integra o de projetos,   inserir-se nas redes e explor -las. Portanto, a prova modelo desta *cit *   a passagem de um projeto para o outro, o que leva   configura o harmoniosa, ou seja, a forma natural do mundo em rede, se impondo a humanos e não-humanos. O estado de grandeza nesta *cit *   determinado pela adapta o e pela flexibilidade. O grande da cidade dos projetos deve distribuir com sua equipe os bens raros aos quais têm acesso, e o bem mais importante que ele possui   a informa o. Logo, ele deve ser flexível, capaz de transitar entre atividades e capaz de mudar de ferramentas.   ativo, autônomo, e, além disso,   capaz de estimular e, por conseguinte promover o empenho de todos.





resultam da dificuldade de ajustamentos situados. Por este motivo, na etapa atual da pesquisa, interessa-me compreender a continuidade entre exigências de produção acadêmica e sofrimento/adoecimento. Devido à temporalidade de minha pesquisa de campo, observo que o sofrimento encobre uma pluralidade de repertórios coletivos que se alteram ou se sobrepõem em função dos diferentes momentos da instituição.

Como já mencionado, o departamento estudado nessa primeira fase de pesquisa conta com a maioria de professores antigos (muito com uma antiguidade de trinta anos) e com professores recém-chegados, que conheceram a universidade após o seu período de expansão. Muitas tensões também decorrem do que poderia ser analisado como conflitos geracionais, mas, devido à abordagem que norteia minhas observações, interpreto como conflitos de ajustamentos a estes quadros, novos e antigos, que orientam a sociabilidade acadêmica desta instituição. Nas entrevistas, os docentes explicavam muitos dos motivos de insatisfação ou angústia a partir de um recorte geracional. Muitos dos professores com “trinta anos de casa” não viram sempre de bons olhos a expansão universitária. No plano da rotina e do ambiente de trabalho, seus espaços foram divididos ou retirados. Além disso, a chegada de novos professores gerou a criação de muitos núcleos e grupos de pesquisa que era interpretada, pelos antigos, como uma competição (certamente preferindo a integração dos docentes nos seus próprios grupos).

Além disso, o forte aumento de proponente de projetos de pesquisas em editais, de projetos financiados e o aumento da produção docente geral contribui para uma sensação de desajustamento em relação ao quadro atual da instituição. Os professores antigos criticam esta forma de agir na academia, pois eles próprios “sempre produziram com ou sem dinheiro e vivem sob pressão” Este argumento se soma a crítica do “lattes” e ao ambiente competitivo que contribuiu para aniquilar o ambiente de tranqüilidade anterior, propício ao modo de trabalhar em universidades, nos seus termos.

Diante deste contexto, no entanto, buscaram se ajustar ao novo quadro. Buscaram aumentar o ritmo de publicações e passaram a responder a editais de financiamentos de pesquisa com mais frequência. Mas, diante do esforço que isso provocava internamente, que era rapidamente associado a um tipo de sofrimento no trabalho, eram mais estimulados pela pressão de que por ajustamento à cidade por projeto. Isso conduz a interpretação de alguns dos “antigos” a avaliar que a mudança a mudança institucional foi feita “de cima para baixo” e apenas para normatizar a produção.



Nas entrevistas, as críticas ao ambiente de trabalho se repetiam: o que importa, não é o regime de trabalho, tampouco o seu valor, mas a possibilidade de encontros (conexões) através das atividades propostas e dos projetos. A qualificação não importa mais, consideravam. O que mudou, segundo eles, era o fato de desenvolver uma atividade. Percebiam que hoje, nunca poderiam faltar projetos de pesquisa em andamento ou no horizonte. Desta forma, a informação, a atividade, a inclusão em um ou mais projetos, a inserção em ou criação de redes eram por eles observados e criticados. Criticavam, portanto, este novo conexismo e a “era da informação”. Em outros termos, a informação é ao mesmo tempo resultado e condição para multiplicação de conexões, de tal maneira que a desigualdade de informação é cumulativa. O que representava, a meu ver, o drama acadêmico do ponto de vista destes atores.

As relações naturais na *cit * por projeto são constituídas pelas liga es entre os atores, no confiar e dar confiança, uma vez que um dos princípios da atividade por projeto   a rede (BOLTANSKI, 2001). Boltanski e Chiapello (2009) observam que, nesta *cit *, o tempo   um bem raro. O grande nessa cidade   também aquele capaz de otimizar o uso desse recurso escasso, principalmente escolhendo com discernimento as rela es que devem ser mantidas. Pensada do ponto de vista dos atores analisados, os antigos em particular, esta característica   novamente criticada e vista como modalidade importante do sofrimento no trabalho e, eventualmente, do sofrimento:

“Vejo como um problema a falta de um espaço que   fora da sala de aula. Falta a proposi o de pesquisas, e isso   culpa nossa, dos professores. Além disso, o trabalho invade o cenário privado, levo trabalho para casa, quase sempre. Há uma série de exigências de produ o sem condi es. As exigências somadas às nossas exigências pessoais geram problema.   tanta coisa para se fazer, que a gente tem que saber escolher o que fazer. Priorizar certas coisas, priorizar certas rela es. A gente pode até tentar abraçar o mundo, mas não consegue. Fica louco, sofre, adoecer. E de nada adianta adoecer, a gente não deixa de ser cobrado quando adoecer. O tempo está aí, a progressão da carreira está aí. Mas e a qualidade? Ninguém parece estar preocupado com a qualidade.” (Professora).

## CONSIDERA ES FINAIS

Do ponto de vista dos atores que não conseguem se engajar na *cit * por projeto, os custos são grandes, como eles mencionam, e são fontes inicialmente de dor, de sofrimento e, neste continuum, de sofrimento. Com dificuldade de adquirir habilidades propositivas e inovadoras e conexionistas, os atores mais antigos não são reconhecidos como profissional competente pelos outros, aqueles que conseguem se ajustar. Nos termos de Boltanski e



Thévenot (1991), tornam-se os pequenos em muitas das situações do ambiente acadêmico que acionam cada vez mais esta cité pela dificuldade de se enquadrar nela. Logo, as formas de sofrimentos destes atores mudam de conteúdo, mas se preserva como sofrimento e, em última instância, torna-se doença.

## REFERÊNCIAS

BREVIGLIERI M. 2009. « L'insupportable. L'excès de proximité, l'atteinte à l'autonomie et le sentiment de violation du privé », in Breviglieri M., Lafaye C. & Trom D., (dir.), *Compétences critiques et sens de la justice*, Economica.

BOLTANSKI, Luc. 1993, *La souffrance à distance*, Paris, Métailié.

BOLTANSKI, Luc. 2001 *A moral da rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo*. In: Fórum Sociológico. Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Número 5/6, IIª Série pp.13-35.

BOLTANSKI, LUC; CHIAPELLO, ÈVE. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. 2007. *A sociologia da capacidade crítica*. Niterói: Revista Antropolítica, N°23 (p. 121-145)

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. 1991. *De la justification. Les économies de grandeur*. Paris: Gallimard.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 2011. *Concepções de igualdade e cidadania*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. n. 1, p. 35-48.

LATOURETTE, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.



## DESAFIOS PARA O PESQUISADOR INTERDISCIPLINAR: RELATOS DE UMA TESE EM CONSTRUÇÃO.

PINTO, Diana de Souza

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio (PPGMS)*  
*dianap@globo.com*

CAMPOS, Tamara de Souza

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio (PPGMS)*  
*tamara.campos86@gmail.com*

99

### RESUMO

O presente artigo pretende discutir o percurso de uma pesquisadora e de sua orientadora frente a tarefa de desenvolver /orientar uma pesquisa interdisciplinar de doutorado que versa sobre o processo de formação do regente de orquestra. Tal pesquisa integra, ao menos, quatro campos do saber: a Memória Social, área na qual ambas pesquisadora e professora estão vinculadas, a Comunicação Social, formação de origem da doutoranda, a Antropologia, que orienta epistemologicamente a construção do corpus, com base na autoetnografia, e a Música, área do conhecimento na qual o trabalho de campo é realizado. Dessa forma, exploraremos pontos de convergência e divergência entre estes campos, além de relatarmos e problematizarmos o desafio para construir a metodologia de pesquisa da tese. Anotações do trabalho de campo embasaram a discussão presente neste artigo.

**Palavras-chave:** Autoetnografia. Pesquisa Interdisciplinar. Música.

### ABSTRACT

This article aims at discussing the path of a doctorate student and her mentor in developing/guiding a phd study about the process of becoming an orchestra conductor. it encompasses at least four fields of knowledge: Social memory, to which both student and professor belong; journalism, the student's major, anthropology, on which the autoethnography - the epistemological background for building up its corpora - is based, and finally music, the field on which the study is focused. Both consensus and disagreement issues among these fields will be presented. The challenge of developing a methodological framework for such investigation will also be discussed in the light of fieldwork notes.

**Key-words:** Autoethnography. Interdisciplinary research. Music

## Construindo a metodologia: a Autoetnografia

Diante da tarefa de escrever uma tese que precisa ser clara, coerente e original em algum aspecto, associada ao fato de que tal produção está inserida em um programa de Pós-Graduação interdisciplinar, tínhamos certa apreensão não só do ponto de vista epistemológico, como proceder metodologicamente para acompanhar o processo de formação dos regentes de orquestra, mas também uma preocupação com que a tese seja inteligível.

Trabalhos interdisciplinares não estabelecem um diálogo apenas com leitores de uma área específica, mas com pesquisadores de distintas formações, o que consideramos um dos aspectos mais interessantes e desafiadores das produções interdisciplinares (RAYNAUT, 2011). Tal empreitada, por outro lado, requer um maior esforço pedagógico, sem perder de vista, obviamente, a profundidade e a substância teórica inerente a uma tese de doutorado.

Em algumas reuniões de orientação, foi discutido por nós como muitas vezes existe um apagamento do autor de dissertações e teses, em especial de campos do saber tidos como *hard* na área acadêmica. A tese investiga o processo de formação do regente de orquestra através da observação participante em uma classe de regência em uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, além do acompanhamento dos ensaios de uma orquestra de estudantes da universidade. Os ensaios da orquestra são regidos pelo mesmo professor/maestro que ministra a cadeira de Regência. A Antropologia é convocada para a pesquisa, em função de fornecer as bases para um trabalho etnográfico.

Diante da especificidade antropológica, e com a intenção de não perder o tom autoral da tese, em um primeiro momento optamos por um fazer etnográfico no qual percebemos o envolvimento e sentimentos daquele que pesquisa, pois a etnografia mobiliza o pesquisador. Sentimo-nos confusos, tristes, felizes, surpresos, envergonhados, decepcionados, etc. Negar tal sentimentalidade presente no ato da pesquisa estaria relacionado a uma visão positivista, que afasta “o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo” (DAMATTA, 1978, p.27).

Cabe aqui destacarmos que, apesar de escrito a quatro mãos, haverá uma oscilação entre a primeira pessoa do singular, especialmente quando relacionado às experiências pessoais da doutoranda, e a primeira pessoa do plural, quando relativo às duas pesquisadoras.

Ao optar por dar visibilidade à inquietações, trazendo-as para o texto, nos ancoramos na metodologia da autoetnografia, que emprego durante o trabalho de campo e a produção da tese.



A descoberta e decisão de empregar essa metodologia decorreu da leitura detalhada de minhas primeiras notas de campo. Ao lê-las, a orientadora deste trabalho observou que eu descrevia de forma suficiente, atores, situações e cenários, mas a “voz” da pesquisadora não comparecia naquelas primeiras notas. Este foi o momento em que percebi como a formação em jornalismo me influenciava mais do que eu pensara. Se, por um lado, certos aspectos da profissão auxiliavam-me em um olhar descritivo, perspicaz, em conversas e entrevistas com pesquisados e colaboradores de pesquisa, por outro eles influenciavam na escrita, promovendo um apagamento dos sentimentos e percepções pessoais, contrapondo-se aos princípios epistemológicos que orientam a abordagem etnográfica pretendida. A leitura e discussão do clássico *Sociedade da Esquina*, de William Foote Whyte (2005) também nos direcionou para a autoetnografia, em especial o posfácio no qual o autor relata como o trabalho de campo foi realizado, as dificuldades que teve para ingressar na comunidade que estudou, explicitando os caminhos que o levaram a várias de suas ideias. Esse trabalho exemplar, portanto, serviu de inspiração, especialmente no que tange à escrita do texto.

Munidas desse desejo de não promover um apagamento da figura do etnógrafo, e sobretudo, de potencializar as implicações daquele que pesquisa, além de não perder essas condições singulares produzidas no discurso *in loco*, é que chegamos até a autoetnografia. Através do referido método, o pesquisador pode se colocar também como parte do objeto de pesquisa, promovendo, ainda, o debate relativo à Interdisciplinaridade, pois fomenta a problematização dos conflitos e aproximações entre os quatro campos que a pesquisa abarca: a Comunicação Social, área de formação da doutoranda, a Antropologia, que influencia não só doutoranda, mas também a orientadora, que tem longa experiência com trabalhos de campo, a Memória Social, área de atuação desta e de Pós-Graduação daquela, e a Música, campo de investigação deste estudo, focalizando, sobretudo, as interações entre o professor que ensina regência e seu único aluno.

Busco, dessa forma, interpretar minha participação e implicação enquanto pesquisadora no decorrer do pesquisar (auto), ao invés de ater-me apenas na interpretação da cultura do outro (etno). Ao incluir-me no objeto de pesquisa, posso obter uma escrita (grafia) que pressupõe um esforço auto-reflexivo constante, e imprimir um colorido ensaístico a tese.

Outro fator de destaque acerca da autoetnografia: não se trata de uma metodologia cujos caminhos e sentidos sejam únicos, dados *a priori*, pois apesar de existir desde a década de 1980, não há consenso sobre o seu significado, e sobre objetos e práticas característicos da autoetnografia. O livro “Auto/Ethnography: rewriting the self and the social”, escrito em 1997 e



referência para a compreensão deste método, apresenta algumas apropriações distintas ao longo dos nove artigos que compõem a coletânea. Cada pesquisador constrói seu método/escrita autoetnográfica de acordo com seu objeto, objetivos e necessidades da pesquisa. Não se trata de enfraquecer a autoetnografia enquanto proposta, mas justamente pressupor um trabalho intelectual artesanal, construído segundo as contingências e o contexto do local pesquisado (VERSIANI, 2005, p.210).

No referido livro, portanto, a autoetnografia apareceria como autoetnografia nativa, cujo foco seria trazer à tona histórias de vida, como etno-autobiografias, textos que ultrapassariam acontecimentos de uma vida singular, tornando possível a tematização de processos de construção de identidades pessoais e coletivas. Por último, é apresentada uma autoetnografia reflexiva, cuja proposta é relacionar o trânsito do pesquisador em uma cultura distinta, e comparar a própria trajetória do pesquisador com a do pesquisado.

Em consonância com uma autoetnografia reflexiva, na qual a autoridade científica do etnógrafo é questionada, proponho o acompanhamento de um duplo processo: não só a observação de meu objeto de pesquisa, mas também o meu percurso durante esse caminhar, minhas frustrações, percepções e gafes cometidas durante o trabalho de campo; enfim, almejo trazer para o texto a subjetividade da pesquisadora. Observaremos não apenas o processo de formação do maestro, mas também meu próprio processo de formação enquanto pesquisadora, o que pode colaborar para que a pesquisa não apresente “viés”, pois “awareness of subjective contributes not only to more trustworthy research, but also to greater understanding of yourself and your psychological investment in your research” (GLESNE, 1999, p.95).

Antes de abordar a pesquisa *per si*, trazemos elementos que ajudam a entender a posição da pesquisadora no trabalho de campo, seus dilemas, dúvidas, frustrações e anseios.

### **O contato com a música e o mundo sinfônico**

Desde criança, escutei, no ambiente doméstico, música clássica e outros gêneros como MPB, samba e música internacional, especialmente das décadas de 1980 e 1990. Apesar de sempre ter apreciado música, nunca tive aulas de qualquer instrumento e confesso que a música clássica na adolescência era classificada por mim como “coisa de adulto”, talvez por julgá-la muito dramática. Acredito que isso tenha começado a mudar no início da vida adulta.



No primeiro ano em que cursava jornalismo, lembro-me de ter assistido ao filme “Dançando na Chuva”, e recordo-me de te-lo apreciado entusiasticamente. Tornei-me uma grande fã dos musicais, que gostava de assistir tanto no teatro quando como filme.

Com a experiência de começar a trabalhar no Sindicato dos Músicos, ainda na condição de estagiária, aos 20 anos, em meados da minha graduação, a percepção infantil de música clássica como algo “careta” mudou. Passei a ter contato diariamente não só com músicos do mundo clássico, mas também o músico popular, de choro, de samba e MPB. Comecei a escutar música clássica e também a ir em concertos, recitais, balés e óperas. Descobri, enfim, um novo mundo, e percebi que ir a um teatro escutar um concerto ao vivo era, para mim, uma experiência mais vívida e emotiva do que a escuta involuntária no ambiente doméstico, em decorrência de alguém colocar um CD de música clássica para tocar. O contato com o mundo da música clássica se intensificou quando, já atuando como jornalista recém contratada no Sindicato dos Músicos, ocorreu a crise da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), em 2011. A Fundação Orquestra Sinfônica, instituição que administra a OSB, impôs, em janeiro do referido ano, a obrigatoriedade de os músicos prestarem uma avaliação de desempenho, sob pena de demissão. Com a recusa em prestar a avaliação, metade do corpo orquestral foi demitido. O restante dos músicos que concordaram com o teste continuou integrando a orquestra.

A demissão dos músicos foi decretada em abril, mas os insurgentes já tinham conquistado o apoio da imprensa. Artistas renomados cancelaram compromissos com a OSB, além de sindicatos, instituições, políticos, universidades, artistas, compositores, maestros, críticos, entre outras figuras do meio musical, declararem apoio aos músicos demitidos<sup>1</sup>.

Pressionada pela opinião pública e pelo poder público, a Fundação OSB tentava negociar a readmissão dos músicos, o que só foi possível após oito meses decorridos desde o início da crise. Os músicos retornaram e criaram uma nova orquestra, a OSB Ópera & Repertório que, durante seu funcionamento, era regida por maestros convidados. Os músicos se recusavam a tocar com o regente titular da OSB, o maestro Minczuk, tendo sido essa a prerrogativa talvez mais defendida por eles na fase de negociação. Outra questão acordada foi a não obrigatoriedade em prestar a avaliação de desempenho para os readmitidos.

A orquestra criada pelos músicos dissidentes atuou do final de 2011 até os primeiros meses de 2014, período em que foi desmanchada, pois os músicos da OSB Ópera & Repertório foram reintegrados a OSB. Mas uma situação inédita no mundo orquestral: os músicos

---

<sup>1</sup> C.f CAMPOS, 2011.

reintegrados ainda se recusam a tocar sob a batuta de Minczuk, que continua a ser o regente titular da OSB. Esta situação ainda se desenrola, e os músicos reintegrados a OSB ensaiam, por enquanto, com um outro maestro.

Esse imbróglio, desde seu início em 2011, suscitava-me várias questões. À medida que realizava entrevistas para o jornal do sindicato com músicos e personalidades do mundo orquestral, essas inquietudes começaram a ganhar relevo. Em 2011 também ingressei no Mestrado, e o projeto feito no final de 2010, obviamente, fora substituído por um tema que me permitisse refletir sobre a crise da OSB.

O curioso é que embora já estivesse sendo afetada pela crise, a ideia da minha questão de pesquisa não foi propriamente minha, mas de um *spalla*<sup>2</sup> que tocou na OSB por mais de vinte anos, Daltro de Almeida. Ele me contou em entrevista que eu realizava na época para o jornal do sindicato dos músicos, editorado na época por mim, que para ele crises como a da OSB poderiam ser evitadas se os maestros se apercebessem de que eram professores entre mestres<sup>3</sup>. Para o violinista, os músicos precisavam ter um nível de excelência para alcançar uma posição na orquestra, e alguns deles eram efetivamente professores, pois lecionavam disciplinas de música em universidades.

A analogia estabelecida intrigou-me tamanhamente que resolvi pesquisar, em minha dissertação, a relação maestro e músico e professor e aluno, através da análise de dois filmes: *Ensaio de Orquestra*, de Fellini, e *Ao Mestre com Carinho*<sup>4</sup>. Ao analisa-los, observei, de fato, vários pontos de contato entre o maestro e o professor, e o músico e o aluno.

A despeito da conclusão e defesa da dissertação sentia, ainda, a necessidade de abordar outros problemas, de aprofundar algumas discussões, e, especialmente, de sair da esfera da análise dos filmes para realizar um trabalho empírico. Ingressei no doutorado em 2013 com a ideia de analisar a formação do maestro de orquestra, como o *ethos* desse profissional é entendido e construído em sala de aula, como a memória do que é ser regente é evocada pelos atores no curso da interação, em um trabalho de cooperação entre o professor que ensina regência e o aluno.

Talvez a ideia mais óbvia fosse acompanhar ensaios em uma orquestra profissional, caminho que cheguei a cogitar. No entanto, julgava que acompanhar alguém na transmissão de

---

<sup>2</sup> *Spalla* designa o posto de primeiro violino na orquestra.

<sup>3</sup> Declaração publicada na entrevista: João Daltro lança livro de contos, página 12 no Jornal Musical, edição 49. Disponível para download no endereço: [www.sindmsui.org.br/jornalmusical](http://www.sindmsui.org.br/jornalmusical).

<sup>4</sup> *Ensaio de Orquestra* data de 1978, e trata-se de uma produção italiana que mostra os conflitos entre maestro e músicos durante um ensaio. *Ao Mestre com Carinho* é uma produção inglesa de 1963 e conta a história de um professor recém formado que passa a dar aula para alunos rebeldes do subúrbio de Londres.



um ofício a outra pessoa pudesse trazer elementos interessantes para a pesquisa, mais acessíveis a um leigo. Além disso, não haveria empecilhos, caso desejasse assistir alguns ensaios em uma orquestra profissional. Na Orquestra Petrobrás Sinfônica, por exemplo, os ensaios são abertos ao público. Com a possibilidade de acompanhar também a orquestra experimental de alunos da universidade, percebi que o caminho que escolhera realmente estava sendo proveitoso, pois ainda me era oferecida a oportunidade de escutar o maestro e o aluno de regência, este que, em muitas ocasiões, também assistia aos ensaios, debaterem sobre fatos ocorridos no ensaio, discutindo questões inerentes à relação maestro/músico.

O fato da pesquisa de doutorado ter germinado graças à dissertação, e a experiência no Sindicato dos Músicos do Rio, não significa que eu seja partidária dos músicos, em detrimento do maestro, mas o fato de eu ter pensado na pesquisa a partir do contexto que relatei é relevante. Ainda mais significativo é que uma fala proferida por um músico durante uma entrevista ter sido o elemento que impulsionou a elaboração da pesquisa de mestrado.

Diferentemente dos pressupostos de minha formação de origem, o jornalismo, em que as ideias de objetividade e imparcialidade pressupõem uma tentativa de apagamento daquele que escreve, ao trabalhar com Memória Social as implicações do pesquisador devem ser problematizadas, já que toda memória é política e toda pesquisa é feita a partir de um projeto político. Ao trabalharmos com memória e produzirmos a pesquisa no presente, pensamos o “passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente” (GONDAR, 2007, p.17).

A ideia de deixar a marca do autoral na pesquisa também está presente na Antropologia e nas ciências sociais de maneira geral, campos aos quais pertencem vários autores e conceitos que foram e são norteadores ao longo de minha vida acadêmica. Dessa forma, apesar de minha formação de origem operar com a ideia de imparcialidade, tal noção se contrapõe aos preceitos de pesquisas de cunho interpretativista, que constituem em grande medida, os estudos das áreas da Memória Social, como também de parte crescente de investigações do campo das Ciências Sociais, sobretudo aquelas que visam à compreensão do outro através de observação direta, pois “quando pensa estar fazendo aparecer a racionalidade imanente ao grupo que estuda, o etnólogo pode esquecer (frequentemente de boa fé) as condições sempre particulares - de produção de seu discurso” (LAPLANTINE, 2003, p.138).

### A inserção no campo

A proposta de acompanhar uma turma de graduação em regência de orquestra, o que, durante a elaboração do projeto da tese pareceu relativamente simples, se transformou em um desafio. Primeiro porque é um *métier* relativamente restrito. A profissão de regente, e mesmo de músico clássico, não é como outras ocupações como professor, médico, entre outras, em que temos um grande número de profissionais em atividade. No Rio de Janeiro só existem três universidades, duas públicas e uma particular, que possuem graduação em regência. Da mesma maneira, enquanto na docência ou em outros cursos as turmas contam com vinte a quarenta alunos, na Música as turmas de regência costumam ter um ou dois alunos.

Acrescente-se a isso o fato de que é uma ocupação na qual o profissional está acostumado a ficar exposto no palco, já tendo se preparado após exaustivos ensaios. A ideia de alguém acompanhando os bastidores, o “preparar do espetáculo” e não ele pronto, também pode gerar desconforto, pois “em toda sociedade ocidental tende a haver uma linguagem de comportamento informal ou de bastidores e outra linguagem de comportamento para ocasiões em que a representação está sendo exibida” (GOFFMAN, 1985, p. 120).

Trata-se, também, de um campo em que a pesquisa acadêmica ainda não tem tradição, se comparado às Ciências Humanas. Existem cursos de Pós-Graduação em Música, mas a maioria é voltado para a prática dos instrumentos, o que difere substancialmente da minha proposta de pesquisa etnográfica. Acredito que, por conta do caráter técnico da profissão, que exige muitas horas de prática com o instrumento, e o fato do mercado para o músico erudito ser restrito, poucos músicos objetivam cursar uma pós-graduação. Caso optem por fazer uma pós, esta normalmente é na área musical, com objetivo de aprimorar a performance. Essa hipótese até agora tem se mostrado plausível, a partir das conversas que tive com alguns músicos e regentes, registradas em notas de campo.

O fato de não ser musicista poderia contribuir para provocar um estranhamento, pois a aula que pretendia acompanhar é estritamente técnica. O aluno aprendia técnicas de regência, como movimentar a batuta, ter clareza no gestual, meios de manter os músicos em sincronia e respeitando o tempo da música, e não acerca da história da regência, por exemplo.

Deve-se considerar também meu envolvimento no passado com o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, instituição que negociou a favor dos músicos durante toda a crise. O sindicato elaborou em conjunto com FOSB as normas para reintegração dos músicos, que resultaria na criação da OSB Opera & Repertório.



Esse caso foi muito marcante para o mundo orquestral no Brasil, e a atuação do Roberto Minczuk foi severamente contestada, pois o regente foi acusado de autoritarismo e sua saída era a principal exigência dos insurgentes, como podemos ver em uma fala de violista e presidente do Sindicatos do Músicos do Rio, Déborah Cheyne, em entrevista ao site G1<sup>5</sup>, em abril de 2011:

É muito difícil de imaginar a convivência deste maestro com os músicos depois de toda essa confusão. Inclusive, muitos deles que fizeram a avaliação também se sentem incomodados com Minczuk. E é um absurdo ele ocupar dois cargos dentro da Fundação. Todas as decisões acabam sendo tomadas por ele, pois não existe diálogo com os músicos.

107

Era compreensível que diante desse cenário turbulento os maestros que lecionassem regência não estivessem propensos a deixar uma pesquisadora acompanhar suas aulas, sobretudo uma pesquisadora que não era da área.

O programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio, ao qual sou vinculada, suscitava dúvidas: como assim memória? O que exatamente essa área pesquisa? Memória é uma área? O que significa dizer que memória é interdisciplinar? O caráter da pesquisa antropológica, em que o campo ajuda a definir a questão de pesquisa, também complicava esse primeiro contato, através do qual buscava permissão para ingressar no campo.

Diante de todos esses aspectos, que dificultaram bastante meu ingresso no campo, cheguei a ponto de pensar em reestruturar minha tese. Consideramos relevante relatar esses percalços para evidenciar as dificuldades de um pesquisador adentrar uma área que não é a sua de formação, o que, na verdade, sugere uma tendência a manter uma “coesão” disciplinar, um certo corporativismo, ao excluir aqueles que não são os pares, além de um estranhamento com relação ao fazer pesquisa interdisciplinar. Quando já estava por desistir, após ter tido respostas contrárias à ideia de assistir o curso em duas universidades, finalmente consegui contato com um jovem maestro que concordou em colaborar com a pesquisa.

Após três meses tentando a inserção no campo, fora alguns outros meses sondando estratégias para tal imersão, a etnografia, enfim, começou, em outubro de 2013, no meio de segundo semestre letivo do ano.

---

<sup>5</sup> Cf. PORTO, Henrique, 2011.



### **A primeira ida ao campo e a hipótese (momentaneamente) perdida**

O primeiro contato com o maestro foi em um dos ensaios da orquestra experimental de alunos, disciplina obrigatória para estudantes de bacharelado em quaisquer instrumentos. Ocorria duas vezes por semana e tinha duas horas de duração. Originalmente não planejei observar a orquestra experimental, pois quando concebi o projeto de pesquisa não tinha conhecimento de sua existência. Foi o maestro quem me contou sobre ela ao telefone, autorizando-me a acompanhar os ensaios.

Fui me apresentar ao maestro, que me impressionou pelo seu modo descontraído de se vestir, com calça cargo, blusa de malha e tênis, e também por aparentar ser bem jovem. Ele me deu as boas-vindas e foi extremamente educado. Essa aparência jovial e sua fala de elevação moderada, que transmitia certa descontração, poderiam sugerir um maestro cujo temperamento fosse tranquilo. Essa imagem imediata que tive do maestro parecia afastá-lo em demasia da figura do maestro tirânico e isso me causou receio, pois julguei precipitadamente durante essa primeira incursão que o fato do maestro não se encaixar no tipo ideal que eu imaginava pudesse invalidar minha pesquisa.

Minha frustração pode ser explicada essencialmente por dois motivos. Em primeiro lugar, um dos objetivos da minha tese com o trabalho de campo é refletir sobre a relação maestro/músico, tendo em vista a crise ocorrida na OSB, deflagrada não só pela obrigatoriedade da avaliação de desempenho, mas também por um comportamento autoritário do regente. De certa forma acredito que nutria uma expectativa de que o regente fosse parecido com o maestro da OSB, ou com o maestro do filme de Fellini.

Em segundo lugar, talvez em decorrência de não ter encontrado um maestro que se encaixasse na tipificação do tirânico, tive a sensação de que minha pesquisa perdera seu sentido. Mas essa sensação foi logo vencida, pois percebi que se tratava de um apego a ideias pré-concebidas. O fato do maestro não corresponder às minhas expectativas não invalidaria minha pesquisa; sinalizava apenas uma complexidade do mundo musical e me ajudava abrir mão de juízos de valores, exercício fundamental para quem trabalha com etnografia.

Creio também que a práxis jornalística, introjetada durante minha formação na universidade e exercício da profissão, possa ter sido responsável por gerar um sentimento de frustração nessa primeira ida ao campo. Antes de redigir um texto, o jornalista deve ter uma pauta e precisa entrevistar fontes. Podemos encarar a pesquisa analogamente como uma notícia, e o maestro como uma fonte através da qual seria possível discutir a tirania na música clássica. É comum na prática jornalística entrevistados serem cortados quando o repórter percebe que a



fonte não disse o esperado, pois o jornalista realiza uma entrevista com uma certa expectativa, com uma hipótese já formulada, tendo a fonte somente que confirmá-la.

O *ethos* e práxis do repórter inevitavelmente afloram durante o trabalho de campo, o que exige permanente estado de vigilância de minha parte, pois o apego a ideias pré-concebidas na pesquisa acadêmica pode ser pernicioso. Mas tal prática não é exclusiva, e tampouco generalizada, da área da Comunicação Social, pois também pode ser percebida em alguns trabalhos produzidos no meio acadêmico. Com certa frequência “os alunos desenvolvem uma pesquisa para ‘mostrar que...’. Ou seja, mostrar coisas que eles já sabem de antemão...” (CHARLOT, 2007, p.10). Há, portanto, uma tendência a conduzir o trabalho de modo a demonstrar que a hipótese estava certa, como se o fato de ela não ter sido comprovada da maneira que o pesquisador esperava pudesse invalidar a pesquisa *per si*.

O próprio ato da escrita merece atenção. Normalmente escrevo depressa, pois ainda tenho de certa forma o “timing” da jornalista. Mas o tempo da escrita jornalística não é o mesmo da acadêmica, ou ao menos não deveria ser, pois não repensar continuamente a pesquisa pode resultar em um trabalho mal escrito e sem substância teórica. É necessário sempre voltar ao texto, não só no sentido de o reelaborarmos inúmeras vezes para correções ortográficas, gramaticais e estilísticas, mas também repensarmos discussões teóricas e interpretações que fizemos, pois “as a writer, you engage in a sustained act of construction (GLESNE, 1999, p.155).

Essa velocidade ao produzir o texto, que pode levar a certa precipitação nas conclusões, também pode prejudicar o trabalho de campo e as interpretações feitas a partir deste. Quando o trabalho de campo é extenso, por exemplo, e optamos por utilizar anotações feitas *in loco*, é válido refletir se a interpretação feita no momento da anotação realmente é consistente. As percepções podem mudar com o acúmulo de experiências no campo e com o próprio ato da escrita da tese, que estimula novos pensamentos e novas conexões (GLESNE, 1999, p.155). Tendo isto em vista, confrontarei a seguir uma interpretação fruto de minha primeira visita ao campo com uma inferência realizada seis meses após o início do trabalho.

No primeiro dia de observação notei que o maestro chamava os músicos pelos seus respectivos instrumentos, e não pelos nomes. Interpretei essa prática, na ocasião, como uma espécie de apagamento do indivíduo em detrimento de seu instrumento, como se o que definisse um músico na orquestra fosse apenas o instrumento que o mesma toca.

Após um período afastada do campo, em decorrência das férias na universidade, e também pela inviabilidade de acompanhar a orquestra durante um tempo, retornei aos ensaios

da orquestra. Fiquei surpresa ao observar que o maestro se dirigia a maioria dos músicos pelo nome e percebi que minha interpretação feita nos primeiros contatos com o campo tinha sido precipitada. A explicação era muito mais simples do que imaginei: o regente precisava apenas de algum tempo para gravar os nomes, como qualquer professor em sala de aula. Vale mencionar que os alunos de bacharelado devem cursar a disciplina “práticas de orquestra” todos os semestres, acarretando, assim, uma certa continuidade com o professor, que se mantém o mesmo ao longo dos semestres.

Outro episódio merece destaque. Nas primeiras idas ao campo, o *spalla* me pareceu gozar de prestígio junto aos colegas e mesmo com o maestro. Era a única pessoa chamada pelo nome na ocasião. À medida que fiz outras incursões, essa interpretação começou a mudar, e percebi uma relação hostil entre os colegas e o primeiro violinista.

Para explicar porque o *spalla* me pareceu rígido, menciono algo que observei durante uma das visitas ao campo. Antes do ensaio começar, cabe ao *spalla* checar a afinação dos instrumentos com os músicos. Estes, por sua vez, costumam esperar o início do ensaio tocando trechos aleatórios de músicas que serão executadas, enquanto alguns outros conversam, ou alternam entre uma ou outra destas atividades. Desejando interromper estas atividades para dar início à checagem da afinação dos instrumentos, o *spalla*, em tom elevado e ascendente exclamou “gente, gente, silêncio! ”. O maestro não empregou, em nenhuma ocasião, o mesmo tom de voz, e geralmente, para sinalizar que precisa de silêncio, olha para a fonte do “barulho” e usa a expressão “obrigado”. Os músicos, em geral, entendem que isto é um pedido de silêncio, interrompem o que estão fazendo e se concentram no maestro.

Em outra ocasião, o *spalla* interrompeu o maestro no meio de sua fala, enquanto instruía para os músicos. Ora, interromper o maestro numa situação como esta não é nada usual; aliás, os músicos falam bem pouco e se precisarem falar, normalmente respeitarão o turno de fala do maestro, esperando que este conclua sua instrução. O comportamento do *spalla* quebrou esse protocolo; contudo, o maestro reagiu solicitando “um minutinho por gentileza”, continuou sua instrução, e ao final perguntou o que o violinista desejava falar.

Num outro dia, enquanto o maestro, o aluno de regência e eu nos dirigíamos para a saída da universidade, o aluno introduz uma conversa sobre o *spalla*, classificando-o como “sem noção”, pois este cobrara, de forma grosseira, a afinação do instrumento de uma musicista que nem mesmo estava matriculada na disciplina. A menina ingressaria como caloura no próximo semestre, e participava da orquestra para se familiarizar com o ambiente.



O maestro concordou que o *spalla* era rude e disse que o mesmo era filho de um grande flautista, cujo temperamento lembrava o do filho. O maestro argumentou que o *spalla*, apesar de ainda ser um estudante universitário, já tocava como profissional na orquestra do Theatro Municipal, pois, segundo o maestro, existem muitas oportunidades de trabalho para instrumentos de corda, diferentemente da flauta, instrumento no qual o maestro é formado.

O regente fechou sua explanação afirmando que, para ele, este músico, o primeiro violino, nunca ocuparia uma posição de *spalla* em uma orquestra profissional, devido ao jeito arrogante, que não demonstra humildade e não tenta melhorar. Ainda segundo o maestro, pessoas com o perfil do músico cultivariam tantos desafetos que complicaria a atuação enquanto *spalla*, posto de suma importância dentro de uma orquestra por ser o primeiro violino um representante dos músicos, um intermediário entre maestro e instrumentistas.

Mesmo com a surpresa de conhecer um *spalla* autoritário e rude no trato com os colegas de profissão e um regente que cumprimenta seus alunos com apertos de mão, abraços e tapinhas nas costas, que sorri frequentemente, que fala de um modo amistoso, enfim, quase uma antítese do que idealizava, percebi um deslizamento, algumas falas cujo imperativo seria controlar a orquestra. Tais discursos eram proferidos sempre na aula de regência.

### **As aulas de regência**

Na aula de regência não havia nenhum músico presente, pois apenas um aluno do curso de regência, o professor/maestro e eu, participamos dessa aula. Incluo-me como participante pois, diferentemente do ensaio da orquestra de alunos, local no qual deveria me limitar à condição de observadora, na aula de regência há espaço para exercer também o papel de participante. É certo que minha participação se modifica conforme o avançar do tempo, pois, no início sentia constrangimento e optava por não falar nada, apenas conversava brevemente com o maestro ou o aluno antes ou depois das aulas.

Depois de algumas idas ao campo, comecei a participar mais, especialmente se o tópico em discussão fosse compreensível para um leigo. Nesse ponto também percebo um afastamento entre os campos da Música, a Memória Social e as Ciências Sociais. A área musical é pautada fortemente pela necessidade da técnica, da execução com maestria, tendo a teoria uma função de embasar/aprimorar a técnica. Essa observação resulta não só da observação das aulas de regência, mas também de conversas durante o trabalho de campo na escola de música. Em mais

de uma ocasião, foram-me ditas frases tais como “músico gosta mesmo é de tocar”, “quero fazer uma pós-graduação apenas se for para aperfeiçoar a minha técnica”, entre outros argumentos que ressaltavam a importância do “tocar”, a ponto da performance aparecer enquanto categoria nativa. Mas nas Ciências Humanas, incluindo aí a Memória Social e as Ciências Sociais, apesar da possibilidade de trabalhos empíricos, estamos sempre embasados pela teoria, sendo esta fundamental desde o planejamento de nossos projetos de pesquisa até a escrita, desenvolvimento, e finalização dos mesmos.

Esse embate performance *versus* teoria (excluindo aquela teoria posta a serviço do tocar), dificulta o trabalho de campo, pois como mencionei aluno e professor de regência dedicam muita atenção à técnica. Nenhuma leitura é passada para o aluno, pois as lições são sempre a apresentação da regência sobre uma partitura estudada previamente pelo aluno. Essa ênfase na prática em detrimento da leitura ficou ainda mais evidente quando, em uma aula de regência, o maestro disse algo que remeteu-me a uma passagem de um texto de Adorno<sup>6</sup>, e referindo que tinha lido exatamente aquilo que o maestro explicara para o aluno. No final da aula mostrei a passagem no livro para o maestro, que não conhecia nem o texto nem o autor, apesar de ter demonstrado bastante interesse.

Outra questão sugerida pela oposição performance, inerente a área musical, e teoria, marcante tanto na Memória Social quanto nas Ciências Sociais, diz respeito a um certo incômodo com a minha presença no campo. Em uma de minhas incurssões um músico me perguntara “o que tanto você anota”, e pediu para que eu lesse uma passagem do meu diário de campo de forma a saciar sua curiosidade. O próprio aluno de regência já fez piada em algumas ocasiões com relação a prática de anotações no diário, e me perguntou se já havia escrito alguma coisa. Quando disse que já tinha quarenta páginas digitadas ele ficou bastante surpreso, e brincou que não entendia como eu conseguia escrever tanto sobre as aulas.

Tais exemplos demonstram visões sobre a aquisição de conhecimento distintas. De um lado a pesquisadora, cujo pilar é o conhecimento teórico, recorrendo a anotações e sempre folheando livros, e, do outro lado, os pesquisados, tendo como base a performance e o conhecimento teórico musical, sempre portando seus instrumentos e partituras e executando trechos e notas a todos instante. As práticas sociais que orientam pesquisadora e pesquisados no que tange aos seus ofícios – seja de pesquisar, seja de tocar, são forjadas a partir de conjuntos distintos de saber-fazer, com convenções sociais diversas. Tais complexidades devem ser

---

<sup>6</sup> Cf. Adorno, 2011.



observadas e relativizadas ao realizarmos pesquisas interdisciplinares

Nossa sociedade é marcada pela discursividade, e todos nós construímos e somos construídos por meio do discurso, já que somos atravessados por concepções inerentes ao mundo social em que vivemos, fruto de nosso processo de socialização ao longo de nossas trajetórias. Mesmo que o maestro observado por mim não correspondesse à imagem do “mito do maestro” (LEBRECHT, 2002), o músico em algumas ocasiões era construído discursivamente pelo professor e seu aprendiz como alguém que precisa ser incentivado, guiado, pois sozinho não atingiria uma execução satisfatória.

O mestre explicou ao aluno de regência, certo dia, que “maestro não rege solista”, pois solistas são músicos experientes que dificilmente errarão. O professor complementa, explicando qual seria a grande preocupação do maestro:

O que a gente rege é acompanhamento, pois os músicos têm a tendência de tocar de forma neutra. O que vai te diferenciar de outros maestros são minúcias, nuanças. Você deve descobrir o que há de especial. Nossa função é procurar tesouros na partitura (professor de regência. Notas de campo, novembro de 2013).

Essa fala do professor apresenta o maestro como um “autêntico artista” (BECKER, 2010, p.39), enquanto os músicos são posicionados como tutelados que necessitam de alguém que faça a música soar de modo verdadeiramente artístico, e não de “forma neutra”. O maestro, nessa perspectiva, seria o diferencial entre uma música com e sem emoção, e o músico, uma espécie de artista em potencial, que não cria sozinho, que necessita ser regulado e incentivado. Cabe aqui ressaltar que se tratam de ideias construídas colaborativamente entre professor e aluno, o primeiro um profissional da área e o segundo, embora trombonista de formação, se prepara para exercer a profissão de regente. Tais ideias não representam o que penso, mas são inferências que escrevo a partir dos argumentos dos atores, objetivando trazer uma visão êmica, fornecida por aqueles que integrem de fato os mundos da arte.

O fato de o regente se perceber como o artista autêntico e conceber os músicos como “artistas em potencial” sugere um ponto nevrálgico da relação maestro e músico, pois os músicos também se consideram artistas autênticos. Acredito que o posto de comando do regente e a crença de que ele seria o verdadeiro artista ajudariam a sustentar a ideia da “grande regência” comumente apresentada na mídia<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo em que esse ideário do grande

<sup>7</sup> No livro *O mito do maestro*, Cf. (Lebrechet, 2002), o autor afirma que o maestro Toscanini nunca recebera uma crítica negativa durante toda a sua carreira. O primeiro posicionamento não elogioso ao maestro seria publicado apenas 30 anos após sua morte.



regente pode resultar na diferenciação de uma obra, que adquire coloridos próprios de acordo com aquele que conduz a batuta, o maestro também controla o impulso criativo do músico. Em outros termos, ele contribui para uma imitação inventiva ao imprimir sua marca a uma obra, mas assume concomitantemente uma função disciplinadora que controla a imitação-criação do músico.

Essas características, que ajudam a formar o *ethos* do regente, tornam-se evidentes a partir de alguns enunciados que anotei durante as interações entre educador e educando, como, por exemplo, quando o professor fala para seu aluno de regência que o bom espetáculo “depende da gente” e “você é a música”. Como também em enunciados do aluno, ao incorporar o discurso do mestre ao dizer que “a orquestra é o reflexo do maestro”, o sugere a dimensão da força do mito do maestro (LEBRECHET, 2002). Basta pensarmos que uma orquestra é composta por sessenta a noventa músicos e o maestro sozinho é o responsável por encarnar a alma de toda a orquestra.

Presenciei uma cena durante o ensaio da orquestra experimental de alunos na qual acredito que a função disciplinadora do maestro fique mais clara. Um dos primeiros violinos sugeriu que um determinado trecho fosse tocado de maneira diferente, de forma a não encobrir a cantora, a quem a orquestra acompanhava, pois se tratava de um trecho de uma ópera. A cantora concordara com a fala da instrumentista, pois balançou a cabeça indicando aprovação, mas o maestro disse apenas que “de fato a solista não pode ser encoberta” e solicitou que a orquestra prosseguisse o ensaio, sem incorporar a sugestão feita pelo músico. Depois de ouvir o trecho ser executado, o maestro reconheceu que a colocação do violinista era pertinente, e pediu que a orquestra procedesse conforme a sugestão do músico.

O curioso foi que após a sugestão do músico o maestro ficou alguns segundos em silêncio, e mesmo concordando com o princípio proposto só coloca a sugestão dada pelo músico em prática depois de recusá-la de imediato. Foi preciso algum tempo para que o regente aceitasse a contribuição do violinista.

Algo semelhante ocorrera durante a aula de regência. O aluno mencionou um determinado recurso técnico que aprendera na aula de harmonia e o maestro não levou em consideração a fala do aluno no ato. Apenas alguns segundos depois, quando o professor já mudara de assunto, foi quando ele retomou o tema dizendo que não conhecia tal recurso e tinha curiosidade para saber seu significado. O *modo operandi* foi similar ao do caso da sugestão do violinista. Ao receber alguma contribuição dos músicos, o regente é retirado momentaneamente



de seu papel diretivo e se percebe em uma situação de desconforto, sendo necessário algum tempo para assimilar e responder ao músico.

A ideia do grande regente como aquele que transforma a música efetivamente em arte, “que dá caráter à música”, como o professor explicou ao seu aluno durante uma aula, reforçaria a questão disciplinar associada à profissão, habitando seu imaginário. Porém, a maioria dos músicos não se percebe como meros *performers*, apesar de encarado pelo regente enquanto tal. Mesmo um regente como o que observei, cujas ideias não se coadunam com a crença do regente autoritário, é influenciado por esses tabus<sup>8</sup> acerca da regência, que surgem, mesmo que de forma discreta, no discurso do maestro durante suas aulas.

Com o relato da tese, desde o planejamento até o presente momento, objetivamos problematizar desafios e questões fulcrais a serem consideradas durante a realização de uma pesquisa interdisciplinar, além de ressaltar a importância de um trabalho cada vez mais artesanal, já que ao lidar com interdisciplinaridade precisamos promover atravessamentos entre distintos campos do saber.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Regente e orquestra: aspectos sociopsicológicos In ADORNO, Theodor, *Introdução à Sociologia da Música* (trad.) Fernando R. De Moraes Bastos. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. Tabus acerca do magistério In: \_\_\_\_\_ *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.95 - 117.

BECKER, Howard. Mundos da arte e actividade Coletiva In; *Mundos da Arte*. Trad. Luis San Payo. Rio de Janeiro: Zahar, p.27-57, 2010.

CAMPOS, Tamara. *Saindo do compasso: um estudo de caso sobre a demissão em massa dos músicos da Orquestra Sinfônica Brasileira e a gestão da comunicação interna na crise*. Rio de Janeiro: Candido Mendes (AVM), 2011. Disponível em: [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K220010.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K220010.pdf)

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades

<sup>8</sup> Entendemos o termo tabu como um ideário perpetuado na área musical que permite aos regentes cultivar pré-conceitos com relação aos músicos, acreditando que estes não sejam “artistas autênticos”. Podem existir também preconceitos da plateia ou crítica, que encararia o músico como um artista de menor importância comparado ao “grande regente”, ou do próprio músico para consigo, por considerar no regente o “verdadeiro artista” e não enxergar isso em si próprio. O maestro também pode ser vítima de preconceito, ao ser classificado, por exemplo, como medíocre por não encarnar a tipificação do grande regente. Tais pré-conceitos psicológicos e sociais “retroagem sobre a realidade, convertendo-se em forças reais<sup>8</sup>” (Adorno, 1995). É uma tema que optamos por não trabalhar a fundo no presente artigo, mas que pretendemos estender na tese.

e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n.31, jan/abr.2006.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23 -35.

GLESNE, Corrine. Being there: developing understanding through participant observation. In: *Becoming qualitative researchers*. New York: Longman; 43-63, 1999.

\_\_\_\_\_. The personal dimension: rapport and subjectivity. In: *Becoming qualitative researchers*. New York: Longman; 95-112, 1999.

\_\_\_\_\_. Writing your story: What your data say. In: *Becoming qualitative researchers*. New York: Longman; 155-174, 1999.

GOFFMAN, Erving A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social In: *O que é Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

JAMES CLAVELL. *Ao mestre com carinho*. Direção James Clavell. Roteiro de James Clavell. Inglaterra: Columbia Pictures Corporation, 1967. (105 minutos), DVD, son; color; legendado.

PORTO, Henrique. Músicos demitidos elaboram contraproposta para voltar a OSB In G1. Disponível *Em*:

<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2011/04/musicos-demitidos-elaboram-contraproposta-para-voltar-osb.html>, 10 de julho de 2010.

LAPLANTINE. François. As condições de produção Social do Discurso Antropológico. In: *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.137-138.

LEBRECHET, Norman. *O mito do maestro: grandes regentes em busca de poder*. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REED-DANAHAY, Deborah (org). *Auto/Ethnography: Rewriting the self and the social*. Oxford, New York: Berg, 1997.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinariedade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. *Interdisciplinariedade em Ciência e Tecnologia & Inovação*. Arlindo Philippi Jr. Anotio Silveira Neto (orgs) Manole: SP, 2011 , 69-105.

RENZO ROSSELLINI. *Ensaio de orquestra*. Direção Federico Fellini. Roteiro de Brunello Rondi e Federico Fellini Itália, França e Alemanha: Radiotelevisione Italiana, Daimo Cinematografica, Albatros Produktion, 1978. (70 minutos), DVD, son; color, legendado.

VERSIANI, Daniela. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras: 2005.

WHYTE, William. Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 283-363, 2005.



## EL SISTEMA FAXINAL EN LA REGIÓN CENTRO–SUR DEL PARANÁ: UNA REVISIÓN A SU HISTORIA CON UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL

130

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal  
 Profesor del Programa de Pos Graduación Interdisciplinar en Desarrollo Comunitario (PPGDC) - Universidade  
 Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.  
[gonzaga@unicentro.br](mailto:gonzaga@unicentro.br)

CAMPOS, Roger Alexis Solis  
 Estudante del Programa de Pos Graduación Interdisciplinar en Desarrollo Comunitario (PPGDC)  
 Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR. Programa de Alianças para a Educação e a  
 Capacitação da OEA e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Bolsista CAPES/Demanda Social.  
[rasc\\_02@hotmail.com](mailto:rasc_02@hotmail.com)

FUJINAGA, Cristina Ide  
 Profesor del Programa de Pos Graduación Interdisciplinar en Desarrollo Comunitario (PPGDC) - Universidade  
 Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.  
[cifujinaga@gmail.com](mailto:cifujinaga@gmail.com)

### RESUMO

O faxinal é um sistema agrosilvopastoril que está localizado nos Estados da Região Sul do Brasil. Esse sistema é considerado por muitos pesquisadores como um sistema de produção, no entanto, acreditamos que apenas defini-lo assim é muito pouco, diante da real importância do seu valor histórico e cultural. Analisamos estudos que nos permitiram conhecer e definir o que é o sistema faxinal, bem como ser capaz de saber quais são suas origens e situação atual. Ademais, apresentamos duas abordagens para pesquisar esses recursos, da interculturalidade e da interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade porque nos permitiram ver o sistema faxinal sob outras perspectivas; o multiculturalismo porque permite focar o faxinal como cultura que é e não apenas como um sistema de produção. O objetivo deste artigo é contribuir para a reflexão sobre o sistema faxinal como um todo, ou seja, como um sistema de produção onde existem pessoas que estão imersos nesse sistema. Esta pesquisa teve apoio da CAPES e da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNICENTRO.

**Palavras-chaves:** Sistema Faxinal, interdisciplinaridade, interculturalidade.

### ABSTRACT

The faxinal system is an agro forestry system that exists at the Brazilian Southern States. This system is considered by researchers as a productive system, but we think that this definition subtracts its historical and socio cultural relevance. In this article we revise diverse studies that allows us to define what faxinal system is, to know its origins, and its present situation. Also, we introduced two approaches: interculturality and interdisciplinarity. The interdisciplinarity because it allow to approach the faxinal system from other perspective; the interculturality because allow to focus the faxinal as a culture as it is and not only as a productive system. The aim of this article is to contribute on the reflection of faxinal system as a whole, that means, as a productive system where the individuals lives are immersed in. We think that it is the way to come across ana more comprehensive concept of faxinal system, according to its diversity and functional logic. This research was accomplished with support of CAPES and UNICENTRO Research Coordination.

**Key-words:** Faxinal System, interdisciplinarity, interculturality.



## INTRODUCCIÓN

El presente trabajo pretende hacer un estudio sobre el Sistema Faxinal desde la óptica de la interdisciplinariedad y de la interculturalidad para explicarlo. Hemos elegidos estas dos visiones porque creemos que son elementos importantes que tiene que tener los trabajos de investigación en la actualidad en relación al estudio de comunidades o actores sociales con la finalidad de poder crear e innovar una nueva visión sobre los faxinales y lo que ellos envuelven.

Como se sabe, las investigaciones son actividades básicas que se hacen en nombre de la ciencia para hacer un ejercicio de indagación para luego poder intentar construir la realidad para luego producir un conocimiento que contribuya a entenderla. Esta idea inicial se sustenta en lo dicho por Munhoz y Olivera Jr. (2009 p. 18), cuando hablan de la interdisciplinariedad y su importancia en el mundo académico y científico, que “[...] hablar en interdisciplinariedad y de la contribución que estudios/investigaciones disciplinares pueden traer en términos de avances en el proceso de la construcción del conocimiento parece indiscutible”.

Así mismo, Munhoz y Olivera Jr. (2009) van más allá sobre la importancia de la interdisciplinariedad que posibilita la diversidad de perspectivas al analizar un objeto de estudio, es decir que se da un dialogo entre diversos campos para poder entender lo que se está estudiando.

“Más allá de la navegación del investigador por diferentes campos del conocimiento, implica la disposición de sujetos concretos, representantes de diferentes culturas profesionales, para el diálogo entre miradas diferentes sobre un mismo objeto de estudio” (MUNHOZ y OLIVERA JR., 2009 p. 18).

En el estudio del Sistema Faxinal, según Föetsch y Rhinow, existen varias investigaciones, académicas e institucionales, que solo lo asocian únicamente como un modo de producción y no se han enfocado en entender al pueblo faxinalense como una expresión cultural distinta, con diversas realidades y tradiciones propias presentes en cada faxinal y que buscan ser reconocidos como comunidades tradicionales con la finalidad de ser legitimados por el Estado.

Como hemos visto, usualmente se les suele minimizar por estar alejadas de nuestra visión de comprender la realidad que está influenciada en una tradición europea-occidental. Además, esto se puede convalidar, como sostiene Santos (2010, p.87), porque “existe un arraigado prejuicio etnocentrista” proveniente desde la colonia. El mismo autor sostiene que el “[...] prejuicio colonial-etnocentrista es muy fuerte, opera en detrimento de las culturas tradicionales ya sean indígenas, afroamericanas o contra las tradiciones de pensamientos mestizas de los pueblos latinoamericanos”.



Para evitar esos prejuicios antes señalados es necesario reconocer el carácter y la tradición que envuelve el sistema Faxinal y para ello es necesario apoyarnos en la interculturalidad, la cual nos permitirá interrelacionarnos con la cultura que envuelve a los faxinales a través del dialogo generando una imagen que sería, como señala Panikkar (2002 p. 28), “[...] de dos dialogantes que se escuchan el uno al otro. Y se escuchan para intentar entender lo que la otra persona está diciendo y, sobre todo, lo que quiere decir”. En otras palabras, comprender y respetar la cultura del otro desde nuestro punto de vista.

Es así como creemos que el presente estudio acerca del sistema faxinales difiere de los otros al tener un enfoque interdisciplinar e intercultural al no sólo enfocarse en ellos como un medio de producción, sino también el enfocarse en el actor social que, según los autores Föetsch y Rhinow (2010, p. 76), es “[...] responsable por la creación, desarrollo y continuidad del mismo y no siempre es considerado como elemento determinante en la estructura”.

El objetivo de desarrollar este trabajo aparte de lo señalado anteriormente es el ayudar a definir el Sistema Faxinal usando estos dos enfoques para contribuir en ser entendido como una comunidad tradicional y con ello ayudar a su manutención e permanencia en los tiempo donde la globalización y algunas políticas estatales han generado cambios que, en algunos casos, los ha llevado a su extinción.

## ¿QUÉ ES UN FAXINAL?

Empezamos este trabajo haciéndonos una pregunta sencilla; sin embargo importante, ¿qué son los faxinales? Creemos que es importante, para la comprensión de lo que es el sistema faxinal.

El Sistema Faxinal surgió entre el final del siglo XIX e inicio del siglo XX, siendo la única experiencia de criar a los animales comunitariamente en el Brasil.

Mucho se ha escrito sobre este tema, teniendo como resultado muchas definiciones de lo que es el faxinal. Para ayudarnos en la definición hemos escogido cuatro interpretaciones de las diversas que existen sobre el tema y presentamos a continuación:

Para Carvalho (1984), un faxinal es igual al criadero comunitario, que

“[...] es una forma habitual de organización que se establece entre propietarios de la tierra para su utilización comunal, teniendo en cuenta la cría de animales. La área de un criadero comunitario es constituida por varias parcelas de tierras de distintos propietarios, formando, unas al lado de las otras, un espacio continuo.”  
 (CARVALHO, 1984, *apud* MARQUEZ, 2005)





Por su vez, Souza (2001), *apud* MARQUEZ (2005), diferencia el criadero comunitario del faxinal:

“[...] criadero comunitario es un espacio físico constituido, tiendo por base una relación social cuya finalidad es la organización comunitaria. Ya el faxinal es un espacio físico natural existente en el interior del criadero cuya delimitación es determinada por la presencia de especies vegetales de relevante interés económico, como también por la disponibilidad de forrajes nativos que atendían al ganado que se mantiene en el sistema.” (SOUZA, 2001, *apud* MARQUEZ, 2005)

Según Chang (1985), un faxinal es

“[...] un sistema de producción familiar que se presenta los siguientes componentes: la producción animal – cría de animales domésticos, tanto para o trabajo, como para el consumo propio, en la técnica “al desatado” en criaderos comunes, destacándose los equinos, cerdos, caprinos y las aves domésticas; la policultura alimenticia – cultivos de subsistencia circundante al criadero, destacándose el maíz, frejol, arroz, papa y la cebolla y; la colecta de la hierba-mate – el mate nativo se desarrolla dentro del criadero y es colectado durante el invierno, desempeñando el papel de renta complementaria, tanto para el propietario en la venta del producto, como para los empleados en la remuneración de su fuerza de trabajo. Lo que hace al Sistema Faxinal un caso único es su forma de organización. Él se distingue de las demás formas campesinas de producción en el Brasil por su carácter colectivo en el uso de la tierra para la producción animal. La demanda de lo comunitario es incorporado, en este sistema, en forma del criadero común.” (CHANG, 1985, *apud* MARQUEZ, 2005)

Además, MARQUEZ (2005) cita, también, la definición legal descrita en el párrafo 1º, del Art. 1º, del Decreto Estadual nº 3.446/97, donde así conceptúa el Sistema Faxinal como

“[...] el sistema de producción campesina tradicional, característico de la región Centro-Sul del Paraná, que tiene como característica importante el uso colectivo de la tierra para la producción animal y la conservación ambiental. Fundamentándose en la integración de tres componentes: a) producción animal colectiva, al desatado, a través de los criaderos comunitarios; b) producción agrícola – policultura alimenticia de subsistencia para consumo y comercialización; c) extracción forestal de bajo impacto – manejo de hierba mate, araucaria y otras especies nativas.” (PARANA, 1997)

Para Soares (2012), faxinal es una comunidad tradicional donde

“[...] la forma de uso del suelo se estructura con una división clara entre las ‘tierras de crear’, con uso comunal, y las ‘tierras de plantar’ con uso familiar. En las ‘tierras de crear’ está situado el núcleo de la comunidad, donde se presentan aspectos peculiares en lo que dice respecto a los estándares del poblamiento que se refieren a la distribución de las residencias y a los elementos del uso colectivo.” (SOARES, 2012, p.17)

Basados en las citaciones anteriores y en observaciones a campo, podemos decir que el Sistema Faxinal es una organización campesina con características particulares que le permite ser auto-sostenible y que contribuye con la protección del medio ambiente. Sin embargo, en nuestros



días viene sufriendo una desagregación que lo está llevando a su desaparición en la mayoría de lugares donde estaban presentes.

Como señalamos líneas arriba la mayoría de investigaciones se han centrado en definir a los faxinales como un mero sistema de producción y no lo muestran como una comunidad que tiene una identidad colectiva, con un actor social que creó y mantiene su existencia hasta nuestros días. Reflexionar sobre ello podría contribuir en que el sistema faxinal sea considerado como una organización tradicional y lograr su anhelada legitimización frente al estado.

134

## ORGANIZACIÓN INTERNA DE UN FAXINAL

Ya habiendo definido lo que es un faxinal abordaremos, a continuación, como es su organización interna para poder comprender la tradición que ella envuelve y como ésta ha logrado construir una estructura que (a pesar de los cambios que han sufrido hasta llevarlos en algunos casos a la extinción) han logrado mantenerse; o, en mi opinión, adecuarse a los tiempos actuales.

Existen varias teorías sobre el origen del sistema faxinal. Algunos señalan que se originaron de la inmigración de colonos europeos: ucranianos, poloneses, alemanes, portugueses y españoles; de este último grupo, los jesuitas y sus reducciones presentan características similares. Otros autores señalan que el desplazamiento interno de personas motivados por la decadencia del ciclo del oro y búsqueda de tierras para sus ganados, encontraron en la región centro-sur la hierba mate y un clima favorable donde los nuevos moradores reproducían la tradición de la cría suelta y el cercamiento de las áreas.

Encontramos en los faxinales dos zonas bien diferenciadas como lo señala Chang (2000) a continuación:

“El sistema faxinal divídase conforme a su uso en dos grandes grupos de tierra: las tierras de crianza y las tierras de plantar. Las tierras de crianza son cercadas a lo largo de su perímetro formando el criadero comunitario, que es constituido por propiedades privadas y contiguas colocadas en uso común. Las áreas de cultivo o de plantación son también propiedades privadas, y aunque también contiguas, su usufructo es privado” (CHANG, 2000, p. 8).

Asimismo, existen unos mecanismos internos para el funcionamiento del faxinal que está basado en la construcción y manutención de las cercas del criadero común que es el principal factor generador de las normas, que según Chang:

“A ese conjunto de normas le llamamos de sociología de las cercas [...] hay algunos puntos de gran relevancia en la “sociología de las cercas”, tales como:



- Carácter democrático de las deliberaciones – donde la opinión de la mayoría debe siempre prevalecer;
- Las conversaciones sobre cerca de ley – lo que viene a ser una cerca de ley, cuales son las contribuciones de cada uno, cuales las responsabilidades, los castigos, y la capacidad de barrera de las cercas. Pues, solo son consideradas en, “Sistema Faxinal”, cercas de ley aquellas capaces de vedar animales de cualquier porte.” (CHANG, 2000, p. 11)

Encontramos que esas normas se basan en el principio comunitario de derechos y obligaciones de los faxinalenses a través de la experiencia solidaria, donde las contribuciones de los miembros son flexibles. Chang (2000, p.11) nos lo señala así: “[...] donde todos tienen el mismo derecho desde que participan de alguna forma de las obligaciones.”

135

Estas características podríamos decir que se encuentran presente en todos los faxinales; sin embargo cada uno de estos, a su vez, tienen características propias ya sean del tipo religioso, festivo y laboral. Es decir, el sistema faxinal congrega una gran diversidad y variedad de realidades que hace a cada uno de una manera particular que imposibilita definirlos como una cultura propia y singular. Para Föetsch e Rhinow (2010, p. 76) es necesario “Probar que son portadores de características destacables bajo el punto de vista de la tradicionalidad. Tradicionalidad esta, que no puede más ser asociada a una característica étnica específica, ni tan poco ser reducido a un modo de producción”

Como acabamos de ver el sistema faxinal debería ser considerado en su conjunto tanto como por el uso territorial de un espacio físico como por el actor social que se ve envuelto en el desarrollo de este sistema basado en una relación hombre/tierra. Viéndolo desde este punto de vista, podríamos señalar que el sistema faxinal es una comunidad tradicional. Comunidad porque, como señala Heller (2004):

“La comunidad es una unidad estructurada, organizada, de grupos, que dispone de una jerarquía homogénea de valores y a la cual el individuo pertenece necesariamente; esa necesidad puede transcurrir del hecho de “estar lanzado” en ella al nacer, caso en que la comunidad promueve posteriormente la formación de la individualidad, o de una elección relativamente autónoma del individuo ya desarrollado”. (HELLER, 2004)

Tradicional porque sus miembros promueven y conservan una cultura viva llena de tradiciones que se manifiestan a través del criadero común, la utilización de las cercas, las festividades religiosas - sociales y el “puxirão” (que es una especie de servicio comunitario vecinal de ayuda mutua para la realización de un trabajo dentro de la comunidad) radicando aquí su importancia histórica y sociocultural. Es ahora tarea del estado el lograr legitimarlas y salvaguardadas como un patrimonio de la región para evitar su extensión.



## LA SITUACIÓN ACTUAL DE LOS FAXINALES

La situación actual de los faxinales, según Toledo (2008, p.117), “[...] se encuentra, actualmente, en una grave crisis que está llevando a esa organización a la extinción, restando pocas comunidades que todavía resisten en la manutención de sus costumbres”.

En la actualidad, los faxinales se han visto influenciados por diversos factores, los cuales han contribuido en su declive. Tulio (2004, p 23) destaca algunos “[...]factores del proceso de desagregación del Sistema Faxinal, la modernización de la agricultura, la legislación, la migración de agricultores gauchos, o agotamiento de recursos naturales, la desforestación”.

Estos cambios afectaron en gran medida a los faxinales llevándolos incluso a desaparecer, pero creemos que el factor que tuvo mayor influencia fue el envolverlos en el concepto de progreso. Rupp y Martins (2004) señalan que:

“El progreso al cual nos referimos es bueno apenas para los que se consiguen mecanizar. Para muchos faxinales no hay progreso, porque se ven delante de muchos problemas: la vida dejó de ser tranquila. La agricultura mecanizada es elitista y, por eso, es adecuada a las grandes propiedades, alejándose de las características de los faxinales, en los cuales predominan las pequeñas propiedades, basadas en la agricultura de subsistencia y en la mano-de-obra familiar”. (RUPP Y MARTINS, 2004, p. 94)

Como observamos, se viene desarrollando una oposición entre dos culturas. Una basada en el raciocinio europeo-occidental que determina lo que es correcto en cuestiones como por ejemplo el modelo económico. La otra, es el modelo faxinal, que no cumple con los requisitos planteados por la globalización a través de lo que creemos que es moderno ya que se contraponer con la concepción más humanística que encierra el modelo del faxinal. Es decir, en el sistema faxinal predomina lo colectivo y la relación tierra/hombre lo que no es comprensible para nuestra sociedad influenciada por la globalización.

Para poder desarrollar la importancia sociocultural de los faxinales en esta región del Paraná es importante poder entenderlos como una cultura diferente que maneja una perspectiva propia de lo que es la realidad. Para entender ello Duarte Jr. (1998) nos dice:

“Todos tenemos consciencia, de una manera u otra, de que el mundo presenta realidades múltiples, esto es, que hay zonas distintas de significación. Frecuentemente pasamos de una a otra de esas realidades y sabemos que cada una de ellas nos exige una forma específica de pensamiento y acción, que cada una dice ser vivida de manera peculiar”. (DUARTE JR., 1998 p.28-29)



En las sociedades modernas, la cultura faxinal no es fácilmente comprensible y para poder analizarlas muchas veces se recurre a especialistas para que nos digan quien puede explicar tal realidad. Si la investigación fuese elaborada con un enfoque interdisciplinar se podría prescindir de ello.

Sin embargo entendemos que los faxinales han subsistido a lo largo de los años porque han construido su cultura en base a la perspectiva que ellos han tenido de la realidad. Para entender esta construcción, Duarte Jr. (1998 p. 36) nos dice que “[...] la construcción de la realidad es un proceso fundamentalmente social: son comunidades humanas que producen el conocimiento que necesitan, distribuyéndolo entre sus miembros y así, edifican su realidad”.

Los faxinales han ido desarrollando su estructura social basándose en la imposición de patrones que realizan los individuos a la hora de interactuar, por ejemplo la utilización de las cercas o las labores comunales, que se da en el cotidiano. Con ello estaríamos hablando que se estaría dando la institucionalización y esta viene acompañada de normas para funcionamiento adecuado, es decir la legitimización del sistema faxinal entre sus miembros.

Ahora bien, como vemos la cultura faxinal tiene una visión de cómo es la realidad que difiere de la nuestra. Ese confronto ha llevado, en algunos casos, a los faxinales a desaparecer debido a que los inmigrantes, sean estos gauchos o europeos, no han entendido el funcionamiento del sistema faxinal. Ellos han seguido una lógica de imposición de su cultura, como lo señala Santos (2010 p. 87), ya que “[...] en definitiva, de acuerdo a la concepción dominante, no existe racionalidad fuera de occidente.”

En otras palabras, la globalización, la tecnificación del sistema agrario y las presiones existentes desde fuera del faxinal han buscado desaparecerlas en nombre del progreso y el desarrollo.

Para poder entender mejor lo que es la realidad vista desde el punto de vista cultural, es necesario pedirle ayuda a la filosofía; puesto que frecuentemente aquellos que se dedican a estudiar las ciencias humanas usan el término realidad sin un conocimiento profundo de dicho concepto, según Duarte Jr. (1998, p. 100), “[...] es preciso comprender todo el mecanismo social y cultural que la palabra tiene atrás de si, a fin de evitarse errores groseros y, lo que es peor, violencias contra o propio hombre”.

En el caso del sistema faxinal al parecer se le ha estudiado siguiendo patrones occidentales para poder definirlo, siguiendo lógicas inmersas en el sistema global que vivimos y con ello no



poder comprender el proceso de cambio que están viviendo los faxinales. Algunos estudiosos hablan de una desagregación o extinción del sistema puesto que se han dado casos en algunos municipios; sin embargo creemos que los faxinalenses se viene adecuando a los nuevos tiempos, buscando la legitimización, buscando apoyo en las organizaciones no gubernamentales pero sin renunciar a su esencia colectivo-comunitaria, a su relación tierra/hombre ni a sus tradiciones.

## IMPORTANCIA ECOLÓGICA DE LOS FAXINALES

Hemos venido resaltando la concordancia que existe entre los faxinalense y la tierra; y como esta relación ha ayudado a conserva el medio ambiente que rodea a este tipo de comunidades; pero, ¿es realmente importante los faxinales para la ecología?. Nosotros por lo que hemos revisado creemos que sí. La razón está en cómo ellos usan la tierra.

Albuquerque (2000), investigando este tema escribió:

“La forma de producción del Sistema Faxinal concilia las actividades de subsistencia familia con las actividades agrosilvopastoriles y la conservación ambiental incluyendo la protección de la *Araucaria angustifolia* (pino-del-paraná) que juntamente con la hierba mate caracterizan la vegetación local (Bosque Umbrófilo Mixto) hoy con remanentes extremadamente amenazados”. (ALBUQUERQUE, 2000, p.1)

Su importancia ha sido reconocida por el Gobierno del Estado de Paraná, como señala Albuquerque (2000, p.1), diciendo que “[...] se trata de una experiencia auto-sostenible de gran importancia ecológica socio-cultural e histórica de la región, constituyendo una parte significativa de la cobertura forestal remanente del Estado”.

Si bien los faxinalenses trabajan la tierra, esta forma de trabajarla está muy ligada a un cuidado ecológico, respetando el ciclo de la tierra. En referencia a esto, Albuquerque (2000) citando Machado (1992), escribió que en el Sistema Faxinal se utiliza una práctica de recuperación de la fertilidad del suelo, el control de la erosión y el manejo de plantas invasoras, conocida como el barbecho.

Es más, Chang (1988), apud Albuquerque (2000, p. 15), hace un gran rescate al citar que “[...] el sistema Faxinal, según, es de gran importancia ecológica siendo una forma de manutención de las coberturas de vegetación naturales, preservando especies en fase de extinción.”

Lastimosamente, con los cambios acontecidos en los faxinales, tanto por agentes externos e internos, como ya hemos señalado anteriormente, este papel ecológico también se ha visto afectado por la venta o alquiler de terrenos para el cultivo de soya o tabaco, el incremento animales de





crianza, la reducción de las tierras de cultivo común. Todo ello ha tenido como consecuencia un gran impacto tanto en el sistema faxinal, llevándolos a su extinción en algunos casos, como en el medio ambiente, destruyendo algunos ecosistemas presentes en dichas comunidades.

## CONCLUSIONES

El Sistema Faxinal siendo importante para la Región Sur de Brasil, aún sigue siendo desconocido por muchos tanto en el ámbito académico, científico y para la comunidad en general. Esto ha contribuido que muchas de las iniciativas iniciadas por parte del Estado, las organizaciones no gubernamentales y la comunidad académica no hayan podido lograr apoyar a los faxinalenses en su lucha por alcanzar la legitimización y la reivindicación de sus derechos.

Asimismo, si bien el sistema faxinal es un modo de producción basado en actividades comerciales de los excedentes de su producción, lo colocan en el último escalón del desarrollo propio de la región, lo que ha originado que en nombre del progreso sean en algunos casos convencidos a vender sus terrenos o incluirse en la producción de productos comerciales, como son la soya y el tabaco que contribuyen así con la desaparición de muchas comunidades que tenían como organización el sistema faxinal.

En futuras investigaciones se debería buscar involucrar al hombre faxinalense en los estudios sobre este sistema. Deberían estar éstos enfocados a estudiar el modo de vida de esta cultura y de sus tradiciones que hasta el día de hoy, y como señalan algunos investigadores, están poco claros.

Del mismo modo creemos que es importante señalar el valor que tienen los faxinales en el cuidado del medio ambiente basada en su relación con la tierra, la manutención de la araucaria y de la diversidad de plantas que ellos cultivan. Sin embargo, por ser considerados pequeños agricultores ellos son excluidos de la modernización agrícola y muchas veces son los grandes agrícolas quienes terminan concentrando la tierra en perjuicio del sistema faxinal. Si bien las ONGs vienen apoyando a estas comunidades tradicionales a través de algunas acciones, esto no será suficiente si éstas no vienen acompañadas con políticas en favor de ellos.

Por último, en mi opinión, son necesarios incluir en los estudios el enfoque de interculturalidad e interdisciplinaridad con la finalidad de tener una mayor comprensión de la realidad que envuelve a este tipo de comunidades.



Decimos que un enfoque intercultural es importante en los estudios de los faxinales porque es una herramienta muy útil que nos servirá para comprender y conservar la cultural faxinal. La razón radica en que con el apoyo de ella podemos hacer frente a los prejuicios existentes o como señalamos, líneas arriba, de arraigos coloniales – etnocentristas que, consiente o inconscientemente, menosprecian a las visiones que ponen en peligro el estatus quo, llegando incluso al exterminio y/o desintegración de esas tradiciones o comunidades.

El trabajar bajo una visión intercultural nos permite entender que existen diversas racionalidades posibles y que no solo existe una sola forma interpretar la realidad. Asimismo, pensar interculturalmente nos permite hacer críticas al actual proceso de globalización defendiendo aquellos proyectos alternativos de comunidades, como es el caso de los faxinales, que están fuera de la lógica de un modelo único y universal. Y esto se logra a través del dialogo y la comprensión con las comunidades faxinales y sus miembros basándose en el respeto que debe existir entre dos culturas diferentes.

Este enfoque intercultural va crea un espacio donde nuestra cultura va a conversar con la de los faxinales. Va a despojarles a ésta la etiqueta de “objeto de estudio” para más bien intentar dialogar y comprender a esta tradicional forma de organización con la finalidad de preservar y reconocer una forma distinta de ver e interpretar el mundo, una cultura viva que nos transmite hechos y modos que, a lo largo de los años, se ha convertido en una tradición. Es esta tradición la que queremos conservar y la interculturalidad es uno de los mecanismos que puede contribuir a ello.

Por otro lado, el enfoque interdisciplinar nos permitirá tener una amplia y profunda visión del sistema faxinal y lo que ellos representan. En la actualidad muchos de los estudios realizados en relación a los faxinalenses, al parecer, han sido muy especializados; lo que ha imposibilitado la capacidad de contextualizar y englobar el estudio de este sistema tradicional teniendo como consecuencia muchos resultados técnicos.

Estudiar a los faxinales desde una visión interdisciplinar permitirá construir otro punto de vista; caracterizado por la duda, la curiosidad, la creatividad y la novedad. ¿Qué queremos decir con ello? la respuesta radica en la circulación, a través de la cooperación, de conceptos y saberes por diversas áreas; lo que generará nuevas posturas o nuevas formas de ver al objeto de estudio teniendo como resultado un mejor entendimiento de los fenómenos presente en el sistema faxinal.



Como podemos ver estos dos enfoques antes mencionados podrían contribuir enormemente en las investigaciones futuras sobre los faxinales, logrando así una mayor comprensión y de esta forma lograr su preservación como una tradición, una cultura viva que merece ser respetada tanto por investigadores como por la comunidad en general.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Jey Marinho de. *Importância ecológica, sociocultural e histórica do Sistema de Faxinal no Município de Rebouças, como meio de produção auto sustentada*. Irati, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental, Departamento de Engenharia Ambiental, Setor de Ciências Agrárias e Ambientais) UNICENTRO.

DUARTE JUNIOR, João-Francisco. *O que é a realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FÖETSCH, Alcimara A.; RHINOW, Dagmar. Identidade cultural: uma reflexão sobre os faxinais na região centro-sul do Paraná. *R.E.V.I. Revista de Estudos Vale do Iguaçu*. União da Vitória, PR, v.10, n.15, p.75-82, 2010.

HELLER, Agnes. Individuo e comunidade. Uma contraposição real ou aparente. In: HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004 p.65-85.

MARQUEZ, Claudio L. Guimarães. *Levantamento preliminar sobre o Sistema Faxinal no Estado do Paraná*. Curitiba: IAP, 2005.

MUNHOZ, Divanir E. N.; OLIVERA JR., Constantino R. Interdisciplinaridade e pesquisa. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 11 – 33.

PANIKKAR, Raimon. La Interpelación intercultural. In: ARNAÍZ, Graciano G. Rodríguez. *El Discurso intercultural: prolegómenos a una filosofía intercultural*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002. (p.23–76)

PARANÁ. *Decreto Estadual nº. 3.446*, de 25 de julho de 1997. Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, 25/07/1997. Disponible en: [http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form\\_cons\\_ato1.asp?Codigo=451](http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=451). Acceso en: jun/2014.

RUPP, Marla L. Treichel; MARTINS, Valter. Mudanças culturais nos faxinais. In: SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçon. *Estudos em história cultural na Região Sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SANTOS, Jorge. ¿Filosofías en la aldea multiétnica?. *Enfoques XXII*, 2, 2010, p. 85 – 101. Disponible em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1669-27212010000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-27212010000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=es). Acceso en: mai/2014.



SOARES, Joélcio G. Comunidades faxinalenses no Município de Rio Azul - PR: gênese, características e transformações nos padrões espaciais de povoamento. Ponta Grossa, 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território, Departamento de Geociências, Setor de Ciências Exatas e Naturais) UEPG. Disponível em: [http://www.bicentede.uepg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=767](http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=767). Acesso em: jul/2014.

TOLEDO, Ilma Aparecida de. Representações e práticas culturais do Sistema Faxinal. In: SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçon. *Estudos em história cultural na Região Sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

TULIO, Elizete da Aparecida. *O Sistema de Faxinais no Município de Rebouças: o ápice e o declínio de uma experiência coletiva de vida no campo*. Irati: UNICENTRO, 2004.



## **PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS**

QUARESMA, Adilene Gonçalves

*Professora do Programa de Mestrado em Gestão  
Social, Educação e Desenvolvimento Local do  
Centro Universitário Una.  
adilenequaresma@gmail.com*

143

### **RESUMO**

A interdisciplinaridade compreende posturas e ações frente ao conhecimento de forma integradora e interativa. Integração e interação essas de informações, conceitos, diretrizes, metodologias, ações, posturas, princípios e objetivos concernentes aos diferentes conhecimentos científicos e não científicos. Mas como esse princípio tem sido desenvolvido no ensino superior? Quais estratégias pedagógicas concretizam esse princípio? Este artigo apresenta análise da produção bibliográfica sobre práticas interdisciplinares no ensino superior e a base de dados compreendeu os artigos do site [www.scielo.br](http://www.scielo.br), publicados a partir de 2000, com levantamento realizado em maio de 2014. O texto compreende dois eixos temáticos: o primeiro apresenta os conceitos, lógicas e vertentes da interdisciplinaridade e o segundo apresenta e discute algumas práticas interdisciplinares no ensino superior. Conclui-se que o princípio da interdisciplinaridade está presente no ensino superior, tanto na graduação como na pós-graduação, mas ainda falta avançar em várias questões.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Estratégias Pedagógicas. Ensino Superior.

### **ABSTRACT**

Interdisciplinarity comprises postures and actions against the knowledge of integrative and interactive way. Integration and interaction of these information, concepts, guidelines, methodologies, actions, postures, and principles pertaining to the various scientific and non-scientific knowledge objectives. But how this principle has been developed in higher education? What pedagogical strategies embody this principle? This paper presents analysis of scholarship about interdisciplinary practice in higher education and the database comprised Articles Site [www.scielo.br](http://www.scielo.br), published since 2000, a survey conducted in May 2014 The text comprises two themes: the first introduces the concepts, logic and strands of interdisciplinarity and the second presents and discusses some interdisciplinary practices in higher education. It is concluded that the principle of interdisciplinarity is present in higher education, both undergraduate and graduate school, but there is still advancing on several issues.

Keywords: Interdisciplinarity. Pedagogical Strategies. Higher Education



## INTRODUÇÃO

A perspectiva epistemológica e pedagógica interdisciplinar compreende posturas e ações frente ao conhecimento de forma integradora e interativa. Integração e interação dessas de informações, conceitos, diretrizes, metodologias, ações, posturas, princípios e objetivos concernentes aos diferentes conhecimentos científicos e não científicos.

Atualmente percebe-se no meio educacional, seja na educação básica ou superior, a busca por uma compreensão melhor dos princípios e práticas que orientam a interdisciplinaridade uma vez que para Morin (2005) a complexidade do mundo nos coloca a necessidade de olhar para a realidade a partir das partes, mas integradas no todo, daí, também, ser necessário compreender as disciplinas, os conhecimentos das diversas áreas em interação e integração constante, pois a realidade é um todo complexo e em constante movimento.

Segundo Mangini e Mioto (2009), a interdisciplinaridade a partir de 1960 torna-se objeto de pesquisa e interesse de intelectuais e empresários. O relatório do Centro para a Pesquisa e Inovação do Ensino (CERI), filiado à Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) é a referência para a construção da categoria interdisciplinaridade e foi organizado em dezembro de 1969. A partir das questões levantadas por esse relatório, Guy Michaud foi convocado pelo CERI e teve início uma reflexão que estabeleceu terminologias diferenciadas em quatro níveis: multi (disciplinar), pluri (disciplinar), inter (disciplinar) e trans (disciplinar) (JAPIASSU, 1976 apud MANGINI; MIOTO, 2009). Para Mangini e Mioto (2009) a interdisciplinaridade seria o meio que permite: ao estudante conseguir uma melhor formação geral, na perspectiva do “aprender a aprender” e atingir uma formação profissional qualificada, tendo por referência mudança de profissão, em função da mobilidade de emprego e necessidade de polivalência; incentivar a formação e o progresso de pesquisadores e de pesquisas uma vez que proporciona diálogo e interação entre as disciplinas; possibilitar alternativa de formação permanente, superando a dicotomia ensino/pesquisa e conhecer, através de diferentes abordagens, as múltiplas e variadas expressões do mundo e modificá-lo. Sendo assim, a interdisciplinaridade passa a constituir-se em princípio epistemológico e pedagógico perseguido no contexto





educacional no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como no exercício profissional. Desde 2008 constitui-se em área da Capes que reúne diversos Programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais, como parte da grande área multidisciplinar criada em 1988. Segundo o documento da Área Interdisciplinar da Capes (2013, p.1), “[...] a existência da área propiciou e induziu a proposição, na Pós-graduação brasileira, de cursos inovadores e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos com foco em questões complexas”, bem como “[...] serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes dos grandes centros urbanos, com estruturas de Pós-graduação em fase de formação e consolidação”. A criação da área interdisciplinar no contexto da Pós-graduação “[...] decorreu da necessidade de se dar conta de novos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos” (CAPES, 2013, p.11). Porém, ainda existem dificuldades na concretização desse princípio, havendo a necessidade de investigação daquelas experiências com alguma prática interdisciplinar.

O levantamento bibliográfico realizado em maio de 2014, no site [www.scielo.br](http://www.scielo.br), de artigos publicados a partir de 2000 sobre interdisciplinaridade permitiu dividir os textos em quatro grupos temáticos: o primeiro sobre origem, fundamentos e discussão teórica; o segundo sobre práticas interdisciplinares no ensino superior; o terceiro sobre experiências interdisciplinares em locais de trabalho e o quarto grupo sobre práticas interdisciplinares na educação básica. Mas nesse artigo foram analisadas as práticas interdisciplinares no ensino superior tendo em vista compreender como o princípio da interdisciplinaridade tem sido colocado em prática nesse nível de ensino.

O texto compreende dois eixos temáticos: o primeiro apresenta a origem, os conceitos, vertentes e lógicas da interdisciplinaridade e o segundo apresenta e discute algumas práticas interdisciplinares no ensino superior.

Este artigo tem por base o estudo desenvolvido na primeira parte da pesquisa em andamento no programa de mestrado profissional e interdisciplinar em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, intitulada: A interdisciplinaridade no contexto do



mestrado profissional: estudo de caso da experiência do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una.

## **1 ORIGEM, CORRENTES, VERTENTES E CONCEITOS DE INTERDISCIPLINARIDADE**

As primeiras discussões sobre interdisciplinaridade foram lançadas por Georges Gusdorf, em 1961 à UNESCO, que apresentou um projeto de pesquisa interdisciplinar para as ciências humanas, no qual fizeram parte alguns estudiosos de universidades europeias e americanas, em diferentes áreas de conhecimento.

A primeira referência para a construção da categoria interdisciplinaridade é o relatório do Centro para a Pesquisa e Inovação do Ensino (dez/1969), filiado à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também importante para a construção conceitual do termo foi o Seminário sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade ocorrido em fevereiro de 1970 que reuniu 21 representantes de países da OCDE, integrando na discussão, teóricos como: Heinz Hechhausen, Jean Piaget, Erich Jantsch, Marcel Boisot, Georg Gusdorf, Andre Lichnerowicz, Asa Briggs e Leo Apostel (MANGINI; MIOTO, 2009).

Mas para Mangini e Miotto (2009, p.211) foi com a crise do capitalismo da década de 1970 que ao provocar a mudança do modelo Taylorista-fordista de produção para o modelo Toyota “[...] é que se pode visualizar, em meados da década de 1970, o desenvolvimento das pesquisas formais sobre a interdisciplinaridade no mundo do conhecimento, afinando-se com um momento de mudança de paradigma no mundo da produção”. Assim, da década de 1970 para os dias atuais a interdisciplinaridade tem sido categoria de interesse de intelectuais e empresários, pois a necessidade de pensar soluções para os problemas complexos da realidade da vida e do mundo do trabalho tem sido constante.

Em relação aos fundamentos do conceito de interdisciplinaridade Mangini e Miotto (2009), com base em estudos de outros autores, dizem que o termo se constitui em lógicas e vertentes diferenciadas e defende-se nesse artigo que estas lógicas e vertentes vão apresentar formas específicas de compreender e praticar a interdisciplinaridade.



Mangini e Miotto (2009, p.209) dizem que Lenoir e Hasni (2004) sinalizam a existência de três conceitos ou lógicas de interdisciplinaridade: a primeira, europeia, principalmente na França, compreende a interdisciplinaridade como um fim em si mesmo, ou seja, “a construção do saber interdisciplinar se justifica pelo conhecer, fixando a questão em dimensões epistemológicas dos saberes e na racionalidade científica centrada na busca do significado (saber-conhecer/ polo-objeto)”; a segunda, norte-americana, desenvolvida especialmente nos Estados Unidos, considera a interdisciplinaridade como um meio para atingir determinado resultado (saberfazer), “firmando o debate da interdisciplinaridade em dimensões metodológicas, revelando sua lógica instrumental orientada para a busca da funcionalidade”; a terceira, latino-americana, principalmente brasileira, entende a interdisciplinaridade como uma forma de realização humana, na qual a construção do saber interdisciplinar se justifica pelo crescimento humano e pela capacidade de emancipação (saber-ser/polo-sujeito). “Essa fixa a questão da interdisciplinaridade na busca de si, na construção contínua dos indivíduos, orientada por quatro princípios: humildade, expectativa, coerência e audácia, que expressam sua lógica”.

Em relação às vertentes Mangini e Miotto (2009) apresentam os estudos de Rosa (2007), que problematizam a temática da interdisciplinaridade afirmando que ela não pode ser entendida independentemente das matrizes teóricas do pensamento social, uma vez que estão fortemente marcadas por diferentes visões de mundo, de homem e de conhecimento. Assim, Rosa (2007), segundo Mangini e Miotto (2009) resgata os trabalhos de Almeida (2000), Melo e Almeida (2000) e Porto e Almeida (2002) e apresenta três vertentes de discussão da interdisciplinaridade, são elas: a vertente humanista, a vertente da complexidade e a vertente social crítica, ou seja:

A vertente humanista defende que a realização de um diálogo ecumênico e reflexivo entre as várias áreas do conhecimento necessita de uma mudança de espírito dos sujeitos envolvidos no empreendimento interdisciplinar. A vertente da complexidade realiza uma crítica epistemológica à ciência contemporânea e defende diferentes propostas de integração disciplinar, a partir da incorporação da temática da complexidade e da perspectiva sistêmica. A vertente social crítica dirige sua análise para a dimensão histórica e social da produção do conhecimento, consoante com a perspectiva marxista que, postula estar à ciência moderna subordinada à lógica da divisão social e técnico-científica do trabalho no modo de produção



capitalista. A interdisciplinaridade se configura, nessa última vertente, como uma necessidade, mas também e, sobretudo, como um problema (MANGINI; MIOTO, 2009, p. 209-210).

Assim, uma das primeiras questões que se coloca ao pensarmos em iniciar uma prática interdisciplinar é qual lógica e vertente nos orientará. O problema é que as discussões e práticas em instituições de ensino e empresas não têm considerado tal questão. Percebe-se que a lógica que tem orientado o sistema educacional e o mundo do trabalho brasileiros é a lógica norte-americana, apoiada no princípio pedagógico do saberfazer, que por sua vez apoia-se na Pedagogia das Competências, que também, como a lógica norte-americana de interdisciplinaridade, é de base instrumental orientada para a busca da funcionalidade.

Outra questão é que por mais que o princípio da interdisciplinaridade esteja presente nas diretrizes curriculares de todos os cursos das diversas modalidades de ensino tanto na educação básica como no ensino superior, existem dificuldades para a concretização desse princípio e as mudanças na organização de tempos e espaços, currículos, metodologias, formação de professores são necessárias.

Quanto aos conceitos de interdisciplinaridade, para Japiassu (1976, p.74), “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”, ou seja, além da interação entre as disciplinas e conhecimentos deve haver uma postura de troca entre os especialistas. Essa troca entre os especialistas além de facilitar a integração possibilita avançar em relação à produção de novos conhecimentos ou em relação à solução de um determinado problema de forma mais efetiva e até mesmo mais rápida, pois o olhar para a questão em pauta não fica circunscrito apenas a uma área. Para Thiesen (2008, p.547)

O que se pode afirmar no campo conceitual é que a interdisciplinaridade será sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizadora (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. Independente da definição que cada autor assuma, a interdisciplinaridade está sempre situada no campo onde se pensa a possibilidade de superar a fragmentação das ciências e dos



conhecimentos produzidos por elas e onde simultaneamente se exprime a resistência sobre um saber parcelado.

A interdisciplinaridade compreende a integração das ciências e dos conhecimentos. Mais do que um conceito, a interdisciplinaridade é uma postura, uma ação, um posicionamento, um movimento, uma metodologia, um princípio orientador. Talvez por isso a dificuldade em conceituá-la (THIELSEN, 2008).

Para Pombo (2006) a interdisciplinaridade existe sobretudo como prática que se traduz em diferentes experiências interdisciplinares de investigação pura e aplicada em diferentes espaços acadêmicos e não acadêmicos.

A interdisciplinaridade, portanto, envolve a integração dos conhecimentos das diversas áreas e posturas de diálogos entre os especialistas para a compreensão e resolução de um problema e produção de novos conhecimentos.

## **2 PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO SUPERIOR**

É importante destacar que as práticas interdisciplinares apresentadas nos artigos analisados compreendem experiências dos cursos na tentativa de concretizar o princípio da interdisciplinaridade e todas enfrentaram certo tipo de dificuldade. Sendo assim, para a análise e discussão das questões apresentadas nos artigos as informações foram organizadas segundo as seguintes categorias: estratégias pedagógicas utilizadas, dificuldades encontradas e encaminhamentos, indicações e sugestões.

Foram analisados 14 artigos, que classificados em áreas de conhecimento, assim se distribuíram: Meio Ambiente (3), Educação (3), Ciência da Informação (2), Saúde (3), Administração (2) e Enfermagem (1). Desses 14 artigos analisados, 4 discutem a interdisciplinaridade no contexto da pós-graduação e 10 no contexto da graduação.

### **Estratégias Pedagógicas Utilizadas**

Estão compreendidas nessa categoria todas as ações e atividades colocadas em prática tendo em vista a concretização do princípio da interdisciplinaridade. As ações apresentadas foram as seguintes:



1. Identificação de temas e conceitos comuns a várias disciplinas e discussão coletiva dos professores das mesmas para entendimento comum dos conceitos e integração das disciplinas:

Essa estratégia possibilita identificar os temas e conceitos comuns a várias disciplinas e construir o trabalho pedagógico em torno deles facilitando a integração. Ao identificarem os conceitos e/ou temas comuns a várias disciplinas pode-se articular as discussões específicas a uma discussão ou problemática mais geral dando um sentido mais amplo ao conceito. Permite, também, criar atividades, por exemplo, seminários temáticos interdisciplinares, em torno de um problema/tema resultado da integração.

2. Reuniões pedagógicas dos professores que ministravam aulas nos semestres em curso, sob a coordenação de um dos docentes e com a participação discente:

Nessas reuniões são discutidas alternativas de interdisciplinaridade a partir da verificação dos conteúdos das disciplinas, das metodologias adotadas, das formas de avaliação e bibliografias trabalhadas no semestre. Em um dos cursos as estratégias comportamentais e atitudinais também foram discutidas (AMBONI ET AL, 2012).

Além de possibilitar o acompanhamento do trabalho pedagógico realizado durante o semestre no que diz respeito ao desenvolvimento das disciplinas, essas reuniões permitem a construção de ações e atividades interdisciplinares. Acredita-se que nenhum trabalho pedagógico pode acontecer com qualidade e, principalmente com interdisciplinaridade, sem um momento durante a semana para o encontro entre os docentes tendo em vista esse planejamento comum.

Ressalta-se a presença de discente nessa reunião o que reforça a ideia da interdisciplinaridade como um movimento de escuta e diálogo com o outro, o diferente, o que está, na maioria das vezes, numa perspectiva disciplinar, do outro lado, às vezes em oposição ou submisso ao processo de ensino-aprendizagem definido apenas com a participação docente. Esse é um grande desafio.





### 3. Reorganização curricular numa perspectiva integradora e interdisciplinar:

Alguns cursos de graduação em saúde organizaram seus currículos em áreas temáticas, módulos ou projetos que podem propiciar o trabalho interdisciplinar (BAGNATO; MONTEIRO, 2006). Essa estratégia pedagógica compreende a reorganização da proposta curricular do curso em temas, módulos, problemas ou projetos que em si integram e articulam conteúdos e disciplinas. A referência para o trabalho pedagógico passa a ser o tema, projeto ou módulo e suas definições em relação a habilidades a serem desenvolvidas e não mais os conteúdos fragmentados de cada disciplina. As possibilidades de interdisciplinaridade aqui são mais abrangentes e podem se concretizar a partir de várias atividades comuns, pois o ponto de partida é o tema/projeto ou módulo. Por exemplo, em dois cursos, foram criadas as disciplinas Projeto Integrador e Resolução de Problema. Nestas disciplinas são reunidos conteúdos de áreas de conhecimentos diversas em torno de um projeto ou problema respectivamente.

Em relação aos módulos, estes se constituem em torno dos objetivos do curso quanto às habilidades a serem desenvolvidas tendo em vista sua área de conhecimento e em torno destes são desenvolvidos os conhecimentos e atividades de forma integrada e interdisciplinar.

### 4. Construir o processo pedagógico com base no trabalho coletivo: a discussão coletiva sobre os problemas e todo o processo pedagógico do curso permite as trocas de experiências e a construção mais consensuada do trabalho pedagógico. É fundamental que o trabalho coletivo constitua-se como base do processo pedagógico interdisciplinar.

### 5. Constituição de corpo docente com formação e experiência profissional em áreas e instituições diversas:

Se existe a possibilidade de, no processo de constituição do curso, contar com profissionais com formação e atuação profissional em diversas áreas, isso contribui para



a interdisciplinaridade uma vez que o processo formativo no curso contará com conhecimentos e experiências de áreas diferentes.

Um corpo docente com formação e atuação profissional em diversas áreas permite diálogos e interações com olhares diferentes em coorientações, desenvolvimento de projetos, pesquisas e aulas, produção de artigos, etc.

### **DIFICULDADES ENCONTRADAS**

As dificuldades apontadas são de ordem institucional, pedagógica e pessoal e configuram-se em torno de quatro situações: a) Organização departamental das IFES; b) Questões de poder (político e acadêmico); c) Pouca efetivação na prática da interdisciplinaridade e d) Inveja, desavenças e luta por poder entre os docentes.

Em relação à organização departamental das IFES, o fato de cursos, disciplinas, grupos e núcleos de pesquisas se constituírem isoladamente na estrutura da instituição faz com que as possibilidades de trabalho interdisciplinar sejam remotas ou inexistentes.

Quanto às questões de poder (político e acadêmico) há por parte de alguns cursos, programas, departamentos e unidades a postura de que são mais importantes que outros ou, dentro da estrutura hierárquica da instituição, uns tenham maior reconhecimento que outros, inclusive com apoio financeiro e material diferenciado, o que cria afastamentos e dificulta a aproximação para possíveis ações conjuntas e interdisciplinares.

A terceira situação, ou seja, pouca efetivação da interdisciplinaridade dificulta avançar, pois pela pouca existência de ações interdisciplinares, há desestímulo e insegurança quanto à importância e efetividade desse princípio.

Em relação à quarta situação, de ordem pessoal, que compreende a inveja, desavença e luta por poder entre os docentes no interior dos cursos, departamentos, grupos de pesquisas, etc., as dificuldades existem, pois tais sentimentos não contribuem para a escuta, as trocas e as possibilidades de trabalho coletivo que a interdisciplinaridade exige.



## ENCAMINHAMENTOS, INDICAÇÕES E SUGESTÕES

Nesta categoria são apresentados e discutidos os encaminhamentos, indicações e sugestões para a concretização de práticas interdisciplinares.

No trabalho de Amboni et al (2012) encontram-se os seguintes encaminhamentos: considerar no projeto de interdisciplinaridade a vontade dos segmentos envolvidos e este deve fazer parte do Planejamento do curso ou da instituição; requerer, dos segmentos envolvidos no processo, o fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca, formação de valores, aprimoramento como pessoa humana, formação ética e o exercício permanente de reflexão, interpretação e julgamento nos diferentes momentos da operacionalização do projeto; ter as “regras do jogo” bem claras para que todos os envolvidos no processo saibam que o projeto interdisciplinar difere do modelo tradicional ou normativo, por si só; requerer a adoção de uma metodologia crítico-reflexiva; envolver os saberes oriundos das experiências docentes com os saberes disciplinares, curriculares e pedagógicos, num processo de construção e reconstrução, mediadas pela reflexão e pela prática social, o que contribui para a formação do docente reflexivo, de modo contextualizado e transformador;

Do trabalho de Bagnato e Monteiro (2006) destacam-se as seguintes indicações: repensar a organização dos cursos, rompendo com a estrutura na forma de departamentos; rever os modelos curriculares que ainda se pautam na perspectiva disciplinar e tentar construir estrutura curricular por áreas temáticas, módulos ou projetos; estimular a vivência de outras relações e compreensões dos sujeitos com o conhecimento, das interações entre os sujeitos – professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno –, da pesquisa com o ensino nos diferentes campos do conhecimento, da comunidade acadêmica com a sociedade; assumir o desenvolvimento de propostas de formação, pesquisas e grupos de estudos que incluam a interdisciplinaridade; buscar o trabalho coletivo em substituição ao individual; resgatar a multidimensionalidade e a multirreferencialidade dos conhecimentos presentes no processo de formação tendo por base leituras críticas do contexto das políticas sociais, culturais e das concepções de saúde, de homem e de mundo, o que possibilita superar visões lineares e socializar



saberes e poderes; situar e compreender as práticas educativas e de saúde, tomando a interdisciplinaridade como princípio educativo.

Em Rocha (2003) destaca-se a seguinte sugestão: criar instâncias que possibilitem adequar o trabalho interdisciplinar a partir dos departamentos contribuintes, sendo que Institutos, núcleos ou associações precisariam receber apoio das reitorias e dos órgãos de fomento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões apresentadas sobre as experiências interdisciplinares analisadas percebe-se que vários cursos estão colocando em prática o princípio da interdisciplinaridade. Porém, as práticas pedagógicas desenvolvidas dependem não somente da integração dos conhecimentos, mas de posturas de diálogo e integração entre os sujeitos envolvidos no processo educativo e, também, de condições estruturais e organizacionais que proporcionem momentos de encontro e ações interdisciplinares.

É interessante o fato de que existem cursos que estão enfrentando o desafio da construção da interdisciplinaridade e suas experiências apontam caminhos e dificuldades encontradas.

Conhecer estas experiências serve como estímulo para a tentativa de concretização do princípio da interdisciplinaridade e para novas pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

AMBONI, N. et alii. Interdisciplinaridade e complexidade no curso de graduação em Administração. In: *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, n° 2, artigo 4, Rio de Janeiro, Jun. 2012.

BAGNATO, M. H. S.; MONTEIRO, M. I. Perspectivas interdisciplinar e rizomática na formação dos profissionais da saúde. In: *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 4 n. 2, p. 247-258, 2006.

BRASIL, Capes. Documento da Área Interdisciplinar 2013.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.



MANGINI, F. N. da R.; MIOTO, R. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. In: *Rev. Katál*. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 207-215 jul./dez. 2009.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

ROCHA, P. E. D. Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira. In: *Ambiente & Sociedade* – Vol. VI nº. 2 p.155-182 jul./dez. 2003.

THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. In.: *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39 set./dez. 2008.



## OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES: MODELOS ORGANIZADOS NO BRASIL E NA BAHIA

FERREIRA, Rosilda Arruda

*Professor do Programa de Pos Graduação em Educação da UFBA*

[rosildaarruda@gmail.com](mailto:rosildaarruda@gmail.com)

RAMOS, Luiza Olivia

*Estudante de doutorado do Programa Pos Graduação em Educação da UFBA*

[ramosluiza@gmail.com](mailto:ramosluiza@gmail.com)

156

### RESUMO

O presente artigo discute o modelo de Bacharelado Interdisciplinar em vigência na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Para tanto, desenvolve inicialmente a percepção mais atualizada de interdisciplinaridade sustentada na legislação e documentos institucionais para a graduação e pós graduação no país. Em seguida, descreve o modelo do Bacharelado Interdisciplinar ao tempo em que critica a experiência com apoio na fundamentação teórica apresentada são arriscadas algumas anotações relativas às novas propostas destes cursos, especialmente a articulação entre teoria e prática, a inserção dos egressos no mercado de trabalho e a relação entre a disciplinaridade e interdisciplinaridade.

**Palavras-chave:** Bacharelado Interdisciplinar. Interdisciplinaridade. UFBA.

### INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a formação de profissionais nas universidades vem tentando romper o clássico cartesianismo disciplinar, desembocando neste século XXI, numa “formação interdisciplinar”. Dentre as diversas experiências, destacamos o modelo dos Bacharelados Interdisciplinares na UFBA, que possuem projetos diferenciados e se constituem em nosso objeto de estudo.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, a interdisciplinaridade vem sendo cada vez mais “evocada” e legitimada nas propostas das políticas educacionais, incluindo aqui, o ensino superior. Desde 2005 que orientações e normatizações do âmbito federal, evocam a perspectiva interdisciplinar na formação superior.

Ao tratar das atividades complementares, a Resolução Nº 4, de 6 de agosto de 2008, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Meteorologia, bacharelado, e a Resolução Nº 1, de 16 de janeiro de 2009, que aprova as Diretrizes





Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais citam, em seus Artigos 8º e 9º, respectivamente, que:

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, (...) incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de *interdisciplinaridade*, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade (grifo nosso).

Diversas outras Resoluções que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Graduação<sup>1</sup>, ao tratarem das orientações sobre o projeto pedagógico do curso, destacam que:

(...) além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, insistem que deverá incluir, sem prejuízos de outros, os seguintes aspectos: ... III - formas de realização da *interdisciplinaridade* (RESOLUÇÃO Nº 2, 2010; RESOLUÇÃO Nº 8, 2008; RESOLUÇÃO Nº 1, 2006; RESOLUÇÃO Nº 4, 2007; RESOLUÇÃO Nº 2, 2006; RESOLUÇÃO Nº 4, 2006).

Relativo à formação de professores da educação básica, em nível superior, (curso de licenciatura de graduação plena), a problemática da interdisciplinaridade tem relevante destaque, pois é demandada em três situações: na construção do projeto político-pedagógico, no critério de organização curricular e no desenvolvimento de projetos inovadores.

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes serão consideradas: (...) III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

(...) Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada: ... III - eixo articulador entre disciplinaridade e *interdisciplinaridade*;

(...) Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

(...) Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados. § 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de *interdisciplinaridade*, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do

<sup>1</sup> RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010; RESOLUÇÃO Nº 8, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008; Art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006; Art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2007; Art. 4º RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006; Art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006.

OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES: MODELOS ORGANIZADOS NO BRASIL E NA BAHIA – FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Oliveira.



conhecimento e da autonomia intelectual e profissional (RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002 (grifo nosso).

Reforçando, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, ressaltam a questão da interdisciplinaridade:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de *interdisciplinaridade*, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (Art. 3º).

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano (Art. 5º) (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006).

158

Como último exemplo tem-se a Portaria Interministerial Nº 865, de 15 de setembro de 2009, que aprova o Projeto Piloto de revalidação de diploma de médico expedido por universidades estrangeiras e disponibiliza exame de avaliação com base em matriz referencial de correspondência curricular, com a finalidade de subsidiar os procedimentos de revalidação conduzidos por universidades públicas. Seu anexo Matriz de Correspondência Curricular para fins de revalidação de diplomas de médico expedidos por universidades estrangeiras evoca pela interdisciplinaridade ao citar uma das habilidades específicas como: "O trabalho em equipes multiprofissionais e de forma interdisciplinar, atuando de forma integrada e colaborativa" (BRASIL, 2009).

Por aqui, nota-se o quanto é evidente, nessas novas políticas a presença da interdisciplinaridade como elemento integrante na formação de perfis profissionais e suas potenciais relações com o mercado de trabalho.

Na atualidade, demandas sociais relativas aos direitos humanos, à etnia, ao gênero, à classe social, à migração, à linguagem, aos financiamentos internacionais, ao trabalho, meios de comunicação de massa e aos sistemas internacionais de comunicação ganham espaço no contexto educacional, tanto nos aspectos relativos ao ensino quanto na pesquisa. Isso implicou mudanças na educação, especialmente na formação profissional, e na natureza dos currículos ofertados. Progressivamente, expressões como flexibilidade, integração, diálogo e mobilidade passaram a compor os espaços de debates sobre a educação superior.



No início deste século XXI, é dada largada ao processo de reforma universitária no Brasil e, tomando como fonte inspiradora três contextos: a organização da formação superior de Anísio Teixeira para a concepção da Universidade de Brasília, o Processo de Bolonha e o modelo norte-americano dos colleges estadunidenses. (ALMEIDA FILHO, 2008) dentre outras ações, implantam-se os Bacharelados Interdisciplinares (BI's) como uma proposição alternativa aos atuais modelos de formação profissional ainda em vigência no país, em favor de um ensino flexível e de maior mobilidade para o estudante.

Nesta exigência de pensar uma nova universidade com um modelo curricular diferenciado, há muitos desafios. Dentre eles destacamos da legislação apresentada, a prática da interdisciplinaridade associada a um conceito polissêmico.

A interdisciplinaridade nestes documentos se relaciona com várias idéias e possibilidades. Desde ao “não isolamento na área” a uma forte relação com atividades complementares nas relações com o mercado do trabalho. Também é interpretada como um “aspecto” a ser realizado, como se existisse uma fórmula para isso ou como uma “problemática” de destaque relevante. Outrossim, uma “estratégia de articulação” das competências no projeto político pedagógico do curso, como "eixo articulador" e também como uma "perspectiva de articulação” entre diferentes práticas.

Para as licenciaturas a expectativa de uma prática em que a interdisciplinaridade esteja circunscrita se amplia de tal modo que, na legislação, são invocados “princípios de interdisciplinaridade” para que o licenciado desenvolva em sua trajetória profissional.

Face ao exposto, o presente artigo se propõe a discutir o modelo dos bacharelados interdisciplinares implantados na Bahia, notadamente a experiência da UFBA tendo em vista o cenário dos modelos organizados no Brasil e realizar uma análise deste modelo frente ao enunciado na literatura sobre a interdisciplinaridade.

## **O USO DE CONCEITOS RELATIVOS À INTERDISCIPLINARIDADE COMO MOTE PARA OS NOVOS MODELOS DE FORMAÇÃO SUPERIOR**

O movimento de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil remonta à modelagem da Universidade "Nova" (ALMEIDA FILHO, 2007). No cerne deste movimento, destacam-se os Bacharelados Interdisciplinares como alternativas. Desde 2008, o movimento no Brasil vem ganhando espaço e, cada vez mais, as universidades públicas lançam propostas



de novos projetos com esta intenção. O acesso ao ensino superior e a criação dos BIs estão diretamente relacionados pois o BI se configura como uma ação que legitima a política de acesso para os estudantes da escola pública através do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.

Em 2008, A Universidade Federal do ABC (UFABC) aposta no BI em Ciência & Tecnologia e Ciências e Humanidade; A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) abre o BI em Ciências da Saúde e no ano seguinte, em Energia e Sustentabilidade; A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) implanta o BI em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal de Alfenas conta com Ciência e Economia. A Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) implantam em 2009 os Bacharelados Interdisciplinares, respectivamente, em Humanidades, Ciência e Tecnologia, Saúde e Artes e o segundo, em Humanidades e Ciência e Tecnologia. Em 2010, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) lança o BI em Ciências Humanas e outro em Artes e Design. Em 2011, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) implanta sete Bacharelados Interdisciplinares: Etnodesenvolvimento; Gestão Ambiental; Ciências e Tecnologia das Águas; Ciências Biológicas; Tecnologia da Informação; Ciências da Terra; Ciências e Tecnologia. Em 2012, chega a vez da Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ) implantar o BI em Biosistemas. Em 2013, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) propõe o BI em Mobilidade.

Em consulta aos seus projetos pedagógicos, nota-se que todos se respaldam no Projeto de Lei da Reforma Universitária, PL 7.200/2006, que dedica à inovação da estrutura acadêmica dos cursos superiores uma referência (§ 4º do artigo 44), assim transcrita:

As instituições de ensino superior, na forma de seus estatutos ou regimentos e respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, poderão organizar os seus cursos de graduação, exceto os de educação profissional tecnológica, incluindo um período de formação geral, em quaisquer campos do saber e com duração mínima de quatro semestres, com vistas a desenvolver: I – formação humanística, científica, tecnológica e interdisciplinar; ... (BRASIL, 2010).

Esse debate ganha força ainda, quando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) evidencia a relevância de novas possibilidades de produção de conhecimento, que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas,



como desafios teórico-metodológicos que se colocam para diferentes campos da ciência e da tecnologia. E defende que:

Os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimento nas diferentes áreas, com suas possibilidades e limites. (CAPES, 2008 p.3)

Nessa trajetória, é possível afirmar então que o tema ganhou espaço e contornos no âmbito educacional e se instalou com maior relevância e destaque na educação superior, especialmente com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a interdisciplinaridade se instala nos debates da educação superior.

Dentre as finalidades previstas para este nível de ensino se destacam o estímulo à cultura e ao desenvolvimento científico, bem como o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica aliada à sua divulgação e aperfeiçoamento (Art. 43).

Para dar conta disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação sugerem o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica.

Mais recentemente a partir de 2000, publicações trazem a problemática da interdisciplinaridade no ensino superior propondo novas releituras. Como mais atual, a complexa *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação* (PHILIPPI JR & SILVA NETO, 2011) nos apresenta um extenso debate e revisão da temática, desta vez com uma robustez conceitual própria de quem evolui com o tempo e, neste caso, referimo-nos aqui à maturação que os debates relativos à interdisciplinaridade ganharam ao longo dessas décadas.

Postulam que estas ideias não devem ser tomadas como “camisa de força em detrimento da liberdade e da criatividade no ato de pensar e gerar conhecimento novo nas áreas das fronteiras disciplinares”. Isto porque cada definição para a interdisciplinaridade deve “estar inscrita em propostas teórico-metodológicas de origem assim como reconhecidas em seus momentos históricos em que foram geradas” (ALVARENGA et al., 2011, p. 66). Pensar ao contrário seria por em risco a liberdade, princípio básico da interdisciplinaridade, sobrepondo o reducionismo adotando uma ou outra proposição. Neste discurso, os autores têm como relevantes “empreender pesquisas científicas de natureza interdisciplinar, imbuídas da



perspectiva de inovar e contribuir para o campo de conhecimento” (ALVARENGA et al., 2011, p. 66).

Nestes novos trilhos, parece-nos que o discurso proposto é o de que a interdisciplinaridade assume um “processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações” (LEFF, 2000 p. 22). Nessa compreensão, a expressão interdisciplinaridade é tida como sinônimo de interconexão entre muitos campos do conhecimento e do saber dentro de projetos que englobam tanto os diversos componentes curriculares acadêmicos, como as práticas não científicas que incluem as instituições e autores sociais diversos.

Também fica presente um debate que admite a interdisciplinaridade como uma oportunidade de aproximar as ciências sociais das demais ciências, dando um enfoque mais abrangente para problemas relevantes da sociedade tais como questões relativas ao meio ambiente e à utilização e aplicabilidade da tecnologia. Nesta direção “a interdisciplinaridade não é só uma prática teórico-metodológica, senão um conjunto de práticas sociais que intervêm na construção do ambiente como um real complexo” (LEFF, 2000 p. 36). Por estes sentidos, a proposição que se anuncia é para a revisão das formas de conhecimento e de compreensão das relações da natureza com o homem abrindo espaço para um diálogo de saberes entre si e entre a ciência e a tecnologia com o intuito de que se produzam novos paradigmas “apreensão do real e comunicação entre saberes, do encontro entre a epistemologia e a hermenêutica” (LEFF, 2000 p. 39).

## **A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES**

O Bacharelado Interdisciplinar compreendido por esta universidade como outra modalidade de curso de graduação é em síntese, destinado “à formação geral humanística, científica e artística, com currículo flexível e articulado, possibilitando também o aprofundamento num dado campo do conhecimento que estão agrupados em quatro grandes áreas” (UFBA, 2014), a saber, Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Saúde. O seu caráter é terminal, podendo o Bacharel exercer determinadas funções de nível superior no mercado de trabalho. Se preferir, porém, poderá prosseguir seus estudos superiores em outros





cursos de Bacharelado, Licenciatura ou formação profissional cujo ingresso está regulamentado na Resolução 06/2011 do Conselho Acadêmico de Ensino, o CAE.

Conforme Almeida Filho (2008), a transformação da atual arquitetura acadêmica implica, dentre outros, nos seguintes desdobramentos:

Introduzir na educação superior temas relevantes da cultura contemporânea o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural;

Dotar a educação superior de maior mobilidade, flexibilidade, eficiência e qualidade visando à compatibilização com as demandas e modelo de educação superior do mundo contemporâneo (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2008, p. 142).

Neste trilha, desde 2007, o modelo deste Programa tem como um dos maiores objetivos ampliar a oferta de cursos de graduação a partir de uma reforma curricular abrangente de modo a transformar o modelo vigente do ensino superior. Nesta direção, a fundamental mudança foi a implantação do regimento de três ciclos de educação universitária reorganizando assim, a trajetória acadêmica dos estudantes.

Primeiro Ciclo: Bacharelados Interdisciplinares (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes;

Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas;

Terceiro Ciclo: Formação acadêmica, científica ou artística, de pós-graduação (ALMEIDA FILHO, 2007).

Neste estudo, fica compreendido que o regimento de ciclos não é de caráter inovador, uma vez que o próprio Anísio Teixeira ao propor a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1934, e depois com Darcy Ribeiro que recriou o modelo na Universidade de Brasília (UnB) em 1961, já o haviam anunciado no Brasil. Entretanto, neste momento, esse regime implicou um profundo reordenamento da estrutura curricular, especialmente dos cursos de formação profissional. Por ele, novas modalidades de processo seletivo foram implementadas, tanto para o primeiro ciclo quanto para as opções de continuidade dos estudos na universidade. Uma das justificativas para esta iniciativa assenta-se nas possibilidades e modos de inserção esperadas dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho.

As competências cognitivas gerais e específicas esperadas para enfrentar um mundo do trabalho marcado sobretudo pela imprevisibilidade, estão pautadas nos Anais da Conferência Mundial sobre o ensino superior (UNESCO, 1999) realizada em Paris, em outubro



de 1998. Segundo o Relatório, a partir de pesquisas realizadas por especialistas no estudo das conexões entre trabalho e educação superior, é possível afirmar que as características esperadas dos diplomados são: flexibilidade; contribuir para a inovação, demonstrando criatividade; enfrentar a incerteza; estar animado pelo desejo de aprender ao longo da vida; ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação; ser capaz de trabalhar em equipe; ter espírito empreendedor; preparar-se para a internacionalização do mercado, familiarizando-se com culturas diferentes; possuir largo espectro de competências genéricas em variados campos do conhecimento, especialmente das novas tecnologias que formam a base das diversas competências profissionais.

Interessa-nos aqui, aprofundar os estudos relativos à proposta e intencionalidades do modelo proposto para os Bacharelados Interdisciplinares – BI's (o primeiro ciclo de formação) que, de acordo com os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, são “programas de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2010). Esse mesmo documento, afirma, que esses programas se caracterizam por:

- ✓ formação acadêmica geral alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e cultural;
- ✓ formação baseada na interdisciplinaridade e no diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares;
- ✓ trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular;
- ✓ foco nas dinâmicas de inovação científica, tecnológica, artística, social e cultural, associadas ao caráter interdisciplinar dos desafios e avanços do conhecimento;
- ✓ permanente revisão das práticas educativas tendo em vista o caráter dinâmico e interdisciplinar da produção de conhecimentos;
- ✓ prática integrada da pesquisa e extensão articuladas ao currículo;
- ✓ vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica;
- ✓ mobilidade acadêmica e intercâmbio interinstitucional;
- ✓ reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos;
- ✓ estímulo à iniciativa individual, à capacidade de pensamento crítico, à autonomia intelectual, ao espírito inventivo, inovador e empreendedor;
- ✓ valorização do trabalho em equipe.

Diante dessa caracterização, ficam demarcadas duas perspectivas na entrada do estudante na educação superior. Inicialmente, o investimento à formação geral alicerçado na



multiplicidade cultural nas mais variadas áreas, quer seja artística, quer seja tecnológica, ao tempo em que o aluno se familiariza com o leque de possibilidades e ofertas da educação superior. Em seguida, na intenção pedagógica que investe na postura flexível do estudante voltado para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares.

Nesta direção, os mesmos referenciais asseveram que os BI's devem se constituir considerando as seguintes competências gerais:

Capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea; capacidade de comunicação e argumentação em suas múltiplas formas; capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes disciplinas e campos de saber; atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento; capacidade de trabalho em equipe e em redes; capacidade de reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global; atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais; comprometimento com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente; postura flexível e aberta em relação ao mundo do trabalho; capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas; sensibilidade às desigualdades sociais e reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais; capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais; capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor (BRASIL, 2010).

Tais competências são decorrentes das originárias competências presentes no Projeto Alfa Tuning para a América Latina<sup>2</sup>. Inspirada no Projeto Tuning do Processo Europeu de Bolonha, esta proposta intercontinental tem se apoiado nos aportes acadêmicos tanto latino-americanos como europeus. O objetivo geral do projeto é “contribuir com a construção de um Espaço de Educação Superior na América Latina a partir da convergência curricular”. Portanto, ambos aspiram uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países envolvidos e procuram estabelecer uma Área Comum de educação superior, a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino.

<sup>2</sup> Alfa Tuning América Latina: a fase Inovação Educativa e Social (2011-2013) procura continuar com o debate já iniciado a partir da [primeira parte do projeto](#), levada adiante no período 2004-2007. O eixo da discussão se inicia a partir dos logros atingidos nas distintas áreas temáticas na primeira etapa, para seguir "sintonizando" as estruturas educativas da América Latina por meio de consensos, tendo como meta identificar e trocar informações, aprimorando a colaboração entre as instituições de educação superior, em prol do desenvolvimento da qualidade, efetividade e transparência do processo. O Projeto é independente, impulsionado e coordenado por universidades de diferentes países, tanto latino-americanas como europeias. Participam mais de 230 acadêmicos e responsáveis de educação superior da América Latina ([Argentina](#), [Bolivia](#), [Brasil](#), [Colombia](#), [Costa Rica](#), [Cuba](#), [Chile](#), [Ecuador](#), [El Salvador](#), [Guatemala](#), [Honduras](#), [México](#), [Nicaragua](#), [Panamá](#), [Paraguay](#), [Perú](#), [Uruguay](#) y [Venezuela](#)), e Europa (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Lituânia, Países Baixos, Portugal e Romênia), ficando agrupados em 16 redes de áreas temáticas e uma rede de Responsáveis de Política Universitária.



Reconhecem também a importância da educação para o desenvolvimento sustentável de sociedades tolerantes e democráticas.

Para Almeida Filho (2008), o BI representa uma proposta avançada de estudos superiores que admite reunir numa única modalidade de curso de graduação, um composto de características que vêm sendo requeridas pelo mundo do trabalho e pela sociedade contemporânea, com os seguintes resultados:

alargamento da base dos estudos superiores, permitindo uma ampliação de conhecimentos e competências cognitivas;  
flexibilização curricular com aumento de componentes optativos, proporcionando aos estudantes a escolha de seus próprios percursos de aprendizagem;  
introdução de dispositivos curriculares que promovam a integração entre conteúdos disciplinares e níveis de formação;  
adiamento de escolhas profissionais precoces que têm como consequência prejuízos individuais e institucionais;  
redução das altas taxas de evasão, em especial do ensino público superior (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 270).

Evidente então que este modelo aposta em novas formas de aprendizagem e de relação, produção, gestão e aplicação do conhecimento. No seu Projeto Pedagógico Geral, o objetivo da proposta consiste em:

implantar uma modalidade de curso de graduação que se caracteriza por agregar uma formação geral humanística, científica e artística ao aprofundamento num dado campo do saber, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitarão ao egresso a aquisição de ferramentas cognitivas que conferem autonomia para a aprendizagem ao longo da vida bem como uma inserção mais plena na vida social, em todas as suas dimensões. Também prevê fundamentos conceituais e metodológicos para a formação profissional em cursos de graduação que o adotem como primeiro ciclo (UFBA, 2008, p.12).

Para agregar esta formação humanística, científica e autônoma, são estabelecidos cinco princípios norteadores que orientam a construção dos currículos específicos nas quatro grandes áreas Humanidades, Artes, Saúde e Ciência e Tecnologia: autonomia, flexibilidade, articulação, atualização e a inclusão das três culturas.

Desses princípios, vale ressaltar que uma das motivações essenciais do movimento da Universidade Nova compreende em resgatar a instituição universitária como “casa de cultura”. Tal contexto resulta da constatação de que, na conjuntura atual brasileira, a universidade “às vezes consegue cumprir sua função de formar profissionais tecnicamente competentes, mas OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES: MODELOS ORGANIZADOS NO BRASIL E NA BAHIA – FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Oliveira.



permite, por omissão, que os alunos saiam dela incultos” (ALMEIDA FILHO, 2007). Respeitando a ideia de integração, a introdução dos Bacharelados Interdisciplinares abrange grandes áreas do conhecimento correspondentes às três culturas identificadas como principais eixos estruturantes dos saberes e práticas do mundo contemporâneo: Cultura Humanística, Cultura Artística, Cultura Científica. A proposta consiste na condição de que todos os alunos da rede Universidade Nova cumpram créditos em cada uma dessas culturas para, ao final, preencherem os requisitos da formação universitária previstos no seu projeto pedagógico.

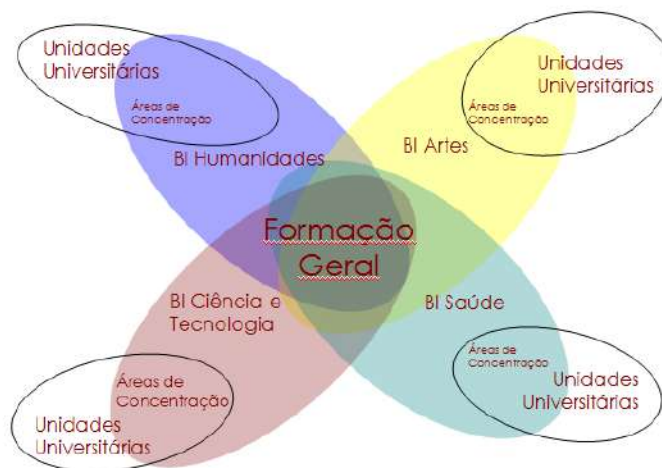
167

Nesse mesmo projeto, a compreensão do conhecimento perpassa pelo entendimento de que estamos na “sociedade do conhecimento” e admite como correlata a noção de “sociedade da informação”, nesta abordagem o “conhecimento adquire enorme importância, tornando-se categoria imprescindível para pensar presente e futuro, bem como para sustentar qualquer projeto político nacional que vise construir um desenvolvimento justo e sustentável” (UFBA, 2008 p. 09). Por esta compreensão o princípio da articulação reporta-se à “integração do conhecimento, à visão holística, à interdisciplinaridade, ao diálogo dos saberes, buscando quebrar dicotomias e superar a fragmentação que empobrecem a apreensão” (UFBA, 2008, p. 19).

Atualmente, a UFBA oferta o Bacharelado Interdisciplinar em 4 áreas de conhecimento sediadas no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC): I - Ciência e Tecnologia, II – Humanidades, III- Artes, IV- Saúde. A especificação dessas áreas se fundamenta no debate acerca das “Três culturas da Universidade Nova” (ALMEIDA FILHO, 2008). Essas grandes áreas foram estruturadas de forma a abarcar e incluir os componentes curriculares das Áreas de Concentração aprovadas pelos Colegiados de cada BI, assim como também foram respeitados os requisitos de todos os componentes curriculares oferecidos pelas Unidades de Ensino da UFBA, no campo de cada BI.



Figura 2 - Estrutura conceitual do Bacharelado Interdisciplinar da UFBA



Fonte: Almeida Filho, 2012.

Isto significa que nesta proposta, os alunos participam já no primeiro semestre da diversidade cultural que a universidade comporta em seu conjunto, decorrente de suas histórias de vida, bem como, dos fundamentos e filosofias defendidos por cada grande área. Nesses termos, o aluno percorre as mais diversas Unidades de Ensino se assim optar, o que significa a inserção em Institutos Básicos como o de Geociências, o de Letras e o de Ciências da Saúde, passar por Faculdades, como as de Odontologia, Ciências Contábeis, Arquitetura, frequentar Escolas profissionalizantes, como a Politécnica e as de Enfermagem, Teatro e Administração. À medida que interage com os múltiplos saberes e experiências presentes nesses institutos, amadurece suas escolhas profissionais de modo a ter mais definida sua carreira, ao tempo em que diversifica seu olhar em relação ao conhecimento mais articulado.

A estrutura curricular consiste em duas etapas de formação - a geral e a específica - e um eixo integrador.

As duas primeiras etapas a formação geral e a formação específica se complementam. A etapa de formação geral se desdobra em dois grandes eixos, o das linguagens e o interdisciplinar. Esse último se apresenta por dois componentes curriculares denominados Estudos sobre a Contemporaneidade I e II. Segundo seus projetos pedagógicos e divulgações nas páginas de internet destes cursos da UFBA, esses componentes curriculares são obrigatórios para todos os quatro Bacharelados Interdisciplinares e são discutidos temas que “abrangem questões importantes para a sociedade, com repercussão nos mais diversos campos

OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES: MODELOS ORGANIZADOS NO BRASIL E NA BAHIA – FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Oliveira.





de atuação profissional” (UFBA, 2014). De acordo com essas mesmas divulgações, há registros de que a metodologia adotada para esses componentes inclui “aulas semanais em classe e também troca de informações, debates via internet e aulas abertas” (UFBA, 2014). Totalizando uma carga horária de 68 horas semestrais, suas ementas giram em torno dos seguintes âmbitos, respectivamente:

#### Estudos sobre a Contemporaneidade I

Estudo abrangente das sociedades contemporâneas, na relação mundo-Brasil, na sua diversidade, globalidade e sustentabilidade, identificando suas origens históricas, bem como estruturas práticas e simbólicas, contemplando interpretações dos diferentes saberes. Estudo do modo como se estruturam e desenvolvem tais unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a cultura e os indivíduos, com destaque para as formas de organização do trabalho. Estudo dos processos psíquicos e psicossociais que estruturam e organizam a singularidade de cada sujeito, compreendendo como tais processos afetam sua construção de significados, sua relação com os outros e sua ação sobre o mundo.

#### Estudos sobre a Contemporaneidade II

Estudo panorâmico das sociedades contemporâneas, na sua diversidade, globalidade e sustentabilidade, identificando suas origens históricas e estruturas simbólicas, contemplando interpretações dos diferentes saberes. Estudo do modo como se estruturam e desenvolvem tais unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a cultura e os indivíduos, com destaque para as formas de organização do trabalho. Estudo dos processos psíquicos e psicossociais que estruturam e organizam a singularidade de cada sujeito, compreendendo como tais processos afetam sua construção de significados, sua relação com os outros e sua ação sobre o mundo (UFBA, 2008).

Ainda neste mesmo eixo interdisciplinar, apresenta-se o eixo formação nas três culturas. De acordo com as informações presentes no projeto pedagógico dos cursos, o módulo das culturas é constituído por componentes curriculares optativos, oferecidos pelo IHAC ou por componentes curriculares das demais unidades da UFBA, os quais poderão ser classificados enquanto Cultura Artística, Científica ou Humanística.

Por estas primeiras ideias, algumas inquietações se aproximam. Tais componentes podem constituir-se como indicadores de uma prática interdisciplinar apenas neste âmbito de atuação e portanto reducionista? A proposta deste curso, por assim intitular-se não deveria ultrapassar o movimento da integração dos saberes para além de módulos denominados



interdisciplinares? Um eixo denominado interdisciplinar daria conta da natureza interdisciplinar de todo o curso?

O quadro seguinte demonstra a proposta de distribuição dos componentes curriculares do BI nas Unidades Universitárias, nas suas duas etapas: de formação geral e formação específica.

Quadro 5 - Distribuição dos componentes curriculares do BI nas Unidades Universitárias:

ETAPA	EIXO	MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.	
FORMAÇÃO GERAL	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa, Poder e Diversidade	68	
			Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa	68	
			Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos	68	
	Língua Estrangeira	Inglês/Francês/Espanhol/Alemão/Italiano	livre		
	Linguagens Matemáticas	(elenco de disciplinas)	livre		
	Linguagens Artísticas	Obrigatória p/ Artes e facultativa p/ as demais áreas.	livre		
	INTER-DISCIPLINAR	Estudos sobre a Contemporaneidade	Dois componentes de 68 h	136	
			Formação nas Três Culturas	Cultura Artística	238
			Cultura Humanística		
	Cultura Científica				
<b>SUBTOTAL DE FORMAÇÃO GERAL</b>				<b>Mínimo: 500 horas</b>	
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	EIXO ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	Oficinas de orientação de carreiras e/ou apresentação de áreas	livre		
			Grande Área	Min.	
	EIXO ESPECÍFICO	Área de Concentração	1.200		
<b>EIXO INTEGRADOR</b>			Atividades Complementares	100	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>				<b>2.400</b>	

Fonte: UFBA, 2010, p.29.

Na Formação Geral, o aluno tem aulas de filosofia, história, antropologia, literatura, entre outros. Na Formação Específica, os alunos podem optar por módulos de introdução aos cursos profissionais. Na estrutura, os cursos de Formação Profissional são optativos e oferecidos somente aos alunos da área de conhecimento do Bacharelado correspondente que concluem a Formação Geral. Um aspecto importante a ressaltar é que a prioridade de matrícula nesta etapa é dada considerando o desempenho do aluno na Formação Geral e Específica. Caso deseje seguir os estudos, o aluno passa por um processo interno de seleção para a opção que escolher: licenciatura, cursos profissionais ou, no caso de estudantes com desempenho excepcional, a possibilidade de ingressar direto na pós-graduação. O curso garante um diploma de bacharel em área geral de conhecimento e a escolha por dar continuidade aos estudos e obter especialização profissional fica a critério do aluno.



Daí, surgirem outras indagações: os bacharelados propõem uma formação que "prioriza" (grifo nosso) o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares? Quais aspectos relevantes do seu percurso formativo estão voltados para os princípios estabelecidos? Em que aspectos autonomia e flexibilidade se destacam? Há possibilidades de articulação e interação entre os diversos componentes curriculares a partir dessa matriz apresentada?

### **BREVES CONSIDERAÇÕES**

Nesta oportunidade arriscamos algumas anotações relativas às novas propostas de cursos interdisciplinares. Nos seus projetos, bem como documentos que explicitam suas intenções, deixam fluir um discurso focado no desenvolvimento do estudante com uma nova postura. Ao argumentarem porque "interdisciplinar", aparecem ideias assemelhadas de que o aluno vai desenvolver uma visão sistêmica (que é um caráter interdisciplinar), aprender a trabalhar em equipe e principalmente, ele vai compreender como acontecem os processos de conhecimento tácito e conhecimento explícito.

Outra ideia que se articula aos cursos compreendidos como interdisciplinares é que eles se inserem num movimento em que as disciplinas se relacionam a situações em que se colocam "grandes temas" emergentes da sociedade contemporânea, tais como sustentabilidade, desigualdades sociais, tecnologia a disposição dos estudantes. A ideia dos BI's anuncia, portanto estar associada ao discurso de uma comunidade universitária em que os estudantes possam nas suas pesquisas, redescobrir os conhecimentos a partir da sua nova relação com ele.

Na esteira dessas reflexões é ainda nebuloso compreender como o mercado tem absorvido estes egressos de formação profissional generalista, que segundos os respectivos projetos das grandes áreas estão aptos a atuarem em diversos setores do mercado como organizações públicas, no terceiro setor e até mesmo como professores (fazendo a devida complementação nas licenciaturas). A questão da certificação, do diploma e da inserção profissional do aluno no mundo do trabalho são questões importantes, tanto para o aluno, como para a relação que se impõe entre educação superior de um país e o seu projeto de desenvolvimento. Depois de diplomado em Bacharel em (Humanidades, Artes, Ciência ou Tecnologia) o que fará o aluno? Qual será o destino destes estudantes? Com as primeiras turmas formadas, ainda há debates contra e a favor desse modelo implantado na UFBA.



Posto isto, é cuidadoso ressaltar que este modelo não se configura como uma receita pronta e ideal para enfrentar os desafios da disciplinarização e compartimentalização que ainda persistem no ensino brasileiro, bem como a complexa questão relativa à melhoria da qualidade da educação superior no país. Mesmo assim, o futuro dos Bacharelados Interdisciplinares está cada vez mais se definindo como um possível modelo eficaz no desenvolvimento do primeiro ciclo universitário no Brasil. Os resultados apontam para a implantação, em inúmeras<sup>3</sup> universidades brasileiras, anunciando novas práticas e novos sentidos para elas.

172

Estas são algumas das questões que giram em torno desta tese e que nos impulsionam ao aprofundamento desta investigação em direção ao entendimento conceitual relativo à interdisciplinaridade destes projetos que, por hora assim se intitulam.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior. *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20-%20novembro%202010%20brasil.pdf>. Dez, 2008. Acesso em: 01 mai. 2014.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010 - *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo*, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006 - *Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências*.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA FILHO, N. de; SANTOS; B. de S. *A Universidade no Século XXI: para uma universidade Nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

LEFF, E. *Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental*. In: Philippi Jr., A. *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

PHILIPPI JR, Arlindo (Org.) ; Silva Neto, Antônio J. (Org.) . *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2011.



NATAL, C.B. et al. *UFABC 5 anos: um novo projeto universitário para o Brasil*. Santo André, Universidade Federal do ABC, 2011.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares. 2008. Disponível em:  
<<http://www.listas.ufba.br/pipermail/bibliotecarios/attachments/20091124/0d2fe7a1/attachm ent-0017.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

UFBA. Parecer de Criação dos bacharelados Interdisciplinares. Ago. 2008. Acesso em out. 2013.

UFBA. Proposta de inclusão da Universidade Federal da Bahia no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Outubro, 2007.



## PROJETO MIGRATÓRIO: UMA COMPREENSÃO INTERDISCIPLINAR DO TEMA

SCHUTTE, Giorgio Romano

*Professor do Programa de pós graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC*  
*Giorgio.romano@ufabc.edu.br*

MAZER, Roberta de Moraes

*Estudante de mestrado no Programa de pós graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC*  
*Roberta\_mazer@hotmail.com*

174

### RESUMO

Diversas teorias foram usadas para explicar o “fenômeno” da migração que podemos observar atualmente. A existência de um corpo teórico fragmentado, voltado a determinadas disciplinas, torna mais difícil a compreensão dos processos migratórios e de sua complexidade. As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a reavaliação de paradigmas para a compreensão das migrações. Com isso, a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível. O conceito de projeto migratório visa conciliar as análises que se voltam às ações individuais, aquelas que enfatizam os fatores estruturais e as redes sociais, considerando fatores objetivos e subjetivos numa relação dialética que possibilita a constante mudança e adaptação do projeto a novas informações e acontecimentos; conciliando, então, as teorias e visões de diversas disciplinas que se voltaram para o tema.

**Palavras-chave:** migração, projeto migratório, interdisciplinaridade.

### ABSTRACT

Several theories were used to explain the migration “phenomenon” observed currently. The existence of a fragmented theoretical body, oriented to some disciplines, makes more difficult the comprehension of the migratory process and its complexity. The new migratory modalities demand, in the globalized scenario, the revaluation of paradigms for migration comprehension. Thus, the incorporation of new explanatory dimensions becomes indispensable. The concept of migratory project aims to reconcile the analyzes who turn to individual actions, those that emphasize structural factors and social networks, considering objective and subjective factors in a dialectical relationship that enables changing and adapting the project to new information and events; reconciling, then, theories and visions from various disciplines who have turned to the subject.

**Key-words:** migration, migration project, interdisciplinarity.

### INTRODUÇÃO

A migração não se apresenta como um fenômeno recente: os deslocamentos populacionais em busca de melhores condições de vida e/ou trabalho. Não apenas as migrações internas como as internacionais se mostram importantes para a compreensão da formação das sociedades, de suas identidades e sua constituição como nação (Siqueira, 2006). No caso brasileiro aquela ainda é importante para o desenvolvimento econômico do país, sendo que a tríade crescimento, migração e trabalho está no centro da estrutura nacional (Dedecca, 2013).





## 1.1. Por que partir

Em geral, migrar representa um rompimento com um cotidiano conhecido em troca de um novo espaço geográfico, social e cultural, um novo emprego e, algumas vezes, uma nova profissão. Essa decisão afeta não apenas aquele que parte, mas também sua família nuclear e ampliada, descendentes e dependentes. Isso faz com que a escolha de migrar não seja individual, e sim coletiva.

As motivações econômicas geralmente são encontradas entre pessoas oriundas de países mais pobres ou menos desenvolvidos e classes sociais desfavorecidas. Entre elas geralmente estão a falta ou insegurança de emprego; insuficiência de recursos naturais; baixas expectativas em relação a um futuro promissor para si e seus descendentes. Esses movimentos migratórios são classificados como emigração econômica, mas raramente os migrantes possuem apenas um único tipo de motivação (Rocha-Trindade, 1995).

A emigração política envolve desajustes entre um sistema político e sua aceitação por seus cidadãos. Quando essas situações atingem determinado grau de gravidade, por exemplo o risco de perder a vida, a comunidade internacional tende a reconhecer o status de exilado político àqueles que o solicitam (*idem*).

Os motivos étnicos, considerando-se étnico como ascendência comum, vêm à tona quando, por qualquer motivo, a inclusão de minorias étnicas e culturais em sociedades maioritárias de origens diferentes, como língua, religião, organização social, código de valores, entre outros, acaba por motivar o menor grupo a mudar de país (*idem*).

De forma emergencial o conceito de refugiado aplica-se a pessoas que encontram-se em situação de total privação de recursos, sendo que nem mesmo sua sobrevivência pode ser garantida. Esse conceito não se aplica a grupos que passaram por uma grande catástrofe climática, como terremotos, erupções vulcânicas e outros (*idem*).

A emigração de especialistas envolve o recrutamento de determinados perfis profissionais disponíveis em um país e em reduzido número em outro. Geralmente esse fenômeno é conhecido como *braindrain*. Esse tipo de movimento só pode ser considerado como um fluxo migratório quando envolve um número significativo de pessoas que possuem expectativas de se estabelecer definitivamente no local de destino ou com duração indeterminada (*idem*).

Várias outras situações podem gerar fluxos migratórios, como determinados grupos de idosos que buscam outros países e busca de determinadas características climáticas e sociais ou



estudantes que visam obter qualificação, especialmente de ensino superior e pós-graduação, em outros locais (*idem*).

## 1.2 A PERSPECTIVA DE EQUILÍBRIO

O modelo de equilíbrio se baseia na perspectiva neoclássica da economia e, assim, parte do princípio de que os deslocamentos populacionais são resultado da distribuição desigual da terra, trabalho, capital e recursos humanos e, através da migração, essas diferenças poderiam ser minimizadas. Ao eliminar-se a diferença desses fatores entre regiões geográficas a imigração cessaria. Os fluxos migratórios, portanto, seriam resultado da soma de diversas ações individuais realizadas a partir da avaliação racional dos custos e benefícios do deslocamento. A partir dessa perspectiva temos teorias como a Neoclássica<sup>1</sup>, Mercado Dual de Trabalho<sup>2</sup>, Microeconômica<sup>3</sup>, Capital Humano<sup>4</sup>, entre outras (Dutra, 2013).

As teorias que buscam explicar a migração através do modelo de atração-repulsão percebem as pessoas como indivíduos racionais que possui informações suficientes para fazer a escolha mais adequada a partir das condições econômicas da região de origem e de destino. Assim, para maximizar suas vantagens, escolhas são feitas em função de determinadas “pressões”: fatores de repulsão que “empurram” as pessoas de seu local de origem e fatores de atração que os “trazem” a outros países. A decisão migratória recai, então, sobre a positividade de se concretizar o desejo de melhores condições de trabalho e renda. Essas teorias estão intimamente ligadas às teorias do mercado de trabalho (Siqueira, 2006).

E. G. Ravenstein dedicou-se aos estudos das migrações na Inglaterra e no País de Gales. Seus principais artigos foram publicados em 1876 na *Geographical Magazine* e dois no *Journal of the Statistical Society*, respectivamente em 1885 e 1889. Eles estabeleceram algumas “Leis de Migração” que explicavam esse fenômeno por algumas variáveis que hoje denominamos como fatores de atração e repulsão (*pull-push*). O autor buscava regularidades nos fluxos migratórios e, a partir delas, é que as Leis foram estabelecidas. Elas refletiam, na verdade, a necessidade de expansão do capitalismo de um excedente populacional, capaz de responder imediatamente à dinâmica do capitalismo (Pacheco e Patarra, 1997).

De forma simplificada, essas leis estabeleciam que 1) a maioria dos migrantes desloca-se na menor distância possível; 2) aqueles que se deslocam para longe buscam grandes

<sup>1</sup> Siqueira, 2006; Dutra, 2013; Soares, 2005.

<sup>2</sup> Siqueira, 2006; Rocha-Trindade, 1995; Dutra, 2013; Soares, 2005.

<sup>3</sup> Rocha-Trindade, 1995.

<sup>4</sup> Rocha-Trindade, 1995; Dutra, 2013.



centros de comércio e/ou indústria; 3) as movimentações populacionais dão origem a correntes migratórias; 4) os habitantes de áreas rurais buscam cidades contígua, que passam por um crescimento, enquanto os lugares que ficam vagos por eles são preenchidos por migrantes oriundos de locais mais distantes, fazendo com que o crescimento urbano se estenda, passo a passo, até lugares remotos; 5) o processo de dispersão é inverso ao de absorção; 6) cada corrente migratória produz uma contracorrente compensatória; 7) a população rural busca a migração como solução mais do que a urbana; 8) os movimentos de curta distância são constituídos, em sua maior parte, por mulheres; 9) a evolução dos meios de transporte e a expansão industrial levam ao aumento dos fluxos migratórios e 10) condições como leis opressivas, impostos caros, clima pouco atrativo, meios sociais adversos e pressões diversas (como tráfico de escravos, deportações, etc) produzem correntes migratórias, mas nenhuma delas se torna tão volumosa quanto as correntes de pessoas que buscam melhorar suas condições materiais de vida. A simples comparação dos aspectos positivos e negativos não seria suficiente para a decisão de migrar, mas também pelos obstáculos existentes entre origem e destino, como distância a ser percorrida, barreiras físicas, leis, custos envolvidos, entre outros (Rocha-Trindade, 1995).

A perspectiva de equilíbrio foi, comumente, reduzida à teoria neoclássica combinada aos modelos *pull-push*. O problema dessas teorias é o pressuposto do migrante que define individual e racionalmente, a partir de um conhecimento perfeito de todas as informações, sua entrada no mercado de migração global em busca da maximização das vantagens, valorizando a ação individual e, assim, ignorando que as ações são socialmente orientadas. “O ato de migrar não é somente uma decisão individual, os migrantes devem ser considerados como indivíduos, mas participantes de um grupo social que direciona a construção do projeto de migrar. (Siqueira, 2006, p. 30)”. Assim, nessa crítica, outros fatores tão importantes quanto a ação individual não são considerados, além de haver uma lógica causa/consequência de tipo determinista (Boyer, 2005).

Migrants and potential migrants respond not only to changing conditions in the environment and migration decisions are not merely based on economic calculations, but also on other kinds of considerations. Potential migrants have only limited information and migration decisions are based on partially distorted views of conditions at the potential destinations and of a future at the place of origin. A migration decision is neither an exclusively individual affair nor a completely voluntary act, but often a collective and strongly conditioned or constrained decision (Malmberg, 1997, p. 30)

As explicações que se centram no indivíduo não se mostram eficazes na intermediação das motivações individuais com as estruturas sociais. Além disso, algumas críticas com foco



microeconômico afirmam que a decisão de migrar é feita a partir da renda esperada e não da real diferença entre salários. Por isso a expectativa seria um fator importante na decisão racional (Siqueira, 2006).

### 1.3 A PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURAL

A perspectiva histórico-estrutural tem sido constantemente polarizada às perspectivas de equilíbrio, que foram apresentadas até aqui. A oposição entre elas resulta num conflito entre duas visões de mundo diferentes e, também, num debate sobre as mudanças operadas nos padrões migratórios em escala internacional.

Críticas são feitas a essa perspectiva teórica [do equilíbrio], pois, além de enfatizar explicações individualizantes, que não se apresentam a uma análise sociológica mais ampla, quando colocada diante dos fatos históricos e dos dados empíricos, percebe-se sua fragilidade. A população mais pobre geralmente não forma as primeiras levas de migrantes. Além disso, dados empíricos de pesquisas recentes têm confirmado que os primeiros migrantes são pequenos proprietários, trabalhadores com alguma especialização (Siqueira, 2006, p. 29).

Além disso, vertentes que seguem o esquema teórico weberiano, afirmam que as perspectivas de equilíbrio não consideram que toda ação individual é socialmente orientada, agindo tanto em função dos princípios econômicos individuais quanto das expectativas da coletividade em que se inserem (*idem*).

A perspectiva histórico-estrutural encontra-se em uma série de modelos diferentes sobre as migrações. Entre eles estão a teoria da dependência, da acumulação global, o quadro “centro-periferia”, incluindo as teorias da nova divisão internacional do trabalho e as redes sociais. Ela parte do princípio que os movimentos das pessoas ao redor do globo só podem ser analisados no contexto da história, das transformações sociais que ocorrem em determinada formação social e da mudança socioeconômica. A perspectiva histórico-estrutural enfatiza o papel das estruturas sociais, econômicas e políticas que determinam as migrações: o desenvolvimento de um mercado de trabalho de tipo capitalista, a divisão regional e internacional do trabalho, o desenvolvimento das economias coloniais. Portanto essa perspectiva parte do pressuposto que a explicação para os movimentos migratórios devem ser buscados nas pressões e contrapressões internas e externas ligadas à dinâmica da economia internacional e processos de desenvolvimento desigual. “Desse modo, as migrações são consideradas como um processo macro-social, ligado aos fenômenos de classe, processo em que a unidade de análise são as próprias correntes migratórias e não os efeitos agregados de decisões individuais. (Rocha-Trindade, 1995, p. 83)”.



#### 1.4 MOBILIDADE DO CAPITAL E MOBILIDADE DOS TRABALHADORES

A principal autora dessa visão é Saskia Sassen (1988)<sup>5</sup>. Para a autora, o uso de trabalho estrangeiro, seja ele escravo ou imigrante, têm sido uma tendência nas economias industriais, pois o rápido desenvolvimento industrial gera necessidade de grande quantidade de trabalhadores, enquanto a queda nos lucros faz com que seja preciso trabalho barato em países centrais. Nessas economias os trabalhos com baixos salários tendem a pertencerem a setores com turnos, equipamento obsoleto e insegurança: se torna necessário uma força de trabalho impotente, o que torna o migrante um trabalhador desejável. Trabalhadores migrantes requerem menos serviços sociais, geralmente ocupam vagas vazias, sua presença não faz com que seja gasto mais capital público ou privado (os custos com desemprego, saúde pública e impossibilidade de trabalhar podem ser exportados), seu baixo consumo não pressiona a produção local e a oferta de serviços, produzem mais do que consomem e podem ser repatriados quando não são mais necessários ou sua saúde física ou mental os impede de trabalhar. Além disso, o status de estrangeiro, a falta de familiaridade com o sindicato e a frequente segregação que sofrem tornam o trabalhador imigrante dependente de seus empregadores. Assim, o estrangeiro não é um trabalhador desejável necessariamente por “custar menos” que um nativo, mas sim por ser impotente, reduzindo a pressão em alguns setores em busca da modernização do mesmo.

Após a década de 1960 houve um crescimento nos investimentos nos países em desenvolvimento, a média anual de crescimento desses países aumentou durante a década de 1970. No entanto, esses investimentos não foram feitos de forma aleatória e nem em todos os países, mas, sim, foi possível observar a existência de um grau de concentração tanto na origem quanto no destino do investimento dos países desenvolvidos naqueles em desenvolvimento. A partir de meados da década de 1970 alguns países buscavam, como estratégia de desenvolvimento, a industrialização direcionada à exportação. Países com mercados internos limitados e muita mão de obra barata desejavam atrair investimentos para produção para exportação, já que contavam com abundante mão de obra barata.

<sup>5</sup> Para Patarra (2006) a contribuição de Sassen tem sido “absolutamente necessária na compreensão da problemática, mas não se constitui como teoria de migração internacional; trata-se da compreensão dos efeitos e implicações das transformações da sociedade global sobre os intensos deslocamentos de contingentes populacionais que estão modificando a geografia do mundo.” (*idem*, p. 10). No entanto autores como Siqueira (2006) e Margolis (1994) tratam as contribuições da autora como se fosse uma teoria que busca explicar as correntes migratórias contemporâneas.



Essa forma de industrialização pela qual passaram esses países incorporou, geralmente massivamente, novos segmentos da população no trabalho assalariado generalizando relações de mercado e introduzindo formas modernas de produção, transformando rapidamente as estruturas sociais e gerando uma quebra de estruturas tradicionais de trabalho e contribuindo para a formação de “piscinas de migrantes”<sup>6</sup>.

A penetração no que viria a ser a periferia assumia a forma de introdução de novas linhas de produção, em particular no setor agrícola. O conseqüente abandono de culturas de subsistência e o ocasional traslado de populações acarretavam nas estruturas sociais modificações de várias ordens. (Furtado, 1980,p. 77)

Portanto, muitas mulheres que até então não possuíam trabalho e/ou renda própria se inserem no mercado de trabalho, e isso ocorre de forma muito diferente da evolução observada nos países industrializados fazendo com que elas se distanciassem de sua comunidade de origem. Isso coloca a mulher numa posição vulnerável devido à forma de contratação e demissão nessas novas zonas industriais e a ruptura de formas de trabalho tradicionais junto da ocidentalização dessas mulheres: aqui vemos condições para a formação de um fornecimento de migração feminina. Quando elas se veem desempregadas, já que dificilmente os trabalhadores conseguem manter um emprego a longo prazo nessas fábricas, e afastadas de suas culturas, existem poucas opções. A presença massiva do estrangeiro, então, facilita a emergência da migração como opção viável, independente da origem, destino e características desses investimentos.

A generalização das relações de mercado historicamente levou à dissolução das estruturas de trabalho tradicionais e promoveu a migração laboral. A expansão das indústrias exportadoras e da agricultura, inseparavelmente relacionadas ao investimento externo dos países industrializados mobilizou novos segmentos da sociedade à migração regional e internacional. Os investimentos estrangeiros, que geralmente vão dos países mais desenvolvidos em direção aos menos, promovendo a emigração através de: incorporação de novos segmentos da sociedade que romperam com estruturas tradicionais e se inseriram no trabalho assalariado, criando um abastecimento de trabalhadores migrantes; a feminização da nova força de trabalho industrial e seu impacto nas oportunidades masculinas; consolidação de ligações objetivas e ideológicas com os países altamente industrializados onde os investimentos foram gerados e o destino de sua produção.

<sup>6</sup> A autora usa o conceito “pool of migrants”.





## 1.5. AS REDES SOCIAIS

Um dos problemas das teorias estruturais é que, especificados os fatores que influenciam nas diferenças salariais, as estruturas de emprego, desenvolvimento nos países emissores e receptores, os fatores que animam os indivíduos a migrar não são considerados. Por isso elas são menos eficazes na identificação dos fatores que afetam individualmente a decisão de migrar e suas variáveis, acreditando que as decisões são consequências da estrutura do sistema global. Nesse sentido, a análise das redes sociais<sup>7</sup> busca reconciliar as análises macro e micro dos fluxos migratórios já que as ações sociais são resultado de constantes negociações, manipulações, escolhas e decisões do indivíduo frente a uma realidade que, através de normas, oferece algumas possibilidades e interpretações (Rocha-Trindade, 1995). “Aplicadas aos fenômenos migratórios, aposta-se que as redes fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos. (Truzzi, 2008, p. 208)”.

As redes sociais permitem aos migrantes reduzirem os custos envolvidos na migração. É através delas que as informações circulam e é possível obter assistência que permite a redução do custo financeiro e a incerteza do recém chegado. Dessa forma um fluxo migratório pode se perpetuar em um destino específico.

As redes fornecem informações, indicam meios que auxiliam o processo de migração e atenuam as dificuldades no país de destino. A migração internacional pressupõe ir ao encontro de uma sociedade, geralmente com língua, costumes e valores diferentes. Significa um empreendimento de muitos riscos. Esses riscos são amenizados por intermédio das redes sociais (Siqueira, 2006, p. 38).

O conceito de redes sociais não se trata de um conceito novo, mas a partir da década de 1970 elas passaram a chamar atenção de diversos investigadores das migrações. Ele permite o estudo de determinadas estruturas relacionais, como a posição de um ator na estrutura da rede e como isso interfere no comportamento do mesmo. As posições determinam, ainda, as oportunidades que se apresentam e a facilidade no acesso aos recursos dos outros atores da rede. Partindo da ideia de que fatores estruturais estabelecem as condições nas quais decisões de grupo e individuais são tomadas, as redes sociais fornecem essa estrutura, mas ao nível micro as decisões são influenciadas pela participação nas redes e no acesso a recursos, informações e assistência. Quando essas redes se desenvolvem elas estimulam correntes migratórias, efetuando a ligação entre dois países diferentes e entre migrantes e não migrantes, o que permite explicar a persistência de um fluxo mesmo após o término das condições



estruturais que deram início a ele (Sasaki e Assis, 2000). Ao mesmo tempo que as relações de reciprocidade das redes intermediam a inserção do migrante no trabalho, as condições estruturais do exercício do trabalho na sociedade receptora também condicionarão as relações entre seus membros (Dornelas, 2001).

A rede é o conjunto de pessoas entre as quais as relações interpessoais, de amizade, parentesco, camaradagem ou apadrinhamento, permite esperar do outro confiança e fidelidade. É no âmbito da rede que se mostra possível formular o projeto migratório e, através dela, mobilizar as estratégias e os recursos necessários para sua concretização. Sob esse ponto de vista podemos afirmar que o projeto é familiar, já que seus membros participam da mesma rede (Dornelas, 2001).

A teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória. (Soares, 2005).

A perspectiva das redes permite uma análise, independentemente de sua direção ou persistência, que considera as estruturas econômicas, sociais e políticas na história de ambas as sociedades. É através dessa perspectiva que podemos, ainda, explicar a forma que alguns locais de origem se vinculam a determinados destinos. Bons exemplos disso são os programas *GuestWorker*, realizado na Europa nos anos 1940 e 1950, e o programa *Bracero*, que buscou levar trabalhadores mexicanos aos Estados Unidos do México durante a Segunda Guerra Mundial, momento de escassez de mão de obra no país, e que, mesmo após encerrado o programa, continua a haver imigração de mexicanos.

## 1.6. TRANSNACIONALISMO

Em *Nação e Consciência Nacional* (1989), Benedict Anderson observa como dentro de algumas nações uma espécie de “sub-nacionalismos” (*ibidem*, p. 11) têm existido, ameaçando a existência delas. Para o autor, a nação nada mais é do que uma comunidade política imaginada de forma limitada e soberana. Ela é imaginada pois nem mesmo na menor delas todos seus cidadãos conhecem todos seus compatriotas e, no entanto, a ideia de uma “comunhão” é compartilhada por todos. A nação é limitada pois, independentemente do número de pessoas por ela abarcadas, possui fronteiras finitas, para além das quais estão outras nações. É a partir das ideias de Anderson que Hall (2003) questiona onde começam e terminam as fronteiras de

<sup>7</sup>Vertambém TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: MCNEILL, W. H. e ADAMS, R. S.(orgs). *Human migration, patterns and policies*. Indiana University Press, 1978.

PROJETO MIGRATÓRIO: UMA COMPREENSÃO INTERDISCIPLINAR DO TEMA – SCHUTTE, Giorgio Romano; MAZER, Roberta de Moraes.



uma nação, considerando que todas vivem historicamente próximas de seus vizinhos e alguns de seus cidadãos vivem em outros países.

No atual contexto internacional, espaços e comunidades apresentam cada vez mais um caráter transnacional, ou seja, diversas estratégias de contato e interação são desenvolvidas, permitindo a existência de vínculos entre dois locais distintos e, com isso, provocando mudanças sociais em ambos (Dutra, 2013). Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) propõem a adoção da transnacionalização como uma forma analítica de compreensão da migração. Observando brevemente os estudos sobre migração feitos até então, e através de estudos realizados nos Estados Unidos com grupos de caribenhos, haitianos e filipinos, as autoras percebem que comumente os imigrantes são vistos como pessoas que abandonaram definitivamente seus locais de origem, rompendo com antigos hábitos e padrões e se comprometendo com o aprendizado de uma nova língua e cultura. Sob essa perspectiva, o migrante pode ser rapidamente assimilado ou aculturado pela sociedade de destino, obscurecendo ligações com seu lar, seu local de origem e familiares. Apesar de haver na literatura existente algumas caracterizações que apontavam no sentido da transnacionalização, os estudos estavam focados na inserção do imigrante na sociedade receptora, não fornecendo nova abordagem ao estudo. Além disso, o processo de reestruturação e reconfiguração do capital global afetou a migração internacional e seus laços com a comunidade de origem, e os desenvolvimentos tecnológicos de comunicação e transporte facilitam esse contato.

Ao contrário das pesquisas que revisam, as autoras concluem que os migrantes mantêm diversas ligações entre local de destino e de origem. Assim, eles passam a ser chamados de transmigrantes: pessoas que mantêm relações familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas com seu espaço natal, colocando em relação espaços locais e globais. A visão dos migrantes como assimilados pela sociedade receptora levou a uma perspectiva que os classificava como temporários ou permanentes. Para as autoras essas categorias não levam em consideração que as relações com a sociedade local e a de origem são mantidas concomitantemente.

These connections have enabled immigrants during their years abroad to have children cared for by kin at home, to continue as actors in key Family decisions, to visit at regular intervals, and to purchase property and build homes and businesses in their countries of origin, even as they bought homes and created businesses in their countries of settlement. (Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton, 1995, p. 53).



Para Dutra (2013), o transnacionalismo se define como o processo através do qual os migrantes criam campos sociais que atravessam as fronteiras de suas nações, por meio de atividades quotidianas sociais, econômicas, culturais e políticas.

## 1.8 PROJETO MIGRATÓRIO

Essa breve apresentação de algumas teorias que estudam os fluxos migratórios mostra que cada uma delas voltou-se a uma dimensão explicativa ou a uma escala da análise, de forma que a complexidade desses movimentos não é considerada em sua totalidade. A decisão de migrar é parte de uma série de fatores que não seguem exclusivamente a lógica de causa e consequência, mas são, também, historicamente marcados no grupo social e na região considerada quanto pela história da migração em si (Boyer, 2005).

No contexto da globalização e da reestruturação produtiva as migrações internacionais têm crescente importância, mostrando as novas modalidades de movimentação populacional (Patarra, 2006). No caso brasileiro, as mudanças pelas quais passaram as migrações no país, em relação a origens, destinos, grupos envolvidos, duração, tipos, entre outros, exigem a revisão de algumas perspectivas teóricas até então utilizadas no estudo desse objeto (Menezes, 2012).

As novas mobilidades migratórias demandam, no cenário da globalização a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista (Patarra, 2006).

O conceito de *projeto* refere-se a uma conduta organizada intencionalmente de forma que finalidades específicas sejam atingidas; através do estabelecimento de objetivos e fins é possível que os meios sejam estruturados para que aqueles possam ser alcançados. Ele enfatiza, de um lado, o papel dos elementos contextuais na elaboração de um projeto, e, por outro, a consciência de sua construção e o caráter ativo do ator sobre a realidade. A ação deliberada resulta do planejamento, do estabelecimento de um objetivo e de imagina-lo sendo realizado, além da intenção de concretiza-lo independente se tratar de um projeto vago ou detalhado. Enquanto antecipação no futuro de uma trajetória e biografia específicas, ele se caracteriza como parte de um *continuum* que permite sua constante redefinição em função do contexto em que se insere e das estratégias sociais e individuais (Velho, 2003).

Os projetos, então, operam em um campo de possibilidades, dimensão sociocultural que proporciona espaço para sua formulação e implementação que é compartilhada por universos específicos. Eles são construídos a partir das experiências socioculturais, de vivências e interações, circunscrito histórica e culturalmente na própria noção de indivíduo e no repertório



de preocupações centrais ou dominantes. “Sua matéria-prima é cultural e, em alguma medida, tem de ‘fazer sentido’, num processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. (Velho, 2004, p. 27)”.

A cada momento existe uma seleção de coisas que se mostram relevantes para o ator enquanto outras não incitam nenhum tipo de preocupação. Tudo isso é biograficamente determinado, isto é, sua atual situação apresenta uma história específica, é a sedimentação de suas experiências subjetivas anteriores. Por isso um projeto apenas individual, sem referência a outro ou ao social, não se mostra possível. Portanto, a racionalidade envolvida em um projeto está ligada a determinadas experiências culturais: ela envolve algum tipo de cálculo e planejamento culturalmente situada de riscos e perdas envolvidos (*idem*).

*O projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (Velho, 2003, p. 103).*

A noção de projeto busca dar conta da “margem relativa de escolha” (Velho, 2004) que os indivíduos e/ou grupos possuem em um determinado momento histórico de uma sociedade ao mesmo tempo que a escolha racional é vista como um elemento significativo aos processos de mudança (*idem*); o mundo social se mostra, assim, estruturante e, ao mesmo tempo, estruturado pelas ações dos sujeitos, fazendo com que a objetividade e a subjetividade estejam em uma relação dialética (Amorin, 2012). Dessa forma temos a visão de que “seja capaz reconhecê-lo [o migrante] como um sujeito portador de projetos e realizador de escolhas dentro dos espaços que articula no processo migratório. (Xavier, 2012)”.

*O projeto migratório, assim, é construído a partir do momento que o migrante decide deixar seu local de origem e, também, ao longo de toda a trajetória migratória. Esse conceito permite que seja privilegiada uma análise dinâmica da migração, que se funde ao continuum temporal.*

*Assim, há um deslocamento do olhar da migração para os sujeitos dessa ação – os migrantes – enquanto sujeitos que, embora condicionados por condições estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, também, atuam sobre essas condições, significando-as, atribuindo-lhes significados a partir de seus projetos de vida individuais e familiares (Menezes, 2012, p. 35).*

No momento de sua partida, o migrante dispõe de um certo número de informações e conhecimentos sobre as possibilidades do local de destino, informações, geralmente, parciais, que permitem a formulação de um projeto a partir de um conjunto de fatores. A partir disso, ele



é levado ao encontro de outros, que dispõem, talvez, de informações diferentes e, assim, o projeto “inicial” é modificado, em uma constante relação dinâmica. As condições no momento da chegada – o migrante possui alguém que o receberá?, ele enfrentará um período de desemprego?, etc – participam, igualmente, da redefinição desse projeto, bem como as diversas informações que o migrante obtém ao longo de sua experiência e da leitura individual da realidade na sociedade de origem e de destino (Velho, 2004).

As características apresentadas fazem com que o projeto migratório não possa ser reduzidos apenas ao indivíduo: esse se insere em um grupo, maior ou menor. Considerando que todo o grupo está envolvido, o projeto migratório faz sentido através das escalas: individual, que envolve as próprias aspirações, a posição ocupada no grupo familiar e social e sua relação com os espaços; o grupo de migrantes, com o qual se mantém relações mais ou menos fortes de acordo com a proximidade social e que fornece uma rede social onde circulam informações, bens e auxílios; o grupo familiar, tanto aqueles que partem quanto os que ficam, sendo esses atores fundamentais do projeto formulado na partida e têm sua importância reduzida já que ficam a distância; o grupo social é aquele que situa o migrante, lhe fornecendo códigos e é, também, o grupo em que coloca sua identidade e unidade em jogo através dessa experiência, mas, ao mesmo tempo, se abre a novas oportunidades. É através do diálogo e do confronto desses diferentes grupos que o projeto migratório é constituído, por isso não podemos pensar na existência de um projeto único que é impermeável a outros, mas sim uma negociação permanente marcada por diversos interesses. Esse conceito permite, ainda, ter em conta os efeitos do local de partida e de chegada, isto é, inserir na análise todos os lugares afetados pela rota migração. (Boyer, 2005).

A ideia de projeto se coloca a partir do momento em que podemos entendê-lo como uma forma de negociação do migrante com a realidade e com o campo de possibilidades que a ele se apresenta – seus constrangimentos, suas limitações, suas potencialidades – “existindo como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (Velho, 2003). (Xavier, 2010, p. 151).

## 1.9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas teorias foram usadas para explicar o “fenômeno” da migração que podemos observar atualmente (Sasaki e Assis, 1995). A existência de um corpo teórico fragmentado, voltado a determinadas disciplinas, torna mais difícil a compreensão dos processos migratórios e de sua complexidade. As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da





globalização, a reavaliação de paradigmas para a compreensão das migrações. Com isso, a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível (Patarra, 2005).

Autores que defendem a ideia de cenários do tipo empurra-puxa e teorias do equilíbrio geralmente enfatizam respostas individualistas às migrações, enquanto aqueles que se debruçam sobre as teorias histórico-estruturais apontam para um processo macroeconômico e investimentos entre países. Abordagens diversas não são mutuamente excludentes, e diferentes perspectivas são relevantes, embora em diferentes níveis de análise. Fatores estruturais apontam em direção de fluxos migratórios de larga escala entre nações e diferentes partes do mundo, enquanto fatores empurra-puxa e análises de redes sociais são úteis para explicar quais indivíduos migram, a distância que eles viajam e seus destinos específicos (Margolis, 1994).

Dessa forma, o conceito de projeto migratório visa conciliar as análises que se voltam às ações individuais, aquelas que enfatizam os fatores estruturais e as redes sociais, considerando fatores objetivos e subjetivos numa relação dialética que possibilita a constante mudança e adaptação do projeto a novas informações e acontecimentos.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- AMORIM, Aparecida. Contribuição da Categoria de Habitus Para a Reflexão Sobre a Migração Internacional. In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antonio M. da C.; BAENINGER, Rosana. *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BOYER, Florence. Le projet migatoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré: la pauvreté désavouée. *Stichproben: Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien* 8, 2005.
- DEDECCA, Claudio S. Retomada do crescimento e a migração no início do século. In: BAENINGER, Rosana e DEDECCA, C. (orgs). *Processos migratórios no Estado de São Paulo – Estudos Temáticos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/ Unicamp, 2013.
- DORNELAS, Sidney M. Redes Sociais na Migração: questionamentos a partir da pastoral. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo. Ano XIV, número 40, Maio-Agosto/2001.
- DUTRA, Delia. *Migração Internacional e Trabalho Doméstico: Mulheres peruanas em Brasília*. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
- FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.



- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- MARGOLIS, Maxine L. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus, 1994.
- MENEZES, Marilda A. de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antonio M. da C.; BAENINGER, Rosana. *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- PATARRA, N. e PACHECO, C. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. **Anais**. Curitiba: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1997.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, Ago/2006.
- \_\_\_\_\_. Movimentos migratórios internacionais recentes de/para o Brasil e políticas sociais. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (org.). *Travessias na De\$ordem Global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das Migrações*. Portugal: Universidade Aberta, 1995.
- SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- SCHILLER, Nina G., BASCH, Linda e BLANC, Cristina S. “From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration”. *Anthropological Quarterly*. Jan 1995, vol. 68, Issue 1, p. 48-63.
- SIQUEIRA, Sueli. Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares – sonhos e frustrações no retorno. Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.



- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- XAVIER, Iara R. Projeto Migratório e Espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- XAVIER, Iara Rolnik. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Um leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In: BAENINGER, Rosana (org.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

## REFERÊNCIAS

- a) Livros: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. *Título em itálico* (em geral apenas em maiúscula a inicial da primeira palavra e a inicial de substantivos próprios). Tradutor (no caso de obra originalmente escrita em outra língua). Edição (exceto em se tratando de 1ª edição). Cidade: Editora, ano.  
*Livro com até 3 autores devem ter todos citados. Livros com + de 3 autores admitem referência a um dos autores e a expressão “et alii” ou “e outros”, em geral na ordem estabelecida pela ficha catalográfica do livro.*
- b) Capítulos de livros: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do capítulo em letra comum sem aspas, termo *In* ou *Em*, dois pontos, SOBRENOME DO ORGANIZADOR OU EDITOR DO LIVRO, Nome do Organizador ou Editor do Livro, entre parênteses a palavra organizador (org.) ou editor (ed.), *Título do livro em itálico*. Tradutor. Edição. Cidade de publicação: Editora, ano, páginas inicial-final do capítulo. (Nota: Organizador é aquele que participou da confecção da obra, indicando tratar-se de obra coletiva, já o Editor é aquele que recolheu textos diversos, aleatórios, publicando-os).
- c) Artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo sem aspas. Termo *In* ou *Em*, dois pontos, *Título do periódico em itálico*, Volume, número. Cidade: Editora, mês e ano, páginas inicial e final do artigo
- d) Artigos em Congresso: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo sem aspas. *In*: NOME E NÚMERO DO CONGRESSO (em caixa alta), data e local em que foi realizado. *Título da publicação em itálico*. Organizador. Cidade: editora, data, páginas inicial e final do artigo.
- e) Legislação: PAÍS, *Norma jurídica em itálico* – descrever todo preâmbulo. Ou: ENTE FEDERATIVO (no caso de Lei Estadual ou Municipal), *Norma jurídica em itálico* – descrever todo preâmbulo. Ou: NORMA JURÍDICA – preâmbulo *In*: (Referência da obra fonte).



- f) Artigos na internet: SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo sem aspas. Termo *In* ou *Em*, dois pontos, Nome do site, se houver, seguido da expressão “Disponível em”, endereço eletrônico, data do acesso.
- g) Filmes: PRODUTOR DO FILME. *Título do filme em itálico*. Diretor. Ficha técnica, com nomes do roteirista, do produtor executivo e de outros que se pretenda destacar. Elenco principal. Produção: País. Distribuidora. Ano da realização.



## **CURRÍCULO E INTERDISCIPLINARIEDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS**

FIGHERA, Mariângela Lindner  
Estudante de Mestrado do PPGE  
[figheraster@gmail.com](mailto:figheraster@gmail.com)

SILVA, Luciane Bidinoto  
Estudante de Mestrado do PPGE  
[lbidinoto@hotmail.com](mailto:lbidinoto@hotmail.com)

GRITTI, Silvana Maria  
Professora do PPGE  
[silvanagritti@gmail.com](mailto:silvanagritti@gmail.com)

191

### **RESUMO**

Este trabalho é uma produção do curso de pós-graduação em Educação, mestrado profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa de Jaguarão – RS. A pesquisa ação discute o currículo e a interdisciplinaridade nas escolas do campo de Caçapava do Sul, com objetivo de construir coletivamente um currículo interdisciplinar que esteja de acordo com as especificidades do campo. Os professores que atuam nas escolas do campo foram os sujeitos da pesquisa, com a aplicação de questionário aberto. A primeira fase da pesquisa-intervenção constituiu-se de um diagnóstico de abordagem qualitativa, para buscarmos compreender como se organizam e desenvolvem no cotidiano destas escolas, suas práticas pedagógicas e como se relacionam com o currículo das Escolas do Campo, tendo como referência o paradigma da Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Currículo. Interdisciplinaridade. Escolas do Campo.

### **ABSTRACT**

This work is a production of postgraduate degree in education, professional master's degree in Education, Federal University of Pampa Jaguarão - RS. The action research discusses the curriculum and interdisciplinarity in the schools of south cacapava field, in order to collectively build an interdisciplinary curriculum that is in accordance with the specifics of the field. Teachers working in schools in the field were the subjects, with the application of open questionnaire. The first phase of the research-intervention consisted of a diagnosis of qualitative approach, seeking to understand how to organize and develop in everyday life these schools, their teaching practices and how they relate to the Rural Schools of the curriculum, with reference to the paradigm Field of education.

**Keywords:** Curriculum. Interdisciplinarity. Field Schools.



## INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no decorrer deste artigo é parte do projeto de intervenção que discute o currículo e a interdisciplinariedade das escolas do campo, buscando melhorar a prática dos professores e construindo coletivamente uma proposta pedagógica que esteja de acordo com as especificidades do campo.

O projeto diagnóstico foi realizado nas escolas do campo da rede municipal de Caçapava do Sul-RS, a partir da minha inserção como Coordenadora Pedagógica das Escolas do Campo neste município e considerando a necessidade e pertinência de um levantamento de dados referente ao objeto de estudo ora em questão, o currículo destas escolas e sua articulação com o Projeto Político Pedagógico.

Tenho acompanhado o trabalho dos professores das escolas do campo de Caçapava desde 2010, quando fui convidada para coordenar o Programa Escola Ativa (Programa do Governo Federal que tem como objetivo a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas nas séries iniciais do ensino fundamental de escolas do campo) no município. Na oportunidade fiz a formação em Porto Alegre pela UFRGS e multiplicava para as colegas, num total de 240 horas. Na época a proposta foi aceita pelas professoras com muita alegria, porque nos depoimentos relatavam que estavam esquecidas pela Secretaria de Educação e que se sentiam sozinhas nas escolas multisseriadas.

No decorrer do ano letivo de 2010, tivemos vários encontros, onde os professores colocaram suas experiências e ficamos conhecendo um pouco da realidade de cada escola. O Programa já vinha com uma pauta semi-estruturada pelo Governo Federal, mas tínhamos possibilidade de flexibilidade no planejamento. Uma das dificuldades que encontrei foi o acompanhamento das atividades dos professores, porque eu não estava no quadro da Secretaria de Educação e as visitas eram realizadas por outra pessoa que coordenava os professores, não havendo uma integração entre os estudos dos encontros e a prática em sala de aula. O que evidencia que esta política pública “é atravessada pelas contradições próprias das relações sociais, a política educacional direcionada às populações camponesas é movimento, inclui o velho e o novo em seu processo de construção” (RIBEIRO, 2013, p. 670).





Muito embora, se possa questionar os reais interesses deste Programa, entendo que na relação com as professoras das Escolas do Campo, algumas conquistas foram obtidas durante o Programa Escola Ativa, a partir dos encontros realizados, entre elas foi à construção do Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) das Escolas do Campo, que até então, tinham um único P.P.P. para todas as escolas do campo. Atualmente das seis escolas do campo quatro tem P.P.P. duas está em construção.

Quando retornei em 2013 como coordenadora municipal das Escolas do Campo de Caçapava do Sul/ RS, várias foram as minhas inquietações que levaram a elaborar um projeto diagnóstico para investigar o currículo das escolas do campo a fim de discutir a coerência e a articulação entre o Projeto Político Pedagógico, o currículo e a Legislação pertinente a Educação do Campo, em cada uma dessas escolas.

Durante o ano de 2013 realizei várias visitas as localidades conhecendo um pouco da realidade de cada comunidade escolar. Organizamos reuniões mensais, onde o diálogo e o debate estiveram presentes gerando uma discussão dos resultados, identificando com os pesquisados alguns temas que consideram prioritários, buscando estratégias para solucionar os problemas. As reuniões eram organizadas mensalmente e tínhamos como pauta os assuntos que eram sugeridos pelos professores nas reuniões anteriores, através do “diário de campo” individual, onde era registrado o que os professores aprenderam o que querem aprender, o que eles planejam fazer, comentários, dúvidas e como foi a sua participação.

Durante as reuniões foram surgindo várias discussões e inquietações, onde os professores relatavam as dificuldades que tinham em trabalhar com várias turmas, com diferentes níveis de aprendizagem. Nos “diários de campo” os professores descreviam a necessidade de reconstruir uma proposta pedagógica que contribuísse para melhorar a prática pedagógica dos professores das turmas multisseriadas. De acordo com o autor o “diário de campo” é: “[...] é uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registros quantitativos e qualitativos”. (LIMA, p.03,2007)

O diário de campo é um instrumento de pesquisa que foi utilizado durante as reuniões para registrar e refletir sobre as situações vivenciadas com o depoimento e observações das práticas pedagógicas dos professores. Este processo contribuiu para a organização e



planejamento do projeto de intervenção, onde foi elaborado um roteiro de discussão que poderá ser flexível de acordo com os interesses pertinentes ao contexto.

Assim, a problemática da pesquisa é como se organiza o currículo nas escolas municipais do campo de Caçapava do Sul e como está relacionado com o Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo elaborado pela comunidade escolar em 2012.

O objetivo desta pesquisa é analisar o currículo das escolas do campo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de (re) significá-lo coletivamente contemplando as especificidades da educação do campo no município de Caçapava do Sul.

Para realização da pesquisa com objetivo de diagnosticar a relação do currículo com o P.P.P. como instrumento de implementação de um novo Plano de Estudo nas escolas do campo uma vez que foi elaborado, pelas escolas, no ano de 2011. Com este intuito, de implementar uma educação do campo nas escolas de Caçapava do Sul, a ideia apoiada nos princípios da pesquisa ação tanto para a elaboração do diagnóstico quanto para a concretização da intervenção ora proposta. Por entender que numa pesquisa ação desde a investigação é participante, pois quem pesquisa tem e mantém vínculo com os sujeitos. E por entender, também que esta pesquisa propicia uma interação dialética entre teoria e prática. Ainda porque valoriza os diferentes saberes e proporciona aos grupos populares compreenderem seus problemas e buscar alternativas para solucioná-las.

Para desenvolver este projeto foi utilizada uma bibliografia correspondente à Educação do Campo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Diretrizes Operacionais para Educação Básicas nas Escolas do Campo, dados estatísticos e documentos oficiais como os Planos de Estudos e Projeto Político Pedagógico das escolas do campo.

Conforme LDB 9.394/96 da Educação Nacional é a aprendizagem e o conhecimento do aluno que devem esboçar a organização escolar, porque deve incentivar o estudante a decifrar, usufruir e reconstruir o mundo em que está inserido, para que ele seja capaz de ter uma visão ampliada do real vivido e das formas adequadas para sua transformação.

O processo de aprendizagem precisa fundamentar-se em circunstâncias favoráveis para que o sujeito construa sua própria identidade, desenvolvendo todas suas potencialidades. É fundamental que a educação concorra para desenvolver uma consciência crítica no indivíduo.



Existe uma tendência dominante em nosso País, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar almejado pela modernidade. (ARROYO, 2004)

Garantir que todas as pessoas do campo tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo é de fundamental importância. Como também, colocar em prática uma proposta educativa que ali se desenvolva com o vínculo necessário dessa educação com uma estratégia específica de desenvolvimento para o campo, será um desafio.

O primeiro desafio é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que educação está presente nessa oferta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade. (ARROYO, 2004)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) traz como finalidade o pleno desenvolvimento dos estudantes e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ela garante o cumprimento imediato do instituído em artigos que tratam das possibilidades de organização pedagógica, abre espaço e possibilidade para que se implemente uma escola do campo. Assim, no artigo 23 encontramos que:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Na organização curricular segundo a LDB, Art. 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Na Lei encontramos garantias para as especificidades de organização de escolas rurais, ou seja, na letra da lei no Art.28 diz que é possível a escola buscar uma organização própria.



Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) e o CNE (Conselho Nacional da Educação) vêm estabelecendo políticas públicas, por pressão e força dos movimentos sociais organizados, que propalam respostas às necessidades do campo. Pressuponho que estas leis e resoluções, podem abrir um importante caminho, que poderá ser seguido, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a cidadania possa ser o alicerce, de uma educação democrática de qualidade para todos.

Contraditoriamente, o que se vê na prática cotidiana é a implementação do controle do Estado sobre o ensino público, que estabelecendo um padrão nacional para a organização e funcionamento das escolas sem prévia consulta da comunidade e dos sujeitos envolvidos homogeniza, padroniza e desqualifica as singularidades que provém da especificidade da cultura dos diferentes grupos sociais. Contrariando na prática o que diz o Art.28 da LDB, o qual fundamenta a organização das escolas do campo.

O Conselho Nacional de Educação, através da resolução CND/CEB1, de 03 de Abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básicas nas Escolas do Campo no Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, que garante às escolas uma gestão democrática, o que pode vir a constitui-se em mecanismo que possibilite estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

A resolução CNE/CEB nº. 1, de 03/04/2002 estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no Campo e reconhece que o campo deve ser considerado território de programação e investimentos técnicos e pedagógicos diferenciados, superando a



cultura arraigada historicamente na sociedade brasileira que imagina o campo ou como espaço exótico ou ambiente marcado pelo atraso, por incapacidade natural de seus habitantes (ARROYO,2004).

O município de Caçapava do Sul possui seis distritos e neles estão distribuídas seis escolas multisseriadas, num total de 15 professores, 3 funcionárias e 131 alunos.

Caçapava do Sul possui suas peculiaridades, alguns distritos se destacam pela agricultura, pela pecuária, mineração e os pontos turísticos que aparecem em quase todos os distritos mostrando a diversidade econômica a ser explorada, refletindo esta situação na área educacional da escola do campo.

Ante a diversidade, é cada vez mais importante que o professor, enquanto categoria profissional e enquanto pessoa, pense, explicita valores e objetivos educativos. Segundo o autor:

[...] quer rejeitemos ou aceitemos a diferença, quer pretendamos incorporá-la à cultura hegemônica, quer defendamos a preservação de seus aspectos originais quer procuremos desafiar as relações de poder que a organizam, não podemos, em hipótese alguma, negá-la. [...] queiramos ou não vivemos em um mundo inescapavelmente multicultural (MOREIRA, 2013, p.84-85).

Num país como Brasil, com toda a sua diversidade cultural, e impossível continuar alheio a isso. Sabendo que, pois, pressupomos que não existe uma cultura superior a outra, mas sim culturas diferentes. É assim, que entendo a educação do campo. Uma educação que se fundamenta em práticas, vivências que decorrem da forma específica, a partir da qual os agricultores produzem e produzem-se.

As formas de lazer das comunidades não são muito diferenciadas. Os pais costumam levar seus filhos nas atividades promovidas pela escola e nos eventos realizados nas comunidades vizinhas. Há diversas etnias nas escolas do campo deste município como: alemães, italianos e negros.

Existe CPM (Conselho de Pais e Mestres) em todos os estabelecimentos de Ensino das Escolas do Campo. Algumas escolas têm o Clube de Mães e o Conselho Escolar; estas entidades têm um bom relacionamento com os educadores e auxiliam nas decisões a serem tomadas.



As escolas multisseriadas encontram-se na sua maioria em condições precárias quanto a sua estrutura, necessitando de reformas, ampliações e construções novas. As mesmas desenvolvem atividades, que conforme fala de suas professoras, preparam o educando na sua formação intelectual, pois os mesmos concluem o quinto ano e continuam seus estudos com sucesso, sem grandes dificuldades, nas escolas da cidade. Apenas, com exceção de alguns alunos que apresentam problemas de aprendizagem precisando de atendimento especial por parte de especialistas em educação e também, na percepção destas mesmas professoras, existem, alguns casos de desinteresse por parte do aluno e da família.

Ainda, na fala dos professores, as escolas procuram trabalhar integralmente, dando ênfase a conteúdos que julgam mais necessários a vida escolar do aluno, como leitura, produção de texto, conhecimentos matemáticos exercitando o raciocínio e valores sociais a serem preservados pela pessoa. As situações cotidianas são pouco valorizadas e a partir delas são trabalhados conteúdos programados no currículo. Devido à maioria dos professores morarem no urbano, apresentam dificuldade em trabalhar os conhecimentos que são significativos para o aluno.

O educador do campo precisa assumir uma postura de compromisso e em defesa dos sujeitos que vivem única e exclusivamente do campo. Segundo a autora:

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino (CALDART, 2002, p. 20).

Os desafios dos educadores se agigantam frente às especificidades da Educação do Campo, impõe-se uma luta incessante em defesa da igualdade de direitos à educação de qualidade, exigindo políticas específicas e afirmativas para os sujeitos do campo, considerando que estes possuem uma vida diferenciada dos sujeitos urbanos.

Historicamente, a educação para os sujeitos do campo vem sendo marginalizada frente à inexistência de políticas públicas específicas. Porém, o que se vê são currículos essencialmente





urbanos, totalmente contrários às necessidades e realidades do meio rural (CALDART, 2002).

Segundo a autora: “a cultura reproduzida na escola é a cultura da classe social que detém o poder. A cultura rural não é considerada como cultura dominante, razão pela qual não figura no currículo” (GRITTI, 2003, p.133-134).

Desta forma, a escola, o currículo e os professores do campo refletem a realidade do urbano. Mas, os sujeitos do campo têm reagido, procuram compreender a realidade na qual vivem e, bem como, as contradições e possibilidades que emergem dos seus movimentos, do campo. Que neste processo constroem uma nova proposta de educação, que se pretende seja implementada nas escolas. Acredito que aliado a este processo e a busca de interação com os movimentos sociais teríamos elementos importantes para lapidarmos questões relativas à escola.

Uma interação entre movimentos sociais e educação do campo contribui para que se discuta e se avance nas questões que se colocam, relativas à escola rural, ou seja, aquela educação imposta, estranha e com objetivos de dominação pode sucumbir frente à experiência dos movimentos sociais articulada com as escolas que situam-se no campo, no sentido de constituir uma educação do Campo. Segundo o autor:

[...] se trata de elaborar uma proposta educativa que enfrente a precarização das condições existenciais da escola do campo, alicerçada na preocupação de elaborar um novo projeto de aprendizagem para essas escolas situado num campo aberto as necessidades populares dos diferentes sujeitos, como também à construção de um planejamento no âmbito da relação entre o poder público, sociedade e universidade. (HAGE,2010, p. 32)

Nos relatos os professores enfocam que trabalham com os interesses dos alunos, mas em nenhum momento colocam quais são estes interesses e se eles estão pautados nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação do campo. Sendo necessária uma revisão teórica destes princípios no projeto de intervenção, estabelecendo relações com as práticas realizadas em sala de aula.

Quanto ao planejamento encontramos na fala do professor “L” o seguinte relato: “*Não possui um currículo adequado aos saberes e as necessidades dos alunos. Os professores que procuram adequar os conteúdos e valorização do meio em que vivem esses alunos. São raras as escolas que oferecem ensino fundamental completo para os alunos a maioria das escolas do*



*campo só oferecem os anos iniciais. As infraestruturas são bem precárias, espaço físico é algo preocupante ganhamos meios de tecnologia, mas espaço físico não comporta e nem professores especializados para dar o apoio que se faz necessários”.*

Este relato aponta algumas das dificuldades enfrentadas pelas professoras do campo, que necessitam de um planejamento mais amplo que poderá guiar os passos mais específicos do trabalho educativo. O planejamento é um meio para programar as ações, que devem estar relacionadas com o currículo e com as práticas pedagógicas. Também é um momento de pesquisa, onde é necessário conhecer a realidade em que está inserido e avaliar constantemente este processo de construção.

Na análise dos P.P.Ps. das escolas do campo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) não aparecem, mas são especificados nos Planos de Estudos em forma de conteúdos, habilidades e competências, não contemplando as especificidades das escolas do campo. Ou seja, pode-se observar uma discrepância entre um projeto político pedagógico, que foi construído, com um certo protagonismo dos sujeitos envolvidos, e os Planos de Estudos que são realizados. Então, constata-se um avanço, por pequeno que seja, nos P.P.Ps. e um “retrocesso” na implementação de um projeto de educação do campo.

Penso que se os P.P.Ps. trouxessem explicitamente questões de ordem metodológica que representasse para o professor um apoio para elaborar seu plano de trabalho e também contemplassem normas para a realização dos conselhos de classe e as normas de convivência. Os Parâmetros Curriculares Nacionais seriam colocados em segundo plano e os professores iriam construindo sua autonomia e buscando um Plano que dê conta de uma educação do Campo em contraposição a uma educação do agronegócio.

Outra questão para repensar é a organização do tempo e espaço escolar relacionado às concepções propostas, por um paradigma de uma educação do campo. Como este processo está em construção acredito que outras alterações poderão ser realizadas até o final do ano.

A Educação do Campo é um desafio para toda sociedade, mas, infelizmente, o modelo escolar ideal ainda está longe de ser alcançado. Porém, o campo é um lugar de muitos saberes e que para alcançar a qualidade na educação, faz-se necessário conhecer e acreditar nos sujeitos, em suas potencialidades, valorizando sua realidade e seu ambiente. Para ser um educador do campo será preciso encarar o desafio e fazer valer o direito à educação aos sujeitos do campo,



lutar para que novas e reais oportunidades de auto realização pessoal e profissional se realizem, atendendo as especificidades do homem e o seu direito a terra, a educação e uma vida digna.

Com base no objetivo da pesquisa, na síntese dos resultados obtidos na análise das informações fornecidas pelos participantes, das observações realizadas no contexto escolar, tornar-se possível formular algumas considerações sobre o estudo desenvolvido.

A pesquisa realizada e caracterizada como uma abordagem qualitativa. Tendo os professores que atuam nas escolas do campo como os sujeitos da pesquisa, com a aplicação de questionário e entrevista semiestruturada. Dos questionários que analisamos, constatamos que segundo o relato da maioria dos professores que o currículo trabalhado é igual ao das escolas da cidade, com alguma diferença na parte diversificada contemplando assuntos de interesse dos alunos. Os professores trabalham os conteúdos integrados, mas não de forma interdisciplinar. Concluimos que o currículo desenvolvido nas escolas do campo de Caçapava do Sul é um currículo urbanizado, não contemplando as especificidades do campo.

Então, para isso entendemos que é necessário discutir o currículo das escolas do campo no município de Caçapava do Sul-RS, relacionados ao P.P.P. da escola para compreender que projeto de escola se concretiza, observando a interdisciplinariedade e as especificidades das escolas do campo. Através do diagnóstico foi possível detectar os problemas e elaborar um projeto de intervenção que vai desencadear discussões em torno de questões como: a realidade: econômica, política, cultural, condições de vida dos estudantes e condições das escolas; papel da educação escolar e da escola do campo; currículo escolar, a interdisciplinariedade, método no processo ensino aprendizagem e avaliação; gestão democrática; o papel do planejamento coletivo na escola; o P.P.P. e a organização do trabalho pedagógico da escola. Por entender que estas são discussões fundamentais para que se possa pensar em rediscutir e reformular o P.P.P. das escolas do Campo, sob a perspectiva do paradigma da Educação do Campo.

Também, observa-se por parte dos professores das escolas certa preocupação com o sucesso dos seus alunos. Ou seja, os professores de uma forma geral, sentem-se responsáveis e sabem que podem contribuir para com o futuro dos seus alunos. Embora, estejam distantes, da realização de um trabalho que contribua para a materialização de uma Educação do Campo. Assim, muitos procuram trabalhar dando ênfase a conteúdos que julgam



mais necessários a vida escolar do aluno, como leitura, produção de texto, conhecimentos matemáticos exercitando o raciocínio e valores sociais a serem preservados pelas pessoas. As situações cotidianas são pouco valorizadas e a partir delas não são trabalhados conteúdos programados no currículo. Devido à maioria dos professores morarem no urbano, apresentam dificuldade em trabalhar os conhecimentos que são significativos para os alunos. Pode-se dizer que os professores “transportam” e transferem do urbano para o Campo o ideal de trabalho e de ensino e de aprendizagem.

Esta pesquisa diagnóstica tem a intenção de continuar o diálogo e contribuir no processo de reconstruir/construir o Projeto Político Pedagógico e os currículos das escolas do campo com uma metodologia de “encontros dialógicos”. Este procedimento é respaldado no teórico Paulo Freire, que afirma que a essência da prática educativa problematizadora é o diálogo, onde através da palavra os sujeitos se humanizam. Com a intenção de formar sujeitos capazes de exercitar a leitura, atribuir significados, analisar suas práticas e discutir com os outros é que sentimos a necessidade de realizar atividades pedagógicas que contemplem a dialogicidade e que possibilitem a apropriação e discussão teórica necessária para a tarefa de rediscussão e reformulação dos P.P.Ps.

O projeto de intervenção prevê seis ações que serão desenvolvidas no início de abril de 2014 e finalizadas em dezembro de 2014. A execução das ações foi mediadora, onde aconteceu uma relação dialógica para relato de experiências, debates possibilitando a construção do conhecimento. A proposta de intervenção sugerida pelos professores foi encontros mensais itinerantes nas escolas do campo, com diálogo para conhecer as diferentes realidades, práticas dos colegas, sobre os temas propostos e buscar estratégias para reconstruir um currículo interdisciplinar que atenda especificidades do campo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Rocha Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. *Escola de Direito: Reiventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo)



ARROYO, Miguel Gonzalez, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina, (org.) *Por uma educação do campo*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo* / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. *Constituição. República Federativa do Brasil*. 1988. Ministério da Educação.

BRASIL. LDB, *Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1996.

CALDART, Roseli S. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção*. In: *Educação do campo: identidade e políticas públicas* – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 13. ed. Rua de Janeiro, Paz e Terra. Coleção: O mundo, Hoje, v.21. 1983

GRITTI, Silvana Maria. *Educação rural e capitalismo*. Passo Fundo: UPF, 2003.

HAGE, Salomão M. ROCHA, Maria Isabel A. *Escola de Direito: reiventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Coleção Caminhos da Educação do Campo.

LIMA, T.S.C.; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. *A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo*. Revista Virtual Textos & Contextos, v. 7, 2007.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Currículo e programas no Brasil*. 18ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)



MOREIRA, A. F. B. (Org.) *Currículo: Políticas e Práticas*. 13ª Ed. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

\_\_\_\_\_. *Currículo: Questões Atuais* 18ª Ed. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.(\*). *Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*.

RIBEIRO, Marlene. *Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência*. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 54 de jul.-set. 2013, p. 669-691.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: SP. Papyrus, 2004.





## PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES EM ESTUDO EMPÍRICO: PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL – PALMEIRA PR

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia

*Professora associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa*

[danutaluiz88@gmail.com](mailto:danutaluiz88@gmail.com)

GIUSTINA, Emilie Faedo Della

*Aluna do Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa*

[emiliefaedo@hotmail.com](mailto:emiliefaedo@hotmail.com)

MIOLA, Ana Carolina Moreira

*Aluna do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa*

[anamiola@hotmail.com](mailto:anamiola@hotmail.com)

205

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo sistematizar a experiência de trabalho interdisciplinar desenvolvido pela equipe de profissionais do Programa de Saúde Mental de Palmeira/PR, no ano de 2013. Visando este objetivo foi necessária a realização de uma pesquisa de caráter qualitativo com recorrência aos profissionais que compõem a equipe, através de duas entrevistas coletivas, pesquisa documental e contatos informais com a coordenação do programa. Os dados foram organizados e interpretados através de análise de conteúdo, no formato categorial, tendo como etapas para análise: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretações. A sistematização dos elementos que compõem a experiência nos oferece a visualização de alternativas, estratégias e possibilidades de realizar trabalhos de caráter interdisciplinar no âmbito das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Trabalho interdisciplinar. Saúde Mental. Rede.

**ABSTRACT:** This article aims to systematize the experience of interdisciplinary work done by the staff of the Mental Health Program of Palmeira / PR, in 2013. To realize this goal it was necessary to conduct a qualitative research study with recurrence to the professionals who make up the team through two group interviews, documentary research and informal contacts with coordination of the program. The data were organized and interpreted through content analysis, the categorical format, with the steps for analysis: pre-analysis, material exploration, processing and interpretation of results. The systematization of the elements that make up the experience offers us the visualization of alternatives, strategies and possibilities for interdisciplinary work in the realm of public policy, in this case in particular, in the area of mental health.

**Keywords:** Interdisciplinary work. Mental Health. Network.

### 1. INTRODUÇÃO



Considerando que a temática em torno da interdisciplinaridade tem sido objeto de preocupação das políticas públicas em âmbito nacional, visto sua importância para o avanço de ações voltadas para projetos comprometidos com a perspectiva transformadora, o Núcleo de Estudos e Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (NEPPS) vinculado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, desenvolveu uma pesquisa de âmbito regional como uma forma de contribuir para o debate da temática em tela.

O presente artigo é fruto de um conjunto de reflexões sistematizadas a partir da experiência dos pesquisadores/autores no NEPPS, o qual é constituído de profissionais de diversas áreas, como por exemplo: direito, psicologia, serviço social, veterinária, educação física, jornalismo, entre outros; mas que (para a realização de uma pesquisa de caráter interdisciplinar) possuem um objeto de pesquisa em comum: práticas profissionais de caráter multi ou interdisciplinar no âmbito das políticas públicas na região dos Campos Gerais no estado do Paraná.

A pesquisa parte da seguinte problematização geral: no âmbito das políticas públicas na região dos Campos Gerais, existem práticas exitosas multi ou interdisciplinares? Em que áreas e locais se encontram tais práticas? Como se configuram em termos de equipe profissional, metodologia de intervenção e resultados alcançados? Após delimitação das áreas de pesquisa o presente grupo de autores ficou responsável pela área das políticas públicas de saúde, em função da proximidade dos integrantes da pesquisa com a temática. Assim, este artigo apresentará a experiência interdisciplinar exitosa na área de políticas públicas de saúde.

Para definição da amostra e dos sujeitos de pesquisa foi adotado o seguinte procedimento:

- a) Contato com técnicos responsáveis<sup>1</sup> do escritório Regional de Saúde / SESA- para a identificação das experiências exitosas nos municípios selecionados para a pesquisa. Após a discussão de experiências dos municípios na área de saúde a equipe indicou, seguindo os critérios de possíveis práticas interdisciplinares, o Programa de Saúde Mental do Município de Palmeira (setembro/2014);

<sup>1</sup> Luciene Sowek, Enfermeira SESA-PR, responsável pela Atenção Básica na 3ª Regional de Saúde e Beatriz Vargas, Enfermeira SESA-PR, responsável pela Vigilância Epidemiológica na 3ª Regional de Saúde.



b) Contato com a equipe municipal indicada para esclarecimento dos objetivos da pesquisa, solicitação de documentos sistematizados sobre a experiência e agendamento das entrevistas (setembro/2014);

c) Realização de duas entrevistas coletivas com os profissionais que compõem as equipes (as entrevistas foram gravadas e transcritas com depoimentos fracionados de 15 profissionais) consideradas com práticas interdisciplinares e pesquisa documental em documentos disponibilizados pela equipe entrevistada. Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada, com questões abertas: Como surgiu a proposta?; Quem é o público-alvo?; Quais são os objetivos da experiência?; Qual é a base da experiência/proposta /projeto (Legal, teórica, metodológica)?; Como se desenvolve a prática com o público-alvo da experiência (metodologia, procedimentos, estratégias ou outras formas de intervenção); O que considera específico de sua profissão? O que é comum nas práticas desenvolvidas?; O trabalho favorece o exercício do interdisciplinar? Quais as dificuldades e facilidades pra materialização do exercício interdisciplinar? Como a equipe mantém espaços de exercício interdisciplinar? Há possibilidades de discussão e retroalimentação da experiência, reuniões sistemáticas, capacitações?; Quais os resultados concretos alcançados junto aos grupos trabalhados? (outubro/novembro/2013);

d) Organização e interpretação dos dados coletados através de análise de conteúdo, no formato categorial, tendo como etapas para análise: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretações. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 679-684) (março a maio/2014);

e) Relatório da pesquisa / elaboração do artigo (maio/14).

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA –PR**

O município de Palmeira (município foco da pesquisa) apresenta, segundo o IBGE (2013) uma estimativa de população de 33.469 com uma densidade demográfica de 22 habitantes por km<sup>2</sup>. O município apresenta 50% de cobertura de sua população pela estratégia Saúde da Família, possui dois hospitais gerais, cinco unidades de saúde da família, onze unidades básicas de saúde rurais (com um auxiliar de enfermagem e um agente comunitário de saúde (ACS) permanentes e uma equipe médica e de enfermagem itinerante,



E conta ainda com duas Unidades Básicas de Saúde Urbana. Palmeira conta também com o atendimento especializado ofertado pelo Consórcio Intermunicipal dos Campos Gerais e Governo do estado do Paraná<sup>2</sup>.

As ações de saúde mental já eram realizadas no município, mas de forma isolada, não sistematizadas, gerando uma prestação de serviços fragmentada (MARTINS *et al*, 1998). O Setor de Psicologia foi implantado em Palmeira em 1997, junto a Secretaria Municipal de Saúde, realizando atendimento clínico em psicologia, principalmente na psicoterapia. A população atendida era originária de busca direta pelos usuários ou encaminhamento por profissionais diversos, gerando uma grande demanda reprimida. (MARTINS *et al*, 1998)

Diante desse quadro, os profissionais começaram a se reunir para discutir a necessidade do município dispor de um Programa Municipal de Saúde Mental (PMSM). O que aconteceu em agosto de 1998 passando a ser referência para as ações de saúde mental do município. Este Programa contemplava ainda um Projeto de Apoio Psicofarmacológico ao Doente Mental e efetivava a Central de Assistência Biopsicossocial à Saúde Mental implantado em 1999 (ITINOSE, 1999). Atualmente, o programa está subdividido em: 1) Equipe Clínica, específica de assistência ambulatorial às pessoas em sofrimento psíquico; 2) Equipe Ampliada, com foco na atenção primária, sendo referência para a atuação na rede do SUS; 3) Rede Caracas, rede municipal de saúde mental, articulada com outros setores do serviço público e de organizações sociedade civil.

Observa-se que as equipes que atuam no programa de Saúde Mental adotam como linha base do processo de trabalho o acolhimento ao usuário, independente de onde este esteja sendo referenciado ou chegando ao programa por demanda espontânea. Acolhimento é uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH), que não tem local nem hora certa para acontecer, nem um profissional específico para fazê-lo: faz parte de todos os encontros do serviço de saúde. O acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes (BRASIL, 2013).

<sup>2</sup> O Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais (CIMSUADE), tem por objetivo contratar serviços complementares, como consultas especializadas ( cardiologia, dermatologia, Oftalmologia entre outras), exames especializados,( Ultrassom , Mamografia, Dopler, Eco-cardiograma... ) relativos a atenção especializada para dar suporte a todos os municípios da 3ª Regional de Saúde. (<http://www.cimsaude.org/cimsaude>)



O Programa de Saúde Mental desenvolve suas ações de maneira simplificada e objetiva, no qual pode se identificar a presença de elementos estruturantes que envolvem um dos grandes desafios da Saúde Mental aliados ao Acolhimento (figura 1): adoção dos princípios da Gestão da Clínica e da Clínica Ampliada, também é denominada de clínica do sujeito e clínica ampliada e compartilhada, sendo uma metodologia de trabalho, descrita na teoria Paidéia<sup>3</sup>.

Figura 1- O Acolhimento, Clínica, Clínica Ampliada e Rede Caracas



## 2.1 EQUIPE CLÍNICA

Desenvolve suas funções de assistência ambulatorial de média complexidade na Central de Assistência Biopsicossocial, criada em 1999 (MARTINS et al, 1999). Atualmente a Central de Assistência Biopsicossocial esta composta por 02 médicos; 05 psicólogos; 01 agente social acolhedora; 01 assistente social.

A Central de Assistência Biopsicossocial tem a responsabilidade de realizar o acolhimento e o cadastramento das pessoas em sofrimento psíquico, as quais procuram por tratamento ambulatorial ou são encaminhadas por outros profissionais e instituições ou ainda por procura de familiares.

Está prevista a avaliação e a conduta dos profissionais sobre os casos clínicos, através de inter-consultas, atendimentos individuais, psicoterapia, consultas médicas, apoio e

<sup>3</sup> Segundo Oliveira, (2008) Teoria Paidéia é uma concepção do professor Gastão Wagner de Souza Campos, apresentada em sua tese de livre docência. É um modelo interpretativo: uma rede de conceitos, estruturados a partir de três vertentes teóricas: a teoria da produção social dos fatos históricos (Gramsci, 1978 apud Campos, 2006), a teoria da complexidade (Morin, 1994 apud Campos 2006) e de diversas concepções sobre subjetividade, destacando o paradigma psicanalítico (Freud [1933], 1969 apud Campos 2006).



orientação familiar, atendimento hospitalar, dentre outros procedimentos para melhor definir as estratégias terapêuticas, e o tratamento quando necessário.

Além do atendimento ambulatorial, preconiza-se o planejamento e a execução do apoio matricial, ambos em parceria com demais profissionais que integram a equipe ampliada de saúde mental na rede pública do SUS: agentes comunitários de saúde, auxiliares e técnicos de enfermagem, enfermeiros, farmacêutica, médicos, psicólogos, assistente social, agente social, terapeuta ocupacional, educadora física. A principal ferramenta para a articulação entre estes técnicos são as reuniões semanais realizadas nas quartas-feiras pela manhã na Sede do Programa Municipal de Saúde Mental. O apoio matricial<sup>4</sup> é desenvolvido de forma compartilhada, como nota-se no relato abaixo:

*[...] matriciamento, é quando você consegue fazer essa comunicação entre quem cuida do paciente e o próprio paciente [...] é a equipe respeitar o desejo dele, é respeitar o momento que ele está passando [...] porque isso transfere uma confiança também e na medida do que lá ou aqui se percebe de que ele não está bem, digo acho que você não deve tomar, então a gente tem essa liberdade com ele. (COORDENADORA).*

A realização do cadastramento e acolhimento de PTM é feito no Centro de Saúde Municipal e prevê a entrega da Carteira de Acompanhamento ( Figura 2) para os clientes que utilizam medicamentos controlados (sendo esta uma importante estratégia de acompanhamento dos pacientes) a partir da primeira consulta, a carteira é fornecida, preenchida com os dados referentes a medicação, na qual contém campos específicos para medicação oral e injetável. A cada consulta, internação ou retirada de medicamentos na farmácia os dados são atualizados e monitorados nesta carteira.

Figura 2- Carteira de Acompanhamento para Pacientes do Programa de Saúde mental do município de Palmeira

<sup>4</sup> De acordo com Campos e Domitti (2007), apoio matricial refere-se a uma metodologia de trabalho que tem por característica a retaguarda de uma equipe especializada, capaz de oferecer tanto suporte técnico-pedagógico.





Fonte: Disponibilizada pela equipe de saúde mental.

Relacionado ao acompanhamento do estado de saúde mental da PTM, realiza-se um trabalho de parceria com o Programa Saúde da Família – PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, uma vez que há integrantes destas equipes compondo a equipe de saúde mental. No entanto, a equipe verifica a necessidade de espaços para discussões de casos e orientações que ocorrem periodicamente, bem como ações em parceria nos territórios das equipes PSF como percebe-se no relato a seguir:

*[...] Essa é troca, a idéia que não se resolve nada sozinho, independente da especialidade, da profissão, depende das equipes da atenção primária pra resolver muitas questões, relação de interdependência, mas também de co-responsabilidade. Estou num momento que penso mais na equipe do que nos pacientes sabe, até pelas ações que tenho desenvolvido nos últimos tempos, pelo envolvimento com o APSUS [...] e por exemplo, numa família, não tem como tratar bem uma criança se os pais não estão bem... (COORDENADORA)*

As urgências são atendidas no Pronto Atendimento, serviço de urgência e emergência, porém diariamente há psicólogos com escala pré-definida à disposição para inter-consulta e intervenções. Os psicólogos realizam avaliação e acompanhamento de PTM de todas as faixas etárias, contudo há diferentes responsabilidades clínicas, mas o enfoque clínico é a psicoterapia breve:

*[...] embora tenhamos o titulo de ambulatório, funcionamos de uma forma diferente temos uma central de atendimento biopsicossocial com atendimento de psiquiatria e psicologia a gente também faz um trabalho na rede ampliada em parceria com as equipes de atenção básica e outros profissionais da atenção primária, toda quarta feira temos reunião... (COORDENADORA)*



Faz parte do processo de trabalho da equipe o suporte técnico em saúde mental aos funcionários do Departamento de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, chamado de *Cuidar de quem Cuida*. Tal suporte tem como objetivo a necessidade da comunicação clara e constante entre membros das equipes, como podemos identificar nos relatos a seguir:

*[...] para isso o psicólogo na saúde mental é fundamental, ter um psicólogo de apoio e quem dá apoio ao psicólogo?*

*[...] O Psicólogo... é o meu apoio, e eu sou o apoio dele e vice e versa, [...] dai tem horas que a gente se apóia. A categoria de psicólogo tem a função de dar esse suporte a equipe. (COORDENADORA)*

*[...]A comunicação entre as equipes melhorou muito, antes tinha uma coisa assim, tudo tinha que a referencia era a Agente Social, lembra ai a ela agendava por telefone a consulta e marcava na agenda do psicólogo, ela marcava pra gente atender. Hoje a gente inverteu totalmente essa lógica , porque a gente não tem lista de espera.... tem o acolhimento... todos fazemos acolhimento... as Acs os profissionais tem livre acesso aos profissionais... eu acho que isso é uma coisa muito legal , maturidade.*

*[...] O reconhecimento na cidade não só com essa carga de responsabilidade , então você cuida, parece cuidar bem, então continue cuidando e cuidando bem... (COORDENADORA)*

Quanto a questão de treinamentos pontuais e de orientações, ou quando necessário, realizam –se levantamentos anuais dos atendimentos para verificar a incidência de transtornos mentais leves ou severos, dependência de álcool e drogas.. No ano de 2013 foram realizados em média 5000 procedimentos, distribuídos entre: consultas de Psiquiatria, acolhimento, consulta psicólogo , enfermagem e visita domiciliar. Para tal, no ano de 2002 teve inicio um trabalho em conjunto com a Farmácia, no qual este setor encaminha para cadastramento e avaliação da Central de Atendimento Biopsicossocial o quantitativo de 250 usuários que utilizam medicamentos dos grupos dos ansiolíticos, antidepressivos e antipsicóticos.

## 2.2 EQUIPE AMPLIADA

É referência em saúde mental e conta com representantes de alguns setores da Atenção Primária à Saúde para a composição da equipe ampliada: Enfermeiros, Agentes Comunitários de Saúde, Assistente Social, Auxiliar/Técnico de Enfermagem, Farmacêutica, dentre outros. O grupo reúne-se semanalmente para discussão de casos, avaliação do Programa (metas X resultados alcançados), elaboração de atividades, estudos e atualizações na área, participa e promove eventos relacionados ao tema em oportunidades ou datas referencias para a Saúde Mental.



A equipe ampliada adota o sistema de referência e contra-referência, o que proporciona uma interação constante entre os diversos profissionais que atuam de forma integrada, fato este que possibilita um acompanhamento customizado dos pacientes de Saúde Mental.

### 2.3 REDE CARACAS

A Rede Caracas caracteriza-se por uma discussão ampliada da Saúde Mental no município, reúne-se a cada 30 dias, e envolve outras secretarias/departamentos da gestão municipal. Conta com a proposta de articulação para a Rede da Atenção Primária em Saúde (APS) e que estão envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade Saúde da Família (USF), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada em Assistência Social CREAS, Hospital Geral, Associação Menonita de Assistência a Saúde (AMAS), escolas estaduais e Departamento Municipal de Educação e Esporte. Conforme relatos a seguir:

*[...] A gente teve uma roda de conversa entre os médicos sobre o protocolo de saúde mental, medicamentos [...] Mas acho que eles tem um diálogo aberto, nas unidades, talvez a aproximação maior do psiquiatra e do Médico X com esses médicos ainda é uma coisa assim, um pouco mais distante. (COORDENADORA)*  
*[...] Tem a rede Caracas, o fórum, tem algumas vezes que passamos filmes com uma temática, Mente Brillhante, a esquizofrenia, discutia o caso, durante as reuniões, o que acharam e os sintomas [...] (PSICOLOGO 1).*

A Rede Caracas organizada pelo Programa de Saúde Mental é uma expressão do trabalho interdisciplinar realizado internamente pelo programa e também externamente, através das relações de trabalho articulado que a equipe estabelece com outros setores do município. Segundo Mendes, (2011) as redes não são, simplesmente, um arranjo poliárquico entre diferentes atores dotados de certa autonomia, mas um sistema que busca, deliberadamente, no plano de sua institucionalidade, aprofundar e estabelecer padrões estáveis de inter-relações.

### 3. DAS PRÁTICAS COMPARTILHADAS E ESPECÍFICAS

Cada profissional da saúde envolvido no Programa possui especificidades inerentes à sua profissão, no entanto, em um contexto geral, é possível denotar que existem práticas compartilhadas pelo grupo. Estas características apontam uma convergência de discurso dos membros, que trabalham em prol de objetivos comuns, ainda que voltadas cada qual à sua área específica. Como grupo construído com vistas à interdisciplinaridade, é válido ressaltar



que a interdisciplinaridade não ignora as diferenças existentes entre as diversas áreas do conhecimento, no entanto, parte do pressuposto que estas diferenças devem ser compartilhadas ao ponto de buscar construir um objeto de atenção (teórico-prático) comum e capaz de gerar intervenções críticas na realidade. (MUNHOZ e JUNIOR, 2009).

Quanto às práticas comuns a todos, destaca-se o acolhimento. Todos os profissionais ouvidos citam em seus discursos o acolhimento da pessoa que chega, que é a ocasião primeira quando se escuta este indivíduo, é feita triagem e encaminhamento do mesmo. Cada profissional atua em um momento, ainda que nesta mesma etapa de “acolher”.

214

*Acolher é receber e dar oportunidade de escuta, orientar e ou encaminhar, é realizada uma triagem a respeito do problema que a pessoa apresentou, se o caso é de saúde mental psiquiatria /ou psicologia é realizado um cadastro que a pessoa deve estar com Rg e o cartão do SUS para dar prosseguimento no tratamento, e também caso haja uma nova procura o cadastro já esta pronto. Muitas vezes a dificuldade que a pessoa apresenta nem sempre é da parte da saúde mental e assim sendo fazemos o encaminhamento ao órgão competente até que pode ser o CRAS , a policia, o fórum, CRAS... (AGENTE SOCIAL)*

*[...] os outros profissionais da equipe tanto a Psicóloga 2, quanto o Psicólogo 1, a Agente Social tem livre circulação até porque eles tem uma vinculação com os pacientes por isso muitas vezes é importante a presença deles, perceberem que a oficina terapêutica está interligada com a consulta psiquiátrica, que está interligada com o acolhimento, está interligada com o medicamento que é entregue na farmácia pra eles entenderem esse cuidado coletivo, [...] .então a gente flutua algumas funções comuns [...]* (COORDENADORA)

*[...]uma ligação bem grande com o conselho tutelar , encaminhamentos do pronto atendimento, bastante neurologia [...] a gente tinha uma parceria bem grande, internamento, principalmente de alcoolistas, também dentro dos programas da atenção primária, o Hiperdia, realização de palestras. Não só no centro de saúde, nos postos também, passeios... dentro da epidemiologia tem o grupo de tuberculose, a gente faz um trabalho junto[...] também tem essa ponte...a questão da Saúde da Mulher.... Diabetes... encontro com as pessoas e familiares... (PSICÓLOGA 2)*  
*Eu tenho uma visão diferente do acolhimento, às vezes eu penso e ultrapassa sabe, saio da sala e vou, eu não fico sossegada se eu não posso resolver, mas quem que pode?( AGENTE SOCIAL)*

Também, reconhecem em suas falas como o trabalho em conjunto é agregador, complementar e interligado, indo ao encontro do escopo do Projeto que prevê interdisciplinaridade. Como Thiesen (THIESEN, 2008) coloca, a interdisciplinaridade trata-se de um movimento que acredita na criatividade das pessoas, na complementariedade dos processos, na inteireza das relações, no diálogo, na problematização, na atitude crítica e reflexiva. Enfim, numa visão articuladora que rompe com o pensamento disciplinar, parcelado, hierárquico, fragmentado, dicotomizado e dogmatizada que marcou por muito



tempo a concepção cartesiana de mundo e que logo, deste modo, se apresenta na experiência do grupo de trabalho ao reconhecerem a conexão e complementaridade de cada etapa – do acolhimento às visitas domiciliares:

*Essa troca [...] a idéia que não resolve nada sozinho independente da especialidade, da profissão, depende das equipes da atenção primária pra resolver muitas questões, relação de interdependência, mas também de coresponsabilidade. [...] E, por exemplo, numa família, não tem como tratar bem uma criança se os pais não estão bem. Se os pais da criança não estão bem, a criança não vai estar, se as nossas equipes não estiverem minimamente saudáveis ou preparadas a clientela também não vai estar bem, o termômetro é realmente o quanto a gente tem conseguido avançar com os pacientes, se eu estou lutando tanto na linha de frente. (COORDENADORA)<sup>5</sup>*

215

Pensando em práticas específicas, quanto aos Agentes Comunitários de Saúde, estes indicam o “elo entre a comunidade e o serviço de saúde” (COORDENADORA). Este elo, segundo eles, aproxima paciente/agente, a medida que os profissionais vão até as casas dos pacientes, conhecendo mais de perto suas realidades e famílias, construindo “elos” que solidificam a relação e leva-os a compreenderem e levarem a uma identificação. Estes profissionais fazem a busca ativa<sup>6</sup> do paciente e reconhecem os problemas diretamente nas comunidades, ao longo de visitas periódicas.

*[...] a parte da identificação também, as vezes a gente esta com a família com mais frequência do que o próprio médico, você vê na casa, vê na rua... então nosso contato com a família é bem mais frequente ... Muitas vezes a gente, pela identificação do paciente vê que tem alguma coisa errada, mas o médico na consulta nem percebeu, porque lá (na consulta) ele(o paciente) acabou adotando uma postura diferente... (DEPOIMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – AC3, Palmeira, 30/10/2013)*

Por sua vez, os agentes sociais focam suas práticas no que tange ao acolhimento. A agente social entrevistada afirma que centra seu principal foco na mediação do paciente que chega. *Vou ao lugar encaminhar ele digo é tal e tal... Às vezes eu canso, dou uma parada, vejo assim e muitas vezes eu vejo que eles saem satisfeitos. (AGENTE SOCIAL).*

Já os psicólogos elencam ao menos seis funções específicas compartilhadas entre os três psicólogos entrevistados. São elas: avaliação psicológica, psicoterapia, oficina terapêutica, apoio psicológico e terapia focal. Estas práticas específicas são realizadas a partir

<sup>5</sup> Depoimento repetido pela relevância das informações.

<sup>6</sup> Por busca ativa, entenda-se como estratégia adotada do Plano Brasil Sem Miséria que significa levar o Estado ao cidadão. Esta busca coloca o Estado até os que precisam, sem esperar que os pobres procurem o poder público. (BRASIL, 2014)



das técnicas da psicologia, sendo que, por exemplo, as dinâmicas também são realizadas por outros profissionais, no entanto, a partir da práxis do mesmo.

A outra categoria de profissionais envolvidos com o Projeto de Saúde Mental em Palmeira são os Assistentes sociais. No momento, apenas uma profissional desta área atua no projeto, mas houve momentos em que mais um trabalhador dividia funções com a atual – como no ano anterior às entrevistas, 2012. Isto é importante dizer à medida que as funções da mesma ficam comprometidas com sobrecarga de trabalho, em comparação ao que era realizado anteriormente. A assistente social participa essencialmente do acolhimento e da triagem e cita que em outros momentos conseguia maior mobilidade para atuar em outras situações, quando acompanhada de outro profissional. Informa que é no acolhimento que a escuta se faz essencial:

*[...] porque na escuta que a gente identifica muitas situações, a pessoa chega pedindo medicamento e você vê que aquilo vai muito além daquela prescrição médica, a garantia dos direitos, encaminhar, orientar [...] estabelecimento de vínculos. Eles também têm uma referencia ali onde podem recorrer. (ASSISTENTE SOCIAL)*

A fala da profissional confirma que o acolhimento é uma prática comum entre os profissionais e destaca o papel do Serviço Social no grupo de profissionais que é a compreensão do processo vivido pelo indivíduo no contexto em que está localizado numa perspectiva de totalidade: “*you see that it goes far beyond that medical prescription*”. E visualizar perspectivas de “*guarantee of rights, directing, orienting*” Ou dito nas palavras de YAZBEK (2004, p.45) “[...] se for desconsiderada a totalidade (...) a desconexão do micro-social, do particular para com o todo [...]” se perde a visão de totalidade da questão trabalhada

Aspecto destacado por este profissional, mas que é comum nos depoimentos de todos os entrevistados: abordar o usuário dos serviços de saúde mental no contexto no qual esta inserido. Ou seja, a interdisciplinaridade é diretamente relacionada a perspectiva de totalidade: a relação das partes com o todo é um conjunto articulado e interconectado numa mútua relação. “Depois de os ter estudado a cada um em particular, é necessário examinar a sua relação recíproca” (MARX, 1983, p.225), integrando seus elementos ao conjunto, as partes ao todo, “[...] se bem que nunca se possa chegar a uma totalidade que não seja ela mesma elemento ou parte [...]” (GOLDMANN, 1979, p.13)

#### 4. Das facilidades e dificuldades na realização do trabalho interdisciplinar





Não se deve ignorar, *a priori*, que as diferentes profissões e funções desenvolvidas pelos agentes tem uma história, formação e cultura próprias, que certamente influenciam no trabalho tomado isoladamente, assim como dentro da perspectiva de grupo e até na interdisciplinaridade. Como bem leciona Munhoz<sup>7</sup>,

As profissões, de modo geral, não aprendem a se enriquecer mutuamente pelas diferenças, com base em compreensões que possuam em comum sobre a realidade; também não se exercitam no trato de problemas acima das diferenças de compreensão; nem se habilita no enfrentamento de problemas a partir de sua explicitação como problemática a ser analisada conjuntamente e conjuntamente pelos diversos profissionais envolvidos.

217

Todavia, partindo da referência de que a interdisciplinaridade pressupõe a necessidade de discussão, reflexão e trabalho integrado das áreas de atuação; conjugando conceitos, experiências e até mesmo especificidades<sup>8</sup> para um objetivo posto de forma universal e geral; a experiência do Programa de Saúde Mental do município de Palmeira, como se apresenta, permite a condução da análise a partir de uma prática interdisciplinar concreta.

Nessa busca de superação do trabalho isolado e específico, concebendo-o num contexto global da sociedade e da necessidade dos sujeitos envolvidos, a equipe do Programa de Saúde Mental do município de Palmeira, tem buscado práticas capazes de engendrar a melhoria e eficiência do trabalho. Para tanto, o grupo se reúne frequentemente para discussão de casos, avaliação do Programa, elaboração de atividades, estudos e atualizações na área, bem como participando e promovendo eventos relacionados ao tema; isso tudo na perspectiva do melhor diagnóstico e consolidação do trabalho e como mecanismo de fortalecimento da equipe.

Vejamos tal representação na fala de agente que integra a equipe do Programa:

*Essa troca né, a ideia que não resolve nada sozinho independente da especialidade, da profissão, depende das equipes da atenção primária pra resolver muitas questões, relação de interdependência, mas também de co-responsabilidade. (COORDENADORA)*

*[...] quando as situações acontecem e a gente intervém, não tem clareza e nem certeza de onde aquilo vai dar, não sei se vou acertar ou não vou acertar, se vai ser produtivo ou não. Então, quando as situações passam a gente consegue discutir os casos depois das condutas que a gente tomou que*

<sup>7</sup> MUNHOZ, D. N. **Da multi à interdisciplinariedade: a sabedoria do percurso**. Revista de Estudos Criminais. São Paulo/Porto Alegre: Ed. Fonte do Direto, ano V, n. 18, abril/jun. 2005.a, p. 68.

<sup>8</sup> “Os estudos sobre interdisciplinariedade não podem deixar de registrar um alerta necessário sobre a relação não excludente entre interdisciplinariedade e especialização. Isso porque reconhecer a relevante contribuição que a primeira traz à construção do conhecimento não implica desconsiderar a indiscutível importância do aprofundamento em aspectos particulares relacionados à especificidade”. (MUNHOZ, D.N. *Interdisciplinariedade e Pesquisa*. In: BOURGUIGNON. J. A. (org). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009, p.17)



*resultado que teve, eu acho que isso é a facilidade... Acho que funciona bem assim todas as pessoas, entendem o fluxo, como deve acontecer... todas sem exceção que estão aqui sentem-se parte da Saúde Mental. (COORDENADORA)*

*Estou num momento que penso mais na equipe do que nos pacientes sabe, até pelas ações que tenho desenvolvido nos últimos tempos, pelo envolvimento com o APSUS<sup>9</sup>... e por exemplo numa família, não tem como tratar bem de uma criança se os pais não estão bem. Se os pais da criança não estão bem, a criança não vai estar, se as nossas equipes não estiverem minimamente saudáveis ou preparadas a clientela também não vai estar bem [...]. (COORDENADORA) <sup>1</sup>*

Tal conjugação de esforços, que supera a mera convivência entre saberes diferentes (multidisciplinariedade), tem se demonstrado como um elemento fundamental para a eficiência do trabalho e a melhor aceitação junto à comunidade atendida, conforme corroborado por falas recorrentes dos membros da equipe:

*Acontece na discussão de casos, o apoio um ao outro, o trabalho em equipe desenvolvendo quando precisa uma nova estratégia, esse momento das quartas-feiras está instituído há muitos anos, inclusive planejamento. (PSICÓLOGO 1)*

*[...] é quando você consegue fazer com que essa comunicação entre quem cuida do paciente e o próprio paciente... é respeitar o desejo dele, é respeitar o momento que ele está passando... Porque isso transfere uma confiança também e na medida do que lá ou aqui se percebe de que ele não está bem, digo não acho que você não deve tomar, então a gente tem essa liberdade com ele assim [...]. (COORDENADORA)*

*No acolhimento trabalhamos em parceria com a farmácia devido a dúvidas que surgem devido à medicação pelo paciente. Também está sendo realizado um cadastro de todas as pessoas que fazem o uso de psicotrópicos é fornecida a carteirinha verde para que o paciente possa prosseguir o tratamento com o médico que o atendeu, a exigência de ser o mesmo médico é que o paciente seja acompanhado mais de perto no tratamento e muitas vezes não há necessidade de ser acompanhado pelo psiquiatra. (AGENTE SOCIAL)*

Assim, evidente que os registros de experiências, a integração e comunicação no trabalho realizado pela equipe que desenvolve o atendimento à saúde mental no município de Palmeira, vêm contribuindo para o avanço no trabalho prestado. De forma mais específica, a condução do trabalho a partir de uma prática interdisciplinar, implica na maior segurança dos agentes envolvidos e no sistema de decisão no qual estão inseridos, bem como para o melhor diagnóstico e efetividade no tratamento aplicado.

<sup>9</sup> APSUS – Programa de Atenção Primária a Saúde de Qualidade em todo Paraná – objetiva formular a política de atenção primária a saúde no Estado do Paraná, implementando ações e serviços para a promoção do cuidado da população em todo o seu ciclo de vida. ([http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/APSUS/MapaEstrategico\\_APSUS.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/APSUS/MapaEstrategico_APSUS.pdf))



Fator fundamental inclusive para que o trabalho se desenvolva numa perspectiva de total aproximação com os sujeitos ao qual o Programa se destina, conforme se observa das falas abaixo e que seria muito mais difícil se não desenvolvido dentro dessa prática de experiências interdisciplinares.

*Até mesmo os paciente que tomam Aldol, a gente faz esse trabalho também, vir aqui no centro pegar o medicamento levar pro PSF... a parte da identificação também, as vezes, a gente esta com a família com mais frequência do que o próprio médico, você vê na casa, vê na rua, você vê... então nosso contato com a família é bem mais frequente... muitas vezes a gente pela identificação do paciente vê que tem alguma coisa errada, mas o médico na consulta nem percebeu, porque ele acabou adotando uma postura diferente. [Agentes comunitários de Saúde]  
 eles falam de tudo com a gente... pro médico eles não se 'acorajam' de falar. [Fala conjunta Agentes comunitários de Saúde]  
 Olha se tem uma coisa específica do agente de saúde é o elo entre a comunidade e o serviço de saúde... nem todo psicólogo tem uma afinidade com saúde mental, que dirá todo Acs, todo médico... todo enfermeiro, então tem uma coisa assim que é muito particular de cada um... então acho que essa cumplicidade, quando realmente consegue acontecer essa cumplicidade na equipe, essa maturidade facilita. [COORDENADORA]*

219

Assim, por mais que se reconheçam algumas dificuldades na metodologia de trabalho adotada pelo Programa de Saúde Mental do município de Palmeira/PR, como carências estruturais, dificuldade de compreensão acerca da perspectiva de trabalho por parte de alguns profissionais do atendimento de saúde (p.ex.: aproximação dos médicos do atendimento geral com os psiquiatras e médicos do Programa), são inequívocos os avanços e benefícios da prática interdisciplinar aplicada, conforme se percebe através da análise das falas dos sujeitos envolvidos, anteriormente referenciadas. Reiterada no comprometimento dos membros da equipe, até mesmo para a superação das dificuldades que inicialmente se apresentaram.

## 5. RESULTADOS

Percebe-se a importância das práticas educativas e democráticas que sejam capazes de socializar e universalizar o conhecimento/saber, fato que contribui para a elaboração de uma cultura política mais madura das classes subalternas. Essa ação favorece rupturas moleculares (LUIZ, 2011) frente à cultura dominante instituída, favorecendo a construção de um novo projeto societário, comprometido, efetivamente, com os ideais emancipatórios. É essa possibilidade de rupturas moleculares, de mudanças no senso comum com relação à



Saúde Mental que as práticas de mobilização junto à comunidade, às escolas e creches do município, desenvolvidas pela equipe profissional podem contribuir.

Outro elemento apontado como resultante do trabalho interdisciplinar desenvolvido refere-se à diminuição dos internamentos; reduzido número de suicídios e monitoramento de casos relacionados; valorização/responsabilização da família sobre a saúde do doente:

*O internamento diminuiu. (AGENTE SOCIAL)*

*[...] a gente tem percebido isso, temos tido **menos internamentos**. A gente tem demanda, mas por exemplo, hoje de manhã a gente estava vendo a questão de tentativa de suicídio. Tem **um município que veio nos visitar e conhecer nosso trabalho**, nos contou que eles têm tentativa de suicídio todo dia no município [...]. Então aqui nós temos um registro, a Agente Social tem esse cuidado de registrar a 'ideação' suicida, então quando surge na fala ela registra, quando tem a tentativa a gente registra, infelizmente a gente teve um óbito nesse ano, é o primeiro ou o segundo?? [...] Então, teve ano que teve mais, teve ano que tiveram muitos internamentos em hospital psiquiátrico, **hoje por transtorno mental, por surto mesmo a gente não tem internado tanto**. [...]. (COORDENADORA)*

220

Relativo à diminuição dos internamentos, há que se destacar a direção do trabalho assumida pela equipe no sentido de priorizar o tratamento do paciente da Saúde Mental inserido no âmbito familiar e social, sendo o internamento uma medida de última instância, para casos mais graves.

Essa leitura e posicionamento liga-se à uma perspectiva processual de transformação que passa da subalternidade ao protagonismo e autonomia dos sujeitos. Neste caso específico, os pacientes da Saúde Mental, historicamente marginalizados na sociedade brasileira, lógica que vem sendo superada por um entendimento desses enquanto sujeitos de direitos, inclusos à vida em sociedade. Processo que se realiza mediante elevação social, cultural e política da sociedade em seu conjunto - de um ponto de vista gramsciano (LUIZ, 2011).

Nota-se uma noção de proteção social que supera a unilateralidade de responsabilização no cuidado do paciente da saúde mental - a união de forças de todas as esferas: Família, Estado e Sociedade. Elemento que se nota em relação ao incentivo do protagonismo da família e do paciente no processo do tratamento:

*Não que o surto não aconteça, ele acontece da mesma forma que acontecia antes, ou um pouquinho menos por causa da **atenção ser diferenciada, a responsabilização, toda a família está sendo mais valorizada**. A família muitas vem com o discurso, de que 'cuide, você não é o profissional da saúde mental? Não, mas o senhor é a família dele, tem a mãe o senhor é o pai, o filho [...]. (COORDENADORA)*



A legitimidade do trabalho de forma geral, que se mostra no respeito da população e do poder público quanto à conduta do serviço (não internamento – quando “forças externas” faziam pressão para tanto) também é elencada enquanto um resultado positivo:

*Às vezes a gente tem que dizer assim: não tem indicação para internamento, o clínico tem que avaliar o seu caso, ver seus exames porque a instituição não vai te atender. E a família não aceitava isso, as vezes vinham forças externas, querendo nos obrigar, e a gente conseguiu trabalhar isso, e a população respeita nossa conduta quando a gente diz não.*

(COORDENADORA)

*O reconhecimento na cidade. (COORDENADORA)*

221

O respeito ao conhecimento técnico e à autonomia da equipe profissional é um elemento bastante significativo enquanto resultado de um trabalho interdisciplinar. E ainda, no âmbito da relação com o poder público e a população, a equipe visualiza o desenvolvimento de ações estratégicas como um meio de otimizar o serviço, como por exemplo, o uso da "carteirinha":

*A carteirinha como uma maneira de "desafogar o serviço". (PSICÓLOGA 2)*

Somado a isto, os relatos apontam para a maturidade do grupo, equipes mais resolutivas e comunicação entre as equipes:

*A comunicação entre as equipes melhorou muito, antes tinha uma coisa assim, tudo tinha que passar pela Agente Social, a referência era ela [...]. Hoje a gente inverteu totalmente essa lógica, porque a gente não tem lista de espera [...] tem o acolhimento, todos fazemos acolhimento, as Acs, os profissionais, todos têm livre acesso aos profissionais, eu acho que isso é uma coisa muito legal, é maturidade.*

*Eu acho que eles (os pacientes) já têm conhecimento bom do programa, não dependem mais da gente pra procurarem o serviço. (AGENTE SOCIAL)*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao objetivar sistematizar a experiência de trabalho interdisciplinar realizada pela equipe de profissionais do Programa de Saúde Mental de Palmeira/PR foi possível identificar alternativas, estratégias e possibilidades de realização de um trabalho de caráter interdisciplinar no âmbito das políticas públicas, neste caso específico, na área de saúde mental.

No que tange a interdisciplinaridade a partir das práticas realizadas pelo grupo de trabalho e categorias profissionais envolvidas, é possível denotar que este conceito é aplicado e desenvolvido no Projeto de Saúde Mental de Palmeira. Destaca-se que a interdisciplinaridade, enquanto experiência que se manifesta na realidade social de exercício





profissional, não é uma fórmula que se aplica e seus resultados podem ser mensurados quantitativamente. O que se buscou neste estudo foi analisar qualitativamente momentos de um processo em desenvolvimento de uma experiência de trabalho interdisciplinar bem-sucedida.

Esta interdisciplinaridade pode ser percebida, como mostrado ao longo do estudo, quando integrantes falam como cada elemento em suas especificidades complementa o todo do trabalho, em prol de potencialização do conhecimento. Característica que permeia o debate dos diferentes profissionais envolvidos.

Outro ponto importante levantado é o fator integração entre comunidade e o serviço de saúde. Esta ligação favorece ao tratamento do paciente com uma visão de totalidade, com integração da família e da realidade vivenciada pelos mesmos, com o intuito de romper com questões historicamente reproduzidas no âmbito da Saúde Mental relacionadas à exclusão social dos pacientes e desresponsabilização da sociedade.

Neste contexto de interdisciplinaridade com uma visão de totalidade, o trabalho desenvolvido, analisado a partir de uma perspectiva de práxis profissional, aparece para avançar a uma condição igualitária do ser humano, a partir de uma organização coletiva. Neste estudo, entende-se que as práticas profissionais contribuem nesta transformação e no exercício da cidadania relativo a todos os sujeitos envolvidos: pacientes, familiares, profissionais e comunidade.

Os relatos acerca dos resultados demonstram um processo de "rupturas moleculares", expressão fundamentada em Luiz (2011), que permite interpretar ações cotidianas (como as relatadas neste artigo, advindas da práxis profissional num contexto de trabalho interdisciplinar) como parte de um processo (de longo prazo) de mudanças sociais.

Mudanças essas que envolvem questões culturais, de elevação do senso comum ao bom senso. Essas "rupturas moleculares" referem-se a ações concretas, que embora não rompam de imediato com a estrutura social mais ampla, fazem parte de processos que influenciam novos modos de pensar e de atuar na coletividade (LUIZ, 2011).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10216, de 6 de abril de 2001. Publicada no Diário Oficial da União em 9 de abril de 2001.





BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização (PNH)*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 16 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. *Plano Brasil sem Miséria*. <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/busca-ativa>

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A.C. *Apoio Matricial e Equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde*. Cad. Saúde pública, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev. 2007

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, dez. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141449802012000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802012000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 jan. 2013.

GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

ITINOSE, K. *Projeto de Apoio Psicofarmacológico ao Doente Mental*. Palmeira 1998.

LUIZ, D. E. C. *Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2011. Pp. 15-121.

MARX, K. *Introdução à Crítica da Economia Política in Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, p.199 –226, 1983

MARTINS , A.M, BORNANCIN, E.L, CABRERA, E., YAMAGUCHI, L.S, SWIECH, R.C. Central de Assistência BIO-PSICO-SOCIAL, Palmeira, 1999.

MARTINS, A.M, MENDES, A.H, PONTES. L. YAMAGUCHI, L.S, E.L, CABRERA E. Programa Municipal de Saúde Mental, Palmeira, 1998.

MARTINS, Marcos Francisco. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?* São Paulo. Autores Associados. 2008.

MENDES, Eugênio Vilaça; *As Redes de Atenção a Saúde, Organização Mundial de Saúde*. Brasília, DF, 2011.



MUNHOZ, Divanir. Eulália e OLIVEIRA, Constantino Ribeiro Junior. Interdisciplinaridade e Pesquisa. P.11-33. In: BOURGUIGNON, J.A. *Pesquisa Social – reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa : Ed.Toda Palavra, 2009.

OLIVEIRA, F.B d. *Gestão da clínica e clínica ampliada: sistematizando e exemplificando princípios e proposições para a qualificação da assistência hospitalar*. Rio de Janeiro: s.n., 2008.

OMS - Organização Mundial de Saúde. Declaração de Caracas, Venezuela, 14 de novembro de 1990. Disponível em: [www.abrasme.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3696](http://www.abrasme.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3696) acesso em: 17/04/2014.

THIESEN, J.A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2008, vol.13, n.39, pp. 545-554. ISSN 1413-2478. YAZBEK, C. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, Ano XXV, nº 77, 11 - 29, 2004. (a)



## INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

BRITO, Larisse Miranda de.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). E-mail: britolarisse@gmail.com*

GARRIDO, Edleusa Nery

*Professora Adjunta da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA).*

*E-mail: edleusagarrido@gmail.com*

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.

*Professora Associada e Pesquisadora do Instituto de Artes, Humanidades e Ciências (IHAC) da UFBA. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade. E-mail: sonia.sampaio@terra.com.br*

225

### RESUMO

As transformações da sociedade atual têm exigido mudanças quanto ao tipo de formação ofertada em universidades. O que leva a pensar sobre novos modelos curriculares que beneficiem a relação entre campos de saber e a autonomia dos estudantes. O debate em torno da ampliação de acesso e da reforma do modelo profissionalizante adotado pelas universidades brasileiras abre-se para a possibilidade de uma reorientação curricular suportada por uma compreensão mais flexível da aprendizagem. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar uma compreensão crítica sobre currículos e o percurso do pensamento interdisciplinar. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que aponta para a necessidade de reorientação da base formativa da universidade em direção a uma conexão das especialidades científicas que permita aos estudantes uma análise crítica dos problemas atuais.

**Palavras-chave:** ensino superior; formação universitária; interdisciplinaridade.

### ABSTRACT

The transformations of contemporary society have demanded changes in the type of education offered in universities. What makes us think about new curricular models that benefit the relationship between fields of knowledge and the autonomy of students. The debate on expanding access and reforming the vocational model adopted by Brazilian universities open to the possibility of a curriculum guide supported by a more flexible understanding of learning. The objective of this paper is to present a critical understanding of the course curricula and interdisciplinary thinking. For this we carried out a literature search, which points to the need for reorientation of the training base of the university towards a connection of scientific specialties that allow students a critical analysis of the current problems.

**Keywords:** higher education; university education; interdisciplinarity.



## 1. INTRODUÇÃO

Até o século XX, o conhecimento construído em universidades fundamentou-se nos pilares da ciência moderna, erigida a partir de quatro princípios: fragmentação, racionalidade, objetividade e neutralidade. Entre estas características, a fragmentação do conhecimento em disciplinas específicas, que produz ilhas de competência distantes e concorrentes, vai refletir na organização das instituições universitárias, que se curva a essa separação e cria departamentos estanques e estruturas curriculares hierarquizadas (POMBO, 2005; TEIXEIRA, 2007; PAVIANI, 2007). Em meados do século XX, se estabelece um processo de aumento das subespecialidades, como adverte Santomé (1998), denominado por Teixeira (2007) de hiperespecialização disciplinar que, pela hierarquização das disciplinas, desencadeia sentimentos de poder e autoridade entre especialistas, ao mesmo tempo em que ganham corpo críticas que questionam a supremacia da ciência moderna e suas consequências, como veremos a seguir.

Sendo lugar privilegiado de desenvolvimento da ciência moderna, as universidades cristalizaram um modelo de funcionamento que separa as experiências cotidianas dos sujeitos do conhecimento que disponibiliza, resultando em um distanciamento entre o sujeito aprendente<sup>1</sup> e o conhecimento apreendido. Os professores, aqueles que “professam verdades”, guiados por metas de neutralidade e objetividade no processo de ensino, afastam-se dos indivíduos, em sua maioria jovens, que buscam por seus ensinamentos. Esse modo de reprodução do conhecimento remete ao período medieval, quando o ensino ofertado pelas instituições universitárias estava baseado em duas práticas: a *lectio* e a *disputatio*. A primeira, uma exposição do professor sobre o tema e a segunda, uma argumentação dos alunos possibilitando o debate sobre o assunto. Santos e Almeida Filho (2012) apontam que este modo de funcionamento do processo de ensino continua predominante nas instituições universitárias, que desconhecem, em larga medida, tanto as mudanças e inovações tecnológicas, quanto a diversidade de perfis dos estudantes que acessam cursos universitários, acrescentamos, especialmente as medidas de caráter democratizante que tiveram lugar no sistema de ensino superior, a partir dos primeiros anos da década de 2000.

<sup>1</sup> O uso da palavra *aprendente* é sugerido por Assmann (1998) pelo seu uso consagrado e frequente em outros idiomas: ingl., *learner*; al., *lerner*; fr., *apprennante*.



Apesar dos avanços tecnológicos disponíveis e de dispormos de um razoável arsenal crítico no que diz respeito a currículos de formação e aos modos de ensinar e aprender, nossas instituições de ensino superior, deram passos tímidos na adoção de novos desenhos curriculares e à incorporação de novas práticas pedagógicas, mantendo o predomínio de cursos de caráter disciplinar e profissionalizante e aulas magistrais onde a figura central continua sendo a do professor, tal como o modelo de ensino inaugurado ainda no período pré-moderno (SANTOS; ALMEIDA-FILHO, 2012). Ao estudante é atribuído o papel passivo de receber o que lhe será administrado pela figura do mestre que segue currículos construídos de forma sequencial que não admitem quase nenhuma flexibilidade. Para dar conta do vasto conteúdo previsto por esses rígidos percursos acadêmicos, os professores se apressam em organizar aulas expositivas que não privilegiam a autonomia do estudante.

Esse artigo tenciona apresentar e discutir uma compreensão sobre currículos de formação calcada na visão crítica e o percurso do pensamento interdisciplinar, que se tornou evidente a partir dos anos 1960, em países europeus, até chegar ao recente interesse brasileiro em discutir, institucionalmente e apoiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o tema da interdisciplinaridade na pesquisa, no ensino e na extensão. Assim como, alimentar o debate sobre a pertinência da formação interdisciplinar, que vem crescendo, desde a década de 1990, no âmbito da Pós-graduação e, em 2005, na graduação.

## **2. ESTUDOS SOBRE CURRÍCULO E A EMERGÊNCIA DO DEBATE SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE**

Os primeiros estudos sobre currículo surgiram no início do século XX, nos Estados Unidos da América (EUA)<sup>2</sup>, as obras iniciais indicam que o currículo deve ser tecnicamente pensado para responder às demandas do mundo industrial e burocraticamente organizado para ensinar habilidades técnicas e adequar os indivíduos às regras da organização societária em questão. Neste sentido, a fragmentação do conhecimento em disciplinas específicas dominadas por especialistas, que resultou no processo de hiperespecialização da ciência moderna, já referido neste trabalho, serviu largamente para a orientação curricular do período,

<sup>2</sup> Esse é o período da massificação do ensino superior nesse país em virtude da demanda crescente de mão de obra qualificada para atuar em diversos setores do mercado.  
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.



que notadamente vinculava os aprendizados escolares às habilidades necessárias para o mundo do trabalho.

Por outro lado, as descobertas científicas realizadas por físicos e químicos ao longo do século XX, questionaram os métodos e procedimentos característicos da ciência moderna, gerando uma crise no paradigma dominante. Essa “crise” aponta para a construção de um edifício científico que abandone as dicotomias<sup>3</sup> criadas pela ciência moderna. Identificados por muitos como um paradigma transdisciplinar, dele emerge uma reflexão epistemológica que sinaliza para a transformação da forma e do conteúdo da realização científica. No que toca à forma, intelectuais como Haken, Eigen, Maturana e Varela, Thom e Jantsch, contestaram os conceitos de Lei e Causalidade, presentes na ciência moderna, e propuseram a substituição destes, pelas noções de sistema, estrutura, modelo e programação, no caso do primeiro, e de finalismo, no caso do segundo, considerando, em cada uma dessas noções, as possibilidades de mutações nos fenômenos em estudo. O segundo tema da reflexão aponta para a prepotência do rigor científico da modernidade em relação à natureza tomando-a apenas como objeto de intervenção, nunca como parte da vida humana (SANTOS, 2010). Assim, Morin (2011) considera que as ameaças mais graves à vida humana estão ligadas a um tipo de progresso cego e incontrolado do conhecimento. Não obstante, ao fim da Segunda Guerra Mundial, alguns intelectuais neomarxistas refletem sobre o vínculo entre as descobertas científicas que marcaram essa época e o agravamento das práticas de poder e dominação das grandes potências capitalistas, elevando a discussão ao domínio da política e das relações internacionais.

Defendendo um novo paradigma Santos (2010) propõe levar em conta ao menos quatro princípios, o primeiro restabelece os laços entre o ser humano e a natureza sinalizando para a valorização dos estudos humanísticos. O segundo admite uma pluralidade metodológica para a investigação científica que abandona o estilo linear do fazer científico moderno, assentado na supremacia das ciências naturais sobre as sociais. Isso ocorre em virtude do surgimento de estudos na área da antropologia e sociologia, em finais de 1960, que passam a compreender a realidade humana como uma produção de significados e símbolos dos indivíduos sociais e a partir de então passam a contestar os dispositivos metodológicos utilizados pela ciência, reivindicando um estatuto epistemológico e metodológico próprio baseado na especificidade do ser humano. O terceiro admite que todo conhecimento é

<sup>3</sup> “(...) natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa.” (SANTOS, 2010, p. 40).  
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.





autoconhecimento. O quarto sinaliza que a ciência deseja tornar-se senso comum, por este ser imbuído de três dimensões: a ação, a criatividade e a responsabilidade individual, assim a nova proposta paradigmática quer ser uma realização criativamente orientada para o desenvolvimento de ações responsáveis que dêem conta da complexidade das relações estabelecidas entre os sujeitos promovendo uma ponte entre os aprendizados obtidos e sua aplicabilidade à vida social. Para o desenvolvimento deste trabalho, interessa, sobretudo, a primeira e a terceira dimensão trazida pelo autor.

Esses estudos provocaram críticas contundentes ao modo tradicional de organização curricular, questionando a fragmentação do conhecimento e a sua vinculação às regras da divisão social do trabalho. A crise do paradigma dominante suscita a necessidade de transformação dos hábitos cristalizados nos espaços de produção científica e, como afirma Raynaut (2011), para a necessidade de convergência entre disciplinas, sinalizando para a importância do desenvolvimento da interdisciplinaridade como um novo modo do fazer científico, o que antecede a construção de um paradigma transdisciplinar. Na transição da década de 1960 para a de 1970, começam a ganhar corpo teorias críticas do currículo que se contrapõem ao modelo tradicional e sinaliza para uma compreensão mais apurada da interferência do currículo na vida dos sujeitos, contemplando novos modos de organização do conhecimento. Silva (2013) distingue duas vertentes que compõem o conjunto de teorias críticas: de um lado teorizações mais gerais que se aliam à teoria marxista para denunciar a interferências dos interesses de classe na construção curricular e, do outro, teorizações focadas no currículo em si, que alinhados aos estudos fenomenológicos e hermenêuticos defendiam a presença da dimensão subjetiva na elaboração do currículo. Em que pese essas divergências, o fato é que havia ali a pretensão de desnudar as aspirações do currículo tradicional na manutenção das estruturas de poder e dominação. Em meio a esse debate os fenomenólogos desenvolvem, na década de 1960, estudos sobre a interdisciplinaridade, com a justificativa de dar um sentido mais humanista à educação, desencadeando uma série de eventos em torno da perspectiva interdisciplinar.

Na década de 1970, é realizado, na Universidade de Nice, o I Seminário Internacional Sobre Pluridisciplinaridade e Interdisciplinaridade, que teve como objetivo lapidar os conceitos e delinear sua importância para o incremento do conhecimento e o entendimento da realidade humana (TEIXEIRA, 2007). Os pontos consensuais entre os participantes referiam-se ao grau de complexidade dos problemas recentes, às rápidas mudanças experimentadas no curso da vida e à necessidade de políticas que promovessem o trabalho e a pesquisa



interdisciplinar. No mesmo período, órgãos como a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promovem debates em torno de questões envolvendo a superação do paradigma disciplinar. Em 1986, é realizado em Veneza o Colóquio: A Ciência Diante das Fronteiras do Conhecimento. Em 1991, é a vez de Paris sediar um evento que privilegiou o debate sobre esse tema. Na ocasião foi realizado o Congresso Ciência e Tradição: Perspectivas Transdisciplinares para o Século XXI. Três anos depois, Portugal promove o primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade. Fechando esse período de eventos, em 1997, é realizado na Suíça o Congresso Internacional: Que universidade para o amanhã? Em busca de uma evolução transdisciplinar da universidade.

Embora coexistam múltiplas compreensões relativas ao conceito da interdisciplinaridade, assiste-se, a partir de então, uma rápida propagação das discussões que apontam para a necessidade de orientar a formação universitária para uma perspectiva interdisciplinar, ainda que esse caminho possa ser considerado razoavelmente tortuoso, especialmente no âmbito dos currículos dos cursos de educação superior oferecidos pelas instituições. O progresso desse debate se dará muito mais facilmente em torno das atividades de pesquisa onde problemas sociais complexos irão exigir e favorecer a interlocução entre diferentes campos do saber disciplinar. Esse é o caso brasileiro, que passamos a comentar.

### **3. UNIVERSIDADE BRASILEIRA: (DES) CAMINHOS E INOVAÇÕES**

A Universidade é uma instituição recente na história do Brasil predominou entre nós, após 1808, a criação de Escolas/Faculdades superiores isoladas. Nossa primeira instituição universitária surge entre as décadas de 1920 e 1930, não havendo consenso entre os estudiosos desse campo sobre qual universidade merece o título de primeira universidade brasileira, concorrido entre a Universidade do Brasil (1920), a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1934), criada por Anísio Teixeira e extinta por Getúlio Vargas. Nossas instituições foram criadas sob as bases da universidade utilitarista<sup>4</sup>, em virtude disso, não houve, entre nós, o desenvolvimento da cultura humanística, científica e artística como base para a formação de seus estudantes. No entanto, as transformações decorrentes do processo de interconexão mundial experienciadas têm gerado alguns

<sup>4</sup> Criada por Napoleão Bonaparte no século XIX, esse modelo transformou a universidade em um local de profissionalização para possibilitar o bom funcionamento do Império.  
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.



desconfortos para nossas instituições que continuam, em larga medida, a ignorar a necessidade de compatibilidade entre os sistemas universitários mundiais, condição para a mobilidade e a internacionalização requerida pela sociedade do conhecimento (TEIXEIRA, 1964; BOAVENTURA, 1986; LUZ; PERIM, 2007?; MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 1999).

Em face dos processos de globalização e do acelerado ritmo de produção do conhecimento, decorrente das novas tecnologias e da cobrança por mais eficiência e produtividade, as universidades brasileiras experimentam uma crise que, de acordo com Goergen (2005), abrange três aspectos: o primeiro deles, de base conceitual, aponta para a falta de clareza entre nós da própria ideia de universidade, que produziu diferenciações e hierarquizações entre as instituições de educação superior, dificultando o uso do termo universidade de forma genérica. O segundo abrange o âmbito contextual, em que as transformações do mundo contemporâneo demandam da instituição uma postura mais arrojada para a resolução de problemas sociais que decorrem desse novo contexto. O terceiro, de ordem textual, considera questões relacionadas às formas de ensino em seus sentidos ético e social.

Com referência à crise contextual, podemos observar que o governo brasileiro tem adotado medidas orientadas por perspectivas distintas. Por um lado, temos a criação de universidades que funcionam como instituições que buscam integrar países latino-americanos em torno de uma proposta educacional que permita fortalecer a capacidade competitiva desses países, a exemplo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Esta última funciona como uma instituição de cooperação regional, enquanto as outras são representativas de uma disposição de integração supra-regional. Por outro lado, o governo lança em 2011, o programa “Ciências Sem Fronteiras” que prevê a possibilidade de intercâmbio de estudantes para realizar estágios e formações diversas em outros países. Contudo, além de restringir a atribuição de bolsas a determinadas áreas de conhecimento julgadas prioritárias, o programa evidencia uma indisposição em integralizar-se com instituições latino-americanas ou africanas, ignorando, portanto, os princípios que orientam a criação das instituições citadas anteriormente (SANTOS; ALMEIDA-FILHO, 2012; LUZ; PERIM, 2007?).

No que tange o aspecto textual da crise apontada por Georgen (2005), podemos considerar que, diante das mudanças ocorridas nas instituições européias e estadunidenses, o modelo brasileiro de formação universitária encontra-se ilhado, pois as pesquisas



empreendidas para a construção do presente trabalho não apontam nenhum outro país que adote o modelo utilitarista escolhido pelo Brasil como base para a formação dos seus estudantes. Não é, portanto, difícil de constatar as dificuldades que estudantes brasileiros que se proponham realizar intercâmbio terão em seu caminho, pois há, evidentemente, um grande desafio que diz respeito ao modo de formação que encontrará em outros países e, no posterior aproveitamento legal dos estudos que realizaram fora do país.

A discussão em torno da flexibilidade do currículo e da oferta de uma formação em ciclos que privilegie a educação geral nas universidades brasileiras não é recente. No marco da Reforma Universitária de 1968 instituída pela Lei 5.540/68, e empreendida com intuito de responder à pressão exercida pela classe média que reclamava acesso à educação superior, à demanda do mercado ávido por mão de obra qualificada, e ao próprio projeto de país que vislumbrava maior desenvolvimento econômico, o ciclo básico era previsto no Art. 5º do Decreto-lei 464/69, que complementa a Lei da Reforma, como uma das estratégias para “a) recuperação de insuficiências evidenciadas, pelo concurso vestibular, na formação de alunos; b) orientação para escolha da carreira; c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores” (BRASIL, 1969). Contudo, a aprovação do ciclo básico não culminou em experiências exitosas para muitas instituições. De forma geral, pode-se considerar que a experiência com o Regime de Ciclos fracassou em virtude da hostilidade do momento político vivido no país. Uma proposta originada num governo militar, alvo de manifestações e críticas contundentes de importantes setores no interior das universidades brasileiras e também fora dela.

Ao longo desta revisão bibliográfica pudemos constatar uma fragilidade brasileira a respeito da interdisciplinaridade e da formação geral, isso muito em virtude cristalização do modelo napoleônico, que rendeu ao nosso sistema universitário uma forte vinculação corporativa que dificulta inovações curriculares. Sampaio (2014)<sup>5</sup> considera que, em virtude da profunda elitização da educação superior brasileira, os movimentos sociais na luta pela democratização do ensino superior, priorizou o debate em torno, primeiro da ampliação de vagas e da criação de dispositivos que dessem conta do acesso de segmentos sociais sub-representados<sup>6</sup>, como é o caso das cotas, que será reivindicada pelos movimentos negros a

<sup>5</sup> Comunicação pessoal em sessão de orientação de 22/04/2014.

<sup>6</sup> Para Nogueira (2008), já na década 1940 há uma forte pressão dos segmentos médios da sociedade brasileira pelo aumento do número de vagas nas universidades como dispositivo de ascensão social para seus filhos, entretanto é na década de 1960 que surgirão as primeiras medidas para atender a essa demanda. INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.



partir de 1980<sup>7</sup> e, mais atualmente, pela criação de políticas que favoreçam a permanência de estudantes de origem popular na universidade, descuidando das reivindicações em torno de modelos curriculares sempre relegadas a um preocupante segundo plano.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) faz importantes inferências ao ensino interdisciplinar ao incentivar um processo formativo que integre conhecimentos técnicos de finalidades profissionais a outras formas de saber. Já no primeiro parágrafo do Art. 43, que declara as finalidades da educação superior, o texto menciona que a educação deve “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e pensamento reflexivo”. O segundo parágrafo do mesmo Artigo prevê a formação de “diplomados” para atuar em diferentes áreas do conhecimento, incentivando-os para “a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira”, e colaborando para a formação contínua dos estudantes. No parágrafo terceiro, há um incentivo claro à articulação entre os ensinamentos acadêmicos e sua vinculação ao “entendimento do homem e do meio em que vive”. A mesma preocupação pode ser observada no parágrafo quarto, quando o texto se refere ao estímulo que deve ser dado à disposição em conhecer os problemas contemporâneos, especialmente aqueles que dizem respeito ao ambiente nacional e regional dos estudantes, incentivando-os a prestar serviços à comunidade, mantendo com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

Em consonância com este movimento, de flexibilização dos parâmetros que norteiam a educação nacional, a CAPES cria em 1999, a área multidisciplinar para abrigar novas demandas de cursos de pós-graduação que fugiam à organização disciplinar. Neste período, a formação interdisciplinar restringia-se a programas de Pós-Graduação, essa situação irá permanecer até pelo menos 2005, como veremos adiante. A partir de 2008, com o notável crescimento dos cursos interdisciplinares, a CAPES passa a denominar a antiga área Multidisciplinar de Interdisciplinar, que abriga, atualmente, quatro Câmaras Temáticas (CAInter): I) Meio Ambiente e Agrárias II) Sociais e Humanidades III) Engenharia, Tecnologia & Gestão IV) Saúde e Biológicas<sup>8</sup>. A área Interdisciplinar apresenta, desde sua criação, a maior taxa de crescimento na CAPES como podemos observar no gráfico abaixo:

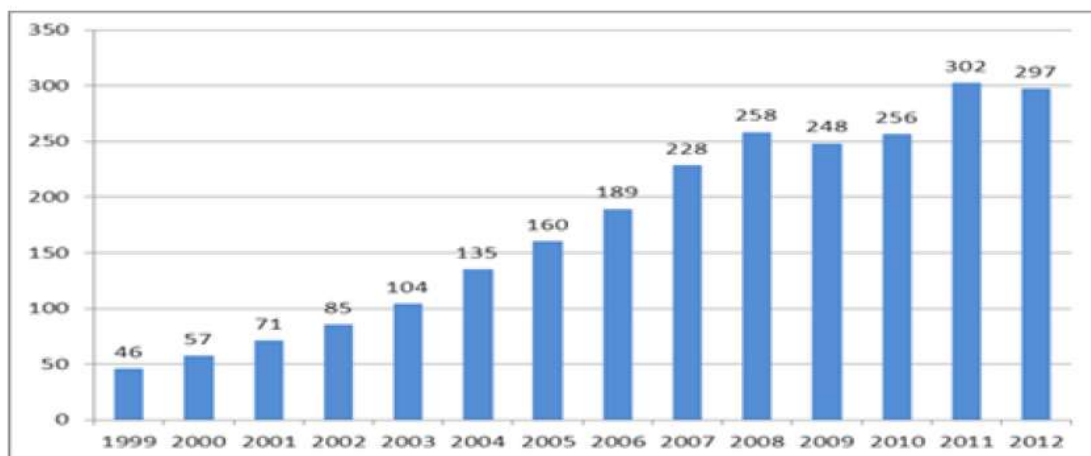
<sup>7</sup> É preciso ter em conta que o início da luta se dá nesse período com outras denominações, o termo cotas passou a ser utilizado por volta do ano 2004. Para maiores detalhes sobre esse processo consultar: SANTOS (2009)

<sup>8</sup> <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>  
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.



Figura1: Evolução anual do número de cursos de mestrado e doutorados na Área Interdisciplinar aprovados pela CAPES1999 - 2012  
Fonte: Documento de Área 2013. Disponível em:  
<[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Interdisciplinar\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf)>

As transformações sócio-político-culturais que têm demandado da universidade uma nova postura frente à sociedade, tem feito crescer o debate em torno da flexibilização curricular, isso implicou no alargamento da discussão em torno da ampliação de acesso e



reforma do modelo profissionalizante até aqui adotado. Nesta direção, a partir dos anos 2000, no fim do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, inicia-se o processo de expansão das universidades federais que será intensificado pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva que lança, em 2007, o seu Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), prevendo, entre suas dimensões: a Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Compromisso Social da Instituição; Suporte da pós- graduação aos de graduação. O programa centra sua proposta de expansão das Instituições Federais de Ensino (IFEs) a partir do processo de interiorização das universidades. A adesão ao REUNI pelas universidades brasileiras coloca na ordem do dia debates em torno de novas modalidades de formação e de renovação curricular (BRASIL, 2007; ALMEIDA-FILHO, 2007).

A Universidade Federal do ABC (UFABAC), criada em 2005, foi a primeira instituição brasileira a radicalizar no modo de organização curricular para a graduação, oferecendo cursos em formato de Bacharelados Interdisciplinares (BI) nas áreas de Ciência e Tecnologia (BC&T) e de Ciências e Humanidades (BC&H). Os BI são orientados por uma perspectiva interdisciplinar de ensino, baseiam-se no regime de ciclos e propõem uma formação mais flexível de tipo propedêutico ou generalista articulado à continuidade dos estudos em cursos de progressão linear ou à pós-graduação. Além de inovar na organização curricular, a UFABAC apresentou uma nova forma de estrutura organizacional, abandonando INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.





os departamentos em benefício da criação dos Centros Interdisciplinares com formatos mais maleáveis, que permitem o diálogo entre as especialidades disciplinares, adequando sua estrutura à pedagogia interdisciplinar (MARCHELLI, 2007). Atualmente são, pelo menos, 18 instituições universitárias nacionais que oferecem cursos nesta modalidade.

Apenas recentemente, o Brasil toma a decisão de realizar, em escala nacional, uma primeira e grande discussão sobre a interdisciplinaridade. Neste sentido, a CAPES realizou o primeiro encontro internacional sobre interdisciplinaridade. O evento, que teve como tema: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Ambiente e Saúde, realizado em fins de 2012, estava apoiado na compreensão da LDB/96 sobre a premente necessidade de reorganizar os currículos sobre bases mais flexíveis e discutir os aspectos teórico-conceituais em torno da inter e da transdisciplinaridade, além da vinculação entre a Educação Básica e a Educação Superior. Ao final do evento, ficou evidente a necessidade de dar continuidade a esses debates tendo em vista o crescente interesse por cursos de pós-graduação nessa área, e, em virtude das mudanças curriculares que começam a se dar a partir de 2005, em reunião da área interdisciplinar da CAPES, realizada em fevereiro de 2013, ficou decidido que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FORPROP) e a CAPES realizariam eventos em torno da questão nas cinco regiões brasileiras.

Em Junho de 2013 a Universidade Federal do Pará (UFPA), representando a região Norte, realizou o Encontro Acadêmico Interdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão<sup>9</sup>, em setembro do mesmo ano, foi a vez da Universidade Federal de Goiás (UFG), representando a região Centro-Oeste, realizar o Seminário Interdisciplinaridade: Desafios Institucionais. Em outubro foi a vez da região Sul, que concretizou o Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis<sup>10</sup>. Em novembro, a região Sudeste promoveu o Encontro Acadêmico Interdisciplinaridade: Ampliando Fronteiras do Saber, realizado na Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo dos Campos<sup>11</sup>. Também em novembro a Bahia sediou o Encontro Interdisciplinar da Região Nordeste com o

<sup>9</sup> Para acessar a carta produzida na ocasião, utilizar o link: <http://www.propesp.ufpa.br/interdisciplinaridade/arquivos/2013%20-%20CARTA%20DE%20BEL%20C3%89M%20-%20FINAL.pdf>

<sup>10</sup> Para acessar a carta produzida na ocasião, utilizar o link: <https://www.dropbox.com/s/23huuutu09wv7kv/Carta%20de%20Florianopolis%20-%20SIIEPE%20SUL%202013.pdf>

<sup>11</sup> Para acessar a carta produzida na ocasião, utilizar o link: [http://eventos.ufabc.edu.br/inter2013/Interdisciplinaridade/carta\\_sao\\_bernardo\\_final2.pdf](http://eventos.ufabc.edu.br/inter2013/Interdisciplinaridade/carta_sao_bernardo_final2.pdf)  
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.



tema, Interdisciplinaridade, Formação e Educação: cenários contemporâneos<sup>12</sup>. Para 2014, a CAPES definiu a realização do III Encontro Acadêmico Internacional: Interdisciplinaridade nas Universidades Brasileiras: Resultados & Desafios, previsto para meados do mês de maio na capital do país. Fica claro, portanto, o esforço recente de parte da comunidade acadêmica brasileira em transformar o sentido da formação universitária em direção a um processo educativo mais integrado que dê conta de formar sujeitos capazes de extrapolar os muros criados pelo conservadorismo das especialidades, na tentativa sincera de oxigenar o debate a respeito de novas concepções de currículo para a formação universitária.

#### **4. INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO GERAL NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Embora não exista uma definição precisa acerca do conceito da interdisciplinaridade é possível constatar a partir dos trabalhos de autores como, Paviani (2007), Ketzer (2007), Neuser (2007), Flickinger (2007), Sfez (2007) sobre interdisciplinaridade, ele gira em torno de um dado campo semântico utilizando palavras como: conexão, rearticulação, relação, intercâmbio, cooperação, diálogo, passarela, interação, ponte, pressupondo a diluição das fronteiras disciplinares. Ao mesmo tempo, esses autores alertam para uma utilização superficial do conceito quando a interdisciplinaridade é entendida como mera justaposição entre as especialidades e denunciam certo modismo quando se trata de discutir a reorganização da produção e disseminação do conhecimento. Neste sentido, é preciso ter em conta que a interdisciplinaridade consiste na disposição de promover a interação entre as especialidades a partir do reconhecimento das diferenças existentes entre elas, o que implica em um trabalho árduo e intenso de comunicação entre pares interessados num dado projeto ou perspectiva.

Neste trabalho interessa a compreensão de Raynaut (2011) para quem a interdisciplinaridade consiste no diálogo e na colaboração entre as disciplinas considerando suas bases teórico-metodológicas para abordagem de objetos específicos. A investigação interdisciplinar direciona-se a objetos específicos que necessitam da cooperação entre disciplinas diversas para serem adequadamente abordados. Assim, primeiramente, é preciso evidenciar as discontinuidades existentes entre os especialistas que pretendem trabalhar em

<sup>12</sup> Para acessar a carta produzida na ocasião, utilizar o link: [http://www.internordeste.ufba.br/modulos/gerenciamentodeconteudo/docs/183\\_Carta\\_Salvador.pdf](http://www.internordeste.ufba.br/modulos/gerenciamentodeconteudo/docs/183_Carta_Salvador.pdf)  
INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO GERAL COMO PERSPECTIVA PARA A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA – BRITO, Larisse Miranda de; GARRIDO, Edleusa Nery; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha.



conjunto para, a partir de então, reelaborar os questionamentos em torno do fenômeno a ser estudado e construir uma problemática comum observando a diversidade de olhares que podem ser debruçados sobre o objeto num ânimo contínuo do estabelecimento de passarelas entre as especialidades presentes no esforço investigativo. Portanto, é importante considerar que a interdisciplinaridade não quer eliminar os conhecimentos disciplinares, mas religá-los, reatar os pontos de encontro entre as especialidades criadas sob as bases da ciência moderna, permitindo observar fenômenos e atuar sobre os problemas sociais a partir de múltiplos olhares, teorias e métodos.

Santomé (1998) alerta que a organização atual do currículo, centrada na fragmentação do conhecimento em disciplinas específicas, torna as intenções e finalidades da educação pouco claras, gerando um esvaziamento das propostas educacionais e uma potencialização da perda de sentido do processo educacional para os sujeitos envolvidos com ele. O autor sugere que há uma tendência mundial em redirecionar a educação em uma perspectiva que integre campos de conhecimentos e experiência como facilitadoras de um entendimento mais crítico e reflexivo da vida em sociedade, bem como possibilidade de resgatar o sentido da educação como um processo emancipatório do sujeito. Sendo um dos grandes objetivos da educação atual conduzir sujeitos em um processo de como “aprender a aprender” (Idem, *ibid.*, p.27), inserindo-os em um procedimento de elaboração, produção e transformação do conhecimento sem perder de vista os aspectos éticos que permeiam esse processo. Tendo em vista que a organização curricular não se reduz àquela disposta em torno das disciplinas e que vivemos em um mundo altamente interconectado, ele propõe a adoção de um “currículo globalizado e interdisciplinar” que possibilite o agrupamento de variadas práticas educacionais em sala de aula. A inclusão das experiências dos sujeitos como conteúdo relevante para a formação é uma característica da perspectiva interdisciplinar e demonstra uma possibilidade de avanço na compreensão do sentido/significado da educação como um processo também de autoconhecimento, que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento humano e cognitivo dos sujeitos envolvidos em processos de aprendizagem. O currículo organizado a partir da interdisciplinaridade pressupõe flexibilidade e a reflexão sobre acontecimentos não previstos, considerando o inesperado como setas que indicam caminhos alternativos.

Não se advoga o fim das profissões, mas possibilitar que os novos ingressantes na educação superior possam usufruir de uma educação mais ampla, mais aberta, e que incorpore bons resultados de experiências confirmadas, permitindo a emergência de um novo tipo de engajamento profissional. Pereira ([2007?]) alerta que o ensino universitário deve preocupar-



se em formar o profissional-cidadão pronto para extrapolar sua área de especialização e sempre comprometido com o bem-estar social. Deste modo, o ensino baseado na formação geral, que tem como princípio a educação para a emancipação e libertação do homem pode ser um caminho possível para a formação dos jovens. Neste sentido, Luz & Perim ([2007?]) consideram que a educação geral, ao articular diferentes dimensões do conhecimento, amplia as possibilidades do desenvolvimento de atitudes críticas, reflexivas e conscientes melhorando a atuação dos futuros profissionais, na medida em que oferece-lhes uma compreensão mais ampla acerca do mundo da vida e da sociedade. Em face das incertezas impostas pela liquidez (BAUMAN, 2013) dos tempos atuais, os currículos estruturados sobre as bases da educação geral e na perspectiva interdisciplinar, podem dar conta de preparar os indivíduos para o convívio com as dúvidas, os caminhos inseguros e os acontecimentos não previsíveis, além de fomentar o fortalecimento de laços de solidariedade entre os sujeitos envolvidos nos processos de aprendizagem, o que demanda uma organização curricular abrangente que articule formação pessoal e cidadã e profissional.

Além do que, há sinais que anunciam o redirecionamento do fazer científico para uma concepção integrada dos processos de aprendizagem e produção do conhecimento. Assim, parece haver uma tendência ao restabelecimento dos laços entre a realização científica, o conhecimento prático dos sujeitos e as necessidades impostas pela vida em sociedade no âmbito de relações éticas. Destarte, a educação geral e a perspectiva interdisciplinar podem ser as passarelas decisivas para um avanço no que diz respeito às práticas pedagógicas e formativas direcionadas à juventude. Além disso, é preciso considerar que o mundo contemporâneo, em virtude do seu rápido processo de transformação e reorganização social, impõe a incerteza como uma de suas principais características (RIBEIRO, 2003). O que exige que a educação leve em conta uma formação da juventude igualmente preocupada com as mudanças desse mundo incerto, deslizante, líquido. Para serem considerados adaptados a esse cenário os processos de aprendizagem devem admitir a errância, o acaso, o equívoco, considerar o acidente como caminho, compreendendo que as decisões, especialmente aquelas dos sujeitos jovens, mudam a cada novo acontecimento, e ponderar que eles carregam consigo aprendizados que resultam de suas experiências, cada vez mais importantes de serem levadas em consideração em ambientes de aprendizagem promotores de agilidade e autonomia.



## 5. CONCLUSÕES

É possível constatar que a interdisciplinaridade é reclamada pelo próprio fenômeno investigado. A pesquisa interdisciplinar emerge da complexidade do objeto, não há, portanto, intenção de abandonar a investigação disciplinar, mas antes, a necessidade de observar mais de perto quando os limites impostos pela disciplina reduz a complexidade do fenômeno em questão, para então transitar entre passarelas que ligam as especialidades requeridas para uma abordagem mais cuidadosa. Contudo, a multiplicidade de entendimentos em torno do conceito da interdisciplinaridade e a própria organização institucional da universidade, fundada sobre a departamentalização das especialidades, gera obstáculos para a organização do currículo e para a construção de novas práticas pedagógicas em nível de graduação. Não obstante, a adoção de modelos interdisciplinares baseados no regime de ciclos, a exemplo dos BI, impõe a ampliação das políticas de permanência em virtude do alargamento dos anos previstos para a conclusão do curso. Essas constatações dão conta do desafio imposto para as universidades na atualidade, especialmente para as instituições brasileiras que guardam consigo um forte corporativismo, o que demanda o abandono de velhos hábitos em busca do diálogo com caminhos incertos, não para negar a incerteza ou transformá-la no seu antônimo, mas para tomá-la como guia na construção de um percurso não-linear que dê conta das dúvidas que nos marcam nesses tempos “líquidos”.

239

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA-FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre as fragilidades dos laços humanos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sobre Educação e Juventude: conversas com Ricardo Mazzeo*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOAVENTUERA, Edvaldo M. *Universidade e Multiversidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

BONDÍA, Larrosa Jorge. *Notas sobre experiência e o Saber da experiência*. In: Revista Brasileira de Educação, nº 9, p. 20-28, 2002.



BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Plano de Desenvolvimento da Educação. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais*. Brasília, 2007. Retirado de: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> em 29 de julho de 2010.

BRASIL. *DECRETO-LEI Nº 464*. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Fevereiro de 1969. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm)>>. Acesso em: Setembro de 2012.

BRASIL. *Lei nº 5.540*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Novembro de 1968. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezemb.html>>> Acesso em: Setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei nº 9.394*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. 5 ed. 2010. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/index.php>>> Acesso em: Setembro de 2012.

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Documento de Área 2013. Disponível em:

[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Interdisciplinar\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf)

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A universidade do Brasil: um itinerário marcado de Lutas*. In: Revista Brasileira de Educação, nº 10, 1999, p. 16-32. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a03.pdf>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2011.

FLICKINGER, Hans-Georg. *O fundamento hermenêutico da interdisciplinaridade*. In: AUDY, J. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.58-90. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.

GOERGEN, Pedro. Prefácio. In: DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 11-19.

KETZER, Solange Medina. *Ensinar e Aprender: no jogo da interdisciplinaridade*. In: AUDY, J. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.58-90. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.

LUZ, Suely Petry da; PERIM, Gianna Lepre. *Educação Geral ou Educação Especializada: desafios da formação universitária*. In: PEREIRA, E. M. A. (org.). *Universidade e educação geral: para além da especialização*. São Paulo: Alínea, 2007?

MARCHELLI, Paulo Sérgio. *O Novo Projeto Universitário no Brasil e foco no currículo interdisciplinar*. In: Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 3, n.1, 2007.





MELLO, A. F.; DIAS, M. A. R. *Os Reflexos de Bolonha e a América Latina: Problemas e Desafios*. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 3, n. 115, 2011. Disponível em: <<<http://www.cedes.unicamp.br>>>. Acesso em: 20/11/2013.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C. *A Universidade no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 14, 2000, p. 131-150. Acesso em: 20/09/2013.

MORIN, Edgar; et. all. *Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método e a aprendizagem no erro e na incerteza humana*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Trad.: Eliane Lisboa. 4ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

241

MOTTA, Ronaldo. *Interdisciplinaridade, Novos Campos e Profissionalidades*. Conferência proferida na ocasião do Encontro Interdisciplinar da Região Nordeste, realizado em Salvador-BA, 2013. Documento de Arquivo Pessoal.

NEUSER, Wolfgang. *Ciência entre disciplinaridade e transdisciplinaridade*. In: AUDY, J. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.58-90. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.

NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes. *Reforma da Educação no Governo Lula: Debate sobre ampliação e democratização do acesso*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, 2008.

PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade na Universidade*. In: AUDY, J. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.58-90. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.

PEREIRA, E. M. A. *Educação Geral: Com qual propósito?* In: PEREIRA, E. M. A. (org.). *Universidade e educação geral: para além da especialização*. São Paulo: Alínea, 2007?

POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade e Integração de Saberes*. In: Liincem Revista, v.1, n.1, 2005, p. 3 -15 Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>> Acesso em: outubro de 2013.

RAYNAUT, Claude. *Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos*. In: *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Arlindo Philippi Jr.; Antônio J. Silva Neto (editores). São Paulo: Manole, 2011.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Universidade Atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e Interdisciplinaridade: O Currículo Integrado*. Porto Alegre, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.



SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política afirmativa (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

SANTOS; F. S.; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. *A Quarta Missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

SFEZ, Lucien. *Interdisciplinaridade e Comunicação*. In: AUDY, J. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.58-90. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ed. Belo Horizonte: 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *A universidade de ontem e de hoje*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.42, n.95, jul./set. 1964. p.27-47. Disponível em:<<  
<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/ontem.html>>>. Acesso em: 22/11/2013

TEXEIRA, Evilásio Francisco Borges. *Emergência da Inter e da Transdisciplinaridade na Universidade*. In: AUDY, J. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.58-90. Disponível em:  
<<http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>> Acesso em: 20/11/2013.



## **A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM MOVIMENTO SOCIAL**

BALSA, Casimiro

*CicsNova, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais  
Faculdades das Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa*

### **RESUMO**

Analisando os principais vetores teóricos e epistemológicos em torno dos quais se pode colocar a questão da interdisciplinaridade, constatamos que as práticas se inscrevem num campo tensional que mobiliza os atores em torno de diferentes interesses, recursos, tipos de legitimidade... que se jogam em torno de lógicas e de estratégias de ação distintas. O nosso objetivo é de entender os sentidos destas mobilizações, considerando as principais orientações das propostas sobre a interdisciplinaridade.

243

### **A. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS VETORES EM TORNO DOS QUAIS SE CONSTROEM AS ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES.**

A pertinência científica e social das abordagens interdisciplinares pode ser entendida em torno de quatro dos vetores que são amplamente discutidos tanto pela epistemologia como pela filosofia ou pela sociologia do conhecimento:

1. Um vetor permite entender a distinção que é feita entre diferentes formas de conhecimento, de acordo com modos de construção e os regimes de legitimidade que os constituem. Este vetor permite opor o conhecimento científico a outras formas de conhecimento, saberes do senso comum ou saberes apoiados em lógicas de construção distintas;
2. Limitando o seu âmbito aos conhecimentos considerados como científicos, à luz do critério anterior, um segundo vetor, distingue os conhecimentos produzidos de acordo com a natureza dos seus objetos e dos princípios epistemológicos que estão na base da sua constituição. A este nível podem ser consideradas, por um lado, as disciplinas que contribuem, a diferentes níveis, para o conhecimento do mundo natural e das leis que o governam e, por outro lado, aquelas que tem como ambição o estudo do mundo social e logo dos interesses, dos valores, das culturas... que o podem fragmentar em múltiplos universos de sentido;
3. Um terceiro vetor questiona a universalidade do modo de produção do conhecimento científico, abrindo, de um lado, para a possibilidade de a racionalidade moderna, que permite a emergência da ciência, poder ser a matriz comum a qualquer modo de entendimento do mundo, posição que é contrariada, do outro lado, por aqueles que defendem que o discurso científico é indexado à



visão do mundo e às orientações éticas ou normativas particulares que permitiram a sua emergência.

4. Finalmente, um quarto vetor, aponta para o próprio modo de construção da ciência, considerando, de um lado, a possibilidade de o conhecimento científico resultar da aplicação estrita das leis da lógica e da matemática, que seriam universais (imanência do conhecimento ou tese apriorista) e, do outro lado, a ideia de que o conhecimento só pode constituir-se através de práticas e da experiência social e coletiva.

Parece-nos que o que marca mais o desenvolvimento destas discussões no seio da epistemologia, da filosofia e da sociologia do conhecimento e da ciência são as alterações radicais que se têm vindo a verificar nos modos hierarquizar a importância destes vetores e de valorizar as suas respectivas polaridades. O que parecia claro e estabelecido em certas épocas ou à luz dos modelos explicativos de certos autores, não o é, decisivamente, hoje.

Nas últimas três a quatro décadas, particularmente, foram férteis os diagnósticos sobre as mudanças que intervêm no plano das axiomáticas sociais e dos modos de as entender, sob os motes da emergência das sociedades pós-industriais ou das declinações que assumem os diferentes desfechos atribuídos à evolução das pós-modernidades. Ciclicamente, também, estes diagnósticos tendem a crispar as mudanças entendidas como crises dos modelos de construção das sociedades, que se declinam cada vez mais no plano da globalização, e dos dilemas, não mais locais e conjunturais, mas universais e estruturais que essas crises colocam.

Estes diagnósticos não podiam deixar de ter repercussões sobre os modos de pensar e de fazer ciência. As mudanças perspectivadas a este nível, à imagem do que se passa na leitura das mudanças sociais, não se reduzem a meros retoques que viabilizariam a continuidade dos paradigmas anteriores; trata-se, muito mais, de pensar ou de apelar para uma rotura paradigmática, no sentido Kuniano do termo.

Num artigo dedicado a este tema José Correa Leite (2009:8), depois de fazer um diagnóstico das situações epistemológicas e axiológicas vigentes, que ele considera “deprimentes”, pergunta-se:

*Como pode emergir uma nova forma de conhecimento capaz de fornecer parâmetros melhores para orientar nossa atuação individual e coletiva?*

E ele responde apontando para as condições que poderão fazer emergir uma ciência integral:

*Temos necessidade de uma revolução epistemológica prática, uma nova forma de conhecimento capaz de superar, em diversas áreas, a separação entre fatos e valores, capaz de buscar e ao mesmo tempo*



*aprender, da forma mais rigorosa, a realidade e reconhecer sua relação com valores estruturantes de significado para a humanidade, restabelecendo uma ideia de propósito e sentido comum à atividade humana (Correa Leite, Ibidem, pg.4).*

Este projeto é norteador, sem dúvida, do investimento constante que a academia tem de fazer para regular o conteúdo e o sentido da sua missão. A heterogeneidade que caracteriza, a vários níveis (contextos geopolíticos, organizacionais, disciplinares...), as respostas a esta busca, só pode traduzir a diversidade das posições que podem ser assumidas. Apesar destas diferenças, e ignorando-as nalguns casos, uma orientação de resposta parece impor-se no plano global que tende a distinguir, paradigmaticamente, dois modos de produção do conhecimento que correspondem às duas temporalidades que distinguimos: os modos 1 e 2 de fazer ciência, já largamente discutidos na literatura. Apresentamos, no quadro a seguir, as diferenças entre os dois paradigmas, considerando algumas das dimensões que nos parecem mais significativas, baseando-nos, no essencial, nos trabalhos de Michael Gibbons et al (1994), Helga Nowotny e al (2001) e de Mark J. Smith (u/p,2003).

<b>Modos de produção do conhecimento</b>	<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>
<b>Temporalidades de referência</b>		
Tipo de Contexto de referência (Smith:3 / Nowotny e al, 2001)	Sociedade moderna, industrial e fordista	Modernidade reflexiva (A. Giddens) / Sociedade de risco (U. Beck) / Sociedade do conhecimento / Sociedade posmoderna, posindustrial e posfordista
<b>Objeto e locus da produção do conhecimento</b>		
Representação do objeto de estudo	Supõe uma delimitação e uma estrutura precisas do seu objeto de estudo ou a possibilidade de submeter esse objeto a um procedimento de estudo preciso (Smith u/p:2)	Os objetos de estudo são considerados complexos e marcados pela incerteza
Iniciativa sobre a definição do objeto de estudo	Os problemas são colocados e resolvidos no interior da comunidade académica	Os problemas são colocados e resolvidos nos contextos de aplicação
Responsabilidade sobre a produção dos conhecimentos	Responsabilidade individual através do reconhecimento pelos pares e dos mecanismos de controlo académicos	Responsabilidade coletiva dos parceiros envolvidos (accountability) e reflexividade
Envolvimento	Equipas de pesquisa centradas	Redes de pesquisa mais ou me-



institucional	na Universidade	nos formalizadas. A “Empresa” pode personificar a estrutura que, a partir de uma determinada missão junta, num mesmo esforço participado, diferentes competências e tipos de conhecimento (Gibbon et al,94:25).
Envolvimento disciplinar	Nasce num contexto Disciplinar e pressupõe uma preocupação essencialmente cognitiva (Smith u/p:1)	Transdisciplinaridade: pesquisa que emerge de um contexto particular de aplicação, com as suas estruturas teóricas, métodos e rotinas distintas, que não podem entrar no mapa disciplinar (Gibbon et al,94:168)
Envolvimento actancial	Homogéneo (expansão dentro de “um mais do mesmo” por exemplo número de artigos publicados num determinado domínio ou por um determinado autor (Gibbon et al:34)	Heterogéneo (diferenciação de atividades e de produções a partir dos segmentos de base; diversificação dos autores, das instituições, das disciplinas, dos setores... envolvidos)
Estilo de organização	Hierárquico com tendência para a autorreprodução (Gibbon et al,94:168)	Heterárquico e transitório
<b>Estatuto do conhecimento</b>		
Estatuto da inovação	Em geral, considera-se que a descoberta precede a aplicação. Faz sentido a diferença entre ciência e tecnologia	O processo de descoberta e a resolução do problema coincidem; é o contexto de aplicação que fornece o problema e permite encontrar a resposta (diferente da ciência aplicada e dificuldade de distinguir a ciência da tecnologia) (Gibbon et al,94:33)
Grau de generalização das teorias	“Teoria codificada”. Na medida em que a teoria sistematiza, ela pode ser escrita e armazenada e, portanto, acessível a qualquer pessoa que a procure. Teoria móvel e migratória (Gibbon et al,94:167).	A “teoria tácita” está de preferência presente na cabeça dos parceiros que enfrentam a resolução de um problema ou está incorporada no contexto organizacional (Gibbon et al,94:168). Teoria incorporada e por isso menos móvel.
<b>Estratégias de difusão</b>		
Comunicação dos	Meios de comunicação institu-	Difusão através da resolução





resultados	cionais controlados pela academia	de problemas e dos contextos de aplicação
Estratégias de difusão	Meios de difusão tradicionais: se-minários, colóquios, publicação...	Meios que permitem uma comunicação rápida e densa; sites de interação
Critérios de validação		
Critérios de validação	Sequência procedimental que permite a construção de factos científicos de acordo com os princípios de confiança (Reliability). Validação de hipóteses pelos resultados empíricos	Diferentes interesses dos parceiros envolvidos. O critério de validação empírica não é o único e pode nem ser o mais importante. Os parceiros podem valorizar outros critérios como a eficiência, a justiça... suscetíveis de serem considerados socialmente "robustos".
Estatuto do conhecimento	O conhecimento é produzido avaliado divulgado e legitimado pela academia	O Conhecimento é partilhado entre diferentes atores, ancorados nos seus interesses e princípios de legitimidade próprios.

Entre as práticas existentes e as projeções que delas se fazem para promover novas práticas, podemos tentar retrair algumas das principais orientações que parecem estar na base da construção desse novo paradigma. Vamos fazê-lo apoiando-nos nos quatro vetores explicitados antes.

Contrariamente à representação de uma ciência imanente, a ideia que defendem os analistas é que ela é produzida, cada vez mais, fora do laboratório. O conhecimento não resulta apenas de um fazer isolado "em redoma de vidro" dos cientistas, mas ele é, no essencial, construído através das práticas dos atores e inscreve-se nos dispositivos e em relações que situam e comprometem os sentidos das suas produções (ver, neste sentido o conceito de ACD – Acção Cognitiva Distribuída (Callon, Michel, 1986 e 2007 e, Akrich, Madeleine, Callon, Michel e Latour, Bruno, 2006), que postula que a ação e o conhecimento não se concentram apenas no cérebro humano mas se distribuem entre dispositivos técnicos e não humanos.

Nestas conjunturas, os conhecimentos são co-construídos pelos atores significativos, que investem nessa construção a partir das suas próprias lógicas de posicionamento, que se associam a interesses, tipos de recursos, estratégias, legitimidades de ação... específicos. Os cientistas e os diferentes tipos de recursos que eles detêm, não representam mais do que uma das entradas – mais ou menos decisivas segundo os casos – nos processos de produção.



Estas conjunturas e processos de construção do conhecimento são indexados em relação a problemas ou questões relevantes para a sociedade ou para determinados grupos de interesses. Os cientistas não detêm mais a exclusividade na definição e hierarquização das prioridades dos objetos da pesquisa, sendo que a cooperação da ciência com os outros atores faz-se numa perspectiva de resolução de problemas definidos, cada vez mais, fora da academia. Para além da pesquisa diretamente financiada por empresas e grupos de interesses económicos, a prática da “pesquisa em parceria”, orienta uma parte importante das pesquisas financiadas por organismos nacionais e internacionais, orientação que, mais do que constituir um critério de avaliação e de financiamento das equipas de pesquisa, constitui já, nalguns casos, uma condição para a sua existência).

Nestas circunstâncias, as áreas disciplinares do conhecimento, qualquer que seja o interesse e o sentido que elas possam guardar quando consideradas isoladamente, vêm-se envolvidas numa nova dinâmica onde: 1) nenhuma delas é suficiente para responder aos desafios que se colocam; 2) para responder a estes desafios, elas são obrigadas a encontrar modos de gestão e formas de integração dos conhecimentos respetivos; 3) o facto de terem de confrontar os seus conhecimentos com as práticas de outros atores, obriga a que sejam radicalmente reequacionadas as relações clássicas entre teoria e prática.

## **B. COMO ENTENDER A PRÁTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE NUMA NOVA CONJUNTURA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS?**

Defendemos que o entendimento das práticas da interdisciplinaridade, que elas sejam pensadas no plano da produção de conhecimentos, do ensino ou da avaliação, não pode ser alcançado fazendo abstração desta configuração na qual elas emergem e se desenvolvem. Esse trabalho tem sido conduzido considerando os diferentes **tipos de agenciamento** – pluri, multi, inter e trans disciplinaridade – através dos quais as disciplinas se podem associar; os **obstáculos** – sociais, políticos, institucionais, disciplinares, pessoais... que dificultam a sua concretização e acabam por moldar orientações híbridas, e as **recomendações** que podem ser feitas para ultrapassar esses obstáculos e que podem incidir sobre os diferentes níveis aos quais a interdisciplinaridade pode ser confrontada – o ensino, a pesquisa e a extensão, o financiamento, a avaliação dos resultados...<sup>1</sup>

Não cabe, neste texto, nenhum destes desenvolvimentos. Gostaríamos, em vez disso, de discutir, à luz dos desenvolvimentos anteriores, o estatuto da interdisciplinaridade,

<sup>1</sup> Alguns destes aspetos foram por nós anteriormente desenvolvidos em outros eventos da ANINTER ou de Programas de Pós-graduação interdisciplinares, nomeadamente: a) Conferência sobre Avaliação Interdisciplinar em Sociais e Humanas no 1º Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades, organizado pela ANINTER – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinares em Sociais e Humanidades Niterói, 3 a 6 de Setembro de 2012 – Faculdade de Direito da UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói; b) Conferência sobre “A Pesquisa Interdisciplinar: Tendências, Desafios e Práticas significativas” no III Colóquio Interdisciplinar de Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 10 a 13 de dezembro de 2012.



através de algumas das suas temporalidades significativas. A evolução retraçada coloca, de uma forma renovada, a questão da importância de subordinar a interdisciplinaridade à dimensão ética, que não pode ser dissociada, aliás, de qualquer um dos modos de produção de conhecimento que queiramos considerar.

Em primeiro lugar, parece-nos importante ter em conta que as práticas interdisciplinares se enquadram em temporalidades sócio históricas distintas em relação às quais elas assumem sentidos diferentes. Os apontamentos que deixamos acima parecem-nos elucidativos neste sentido. No entanto, se pode ser fácil identificar os parâmetros em torno dos quais as temporalidades se constroem, a dificuldade apresenta-se quando tentamos analisar as práticas concretas. Uma das razões para esta dificuldade tem a ver com fato de as temporalidades não esgotarem os seus efeitos nas conjunturas em que elas emergem e se desenvolvem. Muito pelo contrário, considerando os vários níveis, dimensões, momentos e atores da prática, diferentes temporalidades podem cruzar-se, produzindo efeitos de descoincidência que constituem, no entanto, elementos fundamentais para compreender as dinâmicas das práticas e os seus sentidos efetivos. Mais do que constituírem “ruídos” ou “disfuncionalidades” da ação, essas descoincidências constituem bons analisadores das práticas efetivas.

Nesta medida, parece-nos que esta compreensão é facilitada se considerarmos a interdisciplinaridade como um desafio e a resultante de um movimento social que se encora, sem dúvida, nas lutas para o controle dos modelos de sociedade, mas que se estendem para o mundo académico (que pode ter um papel mais ou menos proeminente segundo as conjunturas ou os contextos considerados).

Num esforço pioneiro e construído ao longo de um fio de desenvolvimento autobiográfico<sup>2</sup>, Ivani Arantes Fazendas (1994, ed.2008), trabalha a interdisciplinaridade considerando-a como um “movimento”, de preferência a tratá-la como “modelo”:

*“Tratei do movimento, não do modelo. O movimento nem sempre é previsível, pois sugere a emergência de outros novos movimentos, porém a explicitação de um movimento permite mostrar ao outro a possibilidade dele mesmo” (Ibidem:10).*

Três temporalidades do movimento são distinguidas pela Autora (Ibidem 17 e 18): 1) os anos 70 (explicitação filosófica) centrados na definição da interdisciplinaridade; 2) os anos 80 (diretriz sociológica) onde se busca um método para a interdisciplinaridade e 3) os anos 90 (projeto antropológico) onde se inicia a construção de uma teoria da interdisciplinaridade.

<sup>2</sup> Na apresentação do seu livro a Autora diz que “o movimento deste texto é próprio de um projeto interdisciplinar, vai do ator ao autor de uma história de vida, vai de uma ação exercida a uma elaboração teórica sempre construída” (Arantes Fazendas, 1994,2009:10)



Assim, este “movimento”, para além da dimensão autobiográfica, quer dizer, da intrincada relação entre o ator e o autor ou da relação entre uma prática e a sua sistematização e objetivação aponta, igualmente, para a construção da interdisciplinaridade como um “processo” (ibidem:11).

Neste último sentido parece-nos que o “movimento” sistematizado por Arantes Fazenda pode ser conceptualizado sob o modo de um “movimento social”. No seu sentido mais próximo da definição de Alain Touraine (1973, 1978), o movimento social implica a designação de um princípio de identidade (as orientações em torno das quais os atores se mobilizam), de um princípio de oposição (as orientações rejeitadas e das quais os atores se afastam) e, finalmente, um princípio totalizador da ação (os valores ou finalidades em nome dos quais o movimento faz sentido). Considerada como “processo”, a interdisciplinaridade significa sobretudo enquanto “método” que orienta a ação ou, de acordo com a formulação de Colet (2002:40) como “abordagem fundada na construção e na organização de factos e de saberes” ou que visa a “conquista do real” e a “construção do saber”, finalidades que justificam, segundo a Autora, que a interdisciplinaridade se compreenda melhor quando considerada como um “projeto”.

Prosseguindo nesta linha de reflexão, torna-se claro que a prática da interdisciplinaridade e os “projetos” de interdisciplinaridade são melhor percebidos quando os referimos às conjunturas distintas de relações de força sociais que lhes dão sentido. As polaridades que foram reportadas no quadro acima – modernidade v. pós-modernidade, fordismo v. pós-fordismo, etc. - podem ser enriquecidas considerando os efeitos das ideologias políticas que procuram dar-lhes um rumo preciso. Na conjuntura atual, os efeitos do “projeto” neoliberal poderiam esclarecer, sem dúvida, algumas das orientações que estão a ser promovidas.

Assim, a Interdisciplinaridade não se coloca, hoje, apenas como um programa científico, quer dizer, um programa subordinado à lógica de desenvolvimento da ciência, para além da divisão disciplinar. Tampouco se limita ao desenvolvimento de um programa pedagógico, concebido como estratégia para facilitar a integração de conteúdos pelos formandos. A interdisciplinaridade desenvolve-se, certo, entre esses dois programas mas, para além deles, a interdisciplinaridade está subordinada a um compromisso com a sociedade, o quer dizer, necessariamente, subordinada a um compromisso com os interesses e os valores contraditórios e muitas vezes antagonistas que constituem estas sociedades. Isso exige que a produção de conhecimentos científicos tenha se ser conduzida de acordo com um programa ético e ela não poderá, nas condições de exercício emergentes, alhear-se da luta pela definição dos valores éticos prevalentes.

A natureza da aposta na interdisciplinaridade dos anos 70 é por isso muito diferente da injunção que as forças sociais exercem na atualidade sobre a academia no sentido de praticar a interdisciplinaridade.



Nos desenvolvimentos aos quais assistimos até aos anos 90 do século passado, o movimento é conduzido no seio da academia (mesmo se com o apoio de instâncias internacionais) e a partir dos valores que constituem a comunidade científica, que se divide, primeiro, em torno da definição dos campos disciplinares e da sua pertinência para responder às necessidades de produção do conhecimento e, em seguida, em torno dos métodos que asseguram a transmissão dos conhecimentos nos processos de formação. O primeiro desafio, o da “definição do lugar da interdisciplinaridade na história da filosofia e das ciências” - a “abordagem epistemológica”, na designação de Colet (2002:21) - marca os anos 70 de acordo com a periodização estabelecida por Arantes Fazenda (ver supra). Segundo Colet tratava-se de um desafio que era suposto marcar o futuro da universidade e que a universidade falhou (Ibidem:14). A Autora avança quatro razões para este fracasso: 1) o forte domínio da disciplinaridade; 2) o desfazamento entre a planificação curricular a planificação pedagógica; 3) a ausência de referenciais para proceder a esta planificação pedagógica e 4) as lacunas na formação pedagógica dos professores universitários (Colet, 2002:189). Uma segunda oportunidade para a interdisciplinaridade resultaria, segundo a Autora, da utilização de modelos de planificação e do desenvolvimento de dispositivos de avaliação (Ibidem:191).

Esta segunda oportunidade situava-se, ainda, dentro dos domínios de intervenção e de responsabilidade da Academia. Vimos antes, que os desafios que são colocados à organização das relações entre disciplinas vêm, cada vez mais, de fora da Academia. A tónica colocada agora no modelo da transdisciplinaridade e nos modos de produção do conhecimento que lhe estão associados, partem de uma análise negativa do modelo tradicional de organização da pesquisa no seio da Academia e procuram deslocar a responsabilidade da produção de conhecimentos para fora dela, abrindo à intervenção de uma grande variedade de atores, mas de uma forma bem discriminada, como o veremos mais à frente. Será que este deslocamento poderá ser considerado como a terceira oportunidade para a interdisciplinaridade?

Em qualquer circunstância, este deslocamento no modo de relacionamento entre as disciplinas, concretiza a sua natureza histórica. Eles traduzem as manifestações de interesses e de poderes que alavancam as relações entre os campos disciplinares, ou a relação entre a Universidade – o seu ensino, pesquisa e extensão – e a sociedade através de sucessivas conjunturas sócio históricas. A forma como se resolvem estas relações permite perceber as definições dos problemas, e logo as motivações, as bases de legitimidade e logo as relações de poder, que constituem os atores da interdisciplinaridade.

Esta historicidade da questão da interdisciplinaridade pode ser aliás ancorada na construção de modelos de coerência com vocação universal, como é o caso da construção ideal típica dos modelos 1 e 2 de produção de conhecimentos, mas pode igualmente ter uma ancoragem mais geopolítica, quando pensamos, por exemplo nos



modelos inglês de formação geral ou no modelo germânico de formação técnica e disciplinar. Já os Estados Unidos, a reforma da Universidade no século XIX abriu para uma orientação disciplinar, associada às necessidades da industrialização e do desenvolvimento económico (Swoboda, apud Colet, *ibid* 50). Aliás, os analistas constataam que a orientação interdisciplinar aparece mais frequentemente associada ao ensino geral ou das humanidades (*liberal studies*), sendo que as áreas científicas se desenvolvem, de preferência dentro do modelo disciplinar.

### **CONCLUSÃO: PARA UMA ÉTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE**

De acordo com Arantes Fazenda (1994, ed. 2008) a interdisciplinaridade pode ser considerada um “movimento” pelo facto de as práticas que a consubstanciam se inscreverem nas trajetórias profissionais, senão nas histórias de vida dos atores, que só as aprendem fazendo, e pelo facto de a interdisciplinaridade ser um processo. Se considerarmos que, para além dessas dimensões, a interdisciplinaridade é construída em torno de finalidades, não apenas académicas mas também, necessariamente, sociais e políticas, em torno das quais se mobilizam atores diversos, animados, aliás, por projetos diferentes, então também podemos considerar que a interdisciplinaridade pode ser igualmente percebida como um “movimento social”. Como qualquer movimento social, a interdisciplinaridade desenvolve-se através de várias temporalidades de ação, redefinindo os seus objetivos e redistribuindo os recursos valorizados entre os atores (talvez devêssemos dizer “actantes”...) que a promovem ou que lhe resistem. Mesmo durante as temporalidades em que a discussão da interdisciplinaridade era confinada ao espaço da Academia, o destinatário do movimento esteve sempre em conjunção com a construção da sociedade, por que a universidade preservada numa “redoma de vidro” sempre foi um mito. Faltaria identificar o ou os “destinadores”<sup>3</sup>.

Seguramente que as práticas não se deixam fechar em nenhuma das temporalidades identificadas. A sua compreensão passa muito mais pela capacidade de perceber, nos projetos analisados, a forma como as diferentes temporalidades se cruzam, denotando, para além da existência de modelos formais, as conjunturas de relações de força e as estratégias dos atores que aí se concretizam. O modelo 2 de produção de conhecimentos, que desloca o movimento para uma transdisciplinaridade regulada, no essencial, por atores que não pertencem à academia, por ser emergente e em parte premonitório, está longe de ser a única fonte de inspiração para as práticas na atualidade. Isso não impede que ele forneça cada vez mais os parâmetros de referência para as instâncias que financiam e avaliam essas práticas, tanto no plano do ensino que no plano da formação. A generalização destas referências não poderia ser feita, no entanto, sem que fossem equacionados alguns dos enviesamentos que lhes estão associados. Com efeito, por um lado, os recursos e as competências institucionais dos parceiros envolvidos – tanto os que vêm da academia como os que intervêm fora dela – estão muitas vezes aquém daquelas supostas pelo modelo. Em seguida, existe uma clara

<sup>3</sup> Seguindo o esquema da análise actancial (cf. Nomeadamente, Courtès, 1976)





dualidade de critérios quando são consideradas as áreas de incidência dos projetos, sendo que a uma preferência por projetos do tipo “ciência e tecnologia”, corresponde habitualmente a uma desvalorização do contributo das ciências sociais e humanas e dos projetos que elas conduzem, nomeadamente, em prol da promoção de sociedades mais justas e menos desiguais e da cidadania. Esta orientação aponta claramente para um limite do modo 2 de produção de conhecimentos, na medida em que ele institui uma rotura entre setores e “problemas” que são apoiados por interesses dominantes e que beneficiam de recursos importantes, deixando de lado ou tratando de forma desigual outros problemas não menos importantes, mas que não são indexados a um igual grau de premência.

A um outro nível, o designado modo 2 de produção de conhecimentos coloca o investimento da ciência ao serviço da resolução de problemas, não considerando o facto de estes problemas serem sempre socialmente construídos e implicarem atores movidos por valores, quando não só interesses, divergentes. Subordinando o interesse da ciência ao seu contributo para a resolução de problemas, seria necessário ter em conta que a sociedade se constitui sobre sistemas de valores e de legitimidades diferentes e que os “problemas” podem por isso ter significados distintos de acordo com o ângulo de visão a partir do qual os analisamos, de tal forma que as “soluções” a encontrar podem ter de ser modeladas em função dessas posições e que elas não se reduzem sempre, necessariamente, a encontrar os bons princípios da eficiência.

Em seguida, a deslocação para fora da Academia da definição dos objetos e dos protocolos da pesquisa e a diversificação dos critérios de avaliação dos resultados, partilhando, na melhor das hipóteses, a responsabilidade sobre os produtos pelos diferentes parceiros intervenientes, porá de qualquer forma em causa a responsabilidade da ciência e dos cientistas enquanto prática subordinada ao princípio de “verdade”. O que fazer do princípio de “independência” e de “autonomia” dos cientistas, tão reivindicados no quadro do modelo “normal” de fazer ciência? A fórmula de Michel Callon, quando ele propõe uma ciência ao mesmo tempo implicada e distante, exige que se descubram novas metodologias da prática científica para além de fórmulas encantatórias.

Finalmente, os modos de produção do conhecimento abrem-se, assim, para a solução de problemas, cuja definição não será sempre consensual, implicando uma pluralidade de atores investindo valores, lógicas de ação e estratégias distintas e nem sempre conciliáveis e que devem partilhar a responsabilidade sobre os produtos obtidos. Para assumir a complexidade dos objetos e dos processos assim constituídos e, ao mesmo tempo, a diversidade dos investimentos consentidos e dos critérios de avaliação dos resultados obtidos, será necessário dispor de metodologias de mediação que permitam gerir o diferen(do)te que está na base das relações entre os parceiros. Esta mediação (*med*), consiste, de acordo com o sentido explicitado por E. Benveniste (1060:123-132)



numa “medida aplicada a algo que ignora a medida”, a aplicação de uma “medida consagrada (*mod*) que impõem uma ordem, numa situação problemática” (Ibidem:127).

Para além da dimensões técnica, a definição e a aplicação de uma norma reguladora do diferen(do)te, que supõe sempre a autoridade de quem a aplica (Ibidem), supõe igualmente uma dimensão ética, que deve assegurar que a mediação necessária seja subordinada a princípios norteadores da ação. Em que medida as novas orientações atribuídas aos modos de produção do conhecimento - que exacerbam as incertezas que caracterizavam já as orientações anteriores - poderão conformar-se aos princípios de uma ética, subordinação fundamental para garantir uma regulação dos processos no sentido do bem comum, numa conjuntura onde, precisamente, a ética tende a ser subordinada ao político (se não mesmo à política)?

## BIBLIOGRAFIA

- AKRICH, Madeleine, CALLON, Michel, LATOUR, Bruno, 2006, *Sociologie de la traduction Textes fondateurs*, École des Mines de Paris, Col Sciences Sociales, Paris, 304 páginas.
- FAZENDA Arantes, Ivani, 1994 (2008), *Interdisciplinaridade, História, Teoria e Pesquisa*, Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, Papirus Editora, 1994, 15ª edição, 2009,
- BENVENISTE, E., 1969, *Le vocabulaire des Institutions indo-européennes*, vol II: pouvoir, droit, religion, Les Éditions De Minuit, Col. Le sens Commun, Paris, 340 pages , pp 123-132.
- CALLON, Michel, 1986, *Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay*, in J. Law, *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London, Routledge, 1986, pp.196-223.
- CALLON, Michel, 2007, *Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos*, Entrevista a Antonio Arellano Hernández e Ivan da Costa Marques, em 21 de agosto de 2007, in *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 302-321, Consultado em <http://www.scielo.br/pdf/soc/N19/a13n19.pdf>, em 23 julho de 2012.
- CAPES, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação, Comissão de Área Interdisciplinar Documento de Área Interdisciplinar Brasília 2008, 102 páginas
- COLET, Nicole Rege, 2002, *Enseignement universitaire et interdisciplinarité, Un cadre pour analyser, agir et évaluer*, Collection : Pédagogies en développement, Édition De Boeck Supérieur, 216 pages
- Commission de reconnaissance des diplômes HES cantonaux, 2005, *Rapport des sous-commissions Santé et Travail social pour la reconnaissance des diplômes HES*, p. 28.
- COURTES, J., 1976, *Introduction à la sémiotique narrative et discursive* ed. ;
- FUNTOWICZ, S.O. and J.R. Ravetz 1990. *Uncertainty and Quality in Science for Policy* Kluwer Academic Publishers, the Netherlands.



- FUNTOWICZ, S.O. and Jerome R. Ravetz. 1991. "A New Scientific Methodology for Global Environmental Issues." In *Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability*, ed. Robert Costanza. New York: Columbia University Press: 137-152
- LEITE, José Correia, Uma Ciência Integral, Um propósito Comum, Revista FACOM, 1º Semestre 2009, nº 21 pp 1-18.
- GIBBONS, Michael and al, 1994, *The New Production of Knowledge - The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*, SAGE Publications Ltd, 192 pages
- NOWOTNY, H., SCOTT, P., and GIBBONS, M., 2001 *Re-Thinking Science: Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*, Wiley, 2001, 288 pages.
- NOWOTNY, Helga, SCOTT, Peter and GIBBONS, Michael, 2003, Introduction 'Mode 2' Revisited: The New Production of Knowledge (1994, in *Minerva* 41: 179–194, Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, 2003
- SMITH, Mark J., 'Producing and Consuming Knowledge: The Relevance of the "New Production of Knowledge Debate" for Disciplinary and Transdisciplinary Social Science' (unpublished paper, 2003).  
<http://www.lancs.ac.uk/ias/events/general07/docs/interdisc/interdisc-Smith-Knowledge.pdf>, consultado em 5/11/2012.
- TOURAINÉ, Alain, 1973, *Production de la société*, Seuil, 1973
- TOURAINÉ, Alain, 1978, *La Voix et le Regard*, Editions du Seuil, Col Sociologie Permanente, Paris.
- ZIMAN, John (1994). *Prometheus Bound: Science in a dynamic steady state*. Cambridge University Press.



## **TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CREAS: RELATOS E DESAFIOS**

MUSIAL, Denis Cezar

*Professor da Faculdades Integradas do Vale do Iguaçú e Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
dinao58@hotmail.com*

256

DIETRICH, Sibyl.

*Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
Sibyl.dietrich@hotmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo tem como propósito tecer reflexões sobre o processo de trabalho no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Irati, considerando a equipe interdisciplinar envolvida neste equipamento social de proteção social especial de média complexidade na sua perspectiva dialogal. Trata-se de um relato de experiência sobre a prática profissional fundamentada em referenciais teóricos-metodológicos que discutem a política de Assistência Social e sua correlação com a interdisciplinariedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema Único de Assistência Social, CREAS, proteção social especial-média complexidade, equipe interdisciplinar.

### **ABSTRACT**

This article aims to weave reflections on the process of work at the Center for Social Assistance Specialized Reference (CREAS) of Irati, considering the interdisciplinary team involved in this social equipment of special social protection of medium complexity in its dialogical perspective. This is an experience report on professional practice based on theoretical and methodological references that discuss the politics of Social Welfare and its correlation with interdisciplinarity.

**KEYWORDS:** Unified Social Assistance, CREAS, social protection, special-medium complexity, interdisciplinary team.



## INTRODUÇÃO

A Assistência Social tem como marca histórica um discurso inicial filiado às palavras bem-estar, caridade e filantropia, caracterizada por um trabalho de doações e troca de favores. Na década de 70, os indivíduos eram concebidos pela Assistência Social como assistidos e pobres, ou seja, não se tratavam de cidadãos e usuários de direitos que utilizam de serviços socioassistenciais enquanto propósito de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial.

O movimento de responsabilização do estado na oferta da política de Assistência Social como um direito universal foi concretizado na Constituição Federal de 1988, trazendo sua efetividade como política pública de direitos e dever do Estado na oferta da política de Assistência Social a quem dela necessitar.

Partindo da Constituição de 1988, em seus artigos 203 e 204, que regulamentam a política de Assistência Social como política pública de direitos. Neste movimento, surge uma pluralidade de aparatos jurídicos complementares, tais como, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH-SUAS) como marcos legais da Assistência Social, demonstrando a política de Assistência Social como política de Estado.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS (2012, p.16), o SUAS *“tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos, organiza-se sob forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo”*

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (YASBEK, 2006, p.130).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fruto de uma trajetória de movimentos sociais em sua consolidação, organiza a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, possibilitando o reconhecimento da Assistência Social como política pública de proteção social (YASBEK, 2006). A proteção social está estratificada em duas modalidades: básica e especial. Na proteção social básica são previstos os serviços com o propósito de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários e promover o



acesso aos direitos e melhoria na qualidade de vida. A proteção social especial, composta de duas complexidades (a média e a alta complexidade), consiste em oferecer serviços de apoio, orientação e acompanhamento, sendo que, na proteção social especial de média complexidade o suporte é para famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos sem vínculos rompidos/fragilizados; e, na alta complexidade, o atendimento é voltado para famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos/ fragilizados (BRASIL, 2009, p. 6-31).

Nessa perspectiva de inovações, o SUAS institui equipamentos públicos para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, tais como, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Vale destacar, que o trabalho social com famílias deve reconhecer eixos estruturantes da política, como a territorialidade e a matricialidade sócio-familiar.

Conforme as Orientações Técnicas do CRAS (2009, p. 9) define-se:

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Percebe-se, desta forma, a importância deste equipamento no território como responsável pela organização e oferta de serviços preventivos, protetivos e proativos, caracterizando-se como a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no acesso aos seus direitos socioassistenciais.

As Orientações Técnicas do CREAS (2011, p. 11) conceitua como:

(...) uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas.

Entretanto, diante dessas inovações, implica-se nas transformações do processos de trabalhos e no desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades. Nota-se, que com o





novo sistema, insere-se uma gama de profissionais na área de Assistência Social<sup>1</sup>, no sentido de qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais.

A NOB-RH/SUAS descreve as equipes de referência que devem compor os equipamentos, levando-se em consideração números de famílias e indivíduos referenciados. (FERREIRA, 2011, p. 25)

Desta forma, perante a nossa vivência profissional e encontros regionais realizado com os trabalhadores do CREAS, surge-se à necessidade de refletir neste artigo a seguinte problematização: existem especificidades das categorias profissionais inseridas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)?

259

## **CREAS: EQUIPES DE REFERÊNCIA**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que tem como foco deste artigo é um dos equipamentos sociais integrantes da proteção social especial de média complexidade que presta serviços socioassistenciais para famílias em situação de ameaça e violações de direitos que não houve o rompimento dos vínculos familiares. O principal e exclusivo serviço ofertado neste equipamento é o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI).

O CREAS, como unidade socioassistencial, define uma equipe de trabalhadores da política de assistência social responsável pela implementação do PAEFI e serviços coadjuvantes de proteção social especial de média complexidade<sup>2</sup>. Esse conjunto de trabalhadores é designado uma denominação como “equipe de referência do CREAS” e sua composição é regulamentada pela NOB-RH/SUAS.

---

<sup>1</sup> Destaca-se a resolução nº 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social que ratifica e equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB/RH-SUAS e reconhece outras categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais da gestão do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

<sup>2</sup> Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) os serviços de proteção social especial de média complexidade são: serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); serviço especializado em abordagem social; serviço de proteção social e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA), e de prestação de serviços à comunidade (PSC); serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e serviço especializado para pessoas em situação de rua.



Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (FERREIRA, 2011, p. 25)

Percebe-se que, a conotação referência leva a caracterizar o serviço como suporte contínuo. Isto é, quando o cidadão tivesse um sentimento de desproteção e demandasse do serviço, a uma equipe para atendê-lo e prestar segurança.

260

O conjunto de seguranças sociais tem por perspectiva o alargamento da proteção social baseada no reconhecimento da cidadania que não pode desconhecer a presença de fragilidades e vitimizações. Esse reconhecimento pela via da proteção social busca construir apoios que permitam o fortalecimento do cidadão e não sua tutela. (BRASIL, 2013, p. 53-54).

A Política Nacional de Assistência Social destaca seguranças de sobrevivência ou de rendimentos e de autonomia; segurança de convívio ou vivência familiar e; segurança de acolhida como primordiais na efetividade do respeito à dignidade humana e garantia da proteção social (BRASIL, 2005, p. 40). Essas seguranças sociais norteiam-se na consolidação da proteção social como política pública e não na reprodução da capacidade de consumo do usuário.

Nota-se que os profissionais que atuam no PAEFI devem, inicialmente, compreender e analisar as condições de vulnerabilidade das famílias, como um diagnóstico, e promover estratégias de re/construção dos projetos de vida, ou seja, que a própria família, com o apoio do CREAS e da proteção social básica, desenvolva a resiliência para superar sua condição.

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimentos de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilidades e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (BRASIL, 2009, p. 19)

A composição da equipe de referência do CREAS para a prestação e execução das ações, no âmbito da proteção social especial de média complexidade nos municípios, depende do porte do município e da capacidade do número de pessoas/indivíduos atendidos pelo CREAS, assim definido:



Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com serviços regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 Assistente Social	2 Assistentes Sociais
1 Psicólogo	2 Psicólogos
1 Advogado	1 Advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

Quadro 1- Equipe de Referência do CREAS. Fonte: NOB-RH/SUAS. 2006

Diante de uma análise conjuntural, a equipe de referência do CREAS de Irati-PR, município de gestão básica, atualmente é composta de 3 (três) Assistentes Sociais, 2 (dois) Psicólogos, 1 (um pedagogo), 1 (um) coordenador que atua na alta e média complexidade, 1 (um) motorista e 1 (um) auxiliar administrativo.

Entretanto, para esta análise, é pertinente compreender e considerar as condições de gestão do trabalho, tais como, ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e o trabalho social essencial ao serviço.

## **INTERDISCIPLINARIEDADE E SUAS CONCEPÇÕES**

Será que falar de interdisciplinariedade é apenas ter uma convivência pacífica com profissionais de diversos saberes? Partindo dessa reflexão, é necessário compreender a diferença das terminologias multidisciplinariedade e interdisciplinariedade.

Ao fazermos uma análise da história, Morey e Zamboni (2007) apontam que a perspectiva interdisciplinar surge como alternativa de enfrentamento frente às dificuldades em explicar a complexidade da estrutura social e suas relações humanas. As referidas autoras apontam Ivani Catarina Arantes Fazenda como referência no conceito de interdisciplinaridade, quem afirma que o movimento da interdisciplinaridade emerge em meados da década de 60, ligadas a educação. Desde as séries iniciais o ensino é separado por disciplinas, concomitantemente com isso, aprendemos a “cumprir as tarefas” e não questionamos, muitas vezes, que tarefas são essas. Edgam Morin (2003, p. 13) legitima:



Há uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetário.

Assim, o autor aponta que nossos conhecimentos são fragmentados em áreas específicas, e, desta forma, aprendemos a separar a complexidade em frações. Partindo dessa perspectiva, podemos conceituar multidisciplinariedade como vários saberes juntos que, não possuem um diálogo.

262

Por exemplo: em princípio, espera-se muito mais disciplina nas estratégias de ação do administrador e do contabilista do que no assistente social e no comunicador/jornalista; no assistente social e no jornalista, é comum ter-se a expectativa de encontrar muito mais discussão sobre sociedade e questionamento, com relação ao advogado, pensa-se muito mais na regra, na lei, na fala hermenêutica; do profissional de informática, muito mais preocupação com o plano da técnica, do que discussão sobre lógica de verdade, e assim por diante (MUNHOZ, 2005, p. 68).

Isso explica, que, diante de uma pluralidade de profissionais trabalhando no mesmo espaço institucional, percebe-se a atuação específica de cada profissional em sua área, tais como, definir que o “psicólogo tem capacidade de atender crianças vítimas de abuso sexual”, o “assistente social tem a capacidade de entrevistar a família e realizar visita domiciliar”, que o “advogado é o único em prestar informações jurídicas”.

Romper com as especializações no âmbito do processo de trabalho, compreende superar a cultura etnocêntrica estabelecida em nosso tecido social e resgatar seu processo histórico.

Esta é a base histórica a que se refere a hermenêutica do invasor, mas também a base histórica a que se refere igualmente a hermenêutica das vítimas, quando estas, presas nas redes de uma “cultura de dominação”, interiorizam acriticamente o código cultural ocidental e desprezam os valores autóctones de suas próprias tradições culturais. De forma muito expressiva, Martí delimitou o quadro resultante desta hermenêutica ao escrever: “Éramos uma máscara, com as calças da Inglaterra, o colete parisiense, o casaco norte-americano e a capa da Espanha. O índio, mudo, dava voltas ao redor de si, e se ia para o monte...O negro, preso, cantava à noite, a música de seu coração, só e desconhecido...” (FORNET, 1994, p. 21).

Foi neste contexto, que traz a parábola das transformações da interdisciplinariedade. Interdisciplinariedade essa, que não implica a negação das subjetividades de cada profissional, mas sim, o reconhecimento de sua importância na construção de novos saberes e práticas numa perspectiva pedagógica de qualificação dos trabalhadores do CREAS.



Nesse sentido, a interdisciplinariedade permite a ampliação do foco da visão profissional, favorecendo maior aproximação das equipes profissionais à integralidade das situações experimentadas por usuários e beneficiários do sistema, podendo, por isso mesmo, contribuir na formulação de respostas às questões, demandas, problemas, e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais. (BRASIL, 2013, 36)

Percebe-se, desta forma, na materialização dos princípios organizativos do SUAS, na integralidade da proteção social, a negação da personificação dos serviços socioassistenciais do CREAS, conforme definidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais<sup>3</sup>. Esse documento tem como foco na padronização da oferta dos serviços socioassistenciais da política de assistência social, de acordo com os blocos de proteção social.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) entende Interdisciplinariedade como:

[...] a convergência de duas ou mais áreas de conhecimento não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou tecnologia através da transferência de métodos de uma área para a outra e gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas, podendo fazer surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes e com uma formação de base sólida e integrado ao mesmo tempo (CAPES, 2003, p. 4).

Para Morin (2003), o desenvolvimento de competências em lidar com os problemas complexos, deve visar, desde o início da formação do ser humano, a crítica e a curiosidade em resolver os problemas de nossa existência. Afirma que:

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos. A organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras; comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é singular, passando da separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese a análise. Ou seja: o reconhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese. (2003, p. 24).

É preciso, então, unir os saberes, reconhecendo as potencialidades de cada profissão, na modificação e transformação dos usuários da política de assistência social. Reconhecer a

---

<sup>3</sup> Conforme a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e prevê cinco serviços para a proteção social especial de média complexidade: serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); serviço especializado em abordagem social; serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço a comunidade; serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e serviço especializado para pessoas em situação de rua.



complexidade dos problemas é, abrir o espaço institucional para uma perspectiva dialógica e de reciprocidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

264

Considerando as tendências da interdisciplinariedade no CREAS, a partir dos avanços conceituais na política de assistência social, que destaca o atendimento integral para proteção social nos serviços, programas, projetos e benefícios da política, vemos que apesar de nos aproximarmos em alguns momentos de um trabalho conjunto entre diversas profissões, ainda não superamos a multidisciplinariedade do atendimento com as famílias em situação de vulnerabilidade social. Algumas vezes conseguimos desenvolver relatórios, entrevistas, visitas, discussões em equipe e/ou intersetoriais, entre outras intervenções conjuntas, mas percebemos que estamos longe da atuação que gostaríamos.

A não efetividade de um trabalho que rompa com uma visão positivista, que divide, classifica e separa, não está apenas na resistência de alguns profissionais tomados por uma formação de inclinação positivista, pois, quando existe uma reflexão crítica ao fazer cotidiano, nos deparamos com outras problemáticas que travam o desenvolvimento das ações conjuntas. Questões como o aumento da demanda de trabalho, o número reduzido de profissionais, a falta de espaço físico adequado e a complexidade da realidade que chega são fatores que além de dificultarem a efetividade do trabalho interdisciplinar, podem levar a estagnação de muitos profissionais. Visto isto, acredita-se que a superação destes fatores só é possível pela reflexão crítica e pelo enfrentamento cotidiano através da luta coletiva.

A ciência do senso comum demonstra que não efetivamos um trabalho interdisciplinar que, de fato, compreenda a realidade de forma integral para superação das questões sociais que se apresentam. Para tanto, é preciso entender que trabalhar com a interdisciplinariedade não implica negar a sua própria formação e seu saber teórico, mas reconhecer a importância de compreender a complexidade dos problemas no seu enfrentamento cotidiano.

Todavia, discutir e avaliar o seu processo de trabalho como integrante de mudança da existência far-se-á necessário para superar a cultura etnocêntrica.





## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Norma Operacional Básica. NOB-SUAS.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1º ed. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/SUAS.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1º ed. Brasília: 2013.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social.** Capacita SUAS caderno 1 (2013). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1º ed. Brasília: 2013.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS/** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1º ed. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

CAPES, **Avaliação e Perspectivas.** Comitê Multidisciplinar/Interdisciplinar, 2003.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada.** MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social. MDS. Brasília: DF, 2011.

FORNET, Batancourt, Raúl. **Questões de método para uma filosofia intercultural a partir da Ibero-América.** São Leopoldo: Ed: UNISINOS, 1994.

MOREY, Elisabeth de Cillo Bernardez; ZAMBONI, Claudia Maria Guimaraes Nery. **Desafios da Interdisciplinaridade: uma provocação para agir.** In.:Diálogos Interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais. Org.Abgail Aparecida de Paiva Franco; Magna Jorge Ribeiro melão.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MORIN. Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a forma, reformar o pensamento;** tradução de Elóia Jacobina, 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



MUNHOZ, Divanir Eulália Neuessi. **Da multi a Interdisciplinariedade: a sabedoria do percurso.** In: Revista de Estudos Criminais, São Paulo/Porto Alegre, Ed: Fonte do Direito, ano V, n. 18, abril/jun. 2005, p. 65-70.

SPOSATI, Aldaíza. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social.** In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 26, edº 87, 2006, p. 96-122.

YASBEK, M.C. **A assistência social na prática profissional: história e perspectivas.** *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, edº 85, 2006, p. 123-132.



## **CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

**CONINTER 3 – ISSN 2316-266X, n.3,  
Volume 21**

**A COPA DO MUNDO É NOSSA.  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO PAÍS DO  
FUTEBOL**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 21

## PROGRAMAÇÃO

**8/10 - AUDITÓRIO DAS DOROTÉIAS - CÚRIA METROPOLITANA BOM PASTOR - AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, 270 - GARCIA, CEP: 40 100-000 - SALVADOR BA**

8h30 - Apresentação musical

**9h-10h20 – MESA OFICIAL**

9h-9h10 - Reitor UCSal

9h10-9h20 - Wilson Madeira Filho (ANINTER)

9h20-9h30 - José Menezes (UCSal)

*Café - 9h40-10h10*

**10h10-13h - MESA 1 – Justiça, economia e política**

10h10-10h50 – Antón Lois Fernández Álvarez, Universidade de Vigo, Espanha – Judicialização da política.

10h50-11h30 - Carlos Alberto Vilar Estevão, Universidade do Minho, Portugal - A nebulosa interpretação do mercado e da Ágora ao nível dos Direitos Humanos e da Justiça

11h30 – 12h10 - Marcelo Antonelli Marangi, Argentina, Universidade de Buenos Aires - Capitalismo na leitura de Deleuze e de Foucault

12h10-12h30 - *Coordenador:* Antônio Carlos da Silva - Universidade Católica de Salvador

12h30-13h – Debates

**Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26 - Campus da Federação, Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 - Salvador BA**



## CONINTER 3

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 21

### **9/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 - FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

#### **8:30 -10:30- MESA 2: Violências, gêneros e direitos humanos**

8:30h-9h10 - Maria Esther Martinez Quinteiro, Universidade de Salamanca, Espanha - Gênero e Direitos Humanos: O caso espanhol e brasileiro

9h10-9:50h - Celma Tavares – Universidade Federal de Pernambuco, Espaço Feminista, Brasil - Gênero e educação em Direitos Humanos no processo de empoderamento das mulheres

9:50-10:20 - Debates

*Coordenadora:* Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Universidade Católica de Salvador

#### **10h20-10h50 – Intervalo, Café**

#### **10h50-13h00 - MESA 3 Movimentos Sociais e Interdisciplinaridade**

Antonio Dias (UNEB) - Educação no campo. Educação nas periferias. Movimentos Sociais no Brasil

Jairnilson Paim (UFBA) - Reforma Sanitária no Brasil: uma conquista dos movimentos sociais?

José Eduardo Ferreira Santos (UFBA) - O Brasil invisível do Acervo da Laje: arte e mudança social.

*Debatedora:* Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bastos

*Coordenadora:* Lívia A. Fialho Costa

#### **Grupos de Trabalho – 14h-18h30 - Salas 1 a 26**

**ESPECIAL - 18h30-20h – Debate com coordenadores de PGs: Adelaide Faljoni-Alario – UFABC, Coordenadora da Área Interdisciplinar da Capes**

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO - Red River Cafee - Rua Largo da Mariquita, 0 - Rio Vermelho, Salvador - BA, 41940-380**



**CONINTER 3**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 21

**10/10 - CAMPUS DA FEDERAÇÃO, AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205 -  
FEDERAÇÃO, CEP: 40.231-902 - SALVADOR BA**

8h - Apresentação musical

**8h30-10h30 - MESA 3: A primazia do econômico**

830h-9h10 - Adriano Correa, UFG - Política e economia na obra de H. Arendt

9h10-9h50 - Selvino J. Assmann (UFSC) - O capitalismo divino - uma teologização do econômico

09h50-10h20 – Debates

***10h20-10h50 - Café***

**MESA 4: Discursos, Memórias e Narrativas: questões sobre a Cidade, o Corpo e as Mídias Sociais**

10h50-11h30 - Daniele Ribeiro Fortuna (Unigranrio) - Maria Carolina de Jesus e Estamira, corpo e subalternidade

11h30-12h10 - Márcio Luiz Correa Vilaça (Unigranrio) - jogos vo(ra)zes no ciberespaço

12h10-12h50 - Ana Cristina de Azevedo Chiara (UERJ) - Hiperfísica dolorosa e literatura contemporânea

12h50-13h10 - *Coordenadora:* Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (Unigranrio)

13h10-13h40 – Debates

**Grupos de Trabalho - 14h-18h30 – Salas 1 a 26**





### **Comissão de Organização**

Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF)  
Álvaro dos Santos Maciel (PPGSD-UFF)  
Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD-UFF)  
Eliana Brito (UCSAL)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
Sinara Neves (UCSAL)  
Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)

### **Comissão Executiva**

Ana Cecília Souza Bittencourt Bastos (UCSAL)  
Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)  
Geraldo Márcio Timóteo (UENF)  
Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)  
José Euclimar Xavier de Menezes (UCSAL)  
Leonardo Castriota (UFMG)  
Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
Márcia dos Santos Macedo (UFBA)  
Miriã Alves Ramos de Alcântara (UCSAL)  
Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)  
Wilson Madeira Filho (UFF)



### Comissão científica

Alba Simon (PPGSD-UFF)  
 Ana Cláudio Diogo Tavares (UFRJ)  
 Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC)  
 Ana Lúcia Silva Souza (UFBA)  
 Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF)  
 Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)  
 André Saddy (PGDC-UFF)  
 Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)  
 Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD-UFF)  
 Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)  
 Daniela Novelli (UFSC)  
 Dario Paulo Barrera Rivera (UMESP)  
 Delton R. S. Meirelles (PPGSD-UFF)  
 Dione da Rocha Bandeira (UNIVILE)  
 Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte (UNIGRANRIO)  
 Eduardo Manuel Val (UNESA)  
 Elaine Habinovich (UCSAL/USP)  
 Eliana Brito (UCSAL)  
 Enzo Bello (PGDC-UFF)  
 Fernando José Martins (UNIOESTE)  
 Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)  
 Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)  
 Geraldo M. Timóteo (UENF)  
 Gilvan Luiz Hansen (UFF/PPGJA)  
 Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)  
 José Carlos de Oliveira (UFRJ)  
 Josimara Delgado (PPGESS-UFRJ)  
 Leandro Garcia Pinho (UENF)  
 Lenin Pires (PGDC-UFF)  
 Lívia Alessandra Fialho da Costa (UCSAL)  
 Luciene Rodrigues (UNIMONTES)  
 Luzinete Simões Minella (PPGICH-UFSC)  
 Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)  
 Marcus Fabiano (PPGSD-UFF)  
 Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)  
 Maria Thereza Azevedo (ECCO-UFMT)  
 Mylene Nogueira Teixeira (UENF)  
 Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)  
 Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD-UFF)  
 Rita da Cruz Amorim (UCSAL)  
 Roberto Borges (CEFET/RJ)  
 Sandra Guedes (UNIVILLE)  
 Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSAL)  
 Simonne Teixeira (UENF)  
 Sumaia Midlej Pimentel (UCSAL)  
 Tania Kale (PPGSD-UFF)  
 Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFES)  
 Thais Maria Lutherback Saporetti Azevedo (PPGSD-UFF)  
 Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)  
 Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)



### **Apoio técnico**

Eric Brum Barros  
George Luís Bezerra de Araújo Silva  
Ítalo Iório Junior  
Peter Trojan Junior  
Marcelo Tammela Madeira  
Michelle Monnerat Paciello  
Sherazade Tammela Madeira

### **Diagramação**

Bernardo Nunes de Medeiros  
Eric Brum Barros  
Jéssica de Faria Santos  
Marcelo Tammela Madeira  
Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho

### **Revisão, índice e sumários**

Tauã Lima Verdán Rangel  
Wilson Madeira Filho



## *Apresentação*

Como resultado da RECOPI ocorrida em final de 2011, um grupo de coordenadores de pós-graduações propôs a continuação extraordinária das reuniões, em fóruns paralelos, que ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (em dezembro de 2011), na Universidade de São Paulo (em março de 2012) e na Universidade Federal Fluminense (em maio de 2012), quando, então, foi fundada a ANINTER-SH (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociais e Humanidades), congregando então 47 Pós-Graduações da área Interdisciplinar, da então Câmara de Sociais e Humanidades. A ANINTER-SH promoveu, ainda em 2012, o I CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades), com apresentação de cerca de 500 trabalhos. Em outubro de 2013 foi realizado, em Belo Horizonte MG, na UFMG, o II CONINTER, contando dessa feita com cerca de 700 trabalhos.

O CONINTER 3, cujos anais aqui apresentamos, ocorreu em Salvador BA, na Universidade Católica do Salvador, entre 7 e 10 de outubro de 2014. Reúne cerca de 700 trabalhos em 21 eixos temáticos a partir do tema “Interdisciplinaridade e movimentos sociais”. O debate interdisciplinar, como se constatou, avançou muito, revelando a constituição de epistemologias substantivas, metodologias próprias e alto grau de empiria.

Os diversos trabalhos apresentados auxiliam a perceber que a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias.

A expansão verificada, por seu turno, provoca externalidades, tais como: 1) formação de professores qualificados para trabalharem as categorias interdisciplinares nas áreas disciplinares, fomentando o diálogo entre os pesquisadores; 2) formação de profissionais qualificados para o mercado não acadêmico; 3) aplicação prática da produção científica; 4) criação de espaços interdisciplinares para divulgação das pesquisas realizadas.



A proposta de ampliação da participação ativa de uma cidadania esclarecida encontra guarida neste processo de formação interdisciplinar, onde profissionais com capacidade crítica ampliada contribuam para uma leitura adequada das interações em sociedades complexas e reflexivas. Esta capacidade não é melhor do que aquela que move os pesquisadores disciplinares. Mostra-se diferente e complementar, pois observa fenômenos que ocorrem em zonas de contato entre disciplinas que produzem análises verticais com metodologia própria. Próximos dos canais de abertura cognitiva, os interdisciplinares estariam a agir, potencialmente, como facilitadores no processo de formação, consolidação e comunicação dos avanços científicos disciplinares.

Todavia, na contrapartida dessas perspectivas epistêmicas, enfrenta-se a resistência de áreas dogmáticas consolidadas, em alguns casos gerando verdadeiro engessamento de algumas dessas áreas e mesmo seu recrudescimento. Vale dizer, um modelo racional burocrático exige conformações que se espraiam, entre outros, em difíceis soluções no que tange à forma de avaliação da produção acadêmica, no aporte de verbas para pesquisa nessas diferentes áreas e na projeção de egressos no mercado de trabalho.

Somam-se a essas constatações observações de ordem estratégica. Segundo os dados disponíveis no GeoCapes (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>), são muito poucos os cursos de pós-graduações nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí e Alagoas, havendo apenas dois cursos da área Multidisciplinar na maioria destes e a quase inexistência de cursos profissionalizantes. A distribuição de docentes, discentes e bolsas acompanha essa desproporção. Vale dizer, novas e emergenciais medidas devem ser tomadas para promover senão um equilíbrio pelo menos uma autossuficiência regional.

As assimetrias inter-área, no caso específico, da área Interdisciplinar, são um resumo de todo o conjunto de áreas da Capes, pois existem todas as assimetrias e a divisão em Câmaras não deslindou os problemas, embora tenha avançado bastante nas últimas oficinas. Trata-se, no entanto, de dificuldade intrínseca causada pela muito diferenciada sorte de modelos, que considera relevante determinados produtos acadêmicos em alguns cursos, enquanto, em outros cursos, na mesma Câmara, as expectativas e relevâncias podem ser completamente diferentes.

**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 21

O Brasil alcançou uma posição chave nesse momento na história da produção do conhecimento. Somos um país emergente na “colonização acadêmica” e há muito mais que fazer. Estratégias de territorialização em cenários pós-coloniais precisam ser elaboradas tendo em vista não apenas o retorno imediato, mas, sobretudo, a consecução em médio e longo prazo, de redes ampliadas em novos territórios. Os investimentos com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que pulou de R\$ 100 milhões em 2010 para 900 milhões em 2012, e toda a atual demanda para incorporação da língua inglesa como ferramenta diferencial, são estratégias bastante significativas para enrijecer o eixo Norte-Sul. Todavia, para criar territórios “próprios”, com maior grau de autonomia e comando, talvez fosse o caso de elaborar ações correlatas no que tange ao domínio da língua espanhola, ampliando e tornando bastante substantiva a malha de ações nas Américas e nos países lusófonos e ibéricos.

Não existe diálogo aberto sem trocas cognitivas entre os indivíduos participantes. Não basta apenas pensar a interdisciplinaridade no plano das estruturas e do seu funcionamento, se ao indivíduo, como catalisador e difusor do conhecimento, for negado o espaço de ação. Os textos do CONINTER 3 auxiliam a pensar as atuais contradições e alternativas nessa construção conjunta de conhecimentos.

***Wilson Madeira Filho***Presidente da ANINTER-SH  
Coordenador Geral do CONINTER 3



**CONINTER 3**Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e HumanidadesSalvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014,  
ISSN 2316-266X, n.3, v. 21

## SUMÁRIO

JORNADAS DE JUNHO E O PROCESSO DE (DES)LEGITIMIDAÇÃO DO SISTEMA PENAL - PEDROSA, Priscila .....	1-18
INTENÇÕES PRÉ-COPA: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL O GLOBO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE PRECEDERAM A COPA - NEVES, Leonardo .....	19-46
MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOLIÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ - DODEBEI, Vera; WERNECK, Marcela .....	47-60



## JORNADAS DE JUNHO E O PROCESSO DE (DES)LEGITIMIDAÇÃO DO SISTEMA PENAL

PEDROSA, Priscila

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação de Sociologia e Direito  
priscilapedrosa@hotmail.com*

1

### RESUMO

Este trabalho busca entender a crise de legitimidade do sistema penal pela análise de estudo de casos ocorridos nas jornadas de junho, na cidade do Rio de Janeiro. Aponta-se para a expansão do sistema penal como estratégia de desmobilização dos protestos a partir da criminalização dos movimentos sociais. Partindo da existência de um texto constitucional democrático em vigor, questiona-se o Estado Direito a que corresponde o processo judicial e os métodos de investigação, em um plano prático, buscando refletir acerca da coexistência do sistema processual herdado da ditadura e sua atemporalidade no que se refere à mudança constitucional, permitindo o rompimento das fronteiras entre o político, jurídico e econômico.

**Palavras-chave:** crise de legitimação, sistema penal, jornadas de junho.

### ABSTRACT

This paper seeks to understand the crisis of legitimacy of the penal system by analysis of case studies occurred in the June journeys, in the city of Rio de Janeiro. It points to the expansion of the penal system as strategy of demobilization of protests from criminalization of social movements. Starting from the existence of a democratic constitutional text in force, questions whether the Rule of Law to which corresponds the legal procedure and investigation methods, on a practical sphere, seeking to reflect about the coexistence of the procedural system inherited from dictatorship and its timelessness with respect to constitutional change, allowing the breaking of the boundaries between the political, the legal and the economic.

Key-words: legitimation crisis, penal system, June journeys

### Introdução

Este trabalho tem como metodologia o estudo de caso delimitado à atuação do poder punitivo na repressão às manifestações iniciadas em junho de 2013 até julho de 2014, com a investigação do inquérito iniciado pela CEIV- Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo e conduzida pela DRCI – Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática.

O estudo tem como característica a discussão da forma de atuação das polícias civil e militar, Ministério Público e Poder Judiciário e o questionamento sobre seus métodos repressivos a partir de alguns pressupostos teóricos enfatizando a interpretação em contexto de forma a compreender melhor o comportamento do Estado e suas agências de segurança pública



e sua interação com o Estado de Direito e conceitos sociológicos usados como justificação para a prática de atos ilegais do poder público em nome da legalidade.

Neste contexto, procurarei relatar experiências diretas no campo jurídico da atuação em rede com equipes de advogados de direitos humanos na defesa legal dos manifestantes contra prisões arbitrárias e truculência policial durante as Jornadas de Junho, com análise de relatórios de organizações de direitos humanos e matérias jornalísticas e documentos oficiais que constam em inquéritos e processos judiciais.

2

## Estudo de Caso

Em junho de 2013 eclodiram diversas manifestações populares no Brasil, este período histórico ficou conhecido como Jornadas de Junho, motivadas, inicialmente, contra o aumento de tarifas do transporte público.

Após sucessivos protestos em massa, o uso de táticas de ação direta, que se definem como Black Blocs, toma conta do debate público e assume um papel de oposição ao que seus adeptos consideravam símbolo do capitalismo e à proteção das manifestações contra ações abusivas por parte da polícia na contenção dos protestos.

Já nas primeiras manifestações, antes mesmo do surgimento dos chamados Black Blocs, a polícia usava indiscriminadamente armamento menos letal, como bombas de gás, spray de pimenta e balas de borracha de forma indiscriminada.

Muitas violações ao direito de manifestações foram verificadas. Segundo o relatório da ONG Artigo 19, as violações mais comuns foram: falta de identificação dos policiais, detenções arbitrárias, detenções para averiguação, proibição do uso de máscaras ou produtos que amenizassem os efeitos do gás da polícia, vigilância nas redes sociais, desproporcionalidade do efetivo policial comparado ao número de manifestantes, policiais infiltrados nas manifestações incitando a violência, policiais ameaçando manifestantes de morte ou sequestro, entre outras ([http://www.artigo19.org/protestos/Protestos\\_no\\_Brasil\\_2013.pdf](http://www.artigo19.org/protestos/Protestos_no_Brasil_2013.pdf)).

Diversos casos de abusos de autoridade e violência policial foram registrados por midiativistas e foram usados pelos advogados voluntários que trabalhavam nas manifestações, servindo como prova judicial para a absolvição de muitos manifestantes.



De acordo com o relatório da ONG Artigo 19, os tipos penais mais frequentes usados para a criminalização dos protestos foram: formação de quadrilha, desacato, desobediência, resistência, dano ao patrimônio público e privado, porte de artefato explosivo, incêndio e incitação à violência ([http://www.artigo19.org/protestos/Protestos\\_no\\_Brasil\\_2013.pdf](http://www.artigo19.org/protestos/Protestos_no_Brasil_2013.pdf): 54).

A entrada em vigor da Lei 12.850/2013 definiu o crime de associação criminosa também foi usada para criminalizar os movimentos sociais e ativistas, de forma genérica e sem a individualização de condutas.

Em julho de 2013 entra em vigor o Decreto Estadual número 44.30251 criou a CEIV – Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas, formada por membros do Ministério Público, Polícia Civil e Militar e Tribunal de Justiça, que foi extinta em setembro de 2013, onde por força de uma decisão judicial nos autos do inquérito número 21801646/2013 autorizou a identificação civil e a condução coercitiva para identificação criminal em delegacias de manifestantes “suspeitos”, segue abaixo a transcrição de parte dela:

[...] Momentos como os vivenciados por toda a **sociedade ordeira**, em especial os moradores da cidade do Rio de Janeiro **demandam do Poder Judiciário a célere e firme intervenção**.

Vive a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro hoje momentos de intensa mobilidade social, fluxo de idéias de alto relevo de diversidades, verdadeira redescoberta da força da população, em democracia como norte.

Ocorre que a Constituição Federal, como não poderia deixar de observar garante com firmeza a livre manifestação de idéias. Contudo, **não permite o anonimato, a barbárie e a insegurança social**. É o que posto no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal (...)

O Ministério Público em manifestação, devidamente amparada, não só em imagens geradas, captadas, dando conta dos desvios criminosos colhidos quando das manifestações populares, **aponta com clareza ser necessário, fundamental mesmo, a identificação criminal dos integrantes dos grupos denominados Black Bloc, Black Bloc Brasil, Black Bloc RJ, Anonymous e Anonymous Brasil, até agora protegidos, em verdadeiro abuso do direito, pelo anonimato**.

Há notícias nos autos dando conta de que integrantes de grupos organizados, vândalos, vêm se infiltrando nas manifestações populares com o claro objetivo de destruição não só do patrimônio público, como o privado.

Bom de ver que com a medida buscada **não quer o Ministério Público, bem como a Autoridade Policial estabelecer qualquer estado de exceção, ou privação de liberdade, quer sim, alcançar os**



**verdadeiros autores dos crimes citados e com isso permitir que a sociedade possa livre, de qualquer temor ou medo transitar em exercício do sagrado Direito de ir e vir.**

É de sabença que a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LVIII, aponta que o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo, em casos permitidos em Lei:

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

- I- O documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;
- II- O documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;
- III- O indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre eles;
- IV- A identificação criminal for essencial às investigações policiais segundo despacho da autoridade judiciária (...)

Assim, a medida buscada deve ser enfrentada sob o prisma da razoabilidade.

Ora é exigível que o Agente da Lei, no cumprimento de seu múnus, obrigatoriamente deva ser identificado e, por outra via, aí sim, com ares de exceção, o manifestante não o seja, de igual forma identificável, ou identificado?

Não e não. Não se pode colocar em balança pesos diversos. O desequilíbrio fatal permite concluir o ataque à ordem social e verdadeiro estado de insegurança.

**Destaco que a medida ora imposta não traz a ressurreição da anterior detenção tão somente para averiguação.**

Não e não. Não tem *ab initio* qualquer lastro em decreto de custódia cautelar nos moldes da prisão temporária ou preventiva.

O que se defere é, em analogia ao que posto no art. 260 do Código de Processo Penal, a **condução para a realização do ato de identificação criminal**. Assim é que a medida excepcional tem acolhida.

Destarte, DEFIRO in totum as medidas buscadas e autorizo e determino:

- 1) Autorizo a identificação criminal de integrantes dos chamados grupos Black Bloc, Black Block Brasil, Black Bloc RJ, Anonymous e Anonymous Brasil e, ainda, de todos aqueles que estiverem usando máscaras, capuzes ou lenços em seus rostos, que se desloquem, sob qualquer pretexto em manifestações populares, em qualquer número de participantes;
- 2) Determino às autoridades e agentes de segurança pública estadual, que uma vez constatado a presença de manifestantes com os objetos retro apontados procedam por obvio, guardadas oportunidade e razoabilidade a imediata abordagem e operem a imediata identificação criminal, se necessário, desde já autorizada a identificação datiloscópica e fotográfica, devendo todo o material coletado ser trazido aos autos do inquérito.
- 3) Autorizo de igual forma a condução coercitiva à presença de autoridade para a realização de identificação criminal. [...]” (grifos nossos)

Esta decisão define um marco na repressão às manifestações, uma vez que, após a sua publicação, foi observado um aumento nos casos de violência e abusos de autoridade praticados por policiais militares e civis, já que todas as identificações criminais (coleta de fotos



e impressões digitais) realizadas em sede policial, as quais alimentavam o inquérito da CEIV mesmo após a sua extinção, eram acompanhadas de um procedimento administrativo, ao que parece ilegal, criado nas delegacias chamado de “Medida Assecuratória de Direito Futuro”, visando a suposta prevenção de crimes.

As pessoas “presas para averiguação” eram questionadas sobre ideologia, filiação partidária, religião etc<sup>1</sup> e conduzidos até salas isoladas, dentro da sede policial, onde os advogados eram impedidos de acompanhar. Também se torna rotina as chamadas “oitivas informais”.

Em 02 de dezembro de 2013 Rafael Braga, morador de rua, foi o primeiro condenado no Rio de Janeiro, por porte de artefato explosivo, tendo em sua posse uma garrafa de desinfetante e uma garrafa de água sanitária. Foi condenado a 5 anos de reclusão, mesmo com a conclusão do laudo pericial afirmando que o potencial explosivo dos produtos era ínfimo. De acordo com a decisão “o etanol encontrado dentro de uma das garrafas pode ser utilizado como combustível em incêndios, com capacidade para causar danos materiais, lesões corporais e o evento morte” (<http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaMov.do?v=2&numProcesso=2013.001.185124-5&acessoIP=internet&tipoUsuario>).

Interceptações telefônicas foram autorizadas judicialmente pelo Juiz da 27ª Vara Criminal, violando, inclusive, o sigilo profissional dos advogados, no exercício da sua função<sup>2</sup>. Muitos advogados foram investigados, por suposta associação criminosa<sup>3</sup>.

Outros inquéritos foram instaurados a partir da mesma investigação iniciada pela CEIV. O Judiciário deferiu escutas telefônicas e a polícia infiltrou agentes infiltrados nos movimentos sociais os quais, muitas vezes incitavam atos violentos nas manifestações. Todos os inquéritos tramitam em sigilo inclusive para os advogados que não

<sup>1</sup> Esta informação é baseada na experiência da autora no exercício da advocacia durante as manifestações no ano de 2013 e 2014 em atuação pela Comissão de Direitos Humanos da OABRJ, onde acompanhou diversos manifestantes presos e detidos em diversas delegacias na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Grampo de celulares da defesa de ativistas alarma a OAB. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-23/grampo-de-celulares-da-defesa-de-ativistas-alarma-oab.html>. Acesso em 05 de agosto de 2014.

<sup>3</sup> Grampo é o episódio mais lamentável contra o direito de defesa desde a redemocratização. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/2014-grampo-e-o-episodio-mais-lamentavel-contra-o-direito-de-defesa-desde-a-redemocratizacao2014-4958.html>. Acesso em 05 de agosto de 2014.





conseguiram ter acesso ao seu conteúdo integral, contrariando a súmula 14 do Supremo Tribunal Federal<sup>4</sup>.

Em meados de junho de 2014 diversas pessoas foram intimadas como testemunhas de uma investigação sigilosa, parte da mesma investigação. Testemunhas eram intimadas sob ameaça da polícia civil, muitas foram conduzidas com extrema violência de suas casas até a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática – DRCI para prestarem depoimentos em investigação, sem que seus advogados conseguissem acesso ao conteúdo.

No dia 13 de julho de 2014, véspera do jogo final da copa do mundo, a polícia civil fez uma operação chamada Firewall 2, onde representou pela prisão temporária de 23 pessoas, entre elas uma advogada, uma professora da UERJ e outros intelectuais e ativistas com fundamento de que a prisão era necessária para prevenir um suposto ato de violência que supostamente aconteceria no dia seguinte. A decisão não foi amparada em nenhum fato concreto. Há denúncias de que o artefato explosivo, dinamite, encontrado na casa de uma das ativistas teria sido forjado pela própria policia.

Vale mencionar, contudo, que o conteúdo da investigação sigilosa estava sendo veiculado pela Rede Globo, antes mesmo dos advogados e do desembargador terem acesso aos autos da investigação.

Após recebimento da denúncia pelo juízo da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, os relatórios produzidos foram conhecidos pelos advogados apontando para a criminalização de movimentos sociais, mais de 70 foram arrolados no relatório como suspeitos, entre eles: sindicatos, redes de advogados, intelectuais, grupos de pesquisa, movimentos sociais e páginas da rede social facebook, demonstrando uma perseguição política de conteúdo ideológico.

### **A (des)legitimação do sistema penal: a “consciência coletiva” e os símbolos da dominação.**

A escalada de repressão faz do medo e da violência fatores essenciais para a desmobilização dos protestos.

---

<sup>4</sup> Súmula Vinculante 14 STF: É direito do defensor, no interesse do representado, ter aceso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.



Cristina Rauter aponta que “manifestações populares preocupam os criminólogos e aos fenômenos que nelas observam são dadas várias designações: epilepsia das multidões, furor coletivo, degradação do pensamento, estado de hipnose.” (RAUTER, 2003: p.66), provocando, portanto, a reação do Estado para a imediata contenção do “perigo” representado pelos indivíduos reunidos.

Assim podem ser justificadas as violações e restrições constantes à garantia das liberdades constitucionais individuais mais básicas pelas autoridades policiais durante as jornadas de junho, sobretudo após a decisão judicial que validou a identificação criminal como instrumento de desmobilização através da criminalização dos movimentos sociais e dos ativistas autônomos.

O poder que a mídia tem de formar a opinião pública e construir a realidade também exerce influência na conduta do poder punitivo, e ficou muito evidente na forma com que a imprensa corporativa veiculou a investigação dos “atos de vandalismo”, promovendo uma verdadeira campanha contra as manifestações para o esvaziamento das ruas, inclusive, publicando trechos de gravações interceptadas, onde dizia ter tido acesso com exclusividade a uma investigação sigilosa que nem os advogados e nem o desembargador<sup>5</sup> que julgou os pedidos de Habeas Corpus tiveram.

Ora, isso evidencia que o discurso veiculado na mídia corporativa é fundamental para a demonstração de como o chamado por Hassemer de direito penal comunicativo trabalha com o direito penal simbólico<sup>6</sup> na formação de opinião pública com a construção dos inimigos sociais estigmatizados como “vândalos” e “baderneiros”, que têm suas fotos expostas na televisão e jornais escritos sempre associados com imagens de violência em manifestações perturbadoras da “ordem pública” e da “paz social”.

Vale observar, contudo, que o Ministério Público recorreu da decisão que deferiu os Habeas Corpus aos ativistas fundamentado em matéria jornalística do Jornal o Globo<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Desembargador diz não ter acesso a inquérito sobre atos violentos no Rio: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/desembargador-diz-nao-ter-acesso-inquerito-sobre-atos-violentos-no-rio.html>. Acesso em: 04 de agosto de 2014.

<sup>6</sup> HASSEMER, Winfried. *Das Symbolische am symbolischen Strafrecht*. Festschrift-Roxin zum. 70, 2001. P.1017 apud TAVARES, Juarez. *Os objetos simbólicos da proibição: o que se desvenda a partir da presunção de evidencia*. Disponível em <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleto-Externa/Juarez-Tavarez.pdf>. Acesso em 5 de agosto de 2014.

<sup>7</sup> Recurso do MP é frágil e remete aos meios do direito penal nazista, diz jurista. Disponível em: <http://indiossincrased.blogspot.com.br/2014/07/recurso-do-mp-e-fragil-e-remete-aos.html>. Acesso em 04 de agosto de 2014.



De acordo com o professor Juarez Tavares “o argumento simbólico é uma expressão de utilidade que justifica a legalidade de qualquer modo, ainda que seja contra os interesses da comunidade, ou seja, ainda que ela careça de legitimidade” (TAVARES. <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleto-Externa/Juarez-Tavares.pdf>:6).

Estas considerações evidenciam que a fundamentação do juiz da 27ª vara criminal nos autos do inquérito nº 0229018-26.2013.8.19.0001<sup>8</sup> foi baseada não em fatos, mas em suposições, as quais não correspondem a um dano concreto, senão vejamos:

“ [...] Verifica-se, também, que há sérios indícios de que está sendo planejada a realização de atos de extrema violência para os próximos dias, a fim de aproveitar a visibilidade decorrente da cobertura da copa do mundo de futebol, sendo necessária a atuação policial para impedir a consumação desse objetivo e também para identificar os demais integrantes da associação.”

A decisão acima se expressa como um instrumento de controle genérico, originada por investigação com intuito de criminalização de ideologia, como se pode verificar por trecho do relatório feito pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, nos autos do inquérito número 21801646/13:

[...] Há uma diversidade de grupos organizados, alguns transitórios outros permanentes, denominados de coletivos ou movimentos sociais, permeáveis a ideias extremistas e a manipulações políticas, que são cooptados e instrumentalizados para agir como forças de pressão que transitam pela esfera da violência deliberada. Os manifestantes mais exaltados, em sua maioria, são oriundos desses grupos e suas ações, além de não ser espontâneas, obedecem a comandos e planejamentos prévios.

Istiván Mészáros diz que “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado (MÉSZÁROS: 2004:59). O autor observa que até um dicionário de sinônimos pode conter significados ideológicos, mesmo devendo ser “isento de ideologia”, a exemplo das palavras “conservador”, “liberal” e “revolucionário” no dicionário “*Word Finder*” *Thesaurus* o autor destaca que:

Ao mesmo tempo, o “revolucionário” recebe uma definição extremamente curta – que o qualifica apenas como objeto de atenção por parte do poder judiciário e das autoridades penitenciárias – sendo caracterizado como “enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra”. É isto que temos quando as tão ruidosamente proclamadas regras de “objetividade” são

<sup>8</sup> Saiba quem são e o que dizem os ativistas presos pela polícia do Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/saiba-quem-sao-e-o-que-dizem-os-ativistas-presos-pela-policia-do-rj.html>. Acesso em 5 de agosto de 2014.



aplicadas a um lado do espectro político, em contraposição ao outro, até em trabalho tão direto e “isento de ideologia” quanto o de compilar sinônimos para montar um dicionário. (MÉSZÁROS: 2004:57)

Nesta lógica a representação do potencial político da multidão é tratada como ameaça ao poder constituído o qual, para sua autopreservação, incrementa a “segurança” através de políticas de militarização da vida como forma de controle social. De acordo com Cristina Rauter:

A criminologia produz uma concepção de crime na qual este não se refere mais à infração à lei, mas a um fenômeno com características quase naturais, produto de uma anormalidade social ou individual. O alvo inequívoco desta estratégia são as formas de ilegalidade popular que ameaçam diretamente o Estado, mas que tematizadas dessa forma perdem seu caráter político.

É constante, desde o surgimento da criminologia, o repetitivo clamor contra um aumento da criminalidade e pela necessidade de uma reação contra este fenômeno. Podemos considerar que o tão estudado e propalado problema da criminalidade, de seu aumento inexorável, é uma invenção antiga do discurso criminológico, no sentido de produzir um dispositivo que isola e descarta do seu contexto político a oposição à lei, à ordem capitalista, ao sistema de propriedade, etc. Além disso, o chamado “combate ao crime”, ao tornar-se uma tarefa técnica, é descaracterizado, em seu evidente compromisso com a manutenção das formas de dominação vigentes na sociedade.” (RAUTER:2003: p.69)

Portanto, a concepção de crime, sobretudo quando se trata de medida repressiva do Estado visando à perpetuação da ordem vigente, está carregada de desculpas sociológicas incorporadas em conceitos jurídicos para validar a criminalização das lutas sociais de acordo com a chamada “necessidade estrutural” (MÉSZÁROS: 2004:498) esta entendida como fundamental para a existência da formação capitalista.

Assim, poderíamos comparar o fundamento jurídico de garantia da ordem pública na psique social formada pelo conceito de Durkheim de “consciência coletiva ou comum” e a ideia de solidariedade que, para o autor, liga o indivíduo à sociedade (DURKHEIM:2004:76).

Se por um lado a ideia da consciência coletiva de Durkheim é considerada “um conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (DURKHEIM: 2004:74) que tem vida própria e não está ligado à consciência individual, por



outro, a ideia de solidariedade expressada pelo direito repressivo pode nos servir de base para pensar a formação do que o autor chama de “tipo psíquico da sociedade” (DURKEIM: 2004:74).

Isto significa dizer que no pensamento de Durkheim as condições de existência e desenvolvimento da ordem psíquica são constituídas por sistemas de representação e de ações com funções judiciárias, governamentais, científicas e industriais (DURKHEIM: 2004) para garantir uma chamada “coesão social” (DURKHEIM:2004:76).

A coesão social pode ser compreendida em Durkheim como sendo oriunda de “uma certa conformidade de todas as consciências particulares a um tipo comum, que não é outro senão o tipo psíquico da sociedade” (DURKHEIM:2004:75).

Este nos parece ser o ponto do pensamento do Durkheim onde entendemos que a coesão deve ser vista não como resultado da solidariedade e da integração social como quer o autor, mas sim como uma prática de dominação de classe, regulada pelo Estado.

Desta forma, a sociologia de Durkheim privilegia os comandos penais relativos à garantia de ordem pública e manutenção da ordem social que servem aos interesses da dominação e controle social em nome de uma “solidariedade” simbólica expressada pelo direito penal para a proteção do “corpo social”.

A consciência coletiva na visão de Durkheim existe independentemente da consciência individual e se incorpora no discurso de “combate ao crime” como justificativa simbólica para a contenção dos protestos, retirando a discussão do contexto político de legitimidade da oposição às leis e à ordem capitalista.

Durkheim define Estado como “um grupo de funcionários *sui generis*, onde se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não seja obra da coletividade” (DURKHEIM: 1983: 46), de forma que o Estado, apesar de não encarnar a



consciência coletiva, é considerado “o órgão mesmo do pensamento social” (DURKHEIM: 1983: 47) que constrói seus sistemas para dirigir a conduta coletiva.

A utopia do procedimento parece demarcar bem o território da opressão para conter qualquer tipo de emancipação social que atrapalhe os processos produtivos.

Dentro desta lógica, consideramos que a ciência do sistema penal dá o respaldo técnico-científico à ação do aparelho do Estado, onde o poder disciplinar se generaliza na sociedade por diversas formas de controle, a princípio não violentas, como psiquiatrização, escolarização, entre outras, incluindo também o próprio Poder Judiciário e suas práticas repressivas (RAUTER: 2003: 68)

Sobre a justificativa teórica do sistema penal, nos ensina Foucault:

Tem-se a impressão de que o discurso da criminologia possui uma tal utilidade, de que é tão fortemente exigido e tornado necessário pelo funcionamento do sistema, que não tem nem mesmo necessidade de se justificar teoricamente ou mesmo simplesmente de ter uma coerência ou uma estrutura. Ele é inteiramente utilitário. (FOUCAULT:1979:138)

Assim, a justificativa da apropriação de conceitos sociológicos pelo sistema penal deve ser interpretada através da compreensão do controle face aos esforços de transformações sociais materializadas pelas lutas<sup>9</sup>.

Como observa a professora Vera Regina P. de Andrade “compreender o controle é decifrar, portanto, a própria dinâmica do poder ou dos poderes econômico, financeiro,

<sup>9</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia jurídico-penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. *Apud* em ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2012. P. 160. “Destarte, desde há muito, a Criminologia deixou de ser uma ciência da criminalidade e também de exercer o monopólio do saber solitário sobre ela, para se reconhecer, num esforço compartilhado mais modesto, como uma das ciências sociais que concebem a criminalidade como uma construção social resultante da interação continuada entre os processos de definição, seleção e estigmatização realizados pelo controle social formal ou penal (Legislativo-Lei-Polícia-Ministério Público-Judiciário-Prisão-Secretarias e Ministérios de Justiça e de Segurança Pública) e o controle social informal (família-escola-universidades-mídia-religião-moral-mercado de trabalho-manicômios-pena privada) funcionalmente relacionados às estruturas sociais. E a função “nobre” do controle penal, assim como a função geral de todo o mecanismo de controle social, é construir a linha divisória entre a normalidade e o desvio (construção binária, seletiva e estigmatizante). Podemos falar, portanto, da trajetória de uma Criminologia da violência individual (positiva e clínica) a uma Criminologia da violência institucional e estrutural (construtivista e crítica), como uma trajetória da infância à maturidade criminológica.





mediático, político, punitivo oficial (poder legislativo, policial, ministerial, judicial, acadêmico) e micropoderes sociais” (ANDRADE: 2012: 161).

Alguns antagonismos se desenham na criminalização das lutas sociais pelo sistema punitivo, de um lado a soberania popular e sua contestação legítima a uma “crise”<sup>10</sup> do sistema de normas e a suas justificações levam a uma “apropriação privilegiada da riqueza produzida socialmente” (HABERMAS: 2002: 32) e a proteção da ideologia dominante através do fortalecimento da autonomia dos sistemas pelo incremento da repressão<sup>11</sup> e, de outro lado, os princípios inerentes ao Estado Democrático de Direito.

A contestação é inerente ao Estado Democrático de Direito, fundamentando, inclusive, as teses de direito à resistência e desobediência civil.

Portanto, a justificação ideológica da repressão encontra-se em verdadeiro antagonismo com os princípios fundamentais elencados na Constituição Federal, já que a incorporação dos conceitos sociológicos na aplicação da lei penal é sempre simbólica e não pode se divorciar de um mito sobre o qual se baseia o Estado em uma formação social capitalista, que é a igualdade e o chamado bem comum.

<sup>10</sup> HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2002. P.13: “ Hoje nas ciências sociais é usado frequentemente um conceito teórico de sistêmico de crise. Conforme esta perspectiva sistêmica, as crises surgem quando a estrutura de um sistema social permite menores possibilidades para resolver o problema do que são necessárias para a contínua existência do sistema. Neste sentido as crises são vistas como distúrbios persistentes na integração do sistema. Pode ser objetado contra a utilidade científica-social deste conceito, que ele não leva em conta as causas internas de uma sobrecarga “sistemática” das capacidades de controle, ou de uma impossibilidade de resolver “estruturalmente” os problemas de controle.”

<sup>11</sup> HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2002. P.33/34: “ Nas sociedades tradicionais o tipo de crise, que emerge, procede de contradições internas. A contradição existe entre pretensões de validades de sistemas de normas e justificações que não podem permitir explicitamente exploração e uma estrutura de classe na qual a apropriação privilegiada da riqueza produzida socialmente é a regra. O problema de como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída desigualmente, embora ainda legitimamente, é temporariamente resolvido através da proteção ideológica de pretensões de validade contra os fatos. Em situações críticas, as sociedades tradicionais estendem o escopo do seu controle através de incrementada exploração da força de trabalho; isto é, aumenta o poder ou diretamente através de elevada força física (da qual a história do direito penal dá bons indicadores) ou indiretamente através de generalização de pagamentos forçados (na sequencia de rendas do trabalho, do produto e do dinheiro). Por consequência crises enquanto uma decisão de dominação a partir de problemas de condução que necessitam um fortalecimento da autonomia de sistema através da repressão incrementada. Esta última conduz por sua vez a perdas de legitimação, as quais por seu lado resultam em núcleo de classe (com frequência em conexão com



## **Expectativas, direitos e garantias.**

Não há dúvidas sobre o caráter democrático contido no atual texto constitucional vigente no Brasil desde 1988. Mas o que permite que ainda tenhamos elementos da ditadura, principalmente na segurança pública, nas práticas políticas e jurídicas atuais?

Na opinião de Jorge Zaverucha, especialista em instituições coercitivas, as Forças Armadas, Polícias Militares e Segurança Pública ainda funcionam nos termos estabelecidos na ditadura militar. (ZAVERUCHA:2005 *apud* ARANTES, 2014:289).

Todavia, “o Estado de Direito pressupõe a afirmação de dois princípios fundamentais: o princípio da difusão de poder e o princípio da diferenciação de poder” (MARTINS: 2013: 16).

Segundo o professor Rui Cunha Martins o princípio da difusão de poder é definido por poderes públicos e individuais para a garantia de que haja uma limitação dos poderes públicos em favor das liberdades individuais e o princípio da diferenciação de poder é aquele que assegura uma diferenciação entre o sistema político-jurídico e demais subsistemas (MARTINS: 2013: 16).

Luhmann nos explica que a relação do homem com o mundo é sensível e sensorialmente o convívio humano é orientado através de conceitos de contingência, onde “as possibilidades apontadas para as demais experiências poderiam ser diferentes das esperadas” (LUHMANN:1983:45) e a complexidade “significa dizer que sempre existem mais possibilidades do que se pode realizar” (LUHMANN:1983:45) em um mundo que apresenta uma multiplicidade.

Para resolver o problema da complexidade e contingência se desenvolvem as estruturas que constituem os sistemas, os quais criam reduções e simplificações das expectativas concretas que regulam e integram a função da estrutura (LUHMANN:1983).

O objetivo da redução da complexidade nas sociedades complexas é justamente “buscar mecanismos de estabilização das expectativas sociais e normativas” (MARTINS:2013:39), e neste ponto a comunicação social tem um papel eficiente.

Portanto, a redução da complexidade permite generalizações e simplificações que se manifestam por códigos como legal/ilegal para o direito. (MARTINS:2013). É assim

---

conflitos externos). Lutas de classe finalmente ameaçam a integração social e podem levar a uma derrubada do sistema político e a novos fundamentos da legitimação, isto é uma nova identidade de grupo.”



que surgem os conflitos potenciais entre economia, política e direito, principalmente na comunicação social, já que a realidade socialmente construída trabalha com os códigos de simplificação do real.

Este fenômeno se vê claramente na veiculação pela mídia e o próprio tratamento dado pelo poder judiciário na tentativa de criminalização dos protestos sociais iniciados nas jornadas de junho. Note-se que os códigos e estigmas veiculados na mídia induzem a opinião pública a acreditar que todos os manifestantes são vândalos e violentos e, contra eles, cabe todo tipo de repressão e criminalização, ainda que não haja nenhum elemento jurídico que comprove a materialidade e autoria dos fatos que lhes são imputados.

Isso permite ainda a generalização da imputação dos mesmos fatos ilícitos a todos os manifestantes, apenas por participarem dos protestos, pela categoria jurídica de organização criminosa, distorcendo gravemente a importância das manifestações ideológicas que não se alinham com interesses materiais dominantes.

Nessas questões o que está em jogo é exatamente a articulação cultural dos interesses dominantes, institucionalmente estabelecidas, supostamente ameaçadas pelas pressões sociais de mudanças.

Para Luhmann não há uma relação entre desenvolvimento da sociedade e desenvolvimento do direito, mas algum elo deve ser estabelecido entre a teoria do direito e os mecanismos de evolução, já que o direito contribui para a construção de um controle da teoria da sociedade (LUHMANN:1983:168).

Contudo, as reações às estruturas do sistema social que almejem uma mudança das estruturas do sistema, devem ser estabilizadas desde que também permitam mais ações e maiores liberdades. (LUHMANN:1983:173).

Ou seja, para o autor, as estruturas devem permitir mudanças no sistema mas também devem possuir mais possibilidades de rejeitar as expectativas de lei e ordem do senso comum, selecionando as situações que revelam o desenvolvimento social e o seu correspondente processo evolutivo, como por exemplo as normas de proteção aos direitos humanos e garantias constitucionais de liberdade e direitos fundamentais.



Isto porque a tensão existente entre a aplicação da lei penal e as expectativas sociais manifestadas no processo podem influenciar o direito<sup>12</sup> e os valores ligados aos direitos fundamentais contidos no sistema constitucional devem ser observados, como forma de resguardar os valores intrínsecos ao Estado de Direito.

Entre sociólogos e filósofos realistas do direito o conceito de “expectativa” explica o conteúdo dos direitos subjetivos, ou seja, o considera como estado de consciência que se refere ao futuro. Mas se os direitos subjetivos são expectativas é necessária a existência de normas que as protejam.

Tanto para Luhmann como para Ferrajoli as expectativas jurídicas são entendidas como expectativas normativas, mas o autor italiano dá uma contribuição importante ao tratar as expectativas jurídicas como teoria das certezas jurídicas:

Em particular, las expectativas jurídicas son expectativas de efectividad de las normas jurídicas y de las obligaciones y prohibiciones dispuestas o predispuestas por ellas. Em el lenguaje común, naturalmente, expectativa puede entenderse también en um sentido, sociológico o cognitivo, de previsión de lo que de hecho sucederá (o no sucederá), o mejor de lo que es verosímel (o inverosímel) que pueda suceder. Em uma sociedade caracterizada por uma taxa de criminalidade no dejaré abierta la puerta de casa, dado que, aun teniendo la expectativa jurídica de que nadie violará mi domicilio, tengo una realista expectativa de que el domicilio sea de hecho violado por los ladrones. El sentimiento de seguridad jurídica viene dado precisamente por la (máxima) correspondência entre expectativas jurídicas y expectativas cognitivas, generada por la existencia de garantías idóneas. (FERRAJOLI, *apud* BOLAÑOS, 2005:300)

Desta forma, as expectativas também se configuram no direito pela segurança da sua aplicação e efetividade de forma a preservar os direitos fundamentais, incluindo obrigações e proibições que submetem tanto os sujeitos como os poderes.

<sup>12</sup> O assunto pode ser aprofundado em: MARTINS, Rui Cunha. *A hora dos cadáveres adiados: corrupção, expectativa e processo penal*. São Paulo: Atlas. 2003. P. 34. “Algo que o direito hesita entre não saber/não poder/não querer fazer, ou fazer mesmo. Dada a manifesta tensão entre, por um lado, a área jurídico-penal, e, por outro, as expectativas sociais a seu respeito, ou, de acordo com a minha definição, dada a manifesta interação entre a maquinaria processual das convicções e a maquinaria processual das expectativas, a turbulência assim trazida a esta última por via dos aludidos movimentos de redefinição acaba por se traduzir na ocorrência de curto-circuito ao nível deste relacionamento. A conflituosidade entre julgamentos pela imprensa e julgamentos pelo direito é aqui que se entronca. A ditadura do senso comum como agente municizador de expectativas securitárias de lei e ordem também é aqui que se entronca.”



## Considerações Finais

A investigação criminal conduzida pelo poder punitivo para apurar atos de vandalismo nas manifestações busca uma forma de criminalizar os protestos sociais e as múltiplas ideologias dos atores sociais e movimentos das ruas. O que está sendo investigado não são supostos atos criminosos que, por ventura, tenham sido cometidos, no bojo das manifestações, mas sim uma verdadeira devassa na vida privada de pessoas que apoiam e participam de protestos ou movimentos sociais.

Desta forma, destacamos a incorporação de conceitos sociológicos na aplicação da lei penal, que permite o uso indiscriminado de categorias jurídicas para a punição sem fundamentos jurídicos, fundamentadas no uso simbólico do direito penal justificado, a princípio, pela manipulação da opinião pública, principalmente pela mídia na criação de estigmas e demonização das lutas sociais, sempre com a finalidade de manter a dominação da ordem vigente pela contenção dos movimentos que questionam o sistema político imposto.

A atuação do poder punitivo na contenção dos protestos permitiu o uso ilegítimo do sistema jurídico-penal, justificando a ilegalidade de comportamentos repressivos em nome de uma suposta legalidade, fundamentada por conceitos sociológicos de ordem pública e paz social.

Permanece, deste modo, a discussão sobre os mecanismos mais gerais de regulação e controle dos comportamentos sociais que passa pela manutenção da ideologia dominante, com a hipertrofia do sistema penal para restrição de liberdades democráticas, que, por outro lado, são inerentes ao Estado Democrático de Direito.

Assim a discussão se dá pela tradição inaugurada por Durkheim que consiste em pensar as instituições sociais a partir de uma concepção relativamente unificada de sociedade, tendo como pano de fundo a questão da integração social e a onipresença de uma garantia de ordem social que vão além dos conflitos da modernidade que é substituída pela ideia de dominação e controle de toda forma de resistência.

Para Durkheim o crime ofende sentimentos coletivos e a pena seria uma reação coletiva que visa o reforço de uma chamada solidariedade social entre os membros da sociedade de forma que garanta a integração social.

Entretanto, essas reflexões são vistas neste estudo como forma de controle ilegítimo que normaliza atos de violência de Estado em nome da reafirmação de uma ordem



social que acabam motivando decisões penais em contradição com o próprio exercício da democracia.

O propósito de fazer crer que a sociedade quer determinada decisão é um ponto a ser observado na atuação do poder judiciário, que deve se ater no seu julgamento aos limites sistêmicos impostos pela Constituição, sem se deixar influenciar por pressões da mídia na manipulação da opinião pública, sobretudo quando o que se afirma é a cultura opressora do senso comum.

Poder e resistência (contrapoder) funcionam de forma circular, ou seja, “o poder precisa da resistência como referencial de negação e a resistência precisa do poder que lhe justifica a existência” (MARTINS:2013:60), ou seja o poder que consegue absorver a resistência, absorve também a resistência que ele mesmo produz.

Desta forma, o Estado de Direito deve lidar com situações de agitação popular de acordo com as garantias de liberdades inerentes ao titular da soberania, protegendo esses direitos das intromissões do poder.

Assim, o poder constituinte é onipotente e ato imperativo da nação, sendo fonte de produção de normas constitucionais que organizam os poderes do Estado, podendo, inclusive, instaurar um novo ordenamento jurídico.

Esse é o ponto nodal da reflexão entre a aplicação do sistema penal para a contenção das lutas sociais em face do sistema pelos discursos generalizantes e estigmatizantes para retirar deles o caráter político da contestação.

A temática gira em torno do uso indiscriminado da violência e os resquícios da ditadura que ainda se encontram presentes nos mecanismos de funcionamento do sistema jurídico, os quais ainda se apresentam como entraves à efetividade da Constituição, carecendo, portanto, de legitimidade.

### **Referencias Bibliográficas**

ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC. 2012.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergencia*. São Paulo: Boitempo, 2014.





BOLAÑOS, Bernardo. *La estructura de las expectativas jurídicas*. Em CARBONELL, Miguel e SALAZAR, Pedro. *Garantismo: estudios sobre el pensamiento jurídico de Luigi Ferrajoli*. Madrid: Totta. 2005

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. Tradução Laura Natal Rodrigues. São Paulo: Ática. 2004. p. 70/107.

\_\_\_\_\_. *A ciencia social e a ação*. Tradução Inês Duarte Ferreira. São Paulo: DIFEL. 1975.

\_\_\_\_\_. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado*. Tradução Damasco Penna. São Paulo: T. A. Queiroz: Universidade de São Paulo, 1983. p. 02/108.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação no capitalismo tardío*. Tradução Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2.ed. 2002.

KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social*. Tradução Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan. 2.ed. 2004.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do direito I*. Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1983. p. 45/53 – 167/181.

\_\_\_\_\_. *Sociologia do direito II*. Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1985. p. 7/15.

MARTINS, Rui Cunha. *A hora dos cadáveres adiados: corrupção, expectativa e proceso penal*. São Paulo: Atlas. 2012.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo. 2004.

RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

TAVARES, Juarez. *Os objetos simbólicos da proibição: o que se desvenda a partir da presunção de evidencia*. Disponível em <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleta-Externa/Juarez-Tavares.pdf>. Acesso em 5 de agosto de 2014.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miseria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan. 2003. 3.ed.



## INTENÇÕES PRÉ-COPA: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL O GLOBO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE PRECEDERAM A COPA

NEVES, Leonardo

*Estudante de mestadro do IUPERJ\UCAM<sup>1</sup>*

*leonardo.comunic@gmail.com*

19

### Resumo

Com o tema “Discurso do jornal *O Globo* sobre as manifestações de movimentos sociais que precederam a Copa do Mundo da FIFA”, buscaremos evidenciar como o jornal cria um discurso da insegurança, como ferramenta, para a disseminação do medo e o enfraquecimento das manifestações. Neste estudo temos como objetivo analisar e refletir sobre o discurso do jornal *O Globo* quando se trata das manifestações que antecedem a Copa do Mundo. Teremos como foco a editoria país. Outras editorias também serão utilizadas para avaliar nossa hipótese. Acreditamos que exista uma edição que constrói verdades para gerar visibilidade, e uma agenda da mídia que beneficia o “enfraquecimento” dos movimentos sociais e encaminha a visibilidade mundial do país em prol do futebol e a favor de controlar os ânimos e manter os cursos da política vigente.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, discurso da mídia, Copa do Mundo FIFA.

### Abstract

With the theme "Speech of the *O Globo* newspaper about the manifestations of social movements that preceded the FIFA World Cup", we will seek to show how the newspaper creates a discourse of insecurity, as a tool for the spread of fear and the weakening of the movements. In this study our objective is to analyze and reflect about the discourse the *O Globo* newspaper when it comes to manifestation, earlier the World Cup. We have as objective section of “country”. Other sections will also be used to evaluate our hypothesis. We believe there is an edit that builds truths to create visibility. There is a schedule of media that manages the weakening of social movements and leads the global visibility of the country, in support of soccer and in favor tempers to control and to maintain the course of the political current.

**Keywords:** social movements, media discourse, World Cup FIFA.

### Introdução

Neste artigo os movimentos sociais e sua mobilização em rede serão estudados para que possamos entender como a mídia descreve as manifestações. Em nossa hipótese, houve um discurso midiático que visou ao enfraquecimento das ações.

<sup>1</sup> Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro\Universidade Candido Mendes.



Buscaremos, com esta pesquisa demonstrar que o jornal *O Globo* entra em campo para tomar partido de um jogo que envolve movimentos sociais, poder e opinião pública. As manifestações passam a receber do jornal *O Globo* uma atenção especial. Títulos, subtítulos, especialistas e um discurso arquitetado tentam mudar os rumos das manifestações. Nesta pesquisa teremos como fonte o jornal *O Globo*, que, segundo o site da Associação Nacional de Jornais (anj.org)<sup>2</sup>, possui uma média de circulação de 267.542 mil exemplares e é, atualmente, o terceiro jornal mais lido no País, concentrando 54% de seus leitores na cidade do Rio de Janeiro. Seu público é formado pelas classes A e B, possui nível de escolaridade superior e apresenta predominância feminina.

A metodologia utilizada no trabalho para analisar as notícias do Jornal *O Globo* está vinculada à Análise de Discurso e ao Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Utilizaremos o método a fim de criar um discurso contextualizado das notícias. Os jornais utilizados serão apresentados em ordem cronológica, que vai do dia 27 de maio de 2014, primeira amostra da pesquisa, até 12 de junho de 2014, início da Copa do Mundo da FIFA. Escolhemos as matérias que obedeceram aos seguintes critérios: chamada na capa, foto na capa, matérias que tiveram repercussão internacional, uma vez que mostram a visão do Brasil para o mundo, quantidade de fotos, repercussão no dia seguinte, personalidades envolvidas, charge.

Outra escolha recaiu sobre as matérias que tiveram participação de especialistas. Técnica muito usada pela mídia para a construção de verdades. Três matérias se encaixam neste período e permitem uma análise profunda. A primeira data do dia 27 de maio de 2014, seu título de capa é “Segurança falha no 1º teste” com repercussão no dia 28 de maio de 2014. A segunda, do dia 28 de maio de 2014 com título de capa “Governo reforçará segurança de delegações”, tem repercussão e representa bem o grau de visibilidade que o jornal dá aos fatos. E a terceira, do dia 29 de maio de 2014: “Exército assumirá a segurança de seleções” com foto na capa sobre o assunto.

Empregaremos os critérios citados acima uma vez que a utilização de especialistas, gráficos e imagens nos dão a dimensão do discurso de autoridade, como explica Gnerre (1994). A palavra cria uma autoridade em quem produz o discurso. Um exemplo disso são as autoridades atuantes neste discurso: políticos, religiosos,

<sup>2</sup>Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 15 jun.2014



intelectuais renomados sobre determinado assunto. Desse modo, em contextos sociais, os discursos citados adquirem poder. A variação linguística vale o poder da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.

Segundo Pinto (1999) o ponto de partida da análise de discurso é o produto da comunicação é, neste caso, o texto. Para realizar a análise é importante levar em conta detalhes de superficialidade do texto, as pistas sociais inseridas no contexto. A Análise de Discurso não separa o sujeito do seu discurso. O texto é parte integrante do contexto sociocultural (PINTO, 1999). É importante entender o agendamento da mídia, para que possamos avaliar como a mídia agenda as pautas sociais das pessoas. Para entender o funcionamento da mídia vamos usar as bases teóricas sobre *agenda setting* explicadas por HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C; FRANÇA, V.V (2001), segundo o qual *agenda setting* constitui uma hipótese teórica.

Em nossa pesquisa podemos verificar que o agendamento da mídia, neste caso, passou a pautar o cotidiano das pessoas que leem o jornal *O Globo* e poderia gerar, no futuro, um enfraquecimento das manifestações durante a Copa. Com base na hipótese de *agenda setting* poderemos ver o fluxo contínuo de informação e verificar se há uma hipótese do uso da insegurança e do medo gerados pelos meios de comunicação, para modificar a agenda do leitor, não em curto prazo, mas em longo prazo. Transformando o que diz a sociedade e alterando o que fazem os leitores.

### **A Copa do Mundo no Brasil como representação de poder internacional**

Segundo o site da FIFA<sup>3</sup> a Copa do Mundo é organizada pela entidade (A Fédération Internationale de Football Association) uma associação com sede em Zurique, que tem seus regimentos baseados na legislação suíça e foi fundada em 1904. Ainda segundo o site, a primeira edição da Copa do Mundo FIFA, no Brasil<sup>4</sup>, aconteceu em 1950 e foi a quarta edição do evento. Segundo Franzini (2010) foi a primeira Copa após a Segunda Guerra Mundial. A guerra havia terminado em 1945, o que possibilitou

<sup>3</sup>Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/index.html>. Acesso em: 3 jul. 2014

<sup>4</sup>Disponível em: <http://www.fifa.com/tournaments/archive/worldcup/brazil1950/index.html>. Acesso em: 3 jul. 2014



uma nova edição, pois havia sido interrompida em 1938. Poucos países da Europa tinham condições de sediar o evento, pois uma reestruturação estava acontecendo no pós-guerra.

Para Franzini (2010), a escolha da Copa no Brasil em 1950 deveu-se à necessidade de a FIFA ter uma competição na América do Sul. O evento passou a consolidar uma nova geopolítica do futebol mundial. No mesmo período, o Brasil apresentava rápido crescimento econômico e iniciava o projeto de modernização. A chegada da televisão e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas por Getúlio Vargas fortaleceram o governo e decretaram o fim do Estado Novo. Tais mudanças caracterizavam uma rápida ascensão brasileira e exaltavam o orgulho da nação. Havia uma preparação para o surgimento da imagem do Brasil no cenário mundial. O País passava a ser um país grande; não só dentro do campo, mas também fora dele (FRANZINI, 2010).

A Copa do Mundo da FIFA, no cenário internacional, possui grande importância para o Brasil, visto que afeta as questões econômicas e consolida uma política de visibilidade internacional de poder. Uma das definições de poder, no contexto internacional, que usaremos para aplicar em nossa pesquisa é a utilizada por Nye (2002, p. 30), segundo a qual poder é “a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo. Existem várias formas de se exercer o poder quando se trata de política internacional. A forma analisada na pesquisa refere-se à política *soft power*, ou “poder brando”, que, segundo Nye (2002), trata-se da capacidade de influenciar, não pela coerção e, sim, pela atração. Para Joffe (2006)<sup>5</sup>, o “poder brando” dissemina-se por diversas plataformas de informação e se entranha na cultura de massa por intermédio de filmes, livros e meios de comunicação.

O “poder brando” está diretamente ligado à credibilidade que determinado país possui, à sua grande produção cultural e capacidade de disseminação de sua cultura. “Os Estados Unidos é, de longe, o maior exportador de filmes e programas de televisão do mundo, muito embora a ‘Bollywood’ indiana produza mais filmes por ano” (NYE, 2002, p. 76). O cinema nos EUA não é só instrumento da indústria cultural de massa, como explica a escola de Frankfurt, mas também faz parte de uma estrutura do “poder

<sup>5</sup>Disponível [http://www.nytimes.com/2006/05/14/magazine/14wwln\\_lede.html?\\_r=2&pagewanted=print&oref=slogin](http://www.nytimes.com/2006/05/14/magazine/14wwln_lede.html?_r=2&pagewanted=print&oref=slogin). Acesso em: 04 jun. 2014



brando”. A Copa do Mundo FIFA, no Brasil, é mais do que um grande evento de repercussão mundial, é uma evidência de força, organização e poderio econômico. Para Nye (2002), a governança requer um Estado que possua “poder brando”, e que comporte-se, desse modo, como quem recebe e beneficia os demais países. Desta forma, é bastante improvável que outros países não se rendam aos benefícios daquele que presenteia o mundo com um dos esportes mais populares do planeta.

### **Os movimentos sociais e a busca por visibilidade diante de um evento mundial**

Gohn (2011) explica que, a partir de 1970, no Brasil, assim como na América Latina, os movimentos sociais despontam no cenário social. Tornam-se ainda mais populares e articulados, principalmente pela atuação de idealistas que contra-atacavam a ditadura militar. Os movimentos de base cristã, inspirados na Teoria da Libertação, tiveram grande destaque no período. Já no fim da década de 80, o panorama sociopolítico muda de maneira drástica. Há um verdadeiro declínio das manifestações de rua em virtude da perda de seu alvo principal: a ditadura militar e os militares (GOHN, 2011).

Gohn (2011) acredita que as demandas de 1970/1980 diminuíram em razão de a Constituição de 1988 suprir algumas reivindicações da época. A partir da década de 90, os movimentos sociais foram se organizando, surgiram fóruns nacionais para reformas urbanas e para participação popular. À medida que o neoliberalismo avança, ocorre o mesmo com as bandeiras de luta. Na atualidade, segundo Gohn (2011), ao mesmo tempo que os movimentos sociais são transnacionais, globais, também possuem forte ligação com a terra, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, dos movimentos que lutam pela etnia, cultura religiosidade e nacionalidade. A forma de atuação também mudou, observamos organizações populares em redes e uma maior consciência pelas questões ambientais. Utilizamos os conceitos de movimento social de dois autores, cada um com uma visão que se completa em nossa pesquisa: o primeiro, o de Touraine (1989), refere-se a forças que se contrapõem ao sistema vigente.

Um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes de ordem do





conhecimento, da economia ou da ética. Acrescentando-se, em seguida, que há duas ordens complementares de movimentos sociais: os que se situam num tipo de sociedade, por exemplo, a sociedade industrial, e os que põem em causa o modo de passagem de uma sociedade à outra, a gestão do desenvolvimento. Nos dois casos o principal problema é saber como podem constituir-se movimentos coletivos de importância central, indo além da defesa do interesse particular e firmando a capacidade de uma categoria específicas para intervir na formação de políticas gerais de organização ou formação da vida social. (TOURAINÉ, 1989, p.182).

O segundo conceito, o de Gohn (2011), abarca ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, organizadas de diversas formas dentro da sociedade, para que esta possa expressar suas demandas, seja em manifestações, marchas e passeatas.

### **Movimentos Pré-Copa**

Segundo Neto (2013), os movimentos sociais em rede possuem características definidas por pautas de cunho geral. Tais assuntos não possuem teor corporativo, pois assim podem reunir um grande número de pessoas ou grupos. No caso das Manifestações de Junho de 2013, segundo Neto (2013) uma das maiores manifestações de rua da história do Brasil havia como reivindicação um fator central e inicial: o aumento das passagens de ônibus. Porém, logo em seguida, surgiram outras pautas: mais dinheiro para a saúde, educação e hospitais “padrão FIFA”. De acordo com Neto (2013), não foi o número gigantesco de pessoas que tornou a manifestação inusitada, mas sim a sua centralização e organização em rede por meio da utilização das redes sociais. Estas são algumas características dos movimentos sociais em rede.

É necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Para o entendimento das manifestações Pré-Copa, é necessário observar o que Neto (2013) explica sobre a segunda quinzena de junho de 2013, quando as manifestações passaram por uma descentralização. O discurso já trazia vários gritos de



ordem como “não à corrupção”, “não à repressão”, “melhora da saúde” e “melhora da educação”. Passaram a surgir no cenário outras pautas, as manifestações declaravam inúmeras causas e atraíam diversos grupos sociais e diferentes movimentos. Neste momento, a centralização vai perdendo a sua força, novos grupos vão solicitar o seu espaço. Para Neto (2013), os movimentos sociais em rede possuem a vantagem de agregar muitas pessoas no mesmo local em torno de uma questão central, porém tem a facilidade de se tornar fluido em razão de que cada setor do movimento social também tem as suas próprias demandas e objetivos. Os grupos que examinaremos nas notícias do jornal *O Globo* são os mesmos das manifestações da segunda quinzena de junho, porém, estão em manifestação antes da Copa, sem pauta central, em busca de suas demandas sociais e visibilidade.

(...) estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. (POUPEAU, 2007, p.47-48).

### **Agendamento, construção de notícia e visibilidade.**

Para HOHLFELDT, A.; MARTINO, L, C; FRANÇA, V.V., (2001) a hipótese de Newsmaking trabalha com a transformação dos acontecimentos, do fato social. Os profissionais de comunicação, principalmente os jornalistas, são intermediários entre os acontecimentos e a publicação da notícia e trabalham utilizando o processo de edição. O Newsmaking torna possível deixar o fato reconhecido. Retira dos acontecimentos seu caráter particular e o torna contextualizado. Organiza o acontecimento no tempo e no espaço e os racionaliza, planifica as informações. Denota aptidões ao fato que, ao mesmo tempo, é fato social e é notícia.

Dentro do Newsmaking, ou seja, a produção de notícias, o que nos interessa são os estudos sobre o Gatekeeping, estudos ligados à filtragem das informações e à



retomada das produções filtradas. Por meio desse estudo poderemos entender que as filtragens dos fatos e da condução das notícias são retiradas, editadas e construídas segundo os interesses do editor ou da linha editorial do jornal. Para HOHLFELDT, A.; MARTINO, L, C; FRANÇA, V.V.,(2001) o Gatekeeping trata-se de uma intervenção consciente da informação, de forma institucionalizada, baseada em técnicas jornalísticas. A seleção de notícias está baseada em um conceito difuso, pois o jornalista considera um fato noticioso aquilo que suas fontes e colegas de profissão consideram como notícia (HOHLFELDT, 2001). O processo de comunicação está diretamente ligado aos seus profissionais. A Hipótese de Gatekeeping depende também das influências da autoridade da instituição (HOHLFELDT, A.; MARTINO, L, C; FRANÇA, V.V., 2001).

### **O enfraquecimento das manifestações em virtude do discurso da insegurança**

O objeto de estudo a seguir aplica-se a teorias como Newsmaking, Análise de Discurso e Discursos do Sujeito Coletivo. As notícias que usamos estão dentro do critério estipulado pela pesquisa. Vamos tentar comprovar a funcionalidade do discurso noticioso do jornal *O Globo* e a hipótese de que existe no discurso de um enfraquecimento das ações em relação às manifestações Pré-Copa, tanto dos manifestantes como do apoio da opinião pública. Esse enfraquecimento é feito por meio de técnica jornalística e uma forte sugestão da insegurança e do medo. Tentar entender o discurso, quando se trata da produção de notícias, principalmente de grandes corporações jornalísticas, é perceber além das palavras e possibilitar encaminhar um pensamento reflexivo. Neste trabalho vamos analisar notícias escolhidas no período entre 27 de maio de 2014, primeira amostra da pesquisa, e 12 de junho de 2014, início da Copa do Mundo da FIFA. Escolhemos três matérias que se encaixam perfeitamente nos critérios de notícias que constroem um discurso descontextualizado, repleto de desvios de informação.

Vamos expor aqui as seguintes matérias com seus respectivos títulos: “Segurança falha no 1º teste” (27 de maio de 2014), com repercussão no dia 28 de maio de 2014; “Governo reforçará segurança de delegações” (28 de maio de 2014), com repercussão internacional, grande destaque de capa e charge de Chico Caruso. Esta



representa bem o grau de visibilidade que o jornal dá aos fatos e, ainda, “Exército assumirá a segurança de seleções” (29 de maio de 2014), com foto na capa sobre o assunto.

No dia 27 de maio o jornal *O Globo* estampa em sua capa a notícia sobre segurança na Copa do Mundo relacionada às manifestações. Faltavam dezesseis dias para o evento, o jornal começaria uma contagem regressiva. A notícia não tem repercussão na editoria país, como as outras que vamos analisar, mas, sim, na editoria de esporte. Apesar de a matéria não constar na editoria país, faz parte de nossa análise, uma vez que teve grande repercussão e bastante espaço no jornal. Preenche também os critérios estipulados na introdução da pesquisa quanto a ser noticiável e de relevância social. A notícia serve de recorte para entendermos como funciona o discurso do jornal, no que se refere a manifestações, e como as editorias também se pautam dentro do próprio jornal.

27

#### **Matéria de 27\06\2014, capa: (ANEXO 1)**

Em cima do título: “Enquanto a Copa não vem”. Na contagem que se inicia o jornal está de olho na segurança, preocupado com as manifestações. No título: “Segurança falha no 1º teste”, coloca em cheque a segurança da delegação brasileira. Teste criado a partir de uma manifestação dos professores, pois são eles que testam a segurança da delegação brasileira. Foram buscar os seus diretos e na mão do jornal viraram um teste para a segurança, segundo *O Globo*. O título superficialmente deixa entender que o governo falhou, pois as manifestações podem ser uma ameaça contra segurança e deve ser cobrada. Na capa do jornal a Presidente Dilma é cobrada por meio de suas próprias aspas abaixo do subtítulo: “Ninguém vai encostar a mão nas delegações, tinha prometido a presidente Dilma. Apesar do forte esquema, montado em Teresópolis, manifestantes chegaram muito perto dos jogadores no Rio, numa área que poderia ter sido isolada”. É nítida a cobrança do jornal sobre a segurança da Copa do Mundo em virtude das manifestações.

Para Gnerre (1994), escrever e falar são atos diversos. A escrita é uma articulação que escolhe conteúdos referenciais. Na escrita se determina o que vai ou não ser colocado de forma espontânea. Observem que há uma articulação do uso da autoridade da fala da Presidente para lhe cobrar aquilo que ela mesma disse. Com isso,



*O Globo* passa a cobrar, pela fala da autoridade, os seus próprios desejos; dessa forma, induz a sociedade e o governo a utilizar o uso da força para intimidar e enfraquecer as manifestações.

Abaixo do título, uma foto com os professores de costas e punhos cerrados. Abaixo um pequeno texto que tenta explicar os fatos. O texto menciona que setenta professores cercaram o ônibus da seleção e deram tapas na lataria. O jornal cobra com veemência da Presidente Dilma uma ação contra os manifestantes que tiveram tal atitude. Um oficial do BOPE, Paulo Storani, declarou ter temido o pior. Desse modo, nesse discurso, os professores representam tamanha ameaça que faz um profissional do BOPE temer o pior. Nas entrelinhas de *O Globo*, bater na lataria do ônibus e gritar são atos de violência que exigem da Presidente da República providências necessárias.

**Matéria 27\06\2014, p. 32: (ANEXO 1.1)**

Uma grande foto é estampada na editoria de esporte, no entanto, ela não diz absolutamente nada. Nela se vê o ônibus da seleção ao fundo, em segundo plano, e meia bandeira preta no primeiro plano. Na leitura da foto não se percebe de forma nítida que há uma manifestação. O que indica isso é a bandeira preta simbolizando ali algum luto ou protesto. Porém, a foto em si, não ajuda a esclarecer o fato. O que não fica claro, com tantos jornalistas no local, o jornal não ter uma foto que mostre um ato que possamos considerar agressivo da parte dos professores. Pela foto, não é possível perceber nenhum ato que exija a fala de um comandante do BOPE. O título reforça a palavra “falha”, a mesma utilizada na capa do jornal. Acima do título, a frase “Falha na segurança” reforça, repete, insiste em uma falha.

No *lead*<sup>6</sup> desta matéria é perceptível a intenção de mostrar ao leitor o que pode acontecer durante a Copa caso não haja segurança. Menciona-se que as manifestações dos professores é um indício do que vai acontecer na Copa. O discurso de segurança veiculado por *O Globo* se contradiz quando aponta não ter havido problemas uma vez que os manifestantes foram revistados, ao mesmo tempo em que pela fala do oficial do BOPE a informação é de que houve falha e riscos. No meio da matéria, aspas grandes com referência a Dilma são utilizadas para ressaltar a fala do entrevistado, e de um lado

<sup>6</sup> Segundo Felipe Pena, no livro 1000 perguntas -jornalismo (2005), *lead* (do inglês: *lead*) seria o relato resumido dos fatos sempre no início do texto e responde as perguntas básicas: o que, quem, como, onde, quando e por quê.



um boxe com opinião. Para HOHLFELDT, A.; MARTINO, L, C; FRANÇA, V.V.(2001), a mídia, sempre que acha necessário, utiliza de técnicas jornalísticas, relembra ao leitor assuntos, determinado fato ao qual se tenha ligação ou interesse.

No boxe cobra-se agora do Presidente Lula a segurança prometida em 2007. Só nos resta lançar mão de Guareschi (1993) para explicar que quem tem a posse dos meios de comunicação torna-se o detentor do poder, pois cria e recria a possibilidade de interiorizar na consciência do outro, por meio de evidências, e adesões, uma verdade e suposições da ideia do dominador. Cria uma verdade no oprimido, uma verdade que pode ser chamada de anti-social.

### **Matéria de 28\06\2014, capa: (ANEXO 2)**

“Governo reforçará segurança de delegações”, subtítulo: “Em Brasília, policial é ferido a flechada durante protesto de índios e sem-teto”. A matéria possui capa no jornal *O Globo*, meia página de destaque e foto central com chamada, título, subtítulo, foto com legenda e um parágrafo de 25 linhas explicando o fato de forma breve. O nome dado à série que vem dentro da editoria País: “Tensões Pré-Copa”. Define a série e a ideia de nossa própria pesquisa, pois provoca tensão e a intensão de tenta mostrar o momento incerto que vivemos diante da Copa ou é o que *O Globo* quer que acreditemos: estamos sob tensão, há incertezas sobre se haverá ou não manifestações durante a Copa, se o governo conseguirá ou não conter tal problema e se devemos ou não torcer ou nos manifestarmos.

### **Título da capa: (ANEXO 02)**

De acordo com o título “Governo reforçará segurança de delegações”, cabe ao governo, por meio da força das instituições de coerção, como Forças Armadas e Polícia Militar, proteger as delegações que vêm para o Brasil. Para Althusser (2007) a polícia, os militares atuam como Aparelhos Repressivos do Estado, valendo-se da violência em situações-limite. Estes aparelhos funcionam como forma de repressão, embora haja bastante ideologia em exercer a força. Tal ideologia está na elite dominante que procura controlar os Aparelhos Ideológicos do Estado e os meios de produção capitalistas (ALTHUSSER, 2007). A elite dominante pode, sim, estar representada pelo jornal *O*





*Globo*. No título subentende-se a ideia de proteger as delegações de qualquer ameaça por parte de manifestantes. Estes são implicitamente aqueles que vão atacar as delegações, portanto, são o motivo de reforço da segurança.

### **Subtítulo da capa: (ANEXO 02)**

“Em Brasília, policial é ferido a flechada durante protesto de índios e sem-teto”, na outra linha, abaixo, “Visita à taça no Mané Garrincha, que atraía mais pessoas do que manifestantes do lado de fora, teve de ser suspensa por causa dos confrontos nas ruas: Dilma diz que aeroportos terão padrão Brasil e não FIFA”. Um emaranhado de informações monta este subtítulo. Para HOHLFELDT, A.; MARTINO, L, C; FRANÇA, V.V. (2001) noticiar um fato é organizá-lo em hierarquia utilizando personalidades famosas e autoridades para gerar mais impacto na notícia. Desse modo, finalizar o subtítulo com o discurso da Presidente é chamar a atenção para a autoridade do governo; um policial ferido a flecha vale mais que quatro índios feridos, como mostra a própria legenda (ANEXO 2).

O confronto entre policiais, índios e sem-teto aconteceu em evento onde o jornal afirma que havia menos manifestantes e mais pessoas para ver a taça. Ou seja, há mais pessoas interessadas na Copa do que em reivindicar. Quem luta por alguma causa atrapalha quem se diverte: o subtítulo menciona que as pessoas tiveram a visita da taça suspensa por causa das manifestações. Para Marx (2006), em seu livro *Liberdade de Imprensa*, podemos entender como se retira do geral algo particular. O geral gira em torno do particular, o que de certa forma traz uma descontextualização. Para Marx (2006) números e estatísticas são termos frios, contar não transmite qualquer tipo de emoção. Na foto os polícias, apenas dois deles, aparentam uma expressão tranquila, com os seus bastões para cima; os índios, em maior número, estão com flechas apontadas e pintadas para a guerra.

### **Matéria de 28\05\2014, p. 03: (ANEXO 2.1)**

Na página 03 do jornal, a editoria país tem o seguinte título de capa: “Virada de jogo” notadamente uma alusão a uma partida de futebol. Nese caso o governo estaria perdendo, pois teve a sua imagem maculada; índios e Movimento Sem Terra (MST) estariam ganhando, uma vez que a segurança não foi eficaz. Ou seja, o governo precisa



virar o jogo quando se trata de mudanças para o mundial. Virar o jogo pode ser diminuir, reduzir, impedir as manifestações? Pode ser também trazer mais segurança? Segurança contra quem? O subtítulo explica melhor.

**Subtítulo, 28\05\2014, p.03: (ANEXO 2.1)**

“Irritada com falhas na proteção da seleção, Dilma exige mudanças na segurança do mundial”. Este subtítulo explica o título: deveria ocorrer uma mudança na política de segurança pública em relação à Copa do Mundo. Criar segurança contra quem? Contra manifestantes que podem ameaçar o mundial, ameaçar a Copa. *O Globo* não usa o nome Copa, para não desgastá-lo, mas, “mundial”. Ou seja, se temos problemas com o mundial, temos um problema de segurança nacional, que deve ser resolvido com Exército, polícia. Tudo isso contra um inimigo latente de rosto pintado e flecha na mão, um inimigo que se manifesta, que reivindica e pode atrapalhar o mundial. Podemos observar a retirada do particular para o geral. Podemos notar nas entrelinhas do texto a intenção de criar tensão e conflito. O governo deve ganhar esse conflito, precisa de uma virada no jogo que ele estaria perdendo, já que não cumpriu o seu dever de assegurar a paz e a segurança antes da Copa do Mundo. Como será durante o evento?

**Matéria principal, p.03: (ANEXO 2.1)**

Escrita por Antônio Werneck, Washington Luiz, André de Souza e Eduardo Barreto. O número de jornalistas já impressiona, haja vista que tantos olhares e versões que foram condensados em um único discurso. A matéria começa com a seguinte frase: “O incidente de anteontem no Rio...” O primeiro parágrafo do texto relembra o assunto sobre a manifestação dos professores que ocorrera um dia antes e começa com a palavra “incidente”. A manifestação seria um incidente e não uma manifestação? O que nos leva a crer que se é descrita como incidente, provavelmente não foi planejada. No entanto, trata-se da manifestação dos professores, grupo organizado, com nível superior, que luta por seus direitos. Um incidente é algo que pode levar a um acidente, mas tal manifestação não nos parece um acidente e, sim, uma reivindicação dos professores por melhores salários.

As intenções ficam mais claras quando verificamos, na mesma página, do lado esquerdo (ANEXO 2.1), em “Ministério da defesa diz que vai ‘aprimorar medidas’”,



que o jornal pediu explicações ao Ministério da Defesa e foi prontamente atendido em suas respostas. Deixa claro que haverá reforço de 20 mil homens e volta a falar da manifestação dos professores.

**Matéria de 29\06\2014, capa: (ANEXO 3)**

Pelo terceiro dia consecutivo, o jornal insiste em associar às manifestações um discurso de segurança, força e poder. Observamos, então, que as manifestações não só foram enfraquecidas por um discurso de descontextualização da notícia, mas também por um forte exercício no sentido de provar uma insegurança ou de haver uma insegurança a ser reprimida. Juntamente com o título “Exército assumirá a segurança de seleções”, estampa-se uma foto que ocupa mais da metade da página do jornal. Uma foto de cima, plana, na qual vemos dezenas de caminhões do Exército e homens perfilados, preparados para uma guerra, que pode ser evitada, pois, no imaginário panfletário da insegurança, o inimigo se derrota antes da luta.

A capa é emblemática, uma vez que reforça tudo que se publicou desde o dia 27, início de nossa análise. Na matéria do lado da foto, comenta-se a insatisfação de Dilma com a falha referente ao ônibus da delegação. Um boxe ao lado da manchete de capa faz uma série de chamadas sobre manifestações e greves. Em “Um basta à imobilidade urbana”, indica-se que existe um manifesto contra o fim do bloqueio causado pelas manifestações, com fala de juízes e intelectuais contra as manifestações que bloqueiam as ruas tudo pelo direito de ir e vir (p.05 e 06). Tal matéria será analisada aqui, pois todo o jornal se encadeia com um único sentido de apresentar opiniões que desajustem e enfraqueçam as manifestações, seja pela força, seja pela fala de intelectuais, seja pela flechada, seja pela falta de controle dos sindicatos. Sempre que oportuno, haverá pressão do jornal e indução contra a ideia de se manifestar nas ruas, e também uma posição a favor da criminalização dos movimentos sociais. Logo abaixo, ainda na lateral do jornal, da Capa o Título: “Sindicatos e controles”, logo abaixo, ainda na Capa, vide “Flechada não dói?”

**Matéria de 29\06\2014, p. 03: (ANEXO 3.1)**

Com o título “Exército assume o controle”, a matéria mostra a força do Exército, a Força Armada nas ruas como forma de garantir a segurança, a inteligência militar e os



treinamentos e fiscalizações a serem utilizados. O que reforça toda a análise já feita nas demais matérias no contexto de segurança. O fato novo aqui está na página 04, com o título “Arco e flecha: arma branca ou símbolo cultural?”

**Matéria de 29\06\2014, p. 04: (ANEXO 3.2)**

Utilizaremos um método qualitativo e quantitativo para a análise de discurso da matéria “Arco e flecha: arma branca ou símbolo cultural?” Tal metodologia é a do Discurso do Sujeito Coletivo, proposta por Lefevre no final da década de 90. Para Fernando Lefreve e Ana Maria Lefevre (2006), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é uma metodologia que abrange os discursos individuais e os transforma em um só discurso. Com base em ideias centrais e ancoragens, o DSC agrupa quantidades de ideias centrais similares e de ancoragens parecidas, criando um método qualiquanti. Isso se torna possível, pois os diversos discursos coletados passam a ser escopo de entrada de dados processados para que se ache uma unicidade de ideia, com o objetivo de formar um único discurso.

No quadro abaixo usaremos AB para discursos nos quais a flecha é considerada Arma Branca; AA nos quais a flecha é Ação Antropológica; e EM para quem ficou em cima do muro. Vejamos a tabela e seus interlocutores.

**01) Quadro comparativo de respostas**

Opiniões	Respostas	Resumo do discurso
Corporação PM	AB	PM está à procura do Culpado
Ministro da Justiça (José Eduardo Cardoso)	EM	Cada caso deve ser analisado separadamente
Cacique (Xukuru) 1	AA	Flecha é Natural para o índio
CIMI(Conselho Indigenista Missionário)	AA	Utilizado para caça e pesca
Cacique (Xukuru) 2	AA	O uso da Flecha é hábito. A flecha disparou no susto
Coronel da PM (Jaison Braz)	AB	É arma branca e pode matar
FUNAI	AA	Acredita no aspecto antropológico
Vice-Procurador da	AA	Afirma que a flecha é



República(Wiecko)		cultural
Sociólogo da UNB (Antônio Flávio Testa)	EM	Uma questão de interpretação
Socióloga (Maria Estela Grossi)	-AA* <sup>7</sup>	Afirma que a flecha é simbólica, mas deve ser evitada
Antropólogo (Stephen Baines), pesquisador da UNB	AA	A flecha é símbolo da identidade indígena
Cacique (Xukuru)	AA	Arco e flecha fazem parte dos rituais
12 entrevistados	7 resultados AA\\ 2 resultados AB\\ 1 resultado -AA\\ 2 resultados EM	O resultado demonstra que Ação Antropológica e o uso das flechas são uma forma de manifestação dos grupos indígenas

Fonte: autoria própria, 2014, dados retirados da Matéria de 29\06\2014, p. 04: (ANEXO 3.2)

Nesta matéria, há três falas do cacique, diferentemente da matéria do dia 28 de junho de 2014, sobre a qual já fizemos análise. Todos os discursos colocados na matéria foram condensados, através da técnica do DSC. Tivemos o seguinte texto síntese: “O uso da flecha é uma forma de manifestação dos grupos indígenas”. O uso da técnica do DSC é importante, pois facilita a visualização do emaranhado de pessoas dentro da matéria. Ao mesmo tempo em que o jornal tenta trazer opiniões para a discussão sobre o uso da flecha, também acaba criando uma confusão. O leitor não consegue concluir, de forma clara as opiniões dentro do jornal. E, muito menos consegue desenvolver sua própria opinião, quando se trata do uso da flecha pelos índios e das manifestações. Neste caso, como podemos ver na conclusão O *Globo* tentou desfazer a imagem negativa do Brasil, que se espalhou pelo mundo. O jornal também fez uma análise das imagens veiculadas pelos jornalistas brasileiros nos jornais internacionais, como mostra a matéria “Confronto é destaque na imprensa internacional” (parte de baixo do Anexo 3.2). Segundo *O Globo*, a imagem dos índios com arco e flecha foi a mais publicada, o que veicula para o exterior a ideia de uma terra de índios, selvagens que atacam com arco e flecha em plena capital do País. Os grandes jornais do mundo publicaram o fato. O movimento ganhou visibilidade nacional. Preocupado com a imagem internacional do

<sup>7</sup> \* Ela afirma que a flecha é simbólica, mas também que a polícia deve evitar nas manifestações armas perigosas. Por isso, demos a classificação-AA, pois afirma a ação antropológica, mas a diminuiu, pois caracteriza como arma perigosa.



Brasil, *O Globo* buscou verificar se o uso da flecha seria antropológico ou não. Agrupou opiniões, mas no fundo não concluiu nada.

**Matéria de 29\06\2014, p. 05:** (ANEXO 3.3)

Na última matéria a ser analisada o jornal agora trava a maior das lutas: **Povo x Protesto**. Para defender o lado do povo, os intelectuais. Do lado dos manifestantes, o direito de reivindicação e a democracia. Segundo o jornal *O Globo*, na página 05 (**Anexo 3.3**), com o título “Intelectuais criticam protestos com bloqueios”. No primeiro parágrafo, *O Globo* levanta a questão de qual seria o limite de cada lado: “de um lado, o trabalhador, que reivindica melhorias, do outro, a própria população, que sofre a consequência da paralisação dos serviços”. Note que é o povo, representado pelos intelectuais, que está contra as manifestações, quando, na verdade, deveria ser um a favor do outro, uma vez que o manifestante também faz parte desse povo e dessa sociedade. Quando reivindicamos se para uma causa comum, que vai contribuir com o povo, ou uma causa segmentada, que também faz parte da sociedade e, por isso, também tem a sua importância. Porém o discurso colocado pelo jornal tem muito pouco do viés democrático para caracterizar um abaixo assinado de autoridades intelectuais, que são contra as manifestações. Usa um discurso de autoridade para científica, autoridade do saber para dizer, o que o jornal já disse ou quer colocar na agenda das pessoas. O jornal procura corroborar a sua ideia de insegurança e utiliza falas e entrevistas de alguns intelectuais que dão a sua opinião sobre bloqueios e manifestações que impedem o direito de ir e vir. Para Gilles Deleuze, em conversa com Michel Foucault, no livro *Microfísica do Poder* (1979), as formas de repressão são explicadas pelo ponto de vista do poder. Para Foucault (1979), as massas não necessitam de intelectuais para obter conhecimento. Elas sabem perfeitamente, até melhor ou mais que os intelectuais. Porém existe um poder que impede as massas de se expressarem. Poder que trava e censura e penetra na trama da sociedade. Os intelectuais fazem parte desse sistema de poder, visto que eles são os donos da consciência e do discurso e criam instrumentos para as verdades e consciências. A comunicação exerce controle quando se trata das relações de poder entre jornal e leitor.





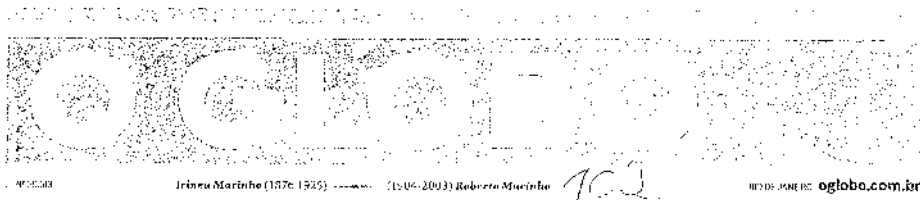
### Considerações finais

É no poder que a comunicação se exerce. É nas entrelinhas que se esconde a verdadeira ideologia. Aguardamos o desfecho da Copa. Houve poucas manifestações, as que ocorreram não foram noticiadas. O mundo falou de futebol, um futebol mal das pernas que o Brasil apresentou, porém feliz, pois mediou os conflitos a seu favor. Quem veio de fora gostou. Os estrangeiros foram bem recebidos. Elogiaram. São aqueles que não vivem as dificuldades do Brasil no seu dia a dia. As redes sociais despertaram as falas de uma manifestação geral principalmente no dia em que o Brasil perdeu de 7 a 1 para a Alemanha. Pediam para o gigante acordar. Não acordou. Também não dormiu. Permaneceu sonolento, com as pílulas de trégua oferecidas pela mídia, por meio do discurso da insegurança e do terror que, de certa forma, enfraqueceram as manifestações: pelo menos no ponto de vista do leitor do jornal *O Globo* que não lê mais, todos os dias, grandes matérias sobre manifestações e insegurança na Copa.

A força desta pesquisa está em tentar elucidar algumas técnicas de jornalismo utilizadas para se trabalhar um discurso que preza a condução dos assuntos e, quem sabe, repensar a forma como se lê. E tenta mostrar a importância dos meios de comunicação em nossa sociedade como instrumento de poder, através de uma subjetividade. Esperamos que a reflexão nos traga uma forma de cobrar, da grande mídia, um discurso mais contextualizado e coerente dos fatos. Percebemos que escrever uma notícia é mais do que construir uma história condizente com o olhar de um jornal. É revelar os fatos em seus acontecimentos, dando voz a ambas as partes. Condenar os movimentos sociais em plena praça pública e transformá-los em vilões da sociedade do espetáculo é contribuir para um discurso de insegurança, um discurso do terror. Tal discurso só constrói uma ideologia da criminalização a fim de impedir o direito às manifestações.



**ANEXO 1**



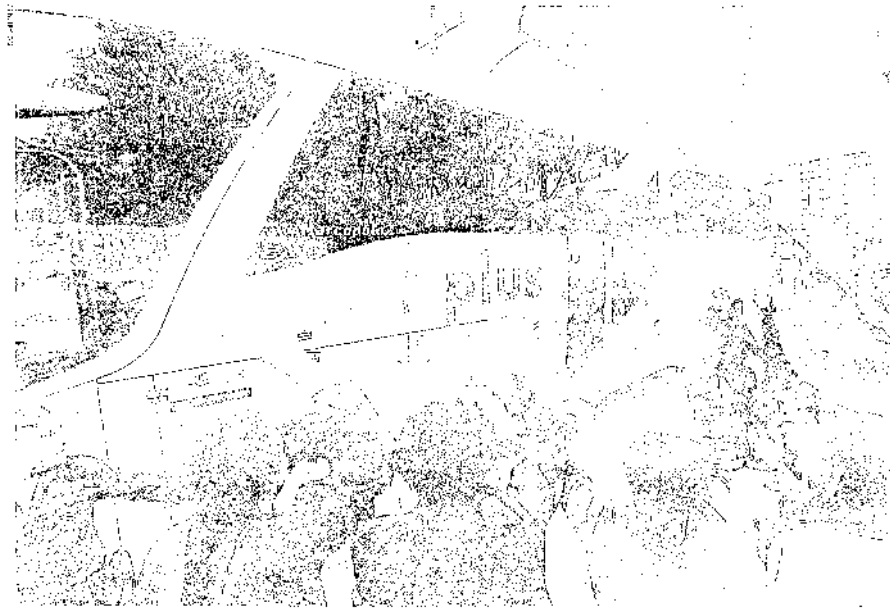
37

**ENQUANTO A COPA NÃO VEM**

# Segurança falha no 1º teste

**Professores em greve cercam ônibus da seleção e dão tapas na lateral**

'Ninguém vai encostar a mão nas delegações', tinha prometido a presidente Dilma. Apesar do forte esquema montado em Teresópolis, manifestantes chegaram muito perto dos jogadores no Rio, numa área que poderia ter sido isolada



**Tranquila na Copa.** Professores em greve cercam o ônibus da seleção em um lance, próximo ao Galvão, no caminho para a Granja Comary, tapas e ataques contra a Mundial ociosa na cidade

bastaram cerca de 70 professores do Rio em greve ontem, para uma promessa feita pela presidente Dilma Rousseff no dia 25 de abril cair por terra — a de que não havia manifestante capaz de "tocar" ou encostar nos ônibus das delegações da Copa. Os grevistas cercaram o ônibus da seleção brasileira na saída do Galvão para a Granja Comary, deram tapas na lateral e equi-

nam adesivos contra a Mundial. O ex-oficial do Pappe e antropólogo Paulo Storti disse que tem um plano. O cineasta Alex Caldas Alberto faz uma filmagem, disse que a seleção recebeu apoio no aeroporto e já na Granja Comary, será matada. "O canhão chegou". O time fez exames médicos e inicia os testes amanhã. Se falta Marinho, que dirige o jogo de Machi

**HERNÃO  
M. PRADO**  
Não temos a obrigação de ser campeões ora não

**MARCUS  
FAUSTINI**  
Vale torcer pelo Brasil em campo e na política

**ARMALDO  
JABOR**  
Logo, nesta Copa, se nos olharmos sem pânico

## AGU e Justiça agem para punir grevistas

**PMs de Pernambuco pagarão multa de R\$ 1 milhão para cobrir despesas com uso de forças federais durante paralisação**

A Justiça Federal em Pernambuco definiu multa que as duas associações de PMs que organizaram a greve de ontem no estado paguem R\$ 1 milhão por cada ônibus que não parou

depois as com o emprego de forças federais para dar segurança à população que, fora das da paralisação. Em São Paulo, a Justiça do Trabalho puniu os dois sindicatos com multas de

para greve de manifestantes em ônibus de ônibus com multas de R\$ 100 milhões cada um dos dois dias de greve. O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, informou

que o governo federal adotou a estratégia de cobrar de grevistas os custos com o uso da Força Nacional para garantir a segurança pública nessas paralisações. **PÁGINA 4**



**ANEXO1.1**



Hostilidade de torcedores. Com 23 jogadores, este é o time verde-amarelo da seleção brasileira. Sem documento para se registrar, o ônibus da seleção não pode entrar no Rio de Janeiro. Foto: J. G. de Almeida/Agência de Notícias da Copa

# Falha na segurança DEFESA EXPOSTA

## No primeiro dia da preparação para a Copa, jogadores brasileiros deixam o Rio rumo a Teresópolis sob a hostilidade de manifestantes

Antonio Moraes, Fernanda Pereira e Mônica Cavallari  
especialistas@brasil2014.com.br

**N**ão é possível seguir adiante se não houver segurança, afirma o presidente da Comissão de Copa, Oscar Luiz de Aguiar, ao anunciar a suspensão das atividades da seleção brasileira em Rio de Janeiro. Foi um posicionamento que deve ser seguido por todos os delegados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que se deslocaram para o primeiro dia de preparação para a Copa do Mundo de 2014 em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, sob a hostilidade de manifestantes.

**“Podemos garantir. Ninguém vai encostar a mão nas delegações das seleções, como fizeram com o ônibus da Itália (em Salvador) na Copa das Confederações. A segurança vai ser total!”**  
Olimar Rousseff

Em festa de abertura de hoje (19) no Rio de Janeiro, o dia 22 de setembro é o primeiro dia de preparação para a Copa do Mundo de 2014 em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, sob a hostilidade de manifestantes.

“Essa situação não é aceitável”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções. “A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções. “A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções.

**GOVERNOS TENTAM MINIMIZAR FALHA**  
Em nota, a Prefeitura de Teresópolis afirma que a segurança é o maior compromisso da cidade. “A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções.

**Opinião**  
**DANO COLATERAL**  
O Brasil não está preparado para receber a Copa do Mundo de 2014. A segurança é o maior compromisso da cidade. “A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções.

Manifestantes pedem a expulsão dos jogadores brasileiros. “A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções.

com agitação, alegando insegurança. Foi uma profusão de manifestações que obrigou a seleção brasileira a deixar o Rio de Janeiro rumo a Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, sob a hostilidade de manifestantes.

“Podemos garantir. Ninguém vai encostar a mão nas delegações das seleções, como fizeram com o ônibus da Itália (em Salvador) na Copa das Confederações. A segurança vai ser total!”

**SEM TREINHO ABERTO AO PÚBLICO**  
A delegação dos jogadores brasileiros não teve acesso ao campo de treinamento em Teresópolis, o que gerou insatisfação entre os jogadores.

“A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções.

Em nota, a Prefeitura de Teresópolis afirma que a segurança é o maior compromisso da cidade.

Manifestantes pedem a expulsão dos jogadores brasileiros.

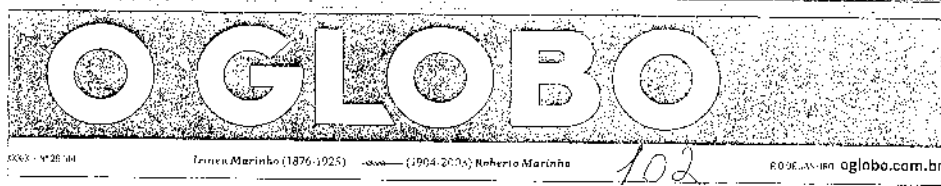
“A segurança é o nosso maior compromisso”, afirmou o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante a reunião com os delegados das seleções.

Em nota, a Prefeitura de Teresópolis afirma que a segurança é o maior compromisso da cidade.





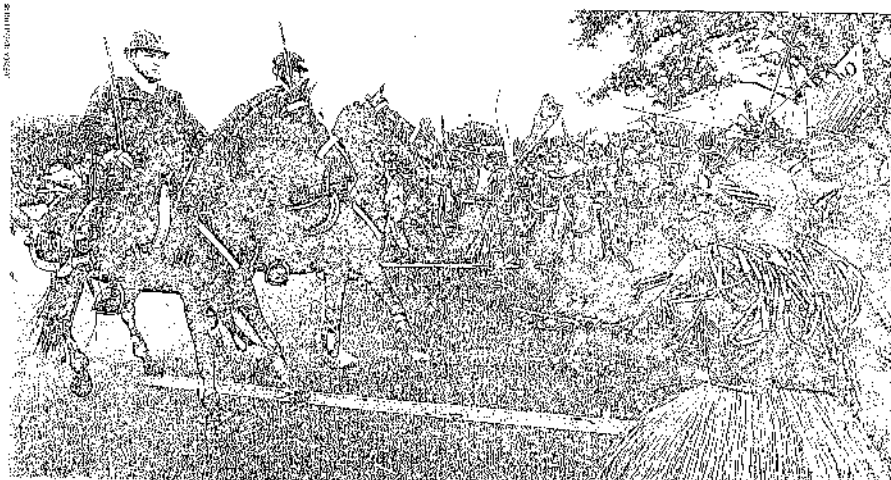
ANEXO 2



TENSÃO PRÉ-COPA

# Governo reforçará segurança de delegações

**Em Brasília, policial é ferido a flechada durante protesto de índios e sem-teto**  
Visita à taça no Mané Garrincha, que atraía mais pessoas do que os manifestantes do lado de fora, teve de ser suspensa por causa dos conflitos nas ruas; Dilma diz que aeroportos terão 'padrão Brasil' e não 'padrão Fifa'



Arco a flecha, Paro do Vale Garrincha. PMs atirou e manifestantes contra a Copa entraram em confronto. Polícia levou flechada na perna. Quatro indivíduos também ficaram feridos.

Depois do anúncio da seleção brasileira ser criada por manifestantes ante o risco à segurança das delegações da Copa será reforçada. O episódio irritou a presidente Dilma, que determinou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ao general José Carlos de Nagill, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que viessem com o seu para discutir a questão com o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame. Em nota, o Ministério da Defesa disse que "diversas outras medidas serão aplicadas para evitar que atos desta natureza ocorram". Outros em protesto que veio a testar a segurança no evento, cerca de mil pessoas, entre índios, sem-teto e manifestantes contra a Copa, entraram em choque com a EM nas imediações de Mané Garrincha, em Brasília. Índios usaram arco e flecha no protesto e zeraram a flechada para polícia. A visita à Taça Fifa, que reuniria até 10 mil pessoas no estádio, teve de ser suspensa. Dilma disse que os aeroportos não vão de ter "padrão Fifa", mas "padrão Brasil". PÁGINAS 2 E 3 //

**Mundial movimentará R\$ 1 bilhão no Rio** PÁGINA 9



**Goleiros aprovam a Brazuca**

São na Copa foi bem avaliada por Júlio César, Jefferson e Victor no Granja Comary. 'Acho que os atacantes vão ganhar' disse Júlio, crítico da Jabulani em 2010. PÁGINA 36

**Bola da vez, Júlio César com a Brazuca no trôco**

## Apenas 0,15% do prometido para parques foi gasto

O governo prometeu investir R\$ 666 milhões no projeto Parques de Copa, cujo objetivo era atrair mais turistas, mas só R\$ 1 milhão foi empregado. Para ambientalistas, país perde chance de melhorar infraestrutura ambiental. PÁGINA 26

**FERNANDO CALAZANS**  
Júlio César surtirá efeito ao não se consagrar lídico. PÁGINA 34

**ZUENIR VENTURA**  
Visitar Copa e pcdt na talvez seja um equívoco. PÁGINA 17

**ROBERTO DAMATTA**  
Marx seria o melhor amigo de Dilma que Lula é o ópio. PÁGINA 17

**ARTUR XEXÉO**  
Bom Netinho deixou Dilma "estranhada". SEM-UNO CADERNHO



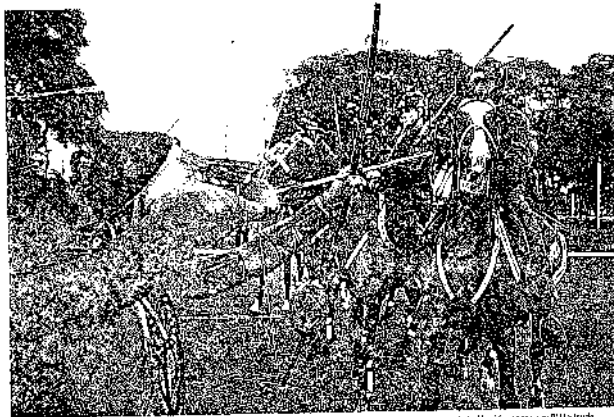
ANEXO 2.1

**Pais**

TENSÃO PRÉ-COPA

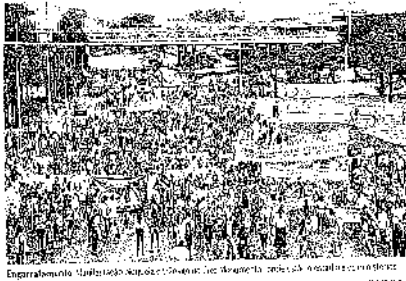
# Virada de jogo

irritada com falhas na proteção da seleção, Dilma exige mudanças na segurança do Mundial



Amo contra a Copa. Em Brasília, milhares de pessoas se reuniram para protestar contra a Copa. A foto foi tirada em 11 de maio.

Após o anúncio de Dilma Rousseff de que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014, o país viveu uma virada de jogo. O que antes era uma festa de comemoração tornou-se um momento de tensão e preocupação. A presidente Dilma Rousseff, em um discurso no Palácio do Planalto, anunciou que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014, o que gerou uma reação mista. Enquanto alguns comemoraram a oportunidade de mostrar o Brasil ao mundo, outros expressaram preocupação com a capacidade do país de receber o evento. A falta de infraestrutura adequada em várias cidades, a insegurança pública e a especulação imobiliária tornaram-se pontos de crítica. A população também se preocupou com o custo da Copa e o impacto econômico. A virada de jogo refletiu a ansiedade da população em relação ao futuro do país e a necessidade de melhorias na segurança e na infraestrutura.



Engratidão. Manifestação popular em defesa da Copa do Mundo de Futebol em 2014.



Perseguição. Manifestação popular em defesa da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

**PERIÓDICO DE FÓRMAS DE LACRAMOCCIO**  
A virada de jogo também se refletiu na política. A presidente Dilma Rousseff enfrentou críticas por não ter antecipado melhor a infraestrutura necessária para a Copa. A falta de planejamento e a burocracia tornaram-se pontos de crítica. A população também se preocupou com o custo da Copa e o impacto econômico. A virada de jogo refletiu a ansiedade da população em relação ao futuro do país e a necessidade de melhorias na segurança e na infraestrutura.

Em Brasília, milhares de pessoas se reuniram para protestar contra a Copa. A foto foi tirada em 11 de maio. A virada de jogo também se refletiu na política. A presidente Dilma Rousseff enfrentou críticas por não ter antecipado melhor a infraestrutura necessária para a Copa. A falta de planejamento e a burocracia tornaram-se pontos de crítica. A população também se preocupou com o custo da Copa e o impacto econômico. A virada de jogo refletiu a ansiedade da população em relação ao futuro do país e a necessidade de melhorias na segurança e na infraestrutura.

Três mil federais do STF desfilaram na noite de sábado (10) em Brasília. O desfile foi realizado em homenagem ao aniversário de 100 anos do Brasil. A virada de jogo também se refletiu na política. A presidente Dilma Rousseff enfrentou críticas por não ter antecipado melhor a infraestrutura necessária para a Copa. A falta de planejamento e a burocracia tornaram-se pontos de crítica. A população também se preocupou com o custo da Copa e o impacto econômico. A virada de jogo refletiu a ansiedade da população em relação ao futuro do país e a necessidade de melhorias na segurança e na infraestrutura.

## Ministério da Defesa diz que vai 'aprimorar medidas'

Sitio de inteligência avisa Forças Armadas e Polícia Federal de que haverá protestos no Rio

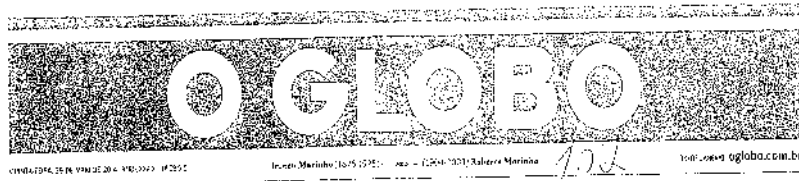
Apesar de avaliar oficialmente que as medidas de segurança planejadas foram adequadas, o que não houve queda na delegação enviada a Brasília para avaliar a segurança enviada antes ao ILOCO que "há um nível de preocupação" de evitar crises de segurança. A delegação de inteligência enviada ao Rio de Janeiro para avaliar a segurança enviada antes ao ILOCO que "há um nível de preocupação" de evitar crises de segurança. A delegação de inteligência enviada ao Rio de Janeiro para avaliar a segurança enviada antes ao ILOCO que "há um nível de preocupação" de evitar crises de segurança.

## No planejamento de segurança da Copa, são 20 milhões homens das forças de segurança federal, estadual e municipal durante todo o evento.

A segurança da Copa é considerada um dos maiores desafios da atualidade. O planejamento de segurança envolve a coordenação de 20 milhões de homens das forças de segurança federal, estadual e municipal durante todo o evento. A virada de jogo também se refletiu na política. A presidente Dilma Rousseff enfrentou críticas por não ter antecipado melhor a infraestrutura necessária para a Copa. A falta de planejamento e a burocracia tornaram-se pontos de crítica. A população também se preocupou com o custo da Copa e o impacto econômico. A virada de jogo refletiu a ansiedade da população em relação ao futuro do país e a necessidade de melhorias na segurança e na infraestrutura.



ANEXO 3



**ATE QUANTO?**  
**Um basta à imobilidade urbana**  
Protestos em São Paulo e outras cidades exigem melhorias na infraestrutura urbana. Percebe-se que os casos de 300 mil pontos de congestionamento estão aumentando em áreas urbanizadas. O que isso diz sobre a gestão pública?

**"Não podemos esquecer que há outros direitos"**  
Rafael Henrique, 40 anos, 19/10

**Sindicatos e controle**  
União dos Professores de Educação Infantil de São Paulo e outras entidades lutam por melhores condições de trabalho.

**Flechada não dói?**  
Ação na Avenida Paulista em defesa dos direitos dos usuários de bicicletas compartilhadas.

**Ônibus sem as ruas**  
**Professores fecham avenida no Rio**  
Manifestantes exigem melhorias na infraestrutura urbana e protestam em solidariedade com Pátria.

**Apesar da inflação alta**  
**BC mantém juros em 11% ao ano**  
Mesmo com inflação alta, o Banco Central mantém a taxa de juros básica em 11% ao ano.

**TENSÃO PRÉ-COPA**

# Exército assumirá a segurança de seleções

**Tropas atuarão em aeroportos, hotéis e ruas por onde circularão delegações**  
Objetivo do governo é evitar qualquer briga que exponha a discricionariedade dos militares e diásporas. Decisão foi tomada após a presidente Dilma reclamar de falhas na proteção ao Brasil com jogadores do Brasil

O governo decidiu que o Exército assumirá a segurança das seleções que irão para a Copa. Comandante da 1ª Divisão de Segurança e Defesa Pessoal, o general Carlos de Carvalho e Assessor de Segurança, o coronel Roberto de Almeida, foram designados para liderar a operação. A decisão foi tomada após a presidente Dilma reclamar de falhas na proteção ao Brasil com jogadores do Brasil.

**Técnico espanhol diz que vem em busca de revanche**  
A 11 dias das semifinais, o técnico espanhol Vicente del Bosque, assessor técnico da seleção brasileira, diz que vem em busca de revanche.

**Azarão Austrália já está no Brasil**  
O técnico australiano Ange Postecoglou chegou ao Brasil para trabalhar com a seleção brasileira.

**AURICULARES**  
**A bola fora do secretário**  
O secretário de Turismo do Rio de Janeiro, Roberto de Sá, diz que não quer ser o secretário de Turismo do Rio de Janeiro.

**Wolke reclama de atraso em Natal**  
O ministro do Turismo, Roberto de Sá, reclama do atraso na entrega do equipamento para a Copa.







**ANEXO 3.1**



Segurança Operativa em aeroportos, hotéis e deslocamentos. Soldados em patrulha no Rio de Janeiro em 2014. (Foto: Agência de Notícias da Polícia Militar do Rio de Janeiro)

# Exército assume controle

## Após falha ocorrida no Rio, militares fazem a segurança de aeroportos, hotéis e deslocamentos

Por: reser@coninga.org.br  
Foto: J. Rodrigues/Agência Brasil

Com a chegada do Rio de Janeiro após a queda de Lula, foi possível a chegada de Lula ao poder. O ex-presidente foi recebido no aeroporto de Guarulhos por milhares de brasileiros, muitos deles com bandeiras e cartazes em apoio ao ex-presidente. O Exército assumiu a segurança da cidade de Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir a segurança dos deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

### EM SÃO PAULO, UM GRUPO ESPECIAL PARA O EXERCÍTO

O Exército assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

Segundo a Agência de Notícias da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o Exército assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

Após a queda de Lula, o Exército assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

Segundo a Agência de Notícias da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o Exército assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.

O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva. O Exército também assumiu a segurança dos aeroportos, hotéis e deslocamentos de Lula e de sua comitiva.









## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992.
- FIGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. São Paulo: Contraponto, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.
- FRANZINI, Fabio. Da expectativa fremente à decepção amarga. **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 243-274, jul./dez. 2010.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- GNERRE, Maurício. **Linguagem, poder e discriminação**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p.5
- GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Comunicação e controle social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HOHLFELDT, A.; MARTINO, L, C; FRANÇA, V.V. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JOFFE, J. **Theperils of soft power**. 2006. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2006/05/14/magazine/14wwln\\_lede.html?\\_r=2&pagewanted=print&oref=slogin](http://www.nytimes.com/2006/05/14/magazine/14wwln_lede.html?_r=2&pagewanted=print&oref=slogin)>. Acesso em: 04 jun. 2014.
- LEFEVRE, Ana; LEFEVRE, Fernando. O sujeito coletivo que fala. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 517-524, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832006000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832006000200017). Acesso em: 9 de jun. 2014.
- MARX, Karl. 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, 2011; Editora Boitempo.
- MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Editora Porto Alegre, 2006; L&PM Editores POCKET.
- NETO, Lourenço. **Movimentos sociais em rede e seus impactos no Brasil**. In: NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MARX E O MARXISMO.



**Marx e o marxismo 2013:** Marx hoje, 130 anos depois. NIEP-Marx/UFF Niterói: 2013. Disponível:<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc124.pdf>. Acesso em: 30 de junh. 2014.

NYE JR., J. S. **O paradoxo do poder americano:** por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

PINTO, José Milton. **Comunicação e discurso.** São Paulo: Hackers, 1999.

POUPEAU, Franck. **Dominación y movilizaciones.** Córdoba: Ferreyra Editor, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

TOURAINÉ. Alain. **Palavra e sangue:** política e sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.





## MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOLIÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ

DODEBEI, Vera

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio*  
dodebei@gmail.com

WERNECK, Marcela

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio*  
marcelawerneck@yahoo.com

47

### RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo discutir a apropriação da pauta da proteção do patrimônio cultural por movimentos sociais do Rio de Janeiro, no contexto da preparação para a Copa do Mundo de 2014. Nosso ponto de partida será a intervenção do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas na audiência pública para a privatização do Maracanã, em novembro de 2012, numa ação que reuniu os grupos ameaçados pela demolição dos prédios adjacentes ao estádio: o Parque Aquático Julio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros, a Escola Municipal Friedenreich e o prédio do antigo Museu do Índio. Serão apresentados exemplos de protestos similares e discutiremos a ideia de esfera pública em Hannah Arendt e Jungen Habermas, relacionando-a às novas tecnologias da informação.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, patrimônio cultural, esfera pública.

### ABSTRACT

This paper aims at discussing the role of Rio de Janeiro social movements in the debate about the protection of cultural heritage, amidst the preparation for the 2014 Soccer World Cup. Firstly we will approach the intervention led by the Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas in the public audience that would define the rules for the privatization of the Maracanã Stadium, in November of 2012, in an act that gathered the groups threatened by the demolition of adjacent buildings: the Water Sports Center Julio Delamare, Athletics Stadium Célio de Barros, Friedenreich Municipal School and the ancient Indian Museum. We will also present examples of similar protests and discuss the idea of public sphere in the work of Hannah Arendt and Jungen Habermas, relating it to the new information technologies..

**Key-words:** Social movements, cultural heritage, public sphere.

A preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 está transformando o Rio de Janeiro em um imenso canteiro de obras. Como na época do *bota-abaixo* de Pereira Passos (ABREU, 1987), a cidade está passando por um período de reconfiguração do seu tecido urbano, com a abertura de novas vias expressas e a revitalização de áreas pouco valorizadas, como a portuária, desencadeiam, mais uma vez, demolições e remoções.





Um caso de bastante repercussão perante a opinião pública foi a remoção da Aldeia Maracanã do prédio do antigo Museu do Índio, nas cercanias do estádio do Maracanã. O casarão data do início do século XX e foi ali que Marechal Rondon criou o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), em 1910. Darcy Ribeiro, em 1953, transformou o local no Museu do Índio, um centro de importante atividade até sua transferência em 1977 para uma nova sede em Botafogo.

Em 1984 a União doou o imóvel para a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), posterior CONAB (Companhia Nacional de Alimentos), que por sua vez o cedeu ao Ministério da Agricultura. Nenhum destes órgãos fez uso do local, e a construção foi gradativamente se deteriorando, servindo somente de abrigo a moradores de rua.

Décadas mais tarde, em outubro de 2006, a UERJ foi palco do 1º Encontro Movimento dos Tamoios, reunindo 35 representantes de 17 etnias indígenas diferentes. Os indígenas participantes do evento decidiram, em assembleia, que voltariam a ocupar o antigo museu com a intenção de recuperar sua estrutura física, assim como seu valor memorial:

Após o encontro, os representantes do movimento, acompanhados de sindicalistas e órgãos de mídia independente, marcharam até o local da ocupação e tiveram uma negociação longa com os seguranças e responsáveis pela administração do terreno e a ocupação ocorreu de forma calma e pacífica sem nenhuma ocorrência de tumultos graves. Os indígenas realizaram um Toré (manifestação com dança) mostrando os aspectos da cultura originária brasileira (CASTRO, 2006).

Realizada a ocupação, os índios construíram pequenas habitações no terreno, pois o prédio não oferecia segurança em sua parte interna, e batizaram o local de Aldeia Maracanã. Começaram a desenvolver ali diversas atividades culturais: “contação de histórias”, cursos de línguas indígenas, confecção e venda de artesanato, música, danças e cerimônias religiosas. Também abrigavam indígenas vindos de outros estados, relembrando a acolhida que Rondon oferecia àqueles que o buscavam para dialogar e pedir amparo.

A pequena comunidade de índios urbanos logo se tornou alvo de interesse de antropólogos, indigenistas e historiadores, e um pedido de tombamento foi formalizado ao Iphan. O processo, entretanto, não seguiu adiante.

Ao final de 2012, com a escolha do Brasil como país-sede da Copa e do Rio de Janeiro como Cidade Olímpica, o Governo do Estado anunciou que intencionava comprar o terreno e demolir o imóvel para criar um pólo de entretenimento com bares, restaurantes, lojas e estacionamento para dois mil carros. Para tal seriam demolidos, além do antigo Museu do



Índio, o Parque Aquático Julio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e a Escola Municipal Friedenreich.

Os equipamentos esportivos haviam sido reformados para os Jogos Pan-americanos de 1997 e eram utilizados tanto por esportistas profissionais quanto pelos moradores da área. A Escola Friedenreich estava no alto do ranking do Ideb<sup>1</sup> nacional e era motivo de orgulho para pais, alunos e professores. O governo argumentou que as demolições eram necessárias para proporcionar mais conforto aos torcedores e atender exigências da FIFA em relação ao espaço para a evacuação do público após os jogos.

Em outubro de 2012 o governo estadual convoca no Diário Oficial uma audiência pública para discutir o modelo de concessão da administração do Complexo do Maracanã (MOITAS, 2012). É neste momento que a mobilização dos movimentos sociais contra o projeto de privatização do Maracanã dá mais visibilidade ao problema e traz para a esfera pública o drama dos índios urbanos ameaçados de despejo.

### **A AUDIÊNCIA PÚBLICA DE CONCESSÃO DO MARACANÃ**

Segundo Lucia Valle Figueiredo (2007), a Lei de Licitações e Contratos número 8.666/93 é a primeira a estabelecer a audiência pública como mecanismo de participação popular, possibilitando a qualquer cidadão acompanhar um processo licitatório, solicitar à Administração os valores das obras e impugnar preços de compras acima do mercado. Seu texto estabelece claramente “a necessidade de audiência pública para licitações de grande vulto” (p.3). A autora destaca ainda que o procedimento licitatório não tem início com a publicação do edital e sim com a realização da audiência pública que deve definir os moldes do mesmo. Sua finalidade é permitir a participação popular no processo decisório, podendo o cidadão apresentar questionamentos e pedir esclarecimentos técnicos e financeiros sobre as obras, visando a transparência do processo administrativo. A audiência pública não pode constituir mera formalidade e sim um real diálogo com a comunidade interessada.

Como destaca Saule Junior (1998), a democracia representativa e participativa é um direito constitucional que caracteriza o estado democrático de direito. Busca proteger a dignidade da pessoa humana e assegurar o exercício da cidadania, através de instrumentos como o Conselho, o plebiscito, o referendo popular, o orçamento participativo, a iniciativa

<sup>1</sup> Índice de desenvolvimento da educação básica.



popular para a criação de leis, a ouvidoria pública e a audiência pública. Todas estas ferramentas têm como objetivo a ampliação do poder de decisão da população:

A democracia participativa tem como premissa o interesse básico dos indivíduos na autodeterminação política e na abolição do domínio dos homens sobre os homens e concebe a formação de vontade política de baixo para cima num processo de estrutura com a participação de todos os cidadãos. A participação política visualiza a cidadania e a mudança do poder nos vários domínios sociais (SAULE JR, 1998, p.3).

O autor reitera que o processo administrativo é um instrumento da democracia, que visa limitar a ação do Estado de modo a prevenir abusos de poder. A recusa em oferecer as condições para a deliberação prévia à tomada de decisões é anticonstitucional:

O devido processo legal deve ser observado em todas as atividades do setor público, especialmente nos processos de tomadas de decisões sobre assuntos de interesse coletivo e difuso, que tem a natureza de um processo administrativo como da definição de tarifas públicas, da elaboração e execução do orçamento, de privatização dos serviços públicos, de aprovação de planos urbanísticos, da concessão de licença para projetos de grande impacto ambiental e de vizinhança. É essencial que seja reconhecida pela Administração Pública no processo administrativo, a capacidade processual coletiva de grupos de cidadãos, de comunidades atingidas pelas decisões administrativas e suas entidades representativas, de organizações e movimentos populares, de associações de classe, de organizações não governamentais para a tutela dos direitos coletivos e difusos dos cidadãos (IDEM, p.5).

A audiência pública, especificamente, pode ser utilizada tanto na esfera administrativa como legislativa, podendo ser inclusive solicitada pelos cidadãos. Nos municípios, este instrumento é obrigatório para a aprovação de leis orçamentárias e do plano diretor, que diz respeito à ordenação urbana e à garantia do bem estar de seus habitantes. Ela possui a dupla função de fornecer ao público as informações relevantes sobre o projeto em debate e servir de canal para suas opiniões. A não realização da audiência pública, nos casos previstos por lei, configura vício do processo e torna as decisões administrativas ou legislativas inválidas.

O Galpão da Cidadania, no bairro da Gamboa, foi o palco para a audiência pública sobre a concessão do Maracanã, no dia 08/11/2012. Compareceram representantes de movimentos sociais, pais, professores e alunos da Escola Friedenreich, parlamentares e índios da Aldeia Maracanã (BALTAR, 2012). Segundo membros do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, não foi permitido ao público expressar sua insatisfação com o processo: a audiência visava somente desenhar os moldes do edital licitatório. Os presentes exigiram a anulação do encontro e a escolha de uma nova data para discutir se a concessão deveria ser pública ou privada.



Entretanto, o Secretário Estadual da Casa Civil, Regis Fichtner, recusou-se a interromper a reunião, atribuindo a oposição a uma minoria, embora a imprensa tenha estimado a presença de cerca de 500 manifestantes (KFOURI, 2012).

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas surgiu a partir das reflexões do Fórum Social Urbano, evento paralelo ao V Fórum Urbano Mundial, realizado no Rio de Janeiro em março de 2010. O WUF é um fórum técnico não-legislativo, organizado a cada dois anos pela agência Habitat, da ONU, que se propõe a discutir o urbanismo a partir de suas dimensões comunitárias, climáticas, econômicas e políticas, reunindo representantes de governos, ONGs, pesquisadores, setor privado e instituições financeiras de desenvolvimento (WUF, 2014). Para os promotores do Fórum Social Urbano, entretanto, o evento da ONU prioriza uma visão de cidade-empresa e não abre espaço para a discussão de alternativas; assim sendo, organizaram uma agenda paralela de discussão sobre quatro eixos: criminalização da pobreza e violências urbanas; megaeventos e a globalização das cidades; justiça ambiental nas cidades e grandes projetos urbanos de revitalização das áreas centrais e portuárias.

Ao fim dos debates, a organização do Fórum Social Urbano divulgou uma carta onde criticou a subordinação das políticas públicas urbanas a interesses financeiros neoliberais, a criminalização dos movimentos sociais e a vulnerabilidade das minorias. Ao final da mesma assinou um compromisso de luta pela função social da cidade e a expansão dos mecanismos de discussão sobre as decisões administrativas relacionadas, entre outros aspectos, ao orçamento, transporte, proteção ambiental, proteção do patrimônio histórico-cultural, moradia e a organização dos megaeventos. Para tal, reiteraram a importância da participação popular nas tomadas de decisão:

Nós acreditamos que Estados Nacionais e Subnacionais são decisivos na busca destes objetivos. Estamos convencidos, no entanto, que suas agências e recursos devem ser submetidos ao controle popular e à participação efetiva da população nos processos decisórios, ao invés de serem colocados nas mãos de burocratas, tecnocratas e de os representantes e intermediários de interesses privados. (COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPIADAS, 2010)

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas atualmente tem representatividade em todas as cidades-sede da Copa do Mundo e articula “movimentos sociais, universidades e entidades da sociedade civil” nos objetivos acima descritos. De acordo com seu arquivo online de notícias, durante o ano de 2011 e 2012 foram realizadas no Rio de Janeiro várias ações que mobilizaram o tema da copa: elaboraram relatórios sobre remoções, organizaram debates, plenárias, vigílias



e atos públicos, como por exemplo, uma manifestação no dia do sorteio dos grupos da Copa, examinaram custos de obras e produziram vídeos de divulgação.

Em 9 de novembro de 2012 o Comitê do Rio divulgou nota na qual não reconheceu como válida a audiência do dia anterior, acusando o governo de conduzir o processo com arbitrariedades e de não respeitar a função daquele instrumento de participação popular.

## **MOBILIZAÇÕES PELO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Procurando compreender a evolução da participação da sociedade civil nas políticas patrimoniais, Maria Cecília Fonseca Londres (2009) examinou os processos de pedidos de tombamentos entre 1970 e 1990. Ela relata que antes dos anos setenta a maior parte das solicitações vinha de dentro do próprio Sphan, mas que após esta data o número de pedidos externos aumentou consideravelmente. Os requisitantes eram membros do legislativo, prefeituras, grupos locais, instituições culturais e pessoas físicas (em menor número). Entretanto, os processos iniciados por funcionários do órgão receberam mais aprovações.

A autora cita casos onde a população se mobilizou com protestos e abaixo-assinados, “sensibilizando” o Iphan: igrejas no Ceará e em Pati de Alferes, a Serra da Barriga (AL), a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Rondônia e o Hotel Copacabana Palace. Estes casos de forte expressão popular foram, segundo ela, uma exceção. A autora ressalta que os mecanismos de pedido se tornaram mais acessíveis à população, mas a decisão continuou centralizada nos órgãos técnicos e reconhece a complexidade de uma mudança: “criar mecanismos institucionais em que a sociedade esteja representada poderia converter a seleção de bens para integrarem o patrimônio numa decisão mais política que técnica” (2009, p.185). Outro ponto importante na conclusão de seu estudo é de que a apropriação política das discussões sobre patrimônio é distinta de uma ideologização da mesma: “politizar no sentido de que esses bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira” (idem, p.220).

A questão patrimonial está sendo de fato incorporada pelas pautas dos movimentos sociais e desencadeando conflitos extensos em diferentes países. Um exemplo recente vem da Turquia: o governo de Istambul queria remodelar a área do Parque Gezi, ao lado da Praça Taksim, derrubando a área verde e construindo a réplica de um antigo quartel militar do século XIX, além de uma mesquita e um centro comercial. O parque foi então ocupado por um grupo de ambientalistas, cujo protesto foi reprimido com excesso de força pela polícia, que utilizou



canhões de água e gás lacrimogêneo. A violenta retirada dos manifestantes fez com que uma onda de revolta se espalhasse pelo país.

Um artigo da BBC sugeriu que uma das insatisfações da população seria a crescente islamização do Estado, sob o comando do Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdogan. Um resgate de memória de feitos militares islâmicos motivava a ideia da reconstrução do quartel militar na área do parque, pois ali teria havido em 1909 uma tentativa de motim por parte de soldados que queriam reestabelecer a Lei de Sharia.

Um relatório da Anistia Internacional (2013) acusou as autoridades turcas de total intolerância com os protestos pacíficos, com o governo criminalizando o tradicional e inofensivo *panelaço*, perseguindo comerciantes que abrigavam manifestantes, intimidando jornalistas que cobriam os eventos e médicos que prestavam socorro aos feridos, vigiando as redes sociais Twitter e Facebook e aplicando leis antiterrorismo. A justiça turca posteriormente decidiu pela manutenção do parque no local. É interessante notar que este movimento foi desencadeado por um outro evento similar em Istanbul: a demolição do histórico Cinema Emek para a construção de um shopping center. Diretores, atores e simpatizantes da causa se reuniram no antigo imóvel para protestar e foram também retirados com violência pela força policial. O cinema, entretanto, não foi poupado (HURRIYET DAILY NEWS, 2013).

No Brasil também encontramos casos semelhantes. Atualmente, na cidade de Recife, há o movimento Ocupa Estelita, que tenta reverter o processo de transformação do antigo Cais José Estelita em uma área de condomínios de luxo (PINTO, 2014). Situado entre a praia de Boa Viagem e a parte antiga da cidade, abriga um velho pátio ferroviário e armazéns de açúcar abandonados. Um pool imobiliário adquiriu o terreno, mas logo surgiram as mobilizações e contestações judiciais. O local foi ocupado por ativistas logo após as primeiras movimentações das máquinas. Segundo a revista Carta Capital, a demolição teve início durante a noite, mas um publicitário que passava pelo local fez algumas imagens com o celular e rapidamente as encaminhou para alguns de seus contatos, antes de ser agredido por seguranças (TRUFFI, 2014). O caso está repercutindo no país inteiro e conta com o apoio de várias personalidades. Outro exemplo vindo de Recife foi a demolição do Edifício Caiçara, imóvel da década de 30 em estilo neocolonial. Embora tenha tido o pedido de tombamento rejeitado pelo Conselho Estadual de Cultura, sua demolição gerou indignação nas redes sociais.





## O ESPAÇO PÚBLICO EM ARENDT E HABERMAS

Estes exemplos de mobilização representam um movimento de apropriação da esfera pública decisória pela sociedade. Podemos nos orientar pelo pensamento de Hannah Arendt para aprofundar esta temática. Arendt (2013) dedicou-se a investigar as razões que permitiram o surgimento de governos totalitários e a indiferença da sociedade diante do holocausto. Ela sugere que a perda do senso comum, o afastamento do outro e perda do espaço público foram fatores determinantes. Ela também destaca uma incapacidade de pensamento, ou seja, a incapacidade de desconstruir uma mentira organizada:

A história do mundo moderno diz ela, poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público, por onde se expressava “um sentido cidadão de participação” e através do qual os homens podiam se reconhecer compartilhando de um destino comum. Nesta formulação, ela está, claramente, tematizando a sociedade moderna — essa sociedade que foi capaz de engendrar o fenômeno totalitário —, construindo as figuras de uma sociedade despolitizada, marcada pela indiferença em relação às questões públicas, pelo individualismo e atomização, pela competição e por uma instrumentalização de tudo o que diz respeito ao mundo, de tal forma que nele nada permanece como valor, como limite para uma ação que transforma tudo em meros fins para seus objetivos. (TELLES, 1990)

Em sua obra “A Condição Humana” (2007), encontramos a distinção de três aspectos básicos da experiência humana, *a vida activa*: o labor, o trabalho e a ação. O labor, subjugado à natureza, está relacionado à sobrevivência do indivíduo e à manutenção da espécie: a satisfação das necessidades básicas como alimentar-se, abrigar-se e reproduzir-se, numa circularidade de consumo e insatisfação.

A figura humana ligada à esta atividade é o *animal laborans*. Já o homem do trabalho, o *homo faber*, produz o artefato humano, o elemento artificial, conferindo “certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano” (p.17). Está ligado à técnica, à transformação da natureza, à criação do mundo e a um desafio à condição da mortalidade, pois os homens se vão mas suas obras, ou seja, o patrimônio, permanecem. O homem sai da condição de subjugado para dominador da natureza.

O terceiro viés, a ação, está essencialmente ligada à condição política e à busca do bem comum. Ela se insere na esfera do público, enquanto o labor e o trabalho constituem uma dimensão privada. O espaço público é o local do discurso, da deliberação, do enfrentamento dos problemas da comunidade. Hannah Arendt compreende que a ação se desenvolve a partir de duas dimensões do ser humano: a igualdade e a diferença; é a igualdade que permite um planejamento para as gerações futuras, e a diferença marca a originalidade de cada pessoa.



Essas dimensões se articulam então no espaço público, contando sempre com a novidade da ação, a iniciativa, que para Arendt é representada pelo nascimento. O espaço público é também o lugar de visibilidade, onde através do diálogo, diferentes pontos de vistas são compartilhados em busca de um senso comum. Ele também restringe o relevante do irrelevante:

Trama intersubjetiva ancorada no senso comum, a construção do mundo comum tem, portanto, uma dimensão cognitiva e valorativa, inscrita nos critérios através dos quais se torna possível discernir o relevante do irrelevante, o legítimo do ilegítimo, o justo do injusto, assim como a verdade da mentira, o fato da ficção. Enquanto critérios de discernimento, são referências a partir dos quais os homens podem se orientar num mundo caracterizado pela pluralidade dos agentes, pela contingência dos acontecimentos e pela imprevisibilidade dos efeitos da ação que cada qual realiza. E é isso que se esvai à medida que o espaço público se dissolve. A perda do espaço público significará a perda dessa relação objetiva com os outros homens e, com isso, a perda mesma de uma noção de realidade. (TELLES, 1990)

55

Arendt não tem a intenção de desqualificar a esfera privada, a vida em família ou os interesses particulares; ela entende, entretanto, que a deliberação pública é fundamental para a manutenção de um senso de realidade e a compreensão das necessidades comuns.

Guedes (2010) analisou a trajetória conceitual de Jürgen Habermas sobre o desenvolvimento histórico da configuração do espaço público como palco de deliberação sobre as políticas do Estado. Para o autor alemão, com o processo de enfraquecimento dos regimes feudais e monárquicos dando origem aos Estados Nacionais elevados acima da esfera da produção e do sistema de trocas, a burguesia introduziu os interesses privados na esfera do público, procurando discutir com a autoridade estatal as leis que regulariam o comércio e o trabalho social:

A esfera pública burguesa, portanto, constituía-se no locus de exercício da problematização e da crítica de atores livres contra o poder do Estado, com a finalidade de pressioná-lo e de interferir nas decisões sobre as políticas públicas, em direção aos anseios, expectativas e interesses universais. Através do diálogo e do confronto de diferentes argumentos e pontos de vista entre as pessoas privadas (proprietários) reunidas em salões e cafés, os assuntos de interesse geral discutidos, até então monopolizados pela Igreja e pelo Estado, adquiriam caráter público. (GUEDES, 2010, p.3)

A autora diz, entretanto, que há críticas ao filósofo por não haver evidenciado o componente de exclusão desta ampliação do espaço de discussão, pois a própria burguesia deixara de fora do processo outros grupos, como os movimentos sócio-populares. Mais adiante, ela destaca a explicação de Habermas sobre a transformação da imprensa de opinião em uma imprensa comercial, que teria comprometido sua isenção em relação aos assuntos de interesse



público. De fato, em sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Jürgen Habermas (2003) faz uma densa análise sobre a importância da imprensa livre na origem do espaço público de debate. Originalmente a imprensa, artesanal e inserida no sistema das correspondências privadas, era encarada apenas como uma possibilidade lucrativa. Sua utilização política aparece depois, na Inglaterra, com períodos veiculando discursos políticos partidários e a opinião pública.

Esse tipo de imprensa pode ser observado de modo exemplar em épocas revolucionárias, quando os jornais dos menores grupelhos políticos brotam por toda parte como capim: na Paris de 1789, qualquer político meio importante funda o seu clube, um a cada dois cria o seu jornal: só entre fevereiro e maio surgiram então 450 clubes e mais de 200 jornais! (Habermas, 2003, p.231)

Posteriormente, entretanto, há um retorno do jornalismo como atividade comercial e o enfraquecimento do espaço de debate. A sociedade passa para uma posição de consumidora de cultura de massa e a esfera pública é apropriada pela propaganda, que pode ser comercial ou política, transformando o conceito de publicidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção ao patrimônio cultural no Brasil teve seu início durante o governo de Getúlio Vargas, com a criação do Sphan e a implementação de uma política de *pedra e cal*, cuja ênfase era o tombamento de bens imóveis, dentro de critérios específicos de valor artístico e histórico. Na década de 70, entretanto, foi iniciado um movimento de maior valorização à cultura popular, que culminou na criação de uma lei para a proteção do patrimônio imaterial. Isto significa que houve uma flexibilização do processo, inicialmente muito restrito à visão de alguns especialistas e posteriormente mais acessível à sociedade civil (FONSECA, 2009).

Movimentos sociais através do mundo têm incorporado a pauta da preservação de prédios históricos devido à sua importância histórica-cultural e transformando-os em símbolos da luta contra a visão de *ciudades-negócio*, mote dos investimentos na Copa do Mundo de 2014 no Rio de Janeiro. Através das ocupações virtuais, nas redes sociais, e presenciais, nos locais ameaçados, estes grupos têm formado uma resistência e reafirmado a importância da retomada da esfera pública decisória pela sociedade.

As grandes empresas de comunicação têm influência nestas disputas, tecendo narrativas contra ou a favor das ocupações e influenciando o público em geral. Por outro lado, as



possibilidades de livre emissão de discursos oferecidas pelas ferramentas da internet têm oferecido alternativas a este monopólio.

Massimo di Felice divide a história do ativismo digital em três etapas: na primeira, movimentos previamente constituídos no espaço físico utilizaram a internet para disseminar internacionalmente suas temáticas e reivindicações, através de uma estrutura de rede centralizada. A segunda, descentralizada, se refere ao surgimento de pautas inéditas, dentro da própria rede, reunindo internautas de localidades e perfis distintos, ultrapassando questões delimitadas por lutas de classes e disputas institucionais. A invenção da web 2.0 marca o início da terceira etapa, que segundo o autor é caracterizada “pela passagem de uma forma de conflitualidade informativa-mediática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo que, em muitos casos, serão responsáveis pela implementação de radicais processos de transformação” (DI FELICE, 2012, p.57). É o momento da passagem da mídia alternativa para a mídia participativa, marcada pelo diálogo e pelo compartilhamento de conteúdos, através de uma estrutura em rede chamada de *distribuída*, onde cada nó tem o mesmo poder e importância que cada um dos outros.

Neste sentido, compreendemos que a comunidade acadêmica deve continuar atenta ao desenvolvimento das possibilidades de construção democrática através da internet, no sentido de verificar se esta se constitui como uma nova esfera pública de diálogo e deliberação, seja no campo das disputas do patrimônio cultural ou em qualquer outra questão significativa para a melhoria da qualidade de vida nas nossas cidades.

## REFERÊNCIAS:

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar / Iplan Rio, 1987.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Gezi Park Protests*. Relatório de out 2013. Disponível em: <<https://www.amnestyusa.org/sites/default/files/eur440222013en.pdf>>. Acesso em: nov 2014.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.



BALTAR, Marcelo. *Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos*. Globo Esporte: Copa do Mundo. Publicado em 08 nov 2012. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>> Acesso em: nov 2014

BBC. *Q&A: Protests in Europe*. BBC News Europe. Publicado em 12 jun 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-22780773>. Acesso em: nov 2014.

CASTRO, Gustavo Guedes de. *Movimentos dos tamoiós e a insurgência urbana indígena no Brasil*. Adital. Publicado em 13 dez 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25845>> Acesso em: nov 2014.

COMITE POPULAR RIO COPA E OLIMPIADAS. *Carta do Forum Social Urbano*. Rio de Janeiro: 25 de março de 2010. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/carta-do-forum-social-urbano/>>. Acesso em: nov 2014.

COMITE POPULAR RIO COPA E OLIMPIADAS. *Nota pública: Não houve audiência pública de concessão do Maracanã*. Publicado em 9 nov 2012. Disponível em: <<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=1632>>. Acesso em: nov 2014.

DI FELICE, Massimo. *Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais*. Revista FAMECOS (Impresso), v. 19, p. 27-45, 2012.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. *Instrumentos da administração consensual: a audiência pública e a sua finalidade*. In: Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE). Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 11, ago/set/out 2007. Disponível em <<https://www.en.ipea.gov.br/participacao/images/REDAE-11-AGOSTO-2007-LUCIA20VALLE.pdf>>. Acesso em: nov 2014.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUEDES, Éllida Neiva. *Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses*. Portugal: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em <



<http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>>. Acesso em 15 jul 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio De Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HURRIYET DAILY NEWS. Police intervene at Emek Theater protest featuring Costa-Gravas. Publicado em 7 abr 2013. Disponível em:

<<http://www.hurriyetdailynews.com/police-intervene-at-emek-theater-protest-featuring-costa-gavras---.aspx?pageID=238&nID=44456&NewsCatID=341>> . Acesso em: nov 2014.

KFOURI, Juca. Não houve audiência pública de concessão do Maracanã. UOL: Blog do Juca Kfourri. Publicado em 10 nov 2012. Disponível em

<http://blogdojuca.uol.com.br/2012/11/não-houve-audiencia-publica-de-concessao-do-maracanã/>>. Acesso em: nov 2014.

MOITAS, Danielle. *Estado convoca audiência pública para concessão do complexo do Maracanã*. Governo do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Comunicação Social. Publicado em 22 out 2012. Acesso em 10 jul 2014. Disponível em

<<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1289006>>

PINTO, Luiz Carlos. *Ocupe Estelita: o movimento de uma cidade contra as empreiteiras*. Carta Maior. Publicado em 4 jun 2014. Disponível em:

<<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empreiteiras/4/31086>>. Acesso em: nov 2014.

SAULE JÚNIOR, Nelson. *A Participação dos Cidadãos no Controle da Administração Pública*. In: Revista de Direito da Universidade Ibirapuera, São Paulo, v. 1, p. 199-240, 1998.

TELLES, Vera da Silva. *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*. Revista de Sociologia da USP, SÃO PAULO, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990.

TRUFFI, Renan. *A batalha pelo Cais José Estelita*. Carta Capital. Publicado em 18 jun 2014. Disponível em:





<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>.

Acesso em: nov 2014.

WORLD URBAN FORUM (WUF). Site oficial. Disponível em

<<http://wuf7.unhabitat.org/theworldurbanforum>>. Acesso em: nov 2014.